00100.035295/2024-92

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 1, SÁBADO, 3 DE FEVEREIRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Outubro de 2023 9

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Outubro de 2023 10

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 12

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 27

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 58

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2023 59

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 92

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 155

Ata da 59ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Dezembro de 2023 177

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 208

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2023 249

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 250

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 272

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 288

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Dezembro de 2023 308

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 338

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 370

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2023 404

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 416

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 561

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 597

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 603

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 684

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 689

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 694

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Outubro de 2023 774

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 807

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 848

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 849

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2023 850

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2023 903

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2023 904

Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 924

Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 981

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Novembro de 2023 982

Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1004

Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Novembro de 2023 1006

Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 1028

Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 1054

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Dezembro de 2023 1089

Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Dezembro de 2023 1125

Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2023 1171

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2023 1206

Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2023 1233

1.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Ata da 10ª Reunião, realizada em 3 de Agosto de 2023 1265

Ata da 11ª Reunião, realizada em 12 de Dezembro de 2023 1296

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1300

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 1304

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 1308

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 1311

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Agosto de 2023 1314

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Agosto de 2023 1356

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Agosto de 2023 1409

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Agosto de 2023 1471

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Agosto de 2023 1521

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Agosto de 2023 1561

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Agosto de 2023 1626

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Agosto de 2023 1673

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2023 1714

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Agosto de 2023 1757

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Setembro de 2023 1798

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Setembro de 2023 1829

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 1830
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Setembro de 2023 1858
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 1918
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 1984
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Outubro de 2023 2010
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 2011
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Outubro de 2023 2031
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2023 2032
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Outubro de 2023 2033
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Outubro de 2023 2034
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2023 2065
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 2067
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Outubro de 2023 2092
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Outubro de 2023 2146
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 2148
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2023 2170
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Novembro de 2023 2236
Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Novembro de 2023 2282
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 2315
Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Novembro de 2023 2353
Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2023 2355
Ata da 86ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 2356
Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Novembro de 2023 2361
Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 2415
Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 2416
Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 2418

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 2425

Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Novembro de 2023 2427

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2023 2467

Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 2502

Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 2549

Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 2602

Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Novembro de 2023 2629

Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2023 2689

Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Dezembro de 2023 2737

Ata da 100ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 2784

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 2837

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 2872

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 2905

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Novembro de 2023 2914

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 2929

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 2946

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Novembro de 2023 2948

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 2949

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 2999

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 3033

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 3040

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 3068

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3074

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3082

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Dezembro de 2023 3093

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 3139

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3147

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3152

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 3153

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Dezembro de 2023 3181

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2023 3214

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Dezembro de 2023 3215

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 3226

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 3233

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Dezembro de 2023 3251

1.13 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 3266

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2023 3321

1.14 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3346

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Novembro de 2023 3350

1.15 – COMISSÃO DE ESPORTE - CESP

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 3358

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 3363

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Mauro Carvalho Junior, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação dos resultados de conclusão do Grupo de Trabalho para avaliação do Sistema Tributário Nacional, apresentado pelo coordenador, senador Efraim Filho. **Resultado:** Reunião de Trabalho realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Izalci Lucas, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Magno Malta, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Mauro Carvalho Junior, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 181/2023 - CAE, de autoria Senador Magno Malta (PL/ES). **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3626/2023, que "dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Vilson Antônio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil - Anfip; Sr. Ricardo Gazel, Economista; Sr. José Francisco Mansur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda, e representante da Receita Federal do Brasil; Sr. Bruno Pires Lobato, Presidente da Associação Nacional de Lotéricos - ALSPI; e Sr. Ricardo Liáo, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Sergio Moro, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1252, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 77, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de USD$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos EUA), cujos recursos são destinados ao “Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amapá - PROFISCO II”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório. **2ª Parte - Emendas da CAE ao PLDO 2024. Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLN 4/2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator ad-hoc na CAE: Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao PLN 4/2023, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas de Meta: **todas as emendas de texto**; **Emenda 4**, na ação “210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato”, que engloba as emendas dos senadores Irajá, Paulo Paim, Wilder Morais, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru (8, 11, 12, 15, 26, 32 e 35); **Emenda 17**, na ação “210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial”, que abrange as emendas dos senadores Irajá, Wilder Morais, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru (1, 13, 16 e 29); e **Emenda 24**, na ação “20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas”, com indicações dos senadores Irajá, Otto Alencar, Jorge Kajuru e Professora Dorinha (3, 6, 7 e 47). Renumeradas, as referidas emendas receberam no lote enviado à CMO, a numeração 1 a 44. **3ª Parte - Emendas da CAE ao PLOA 2024. Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLN 29/2023, que ""Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator ad-hoc na CAE: Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovada a apresentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao PLN 29/2023, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas de Meta: **todas as emendas de texto**; as seguintes emendas de apropriação, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a **Emenda nº 5**, no valor de R$ 350.000.000, para a ação "210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", com indicações dos senadores Fernando Dias, Omar Aziz, Paulo Paim, Damares Alves, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wilder Morais, e Irajá (emendas 3, 5, 9, 12, 14, 19, 20, 25, 34, 44 e 51); no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a **Emenda nº 15**, no valor de R$ 100.000.000, para a ação "20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores", com indicações dos senadores Damares Alves e Vanderlan Cardoso (emendas 11, 13 e 15); no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a **Emenda nº 2**, no valor de R$ 100.000.000, para a ação "210E – Promoção do Desenvolvimento Industrial", com indicações dos senadores Fernando Dias,Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Jaques Wagner (2, 18, 21, 24, 42, 45 e 52); no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a **Emenda nº 7**, no valor de R$ 300.000.000, para a ação "20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas", com indicações dos senadores Fernando Dias, Otto Alencar e Irajá (4, 7, 8, 33, 43 e 50); e a de remanejamento, **Emenda n° 36,** no valor de R$ 4.000.000.000, com indicação da senadora Tereza Cristina. Renumeradas, as referidas emendas receberam no lote enviado à CMO, a numeração 1 a 7. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício da Câmara Municipal de Dois Irmãos, Rio Grande do Sul;

– Ofício da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI).

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Bem, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 51ª Reunião, realizada no dia 8 de novembro do presente ano.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em três partes: na primeira parte, será feita a apreciação do turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2019, e a apreciação da Mensagem nº 77, de 2023; na segunda parte, ocorrerá a deliberação das emendas à LDO; e, na terceira parte, finalizaremos com a deliberação de emendas à LOA.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1252, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A Relatoria do projeto é do Senador Romário.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa as providências cabíveis.

Item nº 2.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de USD$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos EUA), cujos recursos são destinados ao "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amapá - PROFISCO II".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Não apresentado

Concedo a palavra ao Senador e Presidente desta Comissão, Vanderlan Cardoso, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Por videoconferência*.) – V. Exa. me ouve, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim.

Bom dia, meu Líder!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Quero cumprimentar V. Exa. e todos os Senadores aí participantes – vejo aqui o Líder Otto Alencar, a Senador Zenaide, Esperidião Amin, Sergio Moro. Meus cumprimentos a todos.

Sr. Presidente, trata-se da Mensagem nº 77, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$30 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Amapá e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento de projetos de modernização da gestão fiscal do Estado do Amapá.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo, pela Comissão de Financiamento Externo, na forma da Resolução Cofiex nº 2/0133, de 7 de dezembro de 2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Parecer SEI nº 3.740, de 2023, Ministério da Fazenda, de 3 de outubro de 2023, testou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil em referida operação de crédito, uma vez que o mutuário cumpre os requisitos legais e normativos para isso.

Já a Procuradoria Geral da Fazenda (PGFN), por intermédio do Parecer SE nº 4.055, de 2023, do Ministério da Fazenda, de 18 de outubro de 2023, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para encaminhamento do processo ao Senado Federal, para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União, desde que previamente à assinatura dos instrumentos contratuais sejam verificados: o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso; segundo, o cumprimento do disposto da Portaria Normativa nº 500, de 2 junho de 2023 (a adimplência do ente), pelo Ministério da Fazenda; e, terceiro, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o estado e a União.

Análise.

De acordo com a anexo único da minuta de contrato de empréstimo, o projeto, objeto do financiamento, tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal do estado por meio de: (i)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

Voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito do Estado do Amapá encontra-se de acordo com o que preceitua as Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Otto, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência.*) – Terminei meu ciclo de carlismo. Vou embora. O título foi esse. Antônio Carlos ficou puto comigo. Aí eu fui lá, ele falou: "Terminou o ciclo?". "Terminei", eu falei para o senhor. "Mas precisava botar um título...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência.*) – ... desse aqui no jornal?". Aí ele: "Não pode, o que é isso". O conselheiro do tribunal já tinha me ligado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Otto, o microfone de V. Exa. está aberto. Só para... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta parte da reunião se destina à discussão e à votação das emendas desta Comissão ao PLDO de 2024 (PLN nº4, de 2023, do Congresso Nacional), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

A relatoria é do Senador Angelo Coronel.

Até o momento, foram apresentadas 90 emendas, sendo 49 emendas de meta e 41 emendas de texto.

Com a palavra, o Relator das emendas, Senador Angelo Coronel... mas o Senador Otto Alencar fará o relatório *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu começo na Comissão de Assuntos Econômicos com a relatoria da LDO, o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Peço a V. Exa. que me permita ir à análise do projeto, para dizer que as emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

No que se refere às propostas de emendas ao texto apresentadas, somos pela admissão de todas elas e, inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas devem ser acolhidas e apresentadas.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas – 49 – e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar – e V. Exa. sabe perfeitamente disso –, que são três emendas.

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi primeiramente o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores, ou seja, uma emenda tem assinatura de nove, dez Senadores, nós optamos por acolher as emendas com o maior número de assinaturas.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024:

a) Emenda 4, na ação "210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", que engloba as emendas dos Senadores Irajá; Paulo Paim; Wilder Morais, do Estado de Goiás; Nelsinho Trad, do Mato Grosso do Sul, e Jorge Kajuru, do Estado de Goiás;

b) Emenda 17, na ação "210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial", que abrange as emendas dos Senadores Irajá, Wilder Morais, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru; e

c) Emenda 24, na ação "20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas", com assinaturas dos Senadores Otto Alencar, Irajá, Jorge Kajuru e Professora Dorinha, do Estado de Tocantins.

Esse é o voto, Sr. Presidente, no que tange à adição à Lei de Diretriz Orçamentárias.

Vou agora, se V. Exa. me permite, ler aqui o item 2, que são as emendas de Comissão que foram por nós acatadas, de acordo com o que está pré-estatuído no Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre as indicações desta Comissão, de acordo com o Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

De igual forma, peço a V. Exa. para entrar na análise do projeto que agora vou relatar, indicado por V. Exa., que coube inicialmente ao Senador Angelo Coronel.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão de Assuntos Econômicos e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2024, por esta Comissão, de todas as emendas de texto, da emenda de remanejamento (36), assim como das seguintes propostas de emendas de apropriação, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a Emenda nº 5, no valor de R$350 milhões, para a ação "210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", com indicações dos Senadores Fernando Dias, Omar Aziz, Paulo Paim, Damares Alves, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wilder Morais, e Irajá, do Estado de Tocantins;

b) No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Emenda nº 15, no valor de R$100 milhões, para a ação "20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores", com indicações dos Senadores Damares Alves e Vanderlan Cardoso (Emendas 11, 13 e 15);

c) No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a Emenda nº 2, no valor de R$100 milhões, para a ação "210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial", com indicações dos Senadores Fernando Dias, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Jaques Wagner (Emendas 2, 18, 21, 24, 42, 45 e 52);

d) No âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a Emenda nº 7, no valor de R$300 milhões, para a ação "20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas", sobretudo a indicação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nosso Velho Chico, que nasce lá na Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas e passa por cinco estados da Federação, sobretudo ajudando a transposição do Rio São Francisco nos estados receptores. São as emendas de indicação nossa, do Otto Alencar, Irajá e Fernando Dias (Emendas 4, 7, 8, 33, 43 e 50).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Portanto, o voto é favorável a essas emendas que agora relatei para V. Exas., e peço a aprovação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, o Senador Relator, Otto, acabou lendo também o relatório da LOA, então nós vamos votar as duas matérias.

Em discussão as emendas.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadora Damares, Senador Otto, Senador Angelo Coronel, com quem eu falei agora há pouco. Quero agradecer o acatamento de uma emenda minha para o Orçamento sobre Seguro Rural. Uma emenda de remanejamento, mas muito importante para que a gente tenha dotação no Orçamento – vamos ver se a Comissão depois acata – para que o Seguro Rural possa ser incluído definitivamente; um seguro catástrofe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, com as mudanças climáticas que a gente vem sentindo, o efeito do El Niño este ano, que tem tornado ainda piores as condições climáticas, tanto no Sul, com as enchentes; quanto no Norte e no Centro-Oeste, com a falta de chuvas. Isso demonstra a importância dessa emenda acatada pelo Senador Angelo Coronel, para que nós possamos ter aí recursos no Orçamento para que possamos ter esse Fundo de Catástrofe, que vai ajudar e muito o Seguro Rural no Brasil.

Então, quero aqui agradecer e dizer que vamos trabalhar para que a gente chegue ao final com essa emenda definitivamente no Orçamento da União.

Muito obrigado, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ótimo!

Só lembrando que o relatório apresentado, então, foi acrescido com essa Emenda nº 36, de remanejamento, que foi colocada aqui pela Senadora Tereza.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Relator pelo voto. E uma fala que eu fiz na Comissão anterior vou fazer aqui: as indicações, a coerência das indicações de todos os Senadores, dialogando com a necessidade do nosso país. Quero cumprimentar a Comissão, todos os membros, todo mundo que trabalhou nesses textos. E parabéns, Relator, parabéns pela forma como acolheu as emendas indicadas!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Cadê o Amin?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ah, Otto!

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, olha, eu quero concordar plenamente com as colocações que foram feitas pela Senadora Tereza Cristina quanto a esse seguro – Seguro Rural. Para dar um dado que hoje nós temos aferido: de janeiro a novembro deste ano, até agora, final de outubro de 2023, já tivemos no Brasil um terço das cidades, 1.558 cidades, que foram afetadas por problemas climáticos, não só as chuvas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torrenciais, os desastres naturais, mas também, sobretudo no Nordeste, a longa estiagem que traz uma consequência muito grande.

Eu sou nordestino e conheço bem a minha região, sobretudo o meu estado e também os outros estados do Nordeste. Estamos atravessando agora um longo período de seca com chuvas abundantes, em função do El Niño, que atinge muito o Sul e o Sudeste com chuvas torrenciais e traz seca para o Nordeste. Isso tem afetado muito o setor do agronegócio, com graves prejuízos que podem ter sequência até abril, porque a previsão de todos os institutos é de que o El Niño vai se prolongar até abril do ano de 2024.

Portanto, o Governo realmente tem que ter essa visão de socorrer essas regiões afetadas e, pelo levantamento orçamentário de 2023, a defesa civil tem um orçamento muito aquém daquilo que é necessário para o socorro de todas essas regiões que foram afetadas pelas mudanças climáticas, que é uma coisa cíclica, já vêm de muitos anos. Por exemplo, a seca agora, na Região Amazônica, vem acontecendo desde muito tempo, o que não tem relação alguma com o desmatamento. Pode ter um agravamento muito pequeno, mas o país precisa realmente ter nesse sentido um recurso suficiente para acolhimento e socorro das vítimas das alterações climáticas, que, como falei, são cíclicas, vêm de muitos anos.

Aqui no Nordeste, por exemplo, fala-se em seca, mas a principal seca do Nordeste aconteceu no ano de 1897, a chamada seca do conselheiro, do Antônio Conselheiro, quando dizimaram Canudos. E essa seca se estendeu de 1897 até 1905, a chamada seca do conselheiro. O nordestino atribuiu essa seca à dizimação total de Canudos e à matança que foi feita, inclusive com o líder Antônio Conselheiro, que era apenas um pregador da religião no Nordeste brasileiro, mas foi considerado inimigo do poder naquele período.

Eu não me lembro – o Esperidião Amin deve se lembrar – de quem era o Presidente na época de 1897. O Amin está bem prestando atenção.

Eu me lembro de que era Governador da Bahia o Governador Luís Viana. Não era o Luís Viana Filho, não; era o Luís Viana. Mas não me lembro do Presidente. Parece-me, de longe assim, que foi o Presidente Wenceslau Braz nesse período, mas o Governador eu me lembro de que era o Luís Viana. Não era o Luís Viana Filho, era o Luís Viana mesmo, o pai do Luís Viana Filho. Portanto, foi a seca do conselheiro.

Naquela época, no Nordeste, não tinha desmatamento de Caatinga, de Cerrado, de Mata Atlântica e teve a seca. A coisa do desmatamento agrava, porque, sobretudo, vai atingir os rios pelo assoreamento e corrimento de terra nas trovoadas mais fortes.

Portanto, parabenizo a Senadora Tereza Cristina por essa iniciativa.

Bom dia a todos aqui da Bahia.

O sol está muito forte, mas eu estou ainda torcendo para que a chuva mude de endereço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião, peça, nas suas orações, para a chuva mudar de endereço, vir aqui para o Nordeste e sair aí de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Otto, eu não era da época, não, mas a informação que eu tenho é de que era Prudente de Morais.

Eu vou passar agora para o nosso querido Senador Esperidião Amin, que deve fazer alguma correção ou uma complementação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu queria expressar ao meu querido amigo Otto Alencar que eu fiquei preocupado. Eu recebi um telefonema agora do Senador Tasso Jereissati, e ele também está preocupado, porque, sobre o seu ombro esquerdo, se o senhor olhar agora para a sua esquerda, aparece ali aparentemente uma mala profissional, dá a impressão de que é uma mala dos seus instrumentos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Tem realmente. Aí no Senado, eu tenho estetoscópio para tirar a pressão de um Senador que me pede, tenho remédio para pressão, tenho Isordil se alguém tiver um problema cardíaco. De vez em quando... eu já atendi o Cid Gomes, atendi o Kajuru. Estou sempre de plantão aí, até porque aí tem um pessoal com a minha idade, e esse pessoal precisa de plantonista no Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas essa sua presteza em atuar profissionalmente despertou a preocupação do Senador Tasso Jereissati, que, apesar de não estar convivendo conosco, sempre teve muita preocupação com a sua atividade profissional. Ele me telefonou e falou: "Esperidião, tem que avisar para todos que todos estão correndo risco. O Senador Otto Alencar está pronto para trabalhar". (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Tasso Jereissati sempre faltou com a verdade a meu respeito – sempre faltou com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ele telefonou para mim agora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Não, não, sempre faltou com a verdade a meu respeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ele falou: "Olhe, eu estou preocupado, Esperidião Amin. O homem está pronto para o combate. Sabe Deus quais as consequências poderão advir dessa atividade profissional disseminada pelo mundo afora, porque o Senador Otto Alencar é respeitado pelo mundo afora. Ele pode aplicar essa benesse relativa dele pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo afora". Isso preocupou muito o nosso amigo Tasso Jereissati, que sempre que via alguém com dificuldade de locomoção, eu não sei por que, se lembrava de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Pois é, está errado. Ele faltava muito com a verdade – muito com a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas eu quero agora...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Está tudo bem. Eu sei que é só um carinho que V. Exa. faz comigo. Eu vou relevar sem nenhum problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu queria dizer que o que o Senador Otto Alencar falou, agora falando realmente sobre a crise climática que nós estamos vivendo... Ontem eu tratei da edição – Senadora Zenaide, Senadora Tereza Cristina e Senador Izalci, que são os que eu vejo – dos *Anais* da sessão de debates temáticos que nós realizamos no dia 26 de outubro agora.

Faz pouco mais de 15 dias, nós realizamos uma sessão de debates temáticos na quinta-feira, dia 26 de outubro. Tivemos a presença tanto do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, representando então o Presidente, quanto a participação de vários Ministérios e de vários especialistas. Dentre eles, eu vou destacar o Prof. Carlos Nobre, que trouxe informações muito valiosas, junto com vários outros. E ontem fiz a revisão dos anais que nós vamos publicar.

Nós estamos condenados a conviver com isso. Hoje é o El Niño que nos afeta no Sul, e é o aquecimento do Atlântico equatorial que é o maior responsável pela seca agravada do Norte do país, que pode se estender até fevereiro ou março. É essa a diferença. E também o La Niña, que afeta o Nordeste. Então, essa conjugação e conjunção astral, digamos assim, veio para afligir ainda mais a nossa dificuldade.

Eu queria deixar isso registrado e duas grandes sugestões novas. Primeiro, uma maior integração das agências governamentais. Nós temos já hoje – não sei se o Senador Marcos Pontes está aí, ele participou da sessão de debates temáticos –, hoje nós já temos uma soma de conhecimentos e organizações governamentais ou não que nos dão uma abrangência razoável, mas falta integração tanto em nível federal quanto em nível federativo, ou seja, União, estados e municípios.

E a segunda questão, uma coisa bem simples: nós vamos propor a realização de um concurso para elaboração de uma cartilha simples, singela, que ajude a prevenir, quer dizer, com medidas elementares de prevenção e com medidas urgentes de reação das pessoas, das Prefeituras, que são 5.570 onde moramos, então, a integração de uma cartilha, um prêmio para quem desenhar uma cartilha que, naturalmente, será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônica também, além de, eventualmente, impressa, para nos prevenir e para nos ajudar nas primeiras reações.

Então, queria dar essa notícia, fruto também da modesta experiência que eu acumulei.

Senador Otto, em 1974, nós tivemos – em 1974, vai fazer 50 anos – enchente no sul de Santa Catarina, devastadora. Eu estava no Piauí organizando a Telepisa, fazendo a organização das telecomunicações no Piauí, e fui acometido por hepatite, com uma enchente no Piauí, no lindo delta do Parnaíba, na cidade de Parnaíba.

Então, essas coisas só ficaram mais frequentes e, o que é pior, no caso da estiagem ou mesmo das chuvas, mais extensas, de forma que, frequentemente, aqui no Sul – a Senadora Tereza Cristina é testemunha –, no Mato Grosso do Sul, no Pará, em Santa Catarina e no Rio Grande, nós temos longos períodos de estiagem que, praticamente, são sucedidos por inundações. Quer dizer, você sai da estiagem e vai para a inundação; sai da inundação e entra na estiagem, como tem acontecido repetida e frequentemente.

E, finalmente, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer pela aprovação da emenda de texto que eu apresentei, que versa sobre o ressarcimento a estados, como é o caso de Santa Catarina, que tenham disponibilizado recursos financeiros das suas parcas finanças para que a União executasse obras suas, obras rodoviárias no caso, federais, no território catarinense, ou seja, não foi o estado que aplicou; o estado entregou dinheiro para a União, e é justo que haja um ressarcimento sob a forma de abatimento da dívida que o estado tem, como é o caso da nossa proposta aprovada, pelo que eu agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, em votação, então, as emendas. Encerrada a discussão, em votação as emendas à LDO e à LOA, da Comissão, conforme o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 4, 17 e 24, da meta, e nºs 1 a 41, de texto, renumeradas como Emendas nºs 1 a 44-CAE.

Estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização as emendas.

Também as Emendas 2, 5, 7 e 15, de apropriação, a 36, de remanejamento, e as nºs 1 e 2, de texto, renumeradas como Emendas nºs 1 a 7-CAE.

Estão aprovadas e serão encaminhadas também à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, quanto à primeira parte da reunião, da nossa sessão, nós aprovamos a Mensagem 77, de 2023...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... sobre o projeto de modernização da gestão fiscal do Estado do Amapá.

Eu gostaria, eu quero pedir urgência, requerimento de urgência para que essa proposta já vá para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O.k.

Então, o regime de urgência solicitado pela Senadora Damares em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira... (*Pausa.*)

Então, aprovado o requerimento.

Bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Plínio Valério, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda da Senadora Soraya Thronicke, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Rogerio Marinho e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2331, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1994, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Em 28/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 60-S, em turno suplementar, e a apreciação da matéria foi adiada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 78, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor RODRIGO ALVES TEIXEIRA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Maurício Costa de Moura em 31 de dezembro de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto pra deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o nome do senhor Rodrigo Alves Teixeira para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 79, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor PAULO PICCHETTI, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Fernanda Magalhães Rumenos Guardado em 31 de dezembro de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o nome do senhor Paulo Picchetti para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 91, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas a ações relacionadas à defesa agropecuária." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2245, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à CDH. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de novembro de 2023.

Comunicado da Presidência.

Comunico que foi apresentada à Comissão o seguinte documento:

- Mensagem 606, de 2023, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do disposto do art. 69 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao quinto bimestre de 2023.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, eu gostaria de iniciar a nossa reunião registrando que protocolei ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65, de 2023, visando a autonomia orçamentária e financeira do Banco Central.

Nossa proposta de evolução institucional do Banco Central do Brasil prevê a garantia de recursos para que atividades relevantes para a sociedade sejam executadas sem constrangimentos financeiros tanto para a instituição quanto para o Tesouro Nacional.

Nas melhores práticas internacionais, a permissão para uso de recursos próprios do Banco Central como fonte de financiamento normalmente vem acompanhada de regras para transferência de resultados de autoridade monetária, Banco Central, para autoridade fiscal do Tesouro.

O centro da proposta consiste no uso de receitas próprias para o financiamento de suas despesas. Tal prática é consistente com os procedimentos adotados entre os mais importantes Bancos Centrais do mundo: Canadá, Estados Unidos, Suécia, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, além do Banco Central Europeu, por exemplo.

Em razão da falta de autonomia orçamentária e financeira, o Banco Central tem passado por algumas dificuldades nos últimos anos. Podemos mencionar problemas das mais diversas ordens, desde falta de recursos para manutenção de sistemas extremamente relevantes, como o do Pix, até problemas para manutenção de quadro de servidores.

Assim, solicito o apoio dos nobres Senadores – Senador Flávio – e Senadoras para aprovarmos juntos essa importante proposta que tem impacto direto no nosso Sistema Financeiro Nacional, portanto, na nossa economia e na vida de todos os cidadãos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu tinha para registrar no dia de hoje.

Antes de iniciarmos a nossa sabatina dos indicados do Banco Central e passarmos também para a pauta deliberativa dos itens, eu não poderia deixar, Senador Oriovisto, de fazer aqui um comentário, Senador Nelsinho, com relação ao que está acontecendo na maioria dos estados quanto ao aumento de alíquota do ICMS. Virou uma farra, um absurdo. E eu peguei... Como V. Exa. e todos os Senadores e Senadoras aqui, Senador Ciro, gostam de números, eu peguei por base o meu Estado de Goiás, em que se fala de aumentar de 17% para 19%, um aumento, Senador Fernando, de cerca de 12% aproximadamente. Peguei os dados de 2020 a 2022, ou seja, a época da pandemia, e nós tivemos ali um aumento de receita do ICMS de quase 35%, em plena pandemia.

Qual a justificativa que alguns Governadores, alguns gestores estão dando? Não, é porque há reforma tributária – que é o caso do nosso Governador, que eu respeito muito. Mas a reforma tributária nem aprovada foi! E a reforma tributária vem – pelo menos é o que nós discutimos aqui exaustivamente em audiências públicas, no Plenário, Senador Izalci – para abaixar imposto, não é para aumentar imposto. Então, antes de aprovarmos a reforma tributária, que está na Câmara dos Deputados, já começou essa onda de aumento de imposto.

É até ruim para nós aqui que nos debruçamos, que defendemos até a reforma tributária. Nós vemos hoje o contribuinte, e isso estoura no mais humilde, aquele que tem a menor renda.

Então, nós temos que... Esta Casa tem que se manifestar.

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para complementar os seus comentários, primeiro para concordar com a sua afirmativa. Realmente os estados estão aumentando ICMS. No seu estado aumentou, no Paraná aumentou, na maioria dos Estados do Sudeste aumentou, do Sul também, do Norte também. E por que está aumentando? Porque no texto da reforma tributária fala que essa repartição daquele imposto todo que vai ser arrecadado terá por base os valores históricos, e já querem aumentar esses valores históricos desde já para garantir um quinhão maior na repartição que aquele Comitê Gestor vai fazer. Então, é uma reforma feita por teóricos e que, antes de ser aprovada, já está causando aumento de impostos.

Então, nessa primeira parte, é para concordar com a sua afirmação.

E, na segunda parte, quero discordar de uma afirmação sua que diz que a reforma veio para baixar os impostos. Não, não veio. Ela veio para aumentar os impostos. Este Governo não dá ponto sem nó; eles querem aumentar impostos. E é simples de entender: você pode até manter a alíquota; se você amplia a base, você arrecada mais. O Governo Federal vai poder cobrar o equivalente ao IPI, PIS e Cofins de todo mundo de que não cobrava, de todo mundo que não pagava. O setor de serviços não era base para o IPI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca foi. Passou a ser. "Ah, mas o IPI desapareceu." Ele desapareceu no nome, mas a alíquota da CBS é composta da alíquota do IPI, da alíquota do PIS e da alíquota do Cofins. Então, mudou de nome, mas passou a ser cobrada de todo o setor de serviços. Então, essa reforma eu disse o tempo todo que era muito ruim. É muito ruim. Não sei o que a Câmara vai fazer, se vai fatiar ou não vai, mas, mesmo uma fatia de uma coisa ruim é melhor do que a coisa ruim inteira, não é? Mas não deixa de ser ruim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Então, eu tenho minhas dúvidas cruéis a respeito dessa reforma. Continuo com elas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu tenho que dar razão para V. Exa., que sempre disse aqui que ia aumentar imposto. E nós estamos vendo aí: antes de aprovar, já está essa farra do aumento de imposto.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só quero fazer coro às colocações do nosso contador-geral do Senado, o Senador Izalci Lucas – contador-geral da República –, às suas palavras e às do Senador Oriovisto, para dizer o seguinte: eu já conheci *habeas corpus* preventivo, mandado de segurança preventivo, agora aumento de imposto preventivo? Numa competição... Preste atenção! "Olha, aumenta o mais cedo possível para a tua média melhorar."

E queria cumprimentar, fazer um registro aqui para cumprimentar o nosso ex-colega de Senador, Governador de Santa Catarina, que até agora resistiu, ou seja, ainda não deu esse passo – e espero que não dê. Mas, realmente, é uma regra de jogo perversa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina será prejudicada, para todo o sempre, por causa da média mais baixa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. É uma regra perversa e que perverte até as melhores cabeças.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Os bons serão punidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, ou seja...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu acho que Brasília foi campeã: 20% – passou para 20%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é uma competição, para o mal, para não ser prejudicado. Isso é uma coisa realmente muito complicada para um país que sempre sofreu dificuldades permanentes de tentações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Nelsinho Trad é o Relator do Sr. Rodrigo Alves Teixeira para a Diretoria do Banco Central.

Eu gostaria de convidar V. Exa. e, da mesma forma, o Senador Oriovisto, que é o Relator do Sr. Paulo Picchetti, para conduzirem os nossos indicados até a mesa. (*Pausa.*)

Senador Izalci, esta Presidência, o Presidente vai ter que se retirar por uns 15, 20 minutos, e pediria a V. Exa. para conduzir os trabalhos aqui, assumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor RODRIGO ALVES TEIXEIRA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Maurício Costa de Moura em 31 de dezembro de 2023.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas, peço licença para ir direto ao currículo do indicado para agilizarmos a sabatina.

Concede, Sr. Presidente? Presidente Izalci, concede, para eu ir direto à leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim. Com certeza, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Primeiramente, sejam bem-vindos, Dr. Paulo, Dr. Rodrigo, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesse aspecto, a mensagem presidencial traz o currículo do Sr. Rodrigo Alves Teixeira, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

O indicado graduou-se em Economia, em 1999, pela Universidade de São Paulo (USP), onde obteve os títulos de Mestre e Doutor na mesma disciplina, respectivamente, em 2003 e 2008. No campo acadêmico, foi Professor da USP e leciona no Departamento de Economia da PUC de São Paulo e na Faap, também em São Paulo.

Em 2002, ingressou na carreira de analista do Banco Central do Brasil.

De 2011 a 2012, foi Diretor Adjunto de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e assessor econômico do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

De 2013 a 2015, foi Chefe de Gabinete e Vice-Secretário da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo; membro do Conselho Fiscal da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, e do Conselho Fiscal da companhia SP Negócios; foi, ainda, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo.

De 2015 a 2016, foi assessor na Secretaria de Orçamento Federal e na Casa Civil da Presidência da República; bem como membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Alagoas, pertencente ao grupo Eletrobras.

A partir do corrente ano, voltou para a Casa Civil da Presidência da República, para exercer o cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Análise Governamental. Além disso, é membro do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), do Grupo Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex-Brasil).

A mensagem contém, conforme a alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, declaração do indicado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... em que afirma ter um irmão atualmente exercendo atividade vinculada à sua atividade profissional, como funcionário do Banco do Brasil, na condição de agente comercial.

No mais, o indicado declarou, ainda, que é sócio da empresa RT e JP Cursos e Treinamentos; e apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Por fim, declarou que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos ou tribunais, nem em cargos de direção de agências reguladoras.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o alto nível de qualificação profissional do indicado, a sua larga experiência em cargos públicos, além de sua sólida formação acadêmica, com a devida capacitação em assuntos econômico-financeiros.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Rodrigo Alves Teixeira para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Nelsinho.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Alves Teixeira, indicado para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Angelo Coronel, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Relator da mensagem que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Sr. Senador que também está aqui agora assumindo a mesa, os trabalhos da mesa; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores; senhoras e senhores, é com grande satisfação que compareço a esta Comissão para a arguição pública, na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela honra concedida ao indicar meu nome à apreciação desta Casa, bem como ao Ministro Fernando Haddad e ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pela confiança em mim depositada.

Gostaria de, neste espaço de tempo, falar brevemente sobre a minha trajetória, para, então, tratar do que considero serem os principais desafios do Banco Central no presente momento.

Nasci e cresci em Birigui, uma pequena cidade do interior de São Paulo. Apesar de paulista, sou filho de pais nordestinos, sendo meu pai baiano de Caetité e minha mãe alagoana de Água Branca. Ambos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

migraram com suas famílias ainda crianças, na década de 50 do século passado, buscando melhores condições de vida no oeste paulista.

Deixo aqui meu agradecimento aos meus pais, Sr. Antônio e D. Maria da Conceição, de famílias pobres e muito simples, não tiveram oportunidade de cursar o ensino superior, mas, com muita dedicação e sacrifício, garantiram educação e uma vida melhor para seus quatro filhos.

Estudei minha vida toda, do ensino fundamental à universidade, em instituições públicas. Aproveito esta oportunidade também para agradecer aos meus professores, entre eles o meu colega e ex-professor Paulo Picchetti, um dos indicados desta oitiva de hoje, desta reunião, aqui presente, e também aos demais profissionais de educação, servidores públicos, que se dedicaram, apesar das condições nem sempre ideais, a dar o máximo de si pela educação pública brasileira.

Decidi estudar economia quando, em 1994, aos 15 anos de idade, acompanhando o lançamento do Plano Real, passei a me interessar pelos temas econômicos. Tive contato com um livro do meu irmão mais velho, que então cursava administração de empresas, sobre a economia brasileira. Nesse livro, eu li sobre o problema da inflação alta e os diversos planos econômicos adotados para combatê-la desde o Plano Cruzado.

Esse despertar para os temas econômicos e para um campo de estudo que juntava a matemática, de que sempre gostei, com ciências humanas, me levou a prestar vestibular no ano seguinte, 1995, para disputar uma vaga no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, instituição da qual tomei conhecimento ao ver, nos jornais de domingo, que meu irmão mais velho comprava na banca, artigos assinados por alguns professores da USP, dos quais eu me tornaria aluno pouco tempo depois.

Na universidade, eu me engajei desde cedo nas atividades de pesquisa e me encantei pela carreira acadêmica. Ingressei no mestrado, iniciei minha carreira docente aos 21 anos de idade, tendo ingressado na sequência no doutorado.

A chegada de meus filhos me levou à necessidade de ter uma estabilidade financeira, o que não era possibilitado pelas bolsas de pós-graduação. Decidi então prestar o concurso do Banco Central, no qual ingressei em 2002, passando a ter uma carreira dupla como servidor público e como professor.

Completei, neste ano de 2023, 21 anos na carreira de analista do Banco Central, na qual tive oportunidade de acompanhar na prática o funcionamento da economia para além dos livros de teoria econômica. Ao longo destas mais de duas décadas, também tive a oportunidade de ocupar diversos cargos públicos fora do Banco Central, como servidor cedido, quando adquiri uma rica experiência tanto na esfera federal como na municipal.

Fui indicado, neste momento, para a diretoria do Banco Central como representante dos servidores de carreira, o que considero um reconhecimento não apenas pessoal, mas a todos os servidores da casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito o espaço para destacar a necessidade de valorizar as carreiras do Banco Central. Há uma forte insatisfação atual dos servidores com as disparidades com as carreiras congêneres e a falta de concursos, em contraste com as responsabilidades crescentes e a excelência e capacidade técnica dos servidores da casa, o que tem resultado numa fuga de pessoal qualificado para o mercado privado e outras carreiras financeiramente mais atrativas do setor público. É fundamental a valorização dos servidores do Banco Central para que a instituição siga entregando para a sociedade os serviços de qualidade que contribuem para a estabilidade econômica e financeira, e o desenvolvimento nacional.

Passo a falar agora do que considero como sendo os principais avanços recentes e desafios do Banco Central.

A Lei Complementar 179 trouxe autonomia operacional, com os mandatos fixos para o Banco Central. Este ano estão ocorrendo as primeiras trocas de diretoria nessa nova sistemática. A autonomia não retirou o compromisso com a sociedade e com a democracia, o que começa pela escolha de seus dirigentes, que são indicados pelo Presidente da República e passam pela aprovação do Senado Federal. Ou seja, passam pelo crivo dessas importantíssimas instituições da democracia brasileira.

Ainda que os mandatos de diretores não coincidam com aquele do Governo eleito, a autonomia do Banco Central não afasta a possibilidade de um diálogo democrático entre ambos para que se possa ter uma coordenação entre as políticas monetária e fiscal, uma vez que existem importantes interações entre ambas. A política fiscal tem impactos na inflação e a política monetária tem impactos sobre o serviço da dívida pública e a sua evolução, para ficar apenas nessas duas relações mais evidentes. O diálogo frequente entre o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é uma demonstração de que toda a sociedade pode ganhar com essa coordenação.

A elaboração do novo marco fiscal, consolidada na Lei Complementar 200, de 2023, foi mais um passo nesse sentido, ao contribuir para o equilíbrio fiscal e para a sustentabilidade da dívida pública, auxiliando na esperada redução da taxa de juros por parte da autoridade monetária. Tive a honra de participar das discussões que ajudaram a construir o novo marco fiscal como responsável pelos temas econômicos na Casa Civil da Presidência da República, na posição de Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG), que é a área técnica responsável pela análise de mérito dos atos normativos encaminhados ao Presidente da República.

O Banco Central tem entre suas missões a de zelar por um sistema financeiro sólido e eficiente, auxiliando no desenvolvimento do crédito, dos serviços financeiros e do financiamento da atividade produtiva. Alguns exemplos recentes que tornaram o Banco Central mais conhecido pelo grande público foram o desenvolvimento do Pix e o projeto em andamento do real digital, que trazem mais agilidade e segurança nas transações bem como a redução do custo com impressão e distribuição de papel moeda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar ainda a agenda de cidadania financeira, desenvolvida pelo Banco Central nos últimos anos, por meio das ações que visam a inclusão e a educação financeira, bem como pela proteção ao consumidor de produtos e serviços financeiros. Tais ações trazem avanços importantes ao contribuir para o melhor planejamento financeiro das famílias, para resiliência financeira diante de choques na renda familiar e para a redução na inadimplência, contribuindo para a redução das taxas de juros.

Além do Programa Desenrola, aprovado recentemente, além de possibilitar a renegociação das dívidas e promover a inclusão financeira com a volta do acesso ao crédito por milhões de cidadãos brasileiros, também incluiu a obrigatoriedade de as instituições financeiras implementarem programas de educação financeira junto aos seus clientes, sob regulamentação a ser apresentada pelo Banco Central e em linha com as iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas pela autoridade monetária nesse campo. Essa agenda da cidadania financeira deve ser estimulada e fortalecida em particular com o avanço da digitalização, que tem trazido novos produtos e serviços financeiros, mudanças nas estruturas de mercado e nas relações dos cidadãos com as instituições financeiras e em um contexto em que predominam ainda enormes desigualdades em termos de educação e inclusão financeira e digital.

O Banco Central tem uma outra missão importantíssima, que é o seu objetivo fundamental, dado pelo art. 1º da Lei Complementar 179, de 2021, que é assegurar a estabilidade de preços, ou seja, o controle da inflação, que prejudica especialmente os mais pobres. Sem prejuízo desse objetivo fundamental, no parágrafo único do mesmo artigo da lei, o legislador também conferiu ao BC o objetivo de buscar o pleno emprego e a suavização das flutuações da atividade econômica, uma vez que o desemprego também flagela especialmente os mais pobres, que não dispõem de outra forma de sobreviver que não vendendo a sua mão de obra no mercado de trabalho.

A redução dos juros e as diversas medidas de fornecimento de liquidez adotadas contra a retração da atividade durante a pandemia são um bom exemplo da importantíssima atuação da atividade monetária na busca da defesa do nível de emprego durante as crises econômicas. O acúmulo e a manutenção de um elevado nível de reservas internacionais nos últimos 15 anos, ao servir como um seguro contra as crises do sistema financeiro internacional, também caminha nessa mesma direção.

Para cumprir esses objetivos, o Banco Central se baseia nos conhecimentos desenvolvidos no âmbito da teoria econômica. Essa, entretanto, é uma ciência humana, que está sujeita a erros, seja pelas falhas na compreensão dos fenômenos e suas conexões internas, seja pelas especificidades da economia brasileira com relação aos países onde as teorias econômicas foram criadas, seja ainda pela realidade social em constante transformação, que pode tornar obsoletos os conhecimentos teóricos até então vigentes.

Essa limitação de uma ciência eminentemente humana, sujeita a diferentes visões e pontos de vista, leva, naturalmente, a debates, sobre a melhor condução da política econômica em geral e da política monetária em particular, levando as decisões do Banco Central a frequentes críticas de diversos atores sociais. Tais críticas são naturais e são bem-vindas em uma democracia, já que a autonomia do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central também não quer dizer que a autoridade monetária esteja acima da crítica. Ao contrário, isso aumenta a responsabilidade da instituição, que precisa prestar contas de sua atuação à sociedade e ao Poder Legislativo, como representante do povo brasileiro.

Por isso, a autoridade monetária deve estar atenta aos desenvolvimentos na fronteira do conhecimento, na ciência econômica, abrindo espaço para atualização e aprimoramento de sua atuação. É o que diversos e respeitados economistas, como Olivier Blanchard, Paul Romer e Joseph Stiglitz, têm defendido, especialmente desde a crise financeira internacional de 2008, que trouxe desafios e questões ao conhecimento, que se julgava, até então, plenamente estabelecido no campo da teoria e da política macroeconômica.

É fundamental que o Banco Central esteja atualizado quanto ao debate macroeconômico e aberto a uma saudável análise crítica das teorias e instrumentos que embasam a sua atuação. Entretanto, é preciso cautela. Mudanças no campo da política macroeconômica, em especial na política monetária, devem ser feitas com serenidade e transparência, com embasamento técnico e fazendo uso de uma comunicação eficaz com a sociedade, sem os solavancos e aventuras que caracterizaram alguns episódios ruins da história econômica brasileira, quando se buscou promover o crescimento ao custo da elevação descontrolada da inflação e do endividamento público, trazendo desequilíbrios e prejudicando a sustentabilidade desse crescimento.

A estabilidade macroeconômica, bem como um sistema financeiro que permita um direcionamento de recursos com volume, prazos e taxas de juros adequadas para financiar a atividade produtiva são fundamentais para garantir um ambiente favorável aos investimentos, permitindo a retomada do desenvolvimento econômico e social sustentável e garantindo o objetivo último, que é a melhoria de vida das condições do povo brasileiro. Esse é o objetivo fundamental ao qual desejo seguir me dedicando, como tenho feito, nos últimos 20 anos, como servidor público e professor, caso me seja concedida a honra, por parte dos membros desta nobre Casa, de ocupar o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu vou deixar para fazer a sabatina em conjunto. Vou pedir a leitura do item 3 já, e depois a gente abre o painel para a votação.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor PAULO PICCHETTI, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Fernanda Magalhães Rumenos Guardado em 31 de dezembro de 2023.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pronto para deliberação.

Eu passo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, para a leitura do seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou pedir licença para começar na parte mais específica, deixando de lado a introdução, que é puramente burocrática.

Assim, economizamos tempo.

A Lei Complementar 179, de 2021, dispõe que os membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros idôneos, de reputação ilibada e de notória capacidade em assuntos econômicos e financeiros ou com comprovados conhecimentos que os qualifiquem para a função. Nesse aspecto, a mensagem presidencial traz, como anexo, o currículo do Sr. Paulo Picchetti, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

O indicado tem sólida formação acadêmica em Economia, com graduação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, concluída em 1983; mestrado pela Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1991; e título de PhD em Economia pela *University of Illinois at Urbana-Champaign*, obtido em 1995.

No campo acadêmico, foi Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia da USP, de 1997 a 1999, e leciona, desde 2006, na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O indicado é autor de artigos científicos publicados em periódicos no Brasil e no exterior, bem como de capítulos de livro e trabalhos apresentados em conferências sobre temas diversos na área econômica.

Foi pesquisador na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), de 2001 a 2005, e é pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, desde 2006. No Ibre, exerce a função de Coordenador de Índices de Preços ao Consumidor e Índices de Preços do Mercado Imobiliário. Também é membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos no Brasil (Codace).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado também atuou como Consultor de Pesquisa Econômica e Elaboração de Estatísticas, incluindo projetos para a Fiesp, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A mensagem contém, conforme a alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf, declaração do indicado em que afirma não ter parentes que exercem ou exerceram atividades próprias à área de atuação do indicado.

No mais, o indicado declarou, ainda, que foi sócio da empresa Spectrum Consultoria e Pesquisa Econômica, de 01/07/1996 a 03/11/2023; apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; e, por fim, declarou que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos ou tribunais nem em cargos de direção de agências reguladoras.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o alto nível de qualificação profissional do indicado, a sua larga experiência de trabalho na área econômica, além de sua sólida formação acadêmica, com a devida capacitação em assuntos econômico-financeiros.

Eu quero, antes de terminar a leitura, Sr. Presidente, acrescentar, de maneira até informal, que tive a satisfação de uma conversa pessoal com o Prof. Paulo Picchetti, assim como também com o Rodrigo, e a minha impressão foi a melhor possível, porque, às vezes, em economia, não basta ter todos os cursos e todos os PhDs da vida. O bom senso fala muito alto, no meu entender – para nós, que já estamos de cabelo branco. Eu tive a oportunidade de perguntar a ele, individualmente, as suas principais ideias sobre macroeconomia, e a nossa conversa me impressionou muito bem. Todos que me conhecem sabem que eu sou um homem que gosta de matemática, de lógica, não é? De dois e dois são quatro, então, que a gente não possa gastar mais do que aquilo que tem. São verdades que não são muito discutíveis, nem em economia – ninguém pode gastar mais do que ganha eternamente, uma hora a casa cai.

E, nesse sentido, a minha impressão foi excelente, de forma que, tanto pelo currículo, que é realmente brilhante, como pela minha impressão inicial, eu acho que esta Comissão fica dessa forma em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Picchetti para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Eu concedo a palavra, então, ao Sr. Paulo Picchetti, indicado para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. PAULO PICCHETTI (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da CAE; Exmo. Sr. Senador Angelo Coronel, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Oriovisto Guimarães, Relator da minha indicação à Diretoria do Banco Central, eu começo dizendo da minha enorme satisfação de estar aqui, hoje, de ter essa oportunidade, e, nesse sentido, agradeço a confiança tanto do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quanto do Exmo. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e também do Exmo. Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto.

Então, eu vou ser objetivo. Como o meu Senador, que foi extremamente benéfico em relatar o meu currículo, eu não vou me alongar repetindo aquilo, mas vou só contextualizar o que eu acho que é essa oportunidade que eu estou recebendo e como eu pretendo desempenhá-la, caso tenha a honra de ser confirmado nessa indicação.

Minha formação foi toda em Economia, graduação, mestrado e doutorado, e nesse processo, principalmente na pós-graduação, eu considero que eu contraí uma dívida com a sociedade brasileira, porque eu fui financiado com bolsas de estudos do CNPq e da Capes, inclusive com um programa de doutorado de quatro anos no exterior. E eu venho pagando essa dívida com muita satisfação há quase 30 anos, lecionando, formando novos economistas, em parte. Depois eu vou falar das minhas outras atividades, mas, em particular sobre essa, eu tenho uma enorme satisfação de ver ex-alunos em cargos hoje, por exemplo, como meus colegas de departamento, como assessores parlamentares. Eu encontrei alguns ex-alunos aqui nas conversas nesta Casa, e hoje eu tenho um ex-aluno aqui sendo indicado junto comigo também para um cargo importantíssimo para a República, de Diretoria do Banco Central.

Então, realmente isso me deixa muito feliz, e eu acredito que eu possa continuar pagando essa dívida com a sociedade brasileira, aplicando os meus conhecimentos para essa atividade fundamental do Banco Central do Brasil, em garantir a saúde do sistema financeiro nacional, em garantir a estabilidade da moeda, e fazendo tudo isso com critérios técnicos que possibilitem não só equilíbrio macroeconômico, mas também olhar para a população do Brasil como um todo, que merece o que de melhor os gestores públicos devem oferecer para ela para resolver problemas que a gente conhece, de desigualdade, de pobreza.

E, nesse sentido, além da minha atividade acadêmica, com publicação de artigos acadêmicos, como já foi relatado aqui, eu tenho uma atuação já, há 20 anos, na produção de estatísticas econômicas. Então, eu tenho a honra de aplicar também conhecimentos que eu tive na minha especialidade, que são métodos estatísticos aplicados à economia – a gente chama isso de econometria –, para a elaboração e análise de índices de preços, de indicadores de atividade econômica, de medidas de desigualdade econômica. E comecei fazendo isso na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, coordenando o índice de preços, que é um dos mais antigos do Brasil, e, mais recentemente, na Fundação Getulio Vargas.

Então, além de lecionar na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, eu venho atuando no Instituto Brasileiro de Economia, em que, além de produzir estatísticas fundamentais para o país – sempre gosto de lembrar: no Instituto Brasileiro de Economia, começou a se calcular o PIB brasileiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de o IBGE assumir essa tarefa –, depois que nós deixamos de calcular o PIB, vários outros indicadores passaram a ser calculados, criados, analisados, e aí tem sondagens de atividade econômica, sondagens de empresários, sondagens de expectativas do consumidor, outros índices de preços, de mercado imobiliário, como o Senador Oriovisto lembrou aqui no seu relato.

Nesse processo todo, eu tive o enorme prazer também de, por várias ocasiões, interagir com o Banco Central do Brasil. Existe uma cooperação muito grande, dada a própria natureza da Fundação Getulio Vargas, que nasceu para ajudar na administração pública e na criação de estatísticas de interesse da população, então, eu já tive oportunidades de coautorar artigos com funcionários da área técnica do Banco Central, de receber funcionários do Banco Central na Fundação Getulio Vargas para esclarecer aspectos metodológicos de indicadores que são usados frequentemente na avaliação do cenário macroeconômico feito pelo Banco Central, como pode ser visto na leitura das atas e dos relatórios de inflação. Então, aquela sopa de letrinhas que a gente tem na economia brasileira de índices, se a gente olhar ali no relatório de inflação e nas atas do Comitê de Política Monetária, a gente vai encontrar vários índices produzidos pela Fundação Getulio Vargas.

E eu vejo isso agora como uma oportunidade muito grande, de novo, de contribuir com esse conhecimento que eu tenho, agora, dentro do Banco Central, com o conhecimento do que a gente chama de "da cozinha das estatísticas econômicas" e da análise das estatísticas econômicas. E, se eu tiver a honra de ser aprovado por esta Comissão, mais uma vez, eu vou ter, além de tudo, a satisfação de continuar pagando o que eu considero uma dívida com a sociedade brasileira, que financiou meus estudos no passado.

Então, muito obrigado a todos.

Eu me coloco à disposição agora, na sabatina, para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, obrigado.

Eu já peço à Secretaria da Comissão que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida em ordem de inscrição.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, facultada réplica e a tréplica por três minutos.

Pergunto ao Senador Nelsinho Trad e ao Senador Oriovisto se querem usar da palavra. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, se eu posso inaugurar as perguntas, eu faria uma primeira pergunta para os dois, porque os dois estão indo para o Banco Central.

Eu acho que seria um bom momento, Prof. Paulo Picchetti e Rodrigo, de vocês pagarem um pouco a dívida aqui conosco, com os Senadores. Nós queremos uma pequena aula, curta, aula simples, no tempo regulamentar, mas que os senhores discorressem sobre a relação que existe entre déficit primário, déficit nominal, equilíbrio fiscal, inflação e taxa de juro.

Claro que eu sei que com isso dá para escrever uma coleção de livros, mas eu peço que vocês falem apenas sobre a essência dessa relação entre esses elementos que eu citei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu vou passar para mais alguns Senadores inscritos e depois, então, a gente passa para os nossos interpelados aqui.

Antes de passar para a Senadora Damares, que é a primeira inscrita, eu só quero ressalvar aqui, primeiro, a minha admiração pelos servidores do Banco Central.

Eu tive o privilégio, ainda como contador, na criação do Sinal lá, que é o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central... São profissionais de alto nível, mas que hoje passam por um momento difícil de recursos humanos. Estão perdendo muitos profissionais de alto nível para outras categorias e outras instituições.

Gostaria até depois que os nossos convidados aqui, os interpelados, pudessem falar um pouco sobre essa questão também relacionada aos recursos humanos do Banco Central, porque nós temos lá ainda umas demandas de transformação do concurso de técnico para nível superior, como a maioria das instituições já fizeram, a reestruturação também da carreira de Estado, a questão também da produtividade, que são bandeiras já de muito tempo dos servidores do Banco Central.

Como a gente aprovou aqui a autonomia do Banco Central, a gente precisa também discutir na sequência a autonomia orçamentária e financeira, porque autonomia sem orçamento e finanças, a gente não é...

Quero parabenizar realmente o Banco Central pela... Está aí o Pix e o Drex, e eu tenho certeza de que esses profissionais merecem todo o nosso carinho e nossa atenção.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Roberto, Sr. Paulo, claro que a gente, antes de chegar aqui, pesquisa, corre atrás do currículo dos dois, e eu preciso cumprimentar os dois pelo belo currículo. Estar sentado aí já é uma vitória, ter sido indicado já é uma vitória.

Com certeza, vocês vão passar, pelo que eu estou ouvindo aqui.

Vou desejar que Deus os abençoe na condução do trabalho dos senhores e dizer que os senhores vão ter a honra de trabalhar com o melhor Presidente do Banco Central do mundo, eleito duas vezes, nosso Presidente Roberto. A gente precisa reconhecer que nós temos um grande homem na liderança do Banco Central.

A gente tem preocupação, e a minha preocupação é muito com o pessoal, os servidores, a valorização desses servidores. O Senador Izalci já começou falando sobre isso.

O Ministro Paulo Guedes e o Presidente Roberto tinham criado um programa de valorização de todos eles, da carreira. A pergunta é: os senhores chegando lá, o que os senhores farão por esses valorosos servidores do Banco Central? Os senhores conduzirão algum plano, algum programa, algum projeto de valorização dos servidores do Banco Central? Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Oriovisto, pode votar primeiro. Pode votar, está aberto o painel. Ah, você vota agora, tá.

O.k., Senadora Damares.

A próxima inscrita aqui é a nossa Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores indicados, Srs. Senadores e Sra. Senadora Damares...

Dr. Rodrigo, o senhor é o segundo sabatinado que agradece aos professores que o formaram até aqui – eu sou professora –, só que dessa vez tem um componente muito simbólico: o senhor agradece a um professor que está sentado na mesma cadeira em que o senhor está, na mesma sabatina, para indicação de um mesmo cargo. Eu tenho certeza de que Dr. Paulo se sente como qualquer professor se sente quando vê um aluno ter sucesso, ter posição, aplicar seus ensinamentos. Não tem coisa melhor que a gente encontrar um ex-aluno realizado, cidadão, eu acho que isso para nós, professores, é muito bom. Imagino que o senhor também esteja sentindo essa emoção de ter feito a sua missão com eficiência e ter produzido um igual. Isso é o que a gente quer, não é? Alguém que compartilhe conosco os conhecimentos e a construção da sociedade.

Parabenizo os dois relatórios também, estão muito focados nos currículos. Em todos os dois e também na fala inicial dos dois indicados, há um componente que me leva a fazer a pergunta que eu vou fazer. É o componente de trazer a economia para o âmbito dos direitos. Economia não é só economês,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia não é só taxa de juros, economia não é só inflação. Tudo isso é economia, mas a gente precisa dar à economia um valor prático que modifique e interfira na melhoria da qualidade de vida das pessoas. E para mim, nesse momento, o que mais está impactando positivamente na vida das pessoas, sobretudo aquelas que mais precisam de políticas públicas, é a diminuição do preço da cesta básica.

A cesta básica, segundo dados do Dieese, cai em 16 capitais, os seus produtos. E o item da reforma tributária que trata disto ainda não foi aprovado. Isso traz um impacto na nutrição, na alimentação, na qualidade de vida, no poder de compra. E também isso não se deu por acaso, ou não se dá por acaso. Como é que a gente pode responder àqueles que nos perguntam ou que dizem que isso é obra do destino, é uma varinha mágica que bate ali, que bate acolá? E aqui a gente sabe que não é. São medidas que são tomadas.

Então, quais são as medidas que os senhores acham que contribuíram para essa queda? E essas medidas têm condições de continuarem vigentes e, mais que isso, aumentando ainda mais a sua abrangência?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, passo, então, a palavra ao Rodrigo Teixeira para a resposta e considerações finais.

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Bom, começando pela questão do Senador Oriovisto, é um tema muito importante a relação entre a política monetária e a fiscal. A pergunta do Senador vai nesta direção, ou seja, a relação entre o déficit primário nominal, a inflação e as taxas de juros. Eu queria dizer que esse é um tema de que eu gosto muito de estudar, inclusive é objeto de um curso de pós-doutorado que eu estou fazendo na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo, que está em andamento ainda. E o meu tema é exatamente o estudo dessas relações entre a política monetária e a política fiscal, ou seja, entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Então, o que dá para a gente dizer é o seguinte, de uma forma bem direta, sobre as relações mais simples e mais diretas que existem entre a política fiscal e a política monetária – até mencionei isso no meu discurso inicial –: é que o déficit público impulsiona a demanda agregada da economia. Então, a política fiscal pode ser utilizada, por exemplo, em momentos de crise econômica, como foi na pandemia, não é? Todos os países, no mundo inteiro, utilizaram a política fiscal expansionista como uma forma de impedir uma queda mais brusca ainda da atividade econômica. Mas é claro que você não pode usar a política fiscal para estimular a economia em todos os momentos, o ideal é que ela seja utilizada em momentos de recessão, de retração econômica. Se você utilizar a política fiscal expansionista também em momentos de expansão econômica, isso acaba tendo efeitos inflacionários. E esses efeitos inflacionários vão acabar, então, levando a uma resposta de política monetária, que vai ser o aumento da taxa de juros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa relação que o Senador pediu para explicar, a relação mais direta, é exatamente essa questão de que a política fiscal expansionista pode aumentar a demanda agregada. Aumentando a demanda, ou seja, aumentando o lado da demanda da economia sem o correspondente aumento pelo lado da oferta, vão se pressionar os preços. E, com isso, a autoridade monetária precisa, dentro do seu mandato de combater a inflação, elevar a taxa de juros da economia.

Com relação às perguntas do Senador Izalci e da Senadora Damares a respeito da valorização dos servidores do Banco Central, nas conversas que eu tive tanto com o Presidente Roberto Campos como também com o Ministro Haddad, quando me convidaram para fazer a minha indicação, eles foram bastante enfáticos em dizer que queriam que eu tivesse um papel importante nesse processo de valorização dos servidores e de reestruturação das carreiras do Banco Central. Até por ser um servidor de carreira, conheço bem os problemas ali das carreiras do Banco Central, estou lá no Banco Central já há 21 anos. Eu já dei a eles a minha palavra de que vou me empenhar pessoalmente, caso tenha a honra de ser indicado aqui por esta Casa, nas demandas dos servidores, que são totalmente legítimas, não é? Como eu falei na minha exposição inicial, a carreira do Banco Central hoje está com desigualdades, com carreiras congêneres que já vêm de alguns anos, o quadro funcional se reduzindo e, ao mesmo tempo, as tarefas e as responsabilidades aumentando cada vez mais.

Então isso vai se tornar insustentável ao longo do tempo. Precisamos dar uma solução urgente para essa questão dos servidores, e eu me coloco... Pessoalmente vou me empenhar, caso seja confirmado aqui pelos Srs. Senadores, para conseguir a reestruturação da carreira e trazer a valorização dos servidores do Banco Central como uma bandeira importante da minha eventual gestão, caso seja aprovado.

Só um minutinho, Senador, desculpe. Eu me esqueci de falar agora da questão da Senadora Teresa Leitão.

Senadora, o Prof. Paulo Picchetti com certeza já está ali com a bola quicando para responder essa questão, porque ele tem todos os detalhes da questão do preço da cesta básica, etc. O que eu diria... Uma questão que eu posso dizer acho muito importante: esse ano, por exemplo, nós tivemos o maior Plano Safra da história, e com certeza o Plano Safra, o apoio à agricultura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA – ... o financiamento à agricultura brasileira é um dos instrumentos fundamentais para a gente conseguir manter baixo o preço dos alimentos. Então, esse com certeza é um fator muito importante e é uma política de extrema importância para conseguir manter, levar comida para o prato dos brasileiros a preços baixos. Então, é fundamental que a gente continue dando incentivo tanto ao agronegócio como também à agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) **–** Ótimo.

Passo também a palavra, agora, ao Dr. Paulo Picchetti, para fazer também as suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PICCHETTI (Para expor.) – Bom, respondendo à pergunta do Senador Oriovisto, a política monetária tem várias restrições, várias condicionantes, e uma das mais importantes é a situação fiscal do país. Nós já aprendemos, no Brasil, com experiências passadas, que não é possível ter uma política monetária que não preste atenção para desequilíbrios intertemporais do setor público no país.

A gente tem hoje um arcabouço fiscal que foi aprovado nesse Congresso e que tem um grande mérito de apontar uma trajetória de sustentabilidade da dívida. Essa trajetória garante que a política monetária possa cumprir o papel de estabilizar os preços com níveis de juros que sejam condizentes com um nível de atividade de garanta emprego para a população e que garanta desenvolvimento econômico. Então, a gente tem que preservar isso e ter em mente que justamente essas variáveis estão interligadas, e cabe ao Banco Central acompanhar a evolução do cenário fiscal para justamente implementar a política monetária adequada para garantir a estabilidade da moeda, que é o seu mandato fundamental.

Com relação à pergunta da Senadora Damares, Senadora, eu vejo na administração pública do Brasil três órgãos de competência inestimável e importantíssimos para o país. Além do Banco Central, a gente tem a Receita Federal e o Tesouro Nacional também. Os servidores desses três órgãos têm que ser valorizados continuamente, num programa de equidade entre as carreiras e de valorização inclusive da formação e das perspectivas de carreira deles. Eu tenho um compromisso, se tiver a honra de ser confirmado para essa posição, de fazer tudo que está ao meu alcance para justamente influenciar quem for responsável por garantir as condições para que essa valorização da carreira seja recuperada e o Banco Central continue a representar o papel de excelência e importância que ele tem na sociedade.

Professora, colega professora, Senadora, o que vem garantindo a queda da cesta básica, felizmente, como... Está vendo a importância de ter bons alunos? O Rodrigo já respondeu parte da pergunta. Realmente a gente tem, do lado da oferta, um ano excepcionalmente bom na produção agrícola do Brasil, mas o nível de preços em geral vem caindo. A gente está vivendo um processo desinflacionário, e isso é resultado das políticas econômicas que foram sendo adotadas nos últimos anos. Cabe a nós garantir a continuidade e o aprofundamento dessa convergência da inflação para as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para, em última análise, beneficiar a população como um todo e, em particular, a população carente no que lhe é mais necessário do ponto de vista básico, como alimentação, saúde e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Mais algum Senador quer se manifestar? (*Pausa.*)

V. Exa. pediu para falar, Senadora Dorinha? Não?

Bem, vamos aguardar um pouquinho. Tem Senadores se deslocando para votar. Daqui a pouco a gente faz o encerramento da votação.

Quem está vindo aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a Presidência para o Senador Wellington para que eu possa votar também. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Rodrigo e ao Sr. Paulo sobre a autonomia do Banco Central, sobre a importância da autonomia do Banco Central. Gostaria que vocês discorressem um pouco sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu já vou, então, aproveitar aqui e emendar mais uma pergunta, principalmente para o Prof. Paulo, mas fica aberta também ao Rodrigo.

V. Sa. falou agora dessa questão, principalmente, do agronegócio, envolvendo a questão da economia, não é? A gente sabe que o setor agropecuário, principalmente da área de fornecimento de insumos, dada essa... Porque isso é cíclico na área das *commodities* agrícolas: uma hora está lá em cima e, de repente, tem uma queda muito brusca. E os fornecedores de insumos, de modo geral, da agropecuária – fertilizantes, adubos, defensivos – passam por um momento muito difícil, com prejuízos muito grandes, exatamente porque estocaram, pela necessidade do pós-pandemia, da pandemia, porque, como não tinha estoque, todo mundo procurou estocar, e de repente veio a queda dos preços de forma muito brusca.

Não é função do Banco Central criar a política específica do setor – eu acho que cabe muito mais à política econômica do Governo –, mas eu gostaria que V. Sa. fizesse um comentário sobre isso. Qual é o papel do Banco Central? Em que o Banco Central pode interferir numa questão que é fundamental para a área que, digamos, economicamente, vinha respondendo favoravelmente para o Brasil?

Nós sabemos que há uma preocupação, inclusive, da desindustrialização e de outros setores no Brasil. Então, nessa política macroeconômica, o que V. Sa. pode fazer de comentário, principalmente para este Brasil rural, que hoje sustenta a economia brasileira, tanto na exportação positiva da balança comercial e também, como o senhor disse, no fornecimento de alimento farto e a preço acessível para a população?

O SR. PAULO PICCHETTI (Para expor.) – Eu vou responder na ordem, começando pela pergunta da Senadora.

A importância da autonomia do Banco Central, para mim, é dada em duas dimensões complementares e igualmente relevantes. A primeira é que foi uma escolha democrática; ela foi votada aqui e, portanto, deve ser respeitada como todas as decisões democráticas. A segunda é que, além disso, ela cumpre um papel importante na eficiência do funcionamento do Banco Central. Existem evidências, tanto na literatura teórica quanto na experiência internacional, de que bancos centrais independentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenham a sua função básica de controle de inflação e de controle de saúde do sistema financeiro de forma superior.

Então, eu tenho, primeiro, um apreço pessoal pela questão da independência e pretendo, justamente, manter isso. De que forma? Fazendo valer essa independência, do ponto de vista do desempenho que é entregado. Então, um Banco Central independente não é um Banco Central que não dialoga, não é um Banco Central que não presta contas; pelo contrário, é um Banco Central que tem liberdade para tomar decisões puramente técnicas, independentemente de questões políticas externas, mas tomando, justamente, essas decisões de forma a honrar essa concessão de autonomia e entregando os melhores resultados possíveis para o país.

Em relação à pergunta sobre a questão do agro, que é, sem dúvida, fundamental, é um setor de importância crescente para o país, eu diria que o que o Banco Central pode fazer, apesar de o Senador ter lembrado que ele não pode fazer políticas específicas para isso, é, justamente, garantir que o sistema financeiro possua instrumentos de proteção para perdas inesperadas que são características desse setor. Então, instrumentos de *hedge*, de seguros e assim por diante existem e devem ser aprofundados e utilizados para, justamente, garantir o fornecimento contínuo e o desenvolvimento do setor da melhor forma, sem impactar a saúde financeira das empresas e do país como um todo. (*Pausa.*)

Peço à Secretaria da Comissão que abra o painel de votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que seja feita a apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Rodrigo: 22 votos SIM; e 1 voto NÃO.

Paulo Picchetti: 20 votos SIM; 1 voto NÃO. E uma abstenção.

A Comissão aprova o nome do Sr. Paulo Picchetti para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

E a Comissão aprova também o nome do Sr. Rodrigo Alves Teixeira para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. (*Pausa.*)

Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 2.331 de 2022, que é terminativo.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 2331, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 1994, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Não tendo sido oferecido emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Risf.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Extrapauta, Projeto de Lei 2.838, de 2020, terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2838, DE 2020

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Viana

O relatório é pela aprovação da matéria, nos termos de Emenda 1-CCT, substitutivo, com uma submenda que apresenta.

A matéria foi apreciada na CCT, com parecer favorável ao projeto, nos termos Emenda 1-CCT, substitutivo.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares, que já tinha feito a leitura e fará agora a modificação.

A leitura do seu relatório *ad hoc*, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, permita-me ir direto à análise.

A competência regimental para que a CAE opine, em decisão terminativa, sobre a matéria advém da interpretação combinada dos arts. 91, inciso I; e 99, incisos I e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

Os incentivos fiscais concedidos são efetivos em aumentar o investimento em P&D e a inovação pelas pessoas jurídicas.

Vamos fazer um resumo, Presidente, conforme nós lemos na semana passada?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O percentual de 6,8% foi estabelecido para incentivar o investimento em FIP e fundos patrimoniais de inovação e, simultaneamente, estabelecer um limite baixo para a dedução desses investimentos. O objetivo é não permitir que a empresa invista todos os seus dispêndios em atividades de P&D em FIP e fundos patrimoniais, pois isso poderia, em alguns casos, causar um desvirtuamento propósito da Lei do Bem de estimular a inovação dentro das empresas – o objetivo é que esses investimentos na estratégia de inovação aberta sejam complementares, e não substitutos aos investimentos em inovação no interior da empresa.

Já os §4º e o §5º estabelecem que a responsabilização por eventual descumprimento de qualquer obrigação é do gestor do fundo patrimonial ou FIP. A partir da nova redação ao art. 21 da Lei do Bem proposta pelo PL nº 2.838, de 2020...

Com as mudanças acima propostas, fortalecemos a Lei do Bem, dando-lhe mais segurança jurídica, reduzindo sua burocracia e fortalecendo a capacidade do MCTI de analisar os projetos de forma célere e transparente.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e pela boa técnica legislativa do PLS nº 2.838, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia, com a subemenda que apresenta e que já está publicada.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Damares.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2245, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O relatório vem da Câmara, como disse V. Exa., de autoria inicial da Deputada Erika Hilton, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências.

Com sua autorização, eu vou direto também à análise.

Preliminarmente, cabe indicar as balizas regimentais referentes às competências das comissões permanentes do Senado Federal. Conforme já salientado, após deliberação da CAE, o PL nº 2.245, de 2023, seguirá para apreciação da CDH e da CCJ, antes de ser submetido ao Plenário do Senado Federal.

A análise nesta Comissão deve, portanto, ater-se às competências estabelecidas no art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, especialmente em seu inciso I. Nesse contexto, a apreciação da CAE sobre a proposição deve cingir-se aos aspectos econômico e financeiro do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temas relacionados à garantia dos direitos da população em situação de rua e à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa do projeto serão apreciados pelas comissões permanentes a quem o Regimento Interno atribui expressamente essas competências, ou seja, à CDH e à CCJ, respectivamente.

O Brasil conta com uma política nacional sobre o tema há mais de uma década. Essa política, no entanto, foi instituída apenas em norma infralegal: o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Os resultados dessa política, após dez anos de implementação, no entanto, foram insuficientes para dar uma solução adequada à questão.

De fato, trata-se de tema de alta complexidade, não só pela magnitude do desafio, mas também pela necessidade de atuação articulada entre os vários níveis federativos e com a sociedade civil organizada e pela diversidade de aspectos a serem considerados.

Por isso, entendemos que a efetividade das políticas voltadas às pessoas em situação de rua depende, necessariamente, da ampliação do diálogo e da interlocução do legislador com os diversos setores da sociedade civil brasileira envolvidos na questão, vocação natural e competência inafastável do Poder Legislativo.

O desafio tem, de fato, grandes proporções. Só na cidade de São Paulo, mais de 30 mil pessoas não possuem moradia, um aumento de 31% em relação ao período imediatamente anterior à pandemia de covid-19 e de 100% em relação ao ano de 2015. Ainda assim, o Ipea considera esses números subdimensionados, diante do elevado contingente que sequer é detectado em levantamentos oficiais.

Também contribui para a complexidade da questão a necessidade evidente de atuação articulada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Isso porque se, por um lado, a implementação da política pública voltada para a garantia da dignidade humana das pessoas em situação de rua é atribuição direta do município, com apoio do estado, por outro lado a União tem um importante papel, por exemplo na coordenação e harmonização da política e no financiamento das ações a serem adotadas.

Contribui também para a complexidade da questão o fato de que uma política nacional que promova os direitos humanos de pessoas em situação de rua abarca uma significativa variedade de temas. Políticas públicas que se pretendam efetivas nessa área precisam lidar com diferentes dimensões do problema: evitar que a pessoa entre em situação de rua, garantir seus direitos enquanto perdurar essa situação e contribuir para a saída da situação de rua. Lidar com cada uma dessas dimensões envolve medidas diversas, desde assistência social propriamente dita, até políticas habitacional e urbana, passando por segurança alimentar, saúde, inclusive mental, distribuição de renda, segurança pública e tantas outras.

Não bastassem o forte aumento do número de pessoas em situação de rua e o agravamento das condições em que esses brasileiros vivem, a questão torna-se ainda mais urgente diante de recente decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Judiciário. Em decisão adotada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, o Supremo Tribunal Federal apontou para a vergonhosa desatenção estrutural do Estado brasileiro para com essa população.

Portanto, em relação ao mérito, destacamos mais uma vez que o PL nº 2.245, de 2023, vindo da Câmara dos Deputados, busca instituir uma Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, com foco na geração de trabalho e renda, na qualificação profissional e na elevação da escolaridade desse segmento da sociedade.

Nesse contexto, entendemos que a proposição vem em boa hora preencher uma importante lacuna no ordenamento jurídico brasileiro. É fundamental e urgente envolver o Senado Federal e a Câmara dos Deputados em uma discussão mais aprofundada sobre políticas públicas que garantam os direitos humanos das pessoas em situação de rua ao trabalho, à renda, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade.

O exame de dispositivos acerca das competências constitucionais privativas do Presidente da República se insere nas competências regimentais da CCJ, que apreciará a matéria antes de ser submetida ao Plenário do Senado Federal.

Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, fazendo, sim, uma pequena alteração de redação no art. 36, que é a seguinte: "a regulamentação da operacionalização da Política Nacional de Trabalho para a População de Rua [em negrito], conforme disponibilidade orçamentária e financeira, que será definida em ato do Poder Executivo Federal, em articulação com o Ciamp [que é comitê], conforme disponibilidade orçamentária e financeira".

É, portanto, o adendo que se faz em relação ao art. 36.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bem, não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer uma ponderação.

Como nós aprovamos os dois integrantes do Banco Central, se não houver objeção de Senadoras e Senadores, vamos aprovar a urgência só para... É óbvio que não vai ser hoje, porque eu imagino que o Presidente Rodrigo não está na Casa. Ele, em geral, iria marca uma sessão para várias autoridades: temos os dois do Banco Central e vamos ter talvez os quatro do Cade.

Eu só estou pedindo a urgência, porque aí já ficaria pronto para ir ao Plenário. Se não houver... Até porque, na verdade, já feita a sabatina...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Como vota a Bancada Feminina? (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, outra coisa é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Votação então do requerimento do Senador Jaques Wagner com relação às indicações do Banco Central – regime de urgência.

Como votam as Senadoras e os Senadores? A maioria, Senadoras. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas a ações relacionadas à defesa agropecuária.

Autoria: Senadora Tereza Cristina

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - O relatório foi lido na reunião realizada em 11/7/2023.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o... Ah, o Senador Ciro não está aí... (*Pausa.*)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bem, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, só o registro...

Eu até conversei um pouco antes com a Senadora Tereza, já que o Relator não estava aqui. Eu não direi que há uma discordância de mérito com a questão, porque é óbvio que a defesa sanitária, se descontinuada, pode representar a entrada de uma praga, de uma doença, que, quando for retomar, aí vamos gastar muito mais.

Na verdade, quando a gente fez o arcabouço, nós botamos para não contingenciar nada, a menos que houvesse uma crise.

Eu comentei com a Senadora Tereza. Qual é o problema? Evidentemente, o nosso povo da educação, o nosso povo da saúde também dirá: "Então também não pode ter contingenciamento".

Então, só estou ressalvando essa posição porque não há oposição do Governo no mérito da questão. Todos nós identificamos o mérito. Eu só tenho que ver como é que eu vou tourear, porque, senão, vai entrar uma fila de "não pode nada". Então... Porque, se tiver, e você proteger uma área, é óbvio que não poderá ser linear o contingenciamento. Então, se eu salvo quatro, cinco, seis áreas, as que sobrarem terão um contingenciamento muito mais forte. Mas, como a matéria...

A matéria é terminativa aqui? Não...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não. Essa que foi... Foi ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem. Para mim, tudo bem. Fica por conta do nosso caderninho de...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Vai abrir ainda para emendas de Plenário. O prazo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Só dizendo aqui... Eu sei, eu sou contra contingenciamento. Eu acho que já tem muitas... Sou contra despesas obrigatórias. Eu acho que o nosso Orçamento já está muito engessado. Mas nós não podemos... Em algumas áreas, nós não podemos esquecer que, depois que passa, se não tiver o recurso...

Nós estamos com um problema sério agora da carambola. Nós temos aí a mosca da carambola, que entrou lá pelo Amapá, por Roraima, e, quando chegar à Bahia, no estado do Senador Jaques Wagner, pode dizimar todas as frutícolas, todas as culturas de frutas.

Hoje estão aí ganhando espaço não só no Brasil, como no exterior, nas exportações. E, se você não tiver recursos para conter esse tipo de praga na hora certa, nós ficamos muito vulneráveis. Então, eu acho que a gente tem que olhar com carinho e aprovar no Plenário recursos... Não são novos recursos, são recursos que já estão no Orçamento, mas que tenham prioridade na hora da alocação nos seus respectivos ministérios.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Tereza.

Informo que, relativamente ao item 1, foi apresentada emenda antes do anúncio da discussão.

A emenda é de minha autoria e, por estar na Presidência, não poderia discutir. Assim, o Relator, Senador Eduardo Gomes, pede que a matéria volte na próxima semana em turno suplementar para que ele possa ter tempo de se manifestar a respeito da emenda. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Efraim Filho, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 187/2023 - CAE, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Requer a realização de audiência pública para debater possíveis violações às determinações do CADE. **Participantes:** Sra. Lilian Santos Marques Severino, Economista-chefe do CADE (representante de: CADE); Sr. Roberto Lincoln De Sousa Gomes Jr., Representante de INFRAGÁS E ENERGIA S.A (representante de: INFRAGÁS & ENERGIA S.A.); e Sr. Lucien Belmonte, Presidente Executivo - ABIVIDRO. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Irajá, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 54ª e 55ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 81, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 82, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CAMILA CABRAL PIRES ALVES, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Sérgio Costa Ravagnani." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 83, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor DIOGO THOMSON DE ANDRADE, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luis Henrique Bertolino Braido." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva para a matéria. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 84, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lenisa Rodrigues Prado." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 90, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Costa Rangel." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 91, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Flavia Martins Sant'anna Perlingeiro em 31 de dezembro de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório é concedida vista coletiva da matéria. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 93, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 30,000,000.00, entre o Município de Itabuna, Estado da Bahia, e o FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 94, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Maceió, Estado de Alagoas, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2331, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1994, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A discussão é adiada e a matéria retirada de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 219 de 2023, conforme o art. 279, V, do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 219, de 2023**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, Alex Braga Muniz, informações sobre o posicionamento da ANCINE acerca do que, para essa agência reguladora, é enquadrado é enquadrado como empresa que fornece serviço de vídeo sob demanda (streaming), ou serviço que seja enquadrado como tal, ambos para efeito de cobrança de CONDECINE." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de dezembro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício SEI nº 63.066, de 2023, do Ministério da Fazenda, que encaminha relatório de operações de créditos e limite de endividamento de estados e municípios relativo ao mês de outubro de 2023.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 54ª e 55ª Reuniões, realizadas em 28 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, indicação de autoridades; e a segunda, deliberativa.

A primeira parte da reunião é destinada à leitura dos relatórios relativos à indicação de autoridades, após a qual será concedida automaticamente vista coletiva aos membros da Comissão, conforme o art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

A segunda parte, destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, também ocorrerá de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem... Senador Sergio Moro, Senador Nelsinho... Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente. (*Pausa.*)

1ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Lenisa Rodrigues Prado.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, demais pares que aqui se encontram e os que estão de forma virtual, peço licença a V. Exas. para ir já direto à apreciação do currículo do indicado.

Concede, Senador Vanderlan?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Concedo. Permissão concedida, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Muito obrigado.

O Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Regulação de Telecomunicações pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Direito pela mesma universidade.

O Sr. Carlos Jacques possui experiência no setor público brasileiro, tendo atuado no próprio Cade como Secretário do Plenário (1998-2000) e no Superior Tribunal de Justiça como Assessor de Ministério e Analista Judiciário (2000 a 2004). Desde 2004, o indicado é Consultor Legislativo do Senado Federal, especializado em Direito Econômico, Direito da Regulação, Direito Empresarial e do Consumidor. No Senado, atualmente exerce a função de Assessor Jurídico da Presidência do Senado Federal.

O Sr. Carlos Jacques possui ampla experiência, ainda, como docente de Direito Empresarial, tendo ministrado aulas em instituições de renome como Ibmec, IDP, Fundação Getulio Vargas e UnB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado possui, ainda, publicações relevantes na área, tendo sido autor do livro *Ordem Econômica Constitucional e Direito Antitruste*, além de artigos e textos para discussão relacionados à área de concorrência e regulação.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem 29, de 2022, evidencia, portanto, que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para o qual foi escolhido pelo Senhor Presidente da República.

Adicionalmente, em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes documentos foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

- *Curriculum vitae*, no qual constam as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos e a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

- Declaração do indicado:

1. quanto à inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

2. quanto à sua não participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à inexistência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu;

5. quanto à sua não atuação, nos últimos cinco anos, contado o ano de 2023, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

- Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Nelsinho, parabéns pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme foi noticiado, hoje nós faremos a leitura de todos os relatórios dos indicados. São quatro indicados para o Cade.

Reconhecemos que houve demora do Governo em mandar para o Senado Federal e, em seguida, para esta Comissão. Isso está causando transtornos no Cade, com tantos processos e matérias atrasados.

Para adiantarmos, resolvermos hoje, em conjunto com os Senadores e as Senadoras, vamos fazer a leitura de todos os indicados, inclusive dos quatro do Cade e dos dois da CVM para, na próxima semana, já acontecer a sabatina de todos.

Eu tenho certeza de que, com o Presidente Rodrigo Pacheco, já no esforço concentrado da próxima semana, iremos aprovar a indicação dos senhores.

Meus agradecimentos pela presença de todos os indicados aqui hoje.

Vamos para o segundo indicado.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 81, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor José Levi Mello do Amaral Júnior para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Gomes para leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bom dia, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores; indicados aos mais diversos cargos; nosso Líder do Governo, Senador Jaques Wagner; Senador Sergio Moro; Senador Nelsinho Trad.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mediante a Mensagem nº 81, de 2023, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos constitucionais, o nome do Sr. José Levi Mello do Amaral Júnior para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

O Sr. José Levi Mello do Amaral Júnior é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também obteve o título de Mestre em Direito, tendo defendido dissertação sobre controle de constitucionalidade. Ele também possui Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, onde defendeu tese sobre conversão em lei da medida provisória. O Sr. José Levi também cumpriu três estágios de pesquisa pós-doutoral, um junto à Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal, um segundo junto à Faculdade de Direito de Granada, Espanha, e outro junto à Faculdade de Direito da Universidade de Roma. Também concluiu a Tese de Livre Docência sobre inviolabilidade parlamentar, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Na seara acadêmica, o indicado publicou livros, artigos acadêmicos e artigos de opinião. Também lecionou em importantes centros de ensino jurídico no País, como a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Na qualidade de professor, orientou e examinou diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Sobre a vasta experiência profissional do Sr. José Levi, destaco que ele é Procurador da Fazenda Nacional, carreira na qual ingressou após aprovação em concurso público. Foi também Assessor junto à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Ele também exerceu o cargo de Assessor Especial do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi ainda chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência República. Foi também Consultor-Geral da União, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Procurador-Geral da Fazenda Nacional e Advogado-Geral da União. Atualmente, o Sr. José Levi é Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Sr. José Levi Mello do Amaral Júnior possui formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em atendimento aos termos regimentais, os seguintes documentos que foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

– *Curriculum vitae,* no qual constam as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos e a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

– Declaração do indicado:

1. quanto à inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional. Ele declarou, outrossim, que sua esposa, Ana Paula Zavarize Carvalhal, exerce o cargo de Assessora no Supremo Tribunal Federal;

2. quanto à sua não participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto às ações judiciais nas quais figura como autor;

5. quanto à sua atuação, nos últimos cinco anos, contados ao ano de 2023, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

– Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. José Levi Mello do Amaral Júnior para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito honrado de ter produzido esse relatório, em que consta toda a experiência profissional e a admiração ao nosso Dr. Levi como servidor público e profissional altamente qualificado.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo relatório, Senador Eduardo. E parabéns também, Sr. José Levi, pelo seu currículo extenso. Parabéns! Está apto a representar no Cade, com certeza.

Fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CAMILA CABRAL PIRES ALVES, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Sérgio Costa Ravagnani.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra, remotamente, para a Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, Senador Vanderlan; bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia! Estamos ouvindo muito bem, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Por videoconferência*.) – Então, está bom.

Eu sou Relatora do segundo item da pauta, referente à Sra. Camila Cabral Pires Alves, mas também sou Relatora do item 6, referente à Sra. Marina Paula Copola. Será que eu poderia ler os dois? (*Pausa.*)

Senador Vanderlan?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senadora. Pode fazer, sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Mediante a Mensagem nº 82, de 2023, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Sra. Camila Cabral Pires Alves, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Sérgio Costa Ravagnani.

A Sra. Camila Pires Alves é economista, com graduação em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Desde 2010, a Sra. Camila Pires Alves é servidora pública federal da carreira de Magistério Superior. Atualmente, ela exerce as funções de Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso público em 2013, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito, Economia e Concorrência e Diretora Adjunta de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UFRJ.

A indicada tem ampla experiência na área de defesa da concorrência, tanto como servidora pública quanto como acadêmica.

Como servidora, a Sra. Camila Pires Alves trabalhou, em 2005, como Assistente Técnica na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, onde auxiliou na elaboração de pareceres em atos de concentração econômica. Posteriormente, de 2011 a 2013, foi Economista-Chefe Adjunta e Economista-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na seara acadêmica, a indicada publicou vários artigos científicos sobre defesa da concorrência, sendo que esse foi o tema de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado. Além disso, como já apontado, a Sra. Camila Pires Alves coordena o Grupo de Pesquisa em Direito, Economia e Concorrência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A indicada, portanto, tem vasta experiência na área de defesa da concorrência, tendo publicado sobre o tema e exercido o cargo de Economista-Chefe do Cade, sendo que sua indicação ao cargo de Conselheira dessa autarquia, conforme mensagem do Presidente da República, será objeto de deliberação do Senado Federal.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), os seguintes documentos foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Curriculum vitae*, no qual constam as atividades profissionais exercidas pela indicada, com a discriminação dos referidos períodos e a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação.

- Declaração da indicada:

1. quanto à inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

2. quanto à sua não participação, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à inexistência de ações judiciais nas quais figure como autora ou ré;

5. quanto à sua não atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados ao ano de 2023, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

- Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que a indicada demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Sra. Camila Cabral Pires Alves para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esse é o relatório, Presidente.

Fico muito honrada de ter relatado a Sra. Camila Cabral Pires Alves, com excelente currículo, para o Cade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. Parabéns pelo seu relatório e também pelo excelente currículo da Sra. Camila Cabral Pires Alves.

Fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 91, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Flavia Martins Sant'anna Perlingeiro em 31 de dezembro de 2023.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Marina Palma Copola de Carvalho, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, quando determinado em lei. É o que determina a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, para os membros dirigentes da CVM.

Além disso, o art. 6º da mencionada Lei nº 6.385, de 1976, exige a aprovação do Senado Federal para a nomeação de presidente e diretores da CVM, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

Em conformidade com o estabelecido na referida Lei nº 6.385, de 1976, os mandatos do presidente e dos diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovados, a cada ano, um quinto dos membros do colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicada, se aprovada, terá a missão de substituir a Sra. Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro, cujo mandato termina em 31 de dezembro de 2023.

Ressalte-se que a CVM é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, consequentemente, para a economia brasileira, haja vista que a autarquia é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

A CVM é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

Dessa forma, possui mandato legal para promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações em ações representativas do capital social das companhias abertas listadas no Brasil.

Além disso, objetiva assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão e a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários e das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Por fim, mas não menos importante, destacamos que tem por missão proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários, para evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.

Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* da candidata, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de deliberação sobre indicação de autoridades, no que se refere às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial evidencia que a Sra. Marina Palma Copola de Carvalho possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi indicada.

A candidata possui bacharelado e mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), respectivamente, em 2007 e 2013; mestrado em Direito pela Universidade de Columbia de Nova York, em 2012, onde foi laureada. Também obteve o título de especialista em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2016, e é doutoranda em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP. Como advogada, tem quase duas décadas de experiência nas áreas de direito societário e mercado de capitais. Dessa forma, foi sócia do escritório Yazbek Advogados, de 2015 a 2023;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associada do escritório de advogados Debevoise & Plimpton de Nova York, de 2012 a 2015; e assessora de diretoria na CVM, de 2009 a 2011, depois de passagens pelos escritórios Pinheiro Neto Advogados e Levy & Salomão, de 2004 a 2008.

Além disso, foi estagiária na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, em 2008, e é conselheira do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. desde 2020. Destacamos, ainda, que foi fundadora do Women on Board (Mulheres no Conselho de Administração), que tem por objetivo promover a diversidade na composição de conselhos de administração por meio da certificação de empresas que tenham ao menos duas conselheiras efetivas.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no artigo 383 do Risf, a candidata declara que não possui parente que exerça atividade vinculada a sua atividade profissional ou que patrocine interesses junto à CVM; que não atua como sócia ou gerente de sociedade privada; que possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não figura como autora ou ré em nenhuma ação judicial; e que não atuou, nos últimos cinco anos, em instituição sujeita à fiscalização da CVM.

As atividades profissionais, bem como a formação acadêmica mencionadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica adequada da indicada, ficando, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da senhora Marina Palma Copola de Carvalho para exercer o cargo de Diretora da CVM.

É um prazer muito grande poder fazer esse relatório da Sra. Marina Palma Copola de Carvalho, outra mulher com excepcional currículo, para fazer parte da CVM.

Muito obrigada, Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina. Parabéns pelo seu relatório; e à Sra. Marina Palma Copola pelo seu currículo, brilhante currículo.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Costa Rangel.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan Cardoso, para tomar a iniciativa de relatar essa mensagem, a Mensagem nº 90, de 2023, do Presidente da República (nº 623, de 2023, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, pela Comissão de Assuntos Econômicos, que é o Colegiado indicado para essa relatoria, conforme o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o nome do Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na vaga decorrente da renúncia do Dr. Alexandre Costa Rangel.

O art. 6º, *caput*, da Lei nº 6.385, de 1976, prevê que a CVM será administrada por um presidente e quatro diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.

Já o §6º do mesmo dispositivo determina que, em caso de renúncia, morte ou perda de mandato de diretor, nova nomeação será feita para completar o mandato do substituído, que é a situação tratada nesta oportunidade, no caso da renúncia do Dr. Alexandre Rangel.

O indicado, Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo, encaminhou seu *curriculum vitae*, compatível com o cargo para o qual está sendo indicado.

Ele se graduou em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2000, e em Direito pela Universidade Estácio de Sá, em 2021. É autor de diversas publicações voltadas para a temáticas do mercado de capitais, do investimento em geral, de finanças públicas e do Direito Societário.

Agregando-se às suas credenciais acadêmicas, o Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo tem também vasta experiência profissional, inclusive na própria CVM. Desempenha, naquela autarquia, desde 2016, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de Superintendente de Investidores Institucionais, que tem jurisdição sobre patrimônio superior a 7,5 trilhões de reais, correspondente aos ativos desse segmento.

Entre 2014 e 2016, também na CVM, foi Gerente de Estrutura de Mercado, atuando na supervisão de agentes autônomos, escrituradores, custodiantes, depositários centrais e intermediários.

Em adição a essas experiências mais recentes, exerceu, desde 2001, diversas funções de alta complexidade, como atesta seu vasto currículo, que está à disposição dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Por fim, o indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo art. 1º, inciso II, alíneas "a" a "e", do Ato nº 2, de 2011, da CAE, e a declaração de que preenche todos os requisitos legais para o exercício do Cargo de Diretor da CVM.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem dos elementos necessários para deliberar favoravelmente sobre a indicação do Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Então, encaminhamos pela aprovação do nome. Claro, vai ficar para a análise dos Senadores, mas entendemos que ele preenche o requisito, e o nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Otto Alencar, parabéns pelo seu relatório, Senador, e também ao Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo, pelo seu currículo.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Vamos passar para o próximo item. O Senador Rodrigo Cunha está com um problema técnico. Enquanto resolve a questão técnica, vamos passar para o item 1 da reunião deliberativa:

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 30,000,000.00, entre o Município de Itabuna, Estado da Bahia, e o FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha, o Senador Otto está presente. É uma mensagem de empréstimo para o Município de Itabuna.

V. Exa. concorda em deixarmos o Senador Otto Alencar fazer a leitura desse empréstimo? Em seguida, passamos para V. Exa. V. Exa. tem dois projetos aqui: um, de um indicado e outro, de um empréstimo para o Município de Maceió.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Sr. Presidente. Então, após a leitura do Senador Otto, eu faço a leitura dos dois pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan Cardoso.

Inicio essa Mensagem do Senado Federal nº 93, de 2023, da Presidência da República (nº 648, de 30 de novembro de 2023, na origem), a qual solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 30 milhões, entre a União, o Município de Itabuna, Estado da Bahia, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Integração Urbana do Município de Itabuna, no sul da Bahia.

O objetivo geral do programa é promover a complementação da infraestrutura urbana, a partir da melhoria do sistema de esgotamento sanitário, da urbanização da cidade e da mobilidade, contribuindo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a integração da cidade, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável de Itabuna. O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 50, de 25 de outubro de 2022.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nesse sentido, a STN (Secretaria do Tesouro Nacional), do Ministério da Fazenda, presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 4.341, de 3 de novembro de 2023, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, informa que o programa de investimentos do mutuário poderá contar com contrapartida estimada de US$7,5 milhões.

A Copem declara que o Município de Itabuna atende a regra de ouro das finanças públicas, portanto, o município conseguiu compatibilizar receita e despesa, tendo superávit e também as condições necessárias para, com o aval da União, receber esse empréstimo para investimentos nas áreas mais críticas do Município de Itabuna, o que certamente elevará muito a condição de seus habitantes.

Ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Itabuna, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, Lei municipal nº 2.569, de 21 de dezembro de 2021, aprovada pela maioria dos Srs. Vereadores do Município de Itabuna.

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Itabuna está em situação de regularidade com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União e com as garantias sendo honradas, de acordo com a lei e verificação da adimplência total.

Outrossim, a Copem interpreta como atendidas as regras legais sobre as despesas com pessoal. Saliente-se que está obedecendo perfeitamente à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 2º quadrimestre de 2023, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 24,35%.

Ademais, a Copem cita o Ofício SEI nº 53.667, de 25 de outubro de 2023, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação está situado em 7,31% ao ano para uma duração de 8,04 anos, que é ligeiramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superior ao custo de captação estimado para emissões da União na mesma moeda e na mesma duração, o qual se situa em 7,24% ao ano.

Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 93, de 2023, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Autoriza o Município de Itabuna, situado no Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Município de Itabuna, situado no Estado da Bahia [no sul da Bahia], autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Integração Urbana do Município de Itabuna/BA - Itabuna 2030".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Itabuna (Estado da Bahia);

II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

III – garantidor: República Federativa do Brasil [encaminhado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva];

IV – valor: até US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: o prazo original de desembolsos será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VI – cronograma estimativo de desembolso: US$ 5.267.000,00 (cinco milhões e duzentos e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US$ 7.067.000,00 (sete milhões e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US$ 11.189.500,00 (onze milhões, cento e oitenta e nove mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US$ 4.459.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2027 e US$ 2.017.000,00 (dois milhões e dezessete mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028;

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 60 (sessenta) meses e a última até 180 (cento e oitenta) meses, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual aplicável a cada semestre com base na taxa a Secured Overnight Financing Rate para o dólar dos Estados Unidos da América mais margem fixa a ser definida na data de assinatura do contrato;

IX – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, com incidência a partir de 90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato de empréstimo;

X – comissão de administração: até 0,7% (sete décimos por cento) do valor total do empréstimo;

XI – juros de mora: exigidos sobre os saldos diários não pagos a uma taxa anual equivalente a 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e de parcelas da amortização e a 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso em caso de atraso no pagamento dessa comissão.

Eu quero registrar que o Município de Itabuna tem uma saúde financeira que garante que todos esses compromissos serão efetuados exatamente como está pré-estatuído nesse projeto de resolução.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Itabuna, situado no Estado da Bahia, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – à verificação e atesto pelo Ministério da Fazenda, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

II – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Itabuna e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório do projeto de resolução, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, assim, esse meu relatório e peço a V. Exa., Senador Vanderlan, que, colocando em votação e sendo aprovado por esta Comissão de Assuntos Econômicos, eu já adianto, como é de praxe desta Comissão, sendo aprovado, apresento requerimento de urgência, para que, sendo votado e aprovado, seja encaminhado ainda hoje para o Plenário do Senado Federal.

Agradeço a V. Exa.

Quero destacar aí a assessoria que o senhor está recebendo do Senador Jaques Wagner, que também torce muito por Itabuna, e da Senadora Margareth Buzetti, do nosso Estado do Mato Grosso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, tem o Omar Aziz aí.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Omar, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Veja bem, eu votar contra um relatório do meu Líder seria... Principalmente contra a Bahia, que é a terra de todos, você está me entendendo?

E eu sei muito bem de toda a preocupação que tanto o Senador Otto como o Senador Jaques, como o Senador Angelo Coronel têm com a Bahia. A gente conversa muito.

Os estados do Nordeste e do Norte são estados que têm dificuldades de arrecadação. Houve uma queda muito grande de todos os municípios brasileiros, do FPM. A gente tem tentado ajudar aqui, o Presidente Lula tem tentado ajudar.

Mas a orientação do nosso Líder é uma ordem. Então nós votaremos pela aprovação e pela urgência...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... para, hoje à tarde, a gente aprovar. Apesar de ele não ter citado o meu nome, mas citou o nome de uma amiga e de um amigo meu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Certinho. Senador Otto, preste atenção, Senador Oto, quando o senhor for mencionar os nomes aqui, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o pedido de urgência feito pelo Relator da Mensagem SF nº 93, de 2023, o Senador Otto Alencar.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência ao Plenário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pediu a palavra, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Só para pedir desculpas ao meu Líder e amigo Senador Omar Aziz. Ele está um pouquinho afastado do vídeo, e eu não o vi. Mas é um grande colaborador do nosso partido, do PSD – é fundador do PSD – , a quem rendo sempre a minha homenagem. E é meu vizinho. Nós moramos no mesmo prédio e conversamos bastante sobre o Amazonas, também, que ele defende com todo o vigor, com toda a força.

Omar, um forte abraço. Eu não o citei primeiro, mas olha, está aqui no coração do baiano.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, com essa fala de V. Exa,, você viu que o sorriso dele abriu? Está tudo resolvido, e a mágoa já passou.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor DIOGO THOMSON DE ANDRADE, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luis Henrique Bertolino Braido.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: apresentado

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

Senador Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Vanderlan, Srs. Senadores e Senadoras, meu bom dia. Eu passarei a ler aqui o relatório, importante, essencial, para a indicação do Sr. Diogo Thomson de Andrade.

Mediante a Mensagem nº 83, de 2023, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, o nome do Senhor Diogo Thomson de Andrade, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luis Henrique Bertolino Braido.

O Sr. Diogo Thomson de Andrade é brasileiro; graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2003; mestre em Filosofia do Direito pela PUC/SP, em 2009; e doutorando em Direito pelo Instituto Brasiliense de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Na seara acadêmica, o indicado publicou artigos acadêmicos. Também lecionou em importantes centros de ensino jurídico no País, como Uniceub (DF), OAB/SP, OAB/DF, Escola Superior do Ministério Público da União, Escola Superior da Magistratura, Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de São Paulo, bem como nos centros de formação do próprio Cade, como no Programa de Intercâmbio do Cade (PinCade), onde estudantes de graduação e pós-graduação em Direito e Economia fazem imersão nas atividades da autarquia. O indicado também participou de bancas examinadoras de monografias de graduação e dissertações de mestrado na Universidade de Brasília e no IDP. Vale destacar ainda sua extensa publicação acadêmica no campo do direito e da defesa da concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a vasta experiência profissional do Senhor Diogo Thomson, destaco que ele é Procurador Federal (membro da Advocacia-Geral da União), desde 2004. Foi Superintendente-Geral Interino do Cade de julho de 2021 a abril de 2022, tendo ocupado o mesmo cargo no período de julho a outubro de 2017. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica na extinta Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, entre 2011 e 2012, e de Procurador-Federal Chefe do Setor de Estudos e Pareceres (Consultivo) da Procuradoria Federal Especializada do Cade entre 2008 e 2011.

O indicado possui experiência profissional e acadêmica na área do Direito, com ênfase em Direito Econômico, *Law & Economics*, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Penal e Direito Administrativo. Atualmente é Superintendente-Adjunto do Cade.

Portanto, Sr. Presidente, o Sr. Diogo Thomson de Andrade possui formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes documentos foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

• *Curriculum vitae*, no qual constam as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a descrição dos referidos períodos e a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitem sua recuperação;

• Declaração do indicado: inexistência de parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; não participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; inexistência de ações judiciais nas quais figura como autor ou réu; quanto à sua atuação, nos últimos cinco anos, além de exercer o cargo atual de Superintendente-Adjunto do Cade, exerceu, por atribuição legal, esporadicamente, a substituição eventual do Superintendente-Geral do Cade, assim como de forma interina, em decorrência de vacância do titular. O indicado declara que não atuou em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

• Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Ante o exposto, Srs. Senadores, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Diogo Thomson de Andrade para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente Vanderlan, este é o parecer do Sr. Diogo Thomson, o qual segue para análise dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo. Parabéns pelo seu relatório e também ao Sr. Diogo Thomson de Andrade pelo seu currículo.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Maceió, Estado de Alagoas, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

Senador Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero aqui contextualizar também o envio dessa mensagem. Na última sexta-feira, eu estive pessoalmente com o Presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e ele me deu todas as celeridades necessárias e encaminhou a mensagem para o Senado Federal, que diz respeito a um empréstimo ao Município de Maceió.

O país inteiro está acompanhando que Maceió está hoje numa situação em que o afundamento dos solos, que há mais de cinco anos é noticiado e acontece, prejudicou a vida das pessoas, a vida também da sociedade, a vida da cidade em si. Através de um empréstimo como esse, será possível investir no desenvolvimento urbano e também em melhoria da qualidade de vida de todos os maceioenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu ressalto que hoje é aniversário da cidade de Maceió. Então é uma data muito oportuna para darmos celeridade à aprovação desse empréstimo ao município.

Sendo assim, eu passo à leitura do relatório.

A Mensagem do Senado Federal nº 94, de 2023, da Presidência da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Maceió, do Estado de Alagoas, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A operação foi credenciada no Banco Central do Brasil, sob o Registro de Operações Financeiras TB136751. Os recursos dela resultantes destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Maceió/AL, Desenvolve Maceió.

O objetivo do Programa é promover melhorias na qualidade de vida da população do Município de Maceió, por meio de ações: i) de estabilização de encostas, reduzindo o número de habitantes expostos ao risco de deslizamento; e ii) de implantação do Novo Mercado Municipal da Produção, aprimorando a infraestrutura e a qualidade dos serviços prestados no Mercado Público de Produção para integrar seu potencial cultural e turístico. O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 19, de 7 de abril de 2022.

Vou para a análise, Sr. Presidente.

O art. 52 da nossa Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001, da Resolução nº 43, de 2001, e da Resolução nº 48, de 2007, além da Lei Complementar nº 101, de 2000, que também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 3.734, de 3 de outubro de 2023, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador Rodrigo Cunha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O.k. Abriu...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Está tudo certo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Então, eu vou retomar um pouco aqui. Eu acredito que, nessa operação, foi suspenso o áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Por videoconferência*.) – Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer 3.734, de 3 de outubro de 2023, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional informa que o programa de investimentos do mutuário poderá contar com contrapartida estimada de US$10 milhões.

A Copem declara que o Município de Maceió atende à regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2022 e 2023, nos termos dos incisos I e II do §1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios. Além disso, a Copem atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida, ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à receita corrente líquida e à relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida.

Ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Maceió, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 (Lei municipal nº 7.131, de janeiro de 2022), bem como conta com dotações necessárias e suficientes ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida, conforme evidenciado na Lei Orçamentária para o Exercício de 2023 (Lei 7.314, de 2023).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Maceió está em situação de regularidade com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União e com as garantias por esta honradas, bem como entende que a verificação da adimplência do ente... Além do mais, a Copem cita certidão do tribunal de contas competente que atesta a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação e do pleno exercício da competência tributária. Outrossim, a Copem informa que, com base em documentos do Poder Executivo municipal e certidão do tribunal de contas competente, o ente cumpre os requisitos legais relativos às despesas com pessoal.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do primeiro quadrimestre de 2023, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 23,26% de sua receita corrente líquida, logo abaixo do limite de 60%, estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007. Adicionalmente, a Copem relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no Sadipem, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de parceria público-privada.

Ademais, a Copem cita o Ofício SEI nº 37851, de agosto de 2023, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação está situado em 6,44% ao ano para uma duração de 8,3 anos, que é inferior ao custo de captação estimado para emissões da União na mesma moeda e na mesma *duration*, o qual se situa em 6,75% ao ano.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Maceió oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da nossa Carta Magna, bem como de outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei municipal nº 7.252, de setembro de 2022, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso ela honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao Fonplata, segundo o Ofício SEI nº 37644, de agosto de 2023, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 2128, de setembro de 2023, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Maceió é "B", de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa nota da classificação final da capacidade de pagamento do ente reflete a combinação das notas "A" obtidas nos indicadores de endividamento e de liquidez com a nota "B" alcançada no indicador de poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer SEI nº 4020, de outubro de 2023, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, contrária à Constituição e às leis do país, nem que implique compensação automática de débitos e créditos. Assim, as vedações impostas pelo art. 8º da Resolução do Senado Federal são devidamente observadas no pleito em análise.

Enfim, tanto a Secretaria do Tesouro Nacional como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o Município de Maceió está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

Dessa forma, indo ao voto, diante de tudo o que foi exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 94, de 2023, nos termos seguintes que estão anexados ao parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha. Parabéns pelo excelente relatório.

Parabéns pelo excelente relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, aqui eu quero agradecer a condução de V. Exa. e a aprovação dos demais colegas também ao empréstimo necessário à cidade de Maceió, que aniversaria, inclusive, no dia de hoje. E solicito a urgência necessária para que esse projeto chegue, assim que possível, inclusive hoje, à pauta principal do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Rodrigo Cunha ao seu relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a urgência.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 219, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, Alex Braga Muniz, informações sobre o posicionamento da ANCINE acerca do que, para essa agência reguladora, é enquadrado como empresa que fornece serviço de vídeo sob demanda (streaming), ou serviço que seja enquadrado como tal, ambos para efeito de cobrança de CONDECINE.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO).

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes, a palavra está com o senhor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, eu a cumprimento agora, na Presidência desta sessão da CAE.

Sra. Presidente, eu faço a solicitação de retirada de pauta do PL nº 2.331, de 2022, para a apresentação do seguinte requerimento.

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas pelo Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Alex Braga Muniz, informações sobre o posicionamento da Ancine acerca do que, para essa agência reguladora, é enquadrado como empresa que fornece serviço de vídeo sob demanda (*streaming*), ou serviço que seja enquadrado como tal, ambos para efeito de cobrança da Condecine.

Nesses termos, requisita-se:

1. Seja informado o posicionamento claro da Ancine de quais empresas, na visão da agência, são enquadradas como empresa que fornece serviço de vídeo sob demanda (*streaming*), para efeito de cobrança da Condecine.

2. Seja informado o posicionamento claro da Ancine de quais serviços, na visão da agência, são enquadrados como empresa que fornece serviço de vídeo sob demanda (*streaming*), para efeito de cobrança da Condecine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Seja fundamentado o entendimento dos enquadramentos solicitados nos itens 1 e 2.

4. Sejam fornecidos exemplos de empresas e serviços que são consideradas enquadradas e não enquadradas como prestadoras de serviço de vídeo sob demanda (*streaming*).

Justificação.

Atualmente, está sob análise do Senado Federal o Projeto de Lei n° 2.331, de 2022, o qual inclui a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Dentro desse contexto, instalou-se nesta Casa Legislativa uma discussão acerca de quais empresas se enquadram como prestadoras de vídeo sob demanda e quais não se enquadram, bem como quais serviços devem ser enquadrados como tal.

Assim, para que possamos oferecer ao Brasil uma legislação que esteja de acordo com os princípios que norteiam a cobrança da Condecine, faz-se necessário um posicionamento claro da Agência Nacional do Cinema (Ancine) acerca do entendimento dessa agência reguladora de quais são as empresas que são enquadradas como fornecedoras de serviço de vídeo sob demanda (*streaming*), bem como quais serviços são classificados como tal, ambos para efeito de cobrança da referida contribuição.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, para que a Comissão, ou o Plenário do Senado, ou as Comissões afins não cometam a injustiça de fazer qualquer tipo de busca de arrecadação de impostos sem definição de sistema.

O que ocorre é que nós conversamos com todos os segmentos, atendemos todos os segmentos, entendemos o enquadramento de percentual de contribuição, os seus investimentos cruzados, relativos às isenções ou à capacidade de investir nos setores de cinema, de produção, dos criadores, dos recursos que devem ir ao Ministério da Cultura, mas sempre, numa discussão como essa, fica a dúvida, fica a discussão sobre ambiente regulatório, e esta Casa não pode entrar numa loteria arrecadatória sem uma discussão ou sem um posicionamento da agência reguladora.

A função do Senado, a função da Câmara, a função do Congresso Nacional é legislar, mas eles precisam fazer isso com o mínimo de informações de *status* atual, de ambiente de regulação e de postura legal sobre aquelas empresas primas ou irmãs que gerem imposto ou qualquer tipo de arrecadação.

Por isso, Sra. Presidente, meu pedido de retirada de pauta e apoio para o cumprimento dos termos regimentais e profissionais desse requerimento simples e objetivo de informações imprescindíveis para o prosseguimento da matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador Eduardo Gomes.

O PL 2.331, de 2022, sai da pauta para atender ao requerimento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 2331, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS))

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 95, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 164,237,344.00 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 96, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 97, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 98, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 99, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 39,000,000.00 (trinta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 100, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Piauí e o Banco Internacional para a Reconstrução e desenvolvimento - BIRD." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 101, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Acre - PROGESTÃO Acre"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 102, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 135,238,245.00 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro – Etapa II, no âmbito do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) do Município." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 81, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. José Levi Mello Do Amaral Júnior para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, por 23 (vinte e três) votos a favor, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 82, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora CAMILA CABRAL PIRES ALVES, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Sérgio Costa Ravagnani." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Camila Cabral Pires Alves para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE por 24 (vinte e quatro) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 83, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor DIOGO THOMSON DE ANDRADE, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Luis Henrique Bertolino Braido." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Diogo Thomson De Andrade para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, por 24 (vinte e quatro) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 84, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Lenisa Rodrigues Prado." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Diogo Thomson De Andrade para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, por 23(vinte e três) votos a favor, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 56ª Reunião, realizada em 05/12/2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião está dividida em duas partes: deliberativa na primeira parte e, segunda parte, indicação de autoridades.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião de hoje falando um pouco sobre o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), autarquia em regime especial com jurisdição em todo o território nacional vinculada ao Ministério da Justiça, que tem, hoje, quatro indicados aqui presentes a serem sabatinados nesta reunião para comporem o seu Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.

O Cade é responsável por instruir os processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica, assim como os processos de análise de atos de concentração. O conselho é constituído pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, pela Superintendência-Geral e pelo Departamento de Estudos Econômicos.

À Superintendência-Geral cabe desempenhar a função de investigação e a instrução de processos de repressão ao abuso do poder econômico e a análise dos atos de concentração.

Ao Departamento de Estudos Econômicos, por sua vez, cabe a tarefa de aprimorar as análises econômicas e fornecer maior segurança sobre os efeitos das decisões do Cade no mercado.

Cabe ao Cade a análise prévia de fusões e aquisições de empresas que possam ter efeitos anticompetitivos. Essa análise prévia trouxe mais segurança jurídica às empresas e maior agilidade às análises dos atos de concentração, sendo que o Cade passou a ter prazo máximo de 240 dias para analisar as fusões, prorrogáveis por mais 90 dias em caso de operações complexas.

Desde 29 de maio de 2012, as multas aplicáveis por infração à ordem econômica variam entre 0,1% e 20% do faturamento da empresa no ramo de atividade em que ocorreu a infração, oferecendo ao Cade a capacidade de estabelecer, a partir de critérios claros, penalidades adequadas e proporcionais para a efetivação da política de combate a condutas anticompetitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que, apesar de ser uma autarquia em regime especial, o Cade não é uma agência reguladora da concorrência, e, sim, uma autoridade de defesa da concorrência. Sua responsabilidade é julgar e punir administrativamente, em instância única, pessoas físicas e jurídicas que pratiquem infrações à ordem econômica, não havendo recurso para outro órgão. Além disso, o conselho também analisa atos de concentração, de modo a minimizar possíveis efeitos negativos no ambiente concorrencial de determinado mercado. Não estão entre as atribuições da autarquia regular preços e analisar os aspectos criminais das condutas que investiga.

Por fim, gostaria de registrar que é missão do Cade zelar pela manutenção de um ambiente competitivo saudável, prevenindo ou reprimindo atos contrários, ainda que potencialmente, à ordem econômica, com observância do devido processo legal em seus aspectos material e formal.

Era o que tinha a registrar no dia de hoje.

Vamos à pauta.

Item 4: Mensagem (SF) nº 98, de 2023, não terminativo...

Senador Otto, o Senador Paim chegou aqui bem mais cedo e pediu...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já abri mão para o Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já pedi permissão para ele também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então já está bem adiantado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Paim tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 98, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Vanderlan e demais Senadores e Senadoras, primeiro eu agradeço a V. Exa. por ter me indicado como Relator desse empréstimo tão importante para o Rio Grande do Sul. E sei que aqui eu falo também em nome dos outros dois Senadores do nosso Estado, os Senadores Mourão e Luis Carlos Heinze. Todos concordam naturalmente com esse relatório.

E já adianto a V. Exa. que eu pedirei urgência, no final, para ver se conseguimos votar ainda esta semana, pela importância da matéria.

Presidente, eu queria, se V. Exa. me permitir... Eu li e reli o relatório, mas as duas primeiras páginas resumem todo o conteúdo do relatório, que já está publicado na Casa, e os Senadores sabem que um projeto como este já vem com o aval com o Executivo amplamente negociado. Então, permita-me ler uma página e meia, que sintetiza tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem a permissão, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relatório.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio à Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. O programa visa a fortalecer a gestão de precatórios e aperfeiçoar a gestão dos gastos públicos com pessoal.

A operação em questão está ancorada na Lei Complementar (LCP) 159, de 2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal (RRF), ao qual o Estado do Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul aderiu em 2022. Em particular, o inciso IV do *caput* do art. 11 da referida LCP autoriza a contratação de operações de crédito com a finalidade de promover a reestruturação de dívidas ou o pagamento de passivos.

A operação será contratada com base na taxa de juros SOFR, acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID.

Sr. Presidente, aqui eu sintetizei todo o projeto, que, claro, vem numa boa hora, tendo em vista a situação em que se encontra o Rio Grande do Sul.

Sei que este aqui é para os precatórios, baseado no que manda a lei, mas é claro que dá uma folga para que o Governo do estado possa investir mais na recuperação do nosso estado, que passou por dois, três ciclones seguidos.

Era isso, Presidente.

E o voto – se V. Exa. me permitir – é só regimental.

O pleito encaminhado pelo Estado do Rio Grande do Sul encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, baseada no projeto de resolução do Senado apresentado.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paim.

Com certeza, Paim, vai-se atender o objetivo, que são os precatórios, e ainda vai, pelo montante, sobrar um recurso ainda para fazer investimento no estado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Solicito a urgência (*Fora do microfone.*) devido à situação do meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o pedido de urgência apresentado pelo Relator, o Senador Paulo Paim, à Mensagem (SF) nº 98, de 2023.

Os Senadores que concordam com o pedido do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Paulo Paim.

Item...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu peço permissão, porque eu sou Relator de três projetos na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Permissão... Está autorizado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas, relatando, retorne a esta Comissão, porque temos muito trabalho hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votarei nominal em todas as autoridades. Venho aqui para votar em todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora sim, está autorizado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E todos "sim". Opa, é secreto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 95, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 164,237,344.00 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan Cardoso.

É a Mensagem nº 95, de 2023, da Presidência da República, obedecendo ao que está preestabelecido na Constituição Federal para conceder aval ao empréstimo de US$164.237.344.

Eu vou direto à análise da matéria, porque o relatório já é de conhecimento aqui da Casa.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de maio de 2000. Essas são as normas que regulam os limites e as condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

O custo efetivo da operação de crédito mostra-se favorável, tendo sido apurado em 5,29% ao ano, para uma duração de 10,91 anos, quase 11 anos. Considerada a mesma duração, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares americanos é de 6,99% ao ano; portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação, conforme salienta o referido Parecer SEI 3.617, da Secretaria do Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saliente-se ainda que, de acordo com a Nota Técnica SEI nº 40.963, de 19 de setembro de 2022, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da STN, o Estado de São Paulo recebeu classificação final B quanto à sua capacidade de pagamento; portanto, enquadrado dentro daquilo que está na lei. A revisão da capacidade de pagamento do ente, realizada pela nota técnica de fevereiro de 2023 da Corem, manteve, ao final, a nota B.

Voto.

O pleito relativo ao Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação dessa operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 164.237.344,00 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil e trezentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América).
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor [...] [que já tinha citado antes].
> *Parágrafo único*. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto São Paulo Mais Digital".
> Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:
> I – Devedor: Estado de São Paulo;
> II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
> III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
> IV – Valor da operação: até US$ 164.237.344,00 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil e trezentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América);
> V – Juros: taxa SOFR (*secured overnight financing rate*), [...] divulgado periodicamente pelo BID;
> VI – Atualização monetária: Variação cambial;
> VII – Cronograma estimado das liberações: US$18.758.687,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e oitenta e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US$47.280.149,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e oitenta mil e cento e quarenta e nove dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US$47.558.907,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e novecentos e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US$33.742.087,00 (trinta e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitenta e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2026 e US$16.897.514,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(dezesseis milhões, oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos e catorze dólares dos Estados Unidos da América) em 2027;
VIII – Prazo total: até 294 meses;
IX – Prazo de carência: até 72 meses;
X – Prazo de amortização: 222 meses;
XI – Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;
XII – Sistema de amortização: constante;
XIII – Comissão de crédito: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) [...];
XIV – Despesas de Inspeção e Vigilância: até 1% (um por cento) [...];
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo [...].
Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:
I – que sejam cumpridas pelo Estado, de maneira substancial, as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;
II – que seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência financeira do Estado com a União [...];
III – que o Estado celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação desta, na forma do disposto nos arts. 157 e 159 [...].
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.
[...].

Sr. Presidente, esse é o projeto de resolução que atende o encaminhamento da Mensagem 95, de 2023, pela Presidência da República, e que atende ao Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo seu relatório, Senador Otto Alencar!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – De acordo com o Regimento do Senado Federal, eu apresento requerimento de urgência, para que a matéria possa ir direto para o Plenário do Senado para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Relator da Mensagem SF nº 95, 2023, Senador Otto Alencar. Pedido de urgência ao Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 96, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Designo como Senadora *ad hoc* a Senadora Damares.

Com a palavra, a Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Conforme Parecer SEI 3.609, de 2023, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios, vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, o Município de Belém atende os requisitos prévios à contratação de operação de crédito, nos termos do art. 32 da LRF.

Disso conclui-se que a atual situação de endividamento do Município de Belém comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação de novo empréstimo.

De acordo com o Ofício SEI 36.518, de 2023, as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à administração pública federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos do §4º do art. 10 da RSF 48, de 2007, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em relação às exigências do art. 8º da Resolução do Senado Federal 48, de 2007, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conclui que não há, na minuta de contrato avaliada, cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Voto, Sr. Presidente.

O pleito encaminhado pelo Município de Belém, do Estado do Pará, encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que já está devidamente publicado.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares. Parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Damares.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, pela importância da matéria, eu estou requerendo urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação, a pedido da Relatora Senadora Damares, do item 2 da pauta, Mensagem SF 96, de 2023, pedido de urgência ao Plenário.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6, Senador Fernando Dueire.

1ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 100, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Piauí e o Banco Internacional para a Reconstrução e desenvolvimento - BIRD.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Presidente Vanderlan, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em exame a Mensagem 100, de 2023, da Presidência da República, que solicita, nos termos constitucionais, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

A operação de crédito pretendida é no valor de US$50 milhões, de principal, e US$12,5 milhões, de contrapartida, e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-Covid-19 no Estado do Piauí.

O objetivo do projeto é fortalecer os sistemas de vigilância em saúde, proteção social e implementação da prestação de serviços para beneficiar a população vulnerável do Estado do Piauí, consistindo nas seguintes partes ou componentes:

Componente 1 – Fortalecimento dos sistemas e capacidades de vigilância em saúde – com o objetivo de reforçar os sistemas e as capacidades de vigilância da saúde do Estado do Piauí;

Componente 2 – Fortalecimento dos sistemas e capacidades de proteção social – com base no reforço do sistema de proteção social;

Componente 3 – Fortalecimento da vigilância alimentar e nutricional e resposta à segurança alimentar ; e

Componente 4 – Gestão de Projetos – com o objetivo de reforçar a capacidade de gerenciamento das agências envolvidas na implementação do projeto.

O projeto foi considerado como passível de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

A Secretaria do Tesouro Nacional destaca que o Estado do Piauí cumpre as exigências previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e que foram atendidos também os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

Em conclusão, Sr. Presidente, constata-se que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, não havendo, portanto, motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito ora em exame.

Encaminho o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pleito encaminhado pelo Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresentamos e que foi devidamente divulgado na íntegra do presente relatório.

Era o que eu tinha a relatar.

Meus agradecimentos, Sr. Presidente, à distinção da relatoria deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório e coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação simbólica o relatório apresentado pelo nobre Senador Fernando Dueire.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, duas coisas: eu pediria o apoio da Comissão e de V. Exa., dos colegas, para que, com a aprovação da proposição por esta Comissão, fosse concedido o pedido de urgência, de modo que a matéria possa ser apreciada ainda hoje pelo Plenário da Casa, vista a relevância do que nós estamos tratando.

Em segundo lugar, eu gostaria de registrar o acompanhamento cuidadoso, no meu relatório, do nosso companheiro, colega, amigo, Senador Marcelo Castro, que aqui representa o Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Agradeço a V. Exa. e coloco o requerimento de urgência da matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência para votação no Plenário do Senado Federal ainda hoje permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Senador Eduardo Braga pede a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa., porque eu sou um dos Relatores também de uma matéria de empréstimos para o Estado do Piauí e sou Relator, na Comissão de Infraestrutura, neste momento, de uma outra importante matéria, para que pudesse ter uma inversão de pauta, para que eu possa cumprir minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missão nas duas Comissões, tanto aqui na Comissão de Economia e Finanças como na de Infraestrutura, agradecendo desde já a compreensão dos meus pares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 97, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Está concedido a palavra a V. Exa. para a relatoria da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu farei de forma resumida, Sr. Presidente.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2023 (nº 659, de 1º de dezembro de 2023, na origem), da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$50 milhões, de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí (Pró-Gestão Piauí)".

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de pleito do Estado do Piauí para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do "Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí (Pró-Gestão Piauí)".

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, uma vez que o mutuário cumpre, por força de decisão judicial, os requisitos legais e normativos para isso.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União.

Análise, Sr. Presidente.

O projeto objeto do financiamento tem como objetivo melhorar a eficiência na gestão de recursos públicos em departamentos selecionados do tomador, quais sejam: Sistemas de Gestão de Todo o Governo; Sistemas de Gestão em Setores Estratégicos; Gerenciamento de Projetos e Mudanças.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo. O custo total do projeto foi estimado em US$55 milhões, sendo US$5 milhões provenientes de contrapartida estadual e o restante financiado pelo Bird.

O custo efetivo da operação foi apurado em 6,13% ao ano com uma duração de 12,22 anos. Considerando a mesma duração, o custo de captação estimado para as emissões da União em dólares dos Estados Unidos da América é de 7,31% ao ano, superior ao custo calculado para a operação.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências: a) cumprimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal; b) inclusão do programa no plano plurianual do estado para o período 2020-2023; c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União; d) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora; e) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal; f) pleno exercício da competência tributária do estado.

A regularidade quanto ao pagamento de precatórios, a seu tempo, deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia. O ente atestou, ainda, que assinou contrato na modalidade parceria público-privada e que os gastos estão dentro do limite estabelecido na Lei nº 11.079, de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados do Relatório Resumindo da Execução Orçamentária relativos ao 4º bimestre de 2023 corroboram com esta informação.

Quanto à oportunidade, à conveniência, à viabilidade e aos riscos para o Tesouro Nacional, o órgão entendeu que a presente operação de crédito eleva os riscos ao Tesouro Nacional. Entretanto, entende-se que a operação deve receber a garantia da União por força de decisão judicial.

A Secretaria do Tesouro informa que o Estado do Piauí ingressou com ação cível ordinária e obteve decisões judiciais que impedem a União de executar as contragarantias contratuais, entre as quais, a retenção das transferências constitucionalmente obrigatórias. Essa situação impediria o recebimento da garantia da União a novas operações de crédito. No entanto, as citadas decisões impedem a inscrição do ente em questão em quaisquer cadastros federais de inadimplência, bem como veda qualquer outro ato restritivo quanto a operações de crédito, convênios ou risco de crédito relacionados a quaisquer dívidas nas quais a União figure como garantidora.

Por fim, foram observados dispositivos normativos que vedam disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras.

Do voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito do Estado do Piauí encontra-se, por força de decisão judicial, de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução publicado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu queria aqui agradecer, primeiro, à Comissão de economia e finanças por ter me distinguido com a honra e a oportunidade de prestar este relatório ao Estado do Piauí e agradecer o acompanhamento permanente do nosso colega Marcelo Castro, que foi muito importante nos esclarecimentos das dúvidas em torno dessa matéria e nos possibilitou, em tempo recorde, a elaboração desse importante relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., parabenizo pelo relatório e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria vai à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria relatada pelo nobre Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, agradecendo já aos nossos pares e agradecendo a V. Exa., eu encaminho o pleito de regime de urgência, para a matéria poder tramitar em regime de urgência no Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Eduardo Braga. Acolho o requerimento de urgência e o coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a ausência do Senador Alan Rick, estamos designando a nobre Senadora Damares para que possa relatar um projeto de empréstimo, através do Fonplata, para o Estado do Acre.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 96, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belém, Estado do Pará, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Vou direto à análise, numa forma resumida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI nº 3.823 de 2023, por meio do qual verificou os limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União, em conformidade com o §6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Portaria Normativa MF nº 500, de 2023, estabelecendo o prazo de 270 dias, contados a partir de 29 de setembro de 2023, para validade da análise. Segundo a STN, o Chefe do Poder Executivo do ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios.

De acordo com a conclusão da STN, com base na documentação e considerando a verificação dos limites e condições da RSF nº 43, de 2001, o Estado do Acre cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF. Em relação à garantia da União, levando-se em conta a verificação dos limites e condições da RSF nº 48, de 2007, entende a STN que o ente cumpre os requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da referida garantia.

A Coordenação-Geral de Haveres Financeiros informou à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, mediante o Ofício SEI nº 49.614 de 2023, que as contragarantias oferecidas foram consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Contrato de contragarantia com a União deverá ser celebrado previamente à concessão da garantia, em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF.

A situação de adimplência do Estado do Acre, bem como a regularidade em relação ao pagamento de precatórios, também deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato.

Em relação às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, e considerando a nova redação do §3º do art. 23 daquela lei, dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021, a STN manifestou-se, por meio do Parecer SEI nº 3.973, que o limite referente ao Poder Executivo foi considerado como atendido até o último quadrimestre para o qual é exigível a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente, na declaração do Chefe do Poder Executivo e nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo contidos nos RGFs homologados.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o Estado do Acre está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 99, de 2023, nos termos do projeto de resolução em anexo, já devidamente publicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que se manifeste. Encerrada a discussão.

Em votação relatório da Senadora Damares.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, peço urgência para a matéria devido à necessidade do estado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acolho o requerimento de urgência de V. Exa. e coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outra mensagem.

1ª PARTE

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 135,238,245.00 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro – Etapa II, no âmbito do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) do Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, cujo relatório já consta dos *Anais do Senado Federal*.

Foi designada Relatora *ad hoc* a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Relatora-mor no dia de hoje. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É rapidinho, Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Terceira relatoria. É a Senadora dando uma grande contribuição aos estados que estão sendo beneficiados aí pela sua relatoria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou ler de forma resumida também.

Por se tratar de operação de crédito relativa ao PEF, a LCP nº 178, de 2021, e a Resolução do Senado Federal nº 15, também de 2021, dispensam o cumprimento dos procedimentos, limites e condições previstos nas RSFs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, bem como da LCP nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Essa dispensa, contudo, não alcança as exigências constitucionais, em particular as dos arts. 167, III, e 167-A, §6º, ambos da Constituição Federal; a do parágrafo único do art. 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e, segundo o Parecer PGFN/CAF/nº 1.196/2017, a análise da suficiência das contragarantias oferecidas pelo município.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 4.590, de novembro de 2023, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios, vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, o Município do Rio de Janeiro atende os requisitos legais e normativos necessários à realização de operação de crédito com garantia da União, no âmbito do PEF de que trata a LCP nº 178, de 2021.

De acordo com análise da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, incorporada no Ofício SEI nº 59.979, de 2023, as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às exigências do art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conclui que não há, na minuta de contrato avaliada, cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

O voto, Sr. Presidente.

O pleito encaminhado pelo Município do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com o que preceituam leis complementares e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado já anteriormente publicado.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Damares.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que deseja discutir, então encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Também peço urgência à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acolho o requerimento de V. Exa. de urgência e coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência da matéria, que será encaminhada ao Plenário do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 101, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Acre - PROGESTÃO Acre".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Refere-se a um programa de sustentabilidade fiscal do Estado do Acre.

A relatoria é do Senador Sérgio Petecão, mas ele não pôde comparecer, e a Senadora Zenaide Maia relatará *ad hoc* esta matéria.

Com a palavra Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, como já estava disposto para todos tomar conhecimento, quero ir direto à análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal n°s 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Essas são as normas que regulam os limites e as condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

O custo efetivo da operação de crédito mostra-se favorável, tendo sido apurado em 5,06% ao ano, para uma duração de 9,94 anos. Considerada a mesma duração, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 6,74% ao ano, portanto superior ao custo efetivo calculado para a operação, conforme salientado no referido Parecer SEI nº 3809, da Secretaria do Tesouro Nacional.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 152, de 2023, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referentes ao Estado do Acre, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, pois o estado cumpre os requisitos legais para ambos.

Ademais, a STN concluiu que a operação é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional e à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

Cabe destacar que, por se tratar de projeto de investimento com tais características, a operação de crédito pretendida encontra-se excepcionalizada dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, conforme item 5 do Parecer SEI nº 3.809, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ainda de acordo com a EM nº 152, de 2023, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito pretendida, bem como da concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 – adimplência do ente –, o cumprimento substancial das condições especiais de efetividade, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Desta forma, considerando que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Estado do Acre encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos seguintes...

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Zenaide Maia e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador ou Senadora deseja discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a aprovação de um requerimento de urgência para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Acolho o requerimento apresentado por V. Exa. e coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A reunião segue agora para iniciar a sabatina dos indicados para ocuparem cargos no Cade. São o Sr. Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior, a Sra. Camila Cabral Pires Alves, o Sr. Diogo Thomson de Andrade e o Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes.

Peço aos senhores citados, estando presentes, que compareçam, para ocupar as posições, para que seja procedido o início da sabatina.

Estão nominados aqui, à frente... (*Pausa.*)

Apresentou-se o Sr. Diogo, o Sr. Dr. José Levi, o Carlos Jacques, e falta a Sra. Camila.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Quando abrir para inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pode ser, pode ser.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Pode colocar? Porque eu quero depois ir à CRE.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pode ser agora. V. Exa. pode pedir a palavra, que eu te concedo agora.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Ah, tá. Mas não vai resolver alguma coisa da apresentação? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Sergio Moro pediu para fazer as perguntas, mas, antes, eles vão fazer a apresentação.

V. Exa. gostaria de nominar algum deles que quisesse questionar? Porque eu passo logo para que ele faça a apresentação.

Eu sei que todos estão em várias Comissões hoje; então, facilitar a locomoção é meu dever aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Seria uma pergunta comum, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom, está bom. Está o.k.

Então, vou passar a palavra para o Sr. Dr. José Levi, para que ele possa fazer as suas colocações.

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR (Para expor.) – Sr. Presidente, bom dia. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia.

Antes de mais nada, eu gostaria de expressar a minha profunda honra de me colocar à disposição do Senado Federal e desta Comissão para o fim desta sabatina. Falo desta minha honra, não apenas como indicado ao Tribunal Administrativo do Cade, mas também como cidadão é para mim gosto muito grande submeter-me ao juízo de V. Exas.

Eu vou fazer uma apresentação muito rápida, até porque já tive oportunidade de entregar o meu currículo para V. Exas. ou para as assessorias de V. Exas. Eu sou Procurador da Fazenda Nacional já há 23 anos e também tenho carreira docente há 23 anos, no Ceub; há 15 anos, na Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Atualmente, exerço minhas funções, cedido pelo Ministério da Fazenda, à Justiça Eleitoral, ao Tribunal Superior Eleitoral, e faço questão de colocar, desde logo, a minha compreensão acerca do Tribunal do Cade.

O tribunal que funciona no Cade é um tribunal administrativo e, como tal, ele pode ser, deve ser, tem sido um fator relevante, importante de desjudicialização. Na promoção da higidez da concorrência e do mercado, parece-me que muito melhor do que decisões são diálogos. E, verdadeiramente, se nós olharmos a legislação aprovada por V. Exas., lá está esta sabedoria: a sabedoria do diálogo. Seja no que se refere aos termos de cessação de conduta, seja no que se refere aos acordos de controle de concentração, o que se tem ali é o incentivo, o convite ao permanente diálogo para que o mercado se entenda e viva de maneira hígida, competitiva, aberta, plural, tendo, no tribunal do Cade, um fator de catalisação dessa lógica de coisas, dessa lógica construtiva de coisas.

Então, colocando-me absolutamente à disposição de V. Exas., essas seriam minhas palavras iniciais, ao que, uma vez mais, agradeço a V. Exa., Presidente, a oportunidade, a honrosa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a palavra...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu pediria à V. Exa. que pudesse abrir o painel para que a gente pudesse votar, porque nós já temos conhecimento através do relatório, e todos nós nos informamos sobre os postulantes ao Conselho do Cade. Então, a contribuição da sabatina é importante, mas nós estamos num vai e vem em todas as Comissões, então eu pediria à V. Exa. se pudesse abrir, para que aqueles que estiverem satisfeitos já com o currículo de cada um deles pudessem votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz, acolho a indicação de abertura do painel e determino que se faça, até porque isso já aconteceu em outras oportunidades, e é perfeitamente regimental.

Então, determino que se possa abrir o painel para votação dos nomes que estão indicados para o Cade.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra à Dra. Camila.

A SRA. CAMILA CABRAL PIRES ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem agradeço a atenção às indicações para o Cade, tornando possível a realização da sabatina ainda este ano; Exma. Senadora Relatora, Tereza Cristina, a quem tive a honra e o prazer de ter como Relatora do meu processo de indicação; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, gostaria também de cumprimentar os demais indicados: o Sr. Diogo Thomson; o Sr. Carlos Jacques; o Sr. José Levi; demais presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minhas homenagens e dizer que é uma honra estar aqui hoje me dirigindo a esta Casa como indicada ao cargo de Conselheira do Cade. Também gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer imensamente a apresentação cuidadosa da Senadora Tereza Cristina, realizada na última terça-feira.

Eu farei uma breve apresentação inicial. Peço perdão se for redundante, mas entendo que cabe a mim, neste espaço, apresentar a minha trajetória acadêmica e profissional para avaliação dos Exmos. Senadores.

Sou natural do Rio de Janeiro, mãe de três filhos. Sou mestre, sou economista, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde 2010, sou servidora pública federal da carreira de magistério superior. Atualmente exerço as funções de Professora Associada e Diretora Adjunta de Pós-Graduação no Instituto de Economia da UFRJ, onde atuo há dez anos.

Tive, na minha trajetória profissional, experiência na área de defesa da concorrência, servindo ao Cade nas posições de Economista-Chefe e Economista-Chefe Adjunta, entre os anos de 2011 e 2013. Trabalhei ainda como assistente técnica, auxiliando na elaboração de pareceres em atos de concentração na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, em 2005, quando tive minha primeira experiência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Posso dizer que a minha experiência profissional se combinou com a minha trajetória acadêmica, o que me levou a adotar, ao longo dos últimos 18 anos, uma abordagem colaborativa com a política antitruste no direcionamento de grande parte dos meus estudos, das minhas atividades, a preocupação do aprimoramento da política de defesa da concorrência.

Seguindo essa orientação, minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado foram dedicadas ao tema; a primeira tratou dos efeitos coordenados em atos de concentração e a minha tese é um dos modelos de simulação na análise também de atos de concentração. Durante o meu doutoramento, eu também fui *visiting* em escola, numa bolsa de sanduíche da Capes, na Washington College of Law, na American University, com as minhas atividades orientadas pelo Prof. Jonathan Baker.

O meu ingresso na carreira de magistério superior se deu por concurso, em 2010, como Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e, já no Instituto de Economia da UFRJ, ingressei como Professora Adjunta após aprovação em concurso público de microeconomia com ênfase em defesa da concorrência e regulação. Desde 2022, sou professora associada; também ocupei cargos de gestão universitária na universidade, como na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia e, atualmente, na direção de pós-graduação de todo o Instituto de Economia.

Em 2015, é importante dizer, com colegas professores do Instituto de Economia, com ampla atuação na área de defesa da concorrência, alguns inclusive ex-Conselheiros do Cade, fundei o Grupo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito, Economia e Concorrência. O Gdec, que coordeno desde a sua criação, é um grupo para estudos da área de economia aplicada à defesa da concorrência; reúne professores e alunos do Instituto de Economia, pesquisadores externos dedicados a ensinar, pesquisar e disseminar os temas de defesa da concorrência.

Passando para a minha experiência profissional no SBDC, é importante destacar a minha atuação como Economista-Chefe e Economista-Chefe Adjunta.

Minha tarefa principal ao lado do Economista-Chefe naquela época foi a de dar continuidade à estruturação do recém-criado Departamento de Estudos Econômicos, com enfoque na aplicação de conhecimento especializado em economia nesse órgão. Naquele momento de transição e implementação da Lei 12.529, os trabalhos eram fundamentalmente preocupados com o desempenho do novo Cade, concentrados nas análises econômicas mais especializadas, em diversos casos complexos, em particular os casos do estoque da antiga lei que estavam no tribunal. O foco era, portanto, dar amparo econômico, celeridade, qualidade às decisões, desenhando o papel inicial do DEE e de seus economistas no Cade.

Para a Presidência do Cade, com o intuito de planejar as autoridades europeias, trazendo experiências de seus departamentos econômicos, realizei viagens, visitas a autoridades, trazendo essa experiência, ajudando na consolidação do novo Cade. Atuei no Cade até novembro de 2013, quando ingressei na UFRJ.

Ao longo dos últimos anos, eu publiquei, em autoria e coautoria, diversos trabalhos na área de defesa da concorrência. Posso destacar artigos em periódicos científicos renomados, nacionais e internacionais, como *The Antitrust Bulletin*, *World Competition*, *Revista Direito Público*, revista *EconomiA*, da Anpec. Também publiquei um capítulo dedicado a políticas de defesa da concorrência no *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*, editado pela Oxford Press.

Participei de forma esporádica também na elaboração de estudos e pareceres econômicos encomendados por partes ou terceiros interessados em casos complexos analisados pelo Cade. E, além disso, fui palestrante convidada em diversos eventos acadêmicos.

Assim, com base na minha trajetória, coloco-me à disposição dos Exmos. Senadores e Senadoras do Senado Federal para que meu nome seja apreciado por V. Exas.

Claro, não estive sozinha durante todos esses caminhos percorridos. Tive a sorte de estar acompanhada de pessoas excelentes – profissionais, familiares, amigos –, que me deram suporte e força, a quem sou muito grata.

Por último, não por ser menos importante, expresso meus sinceros cumprimentos à atuação exemplar e cuidadosa desta Casa, em especial da Comissão de Assuntos Econômicos, pela condução dos temas sob sua competência, notadamente a avaliação da escolha de autoridades. Tenho a convicção de que essa atribuição é de grande importância para a efetiva execução das nossas políticas públicas e para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento do nosso país, e é com igual zelo, dedicação e rigor técnico que me comprometo a exercer o cargo de Conselheira do Cade, caso V. Exas. entendam que deva ser esse o meu lugar nos próximos quatro anos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Dra. Camila Cabral Pires Alves pelo currículo e pela apresentação.

Queria lembrar aos Srs. Senadores e Senadoras que está aberto o painel para votação.

Até agora só votou o Senador Omar Aziz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não; foi quem pediu, mas está aberto para todos. Eu acho que seria importante que os Senadores e as Senadoras que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos votassem – e tem presença suficiente para a votação –, até porque esse é um órgão fundamental, muito importante; um colegiado que precisa ter os seus componentes para a apreciação de matérias que são relevantes para o interesse do país. Portanto, essa é a minha colocação a respeito dos Srs. Senadores, que já podem votar no painel do Senado Federal.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Jacques e, em seguida, ao Dr. Diogo.

O SR. CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer, na pessoa do Senador Otto Alencar, a esta Comissão de Assuntos Econômicos e ao Presidente Vanderlan por, rapidamente, ter-nos proporcionado essa oportunidade de participar da sabatina e por ter pautado os nomes para os indicados ao Cade, considerando a situação premente de prazos processuais que estão suspensos devido a gatilhos da lei que impedem que o Cade funcione com um número muito reduzido de conselheiros.

Bom, em relação à minha apresentação, eu me sinto muito honrado de estar aqui entre os indicados, principalmente porque eu sou um servidor da Casa. Há 19 anos eu sou Consultor Legislativo do Senado Federal. Participei de um concurso disputado em 2002 e fui nomeado em 2004.

Eu gostaria só de lembrar que, aqui no Senado, minha contribuição sempre ocorreu dentro de um perfil muito técnico: a reforma da Lei de Recuperação e Falências; Lei do Cadastro Positivo; sociedade anônima simplificada; lei geral das empresas estatais; a própria lei do Cade de defesa da concorrência; lei de exploração de petróleo sob regime de partilha de produção; reforma da lei de microempresas e empresas de pequeno porte; e também a Lei de Liberdade Econômica; entre outras proposições legislativas da qual eu pude participar como consultor, na assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também na assessoria do Senado: texto para discussão sobre o Marco Regulatório do Pré-Sal, Texto nº 55, que está disponível no *site* da Casa; participei, como assessor, na CPI das ONGs de 2007...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES – ... representei o Senado no Conselho Nacional de Combate à Pirataria, em 2009; também prestei assessoria à Comissão de Juristas para a elaboração da reforma do Código do Consumidor, coordenada pelo Ministro Herman Benjamin, e também de um novo Código Comercial, em 2013, coordenada pelo Ministro João Otávio de Noronha. Desde 2021, eu exerço a função de Assessor Jurídico na Presidência do Senado Federal, sob a Presidência do Senador de Minas Gerais Rodrigo Pacheco.

Aqui, sendo breve, Senador, e aproveitando a oportunidade, eu também gostaria de dizer que minha primeira experiência profissional, quando eu cheguei a Brasília, em 1998, foi justamente no Cade, como Assessor Processual da Presidência do Cade. A época era um momento de elaboração de normas internas, de resoluções e também dos primeiros acordos de cooperação entre o Cade, as agências reguladoras e também o Banco Central. Era um trabalho embrionário; hoje o Cade, com certeza, está muito consolidado, muito amadurecido. E eu tive a oportunidade de trabalhar no começo da construção institucional do Cade, que, claro, existe há muitos anos, mas que, nos anos 90, teve um grande impulso sob a gestão do então Presidente Gesner de Oliveira.

Eu creio que essa minha trajetória, enquanto servidor concursado e Consultor desta Casa, conjuntamente com o apoio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, foi decisiva para que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Lula, incluísse o meu nome no rol de indicados para o cargo de Conselheiro do Tribunal do Cade.

Com minhas homenagens aos conhecidos zelo e prudência com os quais esta Casa exerce sua função constitucional de escrutínio das autoridades indicadas, em especial ao trabalho desta Comissão de Assuntos Econômicos, rogo a V. Exas. a apreciação de meu nome para o cargo de Conselheiro do Tribunal do Cade. E digo que, se meu nome for confirmado nesta Comissão e também no Plenário da Casa, comprometo-me com V. Exas. a exercer, no Cade, meu mandato de Conselheiro em prol da defesa da concorrência nos mercados, com o mesmo empenho e foco técnico com que exerço minhas atribuições de Consultor Legislativo desta Casa, da qual eu me orgulho muito de pertencer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Sa., Sr. Carlos Jacques, pelo seu pronunciamento. Realmente um servidor do Senado Federal com a sua carreira e conhecimento vai prestar grande serviço ao Cade – assim eu espero.

Passo a palavra ao Sr. Diogo.

O SR. DIOGO THOMSON DE ANDRADE (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Senador Otto Alencar, que preside esta sessão, também gostaria de cumprimentar o Exmo. Senador Vanderlan Cardoso, Presidente desta Comissão, pelo empenho em colocar os nomes à sabatina na data de hoje. Também gostaria de iniciar cumprimentando o Exmo. Senador Rodrigo Cunha, que relatou a minha mensagem, de quem tive a honra e o prazer de ter o relatório apreciado.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores e demais presentes, é com profundo respeito e comprometimento que compareço diante desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para apresentar um pouco da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, visando à avaliação para o cargo de Conselheiro do Tribunal.

Sou natural de São Paulo, bacharel e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atualmente doutorando em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), onde tenho dedicado a minha pesquisa à transformação digital e seus impactos na livre concorrência. Também possuo diversas publicações acadêmicas, diversos capítulos de livros na área da defesa da concorrência, e atuo como professor visitante e como instrutor em diversos cursos de formação de renomadas instituições de ensino. Destaco ainda, na área acadêmica, minha participação como examinador em bancas de conclusão de curso de Direito e de mestrado em instituições como a UnB e o IDP.

Minha trajetória profissional se inicia em 2004, quando eu ingressei no concurso público da Advocacia-Geral da União, assumindo o cargo de Procurador Federal. Três anos depois, tive a oportunidade de ser designado para a Procuradoria Federal junto ao Cade, e desde então dedico a minha vida inteiramente a essa instituição.

Desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 2011, o que ocorreu no ano de 2012, eu permaneço no Cade ocupando o cargo de Superintendente-Adjunto, liderando a implementação da política nacional de combate a cartéis e coordenando a análise de atos de concentração econômica, como as fusões e aquisições. Participei nesse período da formulação e do amadurecimento do Programa de Leniência do Cade, que serve de modelo e inspiração para diversas outras legislações e é sucesso reconhecido internacionalmente. Também coordenei a reformulação na política de acordos para os casos de cartéis. Essa medida, além de aumentar a capacidade investigativa do órgão, possibilita aos agentes de mercado que desejam atuar em conformidade da lei uma solução consensual dos processos administrativos.

Outra importante contribuição à sociedade durante esse meu período como Adjunto no Cade foi a reformulação da priorização dos combates a cartéis, passando a investigar mais casos de cartéis realizados em território nacional, como os cartéis de combustíveis e os cartéis em licitações públicas. Nos últimos dois anos tenho exercido como Adjunto a supervisão de toda atividade de instrução e aprovação de atos de concentração econômica, como as fusões e aquisições. Nesse período, mesmo com recorde de atos de concentração notificados, pudemos atingir um recorde de tempo de análise no Cade, sendo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo geral para análise desses casos no Cade não supera 30 dias, e para os casos simples não supera 15 dias.

Essa experiência no Cade me faz acreditar no papel fundamental da defesa da concorrência para a redução da desigualdade, por meio do desenvolvimento econômico e do fomento da livre iniciativa. A promoção de ambiente mais competitivo nos mercados e na economia como um todo é o papel essencial do Cade, mas é um papel que não pode ser exercido sem o diálogo e a participação das diversas instituições do Estado e sem a implementação de políticas públicas e as iniciativas legislativas que fomentam o ambiente mais competitivo e também a livre iniciativa.

Como servidor público há 20 anos, e 16 anos desses dedicados ao Cade, trabalhei ao lado de honrosos servidores – muitos deles aqui estão hoje – que reafirmam diariamente o compromisso de excelência técnica e o profissionalismo do Cade e possibilitam a implementação e a efetividade de políticas públicas e a continuidade do Cade como instituição de Estado.

Acredito que essa minha experiência e comprometimento, aliados à minha formação acadêmica, me credenciam a contribuir ativamente para a política de defesa da concorrência e me comprometo, ao me submeter a escrutínio deste Senado para sabatina, a exercer meu cargo, caso seja aprovado, com a maior dedicação e comprometimento e a trazer essa experiência dos 16 anos passados no Cade e a minha dedicação à causa da defesa da concorrência no país ao Tribunal Administrativo do Cade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço. Parabenizo V. Sa., Sr. Diogo Andrade.

A discussão está aberta.

Pela ordem de inscrição, Senador Sergio Moro; depois Senador Esperidião Amin; Senadora Tereza Cristina; e Senador Eduardo Gomes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Senador Otto, agradeço.

A pergunta, na verdade, é dirigida a todos os candidatos, já que a sabatina é conjunta.

O Cade tem essa função de proteção da concorrência, de evitar a concentração de mercado, mas nós temos visto uma tendência, que às vezes não é só no Brasil, de concentração de mercado em algumas empresas.

Aqui, no Brasil, nós tivemos exemplos que não são tão recentes, mas tivemos o caso da Braskem, que acabou praticamente monopolizando o mercado da petroquímica; tivemos o caso da JBS, que acabou levando a uma concentração enorme do mercado de carne. Temos agora o caso, que vai estar até nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãos do Cade, da questão relativa às refinarias. A Petrobras tem uma posição de dominância do mercado, e o Governo passado fez movimentos – a meu ver, corretos – no sentido de privatizar refinarias para diminuir um pouco esse monopólio da Petrobras e aumentar a concorrência.

Claro que a gente entende a Petrobras como uma joia da coroa aqui no Brasil, uma sociedade de economia mista relevante para o desenvolvimento do Brasil, mas essa posição de dominância dela gera uma série de problemas no mercado de combustíveis, tanto que, quando sobe o preço da gasolina neste país, é sempre a questão: "Ah, é culpa da Petrobras"; "Ah, vamos interferir na Petrobras"; "Ah, vamos fazer isso ou aquilo", tudo porque ela tem essa concentração. E, agora, a gente vê um movimento na direção de maior concentração, com o Governo querendo recomprar essas refinarias. E houve, lá atrás, um termo de ajuste de conduta da Petrobras, apresentado junto ao Cade, no qual havia o compromisso assumido de privatizar parte dessas refinarias para diminuir essa concentração no mercado. Eu não tenho os detalhes – por que foi feita essa iniciativa, como foi feito isso –, mas essa política agora está em revisão.

Então, a minha indagação aos senhores e senhoras...

A qualidade do currículo dos quatro aqui é inegável; a qualificação, igualmente, na área, inclusive com experiência no próprio Cade ou experiência do nosso ilustre Consultor Legislativo aqui em matérias que dizem respeito a isso.

Mas uma questão muito concreta: como o Cade poderia evitar essas concentrações de mercado, em especial esse retorno a uma situação de reestatização dessas refinarias, porque isso, a meu ver, vai contra o espírito que nós precisamos ter de maior concorrência no mercado de combustíveis no Brasil.

A pergunta é dirigida aos quatro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai fazer por bloco ou individual?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos fazer individual. Eu vou pedir pela ordem. Todos perguntam, os Senadores, e depois todos respondem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem problema.

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin, para fazer o seu questionamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu, por exemplo, se V. Exa. acolhe essa modalidade que geralmente é utilizada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, sempre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Três Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problemas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sob pena de, daqui a pouco, se esquecer de uma pergunta.

Eu queria saudar os quatro sabatinados – ou sabatinandos – e quero aproveitar a pergunta do Senador Moro, que é muito atual, para acrescentar um elemento. Na verdade, quando se fala em privatizar refinaria – e o Senador Otto Alencar conhece, assim como o Senador Jaques Wagner, conhece bem o que se tem discutido –, uma refinaria tem uma jurisdição, uma circunscrição, então, na área dela, não tem concorrência. Ninguém vai competir com a refinadora que atende o sul do Brasil, por exemplo, Paraná e Santa Catarina, que fica equivocadamente localizada no Paraná e usa a boia em São Francisco do Sul – isso é uma blague –, ou seja, uma refinaria, numa região, ela ali não tem concorrência. Ela tem uma capitania, que pode compreender um estado das dimensões da Bahia e outros, ou seja, naquela circunscrição, não tem, no meu conhecimento, concorrente prático, real. Então, eu queria acrescentar esse condimento, esse elemento à indagação do Senador Moro.

E a minha ponderação aos quatro... Vejam bem, quatro membros do Cade é o Cade inteiro – não é? –, ou seja, é uma circunstância até indesejável, posto que o que se pretende é que haja um rodízio de complementos: termina o mandato... ou seja, é feito para isso. No Banco Central e nas agências reguladoras existem esses mandatos, digamos, de duração e término diferenciados exatamente para permitir que o Cade não fique acéfalo ou sem capacidade de decisão.

Então, é uma circunstância diferente por isso – eu acho que conversei com três de vocês, com três.

Então, eu queria deixar registrado o meu aplauso à história do Cade no tocante a essa questão doméstica nacional de evitar a concentração, o monopólio e, consequentemente, dificultar a competição, mas, diante de um fato concreto, que eu já revelei aos três, quero mostrar que a competição é mundial. E eu acompanhei um caso em que esta visão do que é o comércio internacional não esteve presente, e vou relatar aqui para que os senhores examinem e vejam o que se deve corrigir até do ponto de vista legal, legislativo.

Por exemplo, uma empresa brasileira está na iminência de se transformar num *player* internacional de grande importância. Nós não podemos ter a visão de que a concorrência dela é no Brasil. Eu me refiro a uma empresa cuja sede fica em Santa Catarina e é hoje a número um no mundo em fabricação de bloco de motor. Alguém pode dizer que o futuro é a bateria; tudo bem, mas o negócio é este. Então, se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tiver uma visão global, você vai impedir que o Brasil tenha uma empresa que possa aspirar à condição de *player* número um ou *player* número dois ou três, ou seja, um dos *top ten*, digamos, ou *top five* no mundo.

Na medida em que os senhores tenham essa consciência e for necessária, evidentemente a critério também de vocês, uma alteração do ponto de vista de legislação, eu acho que essa interação é necessária. Portanto, minha intervenção se divide em dois tópicos.

Primeiro, eu acrescento a questão da competição de verdade, que pode acontecer entre refinarias, que, na prática, eu acho que não ocorre, porque é um domínio, um domínio territorial, uma capitania, podemos dizer. E, segundo: claro que todos nós queremos livre concorrência, não é? A concorrência significa um sintoma de vitalidade, de saúde no capitalismo. As fusões sempre são um sintoma de enfermidade. Às vezes é para resolver a incapacidade competitiva, mas nunca é bom, é algo que está com febre, no mínimo.

Mas essa visão de mundo, eu acho que tem que estar presente, sob pena de o Brasil, que tantas vezes já tentou ter um *player* internacional... Há pouco tempo, há menos de dez anos, tentou fabricar alguns; alguns que eram incógnitas ou "x", outros que realmente se transformaram num *player* internacional, que é o caso das proteínas animais – ou não foi? Ou seja, nós não podemos ter medo disto: de que o Brasil tenha empresários, empreendedores e empreendimentos que cheguem a ser uma estrela em matéria de firmamento competitivo.

Então essa interação entre o exercício do tribunal, como o senhor mencionou, e o exercício da visão universal é que eu gostaria de chamar à atenção. Não é uma crítica, é o que eu percebi e acho que talvez até a legislação dificulte. Se a legislação dificulta, temos que cuidar das excepcionalidades; repito, não em relação ao mercado interno, mas em relação à concorrência, que hoje, sabe-se, é absolutamente universal. E a dependência universal, está aí o caso dos fertilizantes para nos mostrar, é sempre um inconveniente muito grande quando a gente tem uma dependência excessiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra, a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Rogério Carvalho.

Senadoras, Senadores, quero cumprimentar aqui os quatro sabatinados pelos seus currículos e queria destacar inicialmente a importância do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para o desenvolvimento da economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cade tem a valorosa missão de zelar pela livre concorrência no nosso mercado. A concorrência é a principal força para gerar melhoria na eficiência das empresas e aumentar a produtividade dos sistemas econômicos, fatores que são decisivos para o crescimento econômico e sustentável em longo prazo. Sem a concorrência nos mercados, muito dificilmente nós teríamos as inovações necessárias para superar obstáculos, aperfeiçoar processos produtivos ou mesmo para melhoria da qualidade dos serviços e dos produtos.

O setor agropecuário, de que faço parte e que represento há muito tempo, é um grande exemplo da importância da força da concorrência para o desenvolvimento produtivo. A concorrência com produtores internacionais no nosso mercado, nos mercados globais, como acabou de falar o Senador Esperidião Amin, tornou o setor agropecuário brasileiro essa potência que admiramos hoje e a que devemos dar o devido reconhecimento, pois ajudamos, de maneira decisiva, a gerar segurança alimentar para o Brasil e para o mundo.

Assim, dada a importância da concorrência para o desenvolvimento econômico e considerando a relevância do Cade para a defesa da concorrência do mercado brasileiro, faço uma pergunta geral aos quatro sabatinados indicados aqui hoje. O Cade é entidade responsável no âmbito do Poder Executivo não só por investigar e decidir em última instância sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência. Sendo assim, quais os temas que a senhora e os senhores entendem que devem ser priorizados aqui na agenda do Congresso Nacional para fortalecer a cultura da livre concorrência no mercado brasileiro e internacional?

Faço também uma pergunta específica para cada um dos quatro indicados.

Ao Sr. José Levi, que já exerceu as funções de Advogado-Geral da União e de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, além de uma vasta carreira econômica: como o senhor entende ser possível melhorar a coordenação institucional do Cade com os demais órgãos do Governo, como o Ministério da Fazenda e o do Desenvolvimento, por exemplo, na busca de fortalecer o ambiente concorrencial no Brasil?

Ao Sr. Diogo Andrade, atualmente Superintendente-Geral Adjunto do Cade: que papel o Cade pode exercer para aperfeiçoar as discussões dos acordos internacionais de comércio?

Ao Sr. Carlos Gomes, Consultor Legislativo aqui do Senado Federal: há algum setor econômico no Brasil que deveria receber maior nível de atenção da autoridade de concorrência em razão da sua sensibilidade?

Por fim, à Sra. Camila Alves, Professora da UFRJ, cujo processo tive a honra de relatar: no seu *paper* "Evidências Econômicas e Política Antitruste: desafios impostos e saídas institucionais", publicado na Economic Analysis of Law Review de 2018, há uma avaliação sobre a utilização de evidências econômicas no âmbito da política antitruste. Assim, e considerando a sua atuação como coordenadora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grupo de Pesquisa em Direito, Economia e Concorrência da UFRJ, quais os casos mais emblemáticos que a senhora entende terem impactado de forma mais significativa a ordem econômica brasileira?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra, por cinco minutos, começando pelo Sr. Diogo Thomson de Andrade.

O SR. DIOGO THOMSON DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigado, Senadores. Queria agradecer as perguntas dos Exmos. Srs. Senadores e vou tentar responder a todas individualmente.

Começando pela pergunta do Exmo. Senador Sergio Moro, entendo que o principal objetivo da pergunta é também compreender como se deu o TCC realizado pelo Cade com a Petrobras para os desinvestimentos no refino. Esse TCC foi firmado em 2019 e, de fato, tinha a intenção de promover uma abertura no setor de refino diante de algumas investigações das quais a Petrobras era representada que davam conta de abusos de sua posição dominante nesse mercado.

Naquela época, a Petrobras, por visão estratégica da empresa e também autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética, propôs ao Cade sair da posição dominante na matéria do refino, o que deu ao Cade a impossibilidade de negar ou de não aceitar esse acordo, porque era um acordo que, de fato, seria pró-competitivo, na medida em que você tiraria o principal *player* do mercado da sua posição dominante.

E ali foram feitas algumas medidas, dentre elas, os desinvestimentos de algumas das refinarias e, nesse ponto, até respondendo em parte ao questionamento do Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, foram escolhidas refinarias, do ponto de vista geográfico, espalhadas pelo país, justamente para que pudessem entrar novos *players*, além da Petrobras, nas várias regiões do país e, assim, promover uma maior competitividade, na verdade, não somente na área do refino, mas para os outros elos da cadeia.

Esse TCC vem sendo cumprido desde então e, agora, o que nós temos notícias somente pela imprensa – não tenho acesso ao que, de fato, foi proposto –, me parece que a Petrobras mudou a sua visão estratégica e está propondo uma revisão desse acordo. É bom que se diga que revisões de acordos no Cade são possíveis, principalmente quando elas têm ali obrigações de fazer. A própria dinâmica da economia pode gerar esse tipo de revisão de acordo, mas é claro que a revisão do acordo não pode ser uma autorização para o mero descumprimento desse acordo.

Então, caso aprovado por este Senado, eu me comprometo a fazer todos os esforços para que os objetivos iniciais do acordo, que era mitigar o abuso de posição dominante da Petrobras, seja mantido nesse novo acordo.

Respondendo também ao questionamento do Exmo. Senador Esperidião Amin, que fala especificamente da globalização da economia e a consequente globalização da competição, esse talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja um dos maiores desafios atuais da defesa da concorrência. Já há muito anos se convive com uma globalização dos mercados e com uma competição que se dá fora do nível nacional. Ocorre que também as empresas atuam em nível nacional e de alguma forma há que se proteger os mercados internos e ao mesmo tempo se valorizando a existência de grandes *players*, para que eles possam concorrer internacionalmente.

Isso traz uma complexidade, no próprio instrumental de análise da defesa da concorrência, que é um instrumental tradicionalmente baseado em pressupostos da teoria neoclássica, que vem se modificando. A principal discussão hoje no mundo, entre as autoridades de defesa da concorrência, é justamente a necessidade de se reformularem os objetivos da defesa da política de defesa da concorrência.

Nesse sentido, existe uma renovação de uma tensão, que é antiga, entre livre concorrência e política industrial. E, de fato, Senador, se me permite, o Cade vem evoluindo, desde aquela decisão, em diversos outros julgados, de forma a contemplar esse elemento da competição internacional em seus julgados. O próprio caso da Tupi, que foi posterior a esse caso mencionado por V. Exa., que é o caso da Tupi MWM, em que o mercado em que a Tupi atua foi considerado como internacional, acabou aprovado sem restrições por conta disso. Inclusive sequer subiu ao tribunal do Cade; foi aprovado na própria Superintendência-Geral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR – A Exma. Senadora Tereza Cristina nos pede para que se apontem algumas contribuições no âmbito legislativo para o desenvolvimento da defesa da concorrência.

Eu vejo pelo menos dois campos em que a atuação do Senado Federal e do Congresso Nacional como um todo, por meio de leis, é muito importante. Um deles são os setores regulados, que são marcados por falhas de mercado e muitas vezes a regulação não dá conta de promover o incentivo ideal à competição. Nesse sentido, o Cade vem trabalhando já há muito tempo junto às agências reguladoras e existem várias propostas – no próprio *site* do Cade temos vários elementos, vários cadernos que estudam esses setores regulados e fazem propostas – justamente de iniciativas legislativas para melhoria do ambiente competitivo nesses setores.

Outro ponto que atualmente é um dos principais temas em discussão, na defesa da concorrência ao redor do mundo, são as plataformas digitais e como conter esse poder das plataformas digitais. Já existe um PL em trâmite na Câmara dos Deputados, mas acredito que é um projeto de lei que ainda exige, tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo, ainda um tempo de maturidade e muita discussão...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR – ... para que a gente possa chegar a uma regulação que faça sentido para o Brasil e que não seja meramente uma cópia de uma legislação estrangeira.

Com relação aos acordos internacionais, o Cade exerce um papel participando de foros internacionais, para que nesses acordos de comércio entre países também seja contemplado o elemento da livre concorrência – aí a livre concorrência como um valor a ser protegido para a promoção de bem-estar.

Creio que respondi à maioria dos questionamentos. Se não os respondi, peço aos Srs. Senadores e Senadoras que me façam novas arguições.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Dr. Diogo.

Eu quero passar a palavra para o Carlos Jacques por cinco minutos.

O SR. CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Sergio Moro, ao Senador Esperidião Amin, à Senadora Tereza Cristina pelos questionamentos e, no período de cinco minutos, endereçar aqui as minhas observações, as minhas respostas.

De fato, a questão envolvendo as refinarias é sensível, porque o Termo de Compromisso de Cessação assinado pelo Cade já tem alguns anos que está sendo implementado e é um tema que exige muito cuidado e muita observação por parte do Cade. O fato de ter um tempo longo de implementação do termo de compromisso faz com que os cenários possam ser modificados, muitas vezes a empresa reflita sobre sua política comercial e queira pedir reexame do termo de compromisso, que é a situação atual com a qual o Cade depara e que está sob estudo.

A questão da concentração dos mercados, Senador Moro, é fundamental na própria estruturação do sistema de defesa da concorrência. Então, são dois instrumentos básicos que o Cade tem: o controle preventivo de formação de fusões e aquisições... Essa é uma situação... Se formos olhar aqui os números do Cade, nos últimos sete anos, das fusões e aquisições, dos atos de concentração econômica apresentados, o Cade reprovou três integralmente e, digamos assim, aprovou com restrições, o que seria uma espécie de reprovação parcial, 40 casos, justamente com o objetivo de evitar que as concentrações sejam maléficas à concorrência, que elas causem danos ao mercado. Então, este é o trabalho do Cade nos últimos sete anos: 43 casos em que o Cade não aceitou a operação como as empresas apresentaram.

O Senador Esperidião Amin pergunta sobre a questão dos mercados geográficos, o mercado mundial. Então, há mercados em que, claramente, a geografia do mercado é mundial, por exemplo, construção de turbinas de avião. Geralmente são fatores que a ciência econômica pondera.

O Senador perguntou sobre a necessidade de reforma legislativa na discussão de delineamento de mercados relevantes. Talvez não seja exatamente uma questão de mudança da lei, mas, sim, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metodologia de análise econômica, microeconômica aplicada aos casos. Com certeza, quando se tem um alto valor agregado no produto e quando questões de custo de frete e questões tributárias têm um peso menor na definição do preço de mercado, é possível se imaginar mercados mais abrangentes, geograficamente maiores, mas essa é uma discussão da análise econômica, não creio que seja exatamente uma discussão legislativa neste momento.

Também o Senador Esperidião Amin perguntou por que os mandatos do Cade estão coincidentes, já que são quatro indicados. Na verdade, não é bem assim. É que, ao longo dos anos, quando se tem uma vaga no Cade, muitas vezes se atrasa a indicação e isso vai acumulando uma outra vaga com uma outra vaga e uma outra vaga até o ponto acontecer o que acontece hoje, de ter quatro indicados praticamente ao mesmo tempo, no mesmo ato. Não é o ideal, com certeza, mas isso não foi algo, digamos assim, pensado, algo desejado; isso simplesmente aconteceu. É muito importante que, sempre que o Cade tenha uma vacância, imediatamente o Presidente da República proceda à indicação para compor e manter o Plenário do Tribunal com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES – ... sua composição plena, completa.

E a Senadora Tereza Cristina... Bom, aqui, rapidamente, as prioridades do Congresso Nacional para fortalecer a livre concorrência. Com certeza, há setores que se destacam, como a aviação; o setor portuário – o Brasil precisa de portos eficientes, até pela sua localização geográfica no planeta, para que possa ser competitivo, possa exportar mais e importar mais também.

Aqui o Diogo já comentou das plataformas digitais, projetos de lei que estão no Congresso, sendo analisados, sobre esse tema, que deveriam ter prioridade de análise na busca da defesa da concorrência e de uma maior competição nos mercados.

É essa a minha observação. Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, como a Ministra Tereza Cristina fez uma pergunta aqui, dirigida ao José Levi, eu gostaria de saber se eu posso fazer um adendo à pergunta dela.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ou se prefere aguardar a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, o senhor está inscrito. É porque tem outros Senadores inscritos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só para não ser redundante.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tem outros Senadores inscritos. Vamos seguir a sequência, para não conturbar o andar da...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só queria acrescentar à pergunta, entendeu? Na mesma linha em que ela fez a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – A pergunta que ela faz é exatamente como seria a melhor forma de o Cade ter a relação com os órgãos do Governo, como poderia melhorar, ampliar isso.

A pergunta que eu faço, Sr. Presidente – que pode ser, inclusive, depois estendida aqui, principalmente ao Thomson, o Superintendente –, é: como é que pode ser feito também para melhorar essa relação conosco, com o Congresso? Porque nós votamos aqui – quantas vezes eu já votei indicação do Cade –, e depois a gente não conhece mais o órgão. A falha está em quem? Em nós, do Congresso, ou na instituição?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou passar a palavra para o Dr. José Levi Mello, mas queria aproveitar a oportunidade e dizer que acho que tem uma grande falha da nossa parte, que somos os responsáveis por aprovar os nomes aqui. Deveríamos, nesta Comissão, de forma regular, convidá-los a se posicionarem, a prestarem contas. É papel nosso fazer e desenvolver esse trabalho.

Então, eu acho que nós temos que cumprir mais o papel que nos é delegado e, principalmente, com aqueles em que nós votamos e que aprovamos nesta Casa.

Com a palavra, o Dr. Levi, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR (Para expor.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela possibilidade da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria muito de agradecer, de pronto, as questões que são formuladas pela Senadora Tereza Cristina, pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Sergio Moro.

Se me permitem V. Exas., eu começo pela pergunta do Senador Sergio Moro, que é uma pergunta abrangente, e não só abrangente, ela expressa uma preocupação, e uma preocupação que é minha e que é do Cade. É próprio do Cade que haja essa preocupação.

O Cade tem por missão promover a concorrência, a higidez da concorrência, a higidez do próprio mercado. Claro, é uma atuação corretiva, mas subsidiária, e que houve no caso: não só houve no caso, como houve com o respaldo do próprio Congresso Nacional, que legislou sobre o assunto, e também do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou várias vezes sobre essa matéria, validando uma distinção entre desestatizar ou privatizar e, de outro lado, desinvestir, que é o que está acontecendo nesse caso: desinvestir. O desinvestir é algo desejável dentro daquilo que eu chamei de diálogo, a que é chamado o Cade cotidianamente, para preservar, promover a concorrência, a higidez do mercado, não apenas com decisões de cima para baixo, mas sobretudo de maneira dialogada, conversada. Esse é o pressuposto de toda a minha resposta subsequente.

Tendo dito isso, em relação à pergunta do Senador Sergio Moro, a ela eu acrescentaria um ponto que de algum modo já vem na pergunta do Senador Esperidião Amin: não basta nós enfrentarmos os problemas decorrentes de monopólios em nível nacional, nós também temos que ter cuidado para não gerar monopólios locais. Essa é outra coisa, é um ponto, é uma circunstância possível, a que a gente tem que estar atento também. O Cade também tem que estar atento a isso.

Mas, dito isso, eu passo ao que formulou o Senador Esperidião Amin.

O Senador Esperidião Amin iniciou fazendo uma colocação que expressa uma contingência. Quando se fala em privatizar a refinaria, uma refinaria, em verdade, tem jurisdição regional. Com quem ela concorre? Isso é uma contingência; é muito real. E aqui que eu insisto: não se trata apenas de impedir a formação de monopólios nacionais em nível nacional, a bem do mercado, a bem da higidez da concorrência, mas também de evitar monopólios regionais.

Agora, por outro lado, essa contingência nos inspira outra situação: por mais que a refinaria seja geograficamente dominante, ela tem que fornecer bases iguais para aqueles que dela compram. E isso o Cade também tem que olhar, acompanhar e promover. Não adianta ela ter uma dominância local e, nessa dominância local, privilegiar alguns consumidores.

Assim como – aí vem o antecedente – ela compra óleo, e ela tem que comprar óleo em igualdade de concorrência com outras refinarias. Esse também é um aspecto que merece a preocupação do Cade e tem sido colocado ao Cade. Mas tudo isso eu coloco pensando nas perguntas do Senador Esperidião Amin, que fez uma colocação muito verdadeira também, para além dessa inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensando num nível mundial, nós estamos falando muitas vezes de empresas que concorrem para fora, e isso é algo que tem que estar no cômputo das coisas quando o Cade toma suas decisões ou leva a efeito a mediação para acordos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR – Agora, por fim, eu chego às questões da Senadora Tereza Cristina, uma geral e uma especificamente dirigida a mim. Assim, como com muita honra eu respondi às duas perguntas anteriores, também recebo com muita honra as perguntas da Senadora Tereza Cristina, em especial a que é dirigida especificamente a mim. Para mim é uma grande alegria eu ter essa oportunidade de responder.

As questões da Senadora Tereza Cristina são movidas pela essência da coisa, a concorrência. E eu estou absolutamente de acordo com o que coloca a Senadora Tereza Cristina como grande ilustração. O agro brasileiro é exemplo da importância da concorrência, até porque o agro tem sido um grande protagonista do nosso PIB e, evidentemente, tem que ser olhado com muito afeto e com muito agradecimento por tudo que tem feito pelo nosso país.

Mas eu passo à primeira questão, que é a questão geral. O Cade é a entidade responsável no Poder Executivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR – ... pela promoção da concorrência. Esse é o pressuposto à pergunta da Senadora Tereza Cristina. "Quais temas devem ser priorizados aqui no Congresso Nacional para defender a concorrência?" Eu responderia com duas colocações. A primeira: assim como o Congresso Nacional já teve o cuidado, para não dizer a gentileza e, mais do que isso, a sabedoria de revisar recentemente a lei do Cade, é continuar acompanhando a dinâmica dessa legislação para ajustes que sejam necessários, e esse aqui é um grande momento para a gente dar passos iniciais para tanto.

Mas aí vem uma segunda colocação que vai dialogar com perguntas que vieram na sequência. Tão importante quanto o legislar, acredito piamente que é o fiscalizar, controlar. O Congresso Nacional é fundamental como legislador. Tão fundamental como legislador, ele também o é como fiscalizador, como controlador.

Eu me recordo de uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É que o senhor já falou sete minutos. Eu vou lhe dar mais um minuto para o senhor encerrar.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR – Está bem.

Eu me recordo de uma lição do saudoso Senador – depois Ministro – Paulo Brossard, que fala isso até mesmo em relação ao CPI. CPI existe, sobretudo, primariamente, para prospectar informações para melhorar a legislação. Tanto isso é verdade que os relatórios de CPIs costumam ter um anexo que são legislações, propostas de legislação para melhorar e prevenir aquilo que tenha sido investigado. Então, parece-me que isso é fundamental, não só legislar, mas fiscalizar, e isso aqui é um momento de fiscalização. Este é um grande, belíssimo momento de fiscalização.

E, por fim, como melhorar a coordenação do Cade com os demais órgãos de Governo para fomentar a concorrência? Dialogando, nós nos colocando à disposição desde aqui. Então, é ter o compromisso de voltar a V. Exas. – e nisso eu respondo já a pergunta do Senador Wellington Fagundes. A falha, com certeza, não está aqui. O dever está no Cade de vir até V. Exas. O Congresso fez – e fez muito bem – o seu trabalho legislando, revendo a legislação, nos questionando aqui. Agora, o que ele tem que fazer para melhorar, para promover a higidez dessa boa relação é nós não só ficarmos aqui perante V. Exas. neste momento, mas também em todos os momentos subsequentes à nossa atuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. José Levi Mello.

Com a palavra a Dra. Camila Cabral Pires Alves.

A SRA. CAMILA CABRAL PIRES ALVES (Para expor.) – Obrigada.

Primeiro, eu gostaria de agradecer as perguntas da Senadora e dos Senadores.

Eu, de alguma maneira, quero fazer aqui uma fala breve, porque eu acho que muitos pontos importantes já foram colocados, e eu não quero ser repetitiva, mas acho que tem um fio condutor que liga os questionamentos importantes que V. Exas. fizeram e que é talvez o grande desafio da política de defesa da concorrência, não é? A política de defesa da concorrência trata de todos os mercados, e esses mercados – é óbvio dizer isto, mas é verdade – são muito diferentes. E fazer bem, na política de defesa da concorrência, é entender as especificidades desses mercados, é entender a fundo as especificidades desses mercados e que algumas verdades para uns mercados não valem para outros mercados.

Então, eu acho que essa preocupação pode parecer simples, mas, na prática, ela exige muito conhecimento e muita experiência de ter visto serem aplicados casos em vários mercados, em vários setores, com várias relações de cadeia, com várias relações verticais, com olhares mais nacionais, com olhares mais internacionais, onde a posição global é mais importante ou menos importante. E muitas vezes essas diferenças ocorrem dentro do mesmo caso, da mesma análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo que, quando a gente está olhando e se preocupando com o posicionamento internacional, por exemplo, das nossas empresas e de alguns mercados, a gente está ali olhando para quais atributos de concorrência que são mais importantes para aquela análise, para entender os potenciais efeitos anticompetitivos daquela análise. E isso implica a gente saber definir corretamente mercados relevantes, entender a delimitação dos mercados de maneira correta para poder fazer os *assessments*, as avaliações da concorrência de maneira satisfatória. Eu entendo que esse desafio não é um desafio brasileiro, esse é um desafio que acontece no mundo inteiro e que a própria modernização da política de defesa da concorrência no mundo e no Brasil vai superando, ao longo do processo evolutivo mesmo da política, essas dificuldades.

Eu entendo que... Passando mais especificamente para a questão da Petrobras e da revisão dos TCCs, o que é importante sinalizar? É importante sinalizar que, quando forem avaliados, vão ser avaliados considerando a dinâmica específica, o contexto específico, os argumentos específicos que serão apresentados, assim como é em todos os processos em que cabe a análise do Cade.

Eu queria também fazer um ponto específico provocado pela Senadora Tereza Cristina. V. Exa. trouxe uma questão associada a um *paper* que eu escrevi sobre métodos quantitativos, que, por sinal, também leva a essa consideração das especificidades. Como única indicada economista, eu acho que, se aprovada por V. Exas., eu vou ter uma função que sempre me foi muito cara tanto nos meus estudos dentro do Cade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CABRAL PIRES ALVES – ... de prestar muita atenção no diálogo entre a economia e o direito, entre o se fazerem provas econômicas e como que isso juridicamente e institucionalmente pode ser utilizado de maneira interessante. Então, uma das características que eu acho que é fundamental, aquilo que se faz na economia, nesses processos, é a atenção de fazer com que essas ferramentas econômicas sejam sempre amparadas pela realidade dos mercados. Então, evitar simplificações econômicas, porque, às vezes, elas são convenientes, mas elas, às vezes, não atendem às lógicas dos estudos e dos setores dos mercados que estão sendo utilizados.

Para responder à questão específica da sua pergunta sobre quais são os casos que eu entendo que tiveram mais impacto, novamente eu puxo essa especificidade da política como resposta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CABRAL PIRES ALVES – É difícil dizer qual é o caso que gera mais impacto, porque é uma política tão horizontal e, por conta disso, ela tem impactos tão profundos na sociedade, no funcionamento dos mercados e nos seus efeitos aos consumidores, que é difícil eleger. A gente poderia eleger setores regulados pelas suas características de bens públicos, a gente poderia eleger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores mais concentrados, setores com potencial de exportação, mas aí, como economista, me sinto desconfortável porque eu gostaria de ter uma medida para isso.

Então, só uma última observação com relação a essa medida, um instrumento possível e que é, às vezes, utilizado pelo Cade, é o desenvolvimento de análises de impacto de fusões ou impacto de decisões, em que se analisam potenciais efeitos. Eu acho que isso é uma... Desculpa, que se analisam os efeitos das decisões. Acho que isso é uma via possível de caminho para a política também, de ter esse olhar autoavaliativo.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado à nossa Sra. Camila Cabral Pires Alves.

Eu queria passar a palavra agora para o Senador Eduardo Gomes, que, pelo visto, já tem um acordo prévio aí ao lado, sendo costurado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Presidente, Senador Rogério Carvalho, meu amigo, eu quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, todos os nossos Conselheiros.

Quero dizer da honra que tive de ser Relator do Dr. José Levi e também dizer que a minha pergunta foi contemplada aqui pela pergunta feita pela Senadora Tereza Cristina e pelo Senador Wellington Fagundes.

Apenas quero reforçar a necessidade de investimento nas agências reguladoras, nos conselhos federais que têm mandatos que não coincidem com os mandatos presidenciais. A gente já tem uma crítica feita na Casa pelo mandato, o tempo inadequado, curto, para um mandato presidencial no Brasil; são quatro anos, dos quais pelo menos um ano fica comprometido com eleição municipal e estadual. Então, o fortalecimento, como foi feito recentemente com o Cade em matéria votada aqui no Senado, mostra a necessidade, Presidente, de uma regulação, a utilização mais permanente dos instrumentos de regulação no país, em todas as agências – Aneel, ANP, Agência de Mineração... E o Cade conversa com todas essas agências no final, porque decide sobre os maiores *players* de cada setor regulado neste país. Portanto, Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior; Dra. Camila Cabral; Dr. Diogo Thomson; Dr. Carlos Jacques, que é da Casa, Consultor da Casa, mostrando, mais uma vez, a excelência do quadro de servidores do Senado Federal, eu os felicito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também já tive oportunidade de falar da preocupação de que essa votação de hoje seja em regime de urgência, no Plenário, sob o risco de mudarmos o nome da agência de Cade para "Cadê", porque são quatro Conselheiros, num momento crucial: final de exercício, com muitas decisões a serem tomadas com vistas ao bom funcionamento do mercado, da indústria, do comércio e de tudo aquilo que o Cade regula para o ano de 2024.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns a todos os indicados!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero convidar o Senador Eduardo Gomes para assumir a Presidência, porque eu vou fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste instante, passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para fazer sua arguição aos indicados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, senhores sabatinados e senhora sabatinada, em primeiro lugar, eu acho importante que hoje a gente esteja definindo Conselheiros que passaram pelo Senado Federal, ou seja, com a legitimidade que uma República Federativa precisa assegurar. Vocês não passam pelo Senado, porque nós, Senadores, precisamos sabatiná-los, só por isso; vocês passam pelo Senado, porque o Senado representa o interesse de todos os estados da Federação. Por isso que vocês estão passando aqui, hoje, nesta sabatina.

É importante que o Brasil que nos assiste tenha esta compreensão do que é o Senado da República. É por isto que a gente sabatina Ministro do STF, como vamos fazer amanhã; como a gente sabatina Procurador-Geral da República: é porque vocês responderão pela Federação. A atuação de vocês é uma atuação que terá impacto geral para todo o país e para todas as unidades federativas. Por isso que passa pelo Senado, por isso que passa a indicação pelo Senado, porque tem representantes de todos os estados. Então, eu acho que essa é uma questão que precisa ser sempre reforçada.

A segunda questão... Queria que o Presidente olhasse para o meu tempo, porque olhe, está ali, eu tenho 11 minutos. Pode botar aí o tempo regulamentar para a gente... Uma outra questão é que nós não podemos transformar, e ter, um conselho como o Cade – eu não sei se é conselho, é ou é comitê; eu acho que é conselho – em instrumento político de nenhum governo. Esta é uma questão que nós precisamos garantir: que as instituições tenham um grau de autonomia para cumprir determinados papéis, mas também é preciso que a nossa legislação e os procedimentos internos, isso para o Sr. Diogo Thomson de Andrade, que deve ser o Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei quem será o Presidente entre os que estão, ou quem for o Presidente... É preciso reduzir o excesso de discricionariedade que é assumido por um conselheiro ou por um membro de uma agência reguladora.

Essa discricionariedade tem limites. O tempo de permanência de um processo com um conselheiro tem que ter um limite. O que se decide tem que ter o limite da lei como baliza ou dos procedimentos internos como baliza. Então, algumas coisas para que a gente melhore o funcionamento dessas instituições está em a gente estabelecer os limites da discricionariedade, que, no Brasil, virou um poder paralelo. Não é o Poder Legislativo, não é o Poder Executivo, não é o Judiciário – não é. Virou um poder paralelo o poder discricionário que alguns servidores exercem no exercício de suas funções. E essa discricionariedade é, em grande parte, responsável por dificuldades que viram facilidades e que acabam comprometendo a imagem institucional que vocês comporão, da instituição da qual vocês farão parte e à qual darão vida.

Então, como lidar com esse excesso de discricionariedade? Como lidar e como garantir uma norma que permita a autonomia, a liberdade para o exercício do livre pensar, mas sem esse excesso de discricionariedade naquilo que é possível controlar?

Essa é uma pergunta que todos podem responder, porque, senão, a gente está questionando muito esse excesso de poderes ilimitados e indefinidos em relação à... E não é... A gente fala do STF, fala de tribunais, mas esse problema não está num órgão específico; esse problema está na administração pública; esse problema está nas agências reguladoras; esse problema está nas autarquias, que têm poder de tomada de decisão e de definições.

Então, é preciso que a gente trabalhe isso para que o país possa funcionar de forma adequada e que tenha um ritmo de funcionamento com que a gente não represe aquilo que precisa ter uma solução rápida, porque a gente pode perder uma oportunidade de posicionamento estratégico no mercado internacional e no mercado interno de determinados setores da economia. Então, a gente não pode, por interesses outros que não sejam o interesse público, parar o país, o que, muitas vezes, a gente vê acontecer.

Eu acho que essa é uma preocupação sobre a qual eu gostaria de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... todos pudessem se manifestar.

Por fim, é importante lembrar que determinadas circunstâncias, quando o Governo intervém – vou concluir, Sr. Presidente – para que o Cade se manifeste desta ou daquela forma, em relação a esta ou aquela empresa, seja pública ou não – geralmente é empresa pública –, ele está criando um problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desnecessário ou interferindo numa lógica que não deveria ter nenhum tipo de interferência. É o caso da questão da Petrobras, certo?

Se não tem monopólio, quem quiser que faça investimento – quem quiser que faça investimento –, e não obrigar uma empresa a vender os seus ativos para fazer superávit como política de Governo e obrigar o Cade a se manifestar nessa direção. Tem que garantir... É livre concorrência: venham, montem, abram. Agora, uma empresa que sempre teve um monopólio ter que vender ativo sem ter outra querendo aquele ativo? Ou por que não fazer o investimento?

Então, a gente acaba mudando de mão só quem controla, e não mudou nada, e o preço ficou mais caro do combustível na Bahia depois dessa ação do Governo, ou seja, o preço nas refinarias da BR, da Petrobras, é mais barato do que nas refinarias que foram vendidas. O que foi que nós mudamos? O que foi que essa ação fez mudar na vida dos brasileiros? O que isso tem de interesse público? O que isso tem de desmonopolização ou de desconcentração que possa gerar benefício para a sociedade? Nada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passo a palavra, neste instante, ao Senador Wellington Fagundes, nosso Líder, para a sua intervenção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu já me sinto contemplado também com a resposta do Levi. E, se o Diogo puder fazer algum comentário, aliás, se todos puderem fazer comentário, fica tranquilo, pode ser, primeiro, a pergunta do nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, então, vamos para o...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, eu só quero que vocês tenham certeza... Eu acho que vocês terão a votação por unanimidade, portanto todos nós estamos aqui porque entendemos, primeiro, a capacidade técnica de cada um. O Carlos Gomes, que é do nosso Senado, representa... É uma esperança nossa a mais termos alguém do Senado, da nossa convivência, porque o que nós queremos é exatamente aperfeiçoar o trabalho do Cade para que não seja "Cadê". Eu acho que o Senador colocou isso muito bem. Então, a gente quer o Cade, não o "Cadê".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passo a palavra...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Posso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sim, senhor. Pode falar. Ele pediu para falar, e ele é meu chefe, eu permiti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Líder, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Eu sou mais velho do que Laércio. Rapidamente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres sabatinados, que hoje estão sendo votados para o Cade, que é um órgão extremamente importante, que dirime situações, eu diria, de conflito dentro da nossa economia, que previne a formação de oligopólios, de situações que possam ser danosas ao consumidor brasileiro, à economia nacional, V. Sas., ao mesmo tempo, têm que ter o escrutínio e a sensibilidade de fazer um trabalho com critério, mas com celeridade, para que nós não tenhamos dificuldades de procrastinações excessivas na decisão de V. Sas.

Nós estamos vivendo um momento extremamente desafiador e por isso que eu tomei a liberdade de fazer uma fala rápida depois de votar – já perdi, inclusive, aqui o valor como eleitor –, para dizer a V. Sas. que, neste momento, mais do que nunca, é importante que nós tenhamos um olhar criterioso a respeito dos assuntos que vão estar sob o escrutínio de V. Exas. Criterioso no sentido de preservar legados, não a visão ideológica desse ou daquele cidadão – que é legítima; todos nós temos as nossas formas de encarar o mundo e somos o que somos em função do que vivenciamos ao longo das nossas vidas.

Agora, ao longo dos últimos seis anos – e isso foi evidenciado pelas agências de *hunting* internacional; aí eu chamo a atenção dos senhores –, o Brasil está tracionado, do ponto de vista econômico, em relação ao seu crescimento, em função da modernização a que o país e a sua economia foram submetidos: as grandes reformas estruturantes, a modernização dos marcos regulatórios, a autonomia do Banco Central, a digitalização e otimização do Governo e a criação de um ambiente com previsibilidade, com segurança jurídica, com regras claras. Porque quem investe num país, qualquer que seja ele, precisa entender que terá a segurança de que o quadro que está sendo apresentado na elaboração do seu projeto de investimentos vai ser respeitado ao longo do tempo para que o seu capital possa ser resgatado e evidentemente os dividendos que, porventura, ele tenha em função da sua atividade, sem mudanças de regras, mudanças de regras abruptas, que desmoralizam e descredenciam o país.

Então, V. Sas. vão estar à frente de uma instituição extremamente relevante, importante, e eu espero – e não tenho nenhuma dúvida nesse sentido, e aqui faço um repto – que V. Sas. sejam os guardiões da nossa integridade econômica, da nossa integridade como país, da nossa integridade como guardiões de contratos, que nós sejamos um país que tenha credibilidade como Estado brasileiro e que, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora em que o Estado brasileiro se pronuncie, isso não seja quebrado pelas circunstâncias e conveniências de momento.

Eu entendo que a indicação termina sendo política, até pela forma como as estruturas foram criadas, mas vejo aqui um quadro de técnicos de excepcional gabarito, renomados, pessoas qualificadas que tiveram ao longo da sua vida a capacidade de exercer bem as suas respectivas atividades, seus misteres. Aqui, em especial, o Levi, que foi ministro comigo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tive a oportunidade de compartilhar com ele, por um período, a sua atividade. Conheço a forma como ele se comporta, a sua correção, e espero que essa seja uma marca que todos os senhores tenham ao se debruçarem sobre os diversos assuntos que, certamente, serão levados à presença de V. Sas., e que, em última instância, prevaleça o interesse público, a Constituição e a preservação da integridade da nossa economia e dos contratos vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Passo agora para o último inscrito, Senador Laércio Oliveira, sempre cortês.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Eduardo, é um prazer muito grande estar aqui. Quero cumprimentar a todos que participam da nossa Comissão hoje. Neste momento especial, quero cumprimentar todos os senhores que aqui estão, nesta sabatina, que, certamente, os conduzirão como Conselheiros do nosso Cade, um órgão importante e respeitado, pelo qual eu tenho uma admiração grande porque exerce um papel importante, disse isso aos senhores quando da visita que recebi.

Eu escrevi na semana passada e publiquei um artigo na revista *EPBR*, que é uma revista especializada no setor de petróleo e gás, e fiz questão de encaminhar para os senhores, para que vocês tivessem conhecimento, porque eu sabia que aqui a gente ia fazer uma conversa muito rápida, só apenas um registro, e eu fiz questão de aprofundar o meu pensamento com referência à questão que envolve a comercialização da Petrobras e outros fatores.

Eu fui o Relator da Lei do Gás, e o art. 33 dessa lei disciplina o comportamento que deve existir, pelo menos no critério, dentre outros critérios, o critério da comercialização.

No histórico que eu faço rapidamente para os senhores, em 2018, a Petrobras descumpriu o ambiente de mercado e fez um termo, foi feito um TCC com a Petrobras, mas o que a gente percebe hoje é que esse TCC vem sendo descumprido, e isso prejudica muito a concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente para vocês terem uma ideia, por exemplo, nesse acordo, a Petrobras se comprometeu a vender as transportadoras. Ela vendeu a TAG, que é uma grande transportadora do país, e vendeu a NTS, a participação dela nessas transportadoras, mas já disse que não vai vender a TBG. Isso é uma afronta, é um desrespeito a um TCC que foi combinado entre o Cade e a Petrobras.

O problema de hoje é a concentração de mercado. E, pasmem os senhores – e esta é a reflexão que eu queria deixar aqui –, o Brasil tem a perspectiva, se for cumprido todo o acordo, todo o plano de investimento que a Petrobras traçou, o Brasil tem condições de ofertar ao mercado 55 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Esses 55 milhões vão fazer com que o preço do gás... Hoje a Petrobras importa esse GNL e domina a comercialização desse produto. Esse GNL custa aproximadamente US$15 por milhão de BTUs. Ora essa, se eu injeto 55 milhões de metros cúbicos por dia numa rede, eu passo a ter um gás natural e eu passo a ter um preço realmente competitivo, porque vai servir, vai atender à indústria, vai atender ao país, vai promover um outro ambiente, principalmente neste momento em que a indústria brasileira precisa retomar o seu crescimento.

Mas o que me assusta é o desinteresse da Petrobras, que posterga os investimentos e claramente delibera não fazer esse investimento, alegando que esse investimento vai fazer com que o preço do gás diminua no país. Aí eu fico a me perguntar: ora essa, e o interesse não é esse? Se a gente tem as descobertas prontas para acontecer, precisamos só da exploração, a Petrobras detém o controle desses blocos, juntamente com outros parceiros, ora essa, nós temos a solução para trazer para o país um novo ambiente. Então, em função de auferir um preço de um gás importado de um valor elevado, deixa-se de cumprir com essa função que a Petrobras tem.

Então, os senhores têm uma responsabilidade muito grande com o país. Eu quero renovar a minha crença no trabalho do Cade e a minha admiração pelo Cade. E gostaria muito, muito que esse assunto fosse discutido, que a gente aprofundasse o entendimento nesse quesito para a gente tentar encontrar uma fórmula para, definitivamente, fazer com que aquela bandeira que o Governo prega na sua pauta de *marketing* – Gás para Empregar; gás para desenvolver – de fato aconteça. Mas parece que tem uma trava aí que é promovida pela Petrobras, e eu gostaria que, no trabalho dos senhores à frente do Cade, esse assunto tivesse uma atenção especial.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Laércio Oliveira.

Eu quero passar a palavra à Sra. Camila Cabral para as considerações finais, em seguida para todos os nossos...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... possa apurar o resultado.

A SRA. CAMILA CABRAL PIRES ALVES (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Eu agradeço, Senador Laércio, pelas questões. Acho que a gente tem um ponto muito importante nesse setor, pela sua relevância, pelos seus impactos nos custos de outros setores. Eu entendo... eu queria parabenizar o Senador pela sua constante preocupação com esse setor, e queria também compartilhar a minha preocupação e o meu empenho, caso seja aprovada, em acompanhar as evoluções das discussões desse setor.

Eu acho que tem um ponto importante, que me chama a atenção, que é essa relação entre a concorrência e o investimento e como que essa discussão entre essa relação entre concorrência e investimento é tão cara a esse setor e a outras também indústrias de rede. Eu entendo e acho que, sim, o Cade tem um papel importante, tanto nas análises de processos administrativos que venham a ser investigados ou nas análises de atos de concentração, mas acho que também tem um importante fator que a gente não pode deixar de renegar a um segundo plano, que é a própria interlocução com outros agentes.

Então, eu entendo que a questão do investimento em indústrias como essa são investimentos complexos, que exigem interlocução, e isso a gente está falando de todos os Poderes: a gente está falando do Legislativo, a gente está falando nas agências da própria ANP, enfim, de discutir, de forma conjunta, como é que a gente chega ao desenho concorrencial e ao desenho de infraestrutura e ao desenho de oferta, que é importante para o país neste momento.

Então eu queria fazer só essas ponderações e me colocar à disposição para discutir o tema se eventualmente for aprovada para o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Diogo Thomson para suas considerações finais.

O SR. DIOGO THOMSON DE ANDRADE (Para expor.) – Obrigado, Senador. Queria agradecer também o questionamento do Exmo. Senador Laércio.

Mais cedo a Senadora Tereza Cristina perguntou como o Congresso Nacional e o Senado, em particular, podem ajudar a promover um ambiente de competição, e o Senador Laércio deu um exemplo concreto disso quando era Deputado e foi Relator da Lei do Gás. Hoje já três anos passados da Lei do Gás, nós lá no Cade conseguimos ver os avanços que a Lei do Gás trouxe para o ambiente competitivo nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, Senador, eu queria manifestar aqui, caso aprovado por este Senado, a nossa preocupação também com essa questão tanto a mencionada por V. Exa. do TBG como essa possibilidade de a Petrobras estar eventualmente postergando um investimento no Estado de Sergipe para impedir a entrada de novos concorrentes. Esse é o tipo de conduta que o Cade deve estar sempre atento. Independentemente do acordo que foi firmado lá atrás ou não, a Petrobras tem posição dominante, e isso é um motivo de constante preocupação e, como a Dra. Camila já colocou, é um motivo de constante debate com a ANP e com o Ministério de Minas e Energia.

E, para concluir, eu queria responder ao questionamento do Senador Wellington Fagundes, dizendo que... O Senador Rogério atribuiu a culpa dessa falta de diálogo ou suposta falta de diálogo ao Senado, mas eu diria que essa culpa é mais do Cade do que de V. Exas. Pelo contrário, o Cade, constantemente, abre processos administrativos, tem aberto processos administrativos com base em provocações que vêm oriundas de Senadores que compõem esta Comissão de Assuntos Econômicos. E eu sempre fui... Há 16 anos eu sou servidor do Cade e há 16 anos eu acompanho sabatinas aqui. E, toda vez que eu saio da sabatina, eu saio com a reflexão de que nós deveríamos estar mais presentes aqui, e essa é uma bandeira que eu vou defender dentro do Cade. Assim como o Banco Central vem frequentemente aqui prestar as suas contas, apresentar seu relatório de gestão, nós, que somos abatinados por esta Comissão, deveríamos fazer o mesmo e nos aproximar desta Comissão, até porque o Cade é um órgão pequeno, que está situado em Brasília, mas que tem jurisdição administrativa em todo o território nacional. E nós sabemos que muitas vezes as informações chegam muito mais rápido aos Srs. Senadores do que ao próprio Cade, e isso pode contribuir muito para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado. Eu agradeço.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes, para as suas considerações finais.

O SR. CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES (Para expor.) – Muito obrigado.

Aqui, fazendo as palavras do Diogo em relação à pergunta, à observação do Senador Wellington Fagundes, a gente pode colocar até a Consultoria da Casa para fazer um estudo, por exemplo, do modelo alemão em que uma junta de consultores independentes faz uma avaliação anual da autoridade da concorrência, do trabalho que a autoridade da concorrência fez e apresenta isso na comissão temática do Senado. Então, vai depender aí do interesse dos Srs. Senadores e da própria Comissão de se criar um ambiente de diálogo, que seja semestral ou anual, em que o Cade coloque o seu trabalho à prova e demonstre o que fez naquele ano e como fez.

Aqui, do Senador Eduardo Gomes, com certeza a preocupação da interação entre o Cade e as agências reguladoras é uma preocupação antiga, como eu mencionei, que vem desde os anos 90, e há instrumentos de coordenação institucional, muitos deles sendo bem executados nesse sentido e buscando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Porque a regulação excessiva pode atrapalhar a concorrência, porque ela dificulta a empresa a ter incentivo para inovação, a comportamentos fora do padrão, mais criativos e que são saudáveis para competição.

O Senador Rogério Carvalho se preocupou com a não politização do Cade. O Cade é um órgão de Estado. Há a preocupação com a federação, de o Cade analisar, à ótica dos mercados, sobre os diversos componentes geográficos, as diversas unidades federativas, e há a preocupação com o excesso de discricionariedade. O que acontece? Tanto as agências como o Cade não buscam fazer intervenções, digamos assim, imprevisíveis. Por isso, a necessidade de conversa com as empresas, e muitas vezes a decisão não é bem negociada, mas ela é costurada, até porque existe uma simetria de informação. Muitas vezes, a autoridade antitruste, o órgão regulador, não tem toda a informação que as empresas possuem. Então, quando o Cade, inadvertidamente, toma uma decisão unilateral ou surpreende demais, muitas vezes ele toma uma decisão sem informação necessária.

Ele precisa negociar, conversar com o jurisdicionado, com as empresas, dentro do processo, para que se busque uma solução melhor para o caso e para que, então, essa assimetria de informação entre as empresas e o Cade seja reduzida. Por isso, medidas unilaterais, comportamentos ou atitudes do Cade que não sejam dialogadas com as empresas podem surtir um efeito inócuo e ruim para a defesa da concorrência como um todo.

Do Senador Rogerio Marinho, a questão da previsibilidade das decisões do Cade. Isso é muito caro ao mercado. O Cade tem mecanismos técnicos e os exerce para que as decisões se tornem previsíveis. Ainda que sejam interventivas em certas situações, bastante interventivas, sancionadoras, mas que elas sejam – mais do que isso – previsíveis. Isso é muito importante.

E do Senador Laércio Oliveira, acho que o Diogo fez aqui uma excelente exposição sobre as questões que envolvem o mercado de gás brasileiro.

Então, eu me coloco aqui à disposição dos demais Senadores e agradeço a deferência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Passo agora a palavra, como último orador, para suas considerações finais, ao Conselheiro José Levi Mello do Amaral Júnior.

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR (Para expor.) – Eu queria, uma vez mais, cumprimentar o Presidente e meu Relator, o Senador Eduardo Gomes. É uma grande satisfação estar aqui na sabatina sob Presidência de V. Exa. Ainda que V. Exa. já tenha se dado por satisfeito com a resposta à pergunta anterior, eu me dirijo a V. Exa. para reiterar esse agradecimento e, mais do que isso, se vier a ter a honra de ser aprovado pelo Colegiado, pela CAE e, subsequentemente, pelo Plenário do nosso Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, para dizer que estarei sempre à disposição para prestar contas ao Senado, ao Congresso e fazer aquilo que é devido: dialogar e prestar contas a V. Exas.

O Senador Rogério Carvalho expressou três preocupações com que eu comungo.

Primeira. Compreendo perfeitamente o grande significado institucional do Senado da República. É a Casa de representação dos estados e muito mais: é a Casa de representação do povo dos estados, é a Casa de representação dos municípios. O nível de interação de V. Exas. os Senadores da República com os Prefeitos é intenso. Isso tem muito valor e vale também para os órgãos e entidades da administração pública, que prestam, devem prestar diuturnamente contas a esta Casa e também à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional como um todo.

Segunda questão do Senador Rogério Carvalho. Verdadeiramente, o Cade não é, não pode ser um instrumento de lado, de um lado. E para isso ele tem absoluta razão quando diz que é preciso reduzir o excesso de um só conselheiro. E a solução, penso eu, é bastante objetiva: a solução é privilegiar o colegiado e, nisso, espelhar, refletir o muito construtivo exemplo das Casas do Congresso Nacional, que trabalham sobretudo de maneira colegiada. Isso tem uma beleza institucional muito grande, sobretudo na lógica de um regime representativo, democrático, como é o nosso, inclusive no que se refere a essas estruturas técnicas que devem prestar contas, diuturnamente, às estruturas compostas por pessoas eletivas como são V. Exas. as Senadoras e os Senadores componentes do nosso Senado da República.

E, por fim, a terceira preocupação do Senador Rogério Carvalho é em relação à independência técnica do Cade. Digo eu que é por isto que os membros do Cade passam pelo elevado crivo do Senado: para que tenham a independência que lhes comunica esta Casa, esta Comissão e o Plenário do Senado; e isso, numa independência técnica, sem prejuízo, repito, de prestar contas aqui nesta Casa, nesta Comissão a todo o momento. As políticas públicas são fruto de uma convergência de vontades entre Legislativo e Executivo. E isso é algo que tem que estar sempre presente na avaliação técnica e levada a efeito por órgãos como o Cade.

Senador Wellington Fagundes, ainda que tenha se dado por satisfeito também com a resposta à pergunta anterior, eu gostaria de me dirigir a V. Exa., Líder, para agradecer, reiterar o agradecimento e dizer que, não obstante V. Exa. tenha se dado por satisfeito, continuo e continuarei sempre à disposição de V. Exa. para esses e outros assuntos.

S. Exa. o Senador Rogerio Marinho fez uma intervenção que é calcada na essência do direito: a estabilidade, a segurança jurídica. E, como já foi dito por colega que me antecedeu, essa é uma preocupação diuturna também do Cade, como tribunal legislativo que é, sendo leal à sua jurisprudência, sendo leal às suas decisões anteriores, de modo que ofereça ao mercado previsibilidade para que as decisões do Cade se repitam dentro de padrões já bem determinados. Isso é algo que tem que ser dito e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reafirmado, prestando-se contas cotidianamente aqui perante o Congresso Nacional, claro, e a opinião pública do nosso país.

Por fim, S. Exa. o Senador Laércio Oliveira externou aqui preocupações que são as preocupações de todos nós que aqui somos neste momento sabatinados: manter a higidez dos termos de cessação de conduta já levados a efeito; manter a higidez dos acordos de controle de concentração; enfim, dar previsibilidade às decisões do Cade, estabilidade à jurisprudência do Cade e, sobretudo – retorno aqui à pergunta do Senador Rogerio Marinho –, ofertar aquilo de que o mercado precisa, como é próprio de uma economia de mercado, estabilidade, segurança jurídica e previsibilidade.

Eu encerro reiterando a honra não apenas como indicado, mas como cidadão mesmo de estar aqui à disposição da CAE e do Senado da República. Se vier a ter a honra de ser aprovado, primeiro, pela CAE e, depois, pelo Senado da República, pelo Plenário do Senado, reitero, desde logo, o meu compromisso de estar, sempre e diuturnamente, à disposição de V. Exas., Senadores da República, para prestar contas como é devido perante o Congresso Nacional.

Muito obrigado, de maneira muito especial, ao meu Relator, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado a todos os indicados.

Estamos aguardando, dentro de três minutos, o Senador Oriovisto para proferir o seu voto.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como já estamos também no final do ano, eu gostaria de pedir aqui a possibilidade de colocar também em apreciação, após a votação, que a gente acredita, como já falei aqui, que será por unanimidade, dado o conceito e também aqui o currículo de cada um, para que a gente possa enviar diretamente para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A solicitação do Senador Wellington Fagundes, colocando em regime de urgência para envio direto ao Plenário do Senado Federal, está em discussão. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Assim que a apurada, será enviada diretamente ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos apenas aguardando a votação do Senador Oriovisto, para proceder à apuração dos votos e proclamar o resultado dessa sabatina.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto a gente aguarda então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para que possa ser aberto o painel, eu gostaria aqui de colocar também: vou fazer um requerimento com a sugestão do Sr. Carlos Gomes, porque realmente vamos tentar colocar isso como prática. Aqui são quatro membros do Cade, e creio que essa angústia que temos – e na verdade também essa aproximação – é até para esclarecimento também da nossa atuação.

Eu quero sugerir depois para que, inclusive, a gente possa fazer – quem sabe? – uma reunião com as assessorias. Por exemplo, nós estamos fazendo agora uma CPI da Braskem, a gente sabe que a Braskem vende os produtos dela de forma muito dirigida. Eu vou dar outro exemplo, a Petrobras. Eu fui revendedor, como médico veterinário, da Petrobras, de ureia por mais de 20 anos, mais de 30 anos, e você não consegue dentro da Petrobras ter uma definição de como é a comercialização daquele produto; ou seja, de repente eles querem direcionar só para um setor. Então, no caso nosso, é pecuário, é ureia pecuária. O Mato Grosso é o estado hoje maior consumidor e, de repente, não tem a ureia para comprar, e essa ureia está indo para outro estado, para a gente comprar de outro estado, de outra empresa de outro estado.

Então, essa discussão eu acho que é extremamente importante, e o Cade pode exercer – principalmente pelas colocações que foram feitas aqui –, digamos, uma intervenção nisso, porque a gente quer o livre mercado na comercialização também, no acesso ao produto, às refinarias. Como foi colocado aqui, de repente quer comprar o produto e não consegue fazê-lo. Por isso eu creio que é importante esta Comissão aqui ter mais a presença do Cade, até para que a gente possa esclarecer mais àqueles que estão na cadeia produtiva de um modo geral – principalmente a cadeia produtiva também, porque, para chegar o insumo lá na cadeia produtiva, isso é extremamente importante, porque depois vai vir um custo para o consumidor.

Então, eu acho que é uma relação com a sociedade mais no sentido, inclusive, de esclarecimento, que a gente precisa fazer também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Mesa que proceda ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

Está aprovado o Sr. Levi Mello Amaral Júnior com 23 votos SIM; 1 voto NÃO. Total 24 votos.

A Sra. Camila Cabral Pires Alves, com 24 votos SIM; nenhum NÃO. Aprovada.

O Sr. Diogo Thomson de Andrade com 24 votos SIM, nenhum voto NÃO.

O Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes com 23 votos SIM; um voto NÃO. Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, Presidente, aumentou aí a responsabilidade de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Praticamente totalmente absoluta a votação.

E, claro, também já os parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Parabenizo a todos os indicados.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns aos indicados. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 9 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Fernando Dueire, Marcos do Val, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Romário, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Irajá, Angelo Coronel, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Eduardo Gomes e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 57ª e 58ª Reuniões, realizadas na data de hoje, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 68, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 90, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Costa Rangel." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por votos 18 (dezoito) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 91, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Flavia Martins Sant'anna Perlingeiro em 31 de dezembro de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação da Sra. Marina Palma Copola De Carvalho para o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por 17 (dezessete) votos a favor, nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto contrário e 1 (uma) abstenção. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: deliberativa e indicação de autoridades.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Relatório favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente; Sr. Senador Otto Alencar, Líder do PSD; Sr. Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição; Sr. Senador Omar Aziz; Sra. Senadora Margareth Buzetti...

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 68, de 2003, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização do Senado Federal para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, no valor de US$500 milhões, de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional, para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Trata-se de pleito do Banco do Brasil para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, por meio do comunicado final da Cofiex nº 163, de 8 de setembro de 2022.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer SEI nº 3178/2023/MF, de 29 de agosto de 2023, prestou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer SEI nº 3412/2023/MF, de 4 de setembro de 2023, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal, para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificados: (i) o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso; (ii) a adimplência do mutuário quando da assinatura dos contratos de empréstimo e garantia com relação à União e ao sistema financeiro; e (iii) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o mutuário e a União.

De acordo com o Anexo 1 da minuta de contrato de empréstimo, o projeto objeto do financiamento tem como objetivo apoiar a expansão do financiamento vinculado à sustentabilidade para a mitigação do clima e fortalecer a capacidade do setor privado de acessar mercados de créditos de carbono de alta qualidade no Brasil.

Parte 1. Expansão do acesso ao financiamento vinculado à sustentabilidade para a mitigação:

a) Fornecimento de subempréstimos vinculados à sustentabilidade a empresas elegíveis;

b) Estabelecimento, capitalização, gestão, administração e distribuição do Fundo de Dívida Climática (CDF).

Parte 2. Assistência Técnica:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) Fornecimento de assistência técnica para o tomador, apoiar empresas elegíveis no desenvolvimento e implementação de planos de mitigação por meio, entre outros: (i) estabelecimento da estrutura de mitigação; e (ii) estabelecimento de modalidades operacionais para apoiar a adoção dos planos de mitigação;

b) Fornecimento de assistência técnica para o tomador e apoiar empresas elegíveis na criação e monetização de créditos de carbono.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo.

O custo total do projeto foi estimado em US$500 milhões, financiados pelo Bird, distribuídos conforme o quadro a seguir:

- 2023: US$47,2 milhões;

- 2024: US$234,850 milhões;

- 2025: US$176,950 milhões;

- 2026: US$40 milhões;

- 2027: US$4 milhões;

Um total de US$500 milhões.

O custo efetivo da operação foi apurado – veja só, Sr. Presidente – em 3,95% ao ano, com uma duração de 10,58 anos. Considerando a mesma duração, o custo de captação estimado para as emissões da União em dólares dos Estados Unidos da América é de 6,4% ao ano – superior, portanto, ao custo calculado para a operação.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

a) Aprovação do Comitê de Garantias do Tesouro Nacional (CGR);

b) Comprovação de capacidade de pagamento do Banco do Brasil S.A.;

c) Inclusão da referida operação no Plano Plurianual da União 2020-2023;

d) Dotações orçamentárias suficientes para suportar a operação;

e) Certidões de adimplência de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, bem como certificado de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Inexistência de débito com a União e entidades controladas pelo poder público federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

g) Adimplência do Banco do Brasil nas suas obrigações decorrentes dos contratos controlados pelo Tesouro Nacional;

h) Parecer técnico e jurídico analisando os custos e benefícios, demonstrando o interesse econômico e social da operação, bem como avaliando as fontes alternativas de financiamento, em atendimento ao disposto no inciso I do parágrafo único do art. 11 da Resolução do Senado Federal n° 48, de 2007;

i) Constituição de contragarantia pelo banco;

j) Registro no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central;

k) Existência de margem, para a União conceder a garantia pleiteada, no que se refere ao limite estabelecido pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007; e

l) Autorização da Diretoria do Banco do Brasil.

Quanto à oportunidade, à conveniência, à viabilidade e aos riscos para o Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu que a presente operação de crédito é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União.

Por fim, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em conclusão, o pleito do Banco do Brasil encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Em discussão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu quero explicar algumas coisas nesse empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, o Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Lucas, que é meu amigo pessoal – ele sabe disso –, mas eu não voto a favor desse empréstimo. E vou dizer as razões: US$500 milhões o Brasil vai pedir emprestado para pagar 4% de juros ao ano, em dólar, para mitigação das mudanças climáticas, que não somos nós que fazemos; é o mundo que faz, e nós é que temos que pagar a conta. Já basta! Isso é para financiar gente para nos atacar ainda. Prestem atenção no que nós estamos fazendo! Nós estamos endividando o Brasil para a mitigação, sendo que nós temos a maior floresta tropical preservada. E nós temos que pagar por isso? O que está havendo com o Brasil?

Hoje tem uma manchete da UOL, 127 unidades não querendo que haja o leilão da exploração de petróleo – brasileiros trabalhando contra o Brasil, financiados por esse dinheiro, Presidente... Financiados por esse dinheiro! Porque mitigação climática nós é que temos que fazer? Com o nosso dinheiro? Vocês vão endividar o povo brasileiro porque os Estados Unidos querem, porque a Europa quer, porque alguns irracionais ambientalistas que ficam falando sem conhecer absolutamente querem?

Isso não é justo com a população brasileira que precisa gerar emprego. Peça US$500 milhões para gerar emprego, para fazer obras e gerar emprego, para construir casa. Agora, US$500 milhões, 4% de juros ao ano... Presidente, isso não é nem para ser pautado. Isso é para ser devolvido. Isso é uma vergonha para nós brasileiros. Nós protegemos a Amazônia e temos que contrair empréstimo para mitigação? Não brinquem com isso! Isso não é uma brincadeira!

Aí colocam aqui quatro pontos superficiais, quando na verdade isso vai ser financiamento de organizações não governamentais que vão pegar dinheiro para atacar o pobre Brasil. Então, essa questão nós temos que discutir. Nada contra o Senador Lucas. Já disse.

Senador Lucas, esse dinheiro é mitigação. O senhor vai ter que pagar para o Amapá fazer o dever que já faz há milhares de anos, Sr. Presidente. O Brasil e os brasileiros estão pagando por isto: mitigação das mudanças climáticas. Nós brasileiros temos que pagar isso! Nós brasileiros! Não é correto isso.

Eu peço para V. Exa... Eu vou pedir vista disso. Não vamos aprovar isso. Eu vou conversar com Senador por Senador. Nós não podemos aprovar esse dinheiro. O Brasil não pode se endividar em US$500 milhões para fazer a vontade de países que não fazem sua parte em relação ao clima.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Lucas, quer usar da palavra?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu apenas fiz um relatório técnico. O voto de cada um aqui... Com o mérito entrou o Senador Omar. Então, é direito dele votar contra ou não. O problema é que o Banco do Brasil é uma instituição séria, o juro é baixo e, pelo que eu sei, mitigação de conflitos climáticos é só na Amazônia, porque os outros estados se desenvolveram, devastaram tudo, mas a Amazônia é que está sofrendo e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagando o pato, ou seja, os nossos amazônidas são os escravos ambientais e pagam por tudo o que aconteceu no mundo e no Brasil. Tem aí vários estados que devastaram tudo. Dos países nem se fala.

Então, aqui o voto é de cada um e já há o pedido de vista do Senador Omar Aziz, para que a gente possa ter mais tempo para discutir.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Bom, eu concordo plenamente com o Senador Lucas, Presidente Vanderlan. É isto: quem paga o pato somos nós. Aí eles pegam esse dinheiro para fazer campanha, porque aí a Foz do Amapá não pode explorar o petróleo. Aí eles dizem que, com esse dinheiro, eles vão fazer campanha, porque a BR-319 não pode ser asfaltada. Com o nosso dinheiro. E juros, nós pagando.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O linhão não pode ir para Boa Vista?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não. Não vai para Boa Vista. Mas eles já estão trazendo da Venezuela, está? De Guri.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo vista coletiva ao projeto... à Mensagem (SF) nº 68, de 2023.

Próximo item da pauta.

Antes de iniciarmos a sabatina dos indicados, convido-os para que tomem assento à mesa.

Senador Otto, por favor, conduza os nossos indicados aqui até a mesa, Senador Otto: o Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo e a Sra. Marina Palma Copola de Carvalho. (*Pausa.*)

Item 1.

Mensagem (SF) nº 90, de 2023.

Não terminativo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – ... vai ter, com a discordância de V. Exa., que discordou ontem e concordou hoje. Quero aplaudir, até porque na Bahia se diz um provérbio de que eu gosto muito: só não muda de opinião quem não as tem. Você tem muita opinião. Mudou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 90, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente da renúncia de Alexandre Costa Rangel.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação

Relatório já lido.

Observações: em 5 de dezembro de 2023, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo, pelo prazo de até dez minutos, indicado ao cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com a palavra, Sr. Daniel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu pediria a V. Exa. para abrir o painel, até porque o currículo dos dois candidatos eu não tenho o que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Atendido, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E o relatório do Senador Otto é muito claro, como os relatórios de ambos são muito claros para a gente.

Acontece que nós temos agora a MP 1.185, temos outras reuniões de que nós temos que participar, e eu prefiro votar logo essa questão porque nós temos outros tratos. Então, eu queria que V. Exa. abrisse...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas a presença de V. Exa. aqui sempre é muito bem-vinda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Peço à Mesa que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, o Sr. Daniel Walter Maeda.

O SR. DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO (Para expor.) – Obrigado, Senador Vanderlan, pela palavra.

Boa tarde a todos.

Inicialmente quero dizer que é uma grande honra, imensa, estar aqui, representar a minha querida casa, onde eu já trabalho há quase 20 anos, a Comissão de Valores Mobiliários. Enfim, vou tentar corresponder à confiança que todos depositam em mim para representar a casa na Casa.

Inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Vanderlan, ao Senador Omar Aziz, ao Senador Otto, em particular, Senadores, por viabilizarem esta sessão extraordinária para a discussão, para a nossa sabatina. Então, deixo aqui realmente a minha mensagem de gratidão, em especial, particular gratidão por essa viabilização.

Bom, vou ser breve aqui – sei da agenda apertada de todos, muito concorrida –, trazendo uma reflexão a respeito do meu currículo, da minha experiência, como representativo de um alguém, na CVM, que tenta mostrar que a casa que tem algo a mais a oferecer além de fiscalização, punição, sanção.

A gente sabe que esse tema é muito sensível, gera repercussão, chama atenção. É natural que seja assim, enfim, são temas que sempre acabam jogando os holofotes sobre a CVM. Mas, realmente, a CVM – eu tenho sempre tentado emplacar isto lá, na casa – tem bastante, tem muito mais a entregar para além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiscalização e punição. E boa parte da minha experiência profissional na CVM diz sobre isso. Os grandes projetos dos quais eu participei nos últimos anos, na CVM, falam sobre esses outros papéis que exercemos lá. Por exemplo, um papel de segurança jurídica, de previsibilidade, de oferecer caminhos para o mercado inovar, crescer, se desenvolver e, consequentemente, arrastando o país junto, nessa onda de crescimento com regulação.

Então, há projetos normativos bastante relevantes dos quais eu participei, os quais liderei. E aqui faço uma menção bastante carinhosa à Resolução CVM 175. Quem trabalha na área de fundos de investimento com certeza já ouviu falar dessa resolução. É uma resolução que inova bastante, que traz muitas novas ferramentas. Eu tive o prazer de participar de toda essa discussão normativa, de liderar essa discussão normativa na CVM, ao lado dos meus colegas. Faço aqui uma menção a Antônio Carlos Berwanger e Claudio Gonçalves Maes, que conduziram esse projeto junto comigo – ou melhor, eu os segui nesse projeto –, pessoas qualificadas, altamente profissionais, da casa também; e a quem aqui eu rendo as minhas homenagens.

Mas não só de normatização também; para além de fiscalização, sanção, punição e agora normatização e regulação, oferecendo esses caminhos para o mercado, a CVM também tenta inovar de outras formas, trazendo caminhos experimentais, enfim, de experimentação mesmo, para que o mercado possa inovar com a própria casa acompanhando. Então, um grande exemplo que temos na CVM disso, um exemplo que sempre incentivei muito e do qual eu participo também, já de longa data, desde que nasceu na CVM, é o nosso *sandbox* regulatório, um ambiente experimental onde os participantes de mercado trazem experiências novas, contando com certas dispensas regulamentares para, justamente, inovar e oferecer mais serviços, mais produtos para mais pessoas, democratizando, universalizando o acesso a esses novos produtos e serviços. Então, também é com muito orgulho que eu posso dizer que participo desse projeto na casa. E, óbvio, também há iniciativas que tentam inovar dentro da própria casa, oferecendo para o mercado uma experiência a melhor possível, cada vez melhor, no trato com a própria CVM e no lançamento de nova estruturação de novos produtos, novos serviços no mercado de capitais.

E aqui, óbvio, vou ficar só num exemplo também, para não tomar muito tempo aqui de todos, que é o exemplo do nosso sistema Integra-CNPJ, um sistema que gerou uma repercussão fantástica sobre o mercado, uma experiência que transformou a jornada de um administrador de fundos, quando vai lá registrar o fundo da CVM, numa jornada simples, dinâmica, sem paralelo no mundo inteiro. A gente pode dizer que a CVM do Brasil desponta como líder nesse assunto, hoje, no mundo. É o processo de registro de fundo mais rápido, mais ágil, mais dinâmico – e não deixa de ser um dos mais seguros, porque é muito testado pelos nossos próprios sistemas esse processo de registro – do mundo. Então, é um grande orgulho também.

Obviamente, nenhum desses projetos, como aqui já mencionei, foram entregues por mim sozinho. Contaram, sim, sempre, desde a origem, com apoio de gente muito qualificada, gente muito preparada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente muito guerreira, como é essa gente que trabalha lá na CVM ao meu lado, sejam os da minha equipe, sejam os das equipes que colaboram e cooperam junto comigo nesse grande desafio de entregar mais valor para o mercado, como eu disse aqui, mais previsibilidade, mais segurança, mais transparência para investidores e mais eficiência para todos os agentes.

Basicamente, era a mensagem que eu queria colocar.

Naturalmente, o meu currículo todos já conhecem, tiveram oportunidade de ter contato.

Coloco-me à disposição para responder todas as perguntas que forem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Daniel, parabéns pela sua explanação! A gente nota que o senhor é um profundo conhecedor da CVM.

Vamos passar agora à Mensagem (SF) nº 91, de 2023, não terminativo.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 91, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Flavia Martins Sant'anna Perlingeiro em 31 de dezembro de 2023.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: Em 05/12/2023, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.

Concedo a palavra à Sra. Marina Palma Copola de Carvalho, indicada ao cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com a palavra, Sra. Marina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigada. (*Fora do microfone.*)

Obrigada, Sr. Presidente.

Meu nome é Marina Copola. Eu queria primeiro agradecer aqui a V. Exas. por terem tornado possível esta sessão extraordinária. Eu queria, em especial, agradecer ao Presidente Vanderlan, queria agradecer ao Senador Otto, queria agradecer também ao Senador Omar e à minha Relatora, Senadora Tereza Cristina – muito obrigada –, que demonstraram sempre gentileza e disponibilidade com uma completa desconhecida, mas, sobretudo, muito respeito e preocupação com a casa, com a CVM, que é quem nós estamos aqui defendendo e esperando honrar aqui na qualidade de futuros diretores, se os senhores aprovarem.

Os senhores já viram o meu currículo pelo relatório. Eu vou fazer só uma breve apresentação, pretendo levar menos de cinco minutos, mas a intenção mesmo é de que os senhores me conheçam e sintam a mesma abertura, a disponibilidade e o espírito republicano que eu senti hoje aqui, sendo acolhida pelos senhores.

Então, eu sou advogada. Eu ingressei na USP, na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, em 2003. Foi lá que eu fiz o meu mestrado e é onde eu estou fazendo também o meu doutorado. Eu também fiz um mestrado na Faculdade de Columbia, nos Estados Unidos. Fui assistente de um especialista na área, também lá, e trabalhei por um período no mercado americano antes de voltar para o Brasil.

Eu sou hoje Professora do Insper, sou professora de outras instituições também, na qualidade de visitante, e uma das minhas áreas de interesse, em particular, é esta interseção entre o direito administrativo, o direito administrativo sancionador e o direito penal. Então, nada mais adequado do que ter a possibilidade de aplicar e de viver isso na Comissão de Valores Mobiliários, onde eu já trabalhei também.

Falando também, agora, um pouquinho da minha experiência profissional. Eu mencionei aqui a CVM. Eu, antes de ir para a CVM, tive uma experiência no regulador americano, na SEC. Foi um período muito interessante porque, quando eu trabalhei lá, foi justamente o período da crise de 2008. Cheguei lá, e, uma semana depois, a crise eclodiu. Foi muito interessante viver a crise do lado dos Estados Unidos e voltar para o Brasil. Os senhores, com certeza, se lembram disso. Uma das coisas que marcou aquela crise para nós, brasileiros, foi a resiliência do arcabouço regulatório brasileiro diante de uma ameaça externa, crítica, financeira. A CVM respondeu muito bem. E essa, na verdade, é a grande marca do nosso regulador de mercado. É um regulador que tem se mostrado resiliente e adaptável e sempre na ponta do que se espera, do que há de mais sofisticado nos aspectos técnicos da regulação de mercado.

Voltando dos Estados Unidos eu, então, trabalhei durante um período, como assessora na CVM. Foi aí que eu acho que o bichinho da coisa pública me picou, efetivamente. Nunca mais deixei de ser uma apaixonada e defensora do órgão, mesmo estando como advogada do outro lado do balcão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui hoje como indicada para o colegiado da CVM. É uma enorme honra. Eu queria, na verdade, finalizar dizendo que não tem honra maior para mim do que estar aqui com o Daniel. Durante um período na CVM e, depois, como advogada... Convivo com o Daniel há muitos anos. Ele personifica tudo aquilo o que a gente imagina, idealiza, como o servidor público técnico. É realmente uma honra estar sentada aqui com ele e começar, se os senhores permitirem, essa jornada juntos.

É isso. Eu queria, novamente, reiterar os meus agradecimentos e a nossa disponibilidade, sempre, para atendê-los. Estamos às ordens.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Marina, parabéns pela sua fala, pelo seu conhecimento sobre a CVM! A sua Relatora, a Senadora Tereza, já elogiava bastante a sua pessoa, o seu conhecimento, o seu profissionalismo, e estava muito preocupada com relação à sabatina.

Senadora Tereza, quer usar a palavra?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Bom, eu quero agradecer a oportunidade de ter sido a Relatora da Marina Palma Copola de Carvalho, uma jovem tão preparada, com um currículo tão importante para a CVM. Mas, Daniel, parabéns também a vocês dois, hoje aqui sabatinados! Agora serão votados aí para, nos próximos quatro anos, fazerem parte da CVM, essa instituição tão importante.

E eu queria aqui ressaltar, em primeiro lugar, a importância da Comissão de que vocês farão parte, se aqui aprovados, e eu espero que sejam, para o desenvolvimento da economia brasileira, especialmente neste momento atual em que verificamos significativa expansão dos nossos mercados de valores mobiliários. O aprofundamento desses mercados é essencial para o desenvolvimento de uma economia, pois permite uma alocação eficiente dos recursos poupados no financiamento de projetos e de unidades produtivas que vão resultar em maior crescimento e desenvolvimento econômico.

A CVM tem competências essenciais para o nosso desenvolvimento econômico. Logo, o exercício das competências da CVM precisa ser apoiado e monitorado pelo Senado Federal. Dentre essas competências da CVM, queria destacar o estímulo à formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários, além da promoção da expansão e do funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, evitando modalidades de fraude ou manipulação, destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.

A CVM também deve assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da Bolsa e de balcão, buscando a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos anos, com as reformas econômicas iniciadas pelo Governo Temer e aprofundadas pelo Governo Bolsonaro, o mercado de valores mobiliários no Brasil encontrou espaço para se desenvolver. No setor agropecuário, por exemplo, tivemos a criação de novos instrumentos, como o Fiagro e a CPR Verde, que já estão captando recursos para o financiamento de projetos relevantes, reduzindo a demanda por crédito bancário subsidiado. Assim, o mercado de valores mobiliários contribui para a alocação mais eficiente de recursos, aumentando a produtividade do setor agropecuário.

Vem aí um novo mercado, o mercado de carbono, em que a CVM terá importante papel no seu desenvolvimento. Minha pergunta reside na função da proteção aos investidores, e eu queria fazer essa pergunta aos dois. Considerando que recentemente tivemos casos de fraude em empresas listadas nos mercados acionários que provocaram perdas para os investidores, como devemos proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas ou de administradores de carteira de valores mobiliários?

Essa é a minha pergunta aos dois sabatinados aqui hoje.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Tereza Cristina.

Vamos passar a palavra, primeiro, para o Sr. Daniel...

Não, primeiro, para a Marina. Primeiro, as damas, não é, Marina? Já que a gente se protege, vamos passar, primeiro, para a Marina e, depois, para o Daniel, para responder à Senadora Tereza Cristina. Por favor. (*Risos.*)

A SRA. MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO (Para expor.) – Senadora, muito obrigada pela pergunta, que é esperada e muito pertinente, tendo em vista, enfim, o que vivemos no último ano.

Eu gostaria de não tratar de nenhum caso específico, porque eu espero ter longos anos na CVM. Por isso, não pretendo me manifestar a respeito de nenhum em particular que não tenha analisado, mas, dito isso, eu acho que uma das coisas que a gente pode começar a mencionar, quando está pensando em proteção ao investidor, é mesmo o próprio empoderamento do órgão regulador.

A CVM é um órgão que tem, debaixo dela, um mercado que cresce, cresceu, exponencialmente, nos últimos anos. A senhora mencionou a própria imbricação entre o mercado de capitais e o agro, que é uma intercessão que a CVM espera que seja expandida nos próximos anos, mas esse crescimento do mercado traz com ele também uma série de desafios.

É óbvio que, quando nós estamos tratando de recursos públicos, nós temos sempre que pensar na forma mais eficiente e adequada de aplicação e emprego desses recursos, mas a CVM depende,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inegavelmente, de recursos. A área... As áreas, na verdade – porque não se trata apenas de uma, mas de várias que realizam fiscalização –, precisam de recursos tecnológicos e de pessoas.

O Daniel mencionou os servidores da CVM. Eles, de fato, têm feito um trabalho heroico, e a proteção do investidor passa por transparência, passa por segurança, passa por regras claras, mas passa também pela capacidade e pelo empoderamento do regulador para acompanhar o mercado e os participantes do mercado, sobretudo no momento de fronteira que nós estamos vivendo, já há algum tempo, de introdução de novas tecnologias e de novas condutas. Então, tudo isso entra na conta da proteção do investidor.

Eu não sei se o meu colega Daniel tem algo para acrescentar...

O SR. DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO (Para expor.) – Perfeito.

Vou complementar. Está excelente e acho que bastante completa a resposta da Marina. Aliás, agradeço pelas palavras, Marina. Fiquei até meio sem graça... (*Risos.*)

Também gostamos muito de você lá na CVM, viu? O seu trabalho é ótimo, sempre tem sido ótimo.

Mas, enfim, só para complementar as considerações da Marina, eu acrescentaria aqui dois pilares importantes nessa dinâmica de como proteger investidores contra fraudes.

Óbvio que quando você fala de uma fraude, uma mecânica de fraude, o agente fraudador sempre vai inovar, ele nunca vai fazer da forma como o anterior fez porque aquela forma já está mapeada. A CVM fatalmente já vai ter desenhado um mecanismo de supervisão para ela, então, ele vai inovar. Obviamente, eu reconheço aqui que é sempre um desafio, um ambiente em que o agente vai procurar uma nova forma de fazer, você tentar se antecipar a isso e evitar que ele faça, é realmente muito desafiador.

Mas tem duas ferramentas aqui que podem ajudar muito, e é o que eu queria explorar.

Uma é ensinar o investidor a se proteger. Acho que essa dinâmica de educação financeira é crucial, lida com muito apreço pela CVM, investimos muito nisso, e é com até bastante satisfação que a gente vê investidores, em geral, se engajando crescentemente em nossas pautas de educação financeira, em nossas publicações em redes sociais, temos investido nesse meio de comunicação também, então, tem sido uma frente em que temos dispendido bastante energia, baseados nessa convicção nossa de que ensinar o investidor a se proteger cria um ecossistema de maior segurança para todos naturalmente, esse investidor sabendo ler as informações financeiras que são colocadas à disposição dele.

Uma outra dinâmica na qual buscamos investir, mas, óbvio, claro, não posso deixar de reconhecer, é particularmente afetada pela ausência de recursos, etc., que por hora sofremos, que por vezes sofremos, mas é a questão do uso inteligente, vamos chamar assim, de dados para efeitos de supervisão. Realmente, a gente convive hoje com o benefício de ter um mercado que fornece, que provê bilhões de dados a todo momento, seja lá pelos meios que forem, muitos deles inclusive encaminhados por um regulador, mas nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos, e, obviamente, saber tirar proveito destes dados e, no mais, até cruzando dados disponíveis na CVM com dados que estejam disponíveis em outros reguladores, que estejam disponíveis no mercado, um *bureau* de dados, etc., etc., eu acredito que seja um caminho muito eficiente para, com poucos recursos, alavancar novas iniciativas de supervisão que consigam detectar atipicidades e aí, naturalmente, ajudar-nos a evitar que as fraudes aconteçam.

Óbvio que, de novo, vez por outra, como eu disse no começo, essas fraudes serão inevitáveis e tentaremos pegá-las o quanto antes e o quanto melhor antes que gerem repercussões pesadas, é sempre um desafio, mas acho que são dois caminhos em que vale a pena a CVM continuar investindo para aprimorar esse trabalho.

Eu só aproveito para fazer um gancho aqui, afinal, não tanto com relação à pergunta, mas já que se comentou sobre a questão do agro. É um assunto que a gente lida com muito carinho na CVM porque talvez seja o segmento econômico, curiosamente ou proporcionalmente dizendo, mais distante do mercado de capitais. Você vai olhar o agronegócio, ele responde por um quarto do nosso PIB, um quarto da nossa economia, e quando você vai olhar o mercado de capitais é uma fração muito pequena. A gente sempre se perguntou isso, mas por que é assim? Por que um segmento econômico tão relevante, tão grande, que obviamente tem muitos empreendedores que precisam de recursos e, fatalmente, terá muitos investidores que querem investir também nesse segmento, por que esse mercado de capitais é tão pequeno ainda nesse segmento? Então, é algo em que a CVM tem investido bastante, mais penetração no segmento do agro, mais uso de veículos de mercado de capitais e excelente exemplo do Fiagro, CPR Verde, o CRA, que é um pouquinho mais antigo, temos ali um novo marco de securitização... Aliás, devo dizer, o Congresso Nacional, de uma forma geral, tem nos apoiado muito. E eu deixo aqui a minha gratidão às duas Casas por isso. Temos tido muita inovação legislativa, em ótimo sentido, para o mercado de capitais. Tem a lei do Fiagro, que já foi citada, a do CPR Verde também. Adicione-se a isso o novo marco da securitização, a Lei nº 14.430.

São muitas leis novas que têm dado bastante trabalho para a CVM... (*Risos.*)

Temos que regulamentar tudo isso, obviamente. Regulamentamos, aliás. Mas é um trabalho que fazemos com muito gosto, porque ajuda a promover essa conexão maior, mais forte, que faz sentido, por exemplo aqui no nosso caso, entre o segmento de agro e o mercado de capitais. Está faltando. Estamos lutando por isso.

E como a gente vê nos números, o Fundo de Fiagro, por exemplo, cresceu 78%, ou seja, quase dobrou de tamanho de um ano para o outro, de 2022 para 2023. Então a gente tem aí um espaço ainda imenso para crescimento e queremos ver esse espaço acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Daniel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, facultada a réplica e tréplica por até três minutos.

O primeiro inscrito é o Senador Moro.

A Senadora Margareth também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Eu lhe agradeço, Presidente.

Primeiro quero cumprimentar os sabatinados indicados. Os currículos refletem a qualidade do senhor e da senhora.

Nós vimos este ano uma grande crise envolvendo as Lojas Americanas, o mercado varejista, principalmente decorrente de fraudes contábeis dentro do balanço. E o que se percebe é uma certa fragilidade do nosso sistema, da nossa legislação, para coibir esse tipo de comportamento ou identificá-lo antes que isso seja tarde demais. Não que também em outros países isso não ocorra; há os famosos casos Enron-Wirecard na Alemanha.

Mas eu gostaria de ouvi-los. E a pergunta é dirigida a ambos.

Que medidas legislativas ou que medidas, dentro da CVM, administrativas, que providências poderiam ser tomadas para que nós pudéssemos evitar esse tipo de situação, porque isso acaba lesionando não só a empresa e os fornecedores da empresa, mas principalmente geram abalos no mercado de valores mobiliários, afastando muitas vezes os investidores. Até se cogitou, no início do ano, que teríamos uma grande crise de crédito no varejo. Embora tenha sido aqui afetada especificamente as Lojas Americanas, o fato é que isso pode acontecer com qualquer empresa com capital aberto.

Nós aprovamos aqui nesta CAE, nesta Casa mesmo, com sessão presidida pelo Senador Vanderlan, um projeto de lei para criar um sistema de recompensas e proteção a renunciantes, à semelhança da Lei Dodd-Frank, lá dos Estados Unidos, do Programa Whistleblowers. Ainda está tramitando. Vai passar pelo último momento – a última Comissão é a CCJ – e depois vai para a Câmara.

Eu gostaria também, se fosse possível, de ouvir a opinião do senhor e da senhora sobre esse tipo de programa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de passarmos ao Daniel e à Marina a pergunta do Senador Moro, eu quero aqui, em tempo, ainda registrar a presença do Deputado Sergio Souza, que é do MDB, do Paraná.

Seja bem-vindo à nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Daniel ou Marina, qualquer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Marina.

A SRA. MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO (Para expor.) – Senador Moro, eu agradeço a pergunta.

Na verdade, eu me lembrei de uma pergunta que o senhor me fez em junho, quando eu vim aqui... Quando a minha indicação saiu pela primeira vez, o senhor me perguntou sobre o programa de *whistleblower*. A gente falou um pouquinho, um pouco antes da entrada do senhor aqui, sobre a prevenção à fraude; então, a não ser que o Daniel deseje fazê-lo, eu não vou me repetir e também não gostaria de tratar de casos específicos. Mas, curiosamente, ontem – e esse foi o motivo pelo qual eu me lembrei da pergunta do senhor –, saiu uma notícia de que, nos Estados Unidos, este último ano foi o ano recorde de prêmios entregues a delações em *whistleblower*. Eu achei isso muito curioso, interessante. Eu sei que o senhor tem um projeto que trata do assunto.

A prevenção e a persecução da fraude é uma atividade muito complexa, como o Daniel descreveu. São diversos os instrumentais que precisam ser utilizados. O sistema brasileiro tem algumas diferenças para o sistema americano, mas esse tipo de incentivo pode ser bastante importante. A CVM tem um mecanismo parecido já com isso, na Resolução n° 45, com um acordo de supervisão, que busca objetivos semelhantes. É algo que, talvez, possa ser aprimorado para, no futuro, ser testado ainda. Mas, certamente, esse tipo de mecanismo e, como o Daniel mencionou, o uso da tecnologia de *big data*, de outras formas de detecção, tudo isso combinado, e uma autarquia forte, com servidores, com recursos, tudo isso cria um ambiente propício para que se tenha a fiscalização e a persecução nos momentos adequados.

O SR. DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO (Para expor.) – Perfeito!

Só complementando e obrigado pela pergunta, Senador Sergio Moro.

Conceitualmente falando, eu considero, sim, bastante interessante que se estabeleçam mecanismos de incentivo à denúncia, que alguém que esteja de posse de fatos, elementos, indícios etc. que possam nos levar a conduzir uma investigação que o faça; e, no mais, se possível também, seja incentivado, inclusive, como o próprio projeto prevê fazer, a que, enfim, tome essa atitude.

Naturalmente, de novo, quando a gente fala – sem querer também me repetir aqui – de uma fraude, é difícil realmente, de fato, pegar isso ou evitar que essa fraude seja perpetrada. Os mecanismos são sofisticados, a forma de fazer é sempre inovadora; então, enfim, é realmente um grande desafio. E uma forma que, realmente, pode quebrar um pouco dessa armadilha é, justamente, trazer para cá, para o lado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

persecução, da investigação etc. alguém que esteja lá, que esteja, enfim, lidando com aquele dia a dia da operação e possa trazer algum *insight* que nos leve a iniciar uma investigação.

Então, assim, o projeto é bastante interessante, sem dúvida. E eu diria até mais, em termos conceituais, que qualquer exercício que a gente possa fazer de incentivo à denúncia, à autodenúncia etc, eu considero bastante positivo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Vanderlan.

Na realidade, já foi respondido o que eu queria saber, que era como detectar uma fraude.

E quando se trata de crimes, é impressionante como o crime está sempre na frente, está sempre à frente da questão em si. A CVM está em um ponto... Quer dizer, o cara está subindo o elevador e vocês de escada. É uma coisa impressionante e é isso o que acontece. E não só aí, mas em todos os lugares. A gente vê, com empresas, que quando os caras querem dar um golpe, a criatividade é muito grande. E como detectar isso? Você realmente tem que ter mecanismos, que é isso que vocês responderam.

Obrigada.

Estou feliz. São dois jovens que vão assumir. Isso é muito bom, sangue novo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora, ainda mais pela competência que nós estamos vendo aqui pela apresentação dos dois, do Daniel e da Sra. Marina.

Vocês querem comentar a fala da Senadora?

A SRA. MARINA PALMA COPOLA DE CARVALHO (Para expor.) – Quero apenas agradecer mesmo a presença da Senadora Margareth. Muito obrigada por estar aqui e por tornar possível esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo, nós vamos aguardar a Senadora Teresa Leitão, que está a caminho. Pediu-me para esperar porque ela faz questão de estar votando em vocês dois aqui na Comissão. Já está chegando.

Ela votando, em seguida a gente já faz a abertura. (*Pausa.*)

Senadora Teresa já autoriza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns!

Aprovada a indicação do Sr. Daniel Walter Maeda Bernardo...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senadora Tereza, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, por favor, continue.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... indicado para Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por 18 votos favoráveis e nenhum voto NÃO.

Aprovada a indicação da Sra. Marina Palma Copola de Carvalho para Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por 18 votos favoráveis, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. (*Pausa.*)

Perdão.

Foram 17 votos favoráveis e uma abstenção.

As matérias vão ao Plenário.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Eu queria pedir um requerimento para urgência, para que seja colocada amanhã em votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência para o Plenário da Mensagem 90 e da Mensagem 91, feito pela Senadora Tereza Cristina.

As Sras. e o Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai a Plenário.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 57ª e 58ª Reuniões, realizadas na data de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e o Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

E parabéns!

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 59ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 68, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do(a) PRS que apresenta. Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 103, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao Programa Federativo para Segurança Pública Inteligente." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do(a) PRS que apresenta. Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 104, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Tocantins e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Tocantins – PRÓ-GESTÃO Tocantins." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do(a) PRS que apresenta. Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 105, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa ProMorar Brasil – Promoção de Novas Estratégias de Habitação No Brasil para a População de Baixa Renda, a ser executado pelo Ministério das Cidades." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do(a) PRS que apresenta. Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1303, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 35, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Favorável à Emenda 2-PLEN, na forma da subemenda apresentada. **Resultado:** Vista concedida coletiva. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 238/2023-CAE de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 238, de 2023** que: "Requer audiência pública para instrução do PLP 35, de 2022." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aguardando audiência pública. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 240/2023-CAE para instrução da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 240, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PL nº 2838/2020" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 237, de 2023** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2023 - CAE, seja incluído o Senhor Olinto Sant'anna, presidente da Abratual, como convidado." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de dezembro de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião de hoje fazendo um breve balanço de nossos trabalhos neste ano aqui em nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Realizamos 59 reuniões, nas quais deliberamos sobre 156 matérias, e ainda realizamos 15 audiências públicas.

Foi um ano muito produtivo, com ricas discussões que acrescentaram muito para o entendimento e a formação da convicção dos membros desta Comissão acerca das matérias deliberadas, trazendo ainda mais consistência e qualidade às decisões tomadas.

Agradeço então a efetiva e competente participação de Senadoras e Senadores desta Comissão e também das suas assessorias e da equipe da Secretaria da CAE, que também se dedicaram com eficiência e, assim, permitiram o perfeito andamento dos trabalhos e os melhores resultados.

Por fim, destaco dessas matérias deliberadas algumas que tiveram especial impacto em nossa sociedade: programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil; Arcabouço Fiscal, novo regime fiscal; prorrogação da desoneração da folha de pagamentos; Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; processo administrativo para aplicação da pena de perdimento de mercadorias, veículo ou moeda; igualdade salarial entre homens e mulheres; marco legal das garantias; marco legal dos jogos eletrônicos; recursos para a expansão da Defensoria Pública; licença-maternidade para atletas profissionais; dedução do Imposto de Renda às doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica; oferta de procedimentos estéticos reparatórios pelo SUS; garantia de reserva de recursos para atender calamidades públicas no Orçamento da União; inclusão dos projetos de economia solidária entre os programas de desenvolvimento passíveis de financiamento pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT; instituição de auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica; criação do Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor – bom dia, Senadora Zenaide –; criação do Estatuto da População em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Situação de Rua; destinação de parte da arrecadação com multas e infrações por crimes ambientais ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap); destinação de 1% de todas as modalidades lotéricas para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap); voto de qualidade do Governo em decisões do Carf; instituição de pensão para órfãos do feminicídio, instituição de pensão para filhos dependentes de vítimas de baixa renda; instituição de assistência psicológica pelo SUS a gestantes, parturientes e puérperas; instituição de pensão aos filhos de pessoas com hanseníase; prorrogação do prazo de execução dos recursos da Lei Paulo Gustavo; instituição à fruição do passe livre por pessoa com deficiência no transporte de passageiros sob responsabilidade da União; taxação dos fundos exclusivos e de investimentos no exterior; regulação à modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa; instituição da Política de Cidadania para População em Situação de Rua; deliberação do contingenciamento de verbas para as despesas de defesa agropecuária – bom dia, Senadora Teresa...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, para reduzir o tempo de enfrentamento da fila do INSS; além de sabatinas de autoridades e operação de crédito para a União, diversos estados e municípios.

Essa relação é apenas uma breve síntese da importância que a atuação desta Comissão teve neste ano legislativo.

Era o que tinha a registrar no dia de hoje. Boa reunião a todos nós.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento de investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta

Observações:

1. Em reunião realizada em 12/12/2023, após a leitura do relatório foi concedida vista coletiva

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Lucas, que não está presente... Está remotamente? (*Pausa.*)

Não.

Então, não vai fazer uso da palavra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Rogério, o senhor queria fazer uso da palavra, se eu não engano, sobre esse projeto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, é um pedido de urgência?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – É um pedido de urgência, sim, senhor. Sim, queria pedir urgência para que a gente possa colocar na próxima sessão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência à Mensagem (SF) 68, de 2023, do Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 103, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao Programa Federativo para Segurança Pública Inteligente.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Designo o Senador Rogério Carvalho como Relator *ad hoc* da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

Eu queria pedir autorização a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e entidades controladas. Ademais, nos termos de seu inciso VIII, fica atribuída ao Senado Federal a competência para disciplinar os limites e condições para a concessão de garantia da União nas referidas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES, conforme art. 10, §3°, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e do art. 40, §1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Ata da 30ª Reunião do Grupo Técnico de Entes Federais do Comitê de Garantias, de 10 de outubro de 2023, constante dos autos, informa que o custo efetivo da operação foi estimado em 5,42% ao ano para uma duração estimada de 8,88 anos, menor que o custo estimado de captação do Tesouro Nacional em dólar, que é de 7,13% ao ano para uma duração semelhante, de forma que o custo da operação se mostra financeiramente favorável.

Ainda de acordo com a EM nº 159, de 2023, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas na legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da República, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deverá ser verificada a adimplência do banco e o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

Considerando que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

Diante do exposto, conclui-se que a operação de crédito a ser celebrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se de acordo com o que preceituam a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 1º Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao "Programa Federativo para Segurança Pública Inteligente".

§ 2º A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições ao primeiro desembolso, a ser verificada e atestada pelo Ministério da Fazenda, mediante inclusive manifestação prévia do credor; e

II – à comprovação da situação de adimplemento do BNDES quanto ao disposto no art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Contrapartida: US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – Prazo de desembolso: em 60 (sessenta) meses, a partir da data da entrada em vigor do contrato de empréstimo;

VII – Amortizações: o esquema de amortização é flexível. O principal poderá ser amortizado em: parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais; uma única parcela; parcelas crescentes ao longo do tempo; ou parcelas irregulares, com prazo de carência estendido;

VIII – Carência: até 66 (sessenta e seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – Prazo para pagamento: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

X – Prazo total: até 300 (trezentos) meses;

XI – Juros aplicáveis: a taxa de juros é definida pelo Mecanismo de Financiamento Flexível do BID, com taxa de empréstimos composta por taxa variável com base na SOFR (*secured overnight financing rate*) denominada em dólares norte-americanos, acrescida de margem de captação do BID em relação a SOFR denominada em dólares norte-americanos, e de *spread* de crédito variável de capital ordinário do BID;

XII – Comissão de crédito: percentual a ser cobrado sobre o saldo não desembolsado a partir de 60 dias após a contratação, podendo ser revista periodicamente, até o máximo de 0,75% ao ano.

XIII – Opção de conversão de moeda e juros: o devedor poderá solicitar ao credor uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo seu relatório, Senador Rogério.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Queria pedir urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 2 da pauta, Mensagem SF nº 103, Senador Rogério Carvalho – pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Eduardo, pela ordem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Só para saber se é possível inversão de pauta, já que vim para... Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O item 5? (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1303, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1- A matéria vai à CCT, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão... Eu queria dar entrada num requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 35/2022, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, quando chamarmos aqui o item nº 6, colocaremos em votação o pedido de audiência pública.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 1.303, de 2022, do Deputado Evair Vieira de Melo, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.

O projeto foi encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

Não temos dúvidas sobre o mérito do projeto. Como bem destaca o autor da proposição, a universalização e consolidação do serviço de banda larga é fundamental para o desenvolvimento econômico e social das regiões carentes desses serviços. Por mais que empresas atualmente autorizadas a explorar esse serviço venham avançando na consecução desses serviços, não vemos prejuízo em permitir que cooperativas interessadas também contribuam na promoção do acesso, da qualidade e da competitividade no setor, principalmente no que tange à oferta do serviço em regiões rurais, carentes e de difícil acesso.

Além disso, trata-se de medida estreitamente relacionada com o objetivo de criação de um ambiente competitivo nas telecomunicações brasileiras, tal como preconizado pela Lei Geral de Telecomunicações, que, logo em seu art. 2º, confere ao Estado o dever de promover a competição e a diversidade dos serviços de telecomunicações, bem como incrementar sua oferta. Recorrer ao cooperativismo para atingir esses objetivos nos parece extremamente meritório. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, existem, atualmente, no Brasil, quase 5 mil cooperativas, que possuem mais de 20 milhões de cooperados e mais de 500 mil empregados.

Há diversos setores, inclusive de infraestrutura, nos quais as cooperativas desempenham grande papel econômico e social. Um exemplo são as cooperativas que atuam na geração e distribuição de energia elétrica, responsáveis por atender mais de 800 municípios brasileiros.

Essa mesma atuação não tem sido possível no setor de telecomunicações. Como destacado no parecer aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados, as cooperativas têm travado batalhas jurídicas e legislativas para atuar no setor de telecomunicações, principalmente na internet. Ora, particularmente em um cenário em que há a necessidade de se melhorar a qualidade dos serviços prestados em pequenos municípios e regiões remotas, não se justifica proibir a atuação de cooperativas, que já demonstraram que podem desempenhar um papel fundamental na expansão e na melhoria da oferta dos serviços de telecomunicações nessas localidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se, ainda, que a Organização das Cooperativas Brasileiras já se manifestou favoravelmente à aprovação do projeto, assim como a Anatel, que, em manifestação enviada a este Relator, destacou que "tendo em vista os benefícios que se pretende obter, como a expansão dos serviços de telecomunicações, a Anatel nada tem a opor-se quanto à aprovação do Projeto de Lei nº 1.303, de 2022".

Nesse sentido, não temos dúvidas sobre o mérito de se assegurar, em lei, a possibilidade de atuação das cooperativas na prestação dos serviços de telecomunicações, tal como propõe o projeto em análise.

Por isso, Sr. Presidente, o voto: diante do exposto, voto pela aprovação.

Ressalto ainda que tenho conversado com diversos agentes do setor e entendo que é, mais ou menos, o que nós vivemos nesta Casa aqui – não digo esta Casa, porque eu não estava aqui, mas estava na Câmara dos Deputados –, há aproximadamente 20 anos, quando havia sempre um questionamento sobre a atuação das cooperativas, em especial, por exemplo, no setor bancário. E hoje o que ocorre é que o crédito cooperativo cresceu muito, se tornou um ativo de qualidade para os bancos tradicionais, e eles convivem. É possível ver, em Goiás, no Tocantins, em todos os lugares, a eficiência da cooperativa de crédito e a convivência competitiva, mas harmônica com o sistema financeiro. Assim também, na área de energia elétrica, de geração de energia, as cooperativas conseguiram conviver com as concessionárias.

Então, V. Exa., que já foi Presidente da Comissão de Comunicação, também é um homem do setor produtivo e tem um estado com a característica do nosso Estado do Tocantins também, sabe que, no Brasil, há determinados problemas que, se a cooperativa não entrar para resolver, a gente não consegue resolver.

Então, eu queria pedir o apoio dos colegas, sabendo que foi tomado o cuidado de se perguntar à Anatel e também entendendo que, nessa regulação e na convivência do setor, a Anatel deve atuar para descobrir o que é concessão e o que é área remota onde as cooperativas podem atuar e levar comunicação de qualidade à população brasileira.

É esse o voto, Sr. Presidente,

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo seu relatório, Senador Eduardo Gomes.

Como bem lembrado por V. Exa., o cooperativismo de crédito era muito restrito. E, como nós aprovamos aqui nesta Casa favorecendo e simplificando para que o cooperativismo de crédito tivesse mais facilidades em emprestar, inclusive para os pequenos, eles hoje estão com os juros bem mais baratos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os bancos tradicionais e têm crescido bastante, facilitando o pequeno negócio, o médio e até o grande negócio.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero concordar com o relatório do Senador Eduardo Gomes, com o mérito e com a importância que tem as cooperativas entrarem nesse segmento.

Acredito que as cooperativas, ao entrarem nesse segmento, obrigarão as grandes operadoras a prestar um melhor serviço às menores comunidades. Acontece que nós precisamos fazer uma análise mais detida sobre qual o impacto orçamentário da medida nos termos do relatório, porque não foi apresentada nenhuma estimativa de impacto fiscal.

Então, diante disso, apesar de concordar, de votar favorável no momento seguinte, eu queria pedir vista desse processo, mas fica aqui, Senador Eduardo Gomes, o meu compromisso e a minha total concordância com essa iniciativa, porque, enquanto não tivermos cooperativas competindo com as grandes operadoras, nós não vamos dar uma prestação de serviço respeitosa às comunidades rurais. Então eu peço desculpas ao Senador para que a gente possa fazer essa análise e não ter nenhum tipo de dúvida e me comprometo com V. Exa. de a gente levar esse debate ao Ministro Haddad e ao Ministério da Fazenda sobre essa questão, porque eu acho que ela é de extrema relevância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria ainda está em discussão.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, é apenas para concordar, porque existem vistas propositivas, não é? É exatamente o que o Senador Rogério Carvalho está fazendo. Ele está fazendo um pedido de vista para reforçar o projeto. Eu acho que, na origem, ninguém é contra a prestação de serviço por cooperativa, porque a cooperativa traz o rosto necessário para este mundo em que a gente vive, dividido politicamente, ideologicamente, com essa confusão toda. Se tem um lugar que não tem confusão é em cooperativa, porque todo mundo quer o mesmo objetivo.

Então, eu quero agradecer ao Senador Rogério, porque eu acho que, neste momento, é um pedido de vista propositiva. Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo o pedido de vista coletiva ao item 5, Projeto de Lei nº 1.303, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo item da pauta, item 3, da Senadora Dorinha.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 104, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Tocantins e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Tocantins – PRÓ-GESTÃO Tocantins.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra à Senador Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou direto ao voto em virtude do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, já esgotadas todas as condições legais e pareceres, é uma contratação com o objetivo de melhorar a gestão do Estado.

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> [...]
> Art. 1º Fica o Estado do Tocantins autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Tocantins – Pró-Gestão [...]".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Tocantins;

II – credor: Banco Internacional [...] (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: [...] US$50 milhões [...];

V – Valor da contrapartida: US$5 milhões [...];

VI – prazo de carência: [...] 66 meses;

VII – prazo de amortização: [...] 162 meses;

VIII – prazo total: [...] 228 meses;

IX – cronograma estimativo de desembolso: US$6,7 milhões [...] em 2023, US$10,5 milhões [...] em 2024, US$14,5 [...] em 2025, US$10,6 [...] em 2026, US$7,7 milhões [...] em 2027;

X – aportes estimados de contrapartida: US$1 milhão [...] em 2023, US$1,5 milhão [...] em 2024, US$1,5 milhão [...] em 2025, US$500 mil [...] em 2026, US$500 [...] em 2027;

XI – juros: taxa de referência a ser acrescida de *spread* variável a ser definido periodicamente pelo Bird;

XII – atualização monetária: variação cambial;

XIII – periodicidade: semestral;

XIV – sistema de amortização: sistema de amortização constante;

XV – comissão de compromisso: 0,25% [...] ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, começando a ser devida aos 60 [...] dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato;

[...]

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos [...].

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Tocantins na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista [...] fica condicionada:

I – à verificação e atesto pelo Ministério da Fazenda, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao [...] desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que tratam o art. 21, VI, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o art. 10, §4º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

II – à celebração de contrato de concessão de [...] [contrapartida] entre o Estado do Tocantins e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

157 e 159, I, "a" e II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 [...], todos da Constituição Federal [...];
III – à inclusão de cláusula contratual vedando expressamente a securitização da operação caso seu custo efetivo seja maior do que o custo de captação da República, nos termos da Resolução nº 7, de 23 de junho de 2020, da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional.
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta resolução.
Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sr. Presidente Vanderlan Cardoso. Senadora Professora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senadora, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Dorinha Seabra.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar, parabenizar a Senadora Dorinha, que trouxe esse relatório num momento importante do Estado do Tocantins, e também fazer os cumprimentos à equipe técnica do Governo do Governador Wanderlei Barbosa, porque esse empréstimo especificamente é um empréstimo que contrata gestão. Então, no fundo, nós estamos... o Governo do Estado do Tocantins está contratando qualidade de serviço para fazer frente aos outros empréstimos, às outras matérias de infraestrutura do estado. Então, esse contrato especificamente do estado, que a Senadora acabou de relatar muito bem, deixa o Estado do Tocantins com a possibilidade de estar mais preparado para receber outro tipo de financiamento, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento. Então, eu quero só parabenizar a Senadora aqui e torcer para que esse recurso seja bem utilizado nessa função, que eu tenho certeza que irá gerar muito mais recursos para o estado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria vai ao Plenário.

Senador Izalci.

Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, tem uma matéria já discutida já há algum tempo, 2.838, que é a Lei do Bem, uma alteração que nós estamos fazendo na lei desde 2020.

Essa proposta foi inclusive aprovada pelo Governo anterior e por este Governo. Então, nós chegamos aqui a votar na CCT, votamos aqui na CAE, a Senadora Damares leu o relatório do Senador Carlos Viana, foi lido e foi retirado de pauta.

Então, o que eu gostaria é que V. Exa. o colocasse na pauta, para a gente poder votar. Se o Governo quiser pedir vista, ele pede vista, mas já dentro do processo de votação.

Eu tenho certeza absoluta, Senador Jaques Wagner...

Quero pedir a atenção de V. Exa.: esse pedido que estou fazendo é a questão da Lei do Bem. Já foi votada na CCT, aqui na CAE foi lido o relatório pelo Senador Carlos Viana, e nós não votamos no dia porque foi retirado de pauta. Então, a minha proposta é que entre novamente na pauta.

V. Exa., como Líder do Governo, poderia pedir vista se for o caso, mas é um projeto que tem total apoio, inclusive do Ministério da Ciência e Tecnologia. Sempre foi um sonho, porque, na prática, é o seguinte: as pequenas e médias empresas precisam também entrar na era digital, na era da inovação, mas, infelizmente, a Lei do Bem só atende ao lucro real, às grandes empresas, e nós precisamos atender às pequenas empresas também.

Lógico, o pessoal fala em impacto, impacto, mas não existe impacto, até porque elas não investem em inovação, em ciência e tecnologia. Agora, na medida em que você dá possibilidade de elas deduzirem desse incentivo, elas passarão a aplicar. Então, a gente não pode dizer que tem impacto, porque não existe inovação hoje nas pequenas e microempresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo dessa lei é exatamente fazer com que as pequenas empresas também possam entrar na era digital, porque ciência, tecnologia, pesquisa é investimento, não é nem despesa.

Eu pediria a atenção do meu nobre Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, que também apoia ciência e tecnologia, para que a gente botasse na pauta, e aí o Governo, se for o caso, pede vista, mas que a gente tenha o processo normal funcionando.

É esse o pedido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, só vamos terminar aqui esse item. É a matéria do item 3, Mensagem nº 104, relatada aqui pela Senadora Dorinha Seabra.

A matéria vai ao Plenário. A Senadora pediu urgência...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a urgência, Sr. Presidente, por causa da importância...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Urgência ao Plenário.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 3, Mensagem (SF) nº 104, de 2023, da Senadora Dorinha Seabra, Relatora, pedido de urgência ao Plenário.

Consulto os Senadores e Senadoras se concordam com o pedido.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Irá ao Plenário, com o pedido de urgência, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, quanto ao pedido de V. Exa., ele não está na pauta de hoje. Para nós colocarmos... Eu sugiro que seja o primeiro item no retorno desta Comissão no ano que entra esse item. Nós temos ainda outro item a deliberar, a não ser que o Plenário concorde. Como não tem ainda o impacto financeiro... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creio que o Governo ainda não fez esse impacto financeiro, mas quero ouvir o Líder Jaques Wagner com relação ao pedido feito por V. Exa. ao Líder do Governo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo, porque é a primeira vez que eu estou falando na sessão; e cumprimentar os colegas e as colegas.

Eu estava conversando com o Senador Izalci para tentar uma mediação. Mesmo que V. Exa. o admita como extrapauta, eu estou entrando com requerimento de audiência pública, o que acabaria dando quase no mesmo, porque aí, no retorno, a gente teria uma audiência pública, satisfaria a coisa de estar recolocado na pauta, e aí depois a gente... Eu espero que até lá eu já possa ter uma posição mais consistente no Governo. Se V. Exa. concordar, a gente colocaria e, ao mesmo tempo, aprovaria a audiência pública sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concorda, Senador Izalci?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concorda. Então, será projeto de lei extrapauta o Projeto 2.838, de 2020, depois do item 6, que é o próximo... (*Pausa.*)

Não, é o item 4, aliás. É o item 4, em que o Senador Rogério será o Relator. Depois, tem o item 6, e colocaremos extrapauta esse item.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 105, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa ProMorar Brasil – Promoção de Novas Estratégias de Habitação No Brasil para a População de Baixa Renda, a ser executado pelo Ministério das Cidades.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Designo o Senador Rogério Carvalho Relator *ad hoc* da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço permissão a V. Exa. para ir direto ao voto.

Como a PGFN faz a última olhada sobre todas as regras e todas as exigências formais que um empréstimo precisa seguir para ser autorizado, eu queria começar a ler o relatório a partir daqui.

A PGFN, por sua vez, por meio do Parecer nº 4.999/2023/MF, concluiu não haver óbices à contratação em tela. Em especial, destacou que foi observado o disposto no art. 8º da RSF nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

A assinatura dos instrumentos contratuais, contudo, deverá ser precedida do atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis.

Diante do exposto, apresento voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 105, de 2023, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até [US$54 milhões] [US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América)], cujos recursos destinam-se ao Programa ProMorar Brasil – Promoção de Novas Estratégias de Habitação no Brasil para a População de Baixa Renda, a ser executado pelo Ministério das Cidades.
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa "ProMorar Brasil – Promoção de Novas Estratégias de Habitação no Brasil para a População de Baixa Renda", a ser executado pelo Ministério das Cidades.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor: até US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

VI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses contados a partir da data de entrada em vigor do Contrato;

VII – prazo de amortização: até 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato;

VIII – prazo total: até 25 (vinte e cinco) anos;

IX – cronograma estimativo de desembolso: US$ 7.813.528,33 (sete milhões, oitocentos e treze mil, quinhentos e vinte e oito dólares, e trinta e três centavos dos Estados Unidos da América) em 2023, US$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US$ 28.586.471,67 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um dólares, e sessenta e sete centavos dos Estados Unidos da América) em 2025, US$ 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US$ 6.555.925,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2027;

X – aportes estimados de contrapartida: US$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026 e US$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027;

XI – juros: SOFR (Secured Overnight Financing Rate) correspondente, mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco (valor atual de SOFR + 1,25% a.a.);

XII – atualização monetária: variação cambial;

XIII – periodicidade: semestral;

XIV – sistema de amortização: de acordo com o cronograma de amortização;

XV – comissão de compromisso: 0,5% (meio por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.
> .....

Portanto, o parecer é favorável a que o ministério, o Governo Federal, a Presidência da República passe a contrair o empréstimo de US$54.055.925.

Peço urgência, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vamos votar primeiro, não é? (*Risos.*)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos em que se apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 35, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Favorável à Emenda 2-PLEN, na forma da subemenda apresentada.

Autoria: Senador Esperidião Amin, Senador Jorginho Mello, Senador Dário Berger.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Presidente Dorinha, muito obrigada.

Eu gostaria de pedir, como o relatório já está amplamente divulgado, para ir diretamente à análise do voto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – E o requerimento de audiência pública?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu gostaria de pedir para ler o relatório e aí a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A Mesa orientou que ela pode ler o relatório, e nós vamos, depois, deliberar o requerimento.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Bom, eu vou passar diretamente à análise do projeto.

Na forma do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal, o PLP nº 35, de 2022, retorna a esta Comissão para a apreciação da emenda apresentada em Plenário.

A Emenda nº 2 acrescenta parágrafo único ao art. 5º do substitutivo. O novo dispositivo define que as compensações introduzidas nas Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, não constituem operações de crédito entre os entes federados.

O Senador Amin sustenta que, durante as negociações entre estados federados e a União em relação à compensação decorrente da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional utilizaram a tese de que a compensação atrairia a incidência das regras inerentes às operações de crédito definidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), tanto que a cláusula quarta do acordo entabulado previu o envio de projeto de lei para a compensação de valores ainda não amparados por (outra) lei autorizativa de operação de crédito.

A emenda também permite que a compensação pretendida alcance desembolsos que tenham ocorrido nos cinco anos anteriores à publicação da nova norma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impõe-se notar que a tese da STN e da PGFN foi formulada exatamente um mês após a apresentação do primeiro relatório pelo Senador Heinze, com o segundo relatório tão somente replicando o anterior do ponto de vista substantivo.

Com efeito, em 5 de junho último, o Supremo Tribunal Federal homologou o acordo firmado entre a União e os governos estaduais no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.191 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 984.

Corroborou-se o entendimento de que caberia ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar aperfeiçoando as Leis Complementares nos 192 e 194, ambas de 2022.

O objetivo do acordo é disciplinar a compensação a ser paga aos entes subnacionais, mediante abatimentos nas prestações das dívidas públicas refinanciadas, pela redução na arrecadação do ICMS resultante das duas leis complementares.

Consequentemente, a compensação em tela efetivamente se assemelha àquela propugnada pelo PLP nº 35, de 2022.

Conforme a Exposição de Motivos nº 85, de 29 de junho de 2023, subscrita pelo Ministro de Estado da Fazenda, compete ao projeto de lei complementar requerido, entre outras exigências, autorizar o aditamento dos contratos de refinanciamento celebrados com a União, para que as compensações acordadas sejam efetivadas, e estabelecer que as incorporações, compensações, deduções e refinanciamentos previstos não constituirão nova operação de crédito.

Dessa forma, em 30 de junho, o Poder Executivo submeteu à apreciação do Congresso Nacional o PLP 136, de 2023, que "dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos [...] [do disposto nos] arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, [e] o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações".

A recém apresentada proposição assim dispõe sobre o *status* jurídico da compensação acordada *vis-à-vis* à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

> Art. 8º As incorporações, as compensações, as deduções e os refinanciamentos de que trata esta Lei Complementar não constituirão nova operação de crédito, ainda que por equiparação, nos termos do disposto no art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [...], afastados os requisitos previstos no art. 32 da referida Lei Complementar e os demais requisitos para a sua contratação, e o disposto [...] [na Resolução nº] 40, de 20 de dezembro de 2001, [na Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº] 43, de 21 de dezembro de 2001, e [na Resolução nº] 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal.

Assim, em face do entendimento firmado no âmbito do STF, é cabível a preocupação do Senador Amin acerca da necessidade de se asseverar, no corpo da nova norma, que a compensação pretendida não se confunde com uma operação de crédito. No entanto, a apresentação da emenda a um projeto de lei ordinária é insuficiente para que o objetivo perseguido seja alcançado. É necessário que o *status* original de projeto de lei complementar seja restabelecido. Para tanto, proporei subemenda à Emenda nº 2, de Plenário, com alguns ajustes redacionais.

O voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário, à Emenda nº 1-CAE (Substitutiva) ao PLP nº 35, de 2022, na forma da subemenda a seguir, restabelecendo-se o seu *status* de projeto de lei complementar:

SUBEMENDA Nº – CAE À EMENDA Nº 2 – PLENÁRIO
Os arts. 5º e 6º do PLP nº 35, de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º Os valores empregados na forma desta Lei Complementar serão compensados a partir das parcelas vincendas do respectivo saldo da dívida.
§1º As compensações de que tratam o art. 16-A da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, o art. 8º-A da Lei nº 9.496, 11 de setembro de 1997, e o art. 8º-A da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, mesmo que realizadas de forma prolongada no tempo, não constituirão novas operações de crédito, ainda que por equiparação, nos termos do disposto no art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, afastados os requisitos previstos no art. 32 da referida Lei Complementar e os demais requisitos para a sua contratação, e o disposto na Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, na Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, todas do Senado Federal. §2º As compensações pelos valores empregados por estados, Distrito Federal e municípios na manutenção de bens de uso comum da União abrangerão tanto desembolsos a serem realizados, como aqueles efetuados nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação desta Lei Complementar.
Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora Tereza Cristina.

Temos um requerimento sobre a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 238, DE 2023

Requer audiência pública para instrução do PLP 35, de 2022.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Ele solicita uma... (*Pausa.*)

Mas nós temos que deliberar o requerimento também, não é? Ou não? (*Pausa.*)

Na verdade, nós podemos dar vista coletiva, mas temos que deliberar sobre o requerimento. Então, eu vou ler o requerimento 238.

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 35, de 2022, que altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre os valores empregados na manutenção dos bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

Senador Rogério Carvalho, para defesa do seu requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, primeiro, nós sabemos que os estados do Sul, do Sudeste, notadamente Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e agora alguns estados do Centro-Oeste, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, são estados, principalmente os do Sul e do Sudeste, mais endividados. E, ao serem mais endividados, fazer obras é uma forma de retirar dinheiro ao invés de o Governo receber o dinheiro que eles devem à União. Então, descontar de dívida é uma forma de tirar recursos do Tocantins, de Sergipe, da Bahia, de Alagoas, do Acre, do Amapá, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Piauí, de Rondônia, de Roraima – dos estados mais pobres.

Portanto, há uma necessidade de a gente aprofundar esse debate sobre este tema, porque não é simplesmente o Estado tem mais dinheiro, tem uma dívida enorme, e quer... A responsabilidade com obras paradas da União é de competência da União. A União é que tem que se virar para fazer isso, de acordo com a sua disponibilidade de caixa, e não obrigar a União através da realização de uma execução de obras, com recursos da União, que são recursos de todo o país, o que vai beneficiar, obrigatoriamente, aqueles que mais devem ao Brasil. E se mais devem ao Brasil, é porque tomaram mais empréstimo, é porque devem mais, porque a União os financiou mais ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é correto agora a gente fazer isso duas vezes. Portanto, o pedido de vista é para que a gente possa esclarecer isto. Qual é o tamanho? O que isso significa? O quanto isso vai prejudicar estados mais pobres da Federação? É preciso a gente ter um pouco de sensibilidade com o resto do Brasil.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Senadora, eu discordo completamente do Senador, mas acho que essa discussão é sempre importante. Eu não vejo que o Estado de Santa Catarina – inclusive o meu, o Mato Grosso do Sul –, quando faz uma obra que é obra federal e que está parada, ele tem o direito, sim, a pedir esse ressarcimento e isso não impacta em estados, em outros estados da Federação. O impacto primário é positivo para o Governo e não é tão negativo e não afeta outros estados.

Mas eu acho que a discussão é sempre boa até para que haja um entendimento, visto que isso aqui é uma coisa que vai acontecer muito daqui para frente, tem outros estados que também vão querer compensações por recursos que foram colocados para terminar obras federais importantíssimas para aqueles estados e que ficam aí parados ao longo de muitos anos.

Então, é pedido de vista coletivo e eu só gostaria de pedir para marcar a data dessa audiência para que nós possamos fazer essa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós estamos deliberando o requerimento de audiência pública.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim. Deliberado, marca a data da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em votação o Requerimento nº 238, de 2023, de audiência pública, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

É aprovado o Requerimento nº 238. A matéria é retirada de pauta... Não, agora vista, não é? (*Pausa.*)

E concedo vista coletiva.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É possível já deixarmos uma data para o outro?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vou passar o pedido para o Presidente...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... para dar prioridade logo que retomemos o trabalho.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O.k., Senadora. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É um extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2838, DE 2020

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

O relatório é pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, com uma subemenda que apresenta.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, com parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia (substitutivo).

Temos sobre a mesa o Requerimento nº 240, de 2023, de audiência pública para a matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 240, DE 2023

Requer a realização de audiência pública para instruir o PL nº 2838/2020

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

As Senadores e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É aprovado o Requerimento 240, de 2023, e a matéria é retirada de pauta.

Vamos fazer a mesma solicitação, que se dê prioridade na realização dessa audiência pública.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Professora, eu só gostaria de incluir aí na audiência pública a Ministra da Ciência e Tecnologia, a CNI...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É possível incluir. Só peço que o seu gabinete formalize as sugestões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O.k. Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É aprovado o Requerimento 240, de 2023. A matéria é retirada de pauta. (*Pausa.*)

Requerimento 237:

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 237, DE 2023

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2023 - CAE, seja incluído o Senhor Olinto Sant'anna, presidente da Abratual, como convidado.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento 237, de 2023, da CAE.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 59ª Reunião, realizada na data de hoje.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Magno Malta, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Romário, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2024)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relatoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovadas quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". São elas: Emenda nº 1- Unidade Orçamentária: 55901, Ação e Subtítulo: Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 500.000.000; Emenda nº 2- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 500.000.000; Emenda nº 3- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 500.000.000; Emenda nº 4- Unidade Orçamentária: 26238, Ação e Subtítulo: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais, Localidade: Minas Gerais, R$ 6.150.925. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1105, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 459, de 2022 - Terminativo -** que: "Revoga o § 6º do art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de extinguir a necessidade de revalidação periódica da autorização para o desconto no valor dos benefícios previdenciários de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 727, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para assegurar o acesso à acomodação adequada para a pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal durante o período em que estiver sob tratamento ambulatorial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuado." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 826, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2291, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de pensão especial para crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis tenham falecido em razão da infecção provocada pela Covid -19 (Órfãos da Covid)." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1711, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, para fins de cumprimento do disposto no art. 93, contratar atletas paradesportivos." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1083, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos laudos de exames que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento ao Assédio Moral, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de assédio moral e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para dispor sobre o assédio moral praticado nas relações trabalhistas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos de ressurgimento da poliomielite no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 122, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 826/2019, que “institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas” e debater a obrigatoriedade de vacinação contra Covid-19 em crianças, em virtude eventual inclusão da vacina no Programa Nacional de Imunização (PNI)." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 125, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os procedimentos do Sistema Único de Saúde que visem ao diagnóstico da Mielomeningocele e à cobertura da cirurgia de correção intrauterina." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 126, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, biênio 2024/2025, bem como lançar a Cartilha sobre atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário 2024 em Braille." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 127, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, caput, da Constituição Federal e fundamentado nos artigos 90, XI e 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a complementação do Requerimento nº 126 de 2023 –CAS, para adir rol de ações, e expressar apoio e incentivo da Comissão às atividades para promoção e valorização da saúde e de bem-estar das pessoas com deficiência, objetos das iniciativas da Diretoria-Geral do Senado Federal e do Núcleo de Acessibilidade da Instituição." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 128, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a saúde mental das mulheres profissionais da segurança pública e o impacto do assédio nos altos índices de suicídio." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Projeto de Lei n° 1435, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). Em seguida, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. A presente Ata, assinada pelo senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Peço aos Parlamentares e às Parlamentares que compõem esta Comissão que possam registrar a sua presença, para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos efetivamente.

Antes de iniciar esses trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Cópia do Ofício nº 597 da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que encaminha a moção em apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 573, de 2006, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre requisitos de aposentadoria dos profissionais de educação física;

- Cópia do Requerimento 5.649 da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que encaminha a moção relativa ao fundo de seguridade social dos funcionários aposentados e pensionistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Os expedientes se encontram à disposição, na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião tem duas partes. A primeira destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 29, 2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. A segunda parte se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Dando início à primeira parte da reunião, eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que eu possa relatar as emendas à Lei Orçamentária Anual. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passo a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator da LOA.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 – Ploa 2024 (Projeto de Lei nº 29/2023-CN) que, em seguida, foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), conforme art. 166, §1º, da Constituição Federal.

No prazo avençado, foram apresentadas 111 propostas de emendas, sendo 102 de apropriação, cinco de remanejamento e quatro de texto, conforme arts. 37 a 42 da Resolução nº 1/2006-CN. As propostas de emenda estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Análise.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emenda às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal; à área de competência desta Comissão, conforme o art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970); e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 3, de 2015-CN, que prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto.

Nos termos do art. 44, §1º, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até 8 emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão (art. 43). As emendas têm de ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto (art. 44, II). Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento (idem, art. 44, inciso III).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às emendas texto, não há limitações quantitativas para sua apresentação. Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão. As emendas de nºs 40, 58, 81 e 94 sugerem alterar o Anexo V do Ploa 2024, para "alterar o limite específico destinado à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho". Muito embora sejam meritórias as intenções, elas não se enquadram no campo de atuação da Comissão de Assuntos Sociais, conforme exige o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN, razão pela qual proponho a inadmissão de todas.

Quanto às emendas de remanejamento de nºs 96, 98, 102 e 103, a despeito do mérito das propostas, essas programações já estão sendo contempladas nas emendas de apropriação acima mencionadas, todas no valor de R$500 milhões. Por essa razão e para não prejudicar as programações canceladas nos referidos remanejamentos, inclusive a de número 101, que propõe acréscimos/cancelamentos num total de R$750 milhões, optamos por não apresentar essas cinco emendas.

Quanto às propostas de emenda de apropriação, não merecem ser admitidas, por não se enquadrarem no âmbito das competências regimentais desta Comissão ou não se destinarem a dotações nacionais, em afronta aos arts. 43 e 44, inciso II, da Resolução nº 1/2006-CN, as de nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 41, 42, 61, 62, 75, 76, 79 e 89.

No tocante às propostas de emendas de apropriação que foram admitidas, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Por essa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, passou-se ao árduo papel de seleção das ações a serem adotadas pelo Colegiado.

Os critérios para seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão partiram de alguns vértices decisórios: por um lado, considerou-se o número de apoios (autores) às ações indicadas; em outro cariz, observou-se o *quantum* de impacto social a ação indicada traria aos cidadãos brasileiros; em uma terceira análise, assinalou-se o critério de maior abrangência entre as áreas temáticas desta Comissão, ou seja, ações que englobassem um maior escopo em relação às competências deste Colegiado.

Todas as emendas escolhidas pontuaram a condição de perfeita consonância com a legislação vigente.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas de Apropriação à Programação Orçamentária. As propostas veiculam programações sob exclusivo tratamento desta Comissão, por pertinência temática. Aplicando os critérios de valoração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispostos no tópico 2.1 deste relatório, selecionamos sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses catalisados por um número maior de Parlamentares.

Dessa forma, as sugestões de emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas no quadro a seguir, a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria desta Comissão:

- Emenda nº 1. Unidade Orçamentária: 55901; Código da Ação: 219G; Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social; Valor: R$500 milhões; Autores da Proposta de Emenda: Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Ana Paula Lobato, Eduardo Braga, Dr. Hiran, Flávio Arns, Wilder Morais, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Leila Barros, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso;

- Emenda nº 2. Unidade Orçamentária: 36901; Código da Ação: 8535; Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; Valor: R$500 milhões; Autores da Proposta de Emenda: Styvenson Valentim, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Wilder Morais, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Leila Barros, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso;

- Emenda 3. Unidade Orçamentária: 36901; Código da Ação: 2E89; Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas; Valor: R$500 milhões; Autores da Proposta de Emenda: Veneziano Vital do Rêgo, Ana Paula Lobato, Eduardo Braga, Dr. Hiran, Nelsinho Trad, Marcelo Castro;

- Emenda nº 4. Unidade Orçamentária: 26238; Código da Ação: 20RK; Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais (UFMG) – "Implementação da Capacidade Analítica de Determinação de Solventes Residuais nas Etapas da Preparação da Calixcoca"; Valor: R$6.150.925; Autores da Proposta de Emenda: Veneziano Vital do Rêgo, Humberto Costa, Paulo Paim, Flávio Arns, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão Permanente, regulado no art. 44, §1º, da Resolução nº 1/de 2006-CN.

Conclusão.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Relator Humberto Costa.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. As emendas são aprovadas.

As emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Neste momento já, para ganharmos tempo – já temos quórum –, dou início à segunda parte da reunião.

Informo que os itens 3, 6 e 9 – Projetos de Lei 727/2022, 1.711/2022, 3.553/2023 – foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senadoras Teresa Leitão, Leila Barros e Senador Alessandro Vieira, para reexame.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 727, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para assegurar o acesso à acomodação adequada para a pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal durante o período em que estiver sob tratamento ambulatorial continuado.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou das pautas das reuniões de 27/09/2023 e 18/10/2023.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1711, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, para fins de cumprimento do disposto no art. 93, contratar atletas paradesportivos.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3553, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Enfrentamento ao Assédio Moral, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de assédio moral e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para dispor sobre o assédio moral praticado nas relações trabalhistas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Aproveitando que estou na Presidência – claro, momentaneamente –, o Senador Humberto Costa foi o Relator, mas há um projeto dele também, que é o item 4, e o meu é o item 1, já ajustamos aqui.

Eu passo a palavra de imediato ao Senador Humberto Costa para que ele discorra sobre o item 4.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 826, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

A relatoria é do Senador Humberto Costa, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, por ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Relator, Senador Humberto, nós temos um requerimento na pauta, o item 11, que versa exatamente sobre esse projeto. Há alguma disposição do senhor de retirar o seu projeto, sua relatoria, hoje, para a gente discutir o requerimento e a gente fazer uma audiência pública?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – O Senador Magno Malta, que é autor desse requerimento, me telefonou ontem pedindo exatamente para retirá-lo de pauta, porque ele não estaria hoje participando desta reunião. Talvez o requerimento, se nós aprovarmos aqui o projeto, possa ser objeto de discussão lá na Comissão de Educação, porque vai passar por lá ainda.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como não houve entendimento, eu passo a palavra de imediato ao Senador Humberto Costa para que dê o seu parecer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Relatório: vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 826, de 2019, do Deputado Domingos Sávio, que "institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas".

O projeto é composto por cinco artigos.

O art. 1º institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas, destinado prioritariamente a alunos da educação infantil e do ensino fundamental, visando intensificar as ações de vacinação e ampliar a cobertura vacinal. Seu §1º dispõe que estabelecimentos públicos ou que recebam recursos públicos, de educação infantil e ensino fundamental, são obrigados a aderir ao programa. Por sua vez, os §§2º e 3º estabelecem que as escolas particulares podem optar por participar, e que as escolas participantes devem entrar em contato com as unidades de saúde locais. O §4º dispõe que as unidades de saúde e escolas podem combinar atividades educativas sobre as vacinas.

Já o art. 2º tem três parágrafos e determina que as escolas devem informar aos pais ou responsáveis sobre as datas de visitas das equipes de saúde com uma antecedência mínima de cinco dias e instruir os alunos a trazerem seus cartões de vacinação. A unidade de saúde encarregada também deverá divulgar essas datas. A vacinação ocorrerá após o começo da Campanha Nacional de Vacinação contra a influenza e incluirá vacinas de rotina e de campanhas. Alunos sem cartão de vacinação receberão um novo no momento da vacinação.

O PL estabelece ainda, em seu art. 3º, que, além dos alunos matriculados, crianças e jovens não matriculados nas escolas participantes e adultos da comunidade também podem ser vacinados, dependendo da quantidade de vacinas disponíveis.

Por fim, o art. 4º estabelece que, após a campanha, as escolas têm até cinco dias para enviar à unidade de saúde uma lista de alunos que não foram vacinados, com informações de seus responsáveis e endereços. A escola também deve comunicar aos pais ou responsáveis desses alunos a orientação de visitarem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidade de saúde. Se os responsáveis não se apresentarem à unidade de saúde em 30 dias após a notificação, a unidade poderá fazer uma visita domiciliar para conscientizá-los sobre a vacinação.

O art. 5º, que trata da cláusula de vigência, determina que a lei originada da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta a preocupação com o recrudescimento de doenças e os surtos que podem advir da redução da cobertura vacinal, a qual se deve em parte à disseminação de informações incorretas sobre a eficácia das vacinas. Assim, ele propõe um programa nacional de multivacinação em escolas, visando a atualizar a vacinação das crianças, denominado como Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. Tal Programa, argumenta, é estratégia rápida para alcançar não vacinados e, mesmo focado nas escolas públicas, pode ser estendido às particulares e à comunidade em geral. A iniciativa não impõe vacinação obrigatória, mas busca sensibilizar sobre a importância da vacinação e, se necessário, oferece visitas domiciliares educativas para orientação.

A matéria foi distribuída para a análise da CAS, devendo seguir para a Comissão de Educação e para o Plenário do Senado Federal.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e também à competência do Sistema Único de Saúde (SUS), temáticas abrangidas pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Dessa forma, os aspectos ligados à educação e às instituições educativas serão analisados quando da tramitação da proposição na Comissão de Educação.

No que tange ao mérito, a proposta visa a aumentar a cobertura vacinal dos diferentes imunizantes contemplados no Programa Nacional de Imunizações (PNI), especialmente prejudicada pela pandemia da covid-19 e a onda de *fake news* a respeito das vacinas contra a doença, com repercussões catastróficas em termos de mortalidade. Há que ressaltar, porém, que, antes mesmo da pandemia, o país já enfrentava quedas na cobertura vacinal por todos os imunizantes indicados para a população infantil no âmbito do PNI.

As vacinas representam importante e reconhecida ferramenta de prevenção a doenças potencialmente muito graves. Isso se tornou bastante evidente com o aparecimento da pandemia de covid-19, cujo efetivo controle somente se obteve com a implementação de campanhas de vacinação em massa em praticamente todos os países do mundo. Todavia, apesar de, há décadas, os imunizantes já serem utilizados com segurança e eficácia em todas as faixas etárias, há algum tempo vem aumentando o número de pessoas que questionam sua efetividade e segurança, o que tem gerado grave impacto nas coberturas vacinais, em vários países, em decorrência da relutância de muitas pessoas a vacinarem a si mesmas e a seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Popularmente conhecido como "movimento antivacina", esse fenômeno vem se alastrando mundialmente, aproveitando as facilidades de comunicação decorrentes da expansão do uso de redes sociais. Isso ficou muito claro durante a pandemia, quando muito se questionou a confiabilidade das vacinas contra o novo coronavírus.

Nesse sentido, o PL 826, de 2019, tem o condão de contribuir para maior conscientização sobre a importância da vacinação no país, especialmente ao buscar sensibilizar a população sobre a importância do PNI e da cobertura vacinal.

Assim, deve-se reconhecer o mérito da proposta para aumentar a cobertura vacinal do PNI.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 826, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, coloco em votação...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... coloco em discussão a matéria.

Senadora Damares pediu a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero vista ao projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é regimental, não temos nenhuma objeção para que não se cumpra. E percebo, por manifestação do Plenário, que a vista será coletiva. O.k.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Quero me manifestar também, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É que eu tinha a informação de que esse projeto seria retirado da pauta hoje para discussão em outra, aí eu vim para cá só para checar mesmo, mas estou vendo que foi lido.

Ninguém defende a ciência e tecnologia mais do que eu aqui neste Congresso. Agora, obrigar é o grande problema. Então, da mesma forma da Senadora Damares, eu vou pedir vista para a gente dar uma analisada melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei que V. Exa. foi Ministro da Saúde. Sei também que nós temos o maior programa de vacinação do mundo, mas essa questão de obrigação... Obrigação a gente faz isso na escola, na educação, no convencimento e tal.

Mas eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. O Relator com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu queria apenas, primeiro, solicitar que as pessoas possam ler o projeto, no sentido de ter a perfeita compreensão do que está sendo objeto de discussão.

O que se torna obrigatório é que as escolas públicas ofereçam não somente orientações quanto à vacinação, como também as vacinas, caso as crianças não tenham sido vacinadas no organograma normal do Ministério da Saúde, dos estados e dos municípios.

E de esclarecimento. Aqui não há uma definição da obrigatoriedade de essas crianças se submeterem à vacinação. As regras são as regras do PNI. O objetivo desse projeto, que veio da Câmara, é exatamente enfrentar o problema da queda de cobertura vacinal no nosso país, que já está gerando o retorno de doenças que estavam controladas.

Então, era importante fazer esse esclarecimento para que nós possamos, no momento adequado, votar essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo a Presidência ao Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão, e o cumprimento pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Item 1 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1105, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Como eu trato desse tema, no mínimo, há 50 anos, quero dizer que o projeto do Senador Weverton, para o qual agora darei o parecer favorável, não traz nenhum impacto, ele apenas garante a livre negociação entre empregado e empregador, se assim entenderem, mediante acordo, para que haja a redução da jornada. A minha proposta original é uma PEC que transforma para 40 horas semanais. Na Constituição, eu fui Constituinte, eram 48 horas, aprovamos 44 horas, e eu tenho uma proposta que reduz para 40 horas e, na linha que caminha o mundo, para quatro dias por semana, mas não é o caso aqui.

Então, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise. É um projeto simples do Senador Weverton. Posso entrar diretamente na análise, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A matéria é de Direito do Trabalho, o que, nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, remete a esta Comissão a competência para sua análise de mérito.

Não existem impedimentos formais de ordem constitucional para análise da matéria, dado que a iniciativa da matéria pode ser exercida por qualquer Parlamentar, conforme os arts. 22, I e XXIII, 48 e 61 da Constituição. Não existe, destaque-se, reserva de iniciativa de outros poderes ou órgãos da União.

Quanto ao mérito, orientamo-nos pela sua aprovação.

A Constituição Federal estabelece que seja garantido a todo trabalhador o direito à irredutibilidade salarial e a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais (art. 7º, VI e XIII da Constituição).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente proposição sana uma lacuna legal no tocante à possibilidade de redução de jornada sem redução salarial.

A redução da jornada de trabalho atende aos anseios do mundo do trabalho moderno, garantindo qualidade de vida ao trabalhador e, consequentemente, mais produtividade.

Ademais, a proposta abre a possibilidade de gerar novos postos de trabalho e, consequentemente, reduzir as taxas de desemprego e proporcionar uma melhor distribuição de renda.

Pesquisas demonstram que a redução da jornada traz ganhos de produtividade, estimulando o crescimento econômico e melhorando a saúde mental e física do trabalhador.

Diversos países já discutem um modelo laboral com redução da jornada de trabalho sem cortes nos salários, como exemplo, França, Alemanha, Espanha, Dinamarca e em torno de 40 empresas aqui também no Brasil.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma reivindicação histórica de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Desta forma, entendemos que o presente Projeto de Lei é meritório e adequado à atual realidade do mundo do trabalho, trazendo benefícios tanto para as empresas quanto para seus colaboradores.

Apresentamos emendas no sentido de que não restem dúvidas quanto à intenção de que a redução de jornada não pode corresponder, em qualquer hipótese, à redução do salário pago, possibilidade que poderia vir a ocorrer se o trabalhador recebesse por hora trabalhada.

Sugerimos também a adaptação da redação no tocante à denominação usualmente utilizada para designar a CLT.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.105, de 2023, com a seguinte emenda:

A Emenda, Sr. Presidente:

> Dê-se ao art. 1º do PL nº 1.105, de 2023, a seguinte redação:
> Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 58-B:
> Art. 58-B É facultada às partes [estou me dirigindo aqui ao empregado e ao empregador] a redução da jornada de trabalho diária ou semanal, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, desde que feita sem redução de seu valor salarial.
> §1º A redução da jornada de trabalho sem redução salarial não se aplica ao regime de tempo parcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º A jornada de trabalho poderá ser reduzida ao limite mínimo de trinta horas semanais de trabalho.

§3º Considera-se valor salarial, para fins do *caput*, o salário recebido habitualmente pelo trabalhador nas datas estipuladas nos termos do art. 459, sendo vedada a redução desse valor ainda que o trabalhador receba por hora.

É isso, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, nós temos que reconhecer – todos nós – o trabalho brilhante do Senador Paim aqui em todos os projetos, em todas as relatorias, mas eu vejo assim: eu fui juiz do trabalho, e reduzir carga sem reduzir salário pode ser feito em qualquer momento, não precisa nem de lei para isso. Agora, o que me preocupa são empresas, instituições que, muitas vezes, num regime de pré-falimentar ou acordo judicial para sobreviver durante algum tempo em crise... o que acontece hoje com essas indústrias, mesmo de automobilística, é que, para não fechar e não demitir todo mundo, há um acordo de redução – mas é óbvio – que é proporcional à redução, se não a empresa não resolve do mesmo jeito.

É só uma observação que faço. Se a gente conseguisse colocar alguma coisa no projeto: "exceto os casos de alguma coisa"... porque eu vivi muito isso e sei, é comum até... essas empresas quando entram em regime pré-falimentar ou de acordo, a primeira coisa que elas fazem é reduzir custo. E, para não demitir todo mundo, elas chamam os trabalhadores e dizem: "vamos reduzir a carga horária para a gente sobreviver por um tempo, depois volta ao normal".

Então, não sei, é uma ponderação que eu faço.

Senador Paim, se pudermos buscar uma solução para isso. Eu acho que é bom para o trabalhador, porque se não o que vai acontecer é que as empresas vão demitir simplesmente e contratar hoje com um salário menor, em uma crise como essa.

Então, é o apelo que faço e a ponderação que faço aqui para o nosso nobre e querido Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, nós estamos nos remetendo ao famoso trabalho intermitente, aprovado por aquela reforma trabalhista.

O trabalho intermitente... eu sou filha de um pequeno agricultor. O que a gente contratava por horas eram tratores e retroescavadeiras, não pessoas humanas.

Esse trabalho intermitente, que se achava que ia prejudicar só o trabalhador braçal, chegou aos professores, aos educadores das universidades privadas. Hoje as universidades privadas, a grande maioria no meu estado e em todo o Brasil, demitiram aqueles professores e passaram a contratar por hora aula. "Eu quero o senhor com dez horas aulas de inglês durante 15 dias e mais dez nos 15 dias." Ora, senhores, quando você é contratado assim, você não tem o repouso de final de semana, você não tem férias, nem 13º e você nunca vai se aposentar.

Então trabalho intermitente, que foi aprovado por esta Casa, mas isso eu não estou atrás, é análogo ao trabalho escravo.

E sabe quem é que paga o preço mais caro neste país? As mulheres. Aquelas que precisam trabalhar em casa de família, que, para poder alimentar seus filhos, se submetem a qualquer situação. Esse tipo de trabalho aumenta o assédio moral, tudo.

Então eu digo: trabalho intermitente talvez funcione em algum país que tem uma classe média já muito pujante; mas essa história que foi aprovada aqui, que atrairia empresas, investimentos internacionais, nós não vimos isso. Empresa que se prese vê a demanda. Eu citaria aqui, como um exemplo, se eu tenho uma sorveteria, uma padaria com dez mesas, eu só vou aumentar o número de mesas e contratar servidores se tiver gente para sentar à mesa e consumir.

Então eu acho o projeto de Paulo Paim... A gente tem que começar a amenizar essa carga em cima de quem trabalha, porque quem gera riqueza é o trabalho. Até para se enricar, precisa botar as pessoas para trabalharem para as pessoas. Isso, com exceção, enrica quem tira sozinho na Mega-Sena do final do ano, sozinho. Aí ele enrica sem, senão são trabalhadores que geram.

E o trabalho intermitente é, sim, análogo ao trabalho escravo. Não tem um descanso de final de semana, não tem férias, não tem 13º, o salário é proporcional ao número de horas trabalhadas, que, na época que a gente discutiu, eu e Paulo Paim, tinha gente que podia perceber, sim, menos do que o salário mínimo. Como fica essa previdência?

Então, por isso, Paulo Paim, que eu quero parabenizar esse respeito a quem eleva PIB, quem faz tudo neste país. Quem gera riqueza é o trabalho. Isso é feito pelos trabalhadores, respeitando as empresas que geram emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas que o trabalho intermitente não aumentou um investimento de investidor externo, não aumentou. Isso é real, gente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o relatório do Senador Paulo Paim. Conheço a sua luta, porque também foi nossa, pela redução da jornada de trabalho e pela fixação das 40 horas semanais. Foi uma luta grande. Já houve 48 horas, 60 horas, até consignarmos 44, 40, e agora a possibilidade de 30 horas semanais.

Eu digo a possibilidade porque não é uma coisa generalizada, tem um processo bem explícito. Faculta às partes, ou seja, ao empregado e ao empregador, ao patrão e ao trabalhador, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, de acordo com o que está previsto na Constituição Federal. Então, as regras têm que ser observadas na possibilidade de haver essa redução, não é uma redução de forma aleatória.

O Senador Paulo Paim ainda aprimora esse artigo ao colocar duas emendas. Uma explicita que a redução da jornada de trabalho sem redução salarial não se aplica ao regime de tempo parcial. A jornada de trabalho poderá ser reduzida no limite mínimo de 30 horas semanais, portanto, e considera-se valor salarial o salário recebido habitualmente pelo trabalhador nas datas estipuladas, nos termos do art. 459, sendo vedada a redução desse valor, ainda que o trabalhador receba por hora.

Eu acho que é uma luta muito grande essa, que vem também dialogar com uma coisa que já está sendo praticada em algumas empresas, em algumas sociedades, em alguns países, que é a semana de quatro dias. A nossa semana é de cinco dias, algumas categorias trabalham aos sábados, com rodízio. O que se tem visto, Senador Paim, é que isso aumenta o bem-estar do trabalhador e da trabalhadora, dando-lhes mais horas de lazer, de estudo, com a família, e, portanto, repercute positivamente na produtividade.

Então, acho que o relatório de V. Exa. aprimora bastante o projeto, que já é bom, do Senador Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, não existe o sucesso de nenhuma empresa se não tiver essa união entre capital e trabalho. Não adianta você prestigiar um e desprestigiar o outro. Se você não caminhar junto, a coisa não funciona.

Eu falo isso, Presidente, porque eu conheço, nesse caso, o mundo real. O mundo real funciona dessa forma. Deixe-me dizer, ao Senador Paim, que, excepcionalmente, em alguns casos, isso é necessário. Isso é bom para o trabalhador, para evitar a sua demissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do intermitente é outro assunto, mas o valor hora-aula, como foi citado aqui pela Senadora Zenaide, é previsto na CLT, desde 1940 é assim: o professor recebe por quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas, por hora-aula. Está na CLT. Então, evidentemente, se eu tenho uma escola que tem uma carga horária de inglês e eu tenho que contratar o professor de Inglês, eu só o contrato para o período que ele vai dar aula. Não tem como contratar por um salário fixo, para o mês todo, se o cara vai dar dez aulas por semana.

Mas eu digo, assim... O apelo que eu faço... Isso já pode ser feito?

É óbvio que qualquer redução salarial, mantendo-se o salário, não tem nenhum trabalhador que é contra isso. Agora, em casos excepcionais, como acordo judicial em termos de... Eu não sei como é, não lembro nem o nome mais... Pré-falimentar, ou num acordo para a empresa não fechar, ela faz um acordo, inclusive judicial. E, nesses casos, para evitar a demissão em massa, tem que ter uma exceção. "Olha, nesses casos, poderá haver redução de carga horária, reduzindo, consequentemente, proporcionalmente ao salário", senão, a empresa simplesmente vai fechar e vai embora.

Então, eu estou falando isso porque, como sou contador, fui juiz do tribunal durante quatro anos, do Tribunal do Trabalho, eu vejo, eu conheço o mundo real em cima disso. Participei de várias convenções coletivas, tentativas de acordo, acordos celebrados individualmente, coletivamente, convenção coletiva, tudo isso a gente viveu durante muito tempo.

Então, é só essa ponderação que eu faço. É evidente que aqui a maioria vota e vence ou perde, mas é só para levar isso em consideração, porque eu acho que é muito importante. Por mais que vá para a Câmara e que possa, na Câmara, surgir qualquer mudança, eu acho que aqui, na reta final, a gente precisa aperfeiçoar o projeto.

Então, é um apelo que eu faço. Se necessário, eu peço vista aqui para a gente conversar hoje, amanhã, e o Paim está aqui todo dia, nós nos encontramos todo dia, para a gente buscar uma redação que melhore o projeto – ouviu, Paim? Eu não sou contra nada disso aí, não. Só acho que alguns casos a gente tem que excepcionar.

Mas é o apelo que eu faço.

E, se for regimental, eu já peço vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Pede vista, Excelência?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, vista concedida ao Senador Izalci Lucas nos termos regimentais.

Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, nós temos aqui o item 8 na pauta, que é um projeto de lei, terminativo, de autoria do nosso querido Senador Veneziano, que trata de notificação compulsória de casos de neoplasias.

Eu pediria até aos nossos colegas Senadoras e Senadores se o senhor pudesse me dar essa deferência de lê-lo, porque eu tenho pauta na CCJ, na mesma hora.

Se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto, Excelência. É porque o Senador Veneziano tinha pedido para... Não sei se é o mesmo projeto – não haverá nenhum problema.

Só queria fazer a concessão de vista coletiva a esse projeto em que o Senador Paim foi Relator.

Senador Veneziano, é o mesmo projeto?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Não, Presidente. O que eu gostaria de encaminhar a V. Exa., evidentemente ouvido o colegiado, era a inclusão extrapauta do 1.435.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, então, eu vou atender primeiro à solicitação do Senador Hiran.

Ele é Relator de um projeto terminativo de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

É o 1.083, de 2023.

2ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1083, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos laudos de exames que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, permissão para ir direto à análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise, nos termos do inciso II, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por se tratar de decisão terminativa, também incumbe a esta Comissão se manifestar sobre aspectos de constitucionalidade, de juridicidade, de regimentalidade e de técnica legislativa da matéria.

Não existem óbices quanto à constitucionalidade da proposta, pois está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, de acordo com o inciso XII, do art. 24, da Constituição Federal.

Da mesma forma, a matéria está em conformidade com as atribuições do Congresso Nacional, estabelecidas pelo art. 48, e com a iniciativa legislativa concedida aos Parlamentares, conforme dispõe o art. 61, ambos da Constituição Federal. Também não se verifica vício de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade, verifica-se que a tramitação do projeto de lei observou o disposto no Regimento e que atende aos requisitos de técnica legislativa, tendo sido redigido de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Passemos, portanto, à análise do mérito.

O câncer é uma doença complexa caracterizada pelo crescimento descontrolado e anormal das células, que podem se espalhar para outras partes do corpo. Essa condição engloba uma ampla variedade de tipos, cada um com suas próprias características e padrões de crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A importância epidemiológica do câncer é significativa, sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo. No contexto brasileiro, representa um desafio para o Sistema Único de Saúde, com um alto impacto na sociedade e no sistema de saúde devido ao grande número de novos casos diagnosticados anualmente. A compreensão dos fatores de risco, a implementação de estratégias de prevenção, o diagnóstico precoce e o acesso a tratamentos eficazes são fundamentais para controlar a propagação do câncer e melhorar os desfechos clínicos dos pacientes afetados.

Por essa razão, o diagnóstico precoce e o tratamento eficaz do câncer desempenham papel crucial na redução da morbimortalidade relacionadas a essa doença.

No contexto brasileiro, onde o câncer também representa um desafio de saúde pública, a importância da localização dos pacientes com neoplasias malignas, para que se possa favorecer o diagnóstico precoce, é ainda mais evidente. Com base em dados do Inca, estima-se no Brasil mais de 600 mil novos casos de câncer por ano, reforçando a necessidade de estratégias voltadas para a detecção precoce.

Ademais, o diagnóstico precoce permite a identificação da doença em estágios iniciais, quando as opções de tratamento são mais variadas e eficazes. A realização de exames de rastreamento, como mamografias e colonoscopias, é fundamental para a detecção precoce de cânceres de mama e cólon, respectivamente. Além disso, a conscientização da população sobre os sinais e sintomas do câncer, como mudanças na pele ou lesões persistentes, pode levar a consultas médicas mais precoces, aumentando as chances de sucesso terapêutico. Quanto mais cedo o câncer é detectado, maiores são as chances de intervenção cirúrgica, radioterapia e quimioterapia bem-sucedidas.

Nesse sentido, programas de rastreamento são especialmente importantes para identificar cânceres em estágios iniciais. O Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo de Útero, por exemplo, visa a detectar lesões pré-cancerígenas em mulheres por meio do exame de colpocitologia oncótica (Papanicolau), permitindo intervenções antes que o câncer se desenvolva. Além disso, a oferta de serviços de saúde acessíveis e de qualidade é fundamental para garantir que os pacientes tenham acesso ao diagnóstico e tratamento adequados, razão pela qual afirmamos que o PL nº 1.083, de 2023, é, sim, meritório.

Vale ressaltar que a melhoria das informações a respeito da ocorrência do câncer pode contribuir para o refinamento das estratégias de rastreamento e condução de tratamento, principalmente o precoce, para que não apenas se aumentem as chances de cura e efetividade das políticas públicas, mas também se reduzam os custos associados aos cuidados de saúde a longo prazo e as possíveis sequelas advindas das intervenções.

Assim, o PL em comento traz benefício para o SUS como um todo e para cada paciente ao instituir a obrigação de notificação às autoridades sanitárias competentes de casos de câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se, porém, que o diagnóstico nosológico é ato médico, não sendo recomendável a notificação a partir de laudos, pareceres ou relatórios de forma isolada, sendo necessária sua interpretação pelo profissional responsável pela definição do eventual diagnóstico.

Por essa razão, apresentamos emenda que atribui ao médico a obrigação de proceder à notificação dos casos suspeitos e dos diagnósticos de câncer.

Feitas essas considerações, julgamos que o Projeto de Lei nº 1.083, de 2023, deve ser aprovado.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.083 na forma da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAS
> Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único adicionado ao art. 3º da Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.083, de 2023:
> "Art. 3º .....
> Parágrafo único. Com vistas a atender ao disposto no inciso XI deste artigo, o médico assistente fica obrigado a notificar às autoridades sanitárias os casos suspeitos de câncer e os casos de diagnóstico de câncer, especificando, com dados anonimizados, as características do paciente, da neoplasia maligna e os resultados de exames complementares, na forma do regulamento." (NR)

Lido, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Coloco-o em discussão.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero manifestar a importância dessas propostas, principalmente em relação ao câncer. Nós aprovamos recentemente a notificação em 30 dias e, após a identificação, em 60 dias para o atendimento. Não é isso, Dr. Hiran?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu estava discutindo esse assunto outro dia e uma das coisas interessantes é a seguinte: a mulher hoje vive sete anos, em média, mais do que o homem, porque a mulher tem a tradição de fazer os exames periódicos. O Dr. Hiran é médico e deve saber disso, que as mulheres regularmente vão ao ginecologista, se tratam, e os homens têm muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência em fazer qualquer procedimento, qualquer exame. Estávamos discutindo sobre a questão do Novembro Azul e, recentemente, teve o Outubro Rosa. Há uma dificuldade muito grande.

Então, a gente precisa realmente criar condições para que o homem também tenha. Esse projeto falou em Papanicolau, mas acho que também é para qualquer câncer. Então, é uma doença que, hoje, eu não conheço ninguém que diga que não tem alguém conhecido da família que não teve ou que tem câncer. E a gente tem aqui, realmente, pessoas com dois anos com câncer aguardando uma quimioterapia, uma radioterapia e não conseguem.

Eu quero só ressaltar aqui a importância, porque o diagnóstico precoce realmente não só aumenta a chance muito maior de cura, como também a própria economia para o Estado com relação ao custo do Sistema Único de Saúde. Quanto mais cedo identificar, melhor.

Então, parabenizo aqui o nosso querido Senador Hiran, Dr. Hiran, que é médico e que conhece bem, tem autoridade, e pela autoria do nosso querido Senador Veneziano. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, meu colega médico e Senador Dr. Hiran pela importância dessa notificação, porque é com ela que a gente forma a estatística e define políticas públicas. Como falou aqui o Senador Izalci, nós temos leis que já dão prazos para diagnóstico e tratamento em 30 e 60 dias.

O que cabe a gente ver aqui é o que se faz necessário para se ter efetivação dessas leis, porque, como foi falado, a gente sabe que no Brasil todo tem pessoas em filas esperando quimioterapia, radioterapia e o próprio imuno-histoquímica, em que você tem um diagnóstico, mas com a ciência e a tecnologia hoje, a imuno-histoquímica determina o tratamento para aquele tipo de tumor muitas vezes menos agressivo, dependendo do tumor.

Então, na questão da notificação, quero parabenizar. Essa notificação pode ter sido apresentada antes pela equipe de saúde, mas no diagnóstico de câncer geralmente é o médico que chama o familiar, porque não é simples, e é ele que tem que notificar. Então, parabéns!

A gente está mesmo aqui, temos que falar no câncer – ó, gente, eu estou aqui! Saúde do homem. O câncer de próstata não é diferente dos outros tipos de tumores: com diagnóstico precoce, tratamento precoce chega-se a quase 100% de cura. Essa demora... por isso, mais uma vez, cabe a este Parlamento a gente ver se destina mais recursos à saúde. A gente aprova muitas leis importantíssimas aqui, mas, na hora, não tem os recursos. Então, quem tem recursos vai ter um diagnóstico precoce, vai ter um tratamento precoce, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai morrer de morte evitável, porque, como eu digo do câncer de mama e o de próstata, não é mais uma sentença de morte desde que seja diagnosticado e tratado precocemente.

E nós temos neste Congresso um poder muito grande, porque aqui a gente define recursos para esse lindo e maravilhoso SUS, que é quem mais salva vidas neste país.

Parabéns, Hiran, e parabéns, Veneziano.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar a sensibilidade do Senador Veneziano, que, apesar de não ser médico, formulou uma proposição legislativa muito adequada e que, como a Senadora Zenaide e o nosso querido Senador Izalci falaram aqui, vai nos ajudar a formular políticas públicas através de dados epidemiológicos que são exarados dessa notificação compulsória que deverá ser feita por ocorrência dessa doença, que é uma doença endêmica no mundo.

E quero enfatizar que, quando nós estamos falando dessa doença aqui, nós estamos fazendo também educação e saúde, não é, Presidente? O senhor, que é médico, sabe da importância de nós fazermos diagnóstico precoce.

E aqui, chamando a atenção para esses cânceres que foram falados, no câncer de mama 90% podem ser tratáveis, se fizermos um diagnóstico precoce pode ser curável e no nosso caso, no caso dos homens, principalmente – a maioria de nós aqui que está na faixa dos 60 –, temos que cuidar muito da nossa próstata, porque o câncer de próstata é o que mais nos mata. Mas também, feito o diagnóstico precoce, quando o estadiamento é inicial, como falou a nossa querida Zenaide, colega médica, tem às vezes 100%, na maioria das vezes, 100% de cura se o Gleason, que é o nosso estadiamento, se ele for um estadiamento muito baixo, a chance de cura absoluta – e na maioria das vezes assintomática – é muito importante, é muito grande.

Também quero chamar a atenção para o câncer de cólon, que foi falado aqui, que é um câncer prevenível. Deve-se fazer colonoscopia homens e mulheres. É um câncer que mata muito, mas que também é prevenível se nós cuidarmos dos pólipos que aparecem no nosso intestino. E, mais do que isso, na questão do câncer de colo de útero, precisamos também fazer uma programação grande, Senadora Zenaide, de cobertura vacinal contra HPV, na infância ainda, porque se nós aumentarmos a cobertura vacinal de meninos e meninas de 11 a 14 anos, daqui a 20 ou 30 anos nós não teremos mais câncer de colo de útero no Brasil.

Muito obrigado pelo reconhecimento e pelo trabalho do Senador Veneziano, muito importante nesse projeto de lei que visa a salvar e salvaguardar a saúde do povo brasileiro e aperfeiçoar o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É por isso que vacina é importante, não é?

Não havendo...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda em discussão. Quer discutir?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir.) – É só para fazer um elogio.

Eu queria elogiar o autor, o Veneziano, pela sensibilidade. Puxa vida, ter um estatuto dessa envergadura, acho que a gente precisava. Isso nunca tinha passado pela minha cabeça. Parabéns!

Parabéns, Senador Hiran, pelo relatório. Eu só queria deixar no radar aqui, Senadora Zenaide, algo que a gente nunca pode esquecer: que muitas meninas, muitas mulheres cadeirantes acabam não fazendo uma mamografia por conta da falta de mamógrafos acessíveis no Brasil. Isso é um fato, que se não existe acessibilidade, a mulher não consegue fazer uma mamografia. É um item em que muitas vezes a pessoa fica subtraída do direito por conta de uma questão estrutural. Então, sempre para deixar isso no nosso radar, porque pode acontecer com homens, com mulheres, e a gente não quer que uma pessoa venha a óbito porque não conseguiu fazer um exame porque não tinha acessibilidade. É algo que a gente nunca pode tirar do radar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero me manifestar sobre esse projeto, a importância dele para a saúde indígena. Imagina um indígena que vai a cada dois anos fazer uma consulta, o médico desconfia, mas não notifica, e ele volta para a aldeia. Dois, três, quatro meses lá na aldeia sem assistência. Então, essa notificação, especialmente para a saúde indígena, Senador Hiran, que já trabalhou com eles, é que vai salvar muitas vidas. Parabéns ao autor e ao Relator por esse projeto de lei. É tipo aquilo que a Mara falou: por que não pensamos nisso antes? Parabéns, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais...

Quer discutir, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu só queria ver se nós podemos depois entrar no item 2, porque eu tenho que presidir uma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Vamos abrir o painel, porque se trata de uma votação nominal.

Aqueles que aprovam o projeto votarão "sim". Os que rejeitam o projeto votarão "não".

Aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço que mobilizem os Senadores, inclusive, para votação remota também.

O Senador Paim pede que se cumpra a ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu serei rápido, porque é um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, vamos para o item 2. Depois eu vou decidir aqui com os Senadores os que vão inverter a pauta. Há um pedido do Senador Veneziano Vital do Rêgo, há um pedido da Senadora Mara Gabrilli – é mais um requerimento.

Então, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

É um projeto de autoria do Senador Jorginho Mello, relatado pelo Senador Paulo Paim.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, se o nosso querido Professor Paulo Paim me permite, inclusive para facilitar sua vida, Presidente, na condução, o que eu gostaria, e já expus antecipadamente, era que trouxéssemos o item que foi, há cerca de três semanas, retirado, inclusive por sugestão de V. Exa., em face ainda da ausência de pronunciamento da Fazenda. Mas a mim me parece, em se chegando a essa consensualização, se V. Exa. assim entender, que poderíamos colocar para a próxima semana, já como item, porque aí eu poderia não requerer a V. Exa. a inclusão extrapauta nesta data, e, na próxima semana, nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, dada...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Para não atrapalhar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não... Sem problemas. Mas, dada a relevância do tema, dado o fato de que o Ministério da Saúde declara que o projeto tem o respaldo do Ministério, a Fazenda não emitiu um parecer e V. Exa. não foi procurado, porque eu também não tenho que ficar aqui defendendo o fato de essa discussão não ter acontecido, eu acho que é um projeto relevante, nós podemos, se houver concordância de todos, colocá-lo logo em seguida ao item do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O meu não leva um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um projeto que trata do financiamento das Santas Casas de Misericórdia e dos setores filantrópicos do nosso país.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Jorginho Mello pela brilhante iniciativa, mas acontece que essa questão que ele aqui suscita, corretamente, já está resolvida. Foi colocada numa medida provisória a mesma proposta que ele colocou aqui naquele ano, corretamente. Só que a medida provisória já foi votada.

Eu só leio aqui o final.

Entretanto, o legislador já atentou para a falta de necessidade de autorização periódica para descontos prevista na legislação anterior. Aí eu explico. O que ocorre? No inciso III do art. 18 da Lei 14.438, de 24 de agosto de 2022, que trata a Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital), se revogou o citado §6º do art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Em face dessa mudança, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 1.107, de 2022, a iniciativa em análise encontra-se prejudicada.

Já está resolvido. Mexer nisso agora, a própria Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e outras entidades não gostariam disso, de mexer naquilo que foi resolvido com a mudança na medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão dos argumentos expostos, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 459, de 2022.

E destaco a boa intenção do nobre e querido Senador Jorginho Mello, que já está contemplado nessa medida provisória. Por isso, considero prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como se trata de um parecer pela prejudicialidade, a votação é simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o parecer do Senador Paulo Paim, pela prejudicialidade, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos encerrar a votação, porque já há quórum suficiente.

Votação encerrada.

Peço a abertura do painel e, de imediato, nós passamos a...

Qual é o projeto? Esse aqui? (*Pausa.*)

Ah, sim.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aprovado.

Houve 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário.

Aprovados o projeto e a Emenda nº 1-CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns, Senador Hiran.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só na sequência...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Parabéns para nós todos, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... eu tenho o item nº 12, que é um requerimento.

Daí eu peço, na medida do possível, depois...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos fazer assim: primeiro, o do Senador Veneziano Vital do Rêgo...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... depois, o da Senadora Mara Gabrilli; e, depois, o de V. Exa., se todos concordam com esse encaminhamento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 1435, DE 2022

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Gratíssimo, Sr. Presidente Humberto Costa.

Antes, eu quero renovar o agradecimento aos meus companheiros, de forma particular, até porque qualificou sobremaneira a iniciativa o Senador Hiran, o pronunciamento da nossa querida Senadora Mara, da Senadora Zenaide, da Senadora Damares e dos demais outros companheiros que, à unanimidade, acolheram a nossa sugestão, penso eu, importante, por todos os motivos que foram aqui elencados.

Sr. Presidente, com a sua autorização, vamos à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso II do art. 100 do nosso Regimento, compete a esta Comissão opinar sobre proteção e defesa da saúde e competências do SUS. Desse modo, a proposição que nós ora analisamos dispõe sobre a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao SUS, portanto, sendo muito pertinente à temática da Comissão de Assuntos Sociais: a saúde.

A iniciativa ainda trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da nossa Constituição. Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Srs. e Sras. Parlamentares.

No que tange ao mérito, Sr. Presidente, senhoras e senhores, a pandemia da covid atestou a importância do SUS para o povo brasileiro. Mais de 700 mil compatriotas morreram, lastimavelmente, em decorrência dessa doença e, não tenhamos dúvidas, essa tragédia teria uma dimensão ainda maior caso nossa população não pudesse contar com esse valoroso sistema de saúde.

Grande parte desse honrável trabalho realizado pelo SUS – não só na pandemia, diga-se de passagem, da covid, mas em diversas outras situações – depende das instituições privadas, sobretudo dos hospitais de filantropia. Esses serviços de saúde são parte do patrimônio do nosso povo e realizam todos os dias milhares de atendimentos, socorrendo, em especial, as pessoas mais vulneráveis.

No entanto, é notório que o nosso sistema padece de um problema crônico: o subfinanciamento. O Congresso Nacional tem buscado alternativas para reverter esse quadro e a revogação do teto de gastos foi um passo dos mais importantes. Com o fim desse teto, volta a valer a vinculação orçamentária de 15% da receita corrente líquida para a saúde no Orçamento da União, o que representa um incremento significativo de recursos.

No entanto, o histórico subfinanciamento repercute no sistema como um todo e, especialmente, nos hospitais filantrópicos, cuja remuneração representa apenas 60% do necessário para sua subsistência. É de se admirar que, mesmo com essa grande discrepância, os hospitais de filantropia continuem de portas abertas, prestando atenção à saúde da nossa população, mesmo sem receber o mínimo para cobrir seus custos.

Na hipótese de fechamento ou descredenciamento desses hospitais, onde seriam atendidos os milhares de cidadãos que padecem diariamente com problemas de saúde dos mais diversos? Onde? Nós perguntamos. Como o SUS conseguiria resolver a situação gerada por tamanha desassistência? É, portanto, inegável a importância das entidades filantrópicas para o funcionamento de nosso sistema de saúde, que salvou vidas durante a pandemia de covid-19 e continuará assegurando os cuidados em saúde necessários à população brasileira.

Por conseguinte, nada mais justo, senhoras e senhores, e necessário do que que os serviços prestados sejam remunerados de forma adequada. Não podemos compactuar com períodos tão longos sem reajustes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em vários itens da tabela do SUS, o que aprofundaria o já combalido equilíbrio econômico-financeiro do sistema, especialmente no que se refere aos hospitais filantrópicos.

Nesse sentido, o estabelecimento de reajustes regulares, e em patamares minimamente razoáveis, é uma medida imprescindível para a assegurar o bom funcionamento e conferir alguma previsibilidade econômica aos prestadores de serviços. Assim, será possível que gestores e trabalhadores possam se concentrar no que mais importa: cuidar de nossa população.

É justamente isso que o PL em análise procura estabelecer. Ao definir que os valores da tabela SUS sejam reajustados anualmente conforme a variação do IPCA, o projeto muda a trajetória de um legado de injustiças pelas quais têm passado os hospitais filantrópicos.

É necessário – último parágrafo, senhores e senhoras –, porém, fazer um ajuste de redação no texto legal, pois a proposição remete ao inciso II do §1º do art. 107, dispositivo que foi revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro do ano passado, que altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária deste ano; e dá outras providências. Registre-se que a aprovação desta emenda constitucional ocorreu após a data da apresentação do projeto em tela na Câmara dos Deputados.

Voto.

Ante o que nós expusemos, a nossa posição, o voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.435, de 2022, com a emenda que nós trouxemos ao conhecimento das senhoras e dos senhores.

Obrigado, Presidente Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Coloco em discussão a proposição. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tenho duas solicitações de inversão de pauta. Uma é da Senadora Mara Gabrilli, um requerimento. Não havendo nenhuma discordância, podemos colocar o requerimento em discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 126, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, biênio 2024/2025, bem como lançar a Cartilha sobre atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário 2024 em Braille.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Requerimento nº 126, de 2023, da CAS.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, biênio 2024/2025, bem como lançar a cartilha sobre atendimento de pessoas com transtorno do espectro do autismo e o calendário 2024 em Braille.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; o Sr. Marcio Tancredi, Diretor-Executivo de Gestão do Senado Federal; o Sr. Celso de Barros Correia Neto, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; o Sr. Frederico Carvalho Dias, Secretário-Geral da Presidência do TCU; o Sr. Gustavo Henrique Fideles Taglialegna, representante dos servidores no Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade; a Sra. Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenadora da Rede de Acessibilidade; a Sra. Larissa Purvinis Musolino, Conselheira no Instituto Cultural Mauricio de Sousa, e, por fim, a Sra. Adriana Jannuzzi, Coordenadora de Acessibilidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Flávio Arns.

Depois, a Senadora Teresa Leitão tem um projeto para relatar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo.

Agradeço à Senadora Teresa Leitão também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Item 12.

2ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os procedimentos do Sistema Único de Saúde que visem ao diagnóstico da Mielomeningocele e à cobertura da cirurgia de correção intrauterina.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente.

No requerimento, estamos solicitando, requerendo a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os procedimentos do Sistema Único de Saúde que visem ao diagnóstico da mielomeningocele e à cobertura da cirurgia de correção intrauterina.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Paulo Cechin, Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida; a Dra. Camila Fachin, cirurgiã pediátrica urológica, componente da equipe de cirurgia fetal do HC de Curitiba/PR e integrante da câmara técnica da linha de cuidados de pacientes com mielomeningocele; a Sra. Fernanda Maia, mãe de criança com mielomeningocele, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos o ponto de vista da família; representante do Ministério Público Federal, porque existe bastante judicialização nessa área; e representante do Ministério da Saúde.

Eu só quero destacar, Sr. Presidente, que o Senador Romário já apresentou um projeto de lei, muito importante, que é para o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele. E este requerimento tem por objetivo os procedimentos para o diagnóstico e a cobertura da cirurgia de correção intrauterina, que é um desafio ainda no Brasil, mas o Brasil tem competência para realizar isso.

Então, este é o debate que deve acontecer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora a palavra à Senadora Teresa Leitão.

Trata-se de um projeto não terminativo de minha autoria.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2291, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de pensão especial para crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis tenham falecido em razão da infecção provocada pela Covid-19 (Órfãos da Covid).

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Vou direto à análise, Presidente.

São os chamados "órfãos da covid".

Conforme o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre a matéria que diga respeito a seguridade, previdência e assistência sociais, o que faz perfeitamente regimental o exame do PL 2.291, de 2021.

Prosseguimos. Temos que, na medida em que os aspectos orçamentários e financeiros da proposição deverão ser objeto da decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos, vamos nos concentrar aqui no exame do mérito da proposição.

De fato, pôde-se observar muito bem a pouca consideração do Governo a quem coube enfrentar a covid-19 quanto à gravidade que essa ameaça representava ao povo brasileiro. Outra fosse a consideração, haveria menos mortos e menos órfãos. O Estado brasileiro, de fato, está em dívida para com a cidadania.

Embora terminadas a pandemia e as medidas extraordinárias que a cercaram, não nos parece que se deva esquecê-las. A intenção do autor do PL, a saber, a de fazer cessar o encaminhamento dos órfãos economicamente hipossuficientes da covid-19 em direção ao acolhimento institucional – eles, que tinham e viviam em famílias –, permanece atual, inteligente e moral. Ademais, não se trata de parcela tão grande da população que não se possa atender assistencialmente. Em dezembro de 2022, a Fundação Oswaldo Cruz estimou em cerca de 40 mil o total de crianças e de adolescentes que perderam a mãe para a doença. Ainda que esse número chegue a cerca de 130 mil, se contarmos a orfandade paterna causada pela pandemia, estimada em artigo da revista *The Lancet* divulgado no sítio eletrônico deste Senado Federal, trata-se de reparação inevitavelmente devida em razão da leniência do Estado no combate à pandemia, o que suplanta as razões estritamente econômicas.

Do ponto de vista desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei 2.291, de 2021, trata da sustentação moral da ação do Estado. Nada mais razoável e justo, ficando a posição terminativa para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelas razões apresentadas, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço o relatório de V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Senadoras e Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Tenho aqui um requerimento de minha autoria. Seria o último ponto da pauta, é isso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, tem o 11 ainda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem um meu ainda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, vamos para o seu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o 11. É para instruir aquele projeto cujo voto o senhor leu... O nº 11 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, bom, eu gostaria de me colocar contra essa proposição de se fazer esta audiência pública. Obviamente que, se houver concordância dos presentes, nós podemos fazer a votação, mas considero que abrir um debate sobre a questão de segurança, credibilidade, efetividade das vacinas me parece uma coisa completamente despropositada.

Então, eu consulto aqui se vamos avaliar essa proposição.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu ia saindo já, porque vou para a CAE, mas eu queria fazer um apelo à Senadora Damares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, Senadora, foi pedida vista, a vista foi concedida justamente para se verificar mais detalhes do projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas o pedido de vista é para a gente realmente trazer colaboração.

Observe, Presidente, esse projeto que o senhor está relatando é anterior à covid. Não cabe essa discussão da dúvida ou não sobre a vacina da covid, porque a ideia dele é bem anterior, mas a gente quer colaborar com essa campanha nas escolas. As pessoas que estão vindo aqui, e o senhor observa que estou assinando com vários Senadores esse requerimento, de fato, é para colaborar com a proposta, ninguém está questionando a validade da vacina, eficácia, é realmente para colaborar com a proposta. E sabe de uma coisa, Senador? Aí acalma todo mundo, eu conduzo essa audiência bem bonitinha, acalma todo mundo e a gente dá prosseguimento à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pessoalmente não concordo com essa...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E vai para a Educação ainda.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai depois para a Educação. A gente até pode aprovar um requerimento para fazer em conjunto lá depois.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos deixar para discutir e aprovar na próxima semana, quando nós tivermos na pauta o retorno do projeto? Pode ser?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, é o senhor quem decide. Eu insisto na apreciação do requerimento, mas claro que cabe ao senhor permanecer ou não...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. insiste na votação do requerimento?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, nós vamos votar.

Concedo a palavra a V. Exa. para leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, incisos I e II, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 826/2019, que "institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas" e debater a obrigatoriedade de vacinação contra covid-19 em crianças, em virtude de eventual inclusão da vacina no Programa Nacional de Imunização (PNI).

Apresentamos os nomes de alguns palestrantes, no total de 15, e esse é o requerimento e essa é a justificativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Quero só reforçar também, Senador, que eu acho desnecessário, não é pelo mérito do debate, mas pela inadequação do processo. A gente chegou a um acordo, Senadora, o próprio Senador Magno Malta retirou a proposição de uma audiência, retirou por telefone, porque a gente vai ter esse debate ainda na Comissão de Educação.

E acho que é uma audiência, no momento atual, nesta Comissão, a meu ver, depois que todos os Senadores concordaram com o pedido de vista, não é adequado a gente fazer isso nesse momento, quanto à audiência em si.

Mas eu acho um processo inadequado porque a gente chegou a um acordo de pedido de vista coletivo. Aí, a gente volta atrás, depois que todos saíram, eu acho ruim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, V. Exa. mantém a posição?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu coloco em discussão a proposta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Teresa se coloca contra.

Rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente discussão, a presente reunião e convoco...

Antes de encerrar esta reunião, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 61/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater a prescrição indiscriminada de medicação para tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes, como o medicamento Ritalina (https://bit.ly/40Ual4L). **Participantes:** Maria Aparecida Affonso Moysés, Docente do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas – Unicamp; Izabel Augusta Hazin Pires, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Christina Hajaj Gonzalez, Conselheira do Conselho Federal de Medicina; Isaura Sarto, Advogada especialista em direito da pessoa com deficiência; Thicciana Maria Damasceno Firminiano, Neuropsicopedagoga da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia; e Mariana Pinto, Psicóloga. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Carlos Portinho e Cleitinho, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Hamilton Mourão, Lucas Barreto, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA 2024-2027)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. **Resultado:** Aprovada a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de três emendas ao PPA/2024-2027. São as seguintes emendas: **Emenda nº 1** – Ementa: 5131 Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social - (SUAS) - R$ 1.050.000.000. **Emenda nº 2** – Ementa: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde - Piso Nacional da Enfermagem - R$ 33.000.000.000. **Emenda nº 3** – Ementa: Promover a Saúde da Juventude Negra – Meta: 284. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 127, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, caput, da Constituição Federal e fundamentado nos artigos 90, XI e 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a complementação do Requerimento nº 126 de 2023 –CAS, para adir rol de ações, e expressar apoio e incentivo da Comissão às atividades para promoção e valorização da saúde e de bem-estar das pessoas com deficiência, objetos das iniciativas da Diretoria-Geral do Senado Federal e do Núcleo de Acessibilidade da Instituição." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 826, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 130, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 826/2019, que “institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas”, por 30 (trinta) dias úteis" **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Retirado de pauta. Em seguida, o senhor Presidente, Senador Humberto Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Aprovada, a presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental , declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A presente reunião tem duas partes: a primeira parte destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 28, de 2023, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027; a segunda parte destina-se à deliberação de proposições.

Dando início à primeira parte da reunião, passo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato, para proferir o relatório das emendas ao PPA.

Senadora...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu queria pedir à Senadora por compreensão.

Eu havia conversado com a V. Exa. na semana próxima passada, porque eu tinha um requerimento de audiência pública e pedi a V. Exa. que fosse retirado porque eu tinha uma situação pessoal e não poderia estar aqui.

Então, quando chego aqui... Eu reitero a V. Exa. se nós poderemos votar extrapauta esse requerimento, que foi retirado de pauta, embora V. Exa. tenha colocado o projeto para votar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, um esclarecimento. (*Fora do microfone.*)

O requerimento, eu pedi para retirar de pauta, no entanto, a Senadora Damares Alves, em solidariedade a V. Exa., pediu a votação do requerimento. O requerimento foi rejeitado. Na lógica da não possibilidade de repetição de uma medida, nós não temos como fazer essa votação. Inclusive, eu disse à Senadora, já que esse projeto vai para a Comissão de Educação, que se apresente esse requerimento na Comissão de Educação.

Portanto, eu não tenho como colocar esse requerimento em votação aqui. Já foi assunto vencido por esta Comissão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, invocando o art. 235, nº 3, letra "d", inciso I, eu queria aqui declarar que subscrevo o Requerimento 130, de 2023, que pede o adiamento por 30 dias úteis do projeto e, com base no art. 235 do Regimento, obriga esse requerimento a que seja colocado em pauta junto com o projeto ao qual ele está associado. Eu posso ler o requerimento. Esse requerimento é de autoria do Senador Magno Malta. É um requerimento de adiamento da discussão por 30 dias, 235, III.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma questão, Excelência. É porque nós nem chegamos a esse ponto da pauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, aguardamos, então.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos agora fazer a discussão do PPA. Então, eu queria passar a palavra à nossa querida Senadora para que ela possa fazer a leitura do seu relatório do PPA.

Senadora Ana Paula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, peço a licença de V. Exa. para partir diretamente para a leitura da análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à CAS. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na Resolução nº 1, de 2006-CN.

As Emendas de nº1, apresentada no Programa "Esporte para a Vida", afeto ao Ministério do Esporte, e de nº 2, apresentada ao Programa "Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre", afeta ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, deverão ser inadmitidas, pois não mantêm estrita relação com as competências regimentais desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Importa consignar que as demais indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas:

a) Emenda nº 5, para o Programa 5131 - Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), no Órgão 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Administração direta, no valor total de R$1,050 bilhão, sendo R$300 milhões para 2025, R$350 milhões para 2026 e R$400 milhões para 2027, início em 01/01/2025 e término em 31/12/2027 (Emenda para Investimento Plurianual);

b) Emenda nº 8, para o Programa 0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra, no Órgão 67000 - Ministério da Igualdade Racial, para o indicador de objetivo específico número de municípios com ações de promoção da saúde da juventude negra realizadas, com meta proposta para o indicador, de 41 para 2024, 61 para 2025, 81 para 2026 e 101 para 2027 (Emenda para Meta);

c) Emenda nº 9, para o Programa 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde - Piso Nacional da Enfermagem, no Órgão 36000 – Ministério da Saúde, no valor total de R$33

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, sendo R$10 bilhões para 2025, R$11 bilhões para 2026 e R$12 bilhões para 2027, início em 01/01/2025 e término em 31/12/2027 (Emenda para Investimento Plurianual).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Ana Paula.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*)

As emendas foram aprovadas.

Obrigado.

Passamos agora à segunda parte da reunião.

Item 1, requerimento da Comissão de Assuntos Sociais, de minha autoria, de que eu passo à leitura.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 127, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, caput, da Constituição Federal e fundamentado nos artigos 90, XI e 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a complementação do Requerimento nº 126 de 2023 – CAS, para adir rol de ações, e expressar apoio e incentivo da Comissão às atividades para promoção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização da saúde e de bem-estar das pessoas com deficiência, objetos das iniciativas da Diretoria-Geral do Senado Federal e do Núcleo de Acessibilidade da Instituição.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Requeiro, nos termos do art. 58, *caput*, da Constituição Federal e fundamentado nos arts. 90, XI, e 100, II, do Regimento Interno, a complementação do Requerimento nº 126, de 2023 – CAS, para adir rol de ações e expressar apoio e incentivo da Comissão às atividades para promoção e valorização da saúde e de bem-estar das pessoas com deficiência, objeto das iniciativas da Diretoria-Geral do Senado Federal e do Núcleo de Acessibilidade da instituição, conforme rol a seguir: em 5 de dezembro de 2023, exposição de recursos de acessibilidade para deficientes visuais; em 6 de dezembro de 2023, plano de acessibilidade e calendário em braile; em 6 de dezembro de 2023, visita das personagens da Turma da Mônica ao Senado Federal (Mônica aos 60 anos, personagens com deficiência e Coelhinho Sansão, com colar de deficiências ocultas, em exposição próxima à cúpula do Congresso); em 7 de dezembro de 2023, oficinas ILB.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de complementação queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

V. Exa. com a palavra, para a defesa do requerimento que apresenta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 130, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 826/2019, que "institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas", por 30 (trinta) dias úteis

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, de forma muito respeitosa... Convivo com o senhor aqui há quatro anos e meio e sempre tivemos um entendimento muito positivo, até porque nós concordamos em algumas pautas e, nas pautas em que nós discordamos, nós sempre tivemos um entendimento democrático.

Eu confesso para o senhor que fiquei extremamente estupefato quando me foi informado pela assessoria que... Inclusive, é um requerimento meu também; não é apenas do Senador Magno Malta, não. Ele é um requerimento do Senador Magno Malta, primeiro signatário, e meu, segundo signatário, com a Senadora Damares, Senador Jaime Bagattoli, Senador Laércio Oliveira, Senador Wilder Morais, Senador Carlos Viana, Senador Rogerio Marinho, Senador Cleitinho. Nós assinamos um requerimento.

Eu, particularmente, nunca vi... Assim, eu posso estar equivocado, mas eu nunca tinha visto um requerimento de audiência pública ter sido negado, ainda mais num assunto tão importante, que mobiliza as pessoas, como esse aqui. Se fosse ponto pacífico, até compreenderia o senhor, mas esse é um assunto em que cientistas colocam um ponto de vista, cientistas divergem de peso entre si na questão, especialmente na vacinação em crianças, da questão da covid. Em nenhum lugar do mundo é obrigatório. Vamos combinar: em nenhum lugar do mundo é obrigatório.

Eu sei que seu projeto não coloca, absolutamente, a vacinação como obrigatória, não se trata disso, mas coloca na marca do pênalti para, de uma certa forma, intimidar os pais, porque as escolas vão ter que dar, os organismos, as autoridades vão ter que dar os nomes das crianças que não foram vacinadas. Então, eu me preocupo muito com isso, Sr. Presidente, porque, segundo até as próprias fabricantes dizem, e já teve debate nesse sentido, criança não é o foco da covid – não é o foco da covid.

Então, nós somos, de forma muito responsável, abertos aqui ao diálogo. Nós estamos numa Casa democrática, todos temos aqui os mesmos direitos, fomos eleitos diretamente pelo povo. E eu queria fazer um apelo a V. Exa.: que a gente não exclua o debate, que a gente possa ouvir essas pessoas aqui relacionadas e outras que os nossos queridos Senadores e Senadoras possam querer, fazendo aí a inclusão de nomes. Por exemplo, olha o nome desses médicos, pediatras, pesquisadores, neurocientistas aqui: Dr. Felipe Belanda Trofino, Dr. Edimilson Migowski, Dr. Roberto Zeballos, Dra. Maria Emilia Gadelha Serra, Dra. Raissa Soares, Dr. Antonio Jordão de Oliveira Neto, Dr. Francisco Cardoso, Dr. José Augusto Nasser, Dra. Roberta Lacerda, Dr. Paulo Zanotto, Dr. Cláudio Luis Caivano, Dra. Helen Guimarães, Dr. Bruno Campello de Souza, Dr. Flávio Cadegiani e Dr. Caio Roberto Salvino. Aqui vai desde farmacêutico, pesquisador, endocrinologista, psicólogo, médica cardiologista, virologista, médica infectologista, professor do curso de pós-graduação em neurociências, especialista em infectologia pelo Instituto Emílio Ribas, Presidente da Associação Médicos pela Vida, médicas, neurocientista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, não custa nada que nós possamos novamente apresentar, está aí o requerimento pronto, essa pauta para fazer esse pedido. Eu lhe peço isso. O senhor colocou agora a pouco: "Ah, mas isso vai para a Comissão de Educação". Uma sugestão que eu dou ao senhor, que sei que tem boa vontade, quero acreditar nisso: faça uma sessão conjunta, faça uma audiência pública conjunta, até para ganhar tempo. Agora, a gente não pode votar uma matéria – não é correto, não é justo que a gente vote a uma matéria dessa – com Senadores com dúvidas, com Senadores querendo ouvir especialistas. É para isso que existe esta Casa.

Esse é o apelo que eu faço, é o pedido que eu faço.

Não foi apenas o Senador Magno Malta, a quem agradeço, que teve a iniciativa de puxar esta audiência pública. Então, ficou ruim, Sr. Presidente. Ficou ruim, para encerrar, porque foi negado o requerimento por dois votos. Na verdade, foi uma votação simbólica em que não deu para pedir nem que fosse nominal, porque não tinha apoiamento. No final da sessão, ficou feio isso para todos nós.

Teve o voto do senhor, o voto da Senadora Teresa Leitão e o da Senadora Damares, que foi derrotada. Eu estava aqui. A gente estava participando, estava presidindo uma sessão aqui ao lado. Se tivessem pelo menos nos chamado, a gente vinha votar. Então, essas coisas, quando são mal resolvidas, quando a gente pelo menos não faz o debate, conclui o debate, fica perante a sociedade estranho. Algo bom não é. Por que essa correria? Algo bom não é.

Aí a gente vê uma matéria do Governo aqui que vazou, sei lá, ou já saiu que não é... Está aqui no... Aliás, saiu aqui na *Agência Brasil*: "Vacina contra a covid será incluída no Programa Nacional de Imunizações", e já estão dizendo que é vai ser obrigatório para criança. Então, em nenhum país no mundo, é obrigatório, e a gente fica vendo a escalada que está acontecendo para que isso lá na frente ocorra.

Eu agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só situar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um minuto. Só um minuto. Eu queria esclarecer que o assunto audiência pública já foi resolvido.

O requerimento que nós estamos fazendo em termos de discussão é o adiamento da discussão... Da discussão ou da votação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da discussão por 30 dias. É esse o requerimento que nós estamos analisando aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido Senador, nossas queridas Senadoras aqui presentes, o requerimento é de adiamento da discussão, com base no art. 235, III, alínea "d", item 1. O momento de apresentá-lo, segundo o art. 279, é neste momento, porque eu só posso pedir o adiamento do que foi incluído em pauta. Então, em tese, conforme o Regimento, teria que ser adiado, deferido ou tanto o requerimento de adiamento quanto o próprio projeto retirados de pauta para que sejam deliberados juntos na pauta seguinte, porque eu só posso entrar com requerimento, com base no Regimento, quando a matéria é incluída em pauta.

Mas, antes de fazer a defesa do meu requerimento, deixo expresso, eu queria encaminhar uma tentativa de acordo, Sr. Presidente, porque eu estava vendo que esse projeto foi feito no calor da emergência de covid, no ano de 2019. De lá para cá, muita coisa mudou. O próprio STF deu uma decisão em que não admite obrigação forçada, mas admite, na sua decisão, o STF a vacinação compulsória em casos excepcionais. A gente vivia, tanto naquela época do acórdão quanto na época do projeto, um caso excepcional, a gente estava no meio da emergência de covid.

Não vou discutir quem está certo ou quem está errado, porque a gente, acho, depois da covid, na verdade, não aprendeu nada até agora. O que era certo agora é duvidoso, o que era errado agora é verdadeiro.

E aí eu queria fazer esse encaminhamento, Sr. Presidente, na verdade, para que a gente não adie por 30 dias – que é o requerimento em pauta –, mas que a gente possa fazer um acordo para colocar numa audiência pública, numa sessão de debates.

Eu sempre fui defensor da democracia participativa, em todos os meus projetos. Outro dia era um do VAR, do vídeo nas partidas de futebol. Eu fiz uma audiência pública, porque a gente tem que ouvir; e eu sei que o partido de V. Exa., inclusive, é um defensor da democracia participativa.

Eu acho que, passada a emergência de covid – a gente está avaliando um projeto de 2019, num momento que não é excepcional, em que não tem nem essa pressa nem essa urgência; já superamos a covid, a verdade é essa, o surto –, a minha sugestão...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... é para que se fizesse essa audiência em conjunto. Pode ser na semana que vem ou na volta – eu sei que muitos colegas estarão na COP –, logo na volta, este ano ainda; e já se mata o pedido de audiência da própria Comissão de Educação. Ninguém está jogando aqui de zagueiro para ficar catimbando não, Senador, mas para o exercício da democracia participativa.

Do contrário, se a minha proposta encaminhada de acordo – que eu peço consultar os pares aqui presentes – não for aceita, eu farei então a defesa do meu requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Humberto, me se concede 30 segundinhos...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... só para cooperar com o... porque aí V. Exa. fecha.

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Excelência, nós estamos juntos aqui há 16 anos. Acho que sentiu a minha falta nesses quatro em que eu fiquei fora. (*Risos.*)

Voltei, para sua alegria.

V. Exa. é médico, a gente já conversou muito, debateu muito, e eu sei que V. Exa. conhece muito mais do que eu, com profundidade; e me aprofundei exatamente porque, quando eu fiquei fora daqui, foi na covid, e botei meu pescoço em risco todo dia, tomando uma posição contrária.

Eu tenho aqui, e tenho estudado com profundidade, todas as receitas das vacinas e posso dar para quem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – As bulas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui: a Pfizer; a AstraZeneca; o Butantan, que já foi nosso, que Dória entregou para os "olhos puxados" lá; Janssen; e aqui todas elas tratam de comorbidades horrorosas, principalmente cardíacas, de crianças.

Interessante é saber que o medicamento, os medicamentos que tratam as comorbidades que são provocadas por essas vacinas, uma vez aplicadas em crianças... As indústrias que fabricam o medicamento para amenizar esse problema, todas elas, já foram compradas pela Pfizer, que fabrica aquilo que vai combater o que a vacina faz.

Então, penso que a amplitude do debate... Até porque isso será, lá na frente, debatido, e quem vai pagar o preço são os pais. E nós sabemos que, se essa coisa vai tomando corpo... e nós sabemos o seguinte: não há qualquer tipo de brutalidade quando a coisa envolve o crime; mas com um pai simplesmente, ou uma mãe, nós estamos tratando da questão de criança, a questão da obrigatoriedade de vacinar criança com a vacina da covid. Nós já temos resultados de cientistas e das próprias fabricantes de que isso pode acontecer e trazer comorbidade.

Agora, o mais interessante é que a Pfizer, ao também mudar de nome – elas se travestem, todas elas já mudaram de nome –, comprou todas as indústrias farmacêuticas que produzem o antídoto do problema produzido por esta vacina no corpo de uma criança.

Por isso que eu reitero, assim, conhecendo V. Exa.... Não estou o elogiando por nada. A gente sempre manteve aqui dentro uma linha de, independentemente do que pensamos, amizade e respeito. Por isso, faço esse apelo, dentro da palavra do Senador Portinho e também do Senador Girão, porque isso vai chegar ao plano nacional de vacinação, isso será incluído. Aí nós vamos ter que inventar um outro debate, criar um outro debate para poder provar o que já está escrito cientificamente – já que eu sou terraplanista, mas isso aqui é cientista; é coisa de cientista, não é coisa minha –, para que a gente possa realmente fazer, em conjunto, o mais breve possível.

Também não estou aqui para catimbar, até porque eu não sou catimbeiro. Eu torço para o Flamengo, o Flamengo joga para a frente, sempre ganha. Então...

Obrigado pelo minuto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, eu queria esclarecer aqui, esclarecer a todos e todas, esclarecer a quem está em casa. Eu não queria entrar no mérito do projeto, porque provavelmente ele vai ser discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, vamos fazer aqui a cronologia, é de 2019. Não existia covid. A covid se apresentou ao mundo em 2020, e o Deputado que apresentou essa proposta lá não poderia adivinhar que nós iríamos viver a questão da covid. Por que ele apresentou? Porque, desde 2016 até aquele período, e depois isso se agravou, o nível de cobertura vacinal – não de covid, porque não existia covid – de paralisia infantil, de sarampo, de rubéola, de todo o programa nacional de vacinação, estava caindo. Aí qual foi a proposta que ele apresentou? Não foi obrigar ninguém a se vacinar, nem obrigar pai ou mãe a vacinar o seu filho, nem obrigar ninguém na escola a vacinar crianças. Foi dizer que a escola pública deveria ter um inter-relacionamento, elas eram obrigadas a ter um inter-relacionamento com o sistema de saúde, e o sistema de saúde obrigado a apresentar para as escolas a disponibilização de vacinas para ampliar a cobertura vacinal. É isso que o projeto propõe, tão somente. Não fala em covid.

Eu quero que V. Exa., Senador Girão, por quem eu tenho profundo respeito, mostrasse onde no projeto está escrito covid. Não está escrito covid em nenhum momento e não está escrito também que nenhuma criança vai ser obrigada a se vacinar na escola. Essa é apenas uma proposição para estimular. Quando diz que o sistema de saúde, via agente comunitário, vai abordar os pais é no sentido de sensibilizá-los, conscientizá-los da importância da vacinação. Infelizmente, eu tive que chegar aos 66 anos para ver uma discussão onde tem gente que é contra a vacina.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando eu era criança eu vi muitos amigos meus terem paralisia infantil, porque os pais ou não tiveram possibilidade de vaciná-las ou não tinham conhecimento ou tinham uma posição de ir contra a vacina. Então, concretamente, não é isso.

Agora, em relação ao requerimento, Excelência, nós temos que discutir o outro requerimento. Esse requerimento que foi apresentado V. Exa. apresente na Comissão de Educação. Aqui, já foi uma questão vencida. A democracia exige regra também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É isso que eu estou propondo. Então, nós podemos entrar na discussão do requerimento do Senador Portinho, mas não sem antes ouvir a fala do Senador Hiran.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como o senhor citou o meu nome, se o Senador Hiran me permitir... Pode ser, Senador Hiran?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu darei a V. Exa. a palavra. Deixe que ele fale primeiro, pois ele pediu antes...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, a Senadora Zenaide quer falar também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, sim. Tem o Senador Hiran, a Senadora Zenaide. Depois, eu passo para V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor citou meu nome e colocou...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou dar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... como se fosse uma situação de contra. Não tem absolutamente nada...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, eu vou lhe dar a palavra. Tenha calma.

Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós todos aqui estamos absolutamente de acordo que vacinar salva vidas. Nós estamos todos de acordo. Infelizmente, o mundo passou por uma eventual enxurrada de *fake news* de que vacina faz mal. Você vê, na Europa, nos Estados Unidos, muita gente que é contra a vacina, porque é mal informada, Presidente.

E eu quero aqui reforçar para todos que nos assistem: vacina, como o senhor falou da pólio, salva vidas e vacina é um patrimônio da humanidade. A maioria dos pesquisadores que criam as vacinas não exige nenhum tipo de contrapartida em termos de *royalties*, em termos de bloquear o saber para quem quer que seja.

O que eu acho, Presidente, é que a gente precisa dizer também que não falta vacina no Brasil, sobra vacina. Por quê? Porque eu acho, salvo melhor juízo, que nós temos hoje – e não é de hoje só, eu não quero particularizar aqui – uma educação em saúde frágil, que não chega efetivamente às pessoas de maneira eficaz para convencê-las daquilo que nós estamos convencidos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quando a gente vê no projeto... Aqui no projeto, tem no art. 4º que é obrigada a escola a informar o nome dos pais, endereço e tal; depois explica qual é a finalidade, mas isso cria um banco de dados de pais que eventualmente são contra a vacina. E isso é que suscita a dificuldade neste projeto, na minha visão, Presidente. Então, eu quero aqui reforçar a importância, a pertinência, apenas eu acho que a gente pode alterar esse texto aqui para tirar essa sensação de que alguém possa utilizar isso contra pais que eventualmente são contra a que filhos vacinem. Isso é um direito de cada um. Vacina é um ato voluntário. Ninguém pode causar uma lesão corporal em ninguém, sem que alguém queira. Agora, que se deixe claro aqui que a gente pode fazer um projeto dessa magnitude, dessa importância, alterando um pouco esse art. 4º, Presidente. Essa é que é a minha posição.

Quero parabenizar V. Exa. e dizer aqui que eu, que sou mais ou menos da sua idade, sei da importância de se vacinar. E recomendo às pessoas...

Olhem bem, eu tenho chamado atenção aqui, nossa colega Zenaide sabe... Desde lá da Comissão de Seguridade Social que eu presidi na Câmara, eu sempre digo: precisamos vacinar crianças contra HPV, de 11 a 14 anos. Tem muita gente que não vacina, que acha que isso seria um salvo-conduto para um jovem começar a sua vida sexual precocemente. Não é! É para proteger as mulheres de câncer de colo de útero, que é uma doença de alta prevalência entre as mulheres e que, eventualmente – não como o câncer de mama, mas que também causa a morte nas mulheres –, pode ser plenamente evitado se nós aumentarmos a cobertura vacinal contra HPV nas crianças, meninos e meninas de 11 a 14 anos.

Então, Presidente, o que eu pediria a V. Exa. é: se se pudesse alterar esse art. 4º, eu acho que resolveria o problema. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma coisa, antes de passar a palavra para a Senadora Zenaide.

Na semana passada, foi feito um pedido de vista, quer dizer, o que se esperava é que hoje, na medida que foi um pedido de vista coletiva, nós tivéssemos aqui um relatório, com propostas. Enfim, vamos ouvir as pessoas que estão inscritas e nós veremos.

Senadora Zenaide; depois, o Senador Eduardo Girão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Dr. Hiran, que falou aí, eu queria deixar claro aqui, gente, que vacina não tem partido nem cor. Todos nós sabemos que a vida média do mundo aumentou com vacinas e água tratada. Eu discordo quando ouço aqui dizer que o pai ou responsável por uma criança ou um adolescente vai definir se ele tem o direito de não vacinar seu filho contra poliomielite, sarampo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma doença anergizante. Poliomielite pode matar, como matou, e deixar sequelas para o resto da vida. Acho isso se chama, me desculpe, abandono de incapaz.

Por favor, gente, como foi falado aqui: a preocupação de vacina... em 2019 não tinha nem covid, mas o desespero... Você sabe o que é voltar a poliomielite? Por favor! Você sabe o que é difteria, que a gente chamava de crupe? Caíram todas as vacinas. E eu via, na década de 80, os pais judicializarem para terem vacinas, Hiran, que a gente ainda não tinha no nosso calendário.

O Brasil tem o maior calendário gratuito de vacinas do mundo. Talvez, por isso, em muitos países não seja obrigatória aquela vacina que a gente diz ali... Eu não estou falando de covid, estou falando de difteria, estou falando de rubéola. Aqui a gente defende a vida. A rubéola é uma das causas de crianças com deformidade, é uma das causas de aborto espontâneo.

Então, meus amigos, assim, com todo o respeito, não tem partido nem cor. Meu amigo Girão, você sabe que quando vai para esse negócio de vida, vocês sempre contam comigo. Por favor, se vocês me perguntarem qual é o maior problema deste país em saúde pública, o maior desafio, eu diria: convencer a sociedade de que é mentira e que a gente precisa e temos a obrigação de defender a vida dessas crianças e adolescentes.

Porque, eu lhe digo, um pai ou responsável que sabe que seu filho, não sendo vacinado, pode morrer... O sarampo é uma doença gravíssima, leva a todos os tipos de consequências, sequelas: doenças cardíacas, doenças hematológicas, que eu vi muitos ainda antes vacinar; tétano, gente!; crupe, como a gente chamava difteria, que você via seu filho morrendo sufocado. Não é a gente aqui criar dúvidas sobre a vacinação. Eu acho isso, eu diria, gente, com todo respeito, cruel demais para gente acreditar. Vamos salvar nossas crianças, nossos adolescentes!

Acho também que o pai pode... Até eu sou contra. Eu acho que o pai que não vacina, mesmo tendo a certeza que o seu filho pode morrer ou ficar com sequela para o resto da vida e que, se for pobre, vai lutar aqui por um quarto de salário mínimo *per capita* para entrar num benefício de prestação continuada para o resto da vida, isso é sim... Zenaide é médica; vocês, a grande maioria, são juristas. Isso é abandono de incapaz. Por que nós aqui vamos lutar por isso, se nós aqui todos defendemos vida e vida em todas as instâncias? Intrauterina, rubéola... Nós vamos voltar a ver nossas crianças surdas-mudas, nós vamos ver crianças com cardiopatias congênitas graves? Por favor, meus amigos!

Em nome de uma possibilidade de a covid entrar... E eu digo mais: eu vou... Se e quando conseguirem essa audiência na Comissão de Educação, eu quero ouvir esses cientistas que têm essa visão diferente. O grande problema é que aqui nós não estamos discutindo vacina de covid; nós estamos discutindo o maior desafio da saúde deste país: a gente ter condições de mostrar ao povo brasileiro que vacinas salvam sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, meu Deus! Nós temos um calendário de vacina tão completo que para as nossas crianças só restam as alergias. Quantas crianças... Não faz tanto tempo que a gente via! Eu presenciei: 60% dos leitos de hospitais ocupados por sequelas, por pacientes com poliomielite, com rubéola grave, com difteria, que a gente chama de crupe no interior, morrendo sem fôlego, tétano. Por favor!

E, como o Hiran mostrou, e o HPV, que a gente tem que agradecer à ciência que nossa juventude... Tudo bem que o pai tem essa opinião, que acha porque uma criança vai vacinar contra o HPV, que evita o câncer de colo uterino, que nos países desenvolvidos praticamente não tem mais...

Nós temos tanta doença para nos preocupar aqui que eu acho que a vacina não tem partido, não tem cor, não é de Governo. É o Estado brasileiro que tem essa responsabilidade de mostrar à população que as vacinas salvam, sim, que as vacinas aumentam a vida média do nosso povo, porque, quando tinha uma pandemia dessa, dizimava todo mundo.

Então era isso que eu queria dizer, não discutindo aqui os 30 dias para discutir, mas eu concordo: aqui vamos discutir o requerimento do Cleitinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu acho que está havendo uma grande confusão aqui – grande confusão –, que a gente precisa esclarecer.

Ninguém é contra vacina. Eu acho que, se tem um Parlamentar aqui... Eu não sei se tem outro que tem mais de cinco filhos. Eu tenho cinco filhos. Você tem cinco, não é, Hiran? Está empatado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sem Tereza, enfim...

Eu tenho cinco filhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já tem netos. Eu não tenho ainda. Eu não tenho essa bênção de ter neto, mas os meus filhos foram vacinados – meus filhos foram vacinados. Agora, vacinas experimentadas, passadas, testadas, debatidas durante décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a da covid, eu não vacinei meus filhos, nem vou vacinar; as outras, todas, porque eu já participei de debate, inclusive, aqui, nesta Casa, lá atrás, que não foi... Infelizmente, teve uma repercussão grande, a que os colegas não puderam assistir, de que não puderam participar, mas o projeto exige esse tipo de debate, Sr. Presidente. Por quê? Porque, como bem colocou o Senador Dr. Hiran, esse art. 4º... Nós precisamos... Não podemos intimidar os pais, porque aí já tem outras situações que podem decorrer a partir dessa relação, que vai para as autoridades.

O único problema que eu vejo é este – é este: é a gente deixar esse art. 4º, porque ele, efetivamente, deixa uma intimidação.

E, Senador Humberto Costa, eu quero reiterar ao senhor. O requerimento que foi rejeitado foi aquele. Não estou pedindo aquele requerimento que foi da semana passada, não. O que eu estou solicitando é o novo. Tem um requerimento novo que eu peço ao senhor que coloque extrapauta – faço o apelo ao senhor –, porque a audiência pública ser negada na Comissão de Saúde desta Casa é um grande equívoco, é excluir o debate.

Então, o que eu quero pedir, o que eu quero dizer é que, para crianças – e aí vêm até fabricantes –, dezenas, centenas de médicos mostram que não é... Por exemplo, vai ter que ir lá na covid, lá na frente... Vai, pelo que a gente vê nas matérias, do jeito que está aqui, ter que chegar para os pais a obrigação: "Precisa do nome de vocês aqui, das crianças que não foram, para passar". Isso vai ficar uma situação constrangedora, e muitos vão acabar fazendo uma vacinação desnecessária, forçada. Como fala o nosso advogado – nosso advogado –, o próprio STF diz que não pode uma vacinação forçada, e esse projeto empurra para isso – ele empurra para isso.

Então, eu lhe faço este apelo: se o senhor pode, democraticamente, abrir aqui essa possibilidade de fazermos uma audiência pública, porque é um novo pedido que eu fiz agora a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, essa possibilidade não há. O requerimento foi rejeitado. Pelo princípio da não possibilidade de apresentação de proposições já vencidas dentro da mesma legislatura, eu não vou aceitar.

Esse debate foi promovido, inclusive, com essas mesmas pessoas durante a CPI da covid. Houve uma exceção: uma sessão apenas para discutir esse tema. Os argumentos que vão ser trazidos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas não era em criança, não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, eu ouvi V. Exa., o tempo inteiro. Então, os argumentos que vão ser trazidos – aí, já entrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mérito, embora eu já tenha uma posição firmada sobre o debate ou não – já são de conhecimento amplo. Nós sabemos. Não cabe a uma Comissão de Assuntos Sociais, que trata de saúde, trazer um debate para dentro da Comissão que coloca em jogo a confiabilidade das vacinas. Eu não me proponho a fazer isso. Eu não me proponho a fazer isso, a dar aqui palco...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor não quer ouvir médico?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... palco para... Existem médicos e médicos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cientistas?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a gente sabe. A gente sabe. A gente sabe que nessa relação que V. Exa. apresentou teve gente que foi denunciada aqui na CPI porque estava sendo patrocinada por produtor de ivermectina, teve gente que foi indiciado pela CPI.

Então, essa discussão V. Exa., com todo o respeito, poderia nos poupar de fazer, mas V. Exa. tem a possibilidade de apresentar esse requerimento na Comissão de Educação. Vamos aqui, na linha do que propôs o Senador Portinho. Se o período para apresentação de propostas, de um novo relatório, de um voto em separado passou, vamos fazer o seguinte: o Senador Hiran ou quem quer que seja apresenta uma proposição sobre esse art. 4º, que está sendo colocado como um fator complicador. Eu me disponho, na condição de Relator, a analisar essa emenda para ver se posso incorporar ao meu relatório e amanhã nós poderemos, se nós acatarmos ou não, fazer essa votação. Aí V. Exa., se quiser, também pode reapresentar o requerimento de V. Exa. amanhã. Pode ser isso? Sim?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A sua proposta de adiamento para amanhã já me satisfaz. Eu mesmo aqui encaminhei que faria um acordo para que não fosse tão longo, mas aceito essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. V. Exa. retiraria o requerimento. Eu recebo a emenda do Senador Hiran ou de quem quer que seja. Vou tentar, no meu relatório, ver como é que a gente pode fazer uma incorporação e, amanhã, antes da presença do Ministro do Trabalho aqui, nós faríamos essa votação ou não, porque V. Exa. poderá ou não apresentar o requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faço o acordo. Retiro o requerimento nesses termos que V. Exa. propõe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria só de frisar que vacina salva vidas, vacina é a coisa mais importante para as crianças, a maioria das vacinas, já testadas, que são aplicadas regularmente. Não sou, e acho que ninguém aqui é, contra a vacina. Agora, eu sou, de acordo com o que diz o STF, contra a vacinação forçada. Vou deixar claro: ninguém é contra a vacinação. Sou contra a vacinação forçada. O que também não estou dizendo... E esse projeto, talvez com a solução que vai ser encaminhada pelo Senador Dr. Hiran, talvez solucione essa questão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Humberto, bem rapidamente, é só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É porque a Senadora Teresa estava inscrita, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Cinco segundos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-me ver se ela ainda quer falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senadora Teresa, cinco minutos, dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela quer falar. Deixe-a falar. Depois V. Exa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Trinta segundos. (*Fora do microfone.*)

Eu não sou contra nenhuma vacina. Aliás, sou a favor. Eu me vacinei com todas as vacinas que ela falou, eu me vacinei e sou a favor. A minha discussão é preventiva. Acho que a retirada do art. 4, ela, ela...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sei qual é a solução que vai ser apresentada pelo Senador Hiran.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu sei. Eu sei, Senador Humberto, eu sei, a discussão está fluindo bem. Eu quero reiterar, como disse o Senador Portinho: eu não sou contra a vacinação. A minha discussão e o meu medo são preventivos de que isso possa ocorrer. Por isso eu li aqui essas bulas, mas eu não sou contra nenhum tipo de vacina, até porque eu sou... eu me vacinei: poliomielite, rubéola, sarampo, eu tomei tudo e criança tem que tomar. Agora, o meu medo é um medo preventivo, é só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Presidente. Desculpem eu ter chegado atrasada. Pode ser até que o que eu vou falar já tenha sido falado. Mas eu quero ouvir muitos médicos falando: a intervenção de Dr. Hiran, a intervenção de Dra. Zenaide, do próprio Relator, que é médico. Mas eu queria destacar um outro aspecto, que é o aspecto da educação.

Primeiro quero lembrar que esse projeto é de 2019. Ele foi apresentado por um Deputado do PSDB à época. Ele, portanto, não tem nada a ver ainda com a vacina de covid, que, naquele período, não existia. E vejo a escola, vejo esse projeto, Senador Humberto, como um projeto que pode propiciar uma coisa que está provada, que é muito salutar e muito boa para a eficácia das políticas públicas, que é a relação da educação com a saúde.

Está provado, por exemplo, que uma mãe alfabetizada tem condições de contribuir com a diminuição da mortalidade infantil, porque tem acesso, através da leitura, a determinados conhecimentos que sem a leitura não teria. Eu já participei, lá nos idos de 1970, professora primária, recém-formada, saída da saia plissada e meia soquete, de campanhas nas escolas – na década de 70. Eu trabalhava numa escola de ensino infantil e nós abrimos a escola, num dia de sábado, para ela ser um posto de vacinação. Para isso, durante a semana anterior, foi cartinha para as mães, bilhetinho para as mães, recadinho para as mães para trazerem seus filhos e os filhos dos vizinhos.

Claro que isso é um estímulo. Ninguém está falando aqui em atitude compulsória. A gente está falando aqui de atitude educativa. E a escola é um centro irradiador de conhecimento. A escola é um centro de comunidade, de relação com a comunidade. Então, se a escola traz para si essa tarefa, vai contribuir muito com a saúde.

Recentemente, nós tivemos um programa de saúde e prevenção nas escolas excelente, programa de conscientização. E vejo que esse projeto de lei traz essa importância. Porque ao mesmo tempo em que se trabalha com as crianças o valor, a importância da vacina... Criança tem medo de vacina, é outro tipo de medo, é outro tipo de medo de que vai doer, que vai furar, corre... Meu neto já saiu correndo da fila de vacina, chamando a polícia: "Polícia, meu pai quer me vacinar". Então, a gente trabalha também isso com as crianças. Trabalhando nas aulas de ciências, trabalhando nas aulas de convivência...

Então, eu acho que é uma oportunidade. Para mim, esse projeto traz a oportunidade de um relacionamento muito saudável da escola com as equipes de saúde, de a escola se inserir mais na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade e as equipes de saúde poderem dar esse feedback educativo, Senador Damares, e preventivo, como a gente está trabalhando aqui.

Portanto, eu acho que devemos aprovar, sim, porque ele está tramitando desde 2019, já deve ter tido muitos acúmulos de discussão e é importante que a gente consolide esse projeto como lei.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira debater o tema, já tendo sido feito o entendimento aqui, eu quero, antes de encerrar a reunião, propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco reunião desta Comissão de Assuntos Sociais para amanhã, às 9h30, com o tema de pauta exclusivo, o projeto de lei que compunha o Item 2 do dia de hoje, que é o Projeto de Lei n° 826, de 2019; e, às 10h, teremos a presença do Ministro do Trabalho, aqui nesta Comissão, para a audiência pública que requeremos.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Magno Malta, Damares Alves e Carlos Portinho, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 826, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, desculpem-me pelo atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do Projeto de Lei nº 826.

Vou passar a Presidência à Senadora Teresa Leitão para que eu possa fazer o relato. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia, Senadores e Senadoras.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 826, de 2019.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 826, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1.

Observações:

1- Em 22/11/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 28/11/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Dr. Hiran.

3- Em 29/11/2023, o Senador Humberto Costa apresentou relatório reformulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, após a apresentação do relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 826, de 2019, em 22 de novembro de 2023, este Colegiado entendeu ser necessário um prazo estendido para análise do projeto – e eu condescendi com essa visão –, sendo, portanto, concedida vista coletiva, nos termos do art. 132, do Regimento Interno do Senado Federal.

Neste período, foi apresentada a Emenda nº 1-CAS, de autoria do Senador Dr. Hiran, a qual pretende suprimir o art. 4º do projeto supracitado.

Passo a análise e encaminhamento do voto da referida emenda.

O art. 4º do PL nº 826, de 2019, estabelece que, após a campanha, as escolas têm até cinco dias para enviar à unidade de saúde uma lista de alunos que não foram vacinados, com informações de seus responsáveis e endereços. A escola também deve comunicar aos pais ou responsáveis por esses alunos a orientação de visitarem uma unidade de saúde. Se os responsáveis não se apresentarem à unidade de saúde em 30 dias após a notificação, a unidade poderá fazer uma visita domiciliar para conscientizá-los sobre a vacinação.

Na justificação da emenda, o autor sugere que o artigo: a) viola a autonomia parental, uma vez que os pais têm o direito de decidir sobre a vacinação de seus filhos; b) a norma pode levar à discriminação dos alunos não vacinados; c) a norma pode levar à evasão escolar; d) a matéria viola dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando do direito à inviolabilidade psíquica e moral da criança, uma vez que, segundo o autor da emenda, a criança poderia receber tratamento vexatório ou constrangedor no ambiente escolar.

Discordamos do autor quando este afirma que o artigo ora destacado viola a autonomia parental, até porque nenhum dispositivo deste PL obriga os pais a vacinarem seus filhos, tampouco condiciona o acesso escolar à vacinação. Não nos parece razoável, ainda, alegar que este artigo leve à discriminação dos alunos não vacinados ou, ainda, à evasão escolar, sobretudo porque o objetivo de se criar um programa de vacinação nas escolas públicas é de garantir aumento na cobertura vacinal e, por consequência, a manutenção da erradicação de doenças que afetam gravemente a saúde das crianças e dos adolescentes, garantindo que estes permaneçam na escola.

Devemos lembrar que a Constituição Federal garante que, entre outros, saúde e educação são direitos sociais e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) ecoa o preceito constitucional ao determinar que é dever do poder público, assim como da família, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde e à educação. Ressalte-se, ainda, que o ECA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevê que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio, em condições dignas de existência.

Em que pesem as discordâncias, entendemos a preocupação do autor da emenda com a exposição das crianças e adolescentes a situações vexatórias e constrangedoras. Não é demais reiterar que este não é, em absoluto, o objetivo do projeto que ora analisamos, mas vislumbramos que não restou claro como seriam tratados os dados pessoais sensíveis a serem comunicados pelas unidades de ensino ao sistema de saúde, o que poderia levar à violação do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, e ainda suscitar situações que levem ao descumprimento do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, consideramos que o levantamento desses dados para que as políticas de saúde sejam efetivadas podem ser feitos de outra maneira, considerando a sensibilidade de cada região escolar e de cada sistema de saúde, mediante instrumentos já utilizados em outras campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde, em conjunto com órgãos estaduais e municipais.

Ademais, a supressão do art. 4º não diminui o mérito da proposta, tampouco reduz os mecanismos de promoção à saúde das crianças e dos adolescentes, visto que o Programa Nacional de Imunização, um dos maiores do mundo, é reconhecido por suas estratégias de combate e erradicação de doenças que assolam a vida deste público.

Por esta razão, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 826, de 2019, e pelo acatamento da Emenda nº 1-CAS.

Esse é o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Apenas para elogiar a postura do nosso Relator, o seu relatório, a sensibilidade e a convergência que alcançamos aqui, no diálogo, de forma democrática.

Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Volto a palavra, então, ao Senador...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe, Senadora.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Ter acatado a emenda do Senador Hiran vai trazer tranquilidade para as famílias.

Nós temos muito medo, Presidente, de um vazamento de dados, inclusive. Nós temos escolas lá no interior da Amazônia que nem computador têm. Como é que esses dados serão compartilhados da escola com o sistema de saúde? Então, a não obrigatoriedade vai fazer essa garantia.

E nós temos outros aspectos aí no projeto que a gente vai discutir na Comissão de Educação. Eu tenho recebido muitos professores de escolas de ensino especial que ficam preocupados com o programa na escola. Na hora de vacinar uma criança, por exemplo, com autismo severo – a criança se bate muito –, quem tem que ajudar a segurar essa criança? O professor. Se essa criança, por um acaso, tem um problema de saúde ali na hora, tem um desmaio, quem vai ser responsabilizado? O professor que segurou ou o agente de saúde? Então, tem algumas situações ainda no programa que eu acho que a gente vai discutir com calma na Comissão de Educação, a gente vai aperfeiçoar.

O acolhimento da Emenda 4 hoje já satisfaz essa inquietação com que as famílias estavam de expor a criança ou a família em situação vexatória, caso esse dado, essa informação de que a criança não se vacinou vazasse para um outro espaço e não apenas para o serviço de saúde.

Parabéns por ter acatado a emenda, Relator!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senadora Damares.

Com a palavra, o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Senadora Teresa Leitão, Presidente eventual desta reunião, meus cumprimentos pela condução.

Senador Humberto Costa, parabéns pelo relatório e pela sensibilidade em alterá-lo no ponto solicitado aqui, que praticamente é a unanimidade dos Senadores que ontem estavam nessa reunião!

Como a gente entrou nesse entendimento, tem outros pontos também, mas vamos deixar para dialogar lá na Comissão de Educação, porque eu acho que aqui foi um bom passo que construímos em conjunto.

Muito obrigado.

Parabéns a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador Magno Malta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Apenas um acréscimo. Eu retiro o destaque, naturalmente, diante da aceitação da emenda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer a compreensão do Senador Humberto Costa, de quem desfruto da amizade há muito tempo, e dizer que acatar essa emenda, sem dúvida alguma... Não tivemos debates acalorados sobre esse assunto, mas discordâncias em que o Senador Humberto chega a esse entendimento, e a acata, e fica de bom tom no tamanho em que foi proposto nesta Comissão. E, ouvindo todo mundo, e os demais debates, e até a própria audiência pública aqui, a gente pode pedir, com a orientação do próprio nosso Presidente Humberto Costa, a quem eu agradeço, para poder fazer na Comissão de Educação.

Senador Humberto, obrigado por ter acatado a emenda do Senador Hiran, que, na verdade, neste momento, contempla a todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, eu volto a palavra ao Relator Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Só queria aqui fazer duas colocações. Primeiro que alguns dos argumentos que estavam contidos na emenda apresentada pelo Senador Hiran acho que carecem de fundamento. Eu me decidi por acatar especificamente sobre a temática relativa a essa questão do acesso a dados, enfim, mas tem algumas questões que precisam ser discutidas e, em algum momento, o serão no Brasil. Por exemplo, existem muitos estados nos Estados Unidos em que, tudo bem, a criança não precisa ser vacinada, não é obrigado, mas ela também não pode frequentar a escola. Por quê? Uma criança não vacinada pode levar para a escola doenças infecciosas que podem ser transmitidas para as outras crianças, cujas famílias tiveram a preocupação de garantir a vacinação.

Em algum momento, no Brasil, nós vamos ter que discutir essa temática, principalmente, por quê? Pelo que nós vimos na covid e nós estamos vendo agora, com a possibilidade do surgimento de doenças novas com um nível de gravidade bastante acentuado, isso pode colocar em risco a saúde de muitas pessoas no mundo.

Segundo, a proposta de fazer um debate sobre esse tema já foi aprovada ontem lá no Plenário. Aliás, eu acho que vai ser um grande vexame para este Senado Federal se essa sessão for feita. Como eu disse ontem, várias pessoas que estão combinadas ali, convocadas para debater, são pessoas, inclusive, que foram indiciadas pela CPI da covid, pessoas que estão sendo processadas, algumas, condenadas – condenadas. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente daquela associação Médicos pela Vida foi condenado no Rio Grande do Sul por aquela publicidade paga por uma empresa que produzia ivermectina. Então, eu espero que essa sessão não venha a acontecer para que o Senado não seja obrigado a passar por uma situação de constrangimento como essa.

E as pessoas têm que assumir. Se eu sou contra a vacina, assumo que sou contra a vacina. Não posso ficar querendo centralizar, em torno do debate sobre vacina da covid, para gerar toda essa insegurança que é material fértil para que no Brasil esse movimento antivacina avance.

Por fim, agradeço a todos pela aprovação da matéria e, no momento exato, vamos discutir outras questões relevantes com respeito à vacina.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Senadora Teresa, rapidamente, só para fazer um contraponto, com muito respeito, ao Senador Humberto Costa.

Não existe médico de primeira categoria e médico de segunda categoria. Foram médicos, formados! E é preconceito a gente dizer que aquele que pensa diferente de mim é um médico ruim, incompetente. Se tem pessoas que estão sendo indiciadas – tantos outros, jornalistas e políticos também já foram indiciados, e depois foi mostrado que não era verdade...

Então, a gente tem que dar o direito de defesa às pessoas, até porque existe uma perseguição a quem pensa diferente de um sistema. E a gente sabe do poder do *lobby* que existe dentro de uma Casa, dentro do país inteiro. Então, muito obrigado pela sua...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Passo à votação do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu cheguei agora. Já teve a votação?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai ter agora.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Ah tá.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A emenda foi apresentada pelo Relator, discutida por vários Senadores que aqui estavam, e nós já estamos na fase de finalização.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu queria, então, só registrar minha posição contrária. Está bom? Quero deixar registrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Contrária à emenda?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Deu certo. Então, está bem. Eu acabei de chegar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O relatório foi lido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O relatório foi lido pelo Senador Humberto Costa, acatando a retirada do art. 4º, que era a emenda apresentada ontem pelo Senador Hiran, mediante um processo de negociação que foi feito e justificado, inclusive no próprio relatório. A discussão se deu em torno disso e nós estamos já em vias de iniciar a votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só para uma informação.

Já foi acatado pelo ilustre e eminente Senador Humberto Costa, em relação ao art. 4º, é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Essa matéria, através de consenso aqui, eu imagino, será remetida para a Comissão de Educação?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só a título de informação, eu quero saber.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, ela não é terminativa aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ela não é terminativa.

Eu indago: será terminativa na Comissão de Educação ou terá que ser remitida para o Plenário?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela vai para o Plenário. Não é terminativa na Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vai para o Plenário da Casa.

Outra coisa que é bom que se esclareça aqui, vamos fazer justiça. A cobertura vacinal no Brasil está aquém daquilo que realmente é o sonho de todos nós brasileiros, que é termos uma cobertura vacinal em todas as áreas. Agora, com o que eu fiquei preocupado, conforme informações mais precisas do Senador Eduardo Girão, que tem um bom relacionamento, é que, nesse caso, prevalecendo, sendo inserido o art. 4º, nessa lei, em que foi acatado agora para retirar, obrigatoriamente, a criança deveria ser vacinada. Assim foi a interpretação e o entendimento que eu recebi do Senador Girão. Se eu estiver errado, por favor, Senador, me corrija. Só para me esclarecer melhor os fatos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Jayme Campos, o projeto não dizia, *ipsis litteris*, que seria obrigatório. Mas, em relação à vacinação, o que iria acontecer? Se a criança não fosse vacinada, a escola, as autoridades teriam que informar o nome dos pais e o nome da criança para ficar no registro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – No sistema de saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No sistema de saúde, perdão. E isso poderia gerar – e o Senador Humberto Costa compreendeu isso, inclusive acatou, e eu agradeci a ele – um constrangimento e, vamos dizer assim, uma intimidação dos pais com relação a isso, e que, mais à frente, poderia acontecer um problema grave aí de a criança ser obrigada a se vacinar, ser forçada a se vacinar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para esclarecer melhor, Senador Humberto e Senador Girão, na verdade, hoje, até para você receber alguns benefícios sociais, a criança tem que ter uma carteira de vacinação. Pelo que me consta, é assim que está funcionando. É óbvio e evidente que nós temos que melhorar a cobertura vacinal no Brasil, sim.

A ponderação que V. Exa. fez aqui em relação a que, nesse caso, poderia causar até um certo constrangimento para os pais ou, até mesmo depois, para a própria criança, dependendo da idade e já tendo um bom entendimento, poderia causar. Eu concordo, em parte, na medida em que eu acho que, certamente, é importante a cobertura vacinal. É. Por um lado – é bom que se esclareça –, tem pai que não quer vacinar, por um motivo ou por outro – sei lá e pouco me interessa –, mas tem os pais que vacinam também seus filhos, e é óbvio e evidente que querem saber se aquela criança que está frequentando aquela mesma escola, aquela mesma sala e que está ao lado do seu filho também foi vacinada. Está certo?

Então, é uma matéria bastante, em tese, polêmica, mas nós temos que ter uma solução aqui, e eu acho que a melhor solução a ser encaminhada vai ser debatida e discutida na Comissão da Educação; não tem porquê também, amanhã ou depois, estará no próprio Plenário. Todavia, nós temos que caçar um bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termo para, certamente, deixarmos tranquilas também, darmos calma e gerarmos tranquilidade para as famílias de toda a sociedade brasileira, para que, amanhã ou depois, falem: "Ó, o Senado foi lá, votou uma matéria que deixou em dúvida aquilo que é importante para o cotidiano de todas as crianças que frequentam as escolas não só públicas, mas, certamente, as escolas privadas".

Mas eu estou fazendo essa observação para deixar muito claro, transparente e para que não cause nenhuma dúvida diante da sociedade e da opinião pública de que: "Olha, mas que coisa é isso aqui? Um quer que vacine, outro não quer que vacine". Daqui a pouco, nós somos até, ao mesmo tempo, cobrados pelos pais que são favoráveis à vacina, e tem pai que não quer vacinar. Eu conheço vários pais que não querem que seu filho seja vacinado. Já vi lá.

Portanto, eu quero cumprimentá-los pela forma e pela maneira como vocês acharam aqui, e, sobretudo, pela boa vontade do Senador Humberto Costa retirando o art. 4º, e nós vamos fazer o melhor encaminhamento. Por isso, vai ser aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sra. Presidente, só um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero pedir aos Senadores um pouco de compreensão, porque nós discutimos bastante esse assunto ontem, discutimos hoje novamente com o relatório...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... reapresentado pelo Senador Humberto Costa. Nós temos outra sessão com o Ministro do Trabalho, que já chegou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas rapidamente, Sra. Presidente, 30 segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas tem um Senador inscrito na sua frente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, é o Wilder. É exatamente para ajudar o Senador Wilder.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não, é o Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não tem problema, sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E aí, logo em seguida, nós passaremos para a votação, que chegou, inclusive, a ser anunciada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Senador Wilder tem uma dúvida exatamente porque, quando ele chegou, já havia sido votado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, e eu acho que ela foi tirada pela fala do Senador Girão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Para ficar claro o que o Senador Humberto fez e, na palavra do Senador Jayme, nós estamos agindo com uma preocupação numa ação preventiva, porque...

Sra. Presidente, por favor, 30 segundos. Numa ação preventiva, porque ninguém é contra a vacina. Ninguém é contra a vacina. Fica parecendo que nós somos contra. Não, as crianças precisam se vacinar. A ação preventiva, na minha visão e de outros, é que, em deixando brecha, amanhã as crianças serão obrigadas a se vacinar com a vacina da covid, cujos os males já estão postos pelos próprios fabricantes.

Então, o art. 4º foi retirado, Senador Wilder – V. Exa. não estava aqui –, na compreensão do Senador Humberto Costa, por um acordo que houve aqui. Então, por isso é que nós estamos votando.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem.

Então, vou passar a palavra para o Senador Marcelo Castro. Em seguida, nós passaremos para o processo de votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É nominal, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não é nominal.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar a Presidente, Senadora Teresa Leitão, nosso Relator Humberto Costa, as Sras. e os Srs. Senadores, e dizer que nós aqui estamos, repetindo aqui nesta Comissão, uma luta que vem desde sempre. A campanha da vacina aqui no Brasil, quando se iniciou, teve a reação contra a vacina, que foi uma coisa terrível lá no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Brasil, na década de 60, instituiu o seu programa de vacinação, que é o maior e o melhor do mundo. Nenhum país do mundo dá lição ao Brasil nessa matéria de vacinação. E, felizmente, o nosso Brasil se acostumou a vacinar as suas crianças, os seus adolescentes, os seus adultos, com uma frequência anual. Todo mundo faz isso sem nenhum questionamento.

Na Europa, Sra. Presidente, e nos Estados Unidos tem, já de muitos anos, um grupo da sociedade antivacina. Lá tem um movimento antivacina que nunca teve no Brasil. E isso começou por uma mentira, por uma fraude. Um cientista, um pseudocientista inglês, fez uma pesquisa, que foi demonstrada depois que era fraudada, dizendo que a vacina causava autismo. Isso foi demonstrado que era uma fraude, que era uma mentira, mas, a partir daí, se criou um temor à vacina que não existia. E aí essas *fake news* e essas desinformações vêm trazendo uma preocupação para a sociedade que o brasileiro nunca teve.

Eu fiquei estarrecido quando, no período da covid, se fez abertamente no Brasil campanha contra a vacina da China, que era a Coronavac, e a *Folha de S. Paulo* fez uma pesquisa, Senador Humberto Costa, perguntando se as pessoas tinham coragem de tomar a vacina e perguntava especificamente sobre a vacina da China: 52% da população brasileira, naquela oportunidade, não confiava na vacina da China. Quando foi que o brasileiro já perguntou de onde é que vem vacina? Por quê? Porque foi propagado por autoridades públicas do país que a vacina que vinha da China não servia. Ora, uma bobagem que foi dita, porque o insumo, o IFA que vinha para a AstraZeneca vinha da China também. Então, no fundo, vinha da China para poder ser envasado aqui e colocado aqui no Brasil.

Então, Senador Humberto Costa, V. Exa., que é um pouco mais novo, mas, quando estudou no Vieira Romero, o grande livro da semiologia, a gente aprendia como é que fazia, Senador Mago Malta, anamnese. Tinham umas perguntas clássicas que a gente fazia quando o paciente chegava para o médico, não é Zenaide? Que perguntas clássicas eram essas? "Você nasceu de parto normal?" Aí, o cliente dizia: "Sim." "Andou e falou nas épocas normais?" "Sim." "Teve as viroses próprias da infância?" Essa era uma pergunta obrigatória que a gente fazia!

Moço, se um médico fizer uma pergunta dessa para os meus filhos, para os meus netos, eles vão ficar... "Que pergunta é essa?!" "Viroses próprias da infância, que bicho é esse?" Ninguém tem mais viroses própria da infância! Mas eu tive todas as viroses próprias da infância, não sei se o Humberto teve...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Tive!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Jayme Campos, com certeza, teve, porque é da minha idade.

O Magno Malta teve também. Os filhos do Magno Malta, os netos Magno Malta não têm mais não... Por que é que não têm? Porque todas as crianças são imunizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Tomaram todas as vacinas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tomaram todas as vacinas! Todos tomam, sem questionamento nenhum! Isso é obrigatório!

Aí está se criando um questionamento absolutamente desnecessário – e mais –, ideias ruins, minha gente, matam! É preciso a gente se prevenir disso daqui, Senador Girão. Às vezes, a pessoa está com as melhores das intenções, com as melhores convicções, e está trazendo um mal para a sociedade.

Essa preocupação que o brasileiro está tendo, levantada pelas autoridades, de receio, de dúvidas, sobre a eficácia das vacinas, isso é prejudicial à saúde pública brasileira. Nós não podemos embarcar nessa canoa, Senadora Teresa Leitão!

Dos fatores, se você pegar a idade média do brasileiro, na década de 50 – em um tempo desse, eu fiz o levantamento, Senador Portinho –, eram 43 anos. Nós estamos vivendo 77 anos, em média; as mulheres, 80 anos; os homens, 73. Olha o quanto nós, praticamente, dobramos a nossa idade média de vida! Por quê? Por causa da vacina, por causa do antibiótico, por causa da água tratada, por causa de equipamentos modernos de diagnóstico, pela evolução da medicina, mas, se disserem assim: "Diga três fatores preponderantes!". Vacina, água tratada e antibiótico. Eu mesmo, se não fosse antibiótico, já tinha morrido umas dez vezes! Qualquer pneumonia matava as pessoas de primeiro! Hoje, não, o antibiótico cura. Outro dia, eu tive uma apendicite... Dois dias depois, já estava bom, fui operado... E, de primeiro, que não tinha cirurgia? Que não tinha antibiótico? (*Risos.*)

Então, gente, nós não podemos regredir. Eu peço aos colegas que façam uma reflexão sobre isso. Tem gente morrendo. Aquela atriz da Globo, Elizangela, se não me falha a memória, fazia campanha contra a vacina! Era negacionista, não admitia tomar vacina. A coitada morreu de covid! Não é bom a gente citar nome, não, mas está aqui o Senador Carlos Portinho. O Arolde era contra se vacinar. Fazia pregação contra a vacina!

Coitado! Foi acometido e morreu da covid. Está entendendo?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – E as mortes súbitas dos que morreram porque tomaram?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador, pelo amor de Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer um apelo aos Senadores, eu queria fazer um apelo aos Senadores, para a gente se ater...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pelo amor de Deus não faça isso. Nós vivemos isso já...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para a gente se ater no relatório, para a gente ir concluindo, porque ainda tem o pela ordem da Senadora Zenaide...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu repito, senhores...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós vamos criar na sociedade um temor desnecessário, não pode ser.

Quantos não propagaram aqui cloroquina, ivermectina. Quem é que fala mais hoje de cloroquina e de ivermectina?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Encaminhe-se para à conclusão, Senador, por favor.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou me encaminhar.

O Trump, o Donald Trump, que é sabido, que é espertalhão, fez a propaganda da cloroquina, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não é de vacina. Ninguém aqui está contra a vacina.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Escuta, moço. Quando o Donald de Trump pegou covid ele tomou cloroquina? Tomou coisa nenhuma, o Donald Trump tomou anticorpos monoclonais, Remdesivir, as melhores medicações que tinham.

Agora, para quem estiver questionando, Senador Humberto, vacina, no Brasil, eu faço um convite. O Senador Jayme Campos disse aqui: "Tenho muitos amigos que não querem que suas crianças se vacinem". Mande esses amigos do Jayme Campos criarem galinha sem vacinar, criarem porcos sem vacinar, criarem vacas sem vacinar, para ver se eles ficam com uma viva. Então, a gente vacina galinha, a gente vacina porco, a gente vacina vaca e não vacina criança! Ora, isso não tem cabimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A comparação foi ruim, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E estão falando do quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estamos aqui esperando...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou pedindo a compreensão. Gostaria de pedir que todos que já se pronunciaram que ficassem contemplados com seus pronunciamentos anteriores, que os próximos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, Senador, com toda certeza.

A próxima e única inscrita, pela ordem, é a Senadora Zenaide, portanto a mesa não pode negar a inscrição pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é nominal não, Senador, não é nominal, não é nominal.

Imediatamente após a conclusão da intervenção da Senadora Zenaide, a Presidência passará ao processo de votação, porque o Ministro já está aqui e acho que a discussão do mérito do relatório do Senador Humberto já foi feita.

Peço à Senadora Zenaide que se detenha no mérito da proposta do relatório do Senador.

Muito obrigada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – É a isso que estou me atendo aqui.

Mas eu quero reforçar a fala de Castro, médico. Essa é a história, reforçando. Agora, eu queria dizer aqui a minha opinião: não vou, acatou a emenda e tudo bem. Mas eu quero dizer aqui que continuo com a mesma opinião: pais irresponsáveis não têm o direito de não vacinarem seus filhos, mesmo sabendo que aquela patologia como poliomielite, difteria, tudo isso... Nós não estamos falando da vacina da covid, estamos falando das vacinas básicas que salvaram vidas. Por quê? O senhor é responsável pelo seu filho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o senhor não tem o direito, nenhum tem, de não vacinar suas crianças, mesmo sabendo que elas podem morrer ou ficar com sequelas para o resto da vida. Ninguém vai convencer o povo de que isso não é um abandono de incapaz; é um abandono de incapaz.

E outra coisa: nunca esqueçam que a vacina é uma coisa coletiva. Eu não me vacinar não é só eu não me proteger, eu vou botar em risco a vida dos outros porque eu vou querer frequentar os lugares. Vai ter a vacina, e você não tem o direito... Eu cresci assim: o seu direito só vai até onde começa o dos outros.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada pela objetividade.

Imediatamente, eu passo à votação do relatório.

A discussão está encerrada.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o relatório queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, por unanimidade, que passa a constituiu o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Devolvo à Presidência... (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Wilder Morais, Magno Malta, Laércio Oliveira, Damares Alves e Carlos Portinho, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 6/2023 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais do Ministério. **Participante:** Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a receber o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais do ministério, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2023, CAS, de minha autoria.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão; Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários ao Ministro via internet.

A exposição do Ministro terá duração de 30 minutos, após o que se abrirá a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos, dispondo a Senadora ou Senador interpelante de cinco minutos para perguntas; o Ministro, de cinco minutos para as respostas; a Senadora ou Senador interpelante, de dois minutos para réplica; e o Ministro, de dois minutos para tréplica.

Dando início à reunião, concedo a palavra ao Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O SR. LUIZ MARINHO (Para expor.) – Bom dia. Queria cumprimentar o amigo, companheiro, Senador Humberto Costa, Ministro, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, cumprimentar o Senador Contarato, cumprimentar os presentes e as presentes, cumprimentar os colegas da imprensa. Eu estou acompanhado de uma equipe aqui cuja nominata eu vou pular. Quero agradecer, Humberto, o convite.

Talvez, dado o adiantado da hora, eu tenho um voo para o Rio para me reunir com as confederações do comércio e com as centrais sindicais, representantes dos trabalhadores, para tratar do funcionamento do comércio nos feriados. Aproveito para esclarecer aos colegas da imprensa, aos nossos Senadores, que a Portaria 365, que eu editei, vem corrigir um problema sério no comércio, que é uma ilegalidade da Portaria 671, editada em 2021, no Governo anterior. Ela vem contrariar a Lei 10.101, que estabelece funcionamento do comércio aos domingos e feriados, subordinado à negociação coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A portaria vem, atropela a lei e diz que também estava autorizado o funcionamento, de forma permanente, aos domingos e feriados. Portanto, a nossa portaria trata somente de feriados, até porque a lei sobrepõe uma portaria. Eu não entendi a reação do Parlamento, não entendi, sinceramente, porque nós viemos corrigir uma ilegalidade da Portaria 671.

Então, primeiro esse esclarecimento para a gente poder colocar a verdade na frente das desinformações. Eu acho que é desinformação, não acho que é má-fé, mas no mínimo desinformação. Então, queria trazer aqui à luz, na Comissão, essa verdade absoluta das normativas legais vigentes no país.

Dada a reação, nós abrimos um canal de conversa com o comércio, trabalhadores e representantes empresariais para fazer uma negociação que se inicia hoje. Fiz uma reunião virtual com as lideranças dos trabalhadores e empregadores, semana passada, e combinamos. Hoje nós vamos normatizar um grupo de trabalho tripartite, nominar os participantes, e soltarei uma portaria criando esse grupo tripartite com o prazo até 1º de março para esse processo de negociação, quando passará a viger, então, a portaria que pretendemos que crie a regularização para acabar com uma ilegalidade vigente neste momento. Então, eu queria dar esse esclarecimento.

Segundo, Senador, quero falar rapidamente de alguns dados do mercado de trabalho. Não vou fazer uma apresentação global do ministério, das políticas públicas. Eu me colocaria à disposição para as perguntas – o que talvez agilize – que desejam fazer para ter esclarecimentos, deixando em aberto, se assim for o entendimento dos Senadores e Senadoras, para retornar aqui, em outra data, para aí, sim, fazer uma apresentação global do ministério, das políticas públicas, qualificação, intermediação, rede Sine, economia solidária, enfim, dos vários temas relacionados às políticas públicas que o nosso Governo vem dirigindo no Ministério do Trabalho.

Quero cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke, que acaba de chegar, agradecer a presença da Senadora.

Sobre o mercado de trabalho, Humberto, nós, de janeiro a outubro, geramos 1,784 milhão de trabalhadores – um número importante. Este mês de outubro é o sexto melhor mês de outubro desde a série 2002 até aqui. Então, é importante. Qual é o problema dele? O problema é que a remuneração está muito baixa. Vem-se fazendo uma cruzada de debates para chamar a atenção do empresariado brasileiro para a necessidade de melhorarmos a qualidade do mercado de trabalho, que está muito precarizado.

A reforma trabalhista de 2017 trouxe um processo brutal de precarização e trouxe junto um processo... Porque, inclusive, tem um número que está com carteira assinada e, na verdade, não tem trabalho; são os contratos intermitentes. Nos contratos intermitentes, que têm muito a ver com uma grande vantagem, um grande negócio, têm trabalhador que tem o contrato de trabalho... Você vai lá, ele está com carteira assinada, porém com contrato intermitente, o que dá o direito ao empregador a convocá-lo na hora em que deseja. Então, tem trabalhador que tem contrato, e não trabalha um dia sequer no mês; tem contrato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e trabalha um dia no mês; tem contrato, e trabalha três dias no mês. Isso ajuda até a desvirtuar um pouco as estatísticas do mercado de trabalho brasileiro, traz uma precariedade terrível.

A terceirização, do jeito que ficou, infelizmente respaldada pelo Supremo Tribunal Federal, trouxe um agravamento, também dessa precarização, levando a que o último elo das subcontratações acabe chegando ao trabalho análogo à escravidão, dada a precariedade, porque, quanto ao empresariado, se tem uma legislação que lhe dá a oportunidade de fazer, vai buscar espremer ao máximo para obter o melhor lucro. Claro, não tem novidade nenhuma aí. O problema é que o último elo é tão espremido que vai provocar um trabalho degradante lá na ponta. É isso que tem acontecido, temos constatado isso nas nossas fiscalizações.

Libertamos esse ano quase 3 mil pessoas da condição de trabalho análogo à escravidão. Estamos... É evidente que temos esperança lá na ponta, tanto no salário, do ponto de vista do salário, que eu falei que está muito baixo... Desse 1,78 milhão de trabalhadores e trabalhadoras contratados de janeiro a outubro, mais de 1 milhão, da ordem de 1.000.050 entrou com a ordem de salário de R$1.530 a R$1.700. Aí eu pergunto: alguém sustenta uma família dignamente com R$1.700, com R$1.530? Evidentemente que não. Então, nós precisamos trabalhar para melhorar o trabalho, a qualidade.

A luz é a política de valorização do salário mínimo. Os Governos Lula 1 e 2 e Dilma criaram um processo crescente de baixo para cima da massa salarial e dos salários. Os acordos coletivos acompanharam um pouco esse ritmo, então isso provocou uma distribuição de renda e fim da fome no Brasil, tirou o Brasil do Mapa da Fome, e eu acho – junto com os programas sociais, evidentemente – que vai acontecer o mesmo efeito com a política de valorização do salário mínimo e casada com a política de elevar a isenção na tabela de Imposto de Renda. Essas duas coisas ajudarão no processo, e ajudando no mercado de trabalho e crescendo a massa salarial lá na ponta. Mas é um processo.

E no Parlamento, se houver espaço de debate para a gente discutir para valer, fazer uma avaliação séria da última reforma trabalhista, seria o caso. Aí me perguntam: "Mas, Ministro, por que você não monta um projeto e manda?". Porque eu sei o tamanho do rechaço que tem na Casa, no Parlamento brasileiro. Então o que eu venho fazendo? Verdadeiras pregações de sensibilização, para saber o seguinte: dá para abrir uma mesa de conversa de empresários, de trabalhadores com o Parlamento, para propiciar um projeto como esse, para ser submetido à apreciação do Parlamento brasileiro? Quando eu assumi eu falava para o pessoal: Não espere nenhuma aventura do Ministério do Trabalho, como muitos desejam, "revogaço", "canetaço". Não esperem isso porque nós sabemos que o diálogo é que pode eventualmente remover obstáculos nesse debate. Então é o diálogo que deve prevalecer, priorizamos provocar trabalhadores e empregadores para ir em busca do diálogo.

Então, um dos grupos tripartite é para valorização da negociação coletiva, e, portanto, dos contratos coletivos, e a partir daí você discute um grave problema do movimento sindical, dos sindicatos, que é a sustentação financeira, que é preciso resgatar, e é preciso enfrentar gargalos nesse debate. Aqui eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanho, vira-e-mexe, o debate da Casa, é assim: trabalhador tem que ter o direito à oposição. Claro, mas é preciso entender: em organizações coletivas, como se dá direito à oposição? Porque, por exemplo, as empresas podem se opor à contribuição para o Sistema S, por exemplo? A resposta é não, não pode. O cidadão pode dizer: "Não vou pagar Imposto de Renda"? Não, não pode. O condômino pode dizer, a assembleia tomando a decisão, individualmente ele pode falar "eu não vou contribuir, não vou pagar a participação?". Não pode. Porque se trata de organizações coletivas. Organização coletiva, a oposição se dá no plenário, em debate, que vai definir se tem ou se não tem. É aqui que se dá o debate e o direito à oposição, o direito democrático de pautar, até de reverter decisões, que é o caso do imposto. O Parlamento pode aqui reverter, fazer reversão de decisões tomadas, mas, individualmente, a gente não pode. É o caso do condômino. Ele pode ir lá rechaçar uma proposta de um coletivo de moradores e condôminos que fez uma proposta de investimento, ou do síndico, enfim, mas, uma vez aprovada na assembleia, ele tem que arcar. Assim também deve ser a assembleia de empregadores e a assembleia de trabalhadores, ou seja, definiu, está definido. E é evidente que tem que estar dentro de uma regra democrática, transparente, com tamanho de mandatos, enfim, todo procedimento democrático tem que estar respeitado aqui.

Estou passando muito rapidamente, pelo tempo.

Então, são temas também que nós desejamos fazer...

Capacitação, qualificação e rede Sine. Nós estamos reestruturando a rede Sine no Brasil, porque ela foi abandonada e desmontada num período do país.

Qualificação. Para se ter uma ideia, em 2022, o orçamento do Governo anterior para qualificação e intermediação, rede Sine, as duas juntas, Humberto, deu 20 milhões – 20 milhões com todo o resto a pagar que nós cumprimos esse ano. Nesse que foi 20 milhões, o nosso orçamento era de 220 milhões: 100 milhões para uma área, 120 milhões para outra área, de forma a levar a sério a necessidade de qualificar, de capacitar.

Ontem foi lançado o programa de qualificação Manuel Querino, homenageando uma liderança baiana, negra, intelectual, enfim, que tem toda uma importância neste processo de que nós estamos falando. Enfim, também não vou detalhar.

Parceria com a Microsoft para formar, até 2026, 5,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, não necessariamente jovens, mas, em especial, para a juventude, para qualificação digital: toda a economia digital, todo o debate digital, qualificação, capacitação, em sete trilhas, somando 134 cursos, que vão desde o letramento digital até ao programador, enfim. Nesse campo aqui, tem algumas áreas em que falta mão de obra. Então, é uma oportunidade de criar essas condições. Eu digo que qualificação profissional, capacitação profissional com escolaridade é a melhor forma de se estar inserido no mercado de trabalho.

As vagas geradas já dependem da economia, não tem milagre. Muitas vezes falam assim: "Olha, vamos isentar os jovens, isentem tributo para os jovens, para o segmento, para as empresas, que você vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar ocupação". Você pode gerar substituição de faixas etárias, mas não gera um emprego sequer, porque emprego é gerado pela demanda: se a economia está indo bem, está crescendo, você vai ter geração de emprego naturalmente; se não estiver, não vai ter. Não é porque você vai pagar menos que você vai contratar dois. Você vai contratar dois se há demanda lá, se as suas vendas estão demandando mais produtos. Se demandarem mais produtos, você vai contratar mais gente para oferecer aquilo que o mercado está pedindo, está demandando. Não tem segredo o mercado de trabalho. Essa balela que precariza – "faça isso, faça aquilo que resolve" – não resolve, não tem resolvido.

Para se ter uma ideia, o estoque de trabalho formal no Brasil em 2002, 2003, quando o Presidente Lula assumiu pela primeira vez, era um estoque de 21 milhões, quase 22 milhões. Nós fomos crescendo e elevamos esse estoque para a ordem de 40 milhões, chegando, lá em 2014, a 39 milhões, 40 milhões, praticamente. De lá para cá, Humberto, como nós assumimos agora, dia 1º de janeiro, esse estoque, que nós deixamos na ordem de 40 milhões, estava em quarenta e dois milhões e pouco. Hoje está 44,229 milhões. Acho que é essa ordem de grandeza. Então, nós geramos, neste ano, 1,785 milhão novos empregos. Então, esses são os números do mercado formal brasileiro.

Então, qual o efeito da reforma trabalhista de 2017? É só olhar o estoque e vai ver o seguinte: não teve efeito, o que teve efeito foi deletério que eu me referi aqui.

Então, eu queria trazer essas informações e dizer que nós estamos nessa reconstrução, orientada pelo Presidente Lula, construindo a busca da unidade e reconstruindo as políticas públicas e estruturas.

Por fim, digo que nós estamos estimulando, a partir do diálogo, a constituição de pactos para o setor econômico. É o caso do setor do vinho. Vocês acompanharam a repercussão da operação trabalho escravo nas viniculturas no Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, eu fui pessoalmente lá para conversar com as empresas, para puxar o movimento. Está dando certo, felizmente. Construímos um pacto. A Federação de Trabalhadores Assalariados, que foi criada 15 anos atrás, até hoje não tinha conseguido fazer um único acordo com o setor e conseguiu, a partir dessas ações e a partir do pacto que conseguimos construir com o setor. E hoje tem um grupo funcionando de forma tripartite dentro do desdobramento do pacto, com a participação da Confederação Nacional da Agricultura, com o Ministério do Trabalho, com o Ministério do Desenvolvimento Social, com a Previdência, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de forma a pensar e trabalhar de forma permanente, puxando cada segmento desse setor para construir os pactos também específicos naquela cadeia produtiva, para evitar trabalho análogo à escravidão, trabalho de exploração de mão de obra infantil e a busca do conceito de implementar, gradativamente, o conceito de trabalho decente, preconizado pela Organização Internacional do Trabalho.

Então, são temas que eu queria deixar aqui com vocês.

Depois, Humberto, disponho-me, se for o caso, se achar que é o caso, a voltar aqui e fazer uma fala mais abrangente, se vocês acharem que seja o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela atenção e pela disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Eu vou ler aqui algumas contribuições, perguntas feitas pelas pessoas, por intermédio do Portal e-Cidadania, e, depois, eu quero dirigir a V. Exa. uma pergunta.

Jadson Abreu: "[...] o que [...] [o Ministério] tem feito e qual plano [...] para combater o trabalho escravo no país?".

Valéria Christina, Rio de Janeiro: "Quanto ao projeto de lei do MEI Profissional, quais os outros projetos previstos no Governo?".

André Gabriel, de Pernambuco: "[...] como o Ministério planeja enfrentar os desafios da automação, preservando empregos e preparando a força de trabalho?".

Daniel Ramos, do DF: "[...] como serão acolhidos pela Seguridade Social os trabalhadores das plataformas digitais?".

Maria Eduarda, da Paraíba: "Como incentivar empresas a pagar melhores salários? [...] [considerando] os altos impostos e multas [...] [que recaem sobre elas]?".

E a minha pergunta... Eu sei que V. Exa. não vai conseguir ter tempo para responder tudo isso, de modo que nós já renovamos aqui o convite para que V. Exa. aqui compareça com mais tempo e tal, mas eu queria fazer só uma única pergunta antes de passar a palavra à Senadora Soraya e ao Senador Fabiano, que é sobre os trabalhadores por aplicativos. Em que pé está o processo de negociação? O que é que efetivamente já foi possível construir nesse diálogo?

Eu vou passar a palavra aos dois Senadores inscritos, o Senador Fabiano e a Senadora Soraya, para que V. Exa. possa responder já de uma vez.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, caros colegas, servidores e quem está nos assistindo, bom dia.

É um prazer tê-lo aqui, Ministro. Não o conhecia e fiz questão de vir justamente porque é um dever nosso esse relacionamento saudável com o Poder Executivo para que juntos possamos colaborar na construção das políticas públicas para o nosso país.

Ministro, gostei de ouvir o que o senhor disse: que os brasileiros não esperem nenhuma aventura. Isso nos traz tranquilidade. Com isso fico bem tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de destacar algumas questões que foram vindo à minha mente.

Eu gostaria de saber qual realmente... O senhor falou na sustentação financeira dos sindicatos, mas eu não entendi qual seria a proposta.

Outra questão que preocupa bastante e que eu gostaria de saber do senhor é sobre o tal pejotismo. A pejotização mascara os níveis de desemprego no nosso país, porque muita gente hoje que trabalhava com CLT abriu uma pessoa jurídica. Eu gostaria de saber o que o senhor pensa a respeito de como lidar com isso, porque, ao mesmo tempo em que tem um lado bom, a gente percebe, realmente, que isso mascara o desemprego no nosso país. Então, pergunto se os números que o senhor traz incluem essa questão das pessoas jurídicas.

Propostas também numa linha transversal com o Ministério da Educação sobre o ensino técnico. A gente percebe que no Brasil faltam muitos técnicos, e inclusive dados mostram que técnicos ganham, muitas vezes, mais do que pessoas com diploma de terceiro grau. E é importante essa atuação conjunta para que a gente possa capacitar cada vez mais a população para o mercado de trabalho.

Gostaria de saber também se... Eu votei contra a reforma tributária, Ministro, porque eu me sinto muito tranquila em criticar, porque na campanha eleitoral eu trouxe uma proposta de reforma tributária extremamente simples; e, depois, eu aqui adentrei com uma PEC: a PEC nº 35, a PEC do emprego, uma PEC que foi construída até mesmo para não colidir com a PEC 45 nem com a 46, que já estavam tramitando, as justamente para cobrir os pontos, as lacunas que existem na reforma tributária aprovada aqui, principalmente em relação ao setor de serviços, que é o setor que mais emprega.

Então, juntamente com o setor de serviços, com tributaristas e economistas renomados de Harvard, que estudaram em Harvard, e da Fundação Getulio Vargas, nós construímos um texto que tem a capacidade – porque esse texto existe, está tramitando, mas não foi dada a devida importância – de desonerar a folha de modo geral e não apenas para 17 setores – dentro de uma insegurança jurídica, porque nós temos que postergar a validade dessa desoneração e isso causa muita insegurança jurídica –, mas não foi sequer cogitado.

Eu quero entregar, quero poder passar para o senhor – pode ser em PDF, pode ser no WhatsApp – o texto para que ele seja considerado agora nesta proposta do Governo, na questão do veto da desoneração da folha, com que concordo dentro de um panorama de que não podemos ter setores mais favorecidos, principalmente porque muitos... Aqui é a Casa à que todos os brasileiros devem ter acesso, todos os setores devem ter acesso, mas aqueles que conseguiram trabalhar melhor na articulação tiveram mais sucesso. Não é *lobby* isso, mas é um direito de defesa de cada setor estar aqui reivindicando pelos seus – é óbvio. Mas eu percebo que muitos não fazem sentido dentro dessa desoneração. Então, foi aprovada uma reforma tributária cheia de puxadinhos, de favorecimentos e, sim, que precisa ser vetada.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu gostaria também de perguntar para o senhor e pedir... Eu já passei por todas as... Já passei pela CLT, já fui funcionária pública comissionada e sou empresária e também advogada. Eu consigo analisar e me sentir na pele de qualquer brasileiro praticamente hoje. E eu gostaria de saber do senhor como é que nós vamos trabalhar essa questão, se está no seu radar a questão de desdemonizar o empresário.

E, por fim – só mais um minuto, Sr. Presidente –, eu sou moteleira, eu sou empresária do setor de motelaria. Meu motel emprega... E, na minha família, também tem outros moteleiros. Nós empregamos pessoas, inclusive do regime semiaberto, em parceria com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Eu gostaria de saber sobre essa questão da utilização do trabalho de pessoas, de reeducandos, e se existe alguma possibilidade de ampliação disso ou de um grande movimento em prol do trabalho de reeducandos do sistema prisional. Inclusive, de muitas das camareiras que terminaram, que cumpriram suas penas trabalhando conosco, logo em seguida, nós registramos as carteiras. Chegou a um momento de não termos vagas para reeducandas, justamente porque havíamos contratado as que haviam terminado o trabalho.

Mas, acima de tudo, eu estou falando em desdemonizar o empresariado. O setor de motelaria é demonizado também. Por quê? Porque é um setor que emprega, é um setor que tem um CNPJ, que tem um Cnae, que paga tributos, mas que não tem direito, acredite, a nenhum financiamento público. O setor é barrado – barrado – no BNDES, barrado em toda e qualquer forma de fomento deste país. Então, o direito da livre iniciativa para nós é relativizado.

Eu quero marcar com o senhor uma agenda com a Associação Brasileira de Motéis para que o senhor nos conheça, para que o senhor entenda a respeitabilidade dessa categoria, desse setor que emprega, e para que o senhor nos ajude a sermos respeitados como qualquer empreendedor neste país. Então, isso são questões que pouquíssimas pessoas sabem e em relação às quais pouquíssimas pessoas têm coragem e voz para levantar um tema que pode ser até visto para muitos como jocoso. Tanto é que muita gente trata como jocoso o fato de eu ser moteleira. Inclusive, eu já vi adversários políticos dizendo: "Como é que você vai votar em uma dona de motel?". Isso é um absurdo, mas o senhor sabe, eu tenho coragem, graças a Deus, de levantar essa voz. Tenho orgulho de ser moteleira, e isso é algo que precisa ser colocado no radar.

Eu agradeço a sua presença aqui e quero abrir essa porta bem larga, esse portal de diálogo com o seu ministério.

Obrigada.

O SR. LUIZ MARINHO (*Fora do microfone.*) – Combinado!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Fabiano Contarato, eu peço a V. Exa. que seja breve, porque o Ministro tinha um compromisso ao meio-dia, vai viajar. Da próxima vez ele virá sem tempo marcado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Sem problema, Sr. Presidente.

Eu quero apenas fazer uma fala no sentido de parabenizar o Ministro Luiz Marinho, que está desenvolvendo, desempenhando um papel de extrema relevância no Estado brasileiro. Mas eu quero aqui só fazer uma pequena reflexão, Senador Humberto: que não é uma benevolência do Estado brasileiro, é uma garantia constitucional. Se você pegar, no art. 6º da Constituição, desde o dia 5 de outubro de 1988 está lá expresso que são direitos sociais: direito à educação, direito à saúde, direito à alimentação, direito ao trabalho, e aí vão moradia, transporte, lazer, segurança e assim sucessivamente. Se você pegar no art. 7º da Constituição Federal, também está expresso que a União tem que instituir um salário mínimo digno e capaz de suprimir as suas necessidades e as da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, higiene, vestuário e assim sucessivamente, e essa não é a realidade brasileira.

O que tem que ser dito também – e aí eu concordo: com responsabilidade –, Ministro, é que nós tivemos em 2017, sim, uma reforma trabalhista que veio com o discurso de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda, e que não foi isso que aconteceu. Foi ali que se estabeleceu o trabalho intermitente, foi ali que foi feita a possibilidade de a homologação de rescisão de contrato de trabalho, que antes era feita pela delegacia regional do trabalho ou pelo Ministério do Trabalho ou pelo sindicato, agora pudesse ser feita pelo próprio empregador. Ali é que se estabeleceu que as mulheres grávidas e lactantes podem trabalhar em ambiente insalubre. Se não fosse o Supremo Tribunal Federal, como guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil, declarar a inconstitucionalidade desse dispositivo, as mulheres grávidas e lactantes estariam trabalhando em ambientes insalubres. Essa é a realidade. Com a reforma trabalhista, não gerou emprego, não alavancou a economia, precarizou a relação trabalhista, uberizou a relação trabalhista.

Depois, veio a reforma da previdência com o mesmo discurso: vamos gerar emprego, vamos alavancar a economia e assim sucessivamente. E, mais uma vez, quem foi penalizado, com todo o respeito, não foi o servidor público. Quem foi penalizado com a reforma foi o trabalhador, principalmente aquele trabalhador que está lá numa forma precarizada, com um ambiente insalubre, com um ambiente precário, não tendo condição de desenvolver aquilo que é a dignidade de um trabalhador, porque o salário vai além, ele tem uma função social dentro do Estado. E é esse mecanismo da relação trabalhista que vai fazer com que a economia alavanque.

Eu acho que compete a nós Parlamentares fazemos uma análise efetivamente das medidas que nós estamos aprovando aqui no Senado Federal e que vão vilipendiar cada vez mais os direitos dos trabalhadores, às vezes, com discursos simplistas, populistas, em que você vai mais uma vez colocar na conta daquele jovem, daquela pessoa que sonha em ter um ambiente de trabalho ou uma carteira assinada, infelizmente, a possibilidade... Hoje, com a reforma da previdência, passou a quase ser missão impossível um trabalhador ficar 40 anos com carteira assinada ininterruptamente para poder aposentar. Hoje, a mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensionista – na grande maioria num país sexista, ela recebe a pensão no caso de morte – não vai receber a pensão. Então, isso tem que ser refletido.

E eu espero que o senhor continue desempenhando esse papel com bastante serenidade, equilíbrio e sobriedade à frente do Ministério do Trabalho, ao passo em que parabenizo a atuação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Laércio, vou pedir a V. Exa. que seja muito breve, porque o Ministro vai viajar ao meio-dia. E aí, assim que V. Exa. concluir, eu vou passar a ele a palavra para ele já se despedir e responder as perguntas que foram formuladas. Ele voltará aqui no próximo ano para a gente fazer uma discussão mais profunda.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Bom dia a V. Exa.; bom dia, Ministro Luiz Marinho; bom dia a todos que aqui estão, Senadora Soraya.

Eu quero cumprimentar todos que estão acompanhando a gente nesta discussão aqui hoje.

A presença do Ministro do Trabalho é sempre uma honra muito grande, uma satisfação para a gente.

Eu queria que o Senador Fabiano estivesse aqui presente, mas, infelizmente, ele teve que sair, nessa dinâmica das Comissões. O discurso do Senador Fabiano é muito diferente da realidade. Eu fui o Relator da lei da terceirização. Quem sabe o que era o Brasil antes da terceirização e depois sou eu. Eu sou um dos brasileiros que conhecem muito bem isso. Eu me lembro das diversas conversas que tivemos com o Ministro Luiz Marinho sobre esse assunto, me lembro dos embates que tivemos com todas as centrais sindicais.

Eu sou um operário do setor de serviços. Eu tenho uma empresa de serviços lá no meu Estado de Sergipe, uma empresa que vai fazer 40 anos com o mesmo CNPJ até hoje – no dia 29 de dezembro, completa 40 anos. Eu sei a realidade do setor de serviços, a forma com que os trabalhadores do setor de serviços eram tratados antes da lei da terceirização. E começa lá com o Enunciado 331, do TST, que definiu o que era atividade e meio, que era atividade e fim, uma confusão danada. A terceirização chegou no Brasil, lá em São Paulo, lá em São Bernardo, com as montadoras... O Ministro conhece muito bem essa história, porque também é um dos brasileiros que conhece a história da terceirização no país. E eu fico, assim, surpreso: como é que uma pessoa faz um comentário criticando a lei da terceirização? Porque, Senador Humberto, Presidente, trouxe avanços. Pode ser perfeita? Não. Nenhuma lei aqui. Às vezes, a gente... O Presidente Lula sanciona uma lei e ela já tem imperfeições no dia seguinte. Essa é a dinâmica do Parlamento. Mas eu celebro, assim, as coisas boas que a lei fez. Tirou aquele *apartheid* que havia dentro das indústrias, por exemplo, Senador Humberto, em que os trabalhadores terceirizados tinham... comiam lá debaixo de árvore, debaixo de não sei o quê, em galpões, muitas vezes, que eram construídos em condições desagradáveis. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei permitiu que os trabalhadores terceirizados teriam que usar o refeitório que os trabalhadores da indústria usavam também. E assim foi com alimentação, transporte, plano de saúde, muitas vezes. E isso melhorou muito o ambiente de terceirização no país.

Então, a presença... E essa discussão é uma discussão recorrente, que precisa de aperfeiçoamento e a gente precisa fazer com que as relações do trabalho sejam mais dinâmicas, mais eficientes, mais aplicadas ao Brasil de hoje, o Brasil que a gente deseja. Não existe o desejo de se contratar trabalhadores brasileiros para mantê-los em condições inadequadas, porque quando isso acontece, aí nós temos a presença do Ministério do Trabalho. E se tem uma coisa que aconteceu no Governo do Presidente Lula, com que eu fiquei muito feliz, foi exatamente a volta do Ministério do Trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... porque lá existe um leque de ações que são específicas da rotina do dia a dia, da dinâmica da geração do emprego no país.

Então, eu vou ficar por aqui, só nessa reflexão, para a gente não aprofundar o tema, em função da agenda que o Ministro tem, respeitando exatamente essa agenda.

É claro que nós temos pensamentos diferentes, mas é na diferença, na convergência das diferenças que a gente encontra, talvez, o ambiente melhor.

Então, obrigado, Presidente Humberto Costa, e obrigado, Ministro, também, por estar aqui com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, o Ministro Luiz Marinho, para que ele possa responder às perguntas e, desde já, também fazer as suas considerações finais com o compromisso aqui assumido de que, no próximo ano, virá, a partir de um convite que nós faremos, sem limitação de tempo, para nós aprofundarmos todas as questões.

O SR. LUIZ MARINHO (Para expor.) – Perfeito.

Queria cumprimentar o Senador Laércio e agradecer as questões colocadas.

Começo pelo comentário do Senador Laércio. Veja, nós somos profundos conhecedores do mercado de trabalho, as terceirizações fazem parte do processo, é saudável que se tenha para organizar melhor a produção, o trabalho, produtividade, essas coisas todas. Mas tem uma coisa, Senador, de fato – deve ser a isso que o Senador Contarato estava se referindo –, você tem empregadores e empregadores.

No passado – o pessoal terceirizado a que o Senador se referiu almoçava em galpões e tal –, já tinha empresas em que os terceirizados almoçavam no mesmo restaurante dos trabalhadores da empresa principal – sou testemunha disso. Então, dependia muito dos empregadores a qualidade de vida que iam dar para os terceirizados, qualidade de trabalho, enfim. Essa é uma questão que se diferencia a partir de como os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores veem – trabalhadores de primeira, segunda, terceira categoria. Trabalhadores têm que ser tratados igualmente.

O que aconteceu com a terceirização última? Do jeito que ficou, ela precisa de aperfeiçoamento. Ela levou a um trabalho degradante nas pontas. Quando você fala, "pode tudo", e você não tem um processo regulatório, você leva – naturalmente, o empregador espremer o máximo da lucratividade, e se for aquela cadeia produtiva que vai ter um, dois, três, quarteirizado, quinteirizado –, lá na ponta, a trabalho análogo à escravidão. Isso é o que nós estamos constatando. Então, isso aqui é muito grave. Nós precisamos atuar.

Convido a reflexão disso. Estou aberto para a gente sentar e conversar no detalhe essas coisas, porque eu acho que é fundamental esse processo. O diálogo deve ser a grande ferramenta de resolver problemas que nós estamos encontrando no mercado de trabalho – e são gravíssimos.

Eu falei – o Senador não estava na minha introdução – da qualidade do mercado de trabalho brasileiro, de baixíssima remuneração. Nós estamos assistindo a um processo degradante da remuneração. A esperança é o que o salário mínimo vai desenvolver no tempo – de crescer de baixo para cima, e você busca organizar no tempo isso. Mas neste momento a situação é cruel: 1,78 milhão de novos empregos; 10 meses. Desses, Senador Humberto, Senador Laércio, Senadora Soraya, 1.000.050 vêm do CadÚnico, Bolsa Família. Pô, legal. Com que salário? Com R$1.530, R$1,7 mil, essa é a variação. Convenhamos, não é um salário digno de sobreviver. Nós precisamos, então, da sensibilidade do empregador.

Nós... o Senado ajudou muito, aprovou o projeto do salário igual para mulheres e homens. Nós estamos lá montando; soltamos a portaria, entrou em vigor dia 1º. A partir da primeira regulamentação está dado: salário igual dos procedimentos, enfim. Estamos lá montando o observatório. Paula Montagner, nossa profissional de estatística está aqui, é nossa dirigente para gerenciar e montar esse processo.

Aí, perguntamos ao empresariado: qual a razão de, numa contratação para uma vaga, um homem e uma mulher com as mesmas capacitações, qualificações para aquela mesma vaga – o que justifica, na contratação, na admissão –, contratar a mulher com salário inferior ao do homem? Pasmem. Aí vem e diz, olha... As empresas se eximem; buscam se eximir e buscam botar a responsabilidade no profissional de recursos humanos. Na pesquisa, "a mulher não sabe defender bem qual salário que ela deseja". Essa é a justificativa de pagar salário menor. Isso é inaceitável! Isso é uma aberração! Isso é um preconceito terrível, embutido na lógica – de todo o empresariado? Não, claro que não. Não seria leviano a esse ponto – e que está presente.

Então, nós precisamos trabalhar o nível de consciência profissional do nosso empresariado, também dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, para ir ajustando essas aberrações que existem na sociedade brasileira. Eu acredito muito no diálogo, mas acredito também na força da lei, muitas vezes, que acaba induzindo para lá ou para cá. Então acho que essas coisas são importantes a gente deixar aqui de reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya, olha, sobre a sustentação dos sindicatos, para deixar claro o que nós estamos falando, lá atrás tinha imposto sindical, mensalidade, tinha mais duas contribuições que ali eram exageradas, que tinha que corrigir, que tinha comissão assistencial e tinha uma contribuição do sistema confederativo. Os sindicatos recorriam a uma ou a outra. Em 2005, quando eu assumi o Ministério do Trabalho, primeiro Governo do Lula, substituindo o Ministro Berzoini, ele vinha conduzindo um fórum que estava quase dando acordo, eu fechei esse processo e insisti muito com as partes para fechar o acordo. A bancada empresarial topava, a bancada de trabalhadores foi influenciada por sindicatos com baixa representatividade, que era contra acabar com o imposto sindical, já tinha acabado com o imposto sindical lá em 2005. Introduzia no lugar a mensalidade, mantinha, e uma segunda contribuição que chamava-se "contribuição negocial", que era definida em assembleia quando de acordo coletivo. Tem um acordo coletivo? Faz uma assembleia e os empresários, sindicato empresarial, sindicato de trabalhadores, poderiam solicitar uma "contribuição negocial", decidida em assembleia. Infelizmente, deixaram escapar essa possibilidade.

Veio o fim do imposto sindical, correto, mas tinha que introduzir no lugar a possibilidade de uma segunda contribuição definida em assembleia, isso não teve. É o que se propõe agora: que tenha na lei o dispositivo autorizativo para que os sindicatos façam, a partir de prestação de serviço do acordo, contribuição, as várias cláusulas sociais de proteção, enfim, que eu não vou aqui detalhar, remuneração, participação no resultado, enfim, as várias questões de cláusulas econômicas. E aí você teria o direito de solicitar que a assembleia aprovasse uma contribuição, tanto do sindicato de empregadores como de trabalhadores. É disso que se trata, evidentemente respeitando um teto que tem que sempre ter, e transparência, participação, enfim, então essa é a sugestão.

Veja, nós temos no mercado de trabalho um processo brutal de pejotização, que, na verdade, é fraude trabalhista. Então, espero que a repactuação da força de trabalho, da fiscalização, que está bastante diminuída...

Nós deixamos, lá no Governo Lula, Dilma, nós tínhamos uma ordem de quase 9 mil servidores do MTE, hoje tem 5 mil, praticamente a metade. Então, não tem condições de fazer o trabalho que nós temos obrigação de fazer. Vai ter um concurso agora para o começo do ano, mas o concurso é longo. Então nós vamos, na verdade, efetivar isso, acho que lá para o começo de 2025, final de 2024, que são 900 vagas para reconstruir a força para atuar melhor, para respaldar, para trazer segurança, para evitar concorrência desleal, porque, se tem uma empresa cometendo um absurdo num lado, ela prejudica a outra empresa que está trabalhando corretamente, certo? Então, isso ajuda. Tem muitas empresas que falam: "Vocês não vão fiscalizar? Porque tem ali. Eu estou aqui fazendo direitinho, eu registro em carteira, eu dou condição de segurança do trabalho, eu dou os equipamentos, eu dou os cursos necessários e tal, e o meu concorrente está lá, sem equipamento de segurança, com pejotização, contratando MEI ilegalmente, irregular, porque tem um monte de ilegalidade aqui em que nós precisamos atuar para resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muitas vezes, assim... O MEI foi criado lá atrás para formalizar, para dar oportunidade da contribuição previdenciária para trabalhadores, para o vendedor de pipoca, para o vendedor ambulante, para o vendedor do cachorro-quente, na eventualidade lá do *show* que tem na cidade, que tem no território e tal. Esses trabalhadores, que não tinham nenhuma oportunidade no mercado de trabalho, era para esses trabalhadores. Não era para trabalhador de redação de jornal, como tem; para câmera de TV, como tem. Percebe? Então, aqui tem uma grande ilegalidade ocorrendo no mercado de trabalho, falta de consciência, ou seja, sei lá o quê do mundo empresarial, em que nós precisamos ajudar.

O ensino técnico é uma necessidade. Para isso que, lá no Governo Lula, iniciou-se o processo de criação dos institutos federais, que são uma maravilha de excelência. Nós pretendemos ampliar essa rede, queremos estimular os estados a partilhar desse processo das várias escolas, que também têm seu papel, e ampliar a formação técnica.

E o ideal é que o ensino médio brasileiro, gradativamente, vá incorporando a lógica do período integral com o ensino técnico. O jovem sai do ensino médio já preparado para o mercado de trabalho. Depois ele pode ter opção para o terceiro, fazer as faculdades e tal, mas isso é uma coisa que iguala, inclusive, as condições de acesso, de oportunidade do jovem de família de classe média alta, família rica, do jovem de família de baixa renda, se você dá oportunidade ali. Para isso precisa acrescentar uma questão: a permanência dele na escola. Então, talvez nós vamos ter que pensar como ter a bolsa para alunos de baixa renda, para ele poder fazer.

Tem aí o Presidente Lula sugerindo criar um fundo e tal, vai votar, eu espero que vote hoje. É o início, nós não vamos implantar tudo de uma vez, nós não vamos, mas nós temos que começar a dar essa longa jornada que nós precisamos, e preparando para o futuro do nosso país, dando oportunidade para a nossa juventude, em especial de baixa renda. Eu acho que é um grande projeto, é um grande negócio isso.

A PEC 35 vamos olhar, eu não conheço. Perguntaram-me, a imprensa sempre me perguntou sobre quando teve o assunto. Eu não participei, a bem da verdade, do debate lá com o Presidente Lula, com o Haddad, com o Rui, com a Simone Tebet, desse debate. Mas a imprensa quer saber o que o Ministro do Trabalho acha.

Eu disse o seguinte: Olha, eu não sou contra a desoneração. Talvez tenha que pensar folha de pagamento *versus* faturamento, porque a folha, quando você tem encargos na folha de pagamento, você prejudica as empresas, os empregadores que têm alta incidência de mão de obra e favorece quem tem alta incidência de tecnologia. Então, tem uma injustiça aqui no processo. Portanto, eu acho que o tablado de debate sobre isso seria a reforma tributária. Teria que olhar o todo. Eu sei das dificuldades de fazer uma reforma, porque todo mundo tem a reforma – não é, Laércio? – que ele imagina, mas não concorda com o interlocutor, então é um problema sempre complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o caminho é aqui, vamos tem que enfrentar isso. Se não conseguir resolver totalmente agora, tem que preparar a próxima, e que não demore tanto como essa demorou, para que a gente possa ir ajustando, porque esse é o caminho.

Tem que diminuir o tamanho, o peso na produção, tem que diminuir o peso no consumo, porque, com o peso na produção, o peso no consumo, você sacrifica os de baixa renda. Então, é preciso pensar nisso aí. Falar, conceituar é muito fácil; duro é amarrar as pontas com os municípios, os estados e tal. Vocês, melhor do que ninguém, sabem disso, vocês já discutiram isso aqui.

Nós não podemos demonizar o empresariado, o empregador, o investidor, mas é preciso olhar com muita responsabilidade e diferenciar maus e bons empregadores, e existem maus e bons empregadores. Por parte do Ministério do Trabalho não tem demonização. Sempre falamos para os nossos técnicos, estamos acompanhados de vários deles, que não temos que olhar para o empresário com a lógica de que ele está errado; vamos olhar para o problema e vamos orientá-lo e dar prazo, período para correção.

Hoje nós temos – inclusive quero adiantar para vocês aqui –, nós estamos trabalhando a lógica, por exemplo, da lista suja do trabalho escravo. Nós queremos organizar – não é isso? – duas listas, uma de entrada e uma de saída.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ MARINHO – Você precisa separar empregadores que têm historicamente, no seu DNA, a visão exploratória, que não respeita os direitos humanos, que não está nem aí para a condição de trabalho, daquele empresário que foi pego eventualmente numa escorregada de uma subcontratação, porque não venha me dizer que do terceirizado não é responsabilidade dele, porque é, porque depende muito da qualidade do contrato dessa terceirização, como aconteceu agora com o vinho. O pessoal do vinho, por exemplo, disse: "Nós não temos culpa". "Têm, sim! Quem contratou? Foram vocês? Então, vocês têm culpa. Esquece. Nós vamos entrar." "Ah, eu não sabia." Eu posso até acreditar que não soubesse, mas tem responsabilidade até por não saber, porque cadê o *compliance* social? As empresas têm o *compliance* do produto, para cá, para lá, e tal. Eu falei para eles assim: Se vocês tivessem cuidado da qualidade do produto, da qualidade social, não teria acontecido trabalho análogo à escravidão. Então, aqui, precisa-se de responsabilidade. Nós estamos dando essa oportunidade, vamos corrigir, fazer correções para lá e para cá, mas para aquele que insistir e teimar vai ter a força do Estado, a mão pesada do Estado, que vai atuar com toda a rigidez com que tem que atuar nesse caso, porque passou de ser um erro, um acontecimento, um acidente. Passou a ser má-fé, e má-fé tem que ser tratada como má-fé.

Olha, você é uma empresária de um negócio por que a sociedade demanda. Não tem por que ser discriminada, haver qualquer preconceito em relação às atividades dos motéis, que geram empregos e podem gerar empregos inclusive de qualidade, com boa remuneração. Então, não tem por quê, a não ser que seja aquele motel mequetrefe, que também não registra a pessoa, a camareira, que não dá salário decente e tal, mas, se dá um salário decente, tem que ser tratado como qualquer outro negócio, senão o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal vai para as moitas, atrás do cafezal. Aí não dá, não funciona, não é? E acho que você tem o direito de dizer o seguinte: "Se eu tenho um empreendimento e se a demanda está aumentando e demanda novos investimentos, tenho o direito de reivindicar também luz ao sol dos financiamentos".

Aproveito, acho que ainda dá tempo de comentar... Ah, falta a do Humberto, nosso Presidente, dos aplicativos.

Humberto, nós estamos numa... Eu estou brincando com o pessoal... O Carlos Alberto Grana, que você conhece, está aqui. Ele está na equipe com o Gilberto Carvalho e o Chico Macena e com os demais assessores, fazendo a linha de frente da negociação com os aplicativos. Eu brinquei com ele que a redação do acordo, de um que nós fizemos – eu vou dizer qual –, está mais demorada que a Bíblia. A Bíblia acho que foi mais rápido, porque nós fechamos esse acordo faz uns 40 dias, e a redação não sai.

Nós chegamos a um acordo de conceitos econômicos com transporte de pessoas – Uber, 99 e tal, as várias empresas de aplicativos de transporte de pessoas –, incluindo contribuição da previdência, jornada, remuneração, correção da remuneração vinculada à correção do salário mínimo. Vai aumentar a renda que o trabalhador leva para casa em relação ao que ele leva hoje. Portanto, a comissão de trabalhadores e de empregadores chegou a esse acordo econômico, mas não se chega a acordo na redação. Queriam que eu anunciasse, uns 40 dias ou mais atrás, o acordo. Eu falei: Mas cadê o acordo escrito, a redação? Eles querem lei. Cadê a propositura para a lei? Quando tiver isso eu anuncio, porque a nossa experiência serve... Eu já vi acordo feito, depois, na hora de botar a vírgula, quase o acordo desanda. Então, me traga a redação que a gente anuncia.

Já no transporte de entregadores, entregas de mercadorias, os famosos motobóis, motoqueiros, não tem acordo. Não tem acordo porque as empresas dizem que não cabe no seu modelo de negócio, não cabe no escopo. Eu pergunto: mas qual modelo de negócio? Exploração? Porque teve empresa que teve a pachorra de vir falar, de querer discutir com base menor que o salário mínimo. Falei: Isso não, esquece. Então, no que nós estamos insistindo? Espero que na volta... Eu estou, sábado, viajando para a Alemanha para encontrar o Presidente da Alemanha, tem lá temas também relacionados ao trabalho, na Alemanha. Espero que na volta o pessoal tenha o acordo para a gente poder levar ao Presidente e poder apresentar depois para o Parlamento, de transporte de pessoas.

Feito isso, se não tiver evoluído a negociação com os entregadores, nós vamos montar um projeto de lei no conceito, com outra base, que são bases diferentes, mas com o mesmo conceito, para apresentar para o Parlamento. Então, esse é o estado da arte em relação aos aplicativos.

O Jadson pergunta o que nós estamos fazendo para combater o trabalho escravo. Eu até falei rapidamente na introdução, nós estamos fiscalizando, mas, acima de tudo, nós estamos chamando, atuando de forma a buscar fazer a prevenção disso, porque a nossa missão não é simplesmente resgatar do trabalho análogo à escravidão. Nossa missão principal – e não é missão do Mistério do Trabalho só, é missão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira, das instituições, do Parlamento, de todo mundo – é evitar que o trabalho análogo à escravidão aconteça no país. Nós temos que erradicar o trabalho escravo, temos que erradicar a exploração de obra infantil. E nós só vamos fazer isso com uma pequena dosezinha de vergonha na cara de muita gente por aí afora. E vamos chamar a atenção do empresariado para assumir a responsabilidade.

Então, nós fizemos o pacto da vinicultura, da vitivinicultura, fizemos o pacto do café, temos a possibilidade de fazer um pacto com o pessoal de frutas, buscando trazer para dentro o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, trazendo vários parceiros para a gente propiciar uma grande campanha que chegue lá na ponta, criando essas condições.

E criando, Humberto, o que... Os cafeicultores, quando nós abrimos esse debate com eles, falaram o seguinte: "Nós temos dificuldade de contratar com registro em carteira, porque o trabalhador resiste em ter o registro em carteira, porque tem medo de perder o Bolsa Família". A última versão do Bolsa Família que o Parlamento aprovou dá condição de fazer processo de transição, de humanizar esse processo de transição. Ele não sai imediatamente. Antigamente, se entrava, se arrumava emprego, já saía. E depende desse emprego o que agrega na renda da família. Se agregou e vai iniciar o processo de saída, ele não perde imediatamente; continua recebendo metade daquilo. A dependência é total, a dependência é metade do benefício, e vai construindo a saída quando ele estiver sólido no mercado de trabalho. Hoje, se ele teve um contrato de seis meses, vai permanecer no benefício, porque, dali a seis meses, ele volta para a condição anterior. Então, não faz sentido tirá-lo do benefício e depois retornar ao benefício, ele sofre um período aqui entre idas e vindas. Então você tem esse processo, esse mecanismo de atualização que foi feito, a partir da nova versão da lei do Bolsa Família, para criar essas condições. Com isso a gente vai trabalhando também para melhorar o perfil do mercado de trabalho, inclusive no campo.

Da Valéria: o MEI profissional. Bom, eu falei disso já, do MEI. Eu acho que respondi à questão da Valéria.

Do André: com o desafio da automação, como preservar o emprego e preparar a força de trabalho. Aqui você tem duas questões importantes a serem debatidas. Nós temos que nos preparar para a inteligência artificial, que está chegando. Muitas funções poderão mudar radicalmente, desaparecer, como acontece em várias fases da evolução tecnológica. O que precisamos é de um debate aqui sobre o que fazer. As inovações, a nova tecnologia deve beneficiar quem? Deve beneficiar toda a sociedade ou dela vão se apropriar poucos, criando novos bilionários? Aqui nós precisamos, neste debate, dizer que as inovações têm que beneficiar o conjunto da sociedade. Para isso é preciso avaliar se temos que ter jornada de cinco dias ou se temos que ter jornada de três dias, jornada de quatro dias para o trabalhador. A jornada da empresa pode ser de sete dias da semana, mas esses conceitos nós vamos ter que estudar, que nos prepararmos para eles, porque senão não haverá emprego para todo mundo no futuro.

No próximo período aqui, em curto prazo, é possível, com a economia retomando, com 1,7 trilhão do PAC para os próximos anos, com isso rodando na velocidade que pretendemos que, no ano que vem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rode, seguramente nós vamos gerar mais emprego do que geramos este ano. É possível, nesta década, você ainda construir a situação de pleno emprego que tivemos lá em 2012, 2013, de 2010 a 2013 – é possível, mas não será eterno.

É preciso que a sociedade se prepare, nesse debate, para encarar...

Vide os 148 dias de greve de Hollywood, para discutir se os dubladores iam continuar tendo voz ou se a inteligência artificial resolveria e os substituiria, se os intérpretes de línguas vão ter vez ou se vão desaparecer com a inteligência artificial; ou seja, tem várias funções já correndo risco hoje.

Então, isso tudo está em debate nesse processo. Temos que planejar com qualificação, com capacitação, com elevação de escolaridade, com esse projeto que o Humberto disse que vai ser votado hoje – e eu espero que o aprovem –, e assim vamos nos preparando para o futuro.

O Daniel: "[...] como serão acolhidos pela Seguridade Social os trabalhadores das plataformas digitais?".

Aqui nós fizemos... Nesse acordo que eu falei de transporte de pessoas, você tem o mecanismo em que o trabalhador vai fazer a contribuição, e o empregador também deve fazer a sua contribuição. Isso está acordado com eles. Na hora de escrever, exatamente aqui é que não deu acordo porque uma das empresas, nessa hora de escrever, disse que a contribuição do empregador da plataforma quem vai fazer é o contratante da corrida e não ela. Parece-me que não tem muita justiça aqui, não é? Então, aqui está... Ela manda para a China as versões, a China as devolve. É uma empresa que tem vínculo com a China, enfim, e que está botando dificuldade aqui para a gente consolidar esse acordo, mas estamos cuidando disso.

A Maria Eduarda: "Como incentivar as empresas a pagar melhores salários? [...] [considerando] os altos impostos [...]?".

Bom, os altos impostos, você tem todo um procedimento da reforma tributária; as multas, é só não andar fora da lei que não tem multa. Tem multa para quem anda fora da regra, não andou fora da regra não tem multa, não tem por que ter multa. Se alguém andou fora da regra... Está certo? É igual ao motorista. Tem lá placa de 100km/h, ele passa a 105km/h e fala: "Mas foi só cinco", mas passou cinco a mais. Agora, passe a 99km/h para você ver, não vai ter multa. Então, essa é um pouco a lógica das multas: multa existe para quem não cumpre o que o marco legal define. Tem problema no marco legal? Vamos discutir no Parlamento para ajustá-lo.

Então, esse é o caminho para a gente tocar essas questões.

No mais, Humberto, eu queria agradecer de coração o convite, o chamado e me colocar à disposição para, em eventuais outras oportunidades, no começo do ano, voltar aqui e conversar com vocês.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Registro aqui a presença do Presidente eleito do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Bob Machado, e do Vice-Presidente, que é de Pernambuco, Carlos Silva. Agradeço a presença dos auditores fiscais do trabalho de todo o Brasil. Hoje haverá a posse da nova gestão dos eleitos.

Agradeço a presença de V. Exa., os esclarecimentos. Em breve, renovaremos esse convite.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Flávio Arns, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Cid Gomes, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Styvenson Valentim, Leila Barros, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Romário, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 126/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), e REQ 127/2023 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Lançar o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, biênio 2024/2025, bem como lançar a Cartilha sobre atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário 2024 em Braille. **Participantes:** Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Eliana Dias Ramagem, Diretora da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados (representante de: Celso de Barros Correia Neto); Sérgio Caribé, Supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União - TCU; Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenadora-Geral da Rede de Acessibilidade e Coordenadora de Acessibilidade e Inclusão do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Gustavo Henrique Fideles Taglialegna, Representante dos Servidores no Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade do Senado Federal; Larissa Purvinni, Conselheira no Instituto Maurício de Sousa; Antonio José Ferreira, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC (representante de: Adriana Padula Jannuzzi - Coordenadora-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva - MDHC); e Humberto Formiga, Gestor do Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social do Senado Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/06

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 126 e 127, de 2023, da CAS, de minha autoria e do Senador Humberto Costa, para realização de audiência pública destinada a lançar o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, biênio 2024-2025, bem como lançar a cartilha sobre atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário 2024 em braile.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários dos expositores na internet.

Quero agradecer a presença de nossos convidados: Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Eliana Dias Ramagem, Diretora da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, representando Celso de Barros Correia Neto, o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; Sérgio Caribé, Supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU), através de videoconferência; Gustavo Henrique Fideles Taglialegna, representante dos servidores do Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade do Senado Federal; Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenadora-Geral da Rede de Acessibilidade e Coordenadora de Acessibilidade e Inclusão do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Larissa Purvinni, Conselheira do Instituto Mauricio de Sousa; Antonio José Ferreira, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), representante de Adriana Padula Jannuzzi, Coordenadora-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva do MDHC.

Bom, primeiramente, eu gostaria – nossa, estou vendo este plenário cheio, fico muito feliz – de agradecer a presença de todos os nossos convidados. É uma honra, uma alegria estar aqui com vocês hoje, presidindo esta audiência que integra as celebrações pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos reunidos para falarmos sobre os planos para ampliar a acessibilidade no Senado Federal e a inclusão social dos brasileiros com deficiência.

Antes de começar minha fala, eu gostaria de fazer a minha autodescrição, para quem está nos assistindo poder me ver. Quero aproveitar e sugerir aos palestrantes que façam o mesmo em suas falas.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos claros, longos, estou vestindo um vestido cheio de bolinhas coloridas, e, atrás de mim, tem um quadro com céu, com horizonte. E estou com cara de feliz... (*Risos.*) ... por conta desta audiência.

Neste evento, em que celebramos o dia 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, é sempre importante lembrar que, mesmo tendo um impedimento físico, sensorial, intelectual, mental, somos, antes de tudo, pessoas, somos cidadãos com direitos e deveres, cada qual com suas singularidades.

As pessoas com deficiência são homens, mulheres, crianças, jovens, pessoas idosas, são estudantes, são profissionais, são pais, mães, são filhos, e cada um tem seus sonhos, lutas, escolhas, anseios. E a deficiência é apenas mais uma de suas características. Porém, essa característica humana requer mais apoios para efetivar sua autonomia e a plena e efetiva participação na sociedade.

Eu me dedico à inclusão das pessoas com deficiência há mais de três décadas. Primeiro, antes do acidente, de ter uma deficiência. Eu trabalhei como cuidadora de uma moça tetraplégica. É até irônico. Parece que o destino foi me preparando. Depois, atuei como presidente de uma organização sem fins lucrativos e, por fim, ingressei na política.

Essa organização leva o meu nome, Instituto Mara Gabrilli, que funciona hoje, que trabalha trazendo muitas conquistas do povo brasileiro.

E concorri a uma cadeira no Legislativo em 2004, que foi o meio que eu encontrei na época para promover as mudanças de que tanto precisávamos. E meu maior objetivo sempre foi tirar as pessoas com deficiência de casa, para que elas pudessem exercer a cidadania.

No meu primeiro mandato como Deputada Federal, eu encarei o desafio de relatar o projeto de lei que criava o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que hoje é a Lei Brasileira de Inclusão. Nesse projeto, que já tramitava há mais de dez anos no Congresso, de autoria do nosso querido Senador Paulo Paim, eu optei por uma construção coletiva, democrática, transparente.

Colocamos o texto em consulta pública por seis meses, no Portal e-Democracia, lá na Câmara dos Deputados, com tradução em libras. Foi a primeira vez, na história do Congresso Nacional, que um projeto de lei foi traduzido integralmente para a língua brasileira de sinais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o resultado de promover o acesso foi a intensa participação da sociedade. Foram mais de mil contribuições que recebemos, analisamos e compusemos com o Governo, para criar um texto de consenso.

Em 2015, aprovamos no Congresso, por unanimidade, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da qual eu tive a honra de ser autora do texto final. E lembrando que o nome vem também de uma audiência pública.

Assim, foi colocado no e-Democracia, escolhido pela população.

No final, no Senado, tivemos a parceria do Senador Romário, que manteve o texto original que eu havia escrito na Câmara sem mudanças, para que fosse aprovado mais rapidamente, e principalmente porque esse texto foi construído pela sociedade civil e não admitiria mudança.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é uma legislação que se está tornando um modelo no mundo, especialmente porque foi construída ouvindo e dando voz à sociedade.

Os 127 artigos da Lei Brasileira de Inclusão contemplam direitos humanos universais para assegurar a livre expressão, o ir e vir, a acessibilidade, a participação política, para combater qualquer forma de discriminação e garantir os acessos à saúde, trabalho, emprego, educação, cultura, lazer, esportes, moradia, entre outros.

Eu me emociono muito, porque já temos uma vasta legislação, e a gente não quer retrocessos em direitos conquistados com tanta luta e mobilização. Nosso Senador Flávio Arns sabe o quanto nós lutamos para que não aconteçam esses retrocessos.

Eu deixo registrado aqui meu respeito, carinho e admiração por todas as brasileiras e todos os brasileiros com deficiência. Eles são, sem dúvida, a razão e o motor que movem o nosso trabalho em prol de um país para todos.

Eu agradeço também a toda a equipe do Senado imbuída na elaboração do Plano de Acessibilidade do Biênio 2024-2025, assim como da Cartilha sobre Atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário 2024 em braile.

Parabenizo todos os servidores, especialmente o Presidente Rodrigo Pacheco, por essa iniciativa.

Não posso deixar de lembrar também das ações empreendidas pelo Senador Davi Alcolumbre, quando Presidente desta Casa, e demonstrar minha gratidão por todos os esforços institucionais em prol da acessibilidade que tiveram início em 2005, com a criação do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, e depois, em 2013, com a política de acessibilidade do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso esquecer de agradecer também ao Senador Eunício, que, quando Presidente, quando eu fui eleita, também trabalhou para que eu tivesse um gabinete acessível e também trabalhou pela acessibilidade no Plenário do Senado.

Acessibilidade é um meio essencial para o exercício de direitos e diz respeito a todos, vale para a mãe com carrinho de bebê, para as crianças, para as pessoas idosas, para o homem distraído que fica olhando no celular e tropeça no buraco, para a mulher de salto alto. Essa lei nos garante ter cidades, edificações, meios de transporte e de comunicação mais seguros e inclusivos. Isso significa cidadania e desenvolvimento sustentável. Acessibilidade é para todos.

Nós seguimos todos unidos, trabalhando e dedicando nossos melhores esforços para garantir direitos, sem deixar ninguém para trás.

E lembrando sempre que acessibilidade, inclusão, quando a gente faz em algum município, o município fica muito melhor, com muita qualidade para todos os cidadãos. Vamos, cada vez mais, valorizar e reconhecer o imenso potencial das pessoas com deficiência, a deficiência e as suas contribuições para o desenvolvimento humano, social e econômico de nosso país.

Vocês podem imaginar que essas pessoas enfrentam leões a cada minuto de sua vida. Então, inevitavelmente, a gente está falando de seres humanos que vencem barreiras a cada segundo, e isso os torna seres humanos muito aguerridos, seres humanos que têm que ter disciplina, que precisam vislumbrar o futuro próximo para ter força para sair de casa. Então, assim, tudo que nós fazemos é dedicado para esse público e, por consequência, todos nós colhemos desse fruto.

Eu queria, primeiramente, dar a palavra para o nosso querido Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar você – eu sempre chamo de você, cara amiga Senadora Mara Gabrilli –, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e destacar também tudo que foi dito até agora por V. Exa., a luta, a caminhada... É uma caminhada de vida das pessoas, em todos os sentidos, por políticas públicas.

Mas eu quero, neste dia e nesta semana, destacar, particularmente, como já foi feito, a questão de acessibilidade e o trabalho do núcleo de acessibilidade do Senado Federal e, em particular, a apresentação do Plano de Acessibilidade do Senado Federal para os próximos dois anos.

Quero dizer para toda a comunidade que nos acompanha que já há uns 15 anos, mais ou menos, as pessoas com deficiências – cegas, surdas, com deficiência física, deficiência intelectual e em outras áreas também – percorreram todos os lugares do Senado Federal, apontando as necessidades de adequações para que a acessibilidade física acontecesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de acessibilidade vai muito além da questão física no Senado, de não ter barreiras arquitetônicas, haver obviamente a mobilidade, para que a visitação possa acontecer com conforto, com segurança, com tecnologia; também vai em outras áreas, de comunicação e de legislação, que a gente pode apontar como importantes, porque o Senado Federal tem que ser referência na legislação, e nós temos legislação a ser concretizada no Brasil inteiro. E o Senado Federal tem que dizer: "Olhe, aqui dentro do Senado temos um plano, temos um núcleo, o plano está sendo discutido, tem material...". E, quando existe o plano, as pessoas podem participar, sugerindo, olhando, vendo o que está sendo proposto, o que pode ser aprimorado, melhorado.

Mas quero enaltecer, nesta semana, o esforço desse núcleo de acessibilidade de olharmos o prédio do Senado, seja na acolhida das pessoas, na comunicação, na concretização das leis, no aspecto de locomoção, no aspecto físico, o entorno do Senado... Porque muitas vezes o prédio do Senado pode estar bem, mas no entorno tem uma calçada inadequada, a guia rebaixada não existe ou tem um obstáculo à sua frente. Enfim, que a cidade seja uma cidade acessível em todas as políticas públicas. Isso traz segurança, traz tranquilidade e, como a Senadora Mara Gabrilli já reforçou, é bom para a pessoa com deficiência, mas é bom também para toda a comunidade. Quando a gente tem uma calçada lisa antiderrapante, todo mundo gosta de andar na calçada lisa antiderrapante, ao invés de numa calçada irregular. Quem faz uma corrida gosta que o piso seja liso antiderrapante; um carrinho de bebê, liso antiderrapante; um prédio que se constrói tem que ter o salão de festas lá embaixo adaptado, adequado, com banheiro.

Mesmo no Senado Federal há dificuldades, porque é um prédio de interesse histórico, tombado, patrimônio, então as adequações sempre precisam ser feitas com cuidado. Mas se deve olhar bem tudo isso. São coisa simples, por exemplo, os banheiros nos gabinetes dos Senadores e Senadoras, todos eles não são adaptados. Na época, quando o Congresso foi construído, não se pensava nessa situação. Hoje em dia, a realidade histórica mundial é diferente. Então, como fazer para adequar? Uma pessoa com dificuldade de locomoção que visite um gabinete e precise ir ao banheiro tem que sair do gabinete, na maior parte dos casos, e ir para outro local para utilizar o banheiro. Isso não é dignidade, não é cidadania, não é participação. Então, que bom que o Núcleo de Acessibilidade do Senado existe, que foi proposto um plano de acessibilidade por dois anos, mas pode ser, é lógico, adequado, ajustado. Parabéns a todos os profissionais que se envolveram nessa tarefa.

Que as Assembleias Legislativas, por exemplo, e as Câmaras Municipais façam a mesma coisa. Vamos olhar aqui e ver, em termos de acessibilidade, o que pode ser feito. E mesmo nesse momento, por exemplo, a gente também deve refletir sobre isso como sociedade e dizer: "Vamos juntos construir dignidade, respeito, cidadania, participação, para que tudo aconteça a favor do ser humano". Quando houver alguma dúvida sobre o que fazer, vamos falar com a pessoa com deficiência. Nada sobre nós sem nós. A pessoa com deficiência vai dizer o que é importante, o que é necessário, ou a família da pessoa com deficiência. As maiores autoridades em qualquer discussão são a família e a pessoa com deficiência. E os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialistas têm que escutar esses dois lados e dizer: "Olha, nós temos que trabalhar em conjunto para que as coisas aconteçam de uma maneira adequada".

Então, um abraço, Mara. Um abraço a todos e todas que nos acompanham e vamos em frente. Temos que juntos construir uma sociedade melhor, com a participação de todas as pessoas, plena e efetivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador, amigo, parceiro de trabalho, que muito contribui para que a acessibilidade exista no nosso mundo.

Eu quero também agradecer ao Luca e à Dorinha, que são os personagens da Turma da Mônica. Eu estendo os meus agradecimentos para o Mauricio de Sousa e toda a sua sensibilidade com o tema. Eu sei que vocês estão aí presentes.

E eu quero agora chamar para falar o nosso querido Romário, que vai entrar através de vídeo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadoras; bom dia, Senadores e a todos os presentes nessa reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Em especial eu cumprimento a Diretora-Geral do Senado, a Sra. Ilana, que também tem trabalhado muito para tornar esta Casa um local mais inclusivo, e o Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa, por receber e reconhecer essa luta tão importante.

Não pude estar presente pessoalmente, mas não poderia deixar de participar desse momento especial para inclusão das pessoas com deficiência. Parabenizo a todos os envolvidos no desenvolvimento do Plano de Acessibilidade Senado para os próximos dois anos, da cartilha sobre o atendimento de pessoas com autismo e do calendário de 2024 em braile.

Todas essas iniciativas são de extrema importância para promover um Parlamento mais acessível para todos. Contem com a minha colaboração para toda e qualquer inciativa que promova a acessibilidade e a inclusão. Esse é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desejo uma excelente reunião e um ótimo dia para todos. Beijos no coração.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Romário. Uma honra trabalhar junto com você também nesse tema.

Agora eu quero passar a palavra para os nossos convidados. Primeiro, com a palavra Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, e já vai junto meu agradecimento a você por todo o esforço de acessibilidade que você e toda a equipe vêm fazendo para tornar o Senado mais acessível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senadora Mara, Senador Flávio, Senador Romário. Quero agradecer esse espaço. Quero agradecer à Senadora Mara, ao Senador Humberto Costa por terem apoiado essas inciativas.

Quero dizer que não é uma alegria, é uma obrigação. Eu me sinto com a tranquilidade de quem faz o que tem que ser feito, que é tornar o Senado a Casa de todos e de todas as brasileiras. E todas e todos os brasileiros somos todos nós, pessoas com ou sem deficiência.

Por isso que eu preciso cumprimentar a equipe do núcleo do NCAS, coordenada por nosso colega Humberto e também pelo Diretor Adjunto de Gestão, Marcio Tancredi, pelo Plano de Acessibilidade 24/25. É o quinto plano, ou seja, a Casa já tem uma tradição na questão da acessibilidade e da inclusão.

E, assim como o Brasil tem que ser mais inclusivo, o Senado tem que ser mais inclusivo e por isso nós estamos sempre buscando mais e mais materiais nessa inclusão, hoje, lançando o calendário em braile 2024. E aqui é importante frisar: nós ainda não temos um calendário em braile. Não temos um calendário em braile e nem um calendário de 2024, ou seja, o único calendário que temos neste momento, de 24, é o braile, mostrando a nossa preocupação em trazer rapidamente esse produto.

O Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista é também muito importante, junto com essa campanha das Coelhadas, do Mauricio de Sousa, com o coelho Sansão, que está na cúpula do Congresso Nacional, do lado do Senado Federal, com o cordão de girassol, mostrando que hoje em dia nós precisamos não apenas atender às deficiências que são aparentes, tornar a nossa cidade mais acessível, ter a inclusão por meio da autodescrição, por meio da tradução para a língua brasileira de sinais, mas também atender às pessoas que têm as deficiências ocultas, que precisam ser igualmente atendidas pelas políticas públicas e pela nossa Casa, e junto com a cartilha de acessibilidade.

Nós estamos em dezembro, o final do ano se aproxima e a administração do Senado Federal termina o ano de 2023 muito satisfeita com o acolhimento que os Parlamentares desta Casa dão para as iniciativas. E, assim, a gente transforma, Senadora Mara, o Senado Federal, que legisla dentro do Plenário, buscando os direitos para as pessoas com deficiência, igualmente repercutido dentro do Senado Federal, fazendo uma comunidade, nossa comunidade, de 10 mil pessoas, que acredita na inclusão e na acessibilidade e que as exercita.

Muito obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ilana, muito obrigada. Uma honra para mim ouvir suas palavras!

Eu quero agora chamar a Eliana Dias Ramagem, que é a Diretora da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, representando o Celso de Barros Correia Neto, que é o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANA DIAS RAMAGEM (Para expor.) – Bom, meu bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, eu gostaria de fazer minha auto audiodescrição.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos claros, olhos claros, com cerca de 1,60m. Estou vestindo um vestido preto com bolas brancas e muito feliz por estar aqui nesta audiência pública.

Cumprimento a Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli; o Senador Flávio Arns; o Senador Romário; a Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka; os demais colegas, os senhores participantes.

É uma enorme satisfação estar aqui hoje nesta audiência pública de lançamento do Plano de Acessibilidade do Senado Federal para o biênio de 2024-2025, da Cartilha sobre atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e do calendário em braile.

Represento o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, o Dr. Celso de Barros, que, infelizmente, não pôde comparecer ao evento em virtude de compromisso previamente agendado.

Acessibilidade e inclusão são desafios, principalmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Assumi a Diretoria da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados há um pouco mais de um ano e confesso que o desafio é muito grande – é enorme – e, ao mesmo tempo, transformador. Trata-se de um aprendizado constante, pois muito foi feito, mas com certeza há ainda muito por fazer. Por isso, há a necessidade de se desenvolver um planejamento com ações transversais e do apoio institucional nos moldes do plano hoje aqui lançado pelo Senado Federal.

O objetivo do Núcleo de Acessibilidade do Senado Federal e também da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados é comum: tornar a instituição acessível às pessoas com deficiência, com ações que garantam um acesso facilitado a todos. É parte do processo democrático assegurar os direitos dessa população na construção de uma sociedade que realmente valorize a diversidade humana, entendendo que nela reside nossa principal riqueza. E, mais do que isso, é um dever com a coletividade trabalhar a inclusão. Não é uma obrigação ou uma suposta ação solidária, mas sim o cumprimento de uma responsabilidade e a garantia de uma sociedade inclusiva, diversa e igualitária.

São muitas as dificuldades no caminho. A verdade é que não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação, nos meios digitais, nos serviços, além do estigma social e a discriminação dirigidas à pessoa com deficiência.

O capacitismo é a expressão que traduz as condutas que vêm com a marca histórica do preconceito contra a pessoa com deficiência. É preciso compreender que todas as pessoas são diversas e possuem suas individualidades. É preciso entender que as deficiências não precisam ser superadas, e sim respeitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nossa sociedade julga e compreende aquilo que é aparente. São muitas também as pessoas com deficiências ocultas, que enfrentam batalhas silenciosas e difíceis, com desafios profundos e complexos, frequentemente necessitando de uma sensibilidade mais aguçada para serem compreendidas. Deficiências ocultas, como o próprio nome sugere, são aquelas que podem não ser evidentes nessa primeira observação. Muitas vezes essas deficiências não são visíveis exteriormente, mas seus impactos na vida cotidiana podem ser tão desafiadores quanto da deficiência visível. Muitas vezes os desafios enfrentados por essas pessoas são subestimados, uma vez que as limitações não são evidentes externamente.

Ações como as que hoje estão sendo implementadas pelo Senado permitem não apenas a inclusão e a autonomia, mas também o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades sociais que promovem a empatia e a expansão da compreensão do mundo, que levam a um crescimento pessoal mais amplo e enriquecedor para todos.

Parabéns ao Senado Federal pelas iniciativas hoje aqui implementadas.

Muitíssimo obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Eliana Dias, pelas suas palavras emocionantes.

Antes de passar a palavra para o nosso Sérgio Caribé, que eu tenho a honra de dizer que é meu amigo, eu queria dizer que temos várias perguntas do e-Cidadania. Estão participando bem ativamente do nosso evento.

A Vânia Rodrigues, de São Paulo, por exemplo, pergunta: "Haverá acompanhante terapêutico para autistas de todas as idades e níveis na comunidade escolar (da educação infantil até o superior)?".

O Bruno Daniel, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como o lançamento do Plano de Acessibilidade 2024/2025 e a Cartilha sobre Autismo junto ao Calendário 2024 em Braille, promovem inclusão no [...] [Senado Federal]?".

E o André Gabriel, de Pernambuco, pergunta: "Como garantir que as demandas dos servidores sejam integradas ao plano, promovendo uma inclusão interna eficaz?".

São perguntas do e-Cidadania. Se alguém tiver o desejo de responder, pode ficar à vontade.

Agora, eu quero passar a palavra para o Sérgio Caribé, que é Supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU), que vai entrar através de videoconferência.

Seja bem-vindo, Sérgio.

O SR. SÉRGIO CARIBÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu quero agradecer o convite feito ao Tribunal de Contas da União para participar desta audiência pública, que marca uma iniciativa muito relevante do Senado Federal de lançar a sua política de acessibilidade para o biênio 2024/2025, assim também a iniciativa de divulgar a cartilha elaborada sobre atendimento de pessoas com transtorno do espectro do autismo e o calendário 2024 em braile.

Eu quero cumprimentar todos os participantes dessa mesa, já nominados pelo cerimonial – por uma questão de economia de tempo, eu me abstenho de nominá-los novamente –, e saudar a pessoa da Senadora e querida amiga Mara Gabrilli pela iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais de promover esta audiência pública, que, como a Senadora Mara muito bem chamou a atenção, ocorre por um momento em que comemoramos agora, no dia 3 passado, o Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e ontem, dia 5, o Dia da Acessibilidade.

Bom, eu sou pessoa com deficiência, me tornei pessoa com deficiência em razão de um acidente, um mergulho em um rio no qual havia um tronco submerso e eu bati a cabeça e, no dia em que completava 26 anos de idade, passei a experimentar essa vivência como pessoa com deficiência. Eu sou usuário de cadeira de rodas, mas a deficiência não me impediu de prosseguir buscando os meus objetivos, perseguindo as minhas realizações e, graças a Deus, pude conquistar muito daquilo a que me propus a fazer.

Eu sou um homem de 53 anos, tenho cabelos e barbas pretas, ambos grisalhos; uso portados baixos; no momento, passei a usar óculos, mais recentemente; estou vestindo uma camisa azul clara, com uma gravata azul e um paletó, um *blazer* azul marinho.

Essa iniciativa que o Senado agora apresenta, que não é a primeira iniciativa, como já foi registrado, também é uma iniciativa já adotada no âmbito do Tribunal de Contas da União, que possui, desde 2014, uma política de acessibilidade, política essa que hoje está regulamentada pela Resolução 283, de 2016, que atualizou aquela iniciativa de 2014, e orientada por princípios que visam assegurar a dignidade e a não discriminação das pessoas com deficiência. Com o fim de garantir que essas pessoas possam ter uma efetiva participação na sociedade, com igualdade de oportunidades, o TCU tem procurado implementar a sua política de acessibilidade para, sobretudo, respeitar as diferenças e evidenciar a aceitação por toda a diversidade humana.

Então, com base nessas orientações principiológicas, objetivos e diretrizes foram estabelecidos para concretizar esse objetivo de promover a inclusão da pessoa com deficiência.

No âmbito do TCU, isso se deu tanto na seara administrativa quanto com adaptações, reformas. E aí pego um gancho da fala do Senador Flávio Arns: que o TCU, ao fazer isso, procurou ouvir as pessoas com deficiência. Então, após fazer todo um diagnóstico de acessibilidade nas suas instalações físicas, submeteu esse diagnóstico à validação social; e, dessa validação, novas oportunidades de aperfeiçoamento foram identificadas. Também promoveu cursos, treinamentos, eventos, inclusive com a participação da querida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli em mais de uma oportunidade. Com isso o TCU tem buscado superar as barreiras físicas, as barreiras comunicacionais, mas, sobretudo, as barreiras atitudinais no âmbito da sua atuação.

Essa atuação do TCU, pelo papel que o Tribunal de Contas tem de promover o controle da administração pública, uma função que é de titularidade do Parlamento, mas que o Parlamento exerce com o apoio do Tribunal de Contas da União, também foi representada, também foi projetada nas ações de controle externo. Então, desde 2012, o TCU incluiu na sua matriz de planejamento e fiscalização de obras públicas a verificação da acessibilidade em relação a todas as obras que são auditadas, promoveu uma ampla auditoria em relação à acessibilidade aos prédios da administração pública e aos serviços oferecidos por essas instituições.

À época, foram selecionadas as seis instituições com a maior quantidade de atendimento ao público e, com isso, mais de 11 mil postos de atendimento ao público foram auditados pelo TCU. E eu creio que a principal contribuição foi a determinação feita pelo tribunal para que o Poder Executivo Federal elaborasse um plano que pudesse enfrentar essas barreiras e promover a acessibilidade para todos. Além disso, foram diversas outras fiscalizações. E aí eu chamo atenção, principalmente para aquelas que tiveram por objeto escolas, unidades de saúde, unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida. E aí também o TCU teve uma contribuição na mudança que houve do Minha Casa, Minha Vida 1 para o 2, com a ampliação da área das unidades habitacionais para que todas pudessem ser adaptáveis. São algumas das contribuições nessa área de controle externo que o TCU passou a oferecer em função de ter incorporado, internalizado na instituição o tema da acessibilidade como uma pauta permanente.

Eu, enquanto membro do Ministério Público de Contas, também promovi diversas representações. Aí eu destaco a representação em face do não cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da contratação mínima de 5% dos seus empregados entre pessoas com deficiência ou reabilitados do INSS. Essa iniciativa do TCU, acolhendo uma proposta que fiz, resultou na convocação prioritária de todos os candidatos classificados no concurso da época – isso foi por volta de 2014. Posteriormente, a Caixa realizou um concurso exclusivamente para pessoas com deficiência, e disso resultou a contratação de quase 2 mil pessoas. Hoje a Caixa atende ao percentual de 5% exigido pelo art. 93 da Lei de 8.213.

Nesse mesmo sentido, entrei com representação em face do Banco do Brasil, que ainda está sendo monitorada, mas que já foi objeto de recomendação no sentido de priorizar a contratação das pessoas com deficiência.

E eu destaco ainda uma auditoria resultante de uma representação no Ministério Público de Contas sobre o plano Viver sem Limite, a primeira edição. E, dessa auditoria, recomendações foram feitas no sentido de aperfeiçoar a governança, de fortalecer os canais de comunicação com a sociedade civil, e esses aspectos foram, inclusive, incorporados pelo novo plano Viver sem Limite, recentemente lançado pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, já indo para a conclusão da minha fala, eu não poderia deixar de destacar também a atuação que o tribunal procurou fazer para além dos seus muros, para além do seu ambiente tanto administrativo como de atuação finalística, buscando atuar em rede, buscando articulações com outras instituições. Esse trabalho eu tive a felicidade de conduzir e resultou na celebração de um termo de compromisso de atuação conjunta, um acordo de cooperação técnica que hoje reúne o TCU, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, todos os tribunais superiores, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também o Tribunal de Justiça de Tocantins. E, conversando semana passada no congresso nacional das APAEs com a Secretária Nacional, Anna Paula Feminella, ela me deu a notícia de que as ações, os entendimentos para a adesão do Poder Executivo também a essa rede de acessibilidade já estão sendo ultimados. E essa rede já produziu, já gerou produtos construídos em conjunto, como a cartilha de como construir um ambiente acessível nas organizações públicas, entre muitas outras iniciativas que o tempo não permite apresentar de modo individualizado.

Concluindo agora esta participação, eu parabenizo o Senado Federal e, particularmente, a Comissão dos Assuntos Sociais e saúdo mais uma vez a Senadora Mara Gabrilli. Desejo que esse plano de acessibilidade aponte para o Senado iniciativas e providências que sejam as mais urgentes para que, neste biênio, barreiras físicas e atitudinais sejam superadas e que a igualdade de oportunidades e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência sejam valorizadas também pelo Senado Federal, como já vem sendo feito há alguns anos. Parabéns! Eu me solidarizo com esta iniciativa do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sérgio. Obrigada pela longa parceria de anos. O Sérgio também teve muita importância na nossa Lei Brasileira de Inclusão. Obrigada.

E mais mensagens do e-Cidadania.

A Cláudia Camargo, de São Paulo, pergunta: "Quem fiscaliza os municípios que não cumprem as leis que protegem nossas crianças atípicas, tanto na saúde como na educação?". Depois, Sérgio, se quiser responder...

Liliane dos Reis, do Espírito Santo: "Leis para defender os autistas já existem, mas parecem falhas. [...] [Há] possibilidade de melhorar em algum aspecto? Ser autista não é fácil". Acredito que fiscalizar seja um bom caminho.

Jaqueline Assis, do Rio de Janeiro: "Falar de acessibilidade sem dar atenção à educação inclusiva é o mesmo que não agir. Como melhorar essa realidade com foco no futuro?" – mais perguntas.

Agora eu passo a palavra ao Gustavo Henrique Fideles Taglialegna, representante dos servidores no Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade do Senado Federal.

Gustavo, você está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FIDELES TAGLIALEGNA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Mara Gabrilli. Bom dia, Ilana – na pessoa dela, eu cumprimento todos os integrantes da mesa.

Bom, eu quero fazer uma fala breve, mas, assim, na responsabilidade de estar aqui representando os servidores do Senado, eu quero fazer um agradecimento. Vou fazer, na verdade, dois agradecimentos.

Um, na esfera legislativa, à pessoa da Senadora Mara Gabrilli, pela Lei Brasileira de Inclusão. Eu sou o Gustavo, homem de 47 anos, cabelos curtos, eu estou de terno, gravata e sou pai do Vitório. O Vitório está aqui, autista, ele tem 12 anos e está no 7º ano do fundamental II. E esse agradecimento tem muito a ver com a história do Vitório. Ele foi diagnosticado com autismo aos três anos, e, do ponto de vista do Senado, do SIS, do nosso plano de saúde, a gente recebeu toda a assistência, com terapias desde o início. E também com relação a horários de trabalho, a flexibilidade que se pode ter no Senado.

E aí agradeço também à Ilana, na parte administrativa, e, na área legislativa, pela Lei Brasileira de Inclusão, aos Senadores – na área administrativa, agradeço ao Senado, na pessoa da Ilana, que proporciona que se tenha um olhar para que todos os servidores cheguem juntos, porque somos um grupo. Então, não existe uma competição de... O trabalho é único; então, todos devem participar. Como familiar de pessoa com deficiência, eu tenho este agradecimento a fazer de que o Vitório está assim, está como está hoje, também por contribuição do Senado.

Então, eu gostaria de falar um pouco sobre o Plano de Acessibilidade, e destacar a importância que tem você fazer planejamento, fazer planejamento estratégico e fazê-lo de uma forma distribuída pelos servidores da Casa. Vou citar um exemplo. O Senado tem uma tradição mesmo de acessibilidade e de inclusão – a gente sabe disso. Historicamente, o Senado procura sempre, dentro das limitações que existem, melhorar os espaços, melhorar as condições, ter um bom atendimento ao público que vem ao Senado, mas existe uma questão muito importante, que são coisas que a gente vai percebendo na vida; como familiar de pessoa com deficiência, a gente vai percebendo que elas acontecem e que a gente sempre tem como melhorar. Eu vou citar um exemplo de um evento a que fomos em família, com o Vitório, com a minha esposa e com o outro filho, o Lorenzo. Era um evento acessível, um evento lá no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) para crianças mesmo, bastante cheio, bastante lotado. Era acessível, com recursos mesmo de inclusão, mas a gente começou a olhar e ter um pouquinho de empatia, se colocar no lugar também das outras deficiências.

O lugar lá tinha dois planos: tinha um plano mais alto e uma parte mais baixa. A gente começou a andar e pensar: "Mas uma pessoa cadeirante como que acessaria aquela parte mais baixa?". Pelo menos a proposta era de acessibilidade. E aí chegamos próximo a uma área mais na passagem da parte mais alta para a mais baixa, tinha uma escada, descemos e percebemos. Tinha bastante... Como o evento se colocava como um evento de acessibilidade, realmente tinha muitos cadeirantes na parte de cima; na parte de baixo, não tinha. Ficamos ali uns 20 minutos. Depois de uns 20 minutos andando ali, encontramos a rampa. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfeita a rampa, com declividade, tudo certinho, dentro dos padrões que poderiam ser utilizados pela pessoa com deficiência, mas como a pessoa com deficiência ia encontrar essa rampa? Não existia informação. Quer dizer, você tinha o recurso, mas onde estava era depois da escada. Você tinha a escada ali, o local lotado, você tinha pouca visibilidade do local e, depois da escada – uns 10m, 15m depois –, tinha a rampa. Então, o que faltou ali? Faltou informação, lá no início, na entrada, com um folheto, ou alguém, ou um mapa dizendo que existia essa rampa depois e que a pessoa poderia usar aquilo.

Então, deve-se trazer isso para o Senado, e está contemplada no Plano de Acessibilidade – acho que 2.2, entre as iniciativas – a produção de folhetos informando o que o Senado oferece como recurso de acessibilidade, porque é importante. Você tem, por exemplo, um elevador com os andares ali colocados em braile. Mas onde está esse elevador? Então, essa comunicação... E aí usando todos os recursos possíveis, digitais, por leitura, pela própria recepção ali na entrada do Senado, informando oralmente quais são os recursos disponíveis, onde estão as rampas, onde estão as escadas, onde estão os elevadores, o que você tem disponível aqui dentro do Senado para você conseguir explorar todos os lugares. E às vezes eu falo assim, que não é só para a pessoa com deficiência, não. Eu acho que a gente poderia, por exemplo, ter mapas espalhados aqui, mapas interativos espalhados aqui pelo Salão Verde, pelos corredores daqui do Túnel do Tempo, mostrando, igual você tem em *shopping:* "Você está aqui. Você quer ir aonde?". Eu quero ir para o gabinete do Senador tal. Então indicando o caminho, mostrando, tanto de forma visual como auditiva, como você faz esse caminho.

Então, essa informação, essa comunicação dos recursos de acessibilidade que tem no Senado eu acho que seria – e está contemplado aqui – um grande ganho. E aí, voltando à questão da importância de ter um plano, eu reconheço que é difícil para uma alta administração enxergar uma *nuance*, um ponto tão específico. E aí, quando você coloca isso em discussão, um *brainstorm*, e as pessoas conversando entre elas, você consegue encontrar. E aqui a gente tem vários, eu citei um exemplo.

Então, todas essas iniciativas são coisas que surgiram ali nas discussões, nas conversas, uma apontando uma coisa, a outra apontando outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FIDELES TAGLIALEGNA – ... e com o tempo você consegue construir um plano como esse, que vai avançar em 2024, 2025, e daqui a pouco a gente vai ter o 2026, 2027, e a gente vai subindo essa escadinha e vai avançando cada vez mais.

Então, é isso que eu coloco. Realmente, muito obrigado.

O que a gente quer mesmo agora – falando como pai – é que a gente possa chegar junto, que o nosso familiar possa estar aqui presente, possa estar incluído, possa participar e possa ser feliz. Essa é a conclusão, e esse é o mundo que a gente quer, não só o Senado, mas como o mundo, o Brasil e o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, muito obrigada, Gustavo. Eu queria cumprimentar o Vitório, agradecer sua presença, dizer, nossa, o quanto ter um familiar nos traz empatia. Então, muito obrigada, Gustavo, pela sua empatia, pelo seu trabalho. Agradeço de coração.

Agora eu quero passar a palavra para Simone Pinheiro Machado de Souza, que é Coordenadora-Geral da Rede de Acessibilidade e Coordenadora de Acessibilidade e Inclusão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Bem-vinda, Simone.

A SRA. SIMONE PINHEIRO MACHADO DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Mara.

Eu vou falar um pouco fora aqui do microfone, só para as pessoas com deficiência visual que estão na sala poderem me localizar.

Eu sou uma mulher de meia idade, branca, tenho cabelos encaracolados, escuros, estou usando uma blusa azul, uma corrente dourada com uma pedra azul e é um enorme prazer estar aqui hoje com vocês no lançamento do Plano de Acessibilidade do Senado para o biênio 2024-2025 e também da Cartilha de Atendimento às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e o calendário em braile 2024.

É uma felicidade poder acompanhar o trabalho que o Senado vem fazendo porque nós na Rede de Acessibilidade, que é esse acordo de cooperação técnica que conta hoje, Dr. Sérgio Caribé, até para o senhor saber... Nós temos outras instituições agora que fazem parte também da nossa Rede de Acessibilidade.

Além dos órgãos já citados pelo senhor, hoje nós temos o Tribunal de Justiça de Tocantins, nós temos a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, nós temos o Conselho da Justiça Federal e temos aí essa conversa amigável com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência também para fazer parte desse grupo.

E esse grupo é um grupo muito dedicado e muito comprometido à causa da pessoa com deficiência. Então, quando a gente vê o Plano de Acessibilidade sendo lançado aqui no Senado mais uma vez, porque é um trabalho que já acontece há algum tempo, é uma felicidade para nós.

E eu fico muito feliz porque a gente começa a ver que a linguagem que foi implementada na cartilha sobre como construir um ambiente acessível nas organizações públicas também permeia o Plano de Acessibilidade. Esse trabalho tem gerado inúmeros frutos. Recentemente, a gente recebeu no STJ, agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda-feira, nós recebemos no STJ a Defensoria Pública, que também instituiu agora uma comissão permanente de acessibilidade e inclusão para a pessoa com deficiência.

Então, nós vemos que desde a vinda da convenção, Decreto 6.949, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as resoluções que foram já implementadas no CNJ. A gente vê que cada vez mais as pessoas estão se dedicando realmente a criar um mundo mais acessível e mais inclusivo.

Eu acho que a acessibilidade realmente é uma necessidade para todos nós. Nós temos aí os dados do IBGE que mostram que a nossa pirâmide etária está mudando. Então, quando a gente tem pessoas que já têm uma idade maior, a gente vai precisando de mais recursos de acessibilidade. Mas também precisamos para as mães com seus carrinhos de bebê, para as mulheres de salto alto, como diz a Senadora Mara Gabrilli.

Então, a gente vê que isso tudo que vem sendo feito está criando ondas na nossa sociedade e é uma felicidade poder ver isso. Nós na Rede temos também uma grande preocupação com a formação dos gestores de acessibilidade. Por quê? Porque a acessibilidade e inclusão para a pessoa com deficiência não é um tema visto nas escolas. Hoje já é mais visto do que era antigamente, mas não é visto nas faculdades.

O direito das pessoas com deficiência, as necessidades específicas delas não são vistos nas faculdades. Então, a gente sai formado, por exemplo, em TI, mas sem nunca ter ouvido falar sobre acessibilidade digital. E o mundo está cada vez mais digital. Como estamos preparando os recursos tecnológicos, os *sites*, os portais para que as pessoas com deficiência possam usá-los de forma adequada e em igualdade de oportunidade e participação? Então, por isso, um segundo produto da rede de acessibilidade está sendo essa construção de uma especialização específica no assunto para formação de gestores na área, porque o nosso assunto é muito transversal, conversa com todas as unidades, desde a área de TI até gestão de pessoas, saúde, documentação, área jurídica, enfim, todas elas. Então, nós precisamos estar formados para que a gente possa fazer bem o trabalho.

Eu costumo dizer que acessibilidade é quando a gente convida as pessoas para fazerem parte de uma festa e a gente torna esse local acessível – é nossa obrigação fazer isso. Mas incluir é chamar as pessoas da festa para dançar, isso é incluir. Então, ainda percebemos que existem movimentos e ações que são integrativas, mas não são inclusivas. Precisamos sair desse movimento da integração para a inclusão de verdade, respeitando as características das pessoas com deficiência, gerando oportunidades de trabalho para as pessoas com deficiência, gerando oportunidade de aprendizado para elas, porque todos nós temos o nosso talento para entregar. Não importa a forma que temos, nós temos um talento para entregar. Então, a gente precisa trazer isso à tona.

Acredito, sim, que o Senado tem uma equipe que está envolvida com esse plano, que quer fazer diferença nesse plano. Contem sempre com a gente na Rede de Acessibilidade, mas também no STJ.

Nós tivemos uma surpresa muito gratificante este ano, porque nós fizemos uma consulta pública para a nossa política de acessibilidade, que precisava de uma revisão no STJ, e nós tivemos mais de 1.690

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participantes ao redor do país. Então, assim, superou até a participação das metas nacionais do CNJ. Então, nós ficamos muito felizes com isso e estamos sempre à disposição para apoiar e para implementar essas parcerias, o intercâmbio de experiências que nós vivemos. E é com isso... Tudo começou lá no gabinete do Dr. Sérgio Caribé, como ele bem falou, e foi essa união que fez a diferença, sabe?

Então, nós estamos juntos e estamos firmes e seguiremos sempre, Senadora. A senhora sabe disso, porque a senhora também é nossa parceira, o Senador Romário, o Senador Flávio Arns.

Nosso agradecimento, Dra. Ilana, por essa oportunidade de estar vivendo este momento aqui no Senado.

Muito obrigada a todos e a todas!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Simone, muito obrigada por suas lindas palavras.

Eu quero até cumprimentar todos os Ministros do STJ, na pessoa da Ministra Nancy, e parabenizar vocês. Muito obrigada!

Agora eu passo a palavra para a Larissa Purvinni, que é Conselheira do Instituto Mauricio de Sousa.

Larissa, seja muito bem-vinda! Você e os personagens, muito obrigada por estarem aqui.

A SRA. LARISSA PURVINNI (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Mara.

Agradeço imensamente o convite para estar aqui compondo esta mesa, com todos os nobres colegas aqui. Agradeço a todos os Senadores que estão *online* ou presencialmente aqui acompanhando a sessão. Parabenizo o Senado pela atualização do Plano de Acessibilidade, pelo lançamento do calendário em braile e pela Cartilha sobre atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.

Eu vou tentar dar uma reduzida aqui na minha apresentação, que a gente sempre se empolga quando fala de Turma da Mônica e da acessibilidade, que é para nós algo inegociável, a questão da diversidade, da inclusão, está no código de ética da empresa e na sua missão, visão e valores.

E a turma do Mauricio de Sousa, que surgiu aí há 60 anos, é uma turma em que cabe todo mundo. Estamos aí, a Mônica contribuindo para trazer essa visibilidade para a questão das deficiências e, sobretudo, as deficiências ocultas, como já foram citadas. Usou toda a sua força para tirar o Sansão aqui na cúpula do Senado. E o Sansão está com um cordão de girassol, segurando um girassol, o cordão que foi instituído por esta Casa, pela lei, como o símbolo de identificação das pessoas com deficiência oculta.

Eu sou uma mulher de 50 anos, sou branca, tenho os cabelos avermelhados, um pouco ondulados. Estou usando uma armação de óculos roxa, tenho olhos claros. Estou com uma camisa azul listada. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho um sinal que me foi dado por um professor surdo, estou começando a aprender libras. Esse é o meu sinal. E vou falar um pouquinho aqui da Turma da Mônica.

Estivemos aqui com o Luca e a Dorinha. São dois personagens que, como a turma, têm sete anos. A Dorinha é uma menina cega, inspirada na Dorina Nowill. E o Luca, bastante inspirado também nos atletas paralímpicos. Estiveram aqui, deram um oi para todo mundo, estiveram com crianças – crianças com e sem deficiência – aqui das escolas do Distrito Federal.

Então, passando aqui, o Mauricio se inspirou muito na sua própria infância. Criou primeiro personagens meninos, que era com quem ele convivia mais. E a Mônica, nossa querida personagem, que está completando 60 anos, surge depois desses primeiros personagens meninos, numa tirinha em 1963, e ali já mostrando a que veio, como uma menina bem forte e decidida. Por isso, o Cebolinha até hoje reivindica o posto de dono da rua – a Mônica se tornou dona da rua.

Então, desde o começo das suas histórias, o Mauricio sempre se preocupou em retratar a sociedade brasileira, que é naturalmente diversa, trazendo aspectos de diversidade étnico-racial. E, com o tempo também, Mauricio, ali no início dos anos 2000... Coincidentemente, no final dos anos 90, a gente tem a Lei de Cotas, a gente tem toda a adesão à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, e finalmente, a Lei Brasileira de Inclusão, promulgada, que passa a valer em 2016. O Maurício, no início dos anos 2000, passa a incorporar personagens que fizeram parte da infância dele também, personagens que usavam cadeiras de rodas, crianças com síndrome de Down, crianças com algum tipo de deficiência visual, autismo.

E aí uma frase do Mauricio:

> A Turma da Mônica é um grupo de personagens que vive e age como crianças normais [porque normais são todas as crianças, não é?]. Como nossos filhos ou conhecidos. E todos nós temos amigos, por exemplo, com algum tipo de deficiência, num convívio harmônico e dinâmico. Aprendemos as regras da inclusão aí. É importante estarmos sempre atualizados.

Isso vai sempre mudando, e nós cada vez mais vamos também nos atualizando.

Vou passar mais rapidamente aqui.

Temos o Jeremias, que foi um dos primeiros personagens do Mauricio, antes mesmo da Mônica, não é? Ganhamos aí o Prêmio Jabuti com essa série de *graphic novels* escrita e desenhada por artistas negros, Rafael Calça e Jefferson Costa.

Mais recentemente, tivemos a criação da personagem Milena e toda a sua família, a partir de uma reivindicação das mulheres negras, que queriam se ver mais representadas nas nossas histórias.

O Papa-Capim já é um personagem também criado há mais tempo. O Papa-Capim, Jurema, crianças indígenas têm passado um processo de atualização, já que uma boa parte dos indígenas hoje estão em áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urbanas, não necessariamente vão estar sempre com roupas como cocar, que são adequadas para alguns momentos, alguns rituais, e, enfim, estão sendo representadas de maneira mais contemporânea.

E uma das nossas personagens mais recentes é a Sueli, uma menina surda que se comunica em língua brasileira de sinais. A ideia é incorporarmos as libras nas histórias da Sueli e trazermos esse conhecimento tanto para as crianças ouvintes como para as crianças surdas, para que as crianças surdas possam se reconhecer nas nossas histórias, e para que as crianças ouvintes também possam aprender um pouco de... tenham o interesse despertado para aprender libras, porque se a gente quer incluir, se a gente quer chamar para dançar, como estava falando a Simone, todos nós temos que também aprender a nos comunicar na língua brasileira de sinais. Isso seria o ideal, e o Mauricio sempre pensa aí no mundo ideal, que é o nosso Bairro do Limoeiro.

Já temos livros bilíngues com a Sueli, em libras língua portuguesa, e aí a capa da primeira revistinha em que a Sueli apareceu, esse ano.

A Dorinha, que esteve aqui conosco, é uma personagem que surge em 2004, inspirada na Dorina Nowill, que foi muito amiga do Mauricio, uma pessoa que o Mauricio sempre admirou muito, uma pessoa que ele definia como sempre muito elegante, e a Dorinha é muito ligada na moda, no jeito de vestir. Temos materiais em braile, pelo Instituto Mauricio de Sousa, como essa coleção, a Dorinha brincando pelo Brasil, que apresenta as regiões do Brasil e é um material que pode ser aproveitado tanto por crianças cegas como por crianças videntes, crianças com baixa visão, com vários recursos de acessibilidade para... Enfim, um *design* universal que seria o ideal na nossa sociedade.

A Tati é uma menina com trissomia do cromossomo 21, também conhecida como síndrome de Down, inspirada na Tathi Piancastelli, que hoje é uma grande autora teatral, *influencer* nas redes sociais; ela é casada, o marido dela também tem síndrome de Down, é uma grande inspiração para nós, e a Tati faz parte também das histórias da Turma da Mônica.

Humberto foi um dos nossos primeiros personagens. Ele não é surdo, ao contrário do que algumas pessoas podem pensar; ele tem uma característica de ser não oralizado, ele se comunica com o famoso hum, hum, não é? E também aprendeu libras, a língua brasileira de sinais. Ele tem aparecido nas histórias também trazendo essa visibilidade para a libras.

Luca, que esteve aqui com a gente, um garoto que se locomove em cadeira de rodas. Muitas das suas histórias têm sido também escritas com colaboração do Jairo Marques, que é colunista da *Folha,* também usa cadeira de rodas e que tem nos ajudado aí a... Cada vez mais, qual é a intenção? Que o Luca brinque com as crianças, porque ele é uma criança como todas as outras. E às vezes a gente tinha um pouquinho de medo... Podemos tirar o Luca da cadeira? Pode subir na cadeira? Pode brincar com a cadeira? E o Jairo falou: "Isso é normal, as crianças brincam.". O Luca também tem que levar uma coelhada de vez em quando, ele não pode ser protegido, ele não pode ser diferente por ter a deficiência, ele tem que ter acessibilidade, ter a inclusão, mas estar junto com a turminha, como qualquer um dos outros personagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edu é um personagem que surgiu num projeto para falar um pouco sobre as doenças raras, sobretudo a distrofia muscular de Duchenne, que é uma doença que atinge quase que exclusivamente meninos, e, enfim, as doenças raras em conjunto atingem um número muito grande de pessoas. A gente trabalha em conjunto com instituições que estão trabalhando por uma maior conscientização e pelos direitos das pessoas com doenças raras, que sei que também é um tema caro aqui para a Casa.

André é um personagem muito querido da comunidade autista, ele é um pouquinho mais novo que o restante da Turma da Mônica, tem quatro anos. Ele surgiu num projeto com a Universidade de Harvard e completou 20 anos agora. A ideia era trazer os sinais do autismo para que os pais pudessem conversar com os pediatras e, enfim, iniciar as terapias o mais rapidamente possível, para que os seus filhos pudessem atingir o seu pleno potencial. Temos um sem-número de fãs autistas. Vamos receber até um grupo, nos estúdios, na segunda-feira, porque muitas pessoas entram em contato se reconhecendo nos personagens. Temos um fã que era um autista não oralizado e que se reconheceu no Chico Bento, passou a se vestir como Chico Bento e passou a se comunicar verbalmente. Hoje ele já é um adolescente, não precisa mais estar vestido de Chico Bento para se comunicar, mas muitos autistas têm nos personagens da Turma da Mônica, não necessariamente só no André, o seu hiperfoco. E a linguagem dos quadrinhos tem sido algo que tem auxiliado muito no desenvolvimento dessas crianças, é utilizada nas escolas, é utilizada por terapeutas.

Durante a pandemia, o Mauricio, inclusive, entrou virtualmente numa aula de uma escola aqui de Ceilândia. Foi surpresa para as crianças...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LARISSA PURVINNI – ... para não gerar uma ansiedade e, de repente, poder haver algum tipo de imprevisto. E foi muito emocionante ver a reação das crianças que estão no espectro do autismo de conhecer o Mauricio, ainda que virtualmente, naquela ocasião.

Vou procurar não me estender aqui, porque já passou o meu tempo.

O André está nas revistas de linha, cujo objetivo é lúdico, de diversão, não necessariamente de falar das características da deficiência. Elas aparecem de maneira natural. E temos também – isso foi distribuído hoje para as crianças aqui no Senado – a revista *Um Amiguinho Diferente*, que é um pouco mais didática mesmo, apresentando sinais do autismo. Temos uma parceria com a *Revista Autismo*. Através das histórias do André também temos tido relatos muito emocionantes de pais e mães – e, às vezes, de crianças muito pequenas – que ficam na dúvida se falam sobre o diagnóstico com a criança; e a criança se reconhece no personagem e vai perguntar para os pais se ela é autista. Isso acaba gerando uma conversa muito positiva entre os familiares.

Há alguns materiais que a gente desenvolveu com o André. O André está presente em aplicativos gratuitos também dedicados à comunidade autista, como o Matraquinha. Mapa de acessibilidade que fazemos nos nossos espetáculos para que as crianças possam estar preparadas para eventual aparição de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palhaço, um balão, coisas que podem assustar e causar alguma desregulação. No Parque da Mônica, temos a Hora do Silêncio, que é um horário com menos estímulos para as crianças autistas.

Enfim, procurei correr aqui, acho que falei um pouquinho rápido demais. Espero ter sido acessível, porque a gente julga que os quadrinhos e as animações também são uma espécie de acessibilidade comunicacional do ponto de vista que podem traduzir conteúdos muito complexos para uma linguagem que todos os brasileiros entendem. Idealmente, é isto que a gente quer, a Casa e nós com o nosso trabalho na Mauricio de Sousa e no Instituto Mauricio de Sousa: que todos participem da sociedade com igualdade de condições.

Então, parabéns pelo trabalho!

Agradeço muito pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Larissa, que *show*! Uma delícia ver toda a inspiração do Mauricio de Sousa e do grupo.

Muito obrigada.

Quando o Edu foi lançado, eu fui chamada para ser madrinha dele. Então, o Edu é meu afilhado e eu tenho muita honra disso.

A SRA. LARISSA PURVINNI – É verdade.

Obrigada por essa honra também, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu queria fazer mais duas perguntinhas aqui e comentários do e-Cidadania:

O Lucas Eduardo, do Amapá, diz que seria boa a implementação de mais estacionamentos reservados às pessoas com transtorno do espectro autista não só nos serviços essenciais, mas em lugares de lazer. Bem lembrado.

A Cláudia Camargo Takahashi, de São Paulo, fala assim: "Sinto na pele o que é ser mãe de autista, dele recebo só amor, e das pessoas que não entendem só recebemos preconceitos". E é para isto que a gente está aqui, Cláudia: é para mudar esse preconceito, para sempre trazer à tona esse tema, que vai ficando cada vez mais familiar para as pessoas. Isso faz o preconceito derreter.

Agora quero passar a palavra para outro parceirão de trabalho, que é o Antonio José Ferreira, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), representando a Adriana Padula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jannuzzi, que foi Coordenadora-Geral de Acessibilidade da Câmara dos Deputados e hoje é Coordenadora-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva do MDHC.

Com a palavra, Antonio José.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Bom, eu sou... Vou fazer já aqui minha autodescrição, minha autoaudiodescrição. Eu sou um homem branco, tenho cabelos grisalhos, uso óculos escuros, não uso barba nem bigode, estou trajando uma camisa rosa com a gravata vinho e um terno preto.

Quero aqui, em nome da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, e do nosso Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, estender os cordiais cumprimentos a todos da mesa e, em especial, à nossa Senadora Mara Gabrilli, nossa colega de trabalho, nossa parceira, e cumprimentar aqui todos da mesa na pessoa de V. Exa., Senadora.

Eu quero dizer da alegria de estar aqui hoje celebrando o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Dia Internacional de Conscientização da Acessibilidade e celebrando o lançamento dessas publicações aqui do Senado, inclusive do Plano de Acessibilidade do Senado Federal para o biênio 2024-2025.

Também com muita honra represento aqui a nossa Coordenadora-Geral de Acessibilidade Adriana Jannuzzi, que é a pioneira, fundadora da Coordenação de Acessibilidade da Câmara, que certamente inspirou o Núcleo de Acessibilidade aqui do Senado e tem sido inspiração para que outros espaços do Poder Executivo, do Poder Judiciário e sobretudo do Poder Legislativo tenham também espaços de acessibilidade.

Eu quero dizer, Senadora e demais, que acessibilidade é algo fundamental em nossas vidas para as pessoas com deficiência e para as demais pessoas.

Fazia anos que eu não recebia um calendário em braile. Eu sou brailista, leio braile desde os 12 anos de idade, que foi quando eu entrei para a escola pela primeira vez, porque na minha cidade não tinha escola para cegos, isso lá nos anos 80. E eu já descobri aqui, Senadora, que o meu aniversário, 14 de março, será numa quinta-feira; que 21 de setembro, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, ano que vem, ocorrerá em um sábado; que a primavera começa no dia 22 de setembro, um domingo; e que o Natal nós celebraremos numa quarta-feira no próximo ano, está certo? Então, veja que coisa boa! Quanto aos demais materiais, eu não posso falar sobre eles porque eu não os recebi em braile, depois eu vou receber, certamente a pessoa do núcleo vai providenciar – eu creio. (*Risos.*)

Então, você veja que o braile é importante.

Bom, eu queria rapidamente e acho que é bom a gente contar essas histórias. A gente que também, trabalhando o "nada sobre nós sem nós", temos feito alguma coisa, temos trabalhado. E eu destaco aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho importante, esse trabalho em rede, esse trabalho que não é só um trabalho de um governo, mas é o trabalho de um Estado, do Estado brasileiro.

O Brasil avança desde 2000. Eu faço um marco. O Brasil avançou muito com a Constituição, avançou depois com as leis que foram regulamentadas ou os decretos que trouxeram regulamentações para legislações, mas eu acho que o marco, a caminhada das conquistas para as pessoas com deficiência em nosso país começam a ganhar força a partir de 2000, com as Leis 10.048 e 10.098, que foram reguladas pelo Decreto 5.296, de 2004.

Acho que, a partir daí, a gente começa a avançar. A gente avança quando o Governo Federal pactua a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência sob a batuta da nossa Secretária à época, Dra. Izabel Maior, e do Ministro Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos.

E aí, com a participação fundamental desta Casa, o Brasil tem condições de ratificar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. E não somente isso, mas garantir que faça parte da nossa Constituição porque é o primeiro tratado internacional que o Brasil reconhece como parte da sua Constituição, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Em 2011, a gente tem o Plano Viver sem Limite. É a primeira tentativa, é o primeiro gesto, é a primeira agenda de políticas públicas organizadas para as pessoas com deficiência em nosso país, para que também o país possa começar a responder aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, convenção essa que tem por seu princípio a equiparação de oportunidade das pessoas com deficiência com as demais pessoas. E isso sim é garantia de direito.

Aí, nós temos a Lei Brasileira de Inclusão e ela merece um destaque especial. Veja quantas contribuições para que nós tivéssemos hoje essa lei tão fantástica, a Lei Brasileira de Inclusão, tão importante, tão fundamental.

Começa com o Deputado Federal Paulo Paim, à época Deputado Federal em 2000, quando apresenta nesta Casa, aliás, na Câmara, o projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E esse documento fica até 2011, ou seja, por mais de dez anos, tramitando aqui no Parlamento.

Quando, na oportunidade, fui convidado pela Ministra Maria do Rosário para assumir a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nós resolvemos enfrentar aquele desafio porque já era um projeto de lei aqui na Casa, aqui no Parlamento, que já tinha 276 apensos. Era um projeto que tinha muita polêmica entre as pessoas com deficiência, porque muitas pessoas, vejam só, eram contra porque diziam que as pessoas com deficiência não precisavam de estatuto, que estatuto era para idoso e para criança, que para pessoa com deficiência não era assim. E nós conseguimos, naquele momento, com o apoio da hoje Deputada, à época Ministra, Maria do Rosário, constituir um grupo de trabalho que teve três Deputados aqui da Casa como membros – a senhora, hoje Senadora Mara Gabrilli, a então Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rosinha da Adefal e o Deputado Walter Tosta. Pelo Senado, o então Senador Lindbergh Farias e dos hoje Senadores, e na época também já eram, o Senador Romário e o Senador Paulo Paim.

Então, com mais a participação do Governo Federal e de sete especialistas sobre o direito das pessoas com deficiência, o desafio era pegar todo aquele acúmulo legislativo com as cinco audiências públicas que o Conade tinha feito até 2010 nas cinco regiões do Brasil, pegar todas essas contribuições e construir um documento que pudesse estar à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse documento foi entregue aqui ao então Presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves, e aí ele teve a brilhante ideia, justa e correta, de escalar, estabelecer como Relatora desse projeto a Deputada Mara Gabrilli, à época, que, aí sim, com esse documento em mãos, fez diversas audiências públicas e hoje nós temos esse grande legado que é a Lei Brasileira de Inclusão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – ... lei essa que tem, em muito, melhorado a vida das pessoas. É pena que sempre tem um projeto de lei aqui no Parlamento querendo mudar alguma coisa da Lei Brasileira de Inclusão, e algumas mudanças dessas são para retroceder direitos. Mas nós temos estado atentos, a senhora também, para que isso não aconteça.

Por fim, eu quero dizer que as ações que melhoram a vida das pessoas são assim, construídas com a contribuição de todos, com a contribuição do Judiciário. O nosso amigo aqui à mesa, o Caribé, com suas contribuições para a melhoria da governança do Viver sem Limite I, do Viver sem Limite II, a participação que teve com a Caixa Econômica para que possa cumprir a lei e tantas outras iniciativas.

A constituição da rede de acessibilidade brasileira, de que o Governo brasileiro vai fazer parte também através da Secretaria Nacional, é também uma iniciativa muito importante para que as Casas, sejam elas do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, possam continuar pensando a acessibilidade como garantia de direito para melhorar a vida das pessoas com deficiência e das demais pessoas.

No mais, agradeço a oportunidade e quero deixar a todos vocês um fraterno abraço e um Feliz Natal e já um Feliz Ano Novo.

Que o próximo ano seja um ano de desafios, de lutas, mas também de grandes vitórias que certamente lograremos construindo juntos caminhos acessíveis que melhoram a vida de todos!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa! Muito obrigada, Antonio José.

Obrigada por ter feito essa retrospectiva que é tão importante para a gente. E obrigada por lembrar isso, porque tem semanas em que a gente passa a semana inteira só tentando impedir que haja retrocesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Lei Brasileira de Inclusão. Foi bom você ter lembrado disto: a gente precisaria não trabalhar para não retroceder, mas só trabalhar para avançar.

Obrigada pela sua fala.

E agora eu queria passar a palavra para o Humberto Formiga, que é Gestor de Responsabilidade Social do Senado Federal.

Com a palavra, Sr. Humberto.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Mara.

Cumprimento a todas e todos da mesa, Ilana, Eliana, Simone, Larissa, Antonio José, Gustavo e Sérgio Caribé, os demais Senadores que participaram também desta sessão, que, para nós da responsabilidade social, é uma sessão histórica, é um marco. Se nós imaginarmos que aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, neste palco foram discutidas e foram feitas deliberações que levaram à Lei Brasileira de Inclusão e, posteriormente, uma alteração dessa lei, com vistas a incluir o cordão de girassol como símbolo para deficiências ocultas, tudo isso foi apreciado nesse palco em que eu tenho a honra de estar presente, e fazer parte.

O Plano de Acessibilidade do Senado tem um aspecto que merece uma relevância, um destaque, que é o fato de ele ser elaborado de forma democrática e participativa. E aí, Simone, você falava da participação da sociedade com mais de 1,6 mil contribuições. Nós fizemos uma experiência semelhante para a elaboração desse plano e nós tivemos mais de 600 participações através do e-Cidadania, da sociedade civil, das pessoas que estão fora.

Então, esse marco se constitui também por esse aspecto. É uma abertura de diálogo com toda a comunidade, com toda a sociedade brasileira. E a acessibilidade, na forma que está sendo implementada no Senado, tem uma linha de atuação que segue muito o princípio do "nada por nós sem nós", que é praticamente um mantra da acessibilidade. "Nada por nós sem nós".

Então, eu queria falar só de uma experiência muito rapidamente, porque nós temos a Marleide aqui presente. A Marleide é uma colaboradora que usa cadeira de rodas e ela todos os dias usa transporte público, desce aqui próximo na Presidência da República, na parada de ônibus, e se encaminha por um trajeto de cerca de 600m, aproximadamente. Imagine o que é isso sem você ter a estrutura física, a infraestrutura física adequada.

Nós abraçamos essa causa. A Marleide está sendo nossa conselheira, ela é quem valida cada uma das ações. E as rampas já estão sendo construídas através do nosso contato com as áreas internas de infraestrutura do Senado. E nós estamos chamando esse projeto de Caminho Feliz. Nós vamos implantar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2024 essa rota que, pelos estudos que fizemos junto da área de infraestrutura, é o principal canal de acesso para toda a área administrativa do Senado, vindo da parte de vias públicas.

Com o êxito desse projeto – e nós temos certeza dele –, nós estenderemos para a melhoria desse entorno do Senado e do Congresso a que o Senador Arns fez referência. Então, nós temos uma comunidade vibrante, nós temos 17 setores do Senado que participam. O Gustavo faz parte do comitê, juntamente com um grupo muito maior de pessoas qualificadas, de pessoas que têm o que se chama de lugar de fala, porque experimenta todos os dias as dificuldades que se apresentam em relação às barreiras que têm de ser vencidas para uma acessibilidade plena.

E eu chamo a atenção para mais um aspecto, que é o fato de nós termos a Fundação Mauricio de Sousa presente aqui, porque a sua apresentação, Larissa, foi brilhante. Eu acho que tem um apelo para um público que é fundamental nesse processo e chamo a atenção para um aspecto: a necessidade da educação contínua, educação continuada.

Então, como o público é jovem – eu li muito *Turma da Mônica* –, então, várias gerações, com certeza, continuarão se instruindo a partir desses ensinamentos, dessa diversão, dessa coisa lúdica, mas trazendo os valores adequados para a boa formação do cidadão. Eu acho que vocês engrandecem este momento, que é, como eu falei no início, histórico para nós da responsabilidade social do Senado. Nós queremos agradecer muito a presença de todos vocês.

E, para não nos alongarmos muito, eu gostaria só de, no final da apresentação desses dois outros produtos que nós temos, fazer um agradecimento já de antemão à TV Senado, que possibilitou a gravação de um vídeo institucional, especificamente, especialmente para esta solenidade, para este momento, para coroar este momento, na figura de Glauciene e da Erica Ceolin, nossa diretora e coordenadora, agradecer muito à Biblioteca do Senado, porque a Biblioteca é um elo fundamental nessa comunicação com a sociedade. Todo esse material que nós temos aqui teria uma dificuldade grande de chegar a todos os rincões do país, mas nós temos todo esse material em meio virtual, publicado na Biblioteca do Senado e agora também na Livraria do Senado, gratuitamente para todo cidadão brasileiro. Então, tem esse aspecto muito forte da inclusão também.

Os planos de acessibilidade...

E aí a gente poderia já passar para o próximo.

O Plano de Acessibilidade está trazendo como grande novidade um desafio que a administração do Senado abraçou, que é o lançamento de uma plataforma para que pessoas com deficiência possam estudar para concurso público, por exemplo, ou apenas melhor se instruir ou se formar como cidadão, mas numa ótica muito próxima da necessidade de dar visibilidade e divulgação para a legislação, que é o nosso principal conteúdo. Nós estamos no Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só de fazer uma rápida demonstração.

Clicar no botão "iniciar", por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – Se puder passar para o art. 17 também, que só tem o *caput*.. Eu estou sendo breve aqui para não passar por...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – A ordem que nós recebemos da administração do Senado foi exatamente esta: nós temos que multiplicar esse conteúdo. Nós estamos com a meta de chegar, até o mês de março ou abril, quando o Senado estará comemorando os 200 anos de existência, de lançarmos 12 livros nesse formato.

Nós temos todos os recursos que a tecnologia assistiva nos permite hoje. Nós temos as legendas, representadas pelo próprio texto original da lei, nós temos libras e temos o áudio, com a possibilidade de navegação simplificada, e uma alternativa, que é o texto para leitores de tela.

Então, por exemplo, a pessoa com baixa visão, que queira utilizar o seu leitor de tela, a que está mais habituado, ou mesmo queira usar uma extensão de um *browser,* ou uma tecnologia que já domina mais, pode simplesmente clicar no texto para leitores de tela e o texto puro vai aparecer para que o leitor não tenha dificuldades em transmitir o áudio para a pessoa.

Então, é um ferramental para mais inclusão dessas pessoas, e o melhor, não está restrito aos muros do Senado, fisicamente, mas está disponível para toda a sociedade brasileira. É um serviço que o Senado está prestando. E, por falar em serviço, eu gostaria de lembrar, Ilana, dar uma ênfase aqui, e agradecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – ... também, por a Administração ter criado o serviço de acessibilidade agora, há cerca de 15 dias, para dar mais independência para as ações do setor e uma importância maior, porque vai ter um quadro de servidores especializado e voltado para essas questões, e nós queremos também agradecer a confiança que nos foi depositada, a partir desse trabalho da elaboração do plano, e lembrar uma coisa também, Ilana, que às vezes nos escapa. Ontem eu estava pesquisando, à noite, sobre o que eu deveria falar aqui, ressaltar, e o seu nome, Ilana, está em primeiro plano. O primeiro plano de acessibilidade do Senado tem sua assinatura, e você está assinando o quinto plano. Então, um trabalho continuado que eu acho que consagra este momento de consolidação do plano, do planejamento, esse ciclo de planejar, monitorar, controlar e reavaliar o que está sendo produzido, com metas, com responsáveis identificados e tudo o mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senado, através desse processo, que vem amadurecendo, que vem se consolidando internamente na administração da Casa, se abre neste momento histórico para fazer essa ponte com a área legislativa num palco como este da Comissão de Assuntos Sociais, tão relevante e tão importante para todas essas causas.

E eu quero, finalmente, dizer que esse calendário em braille, para mostrar mais uma vez como essa coisa é feita de forma participativa, todo ele é revisado por quatro pessoas cegas que trabalham, colaboram, na gráfica do Senado. Todos os trabalhos, todos os livros em braille que são produzidos no Parque Gráfico do Senado passam pela revisão desses três colaboradores – desses quatro colaboradores, perdão –, que prestam um serviço, como servidores públicos, a toda a sociedade brasileira.

Então, meu muito obrigado. Só gratidão a toda a Mesa, à Senadora Mara e ao Senador Humberto Costa, que nos abriu esse espaço.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Instituto Mauricio de Sousa. Eu acho que há muita conexão a ser construída entre o Senado e essa política de vocês, brilhante, que sinaliza para momentos promissores nessa linha de execução das políticas públicas voltadas à acessibilidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Humberto. Obrigada pela exposição, ficamos muito felizes.

Eu lembro bem quando a TV Senado iniciou com o intérprete de libras na tela; a comemoração dos surdos do Brasil inteiro de poderem participar também das sessões do Senado. Isso foi uma conquista muito grande...

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – Perdão, Senadora, eu cometi um pequeno deslize.

Nós precisamos ouvir, se a senhora permitir, o vídeo – é muito breve, muito curto –, o vídeo institucional que foi feito especialmente para esta solenidade pela TV Senado.

Se a senhora permitir, eu gostaria que fosse exibido.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Quanto tempo tem o vídeo? Só para eu me organizar.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – São três minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está ótimo.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Humberto, muito obrigada! Muito obrigada por tudo. Esse vídeo está lindo, está emocionante. Eu sei que tem uma intérprete de libras aí e parabenizo o Senado por conta disso, mas que a gente nunca se esqueça de colocar intérprete em todos os vídeos – pelo menos a legenda.

Eu só farei mais duas perguntas que comentávamos.

Da Aparecida Cunha, de Goiás, que diz: "[É importante garantir] [...] diagnósticos e atendimentos [...] às pessoas com TEA desde os primeiros meses, [inclusão dos exames do] teste do pezinho." E a gente vem trabalhando arduamente para isso.

A Edni Amai, de São Paulo, que diz: "Seria muito importante que essa cartilha tivesse [...] [uma linguagem] de fácil assimilação, respeitando a diversidade do autismo." E a gente sabe que é chamado de *easy understanding*, *easy reading*, mas é uma forma que a gente vem trabalhando para as pessoas que têm deficiência intelectual ou até o transtorno do espectro autista tenham uma facilidade para o entendimento dos textos, para torná-los também acessíveis no conteúdo.

Eu quero agradecer muito a presença de todos os convidados que trouxeram suas contribuições para nossa audiência. Agradeço muito esse movimento do Senado em prol da acessibilidade, em prol do ser humano com deficiência, que se estende a todos os seres humanos e aqueles que frequentam, aqueles que visitam, aqueles que trabalham. Agradeço aos servidores, agradeço aos coordenadores, agradeço aos Senadores, agradeço à Secretaria da Comissão, agradeço a todos mesmo, à Diretoria de Senado e da Câmara, porque é um avanço muito grande o que a gente está fazendo aqui. E nós somos um exemplo para o Brasil. O que é feito aqui é multiplicado por todo o Brasil. Então, eu fico emocionada porque não tem limite, o que o Senado está fazendo pode chegar a todo o nosso país.

Eu quero agradecer mais uma vez a todos os convidados e agradecer às pessoas que deixaram sua participação aqui pelo e-Cidadania, que foram mais de 150 mensagens. Muito obrigada mesmo. Gratidão.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa, Leila Barros e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1105, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 2-CAS e 3-CAS e rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2861, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 133, de 2023-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3946, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4767, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com Síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4673, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2250, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatórias a assepsia e a descontaminação da areia ou da argila contida em tanques ou quadras utilizados em áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1593, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5543, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Cirurgião Oncológico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos de ressurgimento da poliomielite no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 128, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a saúde mental das mulheres profissionais da segurança pública e o impacto do assédio nos altos índices de suicídio." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a leitura do requerimento, foram adicionadas duas convidadas no rol de participantes. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 129, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para instruir o PL nº 610, de 2021, que "institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 132, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 117/2023 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5173/2023, que "institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele" seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 133, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2861/2023, que "institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Em seguida, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

– Moção nº 2, do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Pinhais, no Paraná, contendo considerações sobre o Projeto de Lei 7.082, de 2017, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre pesquisa clínica.

O expediente se encontra à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais e nas matérias terminativas.

Informo que o item 3 foi retirado de pauta, a pedido da Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3946, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

Eu queria, já que esta é a nossa última reunião do ano, me dirigir aqui rapidamente aos Senadores, às Senadoras, aos telespectadores e aos ouvintes das mídias do Senado Federal.

Este ano de 2023 foi um ano em que nós retomamos todas as atividades deliberativas de forma presencial, o que muitas vezes dificultou a nossa participação nas mais diversas Comissões de que somos membros. Mas, apesar de alguns desafios, esta Comissão funcionou plenamente, e isso só foi possível com o apoio das Senadoras e dos Senadores membros deste Colegiado, das assessorias e, claro, do corpo técnico que auxilia as nossas reuniões, inclusive nas atividades externas, a quem agradeço em nome do nosso querido companheiro Saulo, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais.

Colegas Parlamentares, no ano de 2023, esta Comissão debateu e votou temas importantes para o nosso país. Foram apreciados mais de 60 projetos, alguns inclusive já convertidos em lei, como a regulação da profissão de sanitarista, a concessão de pensão especial aos filhos de pacientes com hanseníase que foram internados de forma compulsória, a criação da Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos, o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, guia, intérprete e intérprete de libras, dentre outros de extrema relevância social.

Nós ainda apreciamos mais de 120 requerimentos e realizamos quase 40 audiências públicas e diligências, entre as quais destaco a diligência externa para acompanhar as obras de expansão da Hemobrás, diligência externa para verificar a situação dos moradores em situação de vulnerabilidade absoluta, discussão das políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência nas escolas, lançamento da décima edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, realizada com o apoio do Observatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Mulher Contra a Violência, do Senado Federal, e discussão das perspectivas e dos desafios das pessoas com transtorno do espectro autista, dentre outras.

Nossa Comissão se dedicou ainda a discutir importantes políticas públicas, como a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, o Programa Nacional de Triagem Neonatal, o Plano de Acessibilidade do Senado Federal e o plano de trabalho da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas.

Compareceram ainda em nossa Comissão, para prestar esclarecimentos sobre suas pastas, a Ministra Nísia Trindade, da Saúde; o Ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Previdência Social, Carlos Lupi; e do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O ano de 2023 foi de atividades intensas, que só foram possíveis graças à colaboração incondicional da nossa Vice-Presidente, a Senadora Mara Gabrilli, sobretudo na condução da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras e na relatoria da política pública de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais no âmbito do Sistema Único de Saúde, que está sendo avaliada por este Colegiado.

Por fim, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero reafirmar o compromisso que fizemos logo que assumimos a Presidência desta Comissão: ser democrático na condução dos trabalhos, para que todas e todos possam ter sempre consideradas as suas visões e as suas proposições. Tenho certeza de que essa postura permitirá que a nossa Comissão continue funcionando plenamente no ano de 2024.

Quero agradecer a todos, a todas. Quero agradecer a presença permanente de Senadores aqui nesta Comissão. Nós, em todas as reuniões que realizamos, tivemos o quorum necessário não somente para abrir os trabalhos, mas também para votar projetos relevantes, e eu fico muito satisfeito por ver que a CAS, assim como já aconteceu em outros momentos... Eu me lembro da Presidência do ilustre Senador Jayme Campos e de outros que aqui presidiram. Sempre foi uma Comissão muito atuante, muito importante e muito decisiva nos temas que dizem respeito à população brasileira. Então, muito obrigado.

O item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1105, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1- Em 22/11/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 29/11/2023, foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

3- Em 08/12/2023, o Senador Paulo Paim apresentou Relatório reformulado.

4- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto ao tema.

As mudanças seriam em relação às emendas apresentadas.

A emenda do nobre Senador Laércio Oliveira eu não tive como aproveitar, a não ser parcialmente, um pedaço, mas, na verdade, o que eu altero no projeto, em relação ao que eu já li, foi uma sugestão do Senador Izalci, em que ele pede o seguinte: "Paim, pelo menos, se a empresa estiver com dificuldade, com acordo ou convenção coletiva, que possa haver redução de jornada e redução de salário".

Eu fui consultar a própria Constituição e aproveitei essa sugestão.

Esse é o relatório, Presidente, pela aprovação, com essa sugestão acatada por mim, por parte do Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Os que aprovam o relatório do Senador Paulo Paim votarão "sim"; os que discordam do relatório do Senador Paulo Paim votarão "não".

Eu peço que seja aberto o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos passar aqui para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2861, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório, e peço aos Senadores que participaram da construção do quórum que possam votar no PL 1.105, de 2023.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está sem microfone? Peço que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Alô, câmbio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Agora saiu. Valeu.

Eu quero apenas pedir a V. Exa. em relação àquele pleito que eu lhe fiz, o Projeto 2.940. Eu pedi para V. Exa., inclusive disse que o ex-Senador, querido amigo, José Agripino nos tinha telefonado.

Eu imagino, tendo em vista que hoje é a última sessão desta Comissão, que não será possível ser votado, até porque a pauta, a ordem do dia já está aqui estabelecida por esta Comissão. Entretanto, eu queria pedir a V. Exa., na abertura dos trabalhos legislativos para o próximo ano, de 2024, que nós pudéssemos colocar também esse projeto em votação.

Essa é uma solicitação minha, um apelo que eu faço a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador Jayme. Com certeza. Já pedi aqui ao nosso Secretário que coloque como primeiro ponto de pauta da primeira sessão que nós tivermos esse projeto, que é extremamente relevante.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Humberto Costa, se V. Exa. me permitir, eu vou fazer a síntese, indo para a análise.

Vem a esta Comissão projeto da nobre Deputada Laura Carneiro, de que eu já fui Relator na CDH e sou novamente aqui.

O PL 2.861, de 2023, "institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022".

O PL foi protocolado em agosto desse ano, tramitou na CDH sob a minha relatoria e obteve lá a votação por unanimidade.

Posteriormente, o projeto chega a esta Comissão e V. Exa. gentilmente me indica como Relator.

Dia 13/11/2023, protocolei o relatório, favorável à matéria.

O PL estabelece que todos os entes desenvolverão ações de fortalecimento da parentalidade positiva e da promoção do direito ao brincar. Essas ações serão desenvolvidas no âmbito das políticas de assistência social, educação, cultura, saúde e segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto define parentalidade positiva como "o processo desenvolvido pelas famílias na educação das crianças na condição de sujeitos de direitos no desenvolvimento de um relacionamento fundamentado no respeito, no acolhimento e na não violência".

A proposição possibilita que a criança possa conviver em ambientes com relações de respeito mútuo, incentivo à comunicação e limites adequados.

O projeto menciona que é dever do Estado, da família e da sociedade a promoção dos seguintes aspectos de parentalidade positiva: manutenção da vida, apoio emocional, estrutura para práticas culturais de lazer e de esporte, estimulação às campanhas de desenvolvimento neurológico da criança, educação não violenta e lúdica, entre outros.

A aplicação do projeto de lei tem como base os pilares de brincar livre de intimidação ou de discriminação e do estímulo à relação da criança com a natureza.

Por essas razões, o PL 2.861, de 2023, é de grande importância para a efetivação do direito da criança e, por isso, merece aprovação desta Comissão – estou terminando –, nos termos do relatório apresentado.

Esse é o voto, Presidente.

E, pela grandeza do projeto, que combate violência nas escolas, por parte da Deputada Laura Carneiro, eu pediria também que pudéssemos votar a urgência no encerramento, a pedido, inclusive, da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, a Mesa vai encaminhar o pedido de urgência, mas antes vamos fazer a discussão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Nós vamos agora ao Projeto nº 4.767.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4767, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com Síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, quero pedir licença para ir direto à análise.

De acordo com o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, caso da iniciativa sob exame.

O projeto trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 24 da Constituição Federal. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61 da Constituição Federal). Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. Isso também pode ser dito em relação à juridicidade e à regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, reconhecemos a importância de assegurar os direitos das pessoas com síndrome de Tourette. Trata-se, de fato, de uma afecção que impõe várias barreiras aos que sofrem dela.

Classicamente, essas pessoas apresentam tiques, ou seja, movimentos musculares repetitivos ou emissão de sons indesejados, que não podem ser facilmente controlados.

Os tiques ocorrem de forma súbita e geralmente são breves e intermitentes. Pode-se citar, como exemplos, piscar os olhos, sacudir a cabeça, encolher os ombros, estalar os dedos, tocar pessoas ou objetos, deixar escapar sons incomuns ou dizer palavras ofensivas ou obscenas.

Embora pacientes com síndrome de Tourette possam ser saudáveis e ter vidas produtivas, a doença não deixa de impor a eles grandes desafios clínicos, psiquiátricos, comportamentais, sociais e ambientais.

Ademais, pessoas com a doença têm maior incidência e prevalência de transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, obsessivo-compulsivo, e do espectro do autismo; dificuldades de aprendizagem; distúrbios do sono e da fala; depressão; ansiedade; dificuldade de controlar as emoções, como a raiva; dores relacionadas aos tiques, especialmente dores de cabeça; e artrose.

As implicações disso são amplas e interferem em várias circunstâncias da vida dos pacientes. Os movimentos musculares repetidos podem, ao longo dos anos, provocar lesões articulares e musculoesqueléticas, o que pode provocar impactos funcionais significativos, limitando o desempenho no âmbito de atividades corriqueiras e cotidianas.

Juntamente com a emissão de sons e palavras inadequadas, esses movimentos musculares repetidos são responsáveis por prejudicar a capacidade de fazer atividades escolares e profissionais e gerar problemas de relacionamento interpessoal, o que geralmente resulta em isolamento social.

Resta claro, portanto, que essas pessoas têm, de fato, impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Depreende-se que pessoas com síndrome de Tourette enfrentam as situações previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, quais sejam: impedimentos no âmbito da funcionalidade das estruturas do corpo; dos aspectos socioambientais, psicológicos e pessoais; do desempenho de atividades e da participação social.

Por esses motivos, somos plenamente favoráveis à iniciativa.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.767, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto.

Eu queria só explicar, porque a doença de Tourette, muita gente acha que não é, mas eu duvido que alguém não tenha conhecimento dos movimentos involuntários, dos tiques nervosos com que todo mundo convive. Aquilo ali você pode ter em grau menor ou maior, mas o indivíduo pode ter esse distúrbio e ser uma pessoa que, de repente, fica agressiva, solta palavrões, e as pessoas não entendem o porquê.

Normalmente, essas pessoas são retiradas da sociedade por isso, no trabalho e em tudo, mas com o tique nervoso, com aquele movimento assim, quase todo mundo conhece alguém, e aquilo cria uma inibição, porque a gente mesmo, que fica assistindo, fica, assim, como se tivesse querendo aliviar aquilo ali.

Esse é o voto, Sr. Presidente, explicando que existe e é real e que a maioria das pessoas que não têm os tiques demora a ter um diagnóstico. E, nesse período que não tem, vai sendo afastado. O isolamento social é verdadeiro mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

O próximo projeto é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4673, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Será o penúltimo ponto da nossa pauta.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero ir direto à análise.

A matéria – concessão de seguro-desemprego – pertence ao campo da seguridade social, com implicação sobre os direitos trabalhistas e assistenciais, sendo de competência privativa da União, e a iniciativa pode partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, incisos I e XXIII, e 61 da Constituição Federal. Esse benefício é direito de trabalhadores urbanos e rurais, nos termos do art. 7º, inciso II, da Carta Magna.

Não se trata, ainda, de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos tribunais superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela. Além disso, a lei ordinária é a modalidade adequada para a inserção do tema no ordenamento jurídico nacional.

Em termos regimentais, o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf) prevê a competência desta CAS para analisar temas afetos à seguridade e às relações de trabalho. Sendo assim, não vemos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais à regular tramitação da matéria.

Eventuais questões orçamentárias e fiscais relativas aos recursos para pagamento dos benefícios serão analisadas, oportunamente, na CAE.

No mérito, somos plenamente a favor da aprovação da proposta. A exemplo do seguro-defeso, que tanto bem fez em favor da distribuição da renda e combate à fome de pescadores e coletores de frutos aquáticos, também os artesãos merecem um tratamento assistencial adequado às suas condições específicas. Trata-se de apoiar o desenvolvimento sustentável de parte de nossa população normalmente esquecida pelo Estado e pela legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos, além de garantir a subsistência dessas famílias, incluí-las nos projetos de preservação da natureza, com difusão de conhecimentos científicos e práticos adequados à manutenção das fontes de renda obtidas diretamente no ambiente natural.

É inegável que o artesanato possui implicações turísticas e acaba difundindo renda para outros setores. Nesse mundo assolado pela falta de empregos formais, todas as outras alternativas de trabalho devem ser consideradas.

Esse apoio financeiro aos artesãos, que não recebem outros benefícios, também repercutirá positivamente nas preocupações internacionais com o aquecimento global. Além disso, sabemos que o mercado de trabalho sofre com a informatização e automação, e o trabalho manual pode ser um caminho para a realização pessoal, preservação da cultura regional, redução dos índices de violência e alcoolismo.

Dois dispositivos, entretanto, merecem reparos quanto à redação.

O art. 1º, §5º, faz referência ao art. 4º, §4º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, quando o correto é a referência ao art. 4º, §5º, que trata da possível prorrogação do benefício (o dispositivo citado trata de arredondamento do valor do benefício). Também o art. 2º, §2º, inciso I, parece-nos mal redigido ao incluir um ponto no meio do inciso, o que, tecnicamente, não costuma ser utilizado na redação de normas legais. Por essas razões, consideramos cabíveis duas emendas de redação.

O voto, Sr. Presidente.

Analisados os aspectos constitucionais, legais e formais, além de seu inegável mérito, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.673, de 2023, com duas emendas de redação.

Primeira emenda:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao §5º do art. 1º do PL 4673, de 2023, a seguinte redação:
"Art. 1º
.....
.....
§5º O período de recebimento do benefício observará o prazo do §2º deste artigo e não poderá exceder o limite máximo variável de que trata o *caput* do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, ressalvado o disposto no §5º do art. 4º da referida Lei."

Segunda emenda:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao inciso I do §2º do art. 2º do PL 4673, de 2023, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 2º .....

.....

§ 2º .....

I – registro como Artesão Profissional devidamente atualizado, emitido por sindicato ou associação representativa do segmento profissional e classificado na categoria exigida, relativa à exploração de cipós, sementes, fibras, argila ou madeira, com, no mínimo, quatro anos de atuação legalizada e comprovada, que exigirá a comprovação pelo possível beneficiário de, pelo menos, quatro anos de atividade artesanal anteriores à data de início da concessão do benefício;

....."

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu gostaria de chamar a atenção que a maioria dos artesãos são mulheres, e a gente sabe que aqui mostrou a matéria-prima como o cipó, como tudo isso, mas eles utilizam as garrafas *pets*; com todos aqueles produtos que iriam para o meio ambiente, os artesãos fazem isso. Então, nada mais importante do que a gente pensar nesses artesãos.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS.

A matéria vai à CAE.

Vamos encerrar aqui a votação do item 1, já havendo o quórum.

Está encerrada a votação.

Pode abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O resultado: 10 votos SIM, 02 votos NÃO.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 2-CAS e nº 3-CAS.

Será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Weverton pede a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentá-lo e agradecer a condução de V. Ex. nesse importante projeto, aprovado, no dia de hoje, nesta nossa importante Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço ao nosso Relator. Não tinha um Relator melhor para V. Ex. designar, com a sensibilidade que tem ao tema trabalhador, à nossa legislação do trabalho, que foi tão afetada nos últimos anos, nas últimas quadras, e nós temos que, mais do que nunca, sempre fortalecer essa relação empregado-empregador.

Eu sempre digo, em defesa do nosso trabalhador, que nós precisamos ter uma correlação justa, fraterna, boa, para que se possa, num país complicado e dinâmico como o nosso, sempre estar de portas abertas para novos investidores, para novos empreendedores e, obviamente, ter uma legislação que dê segurança para ambos os lados.

Eu tenho certeza de que esse projeto vai ser de suma importância e quero demais agradecer aqui a sensibilidade e o carinho do Senador Paulo Paim com o tema e, claro, com todas as causas que ele sempre encampou aqui nesta Casa.

Muito obrigado a todos os membros da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns, Senador Weverton. Projeto muito relevante que V. Exa. apresentou e que nós tivemos hoje a oportunidade de votar.

Eu queria pedir aqui aos Senadores – porque eu vou ter que me retirar daqui a pouco... Eu queria saber se alguém poderia assumir aqui ou se podemos...

Eu vou passar ao Senador Paim para ele relatar, como Relator *ad hoc*, o Projeto de Lei 1.104, não terminativo, que é de autoria também do Senador Weverton.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1104, DE 2023

- Não terminativo -

Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da reunião de 22/11/2023.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Se V. Exa. não se incomodar, puder ir já diretamente para a análise e o voto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos homenagear o Senador Weverton com a aprovação de dois projetos de sua autoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Isso. Dois projetos.

Eu agradeço a V. Exa. também por ter me pautado como Relator do primeiro e também desse aqui *ad hoc.*

O trabalho foi feito de forma magnífica pelo autor, Senador Weverton, que regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduado.

Sérgio Petecão foi o Relator.

Eu vou direto à análise e depois para os "finalmentes".

Nos termos do art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar pareceres sobre projetos de lei que versem sobre matérias que dizem respeito às relações de trabalho e a outros assuntos correlatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre esclarecer que deixamos de apreciar, na presente manifestação, o mérito educacional da proposição, temática afeita à competência da Comissão de Educação e Cultura, que deverá, no presente caso, por força de despacho de distribuição da Presidência, deliberar terminativamente sobre a matéria. Sendo assim, a avaliação dos aspectos acadêmicos e pedagógicos do projeto será efetuada por aquela Comissão.

Sr. Presidente, no mérito, é importante tecer as seguintes considerações.

O incentivo à contratação de pesquisadores de pós-graduação pelas empresas pode trazer uma série de vantagens para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país, uma vez que essa mão de obra especializada possui conhecimentos e habilidades avançadas que podem ser aplicados para impulsionar a inovação nas empresas, resultando no desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, o que torna as empresas mais competitivas no mercado global.

Sr. Presidente, eu vou avançando aqui.

Diria que, neste momento, eles terão o direito, inclusive, ao Fundo de Garantia, como segurado obrigatório da previdência social.

A inclusão do pesquisador de pós-graduação como segurado obrigatório é necessária, uma vez que, como contribuinte individual, ele estaria contribuindo para a previdência social apenas por conta própria, sem ter uma relação que obrigue um empregador a fazer as contribuições em seu nome.

Como segurado obrigatório, o pesquisador terá uma segurança jurídica, na medida em que será obrigado por lei a participar do sistema de previdência social, tornando a empresa que o contratar responsável por recolher as contribuições previdenciárias diretamente da bolsa recebida, bem como repassá-las ao INSS.

Pode ver que eu simplifiquei, Sr. Presidente, porque o projeto, de fato, não é complicado.

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do PL 1.104, de 2023, de iniciativa do nobre Senador Weverton, sem ressalvas quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com as seguintes emendas de adaptação do texto.

Somos pela aprovação do projeto, que vai na linha do que eu aqui falei. Mas acho que só para ilustrar, em mais 30 segundos: "Art. 3º O pesquisador pós-graduando será considerado segurado obrigatório da previdência social, mediante contribuição, na forma do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

E a última emenda também, em que fizemos aqui com o Senador Sérgio Petecão uma adaptação, é o que fortalece o FGTS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para discutir.) – Toda homenagem e reconhecimento aos nossos pesquisadores do Brasil.

Nós sabemos que se discute muito essa fama de se enxugar gelo aqui dentro. Nós temos que estar com os projetos sociais, com todos os programas, mas não podemos deixar de ter esse olhar a médio e longo prazo, e falar a longo prazo, falar de Brasil do futuro, é falar de educação, é falar de investimento na pesquisa. Tudo o que se fizer é pouco diante da demanda que nós temos, reprimida, aqui no nosso país.

Então, obrigado ao Senador Paim, mais uma vez, e à nossa Comissão por estarem discutindo esse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Nós temos ainda alguns pontos de pauta, inclusive alguns requerimentos, mas eu, infelizmente, vou ter que me retirar. Então, eu queria convidar, pedir à Senadora Damares que ela possa presidir o restante da reunião. Há, inclusive, projetos e requerimentos de V. Exa. que poderão ser...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querido Presidente, eu queria só fazer um pedido para V. Exa. antes de o senhor sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu relatei aqui o Projeto 3.931, que trata do Outubrinho Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outubrinho?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – É. É um projeto em que a gente chama a atenção para as doenças das meninas, das jovens, adolescentes, porque no Outubro Rosa a gente chama a atenção mais para câncer de mama, câncer de útero, e a gente deixa, negligencia as meninas mais jovens.

Então, a nossa querida Senadora Leila pediu vista em maio, mas, como ela não procurou o nosso gabinete, nossa assessoria, eu não sei se ela achou que o relatório estava adequado... Eu queria ver se V. Exa. poderia interceder, para a gente pautar, porque é uma coisa importante para a saúde das nossas jovens do Brasil.

Muito obrigado, Presidente. Um grande abraço aí.

Está doente, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu estou gripado e eu estava com medo de estar com covid, não é? Eu fiz o exame, deu negativo, mas, de todo jeito...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Melhoras para V. Exa.

Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, então eu vou passar à Senadora Zenaide. Da minha parte, não há nenhum problema em que... À Senadora Damares. Desculpe, desculpe.

Da minha parte não há nenhum óbice a que haja essa votação.

Eu peço desculpas, porque eu tive que me atrasar, por causa desse exame. Por isso começamos a reunião um pouco atrasados, e eu tenho que ir para um compromisso agora de todo jeito.

Agradeço. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, se me permitir...

Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – ... não estou propondo que inverta nada, só quero que fique registrado que o Senador Flávio Arns tem um requerimento que eu subscrevo. O que diz o requerimento? São 30 segundos.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 117/2023, da CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.173/2023, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele, seja incluída somente uma convidada: a Sra. Alícia Nunes de Borba Machado, pessoa com esse tipo de doença.

Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Como o senhor já leu e é um requerimento tão curto, vamos colocá-lo em votação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 132, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 117/2023 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5173/2023, que "institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele" seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – É também para inversão. Não sei qual é o item. Acho que nós estamos no item 9, 10...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Onze...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Então... Ah, a senhora vai para o item 11?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, oito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu gostaria de fazer a inversão de pauta, se for possível, para que eu faça a leitura de um requerimento, é o item 11, um requerimento de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 128, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a saúde mental das mulheres profissionais da segurança pública e o impacto do assédio nos altos índices de suicídio.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a saúde mental das mulheres profissionais da segurança pública e o impacto do assédio nos altos índices de suicídio.

Na audiência, serão apresentados os resultados do Congresso Internacional das Mulheres Policiais, Cimp 2023, cuja temática foi "A saúde Integral na atuação e valorização da mulher policial".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Sra. Ana Magnólia Bezerra Mendes, Professora Titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília;

- o Sr. Aldair Drumont, pai e testemunha de vítima de assédio;

- Representante do Ministério da Justiça;

- Representante do Ministério da Saúde;

- Representante do Ministério das Mulheres.

E gostaria de solicitar, Sra. Presidente, o acréscimo de mais duas convidadas:

- a Sra. Martha Maria dos Santos, que é Diretora de Direitos Humanos e Políticas Sociais da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF);

- a Coronel Maria Costa, Presidente da Caixa de Benefícios da Cabe PMDF.

Sobre a justificação, os debates do Congresso Internacional das Mulheres Policiais apontaram que a falta de debate aberto sobre assédio e suicídio e a insuficiência de dados sobre o tema prejudicam a gestão psicológica e dificultam a divisão de responsabilidades entre os envolvidos. Estudos apontam para a larga incidência de estresse, depressão, ansiedade, entre outros males resultantes da violência organizacional e psicológica a que são submetidas as profissionais da segurança pública, que atuam sobre forte pressão psicológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O recente caso da escrivã Rafaela, de Carandaí, Minas Gerais, configura a repetida história que perpassa anos, décadas e décadas. Rafaela, que foi perseguida e vítima de assédio moral e sexual, pressão psicológica e excesso de trabalho, decidiu dar fim à própria vida.

É urgente discutirmos o problema com especialistas, a fim de propor soluções mais efetivas para combater o assédio e o suicídio nessas instituições. Precisamos preservar essas profissionais do desgaste emocional e mental ao longo da carreira.

Era isso que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

Acho que a própria justificação demonstra a todos os pares aqui a importância de estarmos debatendo também essa questão da saúde mental das nossas policiais.

Peço o apoio de todos os pares aqui da Comissão para que nós possamos, além de aprovar o mais rápido possível, agendar essa sessão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Eu só queria, Leila, parabenizá-la pela iniciativa. Fantástica. E trouxe na justificativa casos que nos incomodaram muito este ano, muito. Parabéns pela iniciativa.

A Comissão observou que ela apresentou mais dois nomes.

Resultado: aprovado o requerimento.

Parabéns, Senadora.

Vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5543, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Cirurgião Oncológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, Presidente, querida Damares, meus queridos amigos, Senadora Leila e Senador Paim, é uma honra para mim relatar esse projeto, já que, desde quando eu era Deputado, no primeiro mandato, tenho lutado para que a gente possa trabalhar para dar mais acesso, conhecimento e proporcionar diagnóstico precoce aos portadores dessa doença terrível que afeta a todos nós.

Presidente, com a devida vênia, eu queria... Eu estou recebendo aqui a visita de um grande amigo do meu filho Hamir. Sabe o que o Hamir fez? Ele veio aqui nos visitar, e o Hamir foi para Boa Vista ontem, entrou de férias, e agora eu estou aqui cuidando dele, do Pedro Paulo Pereira, advogado, colega do meu filho Hamir.

Eu quero, em nome da nossa Presidência, da nossa Casa, lhe dar as boas-vindas. Seja muito feliz aqui.

Quero pedir licença à senhora para ir direto à análise.

Esse projeto é de autoria do nosso querido colega, oncologista, Deputado Federal Dr. Frederico, de Minas Gerais.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CAS, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Constituição Federal. Tampouco há óbices no que tange à técnica legislativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 18 de novembro de 2021, audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, para demonstrar a relevância e o alto significado para a sociedade da instituição do Dia Nacional do Cirurgião Oncológico.

No Senado Federal, a CAS também realizou audiência no dia 24 de outubro de 2023, com a finalidade de debater sobre a criação do Dia Nacional do Paciente Oncológico. Mais do que dar cumprimento a uma formalidade legal, trouxe testemunhos das lutas e desafios do tratamento do câncer no Brasil.

Quanto ao mérito, o projeto merece prosperar.

A publicação, entre aspas, "Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil", do Instituto Nacional de Câncer, avalia que o número de novos casos de câncer de mama, a principal neoplasia entre mulheres, é de 73.610 casos no triênio 2023-2025. Entre os homens, o câncer de próstata é a principal causa de mortalidade, e o número estimado de novos casos é de 71.730 para o período. Em ambos os sexos, a segunda causa de mortalidade por câncer é referente às neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmão, cujo número estimado de novos casos é de 32.560 no triênio.

Nesses e em outros casos de cânceres, a atuação do cirurgião oncológico é fundamental. A realização do procedimento cirúrgico é parte integrante do processo de cura, constituindo o tripé do tratamento, em conjunto com a quimioterapia e a radioterapia. Os resultados são significativos, especialmente quando o diagnóstico é precoce e o tratamento é iniciado de forma tempestiva. Além disso, mesmo quando o câncer se encontra em estado avançado, a cirurgia pode contribuir para aliviar os sintomas e melhorar a qualidade de vida como parte dos cuidados paliativos.

Como ressalta o autor da proposta, cerca de 80% dos 15,2 milhões de casos de câncer ocorridos no mundo, em 2015, devem ter necessitado de procedimento cirúrgico em algum momento da evolução da doença. Essas características demonstram a importância desses profissionais nos cuidados à população acometida por esse grave problema.

Ademais, para além do tratamento, faz-se necessário instituir medidas para prevenir a doença. Com efeito, conforme discutido na audiência pública realizada neste, estima-se que, a cada dólar investido na prevenção da doença, são economizados US$10 que seriam destinados ao tratamento da mesma doença. Assim, a iniciativa em análise é louvável e seu autor merece nossos elogios, pois ela também contempla

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações de conscientização quanto às medidas de prevenção dos diversos tipos de câncer, por ocasião da celebração dessa data.

Nesse sentido, somos favoráveis à aprovação do projeto, pois o câncer é um dos mais importantes problemas de saúde no Brasil e no mundo, e sua abordagem deve ser realizada de modo integral, com participação de equipe multiprofissional, na qual o cirurgião oncológico merece destaque e consideração.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.543, de 2020.

Lido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só pela ordem.

Eu quero só agradecer a sensibilidade da Presidência desta Comissão em pautar, de maneira rápida, esse tema tão importante para o país, para as pessoas do nosso país, principalmente aquelas pessoas que são acometidas dessa doença, que é uma doença já que, a partir de 2030, vai matar mais, Leila, dos que as doenças cardiovasculares.

Então, nós temos que estar preparados, para, cada vez mais, criarmos ambiente adequado para fazermos principalmente prevenção, diagnóstico precoce, porque está provado que, se nós conseguirmos construir todo esse arcabouço de dar mais acesso às pessoas, precocemente, quando são diagnosticadas nos primeiros sintomas, o índice de cura beira a 90% dos cânceres.

Então, quero aqui agradecer a esta Comissão, à Sra. Presidente, às Sras. e aos Srs. Senadores pela sensibilidade e parabenizar a todos nós, que estamos tão vocacionados nesta Comissão para cuidar das pessoas.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador. A gente sabe como essa matéria é cara para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Eu vou solicitar que a Senadora Leila presida, que eu estou como Relatora do próximo item. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1593, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu concedo a palavra agora para a Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu vou pedir permissão para ir direto à análise e também de uma forma mais resumida.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio projeto de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos afronta ao ordenamento jurídico ou falha de natureza regimental.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Educação e Cultura, no dia 22 de outubro de 2019, para discutir a proposta de instituir a efeméride. Dela participaram vários especialistas, portadores da Síndrome de Edwards, seus familiares e representantes de grupos de apoio a pessoas com deficiência. Todos foram unânimes em corroborar a importância da iniciativa, já que o diagnóstico precoce da doença é crucial para um tratamento bem-sucedido.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância ímpar do projeto de lei.

Nesse cenário, Presidente, é muito válida a instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards, uma data destinada não apenas a lembrar e evidenciar, mas, sobretudo, a permitir a discussão, na sociedade, acerca dessa síndrome, objetivo que a proposição cumpre com destreza.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.593, de 2023, com duas emendas, que já estão publicadas.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares. Parabéns pelo relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal, iniciando-se agora a votação eletrônica.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vou pedir aos colegas da Secretaria da Comissão para que possam entrar em contato com alguns Senadores. Todos sabem que, terça e quarta-feira, a Casa está fervendo. Então, a maioria dos Senadores... Se não estão nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, com certeza, estão em algum canto desta Casa, tratando de algum problema, de algum projeto, enfim...

Enquanto aguardamos a votação, que é nominal, dos membros desta Comissão, eu vou para o item 12, que é um requerimento da Comissão, de autoria da Senadora Damares.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 129, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para instruir o PL nº 610, de 2021, que "institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra para a Senadora Damares para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento – eu estou sem ele aqui, desculpe, estava no processo de votação – é de uma audiência pública para a gente discutir um projeto de lei sobre campanha de doação de cabelo para pessoas com câncer, em tratamento de câncer, e para mulheres e crianças escalpeladas na Região Norte do país.

Eu poderia automaticamente dar o voto favorável ao projeto de lei, mas existem assuntos muito delicados que envolvem uma campanha de doação de cabelo. Então, para apresentar um substitutivo com alguns regramentos, nós estamos pedindo a realização de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente, Senadora Damares. Perfeito.

Eu passo para a deliberação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora.

Vou acompanhar essa audiência, bem interessante a sua sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar a Comissão, precisamos aí ter o quorum. Vamos aguardar os demais Senadores votarem o projeto da nossa Relatora, Senadora Damares, e de autoria do Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Bom, conseguimos já o número regimental na votação. Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Aprovado o projeto.

Desculpa, gente, estou acelerada.

Votaram SIM 12; NÃO, 0.

Nenhuma abstenção.

Então, aprovado o projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Bom, antes de encerrarmos a reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os servidores e a todos que estão nos acompanhando nesta sessão.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DA COMISSÃO.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual da Comissão, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Efraim Filho, Flávio Arns e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Eliziane Gama, Augusta Brito, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 112/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Avaliar a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e medidas para seu aprimoramento. **Participantes:** Natan Monsores, Técnico da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Ida Vanessa Doederlein Schwartz, Presidente eleita da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica - SBGM; Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética - SBG; Vanessa Luiza Romanelli Tavares, Supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente; Mayana Zatz, Professora de Genética do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo - USP; e Dafne Dain Gandelman Horovitz, Coordenadora Clínica do Centro de Genética Médica e Serviço de Referencia em Doenças Raras do Instituto Fernandes Figueira - FIOCRUZ/RJ. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 112, de 2023, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a avaliar a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e medidas para seu aprimoramento.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – 0800 0612211 –, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania – www.senado.leg.br/ecidadania –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Para dar início à nossa audiência pública, teremos os seguintes convidados, com muita honra: Dra. Mayana Zatz, Professora de Genética do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo – seja muito, muito bem-vinda; outra querida, Dra. Vanessa Romanelli Tavares, Supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente.

Quantas mulheres poderosas aqui: Dra. Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética; a Dra. Dafne Dain Gandelman Horovitz, Coordenadora Clínica do Centro de Genética Médica e Serviço de Referência em Doenças Raras da Fiocruz; e a Dra. Ida Vanessa Doederlein Schwartz, Presidente eleita da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica.

E o nosso único homem: Dr. Natan Monsores, da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Muito, muito obrigada. Gratidão pela presença de todos vocês.

Eu quero agradecer aos convidados, às convidadas que estão conosco hoje nesta audiência, para que a gente possa discutir a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, seus desafios, as medidas que poderemos adotar para seu aprimoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência faz parte do plano de trabalho de 2023 da CASRARAS, cujo objetivo é aprimorar o acesso ao diagnóstico das doenças raras. Nesse sentido, a política de genética clínica torna-se fundamental, já que 80% das doenças raras decorrem de fatores genéticos.

Ela foi instituída no âmbito do SUS, em janeiro de 2009, por meio da Portaria nº 81, e o objetivo era estruturar, no SUS, uma rede de serviços em genética clínica para permitir o acesso da população a esse atendimento especializado, cujo pilar central seria o aconselhamento genético.

No entanto, ela já nasceu com uma grande dificuldade inicial, que foi a falta de previsão de recursos orçamentários para o seu funcionamento. Isso causou uma grande aflição nas famílias, sobretudo nas pessoas com doenças raras, que é o segmento que tem mais necessidade desse suporte e ainda tem muito sofrimento em busca do diagnóstico dessas doenças.

Nossos convidados poderão falar melhor sobre isso e da saga de anos que é para passar por diversos especialistas em busca de um diagnóstico e de um tratamento. E a realidade mostra que a maioria precisa recorrer à Justiça para ter acesso aos exames de que necessita.

Um outro desafio da política nacional é a carência de profissionais especialistas em genética e a distribuição desigual desses especialistas pelas regiões do Brasil. A maioria fica concentrada aqui no Sudeste. E o ensino de genética nas faculdades de Medicina também é outro gargalo, porque as faculdades de Medicina do país ainda não atendem à parte da prática necessária ao atendimento ou ao cuidado de pacientes com doenças raras. O mesmo acontece com a formação nas demais áreas da saúde.

Já promovemos audiência para debater a questão da formação. E muito do que foi dito é que, nos cursos de graduação, a busca é por formar bons generalistas, que seriam os médicos da família, da comunidade, que saibam diagnosticar cerca de 85% dos atendimentos na atenção básica, mas seguimos ainda com esse desafio nas redes de saúde para doenças raras.

Um levantamento da Associação Médica Brasileira, em conjunto com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, mostrou que, em uma década, dobrou o número de médicos de geneticistas registrados, mas eles ainda são poucos: somente 342 geneticistas, que representam apenas 0,1% do total de médicos registrados no país.

Por isso, quando finalmente a Portaria 199 foi publicada em janeiro de 2014, instituindo essa Política pública Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, de imediato percebemos que era preciso uma correção quanto ao aconselhamento genético.

Acho que a Dra. Mayana vai lembrar, porque fomos juntas lá no Ministro da Saúde. Solicitamos e fomos atendidas para esse serviço de aconselhamento, para que não fosse uma atividade exclusiva dos médicos geneticistas, mas também de outros profissionais médicos e de outras áreas do conhecimento, assim como de enfermeiros, biólogos, biomédicos com essa especialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Portaria 199 também veio trazer os incentivos financeiros de custeio que tanto almejávamos para avaliação, para diagnóstico e também para tratamento das pessoas com doenças raras de origem genética.

Mais uma vez, eu quero agradecer a presença de todos, e vamos ouvir nossos convidados para discutir essa Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e os meios para o seu aprimoramento.

Então, eu queria convidar primeiramente a Dra. Mayana Zatz, que é Professora de Genética do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, para proferir suas considerações.

Seja muito bem-vinda, Mayana.

A SRA. MAYANA ZATZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Eu estou aqui com a Dra. Maria Rita, que é nossa colega aqui no genoma e que tem um trabalho espetacular em doenças genéticas e, mais recentemente, em autismo. Ela vai falar um pouco a respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Doutora! Obrigada, Dra. Maria Rita, pela presença.

A SRA. MAYANA ZATZ (*Por videoconferência*.) – Vamos compartilhar agora. Vocês estão vendo a tela?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos vendo.

A SRA. MAYANA ZATZ (*Por videoconferência*.) – Então, primeiro, eu queria agradecer muito a Mara pela iniciativa, pelo convite e pelo apoio enorme que você tem dado a essa causa durante esses últimos anos. Você lembrou bem a história que poder aumentar o número de pessoas que pudessem dar aconselhamento genético, não ficar só restrito aos médicos geneticistas, mas isso é muito pouco em comparação com tudo que você tem feito em prol dessa causa, e a gente tem uma gratidão enorme por isso.

Bom, vamos falar um pouquinho de doenças raras. O que nós podemos fazer?

Não estou conseguindo passar. Travou.

Então, a nossa missão no Centro do Genoma Humano é pesquisa científica, transferência de tecnologia, educação e divulgação. E nós já estudamos mais de 100 mil pessoas de famílias com doenças genéticas.

Está devagar. Está lento aqui. Parou. (*Pausa.*)

Travou de novo. Nós estamos com um problema aqui por causa do calor, e a internet está meio devagar. Meio não, totalmente. Não estamos conseguindo passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Mayana, se você ligar e recomeçar, será que não vai?

A SRA. MAYANA ZATZ (*Por videoconferência*.) – Foi.

Esse é Oswaldo Frota-Pessoa, que foi o pioneiro da genética humana na década de 60, e ele sempre nos ensinou que é uma estrada de mão dupla: os pacientes almejando novas descobertas e as novas descobertas ajudando os pacientes. Na década de 80, nós implementamos o diagnóstico molecular em estudo de proteínas, justamente para melhorar o diagnóstico, identificar e entender a função dos genes responsáveis por doenças genéticas, e nós identificamos cerca de 40 genes novos. Esta é a Maria Rita, que está aqui do meu lado, e a Profa. Mariz Vainzof, que ajudou muito no estudo de proteínas.

Quando a gente lembra das nossas características, tem algumas que são só ambientais, como, por exemplo, a língua que a gente fala, algumas só genéticas, mas a grande maioria tem uma interação entre genes e ambiente. E, para perguntar qual era a contribuição genética *versus* o ambiente nas características mais relevantes, foi iniciado o Projeto Genoma Humano, em 1990, e a proposta era mapear, sequenciar todos os genes humanos até 2005, mas só no ano passado é que realmente ficou quase completo o Projeto Genoma Humano.

É muito importante lembrar que doença genética não é sinônimo de doença hereditária, então muitas doenças de adultos, além do envelhecimento saudável, têm um componente genético importante. Quando a gente pensa em doenças complexas que têm uma contribuição genética, nós estamos falando de Alzheimer, Parkinson, hipertensão, diabetes, doenças psiquiátricas, câncer, autismo ou, mais recentemente, a gente viu a maior sensibilidade ou resistência ao coronavírus, ou seja, ninguém escapa da genética.

Em 2000, nós inauguramos o Centro de Estudos do Genoma Humano e Células-Tronco e, desde 1970, como eu falei, nós estudamos mais de 100 mil famílias com doenças genéticas. E, para estudar o diagnóstico, fazemos o aconselhamento genético e orientação. Em relação às pesquisas, a gente pesquisa a função dos genes, com esperança de a gente chegar em futuras terapias.

E, lembrando, o Projeto Genoma Humano levou 13 anos a um custo de US$3 bilhões. E, a partir de 2012, nós introduzimos o que a gente chama de Next-Generation Sequencing, que já deu uma perspectiva muito grande, uma melhora muito grande no diagnóstico das doenças genéticas. Em 2019, graças ao apoio da Senadora Mara Gabrilli, nós adquirimos um novo sequenciador, o NovaSeq 6000, o que permitiu um salto enorme no diagnóstico de doenças genéticas com menores custos, além de novas pesquisas, visando ao tratamento.

Então, hoje a gente consegue sequenciar um genoma humano completo em algumas horas, a gente tem painéis que estudam 20 mil genes responsáveis por doenças genéticas ao mesmo tempo, o que permite também pesquisas e melhora no diagnóstico com outras técnicas, como regiões metiladas, transcriptoma e regiões de acesso à cromatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre diagnósticos e consultas, a gente tem feito mais de 3 mil por ano, sendo que cerca de mil são assistenciais, ou seja, a gente não cobra nada, os pacientes não pagam nada.

Nós iniciamos também um projeto que a gente chamou de 80mais – hoje são vários dele, já estão com 90mais, a gente publicou um livro a respeito –, para ter um banco de dados da população brasileira, para isso ajudar a interpretar quando uma mutação nova em um paciente é patogênica, causa da doença ou não e também estimar a incidência de doenças recessivas na nossa população. Isso resultou em duas grandes publicações, mas o que foi mais importante é que nós encontramos 2 milhões de variantes genéticas que não estavam presentes nos bancos internacionais, mostrando a importância de a gente estudar a nossa população, que é altamente miscigenada.

Qual a aplicação imediata desses resultados? Eu vou dar um exemplo. Nós encontramos uma mutação que é patogênica, responsável por uma forma de câncer de mama hereditário, e a pessoa que tem essa mutação tem um alto risco de desenvolver câncer de mama. Foi o que estava presente na família da Angelina Jolie.

Vocês devem lembrar que lembrar que ela tinha uma história de câncer de mama: a mãe, a avó e a tia materna, todas tiveram câncer de mama grave.

E, aí, nós achamos essa mesma mutação numa senhora saudável, de 93 anos, que nunca teve câncer na vida. Ou seja, mostrando, de novo. a importância de testar a nossa população: uma mesma mutação, que pode ser patogênica num *background* europeu, pode não ser nesse *background* miscigenado da nossa população.

Mas a grande questão é: quem deve ser testado? Então, obviamente, a gente acha extremamente importante fazer o teste neonatal para todas as doenças tratáveis, como AME – e a Vanessa vai falar mais a respeito –, fenilcetonúria, fibrose cística, enfim, todas aquelas que são tratáveis. Quanto antes for feito o diagnóstico, melhor é o prognóstico.

Mas o que é que as pessoas esperam de um teste genético? Então, existe toda uma questão ética nos testes preditivos de doenças de início tardio, onde não há tratamento. Por exemplo, distrofia miotônica, huntington, ataxias espinocerebelares, doença de Alzheimer, onde uma pessoa saudável tem risco de manifestar a doença e também de transmitir para descendentes. E, aí, a gente discute caso por caso, para saber qual é o benefício de a pessoa saber que tem ou não a mutação.

Então, para doença sem tratamento, qual a vantagem de ser testado?

Existe um consenso internacional de não testar criança assintomáticas para doenças de início tardio ou ainda sem tratamento. Mesmo que você possa saber, no recém-nascido, se ele herdou a mutação, existe, então, esse consenso de não se testar essas crianças, porque, se você testar uma criança, você está tirando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dela o direito de decidir, quando adulta, se ela quer ou não ser testada. E, na nossa experiência, a maioria dos adultos jovens prefere não ser testada.

Existe uma procura maior nos pacientes, naquelas pessoas que estão em idade reprodutiva e, aí, decidem ser testados ou não para saberem se vão ter filhos ou não.

E um trabalho muito importante que a gente tem agora, que a Profa. Maria Rita está desenvolvendo, é no espectro autista, que, como vocês sabem, tem uma prevalência muito alta, de 1% da população, e atinge quatro meninos e uma menina. Então, ele é muito mais prevalente em meninos do que em meninas. A Maria Rita vai falar a respeito.

A SRA. MARIA RITA DOS SANTOS E PASSOS BUENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em relação ao autismo, acho que, como vocês sabem, ele nunca ocorre isoladamente – é difícil ser isoladamente. Então, tem as deficiências de comunicação social e uma série de comportamentos, como comportamentos repetitivos, entre outros. Além disso, é comum estar associado, por exemplo, à deficiência intelectual, dificuldades de linguagem e outros problemas psiquiátricos, como a ansiedade, depressão, entre outros.

Em relação à parte genética do autismo, como a Mayana já falou, tem um modelo multifatorial que caracteriza o autismo. E o que significa esse modelo multifatorial é, na verdade, uma arquitetura genética complexa. A gente tem casos onde existe uma única alteração genética, são as formas monogênicas, e, aqui, são mais de 200 genes, alguns que já são mais conhecidos, como o shank3 singap.

E aqui a gente tem, na verdade, um grupo de doenças raras altamente heterogêneas.

Tem o modelo oligogênico, onde a gente tem variantes de efeito médio associadas a outras variantes de efeito comum na população, e o poligênico, que, possivelmente, representa a maioria dos casos de autismo, onde há um acúmulo de variantes de pequeno efeito. Em relação ao avanço da genética, a gente conhece bastante já o monogênico e um pouco do oligogênico.

No nosso contexto, a gente tem trabalhado com a arquitetura genética de autismo há muitos anos. A gente, o nosso laboratório contribuiu com a sugestão de três novos candidatos, e, atualmente, a gente faz parte de um consórcio internacional e, por meio desse consórcio, a gente contribuiu com mais de 150 genes que estão associados ao autismo. E aqui a gente está falando dessas formas raras: cada um é um caso diferente, é uma síndrome diferente.

E aí, por fim, só queria comentar também em relação a testes genéticos de autismo. Será que é indicado para todos? Na nossa experiência, a gente tem dados de 269 casos de autismo, em que a gente estudou os pais e a criança. A gente concluiu 28, ou seja, 10% são conclusivos, a gente confirma o diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente está querendo agora responder, mas a gente ainda não tem os recursos para isso, é verificar se a taxa de detecção de variante patogênica é maior nos casos de TEA tipo 3,que são as formas mais grandes.

E o outro ponto que a gente acha que pode contribuir também é o desenvolvimento de testes que têm melhor custo-benefício e que poderiam viabilizar a aplicação no SUS. Então, existe a possibilidade de desenvolver testes que devem chegar em torno de US$100 a realização e que cobrem praticamente todos os tipos de variantes, hoje, que podem estar associadas com o autismo.

Então, é isso. Quero aproveitar também para agradecer à Senadora Mara Gabrilli por todo o seu trabalho em doenças raras.

A SRA. MAYANA ZATZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, e, aí, vou falar um pouquinho de como é que o estudo do genoma vai contribuir para futuros tratamentos.

Então, existe toda essa tecnologia nova, que deu o Prêmio Nobel a duas cientistas com relação à edição de genes.

A gente pode modificar genes responsáveis por doenças genéticas, e essas são as duas cientistas, Jennifer Doudna e Emmanuelle Charpentier, que ganharam o Prêmio Nobel por causa disso, e a aplicação dessa tecnologia está sendo importantíssima já para tratar algumas formas de câncer, doenças genéticas.

Ensaios clínicos já começaram, e a gente pensa que, no futuro, vai poder editar genes protetores, genes que protegem as pessoas contra algumas doenças genéticas e o envelhecimento.

Quais são as questões éticas atuais?

Então, eu estive recentemente em Londres, para um congresso justamente para falar das questões éticas relacionadas à terapia gênica e edição de genes, e várias doenças já estão sendo tratadas, como anemia falciforme, amiotrofia espinhal, hemofilia, algumas formas de câncer. Mas qual é o grande problema ético? O custo. Ele varia entre US$1 milhão a US$3,5 milhões por tratamento.

Eu tive a oportunidade de conversar com o diretor da FDA, que é a instituição americana que aprova esses tratamentos, e disse: "Como é que vocês permitem um tratamento com esse custo?". Ele disse: "Infelizmente, a gente não pode interferir no curso, e só na eficiência do tratamento".

Então, como é que a gente pode dizer para um paciente que existe um tratamento possível, mas não acessível? E essa tem que ser a nossa próxima briga. A gente tem que tornar esses tratamentos acessíveis para todos os pacientes.

Só para se ter uma ideia, qual seria o custo desses tratamentos e terapia gênica no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a amiotrofia espinhal, nos Estados Unidos, é de US$2,1 milhões por tratamento. A gente estima que, no Brasil, nasçam 300 casos por ano. E aqui se cobra, mais ou menos, R$6 milhões por paciente. Então, seria R$1,8 bilhão por ano.

Para a hemofilia, o custo americano é de US$3,5 milhões. A gente estima ter 20 mil casos no Brasil. Seriam US$70 bilhões.

Para a anemia falciforme, US$1 milhão por tratamento, e a prevalência estimada no Brasil é de 80 a 100 mil casos. Seria de US$80 bilhões a US$100 bilhões.

Então, dá para ver que seriam custos impossíveis.

O que pode ser feito? Como prevenir o nascimento de novos afetados?

Então, nós fizemos uma proposta para o Ministério da Saúde de fazer uma triagem de mutações para doenças recessivas para casais em idade reprodutiva antes de terem o primeiro filho afetado. Então, só para se ter uma base de cálculo, o custo/benefício de a gente passar em tratamento de três pacientes só, AME, hemofilia e anemia falciforme, seriam US$6,6 milhões, e esse valor permitiria a triagem de mutações para milhares de casais e prevenir o nascimento de novos afetados.

Então, esta seria a nossa proposta: prevenir o nascimento de novos afetados para doenças não tratáveis ou de custo milionário, o que seria um benefício imensurável e uma enorme economia para o Estado. Mas, infelizmente, a gente submeteu esse projeto, e não foi aprovado. Mas vamos continuar lutando.

E aí eu queria agradecer à equipe toda. Esse trabalho todo que a gente faz depende de uma enorme equipe, um time que trabalha no Centro do Genoma.

E eu vou parar por aqui, agradecendo novamente à nossa querida Mara Gabrilli. Está bom? E gostaria de ouvir os outros.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Mayana.

Obrigada, Dra. Maria Rita.

Depois, vocês precisam passar para a gente essas novas perspectivas aí, para a gente começar a se preparar, para poder ajudar vocês aí com o custo.

Já estamos esperando os pedidos de emenda. Mas obrigada, obrigada de coração.

Agora eu quero passar a palavra para Vanessa Romanelli Tavares, Supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente, que veio de Dra. Mayana Zatz. Estamos em família aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA LUIZA ROMANELLI TAVARES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Mara.

Primeiramente, quero agradecer pelo convite e por você sempre ter dado tanta atenção à causa das doenças genéticas, das doenças raras, por presidir a Subcomissão Permanente dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras, e agradecer a todos os nossos colegas, em especial à Dra. Rita e à Dra. Mayana. Foi um prazer.

Eu fui formada com elas na pós-graduação. Então, para mim, realmente, acho que é um privilégio integrar esta audiência com vocês.

Deixe-me compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Digam-me se vocês estão vendo no formato de apresentação, por favor. (*Pausa.*)

Sou supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente, que é um serviço de referência em triagem neonatal cadastrado pelo Ministério da Saúde, e integro também a equipe de pesquisa deles do Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação.

Esses são os meus conflitos de interesse.

Aqui eu gostaria de abordar um pouquinho, dentro desse contexto das doenças genéticas, doenças raras, muito da triagem neonatal, que é um dos eixos estratégicos do Instituto Jô Clemente.

Aqui, só apresentando para vocês, então, o Instituto Jô Clemente atua não só na prevenção e promoção da saúde através da triagem neonatal, como também com diversas estratégias dentro da inclusão social, da defesa de garantias dos direitos das pessoas com deficiência intelectual, com outros tipos de deficiências, com doenças raras, e também um eixo dentro da ciência, inovação e também educação.

Destacando aqui um pouquinho do pioneirismo na triagem neonatal, em que somos, então, o maior serviço do Brasil em número de exames realizados, tendo realizado mais de 2,7 milhões, em 2022, e triado 341 mil bebês.

Nós realizamos 67% da triagem neonatal do Estado de São Paulo, sendo a outra parcela realizada pelos SRTNs do Cipoi da Unicamp e de Ribeirão Preto. No Município de São Paulo, nós atendemos à triagem neonatal de 100% dos hospitais públicos.

Hoje, através de uma parceria com a Secretaria Municipal, nós conseguimos realizar mais de 50 doenças na triagem neonatal, para além, então, daquelas doenças que são previstas pelo SUS, as seis doenças já incluídas no teste do pezinho.

O que é importante a gente contextualizar antes de trazer algumas informações aplicadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A triagem neonatal não é simplesmente o teste diagnóstico, o teste de triagem e a confirmação diagnóstica, mas é um programa, um programa de linhas de cuidado, em que a gente vai desde a capacitação de toda uma rede de profissionais, com coleta e transporte, para que essa amostra chegue ao centro de referência, e vai até o tratamento e acompanhamento desses pacientes, com a realização de exames especializados, incluindo os exames moleculares e genéticos, que são superimportantes em diversas doenças e seriam tão necessários em tantas outras, mas que, infelizmente, a gente, por questões de custo, ainda não consegue implementar no confirmatório da triagem, como também o trabalho em equipes interdisciplinares, a garantia dos medicamentos e fórmulas através de protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas instituídos pela Conitec e no SUS e tratamentos como transplantes, transplante de medula óssea.

Tudo isso para que a gente realize o diagnóstico precoce de doenças extremamente graves e raras, mas que são tratáveis. Dentre elas, erros inatos de imunidade, erros inatos do metabolismo, doenças infecciosas e a própria atrofia muscular espinhal, uma doença neuromuscular que, hoje, está prevista pela Lei Federal 14.156.

Tudo isso vai fazer com que essa criança se desenvolva com muito mais qualidade de vida, onerando menos os sistemas públicos de saúde e podendo contribuir, dentro da sociedade, com a sua total capacidade, diminuindo sequelas e até mesmo o óbito dessas crianças. Então, a gente está falando de erros inatos de imunidade, por exemplo, que é a SCID, que, se não tratadas, essa criança vai a óbito até os dois anos de idade.

E o que a gente tem para suportar toda essa triagem neonatal? No Brasil, nós temos pelo menos um centro de referência em cada estado da Federação, sendo que, em São Paulo, como eu já mencionei, nós temos três: o Instituto Jô Clemente; o Cipoi da Unicamp; e o de Ribeirão Preto.

Mas a gente sabe que esses dados, que foram buscados no *site* do Ministério da Saúde, são dados de 2019, mas que mostram que, mesmo ainda hoje, você não consegue, você não tem 100% de crianças triadas no teste do pezinho. E destaco aqui estados que têm abaixo de 70% da triagem neonatal sendo realizada, e essas crianças vão evoluir para um diagnóstico sintomático, vão evoluir com sintomas, sendo, então, somente diagnosticadas quando esses pacientes chegam à clínica médica.

Focando, então, um pouquinho especificamente as doenças raras, a gente está falando de cerca de 400 milhões de pessoas no cenário mundial e cerca de 12 milhões de pessoas aqui no Brasil com doenças raras. E, como a Mara Gabrilli bem mencionou antes de a gente iniciar a audiência, são pessoas, crianças, adultos, que demoram cerca de 7 a 10 anos para terem o seu diagnóstico fechado, passando por diferentes médicos, diferentes diagnósticos errôneos, até que sejam conduzidas as tratativas e o diagnóstico correto, muitas vezes não só pela especialização médica, mas pelo acesso à atenção especializada e pelo acesso aos exames específicos, e 75% dos casos têm, de fato, um desfecho de resolução diagnóstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha para o perfil de serviços públicos em genética médica – esses dados foram extraídos do *site* da Sociedade Brasileira de Genética Médica, a respeito dos quais depois, acredito, a Prof. Ida, a Dra. Ida vai falar um pouquinho –, a gente observa um pouco da centralização desses serviços com uma dificuldade de acesso aos serviços especializados, uma dificuldade na referência e na contrarreferência desses pacientes. Esses pacientes encontram esse serviço geralmente em instituições de pesquisas e universidades. Menciono também o que a Mara já comentou, a pouca quantidade de geneticistas clínicos que nós temos no Brasil hoje, sendo que eles se encontram mais concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do país. Quando a gente olha também para os centros de referência habilitados para tratamento, a gente vê uma grande carência na Região Norte e na Região Nordeste do país, também fazendo menção aqui à Região Centro-Oeste. Então, é necessário que a gente amplie esses serviços que são habilitados e cadastrados pelo Ministério da Saúde.

Desafios comuns encontrados na rotina diagnóstica. E, agora, vou tentar trazer um pouquinho da experiência e da prática que nós encontramos não só na USP, que eu posso falar, pois fiz toda a minha pós-graduação lá, fiquei lá por mais de 10, 12 anos, no Centro de Estudos do Genoma Humano, como também no Instituto Jô Clemente, onde a gente atende pacientes não só na clínica de triagem neonatal, como também na clínica diagnóstica para crianças com deficiência intelectual e outras doenças, como deficiência da biotinidase, hipotireoidismo congênito, que nós atendemos lá no Instituto Jô Clemente.

Então, a gente observa uma grande dificuldade das equipes clínicas de interpretar testes genéticos. É muito comum, principalmente dentro do laboratório genético, a gente receber ligações de profissionais, médicos e de outras especialidades, pedindo ajuda com a interpretação de testes genômicos, principalmente – eu destaco aqui – o NGS, em que a gente faz o sequenciamento de exoma, o sequenciamento de genoma e o sequenciamento de painéis específicos de genes para determinadas doenças. Então, isso leva a dúvidas acerca da conduta clínica, do tratamento e da correta prescrição de testes genéticos.

O que a gente traz aqui, mencionado na Portaria 81 da genética clínica e também nas Portarias 199 e 981, que diz respeito à conduta com a Política de Doenças Raras? A necessidade de educação continuada.

Eu quero trazer aqui quatro exemplos de programas que eu acho que funcionam muito bem e que podem ser um modelo para a capacitação continuada de profissionais da saúde, não só médicos como não médicos – biólogos, biomédicos, farmacêuticos. Um deles é a capacitação no teste do pezinho, que é um serviço que o Instituto Jô Clemente realiza, visando informar todos aqueles profissionais que vão realizar não só a coleta do teste do pezinho como a realização do teste do pezinho acerca das doenças triadas e do correto procedimento a ser realizado, para que a gente obtenha uma amostra adequada.

Também ressalto aqui um curso de extensão em triagem neonatal oferecido pela Universidade Federal do Paraná, em colaboração com o Ministério da Saúde; o mestrado profissionalizante em aconselhamento genético, do Instituto de Biociências da USP, coordenado pela Profa. Mayana Zatz, com a Regina Mingroni, a Dra. Rita Bueno e tantos outros professores do departamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também destaco essa sociedade genética presente nos estados da Austrália, em que eles têm um programa de pós-certificação para manutenção do padrão do certificado daqueles aconselhadores genéticos. Isso aqui é muito interessante, muito importante, tendo em vista todo o avanço da genômica que nós temos nos últimos anos, sabendo que é uma tecnologia que avança com muita rapidez.

Eu gostaria de destacar também aqui uma recente iniciativa, que é o Centro Integrado de Doenças Genéticas, o Cigen. É um projeto da Faculdade de Medicina da USP que tem, como instituições parceiras, o Genoma Humano, do Instituto de Biociências da USP, e o Instituto Jô Clemente. Esse programa visa ao atendimento de pacientes na área de doenças genéticas, propiciando a melhora e aperfeiçoamento de diagnóstico, tratamento, reabilitação; a capacitação profissional de médicos e não médicos; a pesquisa; e a atuação também em propostas de políticas públicas. Então, a gente acredita que, realmente, com o trabalho interdisciplinar de médicos, não médicos, pesquisadores e clínicos, a gente consiga melhorar o serviço para essas pessoas com doenças genéticas como um todo, não só com as doenças raras.

Isto aqui é muito comum na prática clínica. Eu gostaria de trazer um depoimento recebido por um canal de divulgação científica, por exemplo, de uma paciente com atrofia muscular espinhal do tipo 2, que é um quadro de atrofia grave, dizendo:

> Eu sou a [a pessoa, omitindo, aqui o nome para preservar o paciente], tenho AME [...] 2 (descobri recentemente) e estou com MUITA dificuldade de encontrar um neuro (de preferência integrativo) para me acompanhar.
> Moro longe da capital [...] precisaria ver se atendem *online*.

Então, com esse depoimento – e, obviamente, tantos outros que a gente sabe que acontecem –, trago a importância da telemedicina para atender e ajudar pacientes com sintomas avançados de doenças que não foram diagnosticadas na triagem neonatal, como doenças genéticas, doenças raras, e que estão localizadas em regiões afastadas dos grandes centros de assistência especializada. A gente sabe que muitos lugares hoje já estão começando a desenvolver a telemedicina, mas a gente fala de uma questão mais ampla e com atendimento mais especializado para olhar para esses pacientes com doenças genéticas.

E mais, a gente observa também pacientes que não conseguem chegar à atenção especializada dentro do SUS, ou que relatam passar por muitos médicos sem uma conduta definitiva – pacientes que têm o pedido do exame genético, mas que não conseguem realizar, e então acabam buscando as universidades, os centros de pesquisa para conseguirem realizar esses exames genéticos –, ou ainda por desconhecimento clínico por parte dos médicos.

Uma das coisas que funciona bastante, que nós temos aplicada lá no Instituto Jô Clemente, é a presença de consultores médicos especializados para cada nicho de doenças. Então, dentro do serviço de referência de triagem neonatal, temos os consultores médicos para os erros inatos da imunidade, para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erros inatos do metabolismo e agora também dentro de um piloto no Estado de São Paulo, consultores especializados na atrofia muscular espinhal.

Aqui eu faço uma ressalva para um caso recente que nós tivemos de identificação de uma criança que estava em UTI neonatal. A gente sabe que a AME pode acontecer de forma bastante grave e o bebê já nascer com sintomas bastante graves de atrofia muscular espinhal. Felizmente, esse não foi o caso, esse bebê estava internado por uma questão de prematuridade, mas o hospital, quando recebeu o resultado da triagem, ficou perdido. Por isso a importância da atuação de nós entrarmos com esse consultor médico para orientar quais seriam as condutas e realmente avaliar se aquele paciente tinha ou não alguma sintomatologia clínica da atrofia muscular espinhal que já necessitasse de alguma intervenção imediata.

E, aqui, trago também um pouco dos casos sem conclusão diagnóstica por falta de acesso a testes genéticos pelo sistema público de saúde. Vou exemplificar também dois casos recentes que nós tivemos.

Um recém-nascido com alterações dos erros inatos de imunidade, uma suspeita da síndrome de DiGeorge, com indicação para realizar MLPA ou array-CGH. A gente estava tentando viabilizar não só uma solução para que esse paciente pudesse realizar esses exames, mas que esse exemplo não servisse somente para uma pessoa, mas que fizesse parte integrada dos nossos serviços para que, quando esses casos acontecessem, a gente conseguisse incluí-los através da Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo.

E um outro caso também de um recém-nascido com hipótese diagnóstica de erro inato do metabolismo, que está numa UTI neo, tem uma indicação para o exoma, mas não consegue realizar esse sequenciamento de exoma também de forma gratuita.

Então, esses são alguns dos desafios que nós enfrentamos diariamente dentro da genética clínica.

E aqui eu gostaria de ressaltar a Portaria 1.111, de 2020, e a Portaria 18, de 2019, que fazem alusão à inclusão do sequenciamento completo de exoma na tabela de procedimentos do SUS e à investigação etiológica da deficiência intelectual de causa indeterminada. Só que hoje a gente não tem esses custos precificados na tabela Sigtap, por exemplo, e a gente não consegue ainda realizar o exoma para esses pacientes, para que eles entrem pelo SUS, tá? E aqui eu cito um dos artigos de Dwarte, que eu acho bastante interessante: foram realizadas diversas entrevistas com geneticistas clínicos, e eles reportam que conhecem diversos outros geneticistas clínicos que adorariam oferecer o exoma ou o genoma completo, mas isso não é uma possibilidade. Quando a gente fala "adorariam", é porque isso seria um grande diferencial na conduta clínica e na qualidade de vida desses pacientes.

E aqui quero destacar novamente – porque o nosso objetivo aqui é trazer ideias, discutir possibilidades e soluções dentro das políticas da genética clínica – alguns projetos que estão em desenvolvimento e estão trazendo muitos dados para o mundo e para o Brasil. Então, aqui eu faço alusão ao Newborn Genomes Programme, de Londres, da Inglaterra, cujo objetivo é identificar doenças raras, entender como os dados podem ser usados para tratamento e observar os riscos e benefícios do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armazenamento de dados genéticos individuais a longo prazo. Então, eles vão triar mais de mil recém-nascidos ao longo do tempo e observar todas essas coisas. E, aqui no Brasil, nós temos o Genomas Brasil, também em desenvolvimento com o Ministério da Saúde, buscando também aplicabilidade em bancos de dados brasileiros, tecnologias de saúde e acurácia diagnóstica. Ressalto também o ABraOM, que foi um dos primeiros bancos – o primeiro banco, na verdade – de dados genéticos brasileiros, conduzido pela Profa. Dra. Mayana Zatz e o Dr. Michel Naslavsky, lá no Instituto de Biociências da USP; e o Genomas Raros, que é uma iniciativa privada junto ao Ministério da Saúde e também do Hospital Albert Einstein.

Bom, e, quando a gente fala em genética aplicada, quero trazer, dentro ainda da triagem neonatal, o contexto de um trabalho que nós estamos desenvolvendo pelo Instituto Jô Clemente, sob minha coordenação, junto a diversos outros colaboradores, como o Cipoi, da Unicamp; Ribeirão Preto; as Secretarias Estadual e Municipal da Saúde; e sete centros e médicos especializados no atendimento da AME. Então, esse projeto objetiva triar 192 mil crianças para a atrofia muscular espinhal, e, fruto desse trabalho, nós já lançamos também um guia de orientação para diagnóstico, seguimento e tratamento de pacientes identificados pela triagem. Porque, até as últimas consultas públicas que nós tivemos da Conitec, o foco da AME sempre foi muito sintomático e pouco se dava atenção para pacientes pré-sintomáticos, que necessitam de uma via, de um protocolo diferente estabelecido de urgência e de conduta de encaminhamento desses pacientes. Então, nós referenciamos esse guia. Por quê? Porque o Instituto Jô Clemente já tem a experiência de desenvolver protocolos de atendimento, protocolos clínicos, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para as doenças para as quais nós ampliamos na triagem neonatal. Pela ausência dos PCDTs do ministério, então nós precisamos desenvolver, quando nós fizemos ampliação para mais de 50 doenças lá no instituto.

E isso só ressalta áreas que necessitam de mais incentivo do Governo, como, por exemplo, pesquisas nacionais para o desenvolvimento e produção de terapias dessa nova era – que já é uma era completamente atual –, gênicas e moleculares, como mencionado pela Dra. Mayana Zatz; e, também como mencionado por ela, a produção de reagentes e testes em território nacional, porque isso vai trazer a diminuição de entraves de importação, já que a gente sofre com isso, e também a diminuição de impostos de importação.

E, mais do que nunca, propiciar parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas de apoio ao paciente com doenças raras, não só no quesito diagnóstico, mas também com a negociação de custos de tratamento.

E aí, eu nem vou me estender porque a Mayana já falou sobre isso muito bem. Isso tudo pode ser feito através de editais de bolsas, projetos pelo CNPq, Capes e outras entidades estaduais e chamadas públicas nas áreas de doenças genéticas.

E aqui, eu já estou quase finalizando, mas trago também a necessidade urgente da previsão e revisão de orçamento do ministério com relação a infraestrutura e equipamentos para diagnóstico e atendimento de pessoas com doenças genéticas e atualização da tabela SUS com relação a procedimentos e exames.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui eu quero exemplificar com dois contextos. Um deles, uma parte de um trabalho publicado durante o meu pós-doc no grupo da Dra. Mayana Zatz, em que a gente faz um levantamento da implementação de um laboratório de triagem neonatal para AME, mas que pode ser aplicado para o contexto de um laboratório de genética.

E aqui trazendo alguns dos custos que hoje estão na tabela Sigtap e reforçar que isso não cobre as despesas que nós temos com a realização desses serviços. Então, por exemplo, o acompanhamento de um paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, o SUS paga R$17,67 nesse atendimento. E falando aqui também, por exemplo, do acompanhamento da hiperplasia adrenal congênita, em que a tabela preconiza R$27,50. Então, tudo isso tem grande defasagem com o que hoje é realizado na prática.

Como mensagem final, eu gostaria de deixar que nós temos aqui uma oportunidade de aumento e sobrevida de pessoas com doenças genéticas, trazendo qualidade e inserção na sociedade de fato. A necessidade de criação de protocolos clínicos, ampliar isso. A Conitec já faz um excelente trabalho. Não é fácil fazer a revisão desses protocolos, mas a gente precisa ampliar ainda mais isso.

A articulação de todas as esferas do Governo – federal, estadual e municipal – trazendo fluxos de diagnósticos e de tratamento dessas doenças. E a importância de termos grupos especializados e de diversos estados junto ao Ministério da Saúde para auxiliar nessas necessidades específicas.

Então, mais uma vez, eu gostaria de deixar aqui meu agradecimento à Senadora Mara Gabrilli e a todos os membros da Subcomissão Permanente de Doenças Raras.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Vanessa.

Eu queria pedir para os convidados tentarem manter dez minutos de fala. Claro que, se tiver um pouquinho a mais, eu não vou cortar, mas a gente tem várias Comissões. A gente vai ter que ter tempo para encerrar. Tem várias Comissões que a gente tem que participar que estão aprovando orçamentos, está bom?

Então, muito obrigada, Vanessa querida. Vou passar agora a palavra para a Dra. Ândrea Ribeiro dos Santos, que é Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética. Com a palavra, Dra. Ândrea.

A SRA. ÂNDREA KELY CAMPOS RIBEIRO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome da Sociedade Brasileira de Genética, o convite para participar desta audiência pública, que trata de doenças raras. E agradecer a Sra. Exma. Senadora Mara Gabrilli pelo convite para a sociedade também participar desta discussão, que é muito importante para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, rapidamente, eu vou fazer uma apresentação. Eu não iria fazer, mas acho importante colocar como é que a sociedade pensa sobre essas questões envolvendo a genômica, no Brasil.

Então, rapidamente, meu nome é Ândrea Ribeiro dos Santos. Este aqui é meu e-mail. Trabalho na Universidade Federal do Pará (UFPA), na região Norte, que, vocês vão ver, tem uma grande contribuição a dar, do ponto de vista das doenças raras, principalmente por causa dos seus alelos.

Mas, para isso, eu gostaria de, rapidamente, passar o quanto é difícil, do ponto de vista genético, fazer a estruturação de uma população, porque – desculpa – a história dessa população passa por diferentes processos que vão determinar padrões de estrutura populacional distintos, que refletem o povoamento que nós tivemos, desde a nossa origem, lá, enquanto gênero Homo. E o gênero Homo apresenta uma grande capacidade de adaptação à variabilidade do ambiente, à variabilidade climática e à oferta de alimento.

Então, se vocês observarem aqui, nesse mapa à esquerda, quando ele sai do continente africano e migra para o resto do mundo, durante esse processo de migração – agora, aqui à direita, nesse mapa à direita –, ele vai deixando marcas, vai deixando marcadores biológicos, durante esse processo de migração, que conseguem, então, determinar a que grupo étnico pertence e o quanto está caracterizada, do ponto de vista de diversidade genética, aquela população.

Mas por que eu falo desse tema? Porque quando a gente vai falar sobre saúde baseada em genômica, é essencial entendermos que investigar a variabilidade genômica, seja do indivíduo ou da sua população, tem que estar ligada à resolução de questões de saúde, para poder ajudar na genômica personalizada. E, pensando no Brasil, isso é uma tarefa muito difícil, porque o Brasil apresenta populações extremamente miscigenadas. Talvez um dos impactos mais importantes é que nós temos grande ausência de dados genômicos nacionais, que representem todas as regiões que formam o Brasil.

Você tem uma concentração maior na região Sudeste, mas nas outras regiões essas informações não existem, estão subrepresentadas. É exatamente essa subrepresentação de populações que vão ter um grande aporte de alelos específicos e raros, que vão levar a essas doenças raras, que talvez esteja faltando nos nossos bancos de dados, porque o que nós conhecemos, principalmente da região Sudeste, ou Sul e Sudeste, são os alelos já descritos como de origem europeia, mas aqueles alelos que estão representados nos povos originais, nos tradicionais e miscigenados, geralmente não estão dentro desses bancos de dados.

Então, como eu falei, o Brasil é muito heterogêneo e, se nós formos considerar em média, a gente pode dizer que 50% da contribuição de genes são de origem europeia e os outros 50%, de genes de origem ou africana ou indígena, além de outros grupos que têm uma contribuição menor, principalmente japoneses ou asiáticos e do Oriente Médio; mas, de uma maneira geral, a gente pode dividir assim.

E a história do Brasil, na verdade, perpassa vários momentos históricos de formação. O mais impactante foi logo no início, quando tinha os povos indígenas e chegaram as populações europeias junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os africanos que foram trazidos, e, num segundo momento, além desses que já estavam aqui estabelecidos e já miscigenando, nós temos a entrada de novas populações asiáticas e do Oriente Médio.

Bem, então, todo esse quadro é representado por populações parentais indígenas – estão aqui representadas algumas delas, que são os povos originais –; aqui ilustrações de povos que deram origem às populações europeias que entraram no Brasil, e também populações do continente africano, que também estão representadas, principalmente os bantos, os iorubás, entre outros.

Bem, então, o processo de estrutura populacional do Brasil vai produzir uma contribuição muito diferente de acordo com a região do país, uma contribuição estratificada entre as regiões, fixando, portanto, alelos raros nas Regiões Sul e Sudeste, outros alelos raros na Região Nordeste, que não necessariamente são os mesmos que foram encontrados nas Regiões Sul e Sudeste, e também outros alelos na Região Norte, de tal forma que o povo brasileiro apresenta em seu genoma um complexo quebra-cabeça – aqui tem algumas representações da formação.

Quando a gente entra especificamente... vou falar aqui da Região Norte, da Região Amazônica. Ela vai ter uma constituição diferenciada do resto do país, porque aqui você vai ter uma contribuição de cerca de 30% de povos indígenas, que é a maior contribuição de todo... quando a gente compara com todas as outras regiões do país. E temos também contribuição, claro, de populações africanas, mas certamente os povos africanos estão mais representados na Região Nordeste.

Então, esses alelos raros que acontecem na nossa região, na Região Norte, são pouco... eles são subrepresentados, são muito pouco conhecidos. Então, a investigação da variabilidade genética pelo sequenciamento do genoma, quer seja do genoma ou quer seja do exoma, pode auxiliar tanto na prevenção, na resolução de muitos problemas de saúde que acometem aqui a região.

Eu vou dar um exemplo rápido do que o grupo do Laboratório de Genética Humana fez recentemente. Ele fez cerca de 300 exomas entre populações indígenas, pacientes com câncer gástrico com idade menor que 50 anos, e uma população de covid dividida entre graves e não graves.

Então, nós passamos por uma metodologia bastante restritiva, e quando a gente compara esses três grupos que foram investigados – só para ter uma ideia do quanto é importante saber com o que você vai comparar –, quando a gente compara com a referência que todos usam, que é o hg38, aqui na parte de baixo dessas representações de pizzas, a gente não vê muita diferença nas regiões que têm uma consequência na sua leitura, uma consequência na região de leitura, como a gente chama. Mas quando a gente olha especificamente as populações indígenas – e aqui eu chamo a atenção – nós conseguimos detectar, em um número muito pequeno de indivíduos, cerca de 10 mil alelos novos.

Assim como a Dra. Mayana Zatz falou, existem muitos alelos que não estão referenciados. Esses alelos não vão estar lá para a comparação, são alelos novos. Então, eles não vão estar lá na hora de comparar e ver a consequência da presença dessas variantes. Se vocês olharem aqui embaixo, mais uma vez, na parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais debaixo, temos aqui a presença, na região de leitura, de uma gama muito grande de variantes que podem estar danificando, que podem levar à presença de uma doença rara, que é isso que a gente está buscando.

Pegando como exemplo a população da Amazônia em relação ao SARS-CoV-2 e identificando entre grave e não grave, a gente observa uma associação, além daquela associação dos dados bioantropológicos que a literatura tem descrito de forma bem exemplar, pelo menos 355 novos marcadores aqui, representados nesse gráfico, que estão presentes só entre o grupo grave e que não estão representados no grupo não grave. Então, eles me marcam que existem alelos que são específicos.

Quando a gente vai olhar para esses alelos específicos, a maioria deles eram alelos novos também, que nunca tinham sido descritos e que, portanto, só estudando a própria região, a própria população e os indivíduos da região para identificar e investigar o mecanismo, a causa e a consequência da presença desse alelo.

Nós fizemos um teste de associação considerando todas as questões de sexo, idade, entre outros confundidores, e encontramos aqui 18 variantes que estavam associadas com a gravidade na covid, das quais pelo menos cinco nunca tinham sido associadas.

Eu trago aqui só, para vocês verem, que uma delas é no gene MUC3A. A hiperexpressão desse gene de mucina sugere uma inflamação exacerbada ativa na remodulação dos tecidos pulmonares e extrapulmonares, que é uma característica típica nos pacientes graves e muito preocupante. O outro foi o alelo IL17RC, é um receptor. A proteína Pof8, quando se liga à interleucina IL17RC, que está na superfície de monócitos, vai agravar essa resposta inflamatória. E, nas duas situações, tanto da mucina quanto da interleucina, vocês observam que o fator de risco de agravamento é maior que dez. Então, os indivíduos que têm essas variantes têm uma chance dez vezes maior de agravar em relação aos indivíduos que não têm essa variante.

Por outro lado, quando você olha lá o GATA3, que foi um dos marcadores também identificados, nós encontramos altos níveis desse rs, dessa variante e ela, aparentemente, contribui para uma melhor resposta para a infecção do SARS-CoV, que protege esse indivíduo da forma grave.

Então, você tem aqui o oposto dos dois, das duas variantes de cima, de que eu acabei de falar, mas você tem aqui um fator de proteção.

Isso demonstra a importância de a gente entender a estrutura, a distribuição quando a gente está lidando com populações que são extremamente miscigenadas. O exemplo: aqui, em amarelo, eu tenho as populações parentais africanas; em azul, as europeias; e, em verde aqui, eu tenho os povos originais.

Quando você chega na população da Região Norte, miscigenada, você observa que tem a mistura dos três grupos, a miscigenação dos três grupos, portanto, além da observação de alelos raros, você vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observar também, como foi dito pela Dra. Mayana Zatz, a suscetibilidade a determinadas doenças ou o impedimento de doenças mais complexas e assim por diante.

Então, só para... Eu acho que eu pulei, mas...

Então, a assistência de saúde e questões clínicas tem que ser muito importante quando você está lidando com populações ainda pouco assistidas, principalmente do ponto de vista de saúde.

Vocês estão vendo o que está acontecendo na Amazônia. A maioria dos transportes são através de rios para se chegar a vários municípios; agora, com a seca, esse cenário está mudando, está ainda mais difícil. Então, o acesso dessas populações à saúde é muito complexo. Além de tudo isso, você tem ainda a apresentação de riscos elevados para muitas doenças, seja pela predisposição genética, seja pela suscetibilidade.

Então, alguma dessas doenças são muito frequentes na região, como AVC, doenças coronarianas, diabetes tipo 2, obesidade, resistência ou reação adversa ao tratamento, vários tipos de cânceres, como o câncer gástrico, que eu acabei de mostrar, entre outras dependências.

Então, é importante que as populações brasileiras de diferentes regiões geográficas sejam investigadas, uma vez que elas têm história genética distinta, para que sejam identificados esses alelos raros que levam a essas doenças raras, além das doenças oncológicas ou infectocontagiosas também.

E é importante reforçar que o entendimento das doenças raras – ou seja, dos alelos raros – passa pelo levantamento dessa diversidade genética que existe na população brasileira. Então, a Região Norte, a Região Nordeste, a Região Centro-Oeste têm que ser investigadas, porque ali vocês vão encontrar variantes ainda não descritas, cujo tratamento pode ser diferenciado em relação ao que é preconizado, por exemplo, no SUS. Portanto, deve existir uma interação e diálogo entre governos e instituições de ensino e pesquisa.

Aqui eu lembro que a formação de recursos humanos é extremamente importante, e a Sociedade Brasileira de Genética... Aliás, eu acho que todas as sociedades têm trabalhado para que se aumente a formação de recursos humanos, principalmente em nível genômico, em nível de aconselhamento genético – nisso que a gente tem um déficit de mais de 70% mundial, de aconselhadores genéticos. Então, a gente tem que fazer redes colaborativas para a formação de um número maior de profissionais da área da saúde que efetivamente possam atuar nesse aconselhamento.

Antes de finalizar, eu só queria lembrar também que a maioria dessas variantes genéticas identificadas são geradas em qualquer proporção, em qualquer grupo continental; a gente diz que elas são democráticas. Então, elas podem acontecer em qualquer lugar, e vai ter tanto variantes que levam a pressões seletivas do ponto de vista de uma resposta boa quanto de uma resposta ruim.

Eu acho que eu fico por aqui, só para poder dar ainda mais chance de escutar os outros colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Ândrea Ribeiro.

Obrigada pela explanação, obrigada pela participação.

Eu quero convidar agora a Dra. Dafne Gandelman Horovitz, que é Coordenadora Clínica do Centro de Genética Médica e Serviço de Referência em Doenças Raras da Fiocruz, para trazer aqui suas considerações.

Com você a palavra, Dra. Dafne.

A SRA. DAFNE DAIN GANDELMAN HOROVITZ (*Por videoconferência*.) – Ah, está bem.

Meu microfone estava fechado, já está aberto.

Estão me ouvindo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos te ouvindo.

A SRA. DAFNE DAIN GANDELMAN HOROVITZ (*Por videoconferência*.) – É um prazer estar aqui.

Queria agradecer esse convite, oportunidade de apresentar.

Deixem-me só colocar aqui no modo de apresentação. (*Pausa.*)

O.k., estão conseguindo visualizar? (*Pausa.*)

Pronto.

Estão conseguindo ver?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos vendo.

A SRA. DAFNE DAIN GANDELMAN HOROVITZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Eu vou conversar um pouquinho sobre a construção da política no Sistema Único de Saúde, porque eu quero lembrar que a gente tem uma política para doenças raras – que, na verdade, vai englobar a maioria das doenças genéticas – e que tem muita coisa que foi falada aqui que já está prevista nessa política, embora o importante seja, neste momento, a gente fortalecer essa política e sedimentar a política. Eu tive oportunidade de participar dela desde o início da elaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, essa história toda começou lá atrás, em 2001, com o Projeto Genoma, e, quando se sequenciou o genoma humano, o Decit, que é o Departamento de Ciência e Tecnologia do SUS, ficou muito preocupado e convocou uma comissão para discutir, na verdade, o uso e o acesso ao genoma humano, com medo de que fosse feito algum tipo de acesso incorreto naquela época.

Aí, o que aconteceu? Então, foi convocado esse comitê do genoma, e, dentro do grupo que formou esse comitê, estava a Presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica, que na época se chamava Sociedade Brasileira de Genética Clínica – agora, na verdade, é Genética Médica e Genômica. Aí, aquele grupo concluiu que existiam... Na verdade, ela trouxe toda a questão clínica médica relacionada à atenção e à saúde pública. E, dentro das principais conclusões, se viu que existiam problemas básicos de infraestrutura e de acesso – a maioria do Brasil nem sequer estava preparada para a prática da genética clínica – e era difícil prover o acesso universal, incluindo o cuidado, os exames e a tecnologia genômica, apesar de a gente já ter muito avanço aqui naquela área.

Então, o que se concluiu também é que existia uma íntima ligação entre a genética médica, o manejo dos defeitos congênitos e as doenças raras, mas menos de 30% dessa demanda estava sendo atendida pelos serviços existentes. Na época... Quer dizer, eu defendi meu doutorado em 2003 e eu fiz um levantamento em relação aos serviços, o quanto que a gente tinha de estimativa de nascimento de bebês com malformações e doenças genéticas e o quanto os serviços davam conta de atender. Então, a gente viu que a demanda não estava sendo atendida.

E o que acontecia? Foi visto que a gente tinha uma dificuldade muito grande de acesso, os serviços eram muito concentrados nas Regiões Sul e Sudeste, não tínhamos suporte laboratorial suficiente, e o grande problema, a maior questão aí é que a especialidade de genética clínica não era reconhecida no SUS. A maioria dos serviços não estava integrado ao sistema, esses serviços estavam dentro de hospitais universitários de ensino de excelência, mas os geneticistas estavam, muitos deles, meio que em desvio de função, estavam no Departamento de Morfologia, de Endocrinologia ou de Pediatria, sem Departamento de Genética Médica propriamente.

E aí, diante dessas conclusões, em 2004 foi convocado um grupo de trabalho pelo Ministério da Saúde, para elaborar o que se chamou de Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, e eu tive oportunidade de fazer parte desse grupo. Então, foram convocados especialistas para suporte técnico. Entre 2004 e 2006, nós trabalhamos bastante com elaboração do texto, com oficinas regionais, mas, infelizmente... Isso foi uma demanda do próprio Ministério, mas não houve força política para que essa política realmente entrasse. Demorou muito e, quando entrou, não entrou da maneira ideal.

E, finalmente, entrou na Portaria 81, de janeiro de 2009. E aí eu acho que é muito importante notar o que a gente tem aqui, que é, na verdade, uma portaria que institui a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica. Saiu a portaria do gabinete do Ministro, mas não saiu junto a portaria Saes, que seria necessária para que a gente tivesse o financiamento dessa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi o típico exemplo – essa portaria da genética de 2009 – de "ganhou, mas não levou". A política sai, é publicada, a genética clínica pareceu ter sido reconhecida como importante para cuidado e prevenção dos defeitos congênitos e doenças raras, mas nunca foi regulamentada pelo ministério.

Dentro dos obstáculos, o que a gente pode observar é o seguinte. A análise de custos foi meio travada, porque, naquela época, eles pegaram todos os tratamentos especiais de leites, para a triagem neonatal, e de hidrolisados, para intolerâncias proteicas, e botaram no pacote de custo. E vinham chegando também terapias de alto custo para doenças genéticas – naquela época, a terapia de reposição enzimática, principalmente para as mucopolissacaridoses, doença de Fabry, Pompe e por aí vai. E, na verdade, isso nunca esteve na agenda política, porque foi uma demanda do ministério.

Então, isso não passou. Quer dizer, entrou a política, não houve regulamentação, não houve financiamento, e, na verdade, o mais importante era a participação dos usuários. Esses usuários, realmente, foram imprescindíveis para que a gente pudesse ter, mais para frente, uma política.

Finalmente, em 2012, a gente começa a ver uma luz no fim do túnel com o Grupo de Trabalho em Doenças Raras. É uma coisa que foi meio semântica, não é? Parou de se falar de doenças genéticas e começou a se falar de doença rara – e a gente sabe que mais de 80% das raras têm origem genética – e parou de se falar de uma especialidade médica para se falar de doença.

Então, em termos de definição, o que a gente considera? A gente tem várias definições diferentes: pode ser uma doença que afeta menos de uma em cada 200 mil pessoas; menos do que uma em 1,5 mil, nos Estados Unidos; no Japão, pelo número de pessoas; a Comissão Europeia tem outra definição. Na política do SUS, a definição foi a da Organização Mundial da Saúde, que seriam 65 indivíduos para cada 100 mil, o que dá 1,3 por 2 mil.

O que seria uma doença genética? Ela é causada por alterações em genes ou cromossomos habitualmente presentes antes do nascimento. Se a gente considerar uma definição mais ampla de raras, a gente considera essa definição de defeito congênito, que vai incluir as malformações, as alterações no desenvolvimento e as doenças degenerativas, e isso vai configurar, pelo menos, 5% do total de nascimentos, sendo que isso não inclui as doenças que vão se manifestar na idade adulta. A maioria das doenças genéticas a gente sabe que são raras.

Então, em 2012, esse grupo começa a trabalhar, o motor propulsor foram os usuários. E, só reforçando aqui, em termos de doenças raras, a maioria é genética e a maioria são doenças crônicas, progressivas e, muitas delas, degenerativas.

O objetivo desse grupo foi instituir a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no SUS, mas a política não envolve exclusivamente o atendimento clínico pelo médico geneticista, ou o aconselhamento genético, ou mesmo o suporte laboratorial; é tudo, todos os aspectos da atenção em saúde, da atenção primária até a atenção especializada, com o suporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo é dentro da lógica do SUS, é de cuidado integral: promoção à saúde, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação. E, aí, foi considerado que a gente precisava de serviços de referência e serviço de atenção especializada, sempre articulado com a atenção básica. Então, tudo dentro da lógica das políticas de cuidado às pessoas no SUS, tá?

E aí, finalmente, em janeiro de 2014, é publicada a Portaria 199, e a gente vê, pelo título dessa portaria, se a gente comparar com a genética clínica, que ela é completamente diferente, porque aqui diz o seguinte: "Institui a Política [...], aprova as Diretrizes para Atenção Integral [...] e institui incentivos financeiros de custeio". Então, aí sim, a gente pode começar a trabalhar, porque existe a possibilidade de financiamento.

Então, quanto aos eixos estruturantes dessa política de doenças raras, a gente tem basicamente dois eixos: são as raras de origem genética, subdivididas em três grupos – as anomalias congênitas e as de manifestação tardia, a deficiência intelectual associada a doença rara e o erro inato do metabolismo –; e a gente tem as não genéticas, também subdivididas – autoimunes, inflamatórias, infecciosas –, mas tudo para funcionar dentro da lógica do SUS em relação a fluxos, referência e contrarreferência, incluindo procedimentos de investigação e de terapia.

Então, na realidade, esses procedimentos existem, e eles estão na tabela, só que eles entraram na política e eles não entram na tabela ambulatorial, porque, para ter acesso ao exame, você tem que entrar pela clínica, dentro da proposta de atenção integral. Então, com procedimento de investigação e terapia e os tratamentos medicamentosos, esses vinculados a protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, que são extremamente importantes.

Em termos de remuneração e incentivo financeiro, então, a valoração seria R$800 para os grupos de anomalia congênita e deficiência intelectual, e R$600 por Apac para erros inatos do metabolismo.

Esse valor é para englobar toda a rotina diagnóstica, incluindo os exames específicos, de acordo com a necessidade, tá? A cobrança é via Apac, e a gente tem uma lista de CIDs especificados. E, além disso, há um custeio mensal para as equipes nos serviços de referência e de atenção especializada.

Então, na política de doenças raras, foram incluídos vários procedimentos: na análise cromossômica, os valores foram revisados e incluiu a hibridização *in situ* fluorescente; incluiu a investigação de erros inatos do metabolismo; exames moleculares – depois do *array*, posteriormente, entrou o exoma; e entra também o aconselhamento genético, numa valoração diferenciada.

Então, a gente tem os eixos estruturantes, sendo que os tratamentos medicamentosos seriam dentro dos protocolos.

E os serviços de referência em raras devem dar também suporte aos gestores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente tem em termos de medicamento para doença rara é muito pouco. Então, não adianta a gente dizer que a política de raras é impagável por causa dos tratamentos. Isso não é fato. A maioria delas não tem tratamento específico.

Então, o objetivo principal seria diagnóstico: clínico, com especialistas em genética em doenças raras; o suporte laboratorial específico – a gente sai das redes informais e dos projetos exclusivamente, a gente passa a ter remuneração por esses exames. A informação da família em relação a diagnóstico, prognóstico, acompanhamento e aconselhamento genético, tratamento quando disponível e, obviamente, o suporte. Isso é o mais importante, a atenção integral ao indivíduo.

Tem casos que você atende, olha, examina e orienta que não têm nenhum exame a ser oferecido, mas você oferece o acolhimento e o aconselhamento genético.

Então, nós já temos – agora eu acho que já está atualizado. Isso foi do ano passado – 26 serviços de referência em doenças raras – a gente já tem serviço aqui na região Norte e na região Centro-Oeste também –, e a produção desses serviços vem subindo ano a ano.

E, assim, o que é que a gente tem em relação à comparação da política das raras com a genética clínica?

A política de raras, na verdade, engloba a política de genética clínica. A única coisa que não entra é a síndrome de Down.

O câncer hereditário também não está previsto dentro da política e malformações congênitas isoladas.

Agora, os pacientes e as famílias vêm sendo atendidos, o aconselhamento genético vem sendo oferecido, não necessariamente vinculado a uma Apac, e a gente precisa da rede de suporte, de acesso e de sistema de regulação para referência e contrarreferência.

Então, assim, como desafios – a gente tem desafios, obviamente, de regulação –, a gente precisa de mais centros na região Norte, a gente precisa financiar melhor esses exames, a gente está trabalhando com a parte epidemiológica, que é imprescindível...

Eu já estou terminando.

E a gente precisa de um grupo de trabalho para esse acompanhamento permanente da política.

Então, foi promulgado em 2022, pela Sais, uma Câmara Técnica Assessora de Doenças Raras, e eu acho que isso é imprescindível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente tem que considerar que a gente precisa também de ações de prevenção, de aconselhamento genético, de planejamento familiar, do diagnóstico pré-natal e também das opções reprodutivas.

Era isso que eu tinha para trazer.

Eu acho que é um trabalho em construção, mas, neste momento, a gente precisa fortalecer essa política que foi implementada, porque tem tudo para funcionar direito se a gente tiver o suporte correto do Ministério da Saúde.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Dafne. Obrigada por todas as informações e contribuições.

Quero passar a palavra agora para a Dra. Ida Doederlein Schwartz – espero que eu esteja pronunciando seu nome corretamente. Senão me corrija, por favor –, que é a Presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica.

A SRA. IDA VANESSA DOEDERLEIN SCHWARTZ (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

A SRA. IDA VANESSA DOEDERLEIN SCHWARTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer à Senadora Mara pela oportunidade de estar aqui nesta audiência, representando a Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica.

É uma honra falar depois de tantas pessoas ilustres, tantas pesquisadoras que mostraram o seu trabalho na área de genômica.

O meu lugar de fala aqui vai ser o de médica geneticista, e eu gostaria de fazer alguns apontamentos que eu acho importantes em relação à temática que foi proposta para esta audiência.

Então, eu gostaria de definir o que é aconselhamento genético. Eu acho que isso é fundamental para a discussão.

O aconselhamento genético é um processo de comunicação que lida com os problemas humanos associados com a ocorrência ou risco de recorrência de uma doença genética em uma família. É considerado uma ação de saúde que deve ser praticada por pessoas especialmente treinadas para esse fim.

A finalidade do aconselhamento não é prevenir a ocorrência de doenças genéticas, porque, mesmo que eu faça triagem neonatal para todas as condições, mesmo que nós façamos triagem de heterozigotos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em toda a população antes de que haja um casamento, existem algumas condições, como malformações congênitas isoladas ou outras síndromes, que vão ocorrer independentemente de qualquer estratégia que nós utilizarmos. Então, hoje em dia, a definição de aconselhamento genético é uma definição muito mais psicoeducacional.

O que nós queremos com isso? Nós queremos fazer a família, o indivíduo, compreenderem os fatos médicos associados àquele diagnóstico, entenderem como a hereditariedade contribui para a ocorrência daquela condição, compreenderem as alternativas para se lidar com o risco de recorrência, promover autonomia em relação à escolha de um curso de ação que é o mais apropriado para aquela família, de acordo com seus valores éticos e religiosos, por exemplo, e propiciar que seja atingido o melhor ajuste possível à doença em questão.

Aqui nós temos uma figurinha mostrando como é que houve essa evolução do que seria o aconselhamento genético ao longo do tempo.

No início lá dos anos 1900, o modelo adotado era um modelo eugênico. O que o pessoal queria, naquela época, era muito mais melhorar o que era chamado de raça humana, mas passamos depois para um modelo centrado mais no profissional médico e na questão da prevenção da doença. E, hoje em dia, como eu já comentei, a ênfase é muito mais psicoeducacional.

Quais são as premissas, então, do aconselhamento genético? É a utilização voluntária dos serviços, um acesso igualitário à educação, o fornecimento de uma informação na íntegra, a atenção aos aspectos psicossociais e afetivos, confidencialidade, proteção à privacidade e não diretividade. Então, o aconselhamento genético é um processo que inclui múltiplas etapas.

No modelo tradicional, que é um modelo que é preconizado na maior parte do mundo, é centrado, ele deve ocorrer em serviços especializados de genética médica e inclui alguns atos, que são atos, então, médicos, como a investigação e o diagnóstico corretos e o tratamento correto. Só que, obviamente, como a Senadora Mara já comentou aqui no início e como a gente já teve a citação da Profa. Mayana, a equipe multiprofissional, que inclui não somente profissionais médicos, mas profissionais da saúde de várias áreas, é fundamental, então, para a realização desse processo.

Nós não temos uma profissão – e eu estou usando um termo aqui, não aconselhador genético, mas assessor genético – regulamentada no Brasil, e isso é fundamental – vocês depois vão ver nas minhas conclusões – para que o grupo aqui trabalhe para que haja realmente uma regulamentação dessa profissão, haja vista sua importância fundamental nesse processo de aconselhamento genético.

E daí eu passo um pouquinho para a questão da testagem genética, que a Prof. Mayana também já cobriu ali, na sua apresentação, de uma forma exemplar, mas, quando a gente está falando de assistência, de cuidado à população, eu não estou falando de pesquisa, a testagem genética deve ser feita no contexto de saúde e doença. Então, qual é o nosso objetivo quando nós solicitamos um teste genético a um indivíduo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É prevenir o desenvolvimento de uma doença genética e assegurar o diagnóstico e o tratamento precoces, e essa problemática hoje em dia se tornou muito complexa, porque existem, infelizmente, testes genéticos que são de livre acesso ao consumidor e de uma forma, que eu diria, boa, com toda a demanda agora que a gente tem para realizar a ação de testagem genética e que veio associada ao desenvolvimento da genômica.

Em relação aos tipos de testes genéticos, eu não vou comentar, porque já foi comentado pela Prof. Mayana, mas eu quero frisar a questão da triagem neonatal, sobre a qual a Vanessa também fez uma exposição maravilhosa, mas a triagem neonatal também pode ser considerada um teste genético. E aí, nesse contexto, nós temos que lembrar, e a Dafne já falou também, que doenças genéticas não significam o mesmo que doenças raras e que a triagem neonatal pode estar indicada para doenças genéticas, mas pode não estar indicada para algumas e pode estar indicada para algumas doenças que não são genéticas. Então, no rol que nós temos hoje do Sistema Único de Saúde, nós temos doenças infecciosas que estão inclusas na triagem neonatal e nós não podemos misturar, então, os conceitos.

Um outro ponto que eu acho muito importante, que nós comentamos muito brevemente até agora, é em relação à odisseia diagnóstica dos indivíduos com condições raras.

Existe um uso um pouco equivocado desse termo pelo público que não é bem da área. Então, por isso eu acho importante frisar o que é odisseia diagnóstica.

Odisseia diagnóstica é o caminho que é percorrido pelo indivíduo que apresenta alguma condição de saúde desde o início das suas manifestações clínicas até o seu diagnóstico.

Eu estou mostrando esse caminho aqui de uma maneira mais linear para se tornar mais didático, mas ele é um caminho de idas e voltas, fazendo uma brincadeirinha com o meu nome, mas que, no Brasil, se estima que esse tempo dure, em média, cinco anos. É óbvio que depende da condição, e esse dado não é um dado posterior à implementação da política de atenção integral às pessoas com doenças raras. Então, nós ainda estamos trabalhando para gerar a informação de que a odisseia diagnóstica dos indivíduos com doenças raras foi encurtada depois do surgimento dos serviços de referência para doenças raras.

Mas vocês vejam que, se eu quero encurtar o tempo de diagnóstico de um indivíduo com doença rara, ou seja, a odisseia diagnóstica, é óbvio que é muito importante eu ter o serviço de referência e é óbvio que é importante eu ter acesso aos exames, mas não é só isso, gente. Tem muita coisa que acontece antes da entrada do indivíduo em um serviço de referência.

Então, vocês vejam, a própria família tem que ser educada em relação a saber reconhecer manifestações clínicas que podem ser sugestivas de doenças raras. O retinoblastoma, que esteve na mídia, nesses tempos, é um exemplo muito bom de como os pais podem perceber, precocemente, se a criança tem algum problema no olhinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem que ter várias estratégias educativas em relação aos profissionais da atenção básica ou aos profissionais mais generalistas, porque o comum é que essas famílias perambulem, de médico em médico, até que alguém se dê conta – "Ah! Pode ser genético..." – e daí encaminhe para um serviço de referência.

Ao ser encaminhada para um serviço de referência, a pessoa entra em uma fila, e daí entra a questão da regulação e da priorização. Também varia, de estado para estado, o tempo que leva quando você entra na fila e você tem acesso ao serviço de referência.

A Dafne também já comentou que, depois de ser feito o diagnóstico, não para a questão, a gente ainda tem muita coisa para resolver, porque o ideal não é que o indivíduo fique, eternamente, em um Serviço de Referência em Doenças Raras, então, para isso, nós precisamos melhorar esse sistema de referência contra referência para a atenção básica.

Por causa do tempo... Aqui estão recomendações gerais em relação à questão da testagem genética. O que eu vou frisar aqui é que toda a testagem genética deve ser oferecida em um ambiente de aconselhamento genético – levei um susto aqui –, ou seja, você tem que oferecer aconselhamento genético pré e pós-teste. Isso é bastante importante.

Estou mostrando aqui para vocês a produção dos Serviços de Referência em Doenças Raras em relação à realização de aconselhamento genético. Os dados aqui são do Datasus. Por exemplo, em 2023, o ano ainda não terminou, mas o dado mostra que, no mínimo, 10 mil, então, sessões de aconselhamento foram realizadas, dentro do SUS, para indivíduos com doenças raras.

Este aqui é o meu último eslaide, talvez seja o mais importante, porque é a questão dos desafios e soluções para o aconselhamento genético na área da genômica. Esse eslaide foi montado com base nesse artigo que é uma revisão sistemática de literatura e se aplica muito bem à nossa realidade. Então, quais são os desafios que nós enfrentamos frente à crescente necessidade de realização de aconselhamento genético, visto que existe uma crescente demanda pela realização de testes genéticos?

O primeiro desafio é o número limitado de médicos geneticistas; o segundo é a fila de espera para atendimento em genética; e o terceiro desafio é o oferecimento de serviços de genética por profissionais não habilitados para tanto.

Quais seriam, então, as soluções?

Primeiro – já foi comentado e muito bem comentado pela Vanessa –, o uso de telegenética: tanto propiciar a consulta do paciente com o profissional habilitado quanto a assessoria para profissionais não especialistas. Uma outra estratégia seria o aconselhamento genético em grupo. A outra seria a formação da equipe multiprofissional com o aconselhador, o assessor genético na clínica, e o uso de tecnologias de saúde e instrumentos educativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para concluir, a disponibilização de maior acesso à testagem genética nos serviços de referência em doenças raras é apenas um dos elementos que possibilitarão o encurtamento da odisseia diagnóstica dos indivíduos. É necessário um fortalecimento contínuo dos serviços nacionais de referência em doenças raras, e a profissão de assessor genético deve ser regulamentada no Brasil, assim como a sua formação. E, como o aconselhamento genético é uma ação de saúde, sugere-se que a formação seja por meio de residência multiprofissional, ou seja, seguindo as etapas de formação de qualquer profissional de saúde.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Ida. Obrigada pelas contribuições.

Eu quero aproveitar e dizer que temos várias perguntas chegando pelo e-Cidadania e eu queria agradecer a todos que nos assistem, pelo interesse, pelo envio das perguntas. Eu vou ler agora apenas duas delas e aproveitar a presença do Dr. Natan e pedir a gentileza de que, se possível, responda durante sua fala.

A pergunta da Susy Lemes, de Goiás: "Quais as perspectivas quanto à capacitação de profissionais especializados para atender pacientes com alguma condição genética?".

E a da Erika Simões, de Minas Gerais: "Haverá oferta de exames para o diagnóstico de possíveis problemas genéticos nas UBS's e incremento no aconselhamento genético?".

E agora vamos ouvir o nosso último convidado, o Sr. Natan Monsores, da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Muito obrigada, Dr. Natan.

Está com a palavra.

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Mara, e, na sua pessoa, eu cumprimento todas as colegas aqui presentes, a Profa. Zatz, a Profa. Ida, a Dra. Dafne, enfim, tantos outros colegas importantes no campo das doenças raras.

Eu agradeço pela oportunidade ao Ministério da Saúde de estar aqui neste momento, discutindo a questão da política de atenção em genética clínica no SUS.

Em razão do avançado da hora, Senadora, eu vou encurtar minha fala, tocar aqui em alguns pontos e aproveitar para responder às perguntas que foram direcionadas a mim.

Então, em relação à perspectiva de capacitação de profissionais, sim, isso está no nosso horizonte de ações para o próximo ano e já temos conversado com a Dra. Ida, com a Dra. Dafne, enfim, com tantos outros colegas das sociedades científicas, a respeito dessa possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria destacar o excelente trabalho que a própria SBGM já vem fazendo ao longo dos últimos anos, e as instituições de referência também, como o Fernandes Figueira, que tem um portal belíssimo de orientações sobre cuidados para crianças com condições crônicas complexas, e a própria equipe do HCPA, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem diversos trabalhos e publicações voltados para o campo.

Queria chamar a atenção para a cartilha que foi anunciada no último congresso da Sociedade Brasileira de Genética Médica, que traz diversas orientações importantes para os profissionais.

A Dra. Ida certamente vai divulgar, no momento em que assumir a sociedade, esses documentos, e já conta com a parceria do Ministério da Saúde, também, nessa divulgação. Então, há sim perspectiva de a gente capacitar.

Queria tocar numa questão que a Dra. Dafne levantou. Nossa capacitação provavelmente vai estar orientada para os profissionais da atenção básica, no sentido de que eles identifiquem sinais de alerta para várias dessas condições genéticas, várias dessas doenças raras.

Então, é importante, neste momento de fortalecimento da atenção básica no Brasil, que a gente trabalhe, enquanto atenção especializada, em parceria com as equipes da atenção básica, da atenção primária, para que lá no território, lá na equipe de saúde da família, lá onde essas pessoas vivem, onde essas crianças são atendidas, essas condições sejam identificadas, pelo menos no nível de suspeição, para que sejam encaminhadas, sim, para os ambulatórios de genética, para os ambulatórios de atenção especializada na área de doenças raras, para que possam ser adequadamente atendidas.

Em relação à oferta de exames, que foi a segunda pergunta, é importante salientar que a gente está com um projeto de, no próximo ano, fazer oferta estruturada, dentro do Sistema Único de Saúde, de painéis NGS de exoma. Então, isso está em debate interno, no Ministério da Saúde, já temos dialogado com algumas equipes que, possivelmente, receberão o aporte de recursos para aquisição de equipamentos, para que a gente – de forma organizada, mediada por telemedicina, em fila única nacional – dê conta dessas necessidades.

Então, eu acho que respondi, Senadora, a essas duas perguntas iniciais.

Mas eu queria chamar a atenção – já que o debate aqui é a questão da política de genética clínica do SUS, a Portaria 81, que de alguma forma foi subsumida também pela Portaria 199, que é a portaria de doenças raras – para algumas coisas.

Nós temos feito, ao longo deste último ano, enquanto Coordenação-Geral de Doenças Raras, um diagnóstico dos serviços habilitados para doenças raras. E eu queria fazer uma distinção: a Coordenação-Geral de Doenças Raras cuida, sim, dos serviços de referência, dos serviços de atenção especializada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças raras, mas a organização da rede de triagem neonatal está fora da coordenação. Quem cuida disso é a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados, que é uma outra coordenação.

Então, o meu recorte aqui não vai ser em triagem neonatal, vai ser no segmento de cuidado. E a gente já percebeu que um dos gargalos trazidos pela Portaria 199 que vai precisar ser aperfeiçoado é a questão do segmento de cuidado. A Dra. Dafne já falou disso, a Dra. Ida também já tocou no assunto.

Na Portaria 199, nós estabelecemos procedimentos iniciais, que são procedimentos de diagnóstico, que estão valorados na tabela do SUS – recebem R$800 ou R$600 –, mas aí sempre resta para a equipe assistencial, sempre resta para o gestor ali do hospital a dúvida: "E agora? A gente já fez aqui as consultas iniciais no sentido de prover um diagnóstico, fechamos o diagnóstico, e como é a questão do segmento de cuidado? Como é que a gente vai monitorar esse paciente na rotina clínica?". E aí, sim, entra, de fato, a necessidade de nós, enquanto Ministério da Saúde, organizarmos um pouquinho melhor essa questão da rede de genética clínica no SUS.

Com a organização da Portaria 199 e, recentemente, com a publicação da portaria que orienta a atenção especializada no SUS – a gente não tinha esse tipo de política –, a gente começa a ver essa necessidade, com muita força.

Então, como é hoje o atendimento dessas pessoas? Como é que os gestores que nos ouvem, as equipes assistenciais que nos ouvem aqui, podem organizar essa questão do segmento do cuidado? Hoje, nós temos uma consulta médica na atenção especializada, que tem um código específico na tabela SUS, e, como subcódigo, a gente tem um atendimento ambulatorial, que é uma consulta em genética clínica. Essa consulta em genética clínica vai ser faturada pelo gestor municipal ou pelo gestor estadual, dentro de um boletim de produção ambulatorial. Obviamente, a gente sabe que esse tipo de organização ainda está aquém da necessidade que existe hoje. A gente precisa vincular o segmento de cuidado não à atenção especializada no geral, mas sim à existência, quer dizer, à organização que o próprio serviço de referência em doenças raras propicia dentro da estrutura da rede de atenção à saúde.

Mas a gente vai precisar, sim, caminhar para um tipo de habilitação um pouquinho diferente de serviços de referência ou de atenção especializada, que é, de fato, identificar os grupos que existem dentro dos hospitais universitários, ou dentro dos níveis secundários de atenção, com os grupos de genética que aí estão, e dar uma chancela para esses grupos poderem, inclusive, lançar mão da tabela de exames que já existe para raras, para os pedidos de exame que a gente já compõe, hoje, dentro da tabela do SUS.

Então, essa necessidade já está identificada, com o diagnóstico que a gente fez este ano, e a gente tem a expectativa de, nos próximos meses, ou no início do próximo ano, já caminharmos com uma portaria organizando essa estrutura.

Eu já havia salientado aqui, na audiência pública anterior, da qual participei, que a gente já tem feito um diálogo, inclusive, com os hospitais universitários da rede Ebserh, que tem a maior parte desses serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de referência no campo da genética clínica. A gente sabe que alguns desses serviços estão vinculados a serviços de pediatria; outros estão vinculados a serviços de neuro... Enfim, o que a gente vai precisar fazer, enquanto o Ministério da Saúde está no nosso horizonte de ações, é a organização dessa série de ambulatórios, em nível secundário, no campo da genética. E a gente espera, no início do próximo ano, ter boas notícias nesse sentido, para a comunidade de pessoas que vivem com condições genéticas e doenças raras.

Então, isso significa trazer um pouquinho mais para próximo elementos que a Dra. Dafne já destacou e que a doutora Ida também já falou aqui, que é a questão de alcançar as pessoas com Down, alcançar as pessoas com algumas anomalias congênitas importantes que não estão cobertas dentro da Portaria 199, e caminhar também com a questão do aconselhamento genético para questões reprodutivas, para os casais que têm algum tipo de dúvida e para a população em geral.

A gente vive, no século XXI, uma mudança nos paradigmas que orientam o que a gente faz hoje em termos de medicina baseada em evidência. Então, ter a oferta desses serviços estruturados dentro do SUS se torna cada vez mais importante, até também como ponto de apoio à oncologia, à cardiologia, à gastro e a uma série de outras condições que começam a ter a necessidade de uso de painéis genéticos, a necessidade de uso de solicitação de exames. E aí entra a parceria necessária e fundamental do profissional formado em genética, quer seja ele o médico, capaz de orientar tratamentos e pedir exames, mas também os outros profissionais, como os enfermeiros, os biólogos, os biomédicos, que podem fazer algum grau aí de assessoramento genético às famílias, enfim, às comunidades, que foram destacadas aqui, por exemplo, pela Profa. Ândrea. Então, tem grupos populacionais que vão precisar desses profissionais para ter uma atuação ali no território, uma orientação mais específica.

Então, nós, enquanto Ministério da Saúde, estamos sensíveis, já temos esse diagnóstico e esperamos, no próximo ano, já ter uma resposta efetiva para essa necessidade.

Então, Senadora Mara, eu vou parar por aqui, em razão do tempo, mas fico à disposição para maiores perguntas e questões que possam advir da comunidade que está nos assistindo, da senhora ou da equipe que está aqui conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Natan, muito obrigada pelas explicações.

Aliás, eu quero agradecer a todos – foi uma audiência muito enriquecedora – e pedir para todos ficarem muito próximos para a gente continuar a trabalhar em conjunto, principalmente o Dr. Natan, que já está aí do lado esquerdo e é onde a gente vai bater sempre.

Assim, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovarem queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Então, mais um agradecimento, gratidão a todos.

Quero que contem sempre com o meu gabinete e com a Comissão. Estamos à disposição.

Nada mais havendo a tratar – muito obrigada, Dr. Natan, por ter respondido às perguntas dos nossos internautas –, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quinze horas e vinte minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Subcomissão, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Flávio Arns e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Romário, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apresentação de relatório das atividades da Subcomissão**. **Finalidade:** Apresentação de relatório das atividades da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras em 2023. **Resultado:** Aprovado o Relatório. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/05

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo a apresentação do relatório das atividades da Subcomissão em 2023.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado, que transmitirão ao vivo a presente reunião.

Bom, boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer a presença de todos. Hoje apresentamos, depois de muito trabalho e dedicação de todos os membros da CASRARAS, o nosso relatório das atividades da subcomissão.

Primeiro, eu vou me autodescrever para as pessoas cegas que estão nos acompanhando. Eu sou uma mulher branca, de cabelos longos, lisos, castanhos claros. Estou de vestido azul e vermelho. E o ambiente é claro e tem um quadro atrás de mim que mostra o céu.

Eu irei fazer um breve resumo das nossas principais atividades. Não é tão breve assim, mas o nosso relatório está completo. Ele é robusto e está publicado na página da Comissão para todos poderem ter acesso na sua íntegra. Do mesmo modo, está disponível para *download* uma revista que produzimos e que reúne, de modo resumido e ilustrado, em linguagem simples, todas essas informações e as contribuições dos Senadores membros da CASRARAS.

Eu gostaria de agradecer ao Consultor Sebastião Moreira Junior pelo brilhante trabalho e, na pessoa dele, agradecer a todos da Consultoria Legislativa do Senado. E minha gratidão também ao Saulo Kléber, nosso Secretário da Casa e das CASRARAS, por todo o suporte.

Saulo, obrigada por tudo e sua disposição para nos atender ao longo desses meses de trabalho. Gratidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar.) – E agora vamos ao nosso relatório propriamente dito.

Eu começo com uma introdução sobre a mobilização da sociedade pela defesa e ampliação dos direitos das pessoas com doenças raras. Por conta dessa mobilização feita por pessoas com doenças raras, seus familiares e as organizações, o tema acabou ganhando muita força na última década.

O número dessas doenças já identificadas pela ciência médica é estimado em cerca de 8 mil, das quais 75% afetam crianças e 80% têm origem genética, ainda que nem sempre sejam hereditárias. Em cerca de 30% dos casos, as crianças falecem antes de completar cinco anos de idade. Outras doenças raras se manifestam a partir de infecções bacterianas, fúngicas e virais, fatores alérgicos e ambientais, ou são degenerativas e proliferativas.

Nesse contexto, o grande desafio dos sistemas públicos de saúde de todo o mundo, não somente do Brasil, é oferecer uma rede assistencial com serviços especializados no diagnóstico e no tratamento dessas doenças, muitas das quais são de difícil manejo e não contam com tratamento efetivo conhecido.

Desse modo, nós demos sequência aos trabalhos da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, que tinha caráter temporário, criamos a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, por meio do Requerimento n° 53, de 2023, de minha autoria. E o objetivo é manter um acompanhamento permanente do tema pelo Senado e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras. No Brasil, o Ministério da Saúde considera doença rara aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos.

O presente relatório cuida de dar publicidade às atividades da CASRARAS, realizadas no segundo semestre de 2023, notadamente as audiências públicas e os encaminhamentos dados às questões levantadas ao longo dos debates. A realidade das pessoas com doenças raras e de suas famílias é diversa, complexa e, muitas vezes, dolorosa e triste, mas não precisa ser solitária e sem esperança. É por isso que todas as vezes que alguma ação possa melhorar a vida dessas pessoas e de suas famílias, seja na área da saúde ou nas demais áreas da vida, temos todos de nos empenhar para promover a sua inclusão social e transformá-la em realidade passível de felicidade.

Em 2023, o plano de trabalho da CASRARAS foi moldado com um olhar bem abrangente e amplo, pensando em abarcar todos os brasileiros com doenças raras e o primeiro desafio que eles enfrentam é o diagnóstico. Não por acaso, a Subcomissão deu ênfase à fiscalização de duas importantes políticas públicas: o teste do pezinho do Programa Nacional de Triagem Neonatal, que é a Lei nº 14.154, de 2021; e a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, que é a Portaria nº 81, de 2009, e posteriores. O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) é responsável por testar e identificar precocemente bebês com doenças metabólicas, genéticas, enzimáticas e endocrinológicas. O teste do pezinho é o exame feito a partir do sangue coletado do calcanhar do bebê que permite identificar doenças graves com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenir as sequelas, deficiências e até mesmo o óbito que essas crianças podem causar. Além disso, o PNTN visa a acompanhar e a encaminhar a criança durante o processo de tratamento e, por isso, as suas ações devem ser articuladas entre o Ministério da Saúde; Secretarias de Saúde dos estados, municípios e Distrito Federal; e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei).

Em 2021, o PNTN foi ampliado por meio da Lei nº 14.154, de 2021, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, para poder estabelecer um rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. Realizamos uma audiência pública, em 27 de setembro, para debater o estágio atual dessa ampliação do PNTN. A lei determina a ampliação do teste do pezinho, mas, na prática, pouca coisa mudou desde que foi sancionada, já que ainda não houve ampliação do número de doenças criadas e a inclusão dos grupos previstos nas fases 2, 3, 4 e 5 da lei. Desse modo, hoje, muitos bebês que possuem condições raras vão para casa sem diagnóstico para doenças que podem levar a distúrbios orgânicos irreversíveis e deficiências que poderiam ser evitadas.

Na audiência, questões como a dificuldade de exames comprobatórios e a demora no diagnóstico, que pode levar a até cinco anos, foram abordadas pelos representantes da sociedade civil e autoridades que participam da discussão e, durante a audiência, ficou clara a urgência do Ministério da Saúde em exercer seu poder fiscalizador sobre estados que ainda não conseguem cumprir a fase um da lei, com os testes já consolidados no SUS das sete doenças ou condições.

Outra dificuldade é a escassez de centros credenciados para acompanhamento dessas doenças raras. São somente 23, concentrados na Região Centro-Oeste, Sul e Sudeste. E, na sequência da audiência pública, aconteceu uma diligência aos laboratórios do Instituto João Clemente, o IJC, centro de referência no assunto, localizado em São Paulo capital. Essa visita foi realizada em 2 de outubro por mim, Senadora Mara Gabrilli, como Presidente da Subcomissão, que fui acompanhada por nossa Vice-Presidente, a Senadora Damares Alves, e também pelo médico e representante do Ministério da Saúde de São Paulo, o Dr. José dos Santos.

Fomos recebidos pela Superintendente-Geral do Instituto João Clemente, a Daniela Mendes, que percorreu os diversos setores que envolvem a realização do teste do pezinho para entendermos, na prática, todo o processo que envolve a triagem neonatal. O Dr. Santos, durante a visita, reforçou a importância de a Ministra da Saúde Nísia Trindade acompanhar as discussões e coordenar ações para regulamentar a lei aprovada em 2021.

O Instituto João Clemente capacita toda a rede, desde os responsáveis pela coleta do material biológico aos técnicos que realizam os exames e os técnicos que fazem a leitura dos resultados. O percentual de amostras adequadas no Instituto João Clemente é de 99%, graças ao treinamento das equipes – olha a importância do treinamento! –, coordenadas por pelo menos 508 médicos treinados. São treinadas de 5 a 6 mil pessoas por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coleta do material é feita em papel filtro. As amostras chegam ao IJC (Instituto João Clemente) em um prazo médio de três a cinco dias, mas também pode ser em sete dias, dependendo da distância e do tipo de transporte escolhido pelo município. Esse tempo entre a coleta, transporte e análise do material e dos resultados é crucial para a vida do bebê. Portanto, não deve ultrapassar o limite de uma semana. A primeira coleta é feita no hospital onde a criança nasceu. Havendo alteração nos exames, é feita uma busca ativa para que os pais compareçam ao IJC para fazerem o exame de confirmação do diagnóstico.

E essa busca ativa é um serviço crucial, mas ainda tem fragilidades, porque muitos pais não retornam aos laboratórios para a confirmação dos exames em casos de alterações serem detectadas no primeiro exame que foi realizado na maternidade. Mesmo quando o Instituto João Clemente localiza os pais dos bebês para que compareçam para os testes de confirmação, existe uma dificuldade logística quanto ao transporte e, muitas vezes, é necessário acionar o serviço social das prefeituras para a oferta de transporte para esses bebês e seus pais e, desse modo, acelerar o processo de coleta de novo exame, porque, dependendo da condição suspeita, a criança pode vir a falecer sem nem mesmo confirmar a doença.

Por sua vez, a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica já nasceu, em 2009, com grandes desafios estratégicos para a sua implementação, inclusive, sem a previsão de uma fonte de custeio das ações. No entanto, seus objetivos merecem o seu aprimoramento já que a política prevê, entre outras medidas, a organização de uma linha de cuidados integrais, promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, em todos os níveis de atenção, por equipe multiprofissional, com atuação interdisciplinar, assim como capacitação de profissionais e incentivo às pesquisas.

Realizamos, em 14 de novembro de 2023, audiência pública que trouxe, entre outras questões, um importante gargalho em nosso país: a falta de profissionais qualificados em genética médica, o que leva as pessoas com doenças raras a enfrentar verdadeiros périplos em busca de diagnóstico. E, segundo os debatedores, o tempo para que o paciente possa descobrir o que o afeta pode variar entre 7 a 10 anos, levando a pessoa a inúmeros especialistas e exames sem que se chegue a um diagnóstico preciso. Outro aspecto também são as dificuldades da população para acessar esses exames especializados, incluindo testes moleculares e genéticos.

Também incluímos no plano de trabalho uma doença prevalente nas pessoas idosas, que traz impactos na memória, na marcha, na função do esfíncter e pode levar à demência, que é a hidrocefalia de pressão normal. A audiência pública, realizada em 4 de outubro, demonstrou que a hidrocefalia de pressão normal é, muitas vezes, confundida com Alzheimer e Parkinson, doenças ainda sem cura. No entanto, a hidrocefalia tem cura por meio de uma neurocirurgia. No entanto, a dificuldade de diagnosticá-la também tem prejudicado muitas pessoas, dificultando o acesso ao tratamento.

As histórias surgem sempre bem parecidas, mas nem sempre tem o mesmo fim. A pessoa idosa começa a demonstrar perda de memória, apatia e confusão mental. Os sintomas se agravam com a alteração na marcha, incontinência urinária e demência. Tudo isso impacta profundamente toda a família, mas o final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser bem mais otimista, já que a cirurgia consiste em aliviar um pouco da pressão na cabeça por meio da colocação de uma válvula. Essa válvula é responsável por drenar o excesso de líquido, para poder reverter prontamente os déficits neurológicos e permitir que a pessoa idosa retorne a seu processo gradual de envelhecimento, sem perder movimentos e autonomia. É uma doença que tem cura. Segundo os especialistas na doença, ainda não há disponibilidade da válvula programável ou mecanismo antigravitacional para os pacientes do sistema público. Por tamanha importância, apresentamos a Indicação nº 94, de 2023, ao Ministério da Saúde para sugerir à Conitec a avaliação de incorporação dessa tecnologia.

Por fim, em tema relevante e relacionado aos diagnósticos, a CASRARAS discutiu, em 18 de outubro, o acesso às fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo, doenças que já são diagnosticadas pelo teste do pezinho. O termo "doenças metabólicas" engloba uma série de doenças; no entanto, entre as doenças metabólicas, há um grupo de condições metabólicas raras, todas de origem genética, chamadas de "erros inatos do metabolismo". Elas são causadas por uma alteração dos genes, condicionada antes do nascimento do bebê. E, como resultado desse mal funcionamento, o corpo não aproveita de maneira adequada os alimentos ingeridos e, consequentemente, é incapaz de produzir o metabólico necessário. Diante disso, faz-se necessário ter acesso às fórmulas nutricionais especiais do sistema público de saúde.

No entanto, o cenário atual não é simples e, de acordo com os debatedores, há estados no país em que a distribuição das fórmulas nutricionais não ocorre de forma organizada e frequente. A falta do composto leva à perda de peso dos pacientes, a graves prejuízos de desenvolvimento e a deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, que poderiam ser evitadas e muitas vezes levam ao óbito daquela criança.

Simone Arede, uma das fundadoras do grupo Mães Metabólicas, expôs na audiência que toda família que convive com uma criança, adolescente ou adulto que necessite de fórmula, em algum momento passará pela falta desse alimento e vai ficar à mercê da justiça. E, durante a audiência, Simone Arede pediu licença para demonstrar o desafio que é preparar as duas únicas fórmulas de diferentes marcas disponíveis no Brasil. Os compostos são difíceis de diluir e são praticamente impalatáveis. Nós provamos, não é, Senador Arns? Sem mostrar os rótulos, alguns Senadores puderam verificar o forte odor e o aspecto nada atrativo, exemplificando o sofrimento para uma criança ou adolescente em idade de crescimento poder alimentar-se.

Em decorrência das questões levantadas durante as atividades relatadas, foram adotadas, todavia sem exaurir todas as atividades, as seguintes providências no âmbito das atribuições e competências do Senado Federal:

– Envio do Requerimento n° 109, em 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "requer que sejam prestadas pela Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre a implementação dos preceitos da Lei n° 14.154, de 26 de maio de 2021, que tornou obrigatória a realização do teste do pezinho ampliado em todo o território nacional.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Envio do Requerimento nº 320, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "requer que sejam prestadas pela Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, que requer informações sobre a publicação de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da Lipofuscinose Ceróide Neuronal Tipo 2 (CLN 2) – também conhecida como doença de Batten –, necessário para orientar o tratamento das pessoas com a doença no âmbito do SUS.".

– Envio também do RQS nº 5.559, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "requer que sejam prestadas pela Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade de Lima, informações sobre a publicação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), a pactuação das tecnologias incorporadas e o efetivo início da dispensação.".

– Envio também do RQS nº 589, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "requer que sejam prestadas pela Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) voltadas para a atenção às pessoas com erros inatos do metabolismo.".

– Envio da Indicação (INS) nº 13, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "sugere a Sua Excelência a Ministra de Estado da Saúde que proponha a criação, na estrutura do Ministério da Saúde, de órgão específico responsável pela assistência à saúde dos pacientes com doenças raras.".

– Envio também da INS nº 89, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "sugere ao Ministério da Saúde que a ANS incorpore tecnologias avançadas imediatamente após aprovação da Anvisa.".

– Envio da INS nº 94, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que "sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Sra. Ministra de Estado da Saúde, que adote as medidas necessárias para que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) proceda à avaliação da incorporação de válvula programável com mecanismo antigravitacional para o tratamento da hidrocefalia de pressão normal.

– Realização de reunião com a Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para discutir os problemas no transporte das amostras biológicas do PNTN dos pontos de coleta até os laboratórios.

– Realização de diligência externa no Instituto Jô Clemente, a fim de examinar o fluxo de ações para a realização dos exames de rastreio no âmbito do PNTN.

– Envio do Ofício nº 47/2023, da CAS, ao Conasems, acerca de informações sobre o cumprimento do Programa Nacional de Triagem Neonatal pelos municípios.

– Envio do Ofício nº 49/2023 ao Conass, acerca de informações sobre o cumprimento do Programa Nacional de Triagem Neonatal pelos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Protocolo do PL 5.771/2023, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

– Elaboração de um relatório de atividades em formato de revista, com linguagem acessível ao público em geral, a ser disponibilizada na página da CASRaras e no meu *site* maragabrilli.com.br – a gente está apresentando? (*Pausa.*)

Isso aqui está na revista.

Considerações finais.

Nesse início de funcionamento da CASRaras, foi possível debater com profundidade uma série de temas caros à comunidade envolvida com os cuidados às pessoas com doenças raras, em especial pais, familiares e profissionais de saúde. Diversas iniciativas foram adotadas a fim de endereçar as questões levantadas durante as apresentações e debates, tanto no âmbito do Senado Federal quanto por provocação a outros órgãos governamentais. Medidas adicionais certamente serão propostas nos próximos meses, como desdobramentos das atividades desempenhadas no âmbito da Subcomissão.

Para dar continuidade a esse processo – que teve um desempenho bastante satisfatório no primeiro semestre de suas atividades, com perspectivas de ampliar o escopo dos temas a serem debatidos nas reuniões vindouras –, no início da próxima sessão legislativa nos debruçaremos sobre a Portaria nº 199, de 2014, do Gabinete do Ministério da Saúde, que há quase uma década instituiu no âmbito do SUS a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

Pode-se, assim, concluir que a instalação da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras constitui uma resposta efetiva do Senado Federal à mobilização da sociedade em torno da matéria.

Quero também dizer que estou muito feliz com essa nossa publicação. Eu quero parabenizar todas as equipes responsáveis pela elaboração do material, meus colegas Senadores, que contribuíram com o conteúdo e deixo aqui o convite para todos acessarem a revista na íntegra no *site* da Comissão e em meu *site*.

Muito obrigada.

Eu coloco o relatório em discussão. (*Pausa.*)

Ah, só para mostrar para vocês, então, a revista impressa, que a gente vai conseguir imprimir logo, logo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, mas a virtual já está disponível.

Senador Arns. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – O.k.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la – permita-me chamá-la de você –, cara amiga, Senadora Mara Gabrilli, também os demais Senadores e Senadoras, as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado e dizer da alegria de estarmos tendo assim oficialmente disponibilizado o acesso ao relatório final da Subcomissão. É muito importante toda a comunidade brasileira saber que existe uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, que é saúde, assistência, trabalho, especialmente dedicada ao debate, aos encaminhamentos, ao apoio, enfim, a tudo o que for necessário que o Parlamento possa fazer a favor das pessoas e das famílias com doenças raras.

É um canal muito importante a Subcomissão presidida pela Senadora Mara Gabrilli. É muito importante porque a Subcomissão pode ter acesso aos tribunais, sejam locais, regionais, nacional, ao Ministério da Saúde, à Anvisa, aos outros ministérios. Nem sempre é uma questão de saúde, mas também de assistência, de educação, de trabalho, mas sempre sob o título de doenças raras e da promoção da cidadania.

A gente aproveita, na verdade, todas as oportunidades para levantar o assunto. A Ministra da Saúde, por exemplo, esteve presente na CAS, em audiência pública, e todos os pleitos foram apresentados a ela. E é importante sempre o assunto vir à tona. Na semana passada, ainda tive a oportunidade de estar na Anvisa, discutindo várias situações também com toda a diretoria e entre elas a questão de doenças raras. Todos os membros da Comissão ficamos à disposição das associações e federações para escutar, dialogar e esclarecer. Então isso é muito importante.

Estamos num momento de apresentação do relatório, mas principalmente que a comunidade saiba que estamos juntos, que estamos à disposição das famílias, das pessoas, dos profissionais da área e que a gente quer, na verdade, que os caminhos sejam pavimentados, abertos, para que a vida possa ser com mais dignidade, com mais respeito, com mais esperança, e que esses direitos sempre sejam concretizados.

Parabéns, Mara!

Estou vendo a Damares também. Parabéns, Damares!

Parabéns a todos e todas que nos acompanham.

E uma nota de otimismo. Vamos em frente, desejando Feliz Natal, Feliz Ano Novo, e que o espírito de Natal permaneça em nossos corações, no decorrer de todo ano de 2024 – de solidariedade, de amor e de comprometimento com o ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abração!

Parabéns, Mara. Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senador, muito obrigada pela parceria de sempre, pela amizade, pelo carinho e pela dedicação, para ver nossos "raros" estarem sempre em situação melhor de saúde.

Gratidão mesmo.

Senadora Damares, nossa Vice-Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Oi Mara.

Estão me ouvindo bem, não é?

Mara, primeiro, eu quero parabenizar pelo relatório. Geralmente, um relatório legislativo – eu estou aqui nos bastidores há muitos anos –, é um documento chato, enfadonho, feio... Mas a forma como esse relatório está sendo apresentado é tão delicada, está tão bonito... E eu quero aqui, Mara, cumprimentar a equipe técnica, esses meninos e meninas que ficam nos bastidores com a gente, esses heróis anônimos que o Brasil às vezes não conhece.

Olha aí! Parabéns, menino! Aí, Brasil, este é um time de peso. A forma como eles trouxeram, essa forma linda, doce e leve, de apresentar um assunto delicado e apresentar números, apresentar os gargalos, e com tanta singeleza.

Eu fiquei muito feliz, fiquei bonita na foto – obrigada por ter escolhido uma foto bonita –, mas eu quero chamar a atenção, Mara, para um fato. Quem viu passar aí as páginas, viu Parlamentares novos envolvidos com o tema. E eu acho que esta Subcomissão reuniu pessoas diferentes. Por muito tempo, Mara, você, o Senador Flávio Arns, o Romário... Eram vocês aqui gritando, gritando, um ou outro vindo com vocês, mas esta Subcomissão deu oportunidade para Senadores que estão chegando na Casa, como eu, o Alan Rick e o Efraim se envolverem com o tema, sob a sua Presidência e esse seu jeito especial de agregar todo mundo, motivando todo mundo a dar respostas.

E aí, Mara, a forma como as famílias raras estão se vendo nesta Subcomissão também. Quando chego para uma audiência pública, para além dos problemas que elas trazem, das suas necessidades, o acolhimento que a Subcomissão tem dado a esse público. E a gente vê no rostinho das pessoas que estão participando dos trabalhos, das Comissões, das diligências, muita esperança.

E aí, Mara, a nossa responsabilidade aumenta, e aumenta muito, porque eles estão depositando, nesta Subcomissão, esperança e expectativa, mas a gente está fazendo o que pode. Eu sei como as nossas equipes estão trabalhando muito, juntas e unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para as famílias raras do país que tem um grupo aqui unido que decidiu que as doenças raras serão pauta prioritária e estarão na mesa todos os dias sendo debatidas aqui. Então, eu acho que, para além de um relatório, a gente apresenta hoje resposta de que nós não vamos baixar a guarda.

Parabéns, minha Presidente Mara! Parabéns a toda a equipe e a todos os membros da Subcomissão!

Eu estou muito feliz de fazer parte desta Subcomissão, mas muito feliz de ser a Vice-Presidente da nossa Presidente Mara.

Que Deus a abençoe, Presidente, e os demais membros!

Senador Flávio, vocês não estão mais sozinhos. Nesta Subcomissão, nós estamos reunindo um exército que quer realmente dar respostas, e quer realmente acolher, e quer realmente fazer uma discussão séria, e quer realmente encontrar soluções.

Que Deus abençoe a todos vocês!

Parabéns!

Já vou começar a distribuir agora de forma *online*, mas eu quero a forma impressa também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares, amiga. Obrigada também pela parceria. Obrigada pela companhia na diligência. Obrigada por tudo. Obrigada por presidir também a sessão nos momentos em que eu não pude.

Agradeço a todos, principalmente, às pessoas com doenças raras e seus familiares que acreditam no nosso trabalho e vêm a Brasília para participar das audiências públicas, porque acreditam que a gente está trabalhando por eles. E acho que a nossa revista mostra o tema principal: os raros importam, importam muito para a gente.

Obrigada. Gratidão a vocês.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

Que emoção!

Antes de encerrarmos a reunião, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência dos Senadores Davi Alcolumbre e Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41ª Reunião, Ordinária. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Sistema Tributário Nacional. **Tramita em Conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022, e com a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019.** **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 420, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 552, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 657, 666, 669 e 670, na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Eduardo Braga favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 95, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 344, 345, 346, 347,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

348, 352, 366, 375, 377, 378, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 408, 409, 415, 420, 421, 422, 430, 433, 436, 437, 439, 443, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 459, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 499, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 554, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 564, 571, 577, 578, 579, 580, 581, 590, 593, 594, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 604, 608, 612, 613, 615, 616, 619, 620, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 653, 657, 659, 663, 664, 665, 666, 668, 669, 670, 688, 694, 713, 719, 722, 724, 730, 731, 740, 741, 745, 746, 747, 748, 749, 751, 752, 753, 754, 758, 760, 766, 767, 769, 773, 774, 775, 778, 784, 793, e 795 nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022, e as demais emendas apresentadas. **Observação:** Em votação em globo, foram rejeitados os requerimentos de destaque individuais. Nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF, são colocadas em votação as seguintes emendas destacadas. Emenda nº 105, rejeitada por 17 (dezessete) votos contrários e 9 (nove) votos favoráveis. Emenda nº 702, rejeitada por 16 (dezesseis) votos contrários e 10 (dez) votos favoráveis. Emenda nº 714, rejeitada por 19 (dezenove) votos contrários e 7 (sete) votos favoráveis. Emenda nº 736, rejeitada por 16 (dezesseis) votos contrários e 10 (dez) votos favoráveis. Emenda nº 783, rejeitada por 19 (dezenove) votos contrários e 7 (sete) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 41ª Reunião, Ordinária.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, eu ia pedir para ler a ata, mas pensei...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para ler a ata?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pensei melhor. Pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu não aprovo.

A ata está aprovada, com o voto contra do Senador Jorge Kajuru, e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

A reunião ocorre de modo presencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital.

Informo que, em cumprimento ao Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, não será admitida a participação e o uso da palavra de maneira remota nas sessões deliberativas das Comissões. Além disso, somente será possível a votação pelo aplicativo se houver sido previamente registrada a presença de maneira física nas dependências da Casa.

Quem estiver no plenário da Comissão pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas e igualmente para o registro de presença.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem acessar a área parlamentar e procurar a votação da CCJ em curso, identificada também pelo nome da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e acolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto.

Item único da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Autoria: Deputado Federal Baleia Rossi e outros.

Relator da matéria: Líder Eduardo Braga.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 110, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 420, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 552, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 657, 666, 669 e 670, na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nos 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas.

Observações:

- Foram apresentadas 718 emendas à Proposta, tendo o relator se manifestado sobre as emendas nº 1 a 670;

- Foram realizadas 9 audiências públicas para instrução da matéria;

- Em 25/10/2023 a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 25/10/2023 foram apresentadas a Emenda nº 671, de autoria do Senador Carlos Viana; as Emendas nº 672 a 691, de autoria do Senador Efraim Filho; e as Emendas nº 692 e 693, de autoria do Senador Carlos Portinho, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 30/10/2023 foram apresentadas as Emendas nº 694 a 695, de autoria do Senador Jorge Kajuru, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 31/10/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 696 e 697, de autoria do Senador Efraim Filho; a Emenda nº 698, de autoria do Senador Plínio Valério; a Emenda nº 699, de autoria do Senador Magno Malta; a Emenda nº 700, de autoria do Senador Laércio Oliveira; e a Emenda nº 701, de autoria do Senador Weverton, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 1º/11/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 702 e 710, de autoria do Senador Efraim Filho; Emenda nº 703, 705, 706 e 709, de autoria do Senador Laércio Oliveira; Emenda nº 704, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro; Emenda nº 707, de autoria do Senador Eduardo Gomes; Emenda nº 708, de Autoria do Senador Alessandro Vieira, Emenda nº 711, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas nº 712 a 717, de autoria do Senador Mecias de Jesus; e a Emenda nº 718, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório).

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 95, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 344, 346, 347, 348, 352, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 408, 409, 415, 420, 421, 422, 430, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 499, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 554, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 564, 571, 577, 578, 579, 580, 581, 590, 593, 594, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 650, 651, 657, 659, 663, 664, 665, 666, 668, 669, 670, 694, 719, 724, 730, 731, 740, 745, 746, 747, 748, 749, 751, 752, 753, 754, 758, 760, 766, 767 e 769, nos termos do substitutivo que apresenta o Relator, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022, e as demais emendas apresentadas.

Algumas observações:

- Foram apresentadas 718 emendas à proposta, tendo o Relator se manifestado sobre as Emendas nºs 1 a 670;

- Foram realizadas nove audiências públicas para instruir a matéria;

- Em 25/10/2023 a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 25/10/2023 foram apresentadas a Emenda nº 671, de autoria do Senador Carlos Viana; as Emendas nºs 672 a 691, de autoria do Senador Efraim Filho; e as Emendas nºs 692 e 693, de autoria do Senador Carlos Portinho, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 30/10/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 694 a 695, de autoria do Senador Jorge Kajuru, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 31/10/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 696 e 697, de autoria do Senador Efraim Filho; a Emenda nº 698, de autoria do Senador Plínio Valério; a Emenda nº 699, de autoria do Senador Magno Malta; a Emenda nº 700, de autoria do Senador Laércio Oliveira; e a Emenda nº 701, de autoria do Senador Weverton, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 01/11/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 702 e 710, de autoria do Senador Efraim Filho; Emendas nºs 703, 705, 706 e 709, de autoria do Senador Laércio Oliveira; Emenda nº 704, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro; Emenda nº 707, de autoria do Senador Eduardo Gomes; Emenda nº 708, de autoria do Senador Alessandro Vieira; Emenda nº 711, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso; Emendas nºs 712 a 717, de autoria do Senador Mecias de Jesus; e Emenda nº 718, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, à PEC nº 45, de 2019 (dependendo de relatório);

- Em 06/11/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 719 e 722, de autoria do Senador Laércio Oliveira; n° 720, de autoria da Senadora Zenaide Maia; nºs 721 e 734, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso; nºs 723 e 724, de autoria do Senador Zequinha Marinho; nº 725, de autoria do Senador Omar Aziz; nº 726, de autoria do Senador Weverton; nºs 727 a 729, de autoria do Senador Carlos Viana; nº 730, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo; nºs 731 e 734, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso; nº 732, de autoria do Senador Zequinha Marinho; nº 733, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 735, de autoria do Senador Angelo Coronel; as Emendas nºs 736 a 740, de autoria do Senador Carlos Portinho; a Emenda nº 741, de autoria da Senadora Mara Gabrilli; a Emenda nº 742, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso; as Emendas nºs 743 a 748, 751 a 754, 758 a 760 e 766, de autoria do Senador Fabiano Contarato; as Emendas nº 749 e 750, de autoria do Senador Esperidião Amin; a Emenda nº 752, de autoria do Senador Marcelo Castro; a Emenda nº 753, de autoria do Senador Izalci Lucas; a Emenda nº 755, de autoria da Senadora Zenaide Maia; as Emendas nºs 756 e 757, de autoria do Senador Giordano; a Emenda nº 759, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo; as Emendas nºs 761 e 762, de autoria do Senador Angelo Coronel; a Emenda nº 763, de autoria do Senador Mecias de Jesus; as Emendas nºs 764 e 767, de autoria do Senador Carlos Viana; a Emenda nº 765, de autoria do Senador Jader Barbalho; a Emenda nº 768, de autoria do Senador Eduardo Gomes;

- Em 07/11/23, foram apresentadas as Emendas nºs 769, de autoria do Senador Fabiano Contarato; as Emendas nºs 770 e 771, de autoria do Senador Ciro Nogueira; a Emenda nº 772, de autoria do Senador Alan Rick; a Emenda nº 773, de autoria do Senador Jaques Wagner; as Emendas nºs 774 a 776, de autoria do Senador Efraim Filho; e a Emenda nº 777, de autoria do Senador Sergio Moro (todas dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Relator da matéria, para proferir o seu relatório sobre as emendas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, mais uma vez, agradeço a V. Exa. por ter me designado para esta honrosa missão.

Quero cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, desta feita, eu peço permissão a V. Exa. para ler o complemento do voto, tendo em vista, Senador Kajuru, que desta feita aumentamos o número de emendas acatadas para 247 – foram 247 emendas acatadas.

Então, vamos ao relatório.

No dia 25 de outubro, tivemos a oportunidade de apresentar nosso relatório sobre as Propostas de Emenda à Constituição nsº 45 e 110, de 2019, e nº 46, de 2022, as quais propõem alterações no Sistema Tributário Nacional, com ênfase nos tributos sobre o consumo.

Nosso relatório analisou as três propostas, tanto em relação aos aspectos formais e constitucionais, quanto em relação ao mérito. Concluímos pela aprovação da PEC nº 45, de 2022, com a consequente prejudicialidade das demais. Todavia, para contemplar ao máximo as contribuições dos diversos palestrantes que aqui estiveram nas nove audiências públicas, e, principalmente, as então 670 emendas das Sras. e dos Srs. Senadores, oferecemos substitutivo à consideração deste colegiado.

No substitutivo, conforme exposto no relatório, buscamos ajustar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a proposta original em nove eixos principais, mas sem desnaturar o hercúleo trabalho feito pela Câmara dos Deputados.

Esse relatório ficou disponível para análise da Casa durante duas semanas, quando toda a sociedade pôde constatar nossa intenção de produzir um texto equilibrado e que alcançasse o consenso em torno dos objetivos centrais desta reforma, quais sejam: simplificação, justiça tributária e limitação ao aumento da carga sobre os contribuintes.

Eu quero repetir, pedindo a atenção dos colegas Senadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero repetir, pedindo atenção aos colegas Senadores: com a limitação do aumento da carga sobre os contribuintes.

O principal legado do relatório que apresentamos no dia de hoje nesta Casa é estabelecer uma trava, uma trava sobre a carga tributária, uma carga tributária que não permitirá que haja aumento de imposto para o contribuinte. Eu entendo a euforia dos companheiros, mas esse é um tema central do nosso relatório.

Portanto, eu quero repetir novamente: fizemos uma trava sobre a carga tributária que levou em consideração os anos de 2012 a 2022, criando um valor de referência sobre essa carga e projetando os quatro primeiros anos de implementação seja do CBS, seja do IBS para auferir uma média. Esta média, comparada com o valor de referência, se for maior, obrigará à redução da alíquota. Se for menor ou igual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abre-se espaço para a implementação de políticas públicas, portanto, garantindo o fundamento da neutralidade da carga tributária para o contribuinte. Esta é uma fórmula que equilibra, de um lado, o crescimento da base tributária e, ao mesmo tempo, a expectativa do crescimento do PIB.

Nós recebemos várias propostas de trava de carga tributária. Uma delas, Senador Moro, era para pegar a receita tributária atual dos cinco impostos, da ordem de R$1 trilhão, e vincular à inflação, somada ao IPCA. Ora, e quando o PIB for zero? Nós teremos aumento de carga tributária. E quando o PIB for negativo? Nós teremos aumento de carga tributária. Pela fórmula apresentada no relatório, não: quando o PIB for zero, não poderá haver aumento de carga tributária; quando o PIB for negativo, não poderá haver aumento de carga tributária. Ao contrário, se permanecer perante a média o aumento de carga tributária, terá que reduzir a alíquota, para que ele fique dentro do mandamento constitucional do valor de referência da carga tributária.

No entanto, ainda que consideremos cumpridos esses objetivos, ainda há, na condição de Relator, um longo caminho de debates, discussão e negociação até o momento da votação.

A prova disso foi a apresentação de quase cem emendas até o momento, o que nos obriga a apresentar esta complementação de voto. Aproveito esta complementação para proceder a ajustes pontuais no substitutivo, seja para acolher total ou parcialmente alguma das emendas, seja para fazer correções técnicas no texto já apresentado.

Todos os ajustes serão devidamente explicados.

A análise.

O primeiro conjunto de correções propostas no voto proferido no dia 25 de outubro decorre de observações feitas pelas assessorias dos partidos e Lideranças em relação a erros de remissão e de numeração. Vamos nos abster de indicá-las individualmente, mas aproveitamos para agradecer a todos os que contribuíram para esses reparos e correções.

Em relação às emendas, vamos nos concentrar nas que consideramos meritórias e que, por essa razão, terminaram sendo acolhidas, total ou parcialmente.

As emendas 730 e 731, dos eminentes Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Vanderlan Cardoso, recuperam a redação original do *caput* do §6º do art. 156-A na parte que trata de regimes específicos ("disporá sobre" no lugar de "poderá estabelecer"). Acolhemos ambas as emendas, pois a redação original dá mais segurança aos setores atendidos pelos regimes específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda 752, do Senador Marcelo Castro, também retoma o texto da PEC 45, de 2019, aprovado na Câmara dos Deputados, especificamente em relação ao inciso IV do §3º do art. 9º, que trata da "redução de alíquota para atividades de reabilitação urbana".

E aqui eu peço novamente a atenção dos Srs. Senadores, porque é uma correção importantíssima no relatório de 25 de outubro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós estamos retornando ao texto a redução de alíquotas para atividades de reabilitação urbana de zonas históricas. Convencemo-nos do mérito da referida isenção, que beneficiará os centros históricos das nossas cidades, tradicionalmente abandonados e esquecidos pelo poder público, transformados em verdadeiros depósitos da marginalidade.

No art. 9º, §1º, inciso VII, inserimos o adjetivo "público" para caracterizar o serviço de transporte coletivo de passageiros, sanando qualquer eventual dúvida sobre o exato alcance da alíquota reduzida. Com isso, acatamos as Emendas nºs 408, do Senador Weverton, 499 e 564, estas do Senador Alessandro Vieira.

Ainda no mesmo dispositivo:

(i) incorporamos a aquisição de medicamentos e dispositivos médicos adquiridos pela administração pública e por entidades de assistência social sem fins lucrativos na alíquota zero. Com isso, atendemos a Emenda nº 745, do Senador Fabiano Contarato. Trata-se de medida importante para equiparar o tratamento tributário do revendedor nacional, hoje prejudicado pela importação direta por entidades imunes;

(ii) realocamos os serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos para zerar a alíquota tanto da CBS quanto do IBS incidentes sobre eles. A importância dessas instituições na pesquisa e desenvolvimento tecnológico justificam a medida. Com isso, acatamos as Emendas nºs 749 e 753, do Senador Esperidião Amin e do Senador Izalci;

(iii) acolhemos a Emenda nº 581, da Senadora Mara Gabrilli, e esclarecemos que as composições para nutrição enteral e parenteral e as composições especiais e fórmulas nutricionais destinadas às pessoas com erros inatos do metabolismo são consideradas medicamentos para fins de concessão de tratamento diferenciado;

(iv) acolhemos a Emenda nº 668, da Senadora Mara Gabrilli, que preserva a atual isenção na compra de automóveis por pessoas com deficiência ou no espectro autista, bem como por taxistas. Não é razoável que um benefício já consolidado e de tamanha importância para esses dois grupos de beneficiários seja extinto por mera mudança e fusão de tributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 128 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), modificamos a redação do §3º, também sem alterar o mérito. O exato motivo é deixar mais claro que o benefício fiscal, industrial ou não, tenha o formato ou desenho que tiver, será reduzido na exata proporção da redução do ICMS prevista no *caput* do art. 128. A alteração se fundamenta nas razões da Emenda nº 760, do Senador Fabiano Contarato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acolhemos a Emenda nº 694, do Senador Jorge Kajuru, que mantém as vinculações atualmente existentes para universidades e instituições educacionais. Não se pode correr o risco de que, à falta de manifestação das assembleias estaduais, esses fundos fiquem sem o aporte necessário à manutenção de suas atividades.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, o senhor prolongou a sua vida com isso, porque ele chegou aqui ameaçador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acolhemos também a Emenda nº 758, do Senador Contarato, que pretende alterar o inciso VII do §2º do art. 156-B, que trata do comitê gestor, para incluir de maneira expressa que a representação do órgão será feita por integrantes das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos estados, Distrito Federal e Municípios, evitando, assim, o risco de criação de novas carreiras e cargos dentro do próprio comitê.

A Emenda nº 747, também de autoria do Senador Fabiano Contarato, corrige inconsistência na redação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do §10 do art. 130 do ADCT relativamente à possibilidade de o Tribunal de Contas da União disciplinar matéria coberta pelo sigilo fiscal. Ao acolher a emenda, remetemos a questão para a lei complementar, conforme já determina a Constituição Federal.

Acolhemos, com ajuste de redação, a Emenda nº 344, do Senador Flávio Bolsonaro, para substituir, nos arts. 43 e 159-A, a expressão "preservação do meio ambiente" por "sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono". Concordamos que a expressão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... é mais atual e abrangente. O sistema de compras governamentais, já constante na proposta oriunda da Câmara dos Deputados e por nós aprimorada, tem como premissa a neutralidade tributária, que deve evitar favorecimento entre os fornecedores brasileiros e, com mais razão ainda, em relação aos fornecedores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externos. Esta preocupação, com a qual concordamos, consta da Emenda nº 746, do Senador Fabiano Contarato.

Para garantir a segurança jurídica nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, explicitamos que se referem a operações sujeitas à imunidade. Com isso, acatamos, com redação ajustada, a Emenda nº 352, do Senador Laércio Oliveira.

Outro ajuste, que não tem impacto de mérito, apenas deixa claro que o comitê gestor, quando for o caso, também reterá a parcela a ser devolvida a título de *cashback*. Isso já estava implícito na descrição do próprio sistema, mas é importante que o comitê gestor seja expressamente incumbido dessa retenção. Esse alerta consta da Emenda nº 748 do Senador Fabiano Contarato, que ora acolhemos.

Outra emenda acolhida é a de nº 95, do Senador Mecias de Jesus, a quem cumprimentamos pela iniciativa de buscar um tratamento favorecido ao gás de botijão adquirido pelas famílias de baixa renda. Comungando dessa mesma preocupação, propomos incluir, na mesma regra – e aí eu peço a atenção dos Srs. Senadores – do *cashback* obrigatório da energia elétrica, o gás liquefeito de petróleo consumido pela população de baixa renda. Trata-se de um meio inteligente e eficiente de direcionar a redução tributária àqueles que mais precisam.

Também do mesmo Senador Mecias de Jesus, a Emenda nº 430 aperfeiçoa o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Apesar de a legislação admitir benefícios fruídos por pessoas físicas, o fundo somente previa compensação a pessoas jurídicas. Atendidos os requisitos de compensação já existentes, não há por que excluir pessoas físicas do âmbito do alcance do fundo.

Provocados pela Emenda nº 724, do Senador Zequinha Marinho, procedemos a um ajuste pontual no art. 21, que trata as regras de transição para contratarmos contratos assinados antes da promulgação da emenda da PEC 45, apenas para indicar que a lei complementar poderá trazer regras para lidar com essas relações jurídicas impactadas pela incidência do sistema tributário nascidas até a efetividade do CBS-IBS entre a promulgação da emenda constitucional e a aprovação das leis complementares. Haverá certamente novos contratos públicos e privados que demandarão correções e renegociações que podem se beneficiar dessas regras de transição.

Também acolhemos as Emendas 766, do Senador Fabiano Contarato, e 767, do Senador Carlos Viana. Elas alteram o art. 19 do substitutivo para permitir que os benefícios fiscais do setor automotivo sejam estendidos a projetos relacionados à produção de veículos movidos a álcool isoladamente ou em conjunto com gasolina nos termos da lei complementar. Esses benefícios somente serão concedidos para pessoas jurídicas já habilitadas no âmbito das Leis 9.440, de 1997, e 9.826, de 1999, e serão concedidos, em qualquer caso, a compromissos de investimentos e volume de produção mínimo nos termos do ato concessório do benefício. Com essas alterações, estendemos o escopo dos benefícios à indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automobilística, de forma a viabilizar a expansão dessa importante atividade, impulsionando a economia nas regiões mais carentes do país.

Alteramos a transição para incorporar um mecanismo que compensa os entes que forem mais eficientes em seus sistemas de arrecadação, conforme propôs a Emenda 754, do Senador Fabiano Contarato, nos arts. 131 e 132. Entendemos que, em fase inicial, reter 90% da arrecadação do IBS dos estados e municípios para posterior redistribuição, conforme o que se arrecadava antes desta reforma, é fundamental para evitar flutuações significativas nas receitas dos entes, mas é necessário reconhecer que esse sistema desincentiva os fiscos estaduais e municipais a investirem, pois, independentemente do que arrecadarem, terão a maior parte redistribuída. O mecanismo proposto cria um fator de ajuste, de forma que os entes que aumentarem a sua arrecadação ao longo do tempo, comparativamente aos demais, receberão uma parcela maior do montante a ser distribuído, por eficiência arrecadatória.

Ainda sobre a transição, também alteramos o montante do IBS a ser retido entre 2029 e 2032 de 90% para 80%.

Acatamos também as alterações nos fundos estaduais de Emenda nº 769, também de autoria do Senador Fabiano Contarato. O substitutivo apresentado na CCJ previa manter o fundo até 2032, fundos financiados por contribuições estabelecidas como condicionante à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relativos ao ICMS. Neste complemento do voto, retomamos a proposta de instituir uma contribuição em substituição a tais fundos. Essa contribuição será extinta no final de 2042 e não poderá ampliar nem a alíquota e nem o campo de incidência daquelas que se verificam atualmente para os respectivos fundos. Como os estados poderão manter as receitas, alteramos o art. 131 do ADCT para excluir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria um pouco de atenção a todos que estão aqui no plenário, porque, veja, nós estamos falando do tema mais importante que este Congresso vai discutir neste ano. Pelo menos, um pouco de respeito ao nosso Relator, que fez um trabalho extraordinário, um trabalho amplo, ouvindo todos os Senadores. Eu peço que as assessorias, que os Parlamentares, por favor, ajudem a gente a poder saber o que ele está dizendo. É uma coisa relevante.

Por favor, eu estou pedindo muito... Por favor, vamos ouvir o nosso Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Adequamos a imunidade de IPVA para plataformas de forma a abranger "aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal", nos termos da Emenda 554, do Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incorporamos ao texto a redação proposta pela Emenda 555, também do Senador Carlos Portinho, para evitar conflito com a regra própria disposta no inciso I do §6º do art. 153 da Constituição, que veda a incidência do imposto seletivo sobre operações de energia elétrica e telecomunicações.

Acatamos a Emenda 601, do Senador Efraim Filho, que insere o princípio de cooperação no art. 145, §3º. Consideramos oportuna e conveniente a menção a esse princípio.

Também do mesmo Senador Efraim Filho, acatamos em parte as Emendas nºs 597 e 602, para esclarecer a possibilidade de o imposto vir destacado na nota fiscal. Achamos meritória, mas incluiremos a expressão "sempre que possível", para não prejudicar regimes específicos que podem ser incompatíveis com esse procedimento. A outra emenda busca estabelecer, como princípio, que as obrigações acessórias devem ser fixadas mediante critérios que visem à sua simplificação. Nesse caso, concordamos com o princípio, mas manteremos a sua aplicação restrita à CBS e ao IBS, que são os tributos que tratamos nesta reforma.

Em relação às Emendas 663, 664, 665, do Senador Renan Calheiros, comungamos das mesmas preocupações manifestadas por S. Exa. tanto em relação à regressividade do sistema tributário, que deve ser evitada a todo custo, quanto em relação à necessidade de que cada alteração na legislação tributária tenha de vir acompanhada de estudos de impacto regulatório. Portanto, é importante que criemos mecanismos para efetivamente impedir o retorno ao manicômio tributário que pretendemos abandonar com a reforma ora apresentada.

A Emenda 719, do Senador Laércio Oliveira, estende a destinação da contribuição de iluminação pública para a aquisição de sistemas de monitoramento de vias e logradores e públicos. Parece-nos que se trata de atividade afim ao próprio serviço de iluminação pública, razão pela qual acatamos, com ajustes de redação, a referida emenda.

Em relação ao regime específico das instituições financeiras, sensibilizamo-nos em relação a um aspecto da emenda do Senador Fabiano Contarato. Ele nos alerta que, ao fixar piso para a carga tributária do setor financeiro, podemos prejudicar as operações de fundo garantidores, especialmente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para esta questão. Eu vou repetir: ao garantirmos um piso para a carga tributária do setor financeiro em operações de crédito, podemos prejudicar as operações de fundo garantidores, especialmente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço dos trabalhadores.

Entendemos ser necessário, portanto, alterar a redação do inciso II para prever a manutenção em caráter geral com carga tributária das operações financeiras e em específico das realizadas no âmbito do FGTS e dos demais fundos garantidores. Com isso, preservamos, além do FGTS, o Fundo do Arrendamento Residencial (FAR), que é o fundo de financiamento do Minha Casa, Minha Vida, o Fundo Garantidor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Habitação Popular (FGHab), ambos do programa Minha Casa, Minha Vida, além do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), entre outros fundos garantidores e exceções de políticas públicas.

Parece-nos, pois, um bom equilíbrio alcançado pela emenda.

Consideramos ainda pertinente a Emenda nº 740, do Senador Carlos Portinho. Sua intenção é preservar, no novo sistema, o recolhimento unificado dos tributos aplicáveis às Sociedades Anônimas do Futebol.

Esse instituto jurídico vem mostrando sua importância e efetividade na recuperação desse esporte nacional, razão pela qual estamos acatando a sugestão.

Finalmente, expomos as mudanças que implementamos no substitutivo a partir das emendas apresentadas ou de sugestões vindas de setores da sociedade civil e que representam, em nosso sentir, melhorias ao texto original e ao substitutivo.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 95, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 214, 218, 220, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 344, 346, 347, 348, 352, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 408, 409, 415, 420, 421, 422, 430, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 499, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 554, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 564, 571, 577, 578, 579, 580, 581, 590, 593, 594, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 694, 719, 724, 730, 731, 740, 745, 746, 747, 748, 749, 751, 752, 753, 754, 758, 760, 766, 767 e 769, tudo na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022, e as demais emendas apresentadas.

Agora, Sr. Presidente, após a entrega do relatório, houve entrega de novas emendas. Eu vou apresentar o parecer dessas novas emendas.

Emenda 770, que faz ajuste de redação que prevê que o imposto seletivo sobre a extração terá como base de incidência o valor de venda do bem extraído...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, como as emendas foram apresentadas hoje, eu, por exemplo, não sei o número da minha. Então, o senhor poderia identificar o proponente? Só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A 770, que o senhor falou, é de quem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só um minutinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem é o pai? Quem é o pai?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vou já ter aqui, só um minutinho.

Vou já ter, só minutinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um rápido teste de DNA. O Kajuru é especialista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, enquanto o senhor aguarda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós escapamos de ler a ata, mas não escapamos de citar o pai da criança.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, enquanto ele aguarda a relação, eu apresentei há pouco a Emenda 778, que não necessariamente trata do tema, mas resolve um problema dos municípios com relação ao recurso da covid, que teria o prazo até 31 de dezembro para ser aplicado, e ainda estão nos cofres dos municípios R$17 bilhões...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A 770 é do Ciro Nogueira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... R$17 bilhões. Então, nas disposições transitórias, a gente está propondo que o saldo financeiro dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo de Assistência Social para o enfrentamento da pandemia da covid-19, no período de 2020 a 2022, aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão ser aplicados para o custeio de ações e serviços públicos de saúde e assistência social, observadas respectivamente as diretrizes emanadas do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou colocando uma proposta, como a gente precisaria de uma emenda constitucional, e estamos diante da possibilidade de aprovar uma emenda constitucional, nas disposições gerais e transitórias para apreciação do Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Essa sua emenda, Senador Rogério... O senhor acabou de apresentar; dessa ainda não tenho nem o parecer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Tá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu tenho parecer até a Emenda 777. A emenda de V. Exa. é a 778, se eu não me engano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vou, portanto, proferir o relatório até a 777.

A Emenda 770 é de autoria do Senador Ciro Nogueira, que faz ajuste de redação e prevê que o imposto seletivo sobre a extração – deve ser sobre a extração mineral – mineral, terá como base de incidência o valor de venda de bem extraído, e não seu valor de mercado. Além disso, retira a possibilidade de incidência na exportação.

Eu não estou acatando, porque a alteração proposta aumenta ainda mais, segundo aqui a Consultoria, a probabilidade de erro.

A ideia desse imposto é que nós estamos tratando, Senador Ciro, de um recurso mineral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... não renovável, e agora, na emenda da reforma tributária, nós estamos desonerando integralmente a cadeia de exportação e toda a cadeia de produção mineral. Nós estamos simplesmente desonerando tudo. Essa renúncia deixará ao país praticamente o *royalty* e o Cfem que é produzido, nada mais, porque todo o resto é 100% desonerado.

Então, a ideia de criar um imposto baixíssimo, de 1%, limitado pela Constituição, é para que nós possamos ter uma receita que vai ser compartilhada essencial e fundamentalmente com os estados, com os municípios e com os fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, inclusive em substituição a um imposto que está sendo extinto, que é o IPI, e nós precisamos substituir sua arrecadação, tendo em vista que essa cadeia de exportação de minério está sendo sobejamente desonerada. Não é só a cadeia de exportação do minério; é a cadeia de exportação do minério e todas as outras cadeias de exportação, só que o minério é um recurso natural não renovável. Nós mandamos embora, e acaba,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o petróleo, que nós não refinamos todo no Brasil, nós exportamos parte do petróleo – está certo? – e estamos desonerando 100%, inclusive no Repetro. Nós estamos desonerando e incentivando 100%.

Acabamos de acatar, inclusive, algumas emendas que reforçam ainda isso, de autoria do Senador Carlos Portinho, mas nós entendemos que tem que ficar uma fração mínima que for para o povo brasileiro, para que a gente possa ficar em condições de fazer investimentos para o povo brasileiro.

Em razão disso, eu estou rejeitando a emenda.

A Emenda 771, também de autoria...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente – desculpe, nobre Relator –, esse é um processo de discussão que eu gostaria de opinar a respeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, eu estou encerrando o relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando a gente colocar em discussão, V. Exa. pode entrar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Então, só uma pequena pergunta sobre esse texto específico, só para não perder aqui a oportunidade.

Quando o eminente Relator define a questão de extração, me parece que o termo ficou bastante vago. Talvez tenha sido essa a preocupação do Senador Ciro, não é? Porque a cadeia extrativista é bem maior do que apenas o combustível fóssil ou mineração. Talvez a preocupação dele seja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Mas foi específica...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Para as duas coisas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... para as duas coisas. Está específica: extração mineral e extração de petróleo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Está dito aqui?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está dito no texto. Se V. Exa. ler o texto, está lá escrito textualmente: extração mineral e de petróleo. E limitado a 1%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Só para saber: está comentando até que número de emenda?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É a 770 agora que eu estou comentando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, mas está analisando até o número...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Porque eu tenho a 779 e a 780.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Até a 777 eu vou comentar, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ah tá, porque eu tenho a 779 e a 780.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... eu só tenho o parecer até a 777. Aí estamos trabalhando no parecer das outras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Porque é segurança jurídica só aqui a 779.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tá. Eu só estou até 777.

A 771, também do Senador Ciro, propõe excluir atividade de extração do fato gerador do imposto seletivo na extração... Eu creio que esse deve ser exatamente sobre a questão do óleo agora. Um era sobre a questão do minério... (*Pausa.*)

Ah, esse aqui simplesmente acaba com a cobrança sobre a extração.

Pela razão já exposta, também sou pela rejeição.

O Senador Alan Rick apresentou... (*Pausa.*)

Cadê o... Ah, está aqui.

O Senador Alan Rick apresentou a emenda... Eu não tenho a emenda do Senador Alan Rick. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 772, do Senador Alan Rick, propõe o *cashback* imediato, integral e simultâneo, para o consumo da energia elétrica para as famílias de baixa renda.

Eu quero dizer que foi iniciativa do Relator, no nosso relatório apresentado no dia 25, o *cashback* na conta de luz, mas, da forma como apresentada, a Receita Federal diz que é inexequível. Nós não temos como executar da forma, sem a regulamentação. Portanto, seria um texto que nós tentaríamos tornar autoaplicável na Constituição, mas ele seria inexequível. Por essa razão, estamos rejeitando a Emenda 772.

A Emenda 773, do Senador Jaques Wagner, está acatada porque ela é a mesma que o Senador Fabiano Contarato já apresentou.

A Emenda 774, do Senador Efraim Filho, que prevê lei complementar para a definição... (*Pausa.*)

Prevê que a lei complementar definirá tratamento simplificado para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias. No nosso entendimento, ela já foi acatada, na forma do art. 156-A, §5º, inciso IX. A emenda já está acatada.

A Emenda 775, do Senador Efraim, que prevê que o valor do IBS e da CBS será documentado, também já está acatada, na forma do 156-A, §1º, inciso XIII.

A Emenda 776, do Senador Efraim, que autoriza a lei a prorrogar a desoneração de folha de pagamentos... Bem, quanto a essa questão da desoneração de folha de pagamentos, eu conversei longamente com o Senador Efraim. Nós tivemos inúmeras reuniões com o Ministério da Fazenda sobre a questão da desoneração de folha. O Ministério da Fazenda está no momento em pleno trabalho, em discussão para a elaboração de um projeto de complementação de reforma tributária sobre renda, no qual folha de pagamento é um dos temas. Nós precisamos entender que a desoneração de folha de pagamento tem implicações também na previdência pública brasileira e que, portanto, temos que levar isso em consideração. E, nesta reforma tributária sobre consumo, nós não estamos levando em consideração a desoneração sobre folha.

Eu, em que pese no mérito concorde com a emenda, lamentavelmente sou obrigado a rejeitar a emenda em função de que nós não estamos tratando, na emenda da reforma tributária, do tema da desoneração de folha de pagamento. Portanto, ela está prejudicada em função disso.

A Emenda 777, do eminente Senador Sergio Moro, que propõe novos critérios de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional... (*Pausa.*)

O Senador Sergio Moro está propondo uma mudança – eu peço a atenção dos Srs. Senadores – no critério de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional para: 50% pelo critério da população; 40% pelo "coeficiente de participação do Estado ou do Distrito Federal nos recursos de que trata o art. 159, I, "a" [...] com o peso de 40%"; e, inciso III, "coeficiente de qualidade de gestão fiscal, que será proporcional à redução percentual da dívida [do critério]"... "percentual da dívida do Estado ou do Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto [...] respectivo" e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acrescenta ao art. 159-A: "[...] Para fins de distribuição de recursos, [...] será contemplado no cálculo do coeficiente [...] [tal] o Estado [...] que registrar redução percentual positiva".

Produto Interno Bruto respectivo e tal. E acrescente-se no art. 159-A que para fim de distribuição de custo, será complementado no cálculo o coeficiente tal do Estado para registrar redução percentual positiva.

Bem, eu queria... O parecer é contrário por entendermos que o critério do Fundo de Participação dos Estados e o critério da população, na razão de 70% pelo Fundo de Participação dos Estados e 30% pela razão direta da população, é um critério constitucional, porque o Fundo de Participação dos Estados é um critério constitucional aprovado pelo Tribunal de Contas e por lei do Congresso Nacional, com revisão periódica, que atende, portanto, um critério nacional, e o critério de 30%, populacional, é um limite bastante equilibrado que distribui os recursos equitativamente sobre todas as Regiões nacionais, por isso dou parecer contrário à emenda do eminente Senador.

São essas as emendas, Sr. Presidente, de que eu já tenho parecer até o momento, agradecendo a paciência dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, mas vou colocar regimentalmente em discussão a matéria e vou aguardar a questão de ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, eu espero... Eu peço a V. Exa. porque ela precede a discussão, até porque é uma questão regimental. Eu pediria a V. Exa. só que ouvisse e, eventualmente, tomasse uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para questão de ordem.) – Presidente, a questão de ordem se deve ao art. 132 do nosso Regimento: "Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer". E, não estando em regime de urgência, é possível que se possa fazer um pedido de vista por até 24h.

O Relator fez um trabalho extraordinário. Eu quero, inclusive, aqui, aproveitar para elogiar o trabalho do Relator, a sua dedicação. Inclusive, ao longo desse período, ele sofreu um acidente jogando bola, teve que se locomover a duras penas aqui pelos corredores do Senado da República...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o Amazonas foi campeão da Série C mesmo assim... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Exatamente. Com o esforço dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... apesar da contusão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Com o esforço dele.

E nos oferece um relatório, há duas semanas atrás, bastante denso, que nos deu muito trabalho, Sr. Relator. No trabalho que a V. Exa. fez, nós tivemos que nos debruçar. Passamos praticamente dez dias nos debruçado sobre o material que V. Exa. apresentou, de muita qualidade.

E agora nós somos, em função até das demandas, das circunstâncias, aqui surpreendidos com a mudança, que é regimental, que é normal, das pressões de última hora, de várias emendas que foram relatadas através de um parecer do Sr. Relator aqui de forma exaustiva – quase oito páginas, mais de 20 emendas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E outras mais que ainda vão ser apreciadas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E outras mais que foram apresentadas agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dá de 778 para cima, e ainda tem mais coisa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E ele, inclusive, o fez verbalmente, e nós estamos falando aí de quase 30 emendas.

Então, eu pediria, em nome da razoabilidade e em nome do Regimento, vista do processo, para que a gente possa fazer juízo de valor sobre essas últimas manifestações do Senador, entendendo que ele nos deu duas semanas para o primeiro relatório, e a gente está tratando praticamente de um segundo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, para construir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não. Pela ordem, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, para construir em cima do que disse o Senador Rogerio Marinho, mais uma vez, exaltando o trabalho do Senador Eduardo Braga...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e considerando, como disse o nosso Líder Senador Amin, que ainda há emendas para serem avaliadas, para que a gente não repita o que ocorreu na Câmara, que foi lamentável: texto sendo aprovado com emenda no último segundo, até porque o trabalho do Relator justamente foi o inverso.

Ele prestigiou, ouviu todos os setores da nossa economia em diversas audiências públicas, recebeu mais de sete centenas de emendas. Um trabalho incrível, Senador Eduardo. Independentemente, Senador Eduardo, do resultado, você buscou atender todos os Senadores. É uma avaliação agora ainda de outras emendas. E, por a construir, a minha proposta é que nesse pedido de vista pudesse ser feita a leitura do relatório final amanhã, com a apreciação das emendas que forem acatadas e que ainda não foram avaliadas – e amanhã a gente possa prosseguir. Porque a gente vai pedir um pedido de vista e depois vão vir novas emendas.

Eu quero ser leal: a gente não vai pedir vista de novo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não cabe vista de novo, só cabe uma vez e já foi dada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas se for aceito emenda, muda o relatório. E tem algumas que não foram aceitas em que eu queria me debruçar, como a emenda do Senador Sergio Moro.

A minha sugestão construtiva é que a gente deixasse para amanhã a leitura do relatório final com todas as emendas, e aí sem pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Para responder questão de ordem.) – Deixe-me fazer e dar uma resposta, que será conjunta.

Eu consultei a Secretaria da Mesa da Comissão, e o §1º diz que o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias. Nós demos o dobro desse prazo aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O triplo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O triplo, foram 15 dias, é verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, Presidente, o relatório...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Há uma nova versão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só... Não é...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Há, inclusive, matéria nova que nem sequer estava dentro do processo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Veja só, regimentalmente todo Senador pode apresentar emenda até o término da discussão. Infelizmente nós temos que receber, por isso é que nós estamos recebendo emenda até agora.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, não é infelizmente, não. É bom que aconteça isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, mas eu também não posso deixar o direito de um Senador de apresentar emenda e por isso tolher o fechamento do ciclo da deliberação de uma matéria. Foi dada vista coletiva para a matéria; o Relator não mudou o seu relatório, ele apenas aceitou em parte ou rejeitou algumas emendas apresentadas, que todos têm direito de fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, da minha parte...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas há matéria nova, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Da minha parte...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que, inclusive, não constava originalmente no texto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não há.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu posso ler...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há emendas de Senadores que foram acolhidas em parte ou rejeitadas pelo Relator da matéria, e até o final da discussão, que nós teremos 25 Senadores inscritos até agora para discutir, podem apresentar até o final da discussão. Então ele vai ter que ir recebendo, rejeitando ou acolhendo, mas ele não está mudando o relatório. É isso que a Secretaria me informa, que é regimentalmente isso que a gente deve fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu respondo a questão de ordem a V. Exa. dizendo que nós vamos deliberar a matéria hoje, que isso não altera o relatório apresentado pelo Relator.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Omar. (*Pausa.*)

Deixe-me colocar em discussão então, que eu já respondi...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É só para contribuir um pouco na discussão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Caso o Relator ... E aqui eu quero parabenizar primeiramente você, Senador Eduardo Braga, pelo empenho. Por conhecê-lo, sei que você foca nessas questões e se empenha em fazer o melhor possível. Agora, caso contrário, Senador Rogerio Marinho e meu amigo Portinho, a toda emenda que o Senador receber eu vou poder pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Ou faz um acordo para ele rejeitar todas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas, Sr. Presidente, não foi uma única emenda: foram quase 30 emendas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas já está respondida essa questão de ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só para contribuir...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que foram adicionadas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É o papel do Senador Rogerio Marinho questionar, é o papel dele, é lógico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Vamos abrir a discussão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas, se eu agora quiser entrar com uma emenda, eu entro e, então, vamos pedir vista por que eu entrei? Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, por isso é que diz que é por uma única vez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Vão ficar o ano todo pedindo vista desse jeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas e as que não foram apreciadas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai chegando, ele vai rejeitando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente vai votar sem ter as emendas apreciadas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Todas as matérias e as emendas serão apreciadas no dia de hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Serão 30 pedidos de vista se for nessa lógica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Senador Mecias, é para discutir a matéria ou é a questão de ordem?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é sobre a questão de ordem. É porque eu entendi que, na apresentação do relatório, no primeiro relatório, o Relator e V. Exa. tinham dito que era um relatório preliminar. Portanto, agora é um relatório definitivo, no meu entendimento. Então, desse cabe pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pelo menos por 24 horas. É o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele apresentou o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me iniciar a discussão da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente... Presidente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que começar a discussão, senão não vai ter nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Abre a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai começar a discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente... Presidente Davi, tem algumas emendas que não foram apreciadas que estão aí. É só dar uma olhada, tem quatro emendas aí que não foram...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A gente vai discutindo a matéria, e os Senadores estão mandando ainda emendas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator daqui a pouco vai recepcionar e vai registrar se aceita em parte, se rejeita ou se acata.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu proponho: o término da discussão é o término do prazo de emenda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas vai ser.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí, terminou o prazo de emenda, eu pego todas as emendas que foram apresentadas e apresento o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é exatamente isso.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Weverton, primeiro Senador inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui o Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, que o Senador Weverton está com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, eu quero aqui parabenizar, primeiramente, o Senador Eduardo Braga pelo excelente trabalho. Eu tenho certeza de que V. Exa., nos últimos dias ou meses... Eu vi na imprensa que V. Exa. não voltou nem ao seu estado para olhar a sua família, debruçando-se sobre uma matéria que não é do governo A, do governo B, não é da oposição, não é de partidos; é uma matéria que interessa a todo o país.

Nós sabemos que essa reforma tributária não é a ideal, não vai ser, não vai sair todo mundo feliz. Mas diz-se que, num bom acordo, se as duas partes, os dois lados estão mais ou menos contrariados, sem dúvida nenhuma você já encontra um bom termo para poder dar um passo seguinte.

Eu acredito, Senador Braga, que a legislação tributária no país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Segundo o Banco Mundial e o FMI – isso já foi divulgado –, entre os 190 países do mundo, nós temos a sétima pior legislação tributária do mundo, desses países avaliados. Eu acredito que qualquer passo que dê no dia de hoje, o Congresso Nacional não tem como andar para trás. Daí para a frente nós temos condição de acertar. Precisamos ousar e precisamos confiar no trabalho que V. Exa. construiu.

Eu fiz várias emendas, algumas foram acatadas – eu vi aqui preliminarmente no seu relatório –, outras não, mas iremos, ao fim da discussão, discutir a possibilidade de destacar alguma pontualmente ou não. Mas eu queria em especial pedir ao Relator Eduardo Braga que olhasse com carinho a emenda que trata...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadores, toda vez aqui na reunião eu falo que tem um ato de que é um assessor por Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Aí, quando entram mais, o Presidente é ditador, não gosta de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, só registrando a presença da Governadora Raquel Lyra aqui, abrilhantando o Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Seja bem-vinda, Governadora.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vamos lá. Para concluir, eu queria pedir aqui a atenção do Relator Eduardo Braga. Na Emenda 357, nós estamos tratando sobre um teto diferenciado para a agricultura familiar e as cooperativas. Esses são geralmente os invisíveis, que têm pouca representação ou pouca voz aqui em Brasília, mas são os que fazem de verdade a economia da ponta rodar, girar. Então dê uma olhada com carinho, eu sei que até o final da discussão nós podemos avançar.

Mas, o mais importante: quero de novo aqui registrar o seu compromisso, registrar o compromisso aqui da oposição e da situação, ou seja, eu sei e conversei aqui na paralela com Senadores que votam e que não votam com o Governo, mas que estão compreendendo que esse tema é um tema de Estado. E, sendo um tema de Estado, nós precisamos também ter a altivez, nós precisamos ter a grandeza e a responsabilidade de entregar uma matéria que é importante para o Brasil. Tem pautas aí que vão ser a partir de vinte anos, dez anos, a gente ainda vai resolver em leis complementares vários pontos dela, mas a espinha dorsal, o que importa para sinalizar para o mundo que nós estamos nos preparando para receber os investidores e também para dar segurança jurídica para quem quer de verdade empreender no Brasil, isso é preciso ser dado.

Então, mais uma vez, conte com o apoio do PDT, conte com a nossa responsabilidade e estaremos aqui para votar a reforma no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Segundo Senador para discutir a matéria, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, primeiro Deus e saúde a todos e todas presentes e que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Eu vou optar para falar mais na frente em função da conversa que tive antes do início desta nossa reunião histórica da CCJ, Presidente Davi Alcolumbre, com o irretocável Senador e com o Relator histórico da reforma tributária, que é o Senador Eduardo Braga, que me explicou sobre a questão da taxa do agro em Goiás e que faz questão, inclusive, de dar uma entrevista ao Estado de Goiás para que o meu estado entenda, já que lá, politicamente, por motivos que eu realmente não consigo entender, acham que o agro está sendo prejudicado em função da sua nova posição sobre aquela minha emenda anteriormente acatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, faremos isso, daremos um esclarecimento ao Estado de Goiás, até porque o senhor próprio revelou que 80% do agro entenderam a sua posição – perfeito? –, o senhor mostrou que representa o Centro-Oeste em relação ao PIB, em relação à população. Portanto, eu estou completamente satisfeito, especialmente em relação às minhas emendas acatadas, entre elas a questão das universidades. E mais tarde falaremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Hiran... Está liberado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nosso Relator Eduardo Braga, eu quero inicialmente parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho. Eu espero que nós passamos realmente aqui nessa reunião, nessa discussão, aperfeiçoá-lo.

Eu quero falar especificamente, Sr. Relator, do Fundo de Sustentabilidade do Amazonas, que contempla diretamente a Zona Franca de Manaus e a Área de Livre Comércio de Tabatinga, muito embora áreas de livre comércio também coexistam em outros estados da Região Norte, como Roraima, como Amapá, como Acre e como Rondônia. E por nossa iniciativa, perante o Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, o substitutivo da Câmara já contemplava, no art. 92-B do *caput*, a garantia de mecanismos necessários à manutenção de diferencial competitivo para a Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio – já citadas por mim – nas leis institucionais do IBS e do CBS.

Na apreciação de Plenário, restou incluída, no §2º do art. 192-B, a previsão de uma legislação complementar específica para instituir o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação do Estado do Amazonas. O fundo teria o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação de atividades econômicas do estado, condição e necessidade que não são exclusivas do Amazonas, Sr. Relator, mas de todos os estados da Região Norte.

Por isso, nós apresentamos três destaques: Deputado Mecias de Jesus, o 431. a Emenda 431; a minha emenda, de minha autoria, de nº 24; e a do Senador Davi, que redefine a descrição do Fundo de Sustentabilidade do Estado do Amazonas Ocidental, incluindo aí, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que acatasse esse destaque, porque ele cria uma isonomia nesses estados, que precisam tanto fomentar seu desenvolvimento, o que você conhece muito bem, querido Relator.

Muito obrigado, hein.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está registrado aqui. Ele vai chamar a assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo Senador é o Senador Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, inclusive no calor da discussão aqui – chamo a atenção de V. Exa. –, eu realmente até esqueci – não é que eu esqueci, é que é tanta demanda aqui – de fazer uma solicitação que eu acho que é relevante, importante para o debate que está acontecendo aqui.

Chamo a atenção do Relator sobre a questão, Sr. Relator, do impacto das mudanças que foram feitas no relatório de V. Exa., porque, quando terminou o processo na Câmara, o Governo demorou quase 40 dias para processar um estudo que apresentou um impacto no IVA entre 25,5% e 27%, dependendo do que fosse "limado", entre aspas, pelo Parlamento.

Dois ou três dias depois da apresentação do relatório de V. Exa., numa entrevista, o Ministro da Fazenda afirma que houve um acréscimo de meio ponto no IVA esperado, em função das mudanças que foram feitas.

Parece-me, chamo a atenção dos Srs. Senadores, no mínimo temerário, com todo o respeito ao eminente, ilustre e bem-intencionado Ministro da Fazenda, ele afirmar que houve um acréscimo de 0,5%, sem fazer o estudo correspondente ou, pelo menos, apresentar a esta augusta Casa, a V. Exa. e aos nossos pares.

E essa talvez seja a condição fulcral da nossa preocupação, porque nós estamos falando, Sr. Relator – e eu chamo a atenção dos Srs. Senadores –, de um projeto que é um projeto do Estado brasileiro, que nos interessa a todos, Sr. Relator.

Eu tive a oportunidade de conversar com V. Exa. Aliás, agradeço a gentileza de V. Exa. de me convidar para conversar a respeito do tema, com o próprio Ministro da Fazenda, dizendo da preocupação que a sociedade brasileira tem em relação às mudanças necessárias para retirar litigiosidade, cumulatividade, transformar o nosso arcabouço tributário numa situação que permita que haja segurança jurídica, previsibilidade, ambiente agradável e propício para quem quer empreender, investir, gerar emprego e renda no país.

Mas nós estamos, senhores, perdendo uma oportunidade, porque, quando nós falamos de simplificação, nós entendemos até que ela vai se dar em função dos mecanismos oferecidos, mas nós estamos aumentando o número de impostos ou pelo menos mantendo-o no mesmo tamanho. São cinco impostos que estão sendo transformados em dois, acrescidos de três novos impostos, que, num período de quase dez anos de transição, vão conviver lado a lado, significando que o custo das empresas para manter essa estrutura será aumentado. Então, nós estamos transferindo para todo o setor produtivo um custo maior de manutenção de um prazo de transição que está muito longevo.

Segundo, Sr. Presidente, quando nós fazemos um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... cotejamento com o mundo, o nosso Imposto sobre Valor Agregado passa a ser, de acordo com as palavras do Ministro Fernando Haddad – e aqui eu vou me referenciar a ele, porque existem estudos diferentes –, de 27,5% de IVA. Sabe qual é o maior IVA do mundo até agora? O da Hungria, que é de 27%. Nós seremos campeões mundiais no Imposto sobre Valor Agregado. Vamos oferecer ao Brasil, caso aprovemos a proposta, o maior Imposto sobre Valor Agregado do mundo! É importante que isso fique claro para os senhores.

E, quando há uma afirmação por parte do Ministro e dos seus assessores que vai haver neutralidade tributária e não vai haver aumento de carga, eu proponho que os senhores observem uma operação simples: vamos imaginar que meus três amigos aqui do lado direito, todos eles sejam empresas, e cada um contribua com 10. Dentro das exceções propostas, o Izalci foi excepcionalizado e vai contribuir com 2. Só que o Estado brasileiro não vive com 22, vive com os 30. Isso significa que os outros dois que não foram excepcionalizados vão ser sobrecarregados com um aumento de tributos, o que certamente vai significar sonegação, evasão, erosão de base tributária, com todos os problemas que isso pode acarretar. Então, nós temos que ter uma preocupação com o tamanho do IVA, que me parece excessivo. Não é um título que nós vamos querer carregar o de ostentar o maior IVA do mundo e, consequentemente, de aumento de carga tributária.

O ilustre Relator fez um enorme esforço para procurar, dentro da estrutura do seu relatório, uma possibilidade de estabelecer um limite para o aumento de carga tributária e buscou, de forma inteligente, uma média entre o PIB de 2012 a 2021 – quase dez anos. Essa média, segregados os impostos que estão sendo transformados nos dois IVAs, o CBS e o IBS, deu 12,56%. Ocorre que o piso em que nós estamos começando, iniciando, apurado pela Receita e pelo Tesouro Nacional em março de 2023 já é 12,01%, menos 0,55%. Então, o nosso piso já significa, imaginando que o PIB é de R$10 trilhões, um aumento de carga tributária, para começar a conversa, de R$55 bilhões! Com R$55 bilhões, cai por terra a afirmação que o Governo faz de que não haverá aumento de carga tributária, de que ela é neutra.

O primeiro aspecto eu coloquei como um exercício, porque, evidentemente, a partir da aplicação da própria reforma, em função da diminuição da arrecadação, o Governo vai buscar, de alguma forma, remendar esse problema, aumentando a carga tributária, porque uns vão ser excepcionalizados, outros vão ser sobrecarregados, e vai haver erosão de base. Aqui eu estou fazendo aqui um exercício, mas, no outro, eu estou afirmando que os parâmetros que são utilizados e que são referências...

Aliás, eu quero aqui elogiar novamente o Relator quando ele fala que, a cada cinco anos, os mais de R$500 bilhões de subsídios e de excepcionalizações anuais que se encontram dentro do orçamento serão avaliados, com mais de R$200 bilhões ou R$250 bilhões que estão sendo acrescidos com essas mudanças que foram feitas na Câmara e no Senado da República, mas essa avaliação não tem consequência, não é *enforcement*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos observando que há um esforço para que se faça uma exposição do problema, mas não há um instrumento coercitivo para que, de fato, nós tenhamos um ajuste dentro do nosso orçamento.

Nós estamos apresentando, senhores, um fundo, aliás, dois: um para retirar, ou mitigar, ou equilibrar as questões das renúncias fiscais que foram oferecidas ao longo dos anos em diversos estados da Federação – começa com R$8 bilhões, chega até a um pico de R$32 bilhões e vai decrescendo ao longo do tempo. Vamos imaginar R$32 bilhões. Qual é a capacidade discricionária que o Governo tem hoje dentro do Orçamento da União? E qual é a fonte que está sendo apontada? E esse é um dos fundos. E o outro Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai chegar a R$60 bilhões? Diz-se por aí que nós vamos imaginar que haverá um crescimento econômico. Crescimento econômico: faz cinco meses ou quatro meses consecutivos que nós temos uma queda da receita tributária do país.

Nós temos um país em que o Governo Federal parece que usa isso como um esporte de boicotar o crescimento econômico, porque tudo que é exitoso, que é virtuoso, que deu certo neste país, que permitiu que nós tivéssemos uma diminuição no nosso *rating*, na nossa nota de crédito das agências internacionais, que foi reforma da previdência, reforma trabalhista, marco do saneamento, capitalização da Eletrobras, programa de desinvestimento do Brasil e autonomia do Banco Central, todos esses aspectos estão sendo combatidos diariamente por esse Governo.

Então, como é que nós podemos imaginar que no futuro nós vamos ter um crescimento econômico, daqui a cinco, oito ou dez anos, que vai permitir que as promessas que estão estabelecidas dentro do projeto possam ser equacionadas?

Então, o que nós estamos pedindo aqui, ao fim e ao cabo, sem a pretensão de mudar o projeto como um todo, é que pelo menos nós tenhamos a oportunidade de aprovarmos um projeto que estabeleça, aí, sim, uma trava, uma trava que seja de 20% sobre as tarifas do IVA. E essa trava não é aleatória; ela se dá em função, inclusive, da situação atual, porque o próprio Governo reconhece que estão entre 20% e 22% os dois IVAs que existem hoje no Brasil, e a média do OCDE é de 19%. E nenhum país da América Latina tem uma situação como essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... com exceção da Argentina, que não é nem um exemplo a ser seguido, que tem um IVA de 21%.

Senhores, eu sei que este é um assunto delicado, é um tema complexo.

O Relator, certamente, teve noites de insônia, recepcionou aqui centenas de pessoas e de grupos econômicos, que o procuraram com as suas justas demandas.

A minha grande preocupação, Relator, é que, quando o projeto sai da Câmara Federal, nós nos deparamos com uma situação em que houve uma clara omissão do Governo Federal nas tratativas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreram naquele momento, tanto é que, 40 dias depois, o Governo teve a capacidade de apresentar o impacto do que aconteceu naquele momento.

Então, nós estamos vivendo um momento em que aqueles que gritaram mais, aqueles que tiveram maior capacidade de mobilização, aqueles que tiveram os *lobbies* mais organizados, por mais meritórios que eles tenham sido, foram ouvidos, mas eu temo, Sr. Relator, que o preço ou o peso dessa situação recaia sobre o contribuinte brasileiro, porque ele não é representado aqui, no Congresso Nacional, infelizmente, no âmbito desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Esperidião Amin, mas o Relator pediu a palavra para fazer algumas ponderações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, imagino que, a cada três Senadores, o Relator poderia fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se V. Exa. deseja assim, faremos assim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Rogerio Marinho e cumprimentar também o Senador Hiran, o Senador Kajuru e o Senador Weverton, que fizeram uso da palavra anteriormente.

Referindo-me ao Senador Rogerio Marinho, eu compreendo, claro, os argumentos do Senador Rogerio Marinho, que, neste momento, está usando o chapéu de Líder da Oposição. Eu já, neste Senado, estive na oposição, já estive na Liderança do Governo e compreendo esses argumentos.

Mas uma coisa é fato, Senador Rogerio Marinho: o manicômio do regime tributário brasileiro, há muito tempo, está pedindo uma reforma tributária. E, como disse o Senador Weverton, se esta reforma não é a ideal, ela é muito melhor do que o que nós temos.

Lamentavelmente, só se conseguiu construir o momento de chegarmos a uma situação de fazer a reforma tributária neste estágio exatamente graças à decisão que a Câmara dos Deputados teve de votar esta matéria – eu já disse isso quando entreguei o relatório, no dia 25 de abril –, com seus méritos e seus problemas, mas foi um passo extremamente importante. E, agora, o Senado tem a oportunidade de dar passos importantíssimos.

Agora, não é certo e não é correto que nós estabeleçamos aqui um discurso que não corresponda à responsabilidade das contas públicas estaduais, municipais e nacional. Por quê? Porque o primeiro passo desta reforma é neutralidade tributária e simplificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos garantindo, com a trava que estamos oferecendo, é neutralidade tributária. Por que nós estamos oferecendo a trava com a neutralidade tributária? Porque, no período que nós estamos colocando, de 2012 a 2022, nós estamos colocando um valor de referência. Portanto, um período longo. E esse valor de referência vai ser comparado com quatro anos de média de implementação da nova reforma tributária. No quinto ano, verifica-se se essa média está acima ou abaixo da carga tributária. Se estiver acima, reduz-se a carga tributária. Se estiver igual ou menor, abriu-se espaço, e aí nós vamos definir até porque o Congresso Nacional terá a competência de fazer a revisão dos nossos regimes diferidos, como propôs o Senador Esperidião Amin durante 21 anos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Há 31 anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... 31 anos neste Congresso e que, apenas neste ano, com o parecer do Senador Oriovisto e um acordo que construímos nesta Casa, viabilizamos a aprovação e que recepcionei no meu relatório, de forma inovadora.

Quando V. Exa. diz: "Não, nós não estamos colocando penalidade", nós não estamos colocando penalidade? Nós aprovamos já aqui, neste Congresso, uma lei de autoria do Senador Esperidião Amin, que tramitou 31 anos e que está na Câmara dos Deputados para ser votada. E mais, nós estamos com uma trava colocada que, se o PIB não cresce, nós não podemos aumentar a carga tributária. É, na realidade, uma engenharia reversa de reforma administrativa, de corte de gastos e de despesas, mas nós não podemos inviabilizar a administração pública.

Nós não queremos o aumento de carga tributária para o contribuinte? Nós não queremos. Eu fui a primeira voz a se levantar aqui, no Senado da República, desde a chegada da reforma tributária, dizendo: Nós precisamos limitar o poder de tributar do Congresso Nacional, e a forma de fazer isso é limitar a carga tributária de forma racional. E mais, a questão das exceções aqui, no caso do Senado, eminente Senador Rogerio Marinho, nós fizemos de forma milimétrica. Para cada concessão que foi feita no relatório do dia 25, houve uma redução de concessão dada pela Câmara dos Deputados. Na questão do transporte, nós tiramos alguns modais da alíquota reduzida para o regime diferenciado, para podermos fazer o equilíbrio. Na questão da cesta básica, nós reduzimos a cesta básica de alíquota zero e criamos a cesta básica estendida, com alíquota reduzida e com *cashback*. Resolvemos a equação da conta de energia, criando o *cashback*, sem criar impacto de déficit fiscal. Fizemos a equação do saneamento, sem criar uma alíquota reduzida, resolvendo a questão dos bens de capital e resolvendo a questão da equação do equilíbrio econômico-financeiro dos seus contratos. Para cada uma das questões, nós fomos milimetricamente fazendo as compensações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o que nós estamos discutindo hoje, aqui no Senado, é algo que nós fizemos com muita responsabilidade, ao ponto de que o estudo feito pelo Ministério da Fazenda, que será publicado tão logo seja concluída a votação no Senado... Porque não se pode concluir e publicar um resultado de um estudo de uma matéria que ainda não está aprovada. Quando nós tivermos a matéria aprovada, no Plenário do Senado da República, da mesma forma que eu fui, e V. Exa. sabe disso, ao Ministério da Fazenda pedir, juntamente com V. Exa., que apresentassem um estudo sobre a alíquota do texto aprovado da Câmara, nós vamos pedir que apresentem também um estudo sobre a alíquota do texto aprovado do Senado. Mas nós não temos ainda um texto aprovado do Senado. O que nós temos é um relatório aprovado, aliás, aprovado não; apresentado e em discussão. Portanto, o que o Ministério da Fazenda fez foi uma análise do relatório. O que o Ministro falou para V. Exa. e falou na entrevista foi uma análise que o Ministério da Fazenda fez sobre os estudos do relatório que apresentei no dia 25, que aponta que apenas 0,5 ponto percentual – 0,5 ponto percentual – impacta o relatório apresentado pelo Senado da República.

Isso, ao contrário de merecer críticas, deveria merecer o reconhecimento do esforço de todos nós nesta Casa para fazermos o equilíbrio da correlação de forças democráticas, porque esta é a primeira reforma tributária a ser executada em regime de democracia neste país. Este Senado estará aprovando, pela primeira vez em regime democrático, uma reforma tributária para o povo brasileiro e para o contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é lógico que o Senador Davi Alcolumbre me escalou para falar depois do Rogerio Marinho por razões óbvias: ele quer fazer uma aferição para saber em que eu concordo e em que eu discordo, para saber se existe algum racha neste nosso modesto grupamento. O Davi Alcolumbre realmente se supera em sagacidade.

Vou dividir a minha fala em quatro pontos e serei relativamente sintético.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela sua dedicação, pela sua atenção às propostas, demandas e, às vezes, até pedidos de esclarecimento que todos nós, Senadores e Senadoras, demandamos a S. Exa.

Número um, eu não posso deixar de celebrar, confrontando com o que eu disse a primeira vez, alguns êxitos e algumas reflexões. O senhor tem que dar toda a atenção à nossa entidade – o Senador Hiran é a nossa entidade, que inclusive amplia a nossa capacidade de visão ou não. Então, muito respeito com a entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, centralização ou descentralização? A simples eliminação dessa figura, que misturava inferno com purgatório e céu – o paraíso –, do Conselho Federativo já foi um grande sucesso. Reduzi-lo à condição de comitê gestor e ancorá-lo em algoritmo também já é uma lipoaspiração do bem. E eu não posso deixar de compartilhar, com V. Exa. e com os demais que demandaram, isto: esta conquista que não é pequena.

O segundo aspecto é a busca da simplificação. Nós não chegamos ao nosso sonho, mas é uma simplificação e, principalmente, uma redução do risco de judicialização. Simplificar tem que representar isso. Se você reduz o risco de judicialização, já é outra limpeza profunda.

O terceiro, que é a questão da avaliação, e eu quero agradecer a sua referência... Realmente, eu apresentei o primeiro projeto de lei visando à avaliação de todas as despesas tributárias, ou seja, tudo de que se abre mão, 500 bilhões por ano, como salientou o Senador Rogerio Marinho. Veja bem, 500 bilhões vezes 32 anos, isso dá 16 trilhões não avaliados, pessoal – não avaliados. Se foi bom ou se foi ruim, não é preciso saber – 16 trilhões, nos valores de hoje. Em 32 anos, eu apresentei em 1991; foi aprovado no Senado e rejeitado na Câmara o primeiro projeto.

Então, não se pode dizer que a gente não tenha tido determinação – determinação, persistência. E eu sinto que quem é persistente geralmente é chato, mas, de alguma forma, isso está sendo acolhido, e eu concordo. Não estão estabelecidas culminações no caso de a avaliação resultar em erro, mas eu acho que a lei complementar está tramitando, pode ser aperfeiçoada, e, se não for esquecida, pode resultar em solução, ou seja, corrigir. Não é castigar; é corrigir aquilo que eu concedi de boa-fé, mas não consegui. Se eu concedi de boa-fé e não consegui, e não quero compactuar com o meu erro, vou corrigir. É isso que é a lei, que não é o texto ideal, mas é um texto que traz o corpo, a coerção da correção ou da "possibilidade de".

Finalmente, eu queria insistir na questão da trava. Os três pontos que eu coloquei aqui, no início do debate da reforma tributária, foram: centralização ou não centralização, simplificação e menos judicialização e não aumentar a carga tributária.

E aí eu vou aguardar a conclusão da interlocução do Senador Eduardo Braga, porque, nesse ponto, eu tenho que dar toda a razão ao Rogerio Marinho; até aqui, foi relativa. Mas eu usei exemplos, Senador, de que eu ia procurar todas as serralherias e marcenarias para encontrar uma trava que funcionasse, em linguagem figurada, uma trava, porque o que tem de quebra-trava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por esse mundo, criada por arrombador de porta, arrombador de cofre, nem a inventividade dos melhores delegados, historicamente, Fabiano Contarato e Alessandro Vieira, conseguiram corrigir ou nos garantir: "Essa trava funciona".

A trava é impedir aquela tentação primitiva do administrador: "Vamos aumentar o imposto". Infelizmente isso tem acompanhado a vida do Brasil. Enquanto, no mundo inteiro, a procura por um produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimula a baixar o preço, no Brasil não. Quando se baixa a demanda de um produto, aumenta-se o preço, para manter o lucro. Essa visão faz parte... Esse cacoete, infelizmente, nos acompanha.

Então, eu queria, Senador Eduardo Braga, lhe dizer o seguinte: todo o meu aplauso à sua atenção, à sua dedicação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso não é um projeto partidário. Isso é um projeto de país. Até por dever de ofício... Eu estava olhando ali: a safra de Governadores de 1982 está aqui representada pelo Jader Barbalho, que é muito mais antigo do que eu. A safra de Governadores de 1982 está aqui representada pelo Jader Barbalho, que é muito mais antigo, e por mim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É por isso que o Jader não veio à CCJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, desde aquela época se falava em reforma tributária, alguma coisa que representasse um novo pacto federativo. E, realmente, hoje temos o vislumbre da possibilidade concreta de aprovação de uma reforma tributária pela via democrática, da representação do Congresso Nacional – isso não é pouco, não é pouca coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, fica aqui como peça de resistência a trava. Eu não concordo com a trava vinculada ao PIB. V. Exa. defendeu isso hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E concluo para dizer que nós vamos discutir até o final uma trava que possa realmente assegurar a garantia daquele máximo de 20%, que a sensatez nos obriga que coloquemos. Isso não é uma intransigência; é o ponto que eu espero que seja final dessa busca do melhor texto e do melhor aplauso ao seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu queria aqui parabenizar o trabalho do Senador Líder Eduardo Braga e queria aqui fazer, Sr. Presidente, algumas reflexões que eu reputo importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga, hoje, no Brasil, uma empresa gasta 1.501 horas para pagamento de tributo. Existe uma frase de um filósofo, porque eu acho que é extremamente oportuna, que diz o seguinte: "Não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega". A ideia da reforma tributária chegou à população. É inadmissível nós, dentro de um cenário de 190 países no mundo, termos uma das piores cargas tributárias da nossa população. Essa reforma tributária... Nós temos só em legislação tributária hoje no Brasil, Senador Weverton, 221.948 normas referentes à tributação. Isso afasta qualquer investidor com relação ao Brasil. Então, desde essa redemocratização, a primeira vez que nós estamos tendo a oportunidade de debater e aprovar uma reforma tributária é esta. E é esta reforma tributária que vai dar dignidade à população. Por isso, eu acho que é extremamente oportuno este momento.

É claro que nós não chegamos a uma reforma que seja ideal, mas o ótimo é inimigo do bom. Nós temos que avançar naquilo que é efetivamente possível, e eu acho que este é o momento da reforma tributária. A reforma tributária está chegando à população em todos os aspectos. Essa reforma tributária, é bom que se diga aqui à população, é uma reforma que vai substituir impostos por um IVA dual; vai criar imposto seletivo para reduzir o consumo de bens prejudiciais à saúde; vai manter a carga tributária total sobre o consumo; adota alíquota padrão como regra geral; define regimes favorecidos para determinados bens e serviços como educação, saúde, transporte coletivo, medicamentos; define regime específico para determinados bens e serviços, como bens imóveis, combustíveis, serviços financeiros; cria cesta básica nacional; torna o sistema mais justo, como *cashback*; melhora a situação das empresas do Simples. Quer dizer, são muitos benefícios que essa reforma tributária está dando para dar efetividade, porque...

Ora, o que nós achamos? Nós queremos manter atual o sistema tributário nacional? Nós queremos manter o Brasil, num cenário de 190 países, como um dos piores com elevada carga tributária? Nós queremos ter esse regime tributário que só aumenta o abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos? É esse o questionamento! O questionamento é: essa reforma vai ser melhor do que o atual sistema tributário? Eu não tenho dúvida de que vai ser. É sobre isso que nós temos que ter a responsabilidade.

Agora, essa reforma – também nós temos que dizer – não vai aumentar a carga tributária; essa reforma não cria nova CPMF; essa reforma não causa demissões, não gera inflação, não prejudica a Zona Franca de Manaus, não prejudica o setor de serviços, não prejudica o agronegócio, não prejudica o Simples Nacional e o MEI, não reduz a autonomia dos estados e dos municípios, não reduz as imunidades constitucionais já existentes, não altera os fundos constitucionais, não altera as regras do FPE, não altera os incentivos da Sudam, da Sudene e da Sudeco, não altera as regras referentes às entidades filantrópicas. Ora, essa reforma é positiva! Então, o apelo que eu faço é: é óbvio que o ideal, o ótimo – volto aqui a frisar – é o inimigo do bom, mas é o que é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero dar um testemunho do poder de liderança e de articulação do meu Líder, do nosso Líder, o Relator Eduardo Braga, sempre com serenidade, sobriedade, equilíbrio, poder de articulação e de ouvir, escutar e ponderar e atender aquilo que é possível.

Agora, nós também temos que ter a responsabilidade de que esse não é um projeto do Partido dos Trabalhadores; é um projeto de Estado. Esse é um projeto que garante um período de transição de 50 anos. Esse é um projeto que vai fazer esse assentamento, esse decantamento e que vai ser de fundamental importância para que nós possamos, efetivamente, dar vida, vez e voz e garantir a execução de todos os programas sociais, porque nós não podemos falar que são direitos sociais, por exemplo, o que está no art. 6º da Constituição Federal, que diz que são direitos sociais o direito à educação, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito ao lazer, o direito ao trabalho, se nós infelizmente ainda temos, no atual sistema tributário, uma das maiores cargas tributárias do mundo. Ora, é essa a realidade, é esse o momento em que nós estamos.

Então, nós temos que ter a percepção, a responsabilidade de que a reforma tributária hoje é uma realidade imperiosa, é uma realidade que a própria população almeja, porque ela vai chegar à ponta, àquele que mais precisa. É essa a reforma que nós almejamos.

E eu sonho aqui com a gente aprovar neste Senado, por exemplo, um imposto sobre grandes fortunas, que já é uma determinação, prevista no art. 193 da Constituição Federal, que a União tem que instituir imposto sobre grandes fortunas, entre outras coisas. Nós temos que tributar mais aquele que ganha mais, tributar menos aquele que ganha menos e dar efetividade àqueles direitos sociais já expressos na Constituição Federal, principalmente no art. 6º da Constituição Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço.

E, mais uma vez, eu quero aqui reforçar, falar, declarar o meu apoio integral e o voto "sim" a essa reforma tributária, parabenizando, mais uma vez, o Senador Eduardo Braga pelo brilhante relatório e por ter acatado, na medida do possível, as emendas que apresentamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias de Jesus.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, meu caro Relator Senador Eduardo Braga, eu também, a exemplo dos demais, quero cumprimentar V. Exa. pelo hercúleo trabalho, pela sua dedicação, sobretudo por ouvir os seus colegas Senadores, ouvir todos aqueles que o procuraram e que você, de forma muito gentil, atendeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, inicialmente, agradecer pela acolhida do número significante de apresentadas por mim à sua relatoria, que V. Exa. acolheu no seu relatório. Uma delas V. Exa. acaba de citar, que é o *cashback* para o gás de cozinha para as pessoas de baixa renda. Quando eu defendi que V. Exa. acolhesse a desoneração do gás de cozinha para a população de baixa renda, é porque eu sei, eu conheço muito bem, eu já vi a minha mãe cozinhando à lenha, eu já cozinhei à lenha e eu sei da dificuldade de não se ter o dinheiro para comprar uma botija de gás. Portanto, agradeço a V. Exa. pela sensibilidade e o parabenizo por acolher a emenda.

Ainda sobre a questão do gás, do *cashback*, precisamos normatizar de que forma, em que momento esse *cashback* será devolvido à pessoa de baixa renda. Não sei se isso vai ficar para lei complementar, mas é bom que a gente fique atento a isso, porque a pessoa de baixa renda, ao pagar, precisa saber quando é que ele vai ter esse retorno.

Presidente Davi, há poucos minutos, falei com V. Exa., com o Senador Hiran e com o Senador Eduardo Braga que, no texto do relatório que ele apresenta no momento, no *caput* do art. 92-B, ele acolhe as áreas de livre comércio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É comigo? Não?

Ele acolhe as áreas de livre comércio. Vou ler para que fique claro, Presidente Davi:

> Art. 92-B. As leis instituidoras dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal, estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus pelos arts. 40 e 92-A, e às Áreas de Livre Comércio existentes em 31 de maio de 2023, nos níveis estabelecidos pela legislação relativa aos tributos extintos a que se referem os arts. 126 a 129, todos deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Porém, no §1º, Presidente Davi, o nosso Relator – e eu já conversei com ele, porque isto aqui pode ser uma emenda de redação – exclui as áreas de livre comércio. Ele coloca lá:

> §1º Para assegurar o disposto no *caput*, serão utilizados, isolada ou cumulativamente, instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros e, subsidiariamente, observado o disposto no art. 149 da Constituição Federal, contribuição de intervenção do domínio econômico sobre importação, produção ou comercialização de bens que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus [...].

E aqui o texto que veio da Câmara assegurava: ou nas áreas de livre comércio. É o que nós estamos pedindo, e ele pode corrigir isso em forma de redação, porque você inclui as áreas de livre comércio –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós temos, sem dúvida nenhuma, produtos regionais que são industrializados nas áreas de livre comércio –, e eu agradeço a V. Exa.

Depois, eu quero também falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, obrigado.

O Relator, Presidente Davi, já está dizendo que vai acolher. Fico feliz, e agradeço em nome de todos os estados que têm as áreas de livre comércio.

Depois, nós falamos do fundo, o fundo que está sendo criado para compensar a Zona Franca de Manaus, que veio já da Câmara, e V. Exa. está mantendo, justamente. Quando foi criada a Zona Franca de Manaus, foi exatamente para desenvolver a Amazônia, e o Amazonas era o estado principal para montar esse desenvolvimento para a Região Amazônica. Ocorre que, se tiver perdas na Zona Franca de Manaus, também haverá nas áreas de livre comércio, porque as áreas de livre comércio dependem exclusivamente, estão interligadas à Zona Franca de Manaus.

Portanto, o que nós estamos propondo não é que se tire o imposto do Amazonas para as áreas de livre comércio. O que nós estamos pedindo para acolher, a minha emenda, a emenda do Senador Hiran, na proposta do Senador Davi, que é a mesma nossa – só que a dele é bem mais ampla e atende todos os estados ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... é que o Governo Federal compense esses estados com as perdas que vierem a ter nas áreas de livre comércio.

Vou lhe dar um exemplo, Senador Eduardo. No Estado de Roraima, 65% da população do Estado de Roraima está em Boa Vista, que é onde está a área de livre comércio, e Boa Vista, a nossa capital, cresceu muito – e o Estado – em função da área de livre comércio. Logicamente, quando ela tiver prejuízos, esse prejuízo será estendido a todo o Estado de Roraima. Portanto, a União deve ter um fundo para compensar os estados que têm essa proteção hoje, em que estão incluídos o Estado de Roraima, o Estado do Amapá, o Estado de Rondônia, o do Acre, que certamente, V. Exa., como grande amazônida que é, como grande brasileiro que é, não deveria e não deverá se furtar a atender a emenda do Senador Davi, que está sendo destacada neste momento por todos nós, em especial pelo Senador Hiran Gonçalves.

V. Exa., como grande amazônida que é, como grande brasileiro que é, não deveria, não deverá se furtar a atender a emenda do Senador Davi, que está sendo destacada neste momento por todos nós, em especial pelo Senador Hiran Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, e vou concluir, Presidente Davi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu imagino que uma das maiores oportunidades que nós temos de fazer aqui um pacto federativo para reduzir as desigualdades regionais é a reforma tributária. E essa reforma tributária, quando divide aqui o Fundo de Desenvolvimento Regional, está priorizando os estados mais desenvolvidos, está priorizando São Paulo, Rio de Janeiro, sem nenhum demérito a esses estados, em que tenho grandes amigos, e sei da participação deles no Brasil, do compromisso deles com o Brasil. Mas, quando a gente coloca 70% baseados no FPE e 30% baseados no critério regional de população, aonde é que vai o Estado de Roraima, o Estado do Amazonas, o Estado do Acre, do Amapá, os estados com menor índice populacional? Eu creio que deveria ser o inverso: 70% para os estados de acordo com o FPE, constitucional, e 30% para os estados com maiores desigualdades regionais, que são exatamente os estados do Norte e Nordeste.

Portanto, eu gostaria de pedir a V. Exa. que acolhesse essa emenda de minha autoria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e, em não acolhendo, Presidente Davi e Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar essa emenda e pedir, fazer um apelo ao Plenário do Senado Federal e a esta Comissão para nos ajudarem, porque são os estados menores que sofrem mais as desigualdades regionais. O critério deve ser invertido, Senador Eduardo Braga, e eu apelo a V. Exa. que faça essa inversão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Mecias.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero dizer que esse é um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de alguns anos. Começou com uma Comissão Especial aqui no Senado, uma Comissão Especial na Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi feita a escolha de qual PEC seria a PEC a ser utilizada como referência, ficou a PEC 45. Tivemos o trabalho da relatoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que foi um trabalho exaustivo, que trouxe grandes contribuições, e agora o trabalho de correção, de ajuste, de aprimoramento, feito pelo Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga. Então, faço coro com todos aqueles que colocaram aqui que esse não é um projeto de governo, mas é um projeto de Estado, é um projeto, é uma PEC que vai contribuir para o futuro do país.

Quando você conversa sobre investimentos no Brasil, a primeira pergunta que as pessoas nos fazem é qual é o sistema tributário, como é que se organiza, como é a organização tributária do país. E aí a gente tem uma dificuldade enorme de conseguir explicar. Então, eu acho que esse passo está garantido, a simplificação tributária para quem quer investir e quem quer produzir no Brasil.

Também vejo aqui, apesar de não ser o espaço para a gente tratar de forma definitiva a questão da progressividade, que ela também é uma reforma que garante que tenha um caráter progressivo. E esse caráter progressivo está quando você divide em regime específico, em regime diferenciado e em regime favorecido. Por exemplo, o Simples Nacional vai continuar o Simples Nacional. O que significa? Por que ele está diferenciado? Porque aqueles que têm menos condição de pagar imposto e que têm uma atividade de menor escala estão protegidos pelo Simples Nacional. Aqueles setores onde o consumo é maior, e principalmente das famílias de baixa renda, têm um regime que é um regime específico, certo? E aqueles que estão no geral têm um regime, ainda têm um regime diferenciado com redução de alíquota. Ou seja, nós estamos aqui tratando não é de 27% de tributo, não há uma regra que diz que a gente vai ter 27% de imposto ou de contribuição, porque vai variar de acordo com cada tipo de produto que vai ser colocado à disposição do consumo.

Se eu estiver errado, V. Exa. poderá me corrigir na hora em que fizer as suas considerações.

Portanto, eu vejo que aqui não podemos afirmar que nós temos uma alíquota de 27%, porque tem alíquota zero, tem alíquota de 10%, de 15%, de 60% sobre o total, tem variações de alíquotas. E mais, o Senado ficou de estabelecer para diversos setores quais serão as alíquotas a serem definidas em lei complementar. Portanto, isso é brilhante, isso é genial numa reforma tão difícil.

E eu queria que os companheiros Senadores e as Senadoras prestassem atenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque essa fala de dizer que a gente vai ter 27% de imposto não é fato, porque nós vamos ter diversas alíquotas para diversas categorias de produtos.

O imposto seletivo é o imposto que vai ser definido *a posteriori* sobre alguns produtos que precisam, sim, ter uma taxação a mais pelo mal que causam, pelo dano que causam à saúde, pelo custo que geram ao Estado e às políticas públicas. Portanto, está correto. O fundo de compensação, Sr. Relator, que eu sugeri que saísse de 3% para 5%, emenda de nossa autoria, que V. Exa. acatou, corretíssimo, porque nós não podemos deixar que ocorram perdas para estados e municípios ao longo da implantação de uma reforma tributária tão complexa e tão ampla como a que está sendo proposta por esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao fundo de desenvolvimento regional, sair de 40 para 60 bilhões, utilizar o critério do FPE, 70% e 30% da população, também é extremamente acertado. Manter determinadas situações específicas, especiais, que são alguns incentivos que já foram concedidos, também dá segurança jurídica e seriedade ao nosso país na relação com investidores que vieram aqui e que fizeram suas apostas.

Zona Franca de Manaus: há possibilidade de uma revisão quinquenal das tarifas de impostos que serão cobradas sobre os diversos setores, de acordo com a evolução da economia, de acordo com a renda dos brasileiros. Tudo isso eu acho que a gente tem aqui muito bem representado.

Portanto, eu quero ser breve e concluir dizendo que esse comitê gestor apresentado aqui pelo nosso Relator, retirando competências que dariam a ele a condição de ente federativo... Ele retira essa condição de ente federativo, não podendo esse comitê gestor, que não é mais um conselho tributário ou alguma coisa do tipo, ingressar com ações judiciais. Isso é muito importante, porque muda a configuração e o papel desse comitê gestor.

Trazer para dentro do Senado a decisão de quem vai presidir esse comitê gestor também é um acerto, porque, se a gente define quem vai ser o Presidente do Banco Central, esta Casa federativa tem que definir quem é que vai cuidar da questão do Conselho Gestor, e é muito importante que ele preste contas aqui de como está sendo feita a distribuição.

Ou seja, nós estamos dando total transparência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos dando total transparência não só ao modo como vão ser definidas as alíquotas de impostos para aquilo que não está estabelecido originalmente no texto, dando ao Senado essa prerrogativa, como estamos dando transparência à gestão da distribuição do recurso, à questão de ter um algoritmo que faça essa distribuição, à segurança jurídica e à segurança que estados e municípios terão na hora de receber as suas partes nessa arrecadação.

Por fim, nós estamos tratando de uma questão fundamental, que é, ao longo do tempo, a gente ir migrando a cobrança do imposto, ou seja, de o imposto ficar no destino e não na origem.

Portanto, Sr. Relator, eu queria dizer que, primeiro, V. Exa. faz um trabalho de rearrumar o texto e de fazer essas correções de que setores serão beneficiados, de que setores perderão esses benefícios, já no início da discussão.

Eu quero parabenizá-lo e dizer que nós temos um bom texto para iniciarmos uma grande reforma tributária no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, eu queria aqui relatar, aliás, reafirmar um princípio apresentado pelo Senador Renan, que é o princípio da progressividade. De certa maneira, a estrutura do seu relatório já traz esse princípio da progressividade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... quando a gente estabelece os diversos tipos de alíquotas que serão cobradas, de acordo com o valor agregado e de acordo com quem consome esses produtos. Portanto, esse princípio é muito importante para a gente reafirmar que a gente precisa ter uma estrutura tributária progressiva, a qual já está representada no texto que V. Exa. apresenta.

Muito obrigado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero enaltecer o trabalho do Senador Eduardo Braga. É uma reforma tributária que não foi discutida na Câmara e que ele, aqui, liderou essa discussão. Todos os setores que se apresentaram foram ouvidos individualmente, por cada Senador – tenho certeza de que muitos foram procurados –, mas, liderados pelo Senador Eduardo Braga em audiências públicas, tiveram a sua voz.

Talvez, de todos aqueles que são implicados pelo projeto, eu quero registrar e lamento, Senador Eduardo Braga – não é culpa do senhor e nem nossa, porque estávamos abertos –, mas eu não vi, Senador Girão, uma associação de defesa do consumidor se manifestar sobre a reforma tributária; eu não vi um sindicado que pode ter os empregos em risco em eventual circunstância ou em eventual segmento vir aqui para se manifestar sobre a reforma tributária. Praticamente, devo considerar, então, que, para eles, ela está boa, embora aqui no meu Twitter, que rapidamente está no ar, em menos de 30 minutos, 96% das pessoas – um número considerável de centenas – estão com medo, estão com receio da sobretaxação do contribuinte, e apenas 4% acham que está boa para o Brasil. Mas esses segmentos não se fizeram representados aqui. Lamentável!

A todos o Senador Eduardo Braga ouviu. Foram centenas de emendas acatadas.

Para aqueles que criticam – e aí eu faço, nesse aspecto, a defesa, sim, Senador Eduardo Braga – dizendo que as exceções aumentam a alíquota, esse não é um problema do Senado, porque o texto já veio assim da Câmara. É uma reforma tributária baseada em exceções. Pode ter justificativas, porque o nosso país desenvolveu esse manicômio tributário em cima de isenções, de benefícios, seja para desenvolver um estado, seja para gerar emprego. Queiramos ou não, assim se desenvolveu isso que dizem ser o manicômio tributário brasileiro. E a reforma tributária... Para desmamar disso, é difícil. O texto da Câmara já veio com uma alíquota que todos queriam de 20%, como sustentam – e eu apoio a emenda do Senador Rogerio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marinho, como teto, sem exceção nenhuma, 20% na régua. Por mais que alguns estados, sim, Senador Eduardo Braga, e municípios percam, em algum momento, a gente vai ter que fazer a escolha se o estado vai ter perdas ou se o contribuinte e a sua capacidade contributiva vai estar comprometida, que é o que acontece hoje, lamentavelmente, porque tiveram que admitir as exceções.

Lógico, você tem segmentos que geram emprego, segmentos que são necessários – o setor da tecnologia, atendido, que também era uma demanda minha; parcialmente, o setor de turismo; a sociedade anônima de futebol, o texto agora atendido por V. Exa., que era uma demanda não minha, mas de todo o segmento que tem trazido investimentos para o país, tem gerado maior responsabilidade de gestão e desenvolvido o futebol, e, em breve, será todo o esporte brasileiro assim. E diversos outros setores: o setor das artes, o setor das galerias culturais... Do menor ao maior setor, mas todos aqueles que empregam, que geram trabalho e que se posicionaram, de certa forma, foram atendidos parcial ou totalmente. E isso – é fato – elevou a nossa carga tributária.

Ela é uma reforma tributária que nasceu na Câmara com anseio de simplificação e redução de impostos. Assim nasceu a reforma tributária.

Infelizmente, pela necessidade da construção dos acordos, dos textos, ela chega aqui ao Senado complexa, nada simplificada, porque, se a gente vai ter dez anos, Senador Izalci, com dez impostos, que é a soma deles, esses dez anos de transição vão obrigar que as empresas tenham dois escritórios de contabilidade, vão obrigar que empresas médias e até pequenas – não as do Simples – tenham que ter uma oneração na contratação de contadores para poder, durante dez anos, trabalhar dois sistemas. E isso traz complexidade e onera, sim.

Eu acho o prazo dessa transição muito exagerado. Eu não me refiro aqui a ninguém, porque o comprometimento do Senado é enorme, mas pode haver até, na votação, certos comprometimentos por conta desse prazo, porque dez anos de transição são três legislaturas. A gente vai passar discutindo as próximas três legislaturas a mesma reforma tributária. Fato. Anotem, porque isso vai acontecer. E aí vão vir mais penduricalhos. Por quê? Porque o prazo de dez anos é muito longo, esse prazo tinha que ser reduzido. E a emenda do Senador Rogerio Marinho, que cria um teto de 20%, sem exceção, ajudaria nisso, na redução desse prazo de transição.

Existem setores que ainda estão sobretaxados, e isso me causa preocupação, por maior que, eu sei, seja a intenção do Relator em admitir mais de duas centenas de emendas, como o fez.

Eu vou me referir a um especificamente, Senador Vital, que é importante para todo estado e toda cidade brasileira, Senador Girão, que é o setor do turismo, que foi parcialmente atendido pelo Senador Eduardo Braga. Agora, as feiras e eventos estão de fora. Não podem. As feiras e eventos, Senador Eduardo Braga, são uma emenda minha. A atividade desse setor V. Exa. não pôde atender. As feiras e eventos estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora do regime excepcionalizado. E, quanto às feiras e eventos, posso dar o exemplo de culturais, mas eu posso dar o exemplo também de feiras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de outros tipos, que trazem investimentos e negócios para o país.

A minha emenda quer trazer de volta as galerias de arte, por exemplo, que podem achar que são supérfluas, mas não são. Vejam a origem dos nossos artistas: a grande maioria vem das castas mais baixas da nossa sociedade e tem, nas feiras de São Paulo de arte, na ArtRio, no Rio de Janeiro, o seu espaço de venda. Elas têm isenção, mas, ainda que não tenham isenção, que tenham um regime diferenciado. Eu continuo insistindo nessa minha emenda, que está destacada, que é a Emenda 736.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Chegamos, assim, ao maior IVA do mundo.

Falam, com as emendas admitidas, em cerca de 27,5%. Eu acho modesto. O Ipea, quando veio da Câmara, já falava em 33%. Acho que a gente está um pouco acima de 30%. E o que é lógico: se o IVA é alto, a gente tem que trabalhar, sim, em cima de exceções que vão atender a quem gera emprego; vão aumentar, mas vão atender.

E aí a gente vai...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso, porque as exceções vão levar todos esses setores que estão atendidos a 20% de alíquota.

Por isso que eu apoio a emenda do Senador Rogerio Marinho, porque outros setores vão estar pagando mais para que esses tenham. Mas é a lógica, eu não estou contestando, não. Ela veio assim, Senador Eduardo Braga, da Câmara. Não é a responsabilidade de V. Exa. V. Exa. está aqui para salvar a reforma, e o caminho são as exceções. E V. Exa. aceitou, inclusive, muitas que eu encaminhei.

Agora, elas estão fazendo o quê? Com as exceções, chegar à alíquota de 17%, 20% na média. É o que vai acontecer.

Por isso eu apoio a emenda de Rogério Marinho.

Eu tenho uma grande preocupação, Senador Eduardo Braga, e não é com o senhor, de novo exaltando o seu trabalho, mas é com este Governo, Senador Jaques Wagner, porque este é o Governo do impostor, Senador Girão. O impostor é aquele que cria impostos. E a única coisa que este Governo fez até agora foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir a criação de impostos. E vão vir mais. Vai vir sobre herança. Vai vir sobre fortunas, sem discutir antes o que é fortuna neste país.

Aqui, este projeto, por exemplo – é um erro dele –, traz a possibilidade de os Prefeitos aumentarem o IPTU da sua casa por decreto. O que, antes, era por projeto de lei, que ensejava a participação do Parlamentar da sua cidade e a discussão, agora, é por decreto.

No Imposto de Transmissão Causa Mortis, agora é obrigatória a progressividade. É mais imposto!

Então, num Governo do impostor, que só pensa em impostos, o que esperar desta reforma tributária? E, talvez, isso justifique a enquete de que a população, Senador Girão, está receosa – e a gente representa aqui a população, além dos estados – com aumento de imposto, porque o Governo queimou a sua cartada no arcabouço fiscal.

Quem esteve presente na reunião de Líderes viu uma excelente apresentação do Ministro Haddad, teoricamente perfeita. Quando eu saí da sala, eu disse à imprensa aqui presente: quero saber se o Governo vai ter disciplina para cumprir as metas e reduzir seus gastos.

E já foram às favas as metas do arcabouço fiscal. Nasceu morto. E o Governo, Senador Jaques Wagner, perde credibilidade com isso, com a fala do Presidente Lula, se contrapondo ao próprio Ministro da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Líder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, como acreditar que esta reforma, de que tentamos salvar alguma coisa no Senado, não vai gerar mais impostos?

Esquecem-se da capacidade contributiva do contribuinte. Por quê?

Para concluir.

É o IVA; que vai beirar 30% – ainda que seja 27,5%, não estou errado, vai beirar 30% –; é o Imposto de Renda; é o IPVA; é o IPTU, agora por decreto; é o IOF; e, assim, vai. Cabe? O consumidor consegue pagar?

Eu acho que todo o esforço do Relator é absolutamente louvável, trabalho hercúleo, mas ainda tenho receio, que se comprova pelos meus anseios.

Para concluir, por último, a minha preocupação com a emenda que privilegia os veículos a combustão de determinados estados. Eu, como representante do Estado do Rio de Janeiro, que tem um *cluster* automotivo, Girão, que proporciona mais de 20 mil empregos só na região Sul Fluminense, posso dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele é prejudicado, porque outros estados, com esses benefícios que são mantidos, acabam prejudicando os empregos no meu estado.

Ou seja, acabamos a guerra fiscal, mas esses benefícios ainda prejudicam demasiadamente o desenvolvimento de todo o país, que é o que a gente tem que pensar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Renovo o que vários disseram. Elogio o Relator, meu Líder Eduardo Braga, estendendo esse elogio ao Relator da Câmara, Aguinaldo Ribeiro, que fez um belo trabalho.

Acho que foram bem-salientadas aqui as dificuldades de se fazer tramitação, votação e aprovação de uma reforma tributária numa democracia, mas eu peço licença para dar dois passos atrás neste debate.

Primeiro é que o Brasil é um país muito esquisito. O Brasil é um país... O Millôr Fernandes falava que democracia é quando eu mando em você, e ditadura é quando você manda em mim. Aqui a gente tem o liberal, mas só é liberal com o dos outros, porque os seus privilégios, as suas exceções todos querem, mas fazem a crítica às exceções dos demais. Então, é um país que tem essa característica invertida. As pessoas pensam muito apenas no próprio interesse, ou interesse corporativo ou estadual, o que seja.

O segundo ponto é apontar que a carga tributária brasileira é, de fato, demasiadamente alta, mas isso é uma consequência das nossas escolhas políticas. O Brasil é um país que sofre ainda com incompetência, com corrupção, isso é histórico no nosso país, não é invenção deste ou de qualquer outro Governo, é histórico. Mas a grande questão é que nenhum país do nosso tamanho tem as nossas escolhas políticas: um Sistema Único de Saúde como nós temos, a previdência como nós temos, a educação como nós temos no Brasil. Sob o ponto de vista de reserva orçamentária, só o nosso país tem, com a nossa dimensão. Isso gera, naturalmente, uma demanda por arrecadação. E essa arrecadação, até o momento em que discutimos e tentamos aprovar esta reforma, é uma arrecadação que não tem transparência para o consumidor final. O cidadão não tem a menor ideia de quanto paga de imposto no Brasil e a consequência é que ele engole as narrativas que hoje são apresentadas de que a reforma necessariamente vai gerar um aumento de carga.

Essa narrativa não é verdadeira. Você pode fazer exemplos bem simplificados. Se você pensar, meu amigo Senador Weverton, na compra de um carro, a associação dos produtores diz que a taxação hoje varia em torno de 37% a 42%. A pior alíquota que esta reforma pode gerar vai estar em 27,5%. Da mesma forma, se você pensar em um restaurante, uma lanchonete, a tributação está ali na faixa dos 30%. Na pior das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipóteses, você vai estar em 27%. Então, não é verdade que você tem um aumento compulsório por conta da reforma. O que a reforma faz é dar transparência, dar visibilidade.

E aí o Relator foi muito feliz em fazer duas coisas. A primeira delas é sugerir uma trava, o formato da trava pode ser discutido ainda. Vamos tentar sempre aprimorar, mas me parece que é o único formato viável até o momento colocado na mesa. E a segunda e mais importante é a revisão quinquenal, ela é fundamental para evitar que você tenha deformações ao longo da trajetória de implantação. Então, de fato, o Relator foi muito feliz em fazer essa composição com reforma revista a cada cinco anos, o que permite que a população em geral, através de seus representantes eleitos, possa interferir nas escolhas políticas. De novo, eu repito: o tamanho da tributação de um país é consequência das escolhas políticas que esse país faz, e essa reforma de escolhas políticas se dá pelo voto, no final das contas. Então, existe um caminho para isso tudo.

Eu gostaria de destacar para o nosso Relator Eduardo Braga, e expandindo isso para os dois colegas, o ponto de duas questões que eu gostaria de ver tratadas. A primeira delas é o prazo para que a gente possa discutir a reforma dos encargos da folha de pagamento e da tributação sobre renda. No art. 18, está encaminhado 180 dias como prazo. Eu sugiro a V. Exa. uma redução desse prazo para o encaminhamento da proposta de reforma da tributação de folha e de renda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está 180 dias ou 240 dias?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Até a versão que eu tinha aqui eram 180.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Você quer que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Que reduza esse prazo ainda mais. Digo isso por quê? Porque, da mesma forma como a reforma do consumo e serviços, a gente está falando de textos que já estão em discussão há largo tempo.

O Ministério da Economia – eu estive em reunião, V. Exa. esteve em dezenas de reuniões – informa que já tem propostas informa que já tem propostas em gestação. E é através dessas duas reformas, a da folha e a da renda, que nós vamos conseguir compensar eventuais distorções geradas pela reforma do consumo e serviço. Então, a minha sugestão é reduzir esse prazo para 90 dias para o envio. Nós sabemos que a tramitação vai ser lenta – ela vai passar pelas Comissões, ela vai passar pela discussão ampla na Câmara dos Deputados, depois aqui no Senado –, mas esse pontapé inicial sinaliza o compromisso – e isso me parece muito relevante – de corrigir eventuais distorções e não gerar nenhum tipo de prejuízo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Tem emenda sobre isso?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, mas estamos... Apresento agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, apresentarei agora, de imediato, a redução do prazo, para que o Governo seja obrigado a encaminhar a proposta de reforma de tributação sobre renda e patrimônio e sobre a folha de pagamento, porque daí sim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A minha sugestão é de 90, metade do que está posto, porque a gente começa o ano que vem discutindo essas pautas com sobriedade, com seriedade, fechando o circuito de uma reforma tributária verdadeira, porque não é intenção de V. Exa. e não é a nossa aumentar a carga.

A imensa maioria dos economistas sérios deste país e de fora deste país reputa essa reforma como positiva – a imensa maioria. Você encontra figuras quase que exóticas hoje que colocam a crítica acima dos benefícios que a reforma deverá trazer.

Então, trago essa contribuição, que espero que V. Exa. possa acolher, e a reflexão para que todos tenham consciência: quem hoje vende um discurso de que a alíquota vai ser absurda, de que o impacto vai ser muito grande na vida das pessoas, na verdade não está informando o cidadão. Ele hoje já paga uma carga maior do que essa sugerida, só que ela está oculta. E os exemplos são bem simples, você pode fazer N. Pode pegar o impostômetro e sair item por item que você vai encontrar isso. As pessoas não sabem, vão tomar um choque ao saberem que pagam esse imposto, mas, com a revisão quinquenal, eles vão poder justamente fazer a pressão social, democrática, para que você tenha um ajuste, aí sim buscando a redução, que também é necessária, dos gastos públicos.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senador Alessandro.

Concedo a palavra ao Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, primeiro, agradeço a todos os Parlamentares – muitos dos que estão aqui participaram conosco do GT da CAE, o grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos – e agradeço ao Relator a acolhida de muitos dos pontos que a CAE trouxe para contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, três pontos aqui nós estamos trazendo para buscar aperfeiçoar o texto. O primeiro deles, mais uma vez, é a questão da limitação da carga tributária. Eu vou avançar, vou insistir. Tivemos a Emenda 001, da CCJ, que trata de uma líquida de 25%. Temos também, agora, já fruto dos debates e discussões que aconteceram agora, a Emenda nº 785, que traz a alíquota de referência de 25%, porque é importante nós transmitirmos esta mensagem: a mensagem de que há uma limitação do poder de tributar.

O consumidor, o cidadão, o contribuinte, ele tem ali um limite. E a partir daquele limite é que o poder público terá de se adaptar com a receita que tem disponível. Não adianta a gente querer sempre fazer equilíbrio fiscal pelo lado da receita. "Preciso de mais dinheiro", aumenta o imposto. "Preciso de mais dinheiro", aumenta a alíquota. Não! Você tem a despesa. Você tem o outro lado do equilíbrio que parece que está esquecido, está afastado.

Então, vamos manter essa posição, manter o apelo – que inclusive será fruto de destaque, se for o caso – de que a gente tenha uma alíquota para poder transmitir uma mensagem ao cidadão brasileiro. O Congresso e o Senado não votarão uma reforma tributária que signifique aumento de imposto, e ela se complementa com a trava trazida por V. Exa.

A trava da carga tributária é bem-vinda, mas as pessoas perguntam: "Quanto eu vou pagar de imposto?". E essa resposta só pode ser dada se nós trouxermos a alíquota de referência de 25%, preservando, por exemplo, a questão dos produtos do agronegócio, da saúde e da educação. Não são esses os vilões da história.

Eu sou contra a tese aqui de uma alíquota única para todo mundo, porque quem é mais humilde precisa ter um tratamento diferenciado. O serviço de saúde e de educação, que chega lá na ponta, pode, sim, pagar menos imposto. Por que não? A cesta básica pode e deve pagar menos imposto. Por que não? Por que fazer uma regra que aumente para todo mundo, inclusive para o agro? Porque o agro hoje está com 10%; eu vou levar para 20%, 22%. Então, nós temos essa lógica.

O segundo ponto que eu deixo, meu caro Relator e meu caro Presidente Davi Alcolumbre: nós temos alguns serviços públicos que estão previstos no texto para estar num regime específico. O regime de concessão de rodovias, por exemplo, está como um regime específico. O saneamento, por exemplo, está como um regime específico. Nós já temos serviços públicos que já estão como regime específico. Transportes públicos já estão como regime específico.

Por que não se dá ao serviço público, como um todo, o direito de ser discutido na lei complementar? É preciso que haja essa parceria. O próprio PAC já tem trazido. O próprio PAC já tem dito: não é o dinheiro público que vai fomentar o desenvolvimento do Brasil; não há mais esse espaço, não há mais essa margem. O desenvolvimento do Brasil é feito de parcerias público-privadas, de concessões, de delegações. É assim que se cresce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o apelo que está feito na Emenda 702, na Emenda 710, que serão fruto de destaque de bancada, apresentadas pelo União Brasil, é um apelo, Sr. Relator, para que os serviços públicos, além de algumas exceções como saneamento e concessão de rodovias, que já estão no texto, possam ter, na lei complementar, um espaço para serem mais bem discutidos e disciplinados.

Veja só uma questão que está posta aqui, e muitos Senadores falaram – o Senador Mecias tratou do tema e outros –: a questão da tarifa de energia elétrica para a classe social baixa, a tarifa social. Colocou-se aqui o instituto do *cashback*. Tem gente que discute que pode ser aplicada tarifa social no Cadastro Único, e, no meu entender, do ponto de vista de técnica legislativa, não é a PEC o ambiente para se discutir esse tema.

Energia, por exemplo. A gente aqui passa o dia discutindo energia verde, energia renovável, hidrogênio verde, as novas energias que vêm. A PEC não traz nada sobre o tema por isso. Por quê? Porque o lugar para se tratar disso é na lei complementar, e, sem essa emenda aceita, nós estamos vedando, proibindo que o Brasil possa ter um sistema, um regime específico para tratar da energia. É inadmissível! E qual é o argumento da Fazenda: "Ah, mas vai abrir uma janela para uma discussão muito grande". E é bom que seja! Ninguém aqui está definindo nem decidindo alíquota reduzida para ninguém; agora, abrir mão de ter um regime tributário específico para serviços públicos não me parece razoável. Eu vou pedir o destaque e fazer o apelo para os Senadores e Senadoras que estão aqui presentes.

Um terceiro tema, meu caro Relator: os aumentos de alíquotas de ICMS que estão sendo trazidos nos estados. Esse foi um dos temas que discuti muito com V. Exa., tive sua atenção, mas acabou ainda pendente de chegarmos a um prazo, a um termo final. Vários estados da Federação – 17 – já aumentaram este ano seu ICMS, e muitos sob a justificativa de que tem uma regra da Câmara, que até agora não entendi, de que só em 2029, no algoritmo lá que foi criado da parcela de participação dos estados no bolo tributário, é que será definido quanto ele vai receber, a partir do período de transição, para os próximos 50 anos. É lógico, o Governador olhou e disse: "Ah, então eu vou aumentar a minha carga". Lá na Paraíba, aumentou 18% para 20%; é um aumento de mais de 10% do imposto. Vários estados aumentaram. Santa Catarina, me parece, a Senadora Margareth disse que está ali, para aumentar ou não, dependendo dessa decisão. Eu não vejo, Senador Eduardo Gomes, lógica. Ninguém conseguiu me convencer – simplesmente é lógica mesmo – por que haver uma regra de agora a cinco anos para frente, que estimula os estados a aumentarem impostos, em vez de uma regra do momento presente, porque aí eu não preciso mais estimular ninguém. Então, essa proposta também está como emenda colocada para apreciação do nosso Relator, o Senador Eduardo Braga.

Então, de diversos pontos que poderia aqui trazer neste momento, eu fico com esses três. Primeiro deles: serviços públicos, podendo, em lei complementar, ser definida uma regulamentação. Porque aqui ficou setorizado: saneamento está, concessão de rodovias está, mas de ferrovias não está. Então, você cria um desequilíbrio nessa história, e eu acredito que os serviços públicos... Isso aí é uma grande demanda de estados, de municípios. Nós já temos uma reforma que está, em determinado ponto, limitando a autonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses entes federados. Você retirar dos entes federados a possibilidade de, na construção de parcerias público-privadas, nas delegações de serviços públicos, nas concessões e permissões, você ter uma lei complementar que guie isso – energia, telecomunicações... Não devemos ter medo.

O único argumento que o Governo apresentou para ser contrário é o medo do debate: "Ah, não! Aí, na lei complementar nós vamos ter de debater isso". Qual é o problema? A reforma tributária é para ser feita por argumentos. Reforma tributária, no Brasil, não é só uma mudança de lei, é uma mudança de cultura. Porque diversas divergências estão aqui apresentadas, mas um consenso nós temos: o atual modelo está esgotado, é arcaico, obsoleto, ultrapassado, só atrapalha quem quer produzir, nos joga nas últimas posições como um dos piores ambientes para se fazer negócio no mundo. Não adianta fazer remendo em tecido podre; está rasgado e vai rasgar de novo.

Então, estamos concebendo um modelo mais bem avaliado, o IVA, sem inventar nada, buscando as melhores práticas internacionais, mas é preciso ter cuidado com as alíquotas. E é por isso que eu sou daqueles que me alinho e defendo que tem que ter uma alíquota de referência já desenhada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – São 25% para que o Brasil não fique entre os maiores IVAs do mundo, e assim a gente consegue conciliar a capacidade de contribuir do cidadão brasileiro com a capacidade do Estado de se adaptar às suas receitas, até porque não tem só o IVA. Eu não sei por que também tanta resistência a se colocar uma limitação no IVA, porque, além do IVA, vai ter o IS (imposto seletivo), além do IVA, você vai ter o Imposto sobre a Renda e sobre o patrimônio. É hora de o Brasil passar uma mensagem, porque o imposto sobre o consumo é o que mais atinge as famílias de baixa renda. É a gente dizer que aqui estamos colocando uma limitação do poder de tributar, porque, na disputa entre poder público e contribuinte, cidadão, se a gente deixar o Governo morder ainda mais um pedaço do que é do povo, dificilmente a gente vai conseguir recuar nessa situação. Por isso que é importante colocar essa limitação.

Eu faço um apelo às duas emendas que nós pretendemos destacar: a emenda da lei complementar para contemplar o poder público e a emenda a respeito da limitação do poder de tributar, com alíquota de referência em 25% a essas contribuições que nós pretendemos trazer, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

Boa tarde a todas Senadoras e Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui também, de uma forma muito significativa, ressaltar o trabalho do nosso Senador Relator Eduardo Braga, por toda a sua paciência e capacidade de dialogar com diversos setores, com Senadores, Senadoras, dialogando, eu diria, até agora, ainda está continuando, podendo acatar ainda as emendas aqui sugeridas.

Eu quero dizer que, através dessa reforma – eu não vou ficar repetindo o que muitos já falaram –, é uma esperança realmente de novos investimentos do setor empresarial como um todo, que espera por essa reforma tributária; não só ele, mas a população sobretudo. Além de trazer, eu diria, uma confiabilidade maior, uma transparência maior, ela também vem com o propósito de equilibrar as desigualdades regionais, que nós sabemos que acontecem também pela forma de tributação do nosso país hoje.

Eu queria aqui agradecer algumas emendas que foram acatadas pelo nobre Relator, sobretudo uma, aliás, duas, que eu quero aqui ressaltar. Inclusive a Senadora Eliziane Gama também vai fazer aqui uma fala sobre a que trata sobre o imposto seletivo sobre armas e munições. Ela foi acatada parcialmente com a palavra "poderá". Aí eu queria também fazer aqui uma ponderação para ver se a gente poderia botar realmente "deverá" sobre essa pontuação, porque aqui já está deixando as armas destinadas à administração pública isentas de estarem dentro do imposto seletivo. Eu acho isso muito importante, visto que nós temos um dado bem atual do nosso Estado do Ceará em que 94% dos homicídios de adolescentes ocorridos num período agora recente foram feitos por arma de fogo. Então, a gente quer, de certa forma, também fazer esse imposto seletivo sobre a questão dessas armas e munições; outro sobre o regime específico, que inclui o serviço de agência viagem e turismo – e eu também já agradeço, acreditando que é muito importante não só para o Ceará, mas para todo o nosso país a questão do incentivo ao turismo, também fazendo algumas pontuações –; e a questão do corte de gênero, em que foi botada também a questão dos itens básicos para a saúde da mulher, a saúde menstrual da mulher. Eu quero, assim, dizer que foi de uma sensibilidade muito significativa para nós, porque, para além do significado, está a necessidade real que existe sobre esse tema. Nós temos dados também de que cada quatro adolescentes que deixam de ir à escola por um período o fazem exatamente pela pobreza menstrual, simplesmente por não poderem comprar os itens básicos para a sua higiene menstrual, então é muito importante realmente estar aqui, porque eu acredito que, para além da reforma, vem uma questão social de fazer justiça realmente às pessoas que mais precisam.

Mas queria pontuar, por último – eu disse que iria ser rápida, e, além de parabenizar por todo o trabalho, paciência, volto aqui a ressaltar sempre, pela dedicação não só de V. Exa., como de todos os Senadores e Senadoras que participaram também do debate, de toda a sociedade, que também está atenta, está cobrando, está reivindicando e trazendo as pautas, e todas são legítimas –, eu queria aqui falar de uma emenda que não foi acatada, que foi uma emenda de nossa autoria, a 378, que fala sobre a questão, especialmente, do hidrogênio verde. Também aqui, ressaltando as palavras que o Senador Efraim há pouco falou, me deixa um pouco de preocupação esse tema específico não estar também fazendo parte das possibilidades de a gente poder ter uma regulamentação posterior ou fazê-la de alguma forma para que a gente possa também estar incentivando aí a questão do hidrogênio verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as minhas ponderações, para além de dizer que eu estou apoiando totalmente esta reforma, acreditando que ela é necessária e faz parte não só de um momento histórico, mas de grande necessidade de que ela seja aprovada aqui pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, antes de mais nada, eu queria fazer aqui uma saudação ao nosso querido Relator, Senador Eduardo Braga, saudar também o Líder do Governo, nosso companheiro Jaques Wagner, ambos, pela sensibilidade de, na construção desse relatório, ter olhado para o Brasil como um todo, com as suas diferenças, com as suas dificuldades, especialmente regionais. Depois eu farei uma referência especialmente ao debate que nós travamos sobre a questão do sistema automotivo do Nordeste e do Centro-Oeste, porque eu sei que a sensibilidade de V. Exa. foi muito grande e, naturalmente, a decisão política do Presidente Lula, que enxerga este país com os olhos que ninguém mais possui, tem.

Eu queria dizer, para iniciar a minha fala, que o que nós estamos fazendo hoje é aprovar algo que é absolutamente necessário para o nosso país. O atual regime tributário brasileiro é completamente ultrapassado, com legislações profundamente complicadas, tanto no nível da União quanto no dos estados e dos municípios, que fazem com que esse sistema seja extremamente complexo, de difícil entendimento, demonstrando a necessidade realmente de uma simplificação, de maior uniformidade e transparência. Sem isso é muito difícil nós conseguirmos enfrentar e superar desigualdades sociais e regionais e promover o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

O que estamos votando hoje não é uma reforma que interessa a um governo, mas uma reforma de Estado. Aliás, é importante dizer aqui, Sr. Presidente, que eu vi alguns companheiros e companheiras aqui, Senadores, criticando o conteúdo da reforma – enfim, é um pleno direito –, mas se esquecendo de que nós passamos sete anos, entre o Governo Temer e a eleição do Presidente Lula, com dois governos que não moveram uma palha para fazer com que as propostas que vinham sendo discutidas, discutidas, discutidas, chegassem a ser votadas no Congresso Nacional. Então, o que nós estamos fazendo hoje é uma demonstração do compromisso que o Governo tem com o presente e o futuro do nosso país.

Os três grandes objetivos dessa reforma eu acho que nós vamos conseguir: o crescimento sustentável da economia brasileira, com a geração de emprego e de renda; a promoção de justiça tributária, fazendo com que quem consome mais possa pagar mais; e, ao mesmo tempo, a simplificação deste atual sistema. Os impactos para a União, para os estados e os municípios são bastante expressivos, e só isso justificaria a aprovação dessa proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui: a simplificação, mediante a fusão dos tributos; a garantia de que o tributo será cobrado no destino, que ele não é cumulativo, corrigindo um dos graves fatores da construção da desigualdade do sistema tributário atual; a garantia da devolução – eu detesto estes termos americanizados de *flashback*, enfim, *cashback*, *v*amos chamar de devolução, a devolução do imposto para quem precisa, não é verdade? –; a garantia de regimes tributários favorecidos, setores que realmente precisam ter um atendimento especial – e V. Exa. garantiu a continuidade dos benefícios da Zona Franca de Manaus até 2073, além do Simples Nacional –; a instituição de regimes tributários específicos, que não representam privilégios tributários, mas representam a necessidade de adaptação da cobrança dos tributos a realidades importantes – certamente todos nós aqui entendemos que houve setores que foram beneficiados e talvez não fosse necessário fazê-lo, mas, de um modo geral, eu acho que também cumpre um papel muito importante –; a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que é realmente o grande caminho para a superação, sem prejuízo de estados e municípios, da guerra fiscal que nós temos até agora, então, também muito importante, inclusive com a definição de valores que poderão cumprir esse papel de apoiar estados e municípios na melhoria da sua infraestrutura, na garantia de recursos para investimentos que gerem renda e emprego, no desenvolvimento científico e tecnológico também; e os benefícios do ICMS, que estão sendo convalidados.

Eu vi aqui alguns companheiros falarem, por exemplo, que o Nordeste e o Centro-Oeste estão sendo indevidamente beneficiados com isso, mas é muito fácil falar disso quando a gente historicamente teve um processo de concentração do desenvolvimento, no Brasil, no Sudeste e no Sul. Só quem não conhece a realidade da implementação, da implantação de uma empresa automobilística numa região pobre do Nordeste, na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, que se caracterizou historicamente somente pela produção de cana, com as mazelas que esse monopólio da cana produziu ao longo de séculos, é que é incapaz de ver o que representa como resultado a concessão de benefícios fiscais a um setor como esse, que trouxe desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento científico, gerou empregos de qualidade em larga escala, interferiu positivamente no crescimento, no desenvolvimento econômico de pequenos municípios ali na região, que crescem, como em Pernambuco, ao lado de outros estados, como a Paraíba.

E só alguém, como eu disse, como o Presidente Lula teria tomado a decisão que ele tomou de procurar, em nome do Governo, interferir para que esse benefício fosse mantido, sem prejuízo de quem quer que seja – e, ao mesmo tempo, a sensibilidade do Relator, que o incorporou. Então, Pernambuco, mais uma vez, agradece por tudo que o Presidente Lula já fez por aquele estado, que agora ele confirma, numa disputa que a gente sabe que é uma disputa muito pesada. Alguns que produzem na Argentina, outros que produzem no México com benefícios querem continuar garantindo a importação dos seus veículos, mas um estado como Pernambuco e uma região como o Nordeste não poderiam continuar a fazê-lo se prevalecesse esse sentimento. E eu espero que o Senado também se sintonize com essa nossa necessidade, para que possamos aprovar essa continuidade até 2023, com todas as amarrações que o Relator, de forma muito inteligente, fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E, por último, a questão do imposto seletivo, que vai permitir que nós possamos também construir uma legislação tributária em que aqueles que produzem, geram produtos que podem ser ofensivos à saúde, produtos também como armas e munições venham a ter um tratamento diferenciado para pagarem pelos danos que terminam gerando para a sociedade brasileira.

Então, eu concluo aqui minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que está de parabéns o Relator, está de parabéns o Governo, que, naturalmente, negociou o tempo inteiro essa proposta. E eu aqui apelo para que nós aprovemos essa proposta de reforma tributária e encontremos na Câmara igual tratamento para esse relatório que está saindo hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acompanhei bem e quero aqui iniciar minha fala parabenizando o Eduardo Braga pela dedicação, pelo esforço para buscar uma solução para essa proposta.

Eu me lembro aqui da votação do arcabouço fiscal. Era a salvação do mundo o arcabouço fiscal, e a gente tinha alertado para uma série de coisas que poderiam acontecer e que inviabilizariam aquilo que o Governo anunciava. E não deu outra, está aí a discussão agora sobre a meta fiscal.

Com relação à reforma tributária, a meu ver, reforma tributária não é só consumo, reforma tributária é todo o sistema – Imposto de Renda, imposto sobre patrimônio, tudo isso é reforma tributária. Então, quando você recebe um texto da Câmara que, segundo os dados do próprio Governo, está em 27,5%, aí alguém diz assim: "Não, mas tem 190 países que utilizam o IVA". Sim. Olhe, eu quero deixar claro, não tem ninguém que defende a reforma tributária mais do que eu, até porque eu sou vítima dela, tanto na burocracia como em outras coisas mais. Mas quero dizer que o fato de 190 países usarem, se você pelo menos pegasse a média ou algo parecido... Não, vai ser o maior IVA do mundo. Eu acho que o Brasil tem essa pretensão, nas coisas que não são boas, de ser o primeiro lugar.

Eu vejo assim uma reforma um pouco voltada para o passado. Eu me lembro de discutir essa matéria como Deputado, sei lá quantos anos atrás, nem me lembro mais, a idade agora a gente até esquece, mais de 30 anos discutindo isso. Mas, na prática, é o conteúdo, cara – é o conteúdo. Quando você coloca... Alguns dizem, são especialistas, não é no chute, é o real. Você tem, por exemplo, que foi Presidente aqui do IFI, que é nosso instituto independente, que prevê 33%; outros institutos preveem 32%, 30%, mas que seja 27,5%; 27,5% é o maior PIB do mundo, é a maior alíquota do mundo, como foi dito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um manicômio o sistema tributário nosso? É, mas, infelizmente, tem coisa que pode piorar ainda mais.

Eu vejo aqui o seguinte: o que foi prometido e que está guardado aqui é que não haveria aumento da carga tributária. E, de fato, eu acho que participei de umas 40 audiências públicas, no mínimo, tanto aqui na CCJ quanto na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Nos 30 anos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, neste ano. Sim, senhor.

Sem falar da PEC 110, de que eu participei de 500.

Mas eu digo assim: como é que nós vamos votar uma matéria com uma alíquota desse tamanho, sabendo que vem agora já – até reduziram o prazo, que eu acho que é isto mesmo: tem-se que saber logo a situação – Imposto de Renda; depois, vem o imposto do patrimônio; depois, vem questão de dividendos, de que eu me lembro muito bem. Eu sou da época de quando isentaram os dividendos; aumentaram a alíquota.

Tem aí ainda essa questão da previdência. Ninguém fala nada de previdência, que afeta diretamente o sistema. Então, sinceramente, se a gente tivesse, primeiro, a confiança de que o Governo trabalha no sentido de reduzir as coisas tributárias, as obrigações... Estamos assistindo aqui... Nós aprovamos, por unanimidade, a simplificação: cadastro único, nota fiscal eletrônica – projeto do Efraim –; não, foi vetado. Foi vetado.

Eu vi, na discussão do arcabouço, todo tipo de argumento de que teria realmente uma arrecadação: 80 bilhões ali, 50 bilhões aqui, etc. E não aconteceu nada disso.

Eu não quero ser pessimista aqui, mas o que a gente vê... Por exemplo, o setor de tecnologia e internet. O Brasil é um país consumidor de tecnologia. E olha que nós temos as melhores cabeças aqui no Brasil. Se você olhar todas as empresas do mundo todo, sempre tem um brasileiro lá nessa área de tecnologia. E vamos perder todos – vamos perder todos. Hoje, as empresas já estão com problema de mão de obra. Então, hoje você já tem países requisitando realmente profissionais brasileiros, que têm competência, que têm criatividade, mas, com essa reforma, eles vão prestar trabalho para os outros países. E nós depois vamos comprar, vamos ficar dependentes dessas questões? E não adianta, por mais que o Senador Eduardo Braga tenha feito um esforço e acatado a questão do ICTs, etc., nós estamos vivendo num mundo analógico.

Agora, para que que existe um sistema tributário? Por que o Governo cobra impostos? Para tocar sua máquina, prestar o serviço público. Quando você tem uma alíquota desse tamanho, com perspectiva de aumentar ainda mais – Imposto de Renda, essas coisas todas –, aí você vai na saúde, você não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada. Só consegue saúde no Brasil hoje quem tem plano de saúde e bom, porque com o mais barato você também vai ter que enfrentar muita fila. Então, você não tem saúde neste país. Estou falando aqui da maioria da população brasileira. Não estou falando de nós aqui, não, estou falando da população.

Na educação, eu nunca vi tanta ineficiência, retrocesso e precariedade, como estou vendo hoje. Os alunos não querem mais saber de escola, não, porque vão fazer o que na escola? Não têm computador, não têm internet, não têm laboratório de ciência, não têm nada.

Na segurança pública, nós estamos vendo o que está acontecendo no Brasil. E aí, como é que você vai pagar um imposto com perfil de aumentar a carga e ainda não ter garantia de que vai ter de volta o serviço de qualidade?

Então, eu tenho aqui algumas emendas, e uma delas é sobre esse limitador aqui de alíquota, porque, mesmo que a alíquota fosse de 20%, que já é uma das maiores – fica um pouquinho abaixo da Argentina, que está em 21% e que não é exemplo para ninguém –, ainda temos que ficar torcendo para que o encaminhamento do Imposto de Renda e da questão do patrimônio e da previdência não venha também com essa sanha de arrecadação. Então, eu vejo com muita dificuldade, se realmente não for acatado o limite... Por que de 2012 a 2021? Por que se excluiu 2022? Por que não poderia acatar 2022?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – V. Exa. está me perguntando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, estou perguntando assim... Mas se V. Exa. puder também falar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se V. Exa. quiser...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-o concluir que eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, ele está no meu tempo. Deixe-o explicar, e eu adiciono depois só os...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É porque, em 2022, houve a marretada na arrecadação por parte do Governo passado, quando se pegou o imposto sobre combustível, o imposto sobre energia elétrica, sobre telecomunicações, etc., à véspera de eleição, e houve uma ação eleitoral de redução de impostos.

Se a gente usar 2022 como referência, nós vamos inviabilizar os estados. Não se esqueça de que agora, em 2023, nós tivemos que fazer um socorro aos estados e municípios...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... em função exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E grande parte deles aumentou o imposto antes, agora, antes de se aprovar a reforma. Já houve aumento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Já houve aumento, exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... além da compensação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... por uma das questões levantadas ainda há pouco aqui. Então, 2022 não serve como parâmetro por causa disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, como outros anos também. Sempre teve anos atípicos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Daí pegarmos uma janela de 2012 a 2022, porque você neutraliza esses efeitos que aconteceram muitas vezes por questões eleitorais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ou por questão mesmo da pandemia. Em 2019, 2020, nós tivemos uma pandemia horrorosa. Mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, 2020.

Mas eu quero dizer o seguinte: independentemente dessa questão, a minha convicção aqui é de que o contribuinte... É porque a pessoa... De fato, foi falado aqui e é verdade: eu não vi, em nenhuma audiência aqui, ninguém defendendo o contribuinte.

Nós estamos tramitando aqui... Eu, inclusive, apresentei o projeto do Código de Defesa do Contribuinte. A gente ouve alguns setores e tal, mas você não vê quem vai pagar a conta real, porque o consumidor vai pagar na ponta... "Ah, não, você vai aproveitar o crédito". Tudo bem, você aproveita o crédito, mas, lá na ponta, alguém vai pagar. E será que essas pessoas têm condição de pagar o que a gente está colocando? Eu não tenho dúvida nenhuma de que não têm. E a gente ainda vai correr risco, realmente, de muita sonegação, evasão, porque já fazem isso; imaginem aumentando a carga tributária.

Então, aquilo que foi prometido de não ter aumento da carga tributária eu vejo que o texto não atende. E simplificação, muito menos, porque, em dez anos, nenhum de nós, se não concorremos à reeleição – quem for disputar a eleição – estará aqui, porque a transição é de dez anos. Ou seja, vai ter toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complicação que existe hoje, que realmente é um manicômio, mais o novo sistema. Vai dobrar aquilo que já é feito hoje.

São essas as minhas considerações.

Espero que a gente consiga, até o final da discussão, um limite dessa alíquota.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhores colegas, meus cumprimentos inicialmente ao Senador Eduardo Braga pelo relatório, pela sua sensibilidade, pela sua paciência e pela sua diligência na construção, de fato, deste relatório.

Não há dúvida nenhuma de que hoje, Augusta, é um dia histórico no Brasil, porque, se você faz um levantamento histórico da nação brasileira, você vai ver que, em nenhum momento de democracia no Brasil, nós tivemos uma aprovação de uma reforma tributária. Se você faz, por exemplo, um levantamento dos Presidentes – aí vamos pegar aqui já da Nova República –, todos os Presidentes, ao ganharem a eleição, na campanha eleitoral, sempre apresentaram a proposta de uma reforma tributária. E se uniam propostas e propostas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... mas, ao fim e ao cabo, ela acabava não sendo materializada, ela acabava não sendo concretizada, dada a complexidade do sistema tributário no Brasil, que, como já foi falado, é um dos piores do mundo.

O nosso Brasil é um país continental. Nós temos 27 estados, e cada um com uma legislação própria em vários tributos; nós temos cerca de cem tipos de impostos no Brasil. Na verdade, cria um verdadeiro monstrengo esse conjunto de tributos no Brasil, que acaba criando um outro gasto, sobretudo para as empresas; eu diria que é um outro tributo que, do ponto de vista formal, não existe, que é a necessidade de a empresa gastar para poder fazer os seus pagamentos e os seus recolhimentos. Veja, a empresa tem que pagar para poder realmente ter algum tipo de efetividade do cumprimento das suas obrigações tributárias. Então, de fato esse é o cenário.

E esta lei, esta reforma tributária, ao ser aprovada, não há dúvida nenhuma, a partir das leis complementares que advirão dela, reduzirá, sim, a carga tributária no Brasil.

Alguém falou aqui: "Olha, a alíquota do IVA vai ser uma das maiores do mundo". Aí tenta fazer comparativos, por exemplo, do Brasil, Braga, com outros países, mas a gente precisa ser justo nessas comparações. Quando você pega e compara o Brasil com outros países no que se refere, por exemplo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa alíquota, você deveria comparar com a tributação de grandes fortunas, com a tributação, por exemplo, sobre patrimônio, com a tributação sobre heranças, sobre renda. Quer dizer, esse na verdade é um cenário brasileiro que a gente precisa evoluir. O Brasil acabou sendo um paraíso para os multimilionários, os ricos. E a reforma começa a avançar nesse sentido, quando pega, por exemplo, itens de luxo e tributa, ou seja, quando traz, na verdade – e a Augusta lembrou muito bem –, uma justiça, ao criar critérios próprios que melhorem essa redução dessa desigualdade no Brasil, fazendo, de fato, essa divisão, respeitando as regionalidades.

Nesse sentido, Relator, eu queria fazer aqui, nesse pouco tempo que nos resta, um agradecimento ao senhor por algumas emendas que o senhor admitiu. Uma delas foi referente, por exemplo, a itens da cesta básica, que respeitou, por exemplo, a regionalização. Ora, como eu já disse, o nosso país é um país continental. O meu Maranhão tem uma comida diferente do Ceará, que pode ser diferente do Amazonas, que pode ser diferente de São Paulo. E aí vai. Então, respeitar essas individualidades é incentivar essas vocações regionais, é incentivar exatamente essa cultura regional. E o senhor, na verdade, admitiu essa nossa emenda.

Também o senhor admitiu uma outra emenda nossa importante que foi a referente aos itens de higiene básicos, respeitando os critérios econômicos, porque não dá, por exemplo, para você, de repente, reduzir uma carga tributária sobre bens ou itens que economicamente são de acesso a pessoas que têm um maior poder aquisitivo. Essa é outra emenda que eu também lhe agradeço ter admitido; foi a Emenda nº 616.

Mas eu também queria pedir, Relator, ao senhor que o senhor desse uma olhada aqui para duas emendas que nós apresentamos, inclusive, com destaques. E eu gostaria muito de poder retirar esses destaques a partir da aceitação de V. Exa.

Nós pedimos, e o senhor admitiu quando estabeleceu critérios outros em relação à tributação de armas. E é bom lembrar: não armas da administração pública, porque a arma da administração pública tem que existir e tem que ser forte. Tem que ser maior e mais potente do que a arma que está lá na mão do integrante, na verdade, da máfia, das quadrilhas, enfim, de todo o sistema de violência brasileiro. Então, elas precisam ter um incentivo. Mas para outros – aí a gente coloca, por exemplo, os CACs e outros que trabalham com a responsabilidade, não são aqueles que se escondem atrás dos colecionadores, mas os que têm responsabilidade –, nós também precisamos estabelecer critérios outros para não perpetuar uma quantidade de armamento na mão da sociedade brasileira, porque, quanto mais arma na mão da população, há uma possibilidade real de desvio dessas armas para a mão do crime.

E aí, Relator, o senhor, na verdade, admitiu a nossa emenda, mas o senhor facultou. E eu pediria – por isso apresentei o meu destaque – para o senhor retirar esse ponto de facultar e colocar como uma impositividade. Ou seja, em vez de colocar "poderá incidir sobre armas e munições" exceto os destinados à administração pública, o senhor colocar: "deverá incidir sobre armas e munições".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma emenda só de Eliziane. É uma emenda da Senadora Augusta, que é uma outra batalhadora de proteção e defesa da segurança pública brasileira. E, como mulher, sabe, Relator, que a arma na mão do homem agressor, uma arma branca ou uma arma de fogo, pode ser a diferença entre a morte e a vida, pode ser a diferença entre uma lesão corporal grave e o assassinato de uma mulher. Então, nós temos, de fato, muita preocupação sobre isso. E, se o senhor realmente admitir, nós faremos a retirada desse destaque.

Outra emenda que também tem destaque, juntamente com a minha querida Augusta, é referente, Presidente, Relator – estou chamando-o de Presidente o tempo todo; o Presidente é o Senador Weverton –, à emenda que o senhor admitiu do nosso querido Renan que trata dos critérios de avaliação. Não incide em nada sobre a questão tributária. Não aumenta nada. É uma questão de critério.

E quero até lhe justificar o porquê dessa nossa solicitação. Hoje, no mundo inteiro, Senador Braga, há um debate sobre o orçamento mulher. Inclusive, aqui no Congresso Nacional, nós temos uma obrigatoriedade de relatório. Então, a cada mês de março do ano subsequente à aprovação do Orçamento anterior, o Congresso Nacional e o Governo Federal têm que enviar o relatório do que foi executado da peça orçamentária. Essa é uma ideia que se iniciou, por exemplo, na Alemanha, e evoluiu para outros países como aqui também, na América Central e nas Américas como um todo. E o Brasil também está incorporando esse sentimento, porque a gente não pode dizer que prioridade de criança ou de adolescente ou de mulher é real se ela não estiver na prioridade orçamentária. Então, a gente precisa entender esse impacto. E, quando a gente fala de Orçamento, é no combate à violência contra a mulher, é na garantia em relação ao mercado de trabalho. O Presidente Lula inovou quando mandou para cá um marco importante no que se refere à isonomia e à igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil.

E qual é a nossa emenda? A nossa emenda estabelece também que...

Eu pediria só mais 30 segundos para poder fechar meu raciocínio, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É exatamente esta: " [...] a instituição, majoração ou redução de tributos deverá ser antecedida da avaliação do impacto da medida na promoção [...]. O Senador Renan pede essa avaliação técnica diante de qualquer alteração tributária, e a gente só pede um pouco a mais: que essa avaliação também possa ser apresentada e consignada no que se refere à promoção da igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Eu só quero saber se esse impacto terá alguma incidência nessa isonomia entre homens e mulheres. Não onera, não aumenta, não diminui nada do ponto de vista orçamentário; apenas nos dá um elemento muito importante, Senador Braga, que é o dado, que é a informação. Então, eu queria pedir ao senhor que também admitisse essa nossa segunda emenda, porque julgamos que, com essas duas, haverá um aprimoramento do grande relatório que V. Exa. apresenta aqui nesta Casa e que, eu não tenho nenhuma dúvida, passará com relativa tranquilidade aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Passo a palavra ao Senador Renan; em seguida, à Senadora Dorinha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Relator, inicialmente, Sr. Presidente, eu quero fazer o que muitos fizeram aqui: enaltecer, elogiar mesmo o papel do Relator, Senador Eduardo Braga, pela maneira como demonstrou que é possível, sim, democraticamente, ouvindo a todos os segmentos, reformar esse manicômio tributário que é o sistema tributário nacional.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero agradecer o parecer do Senador Eduardo Braga, que, na sua p. 7, faz o acolhimento de três modestas emendas que apresentei. Diz o parecer:

> Em relação às Emendas nºs 663, 664 e 665, todas do Senador Renan Calheiros, comungamos das mesmas preocupações manifestadas por S. Exa., tanto em relação à regressividade do sistema tributário, que deve ser evitada a todo custo, quanto em relação à necessidade de que cada alteração na legislação tributária tenha de vir acompanhada de estudos de impacto regulatório. É importante que criemos mecanismos para, efetivamente, impedir o retorno ao manicômio tributário que pretendemos abandonar com a reforma ora [...] [aprovamos].

A Emenda 163, Sr. Presidente, que trata de colocar uma trava para reduzir esse cipoal de normas e resoluções, traz dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), que estima que as empresas e os cidadãos convivem hoje, no Brasil, com cerca de 600 mil normas tributárias, sendo que a grande maioria são portarias e instruções normativas.

Somos todos, Presidente – e é lamentável dizer isto aqui –, verdadeiros analfabetos tributários, porque não temos condições de conhecer efetivamente todos os artigos, parágrafos e alíneas dessas normas, dessas resoluções editadas. O empreendedor, neste manicômio de tributos, apanha duas vezes: paga muito imposto e ainda tem que gastar muito com advogados e contadores para compreender e cumprir essa infinidade de normas. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, tenho certeza, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, de que mesmo o tão falado ChatGPT, primor da inteligência artificial, não passaria no teste de decifrar os labirintos normativos do sistema tributário brasileiro.

O Relator, portanto, faz bem ao acatar nossa emenda, que pretende reduzir, dessa forma, esse cipoal tributário, exigindo que a adição de normas infralegais deverá ser precedida de ampla divulgação dos seus motivos determinados e de razões.

A Emenda 664, uma outra emenda que apresentamos, pretende reduzir a regressividade tributária no Brasil, ou seja, Sr. Presidente, Srs. Senadores, evitar que a carga tributária recaia proporcionalmente mais sobre os que ganham menos, sobre os mais pobres. No consumo, hoje, as famílias de menor renda pagam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais tributos proporcionalmente falando. Não é justo, portanto, que um beneficiário do Bolsa Família, por exemplo, pague proporcionalmente mais tributos que as famílias mais ricas, como hoje ocorre no vigente Sistema Tributário Nacional. A nossa segunda emenda objetiva – e mais uma vez agradeço pelo acatamento – afastar definitivamente essa mazela.

E a última emenda, a Emenda 665, a terceira emenda acolhida pelo Relator, Sr. Presidente, exige que qualquer elevação ou criação de tributos seja acompanhada de uma demonstração dos seus impactos para os contribuintes e para a sociedade.

Nós mesmos aqui estamos, todos os dias, pedindo informações à Receita Federal sobre quais os reais impactos da reforma tributária para votarmos uma proposta justa e equilibrada.

Eu mesmo, como Presidente do Senado Federal, tive a oportunidade histórica de criar a Instituição Fiscal Independente, que objetivava, a exemplo do que acontece em outros parlamentos do mundo civilizado, disponibilizar, do ponto de vista do Parlamento, informações econômicas necessárias para que possamos deliberar, porque, muitas vezes, as informações do próprio Executivo chegavam aqui, lamentavelmente, distorcidas.

Nossa emenda, portanto, institui avaliação de impactos tributários como requisito essencial para qualquer elevação ou criação de imposto. Isso, sem dúvida nenhuma, vai melhorar a previsibilidade e o ambiente de negócios do Brasil.

Uma outra coisa, Presidente, que nunca é demais lembrar, é que nós também tivemos a oportunidade de criar, por iniciativa legislativa nossa, a obrigatoriedade da colocação das alíquotas e do valor dos impostos em todas as notas fiscais emitidas. Isso foi um avanço do ponto de vista da transparência, da sociedade, para que as pessoas entendam, sobretudo, o que é que estão pagando na hora que têm que comprar qualquer bem ou consumir qualquer coisa.

Eu agradeço a todos, fundamentalmente ao nosso querido Relator.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Renan.

Estão me perguntando quantos ainda faltam para utilizar a palavra. Nós temos aqui 12 inscritos ainda para fazerem sua fala. Se cada um utilizar os seus dez minutos, nós estamos falando aí de duas horas no mínimo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Se utilizarmos cinco minutos, reduzimos para uma hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria só... Pela ordem, Presidente. Só uma informação.

Senador, V. Exa. responderá, o Relator, a essas nossas intervenções ao final?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu queria a cópia das duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A cópia das duas emendas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A primeira está o.k. Da segunda, eu só queria conhecer a emenda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Está bom. Vou levar aí para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Dorinha com a palavra. (*Pausa.*)

É, eu dei só, mais ou menos, uma noção de prazo, para que as assessorias avisem aí aos gabinetes e aos Senadores e Senadoras para ficarem atentos para aqui a mais ou menos uma hora e meia estar todo mundo aqui, na CCJ, para a gente poder estar pronto para votar.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, primeiro eu gostaria de parabenizar, porque eu, como Senadora, recebi dezenas de instituições, grupos e corporações interessadas, pedindo um tratamento diferenciado. Então, eu imagino a enorme dificuldade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode falar, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu estou falando com o Relator. Ele está conversando com a Senadora. Acho que, por óbvio, eu preciso ser ouvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, eu só gostaria de destacar todo o esforço que foi realizado. Eu entendo que o texto melhorou, na nossa óptica, de maneira bastante consolidada. Para uma linguagem simples de educação, é uma equação.

Então, eu não vejo como seja possível conciliar tantos tratamentos que foram consolidados aqui a partir de demandas apresentadas por todos nós em relação a entendimento diferenciado para diferentes setores, e aí, ao mesmo tempo, eu dizer que não tem como mexer na equação da carga tributária e no formato. Eu não tenho como fazer uma omelete sem quebrar os ovos, é óbvio, não é? Então, chega a ser quase que uma hipocrisia em algumas situações.

Mas eu quero colocar, primeiro, o entendimento em relação ao comitê gestor. Eu acho que o desenho melhorou muito. Eu ainda tenho algumas questões, se puderem ser avaliadas, não uma resposta de imediato, algumas preocupações. O comitê apresenta uma situação do ponto de vista de texto, anuncia uma paridade, coloca a representação dos estados e do Distrito Federal. No âmbito dos municípios, V. Exa. fez uma equação com municípios proporcionais ao seu tamanho, porte e representação da população. Então, acho que essa questão tanto da composição quanto da deliberação, na minha opinião, ainda está um pouquinho... ela precisa ser ajustada. Porque qual é a preocupação? O meu estado, assim como o de V. Exa., é um estado da Região Norte, cujos municípios são pequenos; um estado grande territorialmente, mas com uma população pequena. A minha preocupação continua sendo nessa questão da representação federativa e, ao mesmo tempo, na composição das deliberações. E qual é a minha preocupação? Nós temos Confaz, Comsefaz e agora um comitê gestor. Como é que nesse conjunto nós vamos lidar com essa superposição de voto, de responsabilidade, de peso e, ao mesmo tempo, enxergando a diversidade do país, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Senadora, eu inclusive estou devendo uma visita ao gabinete de V. Exa., porque eu prometi em uma das audiências públicas que eu iria ao gabinete de V. Exa. Quero me desculpar porque...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sem nenhum problema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... com todas essas confusões, eu acabei não indo ao gabinete de V. Exa., mas vou, até o dia de amanhã estarei no gabinete de V. Exa.

Mas eu quero explicar para V. Exa. que, com a simplificação do comitê gestor, hoje, a deliberação que esse comitê terá é basicamente de regimento interno. Ele não terá outra deliberação para fazer; é só regimento interno. Portanto, nós mantivemos a composição que veio da Câmara. A composição proposta pela Câmara dos Deputados nós mantivemos. Por quê? Porque nós limpamos toda...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – As atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... aquela complexidade. Como nós tiramos a complexidade de dentro do Conselho Federativo e virou um comitê gestor meramente administrativo e executor – arrecada, distribui e paga –, acabou, não tem mais nada para ele fazer, está certo? Então, perdeu a importância, tanto é que, depois que nós apresentamos o relatório no dia 25, percebe-se que sumiu da discussão o comitê gestor, ninguém mais quis discutir o comitê gestor. Por quê? Porque simplificou a tal ponto que até o Senador Esperidião Amin reconheceu na fala dele e disse: "Olha, o comitê gestor deixou de ser um problema, porque ele realmente ficou simplificado". E a composição dele agora é meramente para arrecadar e distribuir de acordo com uma regra de algoritmo que está definida na própria Constituição. Então, nós não temos mais a preocupação da representatividade dentro do comitê. Nós mantivemos o que veio da Câmara, simples assim.

Agora, eu vou ao gabinete de V. Exa. para conversar com relação às demais preocupações que a senhora levantou com relação à questão federativa. Eu vou ao gabinete de V. Exa. ainda hoje, depois que terminarmos as votações, eu vou ao gabinete de V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tá.

Eu não concluí, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou recompor o tempo aqui.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, na verdade, eu só coloco de novo que eu acho que foi acertada essa questão do comitê gestor, mas, de igual forma, talvez não seja, então, necessário ter uma estrutura tão complexa com um número tão grande de membros.

Manifesto, Relator, uma preocupação nossa em relação à questão da distribuição e à questão da educação. Nós temos vários documentos que asseguram que não haja prejuízo para as áreas já com percentual definido.

E eu gostaria de colocar a minha preocupação em relação a um ponto que o relatório traz sobre o regime de compensação. Eu recebi e imagino que vários gabinetes receberam, e ela foi organizada numa emenda apresentada pelo Senador Marcelo Castro, sobre a regra de distribuição e compensação, para que fosse efetivamente para quem recolheu. Tem uma abertura no texto que permite a compensação de créditos para quem não efetivamente recolheu os impostos – eu acho que ela está na Emenda 419, mas eu vou separar a emenda e lhe colocar para avaliação. Eu acho que ela é pertinente: como alguém que não recolheu o imposto pode ter crédito para ser compensado? Ele faz essa emenda, e ela não foi acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma outra – e aí é um apelo específico do meu estado – é porque o meu estado é um estado exportador basicamente de *commodities*, são produtores de soja, enfim, e a Lei Kandir foi encolhendo, ao longo dos anos, trazendo um grande prejuízo para o Estado do Tocantins. O texto que veio da Câmara dava um certo conforto, porque ele permitia que estados como o meu, em que está em andamento a criação de um fundo estadual, também fossem acolhidos. No texto apresentado, coloca-se uma data limite para quem criou até abril de 2023, o que causaria um grande prejuízo para o estado. Eu vou apresentar a emenda e queria fazer este apelo, porque o estado já tem um prejuízo acumulado pelo fator do desenho da Lei Kandir, pelo nosso modelo baseado em *commodities*. E aí seria este o apelo: para que a redação ficasse próxima à que veio da Câmara, que permite a inclusão, no caso, do meu estado – não sei se tem outros estados na mesma situação –, cuja lei de criação do fundo estadual ainda está em andamento, ainda não foi efetivada até abril de 2023. No caso da Câmara, essa data limite não estava colocada; e, no caso aqui do texto, ela está colocada. Então, é um apelo. Vou apresentar a emenda em relação a esse texto, mas já estou colocando o porquê da nossa solicitação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobres colegas, todos que estão aqui conosco nesta Comissão desde cedo, eu queria começar a minha fala agradecendo ao Senador Eduardo Braga.

Senador, eu sei que o senhor fica sendo assediado aí por sua assessoria, mas eu queria muito que o senhor ouvisse, pelo menos, o começo da minha fala. Eu quero agradecer ao senhor, por isso que eu pedi a sua atenção. O senhor foi muito atencioso com todos, e comigo também. Sei que o senhor carrega consigo uma preocupação muito grande, que é a minha preocupação – por várias vezes, nós conversamos sobre isso e eu pude perceber na nossa última fala a preocupação que o senhor tem –, com o setor de serviços, mas eu não posso, mesmo diante das dificuldades que esse tema coloca, diante do senhor, como Relator da reforma tributária – já revelei isso para muita gente e, na imprensa, algumas vezes –, pela sensibilidade que o senhor tem e a clareza que o senhor tem da dificuldade que é encontrar uma saída para o setor de serviços...

Então, eu queria colocar aqui, para o senhor, três pontos rapidamente.

O setor de *franchising* é um setor em que basicamente os *royalties* entre franqueadores e franqueados é a regra. Com o IVA dual, esse setor sofre um aumento de carga tributária também, mas 98% desse setor é formado por micro e pequenas empresas, portanto eles não têm o crédito fiscal. Então, eu queria deixar essa reflexão para o senhor especialmente com referência à questão do *franchising*. Foi uma emenda apresentada por mim, fui eu que apresentei essa emenda juntamente com o Senador Irajá, então, queria deixar só essa reflexão especificamente sobre esse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra emenda, que não é de minha autoria, é a emenda da Senadora Daniella Ribeiro. Ela faz referência ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, que se chamou Perse. Foi uma lei que nós aprovamos aqui, Lei 14.148, de 2021, e talvez seria um caso sobre o qual não vi ninguém conversando sobre ainda. O senhor acolheu uma emenda do Senador Kajuru que pede a retirada desse benefício para esse setor. Eu acho que sobre isso caberia também uma reflexão.

E a outra, sobre que eu queria conversar com o senhor, é a Emenda 722, de minha autoria, que volta ao assunto da desoneração da folha de pagamento. Eu estou aqui desde o primeiro momento, porque eu precisava estar aqui para assistir a este momento histórico na nossa Comissão, mas principalmente em respeito ao esforço, ao trabalho que o senhor fez. Essa Emenda 722 trata exatamente dos prazos para que, por lei complementar, o Governo estude a situação do setor de serviços, principalmente daquele que tem uma grande quantidade de mão de obra. No texto que eu apresentei, na emenda que eu apresentei, eu repito aquilo que já está consagrado no relatório que o senhor fez, que é o prazo que o Governo tem, de 180 dias após a promulgação, para apresentar um projeto que reforme a tributação da renda. Isso já está consagrado no texto.

E eu acrescentei o item "b" e o inciso II para que, num prazo de 240 meses – 240 dias, aliás –, após a promulgação da emenda, o Governo também apresente um projeto de lei que desonere folha de pagamento. Vai exatamente na mesma linha da reflexão que o senhor fez, da preocupação que o senhor tem, mas como não é tributo, é encargo, então o Governo depois vai se debruçar sobre esse tema para discutir. Agora há pouco, o Senador Alessandro Vieira fez um comentário muito interessante, também, dentro desse mesmo viés.

A minha preocupação é forte nesse sentido, porque eu conheço profundamente o setor de limpeza, o setor de vigilância, o setor de trabalho temporário, até o próprio setor de franquias e o setor de eventos. Só quanto a esses setores, nós estamos falando de 10 milhões de trabalhadores no país inteiro. Então, eu queria deixar também este pedido a V. Exa., de reflexão sobre esse assunto, e aí a gente ainda tem um tempo suficiente para a gente conversar.

Mas, pela sua sensibilidade, eu achei por bem colocar esses três pontos para a sua reflexão, mas, mais uma vez, reiterando para V. Exa. os meus agradecimentos pela atenção e pelo esforço do senhor em produzir essa peça.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, permita-me só fazer uma colocação para o Senador Laércio, com relação ao Perse.

O Perse está aprovado até 2027. O que aconteceu é algo inusitado: é que ele está em vigor até 2027 e ele foi introduzido, por uma emenda na Câmara, para vigorar apenas dois meses na Constituição, para janeiro e fevereiro de 2025 – dois meses. A minha percepção, lendo a emenda do Senador Kajuru, que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós sabemos que tem envolvimento com o setor artístico, etc., é que, veja, o Perse foi um benefício aprovado, inclusive aqui no Senado, por vários Senadores. Eu mesmo votei a favor, defendi o Perse, etc. O Perse está em vigor até 2027, não sofrerá nenhum prejuízo até 2027, mas, o fato de ele ser constitucionalizado por dois meses, essa constitucionalização por dois meses, quando ele está em pleno vigor até 2027, me pareceu algo... E, aí, analisei a avaliação e entendi que isso é um programa que está absolutamente em vigor, tem uma colocação dentro da Constituição para vigorar por dois meses; portanto, recepcionei a emenda porque há um programa em vigor até 2027.

Nós não estamos acabando com o Perse, nós estamos mantendo o Perse de acordo com a lei que está em vigor – ponto. Nós não estamos criando nenhum prejuízo. O que nós estamos fazendo é, na minha opinião, mantendo o programa como ele foi aprovado. Não vejo sentido em ter dois meses na Constituição de um programa que está aprovado até 2027.

Com relação às duas outras emendas, vamos conversar. Eu já falei ao Senador a minha posição com relação à questão da folha. O Governo tem nos colocado que está trabalhando na construção de um projeto que envolve a questão da folha, a questão da renda, que tem impactos, obviamente, na previdência e que precisa, portanto, ter uma equação por parte do Governo. Esta emenda que eu estou relatando trata da questão de consumo, portanto não trata da questão da folha de pagamento. Seria uma invasão de competência nossa dar um prazo e um comando ao Executivo sobre algo que nós não estamos deliberando na emenda constitucional. Mas é uma emenda constitucional. Mas eu entendo que nós estaríamos fazendo uma competência estendida na matéria quando o próprio Governo está dizendo que está tratando sobre o tema. Essa é a questão da folha.

E a outra questão, a do *franchising*, veja: a grande maioria de *franchising*, como V. Exa. mesmo disse, é Simples. E o Simples no Brasil está sendo absolutamente preservado – absolutamente preservado. Nós estamos mantendo o Simples exatamente como ele é. Nós não estamos fazendo nenhuma mudança, o Simples está sendo mantido exatamente como ele é. Agora, existem discussões para sempre ampliar. Então, o que nós estamos fazendo é mantendo o Simples como ele é. Mas, volto a dizer, nós temos ainda o dia de hoje, o dia de amanhã, o dia depois de amanhã. Enquanto não se encerrar o processo, nós vamos discutir. Mas o que eu entendo é que o Simples... O Brasil tem uma das políticas mais agressivas do ponto de vista positivo sobre o Simples Nacional. Não há nenhum outro país que tenha um Simples Nacional tão robusto quanto o Brasil. E, nesse aspecto, eu acho que o *franchising* está abrigado. O que muitos setores querem, mesmo estando beneficiados dentro da emenda, é um espaço adicional. E, para poder conter o que o Senador Rogerio Marinho está propondo, de uma emenda de 20%... Eu gostaria que fosse 15%. Eu não proporia 20%, não. Eu proporia 15%, está certo? Eu já ouvi falar que poderia ser 13%. Aliás, a carga tributária, na média, como eu estou propondo, dá 13%, a trava da carga tributária, em relação ao PIB. Portanto, é preciso que a gente tenha apenas esse equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha preocupação com o setor que V. Exa. representa, legitimamente, que tem preocupação, eu acho que está demonstrada, inclusive, no número de emendas que eu acatei, que V. Exa. apresentou, em que eu busquei dedicar total atenção a esse setor.

E quero agradecer o reconhecimento que o companheiro Laércio registrou no início da fala, porque, quando começamos esse trabalho, eu confesso que era um dos setores com que eu tinha maior preocupação e desafio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente. Quero aqui cumprimentar todos os colegas, saudar nosso Relator e agradecer. Fizemos um pacote interessante de emendas e conseguimos avançar. Foram vinte e duas e aprovamos sete. Então, um placar razoável. Ainda assim, Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Ainda há pouco, conversamos com V. Exa. sobre a questão da tarifa social, tarifa social para energia elétrica. Mas minha cabeça não consegue processar muito. Como V. Exa. também é um político experiente, acostumado com a zona rural e as periferias, fazer esse *cashback*, com a diferença a ser devolvida para a pessoa, eu ainda não sei na prática como isso acontece. E preocupa muito. Todavia, acredito plenamente na consciência do que o senhor colocou aí e nos dá tranquilidade.

Mas o Senador Efraim apresentou a Emenda 710. Ele joga todos os serviços concedidos para que se trate numa lei especial com relação a essa questão da forma etc., etc. Eu vou insistir no tema e vou apoiar a emenda do Senador Efraim, não apresentando outra. Vou com ele, apoiando a 710, para a gente desburocratizar. Porque, na minha compreensão, a reforma vem com um dos papéis dela, que é simplificar. E na hora que o cara pagava, por exemplo, R$35, agora vem R$100, porque na tarifa social o desconto chega até a R$ 65, não sei se o senhor lembra. Aí vem R$100. A primeira coisa que ele vai fazer é se escandalizar e acabar com a nossa vida, xingar a mim, o senhor e todo mundo porque agora aumentou a energia. E aí esse negócio roda para depois devolver R$65 para ele. E ele vai dizer que não sabe se vai receber, se recebeu, vai ficar com o lado negativo do treco, dizendo que pagou em vez de R$35, R$65. Por isso, eu defendo também um tratamento diferenciado, não só da tarifa, mas dos serviços concedidos. E vamos caminhar com a emenda do Senador Efraim.

Número dois, essa me preocupa é com relação ao art. 19. Parece que tinha sido suprimido, saído do negócio e voltou. É verdade? Retornou? Retornou. E aí eu fui fazer uns apanhados, me deram tanta coisa aqui. Pega de 2021 a 2025, não é? De 2021 a 2025, nesse período. E hoje todo mundo sabe, não só os municípios, mas os estados vivem com suas dificuldades. O estado de V. Exa. vai perder, dentro do repasse do FPE e do FPM, 271 milhões no FPE e 68 no FPM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu Pará perderia ou perde 346, no FPE, e 180, no FPM. O Amapá, do Presidente Davi, perde 201, no FPE, e 7,5, no FPM. Cadê o Alan Rick? O Acre perde 223 milhões no FPE, mais 14, no FPM. E aí vai.

Esse negócio aqui... Se essas projeções estiverem mais ou menos certas, eu acho que a gente vai ter problema, porque me parece, nas minhas contas aqui, que só vai ficar uma empresa, apenas uma empresa se beneficiando desse privilégio, que é a Fiat, lá no Nordeste – parece que em Pernambuco. E aí, não é justo que o Brasil todo, em prejuízo dos repasses constitucionais, perca tanto dinheiro. Eu, particularmente, não acho isso justo. O TCU, ao analisar essa concessão dada à Fiat lá, já afirmou, algumas vezes, dizendo o seguinte: que essa concessão, esse privilégio, está sendo recebido apenas por uma empresa, algo em torno de R$5 bilhões. E o próprio TCU entende que tais incentivos não têm cumprido com eficiência a sua missão de desenvolvimento socioeconômico. Esse incentivo fiscal dado à Fiat aqui é contabilizado como lucro. E todo mundo sabe que ela manda esse dinheiro para a Itália, para fora do Brasil.

Particularmente, eu não queria estar na pele de V. Exa. não só nesse tema, mas em tantos outros. Nós fizemos uma emenda tentando contar com a sensibilidade... Mais uma vez, eu sei que é algo grande, importante, mas pega todo mundo aqui, não fica ninguém. Só o Distrito Federal que perde pouco, mas perde também. Não tem município, é só o DF, só o Distrito. Mas a gente não dá para, digamos assim, transferir de todo mundo o benefício para uma empresa, por mais importante que seja. Gera emprego? Gera renda? Gera. Mas ela é a única, neste momento, a ser beneficiada – pelo que eu sei.

Dois. Esse lucro não fica aqui para ser reinvestido, vai embora.

Três. Na questão da concorrência, ela termina sendo beneficiada em relação às outras montadoras.

E aí eu queria ouvir V. Exa. sobre esse aspecto, para ver de que forma a gente enxerga melhor esse cenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Agradeço, Presidente Davi Alcolumbre.

Parabenizo o Senador Eduardo Braga pelo excelente trabalho, exaustivo.

Imaginem só ser Relator de uma proposta que prevê tantos interesses. O Governo não quer perder arrecadação, quer uma reforma tributária que lhe garanta os recursos para manter a máquina pública, e até mesmo há setores que querem aumentar essa arrecadação. O contribuinte não quer aumentar arrecadação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele quer reduzir o custo de vida. O setor produtivo quer acabar com a cumulatividade, dar previsibilidade, segurança jurídica, quer o fim da burocracia, quer um sistema mais simples para poder investir.

Imagino a dificuldade de V. Exa. para construir o relatório. Por isso, quero parabenizá-lo pela eficiência, pela busca do equilíbrio, que não é fácil, Senador Eduardo Braga. Quero parabenizá-lo por manter o modelo de incentivos da Zona Franca de Manaus, tão importante para a nossa Amazônia – V. Exa. como amazônida que é. Quero parabenizá-lo pela trava. Inclusive, Presidente Davi Alcolumbre, o nosso Líder Efraim Filho, do seu lado, defende essa alíquota de 20% do IVA e até as de 20%, 25%, defendidas pelos nossos amigos Senadores. Nós temos que entender que é importante até para que a gente não crie aquela insegurança de que a qualquer momento o Governo pode aumentar impostos de maneira deliberada. Quero parabenizá-lo também pelo modelo adotado na partilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional: 70%, FPE; 30%, população.

Agradeço pelo acolhimento das nossas quatro emendas: a do imposto seletivo gradual, incidência maior sobre produto mais nocivo e incidência menor sobre produto menos nocivo; a isenção do imposto de importação sobre aquisição de bens de capital, tão importante para as nossas indústrias, para quem investe, quem gera emprego; a nossa Emenda 493, do tratamento específico, a chamada emenda do turismo, que congrega todo o segmento do turismo brasileiro tão afetado na pandemia e que gera tanto emprego não só nos restaurantes, bares, hotéis, agências, mas gera emprego numa cadeia enorme da economia brasileira e que teve, de V. Exa., a sensibilidade necessária; e a Emenda 156, acatada na forma da Emenda 601, do Líder Efraim, que trata do princípio da cooperação.

Estava aqui conosco, ainda há pouco, o Deputado Jerônimo Goergen, um defensor, Líder Efraim, desse princípio, facilitando a relação tributária, alcançando o máximo de eficiência, o mínimo de atrito, reduzindo os custos, maximizando os resultados.

Eu venho aqui defender, Senador Eduardo Braga, a nossa Emenda 286, a emenda do emprego, defendida pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo, que gera um crédito presumido do IVA, do IBS e do CBS para quem gera mais emprego no Brasil, dando mais justiça fiscal para quem gera mais emprego. É o famoso ganha-ganha. Obviamente, há toda uma discussão previdenciária sobre a incidência do Imposto de Renda e tudo mais. E eu entendo a posição de V. Exa., mas não poderia deixar de defender esta emenda aqui.

Claro, o Brasil precisa dar uma resposta urgente à sociedade, e cabe a nós, definitivamente, votar uma reforma tributária. Chega de a gente atrasar esse tema tão importante para o Brasil, chamado por muitos até de mãe de todas as reformas.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo, bem como a condução do Presidente Davi Alcolumbre, sempre com muito brilhantismo, num debate por cuja definição, certamente, o Brasil inteiro espera.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a nossa defesa da Emenda 286.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, quero elogiar o trabalho feito pelo Senador Eduardo Braga, numa reforma complexa, difícil, com múltiplos interesses econômicos, comerciais. E nós sabemos que é sempre muito complicado principalmente dizer não.

Desde que foi pautada, aqui no Senado, essa reforma, mas especialmente nas últimas semanas, o que eu tenho recebido de contatos de pessoas, grupos, empresas, associações, representantes de determinadas categorias, buscando um tratamento especial dentro da reforma, não foi pouca coisa. E isso reflete um pouco o espírito que existe em relação à reforma, porque eu tenho visto muita gente dizendo: "Olhe, eu sou a favor, mas eu preciso ficar na alíquota reduzida, para ter um tratamento tributário diferente, já que a minha atividade é especial em relação às demais categorias". E muitos desses pleitos são justos, muitos desses pleitos são legítimos, mas o que nos causa uma preocupação é que ninguém quer ficar realmente dentro da regra geral da reforma tributária.

Por isso – e aqui é um ponto que eu destaco –, enfatizo a necessidade e reforço a sugestão ao Relator para que acolha a proposta de ter uma alíquota máxima, Senador Eduardo Braga. A trava que V. Exa. propôs, muito habilmente, é um instrumento bastante interessante, mas, quando nós falamos lá com os nossos eleitores, quando nós falamos com os nossos representados, quando nós falamos com os contribuintes, o que eles querem saber é qual é a carga individual que eles vão ter que suportar. E, se fosse estabelecida uma alíquota máxima de 25% ou de 20%, como se propõe lá, com a necessidade, evidentemente, de ajustes, Senador Rogerio Marinho, isso daria tranquilidade a todos. Até falei brincando que provavelmente construiriam uma estátua de bronze de V. Exa., aqui em Brasília, por ter aprovado uma reforma tributária que não traga uma angústia em relação ao aumento dessa carga.

Por isso, eu até, Senador, rogaria, mais uma vez – e esse é o ponto mais importante aqui da minha fala –, para que fosse estabelecida essa alíquota de referência máxima, sem prejuízo da proposta da trava de aumento do tributo a partir da relação com o PIB e o crescimento do PIB.

Paralelamente, eu apresentei emendas nesse sentido: se nós vamos discutir tributo sobre consumo, a minha sugestão é que ficássemos apenas nesse assunto, porque existem alguns dispositivos que vieram da Câmara – e, aqui, faça-se justiça, não foram trazidos pelo Relator, mas vieram da Câmara – que abrem portas para o aumento do IPTU, com a mudança da base de cálculo por decreto do Prefeito, não mais pela Câmara, que ampliam o âmbito de cabimento da Contribuição de Iluminação Pública. Claro, todos nós queremos iluminação pública de qualidade, mas para isso o munícipe já paga imposto, já paga IPTU, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paga as taxas correspondentes, e nós estamos aqui abrindo uma nova porta para um novo aumento de tributo pelos municípios.

Temos também uma ampliação da base de incidência do IPVA. Podemos até dizer: não, talvez seja justo barcos, aeronaves. Mas, novamente, aqui uma porta aberta para nós aumentarmos tributos.

Por último, o imposto sobre herança, que agora poderá passar a ser progressivo. Muitos talvez até concordam com essa medida, mas, mais uma vez, significa, na prática, para o contribuinte brasileiro o aumento do tributo, num cenário, Senador Eduardo, em que nós temos um Governo que não tem controlado os seus gastos. Infelizmente, quando o Governo Federal não controla os seus gastos, o exemplo acaba sendo contagiante. As demais entidades da Federação se sentem à vontade para fazer o mesmo. Há uma farra de gastos. Neste contexto, a reforma tributária, embora seja louvável a busca pela simplificação, abre diversas portas para o aumento dos tributos pelos entes da Federação.

Eu recebi um mandato muito claro, durante a minha campanha eleitoral, de que não votaria a favor de aumento de tributos. Por isso é que faço novamente a sugestão: vamos colocar uma alíquota máxima pelo menos para tranquilizar os contribuintes, aqueles, aliás, que não conseguiram obter regimes excepcionais, regimes especiais, muitas vezes, como disse, justos, mas aqueles que estão na sua ansiedade em saber como vão fazer para pagar o tributo.

Por exemplo, o benefício concedido, justo, para diminuir a carga tributária das profissões que são reguladas por conselhos profissionais teria um aumento da carga tributária significativo. E quanto aos serviços prestados que não têm essa mesma regulação? Por que eles devem ficar fora? Por que eles devem ficar sujeitos a uma alíquota, hoje incerta, sobre este tema? A fixação de uma alíquota de referência máxima, em 25% ou em 20%, afastaria todas essas preocupações.

Além disso, tenho aqui algumas outras rápidas ponderações.

Eu concordo com o meu colega Senador Zequinha. Não entendi a referência a esse art. 19 da emenda constitucional, que prorroga incentivos fiscais a montadoras específicas de uma região. O espírito da reforma foi criado exatamente para evitar guerra fiscal e incentivos fiscais territoriais. No entanto, o que nós temos aqui, neste art. 19, é basicamente estabelecer um benefício fiscal relacionado ao IBS, um crédito presumido, que só se aplica para determinadas empresas que forem se instalar em determinadas regiões. Isso contraria todo o espírito que foi construído, que levou e que motivou a construção desta reforma.

Aqui ninguém é contra, como foi colocado, o estado X ou o estado Y, o Estado de Pernambuco ou qualquer outro. O fato é que conceder esses incentivos acabam discriminando os outros estados que não têm benefícios equivalentes, ainda num cenário, como bem colocado aqui pelo Senador Zequinha, em que esses benefícios nem sequer têm sido eficientes, nem sequer têm gerado os retornos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se for para criar um benefício, como diz o art. 19, de instalação, de crédito presumido, especificamente direcionado à automação de carro elétrico ou carro com biocombustível ou combustível misto, que isso seja então estendido para o país inteiro, para todas as montadoras, as empresas que se encontrem em idêntica situação. Aí, sim, aí é um benefício justo e justificado.

A outra ponderação que faço aqui, Relator, mais uma vez, é sobre o FDR. O FDR... Eu recebi aqui um quadro demonstrativo dos valores que seriam recebidos por estado, considerando o valor *per capita*, e o que chama atenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e vale aqui para os nossos colegas Senadores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul é que os estados do Sul são aqueles que praticamente menos recebem nessa distribuição desses recursos. É claro que, se vão considerar outros fatores que não a população, é natural que possa haver uma distribuição não totalmente equitativa, do tipo R$1 para cada pessoa.

Mas a disparidade é muito grande. O Paraná, aqui pelos cálculos que eu recebi, receberia cerca de R$183,05 por habitante; tem estados que vão receber dez vezes, mais de dez vezes o mesmo montante *per capita*. É claro que um fundo de distribuição regional que visa a compensar desigualdade pode conter desigualdades nesses valores *per capita*, mas dez vezes a mais? Aqui, na prática, o que nós temos é o contribuinte paranaense ou contribuinte de alguns estados fornecendo recursos, via Tesouro Nacional, para o direcionamento de valores maiores para outros estados.

Então, eu faço aqui também um apelo para que nós possamos ter um critério mais equitativo na distribuição desse Fundo de Desenvolvimento Regional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aqui eu chamo a atenção para a proposta que fiz, a Emenda 777, que amplia o percentual relativo à população, mas cria também um critério de prêmio, um incentivo aos estados para que reduzam as suas respectivas dívidas públicas, com base no percentual correspondente ao Produto Interno Bruto, um percentual ali de 10%. Com isso, nós poderíamos, Senador Eduardo, também estimular um comportamento fiscal responsável por parte das unidades da nossa Federação e, assim, gerar, quem sabe, um círculo virtuoso: quem gere melhor os seus recursos progressivamente passa a receber valores maiores.

Para finalizar, mais uma vez congratulações pela empreitada; não foi simples. Mas fazemos essas ponderações. Todos sairíamos daqui contentes, satisfeitos e com um bom, vamos dizer assim, retorno aos nossos eleitores, se nós tivéssemos uma alíquota máxima fixada no texto, que seria a segurança e a garantia do contribuinte de que esta reforma não visa a aumentar a carga tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sr. Relator, Senador Jaques Wagner, da querida Bahia, uma boa tarde aos senhores.

Parabéns, Senador Eduardo, pela relatoria dessa matéria, que é perseguida por esta Casa, pelo nosso Governo, pelo nosso Brasil há tantos anos. Eu, enquanto Senador de primeira legislatura, atendi tantos grupos, tantas pessoas, pedindo ressalvas, reservas, condições, benesses, imagino o senhor, enquanto Relator dessa matéria.

Eu, na verdade, vou fazer coro, inclusive, aqui com o Senador Sergio Moro, de que há uma reivindicação do Jorginho Mello, que foi o colega do senhor aqui, hoje governa o Estado de Santa Catarina – e o senhor também já foi governante de estado –, porque, a cada R$100 que hoje o catarinense paga, apenas R$10 voltam para o nosso estado, sabe, Sr. Relator? Isso é uma preocupação muito grande.

Nós não conseguimos, a princípio, com essa nossa reforma tributária, tornar os procedimentos mais justos para todas as regiões, porque hoje, Senador Davi, se Santa Catarina tem os melhores índices de segurança pública, os melhores índices de escolaridade, os melhores índices de saúde pública, os melhores índices de proteção, de policiamento, enfim, longevidade, qualidade de ensino, escolaridade, tudo isso deveria ser visto como mérito para os governantes. Inclusive, o Senador Esperidião Amin, que já governou o Estado de Santa Catarina, sabe que foi um trabalho de muitos anos, de vários Governadores, que hoje culminou num estado, graças a Deus, pujante. No entanto, por que, infelizmente, também nós vemos muitas vezes pessoas que nos abordam – e a gente vê isso até com certa preocupação –, falando em dividir o Brasil? Porque se acham muitas vezes injustiçados. E realmente existem, infelizmente, injustiças.

E entendo que o senhor teve um grande desafio para relatar essa matéria, uma matéria que eu sei que foi uma bola quadrada que veio da Câmara, com muitas dificuldades para o senhor corrigir. E lhe agradeço porque, das 16 emendas que eu lhe propus, o senhor acatou três delas – muito obrigado. Lógico, queria que o senhor tivesse acatado as 16, mas com três eu me sinto muito contemplado e prestigiado nas suas palavras.

E, na verdade, eu quero só lhe fazer uma pergunta, uma pergunta com a qual não vou nem ocupar meu tempo todo.

O cidadão médio brasileiro não entende a sopa de letrinhas – PIS, Cofins, ICMS, não sei o quê, IBS, CBS, conselhão... Ele não entende. Mas a grande preocupação e o que nós ouvimos no dia a dia é: "Senador, essa reforma tributária vai trazer mais impostos para o brasileiro pagar?". E eu digo: "Olha, eu tenho certeza de que não só o Relator Eduardo Braga, como todo o Senado, está comprometido com isso. Vai fazer algumas correções, vai reduzir algumas benesses para alguns setores que eram muito privilegiados há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos anos e que já conseguiram se estabelecer no mercado, não precisando mais de incentivos por parte do Governo". Mas o pedido que eu faço, também reiterando a palavra de vários Senadores, é que nós tenhamos um limite para que Governadores e Presidentes da República, sejam eles quais forem, não coloquem mais carga sobre a nossa população.

E a pergunta de US$1 milhão para o senhor, enquanto Relator, estudioso da matéria: o compromisso do senhor com o texto que o senhor entregou é de que a nossa população não vá pagar mais impostos do que hoje? O brasileiro é um dos povos que mais paga impostos no mundo.

Muito obrigado, Relator. Deus abençoe, e estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Presidente, obrigado.

Eu vou tentar ser sucinto e breve mesmo, para nós podermos...

Primeiro, quero agradecer pelas emendas aprovadas. Não foram poucas. Mostrou que a equipe trabalhou bem na questão do mérito do que estava sendo proposto. Realmente observei inclusive a rapidez com que elas foram aceitas. Foi algo que mostrou que havia ali uma depuração muita rápida de tudo.

Mas não posso deixar, também, de dar os parabéns à equipe do Ministério da Economia, que, no Governo anterior... Foi dito aqui que não se fez nada, mas, no Governo anterior, já vinham trabalhando essa reforma já há bastante tempo. Nós queríamos torná-la madura, e vários pontos foram discutidos. Agora, V. Exa. conseguiu, com o trabalho da Câmara, concentrar e resolver.

O mais importante aqui, Senador Eduardo Braga, é o princípio que eu vejo que foi mantido de nós criarmos um teto para a tributação no Brasil, porque é uma tradição dessas últimas décadas todas as vezes que nós temos, vamos dizer assim, uma dor de barriga fiscal nos estados e municípios aumentar os impostos. Em Minas Gerais foi assim, numa sequência impressionante de tornar, inclusive, o ICMS sobre a gasolina um dos mais altos do país. O estado não conseguia controlar suas dívidas, por uma série de questões que eu vou elencar aqui rapidamente, e ia aumentando impostos. Isso foi sobrecarregando o contribuinte, e agora nós estamos dando ao setor produtivo um teto: "Olha, aqui está uma trava, e, daqui para a frente, nós temos que discutir o tamanho do estado". É um princípio muito importante desse trabalho.

Quero agradecer aqui a questão de as Emendas 764, 767, 727, por todas terem sido aprovadas.

Vi vários colegas meus aqui fazendo contestações e aqui quero contrapor o Senador Portinho, o Zequinha e o Senador Moro com relação aos benefícios que foram mantidos dentro da produção de um dos setores. Não é verdade que esses setores não estão apresentando resultados. Eu tenho aqui os dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completos deles. Desde 2015, já foram investidos R$18,5 bilhões na produção de veículos. São R$20 bilhões a mais movimentados na venda desses carros, e a produção de 1,5 milhão de veículos, fora a quantidade de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e mão de obra.

E aqui o meu estado se vê contemplado na manutenção desse benefício por um motivo que é muito comum: guerra fiscal. Em 2015, o Presidente Lula deu uma rasteira em nós, em Minas Gerais. No último dia, no último minuto, ele passou o benefício para Pernambuco e tirou do nosso parque automotivo a construção dessa fábrica, que foi para Pernambuco. Foi uma rasteira, mas houve, pelo menos, o bom senso de manter os benefícios para as empresas automotivas de Minas e os produtores de autopeças continuarem se beneficiando do acordo feito em Pernambuco. Isso foi fundamental para que o nosso prejuízo não fosse tão grande, mantivesse o parque em funcionamento e ajudasse o estado a ter o seu equilíbrio fiscal. Para Minas Gerais isso foi fundamental. Vamos dizer assim, tomamos uma rasteira, mas, naquela discussão toda, nós ainda mantivemos pelo menos os benefícios para a produção. Em R$6 bilhões nós estamos falando aqui de interesse em Minas Gerais.

E por que, Senador Davi Alcolumbre, é tão importante? Vou relembrar aqui a época do pré-sal. Quando se descobriu o petróleo no Brasil, foi aquela – desculpa – farra em todos os estados que receberiam. E, Senador Amin, veio um Governador do Rio de Janeiro chamado Cabral, Sérgio Cabral, que foi preso, que simplesmente zerou o ICMS de todas as empresas do Rio de Janeiro para viver só do petróleo, e as empresas mineiras que atuavam no Paraibuna ali, Juiz de Fora, Zona da Mata, atravessaram o rio e foram se instalar no Rio de Janeiro. Uma guerra fiscal absurda, irresponsável. Resultado: não demorou tempo nenhum, o petróleo entrou em crise, o Rio de Janeiro quebrou, quebrou como todos os outros estados que perderam com essa guerra fiscal. Então, outro ponto importante da reforma de nós limitarmos.... Não vai acabar, porque aqueles que quiserem dar os benefícios vão continuar, mas pelo menos nós teremos um limite de igualdade na concorrência entre os entes. Daí a necessidade de a gente manter os benefícios pelo menos por um período. Eles vão acabar, está proposto acabar, mas não pode ser feito de uma hora para outra, porque isso traria um prejuízo gigantesco para nós em Minas Gerais. E, à medida que estiverem passando as décadas, é claro que o Nordeste vai receber esse maior número de investimentos. O Nordeste que, inclusive, hoje está recebendo os mesmos benefícios de 30 anos atrás, o Nordeste que não é igual; o Nordeste se desenvolveu, se tornou a região mais rica, que ainda tem problemas, mas não é o mesmo Nordeste dos benefícios que nós criamos há três décadas. Esse ponto da guerra fiscal considero importante.

Dentro desse benefício que foi mantido, que o Senador Eduardo Braga teve a sensibilidade, juntamente com o Ministério da Fazenda, de manter, Senador Jaques Wagner, há o incentivo para as empresas que produzem os veículos com uso de elétrico, no combustível fóssil e no álcool. Muita gente aqui não sabe, mas o carro a álcool produz quase 30% menos carbono do que o veículo elétrico, e nós estávamos apenas mantendo o benefício para os carros elétricos da Bahia. E, com essa medida do art. 19, nós abrimos para todos os setores, inclusive para a fabricação dos carros híbridos. Daqui a minha defesa e o meu agradecimento ao Relator por ter mantido algo muito importante para Minas Gerais, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção do parque no Nordeste e para a ampliação do setor de pesquisa para o fim dos combustíveis fósseis em nosso país.

Sobre a questão do imposto seletivo, Senador Eduardo Braga – aqui vou pedir só um minuto de atenção do Relator –, da forma como está o imposto seletivo, a meu ver, atende perfeitamente. Na questão das armas, arma é algo que não é fundamental, é algo supérfluo para quem pode ter a sua arma. Agora, tornar obrigatório com o argumento de que quem compra uma arma municia o crime é desconhecer e torcer a realidade. As armas que os criminosos usam para enfrentar a polícia no morro do Rio de Janeiro não são armas compradas por cidadãos de bem, que querem fazer o seu treinamento e pagam os impostos. As armas de lá são contrabandeadas, vêm de vários países, para poder atacar a polícia. Então, da forma como está em poder já atende perfeitamente ao setor, que é muito criticado, mas é parte do direito das pessoas de se defenderem. Eu, por exemplo, não digo a ninguém para comprar uma arma, mas quem quiser comprar e ter dentro de casa o seu direito de defesa, naturalmente, tem que ter garantia do Estado sobre isso.

Uma preocupação importante aqui é a questão dos novos impostos que nós teremos. O aumento do imposto sobre heranças é, a meu ver, um erro. Nós temos que levar em consideração que, quando uma pessoa tem o seu lucro e o seu patrimônio, ela trabalhou muito, teve uma série de situações até chegar àquele patrimônio, e isso – teve um Senador aqui que disse bem – pode incentivar os entes estaduais a entenderem que há possibilidades de aumento. Pelo menos, no art. 20, V. Exa. tirou a possibilidade, até onde eu li, de os estados criarem novos impostos. Ótimo! Excelente.

A questão, por exemplo, sobre a renda, que já está sendo discutida aqui como sendo praticamente aprovada, é algo temerário; um novo imposto que virá. É algo temerário, porque, no mundo todo, quando você tem pessoas que produzem, trabalham, têm o seu resultado e colocam esse lucro ou investimento, e você vai taxá-los, eles vão embora com esse dinheiro para outro lugar. É uma discussão que nós teremos que fazer, muito mais ampla do que essa da reforma, hoje, em relação a esse assunto.

Bem, desde o início do ano, eu falava que nós aprovaríamos, eu tinha confiança, porque tenho o sentimento dos Senadores de querermos avançar apesar das discussões.

Por último, Senador, há uma emenda minha que não foi aceita, e eu gostaria de ponderar com V. Exa. Primeiro ponto: a questão dos dez anos para a transição. O setor produtivo entende que três anos seriam suficientes para que as empresas assumissem um novo sistema fiscal, uma nova carga tributária, e nós resolveríamos o problema. Os estados é que teriam que se trabalhar. Cinquenta anos para a transferência para o local de consumo também é muito longo esse período – muito longo. Poderíamos tentar diminuir.

E, quanto ao *cashback* ou devolução, Senador Eduardo, eu sugeri de nós fazermos esse *cashback* nas contas de energia elétrica. Não haveria melhor forma, mais direta, do que nós termos a própria conta que atinge a totalidade dos lares brasileiros, e eles terem a sua devolução, o seu *cashback*, que é uma inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante, diretamente na conta. Isso reduziria em muito o trabalho, a burocracia e facilitaria demais a vida dos assalariados em nosso Brasil.

Só esse ponto que eu gostaria que V. Exa. revisse. Eu entendo como sendo uma medida que aprimoraria o relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Cumprimento o Presidente Davi Alcolumbre, o meu querido amigo Senador Eduardo Braga, Relator desta matéria, e a todas e todos os colegas Senadores.

Bom, primeiro, eu queria dizer ao Senador Eduardo Braga que, mesmo acidentado – às vezes em cadeira de rodas, às vezes em muletas –, fez um trabalho hercúleo, paciente e extremamente inteligente.

Quando eu vejo aqui vários colegas, de oposição inclusive, elogiando o seu trabalho ou dizendo que V. Exa., como foi dito pelo Ministro Fernando Haddad, conseguiu melhorar o texto que saiu da Câmara, eu entendo o porquê dos elogios aqui: é porque V. Exa. teve a capacidade de saber que estava trabalhando com uma matéria extremamente fundamental para a credibilidade do país lá fora; V. Exa. sabia – e já citou aqui – que nós ficaremos na história, independentemente do mérito da reforma, como a legislatura que, pela única vez em democracia, patrocinou, promoveu e conseguiu fazer uma reforma tributária.

Talvez já tenha sido citado aqui, mas é sempre bom que os colegas saibam: apesar de sermos a 9ª economia do planeta, nós somos, segundo o Banco Mundial, o 7º pior sistema tributário do mundo, entre 191. Vou repetir: nós somos o 7º pior e somos a 9ª economia do mundo, o que é um contrassenso. Eu creio que...

Não vou dizer que essa reforma é a ideal, ouvi várias ponderações, todas representando pontos de vistas razoáveis, mas é o que eu digo sempre na democracia: ninguém sai com 100% na democracia. Não sai o Governo com 100%, porque a proposta original foi modificada, no meu entender, para melhor, mas, não sei, saiu com 70% do que pretendia, e é um belo resultado. Colegas de oposição legitimamente defenderam seus pontos de vista, nem todos foram acolhidos pelo Relator, mas vários foram incorporados e melhoraram o texto da reforma. Mas esse foi um trabalho a inúmeras mãos e, repito, não apenas de apoiadores do Governo, até porque essa matéria, já foi dito aqui e eu vou repetir, é uma matéria de Estado, não é de Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversei ontem e me alegrou muito também a conversa que tive com o Líder da Oposição, Rogerio Marinho, que é claro que não vai abrir mão de sua posição, mas tivemos uma conversa civilizada, educada, aliás, como sempre tivemos. Ele fez as ponderações dele, das suas preocupações, como outros fizeram, mas você sente que o espírito não é o do negacionismo, de ser contra por ser contra; é contra porque não entende da mesma forma.

Então, eu quero dizer apenas, Senador Davi, porque, como se diz, quem gosta de falar mais é a Oposição, o Governo prefere votar, então, não vou atrasar mais a votação.

Mais uma vez, meu reconhecimento a todos os consultores da Casa, a todos que contribuíram com o Eduardo.

Eu espero que a gente consiga fazer essa votação e, eventualmente, amanhã, a depender do Regimento, nós votarmos no Plenário, para que a matéria volte à Câmara, exatamente porque houve modificações que eu acho que não terão dificuldades de serem aprovadas na Câmara.

Então, eu agradeço a todos os colegas da base, aos independentes e aos da oposição por essa postura em torno de um tema tão importante. E, V. Exa... Eu vou parar de falar para V. Exa. poder botar para votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o senhor vacilou – o senhor vacilou –, eu consigo, pela ordem, fazer uma pequena reflexão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu fiz um compromisso com o Senador Rogerio Marinho: o Senador Girão é o último Senador inscrito, eu vou passar a palavra para ele agora; e fiz um compromisso com o Senador Rogerio Marinho, que permutou a fala com o Líder Wagner, no começo da reunião – porque ele iria falar agora. E passo a palavra rapidamente para V. Exa., para depois iniciarmos a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É realmente muito rápido, Senador Girão. O senhor vai devagarzinho, bota em baixa rotação, que dá tempo de eu falar.

Eu só queria alertar o nosso Relator. É claro que nós vamos discutir eventualmente caso A, caso B, mas eu estou preocupado especialmente com... Eu não sei se é a atenção excessiva ou a falta de atenção que os seus colaboradores deram às emendas que versam sobre tratamento da tecnologia da informação e da comunicação e inovação, tecnologia em geral, mas as emendas não foram atendidas. Queria dizer que antes mesmo, ou seja, há mais de um mês antes do início dessa tragédia lá do Oriente Médio, que envolve Israel e vizinhos, dois lugares do mundo sofrem um êxodo da inteligência, da indústria, daqueles que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os produtores da indústria e da inteligência no mundo. São dois lugares do mundo: Israel e a Califórnia. Por descuidos tributários e fiscais, vinham se constituindo nas grandes fontes de emigração. E eu queria lhe fazer este apelo breve para que esta questão de como tratar a indústria da inteligência, da inovação, da tecnologia da informação e da comunicação, o senhor pudesse recomendar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que seus assessores se dedicassem a esse assunto nessa reta final do seu relatório em construção.

E repito: a fuga da Califórnia para a Irlanda e de Israel para a Europa, por razões fiscais e políticas, já era um fato em andamento no mundo. Eu conversei sobre isso muito rapidamente, há algum tempo, com o Senador Jaques Wagner. Foi um fato que foi denunciado há três meses e meio pelo Thomas Friedman.

Repito: ou a gente cuida do ponto de vista fiscal e tributário desse tipo de indústria, ou ela desaparece e migra com a velocidade da inteligência. Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar, em primeiro lugar, todos os colegas, o Senador Eduardo Braga pela relatoria.

Quero reconhecer, Presidente Davi Alcolumbre, que, aqui no Senado, a gente trabalhou como Casa revisora da República. A forma como essa reforma chegou lá da Câmara dos Deputados – a toque de caixa, muitos Deputados relatando que horas antes, duas horas antes, não tinham conhecimento do que estavam votando – causou uma impressão péssima dessa reforma, logo de cara.

Aqui, o Senado Federal, o Senador Eduardo Braga ouviu bastante, o Senador Efraim também conduziu na CAE um grupo de trabalho que conseguiu ouvir os setores da sociedade. E está de parabéns por isso, um Senador experiente, o Senador Eduardo Braga, que conseguiu fazer com que a Casa revisora da República fizesse seu trabalho, fosse revisora.

Eu discordo, Presidente Davi, no pedido de vista hoje, quero deixar isso consignado. Acredito que não custava nada conceder um pedido de vista, que era regimental, e isso apaziguaria mais ainda aqui um clima que já está, vamos dizer assim, bem republicano, de uma forma extremamente cordial, mesmo discutindo e discordando profundamente, como eu discordo, dessa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que sempre fui um entusiasta da reforma tributária. Você morar num país onde um trabalhador passa cinco meses por ano trabalhando só para pagar imposto é algo surreal. A dificuldade, a burocracia do empreendedor... Era um sonho, um sonho que se tinha de uma reforma tributária que fosse justa, que trouxesse justiça tributária. Mas, infelizmente, analisando com muita frieza todos os argumentos colocados ao longo desses meses, nós não estamos simplificando nada, absolutamente nada.

Um dos pilares seria a simplificação. Nós vamos passar dez anos aí tendo que aumentar o exército de pessoas que conhecem, que são da área de tributação, dentro de empresas que já estão sofrendo muito para entender o que era manicômio virar um inferno. Na grande realidade é isso.

E, Sr. Presidente, o compromisso aqui que eu tenho é com o contribuinte, é com a pessoa que está lá na ponta, o trabalhador, o empreendedor. Eu percebo a sociedade muito apreensiva com isso. E, segundo dados técnicos que nós pudemos levantar, chegar a cogitar ter o maior IVA do mundo, só aí já é motivo para negar essa reforma. Ela não está no momento de ser aprovada, com o colchão de retalhos que foi feito ao longo desse tempo. No gabinete de todos nós aqui era um puxa para lá, "não, meu salão, meu não sei o quê", enquanto nós temos aí um setor de serviços que vai ser altamente penalizado, que gera mais empregos nesse país.

E é isso que a gente quer para as futuras gerações? Era essa a reforma sonhada? Absolutamente. Nós vamos ter aumento de impostos, de uma carga tributária que já é absurda. Nós vamos ter um aumento de impostos. Não tem como, não tem como. São as futuras gerações que estão, nesse momento, na berlinda, Senador Rogerio Marinho. Então, como nós vamos depois colocar uma digital numa reforma dessa com possibilidade real de aumento de impostos? Absolutamente.

Eu aprendi aqui dentro do Congresso que toda lei tem que vir da regra para a exceção. O que a gente está vendo aqui nesta PEC da reforma tributária é a exceção para a regra. Não faz sentido a instabilidade que já está gerada e o que pode gerar no país, ainda mais tendo, Sr. Presidente – e aí o exemplo tem que vir de cima –, um Governo completamente irresponsável, que é o Governo Lula, Governo que não tem o mínimo compromisso em fazer o dever de casa. Como é que tem moral para colocar uma reforma tributária como essa? O perigo é muito grande.

Então, eu vejo que esse trem da alegria, por mais que o Senador Eduardo Braga tenha tido o cuidado – e eu vi o cuidado, sou testemunha – do exercício do diálogo que ele fez, ficou insustentável, ficou uma bomba-relógio para explodir na mão dos nossos filhos, na mão dos nossos netos, enquanto este Governo que está aí vive viajando, já gastou mais de 50 milhões com viagens internacionais sem sentido algum. Aqui, dentro do Governo, aumentando o número de ministérios a cada tempo, só aumentando o número de ministérios, ou seja, é um péssimo exemplo que nós temos aí para as futuras gerações.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que concordo plenamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com a proposta da emenda feita pelo Senador Rogerio Marinho. Eu acho que isso melhora, isso traz uma perspectiva muito positiva para a sociedade, que é a questão aí dos 20%, uma trava de 20%. Aí sim, a gente vai ter pelo menos não o aumento do Imposto de Renda, do imposto, aliás, da reforma tributária que nós vamos ter, de impostos aqui, e não teria aumento. Isso seria o mínimo para a gente poder fazer.

Agora, eu não vou, com todo o respeito, Sr. Presidente, não vou colocar a minha digital, votar a favor de algo que, de cara, autoriza Prefeito, por exemplo, a aumentar a IPTU por decreto. Ninguém aguenta mais imposto, ninguém aguenta mais privilégio, seja de que setor for. A população não tem privilégio. Por que esses privilégios estão sendo dados aí a torto e a direito? Isso vai ter alguém para pagar a conta, alguém vai pagar a conta. E quem vai pagar a conta, a gente sabe, é o mais fraco.

Então, eu fico extremamente preocupado, neste momento, com a questão aí de uma votação, de uma aprovação de uma reforma tributária da forma como chegou aqui, com a transição de dez anos. Até essa proposta do Senador Rogerio Marinho, de uma emenda aí, com a trava de 20% do IVA, nós teríamos uma transição muito menor, teríamos uma transição muito mais efetiva, em que nós poderíamos aí ter uma segurança jurídica. Agora, da maneira como está, nós vamos aí, a qualquer momento, ter possibilidade de aumento real para as pessoas.

Então, eu quero deixar claro que meu voto é contra, não é? Ficam muito vagas todas as proposições que foram feitas aí, cedendo, e eu quero deixar muito clara a nossa posição de apoio à emenda do Senador Rogerio Marinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O último orador inscrito é o Senador Rogerio Marinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente. Eu estou inscrito. Eu queria falar antes do... Se V. Exa...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Claro, V. Exa. pode falar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Alongar-me muito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não vou pedir 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um minuto. V. Exa. tem um minuto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar o Senador Eduardo Braga, que teve, sem dúvida nenhuma, uma grande articulação de ouvir vários setores.

Fazer uma reforma tributária num país que tem as desigualdades sociais que o Brasil tem, as desigualdades regionais que o país tem, em que você tem que ceder para algumas regiões, porque elas não tiveram essa oportunidade lá atrás... É a primeira lei tributária que é feita numa democracia. As outras foram feitas e impostas por uma ditadura. O Congresso não foi ouvido, a sociedade não foi ouvida.

Esse avanço que nós damos neste momento é um avanço importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... até para que o povo brasileiro entenda o quão importante é a discussão.

Eu quero saber qual foi o dia que este Congresso Nacional, desde a sua criação, recebeu tantos segmentos da sociedade para debater impostos, para debater desonerações, para discutir as desigualdades e ter conhecimento das dificuldades de cada região. Essa reforma proporcionou isso ao Senado.

Eu fico muito feliz em fazer parte desta legislatura que está entregando ao país... E é difícil, Eduardo, a gente agradar a todos. É impossível. E do possível que foi feito, você tentou fazer o melhor – tenho certeza absoluta disso –, como sempre foi sua trajetória de vida, desde a época em que eu o conheço, como Vereador.

Errar, se equivocar, é humano. Agora, discutir a reforma tributária, jogando para o público, é fácil. Eu mesmo me coloco sobre umas questões aí a que eu sou contrário – o Senador Eduardo Braga sabe –, mas não é o momento para eu discutir isso, até porque isso não vai me dar um ou vai me tirar um voto lá na frente.

Do que nós estamos tratando aqui são soluções que muitos de nós não estarão vivos quando essas soluções chegarem – até porque não vai ser amanhã que ela vai ser implantada –, mas para as futuras gerações. Coisa que nós não tivemos oportunidade com Getúlio Vargas, coisa que nós não tivemos oportunidade na ditadura militar, quando Roberto Campos impôs uma reforma tributária para o país.

Então, Senador Rogerio Marinho, independentemente de quem está a favor ou contra, é histórico este momento para o Senado Federal. É muito diferente essa lei. Não é uma lei em que você está falando de um setor. Nós estamos falando de todo o setor produtivo do Brasil – de todo o setor produtivo! –, com as suas dificuldades, com as dificuldades de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha região mesma, passando por seca, por dificuldades, num momento difícil que vive o Estado do Amazona, nós vamos sobreviver a isso, mas vamos sobreviver porque a gente sabe como sobreviver; ninguém precisa ensinar à gente como sobreviver. Os nordestinos... O próprio Centro-Oeste, que nos dá essa pujança em ter a maior produção de grãos do mundo! Para esta balança comercial, devemos muito ao trabalho desses homens e mulheres do Centro-Oeste brasileiro. Foram esses olhares diferenciados, Senador Eduardo Braga, que V. Exa e a Câmara dos Deputados tiveram.

Eu vou votar a favor. Tem algumas questões, porque é natural, numa questão tão complexa como a reforma tributária, haver divergência, mas de forma nenhuma dizer que com essa reforma tributária vai ficar pior do que está. Isso é discurso para quem é oportunista, está atrás de voto e não está atrás de resolver os problemas que o país enfrenta e os problemas que nós vamos ter que enfrentar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sei que o horário está bastante avançado já, mas eu faço questão aqui de também elogiar o trabalho do Senador Eduardo Braga, porém, fazer... Como sempre, se elogia e depois vem a crítica, mas entenda como uma crítica construtiva.

Da mesma forma que o senhor, na redação da PEC, faz um avanço ainda maior de proteção à Zona Franca de Manaus em detrimento de todo o Brasil – nada contra a Zona Franca, muito pelo contrário; a própria existência do Estado do Amazonas está vinculada à Zona Franca de Manaus, criada no regime militar, Senador Weverton... Às vezes, parece que virou um argumento você dizer que uma lei que foi criada durante o período militar é ruim e tudo o que é feito na democracia, todas as leis criadas na democracia são boas. Esse é um debate que tem que ser feito especificamente, ponto a ponto.

Eu vou fazer uma leitura aqui rapidamente, Senador Eduardo Braga, e queria pedir a atenção de V. Exa. porque vou tratar de algo que é vital para o Rio de Janeiro, que é a minha Emenda 704, que V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não acolheu, fazendo uma comparação da importância da Zona Franca de Manaus para o Estado do Amazonas.

A parte da Lei nº 12.734, de 2012, que alterou os critérios de distribuição dos *royalties* do petróleo, só não entrou em vigor ainda por causa de uma decisão monocrática da Ministra Cármen Lúcia, do STF. Essa lei, obviamente, viola diversos princípios constitucionais, da segurança jurídica, da responsabilidade fiscal, do ato jurídico perfeito, mas, se do dia para a noite, essa lei passa a vigorar, pode fechar as portas do Estado do Rio de Janeiro, porque a arrecadação cai de uma forma tão abrupta e imediata que simplesmente não tem como manter o equilíbrio das contas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um problema que quem tem que resolver é o Congresso Nacional e não o Supremo Tribunal Federal, e este é um momento oportuno, já que, no fim das contas, Senador Davi, o que se discute aqui no Congresso com a reforma tributária é quanto cada estado e município vai receber na distribuição da arrecadação. No fim das contas, é isso. A briga sempre foi essa e a briga vai ser essa também nesta oportunidade. E, como a natureza dos *royalties*, obviamente, é garantir os impactos ambientais da exploração que acontece nos territórios, nada mais justo do que resolver esse problema de distribuição.

Agora, a minha emenda, Senador Eduardo Braga, traz apenas a segurança jurídica de garantir que pelo menos a metade do arrecadado com *royalties* de petróleo em todo o Brasil seja distribuída exclusivamente aos estados e municípios produtores ou confrontantes. É a Emenda 704. E, assim, se essa emenda que mantém o caráter competitivo do Rio de Janeiro e garante a sua própria existência não pode ser aprovada, a gente também tem que discutir, porque não podem estar no texto da PEC, dispositivos que dão à Zona Franca de Manaus mais benefícios do que ela possui hoje.

O §1º do art. 92-B do ADCT, que está sendo criado aqui por essa PEC, acaba com o IPI e cria uma nova Cide sobre importação, produção e comercialização de bens que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, ou seja, qualquer item produzido em qualquer estado brasileiro – em qualquer estado brasileiro – que seja objeto de incentivo da Zona Franca – eu estou falando de televisão, moto, bicicleta, qualquer coisa – vai pagar, além dos 27,5% do IBS, mais essa nova Cide, que vai variar na faixa dos 15%.

Como se não bastasse, o §7º do mesmo artigo diz que as novas concessões de benefícios fiscais só podem ser concedidas na Zona Franca de Manaus, exceto armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo se destinados ao consumo interno na Zona Franca de Manaus ou se produzidos com matéria-prima de lá. Traduzindo, Manaus tem que ser o novo Vale do Silício, e o resto do Brasil, uma Argentina, já que as indústrias de todo o país vão para a Zona Franca de Manaus por causa do custo baixo de produção ou serão incentivadas a adquirir matérias-primas no Amazonas. Isso pode causar desemprego no Brasil inteiro, exceto no Amazonas.

Em resumo, o §1º cria um novo imposto a todos os estados brasileiros, a Cide; e o §7º diz que as novas concessões de benefícios fiscais só podem ser dadas à Zona Franca de Manaus.

E, na redação do art. 159, III, que é uma coisa que também acho grave, Relator Eduardo Braga, há um outro aspecto: que, ao extinguir o IPI, que tem como regra a distribuição de 50% do resultado da arrecadação aos estados e ao Distrito Federal, essa nova Cide distribui apenas 29%. Estados e Distrito Federal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que participavam com 50% da distribuição desse IPI, que está sendo extinto, vão passar a receber apenas 29% disso. É um fortalecimento da arrecadação para a União, em detrimento dos estados e dos municípios.

Então, eu acho justo que, para a gente garantir a existência dos Estados do Amazonas e do Rio de Janeiro, com a manutenção do texto atual da PEC sobre a Zona Franca de Manaus, aprove-se a emenda de minha autoria que garante a existência do Rio de Janeiro, ou vamos rejeitar a minha emenda, mas também retirar do texto os benefícios extras que estão sendo criados para a Zona Franca de Manaus, em detrimento de todos os outros estados brasileiros.

E logicamente, Presidente e Relator, o que eu peço é a aprovação dessa minha emenda, porque é uma grande injustiça o Estado do Amazonas, que possui três Senadores e oito Deputados Federais, conseguir ter um tratamento tão justo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e o Rio de Janeiro, com três Senadores também e 46 Deputados Federais, sem falar de todos os estados – são dez estados produtores de petróleo no Brasil –, não ter a possibilidade de resolver aqui, nesta PEC, com a aprovação desta emenda, para não ficar dependendo de uma decisão precária do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu peço encarecidamente a V. Exa. que faça uma reanálise da aprovação dessa minha Emenda 704, para que a gente não tenha que também aprovar, por justiça, as emendas de minha autoria que revogam o §1º e o §7º do art. 92-B do ADCT, que está sendo alterado nessa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho, último Senador inscrito.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eminente Relator Eduardo Braga, Senador Weverton, que está orientando e assessorando o Senador Eduardo, Srs. Senadores aqui presentes, eu acho que, neste momento, me permitam, nós estamos exercendo aqui a nossa atividade, que é a missão para a qual nós fomos conduzidos a esta Casa, que é discutir, falar, trazer elementos novos para que o Relator, que me ouve atentamente, possa ter um processo de convencimento. Quaisquer que sejam os argumentos aqui levantados podem ser levados em consideração ou não. V. Exa., na hora em que é escolhido como Relator da matéria, tem este arbítrio de recepcionar as sugestões, de aperfeiçoar o texto. E, caso haja a possibilidade ou a necessidade de contraditá-lo, nós temos aqui os mecanismos adequados para fazê-lo. Então, qualquer manifestação é bem-vinda e deve ser tolerada.

O que inspira cada Senador, eu não tenho dúvida nenhuma, eminente Presidente Weverton, que representa brilhantemente o nosso Maranhão, é o espírito público. Cada um de nós quer dar o máximo. Rapidamente, quero dizer a V. Exas. que não existe uma honra maior do que estar sentado, neste momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante de V. Exa., tratando de um tema tão importante para o nosso país, representando o Estado do Rio Grande do Norte como Senador da República.

Eu considero o Senado da República, dentro do Legislativo, uma Casa extremamente importante para o Brasil e para a democracia. Digo isso, Sr. Presidente, porque há mais de 30 anos estou na vida pública. Ao contrário de muitos, eu não tenho nenhuma dificuldade em dizer que acho a atividade política a mais importante que o ser humano pode exercer, porque é na atividade política que as decisões são tomadas, pelo menos numa democracia liberal que é esta que vivenciamos. Na atividade política, é necessário para a democracia que haja posições díspares que possam ser cotejadas, é importante que haja tolerância na discussão.

Novamente, reitero que V. Exa. foi, ao longo de todo este tempo, alguém extremamente aberto, que ouviu, que ponderou, que argumentou e que, ao final, apresentou o resultado do trabalho de V. Exa. E eu tive a oportunidade aqui, além de elogiar, de reclamar por não ter mais tempo de debruçar sobre as alterações que V. Exa. fez de última hora.

Dito isso, tive oportunidade, a vida me proporcionou e a confiança daqueles que me elegeram ou me designaram, de promover ou conduzir ou participar de grandes mudanças estruturais no nosso país, desde a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o próprio marco do saneamento, as mudanças feitas nas normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho, que possibilitaram uma enorme economia para o setor produtivo brasileiro.

Entendo que V. Exa. hoje está sentado num lugar que vai lhe dar, certamente, uma condição de protagonismo neste processo, importante para o Brasil, importante para o Parlamento. Por isso, me permita a preocupação com algumas situações que, me parece, sempre foram levadas de roldão neste processo de discussão da reforma tributária, porque nós não estamos falando, volto a dizer, de uma ação que vai impactar este Governo, porque nem sequer a transição vai iniciar neste Governo. Ela efetivamente começa no primeiro ano do Governo subsequente. Ela, de forma muito tímida, vai começar nos dois últimos anos de Governo. Então, nós estamos falando de um processo para o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Veja que os prazos de transição de 30 anos, de 50 anos, desculpe, de 10 anos são bastante longevos, há uma necessidade de maturar, haverá projetos de lei complementar.

E aí a minha preocupação, primeiro, é a nossa dívida pública. A história é cíclica e é importante olhar para ela. Em 2015 e 2016, nós tivemos aqui a maior recessão desde 1948. V. Exa. fala com propriedade que este é um projeto que está sendo votado sob a égide da democracia; pois muito bem, em 2015 e 2016, sob a égide da democracia, mas com teses populistas que estão se repetindo agora no bojo deste Governo, nós tivemos a maior recessão da nossa história desde 1948, principalmente, na questão fiscal. Nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partindo de um patamar em que há, efetivamente, um aumento de carga tributária. Ela pode ser distribuída no conjunto da sociedade, nós vamos definir isso através das leis complementares. Mas um fato, eminente Relator, é que nós – isso é um fato – iremos legar ao Brasil o maior IVA do mundo, dito pelo próprio Ministro da Fazenda.

Quando V. Exa. fala – aliás, com bastante veemência, imbuído do seu papel de Relator e acreditando no que V. Exa. está fazendo – que o Ministro não deveria fazer estudos a respeito do impacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... do relatório de V. Exa., que esperaria a votação dentro do Parlamento, vou lembrar a V. Exa. que todos os passos que dei aqui, na reforma da previdência – todos, todas as negociações que foram feitas –, foram objeto e fruto de impactos e de estudos feitos pelos órgãos competentes da Receita e da Fazenda, porque nós temos que ter responsabilidade, na hora em que apresentamos alguma proposta que impacte a economia, de que forma aquilo vai reverberar no futuro. Essa é uma preocupação verdadeira, não é uma questão de procrastinar, não é uma questão de fazer de conta que a gente está a favor sendo contrário; é uma questão real, uma questão verdadeira. Entendo que o Governo tem as suas prioridades e tem as suas prerrogativas, mas eu quero deixar aqui registrada a minha estranheza com o fato de que nós estamos nos debruçando sobre um projeto em que houve modificações substanciais e nós não temos um estudo acurado feito pelo Ministério da Fazenda, pela Receita Federal, pelo Ministério do Planejamento sobre os impactos que isso vai acarretar para o conjunto da sociedade brasileira.

Uma outra questão que, para mim, é muito importante, Sr. Relator, é justamente a questão da trajetória da dívida. Sem o arcabouço fiscal, que, na verdade, já foi posto por terra, que preconizava zero de déficit fiscal em 2024, nós teríamos, ao final do período de 2030, quase 90% de relação dívida-PIB e, se você jogar para 2032...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que é o final desse período de transição, 93%. Então, é lícito imaginar que a gente esteja falando que, ao final de 2032, nesse caminhar, nós vamos ter 100% de relação dívida-PIB, em proporção um com o outro. Ou seja, o que é que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Que os fundos que estão dentro do projeto não terão condições de ser colocados em prática, sob pena de colapsar as contas públicas brasileiras. E esse é mais um dos motivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que nos leva a ter muita dificuldade em levar adiante o nosso voto positivo no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, reitero a V. Exa., querendo cumprir o tempo, que, se houver boa vontade do Governo e votarmos a trava que nós apresentamos, pelo menos nós vamos impedir que haja um aumento potencial e geométrico da tributação junto à população brasileira.

E os mecanismos estão inclusive no nosso projeto: diminuição de subsídio, corte de gastos, ações meritórias – e V. Exa. concorda comigo –, que vão acarretar, de forma positiva, um efeito melhor nas contas públicas e maior credibilidade ao projeto que ora é apresentado.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Encerrada a lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para relatar as Emendas, apresentadas até aqui, nºs 778 a 796, e para as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu quero começar agradecendo a todos pelas palavras generosas que todos proferiram ao longo da manhã e da tarde de hoje, pelo árduo trabalho que foi executado não apenas por mim, mas por toda a equipe ao longo desses quase 120 dias em que nós estamos à frente dessa relatoria.

Eu queria, Presidente, começar agradecendo a todo o corpo técnico que nos ajudou. Queria agradecer ao Consultor-Geral do Senado, Dr. Danilo, e à sua equipe, que estiveram dedicados, ao longo desses 120 dias, na construção desse relatório. Queria agradecer à Tatiana e a toda a equipe do meu gabinete, que estiveram dedicadas, ao longo desses dias, na construção desse relatório. Quero aqui agradecer e cumprimentar ao Bernard Appy e a toda a equipe do Ministério da Fazenda, que estiveram dedicados, ao longo desse tempo, na construção desse relatório. Quero também agradecer a todos os colegas Senadores, que, ao longo desses dias todos, mais de 120 dias, estiveram em conversações quase que diárias comigo na construção desse relatório.

Ao mesmo tempo, eu acolhi e ouvi mais uma vez todos os comentários e todas as recomendações dos nossos colegas Senadores. Como foi dito aqui pelo Senador Omar e por outros Senadores, o relatório não é uma obra de arte perfeita, mas, na democracia, é a construção do possível, principalmente na correlação de forças da democracia. Eu já tinha dito – e foi repetido aqui – que esta é a primeira reforma tributária que o Brasil constrói em regime democrático, o que é muito difícil.

Eu, que já estou aqui no Senado há 12 anos, tive oportunidade de participar de algumas reformas. E eu estava rindo – sabe, Rogerio? – porque eu já estive na posição de Líder do MDB, que estava na posição de independência em relação ao Governo que V. Exa. representava na reforma da previdência. Nós do MDB defendíamos avanços extremamente importantes e modernos na reforma da previdência. E quantas vezes V. Exa. disse "não" para que nós pudéssemos conseguir arrancar um acordo para fazer a lei das pensões especiais, para garantir pensões especiais para pessoas que corriam risco de vida? Foi um parto –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um parto. Foi preciso juntar a maioria e convencer o Governo de que vocês não teriam voto para aprovar a reforma da previdência, para poder sentarmos à mesa e construirmos uma realidade democrática para aprovarmos a reforma da previdência e salvarmos aquele direito social.

E aí, quando eu ouço V. Exa. agora, na posição de Líder de Oposição, e eu na condição de Relator desta reforma, e vejo V. Exa. esgrimindo habilmente, como sempre, e dizendo "Olhe, é hora de fixarmos uma alíquota de 20%", eu me pergunto: por que não 15%? Por que não 15%? O número do meu MDB, que número bonito, 15%! Ou por que não 12%, o número do PDT? Ou 13%, o número do PT? Ou por que não 10%? Ou por que não 5% de IVA, como alguns países praticam? Porque a nossa realidade é outra. A realidade do Brasil é outra. O IVA que nós estamos implementando no Brasil não tem similitude em nenhum outro país. O IVA brasileiro não é igual ao canadense, não é igual ao australiano, não é igual ao europeu, não é igual ao americano, não é similar a nenhum deles. Nós estamos juntando, num IVA dual, cinco impostos de natureza distinta: um imposto sobre produção industrial, um PIS e Cofins, um ICMS e um ISS. E nós estamos juntando... E nós estamos juntando... E nós estamos juntando... E o Eduardo Girão, que morou nos Estados Unidos, sabe do que eu estou falando, até porque já empreendeu nos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Lá não tem o IVA, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nos Estados Unidos? Desculpe. Quando você compra uma mercadoria, você arrecada o imposto no destino e tem IVA, sim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Na hora. Tem IVA, sim. Se V. Exa. não sabe, tem IVA, sim – tem IVA, sim – e, dependendo o Estado, varia de 6% a 7%. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Califórnia, 10%; no Texas, 6%. Se você compra pela internet, é menos, e assim vai.

Portanto, nos Estados Unidos tem, só que a estrutura tributária americana é diferente, e V. Exa. empreendeu lá, mas tudo bem. Eu sou aprendiz apenas do tema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Na OCDE é 19%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu imagino que a nossa obsessão pela OCDE – que eu não tenho, mas eu vejo que alguns, lamentavelmente ou felizmente, têm essa obsessão pela OCDE – mostra o quanto nós somos diferentes sob certos princípios.

Mas o que eu quero dizer é que nós estamos implementando um IVA no nosso país que é completamente diferente. E aí eu fico me perguntando: nós estamos implementando uma política tributária que é neutra? O princípio dela é de neutralidade? Se é de neutralidade, nós temos que garantir a neutralidade. A garantia da neutralidade não é uma ficção tributária de uma alíquota qualquer, arbitrária. Arbitrar uma alíquota qualquer, isso é uma ficção tributária ou um discurso político – ou um discurso político –, e nós não podemos, ao fazer uma reforma tributária, nos aventurar num discurso político, porque esta é uma matéria técnica; esta é uma matéria técnica com impactos políticos, sociais e econômicos, mas é uma matéria técnica.

Por isso, eu me dediquei tanto a tentar construir, de forma técnica e com indicadores constitucionais, o nosso relatório. E tentei buscar, Senador Esperidião Amin, na nossa Constituição, indicadores que pudessem nortear os nossos parâmetros, para que não houvesse dúvidas sobre situações criativas que não tivessem solidez no parâmetro que nós estivéssemos estabelecendo, fruto inclusive de algumas conversas que tive com V. Exa., que me disse: "A simplicidade do relatório será o ponto da inteligência e da sabedoria". Foi fruto dessas conversas, por exemplo, que surgiu a ideia de construir o comitê gestor, que foi uma ideia simples, que simplificou e acho que resolveu um dos principais problemas que nós tínhamos no texto originário da Câmara.

Criamos uma trava sobre a carga tributária que procura respeitar a independência federativa e cria a neutralidade. Por quê? Porque, se não houver crescimento do PIB, não poderá haver aumento da alíquota e não poderá haver aumento da carga tributária – isso está escrito na Constituição –, a partir da aprovação do texto, se ele for aprovado. Eu respeito a opinião de todos, mas, tecnicamente, eu não vejo como nós podemos arbitrar se não for por uma razão técnica, que recomende tecnicamente como fazer.

Eu ouvi técnicos do Tribunal de Contas da União, eu ouvi consultores do Senado, eu ouvi economistas, eu ouvi Governadores, eu ouvi Prefeitos, eu ouvi muita gente para chegar a essa conclusão, mas volto a dizer: eu sou um oitenta um avos do Senado e apenas apresentei um relatório, que terá que ser subordinado à vontade dos Srs. Senadores.

Emendas para serem acatadas.

A Emenda nº 613, da Senadora Eliziane, estabelece que "a instituição, majoração ou redução de tributos deverá ser antecedida da avaliação do impacto da medida na promoção da igualdade entre homens e mulheres". Acatamos a emenda, mas com adaptações, estabelecendo que a avaliação quinquenal dos regimes diferenciados de que trata o art. 9º deverá considerar o impacto na promoção da igualdade entre homens e mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 615, da Senadora Eliziane, entre outros temas, determina a incidência do imposto seletivo sobre armas e munições. Acatamos essa proposta, substituindo a expressão "poderá incidir" por "incidirá" no inciso II do §6º do art. 153 da Constituição.

As Emendas nºs 688 e 784...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do Senador Efraim, preveem que os entes da Federação não poderão cobrar imposto sobre patrimônio, renda ou serviços dos Correios; também submetem os Correios a regime específico de tributação. Entendemos que, por se tratar de empresa pública que presta serviço público, não faz sentido a cobrança de imposto pelos entes da Federação, como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Por isso, acatamos essa parte da emenda. Quanto ao regime específico de tributação, decidimos não acatar por entender não ser necessário.

A Emenda 713, do Senador Mecias de Jesus, estende para as áreas de livre comércio (ALCs) os instrumentos tributários para garantir competitividade da produção industrial na Zona Franca de Manaus. Originalmente, havia rejeitado a emenda, por entender que nas ALCs não havia indústria a ser incentivada. Após melhor reflexão, contudo, entendi que seria possível utilizar os mesmos instrumentos tributários para estimular as atividades econômicas naquela área, e, portanto, acato a emenda.

Emenda 773, do Senador Jaques Wagner, que trata da prorrogação dos fundos estaduais: acatada; contudo – similar ao caso da Emenda nº 769 –, foi tratada no relatório da complementação de voto.

A Emenda 774, do Senador Efraim, que prevê que lei complementar definirá "tratamento simplificado para o cumprimento de obrigações tributárias", já havia sido acatada no art. 156-A, §5º, inciso IX.

A Emenda 775, do Senador Efraim, que prevê que o valor do IBS e da CBS será informado num documento fiscal, já havia sido acatada no art. 156-A, §1º, inciso XIII.

A Emenda 778, do Senador Rogério Carvalho, propõe que: "Os saldos financeiros dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social, para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no período de 2020 a 2022, [...] [sejam] aplicados para o custeio de ações e serviços públicos de saúde, e de assistência social". A Emenda Constitucional nº 126, de 2022, conhecida como PEC da transição, autorizou que os recursos transferidos para o Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da pandemia sejam executados pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023. Como estamos próximos desse prazo final e do necessário reforço dos recursos disponíveis para a saúde pública, acatamos essa emenda, contudo, fixando prazo para execução até 31 de dezembro de 2024.

Emenda nº 793, de Alessandro Vieira, reduz o prazo de apresentação de projetos de lei após a promulgação da emenda constitucional previsto no art. 18 da PEC. Assim, o projeto de lei que reforma a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributação sobre a renda deverá ser encaminhado em até 90 dias, em vez de 180 dias, como previsto no substitutivo. Os projetos referidos nesta emenda terão o prazo de apresentação reduzido de 240 dias para 180 dias. Acrescenta também prazo de 90 dias para apresentação de projetos de lei que reformam a tributação sobre folha de salários. Entendo que a redução dos prazos é meritória, portanto, acato a Emenda.

Emenda nº 795, da Senadora Augusta Brito, propõe manter regime fiscal favorecido para empreendimentos que se destinem à produção de hidrogênio verde e fertilizante derivado do processo produtivo. Acatamos parcialmente esta emenda para prever regime fiscal favorecido para hidrogênio verde, art. 225.

Todas as demais emendas estão rejeitadas.

Emenda... Aí não precisa ler, não é?

Todas as demais emendas estão rejeitadas, Presidente. Creio que assim concluímos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Até a 802?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Até a 802.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Relator, e a Emenda 613, que trata da avaliação dos critérios de igualdade?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Foi a primeira que eu li.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Perdão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Foi a primeira que eu li.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então V. Exa. acatou?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acatei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Foi a primeira que eu li. Eu acho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Com o sorriso do Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fiquei com medo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... eu quero informar então a retirada do destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Bom, é para dar informação: idêntica à emenda da Senadora Augusta Brito tem a do Senador Angelo Coronel, tem a do Senador Magno Malta, deste que vos fala, que, inclusive, havia pedido destaque. Então, V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acataremos todas...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k. Eu quero só, então, Presidente, informar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai retirar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... que eu já estou retirando o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou... Deixem-me pedir a atenção aqui dos Senadores e das Senadoras para fazer algumas ponderações em relação aos requerimentos apresentados individualmente por Senador na Comissão.

Quando nós fizemos um acordo, há 15 dias, para fazermos a leitura do relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, em que, dentro de um entendimento, nós estabelecemos o prazo de 15 dias para a gente deliberar a matéria no dia de hoje, eu, seguindo o Regimento, deixei aberto o prazo para apresentação de requerimentos, de emendas e de destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que até agora, como disse o Relator, foram apresentados até exatamente no último minuto, quando eu falei a 802, 36 requerimentos individuais. De fato, cada requerimento individual é um problema, porque o Relator tem que se debruçar, mas regimentalmente cada Senador está amparado para que ele faça o acatamento da emenda destacada, ou a rejeição, ou o acatamento em parte, ou a construção de um acordo. Mas nós deixamos justamente esses 15 dias para que nós não chegássemos até aqui hoje e estivéssemos vivendo este momento, até de conflito, de entendimento da deliberação.

Só que regimentalmente – e é aí que eu peço a atenção de V. Exas. – esta Presidência necessita deliberar apenas os requerimentos de bancada de maneira individualizada. Como foram 36 requerimentos apresentados de maneira individual, eu vou fazer questão de ler pelo menos os autores, não as quantidades de requerimentos destacadas. E eu vou colocar a votação em globo desses requerimentos individuais que foram apresentados, porque regimentalmente eu não posso deliberar um por um.

Sou obrigado a fazê-lo nos de bancada, e vou fazer um por um, exceto aquele que os Senadores se sentem contemplados e vão, a partir do momento da deliberação dos requerimentos de bancada, fazer a sua manifestação: se mantêm a deliberação ou se retiram.

Senador Alan Rick, Senador Alessandro Vieira, Senador Dr. Hiran, Senadora Eliziane Gama, Senador Esperidião Amin, Senador Efraim Filho, Senador Hamilton Mourão, Senador Laércio Oliveira, Senador Plínio Valério, Senador Sergio Moro, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Esses fizeram as 36 emendas individuais destacadas que eu vou colocar, no momento oportuno, em votação em globo.

Mas eu fiz uma consulta para a Secretaria da Mesa sobre a votação do texto do relatório apresentado, o texto-base, e eu percebi que vários Senadores estavam desejando fazer esta votação do texto-base de maneira nominal. Para que eu estou falando isso? Para não acontecer um problema que pode acontecer numa matéria complexa como essa. Se algum Senador pedir verificação nos requerimentos individuais que serão votados em globo – mas eles regimentalmente serão simbólicos, inclusive o texto principal –, se algum Senador pedir verificação em um em globo ou nos destacados por bancada, vai ter que passar uma hora para votar o texto principal nominalmente, pelo Regimento. Então, eu estou informando a V. Exas.

Para aqueles que desejarem votar contrário tanto os requerimentos em globo como os requerimentos de bancada destacados, eu faço o registro aqui dos Senadores, mas fica consignado quem votou contra, para deixar a votação nominal para o texto principal, se esse for o desejo de V. Exas. Mas, se alguém pedir verificação, eu não vou poder votar o principal com verificação; eu vou ter que votar por votação simbólica, sem fazer o registro dos Senadores que votarem contra.

Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixe-me fazer uma proposta de encaminhamento: que o texto principal seja, de fato, votado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nominalmente, que acho que é importante para todos nós, e que nós possamos aqui, a Oposição, apresentar duas emendas de bancada, e o Governo, duas de bancada, para votarmos nominalmente, ou uma e uma. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É uma sugestão. A gente pode buscar um entendimento em relação a isso.

Emendas de bancadas, que a gente teria que votar uma a uma, individualmente, de maneira simbólica para não afetar a votação do texto principal, tem uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Vou falar o nome dos Senadores... Nove, nove. Senador Carlos Portinho, Senador Cid Gomes, que parece que retirou, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Fabiano Contarato, Senador Efraim Filho, Senador Mecias de Jesus, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Otto Alencar.

Eu vou consultar os Senadores se esse encaminhamento que está sendo proposto pelo Senador Rogerio Marinho, de nós deliberarmos o texto principal de maneira nominal e um requerimento de...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Não assinei nenhum destaque, não encaminhei nenhum destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, V. Exa...

O que eu estou propondo, o que o Senador Rogerio Marinho está propondo é que a gente escolha uma emenda destacada de bancada para votar nominalmente. Ela seria simbólica, só se tiver o acordo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. citou que eu...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PL.

Minha sugestão é que a gente faça um acordo para quebrar o interstício e votemos todas nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Mesmo que reduza o número de destaques, mas, se forem oito ou quatro, que seja votação nominal também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não pode. Vai ser nominal o texto principal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não pode, salvo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está baixando de 36...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, de 36 não. As 36 vamos votar em globo, de uma vez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, não... O senhor está reduzindo o número de destaques de 36 para 6, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, porque os 36 vão ser votados todos em globo, porque eu não tenho... Como é um requerimento individual, esta Presidência, regimentalmente, não tem como votar um separado do outro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Salvo acordo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas a gente não pode fazer um acordo para quebrar o interstício? Vota-se o destaque e depois vota-se o texto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tem Senadores ali que estão se manifestando contra, lá atrás.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pode, mas não tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Até pode, mas não tem acordo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, estão dizendo "não" lá atrás.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, veja, com relação aos requerimentos de destaque individual, Sr. Presidente, é evidente que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos urgência na matéria, mas ao mesmo tempo existem propostas relevantes que merecem apreciação.

Há preocupação com relação a esse acordo de procedimento, que impede a discussão porque vão ser votadas em globo 36, "sim" ou "não", e você não vai entrar no mérito de nada. E lhe dou um exemplo: eu tenho dois destaques aí, um deles já foi parcialmente contemplado pelo Relator, vai ser retirado, mas o segundo deles, que trata da possibilidade de redução do percentual de desconto e, por conseguinte, uma redução na alíquota média final, merece um debate por parte da Comissão, porque é uma alternativa de manter aquelas exceções que já foram reconhecidas, já foram acatadas, mas reduzir o seu impacto geral. É uma forma inteligente de você ter uma redução do impacto das exceções sem prejudicar a atividade. Quem tem um desconto de 60 vai ter um desconto de 50.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Davi, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O problema... Deixe-me só...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – É difícil votar em globo, Presidente, 36 emendas de destaque quando são temas diferentes e assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O problema é que o requerimento individual tem que ser votado, e ele vai ter que ser votado em globo, porque não pode cada Senador apresentar, senão nós vamos ficar 20 dias votando um por um aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A de bancada... Não, a de bancada é simbólica, já que estão fazendo acordo para votar nominal. Só que vou votar uma a uma. É verdade, uma a uma; sou obrigado a votar uma a uma – as de bancada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não, não, não. Eu vou... Vamos fazer o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não dá...O requerimento... Deixe-me falar de novo aqui, eu não sei se... O requerimento de destaque individual não pode ser deliberado um a um – tem 36 –, não pode. Qual é a proposta que acontece quando matérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa natureza são destacadas por Senadores individualmente? Juntam-se todos – hoje foram 36, mas geralmente são 3, são 4, são 5, não são 36 – e a gente geralmente delibera aqui e vota.

Então a gente vai ter que fazer os 36.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu só não estou entendendo, porque nós já fizemos várias vezes isso. Então não é novidade. Qual é a novidade de analisar em bloco as emendas individuais?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A única coisa que eu estou falando, porque daqui a pouco eu vou ser cobrado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – A novidade é a complexidade do tema, Senador. A novidade é a complexidade do tema. Eu acho que essa votação simbólica em bloco vai gerar impasses para o futuro. Eu, se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem como votar uma a uma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se for possível, o senhor estabelece um número de destaques que possam ser votados, um número razoável, em que os apresentados passem por uma filtragem... Suponhamos, se se chegar a seis destaques, vota nominal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – De bancada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, qualquer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, de bancada. Senão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está certo, que seja de bancada, mas vota nominal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas a de bancada eu vou ser obrigado a votar uma a uma, só que simbólico, para poder votar o texto principal nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador, estou falando de um acordo, Senador. Um acordo para uma matéria que não tem precedente. É a primeira vez que nós temos... O Relator não disse que é a primeira vez que se vota uma reforma tributária no sistema, no regime democrático? Agora, não querer votar nominal eu acho que é embaraçar, vai dar consequência nos passos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes. As consequências vêm sempre depois. Ensinou Vitorino Freire, que o Senador Weverton conhece desde criancinha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem muito breve. Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro Vieira, eu queria atenção aqui, porque a gente tem que construir um encaminhamento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Alô, posso falar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Apenas para confirmação do entendimento, Sr. Presidente.

Encerrada a votação em Comissão, ainda cabem as emendas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, eu me somo à hipótese da votação em globo, dos destaques individuais, e quem tiver fica lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado pela compreensão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu acho que aquelas que, na verdade, são requerimentos individuais...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os individuais estão resolvidos. Quem quiser destacar vai destacar para o Plenário. Os de bancada que eu tenho que votar um a um.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, dos de bancada, eu creio que remanescerão quantos? Seis?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Seis.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Calma! Para os de bancada, que são seis, pela inovação da matéria, vou dar uma sugestão, desde que essa coisa seja rápida, nós não podemos levar horas para chegar... Chegou ao quórum, V. Exa. fecha e apura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Demora o tempo que leva, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Demora o tempo que leva.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, mas é que está todo mundo sem almoçar, tem sessão à tarde...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas os 27 estão aqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vão ser seis, fora o texto principal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O Fabiano vai retirar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, o Fabiano já retirou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não retirou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Cid também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, deixe-me consultar aqui.

O Senador Fabiano vai retirar o destaque de bancada?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, o PT retira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, espere lá: menos um.

O Senador Cid Gomes vai retirar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele falou que iria retirar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já retirou. Está nas notas taquigráficas. Já retirou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Efraim filho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mantém um destaque.

Senador Mecias de Jesus?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Assim é "sim" ou "não"?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Assim é "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, fica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu te atendi na emenda e tu manténs?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Líder, não entendi que era uma troca. Eu não entendi, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tá, mas vai tirar ou não?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto vai tirar?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, eu retirei a outra. Aquela outra eu retirei, não essa. A das áreas de livre comércio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, tudo bem. Senador Mecias não tira.

Senador Oriovisto, três. (*Pausa.*)

Senador Daniella Ribeiro está ausente, fica prejudicado.

Senador Carlos Portinho, retira?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Sr. Presidente, não retiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem dois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com respeito.

É, a minha e a do Senador Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Cid, V. Exa. retirou o destaque?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Retirei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está nas notas taquigráficas desde cedo.

Ficaram dois, três, quatro, cinco?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, cinco, não; quatro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele tem duas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quem tem duas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Portinho.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Escolha uma, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma é do Rogerio e da outra eu falo em um minuto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tenho direito a dois destaques de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, deixe-me fazer uma sugestão rapidamente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos votar logo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, o senhor pode fazer o seguinte, Presidente: para não... Divide por partido. As emendas que tiverem do Republicanos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – São cinco, vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos resolver. Vamos votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cinco nominais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cadê?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Davi, bota o principal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Diante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, o senhor acaba de eliminar 38 indivíduos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para questão de ordem.) – Estou com o Plínio Valério aqui no telefone me pedindo para lhe dizer que ele não retira o destaque dele. Ele está tentando falar com o senhor, e não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas o destaque dele é individual. Não vai ser deliberado. Vai ser deliberado em globo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Teu destaque é individual, vai ser deliberado em globo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Diante do parecer contrário... Olha só, diante do parecer contrário às emendas indicadas dos requerimentos individuais pelo Sr. Relator, coloco em votação em globo os requerimentos de destaque individuais.

Os Senadores e as Senadoras que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. O meu foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só para registrar. Minha assessoria está...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi.

De novo, vou fazer a leitura: diante do parecer contrário às emendas destacadas nos requerimentos individuais pelo Sr. Relator, coloco em votação em globo os requerimentos de destaque individuais.

Os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados os requerimentos de destaque individuais.

Votos contrários do Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Flávio Bolsonaro, Sergio Moro, Esperidião Amin, Eduardo Girão, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Oriovisto e Hiran.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Teve muito, mas não deu oito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, ressalvadas as emendas destacadas do acordo.

Diante do acordo que foi construído, determino, de ofício, a votação nominal do relatório. (*Pausa.*)

Senador Hiran...

Só um minutinho... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixa eu pedir orientação aqui.

Quem vota com o Relator da matéria vota "sim"; quem vota com o Rogério Marinho vota "não". (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Como é que a gente vota aqui?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tem que abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para orientar, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, entendendo o esforço feito pelo Relator, entendendo a necessidade de termos uma reforma tributária, dada a confusão que está instalada há algum tempo no nosso sistema tributário, mas entendendo que é possível melhorar o texto, que é possível aperfeiçoar o texto, que nós estamos deixando para o futuro uma dívida que vai se avolumar e vai ser paga pelos nossos netos e pelos nossos descendentes, entendendo que os fundos que estão sendo colocados no relatório são inexequíveis, impossíveis de serem pagos sem um grande prejuízo para as contas públicas, e principalmente preocupados com o fato de que vamos ter o maior IVA do mundo, nós votamos "não" ao maior IVA do mundo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, quero, primeiro, destacar o trabalho do Senador Eduardo Braga. Em algumas oportunidades, eu conversei e debati com ele esse tema que é tão complexo, e o Senador Eduardo Braga fez um trabalho meritório, aprimorando o projeto que veio da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PSD encaminha o voto com o Relator, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PSD encaminha o voto "sim".

Como vota o Governo, Senador Wagner?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para orientar a bancada.) – O Governo pede o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois de um tempo exaustivo discutindo esta matéria, aqueles que votarem "não" ao texto principal eu acho que nem teriam que estar discutindo destaque aqui, até por uma questão de coerência. Se ele é contra o texto todo, vai destacar o quê? Vai destacar o quê? Vai criar somente... Vai tentar – sabe? – prorrogar a votação, porque não está interessado em ajudar o Brasil. Não está, não. Quem vota "não" não tem direito a fazer destaque nesse texto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso não está no Regimento, Senador Omar Aziz.

Vamos seguir a votação, sem tumultuar, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho. Eu estou falando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sem fazer politicagem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Líder.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Politicagem? Politicagem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra... Vamos garantir a palavra ao Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois é, não... É só o seguinte: é mostrar coerência para quem está nos vendo neste momento, porque tem gente que passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dia todo debatendo aqui, chega, vota contra e depois quer destaque. Destacar o quê? Se o texto for rejeitado, não tem nem destaque, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o União Brasil orienta o voto "sim".

Essa é uma matéria com que o Senado contribuiu bastante para chegarmos a este momento, Presidente Davi Alcolumbre.

Eu acho que é importante citar que, depois de um primeiro semestre em que a Câmara teve a missão de formular um texto, o Senado se debruçou sobre dados, números, simulações. Se existem ainda divergências, tanto que haverá destaques, parece-me que um consenso foi obtido. O atual modelo está esgotado e se busca um modelo mais simples, menos burocrático, que facilita a vida de quem produz, e foi isso que se buscou fazer.

E não adianta fazer remendo em tecido podre, não é a hora de você mudar uma regrinha ali e uma regrinha acolá no atual modelo. É hora, sim, de se tratar um modelo tributário adequado com o sistema brasileiro, e o IVA foi uma inspiração buscada nas economias mais desenvolvidas no mundo.

A gente espera, Sr. Presidente, que realmente se faça o olhar do empreendedor, do cidadão, do contribuinte.

A trava da carga tributária trazida pelo Relator já é uma inovação importante pelo Senado. Se pudermos avançar com a alíquota também, para dar segurança à sociedade de que não encaminharemos um texto com aumento de impostos, eu acho que a gente chega ao mundo ideal, um modelo mais simples e menos burocrático e uma segurança, com a trava contra o aumento de impostos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O União Brasil orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Todos os Senadores já votaram?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Não orientei ainda pelo Podemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão, Líder Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – O Podemos libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só falta o Senador Mecias. Os últimos serão os primeiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu posso encaminhar pelo bloco?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para orientar a bancada.) – Então, eu queria, só, Presidente, mais uma vez, cumprimentar o Relator Eduardo Braga...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... pela sua diligência, pela sua dedicação.

Não há dúvida nenhuma de que a gente começa a fazer história hoje, com a aprovação deste relatório.

Como já foi colocado, é um relatório que vem simplificar o sistema tributário brasileiro. Nós vamos, não há dúvida nenhuma, ter um outro momento na história com o atendimento, naturalmente, voltado aos nossos empresários, que, às vezes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... não conseguem sobreviver, dada a gigantesca carga tributária e a complexidade do sistema tributário brasileiro.

Portanto, nós encaminhamos favoravelmente a este relatório, com a certeza da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Como todos os Senadores já votaram, está encerrada a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20 Senadores; NÃO, 6 Senadores.

Está aprovado o relatório, ressalvadas as emendas destacadas.

Vamos passar, agora, para as emendas que foram destacadas no acordo de lideranças.

Votação da Emenda destacada nº 105.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram.

Foi feito um acordo para ser nominal.

Solicito aos Senadores e às Senadoras que fiquem em Plenário.

Nós vamos votar, pelo acordo, cinco emendas destacadas, que vamos votar nominalmente. São elas: 105, 702, 714, 736 e 783.

Nós vamos votar a Emenda destacada, agora, a 105.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou pedir para o Relator.

A emenda destacada é a Emenda 105.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente, não vai ter defesa do Relator?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não vai haver defesa da emenda?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Primeiro, é o autor da emenda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Posso defender, pelo menos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Senador Rogério Marinho para defender a emenda destacada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para orientar a bancada.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dois minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Três.

Peço a V. Exas. um pouco de atenção ao que vou relatar aqui.

Na discussão, nós ouvimos aqui que o IVA que se apresentava nesta emenda era um IVA inexequível, difícil de ser atingido, dada a peculiaridade, a particularidade da forma como o nosso país se apresenta.

Ocorre que quem apresenta o valor do IVA em 20% a 22% como ponto de partida, antes das alterações feitas no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, é justamente o Ministério da Fazenda, é justamente o eminente Ministro Fernando Haddad.

Então, 20% é ponto de partida e é uma média que está acima da OCDE. Não é a média da OCDE, que é de 19%. Aqui na América Latina, apenas a Argentina tem um IVA superior a 20%, que é de 21%.

O fato é que, após o processo de término do relatório do eminente Relator Eduardo Braga, o Ministro Haddad dá uma entrevista falando em 27,5%. Então, nós teremos um IVA maior do mundo, maior até do que o da Hungria, que hoje é 27%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O eminente Relator faz, no seu projeto, uma trava ou uma referência em relação ao PIB.

Primeiro, é importante colocar que não há penalidades. Ele alega que há um projeto do eminente Senador Esperidião Amin, que foi votado no Senado e que não tramitou ainda na Câmara dos Deputados. Então, não há, de fato, nenhuma penalidade.

A média encontrada dos tributos que foram segregados pelo IVA é de 12,56%, e a média estabelecida como ponto de partida é de 12,56% do Produto Interno Bruto.

Ocorre que, em março de 2023, chamo a atenção dos senhores, quando se aferiu a arrecadação de 2022, esse número foi para 12,01%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, a gente já começa, de largada, com 0,56% de carga tributária acima do PIB, o que dá pelo menos R$50 bilhões.

Então, peço a V. Exas. que avaliem a possibilidade de votarem favorável à emenda, que inclusive estabelece que, caso haja necessidade de aumento de alíquotas, se faça primeiro a redução de despesas, a redução de renúncia de receita, incentivo aos benefícios da natureza tributária, atualização de alíquotas isentas, reduzindo as que sejam objeto de regime diferenciado dos tributos ou atualização das alíquotas de imposto graduado, segurando a capacidade econômica do contribuinte fora do IVA.

Eu agradeço a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero só fazer um registro, porque tem muitas dúvidas aqui: quem...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – O PSD encaminhou o voto "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria esclarecer que quem vota com o Relator vota "não". Portanto, era para dizer que quem vota com o Relator vota "não".

Segundo, contra-argumentando o Líder Rogerio Marinho, queria dizer que arbitrar uma alíquota de 20%, sem que haja nenhum estudo sobre a neutralidade desta carga, estabelece-se um risco de desequilíbrio federativo enorme, gigantesco no país, colocando-se em risco a estabilidade fiscal e financeira dos municípios e do Estado brasileiro. Nós estamos estabelecendo uma trava da carga tributária que estabelece um período médio de dez anos para estabelecer o valor de referência, e de quatro anos, a partir da implementação, para se estabelecer uma média de comparação com o valor de referência. Se essa média for acima do valor de referência, aí, sim, se reduz a alíquota para que não haja aumento da carga tributária, de forma responsável, para não desequilibrar fiscal e financeiramente estados, municípios e até mesmo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, mas garantindo a neutralidade e garantindo que o contribuinte não pagará mais imposto do que paga agora no país.

Portanto, não é levando em consideração a carga tributária de apenas um ano, mas, sim, dos dez anos, de 2012 a 2022, e de quatro anos, da média da implementação da reforma tributária.

Por isso, eu peço o voto "não" à emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou chamar os nomes dos titulares que ainda não votaram: Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin e Mecias de Jesus.

Os suplentes que já votaram: Alan Rick, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Hamilton Mourão e Jorge Kajuru.

Quem votar com o destaque vota "sim"; quem votar com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Líder Kajuru para orientar pelo PSB.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – Presidente Davi, o PSB prazerosamente recomenda por unanimidade o voto "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso encerrar a votação?

Já temos o quórum de 27 Senadores, eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram NÃO 17 Senadores; SIM, 9.

Está rejeitado o destaque, rejeitada a emenda.

Vamos passar para a votação da Emenda nº 702.

Antes de eu iniciar a votação, vou passar a palavra para o autor da emenda para ele defender; e, depois, eu inicio a votação, para fazer diferente.

A 702 de quem é? É Carlos Portinho? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Efraim para fazer a defesa do seu destaque.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esse foi um tema bastante discutido e debatido nas audiências públicas no GT da CAE e também com o Relator, o Senador Eduardo Braga.

Ele trata de lei complementar, ele trata de um regime específico, sem falar de alíquota reduzida, para que a gente possa ter uma amplitude maior para discutir as operações contratadas pela administração pública direta, parcerias público-privadas, serviços concedidos, delegados e permitidos pelo poder público, cujo aumento de alíquota poderá gerar impacto direto de oneração ao usuário final, que é o consumidor, que é o cidadão contribuinte.

Nós tivemos aqui, Presidente, alguns encaminhamentos, alguns destaques que foram trazidos, mas na PEC fica muito difícil você poder trazer minúcias. Um exemplo: tivemos aqui a adoção do hidrogênio verde, num regime especial, mas a energia solar e a energia eólica, por exemplo, que são energias renováveis, não estão nesse mesmo alinhamento.

Então, o pedido aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... é para permitir que possa haver essa compreensão, até porque algo ficou muito claro. Já não é mais o dinheiro público que vai fomentar o desenvolvimento. As parcerias público-privadas, as concessões são importantes. O próprio PAC vem nessa linha, trazendo diversas compreensões.

Então, nesse pedido para que as contratações da administração pública possam estar inseridas dentro da lei complementar, para que dê espaço para a gente discutir melhor e proteger, Presidente, o usuário final, proteger o cidadão contribuinte, porque uma empresa de energia só repassa o aumento de alíquota; uma empresa de telecomunicações só repassa um aumento de alíquota – quem paga, no final, é o cidadão contribuinte.

É por isso que faço encaminhamento pelo voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer que é sempre muito difícil contra-argumentar contra o meu Líder Efraim, mas, na questão da Emenda 717, primeiro a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Setecentos e dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Setecentos e dois.

Com relação à questão da 702, as energias renováveis colocadas pelo eminente Senador estão beneficiadas por um conjunto de benefícios que vão desde TUSDs, TUSTs, etc., que beneficiam as energias renováveis como outros benefícios de subsídios para essas energias que estão no conceito das energias e das contratações das energias renováveis.

Com relação às contratações da administração, eu quero dizer o seguinte: o regime específico da tributação dos serviços concedidos, delegados e permitidos pelo poder público, cujo aumento de alíquota possa gerar impacto direito de oneração ao usuário final, entendemos não ser necessário acatar a emenda, pois o substitutivo já atende adequadamente os objetivos propostos. Mais especificamente, na questão de telecomunicações e energia elétrica, já há previsão de redução na carga tributária no mesmo regime normal. Além disso, estamos prevendo, no caso da energia elétrica, inclusive para o consumidor final, o *cashback* dos tributos incidentes sobre o consumo de energia elétrica para a população de baixa renda.

Para a questão das rodovias, saneamento, o substitutivo prevê desoneração dos investimentos e regime específico para as alíquotas, o que deverá resultar em redução dos custos dos setores e, consequentemente, das tarifas praticadas, além...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... da desoneração dos bens de capitais que estão estabelecidos também dentro do relatório apresentado.

Por fim, no art. 21, prevê-se que a lei complementar poderá estabelecer instrumentos de ajustes nos contratos firmados anteriormente à entrega em vigor das leis que instituírem o IBS e a CBS, inclusive nas concessões públicas.

Por essa razão, eu recomendo o voto "não", acompanhando o relatório que apresentamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a votação.

Os Senadores que votam com a emenda destacada votam "sim"; os Senadores que votam com o Relator votam "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto Alencar, como vota o PSD?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, reconhecendo as grandes contribuições que foram dadas pelo Senador Efraim, que é um grande conhecedor desta matéria, mas sintonizado com aquilo que conversei antes com o Relator, o Senador Eduardo Braga, nós encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PSD orienta o voto "não", com o Relator.

Como vota o PSB, Líder Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – Rigorosamente, "não", por unanimidade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo Partido Liberal, como vota?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O Partido Liberal vota com a emenda do Senador Efraim. Eu tinha uma emenda semelhante, minha preocupação com as concessões, o pobre poder pagar. Será que ele consegue, quase 30% de IVA no pedágio, por exemplo, e em outras situações?

Voto com o Senador Efraim. O voto é "sim".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O Senador Alan Rick quer orientar pelo União Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para orientar a bancada.) – O União Brasil orienta o voto "sim", em favor da importante emenda do Senador Efraim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria fazer... Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Daqui a dez anos, não vai mais haver pedágio nem vai mais haver taxa de pedágio. Vai ser *free flow*, pagamento por quilômetro rodado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, aproveitando aqui o intervalo, só para trazer um conceitual que eu gostaria de marcar a posição. Eu até conversei com o Senador Eduardo Braga sobre isso. No tema da energia elétrica, por exemplo, o tema do *cashback* é algo que eu ainda estou para convencer e ser convencido. Eu acho que a aplicação do modelo atual, que é a tarifa social, para quem está no Cadastro Único seria algo mais efetivo e menos complicado, principalmente num processo de transição que já tem tantas mudanças. Haverá tempo para isso ser discutido, debatido, mas eu acho que foi um momento bom de marcar essa posição. Claro que, se o destaque for aprovado na lei complementar, nós teremos espaço para discutir isso. Então, eu preferia... E o Senador Zequinha Marinho foi alguém que sempre teve também essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador titular Mecias de Jesus ainda não votou.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Estou tentando aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador titular Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Giordano. Senador Giordano. (*Pausa.*)

O Senador Ciro Nogueira entrou em contato e pediu para aguardar, porque ele está tentando votar no aplicativo. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, apenas para facilitar o processo legislativo aqui e evitar a questão da proliferação de destaques, quero ressaltar aqui o papel do Relator, Senador Eduardo Braga, e registrar aqui, Relator, que, embora não tenha sido acatada a nossa emenda para a questão da telefonia, que é um setor também importante, nós queríamos fazer esta observação.

Relator, Senador Eduardo Braga... (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele está...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É, está olhando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... completamente atento à manifestação...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boca de urna.

Presidente, apenas para... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está faltando um Senador do Bloco Vanguarda.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Relator, Senador Eduardo... Senador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eduardo...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... só para fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. está presente. Vote com a gente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É que eu estou... Eu só sou o reserva aí. Só se...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas pode votar.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu sou o quarto reserva. Só se tiver um dilúvio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não; a gente tirou os dois para V. Exa. votar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vote "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Pede aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Vote "não" aí, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já que foram tirados dois para V. Exa. votar, faça um gesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, eu sigo nessa intenção de que a gente resolva a questão do *flashback* para telefonia também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – *Flashback* é música.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É... *Cashback* – *cashback*. É porque... (*Risos.*)

Cashback. E também do *flashback*, porque *flashback* é voltar atrás, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... e com a... (*Pausa.*)

Votei, Presidente.

Deixe-me falar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votou?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Entendendo que nós vamos construir isso até o Plenário. Então, vou fazer o voto de confiança no Relator, mas junto ao Efraim aqui, para a gente buscar lá o... Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Ah, não! Sério. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Presidente, espere aí porque erraram meu voto aqui. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM, com a emenda destacada, 10; NÃO...

Está rejeitado o destaque.

Votação da Emenda 714.

Quem é o autor da 714? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para defender a emenda destacada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, meu caro Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores e Senadoras... Primeiro, Presidente, o nosso Relator, o Senador Eduardo Braga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... disse que tinha falado comigo para eu retirar. Eu retirei a individual. A individual eu retirei; esta aqui é de bancada. Verifique que a individual, minha, não foi apresentada.

Nesta aqui, Senador Eduardo Braga, apenas, como um homem do Norte, como um homem de um dos estados menos desenvolvidos do Brasil, eu quero defender que o Fundo de Desenvolvimento Regional seja repassado constitucionalmente, como já é o FPE, pelo Fundo de Participação dos Estados. É simples isso. Todos os Senadores e Senadoras conhecem isso. Todos os estados estão conformados com o sistema de partilha dos recursos pelo FPE. Portanto, eu acredito que não há nada mais justo, principalmente para os estados menos desenvolvidos, do que dividir os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional pelo critério do Fundo de Participação dos Estados, porque aí, certamente, serão atendidos os estados maiores populacionalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... como os estados com menor população.

É isso, Presidente; é isso, Relator.

Eu quero pedir o voto de todos os Senadores e Senadoras: que possam atender os estados menos favorecidos deste país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu caro Senador Mecias de Jesus, Líder, veja, isso é muito bom para os estados do Norte e do Nordeste, mas desequilibra a Federação brasileira, porque penaliza brutalmente o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste brasileiros. Nós buscamos, de forma equilibrada, estabelecer um equilíbrio para todos os brasileiros. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecemos um critério de 70% do FPE e 30% da população para que nós pudéssemos ter um equilíbrio entre as regiões brasileiras.

Eu fiz um exercício permanente, conversei com Governadores de todas as regiões, Senador Alessandro Vieira, para chegarmos a um equilíbrio. Por isso, nós propusemos a proporção de 70 a 30, 70% pela razão direta do Fundo de Participação dos Estados. Inclusive, em várias conversas com Senadores do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, mesmo sabendo que não contentei a todos, foi uma conta possível do equilíbrio.

Imagine, Senador Sergio Moro, se nós fizermos a conta toda pelo FPE, como é que ficará para o Estado do Paraná? Como é que ficará para o Estado de Santa Catarina? Como é que ficará para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Minas Gerais? Como ficará para o Paraná?

Portanto, o que nós propusemos foi o equilíbrio.

Por isso, acreditando que estamos fazendo uma reforma para os brasileiros e para o Brasil, eu proponho o voto "não".

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Em que pese ser um nortista, eu adoraria ter um critério que beneficiasse apenas os estados mais pobres, mas o Brasil não é feito apenas dos estados do Norte e do Nordeste, mas sim dos estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Por isso, eu encaminho o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota o PSD, Líder Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto com o Relator, o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota o PSB, Líder Jorge Kajuru?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – Mais uma vez, "não", por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PSB orienta o voto "não".

Para registrar, quem vota "sim" vota com o destaque apresentado pelo Senador Mecias; quem vota "não", vota com o Relator da matéria.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, só uma correçãozinha, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Quem vota "sim" vota com os estados mais pobres do Brasil, vota com os estados com menor população e vota sobretudo para reduzir as desigualdades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não dá para falar mais nada depois disso.

Senador Efraim Filho, Senador Renan Calheiros, Senador Weverton. (*Pausa.*)

Senador Weverton, "não".

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Eduardo Gomes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós estamos tirando os dois titulares. O voto está dando certo.

Senador Angelo Coronel, Senador Lucas Barreto, Senador Rogério Carvalho, Senadora Augusta, Senador Ciro Nogueira, Senador...

Voltou. (*Pausa.*)

O Senador Rogério Carvalho está presente? (*Pausa.*)

O Senador Rogério Carvalho está presente? Ligue para o Rogério Carvalho, aí. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria registrar a presença do nosso Presidente Cássio Cunha Lima, nosso Senador. Seja bem-vindo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Grande! Satisfeito! (*Pausa.*)

Tem o Paulo Paim e o Humberto Costa.

Está valendo, pode abrir, pode abrir, pode abrir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso encerrar a votação? Posso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Pode.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM, ao destaque, 7; NÃO...

Está rejeitada a emenda destacada.

Temos ainda duas votações nominais.

O autor da Emenda, destacada, 736: concedo a palavra ao Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente e meus colegas Senadores, eu quero aqui pedir o apelo para a gente votar a favor da emenda. O Senador Eduardo Braga teve toda a sensibilidade e atendeu 94% do setor de turismo, com a redução da alíquota em 60%. Ficaram de fora e são objeto dessa emenda 4% do mais importante do setor do turismo, que toda cidade e todo estado desenvolve...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço a atenção do Plenário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que são as feiras, os congressos, os eventos que geram emprego, que trazem negócio. Eu não consigo compreender se 94% do setor do turismo ficaram com desconto, a excepcionalidade do imposto, por que não as feiras, os eventos, os congressos, onde são feitos negócios, onde trazem emprego e desenvolvimento econômico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Perse já ficou de fora do texto, a cultura já está sofrendo. Eu peço o apelo para que estes setores, apenas, que a emenda trata, eventos, feiras e congressos, sejam incluídos, Sr. Relator – se precisar não votar. É meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aí é o ideal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Meu Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu Presidente, veja só, ainda há pouco eu fiquei aqui ouvindo o Senador Carlos Portinho defendendo uma alíquota de 20% porque não queria as exceções. Agora, nós estamos diante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um liberal excepcional...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de um caso excepcional para eventos e feiras que são contratados por grandes empresas, grandes empresas que promovem eventos de feiras, para promover grandes eventos.

Portanto, esses grandes eventos vão produzir créditos para essas empresas. Portanto, o que eu entendo é que, por não querer elevar a tarifa das alíquotas globais e já tendo feito todas as exceções – nós fizemos as exceções para as atividades, produções, serviços artísticos, culturais, jornalísticos, audiovisuais, nacionais, atividades desportivas e comunicações institucionais –, eventos e feiras, que são exatamente grandes eventos e de grandes empresas, devem fazer a sua contribuição para que a alíquota possa ser mais barata.

Por isso encaminho o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota o PSD, Líder Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD acompanha o voto do Relator, voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como vota o PSB, Líder Jorge Kajuru?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com o Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – Difícil discordar do meu querido Portinho, agora eu vou discordar. Lamento. PSB, unanimemente, "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Também não precisa fazer o cara pensar que vai dar certo e dar errado. (*Risos.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O PL gostaria de orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Orientação do Partido Liberal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O Partido Liberal orienta o voto "sim", com o setor de eventos, de feiras e congressos, que toda cidade, todo estado tem e serão onerados demasiadamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, Senador Efraim Filho, Senador Presidente Renan Calheiros, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Marcos do Val, Senador Plínio Valério, Senador Angelo Coronel, Senador Lucas Barreto, Senador Ciro Nogueira.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nosso Presidente, Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. incluiu... Eu estou aqui atrás. V. Exa. incluiu museus nessa... Eu tinha feito uma emenda, a pedido, para a questão dos museus, que estariam também nesse rol de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, eu só estou perguntando se V. Exa. acolheu ou não. Porque houve um pedido para que se incentivasse a ida a museus, e isso foi um pedido feito por eles, e estava aí nessa lista. É a 656.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Na realidade, Senador Omar, eu entendi que museus estão inclusos em produções culturais.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas não está... O entendimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ele está fazendo o pedido em causa própria mesmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só me deixe encerrar a votação aqui, Líder Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso é uma múmia egípcia, rapaz, que vem... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso encerrar a votação?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não votei... Ah, votei, votei.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM à emenda destacada 10 Senadores; NÃO, 16 Senadores.

Está rejeitada a emenda destacada.

Vamos passar agora à votação da última emenda destacada.

Emenda nº 783.

Quem é o autor?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para defender o seu destaque.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa emenda é contra a prorrogação de benefícios regionais ao setor automotivo. Fazendo contas, a sociedade já tem um prejuízo de R$75 bilhões desde o início dessa política pública. Fazendo novamente outras contas, nós vamos ter em torno de quase R$11 bilhões até o previsto para terminar, em 2032. E o pior de tudo isso, qual é o desequilíbrio? É que esse incentivo não vai para todo mundo. Apenas uma empresa hoje se beneficia disso. Então, isso causa um desequilíbrio muito grande, Presidente. E isso é ruim para as outras empresas.

Então, a gente não pode aqui fazer dois pesos e duas medidas. Se alguém tem incentivo, então, que esse incentivo se estenda às outras montadoras também. Se ficar uma com incentivo e ficarem as demais sem incentivo, o desequilíbrio é muito grande.

A chamada bolsa Fiat aqui tem trazido enormes prejuízos à sociedade como um todo e um desequilíbrio no mercado na questão da produção e da montagem de veículos.

Muito obrigado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, toda a indústria automobilística do Paraná me procurou para reclamar dessa bolsa Fiat. Isso realmente é uma coisa que está pegando muito seriamente no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro. Por que só a Fiat? Só em um estado? Não dá para entender.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Humberto... Deixem-me passar aqui a palavra. Eu tenho dois Senadores inscritos. Vou passar para o Relator e vou iniciar a votação.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, essa proposição, essa emenda tem um único estado que é forte, dois únicos estados que são fortemente atingidos pela retirada desses benefícios. O Estado de Pernambuco – um estado do Nordeste – e o Estado de Goiás.

Primeiro, não há esse desnível, essa desigualdade, porque empresas que compõem outros estados da Federação têm benefícios, inclusive, que passam por legislação do Mercosul, que passam pela sua própria cadeia de produção em nível internacional, em que automóveis com a mesma tecnologia são vendidos aqui no Brasil com esses incentivos, que não são os incentivos da nossa legislação, mas que são incentivos de fora.

Essa empresa para Pernambuco representa dezenas de milhares de empregos qualificados. É o nosso principal componente de exportação que o Estado de Pernambuco tem. Ela é localizada na região mais miserável historicamente de Pernambuco e do Nordeste, que era a área onde havia o monopólio da cana. Essa empresa trouxe como consequência da sua chegada em Pernambuco vários outros empreendimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industriais importantes: a maior companhia de vidros da América Latina, a Hemobrás e vários outros. Aqui nós não estamos discutindo a questão meramente das disputas entre empresas, mas nós estamos discutindo aqui o futuro do desenvolvimento de um estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com essa emenda, dificilmente nós vamos ter um investimento previsto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... da ordem de US$1,5 bilhão, afora a chegada de dezenas de empresas que trabalham ao mesmo tempo e produzindo para ela.

Então, eu queria pedir, especialmente para quem é do Norte, para quem é do Nordeste, para quem é do Centro-Oeste, para quem sabe o quanto é difícil fazer desenvolvimento nessas regiões que nós possamos votar contra essa proposição.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, pela ordem.

Senador Wilder aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Wilder, deixe-me passar pela ordem de inscrição aqui – o Senador Wagner – e já passo para você.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, me inscreva, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tá.

Senador Wagner.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente Davi, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está sem o som aqui no microfone.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para encaminhar pelo PL, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente... Presidente Davi... Presidente, um minutinho só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Abriu aqui.

Aqui, Wagner.

Já vou passar. É um minuto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, eu queria me dirigir ao autor do requerimento do destaque, Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Zequinha Marinho.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Perdão, Zequinha Marinho, para dizer o seguinte: na verdade, houve realmente... É porque alguém falou da reclamação do Paraná, etc. Então, repare, houve um problema nesse processo, ao qual eu atribuo até a essa matéria não ter sido aprovada na Câmara por um voto apenas.

Havia um mal-estar, e é bom que todos aqui saibam, porque a empresa a que o Senador Humberto Costa se referiu, como ela tem uma filial em Minas Gerais, não conseguia realizar todos os créditos, em função do benefício, e os usava, transferia, por ordem judicial – é bom que se diga: por ordem judicial –, para a sua unidade de Minas Gerais.

Por isso, no primeiro momento da constituição do relatório aqui, só tinha entrado a empresa na Bahia, que é a chinesa BYD, que vai ser só carros elétricos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Evidentemente, nós fomos procurados, como nordestinos, como defensores do desenvolvimento. O Ministro Chefe da Casa Civil chamou a empresa, disse: "Ó, não tem condição de colocar vocês na prorrogação, se vocês continuarem transferindo, mesmo com ordem judicial". Portanto, no texto – o Senador Eduardo pode confirmar –, foi colocado explicitamente que, como é um setor automotivo do Nordeste, ou usa o crédito lá ou não há transferência para lugar nenhum, que era realmente o reclame de São Paulo, do Paraná e de outros. Então, eu só quero dizer que essa área foi limpa por atuação do Governo, que realmente não iria colocar a empresa, caso ela não aceitasse o que eu acabei de falar.

A partir daí, eu preferia me dirigir ao Senador Zequinha. Repare: a minha região e a sua região sempre foram regiões com dificuldade de desenvolvimento, pelo óbvio, os grandes centros consumidores são Rio e São Paulo, é o Sudeste, e as empresas não querem se se instalar lá, primeiro, provavelmente porque achavam que a mão de obra não seria boa e se enganaram. Eu tenho orgulho de dizer que, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Ford atuava na Bahia, dito pelo *board* da própria Ford, a maior produtividade que ela tinha era exatamente na planta da Bahia. Não sei como é a planta de Pernambuco.

Então, esse acordo foi selado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Zequinha, com todo respeito e carinho, eu entendo o que V. Exa. falou, e é óbvio que um tributo que não cai no FPE ou no FPM não vai chegar à ponta, mas repare que a minha região – vou repetir –, como a sua, como o estado do Senador Eduardo... Só tem a Zona Franca de Manaus porque todos nós estamos contribuindo, na medida em que lá há uma isenção que permite a existência dessa indústria lá.

Então, o que eu quero lhe dizer é que, se V. Exa. trouxer a possibilidade de um setor automotivo no Norte ou algo desse tipo, com uma proposta concreta de investimento, eu serei o primeiro a defender também, porque reconheço que nós só vamos acabar com essas distorções regionais quando tivermos incentivos federais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu peço vênia a V. Exa – a orientação do Governo, evidentemente, é o voto "não" –, mas eu fiz questão de ressaltar isso, como já tinha lhe dito antes, particularmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Estado de Goiás é um estado que se desenvolveu, e temos também uma proposta de grandes investimentos nas duas montadoras que temos lá.

Então, eu queria pedir aos colegas – não faço parte da CCJ – do PL que a gente votasse com o Relator e "não" ao requerimento também deste projeto que é importante para o Estado de Goiás e que nos afeta muito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, ao que me parece, nenhuma empresa que se instalou, por exemplo, no Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, no Paraná, que é o caso em voga, não teve lá atrás subsídios, não teve incentivos fiscais. Não, São Paulo instalou toda a sua estrutura industrial sem nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo, sem o Governo Federal emprestar nenhum dinheiro, nenhum recurso, que até hoje não paga. O maior devedor da União é o Estado de São Paulo, Senador Humberto: deve R$220 bilhões à União, parcela há tempo, renegocia a dívida e não a paga. A Bahia tem uma dívida com a União de R$6 bilhões. Parece-me que São Paulo só tem uma indústria, e, por isso, Pernambuco não pode ter uma também. Parece-me que o Estado do Paraná só tem uma indústria automotiva, e a Bahia não pode ter uma também, Pernambuco não pode ter uma também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Estado do Paraná tem hoje um grande polo automotivo. Será que nenhuma dessas empresas recebeu incentivos fiscais? Não recebeu? Quem me prova aqui que não recebeu? Pois, eu vou citá-las aqui: Renault-Nissan; Volkswagen-Audi; Volvo; DAF, de maquinário; New Holland; Caterpillar, de motores; FCA Fiat Chrysler; Packard, de pneus. São mais de dez empresas automotivas no Paraná, e não querem que uma se instale no Sertão de Pernambuco porque é muito incentivo para o Nordeste?

Aliás, esse é um preconceito antigo. Quando o Senador Wagner falou sobre a Ford, eu me lembrei – eu era o Vice-Governador e, depois, o Governador do meu estado – de que, para levar a Ford para a Bahia, nós praticamente compramos 2 mil empregos da Ford. O estado renunciou ao ICMS; o estado equalizou os juros para levar a Ford para o Estado da Bahia; e a Ford está lá, até hoje. Saiu a produtora, a montadora, mas ficou lá o centro de tecnologia, que produz motores e está fazendo inovação permanentemente tecnológica.

Portanto, tudo que vai para o Nordeste é o preconceito de não deixar o Nordeste se desenvolver, porque incomoda, o Centro-Oeste, da mesma forma, como falou o Senador Wilder, estados que estão buscando desenvolvimento, até porque, quando se fala em guerra fiscal, dizendo que a Bahia, por exemplo, quando renunciou ao seu ICMS em 98%, fez guerra fiscal, não, competitividade fiscal, abrindo mão de arrecadação para gerar emprego, comprando emprego... Quem paga o emprego é o estado, que renuncia a sua arrecadação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, nada contra mais empresas se instalarem lá no Estado do Senador Oriovisto Guimarães, ou no Estado de São Paulo, ou no Rio Grande do Sul.

Eu me lembro, Presidente, de que, quando Secretário de Indústria e Comércio, quando instalei o Polo Calçadista na Bahia, levando para a Bahia 32 empresas de calçados, era a mesma conversa. Não se podia dar incentivo para levar uma indústria de calçados, como eu levei para a minha cidadezinha, lá em Ruy Barbosa, com muito orgulho, de 25 mil habitantes, que gera hoje 3 mil empregos diretos. Tive que dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivos fiscais, renunciar ao ICMS, para levar e empregar os meus compatriotas que tinham segundo grau e migravam para São Paulo.

É preciso acabar com isso e permitir que o Centro-Oeste se desenvolva, que o Norte, do Senador Zequinha Marinho, tenha mesmo os incentivos, que o Governo olhe para lá. E está olhando pouco, precisa olhar mais para o Nordeste, para o Centro-Oeste e para o Norte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu faço isso porque conheci de perto essa relação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Portanto, eu acompanho e elogio a decisão do nobre Relator e competente Senador da República do Estado da Amazônia Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É importante deixar claro aqui que ninguém é contra o desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma consulta aqui: a gente tem dois Senadores inscritos, eu posso abrir a votação?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Moro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o último destaque.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto, já está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com o Relator vota "não" e quem vota com o destaque do Senador Zequinha Marinho vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É importante deixar claro que ninguém é contra o desenvolvimento do Nordeste e de outras regiões, do Norte.

Agora, está sendo feita uma proposta de emenda à Constituição, cujo objetivo – um dos principais – é terminar com a guerra fiscal e tratar a concessão de alíquotas do IBS e da CBS de forma uniforme em todo o território nacional. Agora, nós estamos abrindo uma exceção no texto constitucional, que vai abrir um precedente para novos incentivos quando surgirem pressões futuras, para estabelecer exceções territoriais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não, estou dizendo que V. Exa. vai fazê-lo, mas está se abrindo um precedente. E, na verdade, já existe esse incentivo previsto na lei que vai até 2025. O incentivo está sendo prorrogado para 2032.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E, sim, afeta a concorrência da indústria automobilística que tem no Paraná. Há um problema, sim, de concorrência, não só no Paraná, mas também em outros estados.

Então, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

Estamos abrindo uma exceção à ideia da reforma de não ter guerra fiscal entre os estados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu sempre defendi e vou defender as vocações de cada estado, com as suas peculiaridades.

Eu já aproveito para pedir desculpas ao Senador Eduardo Braga até pela forma como eu conduzi o encaminhamento da minha emenda sobre a Zona Franca de Manaus, mas a vontade de defender o Estado do Rio de Janeiro, com as suas vocações, é a mesma que eu vejo aqui os Senadores da Bahia fazerem, os Senadores do Amazonas fazerem, os Senadores do Amapá fazerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o Estado do Amapá é um dos que virá certamente a ser beneficiado pela emenda que, tenho certeza, o Senador Eduardo Braga até amanhã, de cabeça mais fresca, pode reavaliar em Plenário, para que nós possamos, aqui no Senado, no Congresso Nacional, resolver de uma vez por todas a questão da distribuição dos *royalties* do petróleo, porque Amapá, certamente, muito bem breve, será um grande produtor de petróleo. E é justo que a arrecadação oriunda dos *royalties*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que é exatamente para compensar os riscos ambientais da produção nos locais onde acontece a extração de petróleo, tenha que ficar em maior parte nesse território.

É óbvio que o que se está discutindo não é nada contra o Estado de Pernambuco, não é nada contra o Nordeste. Nunca foi e nunca será. O que se discute aqui é a concorrência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se vamos estender um benefício fiscal a um estado, atendendo a uma empresa apenas, nada mais natural do que todos os Senadores de outros estados também queiram que esse benefício valha até 2032 para todas as empresas na mesma situação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se isso vai gerar um crédito tributário de cerca de R$5 bilhões por ano para essa empresa, em Pernambuco, em dez anos, R$50 bilhões, é óbvio que isso vai causar um desequilíbrio na concorrência.

É apenas isso, pedindo que esse benefício fiscal também possa valer para as demais empresas em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, na linha do que muitos trouxeram aqui, olha-se muito focado ali numa situação de uma empresa em um estado ou em uma região. Só que, quando se pega o geral, Presidente, mais de 60% dos benefícios fiscais que existem no Brasil hoje, o direcionamento do BNDES, por exemplo, é para o Sul e o Sudeste. Lá, tem muitos benefícios fiscais.

"Ah, mas não tem um CNPJ que está na discussão da reforma tributária". Por quê? Porque se precisa de uma emenda constitucional para prorrogar esse benefício que existe e que acaba em 2032.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi falado aqui sobre as isenções fiscais é verdade. Está-se fazendo uma equiparação, para que haja justiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, o Deputado Federal Mendonça Filho, que estava aqui, me trouxe essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria a atenção...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Senador Cássio, que estava aqui, me trouxe a preocupação.

E a divisa com Paraíba e Pernambuco, eu sou testemunha do progresso que foi gerado lá e que ajuda muito. É bom lembrar, quem critica, que, nos seus estados, pode não ser na indústria automotiva, mas tem, com certeza, muito mais benefícios fiscais do que os que hoje são dados e superam em muito esses R$5 bilhões a que estão se retratando – mas superam e muito. A conta hoje é de que tem cerca de R$250 bilhões de benefícios fiscais e de que mais de 60% desses benefícios estão nas Regiões Sul e Sudeste, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero deixar claro aqui que eu tenho uma visão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Queria pedir atenção, nós estamos com um orador na tribuna. Atenção no plenário!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A minha visão de Brasil é muito clara por ter morado praticamente em todos os lugares deste país. Eu sou Senador pelo Rio Grande do Sul. Tenho um profundo respeito pelo Nordeste brasileiro, que é o local da gênese da nossa nacionalidade, a região que foi primeiramente ocupada e onde se formou a nacionalidade brasileira. Tenho uma filha pernambucana, mas tenho que defender os interesses do Estado do Rio Grande do Sul e, por isso, eu apoio a emenda do Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator pediu para fazer uma manifestação.

Nós já conseguimos o quórum de 27 e esta é a última emenda destacada.

Antes de eu encerrar a votação, vou passar a palavra para o Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra primeiro para esclarecer aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que nós encaminhamos este texto do relatório com toda a responsabilidade com relação à introdução desta matéria. Primeiro, nós estabelecemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... o critério da inovação tecnológica e da transição energética, da descarbonização e do investimento dentro do novo regime automotivo do Nordeste. Nós não estamos simplesmente prorrogando o incentivo fiscal do sistema automotivo do Nordeste e do Centro-Oeste. Na realidade, nós estamos refundando este modelo do sistema automotivo do Nordeste, obrigando, inclusive, compromissos de novos investimentos para além da fase de benefício fiscal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... estabelecendo, inclusive, um prazo de redução do benefício fiscal e do investimento prosseguindo além do benefício fiscal, ou seja, um *phase-out* desse investimento e a produção continuando para além. É um modelo de introdução que a curva de aprendizado da Zona Franca de Manaus... Com processo um produtivo básico que, ao longo dos últimos 30 anos, a Zona Franca aprendeu, e nós estamos introduzindo agora, junto com o Ministério da Fazenda, dentro do modelo automotivo. Haverá um contrato de investimento de cada uma das empresas com o Ministério da Fazenda para que elas tenham direito ao benefício fiscal, não é mais como foi no passado e até 2025. Até 2025, elas gozavam de uma fórmula de benefício fiscal; de agora em diante, não mais será a mesma fórmula. Portanto, não é uma prorrogação do modelo existente. É uma refundação do modelo com novas tecnologias, com transição energética, com descarbonização, com compromissos de investimento, com *phase-out* e com um compromisso que vai além do prazo de incentivos fiscais.

Portanto, nós estamos olhando, não é até 2032, nós estamos olhando para além de 2032.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acontece que todo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... todo ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Todo *business plan* de um investimento leva uma série de considerações do produto. Um produto que está no Paraná, em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul, leva em consideração uma série de logísticas de que ele se beneficia do Mercosul. Boa parte das picapes que entram no Brasil hoje não são produzidas no Brasil. Entram pelo sistema chamado Drawback, com zero de imposto no Brasil, e não geram um emprego no Brasil; geram na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina e no México. E, quando nós exportamos o nosso automóvel para a Argentina, exportamos com 7% de imposto.

Portanto, vejam: o que nós estamos fazendo é gerando emprego no Brasil, absorvendo novas tecnologias no Brasil, trazendo uma transição energética no Brasil e interiorizando o desenvolvimento econômico no Brasil e nós não estamos simplesmente estabelecendo prorrogação de benefício fiscal; nós estamos estabelecendo política de desenvolvimento econômico, que é uma das missões de uma reforma tributária. Uma das missões da reforma tributária, uma das funções do tributo é a função social. O tributo tem uma função arrecadatória e tem uma função econômico-social.

Essa parte da reforma tributária visa uma questão chamada desenvolvimento econômico-social de uma região pobre do país. E nós não estamos fazendo isso sem a responsabilidade da contrapartida. Portanto, não estamos desequilibrando a reforma em função disso. Não há desequilíbrio da reforma em função disso, ao contrário. Nós não estamos aumentando o déficit fiscal em função disso; ao contrário, nós estamos atraindo novos investimentos. A soma dos novos investimentos e a curva de investimento para além dos benefícios que acabam em 2032, com um *phase-out* que começa em 2029 a ser reduzido à proporção de 20% ao ano, é uma inovação no modelo estabelecido.

Portanto, eu encaminho o voto "não" em função de todos esses aspectos de desenvolvimento econômico social que uma reforma tributária deve ter. E nós não fizemos isso apenas no regime automotivo. Esse mesmo aspecto nós levamos para o saneamento, nós levamos para as concessões rodoviárias, nós levamos para a desoneração dos bens de capitais, nós levamos para o *cashback* na área de energia elétrica... Nós levamos um conceito na reforma tributária. Esse foi o espírito que nós estabelecemos na reforma e no relatório que nós introduzimos no dia de hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por isso, eu defendo o voto "não", em que pese nós já termos votado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM à emenda destacada 7 Senadores; NÃO...

Portanto, fica rejeitada a última emenda destacada.

Antes de encerrar a reunião, eu queria rapidamente fazer algumas ponderações apenas de agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, todos os Senadores titulares, todos os Senadores suplentes; agradecer a todos os Líderes partidários, a todos os blocos partidários; agradecer a compreensão e o espírito republicano também da Oposição no Senado Federal e nesta Comissão; reconhecer o papel relevantíssimo de todos os Senadores que nos ajudaram a construir a possibilidade de estarmos aqui hoje, deliberando essa matéria importantíssima e histórica para o Estado brasileiro; registrar o carinho e a atenção dispensada pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, que atendeu, nesses 120 dias, todas as demandas de todos os Senadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir a atenção aos Senadores e Senadoras aqui presentes: apenas uma breve fala deste Presidente de agradecimento e de reconhecimento da atuação de V. Exas. Muito obrigado a todos os Senadores que nos confiaram essa missão para presidir esta Comissão neste momento histórico.

Enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero agradecer o papel dos Líderes partidários.

Faço um registro em nome do Líder Wagner, que está aqui presente, de todos os partidos políticos que nos confiaram essa missão, no início do ano passado, de presidir esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Parabéns ao Senador Eduardo Braga. Quero cumprimentar a articulação que foi feita também com o Governo Federal, com que nós conseguimos construir vários acordos e entendimentos para que a gente pudesse buscar o maior consenso possível, que deu a possibilidade de aprovarmos essa reforma esperada há décadas pelo Estado brasileiro, com uma votação expressiva na Comissão. E eu tenho muita confiança de que, sob a liderança do Presidente Rodrigo Otavio Soares Pacheco, iremos fazer a sua aprovação também em Plenário.

Parabéns a todos os envolvidos.

Está aprovado o relatório do Senador Eduardo Braga... (*Palmas.*)

... favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, nos termos do substitutivo apresentado, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022.

A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 09 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Efraim Filho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda o Senador não membro Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4224, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." **Autoria:** Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada pela Senadora Augusta Brito (Emenda nº 7); pela aprovação da Emenda nº 4; pela aprovação da Subemenda do Senador Giordano; e pela rejeição das Emendas n°s 2, 3, 5 e 6. **Resultado:** Aprovado o Projeto; as Emendas nºs 4-CCJ, 9-CCJ e 11-CCJ; a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ (Emenda nº 7); a Emenda nº 10-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ (Emenda nº 8). Rejeitadas as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4337, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Alessandro Vieira, nos termos regimentais. **Observação:** Durante a discussão, o Relator acolhe parcialmente as Emendas nºs 1 e 2. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1054, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas. **Resultado:** Aprovado o substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Efraim Filho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 8.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Veneziano Vital do Rêgo, nosso querido Vice-Presidente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Muito grato.

Presidente, queridos e queridas Senadoras e Senadores, eu perguntaria a V. Exa. – e já o faço – se nós poderíamos, até porque fui incumbido, para a minha alegria, de poder relatar *ad hoc* o item 4, se V. Exa. se permitir colocar como item 1, para uma inversão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos fazer a inversão da pauta do item 4 para o item 1 e vamos fazer, na sequência, as solicitações do Senador Weverton e do Senador Hiran.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem, 30 segundos.

Só para pedir a V. Exa., se puder, marcar audiência pública para tratar da PEC dos terrenos de Marinha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, que nós vamos marcar agora.

Vou inverter, mas vamos ver uma data. Vou já anunciar a data do calendário aqui.

Item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3954, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada pela Senadora Augusta Brito (Emenda nº 7); pela aprovação da Emenda nº 4 e da Emenda nº 8 (Subemenda), do Senador Giordano; e pela rejeição das Emendas n°s 2, 3, 5 e 6.

Observações:

- Em 20/09/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- Em 26/09/2023 foram recebidas as Emendas nº 2 a 4, de autoria do Senador Jorge Seif;

- Em 18/10/2023 foram recebidas as Emendas nº 5 e 6, de autoria do Senador Giordano; e nº 7, de autoria da Senadora Augusta Brito;

- Em 18/10/2023 a Presidência concedeu vistas coletivas, nos termos regimentais.

- Em 7/11/2023 foi recebida a Emenda nº 8 (Subemenda), de autoria do Senador Giordano.

- Votação nominal.

Essa matéria é votação nominal? (*Pausa.*)

Informo que esta matéria precisa de deliberação de votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, como a V. Exa. já bem o fez, é uma complementação de voto e estamos incumbidos de fazê-lo de forma *ad hoc,* em face de a relatoria estar sob a responsabilidade do Senador Marcio Bittar e ele assim o requereu a V. Exa., dirigindo-se para que nós pudéssemos aproveitar esse instante e fazer a leitura complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente à complementação de voto que apresentamos no dia 18 de outubro, no caso, pelo Senador Marcio Bittar, a que se seguiu a concessão de vista coletiva, o Senador Giordano apresentou a Emenda nº 8.

Trata-se efetivamente de subemenda à emenda por nós anteriormente apresentada, alterando o §1º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para nele incluir serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos como hipóteses de adoção obrigatória da modalidade de disputa fechada, nas licitações com valor estimado acima de R$1,5 milhão (como já ocorre relativamente às demais hipóteses versadas no dispositivo).

Tínhamos anteriormente encaminhado pela rejeição de emenda com similar teor (Emenda nº 5, do mesmo autor), mas que abarcaria qualquer forma de prestação de serviço público. Na oportunidade, manifestamos o entendimento de que a proposta, embora meritória, seria mais bem tratada na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que versa justamente sobre a concessão e permissão de serviços públicos; além de, pela sua amplitude, demandar mais detida análise, inclusive por outras Comissões.

Contudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a proposta agora encontra-se mais bem circunscrita, tendo-se feito acompanhar de exauriente justificação, a demonstrar a conveniência e oportunidade de que os serviços específicos em questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... (lembremos: de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos), pelas suas peculiaridades, sejam tratados juntamente aos serviços especiais e técnicos especializados. Merece, portanto, Presidente, acolhida, já não subsistindo os óbices anteriormente apontados.

Esse é o relatório complementar do Senador Marcio Bittar.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação da Emenda nº 8, ratificando quanto ao mais os termos do relatório anterior, ajustado conforme complementação do voto que foi proferido no dia 18 de outubro do corrente ano.

Eis o relatório e a análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto, para as emendas e para as subemendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

O.k.

A votação é nominal.

Podem votar pelo aplicativo.

Pode informar aos Senadores? (*Pausa.*)

A Senadora Mara, que estava aqui...

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por gentileza, os Senadores que estão presentes... (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, Senador Jader Barbalho, Senador Oriovisto, Senador Marcos do Val, Senador Plínio Valério, Senador Alessandro Vieira, Senador Flávio, Senador Eduardo Gomes, Senador Lucas Barreto.

Sr. Governador Jorginho Mello! (*Pausa.*)

Governador Jorginho, V. Exa. é convidado a participar da reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nós estamos com saudade de V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – E ele, da gente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – – E ele, da gente.

Marcelo, cuida do Governador, Líder.

Senador Izalci Lucas, o Senador Jorginho está com saudade do Senado, o nosso Governador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Eu estive lá neste final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, também não pode humilhar a gente.

Já esteve lá. Será que é preparado o Izalci? Ele já foi semana passada. Estou te falando... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci, é do Veneziano. Tu já estavas lá com o Jorginho, na semana passada, porque a gente descobriu.

Senadora Margareth, seja bem-vinda. Nós estamos esperando o voto de V. Exa. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho, V. Exa. podia votar para a gente encerrar a votação? (*Pausa.*)

É o item 4, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos convênios.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Votei "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns!

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Girão é a favor? Olha como é o texto da lei. Cadê?

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências. Nós do Novo somos a favor da eficiência da gestão pública.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO...

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1, da CCJ, e as Emendas nºs 4-CCJ, 9-CCJ, 10-CCJ, com as Subemendas nºs 1, da CCJ, e 11, da CCJ.

Foram rejeitadas as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3453, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas

Observações:

- Foram apresentadas as seguintes emendas: Emendas nº 1 a 4, e 6, de autoria do Senador Sérgio Moro; Emenda nº 5, de autoria do Senador Eduardo Girão; Emenda nº 7, de autoria do Senador Marcos Rogério;

- Em 18/05/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 16/08/2023 a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 23/08/2023 o Senador Weverton fez a leitura do relatório;

- Em 30/08/2023 foi apresentada a Emenda n° 8, de autoria do Senador Marcos Rogério;

- Em 20/09/2023 foi apresentada a Emenda nº 9, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

Autoria: Deputado Federal Rubens Pereira Júnior.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – V. Exa. anunciou, quando chegou, que a precedência seria de quem tivesse chegado primeiro, e eu cheguei primeiro do que o Senador Weverton, com todo o respeito ao meu querido amigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Weverton falou que a precedência hoje seria pela idade.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, então a precedência é por mim?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. é mais novo que ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele alegou que varreu aqui, mas ele não varreu, não. Ele chegou depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos botar no inquérito, é *fake news*.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o relatório sobre as Emendas 8 e 9.

Em seguida, é o de V. Exa., Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, vou fazer aqui só um resumo rápido, porque a gente já vem discutindo, há alguns meses, esse projeto.

Esse Projeto de Lei 3.453 se atém a matéria penal, benefício ao réu após o empate e julgamento.

O PL trata sobre a importância da presunção da inocência no processo penal e a consolidação do princípio *in dubio pro reo* como instrumento fundamental para a prevenção do erro judiciário, na medida em que a situação de dúvida deve levar à tomada de decisão mais favorável ao acusado.

Muito adequadamente esse PL resgata que o princípio imperante no processo penal é o da proteção dos indivíduos, ancorado na presunção constitucional da inocência prevista no art. 5º da nossa Constituição Federal, a qual busca conter o poder punitivo estatal nos seus estritos limites e na observância dos direitos inerentes ao Estado democrático de direito.

Foram apresentadas nove emendas ao projeto.

Aprovamos a Emenda 8, proposta pelo Senador Marcos Rogério, Senador Alessandro Vieira, Senador Rogerio Marinho, Senador Carlos Portinho e Senador Sergio Moro. Tal emenda é um apanhado de algumas emendas anteriormente propostas ao projeto de lei, que simplifica o procedimento proposto para o *habeas corpus* incidental, respeitando o princípio do juiz natural.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do PL 3.453, de 2021, com a aprovação da Emenda nº 8 e a rejeição das demais.

As principais mudanças na Emenda 8: primeiro, em caso de ausência, o julgamento será suspenso; em caso de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... impedimento e suspeição ou ausência por mais de três meses, será convocado um substituto legal; em caso de *habeas corpus* ou de recurso de *habeas corpus*, o empate favorece a defesa; em todos os julgamentos, havendo empate, o presidente proferirá o voto de desempate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda de redação do Senador Girão coloca que a autoridade judicial poderá expedir o *habeas corpus* de ofício, individual e coletivo, no processo judicial em que esteja atuando; não poderá ser qualquer autoridade, como estava no texto da Câmara.

Então, Presidente, é essa a alteração, acolhendo essa sugestão que foi feita pelo Senador Marcos Rogério, Senador Girão, Senador Alessandro.

Com essa modificação, o texto irá retornar à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero elogiar aqui o relatório, Senador Weverton, porque nós conversamos bastante sobre esse tema com vários Senadores e o ajuste feito o deixa de maneira adequada, preservando o que é essência do julgamento empatado favorável à defesa, sem, no entanto, permitir manipulações da agenda judicial, porque o nosso grande receio é este: que, de repente, essa previsão do empate, pura e simplesmente, seja utilizada por pessoas mal-intencionadas, que existem em todas as instituições, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário, e, a meu ver, a emenda dá um tratamento adequado a essa questão.

A preocupação que nós temos aqui, uma preocupação legítima do Senador Girão, diz respeito à manutenção desse texto pela Câmara dos Deputados. Mas, enfim, cabe reconhecer aqui o trabalho feito pelo Relator e a sensibilidade em buscar o aprimoramento da legislação, beneficiando a defesa, mas sem dar abertura para fraudes ou manipulações da agenda judicial. Eu conversei com vários magistrados dos mais diferentes vieses, sejam aqueles mais duros, sejam aqueles mais liberais, e a posição uníssona, inclusive de presidentes de tribunais de justiça, é que entendem importante evitar o texto anterior, que poderia dar aso a problemas, por mais que sejam bem-intencionadas as redações que eram propostas anteriormente.

Então, fica aqui o meu elogio à sensibilidade do Relator por ter acolhido as sugestões apresentadas e que foram consubstanciadas principalmente na emenda do Senador Marcos Rogério, com o ajuste de redação aqui do Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para cumprimentar a paciência de Jó do Senador Weverton, sempre muito sensível, sempre muito aberto para que a gente fizesse uma construção coletiva. Realmente foram meses aqui com audiência pública. Esta Comissão está de parabéns. E o nosso querido Weverton, pai do Miguel, do Gabriel e da Catarina, sabe da importância de a gente poder, lá na Câmara dos Deputados, com a influência que ele tem, com o bem-querer e com a legitimidade que tem junto ao seu correlegionário, que foi o Relator lá, o Deputado Rubens, sensibilizar para que a Câmara dos Deputados confie no trabalho da Casa revisora da República e legitime o que a gente fez aqui para resguardar o bom andamento da Justiça, resguardar para que não tenha nenhum tipo de situação em que pessoas não bem-intencionadas, como colocou o Senador Sergio Moro, em caso de empate, por uma má gestão ali do Judiciário, possam se aproveitar de um empate.

Então, eu acredito que essa é uma boa medida legislativa que a gente construiu aqui.

Está de parabéns o Senador Marcos Rogério também, o Senador Sergio Moro, o Senador Alessandro Vieira, todos aqueles que colaboraram aí – se eu estiver esquecendo alguém, me desculpem – com a construção dessa redação.

E quero agradecer, Senador Weverton, pelo acolhimento do termo "em que esteja atuando", um ajustezinho fino com relação à redação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra, o Relator.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – É muito importante... Agradeço aqui as palavras do Senador Girão. Gostei do Jó!

Mas quero reafirmar o que eu falei para ele e quero falar publicamente para que depois eu não seja cobrado – eu não, a Casa seja cobrada de uma... A gente tem que ter cuidado porque, quando se trata de Casa revisora, nós estamos dando uma contribuição ao projeto, mas a palavra final é da Câmara.

Então, assim, vou levar... Conversei com ele, ele se sensibilizou e acha que também não tem problema, mas, obviamente, assim como essa relatoria ouve os pares, o papel do Relator é ouvir e construir a maioria e o entendimento, lá também vai ser esse mesmo trabalho.

Acredito que, depois do feriado, a gente possa fazer essa visita à Câmara. Eu acho que este ano não votam mais lá, porque eles estão também cheios, a pauta, mas é importante a gente fazer esse trabalho de construção. Não é dizer: "Ó, é garantido que, saindo daqui, tem que votar lá". Não, até porque nós temos a nossa autonomia, eles têm a deles, e aí a gente tem que ter cuidado para não chegarem lá as palavras erradas na Câmara, eles se chatearem e, às vezes, até por birra, dizerem: "Não, agora é que a gente não vai ficar com o que o Senado contribuiu, porque querem impor". Aí é ruim. Tem que se ter cuidado só com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma como nós estamos resolvendo aqui, para depois não acharem que a gente está querendo levar qualquer tipo de imposição para outra Casa, o que não é, jamais, a intenção desta Comissão respeitadíssima e liderada pelo Presidente Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu ia até falar uma coisa agora, mas depois da manifestação de V. Exa...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ah, do Jó dele? Eu fiquei até...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu fiquei encabulado de falar sobre esse negócio de Câmara e Senado. É melhor não falar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não fale mesmo, não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Lembrando que, se der tudo certo hoje na reforma tributária, vai voltar para lá também. Então, a gente tem que tomar muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 8, da CCJ, e contrário às demais emendas. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4224, DE 2021

- Não terminativo -

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

A matéria vai, posteriormente, à CSP.

O autor da matéria é o Deputado Federal Osmar Terra.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para proferir o seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise.

A matéria cinge-se à competência da União para legislar privativamente sobre direito penal e concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, 24, inciso XV, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

Quanto à constitucionalidade, as alterações propostas cumprem o objetivo de aperfeiçoar a sistemática legal de proteção à criança e ao adolescente, a qual possui lugar de destaque na Constituição.

Com efeito, de acordo com o art. 227 do texto constitucional, é dever não apenas da família e da sociedade mas também do Estado "assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Quanto ao mérito, a proteção de crianças e adolescentes em todos os espaços e circunstâncias representa aspiração compartilhada por todos e é dever da sociedade e do poder público adotar medidas que a assegurem. Ao mesmo tempo, para que possa cumprir seu papel social, a escola precisa constituir um ambiente seguro. Desse modo, é procedente que o legislador busque aperfeiçoar a legislação de proteção das crianças e dos adolescentes e de promoção da segurança nos estabelecimentos de ensino.

O projeto em apreço constitui uma resposta aos acontecimentos de extrema violência que têm ocorrido nas escolas brasileiras. Não podemos admitir que uma instituição voltada para a nobre missão de transmitir conhecimentos, desenvolver competências e, principalmente, formar valores que promovam a dignidade humana e a coesão social seja cenário de fatos tão deploráveis ou de outras ocorrências que atentem contra a integridade física, psíquica e moral das crianças e dos adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, é meritória a previsão do art. 2° de que o poder público municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os estados e a União, implementem medidas de prevenção e combate à violência contra a criança e o adolescente em estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados.

A medida segue tendência de municipalização de políticas assistenciais na seara de proteção da infância e juventude, a qual, em cooperação com agentes do poder público de todas as esferas federativas, tem se evidenciado instrumento salutar de promoção do melhor interesse dos menores de 18 anos. Isso porque, quanto maior a proximidade do poder público com a população favorecida, melhores têm se demonstrado as condições de adaptações à realidade local e à solução de problemas, dos mais simples aos mais complexos, necessários ao resguardo e à efetiva promoção dos direitos infantojuvenis.

Meu Presidente, você, por favor, poderia pedir um pouco de silêncio? Porque, por mais que eu fale muito alto, às vezes fica complicado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Os protocolos previstos no art. 3º da proposição, a serem desenvolvidos pelas autoridades públicas pertinentes, também são relevantes, pois reforçarão a prevenção e o combate a todas as formas de violência no ambiente escolar, cabendo destacar a exigência de capacitação continuada dos docentes.

A Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, cuja instituição é estabelecida pelo art. 4° do projeto de lei, de abrangência nacional, objetiva aprimorar as ações de prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, contribuir para o fortalecimento das redes de proteção, promover a produção de conhecimentos e a avaliação dos resultados das políticas destinadas à temática, garantir atendimento especializado e em rede às vítimas e familiares, além de estabelecer espaços democráticos de participação e controle social.

A medida, por deter previsões que favorecem a sua continuidade, aspecto fundamental para a efetividade de políticas públicas, e fomentar a capacitação de todos os agentes que atuam com crianças e adolescentes em situação de violência sexual, se apresenta como mecanismo essencial para a promoção da proteção integral da criança e do adolescente e a concretização dos direitos fundamentais dessa importante parcela da população.

O art. 5º do projeto de lei, em primeiro lugar, por meio do acréscimo do inciso III ao §2º-B do art. 121, cria nova causa de aumento de pena, de dois terços, para o crime de homicídio qualificado contra menores de 14 anos (Código Penal, art. 121, §2º, IX), nos casos em que for praticado em instituição de educação básica privada ou pública.

A norma procura responder aos terríveis ataques ocorridos contra crianças e adolescentes em escolas do país. Recorde-se, por exemplo, o ataque ocorrido em maio de 2021, quando um homem invadiu a Escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infantil Pró-Infância Aquarela, em Saudades, no Oeste Catarinense, e, com uma adaga, golpeou fatalmente duas professoras e três bebês. Em outro ato hediondo, também ocorrido em Santa Catarina, na cidade de Blumenau, em abril deste ano, um homem de 25 anos pulou o muro de uma creche e iniciou um ataque com uma machadinha, matando quatro crianças e ferindo outras cinco.

O homicídio de crianças em escolas é conduta das mais sórdidas imagináveis e merece ser duramente punido. Por isso, está claramente justificado o aumento de pena proposto para os casos em que o homicídio seja praticado em instituição de educação básica pública ou privada.

A segunda modificação proposta pelo PL também é meritória. Por meio de alteração ao art. 122 do Código Penal, duplica-se a pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou à automutilação nos casos em que "o autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável". Nesse ponto, portanto, amplia-se a pena, que passa a ser duplicada, e o alcance do tipo penal, para abranger o administrador e a comunidade virtual. Atualmente, a pena desse crime, previsto no art. 122 do Código Penal, já é aumentada de metade "se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual", nos termos do §5º desse dispositivo, com a redação dada pela Lei 13.968, de 2019. Entendemos, porém, que a atuação na função de líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual exige uma reprovação ainda mais severa, de modo que se passe a majorar a pena pelo dobro. Por razões de técnica legislativa, no entanto, incluímos emenda de redação de modo que a alteração proposta seja realizada no §5º do art. 122 do Código Penal.

O art. 6º do projeto de lei, por sua vez, acrescenta mais dois tipos penais ao Código Penal, criando os crimes de "intimidação sistemática" (*bullying*) e "intimidação sistemática virtual" (*cyberbullying*). Já está prevista em nosso ordenamento jurídico a figura da intimidação sistemática (*bullying*) por meio da Lei 13.185, de 2015. Tal ato legislativo, contudo, apenas institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática e, entre outros deveres, impõe aos estabelecimentos de ensino, aos clubes e às agremiações recreativas a obrigação de assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática no seu art. 5º, mas não há punição específica para os autores desse tipo de conduta. Daí a relevância das alterações propostas, de forma a preencher essa lacuna de punibilidade.

Na forma do art. 6º do projeto de lei, o crime de "intimidação sistemática" (*bullying*) é punido apenas com uma pena de multa, se a conduta não constituir crime mais grave. Ao prever que a multa será aplicada apenas se a conduta não constituir crime mais grave, cria-se um tipo penal subsidiário. Assim, se a conduta envolver ofensa à honra ou à integridade corporal, será aplicada a pena mais grave prevista para esses delitos.

Também de acordo com o art. 6° do projeto de lei, a mesma conduta – intimidação sistemática –, quando realizada "por meio da rede de computadores, de rede social, aplicativos, jogos 'on-line', por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real", recebe pena superior, de reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave. A figura é denominada "intimidação sistemática virtual" (*cyberbulling*).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida é adequada na medida em que a intimidação sistemática possui maior reprovabilidade da conduta, quando realizada virtualmente, dado seu maior potencial de lesão à vítima e a maior possibilidade de que o autor do delito aja de modo oculto e sub-reptício.

Com efeito, por um lado, a internet possui aptidão muito superior de exposição do conteúdo a terceiros e, por outro, quando as agressões ocorrem *online*, é maior a dificuldade de identificação dos agressores. Além de permitir certo grau de anonimato aos ofensores, a proliferação das ofensas pela rede acaba muitas vezes por perpetuar o comportamento por um número imensurável de usuários.

O art. 7° do PL transforma em hediondo o crime do art. 240, §1º – com a alteração proposta pelo art. 8°, examinado adiante – bem como os seguintes delitos: a) induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (Código Penal, art. 122, *caput* e §4º); b) sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (Código Penal, art. 148, §1º, inciso IV); c) tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (Código Penal, art. 149-A, *caput* e §1º, inciso II); e d) aquisição, posse ou armazenamento, por qualquer meio, de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (ECA, art. 241-B).

Trata-se de crimes graves, praticados contra vítimas frágeis e ainda em estágio de formação de sua personalidade, que merecem receber o tratamento mais rigoroso próprio dos crimes hediondos.

Porém, por razões de técnica legislativa, é necessário que a referência ao art. 149-A do Código Penal inclua não apenas o *caput*, mas também os seus incisos, sem os quais o tipo penal fica incompleto.

O art. 8° do PL altera o ECA, modificando, em primeiro lugar, o seu art. 240, §1º, para punir com pena de reclusão, de quatro a oito anos, e multa, quem

> exibe, transmite, auxilia ou facilita a exibição ou transmissão, em tempo real, pela rede mundial de computadores, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente.

A alteração é meritória na medida em que explicita que a punição deve atingir não apenas quem atua na produção e na venda de materiais contendo cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças e adolescentes, mas também quem age na divulgação desses materiais.

O art. 8° do projeto de lei ainda promove outra alteração no ECA, especificamente no §1º do art. 247, para incluir na tipificação penal a conduta de quem transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na redação atual, a punição recai somente sobre quem exibe esses atos, de forma que, em tempos em que a comunicação se dá principalmente por redes sociais, justifica-se a inclusão da conduta de transmitir tais imagens na tipificação penal.

O art. 9º do projeto de lei também altera o ECA. São duas as modificações propostas.

Em primeiro lugar, cria-se o 59-A, de acordo com o qual as instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada seis meses. O seu parágrafo único prevê que, recebam ou não recursos públicos, os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores.

Tais medidas são relevantes para que as instituições e estabelecimentos com frequência de crianças e adolescentes realizem uma fiscalização mínima sobre seus colaboradores, prevenindo o contato com criminosos perigosos.

A segunda modificação proposta pelo art. 9º do PL consiste na criação de um novo tipo penal, a ser incluído no art. 244-C do ECA. Cria-se um delito omissivo próprio, que somente pode ser cometido pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal que, de forma dolosa, deixar de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente. A pena prevista é de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

A medida é importante para estimular os pais a procurarem as autoridades públicas em tempo de adequado. Quanto mais tempo se passa desde o desaparecimento, mais difícil se torna encontrar a criança ou adolescente vítima de crimes.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 4.224, de 2021.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vista regimental concedida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vista coletiva concedida.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4337, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Na 41ª Reunião Ordinária, realizada em 18/10/2023, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 08/11/2023 foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (Dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 1 e 2.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, foram apresentadas duas emendas, e eu estou acatando parcialmente. Se V. Exa. permitir, eu leio, ou, se quiser aguardar um pouquinho, estou fazendo o relatório já com o texto, mas...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode iniciar com a leitura, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Posso fazer a leitura, então. Posso ir direto à análise, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode ir direto à análise, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Em relação à constitucionalidade, nada há que se opor ao projeto de lei. A matéria é de competência privativa da União, por tratar de direito processual civil (Constituição Federal, art. 22, I), e não há reserva de iniciativa. Sobre a constitucionalidade material, a proposição adapta-se à estrutura constitucional do Ministério Público, harmonizando os princípios institucionais da independência funcional com a unidade (Constituição Federal, art. 127, §1º).

Em relação à juridicidade, a matéria tem generalidade e abstração suficientes a justificar a sua transformação em norma jurídica, dotada de coercitividade, além de que inova substancialmente o ordenamento jurídico, preenchendo uma lacuna na legislação em vigor. Quanto ao aspecto da regimentalidade, a tramitação tem seguido os ditames do citado art. 93 do Risf, além de ser o texto adequado às regras de boa técnica legislativa (Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998).

No tocante ao mérito, a proposição merece entusiasmado aplauso. Na esfera criminal, o conhecido art. 28 do Código de Processo Penal (CPP) prevê situações em que, da decisão do promotor natural da causa, cabe reapreciação pelo Procurador-Geral (ou à Câmara de Coordenação e Revisão, conforme o caso). Tal sistemática, contudo, não é adotada nas ações cíveis, o que faz com que a propositura de ANPC ou de TAC fique exclusivamente ao alvedrio do membro do Ministério Público atuante no feito. Ora, desde Montesquieu se reconhece que, por melhor que uma pessoa seja, não deve ela ter poder absoluto sobre algo ou alguém. Nesse sentido, mostra-se justificável e até mesmo recomendável que se aplique a mesma sistemática do art. 28 do CPP às questões cíveis no âmbito da atuação do *parquet*, especialmente as situações fáticas e relações jurídicas alcançadas pela Lei de Improbidade Administrativa (LIA), Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, e pela Lei de Ação Civil Pública, Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, de modo que o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão possa, em caso de omissão ou recusa do promotor ou procurador que atua na primeira instância, reconhecer a omissão, manter a recusa ou, se entender presentes os requisitos para a formulação do acordo, devolver os autos ao...

Aqui é o motivo de acatamento com relação ao... Não seria o promotor natural que, ressalvada a sua independência funcional, pode solicitar redistribuição. Aqui foi feito o acatamento da emenda, determinando que seja distribuído para um procurador que não seja o natural, porque evidentemente, se ele recusa e depois o Conselho devolve a ele para fazer o acordo quando ele já recusou, há uma preocupação aí com relação a ter um acordo que pode não ser justo em função desse indeferimento. É esse espírito, inclusive, o espírito das duas emendas oferecidas ao Relator, com o único objetivo de preencher as lacunas identificadas na legislação ora alterada, aplicando-se o mesmo regime jurídico previsto no art. 28 do CPP.

Importante garantirmos que a omissão ou a recusa do promotor ou do procurador de primeira instância em não oferecer o acordo de não persecução cível e o TAC (termo de ajustamento de conduta) não seja chancelada ou admitida pela legislação. Definitivamente nessa hipótese, por óbvio, tem o órgão de direção do Ministério Público o dever de corrigir a atuação dos membros dele integrantes – e ele hierarquicamente submetido por meio de mecanismos similares simétricos, art. 28 do CPP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, tal poder revisional, nesse caso, está adstrito ao reconhecimento de omissão ou recusa, impondo-se imediata remessa dos autos ao promotor – aqui não seria o promotor natural, que é o que está sendo alterado –, que, caso mantenha sua convicção, pode solicitar redistribuição do feito. Então, nesse caso aqui, no relatório, nós estamos modificando exatamente para que, na devolução, seja um promotor que não tenha feito a recusa, que seja um outro, um terceiro.

Então, Presidente, ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.337, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação, com as duas emendas ora apresentadas, incorporando aqui a modificação.

Então, tem uma emenda do Senador Alessandro e também uma da Senadora Augusta que nós estamos acatando, mas com esta observação: no caso de recusa ou omissão... Eu estou acatando em cima do meu texto, porque, na emenda proposta pelo Senador Alessandro e também na da Senadora Augusta, eles colocaram "no caso de recusa por parte...". Eu coloquei no texto "no caso de recusa e omissão". E aí, acatando aqui, não será devolvido ao promotor natural; será um outro promotor, exatamente para não ter essa discriminação.

Então, a gente está acatando, Presidente, parcialmente as duas emendas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Relator, Senador Izalci Lucas, a Senadora Augusta fez um...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu acatei parcialmente, com a seguinte observação – estou com a emenda dela aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É muito semelhante à do Senador Alessandro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Que é o que está no texto, mas o que ela pediu e o Senador Alessandro, mudando o texto aqui, eu estou acatando, mas complementando aqui "no caso de recusa ou omissão". Então, estou completando, acatando a emenda, mas com esse termo "recusa ou omissão" por parte do Ministério Público, de acordo com o que está na emenda.

E na parte: "O órgão revisor poderá manter a recusa ou, se entender presentes os requisitos para a formulação [...] [do acordo], devolverá os autos [...]", aí é que nós estamos modificando aqui. Em vez de ser o promotor natural, seria um outro promotor, exatamente para não ter influência, porque foi este, o natural, que recusou fazer o acordo. Então, para que não haja interferência ou alguma retaliação, sei lá, alguma coisa, a gente coloca – como está, inclusive, na emenda dela, que poderia ser redistribuído para um outro membro – que, em vez de poder distribuir, a gente já coloca o que seria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você mantém a possibilidade de a Câmara de Coordenação e Revisão fazer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, normal.

O que está escrito é o seguinte: no texto original não tem "omissão". Então, está faltando. Inclusive, no relatório tinha. E, na hora de... Acatada pelo conselho a revisão, ele tem que devolver... Estava, aqui na emenda, ao promotor natural, mas há uma preocupação de que, devolvendo ao promotor que já recusou, venha um acordo inviável, entendeu? Então, a gente acatou parcialmente, colocando um promotor que não é natural. Não sei o nome correto, mas...

Então, essa é a proposta. Está sendo feito ali já o relatório nessa linha, acatando as emendas parcialmente. (*Pausa.*)

O.k., Senador Alessandro? Tudo certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Em discussão a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Mas o texto é nessa linha aí.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas por economia processual, vou pedir vista para que a gente possa ter o texto consolidado e, aí sim, a votação na próxima sessão, sem dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vista concedida a V. Exa.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1054, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

- Em 13/09/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato para proferir o relatório. A palavra está com V. Exa.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – O.k. Obrigada, Presidente.

Peço a licença de V. Exa. para partir diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode seguir, Senadora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do PL nº 1.054, de 2019.

Com relação à constitucionalidade, todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) detêm autonomia, manifestada pela sua capacidade de autoadministração, auto-organização e autogoverno, nos termos do art. 18 da Constituição Federal. Dessa forma, por se tratar de matéria de direito administrativo, compete à União legislar sobre os concursos e servidores e empregados públicos federais.

Com relação à juridicidade e à regimentalidade, não vislumbramos óbice à aprovação da matéria.

No que se refere à técnica legislativa, o PL merece apenas alguns reparos, por meio de emendas de redação. Um deles para explicitar que a lei que se pretende aprovar será aplicada a todos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, visto que a ementa é omissa e o art. 1º prevê apenas que se aplica aos concursos públicos para cargos e empregos públicos federais. Outro reparo é necessário para unificar a expressão "teste de aptidão física" nos diversos dispositivos do projeto, em observância ao disposto no art. 11, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Relevante ainda conferir maior clareza ao texto, razão pela qual emendamos o §1º do art. 2º do PL, esclarecendo que o exercício do direito à remarcação do teste de aptidão física é assegurado independentemente dos fatores ali elencados. Por fim, substituímos pela palavra “anulação” a expressão “anulação liminar” do ato de posse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de entrada em exercício de servidora que houver comprovadamente falsificado a documentação hábil a solicitar adiamento do teste físico.

No mérito, somos favoráveis ao PL, pois, como destacado na justificação, pretende-se garantir a igualdade material e preservar a dignidade da pessoa humana ao inserir no ordenamento jurídico o entendimento do STF sobre a matéria no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1058333, Relator Ministro Luiz Fux.

O PL prevê acertadamente que, uma vez superado o estado gravídico, a candidata terá de comprovar que possui a mesma aptidão física exigida para os demais candidatos, devendo ser nomeada caso tenha obtido a performance mínima necessária. Caso não tenha êxito no teste, nomeia-se outro candidato aprovado, respeitada a ordem classificatória. Conforme o entendimento do STF, resguarda-se assim o princípio da isonomia.

O art. 3º do PL, que prevê que a banca examinadora marcará o teste de aptidão física, em prazo não inferior a 30 dias e não superior a 90 dias da data de término da gravidez, também se coaduna com o entendimento do STF de que o prazo de adiamento deve ser determinado pela administração pública, preferencialmente em edital, resguardada a discricionariedade do administrador público e o princípio da vinculação às cláusulas editalícias.

Entendemos, todavia, ser necessário emendar o projeto para prever que deverá haver reserva de vagas em quantidade correspondente ao número de candidatas gestantes que deverão ser convocadas para a prova de aptidão física, permitindo que a administração pública supra sua deficiência de contingente profissional, nomeando e empossando desde logo os demais candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação.

Por fim, acatamos a emenda do Senador Alessandro Vieira, que estende o direito não somente a gestantes, mas também às mulheres que estejam no período do puerpério, o que melhora significativamente o texto do projeto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.054, de 2019, e, quanto ao mérito, pela aprovação do PL e da Emenda nº 1-CCJ, com as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Ana Paula.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ao Plenário do Senado que esta votação precisa ser feita por deliberação nominal.

Pode informar aos Senadores que estão acompanhando a reunião e que já votaram na outra matéria que vai iniciar a votação nominal.

Só um minuto, que eu vou abrir o painel.

Depois é o do Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – O item 6 eu vou relatar agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vota aí, Mecias, para a gente atingir o quórum.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando a gente atingir o quórum, como não tem divergência, eu vou encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, quando atingir 14.

Líder, vote com a Senadora Ana Paula, vote "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Amém!

Senador Flávio, um voto "sim". (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado: o projeto e as Emendas nºs 1 a 6, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2494, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

O Relator é o Senador Marcos do Val, e quem vai relatar *ad hoc* é o Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, conforme o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Também deve emitir parecer quanto ao mérito sobre matérias de competência da União que versem sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, estados, Distrito Federal e municípios, consoante o inciso II, alínea "g", do mesmo dispositivo regimental.

No exame do PL nº 2.494, de 2019, não verificamos óbices quanto à constitucionalidade.

Compete à União, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, bem como legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, estados, Distrito Federal e municípios, consoante o art. 22, inciso XXVII, do texto constitucional. Ademais, é competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito urbanístico, conforme dispõe o art. 24, inciso I, da Constituição.

Ainda conforme os preceitos constitucionais, especificamente o art. 182, *caput*, a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

A proposição não fere cláusula pétrea e se adéqua ao preceito constitucional de que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). A iniciativa parlamentar está em concordância com o *caput* do art. 61, sem extrapolar os limites estabelecidos no §1º do mesmo dispositivo constitucional.

Quanto à sua juridicidade, o PL 2.494, de 2019, é adequado, pois atende aos atributos de generalidade, abstratividade e inovação, sendo coerente com os princípios gerais do direito. Além disso, emprega o meio adequado para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, a normatização via edição de lei.

No exame do mérito, a apresentação da proposição é louvável.

Ao incluir no Estatuto da Cidade as parcerias público-privadas e as concessões de bens ou serviços públicos no rol dos instrumentos jurídicos e políticos da política urbana, o projeto formalizaria mecanismos utilizados por muitos entes da Federação na execução de políticas públicas voltadas para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. No entanto, não os regulamenta, o que é feito em legislação própria. Consideramos, portanto, desnecessário esse acréscimo.

Outrossim, traz um instrumento utilizado já por alguns municípios brasileiros: a adoção de equipamento público. Dessa forma, traz segurança jurídica a um meio em que a iniciativa privada se une ao poder público para manter, restaurar ou conservar, entre outros, escolas, praças, parques urbanos, monumentos e quadras esportivas. Apenas atualizamos a terminologia para "adoção de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público", de forma a adequar à legislação urbanística. Os equipamentos comunitários são relacionados aos equipamentos públicos de educação, cultura e saúde. Já os espaços livres de uso público se referem às praças, por exemplo. Esse tipo de adoção tem se tornado uma forma eficaz de integrar a sociedade na valorização dos equipamentos públicos de suas cidades. Com certeza, deve ser incentivada entre todos os entes federados.

É necessário, especificamente, quanto à Seção XI-A sobre a adoção, fazer alterações nos dispositivos para melhor adequá-los aos preceitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e evitar redundâncias ou interferências em outros entes federados.

Ao examinarmos a técnica legislativa e a redação, são necessários ajustes, pois alguns dispositivos vão de encontro ao que determina a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Por exemplo, a ementa, conforme o art. 5º da lei, deve ser grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. Também deve ser reescrito o objetivo proposto no art. 1º para se adequar aos termos do Estatuto da Cidade.

Ainda, segundo o art. 11, inciso III, alínea "b", da supracitada norma, para obtenção de ordem lógica o conteúdo de cada artigo da lei deve ser restringido a um único assunto ou princípio. Para a obtenção de clareza e precisão, reescrevemos e "enxugamos" alguns dos dispositivos do texto original da proposição, retirando repetições ou contradições com definições já reguladas por outras normas.

Por fim, como os instrumentos propostos pelo projeto já existem na prática, julgamos que há pequena repercussão, podendo a cláusula de vigência ser imediata à publicação da lei.

O voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.494, de 2019, na forma do seguinte substitutivo. Aí vem o substitutivo ao projeto, que está já disponível a todos, que já o conhecem.

Então, esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senadora Mara, seja bem-vinda!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não havendo Senadores para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

Informo aos Senadores e Senadoras que, nesta matéria, trata-se de votação nominal.

Vamos iniciar a votação.

Está iniciada a votação. Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Eunício Oliveira, seja bem-vindo, meu Presidente querido! Sente-se aqui. O Senador Izalci

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas estava perguntando por V. Exa., o Senador Rogério Carvalho, o Senador Flávio Bolsonaro, a Senadora Ana Paula e a Senadora Mara Gabrilli.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha aí! Não estou falando que estava todo mundo perguntando por V. Exa.? Quem planta o bem colhe o bem, Presidente Eunício. Seja bem-vindo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Foi graças a ele que tenho um gabinete para mim na porta do Plenário. Isso me ajudou!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Graças a Deus! Parabéns, Eunício!

Quero fazer um registro do carinho, da minha amizade com o Presidente Eunício Oliveira. Tive a oportunidade de ser membro da Mesa Diretora com o Eunício Presidente. E quero fazer esse registro do grande homem público, mas, acima de tudo, do grande ser humano que é o Presidente Eunício: atencioso, cuidadoso, leal, corajoso. Um grande cearense, um grande nordestino, um grande brasileiro.

Muito obrigado, Eunício, pela sua presença...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E quase brasiliense, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Quase brasiliense. Está muito ligado à capital da República.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Faltam dois votos para a gente concluir essa votação. (*Pausa.*)

Senador...

Ligue para o Senador Efraim, que ele saiu agorinha aqui, para votar. Ligue... (*Pausa.*)

É ele mesmo, o Efraim. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ex-Presidente não tem direito a votar, não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – No Regimento, acho que não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda não.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

O substitutivo está aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Último item da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 430, DE 2018

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Em 27/09/2023, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Magno Malta;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo aos Senadores e às Senadoras que, na votação desta matéria, trata-se de votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, Relatora da matéria, para proferir o seu voto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto para a análise.

Compete a esta Casa, a esta Comissão opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias a ela submetidas, bem como sobre o mérito daquelas de competência da União (art. 101, I e II, do Risf).

Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, constitui direitos sociais a proteção à maternidade e à infância. E entre os deveres da sociedade e do Estado em relação à criança estão os de assegurar, com absoluta prioridade, seus direitos à saúde, à dignidade e ao respeito, como ditado pelo art. 227 da Carta Magna.

Não resta dúvida de que a matéria disciplinada no projeto em exame é de competência da União. A proteção à infância inscreve-se entre os temas objeto da competência legislativa concorrente, no âmbito da qual cabe à União editar normas gerais, a teor do art. 24, XV, da Lei Maior. Ademais, quando se tratar de obrigações de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, suas responsabilidades constituem matéria regulada pelo Direito do Consumidor, também objeto de disciplina em lei federal (art. 5º, XXXII, c/c o art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

As disposições do projeto visam a exatamente assegurar a dignidade da criança, sua segurança, saúde e conforto, no uso de banheiros em ambientes de acesso público. A instalação de banheiros familiares permite à criança fazer uso de sanitários e lavatórios adaptados à sua estatura, em ambiente que costuma ser mais asséptico do que os banheiros usados por adultos. Ademais, garante maior privacidade à criança e ao responsável que a acompanha, contribuindo para reduzir os riscos à sua segurança. Iguais considerações podem ser feitas com respeito aos fraldários.

O parecer da CDH considerou meritória a proposição. Sem embargo, entendeu que seu escopo poderia ser ampliado, para alcançar também as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de qualquer idade, que necessitem do apoio de terceiros, harmonizando-a com a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Com efeito, a Constituição Federal possui, relativamente às pessoas com deficiência, disposições protetivas equivalentes às anteriormente mencionadas. Conforme o art. 24, XIV, da Carta, compete à União editar normas gerais de proteção e integração social de tais pessoas. E, mais especificamente ainda, o art. 227, §2º, da Constituição determina que lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público, para garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista disso, além de acrescentar aos beneficiários das novas normas as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o substitutivo:

(i) dispõe que os banheiros e fraldários devem ser acessíveis, definindo, para tal fim, o que seja acessível;

(ii) determina que, além das normas técnicas expedidas pelos órgãos oficiais, as instalações deverão observar os requisitos de acessibilidade da Lei nº 10.098, de 2000.

O substitutivo ofertado pela CDH promove outras duas alterações no projeto. Manda aplicar as novas disposições também a estabelecimentos já em funcionamento, quando eles passarem por novas construções, ampliações ou reformas, a exemplo do que previu a Lei 10.098, de 2000, quanto à acessibilidade de edifícios já existentes; e unifica o uso, feito na proposição, de expressões intercambiáveis, a saber: "ambientes", "locais" e "estabelecimentos", substituindo-as pelo termo "edifícios".

Não vislumbro reparos a fazer às conclusões da CDH. Em sua versão original, o projeto já se revelava inequivocamente meritório e consentâneo com a Constituição. As inovações da CDH, também em sintonia com o texto magno, ampliam o seu alcance, aprimorando a proposição.

Quanto à emenda do Senador Magno Malta, também ela se revela adequada, ao ampliar o conceito de banheiro familiar para que alcance pessoas de até 12 anos incompletos, acompanhadas de seus responsáveis. Com isso, harmoniza o projeto ao art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que considera criança a pessoa que ainda não tenha completado os 12 anos de idade. A expressão "criança de até doze anos incompletos", contudo, em virtude da própria definição legal, incorre em redundância, já que toda criança necessariamente deverá ter idade inferior a 12 anos. Ademais, ante a regra do Risf segundo a qual a aprovação de substitutivo integral torna prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas (art. 300, XVI), opto por apresentar novo substitutivo, que aproveita integralmente o elaborado pela CDH, modificando-o apenas para nele incorporar o importante aprimoramento previsto na emenda do Senador Magno Malta.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2018, na forma do substitutivo apresentado, restando prejudicadas as demais emendas a ele ofertadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o substituto oferecido ao projeto pela Relatora.

Informo aos Senadores e Senadoras que nesta matéria se trata de votação nominal.

Está iniciada a votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Efraim, Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, Senador Jader, Senador Oriovisto, Senador Weverton, Senador Plínio.

Votou, Izalci?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fazer o quê, Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – "Choraminguê".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – "Choraminguê".

Ontem falaram de *flashback* aqui. Hoje é "choraminguê". É, estou aprendendo: "choraminguê".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu inventei agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, pronto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É dar uma choradinha em francês – sabe? –, para ficar chique.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa. O que é para fazer, Dra. Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – O "choraminguê" é o seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dois projetos. Um é o PLC 121, de 2015, que regulamenta a profissão de protesista e ortesista. São as pessoas que fazem próteses e órteses – perna mecânica, braço –, e a gente não tem essa profissão regulamentada. E a gente tem curso, a gente precisa dessas pessoas. Está faltando. A AACD... Em todos os estados do Brasil, falta. A gente não consegue distribuir esses equipamentos por falta desse profissional.

Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É de sua autoria?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, eu sou Relatora... Eu quero a relatoria. Ele é antigo já, de 2015. E eu estou ali fazendo "choraminguê" para pedir aquela...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos ver o outro. Eu vou testar, para ver até onde eu vou, o meu limite. Qual é o outro?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – O outro é de minha autoria. É a PEC 7, de 2021, que inclui o direito à qualidade do ar entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição. É uma PEC da qualidade do ar, em que a gente vai poder avaliar a qualidade do ar interno, de onde a gente convive. A começar por aqui, não é? Fazer uma qualidade do ar do Plenário seria muito saudável para a saúde de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O ruim é se não passar no teste. Senão a gente vai ter de sair daqui do Plenário.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não, a gente faz limpar, porque hoje já tem como fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dra. Mara, V. Exa. deseja indicar algum Relator para a PEC 7?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Já temos, o Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, pronto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Já manifestou interesse e só está esperando o nosso ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, como são dois projetos, nós vamos fazer por partes. Já que a gente estava esperando, vou atender 50%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom, o "choraminguê" deu certo, metade.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, metade. É porque um já tem Relator...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu vou botar o projeto de lei de que V. Exa. é Relatora na pauta do dia 22. Pronto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Uma conquista inédita.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, não. Eu estou pedindo, então você está me dando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. está indicando V. Exa. como Relatora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está vendo a força?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Estou vendo. E a nossa PEC?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Calma.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Calma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – "Choraminguê" é por partes. (*Risos.*)

Vai ser colocado no dia 22. Então V. Exa. tem esses 15 dias porque vai estar na pauta...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Tá...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – .. o ao que V. Exa. se indicou Relatora agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui: o Projeto de Lei 121, de 2015, de autoria de S. Exa. o Ministro Onyx Lorenzoni. É esse?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto, o Ednaldo vai colocar no sistema, como Relatora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Oba!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Presidente Hamilton Mourão acaba de indicar o Relator do Projeto de Lei 3.975, que será S. Exa. o nosso *sniper,* Senador Marcos do Val.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Como munição Lapua...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É boa essa uma...

O Mourão indicou o Relator também. Está tudo certo hoje.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Eu não consegui votar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso cancelar aqui para ela votar? Cancelo? (*Pausa.*)

Não, ela quer votar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Eu quero votar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá. Pode, pode...

Faz tempo que a Dorinha briga com esses computadores aqui do Senado. A sorte é que o Rogério Carvalho não está aqui, que eu ia cobrar dele, do Primeiro-Secretário. Ele é que faz compra, aquisição, tudo. A gente podia pedir uma doação do Oriovisto, porque ele é que é dono da Positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não, mas ele vendeu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele vendeu?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Ouvi isso. Ele agora vive de renda... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já, Dorinha? Já? A Dorinha já votou, posso...

Onde é? Esse? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigado pela presença de todos os Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente de reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Marcos Rogério, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e ainda do Senador não membro da Comissão Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 42ª e 44ª Reuniões Extraordinárias e 43ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PLN nº 4, de 2023-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de Autor de Emenda Coletiva. Item único: emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 4, de 2023-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024). **O relator, Senador Alessandro Vieira, substituído pela Senadora Augusta Brito (*ad hoc*), apresenta o relatório sobre as 38 (trinta e oito) emendas ao Anexo de Prioridades e Metas e sobre as 12 (doze) emendas ao texto, sugeridas ao referido Projeto.** Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, e com o artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são APROVADAS: 3 (três) Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Emenda 1: Ementa:** Emenda nº 1 – CCJ. **Ação**: 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas. **Produto:** 0671 - POLÍTICA IMPLEMENTADA. **Acréscimo de Meta:** 30. **Justificativa**: A presente emenda tem por objetivo incluir no quadro de Prioridades e Metas a gestão da Política sobre Drogas, conjunto de esforços do país para redução da oferta e da demanda de drogas. A questão das drogas, no Brasil e no mundo, constitui um grave problema de saúde pública, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade. De acordo com pesquisas da Organização Mundial de Saúde (OMS), em média, 6% da população brasileira faz uso de algum tipo de droga, sendo dependente químico. Essa porcentagem caracteriza mais de 12 milhões de pessoas, um número alarmante. Assim, considerando a complexidade e a transversalidade da política sobre drogas, faz-se necessário a inclusão dessa política de proteção e tratamento no quadro de Prioridades e Metas da LDO-2024. **Emenda 2: Ementa:** Emenda nº 2 – CCJ. **Ação**: 21BM – Desenvolvimento de Políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. **Produto:** 1411 - AÇÃO APOIADA. **Acréscimo de Meta:** 400. **Justificativa**: Tem como finalidade a ampliação da meta para garantir a modernização e o reaparelhamento das instituições de segurança pública, por meio de aquisição de veículos, helicópteros e embarcações, objetivando a segurança dos profissionais, mais policiamento nas ruas, a redução da criminalidade violenta e a ampliação da percepção de segurança e proteção social, levando em consideração a diferença de cada região do País. A criminalidade violenta está entre as maiores preocupações dos brasileiros, de modo que o aumento significativo de indicadores criminais e dos custos econômicos relativos a esses crimes têm levado governos e sociedade a considerá-los como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento social e econômico do país. Dentre o conjunto de ações destinadas à redução da criminalidade, destaca-se a modernização e o aparelhamento das instituições de segurança pública, por meio de aquisição de veículos motorizados, helicópteros e embarcações, a fim de ampliar a percepção de segurança e proteção social. **Emenda 3: Ementa:** Emenda nº 3 - CCJ. **Ação**: 20UF – Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas. **Produto:** 2039 - TERRA INDÍGENA ATENDIDA. **Acréscimo de Meta:** 200. **Justificativa**: A regularização de terras indígenas é necessária para manutenção dos povos originários brasileiros. Acreditamos que o fomento deste tipo de regularização contribui para justiça social e democratização das condições de vida dos povos indígenas. **São APROVADAS 12 (doze) Emendas de Texto: Emenda de Texto 4. Texto da Lei:** "III - decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais." **Ementa:** Contrapartida Menor Municípios Extrema Pobreza. **Emenda de Texto 5. Texto da Lei: "**XXV - indenização devida a anistiados políticos, nos termos do disposto na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e na Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, inclusive derivados de sentença judicial." **Ementa:** Igualdade entre Homens e Mulheres e Violência contra a Mulher. **Emenda de Texto 6. Texto da Lei:** "a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;" **Ementa:** Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente. **Emenda de Texto 7. Texto da Lei: "**Parágrafo único. No detalhamento das propostas orçamentárias, os órgãos setoriais do Poder Executivo federal deverão observar a proporção mínima de recursos estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para a continuidade de investimentos em andamento." **Ementa:** Enfrentamento à Violência contra a Mulher. **Emenda de Texto 8. Texto da Lei: "**Art. 20. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2024 e os créditos especiais somente incluirão ações ou subtítulos novos se preenchidas as seguintes condições, no âmbito de cada órgão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União:" **Ementa:** ALTERA O ART 20. **Emenda de Texto 9. Texto da Lei: "**Art. 24. Na aprovação da Lei Orçamentária de 2024, deverão ser observados os valores máximos de limites individualizados de despesas primárias constantes da mensagem que encaminhar o respectivo Projeto de Lei, admitido o ajuste dos referidos valores, desde que respeitada a projeção atualizada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, informada pelo Poder Executivo federal, nos termos do disposto no inciso XV do Anexo II a esta Lei." **Ementa:** Garantir que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos dos IFES. **Emenda de Texto 10. Texto da Lei: "**Art. 83. A garantia de execução referente a dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 com RP 7 observará o disposto na Emenda à Constituição nº 100, de 2019, e compreenderá, cumulativamente, o empenho e o pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 3º do art. 77." **Ementa:** Metade das emendas de bancada para saúde (ASPS). **Emenda de Texto 11. Texto da Lei: "**ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL." **Ementa:** Emenda de Texto – Prevenção e enfrentamento da Violência contra a Mulher. **Emenda de Texto 12. Texto da Lei: "**ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL." **Ementa:** Excetuar de contingenciamento ações de combate à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher. **Emenda de Texto 13. Texto da Lei: "**Art. 146. Com vistas à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, será assegurado aos membros e aos órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União, o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas ou informações, e o recebimento de seus dados, em meio digital:" **Ementa:** Ampliação Rol Sistemas e Informações Executivo. **Emenda de Texto 14. Texto da Lei: "**§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição." **Ementa:** Transparência Ordem Liquidação Impositivas. **Emenda de Texto 15. Texto da Lei: "**I - aos membros do Congresso Nacional, para consulta aos sistemas ou às informações a que se referem os incisos II e IV do caput do art. 146, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e." **Ementa:** Ampliação Acesso a Sistemas e Informações Executivo. Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 42ª e 44ª Reuniões, Extraordinárias, e da 43ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência.

A reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania ao PLN 4, de 2023, do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".

As emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião.

Eu concedo a palavra à Senadora Augusta Brito, para proferir, *ad hoc,* o relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os assessores, à imprensa aqui presente.

Vou começar aqui a leitura do parecer do Senador Alessandro Vieira.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2024, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2024 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas; ii) emendas de texto, sem limite de quantidade.

Vale destacar, também, que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e, no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias.

Foram apresentadas a esta Comissão 38 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I, e 12 propostas de emendas de texto.

Análise.

Foram contempladas nas propostas 11 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas.

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que fossem contempladas as ações indicadas pelo maior número de Senadores e Senadoras. Assim, foram selecionadas as seguintes ações...

Eu leio as ações também? Vou ler aqui essas ações, que são poucas.

Descrição da ação: Articulação de Política Pública sobre Drogas, que vários Senadores e Senadoras apresentaram – está entre as três que tiveram o maior número de propostas –; Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade; e Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas.

Vou agora para o voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Articulação de Política Pública sobre Drogas; Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade; e Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, serão acolhidas as Propostas de nºs 1, 12, 18, 22, 26, 36 na forma da Proposta de nº 1, as Propostas de nºs 4, 11, 19, 24, 33, 37 na forma da Proposta de nº 4, e as Propostas de nºs 9, 15, 29, 32, 34 na forma da Proposta de nº 9.

Acolhemos, também, todas as propostas de emendas ao texto ao PLDO 2024 que foram apresentadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Coloco em discussão.

Algum Senador, de forma remota, quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo... (*Pausa.*)

Ficaria "bom" aqui: eu, presidindo presencialmente, encerrar a reunião sem minha presença.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Laércio Oliveira, Soraya Thronicke e Jaques Wagner, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 45ª e 46ª Reuniões Extraordinárias, e 47ª Reunião Ordinária, anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4224, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." **Autoria:** Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CCJ e 3-CCJ, e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1829, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda n° 2, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, acatando integralmente as Emendas nº 1 e 2, e parcialmente a Emenda nº 3, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), restando prejudicada a Emenda nº 4. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5020, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para determinar a aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Emenda nº 1-PLEN. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2628, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com doze emendas que apresenta e contrário à Emenda n° 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 42, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Ciro Nogueira. **ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Irajá (PSD/TO), Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Recebido o Relatório do Senador Eduardo Gomes, com voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19, 21, 24 e 25, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B , inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão *(Ad hoc),* substituiu o Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 18, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Ofício "S" n° 20, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Ofício "S" n° 21, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Alan Rick *(Ad hoc),* substituiu a Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Ofício "S" n° 22, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 13 - Ofício "S" n° 23, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 14 - Ofício "S" n° 24, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 15 - Ofício "S" n° 25, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério *(Ad hoc)*, substituiu o Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 16 - Ofício "S" n° 26, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 17 - Ofício "S" n° 27, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 4337, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2, nos termos da emenda substituitiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Subemenda nº 1-CCJ, nos termos do Parecer. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 4266, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com cinco emendas que apresenta, que contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CDH-CCJ e as Emendas nº 3-CCJ a 8-CCJ, ficando prejudicada a Emenda nº 2. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 2459, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Projeto de Lei da Câmara n° 121, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1–CAS e à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1-CAS e nº 2-PLEN. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Proposta de Emenda à**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição n° 26, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 96 da Constituição Federal, para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Marcos Rogério
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 45ª e 46ª Reuniões, Extraordinárias, e da 47ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pula toda a parte...

Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a V. Exa. a inclusão extrapauta da PEC 26, de 2022, de relatoria do Senador Weverton.

Ele me afirmou que estava pronto o relatório já. Se puder pautar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento feito pelo Senador Flávio Bolsonaro de inclusão extrapauta da matéria proposta.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria fica incluída extrapauta.

Foi solicitada uma inversão de pauta de S. Exa. o Líder carismático das multidões, Senador Jorge Kajuru, para fazermos a inversão de pauta. Como ele sempre foi pontual e ele chega aqui, em todas as reuniões, sempre 30 minutos antes do início, eu vou atender a solicitação de inversão de pauta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Mas hoje eu cheguei antes dele, viu, Sr. Presidente? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hoje foi uma zebra. O Ciro fez aniversário ontem, e eu achei que, à noite, ele teria uma festa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Mas, Presidente, eu vou pedir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Miserável como ele é, ele não fez festa e dormiu no intervalo do jogo Brasil e Argentina.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Diga, Presidente Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Kajuru, o Presidente Lula conseguiu um feito já, já colocou o Brasil atrás da Venezuela, com 11 meses de mandato. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Começou a perseguição. (*Risos.*)

Diga, Ministro Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Eu vou pedir ao Presidente aqui que o senhor pudesse dar logo como lida a questão da indicação do Dr. Edvaldo Nilo. Como já vai ser dada como lida, seria importante fazer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas vai ter que ler. Eu passo depois, eu passo logo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Kajuru, V. Exa. está vendo que nós estamos todos com muita celeridade para aprovar a matéria. Se V. Exa. puder ser célere...

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Para quem achava que o Kajuru é 100% radical, meu amigo e histórico Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, eu espero que, de forma objetiva, a sociedade brasileira, principalmente, entenda – e a classe dos militares –, porque eu ouvi todos os lados e, em nenhum momento, fui radical.

Diretamente à análise.

Conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ emitir parecer sobre PECs.

A proposição atende a constitucionalidade do ponto de vista formal, conforme o art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

Não há óbices à constitucionalidade material.

Ademais, cabe à União legislar privativamente sobre Direito Eleitoral, conforme art. 22, inciso I, da Constituição Federal. A mudança proposta se aplica apenas aos militares da União, preservando os militares dos estados e do Distrito Federal.

As regras propostas pela PEC para a elegibilidade dos militares federais estabelecem que eles só podem ir para a reserva remunerada após 35 anos de serviço (art. 50, inciso II, alínea "a", da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares).

No entanto – peço a atenção de todos e todas –, os militares federais que desejarem se candidatar, caso já tenham mais de 35 anos de serviço, não sofrerão limitação significativa, já que, mesmo transferidos para a reserva, manterão seus rendimentos normalmente, sem que isso afete seu estilo de vida. Já para os que ainda não tenham 35 anos de carreira, embora a decisão de se candidatar acarrete a transferência para a reserva não remunerada, caso sejam eleitos, terão outra fonte de remuneração durante o mandato, e caso não sejam, não perderão a patente, se forem oficiais, nos termos do art. 142, §2º, incisos I e VI, da Constituição Federal.

Neste contexto, a PEC se fundamenta na necessidade de que os militares possam desempenhar com total confiabilidade seu papel na defesa da pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na manutenção da lei e da ordem – art. 142, *caput*, CF – proporcionando benefícios para toda a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juridicamente e regimentalmente, a proposta observa os princípios e preceitos jurídicos e a organicidade do sistema jurídico. A técnica legislativa está em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998.

Concluindo. No mérito, então, entendo que a PEC merece ser aprovada.

O voto.

Ante o exposto, sou pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Presidente Davi Alcolumbre, creio que fui objetivo.

Agradecido.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador já pediu vista. E pediu vista com a matéria em discussão. É isso? É isso.

Então, foi colocada em discussão a matéria e foi concedida vista, nos termos regimentais.

Item 9.

ITEM 9

OFÍCIO "S" N° 18, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira para proferir o relatório.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Vem ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a cidadão de "notável saber jurídico e reputação ilibada", indicado pela Câmara dos Deputados, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal.

O indicado, Sr. Presidente, é Procurador do Distrito Federal desde 2009, exercendo, atualmente, a função de Procurador da Fazenda do DF no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do DF, sendo também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – ... desde 2022, Conselheiro da Comissão de Ética da Presidência da República.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o indicado declara que: "atende aos requisitos de vedação ao nepotismo", sem indicação da existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos, conforme exige o art. 383, inciso I, alínea "b", item 1; encontra-se em plena situação de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e distrital, conforme certidões apresentadas; não é réu em ações judiciais penais ou administrativas, figurando como autor em duas ações judiciais, sendo uma de ação anulatória de débito fiscal e outra de ação de cobrança de valor reconhecido administrativamente pela Fazenda Pública, ambas com decisão favorável transitada em julgado; não participa de conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Em sua argumentação escrita, o indicado descreve as suas conquistas profissionais e acadêmicas que constam do seu *curriculum vitae*.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me aproveitar esta oportunidade... Nós temos várias autoridades indicadas para o Conselho Nacional do Ministério Público e para o Conselho Nacional de Justiça. Qual foi o motivo de nós incluirmos na reunião de hoje, ordinária, os relatórios apresentados pelos Relatores das indicações... São as indicações 17, o Relator da matéria é o Senador Mecias; indicação 18, o Relator é o Senador Ciro Nogueira; indicação 20, a Relatora é a Senadora Ana Paula Lobato; 21 é a Senadora Augusta Brito; 22 é a Senadora Zenaide Maia; 23 é o Senador Cid Gomes; 24 é a Senadora Professora Dorinha Seabra; 25 é o Senador Eduardo Gomes; 26 é o Senador Otto Alencar; 27 é o Senador Fabiano Contarato... São esses.

São todas indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público e para o Conselho Nacional de Justiça, CNMP e CNJ, porque, regimentalmente, nós precisávamos fazer a leitura do relatório apresentado e a discussão e, automaticamente, conceder vista coletiva. Vou fazer isso no caso do Dr. Edvaldo Nilo de Almeida, como já fiz, e vou fazer em todas as outras indicações, para nós cumprirmos o prazo regimental, porque o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, informou a esta Comissão que, na próxima semana, nós teremos a semana do esforço concentrado para a deliberação de autoridades, tanto na Comissão quanto no Plenário.

Então, nós vamos cumprir o Regimento, cumprir a determinação do Presidente de fazermos a sabatina e aguardarmos o prazo regimental, para, na próxima semana, fazermos o esforço concentrado, em que é necessário a presença de todos os Senadores e das Senadoras na Casa, para o registro da digital, da presença digital na votação pessoal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Na última reunião, eu cheguei a fazer a leitura do relatório, houve um acordo com o Senador Alessandro sobre a emenda, e foi feito, então, o ajuste da emenda, que atendeu ao projeto do Senador Mauro. Então, foi feito aqui, porque era uma palavrinha que estava faltando, a questão da omissão, e, no final, quando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Qual é o número dele?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É o 4.337. O item 18.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Conversei há pouco aqui com o Senador Alessandro, está o.k., é só para a gente poder votar essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro, está o.k.? Pode fazer a inversão?

Vamos inverter a pauta, por solicitação do Líder Izalci, num acordo construído com o Senador Alessandro Vieira.

V. Exa. não já tinha feito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Já. Só para eu ler aqui rapidamente o voto, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 18

PROJETO DE LEI N° 4337, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 2, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

- Em 08/11/2023 foram recebidas as Emendas n° 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e nº 2, de autoria da Senadora Augusta Brito;

- Na 47ª Reunião Ordinária, realizada em 08/11/2023, a Presidência concedeu vista ao Senador Alessandro Vieira, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Concedo a palavra a V. Exa., para fazer as observações necessárias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 4.337, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação, acolhendo-se as Emendas 1 e 2, da CCJ, nos termos da subemenda ora apresentada.

> SUBEMENDA N.º - CCJ
> (às Emendas n.º 1 e 2 – CCJ)
> O art. 17-B da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º-A e 5º-B assim redigidos:
> "Art. 17-B. .....
> §5º-A. No caso de omissão ou recusa do membro do Ministério Público acerca da proposta, análise e celebração de acordo de não persecução civil, seja na fase extrajudicial ou judicial, o investigado pode requerer a remessa dos autos ao Conselho Superior ou Câmara de Coordenação e Revisão, na forma da legislação de cada Ministério Público.
> § 5º-B. Na revisão prevista no §5º-A pode o órgão revisor reconhecer a omissão, manter a recusa ou, se entender presentes os requisitos para a formulação do acordo, remeter os autos para outro membro do Ministério Público cumprir a determinação superior".

Então, o que houve de alteração foi isso, porque, no projeto original, remetia para o membro que negou o acordo. Então, é essa a alteração.

> O art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 6º-A, 6º-B e 6º-C assim redigidos:
> "Art. 5º .....
> § 6º-A. .....
> §6º-B. No caso de omissão ou recusa do membro do Ministério Público acerca da proposta, análise e celebração de ajuste de conduta, seja na fase extrajudicial ou judicial, o investigado pode requerer a remessa dos autos ao Conselho Superior ou Câmara de Coordenação e Revisão, na forma da legislação de cada Ministério Público.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) –

> § 6º-C. Na revisão prevista no §6º-B pode o órgão revisor reconhecer a omissão, manter a recusa ou, se entender presentes os requisitos para a formulação do ajustamento de conduta, remeter os autos para outro membro do Ministério Público cumprir a determinação superior".

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre se podemos realizar a votação única para o projeto e para a subemenda, nos termos de parecer. (*Pausa.*)

O.k.

Vou iniciar a votação.

Nesta matéria, trata-se de votação nominal.

Solicito aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário ou possam votar pelo aplicativo.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Otto Alencar, Coordenador-Geral da Frente de Resistência, estamos juntos.

V. Exa. já pode votar. Para acompanhar o Senador Izalci, o voto é "sim".

Seja bem-vindo. Estávamos com muita saudade de V. Exa. (*Pausa.*)

Senador Efraim, Senador Rogério Carvalho, Senador Weverton, para acompanhar o Senador Izalci Lucas, o voto é "sim".

Orientação da Bancada do PSDB.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Sim, eu peço o apoio dos colegas.

É um projeto do Senador Mauro. É aquele projeto do Senador Mauro que nós lemos na última reunião. Só foi feito o ajuste do Alessandro, viu, Flávio?

A orientação nossa é pela aprovação.

Eu sou o autor.

Não, autor, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sou o Relator. O autor é o Mauro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o Relator revisor é o Senador Alessandro Vieira.

Está igual Comissão Mista de Medida Provisória. Aqui tem Relator revisor agora. (*Risos.*)

Dr. Otto, Líder, com a palavra V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradecendo outra vez as referências que V. Exa. fez à minha pessoa quando adentrei aqui a Comissão de Constituição e Justiça, eu sou Relator de uma das indicações para o Conselho Nacional de Justiça. Se fosse possível, V. Exa. poderia inverter a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando encerrar... Eu posso encerrar a votação quando der o número mínimo necessário? (*Pausa.*)

Quando eu encerrar, Líder Otto, eu vou passar para a Senadora Ana Paula, que é Relatora, e, em seguida, para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, a orientação do Senador Izalci Lucas é o voto "sim".

"Sim" ou "não"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah tá. É porque, como eu vou abrir com 14, tem que ter todo mundo "sim" aí. Senão, vão dizer que eu boicotei o projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não faça isso.

Vou encerrar quando atingir o quórum de 14. Fui autorizado pelo Senador Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Rogério Carvalho, está tudo certo nesse voto aí? Senador Rogério Carvalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Já votei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, mas está tudo o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já, Jayme? Jayme já votou? Já, Jayme?

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 15 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a Submenda nº 1, da CCJ, nos termos do parecer.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado a todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Kajuru, votou "sim".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Estou brincando com ele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 10

OFÍCIO "S" N° 20, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato para proferir o relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de 14 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Queria pedir a atenção do Plenário. Nós temos orador na tribuna.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Obrigada.

... do qual decorre a presente vaga.

Desse modo, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito da indicada para o biênio 2023/2025, a Sra. Cíntia Menezes Brunetta, cujo currículo passamos a resumir.

Sob o aspecto acadêmico, a indicada é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, possui MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas, é mestra em Direito pelo Centro Universitário Christus e doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.

É, também, Professora Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo nos cursos de graduação e nos programas de mestrado e doutorado em Direito, e foi Secretária-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no período de 2019 a 2022, onde exerceu funções de planejamento, gestão, coordenação e assessoramento técnico da Direção-Geral.

Dentre as inúmeras publicações da indicada, destacamos as que seguem: "Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero"; "Da pessoa e para a pessoa: a regulação jurídica dos algoritmos"; "Entre reis, verdades e véus: a (provável) ilusão da justiça procedimental pura"; entre outros.

Sob o aspecto profissional, a indicada é Juíza Federal desde 2004, tendo exercido, como Juíza Substituta, a jurisdição nos âmbitos cível, criminal e de juizado especial federal nas Seções Judiciárias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoas e do Ceará, além de ter participado de mutirões e juizados itinerantes nas Seções de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Promovida por merecimento a Juíza Federal Titular em agosto de 2010, exerceu a jurisdição nos âmbitos cível, criminal, de execução fiscal e de juizado especial federal nas Seções Judiciárias da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará, e foi Diretora do foro das Subseções de Sousa/PB, Mossoró/RN e Maracanaú/CE.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Cumpre destacar, além disso, que a indicada foi vencedora do Prêmio Innovare no ano de 2010, com a prática "Execução Bate Pronto", criada para agilizar o cumprimento das decisões judiciais pelo Instituto Nacional do Seguro Social em processos virtuais, bem como recebeu menção honrosa em 2019 com a prática "Passando o Martelo Adiante: Sucessão de Juízes em Litígios de Alta Complexidade e Gestão de Transição", criada no contexto de demandas coletivas estruturantes na área da saúde pública cearense.

Por fim, instruem a presente indicação todas as declarações e os documentos requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir o relatório.

Da mesma maneira, concedo vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

ITEM 16

OFÍCIO "S" N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

O Relator da matéria é o Líder Otto Alencar.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e passo a discorrer sobre meu relatório da indicação do Dr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha.

Vem ao exame da Comissão de Constituição e Justiça a indicação do Dr. Alexandre para o cargo de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O ofício dando conta da escolha do nome pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na forma do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, vem assinado pelo Exmo. Sr. Lelio Bentes Corrêa, Presidente daquele colendo tribunal, e se sujeita à aprovação deste Senado Federal, por força do §2º do mesmo artigo.

Previamente à votação da matéria, cabe a esta Comissão proceder à arguição pública do indicado, nos termos da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005. O referido diploma normativo, visando a municiar os Senadores das informações necessárias à discussão e votação da matéria, exige que a indicação seja acompanhada do seguinte rol de documentos:

> Art. 5º As indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:
> I – *curriculum vitae* do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;
> [Eu tive a oportunidade de receber no meu gabinete o Dr. Alexandre, conversar, ver o seu currículo e posso afirmar, Sr. Presidente, que ele preenche os pré-requisitos necessários para assunção de cargo tão importante no Conselho Nacional de Justiça.]
> II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;
IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

As exigências foram plenamente cumpridas, conforme constante respectivamente das fls. 5-21, 22, 29 e 23 do Avulso (fls. 4-20, 21, 28 e 22 do Ofício), tendo este ainda se feito acompanhar das declarações e documentos referidos pelo art. 383 do Regimento Interno da Casa.

Passamos a descrever, com a brevidade possível, o vastíssimo currículo do indicado. O Dr. Alexandre Cunha é juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), sendo atualmente Presidente da 8ª Turma e integrante da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, com passagem anterior pelo Órgão Especial. Entre meados de 2014 e o fim de 2015, atuou ainda como convocado junto à Primeira Turma do TST.

Com mais de três décadas de prestação jurisdicional, o Dr. Alexandre Cunha é oriundo da magistratura de carreira, na qual ingressou em 1991, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, cerca de quatro anos após a conclusão do bacharelado em Direito pela Universidade Gama Filho, no Estado do Rio de Janeiro.

Teve especial dedicação à docência, tendo dirigido a Escola Judicial do TRT-1 por quatro anos, entre 2009 e 2013, inclusive atuando na capacitação de magistrados para utilização do processo eletrônico. Na segunda metade desse período, integrou ainda o Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ocasião em que coordenou o Comitê de Educação a Distância, a que foi posteriormente reconduzido.

É doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madrid, com tese defendida em 2007 e aprovada, por unanimidade e com o grau máximo, por banca formada por nomes de destaque no direito, tendo seu orientador posteriormente sido alçado a juiz do Tribunal Constitucional da Espanha. Foi também palestrante, coordenador e organizador de diversos congressos, cursos e seminários; membro de bancas examinadoras para ingresso na magistratura trabalhista; autor de variados ensaios, monografias e artigos científicos; debatedor; e professor universitário e de cursos preparatórios para concursos públicos.

Ante o exposto, Sr. Presidente, reputamos que o Sr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha satisfaz plenamente os pré-requisitos constitucionais para exercer as atribuições inerentes ao cargo de Conselheiro do CNJ. Opinamos que a matéria se encontra, ademais, regularmente instruída, estando madura para deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, pelo Plenário deste Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Da mesma maneira, concedo vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383-2B.

O Senador Fabiano Contarato pediu para fazer a...

Cadê o... (*Pausa.*)

Só um minuto.

ITEM 17

OFÍCIO "S" N° 27, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Guimarães Feliciano, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para proferir o relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Juiz do Trabalho, indicado pelo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior do Trabalho, nos termos do inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução 7, de 2005.

Nos termos da Constituição Federal, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução 7 e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

O indicado encaminhou o seu currículo, que passamos a resumir.

S. Exa. graduou-se pela Universidade de São Paulo em 1996, obtendo, pela mesma instituição, o título de Doutor em Direito Penal em 2004 – matéria que eu tenho orgulho em lecionar – e, pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal, o título de Doutor em Ciências Jurídicas em 2014. Em 2007 recebeu o título de Livre-Docente em Direito do Trabalho pela USP e em 2020 concluiu o pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O indicado conta ainda com quase duas dezenas de cursos de formação complementar, tanto na área jurídica como em idiomas diversos.

Foi aprovado em primeiro lugar no concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região, em 1997, quando ingressou como Juiz do Trabalho Substituto, e alcançou a titularidade em 2005. Desde 2006 é Juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté, em São Paulo.

É colaborador da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra), desde 2007, e exerceu diversos cargos na Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), desde 2005, inclusive de Presidente e de Vice-Presidente. Também é colaborador da Escola Paulista da Magistratura e Professor Visitante das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (Fiaet), em ambas desde 2006.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – No Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento das Relações Trabalhistas atua como Conselheiro e Professor Visitante.

No campo acadêmico, é oportuno destacar que o indicado é Professor Associado do Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP desde 2009, tendo sido aprovado em primeiro lugar em concurso de provas e títulos. Também é professor da UDF Centro Universitário desde 2020. Exerce, ainda, o cargo de Professor Assistente Doutor da Universidade de Taubaté (Unitau), desde 2006, onde atua como coordenador do curso de especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, tendo sido Professor Colaborador dessa instituição no período de 2000 a 2004. Também leciona no Centro Universitário Salesiano São Paulo (Unisal), desde 2013. Integra o programa de extensão universitária em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia Social e do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas principais linhas de pesquisa acadêmica estão voltadas aos direitos sociais no contexto dos direitos humanos.

Guilherme Guimarães Feliciano é membro de corpo editorial de diversas revistas científicas, como a revista da Anamatra *Revista Trabalhista Direito e Processo* e da *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*. É membro vitalício da Academia Brasileira de Direito do Trabalho e da Academia Taubateana de Letras. É autor de mais de duas centenas de artigos acadêmicos publicados em revistas especializadas e em coletâneas jurídicas bem como de mais de uma centena de capítulos de livros e de obras jurídicas e teve participação destacada em inúmeros eventos científicos na sua área de atuação. O indicado destaca-se ainda por sua atuação em bancas de graduação, mestrado, doutorado e de comissões julgadoras de concurso público.

S. Exa. apresentou as declarações exigidas pelo art. 383 do Risf, pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

O indicado também anexou as certidões exigidas, que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital. Apresentou, ainda, argumentação escrita na qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, destacando que sua experiência profissional envolveu intenso contato com a população ao ensejo dos diversos serviços públicos prestados, em momentos tendencialmente aflitivos, como acidentes, criminalidade e litigiosidade, o que impactou sua formação e sensibilidade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça, o que muito me orgulha e honra.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer só um agradecimento à Justiça do Trabalho. Eu fico muito triste quando eu vejo Parlamentar tentando, de alguma forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – ... diminuir ou desqualificar a Justiça do Trabalho. Só quem sabe o que faz um Juiz do Trabalho – e aqui o indicado concilia duas coisas, a docência com a magistratura na Justiça do Trabalho – sabe a função social que tem essa Justiça, que tem tanto valor, que atende tanto a população e fortalece tanto a economia no nosso país.

Eu rendo aqui as minhas homenagens não só ao indicado, cuja relatoria muito me orgulha, o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, mas também a todos os Juízes e Juízas do Trabalho, a todos os serventuários da Justiça do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, na certeza de que a Justiça do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho é que efetivamente fortalece a democracia em nosso país e luta para dar efetividade a todos os direitos sociais estampados no art. 6° da Constituição Federal.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Esta Presidência concede vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, *b*.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4.224, DE 2021

- Não terminativo -

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Deputado Osmar Terra.

Relatoria: Senador Dr. Hiran.

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário à Emenda n° 1.

Observações:

- Na 47ª Reunião Ordinária, realizada em 08/11/2023, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 21/11/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- A matéria vai, posteriormente, à Comissão de Segurança Pública.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para proferir o relatório apenas sobre a Emenda n° 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui enfatizar a importância e o comprometimento do Senador Contarato nessa questão, a preocupação dele, a preocupação em proteger as crianças e adolescentes da exploração sexual, porque isso realmente é um crime hediondo.

Mas, Senador Contarato, como eu havia conversado com V. Exa., a gente queria evitar que esse projeto tão importante e que a sociedade espera por tanto tempo voltasse para a Câmara. É principalmente por essa questão que a gente está rejeitando a sua emenda, que é uma emenda pertinente, que trata do peculato, mas eu quero pedir aqui a devida vênia a V. Exa., porque você é uma pessoa que defende tanto esse tema, que não fique aqui entendido que houve uma falta de respeito em relação a essa emenda.

Quanto à Emenda nº 1 da CCJ, em que pesem os nobres propósitos que animam o autor da emenda, proponho a sua rejeição pelas razões a seguir expostas.

Os crimes que a emenda busca incluir, apesar de apresentarem gravidade, não se relacionam diretamente com o objeto da proposição em análise, que visa fortalecer os mecanismos de proteção da criança e do adolescente no país. Por outro lado, retira do rol de crimes que o PL busca transformar em hediondos o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou automutilação realizados por meio de redes de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (Código Penal, art. 122, *caput* e §4º). Trata-se de crime que, nos termos já defendidos nesse parecer, merece receber o tratamento mais rigoroso proposto.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do PL nº 4.224, de 2021, com as emendas a seguir expostas e pela rejeição da Emenda nº 1 da CCJ.

Está lido, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Eu concedo a palavra a V. Exa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para fazer a reflexão aqui. Eu quero parabenizar o Senador Efraim... Desculpe, Hiran, perdão, pela relatoria. Longe de mim, ser um obstáculo para voltar esse projeto, acho de extrema importância. Mas quando eu apresentei, Senador Hiran, essa emenda, é porque o projeto estabelece,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio, que seja tipificado como crime hediondo. E eu, vira e mexe – o senhor mesmo já foi testemunha –, tenho aqui levantado a possibilidade, Senador Cid... Porque, às vezes, nós estamos aqui focados em aumentar a pena de furto de cabo de energia para 12, 18 anos de reclusão, ou o próprio estelionato, mas os crimes que trazem maior prejuízo são crimes praticados por políticos. Então, quando um político, por exemplo, desvia a verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas. Quando um político desvia a verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens. E se você traça o perfil socioeconômico de quem está preso, as cadeias estão lotadas de pobres, pretos e crimes contra o patrimônio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Ora, então por que nós não temos a sensatez e a coragem de aprovar como crime hediondo desvio de verba pública? Crimes de peculato, crimes de inserção de dados faltos no sistema de informação, crime de concussão, do 316, o crime de corrupção passiva, do 317, de corrupção ativa, do 333, cuja pena é até 12 anos de cadeia.

Então, quando eu apresentei essa emenda, foi simplesmente com esse objetivo. Já que nós vamos tipificar, introduzir na Lei 8.072/90, como crime hediondo, isso que o projeto muito bem feito está alcançando, por que nós não temos a coragem, a coragem de não só aumentar a pena de furto de cabo de energia, mas efetivamente determinar que crimes de corrupção ativa, de corrupção passiva, de peculato, de concussão sejam considerados crimes hediondos? Aí, sim, porque esses crimes – concussão, peculato, corrupção ativa, corrupção passiva – matam, matam o sonho, matam a vida, matam a integridade física.

E é isso que eu acho que nós temos que fazer. Passou da hora da gente ter a coragem.

Existe uma frase de um samba que diz o seguinte:

> Deixa a máscara cair
> Que eu quero ver você sorrindo
> Bota fé no seu olhar
> Que o amanhã será bem-vindo

É preciso provocar a queda de máscara do Parlamento para interagir com o verdadeiro destinatário, porque, infelizmente, sopesar a mão na camada que mais sofre, na camada hipossuficiente, é muito fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu quero ver nós aprovarmos aqui, considerarmos crime hediondo, o crime de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão. Aí, sim, nós vamos legislar para uma sociedade em que todos somos iguais perante a lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria, mas não há Senadores inscritos para discutir.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Deputado Osmar Terra, que é o autor dessa matéria, que desenvolve uma proposta de proteção às nossas crianças. Então, parabéns ao Deputado Osmar Terra, que está conosco aqui na CCJ, veio acompanhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovado o relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para corroborar a fala do Senador Marcos Rogério. Aqui ao nosso lado está o Deputado Osmar Terra, um defensor dos direitos da criança. E dizer que nós temos projetos semelhantes que tramitaram na Câmara dos Deputados, o PL 2.965, que estabelece um plano nacional de enfrentamento à violência e uso de drogas nas escolas, que tem o mesmo escopo. E o que chama a atenção deste projeto, relatado pelo nobre Senador Hiran, é o art. 2º, que prevê as medidas de prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes nos estabelecimentos educacionais ou similares. Então, a proposta é exitosa.

Quero parabenizar o Relator e o autor da matéria, o nobre Deputado Federal Osmar Terra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, aproveitando aqui o apoio inconteste desta Comissão e a sensibilidade desta Comissão em relação a este projeto importante para o nosso país, para a proteção de crianças e adolescentes, eu queria que V. Exa. colocasse aqui em votação a urgência deste projeto, para que a gente pudesse levá-lo diretamente ao Plenário, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tenho como o fazer, querido Dr. Hiran, porque essa matéria ainda vai passar em outra Comissão, a Comissão de Segurança Pública. Eu não tenho como votar para esse assunto. Eu acho que até o nosso Presidente está aqui.

Deixa eu terminar a leitura aqui da aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as emendas nº 2 da CCJ e 3 da CCJ, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só registrar também aqui meus elogios públicos ao Deputado Osmar Terra e ao Relator Hiran. Hoje, até por coincidência, recebi lá no meu gabinete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... o Sr. Leniel Borel, que é pai lá do Henry Borel, que também deu origem a uma lei de proteção à criança e adolescente, aquele caso trágico do assassinato de um menino no Rio de Janeiro pelo padrasto e pela mãe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Moro.

ITEM 13

OFÍCIO "S" N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes para proferir o seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes, eu quero agradecer, Presidente, a deferência que o senhor me faz em designar-me Relator dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto, Cid.

Eu queria pedir a atenção dos nossos convidados que estão aqui, no Plenário.

Senador Marcos do Val, eu queria pedir a atenção dos nossos convidados, porque nós temos um Senador que está fazendo a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos sabemos do avanço que a Justiça brasileira teve quando da criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Todos aqueles que justamente proclamavam a necessidade de um acompanhamento maior por parte da sociedade da atuação do Poder Judiciário e da atuação do Ministério Público certamente tiveram o reconhecimento do avanço que foi essa criação.

Compõem o Conselho Nacional do Ministério Público indicações de vários órgãos do Poder Judiciário e até externos a ele.

O item 13 da pauta trata de uma indicação do Supremo Tribunal Federal, que, com base no inciso IV do *caput* do art. 103-B da Constituição Federal, indica ao Senado Federal, mediante o Ofício "S" nº 23, de 2023, o Sr. Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Desse modo, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito do indicado, cujo *curriculum vitae* passamos a resumir.

O Sr. José Edivaldo Rocha Rotondano é Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, em 1983, com especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia. A conclusão dessa especialização se deu em 1995.

Foi Promotor de Justiça entre 1984 e 2005 nas comarcas de Casa Nova, São Francisco do Conde, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Camaçari e Salvador, e, entre 2005 e 2012, foi Procurador de Justiça do Estado da Bahia.

Além disso, exerceu inúmeras funções no âmbito administrativo, cumprindo destacar a de conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2008, assessor especial do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, entre os anos de 2002 e 2006, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis, Fundações e Eleitorais, entre 1996 e 2002, e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, no ano de 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2012, tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e, em 2016, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, assumindo a Presidência daquele Tribunal nos anos de 2017 a 2019.

Exerceu, também, o cargo de Corregedor Eleitoral nos anos de 2019 a 2020. Além disso, em 2022, tomou posse como Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

No exercício deste último cargo, foi, ainda, Presidente do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais de Justiça, no ano de 2022, e, atualmente, figura como Presidente do Colégio Permanente de Corregedores e Corregedoras-Gerais dos Tribunais de Justiça.

Em sua trajetória profissional, notabilizou-se por conduzir projetos de relevante impacto social, a exemplo do "Paternidade Responsável", "Eleitor do Futuro", "Regularização Fundiária" e educação no sistema prisional.

Dentre as inúmeras honrarias recebidas pelo indicado, destacam-se a Medalha da Comenda Ministro Prado Kelly (2023), a Medalha de Honra ao Mérito Décio Antônio Erpen (2022), a Medalha 22 de Abril, também nesse mesmo ano, a Medalha da Aviação Policial Militar da Bahia, a Medalha do Mérito da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral Ministro Francisco Peçanha Martins, a Medalha de Mérito Policial Militar e a Medalha Comenda Dois de Julho.

Por fim, instruem a presente indicação todas as declarações e os documentos requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão.

Não há Senadores inscritos para discutir.

Concedo vista coletiva automática, ficando para futura reunião, o processo de arguição do candidato e a votação nos termos do art. 383, II, "b".

Tem uma solicitação da Senadora Mara Gabrilli.

Eu vou conceder a palavra à Senadora Mara, mas eu fiz um compromisso na reunião passada de que nós colocaríamos em pauta essa matéria, por uma solicitação feita pela Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra à Senadora Mara para fazer a sua manifestação e vou incluir extrapauta a matéria no dia de hoje.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Presidente.

Eu peço a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015, do Deputado Federal Onyx Lorenzoni, que regulamenta a profissão de protesistas e ortesistas ortopédicos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu fiz esse compromisso com a Senadora Mara Gabrilli na reunião passada, e, como a gente publica a pauta na sexta-feira, eu queria solicitar aos Senadores e Senadoras que pudéssemos incluir.

Houve um problema na Secretaria e não conseguimos fazer a inclusão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Meus agradecimentos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Vai designar Relator?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela é Relatora.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 121, DE 2015

Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1–CAS e à Emenda nº 2-PLEN.

Concedo a palavra à Relatora da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada, colegas.

Eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário ou da Presidência do Senado Federal.

Sob essa ótica, portanto, será o foco principal da análise do PLC nº 121, de 2015.

Em relação ao aspecto formal do projeto de lei em foco, não se vislumbra qualquer óbice à sua aprovação.

Nos termos do art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal, incumbe à União legislar sobre condições para o exercício de profissões, motivo pelo qual ao mencionado ente federado é atribuída a prerrogativa de disciplinar a matéria objeto do PLC nº 121, de 2015.

Além disso, não se trata de questão cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos tribunais superiores ou ao Procurador-Geral da República, razão por que aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de tema cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar. Assim, a lei ordinária é o instrumento apto à inserção dele no ordenamento jurídico nacional.

No tocante à face material do PLC 121, de 2015, inexistem impedimentos à regulamentação das profissões em exame.

Sabe-se que a confecção de órteses e próteses, quando realizada por pessoas sem o devido conhecimento técnico para tanto, ocasiona risco a direito indisponível do corpo social, qual seja, a saúde do povo brasileiro. Em face disso, nos termos do art. 5º, inciso XIII, da Carta Magna, há amparo constitucional para que se imponham barreiras de entrada ao desempenho do mencionado ofício.

Nesse sentido, há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Com base na jurisprudência da Suprema Corte, portanto, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que o PLC 121, de 2015, é consentâneo com o art. 5º, inciso XIII, da Carta Magna, visto que regulamenta profissão cujo exercício coloca em xeque interesse indisponível do corpo social, qual seja, a saúde do destinatário das órteses e próteses utilizadas em território nacional.

Em face disso, a proposição merece ser aprovada.

Quanto às emendas a ela apresentadas, cabem as seguintes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No parecer proferido na CAS, em 24 de maio de 2017, foi acolhida a Emenda nº 1, da CAS, e rejeitada a Emenda nº 2, de Plenário. Naquela oportunidade, restou consignado que a prescrição de órteses e próteses deveria ficar a cargo de médicos, profissionais qualificados para avaliar os seus impactos no organismo como um todo, consoante se verifica da transcrição abaixo:

> No mérito, somos contrários à aprovação da Emenda nº 2 – PLEN.
> Isso porque, entendemos que apenas médicos devidamente qualificados podem prescrever, avaliar, aprovar e supervisionar a confecção e a utilização de tais instrumentos.
> A prescrição de próteses e órteses deve ficar a cargo de profissionais qualificados para avaliar seu uso e impacto no organismo como um todo, tendo em conta a vitalidade e a abrangência do uso de tais equipamentos.

Entretanto, não nos parece razoável a limitação imposta pela Emenda nº 1 – CAS. Isso porque, dentro das respectivas áreas de atuação, médicos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais ostentam os conhecimentos bioengenheiros técnicos indispensáveis para determinar a necessidade, ou não, da utilização de órteses e próteses para o tratamento de seus pacientes.

No mesmo sentido, caminha, inclusive, a Portaria SAS/MS nº 661, de 2 de dezembro de 2010, por meio da qual o Ministério da Saúde inclui órteses e próteses não relacionadas ao ato cirúrgico na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Assim, não há amparo técnico para a aprovação da Emenda nº 1 – CAS, que deve ser rejeitada. A rejeição da Emenda nº 1 – CAS acarreta a rejeição da Emenda nº 2 – PLEN, que fica sem objeto.

Indo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 121, de 2015, e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAS e da Emenda nº 2 - PLEN.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Mara.

Em discussão a matéria.

O Senador Sergio Moro para discutir a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Elogio aqui o relatório da nobre Senadora Mara Gabrilli. E eu tenho me preocupado um pouco, Senador Alcolumbre, porque tem aparecido muito projeto para criação de conselho profissional. Não é esse o caso do projeto, o caso do projeto não cria um novo conselho profissional, apenas regulamenta a atividade. Então, nesse caso, eu louvo a iniciativa e posso acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tenho uma preocupação, porque tem aparecido muito aí conselho profissional para tudo que é lado. Aí a gente está preocupado hoje em dia lá com contribuição sindical obrigatória, que tem impactado a liberdade do trabalho, do trabalhador, e, concomitantemente, às vezes esta Casa tem aprovado uns conselhos profissionais aí que não têm justificativa. Mas faço a ressalva de que não é esse o caso do projeto e, portanto, tem o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bom, na mesma linha, apenas um comentário: eu tenho a mesma preocupação de V. Exa.. Quando eu conversei com a Senadora Mara, na semana passada, quando ela solicitou a inclusão, eu consultei os nossos técnicos do Senado e eles identificaram que apenas estava regulamentando, não era um novo conselho, e por isso que eu aquiesci e concordei com que nós pudéssemos rapidamente deliberar essa matéria, porque a mesma preocupação que V. Exa. tem, eu também tenho. Esse projeto não tem nada a ver com a criação de um novo conselho.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e contrário às Emendas nº 1, da CAS, e nº 2, de Plenário.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Presidente, só para acalmar o coração dos Senadores, a gente está falando da regulamentação de uma profissão que vai mudar o destino do nosso país, porque hoje demoram cinco anos para entregar uma cadeira de rodas, entregar uma prótese, uma órtese, porque a gente não tem a regulamentação dessa profissão.

Então, isso vai ajudar muito o Brasil.

Então, eu acho que a gente está fazendo um golaço na saúde do povo brasileiro regulamentando os ortesistas e protesistas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para fazer um registro, Senadora, eu tenho certeza absoluta de que todos os Senadores compreendem isso, tanto é que foi aprovada por unanimidade a inclusão da matéria extrapauta e aprovada por unanimidade, por votação simbólica, a proposta de V. Exa. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ofício nº 24, de 2023.

ITEM 14

OFÍCIO "S" N° 24, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para proferir o relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Passo direito ao nosso voto.

A Sra. Renata Gil é nascida em São Gonçalo, cidade do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1971.

Formada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tem Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense e é Mestre pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – Mestrado Profissional em Direito (2022).

Em 1998, após servir dois escritórios de advocacia, tornou-se Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assumindo as Comarcas de Conceição de Macabu (1998-2001) e Silva Jardim (2001-2003). Assumiu a titularidade da 2ª Vara de Rio Bonito (2003-2007) e, em outubro de 2007, foi empossada titular da 40ª Vara Criminal da Comarca Capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi coordenadora dos Polos Eleitorais do Rio de Janeiro para as eleições de 2012, além de atuar como coordenadora adjunta da pesquisa "Quem somos. A magistratura que queremos.", realizada em conjunto pela Associação dos Magistrados Brasileiros e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Obteve destaque com a criação e coordenação da Central de Assessoramento Criminal no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cartório de funcionários "sem rosto", iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De 2008 a 2010, foi representante da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). Em janeiro de 2011, Renata Gil foi eleita Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para o triênio 2011-2013.

Em fevereiro 2016, foi eleita Presidente da Amaerj, biênio 2016-2017, destacando em sua gestão a necessidade de uma promoção maior da igualdade de gênero e raça dentro dos tribunais brasileiros. Renata Gil foi responsável pela organização do Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos, que premia diversas ações relativas a pautas sociais importantes. No mesmo ano foi empossada Vice-Presidente institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros, triênio 2017-2019, onde coordenou a pesquisa da AMB "Quem somos. A magistratura que queremos.", realizada em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Renata Gil, em seu segundo mandato como Presidente da Amaerj, foi reeleita com grande maioria de votos e criou o projeto socioambiental Remada Limpa, com diversas ações voluntárias e envolvimento nas competições das Olimpíadas de 2016.

Em 2019, foi reeleita presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. A jurista passou a integrar o grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

Renata Gil foi a primeira juíza brasileira a avaliar um país no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo e foi a primeira juíza estadual a participar da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

Idealizou, no Rio de Janeiro, a Central de Assessoramento Criminal (CAC), iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

Já fez diversas palestras em Angola, com o mesmo tema: corrupção e lavagem de dinheiro.

Durante a pandemia, idealizou um projeto, uma campanha – A Justiça Não Para –, na valorização do trabalho da magistratura.

Com mais de 6 mil publicações nas mídias sociais, lançou também a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, em parceria com o CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentou ao Congresso Nacional o Pacote Basta, através do PL 741, de 2021. Dia 28/7/2021, foi sancionado como a Lei 14.188, de 2021, que define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas mais importantes no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. É uma das principais ativistas da causa no mundo, conquistando inúmeros prêmios por sua atuação.

Em 2021, com o apoio da Associação Internacional de Juízas Mulheres, resgatou juízas no Afeganistão que sofriam ameaças pelo Talibã. O sucesso desse plano de acolhimento lhe rendeu o Prêmio Faz Diferença, do jornal *O Globo*, na categoria mundo.

Durante seu mandato, coleciona diversas condecorações e homenagens pelo seu trabalho. Foi nomeada juíza auxiliar da Corregedoria Nacional em janeiro de 2021, cargo que ocupa até a presente data.

Idealizadora do Instituto Nós Por Elas, lançado em abril de 2023, que promove campanhas, ações e atos públicos para que toda mulher, independentemente de idade, classe social, etnia, religião, ideologia, política e orientação sexual possa viver uma vida sem medo de exercer a sua individualidade.

Brasília...

Esse é o nosso voto da Sra. Renata Gil.

Como Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara, nós testemunhamos a ação importante à frente da AMB, com diversas pautas estratégicas para o Brasil, na garantia dos direitos, combate à corrupção, valorização e respeito à mulher.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores para discutir.

Concedo vista coletiva automática, ficando a futura reunião o processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do art. 383-2B. (*Pausa.*)

ITEM 8

OFÍCIO "S" N° 17, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

A indicação da Sra. Daiane Nogueira de Lira é para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na vaga de autoria da Câmara dos Deputados.

O Relator da matéria é o Senador Mecias de Jesus.

Pronto para a deliberação.

Concedo a palavra *ad hoc* ao Senador Presidente Hamilton Mourão, para proferir o voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pela Câmara dos Deputados, da Sra. Daiane Nogueira de Lira, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Câmara dos Deputados, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, ao qual cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida a recondução.

Ainda de acordo com a Carta Magna, integrarão o CNJ dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

A indicada Daiane Nogueira de Lira encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Fortaleza (Unifor) em 2004, obteve, posteriormente, o título de Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) em 2010. Atualmente é Doutoranda em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

A indicada é Advogada da União, desde 9 de outubro de 2009, e chefia o Gabinete do Ministro Dias Toffoli, desde 1º de fevereiro de 2013. É, ainda, associada do Instituto Nós Por Elas, entidade sem fins lucrativos que promove campanhas de combate à violência contra a mulher e responsável, em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, pelo selo de certificação de organizações comprometidas com o combate à violência contra mulheres, desde abril de 2023.

Também atuou como Secretária-Geral da Presidência do Supremo Tribunal, de setembro de 2018 a setembro de 2020; Assessora de Ministro no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, de 2009 a fevereiro de 2013.

Como Advogada da União atuou na Coordenação de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde (outubro de 2006 a julho de 2007), no Departamento de Controle Concentrado da Secretaria-Geral de Contencioso do Gabinete do Advogado-Geral da União (agosto de 2007 a dezembro de 2009) e como professora do Curso de Pós-Graduação da Escola da Advocacia-Geral da União (2021 a 2022).

Ainda no campo acadêmico, foi professora da disciplina Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos, do Curso de Graduação em Direito do UniCEUB (2011 a 2016).

Também é autora de diversos artigos acadêmicos publicados em revistas especializadas e em coletâneas jurídicas, e teve participação destacada em inúmeros eventos científicos na sua área de atuação. Recebeu também várias honrarias e comendas ao longo da carreira, destacando-se a medalha da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União, no grau de Grande Oficial, que lhe foi conferida em 2020, e a Ordem do Mérito da Defesa, também no grau de Grande Oficial, concedida em 2019.

Apresentou as declarações exigidas pelo art. 383 do Regulamento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

Anexou também certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências para instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão.

Não há Senadores inscritos para discutir.

Da mesma maneira, concedo vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Senador Flávio Bolsonaro, vou designar V. Exa. *ad hoc* para fazer a leitura de uma indicação. A Relatora, Senadora Augusta Brito, não está. Em homenagem ao PT, eu vou designar V. Exa. para que V. Exa. faça a leitura. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem designado, hein!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, ele vai relatar outra indicação. (*Risos.*)

Então, vai ser o Senador Alan Rick, meu Governador.

ITEM 11

OFÍCIO "S" Nº 21, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

A Relatora é a Senadora Augusta Brito. Faço a designação *ad hoc* do Senador Alan Rick para proferir o relatório.

Se V. Exa.... Já está no sistema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já está no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós temos três aqui, para a gente acelerar...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... V. Exa. pode ir aos "finalmentes".

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Direto ao ponto, Sr. Presidente.

A Sr. Mônica Autran Machado Nobre tem por *alma mater* a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), onde graduou-se em 1988. Antes do ingresso na magistratura, foi advogada nas áreas civil e tributária do escritório de advocacia Campos Machado, de 1989 a 1991. Em seguida, passou a exercer um cargo de confiança no 2º Tribunal de Alçada Civil, como assessora do Juiz Antonio Carlos Marcato, de 1992 a 1995. Foi nomeada Juíza Federal Substituta e tomou posse no cargo em 1996, com exercício na 22ª Vara Cível de São Paulo até o ano 2000. Nos anos seguintes, atuou na 3ª Vara de Execuções Fiscais e na 4ª Vara Cível. É Desembargadora Federal desde 2013, e, nos últimos dez anos, atuou em diversas comissões e conselhos no âmbito do TRF3. Ainda, integra a 4ª Turma, especializada em direito público.

Paralelamente às atividades jurisdicionais, foi Coordenadora do Programa de Conciliação no biênio 2014-2016, em que o TRF3 foi um dos vencedores na categoria "Maiores índices de composição durante a Semana Nacional de Conciliação" em 2015.

A indicada relata ainda a participação em diversos eventos especializados da magistratura, como palestrante, expositora, presidente de mesa e mediadora.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada apresentou declaração de que possui parentes que desempenham atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional. Seu cônjuge, Marcelo Rossi Nobre, é advogado e atuou como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça de 26 de março de 2008 a 4 de maio de 2012.

Ainda, a Sra. Mônica Autran Machado Nobre declara não ter participado, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Nos últimos dez anos, a indicada exerceu ininterruptamente o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Portanto, dada a natureza de seu cargo, atuou em juízo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a ações judiciais, a indicada informa que inexiste procedimento em tramitação em que figure como autora ou ré, em todo ou qualquer grau de jurisdição. Adicionalmente, informa que inexistem quaisquer procedimentos administrativo-disciplinares em que figure como parte.

Na documentação que instrui esta indicação, há declaração de que se encontra em situação de regularidade fiscal nas esferas federal, estadual e municipal, conforme certidões anexas.

Por fim, em conformidade com o art. 383, I, "c", do Regimento do Senado Federal, a indicada apresentou argumentação, em que expõe sua experiência profissional e formação técnica, a justificarem, em seu entendimento, a nomeação para o cargo.

Ante o exposto, consideramos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

A Presidência concede vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição da candidata e votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Vou fazer a designação, *ad hoc*, de S. Exa., o Senador Marcos Rogério, nosso querido Vice-Presidente da Comissão, que submete o Ofício nº 25.

ITEM 15

OFÍCIO "S" N° 25, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

A indicação é o Tribunal Superior do Trabalho. O Relator da matéria é o Líder Eduardo Gomes.

Concedo a palavra, *ad hoc*, ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, considerando que a matéria está publicada já no sistema da CCJ, o Dr. Augusto Caputo Bastos é, por todos nós, já conhecido. Os documentos necessários foram juntados, preenchem todos os requisitos.

Portanto, todos os elementos necessários estão juntados. A matéria está pronta para deliberação para a indicação ao Conselho Nacional de Justiça do ilustre Ministro Augusto Caputo Bastos.

Então, o relatório, Sr. Presidente, de maneira muito sucinta, é no sentido de que a matéria avance para a arguição do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir o relatório.

A Presidência concede vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

ITEM 12

OFÍCIO "S" N° 22, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora da matéria é a Dra. Zenaide Maia, Senadora.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para proferir o relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação da Sra. Daniela Pereira Madeira ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O nome foi escolhido pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na forma do art. 103-B, VII, da Constituição Federal, conforme atesta o ofício expedido pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente daquele colendo Tribunal da Cidadania. Consoante o §2º do mesmo artigo, a nomeação compete ao Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta deste Senado Federal.

Visando a auxiliar a Casa no exercício desse importante múnus constitucional, a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, determina que esta CCJ proceda à arguição pública da indicada. Para tal fim, exige-se que a indicação seja acompanhada de currículo, detalhando sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional; informação de que não é aparentada de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável pela indicação (art. 5º, II); declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares e respectivos procedimentos instaurados (art. 5º, III); e declaração de que não é mandatária ou aparentada de mandatário do Poder Legislativo de qualquer ente da Federação. São documentos que se encontram respectivamente às fls. 4-7, 8, 16 e 15 do Avulso, não se constatando qualquer omissão ou irregularidade que demande correção. As declarações prestadas fizeram-se ainda acompanhar de todos os documentos referidos pelo art. 383 do Regimento Interno deste Senado Federal.

De forma a permitir maior familiaridade com a trajetória acadêmica e profissional da indicada, passamos a descrever brevemente seu currículo.

Daniela Madeira é Juíza Federal vinculada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), titular da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro (capital). Ingressou na magistratura em 2002, após aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo ainda desempenhado, nessas mais de duas décadas no Poder Judiciário, relevantes atribuições junto a outros de seus órgãos.

Destaca-se a atuação como Juíza Auxiliar da Corregedoria do Conselho da Justiça Federal (CJF), da Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos juizados especiais federais, bem como do próprio CNJ, função esta que exerce até a atualidade. No período, participou de importantes projetos, a exemplo da construção do Sistema Eletrônico de Registros Públicos.

Nesse sentido, parece-nos relevante pontuar que o conhecimento prático sobre o funcionamento do órgão, por nele atuar desde 2022 – tempo comparável à duração do próprio mandato de que agora, uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado seu nome, será investida –, certamente contribuirá para o bom desempenho das atribuições do cargo de Conselheira.

Daniela Madeira auxiliou também na coordenação das jornadas do CJF, nas áreas de direito notarial e registral, direito tributário e prevenção e solução extrajudicial de litígios. É integrante do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Comissão Temática de Direito Processual Civil da Escola da Magistratura do TRF-2.

Graduada em Direito pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tem mestrado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutorado pela Universidade Complutense de Madrid, na Espanha. É também autora de livros e capítulos de livros em idioma nacional e estrangeiro, além de artigos e outras produções acadêmicas.

Em face do exposto, verifica-se que a Sra. Daniela Pereira Madeira apresentou a documentação necessária para a avaliação, por esta Comissão, dos requisitos constitucionais para o exercício do cargo de Conselheira do CNJ. Reputamos que a matéria se encontra, ademais, regularmente instruída, estando pronta para deliberação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório.

Não há Senadores inscritos para discutir.

Esta Presidência concede vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

EXTRAPAUTA

ITEM 22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2022

Altera o art. 96 da Constituição Federal, para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Federal Christino Aureo.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise.

Essa iniciativa é destinada a regular o processo de eleição dos órgãos diretivos nos Tribunais de Justiça, que contam com 150 desembargadores, que são elementos centrais para o funcionamento de nosso sistema judiciário.

Essa inovação aqui proposta vai ao encontro, de modo inequívoco, do princípio da eficiência abraçado pela vigente Constituição em seu art. 37. Tutela-se, sobretudo, o interesse do cidadão jurisdicionado, notadamente no que toca ao seu direito de acesso à Justiça e à razoável duração do processo e atende ao mais alto interesse público.

Voto, Presidente.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação da PEC 26 aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Weverton.

Os Senadores e as Senadoras...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Foi só um alerta do Senador Mourão, mas está tudo tranquilo.

Vou passar a Presidência ao nosso Vice-Presidente Marcos Rogério.

Eu tenho uma solicitação da Senadora Professora Dorinha para a votação de uma PEC no acordo. Queria pedir a V. Exa. que pudesse proceder para que nós cumpríssemos o acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC é votação simbólica? (*Pausa.*)

Mas tem a emenda de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu quero saber é se o senhor vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou votar com V. Exa., com o Senador Alan, com a Senadora Dorinha e com o Senador Marcos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor pode me incluir nessa tribo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está fechado. Eu entendi agora, eu entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque se o senhor deixar a Presidência e não votar, vai ficar chato, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero registrar que meu voto é favorável à proposta de emenda à Constituição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora eu entendi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, o Presidente Davi já antecipou a solicitação da Senadora Dorinha Seabra, nossa querida Senadora, com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2023. É uma matéria não terminativa na CCJ.

Eu indago ao Plenário se há concordância com relação à inclusão... (*Pausa.*)

Ah, já está na pauta. É o item 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 17, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC) e outros

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07/11/2023, foi recebido Voto em Separado do Senador Rogério Carvalho.

- Em 22/11/2023, foi recebido o relatório reformulado pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

A relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra, a quem, neste momento, concedo a palavra para sua manifestação de voto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A PEC nº 17, distribuída a esta Comissão, resulta de uma iniciativa do Senador Alan Rick e vem subscrita por 34 Sras. Senadoras e Srs. Senadores, cumprindo essa exigência.

Inexistem no país, no presente momento, quaisquer situações que impliquem impedimento circunstancial à reforma da Constituição.

Cumpre registrar que, desse modo, não há nada que impeça a tramitação da PEC 17.

No que respeita ao mérito da iniciativa, a proposição, que trata da segurança alimentar, guarda consonância com o direito humano à alimentação adequada, relacionando-o com a obrigação estatal de desenvolver ações que garantam a soberania do país nesse campo, comprometendo o poder público com a criação de estratégias e políticas públicas de produção sustentável, manutenção de estoques regulatórios e distribuição eficiente de alimento, possibilitando à população o consumo de produtos nutricionalmente adequados, respeitadas suas características culturais.

É importante recordar, nesse momento, que garantir o direito à alimentação, conceito que expressa a plena segurança alimentar e nutricional, revela-se especialmente importante frente ao enorme desafio que é enfrentado no país, marcado pela pandemia de covid-19. Além das dificuldades próprias da doença, a população se deparou com a insegurança alimentar e nutricional.

É importante dizer também que incluir o reconhecimento do direito humano à alimentação e, por conseguinte, à segurança alimentar e nutricional arremata um esforço que o país vem desenvolvendo no sentido de fortalecer seu arcabouço normativo relacionado ao bem-estar alimentar e nutricional da população, como é o exemplo da instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), além da própria Emenda Constitucional 64, de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição Federal para incluir nele o direito social à alimentação.

(Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006), além da própria Emenda Constitucional 64, de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição Federal para incluir nele o direito social à alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a medida ora em exame, eleva-se o direito à alimentação, com segurança alimentar e nutricional, a um patamar no qual os retrocessos nessa área serão inadmissíveis, dando maior robustez a todo esse escopo normativo, tornando o País mais empenhado no esforço definido pela Organização das Nações Unidas na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de erradicação da pobreza e de erradicação da fome no mundo até 2030.

Em suma, incluir esse direito no rol dos direitos sociais robustece o conjunto das demais garantias constitucionais, cuja realização é fragilizada sem a autossuficiência alimentar da população, ideia implícita no conceito de segurança alimentar, pois como afirmou, nos idos dos anos 1940, o pioneiro nos estudos sobre a insegurança alimentar.

Assim, estamos opinando pelo acolhimento da presente proposta. Consideramos, no entanto, importante manter a alimentação no rol de direitos sociais expressos no art. 6º, buscando a sua efetiva consolidação como direito material. Por isso, apresentamos uma emenda que incorpora a ideia veiculada pela PEC, mas como definição do que deve ser compreendido como o direito à alimentação, conforme consenso a que chegamos, o primeiro signatário da presente PEC, Senador Alan Rick, e todo o Governo, em relação a... Faço alteração e acrescento o §2º ao art. 6º da Constituição.

Dessa forma, a emenda passa a dispor que o direito à segurança alimentar, tal como previsto hoje, articula-se com os preceitos da segurança alimentar e nutricional, com a garantia de que todos, em todos os momentos, tenham acesso físico e econômico regular e permanente a alimentos suficientes e seguros, de forma saudável, cultural, social, econômica e ambientalmente sustentável, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Essa emenda visa, portanto, tornar o texto consoante com os conceitos da alimentação como expressão da segurança alimentar e nutricional, aspecto que se refere mais diretamente à escolha, ao preparo, ao consumo alimentar e à sua relação com a saúde e com a utilização biológica do alimento, dimensão que está associada à matéria desde o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, incorporado ao ordenamento jurídico pelo Decreto 591, de 6 de julho de 1992.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 17, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

'Art. 6º .....

§1º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º O direito social à alimentação observará os preceitos da segurança alimentar e nutricional, com a garantia de que todos, em todos os momentos, tenham acesso físico e econômico regular e permanente a alimentos suficientes e seguros, de forma saudável, cultural, social, econômica e ambientalmente sustentável, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.' (NR)"

Sala da Comissão.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senadora Dorinha Seabra.

O parecer é pela aprovação da emenda constitucional, com as emendas que acolhe e as manifestações apresentadas nos autos.

Eu, inicialmente, concederia a palavra ao Senador Rogério Carvalho, porque é subscritor de um voto em separado; mas ele não está presente. Então, passa-se à discussão da matéria.

Em discussão.

Senador Alan Rick, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço o brilhante relatório da colega, Senadora Dorinha Seabra, que trata de um tema que o mundo inteiro vem debatendo e atualizando, modernizando, devido ao conceito de alimentação, de segurança alimentar e nutricional.

Ao longo dos anos, as Nações Unidas, os países vêm se dedicando a estabelecer critérios para que todas as pessoas tenham não só acesso ao alimento, mas acesso a alimento de qualidade, em quantidade suficiente e de forma permanente.

Ora, na nossa Constituição, no art. 6º, há exatamente no rol dos direitos sociais o direito à alimentação. Mas nós entendemos que alimentação não é só aquilo. Imagine, por exemplo, na merenda escolar, as crianças receberem um pacotinho de bolacha e um copo de café com leite? Isso é alimentação, mas não é segurança alimentar. Imagine uma pessoa, num hospital público, receber um caldo apenas, ao invés de uma nutrição mais adequada à sua condição de recuperação.

Então, quando nós estabelecemos, no art. 6º, o §2º, que corrige esse aspecto importante da segurança alimentar e nutricional, nós estamos dizendo o seguinte: o Brasil, que tem uma série de políticas de apoio à alimentação, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o nosso Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita e outros programas intrínsecos, como o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Luz para Todos, todos eles garantem o acesso à alimentação de qualidade e permanente, em quantidade suficiente para que nós possamos levar à população brasileira as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Portanto, diante disso, diante de um movimento mundial que não fala apenas de alimentação, mas de um processo seguro de acesso a alimentos, de políticas públicas consagradas, para que todo mundo tenha acesso à alimentação de qualidade em quantidade suficiente e em caráter permanente, nós apresentamos essa PEC que votamos nesta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, eu peço aos colegas o voto favorável ao relatório, para que possamos colocar na Constituição Federal este conceito mais moderno, mais adequado e que estabelece novos parâmetros para o acesso à alimentação por todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento o nobre Senador Alan Rick pela iniciativa dessa importante matéria, e também à Senadora Dorinha Seabra pelo seu relatório.

Enquanto o Senador Alan estava fazendo aqui a sua explanação, esta Presidência recebeu aqui o Senador Rogério Carvalho, que comunicou a esta Presidência e faz saber ao Plenário que houve um entendimento com relação ao texto, de maneira que ele está satisfeito com o relatório e retira o seu voto em separado, aderindo, portanto, justamente ao texto apresentado pela Relatora, em absoluto acordo, entendimento entre as partes.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Submeto à votação o relatório e o voto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1829, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda n° 2, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 30/05/2019 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton;

- Em 11/06/2019 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 20/11/2023 foi recebida a Emenda n° 2, de autoria do Senador Carlos Portinho;

- Em 21/11/2023 foram recebidas as Emendas n°s 3 e 4, de autoria da Senadora Mara Gabrilli (dependendo de relatório);

- A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A matéria é de autoria do Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca.

Senador Flávio, V. Exa., na condição de Relator, tem a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu acolhi algumas emendas, e com isso está alterado o relatório que foi publicado aqui na Comissão, mas eu pediria permissão a V. Exa. para fazer uma síntese, porque o relatório tem 48 páginas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e eu não vou cansar os colegas aqui, já que o parecer está lançado no sistema.

Foi um relatório feito a várias mãos, ouvidas dezenas de entidades e associações que representam o *trade* do turismo no Brasil e também o Ministério do Turismo atual e o seu antecessor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto de lei que tramita há oito anos aqui no Congresso Nacional, originário do PL 2.724, de 2015, com a realização de diversas audiências públicas para instrução do projeto. Inclusive, Presidente, tem livros do ex-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Fernando Collor, com um resumo de todas as audiências públicas que foram realizadas para tratar desse tema, em especial na parte do turismo no pós-pandemia.

Esse projeto ficou travado historicamente por duas questões básicas.

A primeira, com relação ao Ecad, foi uma discussão sobre direitos autorais: se seriam ou não devidos por ocasião do uso em quartos de hotéis – quartos privados, onde se toca música, onde se ouve, onde se assiste à televisão. Houve essa discussão sobre se seriam devidos ou não os direitos autorais. E eu, como Relator, tomei a iniciativa de retirar isso do projeto, porque entendo que essa é uma matéria que tem que ser discutida em legislação específica, e não necessariamente aqui, na Lei Geral do Turismo, no projeto que estamos tratando.

E a segunda questão diz respeito às pessoas com necessidades especiais. O projeto original, que veio da Câmara, reduzia o percentual de quartos acessíveis, de 10% para 3%. Eu, inicialmente, já revoguei esse dispositivo, de maneira a buscar uma alternativa.

E eu quero aqui agradecer à Senadora Mara Gabrilli, porque me ajudou diretamente na elaboração da emenda, de uma forma correta, para tratar desse tema. E eu vou fazer a leitura, ao final aqui dessa breve síntese que farei do meu relatório.

Então, Presidente, passando aos pontos aqui muito rapidamente do que trata esse projeto: é o fim da distinção entre terminais de carga aérea e não aérea, deixando apenas a referência "terminal de carga", garantindo segurança jurídica para a aplicabilidade do Código Brasileiro de Aviação (CBA) e de tratados internacionais nas responsabilidades civis. Assim, há um incentivo à resolução de conflitos entre as partes pela via administrativa antes de se recorrer ao Poder Judiciário.

Alinhamento com dois importantes marcos aprovados recentemente pelo Congresso Nacional: a Lei 14.002, de 2020, que é a Lei da Modernização da Embratur; e a Lei nº 14.476, de 2021, que é a Lei do Novo Fungetur, o Fundo Geral do Turismo.

Torna a Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo membro efetivo do Sistema Nacional de Turismo, fortalecendo a municipalidade e estimulando o turismo interno em períodos de baixa ocupação. A ideia é permitir que o Ministério do Turismo busque apoio junto aos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego para programar férias escolares e trabalhistas também em períodos distintos dos tradicionais, o que acarretaria viagens pelo Brasil em épocas de baixo fluxo, como abril e outubro, proporcionando às agências de viagem faturarem e gerarem emprego também na baixa temporada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Efetivação do Mapa do Turismo Brasileiro, que hoje contempla 2.667 municípios, e possibilidade de destinação de recursos para o desenvolvimento do turismo, tanto de programação orçamentária como oriundos de emendas parlamentares alocadas no novo Fungetur para repasse direto, fundo a fundo de estados e municípios, visando à redução das desigualdades regionais e incentivando novas experiências.

Essa inovação com foco regional e descentralizado permitirá que recursos sejam destinados para regiões com elevado potencial turístico, mas que hoje são negligenciadas por total falta de prioridade ou até mesmo desconhecimento de burocratas da enorme da enorme máquina pública.

Ampliação do rol de prestadores de serviço de turismo, com a inclusão de parques de diversões, parques naturais, parques urbanos e espaços voltados ao bem-estar animal, que tenham visitação pública.

Nesse contexto, passam a ser abrangidos pelo cadastro no Ministério do Turismo, inequivocamente, todas as pessoas jurídicas que prestem serviços turísticos, com ou sem fins lucrativos, inclusive que estejam organizadas como associações e fundações.

Além disso, prevê-se também o cadastramento de produtores rurais e agricultores familiares que prestem serviços turísticos.

Os serviços de transporte individual remunerado de passageiros, como táxi e Uber, não precisarão de cadastro no Ministério do Turismo, como já acontece com o transporte aéreo.

Segurança jurídica para as agências de viagens, garantindo que cada fornecedor responda na medida da natureza de sua atividade ou serviço e dentro dos limites dos valores por eles recebidos ou de valores de suas atividades.

Atende-se assim a um setor que é composto maciçamente por microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas, resultando num grande potencial de geração de novos empregos e empresas.

Outro ponto importante é a possibilidade de que o transporte turístico seja realizado também em circuito aberto, na modalidade de fretamento, quebrando uma regra atual injustificável, que dificulta muito a operação turística.

Cria-se também a possibilidade de que o Ministério do Turismo delegue a competência de fiscalização aos demais entes da Federação, inclusive garantindo que os recursos oriundos de multas fiquem na esfera administrativa de quem as aplicou.

Efetivação do uso do Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil). Aqui, Presidente Marcos Rogério, é um ponto que atende, com certeza, também o estado de V. Exa.: efetivação do Fnac como fundo garantidor, não apenas para dar mais segurança às companhias aéreas que contraírem financiamentos, como, por exemplo, para a aquisição de novas aeronaves, mas também para ser utilizado como subsídio para a aquisição de querosene da aviação (QAV), em aeroportos localizados na Amazônia Legal brasileira, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma do regulamento, tendo em vista que o art. 33 da Lei 14.002, de 2020, agregou incremento ao turismo como uma das formas de uso de recursos do Fnac, o que vai frontalmente ao encontro dos esforços de todos para baixar o preço das passagens aéreas nesses estados, que também sofrem muito com a pouca frequência de voos para a região.

Logo, não há aumento ou criação de despesa, já que são recursos já existentes, mas que não são utilizados para o devido fim. E, por questão de justiça, Presidente, é importante deixar público que essa foi uma sugestão do atual Ministro do Turismo, o Deputado Celso Sabino, pensando em toda a região da Amazônia Legal, o que eu acho que é muito justo.

Caminhando para o fim, Presidente: deixar expresso na legislação específica brasileira os mesmos termos da Convenção do Trabalho Marítimo de 2006 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratado este ratificado pelo Brasil em 2021 pelo Decreto 10.671, quanto aos trabalhadores contratados para prestarem serviço em navios de bandeira estrangeira, em águas nacionais ou internacionais e em empreendimentos de cruzeiros marítimos. Além de harmonizar o arcabouço legislativo nacional às práticas internacionais e internalizadas pelo Brasil, a consequência principal é o grande potencial de geração de milhares de novas vagas de emprego.

Por fim, propomos novos critérios para a criação de áreas especiais de interesse turístico, as AEITs, que são trechos contínuos no território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Desde a entrada em vigor da Lei 6.513, de 1977, por seu alto grau de burocracia, há 45 anos simplesmente nenhuma AEIT foi criada no Brasil. Pela redação proposta nesse PL, as AEITs poderão ser criadas mediante regulamentos de qualquer dos entes federados, nos respectivos territórios municipais, estaduais ou federais, permitindo que Prefeitos, Governadores ou Presidentes da República possam criá-las em conformidade com suas realidades, necessidades e prioridades, com infinitamente menos burocracia.

E passamos rapidamente à análise das emendas, Sr. Presidente.

Diferente de como está no relatório lançado aqui no sistema, em conversa e para atender aos Senadores, o parecer à Emenda nº 1, do Senador Weverton, que pretende incluir na proposição autorização para a transferência de empregados da Infraero, nas hipóteses de extinção, privatização, redução de quadro ou insuficiência financeira, para a administração pública direta ou indireta, mantido o regime jurídico na forma de regulamentação pelo Poder Executivo federal... Ele detalhou melhor a emenda, e, apesar de não ter relação direta com o turismo, trata também da operação de aeroportos que ainda são remanescentes com a Infraero. E, na hipótese de vir a acontecer alguma mudança na sua figura jurídica, eu acato essa emenda do Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2, do Senador Carlos Portinho, propõe a supressão do art. 3º da Emenda Substitutiva ao PL 1.829, de 2019, para consignar que as tarifas devidas pelos usuários, quando da efetiva utilização de serviços de aeroportos, têm por finalidade remunerar as concessionárias que os administram, com vistas a que as receitas se convertam em investimentos em infraestrutura. Nesse contexto, em primazia ao princípio do equilíbrio contratual, como muito bem exposto na fundamentação, acolho a Emenda nº 2, do Senador Carlos Portinho, suprimindo o art. 3º da emenda substitutiva que ora apresentamos, renumerando-se os demais dispositivos.

E sobre as duas emendas da Senadora Mara Gabrilli, eu mais uma vez quero reiterar aqui o agradecimento a ela por colaborar, Presidente, porque é uma área específica e nada melhor do que a gente ouvir quem tem o conhecimento profundo sobre o tema. E ela apresentou as Emendas nºs 3 e 4, e eu vou acolher, em parte, a Emenda nº 3, para revogar o §3º.

Deixe-me encontrar aqui, Presidente, espera aí. (*Pausa.*)

Então, com relação às Emendas 3 e 4, da Senadora Mara Gabrilli, acolho parcialmente a Emenda nº 3 para suprimir o §3º do art. 45, para alterar a redação do §4º do art. 45, Presidente, suprimindo a expressão "e os recursos de acessibilidade", e para incluir ao final desse §4º o seguinte texto: "que deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos".

Então, vou fazer a leitura do parágrafo completo aqui, até em homenagem à Senadora Mara Gabrilli, para ver se está de acordo realmente com o que ela... para que a gente faça justiça com as pessoas com necessidades. O §4º fica com a seguinte redação: "Os meios de hospedagem existentes hoje que, por impossibilidade técnica decorrente de riscos estruturais da edificação, não possam cumprir o percentual estipulado no § 1º deste artigo de dormitórios com as características construtivas ficam dispensados da exigência, mediante comprovação por laudo técnico estrutural, que deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos".

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao nobre Senador Flávio Bolsonaro pelo relatório e detalhamento que traz.

Eu indago apenas, Senador Flávio, com relação às emendas apresentadas pela Senadora Mara Gabrilli, por uma questão formal: V. Exa. acata parcialmente, na forma da redação apresentada, a Emenda de nº 3...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E fica prejudicada a Emenda 4, porque, na verdade, é igual a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., o.k. Então, o relatório de V. Exa. é apresentado acolhendo a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton, acolhendo a Emenda nº 2, do Senador Carlos Portinho, e parcialmente a Emenda nº 3, da Senadora Mara Gabrilli.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Aprovada a proposição, nos termos do parecer apresentado pelo eminente Relator da matéria, o Senador Flávio Bolsonaro.

Essa matéria...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa matéria ainda passa por mais uma Comissão, passa pela CDE, e, na sequência... (*Pausa.*) CDR, e, na sequência, deve ir ao Plenário.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Solicito, Sr. Presidente, conforme amplamente divulgado, a inserção extrapauta da PEC 45, de 2023, que é a PEC de autoria do Presidente do Senado Rodrigo Pacheco, que trata sobre a criminalização do porte e uso de drogas, mesmo em pequenas quantidades, com o acordo – já conversado com o Presidente da Comissão Davi Alcolumbre – de vista coletiva, para que dê tempo de nos debruçarmos sobre o tema para a votação ficar agendada para a próxima quarta-feira.

O parecer já está entregue à Comissão, já está no sistema, e, claro, será do conhecimento de todos os Senadores para que a gente abra esse processo de debate e de discussão até a próxima quarta-feira, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Efraim Filho.

O Presidente Davi havia me falado dessa pretensão de V. Exa.

Não havendo objeção por parte do conjunto dos Senadores e Senadoras, fica acolhido, portanto, o pleito de V. Exa., incluindo extrapauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023. V. Exa. fará o relatório na sequência.

Mas, antes, eu chamarei o item 4, do Senador Esperidião Amin, para deliberação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5020, DE 2019

- Não terminativo -

Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para determinar a aplicabilidade de normas relativas à conexão, à continência e ao incidente de resolução de demandas repetitivas aos processos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN.

Observações: - *Em 13/09/2023 foi aprovado, na 27ª Reunião Ordinária, o Relatório do Senador Esperidião Amin, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo);*

- Em 18/09/2023 foi recebida, em Plenário, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana.

A autoria desta matéria foi da Deputada Federal, à época, Tereza Cristina, agora nossa Senadora da República.

Eu passo, novamente, a palavra ao Relator para acrescer aquilo que for necessário à matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou procurar compensar eventuais dispêndios de tempo com a brevidade agora.

O nosso querido califa, o Senador Carlos Viana, contribuiu muito para tornar este projeto de lei mais claro e explicitamente claro, ou seja, sem deixar dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A finalidade de sua emenda, a emenda por ele apresentada, é exclusivamente para explicitar que deve ser contado em dias úteis o prazo de cinco dias a partir da citação para o demandado requerer a modificação de competência por motivo de conexão ou continência de ações, ou seja, o que estava omisso passa a ser explicitado.

Portanto, a medida proposta tem o mérito de evitar controvérsias futuras acerca do critério correto a ser utilizado nessa contagem de prazos, se em dias corridos ou em dias úteis.

Sendo assim, temos que concordar com o autor da emenda quando sustenta que é preciso que fique claro e explicitado no texto da lei, dos juizados especiais, que o prazo para o demandado requerer a modificação de competência por motivo de conexão e continência de ações seja contado em dias úteis, não em dias corridos, uma vez que o texto então proposto para o §2º, do art. 4º, daquele diploma legal era – e ainda é, mas deixará de ser – omisso nesse sentido.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação da Emenda nº 1 proposta pelo eminente Senador Carlos Viana.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. não estava preparado para essa brevidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha, V. Exa., em todos que tiver *ad hoc*, daqui para a frente, V. Exa. será chamado. Agradeço a brevidade e a clareza. Até V. Exa. está surpreso.

Muito obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 1 de Plenário.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

PROJETO DE LEI N° 4266, DE 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com cinco emendas que apresenta, que contemplam, com ajustes, a Emenda nº 2.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 20/11/2023 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão;

- Em 22/11/2023 foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Sergio Moro (Dependendo de Relatório);

- Votação nominal.

O nobre Relator, Senador Alessandro Vieira, tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

A matéria cinge-se à competência da União para legislar privativamente sobre direito penal e processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de antijuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, entendemos que o PL nº 4.266, de 2023, é conveniente e oportuno.

De acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022, 1.437 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil e outras 2.563, vítimas de tentativa de feminicídio. Também foram registrados 245.713 casos de lesão corporal dolosa praticada no âmbito doméstico (crime previsto no art. 129, §9º, do CP) e concedidas 445.456 medidas protetivas de urgência. Esses números revelam que a violência contra as mulheres, sobretudo a cometida em ambiente doméstico e familiar, encontra-se em patamares altíssimos e deve ser urgentemente combatida.

A realidade é que nenhuma das recentes alterações legislativas voltadas à proteção da mulher, em especial, a Lei Maria da Penha e a Lei nº 13.104, de 2015, que previu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos, foram capazes de interromper a violência praticada em razão da misoginia e em ambiente doméstico e familiar.

Assim, enxergamos com muito bons olhos as medidas propostas pelo PL 4.266, que inegavelmente potencializam o efeito dissuasório decorrente das normas penais incriminadoras que tratam da matéria.

Várias foram as frentes abordadas pelo projeto.

A primeira delas foi a previsão, como efeito da sentença penal condenatória, da incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela e a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo ocupado pelo agressor, bem como a vedação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... de sua nomeação, designação ou diplomação para essas posições, entre o trânsito em julgado da condenação e o efetivo cumprimento da pena. O elevado rigor desses efeitos funcionará como um contraestímulo, e, sem dúvida, será dado mais um passo para diminuir a violência contra a mulher.

Verifica-se, contudo, a necessidade de ajustes na redação proposta para o art. 92. Diante do §3º proposto, que em sua parte final estabelece que "os efeitos dos incisos I e II do *caput* e do §2º deste artigo serão automáticos", a alteração do §1º se mostrou redundante e demasiadamente ampla, ao também prever que "os efeitos de que trata este artigo são automáticos, devendo ser declarados na sentença". Assim, no que toca ao §1º, estamos aproveitando o ensejo para nele prever que os efeitos de que trata o art. 92 independem de pedido expresso da acusação, conforme jurisprudência tranquila do Superior Tribunal de Justiça. Outrossim, com vistas a aprimorar a técnica legislativa, estamos reorganizando as mudanças propostas para o art. 92, com a finalidade de tornar sua redação mais clara e concisa.

O PL ainda propõe o aumento das penas de crimes previstos no Código Penal, na Lei de Contravenções Penais e na Lei Maria da Penha que se inserem na cadeia de violência praticada contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Nesse sentido, incrementa as penas da contravenção penal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vias de fato (art. 21 da Lei das Contravenções) e dos crimes de lesões corporais (art. 129 do Código Penal), contra a honra (art. 141, CP), ameaça (art. 147, CP) e descumprimento de medida protetiva (art. 24-A da Lei Maria da Penha). Embora concordemos que essas alterações irão contribuir para desestimular a criminalidade direcionada à mulher, cabem alguns aprimoramentos. Quanto às vias de fato, levando em conta que a pena prevista pelo PL supera as atuais penas do crime de lesões corporais previstas no art. 129, *caput* e §§1º, 9º e 13, em atenção ao princípio da proporcionalidade, estamos apresentando emenda ao final para, em vez de aumentar a pena-base dessa contravenção, prever apenas uma causa de aumento de pena. Em relação ao crime de lesões corporais praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, o PL aumenta a pena, mas não ajusta a redação do §13, a fim de que seja feita referência ao novo §1º do art. 121-A. Assim, também ajustaremos a redação desse parágrafo.

O PL também trata da tipificação do feminicídio como crime autônomo. Do nosso ponto de vista, essa é a alteração mais importante do projeto. Com efeito, os novos contornos dados ao crime de feminicídio incrementam suas penas máxima e mínima, que passam a ser de reclusão de 20 a 40 anos. Caso o PL seja aprovado, essa será a maior pena privativa de liberdade prevista em nossa legislação penal, o que por certo dará grande visibilidade à importância e à necessidade de se combater e prevenir esse delito.

A tipificação do feminicídio de forma autônoma ainda permitirá registros policiais mais precisos, o que auxiliará na estimativa dos respectivos quantitativos e, consequentemente, orientará políticas públicas voltadas à proteção da mulher.

Por fim, o PL promove alterações na Lei de Execução Penal e na Lei de Crimes Hediondos. Na LEP, o projeto prevê para o preso condenado por crime contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, a fiscalização por meio de monitoração eletrônica, durante o usufruto de benefício que implique em saída do estabelecimento prisional, a supressão do direito de visitas e o cumprimento de 70% da pena no caso feminicídio para a progressão de regime.

A primeira alteração se mostra razoável, pois a fiscalização mais rígida do preso com histórico de violência contra a mulher pode evitar novas agressões.

No que toca à restrição da visita, considerando o objeto do PL, entendemos ser mais adequada a proibição de visitas íntimas ou conjugais. Ressalte-se que, tanto as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para o Tratamento dos Reclusos, as chamadas Regras de Mandela, quanto as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, as Regras de Bangkok, ao versarem sobre esse tipo de visita, especificam-nas "onde forem permitidas", de modo que não as consideram como um direito compulsório do preso.

Já no que se refere à progressão de regime, tendo em vista o fato de que estamos falando de condenado primário por crime hediondo, mas levando em conta que a intenção é conferir um tratamento mais gravoso, entendemos que o percentual de 55% (5% a mais do que a atual previsão) se mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente. Já as mudanças propostas para a Lei de Crimes Hediondos são necessárias, a fim de adequar às referências ao novo tipo penal que trata do crime de feminicídio.

No que se refere à Emenda nº 2 – CCJ, trata-se de proposta de alteração na legislação processual penal muito bem-vinda. A previsão de tramitação prioritária e isenção de custas, taxas ou despesas são medidas importantes para uma resposta adequada à violência praticada contra a mulher.

Justiça lenta é sinônimo de impunidade e, consequentemente, um estímulo para que agressores continuem atuando. A isenção de custas, por sua vez, é uma barreira a menos para a mulher que procura a Justiça para denunciar uma situação de violência. Não obstante, estamos apresentando emenda ao final para ajustar a redação proposta e inseri-la no Código de Processo Penal.

Por fim, Sr. Presidente, o Senador Sergio Moro apresentou a Emenda 3. Ela será integralmente acatada no relatório e trata de restrições com relação ao criminoso que, uma vez condenado ou preso provisório, persista no crime de ameaça ou volte a praticar violência contra a vítima em seus familiares.

A redação será do art. 86 da LEP, §4º:

> Art. 86 .....
> .....
> § 4º Será transferido para estabelecimento penal distante do local de residência da vítima, ainda que localizado em outra Unidade Federativa, inclusive da União, o condenado ou preso provisório que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena. (NR)

É mais uma forma de preservar a integridade da vítima.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, faço uma particular saudação à iniciativa da Senadora Margareth. É crime grave, é crime que atinge toda a sociedade, que atinge a família brasileira e que ainda não encontrou uma reprimenda à altura. Então é um projeto muito bem-vindo. Peço voto favorável de todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esta Presidência cumprimenta o nobre Relator, Senador Alessandro Vieira, pelo seu relatório.

Apenas para consignar na tramitação da matéria, V. Exa. está acolhendo a Emenda nº 2 com ajustes e integralmente a emenda nº 3, do eminente Senador Sergio Moro.

Cumprimento de maneira particular a Senadora Margareth Buzetti pela iniciativa de matéria tão importante, com impacto social por todos nós reconhecido e necessário.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, quero apenas elogiar o projeto da Senadora Margareth, parabenizar o Senador Alessandro pelo relatório e agradecer, porque apresentei uma emenda aqui, no começo da manhã, que foi acolhida, e essa emenda no fundo é baseada, Senador Alessandro, numa experiência de uma pessoa que eu conheci no Rio Grande do Sul, Bárbara Penna. Ela foi vítima de um caso grave de violência doméstica, no qual o ex-marido dela chegou a colocar fogo na casa e nela em particular. Ela sofreu sequelas por conta desse fato, os filhos morreram nesse incidente, e, após um martírio muito grande para levar a justiça ao agressor, ela me informou, quando eu a conheci pessoalmente, que continuamente recebia ameaças do ex-marido dela de dentro da cadeia. E uma forma de eventualmente evitar a continuidade desses fatos é permitir a transferência para um estabelecimento distante da vítima, que, se não impossibilita de todo, pelo menos dificulta e também alivia a vítima da apreensão de, de repente, ter o agressor de volta à porta da sua casa.

Então, quero aqui, em particular, agradecer o acolhimento dessa emenda e parabenizar mais uma vez a ambos pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer de S. Exa. o Relator Senador Alessandro Vieira (*Pausa.*)

O.k.

Informo aos Senadores e Senadoras que, por se tratar de matéria terminativa, esta votação precisa ser feita por votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo... Voto "sim". V. Exa. pode votar?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A orientação da Liderança do Governo é "sim", e da Liderança da Oposição também é "sim".

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – "Sim" crítico, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – "Sim" com crítica e "não" com crítica, está tudo tranquilo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para orientar a bancada.) – E a orientação da Liderança do seu partido, União Brasil, também é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou votar com V. Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu lhe agradeço.

Aproveito para parabenizar a autora, a Senadora Margareth, e o Relator, Senador Alessandro. Senador, esse é um tema que nos choca a cada dia, e não dá para fazer parte da paisagem com as notícias se repetindo e não ter nenhum tipo de atitude, nenhum tipo de reação. Nós não podemos nos conformar com o sentimento de, a cada dia, alguém se achar no direito de atacar sua companheira, a sua esposa por uma relação desfeita. Eu acredito que isso tem de chocar, isso não pode ser recebido como mais uma notícia. O feminicídio é um tema que afronta a cidadania e a civilidade da sociedade brasileira.

Então, parabéns pelo relatório. Tem que ser punido, sim, da forma mais grave possível. Talvez se a legislação permitisse, fosse a pena mais grave, que seria a capital. Como não pode, temos que ir ao limite daquilo que é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós atingimos o quórum e a orientação é "sim", eu vou encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque V. Exa. estava ocupado e eu não queria lhe dar trabalho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu contava, inclusive, com a determinação do Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Isso aí. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E está nesse nível o Weverton?

Mas olhe, Alessandro, eu estou te falando.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Agora, sabe qual foi a determinação? Eu ouvi um não dele, porque eu pedi para ele ajustar lá o relatório. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O meu ou o do Weverton?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O seu agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Terceirzar Yom Kipur é um troço meio suspeito, hein?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mourão, para tu veres o que eu passo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Preste atenção, Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O cara passa dois dias, fica um dia por mim e um dia pelo cara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Mourão, o Senador Jaques Wagner terceiriza o Yom Kipur dele, o Dia do Perdão, para Davi Alcolumbre por dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Acredita? Sofrimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dois dias de abstinência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E, com o meu corpo, você imagina a falta que isso faz?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou capaz de aceitar a terceirização de um dos dias dele para mim para conseguir o voto dele hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou votar.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olhe aí a unanimidade, oposição e situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto com 18 votos SIM; nenhum voto NÃO, a Emenda nº 1 da CDH e CCJ e as Emendas de nº 3, da CCJ, a 8, da CCJ.

Fica prejudicada a Emenda nº 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 45, DE 2023

Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e outros

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável à Proposta, com a emenda que apresenta.

Em 31/10/23, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Líder Relator Senador Efraim Filho para proferir o relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, meu amigo Senador Eduardo Gomes, Relator da matéria seguinte, serei breve para poder também acolher a sua pretensão.

Quero dizer, Presidente, que esse é um tema que tem gerado debate não apenas no Congresso Nacional, mas, especialmente, na sociedade brasileira, é um tema que pertence à nação, à família, à sociedade brasileira como um todo.

A questão da descriminalização das drogas é um tema de uma envergadura muito forte para não ser trazido e analisado pelo Congresso Nacional. Foi nesse sentido que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, apresenta essa PEC. Ela é dotada de simbolismo. Ela traz o Presidente do Congresso Nacional como seu primeiro subscritor; traz a assinatura de vários outros membros, inclusive do Presidente da CCJ, V. Exa., entre os apoiadores nas assinaturas para tramitação da mesma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer já está no sistema, está disponível a todos os Senadores. O pedido de vista já foi acordado, é coletivo para a próxima quarta-feira. Então peço vênia a V. Exa. para não me estender sobre todo o parecer que está aqui e trazer apenas a parte dispositiva.

A emenda que nós apresentamos complementa a redação original. A redação original proposta no texto, Senador Marcos Rogério, V. Exa. que também participou e contribuiu com a elaboração desse texto, dizia o seguinte:

> Prevê, como mandado de criminalização, a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins, em qualquer quantidade, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Aí nós acrescentamos um dispositivo ao final, Senador Marcos Rogério. Então, ficou a seguinte forma a emenda, com a breve alteração redacional que fizemos. Então, ficará o inciso 80 do art. 5º:

> Art. 5º
> .....
> .....
> LXXX– A lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes ou drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre o traficante e o usuário, aplicáveis a este último penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência.

Foi um acréscimo que eu considero bem-vindo, para deixar claro, primeiro, já que estamos constitucionalizando o conceito de que portar droga e a posse é crime, que também estamos trazendo do que é lei ordinária. Aqui ninguém está inovando necessariamente. Nós estamos trazendo o conceito da lei ordinária da distinção, com penas mais rigorosas para o traficante. Para o usuário, continua sendo crime portar a droga, porém, com orientação de penas alternativas à prisão e o tratamento da dependência, porque o grande problema de se ter a descriminalização por uma decisão judicial, Senador Weverton, Senador Marcos Rogério, é que algumas lacunas e vazios ficam e só poderiam ser preenchidos por políticas públicas.

A grande questão que fica é: se posse e uso passam a ser descriminalizados, mas a droga continua ilícita, onde é que eu vou comprar? Não vende em mercado, não vende em farmácia, resta-me comprar do tráfico. Comprar do tráfico é financiar o crime organizado; financiar o crime organizado é apoiar os responsáveis pelas maiores barbáries da sociedade moderna.

Então, por isso não se pode fazer essa decisão por uma decisão judicial. É o Congresso que foi eleito para se posicionar em temas de forte impacto social como é esse.

As pesquisas de opinião pública já demonstram: mais de 70% dos brasileiros são a favor de manter-se a criminalização da posse e do uso de drogas. E nós aprendemos, lá nos bancos da universidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito, com Hans Kelsen, autor do livro *Teoria Pura do Direito*, que lei é fato, valor e norma. Então, o valor presente na sociedade ainda, das famílias brasileiras, da sociedade brasileira, é o de preservar essa criminalização da posse das drogas, para que você dê a um pai, a uma mãe de família a condição de dizer ao filho que é proibido, que está vedado. Isso é muito importante no cenário social que nós temos hoje. Então, foi isto que me guiou na decisão: defender a família brasileira, a sociedade brasileira, mas estabelecer e constitucionalizar o tratamento diferenciado entre o traficante e o usuário.

E, por fim, se há algum tipo de desvirtuamento na aplicação da lei, na implementação da lei, tem que se ter trabalhos com a autoridade policial, com o Judiciário, para que o façam da mesma forma. O defeito não está na lei – a lei está correta –; na aplicabilidade da lei é que tem que ser chamada, feita a ordem, com a autoridade policial e com os juízes para que possam aplicá-la da forma correta.

Então, Presidente Davi Alcolumbre, este é o encaminhamento para que os Senadores e as Senadoras se debrucem sobre o tema, e a gente faça a devida discussão da matéria e votação na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Líder, pela síntese da relatoria de V. Exa.

Em discussão a matéria.

Foi construído um acordo. Nesse sentido, a Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais.

Item... Líder Eduardo, pode ser agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 7.

ITEM 7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e outros

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Recebido o Relatório do Senador Eduardo Gomes, com voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19, 21, 24 e 25, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais emendas.

Observações:

- Foram apresentadas as seguintes emendas: Emendas nº 1, 8, 16 e 20, de autoria do Senador Alan Rick; Emenda nº 2 e 12, de autoria do Senador Efraim Filho; Emenda nº 3, de autoria do Senador Angelo Coronel; Emenda nº 4, de autoria do Senador Alessandro Vieira; Emendas nº 5, 6, 9, 11, 13 a 15, 17, 18 e 23, de autoria do Senador Weverton; Emenda nº 7, de autoria do Senador Cid Gomes; Emenda nº 19, de autoria do Senador Mecias de Jesus; Emenda nº 21 e 24, de autoria do Senador Lucas Barreto; Emenda nº 22, de autoria do Senador Izalci Lucas; Emenda nº 25, de autoria do Senador Carlos Viana; a Emenda nº 26, de autoria do Senador Hamilton Mourão; as Emendas n° 27 e n° 28, de autoria do Senador Weverton; a Emenda n° 29, de autoria do Senador Lucas Barreto; e as emendas n°s 30 e 31, de autoria do Senador Izalci Lucas;

- Em 21/11/2023, o Senador Lucas Barreto retira a Emenda n° 24 de sua autoria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

Relator, Líder, aproveitando a oportunidade em que V. Exa. está construindo o entendimento em relação a duas matérias que estão tramitando sob a relatoria de V. Exa., que V. Exa. pudesse também, dentro da construção, informar ao Plenário o acordo da vista.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

Sr. Presidente, vou fazer a leitura formal do relatório e, depois, fazer os comentários para a explicação do ambiente de negociação dessa matéria que começa uma tramitação após matéria análoga, no ano passado, na legislatura passada, ter sido levada ao Plenário e ter sido devolvida, que foi a PEC 63. Portanto, por deliberação do Presidente Rodrigo Pacheco, com a aprovação de mais de 45 Senadores e Senadoras, nós a apresentamos novamente, com as instruções e as modificações necessárias. Então, passo à leitura formal do relatório e, em seguida, faço os comentários que V. Exa. solicitou, que já estou com compromisso de fazer.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Só pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para entender: V. Exa. citou que já tem acordo para o pedido de vista ou não tem ainda?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Tem. Tem, tem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vista...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vai seguir a mesma linha da PEC 45, para a gente votar...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Exatamente. Na próxima...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, está bom, porque eu tenho emendas apresentadas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está apresentada. Eu já fiz a leitura. Ele vai fazer a leitura do relatório e vai fazer o detalhamento das emendas que foram acolhidas em parte, acolhidas integralmente e nós vamos fazer a discussão da matéria. Mas tem um acordo de que vai ser dada vista coletiva.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos lá.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, cujo primeiro signatário é o Senador Rodrigo Pacheco, que altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

A proposta sob exame prevê que os integrantes do Ministério Público e a magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal fazem jus à parcela referida na ementa, que não está sujeita ao teto remuneratório do serviço público, calculada na razão de 5% do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete.

Estabelece, ainda, que, para fins do cálculo da vantagem, fica assegurada aos que ingressarem na magistratura e no Ministério Público a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas, bem como na advocacia privada.

Conforme a justificação constante da proposição, a importância que essas carreiras jurídicas têm para a democracia e para o Estado de direito demanda uma carreira bem estruturada, remunerada e atrativa para que os estudantes de Direito de todo o Brasil continuem vendo o serviço público como um sonho e para que membros queiram continuar atuando em suas atividades. Assim, não podemos permitir que os bons magistrados vocacionados queiram sair das suas carreiras para irem para a iniciativa privada, para a política, ou para o exterior porque a atividade da vocação deles deixou de ser atrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC recebeu, nesta Comissão, 31 emendas, a saber:

1. a nº 1, do Senador Alan Rick, visa a estender suas disposições para os servidores da carreira de policial federal;

2. a nº 2, do Senador Efraim Filho, visa a estender suas disposições aos defensores e advogado públicos;

3. a nº 3, do Senador Angelo Coronel, visa a estender suas disposições aos defensores públicos;

4. a nº 4, do Senador Alessandro Vieira, visa a estender suas disposições a todos os agentes públicos efetivos;

5. a nº 5, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos servidores das carreiras tributárias;

6. a nº 6, também do Senador Weverton, visa a estender suas disposições a todos os agentes públicos;

7. a nº 7, do Senador Cid Gomes, visa a instituir procedimento de avaliação periódica para magistrados e membros do Ministério Público, para que tenham direito à vantagem que a proposição pretende instituir;

8. a nº 8, do Senador Alan Rick, visa a estender as disposições aos defensores públicos;

9. a nº 9, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos oficiais de Justiça;

10. a nº 10, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos servidores efetivos do Poder Judiciário e do Ministério Público;

11. a nº 11, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições a todos os servidores públicos;

12. a nº 12, do Senador Efraim Filho, visa a estender suas disposições aos analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União;

13. as nºs 13 e 14, do Senador Weverton, visam a estender suas disposições aos agentes públicos do Poder Legislativo da União, inclusive do Tribunal de Contas da União;

14. a nº 15, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos servidores efetivos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União;

15. a nº 16, do Senador Alan Rick, visa a estender suas disposições aos advogados e defensores públicos;

16. a nº 17, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos auditores fiscais tributários e aos auditores fiscais do trabalho;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17. a nº 18, do Senador Weverton, visa a estender suas disposições aos agentes públicos do Poder Legislativo da União, inclusive do Tribunal de Contas da União, e aos servidores do Poder Judiciário;

18. a nº 19, do Senador Mecias de Jesus, visa a caracterizar como compensatória, a parcela que a proposição pretende instituir;

19. a nº 20, do Senador Alan Rick, visa a estender suas disposições à toda Advocacia Pública (da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) e à Defensoria Pública;

20. a nº 21, do Senador Lucas Barreto, visa a estender suas disposições aos membros dos Tribunais de Contas (da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) e dos Conselhos de Contas (dos municípios) brasileiros;

21. a nº 22, do Senador Izalci Lucas, visa a estender suas disposições aos delegados da Polícia Civil e delegados da Polícia Federal;

22. a nº 23, do Senador Weverton, visa a criar a condicionante de dedicação exclusiva ao setor público, vedado o exercício de advocacia privada, para que magistrados, membros do Ministério Público, advogados públicos e defensores públicos possam ter direito à vantagem criada pela PEC nº 10, de 2023;

23. a Emenda nº 24, retirada, do Senador Lucas Barreto;

24. a nº 25, do Senador Carlos Viana, visa a estender suas disposições à Defensoria Pública.

25. a nº 26, do Senador Hamilton Mourão, visa a estender suas disposições a todos os agentes públicos efetivos;

26. a nº 27, do Senador Weverton, visa a estender as suas disposições aos advogados públicos que sejam impedidos ou optem por não exercer a advocacia privada;

27. a nº 28, do Senador Weverton, visa a estender as suas disposições aos servidores efetivos do Poder Judiciário e do Ministério Público;

28. a nº 29, do Senador Lucas Barreto, visa a estender as suas disposições às carreiras jurídicas;

29. a nº 30, do Senador Izalci Lucas, visa a estender as suas disposições aos militares estaduais;

30. a nº 31, do Senador Izalci Lucas, visa a estender as suas disposições às carreiras da Polícia Federal e das Policias Civis dos estados e do Distrito Federal.

Análise.

Do ponto de vista da sua admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a PEC 10, de 2023, não contém vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao mérito, repetimos aqui o parecer desta Comissão, quando apreciou a PEC nº 63, de 2013, que foi aprovada.

> [...] é inegável a necessidade da criação de mecanismos que permitam, de um lado, retornar a atratividade das carreiras da magistratura e do Ministério Público e, de outro, enfatizar a sua posição institucional peculiar.
> Efetivamente, os magistrados e membros do Ministério Público têm, por imposição constitucional, posição especial no Estado brasileiro.
> Inicialmente, trata-se de membros de Poder, de agentes políticos em sentido estrito. Entretanto, diferentemente dos seus congêneres nos Poderes Legislativo e Executivo, não detêm mandato. Pelo contrário, seu papel estatal exige permanência, maturação e organização em carreira.
> Ademais, não se confundem com os servidores públicos, na medida em que são agentes do poder político, dotados de autonomia funcional e personificam órgãos estatais fundamentais.
> Essa posição [...] tem, necessariamente, reflexos em sua situação remuneratória, inclusive como garantia do exercício do seu papel institucional diferenciado.
> Para tal, a solução apresentada pela PEC nº 63, de 2013, é, com certeza, adequada em seus objetivos.
> Trata-se de instituir uma vantagem específica para esses agentes públicos, cujo desempenho equaciona não apenas as necessidades de distinguir a atividade da magistratura e do Ministério Público, como a demanda de instituir um diferencial entre os seus membros, de conformidade com a experiência que possuem.
> Ou seja, busca-se enfatizar o papel de juízes, procuradores e promotores e, ao mesmo tempo, permitir premiar a experiência acumulada por eles individualmente.
> Assim, a parcela também ostenta a virtude de constituir atrativo para essas carreiras imprescindíveis ao Estado de Direito; desde logo, quando aprovada, servirá de estímulo àqueles que, nos tempos atuais, estão na iminência de abandonar estas magistraturas em prol de horizontes remuneratórios menos estreitos. E, em seguida, à nova geração, que precisa de estímulo para compor as fileiras dessas carreiras tão pródigas em ônus e responsabilidades.

Com relação às emendas apresentadas que estendem a vantagem que a proposição pretende instituir a outros agentes públicos, cabe registrar a pertinência da preocupação apresentada por seus ilustres autores com a necessidade de valorização das diversas categorias que são dela objeto.

Trata-se, indiscutivelmente, de servidores públicos que exercem funções fundamentais e que merecem todas as nossas homenagens.

Entretanto, impõe-se, aqui, manter as motivações que levaram os eminentes autores da PEC 63, de 2013, a apresentá-la e a CCJ a aprová-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não cabe, na presente proposta, que se destina a agentes políticos do Estado, estendê-la aos servidores públicos, em sentido restrito, cujo tratamento deve ocorrer em norma própria, a ser apresentada e debatida posteriormente.

Apresentamos, como ressalva, a necessidade de estabelecer a vantagem proposta na PEC nº 10, de 2023, aos membros da advocacia pública da União, dos estados e do Distrito Federal, aqui incluindo, por necessária isonomia, os integrantes das carreiras jurídicas de todos os Poderes, e aos membros da Defensoria Pública, visto que, assim como os membros do Ministério Público, possuem *status* constitucional e exercem funções essenciais à Justiça, o que leva ao acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 24 e 25 e acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29.

Tendo em vista a necessidade de assegurar o respeito às normas referentes às finanças públicas, prevê-se que, para os advogados públicos e demais carreiras jurídicas, a vantagem somente será deferida desde que haja previsão orçamentária para fazer frente à despesa e decisão do respectivo Poder.

Sobre a Emenda nº 20, é importante aduzir que ela prevê a extensão da vantagem instituída pela PEC nº 10, de 2023, aos procuradores municipais. Ocorre que o texto constitucional não faz menção expressa aos procuradores municipais quando trata da advocacia pública como função essencial à Justiça. A emenda faz menção a julgados do Supremo Tribunal Federal, no sentido da necessidade do reconhecimento dos procuradores municipais. Todavia, entendemos que o debate sobre a inserção dos procuradores municipais no texto constitucional deve preceder à extensão de vantagens remuneratórias a esses servidores públicos. Por essa razão, acolhemos a emenda na parte referente aos membros da advocacia pública da União, dos estados e do Distrito Federal.

Registramos, ademais, que as Emendas nºs 23 e 27, do Senador Weverton, visa a criar a condicionante de dedicação exclusiva ao setor público, vedado o exercício de advocacia privada, para que magistrados, membros do Ministério Público, advogados públicos e defensores públicos possam ter direito à vantagem criada pela PEC nº 10, de 2023. Na verdade, em face da vedação constitucional de exercer a advocacia privada imposta a magistrados, ministros e conselheiros das cortes de contas e membros do Ministério Público, a emenda deveria ser endereçada apenas aos membros da advocacia pública e da Defensoria Pública. No entanto, concordamos com a proposta que visa a assegurar a isonomia de tratamento aos agentes públicos a serem beneficiados pela vantagem criada.

Além disso, também estamos explicitando que a vantagem instituída pela proposição abrange os Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas, o que leva ao acolhimento da Emenda nº 21, e que deverá ser contado, para fins do pagamento do adicional, o tempo de serviço em atividades não jurídicas que são exigidas para ingresso na magistratura, para dar isonomia de tratamento com os magistrados não togados da Justiça Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Emenda nº 7, opinamos pela sua rejeição, uma vez que a instituição da avaliação lá prevista vai de encontro aos objetivos da proposição.

Já no tocante à Emenda nº 19, opinamos por sua aprovação, convencidos pelo argumento manejado por seu autor no sentido de que se institua não a parcela de valorização pelo tempo de atividade jurídica, mas, sim, a parcela compensatória em razão da disponibilidade e dedicação, já que os membros das categorias beneficiadas se dedicam de forma integral às suas funções institucionais, permanecendo em disponibilidade até mesmo durante os finais de semana e feriados, com o objetivo de cumprir adequadamente o relevante múnus que exercem, sem que para isso façam jus a qualquer contrapartida pelo trabalho extraordinário, já que são agentes políticos e, portanto, não submetidos à jornada de trabalho.

Em síntese, manifestamo-nos pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19, 21, 24 e 25; acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29; e rejeição das demais.

Ademais, cabe explicitar que a parcela compensatória mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados públicos e ministros e conselheiros das cortes de contas substitui quaisquer vantagens que estejam sendo pagas a seus beneficiários sob o fundamento de adicional de tempo de serviço, para evitar qualquer forma de *bis in idem* em seu pagamento.

Na mesma linha, propomos que se deixe explícito que a vantagem que se institui tem a sua implantação dependente da existência de disponibilidade orçamentária de cada caso, bem como o atendimento às exigências pertinentes de controle dos gastos públicos.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, bem como pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19, 21 e 25, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29, e pela rejeição das demais emendas, na forma do substitutivo.

Sr. Presidente, ficou acordado nessa votação que fizéssemos a concessão de vista, com o debate posterior na próxima sessão, deixando claro, Sr. Presidente, que, nesta matéria, depois de um longo período de análise e de conversa com o Governo, com as instituições e com as carreiras análogas, foi possível, Sr. Presidente, identificar uma necessidade de que, primeiro, ela deveria responder principalmente à fonte de destinação de recursos para o exercício da carreira da forma que ficasse reservado ao Poder Judiciário, por exemplo, e aos órgãos de receita própria a distinção do benefício com a sua implementação. Ocorre, Sr. Presidente, que isso é importante, e eu queria fazer uma observação sobre isso. Primeiro, a gente vive aqui no Congresso Nacional a legislar, muitas vezes, com dificuldade de interpretação e de comunicação sobre aquilo de que nós estamos tratando. Simplesmente, de um tempo para cá, resolveram apelidar a valorização de tempo de magistratura de quinquênio. Não é quinquênio, não será quinquênio, é impossível que seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que a gente tenha coragem para fazer esse debate, principalmente num momento, Sr. Presidente, em que, recentemente, na Casa, aqui, tivemos três Consultores aprovados em concurso público que abandonaram a magistratura e em que esse sistema de Justiça no país encara uma época diferente, principalmente, daquela em que se falava aqui de quinquênio.

Hoje nós temos uma outra realidade. Hoje, qualquer cidade de 10 mil habitantes no Brasil tem as facções criminosas, as dificuldades de exercício público, de função pública com exclusividade de carreira, e isso precisa ficar bem claro, Sr. Presidente. É preciso ter coragem para ter esse tipo de debate, entendendo que a matéria visa a manter a atratividade de uma carreira de exclusividade única e com um perfil de atividade muito diferente com o passar dos anos, a não ser que alguns admitam que vivemos no mesmo país, sem facções criminosas e sem o crime interiorizado para todos os municípios do nosso país.

Então, é importante que isso seja identificado e que seja identificado também o não aumento de receita do duodécimo e do recurso dos Poderes. Será feita a valorização... Há Poderes que vão valorizar máquinas, computadores, sistemas e outras coisas; e há Poderes que vão valorizar o profissional, o humano, aquele que escolhe, na sua vida, ter uma carreira de magistrado e atender as dificuldades e os benefícios de ter um bom emprego. Então, essa coragem precisa ser registrada aqui, Sr. Presidente. E eu faço com a maior tranquilidade a exposição desta matéria.

Até estava aguardando uma reportagem, Sr. Presidente, sobre o tema quando discutia esse tema. Infelizmente, ela não foi publicada porque, no mesmo dia, assassinaram um juiz lá em Pernambuco.

Então, cada carreira – como a de político, como a de advogado, como a de jogador de futebol; todas as carreiras – tem as suas dificuldades. Nós estamos reparando a valorização de uma carreira dentro do exercício do recurso do seu Poder. Isso é importante que fique claro: no caso da PEC 10, compulsória, dentro da carreira e do recurso.

E outra coisa que eu gostaria de deixar clara, Sr. Presidente, e que é muito importante também para que não haja interpretação diferente: o sistema de Justiça observa o Poder Judiciário, o Ministério Público, as suas ações congêneres de outras profissões que estão naquele sistema e com características orçamentárias diversas. Na lei, na PEC está ficando claro que a Advocacia-Geral da União, que a advocacia pública brasileira com dedicação exclusiva deve ter destinação orçamentária específica com a liderança, com aquele que está à frente do Poder, que é eleito pela população e que vai dar também prioridade ao seu sistema de Justiça. O que a gente não podia omitir na discussão da PEC é uma discriminação para o mesmo sistema, para a mesma sala de julgamento, para a mesma condição. Ocorre que a definição sobre orçamento de estados e municípios e Poder Executivo é responsabilidade única e exclusiva da Assembleia Legislativa, do Governador e do sistema do estado, mas a gente não podia discriminar quem faz Justiça e que está no sistema de Justiça. Isso ficou preservado na separação de Poder Executivo, Judiciário e Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma outra coisa importante, Sr. Presidente, que eu gostaria também de deixar clara. Na questão da dedicação exclusiva, está sendo criado um dispositivo para a advocacia pública, como ocorre no caso do Amapá e outros estados, onde é possível ter o exercício da advocacia privada, para que exista um período de transição para uma opção: se é possível ficar no mesmo sistema ou se há uma opção pela advocacia, pela possibilidade de honorários.

Então, feitas essas observações, Sr. Presidente, eu queria também deixar claro o que todos sabem nesta Casa: que a tramitação e leitura do relatório não é o fim da matéria, ela é o começo da matéria; essa matéria pretende-se ser discutida em outras plataformas, em outras Comissões, na Câmara dos Deputados.

É preciso também dizer, Sr. Presidente, que nesta Casa tramita também o extrateto.

Então, é possível para Câmara e Senado observar o ambiente, tomar a melhor decisão, mas o que a gente não pode admitir é a omissão de debate, é a má interpretação do desenvolvimento das funções públicas, porque cada um faz a opção e tem que passar em concurso, está lá pelo concurso.

Então, eu fico muito tranquilo, Sr. Presidente, para acolher as contribuições, discutir humildemente as melhorias do texto. Acho que a gente dá um passo hoje, mesmo com a vista, para ter tempo de debater e discutir o ambiente que nós queremos no Brasil, da nossa Justiça popular. Não é a Justiça restrita, não é a Justiça elite, que é natural dos tribunais com as suas condições, mas é a do juiz do dia a dia, do promotor do dia a dia, aquele que só consegue, Sr. Presidente, na destinação da sua função, de repente, na sua cidade, dar aula a um colégio de segundo grau, tendo a exposição e tudo como complemento de renda, recebendo R$1.200 como professor e tentando ajudar ali. É diferente de quem dá palestra, de quem está na elite desse sistema. Estou falando, realmente, desses milhares de brasileiros que estão no seu estado, no meu estado, nos estados de todos, e que precisam, antes de serem discriminados, fazer-se a experiência e ter-se o cuidado de ouvi-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem um acordo que foi construído por vários Senadores sobre o pedido de vista coletiva que eu vou cumprir, mas isso não impede, já que nós estamos tendo a oportunidade de falar sobre o assunto...

Eu vou conceder a palavra ao Senador Alessandro Vieira, que fez a sua inscrição, mas já está combinada a vista coletiva, e eu preciso votar as emendas da lei orçamentária, porque o Relator está aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem-se que encerrar esta reunião para iniciar a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Serei breve. São apenas alguns registros que, acredito eu, vão colaborar na análise verdadeira do tema que estamos aqui trabalhando.

O teto remuneratório no Brasil é de R$41.650,92 por mês – é o teto. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça, 94,8% dos magistrados brasileiros recebem acima do teto. Hoje – hoje – 95% dos magistrados brasileiros já recebem mais de R$41.650,92.

Um segundo ponto que me chama a atenção é a argumentação com relação a risco, importância e relevância. Eu quero que alguém me justifique se o magistrado corre mais risco que o soldado da PM, que o enfermeiro do SUS, ou se ele tem piores condições de trabalho; esse magistrado que acabou de ter aprovado, pelo mesmo Conselho Nacional de Justiça, um novo benefício, de que, a cada três dias trabalhados, tem direito a um dia de folga remunerado – esse mesmo magistrado.

E por último, Sr. Presidente, e não menos importante: toda essa conversa, no final, ao termo de todo esse esforço retórico, é mais um benefício, mais um privilégio para uma elite que não se envergonha de encostar a faca no pescoço do Parlamento para exigir essas vantagens. O nosso Poder Judiciário, na sua mais alta cúpula, perdeu completamente a vergonha, se descolou completamente da realidade. Eu estou falando de um Poder importantíssimo, essencial para a democracia, que merece todas as homenagens, mas que, num país de miseráveis, acha pouco ter 95% de seus integrantes recebendo acima do teto.

E aí, só para esclarecimento, porque acho que é importante esclarecer, o meu amigo querido conterrâneo Relator diz que não estamos falando em quinquênio. E, para ver se eu não estou sofrendo uma alucinação, eu fui novamente ao texto que iremos votar. E o texto fala sobre um benefício que será atribuído à razão de 5% do subsídio a cada cinco anos. Então, um benefício calculado a cada cinco anos, em português, é quinquênio, novamente. Se fossem dez, decênio. E por aí vai.

Tenho certeza de que a Casa terá a sabedoria de fazer a votação adequada para mais esse privilégio.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, com todo o respeito. Eu não vou polemizar, nem vou usar art. 14, não preciso de nada disso, até porque estou pronto e muito feliz em debater com o Senador Alessandro, que é um especialista, mas algumas coisas eu vou falar por experiência de vida. Não é um campeonato de violência, nem de risco de profissão. Eu não vou discutir se o magistrado corre o mesmo risco do enfermeiro ou do policial, até porque eu teria que fazer isso perguntando para a família do juiz assassinado. Acho que qualquer servidor público em função...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não, eu acho que não tem mais. Não é um campeonato. Todos eles correm risco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – E, quando eu digo que não é quinquênio, porque o apelido é quinquênio, é porque é a valorização do tempo de magistratura, e, quando eu falo no termo quinquênio com vantagens adicionais, eu estou falando num ambiente, Sr. Presidente, que era um ambiente que maquiava o teto em todo o tempo. Não esqueça que aqui ao microfone tem Parlamentares que ganham o teto. Nós ganhamos o teto. Então, eu não estou discutindo teto constitucional. Eu só estou discutindo que essa PEC vem também para que a gente identifique melhor o ambiente dos penduricalhos, das vantagens indevidas... É justamente para isso, para trazer mais transparência.

Eu estou pronto para o debate, não tenho dificuldade nenhuma. Agora, não faço campeonato de risco de vida, até porque teria que falar com a família do juiz que morreu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Rapidamente, aqui, já que eu intervim e isso aí vai ser debatido, quero elogiar aqui o relatório do Senador Eduardo Gomes. Esse é um tema difícil de fato de ser tratado porque existe muito preconceito em relação a isso.

Eu fui juiz por 22 anos, e chegou um momento em que foi colocado: "Não, vai ter um teto, os vencimentos vão ser adequados, mas vai ter esse teto, e ele vai ser sempre reajustado". E também a gente tem que fazer aqui uma ponderação de que esse teto não foi reajustado durante muito tempo, e isso acabou até originando, muitas vezes, a criação reprovável desses penduricalhos e uma certa, como se diz, desorganização, com, muitas vezes, algumas categorias ganhando mais do que outras... Antigamente, a carreira de magistrado era mais bem remunerada. Todo mundo queria equiparação com os magistrados. Hoje, já não é a realidade. Tem outras categorias que ganham mais do que a dos magistrados. E tem uma questão de mercado, que foi colocada ali também pelo Senador Eduardo. Muitas pessoas da carreira da magistratura deixam a magistratura buscando carreiras mais lucrativas no próprio serviço público, como é o caso, aqui mencionado, da Consultoria do Senado.

Então, essa anomalia tem que ser corrigida. Ponderações bastante válidas aqui também do Senador Alessandro, mas nós temos que corrigir essa anomalia sem populismo e sem argumentos que deixem também de reconhecer a necessidade de valorização. Quando a gente pensa na magistratura, tem muita gente que tem rancor, de fato, do juiz, do magistrado, e pensa no juiz, muitas vezes, pensando lá nos tribunais superiores, cuja realidade é diferente do juiz lá da comarca, da pequena cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso dizer que, no meu caso, foi revelado até neste ano, a gente foi ameaçado pelo PCC, pelo trabalho que a gente fez na atividade criminal. Todo juiz tem esse mesmo desafio? Não, mas a gente tem que pensar em um tratamento que também beneficie esse juiz que acaba se expondo a esses riscos – não só ele, a sua própria família –, que tem que ter uma remuneração condigna.

Então, isso vai ser discutido mais longamente aí na próxima sessão, mas eu registro aqui os meus elogios ao Senador Eduardo Gomes. É um tema difícil, é um tema impopular, mas tem que ser tratado sem preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Laércio Oliveira, Wilder Morais e Soraya Thronicke, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PLN n° 29, de 2023–CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de Autor de Emenda Coletiva. Item único: discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLOA/2024 (PLN 29/2023-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". **O relator, Senador Omar Aziz, apresenta o relatório sobre as 87 sugestões de emendas apresentadas, sendo 86 emendas à despesa e uma ao texto.** Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, e com o artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: 4 (quatro) emendas de apropriação: Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ**, nos termos do relatório: **Emenda nº 1-CCJ**: **Ação:** 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional. **Valor:** 1.000.000.000,00. **Emenda nº 2-CCJ: Ação:** 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional. **Valor:** 400.000.000,00. **Emenda nº 3-CCJ: Ação:** 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional. **Valor:** 200.000.000,00. **Emenda nº 4-CCJ: Ação:** 20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional. **Valor:** 500.000.000,00. **VALOR TOTAL:** R$ 2.100.000.000,00. **É aprovada uma emenda de texto: Emenda de Texto nº 5-CCJ. Ementa:** Compensação aos entes federais por investimentos em Rodovias Federais. **Referência:** Corpo da Lei, Cap V, Art 9. **Texto Proposto:** Art. 8º-A Nas hipóteses de transferências de recursos de Entes Federados para a União executar obras federais em ativos próprios, o valor correspondente será abatido da dívida amparada pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) ou de outras obrigações contratuais compensáveis com o Tesouro Nacional. Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Ploa 2024 (PLN 29, de 2023, do Congresso Nacional), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

As emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata desta reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Omar Aziz, para fazer o relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023, Projeto de Lei nº 29, de 2023 – CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. As emendas de Comissão à despesa, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, e ao texto do projeto, devem ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se vocês não fizerem silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, olha...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se vocês não fizerem silêncio, não venham pedir para a gente votar esse negócio na semana que vem, não! (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa, boa! Boa ideia!

Senão, a gente vai perder voto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não voto, simples!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, esta Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2024.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 87 sugestões de emendas, sendo 86 às despesas e uma ao texto.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo.

Análise.

Foram apresentadas, no âmbito desta Comissão, 87 propostas de emendas, sendo uma indicação de emenda ao texto, três de emendas de remanejamento e 83 de apropriação. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CCJ. Assim, a observância do limite máximo exigiu uma análise minuciosa, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Consideramos que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, selecionamos algumas, com os critérios:

"21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da Sugestão de nº 44, com valor de R$1 bilhão, que foi objeto de indicação dos seguintes Parlamentares: Marcio Bittar, Paulo Paim, Omar Aziz, Irajá, Ana Paula Lobato, Veneziano Vital do Rêgo – todos Senadores –, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Plínio Valério, Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Marcelo Castro, Tereza Cristina, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Hamilton Mourão;

"20I7 – Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$400 milhões dos Parlamentares: Marcio Bittar, Omar Aziz, Irajá, Ana Paula Lobato, Davi Alcolumbre, Jorge Kajuru e Eduardo Braga;

"20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional", no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas, na forma da Sugestão nº 13, com valor de R$200 milhões, que foi objeto de indicações dos seguintes Parlamentares: Marcio Bittar, Ana Paula Lobato, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Plínio Valério, Efraim Filho, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Hamilton Mourão;

"20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional", no valor de R$500 milhões, com os seguintes Parlamentares: Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Hamilton Mourão.

Vale lembrar que as ações 21BM, 20IE e 20UF foram as três escolhidas como as emendas desta Comissão ao Anexo de Prioridades e Metas ao PLDO 2024.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As propostas de Emenda nº 67 e 71 não devem ser acolhidas, pois sugerem remanejamento para a ação 21BM, que é uma das que estamos propondo para ser acolhida como emenda de apropriação, além do que nas emendas está sendo indicado como fonte de recursos o corte em despesas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública relativas a administração das unidades, que já contam com o orçamento muito enxuto, bem como em ação relativa a policiamento, na Polícia Rodoviária Federal, e na manutenção do sistema de emissão de passaportes.

Em relação à proposta de Emenda nº 72, sugere remanejamento para a ação 00SW – Regularização Fundiária Urbana, ação do Ministério das Cidades, apresentando como recursos o corte em despesas classificadas no RP3. Entendemos que uma emenda para esta ação deveria ser proposta pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Portanto, não entendemos que ela seja acolhida.

Já a Proposta nº 87, referente à emenda de texto, sugere a adição do art. 8-A com o seguinte texto: "Nas hipóteses de transferências de recursos de entes federados para a União executar obras federais em ativos próprios, o valor correspondente será abatido da dívida amparada pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) ou de outras obrigações contratuais compensáveis com o Tesouro Nacional". Em nosso entendimento, a proposta deve ser acolhida.

Diante do exposto, votamos pela apresentação, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas de apropriação, conforme o seguinte quadro, além da emenda de texto:

- 21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança, R$1 bilhão;

- 20I7 – Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional, R$400 milhões;

- 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional, R$200 milhões;

- 20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional, R$500 milhões.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive eventuais ajustes técnicos ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2024.

Sala da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, Senador Omar Aziz, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu queria fazer um agradecimento ao Senador Omar Aziz, que aceitou relatar as emendas da Comissão junto ao orçamento, da Ploa 2024, e dizer ao Senador Omar que o relatório de V. Exa. atende, no todo ou em parte, todos os desejos de todos os Senadores que solicitaram inclusão de emendas junto a esta Comissão. Eu queria agradecer a V. Exa. pelo carinho e pela atenção dispensada, o significado importante é que agora, a partir do ano que vem, com essas emendas incluídas no orçamento do Brasil, nós teremos nesta Comissão a condição de viabilizar políticas públicas numa agenda fundamental que é a agenda proposta pelas emendas apresentadas por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, meu amigo irmão, Senador Omar Aziz!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E eu queria propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Jayme Campos, Lucas Barreto, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Wilder Morais e Paulo Paim, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata 49ª Reunião Ordinária, que é aprovada. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PPA 2024-2027 (PLN 28/2023-CN),** que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". Nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de Autor de Emenda Coletiva. Item único: discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PPA 2024-2027 (PLN 28/2023-CN), que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". **O relator, Senador Omar Aziz, substituído pelo Senador Efraim Filho (*ad hoc*), apresenta o relatório sobre as 6 (seis) sugestões de emendas apresentadas, sendo todas emendas à despesa (não foram apresentadas emendas de texto).** Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, e com o artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: 3 (três) emendas à despesa: Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ**, nos termos do relatório: **Emenda nº 1-CCJ: Ementa:** 5116 – Segurança Pública com Cidadania. **Programa:** 5116 – Segurança Pública com Cidadania. **Tipo de Emenda:** Emenda de Objetivo/Meta/Regionalização. **Meta:** 335. **Justificativa:** Apoio à implementação de projetos de prevenção à violência, no âmbito do Pacto Nacional para a Redução de Homicídios, articulados com estados e municípios dentro da filosofia de segurança cidadã, visando o fortalecimento da integração das instituições de segurança pública e a comunidade em territórios com elevados índices de vulnerabilidade à violência e à criminalidade. Fortalecer a filosofia de atuação preventiva, com base comunitária, junto aos órgãos de segurança pública estaduais e municipais. Estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada no âmbito Estadual e Municipal e de outras estruturas de gestão participativa de segurança pública em âmbito local. Difusão de tecnologias de menor potencial ofensivo. Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; pagamento de indenizações de arma de fogo entregue voluntariamente pela população nos postos de coleta credenciados, aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições. Articulação com os entes da Federação de forma a apoiar a implementação de projetos de segurança cidadã e garantir recursos para a execução de diversas iniciativas de prevenção, por meio da implantação de projetos voltados ao fortalecimento da integração das instituições de segurança pública e a comunidade, visando ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade à violência e à criminalidade, em especial a implementação de ações voltadas ao segmento LGBT, mulheres, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e negros; implementação de projetos de prevenção ao uso de drogas por meio da reformulação e implementação do programa educacional de resistência às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e cursos de pós-graduação com intercâmbio de experiências internacionais. Apoio à implementação da filosofia da Polícia Comunitária ou de Proximidade, por meio da implementação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

matriz curricular nacional para a formação de multiplicadores e promotores em polícia comunitária e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação; Estruturação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e outras estruturas de gestão de segurança pública em âmbito local; difusão de tecnologias não letais; instalação de equipamentos de vídeo monitoramento em vias públicas; fortalecimento das ouvidorias de polícia e das corregedorias de polícia nos Estados, Distrito Federal e Municípios; realização de Campanha Nacional de Desarmamento, com publicação de material informativo nas diversas mídias; pagamento de indenizações de arma de fogo entregue voluntariamente pela população nos postos de coleta credenciados, aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas; implantação de projetos voltados ao fortalecimento da participação da comunidade, por meio dos conselhos comunitários de segurança, capacitação para conselheiros municipais, Espaços Urbanos Seguros; elaboração e implantação dos planos municipais de segurança pública. Implantação do projeto Mulheres da Paz e Protejo, apoio a projetos de resolução pacífica de conflitos na segurança pública, elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência, e implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. **Emenda nº 2-CCJ: Ementa:** 6112 – Defesa Nacional. **Programa:** 6112 – Defesa Nacional. **Tipo de Emenda:** Emenda de Investimento. **Tipo de Investimento:** Plurianual (Anexo VII). **Valor Total PPA:** R$ 340.349.403,00. **Justificativa:** O investimento visa o fortalecimento da segurança, a produção de respostas a incidentes de redes, a incorporação de lições aprendidas e a proteção contra ataques cibernéticos. O ciberespaço é um domínio cada vez mais importante para a defesa nacional. Os países modernos dependem do ciberespaço para realizar uma ampla gama de atividades, desde o comando e controle das forças armadas até a prestação de serviços públicos. Um sistema de defesa cibernética é essencial para proteger o país dos ataques cibernéticos. Esse sistema deve ser capaz de detectar, prevenir e responder a ataques cibernéticos, garantindo a segurança do país e a continuidade das operações. **Emenda nº 3-CCJ: Ementa:** 5131 – Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Programa:** 5131 – Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Tipo de Emenda:** Emenda de Objetivo/Meta/Regionalização. **Meta:** 348. **Justificativa:** Precisamos majorar esse programa pois a dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos nas diversas regiões do país leva muitas pessoas a viver em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso decorre da combinação de causas estruturais e de condições pessoais que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, a capacidade de proteção das famílias e a superação das vulnerabilidades pelos indivíduos. Tais condições acarretam problemas como evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce, trabalho infantil, exploração sexual e uso de drogas, o que mina a convivência familiar e comunitária, a saúde e a qualificação educacional, resultando em inserção precária no trabalho, isolamento e exclusão social. Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador MARCOS ROGÉRIO
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PPA 2024-2027, PLN 28/2023, Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

As emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião.

Concedo a palavra ao Relator, para proferir o relatório.

O Relator originário, o Senador Omar Aziz, não conseguiu chegar à Comissão em razão devidamente justificada.

Designo, como Relator *ad hoc,* o eminente Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Meu caro Presidente, Senador Marcos Rogério, e demais membros da CCJ que deram quórum hoje para que a sessão pudesse ser instalada...

Tendo o relatório, que é a parte formal, Presidente, peço vênia para seguir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Outro requisito atendido é de apresentar interesse nacional.

Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram a apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Este será o voto, Presidente.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PL PPA 2024–2027, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas à despesa:

a) No Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania, a Emenda nº 3 (Senador Omar Aziz);

b) No Programa 6112 – Defesa Nacional, a Emenda nº 4 (Senadora Eliziane Gama); e

c) No âmbito do Programa 5131 – Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Emenda nº 1 (Senadora Professora Dorinha Seabra);

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas.

Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Sr. Presidente, subscrito *in totum* e *ipsis litteris* ao original do Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Efraim Filho, subscrição que acrescenta qualidade ao voto já devidamente aprovado pelo eminente Senador Omar.

Bom, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Wilder Morais, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B , inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 130-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com 24 votos favoráveis e 3 votos contrários. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 18, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 20, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 21, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Alan Rick (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 22, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 23, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis e 2 votos contrários. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 24, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 25, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 26, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do SENHOR ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 10 - Ofício "S" n° 27, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação do SENHOR GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor GUILHERME GUIMARÃES Feliciano para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. Às treze horas e vinte e quatro minutos a reunião é suspensa. Às treze horas e vinte e nove minutos, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação dos itens remanescentes. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2628, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com doze emendas que apresenta, e favorável à Emenda n° 1, nos termos da Subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 42, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Votam vencidos os Senadores Flávio Bolsonaro e Sergio Moro. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2459, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2402, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1199, de 2023 - Terminativo -** que: "Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 1-CDR e 3-CDR; e pela aprovação das Emendas nºs 2-CDR e 4-CDR, na forma das subemendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2018** que: "Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Mensagem (SF) n° 87, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Lei n° 1219, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira destina-se à apreciação da indicação de autoridades; e a segunda, à deliberação dos itens de 1 a 8.

Nesta parte da segunda parte da reunião da Comissão, nós estamos construindo um acordo com vários Líderes partidários para a retirada de pauta de alguns itens que estão pautados. Em seguida, nós vamos detalhar quais são.

Esta Presidência esclarece às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a votação das sabatinas será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e a outra urna aqui, dentro da sala.

Deixe-me aproveitar logo para iniciar. Nós fizemos um entendimento, vários Líderes partidários – foi a solicitação de vários Líderes. Da mesma maneira que nós concedemos, na reunião passada, vista coletiva da proposta de emenda constitucional número...

Só um minuto. (*Pausa.*)

Da mesma maneira que nós fizemos um acordo...

Oi, Senador. Tudo bom, meu Presidente?

Nós fizemos um acordo na semana passada, um entendimento em relação a...

É isso... Eu vou determinar à Secretaria da Mesa que retire o item 4 da pauta da próxima reunião deliberativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 8 vai sofrer pedido de vista, então é melhor retirar logo da pauta ou deixar só para acatar o pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem um requerimento de audiência pública, então vamos fazer e a gente faz a audiência e faz... Mas vai continuar na pauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – A emenda constitucional...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A 45.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... está sendo retirada da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está retirada de pauta. Nós fizemos um entendimento, vários Líderes partidários, para nós organizarmos outra sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente, esse é um tema que fala de dentro das famílias brasileiras. É um tema que nós temos que votar esse ano ainda, nós não podemos esperar muito tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse é o nosso apelo, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só está adiado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, eu sei, mas eu queria aqui registrar isso, e eu sei da importância desse tema, porque realmente algumas pessoas falando sobre esse assunto nunca viveram o que acontece nas famílias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, nós não podemos permitir passar muito tempo. Eu sei que hoje a sua agenda, a agenda de todos nós, é muito cheia, mas eu pediria para, o mais rápido possível, ou numa extraordinária da CCJ, alguma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, vamos organizar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... a gente debater e rejeitar essa proposta, porque realmente... Rejeitar não a PEC; não permitir que o uso indiscriminado de droga no Brasil seja feito por lei ou uma decisão do Supremo que quer legalizar droga. Eu sou contra...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu faço esse apelo, Presidente, vamos enfrentar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se for entrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse é o apelo que fazemos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Há clamor por isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Efraim...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, senão a gente vai discutir um negócio que eu já retirei da pauta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Não, não é para discutir, não. Retirou-se de pauta justamente para debater de forma mais responsável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Eu retirei da pauta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... mas eu entendo todas as manifestações contrárias, e que a gente possa deliberar essa matéria ainda este ano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu me comprometo a fazer uma sessão extraordinária para nós definirmos esse assunto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O.k., obrigado, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 1 da pauta, Ofício nº 17, de 2023.

Perdão, antes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, só lembrando que quem pode mais pode menos, como V. Exa. retirou, pode também reincluir. Mas não tem problema, não, na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas eu vou fazer numa extraordinária, então não estamos preocupados se é numa quarta, se é numa terça, se é numa quinta. A gente combina a data e bota para votar.

Eu quero a lista das autoridades.

Eu queria convidar para compor a mesa as autoridades que foram indicadas e serão sabatinadas por esta Comissão, para que possam vir tomar assento à mesa e à bancada: Dra. Daiane Nogueira de Lira, Dr. Edvaldo Nilo de Almeida, Dra. Cíntia Menezes Brunetta, Dra. Mônica Autran Machado Nobre, Dra. Daniela Pereira Madeira, Dr. José Edivaldo Rocha Rotondano, Dra. Renata Gil de Alcantara Videira, Sr. Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Sr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha; Sr. Guilherme Guimarães Feliciano. (*Palmas.*)

Portanto, são os dez que estão indicados para a sabatina de autoridades.

Eu queria agradecer a presença de algumas autoridades que estão aqui no plenário da Comissão. É importante fazermos o registro para ficar registrado nos *Anais* desta Casa: Ministro Sergio Pinto Martins, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Sr. Presidente Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Juíza Federal Margareth de Cássia Thomaz, do TRF da 2ª Região; Juíza Liz Rezende de Andrade, do Tribunal de Justiça da Bahia; Defensora Pública Juliana Lintz; Ronaldo Oliveira Siandela, da Comissão Legislativa da Anamatra; Juiz Fernando Cury, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul; Juíza Eunice Haddad, Vice-Presidente Legislativa da AMB e da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro; Juiz Thiago Elias Massad, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Presidente da Associação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magistrados do Estado de São Paulo; Juíza Laura Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo; Juíza Julianne Marques, do Tribunal de Justiça do Tocantins e Vice-Presidente Administrativa da AMB; Juíza Maria Isabel da Silva, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Tesoureira da AMB; Marcelo Rossi Nobre, esposo da indicada Mônica Nobre; João Ribeiro Bastos, filho do indicado Alexandre Teixeira Bastos; Claudia Falcão Bastos, esposa do indicado Guilherme Augusto Caputo Bastos; Gustavo Caputo Bastos, irmão do indicado Guilherme Augusto Caputo Bastos; Gaya Dorea Nilo, esposa do indicado Edvaldo Nilo de Almeida, entre outras autoridades que nós vamos registrar oportunamente.

Vou fazer a leitura, por motivos regimentais, de todos os itens da pauta da primeira etapa da reunião deliberativa ordinária da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 17, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B , inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Na vaga pertencente à Câmara dos Deputados.

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 18, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 20, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

A vaga é destinada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 21, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Também a vaga é destinada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

1ª PARTE

ITEM 5

OFÍCIO "S" N° 22, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Também uma vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

1ª PARTE

ITEM 6

OFÍCIO "S" N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

A vaga é destinada ao Supremo Tribunal Federal.

1ª PARTE

ITEM 7

OFÍCIO "S" N° 24, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

A cadeira é do Supremo Tribunal Federal.

1ª PARTE

ITEM 8

OFÍCIO "S" N° 25, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 9

OFÍCIO "S" N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 10

OFÍCIO "S" N° 27, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Guimarães Feliciano, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 22/11/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Esta Presidência, de ofício, concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios, referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a inquirição dos candidatos indicados sabatinados, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós fizemos uma ordem de inscrição... Ah, na ordem dos ofícios.

A ordem da fala das autoridades... (*Pausa.*)

Nas outras sabatinas de outras autoridades...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem.

V. Exa. irá abrir o painel só no final de todos ou vai abrir antes para que alguns...? É porque nós temos outras Comissões, preciso saber se vou e volto. Só uma indagação aqui a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer um acordo de procedimento. Eu acho que V. Exa. levanta uma possibilidade que esta Comissão precisa decidir, e esta Presidência vai decidir com o entendimento coletivo, como sempre a gente busca fazer, com a maioria.

Eu acho razoável a proposta de V. Exa. de nós iniciarmos a votação. Como, em toda reunião de sabatina de autoridade, tem alguns que são a favor e alguns que são contra, eu queria propor um acordo: que nós pudéssemos ouvir todos os convidados que serão sabatinados e, em seguida, abrir o painel, para nós não abrirmos pelo menos antes de ouvir a fala de cada autoridade. Pode ser assim?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O.k. Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, nós vamos ouvir todos os indicados que terão entre cinco e dez minutos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As mulheres primeiro, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Uma salva de palmas para o Senador Esperidião Amin. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O representante do único estado feminino da Federação não poderia se esquecer de fazer isso, não é? O único estado feminino da Federação qual é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, verdade!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Santa Catarina!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Santa Catarina.

Parabéns, Amin. Parabéns.

Só para a gente recapitular o entendimento, Senadora Damares, que nós construímos aqui na Comissão.

Nós vamos ouvir os indicados. Temos dez indicados e nós vamos ouvir todas as autoridades, que terão entre cinco e dez minutos, que é mais ou menos o tempo mediando que nós estamos fazendo com as sabatinas de outras autoridades para o CNJ e para o CNMP. E, quando terminarmos a manifestação de cada um individualmente, aceita a sugestão de S. Exa. o Senador Esperidião Amin para iniciarmos pelas mulheres, vamos abrir a sessão para votação nominal de cada Senador e de cada Senadora.

Nesse sentido, para darmos celeridade a esta reunião, eu concedo a palavra à Sra. Daiane Nogueira de Lira, para a sua exposição, no tempo que for conveniente.

A SRA. DAIANE NOGUEIRA DE LIRA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia a todas e a todos.

Exmos. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a quem cumprimento na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e a quem agradeço o tratamento sempre cordial dispensado a nós sabatinados.

Meus cumprimentos especiais ao Senador Mecias de Jesus, que, de forma muito gentil, se prontificou a ser Relator da minha sabatina. Um cumprimento especial também aos Senadores do meu Estado do Ceará, Senadora Augusta Brito, Senador Cid Gomes e o Senador Eduardo Girão. Agradeço, ainda, a cada uma das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores por nos receberem em audiências ao longo desses últimos meses.

Também não poderia deixar de cumprimentar e agradecer à Câmara dos Deputados, nas pessoas do Presidente Arthur Lira e de todos os Líderes partidários, e também à Deputada Soraya Santos, aqui presente, pela honrosa indicação para representar a Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça, caso aprovada neste Senado Federal.

Cumprimento todas as autoridades presentes, os servidores desta Casa e especialmente os meus companheiros aqui de sabatina.

Sr. Presidente, inicio minha apresentação.

Meu nome é Daiane Nogueira de Lira, nasci em Fortaleza, no Ceará, sou filha de Marta Lúcia Nogueira de Lira e de José Aldo de Lira, irmã de Anderson, Aline e Alysson, esposa do Arthur e mãe da minha linda Sofia. Essa é a minha família, a quem, com a graça de Deus, devo toda a minha trajetória de vida. Uma família que sempre acreditou na educação como instrumento de transformação social. E foi a crença nesse poder transformador que me levou à graduação em Direito na Universidade de Fortaleza em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2004. Foi a crença nesse poder transformador que me fez mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília e que me faz cursar atualmente o doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Fui a primeira advogada da família. Em 2006, fui aprovada e nomeada no concurso da Advocacia-Geral da União para o cargo de Advogada da União, cargo esse que ocupo há 17 anos. Ao tomar posse em Brasília, passei a exercer inicialmente minhas funções na Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. Tenho orgulho de ter tido a oportunidade de conhecer por dentro o nosso Sistema Único de Saúde, o maior sistema público de saúde do mundo.

Na Conjur Saúde, atuei em ações de caráter coletivo e de alto custo, em medidas preventivas e repressivas ao combate a fraudes em ações judiciais que envolviam o SUS, na realização de procedimentos conciliatórios e em atividades proativas de proteção dos direitos e interesses da União. Na sequência, na AGU, atuei no Departamento de Controle Concentrado da Secretaria-Geral de Contencioso.

Cedida para o STF, atuei como assessora e, a partir de 2013, como Chefe de Gabinete do Ministro de Dias Toffoli, cargo que ocupo até o momento. Naquele tribunal, tive a honra de exercer, entre 2018 e 2020, o cargo de Secretária-Geral da Presidência. Nesse período, tive a oportunidade de realizar visitas institucionais presenciais e, em razão da pandemia, visitas institucionais por videoconferência a todos os tribunais de todos os estados da Federação e de todos os ramos da Justiça. Ao longo desses anos, tive ainda atuação em diversos grupos de trabalho e comissões no âmbito do sistema de Justiça.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tendo sido indicada pela Câmara dos Deputados para o cargo de Conselheira do CNJ, o que muito me honra, caso aprovada por esta Casa creio que minha trajetória profissional, originada na advocacia pública federal com passagens pelo Poder Judiciário, oferece as ferramentas necessárias para o desempenho desse relevante mister, contando sempre com a aprovação de V. Exas.

Se V. Exas. aprovarem meu nome, eu me comprometo a exercer um mandato pautado por três princípios. Primeiro, respeito irrestrito ao ordenamento jurídico. Segundo, espírito colaborativo. E terceiro, atuação propositiva.

Quanto ao respeito irrestrito ao ordenamento jurídico, comprometo-me a atuar de forma técnica, equilibrada, caso aprovada por V. Exas., e serei uma cumpridora Conselheira das Constituições e das leis do país, com absoluto respeito à independência entre os Poderes e sem nenhum viés político, partidário, ideológico ou de qualquer outra natureza, como é esperado de um servidor público do Estado.

No segundo princípio, espírito colaborativo, entendo que um órgão como o CNJ, a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, não pode deixar de estabelecer pontes com a sociedade representada pela Câmara dos Deputados e nem se fechar aos estados federados, aqui tão bem representados por este Senado Federal. Acredito firmemente na relevância de uma atuação colaborativa em que o diálogo construtivo, a cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional e a busca de soluções que promovam consensos são fundamentais para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

No terceiro princípio, da atuação propositiva, cumpre ao CNJ o relevante papel de formular, de coordenar políticas públicas judiciárias. Buscarei, assim, contribuir para ampliar a eficiência, o controle, a transparência administrativa e jurisdicional do sistema judiciário brasileiro. Mas, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, sabedora de que o Poder Judiciário não deve ser o destino de toda e qualquer controvérsia da sociedade, entendo que o CNJ é órgão estratégico para o incentivo à resolução dos litígios, à redução dos litígios, à solução consensual de conflitos e ao estímulo à autocomposição.

Encaminhando-me ao fim desta apresentação, é com humildade, com respeito a V. Exas. que firmo o compromisso de, caso aprovada por esta Casa legislativa, exercer o mandato de Conselheira no Conselho Nacional de Justiça em constante diálogo e cooperação institucional com o Parlamento brasileiro, contribuindo, assim, para a realização de uma justiça eficiente, célere, transparente e responsável em prol do cidadão.

É com esses pressupostos que peço o apoio e o voto de V. Exas. e fico inteiramente à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dra. Daiane.

Concedo a palavra à Sra. Cíntia Menezes Brunetta.

A SRA. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos e a todas. É uma grande honra e uma imensa alegria estar aqui hoje, no Senado, na Casa do federalismo brasileiro, para sustentar a minha indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

De início, gostaria de cumprimentar a todos e a todas na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, cumprimentar os que estão assistindo, em especial o meu pai, Leonildo Brunetta, e minha mãe, Iza Celina, que não puderam estar aqui hoje, assim como minhas filhas. Queria agradecer, em especial, a Senadora Antônia Paula Lobato...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Ana Paula.

A SRA. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA – Ana Paula, que, com sua gentileza e generosidade relatou o meu processo.

Agradeço também porque estou aqui, hoje, devido ao voto de confiança dado a mim pelos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, sou Cíntia Brunetta, sou Juíza Federal desde 2004. Nasci em São Paulo, de pai catarinense nascido na zona rural, de Herval d'Oeste, e mãe capixaba, de família mineira, que nasceu em Itaguaçu, também na zona rural do Espírito Santo. Passei a minha primeira infância toda no Município de Videira, em Santa Catarina.

Em 1988, mudei-me para o Ceará, e, salvo um pequeno período em que morei em Goiás, fiquei no Ceará até o ingresso da minha magistratura, em 2004. Na minha vida profissional, após algumas breves incursões na iniciativa privada, fui professora particular, fui secretária, fui recepcionista, emissora de bilhetes aéreos em uma época em que a internet não funcionava assim.

Eu passei ainda na Faculdade de Direito. Fui aprovada em concurso para ser servidora efetiva do Ministério Público da União e fui lotada na Procuradoria da República, em Fortaleza, exercendo atividade de assessoramento técnico e jurídico nas áreas cível e criminal.

Em dezembro de 2004, eu fui aprovada em concurso de provas e títulos para o cargo de Juíza Federal Substituta do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. É o tribunal do Nordeste, com sede em Recife.

Assumi a jurisdição como juíza substitua em Maceió, fui juíza substitua tanto em Maceió quanto em Fortaleza e participei de inúmeros mutirões itinerantes nos Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Em agosto de 2010, eu fui promovida, pelo critério de merecimento, ao cargo de juíza federal, que ocupo até o momento. Minha primeira lotação como juíza federal titular foi em Sousa, na Paraíba. Nessa função, exerci a jurisdição nos âmbitos cível, criminal, de execução fiscal e juizado especial federal, nas sessões judiciárias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA – ... da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, me perdoe. (*Fora do microfone.*)

Eu queria pedir para os nossos convidados... São todos muito bem-vindos, mas eu estou do lado da Dra. Cíntia e não estou conseguindo ouvir o que ela está falando. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

A SRA. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA – Obrigada, Sr. Presidente.

Fui juíza titular nas seções da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Em março de 2019, foi um período em que eu me afastei rapidamente da jurisdição, quando, por nomeação da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, fui Secretária-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que tem como público-alvo juízes estaduais e federais de todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o país, responsável pela formação tanto inicial quanto continuada desses juízes. Como Secretária-Geral, exerci várias funções de coordenação, de planejamento e fui Secretária-Geral durante o período de pandemia, assegurando a continuação da formação dos magistrados e magistradas brasileiros durante esse período tão crítico mundial.

Também me envolvi no planejamento e organização de diversos cursos nacionais e internacionais de curta e média durações, atuando como ponto focal de parcerias com o Conselho Nacional de Justiça, com a Escola Superior do Ministério Público da União, com a Unesco, com o Conselho da Europa e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Em paralelo com a atividade jurisdicional, atuo desde 2006 como formadora de magistrados tanto na nossa Escola Nacional quanto na nossa Escola Regional. Como magistrada, fui vencedora do Prêmio Innovare, na categoria de juiz, em 2010, com a prática Execução Bate Pronto, para agilizar o cumprimento de decisões judiciais pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e fui também menção honrosa do prêmio em 2019, com a prática Passando o Martelo Adiante, criada no contexto de demandas coletivas e estruturantes na área da saúde pública cearense.

No âmbito acadêmico, concluí um MBA, um mestrado, e atualmente sou Doutora em Direito e Professora Titular da graduação e dos programas de mestrado e doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito (Fadisp), em São Paulo.

Como pode ser visto, Srs. e Sras. Senadoras, das minhas trajetórias pessoal, profissional e acadêmica, embora tenha ingressado na magistratura federal bastante jovem, tive um caminho marcado, desde o meu nascimento e em virtude das minhas origens familiares e sociais, pela pluralidade e diversidade de experiências e estudos. A minha vida, às vezes eu digo, é um reflexo inclusive do pacto federativo.

De São Paulo, grande metrópole, fui para o interior de Santa Catarina e de lá para o litoral, para o Sertão e para o Agreste do Nordeste, para, por fim, viver por mais de três anos na capital federal. Antes do Direito, estudei por quase quatro anos Engenharia Elétrica. Na minha vida particular, passei, em 2013, de apenas filha a mãe de duas menininhas: Elise e Lara.

Não sou, assim – e gostaria de frisar –, uma especialista em uma só área ou alguém com um só olhar. Não consigo ser definida por um só caminho. Minha perspectiva do mundo, do sistema de Justiça e do Brasil, longe de ser atomística e regional, é sistêmica, é federalista, é democrática e é multifacetária, trazendo o olhar de alguém que vive o mundo jurídico, o Judiciário e o sistema de Justiça levando consigo uma bagagem muito plural de vivências construídas a partir de muitas vozes, muitas histórias e todas as origens. Eu sou, acima de tudo, uma curiosa. Eu não acredito em meras fotos instantâneas da realidade, mas em enxergar o mundo como quem assiste a um filme: observo cada indivíduo, cada instituição, cada local e cada setor social como uma parte de uma trama maior. E, a partir dessas observações, eu estudo e trabalho para dar minha construção para a transformação da realidade.

Neste contexto, o meu olhar sistêmico, aliado à minha experiência profissional como magistrada, naturalmente próxima ao Ministério Público, permite que eu o reconheça, para além do senso comum,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como instituição fundamental para a democracia, para a paz social e para a justiça e, consequentemente, enxergue a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público como também essencial para que esses valores sejam observados em todos os âmbitos de atuação e sempre dentro dos parâmetros da Constituição.

Em sendo aprovada como conselheira por esta Casa, tenho o potencial de agregar ao CNMP não só minha experiência na formação de atores do sistema de Justiça, como também o meu conhecimento sobre direitos humanos e governança, para contribuir para o contínuo aprimoramento e fortalecimento da atuação autônoma equilibrada, responsável, coerente, íntegra e socialmente efetiva do Ministério Público brasileiro.

Deixo assim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meu compromisso não só perante este Senado, mas perante a sociedade, perante o sistema de Justiça de, em sendo aprovada, ouvir todas as vozes, respeitar todas as origens e, acima de tudo, ser responsável, democrática, empática e honesta em todos os meus momentos de atuação.

Para concluir, gostaria apenas de agradecer pela recepção, pela oportunidade e pelo acolhimento de todos os Senadores, de todas as Senadoras, colocando-me à disposição para qualquer tipo de esclarecimento que se faça necessário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dra. Cíntia.

Concedo a palavra à Dra. Mônica Autran Machado Nobre.

Obrigada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu inicio a minha fala cumprimentando o Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Cumprimento também a minha Relatora, Senadora Augusta Brito, e, na pessoa deles, peço licença para cumprimentar todas as Senadoras e Senadores desta Casa. Cumprimento os Ministros e demais autoridades aqui presentes. Cumprimento os indicados, os servidores do Senado, senhoras e senhores aqui presentes e aqueles que nos assistem através da TV Senado.

Agradeço aos Senadores pela gentil recepção e por terem concedido espaço em suas difíceis agendas para nos atender. Permitam-me também fazer um agradecimento especial ao Senador Lucas Barreto e à sua assessora Claudia por nos terem abrigado e acolhido em seu gabinete.

Agradeço ao STJ pela confiança depositada em mim para representá-los no CNJ e o faço nas pessoas dos Ministros Mauro Campbell e Luís Felipe Salomão. Sinto-me extremamente honrada pela indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Mônica Autran Machado Nobre. Sou filha da psicóloga Regina Autran Cesar Machado e do médico e Prof. Marcel Cerqueira Cesar Machado, casada com Marcelo Nobre há quase 30 anos e mãe da Ana Luísa e do João Pedro.

Eu me formei em Direito na PUC de São Paulo em 1988. Estagiei na Procuradoria de Assistência Judiciária do Estado de São Paulo, fui assistente jurídica do Desembargador Antonio Carlos Marcato, no Segundo Tribunal de Alçada Civil, e advoguei na área cível. E, ao passar por essas experiências profissionais, tive mais certeza ainda de que a minha vocação e paixão estavam na magistratura. Eu me preparei muito, estudei com afinco e, no ano de 1996, ingressei na magistratura federal, no cargo de Juíza Federal Substituta do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul. E lá estou há 27 anos.

Foram 17 anos atuando na primeira instância, e há 10 anos estou no tribunal. Eu trabalhei em todas as áreas de Justiça Federal, muitas vezes acumulando funções, tal como juíza de juizado, turma recursal, turma nacional e tudo sem prejuízo da vara federal da qual eu era titular. Já no tribunal, fui coordenadora do Programa de Conciliação no biênio 2014-2016, tendo sido o Tribunal Regional Federal da 3ª Região um dos vencedores na categoria maiores índices de composição durante a Semana Nacional da Conciliação, de 2015, do CNJ.

Fui também membro efetivo da comissão do 18º concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto, de dezembro de 2015 a outubro de 2017; membro efetivo do Conselho de Administração do TRF3; membro suplente da Comissão de Jurisprudência do TRF3 também.

Atualmente, sou membro suplente do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, biênio 2022-2023, sou integrante do órgão especial e sou Presidente da Quarta Turma.

Tudo isso para dizer às senhoras e aos senhores que nunca tive medo do trabalho e de novos desafios; muito pelo contrário, eu gosto de desafios e me orgulho de trabalhar bastante, mesmo sob pressão. E, caso seja aprovada, digo a V. Exas. que não tenho receio dos desafios que o CNJ irá me propor. Meu objetivo é colaborar e somar.

E, nesse passo, acredito que podemos definir o CNJ como uma importante instituição da República que atua pelas melhores políticas públicas para o Poder Judiciário, visando aperfeiçoar o trabalho de juízes e servidores no Judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, para que o objetivo principal seja atingido, qual seja, a melhor e mais célere prestação jurisdicional.

Nota-se que o CNJ é um órgão plural, formado por diversos segmentos da sociedade civil. E esse olhar externo é que se mostra capaz de melhor orientar as discussões e decisões para, assim, implementar as melhores políticas públicas do Judiciário. Tudo isso porque a Justiça deve ser acessível e transparente. A Justiça deve servir ao jurisdicionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CNJ, como responsável pelas políticas públicas do Poder Judiciário, deve ser aliado dos tribunais do nosso país, auxiliando e incentivando ações de melhoria, tanto de acesso quanto de funcionamento célere, novamente e sempre com a finalidade de servir o jurisdicionado. Em resumo, seja orientando os juízes, seja implementando políticas públicas, seja incentivando ações de melhoria, o foco do CNJ deve ser sempre o de melhor servir a população do nosso país. O trabalho é grande, mas a disposição é maior.

Caso V. Exas. me aprovem na sabatina e no Plenário, assumo aqui esse compromisso.

Eu agradeço imensamente a atenção e me coloco à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dra. Mônica.

Concedo a palavra à Dra. Renata Gil de Alcantara Videira.

O SR. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA (Para expor.) – Muito bom dia a todos e todas.

Eu gostaria de, primeiramente, cumprimentar o meu Presidente Davi Alcolumbre, esse grande líder do Senado Federal, e cumprimentar a minha Senadora Relatora, Senadora Dorinha, também uma grande Parlamentar, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar na Câmara dos Deputados, ela no seu primeiro mandato, à frente também da bancada federal, juntamente com a Deputada Soraya Santos, grandes amigas de caminhada.

Eu gostaria de cumprimentar todos os magistrados brasileiros na pessoa do meu Presidente Frederico Mendes, cumprimentar todas as magistradas brasileiras na pessoa da minha Presidente Eunice Haddad, cumprimentar todos os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça na pessoa do meu amigo Conselheiro Mauro Martins, que está aqui presente, ao fundo, e cumprimentar, finalmente, todos os Conselheiros do CNMP na pessoa do meu grande amigo também, líder associativo, Jayme Martins de Oliveira Neto, que também se encontra nesta sala.

Eu queria dizer que é uma grande honra, Presidente Davi, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que já me conhecem da caminhada associativa, como a Senadora Damares, e que para mim é uma honra gigantesca, é um dia importante na minha vida. Eu nunca vou me esquecer deste dia, de entrar pelo tapete vermelho, pelo tapete azul deste Senado Federal, na qualidade de sabatinada. Esta Casa é milenar, tem 2,7 mil anos, a primeira instituição reconhecida no mundo foi o Senado, e esta Casa vai completar 200 anos. Então, para mim, é motivo de muito orgulho, de muita honra, poder estar aqui sendo submetida ao crivo dos Srs. Senadores, que passam por um processo de eleição majoritária muito difícil, muito duro, e que, portanto, são extremamente legitimados para representar a nação brasileira.

Eu, brevemente, vou me apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Renata Gil. Eu estive, por 10 anos, nos corredores do Senado e da Câmara dos Deputados como líder associativa. Eu fui Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Vice-Presidente de Direitos Humanos. Depois, eu assumi a Presidência da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, por dois mandatos, fui a primeira mulher eleita no Rio de Janeiro, e fui a primeira mulher eleita também Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, cargo que exerci até dezembro de 2022, sendo uma instituição que tem mais de 70 anos de história.

Nessa lida associativa, eu pude entender e compreender que o que a sociedade espera de nós só pode ser construído através de diálogo, e eu acho que esse é o meu perfil. Quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa de diálogo, e todos os projetos que nós construímos foi com essa conjunção de esforços de Executivo, Legislativo e Judiciário.

Eu tenho 52 anos, sou a mãe do João Eduardo, de 19 anos, mãe da Paula, de 18 anos, filha do Paulo Cezar, policial, filha da Carmen Lucia, professora que hoje é terapeuta. E, forjada nessa família com muito carinho, com muito amor, eu estudei em escolas particulares, através de bolsa, porque minha mãe era professora e não tinha condição de pagar o estudo das duas filhas. Depois, estudei na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, me tornei bacharel em Direito com essa formação acadêmica, de que eu tenho muito orgulho, e me tornei mestre pelo Instituto de Direito Público aqui, em Brasília, recentemente, num trabalho que retrata um pouco da minha história como juíza criminal de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e, nesse sentido, o Ministro Moro me conhece desde 2008, quando trabalhamos juntos na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

A minha tese, o meu trabalho, Ministro Moro, tem esse perfil, o trabalho da autolavagem, de acordo com as decisões do Supremo Tribunal Federal.

Eu atuei como juíza por dez anos, no interior do Estado do Rio de Janeiro – eu sou juíza há 25 anos –, e foi no interior do meu estado onde eu aprendi verdadeiramente a ser juíza; a lidar com as autoridades locais, com os problemas da sociedade, com a falta de advogados, de defensores públicos, com a falta de infraestrutura, de abrigos para os menores.

No ano de 2008, houve uma oportunidade. Eu julguei um caso de grande repercussão no meu estado, da viúva da Mega-Sena, que teria assassinado o ganhador de R$52 milhões da Mega-Sena. Eu julguei esse caso no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Resolvi ir para uma vara criminal da capital, onde eu sou titular até hoje, na 40ª Vara Criminal, e nessa vara eu julguei precipuamente as organizações criminosas, o tráfico organizado da Ilha do Governador, e fui ameaçada de morte duas vezes.

Por isso, criei, no âmbito do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, um projeto chamado Central de Assessoramento Criminal, um cartório de funcionários sem rosto, em que os juízes e os funcionários têm tranquilidade para manusear os processos das organizações criminosas; porque, no meu estado, infelizmente, quando há processos de tráfico e milícia, os funcionários não podem nem colocar a mão nesses processos, porque são ameaçados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já na AMB, eu tive a oportunidade de conhecer todo o Brasil. Eu visitei todos os tribunais brasileiros, de todas as competências, inúmeras comarcas do interior, na Presidência do Ministro Dias Toffoli, que saía em caravana com a sua equipe, ele Presidente do CNJ e Presidente do STF.

A AMB fazia esse acompanhamento, quando eu conheci de verdade a Justiça do meu Brasil e pude atuar em colaboração, por exemplo, com o novo estabelecimento do horário forense, levando em consideração as peculiaridades de cada estado – isso já na Presidência do Ministro Fux. A gente tinha uma alteração de horário e, por conhecer essa realidade, eu pude colaborar bastante com a alteração.

Durante a pandemia, eu atuei firmemente também nos estados brasileiros. Dentro do CNJ, foi criada uma comissão para fazer a conversão dos processos físicos para os digitais, e eu, em nenhum momento, fiquei em casa. Peguei avião – às vezes não tinha mais voo porque as empresas aéreas cortaram os voos –, colocava minha máscara e ia aos estados, para incentivar que os juízes continuassem trabalhando, sem medo.

Nesse momento, a gente criou uma grande campanha chamada A Justiça Não Para, uma *hashtag* que ficou viralizada no sistema de Justiça, incentivando ao sistema de Justiça que ele continuasse trabalhando e que a população pudesse buscar abrigo de suas questões no Poder Judiciário.

Nesse mesmo momento, nós criamos a campanha Sinal Vermelho. A Deputada Soraya Santos apresentou essa campanha, e nós conseguimos transformar essa campanha numa lei federal. Eu acho que ela é a maior política pública de proteção às mulheres que nós temos no Brasil, de norte a sul, porque ela se transformou em lei estadual também, a Lei 14.188.

Por isso, eu reafirmo que, só com a ação conjugada, a gente consegue construir essas políticas públicas. Essa lei foi aprovada em apenas quatro meses, entre Câmara e Senado, e ela foi objeto de uma solenidade do Presidente da República para a sanção da lei.

Trabalhamos também em outras agendas no Conselho Nacional de Justiça, especialmente as agendas de reconstrução do sistema.

Nós sabemos que a Justiça brasileira tem inúmeros desafios, mas o que eu queria reafirmar é que os juízes brasileiros são os melhores juízes do mundo. Nós temos 78 milhões de processos para apenas 18 mil juízes, com 1,4 milhão de advogados inscritos na OAB. Não existe nenhuma Justiça no mundo do tamanho da Justiça brasileira.

Qual é o nosso desafio? Diminuir a judicialização, entregar a Justiça de uma forma mais célere para a população. É essa a missão sobre a qual nós estamos, dentro do Conselho Nacional de Justiça, debruçados, e digo estamos, porque hoje eu assessoro o Ministro Luis Felipe Salomão na Corregedoria Nacional de Justiça, criando projetos de políticas públicas sociais, mas muito atenta ao que o Ministro Barroso tem como diretriz na sua gestão, que é a diminuição da judicialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já tem trabalhado com projetos de diminuição da judicialização da execução fiscal, reforço do uso dos precedentes por todo o Brasil. Como o Brasil é um país de dimensões continentais, os precedentes ainda não são utilizados por cada juiz brasileiro.

E é nesse sentido que eu quero me colocar à disposição, para continuar o trabalho com as políticas públicas, especialmente de braço social, como o Registre-se!, que a gente tem feito com a população de rua, a regularização fundiária e agora um grande projeto que o Ministro Salomão também está desenvolvendo, que é o incentivo ao transplante de órgãos.

Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade, me coloco à disposição e quero dizer que a cadeira da Justiça estadual que eu ocupo será dividida com todos os senhores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dra. Renata.

Concedo a palavra à Dra. Daniela Pereira Madeira.

A SRA. DANIELA PEREIRA MADEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre; Senadora Relatora, Senadora Zenaide Maia, a quem eu saúdo pela atenciosa condução da relatoria do meu processo no âmbito desta Comissão, na pessoa de quem eu saúdo a todos os demais membros desta respeitável Comissão.

Eu gostaria de cumprimentar também a todos os magistrados e magistradas aqui presentes, nas pessoas dos meus colegas e amigos da Corregedoria: Dra. Liz, Dra. Carolina e Dra. Beatriz. Gostaria de também cumprimentar todos os conselheiros, através também do nosso Conselheiro presente, o Conselheiro Mauro.

Registro aqui, inicialmente, o meu grande aprendizado no contato com os Senadores e Senadoras nesses dois meses que eu estive em cada um dos gabinetes, quando tive a oportunidade de ouvir as percepções de cada Parlamentar não só sobre a Justiça Federal, mas sobre a Justiça como um todo e sobre a aplicação das leis. Tudo isso sob a perspectiva das mais diversas realidades do nosso país, que é um país continental.

Ressalto também a minha alegria e honra de ter recebido a indicação do meu nome pelo Superior Tribunal de Justiça, agradecendo também a confiança dos ministros da nossa Corte da Cidadania, com a oportunidade também de compartilhar com os demais segmentos do Poder Judiciário as experiências angariadas em mais de 20 anos de magistratura federal para o aperfeiçoamento do nosso sistema nacional de prestação de serviço público.

Eu vou fazer uma breve apresentação da minha trajetória e do que realmente eu entendo que é o Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou filha de Antônio Madeira, maranhense, e Norma Madeira, uma carioca, professora pública municipal, ambos não estão mais presentes entre nós, mas daí a minha formação de escola pública no colégio público municipal e no Colégio público Pedro II.

Como dizia o refrão do nosso colégio, por onde eu passei a maior parte da minha infância e adolescência, que eu trago na minha trajetória, o lema dizia assim:

O livro é nosso escudo
E arma a inteligência.
Por isso sem temer
Foi sempre o nosso lema
Buscarmos no saber
A perfeição suprema.

Com esse espírito, ingressei na magistratura em 2002, quando assumi o cargo de Juíza Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, e, desde então, tenho dedicado a minha carreira à justiça e ao fortalecimento do sistema judiciário brasileiro.

Paralelamente, além de ser mãe de Marco Antônio e Sofia e casada com o Marcus, que me incentiva todos os dias, nas horas vagas concluí o meu mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e fiz o meu doutorado na Universidade Complutense de Madri, onde concluí a minha tese em 2019, sempre com o intuito de reafirmar o compromisso de contribuir para a prestação jurisdicional.

Tive a honra também de contribuir com algumas produções científicas, capítulos de livros e obras que abordam temas relevantes, reforçando, assim, meu compromisso na disseminação do conhecimento jurídico, com enfoque sempre na construção do fortalecimento da jurisprudência no processo civil.

No âmbito da pandemia, na época da pandemia, tive a honra também de exercer algumas funções administrativas no Conselho da Justiça Federal e na Turma Nacional de Uniformização, realizando alguns eventos acadêmicos importantes, como a Jornada de Direito Tributário e a Jornada de Direito Notarial e Registral.

No âmbito do CNJ, tive a oportunidade de ser Juíza Auxiliar do Ministro Luis Felipe Salomão, contribuindo também para a construção do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), que pretende fazer uma interligação e a interoperabilidade de todos os cartórios de registro do Brasil. Vai ser um grande avanço para o nosso país e para a população brasileira. E, dentro das políticas públicas do CNJ, também tive a honra de contribuir para o Registre-se!, que é a emissão de certidão de nascimento do cidadão, e para o Programa Permanente de Regularização Fundiária, não só nos estados que compõem a Amazônia Legal, mas agora através de núcleos urbanos informais.

No âmbito do CNJ, então, para a minha segunda fala aqui, eu pretendo deixar, após o término do meu mandato, caso aprovada pelos Senadores, uma prestação de tutela jurisdicional eficiente, célere e adequada, já que esta prestação jurisdicional é um direito fundamental de todo cidadão. O CNJ, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardião da eficiência, é o órgão do poder público que institucionalmente tem a vocação para empreender isso.

No mundo em que vivemos – acredito que todos temos concordância –, não vejo como atingir esse estado de coisas sem o auxílio da tecnologia, seja para garantir o acesso à Justiça em terras mais longínquas, como eu ouvi de cada Senador, seja em busca da efetividade de uma busca patrimonial, também, num processo de execução.

Fora isso, pretendo implementar políticas judiciárias para o Poder Judiciário sempre voltadas para a inovação do sistema de Justiça, bem como a preservação do meio ambiente sustentável e protegido.

Ao encerrar minha fala, eu renovo o agradecimento pela oportunidade, coloco-me à disposição para dar quaisquer esclarecimentos aos membros desse eminente Colegiado, e renovo, assim, meu compromisso com o aprimoramento da Justiça brasileira, desempenhando o meu papel em conformidade com os preceitos constitucionais, buscando sempre soluções através do que eu acho mais importante: o diálogo institucional, com respeito à independência dos Poderes e garantia dos direitos fundamentais.

Acredito firmemente na importância do CNJ como instrumento de fortalecimento do Poder Judiciário e no compromisso coletivo de promover uma justiça eficiente e acessível a todos os cidadãos, em observância sempre com os marcos legislativos internacionais que pautam o respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento da nação.

Muito obrigada pela atenção, Exmos. Srs. Senadores e Senadoras e membros desta Comissão. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dra. Daniela.

Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Depois de a gente ouvir essas mulheres incríveis, vamos abrir a votação? Nós temos alguns embates em algumas outras Comissões também. Fica aqui o meu pedido. Não sei se os demais colegas apoiam.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria solicitar também, Presidente, que pudesse abrir para que nós possamos ir votando, sem prejuízo de ouvirmos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como o Senador Amin sugeriu que nós iniciássemos a sabatina pelas mulheres e como duas mulheres pediram para esta Presidência abrir, na Comissão, eu vou determinar que se abra e se inicie a votação. Vou aderir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me fazer um registro antes de passarmos a palavra ao próximo sabatinado. Hoje nós temos dez autoridades que foram indicadas para compor o CNJ e o CNMP, dois órgãos importantes de correição do Ministério Público e da magistratura brasileira, e temos cinco mulheres e cinco homens. Eu queria fazer esse registro pela questão do gênero, da igualdade, que é uma luta sempre das nossas Senadoras aqui presentes. Parabéns às autoridades da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, a todos que indicaram 50% de mulheres e 50% de homens nesta sabatina de hoje. Parabéns!

Está aberto, está iniciado...

Solicito que iniciem o processo de votação.

Os Senadores e as Senadoras que desejarem já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. José Edivaldo Rotondano.

O SR. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu cumprimento, de forma muito respeitosa, os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; os Conselheiros do CNJ e do CNMP aqui presentes; servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do Senado Federal; meus colegas e minhas colegas de sabatina e o público em geral, os que nos assistem presencialmente e virtualmente.

Peço licença para saudar, de maneira destacada, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, enaltecendo a liderança de V. Exa. nesta Casa da República e agradecendo pela forma cortês e tranquila com que vem conduzindo o processo de sabatina dos indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público.

Externo o meu agradecimento ao Senador Cid Gomes, Relator da minha indicação, pela gentileza ímpar na elaboração do relatório, além de ter me acolhido calorosamente como bom nordestino que V. Exa. é, como eu também sou.

Não posso deixar de mencionar ainda, de modo especial, os Senadores da minha Bahia, Otto Alencar, Angelo Coronel e Jaques Wagner, que muito generosamente me conduziram a diversos gabinetes apresentando-me aos seus pares. E hoje, de maneira muito especial, eu queria agradecer ao Senador Jaques Wagner publicamente, porque, quando Governador do Estado da Bahia, em 2012, me nomeou para o cargo de Desembargador da Corte baiana.

Também queria cumprimentar os Ministros do Supremo, porque a minha indicação e a da Dra. Renata Gil partiram do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caminhar, aliás, cabe registrar que, humildemente, tive contado com quase todos os 81 Senadores e Senadoras desta Casa para apresentação do meu currículo, oportunidade em que, além de ter sido sempre muito bem recebido, ouvi as preocupações e os anseios de cada Parlamentar a respeito do Poder Judiciário. Tenho a certeza de que, caso seja merecedor da aprovação por esta Casa, levarei todos os nossos diálogos em consideração enquanto membro do Conselho Nacional de Justiça, procurando sempre aperfeiçoar o Poder Judiciário.

Destaco que agradeço a presença aqui das juízas que me auxiliaram e que me auxiliam na Corregedoria Geral de Justiça da Bahia, a Dra. Patricia Didier e a Dra. Liz Rezende, meu suporte, também de meus assessores Yuri e Txapuã, que também fazem parte do meu gabinete e que tenho como filho, que cuidam tanto de mim e que sempre estão nessas caminhadas todas comigo.

Por último, e não menos importante, gostaria de saudar meus colegas e minhas colegas de sabatina na pessoa da Juíza Renata Gil, ex-Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, pelo companheirismo, parceria e leveza durante todos esses meses que estivemos juntos aqui no Senado.

Sinto-me verdadeiramente honrado de estar dividindo este momento com profissionais tão qualificados e dedicados ao serviço público hoje aqui sendo sabatinado.

Feitos esses registros, eu passo à apresentação da minha vida e da minha trajetória profissional, em complemento ao relatório já apresentado pelo Senador Cid Gomes.

Eu nasci na cidade de Santa Inês, no Vale do Jiquiriçá. Minha cidade hoje, o município todo, tem 10 mil habitantes; então, sou oriundo de uma cidade bem pequena. Sou filho de José Pereira Rotondano e Lindaura Rocha Rotondano, que me pavimentaram e fizeram-me, na minha vida, acreditar em muitas verdades e ser direto, ser honesto, ser correto e de caráter. Então, aos meus pais, o meu agradecimento, a eles que também já não estão aqui.

Eu cursei Direito na Universidade Estadual de Santa Cruz, na cidade de Ilhéus, e colei grau em 1983. No ano seguinte, ingressei nos quadros do Ministério Público do Estado da Bahia, ocupando o cargo de Promotor de Justiça. Atuei nas comarcas de Casanova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Juazeiro, Curaçá, Vitória da Conquista, São Francisco do Conde, Camaçari e Salvador.

Com lembranças carinhosas de cada comarca por onde passei, tenho orgulho de ter sido o precursor, Senadora Damares, do Projeto Paternidade Responsável, voltado ao reconhecimento espontâneo de paternidade de crianças e adolescentes. Na Bahia, hoje, mais de 100 mil crianças já foram registradas de modo espontâneo devido a esse projeto. Também no Ministério Público, de um outro projeto importante, Família Legal, este concentrado no suporte de mulheres que não tinham vínculo matrimonial formalmente reconhecido.

Em 2005, fui promovido ao cargo de Procurador de Justiça, função que desempenhei até o ano de 2012, quando fui nomeado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, na vaga destinada ao quinto constitucional do Ministério Público. Nesse percurso, fui escolhido pelo Pleno do Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça da Bahia para integrar o Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, onde exerci os cargos de Vice-Presidente, Presidente e Corregedor entre os anos de 2016 e 2020.

Na Corte Eleitoral, tive a oportunidade de executar projetos de relevo social, a exemplo do Eleitor do Futuro e do Políticos do Futuro, voltados à educação dos jovens sobre política, além de ter conduzido o processo de biometrização do eleitorado baiano, em que, até 2017, de um quadro de 12 milhões de eleitores, apenas 700 mil tinham sido biometrizados. Deixei com 9 milhões de eleitores – em um ano, do dia 27 de abril de 2017 ao meu mandato em 2019 – biometrizados.

Capitão Alden!

Em 2022, fui eleito Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça da Bahia, cargo que exerço atualmente. Nesse espaço de tempo, ocupei, durante o ano de 2022, a Presidência do fórum de regularização fundiária das Corregedoria-Gerais do Brasil. E, no ano em curso, eu estou presidente do Colégio Permanente dos Corregedores de Tribunais de Justiça do Brasil.

Inquieto e amante de projetos que sou, firmei como eixos centrais da minha gestão na Corregedoria a regularização fundiária, voltada especialmente à população carente que não possui o título de propriedade de suas casas – e trago um dado aqui para V. Exas.: no sábado, fui a uma comunidade da Boca do Rio em Salvador, e nós completamos naquele dia, dados concretos, 10,6 mil títulos de propriedade a pessoas que não tinham os seus registros, que não tinham a documentação legal de sua casa –, e ações também educativas nos estabelecimentos penais, a exemplo do projeto Virando a Página, de incentivo à leitura. Na sexta-feira, passei o dia na penitenciária de Feira de Santana, onde as detentas, as reeducandas escreveram o sétimo livro que nós já vamos publicar por pessoas privadas de liberdade nos presídios da Bahia.

Penso que essa trajetória me credencia para integrar o Conselho Nacional de Justiça, afinal tive a oportunidade de conhecer amplamente o sistema de Justiça, como a Dra. Renata também, em especial a Justiça estadual, que possui a maior gama de competências e o maior volume de processo em tramitação no país.

A passagem pelo Colégio de Corregedores, de seu turno, foi um grande divisor de águas, oportunizando-me o contato com os diversos estados da Federação, cada qual com uma realidade diferente. Embora o Poder Judiciário seja uno, é imprescindível reconhecer que se trata de uma instituição plural, tanto em recursos financeiros quanto em dificuldades operacionais, nada mais do que um reflexo de um país com dimensões continentais, como é o caso do nosso país, o Brasil.

Nessa perspectiva, o Congresso Nacional, em uma das suas mais iluminadas reformas constitucionais, Presidente Davi Alcolumbre, aprovou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO – ... em 2004 a Emenda Constitucional 45, que, dentre tantos outros pontos, instituiu o Conselho Nacional de Justiça. Para além da sua conhecida função disciplinar, o CNJ dispõe de competência normativa, regulamentadora das leis e administrativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabendo a ele figurar como órgão de cúpula da gestão dos tribunais. O CNJ, nos seus quase 20 anos de existência, tem sido responsável por uma verdadeira revolução nas cortes de Justiça, tornando-as mais eficientes no gasto público, transparentes, atentas às demandas sociais e proporcionando uma prestação jurisdicional mais célere.

Costumo dizer que, a partir da atuação do CNJ, os tribunais do país foram induzidos a profissionalizar a sua atuação, passando a elaborar, por exemplo, planejamento estratégico plurianual, adotando metas de produtividade e indicadores de desempenho.

Cabe destacar, nesse sentido, a implantação de medidas para combater o nepotismo, promoção à igualdade de gênero, digitalização de processos judiciais, transparência de gastos, combate ao assédio moral e sexual, política de inclusão social, dentre tantas outras vivenciadas.

Mais recentemente, este Parlamento, por meio da Lei 14.382, de 2022, incumbiu ao Conselho Nacional de Justiça a missão de implantar o Sistema Eletrônico dos Registros Público (Serp), que, já dito pela Dra. Daniela Madeira, representa efetivamente uma pujante modernização dos cartórios extrajudiciais, desburocratizando o serviço para a população.

Existe, não se pode deixar de reconhecer, um longo caminho a ser percorrido, mas é fato que nos encontramos em patamar bastante superior ao que existia no ano 2004, Senadores, prestando ao cidadão um serviço mais acessível e de melhor qualidade.

Diante desse cenário, firmo o compromisso de trabalhar incansavelmente por seguir por esse mesmo percurso evolutivo, proporcionando um atendimento cada vez melhor para o cidadão, que, ao fim e ao cabo, é a razão de todos nós que aqui estamos. Investir no aperfeiçoamento tecnológico de sistemas judiciais, notadamente no Programa Justiça 4.0, ampliar o acesso à Justiça pela população, propor medidas voltadas à desjudicialização de conflitos, bem como o enfrentamento de grande passivo de execuções fiscais são contribuições, a título exemplificativo, que pretendo encaminhar, caso aprovado por esta Corte.

E aqui também eu queria parabenizar o Tribunal de Contas do meu estado, o Tribunal de Contas dos Municípios. Eu levei a eles, aos Conselheiros a situação das varas de execuções fiscais da Bahia, e aprovaram uma instrução normativa orientando os Prefeitos e incentivando a cobrança extrajudicial.

Tenho sempre como norte a Constituição Federal. Buscarei, enquanto membro do Conselho de Justiça, se aprovado o meu nome por esta Casa, estabelecer relações institucionais equilibradas, serenas, voltadas ao debate, e ouvir as críticas construtivas. Velar pelo equilíbrio das relações entre os Poderes, dentro, por evidente, do feixe de competência do Conselho Nacional de Justiça, é uma missão que firmo aqui publicamente e de modo inegociável.

E aqui, Srs. Senadores, eu finalizo as minhas palavras e digo a V. Exa., como disse a Dra. Renata Gil, nem nos maiores sonhos da minha vida, os mais profundos eu pensei um dia em estar subindo, atravessando o tapete azul do Senado Federal para estar discutindo aqui, ou melhor, para estar sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatinado por Senadores, por homens e mulheres que perpassam pelo crivo do público e que estão aqui como representantes legítimos da sociedade.

Eu me coloco à disposição de quaisquer de V. Exas. para o que for necessário.

Eu agradeço imensamente pelo carinho como fomos recebido, como fomos tratados e estarei aqui à disposição de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dr. Rotondano!

Eu queria fazer um registro e agradecer a presença de S. Exa. o Sr. Primeiro-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência – o nosso Presidente Rodrigo Pacheco está em viagem oficial para o exterior. É uma honra, Presidente Veneziano, a presença de V. Exa. aqui como membro titular desta Comissão, mas hoje, de uma maneira muito especial, como Presidente da nossa Casa, em exercício. V. Exa., que é um grande Senador da República, tem o nosso reconhecimento, o nosso respeito, a nossa admiração, e para todos nós é muito gratificante ter V. Exa. aqui hoje, no exercício da Presidência do Senado, prestigiando a reunião da Comissão em que V. Exa. é titular. Seja bem-vindo!

Enquanto Presidente, queria pedir uma salva de palmas dos nossos colegas, de nossos convidados, ao nosso Presidente Veneziano Vital do Rêgo. (*Palmas.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Ministro Guilherme Caputo Bastos.

O SR. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, ao qual faço um especial agradecimento por haver assumido a relatoria da minha indicação ao Conselho Nacional de Justiça, e também aqui um agradecimento ao Senador Marcos Rogério, pela gentileza que me concedeu na sessão da leitura deste relatório; Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras; queridos colegas do Tribunal Superior do Trabalho e digníssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; digníssimo Presidente do Senado também, Senador Veneziano; Ministro Lelio Bentes Corrêa, que se faz presente; meu colega Sergio Pinto Martins; queridos colegas indicados para o CNJ e para o CNMP; meus queridos familiares e amigos que me acompanham de forma presencial ou virtual a mais esta etapa da minha vida profissional; senhores e senhoras servidores desta Casa e do Tribunal Superior do Trabalho; senhores e senhoras presentes a esta sessão, no dia 16 de outubro mereci do Tribunal Superior do Trabalho a indicação, à unanimidade, do meu nome para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga reservada a ministro do Tribunal Superior do Trabalho. E isso me traz, pela segunda vez, a este egrégio Plenário, a esta egrégia e importante Comissão do Senado Federal, porque aqui estive sendo sabatinado por V. Exas. já nos idos de 2007, quando assumi o cargo no Tribunal Superior do Trabalho. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reputo – e anoto – ser esta oportunidade de extrema valia para promover a oxigenação nas relações entre os Poderes, bem como para incrementar a harmonia que, entre esses, deve ser preservada com empenho.

Registro, com extremada honra, que, na minha preparação para o dia de hoje, tive a grata satisfação de encontrar-me pessoalmente com a maioria dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, oportunidade ímpar para um magistrado, pois o contato franco com os representantes eleitos pelos estados de nossa Federação acaba por revelar não só a beleza multifacetária do nosso país, mas também a diversidade pessoal e política dos integrantes desta Casa.

Trata-se, portanto, de um momento ímpar de júbilo na minha carreira, iniciada já nos idos de 1989. Registro que a mesma alegria com que abracei a indicação feita pelo Tribunal Superior do Trabalho é de igual dimensão ao senso de responsabilidade que me imbui aceitar a missão confiada por meus pares e a honra de submeter o meu nome à apreciação do Senado Federal para que se cumpra o requisito constitucional da necessária arguição pública.

Quando me apresentei a V. Exas., encaminhei um currículo resumido contendo fatos, circunstâncias e êxitos acerca da minha atividade acadêmica e profissional, os quais puderam ser apreciados por V. Exas. de forma prévia. Assim, para não cansá-los, deixo de fazer referências pormenorizadas a respeito das informações contidas nesse currículo, mas posso resumi-las, no essencial, na seguinte ementa:

Sou mineiro de Juiz de Fora, tenho 65 anos, sou o terceiro dos nove filhos de Clea e Maurício. Candango por opção desde os 14 anos de idade, mato-grossense de coração, marido da Cláudia há 38 anos e pai do Luís José e do Guilherme Filho. Juiz do Trabalho da 10ª Região, aqui, em Brasília, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá – presidi esse referido tribunal –, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Juiz do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, flamenguista e gamense. Na área acadêmica ressalto o título de Doutor em Direito pela Universidade Nove de Julho, a Uninove. Por fim, com muita honra, candidato ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Essas são, em resumo, as qualificações a meu respeito que julgo importante destacar nesta oportunidade.

Criado que foi pela emenda constitucional já mencionada, a Emenda Constitucional 45, de 2004, em boa hora, o Conselho Nacional de Justiça, a sua missão não é simples, porquanto incumbido de aperfeiçoar o trabalho do Poder Judiciário Nacional, dando concretude às políticas que venham impactar de forma positiva a atividade judicante em prol do jurisdicionado.

Nessa missão, senhores e senhoras, o Conselho Nacional de Justiça, concomitantemente ao exercício de sua competência constitucional de dar cumprimento ao Estatuto da Magistratura, tem o papel de observar as necessidades da sociedade, as constantes mudanças do mundo globalizado e trazer essas novas condicionantes para dentro do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Luís Roberto Barroso, em sua recente posse à frente do Conselho Nacional de Justiça, registrou os pontos focais a serem adotados por sua gestão, dentre os quais destaco: o empenho para dar concretude ao princípio constitucional da razoável duração do processo, buscando solução à litigiosidade em massa; o investimento em tecnologia da informação e o estabelecimento de parceria com os tribunais, de modo a promover melhorias na prestação do serviço jurisdicional à sociedade.

Enfim, muito já se fez e muito há de ser feito. O desafio de assumir o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, portanto, mostra-se por demais importante à vida funcional de qualquer pessoa indicada ao provimento de uma das vagas de sua composição.

Na área trabalhista, obviamente, um dos principais órgãos incumbidos de garantir a efetividade da atuação dos tribunais regionais e dos respectivos juízes, em convênio com o Conselho Nacional de Justiça, é a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por meio da fiscalização, disciplina e orientação administrativa. E, pelo currículo que encaminhei a V. Exas., ocupei esse cargo por seis meses, podendo ter realizado quatorze correições, praticamente duas a cada mês. Conquanto não houvesse qualquer vinculação com as atividades correcionais, essa ação teve como inspiração a fraternidade, a solidariedade, o amor ao próximo e, para tanto, contou com o engajamento dos tribunais correicionados, que foi a Corregedoria Solidária. Como resultado, arrecadaram-se, nesse curto espaço de tempo, mais de 130 toneladas de alimentos, os quais foram distribuídos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS – ... nos respectivos estados, a fim de amenizar a fome de diversas famílias.

Isso mostra o quão solidário é o povo brasileiro.

Nunca desgarrando da minha casa, a magistratura do trabalho, penso que seja a hora de empenhar-me em levar a experiência vivida para o órgão de controle administrativo da Justiça nacional, o Conselho Nacional de Justiça. Olhando para trás e refletindo sobre o caminho percorrido, ouso afirmar que envidei todos os esforços que ao meu alcance estavam para honrar a Justiça do Trabalho, exercendo com denodo a judicatura que mais próxima está do cidadão.

Ao tempo em que, mesmo de forma breve, rememoro o caminho profissional por mim até aqui percorrido, peço licença para submeter meu nome à apreciação de V. Exas. para, caso seja honrado pela confiança do Senado Federal, possa exercer o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado pela paciência com que me ouviram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) **–** Parabéns, Ministro.

Concedo a palavra ao Dr. Edvaldo Nilo de Almeida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDVALDO NILO DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento inicialmente o Presidente desta ilustre Comissão, Davi Alcolumbre. Cumprimento o meu Relator, Ciro Nogueira, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores. Cumprimento a Senadora Zenaide Maia, na pessoa de quem cumprimento as demais Senadoras aqui presentes. Cumprimento o Ministro Sergio Pinto Martins, de quem sou fã. E devo confessar aqui que foi o primeiro livro que eu li de direito tributário. Então, eu brinco com o Prof. Rodolfo Pamplona Filho, que o maior tributarista do direito do trabalho do mundo é o Prof. Sergio Pinto, que está aqui presente hoje. Cumprimento os desembargadores aqui presentes hoje, na pessoa da minha amada tia, Desembargadora Ivana Nilo de Magaldi. Cumprimento os juízes e promotores aqui presentes, na pessoa do Conselheiro Jayme Martins, da Promotora Graça Amorim. Cumprimento as Deputadas aqui presentes, na pessoa da Deputada Soraya Santos. Cumprimento aqui também o Deputado Osmar Terra, o Deputado Gilberto Nascimento. Cumprimento os Parlamentares de ontem, de hoje e de sempre, na pessoa dos ilustres Alexandre Vicente de Paula Almeida, meu primo, aqui presente, Paulo Delgado e do nosso queridíssimo Deputado Marcelo Ramos. Cumprimento a minha esposa, os meus filhos aqui presentes e a minha amada mãe, Rita de Cassia Nilo de Almeida.

É com muita satisfação, Presidente Davi, que me encontro aqui hoje novamente, passados três anos em que fui aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, na relatoria do Senador Jorginho Mello, a quem cumprimento também, porque muito me ajudou nessa caminhada até este momento. Tive a honra, junto com o estimado amigo e ex-Ministro Engels Augusto Muniz, de ser aprovado aqui nesta Comissão e no Plenário da Casa. Este Senado nomeou o excelente e dileto amigo Engels, nome de inquestionável qualidade técnica e uma figura admirada por todos nós.

Hoje, retorno aqui na condição de candidato indicado e aprovado pela Câmara dos Deputados, condição que também me orgulha e me enche de emoção e gratidão, pois tive o apoio – talvez a primeira vez que aconteceu isso na República Federativa do Brasil, Senador Davi – de todas as lideranças partidárias, incluindo o PSOL e o Novo, que também me indicaram. Tive o orgulho de ser sabatinado pelos dez deputados do PSOL.

Como essa caminhada foi longa e eu gosto de estatística, eu quero dizer que eu estive com 607 Parlamentares – aproximadamente 797, porque conta a legislatura passada e essa legislatura. Então, tive o prazer de conversar também com mais de 200 servidores dessas Casas Legislativas. E sigo com a mesma visão de país, papel da política e da importância do Ministério Público. Essa visão foi cada vez mais aperfeiçoada com o debate recente também com os Parlamentares.

Viajei todos os 27 estados da Federação e tive a honra de ouvi lideranças e servidores da Câmara e do Senado, de todos os partidos, sobre qual deve ser o papel do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público. Tenho grande respeito pela atividade política, pois entendo que a democracia se manifesta e se concretiza por meio da política.

A primeira foto que eu tenho minha, como gente, eu estou com a camisa de um Deputado, na época o meu tio. Então, desde lá, em 1985, o meu amado pai, saudoso Cícero Alves de Almeida, perdeu uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleição para Deputado Estadual por nove votos. Então, é nas derrotas que se engrandece o homem; e isso muito engrandeceu também a minha vivência nesse mundo.

Saibam, Senadores, e peço o voto dos senhores, que a minha atuação representará equilíbrio, moderação e ponderação na defesa não só da Constituição, mas também dos interesses dos Parlamentares, que têm duas indicações nesse conselho. Minha visão de Ministério Público é de que ele é parte integrante da República Federativa do Brasil e, como qual, deve aderir aos objetivos fundamentais da República.

O Ministério Público deve incorporar a análise estatística de performance em suas atividades, a nossa jurimetria, monitorando os seus indicadores conforme as suas funções; deve colaborar estreitamente com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, adotando políticas de desenvolvimento e priorizando a diminuição das desigualdades no âmbito do combate e da luta pelas políticas públicas.

Ressalta-se, assim, a indiscutível relevância da atuação do CNMP, que advém do controle administrativo, financeiro, deontológico, ético e disciplinar dos órgãos e agentes do MP, mas também o seu papel de integração nacional e de consolidação do Parquet brasileiro, como instituição de vanguarda representada por todo o Ministério Público nacional, e, claro, na sua função essencial de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais, homogêneos, coletivos e sociais. Dentro dessa perspectiva, legitimar os seus atos engrandece o cumprimento de suas atribuições em razão da sua composição plúrima, possibilitando que todo e qualquer debate submetido à apreciação do Plenário seja analisado sob as diversas perspectivas. E, se os senhores me honrarem com o voto dos senhores e senhoras, eu estarei lá adotando a perspectiva do Parlamento.

Quanto à minha vida profissional propriamente dita, já no âmbito universitário, ela começou em 1999. Fiz Educação Física e Administração, cursos que não consegui completar. E aqui a minha tia Ivana Nilo de Magaldi, que muito me incentivou a fazer Direito, e concluí a faculdade em 2004. Fiz três cursos de especialização – na verdade, acabei de completar um quarto –, mestrado, doutorado, três pós-doutorados. Fui aprovado já em 17 concursos e seleções públicas e hoje ocupo o cargo, há 15 anos, de Procurador do Distrito Federal, sendo Presidente do sindicato e tendo atuação, nos últimos seis anos, no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.

E, por fim quanto à minha postura no CNMP, quero deixar claro o meu compromisso absoluto com o Senado Federal, uma vez que, como já disse, eu vi diversos Parlamentares ao longo dessa jornada que durou mais de mil dias até chegar aqui. Minhas convicções pessoais são subordinadas às convicções deste Parlamento. Minha vivência pessoal e política e meu senso de responsabilidade estarão refletidos nas opiniões dos Parlamentares, Minha vivência pessoal e política e meu senso de responsabilidade estarão refletidos nas opiniões dos Parlamentares, que buscarei servir caso obtenha o voto de confiança.

Eu não poderia deixar de falar, por fim, e pedir o voto aos senhores tanto aqui como no Plenário. Sempre se diz, Davi Alcolumbre, que o candidato tem que pedir o voto, não é? Exato. Então, deixo aqui e deixo qualquer pergunta para o final.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dr. Edvaldo.

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todas e a todos presentes!

Cumprimento o Sr. Presidente Davi Alcolumbre, e começo agradecendo por algo particular que tenho recebido de S. Exa. em todo esse contato: essa energia positiva – V. Exa. irradia energia positiva, e eu pude, em todo contato que tive com V. Exa., aurir dessa energia.

Cumprimento o Senador Otto Alencar, que foi de uma extrema generosidade ao relatar o meu processo. Quero registrar aqui a minha honra de ter o Senador Vital do Rego no exercício da Presidência, o que nos honra nesta oportunidade. Quero agradecer a todas as Senadoras e Senadores com quem tive contato pela sempre fidalguia na recepção, pela generosidade, inclusive dos gabinetes. Foi uma honra poder aprender tantas lições nesses contatos iniciais que pude ter dentro desta Casa.

Quero cumprimentar também, particularmente, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Lelio Bentes Corrêa – é uma honra estar aqui na presença de V. Exa., que abre mão de tantos afazeres lá no tribunal para estar nos acompanhando. Meu sincero agradecimento.

Um agradecimento nada protocolar à minha família, que é uma família típica brasileira. Minha mãe tem sete irmãos, meu pai tem nove, eu tenho quatro irmãos e quatro filhos. Ou seja, eu sou aquele brasileiro típico. Eu quero agradecer a todos eles. Não dá nem para nominar, porque, senão, o meu tempo não dá, mas eu tenho que registrar a presença de um dos meus filhos aqui, o João, que me deixa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Alexandre, fique à vontade. (*Risos.*)

Fique à vontade. Não quero causar um problema familiar.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA – Não, em hipótese nenhuma. Com a sua energia positiva, problema nenhum V. Exa. irá causar. Mas eu tenho que fazer este registro porque, enfim, é muita gente me apoiando.

Eu também não posso deixar de registrar todo o trabalho que foi feito pela assessoria parlamentar do Tribunal Superior do Trabalho, e o faço na pessoa responsável pelo setor, que é a servidora Clara. Foram todos eles, com muita competência, nos mostrando o caminho nesta Casa tão complexa e, ao mesmo tempo, tão interessante.

Sras. e Srs. Senadores, eu vou rapidamente utilizar dois eixos na minha apresentação. O primeiro deles, relativo a uma breve apresentação da minha vida profissional, e tem que ser breve mesmo, porque a minha vida acaba sendo bem maior do que a minha família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo como estagiário num escritório de advocacia em agosto de 1984. Em agosto de 1984, eu não tinha a menor possibilidade de pensar que estaria hoje diante do Senado Federal. Então, eu já peço perdão por eventuais omissões, mas isso provavelmente é fruto da minha emoção de estar vivendo este momento, como inclusive a colega Renata disse e o colega José também. Eu acho que é meio que lugar-comum, é uma sensação que é compartilhada por todos nós ao estarmos diante dos Senadores e Senadoras da República brasileira.

Pois bem. A minha carreira na magistratura começa em 1991, quando eu ingresso como Juiz Substituto em concurso público no Tribunal Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro, ao qual venho servindo, então, há pouco mais de 32 anos.

Em 1993, eu sou promovido a Juiz Titular – na época era junta de conciliação e julgamento o que hoje se denomina vara do trabalho – e chego ao tribunal como Desembargador no ano de 2005.

Atualmente, eu presido a Oitava Turma e integro a Seção de Dissídios Individuais, mas já participei de vários setores do tribunal e vou me ater, nesta exposição, a um cargo específico que me enche de muito orgulho, que diz respeito à formação de magistrados.

Eu fui Diretor da Escola Judicial durante quatro anos. E por que me enche de um especial orgulho, senhoras e senhores? Porque, Sr. Presidente, o nosso tribunal foi o primeiro a implantar, em larga escala, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Processo Judicial Eletrônico. Nessa ocasião, eu era o diretor da escola, e o Ministro Dalazen, de saudosa lembrança, na Presidência do tribunal, quis implantar o processo eletrônico com o processo ainda sendo construído. Nós usávamos a expressão, Sras. e Srs. Senadores, de que nós estávamos aprendendo a trocar o pneu com o carro andando. E foi isso que nós tivemos que fazer: preparar o corpo docente e o corpo discente com o próprio sistema de suporte ao processo eletrônico ainda em construção, o PJe da Justiça do Trabalho.

Isso me enche de orgulho por quê? Porque, durante o período da pandemia, o Judiciário brasileiro provavelmente seja o único exemplo – se não o único, um dos poucos exemplos no mundo – de funcionamento do Judiciário em toda aquela situação trágica que nós vivenciamos. Por quê? Porque, através do processo eletrônico e do sistema do PJe, nós pudemos funcionar; e pudemos, inclusive, dar respostas, Sr. Presidente, a situações que surgiram em virtude da própria pandemia, porque – todos nós sabemos, porque vivenciamos isso – vários trabalhos permaneceram e foram necessários durante a pandemia, na área de saúde, por exemplo, e de outros serviços que nós conhecemos. Então, essa preparação que foi feita na Justiça do Trabalho realmente me enche de orgulho.

Mas algo que me enche de orgulho foi um cartão-postal – e eu não posso deixar de falar também, nesta oportunidade –, um cartão de Natal que eu recebi enquanto ainda era Juiz Substituto. Era de um professor universitário que eu julguei, não me lembro exatamente de que maneira, mas ele me agradecia naquela oportunidade por ter sido justo. E não existe melhor ponto no currículo de um magistrado do que sentir-se justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, são esses os pontos da minha vida profissional, e agora me permito falar um pouquinho do CNJ.

Há uma série de ações.

O CNJ é criado através da Emenda 45, de 2005, mas eu não tenho nenhuma proposta inovatória. Eu simplesmente pincei aqui alguns pontos em que eu acho que a minha experiência como Juiz do Trabalho pode ajudar.

A primeira delas diz respeito a algo que já vem sendo feito no CNJ e que diz respeito a uma contribuição para uma menor incerteza nos resultados das demandas judiciais. Existe uma necessidade, um clamor de igualdade, que não se limita à igualdade perante a lei, mas, sim, a uma igualdade substancial. Existe uma expectativa por parte do jurisdicionado de que a decisão que venha a ser proferida em caso semelhante ao seu seja a mesma. Até se cunhou uma expressão de loteria judicial, e eu acho que o CNJ já tem iniciativas que podem ser aprofundadas. Entre elas, no âmbito da solução das demandas judiciais que preservam – e isso é importante, sempre preservando – a autonomia e a independência dos magistrados, existem os fóruns temáticos criados no âmbito do conselho que congregam magistrados investidos na discussão de matérias complexas e que merecem tratamento especial. Eu trago como exemplo o Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências, o Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, o Fórum Nacional de Precatórios, entre outros.

Um outro aspecto que eu também acho de fundamental importância e que está relacionado a essa vocação dialógica do CNJ diz respeito ao processo eletrônico mesmo, e a Justiça 4.0 vem impulsionando a transformação digital de todo o Poder Judiciário, para garantir serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis.

Por fim, o último eixo que eu acho que deve ser considerado com especial atenção é o do CNJ como indutor de mecanismos de conciliação. E a palavra conciliação, de uma certa maneira, foi a que eu mais ouvi aqui no contato com as Sras. e os Srs. Senadores. O Judiciário já constitui um relevante instrumento de pacificação social, utilizando métodos consensuais de solução de conflitos, que devem ser aprimorados e estimulados como política, tanto no campo individual quanto no coletivo. E a Justiça do Trabalho tem um grande papel a aportar em relação a isso, por sua própria vocação. Como eu disse antes, as varas do trabalho eram antigamente juntas de conciliação e julgamento. Essa experiência da conciliação, da transação já vem, no âmbito da Justiça do Trabalho, desde a sua criação. Ela está no seu *pedigree*, no seu DNA.

O CNJ possui uma profícua experiência em relação a essa matéria: instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, que se desdobra em inúmeras ações integradas, como o Fórum Nacional da Mediação e Conciliação, a Semana Nacional da Conciliação, o Prêmio Conciliar é Legal e o Banco de Boas Práticas.

Então, já me encaminhando para o final, Sras. e Srs. Senadores, os meus amigos e também pessoas que simplesmente me conhecem atribuem à minha personalidade, como uma das características positivas, a capacidade de escuta. E é justamente me valendo dessa característica que eu quero dizer a V. Exas. do meu compromisso, Sr. Presidente, caso esta Casa me honre com a possibilidade de estar no CNJ, de utilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa capacidade de escuta não só no âmbito interno do Poder Judiciário, mas principalmente na interlocução com os outros Poderes da República.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras para quaisquer esclarecimentos que possam ser prestados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dr. Alexandre.

Vou fazer o registro de algumas autoridades que estão acompanhando nossa reunião: Desembargador Mauro Martins, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; Dr. Frederico Mendes Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Dra. Luciana Paula Conforti, Presidente da Anamatra – seja bem-vinda –; Dr. Valter Pugliesi, Vice-Presidente da Anamatra; Dr. Marco Aurélio Treviso, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra.

Também eu queria agradecer a presença do Conselheiro, meu amigo, Dr. Ângelo Fabiano – seja muito bem-vindo.

Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Guimarães.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (Para expor.) – Um bom dia a todas e todos.

Eu quero, Sr. Presidente, inicialmente, também fazer os meus agradecimentos, inicialmente a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na pessoa de V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça.

Também quero cumprimentar o Senador Veneziano, que está na Presidência desta Casa.

Registro, tal como fez o Desembargador Alexandre, a minha alegria de ter estado com V. Exas., quero crer que com praticamente todos. Tentamos este encontro em todos os gabinetes, estivemos na grande maioria deles, e para mim, em particular, foi um aprendizado, pelo que eu ouvi de V. Exas. e pelo que eu aprendi da riqueza federativa que é o Brasil e que acaba espelhada nesta Casa, nas representações que V. Exas. realizam.

Quero também fazer uma especial referência ao meu Relator, Senador Fabiano Contarato, que já me cumprimentou. Infelizmente, ele não pôde permanecer porque tinha outros compromissos, mas fica o meu registro de agradecimento.

Quero fazer o meu agradecimento e o meu cumprimento ao Presidente Lelio Bentes, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que está aqui abrindo a sua agenda para este momento tão importante para nós e, desta maneira, se afastando das suas funções mais do que primordiais no TST; também ao Ministro Sergio Pinto Martins e demais Ministros do TST que estão aqui; aos meus queridos amigos magistrados que estão aqui, e aí um cumprimento especial ao Dr. Frederico e à Dra. Luciana Conforti, respectivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidentes da AMB e da Anamatra. Os meus cumprimentos aos senhores indicados que estão aqui, aos senhores servidores do Senado, aos senhores servidores do TST, que tanto nos ajudaram até este momento, também com uma particular referência à Dra. Clara, às autoridades presentes, às senhoras e aos senhores.

Eu fui honrado com a indicação do meu nome pelo Tribunal Superior do Trabalho, em sessão do Tribunal Pleno, em 16 de outubro deste ano, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na representação do primeiro grau da Justiça do Trabalho. Então, eu quero me dirigir, humildemente, a V. Exas. para falar um pouco de mim, do que eu aprendi convivendo com V. Exas. ao longo dessas quatro, cinco semanas em que nós temos realizado essas importantes visitas. E também quero dizer um pouco do que, em princípio, eu pretenderia realizar, caso V. Exas. me honrem com a ratificação do meu nome para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Eu sou o Guilherme Guimarães Feliciano, sou cidadão paulista, do interior de São Paulo, do Município de Taubaté, Senador Marcos Rogério, nascido aos 17 de janeiro de 1973, sou da terra natal de Monteiro Lobato, de Renato Teixeira, do saudoso Ministro José Carlos Moreira Alves, na minha opinião um dos maiores ministros que o Supremo Tribunal Federal já conheceu, e de outros tantos filhos ilustres. E eu, um filho nada ilustre, tive a honra, por esses caminhos, por essas veredas do destino, de hoje estar aqui falando a V. Exas.

Eu sou filho de professores, aqui deixo o meu abraço mais forte ao meu pai, Sebastião Feliciano, e à minha mãe, Regina Ribeiro Guimarães Feliciano, que estão me assistindo em Taubaté, e digo do quanto eu aprendi sobre a vida com eles dois. Eu também sou professor, sou professor universitário. E onde estou hoje, sou magistrado, sou professor, única e exclusivamente é por tudo que eles fizeram por mim. Eu preciso fazer esse reconhecimento público.

Eu tenho um irmão, Antonio Cesar Guimarães Feliciano. O meu irmão infelizmente não está mais conosco, nos deixou em junho deste ano. O meu irmão era um gênio. Se quaisquer de V. Exas. dissessem ao meu irmão a data em que nasceram – dia, mês e ano –, ele diria, em menos de cinco segundos, o dia da semana em que os senhores nasceram sem nunca errar. Mas o meu irmão era do espectro autista, de modo que toda essa potencialidade nunca foi aproveitada.

O meu irmão nunca trabalhou. Ele conseguiu seguir até a metade do ensino médio por conta das imensas barreiras que as instituições opõem a essas pessoas. Ele poderia ter feito coisas fabulosas, ele poderia ter revolucionado métodos, ele poderia ter sobrevalorizado empresas, mas ele não fez nada disso. Eu apenas faço essa referência, primeiro, em homenagem a ele e, segundo, porque isso tem a ver com algo que eu vou dizer logo adiante sobre o que eu gostaria de fazer no Conselho Nacional de Justiça.

Bem, esse sou eu. Sou também esposo da minha amada Luana, servidora pública do Poder Judiciário, que – eu espero, tenho certeza – também está nos acompanhando. Sou pai muito orgulhoso do Gabriel Braz, advogado trabalhista em Belo Horizonte.

Na minha formação, eu sempre estive presente em escolas públicas. Meus pais, como eu disse, professores da rede pública do Estado de São Paulo, jamais admitiram que eu cursasse a escola privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para eles parecia um contrassenso, afinal, eram professores da rede pública, de modo que eu sempre estive nas cadeiras das escolas públicas durante todo o ensino básico, depois, no ensino médio, apenas um semestre em uma escola particular e depois em um colégio militar.

Eu fui cadete da marinha de guerra no glorioso Colégio Naval, algo que muito me orgulha, por três anos, por quase três anos, e, depois, muito por influência dos meus pais, que à altura já estavam aposentados e então cursavam Direito, eu fui para o Direito, fiz os vestibulares e acabei ingressando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que hoje eu considero a minha *alma mater*, a origem do meu pensamento – do meu pensamento jurídico, do meu pensamento para a vida ou, pelo menos, do meu pensamento maduro para a vida –, casa de Castro Alves, de Fagundes Varela, de Pimenta Bueno, Joaquim Nabuco, do próprio Monteiro Lobato, meu conterrâneo mais ilustre. E ali eu obtive o doutorado, tratando do tema dos crimes ambientais, Senador Sergio Moro. Também ali eu tive a minha livre docência em 2008, tratando do pré-contrato de trabalho, obra que o Senador Rogerio Marinho tem consigo.

Também, depois, por concurso, ingressei como Professor Associado do Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social e lá leciono até os dias de hoje. Eu obtive um segundo doutoramento no exterior, em Lisboa, Portugal, no ano de 2014; depois, um sobre o devido processo legal, exatamente, um tema tão atual para nós; e, depois, um pós-doutorado, em Coimbra, em Direitos Humanos. Essa é a minha formação acadêmica.

Tenho algumas obras publicadas, cerca de 25 obras da minha autoria exclusiva, outras, como coordenador. Eu faço referência a três de que eu gosto muito. A última, sobre proteção de dados pessoais e impactos nas relações de trabalho, tratando da Lei Geral de Proteção de Dados, que os senhores votaram aqui; outra sobre responsabilidade civil no meio ambiente do trabalho; outra ainda sobre cooperativas na perspectiva luso-brasileira. E há uma bem mais antiga sobre informática e criminalidade, de que também gosto muito.

Na magistratura, eu ingresso como Juiz substituto em 1997. Por dez anos, fui substituto, por todas as paragens do interior do Estado de São Paulo – atuei em praticamente todas as oito circunscrições do meu tribunal. Depois, me titularizei em Andradina; subsequentemente, na 2ª Vara do Trabalho de São Carlos; depois, na Vara do Trabalho de Guaratinguetá; e, finalmente, na 1ª Vara do Trabalho de Taubaté, onde eu estou até hoje e que é uma vara que me dá muito orgulho – recentemente recebeu o prêmio de acessibilidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho pelas excelentes ideias do nosso servidor Sisenando Calixto, que tem dado também uma grande contribuição exatamente para o acesso de pessoas com deficiência na atividade judiciária. Estou também como Juiz convocado geralmente na 6ª Câmara da terceira turma do meu TRT15 e funciono atualmente como Juiz auxiliar da Vice-Presidência Judicial do meu tribunal.

No campo associativo, eu fui Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho entre 2017 e 2019. Tivemos a honra ali de apresentar, Sr. Presidente, um projeto, juntamente com a Associação Pequeno Nazareno, de Manaus, ao Criança Esperança, da TV Globo e do Unicef. E ali, inclusive, fomos selecionados, esse projeto foi selecionado, algo que também muito me honra e que marcou a nossa passagem por lá. Também fui Presidente da minha associação regional que é a Amatra XV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, me permita, Presidente, 30 segundos para falar algo do que eu gostaria de fazer – acho importante dizer isto – à frente do Conselho Nacional de Justiça. Obviamente, nada disto é certo, primeiro, porque V. Exas. precisam ratificar o meu nome e, segundo, porque a divisão de tarefas no CNJ é uma incumbência do Presidente, o Ministro Luís Roberto Barroso. Então, eu não tenho como antecipar, eu vou dizer o que eu gostaria de fazer, três eixos com os quais eu gostaria de lidar: o primeiro no campo da saúde; o segundo no campo da educação para a cidadania e para a pacificação social, Senador Mecias; e o terceiro para a integração do cidadão neurodivergente. Os senhores podem imaginar por que razões.

Com relação à saúde, os números falam por si. Segundo dados da Associação Nacional de Hospitais Privados, em 2022, quatro entre dez brasileiros reprovam a saúde no Brasil; 45% aprovam o SUS, mas apontam carências; cinco em cada dez brasileiros que pagam pela saúde suplementar não estão satisfeitos; 3% dos brasileiros gastam até 36% de renda com despesas de saúde. O CNJ tem importantes políticas no campo da saúde em relação tanto à cidadania em geral – o CNJ tem uma política para orientar autoridades e servidores quanto ao cumprimento adequado das decisões judiciais que impactam as políticas do SUS, especialmente aquelas decisões que determinam a entrega de medicamentos raros e caros que podem implicar algum impacto no orçamento do SUS, e, então, o Conselho Nacional de Justiça tem esse cuidado, como também os cuidados que o CNJ tem com os servidores do próprio Poder Judiciário.

As Resoluções 294, de 2019, e 495, de 2023, são excelentes linhas. A minha ideia seria apenas ampliá-las, promover campanhas e protocolos de julgamento específico para, com humanidade e com equilíbrio, atender às demandas de saúde pública da população em geral, com especial atenção para os quadros de adoecimento psíquico.

No segundo eixo, eu faço referência a um artigo que eu publiquei em fevereiro de 2019, na *Folha de S.Paulo*, chamado "Conhecer para ser: saber jurídico na educação básica". Eu escrevi com o meu pai, Sebastião Feliciano, supervisor de ensino aposentado, e com o Dr. Luiz Cláudio Costa, que é advogado e Presidente do Grupo Record TV e um grande entusiasta deste tema. A ideia, basicamente, é que no ensino médio haja uma cadeira específica para noções de direito e de cidadania. É claro que o CNJ não interfere com a grade curricular – isso é tarefa do Ministério da Educação e de V. Exas, do Parlamento –, mas me parece que o CNJ pode contribuir trazendo os juízes para que, mesmo em grades facultativas, levem, especialmente à rede pública, a possibilidade de atender a este interesse da população de conhecer os seus direitos fundamentais, os seus deveres cívicos. E me parece que o CNJ tem um papel aqui também.

E finalmente, em relação às pessoas neurodivergentes – nós temos dois milhões de autistas no Brasil, uma em cada quatro pessoas sofre ou sofrerá de algum transtorno mental –, a ideia é ampliar o atendimento do jurisdicionado que está no espectro autista e, por outro lado, de alguma maneira, potencializar a participação da pessoa do espectro autista no serviço público judiciário, admitindo que essa pessoa possa trazer a sua potencialidade, muitas vezes a sua genialidade, como era o caso do meu irmão, para o serviço público judiciário.

Eu termino aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. viram que a minha história, desde a magistratura até a academia, da vida militar, da polícia judiciária, fui escrivão de polícia no Deic, da escola pública, do hospital de periferia, onde eu trabalhei também em regime 12 por 36, plantão noturno, até a maior universidade da América Latina, a minha vida foi cunhada por urgências e por carências. Eu diria que as urgências e as carências me comovem e me movem. É com esse sentido de urgência e de humanidade, que, com o aval de V. Exas., eu pretendo estar no CNJ, essa instituição que este Parlamento criou há 20 anos e na qual eu estarei sempre de portas abertas para o Senado da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dr. Guilherme.

Nós fizemos a sabatina das autoridades. Eu queria agradecer a aquiescência dos Senadores e das Senadoras, porque nós já estamos apenas a um voto de atingirmos o quórum de 27 Senadores, entre titulares e suplentes que votaram na arguição do dia de hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Exa., Senador Davi, antes da conclusão, naturalmente, se for o caso, eu gostaria de pedir a V. Exa., tendo em vista que fui designado o Relator da indicação do Defensor Público da União aqui, nos colocasse pelo menos para que nós pudéssemos fazer o relatório dessa matéria, preparando, claro e naturalmente, para na próxima sessão votarmos a indicação do indicado, que é do Dr. Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, como se trata apenas da leitura do relatório apresentado por V. Exa., como Relator da matéria do Defensor Público da União, eu mandei incluir como item extrapauta, item 9, na próxima etapa da reunião da Comissão. Já está incluído para V. Exa. fazer a leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos quatro Senadores inscritos para fazer arguição das autoridades. E, regimentalmente, eu tenho que passar a palavra para os Relatores dos indicados. Eu vou identificar os Relatores que estão aqui participando ainda da reunião e vou conceder a palavra a V. Exas., enquanto Relatores dos indicados.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, agradecer a V. Exa. por ter me dado a honra me designando como Relator da Dra. Daiane Nogueira de Lira. Foi uma honra muito grande para mim, pude conhecê-la melhor, pude analisar, conversar, tirar muitas dúvidas, e por diversas vezes conversei com a Dra. Daiane, que é Advogada da União, com vários artigos publicados em revistas especializadas. E pude observar e posso testemunhar aqui, Sr. Presidente, para todos os Senadores e Senadoras, que a Dra. Daiane possui todos os requisitos almejados pela Constituição Federal: notório saber jurídico, notável saber jurídico, reputação ilibada e caráter irretorquível.

Portanto, para mim, foi uma grande honra, e eu quero cumprimentar a Dra. Daiane, e, na pessoa dela, cumprimentar as demais indicadas aqui – a Dra. Renata, a Dra. Daniela e a Dra. Cíntia – e cumprimentar também todos os demais indicados.

Quero dizer que é uma honra muito grande para mim, Dra. Daiane, mais uma vez. Conte conosco. Eu creio e acredito muito na Justiça, e V. Sa., sem dúvida nenhuma, demonstra esse compromisso, não só com o Judiciário, mas com a sociedade brasileira, com o Congresso Nacional e com o Brasil melhor para todos.

Muito obrigado, e agradeço pela honra de ter sido seu Relator.

Obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

E faço um protesto: V. Exa., pela primeira vez, não indicou um Senador baiano para relatar a indicação de um desembargador, o meu estimado amigo, o Desembargador Rotandano, que está ali ao nosso lado, que é um grande Juiz, um grande Juiz, uma pessoa muito correta, decente, conhecedor de todas as letras jurídicas e que tem um respeito muito grande do meu estado. Fiz o protesto, mas vou perdoar V. Exa., porque V. Exa. colocou um Senador que eu respeito muito, que é o Senador Cid Gomes, que não é da Bahia, mas é do Nordeste.

Então, por isso, a nossa relação está pacificada. Mas não repita, por favor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Publicamente eu quero pedir desculpa a V. Exa. É porque o Senador Cid Gomes tem tanto carinho pela Bahia, como cearense, que me pediu antes de V. Exa. a possibilidade de relatar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Só não faça repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, está bom.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar, de maneira muito especial, a nossa grande representante Renata Gil, que eu tive oportunidade de relatar, que aqui, na sua exposição, falou de maneira muito breve, mas extremamente contundente, das suas ações.

Para nós, mulheres, é um grande orgulho a sua representação, e esta mesa, como foi bem destacado pelo nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, sobre a representação de mulheres, a nossa luta é pela paridade. Nós sabemos que as oportunidades são, em muitos casos, desiguais. Essa é a nossa luta no Senado, na Câmara.

Cumprimento aqui, de maneira especial, a nossa Vice-Governadora, que foi Líder da Bancada Feminina da Câmara, Celina Leão; a Maria Claudia, que também, de maneira honrosa, nossa Ministra, no TSE, assumiu pautas importantes. São presenças simbólicas, que vieram aqui trazer o abraço a todas as mulheres que estão aqui indicadas. Logicamente, o nosso respeito ao currículo, ao trabalho que nós estamos hoje votando – eu já votei em todos –, reconhecendo a história, o trabalho, a presença, a luta pela garantia do direito, o respeito à educação, à saúde e, logicamente, à pauta feminina.

Quando uma chega, ela tem obrigação de puxar as outras. Essa é a nossa tarefa. Somos mais de 50% da população. Os números mostram o número que nós somos, um número muito maior de mulheres que terminam a graduação, o mestrado, o doutorado. Nós não queremos favor; nós queremos oportunidade, queremos respeito e queremos a justiça.

Na pessoa da Renata Gil, pela sua história, conselheira, com certeza, representando as mulheres, eu quero só destacar o trabalho realizado no âmbito da Justiça, tanto no combate à corrupção... É extremamente importante o cartório de funcionários, a Justiça sem rosto, uma iniciativa para garantir a integridade, o respeito e, ao mesmo tempo, a luta pela justiça, pelo combate à corrupção.

De igual forma, por onde V. Exa. passou deixou uma marca importante. Eu não poderia deixar de destacar – eu, quando Líder da Bancada Feminina, Deputada Celina à época, Deputada Soraya – o trabalho que nós realizamos no país inteiro, pela campanha, em relação ao combate à violência contra a mulher.

Então, eu tenho certeza de que as suas lutas continuarão nesse espaço de poder, espeço de justiça e, acima de tudo, espaço de representação. E o Senado se sente honrado com a presença de cada um de vocês, que passa hoje por esta sabatina, que é, na verdade, um rito formal, porque, pelo currículo, pela escolha de cada um de vocês, vocês já venceram todas as etapas e aqui estão para uma representação. São essas a nossa expectativa e a nossa certeza, pelo trabalho, pela história de cada um, que fez questão aqui de destacar a história de vida, suas famílias, porque, logicamente, é quem dá força e condição para que ocupassem esse espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero cumprimentar a Daiane, a Cíntia, a Daniela e a Mônica, que passaram hoje por esse momento formal e simbólico da sabatina, que, com certeza, no CNJ estarão nos representando, sendo a nossa voz, a voz do Senado, mas a voz do cidadão e da cidadã brasileira que acredita que nós precisamos fazer melhor e mais pelo Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, já agradecendo porque botou para eu relatar a indicação da nossa Juíza Federal Daniela Pereira Madeira. Na pessoa dela, cumprimento todas as nossas indicadas aqui: Mônica, Daiane e Cíntia. E só corroborando com o que falou a Professora Dorinha, não é fácil para essas mulheres chegarem aqui. Nós sabemos que tem uma história longa de não poder nem aprender a ler e a escrever. E temos o privilégio de ver cinco representantes; isso faz com que a gente não consiga parar de rir, de alegria.

Mas como essa sessão tem uma importância fundamental também para a população, quero lembrar o que foi a criação desses conselhos de Justiça, do Ministério Público, com aquela Emenda 45, de 2004, que entrou em vigor em 2005, para a população saber que é sempre possível fazer mais. Já se tinha Justiça do Trabalho, já se tinha Ministério Público, mas se chegou à conclusão de que se precisava de um conselho, como se fosse o controle de qualidade, que é o que vocês fazem, que tem esse olhar diferenciado. O fato de vir da Justiça não quer dizer que vocês, como conselheiros, não possam melhorar para a população. Ouvir da população, como foi falado aqui, de um país continental, quais são as necessidades. A Justiça também e o Ministério Público precisam de um conselho para ter um olhar maior, mais coletivo.

Mas quero dizer que não tenho o que perguntar. A gente diria que todos já passaram por todos esses fatores, todos mostraram que têm conhecimento e que sabem o que estão fazendo aqui. Quero parabenizar cada uma das mulheres e também os homens – viu, gente? E a gente aqui não faz o *apartheid*, a gente quer: eles por elas e elas por eles. É tanto que eu estou nessa campanha do Novembro Azul.

Mas parabéns a todos aqui que mostraram um currículo maravilhoso e que nos engrandeceram com conhecimento. Que a população tenha a ideia, porque aqui nós estamos dando visibilidade à importância do conselho que não tem 20 anos. Apesar de esta Casa saber, a maioria da população não sabe o que é, qual é o papel do Conselho Nacional de Justiça ou do Ministério Público.

Obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns às nossas lindas mulheres batalhadoras e vencedoras e a esses homens aqui que as acompanham. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos apenas quatro Senadores inscritos para arguição. Três estão ausentes, eu vou chamar o que está presente e, se os próximos não estiverem no Plenário, nós vamos encerrar o processo de arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, eu não vou me alongar aqui nas minhas ponderações.

Primeiro, eu quero cumprimentar todos os indicados, os nominados. Todos nós tivemos a oportunidade de conversar com eles anteriormente e receber os currículos. Os currículos são, com as suas variações, todos impressionantes. Não há nenhuma dúvida quanto às qualificações jurídicas de cada um dos candidatos.

Eu só vou tomar a liberdade de fazer umas ponderações que não são perguntas direcionadas aos candidatos, mas ressaltar o que externei quando recebi os candidatos em visita.

Nós temos uma preocupação aqui no Senado em resguardar as atribuições legislativas, e o CNJ tem uma competência reguladora, Senador Mecias, sobre diversos assuntos, mas há uma preocupação do Senado de que as atribuições legislativas não sejam invadidas. Por muitas vezes, com a intenção de regular determinadas matérias, há alguns pontos de tensão. Por exemplo, recentemente houve um debate acalorado sobre a resolução ou o provimento do CNJ que buscava o fim dos manicômios judiciais.

Manicômios judiciais, de fato, não são lugares agradáveis de se conhecer, de se visitar e precisam ter uma melhoria, mas isso não significa que podem ser abruptamente encerrados, porque existem, muitas vezes, pessoas submetidas a medidas de segurança, que oferecem periculosidade à sociedade, e algum lugar precisa recebê-los e mantê-los.

De todo modo, por mais que isso seja discutível, eu não tenho dúvida de que, se nós formos fazer indagações aqui aos Senadores ou Senadoras desta Casa, a conclusão é que essa matéria é uma matéria eminentemente legislativa. E eu ouvi muitos Senadores reclamando sobre isso e, de repente, nós temos a sabatina aqui. Nós temos necessariamente que colocar esse assunto para os senhores e senhoras candidatos, magistrados ou advogados, que vão assumir o CNJ, a responsabilidade, para terem esse zelo especial em relação ao que é atribuição, de fato, regulamentadora e o que é atribuição legislativa.

E ao que coloquei aqui, Senador Davi – e creio que posso dizer, falo isso por cada um dos Senadores desta Casa –, o Senado está plenamente aberto, receptivo a sugestões, a ponderações. Nós podemos e gostaríamos até de receber mais sugestões do Conselho Nacional de Justiça ou do CNMP – entenda aqui, Doutor, todas essas ponderações são direcionadas também ao CNMP –, para buscar o aprimoramento legislativo do nosso ordenamento.

Eu, que já trabalhei 22 anos como juiz, sei da relevância do conhecimento prático do juiz ou do promotor ou do operador do direito em solucionar problemas pontuais. Agora, esses problemas pontuais, fora da atribuição regulamentar, têm que ser resolvidos aqui pelo Congresso, não pelo CNJ ou pelo CNMP.

Então, rogo aqui a V. Exas. que tenham essa observância e cautela e vejam aqui o Senado como uma importante parceria para a eventual solução de questões, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheço, por exemplo, o trabalho aqui da Juíza Renata Gil, lá no Rio de Janeiro. Sei da importância do trabalho que foi feito contra o crime organizado, sei de algumas ações regulamentadoras lá, que, a meu ver, foram dentro do correto ali da atribuição regulamentar, mas nós também estamos à disposição para receber qualquer espécie de sugestões.

A outra questão também diz respeito muito a esta Casa, em que tive a oportunidade de externar minha preocupação, foi quando o CNJ foi criado, lá pela Emenda 45, que gerou uma série de preocupações da comunidade jurídica, seja do Ministério Público, seja dos magistrados, no sentido de resguardar a independência judicial.

Lembro que a AMB, inclusive, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal porque via, e não de maneira totalmente desarrazoada, um risco de invasão no campo da independência. Eu creio... A ação acabou sendo julgada improcedente pelo Supremo, e eu creio que a atuação do CNJ nos anos seguintes mostrou que esse receio era um receio que até então estava equivocado. O CNJ tem resguardado, tem atuado administrativamente e normalmente resguardado a independência judiciária.

No entanto, eu tenho visto, em algumas situações muito específicas, um certo receio de invasão pelo CNJ da própria independência da magistratura. E eu acho que o dever principal do CNJ, embora, claro, seja regular e fiscalizar a atividade administrativa – e aqui vamos reiterar, administrativa e financeira do Judiciário – seja sobremaneira importante, também entendo que o CNJ ou o CNMP não tem que passar mão na cabeça de pessoas, de agentes públicos que, inadvertidamente, fizeram alguma coisa errada, eventualmente. E nós temos que tomar muito cuidado em resguardar a independência judiciária, mesmo internamente ao Judiciário, mesmo internamente ao Ministério Público, contra intromissões indevidas.

O juiz de primeiro grau, Senador Mecias, fica sujeito a recurso perante o tribunal de apelação, recurso perante o STJ, recurso perante o STF. Os membros do Ministério Público também têm um controle que eles só podem pedir, eles pleiteiam, e normalmente não precisam de um concurso, de uma ação de um juiz, de um outro agente para fazer realidade os seus atos. Então existe todo um sistema de freios e contrapresos que é importante para resguardar a independência.

E aqui nesta Casa, Senador Veneziano, nós temos o maior exemplo de um estadista brasileiro que resguardou a independência do Judiciário, cujo buço está em cima ali do Plenário do Senado, que é Ruy Barbosa. Ruy Barbosa defendeu o Juiz Alcides de Mendonça Lima, na virada do século XIX para o século XX, de uma condenação errada do Tribunal de Justiça lá do Rio Grande do Sul, agindo a mando do então Governador Júlio de Castilhos, que dizia que tinha que processar o juiz sedicioso, e ele foi condenado. E o Ruy Barbosa defendeu a causa do Alcides de Mendonça Lima perante o Supremo Tribunal Federal e produziu uma das mais belas peças da nossa história jurídica, que é o júri e a independência do Judiciário, na qual ele posicionou e demonstrou como seria equivocada a criação de uma espécie de crime de hermenêutica aqui no Brasil, o que seria mais ou menos o equivalente, Senador Veneziano, ao crime de opinião no seio da magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sinceramente tenho visto alguns casos e aqui vou me permitir a liberdade de mencionar alguns. Há um caso de uma juíza de Santa Catarina que tentou convencer uma gestante a não fazer o aborto de uma gestação avançada, – um caso absolutamente controverso, controvertido, a gente sabe que esse tema da interrupção da gravidez suscita paixões –, mas o fato é que a juíza, em audiência, buscou defender que a gestante que teria sido vítima de um estupro tinha o direito de fazer, sim, o aborto, mas que não fizesse porque a gestação era avançada, e essa juíza hoje responde a um processo administrativo disciplinar. Particularmente, penso que aqui há uma invasão do campo da independência judicial.

Temos o caso de um juiz corajoso lá do Rio de Janeiro, que é o Dr. Marcelo Bretas, que está afastado também pelo CNJ. Com todo respeito, cheguei a ver algumas peças do caso, mas não vejo nenhuma base probatória robusta que justifique o afastamento do Juiz Marcelo Bretas, e um afastamento, nesses casos, representa, muitas vezes, quase uma sentença de morte da reputação de um juiz.

Outras situações eu também aqui poderia mencionar, mas eu diria que, talvez, a mais importante – e digo isto com respeito ao CNJ, não estou acusando ninguém de dolo, de ter má intenção ou coisa parecida, mas são casos que precisam ser vistos com muito cuidado para não se invadir e violar a independência da magistratura –, a principal missão do CNJ é, sim, ser um órgão regulador e de controle do Judiciário para melhorar a prestação judicial, porque, afinal de contas, é isso que interessa, Senador Flávio Bolsonaro, a população merece ter um serviço judiciário eficiente, mas sem jamais invadir, porque, senão, nós estamos sujando a memória de Ruy Barbosa, patrono desta Casa, sem jamais invadir a esfera da independência do Judiciário. Uma missão difícil, que requer muito equilíbrio, e espero que V. Exas., todos, possam defender essa missão lá no CNJ ou no CNMP com absoluta coerência.

Embora o voto seja secreto, adianto que votei favoravelmente a todas as indicações, mas faço questão de finalizar aqui a minha exposição com esta mensagem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria sugerir... Eu não tenho a ordem de inscrição aqui. Os outros Senadores inscritos para a arguição não estão presentes, mas eu queria propor, Presidente Veneziano, que V. Exa. pudesse, como membro desta Comissão e como Presidente da Casa em exercício, fazer uma manifestação institucional, já que V. Exa. está participando da sessão de arguição desta Comissão, o que, para nós, é muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... significativo, e que, enquanto Presidente da Casa, pudesse ser o último orador inscrito e fazer uma mensagem institucional do Senado Federal, do Congresso Nacional, da Casa da Federação, pelo significado e importância deste momento de arguição dos indicados para o CNMP e para o CNJ.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente Davi Alcolumbre, meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa., já passando para o turno vespertino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito me honra, apraz-me, francamente, e aí muito da sua generosidade, primeiro, pelas palavras que me foram dirigidas antes do término deste derradeiro momento, imerecidos elogios, mas que eu acolho muito mais para que me convença das responsabilidades de não quebrar as expectativas geradas por um colegiado que sempre nos recebe e nos acolhe de uma forma tão carinhosa, tão afetiva e tão parceira.

Não poderia deixar – evidentemente, na ausência do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que aqui, como sempre o faz, em oportunidades dessa natureza – de passar, de cumprir com as obrigações que são institucionais e, na sua ausência, em razão do sabido deslocamento que S. Exa. fez acompanhando a comitiva presidencial, cabe-me, institucionalmente, a condição de responder pela 1ª Vice-Presidência, de poder aqui estar.

Quero trazer os nossos cumprimentos a todas e a todos os sabatinados – e muito provavelmente, tomara que assim seja, aprovados –, para os cumprimentos de atribuições próprias, tanto para o Conselho Nacional da magistratura como também para Conselho Nacional do Ministério Público. Nós todos tivemos as gratíssimas oportunidades de conhecê-los, de ouvi-los, de receber às nossas mãos os seus currículos, invariavelmente currículos robustos na experiência que cada um dos senhores e que cada uma das senhoras tem demonstrado ao longo da vivência.

Então, as nossas considerações são no sentido de que, definido e consumado o ato de aprovação neste primeiro instante aqui na CCJ, também assim o façamos em Plenário. E, observando e ouvindo atentamente as palavras que foram mais prolongadas e com assertivas corretas do Senador Moro, concordar que nós temos esse limiar, mas, fundamentalmente, como também das suas palavras nós pudemos extrair, a importância que foi de adotarmos e termos as duas estruturas constituídas, para que também não deixássemos à sociedade a ideia de que temos castas impenetráveis, inquestionáveis e invulneráveis, porque essas impressões ainda residem no subconsciente de uma boa, considerável parte da sociedade brasileira, isso é fato, Senador Moro. Não que V. Exa. assim pretenda, e o início de suas observações foi exatamente no sentido de concordar com as criações de ambas as estruturas, mas que também tenhamos os devidos cuidados aos limites, às atribuições e competências que nos são constitucionalmente garantidas.

Porém, foi fundamental, porque quem imaginava, há alguns – não longos – anos, quaisquer Srs. ou Sras. magistradas, Srs. e Sras. membros do MP sendo questionados. Isso passou longe, léguas de termos essas possibilidades. Hoje, não. Aqui eu não estou a defender, absolutamente, que desconheçamos, como nenhum dos integrantes, ou futuros integrantes, assim o façam, porque a experiência que cada um tem, experiência de vida judicante, de vida no Ministério Público, de vida na advocacia não lhes permitirá, como não permitiu, fazê-lo.

Então, as minhas saudações em nome da Mesa, em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, com votos mais francos e sinceros de que V. Sas. e V. Exas. possam ter o maior desempenho à frente das cadeiras que assumirão brevemente.

Muito grato, Presidente Davi Alcolumbre. Mais uma vez, eu dirijo o agradecimento feliz e sentido às suas palavras de confiança e generosidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente.

Senador inscrito para a arguição, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a gentileza.

Eu não vou usar da minha fala para fazer questionamentos aos indicados, todos já são conhecidos por suas trajetórias, por seus currículos. Eu tive a oportunidade de falar com a ampla maioria dos que aqui estão, e estão sendo indicados para cumprir tarefas que são tarefas importantes. O CNJ, o CNMP são instrumentos importantes.

A fala que eu gostaria de registrar no dia de hoje já vem numa sequência – eu já falei isto aqui antes, mas volto a repetir: a gente está vivendo um período de apagão de garantias no país, com a Constituição colocada de lado, a lei colocada de lado. Órgãos que foram criados para promover o aperfeiçoamento a partir das normas, para promover o aperfeiçoamento a partir das regras, regras constitucionais, regras legais, por vezes, têm avançado para temas que não são temas da sua alçada, não são temas da sua competência.

Veja, no caso dos conflitos Brasil afora na questão das desapropriações, o que nós estamos a vivenciar. Hoje, uma decisão do CNJ vincula o Tribunal de Justiça do meu estado e de qualquer parte do Brasil, e se torna praticamente impossível promover uma reintegração de posse. Desembargadores que cumprem a sua função, que conhecem a realidade local, que decidem em cima dos autos, conhecem a vida como ela é, mas é impraticável aquilo que foi desenhado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Um instrumento ancorado na Constituição, na lei? Não, não. Um desenho que alguém criou com regras impraticáveis e que está promovendo no campo esse clima de insegurança, de incerteza e até de violência.

Então, o que eu estou sublinhando aqui, hoje, é que as senhoras e os senhores que estão indicados – e muitos já são da carreira da magistratura – estão indo para cumprir uma tarefa em nome, sobretudo, do interesse público, da sociedade brasileira.

Se não gostam alguns da Constituição, existem meios próprios para mudar a Constituição. Se não gostam da legislação, seja complementar, ordinária, regulamentar, enfim, que se modifique, mas dentro do devido processo legislativo, e que o processo se estabeleça dentro do devido processo legal. Agora, não é ao que nós temos assistido.

Eu vou trazer, apenas à guisa de uma reflexão muito superficial – não é nem a minha área, não é a minha carreira –, e não estou dizendo que não deve ser como proposto está: o que eu estou a questionar é se esse é o foro adequado, o meio adequado para promover uma mudança – embora no seu mérito deva merecer de todos nós uma reflexão – na questão da paridade de gênero dentro da magistratura. Você tem uma Constituição que trata disso, você tem uma legislação que trata disso, mas não, é o CNJ que vai decidir. E decidiria numa extensão maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou... Parece um contrassenso falar o que eu estou falando aqui, porque "ah, não, isso aí não é politicamente correto". E eu vou rasgar a Constituição Federal, a legislação brasileira, em nome do politicamente correto? Pelo visto, para alguns não interessam mais Câmara dos Deputados, Senado Federal, Poder Legislativo, porque tudo se resolve nas barras do Judiciário ou nas barras dos conselhos.

Sr. Presidente, perdoe-me o desabafo, mas é esse o sentimento. E, quando se vê a sociedade inquieta, a sociedade incomodada, movimentos que acontecem Brasil afora e que pressionam os nossos gabinetes – quando chegamos a um aeroporto, quando chegamos a uma cidade para um evento, somos abordados –, isso é porque a sociedade não se vê mais respeitada naquilo que é seu direito. O poder emana do povo, e é para esse povo que nós, representantes, estamos aqui, cumprindo a nossa função.

Agora me parece que estamos vivendo um período de apagão dos papéis. Bruno Dantas lançou uma tese do apagão das canetas, tempos atrás, numa assertiva que, por muitos de nós, replicava-se nos âmbitos acadêmicos. Mas agora nós estamos vivendo outro apagão, o apagão dos papéis, o papel do Poder Legislativo diminuído, quase que suprimido, porque instâncias que são importantes – e eu defendo a sua importância, defendo o seu papel – mas que não têm investidura para tal estão a usurpá-lo. E, se antes essa era uma atitude, uma iniciativa do progressismo judicial, desse neoconstitucionalismo, no âmbito apenas do Judiciário, isso avança para os conselhos também.

E eu estou aqui, com os meus colegas Senadores e Senadoras, fazendo este registro não para diminuir o papel do conselho – e aqui sei, conversei com boa parte dos sabatinados e tenho a melhor das impressões, sei que todos sabem da missão que desempenharão nas instâncias em que ocuparão espaço. Mas eu estou trazendo esse tema para cá porque é um tema de que nem todos querem falar, porque é um tema chato. Essas mesmas propostas que são discutidas, deliberadas lá e são executadas a partir de lá, se feitas pelo devido processo legislativo, está tudo certo, dentro do escopo do que deve ser. O que nós não podemos permitir é que aquilo que a Constituição não estabeleceu – às vezes até veda –, aquilo que a legislação não estabeleceu se faça por meios impróprios – essas estruturas que foram criadas e que são importantes –, porque isso desmonta todo o modelo que foi estabelecido.

Eu aqui até peço vênia – com uma linguagem bem... – aos sabatinandos por trazer esse tema aqui e faço votos de que cada um dos senhores e das senhoras desempenhe essa missão dentro daquilo que cada um tem na sua formação, na sua convicção do que é um Estado democrático de direito e um modelo com tripartição de Poderes, porque, ao fim e ao cabo, é o que vai dar maior conforto à sociedade, que está lá na ponta e que é o destinatário final de tudo aquilo que nós pensamos e fazemos dentro do Parlamento e cada um nos espaços que terão para atuar.

Era a minha fala, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito para arguição, S. Exa. o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Senador Davi Alcolumbre, senhores e senhoras que estão sendo arguidos, eu não farei a arguição, mas, a exemplo do advogado preparadíssimo Senador Marcos Rogério – quem dera Deus; se eu tivesse esse conteúdo, eu já tinha ganhado o mundo, mas não disponho de conteúdo para tanto –, aqui do alto da simplicidade das minhas palavras, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Eu estava aqui na criação do CNJ. Não sei se tem mais um outro Senador aqui no plenário – acho que não no plenário – na criação do CNJ. Eu acho que Jayme estava nessa criação do CNJ, depois você voltou.

O CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público foram criados com um só propósito: controle da sociedade sobre o Judiciário; uma casa para tomar conhecimento, se verdade ou mentira, de comportamentos éticos ou não éticos de magistrados – mais nada que isso. Infelizmente, ao longo do tempo, de maneira sorrateira, no sapatinho, bem devagar, se tornou um poder. São mais dois poderes.

O erro que nós cometemos, Senador Jayme, ao criarmos, de outros erros que nós cometemos – e eu não estou dizendo que o CNJ foi um erro, até porque há uma situação que é muito importante e que eu reputo que, neste momento, é a única que ficou –, foi que o Presidente do CNJ fosse o mesmo Presidente do Supremo. Ele tem o comando de dois colegiados, e esse colegiado é mais fragilizado, porque, para esse, pode não ser reconduzido; o outro vai até 75 anos de idade.

Eu me lembro de que, na pandemia, uma sugestão feita pelo CNJ, uma sugesta virou uma lei, que era a soltura de presos – por conta de não impregnar nas cadeias e tal, mas preso toma sol. E o preso começou a sair, enquanto o cidadão estava preso dentro de casa.

O CNJ não foi formado para fazer lei. Por exemplo, em qualquer situação, quem é indicado para qualquer cargo, se for abortista, eu não preciso nem ouvir – eu não preciso nem ouvir –, porque nós estamos com esses conselhos lotados – eles estão lotados, eles estão impregnados – de ideológicos.

Eu estou com o nome de uma juíza aqui que está sendo investigada – e aí, podem ficar à vontade os senhores, porque eu não vou perguntar como é que vão votar, não –: Joana Zimmer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não; eu também já votei. Eu estou dizendo... Essa juíza, Senador Flávio, está sendo investigada porque ela impediu o aborto de uma criança.

Nós estamos vivendo dias em que o ordenamento jurídico já não existe e, se ele existe, está nas nuvens, porque é a era de internet; um ordenamento jurídico que virou cibernético. Não há ordenamento jurídico.

O ex-Presidente do Supremo, aquele que se aposentou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não. O Lewandowski é novato aí, mas dizem que está bem empregado já.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Joaquim Barbosa...

Lewandowski está bem já na fita. Rasgou a Constituição aqui dentro, cuspiu. Eles fazem de tudo. Botou Dilma elegível – mas o papo agora não é esse não; é porque tocaram no nome dele.

Joaquim Barbosa chegou, no CNJ, a Presidente, e ele era valentão, brabo igual ao cão. Valentão, chegou lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não. Não sou valentão, não, só tenho coragem de falar o que eu penso.

E ele deu uma ordem: que se comunicasse aos cartórios que, a partir daquele dia, se podia fazer casamento homossexual. A regra da boa convivência é o respeito, e eu respeito cada um que tem sua opção sexual. Está respeitado; não é disso que eu estou tratando. Mas a ordem sai do CNJ, dada por Joaquim Barbosa. E quem estava lá na época disse que não tinha essa pauta, não estava na pauta. Ele simplesmente chegou, e falou, e fez.

Nessa esteira aí onde estão os senhores – e as pessoas gostam de falar em esteira hoje. Depois dessa reforma tributária que foi feita aqui, desse compêndio ideológico, os Governadores estão aumentando imposto no estado, dizendo: "Na esteira do que foi votado...". Então, essa palavra "esteira" ficou na moda agora, ficou na moda. Aí... A não ser o decano Gilmar Mendes, que chamou a todos nós de pigmeus na semana passada... Aliás, eu quero dizer a ele que quem tem complexo de golias nunca imagina que um dia pode ser surpreendido por um pigmeu. Eu não participei da sabatina dele; dos outros, sim! Quando a gente os escuta, eles são maravilhosos, são anjos, a gente se encanta, tem gente que se emociona, tem gente que chora!

Encerro dizendo aos senhores que, quando o Sr. Fachin foi sabatinado, eu, sentado aqui neste mesmo lugar, Senador Veneziano, o sabatinava sobre ele ser um militante, colocando as causas em que eu creio, sabem o que ele me disse, senhores e senhoras que estão sendo sabatinados? Ele disse: "Não, Senador. Quando o homem põe a toga nas costas, muda tudo, começa do zero". Eu disse esta frase: "Não, advogado, não se separa um homem das suas convicções". Eu estava errado ou eu estava certo? Vejam como ele age no Supremo, com as convicções que ele sempre teve.

Quando sabatinei o Ministro Alexandre de Moraes, eu disse: "Quando o cara senta aí, vende até a mãe". Depois da toga nas costas, a minha pergunta: "Eu estou errado?". Não há ordenamento jurídico. O que existe é uma caneta, um papel e uma Constituição para cada um. E valha-nos Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei que vocês, que estão indo para um conselho, não foi com esses propósitos... Mas ao menos excessos – excessos, alguns deles – estancaram, e outros vão deixar de existir. E não estão existindo quando alguém que nada deve, do Judiciário, que tem a sua carreira limpa, pode levantar a voz e dizer para o juiz: "Olhe, o senhor pode contratar um advogado também, eu já tenho o meu, porque eu vou denunciá-lo no Conselho do Ministério Público. Vou denunciá-lo no Conselho de Justiça, Doutor". Ele já pensa um pouco, porque vai vir para dentro de um processo no Conselho de Justiça. Isso tem salvaguardado, isso tem dado salvo-conduto a pessoas honradas que, muitas vezes, têm decisões truncadas, principalmente na área de abuso de criança neste país. Eu, algumas vezes, já entrei lá e certamente vou entrar mais outras vezes.

A única coisa que peço aos senhores e senhoras é que tenham o senso de justiça mais aguçado possível e que não esqueçam se há alguém que não quer praticar o ordenamento jurídico nacional e chama para si todas as decisões; manda calar a boca e manda falar, manda prender e manda soltar; manda prender, morre, e "a culpa não é nossa, a culpa é do sistema penitenciário".

Eu precisava fazer esse registro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... até porque ajudei a formar, votei, votei em emendas, tive emendas rejeitadas e aceitas... Lutamos para que existisse o Conselho Nacional de Justiça, e acho que ele tem que se aprimorar, como conselho, não como poder – não como poder.

Meus respeitos aos senhores.

Não sou um homem acostumado a receber ninguém no meu gabinete, porque eu acho que, primeiro, vocês foram advogados... E, quando o cara se forma advogado, ele faz um TCC, é ouvido por uma banca e precisa de ser aprovado. E eu entendo que a CCJ é uma banca examinadora. Então, eu não me acostumei a fazer discursos de elogios a currículos, porque currículo é o de menos nessa questão, porque quem não tem currículo não senta aí; o que traz o cara aí é o currículo. Se não tiver currículo, não senta. Então, esse eu nem quero, porque eu não quero juntar mais papel no meu gabinete; eu nem recebo o currículo. Eu quero saber das convicções, eu quero saber como pensa, o que pensa e quero saber onde está o senso de justiça. E, aliás, vou buscar, vou pesquisar, porque eu não me emprenho pelo ouvido.

Aqui tem alguns sabatinados hoje que tentaram me emprenhar pelo ouvido. Eu não me emprenho pelo ouvido. Não venha, porque eu não me emprenho pelo ouvido, Senador Davi. Mas, quando o cara está indicado para sentar aí... Hoje eu vi a coletiva de um dizendo o seguinte: quando o cara é indicado, tudo muda. Você pode mudar até a roupa. "Ninguém tem partido, ninguém tem ideologia" – me engana que eu gosto; estou morrendo de gostar de ser enganado. Não se separa um homem das suas convicções.

Boa sorte. Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos para arguição dos indicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Senadores e as Senadoras se todos já exerceram o direito de voto. (*Pausa.*)

Não tendo mais Senadores inscritos para arguição e todos os Senadores já tendo exercido o direito do voto, eu declaro encerrada a votação e determino à Secretaria que divulgue o resultado no painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Daiane Nogueira de Lira: 24 votos SIM; 3 NÃO.

Total: 27.

O nome está aprovado para o CNJ.

Edvaldo Nilo de Almeida, CNMP: 25 votos SIM; 1 voto NÃO.

Uma abstenção.

Total: 27 votos.

Está aprovado para o CNMP.

Cíntia Menezes Brunetta: 27 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Total: 27.

Está aprovada para o CNMP.

Mônica Autran Machado Nobre: 27 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Total: 27.

Está aprovada para o CNJ.

Daniela Pereira Madeira: 25 votos SIM; 1 voto NÃO.

Uma abstenção.

Total: 27.

O nome está provado para o CNJ.

José Edivaldo Rocha Rotondano: 25 votos SIM; 2 votos NÃO.

Total: 27 votos.

O nome está aprovado para o Conselho Nacional de Justiça.

Dra. Renata Gil de Alcantara Videira: 27 votos SIM; nenhum NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Total: 27.

O nome está aprovado para o CNJ.

Dr. Guilherme Augusto Caputo Bastos: 26 votos SIM; 1 voto NÃO.

Total: 27.

O nome está aprovado para o Conselho Nacional de Justiça.

Dr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha: 26 votos SIM; 1 voto NÃO.

Total: 27.

O nome está aprovado para o CNJ.

Dr. Guilherme Guimarães Feliciano: 26 votos SIM; 1 voto NÃO.

Total: 27.

O nome está aprovado para o CNJ.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – As matérias serão encaminhadas ao Plenário do Senado Federal.

Vou suspender a reunião por cinco minutos para nós retornarmos para o próximo período da Comissão.

(*Suspensa às 13 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 29 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a atenção de V. Exas., e nós iniciamos – reabrimos – a segunda parte da reunião.

Com a palavra o Presidente Veneziano Vital do Rêgo;

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente.

Nós temos a sua designação para o item 5: não sei se V. Exa. permitiria colocar numa inversão de pauta, por força da necessidade de termos que abrir a sessão do Senado Federal. É bem singela...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou atender V. Exa., porque não é razoável nós não atendermos ao pedido do Presidente do Congresso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Em absoluto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E o Kajuru vai atender também, porque eu seria o primeiro, tá? (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Me perdoe, Senador Jorge Kajuru. É por força do horário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, V. Exa. tem outras atribuições enquanto Presidente em exercício do Congresso. Vou atender...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu também tenho 12 compromissos hoje. Eu gostaria que V. Exa., após o Veneziano, me permitisse ler aqui o relatório de indicação. Tenho 12 audiências hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E vai ser só a leitura e a vista coletiva. Pode ser?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O meu também é uma página só aqui, não é, Flávio? O Flávio já falou para mim que ele concorda de se realizar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer.

Vou fazer primeiro o do Senador Veneziano, que vai ser rápido, que é uma matéria também que não tem polêmica. Está feita a inversão de pauta.

Vamos deliberar sobre o projeto de Lei nº 2.402, de 2023.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2402, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Ministério Público da União; e altera a Lei nº 13.316, de 20 julho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, mais uma vez, Presidente, pela sua compreensão – e pela compreensão principalmente do Senador Kajuru e do Senador Jayme Campos. E, como eu lhe garanti e garanti aos demais outros membros do nosso Colegiado, é uma única página.

E, portanto, indo à análise, incumbe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias submetidas à nossa apreciação – no caso, da CCJ.

Ademais, nos termos do art. 101, inciso II, também se encontra no âmbito de suas atribuições manifestar-se sobre o mérito das proposições que tratem de matérias de competência da União, dentre as quais se inclui este Projeto, de cuja ementa V. Exa. já fez a leitura.

De tal modo, preliminarmente, no que se refere à sua constitucionalidade, não observamos quaisquer ofensas, materiais ou formais, à Constituição Federal, e, no que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não encontramos, tampouco, quaisquer vícios impeditivos da tramitação do mesmo que ora estamos a analisar.

Quanto à sua técnica legislativa, o projeto se encontra plenamente adequado ao que determina a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, dispondo sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... de modo a serem desnecessários quaisquer outros reparos em sua redação ao nosso ver.

No que tange ao seu mérito, o projeto em análise promove a reorganização do quadro de pessoal do Ministério Público da União, de modo a melhor atender às necessidades daquele órgão, bem como confere ao PGR (Procurador-Geral da República) competência para realização de alterações no quadro de pessoal daquela entidade, inovação que fortalece a eficiência e a autonomia do MPU. Nesse sentido, entendemos que o PL nº 2.402, deste ano, merece acolhimento desta Comissão.

O voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.402.

Sr. Presidente, espero ter cumprido com aquilo que dissera essencialmente, de ser bem breve.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, quero pedir vista nesse processo... nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria fazer um apelo a V. Exa. Deixa eu tentar falar. V. Exa. tem todo o direito, é regimental, V. Exa. estará completamente amparado.

Esse projeto já entrou na pauta da Comissão por várias vezes, é uma solicitação da Procuradoria-Geral da República, da carreira, vai na mesma linha de outros projetos que nós tramitamos aqui, na Comissão, em que eles apenas estão movimentando os cargos e as funções dentro do próprio orçamento da instituição. Eu reconheço o pedido de V. Exa., que é regimental, mas, de fato, eu queria fazer essa ponderação, já que nós fizemos isso em outras carreiras de outras instituições, que V. Exa. pudesse compreender e abrir mão desse pedido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, não tem problema. Eu só tenho uma questão: tem uma inconstitucionalidade nesse projeto, porque é tarefa nossa definir cargos, porque aqui ele está falando em transformação de cargos, criação de cargos com a mesma verba. Isso é uma prerrogativa do Parlamento. O Ministério Público não é um Poder; o Ministério público é um órgão, como todo o respeito.

Portanto, eu vou pedir vista para que a gente possa rediscutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom. Vista concedida a V. Exa., nos termos regimentais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Relator da matéria, Senador Jayme Campos, que fará a leitura do relatório, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, Relator da matéria, para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, primeiro agradeço a V. Exa. pela designação para relatar essa tão importante indicação. Com a devida vênia, peço aos Srs. Senadores e Senadoras para, em rápidas palavras, fazer aqui a conclusão do relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Mensagem nº 87, de 2023, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, contendo indicação do nome do Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Daniel de Macedo Alves Pereira.

Conforme disposto no art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, e também levando em consideração os termos do art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, as nomeações para o cargo de Defensor Público-Geral são condicionadas à aprovação da indicação presidencial por este Senado Federal.

Como sabemos, a Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.

Sobre a Defensoria Pública da União, trata-se de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com funções de orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, àqueles que necessitarem. A Defensoria Pública da União atua junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, bem como junto aos tribunais superiores e instâncias administrativas da União.

A esta Comissão cabe proceder à sabatina do indicado. Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "a", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães graduou-se em Direito na Faculdade de Direito Milton Campos, em 2006. É mestre e doutor em Direitos Humanos pela Universidade Pablo de Olavide, na Espanha.

O indicado ingressou nos quadros da Defensoria Pública da União em 2008. Entre os anos de 2019 e 2022, exerceu a função de Defensor Público Interamericano junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica.

Foi Conselheiro do Conselho Superior da Defensoria Pública da União por dois mandatos.

O reconhecimento de seus pares o levou à Vice-Presidência da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos no período de 2009 a 2011. Atualmente é o Defensor-Público Chefe da DPU, no Distrito Federal, com atuação nos tribunais regionais.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "b", do Risf, o indicado apresentou declaração de que não possui parente que desempenha atividade pública vinculada à sua atividade profissional como Defensor Público Federal.

O indicado declara nunca ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais. Ainda, nos últimos cinco anos não atuou, salvo na condição de defensor público, em juízos ou tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, e se encontra em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Quanto às ações judiciais, o indicado informa que inexiste procedimento em que figure como réu.

Em atenção ao art. 383, I, "b", do Risf, o indicado apresentou as seguintes certidões:

- certidão negativa de débitos da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, relativa a débitos vincendos de IPTU e TLP;

- certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

Por fim, em conformidade com o art. 383, I, "c", do Risf, o indicado apresentou argumentação sucinta, em que expõe sua experiência profissional e formação técnica, a justificarem, em seu entendimento, a nomeação para o cargo.

Ante o exposto, Sr. Presidente, consideramos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede, de ofício, vista coletiva automática, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato, nos termos regimentais, e a votação também, nos termos do art.383, II, "b", do Regimento.

Parabéns, Senador Jayme.

Nós estamos numa construção política aqui e eu solicitei ao Senador Jorge Kajuru que nós optássemos pela deliberação apenas da Proposta de Emenda à Constituição nº 42. Ele concordou. Queria agradecer a V. Exa. e dizer para V. Exa. que esses itens serão incluídos no meu compromisso de pauta extraordinária para votação de matérias que nós retiramos da sessão de hoje.

2ª PARTE

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 42, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

Em 22/11/2023 a Presidência concedeu vistas ao Senador Ciro Nogueira, nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu quero encaminhar aqui, obviamente, um voto contra essa PEC. Está muito claro que o momento e a intenção dessa PEC é para dar recado para as Forças Armadas, como se militares fossem uma subcategoria de servidor público. E, no meu ponto de vista, é uma PEC preconceituosa com os militares.

Nós não vemos o mesmo tratamento querendo ser dado a outras carreiras de Estado que têm, talvez, até mais influência ou possibilidade de promover algum desvirtuamento da máquina pública do que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militares. Eu não estou vendo aí proibição de promotor de Justiça, de juiz de carreira, de delegado da Polícia Federal, uma série de outras carreiras que são importantes também. Eu não veria problema nenhum de fazerem parte, de integrarem o Poder Executivo Federal. Por que só com os militares? Qual o preconceito com os militares?

Então é, para mim, uma PEC preconceituosa, que não deveria prosperar. Eu acho que V. Exa., Presidente Davi, tem que pautar mesmo esses projetos que são... O Senado tem que se posicionar, a Comissão tem que se posicionar sobre esses temas, por mais que não haja consenso. Mas, obviamente, eu não concordo com essa PEC e eu peço e oriento o voto "não" a ela, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpe, Presidente, só pedindo a palavra aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já encerramos, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou registrar o voto de V. Exa., porque já passamos dessa fase.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Está bom.

É que V. Exa. é muito rápido, mas eu só queria endossar as palavras aqui do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eles me cobraram, um dia desses, essa rapidez. Eu saí no jornal todo, que foi um negócio de 40 segundos para um lado; agora deixa ser 40 segundos para o outro também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bom.

Eu entendo que está todo mundo com fome, também tem essa questão envolvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Em votação a matéria deliberada.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir verificação de votação. Em vez de 40 segundos, vamos fazer 45 segundos para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. não tem apoiamento para pedido de verificação.

Rejeitada a solicitação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação...

Aprovada a matéria com o voto contrário do Senador Sergio Moro e do Senador Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu encaminhei o ofício à Presidência pedindo a inclusão extrapauta do PL 1.219. Ele é bem rápido, é uma alteração...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque tem uma matéria da Senadora Professora Dorinha que está na Ordem do Dia na frente. Perdoe-me.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tá. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é em votação nominal? (*Pausa.*)

Qual? (*Pausa.*)

O do Senador Weverton, não é?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não é. Ele é apenas... Ele não é terminativo e ele é simbólico. Ele é bem simples.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso, Senadora, colocar o dele que não tem votação nominal?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – É bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Diga obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senadora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1219, DE 2023

Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – A competência para apresentação do projeto por parte do Tribunal Superior do Trabalho, Presidente, encontra-se garantida, como dissemos, pela interpretação... Aqui a gente fala de todos os artigos. Eles estão pedindo aqui uma alteração no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Como nós vamos discutir o mérito dele depois, eu só queria pedir aqui o apoiamento de vocês. É uma demanda da Justiça do Trabalho. O Presidente nos procurou. E aí eu queria pedir aqui a ajuda de vocês para que a gente pudesse atender essa demanda do Tribunal Superior do Trabalho e de todo o Judiciário que compõe essa importante instituição, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Enquanto eles estão decidindo, leia o meu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão.

Em discussão...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Voto pela aprovação do projeto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a conferir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1199, DE 2023

- Terminativo -

Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 1 e 3-CDR; e pela aprovação das Emendas nºs 2 e 4-CDR na forma das subemendas apresentadas.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para proferir o relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, essa proposta apresentada pelo Senador Eduardo Gomes corrige uma situação que o meu estado enfrenta a partir da regularização fundiária. Mais de 68% das nossas terras estão hoje em posse da União. Administrativamente, eu sei que o Governo está pedindo, e houve uma solicitação de vista, e eu gostaria de, primeiro, colocar, dizer que houve boa vontade da minha parte. Eu apresentei o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me mudar de lugar, para que me enxerguem. Eu tenho mania.

Eu vou fazer a leitura, eu vou direto ao voto, mas quero colocar que a situação do Tocantins é semelhante ao que aconteceu, a proposta nossa é semelhante ao que aconteceu com o estado de V. Exa., o Amapá, e com Roraima, e hoje nós temos cidades inteiras que não têm uma documentação das terras das pessoas que moram ali.

O Tocantins, no período de 1964, por um decreto governamental, ao longo da BR-153, tomou todas as terras do Tocantins, e hoje a nossa situação é gravíssima. Nós não temos documentação, não temos posse da nossa terra, o decreto foi revogado, e a União se recusa a entregar as terras para o Estado do Tocantins.

Quero falar mais. A situação que hoje o Incra assume no meu estado é uma situação grave, de estímulo a invasão de terras. Muitas pessoas estão se alocando em várias regiões do estado. Essa é uma situação que precisa ser enfrentada. O texto aqui apresentado é um texto equilibrado em que se faz todas as ressalvas a áreas já destinadas à área da defesa, à Marinha, à Aeronáutica, ao Exército, as terras que estão em processo de reconhecimento e de assentamento, as terras quilombolas...

Eu vou fazer a leitura para que todos tenham conhecimento.

Há cerca de dois meses, ou mais do que isso, acho que três meses atrás, eu recebi um pedido para que tirasse o projeto de pauta na outra Comissão. Eu retirei. Chamaram para uma reunião, veio o estado, sentou-se com o Governo Federal, e, apesar de sentar e de ter sido combinada uma série de ações, elas nunca aconteceram.

De igual forma, o estado entrou, apresentou no Ministério de Desenvolvimento Agrário um projeto para que se cumpra administrativamente, que é legal, nós temos hoje legislação para isso, e, de novo, o que hoje está sendo colocado é que o Governo quer ainda tempo para... Sequer leram, porque, na verdade, já apresentei, já fiz reuniões, já passou em outras comissões. E o que nós queremos no Estado de Tocantins é que se cumpra o direito do Estado do Tocantins e se devolva as nossas terras, de acordo com o que já foi feito para o Amapá, para Rondônia e para Roraima, porque cidades como Guaraí, cidades que estão ao longo da BR, não têm hoje a condição de fornecer um documento, porque elas estão todas em posse indevida da União.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente. Os documentos, o texto é um texto de conhecimento, até porque já passou em outras Comissões, e vou colocar todas as ressalvas e cuidados de que o texto tomou conta.

Confesso que eu estou bastante chateada com o desrespeito com o meu estado, desrespeito e falta de vontade de resolver, porque a boa vontade para fazer o trabalho nós tivemos, mas, logicamente, eu não posso fazer a outra parte, de quem está do outro lado.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.199, de 2023, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 3, da CDR, pela aprovação das Emendas nºs 2 e 4, da CDR, na forma das subemendas:

SUBEMENDA Nº - CCJ (À EMENDA 2 / CDR - PL 1199/2023)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...]
"Art. 1º São transferidas, de forma gratuita, para o domínio do Estado do Tocantins as terras da União nele localizadas, na forma do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, do inciso XIII do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e do art. 1º do Decreto nº 95.956, de 22 de abril de 1988."

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se a seguinte redação [...] se inclua [...] no [...] artigo, nos termos da redação aprovada pela CDR:
"Art. 2º .....
.....
II - as terras destinadas pela União a projetos de assentamentos implantados, já transferidas ou não aos beneficiários [estão resguardadas];
.....
V - as áreas destinadas a uso especial do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica [também estão preservadas];
.....
§ 6º Serão de responsabilidade da União o trabalho de georreferenciamento de que trata esta Lei e os respectivos registros, em cartório de registro de imóveis, de certificação de glebas da União ainda não georreferenciadas, podendo a União celebrar convênios de cooperação com o Estado de Tocantins e com os municípios porventura interessados."

SUBEMENDA Nº - CCJ (À EMENDA 4 / CDR - PL 1199/2023)
Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.199, de 2023 [...]:
"Art. 3º As terras transferidas ao domínio do Estado do Tocantins em razão desta Lei poderão ser objeto de regularização fundiária e poderão ter títulos porventura anteriormente expedidos pelo Estado do Tocantins convalidados, devendo ser preferencialmente utilizadas em:
....."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de retomar que o projeto em análise resguarda todas as terras já destinadas aos órgãos federais, aos assentamentos. Todos os processos que estiverem em andamento por mais de um ano estão sendo convalidados, inclusive processos que não foram ainda finalizados.

O que nós não podemos admitir é a situação de insegurança jurídica que o estado vive. O estado foi criado em 1988; completou, este ano, 35 anos; e, de maneira ilegal, teve suas terras... que estão hoje em posse da União, e o que é mais grave... Eu gostaria de pedir que a gente pudesse voltar a partir da solicitação, mas que se voltasse ao texto, porque a situação que nós temos hoje no estado é gravíssima, em que dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terços das terras do estado não estão em posse do Estado – cidades, como eu disse, várias cidades do Tocantins; e, o que é uma situação para ser tratada em separado, mas um apelo em relação à ação indevida e inadequada que o Incra tem tomado no nosso Estado.

O projeto resguarda, nós defendemos os processos de assentamento nos diferentes modelos, é importante para o nosso Estado.

Nós temos a cidade com o maior número de assentamentos no país inteiro, é no meu Estado, a cidade de Araguatins, extremamente importante. Atuo diretamente; coloco recursos para construir escolas, creches, asfalto; apoio. O que nós não podemos é viver a situação de insegurança.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Dorinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A palavra, Presidente, depois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – A minha observação eu posso deixar para fazer depois.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Senadora Dorinha não apenas pela dedicação formal e de conteúdo, mas também pela sua manifestação muito humana e politicamente correta, em desacordo com a forma como o assunto está sendo tratado por outrem, mas a minha intervenção seria muito mais a respeito de uma questão de pauta.

Eu estava no meio dessa encrenca climática. Por isso, não estava aqui quando foi submetida ao Plenário, mas ouvi pelo rádio, a PEC 42. Certo? A PEC 42 tem o mesmo *timing* de tramitação da PEC 45. Ou eu estou errado? A PEC 42 teve vista concedida no dia 22 de novembro; e a PEC 45, também.

No começo, eu perfilei com o pedido para que a 45 tivesse prioridade. V. Exa. deu prioridade para a 42, eu não vi nenhum pedido especial no começo da sessão e negociou, é verdade, que a 45 teria uma data especial. Cá para nós, é um tratamento diferenciado para questões que, do ponto de vista de processo legislativo, seguiram o mesmo tempo processual.

Então, não é um protesto, mas é uma manifestação.

Eu não pude interferir na primeira, porque eu não estava aqui, a culpa é minha – não vou botar a culpa em São Pedro –, mas eu teria, se estivesse aqui e diante dos pedidos de votação nominal que eu ouvi do Senador Moro e do Senador Flávio Bolsonaro, pedido no mínimo equivalência de tratamento, de isonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, a 45 é mais importante do que a 42 – para mim, no meu ponto de vista –, mas eu concordei quando o senhor disse: "Eu prometo que vou fazer uma sessão para isso".

E a outra PEC tem o condão de ter como Relator alguém que todos nós teremos grandes dificuldades em contestar, que é o Senador Kajuru Nasser, mas eu acho que, sinceramente, houve um tratamento não isonômico para dois assuntos emparelhados. Estavam emparelhados, e desemparelharam hoje.

Então, pelo menos que o senhor anunciasse a data da PEC 45.

Desculpa se eu aproveitei este momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer o anúncio da data da sessão extraordinária, como disse no começo, que pode ser numa terça, numa quarta ou numa quinta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Deste ano?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deste ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deste ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu vou dizer parte daquilo que o Senador Otto Alencar lhe disse: o senhor fica parcialmente perdoado, *ad futurum*. É um pré-datado sem data. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um perdão pré-datado sem data, porque o Otto Alencar lhe deu o perdão por ter designado Cid Gomes mais ou menos à vista; o meu é a prazo e condicional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Amin.

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que vai haver pedido de vista do projeto da Senadora Dorinha, o pedido de vista do Senador Jaques...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Do Senador Kajuru.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Do Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do Senador Kajuru, constrangido como eu nunca estive na minha vida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, ultimamente o senhor anda muito constrangido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, mas eu sou um Vice-Líder obediente, não é, Amin? O que eu vou fazer? Agora, eu discordo frontalmente, porque eu entendo a situação do Tocantins, e disse isso à Liderança.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu quero fazer uma sugestão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou com essa missão aqui.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Já que vai ter pedido de vista, que seja feita também uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer um abaixo-assinado e vamos recolher 65 assinaturas, no mínimo, para pedir a saída do Senador Kajuru da Vice-Liderança do Governo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, está na moda agora a "altorrenúncia", com "l", "alto", ou seja, vem do alto a renúncia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, Senador Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É que me meter na discussão dos dois, nem ouso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O seu amigo de infância sempre vai me dar razão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Qual é a sugestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Senador, que nesse projeto seja criado – viu, Senadora Dorinha? –, como nós fizemos no Amapá, um marco temporal. Quem, em um ano após aprovado o projeto...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Está no texto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está no texto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Todas as glebas estarão transferidas, independentemente de qualquer coisa, ou seja, não terá retorno, e aí isso dependerá da regularização...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Inverte o ônus da prova.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Como foi no Amapá – até hoje a gente ainda não conseguiu, mas o problema está no cartório, ainda o Governo resolvendo –, em que as terras transferidas até 600ha, que lá no Amapá é uma gleba, terão o título definitivo doado. A partir disso, terá, claro, um valor a ser corrigido, de acordo com o tamanho da área, ou seja, uma tabela progressiva. Isso é importante, Senadora Dorinha, para garantir as posses, garantindo também no seu projeto que as posses são fáticas, ou seja, se existem lá, comprovadas, sem discussão, que também já seja expedido o título definitivo. E é questão decisiva para o seu estado, porque a terra é onde se pode fazer a atividade econômica, que é a base sólida de qualquer estado, que é a agricultura, que é a pecuária, que pode levar o estado realmente a se desenvolver.

Então, conte comigo, já antecipo aí meu voto favorável.

E o Senador Kajuru devia conversar urgentemente com o Governo para retirar esse pedido de vista, para que a gente possa votar isso, que é de suma importância para o Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida regimentalmente vista coletiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para a outra semana, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E nós vamos organizar... Na sessão extraordinária dos compromissos que eu assumi, nós vamos colocar os quatro projetos que foram retirados hoje, que tinham divergência ou que tinham a busca da solução, de um consenso. Então, nessa reunião nós vamos colocar a PEC, vamos colocar os projetos, o item 8, o item 7, o item 4 e o item 1, que foi retirado no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, só, rapidamente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aqui uma...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aqui uma confissão.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode tirar. Só apertar. Agora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Logo eu, que tenho 45 anos de microfone, só 9 Copas do Mundo nas costas.

Eu quero apenas confessar aqui a minha situação.

A Senadora Dorinha sabe o tanto que eu a respeito. Entendo a situação gravíssima do Tocantins, não concordei e fiz um pedido ao Senador Rogério Carvalho, que estava aqui ao meu lado – o Rogério está aqui. Eu falei: "Rogério, você quer fazer o pedido?". Eu me sinto mal. Claro que eu sou obediente, como Vice-Líder, mas para mim tinha que se colocar em votação. O Governo quer fazer uma análise; então, coube a mim fazer esse pedido de vista, mas, repito, foi o momento mais constrangedor desse meu mandato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso fazer um comentário? O senhor tem que aprender com o Senador Davi Alcolumbre como é que se faz a penitência. O senhor tem que fazer uma penitência. Faça como ele. No Dia do Perdão, ele terceiriza, ele recebe por terceirização a penitência do Jaques Wagner, ou seja, o senhor podia pelo menos a penitência transferir para o Rogério Carvalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ele não aceitou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, a penitência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – A penitência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O pecado você pratica, mas ele é que paga o pecado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu fui citado aqui – art. 14.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque, no outro caso, anualmente, o Jaques Wagner transfere o Dia do Perdão, que são as penitências anuais, e quem cumpre é o pobre do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para explicação pessoal.) – Eu queria só dizer à Professora Dorinha que nós somos favoráveis ao texto da PEC.

Tem uma questão que precisa ser observada: é que o Itins, o Instituto de Terras do Tocantins – eu não sei se é esse o nome...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Itertins.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Itertins. Tem pouca informação para que isso seja operacionalizado. Então, é preciso sentar ou com a SPU... Inclusive, o Amin esteve lá ontem, e a Ministra foi muito... A gente conseguiu sair com um acordo de encaminhamento sobre terras de Marinha. A gente pode marcar essa reunião, se a senhora me permitir, para a gente falar com ele.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Senador, o que eu penso é o seguinte. Talvez eu tenha ido mal acompanhada, porque eu já tive a reunião, eu apresentei o projeto, no dia 29 de agosto, três meses atrás. Não é verdade que o Itertins... Quem não tem estrutura no meu estado é o Incra e a SPU. A SPU e o Incra é que não têm estrutura.

Atendendo a pedidos, quando eu apresentei o projeto e ele ia para voto em outra Comissão, eu atendi e fizemos uma reunião técnica, veio o Procurador do Estado, veio o Itertins, vieram secretários, veio a equipe do Governo, o Governador determinou todo o apoio. Inclusive, tem um convênio que passa pessoal para o Incra. Naquela reunião, ficou acertado – foi no dia 29 de agosto, tem três meses – que iria ter uma rotina de trabalho para que nós acertássemos o texto, com reuniões regulares, mas nunca aconteceu mais nada, não houve mais nenhuma discussão.

Eu pedi uma audiência com o Ministro Paulo Teixeira. Ela foi marcada numa semana e desmarcada. Eu tenho, insistentemente, pedido audiência, e de igual forma e na mesma situação as pessoas que acompanham aqui e monitoram a ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse: eu vou levar para voto, porque tem um mês, tem dois meses, fechou o terceiro mês. Eu vou levar para voto, porque ignoraram completamente uma rotina de trabalho que foi combinada. Então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, Senadora, eu estou sugerindo que a conversa seja com o ministério que cuida do patrimônio da União.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Foi... A SPU participou da reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas não é a SPU. Eu estou pedindo para fazer a reunião com a Ministra Esther Dweck.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu quero o compromisso, Senador Davi, de colocar na pauta na próxima reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, não vou fazer nada. Eu não vou fazer nada.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não; pode ajudar. Eu não posso é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Não tem como ajudar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, mas não tem... Realmente, nesses termos, não tem. Se o Governo quisesse... Três meses passados, e ninguém sentou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Professora, é a segunda vez que eu tento ajudar. Na primeira, eu poderia ter resolvido no primeiro dia, e a senhora botou para votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu tenho certeza de que V. Exa., pelo espírito público que tem, vai continuar tentando ajudar, porque é para isto que nós estamos aqui: para a gente debater, para a gente divergir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas precisa... Precisa querer, senão...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador, eu quero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Todo mundo quer.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu quero, eu quero. Eu só não posso é ser enrolada três meses, como fui agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu nunca enrolei a senhora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não é o senhor. Não estou falando isso de forma alguma – de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ao contrário. Ela está pedindo a ajuda de V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ao contrário; eu estou reconhecendo. Eu estou dizendo que, provavelmente, eu preciso de ajuda, porque, da minha parte, a minha sinalização inicial... Foi-me pedido para tirar de pauta, eu tirei, abri mão para estabelecer uma construção.

Não adianta a gente votar aqui... Nós vamos... Um projeto dessa natureza precisa ter o respeito devido das duas Casas, porque o que existe hoje no meu estado é um prejuízo, não é um discurso. Eu tenho cidades inteiras sem documento, empresários que precisam. Agora, três meses, a partir de uma... Foi feito um combinado e uma rotina de trabalho, e isso foi ignorado. O que eu peço é... Se fosse em relação ao seu estado, eu estaria solidária. É com o Tocantins, que é um jovem estado, mas que está com a sua situação gravíssima. Não adianta nós tratarmos e, daqui a um mês, dois meses, a coisa não ser tratada.

Eu peço socorro e ajuda, porque provavelmente o que faltou foi... Quem foi para a reunião que foi marcada para que acontecesse, com uma rotina de trabalho respeitosa... Por quê? Eu sei que não é uma matéria simples. Ela precisa ser tratada com a seriedade devida, porque ela afeta o meu estado, os municípios e as ações do Governo Federal. Então, não é uma matéria simples, embora a gente tenha tido aqui no texto todo o cuidado, resguardando todas as situações. Ontem mesmo, atendi uma emenda, a pedido da Marinha e Aeronáutica, que não se sentiu confortável com o texto genérico do Ministério da Defesa, e eu alterei. O que eu não posso é, três meses depois... Apesar do contato repetitivo com os ministérios, nenhuma ação foi feita. É isto que eu estou pedindo: ajuda, porque não adianta eu ter boa vontade aqui e ser ignorada por todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva.

Nós vamos organizar a reunião extraordinária terça, quarta ou quinta, vamos organizar o calendário com as outras sabatinas, de outras autoridades, e vamos pegar o remanescente para pautar nessa reunião. Eu tenho certeza absoluta de que, nos próximos sete, dez dias, V. Exas. vão construir o entendimento, nós vamos pautar e vamos liberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É que a Ministra só vai estar no Brasil na outra semana. Aí, a gente tem que marcar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem! Vai ser na outra mesmo. Até porque, nessa outra semana, segundo o Presidente Rodrigo, a sessão é semipresencial.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Porque, se estivesse avançando e a gente não avançasse em acordo... Mas não; ninguém senta do outro lado. Não tem como conversar com quem não existe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto. Fica concedida vista coletiva.

Nós vamos organizar com todos os envolvidos, Senadores e Lideranças partidárias, as datas adequadas para fazermos essa sessão extraordinária com os itens remanescentes e que foram retirados diante de um acordo, em entendimento com todos os Líderes partidários.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 113/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa, bem como para instrução de projeto de lei a ser posteriormente apresentado. **Participantes:** Sra. Nasjla Saba, Representante do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAAC); Sra. Márcia da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (ABET) e mãe da Flávia, paciente de Esclerosa Tuberosa; Sra. Yohama Eshima, Mãe do Tom, nascido em 2020 com Esclerose Tuberosa; e Sra. Luciana Amaral Haddad, Geneticista da Universidade de São Paulo (USP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de outubro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de – abre aspas – "debater a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre Esclerose Tuberosa, bem como para instrução de projeto de lei a ser posteriormente apresentado" – fecha aspas –, em atenção ao Requerimento nº 113, de 2023, da Comissão de Educação.

Participam desta audiência a Dra. Luciana Amaral Haddad, Geneticista da Universidade de São Paulo; a Dra. Nasjla Saba, representante do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer; a Sra. Márcia da Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (Abet) e mãe da Flávia, paciente de esclerose tuberosa; e a Sra. Yohama Eshima, mãe do Tom, nascido em 2020 com esclerose tuberosa.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a presença de vocês que participam nesta audiência pública importante e necessária, trazendo o ponto de vista médico, da saúde, da clínica, da pesquisa, e o ponto de vista da família.

Esse projeto de lei já foi apresentado para orientar a todos e a todas que nos acompanham, que é o Projeto de Lei 4.773, de 2023, que institui a data de 15 de maio como o Dia Nacional de Conscientização sobre Esclerose Tuberosa e dá outras providências.

De acordo com o Regimento do Senado Federal, quando se apresenta um projeto de lei que institui uma data, é importante e necessário, não só importante, mas indispensável e necessário, regimentalmente, que se faça uma audiência pública com a área, para ver se a data de 15 de maio é uma data adequada para a instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre Esclerose Tuberosa e também para se discutir o que é esclerose tuberosa, porque é um momento, uma oportunidade que se tem para orientar, esclarecer, conscientizar, discutir, para que mais pessoas no Brasil saibam exatamente do que estamos falando e, com isso, famílias, pacientes e sociedade possam ser beneficiados com o debate que vier a acontecer. Então, nesse sentido, é muito importante aproveitarmos essa oportunidade da audiência pública.

O Senador Nelsinho Trad, que é médico também, é o Relator desse projeto de lei. Na sequência, esperamos aprová-lo, brevemente, no Senado Federal, havendo a concordância de todos com o teor do projeto e com a necessidade também.

Eu sempre destaco que muitas pessoas questionam o porquê de um dia relacionado a alguma área específica. Eu destaco sempre que o dia é para que a gente coloque luz e holofote sobre o tema, toda a sociedade, ou seja: "hoje é o dia da esclerose tuberosa, de conscientização". Então, são médicos, estudantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, pessoas, Senado, Câmara, todo mundo dizendo: "hoje é o dia desta doença, que precisa ser abordada".

Porém, claro que, a partir do dia, o trabalho tem que se estender durante todo o ano, porque qualquer tema que a gente debata tem que se estender por todos os dias e todos os meses do ano, para que tenhamos, no final, os atendimentos, tratamentos, encaminhamentos, políticas públicas adequadas, não é verdade?

Então, eu estou muito feliz de ter a presença de vocês aqui, médicas, geneticistas. Agradeço muito porque isso, de fato, vai orientar a todos nós, sob o ponto de vista clínico, médico e também das famílias: a mãe do Tom e a mãe da Flávia.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Esclareço também que o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Então, toda a apresentação ficará à disposição do público em geral. Sugiro, inclusive, que a gente, depois da audiência, se necessário, retorne às falas, às apresentações, para que tudo fique bem claro.

Na exposição inicial, daremos para cada convidado o uso da palavra por até 15 minutos. Quinze minutos. Está bem? Quinze minutos.

Quinze minutos. Claro, se a pessoa estiver terminando e não tiver concluído, a gente prorroga também.

Ao fim das exposições, a palavra também será concedida novamente aos convidados, para fazerem também comentários adicionais, em função de tudo que for necessário.

Eu quero destacar que já vieram algumas perguntas e comentário, que eu passo a ler:

Bian Carlo, do Distrito Federal: "Não seria mais efetivo aplicar recursos em ações [...] práticas como o treinamento dos médicos para fazer o diagnóstico, que é [desafiador]?"

Então eu já leio as perguntas, porque as perguntas podem, de alguma maneira, estar incluídas nas falas de vocês convidados.

Luan Alves, do Rio de Janeiro: "[Quais as causas e] o tratamento [da] esclerose tuberosa?" É uma pergunta que certamente vai ser abordada.

Carolina Costa, do Distrito Federal: "Como é feita e quais [...] as propostas para a inclusão das pessoas com esclerose tuberosa?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Maria Eduarda Cruz, de Alagoas: "[...] o que [os senhores] irão fazer para desburocratizar o fornecimento de tratamento e medicamentos?"

Esse é um desafio nosso, como Senado e como sociedade, para que não haja burocratização e a judicialização para obtenção do tratamento e de medicamentos.

E um comentário, não é pergunta, do Oberdan Storelli, do Acre: "No Brasil, muitas doenças complexas [são negligenciadas pelos] Governos, [enquanto] o INSS e [...] os planos de saúde tripudiam [...] dos cidadãos!"

Então essas são as perguntas e o comentário.

Então, que bom que estamos aqui.

Passo, em primeiro lugar, com muito prazer, a palavra para a geneticista da Universidade de São Paulo, uma universidade de grande prestígio no Brasil, a USP, Dra. Luciana Amaral Haddad.

Então, com a palavra, Dra. Luciana.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Flávio Arns, Senador Trad, Dra. Nasjla, Márcia, Yohama, Andréia e demais participantes.

Sou a Luciana Amaral Haddad, sou Professora na USP e geneticista. E trabalho com esclerose tuberosa desde 1997, quando fiz pós-doutorado em Harvard. Retornando ao Brasil, em 2001, 2002, aí eu retomei um pouco esse trabalho aqui na Universidade de São Paulo, onde sou Professora. E em contato, desde a época, eu acho que em 2004, com a Márcia e o Wesley Gomes, porque eram, na época, os coordenadores e criadores da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa.

Posteriormente, pela organização da Abet e a produção de encontros nacionais sobre a doença no Brasil, eu tive a oportunidade de ter contato com outros médicos, inclusive a Dra. Nasjla, aqui presente, e de a gente participar conjuntamente, para justamente começar a criar a conscientização sobre a doença.

Eu separei cinco eslaides, vou compartilhar aqui. Deixe-me tentar compartilhar. Muito bem.

Eu separei esses eslaides para introduzir a causa, a etiologia da doença, porque é uma doença genética. Eu acho que, posteriormente, a Dra. Najla vai falar sobre as características clínicas e a experiência clínica que ela tem com esclerose tuberosa.

A doença esclerose tuberosa é comumente conhecida como o complexo da esclerose tuberosa, porque é uma doença que pode acometer órgãos distintos, sobretudo o cérebro, a pele, os rins, o coração e os pulmões, mas qualquer órgão pode ser acometido por tumores de natureza benigna, que vão romper o crescimento normal da célula naquele tecido, formando tumores benignos. Esses tumores podem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numerosos naquele órgão e vão fazer com que a doença se manifeste clinicamente porque rompem a arquitetura do tecido. Então, é comum a gente ver pacientes com epilepsia, epilepsia muitas vezes refratária ao tratamento medicamentoso comumente empregado. Eu acho que a Dra. Nasjla vai falar mais sobre a doença.

O que é a esclerose tuberosa? Como se manifesta? Através de mutação em um de dois genes. Esses genes, por causa do complexo da esclerose tuberosa, em inglês, o acrônimo TSC, são denominados TSC1 ou TSC2, no cromossomo 9 ou 16. E cada gene... O 1 produz uma proteína que chama proteína hamartina (TSC1), e o 2 produz uma outra proteína chamada tuberina (TSC2). Esses genes podem sofrer mutações ao acaso, só que mais comumente a gente encontra pacientes com esclerose tuberosa em mutações no gene TSC2.

Esse gráfico mostra qual a frequência de mutações no gene 1 ou 2 entre pacientes com esclerose tuberosa. E a gente vê que o gráfico vermelho, que são as mutações de TSC2 está mais alto. É mais frequente o TSC2 estar mutado nos pacientes do que o TSC1. Em geral, nós esperamos que 60 a 70% dos casos com esclerose tuberosa tenham mutação no gene 2, e o restante, 30 a 40%, mutação no gene 1.

Uma outra característica que esse gráfico mostra é que a gravidade da doença, aí no eixo X do gráfico, é maior, quer dizer, os casos mais graves tendem a ter mutação no gene TSC2 do que em TSC1. Isso não significa que pacientes com TSC1 não possam ter uma doença grave, podem. Quem tem esclerose tuberosa por mutação no gene 1 pode, sim, ter uma doença tão grave quanto aquele que tem uma mutação no gene 2. Então, isso é só um dado estatístico. Coletivamente, nós temos que 70% dos casos – o que é esperado – tenham mutação no 2 e 30% no 1 e que a maior parte dos casos graves vão ser de mutação em 2.

Tem uma outra característica que é que, pensando em doença genética, nós pensamos na herança. Será que essa mutação que eu tenho – eu tenho esclerose tuberosa – veio do meu pai ou da minha mãe? E, surpreendentemente, em cerca de 60% a 70% dos casos de esclerose tuberosa, o indivíduo com esclerose tuberosa tem a mutação, mas os pais não têm a mutação. Isso em genética a gente diz que não é familial. É, portanto, um caso esporádico naquela família.

Então, a partir dali, aquele indivíduo com esclerose tuberosa, se tiver filhos, vai ter 50% de chance de passar aquela mutação adiante.

Então, 70% dos casos vão ser esporádicos e 30%, familiais, nós encontramos a mutação no pai ou na mãe. E isso independe do sexo, tanto para a transmissão quanto para o filho ser afetado.

Muito bem, então, nós fizemos um estudo no Brasil com pacientes de três grandes hospitais brasileiros. Nós tivemos 116 pacientes analisados aqui na USP para fazer análise da mutação, então, análise de sequenciamento do DNA. Ambos os genes foram sequenciados, o TSC1 e o TSC2, e esses gráficos aqui mostram a distribuição dessas mutações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De onde eram esses pacientes? Setenta e quatro pacientes eram do Centro de Neuropediatria da Universidade Federal do Paraná, do serviço do Dr. Sergio Antoniuk; 23 pacientes eram da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, do serviço do Dr. Sergio Rosenberg; e 19 pacientes eram do Graacc (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer), do serviço da Dra. Nasjla. E nós encontramos, então, somando aqui, de 116 pacientes, 104 com mutações em TSC1 ou 2, sendo 18 em 1 e 86 em TSC2, e 12 indivíduos, que tinham esclerose tuberosa – porque esses 116 indivíduos tinham um diagnóstico clínico de esclerose tuberosa –, mas neles nós não encontramos mutação.

Isso significa o quê? Isso significa que, voltando àqueles casos esporádicos, aqueles casos esporádicos em que não tem pai nem mãe com a mutação, aquele indivíduo tem esclerose tuberosa, porque houve uma mutação nova, e a mutação nova pode ocorrer aleatoriamente em qualquer célula.

Então, para o indivíduo ter esclerose tuberosa, pode ser que isso tenha acontecido ou no testículo, formando o espermatozoide, ou no ovário da mãe, formando o óvulo, e aquele gameta que tem a mutação foi fecundado e deu origem àquele novo indivíduo na família com esclerose tuberosa. Pode ser também que tenha havido a fecundação e o zigoto não tivesse mutação, mas, quando ele começou a se desenvolver para formar o embrião, ocorreu a mutação.

Então, nós acreditamos que esses casos que a gente chama de nenhuma mutação identificada, que foram 12 de 116 nessa nossa amostra brasileira – e essa é a mesma frequência em todos os países em que esse tipo de estudo já foi feito –, devem ser porque a mutação ocorreu depois da concepção. Então, nem todas as células do indivíduo vão ter a mutação. Isso mostra que vai ser mais difícil encontrar a mutação, porque a mutação deve estar presente em algumas células e diluída no sangue, no meio de células sem mutação. Então, isso é uma justificativa. A outra justificativa é que a mutação esteja em regiões fora, que controlam o gene, mas que não foram sequenciadas.

E, comumente, esses indivíduos que têm a mutação nova depois da concepção, no início do desenvolvimento do embrião e que vai ser um mosaico de células com e sem mutação, é muito comum ver nesses indivíduos uma gravidade, um caso mais leve. Então, casos mais leves podem estar relacionados também a esses indivíduos em que a gente faz o teste, mas não encontra nenhuma mutação.

Então, aqui, a gente vê que tem um percentual maior, cerca de 83% da nossa amostra, com mutação TSC2. Isso se justifica, em parte, porque muitos pacientes seguidos no Paraná apresentam epilepsia refratária, e, como eu disse, o TSC2 está mais associado a casos mais graves. Isso mostra também que, em cerca de 90% dos pacientes, se a gente fizer o teste genético no laboratório, que é feito em todos os estados brasileiros, em vários laboratórios fiscalizados, nós podemos, sim, em 90% dos casos, identificar a mutação, e isso leva ao que, provavelmente, a Dra. Nasjla vai comentar, que nem sempre o diagnóstico clínico é definitivo; às vezes, é simplesmente provável. Então, isso confirma que o paciente tem a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, nós vemos que o par de cromossomos é um materno e um paterno. Aqui, o que está representado é o retângulo: quando é azul, não tem mutação; o branco tem mutação. Então, aqui, eu só quero lembrar que existe muita variabilidade clínica, como deve ser mencionado daqui a pouco, entre os pacientes, porque a produção daqueles tumores é muito aleatória e depende de que esse alelo aqui, que é funcional – é o azul –, precise sofrer uma mutação no próprio indivíduo, uma vez que aquele órgão já foi formado. Então, pode ser que tenha pacientes com tumores na superfície do córtex que são muito numerosos e, em outros pacientes, são pouco numerosos. Por quê? O segundo evento da mutação, que tem que inativar o outro cromossomo, é aleatório e pode ocorrer mais ou menos em indivíduos diferentes. Então, o número de tumores vai variar por causa desse segundo evento de mutação.

Eu acho que já recebi um sinal para parar por aqui.

Isso aqui a gente chama de segunda mutação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dra. Luciana, se precisar de mais tempo, por favor, esteja à vontade.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tá!

Então, essa segunda mutação, em geral, é necessária para o desenvolvimento do tumor. Então, por isso que, mesmo numa mesma família, indivíduos que herdaram já a primeira mutação – todos têm a primeira mutação –, os casos vão ser variáveis, porque essa segunda mutação é aleatória. Os aspectos ambientais que levam a essa segunda mutação são desconhecidos.

Então, só para completar, por que um dia? Por que chamar a atenção sobre a esclerose tuberosa? Por que é tão necessário isso? A esclerose tuberosa acomete globalmente um a cada 6 mil indivíduos. Então, se a gente pensar na população brasileira, com quase 220 milhões de indivíduos, nós temos uma população, um subgrupo importante de pacientes com esclerose tuberosa, e muitos não sabem que têm a doença.

Os estudos internacionais, inclusive aqui no Brasil, clínicos, mostram que, como são vários órgãos afetados, aquele paciente vai precisar, ao longo da sua vida, de vários especialistas médicos. Então, é importante que ele saiba, em cada faixa etária, ao longo do seu desenvolvimento, e que a família saiba a que tipo de assistência médica recorrer.

Outro aspecto importante é que os estudos mostram que, quanto mais precocemente se investir no tratamento, tanto medicamentoso quanto o indicado quanto as múltiplas terapias associadas, como fono, fisioterapia, TO, etc., melhor é o desenvolvimento daquele indivíduo.

Então, essa conscientização tem que ser não só na equipe médica e em todos os profissionais da saúde, mas também junto à família daquele paciente, para que exista uma assistência global daquele indivíduo, e adequada, de acordo com as evidências clínicas e científicas que estão disponíveis para a esclerose tuberosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma iniciativa que tem dado certo, com muito sucesso, é que serviços altamente especializados, como, por exemplo, hospitais terciários, que são os nossos hospitais escolas da universidade, entre outros, tenham clínicas para tratar a esclerose tuberosa.

Se o Brasil tivesse uma clínica por estado no hospital de referência para tratar a esclerose tuberosa, em que aquele paciente chegue e seja assistido por um neurologista, um nefrologista, um pneumologista, um cardiologista e um dermatologista, ele vai precisar de ir a um só lugar, uma vez, por exemplo, por semestre, para receber toda a assistência clínica de que ele precisa. Logicamente, no dia a dia desse paciente, ele precisa de vários tipos de intervenções, e isso não justifica esse deslocamento, certo? A gente precisa também dar conscientização sobre a doença para que localmente, onde esse indivíduo mora, ele possa receber esse tipo de intervenção por profissionais como fono, fisioterapia, etc., que eu já comentei.

Então, acho que a conscientização serve para quê? Para aumentar o diagnóstico e ampliar a cobertura desses pacientes em termos de assistência global. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Dra. Luciana Amaral Haddad, que é Geneticista da Universidade de São Paulo. Foi muito esclarecedora a apresentação. Parabéns pelo trabalho também, e continue sempre firme nos desafios, que sei que são diários.

Passo em seguida a palavra à Dra. Nasjla Saba, que é representante do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer.

Com a palavra. (*Pausa.*)

É só abrir o microfone, Dra. Nasjla. (*Pausa.*)

Isso, perfeito.

A SRA. NASJLA SABA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio, pelo convite. Estou muito honrada de estar aqui com a Dra. Luciana, com a Márcia. Bom dia a todos.

Eu vou falar um pouquinho da minha experiência. Eu sou envolvida com síndromes de um modo geral, porque em 10% das crianças que têm câncer isso está relacionado com síndrome de predisposição genética. Então, eu tenho uma longa história. Eu já tenho 40 anos tratando câncer infantil e, desde então, eu trato crianças com complexo de esclerose tuberosa, porque são encaminhados para a gente por causa dos tumores. E, assim, nós formamos um centro de atendimento para essas crianças, não é?

Temos também geneticista. Eu sou muito honrada de estar com a Dra. Luciana, porque com ela aprendi muito, porque eu fui atrás de como a gente deveria atender essas crianças, e foi a Dra. Luciana que me deu um muito grande apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre a minha experiência. Eu sou neuro-oncologista, eu sou do Graac, sou coordenadora dos tumores do sistema nervoso central e sou médica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Como é que eu ponho? *Share screen*? Cadê minha aula?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A Andréia auxilia também, Não é, Andréia? (*Pausa.*)

Ah, sim. Acho que deu certo. Está bom.

A SRA. NASJLA SABA (*Por videoconferência*.) – Vou começar aqui.

Vou falar um pouquinho sobre esclerose tuberosa. (*Pausa.*)

Não está passando?

Bem, é só para falar um pouquinho. É uma desordem genética autossômica dominante, um para 6 mil estimado, a gente tem aqui, a Dra. Luciana já falou. Afeta de 1 milhão a 2 milhões de pessoas no mundo. São múltiplos tumores benignos que se produzem, e mutação espontânea em 65%.

Da hamartina e tuberina aqui já foi falado.

E como a gente faz o diagnóstico? Muitas vezes é bem difícil. Eu falo porque nesses 40 anos a gente recebeu pais que traziam os filhos para mim com esclerose tuberosa e ele era portador e não sabia. A gente via nele os angiofibromas na face, e ele não sabia do que se tratava.

Então, o desconhecimento é um dos fatores pelos quais termina a gente maltratando a doença esclerose tuberosa. O próprio paciente desconhece que ele tem, os colegas também desconhecem como fazer o diagnóstico, e isso vai se perpetuando e, de repente, trazendo crianças extremamente graves que podiam ter sofrido intervenção precoce.

Aqui é para lembrar que são as manchas hipocrômicas, que podem ser também vistas na luz ultravioleta quando a gente não consegue ver. Os angiofibromas, que relatei agora, as placas fibrosas, as marcas de Shagreen, que são aquelas que ficam aqui nas costas, que parecem um courinho de crocodilo. Os fibromas, que podem ser nasais, inguinais, na cavidade oral, interdentários, as covinhas dentárias. Os hamartomas de retina. Isso também a gente precisa lembrar que pode levar a criança à cegueira, não é? Não é simplesmente só um tumor benigno. As manifestações cardíaca, renal e pulmonar. Você vê que a gente tem, assim, um complexo; é um complexo, não é?

A gente tem os hamartomas cardíacos ou os rabdomiomas frequentemente vistos no pré-natal, no ultrassom. A mãe grávida, fazendo ultrassom, já pode detectar esses hamartomas cardíacos, que são os rabdomiomas, os angiomiolipomas, que destroem muitas vezes o parênquima renal. Então é um tumor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benigno entre aspas, não é? O benigno que cresce, que multiplica, e que a gente tem que dar um jeito, porque destrói. Então é benigno entre aspas.

Dois a três por cento podem ter carcinoma renal. Aí seria um tumor maligno associado ao complexo de esclerose tuberosa, e a linfangioleiomiomatose, que não é só no adulto, no adulto jovem. Aparece em criança também. A gente tem algumas dentro do Graac. Então, também assim, benigno... O que é benigno? Eles destroem o parênquima pulmonar. Então se fala em benigno quando o benigno ocupa espaço e vai destruindo – e pior, o pior que eu falo: como trato do câncer infantil, muitas vezes é melhor ter um tumor maligno, porque a gente dá uma quimioterapia e some, conserta o órgão, do que ter um tumor benigno, que a gente tem que... "Como é que eu intervir?" A gente vai conversar um pouquinho sobre isso, em como pode fazer a *intervention*, como a gente chama, a intervenção.

Então, a gente vê o parênquima pulmonar destruído, a criança vai ficar com falta de ar e fazer vários pneumotórax. Esses cistos estouram, a criança interna na UTI, fica com pneumotórax, vai para casa, depois volta de novo, estouram novamente esses cistos, o pulmão murcha, e termina fazendo pneumotórax. Então, é um estado grave a linfangioleiomiomatose.

E as lesões do sistema nervoso central? Como sou neuro-oncologista, eu sempre tive muita dificuldade de entender como é que a gente ia tratar esses tumores, desde que eu comecei a fazer isso. Além dos tumores, que são as células do astrocitoma subependimário de células gigantes – muitas vezes podem ser pequenos, muitas vezes gigantes, infiltrativos no bepêndima, no parênquima, fazendo grandes hidrocefalias e hipertensões, destruindo também o parênquima cerebral da criança –, também têm os nódulos subependimários, que são os SEN, e também as linhas de migração radial, as tuberosidades corticais; um neurônio, como diz a Luciana, não fala com outro, dando essas descargas elétricas de que a gente vai falar em seguida, as manifestações neurológicas...

Bem, eu vou falar a minha opinião: eu tenho muito receio dos tumores. Apesar de que são tumores benignos, eu tenho muito receio dos tumores. Por isso que a conscientização tem que haver, porque com o diagnóstico precoce dos tumores você pode ter intervenção. Então, uma das coisas com que mais me machuco no complexo de esclerose tuberosa são justamente as desordens neuropsiquiátricas. Isso aqui é um fator de saúde pública, é um fator em que todos temos que estar unidos para poder ter acolhimento, é um fator que a gente precisa ajudar a mudar. E a gente hoje tem como fazer uma intervenção. Para melhorar, temos como fazer intervenção.

Então, essas desordens neuropsiquiátricas têm um comportamento, a parte psiquiátrica, a intelectual, a acadêmica, a neuropsicológica, a psicossocial. A gente tem crianças muitas vezes que não conseguem ficar na sala e são extremamente agressivas, crianças com autismo grave – e a gente sabe, por lei, que elas não podem ficar esperando consulta, a gente tem que passá-las na frente. Criança que não quer entrar no consultório, coitada, tem que entrar no hospital. Então a desordem (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu não estou escutando.

Agora, voltou.

Houve interrupção de meio minuto, vamos dizer assim.

A SRA. NASJLA SABA (*Por videoconferência*.) – Mas tudo o.k. agora?

Deu para entender essa parte?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim. Deu para entender.

A SRA. NASJLA SABA (*Por videoconferência*.) – Então, está bom.

Só para lembrar que essa via da esclerose tuberosa, eu não vou falar muito, porque é uma parte científica, é uma via dos gliomas. E a gente tem PI3K, que tem (*inaudível*), que tem esclerose tuberosa, TSC1, TSC2. Essa é a via de formação.

E a gente tem aqui um mTOR, que é o alvo da... (*Falha no áudio.*)

A intervenção que eu quero falar é a rapamicina.

A rapamicina foi um medicamento que foi descoberto em 1970, na Ilha de Páscoa. Para vocês terem uma ideai: TSC1, em 1993, TSC2, em 1997. Em 2003, já se sabia dessa ligação da rapamicina nessa via.

Em 2006, a rapamicina, com uma Sega já nos Estados Unidos, o FDA aprovou em 2010.

Em 2010, esse medicamento a gente usa para consertar um erro – TSC1 e TSC2 estão aqui –, o alvo da rapamicina está aqui embaixo. Se eu bloquear essa via, será que eu conserto esse erro? Seria uma terapia-alvo para uma doença de predisposição genética? Sim, seria uma terapia-alvo para uma doença da predisposição genética.

Em 2010, o FDA aprovou o quê? O everolimus, que é um derivado da rapamicina para tratar esses tumores do sistema nervoso central, que, muitas vezes, são recidivantes, agressivos em comportamento. São grau 1, mas são agressivos, porque eles vão ocupando espaço. Muitas vezes, já nascem na criança em grandes volumes, o astrocitoma subependimário de células gigantes, que a gente chama de Sega.

Se você for ver, foram vários estudos. O Sega, em 2010; o angiomiolipoma, que eu mostrei para vocês, que destrói o rim, foi aprovado no FDA em 2012.

O FDA aprovou para o LAM, que é linfangioleiomiomatose pulmonar, em 2014.

Em 2018, ele aprovou, para convulsão complexa parcial, o FDA aprovou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2022, também para o angiofibroma facial, como um creme facial, também foi aprovado pelo FDA.

A Anvisa aprovou em 2011 para o Sega, mas não foi adiante para o Conitec. Quer dizer, a Anvisa aprova, o Conitec não aprova, a gente não tem esse medicamento.

Em 2020, foi aprovado, sim, o sirolimus para o LAM, associado muitas vezes, ao angiomiolipoma renal.

Aqui, nós temos, pela Conitec, aprovado o sirolimus para o adulto. Mas eles dão também para criança, adolescente quando tem linfangioleiomiomatose pulmonar, associado ou não com o angiomiolipoma renal.

Aqui, a gente tem o sirolimus aprovado pela Anvisa e pela Conitec.

É só para lembrar que sirolimus e everolimus são meia-vidas diferentes, mas são tão efetivos quanto. Os dois são efetivos.

Tudo começou, os estudos começaram com o everolimus, por isso todo mundo ovaciona o everolimus, mas o sirolimus também é efetivo, e tem uma condição, o sirolimus é muito mais barato que o everolimus.

Em relação à saúde pública, é claro, a gente visa um medicamento que seja efetivo e menos custoso.

Só para lembrar das fases estabelecidas. Por que foi autorizado? Houve um estudo bastante importante, nos Estados Unidos, para poder autorizar o everolimus. Quero lembrar que, para convulsão, também foi feito isso em 2016.

E quero lembrar que o Sega é um tumor gigante, que pode ficar nessas dimensões. Quando é pequenininho é muito fácil ressecar, mas quando está em grandes dimensões, causa muita morbidade na criança; dá hidrocefalia, precisa fazer emergência... Então, a gente precisa ficar atento a esse tumor que, apesar de benigno, ocupa espaço no cérebro.

Então, por que não entrarmos com uma intervenção?

Então a gente vai começar a falar aqui por que não se faz intervenção, se eu sei que TSC1 e TSC2 está numa via, se eu sei que o mTOR, que é o alvo da raparicina no mamífero, tem uma droga que inibe, por que eu não posso fazer uma *intervencion*, como a gente chama, uma intervenção precoce?

Não são para todos os casos, mas precisa haver essa parcimônia de liberação.

O que há de novo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que tudo isso é formado no período neonatal; que as células do parênquima cerebral não são normais na criança com complexo de esclerose tuberosa e, se a gente entrar com inibidor, melhora tudo. A gente quer diminuir a redução das células do cérebro, melhorar a organização espacial do neurônio e da mielina, reduzir a anormalidade neuronal e ter um decréscimo dos mediadores inflamatórios.

Então, o mundo hoje está fazendo um movimento no sentido de uma intervenção precoce.

O que é intervenção precoce? A criança faz o diagnóstico intrauterino, ou nos primeiros meses, e se faz uma intervenção usando rapamicina, um inibidor de mTOR.

A rapamicina, eu citei, porque é mais conhecida e de menor custo, para podermos fazer uma intervenção e tentar melhorar toda essa organização cerebral que existe.

Aqui é um estudo que foi feito para epilepsia.

A gente sabe como se trata essas crianças. A gente tem um quadro de epilepsia grave e, além de todas as farmacêuticas, de cirurgia, de estimulação do vago, de dieta cetogênica, a gente tem o everolimus e o canabidiol para convulsão, mas o everolimus como intervenção, um interventor mesmo nessa síndrome.

Só para lembrar, tem uma série de artigos favoráveis, mostrando a ação do everolimus, da rapamicina.

Este aqui é só para lembrar que, na China, para vocês terem uma ideia, eles já fazem intervenção; já fazem diagnóstico pré-natal; fazem diagnóstico inclusive com DNA, com líquido amniótico, para saber se tem TSC1, TSC2, e também com imagem. E fazem intervenção com a vigabatrina, que é um anticonvulsivante, e também com a rapamicina.

Então, eles usam vigabatrina e rapamicina. O resultado melhora, eles põem uma figurinha bonitinha. Eu gosto de ver essas crianças, que me dá um afago no coração, porque o que a gente queria é que todas as crianças fossem assim, sorrindo, não é? A gente queria que realmente se consertassem e ficassem muito bem as crianças.

Eles entram precocemente com o sirolimo, para ter um resultado melhor, eles mostraram que na epilepsia, na cognição, na linguagem, eles conseguiram melhorar o desenvolvimento da criança.

Então, a intervenção cada vez mais precoce com a droga, saber que tem e intervir no primeiro ano de vida, nos seis primeiros meses, é uma das coisas importantes. Só para lembrar, muitas vezes a mãe que está com uma criança gestacional com complexo de esclerose tuberosa, se faz o diagnóstico no ultrassom, se aquele rabdomioma cardíaco estiver dando arritmia, você pode dar a rapamicina para a mãe tomar, para agir no feto, para o feto não falecer, não morrer. Então, isso também se faz no mundo. A gente faz o diagnóstico intraútero e faz tratamento pré-natal com sirolimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nunca é tarde. Essa aqui é a minha experiência, eu vou falar rápido. Eu sou muito grata, agradeço à Novartis, que me deram o uso compassivo, porque a droga é muito cara. Eu comecei a usar o everolimo.

Essa criança era um caso à parte, era uma criança que, em 2010, eu comecei a usar o sirolimo para ela, e ela tinha Sega em crescimento, angiofibroma facial, cisto renal, hamartoma de retina, déficit neurocognitivo, espectro autista e convulsão, com 25 anos. A gente introduziu em 2010 o sirolimo, e ela não teve, quase, efeitos colaterais – teve aumento de triglicérides e colesterol –, assintomática, melhora da dificuldade escolar, mais socializada, melhora cognitiva e do espectro autista, diminuição do Sega, angiofibroma facial e cisto renal.

Esse tumor toda hora se tirava e ele ficava um pouquinho *non-tender* e voltava, fez várias disfunções de válvula; e ela, depois, mais tarde, com outro aspecto.

O que nós conseguimos com ela, que eu achei extremamente interessante, eu não tenho dúvida, não tenho dúvida de que foi a intervenção com a rapamicina. Ela conseguiu entrar na faculdade, ela fez Nutrição, conseguiu se socializar. Para vocês terem uma ideia, ela pega... Infelizmente, ela judicializou o SUS, o SUS deu para ela, e, no fim, ela pega no SUS o sirolimo, e ela, quando ficou um mês, dois meses sem o sirolimo, voltaram os sintomas e começou a fazer xixi novamente à noite na calça, e regrediu nesses dois meses em que ela ficou sem o sirolimo; então, mostrando que realmente é importante.

Uma outra criança nossa. É uma criança que estava havia muito tempo comigo. Era bastante difícil, porque ela tinha o espectro autista bastante acentuado. Uma das coisas que melhorou muito, feita com o everolimo, foi o espectro autista. Tinha já três anos que ela não falava nada, não abria a boca. Depois de seis meses usando o everolimo, ela chegou à sala e falou: "Dra. Nasjla". A mãe: "Fala! Fala, filha! Fala, filha!". Ela falou "Dra. Nasjla", depois de três anos, mais ou menos, que ela não conversava nada.

Então, quando eu falo "nunca é tarde", é porque também se pode agir não só precocemente, mas quando a criança está maior. Pode melhorar, sim. É lógico que não vai ficar curada, mas dá uma melhorada em toda a parte de autismo e assim por diante.

Esse é um bebê em que nós começamos bastante cedo. Ele tinha um Sega, estava em crescimento; várias tuberosidades corticais e subcorticais, inclusive na fossa posterior – a gente vê aqui na fossa posterior. Os dois estavam tomando carbamazepina. Um deles desenvolveu a síndrome de West. Um dia, uma das crianças chegou, e a mãe falou: "Doutora, ele está tão agressivo, está batendo a cabeça em tudo", e ele realmente batia a cabeça dentro do consultório. Nós começamos a fazer o everolimo, e a criança se desenvolveu. Eles hoje têm dez anos de uso de everolimo, são gêmeos. Os dois estão bem – e está supercontente a família – e não recebem mais anticonvulsivantes. Incrível! Mas é lógico que não são todos que vão se comportar assim, mas foi um caso que não precisou mais tomar anticonvulsivantes, só tomam everolimo. Os pais estão bem felizes, e as crianças estão bem. Eles cederam as fotos para a gente mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, há dez anos, recebem everolimo. Isso mudou a qualidade de suas vidas e das nossas vidas, porque a gente sabe que isso tem uma implicação muito grande na família e na sociedade.

Eu acho que é só isso que eu queria falar.

Essa aí é uma criança da gente, com pneumotórax, que recebe sirolimo do Governo, pela Conitec, e nunca mais internou com pneumotórax.

Isso é para lembrar que é uma equipe gigante para poder tratar dessas crianças.

Eu acho que é só.

Muito obrigada.

Desculpa aí, porque eu não estava preparada para esta aula.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dra. Nasjla Saba, que representa o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer. Muito esclarecedora.

Parabéns pelo trabalho e pela caminhada toda.

É muito interessante e importante. Continue, como a Dra. Luciana, firme nessa caminhada também a favor de tanta gente que precisa do apoio de vocês.

Em seguida, eu passo a palavra à Sra. Yohama Eshima, que é mãe do Tom, nascido em 2020, com esclerose tuberosa. Então, a Sra. Yohama Eshima.

A SRA. YOHAMA ESHIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia.

Obrigada pela oportunidade de estar representando as famílias que têm filhos, parentes com esclerose tuberosa.

É muito importante. Sinto-me muito privilegiada de estar aqui, poder contar um pouco da nossa história e agora entrando também no lugar do sentimento e da vida das famílias que vivem esse momento tão desafiador.

Bom, eu sempre tive sonho de ser mãe. Até os sete meses da minha gestação, foi uma gestação normal, fazia ultrassom e estava tudo bem, até que um dia a gente foi fazer ultrassom, e o médico parou e falou: "Olha, tem alguma coisa estranha com o coração do Tom", e foi nesse momento que a gente descobriu que ele tinha pequenos tumores benignos nesse local, rabdomiomas cardíacos, que é o que a Dra. Luciana e a Dra. Nasjla falaram, bem comum se diagnosticar ainda dentro da barriga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante falar sobre isso e dizer que este encontro é sobre instituir um dia, dia 15 de maio, e a importância de falar sobre a esclerose tuberosa durante todo o ano, porque, nesse momento da descoberta, nós estávamos com um médico completamente despreparado sobre o entendimento da esclerose tuberosa. Imediatamente esse médico quis fazer uma cirurgia para retirar os tumores.

E, na época, a gente descobriu que com o sirolimus os tumores poderiam regredir. Então, a gente quase passou por uma cirurgia que não era necessária.

Com muita ajuda, a gente teve o contato da Dra. Simone Pedra, em São Paulo, que nos encaminhou para um hospital onde o Tom nasceria de forma mais segura, e depois conhecemos a Dra. Nasjla.

Nós somos uma família de muita boa sorte, porque a gente iniciou justamente o tratamento do Tom no início, logo no nascimento. Nos primeiros dias de vida, a gente já iniciou com o sirolimus, que é a medicação que ele toma até hoje – ele tem três anos. Então, eu falo que ele tem muita boa sorte, porque o sirolimus ajuda tanto nessa regressão dos tumores – nessa manutenção, na regressão dos tumores do coração, do cérebro – como também ajuda nas crises convulsivas. Assim, conforme o tempo foi passando, ele não tinha manifestado mais nada, além do rabdomioma cardíaco, mas, com três meses de vida, ele começou a ter algumas crises. Como é que ele começou a ter? Ele, de repente, levantava a perna do nada, e a gente achou aquilo muito estranho. Fomos ao médico e vimos que aquilo se tratava de uma crise convulsiva. Nesse meio tempo, a gente também descobriu que a mutação dele era genética TSC2, que é uma mutação que não vinha nem por minha parte, nem por parte do meu companheiro, que era uma mutação genética.

São muitas descobertas que uma família tem logo quando o filho nasce. É muita informação nova, e você não sabe para onde ir, você não sabe onde pesquisar, você não sabe com quem falar. Então, quanto mais informações a gente puder soltar no mundo é mais um abraço que a gente dá numa família, porque quando você vê o seu filho convulsionando, quando você sabe que o seu filho tem múltiplos tumores no cérebro... Enfim, todos esses nomes que as Doutoras falaram agora são estudos de anos, e você olha para o seu filho e você fala assim: "Eu tenho que aprender isso, eu preciso de informação, eu preciso de informação correta, eu preciso da medicação".

Enfim, quando o Tom começou a ter as crises convulsivas, a gente começou a inserir vários anticonvulsivantes. Hoje em dia, ele toma acho que quatro anticonvulsivantes, faz uso do canabidiol, faz uso do sirolimus, passou por uma cirurgia para colocar o VNS, que é um estimulador do nervo vago, também para ajudar a diminuir as crises convulsivas, porque a epilepsia dele é refratária, então, a medicação não funciona por completo, e ele ainda faz dieta cetogênica.

A gente usa todas as armas que a gente tem para que ele tenha uma boa vida, para que ele possa crescer de uma forma saudável, minimamente, porque a gente sabe que as convulsões dele podem não parar agora, mas podem parar ou podem não... A esclerose tuberosa é uma caixinha de surpresa nesse sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque um caso é extremamente diferente do outro, e a gente usa muito os comparativos, mas é muito difícil comparar, pois cada um se manifesta de uma forma diferente.

Todo esse movimento que as famílias fazem para criar uma vida saudável para os seus filhos ou os seus parentes é muito desgastante. E é desgastante não só no sentido físico de encontrar as terapias corretas, os médicos corretos, mas por essa falta de acessibilidade à informação. Nós ainda temos acesso às médicas, a Dra. Nasjla é nossa médica, temos profissionais muito capacitados dentro da esclerose tuberosa, mas eu sei que tem famílias que não têm acesso, que nem sabem da existência dessa doença e sofrem muito.

Poder falar sobre isso, ter um dia para falar sobre isso, às vezes, pode parecer, para quem ouve, para quem não conhece direito... "Mas o que é isso? Para que isso?" Para a gente, é de uma importância, é de uma representatividade! Eu fico emocionada, porque eu não sabia de nada quando o Tom nasceu, não sabia de absolutamente nada e tive que estudar, tive que fazer uma pós, um mestrado, um doutorado em esclerose tuberosa, para poder ajudar o meu filho. Acho que esse apoio às famílias, com o mínimo apoio que possa ser dado, deve ser dado. Isso é uma questão de saúde pública, porque a cabeça das famílias também é muito importante. A minha saúde, a saúde do meu companheiro, a saúde da minha família, a saúde mental nossa também influencia no tratamento dessas crianças. Assim, a gente também precisa de acessibilidade, de facilidade às terapias, aos médicos, e, às vezes, é muito difícil. Então, quanto mais a gente falar, mais a gente vai ter base, mais a gente também tem força, enquanto grupo, enquanto famílias, para poder falar sobre isso e para poder lutar também. Por exemplo, neste momento, eu sei que, no SUS, pararam de fornecer uma medicação. Como é que eu vou fazer? Como é que essas famílias vão fazer para comprar a medicação?

Eu acredito muito que quanto mais a gente falar sobre o assunto, quanto mais a gente expor, de uma forma saudável, a esclerose tuberosa, mais a gente chega perto de ter uma cura. Eu sou uma mulher de muita fé e muita razão. Acredito muito que o meu filho vai ter uma vida digna, com acessibilidade, mas acredito que isso também só vai se dar também junto com muita ação, com a minha ação, com a ação das famílias, com a ação de quem nos representa politicamente. E isso me faz ter esperança. Estar aqui me faz ter esperança de que uma cura genética possa existir, um dia, para essas famílias e de que a gente tenha ainda mais esperança de ter uma vida digna, porque não acho que... Ter um filho com deficiência não é um problema, mas o problema é a gente não ter dignidade de vida para viver a vida que a gente tem que viver.

Eu agradeço muito às médicas que estão aqui. Tem também um grupo em Curitiba que tem um estudo muito grande sobre a esclerose tuberose, a quem eu sou muito grata, aprendi muito com eles, mas estar aqui é poder representar todas essas famílias e também é um momento de vida, acho, no nosso país muito bom para poder falar sobre isso.

Como a Dra. Nasjla colocou ali, foi em 1993, se não me engano, que descobriram tudo isso e começaram a aliar a medicação com a doença. Então, estamos em 2023. Acho que fizemos uma caminhada boa, mas que, de agora em diante, a gente possa fazer essa caminhada de forma mais rápida, porque as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vidas são muito urgentes, e o sofrimento deve ser limado, deve ser amenizado, para quem não tem essa acessibilidade.

Hoje, o Tom ainda tem muitas crises convulsivas durante o dia, mas os tumores do coração já regrediram, não existem mais. Ele teve um tumor benigno também no olho, que também regrediu. A gente fica constantemente fazendo vários exames para que a gente possa captar o que pode estar acontecendo. Então, a gente está sempre em urgência, sempre ali: "a gente tem que fazer que exame?", "com quem a gente tem que falar?", "que tipo de terapia ele tem que fazer?". Hoje, ele faz fisioterapia, terapia ocupacional, hidroterapia, fonoaudiologia... São muitas coisas, mas tudo isso aqui que a gente está construindo juntos faz com que eu tenha mais calma para lidar também com esse dia a dia, para entender que a gente está caminhando, que não estamos paradas nesse lugar da pesquisa e no lugar de representatividade das famílias. Isso me acalma num lugar muito importante, me dá força para continuar falando sobre isto onde quer que seja, e eu sei que essa força também eu consigo passar para outras mães e para o meu filho.

Sim, é importante falar, é importante instituir um dia para a gente falar sobre isso, para que durante todo o ano a gente continue esse trabalho. Como o senhor falou no início, é para dar luz a esse assunto, para que essas famílias possam ser iluminadas nesse lugar de famílias atípicas, de ter estrutura de saúde, estrutura psicológica, estrutura medicamentosa, estrutura terapêutica, para que a gente tenha forças mesmo, porque não é fácil.

Às famílias que estão assistindo agora, meu abraço a todas, porque não é nem um pouco fácil, mas esse amor de mãe, de pai, de família, que a gente sabe como é, faz a gente estar aqui representando e lutando para que a gente tenha acesso e tenha respeito e humanidade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Yohama. A gente sabe que não é fácil, é uma caminhada para a qual tem que se ter força, determinação, coragem, esperança e união, como você fala, de todas as pessoas, para que haja informação, discussão, para que todos nós nos sintamos amparados por uma política pública que preveja as necessidades desse grupo e de tantos outros grupos que apresentam alguma situação de doença rara. Fique firme aí! Vamos em frente!

Eu gostei da camiseta também. Você poderia mostrar aí? "Mãe atípica & humana..."

A SRA. YOHAMA ESHIMA (*Por videoconferência*.) – Eu sou "mãe atípica, humana, nada santa e cheia de defeitos". É porque as pessoas às vezes olham para as mães atípicas e falam assim: "Nossa, é uma guerreira! Ela pode tudo!". E, na verdade, eu sou humana e tenho sentimentos e também sofro com muitas questões em casa e com o meu filho, mas isso faz parte da minha vida. E eu trabalho muito, internamente, para dar conta das coisas, mas não quer dizer que eu dê conta sempre. É importante também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter esta fala de mãe atípica, humana, nada santa e cheia de defeitos. Eu não sou um ser assim... Nem eu nem meu filho somos seres angelicais e anjos. Somos seres humanos!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É, muito importante. Parabéns, Yohama. Vamos lá. Humana, nada santa, cheia de defeitos e lutando todo dia para sermos melhores, não é? Muito bem. A Yohama é mãe do Tom, que tem três anos, como ela falou.

E agora eu passo a palavra à Márcia da Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa e mãe da Flávia, paciente – só me permita destacar – que tem 38 anos. Então, é uma diferença de 35 anos na caminhada. Portanto, é importante a gente... É porque a ciência, a medicina, toda essa parte evoluiu muito e continua evoluindo no decorrer dos anos – e a gente espera que continue assim. Então, Márcia, com a palavra. Márcia Silva, Presidente da Abet.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, eu quero agradecer a todos, à Dra. Luciana, à Dra. Nasjla, a você e a todas as mães, que sabem que a nossa luta é constante.

Quando eu comecei com a Flávia, ninguém sabia o que era esclerose tuberosa. Eu e o Wesley ficamos muito desesperados, porque não existia nada na época de médicos que conheciam a esclerose tuberosa. Então, nós sofremos muito, mas eu sempre fui igual a você: sempre pensando lá na frente e acreditando na Flávia, buscando um medicamento, buscando conhecimento, buscando tratamento. Eu comecei, na época, fazendo *coffee break* para médicos e fiz um *folder* mostrando para os médicos o que era a esclerose tuberosa.

Eu agradeço à Dra. Luciana, à Dra. Nasjla e aos médicos que me ajudaram nessa caminhada. E eu sou muito grata, Dra. Nasjla e Dra. Luciana, porque desde o início elas estão comigo na associação.

Não é fácil, nunca foi fácil para mim. Hoje, quando entra uma criança na associação ou quando alguém solicita, eu vejo uma Flavinha entrando na associação, buscando informação, esclarecimento, medicamento, informação. E quem começou a atender às crianças foi a Dra. Nasjla, foi a pioneira; depois, a Luciana foi me ajudando na parte de genética. E a gente sabe, hoje a Flávia, como o seu filho, a gente sabe que eles são crianças guerreiras, porque não é fácil conviver com a esclerose tuberosa. Hoje a gente fala da prevenção.

Eu me lembro de quando o meu pai, quando eu comecei, com vinte e poucos anos, ele disse: "Continue, minha filha. Lá na frente, você vai ajudar muitas pessoas".

A gente sabe que conviver com a esclerose tuberosa, eu falo com as mães, é uma caixinha de surpresas; cada caso é um caso, cada criança se manifesta de uma forma, e a gente sabe que o dia a dia dessa mãe, como a minha, como de todas as mães, que às vezes não têm condição de um atendimento médico adequado, o quanto nós já caminhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, para mim, é um dia muito especial, muito, vocês não podem imaginar, para chegar aonde nós conseguimos chegar.

Eu quero agradecer ao senhor, Senador, minha gratidão eterna. Por quê? Porque eu me sentia sozinha, com o apoio da Dra. Nasjla, com o apoio da Dra. Luciana, com o apoio das famílias. E, aí, com todas essas famílias, eu vivo cada dia o sofrimento dessas crianças, as dificuldades em relação ao tratamento, ao medicamento, e hoje me sinto muito feliz de saber que nós vamos ser reconhecidos num dia tão importante mundial e nacionalmente. Por quê? Porque a luta é grande, viu, gente? Não é fácil conviver com a esclerose tuberosa.

A Flávia tem uma qualidade de vida, mas, se a gente não corre atrás, através dos medicamentos, do tratamento, da persistência e, principalmente, do amor. Nós temos que ter muito amor pelo que a gente faz, muito amor pelos nossos filhos e sempre acreditar que eles são capazes.

Então, assim, não tenho nem palavras, só gratidão.

E o tempo da gente não é o tempo de Deus. Eu achava que nunca iria chegar aonde eu cheguei, com os médicos, com o tratamento, com a orientação, com o aprendizado e com o meu filho, que é uma pessoa que Deus colocou na minha vida. Hoje o Wesley não está aqui mais, mas eu tenho certeza de que, onde ele está, ele está muito feliz.

Ele morreu tragicamente num acidente no Dia Mundial da Esclerose Tuberosa. Para vocês terem uma ideia, a gente tem uma história de vida aí. E, no dia em que nós fundamos a associação, meu sogro morre também, dançando comigo, no Dia da Esclerose Tuberosa, que é o dia da Flávia, do aniversário.

Então, Deus me escolheu nessa missão, e eu acho que estou cumprindo, e, no dia em que Ele me chamar, missão cumprida.

Então, eu quero deixar a todas as famílias, a todos vocês que acreditaram em mim: no começo não foi fácil, e hoje eu tenho certeza de que não estou sozinha, que nós estamos juntos.

E eu tenho certeza – viu, Doutor? –, tenho certeza a todas vocês que vocês fazem parte da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa.

E todas essas mães, eu tenho certeza de que elas estão muito felizes de a gente estar nesse momento aqui lutando por uma causa tão nobre. Obrigada a todos. Gratidão, gratidão. Muito obrigada. E é isso.

Eu não tenho muito o que falar. Eu só tenho que agradecer a todos. Só, mais nada.

Muito, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Márcia da Silva, mãe da Flávia, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (Abet). Associação importante, necessária, e todos nós temos que nos unir em torno da associação também.

É importante que todas as áreas tenham associações, pessoas que tenham um objetivo comum, trabalhando unidas a favor de uma área.

E o Wesley, que a Márcia mencionou, é irmão da Flávia. Então, isso é muito importante.

E eu quero também dizer a todos, vocês já sabem, mas quero também dizer que também nós temos esclerose tuberosa. Então, meu filho também já tinha 48 anos, Osvaldo, faleceu dois meses atrás. Então, a gente também quer – já manifestei isso para a Márcia e para o Wesley – dar todo o apoio possível para a associação, que reúne famílias, pais, pessoas, para o que for necessário, colaborar com a área.

Todos nós temos que ajudar a Abet, para que a Abet, do ponto de vista do apoio da genética, da clínica, dos cursos, da comunidade, da compreensão e da conscientização, possa desenvolver bem o trabalho.

Parabéns, Márcia.

Eu sempre uso duas palavras. O meu tio era cardeal lá em São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e ele sempre usava uma palavra: coragem, coragem. Mas o lema dele, como cardeal em São Paulo, era *ex spe in spem*, quer dizer: de esperança em esperança. Então, coragem e esperança.

E a minha tia, Dra. Zilda Arns, que trabalhou muito, médica também, mas pediatra e sanitarista, ela sempre dizia: "Fé em Deus e pé na tábua". Vamos trabalhar, porque todos nós temos que ajudar muita gente nesta e em outras áreas. Então, isso é muito importante.

E, para mim também, não só como Senador, mas como pai também, as falas foram muito esclarecedoras, e a gente tem que pensar nos passos seguintes agora.

Um dos passos, que é o objetivo desta nossa audiência pública, é servir como subsídio para aprovação de um projeto de lei para termos o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa, porém, várias coisas já foram mencionadas aqui na reunião como importantes. A Dra. Luciana, inclusive, mencionou a necessidade de termos, por exemplo, clínicas para tratar da esclerose tuberosa nos cursos da área da saúde, para que todo mundo entenda, seja na área médica, seja na da enfermagem, da fisioterapia, da fono...

E a gente pode perfeitamente trabalhar nessa direção como Comissão de Educação. Inclusive, eu presido a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal e eu queria convidar tanto a Dra. Nasjla quanto a Dra. Luciana para termos, talvez, um material, um *folder*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abet já tem um *folder* que é muito bom, na minha opinião, mas, se for necessário ter outro também, no sentido de conhecimento, um para um público específico e outro para uma linguagem ou específico na linguagem popular do povo.

Até a minha tia, a Dra. Zilda, usava esta expressão: "O material todo é elaborado por médicos, nutricionistas, enfermeiros, o que é importante [ela dizia], mas, no caso da pastoral da criança, agora tem que transformar isso na linguagem do povo, para que o povo saiba, numa linguagem bem prática". Mas é importante o outro também, porque nós vamos falar com médicos, fisioterapeutas profissionais da saúde. Precisamos ter os dois, para que a gente possa divulgar isso também.

Isso podemos fazer perfeitamente para todos os cursos do Brasil nessa área, para pelo menos eles receberem o material, pensarem, refletirem e saberem que existem essas referências da Dra. Luciana, da Dra. Nasjla e também da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa.

Então, quando a Yohama apresentou a discussão e a Márcia também, a gente sabe muito bem como essa caminhada da vida exige bastante, mas não como um sacrifício, eu sempre digo, nunca é um sacrifício, porque a gente ama o filho, a filha e, como pai, como mãe, nos esforçamos ao máximo para que o filho, a filha, tenha a necessidade que tiver, possa ter a certeza de que, da parte da gente, a gente está fazendo o que é possível, não é verdade? É só que tudo vai evoluindo também, e a pessoa tem que saber, à medida que os anos passam, o que é possível ser feito, que foi o que todo mundo mencionou.

Eu vou passar de novo a palavra para as considerações finais da Dra. Luciana, mas convidando então para termos – talvez, na sequência, a gente pode se comunicar também – esses documentos que se somem àquilo que eventualmente a Abet já tem, que está muito bom, na minha opinião, que é um documento, um *folder* muito interessante, muito bom.

Mas eu gostaria que também a Dra. Luciana nos dissesse como é que está essa questão de que a Yohama falou – a Yohama usou a palavra "cura" –, como é que estão as pesquisas para o tratamento gênico, genético, se isso está acontecendo, como é que estão as perspectivas, e como a Dra. Luciana e a própria Dra. Nasjla entendem que isso possa estar acontecendo.

Ao mesmo tempo, a Dra. Nasjla falou de um conjunto de iniciativas, de medicamentos, acessos, falta de medicamento... Já tivemos duas audiências públicas com o laboratório, por causa do sabril também, que está em falta e ajuda muito na questão do controle da epilepsia, mas muita coisa está sendo judicializada.

O que a gente gostaria, Dra. Nasjla, é que pudéssemos ter um documento da sua parte para dizer "precisamos disso, disso, daquilo", para que isso subsidie, assim, o encontro, a discussão do Senado com o Executivo, com a Anvisa, com o Ministério da Saúde.

A gente sabe que a Conitec, às vezes, não colocou ainda como disponível, e, quando se judicializa, o Executivo, em vez de atender, gasta o dobro na judicialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, houve a judicialização de medicamentos, em todas as áreas, de R$1,5 bilhão – em 2022 –, em torno disso, R$1,4 bilhão ou R$1,5 bilhão, ou seja, R$700 milhões não precisariam ser gastos, porque foram gastos por causa da judicialização. E a demora, também, no Ministério da Saúde – eu quero dizer –, não na Anvisa, mas mais no Ministério da Saúde.

E eu pergunto do tratamento genético porque eu me lembro da AME, por exemplo, atrofia muscular espinhal. Agora, o SUS incorporou o zolgensma, que estabiliza, cura a doença, na verdade, em certas situações. Só que isso está lá no Ministério da Saúde já há quase um ano, em consulta pública, e as pessoas têm que continuar judicializando, e, se judicializam, isso demora, e, demorando, passa aquela fase melhor, muitas vezes, aquela janela para que a criança tenha a oportunidade de tomar o medicamento.

Então, na minha opinião, está tudo errado nesse sentido, porque tem que haver rapidez, não judicialização, coisas aprovadas pela Anvisa – não é alguma coisa experimental, coisa semelhante, não autorizada em outros países.

A legislação até prevê que, eventualmente, autorizado pelo FDA, nos Estados Unidos, ou pela União Europeia, pode ser autorizado também no Brasil.

Então, a Dra. Nasjla, que foi tão precisa também nessa parte clínica, e a Dra. Luciana, nessa parte genética...

E, como eu estou aqui no Paraná, também moro em Curitiba e sou Professor da Universidade Federal do Paraná, aposentado, até gostaria que a Dra. Luciana nos indicasse, nessa parte genética, porque eu conheço vários geneticistas, como é que está essa organização, porque, dentro da amostragem, foi apontado que um número importante, significativo vem aqui do Paraná, não é? Então é nesse sentido.

E queria perguntar também para a Dra. Nasjla, que apontou que 2% a 3% dos casos de tumores renais são malignos, se os malignos são só os renais ou eventualmente em outros pontos também.

Muito bem, eu passo a palavra, então, em primeiro lugar, para a Dra. Luciana, para suas considerações, em função do que foi falado e do apontamento para o futuro, porque é isto que é importante para os pais e famílias: olha, vamos olhar agora para a frente e nos articular, para que aquilo que está disponível esteja ao alcance das famílias, mas apontando também para as perspectivas, para a frente. (*Pausa.*)

A Dra. Luciana continua ligada? Ah, sim.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, muito obrigada pelas perguntas, pelas considerações.

Eu vejo da seguinte forma: embora nós tenhamos hoje everolimo e sirolimo, que inibem o mTOR, essas drogas não são curativas. Então esse é o nosso dilema, certo? Porque elas vão controlar o crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tumor, elas reduzem o volume do tumor, mas, uma vez que o paciente para de tomar esses medicamentos, o tumor volta a crescer.

Existe, então, a primeira linha. Existe muita pesquisa atualmente para entender por que é que ela é só citostática e não citotóxica para o tumor, para a célula tumoral, e se existiriam outros mecanismos que poderiam gerar novos fármacos para serem associados ao sirolimo e ao everolimo, para então essa combinação realmente matar a célula tumoral. Então isso é uma linha de pesquisa mundial.

O principal, como já foi dito aqui, para algumas doenças genéticas, já existem terapias gênicas, quer dizer, com reposição do gene, através de um vetor, que é um material genético. É muito parecido, por exemplo, com o que a gente viu da vacina do covid, contra covid, a vacina baseada em RNA. Era o RNA que ia lá para produzir a proteína do vírus e fazer a resposta imunológica.

Então, numa terapia gênica, você tem um DNA ou um RNA que leva a sequência do gene para o indivíduo – isto tem que também ser pesquisado: qual a melhor forma de administração desse material para os pacientes –, o que vai então levar o próprio indivíduo a produzir ou o gene TSC1 ou o TSC2, mas agora sem nenhuma mutação. Então isso é uma terapia de reposição gênica.

Como está isso atualmente? Existem estudos pré-clínicos, quer dizer, no animal; existem estudos eu acho que em fase I, clínicos, com um vetor para TSC1; existem também outros estudos em andamento com TSC2.

Por que TSC1, se tem menos mutação causadora de esclerose tuberosa, e não 2? Porque uma limitação desses vetores é o tamanho de material genético que eles conseguem transportar. O gene TSC2 é 50% maior do que o TSC1. Então, levar material genético menor como o TSC1 é mais viável para os vetores que são aprovados clinicamente. Um dos vetores chama-se adenoassociado, que é o vetor que leva o material genético que falta na atrofia muscular espinhal.

Essa atrofia, então, já foi... Tem, na verdade, três tipos de terapias aprovadas, inclusive pela Anvisa, para essa doença genética, que é a atrofia muscular espinhal, que é muito mais rara, inclusive, do que a esclerose tuberosa.

Existem desafios técnicos, como, por exemplo, o tamanho do gene TSC2, e existe um outro desafio: enquanto a atrofia muscular espinhal é mais do sistema nervoso, principalmente do neurônio motor espinhal, na esclerose tuberosa nós temos vários órgãos afetados. É possível que, no futuro, mesmo que os estudos clínicos tenham sucesso para um vetor que vai repor TSC2 em um tecido, no outro tecido não tenha tanto sucesso, porque esses vetores também têm tropismo por tecido, às vezes se integram melhor num tipo de tecido do que em outro.

Esse é um panorama, na minha visão, para a terapia gênica de reposição dos genes TSC1 e TSC2, que ainda é muito incipiente, tem mais estudos pré-clínicos em animais do que estudos clínicos e priorizando, talvez, o TSC1 por causa do tamanho mais limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Paraná – é a pergunta do Senador –, por iniciativa do Dr. Sergio Antoniuk e pela formação de equipe multidisciplinar, existe uma clínica para tratamento de TSC. Então, a população do Paraná – e vêm muitos pacientes também do interior de Santa Catarina – que é atendida, que já é atendida na Federal do Paraná, nesse centro de neuropediatria, tem acesso a alguns especialistas, eu não sei se a todos, mas pelo menos a dermato, nefro, oftalmo e neurologista. Então, é possível. Quando eu falo em clínica de TSC, seria, numa visita, num turno, em um dia, o paciente ter acesso a todas as especialidades, é ele não ter a mãe ou o pai faltando ao trabalho para levá-lo, várias vezes ao dia, em locais diferentes e muitas vezes distantes do domicílio. É uma clínica que está em instalação, eu diria, e que conta com alguns especialistas.

Eu gostaria de ouvir da Dra. Nasjla também. Apesar de o Graacc ser um centro de oncologia, eu acredito que os pacientes possam ter seguimento lá em outras especialidades.

E eu acrescentaria... Não tenho total conhecimento, mas sei de várias especialidades no próprio Hospital das Clínicas da USP de São Paulo; eu acredito que a UFRGS já tenha alguma coisa sendo construída nesse sentido; também, talvez, na PUC do Rio Grande do Sul, que tem um centro importante em epilepsia; e também na UFMG. Eu não tenho conhecimento completo, eu acredito que outras universidades federais também tenham tido essa iniciativa, mas eu não tenho conhecimento ainda.

Respondi às perguntas ou faltou alguma?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está ótimo.

Agradeço muito, viu, Dra. Luciana?

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço pela oportunidade de esclarecimento aqui para a população.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

E o Dr. Sergio Antoniuk, mencionado por você, é um neuropediatra...

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Neuropediatra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... bem conhecido aqui no Paraná.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A equipe também é muito boa, muito dedicada, em várias áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – É.

E a genética em Curitiba tem o Prof. Salmo Raskin, que, se não me engano, é da PUC. Eu o conheço há mais tempo. O Salmo Raskin seria uma referência em genética.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É. Ele foi Presidente da Sociedade Brasileira também de...

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ...de Genética.

E também uma outra pessoa conhecida nossa é o Dr. Rui Pilotto...

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Rui Pilotto. Gomide – não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... que também é uma pessoa muito dedicada...

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... e trabalha muito nessa área.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Eu acredito que ele esteja aposentado, mas ainda esteja seguindo pacientes na Federal. Exatamente.

Lembrei-me também da Dra. Patricia Prolla, da UFRGS, que já publicou, inclusive, mutações em TSC1 e TSC2, esclerose tuberosa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso. Que bom!

Obrigado, Dra. Luciana Amaral Haddad.

Não é parente do Fernando Haddad? (*Risos.*)

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Não, não. As famílias são originárias do Líbano, mas não somos parentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Não são parentes.

Então, está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – E sucesso!

Continuamos juntos.

Conte sempre com a gente!

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Passo, em seguida, a palavra à Dra. Nasjla Saba, que é Representante do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer.

Você está em São Paulo também?

A SRA. NASJLA SABA (*Por videoconferência*.) – Estou em São Paulo, de férias – de férias... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado por estar participando.

A SRA. NASJLA SABA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu não poderia deixar de participar, porque é uma longa caminhada fazendo predisposição genética e a gente tem outras predisposições genéticas que estão vinculadas ao câncer. Dez por cento das crianças com câncer têm predisposição genética.

E para mim foi bastante... Tenho muito orgulho de estar aqui. Fiquei feliz de o Wesley e a Márcia me convidarem e de estar participando com vocês.

Esclarecendo sobre o tumor renal, realmente são múltiplos tumores benignos, mas 2% a 3%, mais ou menos, têm carcinoma renal. De que eu tenha conhecimento... A gente nunca pode falar nunca e nem sempre. De que eu tenha conhecimento, esse é o tumor maligno associado ao complexo esclerose tuberosa. Eu tive uma mãe de uma criança que teve... Ela tem dois filhos com esclerosa tuberosa, ela tem esclerosa tuberosa e ela teve carcinoma renal. Ela é uma colega, é uma médica, que operou somente, ressecou e ficou super bem. Então, de que eu tenha conhecimento... Não sei se a Luciana tem um conhecimento mais amplo dos tumores malignos, mas de malignos que eu tenha conhecimento... Mas, como eu te falei, qualquer síndrome pode apresentar tumores raros sobre os quais a gente mesmo fala: "Mas eu nunca vi isso!". E a gente, muitas vezes, faz um *case report*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria muito ressaltar a importância desse acompanhamento multidisciplinar. Eu não me lembro das perguntas todas que fizeram, porque misturaram minhas perguntas junto com as da Luciana, eu não me lembro, mas eu queria ressaltar esse acompanhamento multiprofissional.

Dentro do Graacc, nós temos, sim. Nós fazemos parte da universidade federal, nós somos o Setor de Oncologia Pediátrica da Universidade Federal de São Paulo e a gente tem esse acompanhamento multiprofissional das crianças com o complexo da esclerose tuberosa, muitas, a maioria, dentro do Graacc – a gente tem clínica dentro do Graacc – e algumas a gente termina encaminhando para a universidade. E nós não recebemos mais crianças, porque, muitas vezes, o Graacc trata muito crianças com câncer, e a gente, muitas vezes, até limita um pouco, porque a gente... Eu comecei a receber ligações de todo o Brasil, quando eu comecei a fazer. Eu dou assistência para todas as crianças que me pedem, de todo o Brasil, para todas as colegas, não é? A gente, junto, faz plano terapêutico para crianças de todo o Brasil.

Flávio, você não pode imaginar como é... Os pedidos são muitos, porque a síndrome é frequente. É muito frequente: é um para seis mil. Então, você pode imaginar muitas crianças sendo comprometidas – e adultos também – com o complexo da esclerose tuberosa. Então, a gente dá uma assistência *online* para várias crianças, para colegas de todo o Brasil. Recebo também crianças de todo o Brasil no Graacc.

E eu queria também ressaltar a importância, além dessa parte educativa, que chama a atenção a parte educacional, eu queria ressaltar que seria necessário... Eu acredito muito na intervenção precoce, além de medicamentos anticonvulsivantes e vários outros medicamentos, mas eu acredito muito na intervenção precoce, inibindo pela via da rapamicina, com a rapamicina. Essa intervenção precoce que todo mundo faz – nos Estados Unidos, se faz; na Europa, se faz –, entrando com rapamicina nos primeiros seis meses de vida. Então, eu gostaria muito de salientar isso e gostaria de pedir até que tivessem uma atenção especial, a Anvisa, a Conitec, e que fosse uma coisa séria.

Hoje, a gente recebe para linfangioleiomiomatose. Eu fiquei extremamente agradecida... E, assim, entenda: você é médico, você trabalha na universidade federal, imagina você fazendo prevenção. A prevenção é muito mais barata do que você fazer uma intervenção depois, com diálise, com UTI, com pneumotórax, com válvulas, com...

Então, eu queria deixar as minhas palavras aqui, falar sobre rapamicina e que seja liberada para as crianças, para convulsão, para tumores, lógico, com critérios, mas que seja liberada a rapamicina pela Conitec, que as crianças possam pegar na Conitec a rapamicina.

Era só essa a mensagem que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Nasjla Saba, que é a representante do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo trabalho! É tão bom ver pessoas tão entusiasmadas com o trabalho, tão competentes, dedicadas. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra a você, Yohama Eshima, que é a mãe do Tom, que é uma criança, como já dito, de três anos com esclerose tuberosa.

Yohama.

A SRA. YOHAMA ESHIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada por este espaço e obrigada, Nasjla, por trazer essa questão da rapamicina.

Faz praticamente três anos que a gente está tentando judicializar – já judicializamos pelo plano, mas não conseguimos pelo Governo. São medicações extremamente caras: o sirolimus custa em torno de R$2,5 mil, e o everolimus, pelo que vi, custa cerca de R$4 mil. São medicações completamente fora do alcance da população. Quem não tem condições fica sem.

O sirolimus, além de tratar dessa parte dos túberes que afetam todo o corpo, também auxilia muito nas crises convulsivas.

Acho que é este o lugar de falar da importância dessa medicação, que eu não sei quem ainda não entendeu, para que a gente possa iluminar esse caminho, para deixar o acesso mais fácil.

Isso causa nas famílias uma grande dor e uma grande frustração e acaba tirando o tempo precioso que a gente tem para ficar com nossos filhos, para lutar por coisas que teriam que ser nossos direitos.

Poder ter acesso a essa medicação é poder ter dignidade de vida, e isso é direito de todos os cidadãos e cidadãs que habitam este país, este mundo. Então, isso, sim, é um passo muito importante que a gente vai dar, eu tenho muita fé nisso. Que a gente consiga ter acesso à rapamicina, para poder ter uma vida melhor mesmo.

Eu quero agradecer este momento também. Quero agradecer a todos que estão aqui. Acho que temos, sim, muito caminho para trilhar e para abrir.

Agradeço por todo o mato que já foi aparado durante todos esses anos, para que o meu filho possa, hoje, ter mais acesso à informação... Márcia, obrigada por você ter aberto todo esse caminho ao longo dos anos e pode ter certeza de que, pelo menos comigo, enquanto mãe, e como várias outras mães que sei que estão juntas com você, temos essa força, estamos juntas para poder cuidar melhor de nossos filhos com tanto amor.

Obrigada, Senador Flávio, por dar este momento e este espaço para que a gente possa falar de forma ampla, porque é tudo que a gente precisa. A gente precisa que a informação chegue a todas as pessoas, e não só para quem tem acesso à comunicação privilegiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como aconteceu com esse caso do sabril, em que a informação foi chegando pouco a pouco às famílias, todo mundo tem que ter acesso à informação básica em relação àquilo que utiliza no seu dia a dia como medicação. Então, obrigada, e contem comigo também no que precisarem em relação à informação, em relação a contar a história e, enfim, a falar sobre a esclerose tuberosa e a fazer com que a informação chegue a todas as famílias, de forma também amorosa e esperançosa. Isso é algo que me move muito, que é a esperança de ter sempre hoje um dia melhor, amanhã um dia melhor, e assim por diante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Yohama.

Só antes de passar a palavra à Dra. Luciana, que levantou a mão para falar também, eu só quero dizer que essa questão do medicamento de custo maior inacessível para a família, de fato, é inacessível, mas só lembrando a todos e todas que nos acompanham que é o custo benefício. Como a Dra. Nasjla colocou antes, se você tiver o atendimento adequado, para o sistema de saúde acaba ficando muito mais barato do que você não dispensar a medicação. Então, é isso que a gente tem que pensar, não é? Além do benefício pessoal, familiar, humano, o direito à saúde... Porém, isso acontece em muitas medicações. O caro é relativo, porque aí a pessoa vai ter que ir para o hospital, vai ter que ir para a UTI, vai ter que ser operada, vai ter que acontecer muita coisa, e isso acaba ficando muito mais caro para o sistema de saúde.

Então, quero sempre lembrar para todas as pessoas que nos acompanham que não aceitem esse argumento de que é caro. Se está autorizado, se o medicamento é seguro, se o medicamento é eficaz, a pior coisa que pode acontecer é o que está acontecendo: demorar, judicializar, e aí a criança, em um conjunto de doenças raras, acaba piorando, perdendo a oportunidade, o ministério gasta o dobro – o dobro, não é? – , quase R$1 bilhão, que não precisariam ser dispendidos, caso houvesse uma política pública rápida e eficaz para o atendimento.

Dra. Luciana... Depois eu passo a palavra à Márcia.

Com a palavra, Dra. Luciana.

A SRA. LUCIANA AMARAL HADDAD (Para expor. *Por videoconferência*.) – É só para lembrar que o everolimo – na bula, indicação para esclerose tuberosa – é para Sega, que é o tumor cerebral, e angiomiolipoma, mas não foi, eu acredito, solicitada a análise pela Anvisa para crise convulsiva refratária, porque o FDA... Tanto nos Estados Unidos como no Canadá, na Europa, essa indicação já consta na bula, porque existem estudos clínicos comprovando a eficácia. Então, eu acho que, se existir a indicação na bula, quer dizer, foi aprovado pela Anvisa, vai para a bula. No Brasil, também para essa indicação, eu acho que seria mais ágil para o paciente ter acesso – pelo SUS, pelo menos – a essa indicação. Mesmo que o paciente não tenha a indicação, não tenha Sega, não tenha angiomiolipoma, mas tenha crise convulsiva refratária, isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E pensando no futuro também, porque existem estudos, atualmente, para haver o tratamento da gestante que está carregando o feto com a mutação e com o rabdomioma, por exemplo, como foi o caso da Yohama aqui, como ela mostrou.

Então, se no futuro é aprovado nos Estados Unidos e na Europa, e a gente continua sem essa indicação na bula, se isso acontecer de ter uma indicação de que, no custo-benefício, vale mais à pena a gestante, no terceiro trimestre, por exemplo, ser medicada, porque previne muito mais do que pós-natal – começar no neonato –, eu acho que a gente tem que pensar nisso prospectivamente também, que as indicações estão na bula porque a Anvisa aprovou, e a Anvisa só vai avaliar se isso for solicitado pela indústria farmacêutica. Então, acho que isso é um ponto importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É um ponto muito bem levantado, Dra. Luciana.

Muito bem.

Passo a palavra então a você, Márcia da Silva, que é Presidente da Abet (Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa), mãe da Flávia.

Quero agradecer a você, como Presidente da Associação, pelo trabalho todo de vida e também pelo trabalho do seu filho, irmão da Flávia, Wesley, que vem se dedicando intensamente a saber o que vem acontecendo pelo mundo, no Brasil, e nos orientando muito em relação aos caminhos a serem seguidos. O Brasil deve muito a vocês.

Com a palavra então, Márcia.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu falo com as mães que o papel da associação é acolher, passar informação, conseguir tratamento, medicamento, porque antes a gente não tinha isso, e hoje, através da comunicação... Ela é fundamental para que as pessoas possam conhecer a esclerose tuberose de uma forma que todos tenham acesso aos medicamentos, ao tratamento e ao conhecimento médico, para que, através do SUS (Sistema Único de Saúde), os médicos, os profissionais, tenham conhecimento da esclerose tuberosa, porque, em algumas regiões, falta ainda muita informação. Eu atendo a famílias do Brasil todo, onde, às vezes, a gente vê essa dificuldade do esclarecimento da doença.

Então, eu acho que nós já caminhamos bastante, tendo o suporte do Sr. Senador, dos médicos...

A gente tem uma equipe multidisciplinar na associação. Eu implantei a inclusão no Estado de Minas, para que eu possa... Eu tenho até um livro que eu escrevi da inclusão e implantei – e sou a única que faço – o estímulo sensorial, cognitivo e motor em todas as crianças que chegam à associação. E a importância também da físio, da fono, da terapeuta ocupacional, da psicóloga, da psicopedagoga, como a Dra. Nasjla citou e a Dra. Luciana, que são equipes multidisciplinares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o papel da associação é este: acolher, orientar...

E já caminhamos, graças a Deus, porque não é fácil para todos nós que vivemos no dia a dia com a esclerose tuberosa, porque a Flávia está com 38 anos, e não pensem vocês que o meu dia a dia seja fácil. É como o de qualquer mãe aí que tenha essas limitações, essas dificuldades de adquirir o medicamento, de adquirir o tratamento. Então, eu acho que é uma vitória muito grande que hoje nós estamos vivendo neste momento – viu, Doutor?

Dra. Nasjla, Dra. Luciana, Senador, a mãe representando todas as mães e... Gratidão! Eu só fala gratidão, gratidão, porque a idade vai chegando, e a gente vai percebendo que nós já caminhamos e que, graças a Deus, nós estamos no caminho certo: estamos juntos, lidando com vidas. Que bom! Que bom que a gente está caminhando para isso.

Muito, muito obrigada! (*Manifestação de emoção.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Gratidão a vocês também – viu? À Márcia, ao Wesley... E para a Flávia, porque foi ela quem mobilizou vocês para criarem a associação.

A gente pensa qual é a missão dessas pessoas. A missão é, realmente, mobilizar, fazer com que a realidade seja melhor, diferente, para tantas pessoas a partir da própria caminhada de vida.

Muito bem.

Eu quero até, para pais, mães e famílias que nos acompanham, dizer, enquanto essa política pública em relação a vários medicamentos, o atendimento precoce e tantas outras coisas necessárias não estiverem acontecendo, que vocês se mobilizem judicialmente também. Isso é muito importante.

O que deve acontecer – infelizmente, tem que se mobilizar judicialmente – é nós trabalharmos para que isso se transforme numa política pública que não exija a judicialização. Mas, enquanto não houver, judicializem!

Por que isso? Porque nós temos estado no Supremo Tribunal Federal constantemente, falando individualmente com os ministros, em termos de várias doenças raras, para mostrar aos ministros a importância, a demora, a falta de uma política nessa área, para que eles saibam.

Também no Supremo Tribunal, há dois, três meses, há pouco tempo, ainda fomos falar bastante sobre a fibrose cística.

Então, judicializem, porque temos falado também com os tribunais regionais. Chegam ao nosso conhecimento situações para que o desembargador, o juiz, tenha conhecimento também desse debate que vem acontecendo em Brasília, no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos uma Subcomissão também no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre doenças raras, presidida pela Senadora Mara Gabrilli. Eu também faço parte dessa Subcomissão.

Inclusive, na semana passada, tivemos uma audiência, com a participação das famílias, sobre a alimentação para erros inatos do metabolismo, quer dizer, considerar como medicamento, e não alimento, porque a pessoa é obrigada a tomar aquele alimento para não piorar o quadro do erro de metabolismo.

E as crianças estão tendo acesso, por exemplo, a um produto que, você cheirando aquilo, tem cheiro de podre e gosto de podre, quando, em outros países, já se pode misturar alguma coisa. Então a criança, no Brasil, só tem acesso àquilo, quando, na Argentina, já tem acesso a outras coisas. Então, é um estresse para a família dar o medicamento, e a criança vomita em seguida, porque qualquer um de nós, eu digo, vomitaria.

Quer dizer, falta um pouco de humanidade nessa discussão também, de solidariedade, de sensibilidade, mas isso só se obtém pela mobilização dos pais, das famílias, dos profissionais.

A força maior que existe para que uma política pública aconteça, claro, é a gente, a sociedade organizada sensibilizar o Legislativo e o Executivo. Eu acho que por isso são importantes a Abet, o trabalho da USP e também o trabalho da associação representada pela Dra. Nasjla.

Mas quero agradecer-lhes.

Os objetivos da audiência pública tenho absoluta certeza de que foram cumpridos. O projeto de lei sobre o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Tuberosa vai ser apreciado em torno de duas semanas. Com isso, a gente já pode, depois, enviá-lo para a Câmara, para ser apreciado pelos Deputados também.

Obrigado, Dra. Luciana, Dra. Nasjla, também Yohama, Márcia, todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, Andréia, que é nossa Secretária da Comissão, e toda a equipe.

E vamos em frente!

Agradeço a presença de todos e todas vocês.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. Grande abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 75ª e 76ª Reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3479, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3824, de 2023 - Terminativo -** que: "Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2695, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência oftalmológica." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 25, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Dulcina de Moraes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), substituiu Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 597, de 2021 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional as obras do poeta, compositor, cineasta e jornalista piauiense Torquato Neto." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4852, de 2020 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Canela, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Parques Temáticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6570, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz - o Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 115, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5979/2019, que "altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 120, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 117/2023 - CE, seja incluída como convidada a senhora Elizabeth Guedes, representante da Associação Nacional das Universidades Particulares." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 121, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e acompanhar a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, instituída pelo Governo Federal. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação; a Senhora Cristiene Castilhos, CEO da MegaEdu; o Senhor Frederico de Siqueira Filho, Presidente da Telebrás; o Senhor Nelson Simões da Silva, Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); a Senhora Paula Martins, CEO da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas; o Senhor Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações; o Senhor Vicente Bandeira de Aquino Neto, Conselheiro Diretor da Anatel e Presidente do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE)." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 122, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 115/2023 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério do Esporte; o Senhor José Luiz Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; o Senhor Felipe Legrazie Ezabella, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/SP; representante do Comitê Olímpico do Brasil - COB; representante do Novo Basquete Brasil - NBB; e representante Confederação Brasileira de Futebol - CBF." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 84, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5984/2019, que "institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 123, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 115/2023 - CE, seja incluído representante do Comitê Paralímpico Brasileiro(CPB)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 124, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 122/2023 - CE e do REQ 115/2023 - CE seja incluído o seguinte convidado: representante Confederação Brasileira de Voleibol - CBV." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de outubro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Nota Pública da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas; Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior; Associação Catarinense das Fundações Educacionais; Associação Nacional de Educação Católica do Brasil e Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas acerca das justificativas e das críticas sobre a expansão dos cursos de Medicina e das proposições que as reitoras e os reitores das universidades, centros universitários e faculdades têm a esse respeito, em referência ao Edital MEC nº 1, de 2023, para autorização de 95 cursos de graduação em Medicina;

– também a Moção nº 9, de 2023, encaminhada pela Câmara de Vereadores do Município de Rio Negrinho, Santa Catarina, em apoio à criação da Universidade Federal do Contestado e à criação do Instituto Federal em Rio Negrinho, Santa Catarina;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– também a Moção nº 31, de 2023, encaminhada pela Câmara Municipal de Papanduva, Santa Catarina, em apoio à construção da Universidade Federal do Contestado;

– também o Ofício nº 5343/2023, encaminhado pelo Conselho Federal de Psicologia, com manifestação contrária ao PL 1.338/2022, que – abre aspas – "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica".

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. E, após esse período, serão arquivados.

Informo que se encontra disponível no portal da Comissão o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024. O objetivo do documento é promover o debate nacional sobre os macroproblemas da educação, construindo subsídios para o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 75ª e 76ª reuniões, realizadas em 17 e 23 de outubro, e da ata do seminário em conjunto entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal sobre altas habilidades e educação, ocorrido no dia 19 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos, que exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos, em bloco, os demais itens que exigem votação nominal.

Muito bem.

Passamos, de imediato, a agradecer a presença dos caros colegas Senadores Carlos Portinho e Hamilton Mourão. É uma honra sempre tê-los aqui na Comissão.

O quórum não é grande, mas eu quero também justificar que nós temos hoje a presença de ministros e outras Comissões em funcionamento, e os Senadores e Senadoras sempre têm que se dividir entre as necessidades de cada Comissão ou reunião.

Se o Senador Hamilton Mourão concordar, passaremos, de imediato, ao item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4852, DE 2020

- Terminativo -

Confere ao Município de Canela, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Parques Temáticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa é do Deputado Federal Bibo Nunes, PSL, Rio Grande do Sul.

Conceda a palavra a V. Exa., Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, nosso bom-dia. Carlos Portinho, bom dia.

Presidente, peço permissão para ir diretamente à análise.

Destaco que é com muito orgulho e muita satisfação que relato este projeto, uma vez que a cidade de Canela, há mais de 50 anos, investe pesadamente no turismo, e isso tem sido a fonte principal de geração de emprego e renda para as pessoas daquela região.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito às técnica legislativa e regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, devemos considerar, na análise do tema, que o pequeno município gaúcho, que conta com uma área de 255 quilômetros quadrados e cerca de 45 mil habitantes, de acordo com o IBGE, concentra 22 parques temáticos, dos mais variados tamanhos e conteúdo.

Nacionalmente conhecida por seus atrativos turísticos e belezas naturais, o investimento em parques em Canela começou há 50 anos, no ano de 1973, com a fundação do Parque Estadual do Caracol, maior cartão-postal da Serra Gaúcha.

A movimentação turística anual, na casa de milhões de pessoas, decorre da visitação aos parques e propicia ganhos também nas economias locais dos demais municípios localizados no entorno da cidade.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional dos Parques Temáticos ao Município de Canela.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.852, de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador Hamilton Mourão, e quero dizer que, de fato, quando nós pensamos em Canela, além do povo acolhedor, o turismo, a paisagem, os parques temáticos fazem parte de toda a oferta de serviços do município.

Quero parabenizar também o Município de Canela nesse sentido. Muito bom!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Passamos ao item 4 da pauta, que também é terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2020

- Terminativo -

Inscreve o nome de Dulcina de Moraes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa: Deputada Federal Benedita da Silva, PT, Rio de Janeiro. Relatoria: Senadora Teresa Leitão.

A Senadora Teresa Leitão, inclusive, estará chegando daqui a pouco, mas nos autorizou a designarmos o caro amigo e Senador Carlos Portinho como Relator *ad hoc*.

Então, passo a palavra a V. Exa, para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, meu colega Senador Hamilton Mourão...

Quero, primeiro, agradecer à Senadora Teresa Leitão por me dar esta oportunidade de relatar esse projeto, de autoria da Deputada Benedita da Silva, Deputada Federal pelo Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma grande mulher a Dulcina de Moraes. Então, poder relatá-la... E eu tenho uma ligação forte com a cultura, de família, familiar, motivo de orgulho.

Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Vou dispensar o relatório e avançar no mérito, diretamente.

No mérito, a matéria merece acolhida.

Dulcina Mynssen de Moraes, nascida na cidade de Valença, no Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1908, tem inegável relevância na história do teatro brasileiro, não só pelo primor das suas atuações cênicas, mas também pelo seu legado na formação de inúmeros artistas.

Filha dos atores Átila e Conchita de Moraes, despontou no teatro profissional já aos 15 anos de idade, em 1924, atuando na Companhia Leopoldo Fróes, e rapidamente se destacou como uma das jovens promessas da cena cultural da época.

Após integrar as mais importantes companhias teatrais, fundou, em 1935, a Companhia Dulcina-Odilon, em conjunto com seu marido, o grande ator Odilon Azevedo. A Companhia Dulcina-Odilon, também conhecida como Cia. D-O, trouxe à cena grandes dramaturgos brasileiros e internacionais e apresentou ao público atores e atrizes que viriam a ganhar enorme projeção nas décadas seguintes.

Dulcina atuou com proficiência em diversos papéis e é frequentemente lembrada por sua memorável interpretação no espetáculo Chuva, dirigido e protagonizado por ela, que estreou em 1945 e percorreu o Brasil por seguidos anos.

A grande realização da vida de Dulcina foi a concepção da Fundação Brasileira de Teatro (FBT), no ano ainda de 1955, no Rio de Janeiro.

Grandes nomes do teatro nacional assinaram o documento de criação da Fundação Brasileira de Teatro. Entre eles, Paulo Autran, Adolfo Celi, Tônia Carrero e Bibi Ferreira.

Após anos formando artistas no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira de Teatro foi transferida para Brasília, no começo da década de 70, fazendo de Dulcina uma das pioneiras na construção da capital federal.

Projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1980, o Teatro Dulcina de Moraes, integrante da Fundação Brasileira de Teatro, foi tombado como patrimônio cultural do Distrito Federal.

E aqui faço a inclusão e o registro de que, no Rio de Janeiro, também em sua homenagem, temos o Teatro Dulcina.

Além de sua atuação na dramaturgia e na formação de atores e atrizes, é fundamental relembrar também a luta de Dulcina pela regulamentação da profissão de artista em nosso país, ocorrida em 1977.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em entrevista para o jornal *O Globo*, em 1981, Dulcina disse ter nascido no teatro, para o teatro, e disse crer, acima de tudo, na eternidade do teatro, e isso em 1981. Segundo ela, o teatro sempre permanecerá, e nós com ele.

Portanto, a inscrição de Dulcina de Moraes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria representará o registro eterno de seu nome e de seu legado na construção de nosso País e na formação cultural do nosso povo.

Mais uma vez, agradecendo a relatoria à Senadora Teresa Leitão, que não pôde estar presente e me dá esse privilégio, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2020, para incluir Dulcina de Moraes no Livro do Heróis e Heroínas da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Carlos Portinho.

Belo relatório, destacando o percurso de vida de Dulcina de Moraes. Parabéns!

É do Rio de Janeiro também, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Quero só destacar a presença do meu xará, Deputado Federal Flávio Nogueira, PT, Piauí.

Seja muito bem-vindo também.

É autor, como a Andreia levanta, do item 5.

O Marcelo Castro está vindo, daqui a pouco, para relatar a matéria, Deputado Flávio.

Muito bem.

Então, a votação será nominal e realizada em bloco posteriormente.

Passamos ao item 1 da pauta, do Senador Plínio Valério, projeto da mais alta relevância para todos os municípios do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3479, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A relatoria é de V. Exa., caro amigo Senador Plínio Valério. Com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente Arns, agradecendo a sua compreensão... Não pude estar no início da reunião, mas estou aqui pronto para relatar. E quero exaltar o Senador Jader Barbalho. É, realmente, um projeto de altíssima relevância.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.479, de 2019, do Senador Jader Barbalho, que altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e dá outras providências, para incluir, no cálculo de suas parcelas, as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos estados, Distrito Federal e municípios.

Particularmente, nós da Amazônia precisamos muito, muito desse olhar que este projeto propõe.

A apreciação da Comissão é de que é pertinente.

O projeto altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que, entre outras medidas, institui o Pnate, para determinar que a forma de cálculo do valor a ser repassado aos entes subnacionais deve considerar as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do município beneficiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o Senador Jader Barbalho faz observações sobre o funcionamento do Pnate e ressalta que, apesar da adoção de critérios que buscam levar em conta, na distribuição dos recursos do programa, a diversidade socioeconômica e geográfica dos municípios do país, é preciso considerar que, nos entes federados de maior dimensão territorial, os veículos de transporte escolar percorrem maiores distâncias. Assim, tais entes precisam complementar os gastos decorrentes dessa situação, na qual também deveriam ser observados diferenciais relativos a outros fatores geográficos, demográficos e de custo.

A proposição prevê que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição, que foi distribuída exclusivamente a este Colegiado.

Da análise, Presidente.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação. É o caso da proposição em análise. Ademais, uma vez que, conforme indicado, a Comissão de Educação recebeu exclusivamente o projeto para deliberação, cabe a ela apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da matéria – o que foi observado, e preenche todos esses requisitos.

Em termos materiais, o projeto não afronta qualquer disposição de nossa Lei Maior.

Quanto à técnica legislativa, procura mudar o texto de lei vigente, que dispõe sobre o Pnate...

Para abordar o mérito da matéria, cumpre inicialmente lembrar que o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal estipulou que o dever do Estado com a oferta escolar deve ser efetivado mediante a garantia de atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares, entre os quais está o de transporte.

Uma vez que o art. 211 da Constituição Federal incumbe aos governos subnacionais oferecer vagas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, são eles também os responsáveis pela oferta e gestão do transporte escolar dos estudantes dos respectivos estabelecimentos públicos. Entretanto, no exercício de sua função redistributiva e supletiva em matéria educacional, igualmente preconizada pelo art. 211 da Constituição Federal, a União repassa recursos aos entes federados para que providenciem o transporte dos estudantes de educação básica que necessitem do recurso para ter acesso à escola, nas áreas rurais.

Desse modo, o Ministério da Educação mantém dois programas de transporte escolar: o Pnate e o Programa Caminho da Escola. O Programa Caminho da Escola objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes de ensino dos entes subnacionais. Por meio de assistência financeira, recursos próprios ou linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas, fabricados para tráfego prioritário nas áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais e ribeirinhas, conforme as necessidades locais. E aqui fala sobre o Pnate, no âmbito do Pnate, fala sobre o valor *per capita*...

E observação: apesar dessa diferenciação, a existência de municípios de grande dimensão territorial e com extensa malha de estradas em áreas rurais requer a adoção de critérios adicionais para que a distribuição dos recursos seja mais justa. Com efeito, cabe acolher o argumento do autor da proposição de que é preciso considerar, no cálculo da distribuição dos recursos do Pnate, as distâncias percorridas pelos veículos usados no transporte escolar, assim como as características geográficas e demográficas regionais e as respectivas diferenças do custo de transporte dos alunos.

Contudo, Presidente, convém estabelecer que as distâncias percorridas devem basear-se em estimativas, a fim de coibir eventuais fraudes advindas da apuração do dado pela declaração do beneficiado.

Já o critério "diferenças do custo de transporte" pode, eventualmente, gerar ambiguidades, deixando a entender que o valor *per capita* deve ser suficiente para financiar o custo do atendimento, o que não é o caso, pois o programa tem caráter suplementar.

Cabe lembrar ainda que o Pnate não atende somente aos municípios, motivo pelo qual não é tecnicamente adequado se referir apenas a "município beneficiado".

Além disso, para evitar ambiguidades, é importante ressalvar a autonomia do Poder Executivo para considerar outros critérios, e, desde já, cabe incluir também a situação socioeconômica do ente beneficiado.

Assim, apresentamos emenda para efetuar ajustes que aperfeiçoam o texto da proposição.

Em suma, o projeto em exame busca trazer mais equidade na distribuição dos recursos do Pnate e deve ser acolhido por este Colegiado.

Vou ao voto, Presidente Arns.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.479, de 2019, apresentada a emenda a seguir.

EMENDA - CE

Dê-se ao art. 1º do PL nº 3.479, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

'Art. 2º .....

.....

§ 7º Sem prejuízo de outras dimensões, a forma de cálculo a que se refere o § 2º deste artigo levará em consideração a estimativa das distâncias percorridas pelo transporte escolar dentro da área do ente federado beneficiado, a respectiva situação geográfica, demográfica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeconômica e diferenças do custo de transporte nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, observadas as limitações referidas nos §§ 2º e 4º deste artigo.'" (NR)

Sala da Comissão...

Portanto, é pela aprovação com essa emenda.

É o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Plínio Valério pela matéria e quero cumprimentar o Senador Jader Barbalho pela iniciativa.

Está em discussão a matéria.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente Arns, eu também gostaria de cumprimentar o Senador Jader Barbalho e, pelo relato, o meu amigo Senador Plínio, porque a gente tem que levar em consideração sempre a diversidade do nosso país. É isso que o Senador Jader colocou aqui.

Nós, que tivemos a oportunidade de viver algum tempo na Amazônia, sabemos que os deslocamentos de uma criança para a escola lá não são como para quem vive no sul do país, como nós. Então, muitas vezes, a criança tem que pegar uma canoa para depois pegar um ônibus para depois chegar ao colégio.

O Senador Jader Barbalho, com grande sensibilidade, fez este projeto e o Senador Plínio o relatou com extrema maestria. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Argumento muito bem colocado, Senador Mourão.

Senadora Professora Dorinha Seabra, nossa Vice-Presidente da Comissão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu entendo que o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar é um dos programas mais importantes para a garantia de presença na escola, da permanência, do acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que há um grande problema no formato em que está hoje em execução, porque de verdade quem tem mantido o transporte escolar funcionando são os municípios. Os estados têm ajudado na parceria entre estado e município. Eu digo município em virtude de a rede de transporte escolar em grande parte ser realizada pelos municípios, com apoio financeiro, com recurso financeiro dos estados, porque o dinheiro que vai do transporte escolar para o programa é insignificante. Ele não cobre, eu diria, 10% ou até menos – o dinheiro federal.

Eu já coordenei essa área no Conselho Nacional de Secretários. Ela é complexa, porque nós teríamos que definir formato, rota e medida em relação a como isso vai funcionar. Só funciona se a gente tiver condição de fazer georreferenciamento de rota. Elas são diferentes, dependendo, logicamente, dos estados. O meu estado também é um estado da Região Norte, um estado com grande extensão. Tem crianças que saem de casa 4h da manhã para chegar às 7h à escola, vão chegar depois de 2h da tarde de volta.

Faço um apelo sobre a questão do transporte escolar. Eu sei que está em andamento um pregão, mas a frota está sucateada, completamente inadequada. E esse programa tem que ser, no mínimo, tripartite. No formato em que ele está hoje, ninguém consegue. Os municípios têm gasto um valor muito significativo para a manutenção do transporte e têm dificuldades em termos de qualidade, porque tem o problema das estradas vicinais ou dos barcos, dependendo da logística que precisa ser garantida, mas, em especial, as estradas de zona rural. E aí, no formato do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, são praticamente inexistentes os recursos do Governo Federal.

Quero parabenizar e dizer que a gente precisa avançar em relação ao ajuste no programa, a como é que esse desenho vai acontecer, porque, de fato, do dinheiro federal é insignificante o que tem ido. Inclusive, embora seja colaborativa, essa maneira, de verdade, não tem colaborado com nada. O transporte escolar tem sido mantido por estados e municípios. É esse que acho que é um dos maiores desafios.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Continua em discussão a matéria.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Plínio pelo voto e, claro, o autor do projeto, o Senador Jader Barbalho. Tinham que ser dois da Amazônia para trazer este assunto dessa forma, para trazer o tema da forma como eles trouxeram.

Eu entendo, Dorinha, que é complexo, que é complicado, mas eu acho que nós estamos atrasados 30 anos neste projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até gostaria um dia que um Presidente do Senado tivesse a coragem de decretar que o Senado vai funcionar um mês, todos vocês lá comigo, lá no Marajó. Todo mundo morando lá, um mês. Aí a gente vai entender a grandiosidade desta proposta.

Sabem quanto custa o transporte, para levar o transporte? Dez dias num barco para levar uma canoinha lá de Belém para o interior, para ser usada como transporte escolar. Como é que eu posso ter o mesmo custo lá da cidade de Descalvado, em São Paulo, com aquelas ruas maravilhosas, com aquela cidade linda, incrível? Não é tão linda como São Carlos, mas é linda e incrível.

Eu acho que hoje a gente traz aqui uma medida muito justa. Eu sempre me preocupei com o custo Amazônia, com o custo Marajó em todas as políticas, mas a do transporte escolar... E lembro, Presidente, a umidade: quanto tempo dura um carro em Descalvado e quanto tempo dura um carro no interior do Pará por conta de toda aquela umidade? Como ficam aqueles ônibus com três, quatro anos? As crianças ficam entrando em ônibus enferrujados. Tudo lá é diferente, tudo lá é difícil.

Com a sensibilidade de dois Parlamentares da Amazônia para trazer a autoria e a relatoria, eu acho que a gente dá um passo hoje nessa questão da justiça de considerar o custo Amazônia. Aí, a gente depois, Dorinha, pode sentar e realmente fazer esse outro debate. A Dorinha traz uma coisa muito séria – muito séria –, sobre a qual a gente vai ter que se debruçar.

E o que estava faltando era tão somente mulheres tão sensíveis, Dorinha, aqui, nesta Comissão, porque a gente vê como mãe muita coisa. Os nossos Senadores aqui estão fazendo um trabalho incrível, mas a gente vem também com esse outro olhar, esse outro olhar mais ampliado.

O transporte escolar, gente, não é só o transporte escolar. Ele na Amazônia é proteção da criança; ele na Amazônia é, inclusive, salvar vidas de crianças. Quantas crianças, dentro de um transporte escolar, na Amazônia, pedem socorro e são salvas? É o tio lá que está dirigindo o ônibus, é o barqueiro que está conduzindo a lancha. Quantas vezes o transporte escolar é o único lugar de segurança, porque dali é direto para a delegacia?

Parabéns, Senador Plínio, pelo voto; parabéns, Senador Jader, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço à Senadora Damares Alves.

Senadora Dorinha, gostaria de se manifestar sobre o projeto também? (*Pausa.*)

Por favor, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O que eu quero dizer é que, na verdade, Senadora, além da importância do custo amazônico e das diferenças – porque aqui o projeto fala, no seu conjunto, das diferenças de transporte, com georreferenciamento, e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creio que a UnB, inclusive, coordenou uma pesquisa tratando desse tema –, nós precisamos aumentar o volume de recursos. Não adianta, dos centavos que são passados, só dizer: "Vai ter mais centavos para a Região Norte". Nós precisamos aumentar: com o mapeamento e levantamento, é necessário, sim, assim como a merenda escolar.

Eu reparava, em uma ida ao Estado de Roraima, que, para chegar a merenda escolar a alguns lugares, tinham que locar avião. O avião era mais caro do que o produto que ia dentro do avião, para garantir a merenda chegando lá às comunidades. Isso não é diferente do que nós estamos vivendo aqui no Estado do Pará, no Estado do Amazonas, do Tocantins.

Parabéns pelo projeto.

Eu acho que a gente precisa realmente provocar a mudança do programa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Quero também só dar um depoimento da minha parte, pois fui Secretário de Educação também, cerca de 12 anos atrás, lá no Paraná. O programa de transporte escolar de lá se baseava no número de alunos por município, e eram repassados 25 milhões para os municípios, mas eu sempre considerei um critério totalmente injusto, pelas razões expostas pelo projeto do Senador Jader Barbalho e relatado pelo Senador Plínio Valério: municípios de pouca extensão, municípios de grande extensão, municípios com estradas asfaltadas, municípios com muitas dificuldades, comunidades isoladas, toda essa dificuldade. E o transporte escolar é caro – é caro.

E concordo também que o Governo Federal, inclusive com o Pnate, suplementa... Eu não sei quanto, mas acho que são uns 5% mais ou menos, entre 5% e 10% talvez. É um valor irrisório, de qualquer forma.

Porém, já naquela ocasião, constituímos um grupo de trabalho com georreferenciamento, geógrafos, discussão com Prefeitos, com todas as pessoas, para chegarmos, assim, a um estudo sobre como direcionar, de uma maneira justa, na medida das necessidades, o recurso de transporte escolar. E passamos de 25 milhões, para se ter uma ideia, para 125 milhões. Então, multiplicou por cinco, não é? Porque os municípios estavam transportando os alunos do estado, é uma rota que o município faz, porque eles que estão lá na ponta. Eles já trazem o aluno do município e o aluno do estado. Só que aí eles estavam pagando, o município, pelo transporte dos alunos do estado, e consideravam isso extremamente injusto. E era injusto pela falta de recursos. Se houvesse recursos suficientes...

E, enquanto o Senador Marcelo Castro era Presidente aqui da Comissão, dois anos atrás, na Subcomissão Educação na Pandemia, a questão do transporte estava presente em todas as audiências públicas. Foram 20 audiências públicas e o transporte escolar está lá. É no Amazonas, é no Pará, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeitos falaram, todo mundo falou. Então, eu diria que o projeto é da mais alta relevância. O relatório foi muito bem elaborado pelo caro Senador Plínio Valério.

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Percebo que há uma convergência de opiniões a favor do projeto e do relatório. Sendo assim, encerro a discussão e votamos em bloco – pode ser? –, junto com os demais, para não termos, assim, a necessidade de votarmos esse projeto unicamente, junto com os demais que estabelecem datas e...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Arns, permita-me um minuto, dois minutos aqui.

Ouvindo a fala da Senadora Damares, da Professora Dorinha, quero relatar para vocês em um minuto – a gente vai tratar disso na CPI das ONGs agora –, nós estivemos na Reserva Extrativista Chico Mendes, comandada pelo ICMBio, Professora Dorinha. Ainda bem que as senhoras não foram, porque o que a gente viu é de partir coração. As crianças vão à escola, elas andam 2km a pé, vão lá ao ramal malfeito, não tem transporte lá dentro, não tem transporte. Se adoecer, saem na rede; bota aquele pau em cima da rede, um vai carregando, revezando, não têm direito a nada.

Vou relatar só, Presidente Arns, sobre o setor da educação, só da educação. As crianças vão a pé, cerca de 2km. Fizeram a ponte, os moradores, porque o ICMBio não permite; destruíram a ponte com motosserra, agentes do ICMBio, porque não foi permitido, a madeira não é legalizada. Eu estou rindo, mas é terrível. As crianças estão impedidas.

Dentro dos relatórios que nós vamos apresentar na CPI hoje, apresentamos na TV Senado, tem um que destrói o coração de qualquer ser humano, é de uma mãe que tem um filho deficiente e ela resume tudo o que ela quer da vida dela. Ela diz: "Tudo o que eu quero da minha vida é que meu filho possa estudar". Ele não pode estudar. Não permitem transporte. O Prefeito de Epitaciolândia quer construir uma escola, Senadora Damares, já tem dois anos e não tem permissão para construir uma escola dentro da reserva. É aquela coisa do seringueiro de antigamente.

A Reserva Extrativista Chico Mendes é uma enganação. Nós estamos indo amanhã ao Ministério Público Federal denunciar ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação o que vimos lá. É um regime escravagista. Eu estou relatando só a parte das crianças na educação. Elas não têm direito a escola – não têm direito –, e não permitem construir escola lá dentro. O ICMBio não permite de forma alguma construir escola lá dentro.

Eu só estou dizendo isso aqui porque é uma Comissão pertinente. Vamos agora mostrar tudo isso na CPI das ONGs e vamos pedir providências às autoridades e, no final do relatório, com certeza, pedir o indiciamento do ICMBio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Independentemente do relatório, Senador Plínio Valério, ou com base no relatório, depois envie à Comissão de Educação as questões relacionadas à educação e à cultura para que nós possamos, inclusive, debater esses assuntos aqui na Comissão também.

Agradeço, Senador.

Senador Marcelo Castro, eu pediria, se V. Exa. concordar, que a gente passasse ao item 5 da pauta. Inclusive, o autor do projeto já foi anunciado também, o Deputado Federal Flávio Nogueira.

Os itens 4 e 6 já foram lidos e aí faltaria só o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 597, DE 2021

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional as obras do poeta, compositor, cineasta e jornalista piauiense Torquato Neto.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa – quero saudá-lo de novo – é do Deputado Federal Flávio Nogueira, PDT, Piauí.

Eu equivocadamente falei, agora há pouco, PT, se eu não me engano, ou o PDT?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Ele agora está no PT.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, está no PT. Estava...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – O coração é PDT.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O coração era PDT na época. Agora é PT então.

Então, eu estava certo na outra saudação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é do nosso prezado Senador ex-Presidente e amigo Marcelo Castro.

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra, então, a V. Exa., Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores membros aqui da Comissão, vou pedir permissão para ir diretamente à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

O poeta, letrista, cineasta e jornalista Torquato Pereira de Araújo Neto nasceu em Teresina, Piauí, no ano de 1944.

Em 1961, mudou-se para Salvador, onde conheceu Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa. A partir de 1963, no Rio de Janeiro, formou com esses e outros artistas – como Capinam e Tom Zé – o movimento tropicalista, o qual fundia referências de gêneros musicais diversos, como a bossa nova, o *rock* e ritmos regionais.

Entre suas primeiras letras está "Louvação", lançada com sucesso inicialmente por Elis Regina e, posteriormente, pelo seu coautor, Gilberto Gil, em 1967.

Nos anos seguintes, compôs inúmeras letras, como "Geleia Geral", "Mamãe, Coragem" e "Pra Dizer Adeus", musicadas por Gilberto Gil, Caetano Veloso e Edu Lobo, respectivamente.

Em 1968, após a prisão de Caetano e Gil, resolveu deixar o Brasil. Depois de um ano morando em Londres e Paris, retornou ao Rio de Janeiro.

Entre 1970 e 1972, atuou nos filmes "Nosferato no Brasil" e "A Múmia Volta a Atacar", de Ivan Cardoso, além de "Helô e Dirce", de Luiz Otávio Pimentel.

Entre 1971 e 1972, Torquato redigiu a polêmica coluna "Geleia Geral", no jornal carioca *Última Hora*. Nesse espaço, Torquato militou até a exaustão pelo cinema marginal, combateu o Cinema Novo e a música comercial, e lutou pelos direitos autorais.

Faleceu em 1972, no Rio de Janeiro.

Seus poemas demonstram grande liberdade de pensamento e de forma, razão pela qual consideramos justo que se reconheçam como manifestação da cultura nacional as obras de Torquato Neto.

Aliás, Senadoras e Senadores, uma das músicas mais belas de Caetano Veloso é em homenagem a Teresina, e ele visitou a cidade, esteve com o pai de Torquato, quando foi lhe servida a Cajuína cristalina, de Teresina, e ele fez um poema e musicou, e que é uma das músicas mais famosas de Caetano Veloso.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 597, de 2021, de autoria do nobre, quase Senador, ainda Deputado, Flávio Nogueira, que, em boa hora, faz essa homenagem a esse grande piauiense, compositor reconhecido nacional e internacionalmente, Torquato Neto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Castro, pelo relatório, pela importância dada ao projeto. Cumprimento o Deputado Flávio Nogueira pela iniciativa também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação do projeto de lei será nominal e realizada em bloco.

Só um minutinho. (*Pausa.*)

Senadora Dorinha, podemos passar para o item 2 da pauta? (*Pausa.*)

O item 2 da pauta é de relatoria de V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3824, DE 2023

- Terminativo -

Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Eu indago a V. Exa. – nós estávamos discutindo só aqui a votação em bloco ou não – se seria colocado, caso não haja objeção, na votação em bloco. Se houver objeção...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, Sr. Presidente, nós fizemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Teresa Leitão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bom, vamos fazer a leitura então.

Vamos passar à leitura do relatório.

Há alguma preocupação só pelo fato de o relatório ter sido apresentado no dia de hoje e não ter havido, assim, talvez o tempo suficiente.

Vamos...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é a única preocupação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos ler, discutir e, em seguida, sendo necessário, a gente concede vista também, se alguma pessoa assim solicitar – vista coletiva.

Podemos fazer...

Ou, para ganharmos tempo também, se o Plenário concordar, passamos à votação e, enquanto a votação acontece, a Senadora realiza a leitura do relatório.

Quanto ao projeto do Senador Jader Barbalho, não há objeções. Houve uma convergência grande nesse sentido. Os três projetos relatados também em relação a dias e heróis e heroínas da pátria também estão sem polêmicas. Então, vamos passar agora à votação nominal, em bloco, dos itens 1, 4, 5 e 6 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.479/2019, PL 25/2020, PL 597/2021 e PL 4.852/2020.

Os Senadores e Senadoras que votam com os Relatores e Relatoras votam "sim".

Muito bem. Enquanto as pessoas estão votando... Pode ser assim, Senadora Professora Dorinha, se V. Exa. concordar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, volto à leitura do item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3824, DE 2023

- Terminativo -

Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Com a palavra, então, V. Exa, cara Vice-Presidente, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom, Sr. Presidente, na verdade, é um tema que é caro para todos nós, porque ele trata de uma realidade, infelizmente crescente, que é a ausência de professores.

Infelizmente na audiência pública que realizamos, por minha iniciativa e com a participação também das indicações da Senadora Teresa Leitão, as instituições que estiveram aqui reforçaram, corroboraram todas as nossas preocupações. Pelas pesquisas realizadas – eu participei de uma pesquisa com a Fundação Carlos Chagas, Bernardete Gatti, há vários anos –, a situação só se agravou.

Em números aproximados, a cada dez alunos do ensino médio dois se interessam pela carreira docente, o que não quer dizer nem que esses dois permaneçam atuando como docentes. Há algumas áreas já com ausência total de professores com formação. Cursos de Química, Física, Biologia que concluem, que terminam com seis, oito qualificados, que concluem o curso.

Então, na verdade, aqui na minha análise, nós fazemos uma recuperação sobre a situação dos professores no Brasil, a necessidade dos sistemas provocados, inclusive organizados pelo Governo Federal, pelos estados e municípios, na criação de programas e políticas de incentivo e de valorização à profissão docente.

E o cuidado, quando nós falamos em incentivo, nós não estamos falando de remuneração financeira só, mas lógico da preocupação com uma boa formação, de um estágio com um real acompanhamento de docentes mais experientes, de experiências que estão sendo realizadas com a residência pedagógica, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, da possibilidade de estágios remunerados nessa área docente, da possibilidade de maior segurança para os nossos alunos-professores.

Enfim, aqui na análise, nós trazemos toda a dificuldade que enfrentamos e que é real. Nós que lidamos diretamente com educação vemos hoje a dificuldade em relação à questão do piso salarial e à ausência, com raras exceções, de carreiras estruturadas.

Nós precisamos enfrentar, e eu, inclusive, falei isso na mesa para a própria representação da CNTE. O piso hoje vive uma grande dificuldade que está sendo enfrentada, com muitos municípios questionando sobre o formato e o piso salarial. Mas pior do que isso é a ausência total de carreira**,** com novas bases ou com as mesmas bases, mas organizar uma carreira de modo que um profissional que está há 10, 12, 15 anos termine se aposentando com 25 anos de serviço, com um salário que hoje... Eu coloco a realidade do meu estado: um policial militar com igual formação termina com quase o dobro de salário. E aqui não faço nenhum desprestígio aos militares, pelo contrário, só não posso entender que um professor possa terminar sua carreira depois de 25 anos com um salário próximo a R$5 mil, R$4 mil, que é o que nós temos visto.

Então, a audiência pública foi bastante rica, com mais de 12 instituições.

Eu vou direto ao voto.

Em nosso texto, nós estabelecemos a necessidade da criação de um programa que, obviamente, será criado pelo Governo Federal.

Em razão do exposto, nós votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.824, de 2023, nos termos do seguinte substitutivo:

> EMENDA ..... (CE)
> (Substitutivo ao PL nº 3.824, de 2023)
> Estabelece a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica.
> Art. 2º A Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica tem por objetivo atrair estudantes de graduação para a função docente nas escolas públicas e privadas de educação básica brasileiras.
> Art. 3º A Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica tem por princípios:
> I – a valorização dos docentes da educação básica;
> II – o fomento à escolha da carreira docente entre os alunos da educação superior;
> III – a universalização do atendimento escolar;
> IV – a melhoria da qualidade da educação básica;
> V – a superação das desigualdades educacionais; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – a equidade na formação dos docentes da educação básica entre as diferentes regiões do país.

Art. 4º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em suas esferas de competência, serão os responsáveis pela implementação da Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica.

Parágrafo único. Além do controle interno e externo, a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica será monitorada por meio de mecanismos de controle social em cada rede de ensino, com a participação de especialistas, fóruns de formação de professores e instituições formadoras, entidades representativas dos docentes e dos estudantes da educação básica, entidades da sociedade civil e gestores das redes de ensino, na forma do regulamento.

Art. 5º A Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica envolverá medidas prioritárias e complementares.

§ 1º Consideram-se medidas prioritárias:

a) a estruturação de espaços intencionalmente formativos de acolhimento, integração e convivência dos estudantes de pedagogia e licenciatura junto aos docentes de educação básica nas escolas, inclusive com momentos de experiência junto aos estudantes, para além dos estágios obrigatórios;

b) o estabelecimento de programas de tutoria e mentoria
envolvendo docentes experientes das escolas de educação básica, estudantes de licenciatura e pedagogia e recém-graduados;

c) o aprimoramento das estratégias de colaboração e de comunicação entre instituições de ensino superior formadoras de docentes, as secretarias de educação e as escolas de educação básica;

d) a oferta de bolsas de estudos para os ingressantes na educação superior que optarem por curso de pedagogia ou por licenciatura, considerando o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou em vestibulares, sobretudo nas áreas do conhecimento e regiões do país em que houver carência de professores aferida por meio de pesquisas e estudos oficiais;

e) a oferta de bolsas a estudantes de pedagogia e de licenciaturas para desenvolvimento de atividades que privilegiem a construção do conhecimento pedagógico sobre os conteúdos e práticas de ensino, supervisionadas pelos professores da instituição formadora e por professores tutores das redes públicas de educação básica;

f) a oferta de bolsas e outros incentivos para que estudantes de licenciaturas e pedagogia participem de atividades pedagógicas em escolas de educação básica localizadas em áreas rurais, regiões remotas ou com desafios educacionais específicos;

g) o aprimoramento dos concursos e programas de recrutamento, seleção e alocação de novos docentes nas redes de ensino, de modo a valorizar o conhecimento reflexivo sobre a prática docente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

h) a ampliação da matrícula em licenciaturas e pedagogia nas instituições públicas de educação superior, assegurando, com prioridade, assistência estudantil para os estudantes, bem como universalização do acesso a programas de iniciação à docência.

Quero destacar aqui, Presidente, um número lamentável: a grande maioria dos nossos professores está sendo formada em redes privadas e em educação à distância. Não é por acaso a grande dificuldade que temos hoje em relação à qualidade. Os números escancaram a necessidade, e eu gostaria de lhe fazer um apelo para que procurássemos o Ministro Camilo. O que está acontecendo é inadmissível: a ausência de instituições públicas federais e até estaduais e a presença dos cursos de EAD na formação dos nossos professores, com mensalidades baixíssimas, sem acompanhamento e sem o monitoramento.

§ 2º Consideram-se medidas complementares:
a) o desenvolvimento de campanhas públicas, sobretudo nas instituições de ensino superior, para fomento e divulgação das características e benefícios tangíveis e intangíveis da carreira docente;
b) o envolvimento dos estudantes das instituições de ensino superior em atividades de pesquisa e de extensão nas escolas de educação básica;
c) a inclusão dos estudantes de pedagogia e licenciaturas nos esforços de transformação escolar e de promoção de saúde mental nas escolas de educação básica em que desenvolvam as atividades previstas nesta lei;
d) a criação de mecanismos acessíveis de informação sobre a qualidade dos cursos de pedagogia e de licenciatura, com ênfase na importância da realização de atividades presenciais para assegurar a qualidade da formação inicial de professores;
e) a instituição de ações intersetoriais para assegurar cuidados de saúde mental para os estudantes de pedagogia e licenciaturas participantes das atividades previstas nesta lei.
§ 3º As medidas referidas nas alíneas "d", "e" e "f" do §1º deste artigo serão dirigidas a estudantes de cursos presenciais, com avaliações positivas e, prioritariamente, de tempo integral, e, quando devidamente certificadas, poderão ser computadas como títulos nos concursos públicos para seleção de professores efetivos nas redes públicas de ensino de educação básica.
Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento da União.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha Seabra. Até eu diria...

Vou passar a palavra para o Senador Marcos Pontes, mas vamos conceder vista coletiva, nos termos do art. 132, §1º, pelo prazo de cinco dias, para que retorne, então, à pauta posteriormente. Assim haverá o tempo necessário para a leitura por parte dos demais Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes.

Quero também só, antes, Senador, se me permite, cumprimentar a Deputada Dandara – seja muito bem-vinda à Comissão! –, do PT, Minas Gerais. O Flávio Nogueira já está aqui também, já foi saudado. O Senador Hiran daqui a pouco vai relatar o projeto também; a Senadora Jussara Lima; enfim, Rodrigo Cunha também. Que bom que estamos sempre firmes!

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, obrigado pela referência.

Sem dúvida nenhuma, esse projeto que foi agora lido pela Senadora Dorinha é importante para motivarmos os nossos jovens para que sejam professores, e isso inclui uma série de medidas que precisam ser tomadas, algumas delas ali no meio. Certamente as questões de remuneração são importantes, assim como as condições de trabalho também.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Flávio Arns, pela criação desse projeto.

Mas eu gostaria de citar aqui também, falando em consideração às condições de trabalho, o que aconteceu em São Paulo, no meu estado, ontem, com a relação a mais um ataque em escola, mais uma vida perdida. E isso é uma das coisas contra que nós temos aqui lutado já neste ano. Nós falamos muitas vezes... Só até abril, por exemplo, deste ano, já foram cinco ataques e mais esse agora, e a gente precisa achar uma maneira de reduzir isso.

Eu gostaria de lembrar que nós temos dois projetos de lei que passaram por esta Comissão: um deles é o Projeto de Lei nº 2.256, de autoria do Senador Wellington Fagundes, de que eu fui o Relator, com um substitutivo aqui da Comissão que agora está na Câmara dos Deputados; e também o Projeto de Lei nº 1.678, de 2023, do qual eu fui o autor, que está agora na Comissão de Segurança Pública, que trata do aumento de penas para qualquer tipo de crime cometido na escola ou nos seus arredores. Esses dois projetos de lei têm a capacidade de mitigar – não vão resolver completamente, mas têm a capacidade, o potencial de mitigar –, de reduzir essas ocorrências. E nós precisamos dessas atitudes.

Nós falamos muito sobre isso naquela época dos outros ataques, e, infelizmente, na semana passada, na reunião de Líderes, eu chamei a atenção sobre a demora na tramitação desses projetos de lei, sem saber que, infelizmente, nessa semana nós teríamos mais uma ocorrência.

Então, o que eu gostaria de ressaltar é essa necessidade que nós temos de, no Senado e na Câmara, acelerar esses projetos, de forma que nós tenhamos uma resposta efetiva, rápida, e que nós possamos salvar a vida desses jovens e melhorar as condições de trabalho dos professores. Isso é imprescindível. A escola tem que ser um lugar seguro. Nós falamos muito disso naquela época, e está na hora de a gente acelerar esses projetos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou pedir aqui dentro do Senado, na Comissão de Segurança Pública – vou lá daqui a pouco, para falar sobre isso também –, para que seja acelerado o processo lá, e também na Câmara dos Deputados, aproveitando a presença da Deputada Dandara aqui para nos ajudar a acelerar o processo lá também, para que, o mais cedo possível, nós tenhamos esses projetos aprovados e que possam ser colocados em execução dentro das nossas ou para as nossas escolas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem lembrado, porque o projeto aprovado aqui, de autoria do Senador Wellington Fagundes, relatoria de V. Exa., e como uma iniciativa, eu diria, coletiva da Comissão de Educação, estabelece vários princípios importantes, como uma política de segurança escolar.

A gente, obviamente, não tem os detalhes de São Paulo, mas a aplicação daquele projeto teria auxiliado. Não que vá resolver. Nada... A gente tem que fazer o esforço para termos caminhos possíveis, mas, sem dúvida, o aluno lá teria sido identificado, também atendido, diagnosticado, e, quem sabe, não teria cometido a violência que cometeu nessa semana.

Nós vamos passar, antes de encerrar a votação, aos requerimentos, Senador Carlos Portinho.

Até eu peço desculpas, porque eu me equivoquei aqui: já deveriam ter sido lidos os requerimentos antes.

Item 8 da pauta, que é da Senadora Teresa Leitão.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 115, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5979/2019, que "altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Com a palavra, se V. Exa. quiser... Ou já podemos...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Podemos.

Eu tenho um outro oral, viu, Presidente? Eu faço ao final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, está bem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um requerimento oral.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Então, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, desculpe-me.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, meus colegas, eu respeito o requerimento. Todos sabem aqui: eu sou um grande incentivador da democracia participativa, o que nos obriga a ouvir os setores em todos os projetos relevantes, como é esse do vale-cultura. Eu preciso apenas pontuar: não sou contrário à reunião, deixo claro, Senadora Teresa, acho que é uma discussão muito válida... Na Comissão de Esporte, preciso registrar, esse projeto foi aprovado por unanimidade.

E eu queria fazer aqui uma observação. Para que fique claro, eu venho da cultura também, minha família é da cultura. Minha relação pessoal com artistas é verdadeira, é real, é simpática e tem longevidade. Tenho muitos amigos artistas de teatro, de TV, muitos amigos músicos e sou um grande incentivador da cultura, partindo inclusive do meu irmão, que hoje é dos cinco maiores compositores de música clássica do mundo e é brasileiro, embora muitas vezes não reconheçamos os nossos talentos, o que é lamentável. Mas, quanto mais incentivo à cultura, melhor. Deixo clara minha posição.

Mas também sou do esporte e nós sabemos que esporte é saúde. A formação esportiva contribui, Senador Mourão, na disciplina dos nossos jovens. O contato com eventos esportivos, por isso, também é fundamental. E por que eu coloco as duas questões no mesmo cesto? Porque cultura e esporte estão juntos no ramo do entretenimento, e a gente deve, sim, estimular toda a indústria do entretenimento, sem segregação porque, talvez assim, a própria população perceba que, sendo o esporte entretenimento, a gente não veja cenas lamentáveis como ocorreram domingo passado, no Maracanã, a caminho do Maracanã, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

briga de torcida. É preciso essa conscientização de que o esporte é do ramo do entretenimento e cada vez mais é assim no mundo, dada, por isso, a grande audiência que os esportes possuem tanto dos espectadores que vão ao estádio quanto dos telespectadores, que são uma grande massa. E nas TVs, assim como as novelas e a música repercutem, também repercute o esporte.

Nós temos a mania de olhar sempre para o futebol, porque o futebol, talvez, de todas as modalidades, seja a mais madura como modelo de negócio e a que tem um alcance maior. Mas quando a gente fala do vale-cultura, ainda que seja uma cota e não concorra com o benefício para acesso à cultura, mas uma cota menor, mas que permita o acesso aos eventos esportivos, eu estou me referindo ao futebol de salão, ao basquete, ao vôlei, a qualquer outra modalidade olímpica que também precisa de formação de plateia – formação de plateia essa fundamental para a formação do indivíduo.

Então, quero, por isso, justificar a emenda que eu apresentei na Comissão de Esporte que integra o projeto e que merece, sim, Senador Flávio, Presidente Arns, uma discussão nessa Comissão, uma discussão franca, aberta, sem segmentarismos, mas enxergando o esporte também como um elemento que integra o rol do entretenimento da família brasileira.

Muito obrigado.

Eu tenho aqui alguns nomes, Sr. Presidente, para incluir nessa audiência pública. Não sei se os leio ou se os encaminho.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, se V. Exa. concordar... V. Exa. tem, então, esse requerimento extrapauta.

Eu pergunto, em primeiro lugar, ao Plenário se temos autorização para incluir. (*Pausa.*)

Não havendo discordância...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O item 11 da pauta, extrapauta, que requer sejam incluídos os seguintes convidados nesse debate, que é importante, como V. Exa. enfatizou muito bem.

Vamos ler aqui.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 122, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 115/2023 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Ministério do Esporte; o Senhor José Luiz Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; o Senhor Felipe Legrazie Ezabella, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/SP; representante do Comitê Olímpico do Brasil - COB; representante do Novo Basquete Brasil - NBB; e representante Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Eu só pediria a V. Exa. que, como foi incluído o COB, que seja incluído o Comitê Paralímpico também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com todo o mérito. E eu peço a inclusão também da Confederação Brasileira de Voleibol.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só quero dizer ao Senador Carlos Portinho que não tem nenhum óbice, acho que é importante, é uma lei que tramita desde 2019, portanto da legislatura anterior, e é importante que a gente possa destravar e trazer tantos elementos que ele colocou e alguns que eu vou colocar quando fizer o meu requerimento oral, que também é uma questão relacionada à cultura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Voltaremos daqui a pouco.

Estão em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos votar os requerimentos em bloco, porque o Senador Hiran também tem um item extrapauta em termos de requerimento.

Pergunto, em primeiro lugar, da concordância do Plenário em colocar em apreciação. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, é o Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 84.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 84, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5984/2019, que "institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Estou lendo certo? Fabry?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fabry.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Autoria... Com a palavra, V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria só, muito rapidamente, primeiro agradecer a gentileza do Presidente, de a gente poder incluir nesse bloco a aprovação desse requerimento importante, porque isso é uma doença, Presidente, que é rara, hereditária, pouco conhecida e que causa graves lesões renais, cardíacas e neurológicas.

E a gente é autor desse requerimento para começar a discutir um pouco e fazer com que as pessoas conheçam a importância de divulgar essa doença, inclusive no meio médico, porque inclusive no nosso dia a dia ela ainda é desconhecida. E para que ela não seja negligenciada que esta Casa sugere a V. Exa. esse requerimento. Será muito importante para que nós possamos discutir a ciência, tanto a comunidade médica como o povo brasileiro, da importância de diagnosticarmos precocemente essa doença.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço ao Dr. Hiran.

Está em discussão a matéria.

Considero da mais alta relevância também termos um dia para termos as luzes e os holofotes nesse debate.

Aliás, quero só destacar que tivemos ontem uma audiência pública para a instrução de um projeto de lei, também muito interessante, muito elucidativa, sobre esclerose tuberosa. E houve a participação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas da USP, de São Paulo, das famílias, e foi muito interessante. Pode contribuir, assim, muito para que as pessoas se organizem, discutam, vejam, assim como a Doença de Fabry também.

Está encerrada a discussão.

Votamos na sequência os requerimentos em bloco.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Está encerrada a votação nominal dos quatro itens apreciados.

Solicito à Secretaria que vejamos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 21 pessoas, 21 Senadores; NÃO, nenhum.

Quórum: 22.

Muito bem. Aprovados os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.479, de 2019; PL 25, de 2020; PL 597, de 2021; e PL 4.852, de 2020.

As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

Passamos à votação dos requerimentos. Já também podemos votar os requerimentos.

Passamos agora à votação dos requerimentos lidos anteriormente: item 8, Requerimento 115, de 2023, da Senadora Teresa Leitão; item extrapauta, Requerimento 122, de 2023, de autoria do Senador Carlos Portinho; item extrapauta, Requerimento nº 84, de 2023, de autoria do Senador Dr. Hiran.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2695, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência oftalmológica.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, com uma emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. Em 01/06/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Confúcio Moura (MDB/RO).

Autoria do Senador Rodrigo Cunha, que inclusive estava aqui presente, mas sempre está presente.

Concedo a palavra, então, ao Dr. Hiran.

Parabenizo V. Exa. por todo o trabalho social que vem desenvolvendo há tantos anos já pelo Brasil e também o apoio médico a tantos Senadores e Senadoras que precisam da sua orientação. E eu vou aqui, num dia desses, também falar com V. Exa. para ver como enxergar melhor.

Com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu peço a autorização de V. Exa. para ir direto à análise do projeto.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do Projeto de Lei nº 2.695, de 2023, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Passando à análise do mérito, acreditamos que a assistência oftalmológica é um tema de extrema importância para a educação básica, na medida em que problemas de visão podem interferir negativamente no desempenho escolar. Problemas como miopia, astigmatismo e hipermetropia podem causar dificuldades na leitura, na escrita e no aprendizado no geral, uma vez que grande parte da aquisição dessas competências passa pela acuidade visual.

Assim, considerando que a visão é um dos sentidos mais importantes do ser humano e que uma boa qualidade visual é essencial para o aprendizado escolar, é necessário garantir que os alunos da educação básica tenham acesso à assistência oftalmológica gratuita e de qualidade. Isso permitirá que problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visuais sejam detectados precocemente, possibilitando o tratamento adequado e contribuindo para o pleno desenvolvimento educacional e social dos estudantes.

No mesmo sentido, entendemos ser merecedora de acolhimento a Emenda nº 1-T, do Senador Confúcio Moura, que trata da assistência auditiva.

Com efeito, da mesma forma que a visão, a audição é um dos sentidos que mais influenciam o contato com o mundo e, portanto, impacta significativamente no aprendizado e no desempenho escolar. Devem ser assegurados, assim, diagnóstico e assistência auditiva para que estudantes que sofrem de problemas de audição, como perda de audição parcial ou total, ouvido perfurado, entre outros problemas, recebam tratamento e apoio adequados para garantir um aprendizado efetivo e de maior qualidade.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.695, de 2023, e da Emenda nº 1-T, nos termos da seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se a seguinte redação à ementa do PL nº 2.695, de 2023:
> "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência oftalmológica e auditiva".

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dr. Hiran.

Está em discussão a matéria.

Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria saudar e parabenizar o autor da matéria, o nosso querido Senador Rodrigo Cunha, porque, Presidente, nós que atuamos...

Eu atuo na oftalmologia há mais de 40 anos, e a atenção à saúde oftalmológica das crianças e dos adolescentes é negligenciada no país e vou explicar por quê.

A oftalmologia no SUS não está na atenção primária, está na atenção especializada. Isso dificulta muito às crianças que estão nos municípios e que procuram a atenção oftalmológica e não a encontram na atenção primária. Então, nós encontramos, em vários lugares deste país, em vários estados deste país, que as secretarias de saúde, os governos, por uma atuação mais localizada, terminam por fazer programas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar acesso a essas crianças a um exame oftalmológico. Mas, na maioria dos municípios do nosso país, isso passa despercebido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós encontramos, na nossa atuação, muitas crianças e muitos adolescentes que têm uma patologia que é relativamente comum e que leva à cegueira irreversível ou à baixa visão irreversível, que é, quando uma criança nos procura e tem um defeito de visão num olho só – ela tem uma baixa visão num olho só e se desenvolve até os sete, oito anos –, mas, quando ela tem acesso ao exame oftalmológico, ela desenvolveu o que nós chamamos de ambliopia.

A ambliopia, muitas pessoas conhecem aqui como olho preguiçoso. Por que ele ficou preguiçoso? Porque de um a sete anos esse olho não foi estimulado, e a criança, quando nasce com esse problema, ela não verbaliza. Como ela enxerga bem com o outro olho e a visão monocular compensa essa dificuldade, essas crianças não reclamam para os pais, isso passa despercebido, e só é percebido através de um exame oftalmológico adequado, assim como outras patologias também. Por exemplo, toxoplasmose, que é uma doença muito comum, é uma infecciosa que é causada por um bichinho que nós adquirimos, em contato com felinos, com gatos domésticos, ou então na ingesta de carnes mal cozidas, ou pode ser também congênito. Esse bichinho se localiza na retina e causa lesões irreversíveis. Isso passa despercebido, se não fizermos um exame oftalmológico adequado.

E volto a dizer que no SUS isso não é contemplado, porque a oftalmologia não está no Nasf, não está no núcleo de assistência primária do nosso Sistema Único de Saúde.

Então, eu acho que esse projeto aqui é meritório porque ele vem sanar essa dificuldade e abrir cada vez mais acesso a essas pessoas que procuram nosso sistema de saúde para fazer diagnóstico, não só da parte oftalmológica, mas também da parte auditiva, que analogamente causa também uma grande dificuldade de aprendizado nas crianças.

Quero parabenizar mais uma vez V. Exa. por pautar esse projeto tão importante; e o autor do projeto, o Senador Rodrigo Cunha, assim como o nosso querido colega Confúcio Moura, que é o autor da emenda que inclui nesse projeto também a obrigatoriedade de se fazer um exame auditivo, precocemente, nas crianças do nosso país.

Parabéns, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa, Senador Dr. Hiran. E parabéns pelo trabalho desenvolvido nessa área.

Senadora Professora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, parabenizo tanto pela iniciativa do projeto quanto logicamente pelo relatório de alguém que conhece muito e fez ponderações extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo, do lado da educação, o quanto é importante para a inserção na escola, para o aprendizado, para a inserção na família. Então, eu o destacaria como bastante significativo. E queria sugerir ao nosso Presidente que nós pudéssemos ou convidá-la, ou ir na Ministra Nísia. Eu estive com ela há cerca de uns 10, 15 dias, e ela me afirmou que vai retomar um programa de saúde na escola, de saúde escolar, em um novo desenho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela vem aqui amanhã, professora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, acho que seria importante... Eu falo para nós ganharmos tempo em relação a um projeto, que sendo abraçado pelo próprio Governo, é possível que ele avance em relação à cobertura, parcerias possíveis. Então, com a vinda da Ministra, eu acredito que a gente possa discutir, porque ela afirmou a retomada, inclusive numa ação conjunta com o Ministro Camilo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente. Lembrando que a Ministra, Dra. Nísia, estará amanhã, no Senado Federal, na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), e esse assunto poderá obviamente também ser debatido com ela amanhã.

Eu só quero dizer, da minha parte, que é um projeto da mais alta importância e relevância a identificação, eu diria, tão precoce quanto possível, de problemas reais ou potenciais. E eu diria, até, em todas as áreas, porque isso afeta a qualidade, o sucesso da criança, do adolescente na educação e na inclusão social – problemas visuais, auditivos...

Também, não nesse projeto, mas depois, podemos pensar em conjunto e ir além disso, porque há criança que chega com dificuldades de fala, por exemplo, às vezes não decorrentes de um problema auditivo, ou problemas motores, físicos.

Mas o mais grave, ainda, que eu acho é que a criança pode apresentar um problema real ou potencial de aprendizagem e reprovar um ano, reprovar dois anos, três anos, e só aí: "Ah, acho que tem alguma dificuldade", quando se poderia ter, através do professor, o que os países mais desenvolvidos fazem, que se chama escala de desempenho de aluno. Depois de uns três, quatro meses de aula, a professora, o professor da sala de aula aplica o instrumento, porque já conhece o aluno.

E, mesmo nos problemas visuais, é preciso fazer a triagem de todo mundo; no auditivo, fazer a triagem – só que tudo isso é uma ação na atenção primária também –; e, depois, levar para o especialista, quando for o caso, para que haja essa triagem, para que sejam levados para o médico aqueles casos identificados como positivos. Pode-se até fazer uma pesquisa para ver se estão identificando corretamente, se não tem falso positivo, falso negativo; mas levar para o médico a possibilidade de ter isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses programas de triagem também, em todas as áreas, me parecem que são muito precários. Eu acho que tem que haver um debate que envolva a educação, obviamente, ou a saúde, sem dúvida alguma, mas também nessa articulação com estados e municípios.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor me permite um aparte, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Claro, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Nós estamos vivendo, Presidente, uma epidemia de miopia no mundo. O senhor sabe por quê? Hoje, infelizmente, quando uma criança pequena começa a incomodar muito, a primeira coisa que muitos pais fazem é dar um celular para a criança, para a criança não encher o saco. Não é assim? Ao invés de inventarem alguma atividade lúdica mais saudável, fica todo mundo assim, ó... E aí, Presidente, isso está gerando deformações oculares importantes com aumento significativo da miopia.

E, no nosso caso – o senhor sabe que eu faço muita medicina ainda, muita oftalmologia –, a gente tem usado atropina, que é um ciclоplégico de ação longa, em doses milesimais, para tentar compensar essa sobrecarga que o olho sofre.

E, durante um projeto dessa magnitude, certamente nós vamos preparar os educadores para colocar a importância de a gente controlar a utilização destes artefatos aqui – dos celulares – quando as crianças começam, às vezes, a incomodar.

Elas estão incomodando porque estão precisando de atenção, estão precisando de outras atividades que sejam interessantes para elas. Então, ao invés de a gente ficar colocando um celular na mão delas, podemos levar a criança para fazer uma atividade física: jogar um futebol, brincar, correr, aquilo que nós fazíamos quando nós éramos crianças. Hoje, não, as crianças passam o dia todo assim.

Então, tem crianças que ficam três, quatro, cinco horas com um aparelho celular a 30, 40cm do seu olho. Isso é absolutamente nocivo e gerador de ametropia e a ametropia mais importante é a miopia, que gera uma baixa visão para longe muito importante, e a criança que tem dificuldade para longe, ela vai ter dificuldade de fazer esporte que exija um movimento e visão acurada, como futebol, voleibol, enfim. A criança fica cada vez mais introspectiva e tem muita dificuldade de se relacionar e praticar esportes que são muito mais saudáveis. Isso é uma coisa que a gente deve deixar consignado aqui, já que nós somos assistidos pelo povo brasileiro de uma maneira geral. E falando sobre isso aqui, nós estamos fazendo saúde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Então, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é não terminativo, a votação, portanto, é simbólica.

Em votação, o relatório apresentado pelo Senador Dr. Hiran.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-T, Comissão de Educação, e nº 2, Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Está bem?

A Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pauta está concluída?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

Com a palavra, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Então, eu tenho só uma questão de ordem, que eu não posso caracterizar como requerimento, Presidente, mas gostaria de chamar a atenção desta Comissão, para que algum movimento nós possamos fazer junto à Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Federal, para aproveitar a data de 5 de novembro – 5 de novembro é o Dia Nacional da Cultura. Vai ser domingo, depois deste a oito.

Na Câmara dos Deputados, tramitou o PL 3.905, um PL de autoria de vários Deputados, subscrito pela Deputada Benedita da Silva, pelo Deputado Túlio Gadêlha e mais 17 Deputados. Ele institui o marco regulatório do fomento à cultura.

Foi terminativo na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e virá para cá. Eu procurei verificar junto à nossa assessoria como é que está essa tramitação aqui, mas queria pedir que a gente fizesse alguma gestão junto à Câmara ou aqui, pela Secretaria do Senado, a Mesa Diretora, para que esse projeto nos chegasse – que é para aqui ele vem, Para a nossa Comissão de Educação e Cultura –, para que a gente pudesse apreciá-lo e votá-lo por ocasião, se não no dia 5 de novembro, que é o Dia Nacional da Cultura, mas pelo menos que ficasse registrado neste mês, como uma contribuição, como uma comemoração a esse dia.

É um projeto muito interessante. O debate na Câmara dos Deputados foi muito bom, e agora que a gente está com outros procedimentos legais em relação ao acesso à cultura, instituir o marco regulatório de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomento à cultura, certamente, é uma questão a mais que vem reforçar essa preocupação tão grande com a cultura.

É preciso criar na verdade um regime jurídico. E lá a apreciação foi feita, foi votado, aprovado. Aí fica o meu apelo, minha solicitação para que a gente faça isso nas cercanias do dia 5 de novembro, possivelmente posteriormente ao dia 5 de novembro, que é o Dia Nacional da Cultura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Senadora Teresa Leitão, pela lembrança, pela sugestão, e acolhemos com a absoluta convicção de que isso deve ser feito.

Nós vamos verificar, a Secretaria aqui já anotou também a solicitação, vamos ver onde é que está o projeto e fazer os esforços necessários para que possa ser apreciado aqui, na Comissão. Talvez, inclusive, conforme for, a gente coloque isso na semana posterior ao dia 5, que seria dia 7, se for possível – vamos ver prazo de emendas e tudo –; se não, logo em seguida.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Do mês de novembro?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, do mês de novembro.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Já fica simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Simbólico o mês de novembro e acolhemos a sugestão.

Obrigado, Senadora.

Muito bem.

Antes de encerrarmos os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para hoje, 24 de outubro de 2023, às 14h, quando será realizada audiência pública para debater os avanços no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), suas contribuições mais recentes para a educação, para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional. Às 14h, portanto, de hoje.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 78ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Romário, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 111/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 116/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 118/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater os avanços no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), suas contribuições mais recentes para a educação, para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional. **Participantes:** Sra. Renata Mainenti Gomes, Coordenadora de Apoio ao Controle Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sra. Luíza Aurélia Costa dos Santos Teixeira, Dirigente Municipal de Educação de Crateús - CE e Vice-Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (UNDIME/CE); Sra. Mariana Santarelli, Coordenadora do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ); Sra. Maria Leopoldina Veras, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Wagner Geminiano dos Santos, Membro do Fórum Nacional de Educação (FNE); e Sr. Elido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Magno Malta, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 98/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e PLS 49/2015, de autoria Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Finalidade:** Instruir o PLS 49/2015, que "institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços". **Participantes:** Sr. Fabiano Piúba, Secretário de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura; Sr. Francisco Bilac Pinto, Presidente da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR); Sr. Dante José Alexandre Cid, Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Sr. João Scortecci, Diretor da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF NACIONAL); Sra. Sevani Matos, Presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL); e Sr. Marcus Teles C. Carvalho, Diretor-Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 80ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quatorze horas e hum minuto do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 60/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 64/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 66/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Finalidade:** Debater propostas para aprimorar a disponibilização do acesso aos microdados do Censo Escolar pelo INEP. **Participantes:** Sr. Lucas Borges de Carvalho, Representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Sr. Pedro Veloso, Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais do Todos Pela Educação; Sra. Gabriela Schneider, Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e representante do Laboratório de Dados Educacionais; Sra. Fernanda Campagnucci, Diretora-Executiva do Open Knowledge Brasil; Sr. Fábio Pereira Bravin, Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Sr. Pedro Saliba, Coordenador de Projetos da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa; Sr. Thiago Alves, Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Coordenador Geral do Laboratório de Dados Educacionais e representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Sr. Daniel De Bonis, Diretor de Pesquisa, Dados e Conhecimento da Fundação Lemann; Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Sr. Alexandre Ramos de Azevedo, Diretor Financeiro da Associação dos Servidores do Inep (ASSINEP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/26

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de outubro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "debater propostas para aprimorar a disponibilização do acesso aos microdados do Censo Escolar pelo Inep", fecho aspas, em atenção ao Requerimento nº 60/2023-CE, ao Requerimento nº 64/2023-CE e também ao Requerimento nº 66/2023-CE.

Participam da audiência os seguintes convidados: Sr. Fábio Pereira Bravin, Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Sr. Lucas Borges de Carvalho, representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Pedro Veloso, Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais do Todos pela Educação; Sr. Daniel De Bonis, Diretor de Pesquisa, Dados e Conhecimento da Fundação Lemann; Sra. Gabriela Schneider, Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e representante do Laboratório de Dados Educacionais; Sra. Fernanda Campagnucci, Diretora-Executiva do Open Knowledge Brasil; Sr. Pedro Saliba, Coordenador de Projetos da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa; Sr. Thiago Alves, Professor da Universidade Federal de Goiás, Coordenador-Geral do Laboratório de Dados Educacionais e representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); e o Sr. Alexandre Ramos de Azevedo, Diretor Financeiro da Associação dos Servidores do Inep (Assinep).

Informo também que foi convidada a Sra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também destacar – e isto é importante – que o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Quero, inclusive, destacar que já recebemos perguntas das pessoas que nos acompanham, que eu passo a ler. Assim, na medida do possível, cada expositor e expositora já poderá, de alguma forma, abordar as perguntas. Até a nossa Secretária Andréia pode disponibilizar também para vocês, para vocês terem acesso às perguntas.

Josiane Parisi, do Paraná: "Como as mudanças [...] recentes [na Lei de Diretrizes e Bases da Educação] são evidenciadas no Censo Escolar?".

Elienai Lima, do Rio de Janeiro: "Como [...] [viabilizar uma] ampla divulgação [...] [desses] dados [...] [de modo a alcançar] a população [...] [sem acesso à] internet?".

Talia Marques, do Distrito Federal: "Quais [...] as principais fontes de informação e ferramentas que o Inep oferece para [...] [consulta aos] dados do Censo Escolar?".

Lucas Hernandes, de São Paulo: "Quando todos os trabalhadores da educação estarão [contemplados] no Censo Escolar? Educação não se faz apenas com professores e alunos".

Fernanda Paula, do Rio de Janeiro: "As ferramentas de transparência devem sempre estar acompanhadas de medidas educativas que capacitem os cidadãos a [...] [usá-las]". Interessante.

Marlos Pereira, do Mato Grosso do Sul: "De posse dos microdados e com apoio de pesquisadores [...] [e das] universidades, as escolas farão um planejamento adequado à realidade local". Bem interessante, viu, Marlos? Não é uma pergunta, é um comentário; são perguntas ou comentários.

Eu quero dizer aos expositores e expositoras, em primeiro lugar, que quero agradecer a participação de todos e todas nesta audiência pública. Todos e todas têm muito a contribuir com a educação de uma maneira geral. Estamos falando de entidades, instituições, pessoas da mais alta qualidade e competência, por quem nós temos um respeito gigantesco. E, se a educação deve melhorar, se aprimorar, ter instrumentos adequados de planejamento, devemos sempre nos lembrar de que isso é fruto de um esforço coletivo até do Senado – não há dúvida –, da Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados, do Executivo, dos órgãos de controle, das universidades, das campanhas nacionais.

E este é o grande objetivo: como, com os dados disponíveis, podemos aprimorar a utilização dos dados, também o planejamento, a partir dos dados disponíveis, para debatermos, para aprimorarmos os dados? Toda vez isso tem que ser assim, refletido, discutido. Esse é o objetivo dessa audiência pública, que eu tenho a honra de presidir, da Comissão de Educação e Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, inclusive, destacar que os debates na Comissão vêm sendo muito interessantes, com a participação de todos os partidos políticos, num clima de muito respeito, entendimento, como deve ser, porque educação é um objetivo a ser alcançado, de qualidade pública, para todos os brasileiros. Nós temos 27 membros titulares, 27 membros suplentes e estamos debatendo todos os assuntos que estão na mídia todos os dias, como segurança escolar, o novo ensino médio – já tivemos dez audiências públicas, mais ou menos, na Subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão, com relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, e agora já chegou o projeto de lei, que vai ser comparado com todos os debates que foram feitos – já não precisamos fazer novos debates, já fizemos muitos. É claro, novos debates são sempre necessários, mas no sentido de apreciação da lei já temos ferramentas importantes a serem utilizadas. O Plano Nacional de Educação, o Sistema Nacional de Educação, segurança escolar, valorização do professor e dos profissionais da educação, todos esses temas estão sendo permanentemente discutidos, transporte escolar, alimentação escolar... E estamos abertos a receber sugestões, porque é a Comissão de Educação e de Cultura, lembrando: da parte do esporte, agora foi constituída uma Comissão à parte.

Dito isso, quero agradecer de novo e dizer: que bom que vocês estão juntos neste momento a favor da educação no Brasil. E eu quero também ressaltar e pedir o apoio de todos e todas, porque, na exposição inicial, cada convidado e convidada poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Quando faltarem quinze segundos soará uma campainha, e, soando a campainha, só vocês pensem: "Eu tenho que terminar meu pensamento, meu argumento, porque o tempo está terminando". Ao fim das exposições, a gente concede novamente a palavra a todos e todas, a vocês, os expositores e expositoras, para complementarem o que estiverem considerando como importante ser repassado para o Brasil.

Eu só quero, da minha parte, dizer ao Sr. Fábio Pereira Bravin, que está representando o Inep, e também ao Sr. Alexandre Ramos de Azevedo, que está representando o Diretor Financeiro da Associação dos Servidores do Inep (Assinep), bem como ao Sr. Lucas Borges de Carvalho, que é o representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados: se vocês não ficarem bravos comigo, nós vamos deixar vocês três para o final, para que vocês possam ter o ponto de vista do que as entidades todas estão pensando. A Associação Nacional de Proteção de Dados, por exemplo, vai escutar, vai ver e vai dizer: "É possível, não é possível, há maneiras de se fazer, há caminhos a serem feitos". E o Inep, da mesma maneira, escuta o que o povo todo tem a dizer e depois comenta, não é, Daniel? Está bom, Daniel e Fábio?

Passamos, em primeiro lugar, a palavra à Sra. Fernanda Campagnucci, Diretora-Executiva da Open Knowledge Brasil, e, em seguida, à Sra. Gabriela Schneider.

Com a palavra, então, Fernanda Campagnucci.

Estou falando certo?

A SRA. FERNANDA CAMPAGNUCCI (*Por videoconferência.*) – Certíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Certíssimo. Está bom, então. (*Risos.*)

A SRA. FERNANDA CAMPAGNUCCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada pela realização desta audiência de extrema relevância.

Cumprimento o Sr. Senador, cumprimento o Senado pela iniciativa e a Comissão.

Eu vou ser breve, para ficar nos meus dez minutos, e compartilhar minha tela aqui. (*Pausa.*)

Acredito que vocês já estejam vendo.

Bom, a Open Knowledge Brasil é uma organização que atua com direitos digitais. Então, nós somos preocupados do ponto de vista tanto da transparência quanto da privacidade, atuamos nessas duas frentes e, sempre que possível, pensamos em como equilibrar esses dois direitos fundamentais.

Eu vou aqui brevemente abordar, porque eu sei que os meus colegas vão tratar de vários pontos complementares... A gente fala de um ponto de vista dos usuários. Nós já fizemos uma iniciativa de formar gestores públicos em todo o Brasil para usar esses microdados antes de eles serem restritos. E também, há dez anos, eu estive no Inep numa iniciativa fundamental que foi a abertura desses dados. Teve um *hackathon*, uma maratona *hacker*, e a equipe em que eu estava foi vencedora em primeiro lugar. Então, eu tenho, particularmente, muito respeito por esse trabalho que o Inep sempre fez.

Bom, eu vou abordar três pontos aqui, mas alguns vão ser muito mais rápidos que outros: primeiro, a tomada de decisão que aconteceu à época, considerações sobre forma e mérito; depois, o impacto da decisão, o que aconteceu de lá para cá com o acesso a esses dados; e, em último lugar, perguntas também que a gente quer deixar aqui para o debate e para o aprofundamento futuro. Eu tenho certeza de que os Senadores também vão poder se debruçar sobre esse tema.

Primeiro, eu estou começando a falar; então, eu acho que é legal falar uma definição aqui do que são os microdados e por que eu usei "ex-microdados" lá na frente. Eu peguei duas definições aqui simples: o microdado é a menor fração de um dado coletado numa pesquisa, a resposta individual dos informantes de um questionário, de censos, de sistemas administrativos. Eles têm uma característica que é permitir uma compreensão aprofundada sobre questões socioeconômicas, sobre interação entre diferentes variáveis e fenômenos. E aí a afirmação com que eu começo aqui é que hoje os censos publicados pelo Inep não estão mais detalhados como microdados – essa é uma realidade. A gente espera que, a partir desta audiência e dos trabalhos do Inep, isso se reverta, mas, da forma como isso foi feito, a gente pode afirmar que eles não estão mais detalhados como microdados.

Bom, sobre a tomada de decisão, também não vou me aprofundar muito, porque, com o Data Privacy Brasil, que está aqui – organização referência em termos de privacidade no Brasil –, a gente reuniu diferentes partes dessa questão da sociedade, da pesquisa, das empresas, do próprio Governo, para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa discussão sobre como alcançar esse equilíbrio. Então, tem esse relatório, que eu deixo aí como referência, mas a gente destacou, na época, principalmente a falta de diálogo e a opacidade dessa tomada de decisão.

Ainda sobre a tomada de decisão, a gente tem questões de mérito, o que também não vai dar tempo de aprofundar aqui – e eu acho que não é o foco –, mas acho que várias organizações aqui vão falar que essa decisão de restringir os microdados não poderia ter sido tomada apenas com base num estudo de segurança da informação que desconsidera os benefícios dos dados na forma como eles estavam. E também tem uma questão, depois de tomar essa decisão: será que os métodos de anonimização foram tecnicamente os melhores? Será que aquilo que foi feito para proteger a privacidade daqueles cidadãos que estão ali retratados nessa política pública atendem ao interesse público de fato?

Então, essas são questões que eu não vou tratar aqui, senão não vai dar tempo. Eu acho que é mais interessante a gente focar aqui os impactos desse fechamento, porque acho que isso também vai ajudar a orientar as propostas.

A verdade é que, com menos dados, a gente tem menos possibilidade de análise hoje em múltiplas formas. Por exemplo, Censo da Educação Superior: antes a gente tinha, dessa forma, tabelas com dados por aluno, que permitiam cruzamento por raça-cor, sexo, curso, local. A gente tinha uma planilha com informações sobre cada um dos cursos regulares oferecidos no Brasil. A gente tinha uma planilha com informações sobre os docentes – já teve alguém ali no começo que mandou uma questão sobre "cadê os outros trabalhadores da educação?". E tinha também uma planilha com informações sobre as universidades. Eu destaquei aqui o tamanho dessas bases de dados: a gente tinha 3GB da planilha de alunos.

Depois do processo de restrição dessas bases de dados, a situação que nós temos é esta: a gente tem uma planilha que resume os dados dos cursos com diversas colunas extras que resumem, então elas vão agregando – por isso é que eu disse que não é mais microdado –, a quantidade de alunos por curso, os totais por dentro de uma categoria, então uma coluna que diz quantos são brancos, outra coluna que diz quantos são negros, outra que diz quantos alunos homens, outras que dizem quantas mulheres. E qual é o problema disso? A gente não consegue, por exemplo, tirar lições sobre mulheres negras, cruzar duas variáveis, porque uma não conversa com a outra mais, então a gente perde uma camada de análise muito importante. Esse é apenas um exemplo.

Outra planilha, sobre as universidades, agora não tem mais informação sobre os docentes, além da mera quantidade dos docentes. Então, isso também é um aspecto. Se alguém já reclamou ali que não tinha informação sobre trabalhadores, hoje, inclusive, sobre docentes a gente tem menos informação.

Outro exemplo é sobre educação básica, o censo de educação básica. A gente tinha antes tabelas sobre docentes por região; dados sobre adequação entre a formação e a disciplina, o que é fundamental para entender se os docentes que a gente tem hoje são qualificados para atuar; dados sobre escolas; tabela com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestores escolares; tabela com dados de alunos matriculados por região; e tabelas de dados de turmas. Isso é muito importante, porque a gente consegue entender como cada aluno e professor era vinculado a uma turma; e uma turma, a uma escola, para entender desigualdades, às vezes, intraescolares que acontecem.

Bom, depois a gente tem uma tabela – hoje, a forma como está disponível –, apenas uma tabela de escolas com uma coluna que informa quantas turmas e quantos alunos existem por nível, com algumas quebras demográficas, e a gente perdeu, de novo, o detalhamento sobre os docentes. Olha, com isso, no nosso melhor juízo, como usuários dos dados, como pessoas que atuam com isso, nessa avaliação que eu estou fazendo, perdeu-se todo o detalhamento sobre docentes, e hoje a gente não tem nem os quantitativos por gênero ou disciplina. De novo, essa é a melhor avaliação que a gente fez aqui como usuários que consumiam esses dados antes e depois.

E, por último, um outro exemplo é o Enade, da avaliação também no ensino superior. É um outro tipo de caso que a gente tem aqui, é muito curioso. Nos outros casos a gente viu o problema que é agregar informação. Aqui a gente tem o caso de fragmentação da informação, que também nos faz perder essa informação. Antes a gente tinha uma tabela que informava os dados com o resultado da prova por aluno que respondeu, obviamente sem o dado do aluno, sem identificar o aluno.

Hoje a gente tem a mesma informação, mas em 32 tabelas, cada uma com uma parte dessas variáveis. Então a gente não garante que uma linha de uma tabela, como a nota geral, por exemplo, vai se referir ao mesmo estudante de uma outra tabela, como a declaração de cor e raça – a gente não consegue fazer uma análise, por exemplo, de notas, cor, raça. Com isso fica prejudicada a análise de desigualdade na saída do ensino superior, por exemplo: como os estudantes entraram, se cotistas ou não cotistas...

A gente tem esse exemplo de uma matéria que foi premiada, da *Folha de S.Paulo,* pelo próprio Inep, em 2018, com base nesses dados. Eles fizeram essa análise de como os estudantes entravam e saíam com as cotas. O mesmo jornalista que foi responsável pela análise de dados deu este depoimento: que hoje os dados estão basicamente inúteis. Eles não conseguiriam fazer essa matéria hoje em dia.

Bom, sobre salas seguras. Salas seguras foram uma espécie de resposta que o Inep deu para essa questão. A gente não vai mais disponibilizar, mas a gente vai ampliar o processo de acesso a uma sala segura – eu sei que está acabando o meu tempo aqui –, ela não é uma resposta. Eu explico aqui no eslaide, vou deixar...

Hoje, em 2023, a gente teve só 13 processos de acesso a essa sala segura, só 10 deferidos, de acordo com a última informação que tinha lá no *site* do Inep ontem.

Vou terminar aqui com uma questão. A gente teve uma matéria de *O Globo*, em uma semana, falando de uma empresa que teve acesso a esses dados de forma exclusiva, via sala segura, uma empresa que pode ter como modelo de negócio usar esses dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fechar, deixo aí uma lista de questões – que não vou ter tempo de ler, mas que fica à disposição aí na apresentação – para a gente debater e aprofundar.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Olha, Fernanda, obrigado pela apresentação, que é extremamente clara e didática. Para mim, o assunto ficou extremamente claro também, como já estava também, mas você, com a abordagem, esclareceu para muitas pessoas no Brasil que se dedicam à educação. Obrigado, Fernanda.

Com a palavra agora a Sra. Gabriela Schneider, Professora da Universidade Federal do Paraná, que já participou muito também em audiências anteriores – parabéns pelo trabalho! –, e representante do Laboratório de Dados Educacionais.

Com a palavra, Profa. Gabriela. (*Pausa.*)

Está me escutando, Gabriela? (*Pausa.*)

Não. Não estamos escutando você. Estamos vendo a tela.

A SRA. GABRIELA SCHNEIDER (*Por videoconferência*.) – Agora o meu áudio abriu.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora está tudo em ordem. Seja bem-vinda!

A SRA. GABRIELA SCHNEIDER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Boa tarde.

Agradeço novamente o convite. É um prazer estar aqui novamente no Senado, discutindo um tema tão importante para a gente. Então, queria fazer minhas as palavras da Fernanda, que me antecedeu, no sentido da importância de a gente debater esse tema e ser ouvida pelo Senado, a disponibilidade aí do diálogo.

Então, eu venho representando o Laboratório de Dados Educacionais.

Vou pedir para passar o eslaide, se for possível.

Eu venho representando um grupo – e acho que é importante falar isto – de pesquisadores interinstitucionais, que reúne a UFPR e a Universidade Federal de Goiás. O Prof. Thiago, que está aqui também e vai falar depois, trabalha comigo nesse laboratório. A gente tem, há uns seis, sete anos, feito alguns trabalhos de tentar utilizar, por meio dos dados que eram disponibilizados pelo Inep, tratamentos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar plataformas para disponibilizar esses dados, que têm auxiliado no debate do Custo Aluno Qualidade, por meio do simulador, e mesmo outros dados em questões de sindicatos, movimentos sociais. A gente tem uma parceria com a Universidade Federal do Paraná no mapeamento da formação docente e da formação de ensino superior. Então, esses dados são utilizados pela universidade também para pensar política, para pensar instituições. Acho que é importante falar isso para entender que há um trabalho dentro das universidades também no sentido de usar e produzir esses dados, que são essenciais, como a Fernanda bem colocava. Então é só para situar o meu lugar de fala e situar o trabalho que a gente vem desenvolvendo de diálogo e de análise de dados nesse âmbito.

Pode passar, por favor.

Eu acho que um dos grandes debates por trás dessa disponibilização de dados está no debate de a quem e a que servem os dados educacionais. A gente entende a importância da proteção de dados, mas acho que tem um debate importante no sentido de entender que os dados educacionais historicamente – aliás, historicamente não, mas que tinham uma série histórica desde 2007 disponibilizada – foram um processo importante para a luta pela democratização da educação. Diversas pesquisas, diversos tencionamentos em termos de políticas, sejam eles políticas afirmativas, de disputas mesmo de olhares diversos, foram feitos também por maior transparência, também por maior possibilidade de acesso e entendimento do conhecimento da realidade educacional. Os dados são extremamente importantes para avaliação, para monitoramento. Está-se discutindo muito o quanto a sociedade civil precisa ser incluída nos movimentos de controle social. A gente tem sido muito chamada por conselhos municipais de educação, conselhos estaduais, que querem ter acesso a esses dados para se conhecerem melhor, e a gente não está mais podendo fazer esse trabalho justamente por aquilo que a Fernanda comentava: da redução da disponibilidade desses dados. Acho que a análise da realidade educacional vai passar e vai colaborar com a luta pela diminuição das desigualdades.

E aí eu queria botar um ponto extremamente importante que é o papel das universidades na produção das pesquisas, das universidades, dos movimentos sociais. A Fernanda terminou a fala dela falando da sala segura, e eu queria problematizar um pouco, porque um dos argumentos é que os dados estão disponíveis ainda – eles estão disponíveis, você vai à sala segura, mas não se produz conhecimento dessa forma. A produção do conhecimento exige um debruçamento sobre o dado, um debruçamento sobre a questão, e isso não se faz em uma tarde, em uma noite, em um dia ou dois, numa sala segura, que é o local em que você pode pedir acesso aos dados. Então, acho que a gente tem aí um papel extremamente importante da universidade como tencionamento de políticas públicas, porque acho que a grande questão é que esses dados serviam para problematizar, para pautar e para dialogar com as políticas públicas, para avançar nesse sentido. A gente tem um plano nacional que está findando, a gente precisa olhar novamente para a realidade para pensar um novo plano, e a gente não tem, disponibilizado pelos pesquisadores no nível da escola, esse dado mais detalhado para se debruçar sobre isso.

Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só quero ressaltar aqui que a gente não pode prescindir da análise dos dados para cotejar, para pensar a política educacional. A análise mais global precisa ser feita a partir do dado, do conhecimento da realidade, e isso se dá também por meio de utilização dos microdados do Inep.

Pode passar, por favor?

Aqui estão algumas das principais fontes, e acho que a Fernanda já as citou – então, eu vou seguir à frente –, mas vou retomar algumas coisas que a própria Fernanda, que foi claríssima, me antecedeu...

Pode passar, por favor?

Acho que é um pouco isto. A gente continua coletando estes dados, dados de matrículas, de escolas, de docentes, de turmas e de gestores. Eles permanecem e eram disponibilizados nessas microunidades de análise. Então, não é só estudante... Era possível saber quantos estudantes tinham mais de uma matrícula, quantos tinham atendimento educacional especializado... E, nesse momento, o que você tem? Você tem um microdado no nível de escola com algumas informações de docentes, de matrículas, por sexo, por etapa, por grupo – que não permitem nenhum cruzamento –, e por turmas. E é importante dizer que o Inep tem feito um esforço interessante no sentido de pensar painéis e sinopses, mas são dados mais prontos, são dados mais agregados que não permitem aquilo de que eu falava anteriormente que é o debruçar sobre a pesquisa, sobre o dado para a construção e para a problematização de outros elementos.

Pode passar, por favor?

Eu vou focar aqui mais especificamente nos dados da educação básica para chamar uma atenção. A gente entende que há uma preocupação com a identificação do sujeito, mas, por exemplo, o banco de turmas... A unidade de análise era a turma. Então, ele permitia, a partir desses microdados de turma, calcular a carga horária de ensino, que é uma coisa importante – a gente já teve anteriormente a própria inscrição na LDB de quatro horas por ensino, que tinha a ver com uma discussão de que tinha redes que faziam três, quatro horas. Então, isso ajuda no controle social, ajuda a discutir a questão de tempo integral, o banco de turmas permitia calcular estudantes por turma, oferta de atendimento educacional especializado, disciplinas, turma por turma.

Quando a gente pensa num banco de turmas, os sujeitos estão dentro da turma, agregados dentro da turma. Então, se a gente vai pensar numa questão de disponibilização de dados que identifiquem o sujeito, neste caso, eu não consigo verificar... É difícil entender que um agregado de turmas, das aulas dessa turma, possa identificar. E o que você tem hoje, liberado, neste momento? O total de turmas por etapa; ou seja, você não consegue ter todas essas dimensões e todas essas análises que eram feitas anteriormente. O banco de turmas, inclusive, não tem um sujeito. Então, eles já estão agregados dentro da turma. Por mais que essas turmas sejam pequenas, você não tem outras informações que permitam, dentro dessa tabela de dados, especificamente, encontrar esses estudantes.

Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também – a Fernanda falou disso – chamar muito a atenção... Uma das perguntas falava de outros trabalhadores que também foram invisibilizados nessa nova disponibilização, inclusive auxiliares docentes, mas quero chamar a atenção para isto: uma das grandes discussões que a gente tem feito hoje é da importância do professor, da formação. Na atual forma de disponibilização do dado, do microdado, apenas no nível da escola, se perdeu totalmente esse dado, e o dado do docente é um dado muito rico, porque tem uma questão de função docente, o mesmo professor pode aparecer várias vezes. E, aí, tinha a possibilidade de você discutir adequação, de você discutir vínculo, características da função, cor e raça, e eu acho que muitas políticas afirmativas foram pensadas e têm sido tencionadas também por isso. Mais do que identificar, saber quantos professores negros tem também nos ajuda a pensar o quanto eles são representados ou não. Pessoas com deficiência nos ajudam a tencionar, por exemplo, políticas de cotas, além, é claro, de condições de trabalho. O que você tem hoje? Você tem os microdados, que são o total de docentes por escola e, nas sinopses estatísticas, isso por estados, regiões e municípios, mas a gente perde um pouco essa possibilidade de olhar para a escola, para a realidade, que é onde a política realmente acontece.

Pode passar, por favor?

E aí acho que a grande pergunta é: o que o censo identifica? Acho que, especialmente no âmbito do aluno, do professor, eu botei aqui um exemplo do banco de dados, até para ilustrar que já tinha uma anonimização do aluno. Então, havia um código, e, claro, você vai saber a idade do aluno, você vai saber cor e raça, você vai saber, por exemplo, que um aluno tem quinze anos e está na quarta série. Isso identifica o sujeito de que é um sujeito branco que está, com quinze anos, na quinta série? Sim. Mas isso é extremamente importante para a gente discutir democratização do acesso, fluxo, permanência, políticas que possam nos ajudar a olhar para isso. E a gente precisa olhar isso também para dentro da escola, para pensar a composição dentro da própria escola. Por mais...

Pode passar, por favor.

Aqui algumas reflexões, então, só para terminar. Acho que a importância do uso dos dados pelo Governo, mas também fora deles... Então, a gente tem tencionado – o Inep tem feito um excelente trabalho – o quanto também a gente precisa possibilitar o uso desses dados para o aprimoramento das políticas e para a produção do conhecimento, disponibilizando esses dados não só para as universidades, mas para os movimentos sociais, para a população em geral.

Acho que eu queria ressaltar também o alto custo do acesso aos dados por pesquisadores, por universidades e por movimentos sociais, e a importância da transparência e do controle social para pensamento de política. E acho que uma das coisas importantes é entender que boa parte do trabalho que é feito com esses dados é feito dentro das universidades e a partir dos princípios éticos. Acho que este é um elemento extremamente importante: quando a gente usa esses dados, a gente usa para pesquisa com ética no tratamento deles. Então, acho que tem um elemento aí importante e essencial para a gente continuar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate de pensar que os dados educacionais servem para aprimoramento das políticas. Por isso a gente tem tencionado que a gente possa voltar a ter acesso a esses dados de forma mais ampla, e não só pela sala segura.

Eu agradeço a oportunidade.

A gente segue à disposição para o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, de novo, a você, Gabriela Schneider, Professora, pesquisadora, representando o Laboratório de Dados Educacionais. Extremamente claro o argumento apresentado. Muito obrigado, Profa. Gabriela.

Com a palavra, a Sra. Andressa Pellanda, que é Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. É um prazer estar aqui de novo.

Quero agradecer por esta audiência que a gente comentou lá em junho, quando a gente fez a apresentação do balanço do Plano Nacional de Educação sobre a necessidade desse debate, que foi imediatamente incorporada na agenda da Comissão de Educação. Então, obrigada, Senador, por essa responsabilidade sempre importante com a educação.

Queria cumprimentar os demais participantes aqui, representantes do Inep, Fernanda, Thiago, Gabriela e todos os demais.

E, sem mais delongas, vou trazer aqui um pouco do que eu preparei. Tinha algumas partes que estão no PowerPoint que a gente enviou aí, mas que eu já pulei, porque a Fernanda já falou boa parte delas. Então, eu já tirei aqui da apresentação, e aí a gente segue para a próxima parte.

Então, eu vou falar um pouquinho sobre o histórico, nesta parte. Eu tirei a maior parte da discussão, já que a Fernanda já trouxe. Vou falar sobre o debate do balanço do Plano Nacional de Educação 2023, que suscitou em junho a gente chegar a esta audiência, e algumas considerações. Então, em fevereiro de 2022, foram 36 entidades que a gente mobilizou – inclusive, tem aqui várias – para esta assinatura deste posicionamento de preocupação em relação à não publicação dos microdados pelo Inep. E aí a gente trouxe justamente a preocupação com a justificativa genérica de uso da Lei Geral de Proteção de Dados como para esse descarte dos microdados do Censo, e a gente mostrou que isso carecia de fundamento legal, trazendo questões da própria Constituição Federal, da resolução do Conselho Nacional de Educação que fala justamente sobre a anonimização de dados pessoais no Censo, para ter esse sigilo estatístico, e também as preocupações em relação à ética em pesquisa, que é estruturada pela Comissão Nacional de Ética em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisa, e que é preciso reconhecer a necessidade de publicidade de dados como acesso público, justamente para todos esses motivos que já foram citados pela Fernanda e pela Gabriela.

Eu queria trazer, como um ponto a mais, uma pesquisa que a campanha desenvolveu nos últimos anos, com vários movimentos sociais, sobre as infâncias e adolescências invisibilizadas – são nove estudos que já foram publicados. Então são sobre educação de crianças em situação de rua, de crianças migrantes, residentes em territórios urbanos em situação de violência, adolescentes em medidas socioeducativas, em áreas de reforma agrária, agricultura familiar, indígenas, quilombolas, e o último que foi lançado ontem na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara, num seminário que a gente fez trazendo panorama de todos esses estudos, que é sobre crianças e adolescentes em situação de acolhimento e o acesso deles à educação. E esses estudos vêm justamente no sentido de mostrar a invisibilização dessas crianças, desses adolescentes que estão em maior situação de vulnerabilidade.

Mas, como a gente já discutiu a partir das falas da Fernanda e da Gabriela, tem outros dados mais amplos que já não estão sendo divulgados – e quem dirá esses dados? Então a gente questiona justamente como acontece esse apagamento da vida e da educação dessas crianças, desses adolescentes, dessas populações que estão mais e mais marginalizadas. E todos esses estudos trazem essa discussão sobre quais dados não existem dessas populações. Então, como esse apagamento de dados... E esse trecho é o final do posicionamento que a gente lançou com essas 36 entidades em 2022, que mostra que o apagamento de dados significa o apagamento desses direitos e de tantos outros de nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Em junho deste ano, a gente apresentou, nesta Comissão de Educação do Senado, o balanço que a campanha faz todos os anos. O mais recente é do Plano Nacional de Educação, que mostrou a falta de cumprimento, os retrocessos nas políticas, mas especialmente a gente trouxe – e aí eu ressaltei em amarelo – as principais metas que tinham impacto sobre essa falta de dados. E aí a gente lança uma nota técnica hoje. Inclusive, Senador, a gente já enviou para o *e-mail* do gabinete e também da Comissão de Educação a nota técnica, em que a gente analisa todas essas metas, as estratégias do plano e em quais tem lacunas de dados. E aí o resultado é o prejuízo no monitoramento de 22% dos indicadores, 50% das metas, sendo 35% das estratégias associadas a elas. Então, é um impacto muito grande aí para a gente conseguir fazer esses cruzamentos, especialmente ao olhar para as desigualdades que atravessam todas essas metas do Plano Nacional de Educação.

Aí aqui tem alguns exemplos dessas informações que a gente não consegue obter. Então, por exemplo, há o número de alunos em jornada integral, em atividades complementares, em atendimento educacional especializado; a contagem de matrículas de educação profissional técnica de nível médio; a própria questão da educação de jovens e adultos, que também é uma situação muito complicada em termos de oferta da política já, e a gente sequer também tem dados de matrículas em curso técnico integrado à educação de jovens e adultos, formação inicial e continuada integrada à EJA de nível médio, e formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuada integrada à EJA de nível fundamental. Então, a própria educação de jovens e adultos é um dos gargalos importantes. A Fernanda já falou da formação dos docentes e da situação desses docentes para além dos trabalhadores em educação. E um dos pontos também importantes é o uso de transporte escolar que é bem relevante também para a gente pensar em políticas de acesso e permanência, especialmente nos lugares mais remotos do país. E aí são exemplos que a gente traz. Tem todos os outros na nota técnica.

A gente coloca, inclusive, na nota técnica que esses impactos que eu mostrei na tela anterior são estimativas conservadoras, até porque a gente teve um trabalho anterior... A gente já prevendo que não ia ter acesso a esses dados, a gente... Alguns dados a gente conseguiu via Lei de Acesso à Informação, a gente fez o pleito de acessar a sala segura, a gente teve o pleito considerado, mas dois meses depois, e aí a gente acessou parte dos dados ali naquele momento na sala segura. Então, Fernanda, a gente é uma das entidades que fez esse pedido aí das dez que você contabilizou, que você trouxe ali dos dados do Inep.

E aí vale também lembrar que a Lei de Acesso à Informação foi inadequada em vários aspectos, porque a gente precisava calcular os dados com algumas metodologias específicas de cruzamentos que não conseguimos. Então, via Lei de Acesso à Informação, a gente só conseguiu parte dos dados e a gente demorou muitos meses para fazer a confecção, o envio, recursos para conseguir acessar a sala segura, e o Inep respondeu que havia sobrecarga na equipe, que os pedidos não iam ser mais aceitos para outros acessos de sala segura. Então, uma parte a gente conseguiu e outra não. Então, é a própria sala segura aí de novo sendo colocada em questão.

Então, de caminhos a gente já vem falando da necessidade desse diálogo intersetorial com a sociedade civil, com as universidades para gente poder avançar não só nessa questão de disponibilização dos dados, mas na coleta de outros dados; a implementação da legislação vigente, especialmente sobre essa questão da publicidade de dados; a divulgação própria dos dados que não foram disponibilizados nos últimos anos.

Há um ponto que eu queria trazer que não é sobre a não disponibilidade de dados, mas sobre a produção de dados. A gente tem vários... No próprio balanço do plano, a gente indica isto e na nota técnica que a gente está lançando hoje também: nos estudos de infância, a gente mostra o quanto a gente tem grupos da população que não são mapeados. Felizmente a gente teve agora o censo quilombola, mas a gente carece muito de dados de educação escolar indígena, educação quilombola, de populações que estão em mobilidade e especialmente do público da educação especial, de quem a gente só tem o dado de quem está inserido na escola, e o dado da Meta 4 é praticamente de 2010, do Censo Demográfico. Então isso também precisa ser olhado para que a gente possa também avançar em termos de política.

Só algumas reflexões finais. Paulo Freire falava que a realidade concreta nunca é apenas o dado objetivo, um fato real, mas também a percepção que dela se tem, e, quando a gente não tem o dado objetivo, qual a percepção que fica e que sobra para construir políticas educacionais? Por fim, em um trecho também do mesmo livro, ele fala que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu "posto no cosmos", e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondam, e suas respostas os levam a novas perguntas.

Ou seja, esses grupos saberem sobre si, saberem sobre esses dados é próprio ato pedagógico. Então, essa questão de divulgação importa também no sentido pedagógico dessas populações. E o que acontece com aqueles que sequer têm dados sobre si, sobre os seus? Para onde que vai essa política educacional quando a gente não consegue olhar para essas desigualdades?

É isso.

Muito obrigada, Senador, todas as pessoas presentes. A gente continua à disposição. A nota técnica já está no *site* da Campanha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, de novo, à Campanha Nacional pelo Direito à Educação e, particularmente, a você, Andressa Pellanda, que está acompanhando todos os trabalhos permanente. Já tem uma cadeira cativa também.

Mas é muito importante, a gente vê que as apresentações no argumento vão se somando na necessidade. Muito bom!

Com a palavra, o Sr. Pedro Veloso, Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais do Movimento Todos pela Educação.

Também seja muito bem-vindo, Pedro.

O SR. PEDRO VELOSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

Muito obrigado pelo convite.

Faço os cumprimentos aos demais Senadores que estão presentes bem como ao público que está assistindo a esta apresentação.

Estou tentando compartilhar a minha tela, mas está desabilitada.

A Andréia acho que pode liberar para mim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A Andréia está acompanhando aí. Já deu certo.

O SR. PEDRO VELOSO (*Por videoconferência*.) – Perfeito, perfeito. Agora, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vocês conseguem ver a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, está perfeito.

O SR. PEDRO VELOSO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Boa parte do que eu já tinha preparado para a exposição já foi falado. Acho que é um tema já de comum acordo entre todos nós que trabalhamos com dados educacionais. Então, eu vou frisar em dois momentos e em uma proposta que a gente leva.

Deixe-me passar aqui a minha tela.

Esse aqui é o objetivo que a gente tem.

E aí, falar um pouquinho... Acho que a Fernanda, da Open Knowledge, falou um pouquinho disso, de como funcionava nos outros lugares, mas vale a pena ter uma segunda leitura, uma segunda camada de leitura.

Todos os lugares que a gente está trazendo aqui – Estados Unidos, União Europeia e Austrália – diferem os públicos. Então, por exemplo, o Inep dos Estados Unidos, que é o NCES, traz um dado público, traz um acesso restrito a públicos específicos. O próprio censo americano também tem essa ferramenta de um dado mais aberto, um dado um pouquinho mais complexo, mas, mesmo assim, trazendo amostras da base, e um dado restrito, e você, aí, sim, tem que ir para uma sala de segurança.

No Brasil, o Inep já traz algo similar nesse sentido. Então, o Inep tem os microdados. O cenário atual, nos microdados do Censo Escolar, traz o Inep Data, que é uma plataforma do próprio Inep, que traz alguns cruzamentos – lógico, quando a gente está falando de pesquisa acadêmica para um público mais específico, esses dados não são suficientes – e que traz o acesso à sala segura.

Além disso, eu trouxe um outro exemplo aqui, que são os dados da Rais e do Caged. Para quem não está familiarizado com essas siglas, os dados da Rais e do Caged são de responsabilidade do Ministério do Trabalho e têm como banco de dados todas as empresas e trabalhadores. Por exemplo, nesse dado específico, ele traz o CPF do portador, do trabalhador, salário, quanto que a empresa fatura – ele traz uma sensibilidade de dados muito forte. E a Rais e o Caged... O pessoal do Caged consegue fazer um arranjo de... Eles não têm essa sala segura, mas passam o dado, a responsabilidade do dado a pesquisadores, como é feito pelo Inep, mas levando à sala de segurança.

O que eu expus aqui é para tentar mostrar que, entre esses cenários, há algo em comum.

Na economia, nós temos um problema de discriminação de preços: discriminam-se preços através ou a partir do seu comprador. E o que a gente está propondo aqui – até o Inep faz – é discriminar a base de dados, o acesso aos dados a partir do seu desenho. Então, a gente tem um público geral, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente necessita de todas as informações, e a gente tem um público acadêmico e do terceiro setor, que, aí sim, necessita de uma informação mais precisa e um dado mais apurado.

Quero trazer para vocês, para depois falar da nossa proposta, uma simulação feita pelo Portal IED com os dados do Censo de 2022... desculpa, de 2020. Nesse exercício, eles pegaram a base de matriculados do Centro-Oeste – é um universo de em torno de 3,7 milhões de alunos – e eles só encontraram 1.197 alunos com identificação única, ou seja, menos de 0,01% nessa base, considerando as variáveis de raça/cor, idade, ser brasileiro ou estrangeiro e a mesma região da escola. Certas condições, como a gente pode perceber, facilitam essa identificação do aluno, por isso eles acabam realizando um exercício posterior com agrupamento de alguns alunos, desconsiderando alunos que não declaram raça/cor, e, após uma série de cuidados, uma série de pseudonimizações, eles só encontram 224 alunos na Região Centro-Oeste. Então, de 3,7 milhões, fazendo um processo de pseudonimização e mascarando algumas variáveis, deixando esse controle a partir do controlador, que é o Inep, só se encontram 224 alunos. Isso é um total de 0,006%.

A gente entende – e aí é o grande cerne da questão – que a LGPD é importante porque reflete, é um reflexo sobre a segurança de dados pessoais das bases produzidas pelo Inep, é algo relevante e que precisa acontecer com mais consistência, mas a gente entende também que há uma falta de um relatório de riscos, que demonstre, por exemplo, a possibilidade de danos aos titulares, caso, por exemplo, a proficiência do aluno seja relacionada à cor, raça, enfim, que venham a conhecimento público. Há uma possibilidade gigantesca de tratar desse assunto. O que não é admissível sob hipótese nenhuma é a supressão do acesso a dados essenciais para o debate público, principalmente na construção de políticas públicas.

Dito isso, e aí tentando ser o mais propositivo possível – acho que o debate aqui está para isso –, é tentar, e isso vai muito de uma mesa que... O pessoal do Inep estava, o Fábio estava lá presente, e eu estava também presente nessa mesa, e aqui são algumas das minhas reflexões, compartilhadas pelo Todos pela Educação. A gente propõe ou tenta propor um modelo similar ao da Rais: dados públicos para um grande público de maneira geral e um dado identificado para os pesquisadores das organizações estudantis, a universidade, enfim, mediante, claro, a solicitação.

Diferentemente do Inep, como o Inep propõe hoje, que é o acesso às salas seguras, hoje, Srs. Senadores, nós só temos três salas seguras no Brasil: uma no Inep, uma na UFMG e uma no Insper. É inviável para um pesquisador que está no Amazonas ou que está no Nordeste se deslocar, com custos, com toda essa questão logística, para fazer pesquisa de qualidade. Então, a gente propõe... E aí é mais um fator de gostar muito de como a Rais é divulgada. O pesquisador assina um termo de cooperação entre Inep e pesquisador ou pessoa física e pessoa jurídica; a partir desse termo assinado, o pesquisador – o CPF do pesquisador –, independentemente da organização da sociedade civil ou da universidade, é responsável legal e juridicamente por esses dados. Por exemplo, mostrou-se o *ranking* do Enem; o Inep acabou com o *ranking* no Enem por uma justificativa. Então, assim, tem um processo ético por trás disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, há uma maior agilidade no processamento de dados. E o principal fator, diferentemente do que é proposto hoje dentro da sala de segurança, é o pesquisador ter acesso remoto a esse conjunto de dados – então, ele não precisa se deslocar a São Paulo, Minas ou Brasília –; bem como ter um período estipulado dentro do próprio projeto dele ao acesso dessa base de dados – então, diferentemente de uma sala de segurança, em que eu tenho dois, três dias, o pesquisador aqui vai ter dez dias, um mês, enfim, o tempo que for estipulado e que pode ser prorrogado ao longo das renovações –; bem como seguir as normas da LGPD.

Dito isso, termino a minha fala agradecendo mais uma vez o convite e lembrando que este é um espaço de fala, de estar aqui para ouvir também as outras sociedades.

Essa é uma proposta nossa, mas que é superaberta ao compartilhamento com todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Pedro Veloso, que é Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais do Movimento Todos pela Educação. Transmita um grande abraço nosso à Priscila Cruz também. Obrigado pela apresentação, muito interessante, como todas as demais também.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Daniel De Bonis, Diretor de Pesquisa, Dados e Conhecimento da Fundação Lemann.

Seja muito bem-vindo também.

O SR. DANIEL DE BONIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de participar desta audiência, cumprimentar todos e todas que estão aqui também participando e nos assistindo sobre um tema absolutamente relevante, acho que para todos que estão preocupados com as políticas educacionais, preocupados com a pesquisa educacional no Brasil, o que também é o nosso caso. Então, tenho muito prazer de estar aqui fazendo parte deste diálogo. Eu queria agradecer a presença do Inep também para que a gente possa ter um diálogo construtivo nessa agenda.

Eu não vou apresentar eslaides, vou fazer uma fala breve, na verdade, até porque muito do que a gente acredita e tem conversado já apareceu nas apresentações anteriores.

Mas eu queria iniciar, primeiro, dizendo do nosso interesse e envolvimento nesse tema. A atuação da fundação na área educacional vem de longa data, mas, especificamente, nós somos os criadores e apoiadores até hoje de uma iniciativa que é QEdu. O qedu.org.br é um projeto que disponibiliza, de forma gratuita, pública e acessível, a qualquer pessoa, a qualquer cidadão sínteses e cruzamentos de dados da educação básica no Brasil. Tem feito isso já há mais de dez anos. É uma ferramenta que tem sido utilizada por gestores, equipes educacionais, jornalistas, pesquisadores no Brasil inteiro há muito tempo. A gente vem buscando sempre trazer novas dimensões, novas funcionalidades para essa ferramenta que é que é hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrada pelo Iede, que é a organização que toca esse projeto. E isso porque, desde sempre, a gente acredita muito no poder da informação, da transparência e dos dados abertos para a gente transformar e melhorar as políticas públicas. Se a gente acredita em políticas públicas que sejam movidas por evidências, que sejam movidas por dados, que possam melhorar a partir deles, isso só pode se dar a partir de dados que são públicos, de acesso realmente generalizado a qualquer cidadão, a qualquer organização. Esse acho que é um componente importante da democracia.

E uma conquista que o Brasil tem, inclusive que vem do Legislativo, uma conquista legislativa importante nossa, é a Lei de Acesso à Informação. E um elemento importante desse debate é o quanto as decisões que estão sendo tomadas estão de acordo com as diretrizes da Lei de Acesso à Informação, que estabelecem o sigilo como exceção e a transparência como regra. Acho que isso é um princípio básico do que está nesse instrumento legal, que também a gente precisa trazer para esse debate.

E eu queria talvez acrescentar só alguns elementos ao que já foi colocado aqui.

Primeiro, eu queria fazer uma menção: acho que vale a gente falar um pouco do valor que o Inep tem como instituição e que a equipe de pesquisadores e de servidores do Inep têm, o quanto isso é uma construção que o Brasil tem como sociedade e um ativo enorme do Estado brasileiro. A qualidade de informações que o Brasil tem hoje em educação básica é algo que chama a atenção de qualquer pesquisador internacional. Comparado com países com o mesmo nível de renda ou até mais desenvolvidos, o Brasil tem um volume de informações realmente muito rico, muito utilizado para pesquisa e para desenho de políticas. Isso é reconhecido internacionalmente. E isso é resultado da qualidade e do comprometimento do trabalho do Inep e dos seus servidores. E acho que essa é uma conquista importantíssima.

Mas o que a gente verifica, em função de discussões que o Inep vinha fazendo internamente e aparentemente informadas pela LGPD e por alguma interpretação da LGPD – mas não só, também por outros instrumentos –, é que veio essa decisão que a gente vê, como outros aqui, como um retrocesso na abertura e divulgação dos dados, especialmente dos microdados.

E aí eu queria trazer aqui alguns elementos, olhando especificamente para os documentos e para as decisões que foram tomadas, então as notas técnicas e os pareceres que embasaram essa decisão, porque acho que aqui tem elementos que podem nos ajudar a trazer também soluções e maneiras de a gente olhar para esse problema com alternativas e cenários talvez diferentes do que está sendo a decisão atual de como lidar com essas questões, porque a questão é real. A gente sabe que a questão de proteção da privacidade e dos dados é, sim, um problema que deve ser endereçado pelos governos – é importante ter o cuidado a respeito disso –, entretanto a solução parece muito desproporcional e excessiva da maneira como ela está sendo implementada. E eu diria que até os próprios documentos e notas técnicas do Inep pouco apontam para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o estudo que embasou as primeiras decisões sobre isso, que é o estudo que foi feito por meio de um termo de execução descentralizada com a Universidade Federal de Minas Gerais, em primeiro lugar, é um estudo que, nas suas recomendações, faz uma recomendação de retirada do ar dos dados, temporária, para se verificar as melhores soluções para os dilemas que estão sendo apontados lá. Desse temporário hoje, já estão se passando, salvo engano, 18 meses. É uma perda enorme para o Brasil, em termos de desenho de política pública, de pesquisa que está deixando de ser feita, de conhecimento, transparência, realmente a gente ficar num apagão de dados por um período tão longo. A gente poderia entender isso num primeiro momento, mas já é um período muito longo para uma suspensão temporária.

E a outra questão, e aqui se falou anteriormente sobre as limitações do estudo, e eu acho que o estudo é interessante, mas, de fato, tem muita coisa que precisaria ser agregada ao que ele trouxe, por meio de novos estudos ou de novas discussões mais abertas aqui na sociedade, para que a gente possa, de fato, encontrar cenários possíveis para endereçar esses problemas. Eu vou dar um exemplo a partir do que é levantado na própria nota técnica da Diretoria de Estatísticas Educacionais.

A nota técnica cita o estudo da UFMG dizendo que, usando o senso da educação superior e da educação básica, é possível, pelo cruzamento de quase-identificadores, por variáveis que são identificadas pelo aluno, chegar a uma identificação do aluno, que iria entre 29% e 87%, dependendo do número de quase-identificadores.

Ocorre que, em todos esses cruzamentos, o exercício foi feito se utilizando mês ou dia de nascimento do aluno ou do professor que está identificado ali, o que é um dado que, evidentemente, não deveria constar de um microdado aberto. A gente pode trabalhar de outras formas com esse dado, e certamente a retirada apenas especificamente desse dado já derrubaria enormemente o risco de identificação. Inclusive, as próprias bases do Inep, antes dessa decisão, algumas já vinham, como é o caso do Saeb, apenas com a idade do aluno sem identificar dia e mês de nascimento.

A gente sente falta, quando a gente olha a análise, dos cenários que nos mostrem a diferença em termos do grau real de risco que cada variável representa para que aí se possa tomar uma decisão embasada, que não seja o tudo ou nada. Da mesma forma, quando a gente olha a nota técnica e a gente vai para além do hipotético e a gente fala assim: "Bom, mas o que efetivamente já aconteceu em termos de alguém identificar uma pessoa nessa base?" A gente encontra na nota técnica um único exemplo. É um exemplo de um candidato que tinha declarado sua matrícula num determinado curso, em que um jornalista identificou, por meio de uma base do Censo do Ensino Superior, que aquele candidato não havia cursado aquilo que ele estava dizendo que havia feito.

Ocorre que, de novo, como que essa identificação foi feita? Pelo dia e mês de nascimento que constavam da base e que não deviam constar. Aqui está correto, o dia e nascimento não deveriam constar da base, mas isso não deveria ser uma razão para a gente derrubar todos os microdados. Certamente, apenas tirando essa variável, a gente já teria uma redução muito grande do risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou trazendo isso para dizer o quê? O estudo não pode ser tratado como definitivo. É preciso construir cenários, a partir dos quais a gente consiga construir políticas que garantam a privacidade e, de fato, a proteção desses dados, mas certamente com uma abertura muito maior do que está sendo feita hoje. Então, estou dando um único exemplo e concentrando nele, porque ele é simples de entender, mas a gente teria muitos outros.

Uma coisa que também a pesquisa do IED, que foi citada anteriormente, mostrou: dados de nacionalidade. São dados que facilitam muito para encontrar um aluno, porque às vezes você vai ter um único aluno com aquela nacionalidade na escola.

Ora, esse dado poderia, sim, estar ou mascarado ou agregado de outra forma ou até excluído da base pública que está sendo colocada nos microdados, sem prejudicar a grande maioria das pesquisas que estivesse sendo feita. Então, esse tipo de cenário é o que a gente esperaria construir a partir desse estudo inicial, porque acho que, como estudo inicial, ele é válido, mas a gente precisa ainda de muitos elementos para ter uma política que de fato dê conta do benefício que é ter esses dados abertos e pesar isso dentro da política pública.

A outra coisa que eu queria dizer e que também faz parte da nota técnica – e é sugerido pela própria Diretoria de Estatísticas Educacionais – é a realização de seminários com os diferentes perfis de usuários para se estudarem e discutirem as necessidades de adequação das bases. Então, a gente também está sentindo falta disso. Esse grupo que está aqui, mais até do que nós aqui da fundação, é um grupo muito qualificado para contribuir para esse debate, para fazer sugestões, para se discutir de uma forma aberta. A gente sabe que tem o parecer jurídico. Esse parecer pode perfeitamente, com novos elementos, ser reconsiderado, o que é normal na administração pública, e a gente espera que isso possa acontecer.

E, por fim, só quero fazer esta referência de que o acesso à sala segura está restringindo de tal forma, o acesso a esses dados, que a gente está vendo agora eles serem monetizados por empresas. Isso aconteceu recentemente. A gente está vendo empresas que estão tendo acesso à sala segura e vendendo relatórios de dados do Enem por R$600 ou até valores maiores que isso. Eu acho que é algo que tem que estar na atenção da sociedade também, porque se começam a gerar incentivos perversos em cima dessa política.

Quero agradecer novamente a oportunidade de estar aqui. Estamos abertos aí para construir essas soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Daniel De Bonis, Diretor de Pesquisa, Dados e Conhecimento da Fundação Lemann. Parabéns também pela apresentação clara, sugerindo caminhos, apontando o que pode ser feito, pensado, que é o objetivo dessa audiência pública: vocês, pesquisadores, das universidades, de movimentos sociais, apontarem tudo isso, pensarmos juntos nessa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Pedro Saliba, que é Coordenador de Projetos da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa.

Com a palavra, Pedro. Obrigado pela presença.

O SR. PEDRO SALIBA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Muito obrigado.

Boa tarde a todos e todas.

Meu nome é Pedro Saliba. Eu sou Coordenador de Projetos da Data Privacy Brasil.

Eu agradeço o convite para participar desta audiência pública da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, em especial ao Senador Flávio Arns pelo generoso convite à Data Privacy Brasil.

Saúdo também os/as colegas pelo debate democrático e qualificado sobre um tema fundamental para o fomento de políticas públicas educacionais de qualidade no nosso país.

A Data Privacy Brasil é uma organização que nasce da união entre uma escola e a associação civil em prol da promoção da cultura de proteção de dados e direitos digitais no Brasil e no mundo. A gente tem uma equipe multidisciplinar, que realiza formações, eventos, certificações e pesquisas de interesse público para a promoção de direitos em uma sociedade datificada.

Desde 2020, nós atuamos com pesquisas na área de transparência pública e proteção de dados pessoais, analisando como novas ferramentas e inovação afetam a atuação do poder público e seu controle social. Nós atuamos em diversas audiências públicas sobre a LGPD, além também de divulgação de dados pessoais de candidatos e candidatas eleitorais pela plataforma DivulgaCandContas. Esses são alguns exemplos dos nossos trabalhos nessa interseção entre proteção de dados e transparência pública.

O objetivo da presente audiência, como outros colegas já falaram, é essa retirada de bases históricas de microdados do Censo Escolar e Enem pelo Inep a partir de fevereiro de 2022. Essa decisão foi tomada com a justificativa de adequar as bases de dados à LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados, e desencadeou reações do campo de acesso à informação e da educação.

O principal argumento gira em torno da possibilidade de reidentificação de indivíduos a partir do cruzamento desses microdados, especialmente de crianças e adolescentes. E aí eu cito também o relatório técnico criado pelo Laboratório Inscrypt, da UFMG, que foi um dos principais objetos dessa decisão.

Não vou me ater muito à cronologia do caso – acho que muitas pessoas já falaram sobre isso –, mas eu queria pontuar que a quantidade de atores mobilizados quando os microdados foram retirados demonstra o interesse público predominante e a importância desses dados educacionais para a ciência, para o controle social de políticas públicas e mesmo atividades empresariais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram muitas reportagens, uma ação civil pública movida pelo MPF, o Projeto de Lei nº 454, de 2022, na Câmara dos Deputados, além de notas técnicas da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), e CGU (Controladoria-Geral da União). (*Pausa.*)

Desculpem, eu estou um pouquinho gripado.

Primeiramente, é importante a gente destacar que sempre o melhor interesse de crianças e adolescentes é a nossa preocupação, sendo necessária a divulgação de dados estatísticos em um ambiente seguro, evitando que as suas informações sejam utilizadas de forma danosa e ilícita, como, por exemplo, a segregação profissional, para identificar as notas de um ou outro estudante, que pode trazer consequências em suas vidas. Mas é fundamental a gente dizer que nenhuma técnica reduz a zero a probabilidade de reidentificação, exceto a retirada completa de todas as bases de dados. E essa não é uma... A gente não pode tomar isso como a solução.

A tarefa aqui é equilibrar os direitos fundamentais de receber de órgãos públicos informações de interesse particular e geral, e também a proteção de dados pessoais que está disposta no art. 5º da Constituição. E a sua resposta está em uma interpretação sistemática da LGBD e de toda a constelação normativa que fala sobre dados pessoais no Brasil, considerando também os seus princípios e fundamentos como a própria liberdade de expressão de informação e de comunicação, que é uma coisa que a gente pauta muito. A LGBD não fala só de privacidade; ela tem outros fundamentos, ela também tem outros princípios a partir disso.

E eu destaco ainda que, apesar da repercussão da retirada dos microdados, o Inep não atuou de forma impulsiva ou infundada. Antes mesmo da aprovação da LGBD, o órgão já havia regulado o acesso a dados protegidos e o órgão se movimentou internamente para a adequação da LGBD quanto da sua vigência. Foi instituída uma força tarefa para diagnosticar os impactos da lei sobre o trabalho do Inep, contando com representantes de cada diretoria, além da procuradoria junto ao instituto.

A Diretoria de Estatísticas Educacionais e a Diretoria de Avaliação de Educação Básica emitiram notas técnicas a respeito, e, após o parecer da procuradoria junto ao órgão, foi cumprida a recomendação de suspender esses dados até que fosse apresentada uma solução técnica.

Ressalta-se ainda que a confidencialidade dos dados pessoais não advém somente da vigência da LGBD, sendo uma preocupação anterior do órgão por ser um protótipo ético-metodológico para pesquisas estatísticas – portanto, matemática recorrente no dia a dia do Instituto.

No entanto, a falta de diálogo com a comunidade interessada no tratamento desses dados culminou nesse caso emblemático de proteção de dados e transparência no Brasil. A descontinuidade das bases históricas prejudicou centros de pesquisa, empresas, jornalistas e a própria gestão pública. A abertura dos dados traz benefícios diversos, como avaliação de impacto, de desigualdade na educação, formulação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas no Brasil, realização de modelos estatísticos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, avaliação de eficiência e eficácia no investimento social e privado para inteligência de negócios, enfim, só alguns exemplos.

Como a Fernanda tinha comentado, junto à Open Knowledge Brasil, a gente organizou um *workshop* multissetorial para debater o caso e dar início a uma proposta de metodologia que possa balizar a avaliação da publicação de microdados não só do Inep, mas também de outras políticas públicas, sem perder de vista o direito à privacidade e à proteção de dados. Os resultados estão disponíveis no relatório que está no *site* da nossa organização, Data Privacy Brasil, ou então da Open Knowledge Brasil, que a Fernanda apontou aqui. Lá traz mais detalhes sobre essa identificação de riscos e benefícios, além de controles técnicos e administrativos para operar essas informações.

Trazendo um pouco do ponto de vista da proteção de dados, a LGPD traz o relatório de impacto como principal instrumento para a garantia de direitos fundamentais de titulares de dados, sendo essencial a publicização desse relatório pelos órgãos públicos. Essa foi a recomendação da ANPD – eu imagino que o Lucas Borges vai trazer um pouco mais dessa perspectiva, mas eu trago aqui também que essa é a principal chave –, porque episódios como esse não vão só acontecer no caso do Inep. O tratamento de dados pelo poder público é muito complexo e lida muito com essa questão da publicização dessas informações de dados estatísticos, e outros órgãos da administração pública vão poder usar esse relatório como referência, por isso que é muito importante torná-lo público.

Além disso, eu destaco que o contato com a autoridade, a ANPD, é essencial, especialmente por haver temas que ainda não estão inteiramente regulamentados com a própria anonimização. Além disso, o diálogo democrático deve ser encarado como parte fundante de qualquer decisão administrativa, inclusive com revisões periódicas das políticas de privacidade e dessas medidas de transparência, tendo em vista os novos desafios e ferramentas, com a própria inteligência artificial e a possibilidade de mineração de dados, enfim, questões que vão surgir daqui para frente, e é por isso que é importante você estar sempre revisando essas políticas.

Eu finalizo mostrando que o caso do Inep precisa ser visto com atenção não para apontar erros, não para a gente dizer quem estava certo ou quem estava errado, mas especialmente para a gente pensar as propostas daqui para a frente. Os seus reflexos serão sentidos por diversos órgãos públicos. Nessa audiência, nessa conversa que a gente está tendo, a gente está vendo também que principalmente a ciência e o jornalismo estão se prejudicando muito com essa tomada de decisão, e a gente precisa pensar para que isso não se repita daqui para frente.

Eu agradeço a atenção e fico à disposição.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Pedro Saliba, Coordenador de Projetos da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa.

Quero só usar uma palavra que você utilizou no início também. Todas as exposições estão sendo, a sua inclusive, muito qualificadas. Eu acho que é um grupo de pessoas – aqui presentes e tantos e tantas que nos acompanham pelos meios de comunicação – de alta competência, sensibilidade e preocupação entre a questão da privacidade, por um lado, mas a questão de acesso a dados também que permitam a utilização nos desafios que o país enfrenta.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Thiago Alves, que é Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e é também Coordenador Geral do Laboratório de Dados Educacionais, representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), que é uma referência no Brasil – e a Universidade Federal de Goiás, assim como a Universidade Federal do Paraná, que esteve representada pela Profa. Gabriela Schneider, tem uma articulação muito boa e muito proveitosa para o país.

Então, com a palavra, Prof. Thiago Alves. Seja bem-vindo!

O SR. THIAGO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio Arns, gostaria de agradecer, em nome da Fineduca, o convite à nossa instituição para participar desta audiência pública.

Gostaria de saudar todas as pessoas que acompanham esta audiência pelos diversos canais e também todas as pessoas que estão falando, expondo, apresentando argumentos e que compõem esta audiência pública.

Senador, eu gostaria de parabenizar essa iniciativa, porque penso que o Parlamento, neste momento, é um dos lócus mais adequados para tratar essa questão, considerando que vários pontos colocados pelos colegas que me antecederam de alguma maneira sugerem que há uma interpretação que talvez não seja... Há alguma divergência de interpretação, por parte do Inep, da aplicação da LGPD, que é uma lei, então, que foi debatida, discutida no Parlamento. Então, talvez, justamente, temos o Projeto de Lei 454, de 2022, e penso que, com outras iniciativas do Parlamento, eventualmente se pode aprimorar pontos da lei que surtiram efeitos indesejados ou não previstos pelo legislador. Então, gostaria de parabenizar essa iniciativa, e isso é bastante importante.

Na Fineduca, Senador, nós já temos alguns debates, os debates da política educacional, e, sobretudo, nosso foco é em torno do financiamento da educação. A nossa finalidade é promover a pesquisa sobre o financiamento adequado às escolas públicas, adequado no sentido de garantir montante suficiente para garantir o direito à educação a todas as crianças, jovens e adultos, e os direitos que estão previstos na Constituição. Para isso, nós precisamos dos dados, e os microdados do Inep são fundamentais para que nós possamos conhecer os diversos contextos e características da educação nacional, num país que tem grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporções. Então, nós precisamos dos microdados para fazer análise das condições de oferta e das condições em que é garantido o direito à educação.

Eu organizei a minha fala em quatro pontos, e, no primeiro deles, eu gostaria de reconhecer a importância dos microdados, a importância do Censo Escolar como um dos patrimônios da educação brasileira, e isso é porque o Brasil, nas últimas três décadas, estruturou um sistema de informações da educação muito avançado, talvez um dos mais avançados no mundo.

O Inep, enquanto um órgão do Estado brasileiro, tem um papel fundamental. E os servidores, os pesquisadores... Reconheço na figura do Carlos Moreno, do Fábio Bravin e da equipe esse trabalho extraordinário. Então, nós temos que... E, por isso, talvez, a grande mobilização... Quando os microdados são – os microdados, a forma desagregada dos dados – descontinuados a partir de 2021, surge essa mobilização naqueles usuários desses dados.

O segundo ponto. Penso que, como já foi falado anteriormente, é reforçar que os microdados são fundamentais, além de diversos atores, principalmente para... Eu gostaria de destacar três usos: a pesquisa em educação; o monitoramento, a avaliação e a formulação de políticas educacionais; e um aspecto fundamental que é o controle social. A partir dos microdados, são desenvolvidos diversos trabalhos de acesso às informações da educação por diversos movimentos sociais, por diversos organismos e unidades de controle no país inteiro, que passam a ter conhecimento da realidade educacional do país por meio dos dados. Então, uma vez restrito o acesso aos microdados, essas finalidades se perdem. Penso que isso é fundamental, porque estas dimensões – a pesquisa, o monitoramento de políticas públicas, o controle social – precisam ser tratadas no nosso país, que tem um histórico de grande desigualdade educacional nas dimensões do acesso à educação, das condições de permanência e dos resultados educacionais, que são aspectos garantidos pela nossa Constituição.

O terceiro ponto que eu gostaria de – talvez já tenha havido bastante nas outras falas – reforçar aqui é os principais problemas com a não divulgação dos microdados do Censo Escolar. Eu gostaria de reforçar nesse ponto a necessidade dos microdados, porque, somente com esse nível de desagregação, nós pesquisadores conseguimos identificar diferenças e desigualdades nos contextos educacionais de oferta de ensino. Nós temos muitos, diferentes contextos regionais, estaduais. Nós temos diferentes contextos na oferta educacional urbana, nos territórios rurais. Nós temos diferentes contextos na oferta de creche, e o desafio de oferta de creche é diferente da pré-escola, é diferente dos desafios no ensino médio, é diferente, Senador, dos desafios da oferta de educação de jovens e adultos. Os microdados permitem que a gente trate os desafios específicos de cada etapa e modalidade da educação infantil, de modo a garantir o direito à educação para crianças, jovens e adultos. Então, os dados do censo escolar, da forma como eles estão sendo divulgados, não permitem essas comparações, a identificação de comparação de questões específicas de etapas e modalidades. Na ausência das matrículas, por exemplo, nós precisamos entender as características de quem está na escola, em que condições... Os microdados das turmas, por exemplo, não permitem que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente conheça as características dos professores que estão nas turmas, para identificar, por exemplo, o professor com formação adequada.

Na parte de docentes, Senador, há ausência dos microdados de docentes. Como já foi falado também, gostaria de reforçar que tem aspectos... A valorização do trabalho docente, a valorização dos professores é um dos princípios que está na nossa Constituição e é um aspecto fundamental para garantia da qualidade da educação, e nós perdemos muitas informações, muitas das características dos professores. Nós não temos informações, por exemplo, do vínculo empregatício dos professores em um país em que hoje um a cada três professores são temporários; não temos ideia do nível de rotatividade desses professores, do volume do trabalho docente. Então, a tabela de professores, a dimensão dos trabalhos, o monitoramento, avaliação, as políticas relativas às condições de trabalho docente – e a gente sabe da luta histórica para profissionalização, para a valorização dos professores do nosso país, que é enorme. Penso que é uma das dimensões que ficam mais afetadas com essa não disponibilização dos microdados do Censo Escolar.

Gostaria de me encaminhar para o último ponto, pensando em algumas proposições, algumas reflexões, algumas questões.

A primeira delas é com relação a que a negação do acesso aos microdados foi irrestrita, inclusive para as universidades públicas, universidades federais, por exemplo, fundações, autarquias do MEC, inclusive para projetos de pesquisas objetos de convênios com o MEC. A LGPD faz algumas exceções em relação a pesquisas, em relação ao uso pela administração pública; isso não foi feito. Então, penso que poderia haver níveis diferentes de acesso para finalidades diferentes e usuários diferentes. Todos foram tratados da mesma maneira. Há outras iniciativas, como já foi falado, em outros países que fazem essa diferenciação, pensando nas finalidades e no tipo de usuários.

O segundo ponto é que a sala segura foi apresentada como uma possível solução; ameniza, mas é restritiva, como já foi falado, por conta do custo do acesso, e as universidades públicas, as universidades federais não conseguem abrir uma sala segura e manter uma sala segura nas condições estabelecidas pelo Inep, porque acaba tendo um custo de manutenção em termos de infraestrutura, em termos de funcionários, ou seja, não é uma solução de fato a sala segura.

Há uma questão muito objetiva. A Profa. Gabriela, minha colega, falou sobre a tabela de turmas. É uma pergunta objetiva: por que não divulgar a tabela de microdados de turmas? Essa justificativa não é evidente para nós.

E o último ponto é: por que o Inep não adota solução similar ao que o IBGE faz quando ele divulga os microdados da Pnad Contínua, que é divulgada em nível de pessoas. E também: como o Ministério do Trabalho faz quando divulga a tabela da Rais, cuja unidade de análise é o vínculo de emprego? E lá tem algumas informações dos trabalhadores que ocupam esse vínculo e algumas informações retiradas e permitidas apenas a partir do acesso ao dado identificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então ficam essas questões para os colegas do Inep e como sugestões de avanço.

Gostaria de agradecer, Senador Flávio Arns, pela oportunidade de participar em nome da Fineduca.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Professor Thiago Alves, da Universidade Federal de Goiás, Coordenador-Geral do Laboratório de Dados Educacionais e representante também de uma entidade muito bem referenciada no Brasil, que é a Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação).

Passo agora a palavra, como havia dito no início, ao Sr. Lucas Borges de Carvalho, que é o representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Com a palavra e seja muito bem-vindo também, Lucas.

Obrigado pela presença.

O SR. LUCAS BORGES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador Flávio Arns.

Quero cumprimentar aqui os meus colegas de audiência pública e dizer que esse é um tema muito importante aqui para a ANPD. A gente vem trabalhando desde o início, eu diria – até antes da divulgação, o Inep nos procurou, até antes da mudança em relação a essa forma de divulgação dos microdados.

A gente acompanhou esse tema e vem tentando esclarecer os pontos, porque, como foi dito aqui, foram feitas várias menções à LGPD. Então, existe, sim, uma dúvida sobre a interpretação da LGPD. A gente já emitiu uma nota técnica sobre esse caso, então a minha fala vai um pouco nesse sentido aqui, de tentar esclarecer essa interpretação da LGPD, até porque a ANPD é o órgão central de interpretação da LGPD, o órgão que foi criado pela LGPD para poder interpretar, regulamentar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.

Se vocês puderem passar, por favor...

Então, eu queria começar falando, dizendo que esse caso... Eu sempre gosto de citar esse caso do STF, que é aquele caso em que o Supremo fixou a interpretação da divulgação da remuneração dos servidores públicos. Isso é algo consolidado, e ali vejo que envolve a divulgação de dados pessoais.

A gente tem escutado algumas pessoas, alguns professores falando: "Ah, mas esse precedente, se fosse hoje, seria diferente", o que não é verdade, como vou mostrar aqui. Não há nenhuma incompatibilidade entre a LGPD e mesmo entre a atual jurisprudência do Supremo e essa decisão lá de trás.

Então, ali estava muito claro que essa divulgação, ainda que envolvesse – e ainda envolve, porque esses dados estão disponíveis ainda – uma divulgação de informação que era considerada sensível, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido do senso comum aqui do termo, porque envolvia a remuneração dos servidores públicos, era essencial para o controle da atividade estatal, para o acesso à informação pública. E ainda se falava, de alguma forma ali, *en passant*, da possibilidade de você amenizar os riscos que decorreriam mediante a divulgação desses dados, por meio de mascaramento do CPF, não divulgar algumas informações que não são tão essenciais para essa finalidade do controle da atividade estatal.

Você pode passar o eslaide, por favor.

Então, é só para dizer, com esse precedente, ainda atual, que a atual jurisprudência do Supremo, mesmo após a LGPD, continua privilegiando a transparência, sempre que é necessário o acesso à informação pública.

Então, só para citar alguns casos aqui: do ano passado para cá, são três casos.

Então, nesse caso aqui dos processos administrativos sancionadores das agências ANTT e Antaq, a lei dizia que esses processos tinham que ser sigilosos, e o STF, então, considerou ali que os processos administrativos sancionadores devem obedecer ao princípio da publicidade durante toda a sua tramitação, considerando inconstitucional aquela legislação.

Nesse caso da ADPF 695, um caso envolvendo compartilhamento de dados entre o Denatran e a Agência Brasileira de Inteligência, um dos pontos centrais da discussão foi justamente o chamado... o que se consagrou ali o dever de publicidade em relação às operações realizadas com dados pessoais, ou seja, entendendo que a transparência sobre as operações que os órgãos públicos realizam com dados pessoais é algo essencial para permitir o controle sobre a forma como o Estado lida com dados pessoais. Então, vejam que era um caso que tratava de dados pessoais, mas cujo foco acabou sendo, de alguma forma, também a transparência e a publicidade, reconhecendo-se, inclusive, que essa falta de publicidade, ali naquele contexto da decisão judicial, poderia implicar improbidade administrativa.

E, por último, uma decisão bem recente agora, de agosto, também considerando o mesmo caso, processos internos da Polícia Federal, era um ato normativo da Polícia Federal que estabelecia como sigilosos, em regra, todos os processos. Isso foi declarado também inconstitucional pelo STF, seguindo a mesma linha de que a regra é a publicidade, ainda que se envolvam determinados dados pessoais, quando houver, obviamente, interesse público nessa divulgação, não é?

Pode passar, por favor.

Estou dizendo isso por quê? Porque a gente tem que fazer uma interpretação constitucional da LGPD, ou seja, entender, interpretar a LGPD de forma compatível com a Constituição e também de forma compatível com a jurisprudência do STF, de modo que implementar a LGPD não se resume a atribuir sigilo a dados pessoais. É claro que em alguns contextos, em algumas situações, o sigilo é uma medida de segurança, uma medida necessária para a proteção desses dados, mas a LGPD é muito mais do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria que, ao contrário, promover a cultura da proteção de dados pessoais, especialmente no âmbito do setor público, pressupõe exatamente ampliar a transparência das operações realizadas com dados pessoais. Nesse sentido, não há nenhuma incompatibilidade entre a LGPD e a divulgação de determinadas informações quando necessária para o acesso à informação pública, quando o interesse público for geral e preponderante.

Pode passar, por favor.

E isso já vem sendo dito pela ANPD em várias ocasiões. Já em janeiro de 2022, nesse guia de "Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público", já estava dito lá que o cumprimento da LGPD demanda uma análise mais ampla, que não se limita à atribuição de sigilo ou de publicidade, e este nem mesmo é escopo da LGPD, porque a LGPD não estabeleceu hipóteses legais de sigilo, não é? Se vocês procurarem na LGPD a palavra "segredo", vocês vão encontrar referência a segredo comercial e industrial, mas nenhuma conexão entre a palavra "segredo", a palavra "sigilo", com o acesso à informação pública ou com a parte da LGPD que trata do setor público; pelo contrário, ali o foco é sempre a transparência, quando se trata de órgãos públicos tratando de dados pessoais.

É claro que a LGPD demanda uma avaliação de riscos e de impactos para os titulares e a definição de medidas para mitigar esses riscos, o que não necessariamente implica a anonimização, não necessariamente implica atribuição de sigilo, existe uma série de outras medidas – algumas foram até mencionadas aqui – que podem ser utilizadas para mitigar risco, como você, por exemplo, não divulgar um determinado tipo de dado, para pegar os exemplos que foram citados aqui, a assinatura de termo de responsabilidade, uma série de outros mecanismos que você pode estabelecer para mitigar riscos, não necessariamente o sigilo.

Por favor, pode passar adiante.

Então, esse também foi outro caso concreto em que a ANPD se manifestou: era basicamente uma discussão sobre aqueles auxílios que foram pagos, auxílios emergenciais pagos a taxistas e caminhoneiros, e havia uma dúvida sobre se seria possível divulgar publicamente as informações de quem eram os beneficiários desses auxílios. A ANPD entendeu que, de acordo com a LGPD, esses dados podem ser divulgados porque ali se trata de uma política pública e não há incompatibilidade com a LGPD. E aqui é importante dizer que a ANPD não tem o papel de, no nosso entendimento, determinar uma publicação, à gente cabe... Porque a publicação em geral vai envolver uma análise sobre os critérios de sigilo, de publicidade, que estão ali baseados na Lei de Acesso à Informação, em relação à qual a gente não tem ingerência ou competência. No caso da administração federal, seria a Controladoria-Geral da União, mas o papel da ANPD, segundo nosso entendimento, é, claro, esclarecer, ou determinar, ou fixar a interpretação da própria LGPD, o que não implicará, por exemplo, uma determinação de publicação ou não de um determinado dado pessoal.

Por favor, pode seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também é a nota técnica que foi divulgada sobre o caso do Inep, que é pública. Eu destaco esse trecho aqui, dizendo que a eventual identificação dos titulares ou a admissão de algum grau de risco de sua identificação, quando necessário para atender, por exemplo, determinações legais, interesse público e direito ao acesso à informação, são compatíveis com a LGPD, desde que adotadas as salvaguardas apropriadas. Então, também seguindo obviamente tudo que eu vinha dizendo até aqui no caso concreto específico, a ANPD claramente fixou essa leitura de que não há incompatibilidade com a LGPD, de que é possível, inclusive, a divulgação de determinadas informações pessoais quando necessário.

E, aqui no item 6.3, alguns pontos que até já foram mencionados aqui, que podem ser utilizados como medidas de investigação de risco, eventual limitação de acesso a pessoas previamente cadastradas ou que se enquadram em determinadas categorias, ou mesmo assinatura de termo de responsabilidade. Tudo isso são mecanismos que podem ser utilizados como forma de investigação de risco.

Devo mencionar também que, nessa nota técnica, foi solicitada ao Inep a apresentação de um relatório de impacto. Esse relatório já foi apresentado à ANPD, que elaborou uma segunda nota em que foi feita a análise desse relatório de impacto. Essa nota e esse processo vão ser divulgados pela ANPD em breve, estão em processo já de finalização aqui do protocolo que tem para essa divulgação. Então, a gente vai divulgar em breve essas informações relacionadas ao relatório de impacto e também à segunda nota técnica que foi feita em relação ao caso.

Por favor.

Esse é um outro guia também recente que segue na mesma linha, que traz orientações específicas sobre tratamento de dados para fins acadêmicos e para a realização de estudos e pesquisas e que foi divulgado neste ano, em junho de 2023. Essa também é uma discussão que veio, no caso do Inep e em outros casos também que chegaram à ANPD, porque a gente sabe que houve restrições de acesso de dados para fins de pesquisa. Então, também reitero aqui que a anonimização não é uma medida impositiva a ser observada na divulgação de dados pessoais por órgãos públicos.

E aí o meu último eslaide para encerrar, por favor.

Só para encerrar, só para fechar mesmo, quatro conclusões: é compatível com a LGPD a divulgação de dados pessoais quando necessário para atender interesse público; para avaliação de sigilo, permanecem válidos os precedentes do STF e as normas e parâmetros previstos na Lei de Acesso à Informação; a LGPD fixou parâmetros complementares que demandam avaliação de riscos, por isso é que a ANPD solicitou ao Inep a elaboração do relatório de impacto; e, por fim, implementar LGPD e promover a cultura da proteção de dados pessoais no setor público demandam mais transparência, não necessariamente atribuição de sigilo a dados pessoais.

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiser passar para o último eslaide, que é só agradecimento, eu encerro por aqui, me coloco à disposição e agradeço a oportunidade de prestar esses esclarecimentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Dr. Lucas Borges de Carvalho, que é representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Parabéns pela apresentação também, que me pareceu muito clara. E, para qualquer dúvida que haja, esse diálogo deve continuar também para que haja absoluta segurança, tranquilidade e perspectivas em relação ao trabalho a ser feito. Parabéns e obrigado pela presença também.

Passamos agora ao Inep; em primeiro lugar, à Associação dos Servidores do Inep.

Eu faço meus os elogios já externados ao Inep, pelo trabalho de décadas e que é uma referência no mundo, inclusive, como foi dito, para países mais desenvolvidos. E, para ser uma referência, é porque tem um corpo de profissionais qualificado, competente e que faz um bom trabalho.

Então, com a palavra o Sr. Alexandre Ramos de Azevedo, que é Diretor Financeiro da Associação dos Servidores do Inep (Assinep).

Com a palavra, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE RAMOS DE AZEVEDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas, todos, "todes".

Em nome da Assinep, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Senador Flávio Arns, mas também a toda a Comissão de Educação do Senado.

Gostaria também de saudar os colegas que estão participando deste debate aqui conosco e também todos aqueles que estão assistindo a este debate pela rede, pela internet.

Eu queria começar a fala dizendo que o Inep tem um papel muito importante para a sociedade e para a construção de políticas públicas que visam garantir o direito à educação. O Inep, através de suas equipes de servidores, que inclusive são também pesquisadores, produz pesquisas importantíssimas para a sociedade e para os gestores educacionais, gestores públicos, tais como o Censo Escolar, o Censo da Educação Superior, o Saeb, o Enade e outras pesquisas. Inclusive, boa parte delas é desenvolvida pela Diretoria de Estatísticas Educacionais, onde o nosso colega Fábio Bravin, que está representando o Inep aqui, trabalha.

Eu queria dizer que a Assinep tem um histórico de lutas e de defesa do Inep, dos seus servidores, como eu, como o Fábio, mas também em defesa da educação brasileira. Os técnicos do Inep, nesse sentido, precisam de segurança jurídica. E posso garantir que o corpo técnico do Inep tem um compromisso muito grande com a produção e divulgação dos seus produtos, dos resultados de suas pesquisas, mas há uma Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar disso, depois dessa introdução, eu queria dizer que as mudanças de divulgação dos dados ocorridas em fevereiro de 2022 produziram impactos muito grandes, seja para a pesquisa e construção de conhecimento sobre a realidade educacional, seja também para os gestores de políticas educacionais. No momento em que essas mudanças foram feitas... Por mais que tenham sido embasadas em análises técnicas e jurídicas, elas foram feitas em um momento político complicado, diria até de exceção. E nós da Assinep lutamos e resistimos muito em relação a muitas questões ocorridas desde 2016, com o *impeachment*, que nós da Assinep consideramos na época como um golpe, e também, na verdade, em seguida também o Governo que veio depois de Temer, o Governo Bolsonaro.

Então, essas mudanças ocorreram num momento complicado, num momento, como eu disse, de exceção. Teria que ter sido aberto, imediatamente ou até antecipadamente, um diálogo com a sociedade, com os pesquisadores da educação, com gestores educacionais de todas as esferas – seja municipal, estadual e também da própria esfera federal –, de diversos órgãos do Governo. Se não foi feito na ocasião, o nosso papel agora é recuperar o tempo perdido e, para isso estamos aqui e, por isso, agradecemos, mais uma vez, à Comissão de Educação do Senado, ao Senador Flávio Arns, por esse convite que visa a debater propostas para aprimorar o acesso aos dados.

No caso, a audiência foi convocada para debater a divulgação de dados do Censo Escolar, mas a gente deve ampliar essa visão, porque as outras pesquisas também são muito importantes.

Estou neste momento em Manaus, até tive um problema, porque eu estava noutro fuso horário e me atrasei um pouco para chegar aqui, para participar desse debate com vocês. Mas, como eu estava dizendo, estou em Manaus, participando, enquanto pesquisador do Inep e doutorando em educação na UFF, da reunião nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), e posso garantir que há um clamor dos pesquisadores de todos os grupos de trabalho, do grupo de trabalho com o qual estou vinculado, o Grupo 14 (GT14 - Sociologia da Educação), mas não é localizado a esse GT.

A Anped, como um todo, inclusive, deve estar discutindo neste momento, em sua assembleia geral, uma moção endereçada ao Inep, no sentido de uma revisão e de uma necessária revisão dessa aplicação da LGPD, então, estou aqui nesta discussão. Posso garantir que há um clamor desses pesquisadores que estão aqui comigo, de todo o país, pelo retorno dos microdados, no formato em que foram divulgados durante cerca de 14 anos no *site* do Inep.

Eu acho que há provas, ou pelo menos indícios, de que não havia tanto problema assim, porque a gente teve aqueles microdados, naquele formato, sendo divulgados durante quase 14 anos, e a gente nunca viu nenhum problema. E agora, conforme foi dito até por outro debatedor, através do acesso controlado pelo Sedap, a gente vê acontecendo uma utilização indevida dos dados do Inep. Então, o problema não me parece que é um controle, ou não se resolve com um controle excessivo, e cada vez maior desse acesso aos dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos então, enquanto Inep – já que eu sou servidor da casa, pesquisador do Inep, mas agora aqui, como representante da Assinep –, que ser sensíveis a essa demanda que vem de todo o país. Por isso, precisamos construir alternativas garantindo a segurança jurídica, principalmente dos técnicos do Inep, diante da LGPD, mas pensando também no direito ao acesso aos dados, na Lei de Acesso à Informação (LAI). Devemos ter em mente também o que versa o art. 157 da Constituição Federal, que é aquele que trata do direito à educação, do dever do Estado em relação à educação. Precisamos, por isso, construir alternativas acima de tudo democráticas. Eu acho que é num debate democrático como este que nós estamos fazendo aqui que nós vamos realmente encontrar soluções, não é? Eu garanto que o que foi feito foi feito com zelo pelos colegas do Inep, mas, conforme disse antes, foi feito no momento em que as questões não eram bem resolvidas de forma democrática, num diálogo com a sociedade, num diálogo com a sociedade científica, com gestores públicos de educação de todo o país.

Nesse caso, eu posso adiantar que, nessa discussão que está sendo feita aqui na Anped, deve sair – não sei; eles estão discutindo lá na assembleia; quando terminar aqui eu irei para lá – uma moção pela revisão da atual interpretação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, por parte do instituto, o Inep. Essa interpretação, essa aplicação da LGPD tem inviabilizado a realização de inúmeras pesquisas educacionais que dependem desses microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Censo Escolar da Educação Básica e do Censo Superior. Mas é importante dizer que, em todos os momentos, a gente vê um respeito muito grande dos pesquisadores pelo Inep, pelos pesquisadores que constroem o Inep, inclusive um respeito muito grande pelo papel que a associação desses servidores realiza: interlocução com a Anped, com o Fórum Nacional de Educação, como participante do Fórum Nacional Popular de Educação – a Assinep participa desde o início. Então, a gente está procurando de alguma forma, enquanto associação, colaborar com a manutenção desse respeito em relação à nossa instituição, não é?

Eu disse há pouco, numa discussão lá, que eu vi, desde 2014, o Inep ganhando cada vez mais maior confiança do ambiente acadêmico, principalmente nos eventos científicos. Isso foi construído com o suor, com o trabalho dos pesquisadores do Inep e dos servidores do Inep.

Eu queria, então, reforçar que, numa moção que deve ser aprovada aqui na Anped, em Manaus, provavelmente será ressaltada a importância da produção e divulgação de dados educacionais, bem como a qualidade do trabalho realizado pelo Inep, que pode continuar contribuindo grandemente para a produção científica na área de educação.

Eu tenho algumas alternativas, algumas propostas, são três propostas, mas, pelo encerrar do tempo, eu deixo para a fala final, se houver essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Alexandre Ramos de Azevedo, Diretor Financeiro da Associação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Servidores do Inep. De fato, depois da última fala, a gente retorna, como havíamos combinado, para as considerações finais de cada expositor e expositora por três minutos.

Mas eu quero dizer só, Alexandre, que você tem toda a razão. O requerimento que foi aprovado foi o da disponibilização do acesso aos microdados do Censo Escolar. E você tem toda a razão ao dizer que isso deve ser ampliado – os dados, de uma maneira geral, do Inep –, dentro de regras, obviamente, definidas.

Ao mesmo tempo, quero também dizer que o que nós estamos tentando fazer nesta audiência pública é o estado da arte, porque... O que está acontecendo hoje? O objetivo nosso, a partir da presença de todos e todas, é apontar para o futuro e dizer: "Olha, está bom". "Aqui não está, e tem que fazer isso ou aquilo". "É possível? Está dentro da legislação ou não?". "É bom para uma política pública ou não é?". Então, é uma discussão sobre o que ocorre, e, a partir daí, pensarmos juntos. Inclusive, como já foi dito agora há pouco até pelo Pedro, a gente também, no Senado, olhar se a legislação está adequada ou não.

Eu já peço para a Consultoria do Senado, que nos acompanha, que a gente possa refletir sobre isso e, juntos, dizermos: "Olha, queremos que tudo esteja de acordo com aquilo de que a educação do Brasil precisa". Então, esse é o grande objetivo.

Obrigado, Alexandre. Parabéns!

E parabéns também a todos que participam da Anped também!

Em seguida, eu passo a palavra ao Sr. Fábio Pereira Bravin, que é Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que é o Inep.

Seja bem-vindo também, e agradeço pela presença, Dr. Fábio.

Com a palavra.

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns.

Obrigado pela oportunidade de participar desta audiência, de poder expor a posição do Inep e de, em nome do Presidente, estar representando a instituição também. Acho que a confiança do Presidente no trabalho que os técnicos realizam é um fator importante aqui.

Eu preparei uma apresentação... Vou entrar na apresentação aqui e estou com medo de o tempo não ser razoável para debater todos os pontos colocados. Vamos ver como é que a gente segue.

Vocês estão vendo a minha apresentação?

Deixe-me ver aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Eu queria trazer uma questão: o que a gente aprendeu com essa situação toda?

A primeira questão é que a comunicação é um fator importante. A gente falhou na comunicação, e acho que é importante a gente também reconhecer isso.

A segunda questão é a gente entender qual é a natureza e a finalidade do Censo da educação, a gente falar de coisas que também já foram abordadas aqui sobre a questão da importância da privacidade e da proteção de dados, inclusive para que a gente possa ter o Censo educacional, o Censo da educação, assim como as outras pesquisas que o Inep realiza, e também a ideia de estatística como bem público, que eu acho que também é um fator relevante aqui para a discussão.

Talvez alguns não tenham a percepção clara de que a mudança da estrutura dos microdados públicos do Inep não decorreu exclusivamente de uma adequação LGBD, embora isso tenha aparecido na comunicação; ela é um processo que está associado a uma reflexão sobre a pesquisa estatística no instituto, a sua sustentação e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, a adequação a boas práticas internacionais, inclusive, dentro de uma perspectiva que estava colocada de ingresso do país na OCDE, a adequação a tratamentos que outros países dão aos dados pessoais, em que a própria LGPD também vem, no contexto mundial, de estabelecer estratégias que possam garantir uma segurança no trânsito das informações, no fluxo de informações.

Então, é claro que a LGPD tem um papel nesse ponto de mudança, especialmente em relação às possibilidades de sanção, mas também há questões conjunturais que a gente viveu ali na época da pandemia, outras situações que se sucederam ali – e a gente olhou outras pesquisas, o que aconteceu com outras pesquisas –, e o risco que a própria pesquisa tinha de não se viabilizar no médio e no longo prazo. Aí a gente teria um problema maior, que é não ter dados para trabalhar. Então, esse é um cenário que está permeado nessa decisão, ela não foi exclusivamente decorrente da LGPD.

Tem este estudo: "Privacidade e Transparência no Setor Público: um estudo de caso da publicação de microdados do Inep", estudo de 2015, anterior à LGPD. Ele já apontava ali um problema na privacidade, de manutenção da privacidade nos microdados públicos do Inep. Então, o Inep, desde esse estudo, da academia inclusive, que obviamente é um ator fundamental na produção de conhecimento, tem possibilitado uma reflexão sobre o papel do Inep nas suas atribuições de realizar pesquisa sobre o sistema educacional. E o Inep tomou uma série de providências ali: a criação do comitê permanente de dados; a questão da publicação de uma portaria que fala sobre os princípios fundamentais e as boas práticas que orientam o Inep na produção das estatísticas educacionais, alinhando, inclusive, com resoluções internacionais sobre a produção de estatísticas oficiais; a questão de uma política de divulgação de estatísticas e exames; e a questão da própria portaria de acesso aos dados protegidos no âmbito do Inep. Recentemente a gente tem a instituição de um comitê de governança de dados no âmbito do Inep que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer a sua primeira reunião, com a possibilidade de a gente fazer um entendimento mais compreensivo dessa questão, que é uma questão, de novo, que não se reduz, não se restringe à questão da LGPD.

Da natureza e finalidade do censo. O censo é uma pesquisa estatística de natureza demográfica que tem uma população delimitada, que é a população que está no sistema educacional formal brasileiro em todas as suas etapas e modalidades de ensino. A sua finalidade enquanto censo é contar e quantificar a população atendida no sistema educacional em suas diferentes etapas de ensino, obviamente, em todas as localidades do país. A ideia é que a gente consiga abranger todas as escolas para poder fazer essa contabilização. Obviamente, quando você tem esse esforço de contabilizar a população, também você aproveita para levantar outras características e condições de como se dá o atendimento educacional nas escolas brasileiras, nas instituições de ensino superior e juntar outras informações como a avaliação educacional, por exemplo, do desempenho dos estudantes, enfim, que são outras pesquisas que o Inep produz.

E aí a gente tem uma resolução das Nações Unidas, da qual o Brasil é partícipe e é signatário, que fala sobre os princípios fundamentais das estatísticas oficiais e que pressupõe que a estatística é um bem público, que é a questão de você ter um dado que sirva... É claro que ele serve para a gestão das políticas públicas, para a tomada de decisão pública no âmbito da relação entre o Estado, os governos e o seu povo, e, então, ele também serve a sociedade, para se reconhecer, para reconhecer os desafios. E é importante que esta informação esteja disponível, que a informação estatística oficial possa estar disponível, gerando ou contribuindo para uma certa horizontalização do conhecimento sobre a realidade, de forma que você possa pleitear as melhorias, como já foram colocadas aqui antecipadamente por mim e pelos colegas que estão participando no debate.

E aí, quando a gente olha o cenário nacional, a gente vai falar da pesquisa estatística. Na Estatística, qual que é a função da pesquisa? A função da pesquisa é produzir informação quantitativa, informação sobre coletivo. E aí o Estado, que é quem opera parte dessas pesquisas estatísticas, muitas vezes ele quer se ver revelado em números, e ele tem que induzir que as pessoas participem das pesquisas. Um contraponto é a questão da obrigatoriedade de participação, por exemplo, de participação das escolas. Se eu pegar o censo populacional para todos participarem, obviamente ninguém irá querer que a participação se dê pela obrigatoriedade, porque ela obviamente traz cenários confusos para a produção da pesquisa científica como viés: não colaboração, não participação, a gente tem desafios para enfrentar no Inep e também nacionalmente quando a gente vai falar das taxas de não resposta às pesquisas. Não é com obrigação que você responde para a sociedade que ela tem que responder à pesquisa: você tem que criar uma confiança entre a população e o instituto de pesquisa, uma confiança entre a população e os pesquisadores, enfim, entre as pesquisas que estão sendo realizadas, para que elas tenham uma decisão de participar, e participar de forma correta sem enviesar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma questão que é bastante relevante. Embora haja a questão de obrigação, ela por si só não garante, não consegue garantir a participação e a participação correta – *vide* a gente estar aí com o censo populacional em que o IBGE tem que lidar com questões técnicas relacionadas, por exemplo, a não resposta, às taxas de não resposta de 4%, e em alguns locais chegando a 8% de taxa de não resposta. Quer dizer, os institutos de estatística têm que lidar com uma questão extremamente técnica sobre como é que se favorece a execução da pesquisa e a pesquisa poder ser confiável no sentido de representar aquilo que ela quer representar, aquela realidade que ela quer representar.

O colega da ANPD já trouxe a questão lá do documento, do guia orientativo, e aí tem uma questão de que as pesquisas acadêmicas, além de observarem as disposições da LGPD, elas também têm que observar as questões éticas colocadas para a pesquisa. De forma aqui específica para a pesquisa censitária realizada por órgão público, ela não tem um trâmite na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, ela está excetuada desse trâmite, mas ela não está excetuada da possibilidade de você ter que seguir os princípios que estão ali colocados.

E aí tem um cenário...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dr. Fábio, se precisar de mais cinco minutos, por favor... É porque a sua fala também, como Diretor do Inep, é essencial.

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN (*Por videoconferência*.) – O.k. Eu agradeço, agradeço.

A gente tem um cenário em que há a questão relacionada ao acesso de dados pessoais para a realização das pesquisas, por exemplo, naquele momento da pandemia, em que não foi possível o IBGE acessar os dados pessoais para a realização das pesquisas. Isso teve um impacto. A gente não tem resultados da Pnad Contínua da parte de educação em 2020 e em 2021. O Brasil não tem os resultados, porque não foi possível realizar a pesquisa.

Então, diante desse cenário, a gente está lidando com um cenário em que as pessoas hoje têm... Considerando a questão da autodeterminação informativa, a gente quer trabalhar no princípio da cooperação, da colaboração e da informação correta. Então, se a gente passar a ter de forma sustentada a não participação e a participação enviesada na pesquisa, a pesquisa se compromete ao longo do tempo, aí comprometendo todo o cenário que já foi colocado aqui pelos outros colegas em relação à qualidade internacionalmente reconhecida da produção do Inep, de todo o arcabouço que foi trazido com avanços que o Inep implementou em relação às pesquisas estatísticas, *vide*, por exemplo, que tem países com desenvolvimento econômico muito superior ao Brasil que não têm pesquisas educacionais, de estatística de educação baseadas em dados pessoais, porque, na verdade, não é necessário o tratamento de dados pessoais para a realização da pesquisa estatística. Eu poderia trabalhar com dados já anonimizados na entrada ou já com quantificações iniciais, o que obviamente restringe a possibilidade de utilidade, que não é o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos, que não é o que nós desejamos, porque a gente sabe do valor que ter a informação pessoal imprime para a qualidade do dado, para a qualidade da pesquisa como um todo.

O Inep, quando decide mudar a forma de pesquisa, o seu método de pesquisa de colher a quantificação e passar a colher a informação pessoal, também assume o risco de tratar esse dado pessoal e de dar a esse tratamento do dado pessoal um tratamento ético, um tratamento conforme o método científico, um tratamento conforme as relações entre os diferentes atores que participam da pesquisa, porque aí não é só o Governo Federal que realiza pesquisa sozinho, no sentido de garantir que o dado seja um dado que tem uma finalidade pública que é gerar uma informação sobre o sistema educacional brasileiro.

O que nós não queremos é a gente deixar de ter... É, de repente, este ano, a gente falar que a gente não tem dado, porque a sociedade não colaborou; não temos uma participação que permita reconhecer que essa participação representa a realidade nacional e, portanto, nós não temos dados. Nós queremos ter dados, ter dados com qualidade, mas, para ter dados com qualidade, é preciso observar que existe uma especificidade técnica no trabalho da pesquisa. E um pouco preocupa o não reconhecimento, às vezes, da própria comunidade acadêmica em relação à produção do Inep como uma produção científica, com metodologia estabelecida e sistemática, reconhecida a sua qualidade pela própria comunidade acadêmica que usufrui dessa pesquisa. Então, é como se fosse assim: a gente tem que obedecer a requisitos éticos, requisitos metodológicos para pesquisa acadêmica, mas o Inep pode não reconhecer esses requisitos.

Então isso é um desafio muito grande para o instituto, um instituto que tem todos os desafios e as restrições que muitos de vocês conhecem em relação a pessoal, enfim, a outros cenários.

E aí eu queria deixar muito claro aqui, até para quem está participando do debate, para quem nos ouve publicamente pela participação e acompanhamento na internet, para os demais Parlamentares que estão aqui participando, que o Inep não está alheio a essas demandas, o Inep não está enclausurado aqui em uma decisão em que ele detém um poder sobre... Não é essa questão. A gente tem uma visão muito mais orientada a olhar a LGPD para além do senso comum, que tende a olhá-la como uma restrição, como uma oposição à própria Lei de Acesso à Informação. A gente está olhando, na verdade, para a LGPD como uma oportunidade. Uma oportunidade que reconhece o valor atribuído aos dados pessoais, que o Inep já reconhece há muito tempo. Tanto é que, quando o dado pessoal passa a ser tratado pelo instituto, o instituto assumindo o risco de tratar os dados pessoais nas suas pesquisas, ele está associado com a própria qualidade do dado, e obviamente vai exigir alguma adequação. A assunção desse risco vai exigir alguma adequação em relação à legislação, e aí não é só a LGPD; tem regulamentações internacionais, boas práticas internacionais e também legislações nacionais outras que estão trabalhando nesse cenário.

Então a gente tem que desenvolver uma governança de dados, obviamente ligada com a governança estratégica da organização. A gente tem que, sim, dar transparência para os titulares quando a gente compartilha o dado, e eu, de lá, tenho que saber o dado que está compartilhado de uma forma adequada, coerente com a finalidade, que está sendo utilizado coerentemente com a finalidade para a qual ele foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicialmente tratado e não gerando a esse titular um prejuízo ou um risco. A gente tem que reconhecer que o dado pessoal traz qualidade para o dado; a gente tem feito esse esforço. E observar os requisitos hoje impostos de segurança da informação e a necessidade de ampliar sempre mais a confiança da sociedade na organização e, obviamente, nos produtos que ela divulga.

Então, de uma forma geral, essa era a apresentação. Não vou me alongar aqui demais.

Aqui é só um ponto em que a gente também precisa avançar um pouco. E eu trago o mesmo relatório da ADPF 695 que o colega da ANPD trouxe. É o relatório do Ministro Gilmar Mendes, dizendo que é preciso que a gente avance para essa visão dicotômica que coloca o interesse público contra o interesse de privacidade, que é o interesse individual. Não. Nesse cenário aqui, a gente está tentando proteger um bem público que é o próprio censo educacional. As pesquisas educacionais são bens públicos, que têm uma história muito maior do que o próprio Inep. A gente começou essa trajetória das estatísticas educacionais; ela deu origem ao Inep, deu origem ao próprio IBGE, no sentido histórico, e vem se desenvolvendo com essa perspectiva de que a gente consiga fornecer para a sociedade informações que permitam a ela reconhecer os seus desafios.

Esse é o cenário que a gente tem, e a gente está atento que tem um risco de a gente não conseguir sustentar esses dados, à medida que a gente não consegue ter a cooperação e a colaboração das pessoas para participar e participar de forma escorreita da pesquisa. Então a gente tem feito, sim, avanços; reconhece que a gente precisa avançar na governança de dados, na ampliação dos produtos.

E aí eu queria só dialogar um pouco com a fala dos colegas que me antecederam aqui. Várias das informações que obviamente não estão disponíveis nos microdados estão disponíveis em outros produtos.

Existe informação, por exemplo, nas Sinopses Estatísticas de dados de professores, de dados de matrícula por sexo, por cor/raça. No nível, obviamente, das sinopses, que é um produto orientado para o município, para o nível do município, existem indicadores educacionais que estão ganhando desagregações por características demográficas, como cor/raça, como idade, como sexo. Grande parte dos indicadores educacionais que a gente produz já tinha desagregações regionais que permitem você, por exemplo, analisar diferenças do comportamento do indicador para indígenas, para quilombolas, porque você tem o indicador por escola e você consegue localizar escola e território, e está sendo acrescentado a esses outros indicadores um cenário de trazer mais informações sobre a desigualdade demográfica.

E, aí, eu acho que vai um pouco na linha do Pedro Veloso, do Todos pela Educação, e do outro colega Pedro, do Data Privacy, no sentido de que a gente vai ter que entender que eu vou ter que ter produtos diferentes para públicos diferentes, porque realmente o dado público, de que qualquer um pode se apropriar e usar a partir de uma forma que não é uma forma adequada ao propósito desse dado, prejudica a pesquisa junto aos titulares dos dados de cuja colaboração o Inep precisa para ter o dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente não tiver a colaboração dos pais, dos familiares, na confiança de que o dado que foi concedido pela instituição de ensino para o Inep está sendo utilizado exclusivamente para a produção da pesquisa estatística, não está gerando problemas de segurança do seu filho, da sua prole, enfim, nem está gerando nenhuma possibilidade, não está contribuindo para gerar assimetrias, por exemplo, em utilização dessas informações para alimentar decisões posteriores sobre questão trabalhista, possibilidade de olhar o desenvolvimento do aluno de uma forma individualizada, porque não é para isso que se presta a pesquisa estatística... O que a gente quer é tentar entender o comportamento da população educacional.

Temos mais tempo para debate, temos a disponibilidade de ouvir as outras colocações e estamos, sim, trabalhando aqui, para que a gente consiga avançar nessa escuta, nessa escuta qualificada – e, aí, eu já agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar participando desta audiência pública, porque todas elas estão sendo consideradas nas alternativas que nós estamos obviamente construindo. E ela vai um pouco alinhada com o que existe no mundo afora, até porque não tem muito como ser uma jabuticaba na questão do tratamento do dado pessoal. A gente está hoje governado por leis nacionais, mas elas têm um *compliance* internacional em torno de alguns princípios, que é a ideia de você ter o microdado de uso público, que obviamente – não tem jeito – vai ter que ter algum tipo de restrição, e microdados ou canais de acesso aos microdados de uso científico. Claro que eles precisam, sim... A gente reconhece que a sala segura não dá conta, ela precisa ser ampliada, talvez reduzindo os custos de acesso, com digitalização, transformação digital da própria sala segura. São coisas que estão hoje no cenário das discussões aqui no Inep e no esforço do Inep de tornar o dado mais acessível, com a segurança.

Muito obrigado. Desculpa por me alongar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Dr. Fábio Pereira Bravin, que é Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Inep.

Eu vou voltar agora aos expositores e expositoras para as considerações finais, mas eu quero dizer que, nas considerações finais, eu gostaria que cada expositor e expositora já colocasse o que esperaria que acontecesse em função desta audiência pública.

Esta audiência pública está sendo realizada em razão de ponderação de inúmeros movimentos da sociedade, ponderações com as quais eu compartilho, das dificuldades de acesso a dados, o que vem impedindo a organização de políticas públicas adequadas, de entendimento da realidade, em função de uma política pública adotada pelo Inep nesse sentido, que não existia antes e passou a existir a partir de uma data mais recente.

Ao mesmo tempo, todos enalteceram o papel relevante, importante, mundialmente, do Inep. Contudo, nós queremos ter consequências desta audiência a favor da educação, da qualidade, da política pública educacional em todas as áreas, não só, como já mencionei antes, do Censo Escolar. Todos falaram também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na questão da segurança, da privacidade dos dados, que há mecanismos para fazer isso. Eu acho que há uma convergência nesse sentido de preservação da privacidade quando isso implica na identificação da pessoa ou em outras circunstâncias, porém, ao mesmo tempo, não se restringindo a compreensão da nossa realidade. Então é nesse sentido, porque nós queremos, como Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, ultrapassar a dificuldade.

Uma das coisas que a gente mais preza é o diálogo com a sociedade. Além do Inep, que é altamente competente, como já mencionei, nós temos inúmeros movimentos, laboratórios e setores da sociedade extremamente qualificados nisso. Então, nada melhor do que discutir, dialogar e chegar a uma conclusão conjunta, compartilhada. A gente faz isso no Congresso o tempo todo, ninguém aprova uma lei com tranquilidade, com segurança se não discutir muito com todos os setores da sociedade. Fazemos isso no ensino médio, no Sistema Nacional de Educação... Podemos ter a melhor das ideias, mas tem que se discutir, dialogar e convergir naquilo que for possível. Parece que isso não aconteceu nessa política atual, e deve acontecer naquilo que se deseja melhorar, ampliar.

Todas as entidades de dados estão procurando mudar essa realidade, porque dizem que isso está impedindo, é uma política que impede o acesso aos dados, quase... não totalmente, mas em grande proporção. E a própria legislação e o posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, que foi mencionado pelo Sr. Fábio, é nesse sentido: não é que uma coisa impeça a outra, a gente tem que cuidar da privacidade, mas, ao mesmo tempo, temos que ter acesso e cuidado, o uso dos dados para uma elaboração de uma política pública.

Então, eu gostaria, nesses três minutos, que cada um pensasse o que nós queremos, qual o passo seguinte. Não pode acontecer de a gente ter esta audiência pública e dizer: "Não, acabou por aqui". Não, nós queremos audiência pública e o passo seguinte, que é, assim, ultrapassar as dificuldades que vêm sendo apontadas pela sociedade.

Passo, em primeiro lugar, a palavra para a Profa. Gabriela Schneider, que é da Universidade Federal do Paraná, do Laboratório de Dados Educacionais.

Com a palavra, Profa. Gabriela. (*Pausa.*)

Está presente ainda?

A SRA. GABRIELA SCHNEIDER (*Por videoconferência.*) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Professora, eu não estou chamando a Fernanda, porque ela teve que ir para o aeroporto. Se não me engano, por causa disso, ela teve que sair da sala aqui.

Gabriela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GABRIELA SCHNEIDER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero novamente agradecer o debate.

Acho que a gente tem bastantes coincidentes, que reforçam a importância não só do trabalho do Inep, mas dos dados educacionais. Acho que é importante esse debate que o Fábio também traz em relação ao censo como um levantamento de dados, mas acho que a gente tem que pontuar uma coisa que é muito importante: ele é um levantamento, é um conjunto de dados que tem ajudado a produzir estudos e pesquisas para fora, além do Inep. O Inep tem feito muita coisa, e acho que todo mundo aqui reconhece a importância dos pesquisadores do Inep, mas, para além do Inep, também existem pesquisas que são feitas com responsabilidade, com ética, com essa questão e que também precisam ser levadas em consideração. Eu acho que os pesquisadores... Alguns colegas sugeriram pensar formas de acesso diferenciado aos pesquisadores e às universidades que são parceiros do Inep em relação a isso.

Eu gostaria ainda, por exemplo, de situar o banco de turmas, porque eu acho que a gente não consegue verificar argumentos que justifiquem a não liberação de um dado de turmas que permite alguns cruzamentos. Então, acho que esse seria um elemento importante para que a gente pudesse abrir canais de diálogos. Acho que o Fábio dizia que não é só pela Lei de Proteção de Dados, tem outros elementos, mas que o Inep também discutisse com outros pesquisadores que vêm fazendo uso disso e com movimentos da sociedade civil.

A gente teve aqui falas nesse sentido da Campanha, da Lemann, de pessoas que estão fazendo o monitoramento também, que estão colaborando aí. Então, que a gente pudesse fazer um trabalho mais coletivo e de apoio, porque entendemos que é importante proteger as crianças, proteger a identidade das pessoas. Ninguém não reconhece e não legitima isso, mas acho que o debate da política pública, da democratização da educação também passa pela possibilidade de estudos, de dedicação e de acesso a esses levantamentos. O censo é uma importante fonte para isso, e a gente tem avançado e utilizado isso para avançar no conhecimento.

Eu agradeço também a possibilidade de estar aqui e o diálogo.

Seguimos à disposição.

Eu vou pedir só licença para fechar minha câmera, porque eu nem estou na Anped, estou numa sala aqui que eu consegui emprestada, mas vou precisar fechar, porque as pessoas vão usar aqui. Está bom?

Muito obrigada, Senador, foi um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Gabriela Schneider também. Boa reunião.

Passo, em seguida, a palavra à Andressa Pellanda, que é Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Andressa está por aí ainda?

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, eu estava tentando desbloquear o microfone.

Obrigada, Senador, pelo debate excelente que foi promovido aqui hoje.

Eu acho que tem muitas questões que foram colocadas na mesa. Eu queria trazer dois pontos de atenção. Foi citado, inclusive, que a UFMG e o Insper têm essas salas seguras, mas elas não estão operacionais – pelo menos foi a mensagem que a gente recebeu em julho –, então nem sequer a isso a gente está tendo acesso. E, aí, o Fernando Rufino, que é nosso cientista de dados, teve que ir até Brasília para fazer o acesso aos dados.

Outro ponto que eu acho que é importante a gente ressaltar é que o que a gente está demandando não é o acesso aos dados que são sigilosos – ao CPF, a questões de identidade, enfim, assinaturas –; é o acesso aos dados que foram fechados e que impedem que a gente possa ter todas essas desagregações, essas análises e pesquisas que foram listadas aqui extensivamente.

E aí, por fim, queria saudar a proposta do Projeto de Lei 454, de 2022. Eu acho que ele traz elementos importantes para a gente avançar neste debate. Acho que a gente precisa também aprofundar um pouco mais o que vai ser esse art. 2º, que fala sobre as condicionantes de anonimização, pseudonimização e compartilhamento de dados a serem normatizados entre a ANPD e o Inep. Eu acho que precisa ter também uma densidade para que essa normatização possa acontecer. Ainda que a gente saiba que são dois órgãos muito sérios e que estão preocupados com questões muito pertinentes, eu acho que é preciso, dentro dessa normatização, incorporar também todas essas preocupações que foram feitas aqui e que são feitas por vários outros organismos de pesquisa, notadamente as universidades, enfim, que falaram bastante aqui.

Então, eu acho que a gente precisa avançar mesmo neste debate. Concordo que, como a gente já reiterou, a Lei Geral de Proteção de Dados não pode ser um empecilho para nada disso. E a gente precisa garantir que a credibilidade das pesquisas, para as respostas, possa acontecer sem que isso seja o motivo para que a gente impeça a publicação dos dados e a formulação de pesquisas. Eu acho que uma coisa não pode prescindir da outra.

Obrigada.

E que a gente possa continuar este debate, que foi muito rico; e que a gente possa conseguir avançar também nas políticas para além dos dados, já que a gente vê um cenário bem difícil também de implementação das políticas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo à Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei já mencionado está na nossa Comissão de Educação e Cultura para ser apreciado e tem a relatoria do Senador Esperidião Amin.

Também vamos dar uma atenção muito especial, mas eu penso que esse grupo de pesquisadores aqui presentes é tão significativo e importante que eu gostaria até de sugerir que possa haver uma reunião – vocês estão me escutando? – para que o Ministro da Educação também ouvisse de vocês as ponderações, de maneira sintética, obviamente, que foram feitas no dia de hoje. Eu penso que o envolvimento do Executivo, através do Sr. Ministro Camilo Santana, também é importante.

Passo, em seguida, a palavra o Sr. Pedro Veloso, Coordenador de Pesquisa e Dados Educacionais do Todos pela Educação.

O SR. PEDRO VELOSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero agradecer o convite para a Comissão de Educação em nome do Senador Flávio. Quero saudar este debate que foi muito proveitoso, não só para os demais pesquisadores, mas, acredito, também para o Inep.

A gente entende que o Inep tem feito um trabalho hercúleo, de certa maneira, dada a quantidade de pesquisas que domina, que demandam, mas a gente também sente a necessidade de avançar nessa toada. Primeiramente, quero nos colocar à disposição, não só o Todos Pela Educação, mas acredito que toda a sociedade civil, as universidades. Ouvir e ter mais debates como esse é importante para a melhor forma de, não só disponibilizar dados do censo educacional, mas para divulgar as demais pesquisas realizadas pelo Inep. Então é importante salientar isso, de que ficamos, sim, à disposição. E eu acho que esse "sim" é um primeiro passo para os demais passos do Inep.

É isso. Quero agradecer, Senador, mais uma vez.

E, Fábio, ficamos à disposição do que vocês precisarem para a construção deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Pedro Veloso, Todos Pela Educação. Abraço e parabéns pelo trabalho desenvolvido, de novo, também.

Com a palavra, o Sr. Daniel De Bonis, que é Diretor de Pesquisa Dados e Conhecimento da Fundação Lemann.

O SR. DANIEL DE BONIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu quero novamente cumprimentá-lo pela iniciativa e quero cumprimentar todos os integrantes da Comissão. É uma oportunidade muito importante de a gente poder discutir esse tema. Acho que a gente ouviu aqui muitos argumentos e muitas ideias construtivas de como avançar.

Eu queria só, para fechar realmente, trazer um senso de urgência para esse tema. Como eu disse, nós estamos há 18 meses com esse apagão de dados, e isso tem impactos muito – muito – grandes. A gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouviu previamente do Inep, em outras ocasiões, que havia alternativas sendo estudadas, acho que vai ser importante a gente visualizar essas propostas alternativas.

Então eu queria realmente sugerir, de forma bastante concreta, que a gente não terminasse essa conversa aqui, que a gente pudesse ter uma sequência ou num novo encontro da Comissão, em que o Fábio, com mais tempo, possa trazer, de fato, questões que enderecem as questões que foram levantadas hoje, seja via um requerimento de informação da Comissão, mas a gente de fato ter um encaminhamento concreto a partir das questões e propostas que foram levantadas aqui e identificar mesmo caminhos para avanços.

Acho que o que a gente viu aqui é uma disponibilidade muito grande da comunidade educacional e da própria Associação dos Servidores do Inep de pensar como a gente pode construir alternativas.

Então quero agradecer novamente a oportunidade de estar aqui, agradecer ao Fábio por ter trazido toda essa visão do Inep e também continuamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço também, Daniel. Um grande abraço a todos que fazem parte da Fundação Lemann e a você em particular. Obrigado pela presença.

Pedro Saliba agora, Coordenador de Projetos da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Espero que eu esteja falando corretamente, mas acho que é Data Privacy Brasil de Pesquisa.

O SR. PEDRO SALIBA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em inglês é mais difícil, não é? Mas eu gostaria de agradecer ao Sr. Senador, ao Senado Federal, por este espaço de diálogo, que eu acho que é fundamental. Dos encaminhamentos que a gente espera que possam ser bem proveitosos, eu acho que a ANPD já adiantou, que é a publicação do relatório de impacto a respeito desse tema, da nota técnica. Eu acho que isso vai ser fundamental, não só para o caso do Inep, especificamente, mas, como eu falei, para esse tema do tratamento de dados do poder público de forma geral.

A gente se coloca à disposição para continuar nesse diálogo, continuar com o nosso trabalho, apresentando tudo o que a gente já faz nos últimos anos, e agradece mesmo pela disponibilidade por esse espaço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Pedro. Parabéns pelo trabalho.

Com a palavra, o Thiago Alves, que é Professor da Universidade Federal de Goiás e também Coordenador... Por isso que eu falo que é um grupo muito qualificado de pesquisa, porque todos têm a vida, praticamente – seja acadêmica, seja de movimentos –, dedicada à área de dados, pesquisa, análise. O Prof.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thiago Alves é Coordenador-Geral do Laboratório de Dados Educacionais e representante da Fineduca, que é uma das entidades de grande prestígio no Brasil em financiamento da educação.

Com a palavra.

O SR. THIAGO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de agradecer mais uma vez ao Senador Flávio Arns, professor também. E gostaria de me colocar à disposição para continuar esse debate.

Senador, eu gostaria de, objetivamente, dizer que nós esperamos, não é... Penso que o encaminhamento... Uma coisa importante é continuarmos com esse debate, talvez um encaminhamento de continuação. Seria importante a gente ouvir o Inep, o Fábio, sua equipe, com relação às ações concretas que o Inep está pensando, está desenvolvendo quanto à ampliação da disponibilização dos dados. Nós fizemos várias reuniões na presença do Fábio. Hoje, todos pontuaram algumas coisas, mas não ouvimos do Fábio as ações concretas que estão sendo feitas. Tem um dispositivo de temporário, da suspensão temporária, mas acho que já tem dois anos. Então, seria importante a gente ter uma sessão, Senador, para a gente ouvir o Inep sobre as ações concretas que estão sendo feitas. Enfim, acho que isso poderia ser uma ação aqui.

Outra questão é com relação ao andamento do projeto de lei para que possa, então, o Inep disponibilizar esses dados com segurança, com base em alguma legislação, considerando o prazo que já está decorrendo, e há prejuízos para vários trabalhos de pesquisa, para várias iniciativas que dependem desses microdados. E há uma coisa que talvez nos incomode um pouco, porque o Fábio coloca vários argumentos em relação a boas práticas internacionais, à LGPD e a várias questões, e temos vários e vários argumentos, vários documentos que divergem, que mostram outra posição. Então, fica o Inep com uma posição, não disponibilizando os dados; e várias, muitas entidades com argumentos jurídicos, argumentos práticos, mas o Inep com uma ideia, um monopólio desse entendimento, a não disponibilização e prejuízo de pesquisas há quase dois anos. Então, acho que precisaria avançar. E, se o Parlamento puder avançar nesse sentido, acho que essa é a nossa expectativa de quem depende desses dados para pensar avaliação, monitoramento, formulação, controle social das políticas educacionais, a partir dos dados.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Prof. Thiago Alves. Concordo que deva haver a continuidade desse trabalho. Vamos fazer isso, convidando o Dr. Fábio e também a direção, a Presidência do Inep, mas também o Ministro da Educação, junto com a Comissão de Educação do Senado Federal.

Eu acho que a participação do Ministro – claro, ele não vai poder ficar o tempo todo, mas que vocês possam ter... Esse diálogo tem que acontecer, tem que acontecer no Senado – vamos chamar todos –, porém tem que acontecer já com uma atitude cotidiana nossa. Se a gente fizer alguma coisa – eu já fui do Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também – bem discutida, bem dialogada, nós assumiremos coletivamente a convergência para o sucesso e, se houver falhas, todos nós implantaremos coletivamente uma iniciativa e poderemos corrigir eventuais desvios de rota também. Eu acho que a melhor forma de se fazer é convergir, dialogar, trabalhar juntos e reconhecer que existem grupos de pesquisadores extraordinários dentro do Inep e fora do Inep também. Então, vamos juntos fazer essa caminhada.

Passo, em seguida, a palavra para o Dr. Lucas, que é representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, agradecendo pela presença também.

O SR. LUCAS BORGES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu também agradeço, Senador. É um prazer poder participar e contribuir com esse tema que a gente considera muito relevante.

Como eu falei, estamos acompanhando desde o início, e, nessa minha fala final, eu queria frisar que acho que a LGPD não é um problema. Eu entendo que há uma margem considerável para, dentro da legislação vigente, a gente conseguir, no que toca à LGPD, harmonizar a proteção de dados pessoais e todas as preocupações que são muito legítimas do Inep com o acesso à informação pública, verificando quais são as medidas mais adequadas para poder mitigar os riscos que foram identificados.

Reforço também que vai ser publicada essa segunda nota e entendo que seria relevante que o relatório de impacto também fosse publicado, porque é um documento que tem este propósito também de poder permitir uma discussão um pouco mais específica de avaliação dos riscos, entender exatamente qual foi a análise que foi efetuada não somente do ponto de vista do estudo, do ponto de vista de técnico de segurança, de ciência da computação, mas também de um ponto de vista mais amplo, de avaliação de riscos, das medidas que estão sendo adotadas e de outras também que podem ser adotadas em relação ao relatório de impacto.

O relatório de impacto é também um documento vivo, pode ser alterado, pode ser atualizado, e novas medidas podem ser pensadas. Então, acho que tem um espaço aí para evoluir – acho que essa talvez seja a palavra-chave aqui – e tentar buscar um caminho que atenda aos diversos interesses e possibilidades dentro da legalidade.

Outra sugestão que eu faço também seria a de envolver a CGU – não sei se eles já estão participando, se foram convidados aqui. A Controladoria-Geral da União é o órgão responsável pela Lei de Acesso à Informação, e a gente sabe que eles estão acompanhando. Eles têm um acordo de cooperação técnica com a ANPD, então eles acompanharam essa segunda nota técnica que foi elaborada pela ANPD também. Não sei exatamente o que eles estão fazendo lá, mas eu tenho certeza de que é um órgão que pode contribuir. Então, dou esta sugestão também para, caso haja algum segundo momento aqui, que a Controladoria-Geral da União seja convidada a participar, porque tenho certeza de que eles poderão trazer aqui boas sugestões e iniciativas, principalmente no que toca à legislação de acesso à informação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Agradeço mais uma vez e reitero que a ANPD está totalmente à disposição para poder, no que toca à LGPD, poder esclarecer e contribuir para que tenha segurança jurídica nessa definição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Dr. Lucas Borges de Carvalho, representando a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

E, pela fala de todas as pessoas, todos têm essa precaução de que possa haver essa sincronia, essa compatibilização, para não ferir, de maneira alguma – ninguém está sugerindo, nem de longe, alguma coisa que fira – a privacidade. Há inúmeros caminhos alternativos que podem compatibilizar as áreas, mas a sugestão é bem-vinda. Vamos conversar sim. E para outras sugestões que porventura o grupo queira, na sequência, ainda fornecer, ficamos à disposição.

Passo, em seguida, a palavra ao Alexandre Ramos de Azevedo – quero parabenizá-lo, de novo, também, pelo Inep, pelo trabalho, pelo corpo de profissionais da entidade, da instituição –, que é da Assinep (Associação dos Servidores do Inep).

Com a palavra, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE RAMOS DE AZEVEDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio, colegas do debate, vou, então, diretamente, àquilo que eu prometi, que é a questão das sugestões.

De alguma forma, eu tinha preparado três sugestões, mas vou focar em uma só, que foi enviada a mim por um colega também pesquisador da casa, e eu me reservo talvez ao dever de não citá-lo sem consultá-lo antes, mas, de qualquer forma, a sugestão desse colega, que eu acho muito interessante, eu tenho compartilhado com quem eu converso sobre o assunto, é de que os acessos aos microdados, caso não seja possível sua publicação na íntegra no *site*, poderia ser viabilizado através de um acesso *online* controlado via um instrumento que seja semelhante ao portal de periódicos da Capes, com a variação, é claro, dos projetos de pesquisa, mas uma variação descentralizada nas próprias universidades, com assinatura de termo de compromisso do pesquisador em relação ao sigilo dos dados, no caso, que a gente acredita ser importante. Eu não estou falando dos dados que o Sedap realmente precisa resguardar. A gente sabe que o Sedap existia, a sala segura já existia antes para dados realmente mais sensíveis, mas, os microdados, conforme eram divulgados, até fevereiro de 2022, indo também para acesso na sala segura, aumentam muito a demanda do Sedap. Então, o Sedap deve continuar, o sigilo deve continuar com relação a determinadas informações, mas, se esses microdados não puderem voltar na íntegra, conforme eram antes, para o *site*, que seja um acesso semelhante ao que é usado pela Capes no portal de periódicos. Essa é a sugestão que eu trouxe desta vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer, finalizando, que o meu colega, que está representando o Inep aqui, o Fábio Bravin, além de ser associado também da Assinep, é um excelente pesquisador, um grande profissional, respeitabilíssimo em todos os sentidos, e sua fala demonstrou isso.

Enquanto usuário também de dados, penso que precisamos avançar, e não nos contentarmos com as soluções encontradas até aqui. E falo isso em defesa do Inep, dos seus servidores e do direito à educação de qualidade para todas, todos e "todes" que vivem neste país continental com desigualdades sociais e educacionais imensas.

Eu agradeço, enfim, novamente o convite, e gostaria de dizer que a Assinep (Associação dos Servidores do Inep) se coloca à disposição para colaborar com a superação dos desafios, que nós temos pela frente, do novo PNE, do monitoramento do novo PNE, mas também os desafios de acesso aos dados, que os dados precisam ser... A sociedade demanda esses dados para a melhoria da qualidade da educação do nosso país.

É só isso que eu tenho para dizer por hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, então, novamente, Alexandre, a participação. E envio, através da sua pessoa e do Dr. Fábio, um abraço grande a todo o corpo de profissionais do Inep, do instituto que tanto prestigia o Brasil no mundo.

Então, com a palavra, o Sr. Fábio Pereira Bravin, que é do Inep e Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação.

Com a palavra, Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Queria reiterar aqui o agradecimento de poder participar desta audiência pública, reiterar aqui a nossa disponibilidade em estarmos atentos também a essas demandas. A gente, de novo, não está aqui alheio a essas demandas.

Já aponto aqui que o Inep chamará, sim, especialmente os representantes que estão aqui nesta audiência, para uma conversa. A gente tem discutido aqui, internamente no Inep, a necessidade de a gente fazer algumas audiências públicas técnicas um pouco mais orientadas em relação aos próximos passos – que nos ajude também a orientar.

Antecipo que, de alguma forma, a própria legislação, a LGPD, traz este contexto de que você tem cenários conjunturais, porque a tecnologia vai avançando e vai exigindo que nós estejamos atentos ao avanço da tecnologia e à garantia dos direitos. Então, há um ônus que tem que ser trabalhado e assumido por todas as partes no sentido de que a própria mudança dos microdados, como ela aconteceu, obviamente ela tem, como eu já apresentei, problemas de comunicação. Mas ela pode ser revista, no sentido de que a gente pode apresentar uma solução e ter que mudar essa solução diante do avanço da tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sociedade vai ter que estar preparada para entender que o componente tecnológico também traz desafios para todos. Não dá para esperar que eu não tenha impacto nenhum e que só o órgão tenha um impacto. A gente vai ter que se mobilizar em torno disso.

Queria só reforçar e corrigir uma informação: os dois núcleos Sedap, o da USP e o do Insper, estão sim em funcionamento, eles não atendem exclusivamente pesquisadores da USP e do Insper, porque o núcleo é um núcleo Sedap-Inep, e um dos compromissos para a instalação dos núcleos é que eles estejam abertos para pesquisadores interessados de outras instituições, além daquelas que abriram... Desculpem-me, é a UFMG. Então, eles estão sim funcionando, eles têm inclusive pesquisas sendo executadas nesses núcleos no momento atual, assim como o do Inep continua disponível.

Queria dizer que – só já tentando apontar aqui alguma necessidade assim, alguma questão concreta, como foi colocado – os microdados, como eles estão hoje, eles não são uma versão final, eles são o que foi possível a gente colocar no lugar para que não se ficasse sem os dados, sem nenhum dado. Então, a gente não está falando de apagão. Tem algum dado, tem dados que estão em canais diferentes, pois nem tudo está no microdado. E tem a possibilidade do acesso para o dado de pesquisa, sim. Obviamente, a gente tem que ampliar um pouco essa disponibilidade no sentido de facilitar um pouco o acesso também.

Na questão dos microdados, a gente está, sim, trabalhando na perspectiva de ampliação desses microdados que hoje estão na página, talvez no primeiro momento com ampliação, mesmo com o dado agregado ali, mas pensando sempre... A nossa meta é ter dados individualizados protegidos, que se pudesse retomar isso. Isso pode levar um tempo para a execução das avaliações técnicas necessárias, mas a gente tem isso em mente.

A gente tem em mente a possibilidade de a gente também criar um ambiente digital ou ampliar a disponibilidade desses ambientes de acesso ao dado via Sedap e de talvez ter um canal intermediário, sim, em que é possível você acessar o dado, obviamente mediante um controle de acesso de quem está acessando, para qual finalidade está acessando, para poder disponibilizar os dados que talvez não tivessem necessidades de cruzamento ou identificação.

A gente está trabalhando. Nós temos desafios a vencer ainda em alguns pontos e não estamos buscando solução, obviamente, sozinhos e isolados, a gente também está olhando o que tem de soluções aí Brasil afora e mundo afora também nesse cenário. Talvez o que haja mesmo é essa necessidade de a gente voltar a ter esse diálogo um pouco mais próximo para evitar assimetria de informações aí e tentar colocar...

Eu queria deixar muito claro que, da perspectiva do Inep, não existe, assim como eu acho que também da ANPD... E a própria Data Privacy talvez concorde. E me parece que esse é o cenário. A gente não entende que exista impedimento legal da divulgação de microdados. Não é essa a questão. Existe um tratamento que foi olhado em relação ao risco de manutenção de um microdado público com o risco de reidentificação que foi demonstrado objetivamente por um estudo; a gente tem fatos concretos de que havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reidentificações sendo processadas que dificultam a sustentação da necessária colaboração e confiança da sociedade no instituto para que a pesquisa possa representar a realidade. Isso poderia ensejar das pessoas um questionamento sobre a capacidade de o Inep manter os compromissos em relação à segurança, à privacidade e, para além disso, em relação à própria proteção do dado pessoal dessas pessoas, em que a gente teria cenários em que a gente passaria a ter problemas de colaboração, problemas de cobertura da pesquisa. Isso seria certamente muito mais prejudicial do que ter canais diferentes para atender públicos diferentes, o que eu acho que é um caminho que vai se colocando hoje no cenário mundial como uma solução viável.

Agradeço mais uma vez a disponibilidade.

E estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a participação do Dr. Fábio Pereira Bravin, do Inep, Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação.

Eu diria o seguinte para concluir: vamos continuar fazendo essa discussão, queremos ter desdobramentos, mas não só na lei. Eu acho que a coisa poderia ser muito mais simples do que ter a mudança na lei. Bastaria ter, de fato, um diálogo com a sociedade sobre aquilo que é necessário ser feito.

Se houver assim uma atitude particularmente do Inep, Dr. Fábio, eu diria: Olha, não vamos nós construir o instrumento; vamos construir os instrumentos, as necessidades, a discussão em conjunto com a sociedade. E a sociedade, de alguma forma, está representada pelos membros desta audiência pública, para que se chegue a uma conclusão tranquila, segura, técnica, legal. Não vai haver problema algum com pai, com mãe, com pessoa sobre a desconfiança se as regras estiverem claras. Como o Dr. Lucas mesmo falou, quer dizer, a Controladoria-Geral da União junto com Autoridade Nacional de Proteção de Dados. É fazer essa articulação para dizer: "Nós, sociedade, estamos sentindo falta desses dados e não queremos nada em termos de infringir qualquer aspecto legal". Lógico que não! A privacidade da pessoa, a própria lei diz, tem que ser preservada. Mas não existe antagonismo algum nisso. Agora essa articulação e esse diálogo é que a gente tem que fazer com que aconteça.

Então, nós estamos aí pensando em ter esse diálogo com a presença, como foi sugerido pelo Dr. Lucas, da Controladoria-Geral da União, mas com o Ministro junto, porque o grande responsável pela educação do ponto de vista do executivo é o Sr. Ministro da Educação Camilo Santana, que aliás é uma pessoa do entendimento, do diálogo, da escuta – já foi Governador e é Senador inclusive; está licenciado para ficar como ministro –, para a gente ter desdobramento e, sim, termos a conclusão disso, não é?

Mas eu aprendi muito nesta audiência pública. Quero agradecer a participação e a exposição de todos os expositores e expositoras. Quero destacar novamente a qualificação desse grupo todo. Parabéns pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, pela competência! O Brasil tem muito a agradecer a vocês, inclusive pela dedicação à área da educação, que é a mais essencial para o desenvolvimento do país.

Eu sempre disse aqui que o Brasil precisa de educação, educação, mais educação e educação para frente também. E, claro, para que isso aconteça, a gente que precisamos ter dados.

Uma das audiências mais interessantes que tivemos foi justamente com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que, na Comissão de Educação, já há algum tempo, apresentou os dados desagregados do Plano Nacional de Educação. Quer dizer, não como o que acontece no Brasil, só no estado, mas em uma comunidade indígena, em uma comunidade quilombola, na periferia. Aí a gente começa a dizer: o que fazer para que a política pública atenda cada necessidade de acordo com o que a especificidade desse contexto exige?

Mas considerei uma audiência pública muito importante, muito agradável e que apontou claramente para mim pelo menos o caminho que a gente pode tomar de diálogo, de entendimento, de abertura, mas com a participação essencial do Ministério da Educação, além da, como sugerido, porque a gente tem que ter, Autoridade Nacional de Proteção de Dados, do Inep – lógico, o Inep e o Ministério da Educação estão juntos – e também da Controladoria-Geral da União.

Deixo um grande abraço a vocês.

Agradeço à Andréia, que é a Secretária da Comissão, a toda a equipe da Comissão de Educação e Cultura, uma das mais competentes e dedicadas, também aos meios de comunicação do Senado, a todos e a todas que nos acompanharam pelo Brasil.

E vamos em frente. Nós podemos ter uma educação de qualidade, e isso só vai acontecer fruto de um esforço coletivo do poder público, da sociedade, das famílias, de todos nós, em conjunto.

Grande abraço e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 81ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Flávio Arns, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Mecias de Jesus, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 112/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), no contexto do lançamento da Nota Técnica Conjunta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA). **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sra. Adriana Dragone Silveira, Coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais e do Simulador de Custo-Aluno Qualidade e Professora da Universidade Federal do Paraná (LDE/SimCAQ/UFPR); Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP); Sr. Nelson Cardoso do Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); e Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). A Senhora Presidente concede a palavra ao Sr. Alisson Minduri Capuzzo, Consultor Legislativo da área de educação da Câmara dos Deputados para suas considerações e questionamentos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 82ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 72/2023 - CE, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), e PL 5636/2019, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 5636/2019, que "institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel". **Participantes:** Sr. Sebastian Watenberg, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (CONIB); Sr. Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel no Brasil; Sra. Ruth Goldberg, Presidente do Instituto Brasil Israel (IBI); Sr. André Lajst, Presidente-Executivo da StandWithUs Brasil; e Rabino Rav Sany, Diretor do Makom Moema e Makom Jardins. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de outubro de 2023.

Os objetivos e diretrizes da reunião: a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 5.636, que institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel, em atenção ao Requerimento 72, de 2023, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa o Sr. Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel no Brasil. (*Palmas.*)

O Rabino Rav Sany, Diretor da Makom Moema e da Makom Jardins. (*Palmas.*)

Participam de forma remota: a Sra. Ruth Goldberg, Presidente do Instituto Brasil-Israel; o Sr. Sebastian Watenberg, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib); o Sr. André Lajst, Presidente Executivo do StandWithUs Brasil.

Informo também que foi convidado o Sr. Celso Lafer, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, que não pôde comparecer a esta audiência e que justificou a ausência.

Antes de passar a palavra e darmos início à nossa sessão, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Proponho, inicialmente, que façamos um minuto de silêncio por todas as vítimas e, principalmente, pelas pessoas sequestradas durante a operação e que estão em Gaza.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em posição de respeito, nós vamos ouvir o Hino de Israel.

(*Procede-se à execução do Hino de Israel.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Por favor, tomem os assentos. Agradeço.

Para a abertura dos nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Sr. Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel no Brasil.

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, e muito boa tarde para todos vocês.

Esta audiência foi marcada há muito tempo, mas hoje tem maior significativa, relevância.

Esses dias são difíceis para Israel, que foi surpreendido, há três semanas e meia, e atacado pela organização terrorista Hamas.

Recebemos demonstrações de solidariedade de muitos no Brasil: do Parlamento, do Poder Executivo, das lideranças religiosas, das lideranças judaicas, da sociedade civil e de muitos outros, daqueles que conhecem Israel e daqueles que não conhecem Israel.

A amizade entre o nosso povo soube, sabe e saberá superar obstáculos quando necessário. Compartilhamos valores que são fortes e suficientes para superar esses obstáculos.

As relações entre Brasil e Israel, oficialmente, começaram no início de 1949, alguns meses depois do surgimento do Estado de Israel. Antes disso ainda, tivemos o envolvimento do Brasil, na forma do Diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, que foi Presidente da sessão que votou sobre a partilha da Palestina, na época, para Israel e o Estado Árabe.

Há forte vínculo cultural e social entre as nossas comunidades. Temos comunidades brasileiras em Israel e comunidades judaicas aqui em Brasília que são fortes e são um ponto entre as duas sociedades e os dois povos.

Contribuições entre em Israel e Brasil estão em todas as áreas da vida, desde a parte comercial, a parte da agricultura – temos aqui o nosso Adido de Agricultura, que chegou para trazer tecnologias e metodologias para o Brasil para compartilhar outras tecnologias –, o turismo e muitas outras áreas. Ainda temos muito a fazer. A comunidade judaica, nesse sentido, é uma ponte também para ajudar nestes laços econômicos e comerciais.

Há 13 anos, já temos também o Acordo de Livre Comércio entre Israel e o Mercosul. O Brasil é um membro importante deste acordo, e, neste comércio, no ano passado, chegamos a até US$4 bilhões de troca em comércio. Além disso, há um número que eu não conheço, mas que é bastante significativo, de serviços,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e há muita informação e muito conhecimento de Israel que chega ao Brasil e vice-versa. Temos relações a nível político, cultural, científico e religioso entre os dois países.

Nesses dias difíceis que mencionei, recebemos solidariedade e vimos, por pesquisas, que 80% do povo brasileiro apoia Israel neste conflito, nesta guerra que não queremos e não começamos. Acho que é uma prova muito clara desta amizade que existe entre o povo de Israel e o povo brasileiro. Espero que essa iniciativa de que hoje falamos dê frutos, porque a amizade já existe. Agora, temos que marcar um dia para celebrar esta amizade. Espero que possamos, realmente, celebrar a amizade em dias menos difíceis para Israel e para a nossa amizade. Então, muito obrigado por isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Embaixador Daniel Zonshine.

Quero citar também a presença da Embaixatriz de Israel, Sra. Liora Zonshine.

Muito bem-vinda! (*Palmas.*)

Do Vice-Chefe da Missão de Israel, Yonatan Gonen.

Bem-vindo! (*Palmas.*)

Do Porta-Voz da Embaixada, Or Keren. (*Palmas.*)

E do nosso querido amigo Fischer, que é o nosso Adido de Agricultura, sempre aqui.

Muito agradecido. (*Palmas.*)

Com a palavra o Rabino Rav Sany, Diretor do Makom Moema e o Makom Jardins.

O SR. RAV SANY (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Shalom!

Excelentíssimas autoridades, Embaixador de Israel, Daniel Zonshine, Senador Carlos Viana, todas autoridades aqui presentes, hoje é um dia especial, um dia em que, pelas mãos do Senador, nós idealizamos um laço de celebração de amizade entre Brasil e Israel, e este é um momento para refletirmos sobre a parceria duradoura entre essas duas nações e para reforçarmos ainda mais os laços que unem os dois países com amizade e cooperação mútua.

A história dos dois países já é uma história de conexão. Os judeus estão aqui desde 1500, Senador. Quando o Brasil foi descoberto, judeus que vinham de Portugal, fugindo da Inquisição, ajudaram a construir o nosso Brasil. Inclusive, o primeiro escriba, ou, podemos chamar, o primeiro assessor de imprensa e comunicação, Pero Vaz de Caminha, era judeu. E já na criação do moderno Estado de Israel, a espinha dorsal da segurança do povo judeu, o Brasil teve uma participação significativa pelas mãos de Oswaldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aranha, que presidiu a sessão, em 1947, que dividia a região, Senador, em dois Estados, sendo que os judeus aceitaram a partilha, mas o outro lado não aceitou. Se tivessem aceitado, nós não estaríamos, hoje, de manhã, nos emocionando, nos sensibilizando e clamando pelo terror do ataque de 7 de outubro.

Esse mesmo Oswaldo Aranha salvou a minha família do holocausto, quando meu tio-avô fugiu para o Brasil. Quando ele percebeu que, na Alemanha, quebravam as lojas dos judeus, quando percebeu que os judeus já estavam começando a ser perseguidos, ele falou para o meu bisavô "eu vou embora daqui". E meu bisavô falou "não, mas eu sou alemão, e eu lutei pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Fica! Fica!".

Mas o mal do antissemitismo se alastrou, por intermédio de uma comunicação cruel e um discurso de ódio que fez com que 6 milhões de judeus fossem brutalmente assassinados. Meu tio-avô chega ao Brasil e começa a sobreviver vendendo gravatas nas casas de jogo: "Sua gravata está suja? Compre a minha"; lavava a suja, vendia no dia seguinte. Até que ele teve coragem e foi até a sede, ao Palácio do Governo, e se agarrou nas pernas desse Oswaldo Aranha, brasileiro. E esse Oswaldo Aranha falou: "O que é que ele quer? O que é que ele quer?". E ele não falava português, mas a língua do coração todo mundo entende. E ele falou: "Quero os vistos para a minha família". "Dê os vistos para o rapaz". Por debaixo das cartas, dos selos das cartas, ele trouxe meu bisavô, minha bisavó, meu avô, minhas tias-avós.

Brasil e Israel, então, compartilham de uma história de relações amigáveis, marcadas por laços culturais, econômicos e diplomáticos. E essa amizade é construída sobre os alicerces da compreensão, do respeito pelas diferenças. Sim, o Brasil é um polo multicultural onde todas as culturas convivem em paz, onde os imigrantes são muito bem recebidos. Os nossos países, Brasil e Israel, têm colaborado em diversas áreas, desde a agricultura à tecnologia de ponta na área da ciência, na área da educação. E essa amizade se estende para além das fronteiras dos Governos, chegando aos corações do povo brasileiro.

Como o Embaixador bem citou, o povo brasileiro está apoiando Israel nessa defensiva. O povo brasileiro está conseguindo diferenciar entre o amor à vida, entre um país democrático que luta pela sua sobrevivência e o terror e o ódio, ódio esse maior do que o amor pelo seu próprio povo, porque se escondem através dessas pessoas inocentes, quando Israel, o único país do mundo que avisa que vai atacar, um ataque defensivo para neutralizar o terrorismo. Mísseis esses que saem de baixo de hospitais, e eles não permitem que essa população evacue a região. Quem é responsável por essas mortes se não o Hamas, um movimento terrorista, Senador?

E, neste momento, neste Dia de Amizade entre Brasil-Israel, eu gostaria de aproveitar este momento para exigir do Governo brasileiro, exigir como um amigo que quer o bem, exigir que o Brasil reconheça a organização Hamas como uma organização terrorista – e não somente seus atos. O terrorismo tem que ser chamado de terrorismo. Sua essência, seus hábitos o caracterizam como tal. No estatuto do Hamas você encontra a pregação da aniquilação do povo judeu, do Estado de Israel. Quem apoia o Hamas está apoiando o antissemitismo. Urge, Senador – você é um grande amante do povo judeu; eu sinto que o seu gabinete, junto com a embaixada, é o gabinete de Israel no Brasil –, urge a necessidade dessa cobrança, para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal reconheça o óbvio, e pressione, e se envolva como sempre esteve caminhando ao lado de Israel para a libertação dos reféns. Urge a necessidade de que o Governo brasileiro se envolva, pressione, como todo país democrático, pela libertação de mais de 244 reféns, entre eles idosos, crianças, bebês, mulheres grávidas, pessoas com deficiência física.

Este é um momento de união, este é um momento em que o mundo precisa se abraçar e apoiar a liberdade, este é um momento em que os países democráticos precisam entender que, se o posicionamento não for objetivo, se o posicionamento não for a favor da vida, para que o terrorismo seja aniquilado da face da Terra, para que a liberdade, para que os países possam compartilhar uns com os outros o que existe de melhor dentro de cada povo, dentro de cada nação, assim como Israel está se defendendo de uma guerra que não começou, como bem disse o Embaixador Daniel Zonshine...

Faço votos de que todos esses reféns sejam libertados o quanto antes. Faço votos de que Israel tenha sucesso nessa sua missão defensiva contra o Hamas e não contra o povo palestino. E faço votos, Senador, para que essa sua iniciativa seja concretizada e que o Brasil continue trilhando seu caminho de diplomacia, continue trilhando seu caminho de paz e continue trilhando seu caminho na luta pelos direitos humanos.

Ossê shalom bimromáv, aquele que faz a paz lá em cima, nas alturas, *hu iaassê shalom alênu*, tenho certeza de que ele fará a paz aqui na Terra, *veal col Israel veimru amen*, sobre todo o povo de Israel, e digamos amém.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Agradeço ao Rabino Rav Sany, Diretor do Makom Moema e Makom Jardins, por ter relembrado que a história do Brasil passa principalmente pela chegada dos judeus em 1500, entre os quais inclusive minha família. O senhor está citando uma parte da história que para nós é muito importante.

Com a palavra a Sra. Ruth Goldberg, Presidente do Instituto Brasil-Israel, que vai participar de forma remota conosco.

Agradeço a presenta, Sra. Ruth. A senhora está com a palavra.

A SRA. RUTH GOLDBERG (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada a todos e a todas, ilustres Senadores e Senadoras, Embaixador de Israel, convidados aqui presentes, amigos da mesa. Boa tarde mais uma vez.

Agradeço pelo convite e cumprimentos pela meritória iniciativa ao Senador Carlos Viana, pela autoria do Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel. Essa iniciativa trata certamente de exercer a tradição brasileira de reforçar a amizade do Brasil com todos os povos, fazendo com que o nosso país possa servir de exemplo como território onde os princípios da paz e da cooperação permitem uma convivência harmoniosa entre diferentes culturas e tradições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui nesta tarde representando o Instituto Brasil-Israel, uma organização da sociedade civil fundada há seis anos, com sede na cidade de São Paulo e atuação nacional, que tem como objetivo a produção e disseminação de conteúdo qualificado sobre Israel, suas especifidades históricas, demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como para combater as crescentes e as várias formas de manifestações antissemitas e antissionistas expressas em nosso país.

Desde o período da colonização, como já foi dito, mulheres e homens de origem judaica participaram ativamente da criação da nossa cultura, da sociedade, da economia e da política. Essa presença pode, inclusive, ser atestada, além dos fatos citados anteriormente, com a inauguração, no ano de 1637, da Sinagoga Kahal Zur Israel – a primeira das Américas, fundada na cidade de Recife.

Cabe mencionar também que no período mais sombrio da história recente, nos idos dos anos 1940, o Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas e a funcionária do Itamaraty Aracy de Carvalho ajudaram milhares de judeus europeus a escapar da perseguição do nazifascismo. Graças a sua bravura e heroísmo, ambos foram incluídos no rol dos Justos entre as Nações, uma homenagem concedida pelo Museu do Holocausto, o Yad Vashem, localizado na cidade de Jerusalém, em Israel.

A amizade do Brasil com o Estado de Israel nasce da própria origem daquela nação, quando da sua criação, em 1948, presidida a Assembleia-Geral da ONU pelo brasileiro Oswaldo Aranha, como já citado aqui. A riqueza e a diversidade da relação construída entre os brasileiros e os israelenses desde aquela data dão sustentação e legitimidade à cooperação mútua que existe entre os nossos países.

A colaboração entre Brasil e Israel transcende fronteiras e abrange campos diversos, como agricultura, tecnologia, educação, artes, cultura. Somos parceiros comerciais cada vez mais importantes e temos ainda muito a explorar de todo o potencial produtivo e de consumo de nossos mercados nacionais, Brasil e Israel.

Portanto, Brasil e Israel têm se demonstrado à altura dos principais desafios globais da atualidade. Especialmente, quero lembrar o combate à mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, o acesso massivo à tecnologia e a melhoria da qualidade da educação e da saúde para todos e para todas.

Temos, portanto, muito a celebrar e bastante a construir, em especial nas áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia. Atualmente, para conhecimento de todos, estima-se que vivam no Brasil algo perto de 110 mil judeus, inseridos nos diversos estados da nossa nação e contribuindo também em diversas áreas do conhecimento e de desenvolvimento do nosso país.

Neste momento atual, a iniciativa liderada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado é ainda mais importante, pela guerra que envolve Israel e cujo desdobramento humanitário e geopolítico desafia as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas consciências, impõe o aumento da nossa solidariedade para com as populações civis brutalmente envolvidas e a empatia com a dor de todos.

Quero expressar a nossa solidariedade às vítimas e a seus familiares, inocentes, pela violência à qual estão sendo submetidos desde o dia 7 de outubro, quando atos de violência extrema deram início a uma desestabilização de proporções locais e regionais inimagináveis.

Conclamo que a voz do equilíbrio e do entendimento prevaleçam e que a paz se faça presente.

Agradeço a esta Comissão e a iniciativa, pela importante decisão de criarmos um dia para comemorar a celebração da amizade Brasil e Israel. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado à Sra. Ruth Goldberg, Presidente do Instituto Brasil-Israel, que participou conosco.

Quero saudar a presença da Deputada Federal Carla Zambelli. Seja muito bem-vinda, Deputada, à nossa audiência. Inclusive convido-a a estar à frente conosco aqui na mesa. (*Palmas.*)

Representando as nossas mulheres no Legislativo.

Com a palavra, nós vamos chamar o Sr. Sebastian Watenberg, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib), que também está de forma remota.

Sr. Sebastian Watenberg, seja muito bem-vindo.

O SR. SEBASTIAN WATENBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. É um prazer enorme participar desta solenidade, que busca a criação do dia da celebração da amizade Brasil-Israel.

Eu, Senador, lembro a última vez que estivemos juntos. Foi por um motivo mais festivo, foi por ocasião do lançamento da exposição sobre a inovação em Israel no Senado, que foi iniciativa sua. E eu espero que a gente possa se encontrar em outras vezes, em momentos festivos, e não tenhamos que ter momentos de lembrança como este que estamos tendo agora e a necessidade de fazer referência ao momento que hoje vive Israel, iniciado no dia 7 de outubro, quando o grupo terrorista Hamas iniciou uma série de ataques brutais contra o Estado de Israel.

Eu referi, há pouco tempo, num evento, que se os telefones celulares com essas câmeras que nós temos hoje existissem na época do holocausto, na época dos pogroms na Rússia, na época da inquisição, provavelmente as imagens que a gente veria seriam muito similares às imagens que nós vimos no dia 7 de outubro. E são imagens fortes, um trauma pesado, que vai demorar muito tempo a sarar na sociedade israelense e no mundo como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda ontem, eu via o relato de um médico que comentava sobre um bebê que foi achado dentro de um forno e que lá foi queimado. E nós sabemos qual foi a última vez, ao longo da história, em que nós achamos judeus dentro de fornos, queimados, não é? E lá atrás, nós dissemos, como comunidade judaica, nunca mais, não é? E esse "nunca mais", nós não conseguimos cumprir, e ele foi visto novamente no dia 7 de outubro. E é necessário que a gente reforce, mais uma vez, que ainda assim, nós vamos continuar buscando esse "nunca mais", buscando também uma solução pacífica para o conflito. Mas nós só vamos encontrar uma solução pacífica para o conflito no dia em que nós não tivermos mais o Hamas, no dia em que o grupo terrorista for extinto, da forma como se pretende no momento.

Isso vai, certamente, custar muitas vidas, tanto do lado palestino quanto do lado israelense, vidas com as quais nós somos solidários, com as famílias que sofrem. Nós não queremos, de nenhuma forma, a morte de inocentes de nenhum dos lados, mas talvez seja esse, infelizmente, o custo da paz. Um preço alto.

Eu espero que, ao fim e ao cabo, a gente consiga a solução tão almejada por nós, como comunidade judaica, de termos dois estados para dois povos que consigam conviver de forma harmoniosa, lado a lado, e que a gente possa instaurar uma nova época, uma nova era no convívio entre a comunidade judaica e a comunidade palestina. Os Acordos de Abraão, que têm poucos anos, nos mostraram que é possível, que com boa vontade e empenho é possível superar as barreiras que nos afastam, focar nos aspectos que nos unem e, assim, conseguirmos um futuro de coexistência bom para ambas as partes.

Repito, não haverá paz enquanto o Hamas existir. Saúdo a sua abertura quando se refere ao fato de que é primordial que o Governo brasileiro declare que o Hamas é um grupo terrorista. Não considerar um grupo terrorista o Hamas é mais ou menos como pegarmos uma facção criminosa e, por acharmos que ela tem um braço financeiro, dizermos que não é uma facção criminosa, mas uma instituição financeira. É mais ou menos o tipo de comparação de quem pensa que o Hamas não é um grupo terrorista. O Hamas é um grupo terrorista e precisa ser assim reconhecido não só pelo Governo brasileiro, mas pelo mundo todo.

Também acho que perdemos uma boa oportunidade, ao longo deste mês, no Conselho de Segurança, de conseguirmos, ao menos, levar a pauta adiante, pauta que, certamente, legitimaria também muito mais as ações do Brasil dentro do Conselho de Segurança e dentro das Nações Unidas na busca por ser um intermediador qualificado do conflito e alguém que possa se colocar como um país capaz de reunir as partes e buscar um novo futuro.

Feito esse comentário inicial, gostaria de saudar, então, o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel. Eu não vou repetir a função do Oswaldo Aranha, mas, como gaúcho e bairrista, preciso lembrar que Oswaldo Aranha era gaúcho. Não seria justo se um gaúcho, na sessão, não lembrasse a origem do Oswaldo Aranha. Mais do que isso – uma referência que poucos têm –, Oswaldo Aranha foi Parlamentar, ainda que por pouco tempo, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Então, além da sua brilhante carreira, ele foi um Parlamentar do nosso Estado, alguém que, na Assembleia Legislativa, foi homenageado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um belo retrato de Portinari. O atual Vice-Governador Gabriel Souza, quando Presidente da Assembleia Legislativa, fez questão de colocá-lo em destaque.

Ainda fazendo uma referência ao papel do Oswaldo Aranha – e não só na criação do Estado de Israel, mas um pouco antes –, ele teve um papel ainda mais importante, do ponto de vista da história do Brasil e do futuro que a partir dali sobreveio. Eu quero lembrar que, na época do Governo Getúlio Vargas, havia um desejo dele de se aliar ao Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, de lutar ao lado da Itália, da Alemanha e do Japão.

E foi Oswaldo Aranha, pela sua articulação, pela sua experiência, convívio e proximidade com os americanos, quem colocou o Brasil no lado certo da história, lutando ao lado dos aliados e impediu, não sabemos nós, a tragédia que poderia ter acontecido com este país se nós tivéssemos lutado ao lado do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

E essa mesma função que teve Oswaldo Aranha também seria importante que tivesse agora o nosso Governo, colocando o Brasil do lado certo, porque o lado certo é o do Brasil que condena o terrorismo, do Brasil que não aceita passar qualquer tipo de pano, para usar uma expressão popular, com qualquer atividade terrorista. Então, é isso que a gente deseja.

Para além disso, é importante mencionar que a celebração da amizade Brasil-Israel, ao contrário do que muitos podem querer colocar, não significa, em absoluto, estabelecimento de qualquer tipo de inimizade com qualquer outra população, seja palestina, seja árabe, seja de outros países muçulmanos. Ao contrário, o Brasil deve se aproximar de todas as nações e também de Israel, porque, como falamos todo o tempo aqui nesta reunião, há laços históricos profundos com a comunidade judaica e, de certa forma, Israel tem a maioria da sua população formada por uma comunidade judaica e, portanto, esses laços devem ser estreitados sem que isso signifique, certamente, prejuízo a qualquer outro tipo de relação.

A nossa relação comercial, como o Embaixador bem colocou, já completa 13 anos de um acordo de livre comércio e um comércio que nos últimos anos aumentou em cinco vezes, ou seja, nossa relação comercial, nossa balança já tem aproximadamente US$5 bilhões de transações entre os dois países – evidentemente, um número não tão significativo para um país do tamanho do Brasil, mas é muito significativo para um país do tamanho de Israel ter laços comerciais dessa magnitude.

Então, há muito o que o Brasil pode aproveitar dessa relação, desse desenvolvimento tecnológico que acontece em Israel, porque Israel é um país pequeno e que precisa de mercado, e o mercado de que Israel precisa está no Brasil. O Brasil pode ser o grande mercado no qual Israel pode escalar seus produtos, produtos tantos dos quais vimos a exposição que o senhor promoveu há alguns meses, e em muitas outras oportunidades, na área de desenvolvimento tecnológico e, como a Ruth mencionou também, na área de educação, porque inovação e tecnologia nada mais são do que o produto da educação. Um país que não tem uma educação de qualidade, uma população bem-educada não consegue gerar riqueza e não consegue gerar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação e desenvolvimento tecnológico. E Israel é um dos países com maior grau de escolaridade entre a população, o que certamente deixa claro a importância que tem o papel da educação no desenvolvimento de uma nação.

Eu queria lembrar da importância, também, do turismo brasileiro, que é extremamente profícuo em Israel. Grandes caravanas de brasileiros visitam, todos os anos, Israel. Então, também existe, como o Embaixador mencionou, uma parceria muito grande na área do turismo.

E, por fim, para encerrar a minha participação nesta reunião, gostaria, mais uma vez, de dizer que nós nos solidarizamos com todas as vítimas, que nós queremos um futuro de paz, que nós queremos ver dois Estados para dois povos que possam conviver lado a lado desde que haja, evidentemente, condições para a criação desses dois estados e que os próximos eventos, os próximos encontros de celebração da amizade Brasil-Israel possam tratar exclusivamente de pautas positivas e que nós não tenhamos que voltar a referir o terror em nossos encontros.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Sr. Sebastian Watenberg. E espero mesmo, Sr. Sebastian, que nós possamos nos reunir aqui em outros momentos para que a gente celebre a amizade e principalmente o crescimento e o intercâmbio entre os países.

Para reforçar a necessidade de que o Brasil declare o Hamas um grupo terrorista e que influencie o Conselho de Segurança na ONU, eu cito aos senhores e senhoras que eu sou membro, como Parlamentar brasileiro, de um grupo de 35 países, represento o Brasil nas reuniões. São 35 países que têm uma legislação comum no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Duas vezes por ano nos reunimos nos Estados Unidos. A última reunião, inclusive, foi em Londres.

Enquanto nós não tivermos uma declaração como essa, as legislações vão permitir que o Hamas continue sendo um grupo de negócios lucrando com a morte de pessoas. Daí a importância de que o Conselho de Segurança faça o reconhecimento e que o Brasil, como parte, inclusive, dessa ponte... Há uma investigação já há bastante tempo de que o Brasil, pela comunidade que tem ligação em alguns pontos com o Hamas, especialmente no Sul, seria um dos locais onde o grupo faria investimentos e tiraria recursos para suas operações. Então, há a necessidade de que o Brasil tenha esse posicionamento. E nós vamos continuar cobrando do Governo brasileiro que siga o óbvio, como disse aqui o Rabino Sany.

Eu quero chamar para a sua palavra...

Antes, eu quero convidar quem está nos assistindo para que participe pelo Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Esta é uma audiência pública para a criação do Dia da Amizade Brasil-Israel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já tenho aqui duas perguntas da Nathália Pinheiro, do Rio de Janeiro, e do João Henry, do Paraná, que estão aqui participando conosco, e eu convido a todos que nos acompanham pelas redes sociais do Senado Federal a também enviar a sua pergunta.

O Sr. André Lajst, Presidente-Executivo da StandWithUs Brasil, participa de forma remota conosco e tem sido muito ativo nesses últimos meses de debates sobre a questão, inclusive de como a mídia internacional tem delineado e divulgado o lado do conflito, sempre voltada para a questão de não entender o terrorismo como terrorismo.

Sr. André Lajst, uma boa tarde. O senhor tem a palavra.

O SR. ANDRÉ LAJST (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Carlos Viana pelo convite. Cumprimento o senhor e todos os presentes, cumprimento o Embaixador Daniel Zonshine, o Vice-Embaixador Yonatan Gonen e todos os presentes. Obrigado pelas palavras.

Eu vou tentar ser breve no meu comentário. Acredito que faço das palavras de todos que falaram antes de mim as minhas palavras. Concordo em gênero, número e grau com todos que falaram a respeito da necessidade da criação desse dia da amizade entre Brasil e Israel. Queria fazer duas provocações interessantes de pensamento que a gente poderia tirar deste momento de dor que passamos e de angústia de não sabermos onde e quando estará a luz no fim deste túnel.

Todos que são amantes da paz e da coexistência na região do Oriente Médio precisam saber separar a justa causa palestina da injusta causa do Hamas. Este ponto de equilíbrio é a chave para retomarmos laços de amizade naquela região e podermos saber identificar os que são os discursos de ódio e os que são discursos legítimos de solidariedade para ambos os povos aqui no Brasil e no mundo inteiro.

O Hamas não representa a justa causa palestina porque o Brasil reconhece a existência de Israel e do Estado palestino desde 2010 em fronteiras definidas por guerras que acabaram se definindo através de acordos de cessar-fogo. Faço, então, aqui um apelo como cientista político, como cidadão brasileiro, mas também como judeu israelense: a injusta causa do Hamas jamais pode ser colocada no lugar da justa causa palestina. Enquanto a sociedade e aqueles radicais tentam transformar a injusta causa do Hamas na causa palestina isso apenas prejudicará... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Estamos... Sr. André, nós estamos...

O SR. ANDRÉ LAJST (*Por videoconferência*.) – ... vai acabar causando... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Vamos. Retornou o sinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LAJST (*Por videoconferência.*) – Desculpe.

E vai acabar, então, causando cada vez mais discórdias, discursos de ódio e violência verbal e também física no nosso país.

O que eu gostaria de também trazer em relação ao que está acontecendo, que nos entristece e nos enluta a todos, conforme o Sebastian falou antes de mim, a Ruth falou antes de mim e o Rav Sany falou antes de mim, nenhum de nós aqui deseja a morte de pessoas e somos solidários com as mortes dos civis – claro, dos dois lados –; não tem como ser indiferente. É óbvio que precisamos sempre nos ater ao que está realmente acontecendo de forma factível.

Israel está lutando uma guerra contra o Hamas, mas essa não é uma guerra entre Israel e palestinos, não é uma guerra entre judeus e muçulmanos, não é uma guerra entre judeus e árabes; é uma guerra entre a democracia e grupos ligados a um país financiador de terrorismo, que é a República Islâmica do Irã. É uma guerra da civilização, do mundo livre contra o mundo não livre; é a guerra entre a civilização, a democracia e aqueles que buscam a escuridão, a transformação e a opressão do seu povo e dos outros povos da região para voltarem para a idade média.

É por isso que é muito importante que a guerra que Israel está lutando agora; não é uma guerra que Israel buscou, mas Israel tem obrigação de vencer não apenas pela paz na região, mas pela paz no mundo inteiro. A mensagem que ficaria caso Israel perdesse a guerra e o Hamas continuasse existindo na Faixa de Gaza reverberaria em todos os cantos do Oriente Médio, incentivaria outros grupos terroristas a cometerem ações iguais e parecidas como as que o Hamas cometeu no dia 7 de outubro, e essa é uma mensagem muito ruim para quem ama a democracia, a liberdade, os direitos humanos para todos os povos da região. Por isso, Israel precisa vencer essa guerra contra o Hamas, a favor dos palestinos, a favor de Israel e a favor da liberdade e da paz no mundo inteiro.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado e parabéns ao Sr. André Lajst, Presidente-Executivo da StandWithUs Brasil, que participou conosco de forma remota.

Vou passar a palavra à Deputada Federal Carla Zambelli – se não estiver funcionando, Carla, a gente passa para o lado de cá, o.k.? – para as suas considerações.

Seja muito bem-vinda.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Para expor.) – Obrigada, Senador – Senador que eu conheci em viagens, inclusive para fora do Brasil e Israel. Nós fomos lá agradecer em 2018 a nossa eleição.

Obrigada por estar aqui, Embaixador Daniel Zonshine. Obrigada, Rabino Sany.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem uma ideia, hoje na CREDN, na Comissão de Relações Exteriores, havia na pauta o PDL 62, de 2022, de um Deputado petista que queria sustar, nos termos do art. 49. V, da Constituição Federal, a aplicação da Portaria nº 770, de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, durante o Governo Bolsonaro. Quando você entra nessa Portaria 770, incrivelmente sobre o que ela dispõe? Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Então, imaginem só que tem um Deputado do PT querendo suspender uma portaria que traz aos brasileiros segurança. Isso é muito grave, muito grave. Ela foi colocada em 2022, ou seja, não foi necessariamente agora, mas qual é o interesse do Partido dos Trabalhadores em abrir as portas para as pessoas perigosas e que tiveram ações que não condizem com a nossa Constituição Federal? Que tipo de partido é esse que quer trazer o perigo para as portas das pessoas aqui no Brasil? Eu acho que é algo em que a gente tem que pensar bastante.

E aí a gente vê o Lula dizendo que não pode considerar Hamas uma organização terrorista porque a ONU não o considera assim. Eu não vou dar a aula que o André deu para a gente – inclusive eu republiquei, o André fez um vídeo maravilhoso contestando essa fala do Lula –, mas eu queria falar uma outra coisa que o André não falou nesse vídeo. Ele explica quais são as organizações terroristas que a ONU considera e dá outras explicações. Mas nós fomos Presidente da Comissão de Segurança da ONU até hoje. Então, até ontem o Lula poderia ter feito uma resolução, mas não de cessar-fogo, como ele fez, porque a gente sabe que Israel até poderia cessar fogo, mas o Hamas jamais. O Hamas jamais respeitaria uma resolução da ONU de cessar-fogo. A gente sabe disso. Terroristas não respeitam nenhum tipo de regra ou de lei, nem de moral ou de ética. A gente sabe o que iria acontecer, por isso o veto dos Estados Unidos protegendo o Estado de Israel. Mas eles poderiam, sim, ter feito uma resolução considerando o Hamas um grupo terrorista. Por que não fizeram? Porque não acreditam.

No fundo, nós brasileiros sabemos que através de uma portaria como essa... Vocês podem olhar depois o PDL 62, de 2022, do Deputado Carlos Veras do PT, tentando derrubar uma portaria que nos protege. Então, pessoas como essa não estão preocupadas com a nossa segurança. Pessoas como essa não estão preocupadas com a segurança também do povo russo-israelita, que ontem estiveram no aeroporto e foram... A gente viu aquele vídeo, eu demoro a acreditar que aquilo esteja acontecendo de verdade. Parece uma realidade paralela, Rabino. Há casas sendo marcadas na Austrália com a estrela de Davi... Na Alemanha. Não só a estrela de Davi foi marcada também na Austrália, mas também gritavam "gás aos judeus" em pleno 2023. Quer dizer, que tipo de história a gente vai contar para os nossos filhos?

E, aqui no Brasil, não interessa se a pessoa votou com A ou com B, não interessa, o que importa é você, seja lá em quem você tenha votado. Esse tipo de discurso, essa tentativa de derrubar uma portaria que nos traz segurança de pessoas perigosas fora do Brasil, esse discurso de que Hamas não é terrorista, esse discurso tentando se fazer pró-Palestina, mas, na verdade, é pró-Hamas, falando que Israel tinha matado milhões de inocentes, quando, na verdade, foi um pouco menos ainda do que já tinham sido mortos em Israel, do que Hamas já tinha matado em Israel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma grande diferença, uma abismal diferença entre reagir a um ataque e provocar um ataque. Israel nunca provocou ataque nenhum, Israel só se defende. Durante toda a história, ele só se defendeu, em todas as guerras, desde a guerra logo em seguida da formação do Estado do Israel, até a Guerra dos Seis Dias e a Guerra de Yom Kippur. Nas três guerras, ele só se defendeu e ganhou, como vai ganhar essa, Embaixador. Vai ganhar essa, porque o bem vai vencer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – *Shalom*.

Ele vai fazer um favor não para o Estado de Israel, mas para o mundo. Israel vai proteger o mundo do Hamas e, principalmente, o povo palestino, Carlos Viana, principalmente o povo que hoje é feito de escudo pelo estado de Hamas, principalmente o povo que recebia água, medicamento e comida pelos portais de amizade entre Israel e a Faixa de Gaza, que foi destruído no dia 7/10, que foi bombardeado no dia 7/10. Eles aproveitaram um portal humanitário, no qual recebiam comida, alimentação, medicamentos e água para poder atacar Israel por terra, atacaram por ar, por mar e por terra, mas por terra usaram esse tipo de coisa, um portal em que recebiam ajuda, no qual o povo palestino era ajudado.

Então, não venham me dizer que nossas autoridades não sabem o que é o terrorismo. Não há como, numa época em 2023, não saber que isso aqui é terrorismo, que sequestrar mais de 200 pessoas não é terrorismo. Quase 240 pessoas ainda estão sequestradas, bebês de 3 meses e até senhoras de 85 anos sequestrados. Nós não sabemos se todos estão vivos ou mortos. Quando a gente pergunta para as famílias: "A sua filha, a sua mãe, está viva ou está morta?". Ele falou: "Não interessa, eu só quero o corpo; se estiver morto, eu quero o corpo".

E a gente chegar ao ponto de ver um senhor dar graças a Deus porque a filha dele morreu e não está sendo estuprada nas mãos dos terroristas, porque eles estupraram mulheres antes e depois de morrerem, porque eles mutilaram mulheres ao lado dos corpos dos seus maridos e dos seus filhos. Aquela família que foi assassinada, um virado de frente para o outro, quando eles iam comer, fazer a alimentação do *Shabat*, logo depois do *Shabat*, iam comer juntos os quatro e torturaram as crianças, torturaram os pais na frente das crianças e vice-versa, arrancaram o olho de um deles, dedos de outros...

E vem me dizer que isso não é terrorismo, que você tem dúvida, que você precisa da ONU para dizer se é terrorismo ou não? Quer dizer, então, que nós não temos personalidade? O povo brasileiro não tem personalidade? A maioria do povo brasileiro, então, votou num homem que não sabe representar o pensamento do brasileiro?

Nós temos que pressionar as autoridades brasileiras, pressionar o Itamaraty, pressionar o Lula, para que ele possa declarar Hamas um Estado terrorista. (*Palmas.*)

Também queria dizer, Carlos, que vou pedir a sua ajuda depois, quando chegar aqui ao Senado, porque nós estamos apresentando dois projetos de lei: um para que o dia 9 de novembro seja considerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dia de combate ao antissemitismo e ao fascismo e outro para que o dia 7 de outubro, o dia nacional do direito de o Estado de Israel existir. Esse é um projeto que vai passar pela Câmara, e, quando chegar ao Senado, eu espero, de verdade, que você seja o Relator para que a gente possa ter um relatório que condiga com a realidade.

Parabéns pela amizade entre Brasil e Israel!

Esta audiência já estava marcada antes de tudo acontecer, mas, de qualquer forma, nasceu lá atrás – eu acho que foi na nossa viagem –, o carinho que você sente por Israel e que todos nós sentimos.

Aproveito para mandar um abraço para as minhas primas e para os meus tios que estão ainda em Israel, continuam e vão continuar em Israel, moram lá, são casados, têm filhos – minha tia tem três netos –, e continuam lá em Israel com muita esperança de que tudo isso acabe. E, se Deus quiser, vai acabar, com a vitória de Israel.

Então, pode ter certeza, Embaixador, de que esse grupo aqui pró-Israel pode não ser maioria, mas ele é forte, ele é resiliente e ele vai continuar batalhando e pressionando todas as autoridades até que façam jus ao que é correto: declarar o Estado de Israel um Estado de direito, um Estado democrático e declarar o Hamas um Estado terrorista, e que vocês possam combater esse monstro da face da terra, pelo bem de toda a nação e de todas as nações do mundo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Federal Carla Zambelli.

Estivemos em Israel, em 2018, logo depois da eleição – eu, no meu primeiro mandato; e ela, também –, e fomos recebidos na Knesset, numa sala, inclusive um debate muito interessante; foi uma viagem muito agradável, já ali naquele primeiro momento.

Vamos para as perguntas aqui do e-Cidadania, as participações, antes de darmos encaminhamento à fase final desta audiência pública.

A Nathalia Pinheiro manda uma pergunta aqui, Embaixador: "Qual é a importância de celebrar a amizade entre Brasil e Israel?".

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (Para expor.) – Cada ano, temos um aniversário – não é? – e o celebramos.

Acho que essa amizade tem que ser marcada, lembrada. Na vida política, tem diferenças de opiniões, mas uma coisa que sempre fica, uma coisa que é básica deve receber também atenção e, desta maneira, marcar um dia para celebrar isso. Acho que 75 anos de amizade, desde a criação do Estado de Israel, já é tempo para marcar, para dar um dia especial para essa amizade, para celebrar e para lembrar que as coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já fizemos e que podemos fazer juntos são muitas. Então, um dia, durante o ano, vale a pena também mencionar isso e celebrar esta ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Obrigado.

Rabino, qual é a opinião do senhor? Qual é a importância de celebrar a amizade entre Brasil e Israel?

O SR. RAV SANY (Para expor.) – Recordar a história, se espelhar na diplomacia que o Brasil sempre possuía, possui e, com a nossa pressão, vai continuar possuindo.

A amizade entre Brasil e Israel faz com que haja gratidão do povo judeu pelo Brasil, a gratidão dos judeus que aqui foram muito bem recebidos, a gratidão da minha família, pessoalmente, que foi salva pelas mãos do brasileiro Oswaldo Aranha, que disponibilizou os vistos, mas não só o Estado judeu, o Estado de Israel existir hoje é uma espinha dorsal para a segurança, não só dos judeus dos quatro cantos do mundo, como também de toda a humanidade, sendo um polo de segurança, de tecnologia, de ciência, de inovação, de valores e de espiritualidade.

Então, a celebração da amizade entre os dois países só enfatiza o que nós presenciamos, vivenciamos, para que isso jamais seja esquecido, para que esse dia seja um reflexo da lembrança do passado, para que ele seja vivenciado e espelhado para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Rabino Rav Sany.

Essa próxima pergunta eu vou passar para a Sra. Ruth Goldberg, os comentários, e para o Sr. Sebastian Watenberg também.

A Sra. Ruth, inclusive, comentou sobre a criação da Kahal Zur Israel e foi tão profícua, vamos dizer assim, que, ao saírem do Brasil, quando Portugal retoma o controle do Estado pernambucano, eles se mudam e abrem a primeira sinagoga em Nova York. Então, os judeus brasileiros fundaram a Nova Amsterdã, fundaram Manhattan. São prósperos com uma assinatura brasileira muito importante. Há, inclusive, literaturas muito vastas sobre esse assunto.

Sra. Ruth, o João Henry, do Paraná, faz um comentário e gostaria que a senhora o também comentasse: "O Brasil foi um dos líderes e signatário da ONU da fundação de Israel e o povo judeu tem sido um amigo inconteste [...] [dos brasileiros]".

A senhora concorda?

A SRA. RUTH GOLDBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Se o povo judeu tem sido amigo? Quer dizer, os judeus que aqui moram têm sido amigos? Sim, somos amigos, porque compartilhamos os mesmos valores, os valores da democracia, o respeito aos direitos humanos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização, inclusive, da diversidade. Então, há, sim, uma aliança de propósitos e valores entre, o que a gente pode chamar, os judeus e os brasileiros.

Igualmente com relação ao Estado de Israel e aos israelenses. A sociedade israelense é uma sociedade bastante pujante. A democracia no país é vibrante, haja vista, antes desses episódios, desse triste episódio que a gente ainda está tentando compreender e elaborar... Vamos lembrar que durante dez meses seguidos, a sociedade civil israelense, no direito de lutar pelas suas posições, como é próprio de um país democrático, saía às ruas para questionar aquilo que concordava ou que deixava de concordar.

Então, quero dizer que são muito vibrantes e pujantes o exercício democrático e a força da sociedade civil israelense, assim como aqui no Brasil. Eu faço, sim, esse paralelo.

Espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado pela colocação.

Sr. Sebastian Watenberg, qual é a opinião do senhor sobre o comentário aqui do João Henry, do Paraná?

O SR. SEBASTIAN WATENBERG (*Por videoconferência*.) – Desculpe, Senador, o mesmo comentário da Ruth?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim, gostaria que o senhor também fizesse um comentário.

"O Brasil foi um dos líderes e signatário na ONU da fundação de Israel e o povo judeu tem sido amigo inconteste [...] [dos brasileiros]". O senhor concorda?

O SR. SEBASTIAN WATENBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, concordo e digo mais: referiu-se à imigração, digamos, nos anos de 1500, e nós tivemos depois, em 1904, aqui no Rio Grande do Sul, a primeira imigração organizada de judeus para o Brasil.

Dentro do Rio Grande do Sul, a história da comunidade judaica também se confunde com a história do desenvolvimento do estado. Essa comunidade judaica, que aqui chegou, em 1904, com uma mão na frente e a outra atrás, em Philippson – onde hoje é o Município de Itaara, ao lado de Santa Maria –, e, depois, em 1914, na cidade de Erechim, que ainda não existia como Erechim, era Quatro Irmãos, era Erebango, trabalhou pelo desenvolvimento do Brasil e acabou indo para São Paulo, para o Rio de Janeiro, enfim, aí se espalhando e sempre buscando educar a comunidade e participar da sociedade brasileira contribuindo positivamente.

Então, nós temos aí inúmeras figuras da comunidade que contribuíram ao longo da história com o Brasil, e, sem dúvida, isso reforça os laços de uma comunidade que veio para cá sem futuro, sem perspectiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acabou construindo uma comunidade muito profícua, em todas as áreas, muito diversa e muito integrada à sociedade brasileira. Eu diria que os judeus brasileiros se sentem muito integrados à comunidade brasileira e muito seguros de morar no Brasil, uma sensação que, infelizmente, os judeus europeus não podem compartilhar hoje em dia.

Então, sim, há uma enorme amizade. E repito: é fundamental que nós celebremos a relação Brasil-Israel e que nós intensifiquemos a relação Brasil-Israel porque, de certa forma, também é uma forma de continuar aprofundando essa relação com a comunidade judaica que se confunde, repito, mais uma vez, com a formação do próprio Estado brasileiro e com o desenvolvimento do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Sr. Sebastian Watenberg pelos comentários.

Nós vamos caminhar para o encerramento desta audiência pública.

Vou dar a palavra final ao Embaixador de Israel, Daniel Zohar Zonshine, para as suas últimas observações.

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Acho que vimos hoje aqui, mais uma vez, que necessitamos de mais uma prova dessa amizade entre o Brasil e Israel, entre o povo do Brasil e o povo de Israel, o povo representado aqui no Parlamento e acho que também em outros braços do Brasil. Isso merece, a meu ver, um dia como está nessa proposta para celebrar, e o dia 12 de abril é um dia que nós achamos bom.

Vamos ter muitas razões e oportunidades para marcar essa amizade, seja em cooperação entre Brasil e Israel, seja entre a sociedade do Brasil e a de Israel, seja entre a economia do Brasil e a de Israel, e celebrar isso quando temos oportunidades certas.

Então, quero agradecer esta iniciativa e espero, durante os próximos dois anos, antes de terminar a minha missão aqui, podermos assinar e celebrar esse dia de amizade todos nós juntos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Embaixador.

Para as considerações finais, o Rabino Rav Sany.

O SR. RAV SANY (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pelo seu posicionamento e a todos os Parlamentares que não estão se calando diante do absurdo que é um país como Israel ainda ter que justificar para o mundo o seu direito de existir, ainda ter que se defender por se defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois de todas as imagens que eles fizeram questão de mostrar dos ataques terroristas do movimento terrorista Hamas, ainda existir grupos que apoiam o Hamas... Como o André bem falou, você pode apoiar a causa palestina, deve apoiar a causa palestina, condenando o Hamas. Só assim haverá paz. Só assim nós poderemos livrar o mundo do mal do terrorismo. Só assim nós poderemos celebrar um mundo onde a luz de Israel será compartilhada cada vez mais e cada país poderá quebrar todas as barreiras do egoísmo e compartilhar com a sua população e com o mundo o que existe de melhor.

Este é o propósito maior da existência da humanidade: trazer a paz e um significado e um propósito maior para a existência das nossas vidas.

Muito obrigado. Esse dia será um polo, um holofote de luz para que esses pensamentos sejam interiorizados, vivenciados e praticados.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Rabino.

Vou agradecer a presença de todos aqui. Ao Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel, muito obrigado; e à Embaixatriz, sua esposa. Ao Rabino Rav Sany, Diretor do Makom Moema e Makom Jardins, obrigado. À Sra. Ruth Goldberg, Presidente do Instituto Brasil-Israel, obrigado pela gentileza da participação. Agradeço ao Sr. Sebastian Watenberg, Diretor da Confederação Israelita do Brasil. Obrigado ao André Lajst, Presidente-Executivo do StandWithUs Brasil. Também ao Vice-Chefe da Missão de Israel, Yonatan Gonen, obrigado. Ao porta-voz da embaixada, o Sr. Or Keren, muito agradecido também.

Senhores, obrigado a cada um pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 83ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Zequinha Marinho, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Cleitinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica ao Plenário o falecimento do servidor Júlio Ricardo Borges Linhares, que foi Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e faz a leitura de um voto de pesar. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 77ª, 78ª, 79ª, 80ª, 81ª e 82ª Reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3824, de 2023 - Terminativo -** que: "Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2331, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 1994, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do PL 2331/2022, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PL 1994/2023. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018** que: "Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 5099, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 5654, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5542, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4773, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a data de quinze de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa" e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2762, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar como experiência profissional o estágio realizado pelo estudante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3451, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o "Bandeirante do Século XX", no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6328, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Doceira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1199, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 125, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica"." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 120, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 117/2023 - CE, seja incluída como convidada a senhora Elizabeth Guedes, representante da Associação Nacional das Universidades Particulares." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 126, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 127, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 218, VII, 219 e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do servidor Júlio Ricardo Borges Linhares, acompanhada pelas seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à sua esposa sra. Alqueana Amelo Linhares, ao seu filho Andrei Carmona Linhares e à sua mãe, sra. Maurita Dal Grande Borges." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/07

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 83ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de novembro de 2023.

Em primeiro lugar, quero comunicar ao Plenário e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, com tristeza, o falecimento do servidor Júlio Ricardo Borges Linhares, conhecido como Júlio Linhares, que foi Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado Federal e com quem tive inclusive a honra, a alegria e a felicidade de conviver por 17 anos. Foi Secretário de maio de 1998 a agosto de 2015.

Nesse sentido, eu vou fazer a leitura de um voto de pesar que será aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Hoje à tarde, farei essa leitura no Plenário, para que o voto de pesar possa ser encaminhado à família. Eu sei que o Senador Paulo Paim também está fazendo isso. Nesse sentido, vou fazer a leitura.

Voto de pesar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 127, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 218, VII, 219 e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do servidor Júlio Ricardo Borges Linhares, acompanhada pelas seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à sua esposa sra. Alqueana Amelo Linhares, ao seu filho Andrei Carmona Linhares e à sua mãe, sra. Maurita Dal Grande Borges.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Júlio nasceu em 9 de janeiro de 1961. Tinha 62 anos de idade e era filho do ex-Deputado Federal João Cândido Linhares e da Sra. Maurita Dal Grande Borges. Formado em Ciência Política pela Universidade de Brasília, ingressou nesta Casa como analista legislativo em 1984, onde dedicou grande parte de sua carreira à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Destacou-se como o secretário que exerceu por mais tempo essa função à frente de uma Comissão no Senado Federal, de maio de 1998 a agosto de 2015. Trabalhou por 17 anos na Comissão de Educação, sob a Presidência dos seguintes Senadores: Artur da Tavola, Roberto Requião, Freitas Neto, Ricardo Santos, Osmar Dias, Hélio Costa, Gerson Camata, Wellington Salgado, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Cyro Miranda, Romário. Em 2009, quando fui Presidente dessa Comissão, Júlio também conduzia os trabalhos.

Júlio prestou relevante serviço na elaboração de diversas políticas nas áreas de educação, cultura e esporte. Além de seu comprometimento profissional, Júlio Linhares era conhecido por sua gentileza e generosidade. Ele sempre recebia a população que participava das audiências públicas com atenção exemplar, tratando todos com respeito e cuidado.

Deixa a esposa Alqueana Amelo Linhares, o filho Andrei Carmona Linhares e a mãe, Sra. Maurita Dal Grande Borges.

Expressamos nossa profunda tristeza pelo falecimento de Júlio e solidariedade à família, aos amigos e aos colegas pela irreparável perda.

Fazemos agora um minuto de silêncio, então, em homenagem ao Júlio Linhares.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Peço a permissão do Plenário para que possamos ler este voto de pesar no Plenário, como um voto de pesar da Comissão de Educação e Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faríamos em nome de todos os membros, Senadores e Senadoras da Comissão.

Se houver a concordância do Plenário... (*Pausa.*)

Não havendo objeção, então, faremos isso hoje à tarde.

Passo a palavra ao Senador e amigo Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de fazer um rápido comentário. Eu o fiz ontem na tribuna do Senado, quando fiquei sabendo da morte do querido amigo de nós todos, o Júlio. Ele era um assessor, um consultor, um concursado do Senado que fazia a diferença até entre nós, porque sempre tinha uma fala a mais sobre aquilo que nós estávamos colocando, para ampliar a grandeza das pautas principalmente desta Comissão. Então, a minha fala é rápida – eu falei ontem no Plenário –, para dizer que não poderia ser outra a Comissão, teria que ser esta, e outras que também o façam, mas ele amava a Comissão de Educação. V. Exa. relatou muito bem: 17 anos ficou só nesta Comissão, cuidando da educação.

Fiquei sabendo há um bom tempo que ele estava com uma doença grave, e ele não deixava transparecer. A impressão que dava era de que ele não tinha exatamente nada, mas ele informou que estava com uma situação grave e iria se afastar. Já faz mais ou menos dez anos que recebemos a notícia do que estava acontecendo. Infelizmente, o ciclo da vida é assim, e nós perdemos o grande Júlio.

Eu queria, de público, aqui, também cumprimentar a esposa dele. Ontem, como eu fiz uma fala rápida no Plenário, ela ligou aos prantos, chorando muito – chorando muito. Eu, dentro do possível, claro, falei... Num momento como esse... Não tem palavra certa para uma situação triste como essa. Mas eu tinha certeza de que esta Comissão faria um encaminhamento, em nome de todos nós, e é o que a V. Exa. está fazendo.

Então, parabéns, Senador Flávio Arns, por estar sempre acompanhando a vida e até mesmo a morte dos seres humanos, com o carinho que V. Exa. tem. Fez aqui a leitura do seu voto de pesar, que é com muito orgulho que todos nós assinaremos junto com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Eu, como mencionado no voto, presidi esta Comissão durante um ano, um ano e meio mais ou menos, em 2009, e posso testemunhar – sempre fui membro da Comissão também, sob a Presidência de vários dos Senadores e Senadora, como a Fátima Cleide, mencionados – da competência, da capacidade, do entusiasmo, da animação, da acolhida, do cuidado do Secretário Júlio Linhares. Então, a gente faz uma homenagem como um reconhecimento de perto da sua trajetória, da sua vida, da sua dedicação, e é importante que a família, o filho, a mãe também saibam. O pai esteve nesta Comissão, ex-Deputado que foi. Também naquele período, veio várias vezes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, ele estava enfrentando com coragem, uma doença muito grave, que até, eu diria assim, as pessoas têm que saber, porque isso é um alerta até para a população, que era um melanoma – um melanoma, que é uma pinta –, na sola do pé e, a partir dessa pinta na sola do pé, isso se espalhou pelo organismo todo.

Ele foi atendido por bons médicos, com bons tratamentos, mas é um alerta para a população olhar... Eu falo isso porque eu já tive quatro melanomas também, quatro episódios de melanoma, mas, no caso dele, ele tomou cuidado na hora em que identificou, mas nem sempre é possível ter o encaminhamento adequado. Então é um alerta para a população, porque não é apenas do sol, é uma coisa genética também.

O Júlio foi uma pessoa extraordinária, temos que prestar todas as homenagens possíveis a ele, e dizer à família que nós estamos solidários e à disposição.

Agradeço também ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 77ª, 78ª, 79ª, 80ª, 81ª e 82ª Reuniões, realizadas em 24, 25, 26, 30 e 31 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação e serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura de painel eletrônico. E também, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Passamos ao primeiro item da pauta, agradeço, inclusive, à Senadora Professora Dorinha – Vice-Presidente desta Comissão e grande liderança num conjunto de áreas entre as quais a educação, ela também estava na CCJ. Hoje tem todo um debate da reforma tributária acontecendo na Comissão de Constituição e Justiça –, que está aqui presente, inclusive, para relatar o item 1 da pauta.

Projeto de Lei nº 3.824, de 2023.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3824, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 24/10/2023.

2. Em 03/10/2023, foi realizada Audiência Pública para instrução do Projeto.

3. Em 24/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

4. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Professora Dorinha Seabra se gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Estou sendo informado pela Secretária Andréia que está havendo, de fato, algum diálogo em função do recebimento de emendas da parte da Senadora Teresa Leitão.

Pois não.

Professora Dorinha com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Na verdade, eu recebi agora. Não está no sistema, não estão disponíveis as emendas.

Eu não tenho problema de acolher. São quatro sugestões de texto. Em três delas eu não vejo problema. A quarta, o não acolhimento, porque se trata do nome de um programa. Então, assim, posso acolher, eles não afetam a compreensão do texto, se for regimentalmente possível acolher.

O texto, a iniciativa desse projeto apresentado por V. Exa. é bastante meritório. Quanto aos números e a realidade, em relação ao número de professores no Brasil, nós já temos um apagão docente em muitas regiões e em muitas áreas de conhecimento, e a preocupação principal do projeto é de valorização e, à medida da valorização, também o incentivo à formação, à busca e motivação dos alunos do ensino médio, que os profissionais que já estão na docência permaneçam na docência, porque nós temos hoje uma realidade que já vem crescendo – participei de um grupo de pesquisa – desde 2010, e os números não melhoram. Ao contrário: na audiência pública que nós realizamos, mostraram que, em média, a cada dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos do ensino médio, dois dizem que vão ser professores, envolvem-se na carreira, e nem todos permanecem.

Então, o texto faz esse... É uma ação que estabelece princípios de valorização e de reconhecimento, no relatório já foi lido, aí eu só preciso da orientação para dizer onde eu posso...

A sugestão apresentada pela Senadora Teresa Leitão... Ela faz uma sugestão no art. 5º, §1º, criar um inciso – letra "i" – que trata do cumprimento... Entre as prioridades: "i) o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério [...] a substituição progressiva de professores temporários por professores efetivos, com instituição de planos de carreira e remuneração capazes de estimular a formação continuada em nível de pós-graduação lato sensu e *stricto sensu*".

Entendo inclusive que isso já está assegurado na própria LDB, em outros componentes legislativos, mas não vejo nenhuma dificuldade em acrescentar essa letra com essas determinações.

No art. 5º, §1º, ainda na letra "d", acrescentar dentro da letra "d"... Eu já tenho um texto que coloca a oferta de bolsas de estudo para ingressantes na educação superior que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e optarem pelo curso de Pedagogia ou pelos cursos de licenciatura, considerando o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou em vestibulares. Aí a sugestão da Senadora é: ou em vestibulares e critérios socioeconômicos. Também não vejo problema, até porque isso é princípio também de incentivo, de acrescentar este termo: critérios socioeconômicos.

Pelo que me informaram, acho que vai ter que entrar como emenda de Relator, porque elas acabaram de entrar. Então, isso dificulta até a gente dar parecer em relação ao texto, mas, no caso aqui, o texto dá para acolher.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se me permite, Professora Dorinha, seria uma complementação do relatório em função das emendas recebidas: as que estão sendo lidas vão ser acolhidas, e uma delas, rejeitada. Então, uma complementação do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O art. 6º é uma proposta de uma emenda modificativa colocando que as despesas decorrentes da aplicação desta lei são pactuadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Isso também é óbvio, uma vez que a atuação na educação é colaborativa, com o próprio sistema. Nós temos um país que carece do Sistema Nacional de Educação e aqui temos sistemas que convivem: sistema municipal, sistema estadual e o próprio sistema federal.

Quanto à sugestão de acrescentar no art. 5º, letra "h", o nome Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), eu vejo como desnecessário, até porque é a citação do nome de um programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto nosso já faz referência a programas que possam existir. Lógico, nós reconhecemos a importância e o trabalho realizado de maneira bastante importante pelo Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). Obviamente, na regulamentação, ele pode ser referência, uma vez que vai ser feito de maneira colaborativa, Consed, Undime, União, condução do Ministério da Educação, no que eu não vejo problema, mas essa emenda, essa sugestão eu vou rejeitar pela questão de nominar expressamente um programa – é um nome, e pode, daqui a alguns anos, nem existir esse programa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. O relatório, então, da Professora Dorinha Seabra já havia sido lido na outra reunião. As emendas podem ser apresentadas até o término da discussão. E há, então, uma complementação do relatório com o acatamento de três emendas provenientes da Senadora Teresa Leitão e com uma rejeição pelos motivos explicados – pelo nome do programa que pode mudar.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Se não houver objeção do Plenário, faremos a votação desse item, porque me parece que há uma convergência do Plenário, em conjunto com os demais itens que exigem votação nominal. Estaria bem? (*Pausa.*)

Muito bem. Então, faremos a votação um pouco para a frente no andamento desta nossa reunião.

Passamos ao item número 2 da pauta, tramitação conjunta...

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que está aqui presente; o Senador Carlos Viana; a Senadora Damares Alves estava presente também; o Senador Marcos Pontes, também sempre presente e atuante. É uma alegria!

Passamos ao item 2, Senador Eduardo Gomes. Podemos?

É tramitação conjunta.

Projeto de Lei 2.331...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – O senhor pode passar para o item 3? Estou só aguardando algumas emendas que foram apresentadas agora...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu cheguei no horário, mas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu queria só auxiliar também porque sei que V. Exa. é extremamente demandado na Casa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois é... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas, a seu pedido, por solicitação de V. Exa., sem problemas.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item nº 10 da pauta, do Senador Paulo Paim.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 6328, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Doceira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Daniel Trzeciak.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Paulo Paim, enaltecendo o seu trabalho sempre, aqui, nas outras Comissões e na Presidência da CDH. É uma honra tê-lo como membro desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, meus cumprimentos a V. Exa.

Para os Senadores que chegaram há poucos minutos, correndo nas Comissões, eu queria destacar a sua fala, ao abrir a sessão, quando fez uma bela e justa homenagem ao infelizmente falecido Júlio, o nosso querido Júlio, que foi, como disse V. Exa., por 17 anos, assessor direto da Presidência, inclusive de V. Exa. Só destaco isso pela importância.

Presidente, este é um projeto simples que vem a esta Comissão.

É um projeto que, tal como consignado aqui na emenda, busca instituir a referida efeméride, a qual passará a ser comemorada anualmente no dia 6 de junho, bem como estabelecer que a futura lei entre em vigor na data da sua publicação.

Da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, Projeto de Lei 6.328, 2019, do Deputado Daniel Trzeciak, que institui o Dia Nacional da Doceira.

Ele veio para a minha relatoria, e eu a fiz com muito carinho.

Vou aqui, se V. Exa. permitir, ir diretamente à análise, mas de forma bem simplificada.

Vamos lá.

Em atendimento a essa determinação, conforme relatado pelo autor da proposição,

> [...] colheu-se no Município de Pelotas-RS, a opinião favorável de uma série de entidades e instituições representativas do segmento doceiro e conserveiro, preocupados com os novos desafios e com o estímulo necessário à atividade. Uníssono foi o apoio às conquistas até agora celebradas, bem como a preocupação com o futuro do setor. Estiveram representados na audiência pública realizada, dentre outros presentes: Embrapa, Emater, Associação de Produtores de Doces de Pelotas, Sindicato de Doces e Conservas de Pelotas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara de Dirigentes Lojistas e Cooperativa das Doceiras de Pelotas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o relatório é longo, mas bonito. É doce o relatório. E, como ele é doce, eu tenho certeza de que ele vai ser aprovado no momento em que V. Exa. colocar em votação.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à instituição, então, do Dia Nacional da Doceira.

Conforme argumento exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 6.328, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o parecer, Sr. Presidente, simplificado, pela grandeza da iniciativa do Deputado, que abraça todo o Rio Grande, aqui, com a simbologia na cidade de Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Gostei muito da expressão de que o relatório é doce. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso é que eu simplifiquei a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o Dia Nacional da Doceira, então o relatório está muito bem elaborado.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, posteriormente.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1199, DE 2022

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Alceu Moreira.

A relatoria é de V. Exa. também, Senador Paulo Paim. O relatório é pela aprovação. Com a palavra, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, hoje é o dia de os Deputados homenagearem o Rio Grande do Sul, e eu, como Senador do Rio Grande do Sul, encaminho o relatório também com enorme satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só que eu queria dizer que o Dia Nacional da Doceira é nacional, porque, lá no Paraná, também nós temos muitas doceiras, que merecem ser homenageadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza. Muito bem. Por isso, a votação será por unanimidade, Dia Nacional da Doceira.

Esse projeto, Sr. Presidente, de autoria do Deputado Alceu Moreira, confere o título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul – também é nacional, então todos serão abraçados pela iniciativa aqui do Deputado Alceu Moreira.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca conceder a referida homenagem ao Município de Rio Grande, bem como estabelecer que a futura lei entre em vigor na data da sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, o PL 1.199, de 2022, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e também na de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Presidente, como o relatório também é longo, mas a síntese aqui eu já fiz, eu só leio aqui a parte final.

Cidade mais antiga do estado, Rio Grande está localizada na margem sul do estuário que conduz ao Oceano Atlântico as águas da imensa laguna conhecida como Lagoa dos Patos. Os primeiros navegadores que, no século XVI, singraram o Atlântico Sul imaginaram que o canal lagunar que interrompia as extensas áreas arenosas fosse um grande rio, o que deu origem, então, ao nome da cidade e do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

Rio Grande é um dos 20 municípios que integram a região turística conhecida como Costa Doce Gaúcha – tem doce aqui também, viu? Considerada o maior complexo lacustre do mundo, compreende uma grandiosa extensão territorial e apresenta paisagens banhadas pelas águas da Lagoa dos Patos, Rio Guaíba – alguns chamam de Lago Guaíba –, Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira, além de uma conexão com o mar aberto.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional das Águas ao Município de Rio Grande.

Assim, Sr. Presidente, conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.199, de 2022, do nobre Deputado Alceu Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

O Senador Eduardo Gomes seria o Relator *ad hoc* do item 3? Pode ser?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tem problema?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2018

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1. Em 25/06/2019, foi aprovado o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.

2. Em 18/10/2023, foi aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1-CE e 2-CE.

3. Em 24/10/2023, foi apresentada em Plenário a Emenda nº 3-PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2018.

Iniciativa – é importante ressaltar – da então Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, hoje Senadora Professora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria da emenda: Senador Efraim Filho.

Como eu mencionei antes, a relatoria é do Senador Efraim Filho, mas tenho a honra de passar a relatoria, como Relator *ad hoc*, ao colega Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, passo direto à análise do voto, do texto da nossa querida Senadora Professora Dorinha.

Ao apreciar a proposição, esta Comissão se manifestou no sentido de sua aprovação, adotando a compreensão de que as diretrizes propostas encontram alinhamento com as necessidades mais prementes do país na direção da valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, pilar essencial da qualificação do processo de ensino e aprendizagem e da melhoria dos indicadores educacionais do país como um todo.

Conforme se depreende, a finalidade da Emenda nº 3-PLEN, é assegurar, a cada cinco anos, no mínimo, a capacitação dos referidos profissionais da educação nas respectivas áreas em que atuam.

Preliminarmente, cumpre-nos agradecer ao Senador Carlos Viana por sua contribuição cada vez mais qualificada e comprometida com o debate dos temas educacionais mais caros ao Brasil. Com efeito, no caso sob exame, a sua participação propositiva fortalece ainda mais a nossa convicção quanto à relevância e à oportunidade da matéria.

Contudo, no que tange ao teor da alteração proposta, nosso entendimento é de que a preocupação do Senador Carlos Viana já se encontra devidamente contemplada no art. 5º do PLC nº 88, de 2018.

Como se sabe, embora as secretarias de educação, de maneira geral, valorizem as diversas experiências formativas dos profissionais da educação, a prioridade das iniciativas institucionais de formação continuada já é a área de atuação desses profissionais. Isso não implica vedação à participação de profissionais que atuem em outras áreas, apenas proporciona foco às atividades de capacitação docente.

É de se registrar, ademais, que, por se tratar de formação continuada, compreende-se que se trata de uma formação de caráter permanente, como bem é designado o pertinente programa de duração plurianual a ser desenvolvido com esteio na lei que decorrer da aprovação do projeto. Nesse sentido, a estipulação do prazo quinquenal aventado na Emenda nº 3-PLEN se mostra desnecessária.

Ocorre-nos, ainda, que a eventual aprovação da emenda sugerida, ao criar, por via transversa, uma obrigação para o Poder Executivo, em diferentes esferas, poderia levar ao questionamento da medida por suposta afronta da iniciativa à separação dos Poderes e ao pacto federativo. Em consequência, isso poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasionar a judicialização da lei, o que, por sua vez, acabaria por frustrar, pelo menos por um bom termo, a finalidade alvitrada pelo projeto.

Por essas razões, não recomendamos a aprovação da alteração advinda do Plenário.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018.

Sala das sessões.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Gomes.

Está em discussão a matéria.

Senador Carlos Viana, com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Meu bom-dia aos Senadores, às Senadoras.

Naturalmente, dentro desse espírito de democracia e discussão, porque estamos aqui todos interessados no crescimento, na melhoria da educação brasileira, mas o que eu tenho observado, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é que, em determinados temas no Brasil, quando nós desejamos discutir, logo vem uma afirmação de que você é contra.

Hoje, no Brasil – vou começar do alto –, o gasto com os alunos em universidades federais do Brasil é menor do que em vários países, como Suíça e Alemanha, por quê? Várias rubricas das universidades não dizem respeito à educação final dos alunos, são diversas as origens e os gastos, mas isso chega a 30% em alguns orçamentos, ou seja, de cada R$10 que nós investimos num aluno em escola pública federal, R$3 não são para a educação. Então, tem alguma coisa errada. Aí, quando você senta e fala que vamos discutir isso, logo se levantam dizendo o seguinte: "Não, é contra a educação, quer tirar dinheiro da educação". E não é isso. Nós temos um orçamento limitado, temos a responsabilidade de usar bem o dinheiro público. Então, a discussão é: vamos gastar melhor.

Na questão da educação, a Senadora Dorinha, tem uma experiência muito grande e estávamos conversando ali agora: quanto mais dinheiro estamos investindo na educação, pior são os nossos resultados. Vamos olhar os últimos dez anos, no Brasil, em termos de PISA, de exames internacionais, na comparação dos nossos alunos. Nós somos o terceiro ou quarto país no mundo em PIB da educação, na relação PIB e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento de educação, porque educação não é gasto – eu caminho nessa linha sempre –, só que os resultados dos nossos alunos, em 150, chegam aos últimos lugares. O que está acontecendo? Essa informação...

"Nós precisamos de mais investimento na educação." Isso já virou um clichê, inclusive na imprensa. Eu, como jornalista, há muitos anos dizia que o problema brasileiro não é falta de dinheiro na educação. O nosso problema é como nós estamos investindo. E um ponto principal, a coluna: como nós estamos contratando e treinando os professores, porque são eles os grandes responsáveis pela formação dos alunos desde o ensino básico.

E, quando a gente analisa isso, Senador Arns e Senadores, a gente começa a observar que hoje, no Brasil, de cada dez professores formados, a maior parte, quase oito, vem do ensino à distância. É claro que esses professores chegam com debilidades e dificuldades à sala de aula, isso é a coisa mais natural do mundo. E nós precisamos desses professores, porque, infelizmente, a cada ano, menos pessoas querem ir para a sala de aula. Nós precisamos valorizar esse profissional, mas, para isso, precisamos tocar numa ferida chamada reavaliação desses professores e capacitação deles.

Diversas foram as propostas em que nós queríamos criar exames de avaliação, e os sindicatos foram contra. "Ah, nós queremos..." Qual é o problema em nós, a cada determinado período, criarmos uma nova capacitação, obrigarmos, por lei, as secretarias de educação estaduais e municipais a fazerem uma reciclagem com esse professor? Qual é o problema nisso? Em nós chamarmos a cada cinco anos... Olhe, é um prazo muito razoável, a cada cinco anos, as secretarias de educação municipais e estaduais serem obrigadas a chamar os professores: "Nós vamos fazer uma avaliação, não é para mandar ninguém embora, não é para disciplina de nada, mas é para fazer uma análise sincera e profunda dos anos de estudo e das debilidades do sistema de ensino". Só assim nós vamos conseguir avançar. Um médico só consegue resolver o problema de um paciente quando descobre o problema, a doença e ataca.

O problema da nossa educação hoje, em vários aspectos, está, infelizmente, na não valorização dos professores, em dar a eles a oportunidade de se capacitar, porque os cursos são caros. Os bons cursos são caros, custam ao professor, que já tem o salário comprometido com muitas horas de trabalho – tirar do bolso dele para fazer uma avaliação. Então, a minha proposta de emenda, Srs. Senadores, foi que as secretarias criassem um prazo – e não está isso no projeto – em que, a cada cinco anos, se faça uma capacitação profissional na respectiva área. Podemos incluir até um exame de avaliação e uma nova capacitação. Qual é o problema? Qual é o problema em nós fazermos isso como uma forma sincera de dizer aos professores: "Nós queremos que os senhores sejam valorizados?". Ninguém está aqui para falar contra professor, mas a gente tem que ter essa coragem. Esse é o meu ponto de vista nessa emenda.

"Ah, mas veio da Câmara, e nós queremos que seja aprovado!" Nessas questões, a gente abre exceção para um, dois projetos, mas, depois, em todos os outros que poderiam ser melhorados, nós, infelizmente, saímos do bom debate e mandamos para sanção incompletos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila, hoje no Brasil, quando a gente vai ao Supremo Tribunal Federal, ao chegar lá, 80% dos projetos, talvez mais, são projetos que passaram pelas Casas Legislativas e que não foram bem esclarecidos. Chegam lá porque se vai recorrer para o Judiciário, e o Judiciário vai fazer o nosso papel. Aqui é a mesma coisa na educação.

Eu sinceramente quero defender a minha emenda. Respeito o relatório do Senador Efraim, mas penso em nós criarmos um prazo, a cada cinco anos, para os professores receberem uma capacitação profissional obrigatória; as secretarias fariam uma análise dos resultados inclusive e promoveriam esses professores dentro daquilo que se percebeu que não caminhou bem. A gente consegue corrigir, inclusive, outras fases da educação. É a minha visão e a minha defesa nesse sentido.

O senhor, que também é um grande defensor da educação pública... Eu, que sou originário da educação pública, que prezo, tenho uma alegria enorme em dizer que o meu esforço foi grande, desde criança até o ensino médio, estudando em escola pública. Então é hora de a gente começar a pensar em valorizar esse dinheiro público investido na educação. Como? Capacitando bem o professor, fazendo uma análise profunda do que está acontecendo e oferecendo a ele outros cinco anos bem melhores do que possivelmente, às vezes, ele passou.

Sobre a formação continuada todos os anos, há estados que fazem, há estados que não fazem. Quando a gente analisa o problema geográfico brasileiro, o meu estado... Eu vou falar do meu estado; não vou falar do Estado do Amazonas. Vou falar de Minas Gerais, onde você tem municípios em que você viaja de 12 a 14 horas de carro para chegar à sede do município e depois mais uma, uma hora e meia para chegar até a uma determinada escola pública, onde muitas vezes os alunos têm que dormir porque não têm como voltar para casa. Essa formação continuada é difícil para um estado que tem 853 municípios, mas, se fizermos os calendários estabelecidos por lei – a cada cinco anos todos terem que passar por uma avaliação –, eu acredito que nós daremos uma grande contribuição sobre a qualidade do ensino e um incentivo aos professores.

É o meu ponto de vista ao defender e pedir aqui que o relatório seja rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continua em discussão a matéria.

Professora Dorinha Seabra, autora do projeto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu compreendo a...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Enquanto Deputada. Desculpe-me.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria só colocar que na educação a gente não lida com uma única legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do princípio, não é? Eu acabei de relatar um projeto apresentado por V. Exa. que, para incentivar e valorizar os professores, estabelece uma série de princípios, entre os quais a formação continuada, o incentivo, a bolsa. E, no meu projeto original também, nós estabelecemos a formação continuada. Hoje, nós não concebemos na educação que não aconteça, ao longo do ano, momentos de qualificação. Ou seja, a capacitação não deve acontecer de dois em dois anos, de três em três anos, de quatro em quatro anos para área nenhuma, nem para uma pessoa que vai fazer um serviço técnico.

Eu realmente não consigo falar com tanta gente falando ao mesmo tempo. Por educação, eu acho que, quando a gente está falando também...

Eu queria só colocar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Professora Dorinha Seabra está com a palavra, só peço mais silêncio aí no plenário.

Obrigado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu compreendo a preocupação, nós fizemos uma audiência pública, e os números aqui revelaram uma situação que precisa ser enfrentada de maneira bastante dura: a formação de professores no Brasil está sendo feita por instituições privadas e, na sua maioria, em EaD. Então, esse problema é grave.

O estabelecimento dá a formação continuada, ou seja, de uma ação que pode ir para o calendário escolar. Então, não é de enfrentar ou porque não pode mudar, não: é porque, na verdade, o texto já contempla. Nós citamos, inclusive, aqui o texto do Senador Efraim, que lista onde está dito a formação continuada. Então, eu compreendo, não tem nenhum problema em relação à questão de vista ou de pedir a rejeição do relatório. Só que é princípio da docência já a formação inicial, a formação continuada.

Na menção feita aqui pelo Senador sobre a avaliação docente, tem um projeto que está na CCJ da Câmara, de que eu fui Relatora na Câmara também, que trata do Enameb, que é um exame de docência não com o fim de punir professor – eu sei que não foi essa a intenção dele, e ele falou muito claro –, mas para saber qual é a limitação, em que conteúdos os professores têm deficiência e que podem ser aprimorados.

Então, são princípios já assegurados no conjunto da legislação.

Era só para esclarecer, embora eu compreenda muito essa preocupação do Senador Carlos Viana, porque, se nós não tomarmos uma medida de país, de um pacto pela educação... Na audiência pública, inclusive, falamos da possibilidade de não fazer um novo plano nacional de educação. Do plano que está aí em vigor, menos de 15 metas vão ser parcialmente cumpridas. Vamos fazer um pacto do Brasil pela educação, com um número menor de objetivos e metas, mas alguns inegociáveis, como é o caso da carreira docente, da formação. Se não tiver uma mudança na valorização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, fiz um chamamento para o próprio Ministro da Educação: as universidades federais e públicas devem, obrigatoriamente, atuar na formação de professores. Não pode ser uma atuação, como vem acontecendo hoje na formação de professores, em EaD, na sua maioria, e por instituições privadas.

Então, eu entendo que o texto contempla a preocupação do Senador, sem nenhum problema em relação a essa questão de discutirmos a possibilidade de uma avaliação de formação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continua em discussão a matéria.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse é um tema realmente muito importante para todos nós agora e para o futuro, o futuro das nossas crianças, o futuro do país como um todo, como a educação sempre é.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está apertado aí?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E, nesse contexto, nós todos estamos aqui graças ao trabalho de bons professores.

Eu vejo isso da seguinte forma: nós precisamos valorizar, sem dúvida, o trabalho do professor. O professor tem que ganhar bem, tem que ser uma carreira destacada, vamos dizer assim, tem que ter o respeito devido, tem que ter condições boas para trabalhar – a gente tem falado sobre segurança nas escolas, por exemplo –, condições adequadas para fazer o seu papel. E também a qualidade da formação e do acompanhamento desse projeto, vamos chamar assim, é muito importante, sem dúvida nenhuma. Então, os bons professores têm que ser valorizados. E igualar, vamos dizer assim, a qualidade, a competência daqueles que precisam de melhorias, isso precisa ser feito, sem dúvida nenhuma.

Então, eu acho que é um tema que a gente vai ter que encarar. A gente vai ter que encarar e colocar isso para valer na qualificação dos professores, na melhoria da qualidade do ensino como um todo, verificar quais são as falhas e como isso aí pode ser feito. E tem que ser feito, como a Professora Dorinha falou, em nível nacional, tem que ser feito isso aí. Não dá para ser uma parte aqui, outra lá, para a gente ficar com esse negócio heterogêneo no país. Existem condições diferentes no país, sem dúvida nenhuma, mas a gente precisa superar essas dificuldades, essas diferenças e fazer com que o ensino seja homogêneo no país. Sem dúvida, isso é um tema muito importante.

E ninguém tem que ter medo de avaliação. A avaliação, dentro de um projeto... Um projeto que você começa ali tem um escopo, ele tem planejamento, ele tem uma série de fases, e uma fase importante durante o projeto todo é o controle do projeto, o que significa avaliação e correções necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que esse tema a gente precisa encarar de frente aqui, não pode fugir desse tema de jeito nenhum.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Continua em discussão a matéria.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Só complementando, essa questão da formação continuada é muito abstrata. Nós temos um conceito, mas nós não temos a aplicabilidade dela, hoje, no Brasil, avaliada. Essa formação continuada, em todos os setores, existe, mas de que maneira nós podemos avaliar? A única forma que eu conheço é pelos resultados, e os resultados não são bons. Os nossos alunos aprendem cada vez menos – e olha que há professores que se esforçam muito e muito! A gente percebe que a categoria quer, mas há debilidades.

Hoje, no Brasil, um professor que quer trabalhar muito e um que não quer são tratados da mesma maneira. São formas que a gente precisa começar a corrigir. O professor que tem melhor resultado em sala de aula deve ser mais incentivado, e nós, criarmos condições para tudo isso.

Agora, o primeiro passo é nós fazermos essa avaliação, a meu ver, a cada cinco anos. E não vai gerar custos, porque há uma questão hoje: o número de alunos que chegam às escolas públicas é cada vez menor. Hoje nós temos, em meu estado, várias salas de aula que serão fechadas, porque não há alunos. E ainda temos um outro programa que foi criado, que era o dos institutos federais de tecnologia, que é um grande projeto, que vem fazendo concorrência. Ao contrário de nós termos uma escola pública única de formação técnica federal e estadual conjunta, criou-se uma nova escola de ensino médio no Brasil. Acaba que esses institutos federais não têm professores e alunos suficientes, e as escolas estaduais estão cada vez mais esvaziadas. Não é falta de dinheiro, é falta de uma política de avaliação, de controle e, principalmente, de metas que nós estamos colocando no Brasil. E isto cabe a nós dentro do Plano Nacional de Educação: começarmos a colocar o dedo nessa ferida.

O problema do Brasil na educação não é falta de recurso. O problema nosso é que nós estamos gastando num modelo falido, em que o professor é desestimulado, o aluno não aprende e a evasão escolar, principalmente nas regiões metropolitanas, chega a quase 40% em cidades como o Rio, por exemplo; no meu estado, chegam a quase 30% os alunos que evadem aos 16 anos de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agora é uma grande oportunidade, Senadora Dorinha, de a gente fazer uma virada, porque o dinheiro do Fundeb está ampliando. Nós ampliamos, nós votamos aqui no Brasil, no Senado, a ampliação do Fundeb. Nós demos um grande passo na melhoria do financiamento, mas nós temos a obrigação de começar a mostrar como nós estamos usando esse recurso de maneira equilibrada e séria para o contribuinte. Nós estamos fazendo uma reforma tributária que daqui a pouco temos que ir para lá debater.

O próximo passo é uma reforma administrativa. Qual é o tamanho do Estado? De que maneira nós queremos gastar esse dinheiro que nós estamos arrecadando dos brasileiros? São responsabilidades. Eu peço à V. Exa. a votação em separado do destaque da matéria, se possível, para a gente votar em separado, e eu peço a rejeição do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a participação. Eu só quero dizer...

Sim, Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria só tirar uma dúvida, porque o Senador Carlos Viana fala, a todo o tempo, de uma avaliação, de uma prova, mas a emenda não fala disso. A emenda fala em capacitação a cada cinco anos. E não tem capacitação a cada cinco anos, ela tem que acontecer todo o tempo. Tem alguma outra emenda, algum outro texto?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não é?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Não, Senadora. Eu falei sobre o exame para dizer claramente que nós não temos muita clareza, muita não, não temos clareza nenhuma hoje de como nós estamos em termos de resultados, apenas os testes.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está certo.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Seria muito interessante que o projeto que V. Exa. tem de um exame avançasse, tem minha votação, mas penso que, se a cada cinco anos nós oferecermos aos professores uma capacitação a cada um em sua área, nós estaremos dando aos profissionais o incentivo, tiraremos dele uma despesa e vamos criar um cronograma novo, inclusive, para essa avaliação que futuramente virá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tem que acontecer todo o ano. (*Risos.*) Não pode ser a cada cinco anos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Não, pode ser com menos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só fruto da discussão que aconteceu, em primeiro lugar, quero enaltecer a sua preocupação com todos os aspectos levantados.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Falo sua preocupação até de forma informal com a preocupação de V. Exa. com todos os aspectos levantados. (*Risos.*)

Porém, ao mesmo tempo, eu quero dizer que não há objeção àquilo que foi apresentado. O argumento que foi utilizado foi o de que há uma previsão da formação inicial e da formação continuada, que tem que ser objeto de uma discussão no Brasil inteiro, pelo MEC, pelo Congresso, pelos estados, pela sociedade. É uma preocupação. E a formação continuada, seja especialização, *lato sensu*, seja *stricto sensu*, mestrado, doutorado, isso tem que ser objeto do debate que tem que ser feito.

E, ao mesmo tempo, com a preocupação de não dizermos para Minas Gerais, por exemplo – já que foi levantado o exemplo de Minas Gerais –: "Olha, tem que fazer", porque isso pode ser colocado aí na Justiça também, dizendo que há uma interferência indevida, dentro do plano federativo, de obrigar um estado a fazer uma determinada coisa ou não.

Quer dizer, no fundo, essa preocupação – eu estive em Fortaleza ontem, inclusive, na reunião do Conselho Nacional de Educação – tem que ser resolvida, no meu ponto de vista, com o Sistema Nacional de Educação: quer dizer, o Governo Federal, governo estadual e governo municipal se sentarem, num regime de colaboração, e pactuarem essa formação, e ser objeto, como o Senador Marcos Pontes colocou, do Plano Nacional, do Sistema Nacional, para que isto seja deixado claro.

Então, a preocupação é bastante pertinente. Só com essa preocupação que o Senador Eduardo Gomes leu, como Relator *ad hoc*, de não haver a possível judicialização interferindo. Vai chegar lá, ao Paraná... Eu fui Secretário de Educação lá, e nós liberávamos para mestrado, doutorado, para cursos... Era uma formação... Visitas a países... Tem que ser. Tem que ter uma abertura completa, só que, se houvesse uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei, dizendo "você tem que fazer isso", talvez não fosse a realidade do Paraná. Só isso. A preocupação total de apoio com a preocupação da formação, só a questão da judicialização.

Então, só nesse sentido que foi o relatório. Não foi, assim, uma rejeição... Porque V. Exa. está sempre preocupado e atento a todas as situações, e quero enaltecer isso publicamente também.

Muito bem.

Só em relação à solicitação de V. Exa. de haver uma votação em separado, isso, infelizmente, não é possível. A gente tem que votar o relatório, aceitando-o ou rejeitando-o.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria só esclarecer que o meu texto original eu entendo que já contempla e contempla até bastante, quando, no art. 4º, Senador, faz todas as recomendações, mas eu vou direto à questão da progressão funcional, da titulação. Eu coloco, como atualização permanente em cursos e atividades de formação continuada, a avaliação de desempenho profissional – que é o que V. Exa. coloca –, e isso é uma grande ausência no Brasil, mas o texto recomenda a criação de política pública; a assiduidade; incentivo à dedicação exclusiva... Inclusive porque alguns sistemas precisam reconhecer aquele professor que trabalha com regularidade, que cumpre as suas tarefas, aquele que faz formação... Esses são princípios que devem estar na carreira.

Mas, assim, eu só estou esclarecendo, porque eu acho que, em princípios gerais... Mas era para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, é importante.

Encerrada a discussão.

A votação desse item é uma votação simbólica.

Não havendo mais quem queira discutir, então está encerrada.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Efraim Filho e lido pelo Relator *ad hoc,* Senador Eduardo Gomes.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Carlos Viana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora... É sobre esse item?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não. Já é... Só por questão do item 9, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 3 de Plenário.

Não é terminativo aqui também.

A matéria vai à CCJ para exame da emenda.

Pois não, Senadora.

Eu só pergunto também, antes, se o Senador Eduardo Gomes está pronto para...

Pois não, Senadora.

Eu só pergunto antes se o Senador Eduardo Gomes está pronto para... (*Pausa.*)

Está pronto? Pois não.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Senador, primeiro, quero pedir desculpas. Realmente, o senhor não tinha concluído aí a questão do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tem problema nenhum.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É sobre o item 9.

Eu sei que o senhor está fazendo uma votação em bloco dos terminativos. O item 9 é terminativo. Eu gostaria, depois do Senador Eduardo ou agora, se fosse possível, de fazer a leitura para entrar nesse bloco, se o Senador Eduardo Gomes me permitir.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Eu tenho um relatório...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Tem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Eu sei que o Senador Eduardo Gomes tem também vários compromissos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, tranquilo...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – É só a leitura do texto principal?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Depois...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É leitura, mas fique... O ideal seria ler agora para já entrar nesse bloco, mas, assim... Pela urgência...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, eu não vou resistir ao pedido da Senadora... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Uma atleta olímpica...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Acabamos de ganhar o pan-americano...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ganhamos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... que já proporcionou tantas alegrias ao Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... número recorde...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, com a concordância, fazendo uma síntese também do relatório, Senadora Leila Barros...

É o item 8, Projeto de Lei nº 2.762, de 2019, não terminativo... (*Pausa.*)

Ah, é o item 9, desculpe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o item 9. Desculpe, engano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3451, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o "Bandeirante do Século XX", no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação com emendas.

É Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes pela sensibilidade.

Vou dar celeridade já partindo para a análise, Sr. Presidente.

Na análise, nós não observamos na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha na natureza regimental. Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A Lei nº 11.597, de 2007, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, constituído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras que tenham oferecido a vida à pátria para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte. Bernardo Sayão morreu na região de Açailândia, no Maranhão, no dia 15 de janeiro de 1959, aos 57 anos.

No que concerne à técnica legislativa, a Lei nº 13.433, de 2017, modificou a Lei 11.597, de 2007, para dar ao antigo Livro dos Heróis da Pátria o nome de Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Assim, consideramos pertinente a apresentação de emenda de redação a fim de atualizar o nome do livro na proposição.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna.

Bernardo Sayão Carvalho Araújo nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 18 de junho de 1901. Em 1920, ingressou na Escola de Agronomia em Piracicaba, São Paulo. Casou-se em 1925 com Lygia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mendes Pimentel, filha de tradicional família mineira, com quem teve três filhos. Mudaram-se para Jacarezinho, no interior do Paraná, onde Bernardo Sayão passou a administrar uma fazenda de café em sociedade com o cunhado.

No início da década de 30, em decorrência da crise econômica internacional e das geadas que devastaram as lavouras no Paraná, vendeu sua parte na fazenda e mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, indo trabalhar no Departamento de Café do Ministério da Agricultura.

Em 1934, em decorrência de complicações na gravidez, a esposa veio a falecer. Voltou a casar-se em 1941 com Hilda Fontenele Cabral.

Data de 1939 a primeira viagem feita por Bernardo Sayão ao Estado de Goiás. Visitou Goiânia, Anápolis e Jaraguá, uma antiga cidade remanescente da mineração no século XVIII, distante cerca de 50km do local onde, três anos depois, implantaria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang).

Em 1941, o Presidente Getúlio Vargas iniciava os projetos de criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Bernardo Sayão candidatou-se à vaga de Administrador de uma das colônias, vindo a ser nomeado Administrador da colônia agrícola em Goiás. Era o início de sua vitoriosa participação na Marcha para o Oeste.

Naquele mesmo ano, já como Administrador da Cang, comandou a construção...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Você vê que eu estou gritando. (*Risos.*)

Eles estão aumentando, e eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É... O som aumenta aqui no ambiente, e você aumenta o som lá também, mas nós não queremos que você tenha esse desgaste desnecessário. Pedimos um pouquinho mais de silêncio...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, quero dar as boas-vindas ao nosso Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que está conosco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu já ia fazer isso, mas ele conhece bem o ambiente do Senado, porque já foi Senador também.

Seja muito bem-vindo, nosso Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Desculpe ter interrompido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Imagine...

Seja bem-vindo, Ministro.

Naquele ano, como Administrador da Cang, comandou a construção da rodovia que ligava a colônia até a cidade de Anápolis. No ano seguinte, promoveu a ligação com a cidade de Barranca com a construção, sobre o Rio das Almas, de uma ponte constituída apenas de tambores vazios amarrados por cabos de aço. Nessa empreitada, trocou pneus por combustíveis e tomou outras providências emergenciais, as quais levaram à instauração, em 1943, de um processo administrativo contra si.

Mesmo quando, em 1945, o General Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República, Bernardo Sayão foi mantido no cargo de Administrador da Cang. Três anos depois chegou a conduzir um comboio de 72 máquinas agrícolas e viaturas do Rio de Janeiro a Goiás, em viagem que durou 48 dias. Mas, em 1950, em razão do processo administrativo instaurado sete anos antes, foi exonerado do cargo de Administrador da Cang.

Em 1954, foi eleito Vice-Governador do Estado de Goiás. Já no ano seguinte, coordenou a construção de um campo de pouso para aeronaves na região que receberia a visita do Marechal José Pessoa, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital.

Em 1956, foi nomeado diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), quando passou a coordenar uma série de obras em Brasília.

Em 1958, recebeu do Presidente Juscelino Kubitschek a incumbência de construir a rodovia que ligaria a nova capital à cidade de Belém, numa extensão de 2.169km.

Morreu como herói, em 15 de janeiro de 1959, em plena floresta, atingido por uma árvore na Rodovia Belém-Brasília, no Município de Açailândia/MA, quando faltavam apenas 50km para a conclusão desta que foi uma de suas obras mais audaciosas.

Em discurso comovente, o Presidente Juscelino Kubitschek destacou o caráter heroico do enfrentamento com a natureza:

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) –

> Morre de pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o termo dos seus árduos trabalhos estava à vista. Quem o feriu foi justamente uma dessas numerosas árvores que ele teve que abater para que o Brasil abrisse o seu mais difícil caminho.
> [...]
> Caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levado para Brasília, foi o primeiro sepultamento na futura capital, naquele que viria a ser o cemitério da cidade, por ele mesmo demarcado havia menos de dois anos.

De construtor de estradas a símbolo de integração, progresso e desenvolvimento nacional, a força simbólica da morte de Bernardo Sayão no canteiro de obras assegurou-lhe o título de Bandeirante do Século XX.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.451, de 2023, com duas emendas de redação, apresentadas e anexadas ao relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Leila Barros.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Eu quero lembrar a todos, Senador Carlos Viana, Senador Marcos Pontes – Senador Paulo Paim já se manifestou –, Senadora Leila Barros, também Senadora Teresa Leitão, que lemos aqui, em conjunto, na Comissão, um voto de pesar pelo falecimento do Júlio Linhares. A Adriana, inclusive, foi Secretária aqui da Comissão, e, na verdade, eu acho que começou a atuar aqui também na época do Júlio Linhares.

Então, foi uma pessoa que atuou durante 17 anos aqui, nesta Comissão, sob a coordenação de inúmeros Presidentes.

Então, esse voto de pesar foi aprovado, fizemos um minuto de silêncio também e esse voto será lido hoje, à tarde, no Plenário, como um voto de pesar da Comissão de Educação e Cultura ao Júlio – Júlio; como a gente costumava chamar, era o Júlio.

Inclusive, o próximo item a ser lido é na área da cultura, não terminativo, e o Júlio tinha uma interação extraordinária com todos os setores da cultura, do esporte, da educação.

Então, todos os profissionais da área da cultura se lembram, assim, muito bem da atuação positiva e determinada dele também nesta área.

Passamos, então, ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 2331, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 1994, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do PL 2331/2022, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PL 1994/2023.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Nos dias 13/09/2023 e 14/09/2023, foram realizadas Audiências Públicas para instrução dos Projetos.

3. Em 06/11/2023, foram apresentadas as emendas n° 1, de autoria do Senador Zequinha Marinho; n°s 2 e 3, de autoria do Senador Esperidião Amin; e a emenda n° 4, de autoria do Senador Carlos Viana.

4. Em 07/11/2023, foram apresentadas as emendas n°s 5 a 12, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

A matéria, como já dito agora há pouco, será apreciada, na sequência, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos dias 13/09/2023 e 14/09/2023, dois meses atrás, foram realizadas audiências públicas, com ampla participação, para instrução dos projetos.

Em 06/11/2023, foram apresentadas as Emendas n° 1, de autoria do Senador Zequinha Marinho; n°s 2 e 3, de autoria do Senador Esperidião Amin; e a Emenda n° 4, de autoria do Senador Carlos Viana.

Em 07/11/2023, portanto, hoje, foram apresentadas as Emendas n°s 5 a 12, de autoria da Senadora Teresa Leitão, nº 13, de autoria do Senador Paulo Paim, nºs 14 a 17, de autoria do Senador Esperidião Amin, e nº 18, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Em 07/11/2023, foi apresentada a subemenda ao substitutivo, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Carlos Viana, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Conversando, inclusive, com o Relator, há uma série de emendas que ainda não foram avaliadas, minhas, inclusive.

É um tema muito abrangente, vai trazer melhorias à questão da produção audiovisual no Brasil, que eu entendo, é uma área em que militei por 35 anos, mas há outros setores... No passado, televisão era uma coisa, rádio era outra. Hoje, nós estamos falando de *streaming* e uma série de possibilidades de divulgação, que estão aqui incluídas em vários pontos, que precisam ser analisadas com mais atenção para que a gente tenha o controle, mas que a gente também possa permitir o desenvolvimento dessas novas tecnologias.

Minha proposta aqui ao Relator é retirarmos de pauta hoje o relatório, ele analisar as emendas com mais atenção – semana que vem teremos uma semana de feriado –, para que ele possa ler futuramente, já com as emendas, todas elas, analisadas, para que a gente tenha uma discussão mais aprofundada aqui.

É a minha proposta ao Relator, porque ele vai ler o relatório hoje, mas, com todas as emendas que ainda não foram devidamente analisadas, vamos ter quase que ler futuramente um relatório novo. Então, já faríamos isso de uma forma mais tranquila. No mais tardar em duas semanas, nós traríamos o relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definitivo, já bem discutido, inclusive, com o Relator Eduardo Gomes, que tem sido companheiro, nós estamos aí na Ciência e Tecnologia e vamos entregar muito em breve uma legislação muito moderna ao Brasil, contemporânea, na questão da inteligência artificial.

E a mesma coisa aqui, Senador Eduardo, e volto a dizer, o mundo, até os anos 80, era quase que dividido entre televisão e rádio, quando surge a internet. Hoje, não. Hoje nós temos uma série de possibilidades que a legislação precisa elencar.

Daí o meu pedido, a sugestão ao Relator, de que a gente retire e, daqui a duas semanas, apresentemos um relatório mais completo e avaliado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nada melhor do que escutarmos o Relator da matéria sobre a matéria, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, levar em consideração a solicitação do Senador Carlos Viana, agora fazendo algumas observações importantes e relevantes acerca da matéria.

O sistema bicameral coloca a gente... E falo isso com toda a legitimidade, sem nenhum tipo de demérito, até porque tenho muito orgulho de ter sido Deputado Federal por três mandatos consecutivos, Presidente de Comissão também, lá na Câmara dos Deputados, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário. Portanto, funções que precisavam de voto, não é? Então, me orgulho muito de ter sido Deputado Federal e entendo que, quando você tem uma realidade como essa de duas ou três semanas apenas de trabalho legislativo, ocorrem alguns riscos no cenário.

Primeiro, da aprovação de textos paralelos. É o que está acontecendo com a matéria que eu vou relatar daqui a pouco na Comissão de Infraestrutura, que foi relatada também pela Senadora Leila. Então, estamos diante de um assunto importantíssimo, com votos consistentes, mas que sofrem por conta das consequências da tramitação bicameral.

Por que eu estou falando isso, Presidente? Porque nós ficamos durante um período grande debatendo esse projeto, de autoria do Senador Nelsinho Trad, de autoria do Senador Humberto Costa, e fizemos dezenas – dezenas – de audiências públicas, com uma série de participações de muitas categorias – muitas categorias. Não há prejuízo na apreciação das emendas e não há prejuízo na apresentação, eventualmente, de uma nova emenda, porque conversei com o Senador Vanderlan e solicitei a presença na CAE, também como Relator, para que a gente fizesse o fim da tramitação.

Resta ainda – e também há uma certa crítica interna –, desses mesmos atores que discutiram, que debateram, que fizeram audiência, a definição de ajustes do que foi acatado da primeira etapa do relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação às emendas, e restam ainda, com toda a legitimidade e que serão levadas em consideração, as emendas do Senador Carlos Viana e algumas outras emendas.

Não há aqui nem necessidade, nem consequência de análise de emenda ou de rejeição de emenda de maneira prematura, mas é preciso fazer a leitura do relatório. Eu queria fazer esse compromisso com o Senador Carlos Viana, porque esse é um setor absolutamente sensível, em que há uma expectativa muito grande daqueles que fazem conteúdo, promovem conteúdo e há uma expectativa muito grande também de quem transmite, comercializa e que já vem há muito tempo – todas as correntes desse setor – perdendo tempo.

Sinceramente, é isso que a gente analisa, quando você tem um setor importante a ser regulado e que a gente não começa, efetivamente, a regular esse setor. Então, não vejo...

Queria fazer um meio-termo de ajuste, porque, se a gente aprova aqui o relatório neste momento – eu já falei com o Presidente Vanderlan – e a gente passa imediatamente à análise da CAE, não há prejuízo na avaliação e nem de modificação de determinados pontos. Senão, se a gente fizer a retirada hoje ou uma solicitação de vista coletiva, a próxima expectativa de reunião, dado o feriado da próxima semana, será no dia 21. Então, nós teríamos ainda que aprovar aqui no dia 21, analisar na CAE, e, com certeza, isso daria toda vantagem que qualquer outra tramitação precisa ter para que a gente tivesse perdido todo o trabalho feito no Senado, todas as audiências públicas, todas as multivisões sobre o tema.

Então, se o Senador quiser uma sugestão... É evidente que, se V. Exa. pedir para retirar, eu vou retirar, não há outra coisa a fazer, mas eu vejo que é um prejuízo muito grande. E podem ser acrescidas as contribuições que V. Exa. tem a fazer ao relatório. Se isso ocorrer hoje, se a gente aprovar hoje, na ida para a CAE, a gente já faz as modificações, evidentemente, discutindo com cada segmento, porque, se não, vejo que pode ser um prejuízo irreversível, neste momento, dado o calendário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço as ponderações de V. Exa.

Na verdade, a palavra até está com o Relator, para a leitura, caso opte – claro que ele deu a opção –, mas está com a palavra o Relator.

Só o Senador Nelsinho Trad havia solicitado pela ordem.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para tranquilizar os colegas que, na minha avaliação, quando pedem um tempo para analisar a questão, eu os reputo como um colega dedicado, um colega que quer estudar, um colega que não quer ser pego de surpresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero enaltecer, primeiro, o Senador Carlos Viana e a Senadora Teresa Leitão, mas tranquilizá-los no seguinte sentido: a matéria, ao ser lida pelo Relator Eduardo Gomes, ainda vai para a CAE. Então, os colegas que estão pedindo vista para analisar vão ter tempo suficiente, mais do que suficiente, até porque temos um feriado no meio da semana, para poder pegar. Cada um fica cinco, dez dias com este projeto na mão, para dar tempo de ir para a CAE posteriormente.

Era essa a consideração que eu queria fazer para os colegas, até porque o que ele falou, num português mais claro, é o seguinte: a gente precisa acelerar um pouco esta tramitação porque, se não, em um texto desta natureza, que está na Câmara dos Deputados, nós vamos perder o protagonismo, depois de tanto trabalho que a gente teve.

Eu faço essas considerações aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, ratifico aqui a leitura do relatório, aguardando a definição dessa negociação, mas com este compromisso de fazer a análise de todas as emendas e tentar otimizar o tempo de tramitação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vêm ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, de autoria do nobre Senador Nelsinho Trad, que propõe a incidência de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) sobre a oferta de serviços de vídeo sob demanda, e o Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, do nobre Senador Humberto Costa, que, além de dispor sobre a incidência de Condecine sobre os serviços de vídeo sob demanda, propõe regulamentação mais ampla destes serviços.

Após a deliberação por este Colegiado, a matéria será encaminhada para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Análise: a matéria não contém vícios de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa.

Os projetos de lei tratam sobre oferta de conteúdo audiovisual em modalidade sob demanda, comumente referido no mercado e no setor cultural como VOD, seja a respeito da incidência de Condecine sobre estes serviços, seja com abrangência ampliada, para propor uma regulamentação desses serviços.

Desde o surgimento desses serviços e, especialmente, desde sua chegada ao Brasil, o tema vem sendo objeto de debate por parte de diversos atores do setor audiovisual nos últimos anos.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal já tentaram apreciar o assunto a partir de proposições apresentadas em 2017 e 2018, mas que não chegaram a evoluir para etapas de aprovação. Contudo, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também sentido em se ter aguardado esse tempo, chegando a uma nova fase desse setor, na qual essas atividades já se desenvolveram para um estágio mais maduro no país, o que impediu que eventual regulamentação intempestiva pudesse tratar de forma não adequada esse mercado.

A entrada e a consolidação de novos provedores internacionais do serviço de VOD no Brasil, bem como o surgimento e amadurecimento de provedores brasileiros, permitem que o debate se faça agora em bases mais consistentes. Nesse sentido, louvável a iniciativa do Senador Nelsinho Trad de introduzir, em 2022, proposta sobre como deve se dar a contribuição financeira desses provedores, na forma de Condecine, para o apoio ao financiamento e desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro. Do mesmo modo, de grande importância é também a iniciativa do Senador Humberto Costa de propor regulamentação mais ampla sobre tal atividade, de modo a contemplar não apenas a questão tributário-financeira, mas também outros aspectos a respeito do serviço, como assim fizeram já outros países nos quais o serviço de VOD vem sendo ofertado há mais tempo.

Nos dias 13 e 14 de setembro de 2023, esta Comissão de Educação realizou audiências públicas nas quais foram ouvidos representantes de 22 órgãos do Poder Executivo, entidades representativas de produtoras e de agentes prestadores do serviço, de especialistas e de empresas, todos atores diretamente interessados na discussão da regulamentação dos serviços de VOD no Brasil.

À luz de muitas das contribuições apresentadas durante as duas audiências públicas com ampla participação, bem como de uma série de reuniões com essas mesmas e com outras partes e do recebimento de diversos documentos com sugestões, entendemos necessário oferecer nova versão de parecer com algumas modificações em relação à emenda substitutiva.

Fizemos alterações para que reste explícita e inquestionável a inclusão de plataformas de compartilhamento de vídeo, ainda que remuneradas por meio de publicidade, no escopo da regulamentação do VOD. Cabe destacar que cada vez mais esses serviços têm oferecido conteúdos audiovisuais produzidos de maneira profissional, com duração diversa, desde vídeos curtos a obras de longa duração, e não apenas vídeos tidos como menos profissionais, com o objetivo de oferecer também conteúdo de maior qualidade a seus usuários. Ainda que uma ou outra exigência prevista na regulamentação não venha a ser pertinente para as plataformas de compartilhamento de vídeo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... e, portanto, será devidamente diferenciada nos demais artigos, a premissa geral da regulamentação passará pela inclusão desses serviços.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me, Senador Eduardo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele está tendo que fazer um esforço maior do que o normal por causa das conversas aqui no plenário. Peço silêncio, particularmente do pessoal aqui da minha direita e lá no fundo, para que não haja conversas e que a palavra esteja com o Senador Eduardo Gomes com toda tranquilidade e segurança.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Presidente.

Em linha similar, inclui-se também, de maneira expressa, no âmbito da regulamentação, os serviços de oferta de canais de televisão linear por meio de protocolo de internet. Atualmente também cresce exponencialmente a oferta de conteúdos em tais formatos, tendo sido adotada por agentes econômicos de diferentes setores. E esses serviços, ainda que em alguns casos reproduzam conteúdos anteriormente veiculados em outras mídias ou janelas de exibição, não podem ficar num limbo regulatório sem serem abarcados, por exemplo, pela legislação vigente de radiodifusão ou de serviço de acesso condicionado e sem entrarem também no âmbito da regulamentação ora em análise.

O art. 9º, que trata sobre o destaque ao conteúdo brasileiro nos serviços, conhecido como proeminência, foi alterado para incorporar previsões adicionais sobre o mecanismo em si e sobre sua fiscalização.

Nesta nova versão de emenda substitutiva ora oferecida, incluímos também um novo dispositivo para prever regra sobre a exigência de uma quantidade mínima de conteúdo brasileiro nos serviços de VOD. Trata-se de tema amplamente debatido durante as audiências públicas, e bastante demandado por parte do Ministério da Cultura, Ancine e representações das produtoras audiovisuais brasileiras. Contudo, analisando os dados referentes à quantidade de obras brasileiras registradas anualmente pela Ancine e comparando-os com a considerável quantidade de provedores do serviço de VOD, entendemos que a demanda por inserção de uma regra de conteúdo de catálogo precisa ser calibrada em uma quantidade que seja compatível com a realidade da capacidade de produção brasileira.

Em relação à Condecine, é importante esclarecermos os fundamentos da proposta apresentada: a Condecine passará a ser devida anualmente pelos provedores de vídeo sob demanda, sendo aplicável a alíquota máxima para aqueles com maior receita líquida anual. Entendemos que estabelecer a alíquota máxima de Condecine no patamar de 4%, como propunham os projetos de lei em análise, colocaria a regulamentação brasileira em posição mais incisiva do ponto de vista de taxação do setor do que a da maioria dos países que já regulamentaram contribuições similares para vídeo sob demanda, tais como Portugal (1%), Espanha e Polônia (1,5%), Croácia (2%), Alemanha (2,5%), igualando-se à Romênia (4%) e abaixo apenas da França (5,15%). Por outro lado, levando em consideração as demandas por revisão da alíquota de 1% sugerida no primeiro relatório, bem como as estimativas de arrecadação a partir da receita dos diversos provedores afetados, entendemos cabível o aumento dessa alíquota para 3% neste novo substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre Condecine, em consonância com o proposto em ambos os projetos de lei em análise, os provedores do serviço de VOD poderão descontar parcela do valor devido a título de Condecine caso invistam diretamente esses recursos na produção ou contratação de direitos de licenciamento de conteúdo brasileiro produzido por produtora brasileira independente ou em atividades educacionais e de capacitação técnica no setor audiovisual, de modo a contribuir com o desenvolvimento de mais profissionais para o setor, demanda essa que segue cada vez maior, diante da profusão de conteúdos buscados pelos provedores de serviços de VOD.

Na versão de substitutivo ora oferecido, foram aperfeiçoados alguns dos detalhamentos a respeito da aplicação desses recursos.

O art. 12 determina que os recursos provenientes da arrecadação de Condecine pelo setor de vídeo sob demanda serão utilizados para estímulo ao setor audiovisual brasileiro, dando maior ênfase a políticas públicas que visem à descentralização da produção audiovisual brasileira para regiões hoje menos desenvolvidas nesse mercado e para grupos minorizados.

Por fim, os artigos seguintes tratam das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento da regulamentação e das disposições finais. Estes também foram objeto de complementações na nova emenda substitutiva, a fim de tornar o sistema mais bem estruturado. Com esse novo substitutivo, entendemos estar oferecendo um regramento moderno, factível e compatível com o mercado audiovisual brasileiro e com o segmento específico de VOD. Trata-se de proposta equilibrada de regulamentação, que busca fomentar a produção audiovisual brasileira e independente, ao mesmo tempo em que não cria barreiras excessivas aos diversos agentes provedores do serviço de vídeo sob demanda no mercado brasileiro.

Na data de ontem e hoje foram apresentadas 18 emendas pelos nobres colegas Senadores e Senadoras membros desta Comissão sugerindo alterações em alguns dos pontos do substitutivo oferecido ao nosso relatório.

Para análise e encaminhamento de voto das referidas emendas, a Emenda nº 1, do Senador Zequinha Marinho, bem como a Emenda nº 5, da Senadora Teresa Leitão, e a Emenda nº 13, do Senador Paulo Paim, propõem a inclusão de nova finalidade entre a lista de possíveis destinações de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) para programas de atração de investimento, visando ao incremento de produção audiovisual em território nacional e desenvolvimento da indústria, incluindo estruturação e desenvolvimento de *film commission* de âmbito federal. A emenda mostra-se meritória, pois é demanda do setor de criação desse mecanismo de atração de investimentos em produção audiovisual de âmbito federal, dado que os atualmente existentes estão nas esferas municipais ou estaduais apenas.

Nesse sentido, acolhemos as duas emendas.

A Emenda nº 2, do Senador Esperidião Amin, propõe a fixação e aumento de percentual de recursos do FSA provenientes do recolhimento da nova Condecine-VOD, a ser destinado a produtoras das Regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para a Região Sul e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, 20% – a do Centro-Oeste, 35%; do Espírito Santo, 20%.

Embora entenda-se o objetivo de conferir ainda mais recursos do FSA para produções fora do eixo Rio-São Paulo, o engessamento excessivo das destinações regionais em lei pode se mostrar incompatível com a demanda e a oferta de produções nessas regiões. Nesse sentido, propomos a rejeição da emenda.

A Emenda nº 3, do Senador Esperidião Amin, sugere alteração no art. 11, nos dispositivos que tratam da criação da nova Condecine-VOD, para esclarecer que a não incidência dos valores referentes à Condecine-Remessa para fins de determinação da base de cálculo do tributo para todos os provedores, independentemente da modalidade em que se dá a remuneração pelo serviço...

Entendemos que a emenda promove ajuste importante e necessário, para fins de equidade entre os diferentes agentes econômicos abarcados pelo projeto de lei, portanto acolhemos a emenda.

A Emenda nº 4, do Senador Carlos Viana, que tem como objetivo a exclusão das plataformas de compartilhamento e conteúdo audiovisual no escopo do projeto de lei... Houve a retirada da emenda nº 4, portanto, passo à leitura, em seguida, da próxima emenda.

Em relação às Emendas nºs 6 e 9, de autoria da Senadora Teresa Leitão, e às Emendas nºs 14, 15, 16, do Senador Esperidião Amin, cada uma delas propõe alterações, seja na alíquota máxima da Condecine – prevista no substitutivo para ser fixada em 3% –, seja nas possíveis destinações para abatimento do valor a ser pago caso os provedores de VOD invistam em um determinado rol de projetos e finalidades, seja em relação à proporção, ao máximo possível, desse abatimento.

Analisamos todas em conjunto, na busca por encontrar o formato mais adequado para este mecanismo combinado de Condecine com investimento direto, que é o núcleo mais relevante do projeto de lei em análise, e decidimos acolher parcialmente as Emendas nºs 6 e 14, na forma de subemenda apresentada ao final deste relatório.

A Emenda nº 7, da Senadora Teresa Leitão, dispõe sobre o art. 10 do substitutivo, que propõe a fixação de cota mínima de conteúdo audiovisual brasileiro a ser disponibilizado pelos provedores de VOD, algumas sugerindo a supressão do artigo, outras propondo a redução das cotas ou especificação de mais detalhes sobre seu cumprimento. Entendemos que, entre as propostas apresentadas, merece acolhimento parcial a Emenda 7, que simplifica a sistemática sugerida pelo substitutivo de nossa autoria, e também evita que regra mais onerosa seja aplicada apenas a pequenos provedores. Desse modo, entendemos pela aprovação parcial da Emenda 7, conforme redação apresentada em subemenda ao final deste relatório, mantendo-se apenas a fixação de um número mínimo de obras para provedores com grandes catálogos, porém sem alteração proposta no *caput* do art. 10, que prevê que a metade da cota deve ser cumprida com conteúdo independente, por se mostrar, por um lado, inócua, dado que, em geral, a maioria dos provedores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tem maior proporção de conteúdos independentes (licenciados) do que de concluídos próprios, e por outro, resultará em camada adicional de burocracia para prestação de contas do cumprimento.

A Emenda nº 8 da Senadora Teresa Leitão promove a alteração de texto da base de cálculo da Condecine-VD para esclarecer que, em relação à receita bruta, serão excluídos os tributos indiretos e não os diretos. Propomos seu acolhimento parcial na forma da subemenda apresentada abaixo, pois a emenda corrige imprecisão técnica, uma vez que seria incoerente deduzir os tributos diretos, que são calculados com base no lucro líquido das empresas. Contudo, não se faz pertinente limitar tal dedução a 15%.

A Emenda nº 10, da Senadora Teresa Leitão, propõe a substituição da lógica do art. 3º, que trata da exclusão de conteúdos não abarcados por essa regulamentação, para propor uma exclusão baseada em serviços. Entendemos que a sistemática prevista em nosso substitutivo é a mais adequada, motivo pelo qual recomendamos a rejeição da emenda.

A Emenda nº 12, da Senadora Teresa Leitão, sugere alterar o conceito da produtora brasileira independente. Contudo, tal mudança não se faz necessária em relação ao conceito proposto no substitutivo, motivo pelo qual recomendamos a sua rejeição.

Por sua vez, a Emenda 17, do Senador Esperidião Amin, visa a promover aprimoramentos no texto, no que diz respeito ao que se chama de setor de canais Fast IPTV e *catch up* de conteúdos já transmitidos anteriormente por meio de outras mídias, como a radiodifusão e o serviço de acesso condicionado. Entendemos que essas sugestões merecem ser acolhidas de forma parcial, na forma de nova emenda proposta ao final dessa complementação de voto. (*Pausa.*)

Fazendo aqui a observação de acordo, Sr. Presidente, durante a leitura, foram apresentadas três emendas: a Emenda 18, apresentada pelo Senador Zequinha, aprovada parcialmente; a Emenda nº 20, do Senador Astronauta Marcos Pontes, acatada também parcialmente; e a Emenda nº 19, também apresentada pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, rejeitada, mas depois do esclarecimento que foi feito aqui durante a votação sobre as cotas, os regimes de cotas.

Então, o voto proferido, Sr. Presidente, é o seguinte: diante do exposto, em complementação do voto ao relatório com o substitutivo anteriormente apresentado, propomos a rejeição das Emendas 2, 4, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 19; o acolhimento integral das emendas 1, 3, 5, 13; e o acolhimento parcial das emendas 6, 7, 8, 14, 17 18 e 20, na forma das subemendas abaixo apresentadas.

Ressalto ainda, Sr. Presidente, que, como disse, aprovado esse relatório, remanescem ainda algumas negociações de todos os atores que discutiram nessas audiências públicas, nos encontros que foram feitos de maneira aberta pela relatoria em todo esse período, e não se encerrará na aprovação da Comissão. Pretendemos levar à CAE, na votação terminativa, um ajuste final dessas impressões, para que não tenha prejuízo de tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o compromisso que posso fazer nesse momento, Sr. Presidente, agradecendo a todos aqueles que tiveram compreensão de ver, muitas vezes, as suas visões não acatadas, mas de uma regulamentação que é o início. Um setor, quando é regulamentado, é o início da convivência com a legislação.

Há uma mania que a gente tem, no Brasil, de pensar que é o fim. Não é o fim, senão nós teríamos, todo dia, aqui, tramitação de emendas constitucionais, de projeto de lei, de aprimoramentos, principalmente quando um setor tem, diretamente, um reflexo de tecnologia, como é o caso desse setor, em que, de repente, de um dia para outro, a gente pode estar discutindo máquina de datilografia.

Então, Sr. Presidente, agradeço a todos pela compreensão.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Gomes. Quero parabenizá-lo pelo trabalho.

As audiências públicas tiveram a participação de muitas pessoas, mais de 20, 30 pessoas, mais ou menos, mais de uma audiência, inúmeras reuniões e debates e discussões, o que resultou nesse relatório, e, como V. Exa. colocou, ainda também discutindo, vendo, aprimorando, entre aprovação nesta Comissão e a CAE.

Está em discussão a matéria.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Só quero colocar aqui, primeiro, de uma boa conversa que tive com o Nelsinho Trad, com o Senador Eduardo Gomes, já companheiros desses quatro anos, são pessoas que cumprem acordos... Então, nós vamos caminhar para que, na CAE, a gente amplie. O texto é bom, mas o Senador reconheceu que a gente pode melhorar.

A Emenda nº 4, eu já assinei o requerimento retirando. Vou pedir a V. Exa. para a gente conversar mais amiúde sobre ela.

Iria pedir vista regimental. Não o farei, para que a gente possa dar sequência ao debate posteriormente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Apenas para agradecer a manifestação feita pelo Senador Carlos Viana e pela Senadora Teresa Leitão, reafirmando aqui que jamais iríamos prescindir da contribuição desses dois Senadores, que, com certeza, têm muito a contribuir com essa matéria. E eu não estou falando aqui pelo Senador Eduardo Gomes, mas eu tenho a certeza de que ele pensa igual eu estou pensando.

A contribuição deles é muito bem-vinda, é necessária e imprescindível, e assim será feito antes da votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir...

A Senadora Teresa Leitão pede a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Apenas para me associar a essa possibilidade de entendimento.

Eu compreendo que as emendas foram apresentadas muito ao final do prazo praticamente: ontem, anteontem, e algumas até agora. Isso também faz parte do processo, não é nenhum pecado, mas, pela monta do projeto, pelo debate que foi feito nas audiências públicas, pela importância que ele vai ter, certamente e considerando os destaques iniciais que o Senador Relator fez em relação a nosso funcionamento bicameral, eu acho que a gente tem que caminhar, sim, com este projeto.

Eu acho que o relatório contempla boa parte das emendas apresentadas, e a gente ainda tem a possibilidade de aprofundamento na tramitação na CAE.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório (*Palmas.*) que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, nos termos da Emenda nº 1, Comissão de Educação, (Substitutivo), e contrário ao Projeto de Lei nº 1.994, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero cumprimentar o Relator, que está sendo requisitado em várias reuniões, como eu já mencionei antes; cumprimentar a Comissão de Educação e Cultura pela compreensão e pela continuidade do diálogo, do entendimento, da convergência entre esta votação e também o trabalho da CAE; e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos e todas da área da cultura que estão aqui presentes, ansiosos pela aprovação do projeto de lei. Que continuem presentes também acompanhando toda a tramitação aqui dentro do Senado Federal e posteriormente na Câmara dos Deputados. E quero parabenizá-los, porque tive a oportunidade, junto com o Senador Eduardo Gomes, de participar de parte das audiências públicas, e são pessoas, todos e todas, muito competentes, profissionais, fazendo um trabalho de valorização dessa área em nosso país. Que seja realmente o início de uma caminhada que se concretize brevemente na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Parabéns para toda a área cultural! E lembro, como já mencionei, a proximidade do nosso Júlio Linhares com a área cultural. Vocês, no decorrer destes anos, sempre estiveram presentes aqui, participando ativamente de todas as iniciativas. Parabéns!

Passamos em seguida...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Carlos Viana, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Eu tenho que seguir para a CCJ também, sou parte lá das discussões e pedi um item extrapauta, que é o Requerimento 120, para acrescentar o nome de uma reitora representando as universidades privadas do país no debate em uma audiência que nós faremos conjuntamente. Eu gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse em votação esse requerimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Pergunto ao Plenário se podemos incluir o item extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeções...

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 120, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 117/2023 - CE, seja incluída como convidada a senhora Elizabeth Guedes, representante da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos, em conjunto, os requerimentos, no final.

Só quero dizer a V. Exa. que ainda me comuniquei hoje cedo com a Sra. Elizabeth Guedes pelo WhatsApp, em função de algumas coincidências do item extrapauta.

Passamos ao item 7, Senador Nelsinho Trad. Pode ser?

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4773, DE 2023

- Terminativo -

Institui a data de quinze de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa" e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Em 23/10/2023, foi realizada Audiência Pública para instrução do Projeto.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Flávio Arns, eu peço a permissão de V. Exa. e do Plenário para que eu possa ir direto à análise e ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – O projeto encontra-se dentro da regimentalidade, da constitucionalidade e da juridicidade.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art, 48, *caput,* do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental. Da mesma forma, quanto à juridicidade.

Foi realizada audiência pública no dia 23 de outubro de 2023.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

Para os colegas Senadores compreenderem, a esclerose tuberosa é uma doença rara, pouco conhecida e de difícil diagnóstico. Estima-se que uma em cada 6 mil pessoas seja portadora de esclerose tuberosa. É uma doença degenerativa causada por mutação genética que provoca o aparecimento de tumores não cancerosos em diversos órgãos. Apesar de benignos, os tumores podem causar problemas cognitivos, respiratórios, cardíacos e renais, além de autismo, epilepsia e cegueira. A doença, infelizmente, não tem cura, mas o tratamento correto pode aliviar os sintomas e melhorar a qualidade de vida do paciente. Em geral, é preciso um acompanhamento multidisciplinar com psicólogos, neurologistas e outros profissionais para que todos os sintomas sejam controlados.

Nesse cenário, é muito válida a instituição de um Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa, a fim de que se aumente o nível de informação sobre a doença, além de ampliar a rede de atendimento.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do PL 4.773, de 2023.

Esse é o relatório, Presidente Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador e Doutor – é médico – Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero enaltecer a audiência pública que foi realizada, com a participação da Abet (Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa), que é lá de Minas Gerais, com a participação de uma mãe também com filho pequenininho e de outra com filha com 38 anos de idade, e quero enaltecer também, e muito, a geneticista que participou, explicando todos os detalhes, assim como a parte clínica explanada por outra profissional extremamente competente. Não é o caso agora de citar os nomes também, mas todo esse material está disponível também no *site* da Comissão de Educação para todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, inclusive para orientar muita gente sobre essa doença rara, que é a esclerose tuberosa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5099, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/10/2023.

Iniciativa: Deputado Federal Sergio Vidigal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Nelsinho Trad, para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, a Senadora Damares me abordou dizendo que ela gostaria de pedir vista referente à tramitação dessa matéria, uma vez que ela está inaugurando neste ano a sua atividade como Senadora da República.

Eu acho pertinente, justo e não quero atropelar, mas compartilho com V. Exa. essa opinião. Se ela formalizar o pedido de vista, eu estou inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. pode ler, ou deixamos... Então, já... O.k.

A Senadora Damares está solicitando vista. Então, vista coletiva concedida também para todas as pessoas, Senadores e Senadoras, membros da Comissão, apreciarem o projeto.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu que agradeço, Senador Nelsinho Trad.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2762, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar como experiência profissional o estágio realizado pelo estudante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Deputado Federal Flávio Nogueira, que, aliás, estava aqui presente. Eu acabei não o citando e peço desculpas ao Deputado por não tê-lo citado anteriormente. Peço que a Secretária leve a ele esse nosso pedido de desculpas também. Havia um debate grande hoje também, mas ele já esteve aqui no outro dia, acompanhando um outro projeto da autoria dele.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Reforço também nosso abraço e nosso carinho e os parabéns pela iniciativa do projeto ao Deputado Flávio Nogueira.

Vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à apreciação da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 2.762, de 2019, de iniciativa do Deputado Flávio Nogueira, que altera a Lei nº 11.788, de 2008.

O PL prevê que o estágio é considerado como experiência profissional e determina que o poder público regulamentará as hipóteses em que essa experiência profissional referida valerá para provas em concurso público.

Na justificação, o autor assinala o desafio do desemprego, principalmente entre os jovens, e aponta o dilema representado pela exigência de comprovação de experiência profissional daqueles que estão em busca do primeiro emprego. Ademais, aponta a relevância dos estágios, mas ressalva a lacuna representada pelo fato de eles não serem expressamente considerados experiência profissional.

Após a apreciação da CE, o projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

A Lei nº 11.788, de 2008, define o estágio como "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular [...]". O estágio é admitido na educação superior, na educação profissional, no ensino médio, na educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Ademais, o estágio, que "visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho", faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, parece bastante razoável admitir que o estágio constitua ato educativo que proporciona experiência profissional, embora permaneça a prerrogativa das empresas de avaliar a relevância dessa experiência em seus processos de seleção de empregados.

A medida sugerida, com efeito, busca oferecer uma contribuição para aumentar as oportunidades de emprego para os jovens, o que constitui um dos maiores desafios de nossa sociedade. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, enquanto a taxa média de desemprego no país foi de 8,8% no primeiro trimestre de 2023, entre os jovens de 18 a 24 anos o índice foi de 18%.

É preciso considerar, todavia, as implicações do disposto no projeto no que concerne ao exercício de profissões regulamentadas, nos termos das legislações específicas. Trata-se, todavia, de questão a ser avaliada pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais), no exercício de sua competência regimental.

Quanto aos concursos públicos, caso os editais prevejam tempo de exercício profissional como um dos critérios de seleção, será preciso admitir, nos termos do regulamento, a equivalência de tempo despendido em estágio e no exercício profissional, ressalvada, talvez, a situação mencionada dos ofícios regulamentados.

Em suma, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, o PL preserva a definição do estágio como ato educativo, não obstante explicitar sua consideração como experiência profissional.

A medida, assim, é válida sob o ponto de vista educacional e, portanto, deve ser acolhida por este Colegiado.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.762, de 2019.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Reforço aos membros da nossa Comissão de Educação que ele não é terminativo – ainda vai passar pela Comissão de mérito, que é a de Assuntos Sociais. Então, peço vênia a todos os nossos queridos parceiros aqui, colegas de Comissão, porque eu o acho muito relevante, até pelos índices de desemprego e a exigência de primeira experiência profissional aos nossos educandos, aos nossos jovens de 18 a 24 anos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros. Muito importante, não é?

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Então, em votação o relatório apresentado pela Senadora Leila.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria, como ressaltado pela Senadora Leila Barros, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Teresa leitão, pela ordem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É um breve comentário. Quero dizer à Senadora Leila que isso resolve muitos problemas que nos chegam na área da educação.

Presidente, é sobre um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu posso só fazer o seguinte, se V. Exa. não objetar: vamos abrir a votação nominal dos projetos...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e, enquanto as pessoas estão votando, passamos à apreciação dos requerimentos. Pode ser assim?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bom.

Então, votação nominal, em bloco, dos itens 1, 7, 9, 10 e 11 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Então, estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.824/2023, PL 4.773/2023, PL 3.451/2023, PL 6.328/2019, PL 1.199/2022.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores e as Relatoras votam "sim".

Muito bem, está aberta a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se as assessorias puderem também se comunicar aí com os titulares e suplentes para votarem. A gente já está colocando no grupo. Senadora Teresa Leitão, então, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vou só votar, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem. Pode ir.

Nós apreciamos, primeiro, os outros requerimentos e, depois, os extrapauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 125, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

A Senadora Damares Alves, gentilmente, subscreve o requerimento e faz a sua leitura.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno, requeremos a realização de audiência pública para instruir o PL 1.338/2022, que versa sobre a oferta da educação domiciliar básica no país.

O PL foi aprovado na Câmara. Ele é de 2018. A Senadora Dorinha foi Relatora na Câmara da matéria, está Relatora da matéria no Senado Federal e requer uma audiência pública para discutir e instruir o projeto nesta Comissão.

Apresenta como convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Conselho Nacional de Educação, representante da Undime, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, representante da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina e representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal.

Aí, Presidente, conversei com a assessoria da Senadora e gostaria também, já que estou subscrevendo, de indicar a jurista Dra. Angela Gandra Martins, ex-Secretária Nacional da Família, para compor a mesa de exposições.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votamos em bloco, daqui a pouco.

Passo a palavra, agora, para a Senadora Teresa Leitão.

Antes disso, indago do Plenário se podemos colocar, como item extrapauta, o requerimento sendo proposto pela Senadora.

Não havendo objeção, trata-se do Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 126, de 2023.

Com a palavra, V. Exa.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 126, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Presidente, o objeto é o mesmo que foi requerido pela Senadora Damares. É sobre o Projeto de Lei 1.338.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Dorinha já tinha apresentado, desde o ano passado, lá na Câmara e, depois, trouxe para cá essas entidades para realização de audiências públicas.

Eu estou propondo que a gente amplie e que, em vez de duas, a gente possa fazer três audiências públicas. É uma questão bastante polêmica, que tem muitas visões, com especialistas, inclusive, que tratam dela.

Algumas das minhas sugestões já estão contempladas pela sugestão e pelo requerimento da Senadora Dorinha e da Senadora Damares, mas eu dividiria em três audiências, da seguinte maneira:

Primeira audiência pública para instrução do Projeto 1.338: representante do MEC, representante do Fórum Nacional de Educação, representante da Undime, representante do Consed, representante do Conselho Nacional de Educação e representante do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Segunda audiência: representante da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, representante da UNESCO no Brasil, representante da Associação Nacional de Educação Domiciliar, representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, uma solicitação de inclusão da Fenep e um representante da União dos Estudantes Secundaristas.

E a terceira e última audiência: representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino privados, representante do Ministério das Mulheres, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representante do Movimento Todos pela Educação e representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

A gente contempla entidades da sociedade civil de vários enfoques, de diversos enfoques, porque eu acho que isso é importante, representantes dos trabalhadores e representantes das gestões municipal, estadual e o próprio MEC, representando a gestão federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Eu só estava verificando aqui os nomes apresentados pela... Os nomes, não, as entidades e instituições apresentadas pela Senadora Dorinha.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acho que estão todas contidas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como nós temos várias pessoas também e instituições participando, vamos fazer o seguinte: deixar que a Professora Dorinha, em articulação com os membros e com a Secretaria da Comissão, possa negociar a questão de três audiências, ou mais, ou menos, para ver como é que isso ficaria.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aprovaríamos os...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Neste requerimento, eu contemplei todas que já estavam propostas pela Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, mas está bem. Pode ser assim?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aprovamos os nomes...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a organização fica nessa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E a organização fica a critério, porque, às vezes, tem que se fazer algum ajuste também. Pode ser? Muito bem.

Em relação à votação, já temos o quórum suficiente.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel com o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 18; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 19.

Então, estão aprovados os projetos de lei nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.824, de 2023; PL 4.773, de 2023; PL 3.451, de 2023; PL 6.328, de 2019; e PL 1.199, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passaremos agora à votação dos requerimentos lidos e discutidos anteriormente: item 12, Requerimento nº 125, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra; item extrapauta, Requerimento nº 126, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão; item extrapauta, Requerimento nº 120, de 2023, de autoria do Senador Carlos Viana; e Requerimento nº 127, de 2023, voto de pesar pelo falecimento do servidor e ex-Secretário desta Comissão Júlio Ricardo Borges Linhares.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovados.

Eu quero só destacar para a Senadora Teresa Leitão, para a Senadora Damares Alves e para os demais membros desta Comissão, Senadores e Senadoras, e para as pessoas que nos acompanham, rapidamente, em dois minutos, que eu estive, no dia de ontem, no Estado do Ceará, em Fortaleza, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – havia sido aprovado requerimento por esta Comissão para essa missão –, participando da reunião descentralizada do Conselho Nacional de Educação.

É a segunda reunião descentralizada que o conselho faz. A primeira delas, da qual participei em Belém do Pará, foi há dois meses, mais ou menos, e agora em Fortaleza. O fato de serem reuniões descentralizadas está repercutindo muito bem nos estados, porque havia representações de vários estados lá em Fortaleza.

O evento aconteceu na Universidade Federal do Ceará, na Faculdade de Direito, em um prédio histórico – são 120 anos de existência do curso.

No período da manhã, houve uma mesa da qual eu participei, onde falamos sobre o Plano Nacional de Educação; a tramitação do plano aqui, no Senado Federal e na Câmara, e as ponderações que pessoas do MEC, pessoas do conselho e pessoas da sociedade apresentaram em relação ao plano.

No período da tarde, logo depois do almoço, o Sr. Ministro da Educação esteve presente; reunimo-nos também no auditório da faculdade, onde fez uma fala muito boa, interessante, importante sobre os avanços e os desafios da educação no Brasil. E foi também bastante elogiado na fala. E quero dizer que foi um momento importante dessa reunião. Ele deveria ter ido de manhã, na abertura, na verdade, da reunião descentralizada, mas havia sido chamado pelo Presidente da República para uma reunião. Então, ele só pôde estar presente no período da tarde. Mas, junto com eles estiveram a Secretária de Educação Superior do MEC e também a Secretária de Educação Básica do MEC.

Após a fala do Ministro, eu participei de outra discussão em uma mesa com umas sete, oito pessoas, mais ou menos, falando sobre educação especial, quer dizer, educação de pessoas com deficiência. Também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participaram dessa mesa o MEC, também associações representativas da área do autismo, do espectro autista em particular, também os depoimentos, as exposições de professores que atuam na área. O Ministério Público do Estado do Paraná participou, de uma forma bastante importante também.

Mas quero destacar, particularmente, a fala do médico pediatra que, como entidade do terceiro setor, lá em Fortaleza, está atendendo cerca de 2 mil pessoas com deficiência nas áreas da arte, da música e do esporte, um esforço extraordinário nesse sentido e com muita qualidade. Bem detalhadamente, está atendendo 600 pessoas na área, particularmente, da educação infantil. Das 600 pessoas, 400, dentro do transtorno do espectro autista (TEA).

Mas ele, Teresa Leitão e Damares Alves, destaca que 10 mil pessoas estão esperando pelo atendimento dele. Dez mil pessoas esperam pelo atendimento em Fortaleza, só em Fortaleza, numa das áreas mais fundamentais que é justamente a educação infantil, para você atender o mais precocemente possível uma pessoa que apresenta um problema real ou potencial nessa área da educação.

Isso, eu até já tinha relatado, porque esta Comissão fez, no primeiro semestre, uma visita ao Ceal, que é uma instituição daqui, de Brasília, que atende, aliás com muita qualidade, 600 crianças, adolescentes e também adultos na área auditiva e na área do autismo. Eles fizeram uma lista de espera para atender mais pessoas. Pararam quando o número chegou nas mil pessoas que queriam atendimento ofertado pela entidade. Eles pararam porque disseram "para que fazer uma lista e não poder atender", porque, senão, seriam alguns milhares de pessoas.

Então, considerei muito importante a participação da Comissão. Eu estava lá em nome da Comissão, relatando o estado da arte, vamos dizer, de vários projetos em tramitação, inclusive do novo ensino médio, com a Subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão, a política pública do ano, coordenada pela Senadora Damares Alves.

Esteve também, estava me esquecendo, o Deputado Moses, que é Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e é lá do Ceará também.

E queria dizer o seguinte: houve uma ênfase bastante grande do Ministro e de todas as pessoas para aprovação do Sistema Nacional de Educação.

Na minha fala, eu disse: "olha, inclusive, sobre o PNE, que é o Plano Nacional de Educação, nós já fizemos dez audiências públicas nesta Comissão". Já aprovamos, nesta Comissão, o Sistema Nacional de Educação, que é essencial para o Plano Nacional de Educação.

Foi discutida bastante a questão de acesso aos microdados do Inep. Fizemos uma audiência pública, uma semana atrás com a participação de 11 pessoas, pois há muita dificuldade dos grupos de pesquisa de terem acesso aos microdados do Inep.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é por questão da proteção de dados da Autoridade Nacional também, porque até a Autoridade Nacional de Proteção de Dados já tem uma nota técnica incentivando, que é o que se deseja, claro, resguardando-se a privacidade das pessoas, que possa ser feito.

E também a lei de responsabilidade. Como é que a gente vai responsabilizar o Prefeito, o Governador? A lei de responsabilidade educacional, não só fiscal, mas educacional, para que essa responsabilização esteja de acordo com o plano municipal, estadual e nacional de educação. Mas, para a gente saber o que fazer, temos que ter o sistema nacional, porque é um regime de colaboração de União, estados e municípios. Então, as coisas vêm em um debate convergente nesse sentido.

Falamos também das leis que estão sendo aprovadas aqui, da merenda escolar, do fortalecimento dos conselhos e também do transporte escolar, que considero muito importante, e eles consideraram também, de o recurso ser maior em primeiro lugar, repassar de estados e municípios para o transporte escolar, mas também que leve em conta as particularidades de cada região, de cada município. Porque, às vezes, o Estado, o Amazonas, por exemplo, Belém do Pará, 1,2 mil quilômetros quadrados, quer dizer, precisa mais do que, eventualmente, um outro estado menor. Então, que haja critérios perfeitamente possíveis de serem viabilizados de acordo com cada realidade.

Então, só quero dizer que essa reunião foi muito boa, eles continuam lá a semana toda, mas, naturalmente, a gente não tem condições; a minha licença era, inclusive, só para o dia de ontem.

Então, é para relatar a vocês e enaltecer o trabalho do Conselho Nacional de Educação, sob a Presidência do Dr. Luiz Roberto Curi, nesta questão de descentralização, que é muito importante.

Muito bem, nada mais havendo a tratar, convoco a próxima reunião desta Comissão para hoje, dia 07/11, às 14h, para discutir sobre o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Augusta Brito, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 63/2023 - CE, de autoria Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Finalidade:** Discutir sobre o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos - Revalida. **Participante:** Sr. Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 85ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Romário e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 41/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e PL 6404/2019, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Instruir o PL 6404/2019, que "institui, em âmbito nacional, o mês de 'Dezembro Verde', dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais". **Participantes:** Valéria Sokal, Diretora-Geral da Associação Protetora dos Animais (ProAnima); Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); e Alexandre Falcão de Araújo, Coordenador-Geral Substituto de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 85ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de novembro de 2023.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto da LDO 2024 e ao projeto da LOA 2024, perante a Comissão, do dia 8 de novembro, quarta-feira, ao dia 13 de novembro, segunda-feira, às 12h, impreterivelmente. As emendas deverão ser encaminhadas para a Comissão pelo sistema de emendas do Senado.

As emendas enviadas fora do prazo não serão recebidas.

A reunião para deliberação das emendas da Comissão será realizada no dia 14 de novembro de 2023, terça-feira, às 10 horas da manhã.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL n° 6.404, de 2019, que institui, em âmbito nacional, o mês de Dezembro Verde, dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais.

A audiência acontece em atenção ao Requerimento n° 41, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria e de autoria do Senador Confúcio Moura.

Participam, de forma remota, os seguintes convidados – e, aqui, a gente já agradece a todos os convidados pela participação, por terem aceito o convite de participarem desta audiência, para a gente debater esse assunto tão importante: o Sr. Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; o Sr. Alexandre Falcão de Araújo, Coordenador-Geral Substituto de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, uma Secretaria muito parceira desta Comissão. Dá um abraço na Secretária – tá, Sr. Alexandre? E a Sr. Valéria Sokal, Diretora-Geral da Associação Protetora dos Animais (ProAnima).

Informo também que foi convidado o representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que não pôde comparecer a esta audiência, justificando a sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 10 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas

A palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu só vou avisando aos nossos convidados que já estão chegando perguntas via internet. Talvez algumas perguntas a gente encaminhe por *e-mail* para a gente ganhar tempo, e os senhores poderão responder diretamente aos internautas ou enviar as respostas aqui para a Comissão. Mas esta audiência despertou interesse de muita gente no Brasil, de diversos estados, o que nos traz muita alegria porque o tema realmente é importante, é relevante e está chamando a atenção.

Nós vamos dar início às exposições, e vai falar no primeiro momento o Sr. Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Inclusive, ele está em deslocamento, e a gente quer agradecer, Sr. Marcos, pela disposição que, mesmo em deslocamento, parou um pouquinho aí no cantinho para fazer a sua participação nesta Comissão. A gente já agradece essa sua disposição e essa sua boa vontade em participar da audiência.

Por dez minutos, se precisar... vai tocar uma campainha, mas não se assuste, se precisar continuar para completar o raciocínio, fique à vontade. Seja bem-vindo, Sr. Marcos.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Eu agradeço de antemão à Comissão de Educação e Cultura do Senado brasileiro por essa importante iniciativa. Mais do que nunca é necessário colocar a agenda da causa animal, a agenda do bem-estar animal, a agenda da proteção da diversidade da vida no centro das nossas atenções.

Quando o Senado brasileiro aprecia um projeto de lei voltado à inclusão da diversidade da vida e à obrigação dos seres humanos de bem tratarem os demais seres com os quais nós compartilhamos este planeta, isso é motivo de muita alegria.

Nós, do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, temos atuado junto ao Departamento de Proteção Animal nessa perspectiva de proteção da vida, de proteção da diversidade de animais, da diversidade de seres com os quais compartilhamos o planeta.

Então, vamos fazer aqui algumas sugestões no sentido do aprimoramento do projeto de lei em foco.

A primeira sugestão é no sentido do próprio nome do mês, Dezembro Verde. Este Senado mesmo aprovou uma complementação da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999, foi aprovada no ano passado, instituindo o Junho Verde, o mês de junho dedicado ao campo ambiental, à área ambiental. E dada a importância de dar visibilidade à causa animal, eu sugiro que os Senadores e as Senadoras pensem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na possibilidade do dezembro ser o Dezembro Multicolorido, especialmente porque ele representa a diversidade da vida, a diversidade da proteção à vida.

E aí já vem a minha segunda sugestão, a segunda sugestão com a qual dialogamos no departamento, que é ampliar o escopo da proteção aos animais que são abandonados nas ruas, para a proteção de toda a diversidade de animais com os quais a gente compartilha o planeta.

Então, tanto os animais silvestres

compartilha o planeta.

Então, tanto os animais silvestres como os animais que são submetidos aos maus tratos nas cadeias produtivas da carne, dos ovos, etc., para que o bem-estar animal esteja no foco dessa nova sensibilidade.

Então, o animal abandonado na rua revela uma desatenção, uma falta de acolhimento à vida mais próxima de nós. Mas essa mesma falta de acolhimento acontece quando nós ignoramos as queimadas, quando nós ignoramos o avanço das monoculturas, não reservando espaço para a vida, para a diversidade de seres que estão aqui neste planeta. Então, a minha sugestão, a nossa sugestão aqui é de ampliação do PL no sentido de que essa sensibilidade para a vida animal seja o estertor de uma sensibilidade para toda a diversidade de vida, para a proteção dos seres humanos e, especialmente, neste caso aqui, focando nos demais seres que precisam ter na humanidade o seu protetor e não o seu algoz. E para isso é muito importante nós chamarmos a atenção a partir do animal de rua, mas também incluindo na legislação o incentivo, o apoio por meio de campanhas, por meio de medidas nos Legislativos municipais, por meio de apoio financeiro, por meio de todo um arcabouço de instrumentos legais e de instrumentos educativos que possam contribuir para a proteção da diversidade animal.

A terceira sugestão que eu quero trazer aqui é que se amplie a consulta para outros setores que atuam com a causa animal. Ela é uma das causas que acho que hoje mais mobiliza a sociedade brasileira, e tem grupos animalistas, grupos que atuam em toda a diversidade do espectro da proteção à vida animal. Então, conseguir aproximá-los... no próprio Ministério do Meio Ambiente, há uma Diretora, a Sra. Vanessa, que tem atuado na questão dos jumentos, da exportação de jumentos, que ignora que já existem tecnologias, que já existem conhecimentos que permitem que nós tenhamos por outros caminhos a mesma pele de jumento a ser exportada sem a matança, sem a morte dos animais.

Então, a minha sugestão é que Vanessa, da Diretoria de Proteção Animal do Ministério do Meio Ambiente, seja convidada por esta Comissão assim como outros animalistas que, no país inteiro, estão fazendo desse momento de sensibilidade das sociedades humanas uma oportunidade para mudar profundamente o comportamento das nossas sociedades, que estão levando a sério os impasses que se explicitam nas mudanças do clima, que se explicitam na falta de água, na insustentabilidade de muitos dos sistemas de produção e consumo que os nossos antepassados acreditaram ser o melhor caminho para a sobrevivência da nossa espécie e que estão se demonstrando inviáveis, insustentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a oportunidade deste projeto de lei

Então, a oportunidade desse projeto de lei é muito patente, é muito clara.

Eu volto aqui a cumprimentar as Senadoras e os Senadores que estão promovendo esse processo, mas quero fazer um apelo para que esse processo seja ampliado no sentido de nós transmutarmos essa sensibilidade da sociedade com a vida animal numa ação efetiva para a conservação desses seres que são tão importantes para todos nós.

Obrigado pela oportunidade da fala e ficaremos à disposição desta Casa e das pessoas interessadas nesta audiência para dialogar sobre outras sugestões e possibilidades de cooperação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Marcos, eu quero agradecer a sua participação e o senhor me trouxe muita alegria com a sua fala, muita alegria.

O projeto de lei é de 2019, de autoria do nosso querido Senador Wellington Fagundes, e havia aí uma expectativa – porque eu sou a Relatora, tive a alegria de ser nomeada Relatora desse projeto de lei – de que eu diria não a esse projeto, de que não caberia, mas eu penso, como Relatora, igual o senhor.

Por que não aproveitarmos esse projeto de lei e a gente fazer uma discussão maior? Por isso esta audiência pública, e a gente ampliar o seu escopo. A gente entende que a sugestão do Senador, a proposta do Senador é louvável.

E por que está o Ministério da Educação aqui? Para a gente começar realmente a trabalhar lá na educação, se a gente tiver esse mês Verde, e a gente tem que ter essa audiência, essas consultas, Sr. Marcos, porque a gente tem que ouvir todo mundo. A legislação agora nos obriga que os responsáveis pelo tema, quem milita com o tema, as pessoas da área precisam se manifestar, se concordam, primeiro, que seja um mês verde, segundo, que seja dezembro, se há unanimidade, para a gente poder prosseguir ou não com a proposta de lei.

Então, como o senhor trouxe a proposta de a gente ouvir outras pessoas, isso me anima muito, e a gente poderá ampliar o escopo do projeto de lei, eu fico muito feliz.

Imaginem um mês Verde nas escolas, já fico imaginando aqui o Sr. Alexandre falando, imaginem as escolas todas verdes, as crianças todas falando em proteção animal. Eu acredito que uma data como essa já nasce forte, se nascer lá nas escolas com a participação dos educadores, dos professores.

Prof. Marcos, obrigada pela sua participação. Nós temos perguntas aqui que são direcionadas ao seu departamento, mas como sei que o senhor está em trânsito, vai precisar embarcar, nós vamos encaminhar as perguntas por *e-mail* e o senhor nos responde depois, as perguntas vieram do Paraná, do Ceará, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente recebe com muita alegria – eu, como Relatora, recebo com muita alegria – a sua sugestão de a gente discutir mais essa proposta.

Obrigada, se puder continuar conosco mais um pouquinho, fique aí, mas a gente sabe da sua necessidade. Se precisar sair, o senhor pode sair e nós agradecemos. Deixou-me muito feliz, Sr. Marcos, espero que os demais expositores me deixem tão feliz como o senhor me deixou.

Vamos ouvir agora o Alexandre Falcão de Araújo.

Alexandre, você está aqui porque a legislação me obriga a ouvi-lo, mas eu quero que você venha aí com uma boa sugestão de a gente realmente aproveitar essa proposta incrível do Senador Wellington Fagundes e a gente ter um mês todo destinado nas escolas, em todos os lugares, trazendo todos os segmentos para a proteção dos animais.

Alexandre, com a palavra.

trazer todos os segmentos para a proteção dos animais.

Alexandre, com a palavra, dez minutos.

O SR. ALEXANDRE FALCÃO DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não. Obrigado, Senadora, boa tarde. Agradeço, em nome do ministério, o convite da nossa Coordenação-Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade. Nós formamos, a nossa coordenação, juntamente com o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, nós formamos o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. E foi muito bom ter ouvido o Prof. Marcos Sorrentino antes. Nós não tivemos tempo de conversar sobre a pauta antes, mas penso que estamos bem alinhados.

Então, eu vou reiterar alguns dos pontos que o Professor já disse e trazer também a nossa perspectiva específica do MEC. Bom, a pauta é extremamente legítima e necessária, como o Prof. Marcos já disse. O projeto e o relatório... a justificativa do projeto expõe a questão, expõe a problemática, os dados em torno dos maus-tratos. Mas, em relação a alguns pontos específicos do projeto, também já tinha me chamado atenção que "Dezembro Verde" pode ficar confuso, já que, na Política Nacional de Educação Ambiental, nós já temos o Junho Verde. Então, ou faríamos um outro nome, um outro mês e com outra nomenclatura, como o Prof. Marcos sugeriu, um "Dezembro Multicolorido", ou, se nós pudéssemos agregar nos esforços da educação ambiental, do Junho Verde, porque nós já temos o mês do meio ambiente, se nós pudéssemos agregar esses esforços também específicos da pauta de direito animal...

É evidente que a questão do direito animal, da proteção aos animais, não só aos animais domésticos, mas a todos os seres vivos, já é parte das pautas nossas da educação ambiental, já está prevista nas diretrizes curriculares nacionais de educação ambiental, está prevista indiretamente na BNCC, na medida em que a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular, se remete também às diretrizes curriculares da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental. Mas penso que todo o esforço, toda a somatória de esforços nesse sentido é muito bem-vinda, porque nós sabemos que a problemática é grande. Então, a despeito de isso já estar previsto nas normas, nas normativas e na legislação, nós precisamos, sim, de mais esforços, de mais investimento, de mais equipe, para que isso se efetive nas escolas.

Uma questão específica da estrutura escolar em relação ao tema e ao mês, ainda que tenha esse reflexo do ponto de vista que o projeto justifica para dezembro, tenha esse reflexo de um período de maior incidência de abandono de animais, principalmente os animais domésticos: dezembro não é um bom mês para pensarmos em campanha para escolas, porque dezembro já é o período de avaliações finais. Então, é muito difícil a gente implementar na estrutura da matriz curricular das escolas, dos projetos pedagógicos, uma campanha, porque já é o fechamento do ano letivo; a gente tem duas semanas praticamente letivas, mas em que já são as avaliações finais, os períodos eventualmente de recuperação, de conselho. Então, eu questiono, desse ponto de vista, o mês, e se haveria essa possibilidade, então, de agregar esforços com o mês que nós já temos, com o Junho Verde, com o mês do meio ambiente.

Destacamos também a questão específica dos direitos dos animais, dos direitos tanto dos animais domésticos quanto dos animais da biodiversidade em geral – nossa, nativa – e dos animais também que eventualmente sejam utilizados com fins econômicos

que, eventualmente, sejam utilizados com fins econômicos. Para a gente pensar também, como diversas políticas públicas e iniciativas do mercado vêm pensando, no sentido do bem-estar animal, na produção animal, na produção de proteína animal, como que a gente pode incentivar a totalidade da sociedade, sensibilizar a totalidade da sociedade em relação ao bem-estar, à condição de vida dos animais, inclusive do ponto de vista do consumo de carne, sem entrar aqui no mérito das opções alimentares de cada pessoa, mas pensando nas condições de vida, nas melhores condições de vida que são necessárias para que a gente tenha inclusive um alimento saudável, mas para que a gente também tenha uma ética de lidar com a diversidade dos seres.

Acho que um dos indicadores, um dos critérios de desenvolvimento de uma sociedade humana se relaciona à forma como essa sociedade trata, lida com os outros seres, não humanos. Então, penso que esse projeto e essa pauta são extremamente bem-vindos nesse sentido, se nós pudermos potencializá-la.

Em complemento, eu também havia anotado para ampliar essa consulta, inclusive ao setor específico, ao departamento específico que cuida da questão animal no Ministério do Meio Ambiente. Talvez a Embrapa possa ser consultada nesse sentido, no que tange exatamente, como é chamado na zootecnia, à produção animal, como eu já havia dito, em relação ao consumo de carne, à produção de carne para o consumo humano, para pensar o bem-estar animal de forma mais ampla. Um projeto desse pode atuar, por exemplo, pode ter incidência, por exemplo, em escolas agrícolas, em escolas técnicas, em escolas do campo, da zona rural, em que a população também está relacionada com essa produção animal, assim chamada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o trato com os animais, não somente domésticos, mas para fins comerciais. Deixe-me ver se eu esqueci algum tema em específico.

Agradeço também a lembrança da Senadora Damares e a deferência à nossa Secretária Zara, pode deixar que o abraço será enviado, Senadora.

Penso que, em linhas gerais, para este momento, para começo de conversa, é isso. Um termo que a gente usa no nosso campo ambiental é a questão do antropocentrismo. Quando nós nos remetemos a esse tipo de projeto, a esse tipo de iniciativa, penso que a gente está caminhando no sentido de uma ética mais ampla, de uma ética que enxergue todos os seres vivos como tendo direito à vida, uma vida em condições adequadas, a serem bem tratados. E penso que a gente precisa avançar bastante, pelos motivos já expostos, pelos dados que a gente já conhece.

Então desejo sucesso a essa iniciativa e estamos à disposição, enquanto Ministério de Educação e Coordenação Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e a Sustentabilidade, para contribuir nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prof. Alexandre, obrigada, obrigada mesmo. Eu vou já informar que eu vou acioná-lo mais vezes, eu vou conversar pessoalmente, eu vou bater na sua porta para a gente conversar.

Quando o Senador Wellington fez a proposta, ele trouxe como base uma campanha que estava acontecendo nas redes sociais, exatamente no Dezembro Verde. E claro que ele está aberto para a gente ver a mudança do mês, se for junho. E o senhor trouxe uma coisa muito interessante: qual é o melhor mês para a gente trabalhar uma campanha dessa na escola. Eu acredito que a gente não pode deixar a escola fora de um assunto tão importante como esse.

O senhor trouxe aí a questão dos animais silvestres, o tráfico de animais silvestres.

O senhor trouxe aí a questão dos animais silvestres, o tráfico de animais silvestres. Eu entendo que um dos maiores enfrentamentos que nós vamos ter que ter nos próximos anos vai ser o enfrentamento ao tráfico de animais silvestres. E lá na escola, a gente pode ter muita resposta, porque é o menino que quer um peixinho diferente, é o menino que quer um passarinho mais colorido. Então a gente trabalhar essa conscientização na escola, eu creio que é um avanço no enfrentamento ao tráfico de animais silvestres.

Vamos ouvi-lo mais, vamos trazer mais pessoas para esta discussão, trazer outros movimentos também para a discussão. Mas eu queria aproveitar que o nosso querido Marcos continua *online*. Dr. Marcos, eu vou ler as quatro perguntas que já chegaram direcionadas ao senhor. O senhor não precisa responder. Eu queria pedir permissão à Valéria para fazer essa interação agora com o Sr. Marcos, porque ele continua *online*. Se não quiser responder, pode mandar por e-mail, nós vamos mandar por escrito. Mas é que as pessoas estão acompanhando. Já que o senhor conseguiu ficar mais um pouquinho..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Agnelo Souza, do Paraná, pergunta o seguinte: "Quais as medidas serão realizadas para retirar cães e gatos das ruas?"

Emanuel Cândido, do Ceará, pergunta: "Por que as campanhas de castração de animais errantes ainda são tão escassas [no país]?"

Bianca Aparecida, lá de São Paulo, pergunta: "Existe uma proposta para aumentar a rede de apoio para animais que são abandonados por questões de saúde, deficiência ou idade?" Interessante essa pergunta.

E Vargas Aline, lá do Rio de Janeiro, pergunta: "Haverá alguma iniciativa federal para, junto aos estados e municípios, promover campanhas de microchipagem gratuita?"

O senhor se sente à vontade de responder a uma das quatro agora, Sr. Marcos?

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, existem diversas iniciativas sendo promovidas, inclusive com apoio do Senado Brasileiro, da Câmara dos Deputados, com emendas parlamentares destinadas à aquisição do que se chama de "castramóvel". São unidades móveis que as prefeituras municipais recebem para fazer a castração e os devidos tratos de vacinas com animais de ruas.

Existem diversas outras iniciativas, que a Dra. Vanessa, Diretora do Departamento de Proteção Animal, poderá conversar e dialogar com vocês sobre como é que elas estão sendo implementadas.

Certamente há falta de recursos, então vai ser importante o nosso diálogo com o Senado, com a Câmara dos Deputados, para pensar em recursos para campanhas. Eu sei que a Vanessa está preparando uma campanha de mídia, mas ela estava buscando recursos financeiros para viabilizar essa campanha.

Então todas as sugestões que estão sendo colocadas aqui são muito bem-vindas. Nós ficaremos à disposição, no Ministério do Meio Ambiente, para continuar dialogando e vendo como somar esforços.

Eu sei que a antiga WSPA (Sociedade Mundial de Proteção aos Animais) também tem feito campanhas e atuado nesse sentido de envolvimento das pessoas com a proteção, desde os animais abandonados nas ruas, até os animais silvestres e os animais submetidos a maus tratos.

Como o Alexandre enfatizou aqui, faz parte desse processo de proteção aos animais o próprio questionamento dos nossos

processo de proteção aos animais o próprio questionamento dos nossos modos alimentares. O próprio consumo contumaz de proteína animal, que se tornou um mito... Eu sempre conto o exemplo de que meus pais consideravam melhorar de vida ter carne todo dia, no almoço e na janta, nas refeições. E, à medida que o povo brasileiro foi tendo acesso à carne em todas as refeições, foi emergindo a compreensão de que não é necessariamente bom para a saúde o consumo tão grande de carne e de que existem outras fontes de proteínas que podem ser acessadas com a diversificação da nossa cultura alimentar. E também que é essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura de consumo exacerbado de carne que tem nos levado a consumir cada vez mais espaços de áreas nativas com pastagens e com a necessidade de produção a qualquer custo e com baixa produtividade na agricultura, na pecuária, etc.

Então, é um conjunto de questões interligadas sobre que um projeto de lei como esse precisa se debruçar para visualizar desde mudanças culturais, mudanças comportamentais, até mudanças de legislação para evitar os maus-tratos aos animais e mudanças que foquem nesses animais mais próximos do dia a dia da cidadania, esses animais de estimação. Inclusive com essa perspectiva. Eu perdi recentemente um cachorro que teve uma paralisia nas pernas detrás. Felizmente, eu tinha uma condição econômica que permitiu dar toda a assistência a esse animal, mas muitas pessoas não têm e aí a única solução que as pessoas visualizam é soltar o animal, largá-lo em qualquer lugar.

Então, é necessário que o Estado brasileiro também tenha condições de dar assistência a esses animais de estimação.

Então, é complexa a questão, mas eu agradeço as perguntas e reafirmo a nossa disposição para continuar nesse diálogo, especialmente com o envolvimento do Departamento de Proteção ao Animal e das associações não governamentais, que têm feito muito por essa causa. A gente pode dizer que graças a essas associações da sociedade civil, essas organizações não governamentais, é que nós não temos tido epidemias, verdadeiras crises, porque as doenças nesses animais largados nas ruas podem pular para a espécie humana. E em muitos casos pulam. E elas se proliferam com outros animais.

Então, é necessário, sim, muito cuidado com essa vida animal.

Bom, eu não vou prolongar muito a resposta, mas é isso que eu posso trazer agora neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Marcos.

Muito obrigada, inclusive por ter ficado mais um pouquinho para responder às perguntas.

Para quem está começando a assistir a gente a partir de agora e não está entendendo nada, deixem-me explicar. É uma audiência pública para a gente discutir o Projeto de Lei 6.409, de 2019, que institui, em âmbito nacional, o mês de Dezembro Verde, dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais.

E nós vamos ter agora mais uma convidada que vai falar.

Valéria, eu vou explicar, e aí eu já explico para todo mundo. Tem gente perguntando aqui: por que a Comissão de Educação está discutindo isso? Por que está na Comissão de Educação?

O Regimento interno do Senado diz que: "Datas comemorativas O Regimento interno do Senado diz que datas comemorativas... Nenhuma lei que verse sobre datas comemorativas, um mês comemorativo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser aprovada sem ouvir os segmentos envolvidos e é esta Comissão de Educação que discute. E é a única Comissão do Senado que vai discutir. Encerra aqui, é aprovado ou não nesta Comissão e depois segue para a Câmara dos Deputados. Então, é na Comissão de Educação que se fazem as discussões sobre instituições de datas comemorativas.

Nesse sentido, Valéria, nós queremos te ouvir. A gente prospera com o projeto de lei, a ideia é boa. Aí quero lembrar, Valéria, que quando um Senador entra com uma proposta dessa, com certeza alguém trouxe para ele também a sugestão. Mais de 60% das propostas que nós apresentamos como Parlamentares não nascem tão somente dentro de um gabinete. Grupos nos procuram, nos trazem dados, nos trazem informações. Com certeza foi assim com o nosso autor que está chegando aqui no auditório agora, no Plenário. Foi desta forma que ele construiu essa proposta. Então, nós vamos te ouvir, Valéria.

O nosso autor chegou. Nós vamos te ouvir sobre a instituição do Dezembro Verde como mês dedicado a ações educativas e reflexão sobre o abandono de animais.

Senador, o senhor consegue ficar dez minutos ou precisa sair? Então, ele vai te ouvir e depois ele faz a intervenção dele.

Bem-vinda, Valéria, e obrigada pela participação.

A SRA. VALÉRIA SOKAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, agradeço o convite. É muito bem-vinda essa iniciativa, Senador, porque realmente a gente precisa de conscientização nacional não só sobre o abandono aos animais, mas, como disse o Dr. Marcos, à vida dos outros seres além do ser humano. Então, não só maus-tratos, mas a conscientização sobre o respeito, cuidados e tudo aquilo que é necessário para que eles vivam em harmonia conosco. Nós precisamos viver em harmonia com eles, além do que o Dr. Marcos e o Sr. Alexandre falaram sobre os nossos hábitos alimentares e sobre a legislação com respeito aos animais de produção. Com certeza, esse é um mês muito bem-vindo e é muito importante.

Primeiro, eu gostaria de começar apresentando quem é a ProAnima, a Associação Protetora dos Animais do Distrito Federal. Ela foi fundada em 2003, o trabalho é totalmente voluntário. Nós não recebemos dinheiro do Governo, vivemos de doação. Eventualmente a gente recebe do Ministério aquelas verbas alternativas e o dinheiro nunca vem direto para a associação, o dinheiro vai para o fornecedor da mercadoria, que nos é consultado, que é o necessário, ou para o prestador de serviço, que geralmente é uma clínica veterinária e geralmente utilizamos isso para a castração de animais.

Eu gostaria de mostrar para vocês o nosso dia a dia de ONG, o que é a nossa caixa postal diária. Então, vou compartilhar a tela sobre alguns casos e esses casos são os que eu peguei do que está na caixa agora. (*Pausa.*) Vamos lá.

Chegam diariamente pedidos de ajuda de animais, animais que estão nas ruas. Esse é um caso de animais comunitários do Riacho Fundo. Tem um grupo que cuida deles, oferece casinhas para eles, botam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comida, improvisam alguma maneira de eles se abrigarem da chuva, do frio. Felizmente agora está muito calor. Então a reclamação que nós recebemos é a seguinte: o pessoal tenta ajudar esses animais e o que acontece? As pessoas utilizam esse espaço para abandonar mais animais. As pessoas não têm condições. Não existe uma... Existem do Ibram, aqui em Brasília, castrações, mas são castrações para animais domiciliados, não tem uma política de castração de animais de rua. Então isso depende de um grupo juntar uma quantidade de animais de rua, abrigá-los para fazer um projeto e aí eles vão lá verificar que existem esses cães. Em um cão de rua é difícil fazer isso. Então imagine a dificuldade que é da gente ajudar esse pessoal, porque é pouca verba, a gente não tem quase verba, são muitos pedidos. Então, uma campanha de conscientização sobre a guarda responsável de animais é mais do que necessária.

Sobre o fato de ser dezembro, eu não achei a ideia ruim não, eu achei boa, porque dezembro é mês de Natal e muita gente acha que animal é presente. Animal não é presente, animal é responsabilidade. Então muitos animais, muitas pessoas dão um animalzinho de presente e amanhã ou depois ele deixa de ser novidade, é abandonado, é largado, é ignorado. Então é muito importante. Eu não achei ruim.

Gostei também do que o Sr. Marcos falou sobre as cores, essa diversidade, porque não são só cães e gatos, mas todos os animais da natureza que precisam do nosso respeito e da nossa atenção. Olha só a quantidade de pedidos que a gente recebe, de pessoas que têm animais e não têm condições de castrar. Os animais procriam, é uma ninhada atrás de outra e as pessoas não sabem como fazer, se enchem de animais. Há aquelas pessoas que acumulam animais, mas não acumulam porque "ah, eu quero acumular". Não, elas veem um animal maltratado, ficam com pena, levam para casa, não conseguem virar o rosto e acabam acumulando, acabam se afundando em dívidas e depressão. Então, vocês veem no jornal que... Recentemente, no Gama, duas senhoras de oitenta e poucos anos que têm noventa e tantos gatos dentro de casa e têm gatos que vivem em gaiola, nasceram em gaiola, vivem em gaiola até agora. Então é uma situação realmente... Uma campanha de educação é extremamente necessária.

Olha só mais um exemplo. São animais nas paradas de ônibus. Recentemente agora a gente começou a participar de um grupo de animais que estão lá no Setor de Abastecimento. São hordas de 20 animais que vão parar nos quartéis, e aí o Comando Militar do Planalto quer fazer alguma coisa a respeito. Não é só no Setor de Abastecimento, é no SIA, é em todo lugar. Há animais nas ruas, é só olhar para o lado. Então precisa sim de uma conscientização, precisa sim de um maior envolvimento do poder público, de meios para castrar, para que as pessoas tenham acesso à castração, e como disse o Sr. Marcos, também mais hospitais veterinários públicos, porque o preço da medicina privada, da medicina veterinária... O acesso ao pessoal de baixa renda é muito difícil. Então hospitais públicos que façam castração, campanha, castração de animais de rua, porque hoje só tem castração de animais domiciliados. Aí uma pessoa de baixa renda que tem vários cães começa a abandoná-los nas ruas. Os animais mesmo à vezes nem são abandonados, eles se perdem, porque vão procurar comida em outro lugar, porque em casa não tem comida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é só o abandono também. O abandono é maus-tratos, mas também o maltratar intencionalmente um animal com castigos, mantê-los presos, rinhas e um monte de outras coisas.

E aí vem também o papel das zoonoses. As pessoas acham que as zoonoses têm que ter um abrigo, o que não é verdade. Se criar um abrigo lá, as pessoas vão lá jogar esses animais, como se fosse um depósito. Zoonoses é prevenção de doença. Eles não têm verba para isso, mas precisa então, com urgência, desse Dezembro Verde, ou seja lá o que for, colorido, ou sei lá, outro mês. Nós precisamos educar a população para a guarda responsável. Nós começamos em 2003 e era uma novidade, pouco se ouvia falar disso. Era um trabalho árduo, poucas pessoas nos ouviam. Felizmente agora as pessoas estão despertando mais e temos que aproveitar essa onda e fazer isso.

Olha só, outros animais, além de cão e gato, as rinhas de galo que acontecem. Nesse caso aqui são 66 animais resgatados em uma rinha de galo no Paraná. Isso acontece aqui no DF, acontece no Brasil todo. Tem um outro caso horrível, deixa eu ver se aparece aqui. Não. Infelizmente saiu daqui, mas tinha um terrível de rinha de *pitbull*, rinha de cães, e que fizeram uma... A polícia interviu, desmanchou uma malinha, que fazia uma rinha de cães, que fazia um churrasco dos cães que morriam. É horrível.

Na medida em que a educação, a conscientização avançar, isso não vai ter mais lugar, se formos, se agirmos bem e com sucesso.

Então,agradeço a todos a oportunidade e desejo sucesso para esse mês de conscientização e guarda responsável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valéria, parabéns pelo seu trabalho. É emocionante. É emocionante ver os apelos das pessoas à sua instituição pedindo socorro. Sucesso ao seu trabalho. No final, depois da fala do nosso autor da lei, o Senador Wellington Fagundes, os demais expositores poderão ter mais três minutos para agradecimentos e considerações finais. Eu queria muito que no seu agradecimento, Valéria, você dissesse o endereço eletrônico de vocês, as redes sociais, o perfil, para que as pessoas acompanhem o seu trabalho.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Senadora Damares, primeiro eu quero agradecer imensamente a V. Exa. por estar disponível para esta audiência pública aqui na nossa Comissão de Educação, agradecer aos três participantes também – é extremamente importante a fala de cada um. Eu quero agradecer aqui ao Marcos Sorrentino, ao Alexandre Falcão e à Valéria, que fez aqui a exposição de forma muito brilhante.

Eu sou médico veterinário e a cor da Veterinária é verde e branca, portanto oficialmente o verde tem a ver com a esperança, com o meio ambiente também e oficialmente é a cor da Medicina Veterinária. Por isso, então a gente entendeu de ser o Dezembro Verde. Também foi colocado aqui, eu acho que pelo Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sorrentino, que o mês de dezembro é o mês das crianças ganharem presentes e não tem um melhor presente que ganhar um animal. Eu me lembro, eu quero até dizer, até com emoção, que eu fui a um leilão de animais e lá alguém arrematou um potro e ele doou esse potro ali na hora, ele falou que estava comprando aquilo ali por um valor até muito alto para o netinho dele e ele deu um conselho: olha, se você quiser um filho dócil, um filho que compreenda o que é o outro e que compreenda que sobreviver também é importante, o meio ambiente, a vida saudável, ao invés de você dar um carrinho, dar uma arma, dar qualquer outra coisa, dê um animalzinho para o seu filho que você pode ter certeza que ele vai aprender a ser uma criança que valoriza principalmente o coleguinha. E a gente vê exemplos disso muito no mundo afora, exemplos de que uma criança, quando tem um contato com a natureza, quando ele tem um contato com um animal, ele realmente descobre um mundo diferente.

Eu falo isso, Senadora Damares, porque eu sei da sua sensibilidade, do que é cuidar do ser humano, das crianças, quando a senhora fala dos indígenas, principalmente lá do meu Mato Grosso, dos xavantes, dos guerreiros xavantes, mas enfim, todas as etnias. Então é uma luta muito grande que nós temos até para o ser humano reconhecer essas minorias, reconhecer o que é um quilombola, o que é um indígena, o que é um ribeirinho, o que é a vida sofrida das pessoas. E V. Exa. tem exemplos tantos que se a gente for falar aqui a gente amanhece o dia. Por isso eu não quero aqui entrar tanto na emoção, mas eu quero falar da necessidade de aprovarmos esse projeto, porque eu penso que o mês de dezembro ele também é importante

porque eu penso que o mês de dezembro também é importante por isso. É claro que, se fosse outro mês, em que as escolas estariam abertas, facilitaria isso, mas até eu tenho defendido aqui, Senadora Damares e todos aqueles que nos assistem, que nós devíamos fazer um trabalho para que as nossas escolas tivessem os portões abertos todo o ano, principalmente nos finais de semana. Agora mesmo, quando a gente teve esses problemas sérios aí da criminalidade, da falta de segurança nas escolas, a gente viu muito os Prefeitos preocupados em aumentar o muro das escolas, em colocar aquelas concertinas, que são aqueles arames enrolados, para proteger a escola. E olhem: eu penso que a gente devia fazer o contrário, derrubar os muros ou, no máximo, colocar uma grade ou até uma proteção de vidro, cerca viva. Eu acho que as pessoas que estão passando de fora tinham que estar olhando o que está acontecendo lá na escola e até ir para dentro da escola. Por isso, eu sempre defendo que a gente tinha que fazer um programa em que, nos finais de semana, as escolas fossem da família, fossem da comunidade, porque eu penso que, quando a comunidade participa efetivamente, a transformação é muito grande.

E repito aqui: o papel da escola é educar, ensinar, o papel da família é educar... Repito aqui para não cometer o erro: o papel da escola é ensinar, o papel de educar é da família. Então, por isso, é muito importante essa relação que existe entre a família, a comunidade e a escola.

Eu quero, com isso, aqui dizer que, por isso, podemos fazer em dezembro e quem sabe até estimular que em dezembro também todas as escolas comecem ficando abertas no final de semana. Esse é um aspecto, mas não tenho essa questão absoluta de que tem que ser no mês de dezembro, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a ser o Dezembro Verde, como já tem o Junho Verde, se a gente definir, a Relatora pode, nas suas pesquisas também, talvez encontrar outra denominação. Não há problema nenhum nesse aspecto. Eu gostaria que fosse o Dezembro Verde, mas é perfeitamente possível ter essa modificação.

Em relação às outras sugestões todas, eu quero aqui dizer, Senadora, que aceito, inclusive, um substitutivo, não tenho nenhuma necessidade de que tenha que ter o carimbo pessoal. Gostaria até que fosse um substitutivo da Comissão de Educação. Nisso aí também... Acho que o importante é que a gente valorize essa questão da relação do ser humano com os animais – e aí, inclusive, ampliar categorias... Enfim, também não há nenhuma dificuldade.

A Relatora tem total, da minha parte como autor, soberania de modificar, ampliar, aperfeiçoar para que a gente possa realmente fazer com que o nosso país... E eu considero o Brasil um país rural, essa é a característica do nosso país, um país em que a gente tem que conhecer todas essas diversidades – e as regionais também. V. Exa. conhece o Brasil inteiro, tem a sensibilidade também espírita, por ser uma evangélica, de compreender.

Às vezes, as pessoas podem estar assistindo: "Mas venham cá! É importante isso?". Acho que é muito importante

Acho que é muito importante, porque, a cada dia, a gente está vendo a questão do meio ambiente, com essa situação... Olhem, no meu estado, para amanhã, está prevista a temperatura de 48 graus! Eu estive, na semana atrasada, no Pantanal mato-grossense... E, por isso, eu quero abordar um pouco isso aqui, porque é a relação do meio ambiente, da nossa biodiversidade, da vida, que tem a ver com tudo isso. Então, o nosso Pantanal mato-grossense... E eu, inclusive, peço aqui a ajuda de todos, porque, quatro anos atrás, tivemos lá uma queimada, foram 4 milhões de hectares, onde essa queimada, com a agressão que teve no meio ambiente... E o Pantanal é uma área muito jovem, a maior área alagada do mundo. O Pantanal é um patrimônio da humanidade, mas para o Brasil é extremamente importante como um todo. Então, hoje, agora, voltou a ter o problema de queimadas, com a temperatura muito alta, praticamente dizimando a nossa fauna e a nossa flora regionais. Então, o impacto ambiental é muito grande. Aí entra a questão da saúde humana. Tivemos muitos bons exemplos há quatro anos, com os voluntários. E aí eu quero fazer uma homenagem, inclusive, à Marinha do Brasil. O Governo Bolsonaro, aquela época, deu um apoio muito grande. Então, tivemos lá a presença do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, dos voluntários, do Sesc Pantanal, enfim, de todos aqueles que lá foram atender naquele momento.

É por isso que eu quero aqui agradecer, Senadora Damares, o seu empenho de estar aqui dedicando esta audiência para o aperfeiçoamento deste projeto. Eu tenho certeza de que a sua competência vai fazer com que este projeto realmente seja um avanço nessa questão tão importante que é a nossa relação com os animais, inclusive também os animais de produção. Acho que isso pode ser pensado também. E aí fica aqui a minha... A minha esposa sempre falou assim: "Olhe, você não pode comprar uma caça, porque aquilo pertence a Deus, não foi você que criou, você não pode alimentar-se daquilo que você não produziu".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo isso eu acho que é importante também e até, se for o caso, V. Exa. pode pensar nesse aperfeiçoamento. Então, eu agradeço muito, espero que a gente possa contribuir.

E aí, quando a gente está falando, não é só o Brasil, não, porque nós somos um país que temos aqui a nossa biodiversidade, temos a Amazônia, temos toda essa contribuição com o mundo... Então, neste projeto também, nós pretendemos com isso, contribuir para fazer com que essa relação seja do Brasil, mas também que possa ser exemplo para o mundo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Eu acho que agora todos vocês entenderam – os nossos convidados – o porquê da atenção especial a este projeto: a motivação do Senador é muito nobre, a intenção é muito nobre. Eu conheço o Senador há muitos anos; eu era assessora aqui nos bastidores da Câmara e do Senado e acompanhava este homem brilhante, este veterinário brilhante, este homem público tão amado pelo seu estado. Depois, eu fui Ministra, e a gente fez muita coisa. Nós andamos pelo Brasil no período de pandemia, a gente ia a lugares a que ninguém gostaria de estar indo, a gente foi alimentar muita gente nesta nação. E, quando eu vi que a autoria era sua, Senador, eu disse: "Não, eu quero ser Relatora deste projeto, nós vamos resgatá-lo". Ele é de 2019, e a gente vai, junto com todos os envolvidos com o tema, resgatar essa proposta.

resgatar essa proposta. A gente precisa, sim, falar da proteção dos animais, especialmente quando a gente viu as imagens que a Valéria trouxe aí e que arrancaram lágrimas da gente, Valéria. As imagens arrancam lágrimas.

Nós estamos indo para o final desta audiência. Nós vamos agora passar para os nossos convidados a palavra para considerações finais.

Eu estou ansiosa para ouvir o Alexandre. Alexandre, e agora? Junho, novembro, dezembro? E aí, Alexandre? Quero ouvir as suas considerações finais.

A gente vai pela ordem de fala. Eu quero passar a palavra para o Sr. Marcos Sorrentino, que conseguiu ficar até o final, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para considerações finais.

Sr. Marcos.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu fico muito feliz de ter ficado até o final, de ter ouvido a fala do Senador, porque ela nos ajuda a compreender que é na diversidade ideológica, inclusive, na diversidade de compreensões sobre as nossas relações com os seres animais e as nossas relações entre humanos que nós conseguiremos evoluir para uma pátria comprometida com o bem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar de todos, humanos e não humanos, os demais seres com os quais estamos compartilhando provisoriamente este planeta.

O convite, a provocação que a Comissão de Educação e Cultura faz a nós é um convite que pode se ampliar. Eu fico feliz de a Senadora ter sinalizado a possibilidade de trazer outras pessoas para esse diálogo, porque isso vai nos permitir pensar com mais profundidade ainda do que a provocação que o Senador já faz sobre o que é mais apropriado. É um dezembro multicolorido? É um Junho Verde? Parece-me que esse desapego que o Senador colocou em relação à sua proposta original é muito oportuno, porque não tem uma solução única. Os argumentos que ele colocou da escola aberta à sociedade, da escola aberta à comunidade, a toda família são extremamente importantes em momentos em que, muitas vezes, as pessoas defendem uma escola militarizada, uma escola fechada, uma escola que se isola da sociedade. Então, os cuidados com os animais, com a ética animal também podem ser emuladores de uma outra posição, de uma outra relação da escola com a sociedade. E, para isso aí, é avaliar se é melhor ser o Junho Verde, que é uma bela cor – e acredito que poderia fortalecer a ideia do Junho Verde já aprovada pelo Senado –, ou ter o dezembro multicolorido ou com outras cores que representem a diversidade e a perspectiva de que a educação acontece na escola, mas acontece também fora da escola. E essa educação feita na família, feita na comunidade também é muito importante, e a escola, nos estertores do seu funcionamento anual, estaria promovendo um mês aberto. Então, eu não tenho apego também a nenhuma das propostas. Acho que a gente conversando vai amadurecendo sobre qual é a melhor perspectiva.

Gosto muito... E digo que só voltei a trabalhar no Ministério do Meio Ambiente... Eu já estava aposentado na Universidade de São Paulo e aceitei o convite, porque, no dia 1º de janeiro, quando eu vi o Presidente Lula subindo a rampa do Planalto, inclusive com a diversidade, inclusive com a cachorrinha Resistência, eu falei que lá estava uma demonstração de uma nova sensibilidade da sociedade brasileira em relação à diversidade.

E este projeto do Senador é uma demonstração

E este projeto do Senador é uma demonstração a mais dessa sensibilidade e da importância de nós pararmos para pensar sobre como é que é a nossa relação com os seres. A esposa dele tendo dito o que ele nos relatou aqui é muito bonito. E a gente sabe de outros depoimentos também que demonstram essa sensibilidade com os seres animais.

Eu agradeço por esta possibilidade de participar desta audiência e renovo o nosso compromisso de estar junto no aprimoramento deste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Diretor. Obrigada por ter parado todo o seu trabalho e encontrado um cantinho aí para participar desta audiência. Muito obrigada. E lembro, Diretor, que o senhor falou da questão de orçamento. Estamos nos dias da construção do Orçamento, esta Comissão fica à sua disposição para conversar. Seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

departamento é de educação também, venha falar conosco, vamos trabalhar aí indicações para o seu departamento para gente avançar na área da educação ambiental. Muito obrigada, Diretor, muito obrigada.

Nós vamos ouvir agora o Sr. Alexandre Falcão de Araújo para as considerações finais, ele que é o Coordenador-Geral substituto de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. Como é grande o nome da sua secretaria! Professor, considerações finais.

O SR. ALEXANDRE FALCÃO DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade à Comissão do Senado.

De fato, o nome é muito grande, porque são muitas demandas, são muitas demandas sociais ligadas à educação que nós temos que cuidar.

Eu gostaria de também saudar o Senador Wellington Fagundes, é importante ouvi-lo, conhecer também a motivação de fundo, mais profunda, e dizer que também ecoa muito positivamente no ministério e em mim pessoalmente a proposta de uma escola aberta, de uma escola que aos finais de semana possa receber oficinas de artes, esportes, oficinas de educação ambiental. Que todas essas iniciativas estejam envolvidas na escola, que a comunidade participe da escola. Eu também acho que esse é um dos grandes caminhos para enfrentar a questão da violência e tantas outras questões que nós sofremos no campo da educação.

Quanto à data, Senadora Damares e demais presentes, também não tenho um apego específico, só me parece que, do ponto de vista da estrutura escolar, dezembro seria um pouco inviável, mas também acho que uma campanha educativa não se restringe à escola, ainda que seja importante. Mesmo que a gente pense no sentido de uma escola aberta, eu não sei se dezembro, quando os professores, diretores e coordenadoras pedagógicas já estão bastante cansados, seria a melhor ideia, mas eu entendo a demanda da questão das férias, do final do ano. E isso acho que é um debate que vai sendo aprimorado.

Muito importante... A Senadora Damares reiterou também a questão do tráfico de animais silvestres. Também quero parabenizar a Valéria pelo trabalho superimportante da sua instituição, assim como o do rol de instituições que trabalham nessa área. E há a questão também das rinhas de animais, muito bem lembrada, crítica essa situação.

E aí, retomando a temática de meio ambiente mais ampla, como o Senador Wellington falou, nós estamos vivendo os efeitos de eventos climáticos extremos e, muito provavelmente, em grande medida, oriundos da mudança do clima. É muito importante a gente manter, me parece, essa pauta da proteção animal e dos direitos animais conectada com a questão ambiental mais ampla, porque, na medida em que a gente tem grandes queimadas, grandes secas, isso impacta diretamente não só nós seres humanos, mas toda a diversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só nós seres humanos, mas toda a diversidade, não é?

Eu vivi por uma década em Rondônia; então, presenciei, já há muito tempo, o efeito das queimadas, principalmente no período da seca, e a quantidade de animais silvestres que morrem nesse período e que a gente vê à beira das estradas. É uma situação muito crítica isso. Infelizmente, se a gente não cuidar dos nossos padrões de consumo e produção, isso tende a aumentar.

Então, reitero a importância de que, independentemente de qual mês escolhamos e qual cor escolhamos, essa pauta continue conectada e que possamos ter mais, sim, investimento na área de educação ambiental para que todas as campanhas cheguem a todos os públicos que são necessários.

Mais uma vez agradeço.

Estamos à disposição como Ministério da Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prof. Alexandre. Obrigada, Coordenador. Obrigada mesmo pela sua participação.

Nós vamos aí te buscar e venha buscar dinheiro do Orçamento da União. Não esqueça, venha falar com a gente.

Nós vamos encerrando agora com a última participação da Sra. Valéria Sokal – eu acho que eu estou pronunciando certo, não é, Valéria? –, Diretora-Geral da Associação Protetora dos Animais (ProAnima).

Ela, inclusive, vai agora citar o endereço das redes sociais em que a gente pode acompanhar o trabalho dela.

Valéria, suas considerações finais.

A SRA. VALÉRIA SOKAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, eu só queria rapidamente esclarecer uma coisa que eu havia dito na pressa. Animal não é presente; quer dizer, animal não é brinquedo que se dê como presente. Animal é uma responsabilidade por toda a vida do animal.

Eu digo isso, porque a gente recebe muitos casos de animais que foram dados como presente e depois não queriam mais. Inclusive, houve o caso de um animal que a gente tinha doado e o animal estava com dez... Aliás, não tínhamos sido nós, outra ONG doou e eles acharam que fôssemos nós. O animal estava com dez anos e, na ocasião, era um menino que ganhou de presente, porque adorava cão. Aí depois, o menino entrou para faculdade, começou a não ter tempo e os pais quiseram, depois de dez anos, devolver o cão. É muito triste, não é? Então, por esse e por outros casos que a gente vê, animal não é brinquedo. Sempre lembro isso e lembro que lugar da vida selvagem é no meio em que ela vive e não se deve tentar trazer para o nosso meio e deslocá-la do meio onde ela vive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa maravilhosa, vamos melhorando isso, avançando. Contem conosco naquilo que a gente pode, porque, no nosso trabalho, como disse todo mundo que está aqui, nós somos voluntários e é o nosso tempo que sobra que a gente dedica para a causa animal.

Obrigada a todos.

Agora eu vou botar aqui o nosso... Não tem mais. Então, vamos lá, o nosso site é www.proanima.org.br; Facebook, ProAnima; Instagram, Proanima.

Nós não temos abrigo, nós não recolhemos animais. Os nossos recursos são poucos, procuramos ajudar à medida que a gente pode. Está bem?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Valéria. Muito obrigada.

Nós já estamos encerrando. Eu só vou fazer três comentários da participação de mais internautas:

Cláudia Ott, lá do Paraná, diz o seguinte: "[Esse] é um problema social, toda a sociedade deve ser envolvida, mas os governos precisam ter programas que promovam esse envolvimento".

Girlane Azevedo, da Bahia, comenta o seguinte: "Não adianta [existirem] tantas leis e essas leis não serem cumpridas com rigor [Concordo, Girlane]. Animais precisam de delegacias de proteção animal e combater aos maus-tratos".

E Bella, lá de Minas Gerais, diz o seguinte: "Excelente iniciativa. [...] [Sugiro], caso não esteja no planejamento, que as prefeituras façam parcerias com [...] [instituições] e protetores".

Obrigada a todos os internautas que estão nos acompanhando e estão participando.

O Senador Wellington quer fazer as considerações finais e, depois, a gente já vai para o encerramento desta audiência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Mais uma vez eu agradeço a todos que participaram, mesmo presentes ou virtualmente, àqueles que assistiram e que puderam colaborar. Vocês podem, inclusive, através do e-Cidadania, mandar sugestões aqui para a Comissão, para os nossos gabinetes para que a gente possa, então, trabalhar o aperfeiçoamento desse projeto.

É importante dizer que, quando a gente aprova, como no caso aqui, um projeto de lei, também é para instrumentalizar o poder público, as prefeituras, os governos dos estados, o Governo Federal a ter como fazer o trabalho voltado para o objetivo da lei. Nesse caso aqui, é muito claro que o nosso objetivo é exatamente instituir, em âmbito nacional, esse mês referência que será dedicado às ações educativas e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reflexão sobre o abandono de animais. Aí as escolas poderão ter oficialmente esse instrumento, cada um poderá tomar a sua iniciativa e, claro, fazer as suas ações.

Eu quero dizer que estou acabando de receber também a mensagem aqui do Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, e também da primeira mulher do Conselho Federal de Medicina Veterinária do Brasil, que existe há décadas e é quase centenário, que tomará posse, agora no mês de novembro, como Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que é a Dra. Ana Elisa Almeida. Ela é a atual Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária e foi eleita. É uma baiana, uma mulher arretada. E junto com a Damares, eu acho que nós vamos fazer um grande trabalho aqui. Também cumprimento aqui o José Maria dos Santos Filho, que é o tesoureiro, e o Igor Pinto de Andrade. Claro que esse projeto também tem todo o apoio do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Essa posse acontecerá aqui, no dia 15 de dezembro – na verdade é 15 de dezembro, Senadora –, e todos estão convidados. Para quem gosta da causa animal, essa posse será aqui, num evento que vamos fazer no Senado da República, numa sessão solene, com a posse da primeira mulher no Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Na medicina veterinária, também nós estamos evoluindo para não sermos tão machistas, viu, Senadora? É um trabalho que a gente está fazendo, porque também a maioria dos médicos veterinários é homem, mas há muitas mulheres competentíssimas, inclusive da minha turma também, a quem aqui eu quero fazer uma homenagem em nome da Dra. Cleusa Alves Theodoro, que é professora titular da área de Anatomia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e que fez aniversário nesta semana. É minha colega, foi a minha secretária da comissão de formatura e uma pessoa extremamente competente. Nós fizemos agora uma festa de 40 anos de formados, enfim, sempre muito organizada pela Cleusa.

Eu quero, Senadora, terminar e fazer uma homenagem, aqui neste evento, porque é uma audiência pública. Eu não tive a oportunidade de falar isso quando apresentei o projeto, mas também isso aqui é uma homenagem póstuma à minha

Eu não tive a oportunidade de falar isso quando apresentei o projeto, mas isso aqui também é uma homenagem póstuma à minha sogra, D. Almerita, que também gostava muito de adotar os animais. Ela não podia ver algum animal sofrendo na rua. Então, em nome dela... E aqui também homenageio a minha esposa Mariane de Abreu Fagundes, porque ela seguiu a linha da mãe, entendeu? Nós tínhamos um cachorrinho que chamava Joca, porque o meu filho mais velho é João Antônio Fagundes, o mais novo. Ganhou esse animalzinho aqui em Brasília e levou de presente para minha esposa. Aí foi mais um filho, não é?

E olha, o Joca, depois de 15 anos, faleceu, morreu. Ela fez o velório para o Joca, ela ficou a noite inteira sozinha lá velando o Joca. Hoje ela tem a Pururuca e a Gucci. É impressionante, viu? Eu perdi totalmente os carinhos, que são todos dedicados à Pururuca e à Gucci. Então, Mariane, esse projeto também tem aqui muito da sua sensibilidade humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom, gente, eu acho que a gente fecha com chave de ouro. Ele falava com emoção, quem está aqui pertinho dele, tinha lágrima nos olhos dele, lembrando da D. Almerita, dos seus animais, da esposa. Parabéns, Senador, parabéns!

E eu quero aproveitar e cumprimentar a nova Presidente do conselho, vou estar lá, dia 15, para abraçá-la pessoalmente.

E aqui a gente encerra, eu quero agradecer à Secretaria, esses meninos valorosos; ao pessoal da técnica e às nossas intérpretes de libras. Muito obrigada, a gente deu um passo bem importante hoje para colocar em evidência essa pauta.

Prof. Alexandre, Prof. Marcos e Valéria, mais que a discussão de um projeto, é a gente passar este momento aqui – nós estamos ao vivo, tem muita gente nos assistindo –, é colocar a pauta em evidência. E mais audiências que acontecerem, mais evidência a gente vai dar para a pauta.

E os internautas, quem estiver nos acompanhando, conheça o projeto de lei. É o Projeto de Lei 6.404, de 2019. Entre no *site* do Senado, vá lá, leia o projeto, mande sugestões para a gente aprimorar, para a gente melhorar.

Eu agradeço. Agradeço a todos os membros da Comissão e ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns.

Nada mais tendo a tratar, agradecendo a presença de todos, nós declaramos encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 86ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 58ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 83ª, da 84ª e da 85ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLDO 2024 e ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO (PLN 4/2023-CN) – que *"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências*" e ao Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA (PLN 29/2023-CN) – que *"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024"*. Relator: Senador Esperidião Amin. **Resultado: Emendas ao PLDO -** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Educação e Cultura, das seguintes emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2024: 11 emendas de texto propostas, cujos números são: 1, 2, 37, 39, 44, 66, 68, 74, 90, 91 e 97, restando rejeitadas as emendas 59, 60, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 80, 82 e 83; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, pelo maior valor proposto para as metas: **Emenda nº 1** – "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (propostas de emenda número: 16, 20, 32, 41, 51, 56, 78 e 84), no valor de 600.000; **Emenda nº 2** – "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica" (propostas de emenda número: 6, 13, 33, 42, 52, 55, 77 e 85), no valor de 100.000; e **Emenda nº 3** – "21B4 – Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica" (propostas de emenda número: 75, 81, 86, 88, 89 e 98), no valor de 10.000. As Emendas 4 a 14 ficam assim dispostas: **Emenda nº 4** - aditiva - Anexo III; **Emenda nº 5** – aditiva - Anexo III; **Emenda nº 6** – modificativa - Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I; **Emenda nº 7** – aditiva - Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XIV; **Emenda nº 8** – modificativa - Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XII; **Emenda nº 9** – aditiva - Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art 87, Inciso I, Alínea b; **Emenda nº 10** – aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 26; **Emenda nº 11** – aditiva - Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 88, Inciso I, Alínea c; **Emenda nº 12** - aditiva - Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 88, Inciso I, Alínea c; **Emenda nº 13** – aditiva - Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 88, Inciso I, Alínea c; e **Emenda nº 14** – aditiva - Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 88, Inciso I, Alínea c. **Emendas ao PLOA –**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a apresentação, pela Comissão de Educação e Cultura, das seguintes emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA 2024: **Emendas de apropriação: Emenda nº 1** - R$ 250 milhões para a ação "0509 -Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação (propostas de emenda número: 5, 13, 15, 22, 25, 45, 47, 51, 54, 59, 70); **Emenda nº 2** – R$ 500 milhões para a ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação (propostas de emenda número: 4, 11, 21, 26, 27, 35, 41, 44, 56, 62); **Emenda nº 3** – R$ 600 milhões para a ação "20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF", na unidade orçamentária 26443 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (propostas de emenda número: 1, 33, 40, 57, 60, 65); e **Emenda nº4** – R$ 100 milhões para a ação "20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural", na unidade orçamentária 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (propostas de emenda número: 8 e 53); **Emendas de Texto ao Projeto:** 1 (uma) emenda de texto (proposta de emenda número 42), renumerada para **Emenda nº 5 –** aditiva – Anexo V. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 87ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 102/2023 - CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e PL 3483/2023, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o PL 3483/2023, que "inclui, no calendário oficial de datas comemorativas da República Federativa do Brasil, Rosh Hashaná, o primeiro dia do Ano Novo, e Yom Kipur, o Dia do Perdão, a serem comemorados anualmente na data definida pelo calendário judaico, e Eid al-Fitr, o fim do Ramadã, a ser comemorado anualmente na data definida pelo calendário islâmico". **Participantes:** Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural; Sr. Luiz Kignel, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) e Conselheiro da União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES); Sr. Atilla Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico e de Diálogo Inter-religioso e Intercultural; Sheikh Mohamad Al Bukai, Imam da Mesquita Brasil; e Rabino David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaacov da Congregação e Beneficência Sefaradi Paulista. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 87ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 17 de novembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3.483, de 2023, que inclui, no calendário oficial de datas comemorativas da República Federativa do Brasil, o Rosh Hashaná, o primeiro dia do Ano-Novo, e o Yom Kippur, o Dia do Perdão, a serem comemorados anualmente na data definida pelo calendário judaico, e o Eid al-Fitr, o fim do Ramadã, a ser comemorado anualmente na data definida pelo calendário islâmico, em atenção ao Requerimento nº 102, de 2023, da Comissão de Educação, requerimento da minha autoria.

Participam de forma remota os seguintes convidados: o Sr. Luiz Kignel, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e Conselheiro da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes); o Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural; o Sr. Attila Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico e de Diálogo Inter-religioso e Intercultural; o Sheikh Mohamad Al Bukai, Imã da Mesquita Brasil; e o Rabino David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaacov da Congregação e Beneficência Sefardi Paulista.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Novamente, pelo portal do Senado senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até oito minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu gostaria de, primeiro, agradecer a presença de todos aqui diretamente conosco, assim como aqueles que nos acompanham através das redes do Senado ou da TV Senado. Também quero agradecer a cada um dos nossos convidados, que eu já vejo ali de forma remota, todos eles já em posição. Muito obrigado pela disposição de participar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto de lei eu apresentei no dia 10 de julho de 2023. É um projeto de lei que... Quem me conhece sabe, eu sou católico e eu tenho uma alegria muito grande de poder ter a liberdade de expressar a minha religião aqui no meu país. O Brasil é um país que tem como parte da democracia a liberdade religiosa e a possibilidade de nós termos muitas religiões, uma diversidade cultural e religiosa no país que é extremamente importante.

Então, esse projeto de lei foi apresentado no dia 10 de julho com a seguinte justificativa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados no Censo de 2010, havia naquele ano quase 110 mil judeus no Brasil, a segunda maior comunidade judaica da América Latina – menor apenas que a da Argentina – e a 11ª no mundo.

Para os judeus, Rosh Hashaná e Yom Kippur são as grandes festas, uma delicada mistura de júbilo e solenidade, festejos e jejum, prece e inspiração.

Rosh Hashaná é a "cabeça do ano", o início do Ano-Novo judaico. O feriado de dois dias é celebrado com orações, refeições festivas e alegres toques do chofar, uma trompa cujo som se acredita ser um chamado ao arrependimento do pecado. Neste ano de 2023, o Ano-Novo judaico de 5.784 se iniciará ao pôr do sol do dia 15 de setembro – ou se iniciou no pôr do sol do dia 15 de setembro – e seguiu até o anoitecer do domingo, 17 de setembro, em observância ao calendário hebreu lunissolar.

Rosh Hashaná é uma chance não apenas de celebrar e olhar para a frente, mas de considerar o passado e rever o relacionamento com Deus. Também marca o primeiro dia de um período conhecido como os Dez Dias de Temor ou Dias de Arrependimento, durante o qual as ações de uma pessoa são consideradas capazes de influenciar tanto o julgamento de Deus quanto o plano de Deus para essa pessoa.

Esse período sagrado culmina com o Yom Kippur, dez dias depois, um tempo de expiação, de perdão, considerado o dia mais sagrado do ano. Por quase 26 horas, neste ano, do crepúsculo do dia 24 de setembro, domingo, até o pôr do sol do dia 26, terça-feira, o último dos dias sagrados judaicos no ano oferece a oportunidade para se mudar o destino por meio da oração, arrependimento e caridade.

Em outra toada, embora a presença do Islã no Brasil, segundo alguns autores, date do descobrimento do Brasil, evidências mais consistentes surgiram apenas a partir das imigrações sírias e libanesas e, em menor número, de imigrantes vindos da Palestina, Paquistão e alguns países africanos, entre outros.

Segundo o Censo de 2010, o número total de muçulmanos no Brasil era de pouco mais de 35 mil pessoas, perfazendo um subtotal de 0,02% do total da população residente no país. Apesar de ainda representar um número pequeno, a comunidade cresceu 29,1% entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o crescimento da população brasileira, no mesmo período, foi de 12,3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ramadã é o mês mais sagrado da cultura islâmica. Todos os anos, muçulmanos do mundo inteiro esperam pelo avistamento da lua crescente que estabelece o primeiro dia oficial do Ramadã, o nono mês do calendário islâmico, e marca o início desse momento de piedade e autorreflexão para os muçulmanos.

O início do Ramadã varia a cada ano porque o calendário lunar islâmico segue as fases da lua. O início e o fim do Ramadã são definidos por uma comissão de avistamentos lunares na Arábia Saudita. O mês sagrado começa no dia seguinte ao avistamento da lua crescente, que nem sempre está acessível, pois sua aparição é bem sutil e dura apenas cerca de 20 minutos. Se a lua não fica visível a olho nu, devido à neblina ou às nuvens, são realizados cálculos lunares para prever se ela está no céu.

Durante o Ramadã, os muçulmanos têm como objetivo crescer espiritualmente e fortalecer a comunhão com Alá. Para isso, ao longo do mês, os fiéis jejuam, praticam oração e recitação do Alcorão, ações conscientes e altruístas, e renunciam a qualquer tipo de difamações, mentiras ou discórdias.

Após o último dia do Ramadã, os muçulmanos celebram seu fim com o Eid al-Fitr, que é a celebração do fim do jejum, que começa com orações comunitárias ao amanhecer. Ao longo dos três dias de festa, os participantes se reúnem para orar, comer, trocar presentes e prestar homenagem aos parentes falecidos. No ano corrente, espera-se que o Eid al-Fitr seja celebrado na sexta-feira, dia 21, ou no sábado, dia 22 de abril.

Assim, em reconhecimento à importância mundial das comemorações, o Rosh Hashaná, Yom Kippur e El al-Fitr, de alta significação para as comunidades, as quais tiveram inquestionável participação no processo civilizatório nacional, espero contar com o apoio de todos para a aprovação desse projeto de lei.

E esta sessão de audiência pública é parte das atividades legislativas para que esse projeto de lei seja aprovado.

Vamos, então, às nossas exposições.

A quem acredita nas devidas... Com todas as nossas religiões no Brasil, nós acreditamos num ser maior que quis que esses fatos convergissem para que esta nossa audiência acontecesse hoje. E, quando nós fizemos a proposição, não havia ainda nenhum conflito no Oriente Médio, mas quis o nosso Deus que acontecesse durante este momento, que eu acredito ser, inclusive, bastante propício, tendo em vista a necessidade de paz que nós temos. E o nosso país é um país que traz isso, traz a liberdade de religião, traz a paz dentro do seu espírito, de cada um dos nossos brasileiros, e isso é muito importante para que a gente pense sobre isso. Logicamente é uma reunião singela, mas eu vejo isso como uma pequena luz. É como acender uma vela no meio da escuridão; ela faz diferença.

Então, eu gostaria de passar a palavra a todos os nossos apresentadores agora, na sequência. A sequência, então, será: primeiro o Sr. Luiz Kignel, depois o Sr. Mustafa Goktepe, depois o Sr. Attila Kus, depois o Sheikh Mohamad Al Bukai e, depois, o Rabino David Weitman.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um dos nossos oradores terá oito minutos para fazer uso da palavra, e eu peço que controlem o tempo por lá, porque lá vocês não vão ter a indicação do tempo que nós temos aqui, mas vai haver, no final, faltando 15 segundos, uma voz feminina muito convincente que vai aparecer no áudio. Então, eu peço que observem isso aí. Está bom?

Então, neste momento, com a palavra o Sr. Luiz Kignel, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e Conselheiro da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes). O Sr. Luiz tem a palavra por oito minutos.

O SR. LUIZ KIGNEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, ilustre Senador. Obrigado pela oportunidade de estarmos aqui, hoje, compartilhando esses momentos junto ao Senado Federal.

Permita-me cumprimentar primeiro o meu Rabino, David Weitman, que é o nosso líder comunitário maior aqui na nossa comunidade judaica.

Quero cumprimentar o Mustafa Goktepe, que a gente já conhece de vários encontros inter-religiosos; nós já nos encontramos por diversas vezes, e é bom tê-lo aqui nessa tela, compartilhando ideais comuns entre nós.

Permita-me também cumprimentar o Sheikh Mohamad Al Bukai, com quem já estive pessoalmente na mesquita. Em uma visita muito cordial, recebi um Alcorão, que eu guardo junto com nosso Torá, aqui ao nosso lado, na minha casa. Foi uma das visitas mais importantes, quando eu era Presidente da federação, porque somos povos irmãos, somos povos fraternos. O senhor nos recebeu realmente, e nós nos sentimos em casa. Então, é bom rever o Sheikh, mesmo – pena – que não pessoalmente, para poder abraçá-lo e renovar os nossos contatos de estima e consideração.

O Attila Kus não conheço pessoalmente. Que a gente tenha oportunidades, tais como as que tive com o Mustafa e com o Sheikh, de poder se encontrar e poder conversar!

Eu vou deixar a parte religiosa, até por respeito e hierarquia ao meu Rabino, para ele fazer as explicações do que é o Rosh Hashaná e o Yom Kippur, para que o Senado possa acompanhar, mas eu queria registrar, enquanto, agora, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil, a importância deste momento, em que o Brasil dá mais um movimento de comprovação de que os povos podem viver em paz, podem seguir juntos, e o Brasil é um exemplo para isso.

As comunidades muçulmana e judaica convivem aqui desde os primórdios. A nau de Pedro Álvares Cabral era dirigida por um árabe – assim eu estudei, assim eu aprendi –, e assim os árabes chegaram, com a nau de Pedro Álvares Cabral, como nós também chegamos nas naus portuguesas, fugindo na época da Inquisição. Então, acho que as comunidades árabe e judaica convivem aqui, desde o descobrimento do Brasil, em solo brasileiro, e para nós é muito importante que a gente consiga trazer e torne o Brasil um exemplo de paz e de diálogo entre as comunidades. Nós conseguimos aqui nesses anos todos manter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionamento importante, e a gente tem a certeza de que assim vai se preservar. E torcemos para que, o mais brevemente possível, a paz volte a reinar no Oriente Médio.

A Comunidade Judaica do Brasil, que eu estou agora representando, é a segunda maior da América Latina, como bem disse o Senador, uma comunidade integrada aqui no Brasil. E eu queria registrar ao nosso Senador o nosso orgulho de sermos judeus e brasileiros. É uma comunidade muito integrada, muito honrada com o Brasil. Nós nos orgulhamos do país que nos acolheu nos diversos momentos da imigração judaica, parte deles ainda junto com a comunidade árabe, parte historicamente por momentos distintos, e, mais recentemente, infelizmente, pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, quando uma grande população teve que fugir da Europa nazista, não tinha para onde ir, foi o Brasil um dos portos acolhedores para os meus avós, para os avós de muitos amigos nossos, que hoje vivem aqui em paz, que exercem a sua religião, que respeitam e são respeitados.

Então, eu agradeço por esta oportunidade e vou deixar na ordem, Sr. Senador, que meu rabino depois faça as considerações do ponto de vista judaico, da importância de Rosh Hashaná e Yom Kippur.

Agradeço a atenção de todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Agradeço ao Sr. Luiz Kignel, Diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e Conselheiro da União Brasileiro Israelita do Bem Estar Social (Unibes).

Na sequência, então, eu passo a palavra ao Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural.

Sr. Mustafa, o senhor tem a palavra por oito minutos.

Obrigado.

O SR. MUSTAFA GOKTEPE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, caros amigos.

Muito obrigado, caro Senador, Astronauta Marcos Pontes. É um grande prazer estar aqui com o senhor. Agradeço pela iniciativa, pela qual eu estou muito feliz. Eu me lembro de que, em abril, a gente se conheceu pela primeira vez no Iftar do Ramadã, que nós organizamos, um Iftar inter-religioso, inclusive, na Catedral Anglicana, onde o senhor esteve com algumas outras autoridades, e também o Rabino Uri Lam estava com a gente. O senhor também convive já com essa inter-religiosidade, pelo que eu estou acompanhando. Então, meus parabéns. Essa iniciativa realmente se encaixa muito bem com a sua atuação, e agradeço muito pela iniciativa, caro Senador.

É muito bom estar com amigos já conhecidos há anos, irmãos, o Sheikh Bukai, o Sr. Atilla, o Sr. Luiz. Realmente a gente teve muitas oportunidades de estarmos juntos. Eu não conheço ainda a Rabino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Weitman, mas será um prazer conhecê-lo pessoalmente também – é um grande prazer estar neste evento junto com o senhor.

Como o caro amigo Luiz e o Senador comentaram, o Brasil realmente dá um exemplo de convivência, é um exemplo de diálogo e respeito pelo mundo. Isso é muito valioso. Portanto, essa iniciativa acaba sendo um pouco mais significativa, talvez para demonstrar ainda mais essa convivência pacífica e também promover ainda mais essa convivência, que muito é necessária hoje em dia. Dá mais um exemplo bom o Brasil.

Eu participo deste encontro como Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural, como um muçulmano comum, membro do Movimento Hizmet, inspirado no erudito Fethullah Gülen. Nós acreditamos muito no diálogo e no respeito, porque é essencial para conviver pacificamente respeitar o próximo. Isso vai acontecer apenas conhecendo o outro, conhecendo o próximo. E, com essas datas fazendo parte do calendário oficial do Brasil, imagino que se vai ajudar muito a sociedade brasileira a conhecer mais, ainda mais, essas comunidades, essas sociedades, essas culturas, essas religiões. Quanto mais nós nos conhecermos, mais próximos seremos e somos. Somos um exemplo disso. Temos uma convivência de 20 anos aqui, tenho muitos amigos que chamamos de irmãos judeus, além de irmãos muçulmanos, que em paz convivem.

Portanto, as datas são muito importantes, tanto para a comunidade judaica, que conheço – estive várias vezes nas sinagogas participando dos eventos Yom Kippur e Rosh Hashaná e conheço bem; não sei da importância, lógico, tanto quanto os senhores, mas, como significam muito para mim as minhas datas, imagino o significado e a importância dessas datas para os irmãos judeus –, como também essas datas do calendário islâmico são muito importantes para nós.

Sobre isso eu faria uma colocação: se haveria a possibilidade de ter, além de data de fim do Ramadã, que é da Eid al-Fitr, também a possibilidade de ter a Eid al-Adha, que seria a questão do sacrifício. Isso acontece mais ou menos uns dois meses e meio depois do Ramadã e marca o tempo da peregrinação a Meca, uma data muito importante para a comunidade muçulmana, que, inclusive, tem origem nos tempos do próprio Abraão, com o sacrifício que foi dado fazer de seu filho, e ele não o fez, e Deus mandou um carneiro – história praticamente comum dentro das religiões monoteístas. Talvez haja a possibilidade de ter essa data incluída também nesse projeto de lei. Portanto, são muito importantes, porque isso significa reconhecer e valorizar as comunidades existentes no Brasil.

Portanto, realmente, em meu nome e em nome da comunidade de todos os muçulmanos, eu agradeço ao Sr. Senador e parabenizo-o também pela iniciativa.

E também quero fazer, como o caro Dr. Luiz Kignel: deixar essa parte religiosa sobre as datas para os irmãos Sheikh Bukai e Atilla Kus.

Agradeço muito o convite e a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado.

É muito bom rever também o Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo intercultural.

Agora, na sequência, passo a palavra, por oito minutos, ao Sr. Atilla Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico e de Diálogo Inter-religioso e Intercultural.

Sr. Atilla, o senhor tem, por oito minutos, a palavra.

O SR. ATILLA KUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde a todas e todos.

Cumprimento o Senador Astronauta Marcos Pontes, na pessoa de quem saúdo também as Exmas. Senadoras e Senadores que compõem a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

A minha fala será mais no âmbito histórico-cultural. E deixarei, assim como o estimadíssimo Dr. Luiz Kignel fez, a parte religiosa mais para quem bem melhor fala, que é o nosso querido Sheikh Mohamad Al Bukai. É um prazer imenso estar nesta mesa, mesmo que virtualmente, com eles.

Sr. Luiz, será um prazer, claro, conhecê-lo pessoalmente e, quiçá, poder entregar uma cópia de um livro da minha autoria sobre o diálogo inter-religioso a partir da ótica islâmica.

Como afirmei, Exmo. Senador, a minha fala será mais a respeito da perspectiva islâmica, da perspectiva histórica – perdão – sobre a presença islâmica no Brasil.

A presença islâmica remonta ao período colonial brasileiro, que começa com a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil. Há quem diga que os muçulmanos, na realidade, estiveram nas Américas muito antes dos europeus também. A princípio, seriam os muçulmanos que vieram da África. Existem dados arqueológicos que falam a respeito dessa presença de outros povos anteriores aos europeus, porém o dado mais concreto é, como o Dr. Luiz muito bem colocou, a chegada dos muçulmanos, dos árabes, mouriscos – assim chamados na época –, junto com os navios portugueses, nas tripulações que acompanharam Pedro Álvares Cabral na chegada ao Brasil.

O dado talvez mais concreto que esse, caríssimo Senador, caríssimos Senadores, é a chegada dos muçulmanos africanos dentro daqueles que eram escravizados e vieram ao Brasil, tanto que temos uma história muito famosa dos malês, que marcaram a história brasileira, mesmo que através de uma revolução de algumas horas, mas que persistem como um dado histórico muito importante na cultura e na história brasileira e talvez numa luta contra a escravidão daquela época.

Mais tarde, temos a presença sírio-libanesa, também em número pequeno de outros territórios, vinda de outros países, países da África e do Oriente Médio, que começa a formular mais empiricamente, mais fortemente a presença dos muçulmanos aqui, no Brasil, a qual hoje ainda persiste. Segundo alguns estudos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenho feito, a chegada dos muçulmanos ao Brasil pode ser analisada, estudada a partir de cinco etapas ou três etapas, dependendo dos autores que a gente lê.

Hoje em dia, apesar de os dados do IBGE terem mostrado um número muito pequeno de muçulmanos, como em torno de 35 mil pessoas, acredita-se, segundo as próprias entidades islâmicas, que o número seja muito maior do que isso. Acadêmicos dessa área, que procuram entender a presença islâmica no Brasil falam de cerca de 140 mil, 150 mil muçulmanos, mas as entidades islâmicas apontam um número de 1 milhão ou acima de muçulmanos presentes no Brasil.

Além dessa presença e dessa contribuição dos muçulmanos na história e na cultura brasileira, a partir de imigrações que vieram para cá junto com os judeus, junto com os africanos, junto com os turcos, ou eles mesmos vieram como turcos – todo mundo que é árabe aqui também é turco –, por terem vindo com o passaporte do Império Otomano, tem-se também a vinda dos indianos. E, antigamente, a Índia era um território só, onde era o Paquistão e onde era Bangladesh de hoje também. Então, temos essa presença importante e essa contribuição importante na história brasileira, na diversidade cultural e religiosa brasileira, que vem desde muito cedo na história do Brasil.

Assim como os muçulmanos – e só para finalizar... Os muçulmanos são um, talvez, senão o maior – com certeza não é o maior... O mundo islâmico é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil. O Brasil é o maior produtor e exportador de carne *halal* ou de produtos *halal*, aves, carne e outros alimentos que os muçulmanos podem consumir, que seguem os princípios islâmicos. Assim como no judaísmo nós temos o *kosher*, o *kashrut*, então, o Brasil é o maior produtor de alguns desses alimentos e um dos maiores de outros. Então, existe uma parceria e uma conexão entre o Brasil e os muçulmanos, tanto historicamente quanto na atualidade também, a partir de uma perspectiva social e econômica também.

Eu agradeço mais uma vez o convite e parabenizo o Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa. É uma grande homenagem a nós, muçulmanos, a nossos irmãos judeus e um reconhecimento de contribuições dessas duas comunidades ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Sr. Attila Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico de Diálogo Inter-religioso e Intercultural.

Na sequência, eu passo a palavra ao Sheik Mohamad Al Bukai, Iman da Mesquita Brasil.

Sheik, o senhor tem oito minutos para a palavra.

Obrigado.

O SR. MOHAMAD AL BUKAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Astronauta, eu agradeço muito esse convite e parabenizo pelo projeto de lei que realmente me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou e deixou toda a comunidade islâmica muito feliz, muito animada. Quero cumprimentar também todos os nossos irmãos que estão aqui presentes nesta audiência.

Vou falar um pouco sobre a importância, na verdade, dessa data para todos os muçulmanos.

Trago também todas as saudações da nossa comunidade islâmica em São Paulo, que é a maior comunidade islâmica que está aqui no Brasil, e da Mesquita Brasil, que também é a primeira mesquita da América Latina. Então, eu quero trazer saudações de toda a comunidade para os senhores que estão aqui presentes.

E para a nossa data do fim do Ramadã, que é uma data muito abençoada, muito importante para todos os muçulmanos em todos os lugares no mundo.

O Ramadã é o nono mês do calendário lunar, que tem, na verdade, duas datas ou dois eventos importantes que aconteceram e deixaram esse mês muito importante para os muçulmanos.

O primeiro evento, o terceiro pilar dos pilares da prática islâmica, que é o jejum, é feito nesse mês sagrado. Então, o jejum, que é o terceiro pilar, é feito nesse mês. O jejum é uma prática, um curso espiritual, todo ano, que traz para o muçulmano uma reflexão e aumenta nele a força de vontade. Então, traz uma lição muito grande para todos os muçulmanos, quando deixam a comida a partir da madrugada até o pôr do sol. O muçulmano fica privado de qualquer comida, bebida, qualquer coisa que pode ser ingerida ou relação íntima. Fica o dia inteiro sem comida e, no final da tarde, depois do pôr do sol, também volta tudo a ser liberado. Mas fica assim durante um mês inteiro.

Então, para nós, esse curso, um curso espiritual, é uma prática que ajuda muito o muçulmano a ter uma força de vontade para dizer não para os seus desejos e abre espaço para a parte espiritual vencer a parte material, que são as necessidades do seu corpo.

Por isso, no final do mês do Ramadã, tem uma festa, tem uma grande vitória. Por isso que o dia da quebra do jejum, o Eid al-Fitr, é um dia de muita importância, porque representa para o muçulmano essa vitória. Ele teve uma grande vitória contra si mesmo, contra as suas necessidades. Ele consegue dizer não para as coisas lícitas. Agora, no mês do Ramadã, ele consegue também dizer não quando aparece alguma coisa ilícita.

Então, é um curso anual por que os muçulmanos passam e fazem jejum e têm essa habilidade, que é muito importante. E finaliza com esse dia, que é o dia da quebra do jejum, que praticamente, como eu falei, é um dia da vitória.

Mas tem um outro evento também que deixou esse mês muito importante que é a revelação do Alcorão. O primeiro versículo do Alcorão Sagrado começou a ser revelado no mês do Ramadã. Então, representa para nós o início da religião. O Alcorão, para nós, é uma constituição que finalizou as mensagens divinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o início da revelação é muito importante para todo muçulmano. A fonte é uma palavra divina que representa essa ligação entre o céu e a terra. Por isso, também para nós é muito importante – eu quero também confirmar aquilo que o irmão Mustafa falou.

Podemos incluir também a segunda data mais importante do nosso calendário islâmico, que é a data do fim da peregrinação, mas também que marca o último versículo que foi revelado do Alcorão. Então, o início foi no Ramadã e o final do Alcorão foi na segunda data. São duas datas, na verdade, que representam esses dias mais importantes para o muçulmano aqui no Brasil e em todos os lugares no mundo.

Mas eu quero também deixar bem clara essa dimensão. Além de serem datas religiosas, esse projeto de lei tem uma dimensão muito humanizada, porque a gente sabe o quanto a religião e a fé fazem parte da vida do ser humano. Então, quando nós respeitamos, como a gente sabe e os senhores sabem, a liberdade religiosa, que é um direito garantido, assegurado na Constituição brasileira, com certeza, um projeto de lei como esse, para deixar essas datas inclusas no calendário das datas comemorativas do Brasil, traz mais esse patriotismo para todos os cidadãos muçulmanos que moram aqui no Brasil. Eu tenho contato todos os anos com os muçulmanos. Eles têm dificuldade de participar, por causa do trabalho, por causa das atividades. Eles têm muita dificuldade de vir para a mesquita, participar junto com os outros muçulmanos nessas datas que são muito importantes. Então, eu acredito que essa iniciativa, esse projeto de lei, traz muita segurança e muita dignidade também para o cidadão brasileiro que é muçulmano.

Como foi falado também, os muçulmanos já são brasileiros, a comunidade islâmica já é uma comunidade brasileira, então, com certeza, esse projeto de lei traz para eles mais um orgulho, os faz se sentirem mais seguros de professar a sua fé de uma forma respeitosa e igual também nos dias importantes da comunidade judaica, o dia do ano novo, o dia do perdão. Eu acho que traz para todo fiel essa segurança, esse amor pela sua pátria, porque traz o respeito, sinaliza o respeito, a dignidade que o ser humano deveria ter, por ser humano. Não podemos, quando falamos dos direitos humanos, falar de minoria e maioria, porque a minoria sinaliza a sensação de menor e isso não combina com os direitos humanos. O ser humano é uma criatura digna, uma criatura que merece ser respeitada, só por ser um ser humano. Onde ele estiver, em qualquer lugar, tem que ser respeitado, e eu acredito que o Brasil representa isso.

Nós temos que agradecer... O Brasil continua um país de todos, que tem esse respeito, e devemos blindar essa diversidade religiosa, essa diversidade que só traz mais riqueza para esse país.

Eu acho que o meu tempo já passou, mas eu agradeço mais uma vez. Muito obrigado pela oportunidade. Espero que essa lei seja também aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado Sheik Mohamad Al Bukai, imã da Mesquita Brasil. Obrigado pelas palavras e pelas referências com relação à nossa democracia e liberdade aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, então, com a palavra o Rabino David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaakov, da Congregação e Beneficência Sefaradi Paulista, por oito minutos.

O SR. DAVID WEITMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento o Diretor da Confederação Israelita, o Dr. Luiz Kignel, que representa a comunidade judaica no país inteiro. Cumprimento aqui os nossos primos, amigos, o Sheik Mohamad Al Bukai, também conosco o Sr. Mustafa, o Sr. Atilla e também, na pessoa do Senador Dr. Marcos Pontes, todos os outros Senadores presentes.

Dr. Marcos, a gente se conhece já de longa data. Eu acho que por divina providência precisava de um astronauta, que é alguém que se levanta um pouco acima do globo, mais próximo do Criador, para realmente zelar por esta tolerância religiosa. Quero parabenizá-lo por mais um ato de respeito entre as religiões, as pessoas.

Nós estamos plenamente convictos de que, quanto mais educarmos uma geração de fé, será uma geração de paz. E o Brasil é um grande exemplo disso, num momento como este, que é um momento muito delicado, de guerras inúteis, de sacrifícios de pessoas que sofrem e outras coisas. E o nosso exemplo aqui da convivência e do respeito que tem entre as diversas religiões é um grande exemplo para o mundo inteiro.

Os judeus estão aqui desde os primórdios do Brasil – isto a gente sabe –: no navio do Cabral, o tradutor já era um judeu. E os primeiros bandeirantes exploradores, desde Fernando de Noronha, que é o primeiro redentor, eram de uma família de cristãos novos. A gente sabe que os exploradores do Brasil, Fernão Dias, Caramuru, eram descendentes de famílias judaicas. Estamos aqui faz muito tempo e estamos aqui porque a gente se sente bem, fomos bem recebidos.

A grande maioria das imigrações judaicas vieram aqui por causa de perseguições. Fomos expulsos, na verdade, de vários países. Viemos aqui, então, e fomos sempre bem, bem recebidos. Este país verde-amarelo é um lugar onde todos são respeitados, e a gente sente isso muito.

Rosh Hashaná é o Ano-Novo judaico. De acordo com a nossa tradição, é o dia em que Deus criou o primeiro homem, não o universo. A criação do universo começou cinco dias antes, foi num domingo. Na sexta-feira... Na segunda-feira, Deus criou, na verdade, a gente sabe, primeiro, a luz; depois, a separação das águas, os oceanos e as nuvens, assim em diante; na sexta-feira, foi criado o ser humano. O Ano-Novo judaico é no dia em que foi criado o ser humano, porque toda a criação do universo é em prol deste ser humano, único ser que tem, na verdade, a capacidade de escolher um caminho certo, de se elevar, de se refinar, de melhorar e de fazer o bem. Então, toda a criação é em prol deste ser humano, só que para nós o Ano-Novo se festeja no dia de Rosh Hashaná. O calendário judaico, de acordo com a nossa tradição, está no ano 5.784.

É interessante que, no calendário brasileiro, a gente vê uma grande afinidade com a narração bíblica da criação. De acordo com a Bíblia, que é a fonte, na verdade, de todas as outras religiões monoteístas, como a gente sabe, Deus criou o mundo em seis dias e, no sétimo, descansou. Qual foi o primeiro dia? O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domingo. O dia de descanso foi no sábado, que nós chamamos de *shabbat*. Interessante: no calendário brasileiro, nós chamamos a segunda-feira de segunda, enquanto, em outras línguas, se chama *lunes*, a lua – os pagãos serviam a Lua; em *martes*, serviam a Marte; *moon*, *monday*; *sunday*, *sun*. Interessante: domingo é chamado de primeiro dia; segunda-feira, segundo, porque tudo começou no domingo. Então, acompanha, enquanto, nas outras línguas, os nomes são muito pagãos.

O Yom Kippur para nós é o dia do perdão. É isto uma dádiva extraordinária que Deus deu para o ser humano: ele pode se arrepender, ele pode corrigir o passado. Nós sabemos que a gente é dono – ou tenta, pelo menos, ser dono – do presente; ninguém de nós sabe o que vai dar no futuro. Do presente tentamos ser dono. Vem o Todo-Poderoso Deus e nos diz: dá para corrigir o passado. Algo extraordinário, dá para se arrepender. O ser humano pode se elevar, corrigir máculas que ele fez, tropeços que ele teve e ele pode apagar e obliterar, literalmente.

Imagina alguém entrando em uma loja onde se vendem cristais, de repente ele se mexeu e caiu um vaso, em cem pedaços. Ele pode se arrepender até amanhã, o vaso não volta a ser vaso. Mas Deus nos diz que, se você fez algo errado, você pode corrigir e apagar totalmente, tornando-se uma nova pessoa. Isso tem que ser festejado.

Eu entendo que também isso deve ser o Ramadã, as pessoas jejuam, melhoram sua condição, se aproximam de Deus, querem ser melhores. Isso é Yom Kippur.

Então, essas datas – o final do Ramadã, o Rosh Hashaná e o Yom Kippur – fazem parte do calendário judaico. Para nós, isso é muito importante, mostra muito respeito, muita valorização. Apreciamos demais essa nova lei e temos certeza de que os fiéis vão querer, na verdade, participar mais dessas festas, dessas festividades religiosas, dessas cerimônias, vão ter muita facilidade, através desse projeto de lei.

Que Deus abençoe a todos e que a gente tenha sempre boas notícias um do outro!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Rabino David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaacov da Congregação e Beneficência Sefaradi Paulista.

Nós temos a participação do Senador Wellington Fagundes e do Senador Esperidião Amin. Eu gostaria de agradecer muito a participação, registrar a participação dos Senadores Wellington Fagundes e Esperidião Amin, de forma remota.

E nós temos também algumas perguntas que vieram através do e-Cidadania, que eu gostaria de colocar neste momento.

Siretech Q., de São Paulo: "[...] [O projeto] também [...] [prevê] a inclusão dessas datas [...] no plano de ensino nacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel Romanini, do Amazonas: "[...] qual seria o impacto [esperado com a] aprovação do [...] [projeto de lei]? Haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades?".

Luciano Henrique, de São Paulo: "[...] [O projeto de lei] também aborda a inclusão destas datas em eventos pedagógicos em escolas públicas ou plano nacional de ensino?".

A Nathalie Gonçalves, de Goiás: "[Essas datas também] serão consideradas [...] feriados?".

Bom, algumas dessas eu posso responder, já que estão aqui no plano do projeto de lei.

Então, com relação a que seja incluído no plano nacional de ensino, inicialmente este projeto de lei prevê a inclusão como datas de comemoração no nosso calendário oficial da República Federativa do Brasil, mas, a partir daí, havendo a concordância dos órgãos, como, por exemplo, aqui a nossa Comissão de Educação e outras autoridades no Brasil, ele pode, em tempo apropriado, ser incluído no plano nacional de ensino, se isso for decidido pelo setor.

Eu vou deixar esta segunda pergunta – "Qual seria o impacto esperado com a aprovação do projeto de lei?" – para os nossos convidados responderem e também se haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades. Então, vou deixar para os nossos convidados responderem a essas perguntas.

A pergunta do Luciano é basicamente a primeira pergunta, com relação ao plano nacional de ensino, que já foi falado, se serão feriados. Ainda não está prevista no projeto de lei a inclusão como feriado.

Opa, eu vejo aqui a presença do nosso Senador Wellington Fagundes. Então, antes de passar às respostas, eu gostaria de passar a palavra para o nosso Senador Wellington Fagundes para seus comentários.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Senador Pontes e todos que estão participando desta reunião, eu já estou aqui numa estrada (*Falha no áudio.*)... participação para apoiar o projeto.

Como disse aí um dos palestrantes, precisou um Parlamentar astronauta, que viveu mais próximo de Deus, para encontrar projetos de lei como este, que valoriza, acima de tudo, os nossos irmãos de... O Brasil é um país eclético, um país que respeita todas as religiões e um país que acolhe a todos.

Por isso, Senador Marcos Pontes, eu quero não só parabenizá-lo pela iniciativa, mas também dizer que o meu voto será favorável. Eu apoio, portanto, esta iniciativa.

Neste momento de guerra, com certeza, muitos estão sofrendo, e nós temos que, acima de tudo, buscar trazer o apoio... E um dia como esse, o Dia do Perdão, o dia da reflexão, com certeza será um dia extremamente importante para que a sociedade brasileira, com todos os irmãos de todos os países do mundo que vivem aqui, terá a oportunidade exatamente de fazer uma reflexão e buscar, através da irmandade, da valorização em Cristo – todos nós somos cristãos –, respeitar a todos. Portanto, parabéns, Senador Marcos Pontes, pela iniciativa. O Brasil, com certeza, através do seu projeto, dá um exemplo também para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, meu amigo Senador Wellington Fagundes, que entrou em movimento, literalmente. Obrigado pela sua participação e obrigado pelo apoio também.

Inclusive, eu já anotei aqui também para incluir... É porque nós temos duas datas do calendário judaico e uma data do calendário islâmico, e, então, a ideia é nós incluirmos também, conforme a solicitação do *Sheikh* Mohamad Al Bukai, uma segunda data do calendário islâmico, o que eu vou propor para o nosso Relator incluir também no projeto.

Pois não, Wellington. Com a palavra novamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Pontes, eu agora estou me dirigindo de Cuiabá para Santo Antônio de Leverger, Mimoso, onde vamos aqui visitar o Pantanal, que infelizmente está em chamas.

V. Exa. tem um trabalho também fenomenal, pois foi exatamente como Ministro da Ciência e Tecnologia que nos ajudou a implantar o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). Então, na semana que vem, nós estaremos aí pessoalmente, mas realmente nós, aqui do Mato Grosso, vivemos essa angústia – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Estamos aqui buscando apoio da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros, enfim, do Governo de Mato Grosso com o Governo Federal, para que a gente possa dar uma resposta rápida, mas, na verdade, nós precisamos é fazer um planejamento, para que todos os anos a gente tenha, pelo menos, uma situação calcada, como o senhor sempre fala, na pesquisa, na ciência, na tecnologia. Inclusive, tem um projeto de V. Exa. que eu tenho certeza de que será muito importante também para o Pantanal, de que, inclusive, eu já pedi a relatoria. É exatamente usar a tecnologia a bem também do meio ambiente.

Então, eu encerro... (*Falha no áudio.*)... ...agradeço imensamente... (*Falha no áudio.*)... ...Pantanal... (*Falha no áudio.*)... ...só vou fazendo o meu papel também como Presidente da Subcomissão do Meio Ambiente, que vamos instalar, e também como proponente do Estatuto do Pantanal.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Parabéns pelo trabalho que faz em prol de toda a região do Pantanal, um dos nossos seis biomas, um bioma extremamente importante, que neste momento sofre com secas, com queimadas, e isso é uma questão que precisa do apoio de todos.

A instituição do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal certamente vai ajudar no desenvolvimento de pesquisa relacionada ao tema, assim como desenvolvimento de tecnologias que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar. Lembro também e quero parabenizar os nossos bombeiros pelo trabalho que fazem durante todas essas situações difíceis no nosso país.

Então, conte comigo. Vamos trabalhar juntos também nesse tema, para proteger a nossa biodiversidade num país onde nós temos que, realmente, promover a nossa diversidade como um todo também, e nisso a gente inclui a diversidade ética, cultural, religiosa. Isso é muito importante, e me dá muito orgulho viver em um país onde a gente tem essa liberdade. Isso é muito importante.

Bom, neste momento, então, eu gostaria... Já que eu respondi a algumas das perguntas, eu vou colocar uma delas, que eu deixei aqui para os nossos convidados responderem, e vou aproveitar também já para pedir para os nossos convidados fazerem as suas considerações finais, já respondendo a essa pergunta, aqueles que quiserem responder, por cinco minutos para as suas considerações finais e com a pergunta.

Deixe-me colocar aqui. São duas perguntas na verdade.

As perguntas são do Gabriel Romanini, do Amazonas: "Qual seria o impacto esperado com a aprovação do [...] [projeto de lei]? Haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades?".

Então, eu vou seguir a mesma sequência com que nós começamos as falas, então, para as considerações finais por cinco minutos, com a resposta às perguntas que assim acharem conveniente.

Então, com a palavra, para as considerações finais, Sr. Luiz Kignel, Diretor da Confederação Israelita do Brasil e Conselheiro da União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social.

O SR. LUIZ KIGNEL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro quero agradecer essa oportunidade feliz que nós tivemos hoje.

Eu acho que existe um ganho – respondendo à pergunta recebida – de sensação de pertencimento.

A sensação de pertencimento de uma comunidade maior é muito importante e a felicidade de um projeto como esse, em que dois povos, duas religiões estão no mesmo projeto de lei.

Não se preparou um para que os judeus saíssem agraciados por uma consideração do nosso Senado, uma outra para que os muçulmanos saíssem agraciados. O efeito não seria o mesmo.

Quando a gente volta para os nossos templos e nós contamos: "Olha, em uma mesma data, em um mesmo evento, todo mundo junto, muçulmanos e judeus tiveram suas datas religiosas respeitadas", isso é uma mensagem, isso é uma resposta maior à comunidade. Então, a importância, para nós, é que os brasileiros muçulmanos e os brasileiros judeus se sentem ainda mais parte do povo brasileiro, respeitadas as suas origens e as suas convicções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nos facilita, sim, em um trabalho contra a islamofobia e contra o antissemitismo. Os dois, islamofobia e antissemitismo, têm a mesma raiz: a ignorância e o culto ao ódio. Não há diferença alguma. E eu tenho certeza de que a comunidade muçulmana pensa como nós. Não há diferença alguma de um ataque a uma comunidade muçulmana ou a uma comunidade judaica. Todos são crimes de ódio. E a gente, mais uma vez, pelo Senado Federal, dá um grande exemplo e dá um grande passo.

Fico muito honrado e termino aqui as minhas palavras agradecendo essa oportunidade e desejando a todos um *shabbat shalom*, uma sexta-feira, um dia de descanso e muita paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Sr. Luiz Kignel, que é o Diretor da Confederação Israelita do Brasil e Conselheiro da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social. Obrigado pelas considerações, obrigado pela participação.

E, neste momento, eu passo a palavra para o Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural, relembrando as perguntas e, se quiser responder a alguma delas, são duas: qual seria o impacto esperado com a aprovação do projeto de lei? E haveria mudanças nas ações ou percepções em tais comunidades?

Obrigado.

O Sr. Mustafa tem a palavra.

O SR. MUSTAFA GOKTEPE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, caro Senador. Quero agradecer, obviamente, pela oportunidade. Fiquei muito contente ouvindo os irmãos e amigos aqui.

Ficou claro o quanto compartilhamos os sentimentos, os ideais de um mundo melhor, de um Brasil melhor, que dá exemplo realmente. E, com o que já tínhamos aqui, acho que esse projeto de lei, se tornando lei, vai ajudar ainda mais o Brasil a se tornar um lugar melhor. Realmente, eu pego o gancho da palavra que o Sr. Luiz usou, essa sensação de pertencimento dessas comunidades ao Brasil, o que vai talvez sair como o maior benefício desse projeto de lei.

As comunidades, embora sejam minoria... Como o Sheikh Bukai também disse, número talvez nesse sentido não seja importante, porque eles também acabam sentindo que pertencem ao Brasil, o Brasil os reconhece como comunidades importantes e essas datas no calendário oficial vão ser mais uma demonstração dessa valorização dessas comunidades, dessas pessoas que contribuíram desde o início, tanto judeus quanto muçulmanos, como foi colocado aqui por todos os participantes. Realmente, essas duas comunidades fazem parte da fundação, praticamente, da sociedade brasileira, do Brasil que hoje nós temos aqui.

Portanto, sim, vai ajudar no conhecimento da existência dessas comunidades e também vai ser mais um exemplo – foi muito valioso o que o Luiz disse – a data fazer parte do mesmo projeto de lei. Justamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez nos dias de hoje – eu sei que o senhor propôs em julho essa proposta, mas chegou às vezes hoje essa conversa –, é muito valioso poder conversar e também fazer – imagino que seja aprovado assim – esse projeto de lei se tornar lei, como uma demonstração do que a gente precisa no mundo, desse reconhecimento, desse respeito, dessa convivência em todos os países do mundo. Então, sim, vai ser de grande valor para que o Brasil tenha mais uma demonstração dessa convivência, desse diálogo.

Muito obrigado a todos os amigos participantes pelo convite e pela iniciativa, estimado Senador Marcos Pontes.

Um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Sr. Mustafa Goktepe, Presidente do Instituto pelo Diálogo Intercultural.

E, para as suas considerações finais, agora eu passo a palavra ao Sr. Atilla Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico e de Diálogo Interreligioso e Intercultural, lembrando as perguntas aqui do Gabriel: "[...] qual seria o impacto [...] [esperado com a] da aprovação do projeto de lei? Haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades?".

Com a palavra, então, o Sr. Atilla.

O SR. ATILLA KUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado, Exmo. Senador. Faço as palavras dos meus irmãos que me antecederam as minhas também. Agradeço muito e parabenizo o senhor pela iniciativa.

Espero que este projeto de lei se torne uma lei, assim reconhecendo a importância e o valor destas duas comunidades para a sociedade brasileira. Sinto-me honrado e totalmente lisonjeado por esta oportunidade. Acredito – a partir deste projeto de lei, se reconhecido como lei, se aprovada a lei – no conhecimento sobre estas duas comunidades, que, em questão de número, talvez possamos dizer que são minorias, mas, em questão de contribuições culturais, religiosas e diversidade, são duas comunidades importantíssimas para o Brasil, assim como as outras são. Teremos a oportunidade de ter conhecimento mútuo e, a partir daí, promover também a fraternidade e a amizade social, que possam reger a nossa sociedade.

Lembro-me das palavras, de uma frase que eu aprendi com o meu irmão da comunidade judaica, o Raul Meyer, que certa vez me disse: "Quem conhece ama e quem não conhece teme". Acredito que – a partir desses debates, desses projetos de lei, se aprovadas as leis – o conhecimento sobre essas duas comunidades se expandirá mais e alcançará mais pessoas. Dessa forma, poderemos também lutar contra o antissemitismo e a islamofobia, que infelizmente vêm crescendo cada vez mais, cada dia ou cada segundo mais no Brasil. Espero que seja uma oportunidade, uma ocasião para superar esse problema gravíssimo que não condiz com a humanidade e, em especial, não condiz com o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. Eu agradeço muito e *jumma mubarak*. Termino as minhas considerações com a nossa saudação.

(*Pronunciamento em língua estrangeira.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Sr. Atilla Kus, Secretário-Geral do Centro Islâmico e de Diálogo Interreligioso e Cultural.

Neste momento, para suas considerações finais e, se desejar, resposta às perguntas do Gabriel Romanini, do Amazonas – "[...] qual seria o impacto [...] [esperado com a] aprovação do projeto de lei? Haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades?" –, eu passo a palavra ao Sheikh Mohamad Al Bukai, Imã da Mesquita Brasil, para suas considerações finais.

Obrigado.

O SR. MOHAMAD AL BUKAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Na verdade, para responder a essa pergunta, eu posso dizer que o impacto será muito positivo para todas as nossas comunidades – tanto a comunidade islâmica, quanto a comunidade judaica –, também para a comunidade cristã e para todo o Brasil, porque, antes de mais nada, o que essa aprovação dessa lei vai trazer é autoestima para todo muçulmano, para todo judeu que mora aqui, essa sensação do pertencimento, de fazer parte. Quando a pessoa sente que a religião dela, a fé que ela professa é respeitada, é considerada, eu acredito que isso traz muito bem para a vida, como um cidadão muçulmano, um cidadão judeu.

Então, por isso, eu acredito que, pelo impacto, as pessoas já estão, só por saber desse projeto, muito animadas, muito felizes por ter essa iniciativa, principalmente num momento como este, como foi falado. Eu concordo com tudo que foi falado anteriormente, que, num momento como esse, é uma grande resposta para todas as nossas comunidades, porque realmente nós temos muitas coisas em comum. Nós somos um país que realmente é exemplo dessa harmonia, dessa convivência.

Foi um impacto muito importante, muito positivo.

Muito obrigado por esta iniciativa e muito obrigado a todos que estão participando.

Mais uma vez, agradeço muito ao Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes por ter apresentado isso e espero que seja aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Sheikh Mohamad Al Bukai, Imã da Mesquita Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, para suas considerações finais e respostas às perguntas do Gabriel Romanini – "[...] qual seria o impacto [...] [esperado com a] aprovação do projeto de lei? Haveria mudanças nas ações ou percepções de tais comunidades?" –, eu passo a palavra ao David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaacov da Congregação e Beneficência Sefaradi Paulista.

O senhor tem a palavra para as considerações finais.

O SR. DAVID WEITMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Os colegas aqui presentes que falaram antes de mim falavam do impacto comunitário, mas eu também queria lembrar o impacto individual. Quando uma pessoa de fé muçulmana ou judaica estiver faltando ao trabalho no dia do final do Ramadã ou no dia de Yom Kippur, porque ele queira, na verdade, se dedicar naquele dia às cerimônias religiosas, com arrependimento, com mais orações, automaticamente o seu empregador, consultando o calendário nacional, vai ver que isso é uma coisa séria. A mesma coisa com um universitário, que não pode, no dia do Rosh Hashanah, participar eventualmente de um curso: os professores vão respeitar. Eu acho que isso é uma chamada ao respeito para abonar a falta, para, na verdade, respeitar e entender que a pessoa se dedica a algo importante para todos os cidadãos. Assim que eu vejo o impacto individual.

Queria só terminar lembrando que, tanto o calendário judaico como o calendário muçulmano, ambos são calendários principalmente lunares, diferentemente de outros calendários. A Lua não tem luz própria, é um satélite natural. Ela recebe a luz do Sol e transmite. Isso é uma lição para o ser humano: a gente recebe e compartilha; a gente aprende e ensina. E essas duas comunidades, com certeza, receberam muito, foram bem acolhidas e estão sempre dispostas a contribuir com um Brasil tão acolhedor.

Muito obrigado, Senador. Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado ao Rabino David Weitman, Rabino da Sinagoga Beit Yaakov da Congregação e Beneficência Sefaradi Paulista.

Neste momento, já na parte final aqui da nossa audiência, eu gostaria de fazer alguns comentários, iniciando aqui com os comentários do nosso Senador Wellington Fagundes, que trouxe a parte do astronauta, e eu acho importante essa visão.

Quando nós podemos ver a nossa Terra vista de fora, é uma sensação e tanto. A primeira coisa que passa na nossa cabeça é o contrário do que talvez a maioria vai pensar: "Chegou ao espaço, acha que é lá grande coisa!". Não! Muito pelo contrário. Você se sente muito pequenininho lá. Quando você se compara com o nosso planeta, com a nossa espaçonave Terra, você se sente muito pequenininho. E isso é interessante. Se formos pensar, menos de 600 pessoas na história da humanidade já estiveram no espaço. Quando você chega, você tem essa revelação, acho que interna, de quão pequeno nós somos e do que é importante na vida no final das contas. Nós temos as nossas rotinas, as nossas expectativas, prioridades aqui, e isso gera muitas vezes opiniões diferentes, e isso gera estresse, e isso gera uma série de coisas, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá do espaço, tudo isso parece diminuir. De lá, essa sensação de não ser nada é muito interessante para fazer com que acorde dentro da pessoa a parte mais importante. E a parte mais importante são as pessoas, no final das contas. As pessoas são a parte mais importante que nós temos aqui neste planeta, na nossa convivência. Se nós tirarmos as pessoas do nosso redor, a vida fica sem nenhum sentido. Isso é uma coisa importante a gente sempre lembrar.

E essa nossa espaçonave, como o Wellington falou ali também, precisa de cuidado. Então, quando a gente vê essas mudanças, como as mudanças climáticas, quando a gente vê os resultados dessas mudanças no Pantanal e em outros locais, isso exige um trabalho conjunto de todos nós. Não vai ser uma pessoa, não vai ser um país, não vai ser um continente: a gente precisa da espaçonave inteira trabalhando junto, das pessoas trabalhando juntas.

E nisso entra um outro ponto que eu lembro aqui do meu pai, o Sr. Virgílio. Meu pai era servente de serviços gerais, e muita gente passava por ele – e ele reclamava disso de vez em quando, conversando – como se ele fosse invisível. A pessoa não dá a um faxineiro, por exemplo... A pessoa nem olha. E isto é importante a gente sempre ter em mente: que é necessário que, independentemente do que a pessoa faça na vida, de sua profissão e assim por diante, o respeito a cada uma das pessoas. Isto é o ponto principal, acho, dentro desta nossa conversa aqui, hoje, também: esse respeito. Isto ele falava: "Sempre trate todo mundo com respeito, da maneira como você quer ser tratado". Eu acho que isso está exatamente dentro do cerne, do coração, dentro desta proposta de colocarmos no calendário oficial duas datas do calendário judaico e também duas datas do calendário islâmico. Vou conversar com o Relator, para que nós tenhamos as duas também. Eu acho importante o nosso país dar esse exemplo de convivência pacífica, de harmonia, esse exemplo de que é possível, é necessário o trabalho em conjunto de todos.

Nós somos um país democrático; nós somos um país que preza pelas liberdades, e é muito importante isso; nós somos um país que, obviamente, é contra o terrorismo, contra qualquer ação desse tipo; nós somos um país pela paz, sempre pela paz. Isso é muito, muito importante, porque a única maneira de a gente ter uma Terra, vamos dizer assim, a nossa espaçonave, com chance de sobreviver a tudo que a gente vai ter que enfrentar, e a gente vai ter que enfrentar muita coisa difícil aí pela frente – produção de alimentos, água, toda a parte de mudanças climáticas, energia, tantas coisas que a gente tem que trabalhar em conjunto para resolver –, é se a gente se juntar e trabalhar em conjunto para que isso seja possível.

Eu acho que, como eu falei no começo, o projeto de lei tem os seus efeitos, tem, vamos dizer assim, esta audiência. É um evento pequeno. Eu não sabia, obviamente, quando nós montamos o projeto lá, após as nossas conversas em São Paulo, com as comunidades... Nós montamos o projeto, apresentamos o projeto em julho, antes de o conflito acontecer no Oriente Médio, e quis Deus que acontecesse na sequência dos fatos aqui, das marcações que não são do nosso controle, que esta audiência acontecesse neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso é um sinal muito bom para todos nós, porque, no meio da escuridão, se você acender uma velinha, eu acho que faz diferença uma pequena luz, e essa luz vai se espalhar, e essa é a ideia. Se a gente conseguir fazer com que isso aconteça, uma pequena luz pode mudar tudo.

Eu gostaria também, só para encerrar, de lembrar aqui, como foi falado por um dos nossos oradores, uma coisa importante também, que me lembrou uma frase do Martin Luther King, que eu acho que muita gente deve lembrar, conhece, porque é da história dele uma frase que eu já repeti aqui, algumas vezes, na tribuna até. É uma frase assim: "A escuridão não consegue expulsar a escuridão; só a luz consegue expulsar a escuridão. O ódio não consegue expulsar o ódio; só o amor consegue expulsar o ódio".

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

Neste momento, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 88ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Eliziane Gama e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 87ª Reunião, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3824, de 2023 - Terminativo -** que: "Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2062, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3166, de 2023 - Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Fica adiado, em razão da aprovação do Requerimento 132/2023, para realização de Audiência Pública de instrução a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3358, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2 - CAE e pela rejeição da emenda 1 - T. **Resultado:** Fica adiado, em razão da aprovação do Requerimento 130/2023, para realização de Audiência Pública de instrução a matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6205, de 2019 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Cria o Dia Nacional da Castração de animais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 574, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional das Ciências Aeronáuticas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3441, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 34, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Diploma Cecília Meireles, destinado a agraciar educadoras e educadores que se destaquem nos ensinos infantil, fundamental e médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 128, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 125/2023 - CE, para instruir o PL 1338/2022, que "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", sejam incluídos expositores." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 129, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos representantes a seguir das pessoas com deficiência na audiência pública aprovada, objeto do REQ 125/2023, que tem a finalidade de instruir o PL n.º 1.338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". 1- Juiz Edinaldo César Santos Junior, Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância; 2- Representante do projeto "Eu me protejo"." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 130, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3358, de 2023, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo" **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 131, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 125/2023 – CE e ao REQ 126/2023 – CE, que dispõem sobre a realização de audiências públicas para instrução do PL 1338/2022, a inclusão dos seguintes convidados: Representante da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação; e Daniel Cara – Professor da Faculdade de Direito da USP." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 132, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3166, de 2023, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio" **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 6570, de 2019 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz - o Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com uma emenda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 88ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de novembro de 2023.

Alguns comunicados da Presidência.

Comunico que foi aberto ontem, dia 20 de novembro, o prazo para a apresentação de emendas da Comissão ao Projeto do Plano Plurianual 2024–2027, Projeto de Lei nº 28, de 2023, Congresso Nacional. O prazo para a apresentação das emendas se encerrará no dia 24 de novembro, sexta-feira, às 12h. As emendas deverão ser encaminhadas para a Comissão pelo Sistema Lexor. O Relator das emendas, com muita honra, será o Senador Esperidião Amin, que já relatou as emendas da LDO e da LOA, e a reunião ocorrerá na próxima terça-feira, dia 28 de novembro.

Comunico que foram apresentadas à Comissão os seguintes documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ofício 101, de 2023, encaminhado pelo Instituto Vladimir Herzog, solicitando apoio à campanha pelo Dia da Democracia, em homenagem à Vladimir Herzog;

– Requerimento nº 766, de 2023, encaminhado pela Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, São Paulo, contendo moção de apoio à criação do Instituto Federal do Grande ABC;

– Ofício nº 553, de 2023, encaminhado pela Câmara Municipal de São Bento do Sul, Santa Catarina, contendo a Moção de Apelo nº 65/2023, pela construção da Universidade Federal do Contestado (Unifecon);

– Moção nº 922/2023, encaminhada pela Câmara Municipal de Assis, São Paulo, em que manifesta apelo ao Governo Federal no sentido de federalizar a Fundação Educacional do Município de Assis (Fema).

Informo que a Rádio Senado conquistou o segundo lugar do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, na categoria áudio, com a reportagem especial, abrem-se aspas: "Zilda, heroína das crianças, dos idosos, do Brasil". A reportagem do jornalista Rodrigo Rezende conta a trajetória de Zilda Arns, a partir de entrevista da própria Zilda à arquidiocese de Maringá e também de depoimentos de Senadores e Senadoras, quando da discussão do projeto aqui nesta Comissão de Educação e Cultura, para a inclusão do nome de Zilda Arns no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, inclusive com a participação de inúmeros Senadores como aqui a informação procura ressaltar.

Foi aprovado, nesta Comissão, em 14 de março de 2023 – portanto, neste ano –, o Projeto de Lei nº 1.937, de 2019, que, abrem-se aspas, "[inscreve] o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria", fecham-se aspas, convertido na Lei nº 14.552, de 20 de abril de 2023. O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo é promovido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela OAB do Rio Grande do Sul.

Em seus 26 anos de atividade, a Rádio Senado já conquistou ou foi finalista em 53 premiações, quer dizer, um número impressionante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dois por ano.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – São dois por ano. Em 26 anos, são 53 premiações.

A reportagem especial sobre Zilda Arns pode ser ouvida no *site* da Rádio Senado em www.senado.leg.br/radio ou em qualquer plataforma de *podcasts*.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 87ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e que exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 2 e 3 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2062, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/09/2023.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3166, DE 2023

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Não apresentado

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1-T.)

O item nº 1 da pauta não exige votação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3824, DE 2023

- Terminativo -

Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

1. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.824, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo já apresentado, com as Emendas nºs 1, 3 e 4 e pela rejeição da Emenda nº 2.

Até o momento, não foram apresentadas emendas, em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nós contamos aqui, com muita honra, com as presenças dos Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério e Fabiano Contarato. Sejam sempre muito bem-vindos.

Quero também esclarecer que hoje nós temos duas Comissões com a presença da Ministra da Mulher, a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e a CDH (Comissão de Direitos Humanos). Então, eu agradeço pela presença, no Plenário, dos Senadores Plínio Valério, Esperidião Amin e Fabiano Contarato.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na realidade, eu vim me apresentar, porque daqui a pouco a gente tem CPI das ONGs e CAE. Então, se for possível, após, e se o senhor quiser, estou me oferecendo para ler algum projeto *ad hoc*, que seja rápido. Estou aqui para me oferecer, para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo. Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se for rápido e der tempo, eu me ofereço para relatar um *ad hoc* antes de eu sair para a CAE e para a CPI das ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu penso que nós temos só os dois que já designamos. Mas nós verificaremos e já o informo também, Senador Plínio Valério.

Inclusive, o Senador Marcos Pontes, que é Relator de projetos, dois projetos, já ontem entrou em contato com esta Comissão dizendo que não poderia chegar a tempo e encarecendo que fossem designados Relatores *ad hoc* para as matérias de que é Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A propósito, tem um aqui que é do meu parceiro de bancada Senador Izalci Lucas, cuja relatoria é do Astronauta Marcos Pontes. Eu posso relatar, se for da sua vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Está comigo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, é o seu. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está com o Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu só quero colaborar antes de eu ir lá para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está certo.

É o item 6, Senador Plínio Valério. A gente, antes da chegada de V. Exa., já havia designado o Senador Esperidião Amin como Relator.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 574, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional das Ciências Aeronáuticas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria: Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório, como Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu acolho essa sua solicitação honrosa para relatar, da maneira mais sucinta, os dois pareceres, no caso, os pareceres exarados pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Só quero fazer um brevíssimo registro de cumprimentos aos registros feitos, àquilo que o senhor leu como registros, comunicações, do prêmio pela Dra. Zilda Arns, que – além de sua tia, integrante de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família que nos orgulha a todos os brasileiros, especialmente ao Paraná e à Santa Catarina – tive a honra de condecorar com a Medalha Anita Garibaldi, que é a mais alta homenagem catarinense, no caso, a uma filha sua. E ter esse registro feito hoje é um motivo a mais para relembrar.

Quanto aos dois pareceres, o Senador Astronauta Marcos Pontes respeitou rigorosamente os termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, que determina seja competência desta Comissão tratar desse projeto que cria o Dia Nacional das Ciências Aeronáuticas, muito a propósito, em face, digamos, de intercorrências do Brasil com esta ciência, a começar por um evento histórico, há quase 314 anos, protagonizado pelo Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, um inventor que colocou o nome do Brasil no cenário aeronáutico internacional e contribuiu para o avanço da ciência.

Em 8 de agosto de 1709, na Sala das Embaixadas do Palácio Real de Lisboa, diante do Rei D. João V e de outros membros da corte, foi realizada a primeira experiência pública bem-sucedida de um aeróstato, ou seja, um balão ou dirigível a ar quente.

O luso-brasileiro, natural da cidade de Santos, recebeu o apelido de Padre Voador e passou a ser considerado o Pai da Aerostação após o sucesso da experiência.

Bastaria isso, portanto, para dizer da convergência entre os fatos e a nossa história presente e futura.

De sorte que o parecer que eu resumo neste momento é a manifestação pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 574 e, no mérito, pela sua aprovação.

Se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin pelo relatório do item 6 da pauta.

Está em discussão a matéria, o Projeto de Lei nº 574, 2020, de relatoria do Senador Marcos Pontes e relatado *ad hoc* pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, na sequência.

Se o Senador Fabiano Contarato não se opuser, passo a outro item que o Senador Esperidião Amin está relatando como Relator *ad hoc* também, que é o item nº 7 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só vou ler, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3441, DE 2021

- Terminativo -

Institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 07/08/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Então, eu concedo novamente a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório como Relator *ad hoc*, já agradecendo a deferência de ter aceitado o convite.

Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a honrosa incumbência, desejo enaltecer a qualidade do parecer elaborado pelo Senador Astronauta Marcos Pontes e o histórico que S. Exa. faz a respeito das intercorrências entre a física e o Brasil, um Brasil que precisa de ciência, que precisa de estudo, de educação e que precisa de exemplos.

Eu, de minha parte, cultuo os exemplos de professor que eu tive. Eu sou jesuíta de formação e não posso deixar de lembrar a grande figura do meu professor, Padre Beno Schorr, que tornou a física um aprendizado muito agradável para todos nós.

Lembra aqui o Senador Marcos Pontes que a física está presente em absolutamente tudo o que fazemos. Ela nos propiciou avanços, conquistas e inventos como o telescópio Hubble, *laser*, transístor, uso da energia nuclear, os circuitos eletrônicos e a ressonância magnética.

No enfrentamento dos desafios da interdisciplinaridade, a física se articula cada vez mais com outras áreas do conhecimento, a exemplo das engenharias, matemática e ciência da computação, biologia e saúde, ciências humanas e sociais, assim como ciências espaciais, até porque eu não posso deixar de mencionar o nome de mais um parente seu, o grande astrofísico brasileiro – nascido em São Martinho, não em Forquilhinha – João Steiner, ou seja, seu nome por parte de mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É por parte da avó, Helena Steiner.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da avó.

A relevância dos serviços prestados à nação por esses importantes profissionais que concorrem para o engrandecimento do nosso país, por via do incremento da ciência, certamente justifica a instituição de uma data nacional em sua homenagem, razão pela qual apoiamos a presente iniciativa.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.441, de 2021.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo, muito bom.

Agradeço, novamente, pela gentileza de relatar os projetos como Relator *ad hoc*.

Está em discussão o relatório lido pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será também nominal e realizada em bloco, na sequência.

Muito bem. Passamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6205, DE 2019

- Terminativo -

Cria o Dia Nacional da Castração de animais.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, quero saudar a presença também da Senadora Teresa Leitão.

Já havia, inclusive, informado ao Plenário e a quem nos acompanha pelo Brasil que hoje temos a presença da Ministra da Mulher aqui no Senado Federal, e duas Comissões estão envolvidas com a presença da Ministra: CAS e CDH. Então, também é uma presença importante nos debates da CAS.

Muito bem. Repito, então, Projeto de Lei 6.205, de 2019, terminativo, que cria o Dia Nacional da Castração de Animais.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução da Presidência desta tão importante Comissão ao passo que aqui saúdo também a nossa querida Senadora Teresa Leitão, minha companheira de partido, que muito nos honra e nos orgulha.

Sr. Presidente, eu pediria a possibilidade de, como esse parecer já foi disponibilizado, fazer um relatório de forma bem direta e objetiva, porque já foi disponibilizado, e a gente vota isso no momento oportuno e em bloco, como está aí.

O relatório já foi disponibilizado. Ele não tem vício de iniciativa, passou pelo controle de constitucionalidade e juridicidade, tudo isso foi obedecido, a proposição é positiva, e foi feito um reparo apenas de uma técnica legislativa, mas que não altera o mérito. Quanto ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto. Faço aqui um breve argumento e leitura.

A reprodução descontrolada e indesejada de animais é um grave problema que, entre outras consequências, leva ao desnecessário sofrimento de animais domésticos. Cães e gatos, entre outros, são diariamente deixados à sua própria sorte quando seus donos decidem que não são mais uma prioridade. Tais atitudes de negligência, crueldade, falta de empatia e de espírito de coletividade podem ser evitadas com o simples ato da castração. Nesse cenário, temos a convicção de que a instituição de um Dia Nacional da Castração de Animais contribuirá para a solução da questão.

O voto é pela aprovação do projeto de lei com as emendas já apresentadas.

Aqui, quero parabenizar o autor, nosso querido Senador Randolfe Rodrigues, pela elaboração desse projeto que cria o Dia Nacional da Castração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação desse projeto de lei também será realizada em bloco com os demais projetos terminativos já lidos. (*Pausa.*)

Muito bem.

Temos a presença, como já mencionei, com muita honra, da Senadora Teresa Leitão, que, além de membro desta Comissão, é Presidente da Subcomissão sobre o Novo Ensino Médio. A relatoria dessa Subcomissão está com a Professora Dorinha Seabra. E a Senadora Teresa Leitão requer a inclusão de três itens extrapauta, requerimentos para audiências públicas.

Eu indago do Plenário, em primeiro lugar, se podemos apreciar os itens extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos, então, à apreciação dos três itens.

Eu leio o que eu acho que é o primeiro documento.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 130, DE 2023

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3358, de 2023, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Exatamente, Sr. Presidente.

Esse projeto de lei está ensejando uma discussão bem profunda no Ministério da Educação. A gente tem que analisar bem direitinho como é que ele se articula e dialoga com os Fies.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição inicial é do Senador Jayme Campos, porque altera, inclusive, a Lei nº 10.260, e a intenção, claro, é bem positiva, não resta a menor dúvida, mas o Fies foi concebido para ampliar o acesso ao ensino superior e, para não haver choques futuros que possam, inclusive, ensejar desagradáveis processos de judicialização e também porque a gente precisa corroborar a disponibilidade de recursos com o projeto, eu suponho que seja mais pertinente e seguro para a Comissão ouvir esses representantes que nós estamos indicando como convidados.

Peço aos nossos pares que aprovem o requerimento.

O Ministério da Educação, o Fórum Nacional de Educação, a Campanha Nacional, o Consed, que sempre nos atende, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e representantes da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Este é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro requerimento...

Tendo sido aprovado o Requerimento nº 130, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão, fica adiada a deliberação do Projeto de Lei nº 3.358, de 2023, item 4.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3358, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2 - CAE e pela rejeição da emenda 1 - T.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE; e contrário à Emenda nº 1-T.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.)

O outro item extrapauta é a realização de audiências públicas para instrução do PL 1.338, de 2022, com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação; e Daniel Cara, Professor da Faculdade de Direito da USP.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 131, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 125/2023 – CE e ao REQ 126/2023 – CE, que dispõem sobre a realização de audiências públicas para instrução do PL 1338/2022, a inclusão dos seguintes convidados: Representante da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação; e Daniel Cara – Professor da Faculdade de Direito da USP.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

É o Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 131, de 2023.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Lembrando que esse projeto está causando muita expectativa, de quem aprova, de quem concorda e de quem não concorda.

Lembro que foram muitos convidados e que V. Exa. ficou de combinar com a Senadora Dorinha, porque, talvez, a gente precisasse fazer duas audiências.

Então, eu deixo a critério de V. Exa., junto com a Senadora Dorinha, onde é que a gente vai incluir mais dois convidados, esperando que por aqui a gente pare, porque já temos duas audiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Para que a gente consiga parar...

Está em discussão a matéria...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Enquanto está em discussão, a expectativa da sociedade, como esta Comissão, é muito aberta e democrática e participativa, a expectativa está sendo muito...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O debate e a discussão, quando necessários, têm que acontecer. E sempre os Senadores e Senadoras têm a prerrogativa de acrescentar algum nome também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E o último requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 132, DE 2023

Requer realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3166, de 2023, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Senadora Teresa Leitão também, se quiser.

Eu acho que é autoexplicativo. É um PL importante, mas é bom se debater o assunto porque isso implica em orçamento, em financiamento. E nada melhor do que os órgãos do Executivo estarem presentes nesse debate e sugerirem os caminhos que sejam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – E também dialogam com propostas do Ministério da Educação. Aí a gente tem que arrumar uma forma de ouvir a todos.

É do Senador Astronauta, que também está incluído na proposta da educação integral e da reforma do ensino médio. Por isso que eu achei pertinente, Senador, a gente poder fazer essa audiência com aqueles mesmos representantes que têm dado muita força e muito conteúdo à nossa Comissão: MEC, Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná – que é bastante ativo, acho que o senhor conhece –, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a CNTE, o fórum e a campanha.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está certo.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo sido aprovado o Requerimento nº 132, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão, fica adiada a deliberação do Projeto de Lei nº 3.166, de 2023, item 3.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Primeiro, bom dia a V. Exa. e a todos os Senadores – Ei, Paulo, como vai? Faz falta aqui no Senado, viu? – e a todas as Senadoras.

Eu gostaria de pedir também um item extrapauta. É um tema sem qualquer polêmica. Erige a monumento nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz – o Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais.

Já esteve em pauta aqui para leitura do relatório. Eu não pude comparecer, mas, se V. Exa. nos der a oportunidade, eu gostaria de encerrar o ano com mais essa votação para o meu Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não há dúvida. De fato, já constou da pauta e não indicamos Relator *ad hoc* porque se trata de algo, uma iniciativa importante e bonita para o Estado de Minas Gerais. Nada melhor do que o próprio Senador Carlos Viana relatar.

Não havendo objeção, então está incluído na pauta também como item extrapauta.

Antes de passar a esse item, só passo a palavra. Quero enaltecer primeiro a presença do nosso Senador, sempre, Paulo Rocha. Que bom, seja muito bem-vindo. Como o Senador Carlos Viana já colocou, faz muita falta aqui também. Precisa estar aí presente sempre.

Quero saudar também a Senadora Jussara Lima, a quem já passo a palavra para relatar o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Diploma Cecília Meireles, destinado a agraciar educadoras e educadores que se destaquem nos ensinos infantil, fundamental e médio.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Saudamos também a Senadora Maria do Carmo Alves, que esteve presente conosco também nos anos anteriores.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Jussara Lima, para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Flávio Arns, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Peço a dispensa do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

À Comissão de Educação compete apreciar as matérias que versem sobre assuntos relacionados à educação e a homenagens cívicas, nos termos do art. 102, incisos I, II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não obstante a constitucionalidade e juridicidade da matéria, assim como o seu mérito, devemos constatar que foi instituída, por meio da Resolução do Senado Federal nº 14, de 30 de junho de 2022, a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro. Sendo esta honraria concedida anualmente a um educador de cada estado e do Distrito Federal, avaliamos que a instituição do Diploma Cecília Meireles nada acrescentaria em relação aos almejados objetivos, já atendidos pela Medalha Darcy Ribeiro, além de gerar, na hipótese de sua aprovação, gasto injustificado de tempo e recursos da Casa.

Desse modo, consideramos que o PRS nº 34, de 2020, deve ser declarado como prejudicado pelo Presidente do Senado Federal, por haver perdido a oportunidade, conforme o art. 334, inciso I, do Risf.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto voto pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2020, nos termos do art. 334, inciso I, do Risf.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Jussara Lima.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório da Senadora estimada Jussara Lima, sempre atuante também, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal.

Como havíamos deliberado, o Senador Carlos Viana havia solicitado a inclusão de um item como item extrapauta – já aprovada a inclusão pelo Plenário –, que já constou da pauta em ocasião anterior.

Item 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 6570, DE 2019

Erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz – O Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Carlos Viana.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Concedo a palavra, então, a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o relatório e o voto para termos mais celeridade, se V. Exa. me permitir.

Vem à Comissão de Educação e Cultura, em distribuição exclusiva, o Projeto de Lei nº 6.570, de 2019, do Deputado Reginaldo Lopes, que "erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz – O Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais". A proposição, se aprovada aqui nesta Comissão pelas Sras. e pelos Srs. Senadores, será submetida à apreciação do Plenário.

Compõem o projeto de lei dois artigos, o primeiro dos quais erige em monumento a rota de peregrinação identificada na epígrafe, citando oito municípios e três distritos do Estado de Minas Gerais que são por ela percorridos. O art. 2º estabelece vigência imediata para a lei.

Segundo a justificação, o Caminho da Luz, que historicamente foi percorrido por "índios, tropeiros, religiosos e aventureiros", foi "remontado" por iniciativa do escritor e jornalista Albino Neves, que reuniu, em 2001, membros da comunidade, autoridades e representantes dos municípios e distritos envolvidos, para a efetiva criação da rota. Informa-se ainda que a rota de peregrinação Caminho da Luz foi declarada Patrimônio Cultural de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 18.086, de 15 de abril de 2009.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.570, de 2019, com a emenda que a seguir oferecemos.

EMENDA Nº – CE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se a seguinte redação à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 6.570, de 2019:
"Reconhece a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz – O Caminho do Brasil, no Estado de Minas Gerais, como manifestação da cultura nacional."
"Art. 1º Fica reconhecida como manifestação da cultural nacional a rota de peregrinação denominada Caminho da Luz – O Caminho do Brasil, que percorre os Municípios de Tombos, Pedra Dourada, Faria Lemos, Carangola, Caiana, Espera Feliz, Caparaó e Alto Caparaó, no Estado de Minas Gerais."

Este é o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Carlos Viana! Agradeço pela leitura.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O relatório apresentado por V. Exa., então, está aprovado.

Coloco em votação em primeiro lugar. Eu estava me antecipando já.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

V. Exa. se levantou, mas dizendo "concordo", não é? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, há concordância do Plenário para isso.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do projeto, com a Emenda n° 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas, mais uma vez, para agradecer a aprovação do projeto e dizer que, para nós, em Minas Gerais, é uma satisfação muito grande poder preservar e tornar parte da cultura conhecida, reconhecida nacionalmente, as rotas que deram início à colonização do Brasil pós-Rio de Janeiro e São Paulo.

Para nós é uma alegria muito grande, Sr. Presidente, porque o nosso Estado de Minas Gerais tem hoje, praticamente, 70% de todo o Patrimônio Histórico brasileiro preservado, entre igrejas, casarões... E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho falado muito, Senadora Jussara, que Minas Gerais vive hoje da mineração – praticamente, 70% da arrecadação do estado é minério –, e esse minério vai acabar. Um dia ele não será mais a primeira fonte de renda, como foi o ouro lá no início, que levou Minas Gerais e, posteriormente, quando acabou, gerou um problema econômico muito grave naquele finalzinho do século XVII e início do século XVIII.

Hoje nós temos a condição de manter o estado, que está numa fase muito ruim de endividamento. O atual Governo não teve a capacidade nem a condição política de reorganizar uma dívida, o que está colocando o estado, mais uma vez, à beira de um precipício. É um momento muito delicado. Mas eu já quero dar a minha contribuição como Senador para esse futuro. Eu tenho colocado com clareza: o turismo, o conhecimento da nossa história, a possibilidade de receber nas cidades históricas de Diamantina, Ouro Preto, Tiradentes, no sul de Minas, em que você tem uma rota das águas e agora a rota do vinho – que está entre os primeiros do mundo inclusive... V. Exa. não sei se tem conhecimento: a Embrapa, juntamente com colonos de origem italiana no sul de Minas, desenvolveram um sistema de poda da uva, que a Europa está mandando os técnicos para cá para conhecer, a chamada colheita tardia, para que a uva possa ser colhida em junho, julho e agosto. Foi desenvolvido no sul de Minas.

Então, sobre essas rotas de turismo, eu tenho conseguido aprovar aqui as capitais, a Capital do Café com Leite, onde se assinou um acordo político, a Capital do Pijama, onde se tem uma grande produção hoje em moda, nessa questão. Para quê? Para que a gente possa reforçar o turismo e dar ao meu estado a possibilidade de – terminada a exploração mineral, que deixa para trás um problema ambiental –, com a história e com o turismo, criar renda, gerar e, principalmente, preservar o que nós temos de melhor, que são os nossos monumentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero, da minha parte, concordar inteiramente com V. Exa., porque, de fato, é muito importante focar, colocar o holofote em cima desses contextos.

Então, o Caminho da Luz, a parte histórica, outras iniciativas, as cidades todas, Patrimônio Histórico de Minas Gerais, de fato, são uma riqueza incalculável para o Brasil. E a indústria do turismo, a gente pode dizer assim, gera renda, gera emprego, trabalho, desenvolvimento.

Lá no Paraná, nós temos restaurantes, o Cantinho de Minas, o Comida Mineira, o queijo de Minas, a cachaça de Minas.

Então, vocês são – me permita chamar vocês – muito respeitados no Brasil inteiro, pela parte histórica, pelos caminhos, pelo desenvolvimento, mas por tudo, pela uva, como foi colocado, e, aliás, fazendo enaltecer o trabalho da Embrapa, porque lá no Paraná, também, a Embrapa é uma referência. Nós, inclusive, como bancada, destinamos uma emenda especificamente para os projetos de desenvolvimento da Embrapa no Paraná: Embrapa Florestas, Embrapa Soja... Cada estado tem um ponto. Isto é interessante até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o público que nos acompanha saber: que não há uma repetição de pesquisas da Embrapa pelo Brasil; cada estado enfatiza e é bom, especialista num aspecto.

Que bom! Maravilha, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já votamos, então, o não terminativo. O relatório do Senador Carlos Viana já foi votado, aprovado e, como já mencionado, irá ao Plenário.

Muito bem. Passamos à votação nominal, em bloco, dos seguintes itens: 5, 6 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 6.205, de 2019; PL 574, de 2020; PL 3.441, de 2021.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

Solicito também às assessorias dos Senadores e Senadoras que enviem a notícia da votação nominal, para que todos possam votar – pelo aplicativo também, caso não estejam presencialmente –, porque o quórum é bastante bom, bem acima do mínimo exigido para a votação. (*Pausa.*)

Enquanto a votação acontece, nós temos também dois requerimentos na pauta, um da Senadora Dorinha Seabra e outro do Senador Marcelo Castro, ex-Presidente desta Comissão, e, como eles não estão presencialmente, eu os subscrevo também, para que possam ser apreciados.

Requerimento do item nº 9, da Professora Dorinha Seabra.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 128, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 125/2023 - CE, para instruir o PL 1338/2022, que "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", sejam incluídos expositores.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Está em aberto.

Então, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos daqui a pouco os dois requerimentos em bloco. O outro item – item nº 10 – é também relacionado ao mesmo assunto, do requerimento do item 9.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 129, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos representantes a seguir das pessoas com deficiência na audiência pública aprovada, objeto do REQ 125/2023, que tem a finalidade de instruir o PL n.º 1.338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". 1- Juiz Edinaldo César Santos Junior, Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância; 2- Representante do projeto "Eu me protejo".

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos em bloco os dois requerimentos, tão logo a gente termine a votação nominal dos itens apontados.

Já temos o quórum. Vamos aguardar mais um ou dois minutos, porque às vezes há alguém ainda que queira votar.

Eu só quero destacar que hoje é o dia 21 de novembro, então teremos, até o final do ano, provavelmente mais três sessões, três plenárias, reuniões aqui da Comissão de Educação. Eu quero destacar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temos assuntos que nós vamos, inclusive, falar com os Relatores nesta semana para serem apreciados nesse período.

Um deles é o relatório da Subcomissão sobre o Novo Ensino Médio, cuja Presidência, como sempre menciono, é da Senadora Teresa Leitão, e a relatoria é da Senadora Professora Dorinha Seabra. É muito importante aprovarmos o relatório, discutirmos o relatório, aprovarmos ou mudarmos, enfim, apreciarmos o relatório antes da vinda do projeto de lei enviado pelo Executivo e que está na Câmara dos Deputados para apreciação, para que o projeto de lei possa ser apreciado em função de uma série de debates que aconteceram aqui na subcomissão. Então, esse é um caminho importante.

A outra questão é a apreciação da política pública, que está sob a coordenação da professora... Não, desculpe, da Senadora – não sei se é professora também – Damares Alves, que também tem que ser apreciada no corrente ano. Então, é um trabalho de fôlego. As audiências públicas foram realizadas também, e vamos apreciar essa matéria ainda nessas reuniões.

Semana que vem teremos apreciação das emendas ao Plano Plurianual. Habitualmente, inclusive, não se faz essa discussão na Comissão, mas, neste ano, nós estamos abrindo esse prazo para que os Senadores e as Senadoras possam contribuir com emendas ao Plano Plurianual. Então, há uma pauta importante e necessária.

Saúdo com muita alegria também a presença do Senador Confúcio Moura, que é uma das lideranças importantes do Congresso Nacional em todas as áreas – eu sempre digo –, mas sempre em particular na área da educação, da cultura, da infraestrutura, tanta coisa importante.

Agradeço, Senador Confúcio Moura. Deu certo? (*Pausa.*)

Pronto. Está ótimo.

Muito bem. Já temos o quórum ultrapassado, o mínimo ultrapassado.

Então, está encerrada a votação.

Vamos aguardar a...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 16; NÃO, ninguém.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados, PL 6.205/2019; PL 574/2020; PL 3.441/2021.

As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

Passaremos agora à votação dos requerimentos que acabamos de ler: item 9, Requerimento 128, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra; e item nº 10, que é o Requerimento nº 129, de 2023, de autoria do Senador Marcelo Castro.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os mesmos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Senadora Jussara Lima, agradeço novamente a presença de V. Exa., que também representa o Estado de Minas Gerais, um estado que tem uma história bonita também dentro de vários contextos culturais, históricos, turísticos. Parabéns sempre pelo trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 89ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação ata da 88ª Reunião, que é aprovada. O presidente comunica o documento recebido pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3383, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1873, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental; para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Fica adiado, em razão da aprovação do Requerimento 137/2023, para realização de Audiência Pública de instrução da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4943, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4663, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos do substitutivo que apresenta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5512, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a Residência Jurídica como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 137, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1873/2022, que "altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental; para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica"." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 138, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2796/2021, que "cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia"." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 135, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 134, de 2023** que: "Requer inclusão de convidado à audiência pública objeto do REQ 130/2023 com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3358, de 2023, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo" **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 136, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 125/2023 – CE e ao REQ 126/2023 – CE, que dispõem sobre a realização de audiências públicas para instrução do PL 1338/2022, a inclusão da senhora Amabile Pacios – Representante da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 139, de 2023** que: "Requer urgência para o PL 4943/2023, que "Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria"." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Emendas da CE ao PPA 2024-2027**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto do Plano Plurianual - PPA 2024/2027 (PL nº 28/2023-CN), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Educação e Cultura, das seguintes emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PL nº 28/2023-CN). Emendas à despesa: **Emenda nº 1** – Programa 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, a Emenda nº 1, Objetivo Específico 0458 – Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto. Metas propostas: ano 2025, 49,5; ano 2026, 52,5; e ano 2027, 57, de modo a ampliar o apoio à infraestrutura da rede escolar da educação básica pública (proposta de emenda nº 1). **Emenda nº 2 –** Programa 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, Objetivo Específico 0039 – Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação. Metas propostas: ano 2025, 53,3; ano 2026, 57; ano 2027, 61. Metas regionalizadas propostas: Região Centro-Oeste – ano 2025, 45; ano 2026, 48,1; ano 2027, 51,5; Região Nordeste – ano 2025, 48,1; ano 2026, 51,5; ano 2027, 45,9; Região Norte – ano 2025, 29,2; ano 2026, 31,2; ano 2027, 33,4; Região Sudeste – ano 2025, 63,4; ano 2026, 67,8, ano 2027, 72,6; Região Sul – ano 2025, 60,7; ano 2026, 64,9; ano 2027, 69,5; de modo a ampliar a oferta de vagas na educação infantil para as crianças de 0 a 3 anos (proposta de emenda nº 2). **Emenda nº 3 –** Programa 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, Objetivo Específico 0439 - Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando a redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados. Metas propostas: ano 2025, 28; ano 2026, 32; ano 2027, 36. Metas regionalizadas propostas: Região Centro-Oeste – ano 2025, 17; ano 2026 – 19; ano 2027 – 21; Região Nordeste – ano 2025, 40; ano 2026, 48; ano 2027, 57; Região Norte – ano 2025, 13; ano 2026, 15; ano 2027, 17; Região Sudeste – ano 2025, 28; ano 2026, 32; ano 2027, 36; Região Sul – ano 2025, 19; ano 2026, 20; ano 2027, 22; de modo a ampliar oferta de educação integral em todas etapas e modalidades da educação básica (propostas de emenda nº 5 e 6). Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. A presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 89ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de novembro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Carta Aberta, encaminhada pelo Ministério da Educação, contendo as principais conclusões do seminário, abro aspas, "A sociologia no novo ensino médio", fecho aspas, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a Sociedade Brasileira de Sociologia. O documento mencionado permanecerá por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, será arquivado.

Comunico também com alegria que, considerando as 89 reuniões realizadas pela Comissão de Educação, as dez reuniões realizadas na Subcomissão destinada a debater o ensino médio e o seminário em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, esta é a centésima reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, centésima! Até a presente data, realizamos 28 reuniões deliberativas, 53 audiências públicas, 5 reuniões para comparecimento de ministros de Estado, 10 reuniões da Subcomissão destinada a debater o ensino médio no Brasil, 1 sabatina de autoridade, Diretor da Ancine, 1 reunião para deliberação de emendas orçamentárias e 1 seminário conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Declaro que nossa Comissão tem se engajado nos debates de temas em destaque no cenário nacional, nas áreas de educação e cultura e na elaboração de projetos que nortearão importantes políticas públicas nos próximos anos. Em 2023, afora a reunião de hoje, a Comissão apreciou um total de 256 matérias, tendo sido aprovados 147 projetos, 87 em decisão terminativa e 60 em decisão não terminativa.

Entre os principais trabalhos realizados pela Comissão de Educação e Cultura podem ser destacados o ciclo de debates sobre a segurança escolar e prevenção a ataques contra instituições de ensino, resultando na aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 2.256, de 2019, de autoria do Senador Wellington Fagundes e relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem cumprimento inclusive aqui presente, assim como a Senadora Zenaide Maia e o Senador Esperidião Amin; também os ciclos de debate sobre o novo Plano Nacional de Educação e sobre o cumprimento de metas do atual Plano Nacional de Educação; a instalação da Subcomissão para debater e avaliar o ensino médio no brasil, que tem como Presidente a Senadora Teresa Leitão e Relatora a Senadora Professora Dorinha Seabra, cujo relatório será apreciado na próxima reunião deliberativa; a aprovação do PL 2.617, de 2023, de relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa Escola em Tempo Integral – a matéria foi sancionada pela Presidência da República e transformada na Lei 14.640, de 2023 –; a aprovação da Lei Geral do Esporte, que teve como Relatora a Senadora Leila Barros; o debate sobre a regulamentação da comunicação audiovisual sob demanda e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), com a aprovação do PL 1.994, de 2023, que está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última reunião do ano, faremos um balanço completo sobre as atividades da Comissão no ano de 2023.

Quero parabenizar, então, a Comissão toda, os Senadores, as Senadoras, as iniciativas, os projetos de lei, que é um trabalho – sempre eu insisto em falar – articulado, conjunto, convergente, a favor da educação e da cultura. Parabéns para a Comissão, parabéns para a Andréia, para toda a equipe de apoio, também para os Consultores, que estão aqui presentes, o Edmar, a Luana, a Tatiana. Parabéns sempre! O Juci, que está aqui presente, nos auxiliando sempre com a LDO, a LOA, o Plano Plurianual. Parabéns pela competência e pelo trabalho!

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 88ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, e a segunda parte é destinada à discussão e à deliberação das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Plano Plurianual, PPA 2024-2027, PL nº 28/2023, do Congresso Nacional, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Muito bem. Nesse sentido...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Zenaide Maia está solicitando a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria pedir a inversão de pauta, se possível, Sr. Presidente, do PL que eu vou relatar, de nº 4, se os colegas concordarem, porque eu tenho um...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo objeção, invertemos, então, a pauta, para que o primeiro item a ser apreciado seja o de nº 4.

Antes disso, porém, fica retirado de pauta o item nº 5, a pedido do Relator, o Senador Wellington Fagundes.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5512, DE 2019

- Terminativo -

Institui a Residência Jurídica como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 12/09/2023.)

Muito bem, passamos, então, Senadora Zenaide Maia, a quem eu quero sempre cumprimentar... V. Exa. tem um fã-clube lá, no Paraná, que sempre acompanha as suas posições, o seu trabalho, a sua dedicação e competência. Teria muitos votos lá, no Estado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu quero agradecer aqui, mas dizer o seguinte: é uma alegria muito grande participar com os meus colegas, as minhas colegas Senadoras. Eu costumo dizer que a grande maioria tem uma experiência bem maior do que eu. Todas e todos me enriquecem com o conhecimento – isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

E quero saudar também, da mesma forma, o Senador Marcos Pontes, porque, só em São Paulo, teve 12 milhões de votos, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Onze? Poxa... Eu me enganei. Mas 11, de qualquer forma, é uma imensidão de votos.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4663, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A matéria será apreciada, na sequência, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra V. Exa., Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou até ler o relatório. Não pedi para passar direto à análise, porque o relatório é curto e eu acho que é importante a gente falar sobre ele como um todo.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei de nº 4.663, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei de nº 11.124, de 2005, e a Lei 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

Para tanto, os dois primeiros artigos da proposição alteram, respectivamente, a Lei de nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que institui o mencionado Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, bem como a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida, para tornar obrigatória a referida implementação, conforme exposto na ementa do projeto. O terceiro artigo, por fim, encerra a cláusula de vigência, prevista para 180 dias após a data de publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor ressalta que a biblioteca pública é um espaço privilegiado de desenvolvimento das práticas leitoras e que sua instalação em conjuntos habitacionais financiados pelo Governo aproxima o conhecimento e a informação dos que mais necessitam, que são os cidadãos mais pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para a apreciação da CE e, em decisão terminativa, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Neste colegiado, a matéria foi inicialmente distribuída para a relatoria do Senador Jorginho Mello. Em razão de não mais pertencer aos quadros desta Comissão, o Senador devolveu a proposição, que foi redistribuída para a nossa relatoria.

A análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre instituições educativas e culturais, a exemplo da proposição em debate.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna determina ainda que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, por mais que organizações internacionais, autoridades públicas e a sociedade civil reconheçam a importância da biblioteca pública e o dever dos governantes de oferecer esse serviço à comunidade, o cenário, no Brasil, é outro.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi criado pelo Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, como órgão federal subordinado, até 2014, à Fundação Biblioteca Nacional, vinculada, por sua vez, ao Ministério da Cultura (MinC). Desde sua criação, vem trabalhando de modo articulado com os sistemas estaduais, municipais e do Distrito Federal de bibliotecas públicas em prol do fortalecimento desse importante equipamento cultural.

Levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em 2015 mostrou que, com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, distribuída em 5.570 municípios, o Brasil contava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com apenas 6.148 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, o que corresponde a uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes.

Instaladas em 5.453 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal, equivale a uma média de 1,1 biblioteca pública por município, o que nos deixa com mais de uma centena de municípios sem espaços públicos de leitura.

A biblioteca pública é a porta de entrada para o conhecimento e proporciona as condições básicas para uma aprendizagem contínua, uma tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Não há dúvida de sua importância como meio de acesso à educação e à cultura e de valorização e difusão das manifestações culturais, tampouco há dúvida de que há uma carência destas em nosso país.

Por essas razões, é, sem dúvida, justa e oportuna a proposta de que programas federais de financiamento e desenvolvimento de conjuntos habitacionais contemplem, como exigência entre os equipamentos comunitários mínimos, a instalação de biblioteca pública e de salas de estudo.

Não obstante, apesar de meritória a proposta em exame, ela confere atribuições impróprias ao FNHIS e ao Programa Nacional de Habitação Urbana, integrante do PMCMV, ao obrigá-los a instalar bibliotecas públicas e salas de estudo sem que o poder público local se comprometa a equipá-las e mantê-las de acordo com sua capacidade financeira e de gestão e, evidentemente, respeitados os respectivos planos diretores ou leis municipais equivalentes.

Considerando que a concretização de projetos de interesse social previstos em legislação federal geralmente não se realiza com a responsabilidade de apenas um ente, mas com parcerias e convênios envolvendo a prestação de contrapartida, entendemos ser necessária a anuência do ente mantenedor, se comprometendo com a disponibilização de equipamentos e manutenção das referidas construções, para que não se tornem espaços vazios e configurem desperdício de dinheiro público.

Dessarte, a fim de manter coerência com o disposto no *caput* do art. 182 e no §2º do art. 211 da Constituição Federal, que atribuem ao município o protagonismo na gestão da política de desenvolvimento urbano, julgamos pertinente introduzir aperfeiçoamentos no PL nº 4.663, de 2019, na forma de substitutivo, mantendo a obrigatoriedade de edificação dos equipamentos comunitários propostos pelo projeto de lei em epígrafe, todavia condicionada ao compromisso por parte do poder público local de equipá-las e mantê-las.

Assim, sempre que o município se comprometer a prover equipamento e manutenção a bibliotecas públicas ou salas de estudo, deverão estas ter sua edificação assegurada por meio de recursos do FNHIS e PNHU.

Considerando, ainda, que a oferta de biblioteca pública não é obrigatória no Brasil – diferentemente do que ocorre com escolas de educação básica, que devem atender à totalidade de crianças e adolescentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em idade escolar – e que é o município quem deve determinar a quantidade e a localização das bibliotecas que manterá, julgamos conveniente facultar, a critério do ente mantenedor, a edificação de espaço para biblioteca pública ou para sala de estudo.

Dessa forma, ainda que se esteja criando obrigação para a União, essa se faz com absoluto respeito ao pacto federativo e ao princípio da razoabilidade.

Em resumo, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica e merece ser aprovado, com a emenda que propomos para o seu aperfeiçoamento.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei de nº 4.663, de 2019, nos termos do substitutivo que se apresenta:

EMENDA Nº 1 - CE
PROJETO DE LEI Nº 4.663, DE 2019 (SUBSTITUTIVO)
Altera a Lei nº 11.124, de 2005, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS", e a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:
"Art
11.....
.....
§ 5º Os conjuntos habitacionais financiados com recursos do FNHIS serão equipados com edificações destinadas a biblioteca pública e a salas de estudos entre os equipamentos públicos comunitários mínimos, a critério do ente mantenedor, condicionada a existência prévia de compromisso do poder público local na oferta de equipamento e em sua manutenção." (NR)
Art. 2º O art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
"Art. 5º-A. .....
.....
Parágrafo único. Para a implantação de conjuntos habitacionais no âmbito do [Programa Nacional de Habitação Urbana] PNHU, é obrigatória a construção de edificação destinada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biblioteca pública e a salas de estudos entre os equipamentos públicos comunitários mínimos, a critério do ente mantenedor, condicionada a existência prévia de compromisso do poder público local na oferta do equipamento e em sua manutenção."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Está em discussão a matéria.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Eu só gostaria de acrescentar a importância de se ter instalações como essa, se não dentro de cada um deles, pelo menos num distrito, numa distância adequada, pequena, de maneira que esses jovens e as pessoas que moram no Brasil inteiro tenham acesso à biblioteca, tenham acesso a estudo. E eu acrescentaria uma coisa também, que era uma das minhas metas dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: que tenham acesso a equipamentos para promoção da ciência, para popularização e promoção da ciência. Isso não é caro, é fácil de se ter e traz aí o senso de curiosidade nesses jovens.

Quero lembrar também a formação de bibliotecários – Biblioteconomia, se eu não me engano, o curso para isso. É importante a gente ter a formação, lembrando que isso tem evoluído bastante, com a utilização hoje em dia muito mais de publicações digitais, de acesso à publicação digital, e para isso precisa de conectividade. Você vê que uma coisa vai levando a outra. E a conectividade pode e deve haver, e isso é importante, porque está dentro das funções previstas para a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), que é uma organização social conectada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como uma das finalidades justamente conectar sistemas, equipamentos de ensino.

Então, parabéns, Senadora Zenaide. Sem dúvida, isso vai ser um acréscimo muito grande. Que a gente tenha muitos jovens que, através dessas instalações, adquiram curiosidade para, por meio da educação, realizarem seus sonhos de vida também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia, Relatora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Eu quero aqui parabenizar o nosso colega Veneziano Vital do Rêgo e lembrar o seguinte: quem não lê não sabe escrever – e a gente vê críticas contumazes à dificuldade que nossos alunos têm em dissertação em português. Para isso nós temos que oferecer condições. Bibliotecas: você chega, como se mostrou aqui, e uma cidade inteira sem nenhuma biblioteca. A gente fala na virtual, mas a maioria não tem acesso a isso. Então, como informação é poder, como empoderar nossos jovens com conhecimento? Oferecendo – e isso é papel do Estado brasileiro nas três instâncias – condições para que nossas crianças e jovens tenham conhecimento.

Se olharem... Eu fui olhar a prova do Enem, e precisava de muito conhecimento geral. Na maioria, não eram só português e matemática ensinados nos cursinhos, tinha que ter conhecimento geral. E quem tinha o conhecimento geral? O aluno que tinha condições de ler. Eu olhei as matérias – tem uma neta minha de 13 anos que eu mandei fazer para perder o medo do Enem – e vi que não precisa só de cursinho para ensinar. Os alunos que vão tirar notas altas ali foram alunos que tiveram educadores. Eu costumo dizer que educar é muito mais do que ensinar: ensinar é aprender uma matéria para passar num processo seletivo; educar é educar o cidadão para a vida. Hoje eu vi, no Enem, as matérias e, para quem não tinha conhecimento geral, a prova de humanas ficou difícil, porque tinha que ter leitura, tinha que ter espaço para ler.

Eu me senti orgulhosa deste Congresso Nacional, porque praticamente todos os assuntos a mais tinham sido discutidos durante esses anos aqui. Então, é aquela história, mesmo que a gente não seja brilhante nem um ás, como é o nosso Astronauta, nós temos aqui algo de que nós temos que nos orgulhar: nós criamos leis e tentamos dar visibilidade a essas leis.

Parabéns, Veneziano!

Eu queria pedir aqui aos colegas que a gente aprove, até porque, como se falou aqui, o substitutivo foi essencial. Essas bibliotecas e salas só vão para onde o gestor municipal se responsabilizar. Assim, a gente já vê aquele gestor que tem um respeito pela educação dos seus munícipes.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Vice-Presidente desta Casa, e a Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós todos sabemos como funcionam os conjuntos habitacionais. Até tem uma pracinha lá e se trabalha muito para ter um colégio no conjunto, mas biblioteca instalada, para que o menino ou a menina não tenha que se deslocar para outro bairro, para a cidade, para o centro, para ter conhecimento, para ter acesso ao livro e ao saber, é fundamental. Então, eu não poderia deixar de rapidamente dizer que a instalação de bibliotecas públicas e salas de estudos em conjuntos habitacionais, financiadas pelo Governo, aproxima efetivamente a população do saber, do conhecimento, do estudo.

Parabéns, Senadora Zenaide Maia! Parabéns, Senador Veneziano Vital do Rêgo! Ele autor e ela Relatora, que fez um substitutivo e deu mais brilho ainda ao projeto que já era uma estrela, eu diria, pela grandeza do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Quero destacar também, da minha parte, o relatório da Senadora Zenaide Maia, a autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, também a contribuição do Senador Marcos Pontes e a fala de V. Exa.

Tenho absoluta convicção de que os Senadores Leila Barros, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira, todos concordamos com o conteúdo, mas eu quero dizer o seguinte: que eu tive a oportunidade de visitar dezenas de bibliotecas chamadas – não sei se ainda são chamadas – cidadãs, num espaço de 80m², 90m², pequenas, dentro de um espaço, mas lá com os livros, obviamente; mas algumas tão organizadas que eles tinham contação de histórias, tinham o espaço cidadão com computador, a conectividade a que o Senador Marcos Pontos se referiu, as pessoas podendo utilizar os computadores também lá, aprender a usar, a lidar com aquilo, experiências.

Então, dependendo da criatividade e do protagonismo daquela comunidade, aquilo se transformava num centro de referência, inclusive com apresentação de cursos de pequena duração. Onde? Na biblioteca. Isso cria uma mentalidade diferente. Quer dizer, ter essas oportunidades e apontar para municípios, estados... Porque é uma soma. O Governo Federal apoia... Quer dizer, é uma questão também tripartite: o que o Município faz, o Governo estadual, o Governo Federal e assim por diante, não é?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Atualmente, tem uma editora que está fazendo alguma coisa que eu achei interessante. Quero ver se coloco algum recurso, até porque o preço não é lá essas coisas para cada módulo. Desenvolveram umas prateleiras, umas estantes assim um pouco inclinadas sobre rodinhas, e ali aquele conjunto pega, parece-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me, 489 livros. Quer dizer, se a biblioteca está longe, em algum lugar, aquilo vem empurrado, chega, entra na sala de aula e as crianças, os adolescentes podem muito bem manusear todos aqueles livros, o professor pode enriquecer.

Eu achei fantástica essa ideia também, porque nem sempre na escola tem um espaço, tem um lugar confortável como se tem em tantos lugares. E essas estantes sobre rodas me chamaram atenção. O cara empurra lá rapidinho, e ela está aqui. Terminou de usar aqui, pode-se deslocar para outro local ou voltar para o seu espaço.

Muito boa a ideia, e eu espero que lá a gente possa usar isso também e se dar bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Zenaide Maia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, Comissão de Educação, Substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos agora ao item nº 2 da pauta, que tem a autoria da Comissão de Meio Ambiente e a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Temos um requerimento do Senador Zequinha Marinho...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. já sabe disso e concorda também com a apresentação do requerimento, porque, havendo aprovação do requerimento, ficará para uma outra oportunidade, adiada a apreciação propriamente do projeto de lei.

Então, por favor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, solicito que fosse extrapauta, para a gente discutir e tentar aprovar um requerimento que solicita audiência pública, para que a gente possa reforçar ainda mais esse tema, dando a ele o maior equilíbrio possível na questão da educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em primeiro lugar, então, eu indago do Plenário se podemos incluir o requerimento a que o Senador Zequinha Marinho se referiu como item extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, particularmente do nosso Relator, nem do Plenário, então está incluído.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra V. Exa., então, para...

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 137, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir

o PL 1873/2022, que "altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental; para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica".

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

A autoria é do Senador Zequinha Marinho, a quem eu passo a palavra para considerações que julgar importantes.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.873/2022, que "altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica".

Proponho para a audiência pública a presença de representante da Associação de Olho no Material Escolar. E fica em aberto para quem quiser propor outras instituições ou entidades nesse debate.

O requerimento em pauta tem como objetivo aprofundar o debate e promover informações acerca do Projeto de Lei nº 1.873, de 2022, que pretende atualizar a Lei da Educação Ambiental com o intuito de "dar maior centralidade aos temas ambientais e climáticos no ambiente escolar", assim como cita a justificativa do projeto.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Não... Primeiro, pela ordem também, Sr. Presidente – eu ia pedir a palavra pela ordem.

Apoio. Acho que é necessário fazer esse debate aqui na Casa.

E quero dizer também que tenho um requerimento, o 138, que eu gostaria também que fosse incluído extrapauta. Eu sou a Relatora do PL 2.796, de 2021, que cria o marco legal da indústria dos jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia, os *fantasy games*.

Então, é um desafio que nós já debatemos no Plenário, voltou aqui para a CE esse projeto, o senhor me designou Relatora. Acho necessário e muito pertinente nós começarmos o debate. Então, se puder pautar esse nosso Requerimento 138, extrapauta, para fazermos esses encaminhamentos, para nós seria muito importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senadora Leila Barros.

Antes disso, se alguém quiser discutir o requerimento do Senador Zequinha Marinho, está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns comentários.

Eu acho importante o debate, eu acho importante nós termos esta audiência. Eu tenho até alguns nomes depois para propor também, para que tenha mais completamento.

Alguns pontos com relação a essa questão de mudanças climáticas. É importante ressaltar que nós tivemos – ele não está aqui, estava aqui o Senador Esperidião Amin – uma sessão temática no Plenário discutindo sobre isso. É um tema importante, atual. Tendem a aumentar os problemas no país devido a eventos climáticos severos, como a gente vê no Sul, ou às secas no Norte e Nordeste – a gente tem observado. Então, é necessária uma proteção ou pensar de forma preventiva nas consequências dessas mudanças climáticas. Independentemente de que exista um grupo pequeno de cientistas que acha que são mudanças naturais da Terra, um grupo maior acredita que seja influência nossa, como seres humanos na superfície do planeta. Independentemente disso, o fato é que as mudanças estão aí, e nós precisamos de ação, e a ação precisa ser imediata. E uma parte importante dessa ação é a prevenção.

Eu tenho um projeto de lei que eu coloquei, já está em tramitação, que é justamente sobre gerenciamento de riscos para mudanças climáticas. Nós trabalhamos oito meses com a Defesa Civil, com o Cemaden (Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), para montar esse projeto de lei de gerenciamento de riscos. Ele integra essas ações no país inteiro. E parte dessas ações é justamente a prevenção, e a prevenção também envolve educação nas escolas. Como a gente já falou aqui em algumas outras ocasiões, levar o assunto para os estudantes, para os professores, não só para que eles entendam o que acontece, mas também como se proteger, e isso acaba chegando às casas e especialmente às regiões de risco, onde mora a população; muitas vezes o estudante leva para casa e ensina os pais a respeito disso. É importante demais.

O Cemaden também tem um programa, o "Cemadenzinho", como a gente chama, o Cemaden Educação, para ajudar na formação dos alunos e dos professores. Nós vemos a necessidade premente de se ter isso no Brasil, para que os municípios tenham plano de prevenção, plano de preparação, plano de resposta e plano de recuperação. É essencial que todos os municípios tenham. E, com isso, eu acho que é muito rico a gente poder discutir isso aqui, aumentar essa possibilidade. Está aqui o PL que fala sobre isso, é o PL 5.002, de 2023, sobre gerenciamento de riscos nos desastres naturais. E essa discussão vai ser muito útil para todos nós.

Então, sem dúvida nenhuma, eu concordo em ter esta audiência e aguardar para que o relatório seja feito em outra ocasião. E depois eu gostaria de colocar também alguns pontos sobre a audiência, alguns convites para a audiência também.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente, Senador Marcos Pontes. Nós podemos depois dialogar com V. Exa., como a gente habitualmente faz, e também com os Senadores Zequinha Marinho e com os demais membros da Comissão para vermos como organizar esse assunto.

V. Exa. traz esse debate todo que vem acontecendo. E o nosso grande intuito é associar isso particularmente com a educação básica, para que a gente crie uma nova cultura, uma nova mentalidade acerca de todos os desafios do meio ambiente. Com V. Exa. temos conversado, inclusive, muito sobre isso.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo sido aprovado o Requerimento, de audiência pública, nº 137, de 2023, de autoria do Senador Zequinha Marinho, fica adiada a deliberação do Projeto de Lei nº 1.873, de 2022, item 2.

(É o seguinte o item adiado:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1873, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, para estabelecer temas que devem ser abordados no âmbito da educação ambiental; para incluir, dentre os princípios da educação ambiental, a conscientização acerca das mudanças climáticas; para prever a criação de programa nacional de promoção das escolas sustentáveis; e para garantir espaços semanais interdisciplinares que tratem de educação ambiental, na grade curricular da educação básica.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação). (*Pausa.*)

Como a Senadora Leila Barros já apontou, se V. Exa. concordar, faremos uma inversão de pauta também, já que ela apontou o item. Não havendo objeção, fazemos a inversão, com a colocação do item extrapauta, se não houver objeção também da Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 138, de 2023.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 138, DE 2023

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2796/2021, que "cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia".

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Se V. Exa. quiser fazer a defesa do requerimento...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar.) – Sim, Sr. Presidente.

Eu vou ler, acho que até por causa dos nomes dos convidados.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.796, de 2021, que "cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Ancine; a Sra. Raquel Gontijo, Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (Abragames); a Sra. Emanuella Halfeld, representante do Instituto Alana; o Sr. Gilson Schwartz, Presidente da rede Games for Change América Latina, Professor Doutor da USP; o Sr. Paulo Henrique Perna Cordeiro, Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte; o Sr. Rafael Marcondes, Presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sport (ABFS); e o Sr. Márcio Filho, Presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Estado do Rio de Janeiro.

Justificação.

No dia 20 de setembro deste ano, o Plenário realizou uma sessão de debates temáticos para discutir o PL 2.796, de 2021. Ouvidos os 21 convidados, ficou evidente a necessidade de maior análise da matéria, a fim de buscar um texto que contemple melhor as considerações e necessidades dos envolvidos no tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos concluindo a elaboração de um texto com essa orientação e consideramos, neste momento, fundamental ouvir as considerações dos envolvidos em audiência pública na CE antes de levar a proposta para votação nesta Comissão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

E já agradeço também ao Senador Marcos Pontes pelo carinho aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão o requerimento apresentado pela Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o conteúdo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 3 da pauta. Quero inclusive destacar e saudar a presença da Deputada Simone Marquetto – seja muito bem-vinda –, autora do projeto de lei, e também do Deputado Luiz Gastão, com quem a gente até conversou semana passada no Plenário, Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados. Então, Simone Marquetto, autora, e Relator, Deputado Luiz Gastão. Sejam muito bem-vindos sempre, a Comissão de Educação é de todos nós.

Item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4943, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa, como já dito, é da Deputada Federal Simone Marquetto, MDB, São Paulo, e Relator, na Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Gastão, PSD, Ceará. Aliás, eu estive no Ceará outro dia, na reunião do Conselho Nacional de Educação, estado maravilhoso, assim como São Paulo, porque o Relator da matéria aqui é de São Paulo.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Gostaria inicialmente de parabenizar a Deputada Simone Marquetto e o Deputado Luiz Gastão.

Vou à análise.

O Regimento Interno do Senado Federal dispõe, no art. 102, inciso II, que compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Muito bem relatado pelo Deputado Luiz Gastão, em Plenário, pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, corroboramos com aquele Parlamentar no sentido de ressaltar que a presente proposta tem um significado especial para milhões de fiéis ao redor do país e representa um importante momento de reflexão espiritual e devoção para os cidadãos brasileiros.

O Rosário da Virgem Maria é uma prática de devoção amplamente difundida na cultura religiosa do Brasil. Por séculos, ele tem sido um símbolo de fé, esperança e proteção para os crentes, proporcionando conforto espiritual e orientação em momentos de adversidade. A instituição do Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria reconhece e valoriza esta tradição, permitindo que os cidadãos possam celebrar e fortalecer sua fé de maneira oficial e unificada. Nas diversas aparições de Nossa Senhora, a aparição de Fátima é a mais conhecida, onde Nossa Senhora nos instruiu que deveríamos rezar o rosário todos os dias, assim acabaríamos com as guerras e celebraríamos a paz.

A história de Nossa Senhora do Rosário teve início com uma visão extraordinária concedida a São Domingos de Gusmão, fundador da Ordem dos Dominicanos. Ela aconteceu em 1212, enquanto esse santo enfrentava desafios em Toulouse, na França, devido à heresia albigense. Esta heresia não só minava a fé católica, mas também causava desordens sociais e muitas mortes, deixando milhares de pessoas amedrontadas. Durante esse período turbulento, a Virgem Maria apareceu a São Domingos e "entregou-lhe" o Rosário, explicando sua importância como uma arma espiritual contra as heresias.

A devoção do Rosário consiste na contemplação da vida de Jesus em quatro momentos, chamados de Mistérios: os Mistérios Gozosos, Luminosos, Dolorosos e Gloriosos, ou seja, toda a passagem de Jesus Cristo na Terra. Essa reflexão é feita durante a oração das diversas fases de Jesus na Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prática da oração do Rosário tem sido adotada por várias congregações católicas no Brasil e no mundo. Inclusive, nos últimos tempos, várias instituições católicas vêm utilizando orações coletivas do Rosário, como, por exemplo, o Terço dos Homens, Terço das Mulheres. O Instituto Hesed no Ceará, que instituiu o Exército de São Miguel, já rezou o Rosário às 5h da manhã com a participação de mais de 140 mil pessoas. Também o Frei Gilson, em São Paulo, é outro exemplo de destaque da contemplação do Rosário como oração diária que promove paz e harmonia nos corações das pessoas e no mundo. Enfim, a comunidade católica está engajada na oração do Rosário.

Os cristãos no Brasil correspondem a mais de 80% da população, sendo Nossa Senhora reverenciada pela esmagadora maioria.

O conhecimento e o respeito à Virgem Maria são tamanho que ela é padroeira do Brasil, inclusive com feriado nacional, e de diversos municípios por esse país afora, onde é cultuada e festejada nas suas diversas denominações, de acordo com suas aparições, como Nossa de Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Lurdes, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário, entre diversas outras.

Pelo que se depreende de todo o exposto, demonstra-se inequivocamente ser de relevante significado a instituição do Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria, a ser comemorado no dia 7 de outubro de cada ano, um dia a ser dedicado a ela por meio da oração do Rosário.

Sendo, portanto, de grande alcance popular, não vemos necessidade de comprovação daquilo que é notório, de conhecimento de milhões de pessoas, mostrando-se despicienda a realização, no presente caso, de audiência ou consulta pública. Ademais, tal medida tornar-se-ia uma ação meramente pró-forma e um elemento que retardaria o fluxo da tramitação legislativa, além de constituir-se numa despesa pública desnecessária.

Além do mais, o nosso ordenamento jurídico adota a máxima da notoriedade em prol da agilidade e da eficiência, evitando-se provar fatos que são amplamente conhecidos e aceitos.

Ante o exposto, a proposição está em conformidade com o sistema jurídico vigente.

Está também, o projeto sob exame, com boa técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.943, de 2023.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só antes, Senador Laércio, gostaria de parabenizar novamente a Deputada Simone Marquetto e também o... (*Pausa.*)

Desculpe, eu é que estou atrapalhado aqui.

Quero cumprimentar de novo a Deputada Simone Marquetto, autora do projeto de lei, do MDB, São Paulo. Também o Relator, Luiz Gastão, PSD, Ceará. Quero dizer da importância... Lá em Curitiba, nós temos, inclusive, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, e também num ponto importante lá de Curitiba, o Centro Histórico de Curitiba, uma igreja com a qual a gente também tem uma relação muito próxima. É muito importante termos o dia 7 de outubro como o dia nacional para essa finalidade.

Então, parabenizo a ambos pela iniciativa.

Parece que o Relator quer complementar alguma coisa, o Senador Marcos Pontes. E parabenizo o Marcos Pontes pelo relatório rápido também e eficiente em relação à matéria.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só, como complemento, eu gostaria de, novamente, parabenizar a Deputada Simone Marquetto e o Deputado Luiz Gastão por essa iniciativa.

Eu sou católico, como amplamente conhecido, e devoto de Nossa Senhora. Sempre que posso, eu vou à Aparecida justamente por isso. Eu acho importante, porque é o reconhecimento para milhões de brasileiros que professam a mesma fé. Eu acho que é um dia a ser marcado com o Rosário. Aliás, lembro que essa semana tem o Congresso Nacional do Rosário aqui, em Brasília.

Também, aproveitando o fato da aprovação desse projeto de lei, eu gostaria de solicitar aqui à nossa Mesa, a esta Comissão um pedido de urgência para a votação em Plenário, de forma que, depois, eu vou colocar o requerimento, conforme previsto, mas é só para colocar aqui essa necessidade da urgência. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quê? Justamente por causa desse congresso, essa semana. Acho que seria muito importante nós termos isso aí acontecendo em paralelo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Eu quero passar a palavra ao Senador Laércio Oliveira, que está aqui, ao meu lado, companheiro de caminhadas às 6h da manhã, também tentando, de alguma forma, manter a forma também física, não é? Mas eu sempre o vigio para ver se ele está caminhando; ele vigia e me puxa a orelha se eu não estou lá também. Mas ele ia fazer a mesma solicitação também.

Por favor, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores, todos que estão aqui, na nossa Comissão, meu Presidente querido, Senador Flávio Arns.

Eu vim aqui, à Comissão, hoje, para reverenciar este momento tão importante de um projeto tão importante, nas figuras da Deputada Simone e do meu amigo pessoal e querido de tantos anos, o Luiz Gastão, ambos Deputados, uma a autora e o outro o Relator do projeto. Tivemos o privilégio de ter o nosso Astronauta Marcos Pontes como Relator. Eu tomei a iniciativa – peço-lhe desculpas – de pedir aqui um requerimento para eu assinar, para essa urgência. Então, se o senhor me permitir, a gente subscreve junto o requerimento, porque é um tema importante, independentemente de religião, qualquer que seja. A questão é que o Dia Nacional do Rosário da Virgem Maria precisa ser reconhecido, respeitado e praticado por aqueles que assim professam a fé na Igreja Católica.

Então, eu quero dizer que eu o faço com muita satisfação. Espero que hoje façamos um esforço aqui. Tenho certeza de que o Plenário do Senado, com essa urgência pedida aqui ao nosso Presidente, Senador Flávio, vai conseguir aprovar isso ainda hoje, para que a celebração bendita aqui – bem dita ou bendita – pelo astronauta Marcos Pontes... Acho que a gente alcança esse propósito e essa bênção para todos nós.

Então era isso, Presidente. Muitíssimo obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Leila...

Eu só queria dizer que o bem dita, com "m", e o bendita, com "n", não é? (*Risos.*)

Bem dita e bendita. Para ver que o português não é fácil também. (*Risos.*)

Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, só para reforçar: eu também sou católica e crismei, comunguei, tudo bonitinho, assim, batizada, então a minha família tem uma fé muito grande, e a gente sabe que a prática de devoção do Rosário da Virgem Maria é muito forte entre os católicos. Então, assim, gostaria também, juntamente com os Senadores Laércio e Marcos Pontes, de subscrever, porque é um momento em que o país precisa, independentemente da sua fé, reforçar mais ainda essa corrente e aproveitar, como o Senador falou, a estada aqui de todo esse simbolismo do Rosário na cidade. Então, que possamos fazer essa deliberação de forma rápida, urgente, no Plenário do Senado, parabenizando, claro, a autora do projeto, a Deputada Simone, o Deputado, também, Gastão, o Senador Marcos Pontes... Estamos todos juntos nessa corrente, parabenizando a todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido.

Primeiro, quero cumprimentar a Deputada Simone e o Deputado Gastão. Quando eu ia saindo, ela disse: "Não vai votar, Senador?". Eu disse: "Eu volto. Volto, que tenho compromisso também com essa pauta". (*Risos.*)

Eu só resumo com isto: eu fui sacristão, Igreja Pio X, Caxias do Sul. Então, não tinha como eu não estar aqui também nessa votação, e subscrevo o requerimento de urgência também para o Plenário.

Parabéns a todos, inclusive ao nosso astronauta, que enxerga além das estrelas – não é? – e, por isso, tinha todas as condições de relatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu também subscrevo. Então, vamos todos subscrever em conjunto a urgência dessa matéria, para ser apreciada pelo Plenário em decisão terminativa. E é importante isso, porque todos os partidos políticos estarão assinando também o requerimento de urgência.

Parabéns à Simone, ao Luiz Gastão, parabéns ao Brasil.

Lá no Paraná, nós temos Nossa Senhora do Rocil como padroeira do estado, temos a lei estadual...

Eu moro na Paróquia Nossa Senhora do Rocil também. Terminamos ontem – ou hoje – a novena de Nossa Senhora das Graças, que é muito importante também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente tem que pensar é que nós temos que unir as religiões, quer dizer, todas elas convergirem... Eu acho que isso que é o importante, independentemente de ser essa denominação ou outra denominação... É que nem o Papa Francisco já colocou, quando as pessoas foram lá falar sobre os católicos – e eu sou católico também –, ele disse: "Olha, vamos fazer uma força para chamarmos de cristãos todos que estão nessa caminhada a favor dessa convergência para o bem comum". Mesmo as pessoas que eventualmente não professem uma religião, eu sempre digo, eles professam o maior mandamento, que é o amor ao próximo. Isso pode não professar uma religião, mas dizer "não, eu quero que ele tenha educação, saúde, trabalho, assistência, seja respeitado, tenha chances, oportunidades, dignidade", esse é o mandamento maior, e isso tem que nos unir nas diversas religiões.

Então, está em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovado.

Obrigado.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Muito bem.

Passamos ao item nº 1 da pauta, Projeto de Lei nº 3.383...

Laércio, obrigado. E continue caminhando de manhã.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3383, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Senador Alessandro Vieira. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já consultamos o Senador Paulo Paim sobre se ele poderia ser o Relator *ad hoc* da matéria. Nosso amigo já aceitou essa incumbência. Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, primeiro eu cumprimento o autor e o Relator, eu serei Relator *ad hoc.* E quero também cumprimentar o substitutivo apresentado na Câmara dos Deputados pela Deputada Tabata Amaral. E, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise, porque é um projeto, entendo eu, tranquilo.

De início, cabe observar que, segundo o art. 65 da Carta Magna, o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora. Nesse sentido, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a presente proposição legislativa.

Consoante os arts. 285 e 287 do Risf, a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e o substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas. Logo, nesta fase de tramitação do PL nº 3.383, de 2021, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhe sendo permitida promover modificações nos dispositivos já aprovados.

A maioria das alterações promovidas na matéria constituem ajustes de redação, que aprimoram o texto enviado pelo Senado, sem grandes repercussões sobre o mérito. De maior impacto no mérito, destacamos a ampliação do escopo da proposição, no que se refere às formas de violência a serem eliminadas, como objetivo da norma legal a ser editada (inciso VI do art. 2º).

A Câmara promoveu ainda a inserção de um §4º no art. 4º, prevendo que as escolas darão publicidade ao plano de trabalho relacionado ao Programa Saúde na Escola, além da inclusão de mais um artigo ao projeto, determinando a articulação da Política Nacional de Atenção Psicossocial – diga-se que fizemos uma audiência pública ontem exatamente sobre esse tema, muito positiva, e esse projeto só vem ampliar, inclusive, e melhorar essa discussão que fizemos ontem – nas Comunidades Escolares com a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Por fim, a Câmara propõe a inclusão da área de assistência social no âmbito da política, juntamente com as áreas de saúde e educação, enquanto o texto original previa a atuação daquela área apenas como facultativa (art. 4º).

As contribuições dos Deputados ao PL nº 3.383, de 2021, são meritórias e, de fato, aprimoram a proposição. Devem, portanto, ser acolhidas por esta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante ressaltar que, quando a matéria foi inicialmente apresentada, debatida e aprovada aqui no Senado, enfrentávamos os piores momentos da pandemia de covid-19. Naquela época, os números obtidos em pesquisas e a experiência pessoal de cada um de nós mostravam, de forma eloquente, a intensidade com que a pandemia afetou a saúde mental de crianças e adolescentes, o que ocorreu com intensidade ainda maior entre os estudantes de escolas públicas pela falta de estrutura adequada de ensino à distância. As consequências desse período nefasto ainda estão sendo sentidas na atualidade.

No entanto, não podemos esquecer que o histórico anterior à pandemia já assinalava o crescimento alarmante dos índices de *bullying*, depressão, ansiedade, suicídio, automutilação, transtorno de imagem, déficit de atenção e transtornos invasivos de personalidade nessa camada da população, o que demanda atenção ao mesmo tempo coletiva e individualizada de saúde mental. Também entre os profissionais de educação o histórico pré-pandemia e as análises durante a pandemia evidenciaram um segmento social vulnerabilizado e com alta demanda por atenção psicossocial.

Dessa forma, aplaudimos o elevado mérito do PL nº 3.383, de 2021, e das alterações promovidas pela Câmara. Somos, destarte, favoráveis à sua aprovação.

Voto.

Em vista do exposto, votamos então pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.383, de 2021.

Esse é o relatório, Presidente, que aqui eu faço em nome do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço, Senador Paulo Paim.

Está em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. Agradeço, Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.383, de 2021.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos a um item extrapauta, do Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indago, em primeiro lugar, se podemos colocá-lo como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, então passamos ao Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 135, de 2023, de autoria do caro amigo que teve um acidente no dia de ontem ou nesse final de semana, sábado, mas já está... Mas acidente no bom sentido. Avô brincar com neto nem sempre... Com o neto, a gente acaba tendo... Houve o acidente também, mas está tudo bem, graças a Deus. (*Risos.*)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 135, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Então, com a palavra V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Muito obrigado, meu Presidente Flávio Arns. Cumprimento aqui a todos os nossos Senadores, Esperidião Amin, enfim, a todos que aqui estão.

Esse requerimento, Sr. Presidente, é o de nº 135, de 2023, em que requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do país, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidade de financiamento de instituições de ensino.

Como convidados: o Ministro Camilo Santana; a Ministra do Planejamento, Simone Tebet; os nossos reitores dessas novíssimas universidades que agora já foram eleitos. E nós gostaríamos, inclusive, nessa oportunidade, em sendo acertado com o Ministro da Educação – e V. Exa., já falei pessoalmente, pode nos ajudar nisso... Como já está prevista a posse desses novos reitores eleitos, porque eles eram reitores temporários, e agora não... Todos esses aqui já foram reeleitos e eleitos de forma definitiva. Trata-se da Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade, com a Analy Castilho Polizel de Souza; da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal de Catalão, Goiás, com a Roselma Lucchese; também da Universidade Federal de Jataí, Goiás, com o Américo Nunes da Silveira Neto; e da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, com o Airon Aparecido Silva de Melo. E temos ainda, entre essas novíssimas, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, cujo Reitor é o João Paulo Sales Macedo, e, completando a lista, então, o Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins, o Airton Sieben.

E é importante dizer que todas essas universidades tiveram a participação efetiva de todos nós que aqui estamos; claro, cada Senador liderou no seu estado, mas V. Exa. sempre foi um Líder de todos nós – Paulo Paim também está aqui, sempre ajudando, apoiando.

Eu quero, na justificativa, aqui, dizer que essas supernovas universidades federais, como ficaram conhecidas, foram criadas a partir do ano de 2018, mediante o desmembramento das Universidades Federais de Goiás, Mato Grosso, Piauí, Rural de Pernambuco e também do Tocantins.

Esses Ifes, esses institutos têm papel relevante na interiorização do ensino superior, ampliando a oferta de vaga para alunos que residem distante dos grandes centros urbanos em curso de graduação e pós-graduação, adaptados à realidade local, promovendo o desenvolvimento regional.

Quando as supernovas universidades federais foram criadas, receberam orçamento equivalente à época em que eram *campi* interioranos das instituições de origem, o que se mostrou totalmente insuficiente para permitir às novas instituições assumir suas atribuições como universidades autônomas.

Por essa razão, faz-se necessária a adoção de ações específicas visando à estruturação administrativa e acadêmica dessas instituições, com investimentos na sua infraestrutura física e de equipamentos, bem como o provimento dos cargos já previstos nas respectivas leis que criaram as seis novas universidades federais.

E aí eu sugiro, Sr. Presidente, a possibilidade de a gente fazer essa audiência na semana do dia 12, 13, 14 de dezembro, porque teremos aqui em Brasília uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que é a Andifes. Todos eles estarão aqui, então a gente podia matar dois coelhos com a mesma cajadada, e quem sabe fazendo um entendimento com o próprio Ministro de dar posse a esses... Porque está previsto, provavelmente, para o dia 19.

Então, se a gente pudesse fazer isso, acho que também é uma forma do reconhecimento da força da nossa Comissão para essas novas instituições. Inclusive, nesse debate nós vamos discutir também o custo aluno que essas novas universidades federais estão permitindo. E isso está bem claro, o custo de menos de 50% da média das universidades, por serem novas, sem aquele peso administrativo, e tudo isso é importante também essa Comissão discutir.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Wellington Fagundes.

É um assunto que a gente tem que debater também com a assessoria do Ministério da Educação para ver, tentar de alguma maneira compatibilizar as ideias. Faremos isso na sequência.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos o requerimento da Senadora Professora Dorinha Seabra. É o Requerimento nº 134, de 2023, extrapauta. Pergunto também se o Plenário concorda. (*Pausa.*)

Não há objeção.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 134, DE 2023

Requer inclusão de convidado à audiência pública objeto do REQ 130/2023 com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3358, de 2023, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também outro item extrapauta, do Senador Izalci Lucas. Em primeiro lugar, indago da possibilidade da inclusão do item. (*Pausa.*)

Não há objeção.

Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 136, de 2023.

Item 10.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 136, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 125/2023 – CE e ao REQ 126/2023 – CE, que dispõem sobre a realização de audiências públicas para instrução do PL 1.338/2022, a inclusão da senhora Amabile Pacios – representante da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep).

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

Lembro que essa audiência se refere à educação domiciliar.

Nós vamos ter uma audiência pública, na quinta-feira, de tarde; na segunda, pela manhã; e depois de uma semana... Essas duas eu vou presidir e a outra, a Senadora Professora Dorinha.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Comunicaremos depois ao Senador Izalci Lucas.

A segunda parte desta reunião se destina às emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Plano Plurianual - PPA 2024/2027 (PL nº 28/2023-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que o prazo para a apresentação de sugestões de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, pelos Senadores e Senadoras, foi do dia 20 de novembro, segunda-feira, ao dia 24 de novembro, sexta-feira, às 12h.

Esgotado o prazo, foram apresentadas seis emendas ao projeto.

Informo ainda que foi designado como Relator das emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027 o nosso caro Senador e amigo Esperidião Amin.

Passamos assim à discussão e à deliberação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, PPA 2024/2027, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Foram apresentadas seis emendas à despesa dentro do prazo estabelecido. Não foram apresentadas emendas ao texto.

A Comissão poderá apresentar à CMO até três emendas à despesa, e não há limite para emendas ao texto do projeto.

Assim, eu concedo a palavra a V. Exa. Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, mais uma vez, eu lhe agradeço. Inicio agradecendo a V. Exa. pela gentileza, pela demonstração de confiança ao me designar para apreciar essas emendas ao orçamento, tanto à lei orçamentária anual, que já fizemos, quanto ao plano plurianual.

V. Exa. já disse que tudo segue de acordo com as regras, ou seja, o número de emendas e quais as nossas atribuições. E, como V. Exa. mesmo disse, foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três.

Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na já citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais e nós podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram a apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Projeto de Lei Plurianual 2024-2027, as seguintes propostas de emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Programa 5111 – Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, a Emenda nº 1, para o Objetivo Específico 0458, com meta proposta para o indicador, de modo a ampliar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio à infraestrutura da rede escolar da educação básica pública, com indicação da Senadora Professora Dorinha (proposta de emenda 1).

b) No âmbito também do Programa 5111 – Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, a Emenda nº 2, para o Objetivo Específico 0039, com meta proposta para o indicador, de modo a ampliar a oferta de vagas na educação infantil para as crianças de 0 a 3 anos, com indicação da Senadora Professora Dorinha (proposta de emenda 2).

c) Ainda no âmbito do Programa 5111 – Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade, a Emenda nº 3, para o Objetivo Específico 0439, com meta proposta para o indicador, de modo a ampliar oferta de educação integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, com indicações dos Senadores Flávio Arns e Professora Dorinha (propostas de emenda 5 e 6).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o relatório, Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Esperidião Amin. Aliás, um belo trabalho na LDO, na LOA e agora no PPA.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a preocupação de não desagradar o chefe, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pelo contrário, tenho por V. Exa. um respeito enorme, de longos anos já. Parabéns pela caminhada de vida.

Muito bem, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão de Educação e Cultura encaminhará, então, as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023 (PPA 2024-2027), da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião – está escrito de acordo com aquilo que o Senador Esperidião Amin acabou de ler, que são três emendas à despesa do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027; exatamente o que foi lido.

Muito bom.

Quero novamente agradecer ao Juci, que está aqui presente, Consultor que também nos ajudou na LOA, na LDO e, agora, no PPA. Parabéns pelo trabalho e também pela disponibilidade, solidariedade e animação também. A gente tem que fazer as coisas e sermos animados, entusiasmados com o que faz.

Quero agradecer à Andréia, nossa Secretária; também à Carol, ao Lucas, ao Bill, e – estava antes – ao Daniel também; e também às nossas Isadora, Fernanda, Bianca; e ao Ronaldo – que está de férias – também; toda a turma aí. Continuemos todos firmes. E lembro que esta é a centésima reunião, considerando as da Subcomissão do Ensino Médio e as da Comissão de Educação e Cultura. É uma alegria estarmos comemorando também neste ano a centésima reunião da Comissão de Educação e Cultura. Parabéns para a Comissão e para todos que nos apoiam também nessa caminhada.

Muito bem.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 90ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e sete minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 67/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 5708/2019, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL nº 5.708, de 2019, que "institui o Dia Nacional do Combate ao Estupro". **Participantes:** Sra. Tânia Mara Abrão Guerreiro, Vereadora de Curitiba e Policial Militar do Paraná; Sr. Clayton da Silva Bezerra, Policial Federal e criador do Federal Kids; Sra. Raquel Vieira de Andrade Oliveira, Presidente do Instituto Infância Protegida; Sra. Pagu Rodrigues, Coordenadora Geral de Prevenção à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres; Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SAJU/MJSP); e Sra. Simone Ferreira de Alencar, Delegada Adjunta da Polícia Civil do Distrito Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 90ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de dezembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 5.708 de 2019, que institui o Dia Nacional do Combate ao Estupro em atenção ao Requerimento nº 67 de 2023, de minha autoria.

Participam da reunião o Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Sra. Pagu Rodrigues, Coordenadora Geral de Prevenção à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres; a Sra. Simone Ferreira de Alencar, Delegada Adjunta da Polícia Civil do Distrito Federal; a Sra. Raquel Vieira de Andrade, Presidente do Instituto Infância Protegida, ela também é Sargento e Vereadora; a Sra. Tânia Mara Abrão Guerreiro, Vereadora de Curitiba e Policial Militar do Paraná, e o Sr. Cleyton da Silva Bezerra, Policial Federal e criador do Federal Kids.

Informo também que foi convidada a representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que não pôde comparecer a esta audiência e justificou a ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 10 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Quero agradecer aos convidados que estão conosco e informar às pessoas que estão nos acompanhando pela internet, pela televisão e às pessoas que estão aqui no Plenário que o que nós estamos fazendo nesta manhã, nesta audiência pública, é o cumprimento da legislação.

Chegou à Comissão de Educação um projeto de lei que tem como objetivo instituir o Dia Nacional de Combate ao Estupro. Esse projeto passou pela Câmara dos Deputados, foi discutido lá na Câmara e veio para a Comissão de Educação do Senado. É esta Comissão que dispõe sobre as datas comemorativas. Muita gente pergunta: Por que vocês ficam discutindo datas comemorativas, heróis da pátria... É nesta Comissão, o Regimento Interno do Senado determina que é esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa matéria, quando nós fomos analisar aqui na Comissão, e eu fui nomeada Relatora, nós observamos que o projeto de lei, lá na Câmara, não obedeceu ao que dispõe a lei, uma lei de 2010, que determina que nenhum dia nacional pode ser criado, nenhuma data comemorativa pode ser criada, sem ouvir as partes interessadas.

Essa lei, que nasce em 2010, foi oportuna e necessária, e ainda é oportuna e necessária, porque a gente encontrava, no Congresso Nacional, às vezes, dez projetos de lei sobre o mesmo tema, querendo instituir, deixa eu dar um exemplo aqui: Dia Nacional do Forró. Cada Deputado, que entrava com o mesmo projeto, queria uma data diferente, uma data alusiva a um grande cantor, ao nascimento de um grande cantor... Aí um Deputado vinha e queria o mesmo Dia Nacional do Forró, mas na morte do grande cantor... Na data do aniversário de tal estado...

Por conta disso, o Congresso Nacional entendeu que, para ser instituída uma data comemorativa, todos precisam ser ouvidos e chegar a uma conclusão: qual é a data que vai atender todas as partes envolvidas com o tema?

O projeto de lei, quando chegou aqui na Comissão, nós observamos que não teve esse cuidado, lá na Câmara dos Deputados, de se fazer uma audiência pública, de se consultar as partes sobre a melhor data para a gente instituir como Dia Nacional de Enfrentamento ao Estupro, o Dia Nacional de Combate ao Estupro.

Então, nós estamos, aqui na Comissão de Educação, hoje, cumprindo a legislação e ouvindo, exatamente, as partes que precisam ser ouvidas. Por que o Ministério da Mulher? Porque é esse ministério que faz todas as campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher, em parceria com o Ministério da Justiça, então, a gente quer ouvir os dois ministérios.

Por que eu vi, lá na ponta, as Vereadoras, que fazem o enfrentamento nos seus municípios ao estupro em forma de campanha? Porque elas sabem, exatamente, qual é o melhor dia e qual o melhor período. Vamos ouvir um delegado, o Dr. Cleyton, que vai trazer, aqui para nós, uma abordagem sobre a questão do estupro, especialmente, o estupro de crianças no país. Então, nós vamos discutir, hoje, exatamente isso.

Eu queria pedir aos nossos convidados, no primeiro momento da fala dos senhores, que a gente focasse, exatamente, no que propõe o projeto. O projeto propõe instituir o Dia Nacional de Combate ao Estupro. Eu gostaria muito que os senhores começassem falando: é necessário, realmente, ter esse dia? Nós precisamos ter, no calendário nacional, um Dia Nacional de Combate ao Estupro?

Na sequência, que os senhores respondessem: Qual data? A data proposta pelo projeto de lei? É essa a data realmente? Ela está dialogando com as outras datas que já existem de campanhas como 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher? Essa data proposta no projeto está dialogando com as campanhas que já existem? Vamos manter essa data? Então, no primeiro momento, nós vamos nos ater às respostas necessárias que a legislação nos impõe sobre esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os senhores terão dez minutos cada um, é claro que poderão, na sequência, falar sobre o tema. Se quiserem dar um exemplo do trabalho dos senhores, dos avanços, então, usem os dez minutos como acharem necessário, mas vamos, no início da fala de cada um, tentar nos ater ao objeto da audiência pública.

Depois que cada um falar seus dez minutos, no final, nós vamos ter as perguntas dos Parlamentares que, por acaso, queiram fazer perguntas, que estiverem presentes aqui no Plenário ou estiverem *online*, e, no final, os senhores voltam para falar mais cinco minutos, para uma consideração final das suas falas ou para responder a algum questionamento.

Nós estamos recebendo também manifestações via internet, e, ao longo da audiência, eu vou trazendo as manifestações.

Mas eu também queria informar aos nossos convidados que, se algum dos senhores precisar sair, podem ficar à vontade; podem fazer a sua apresentação e, se precisar sair, sei que é um... Aqui em Brasília é uma sexta-feira de muito trabalho. Nós temos dois ministérios aqui presentes conosco e, especialmente para o Ministério das Mulheres, é uma semana, um período de muito trabalho, por conta dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Então, fiquem à vontade; podem, depois da sua primeira fala, sair. Se tiver alguma pergunta que vier via internet ou por Parlamentar, a gente manda por *e-mail*.

Então, obedecendo à sequência, nós vamos ouvir, em primeiro lugar – e mesmo que não estivesse na sequência, a gente daria a ela a palavra em primeiro lugar, porque ela está com uma série de atividades hoje –, a Sra. Pagu Rodrigues, que é Coordenadora-Geral de Prevenção de Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres.

Dona Pagu, obrigada por estar conosco. Transmita à nossa Ministra o nosso abraço, o abraço desta Comissão. A senhora tem dez minutos.

A SRA. PAGU RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia à Senadora Damares, Presidente da referente Comissão. Quero cumprimentar o meu companheiro aqui de trabalho, o Marivaldo, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a todos que estão acompanhando esta audiência pública. E, já de pronto, quero também transmitir o abraço aqui da nossa Ministra, Cida Gonçalves, Senadora Damares.

E vou já me ater aqui ao tema da matéria, que, para nós aqui do Ministério das Mulheres, é, sim, uma matéria de relevância. Entendemos o trâmite necessário a ser feito nesta Casa e consideramos que esse trâmite é legal e que deva ser feito mesmo, com o debate que a gente está fazendo hoje aqui.

O projeto de lei da Deputada Margarida Salomão, que teve um parecer favorável das Comissões, foi aprovado na Câmara dos Deputados e Deputadas e que hoje tramita aí nesta Comissão, a gente entende como um projeto fundamental, dentro da discussão e do debate que a gente considera importantes com a sociedade. Estamos trabalhando um pacto de prevenção aos feminicídios, Senadora, em que uma das razões fundamentais desse pacto é trabalhar o que a gente considera e chama de prevenção primária. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertinência deste projeto de lei e da instituição de uma data, que não é exatamente uma data comemorativa, é uma data propriamente de conscientização, é pertinente, porque traz como objetivo... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma pena. (*Fora do microfone.*)

Nós perdemos...

A SRA. PAGU RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Voltou?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Voltou, Pagu. Pode continuar, pode continuar. (*Pausa.*)

Eu... Pagu? Eu acho que congelou de novo.

A SRA. PAGU RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo. Pode continuar.

A SRA. PAGU RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Pronto. Então, eu vou continuando até a imagem... Acho que a rede aqui está um pouquinho mais lenta.

Considerando os índices altíssimos que a gente tem também de violência sexual em relação a meninas, poder debater isso com a sociedade num dia marcado do ano, eu acho que é fundamental. Aqui no Ministério das Mulheres, a gente tem datas e meses em que a gente tem ações combinadas, conjuntas, com estados e municípios, que visam exatamente a esse trabalho preventivo.

O 8 de março é uma delas, mas a gente tem o mês do agosto lilás, a gente tem agora os 21 dias de ativismo, já estamos em desenvolvimento das atividades dos 21 dias, e outubro seria marcado então o dia 25, um dia de enfrentamento e prevenção dos estupros no Brasil.

Então, Senadora, com base nas questões que você está propondo, a gente acha importante posicionar que o ministério como um sujeito, é importante, no parecer da instrução dessa matéria, dizer que sim. Imagino que essa data sendo instituída, a gente vai ter um tempo, até o próximo ano, no próximo dia 25, dialogar quais seriam as ações, como normalmente os governos fazem, para pensar, para dialogar isso com a população, mas acho que ações que dialoguem nas escolas, que dialoguem em outras instituições, ações de campanhas nacionais que possam conscientizar sobre a prevenção do estupro são fundamentais.

A gente vê matéria todos os dias, no jornal, sobre assédio sexual em ônibus, tentativas de estupro. Aqui mesmo, no Distrito Federal, a gente tem acompanhado esses índices.

Então acho que a matéria é pertinente, e nós somos favoráveis à aprovação de um dia como esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Pagu, nós agradecemos a sua participação.

A quem está ligando a televisão agora e acessando as redes, Pagu Rodrigues é Coordenadora-Geral de Prevenção à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres. E a posição da Coordenação-Geral de Prevenção à Violência contra as Mulheres é a favor da proposta e do dia apresentado pela Deputada autora do projeto de lei.

Pagu, nós sabemos da sua correria hoje, nós sabemos que você vai precisar sair, mas você não vai sair sem antes nós agradecermos a sua presença, sua participação. E me permita elogiar o seu colar, me permita elogiar o seu brinco. Eu tenho uma filha que é do povo kamayurá. A minha filha faz esse colar, então você hoje trouxe para esta audiência também a lembrança da mulher indígena. Muito obrigada, Pagu. Abraço à Ministra, à sua Diretora, e nós vamos registrar a posição do ministério com relação à matéria.

Na sequência...

Obrigada, Pagu.

Na sequência...

A SRA. PAGU RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na sequência, está conosco o Dr. Marivaldo de Castro Pereira. Ele também vai ter a participação *online.* Ele é Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dr. Marivaldo, dez minutos na sua fala inicial. Sei também que vocês estão aí com grandes operações esta semana no ministério, uma grande correria. Se o senhor precisar sair logo após sua fala, fique à vontade.

E eu não sei se o senhor estava no início, quando eu pedi, solicitei que, por gentileza, no primeiro momento da sua fala, o senhor falasse da proposta. Nós podemos continuar com essa proposição. Nós temos que ouvir todas as partes. O dia proposto pela Deputada autora do projeto, 25 de outubro, atende as necessidades do ministério em suas campanhas, em suas operações? Está fazendo diálogo com o que o Ministério se propõe a fazer no enfrentamento ao estupro? E, depois, na sequência, se o senhor quiser apresentar algum número, algum dado ainda na sua fala, nos seus dez minutos, fique à vontade.

E depois que todos falarem, o senhor terá mais cinco minutos, se ainda permanecer conosco na audiência.

Dr. Marivaldo de Castro, dez minutos, e obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer pelo convite feito ao Ministério da Justiça, cumprimentar pela realização desta audiência pública de grande importância. A gente vive hoje no Brasil um cenário muito grave de violência, contra a mulher principalmente, e o debate sobre o estupro é muito importante.

Da perspectiva do Ministério da Justiça, a gente endossa a posição do Ministério das Mulheres. Acho que é muito importante que a gente possa ter um momento de maior reflexão sobre o tema. Embora a reflexão tenha que ocorrer ao longo de todo o ano, ter um momento em que você tenha uma reflexão maior, sem dúvida alguma, é sempre muito importante.

É importante relatar que o Ministério, ao longo de sua atuação, vem priorizando muito o debate sobre o combate à violência contra a mulher. Este debate vem sendo conduzido em parceria com o Ministério das Mulheres. O Ministro Flávio Dino, no primeiro semestre, anunciou a criação de 40 Casas da Mulher Brasileira, em parceria com o Ministério das Mulheres, em razão da grande preocupação que há com o acolhimento dessas mulheres vítimas tanto de violência doméstica quanto, também, de violência sexual.

É muito importante que, quando a gente fale de combate ao crime, a gente esteja atento também a como o Estado deve acolher as vítimas desse crime, uma preocupação que vai desde o atendimento na delegacia até o atendimento, o acompanhamento, o apoio psicológico, o apoio psicossocial a mulheres que são vítimas desse tipo de crime. Esse é um tema muito importante e muito sensível aqui para a gente, e está entre as diretrizes do Fundo Nacional de Segurança Pública, que publicou uma portaria recente transferindo cerca de R$40 milhões para cada um dos estados mediante a apresentação de um plano, que deveria conter, entre outras medidas, a previsão de ações para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Então, é muito importante que a gente se debruce e una forças para enfrentar esse tema, tanto no sentido de inibir a prática desse tipo de crime... e isso passa por uma discussão muito forte de desconstrução do machismo e da misoginia presente em nossa sociedade. Isso é muito importante que a gente discuta, muito importante que nas escolas a gente faça essa discussão, porque isso vai ter um impacto não só no enfrentamento ao estupro, como também a outros crimes de violência contra a mulher.

Aqui, no Distrito Federal, a gente vive uma situação bastante trágica de crimes de feminicídio, que afetam todas as classes sociais e que infelizmente seguem acontecendo. É muito importante que a gente esteja unido para fazer o enfrentamento a isso, e isso passa por uma mudança de cultura, mudança de uma cultura machista, mudança de uma cultura misógina, que infelizmente ainda é muito presente entre nós. Então, esse diálogo é muito importante. É importante que todas as forças políticas presentes da sociedade tenham consciência disso e trabalhem junto.

Acho que são dois caminhos importantes: um – e a criação da data é importante para isso –, a educação, a gente romper com a lógica machista, que faz parte da nossa sociedade ainda; e o outro caminho é como o Estado apoia a vítima, tanto de violência doméstica como do crime de estupro. É muito importante que o Estado esteja preparado e que o Estado não atue de forma a revitimizar essa vítima do crime. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante, mas é um debate que ainda está pendente em nossa sociedade. Muitas vítimas desses crimes acabam não procurando o poder público com receio de como serão tratadas na delegacia, de como é que a delegacia vai recebê-las, de como é que o sistema de saúde vai recebê-las, que apoio psicológico o Estado vai dar a essas vítimas.

Então, é muito importante que a gente reflita sobre tudo isso. Não basta a repressão penal. Ela é importante, é essencial, tem que acontecer e precisa ser efetiva, não pode faltar, mas se não cuidarmos do acolhimento das vítimas, nós teremos o problema de que esses crimes continuarão, grande parte deles, sequer aparecendo para o Estado, sequer sendo denunciados, em razão do receio que a vítima tem de sofrer uma nova violência ao procurar o poder público para obter ajuda, para obter socorro, para obter acolhimento.

Nessa perspectiva, é muito importante o debate proposto pelo projeto e também a perspectiva da educação. Se nós não começarmos a debater, dentro da sala de aula, a cultura machista que está presente em nossa sociedade, nós não vamos interromper esse histórico de violência a que a gente assiste hoje. Então, esse também é um momento muito importante para que a gente discuta, em nossas escolas, a mudança dessa cultura machista e misógina, que infelizmente ainda é muito presente em nossa sociedade e que tanto sofrimento traz às mulheres no nosso país.

Então, Senadora, são essas as contribuições que eu gostaria de colocar aqui, ao tempo em que agradeço, mais uma vez, o convite formulado ao Ministério da Justiça e que coloco a Secretaria de Acesso à Justiça à inteira disposição desta Comissão de Educação para que a gente possa seguir debatendo não só esses temas, mas muitos outros temas essenciais para que a gente enfrente o atual cenário de violência contra a mulher que nós temos presenciado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretário, muito obrigada por sua participação. Obrigada pela posição trazida pela sua secretaria, que é a posição do ministério também.

Dessa forma, Secretário, a gente atende ao que está sendo determinado pela Lei 12.345, de 2010, de que nenhuma data comemorativa ou de conscientização, nenhuma semana, mês, possam ser instituídos no país sem ouvir as partes envolvidas. Ouvir o Ministério da Justiça me dá segurança para o meu voto a esse projeto de lei, para o meu parecer a esse projeto de lei.

Apesar de ser, Secretário, uma audiência com objeto específico, a gente pode considerá-la também como uma atividade, tanto do Ministério, por estar aqui, quanto desta Comissão, nos 21 dias de ativismo. É uma audiência com objeto específico, mas nós estamos falando de violência contra a mulher. Então, é mais uma ação, entre tantas outras que o Governo Federal está fazendo, nesses 21 dias de ativismo. A participação nesta audiência, nesses 21 dias pelo fim da violência contra a mulher, de ativismo, é mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa também. Por isso que escolhemos esta semana para fazer a audiência. A gente dá uma resposta à proposição que está aqui posta, mas também fala, aproveita para falar: chega de estupro no Brasil.

Secretário, muito obrigada pela sua participação. Leve o abraço do Presidente da Comissão e o meu abraço ao Ministro da Justiça. Sucesso no seu trabalho e saiba que estamos aqui para dialogar, que estamos aqui à sua inteira disposição.

Obrigada, doutor.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Sra. Simone Ferreira de Alencar, Delegada Adjunta da Polícia Civil do Distrito Federal, delegada da minha gloriosa PCDF.

Dra. Simone é uma alegria tê-la conosco! E me parece que a senhora está com um probleminha no áudio, mas a gente vai aqui fazer o possível para que a sua participação seja clara e que todos possam ter acesso à sua posição com relação ao projeto de lei.

Bem-vinda, Dra. Simone! E obrigada por ter aceitado o convite. (*Pausa.*)

Não está conseguindo? Que pena!

A Dra. Simone tem um trabalho maravilhoso no enfrentamento à violência contra a mulher.

Nós vamos, então, passar para outra convidada até a Dra. Simone conectar.

Conseguiu, Dra. Simone? (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE FERREIRA DE ALENCAR (*Por videoconferência.*) – Eu acredito que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – Sim – sim! Estamos te vendo – estamos te vendo.

Que prazer!

Obrigada por estar conosco.

Dez minutos e, no final, mais cinco de considerações finais.

A SRA. SIMONE FERREIRA DE ALENCAR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu é que agradeço. Agradeço à senhora pelo convite. (*Pausa.*)

Eu agradeço pelo convite.

Cumprimento os demais na pessoa da Senadora Damares Alves, que é uma grande parceira da Polícia Civil, da Delegacia de Atendimento à Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que posso dar a minha contribuição nessa audiência fornecendo um pouco de dados práticos.

A Polícia Civil do Distrito Federal instituiu no início deste ano de 2023 o protocolo padrão de atendimento a mulheres vítimas de crimes sexuais, para padronizar o atendimento em todas as delegacias do Distrito Federal, tão grande é a preocupação da Polícia Civil com o acolhimento às mulheres vítimas de violência.

Esse protocolo padrão institui condutas de acolhimento desde o registro inicial da ocorrência até o encaminhamento dessa vítima ao Instituto de Medicina Legal, e os demais encaminhamentos que ela tem depois que é vítima de um crime tão brutal. A polícia instituiu o protocolo para uniformizar esse atendimento, para evitar justamente a revitimização dessas mulheres.

Esse protocolo já foi, inclusive, objeto de debate num curso de formação com os policiais civis, os novos agentes e escrivães, que foi realizado no mês de agosto deste ano, para que esses policiais que vão ingressar na Polícia Civil já ingressem com esse olhar de acolhimento, de empatia e de cuidado para com essas mulheres vítimas de violência.

Mais especificamente sobre a instituição do Dia Nacional de Combate ao Estupro, também pela vivência prática que eu tenho aqui na Delegacia de Atendimento à Mulher, eu acredito que isso seja de suma importância, porque a instituição desses dias provoca o debate na sociedade civil por meio de ações na imprensa e esse debate e essa divulgação encorajam muito as mulheres.

A gente observa aqui que, no mês de março, os debates em torno do Dia Internacional da Mulher trazem muitas mulheres à delegacia para denunciar crimes e violências que elas sofrem e que ficavam guardadas durante muito tempo. O Agosto Lilás também trouxe esse aumento que a gente observa aqui, no dia a dia. Os 21 Dias de Ativismo também têm trazido mais mulheres. A gente observa um aumento da demanda justamente por causa do debate que a instituição dessas datas, não comemorativas, mas de datas como essa do Dia de Combate ao Estupro, da discussão que essas datas provocam. Isso chama a atenção de muitas vítimas e acaba encorajando muitas delas a procurarem o Estado, a procurarem a polícia, principalmente porque é a porta de entrada, 24h de portas abertas. Então, a gente, aqui, observa a importância dessas datas. A gente acolhe muitas mulheres que vêm depois de ver uma campanha, que vêm depois de ter acesso a algum fôlder, a algum cartaz, a algo que chame atenção para aquela data especificamente. Então, é um laço de suma importância.

E, principalmente, as vítimas de crimes contra a dignidade sexual, as vítimas de estupro, além do sofrimento físico e psíquico que esse crime tão brutal causa, elas têm a vergonha, que, muitas vezes, é um impedimento a que ela procure o Estado. Então, se a gente conseguir ajudar essas mulheres a vencerem essa barreira da vergonha... Porque, para nós, como Estado, é muito importante ter a exatidão, ter essas denúncias. A subnotificação prejudica muito o nosso trabalho de combate e prevenção a esse tipo de crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que a instituição dessa data, para se acrescentar às outras datas que nós já temos, vai contribuir muito para ajudar essas mulheres a romperem essa barreira, chegarem ao Estado, buscarem ajuda e obterem a ajuda adequada e os encaminhamentos adequados que o Estado tem, que nós, como polícia, e os outros órgãos do Estado temos para oferecer, o direcionamento dessas mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Simone, obrigada pela participação.

Acredito que a senhora tem razão quando diz que uma data mobiliza todo mundo em torno do tema. Eu, quando estive Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – imagine, era um Ministério com oito secretarias –, nós tínhamos várias datas comemorativas ou de campanhas de conscientização referentes aos temas. E a gente percebia, por exemplo, que, na Semana da Pessoa com Deficiência, subia o número de denúncias de violência contra pessoas com deficiência, subia o número de pedidos de socorro, porque estava todo mundo falando do tema. Subia o número de projetos de lei que entravam na Câmara, no Senado; o número de atividades, até mesmo o Orçamento. Começavam até a discutir o Orçamento nessa semana.

Nos 21 Dias de Ativismo, a gente sabe, realmente, que o resultado é muito bom, muito bom, porque está todo mundo falando do tema.

E ter uma data específica para se falar de estupro e trabalhar, por exemplo, Dra. Simone, lá no MEC, como é que lá na Educação esse tema vai ser abordado, obedecendo à especificidade das idades, falando de forma correta, usando o material correto para se falar de um crime tão terrível... Então, eu acredito que, tendo uma data, como a autora do projeto trouxe, e por ser em outubro... Nós temos em agosto, como disse a Pagu, o Agosto Lilás; depois a gente tem em novembro os 21 Dias de Ativismo; nós temos lá atrás março, o nosso 8 de março; mas nós teríamos outubro, o mês que não tem nenhuma ação de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. Então eu acho que nós estamos caminhando, todos aqui... Pelo que eu estou vendo até agora, todos que falaram concordam com a data e concordam em termos o dia proposto e uma data de conscientização.

Claro, Dra. Simone, a senhora me conhece e sabe como eu gostaria de não precisarmos de ter essa data, como eu gostaria de não precisarmos estar falando de prevenção ao estupro, porque como eu gostaria que não tivesse estupro no meu país, como eu gostaria que nós estivéssemos aqui, todo mundo, ocupados falando de promoção, emprego, porque a gente já venceu esse grande mal que é o estupro! Mas, infelizmente, a gente recebeu o relatório, e este ano, de janeiro a setembro, o número de estupro no país cresceu 14%. E aí a gente sempre fica com aquela dúvida: cresceu de fato o crime, ou os canais de recebimento de denúncias se ampliaram, ou as mulheres estão tendo mais coragem de denunciar? Então a gente sempre fica com essa dúvida, mas, de fato, o estupro nos aterroriza no país. Sim, nós estamos apavorados. E é estupro de menina, de mulher, de jovem – e aqui é a Sargento Tânia vai falar –, estupro de bebês, estupro de idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raquel, você sabe... A Vereadora Raquel me acompanha. Eu tenho falado no país como cresceu, Dra. Simone, nos últimos anos, o estupro de mulher idosa. Nós já temos relatórios que apontam mulheres de 98 anos, mulheres de 90 anos vítimas de estupro. Nós tivemos um caso em Mato Grosso do Sul que a mulher tinha cem anos de idade, e o agressor tinha quarenta e cinco anos. E aí a gente fica perguntando: como estão as mulheres idosas que, às vezes, estão na cama, estão em casa, não saem, estão em cárcere privado? Como essas mulheres estão? E a gente já percebeu, Dra. Simone, que a mulher idosa não denuncia. É muita, muita dor, porque geralmente quem está estuprando uma mulher idosa ou é o filho ou é o neto, sobrinho, cuidador, uma pessoa muito próxima. Então a gente vai precisar falar, sim, sobre a prevenção do estupro, a repressão.

No meu papel como legisladora, se precisar aumentar a pena para 500 anos, a gente vai aumentar se essa for a solução. A Sargento Tânia gostou.

Mas, assim, o que está acontecendo com o nosso país? O que está acontecendo com as mulheres? Nós temos um relatório de 2018 que apontava que o Brasil era o pior país da América do Sul para se nascer menina.

Nossa Bancada Feminina aqui no Senado é muito unida. Temos divergências ideológicas em alguns pontos, diferenças políticas, mas nós somos muito unidas. Dra. Simone, às vezes, a gente passa a madrugada – nós temos um grupo só de Senadoras – chorando, a gente chora! A gente, quando se encontra nos corredores, se abraça; a gente não aguenta mais tanta violência contra a mulher. Nós estamos caminhando aqui no Senado... E aqui eu quero mandar um abraço a cada uma das Senadoras, a cada uma, a cada mulher incrível que nós temos aqui no Senado. Vocês precisam conhecer cada uma das Senadoras que estão aqui. Aqui no DF, Simone, nós temos uma guerreira que é a Senadora Leila. Nós estamos caminhando para construir um país que seja o melhor do mundo, Tânia, para se nascer menina. É possível, é possível.

Dra. Simone, parabéns por todo o trabalho que a senhora faz aí na ponta. Quem está com a mão na massa é a senhora. Quem está aí enfrentando o crime todo dia, toda hora é a senhora. Parabéns pelo seu trabalho! Que Deus lhe abençoe!

E vai um recadinho aí para a Polícia Civil: nós vamos lutar pela derrubada do veto, tá? Vocês vão ter o dinheirinho, o salário, a reposição, a aposentadoria, tudo que nós sonhamos na nossa lei orgânica.

Deus te abençoe, Dra. Simone! Se puder ficar até o final, vai ser um prazer, mas a gente sabe que essa é uma semana de muito trabalho para quem trabalha, para quem está lidando com o tema defesa da mulher.

Na sequência, nós teremos a alegria de ouvir a Raquel Vieira de Andrade Oliveira, Presidente do Instituto Infância Protegida. Ela também é da polícia, uma policial, uma sargento – nós temos duas sargentos aqui que são Vereadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raquel, foi uma alegria quando eu vi o seu nome e a sua confirmação nesta audiência. Seja bem-vinda.

Você tem dez minutos e depois mais cinco se precisar.

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Obrigada, Senadora Damares.

Eu quero cumprimentar a todos que estão presentes e aos que nos estão ouvindo.

Eu só queria fazer uma correção, Senadora: eu não sou sargenta, eu sou graduada em Direito e pós-graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, me perdoe. Estava anotado para mim, lá no meu gabinete, que nós tínhamos duas sargentos.

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Não, imagina! Quem dera que eu pudesse ter seguido a carreira militar, mas tudo bem, sem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora. Obrigada pela correção.

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Não, imagina! É só para que não fique nenhuma dúvida.

Eu ouvi a todos aí e não tive tanto tempo... Como a Senadora soube, eu viajei agora de madrugada de Salvador para cá não só por causa da reunião – que poderia ter feito lá em Salvador –, mas porque eu tenho uma reunião aqui na Câmara municipal à tarde. Fiz algumas pesquisas, e é necessário realmente mais conscientização com respeito à questão do estupro.

Só para exemplificar algo que eu vivenciei na fila do hospital de referência de Salvador Irmã Dulce, segunda-feira, eu ouvi de uma jovem senhora um desabafo. Ela estava cuidando de uma irmã que sofreu estupro. A irmã dela sofreu estupro do pai. Ou seja, o pai é pai-avô da própria criança. Então, no dia a dia a gente ouve isso o tempo inteiro, não é?

É necessário, sim, que a gente amplie a questão de campanhas de conscientizações, mas eu vejo a necessidade de que a gente não tenha mais uma lei. A gente tem boas leis, como, por exemplo, a gente tinha uma lei que falava sobre a questão da violência contra a criança, que era a Lei Araceli, que era só o 18 de maio. Aí foi ampliada em 2000, se eu não me engano, que foi o Maio Laranja.

Eu deixo aqui a minha sugestão para uma situação semelhante no que diz respeito ao estupro: alguma lei já voltada para a violência para com a mulher, para que a gente possa abarcar isso, envolvendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência contra a mulher. Isso está uma crescente. Isso é o que a gente tem em relatos. Nós temos subnotificações, nós não temos os dados concretos, não é? Muitos não relatam por vergonha. Nós temos aí personalidades agora com situações de violência doméstica e muitas outras coisas.

E nós temos que avançar. Já avançamos muito, mas estamos muito aquém daquilo que desejamos. Temos muito trabalho a fazer no nosso dia a dia.

Eu e a Sargento Tânia trocamos algumas coisas pelo Direct. Nós arregaçamos as mangas e temos nosso dia a dia. Quando chegamos em casa, no final do dia, a gente chora, a gente dá uma... Dói um pouco a garganta aqui para não chorar na frente do que a gente ouve.

E, no interior principalmente, na periferia, nos bairros mais humildes, o que a gente tem visto tem sido muito difícil no que diz respeito à mulher, à menina mulher, à adolescente mulher e à mulher já adulta.

Então eu concordo com a questão de ampliar essa questão de uma maior campanha em favor da luta contra o estupro contra a mulher, mas eu me pergunto: mais uma lei? Nós temos boas leis. Será que nós não podemos botá-las em prática? Fica a minha pergunta e a minha fala inicial.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vereadora, obrigada. É desafiadora a sua fala.

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Vereadora, não. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Raquel...

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Não tem problema. A senhora conversa com pessoas do Brasil inteiro, a senhora já me conhece. Está perdoado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Presidente do Instituto Infância Protegida. Raquel, é desafiadora a sua fala.

Nós temos considerado já no mundo, até o ano passado, que a Lei Maria da Penha era a terceira melhor lei de proteção de mulheres do mundo. Com as novas adequações, com as novas leis aprovadas, modificando, ampliando, melhorando a Lei Maria da Penha, é possível que ela já seja hoje – nós até estamos pedindo uma reclassificação – a melhor lei de proteção de mulheres do mundo.

E, aí, a gente vê que tem um paradoxo, porque nós temos a melhor lei de proteção de mulheres do mundo. Inclusive, todas as vezes em que eu fui a fóruns internacionais falar sobre violência contra a mulher, a gente via outros países se referindo à nossa Lei Maria da Penha. Muitas leis no mundo buscaram a nossa lei para terem como parâmetro; a nossa lei é boa. E nós temos uma rede de proteção no Brasil: nós temos Delegacia da Mulher; nós temos as varas de enfrentamento à violência doméstica; nós temos o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, a Defensoria Pública; nós temos, lá na ponta, em muitos municípios, programas próprios, como a Casa da Mulher; nós temos o programa federal da Casa da Mulher Brasileira, mas temos programas nos municípios também – nós temos inúmeras iniciativas –; nós temos a Patrulha Maria da Penha no país – muitos estados têm a Patrulha Maria da Penha; no DF, nós temos um programa chamado Provid, que trabalha nos mesmos moldes da Patrulha Maria da Penha.

Aí eu pergunto: temos a melhor lei, temos uma rede de proteção, temos canais de denúncias, temos uma polícia militar extraordinária no país, temos uma polícia civil extraordinária; e aí? Onde está exatamente a falha da rede de proteção? Onde nós ainda não acertamos? Acho que o debate tem que ser muito por aí, Raquel, muito neste sentido: onde nós precisamos melhorar essa grande rede de proteção que já existe no país?

A sua participação aqui foi provocadora, foi desafiadora, e nós vamos caminhar considerando a sua provocação.

Obrigada, Raquel, que é Presidente do Instituto Infância Protegida e é lá do Espírito Santo – agora eu acertei, não é, Raquel? Que Deus a abençoe!

Na sequência, vamos ouvir – agora, sim – a Sargento e Vereadora Tânia Guerreiro. Ela é de Curitiba.

Eu preciso só informar para os nossos convidados que eu conheço a Sargento Tânia há muitos anos. Inclusive, as literaturas produzidas por Tânia me ajudaram muito no enfrentamento à violência contra a criança. A Sargento Tânia é uma daquelas protetoras da infância, protetoras da mulher que não tem papas na língua, que fala mesmo – não se assustem com o discurso dela, mas foi esse discurso que a elegeu Vereadora e que a tornou uma mulher respeitada no estado pelo enfrentamento à violência sexual no estado e no país. Muitos, muitos se inspiram no trabalho da Sargento Tânia Guerreiro.

Sargento, obrigada por estar conosco nesta audiência. Serão dez minutos, lembrando que tem que começar respondendo: precisamos mesmo de um dia nacional de enfrentamento, de combate ao estupro, de conscientização sobre o estupro?

Dez minutos, Sargento.

A SRA. TÂNIA MARA ABRÃO GUERREIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, minha querida Damares.

Cumprimentando a nossa querida Damares, eu cumprimento todos os outros.

Perguntaram no início se eu tinha uma apresentação, e eu disse: não, eu não tenho porque as minhas apresentações são muito brutas. São de acordo com o meu sistema: o meu sistema é bruto, a chapa é quente, e a tolerância é zero para essa cambada de jaguara desses estupradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi falado sobre o dia... O tema, na verdade, é o dia 25 de outubro, o Dia Nacional de Combate ao Estupro, que eu acho excelente, Senadora, pelo seguinte: nós temos o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que foi instituído há muitos anos. Com esse dia, fez-se com que saísse das quatro paredes e debaixo dos lençóis a questão do estupro de vulnerável, a questão da pedofilia. Eu me lembro, eu comecei a trabalhar com isso há 33 anos, eu combato o estupro de crianças e adolescentes. Naquela época, não se falava sobre o assunto, era cochichadinho nas famílias. Hoje, está aí à tona. Por quê? Porque alguém criou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Isso há muitos anos.

Isso é no início do ano. Então, ótimo que seja agora, nesta época do ano, já para o final, que é uma época do ano em que tem muitas festas, as pessoas saem, as pessoas se reúnem muito e tem que se falar desse assunto – eu superconcordo.

Nós tivemos um registro de aumento de estupro de 34 mil casos neste ano, aumentou 14,9%. Então, nós temos que falar. Enquanto nós nos calamos, o mal nada de braçada na nossa frente. Nós temos que ter coragem, nós temos que ter ousadia, nós temos que ter gente com vontade de fazer a diferença, porque é muito fácil: eu, por exemplo, estou na reserva da polícia, mas eu não parei nem um dia de trabalhar. E por que eu fui para a política? Para fazer a diferença. Porque nós não temos políticas públicas e nós temos que levantar a nossa voz. E, se falar e ninguém nos ouvir, nós temos que berrar e, se gritar e ninguém nos ouvir, nós temos que subir no palanque e falar.

Deu uma melhoradinha na questão do combate ao estupro, porque, no art. 213 do Código Penal – gente, pelo amor de Deus! –, seis a dez anos para aquele cara que arrebentou a vida da pessoa é inadmissível! Nós temos que mudar isso. Temos que mudar essa legislação. Fica aí um desafio para que sejam 30 anos fechados. Eu estou lutando para que o pedófilo fique 30 anos fechado, porque daí ele vai ver que não é que não deu nada: deu sim, e deu 30 anos para ele. Foi melhorado em 2009 e colocado o 217-A e o 218-A, que dão de oito a quinze anos de prisão para o estuprador de criança e adolescente, mas nós precisamos melhorar essa legislação.

Aí veio a Lei Joanna Maranhão – a Lei Maria da Penha também. A Lei Joanna Maranhão ajudou muito, muito. Por quê? Porque a Lei Joanna Maranhão diz que a vítima pode denunciar até 20 anos após ela completar 18 anos. Veio em 2012 e ajudou bastante. É isso que nós temos que fazer, iniciativas como essa dessa Deputada Federal que está trazendo esse dia.

Nós temos que melhorar muito ainda, nós precisamos melhorar no sentido, Damares, de trazer também, de repente, uma política pública de fazer com que tenha prioridade no emprego para as mulheres que sofreram esse tipo de coisa e que sofrem até hoje essa violência doméstica e não têm para onde correr.

Nós conseguimos, aqui em Curitiba, uma rede de supermercados que me disponibilizou emprego para mulheres que sofrem esse tipo de coisa, esse tipo de violência. Também nós conseguimos algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moradias para aquelas que estavam ali e não podiam sair, porque dependiam de um teto para ficar perto do agressor. E a gente conseguiu a melhoria para elas, conseguiu... Não foram muitas, foram poucas, mas nós conseguimos fazer a diferença.

A pandemia trouxe um número assustador de estupro. Gente, o estupro é muito pior do que a covid-19. Na covid-19, você se isola, você coloca a máscara, você toma a vacina e está tudo certo. Agora, no estupro, não. O estupro está todos os dias, o isolamento é pior. O que nós temos que fazer? Dar voz, dar voz, dar voz, criar esse dia, sim, e fazer com que esse jaguara pague pelo que ele fez, fazer com que as pessoas saibam que elas podem falar e que elas serão ouvidas.

E outra: não tem só na periferia, não, tem nas grandes mansões, só que lá nós não ficamos sabendo. Por quê? Porque eles têm vergonha de colocar, de repente, a foto da pessoa na mídia ou nos boletins de ocorrência.

Nós temos, olhe, em 2023, um aumento significativo, como eu disse, de 14,9%, mas, no primeiro semestre, nós temos uma criança ou uma mulher estuprada a cada oito minutos no nosso país. Nós temos, aqui no sul do Brasil, a Secretaria de Segurança Pública, e se diz lá que 1.867 casos de meninas estupradas aqui no Paraná, contra 386 meninos. Pelo amor de Deus, gente! Temos, sim, que falar, temos que gritar. Como eu disse, se falar não adianta, vamos berrar, vamos gritar, vamos fazer com que isso os deixe surdos, para que ouçam.

Na Bíblia, está escrito que nosso povo perece, porque lhe falta conhecimento. Então, nós temos, sim, que falar para que eles tenham conhecimento de que é preciso se combater esse mal que assola e que traz problemas eternos na alma, não só no corpo.

Damares, me desculpe por me alongar, mas você sabe que eu falo pelos cotovelos e que eu não tenho nem um pouquinho de cuidado. A Damares esteve comigo em um congresso, e eu sei que a deixei meio estarrecida com o meu sistema de trabalhar, mas, Damares, a vida me fez bruta – a vida. O militarismo me educou bastante, mesmo assim eu tenho força para combater e eu só vou parar quando Deus me levar, quando Deus me deixar com ele, se eu merecer, mas, enquanto eu estiver aqui, eu vou defender mulheres e vou defender crianças que não têm voz e que choram na calada da noite, porque tiveram a sua inocência furtada, tiveram a sua vida arrebentada por um jaguara que não mediu nenhum esforço para arrebentar com a vida delas.

Obrigada, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereadora Sargento Tânia Guerreiro.

Ela é Vereadora em Curitiba e me arranca emoção toda vez que ela fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se todos que estão na audiência conhecem a minha história. Eu sou vítima do estupro. Eu sou sobrevivente da pedofilia. Então, quando vejo Tânia, na idade dela, com tanta vontade e tão aguerrida, protegendo crianças... Porque, Tânia, muita gente acha que o estupro se encerra no ato. O estupro começa no ato, ele é para a vida inteira. E não tem remédio, Tânia, não tem poder, não tem cargo – eu estou no mais alto cargo do Poder Legislativo –, não tem cargo, não tem dinheiro, não tem oração para fazer esquecer, não tem remédio de esquecimento, não tem terapia de esquecimento, não tem dinheiro para esquecimento, não tem nada que nos faça esquecer.

Eu fui estuprada aos seis anos de idade, tenho 59 anos, e preciso conviver todos os dias com as minhas lembranças. O que eu aprendi foi a lidar com a minha dor. O que eu fiz: eu transformei a minha dor em luta.

Eu achava que era uma das pessoas mais bravas no Brasil até conhecer Tânia, até conhecer a Sargento Tânia.

Gente, vamos construir uma nação em que nenhuma mulher mais precise chorar o tanto que eu choro todos os dias!

Foram anos engessada, Tânia. Eu fico olhando para trás e pergunto: se eu não tivesse passado pela violência por que eu passei, aonde eu poderia ter chegado mais cedo, mais nova? Porque o estupro muitas vezes nos engessa, nos congela. Eu fui congelada, engessada. Eu tentei suicídio. Todo mundo conhece a minha história.

Quando eu recebi esse projeto, poderia ter dado um voto assim: volte para a Câmara, porque não obedeceu ao que a lei determina, que é uma audiência pública, mas eu fiz questão de fazer audiência pública para dar um voto muito consciente.

Nós vamos precisar falar de estupro, sim, inclusive, Sargento Tânia, do estupro no leito conjugal. Além de Senadora, advogada, educadora, eu também sou pastora. E quantas vezes ouvi, no gabinete pastoral, Tânia, o depoimento de mulheres sendo estupradas dentro do casamento que se silenciam, porque acham que isto é uma missão do casamento: ser submetida à violência sexual todas as noites. Vamos falar sobre isso, vamos conversar.

Obrigada, Sargento Tânia; obrigada, Raquel; obrigada a todos vocês que estão aí na ponta, cuidando das crianças, cuidando das mulheres.

Nós ainda temos um orador.

Desculpe, Dr. Clayton, ter deixado este momento tão triste aqui, mas a gente quer muito ouvi-lo.

O Dr. Clayton é Delegado da Polícia Federal e decidiu, por uma missão, Federal Kids, enfrentar o estupro de criança na infância. Ele movimenta toda a Polícia Federal nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Clayton, o senhor tem dez minutos. E, lembrando, comece falando sobre a proposição, o projeto de lei que é objeto desta audiência pública.

Desculpem-me, todos os que estão me acompanhando, pelo excesso de emoção.

O SR. CLAYTON DA SILVA BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço a oportunidade, Ministra Damares – desculpe, Senadora; é o hábito de chamá-la de Ministra.

Bom dia a todos que estão nos ouvindo e aos oradores que falaram antes de mim.

Eu quero agradecer a oportunidade de falar de um tema tão importante para a nossa sociedade.

Acredito que esse dia, que essa proposição é importante, o dia 25 de outubro. Os dias são importantes, não é? A colega falou, anteriormente a mim, sobre o dia 18 de maio, que marcou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que depois se transforma no Maio Laranja; e hoje todo mundo, quando se fala em outubro, já fala em Outubro Rosa, e aí já pega a questão do câncer de mama. Ou seja, essas datas são importantes para que a gente marque, para que a gente tenha um trabalho que, na grande maioria, realmente, tem que ser feito na prevenção. Como a colega falou anteriormente, é mais uma lei que a gente vai ter, justamente porque Beccaria já falava, lá em 1856, que o homem teme o suplício pela certeza de que terá o suplício, e não pelo tamanho dele. Então, não é pelo tamanho da pena que o abusador ou o pedófilo ou qualquer que seja o criminoso vai temer a pena, mas, sim, pela certeza de que ela será implementada. Portanto, acho importante, acho válido. Outubro é um mês que já dá muita oportunidade para ser falado, e a opinião é a de que o dia 25 é bem válido.

Eu preparei uma apresentação curta, rápida. Espero não passar dos dez minutos – não vou passar.

Pode passar o eslaide, por favor?

Só para contextualizar a problematização, nós temos alguns problemas.

Pode passar.

Eles seriam: a falta de estudos; os dados não centralizados... Isso foi uma coisa por que a Ministra Damares lutou muito, ou seja, para que os dados fossem centralizados, para que a gente tivesse informação de todas as polícias – Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal –, do Sipia-CT, que é do Conselho Tutelar, os dados do Ministério da Educação, os dados do Ministério da Saúde, para que, aí, sim, você, gestor, possa tomar uma posição melhor com relação a isso.

O medo e a vergonha são outro problema que assola, porque mais de 70% dos casos estão dentro de casa. Isso é verdade; a Ministra acabou de falar com relação ao abuso que acontece dentro de casa, no leito conjugal. Então, isso a gente precisa colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há mitos que infelizmente a sociedade tem, e nós precisamos tirar isso da sociedade. Num caso de abuso sexual de criança ou adolescente, mais de 90% dos casos são com alguém da família ou alguém muito próximo. Então, há aquela fala que a gente sempre coloca: "eu vou ensinar meu filho a não falar com estranho, e ele vai estar protegido". E, na verdade, ele só está protegido em 5% dos casos. E, no caso da mulher adulta, em 65% dos casos é algum conhecido dela. Então, isso também tem que ser colocado, porque a mulher tem muito medo de uma rua escura, a mulher tem muito medo de um terreno baldio, mas a maioria dos estupros acontece com alguém muito conhecido.

A desinformação também é um problema e, hoje em dia, a internet. Então, no caso em questão, nós temos agora o estupro virtual, que pode acontecer – eu vou falar rapidamente dele depois –, e, no caso da mulher, a pornografia de revanche, que também é algo que está cada vez mais acelerado.

Pode passar.

No ano passado, nós registramos 75 mil estupros, em 2022, que bate o recorde. E quero só lembrar que esse número pode representar somente 10% dos casos. A gente tem uma subnotificação muito grande. Tem um estudo americano que mostra que fica, no máximo, em 24%. Então, esse número com certeza é muito maior.

Pode passar.

Quando nós falamos de mais uma lei, eu queria falar rapidamente da responsabilidade numa legislação em que a gente precisa nos esforçar para mostrar ao Judiciário e até para a advocacia particular que existem responsáveis que têm que entrar juntamente com o próprio abusador. Senão, vejamos aqui.

Pode passar.

O art. 5º da Constituição fala que: "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos [...]". E vale lembrar que o abuso sexual, o estupro de vulnerável e o estupro são considerados crimes hediondos. E por que isso é importante? Porque respondem por eles "os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem".

Então, eu acho que está na hora de a gente também trabalhar para que o hospital que não tenha, como foi aquele caso do hospital do médico anestesista que abusava sexualmente das suas pacientes, nenhuma campanha de prevenção, de combate a esse tipo de crime também seja responsabilizado tanto na área cível, quanto na área penal.

Pode passar.

A Lei de Crimes Hediondos coloca lá no art. 1º, inciso V, o estupro, que é o 213 do Código Penal, e o VI, que é o estupro de vulnerável, em que entra também o caso das pessoas acamadas, das pessoas sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeito de anestesia, etc., sobre as quais nós temos que ter essa responsabilidade, e daquelas pessoas com necessidades especiais, cujo próprio discernimento não consegue entender a complexidade de um abuso.

Pode passar.

E aí é só uma continuação, o 217: ter conjunção carnal com menor de 14 anos e na mesma pena incorre quem, por enfermidade, deficiência mental, não tem o necessário discernimento.

Pode passar.

A Lei Henry Borel vem colocar uma força para a questão da denúncia. Então, no art. 26: "Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas [...] contra criança ou adolescente [...]".

Vale lembrar que a Lei Henry Borel também instituiu um dia nacional, que é o dia 3 de maio, o Dia Nacional de Combate à Violência Intrafamiliar.

Pode passar.

Então, só para a gente ver aí, teve uma menina que foi atendida 30 vezes numa UP antes de ser morta pelo pai e pela mãe, e ela tinha dois anos de idade, ou seja, ela chegou a ser atendida 30 vezes numa unidade de saúde e ninguém teve a percepção de fazer a denúncia de que alguma coisa estava errada, o que também pode acontecer com uma mulher adulta, que pode ir várias vezes a uma unidade de pronto atendimento e não ter a violência denunciada pelo médico, pelo enfermeiro ou pelo atendente.

Pode passar.

Isso é só continuação da reportagem.

Pode passar, por favor.

Tem vários outros fundamentos legislativos que dão obrigatoriedade, como, por exemplo, aqui: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral [...] assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos [...] [etc., à criança]". É interessante que a gente começa a ver, no Estatuto da Criança e do Adolescente, vários mandamentos – não mandamentos gerais, mas ele começa a dar nome aos bois. Então, quando ele fala comunidade, quando a gente tem, por exemplo, a igreja como uma comunidade, ele está dando responsabilidade à igreja.

Pode passar.

É interessante esse artigo. No art. 70-B, que foi trazido pela Lei Henry Borel: "As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas da saúde e da educação, além daquelas às quais se refere o [...] (art 90) [...], entre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e a comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de crimes praticados contra [...] o adolescente". Eu tenho quase certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que a grande maioria das escolas não tem essa pessoa capacitada, eu tenho quase certeza. E, se ela não tem uma pessoa capacitada e acontece algo dentro da escola dela, ela é responsável civil e penalmente – ela, a escola, enquanto pessoa jurídica, na área civil, e o seu coordenador máximo, o seu dono, o seu diretor, etc., na área penal –, pela sua omissão, porque o próprio art. 73 do ECA diz lá que "A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica [...]".

Pode passar.

Aqui a gente já tinha, na Lei 13.431, que "Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão...". Isso daí vem reforçar, porque, no próprio ECA, já tinha a responsabilidade de denúncia, mas era ali para médicos e professores, mas agora é qualquer pessoa. Então, é responsabilidade, se você tem um trabalho que tenha suspeita de uma criança ou uma mulher que esteja sofrendo violência, e você tem que denunciar.

Pode passar.

A mesma coisa na Lei Henry Borel: imediatamente, na época, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para a denúncia.

Pode passar.

E aí a gente tem que rever também uma série de coisas que é chover no molhado para quem aqui está trabalhando com relação a isso. Mas a gente tem que se lembrar da nossa sociedade enquanto cultura de culpar a vítima: "Pô, qual é a roupa que você estava vestindo? O que você fez? Mas você também bebeu!". Então, são formas de você culpar a vítima e que nós, enquanto sociedade, temos que discutir com relação a isso.

Pode passar.

E quero lembrar, gente, que o abuso sexual não é um caso isolado. Esse estudo aqui foi feito, na década de 80, em 1987, nos Estados Unidos. Eu não tenho conhecimento de um estudo parecido com esse, é um estudo muito grande, que mostrou que existem várias vítimas e vários episódios por vítima. Isto é importante a gente falar: olha, se você não denuncia, você está prejudicando 175 crianças.

Pode passar para a gente ver.

O Dr. Gene Abel, em 1987, trabalhou com 232 abusadores que admitiram 55 mil incidentes, o que daria 237 incidentes por abusador. E eles reconheciam 17 mil vítimas, ou seja, 73 vítimas por abusador. Se o abuso fosse exclusivo de meninas, a média era de 20 vítimas cada; mas, se o abusador fosse exclusivo de meninos, a média subia para 150 vítimas cada.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando incluídos os casos de estupro de adultos, os números crescem: passavam para 561 agressores, 561 presos, 291 mil agressões, 195 mil vítimas, ou seja, 347 vítimas por abusador. Esse estudo foi feito em 1987. E aí a gente pode colocar uma pimentinha, que é a questão da internet. Hoje nós temos também o abuso pela internet, o que eu acho que colocaria nesses abusos um número mais exponencial.

Pode passar.

Interessante também falar um pouco de estatística, não é? A Anna Salter tem um livro muito bom. Ela fala que entre 12% a 24% das mulheres nos Estados Unidos foram estupradas com algum tipo de violência; 50% dessas vítimas são estupradas por amigos ou conhecidos e 62% por amigo íntimo ou da família; somente em um terço dos casos são atacadas por desconhecidos; mais de 50% ocorrem na casa de alguém, ou da vítima, ou do parente, ou dos vizinhos. Ou seja, aquela visão do terreno baldio, da rua escura claro que é muito importante, mas a gente tem que lembrar que também a casa do amigo que te convidou para tomar um vinho também pode ser um local perigoso.

Pode passar.

E, aí, eu lembro da colega que falou: "Porra, mais uma lei?". Nos Estados Unidos, apenas 5% dos estupradores passam até um dia na cadeia. Em 1991, 70 mil estupros de adultos nos Estados Unidos, e 1,4 milhão de crianças. Esses foram os números dos estudos nos Estados Unidos. Em 1992, foram reportados à polícia, ou seja, foram formalizados os casos de estupro, ou seja, quase 10%, menos de 10% dos casos foram reportados à polícia, sendo que apenas 7,5 mil, menos de 1%, foram condenados a pelo menos um ano de prisão. Então, é um dado que a gente precisa... Eu desconheço estudos de condenação. Eu procuro muito. Ainda não achei, gostaria muito de achar. Acredito que deva ter em algum lugar algum estudo que fale do número de crimes apresentados para o número de sentenças prolatadas pelos judiciários. Nesse caso aqui, a gente vê que é menos de 1%.

Pode passar.

Então, chegou-se a um número nesse livro, que fala que a chance de ser pego é de algo em torno de 3% e a chance de ser condenado – aquele estudo mostra – é de menos de 1%.

Pode passar.

E aí é um caso para a gente depois discutir, depende, numa outra hora, que são os casos de estupros de homens, estupros de meninos. Estatisticamente, 30% dos casos são de meninos, mas vamos refletir um pouco – pode passar –: se um menino for abusado por uma mulher, ele não encara isso como abuso.

Pode passar o próximo eslaide.

Aí, mostra claramente o caso de uma professora que abusou sexualmente, e tem a foto da professora, uma mulher muito bonita. Se vocês repararem nos comentários da população, nós temos aí o primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentário: "Vou me matricular junto com meu filho", ou seja, o pai acha que, se uma mulher bonita fizer sexo com ele, mesmo ele tendo 13 anos, ele não está sofrendo abuso. Essa é a mentalidade que nós temos. E 963 pessoas deram "joinha", falaram assim: o.k., parabéns, é isso mesmo – 963 concordaram com ele. Um comentário abaixo diz: "Cadeia nada... Se quiser, pode abusar de mim também", ou seja, não encara isso, mesmo para o seu filho menor de 13 anos, 14 anos de idade, como um abuso sexual. Então, é uma mentalidade que precisa ser trabalhada, e as campanhas servem para isso.

Pode passar.

Aí, é para lembrar que nós estamos chegando ao caso dos estupros virtuais e também dos crimes sexuais virtuais, que são cada vez mais frequentes, e cada vez os números apontam uma maior quantidade e possibilidade.

Pode passar.

Já temos uma condenação por estupro virtual. Só lembrando, o estupro virtual é feito quando, pelo computador, através de uma conversa ou de um *chat*, etc., muito com base em extorsão, muito com base em ameaça, o abusador determina que a vítima faça qualquer tipo de ato sexual, mesmo estando à distância. Esse ato sexual pode ser manipulação de objetos, sexo com animais ou sexo com pessoas, que podem ser da mesma família, ou seja, "eu quero que você faça sexo com a sua irmã", "eu quero que você faça sexo com o seu irmão", ou também o abuso com pessoas estranhas.

Gente, eu acho que o meu tempo está acabando. Tem algumas outras questões, mas eu acho que nós já levantamos bastantes questões aqui a serem feitas.

Gostaria de fazer um convite à Ministra Damares. Nós não tivemos tempo... Eu não fui mais a Brasília, e eu queria fazer esse convite pessoalmente. A gente montou um livro aqui – ah, não está colocando –, *Pedofilia: Aspectos Parlamentares*, que foi organizado por mim e escrito pelo Deputado Vinicius Carvalho e pelo Deputado Felício Laterça, onde fizemos um histórico, desde as leis, das Ordenações Manuelinas, Filipinas e Afonsinas, lá no Brasil Colônia, passando pelo Código do Império e o Código de 1890, que falava que, depois do estupro, se você se casasse com a vítima, você não tinha mais nenhuma imputabilidade penal, ou seja, o seu crime estava completamente perdoado; era só você pagar um dote para a família e se casar com a vítima, que não tinha nenhum crime. E, ao longo do tempo, nós pudemos avançar sobre isso.

Eu queria convidar a Ministra para fazer o prefácio desse livro e também convidá-la a participar do *Violência contra a Mulher: Aspectos Parlamentares*, que nós vamos lançar na Bienal de São Paulo.

São importantes essas datas de prevenção. Eu participei da Bienal do Rio, onde nós colocamos 20 títulos sobre pedofilia. Nós tínhamos um *stand* específico sobre o combate à pedofilia na Bienal do Rio – eu tenho seis livros sobre o tema – e chamamos outros autores. Era engraçado que as pessoas vinham olhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os livros, e em muitos títulos não estava escrito "pedofilia", e, quando viam um livro sobre pedofilia, ou recolhiam o braço, ou recolhiam a mão, tiravam a mão do livro, ou davam um passo atrás. Então, é para nós vermos como é importante falarmos sobre prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes e do estupro como um todo.

Muito obrigado.

Espero que tenha contribuído com o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Clayton, nós que agradecemos. Agradecemos por todo o seu trabalho como Delegado da Polícia Federal na área da segurança e por seu trabalho também colaborando com a academia. As suas obras têm sido usadas para a gente justificar projetos de lei, políticas públicas. A sua contribuição para a academia tem sido muito grande. Obrigada.

Nós já vamos para o final da nossa audiência, devolvendo para os nossos expositores mais cinco minutos, mas, antes, eu queria dizer que nós estamos recebendo colaborações da internet, muitas perguntas e comentários. Entre comentários e perguntas, eu vou ler sete manifestações, e os nossos expositores, se se sentirem à vontade, falam sobre as manifestações que vieram via internet.

Antes de passar para os senhores, eu quero só lembrar também o seguinte: o Dr. Clayton trouxe um assunto sério, o estupro de homens. A gente vai ter que falar sobre isso também.

Dr. Clayton, nós estamos com muitas ocorrências, no Brasil, de homens que estão em baladas, festas, estão numa boate e são vítimas do tal "Boa noite, Cinderela". Eles são levados para lugares e são estuprados. E esses homens não estão denunciando – a gente precisa dizer – por conta da vergonha, não denunciam uma violência tão grave como essa porque têm vergonha de denunciar. Nós vamos ter que falar com os homens: "Denuncie a violência sexual contra você, denuncie". E o senhor trouxe o caso de meninos.

No Brasil, é até cultural o menino... as brincadeiras sexuais entre meninos. Nós não podemos aceitar isso como uma questão cultural, gente. É violência sexual contra menino. Nós vamos ter que ter coragem de falar.

Agora a gente tem os canais de denúncia separando o sexo: é menina ou menino que está sendo vítima de violência sexual? Isso vai, inclusive, fazer a gente rever a legislação no país e rever políticas públicas.

Então, se tem homens que estão acompanhando esta audiência e sabem que um amigo foi estuprado, foi vítima de violência sexual e se silenciou, conversem com ele. Bora! Se a gente não denunciar, a gente não pega o estuprador.

Essa não denúncia me preocupa, Dr. Clayton, Sargento Tânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Saúde, há uma portaria que diz que a mulher estuprada que chegar a uma unidade de saúde e não quiser denunciar terá o direito ao aborto legal, é lei, está garantido. No caso de gravidez decorrente de estupro, se a mulher quiser abortar, o Sistema Único de Saúde é obrigado a fazer o aborto, mas o Sistema Único de Saúde está fazendo o aborto e mandando essa mulher para casa, porque ela não é obrigada a denunciar. Ora, se a mulher não denunciar, como nós vamos pegar o agressor? Ele vai ficar impune, estuprando outras mulheres. A gente precisa rever isso também. "Ah, mas, se a mulher tiver que denunciar, ela não procura o sistema de saúde; vai fazer um aborto, correndo risco, em outro local que não seja em um lugar seguro." Nós temos que falar com as mulheres. Você não pode silenciar, não só por sua causa, mas para evitar que outras mulheres sejam vítimas do mesmo agressor. Então, a denúncia... É pela denúncia – pela denúncia.

Ai, se eu pudesse denunciar, quando eu tinha seis anos de idade, o agressor, o meu agressor – falar "meu agressor" é tão ruim –, o homem que me agrediu. Quando eu tinha 25 anos de idade, eu descobri, eu conheci mais quatro vítimas dele. E eu as conheci pessoalmente. Então, ele ficou, impunemente, abusando de meninas e meninos ao longo da vida, e era um religioso. Se eu pudesse ter denunciado, aos seis anos – e o silêncio me foi imposto por ele, porque ele dizia que mataria meu pai e minha mãe –; se eu pudesse ter denunciado, se tivesse uma Tânia Guerreiro ao lado da minha casa, uma Raquel na minha cidade, se eu soubesse que existia um delegado como o Clayton e eu pudesse ter buscado socorro, eu teria evitado muitas outras vítimas de estarem chorando hoje pelo mesmo agressor. Então, a denúncia é necessária.

Eu vou ler quatro manifestações. Vocês fiquem à vontade quanto a se querem responder ou não. E, na sequência, os senhores farão cinco minutos de considerações finais.

A primeira manifestação vem do Rio Grande do Sul, é da Maria. Ela diz o seguinte: "Existem dados relacionados aos criminosos reincidentes que cometeram crimes de estupro? Quais são as medidas atuais contra a reincidência?".

Ana Lígia, do Ceará, diz o seguinte: "Qual seria o benefício deste dia alusivo? E quanto às medidas efetivas para os demais dias?" – quantas outras medidas? É só um dia que a gente vai falar de estupro? É exatamente isso que ela quer dizer.

Mônica Regina, de São Paulo, diz o seguinte: "Por que um registro nacional de agressores sexuais não é criado, com acesso ao público pela internet, como nos EUA?".

André Gabriel, de Pernambuco, diz o seguinte: "Como podemos fortalecer a prevenção ao estupro por meio da educação, considerando a diversidade cultural do Brasil?".

Leonardo Tesser, de São Paulo, diz o seguinte: "A gigantesca parte dos estupros ocorre dentro dos lares" – foi exatamente o que o Dr. Clayton mostrou aqui agora. "A educação sexual deve ser obrigatória, ensinando as crianças a denunciar abusos."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jailson Mendes, do Ceará: "A conscientização é um passo muito importante para o combate, mas precisamos de leis mais rígidas para combater esse crime".

E Pâmela Rosa, do Distrito Federal – aqui, do nosso DF –, diz o seguinte: "Investir em políticas públicas contra o estupro e criar uma ala de atendimento especial, que tenha tratamento psiquiátrico e psicológico".

Essas são as manifestações e perguntas.

Vou devolver para os senhores a fala, mas não sem antes fazer a minha pergunta aos nossos debatedores. Quando os senhores pegam o projeto de lei que foi construído pela Deputada Margarida Salomão, uma Deputada aguerrida lá de Minas Gerais, e esse projeto já passou pela Câmara, ela determina que seja a data de 25 de outubro. Eu estou aqui recebendo muitas mensagens. Por que 25 de outubro? Nós ouvimos a manifestação da nossa representante do Ministério das Mulheres – ela não está mais presente –, que entendeu que, como o mês de outubro não tem nenhuma data de conscientização à violência contra a mulher, ter uma data em outubro seria importante e necessário. E todos vocês entenderam, assim como a Sargento Tânia respondeu, que ter uma data como 18 de maio, que o advento dessa data realmente trouxe muita conscientização no Brasil, é importante. Eu vou ter que dar o voto a esse projeto de lei e eu vou ter que considerar o dia 25. Quando a gente pega a data 25, porque a Deputada determinou que seja dia 25 de outubro, ela diz o seguinte – eu quero que os senhores escutem, porque essa é a minha pergunta aos debatedores –:

> No que tange à designação do dia 25 de outubro, justifica-se porque foi a data da prisão da Madre Maurina Borges da Silveira. Madre Maurina era diretora do Lar Santana, especializado no atendimento de crianças órfãs e carentes. Como a instituição a qual dirigia servia como reunião de militantes pela democratização do país durante a ditadura, Madre Maurina foi presa, torturada e seviciada.
> Seus algozes, em incrível atrocidade, forçaram a assinar declarações em que confessava ser amante de militantes políticos pela democratização do país.
> Pelo histórico de luta e pelas injustiças sofridas, em justa homenagem ao seu legado, propomos que o dia 25 de outubro de cada ano seja instituído como o Dia Nacional de Combate ao Estupro.

A minha pergunta é o seguinte: nós vamos perpetuar a memória de Madre Maurina, que foi uma guerreira, uma mulher que cuidava de crianças, como uma mulher estuprada? Nós vamos trazer para o calendário nacional o 25 de outubro, o dia do estupro de Madre Maurina? Eu faço essa pergunta porque eu quero que os senhores falem comigo. Ter uma data em outubro é interessante, como o Ministério das Mulheres falou? É interessante. Mas a gente perpetuar a madre que tanto cuidou de criança como a mulher estuprada... Eu não gostaria de ter uma data que falasse do abuso de criança se referindo a mim. Eu não gostaria – eu – de ser lembrada o resto da vida como a menina estuprada. Eu queria ser lembrada, depois que morrer, como a mulher que lutou por crianças. Não escolham o dia em que eu fui estuprada. Se vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiserem fazer uma homenagem póstuma a mim, escolham o dia em que eu nasci, porque eu nasci para fazer a diferença. Eu tenho consciência de que eu nasci para ser diferente. Escolham o dia, quem sabe, em que eu fui empossada pelo Presidente justo e digno que nós tivemos, o Presidente Bolsonaro. Escolham o 1º de janeiro de 2019 como um dia de luta pela criança ou o dia 30 de outubro de 2022, quando eu fui eleita, quando 715 mil pessoas no DF decidiram que eu seria Senadora do DF para proteger crianças. Mas nunca escolham a data em que eu fui estuprada. Eu não quero ser perpetuada como a menina que foi estuprada, mas a mulher que lutou por crianças. Então a minha pergunta é: vocês se sentiriam à vontade de aprovar uma lei com a qual a gente ia perpetuar a memória de Madre Maurina como uma mulher estuprada? Então essa é a pergunta da Relatora, porque eu vou ter que emitir voto sobre a data. Eu já entendi que é importante termos um dia, foi unânime aqui. A minha pergunta é: tem que ser esse dia para a gente trazer tristezas à memória da Madre Maurina?

Então, eu li as perguntas dos internautas. Tem uma que eu vou poder responder depois, que é sobre o cadastro de pedófilo. Eu sou Relatora dessa matéria aqui no Senado. Mas ficam aí as perguntas dos internautas e a minha consideração também.

Então, nós vamos começar por ordem. Eu não sei se todos estão presentes, mas eu estou vendo aqui a Raquel, o Clayton e a Sargento Tânia.

Pela ordem de fala, Raquel, você tem cinco minutos para considerações finais e, se possível, responder a minha pergunta.

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, antes de tudo, eu fiz uma pesquisa sobre a lei e sobre a Madre Maurina. E ela foi presa, e a motivação é que, após a prisão, ela iniciou a luta por justiça social. Então a gente poderia fazer uma homenagem a ela e a lei se tornar uma lei em questão da Madre Maurina por justiça social, não pela questão do estupro, até porque, quando a gente começa a ler a história dela, depois ela nega a questão do estupro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Raquel. Mais alguma consideração para encerrar a sua fala?

A SRA. RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Só para dizer que nosso trabalho, Senadora, muitas vezes é um trabalho solitário, é uma causa que nem todos querem abraçar, mas nem por isso a gente abre mão. E o nome Infância Protegida... Não é porque eu não fui abusada que eu vou deixar de sentir a dor do meu próximo. Pelo contrário, a proteção deveria ser uma regra e não uma exceção. E eu fiz desse trabalho a minha missão e o meu motivo de viver. Então eu trabalho de forma integral e não abro mão disso. Eu levanto e deito por causa desse objetivo e eu estou para servir. Inclusive a Senadora está com as minhas linhas abertas para, em qualquer momento, me chamar para qualquer situação e qualquer pessoa do Brasil. Nós recebemos ligação de todo local e a qualquer momento a gente está aqui para servir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para terminar, a Senadora falou sobre questões de mulheres no meio cristão. Eu recebo telefonemas de esposas de pastores. Eles usam a Bíblia para deixar as esposas sendo subservientes, usando a palavra de Deus, dizendo que as mulheres têm que servi-los. E eu uso a seguinte pergunta: qual foi a parte da Bíblia que eles rasgaram? Porque eles usam a seguinte frase, o seguinte versículo: "Mulheres sejam submissas aos seus maridos". E eu digo o seguinte: eles rasgaram a parte da Bíblia que diz que maridos amem as suas esposas como Cristo amou a Igreja? E, pelo que eu sei, Cristo jamais abusou de ninguém. Pelo contrário, Jesus foi extremamente amável com todas as pessoas e ele sempre está à porta, bate e pergunta. Quem quer aceitá-lo e quem quer abrir a porta, ele entra e ceia com eles.

Então, nós temos que tomar cuidado, inclusive com as nossas igrejas, porque os estupros estão acontecendo e homens travestidos de pastores estão usando o título para poder abusar das nossas crianças e das nossas mulheres.

Muito obrigada pelo convite. Estarei sempre à disposição quando me chamarem para qualquer tema relacionado ao abuso envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e homens. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Raquel Vieira de Andrade Oliveira, Presidente do Instituto Infância Protegida, lá do Espírito Santo. Obrigada por sua participação nesta audiência.

Dra. Simone Ferreira de Alencar, nossa delegada, ainda está presente. Dra. Simone, cinco minutos para considerações finais, lembrando das manifestações que eu li, se puder responder alguma, e também a minha pergunta.

A SRA. SIMONE FERREIRA DE ALENCAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu também sou da opinião de que lembrar uma pessoa e perpetuar a lembrança por uma data tão traumática não é uma coisa muito adequada. Eu entendo que o mês de outubro é um mês em que se fala muito da mulher, da proteção da mulher, até pela questão do Outubro Rosa, da saúde da mulher. Mas realmente se lembrar de um evento tão cruel, tão doloroso e tão traumático... Eu não sei, eu não conheço a história da Madre, se ela ainda tem familiares vivos, eu não sei a data. Sei que isso aconteceu na época da ditadura, mas eu não sei se ela ainda tem familiares. Então eu acredito que perpetuar um evento traumático é muito doloroso. Reverenciar a memória dela sim, homenageá-la sim, até pelo que ela passou, sofreu e lutou posteriormente. Mas talvez uma homenagem muito melhor seria a data da ordenação dela ou a data em que ela iniciou a dedicação do trabalho dela com as crianças. Mas realmente lembrar a data da violência eu acho muito traumático e não acho muito adequado. Eu também não gostaria.

Enfim, em relação às outras perguntas, eu não recordo todos os questionamentos que foram feitos. Sobre a reincidência dos autores de estupro, a gente não tem dados oficiais, nenhum estudo oficial. O que a gente tem aqui na polícia são casos... Quando a gente investiga um caso de estupro, geralmente a gente vai investigar a vida pregressa desse autor e descobre que ele é autor de outros crimes da mesma natureza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas geralmente quando ele chega novamente aqui até nós, preso ou denunciado. Dificilmente um autor de estupro é autor de um estupro isoladamente. Daí a importância também da denúncia, de a vítima fazer a denúncia, porque ela não está denunciando só por ela. Apesar de ser doloroso, apesar de ser sofrido, relembrar, ela pode estar evitando que outras mulheres, outras crianças sejam abusadas, com aquela denúncia dela. Nós já tivemos vários casos assim, em que, por meio da denúncia de uma mulher, nós conseguimos identificar, localizar e prender aquele autor, e descobrimos que ele era autor de outras violências sexuais. Então, com a denúncia de uma vítima, a gente consegue evitar que ele pratique outros crimes. Realmente, estudos sobre a reincidência a gente não tem. O que a gente tem é a visão prática de que um autor de estupro, quando é preso, dificilmente é preso por um crime isolado; ele é autor de outros crimes. E a denúncia e a prisão desse autor de estupro encoraja outras vítimas dele, anteriores, a procurar o Estado e a buscar a proteção da polícia.

Então, mais uma vez, eu quero reforçar essa questão que um dia, para se dar visibilidade à discussão sobre esse crime, é de muita importância, porque ele serve para encorajar essas mulheres vítimas de estupro a denunciar e, por meio dessa denúncia, encorajar outras mulheres que são vítimas também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Simone, pela participação, por ter ficado conosco até o final da audiência. Muito obrigada e sucesso no seu trabalho.

Por fim, nós vamos ouvir agora – não, ainda temos mais dois – a nossa Tânia, nossa guerreira – gente, o nome dela é Tânia Guerreiro e ela é uma guerreira –, nossa Vereadora de Curitiba, por cinco minutos, para considerações finais e se puder responder a minha pergunta e alguma que eu trouxe como manifestação dos nossos cidadãos que estão acompanhando via internet.

Tânia Guerreiro, cinco minutos.

A SRA. TÂNIA MARA ABRÃO GUERREIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, minha querida Damares.

Respondendo à sua pergunta, eu concordo com o que a Raquel falou. Vamos lembrar das coisas boas que a Madre fez, das manifestações positivas que ela fez, esquecer a parte do estupro e homenageá-la nesse dia com essa data.

Respondendo a uma das perguntas dos internautas – se o pedófilo para –, nunca, só depois de morto, e ele é ainda capaz de abusar do capeta no inferno. Ele não para. Em duas ocasiões ele para, que é quando preso e depois que morre, é lógico. Eu tenho atendido casos aqui de estupradores impotentes sexualmente, mas que abusam de crianças de mil e uma formas, de mil e uma maneiras. E o prazo para ele agir... Digamos, ele cumpre pena, sai e, depois que ele volta para casa, o prazo para ele agir novamente é dentro de 48 horas. O pedófilo doméstico e com ligação doméstica, que são 90% dos casos de estupros, é dentro de 48 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E volto a falar também, Damares, sobre o silêncio. O silêncio só protege o agressor. Nós temos que denunciar, sim, porque esse silêncio das vítimas e das famílias só protege o agressor. Quando se tem um pedófilo na família, um estuprador na família, tem gerações abusadas. Quantas crianças ele tiver a oportunidade de tocar, quantos adolescentes, quantas mulheres ele tiver a chance de tocar, ele vai, ele é oportunista.

Eu nunca vi um ex-pedófilo, nunca, nunca. Olha, na minha vida policial, e eu trabalhei com crime organizado, eu fiquei 35 anos e já vi ex-tudo, menos ex-pedófilos. Sobre os pastores estupradores de que foi falado, a Raquel comentou, os pastores estupradores, pastores, padres, pais de santo, não existe pastor estuprador, não existe padre estuprador, não existe pai de santo estuprador; o que existe são pedófilos que estudam, que se preparam para ser pastor, para ser padre, para ser pai de santo, para ter oportunidade de ter acesso às crianças. Como eu disse, ele é oportunista; então, ele vai para uma profissão... E o pedófilo está onde a criança está. O estuprador está onde ele tem a chance de tocar em alguém. Então, essas pessoas já tinham a intenção de ser, já eram, e só estudaram para ter oportunidade de tocar, de ter a chance de tocar usando a profissão delas.

E, para finalizar, eu vou falar uma frase de Barão do Serro Azul, que diz: "De nada adiantaria a iniciativa de alguns se não fosse a união de muitos". Por isso, nós temos que nos unir. É sábia essa frase dele. Luther King também diz: "O que me assusta não é a violência de poucos, mas o silêncio de muitos". Por isso que nós temos que falar, nós temos que gritar, nós temos que fazer com que alguém nos ouça, porque nós temos que dar voz a quem perdeu tudo, inclusive a autoestima.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vereadora, a senhora emociona a gente. Vereadora, a senhora fez sua participação, mas não param de chegar perguntas. Esta audiência pública está tendo uma repercussão muito grande, e eu fico muito feliz com a repercussão, mas triste em falar de um tema tão delicado. Nesses 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, um projeto de lei que parecia tão simples virou um debate. E esta Comissão de Educação, então, participa, dessa forma, da campanha nacional, promovendo esta audiência pública.

Vereadora, antes de passar para o último, entre as perguntas que estão chegando aqui, tem uma do Eduardo Alencar, do Rio de Janeiro, que diz o seguinte, Sargento: "A maioria dos casos de estupro acontecem no seio familiar [como a senhora já prendeu muitos pedófilos, lida com as crianças diretamente lá na ponta, a pergunta é:], como identificar os sinais de abuso em uma criança para prevenir o estupro?".

A SRA. TÂNIA MARA ABRÃO GUERREIRO (*Por videoconferência*.) – Ministra, eu gravei agora, por esses dias, mais ou menos 15 episódios de como a criança abusada se comporta. A criança abusada não vai verbalizar que está sendo abusada. Por quê? Porque ela está protegendo alguém da família, ou ela está protegendo um animal de estimação, ou ela está protegendo o alimento da família, a moradia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família, porque, se o agressor for doméstico, e é uma grande maioria – 67% são padrastos, 20% são pais –, ele diz que não vai mais comprar alimento e tal. Então, ela o protege, ela não denuncia para proteger a segurança alimentar da família também. Mas a criança pede socorro na alimentação, ela pede socorro no sono. A criança que é abusada não te olha nos olhos, não aceita abraço, come compulsivamente e desencadeia obesidade ou tem ausência de apetite. O rendimento escolar dela cai quase a zero; ela não participa de trabalhos em grupo, se recusa à prática de educação física, ela não traz a tarefa pronta, não pergunta sobre a matéria, não interage, não te olha nos olhos, como eu disse. Ela se mutila, ela tem tendência ao suicídio, ela rói as unhas a ponto de arrancar a beiradinha das unhas, de arrancar sangue. Ela é uma criança que tem picos de comportamento; tem horas que ela está bem, tem horas que ela está chorona. Então ela não fala, mas ela pede socorro no comportamento. Ela diz: "Eis-me aqui". Na escola, ela senta na última carteira.

A segunda-feira eu considero o "dia nacional do abuso sexual nas escolas", porque ela passou sábado e domingo à mercê do agressor, se ele for doméstico ou se ele tiver ligação doméstica, que é a grande maioria, porque o pedófilo alheio estupra e mata, que é o pedófilo da rua, mas o pedófilo doméstico e com ligação doméstica age muito lentamente.

E ela não vai dizer, mas ela vai pedir socorro no comportamento. Ela vai se sentir mal perto dele; quando ele chegar, ela vai abaixar a cabeça, ela não vai encará-lo, ela vai procurar não ficar no mesmo ambiente dele. Ela vai, de repente, fazer um desenho onde ela pede socorro e nesse desenho tem a cara dele, com dentes grandes, com cara de monstro, e a cara dela, com cara de chorona. A criança abusada urina na cama com frequência, urina nas calças com frequência; traz nas partes íntimas assadura, principalmente assadura; senta com um ladinho do bumbum, com o outro ladinho nem sentar ela está conseguindo. Não gosta muito da higiene pessoal quando ela é adolescente ou pré-adolescente, mas, quando criança, ela fica horas e horas embaixo do chuveiro, porque ela acha que a sujeira da alma dela, que ela está sentindo vai sair com a água. Olha, ela muda totalmente o comportamento: agressividade, fica chorona... Não é uma criança que tem aquele comportamento normal; ela tem picos de comportamento: tem horas que ela está bem, tem horas que ela está agressiva, tem horas que ela está chorona. É muito difícil você não perceber.

Agora, o pedófilo, esqueça. Você não vai saber nunca que ele é pedófilo, porque ele não tem uma característica específica.

É claro que eu respondi superficialmente. Tem muitos detalhes que a gente poderia... Ele pode entrar em contato comigo nas minhas redes sociais: TikTok, Instagram (@sargentotaniaguerreiro). Tem muita coisa boa ali. Eu respondo a ele se ele quiser – não só a ele, mas a qualquer pessoa que queira saber sobre pedofilia eu estou à disposição para responder.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sargento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho acompanhado o seu trabalho nas redes sociais. Seus vídeos estão realmente ricos em conteúdo. Quem tiver interesse acompanhe a Sargento Tânia Guerreiro, assim como a Raquel, nas redes sociais do Instituto Infância Protegida.

Por fim, nós vamos ouvir o último orador para as suas considerações finais, mas não sem antes ler...

E aí, Dr. Clayton, se puder responder às perguntas anteriores, se quiser se referir às manifestações...

Eu quero registrar aqui, do Rio de Janeiro, aí da tua terra, Edumar Pinheiro, que diz o seguinte: "[...] [Após cumprir pena, é crucial que o agressor mantenha as autoridades informadas sobre seu endereço? É viável essa cláusula?]".

Flávia D'amico, também do Rio de Janeiro, fala e pergunta: "Por que condenados por estupro, agressão e violência contra a mulher não têm penas mais rigorosas, sem redução e saidinhas? Até quando?".

Reinaldo Caffe, de São Paulo: "Como penalizar os estupradores menores de idade?". Isso aqui é muito sério. Nós temos muitos adolescentes estuprando crianças no Brasil, e a gente vai ter que encarar essa realidade. "Após a saída da instituição [da unidade socioeducativa] onde ficaram internados, como monitorá-los?" Como monitorar o menor de idade que estupra criança, outros adolescentes e, inclusive, mulheres?

Por último, Jéssica Aguiar, de Roraima: "Como ainda é possível, mesmo na atualidade e com tantas leis vigentes, visualizar estupros ocorrendo mesmo com tanta proteção legal?.

Dr. Clayton.

O SR. CLAYTON DA SILVA BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É muita coisa, não é?

Vamos tentar pegar pela última: como visualizar... Eu acho que ela está falando da questão dos crimes que ficam aparecendo na internet. Nós temos um problema muito sério com a questão das grandes empresas de internet: elas não estão sediadas no Brasil. Então, você deve se lembrar de vários problemas que nós tivemos com Facebook, Instagram, WhatsApp – na época da CPI da Pedofilia, era o Orkut –, em que você tinha problemas de estarem ali disponíveis para você fazer *download*, para você poder visualizar, etc. Por quê? Porque eles não seguem a legislação brasileira. O Brasil somente esse ano assinou a Convenção de Budapeste, que vai trazer algum tipo de proteção com relação a isso. O nosso marco civil da internet não tem tanta proteção com relação a isso; é uma dificuldade com relação à visualização.

Com relação ao abuso sexual, o adolescente como abusador, como a Ministra falou, vai sofrer a medida socioeducativa. Ele cometeu um ato análogo a crime e ele vai ter... Mas a legislação é diferente: ele só pode ficar internado uma quantidade menor de anos e depois, quando ele sai, ele sai com a ficha penal como se estivesse limpa. O monitoramento é um problema muito mais complicado. Como a Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou, ela está com um projeto de lei com relação a isso e já existem outros projetos de lei com a questão do banco do pedófilo. Para muitas das coisas que estão sendo discutidas aqui, de que se fala, você tem que ter a anuência do Judiciário. O Judiciário que tem que aplicar a lei.

Falou-se aí: "Poxa! Mas nós temos que ter leis mais duras". Gente, com as nossas leis, se aplicadas, já teria algum tipo de correção – se aplicadas.

Nós vimos na apresentação que, nos Estados Unidos, na década de 90, a condenação era algo em torno de 1%, num estudo feito pela Anna Salter. Eu não tenho esse estudo aqui, de quanto seria a condenação no Brasil, mas vamos pegar um caso de muita repercussão: o caso da ginástica americana, da equipe de ginástica americana.

O presidente da equipe de ginástica americana foi condenado a 20 anos de prisão – 20 anos! Ele era o estuprador? Não. Ele não era o estuprador. O abusador era o médico da equipe americana. Só que o presidente, três anos antes de estourar todo o processo, já tinha informações de que o médico estava abusando sexualmente de uma pessoa. Ou seja, é aquilo que nós falamos no início: a lei de crimes hediondos diz que responde pelos crimes hediondos os executores, os mandantes e aqueles que, podendo evitá-los, se omitirem. Nesse caso, lá nos Estados Unidos, o juiz julgou que ele se omitiu, porque, três anos antes, ele já tinha informação. E, a partir dali, por cada menina estuprada a partir do dia em que ele teve a informação ele passou a ser responsabilizado.

Então, se nós aplicássemos isso em igrejas, em colégios, em hospitais, em escolas, eu tenho certeza de que a coisa poderia ser diferente.

Com relação ao dia, eu concordo que o melhor seria um dia que não fosse lembrar da violência. Para ter um parâmetro, a Lei Henry Borel, o Dia de Combate à Violência Intrafamiliar virou o dia 3 de maio. O Dia 3 de maio é o dia do aniversário do Henry Borel. Ele morre em março. Então, não se colocou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAYTON DA SILVA BEZERRA (*Por videoconferência.*) – ... o dia nacional em março, e, sim, em maio, no aniversário dele. Eu acho que pode ser feito da mesma maneira: pegar um dia em que se possa homenageá-la de uma outra forma que não o dia do estupro, até porque nós vimos, nas estatísticas, que o estupro não acontece apenas um caso. Então, provavelmente, ela não foi estuprada só no dia 25; ela foi estuprada durante vários outros dias. Então, o dia do nascimento ou o dia da ordenação poderiam ser uma forma melhor.

Uma outra pergunta feita foi sobre a reincidência. Os estudos que nós temos mostram que são 70% dos casos de reincidência. Eu acredito que são mais.

E, com relação a campanhas... Gente, campanha é muito importante. O Tiago Leifert, um ator da Globo, um apresentador da Globo, fez um trabalho de retinoblastoma, um cancerzinho que dá nos olhos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma criança recém-nascida, e teve uma repercussão enorme. Todo mundo falou sobre isso. Pelo portal do Governo, são 400 casos por ano. Ou seja, teve uma repercussão muito grande. Eu não estou fazendo um demérito, mas são 400 casos por ano. Nós vimos que temos 70 mil casos de estupro por ano no Brasil, e isso representa apenas 10%, ou seja, seriam mais de 700 mil casos de estupro no Brasil. Então, a campanhas são muito importantes.

Desculpe-me a correria, mas é porque tinha muita coisa para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Clayton, nós agradecemos sua participação.

Quer deixar aí suas redes sociais também, Dr. Clayton, para que as pessoas o encontrem e encontrem os seus livros, suas obras?

O SR. CLAYTON DA SILVA BEZERRA (*Por videoconferência.*) – A minha rede social é única, ela é @federalkids. É o projeto que nós temos de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes e também de mulheres, no caso da violência doméstica. É @federalkids.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Clayton.

Nós estamos chegando ao final da nossa audiência pública. Eu quero agradecer a todos os nossos expositores. Foi rica a participação de todos. O que parecia ser um projeto de lei tão simples a gente transformou em um debate pelo enfrentamento ao estupro, dentro do calendário dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

E falamos que o estupro alcança todos, alcança a mulher, alcança a criança, o recém-nascido. A Sargento Tânia Guerreiro sabe da nossa luta. A Sargento Tânia Guerreiro, gente, acompanhou uma prisão, em um caso em Curitiba, em que o agressor estuprou um bebê de oito dias. E detalhe: não era uma pessoa sem conhecimento ou que estava usando droga ou bêbado; era um assessor parlamentar, um casal acima de qualquer suspeita. Quando ela me relatou que era um de oito dias, eu achei que o recorde de idade estava em Curitiba – oito dias –, mas, meses depois, nós descobrimos um caso de uma bebê de sete dias em São Paulo. Então, o estupro está alcançando, no país, recém-nascidos, bebês, crianças na primeira infância, crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência... Nenhum de nós aqui falou da pessoa com deficiência, mas muitas mulheres com deficiência a gente descobre que foram estupradas depois que a gente descobre a gravidez, mas já estavam há anos sendo estupradas. Há adultos com deficiência que estão na cama, que estão incomunicáveis, sendo vítimas de estupro no país. E a gente tem também aí esse horror que é o estupro da pessoa idosa. O assunto é delicado, o assunto choca. E foi o que o Dr. Clayton falou: muita gente não quer nem comprar o livro, não quer nem chegar perto do livro, porque não quer tocar no assunto, mas não dá mais para a gente silenciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela participação de todas.

E eu quero agradecer ao Presidente da Comissão, o Senador Flávio Arns, por ter confiado no meu trabalho e me nomeado Relatora deste projeto de lei, e aos demais colegas da Comissão que aprovaram a realização desta audiência pública. Todos sabiam que seria delicada, sensível, mas tiveram a coragem de aprovar a realização desta audiência pública.

Quero agradecer aos servidores aqui da Secretaria. As pessoas, às vezes, não sabem que, por trás de nosso trabalho, tem tanta gente incrível se dedicando para que o nosso trabalho seja no mínimo agradável quando não perfeito. Obrigada, meninos. Detalhe, gente: não são máquinas, são pessoas que aqui do lado choram, se emocionam, participam. Aos meninos, aos nossos queridos amigos lá do som, aos meninos que ficam ali na TV Senado cuidando das imagens para que tudo isso aqui aconteça de uma forma perfeita, obrigada. E sei do comprometimento. Aos nossos policiais, os nossos policiais legislativos que estão aqui o tempo todo, a todos, à assessoria dos nossos gabinetes, obrigada.

Que o Brasil possa ser uma nação feliz, próspera, sem violência e que possa ser, Tânia e Raquel, o melhor lugar do mundo para se nascer menina.

Que Deus abençoe vocês!

Nada mais tendo a tratar, nós declaramos o encerramento desta audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 91ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e dois minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 125/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 126/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 128/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 129/2023 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 131/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 133/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 1338/2022, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". **Participantes:** Sr. Diego do Nascimento Vieira, Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (AFESC); Sra. Priscila Cruz, Presidente do Movimento Todos Pela Educação; Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Sra. Patrícia Raquel Baroni, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); Sra. Angela Gandra, Doutora em Direito (UFRGS) e Presidente Instituto Ives Gandra; e Sr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Contee). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 91ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de dezembro de 2023.

A presente reunião será a primeira de um ciclo de três audiências públicas destinadas a instruir o Projeto de Lei 1.338/2022, que, abrem-se aspas, "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", fecham-se aspas, em atenção ao Requerimento 125/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra e da Senadora Damares Alves; ao Requerimento 126/2023, também da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; ao Requerimento 128/2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha e de minha autoria; Requerimento 129/2023, Comissão de Educação, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria; Requerimento 131/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; e Requerimento 133/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Damares Alves.

Quando eu menciono "e de minha autoria", é que provavelmente o autor do requerimento não estivesse presente na reunião da Comissão de Educação, então eu subscrevia para que não ficássemos na dependência de aprovação em outra reunião.

Participam da audiência, de forma remota, a Sra. Priscila Cruz, Presidente do movimento Todos pela Educação; o Sr. Cláudio Vieira da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); a Sra. Patrícia Raquel Barone, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); a Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec); o Sr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; a Sra. Angela Gandra, Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Ives Gandra; e o Sr. Diego do Nascimento Vieira, Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc). Informo que a Sra. Marlova Noleto, Diretora e representante da Unesco no Brasil, e também o Sr. Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), não puderam comparecer a esta audiência e justificaram as suas ausências. Foram convidados também o Ministério da Mulher e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que não enviaram representantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu quero dar as boas-vindas aos nossos convidados e convidadas, dizer da alegria de estarmos juntos debatendo o tema que é objeto desse projeto de lei, dizer que já foram realizadas, no ano passado, três audiências públicas a esse respeito, vários dos participantes dessas audiências inclusive estiveram naquelas audiências anteriores, porém, como o assunto foi retomado, as pessoas tinham a liberdade de estar presentes, retomar o assunto, afinal passou também um ano daquelas audiências. E sempre repisar, repensar, reapresentar os argumentos num sentido ou no outro é importante. Então, nós sempre temos essa liberdade na Comissão para que as pessoas que o desejarem, representando setores da sociedade que tenham uma relação com o tema, possam se manifestar.

Eu quero dizer, antes de passar a palavra aos nossos convidados, que essa reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Quero também dizer que temos, como já mencionado, três audiências públicas. O número de pessoas apresentadas para participar é um número grande, por isso que nós temos um número, assim, relativamente, não tão grande hoje, sete pessoas, mas a outra audiência pública será na segunda-feira pela manhã, no dia quatro, e a terceira audiência pública na semana seguinte.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Eu já combinei com os convidados que nós daremos um tempo extra, assim, de dois minutos, mais ou menos, para que possam, os convidados e convidadas, terminar o pensamento, a exposição, ainda colocar algum ponto. E, ao final, repassarei a palavra aos convidados, porque um escutando o outro poderá acrescentar algum argumento, pensar, refletir sobre o tema.

E quero também dizer que já temos algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania. Leio-as rapidamente.

A Cris, do Paraná: "Serão definidos critérios objetivos para autorização de educação domiciliar? Quais serão? Quem efetuará a avaliação da condição familiar?".

Aline Soares, de Minas Gerais: "Como a parceria entre escola e famílias educadoras pode contribuir para assegurar os direitos da infância?".

André Gabriel, de Pernambuco: "Quais estratégias podem ser adotadas para garantir que a educação domiciliar não amplie disparidades socioculturais no país?".

Rodrigo de Souza, do Rio de Janeiro: "Segundo o Disque 100, em 2021, 81% das denúncias de abusos (total de 50.098), ocorreram dentro da casa da criança/adolescente. A escola não protegeria?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lúcia Zaia, de São Paulo: o ensino domiciliar em pleno século XXI não seria um retrocesso, dado que a escola é o primeiro núcleo social do indivíduo?

Então, temos essas perguntas que cada um poderá, de uma forma ou de outra, também abordar nas exposições, mas também o aspecto interativo continua à disposição das pessoas que nos acompanham pelo Brasil.

Eu passo, em primeiro lugar, com muita honra, à Sra. Priscila Cruz, que é Presidente de um movimento tão importante para o Brasil e que tem colaborado tanto com a educação como em nosso país – quero dar as boas-vindas –, que é o movimento Todos pela Educação.

Com a palavra, Priscila.

A SRA. PRISCILA CRUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

É um prazer estar aqui falando sobre esse assunto importante, neste importante espaço democrático para a gente poder debater esse assunto.

Cumprimento o Sr. Senador; cumprimento todos os participantes aqui desta mesa virtual. Eu não vou ficar citando os nomes, senão a gente fica mais tempo citando nomes do que usando a palavra aqui para o assunto objetivo.

Quero dizer do meu prazer de estar aqui. No entanto, eu não posso deixar de dizer que esse é um assunto que me tira o sono. Se tem um assunto hoje que tira o meu sono e, de vez em quando, eu vou dormir muito preocupada e acordo angustiada, é esse tema do ensino domiciliar no Brasil.

No Todos pela Educação, o próprio Senador sabe disso, a gente teve vários diálogos, no passado, a respeito desse tema. O Todos é bastante contrário ao avanço dessa temática no país, o que não significa não regulamentar, porque, obviamente, acho que tem algumas questões que precisam dar segurança jurídica às famílias que estão em situações muito específicas, mas, da forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados, que é uma autorização geral, com poucas travas de exercício do ensino domiciliar, é algo que realmente preocupa demais à nossa instituição, ao Todos pela Educação e a mim, pessoalmente.

Antes de fazer a projeção, só quero fazer aqui um testemunho. Eu tenho visitado, percorrido o Brasil inteiro nesses últimos anos, mas, neste ano, especificamente, neste pós-pandemia, muito fortemente, o tema violência domiciliar é algo que está muito presente nas escolas. Eu nunca, há mais de 20 anos... Para ser bem precisa, há dois anos, eu visito secretarias estaduais de educação, secretarias municipais de educação, escolas de todas as etapas de educação básica, isso faz parte do meu dia a dia, e esse assunto da violência doméstica, principalmente pós-pandemia, vem surgindo de forma muito forte. Eu nunca vi... Realmente, a gente está vivendo um fenômeno muito forte, e quem tem conseguido acolher essas crianças e ouvir essas crianças são os educadores, professores, professoras, coordenadores pedagógicos, gestores escolares. Então, acho que tem aqui um ponto que é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Senador sabe dessa nossa posição desde o início, desde que essa matéria começou a tramitar lá na Câmara dos Deputados, que tem uma dimensão que nos preocupa demais, que essa tiro o sono, que é a dessas crianças que vão ter, enfim, a possibilidade ampliada de estudar em casa. Elas estarão invisibilizadas, estarão fora do radar, do campo de visão do equipamento público que mais convive com essas crianças fora a família, que é a escola. Então, acho que tem essa dimensão da proteção, da integridade dessas crianças, desses estudantes – de forma geral, crianças, adolescentes, jovens –, e eu não conseguiria dormir em paz sabendo que uma lei como essa permite, pode permitir que as crianças estudem em casa de uma forma generalizada.

A gente sabe que, lá no texto da Câmara, tem uma série de acompanhamentos, de avaliação. Só que acho que aqui ninguém é ingênuo para acreditar que todas essas crianças serão acompanhadas e que a gente vai conseguir ter um acompanhamento com a frequência necessária que essas crianças precisam para poderem estar protegidas.

Claro que uma das perguntas aqui de quem está nos escutando, de quem está acompanhando essa audiência pública colocou isso: 51% dos casos acontecem em casa, no domicílio, desculpa, 81%. Desculpa, falei errado, 81% dos casos de abuso sexual de crianças acontecem dentro da própria casa. Então, a escola é um lugar de proteção.

Enfim, eu quero deixar só clara aqui a nossa posição absolutamente contrária a ter uma lei de educação domiciliar que seja permissiva, que seja ampla, que seja geral, como a que saiu da Câmara. Então, acho que aqui tem uma... O Senado tem um papel importante de estabelecer os critérios e os casos específicos em que a educação domiciliar pode ser admitida, por exemplo, em caso de extremo sofrimento da criança. Uma criança que para o seu deslocamento... Uma criança que está hospitalizada, uma criança que está numa situação de extrema dificuldade física... Porque não é distância da escola, porque a escola tem que estar perto de todas as crianças, mas há crianças que estão numa situação de absoluta dificuldade momentânea... Também não pode ser para toda trajetória da educação básica, mas muitas vezes as crianças têm ali uma questão, um episódio em que elas realmente não conseguem frequentar a escola. Esses casos precisam ser entendidos como a exceção para ser regulamentada. Agora, da forma como o texto da Câmara apresenta a educação domiciliar, como um direito das famílias que querem educar os seus filhos fora da escola, ou fora da escola pública ou da escola particular, essa é uma ideia que nos preocupa demais e que realmente tira o meu sono.

Então, só queria deixar isso aqui bem claro. Eu vou compartilhar aqui uma tela, só para projetar para vocês. Essa aqui é a nota técnica que o Todos pela Educação produziu, logo que o projeto de lei de educação domiciliar foi aprovado na Câmara dos Deputados, então, já expressando a nossa profunda preocupação. Aqui é a questão da forma generalizada, que eu já comentei aqui. Esse é o ponto que nos preocupa. Então, é importante que esse texto do Senado aponte de forma muito clara quais são as situações específicas em que uma criança pode não frequentar a escola e fazer a educação domiciliar, por uma questão de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídica e até para a própria família; mas tem que ser algo extremamente restritivo, tem que ser realmente nos casos em que não há a menor possibilidade de essa criança ir para a escola.

Outro ponto que a gente traz aqui na nota é em relação às avaliações de aprendizagem. Eu queria só relembrar que a gente passou por uma pandemia, muitas crianças ficaram em casa, tiveram aulas remotas, outras não; houve muitas dificuldades. A gente teve uma queda muito grande da aprendizagem dessas crianças, e a gente vem travando uma discussão, Senador, em relação à formação de professores. O senhor acompanha esse tema também. Formação de professores é algo absolutamente prioritário no país. A gente acaba de fazer uma discussão grande no país sobre formação de professores por educação à distância, o que não prepara o professor para uma atividade que é extremamente complexa, e aqui a gente está dizendo que a criança pode estudar em casa com um tutor, ou com a mãe, ou com o pai, ou com um familiar, que não tem formação. E essa formação é uma formação que é específica, uma formação que exige metodologias específicas. Então, aqui tem uma preocupação: eu acho que a gente precisa ficar muito atento em relação à banalização do que é educar uma criança, do que é garantir que essa criança aprenda.

Então, tem a questão das avaliações anuais de aprendizagem, mas você querer, de forma anual, avaliar o que uma criança aprendeu é muito insuficiente. E o trabalho de uma escola... Nenhuma avaliação é capaz de capturar esse trabalho, o trabalho todo de uma escola, porque a gente está falando aqui de outras aprendizagens que não estão avaliações de aprendizagem, a gente está falando de convivência com outras crianças, com outros alunos, com outros adultos, da convivência com pessoas que pensam diferente. É fundamental, inclusive num país que quer fortalecer a sua democracia, saber conviver com o diferente – o professor que tem uma religião diferente, um colega que vem de uma família que tem uma visão de mundo distinta. Isso é fazer parte da sociedade. Então, quando a gente coloca essas crianças dentro de casa e priva essas crianças da convivência com outras crianças da mesma idade, mais novas, mais velhas, tem uma série de outros desenvolvimentos – a gente está falando de desenvolvimento cognitivo, social, físico, emocional – que não é possível garantir no ensino domiciliar. Então, tem esse espectro mais amplo, e acho que a gente precisa tomar muito cuidado para fazer com que a gente não perca essa dimensão.

Eu já falei sobre violência das crianças, a gente também falou sobre a questão do Governo passado, que acabou sendo muito leniente em relação a várias coisas, mas tem um outro ponto que eu queria falar aqui, porque eu tenho dois minutos para encerrar, que é o risco de proliferação de instituições, de organizações que vão começar a se creditar ou vão começar a vender o serviço de educação domiciliar. Isso já acontece no Brasil, não é um fato novo, mas, com a permissão legal de essas crianças poderem estudar em casa – e a própria mãe, o pai, a tia, a vizinha não vai dar conta de fazer um trabalho como uma escola é capaz de fazer –, muitas delas vão acabar indo para essas instituições informais, ligadas a instituições que a gente não tem como controlar, com a intenção que a gente também não tem como saber previamente. Então, esse é um caso que exige um olhar atento de todos nós, porque a escola pública está dentro de uma legislação – ela tem o controle, ela tem as avaliações, ela tem as visitações, ela tem uma governança dentro de cada secretaria estadual ou municipal. Então, o acompanhamento, o fato de a escola pública ter ali a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença de vários profissionais e várias famílias, coloca muitos olhares numa escola. E essas instituições que vão atender crianças... A gente não sabe quantas – quatro, meia dúzia, uma dúzia –, o que vai acontecer, onde vai ser, se tem segurança para essas crianças, o que está acontecendo nesses espaços? Então, esse é um ponto em que eu acho que a gente precisa ficar muito atento. Então, só para resumir, tem a questão da aprendizagem, que vai além do que qualquer avaliação é capaz de captar. Então, a gente não pode tirar essas crianças da escola com o argumento de "não, tudo bem, elas vão aprender e a gente vai fazer essa avaliação", até porque, pelo princípio da economicidade da gestão pública, vai ficar mais caro fazer esse tipo de avaliação para essas crianças – até identificar essas crianças que estão em *homeschooling*, em educação domiciliar, e fazer essa prova chegar ou ela ter que ir para a escola, enfim, é um custo adicional que hoje a gente não tem. Não é simplesmente pegar o sistema de avaliação que a gente tem no Inep e expandir. A gente vai ter um custo adicional. Então, tem a questão da aprendizagem que nenhuma avaliação vai ser capaz de captar.

Tem a questão dos vários desenvolvimentos que essa criança vai deixar de ter, não é? Então, não é só a aprendizagem, a gente tem muitos desenvolvimentos que acontecem na escola.

Convivência democrática com o diferente é muito importante para o desenvolvimento das crianças.

A questão da violência – eu abri falando sobre isso e quero fechar falando sobre isso – é seríssima. Com todo o resto a gente tem que ter muita preocupação. Agora, o que deve doer no nosso coração é imaginar que, por conta dessa lei, crianças vão sofrer abuso sexual e abuso físico, porque elas estão sem o olhar da sociedade, sem o olhar da escola pública ou o olhar da escola. Então, eu acho que "só" por essa razão – e só com muitas aspas – a gente não poderia deixar de forma ampla a possibilidade da educação domiciliar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Priscila Cruz pela apresentação, que é Presidente do movimento Todos pela Educação. Obrigado, por enquanto.

Passo em seguida a palavra ao Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns e demais participantes daqui desta sessão.

Agradeço o convite em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e também da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual sou titular, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ser um pouco repetitivo por aquilo que tinha pensado e preparado em colocar aqui, mas são colocações da Priscila, pelo Todos pela Educação, que, a nosso ver, são questões absolutamente essenciais – absolutamente essenciais.

Começo tentando destacar aqui a exposição de crianças e adolescentes, a questão da convivência, o direito de desenvolver-se e, evidentemente, os custos dessa operação.

A exposição que eu estou chamando aqui se refere exatamente a essa última colocação da Priscila, que é nós nos reconhecermos – e a pandemia, se alguém puder ter algum resquício de dúvida – como uma sociedade violenta a partir do ambiente doméstico. Por isso que, com a pandemia, os índices de violência contra crianças, adolescentes e mulheres tiveram absurdos aumentos.

Então, nesta colocação, conforme está disposto na proposta de lei, desconsidera-se absolutamente esta realidade. Nós sabemos muito bem, também, que uma vítima de violência, no caso crianças ou adolescentes, o primeiro lugar em que ela pode se manifestar ou em que vão ser sentidos sinais desta situação é exatamente no ambiente escolar, e é exatamente aí em que há a primeira decadência do desenvolvimento dela, cognitivo e emocional. Então, se nós estivermos com essas crianças nesse ambiente, onde não há outras interferências, nós estamos optando deliberadamente por expor crianças a um risco alto. Não é uma coisa de se desconsiderar numa sociedade como a sociedade brasileira.

O ambiente escolar, é a segunda questão que eu gostaria de colocar, é o ambiente – também pedindo licença a todas e todos que estão aqui; preciso repetir essa ideia da Priscila que é absolutamente central nessa discussão –, o ambiente escolar é o ambiente onde, em primeiro lugar e por mais tempo, em algumas vidas, eu vou me encontrar com o outro, reconhecer o outro e a mim mesmo, viver diferenças que eu não vivo na minha relação familiar, viver com situações absolutamente distintas e poder exercer aquela nossa capacidade de aprendizagem com um universo distinto do qual eu sou proveniente. Suprimir esse direito de uma criança sem necessidade – e aí faço um parêntese aqui: evidentemente que precisamos regular a ação educativa para aquelas crianças e adolescentes que tenham absoluta necessidade a uma exceção como essa, pelos vários motivos que a própria Priscila já colocou aqui –, mas eu não posso permitir ou entender que esse lugar, que é o lugar em que nós viemos desenvolvendo toda a nossa cultura ocidental como o lugar do contato, como o lugar da aprendizagem, como o lugar do seu reconhecimento, da sua afirmação, da sua avaliação, enfim, da sua formação enquanto pessoa, eu possa restringir esse direito para uma criança. Acho isso um perigo desnecessário e uma violência, uma violência! Crianças e adolescentes têm o direito de expandir, de criar a sua identidade enquanto pessoa, a sua identidade enquanto cultura, a sua identidade enquanto localizados na territorialidade. Isso constitui a nossa forma de crescer e de se afirmar enquanto sociedade.

Somente esse fato – sem nos prendermos ao primeiro fato que eu destaquei aqui, que é a questão da violência, que não é menos importante, muito pelo contrário –, mas a supressão dessa possibilidade do meu desenvolvimento vai reafirmar, reforçar e encaminhar uma sociedade do telefone celular, das mensagens;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforçar uma forma de viver em que livros, contendas, aprendizagens, respeitos, isso vai ser eliminado dessa parte do desenvolvimento dessas crianças. Então, essa questão que envolve a possibilidade do estabelecimento da convivência na sua cultura, na sua sociedade, no seu desenvolvimento enquanto crianças ou enquanto adolescentes, eu acho que é um prejuízo insuperável no decorrer da vida da história de uma pessoa.

Então, o direito a se desenvolver não estará garantido numa iniciativa em larga escala como essa. Eu acho que ela pode atender – e deve, reguladamente – àquelas situações em que crianças têm um sério comprometimento e impedimento desde mobilidade a questões de saúde, enfim; agora, não da forma como está proposto no projeto, o que aí também reforça a seguinte ideia, que é a ideia da privatização generalizada do processo educativo nacional. E eu acho que nós temos uma posição absolutamente contrária. Nós entendemos que isso é papel do Estado brasileiro, que a política de educação constitui a nossa sociedade. Ela é fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, ela é fundamental para o desenvolvimento das pessoas. A política de educação não pode se restringir, não pode ser restrita a um ambiente dito familiar.

Então, não vivemos num mundo onde isso é a principal referência do processo educativo. O processo educativo acontece tanto no ambiente de referência familiar de uma criança quanto nas diversas outras possibilidades que ela, esta criança, tem o direito de ter acesso – o direito de ter acesso. Então, esse é um elemento absolutamente central nisso, que contrapõe essa possibilidade com que, claro, evidente, nós vamos lidar: iniciativas de privatização, de terceirização desse direito à educação, num ambiente restrito como esse no qual o projeto se coloca.

E finalmente, os custos. O Estado brasileiro, por mais que nós avancemos em vários aspectos sobre a educação, a universalização da educação, como todos nós sabemos aqui, nós temos gravíssimos problemas no ensino médio, maiores problemas ainda no ensino superior: o afastamento da juventude cada vez mais do uso do livro e do acesso a ele como uma potência cultural, a diminuição das matrículas no ensino universitário brasileiro. Enfim, temos muitas situações ainda a vencer no processo educativo, o que reflete as nossas dificuldades enquanto sociedade. Porém, os custos de um processo como este que está ligado, sim, a iniciativas de privatização do processo educativo brasileiro, esses custos deviam estar muito mais claros em que circunstâncias e em que estrutura o Estado brasileiro as teria como fiscal, além de dar conta de todo o processo educativo nos sistemas de ensino. Quanto isso custaria para o Estado brasileiro para poder certificar, acompanhar, enfim, fazer todo o processo de reconhecimento de um ensino que está sendo deslocado do ambiente público, de um ambiente coletivo e construído pela sociedade brasileira, e levado para um ambiente da privatização, do privado, da exclusividade do privado?

Então, isso também não está esclarecido no projeto, e acho que é um item também absolutamente essencial para se analisar um projeto como esse, sendo que os dois primeiros que eu levantei – que eu acho que continuam no mesmo raciocínio da exposição da Priscila – são mais essenciais e afrontam diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o direito da criança e do adolescente de se desenvolverem em plenitude, conforme a nossa legislação prevê.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva pela exposição também. O Sr. Cláudio Silva é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Patrícia Raquel Baroni, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Com a palavra, então, Professora Patrícia Baroni.

A SRA. PATRÍCIA RAQUEL BARONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, todas e "todes".

Eu sou a Profa. Patrícia Baroni da UFRJ, atuo, neste momento – estou participando – na Diretoria da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), e, em nome dessa entidade, eu vou trazer algumas contribuições que são pautadas justamente neste conjunto, neste repertório de pesquisas que temos desenvolvido a partir, principalmente, de 2020. Muitas pesquisas falando sobre ação domiciliar foram implementadas, no âmbito das universidades, então vou trazer algumas considerações.

Saúdo a todos e agradeço, desde já.

Eu vou projetar aqui uma tela que vai também orientar a minha fala.

Eu queria começar dizendo que eu sou Professora da Faculdade Educação da UFRJ. Justamente já também colaborando um pouco com as contribuições das pessoas que falaram antes de mim, quero dizer que há uma certa ampliação, inclusive, com relação a estes professores que estão sendo formados na universidade com relação a essa temática. Já temos uma questão de empregabilidade, que é muito frágil nesse campo, para essas pessoas, principalmente nas universidades públicas, em que, nas licenciaturas, nós temos uma quantidade muito grande de jovens, principalmente de jovens das camadas populares, jovens que estão lá através de ações afirmativas. Então, pensar um pouco também na empregabilidade, na questão social que acaba se desencadeando na medida em que você desqualifica, quer dizer, em que é desqualificado o ofício docente nessa perspectiva prevista no PL n° 1.338, ao produzir o ofício docente como algo passível de ser exercido por qualquer pessoa com ensino superior, tal como prevê o PL.

Bom, vou passar aqui o primeiro eslaide. Eu acho que esse é um dos princípios que norteiam a discussão que me faz repetir alguns aspectos que já foram trazidos aqui. Eu acho que o primeiro ponto que a gente quer levar em consideração é justamente esse lugar, a definição da escola, essa escola como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço de proteção de crianças e de adolescentes. E, para desenvolver essa ideia, eu vou trazer oito argumentos que afirmam o posicionamento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação contrário à educação domiciliar. Eu vou passar um de cada vez aqui e vou falar brevemente sobre eles.

O primeiro deles é a perspectiva de que a educação domiciliar compromete o direito das crianças e adolescentes à convivência social e ao acesso aos conhecimentos científicos e humanísticos e de outras visões do mundo. Trabalhamos também com essa ideia de que é necessário que, para uma formação ampla, para o desenvolvimento pleno do sujeito, faz-se necessário o contato com diferentes conhecimentos, com diferentes doutrinas, com diferentes ideologias, com diferentes visões de mundo, para que cada um possa participar, enfim, assumir, ao longo da sua vida, os seus posicionamentos, as suas doutrinas e as suas visões de mundo. Então, a escola é esse lugar que oportuniza o contato com essa diversidade.

Eu acho que, sobretudo, é importante pensar que a educação é dever da família e do Estado e, na medida em que a gente oportuniza algo, que já foi colocado pela Priscila nesta audiência, que é essa ideia de que, para essas crianças, as famílias acabam controlando e tirando esse espaço da diversidade. A gente precisa entender que essas famílias não têm as crianças como suas propriedades. Não é algo que seja chancelado somente às famílias. Portanto, a gente também reivindica o dever do Estado na educação das crianças e dos adolescentes.

O item dois é a questão, também já mencionada aqui, de que a educação domiciliar não só aumenta, como também oculta a violência doméstica e a exploração sexual. Então, a gente... Eu tenho muitos anos de escola pública. Antes de trabalhar, de atuar no ensino superior, eu trabalhei durante muito tempo na escola pública, e não foram poucas as vezes em que as narrativas de violência física e sexual chegaram aos ouvidos da escola e a escola se comprometeu, junto aos Conselhos Tutelares, junto ao Ministério Público, com essa denúncia.

Então, acho que é bem importante ressaltar esse lugar da educação escolar, realizada e desenvolvida no espaço da escola, como um espaço que também protege essas crianças e também é parceiro dessas crianças na narrativa e na denúncia desses casos. Além de tudo, gostaria de considerar também que a maioria dos casos de violência doméstica e sexual acontece – e nós temos dados para legitimar isso – no âmbito da casa das crianças.

O terceiro ponto se refere à insegurança alimentar e nutricional para a qual a educação domiciliar pode contribuir. Durante o período pandêmico, nós percebemos que o grande papel que a escola acabou desenvolvendo foi o de uma política pública que atuou diretamente no enfrentamento das desigualdades, e conseguia fazer isso com capilaridade, de uma maneira constante, cotidiana. Então, é preciso ressaltar o Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma das mais relevantes e mais importantes políticas voltadas à garantia do direito humano à alimentação e nutrição. Então, a gente precisa pensar que, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria das crianças que estão na escola, a alimentação escolar faz muita diferença. Para muitos desses estudantes, é na escola onde se faz a única e principal refeição do dia.

O quarto ponto é que a educação domiciliar rompe com a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. É preciso considerar que nós conseguimos, a partir de muitas lutas, o direito a um processo que seja anticapacitista, uma escola que esteja, de fato, aberta, com suas portas abertas para todos. Então, é um direito da criança que é público-alvo da educação especial, no sentido da educação inclusiva, estar na convivência social com outras crianças. Portanto, quando a gente propõe a educação domiciliar como uma alternativa possível e uma escolha, é possível que a gente acabe negando às crianças o direito à educação inclusiva.

O item cinco, que eu gostaria de trazer, é justamente a ideia de que a educação domiciliar aprofunda as desigualdades educacionais. Acho que é importante pensar se a educação domiciliar tangencia uma política para a maioria da nossa população, a maioria que demanda o funcionamento da escola, a maioria que demanda o acompanhamento de outros profissionais, profissionais qualificados, na educação de seus filhos. Então, trata-se, no caso, de um projeto de cunho elitista, que não é de interesse coletivo e que tem baixíssima demanda social. É importante dizer que a escola tem, como princípio, a oferta de oportunidades igualitárias para novas aprendizagens, de interação, interação social, interlocução com outros e respeito às diversidades.

O item 6 se refere à ideia de que a educação domiciliar estimula a evasão escolar. Temos um repertório de estratégias e de ferramentas para acompanhar a frequência dos estudantes na escola. A gente já produz um mecanismo de busca ativa desses estudantes que têm queda de frequência. Quando a gente propõe a educação domiciliar, a gente acaba aumentando o distanciamento entre o estudante e o Estado. É difícil fazer identificação da evasão e de criar e de pensar estratégias de busca ativa. Aqui a gente traz dados do Conselho Nacional de Juventude, dados de 2020, segundo os quais 28% dos jovens que evadiram em decorrência da pandemia não pretendiam retomar os estudos quando houvesse um retorno presencial. Acho que é uma questão também importante para a gente pensar, na medida em que a possibilidade da evasão escolar pode aparecer e pode aumentar, inclusive.

Como item 7, a ideia de que a educação domiciliar fragiliza a democracia e a cidadania. Eu acho que durante o período pandêmico ficou evidenciada a importância da escola e desses espaços de socialização de crianças e adolescentes. Eu costumo dizer que a gente já teve uma experiência de educação domiciliar e essa experiência fracassou. Eu estou cotidianamente em contato com professores, com profissionais das escolas e com as famílias e não há quem diga que, durante a pandemia, a implementação de modelos que foram feitos e criados dentro do espaço da casa desses sujeitos, trouxe favorecimento pleno. Então, a gente tem uma experiência fracassada já de educação domiciliar. Eu acho que prioritária para a gente garantir a democracia e a cidadania é a possibilidade desses sujeitos históricos e culturais que são as crianças e adolescentes ao convívio social. Então, é importante que esses estudantes estejam na escola para que eles aprendam a reconhecer e respeitar as diferenças, além de conhecerem outras visões de mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como último item, que eu gostaria de trazer como um argumento também do nosso posicionamento, é que a educação domiciliar onera os cofres públicos para uma baixa capacidade de atendimento de demanda. É uma situação em que há uma demanda muito baixa. Como já foi tratado aqui, a gente tem uma excepcionalidade, alguns casos que realmente demandariam o atendimento domiciliar, mas são casos extremamente excepcionais, mas que não justificam a criação de uma política que vai acabar sendo uma política social, na medida em que ela modifica uma lei tão importante no campo da educação. Então, a educação domiciliar não pode ser encarada como economia para os cofres públicos. A regulamentação vai demandar uma estrutura de avaliação e de fiscalização dos ambientes domésticos, tal como está no PL, com difícil capilaridade e um custo muito alto para o Estado.

Então, regulamentar a educação domiciliar demandará provisionar recursos para o custeio de sua operacionalização. São muitos itens, eu posso depois disponibilizar esses eslaides, mas sobretudo acompanhamento de matrícula, aplicação de avaliações externas, tudo isso tem um custo muito alto, não mensurado.

Finalmente, encerrando já aqui a minha fala, eu gostaria de dizer que a escola exerce um papel insubstituível para a garantia do direito à educação e dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação se coloca contrária a todos os projetos de lei que tratam da regulamentação da educação domiciliar, em especial nesse caso, ao PL 1.338, de 2022, que visa alterar duas leis que são extremamente importantes no campo, fruto de muitas lutas, que são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.

Agradeço. Aqui estão os contatos da nossa associação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Profa. Patrícia Raquel Baroni, que é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Eu quero relembrar a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação, que todas as falas, assim como os materiais apresentados, estarão disponíveis no *site* da Comissão de Educação, assim como um resumo de cada fala também – como a gente fala, não é propriamente uma ata, mas uma disponibilização para que os Senadores e Senadoras que eventualmente não estejam acompanhando a audiência pública possam ler também esse documento da audiência pública.

Passo em seguida a palavra à Sra. Roberta Guedes, que é Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Profa. Roberta. Seja muito bem-vinda também.

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns. Na sua pessoa, eu quero, de forma muito respeitosa, cumprimentar todos que estão aqui conosco neste momento de audiência.

Vou fazer uma audiodescrição. Eu sou branca, estatura pequena, olhos castanhos claros, cabelo loiro, com fios brancos, estou vestida de cor-de-rosa e represento aqui a Associação Nacional de Educação Católica (Anec), que fala em nome das escolas e das instituições de ensino superior da educação católica. Também falo aqui como membro do Fórum Nacional de Educação, ao qual pertencemos, e temos a alegria de compor com 61 entidades, inclusive com a Profa. Patrícia, da Anped, e outras entidades que nos acompanham e que fazem parte dessa discussão. É uma discussão muito cara para nós, uma discussão muito importante para todos nós, porque nós estamos falando das nossas infâncias, nós estamos falando das nossas juventudes.

Temos muito respeito pela fala da Conanda, a qual também compomos, que é um organismo respeitado, não só nacionalmente, internacionalmente, pela postura cuidadosa que tem com as crianças.

Eu vou pedir licença aos senhores e senhoras para compartilhar minha tela. Peço por favor que, assim que visualizarem, me digam, por gentileza. Ela vai guiar um pouco da nossa fala.

Aqui, é no sentido de dialogar, de conversar, de buscar possibilidades reais para as nossas crianças e juventudes.

Bom, primeiro, quem é a Anec? A Anec atua há mais de 500 anos no Brasil, com as nossas instituições. E a nossa fala é do campo de uma educação de excelência, que é comprometida com a vida, que é comprometida com uma educação cristã evangélico-libertadora, que entende que as pessoas precisam de uma formação integral, integral como pessoa humana, como sujeito, como agente de construção de uma sociedade que nós entendemos que tem que ser justa, fraterna, solidária e pacífica.

Como cristãos, pregamos o Evangelho e o ensinamento social da igreja.

Hoje, a nossa fala aqui representa 900 municípios brasileiros, onde temos nossas instituições de ensino; 117 instituições de ensino superior católicas; 172 obras sociais, em que trabalhamos exclusivamente com crianças e jovens de maior vulnerabilidade; 1,5 milhão de alunos da rede católica de educação; 356 mantenedores; 1,230 mil mantidas; 901 colégios; 13 hospitais e 110 mil profissionais da educação.

Essa é a voz que vem da Anec. É a voz que acredita que a gente precisa se debruçar no contexto, que as nossas avaliações precisam passar por ver, julgar e agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando a gente faz essa metodologia do ver, tem que nos tocar profundamente independentemente de profissão de fé ou não, independentemente de religião ou não, porque a fala aqui não é proselitista, mas o nosso país, historicamente, é marcado pelas enormes desigualdades.

Senhoras e senhores, o nosso país traz uma história de uma educação que foi e está sempre a serviço de uma minoria, que precisa mudar, que precisa ser uma educação para todos.

Por isso nós acreditamos, como educação confessional católica, filantrópica, na educação de qualidade social.

Nós acreditamos que a educação tem que ser para todos e tem que vencer as mazelas da exclusão, seja educacional, seja social.

Nós não abrimos mão da formação teórica. Nós acreditamos na formação de excelência acadêmica. Mas essa excelência acadêmica tem que estar a favor de uma lente potente, de uma lente que forme pessoas para a cidadania, para a democracia, capazes de uma síntese reflexiva, propositivas. Por isso a gente prega tanto o protagonismo juvenil.

Aí eu tenho que me pautar na fala que é trazida pelo Conanda e também pelo Todos na Educação quando dizem assim: "Gente, onde estão as nossas minorias? Gente, cadê a voz das nossas minorias? Quais são as reais oportunidades que as pessoas estão tendo verdadeiramente para estudar?"

A educação está a serviço de quem?

Eu tenho que trazer aqui a fala da Profa. Raquel, que tão brilhantemente fala da formação docente.

Eu sou de uma época, Senador Arns, em que ser professora era o maior orgulho de uma família. Ter um filho ou uma filha professor – eu sou do antigo magistério, formada no Instituto de Educação do Amazonas; eu usei estrelinhas conforme os anos de estudo –, ter um professor em casa era algo pelo que se tinha praticamente uma veneração.

E, hoje, nós temos visto todo mundo falando de educação, como se todo mundo fosse professor, como se ser professor é normal, é comum, não precisa de muita coisa. Qualquer coisa já dá para ser um professor.

Quando a Anped traz uma fala de preocupação com a formação docente, é uma fala em que a gente acredita, porque a gente tem um respeito tão profundo pelos profissionais de educação que precisamos resgatar isto, o ofício e a posição social dos profissionais da educação. Ninguém opera como um médico, ninguém é advogado ou juiz, mas todo mundo pode ser professor? É uma pergunta que nos passa.

Diante desse contexto, desse ver, a gente vai para o julgar, e a gente precisa ser uma igreja em saída. Quando eu estou falando de igreja, não estou falando do templo, eu estou falando do ser humano, independentemente de suas profissões de fé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu estou buscando a fala do Papa Francisco: a gente precisa de uma educação dialógica, de uma educação que leva ao movimento neste tempo de tantas transições em que a gente está.

Eu preciso falar que a gente precisa questionar para onde deve ir a educação. Nós, que somos Igreja Católica, que acredita nas profecias de um Jesus vivo e reencarnado, temos aqui uma representação na fala do Papa Francisco, um homem que tem pregado o diálogo inter-religioso, a paz, a solidariedade que muito nos orienta a um pacto educativo global. E o que é esse pacto educativo? É a gente sair dos nossos *bunkers*, das nossas zonas de segurança. É a gente ser guiado pelo Espírito Santo e se inspirar para uma nova sociedade, que é aberta, que dialoga, que leva como propósito a fraternidade, porque nós precisamos educar para a paz.

Isto é muito importante: parar os discursos de ódio e falar de paz, de solidariedade, de economia solidária, de educação para todos, de acolhimento.

Por isso a gente questiona o ensino domiciliar. O que justificaria tirar uma criança da escola? Qual é a justificativa? Todas as pesquisas a que nós temos acesso hoje, que falam das entidades que lutam pelos direitos das infâncias, das adolescências, das juventudes, todas elas, de forma maciça, entendem que a educação é um direito público. Então, ela não pode ser privada. Se ela é um direito público, todos devem ter direito à educação escolar.

E o que justificaria falar para uma criança, para um jovem: "Não, você não vai para a escola"? Será que esse é caminho? Nós questionamos isso – nós questionamos.

Se a gente está falando em tirar uma criança da escola, em só garantir, neste projeto de lei, que ela esteja vinculada a uma escola, ela é um número ou ela é um ser humano em desenvolvimento pleno? Porque, como número, como é que eu estou tendo ali esse acompanhamento? Porque, afinal de contas, falar como o PL fala... E aí a Anec entregou uma nota técnica, Senador, à sua assessoria.

Ter uma prova. Isso não quer dizer... Eu conheço várias pessoas que foram excelentes alunos, que tiveram notas maravilhosas, mas precisam se formar como seres humanos. Então, garantir a formação completa não é só garantir, ter um número de matrícula ou estar apto a fazer uma prova acadêmica. Quem está apto a lecionar? Pergunto, Profa. Patrícia: quem está apto a lecionar? É só ter um diploma? "Sou pedagoga, graças a Deus!" Será que é só isso?

Então, quando a gente fala de uma formação docente, é uma formação que vai muito além de um diploma; ela requer a prática, ela requer a práxis, ela requer que hoje nós estejamos unidos para a valorização do trabalho do profissional de educação, lutando pela qualificação inicial e pela qualificação continuada, em serviço, aperfeiçoamento em serviço. Escola, família, Estado, sociedade juntos por esse pacto educativo global, e não separados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nos leva ao distanciamento do diferente, se a convivência fortalece a tolerância, o respeito mútuo, a capacidade de lidar com as diferenças, habilidades que são fundamentais para uma sociedade que tem alteridade? Conviver na diferença, no diálogo, na multiculturalidade não pode ser uma ameaça; tem que ser uma oportunidade. Estar na escola é uma oportunidade para todos, independentemente da situação social.

Então, hoje é necessário a gente questionar quais são os sentimentos de corresponsabilidade que a gente tem com a escola. Se a gente faz uma crítica: "Na escola acontece o *bullying*", como é que nós estamos nos unindo para formar pessoas melhores, para que não pratiquem o *bullying*? Segregando? Separando? "Ah, porque na escola a criança tem problemas ou a escola tem problemas." Vamos nos juntar, vamos unir forças para uma gestão democrática, fortalecer os conselhos, fortalecer os conselhos para o diálogo, porque é necessário esforços para a gente fazer uma aliança em prol da educação brasileira. A gente precisa recompor e compor essa escola e garantir que ela continue sendo um sistema de proteção das infâncias e das adolescências. Se a gente tem depressão, suicídio, violência doméstica, vacinação, é lá na escola que a gente pode, junto com a família, lutar para que esses casos diminuam e que a gente potencialize uma sociedade verdadeiramente humanizada, ou homens que estão lutando pela humanização e uma ecologia integral.

E é por isso que a gente pergunta: qual é a real prioridade de uma educação de qualidade social que esteja alinhada a esses problemas que a gente precisa enfrentar? O sistema domiciliar é imprescindível ou é a educação que é imprescindível, a educação escolar junto com a família e com a sociedade unida por ela? É uma modalidade que precisa ser legalizada por quê? Para quem? Para quê? E qual é a educação que a gente quer? Qual é a educação em que a gente acredita?

Nós estamos sempre abertos ao diálogo. Nós acreditamos no diálogo e nós queremos sempre que a sociedade lute por uma educação fraterna, solidária e que acredite sempre. É possível, sim, gente, estarmos juntos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), pela exposição.

Houve uma pequena inversão entre o Gilson e a Dra. Angela. Então, passo agora a palavra à Sra. Angela Gandra, que é Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Ives Gandra.

Seja muito bem-vinda, Dra. Angela.

A SRA. ANGELA GANDRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês. Na pessoa do Senador Flávio Arns, eu cumprimento a todos presentes e a todos que nos estão assistindo.

Eu vou falar, de fato, como Professora de Filosofia do Direito, como jurista e queria tocar a educação domiciliar como um direito humano. Eu não venho aqui defender um método educativo, mas o direito humano à educação a partir da família, com liberdade e no melhor interesse da criança.

Então, eu queria repassar um pouco a legislação, a começar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos; Convenção Americana de Direitos Humanos, de que somos signatários: "Os pais e, quando for o caso, os tutores têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação [...] que esteja [...] [de acordo] com suas próprias convicções"; nossa Constituição Federal, no art. 205, reza: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", e no art. 206:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> .....
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

E assim por diante.

O ensino é livre à iniciativa privada, dentro do cumprimento das normas gerais e autorização e avaliação de qualidade do poder público. O.k.

Depois nós temos, em seguida, nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". "Do educando" é cada educando.

Depois nós temos o acórdão do Supremo Tribunal Federal, que, diante da questão levantada pelo Rio Grande do Sul, ditou: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, [...] [a] educação". A Constituição Federal consagrou o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens, etc. A Constituição Federal não veda, de forma absoluta, o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional.

Portanto, não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade por conveniência circunstancial ou utilitarista, desde que se cumpra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatoriedade de 4 a 17 anos e se respeite o dever solidário família-Estado, núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação, fiscalização do poder público e assim por diante, bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino, em especial, evitar evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo por meio de ampla convivência familiar e comunitária. Então, nosso Supremo Tribunal também autorizou como um direito constitucional.

Por outro lado, se nós pegarmos os países, os vários países do mundo e vamos escolher no mundo, mais de 60 nações ao redor do mundo legalizaram a prática, normalmente do primeiro mundo, Canadá, França, Portugal, Bélgica, Áustria, Austrália e países emergentes também, África do Sul, Colômbia, Chile, Equador, Singapura, Taiwan, a Ásia em geral, República Dominicana, Filipinas e assim por diante. Oitenta por cento dos países da OCDE têm o ensino domiciliar legalizado.

E eu gostaria de falar um pouco da experiência que eu tive como Secretária Nacional da Família durante quatro anos, defendendo desde os primeiros cem dias de governo – foi uma das metas –, o direito humano à educação familiar.

Então, eu entendo que, se juridicamente, com base nos direitos humanos e com a forma da lei do nosso próprio Estado democrático de direito, essa educação está autorizada, é preciso se embasar nos valores fundamentais da nossa Constituição que dão a liberdade para o cidadão, para os pais decidirem.

Contextualizando, eu agradeço todas as exposições anteriores, mas eu queria contextualizar o *homeschooling* no Brasil. Eu morava nos Estados Unidos, eu vi que a prática ali é muito maior, mas muito mais generalizada do que aqui, não? Estudei em Harvard, e em Harvard tinha muitos alunos que vinham do *homeschooling*. E eu vejo que é uma prática bastante benéfica em termos de preparação científica.

Mas eu queria falar aqui do nosso Brasil. Enquanto eu estava no Governo, nós tínhamos 11 mil famílias, 11 mil famílias *homeschoolers*. O que eu não posso é não dar o direito a essas 11 mil famílias simplesmente que querem ir por esse caminho, opcionalmente, com base na nossa Constituição.

Eu, particularmente, trabalhei um outro programa muito diferente junto ao MEC. Sabe qual foi o programa? Família na escola. O que eu mais desejei naquele Governo era que a família e a escola fossem efetivamente duas asas para bater junto com os filhos, porque eu acho que essa é a realidade do nosso Brasil. E o que eu via muito, e que até a atividade do *homeschooling* ajudou, foi ajudar os pais a saírem da sua omissão e da sua delegação à escola, em vez de ajudar na educação dos filhos.

Por isso, nós trabalhamos a autorização dos pais a irem duas vezes por semestre à escola, para ver o desempenho escolar dos filhos, para ver se havia *bullying*, o comportamental dos filhos.

E isso que nós trabalhamos junto aos municípios, porque víamos como importante o envolvimento dos pais na educação. E até a pauta do *homeschooling* trouxe alguma preocupação para os pais de falar:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Poxa, o dever do Estado não pode ser todo em relação à educação. É o meu dever matricular na escola, eu tenho que estar envolvido nessa educação".

Não é o perfil do brasileiro o *homeschooling*. E não pense que, uma vez legalizado e regulamentado – porque legal já deveria ser –, nós vamos ter muitas famílias *homeschoolers*. As famílias têm que trabalhar, as famílias têm que sustentar, as famílias... Não é o nosso perfil, mas eu penso que é um direito humano dos pais.

Eu também vi muita preocupação com escolas privadas, de competição: "Será que nós vamos deixar de ganhar dinheiro?". Muitas falaram claramente: "Vai competir conosco. Nós vamos deixar de ganhar dinheiro". Não se preocupem, não vão deixar de ganhar dinheiro.

Por outro lado, a escola pública, por mais que a Patrícia... Acho que foi quem falou aí da governança da escola pública. Nós sabemos, na realidade... Eu acompanho, faço trabalho social em escolas públicas. Não pode se dizer que a escola pública no Brasil está uma maravilha; cientificamente, ela é deficitária. A governança não é... Bom, os professores têm medo dos alunos muitas vezes, porque as situações familiares não são fáceis; há ideologização na escola, e os pais ficam aflitos com essa ideologização; há um certo utilitarismo.

Então, é importante deixar os pais julgarem, porque o pai *homeschooler* não vai ser o pai pedófilo. Pai pedófilo não tem condição de fazer *homeschooling* nem está preocupado com a educação dos filhos. O pai que abusa não está preocupado em ter uma educação para dar uma educação.

As crianças que precisam de merenda escolar vão para a escola necessariamente, porque elas precisam da comida. E, aqui no Governo do Estado de São Paulo, até eu achei muito interessante que, agora em janeiro, vai ter a merenda escolar, mesmo que sejam férias, porque isso é prioritário. Eu trabalho na Federação de Agricultura de São Paulo, tenho uma megapreocupação com a segurança alimentar e acho muito interessante. Agora, não é essa família que precisa de comida que vai querer ser *homeschooler*.

E não dá para generalizar que, tendo um caso de abuso, eu posso dizer que todas as famílias *homeschoolers* são pedófilas ou abusam. Como a Roberta Guedes, aqui da católica, que citou várias situações do Espírito Santo, eu não posso julgar os apóstolos por Judas, eu tenho que ver uma miríade de coisas boas. E eu digo que, se houver a regulamentação nesse nível que o próprio Supremo Tribunal definiu, nós não vamos ter problema de socialização, de notas, de acompanhamento.

Por outro lado, eu acho que nós temos que dar... Aliás, eu convivi muito com as crianças que são *homeschoolers*, que têm educação domiciliar durante o meu tempo de audiências e audiências e audiências e audiências no Congresso Nacional. As crianças eram altamente educadas, altamente sociáveis, cultas, não dançavam Anitta, mas sabiam filosofia grega, sabiam música clássica e assim por diante. Eu tive uma experiência altamente saudável com essas crianças. E acho que não é regredir, não é regressão voltar ao *homeschooling*. Muito pelo contrário, no século XXI, nós temos escolas híbridas, nós temos escolas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão funcionar pelo método do caso, escolas que vão funcionar por projetos com o acompanhamento dos pais, temos as escolas comunitárias. Eu sou super a favor do dinheiro público para ajudar a iniciativa privada com suas escolas. Eu acho que isso é liberdade – liberdade, criatividade e responsabilidade. Eu aposto na liberdade constitutiva do ser humano. Eu aposto na família como a primeira educadora, junto com escola se a família decidir isso, no melhor interesse da criança. Eu acredito no Estado democrático de direito, a partir da liberdade e dos valores constitucionais, o que de fato permite a nossa Constituição, nesse Estado democrático de direito no qual nós convivemos, com pluralismo de ideias.

Eu não gostaria que nós impuséssemos aos pais, dentro da responsabilidade deles, o que nós achamos melhor para os filhos deles. Deixem-nos decidirem. E vamos ajudar para que isso seja eficaz. Eu nunca vou saber, nunca vou saber se o *homeschooling* pode dar certo no Brasil se eu continuar perseguindo, com Conselho Tutelar, etc. e tal, sem dar a oportunidade. Liberdade... Como fala Amartya Sen, desenvolvimento com liberdade, ou seja, eu só posso desenvolver a partir da liberdade. E aí nós vamos ver se dá certo ou não. Mas se eu tiro, se eu castro a família, eu nunca vou saber se isso daria certo. E eu acredito, eu super aposto tanto na democracia, a partir de um Estado democrático de direito, quanto na família e no ser humano. Eu não subestimo a capacidade do ser humano de ser humano e desejar o melhor para sua prole.

Não acho que é o Estado que ama o filho mais do que os seus próprios pais. O que nós temos é que investir para que a família chegue a isso, e cuidar da doença que são os pedófilos, aqueles que abusam, etc. Temos que cuidar dessa doença, mas nós temos que projetar a educação de cada educando, cada um. E só os pais podem saber o que é melhor para os filhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço muito a senhora, Dra. Angela Gandra. Como eu já tinha dito, é Doutora em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Ives Gandra, a quem a gente transmite um abraço também.

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Muito obrigada, Senador. Vou dar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso. Ele era muito amigo do meu tio, sempre foi muito amigo do meu tio, meu tio já falecido, D. Evaristo.

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – Verdade. Nós temos muito carinho... Tínhamos muito carinho por ele, de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É. É verdade. Eu sei disso. Ele comentava com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Dr. Gilson. (*Pausa.*)

O Dr. Gilson está presente?

Estava, não é?

Dr. Gilson? (*Pausa.*)

Andréia talvez me ajude por aí, não é?

O SR. GILSON LUIZ REIS (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, está bem. Muito bem, com a palavra.

O SR. GILSON LUIZ REIS (*Por videoconferência*.) – É que o meu som estava interditado aqui, Senador Flávio Arns.

Tudo bom?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Tudo. Com a palavra, Gilson.

O SR. GILSON LUIZ REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu queria agradecer, em nome da nossa confederação de trabalhadores em educação privada brasileira. Nós reunimos aí mais de 1,5 milhão de trabalhadores, professores e trabalhadores da administração escolar. E agradeço por participar dessa importante audiência pública convocada por V. Exa. É muito importante esse debate, um debate que nós temos travado ao longo do tempo e que ganhou força no Brasil com a introdução desse neofascismo que tomou conta de uma parte da sociedade e que tenta impor uma lógica que a democracia universal questiona e combate. E nós precisamos cada vez mais construir pontes para enfrentar essa diversidade que nós estamos enfrentando.

Então, eu traria, primeiramente, aqui três questões gerais, de princípios gerais.

O Aristóteles dizia que o homem é um ser social, pois é da sua natureza viver em sociedade e, ao buscar a felicidade, ele só a encontra na convivência humana, ou seja, Senador Flávio, a nossa experiência humana nesse planeta Terra só se viabilizou na medida em que nós convivemos socialmente, quando nós trocamos as experiências e construímos relações. E a escola foi um grande passo nessa socialização na história da humanidade. Então, a primeira questão que eu queria trazer é isto: nós temos que trazer a ciência e a filosofia para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda: o Piaget, que talvez seja um dos principais pedagogos da história da humanidade, diz que a interação com outras crianças é essencial, determinante para o desenvolvimento da infância e da cognição dessa fase da nossa formação. Retirar a criança dessa convivência, dessa relação com seus pares, com seus iguais, que constrói a sua própria identidade, é na verdade retirar a criança de uma possibilidade de construção do seu ser total, do seu ser integral, porque nós não podemos criar um indivíduo com apenas uma lógica, um pensamento, uma posição. Então, a construção da sociedade se dá nessa interação, conforme afirmava e afirma o nosso pedagogo Piaget.

E, se a ciência não nos convence, se a filosofia não nos convence, eu traria um ditado popular que diz que "caititu fora de manada é comida de onça". Esse nós conhecemos porque é da nossa história e das questões que envolvem o nosso cotidiano.

A nossa amiga, que nos antecedeu, da fundação Ives Gandra, relatou a questão da Constituição, mas ela não fez a leitura total da Constituição Federal brasileira, nem da própria posição do Supremo Tribunal Federal. Quando é citada a questão da relação da família, é a família no sentido do substantivo, do total, ou seja, as famílias são responsáveis por acompanhar a sua criança na escola. Ela é parte fundamental. Eu como professor sempre tive experiências e sempre busquei nas minhas relações com as famílias e com a escola dizer a essas famílias que não existe educação sem a presença da família na escola, porque ela é uma forma de interagir, de trocar informações e construir relações. Então, quando se coloca a questão da família na Constituição, ela está falando desse lugar e dessa relação construída, garantida na Constituição Federal brasileira. E aqui não dá tempo de a gente dissecar o art. 205 e o art. 206 da LDB, porque esse nosso tempo é curto, mas seria prudente a gente fazer esse debate, se necessário, até mesmo para a gente poder tirar qualquer dúvida sobre as questões que envolvem o processo de que nós estamos em construção.

Eu penso que – respeitando o Senado, porque eu fui Parlamentar aqui em Minas Gerais durante oito anos, fui Vereador aqui da nossa capital, Belo Horizonte, e sei da dinâmica do Parlamento e da necessidade e daquilo que é permanentemente proposto por pessoas, pela sociedade, por indivíduos, por segmentos, para que seja debatido –, nesse momento da história do Brasil e da educação brasileira, ao contrário de estarmos discutindo a escola domiciliar, nós teríamos que discutir o seguinte, Senador: nós temos milhares e milhares de crianças de zero a cinco anos fora da escola no nosso Brasil – são milhares. O Governo anterior, de que a nossa companheira participou, deixou de construir 5 mil escolas que já estavam definidas para a educação infantil brasileira. Nós temos milhões de crianças sem escola no nosso país. Inclusive o Plano Nacional de Educação determinava que, a partir de 2024, deveria ser universalizada a educação de zero a quatro anos e 11 meses. Nós deveríamos estar discutindo agora, no nosso Brasil, numa perspectiva de futuro, a escola de tempo integral, porque nós precisamos entregar à nossa infância e juventude uma escola capaz de absorver essa criança ao longo do dia, quando seus pais, homens e mulheres, precisam trabalhar para poder sustentar suas famílias e deixar essa criança sob a proteção do Estado, sob a proteção daqueles que têm responsabilidade de proteger as famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se nós estão falando que nós temos milhões fora da escola, se nós estamos falando que tem milhões que não têm escola em tempo integral, como é que nós podemos estar discutindo *homeschooling*? Porque nós estamos discutindo aqui numa perspectiva, talvez, de uma elite, de uma minoria de uma elite brasileira que tem condições de manter o seu filho em casa e contratar professores e professoras para ministrar educação. O que nós estamos discutindo aqui é para 0,01% da população brasileira que pode deixar o seu filho em casa e trabalhar, sob a responsabilidade de outras pessoas que serão contratadas para faze esse exercício. Veja como esse debate está fora do foco das necessidades da sociedade brasileira neste exato momento.

Não só fora, mas, principalmente, eu penso que nós deveríamos fazer algumas perguntas para nós, não é? Se nós estamos falando que nós temos milhões de crianças sem escola, milhões de pessoas sem condições de estudar e nós temos uma sociedade que tem milhões de desempregados, subempregados, em que 67% da PEA brasileira, da população economicamente ativa, estão ou desempregadas ou semiempregadas no Brasil, estão excluídas disso, estão agora se matando no trabalho uberizado para poder sobreviver, o que nós deveríamos estar discutindo é o Estado garantindo a educação e não uma minoria de milionários e ricos querendo constituir um tipo de educação a partir das suas ideologias religiosas e conservadoras e a partir da sua condição material e financeira, porque é disso que trata esse debate aqui.

E eu pergunto aqui para o Senado Federal: quem avaliará essa educação domiciliar? Será a própria família? Será o Estado, que terá de desembolsar dinheiro? Ou será o mercado? Quem vai fiscalizar? Quem vai avaliar essa educação? Quem vai construir uma relação para garantir um direito universal da criança e da infância de direito à educação? É a pergunta que eu faço. Ou o Estado brasileiro vai disponibilizar recurso para que ele possa fiscalizar uma educação que é para atender o interesse de uma minoria da minoria do povo brasileiro? Quem vai acompanhar o processo da evolução da educação dessa infância e dessa juventude? Novamente é o Estado que deverá desembolsar recursos? Será o mercado, que terá os seus interesses particulares? Porque nós temos hoje um setor também minoritário da educação brasileira que se constituiu para garantir a educação domiciliar, para ganhar dinheiro em cima disso. O objetivo é este: ganhar dinheiro em cima da educação. Não é só o grande setor educacional. Esse setor que está se constituindo é para esse objetivo, para entregar a essas famílias que têm dinheiro uma educação desse nível.

Eu pergunto, Senador: quem vai acompanhar as denúncias de violência contra a criança? Esse setor do *homeschooling* que está pregado em vários lugares defende, inclusive, a questão da ação das famílias de repressão – até repressão – e violência contra as crianças. Quem vai fiscalizar isso? Nós temos dados recentes de 2023: 90% das violências contra as crianças foram nas famílias, nas casas. Há um outro dado, Senador: quem acompanhará a violência sexual contra as crianças? Nós temos hoje, somente no primeiro quadrimestre de 2023, 17,5 mil denúncias de estupro contra crianças, no nosso Brasil; 75% foram nas casas, praticados por pais, por tios, por parentes vinculados a essa família. Quem vai construir essas denúncias? Grande parte, Senador – o senhor sabe disso –, chega aos ouvidos dos professores, das escolas, as denúncias de violência física, de violência sexual contra a criança. Eu não estou dizendo que o *homeschooling* vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliar isso, mas olha o perigo que nós corremos, porque, se uma família não quer o seu filho numa convivência social, quais são os objetivos dela? Há uma preocupação muito grande em se tratar essa questão, porque não podemos permitir que isso aconteça sem que possamos pensar de forma mais plena naquilo que virá a acontecer caso possamos estabelecer esse processo.

Eu pergunto: quem se responsabilizará, Senador, pela formação dos indivíduos? Porque a psicologia humana, Freud e outros mais demonstram que a saída dessa infância, que é a fase de construção cognitiva e de condição de formação enquanto indivíduo, vai se dar numa criança desajustada. Há as experiências, como disse a nossa interventora anterior, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo em que impera a violência justamente na infância e na juventude, como nós vemos nas práticas dos Estados Unidos de jovens chegando às escolas e assassinando os seus colegas. Quem vai se responsabilizar por esse desajuste praticado por essas escolas domiciliares?

Eu teria aqui pelo menos umas dez perguntas a serem realizadas, mas já foi falado aqui que o meu tempo se encerrou. Eu espero, Senador Flávio Arns, que esta Casa, que é uma Casa democrática, que tem responsabilidade histórica com a nossa infância, com a nossa juventude, e V. Exa., que tem uma responsabilidade, e um carinho, e uma determinação extremamente grande e forte na questão que envolve educação, sei que V. Exa. e os Senadores desta Casa não permitirão que uma minoria da minoria imponha à sociedade uma prática educacional que não tem os seus valores constituídos, seja na Constituição Federal brasileira, seja na história da República brasileira, seja na história da educação universal, como elemento para garantir a sua visão conservadora, tacanha, retrógrada para poder garantir aos seus uma escola. Vão para a escola pública, vão para a escola privada, porque é mentira também dizer que a universalização da educação, incluindo o setor privado, não possa garantir a essas famílias uma educação que possam considerar como melhor, porque nós temos várias escolas, de várias posições, de várias ideologias, de vários princípios no nosso Brasil, e tenho certeza de que uma delas poderá se ajustar ao pensamento dessas famílias!

Portanto, nós dizemos não à escola domiciliar, porque ela é um caminho tortuoso não somente para a sociedade, mas fundamentalmente para as crianças que conviverão numa estrutura sem a perspectiva de criar, como dizia Aristóteles, uma relação social para construir a sua vida, as suas identidades e a sua perspectiva de existência; não ao *homeschooling*; não à escola domiciliar; e sim a uma educação plena de qualidade e democrática para todos e todas no nosso Brasil!

Muito obrigado pela audiência e esta é a contribuição que a Contee quer deixar nesta tarde de hoje, no Senado Federal.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Sr. Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Eu só quero esclarecer, particularmente para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, que todos os temas de relevância na área da educação – e há muitos temas importantes – nós estamos debatendo na Comissão de Educação e Cultura. Antes era Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Plano Nacional de Educação. Tivemos dez audiências públicas e já temos o assunto também, em termos de Senado, encaminhado para debatermos isso, não havendo a necessidade de se repetir as audiências.

Sistema Nacional de Educação. Já aprovamos a lei também.

Valorização da profissão docente e dos profissionais da educação. Todo o debate já sendo feito.

Novo Ensino Médio. Criamos uma Subcomissão específica. Já há dez reuniões realizadas, para que a gente possa cotejar o projeto de lei que veio do Governo Federal com os debates que aconteceram na própria Comissão de Educação.

Segurança Escolar. Houve o episódio de Blumenau, de invasão, de morte de crianças. Reunimos Polícia Federal, Polícia Civil, educadores, experiências nacionais e estrangeiras e já aprovamos o projeto de lei, no Senado Federal, nessa direção.

Toda a questão do audiovisual. Uma sessão temática, audiências públicas.

Lei Geral do Esporte, quer dizer, todos...

E o tema *homeschooling* ou educação domiciliar é um dos temas importantes para uma parcela da população. Eu era Relator dessa matéria até o ano passado. Fui conduzido à Presidência da Comissão de Educação e Cultura, repassei a relatoria para a Senadora Professora Dorinha Seabra, que vem conduzindo também esse debate, mas, enquanto Relator, eu visitei casas de pessoas que ofereciam educação domiciliar; falei com crianças, com jovens, com pais, com famílias; fiz reuniões de videoconferência também, com todos os convidados que eram apontados pelo Brasil; fui a uma feira literária, a uma feira de ciências, para entender exatamente do que nós estávamos falando. Então, nesse sentido, eu quero dizer que é um tema que é importante, por isso que a gente está debatendo.

Inclusive, a Professora Dorinha Seabra indicou inúmeros convidados, a Senadora Teresa Leitão, também o Senador Marcelo Castro indicou outros – eu subscrevi quando, eventualmente, o Senador não estava presente. Então, todo esse debate é importante, é necessário. E todos os temas que chegam à Comissão de Educação interessam, de maior ou menor monta, para uma parcela importante da população, como é o tema *homeschooling*. Por isso que nós estamos debatendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra audiência pública será na segunda-feira, pela manhã, às 9h30.

Com a palavra agora o Sr. Diego do Nascimento Vieira, que é Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina, que, aliás, já participou também, porque eu próprio presidi três audiências públicas no ano passado. Mas, como eu mencionei no começo, é importante que cada um participe de novo, estabeleça os argumentos, para que a gente possa também pensar e refletir sobre o assunto.

Com a palavra, Diego do Nascimento Vieira.

Eu vi que você está presente aí, não é?

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento a todos os...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Diego, o seu som está um pouco baixo. Dá para, de alguma forma, aumentar aí?

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Melhorou agora, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Eu não sei se é o meu equipamento... (*Pausa.*)

Eles estão apontando que não melhorou muito, não.

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Melhorou agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Um pouquinho, sim, mas fale bem perto e bem alto, porque, além de tudo, já sou meio surdo também. (*Risos.*)

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está bem. Ótimo.

Então, boa tarde, Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento todos os demais participantes deste debate.

Bem, represento a Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina, que é uma associação constituída por pais, por professores, por advogados e por demais simpatizantes da educação domiciliar, e todos defendemos que a educação domiciliar... Aí podemos utilizar o termo *homeschooling*, não é? O *homeschooling* está em total acordo com o princípio de melhor interesse da criança, é isso que nós defendemos. E aqui falo como alguém que vive 24 horas por dia a educação domiciliar, porque sou um pai educador, já convivo com famílias educadoras há mais de dez anos. Hoje também faço parte do grupo de lideranças da América Latina de *homeschooling*, grupo ligado à Global Home Education Exchange, na qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho contato com diversas famílias das demais circunstâncias da nossa querida e amada América Latina; então, desde famílias na Venezuela, famílias na Colômbia, no Equador, na Argentina, no Uruguai. Enfim, em todos os países da América Latina, o *homeschooling* está presente, mesmo que em alguns deles ainda não regulamentado, mas as famílias fazem um brilhante trabalho em prol da educação de suas crianças.

E por isso, por conhecimento próprio da causa... E aqui até convido, já deixo o convite para todos: conheçam uma família educadora antes de falarem sobre o tema. O Senador Flávio Arns fez um brilhante serviço a nós, à nossa causa, visitando uma feira literária, conhecendo famílias reais, crianças reais que vivem em educação domiciliar, visitando uma feira de ciências. Aqui em Santa Catarina, no último encontro fizemos um torneio de xadrez, para os senhores terem uma ideia. As crianças têm um excelente convívio, uma excelente socialização, torneio de xadrez somente com crianças *homeschoolers*. Isso comprova que o *homeschooling* já é uma realidade no Brasil.

Os senhores não podem achar que nós vamos ficar invisíveis à sociedade. Não, caríssimos senhores, o *homeschooling* já é uma realidade no Brasil. E posso dizer mais: ele é uma realidade imparável. E aqui não estou desafiando ninguém, só digo que é uma realidade imparável porque é a primeira modalidade de ensino que existiu na história humana. Desde que o mundo é mundo, existe a educação familiar. Ninguém conseguiu parar a educação familiar em todo esse percurso da história humana, e não vão conseguir parar, porque a família tem a primazia na educação de seus filhos.

Aqui estamos na presença da Anec, representante das escolas de educação católica no Brasil. A Anec, como representante e citando aqui o ensinamento social da Igreja Católica, sabe muito bem o posicionamento da Igreja. Desde o Código de Direito Canônico, de 1917, desde o Divini illius Magistri, que é a carta magna de educação da igreja, desde o Gravissimum Educationis, documento do próprio Concílio Vaticano II, desde o Código de Direito Canônico de 1983, que a Igreja Católica reconhece a primazia da família na educação e na criação dos seus filhos como um direito inviolável. É um direito inegociável a primazia da educação da família na educação de sua prole.

E mais: não é apenas um direito. Isso tem que ficar muito claro. As famílias educadoras assumem a gravíssima obrigação de educar. É um dever dos pais educarem os seus filhos, e a educação domiciliar está preocupada com isso, em cumprir o seu dever na educação dos seus filhos.

A criança é o sujeito da educação. Ela precisa ser educada. Todos nós aqui, todas as nossas famílias, todas as nossas instituições do Brasil devem se preocupar com a educação de nossas crianças, simplesmente porque nossas crianças são o tesouro de nossa pátria e, como tesouro, precisam de proteção, precisam de cuidado e precisam de uma educação de qualidade, com dignidade, com liberdade, e não há educação sem liberdade; não há dignidade sem liberdade. E nós, como Afesc, defendemos a liberdade educacional.

Então, caríssimos senhores, somente para complementar: nossa instituição, a Afesc, já está ativa há mais de quatro anos, indo para o quinto ano, e, assim, acompanhando diariamente famílias educadoras além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Santa Catarina, em outros estados do país também, porque temos uma grande amizade com as demais associações de famílias educadoras.

Então, o *homeschooling* só cresce no Brasil por quê? Porque há, cada dia mais, esse chamado, esse clamor para que as famílias assumam o protagonismo na educação de seus filhos. Os pais são os primeiros que devem acordar para a obrigação de educar os seus filhos. O cidadão, como lembra muito bem o Papa Pio XI, o cidadão, para ele existir, ele precisa passar pela família. Então, o homem primeiro nasce na família, não nasce do Estado. Não é no Estado que o homem nasce. Então, antes de se tornar um cidadão, ele precisa existir, e a existência se dá pela família, e, por isso, é um direito natural na educação das crianças que a família eduque e crie essa criança e que ela decida o que é melhor para essa criança.

Aqui ouvimos vários argumentos contrários ao *homeschooling*, mas não apresentaram um sequer com embasamento empírico, com dado científico, que trate exclusivamente de *homeschooling*.

Querem dizer que o *homeschooling* vai aumentar o abuso contra as crianças. Não há um estudo no mundo todo que comprove isso, a ligação do *homeschooling*... Uma grande prova são os mais de 60 países em que o *homeschooling* é aprovado: em nenhum desses países aumentou o abuso contra a criança depois que o *homeschooling* foi regulamentado. E aqui não estou falando apenas de Estados Unidos, de países do Primeiro Mundo, porque muitos aqui já têm um preconceito: só porque está muito distante, não é realidade do Brasil. Não. Estou falando de países que estão tão subdesenvolvidos quanto o nosso.

O *homeschooling* não é causa de abusos contra crianças. Pelo contrário, há um abismo de diferença entre família abusadora, família desestruturada, pais com problemas psicológicos e demais questões, pais criminosos, pais traficantes, etc., e os pais educadores, as famílias educadoras.

E, aqui, caríssimos senhores, a partir do momento em que os senhores falam que apenas a escola é o ambiente de proteção para as crianças, como assim?! Os senhores estão sinuando que todas as famílias brasileiras – não apenas as *homeschoolers*, não, todas as famílias, inclusive as suas famílias, os seus parentes, todas as famílias brasileiras – são potenciais agressoras de criança, potenciais abusadoras de direitos de criança?! A partir do momento em que perdem totalmente a confiança na família, a instituição sagrada, instituição que é a base da nossa sociedade... Qual o maior bem da nossa pátria, se não as crianças e nossas famílias? Os senhores devem mais respeito ao se dirigirem a essa instituição sagrada pela nossa Constituição, como base da nossa sociedade. Se a nossa sociedade não vai bem, é porque justamente a base não vai bem!

E, agora, com todos esses problemas no decorrer da nossa sociedade e nas demais instituições que são claríssimos – muitos aqui sabem, vivenciam diariamente esses problemas –, ainda querem reprimir, querem proibir as famílias educadoras de prestar um bem comum para a sociedade, de bem educar os seus filhos?! Tanto clamam para que as famílias eduquem os seus filhos, e agora, quando as famílias querem assumir a educação, querem privá-las?! Não, caros senhores! Não existe educação sem liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional, não existe educação sem a família. A família tem a primazia da educação na sociedade, da educação das crianças que compõem a sociedade. A família é o primeiro núcleo social da criança. Mais uma vez, repito, é na família que se tem o ambiente primordial para a socialização das crianças; é na família que as crianças aprendem os valores e princípios que vão formar a sua personalidade e o seu caráter.

Por exemplo, meu filho, hoje com 16 anos, já ensinou a mais de cem crianças xadrez! Meu filho, hoje com 16 anos, já dá aula para mais de vinte alunos de latim! Ele não está recebendo um pleno desenvolvimento, ele não está recebendo uma formação para a cidadania, com tantos alunos, crianças que ele está acompanhando educacionalmente, ajudando os pais na formação daquelas crianças?!

O *homeschooling* já é uma realidade imparável no Brasil, meus caros. Não podemos esquecer isso.

A regulamentação, Sr. Flávio Arns, se faz muito necessária, porque, aqui, em Santa Catarina, para comprovar que nós não somos criminosos, nós lutamos por leis municipais, lutamos por lei estadual, assim como, no seu estado, no Paraná, apoiamos muito a lei estadual. E, aqui, em Santa Catarina, a lei foi derrubada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina após uma ADI do Ministério Público de Santa Catarina. Qual o argumento? Que a lei de *homeschooling* deve vir do Congresso Nacional para as famílias e as crianças, os alunos, terem o direito público subjetivo ao *homeschooling*. Então, está nas mãos do Senado, atualmente, acabar com essa perseguição contra as famílias educadoras.

Temos um caso concreto de uma família que está recebendo uma gravíssima perseguição aqui em Santa Catarina, com uma multa de mais de R$100 mil simplesmente por querer dar a melhor educação ao seu filho. O menino adolescente de 14 anos, atualmente, nunca foi visto pelo conselho tutelar, pelo Cras, pelo Ministério Público e muito menos pelo Poder Judiciário! Como ameaçam uma família, através de uma liminar, assinada por um juiz, de perda de guarda de uma criança apenas por a família optar pelo *homeschooling*? Olha o abuso tremendo que essa insegurança jurídica, pela falta da regulamentação, nos dá, como famílias educadoras.

Em todos os casos em que o Ministério Público abriu estudos contra a família, estudos sociais que tiveram todos os relatórios, não teve um em que a família não tenha cumprido com os seus deveres na formação intelectual e social da criança, mas para os argumentos do Judiciário, não tem direito público subjetivo, porque falta a regulamentação do Congresso Nacional. Então, o Poder Judiciário está fazendo o papel dele, jogando essa responsabilidade para o Senado Federal. É isto que viemos clamar aqui aos Srs. Senadores: essa sensibilidade para acabar com a perseguição a essas famílias que tanto amam seus filhos e que estão se dedicando ao máximo pela sua formação integral, de corpo e alma, muito mais além do que apostilas, livros didáticos; muito mais do que isso, minha gente, é uma formação social de verdade, uma formação física, intelectual, moral, espiritual, psicológica, emocional, uma formação completa de fato.

O *homeschooling* é uma realidade imparável no Brasil.

Fica aqui o meu abraço a todos. Até esqueci, coloco-me à disposição para dar continuidade no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você – me permita chamá-lo assim –, Diego do Nascimento Vieira, que é Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc), com quem a gente até já havia conversado anteriormente também, seja em reuniões, seja em audiências públicas também.

E sempre lembro às pessoas que nos acompanham pelo Brasil que a prática de audiência pública é uma prática habitual dentro do Congresso Nacional. Também nas assembleias deve ser assim, nas Câmaras de Vereadores: há um tema, e a gente convida... Não só eu convido; os Senadores e as Senadoras que fazem parte da Comissão de Educação e Cultura apresentam os requerimentos para que as pessoas possam participar da audiência pública. Então, todas as instituições hoje, os nomes foram aprovados pela Comissão de Educação. Então, todos têm que ter assegurado o direito de expressar o que pensam sobre o assunto, a gente gostando ou não, concordando ou não, vendo que pode ser de outro jeito ou não, mas o debate tem que acontecer, está certo?

Então, essa compreensão tem que haver, de todos os que não estão habituados, eventualmente, com o processo legislativo.

Muito bem, como nós havíamos dito no início, nós voltamos para o primeiro convidado ou convidada para fazer algumas considerações, se julgar importantes, em função do que foi dito, alguma coisa que faltou na exposição inicial, considerações. Vamos pensar assim agora: antes foram dez minutos; até cinco minutos. Estaria bem assim? Até cinco; pode ser menos. Pedimos que podem terminar quando bater a campainha. Como eu disso antes, não sou eu que bato o sinal; é automático, mas são cinco minutos. Estaria bem?

O.k.

Não havendo objeção, porque também é difícil fazer objeção à distância, então, começamos com a Priscila Cruz, que é Presidente do movimento Todos pela Educação.

A SRA. PRISCILA CRUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio, eu acompanhei aqui as falas, então, na verdade, eu acho que eu vou usar menos de cinco minutos. Eu só queria fazer três considerações.

Primeiro, pegando de trás para frente, Sr. Diego, assim, de forma alguma, eu acho que quem é que coloca preocupação em relação às violências possíveis que podem acontecer na infância, quer dizer... E já acontecem no país, a gente não está fazendo aqui nenhuma relação entre as famílias que são educadoras, dentro da educação domiciliar, e o abuso; a gente não está fazendo esse tipo de acusação, de forma alguma. O que a gente está dizendo é o seguinte: se essa é uma prática que começa a não ter uma regulamentação para casos específicos, a gente aumenta a chance e o risco dessas crianças. Então, acho que é importante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente colocar aqui essa preocupação. O Brasil, como disse o Cláudio, infelizmente, é um país violento. Esse tipo de violência contra crianças e adolescentes acontece de forma muito extensiva no país todo, em todo o território nacional, então a gente não pode fechar os olhos em relação a isso. A mesma coisa em relação ao trabalho infantil, o trabalho doméstico de crianças. Então, quer dizer, qual que é a capacidade do Estado brasileiro em fazer o acompanhamento e a fiscalização se esse tipo de ensino virar algo completamente descontrolado e geral no país? Então, acho que realmente a gente precisa ter essa preocupação, então queria aqui fazer esse comentário.

O outro é sobre a complexidade dos conhecimentos que a gente tem. Ainda bem que a gente vive numa era em que a ciência – ou, pelo menos, a gente imagina que as pessoas se guiam pela ciência – é um processo cumulativo, cada vez mais a gente tem acúmulo de conhecimentos, de ciência, de complexidade. Então, imaginar que uma família vai dar conta de formar crianças e jovens, tendo incorporado todo esse conhecimento que a humanidade acumula, eu acho absolutamente impossível. Pode ter uma aula de xadrez, uma aula de latim, mas garantir a Base Nacional Comum Curricular para todos os estudantes, o acúmulo do conhecimento da humanidade que vem sempre produzindo e o tempo inteiro se renovando... Então, eu acho que a gente priva essas crianças e jovens de um conhecimento do século XXI, muito diferente de quando a gente estava falando de séculos atrás, quando a família ensinava um ofício que era passado de família, de geração para geração: avô sapateiro, pai sapateiro, filho sapateiro e aí vai passando o ofício. A educação não é para esse tipo de transmissão de conhecimento que uma família é capaz de transmitir. Então, a não ser que a família tenha ali condições de se formar em licenciatura em todas as disciplinas, enfim, acho que isso é algo também absolutamente impossível. Então, realmente a gente precisa proteger os estudantes brasileiros para que eles tenham acesso a esse arco de conhecimentos esperados na educação básica.

E, por fim, eu queria colocar aqui que, de novo, é proteção física, integridade física das crianças, física, emocional, social dessas crianças, é garantia das aprendizagens e também a gente está falando aqui de vários desenvolvimentos que são, aqui eu arrisco dizer, impossíveis de serem adquiridos quando a criança não convive com uma diversidade de pessoas, quando ela não convive em espaços públicos diversos. Então, também tem aqui uma preocupação em relação ao futuro das próximas gerações, que precisam estar preparadas para uma realidade de uma sociedade cada vez mais diversa, complexa, em que você precisa conviver com o diferente. E, se a família não concorda com outros adultos, outras crianças, que bom, a escola é um lugar para diálogo, a escola é um lugar para você poder, justamente, colocar as discordâncias de uma forma saudável. Então, quando tem aqui uma discordância em relação à frequência da criança em espaços em que a família não se sente à vontade, o que a gente precisa, justamente, nesse país, é criar espaços de convivência saudável, para que todo mundo consiga conviver de uma forma pacífica, em que o diferente não é seu inimigo. Então, o diferente não é seu inimigo.

Então, é importante que a gente tenha, sim, uma regulamentação, mas para casos excepcionais, e não para generalizar essa oferta no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Priscila Cruz, Presidente do movimento Todos pela Educação.

Eu só vou ter que fazer uma pequena alteração aqui e depois segue a ordem natural.

Passo a palavra agora à Sra. Roberta Guedes, Gerente da Câmara da Educação Básica da Associação Nacional da Educação Católica do Brasil (Anec).

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a gentileza por terem me chamado na frente, porque eu realmente tenho um outro compromisso.

Quero finalizar essas palavras dizendo que nós da Anec acreditamos muito no que o Papa Francisco coloca, que é um pacto global educativo. E o que a gente sonha junto? A gente sonha em construir uma aliança entre a escola, a família e a sociedade. A gente acredita, e sonha, numa educação que coloca a pessoa no centro, a pessoa enquanto formação integral, numa educação que gere compromisso comunitário e não solitário, numa educação comprometida sempre com o diálogo e a paz, com a economia solidária e com a ecologia integral.

Então, nesse sentido, a gente quer reforçar a todos e todas as pessoas que nós estamos sempre abertos ao diálogo e que estar aberto ao diálogo quer dizer militar contra os discursos de ódio. Eu fico muito reflexiva quando a gente olha os *chats*. Eu até brinquei assim, "eu não vou olhar mais o *chat*", porque é um discurso em que, em vez de ser do diálogo, se critica até porque a gente fala do diálogo. Mas nós vamos continuar falando do diálogo.

Então, a gente acredita, sim, na parceria entre família, escola e sociedade; a gente acredita, sim, na importância dos valores e na importância da família; como a gente também acredita na importância da educação escolar enquanto sistema de proteção e de local onde juntos podemos construir sempre pontes, porque a gente quer ser ponte, a gente não quer ser muro. E todas as vezes em que houver um discurso de ódio, a gente vai falar do discurso do amor. Pode ser piegas, pode ser banal, mas para nós é essencial, e a gente acredita, sim, que todos precisam ser acolhidos.

E aí eu reforço muito as palavras da Profa. Priscila, que haja uma regulação para exceções, mas que o Estado brasileiro, junto com as nossas famílias, junto com toda a sociedade, junto com o sistema de educação pública e privada, continue fazendo uma educação de qualidade social.

Muito obrigada pela oportunidade.

E a gente está aqui sempre sendo uma ponte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo à Roberta Guedes, da Anec, pela participação. É um prazer revê-la também. A gente já participou de tantas audiências em conjunto.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Com a palavra, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Agradeço a oportunidade de ter participado desta audiência pública.

Peço desculpas, porque também tenho um compromisso agora, que já até iniciou, e vou ter que sair assim que acabar aqui.

Eu quero só reforçar essa posição que foi colocada agora. Nós temos que estar abertos ao diálogo, nós temos que conviver com as diferenças.

Tem um estudioso que já nos colocou uma proposta para o processo educativo, que não é exclusivo da escola, mas, sem ela, não há, que não é exclusivo da família, mas sem ela cumprindo seu papel da referência familiar, também não há. Portanto, o que nós precisamos regular são as exceções. A regra é a boa escola pública, é a convivência.

Um desses estudiosos nos chama a atenção para a função da educação. E vou lembrar aqui os quatro princípios que ele coloca de que a educação tem como função: nos fazer conhecer; aprendermos a fazer as coisas; aprendemos a conviver conosco, com outro e com o nosso entorno, que pode ser um entorno local ou ampliado; e, com isso tudo, aprendemos a ser. Eu acho que isso nos ajuda muito nesse diálogo.

Não há, de forma alguma, aqui, uma posição de que "vou parar isso", "vou parar aquilo", "vou continuar isso", "vou continuar aquilo". Nós temos a grande responsabilidade de pensarmos o que é melhor, respeitando as necessidades das crianças e dos adolescentes, o que podemos deixar de melhor terreno para que eles possam fazer a sua caminhada. E, sem dúvida alguma, uma das obrigações do Estado moderno é a educação, é a valorização do profissional, é a valorização daqueles que se dedicam a construir com as crianças as suas perspectivas de vida.

Então, eu agradeço muito essa oportunidade e peço mais uma vez desculpas, mas eu não tenho mais condições de ficar aqui.

Muito obrigado, viu?

Até logo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer a você, Cláudio, Presidente do Conanda.

Eu só quero dizer que eu já fiz parte do Conanda vários anos atrás e quero sempre lembrar para mim, como uma referência na área da criança e do adolescente aqui no Paraná, e prestar uma homenagem para ele, que é o ex-Procurador-Geral de Justiça Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que sempre se empenhou muito também nessa área, continua se empenhando – é muito ativo ainda – e é uma referência para todos nós aqui no Paraná.

Mais um abraço para o Conanda e para todos os membros do Conanda.

Obrigado, Cláudio.

Passo, em seguida, a palavra à Profa. Patrícia Raquel Baroni, que é, como eu já mencionei, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Profa. Patrícia, colega professora.

A SRA. PATRÍCIA RAQUEL BARONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, agradeço mais uma vez pela oportunidade de poder tecer esse diálogo, de poder participar com os colegas, independentemente das visões que estão aqui apontadas, e é isso que de fato enaltece o debate. Agradeço por todas as colocações que foram feitas, que nos fazem refletir bastante. E assim, destaco que eu estou aqui hoje falando desse lugar, do lugar da ciência, do lugar da pesquisa científica no campo da educação e o que a pesquisa científica tem a contribuir para o debate, até porque, em determinado momento, em uma das falas foi colocado: "Olha, ninguém trouxe dados que legitimam que pais de *homeschooling* sejam abusadores". De fato, nós não temos, porque ninguém disse aqui que (*Falha no áudio.*)... essa aí não foi uma fala de nenhuma das pessoas que participou desse debate. O que a gente tem, de fato, é uma pesquisa que comprova que a maioria dos casos de denúncias recebidas... Disso a gente tem dados científicos, de várias pesquisas, dados censitários também, que afirmam que várias... A maioria, na verdade, são 70% dos casos, em 2020... Foi uma pesquisa feita pelo Datafolha, em que 70% dos casos de abuso sexual e violência contra crianças se deram dentro do ambiente familiar.

Aí, eu só queria ressaltar brevemente a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069/90, que estabeleceu e criou os conselhos tutelares, e o principal interlocutor desses conselhos tutelares é a escola. Então, se esses casos chegaram à tona é porque a gente teve uma escola que fez essa parceria e que pôde também favorecer essa denúncia.

Então, acho que é isso. Se a gente for analisar também, nós não temos dados antes da década de 90, por exemplo. Há poucos registros acerca dessas denúncias porque simplesmente não havia meios para fazê-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

las. Então, são dados importantes que a gente tem. E pensar que a educação domiciliar... Nós temos famílias que desenvolvem, famílias que participam.

Também é um erro dizer que eu nunca acompanhei, eu nunca ouvi alguém que tivesse vivenciado... Inclusive, eu fui orientadora de uma pesquisa recentemente desenvolvida na Universidade do Porto, de uma pesquisadora que falou sobre comunidades de aprendizagem no Brasil. Então, nós temos um acompanhamento, nós temos as narrativas das famílias, temos tudo isso. O que a gente está trazendo é o resultado de um conjunto de pesquisas em nível nacional. Então, é cuidado importante para a gente tomar, quando a gente acaba pegando determinados fragmentos e fazendo algumas associações que são inconsistentes.

Finalmente, o grande convite que eu deixo enquanto membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e enquanto professora que fui, durante tanto tempo, da educação básica, em escola, é justamente que a gente busque, que as famílias que estão nos assistindo, que estão nos ouvindo busquem as escolas, busquem o diálogo com as escolas. A escola também é um lugar de diálogo, a escola também é um lugar onde opiniões divergentes precisam ser dadas, precisam ser colocadas, para que de fato a gente consiga oportunizar, possibilitar e permitir às crianças e aos adolescentes o direito de crescer num ambiente plural. É dentro da pluralidade que a gente consegue o desenvolvimento e a qualidade na educação e nos processos educativos. Não é dentro da restrição; é dentro da pluralidade.

Então, é isso. E eu gostaria aqui de agradecer a todo mundo.

Obrigada. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo à Profa. Patrícia – não havia ativado meu som aqui –, tida como expositora. Seja sempre muito bem-vinda à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Gilson Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

A Dra. Angela está levantando a mão. Gostaria de falar agora?

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – Antes dele; mas também, se ele quiser falar, eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso, eu até perguntei exatamente isso, mas como acharem melhor.

Gilson, vamos...

Só que o seu som está fechado, Dra. Angela.

Sim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está fechado. Agora... Não, fechou de novo. Agora...

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – ... mutado por vocês. Está mutado...

Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, agora está aberto.

A SRA. ANGELA GANDRA (*Por videoconferência*.) – Não, eu também... Se ele precisa falar antes, não tem problema, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Então, Dr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral, como eu já falei, da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

O SR. GILSON LUIZ REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, é dos trabalhadores, porque senão fica parecendo que a gente é proprietário de escola; é dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

A primeira questão que eu queria trazer a este debate suscitado aqui nessa tarde é o tema que parece que ganhou repercussão nessa segunda volta da nossa discussão, que diz respeito à questão da violência contra a infância e a juventude. Os dados são de estudos do Ministério da Educação, do Ministério da Cidadania, de vários ministérios, de organismos internacionais. Estão disponíveis à sociedade. E esses estudos apontam que grande parte da violência, acima de 70%, vem da família. Essa é uma realidade científica, com estudo e com pesquisas. Então, nós não podemos refutar a pesquisa e a ciência em nome de qualquer outro objetivo. Quando nós estamos falando que a ausência da criança na escola poderá potencializar a violência contra ela, é porque os dados também remetem que grande parte das denúncias que chegam às escolas – e a grande parte chega à escola, para os seus professores e pessoas ligadas à educação – são a porta de saída para denúncia daquilo que veio acontecendo.

Então, vamos imaginar o seguinte... O representante das escolas *homeschooling* de Santa Catarina diz "nós somos família educadora". Eu acredito, tudo bem; são famílias educadoras, famílias prósperas, famílias responsáveis. Bom, mas, se a gente abre para todo mundo ter a possibilidade de fazer *homeschooling*, todas as famílias são dessa estirpe, dessa condição? Ou se imagina que poderá ser feito por uma parte das famílias endinheiradas ou que têm condições de fazer, e as outras serão proibidas? Então, na medida em que você constitui uma lei, você garante para todos, sem exceção. E, na medida em que abre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos, há uma grande preocupação de dizer: isso vai potencializar o processo de violência contra a criança. Não tenhamos dúvidas disso – não tenhamos –, porque, se a família já tem essa posição, essa visão de violência, seja física, seja sexual, e tem uma lei que lhe possibilita fazer esse movimento, ela poderá fazer isso e vai aumentar muito a possibilidade de essa criança ser submetida a todo tipo de violência sem que o Estado possa sequer chegar a essa pessoa. Esse é o primeiro elemento, e eu acho que precisa refletir sobre isso.

A segunda questão é sobre a posição da associação aí de Santa Catarina e de outras associações. Nós não temos regulamentação, a lei não está definida, mas, como diz ele, é imparável a *homeschooling*, ou seja, nós vamos fazer à revelia do Estado, à revelia da lei, à revelia da regulamentação, porque nós não vamos permitir qualquer intervenção do Estado na nossa posição individual. Ora, sem regulamentação, sem lei, sem critério pedagógico, sem critério curricular, eu considero que isso é crime. Por isso que a Justiça está mandando pagar multa de 100 mil e poderia ter outras repercussões. Então, na medida em que eu falo que vou fazer e não aceito nenhuma intervenção, nós estamos fazendo à revelia da lei e à revelia do Estado democrático de direito, porque o Estado democrático de direito se legisla através das leis e não através da minha posição individual que eu quero impor ao Estado. Então, é muito grave o que eu escutei aqui, muito grave.

Uma terceira questão que veio ao debate aqui é a seguinte: ora, nós precisamos, talvez, quem sabe, fazer as excepcionalidades através da lei e não aberto para todos que queiram fazer, porque nós consideramos que a escola é um bem público, um direito da criança, da família e da sociedade e, portanto, o Estado tem que garantir essa escola de forma plena. Então, vão abrir alguns critérios. Mas quais os critérios? Para quem? Porque, se esse é um caminho a ser seguido, nós temos que aprofundar essa discussão, porque para mim, até este exato momento, nós temos que recusar essa prática escolar porque, por todos os dados históricos da educação global, universal, todos os dados pedagógicos, todos os dados que nós temos, ela conspira e afirma, através de estudos científicos, que isso não será um caminho profícuo, um caminho de formação plena para essa criança. Então, eu penso que, se esse é um caminho a ser pensado, precisamos retomar todo o debate a partir de critérios e pensamentos.

Então, eu concluo aqui e agradeço, Flávio, pela oportunidade. E, quando eu disse sobre a questão do debate, não foi, em hipótese alguma, dizendo da importância do debate, qualquer debate. Eu sou uma pessoa democrata. Acho que a gente precisa fazê-lo. E até me remeti ao meu papel de Vereador em Belo Horizonte. Eu fazia muitas audiências públicas que eram propostas pela sociedade. Esse é um papel do Parlamentar, eu tenho consciência disso. Mas a minha preocupação é a de que nós estamos no momento da história do Brasil com tantas dificuldades, com tantas e profundas dificuldades, e nós temos temas prioritários a serem debatidos neste momento, que precisam estar no cotidiano do no nosso debate. Então, parabéns! Acompanho o Senado, acompanho o seu mandato, acompanho os debates aqui, participei várias vezes. E pode novamente aí contar com a Contee para essa discussão e o aprofundamento eventual de outras discussões que virão com esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Foi bom ter enfatizado essa característica do Legislativo de debater, de trazer os assuntos para audiência pública, para reflexão não só, aqui no nosso caso, do Senado, mas também da sociedade toda que nos acompanha.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Angela Gandra, que é Doutora em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Ives Gandra.

Com a palavra, Dra. Angela.

A SRA. ANGELA GANDRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, muito obrigada, Senador, por trazer o debate. Eu também agradeço muito pelo pluralismo democrático de a gente discutir e ouvir as razões de cada participante e penso que esse debate tem que ser levado adiante para que nós logo possamos regulamentar o que foi confiado ao Congresso Nacional.

Eu queria... Não sei qual é a formação do Sr. Gilson, se ele é também advogado, jurista, não sei, mas o que eu queria dizer é que os dados que eu trouxe, constitucionais, são também interpretados segundo as atas da Constituinte, que é quem nos pode informar sobre o que quis dizer o nosso Constituinte que nos uniu num Estado democrático de direito. Por outro lado, eu posso afirmar que na Constituição a consideração de família não significa famílias e, por outro lado, quando a Constituição destaca a família como base da sociedade... Por que a família tem a proteção do Estado e é considerada base da sociedade? Porque a família gera e educa. Nós não somos um potrinho – nós não somos –, que nasce e já vai para o campo, ou seja, nós temos que ser educados. Essa educação começa na família, e a família tem proteção do Estado especialmente pelo seu dever de educar aqueles que ela gera – a família, cada família!

Por outro lado, eu gostei muito do que levantou o Diego, afinal... Aliás, também nesta audiência, estamos só nós a favor do *homeschooling*, mas eu acho interessante os dados empíricos também, porque é preciso ver. Olha, gostei muito, Senador, que o senhor tenha ido para conhecer uma família, conhecer a situação, porque eu sempre falo: é muito difícil tomar decisões de laboratório sem conhecer a família, cada família que realiza o *homeschooling*.

Por outro lado, quando eu falo de educação, eu não estou falando de violência. A discussão do *homeschooling* é um modo, uma maneira de educar dentro da liberdade. Agora, eu não posso falar: "Não, nós queremos dizer que tem abuso, que tem não sei o quê. Então, por isso nós não podemos dar o *homeschooling*". Não, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Se há violência, se há estupro, se há o que for na família, eu tenho que ir lá para cuidar. Se uma criança está dentro da família, é evidente a criança está dentro da família. Então, onde vai ocorrer a violência? Na família. É como falar: "Olha, se matam baleias. Imagina-se que se matam baleias no oceano". Nossa, lógico, porque as baleias estão no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oceano e as crianças estão dentro da família. Agora, a questão do *homeschooling* não é uma questão de violência, e a violência doméstica contra a criança, a pedofilia vai continuar igual, porque as famílias *homeschoolers* não são abusivas. O *homeschooling* exige muito sacrifício da família. E eu falo: "Poxa, como é que nós vamos barrar um desejo tão nobre de uma família querer educar os seus próprios filhos?". Ainda que também eu goste muito da escola. Se eu tivesse que escolher, eu iria pôr os meus filhos na escola. Eu acho interessantíssima a união família-escola. Agora, o que eu não quero é barrar a liberdade.

Eu vou dar um conceito de liberdade filosófica. A liberdade... Quer dizer, ninguém pode ser barrado de fazer o bem. Hoje, em nome da liberdade, nós estamos debatendo as drogas. Por que a pessoa não pode se drogar? É um bem se drogar? Agora debatemos o aborto, a liberdade da mulher de matar seu próprio filho no seu ventre. Estamos discutindo. Enquanto não tem regulamentação, tem muitas pessoas abortando, porque se sentem no direito de abortar, e os médicos acobertam o estupro. Eu vi isso bastante. Ou seja, não está regulamentado, então nós vamos fazer de qualquer jeito, fingindo que é estupro. Todo mundo é estuprado no Brasil, só que ninguém quer boletim de ocorrência. Então, não está regulamentado, mas eu posso exercer essa liberdade para o mal, que é botar uma criança no lixo, certo?

Agora, eu não posso ter a liberdade de educar o meu filho? É isto que eu quero dizer: vamos dar essa liberdade, vamos ver o que acontece e vamos ver se vai aumentar a violência. Vamos ver, porque as crianças, bem ou mal, pela regulamentação, vão ter que ser acompanhadas pelo Estado. E não tem problema. Ninguém está com medo disso. Todo mundo quer essa regulamentação. Agora, por favor, vamos dar essa liberdade para os pais, porque nós estamos num país que ainda respira liberdade, ainda deseja liberdade. Então, por favor, Estado, deixe que nós possamos exercê-la.

E por outro lado, Congresso Nacional, Senador, por favor, acuda esses pais que têm esse direito. E vamos ver depois as consequências da liberdade, porque Deus dá essa liberdade para nós e cobra o risco dessa liberdade. Nós fomos criados assim. E a liberdade é o maior dom constitutivo do ser humano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Dra. Gandra. Já que a senhora mencionou, eu só quero dizer que eu, de fato – porque era Relator, como eu falava –, entrei em contato, eu diria, com dezenas de famílias que optaram por essa modalidade, se puder chamar assim, por enquanto, de educação domiciliar. Mas eu até sugeriria que seria interessante também as pessoas, em geral, procurarem as federações, como tem lá a de Santa Catarina, que obviamente se colocou à disposição, para ver, porque eu falei com o pai, com a mãe, mas falei com o filho, a filha também.

E alguma coisa... E eu me impressionei muito, por exemplo, com uma situação de uma moça muito inteligente – já tinha terminado o conteúdo da educação básica –, fenomenal, competente e que tinha 17 anos de idade. Ela não podia fazer o vestibular, porque ela tinha que regularizar a vida escolar antes. E só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podia regularizar com a idade de 18 anos, no Encceja, que é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Então, isso complicava muito a vida dela.

Então, a gente, na verdade, tem que, como a Priscila e os outros falaram, examinar assim os casos. E a gente sempre diz também que é importante que as famílias mostrem o que estão fazendo, porque eu também fiquei pensando o que significa educação domiciliar; o que vocês fazem; como é que fazem; por que fazem – que são as perguntas que foram levantadas aqui, não é? E esse contato acabou, assim, me oferecendo muitas respostas que eu estava procurando conseguir.

Então, eu passo em seguida, assim...

Dra. Angela, só o microfone é que está fechado, não é? Ainda está...

A SRA. ANGELA GANDRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu tenho uma reunião agora e já estou um pouco atrasada para ela. Eu peço desculpas, eu vou ter que sair.

Agradeço muito tudo que escutei, essa interação e ao senhor. Muito obrigada também por essas últimas palavras. Vamos juntos.

Um abraço para todos. Muito obrigada por podermos compartilhar esta audiência hoje. Muito obrigada. Um abraço grande para todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso, agradeço, Dra. Angela.

Passo a palavra ao Sr. Diego do Nascimento Vieira, que é Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina, a quem também já agradeço pela presença, assim como a todos os demais expositores e expositoras.

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nobre Senador Flávio Arns, é com imensa honra que estou neste debate representando mais de 3 mil famílias catarinenses e mais de 50 mil famílias brasileiras que já vivenciam o *homeschooling* no Brasil. Então, agradeço imensamente ao senhor e a sua sensibilidade ao tema.

Também aqui quero deixar externada a nossa gratidão pelo trabalho da Professora Dorinha, Senadora Relatora agora desse projeto de lei.

Sabemos que estamos no rumo certo para regulamentar a educação domiciliar no Brasil, porque realmente é uma realidade que não tem volta – não tem volta –, é uma realidade imparável no Brasil, em nossa nação, porque é um bem, é um bem comum. O *homeschooling* já está fazendo tanto bem para a nossa sociedade, para a formação de crianças, que precisamos ter essa garantia de solidariedade com o Estado através dessa regulamentação. As colunas-base de uma sociedade para evitar o caos são a solidariedade entre as instituições e a subsidiariedade. Esses dois princípios são fundamentais para toda e qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade democrática que queira o bem comum, que tenha por objetivo o bem comum e não apenas o bem de uma parte da sociedade.

Então, aqui na Afesc, assim, já trazendo alguns pontos que foram muito batidos aqui em relação à violência das famílias contra as crianças.... Então, vamos para dados empíricos, através de pesquisas. O próprio Instituto DataSenado, o qual... O Senador Flávio Arns tem trabalhado efetivamente contra a violência nas escolas, e o Instituto DataSenado fez uma pesquisa em maio deste ano, em maio de 2023, e mostrou o espantoso número de quase 7 milhões de pessoas vítimas de violência no ambiente escolar nos últimos 12 meses, ou seja, de 2022 a 2023, 7 milhões de abusos contra pessoas no ambiente escolar. Aqui acusaram: "A maior parte das denúncias de violência vem da família". Vamos para os números, este relatório de direitos humanos está lá, é um dado do Disque 100, contra o ambiente familiar. A violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021; desse total, 40.822, ou seja, 81% – aqueles 81% que foram citados aqui – ocorrem dentro da casa da vítima. Podem ter certeza de que não foi na casa de família educadora.

O que são 40 mil perto de 7 milhões de abusos dentro da escola? E agora, esse número de 7 milhões não causa espanto aos senhores? Sete milhões de abusos dentro do ambiente escolar? E é por isso que vamos fechar as escolas? Por causa disso? É óbvio que não. Temos que combater a violência dentro das escolas. E aqui nosso mais honroso desejo de sucesso nessa empreitada aos Senadores que precisam trabalhar em prol disso, para garantir a proteção das crianças nas escolas, porque, repito, as crianças são o tesouro de nossa nação.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, mês após mês, em seu *site*, retrata casos de violência nas escolas. Ou seja: o fato de o Tribunal de Justiça de Santa Catarina estar mandando policiais para dentro das escolas já reconhece que é um ambiente inseguro às crianças. O Tribunal de Justiça está reconhecendo que a escola é um ambiente inseguro às crianças, porque sabe da insegurança real. Crianças estão morrendo dentro das escolas; crianças estão sofrendo *bullying*; crianças têm pensamentos suicidas dentro das escolas; crianças estão sendo sexualizadas dentro das escolas.

E os casos de abandono intelectual dentro das escolas? Isso é um crime! Isso está no Código Penal, art. 246. É um crime de abandono intelectual. Quantas crianças optam pelo *homeschooling* porque os seus filhos adolescentes não sabem ler, não sabem interpretar uma simples fábula de Esopo? Não sabem interpretar a fábula *A Cigarra e a Formiga*. Analfabetos, com 14, com 15 anos, e todo esse tempo nas escolas? Que moral tem para falar contra as famílias educadoras?

A qualidade de ensino do Brasil precisa ser melhorada. Nós precisamos, sim, de muito trabalho para aumentar a qualidade e garantir a qualidade técnica de ensino nas escolas brasileiras, e nisso tem muito trabalho o Congresso Nacional, com métodos realmente eficazes. Agora, as famílias que querem assumir o seu protagonismo na educação são combatidas? Vão ser proibidas? Esses 7 milhões de abusos caem no número de exceção? Ou seja: as famílias que tiveram seus filhos abusados, 7 milhões de famílias abusadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são casos de exceção para fazer *homeschooling?* Ou não? Sete milhões, meus caros. Não são 40 mil contra denúncias às famílias. Então, de 40 mil para 7 milhões, é um número que tem uma grande diferença.

Por isso, mais uma vez repito: a família é o ambiente mais seguro para as crianças.

A educação domiciliar é um ato de amor, é um ato que exige sacrifício dos pais, é um ato que exige mudança de vida, é um ato que exige responsabilidade, porque está assumindo a formação integral da criança. E a educação domiciliar não é feita sozinha. Nós não vivemos em cavernas, meus caros. Nós vivemos uma vida social, anexa dentro da nossa sociedade. Temos grupos de apoio, como pais que são mecânicos, eletricistas, de todas as profissões possíveis da nossa sociedade.

Aqui, na Afesc, a maioria das famílias é de classe média baixa, e vem falar que o *homeschooling* é para milionários? Mais de 3 mil famílias aqui em Santa Catarina, a maioria... Apenas 5% ganham mais de quatro salários, meus caros. Como é que é para milionários? Que papo é esse? De onde são esses dados?

São famílias comuns, tão comuns quanto quaisquer outras famílias brasileiras, em que os pais se dedicam, trabalham e dão o seu melhor para bem educar e criar os seus filhos.

E nós, para concluir, pedimos encarecidamente ao Senado Federal que esqueçam, Senadores – eu sei que é difícil –, argumentos contrários ao *homeschooling* sem nenhuma base científica, sem nenhum dado empírico. Tem que esquecer, tem que descartar isso, porque não tem uma base! Isso é totalmente desconectado da realidade, porque não convém com a realidade das famílias educadoras no Brasil.

Então, para o bem dos estudantes, para o bem das famílias, para o bem de nossa sociedade brasileira, pedimos aí a aprovação e o andamento do PL 1.338, que já garante todos os direitos necessários para a educação das crianças.

Deus abençoe a todos.

Muito obrigado, Sr. Flávio Arns, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo a você, Diego do Nascimento Vieira, Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Como o tema, agora, particularmente no final, foi levantado pelo Diego, que representa as famílias de Santa Catarina, para as pessoas que quiserem acompanhar também essa discussão que está acontecendo no Senado, a pesquisa mencionada, eu vou pedir para que a Andréia... Como foi mencionado na audiência pública, isso já foi objeto, inclusive, de audiência pública na própria Comissão de Educação e Cultura. Que as pessoas possam acessar a pesquisa do DataSenado, um instituto de muita credibilidade dentro do Senado também, que realiza as pesquisas conforme os debates vêm acontecendo. É a violência que acontece também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente até fala "violência contra a escola" – em vez de ser "violência na escola" é "violência contra a escola" –, porque é um tema muito amplo e complexo também para ser debatido. Muitas vezes, são pessoas estranhas à escola; outras vezes, são pessoas da própria escola que já saíram, ex-alunos. E aí, quando comete algum ato contra a escola, as pessoas vão lembrar: "Não, mas ele, quando era criança, já era quietinho" ou "Já tinha atitudes e tal".

Essas pessoas têm que ser identificadas na escola, diagnosticadas e ajudadas, porque a educação é uma caminhada pela vida também. Então, a escola pode colaborar muito na identificação, no diagnóstico posterior e na ajuda a essas pessoas. Às vezes, a gente escuta alguém dizendo que a pessoa se suicidou, em um processo de depressão, mas, fazendo o debate, a discussão, vai se lembrar de que, lá na escola, ela era uma pessoa que podia ter sido ajudada já – e talvez tenha sido, mas não tenha sido ajudada o suficiente, também pode ser.

Há a questão das mídias, porque a gente tem que cuidar muito das mídias, pois há coisas até ensinando como fazer na internet, na *deep* internet também, a internet profunda. Hoje em dia, o pessoal está tendo acesso a isso e levando lá para a escola.

Há o tipo de construção da escola, se a escola é mais segura, menos segura... Inclusive, um ex-Comandante da Polícia Militar do Paraná escreveu um livro interessante *Arquitetura contra o crime*. Muitas vezes, a secretaria da escola fica lá no meio da escola, e uma pessoa para pegar um documento ou alguma coisa tem que atravessar toda a escola, quer dizer, isso é uma coisa que não pode acontecer em termos de segurança.

É criar mecanismos, assim, de promoção de saúde mental... Isso aconteceu muito, como foi falado até hoje à tarde, nas exposições de promoção, de gerar saúde mental, de promover saúde mental, porque a pandemia trouxe muitos problemas, e a vida, hoje em dia, é uma vida também que leva a muitas dificuldades. Conheço outras pesquisas que mostram que, às vezes, de mil alunos, 20%, 200 alunos – imaginem, crianças e adolescentes – já estão sendo atendidos na área da saúde mental – *bullying*, como foi levantado.

Então, em função de tudo isso, o que aconteceu na Comissão de Educação? Lá no início do ano, como eu mencionei, mas só detalhando um pouco mais, quando ocorreu o episódio lá em Blumenau, da creche, que não era... Foi uma violência contra a escola, de uma pessoa que não era da escola e, infelizmente, aconteceu. Agora, a gente tem que pensar em tudo isso para ver como propiciar um ambiente seguro, saudável, promotor da vida, da saúde, de tranquilidade, de amizade, de socialização.

Então, esse é um desafio para todos nós, como sociedade. É para o Executivo, para o Legislativo, mas para toda a sociedade, para a participação, como vários falaram, da família, abrir a escola para que todo mundo diga "não". Por exemplo, eu conheço um caso, porque eu fui Secretário de Educação também, em que todo final de semana, a chave da quadra de esportes... o cadeado era quebrado, e o pessoal invadia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a escola. O diretor chamou o pessoal e disse: "Olha, não precisa quebrar, não precisa fazer nada. Olha, eu vou dar a chave para vocês. Está aqui a chave. Só vamos combinar como que tudo deve ser feito, pelo regramento, regulamento. Como é que vocês fazem? Como é que vocês saem? Quem é que vai cuidar? Vai ter limpeza? Não vai?". Então, criou-se um ambiente de paz e de segurança. Isso acontece, muitas vezes, também em termos do regulamento para a própria escola. Os diretores, bons diretores, bons gestores dizem: "Olha, alunos e alunas, venham aqui, e vamos fazer o regramento do que pode acontecer ou não aqui dentro, quais são as regras". E fazem-no em conjunto. Isso possibilita o diálogo, o entendimento. É como uma lei, a lei da escola, que tem lá. Considero, por exemplo, muito importante o grêmio estudantil, que é essencial para quem acompanha as atividades, a associação de pais, mestres e funcionários, o conselho escolar.

Quando há... Gente, o pessoal falava, não era invasão de escola; era ocupação de escola. Era um pessoal... No meu tempo não aconteceu nenhum, mas eu sei que depois aconteceu, e as pessoas diziam: "O que fazer?". E eu respondia: "Perguntem para os donos da escola". Quem são os donos? É a APMF (Associação dos Pais, Mestres e Funcionários), o conselho escolar e o grêmio estudantil, quer dizer, dar responsabilidade para todas essas pessoas para construir, no fundo, um ambiente saudável.

Eu lamento inclusive, quando há, porque teve um professor ou professora que teve uma atitude inadequada. Aqui, no Paraná – eu estou no Paraná –, são mais ou menos 80 mil professores e funcionários – 100 mil, podemos chegar a 100 mil. Se um cometeu um problema, errar, quer dizer, cometeu um deslize, um crime, alguma coisa, que seja punido, só que não joguemos a culpa em cima de 99 mil, que estão fazendo um bom trabalho. Então, tudo isso está no projeto de lei que originalmente era do Senador Wellington Fagundes, que apresentou um projeto, mas, nos episódios de Blumenau, o Prefeito veio falar, agoniado também, porque Blumenau, todos nós conhecemos, é uma cidade bonita, acolhedora, pacífica, e eles próprios, surpreendidos, mas chamando a Polícia Federal, que externou todo tipo de problema, que não é da escola, é da sociedade, mas isso se reflete na escola... Armamento mesmo, o menino atirou, onde é que pegou a arma? Não, pegou a arma com o pai. Então, tudo isso tem que ser debatido, é um problema complexo, iniciativas estrangeiras, que, no Canadá, particularmente, o que eles vêm fazendo aqui no Brasil... Isso tudo se converteu num projeto de lei, e, como a gente está debatendo, eu também peço para Andréia para deixar esse projeto de lei disponível como material adicional dessa audiência pública. Esse projeto de lei, em um ou dois meses, aprovamos, debatemos e tal – e aprovamos. Claro, toda lei pode ser aprimorada, melhorada, e foi enviada à Câmara dos Deputados, onde vai ser apreciada, também não foi apreciada ainda.

A gente lamenta muitas coisas, porque, às vezes, acontece um episódio de violência, a gente fica um mês debatendo e depois esquece. Tem que... Nós temos que... Na questão da segurança, segurança em toda a sociedade, mas também a escola e a nossa casa, inclusive, como elementos da sociedade, a gente tem que pensar bem nisso e ter iniciativas importantes de como que isso, a segurança, pode ser promovido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São temas que têm que ser debatidos, discutidos, enfim, mas o nosso objetivo hoje, aqui, é realmente pensar.

Agora, já há 30 anos, a minha tia, a Dra. Zilda Arns, que era Coordenadora da Pastoral da Criança, inclusive ela nasceu em Santa Catarina, em Forquilhinha, ao lado de Criciúma... A Pastoral da Criança, já pelos últimos 30 anos, está completando 40 anos neste ano, mas, pelos últimos 20, 25 anos, já vem debatendo a violência familiar, a violência até com pensamento, a violência começa em casa.

Então, a gente tem que pensar o que fazer nesses casos, que não têm nada a ver com educação domiciliar aqui, mas a violência na família é algo sobre o qual a gente tem que se debruçar e pensar o que fazer, como fazer, como ajudar as famílias a promover a paz, educar as pessoas para a paz, para a parceria, para o entendimento, para o diálogo, para uma sociedade melhor. Isso já há muito tempo, e todos nós temos uma grande responsabilidade sobre isso, poder público e sociedade em geral. Fazemos juntos essa caminhada.

Eu agradeço sobremaneira a participação, penso que a audiência pública foi bastante enriquecedora também para responder muitas perguntas que são feitas em torno do projeto de lei. E essas audiências públicas estão marcadas, então, justamente para subsidiar todo o trabalho que venha a ser feito no Senado Federal agora, na Comissão de Educação, a respeito da educação domiciliar. Está certo?

Agradeço, de novo, a presença de todos e todas, ficamos à disposição, agradecemos quem nos acompanhou pelos meios de comunicação. Eu, inclusive, não li as perguntas seguintes, mas só para dizer os nomes das pessoas – mas eu penso que muitas das coisas foram respondidas no decorrer das falas: o Bruno Luz, do Rio de Janeiro; Olívia Rochadel, de Santa Catarina; Nívea Queiroz, de Alagoas; João Paulo, do Rio Grande do Sul; Rogério Vianna, também do Rio Grande do Sul; Maria Juliana, de Pernambuco; Weslei Chaves, de Minas Gerais; Laércio Lico, de Rondônia; Vinícius Lima, do Rio de Janeiro.

Enfim, são desafios, todas as perguntas são muito importantes, só lembrando que a gente vai ter outras duas audiências públicas sobre o assunto. Então, agradeço novamente a participação, os meios de comunicação do Senado, a equipe toda da Comissão de Educação, Andréia e demais pessoas.

E, nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

Bom final de semana.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 92ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 125/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 126/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 128/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 129/2023 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 131/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 133/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 136/2023 - CE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR), e PL 1338/2022, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica". **Participantes:** Sra. Isabelle Cristina Monteiro, Representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (FAMEDUC); Sr. Romualdo Portela de Oliveira, Ex-Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Sr. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Patricia Almeida, Coautora do Projeto "Eu Me Protejo"; Sra. Bárbara Lopes, Secretária-Executiva da Articulação Contra o Ultraconservadorismo na Educação; e Sra. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 92ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de dezembro de 2023.

Esta é a segunda reunião de um ciclo de três audiências públicas destinadas a instruir o PL 1.338, de 2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", em atenção aos seguintes requerimentos: Requerimento 125/2023, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Damares Alves; Requerimento 126/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; Requerimento 128/2023, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra e de minha autoria; Requerimento 129/2023, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria; Requerimento 131/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; Requerimento 133/2023, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Damares Alves; e Requerimento 136/2023, Comissão de Educação, de autoria do Senador Izalci Lucas e de minha autoria.

Eu expliquei, inclusive, na última audiência pública, que aparece várias vezes "minha autoria" porque eventualmente o autor do requerimento estava em outro compromisso, outra reunião, outro plenário, e, para que a pretensão pudesse ser assim votada, o autor ou autora pedia também a nossa concordância. E, claro, a gente sempre concorda com os debates que sejam considerados importantes pelos Senadores e Senadoras.

Participarão de forma remota os seguintes convidados: a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Sr. Romualdo Portela de Oliveira, ex-Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da USP e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Cenpec; a Sra. Patricia Almeida, coautora do projeto Eu Me Protejo; a Sra. Bárbara Lopes, Secretária-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação; a Sra. Isabelle Cristina Monteiro, representante da Associação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc); a Sra. Guelda Cristina de Oliveira Andrade, Secretária de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo também; o Sr. Edinaldo César Santos Junior, Juiz e Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Muito bem. Aliás, o Sr. Edinaldo está participando? Ele não está. Eu até quero me corrigir aqui: o Sr. Edinaldo César Santos Junior, Juiz e Coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância, e a Sra. Amábile Aparecida Pacios, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, não puderam comparecer e justificaram as ausências.

Eu quero ressaltar que tivemos, se não me falha a memória, três audiências públicas sobre esse tema no ano passado. Temos três audiências neste ano também: a primeira delas foi realizada na sexta-feira passada, portanto no dia 1º de dezembro; a segunda, no dia de hoje, como já mencionei, 4 de dezembro; e a terceira audiência pública vai ser realizada na próxima semana, inclusive sob a coordenação da Professora Dorinha Seabra, que é Relatora desse projeto de lei. Há, inclusive, pessoas que já participaram no ano passado e que também estão participando desta audiência – ou participaram da anterior ou participarão da próxima –, o que eu considero bom, saudável, necessário. Já faz um tempo que esse assunto foi debatido e discutido e agora está sendo revisitado, vamos dizer assim, nesses debates que estão acontecendo.

Então, eu quero saudar a presença dos convidados e convidadas, agradecer pela presença e agradecer a todos e todas que nos acompanham também pelos meios de comunicação do Senado.

E quero dizer, inclusive, que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Também é importante dizer que várias pessoas muitas vezes desejam lembrar-se de novo do argumento usado, do material utilizado, das discussões que aconteceram, então o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Combinei já com os expositores e expositoras que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais dois, para concluir a ideia, o pensamento, enfim, para que tudo dê certo. Haverá uma campainha automática que vai bater quando o tempo estiver se encerrando nos dez minutos e, depois, nos dois minutos. Ao fim das exposições, a palavra será novamente concedida aos expositores e expositoras para considerações que julgarem relevantes, importantes.

Quero ler já algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania.

Adauto Maestro, da Bahia: "Como equacionar os limites da falta de tempo, desinformação e inexperiência de muitos pais e o esperado sucesso acadêmico e social infantil?" – da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jamile Santana, de Alagoas: "A escola é um espaço social e necessário para a formação integral do sujeito. Sendo assim, como garantir essa formação sem o convívio escolar?".

Jonatas Oliveira, da Paraíba: "O ensino personalizado é uma das metodologias-chave para a educação do século XXI. É possível personalizar o ensino na educação domiciliar?".

E vieram comentários também.

Adriano Gama, do Paraná: "A educação domiciliar é um direito dos pais reconhecido por mais de 60 países no mundo. Os filhos não são propriedade do Estado".

Elizabeth Garzuze, do Paraná também: "Educação básica domiciliar é [como] voltar ao século XIX, quando só os burgueses tinham acesso ao ensino".

Além disso, ainda há mais algumas perguntas. Esses que eu falei agora eram comentários; antes, perguntas; agora, mais perguntas.

Rodrigo Bastos, do Paraná: "Fala-se tanto em doutrinação nas escolas. A educação domiciliar não seria uma forma adotada por algumas famílias para alienar seus filhos?".

Renata Cardoso, de Minas Gerais: "Sou professora. Quando a educação domiciliar se tornar comum ou regulamentada, perderei o emprego ou surgirão meios de trabalhos nas casas?".

André Gabriel, de Pernambuco: "Como garantir a fiscalização efetiva e a qualidade no ensino domiciliar?".

Carlos Samuel, do Distrito Federal: "Sabendo que o Brasil é um dos últimos colocados em educação e que também existe muita doutrinação nas escolas, como melhorar essa situação?".

E, finalmente, Lisandro Gaertner, do Rio de Janeiro: "Como a educação domiciliar pode estimular a polarização da sociedade e dificultar o processo de integração social entre grupos diversos?".

É sempre importante destacar – os expositores e expositoras já sabem disso – que cada um tem sempre a plena liberdade, obviamente, de colocar os seus pontos de vista com a maior tranquilidade, segurança e respeito. Mas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação, às vezes, podem não gostar de uma opinião, não gostar de outra opinião, ou dizer: "Não, com isso eu não concordo". É por isso que a gente faz audiência pública. A audiência pública é justamente para que, em função do objeto do projeto de lei, a gente possa discutir, dialogar, refletir, pensar pontos a favor, pontos contra e assim por diante.

Tanto é que eu quero até destacar, neste início, sobre o Plano Nacional de Educação, que nem veio ainda para o Congresso Nacional o projeto de lei por parte do MEC, mas nós já fizemos pelo menos dez audiências públicas para irmos conversando sobre o que deu certo, o que deu errado: "Isso aí não dá, isso pode, aquilo tem que ser acrescentado". Novo ensino médio: nós temos uma Subcomissão; o projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está na Câmara vem para o Senado; e nós já fizemos dez audiências públicas sobre o novo ensino médio, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão. Segurança nas escolas: fizemos várias audiências; já aprovamos o projeto de lei que foi para a Câmara. O mesmo com a valorização da profissão docente, e assim por diante.

Então, este é o grande objetivo da audiência pública: convidarmos pessoas sempre com diversos pontos de vista, pessoas da academia, pessoas de movimentos – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, sempre presente; Todos pela Educação, que esteve presente na sexta-feira –, mães, pais, famílias. A gente tem que ouvir todos os pontos de vista para deixar muito claro – não para os expositores, porque, por exemplo, à Andressa Pellanda a gente já está dando até um lugar, e a outras pessoas também.

Muito bem. Então, dito tudo isso, passamos à primeira convidada, que é justamente a Sra. Andressa Pellanda, que é Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Seja bem-vinda; com a palavra.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador, por esta audiência, pela oportunidade de a gente estar aqui conversando sobre esse tema, que é superimportante para o debate educacional brasileiro e que volta ao debate agora, no Senado, depois de muitos debates também na Câmara dos Deputados. Cumprimento V. Exa. pelo trabalho que sempre vem fazendo, de excelência, na Comissão de Educação e, na sua pessoa, cumprimento toda a mesa, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e também demais participantes.

Como a gente tem pouco tempo, vamos direto ao assunto.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação fez uma nota técnica, em 2021 ainda, sobre o debate da educação domiciliar, quando a matéria estava tramitando na Câmara dos Deputados, com uma série de audiências públicas de que a gente também participou. Para essa nota técnica a gente levantou todo o estado da arte, da literatura acadêmica sobre o assunto, no Brasil e também no exterior, e também sobre o que diversos movimentos e entidades da educação, nacional e internacionalmente, vinham discutindo sobre o tema da educação domiciliar. E, aí, a princípio – já gostaria de deixar pontuado –, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é uma rede de mais de 300 organizações da sociedade civil e que está presente em todo o território nacional, é contra a educação domiciliar na prioridade e no mérito, então, nos dois itens que estavam sendo discutidos já na Câmara dos Deputados. E a gente levantou nessa nota técnica 14 pontos, que eu vou tentar resumir aqui, sobre os quais a gente argumenta a contrariedade sobre essa legislação.

Então, primeiramente, essa é uma questão contextual. A gente tem uma legislação para a educação já vigente, assim como um orçamento vigente, os quais não estão cumpridos plenamente – vide o Plano Nacional de Educação, que está com 85% das suas metas não cumpridas. E o Estado hoje tem o papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir o cumprimento dessa legislação vigente, dedicar recursos para essa educação que já está posta na nossa legislação, que é, de fato, a prioridade.

Um segundo ponto é que a gente defende que o direito à educação deve ser uma educação inclusiva e, portanto, a gente precisa que nossas crianças, nossos estudantes, estejam dentro da comunidade educacional, dentro das instituições educativas, em diálogo, em socialização, em construção nesse processo educacional, que é dialógico, de ensino e aprendizagem, e não num processo excludente, em que eles ficam dentro de suas casas, sem esse local de socialização plena.

Em terceiro lugar, a gente quer ressaltar que o Estado brasileiro, pela Constituição Federal, é o responsável pela garantia de direitos, prioritariamente, inclusive a garantia do direito à educação. Além de ser o responsável por esse direito, ele também tem responsabilidade sobre a garantia de proteção de todas as nossas crianças e adolescentes, que são prioridade absoluta, não só pela Constituição, como também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. E várias das violações de direitos que acontecem junto à nossa população de crianças e adolescentes – trabalho infantil, abusos sexuais, exploração, uma série de violações de direitos à proteção plena e à prioridade absoluta – acontecem dentro do espaço domiciliar, e o Estado não teria ingerência suficiente para garantir que essas crianças todas estivessem protegidas.

Vale dizer que a gente não acredita que as famílias que defendem a educação domiciliar são as perpetradoras de abuso. A gente só menciona que existem questões que podem fugir ao controle da proteção da sociedade e do Estado junto a crianças que vão ficar restritas ao ambiente domiciliar.

Em quarto lugar, a gente também coloca a discussão sobre o direito das famílias *versus* o direito dos estudantes. Os estudantes têm direito à convivência dentro do espaço educativo, à socialização e à própria escolha sobre sua inter-relação nesse processo educacional e na construção de laços com demais estudantes – e isso precisa ser prioridade.

Em quinto lugar, a gente também quer reiterar que a gente tem já uma diversidade de instituições, de projetos políticos pedagógicos, seja na educação pública, seja na educação privada – liberdade de associativismo –, em que a educação é promovida. E pode ser escolhido, por parte das famílias, o modelo educacional para seus filhos, suas crianças e adolescentes, ou seja, a gente já permite que essa liberdade de escolha parental dos responsáveis possa acontecer.

Como sexto ponto, há a liberdade religiosa, o que também é livre no Brasil. Inclusive, há escolas confessionais, que podem garantir essa agenda também, já que parte das defensoras e defensores da educação domiciliar também querem uma educação religiosa para os seus filhos.

Por fim, sétimo ponto, a gente tem também na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e em todo o arcabouço legal brasileiro a prerrogativa da gestão democrática. E a gestão democrática não só se faz dentro do espaço educativo com diversos atores, sejam eles famílias, estudantes, profissionais da educação, como também, por meio dessa gestão democrática, os pais, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis podem construir o projeto político-pedagógico da escola, construir a escola que essa comunidade educacional quer, ou seja, ali também há espaço para essa construção, essa escolha que é demandada por esses grupos.

A gente, como oitavo ponto, também quer reiterar que os estudantes têm direito de participar da sua educação, e isso se faz na prática a partir do grêmio estudantil, da discussão no conselho escolar, das relações dentro de sala de aula e fora de sala de aula, dentro do espaço educativo. Isso precisa ser garantido, e isso se garante dentro da escola, nesse lugar de diálogo.

Ainda um ponto que é crucial – e de que pouco se fala – é que a educação acontece dentro dessa relação de ensino e aprendizagem, ou seja, não é só o estudante que está em foco, como também o professor, o educador. Esse educador precisa ter formação científica e pedagógica, e por isso também é que se constitui a institucionalidade da escola. E a educação domiciliar não necessariamente garante essa formação plena dos educadores, na área científica e também na área pedagógica, que é, sim, uma ciência, e isso muitas vezes é deixado de lado.

Um décimo ponto é a necessidade de garantir a convivência com o diferente, a convivência com o outro, a convivência com o divergente, inclusive para que a educação seja crítica, plena, emancipatória, cidadã, e isso acontece num espaço educacional como a escola. A gente precisa que esses estudantes tenham acesso a diversos grupos e à diversidade para se tornarem pessoas tolerantes, respeitosas, cidadãs, que possam ter essa ação dialógica em sociedade numa construção com o diverso. E isso é retirado desse estudante quando ele fica restrito ao espaço do ambiente familiar, em que ele tem contato com um grupo mais restrito e mais igual e não tão diferente quanto ele.

Um 11º ponto indica que, na educação domiciliar, a educação é deslocada para um lugar muito mais de autodidatismo e meritocrático, que coloca responsabilidade muito mais no estudante pela sua educação do que em toda uma estrutura institucional, uma estrutura que garanta profissionais múltiplos, não só os professores, como também psicólogos, assistentes, um grupo inteiro de profissionais dedicados a essa educação, como para a própria institucionalidade do Estado. Isso tudo é retirado, e fica muito mais nas costas do estudante a responsabilidade sobre sua própria educação.

Por fim, os três últimos pontos.

O 12º argumento é que a educação não é lugar do setor privado estritamente. Então, quando a gente fala sobre educação domiciliar, a gente está falando de dois tipos de privatização: um deles, *lato sensu*, em que você retira essa criança do espaço público para um espaço privado, provendo um espaço menos dialógico, como eu já tinha falado; como também existem interesses privados de garantir materiais didáticos, estrutura de educação à distância, tutorias, tudo mais, para que essa educação domiciliar aconteça. Então, existe também um interesse mercadológico nessa educação domiciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O 13º e penúltimo ponto é que, na educação domiciliar, existe um olhar estreito sobre a avaliação educacional, que se restringe a provas de avaliação, que seria a forma que é indicada pelos grupos que defendem a educação domiciliar para que a regulação do Estado aconteça, e essa regulação e essa avaliação devem ir muito além de avaliação e provas.

E aí o 14º ponto, na verdade, diz respeito à massiva contrariedade da sociedade do campo educacional à educação domiciliar. A gente já tem mais de 400 entidades do campo educacional – científicas, movimentos, professores, estudantes – que são contra esse modelo. E uma pesquisa, que a Bárbara talvez vá comentar, da Ação Educativa com o Datafolha mostrou que oito em dez pessoas são contrárias a isso no Brasil, ou seja, além de todos esses argumentos científicos, pedagógicos, constitucionais, a gente ainda tem toda uma gama de atores da sociedade que já se contrapuseram a essa agenda, que tem tomado muito mais lugar no debate do que deveria, já que a gente tem grandes desafios para a educação acontecer no Brasil, uma educação pública, laica, escolar e de qualidade.

Obrigada e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você – permita-me chamar assim –, Andressa Pellanda, que é Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Romualdo Portela de Oliveira, que é ex-Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da USP e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Cenpec.

Seja muito bem-vindo!

Dr. Romualdo, com a palavra.

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

É um prazer estar aqui participando desta audiência.

Cumprimento, na sua pessoa, os demais Senadores presentes, cumprimento os demais componentes da mesa.

É muito importante a existência de audiências públicas para aprofundarmos os debates sobre todos os assuntos, em particular sobre os assuntos relativos à educação.

Eu tive a oportunidade, no ano passado, com a Profa. Luciane Muniz Ribeiro Barbosa, da Unicamp, de elaborar uma nota técnica sobre esse assunto para a D^{3}e (Dados para um Debate Democrático na Educação), que eu gostaria depois de encaminhar aos membros da Comissão, em que nós fazemos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantamento da literatura nacional e internacional sobre o assunto e apresentamos argumentos favoráveis e contrários a esse tema.

Como eu tenho um grande nível de acordo com o que a Andressa falou e tenho certeza de que outros que me seguirão também apresentarão argumentos pertinentes, eu vou fazer uma seleção de alguns deles que me parecem importantes para sedimentar alguns pontos que me parecem importantes para que a gente consiga compreender a natureza desse debate. Nesse sentido, eu acho que é sempre importante percebermos as nuances dessa discussão porque, senão, corremos o risco de simplificá-la.

A primeira questão que eu gostaria de pontuar é que está estabelecida na nossa legislação, amplamente, a ideia de que o Estado tem responsabilidades para com a garantia do direito à educação de todos. E isso se ancora num ponto que é fundamental, que é o seguinte: o sujeito do direito à educação é a criança, e é a criança que tem que ser protegida.

Eu vou dar um exemplo para vocês. No nosso Código Penal, existe a tipificação do crime de abandono intelectual, que é um crime tipificado para aqueles pais que não educam seus filhos. Assim, está estabelecido na nossa legislação que o Estado deve intervir para garantir o direito à educação dos filhos. Portanto, este é o princípio fundamental da nossa legislação: a garantia do direito da criança.

E aí, você me perguntaria: e qual é o papel dos pais? O papel dos pais é absolutamente central, na medida em que a nossa própria legislação faculta a eles escolherem o tipo de educação escolar que lhes cabe.

Por exemplo, o §3º do art. 208 estabelece como uma das funções do Estado recensear e fazer chamada à matrícula; e os pais têm o direito de intervir no tipo de educação que os filhos têm no contexto escolar. E é exatamente essa a compreensão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, no inciso 3 do Artigo 26, diz que os pais têm o direito de escolher o tipo de educação dos filhos, mas num contexto de educação escolar. Portanto, este ponto me parece importante: o Estado tem o direito e tem o dever de proteger o direito à educação da criança.

O segundo ponto que eu gostaria de trazer, que me parece que causa muita confusão, é a ideia de que a educação domiciliar priva as crianças de uma oportunidade de convivência plural e diversa absolutamente central no mundo de hoje. Muitas vezes, quando se critica que a educação domiciliar não propiciaria às crianças uma socialização adequada, aparece a contraposição de que "não, eles frequentam grupos de crianças *homeschoolers*, frequentam clubes", etc., mas não convivem com o diferente. E essa é a característica essencial da escola pública, mas da escola em geral, porque mesmo a escola privada entre nós apresenta uma razoável pluralidade. Quando as crianças convivem com famílias que pensam igual, elas são privadas da oportunidade de conviver com o diferente, de compreender que nós vivemos num mundo muito diverso e de que é necessário desenvolver uma cultura da tolerância, do respeito – no fundo, é a ideia da cultura da paz, da cultura pelo respeito ao outro –, e isso essas crianças não têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa perspectiva, a educação domiciliar é uma privação de direito dessas crianças, porque elas não são preparadas para viver num mundo em que necessariamente terão que se haver com uma pluralidade de comportamentos, de crenças, de modos de encarar a vida, e a escola tem o papel de construir no indivíduo em formação essa preparação.

O terceiro ponto que eu gostaria de levantar é que, neste debate, muitas vezes, se cria uma contraposição equivocada entre família e escola. Família e escola são agências educativas absolutamente essenciais, mas uma não substitui a outra. Portanto, é equivocado contrapor uma à outra e substituir uma à outra. Tem uma parte da educação, dos valores, por exemplo, dos valores religiosos em que é fundamental a ação da família, porque esta é competência exclusiva da família. Nesta medida, a escola deve ser neutra em termos religiosos, porque, nesse espaço, convivem diferentes denominações religiosas e até mesmo pessoas sem religião. Por outro lado, a transmissão de conhecimentos historicamente construídos é uma função primordial da escola, porque o ato de ensinar, nesta perspectiva, é uma ação de profissionais, de pessoas que passaram anos se formando, se preparando. Há uma didática específica para cada área do conhecimento, e é por isso que nós temos uma divisão do conhecimento em diferentes disciplinas, porque há especificidades que têm que ser respeitadas.

Por outro lado, escola e família são fundamentais na proteção recíproca da criança. A escola, nós temos pesquisas no mundo todo, é o espaço em que mais se averiguam e se denunciam abusos por parte da família que, eventualmente, ocorram, e vice-versa: se há algum abuso na escola, a família também tem o papel vigilante de evitá-los. E, nesta perspectiva, a nossa legislação ampara fortemente uma participação ativa da família na escola, pelos mecanismos de gestão democrática – no nosso caso, na gestão democrática da escola pública – amplamente construídos e debatidos ao longo do tempo.

Por último, não se justifica – também é um debate que tem acontecido no Brasil – a transferência da responsabilidade de legislar sobre esta matéria para os estados. Por quê? Porque isto romperia com a unidade normativa da educação nacional. Esta, me parece, uma função intransferível do Congresso Nacional, quer dizer, a ele cabe a elaboração da legislação nacional de educação, e, se houvesse, eventualmente, a transferência disso para os estados, nós teríamos uma quebra de homogeneidade que seria bastante danosa à nossa educação.

Um outro ponto que eu gostaria de ressaltar é que a eventual aprovação do *homeschooling* representará, num primeiro momento, uma diminuição dos recursos disponíveis para a escola pública, porque haverá necessidade de se construir todo um aparato fiscalizador que não existe hoje, o que vai demandar recursos. E isso poderá ser agravado se os *homeschoolers* passarem a defender recursos do Estado para a execução da sua atividade, como já acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. Então, parece-me que este ponto tem uma dimensão de privatização da educação que não deve ser desconsiderada na proposta do *homeschooling*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu acho que tem um debate que nos é trazido da psicologia do desenvolvimento ao qual, me parece, vale a pena prestar atenção. A formação do caráter da criança é moldada pela convivência com os adultos; portanto, o professor, muitas vezes, também é um espelho ao qual as crianças se moldam e pelo qual elas compreendem a diferenciação de comportamentos adultos, não só dos pais, mas de outros adultos – e, na escola, certamente com uma pluralidade de outros adultos. Isso é absolutamente fundamental para se criar uma diferenciação de parâmetros. Esse componente de desenvolvimento das crianças teria que ser considerado também como uma privação de oportunidades.

Então, em vista desse conjunto de elementos, parece-me inapropriado que a gente venha a autorizar o *homeschooling*. Pelo contrário, eu acho que os pais que têm críticas à escola pública e à escola em geral – e muitas vezes com razão – devem se juntar aos demais que se envolvem cotidianamente na participação, dia a dia, da escola, para corrigir e aperfeiçoar essa instituição.

No fundo, a escola – como dizia o nosso saudoso Anísio Teixeira – é a máquina de construir a democracia. E, nessa perspectiva, estarmos todos juntos para fortalecer a escola, para fortalecer um espírito de convivência plural e democrático é absolutamente essencial. Então, eu gostaria de chamar os pais *homeschoolers* para se envolverem com os pais que já participam cotidianamente do esforço de aperfeiçoamento da escola pública, como garantia de construirmos uma sociedade mais tolerante, mais plural e mais democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito ao senhor, Dr. Romualdo Portela de Oliveira. Parabenizo-o, inclusive, pela caminhada de vida na área da educação: ex-Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e Professor Titular, também, aposentado, da Faculdade de Educação da USP, e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Cenpec.

Muito obrigado. Grande abraço, também.

Passo em seguida a palavra à Sra. Patrícia Almeida, que é coautora do projeto, abro aspas, "Eu Me Protejo", fecho aspas.

Com a palavra, Patrícia.

A SRA. PATRICIA ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. É um prazer estar aqui.

Vou começar fazendo minha autodescrição: eu sou uma mulher de pele clara, com cabelo enrolado, estou com uma camiseta do Eu Me Protejo, que é uma menina negra com uma cara bem enfezada e a mão à frente em sinal de pare.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Eu Me Protejo é um projeto que eu criei para minha filha, que tem síndrome de Down, para ela aprender a se proteger, e está disponível no *site*: eumeprotejo.com – tudo gratuito e acessível.

Inclusive, é sobre isso que eu vou falar. Eu vou falar sobre a questão da violência na escola e a questão da criança com deficiência, do estudante com deficiência na escola, porque um dos argumentos das pessoas que defendem o ensino domiciliar é que, para crianças com deficiência, seria melhor. E eu digo que não, não será melhor, nem para crianças com, nem para crianças sem deficiência, porque é na escola que as crianças com e sem deficiência aprendem a conviver umas com as outras e a construir essa sociedade interdependente que a gente quer alcançar.

Então, eu vou dar alguns dados aqui – porque a gente só fala de criança sem deficiência e não fala de criança com deficiência –, alguns dados de violência contra as crianças com deficiência: elas são quatro vezes mais vítimas de violência, sofrem três vezes mais violência sexual, sendo que as meninas estão em maior risco. O Fórum Africano de Política para Crianças descobriu que quase todos os entrevistados sofreram, pelo menos uma vez, abuso sexual ao longo dos anos. As crianças surdas, cegas, autistas, com deficiências psicossociais ou intelectuais são mais vulneráveis à violência, sendo que têm cinco vezes mais chances de serem abusadas e também são muito mais vulneráveis ao *bullying*.

O único grande estudo global que a gente tem foi lançado na revista *The Lancet*, em 2022, e dá o número de que uma entre cada três crianças com deficiência no mundo já sofreu violência. E isso acontece, gente – como com crianças sem deficiência –, em casa; isso acontece porque a criança é muito vulnerável, não sabe que o corpo é dela, não sabe que tem direito a dizer "não" a qualquer tipo de agressão física. Por isso, a gente optou por prevenir a violência. O Eu Me Protejo ensina à criança, desde cedo, que o corpo é dela e que ninguém tem direito de tocá-la.

O agressor está lá na pré-escola, então é preciso que a gente ensine para essa criança, lá no ensino infantil, a respeitar o corpo da outra criança, seja ela do jeito que for – de cor diferente, de cabelo diferente, de gênero diferente. Se a gente não tem essa experiência, se uma criança nasce, vai ser educada pelos pais dentro de casa, depois vai trabalhar num emprego *online* e nunca mais vai sair de casa... É preciso sair para viver em sociedade. Isso daí é um direito, como colocaram meus colegas anteriormente, da criança com deficiência e da criança sem deficiência, de conviver com a criança com deficiência.

O Eu Me Protejo, Senador Flávio Arns, nasceu, na verdade – eu fiz para a minha filha –, em uma Apae do Distrito Federal, onde eu fui apresentar. Naquela época, uma psicóloga com mais de 20 anos de experiência... Aqui eu estou mostrando a cartilha, a capinha da cartilha. A gente usa a linguagem simples e ilustrações que são fáceis de entender para explicar para a criança que o corpo é dela.

Se você tem uma família abusiva, a criança vai estar refém daquela família para toda a vida, seja uma criança com deficiência ou sem deficiência. Ela vai achar que tudo aquilo que os pais dela estão passando para ela é verdadeiro, é a única coisa que existe no mundo. Então, a gente, como pais de pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, acha que é um dever, sim, do Estado estar preparado para ter escolas inclusivas, que tenham todo o apoio necessário para aquela criança poder desenvolver o máximo do seu potencial.

Essa é uma discussão em que, infelizmente, estão usando o argumento de famílias de pessoas com deficiência, de que "ah, é melhor para a criança com autismo". Não, gente; criança autista tem tanto direito quanto qualquer outra criança de ter as mesmas oportunidades. Porém, o que acontece? A realidade é que muitas famílias trancam crianças autistas dentro de casa, acorrentam. E, se essa criança, esse estudante, não estiver indo para a escola, a gente não vai saber se ele está roxo, se foi privado de comer, se dão um banho naquela criança. Então, é preciso que todas as crianças estejam na escola. Num país como o Brasil, a gente não pode abrir mão da escola regular para todos. E a gente precisa, realmente, impedir que a criança seja um monopólio da família, senão, a gente não vai conseguir viver nessa sociedade interdependente que a gente quer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Patricia Almeida, coautora do projeto Eu Me Protejo.

Você traz o ponto de vista da pessoa com síndrome de Down, mencionou também a pessoa do transtorno do espectro autista, mas, de fato, o direito à educação, como a senhora colocou muito bem, relaciona-se a todas as pessoas com deficiência.

Parabéns pela fala! Desejo-lhe sucesso no Eu Me Protejo.

A senhora mencionou a Apae do Distrito Federal. Lembro que essa é uma instituição, assim, de muita qualidade e atende o adolescente e o adulto, basicamente – não atende a criança, nem o bebê; educação infantil, ensino fundamental ou médio –, quer dizer, é a educação para o mundo do trabalho, em particular. Eu até sugeriria para as pessoas que moram em Brasília que visitem a Apae do Distrito Federal para ver o trabalho, para ver quantas pessoas que são inseridas no mundo do trabalho, os desafios que enfrentam, a escolarização na idade adulta.

Parabéns, Patricia! Sucesso!

Contem com a gente lá também, no Senado Federal, para o que o for necessário.

Muito bom!

Passo, em seguida, a palavra à Sra Bárbara Lopes, Secretária-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

Bárbara, com a palavra.

A SRA. BÁRBARA LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos.

Eu quero dizer da alegria de ter esta oportunidade de estar aqui. Eu sou Coordenadora do projeto Gênero e Educação, da Ação Educativa, e, a partir desse papel na Ação Educativa, a gente também assume a Secretaria-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, que é uma rede, uma coalizão com diversas entidades e pesquisadores, organizações da sociedade civil que atuam na defesa do direito à educação e na defesa dos direitos de mulheres e de pessoas LGBT, na defesa de uma educação antirracista, no combate ao racismo, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, na defesa do direito à liberdade de expressão.

Então, a gente foi conformando essa rede a partir da identificação de algo que para a gente é muito fundamental, que é o papel da educação para a superação das desigualdades, das enormes desigualdades – sociais, raciais, de gênero – que a gente tem no nosso país, e para a superação das violências e das discriminações que várias populações sofrem.

A educação tem um papel muito importante na construção dessa sociedade mais justa, e esse papel da escola, esse papel da educação vem sofrendo uma série de ataques, ao longo dos últimos anos. A gente tem visto um fenômeno muito grave de perseguição contra educadores e educadoras, contra estudantes, contra comunidades escolares. Quando elas trazem essas questões das desigualdades, isso, muitas vezes, é usado como uma forma de atacar as comunidades. Então, a gente vem atuando nisso, vem fazendo essa defesa, seja no âmbito do Judiciário, seja aqui nos diálogos com o Parlamento, seja nos diálogos com o Poder Executivo, mas, também, nos diálogos com as comunidades escolares, com as educadoras e educadores, com as estudantes e os estudantes. A gente também vem fazendo esse diálogo e fortalecendo, buscando fortalecer a atuação dessas educadoras e educadores que estão comprometidos com uma educação que supere as desigualdades, porque, afinal de contas, esse é o sentido geral da nossa Constituição, do nosso ordenamento jurídico. A Constituição brasileira tem esse objetivo, coloca essa missão de a gente construir um país que enfrente as desigualdades, e a educação, o direito à educação, que está na Constituição, é parte desse objetivo maior, mais amplo, de a gente construir uma sociedade mais justa.

Por isso, a partir desse lugar da Articulação contra o Ultraconservadorismo, a gente também vê com muita preocupação essa possibilidade de regulamentação de autorização do ensino domiciliar. A gente entende que o ensino domiciliar é uma medida que também causa prejuízos para esse sentido da educação, como uma educação que construa essa sociedade, que nos ajude a construir uma sociedade mais igualitária. A gente entende que a educação domiciliar, ao privatizar e segregar os estudantes, como já foi dito anteriormente pela Andressa, pela Patricia e pelo Romualdo também, enfraquece justamente esse caráter público da educação, não somente no sentido da oferta pelo Estado, mas no caráter democrático da convivência.

A gente também vê com muita preocupação o fato de que a educação domiciliar pode ter um papel justamente de controle, de controle disciplinar dos corpos. A Patricia falou muito em relação às estudantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aos estudantes com deficiência, e acho que essa é uma preocupação muito importante para a gente também – de como esses grupos podem ser segregados a partir de uma regulamentação que autorize o ensino domiciliar –, mas a gente acha que isso também pode acontecer com diversas outras estudantes e rapazes estudantes também, ou seja, o controle disciplinar dos corpos. Uma jovem moça cujos pais consideram que ela não deve conviver, por exemplo, com meninos, então, vai ficar segregada dentro daquele ambiente doméstico. A gente vê essa preocupação também com adolescentes que possam ter algum tipo de orientação sexual com que os pais não concordam.

A gente vê com muita preocupação essa possibilidade do controle disciplinar dos corpos das crianças e dos adolescentes e do negacionismo da ciência, porque a gente também entende que a forma como vem se dando o debate sobre a educação domiciliar, nessa tentativa de avançar o debate sobre a educação domiciliar no Brasil, também se dá numa perspectiva de negacionismo da ciência, de não aceitar e tentar restringir os debates científicos, o que é um dos papéis da escola também, ou seja, fazer com que as crianças e os adolescentes tenham acesso a todo o conhecimento que também vem sendo produzido pela humanidade.

E, fundamentalmente, como já foi dito também, a escola é esse espaço da convivência democrática. A gente entende que existe essa relação, essa interação muito profunda entre educação e democracia, em que a gente precisa ter um país democrático para que a gente possa garantir o direito à educação, e a gente precisa ter uma educação democrática para que a gente possa ter um país democrático também. Então, essa convivência, esse espaço da convivência na escola é algo fundamental para a nossa democracia.

A gente entende que a gestão democrática, então, é um fator fundamental. E eu entendo que esta audiência aqui em que a gente está, esse ciclo de audiências que vem sendo conduzido aqui pela Comissão de Educação e Cultura do Senado é parte disso, é parte dessa gestão democrática da educação. A gente está aqui também, reunidos, ouvindo diferentes perspectivas; eu acompanhei a audiência na sexta-feira e também estou muito satisfeita de estar aqui ouvindo outros colegas e aprendendo também com as outras pessoas participantes. Então, esse espaço democrático é exatamente o que a gente defende para as políticas educacionais e para o ambiente escolar.

E, quando a gente pensa nisso, eu acho que é muito importante ressaltar que a sociedade civil vem se manifestando reiteradamente contra a regulamentação da educação domiciliar. Ao longo da primeira audiência e hoje, a gente já ouviu sobre diversas notas técnicas que foram feitas por entidades educacionais, que vêm trazendo uma série de pesquisas, como o Prof. Romualdo também comentou. A gente tem um conjunto muito grande de posicionamentos da sociedade civil.

Nós, pela Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, lideramos também um abaixo-assinado, um manifesto trazendo diversos pontos de preocupação em relação ao *homeschooling*. Esse manifesto, na primeira versão, enquanto o projeto tramitava na Câmara, estava com 400 assinaturas. Nós fizemos mais uma chamada para entidades, e hoje nós temos mais de mil entidades signatárias desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifesto – entidades de pesquisa, entidades científicas, entidades do direito à educação, conselhos de educação. Há, então, uma série de atores que são fundamentais e que vêm se manifestando muito vocalmente contra esse projeto, assim como a sociedade como um todo.

Como a Andressa comentou, nós fizemos uma pesquisa de opinião, e uma das perguntas que a gente fazia era se as pessoas concordavam com que as crianças e adolescentes têm o direito de frequentar a escola mesmo que os pais não queiram. E aí a gente obteve que mais de 80% das pessoas entendem dessa forma, compreendem que o direito à educação é um direito das crianças e dos adolescentes e que isso vai além, extrapola, transcende essa decisão pela família.

Então, a gente tem uma sociedade em que a gente tem uma posição muito consolidada, muito ampla e com muito consenso entre as entidades que atuam na defesa do direito à educação. A gente tem muitas diferenças entre nós, entre as entidades, mas, nesse ponto, a gente tem esse consenso e a gente tem um amplo apoio da sociedade, da população brasileira também nessa preocupação com relação à educação domiciliar.

E, por fim, eu só queria também ressaltar que a gente fala muito sobre ter o direito dessas crianças e adolescentes, que podem ser privados da convivência escolar a partir da educação domiciliar, mas a gente também tem uma preocupação de como esse projeto pode prejudicar todas as crianças e adolescentes ao ser um fator de desorganização do Sistema Nacional de Educação. A gente entende que, para além das famílias diretamente envolvidas na educação domiciliar, esse projeto também traz riscos para o sistema educacional como um todo, prejudicando a identificação e o combate à evasão escolar, prejudicando a parte de acompanhamento e fiscalização, como já foi dito várias vezes aqui, hoje e na audiência anterior, e que, ao tirar esse caráter universal da escola, a gente tem também, de fato, um risco de acabar retrocedendo nos avanços que a gente vem tendo, que o país vem construindo, ao longo das últimas décadas, na garantia do direito à educação para todos e todas.

É isso!

Muito obrigada.

Fico à disposição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Bárbara Lopes, Secretária-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

Eu quero reforçar só que, havendo notas ou documentos mencionados, caso desejem, enviem à Comissão de Educação, porque ficarão disponíveis no *site* da Comissão todo o tempo, inclusive para aquelas pessoas que nos acompanham e que, eventualmente, desejem se aprofundar no assunto, também sabendo exatamente os pontos de vista de cada instituição, entidade e pessoa aqui representada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso também para a Patrícia Almeida, que mencionou os dados no início. Se puder enviar os dados, isso também subsidia muitos outros debates no Senado Federal.

Eu havia anunciado antes a Sra. Guelda Cristina de Oliveira Andrade, da CNTE, mas, na verdade, quem vai participar pela CNTE é a Marlei Fernandes de Carvalho, que é Vice-Presidente da Confederação Internacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Quero dar as boas-vindas de uma forma particular, porque eu estou no Paraná, sou do Paraná, e, enquanto Secretário de Educação, a Profa. Marlei era Presidente da APP-Sindicato; então, fazíamos reuniões, pelo menos, umas duas vezes por mês, para irmos dialogando, abrindo caminhos e enfrentando os desafios da educação naquele período.

Seja muito bem-vinda, Profa. Marlei!

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns; bom dia a todos e a todas que estão nesta mesa e nesta audiência pública.

De fato, mantivemos sempre uma boa relação, um trabalho conjunto bastante importante, mesmo um sendo secretário e a outra, presidente do sindicato. Mas eu quero ressaltar essa boa convivência, os debates democráticos que realizamos nesse período e também os trabalhos posteriores.

Então, já saudando toda a mesa diante deste debate tão importante, venho apresentar a Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, e dizer que ainda a gente não tem aqui, *a priori*, nenhum reparo às falas que nos antecederam. Nós assinamos, com a Campanha pelo Direito à Educação, os manifestos, as notas técnicas, assim como com as demais entidades que estão aqui representadas, por toda a nossa preocupação com esse debate que veio à tona novamente, principalmente, vamos dizer assim, após o processo da pandemia.

Então, eu vou pedir licença. Já que, do ponto de vista teórico, metodológico, do direito, da legislação, eu concordo e a CNTE concorda com todas as falas anteriores, eu quero aqui fazer uma fala mais do ponto de vista do último período histórico, como também um pouco da minha experiência como professora. Eu vou fazer no ano que vem 30 anos de magistério. Comecei aos 18 anos de idade, em escola privada, em município pequeno, como a maioria das educadoras ou das professoras do nosso país. Fui alfabetizadora por oito anos e, com esses oito anos, mesmo em escola privada, quero falar da experiência que sempre tive – mesmo com pouca experiência ainda naquele período, e não com o mesmo grau de consciência e de acúmulo teórico, político e profissional que tenho hoje – quanto à importância do professor e da professora não só na aprendizagem, o que já é bastante identificativo, mas na contextualização de, ao relacionar-se com as nossas crianças, jovens e adultos, poder identificar as situações ruins, inconvenientes e até mesmo criminosas que elas passam no interior das suas casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil que a gente fale isso, e obviamente isso não é fato comum em todas as famílias, mas nós, ao longo de todos esses anos, aprendemos e compreendemos que o local da escola, que os locais das políticas públicas são locais de proteção das nossas crianças. E, com o decorrer dos anos, também fui aprendendo – daí já na escola pública, como professora concursada –, na sala de aula, mas principalmente como pedagoga da escola, porque sempre fiz parte da organização do trabalho pedagógico, mantendo uma relação intensa com os nossos estudantes, mas com os demais profissionais da educação – e quero chamar também a atenção para isso –, como a merendeira; a pessoa, o homem ou a mulher que cuida do portão; aquele que cuida do pátio, porque, muitas vezes, eles têm até mais relação com essas crianças, com esses jovens e adolescentes e conversam com eles de forma muito mais ampla e significativa do que, muitas vezes, o profissional que está dentro da sala de aula, ali cumprindo suas tarefas, ou mesmo com a pedagoga da escola.

Mas eu quero relatar aqui o quanto me foi passando um filme na cabeça com cada fala exposta aqui do ponto de vista de todos os direitos.

Foi me passando um filme pela cabeça: as lembranças de quantas crianças, quantas meninas, quantos jovens a gente ajudou. A gente conversou, a gente dialogou, a gente chamou as famílias; e conseguimos fazer com que aspectos de convivência na família ou mesmo criminosos, de abuso... Nós pudemos intervir. E ainda fazemos isso ao longo de todos os anos, colaborando com as políticas intersetoriais, mais adiante com o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo todos os encaminhamentos necessários para que essa criança, para que esse menino, esse jovem ou esse adolescente não passasse por situações adversas como essas ou mesmo para que ele se sentisse ou ela se sentisse acolhida no interior das escolas e na sociedade como um todo. Porque uma criança, um jovem ou um adulto poder falar da sua situação no ambiente familiar ou mesmo socialmente é um grande processo de acolhimento. E esse acolhimento faz parte de muitas políticas públicas, mas eu ouso dizer, como educadora, que é na escola que nós conseguimos identificar, que nós conseguimos acolher, que nós conseguimos encaminhar diversos casos para os setores responsáveis e para as situações responsáveis.

Então, eu queria trazer um pouco desse debate aqui para nós, porque eu considero importante este debate do direito à educação, do direito da criança e do direito de aprender de forma coletiva, de forma inter-relacional, que já foi explicitado aqui, por todo o processo de legislação educacional que nós temos no país, construído coletivamente ao longo de muitos anos pelas diversas entidades, pelos diversos movimentos, pela nossa Constituição Federal no período democrático, e que se amplia a cada momento.

Nós sabemos que a pandemia nos trouxe um processo muito intenso de algumas famílias rebuscando esse processo do *homeschooling* e da educação familiar. E nós vivemos, nos últimos períodos, também – eu quero relatar aqui – um processo muito intenso de criminalização da educação pública, da chamada doutrinação ideológica. que não acontece nas escolas, mas que é amplamente divulgada por *fake news* e por outros procedimentos, que colocou, entre aspas – muito entre aspas –, "em cheque" a atuação dos profissionais da educação. Então, eu me sinto muito à vontade para falar isso, porque estou num lugar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala, enquanto profissional e enquanto entidade que defende e que escuta esses profissionais cotidianamente.

Então, nós queremos reafirmar, enquanto CNTE, a nossa posição contra o chamado *homeschooling* ou ensino domiciliar. Nós temos feito muito debate sobre isso pelo país; nós temos a contribuição das diversas entidades de pesquisa que estão aqui, das quais nós nos apropriamos e com as quais debatemos coletivamente. É necessário manter e se ter como ponto prioritário o que está na nossa Constituição: o direito à educação, com o Estado sendo aquele que tem que prover; e o direito da família ao acompanhamento, como o Prof. Romualdo Portela falou, a esse direito dentro das escolas.

Então, nós queremos reafirmar esse propósito, nós queremos reafirmar esse direito, Senador Flávio Arns – nós que convivemos aqui no estado muitas vezes –, inclusive da educação inclusiva, em que nós já superamos períodos difíceis e ruins da segregação desse direito à educação. Obviamente, a história já deu conta de superarmos, e as legislações também.

Nesse sentido, a CNTE reafirma a sua condição contra esses projetos de lei que estão colocados. Que possamos avançar cada vez mais no direito à educação, no financiamento à educação para as nossas escolas públicas; e, no que diz respeito a este direito, também construir agora um novo Plano Nacional de Educação que acolha todas as dificuldades e mazelas que a educação pública ainda passa no nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Obrigado, Marlei. Meu abraço para todos e todas da CNTE.

Passo em seguida a palavra à Sra. Isabelle Cristina Monteiro, que é representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc).

Seja bem-vinda, Sra. Isabelle; com a palavra.

A SRA. ISABELLE CRISTINA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos por meio do Exmo. Senador Flávio Arns e de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje.

Eu sou paranaense, Senador, de Londrina, e é uma alegria estar nesta audiência presidida pelo senhor, que é um conterrâneo meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe-me por não ter dito isso. Estou sabendo agora. Todos são bem-vindos, mas do Paraná também uma saudação especial.

A SRA. ISABELLE CRISTINA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu estou aqui hoje oficialmente representando a Fameduc, mas eu falo com autoridade em nome de todas as associações e de todas as famílias educadoras do Brasil. Eu sou advogada, com especialização em Direito Educacional e com atuação nacional na garantia dos direitos das famílias educadoras e também, juridicamente, na questão relacionada à violência nas escolas. Além disso, eu sou pedagoga e sou filha de professora. Então, eu conheço a realidade das escolas e conheço muito próxima e concretamente a realidade das famílias educadoras.

As argumentações todas que a gente viu até agora trazem questões sobre supostas situações de abuso, ausência de socialização e outros problemas relacionados à educação que claramente não dizem respeito à realidade das famílias educadoras, que sequer procurou ser conhecida pelos debatedores. Estão usando jogo semântico e falácia, que, por sua gravidade, se fossem reais, trariam realmente preocupações a todos nós, porque todos nós buscamos o superior interesse das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Ainda falam como se não existisse já um projeto de lei com regulamentações concretas, as famílias atualmente desprotegidas. Eles ficam perguntando: "Ah, e como vai ficar tal situação em relação a abuso, em relação à avaliação?". Senhores, isso tudo já está previsto na regulamentação. O projeto de lei que a gente está discutindo aqui, o PL 1.338, de 2022, já possui mecanismos concretos para coibir os supostos problemas que vocês todos estão trazendo aqui – supostos problemas, eu repito – e assegurar todas as situações aqui discutidas e questionadas até pelos telespectadores no início da nossa audiência.

É previsto dispositivo que exige a apresentação de antecedentes criminais pelos pais – o que não é obrigatório sequer para os professores das instituições de ensino – e ainda proíbe a prática àqueles que tenham sido condenados por crimes graves.

Além disso, a gente tem questões ligadas à comprovação de escolaridade pelos pais; matrícula obrigatória em instituição de ensino credenciado, o que garante a solidariedade entre a família e o Estado, que os senhores tanto trazem aqui; acompanhamento e fiscalização pelo conselho tutelar; relatórios semestrais e avaliações anuais, que são capazes, inclusive, de cassar o direito dos pais à educação domiciliar.

Bom, eu não vou ficar aqui elencando todas as proposições e perder meu tempo de fala, até porque eu sou a minoria aqui. Então, vou aproveitar muito bem o meu tempo, até porque sabemos também que seria da obrigação de todos saberem dessas proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem. Como muito bem foi explanado pela Dra. Angela Gandra, na audiência de sexta-feira, no nosso ordenamento jurídico brasileiro, a gente tem pelo menos cinco documentos internacionais que garantem a liberdade educacional das famílias para escolherem o gênero da educação a ser ministrada aos seus filhos e que garantem, inclusive, a asseguração da educação religiosa e moral de acordo com as suas próprias convicções. Por se tratarem de tratados internacionais de direitos humanos, eles foram ratificados pelo Brasil e assumiram *status* de norma supralegal vinculante no nosso ordenamento jurídico. E eles têm o condão de paralisar a eficácia das normas, de todas a leis que estão abaixo deles e contrárias a eles. E trazem também a obrigatoriedade dos Estados Parte assinantes, entre eles o Brasil, de garantir a liberdade educacional dos pais.

Aqui, eu tenho liberdade de citar especificamente o Artigo 26.3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Artigo 12.4 do Pacto de São José da Costa Rica; os Artigos 18.1 e 18.4 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Artigo 13.1 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e os Artigos 18.1 e 18.2 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças.

Também, senhores, a nossa Constituição Federal, nos arts. 205, 206, 209, 226, 227 e 229, traz a família como a base da sociedade, com especial proteção do Estado, e garante a ela a primazia da educação dos filhos.

Eu gosto, especificamente, de citar o art. 227 da Constituição, que, claramente, quando feita uma adequada interpretação constitucional, considerando os *Anais da Constituinte*, traz o princípio da subsidiariedade, uma vez que, na ordem dos responsáveis por assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, a família é trazida em primeiro lugar, à frente da sociedade e do Estado, justamente por quê? Porque é no seio familiar que a criança é um ser individualizado, um ser totalmente amado, que tem suas potencialidades e dificuldades totalmente conhecidas; não representa apenas um CPF, assim como é para o Estado.

Também o art. 1.634, I, do Código Civil, quando trata dos deveres inerentes ao poder familiar, diz que incumbe aos pais o dever de dirigir, ou seja, conduzir a educação dos próprios filhos, exatamente o que fazem as famílias educadoras.

O art. 22 do ECA também traz proposição semelhante e garante, no seu parágrafo único, o direito de, na educação, ser resguardada a transmissão familiar de crenças e culturas.

Superando essa questão legislacional, até porque a constitucionalidade da matéria já foi declarada pelo STF em 2018, eu trago aqui outras situações concretas abordadas e que, consideravelmente, são falaciosas.

Foi encaminhado um PDF por mim, Senadora, a esta Comissão, que, tabulando dados, demonstra que, atualmente, no Brasil, temos cerca de 70 mil crianças que adotam a modalidade de educação domiciliar, o que representa apenas 0,15% dos jovens brasileiros em idade escolar. Claramente, uma minoria. Defende-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tanto a minoria, e esta minoria está desprotegida. Esse número representaria menos de três estudantes por município brasileiro. Segundo projeção de estimativa que a gente fez, em vista do crescimento do número de famílias, cerca de 40 mil alunos, ao longo de 10 a 12 anos, a partir da regulamentação, deixariam as escolas públicas para se submeterem à educação domiciliar, o que daria, no máximo, pessoal, sete alunos por município, sendo impossível, como afirmam, sem dados concretos, impactar significativamente o trabalho dos professores contratados.

Em nenhum país em que houve a regulamentação se fecharam escolas ou se demitiram professores. Pelo contrário, a gente verifica novas oportunidades de trabalho com parceria com escolas e professores particulares.

Segundo os dados deste ano da OCDE, o Brasil investe cerca de R$17 mil por ano em cada aluno matriculado. Os dados trazidos pela Faedusp, ano passado, na audiência pública, mostram que, com a regulamentação, ao invés de gastos, traríamos economia ao Estado brasileiro.

A educação domiciliar é totalmente vantajosa às escolas públicas. Com o aumento das matrículas – já que, no projeto de lei, como eu demonstrei, a vinculação a uma instituição de ensino é obrigatória –, a gente tem vantagens com o repasse do Fundeb e, ainda, com a redução dos custos dos alunos, já que não é necessário um local físico para eles estarem e não há gastos com merenda escolar, com transporte, entre outras coisas.

Agora, trago concretamente o exemplo dos Estados Unidos, que foi até citado aqui. Os Estados Unidos, a partir do momento em que aceitou a educação domiciliar, economizam cerca de US$56 bilhões com os estudantes *homeschoolers,* todos os anos. E os pais recebem isenção de imposto por conta dessa economia; ou seja, aqui temos dados concretos, reais, não com base em falácias. Ainda os dados tabulados demonstram que 38% das famílias educadoras são de classe baixa, meus senhores, com renda inferior a quatro salários mínimos, e mais de 55% dessas famílias seriam de classe média ou classe média baixa. Claramente, vemos que os senhores não conseguem estudar o tema e verificar com dados concretos. As famílias educadoras fazem essa opção em vista do melhor desenvolvimento de seus filhos. Não se trata de situação elitista nenhuma.

Quanto à socialização, eu trago mais um dado científico e concreto. Temos um estudo, que eu encaminhei para a Comissão, conduzido pelo Prof. Brian Ray, que é PhD em Educação Científica pela Universidade do Estado do Oregon. Foram entrevistados cerca de 7,3 mil adultos que estudaram em casa. E o estudo científico, com bases científicas, demonstra que os adultos que cresceram numa educação domiciliar – aqui eu vou tirar do estudo –, possuem socialização sólida, respeitam o diferente, são preocupados com o bem do próximo e representam grande parte das pessoas que exercem atividade social.

Por outro lado, são reais os problemas apresentados pelas instituições de ensino, e aqui eu já vou entrar na suposta situação das violências e abusos. Segundo dados recentes do DataSenado, cerca de 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de estudantes sofreram violência dentro das instituições de ensino entre 2022 e 2023 – 7 milhões de estudantes.

Eu também trabalho diretamente com famílias que tiveram casos graves de violência. Eu tenho adolescentes que sofreram *bullying* e têm comportamentos suicidas, sendo que a escola foi revitimizando, dizendo que ia chamar o adolescente para perguntar se realmente ele tinha depressão, sendo que parecia feliz dentro do ambiente escolar. Eu tive caso de criança de quatro anos que foi abusada sexualmente por amiguinho dentro de creche escolar. São casos concretos, são casos reais.

Por outro lado, o número de denúncias de violência no ambiente familiar feitas no Disque 100 foi de 50 mil. Esse número é um absurdo dentro das famílias, e eles realmente têm que ser punidos, mas dentro desse número não existe um dado e não foi citado nenhum dado concreto de família educadora. É tudo pautado no subjetivismo.

E vocês sabem por quê? Porque uma família que escolhe ter o trabalho – e é, sim, muito trabalho educar integralmente um filho em casa –, abrindo mão de renda familiar, do seu tempo, do seu sossego pessoal para se dedicar a um cuidado integral é claramente uma família protetiva, que busca o melhor e não delega o seu direito-dever de educar um ser humano para outras pessoas, nem mesmo para o Estado, como magistralmente mostrou o Ministro Barroso no seu voto, em 2018.

Quanto à suposta experiência de educação domiciliar na pandemia, eu esclareço para os senhores aqui que, diferentemente dessas famílias que foram obrigadas a trazer os seus filhos para dentro do domicílio, as famílias educadoras fazem essa opção porque querem. Ensino domiciliar não será obrigatório.

Eu finalizo aqui só dizendo que eu acompanho as famílias educadoras nos processos judiciais, e mesmo as famílias com altas multas, com risco de perder a sua guarda, com risco de ter todas as outras situações dos processos judiciais, 51% das famílias resistiriam mesmo em caso de perseguição extrema.

Eu falo aqui hoje, Srs. Senadores, em nome das camilas, das taiaras, das regianes, das jaquelines e muitas outras denunciadas; e somente a regulamentação dessa situação social que já existe vai trazer a paz social necessária e vai demonstrar diretamente como essas famílias, no caso concreto, cuidam efetivamente dos seus filhos.

Então, fica aqui meu apelo, e eu confio no excelente trabalho de vocês para trazer essa paz social de uma situação de costume já existente. Cabe ao direito regulamentar as relações sociais e os costumes existentes.

Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo a você, Dra. Isabelle Cristina Monteiro, que é representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vinda também, sempre.

Eu quero destacar que os documentos mencionados, caso vocês julguem relevantes, por favor, enviem, porque às vezes são mencionados durante a fala – não é, Dra. Isabelle? –, como a pesquisa do professor de Oregon, nos Estados Unidos, e também de outros. E quero dizer que o documento que a Dra. Isabelle mencionou, do DataSenado, refere-se a uma pesquisa do instituto, que também tem muita credibilidade, a qual foi realizada, justamente, com o tema da violência ou na escola ou contra a escola. Isso tudo subsidiou o projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura, no início deste ano – de autoria do Senador Wellington Fagundes, relatado pelo Senador Marcos Pontes, mas que, na verdade, foi fruto de um conjunto de audiências públicas –, e que está para ser apreciado na Câmara dos Deputados.

Muito bom.

Como nós havíamos combinado no início, passamos de volta para os expositores e expositoras, dando prazo de até cinco minutos, se forem necessários, lembrando que, nesses minutos, é lógico, podem colocar mais alguma coisa – uma pessoa falou alguma coisa ou outra –, porque o objetivo de uma audiência pública é, principalmente, pensarmos sobre o tema, as alternativas e os desafios.

Eu quero lembrar a vocês que, no ano passado, eu era o Relator do projeto de lei, no Senado Federal, na Comissão de Educação, designado pelo então Presidente Marcelo Castro. Como eu assumi a Presidência da Comissão de Educação e Cultura, eu passei essa relatoria para a Senadora Professora – professora também – Dorinha Seabra.

Essas audiências públicas estão sendo feitas através de requerimentos dos Senadores. Todos têm a possibilidade de apresentar requerimentos e sugerir nomes. É por isso que todos os expositores e expositoras estão aqui presentes. Se alguém que nos acompanha perguntar por que essas pessoas, é porque foram sugeridas, através de requerimentos, pelos Senadores e Senadoras. Então, nós estamos debatendo esse assunto, que é um assunto também importante.

Eu sempre esclareço – porque, às vezes, as pessoas colocam que nós temos muitos desafios no Brasil, na educação – que estamos debatendo todos os desafios: Plano Nacional de Educação, ensino médio, segurança na escola, valorização da profissão docente, período integral... Todo projeto de lei (PL) apresentado por um Deputado ou Deputada, Senador ou Senadora passa a constituir um assunto da pauta, sempre importante, como é o caso, agora, do projeto de lei em debate no dia de hoje.

Eu quero dizer também que, quando eu relato um projeto de lei, a minha estratégia – mencionei isso também na semana passada, na sexta-feira, na audiência pública – é que eu sempre procuro me inteirar, ao máximo, do assunto, para poder falar com mais propriedade sobre o assunto. Então, eu quero dizer que eu visitei famílias educadoras, fui à casa dessas pessoas – convidado, obviamente, pelas famílias –, falei com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pai, com a mãe, filho, filha; conversei, dialoguei com dezenas de famílias educadoras para me inteirar do assunto.

Todos nós temos que nos inteirar mais do que acontece nessa área na prática, na realidade, no dia a dia, justamente tentando responder essas perguntas que foram feitas também na audiência de hoje, na audiência de sexta – como se faz, o que se faz, como a família faz, o que o filho acha, o que a filha acha, como fica essa parte de socialização –, eventualmente, para entender o contexto todo. Inclusive, mencionei, na ocasião, que fui, inclusive, como Relator da matéria, participar de feiras literárias, de feiras de ciências, fiz videoconferências – fizemos as audiências públicas, mas também videoconferências – com famílias do Brasil inteiro, umas duas, pelo menos duas ou três, não me recordo agora...

Agora, eu sugeriria, inclusive, à Dra. Isabelle que enviasse para a Comissão de Educação um convite, quando houver um evento dessa natureza, para que os Senadores e as Senadoras tomem conhecimento e, caso desejem, possam também olhar, participar, ver, ver o que está acontecendo, como é desenvolvido. Eu acho que seria uma alternativa que a gente também colocaria à disposição dos membros da Comissão.

A Dra. Andressa Pellanda havia se desculpado com a gente... Ela, inclusive, apresentou o seu tema, a sua visão do assunto em primeiro lugar, de maneira sempre muito articulada também, e a gente parabeniza a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Passamos, então, a palavra ao Dr. Romualdo Portela de Oliveira.

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a primeira rodada foi muito instrutiva, acho que os argumentos apareceram. Entretanto, dadas as limitações de tempo, muitas vezes não há a possibilidade de se desenvolver por inteiro o argumento. Portanto, eu acho precipitado se qualificarem os argumentos dos outros como falaciosos. Para se estabelecer um diálogo, a gente tem que ouvir, interagir e refletir. Então, eu reconheço que o tema é delicado, e existem razões que sustentam as diferentes posições. Nessa perspectiva, eu vou fazer um recorte de alguns pontos que apareceram na primeira rodada para a gente poder aprofundar um pouco mais o debate.

O primeiro deles... Eu não vou, obviamente, por falta de tempo, abranger toda a legislação internacional, mas eu vou me ater à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao mencionado Artigo 26.

O Artigo 26 é composto de três itens. O primeiro deles diz o seguinte:

> 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
> 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
> [E aí o terceiro:]
> 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos [seus] filhos.

Veja, esse terceiro item está subsumido pelos dois anteriores e, claramente, num contexto de educação escolar. Então, se eu analiso só o terceiro fora do contexto, eu simplifico a interpretação do texto, porque o texto claramente trabalha na perspectiva da garantia do direito à educação escolar para todos. Eu diria que há interpretação semelhante nos demais, mas eu não vou me ater a isso, por conta de uma questão de tempo.

No que diz respeito a estudos científicos, em 2017, eu e a Profa. Luciane Muniz Ribeiro Barbosa, da Unicamp, publicamos, organizamos um dossiê na revista *Pro-Posições*, da Unicamp – é o volume 28, nº 2 –, que foi quando pela primeira vez nós trouxemos para o Brasil reputados autores internacionais favoráveis e contrários ao *homeschooling*. Nós publicamos, por exemplo, o Mark Bray, mas publicamos também Charles Lubienski, publicamos outros autores que têm pesquisas também bastante fundamentadas sobre os efeitos do *homeschooling*. Mais recentemente, nós temos divulgado aqui o trabalho da Profa. Elizabeth Bartholet, que é Professora da Faculdade de Direito de Harvard e que vem desenvolvendo extenso estudo, inclusive, sobre a inadequação das restrições ao *homeschooling* nos Estados Unidos. Ela menciona que, em 38 dos 50 estados, na verdade, as restrições não protegem o direito à educação das crianças. Eu acho que não é o caso de trazermos esta ou aquela referência, mas de termos uma compreensão mais global do debate e das condições jurídicas de cada país. Há um grande contencioso internacional sobre o assunto, que, obviamente, não vai ser satisfeito citando-se apenas um autor ou... Há necessidade de compreender a complexidade do debate.

E, só para deixar claro, não foi falado por nenhum dos que me antecederam que se diz que as famílias *homeschoolers* são abusadoras. Não, não foi esse o argumento que foi utilizado. O argumento que foi utilizado é que, quando a criança frequenta a escola, os possíveis abusos existentes nas famílias são mais comumente denunciados. E, portanto, não é uma competição de quem abusa mais, se na escola ou fora da escola; quer dizer, ao viver em sociedade, este é um risco que existe. O que nós devemos ter é mecanismos que permitam que isto seja denunciado e isto seja exposto, para que as autoridades possam agir sobre o assunto.

Por último, é falso dizer que a educação domiciliar é sem custo. Primeiro, porque vai demandar a montagem de um sistema de supervisão por parte do Estado, e isto gera custos. E, em segundo lugar, o exemplo que foi mencionado aqui foi que em boa parte dos estados americanos há isenção de impostos para famílias *homeschoolers*. Isto é um custo por parte do Estado. E, em alguns casos, existe inclusive uma demanda por subsídios, como, aliás, é declarado pelos defensores do *homeschooling* no Brasil. Aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a matéria, vai-se começar um debate sobre o financiamento público para esta modalidade. Então, não é verdadeiro que isto não tem custos.

Eu paro por aqui, porque o meu tempo se esgotou.

Muito obrigado. Eu queria saudar a Comissão de Educação pela realização do debate. Eu acho que, quanto mais tivermos a oportunidade de discutir os assuntos, mais fundamentadas serão as decisões emanadas pelo Congresso Nacional e, portanto, mais precisas e mais adequadas à realidade nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo ao senhor, Dr. Romualdo Portela de Oliveira, pelo conhecimento, pelos trabalhos mencionados, inclusive para subsidiar, com a sua experiência, com os documentos todos e outros que o senhor julgue importante deixar à disposição, não só para nós da Comissão, mas também para a sociedade de maneira geral. Muitas perguntas estão chegando ainda sobre o tema, então há um interesse das pessoas nisso. Parabéns pela diplomacia também, nós que já somos aposentados também já dizemos, vamos ser diplomatas também.

Passamos em seguida a palavra à Sra. Patricia Almeida, coautora do projeto Eu Me Protejo. Seja muito bem-vinda de novo com sua fala, Patricia.

A SRA. PATRICIA ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu queria dizer, na mesma linha do Dr. Romualdo – o Eu Me Protejo faz parte da Rede Não Bata, Eduque; a gente faz parte da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência; da Rede Nacional Primeira Infância –, que aqui está todo mundo querendo o interesse maior da criança. E é interesse, é direito da criança ter a coleguinha, gente. Como é que você vai brincar de amarelinha, como é que você vai pular corda, se você não tem um coleguinha para fazer isso? Você vai fazer isso com o seu pai, com a sua mãe? Todas as memórias que eu tenho da minha escola foram do contato com as minhas colegas. Eu aprendi tanto, a gente aprende tanto uns com os outros, a gente está sempre aprendendo e ensinando, desde que nasce. E realmente esse contato com o outro é que faz o ser humano. Saiu da barriga da mãe, cortou o cordão umbilical, mas continua lá, é como se estivesse presa aquela criança ali para sempre. Não, a criança, depois que o cordão foi cortado, é um ser único, tem o direito a ter todas as experiências na vida, e, claro, a família é a primeira responsável por isso, está lá na Constituição, como a doutora muito bem apontou, mas a sociedade também é, e ela tem que ter essa oportunidade de estar em interação com todo mundo.

Sobre o Eu Me Protejo, eu queria também falar que a gente já ganhou o Prêmio Neide Castanha, o prêmio de acessibilidade do Pátria Voluntária, a gente já ganhou outros prêmios e somos indicados pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Então é um recurso que tem que estar em todas as escolas. No Estado do Pará, a gente já conseguiu isso através de um projeto de lei da Deputada Paula Titan. Então vamos fazer as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas escolas protetoras, para que todas as crianças possam estar lá em igualdade de condições com os outros, vivendo e convivendo, se protegendo umas às outras.

É só o recado que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Patricia Almeida, coautora do projeto Eu Me Protejo.

Se quiser mostrar de novo a camiseta só para ver, Eu Me Protejo, e o livro também.

Exatamente, o seu microfone está fechado.

A SRA. PATRICIA ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Ele é todo gratuito, Senador. Tem libras, audiodescrição, são vários materiais. Tem vídeos, tem joguinhos para brincar tanto na escola quanto em casa porque é para a família também, educadoras ou famílias que levam seus filhos para escola ensinarem às crianças que o corpo delas é delas, as situações de risco que podem acontecer e o que fazer em caso de situação de risco, com quem falar, uma pessoa de confiança para avisar. E muitas vezes a pessoa de confiança é a professora porque muitos desses abusos, como a gente já conversou aqui, acontecem no ambiente familiar, não necessariamente pela família educadora, mas dentro de casa. É o que as estatísticas infelizmente mostram.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Patricia. Sucesso e continue firme na caminhada. Essa é uma caminhada longa, de vida inteira. Não é verdade?

Passo em seguida a palavra a você – me permita chamá-la assim –, Bárbara Lopes, que é Secretária-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

A SRA. BÁRBARA LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

O senhor comentou sobre a pertinência desse debate junto a tantos outros debates que a Comissão, que o Senado, que o Parlamento vem fazendo. E eu quero dizer que eu não apenas concordo, mas eu acho que esse debate, quando a gente fala sobre educação domiciliar, permite a gente tratar de vários aspectos que são muito importantes para a gente pensar direito a educação como um todo. Mais uma vez, queria então parabenizar a condução dessa audiência, parabenizar a Comissão de Educação porque eu acho que, ao falar sobre educação domiciliar, a gente tem a oportunidade de debater vários aspectos que são muito importantes.

Eu acho que tem um aspecto, quando eu estava finalizando a minha, fala, que é o da universalização da educação básica. A gente tem estado inclusive, como o senhor mencionou, nesse momento de elaboração do novo plano nacional de educação. Nossas entidades estão participando muito ativamente do processo da Conferência Nacional de Educação Extraordinária para a elaboração desse plano, visando justamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente ter uma universalização do acesso e uma qualidade social na educação. Então, a gente garantir a escola para todas e todos e garantir que essa escola que chega a todas e todos seja uma escola condizente com as suas necessidades, seja uma escola que atue na superação das desigualdades, seja uma escola que tenha a inclusão de todas as pessoas como um elemento da sua qualidade. A gente entende que a qualidade na educação também passa por uma escola que acolha a todos os estudantes que chegam nela.

Então, ao falar sobre a educação domiciliar, a gente apresentar os nossos argumentos, por que nós somos contrários a essa proposta, a gente tem a oportunidade também de falar sobre a nossa visão de qualidade na educação, que é essa qualidade socialmente referenciada.

Então, queria dizer mais uma vez sobre a alegria de ter essa oportunidade de estar aqui, dizer que a gente de fato tem muitos outros debates a fazer também e nos colocar também à disposição de quem quiser continuar conversando.

Eu tinha enviado já esse manifesto com mais de mil assinaturas para a Comissão de Educação. E nós temos também outros materiais que também nós podemos compartilhar e que eu também vou enviar para que a sociedade também possa tomar conhecimento e para que a gente também possa continuar fazendo esse debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado de novo, Bárbara Lopes, Secretária-Executiva da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação. Muito bom, agradeço pela participação.

Passo a palavra à Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada mais uma vez, Senador Flávio Arns. Eu também quero reiterar aqui, em nome da CNTE – a gente tem se visto em muitas audiências públicas – o agradecimento, em nome da nossa confederação, a este debate, a esta mesa e compartilhada com todos e todas que estão aqui.

Eu vou brincar com o Dr. Romualdo, quero seguir o Relator. Nós estamos, de fato, num debate amplo, num debate necessário, mas não por desconhecimento. Nós lemos, nós debatemos este tema, nós fazemos com que este tema, a partir do momento em que aparece em todas as legislações, aprofunde ainda mais a nossa defesa da educação, de uma educação de qualidade, referenciada, socialmente referenciada e de direito à criança. Então, nada do que foi dito aqui, por todas as pessoas, é por desconhecimento de outros pensamentos ou de outras interpretações, a partir daquilo em que as pessoas acreditam. Nós estamos falando aqui de um debate progressivo e de um debate a partir dos instrumentos, das legislações, do conhecimento e dos princípios. Por óbvio, é que nós que somos, neste momento – e apresentamos aqui todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferências –, contra o *homeschooling*, o fazemos a partir de princípios do direito à educação e princípios que nós, ao longo da nossa vida, da nossa carreira, do nosso profissionalismo, dos nossos estudos, da nossa vivência, da nossa vida escolar, assim aprendemos e assim defendemos. Sim, é uma defesa. E não por achar também que a escola está afastada das mazelas sociais. Nós estamos nas escolas e entendemos isto profundamente, o quanto a escola, neste último período, vem sendo atacada – justamente o debate que já foi dito aqui –: a violência na escola ou da escola, ou a violência que chega à escola, porque é uma violência social de situações que foram negadas. Todas essas nós acompanhamos, lutamos e debatemos legislações que comprometam, cada vez mais, o poder público e a sociedade para que fatos como os que vivenciamos recentemente, que também não são a sua grande maioria, mas que tomam proporções diferentes no nosso país... Neste último período, nos acometem na escola pública.

Então, quero saudar mais uma vez todas e todos que falaram aqui e reiterar o direito à educação, o dever do Estado, o acompanhamento das famílias e também uma compreensão de que não temos medo de perder a nossa profissão, até porque no país a gente ainda vive o apagão do professor e da professora, vivenciamos um processo intenso de que não há jovens que queiram ser educadores e educadoras por outros elementos que não cabe, neste momento, atualizar. De fato, há grande dificuldade em ser educador e educadora, ou professor e professora, hoje, na sua realidade, mas insistimos, persistimos, atuamos e gostamos da nossa profissão.

Então, quero agradecer mais uma vez e reiterar que continuaremos o debate na defesa da educação pública contra os projetos de lei sobre *homeschooling* aqui colocados e que faremos isso de forma democrática no nosso país e onde estivermos.

Obrigada, Senador Flávio Arns, e a todos e a todas que compuseram esta mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Profa. Marlei, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Só quero lembrar que, em relação ao que a Profa. Marlei mencionou, do apagão docente, esse debate vem acontecendo também na Comissão de Educação e Cultura, não só em audiências públicas, mas em projetos de lei. E essa preocupação, já que esta audiência pública está indo para o Brasil inteiro também, e depois vai ser repetida, é para que todos nós nos preocupemos com a valorização dos professores e profissionais da educação: não só dos professores – como já foi mencionado antes –, mas do secretário, do bibliotecário, da pessoa da cantina, daquela que está no pátio. Os profissionais são profissionais da educação, e, entre outras coisas, alguém tem que poder dizer: "Eu quero ser professor, professora, profissional". E isso significa concurso público, salário adequado, plano de carreira, formação inicial, formação continuada, condições de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, o professor tem que pular de uma escola para outra. A precariedade de profissionais que são contratados por um... Olhem em cada estado para ver se os profissionais que são contratados por um ano ou dois anos são descontratados ou se são concursados e com plano de salário, carreira, que possam dizer: "Quero ser professor, mas para isso preciso ter a participação da sociedade por uma vida digna". Então, o apagão docente... Nós temos que pensar nisto: professores sintonizados com a realidade atual do Brasil.

Pelo menos foi bom ter lembrado – não é, Prof. Marlei? –, para a gente reforçar isso o tempo todo. O tempo todo: desde a educação infantil até a pós-graduação – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio.

Modalidades. Ensino técnico, jovens e adultos estão com tantas dificuldades hoje em dia, e o Brasil precisa de jovens e adultos. Basta dizer que 32 milhões de brasileiros não têm o ensino fundamental completo – 32 milhões. Dez milhões de brasileiros terminam o ensino fundamental e não vão para o ensino médio. Isso são jovens e adultos, ou seja, que um dia todo mundo esteja na idade certa, na hora certa, na educação básica, no ensino técnico, profissionalizante. Depois, muitos desses vão para o ensino superior, obviamente, mas devemos cuidar muito da educação básica desde a creche até quando for necessário.

E o Brasil pode ser diferente – desculpe-me estar falando isso –, mas, se a gente cuidar do zero aos 18, 19 anos, vamos dizer que é a educação básica, não faltará nada. Em 19 anos, o Brasil vira uma potência, eu diria, pela educação integral, professores valorizados, transporte, merenda, condições adequadas de trabalho, prédios agradáveis, acolhedores, bonitos. Vamos lá, vamos trabalhar. Não é, gente, todo o Brasil aí que nos acompanha!

Em seguida, eu passo a palavra à Sra. Isabelle Cristina Monteiro, que é representante, como eu já disse antes, da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc). Na sexta-feira, esteve presente o Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Com a palavra, Dra. Isabelle.

A SRA. ISABELLE CRISTINA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Senador. Eu deixo um convite a todos para conhecerem as famílias, assim como o Senador fez. Eu tive retornos de excelente contato com o senhor.

Eu queria dizer que, quanto à interpretação dos tratados internacionais, a interpretação no sentido da priorização e da possibilidade da liberdade educacional não foi retirada, na minha opinião, na forma de interpretar o sistema jurídico.

Nós temos documentos que são chamados de princípios que fazem essa interpretação. Inclusive em relação à declaração, temos o Princípio de Yogyakarta, que fez a interpretação em relação às comunidades LGBTQIAPN+. Em relação à educação domiciliar, nós temos os Princípios do Rio, que fizeram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação do tratado e que trazem a forma de interpretar exatamente da maneira como eu coloquei aqui, nesse sentido da liberdade educacional pelas famílias educadoras. Inclusive, o Princípio de Yogyakarta dos direitos LGBTQIA+ e os Princípios do Rio são do mesmo ano e são amplamente utilizados na questão interpretativa jurídica.

Bom, foi falado da Conae aqui. Está acontecendo a nova Conae 2023 para a elaboração do PNE que vai vigorar até 2034. Ela foi iniciada, essa Conae, por um decreto presidencial de setembro, para substituir a Conae que foi realizada, no ano passado, sob o argumento de que houve uma suposta ausência de paridade nas falas das conferências. No entanto, o que a gente observou hoje foi uma verdadeira discrepância no número de exposições. O requerimento da Professora Dorinha, o Requerimento nº 125, e também o formato das audiências públicas presididas no ano passado pelo Senador Flávio Arns, que mandou os debatedores, trazia uma paridade. Hoje, pelo contrário, a gente teve sete exposições, sendo que cinco foram contrárias, dois faltaram e só houve eu para falar favoravelmente ao *homeschooling*. A gente fala tanto em garantia do Estado democrático de direito, mas não foi garantida a paridade de argumentações e os espaços, como determina a real democracia.

Falou-se tanto aqui em direito à educação, mas querem – caso não seja aprovado o ensino domiciliar – restringir o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, que é princípio constitucional da educação brasileira, e limitar só às instituições de ensino a educação, que é desde sempre um dever da família, a família é anterior ao Estado.

Falou-se aqui na garantia da socialização, mas não foram levados em consideração os estudos reais de estudantes *homeschoolers* que chegaram à idade adulta e que têm a sua interação social ainda mais bem garantida do que o restante da população. E são totalmente capazes de respeitar os diferentes.

A gente falou aqui também em socialização, mas não se levou em consideração que o ensino domiciliar se dá no mundo, no contato, por meio da família, com a experiência real do dia a dia, diferentemente de dentro da escola, em que as crianças ficam quatro horas ou com ensino integral dentro de uma sala de aula, entre quatro paredes.

A gente falou tanto em situação de abuso, mas não levou em consideração a situação real e concreta protetiva das famílias educadoras e que, em nenhum país que regulamentou a educação domiciliar, houve qualquer aumento de abuso. A gente falou tanto de abuso na questão familiar, mas só eu trouxe os dados dos 7 milhões de estudantes que sofreram violência dentro das instituições de ensino. A gente sabe que também existe violência dentro da instituição familiar, mas isso não diz respeito às famílias educadoras.

Fala-se tanto em discriminação como sendo um absurdo, mas querem permitir, se não houver a devida regulamentação, que as crianças, os adolescentes e as famílias que já estão nessa condição de educação domiciliar continuem a ser discriminados sem qualquer direito ligado à vida estudantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, fala-se tanto em direito de minorias, mas não querem considerar a minoria das famílias educadoras, que representa apenas 0,15% dos estudantes brasileiros e que efetivamente está sendo perseguida judicialmente e discriminada pela ausência de regulamentação de um direito que já é naturalmente da família, a base da sociedade.

Por isso, eu deixo aqui um apelo aos nobres Senadores: votem "sim" pela educação domiciliar. A educação domiciliar já teve a sua constitucionalidade declarada pela STF. O direito, por outro lado, tem a sua razão de existência na garantia da paz social com a regulamentação de situações já firmadas pelo costume e pelo andamento natural da sociedade, assim como é o *homeschooling* no Brasil, com 70 mil crianças atualmente.

O *homeschooling* é imparável, e cabe a vocês, nobres Senadores – e aí eu deixo novamente o meu apelo –, deixarem de lado argumentos contrários e falaciosos e pautarem-se na realidade concreta das famílias, garantindo que seja superada essa insegurança jurídica atual que tem criminalizado os pais com ações penais, multas altíssimas e determinações de matrículas escolares que vão totalmente contra as garantias constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos.

Alguns estados, como o Paraná e Santa Catarina, o próprio DF e também municípios já tentaram, cientes da necessidade local, garantir a liberdade dessas famílias a continuarem exercendo o seu direito humano à educação, mas tiveram as suas leis julgadas formalmente inconstitucionais. Cabe aos senhores agora regulamentarem essa realidade e acabarem com os reais abusos sofridos por esse grupo de minorias.

Eu realmente conto com essa favorável votação. Votem "sim" pela regulamentação da educação domiciliar.

Muito obrigada a todos. Muito obrigada, Senador, pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, de novo, a você, Isabelle Cristina Monteiro, que é representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc).

Eu só quero, em função da sua fala, Isabelle, em primeiro lugar, concordar com você que há sete pessoas, e você está falando a favor da ideia, do projeto, mas você falou muito bem, argumentou muito bem. Eu acho que todas as pessoas entenderam também.

Agora, só para a gente entender a dinâmica da audiência pública, eu li todos os requerimentos – não vou lê-los agora de novo – que foram aprovados na Comissão de Educação e Cultura. Todos os Senadores e Senadoras têm ampla liberdade de apresentar sugestões de nomes, de entidades e de instituições para participarem das audiências públicas. Todos os nomes que foram sugeridos pelos Senadores Izalci Lucas, Teresa Leitão, Professora Dorinha, Marcelo Castro e por outros Senadores nós aprovamos – todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nomes. Então, de fato, deveria haver mais nomes que argumentassem a favor, e a gente vai tomar mais cuidado com isso na sequência.

Só para você saber também que, inclusive, nós nunca colocamos objeções a nomes dentro da Comissão – nem eu e nem os membros da Comissão –, tanto que, às vezes, aparece de minha autoria, porque o Senador tinha apresentado o requerimento, mas as demandas no Senado Federal são muito intensas e, por vezes, o Senador ou a Senadora não está presente fisicamente na Comissão, mas está, inclusive, no painel. Então, a gente acaba aprovando, eu subscrevo para não colocar objeções a qualquer participação.

Mas eu tenho a impressão de que o tema, seja a favor ou contra, para mim, pelo menos, ficou claro. Espero que tenha ficado claro, é claro, também para as pessoas que nos acompanham. Por óbvio, todos têm que estudar, discutir – os documentos vão ficar à disposição na Comissão de Educação – para que o debate continue. Eu vou falar sobre isso também com a Relatora Professora Dorinha Seabra.

A Dra. Isabelle mencionou o Plano Nacional de Educação, que vai orientar os caminhos, os desafios para o período 2024-2034. Eu quero lembrar – e já foi dito isso várias vezes na Comissão de Educação – que nós temos o documento da conferência passada, coordenada pelo Fórum Nacional de Educação, no final de 2022, e com a Presidência, naquela época, da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação). Eu próprio fazia parte do fórum, representando a Comissão de Educação do Senado. Foi feita a conferência, ainda virtualmente, porque nós estávamos saindo da pandemia. Em 2022, no caso, a pandemia, o ápice foi... Estávamos saindo, vamos dizer, da pandemia. Assumindo o novo Governo, houve uma reestruturação do Fórum Nacional de Educação, e, nesse sentido, foi elaborado, assim, um novo roteiro para a Conferência Nacional de Educação, que está acontecendo nos municípios e estados, e vai acontecer o evento nacional no início do ano que vem.

Eu quero dizer que, independentemente disso, a Comissão de Educação, como eu mencionei, já fez dez audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação. Então, todas as contribuições que venham para a Comissão serão muito bem-vindas, e, particularmente, a realização de uma conferência, como a que aconteceu no ano passado, cujos documentos já estão disponíveis, e como a que está acontecendo agora, serão muito bem recepcionadas.

Agora, sempre lembrando à Dra. Isabelle e a todas as pessoas que é uma lei, e, por isso, quem vai deliberar sobre isso, com todos os debates que estão acontecendo, será, novamente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A gente, inclusive, às vezes, fruto de uma audiência, já vai avançando em outras audiências. Por exemplo, no Plano Nacional de Educação atual, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação fez um trabalho muito interessante, já fruto de uma audiência pública, sobre o desmembramento dos dados. Não basta dizer que o estado ou o município atingiu ou não atingiu uma determinada meta. A campanha nacional apontou, eu quero ver aqui, nessa comunidade indígena, nessa comunidade quilombola e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, fruto disso, ainda tivemos já uma outra audiência pública com várias instituições de pesquisa para discutirmos os microdados do Inep, porque as entidades estão se ressentindo da falta de microdados, quer dizer, o desmembramento dos dados, e que estão disponíveis no trabalho, aliás, exemplar do Inep no Brasil e no mundo. Em decorrência desse debate, o Inep vem se reunindo com as instituições de pesquisa para ver como abrir os dados, é claro, resguardando o sigilo para não haver identificação disso ou daquilo, mas, inclusive, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados participou da audiência pública, mostrando a necessidade de termos esses dados todos disponíveis. Então, nesse sentido, há todo um debate acontecendo também, necessário e importante.

Agradeço aos expositores e às expositoras.

O material, para quem nos acompanha pelo Brasil, estará disponível no *site* da Educação.

Quero agradecer aos meios de comunicação do Senado, que sempre procuram divulgar ao máximo as reflexões sobre o tema, agradeço também ao André e a toda a equipe da Comissão de Educação e Cultura, aos consultores sempre presentes, aos consultores do Senado, que acompanham todos esses debates, ao próprio gabinete, aos Senadores e às Senadoras.

Enfim, penso que nós também tivemos a oportunidade hoje de refletir bastante sobre o Projeto de Lei 1.338, que trata do *homeschooling*, ou educação domiciliar, educação nas famílias. *Homeschooling* é um termo em inglês que já é adotado por muitas pessoas, mas aqui é educação domiciliar.

Peço a gentileza, Dra. Isabelle, como representante da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal, que sempre envie para a Comissão de Educação o roteiro, o cronograma das atividades, se for possível, para que os Senadores e Senadoras possam também se inteirar, como eu fiz aqui no Paraná, em termos do Distrito Federal, porque, aliás, isso contribui muito para a compreensão do assunto.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a discutir, quer dizer, há muita coisa a discutir, pelo menos nesta audiência pública...

Nada mais havendo a tratar, agradeço de novo a participação de todos e todas e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 93ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 90ª, 91ª e 92ª Reuniões anteriores, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Avaliação da política pública de qualificação da educação básica - cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 18/2023-CE. **Resultado:** Aprovado o relatório referente à política pública de qualificação da educação básica - cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 18/2023-CE. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3652, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o perdão de dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) para os devedores com atrasos até a data da publicação desta lei." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5087, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5636, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5105, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede ao município de Inconfidentes, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Crochê." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/05

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 93ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de dezembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Moção nº 043, de 2023, encaminhada pela Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais, em apoio ao PL nº 5.105, de 2023, que concede ao Município de Inconfidentes, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Crochê;

- Moção nº 044, de 2023, também encaminhada pela Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais, em apoio ao PL nº 5.301, de 2023, que concede ao Município de Borba da Mata, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Pijama.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação dos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 90ª, 91ª e 92ª Reuniões, realizadas em 1º e 4 de dezembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, inclusive, esclarecer que estamos aprovando as 91ª e 92ª Atas – esta é a 93ª reunião –, mas que nós temos também uma Subcomissão, que é a Subcomissão do Ensino Médio, do novo ensino médio, presidida pela Senadora Teresa Leitão. O relatório dessa Subcomissão está a cargo da Senadora Professora Dorinha Seabra. Essas dez reuniões aconteceram lá na Subcomissão, que é Comissão de Educação também, então já estamos na 103ª Reunião desta Comissão.

Quero lembrar também que o relatório da Subcomissão será apreciado aqui por esta Comissão, na terça-feira da semana que vem, dia 12, portanto. E é importante que seja feito desta maneira porque o projeto de lei sobre o ensino médio, enviado ao Congresso pelo Executivo, está sendo apreciado na Câmara dos Deputados. E será muito importante, quando o projeto chegar aqui ao Senado Federal, vindo para a Comissão, e mesmo que vá direto ao Plenário por causa da urgência ou alguma coisa semelhante, que ele seja cotejado com o debate que aconteceu nesta Comissão. Foi um esforço grande, importante, necessário. Então, o encaminhamento também está nesse sentido.

Eu acho que não foi apreciado, inclusive, pela Câmara dos Deputados. Se não me engano, haverá alguma discussão nesse sentido nesta semana.

Muito bom.

A presente reunião está dividida em duas partes. A reunião ocorre, como todos sabemos, de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso, abro aspas, "levantar a mão" – e aí a gente identifica aqui – ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

A primeira parte é destinada à discussão e à deliberação do relatório de avaliação de política pública, relatada pela Senadora da Damares Alves, aqui presente, presencialmente, de acordo com o Requerimento nº 18/2023/Comissão de Educação. A segunda parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Então, em primeiro lugar, a primeira parte da reunião, já como falado, se destina à apresentação e apreciação do relatório final da avaliação de política pública de qualificação da educação básica, cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2023, da Comissão de Educação.

Então, com muita alegria, Senadora Damares Alves, passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é com muita alegria e com a sensação de dever cumprido, que nós conseguimos fazer a avaliação.

Eu só vou pedir permissão, Presidente, para ler um resumo do relatório. O relatório é muito grande, ainda tem muitos anexos, então eu vou para o resumo. O relatório já está publicado e qualquer dúvida a gente fica à disposição para esclarecer.

Presidente, antes de iniciar a leitura dessa síntese do relatório da avaliação da Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, gostaria de agradecer nominalmente à equipe desta Comissão e da Consultoria Legislativa do Senado, que trabalhou arduamente para que esse trabalho fosse realizado e apresentado nesta reunião. Nominalmente agradeço à Andréia Mano, Secretária desta Comissão, e, na pessoa dela, a todos os servidores que fazem parte da equipe da Secretaria.

Presidente, a gente tem uma equipe incrível, uma equipe extraordinária. Eu tive oportunidade este ano de interagir muito com essa equipe em diversos momentos e, aí, eu começo agradecendo à equipe da Secretaria, à Andréia, e, em seu nome, a todos os demais e aos Consultores do Senado: Dr. Fernando Mariano da Silva, Dra. Luana Bergmann Soares e Paula Emerick Corrêa. Muito obrigada aos Consultores. Eu costumo dizer que os melhores consultores do mundo estão no Senado Federal. Muito obrigada pelo trabalho. E, claro, eu não posso esquecer a minha assessoria: a Dra. Viviane Petinelli, que é a minha Chefe de Gabinete hoje – ela é especialista em política pública, então interagiu muito com a equipe da Secretaria e a equipe de consultores –; também a Dra. Daniela Carboneri, o Coronel Arthur, toda a minha equipe de gabinete.

Bem, por que estamos aqui avaliando o PNE em relação à sua Meta 7? Porque o art. 96-B do Regimento Interno do Senado estabelece que as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, até o último dia útil do mês de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

Em cumprimento a esse dispositivo legal, esta Comissão de Educação e Cultura aprovou, em 11 de abril de 2023, o Requerimento nº 18, de 2023, de minha autoria, para que a política pública avaliada por esta Comissão fosse o Plano Nacional de Educação, especificamente em relação à sua Meta 7, que é fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb, composta por 36 estratégias.

A mim, como autora do requerimento, também coube a relatoria da matéria. E aqui eu lhe agradeço, Presidente, por ter confiado a mim a relatoria dessa atividade, a relatoria dessa matéria. Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para realizar esse trabalho, realizamos cinco audiências públicas para ouvir especialistas nos diversos assuntos relativos às estratégias da Meta 7, bem como consolidamos e analisamos informações coletadas de agentes setoriais públicos que executam atividades de governo ou de regulação relativas à política educacional, entre eles, o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep.

Desse processo de escuta e análise de informações, foi possível observar que um conjunto de fatores influencia a qualidade da educação básica. Entre os principais, destacamos: os professores, a gestão escolar, o investimento, a infraestrutura escolar. Além disso, a definição clara de metas educacionais também tem contribuído para o atingimento de melhores resultados.

Há amplo consenso de que a qualidade do professor, que é um dos itens, é a variável escolar interna mais importante no desempenho dos estudantes. Também se constata que a ação de gestores e o investimento por aluno impactam significativamente o aprendizado. Por sua vez, a má qualidade do ambiente escolar pode reduzir os aprendizados dos alunos.

Por fim, há evidências nacionais de que redes escolares que se saem melhor nos indicadores de aprendizagem são as que usam dados para acompanhar a aprendizagem dos alunos ao longo do ano e planejar as aulas. Diante dessas constatações empíricas, foi avaliada a realização de cada uma das 36 estratégias da Meta 7 do PNE, a partir de 2014, quando foi aprovado.

Concluímos que:

1 - Das treze estratégias que dizem respeito, especificamente, a processos de avaliação e estabelecimento de indicadores e de metas educacionais, quatro não foram realizadas – das treze, quatro –; sete foram parcialmente realizadas; e somente uma foi cumprida. Das nove estratégias relacionadas à infraestrutura escolar, por sua vez, seis foram parcialmente realizadas e as outras três cumpridas. Por fim, quanto às dezenove estratégias concernentes a professores, gestão e investimento por aluno, onze foram parcialmente realizadas e as demais oito cumpridas.

Esses resultados encontram-se descritos no Quadro 3 do relatório.

De modo geral, portanto, o que se observou é que a maior parcela das estratégias da Meta 7 ainda não foi realizada até este momento. O que, então, explicaria a não realização dessas estratégias e, por conseguinte, o não cumprimento da Meta 7? A realização das cinco audiências públicas por esta Comissão, com a participação de 26 especialistas, nos ajuda a compreender algumas das razões para esses resultados.

Bem brevemente, a primeira audiência realizada, em 7 de julho deste ano, destinou-se à apresentação de dados sobre a educação e de resultados do Ideb, bem como tratou da avaliação desses resultados em relação à meta. O objetivo foi avaliar as Estratégias 7.2, 7.4, 7.6, 7.8, 7.10, 7.11, 7.21 e 7.32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Presidente, quando nós fazíamos os convites aos especialistas, nós já deixávamos bem claro qual estratégia seria discutida naquela audiência pública e nós tivemos a alegria de que todos cumpriram exatamente o convite, não saíram do foco. As audiências foram interativas, nós tivemos participação pela internet, os próprios expositores interagiram entre si e foi, assim, extraordinário esse momento. Esse momento foi extraordinário e eu aqui já quero agradecer aos 26 especialistas que estiveram conosco.

A segunda, ocorrida em 11 de agosto, teve como finalidade discutir as Estratégias 7.14, 7.24 a 7.28, que tratam da educação para pessoas com deficiência, comunidades indígenas e quilombolas, para a população de campo, além de refletir sobre modelos diferenciados de oferta de educação e sobre propostas e desafios para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em relação à efetivação do direito à educação para esses diferentes públicos.

No dia 22 de setembro de 2023, realizou-se a terceira audiência pública com a finalidade de avaliar as Estratégias 7.12, 7.13, 15, 17, 23 e 33, que tratam de ações destinadas a combater a violência na escola e a prevenir e promover o direito à saúde física, mental e emocional dos educandos, e de ações de atendimento dos educandos relativas à política de transporte gratuito, de acesso à rede mundial de computadores e de alimentação.

Aí, Presidente, essa audiência fez o diálogo com todas as outras que estavam acontecendo no ano sobre a violência nas escolas. Então, nós já tínhamos muito conteúdo colhido ao longo do ano sobre o tema.

As duas últimas audiências ocorreram em 6 de outubro de 2023, em turnos distintos, com o objetivo de avaliar as Estratégias 7.16, 18, 20, 22, 31, 34 a 36. A primeira destinou-se a avaliar as ações destinadas à infraestrutura e à gestão escolar, e às iniciativas de capacitação ofertada aos profissionais de educação. Na segunda parte, buscou-se discutir diferentes propostas para o novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o novo Ideb.

Dessa escuta qualificada foram apontadas diversas fragilidades e problemas em relação às estratégias e à própria Meta 7, que sintetizo a seguir:

1 - Não está claro o conceito de qualidade de educação. Isto é, o que entendemos, enquanto nação, como uma educação de qualidade.

2 - Também carecemos de definir o que é aprendizagem adequada e o que exatamente esperamos de um nível básico adequado e avançado de aprendizagem, levando-se em consideração o direito do estudante à educação de qualidade.

3 - Quanto ao Ideb, o indicador de aprendizagem, um de seus componentes é de difícil interpretação e pouco orienta a tomada de decisão pelos secretários de educação e pelos gestores escolares. As metas não estimulam a busca por uma educação mais equitativa, já que o Ideb muito alto não significa necessariamente que todos os estudantes têm aprendizagem adequada. E por não considerar crianças, adolescentes e jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão fora do sistema escolar, bem como aqueles que não realizam as provas do Saeb, os resultados não refletem exatamente a realidade das redes ou escolas.

Aqui, Presidente, quando eu falo de especialistas... A gente trouxe o papa do Ideb, a gente trouxe as pessoas que criaram, que trabalharam esse método de avaliação. Então, assim, todos fizeram um corte na carne mesmo. Nós vamos ter que falar sério sobre os nossos indicadores, sobre a nossa avaliação.

Em relação ao atendimento do estudante, a escola ainda necessita avançar em políticas de combate à violência e de prevenção, promoção e atenção à saúde emocional dos estudantes, assim como de letramento em habilidades para a vida, pois impactam diretamente o fluxo e a qualidade da educação.

5 - Quanto à infraestrutura, o desafio é o modelo de financiamento. Não apenas falta a União repassar recursos para a conclusão de obras em andamento e para a retomada de obras paralisadas, como parte dos municípios não tem capacidade financeira para investir com sua contrapartida nessas obras.

Lembro, Presidente, que a gente, aí, está falando de três governos diferentes: o final do Governo Dilma, Governo Temer, Governo Bolsonaro e já o começo desse terceiro Governo Lula. Então, não é uma avaliação de um governo, mas de um período. E, em todos os governos, a gente encontrou exatamente esta realidade.

6 - Por fim, referente aos professores e gestores, também se indicou a dificuldade de os estados, Distrito Federal e municípios investirem na ampliação do quadro e em melhoria da remuneração dos profissionais.

Para superar essas fragilidades, um conjunto expressivo de propostas foi apresentado pelos expositores nas cinco audiências realizadas. No relatório, registramos as 60 mais recorrentes que estão no Quadro 5. Aqui, destaco entre as 60 algumas delas que precisarão nortear as discussões nesta Casa no próximo ano e a construção do projeto de lei que instituirá o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 24-34.

Algumas delas:

1. Buscar a equidade educacional para se alcançar qualidade da educação;

2. Definir, com clareza, o que é qualidade de educação básica. E, num país tão diverso como este, Presidente, com tantos povos tradicionais, com povos originários, como a gente vai fazer essa definição? Olha o desafio que é posto!

3. Definir o que deve ser considerado nível de aprendizagem básico, adequado/suficiente e avançado. A diferença entre os três e definir o que a gente quer como básico, como adequado/suficiente e avançado;

4. Estabelecer padrões nacionais de aprendizagem para cada ano escolar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Implementar indicadores de avaliação institucional e de produtividade dos professores;

6. Criar metas intermediárias que possibilitem ajustes na política à medida de sua implementação;

7. Considerar, na avaliação da qualidade da educação, todos os estudantes do território brasileiro, inclusive os que se encontram fora do sistema de ensino e criar indicador de permanência escolar. E, aqui, Presidente, a gente trouxe um destaque para o aluno imigrante. Nós estamos com um fluxo imigratório muito grande no país, e, com relação a esses meninos, com a barreira cultural, a barreira da língua, como nós vamos fazer a avaliação, trazendo-os também como avaliados?

8. Considerar, na avaliação da qualidade da educação, as desigualdades socioculturais e econômicas entre grupos e intragrupos. É o que eu acabei de falar.

9. Incorporar a perspectiva de longo prazo e considerar toda a vida escolar do estudante na avaliação da qualidade da educação; 10. Aprimorar programas de educação de competências e de saúde mental dos estudantes;

11. Expandir política de acesso à internet e de transporte escolar – são 60, eu estou só resumindo;

12. Aprimorar e fomentar modelos diferenciados de oferta de educação;

13. Implementar modelos diferenciados de financiamento da educação básica, como a política dos *vouchers*; e

14. Aprimorar mecanismos de transparência e controle da política educacional.

Caminhando para o final, Presidente, destaco aqui também, e por fim, que na construção do novo PNE será importante reavaliarmos atentamente cada estratégia da Meta 7, pois nem todas as do atual plano são claras ou estão articuladas com objetivos concretos do próprio plano.

O não estabelecimento de indicadores mensuráveis para a maioria das estratégias dessa meta tem ocasionado perdas de importantes evidências qualitativas e, portanto, de capacidade de avaliação efetiva da qualidade da educação no país.

Além disso, como o fator professor é decisivo para a aprendizagem e qualidade da educação, precisaremos discutir a formação adequada dos professores, formação que deve dar conta dos atuais desafios e de ensinar uma geração hiperconectada, questionadora, imediatista, impactada por dois anos de pandemia. Temos muito trabalho pela frente.

Presidente, o senhor e os demais colegas podem contar com esta Senadora, com a equipe, nesse sentido.

Esse, Presidente, é o relatório da avaliação da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que submeto à aprovação dos ilustres colegas Senadores desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço muito a V. Exa.

Em primeiro lugar, eu coloco em discussão a matéria.

Eu quero só comentar algumas coisas. Em primeiro lugar, parabenizar V. Exa. e agradecer por ter sugerido, lá no mês de março do corrente ano, a apreciação da Meta 7 como política pública do ano desta Comissão, o que é muito importante; e parabenizar pelo relatório, que, como V. Exa. colocou muito bem no início da sua fala, é fruto de um trabalho gigantesco de muitas pessoas, a quem a gente agradece também, sempre, ao seu gabinete, à Viviane e outras pessoas que foram mencionadas, à Andréia e todo o grupo da Secretaria aqui da Comissão de Educação, à Consultoria do Senado, 26 especialistas e também todas as pessoas que, na interatividade, participaram das audiências públicas, sempre com perguntas, comentários, sugestões. Estamos chegando agora a este belo relatório final, que é fruto desse esforço coletivo coordenado por V. Exa. É importante que se diga isso.

Ao mesmo tempo, é tão importante tudo que foi colocado que eu pediria à Secretaria da Comissão que esse relatório, além de ficar aqui no nosso *site*, portal, à disposição de toda a sociedade, que fosse remetido para todos os órgãos com os quais a gente tem alguma relação. São tantos: Consed, Undime, conselhos estaduais, Uncme, Conselho Nacional de Educação, MEC, universidades, para que todo mundo, todas essas instituições essenciais na área da educação possam ler, opinar, refletir, discutir, e também para que esse esforço que foi feito pela Comissão de Educação possa ser compartilhado, refletido e ter desdobramentos no ano que vem.

É nisso que eu fico pensando, que o que V. Exa. apontou no relatório tem que ter consequências, tem que ter alguma consequência, e muitas vezes não é consequência só de uma área. Se a gente pensar, por exemplo, na saúde mental, não só por causa da pandemia, mas como discussão geral, isso depende... Até no período da pandemia, na Subcomissão de Educação na Pandemia, isso já foi apontado.

E a gente tem que saber, tem que chamar as pessoas e dizer: "Olha, não podemos ficar só discutindo. Queremos ter ações, concretizações das coisas", ou a questão da segurança escolar, segurança na escola, violência na escola e contra a escola. Nós aprovamos um projeto de lei aqui. V. Exa. se lembra, o Senador Marcos Pontes foi o Relator, e foi fruto de uma discussão que envolve Polícia Federal, Polícia Civil. Temos que ter um plano nacional de segurança escolar. Quando ocorre violência numa escola, a gente vê o repasse de recursos para atender a necessidade, mas qual é o plano, qual é a pactuação que houve? Como é que o Governo Federal, estaduais e municipais se articulam nesse plano?

Então, eu até diria, Senadora Damares Alves, que a gente poderia, já para o início do ano, com base nesse relatório, pensar em audiências públicas para termos resultados do plano. Então, a Consultoria continua ajudando, o gabinete. Obviamente, a Secretaria está sempre ajudando. E todos nós, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, olharmos detalhe por detalhe, conclusão por conclusão, para que a gente chegue, assim, a um denominador comum, com a participação, obviamente, dos especialistas, que vieram inclusive vários deles, como mencionado, também participaram da elaboração disso, e agora todos nós temos que fazer a avaliação: deu certo? Não deu certo? Onde deu certo, que bom. Por que não deu certo? O fato de não dar certo seria um problema, quer dizer, é um problema sempre, mas seria um problema maior ainda se nós não nos detivéssemos nas razões pelas quais não deu certo, para fazer com que dê certo na sequência. Não é verdade? Quer dizer, a gente constatar, fruto de uma política pública do ano, que alguma coisa não aconteceu, a gente lamenta que não tenha acontecido, mas, ao mesmo tempo, se nós colocarmos holofote em por que não deu certo, aí nós teremos um caminho, um desdobramento para o futuro, com calma, com tranquilidade.

Também há a avaliação dos microdados, quilombolas, indígenas. Até já tivemos uma audiência pública aqui, no decorrer do ano, sobre o desmembramento das políticas públicas, ou a sua área também, pessoas com deficiência que estão na educação básica. Como elas estão sendo avaliadas? Estão sendo avaliadas? Estão fazendo as mesmas provas, com os mesmos critérios, tudo? Então, há dificuldades aí no meio, e queremos ultrapassar as dificuldades.

Nesse sentido, quero parabenizar, em primeiro lugar, como Presidente da Comissão, V. Exa. e toda a equipe, todo o grupo, o trabalho coletivo, mas tem que ser assim. Nada acontece na vida se não for fruto do esforço de um conjunto de pessoas. Individualmente, a gente não vai muito longe. Coletivamente, a gente vai aonde a gente quiser.

Muito bom.

Passo a palavra, remotamente, à Senadora Zenaide Maia, para discutir a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, já parabenizando a nossa Senadora Damares Alves por esta relatoria, a gente sabe que avaliar é algo importante. Isso pode ser na vida individual. Quando as condutas são coletivas, essa avaliação da política pública de qualificação da educação básica, que a gente sabe que é a base de tudo, como falou o nosso Presidente Flávio Arns, é de uma importância fundamental, isso, a gente olhando o que deu certo, o que não deu certo, por que não deu certo, se é devido à diversidade, como foi mostrado aqui.

Nós temos um país continental e temos essas variações, como foi falado aqui. É muita reclamação, por exemplo, das pessoas com deficiência, para quem falta o acompanhamento. Para isso a avaliação é essencial. É como se fosse um controle de qualidade. A gente lança um plano nacional, não quer dizer que a gente não pode ir vendo o que não está correto nessa avaliação. Não é o que não está correto. É o que não deu certo para determinadas regiões, o que deu certo em uma e não deu em outra; ou para os alunos, diferencialmente, como os alunos quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante, Damares. Eu queria aqui parabenizar o seu relatório. É algo em que a gente tem que se debruçar. E o Poder Legislativo tem tudo a ver com isso. A gente, quando propõe algo, como um projeto de lei, quantas vezes a gente não altera as leis, porque descobre que precisa de algo a mais? Ou, então, muitas vezes, não é mudar, e, sim, cobrar a efetivação de verdade daqueles projetos de lei que a gente aprovou neste Congresso e que tiveram o aval da Presidência da República, dos Poderes todos.

Muitas vezes, eu citarei aqui a Lei Maria da Penha. Quantos projetos de lei, quantas mudanças nós já acrescentamos, porque vimos que ali tinha falhas que poderiam ser corrigidas? Apesar disso, é uma lei maravilhosa, exemplo para o mundo todo, de combate à violência contra as mulheres, contra o feminicídio, mas a gente vê que só isso não está resolvendo. E isso se dá justamente com as avaliações que a gente faz.

Parabéns, parabéns, mais uma vez, pelo relatório!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço à Senadora Zenaide Maia, sempre muito atenta também a todas essas questões.

Não havendo mais quem queira discutir, antes de encerrar a discussão, quero parabenizar, de novo, V. Exa., Senadora Damares, e toda a equipe.

Já assumimos o compromisso agora. Estamos indo para o final do ano. Obviamente, neste ano, não será possível, mas vamos, em conjunto com Consultoria, gabinete, Secretaria.

Tem uma frase que a gente sempre escuta: o inferno está cheio de gente de boas intenções. Nós não queremos ir para o inferno, queremos que a boa intenção se transforme em realidade. Então, vamos discutir, vamos fazer e vamos buscar o encaminhamento para aquilo que foi apontado no relatório.

Não sei se V. Exa. gostaria de acrescentar alguma coisa, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero, agora, fazer um elogio ao Poder Legislativo, nós, que somos tão criticados lá fora, e ao Senado, que tem sido tão cobrado, sobre o quanto esta Comissão, o Senado Federal, esta Casa está contribuindo para a nação. Enquanto todo mundo está brigando, a gente passou horas estudando a Meta 7 do PNE. A contribuição que nós estamos dando para o novo plano é muito grande, Presidente.

Nas nossas audiências, tinham pessoas de todos os espectros políticos, de todas as ideologias, com o respeito devido, com a interação devida. Aqui eu destaco, Presidente: como o MEC nos ajudou! A todos do MEC, eu faço aqui um elogio especial à Profa. Zara, à Secadi, pela forma como nos atendeu durante todo o período da avaliação.

Então, eu acho que para nós, para o Legislativo, a gente faz uma entrega hoje, uma entrega de um trabalho que foi feito, com muito zelo, com muito carinho, pelos Parlamentares que participaram, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe técnica, pelos convidados. Então, eu acho que, hoje, a gente contribui muito para o novo Plano Nacional da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tenha dúvida disso, quer dizer, uma das metas, a Meta 7, que foi tão debatida, imaginem o plano todo. Inclusive, digo para todas as pessoas que nos acompanham que, neste ano, já foram realizadas dez audiências públicas – dez! – sobre o Plano Nacional de Educação, aqui nesta Comissão, além de esse debate ter acontecido também no ano passado, no Plenário, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro.

Muito bom. Parabéns, de novo! Muito bom, relatório excelente!

Então, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Muito bem. Passamos, então, à segunda parte da reunião, que é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Fica retirado de pauta o item 3, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5636, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 31/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.)

O quórum nosso é muito bom, sempre é muito bom. São 22 Senadores que estão acompanhando a reunião.

Passamos ao item 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5087, DE 2023

- Terminativo -

Concede ao município de Morretes, no estado do Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Consulto o Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc*.

Parece que já concordou.

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, vem a esta Comissão projeto de sua autoria, Senador Flávio Arns, que concede ao Município de Morretes, no Paraná, o título de Berço Nacional do Montanhismo.

Se V. Exa. permitir, vou direto à análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que compete à União, aos Estados e ao DF legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir na espécie reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Berço Nacional do Montanhismo para o Município de Morretes. Localizado no Estado do Paraná, o Município de Morretes possui uma rica história e uma profunda conexão com a atividade de montanhismo no Brasil. Foi na região de Morretes que ocorreu o primeiro registro histórico de atividade de montanhismo no país, há cerca de um século e meio – segundo já ilustra aqui o autor, na justificativa de seu projeto. Era o ano de 1879 quando Joaquim Olímpio de Miranda, um entusiasta do montanhismo, organizou uma expedição para alcançar o ponto mais alto da região, o Marumbi. Essa incursão expedicionária é considerada a primeira feita por uma equipe de montanhismo da história do Brasil. Em homenagem a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pioneiro, o cume do conjunto Marumbi foi batizado de Olimpo. A concessão do título de Berço Nacional do Montanhismo ao Município de Morretes é, portanto, um reconhecimento da importância histórica e cultural dessa região para o montanhismo brasileiro. Esse título não apenas honra o passado, mas também incentiva as futuras gerações a explorar e preservar a beleza natural dessa região.

Acreditamos que esse reconhecimento irá fortalecer a identidade cultural da região e promover o montanhismo como uma atividade importante para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, em que me subsidiei da construção feita pelo autor e pelo Relator original, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.087, de 2023.

Parabéns, Senador Flávio Arns! Parabéns, Astronauta Marcos Pontes!

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim por ser o Relator *ad hoc*, substituindo o Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em discussão a matéria.

Senadora Damares Alves, que é da região.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Sim. Não vou perder a oportunidade de mandar um abraço para todos de Morretes.

Eu não sei se o Senador Paim conhece a região. Nunca foi comer barreado lá? Senador Flávio Arns...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Flávio Arns já me convidou, mas não fui...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Este ano, a gente teve a oportunidade – e eu tive a alegria de estar nesta Comissão este ano – de aprovar Antonina como a Capital Nacional da Bala de Banana e, agora, hoje, de dar esse título a Morretes.

Eu sugiro que a gente vá a Curitiba – a Comissão –, a gente entre no trem com o bolso cheio de bala de banana e a gente desça até Morretes e conheça essa cidade. Que lugar lindo, que região linda, Senador Paim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que falar desses lugares e incentivar o turismo naquela região. E eu fico imaginando as crianças na escola, a partir de hoje, falando que agora Morretes é o Berço Nacional do Montanhismo.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pela iniciativa e ao Relator pelo voto.

Que Deus abençoe todos da cidade de Morretes, que Deus abençoe o Estado do Paraná.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Quero lembrar também, Senadora Damares, que Antonina fica a uma distância de mais ou menos 20km de Morretes, dependendo da estrada – uns 20km. E as pessoas que vão a Curitiba e que, porventura, desejem descer a Serra do Mar, no meio da Mata Atlântica, com o trem – a Litorina – de passageiros... Essas pessoas chegam a Morretes, descem em Morretes e lá podem saborear o barreado que foi falado. Há uma briga muito grande para ver se a origem do barreado é em Antonina ou em Morretes, mas é o prato típico do Paraná. E há muito artesanato, muita cachaça também. Morretes já ganhou vários prêmios nacionais, disputa com Minas Gerais sempre também essa situação. Há muitos rios bonitos, montanhas, uma natureza... É a Mata Atlântica, você está no meio da Mata Atlântica, que é um dos biomas que, inclusive, como observamos durante estes últimos dias, foi o bioma onde a devastação não ocorreu na intensidade que vinha acontecendo, inclusive diminuiu a devastação ambiental. Então, é um patrimônio que, de fato, tem que ser preservado. Tem uma estrada graciosa também para quem quiser ir por uma estrada centenária, mais que centenária, recuperada, felizmente, depois das enchentes, chuvas e deslizamentos que aconteceram.

Muito bem. Agradeço, Senadora Damares Alves, também a sua participação no projeto de lei da Capital Nacional da Bala de Banana, inclusive trouxemos uns 40kg de balas de banana aqui para todos apreciarem. Houve um debate com o Senador Esperidião Amin querendo dizer que as de Santa Catarina eram melhores e tal. Enfim... (*Risos.*)

Eu prezo muito Santa Catarina também, adoro o Estado de Santa Catarina.

Brincadeiras à parte.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5105, DE 2023

- Terminativo -

Concede ao município de Inconfidentes, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Crochê.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Styvenson Valentim.

Consulto o Senador Zequinha Marinho se pode ser o Relator *ah hoc*.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Positivo.

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura (CE), em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei nº 5.105, de 2023, de autoria do Senador Carlos Viana, que concede ao Município de Inconfidentes, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Crochê.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca conceder a referida homenagem ao Município de Inconfidentes, bem como estabelecer, por fim, a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, reconhecer a profunda relação existente entre o Município de Inconfidentes e o crochê, herança cultural transmitida ao longo de muitas gerações.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria. Verifica-se que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna. É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir na espécie reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha na natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional do Crochê ao Município mineiro de Inconfidentes.

O crochê é uma arte milenar que desempenha um papel crucial na identidade cultural, na economia e no turismo do Município de Inconfidentes, situado no coração de Minas Gerais. Com raízes profundas na tradição local, o crochê é mais do que uma forma de artesanato; é um legado passado de geração em geração, enriquecendo a herança cultural da região. As habilidades artísticas das mulheres locais, especialmente, são celebradas através dessa técnica, transmitindo não apenas conhecimento técnico, mas também histórias e valores intrínsecos à comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A produção de peças em crochê movimenta significativamente a economia local de Inconfidentes. As habilidades artesanais são empregadas em diversas áreas, desde a confecção de vestuário e decoração até acessórios e peças utilitárias. Muitos artesãos e artesãs dedicam-se a essa atividade não apenas como uma forma de expressão cultural, mas também como fonte de renda essencial para suas famílias. O crochê, assim, tornou-se uma parte vital da economia da cidade, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento financeiro de muitos residentes.

Além de seu impacto econômico, o crochê reverbera também no turismo local. Os visitantes são atraídos pela riqueza e beleza das peças artesanais, muitas vezes adquirindo lembranças únicas que representam a tradição local. Inconfidentes tornou-se um destino procurado por aqueles que desejam conhecer de perto a arte do crochê, participar de oficinas e adquirir produtos feitos à mão, impulsionando, assim, o turismo na região.

Acreditamos que esse reconhecimento tanto irá fortalecer a identidade cultural da região quanto promover o crochê como um meio de sustento econômico e um atrativo turístico essencial para a comunidade local no Município de Inconfidentes.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.105, de 2023.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar também o Senador Confúcio Moura. Que bom sempre vê-lo, escutá-lo e debater, sempre com opiniões tão importantes e abalizadas.

Agradeço ao Paulo Paim, à Senadora Damares Alves e às pessoas que nos acompanham.

Agradeço ao Senador, como Relator *ad hoc,* a leitura do relatório.

Está em discussão a matéria.

Eu perguntava para a Andréia, que é a Secretária da Comissão, se ela faz crochê. (*Risos.*)

Ela disse que não, mas que a mãe dela faz. E a gente sabe que em todas as famílias aqui ou as pessoas fazem... Pergunto para as pessoas que estão sentadas aqui se alguém faz crochê.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olhem aí, olhem! Também tem pessoas que fazem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá na minha família, várias pessoas fazem o crochê. Então, isso é algo que acontece no Sudeste, no Norte, no Nordeste e no Sul. E, como relatado pelo Senador Zequinha Marinho, é uma forma de talento, eu diria; é um talento enorme fazer peças bonitas; e, ao mesmo tempo, é uma forma de renda importante para a família e algo que estimula as pessoas também a desenvolverem habilidades que são importantes.

Nesse sentido, estamos aqui dizendo que o Município de Inconfidentes, no Estado de Minas Gerais, tem o título de Capital Nacional do Crochê. Há vários municípios no Paraná também que se dedicam muito a isso, e certamente há em outros estados, mas aqui nós estamos focalizando no Município de Inconfidentes.

Muito bem.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco.

Passaremos agora, então, à votação nominal, em bloco, dos itens 2 e 4 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.087/2023 e PL 5.101/2023.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós estávamos... Enquanto isso, também o item 1 da pauta, a gente... (*Pausa.*)

Eu solicito às assessorias que se comuniquem também com os Senadores e Senadoras, porque o voto hoje... Esta semana, inclusive, as sessões serão remotas ou semipresenciais, e, então, as pessoas podem votar de onde estiverem trabalhando.

Eu quero lembrar a todos e a todas que hoje, 5 de dezembro, é o Dia Internacional do Voluntário e da Voluntária. É um dia muito importante! O terceiro setor é um setor essencial para o país.

Se nós olharmos santas casas, hospitais filantrópicos, comunidades terapêuticas, trabalho em doenças raras, pessoas com deficiência, idosos, crianças, são milhões de brasileiros e brasileiras que são voltados para o trabalho voluntário, sem fins lucrativos. As pessoas se reúnem, constituem uma associação, uma fundação para dizer "olha, vamos trabalhar juntos para atingir os objetivos que achamos importantes".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje também é o Dia Nacional da Pastoral da Criança, 40 anos de existência da Pastoral da Criança, que já acompanhou milhões de crianças pelo Brasil.

E eu quero só associar os dois assuntos, porque anos atrás, discutimos com a Dra. Zilda, dialogamos com a Dra. Zilda sobre qual seria o dia adequado para celebrarmos, festejarmos a Pastoral da Criança. Isso, já uns 20 anos atrás. E ela disse: "O melhor dia é o dia do voluntário e da voluntária", porque ela mesma ressaltava o que seria da Pastoral da Criança não fossem os voluntários e voluntárias, que são dezenas de milhares pelo Brasil, que se dedicam a essa área, para promover a vida e a saúde das crianças e das famílias. Então ela disse, olha, porque a Pastoral da Criança começou no mês de setembro, em Florestópolis, no Paraná. Mas ela disse: "Eu quero que a data nacional seja 5 de dezembro, dia do voluntário e da voluntária". E ela tem razão também, porque, sem essa união de esforços, as coisas são impossíveis de serem realizadas, não é?

Então, saudamos os voluntários, as voluntárias e saudamos a Pastoral da Criança também, pelos 40 anos de existência. A Dra. Zilda já faleceu há 13 anos, indo para os 14 anos agora em janeiro, no terremoto do Haiti, como todos se lembram também daquele triste episódio, onde 220 mil pessoas morreram de um dia para o outro – 220 mil. Imagina. A gente vê os terremotos aí no Afeganistão, na Turquia, que já são tragédias, 5 mil, 6 mil, 10 mil. Lá foram 220 mil dum dia para o outro, não é?

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Não, Presidente, é que V. Exa. me falou do Dia da Pastoral da Criança também. Como tem um Vereador aqui, e ele foi da Pastoral da Criança, ele não pediu, mas eu estou registrando a presença dele, veio fazer uma visita a mim, que é o Lucas Caregnato, do PT, lá da minha cidade natal, Caxias do Sul. Então, aproveitando a sua fala, eu registro a presença do Lucas Caregnato, um grande Parlamentar, que tem feito um debate lá muito firme, muito duro contra todo tipo de preconceito, racismo e também o trabalho escravo, entre outros temas, e me levou lá, inclusive, para fazer um debate sobre o Estatuto do Trabalho.

E quero dizer, Presidente, que eu fui da Pastoral Operária. Então, de uma forma ou de outra, nós estamos no mesmo time aí. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero saudar, mandar um abraço também para a Câmara Municipal de Caxias do Sul. O...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Lucas. Mas o Senador Paulo Paim, quando relata a presença de alguém na CDH, ele sempre pede um aplauso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos repetir aí pedindo aplausos. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E você citou aí os...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E saudar também o que o Paulo Paim falou, com muita propriedade, as pastorais, o trabalho das igrejas, de uma maneira geral, independentemente de denominação religiosa, pois que tantas se dedicam, com tanta competência, para a promoção do ser humano.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, sobre as pastorais. Eu, como médico de interior, convivi muito, naquela época, na década de 70, de 70 e poucos, como um médico de interiorzão bruto. A gente encontrava... Muitas crianças chegavam aos consultórios desidratadas, profundamente, e, às vezes, morriam. A mortalidade infantil era muito alta, a subnutrição era extraordinária, no Brasil, principalmente no Nordeste e no Norte brasileiros.

Eu registro três eventos grandiosos na Medicina. Mesmo a pastoral sendo uma iniciativa paramédica, tinha a orientação da grande pediatra que era a Zilda Arns. Primeiro era a multimistura salvadora, a pesagem das crianças subnutridas e a orientação de usar a multimistura, isso era fascinante; o soro caseiro (água, sal e açúcar) para combater a desidratação das crianças ajudou demais o Brasil. E, por fim, mais adiante, nós tivemos a criação dos Agentes Comunitários de Saúde. Para mim, foram esses os três grandes eventos foram marcadores da história médica da saúde pública do Brasil.

A gente lendo os livros de Josué de Castro, da década de 60, 70, *Geografia da Fome*, *Geopolítica da Fome* e outros itens mais, a gente via a ação degradante que tinham, realmente, a mortalidade infantil e a subnutrição, pelo menos no Nordeste, que ele descreve muito bem nos seus livros, mostrando até uns tipos de baixa estatura, homens baixos, que ele chamava de gabirus. Eles não cresciam por causa da fome. Então, são histórias fantásticas.

A Dra. Zilda Arns, o Alceni Guerra e um Ministro da Saúde aqui de Goiás – agora me falhou o nome dele, de Anápolis, foi Senador aqui também, saiu da memória neste momento e quero fazer homenagem a ele também – foram os grandes revolucionários da saúde pública brasileira. São realmente monumentais os serviços que eles prestaram à nossa nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

A Senadora Zenaide Maia pede a palavra. Com a palavra, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, lembro os voluntários, eles têm uma importância fundamental. Inclusive, no Hospital Onofre Lopes, um hospital universitário, tem um grupo de voluntariado, como tem a Liga Norte Riograndense Contra o Câncer. Eles persistem. Eles ficam lá fazendo os trabalhos, juntamente com a enfermagem, como também para distribuírem alimentos para aquelas pessoas que chegam do interior sem tomar café, distribuem cafezinhos.

O trabalho voluntariado das igrejas, independentemente do credo, é de uma importância fundamental, a gente sabe disso, inclusive na assistência social. Esse povo é que tem os abrigos de idosos. Então, quase todos os municípios têm abrigos de idosos, uma parte funciona nas APAEs, que estão lá, inclusive em todos os setores, médicos prestam serviços a isso. Eu trabalho com eles assim: eu boto muitas emendas; todas as APAEs do Rio Grande do Norte têm emendas minhas, porque são coisas mínimas.

Nos abrigos que eu vou visitar, vejo aquelas pessoas que trabalharam a vida toda e chegam a uma idade em que têm que ir para um lugar onde vão ser cuidadas, porque a família não tem condições. A gente acha, muitas vezes, que é porque os filhos não querem, mas os filhos não têm o privilégio de ter uma residência que acomode seus pais também – tem esses casos.

Então, esse olhar diferenciado para essas instituições, como a Casa do Menor Trabalhador, em que são voluntários que fazem isso, instituições que têm o segundo tempo da escola em tempo integral, que oferecem... A gente tem muito isso cuidado pelas igrejas e que a gente tem oportunidade de ajudar também com emendas.

Aqui, a gente tem a Casa de Apoio à Criança com Câncer, tem a Casa Durval Paiva, tem o Instituto dos Cegos – é escrito assim mesmo – do Rio Grande do Norte, que faz um trabalho maravilhoso. E essas instituições... Eu queria pedir licença aqui ao Presidente e aos colegas, para a gente dar visibilidade, importância, porque esse pessoal vive muito de doações; praticamente as prefeituras têm convênio, mas não é tão simples. Quando você bota uma emenda, muitas vezes você vai olhar e aquele povo voluntário, porque a grande maioria não ganha nada, mas resolveu se dedicar à vida de quem mais precisa... Esse é o sentimento cristão de verdade.

E quero lembrar aqui para o meu colega médico também que nós estamos no mês internacional de cuidados e de prevenção da aids e mostrar a importância da ciência, porque, antes, há uns anos, a aids era um decreto de morte praticamente e hoje a gente sabe que a ciência descobriu medicamentos – não é mais nem coquetel: a maioria são dois tipos de comprimido que agregam duas drogas em um e outro. E a gente tem pessoas que vivem muito, inclusive tem trabalhos mostrando que muitas vezes o homem com aids... Eu estou dando o exemplo do homem, porque a mulher tem o hábito muito maior de fazer seu preventivo do que o homem. O homem que tem aids e que se cuida direitinho está vivendo muito, porque ele vai sempre ao médico receber seus medicamentos, ver suas comorbidades. Então, é aquela prevenção, que é a prevenção física, a barreira camisinha e também já tem droga hoje, a PrEP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que isso é, sim, um avanço da ciência e que temos dificuldades em ter uma vacina, é o sonho da gente. A ciência, no mundo todo, tenta isso aí.

Então, gente, tudo isso faz com que eu relembre aqui, faça um apelo: pais, avós, mães, responsáveis pelos seus filhos, vacinem os seus filhos, inclusive lembrando aqui que uma das maiores causas de aborto espontâneo são as viroses nos três primeiros meses de gravidez, e que também levam...

Essa é minha preocupação, isso tudo... Por isso que a gente não pode separar, Confúcio, porque isso tudo lembra a gente de que chega à deficiência. O retorno da paralisia infantil, da poliomielite é assustador, e tem que preocupar a todos nós, que nos preocupamos com as pessoas com deficiência, porque é uma das grandes causas de deficiência.

Vamos lembrar também a rubéola, que a gente sabe e a ciência mostra que é responsável pela surdez, por muitos casos de surdez, fora as doenças cardíacas com que essas crianças nascem, e também responsável pelo aborto espontâneo. A maioria dos abortos são espontâneos ainda, graças a Deus.

Então, quem luta pela vida tem que ter esse olhar, esse olhar diferenciado para a importância da ciência na vida. E quando eu falo em vida aqui, eu falo na vida humana, animal e nosso meio ambiente, porque nós que estamos aqui hoje temos o privilégio de a ciência já ter mostrado que uma dessas vidas não sobrevive sem as outras duas. Isso é importante demais para a gente.

Então, quero dizer às pessoas que se previnam, procurem fazer o teste da aids, que não é uma sentença de morte, porque existe tratamento, e a gente espera ansiosamente por uma vacina, que é a ciência que vai nos dar. A defesa da ciência tem que ser... É inegociável a defesa da ciência. É como eu digo aqui em casa, eu não negocio para minhas netas. Por exemplo, o cinto de segurança é inegociável para mim, como essa parte aí de vacina e ciência. E que se saiba que com a aids também, como as outras doenças quando diagnosticadas precocemente, leva-se uma vida praticamente normal.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senadora Zenaide Maia, lembrando sempre que, em relação às pessoas com deficiência, eu sempre costumo usar uma expressão: todo casal que deseja ter um filho é como você ter cem bolinhas numa caixa – 97 dessas bolinhas são brancas e 3 são azuis. Azuis significam a possibilidade de qualquer casal ter um filho com algum tipo de deficiência, independentemente dos cuidados que a pessoa tome. Então, misturam-se as bolinhas lá e se pode tirar uma bolinha azul. Isso significa um problema genético, um problema de outra natureza, alguma coisa que aconteceu. Mas, se com essas bolinhas não se tiver cuidado, como V. Exa. colocou – pré-natal, vacinas, o que o Senador Confúcio Moura também colocou, o soro caseiro, alimentos alternativos, multimistura, tantas outras coisas, acompanhamentos –, essas bolinhas, ao invés de 3, podem ser 5, 10, 15, 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma criança desnutrida que tenha sarampo tem 400% vezes mais chance de ficar com uma deficiência – desnutrição e sarampo.

V. Exa., Senadora Zenaide, mencionou a rubéola. Tem vacina, só que a pessoa tem que tomar a vacina antes da gestação para evitar que a criança... Porque, se tiver durante a gestação, a possibilidade de ter um filho cego, surdo, com deficiência intelectual ou múltipla aumenta. Não que vá ter, há possibilidade. Essas bolinhas azuis, em vez de serem 3, serão 20. Não que vá ter o filho, mas a possibilidade aumenta em muito. Então, tudo isso tem que ser bem pensado. A gente sempre fala de um planejamento familiar responsável.

E agora só quero acrescentar, antes de passar a palavra ao Senador Marcos Pontes, que, nessa questão do voluntariado, eu diria, o maior problema no Brasil é o poder público não ter consciência do valor do terceiro setor. O terceiro setor, em países desenvolvidos, como o Canadá, por exemplo, é uma coisa extremamente valorizada, porque é o povo, o povo organizado, o povo que quer fazer, que quer contribuir. Existe a mentalidade ainda, particularmente no Brasil, de que o único recurso bem aplicado é para a entidade pública, quando nós temos organizações sociais muito boas e atuantes.

E eu digo sobre um lar de idosos: quem é o dono do lar de idosos? Não tem dono, é a comunidade que é a dona. E um dia, se a entidade deixar de existir, todo o patrimônio, obrigatoriamente, tem que ir para o poder público ou para uma entidade congênere. Ou seja, muitas pessoas já defenderam aqui, no Congresso Nacional, que essas entidades bem acompanhadas e tudo sejam consideradas públicas, não estatais – públicas, não estatais –, o que eu acho uma ideia extremamente interessante e necessária. A gente espera que um dia o poder público, de uma forma geral, diga: "Olhe, vamos trabalhar juntos, porque vocês fazem um bom trabalho e eu não consigo fazer muitas coisas que as entidades fazem".

Por isso hoje é o Dia Internacional do Voluntariado. Falamos da Pastoral, mas de todas as igrejas, enfim.

Senador Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Quero, inicialmente, agradecer ao Senador Paulo Paim por fazer a relatoria do projeto que acabamos de votar aqui.

Sobre essa questão do voluntariado, é extremamente importante. Por que eu vejo isso? A capilaridade que nós precisamos ter... E essas associações, fundações, organizações sociais trabalham dentro de assuntos específicos, dentro da comunidade, conhecendo as necessidades, as restrições daquela comunidade. Isso é muito importante que se tenha, e a gente tem que apoiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo aqui do ponto de vista de, por exemplo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ciência e tecnologia são desenvolvidas obviamente não só no setor público, envolvem o setor privado, e muito. A gente está com a PEC 31, agora, falando justamente sobre investimentos em pesquisas e em desenvolvimento do Brasil. Esses investimentos não são só públicos. Aliás, nos países mais desenvolvidos, como Coreia, como Israel, são 75% do setor privado e 25% do setor público. Então, isso precisa ter esse incentivo.

E o terceiro setor faz um trabalho muito grande nesse sentido. Inclusive, as nossas organizações sociais do ministério, ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, a rede de pesquisa em educação e ciência, RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), faz um trabalho muito bom fazendo conexões: a infraestrutura de conexão para escolas, para prefeituras e assim por diante.

Nós temos o próprio Cnpen (Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais), que é uma organização social; é o maior centro de pesquisas da América Latina inteira, que está lá, é um centro magnífico. E muitas outras que fazem esse trabalho no Brasil como um todo. A gente pensa nas APAEs, pensa nessas organizações todas. Olhem o trabalho que eles fazem para as pessoas! Isso é muito importante. Então, parabenizo os voluntários que trabalham em cada uma dessas organizações e dedicam o seu tempo para ajudar outras pessoas. A gente tem que valorizar isso no Brasil.

Inclusive, já que estamos na Comissão de Educação, quando a gente vê, nos Estados Unidos, por exemplo, um jovem ou uma jovem que queira ingressar numa universidade de prestígio lá, é considerada toda a vida pregressa em termos de notas, dos testes que são feitos ao longo da sua vida, na educação, o que eu acho bastante interessante. Eu não gosto muito de vestibular, que é um momento ali. Um aluno bom, por exemplo, se naquele dia não está muito bem, isso acaba prejudicando. Então, há que se considerar a vida inteira.

E, além disso, eles consideram muito lá o trabalho voluntário como um dos critérios para que a pessoa seja aceita em uma universidade tipo Stanford, tipo MIT, Harvard etc. Então, isso é muito importante, essa participação. É bom que os jovens percebam isso aí, que dedicar seu tempo para ajudar outras pessoas vale a pena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

Agradeço ao Senador Marcos Pontes, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Damares Alves.

Já temos o quórum necessário para votação.

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. O resultado.

Votaram SIM 15; NÃO, ninguém.

Abstenção nenhuma.

Quórum: 16.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.087/2023 e PL 5.105/2023.

Portanto, as matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras que estiveram aqui presencialmente, assim como dos Senadores e das Senadoras remotamente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço novamente a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 94ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Confúcio Moura, e ainda do Senador Jaime Bagattoli, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 138/2023 - CE, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), e PL 2796/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o PL 2796/2021, que "cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia". **Participantes:** Sr. Márcio Filho, Presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Estado do Rio de Janeiro; Sr. André Luiz de Souza Marques, Secretário de Regulação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE); Sra. Raquel Gontijo, Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (ABRAGAMES); Sra. Rejane Penna Rodrigues, Diretora de Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (DEALIS/MESP); Sra. Emanuella Halfeld, Analista de Relações Governamentais do Instituto Alana; e Sr. Gilson Schwartz, Presidente da Games For Change América Latina e Professor da Universidade de São Paulo (USP). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 94ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de dezembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.796, de 2021, que "cria um marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia", em atenção ao Requerimento 138, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- Sra. Raquel Gontijo, Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (Abragames); (*Palmas.*)

- Sra. Rejane Rodrigues, Diretora de Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte; (*Palmas.*)

- Sr. Marcio Filho, Presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais, do Estado do Rio de Janeiro; (*Palmas.*)

- Sra. Emanuella Halfeld, Analista de Relações Governamentais, do Instituto Alana. (*Palmas.*)

Participam de forma remota:

- Sr. André Luiz de Souza Marques, Secretário de Regulação da Agência Nacional do Cinema (Ancine); e

- Sr. Gilson Schwartz, Presidente da Games for Change América Latina e Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Informo também que foi convidado o Sr. Rafael Marcondes, Presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sports, que não pôde comparecer a esta audiência e justificou sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Claro que deixaremos que concluam toda a fala de vocês, mas, inicialmente, serão dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Mais uma vez agradecendo a participação de todos que estão aqui conosco, vai ser fundamental ouvi-los, até para instruir o nosso PL. Estou aqui com assessoria, quero agradecer à minha assessoria e a todos que nos acompanham.

Vou passar a palavra agora para o Sr. André Luiz de Souza Marques, que é o Secretário de Regulação da Agência Nacional de Cinema (Ancine), que participa de forma remota.

Seja bem-vindo, Sr. André Luiz.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde. Tudo bom?

Estão me ouvindo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, ouvimos bem.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA MARQUES (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Leila Barros e todos os demais presentes aqui na audiência.

Eu me chamo André Marques, atuo atualmente como Secretário de Regulação da Agência Nacional de Cinema, e gostaria de agradecer o convite, no nome da Ancine, para a agência participar deste importante debate.

Bom, eu vou fazer uma breve fala aqui sobre o setor de jogos eletrônicos, destacando, sobretudo, os pontos de similaridade desse segmento com a indústria audiovisual tradicional de filmes e séries.

Deixem-me compartilhar aqui. (*Pausa.*)

Vocês estão vendo aí a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA MARQUES (*Por videoconferência*.) – Então, como falei, vou fazer uma breve fala aqui sobretudo sobre a similaridade do mercado de jogos eletrônicos com a indústria audiovisual tradicional.

Como certamente todos vocês sabem, a indústria de jogos eletrônicos é uma indústria muito importante, muito relevante economicamente, com um grande faturamento em todo o mundo, inclusive no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, e tem, obviamente, suas peculiaridades. Por exemplo, o tratamento do jogo eletrônico ao mesmo tempo como *software*, mas também como uma obra criativa, como indústria criativa. São essas similaridades, em particular, que eu gostaria de destacar.

Podemos ressaltar que as estruturas de mercado e a cadeia de valor desses dois segmentos apresentam muitas similaridades, tanto nas etapas iniciais de fornecimento de ferramentas e padrões de produção, seja na produção do conteúdo em si, em questões relativas à gestão de direitos, de propriedade intelectual sobre essas obras ou seus elementos, bem como na distribuição dessas obras até o público consumidor, que, tal qual com filmes e séries, pode se dar tanto de forma física como por meio digital, cada vez mais usado.

Existem muitos tipos de jogos eletrônicos, uma enorme variedade. Em particular, aquele jogo que é voltado ao entretenimento e focado em contar histórias apresenta muitas similaridades com a obra de visual tradicional. São obras geralmente com narrativas mais elaboradas, roteiros, gráficos também mais elaborados e, muitas vezes, bastante realistas.

Uma característica essencial dos *games*, a interatividade, é uma característica que também tem marcado presença, ainda que não tão massivamente, mas tem marcado presença nas obras audiovisuais tradicionais, na produção de alguns filmes e séries que têm essa interatividade, que possibilitam ao espectador selecionar, tomar decisão pelo protagonista e, com isso, construir diferentes narrativas e chegar, inclusive, a diferentes finais para essa história.

Então, além dessas similaridades na estrutura e cadeia de valor do mercado, muitos dos desafios e das dificuldades encontradas por esses setores também são similares. Por exemplo, podemos citar o grande espaço ocupado por propriedades intelectuais estrangeiras, propriedades essas que se beneficiam de ganhos de escala global.

Podemos citar também a baixa penetração do jogo brasileiro no mercado internacional, como também no próprio mercado brasileiro, que é dominado por produções estrangeiras, que não são tão diferentes do mercado de filmes e séries.

Ambos os setores também são fortemente dependentes de ferramentas e tecnologias de ponta, tecnologias usualmente estrangeiras, e essa dependência exige a constante atualização da infraestrutura dos agentes que atuam nesses setores.

Com o desenvolvimento cada vez maior da indústria de jogos eletrônicos, tem havido ainda um aumento dos pontos de contato entre essas indústrias, de forma que empresas que tradicionalmente eram associadas à produção de conteúdos como filmes e séries têm investido na produção de jogos eletrônicos e vice-versa – isso, em todas as etapas da cadeia.

Podemos mencionar, por exemplo, empresas como Warner, DreamWorks e Lucasfilm, que são tradicionalmente associadas à produção de filmes e séries, que têm investido na produção de jogos, ou –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao contrário – empresas como Blizzard e Rovio, que são tradicionalmente associadas à produção de jogos, que têm investido na produção de filmes e séries. Lojas como Apple e Google Play oferecem, em seus catálogos e serviços, produtos tanto de jogos eletrônicos como de filmes e séries.

Podemos citar também a Sony e a Microsoft, que são empresas que produzem dois dos principais consoles de jogos atualmente e que também investem em diferentes etapas da cadeia, como produção ou distribuição de conteúdo.

Com isso, essa aproximação desses diversos agentes da cadeia cria uma sinergia que tem dado origem ao catálogo de produtos centrado em produções intelectuais muito valiosas. Podemos citar vários exemplos de jogos eletrônicos que viraram filmes ou séries, como o caso de *Resident Evil*, *Sonic*, este ano tivemos o filme do *Mario Bros.*, que fez enorme sucesso no mundo todo, ou séries, como *The Last of Us*, que também fez bastante sucesso. Também temos, obviamente, o caso contrário: muitos filmes e séries de sucesso, franquias como *Harry Potter* e *O Senhor dos Anéis*, que também são transformados em jogos de sucesso.

Outro ponto aqui em comum seria as tecnologias, o desenvolvimento dessas tecnologias que são usadas em ambas as indústrias. Temos notícias, por exemplo, de tecnologias que são de ponta, que são criadas para a confecção de jogos eletrônicos e que têm sido usadas na produção de filmes e séries, especialmente na produção de efeitos especiais e de imagens geradas por computador.

Considerando essa aproximação das indústrias e da indústria de jogos como fazendo parte também, entre outros, da indústria de audiovisual, é natural também pensar o enquadramento do jogo como uma obra audiovisual. Eu trago aqui a definição presente na Medida Provisória 2.228, de 2001, que é o principal marco do setor audiovisual e que define a obra audiovisual como "produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento [...]", isso independente dos processos de captação, transmissão, reprodução, enfim.

A gente observa aqui que um jogo eletrônico se enquadra perfeitamente nessa definição – é uma transmissão de imagens com movimento –, sobretudo essas obras que eu mencionei, esses jogos mais narrativos, que têm muitos elementos artísticos também em comum. A produção dessas obras envolve elaboração de roteiro, direção de arte, edição de som, trilha sonora, uso de atores e dubladores, enfim... Então, além dos elementos econômicos em comum, também há muitos elementos criativos.

Com isso aqui, a Ancine já, há muitos anos, reconhece os jogos eletrônicos como obras audiovisuais, eles são enquadrados como audiovisuais nos termos desse artigo da MP, embora eles não possam ser enquadrados adequadamente nas definições que a MP traz para obras cinematográficas e videofonográficas. E o enquadramento como obra cinematográfica ou videofonográfica, em geral, é o foco das políticas de fomento voltadas ao audiovisual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe aqui também trazer um reconhecimento pelo Ministério da Cultura, lá em 2011, dessa indústria dos jogos eletrônicos como uma indústria do audiovisual, e isso permitiu que os jogos fossem passíveis de investimento pela Lei Rouanet.

Basicamente, com toda essa similaridade, isso trouxe o interesse da Ancine sobre esse mercado, que se aproxima da indústria visual mais tradicional com que a Ancine lida, e, com isso, a Ancine tem feito alguns esforços, ao longo dos anos, de estudar e conhecer melhor esse segmento.

O principal esforço foi a publicação da Análise de Impacto Regulatório, em 2016, em que a Ancine analisou diversos aspectos desse mercado, como por exemplo aspectos relativos à cadeia de valor, oferta e demanda, políticas públicas, questões de propriedade intelectual e tributárias, entre outros fatores. Esse é o principal estudo, ele é público, disponível no nosso portal a qualquer interessado.

A Ancine, fora esse estudo, tem feito eventualmente outros debates, inclusive no âmbito do fundo setorial, e esses debates têm mostrado que, no nosso entendimento, o setor teria muito a ganhar com um avanço legislativo deixando bem claro o papel dos jogos, a sua importância tanto no fator cultural quanto econômico. E, por isso, o debate sobre o marco regulatório, como está sendo proposto por esse PL, é essencial e pode auxiliar não só no desenvolvimento do setor, como também no fortalecimento de políticas públicas e valorização dos jogos enquanto um produto cultural, um importante produto cultural para o país.

Era isso que eu tinha aqui para falar inicialmente e coloco aqui a exposição da Ancine para contribuir neste debate com o que a Ancine puder auxiliar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós é que agradecemos, André Marques, Secretário de Regulação da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Grata pela sua exposição.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Rejane Penna Rodrigues, Diretora de Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte (Dealis).

Seja bem-vinda, Rejane.

A SRA. REJANE PENNA RODRIGUES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Ao saudar a nossa Senadora Leila Barros, eu cumprimento todos os participantes desta mesa.

Eu trago aqui um abraço muito especial do nosso Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, o Sr. Paulo Henrique Cordeiro, que é do Ministério do Esporte, que, por compromissos anteriormente assumidos, não pode estar presente aqui com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atual gestão do Ministério do Esporte, representada pelo Ministro André Fufuca, considera este tema como muito importante pela inovação que traz e a repercussão na sociedade, principalmente envolvendo a juventude, um segmento foco de interesse das políticas públicas do nosso governo.

Nós tivemos a oportunidade de acompanhar, no mês passado, a audiência pública no âmbito da Subcomissão Especial dos Esportes Eletrônicos na Câmara de Deputados, ocasião em que os convidados trouxeram muitos dados e elementos para conhecimento público, entre eles as duas grandes áreas da indústria de *games*, os *games* propriamente ditos, *videogames*, jogos, peças e computadores, os equipamentos, além da questão dos programadores e dos profissionais, e os jogos eletrônicos enquanto espetáculo esportivo e todo o *marketing* esportivo, propaganda, apostas, premiações, transmissão.

Então, entendemos que toda essa organização de competição precisa de permissão dos donos dos jogos e que essas questões necessitam de discussões como as que estão ocorrendo nesta Casa, a fim de elaborar a regulamentação adequando o que cabe para cada um dos atores envolvidos.

Então, a partir de buscas realizadas, estima-se que 13.225 pessoas trabalham nesse setor.

Outro dado relevante é o aumento da participação das mulheres no ensino superior dos jogos digitais. Entre 2011 e 2020, a participação das mulheres passou de 3% para 12%. Nos anos de 2021 e 2022, esse número dobrou, atingindo 24%.

Uma preocupação e atenção que devemos ter é com que sejam realizados estudos do uso excessivo de jogos eletrônicos por crianças e jovens e seus impactos sobre a educação brasileira. A tendência recente na adoção de *games* como estratégia pedagógica, estudos da relação de como os jogos eletrônicos se inserem na cultura nacional, seus impactos e mudanças nas práticas são perguntas e preocupações que devemos ter. Os jogos eletrônicos devem ser regulamentados, tendo entre suas prioridades a questão da dopagem, da justiça esportiva, dos *sites* de apostas, da representação brasileira nas competições, mas também na diversidade e na inclusão.

Será preciso também garantir a propriedade intelectual e a propriedade material.

Entendemos também que são assuntos distintos os *fantasy games* e os jogos eletrônicos e que possuem uma expectativa na regulamentação já há alguns anos.

Então, nesse processo, a contribuição do Ministério do Esporte, divulgada pelo nosso Ministro Fufuca, é a criação de uma nova secretaria, que está sendo construída para tratar especificamente dos jogos eletrônicos. Não podemos ignorar estudos recentes que mostram que o mercado de *games* no Brasil cresceu 140% de 2019 a 2020 durante a pandemia e que o mercado global de *games* deve ultrapassar os R$200 bilhões até o final de 2023.

Nós temos um mercado consumidor e também um mercado gerador de emprego e renda. Isto, aliado ao interesse e motivação da participação e inclusão de adolescentes e jovens, não é algo que possa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ignorado pelo poder público nacional. Estamos aqui de forma institucional, representando o Ministério do Esporte, para acompanhar os debates, as discussões, aprender mais sobre esse tema e sermos parceiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela participação, Rejane Rodrigues, Diretora de Esporte Amador, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte.

Agora vou passar a palavra para a Sra. Raquel Gontijo, que é Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (Abragames).

Seja bem-vinda, Raquel!

A SRA. RAQUEL GONTIJO (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença e também a deferência por nos convidar à Senadora Leila, a todos os membros da mesa também, à representação, às pessoas que estão aqui para nos assistir e escutar. Agradeço o convite para estar participando desta audiência pública.

Meu nome é Raquel Gontijo. Eu sou representante de Relações Institucionais da Abragames, que é a Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos. É uma associação que tem cerca de 20 anos nesse mercado. A gente já falou, da outra vez que a gente teve nosso debate no Plenário, da outra vez que nós fomos convidados. Estamos sempre abertos a conversar, a trazer de volta esse tema, que é muito relevante para todos.

A primeira coisa que eu tenho a falar sobre esse PL é que o nosso andamento foi bastante desigual. A gente teve algumas dificuldades no começo, inclusive com relação à definição do que são esses jogos eletrônicos, o que contempla, o que está fora, como a gente vai regular. Até este momento, a gente poderia dizer que jogos eletrônicos estavam fora do radar das audiências públicas, desse espaço que é o espaço do Congresso. A gente, até agora, não tinha tido esse espaço de diálogo para tratar a respeito do que foram os jogos eletrônicos, e eu fico muito feliz de dizer que, agora, a gente já deu um grande passo, que é justamente nessa questão da definição do que são esses jogos eletrônicos.

Então, todas as discussões que a gente tem tido nesta Casa são nessa medida de construir o que são essas definições dos jogos eletrônicos. Eu acredito que a gente pode dizer que já chegou a um ponto de construir um consenso, uma clareza a respeito do que são esses jogos, e estamos construindo um texto em conjunto.

Eu acho que uma das maiores vitórias que a gente pode dizer é que a gente, agora, está tendo uma participação horizontal da Abragames, de outros grupos que têm ajudado na construção do entendimento, diversos Senadores que têm conversado conosco a respeito e têm feito um texto que tem construído algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é muito mais abrangente, muito mais inclusivo e que eu imagino que vai ser muito mais interessante para a gente começar a pautar, como o nosso colega da Ancine falou, um marco regulatório necessário para o crescimento da nossa indústria.

A gente precisa avançar agora nesse entendimento da importância do setor para o desenvolvimento da economia do Brasil. A gente tem uma capacidade de *soft power* latente na área de jogos que precisa desse marco regulatório e, quem sabe, também das regulações que vão vir posteriormente. A gente vai precisar dessas regulações para que a gente consiga alcançar todo esse potencial de *soft power* que os jogos trazem.

Então, nosso próximo passo é justamente avançar nesse entendimento.

Eu posso dizer que agora a gente está num momento meio 2.0 do mercado de jogos. Nós estamos alcançando uma maturidade tanto de empresas, de indústria... Alguns anos atrás, cerca de 10, 15 anos atrás, você tinha poucas centenas de empresas de jogos no país que estavam mapeadas. Hoje em dia, a gente chega à casa dos milhares, e essas empresas sempre chegam para a Abragames pedindo, solicitando diversos entraves, diversos bloqueios que a gente não consegue ultrapassar sem a aproximação do poder público e das políticas públicas para que a gente possa alcançar patamares melhores.

E alguns desses pontos que a gente precisa ver, desses gargalos que impedem a gente de alcançar isso são: a gente tem dificuldade em contratar os nossos colaboradores, em fazer com que esses colaboradores cheguem às empresas e também às próprias escolas; que as escolas tenham essa formação, que as crianças e adolescentes saibam o que é a indústria dos games, como eles podem alcançar isso em termos de carreira e de formação. Nós temos dificuldades em chegar nos nossos investidores, nas pessoas que podem estar eventualmente interessadas em alcançar e investir para o crescimento dessas empresas de jogos.

A gente tem dificuldade também nas nossas remessas, porque os jogos... É uma indústria que nasceu global, nós vendemos mundialmente, a gente tem uma transação muito digital. Por conta disso, a gente tem muitas dificuldades, inclusive por falta de arcabouço legal, da explicação do que isso significa na prática. E a gente tem dificuldade de nacionalizar as remessas de investimentos que a gente consegue, por conta disso, e de fazer esse dinheiro chegar, de fato, ao seu objetivo final, para fazer com que essas empresas consigam produzir esses jogos, colocar esses jogos no mercado e fazer essa roda girar, para que a gente tenha mais empregos, para que a gente tenha um produto cultural que a gente possa exportar e fazer esses jogos que vão ser um valor feito no Brasil e para o Brasil, também mostrando para o resto do mundo.

Esse interesse, essa aproximação do poder público é algo que a Abragames, a indústria de *games*, em geral, vê com ótimos olhos, porque a gente realmente gostaria muito de ter uma aproximação nesse sentido. Então, a gente fica muito feliz de ter essa aproximação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há alguns pontos de que a gente tem falado a respeito – já tem conversado em alguns momentos no corredor – e que a gente precisa que estejam neste PL. No momento, da forma como ele está, a gente precisaria de emendas para que a gente conseguisse chegar a isso. É definir os escopos e as atividades que são ligados ao desenvolvimento dos jogos eletrônicos, da cadeia produtiva; e quem são as pessoas que compõem os CNAEs os CBOs que estão atrelados à produção dos jogos, porque a gente não tem definição a respeito disso, com o reconhecimento desses profissionais que são tão essenciais para o desenvolvimento dessa atividade. A gente precisa também que exista uma definição das ferramentas fundamentais necessárias para a produção desses jogos, para que a gente consiga alcançar essas ferramentas que, muitas vezes, vêm do exterior e ficam presas na Aduana. A gente tem várias dificuldades acerca de como a gente consegue ter alcance a essas ferramentas, tanto em termos de volume, de valor, quanto no entendimento do poder público de que são ferramentas de trabalho, especialmente para esse não impedimento aduaneiro. E é preciso a construção de um arcabouço também, especialmente, como já foi falado – eu imagino que a Emanuella também vá contemplar isto na fala dela –, a respeito da proteção de crianças e adolescentes acerca das diversas dificuldades, do uso consciente e do uso responsável dos jogos. Que que se faça isso de forma positiva, formativa e segura para todos.

Eu acredito que, com a ajuda desta Casa Legislativa, nós vamos conseguir chegar a esse entendimento, vamos conseguir chegar a esse texto. Eu espero que, nas próximas semanas, para janeiro, depois que terminar o recesso legislativo, possamos, o mais brevemente, avançar nesse entendimento e na construção de um PL que seja mais robusto e que a gente consiga aprová-lo também o mais rapidamente o possível.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente. Grata pela participação e pela presença aqui, Raquel Gontijo, que é representante da Abragames.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Emanuella Halfeld, que é Analista de Relações Governamentais do Instituto Alana.

Seja bem-vinda, Emanuella.

A SRA. EMANUELLA HALFELD (Para expor.) – Obrigada. Muito obrigada.

Eu inicio a minha fala agradecendo à mesa, agradecendo à Senadora também por esse convite, pela audiência, e explicando quem somos, quem é o Instituto Alana.

O Instituto Alana é uma organização que tem a missão de honrar a criança. Eu acho que isso é uma missão que a gente compartilha com todos aqui, porque, quando a gente tem um olhar direcionado para o melhor interesse da criança e do adolescente, que são hipervulneráveis, a gente tem um olhar de fazer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade melhor para todo mundo, pensando em proteger aqueles que vão fazer o futuro, mas que já estão fazendo o agora. Então, essa é a nossa missão, e a gente vem aqui contribuir no debate nesse sentido.

Acho que a gente está num momento de muita importância nos debates sobre tecnologia aqui no Senado Federal, porque, quando a gente fala de um marco regulatório de jogos e dos incentivos que a gente dá para a indústria, no fundo, o que a gente está falando? Que incentivos a gente vai dar para o desenvolvimento tecnológico de produtos e serviços que vão atingir crianças aqui no Brasil? Como isso vai impactar a esfera de direito deles? E como isso vai impactar a forma de interação deles com tecnologia? É sobre isso que a gente está falando. Então, colocar no centro deste debate a criança e o adolescente e o seu melhor interesse, ou seja, o desenvolvimento de produtos e tecnologias que não são para a sua exploração, mas que são para o seu desenvolvimento em sociedade, que são para atingir o objetivo constitucional da educação, que é formar cidadãos, que é você entender o mundo, que é você participar de forma ativa e se formar também nesse processo, é o que a gente tem de mais importante que a gente pode fazer pela sociedade agora. Então, parabenizo, mesmo, este debate e a importância deste tema.

Qual é a preocupação do Instituto Alana? É garantir que essa construção de um marco regulatório para crianças e adolescentes não seja feita sobre um pilar de exploração comercial. Isso é muito importante para a gente. Outra coisa: é garantir que qualquer pilar de inovação seja guiado e norteado pelo melhor interesse e bem-estar da criança e do adolescente. A gente já trabalha há quase 30 anos falando sobre como é complexa a questão da exploração comercial, tanto no ambiente digital quanto em outros meios de comunicação. Por quê? Porque a criança não tem capacidade de entender a publicidade, ela não tem capacidade de reagir à publicidade, e essa é uma preocupação que a gente traz para esse marco de *games* nesse sentido. Isso é muito importante de a gente entender. Que esses jogos que entram nas escolas, nas casas não estejam lá para vender um produto ou vender uma pressão consumista para as famílias que estejam adotando esses jogos nas escolas, mas que, na verdade, estejam lá focados no seu desenvolvimento e no seu melhor interesse. Acho que essa é uma primeira parte e é uma parte que eu reforço. Já está no Código de Defesa do Consumidor, a gente já tem essa vedação de explorar, realmente, a deficiência de julgamento da criança no sentido de fazer publicidade direcionada a ela. Acho que esse é um ponto de importância no debate de jogos também, considerando a ampliação desse tipo de negócio.

Outra questão é que as crianças brasileiras e os adolescentes brasileiros já jogam muito. A gente tem dados de que mais de 50% em todas as faixas etárias, de 9 a 17 anos de idade, estão jogando. Então, como a gente observa? O que os outros dados – e aqui eu me refiro aos dados da pesquisa TIC Kids – estão falando para a gente também? Que tem um aumento muito grande naqueles jogos nos quais há a interação conectada com outros jogadores. Aqui, a gente precisa falar sobre riscos para essas crianças e adolescentes, que estão cada vez mais conectados com pessoas na internet, podendo interagir. E há, inclusive, formas diferentes de interação, algumas por mensagens pré-prontas, outras por interação livre. E aí eu destaco aqui um dado: esse aumento é progressivo e, para meninos, chega a até 80,4% dos meninos jogadores que estão interagindo com outros *players*, com outros jogadores *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é uma preocupação que a gente tem nesse sentido? Primeiro, que o desenvolvimento de jogos eletrônicos no Brasil seja norteado por uma cláusula de desenvolvimento de melhor interesse. O que isso significa? Que, na hora de desenhar um jogo, desde a sua concepção, mas em todas as etapas de produção, lançamento, uso desses jogos, você tenha uma consideração sobre o melhor interesse da criança e do adolescente, e que você faça uma análise, inclusive, de riscos para aquela criança e adolescente quando você está ofertando um produto para ela; e que seja transparente com isso, inclusive para que os pais, os responsáveis possam fazer escolhas decididas de entender o conteúdo daquele jogo, de entender os riscos, de entender, inclusive, quais são os mecanismos – aquilo que a gente chama de salvaguardas – que estão disponíveis para eles poderem apoiar a criança e o adolescente naquela navegação. Essa é uma defesa que a gente faz, então, que é a questão do desenvolvimento norteado pelo melhor interesse em todas as suas fases.

E outra questão muito importante é a responsabilidade compartilhada, prevista no art. 227 da Constituição Federal, entre Estado, entre famílias responsáveis e sociedade, aqui entendidos como os desenvolvedores, como as pessoas envolvidas no meio publicitário, para esse desenvolvimento de jogos. Uma ressalva. Termos de uso não são o bastante. A gente tem visto isso hoje. Por mais que a gente tenha jogo que fale nos termos de uso que ele é para maior de 13 anos, é muito importante que o marco regulatório observe a realidade: há crianças naquele jogo e o que está sendo feito de fato para controlar e fazer essa verificação de idade? Esse é um outro ponto importante. Senão, a gente tem termos de uso que não estão replicando uma verdade. E, se há crianças naquele jogo, a gente precisa elevar o nível das salvaguardas, porque o que está em jogo aqui é o desenvolvimento dessas crianças e desses adolescentes.

E eu destaco nesse sentido a importância em especial de transparência sobre as medidas que são adotadas pelos jogos que permitem interação entre usuários. O Instituto Alana recentemente concretizou uma denúncia para o Ministério Público de São Paulo, que, inclusive, abriu um inquérito, uma investigação, sobre uma plataforma de jogos em que se viu, ao observar a realidade daquela plataforma, que tinha interação entre usuários, casos de aliciamento sexual, casos de trocas de imagem de abuso e exploração sexual. Então, se você permite a interação e, portanto, o seu modelo de negócios amplia o risco para crianças e adolescentes que estão naquele ambiente, é importante que você tenha a diligência e a transparência de ter pelo menos uma central de denúncias de violações e ter essa cooperação para lidar com as denúncias, para dar um tratamento transparente para elas, para reagir, para dar informações aos pais. Esse é um arcabouço mínimo, mas muito importante, que já seria um avanço muito, muito necessário nesse ambiente de jogos, de interação no Brasil.

E não é só sobre aquilo que acontece no ambiente digital dos jogos, mas também sobre aquilo que acontece nas comunidades oficiais. A gente vê que as próprias comunidades, os fóruns atrelados aos perfis oficiais de comunidades de jogos famosos podem ser reprodutores de violência, que normalmente atinge muito meninas. E isso é uma grande preocupação social que a gente tem e que a gente deve ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas questões da transparência, do desenvolvimento para o melhor interesse, de normas claras, de termos de uso que sejam compatíveis com a legislação brasileira são todas questões muito importantes para nortear esse desenvolvimento de um setor de negócios que é voltado para a criança e para o adolescente.

E, por fim, eu quero frisar só uma questão. A internet é um mundo complexo. A gente está tendo debates muito profundos sobre a questão do perfilamento. O que é o perfilamento? Esse uso de dados pessoais para gerar uma espécie de perfil seu e induzir a certas decisões. E a gente tem que garantir – isto é uma orientação, inclusive, da ONU para todos os países; é o Comentário Geral nº 25 da ONU, que fala sobre plataformas digitais, e nisso, inclusive, os jogos – que esses dados pessoais não sejam utilizados para exploração comercial dessas crianças e adolescentes sob nenhuma hipótese, dentro do jogo, por exemplo, ou fora dele. Em que sentido? A gente não pode permitir que aquele hábito de navegação daquela criança ou adolescente seja a todo momento rastreado, monitorado e depois compartilhado. Para quê? Para depois gerar um perfil de consumo que a induz novamente a essa pressão consumista dentro das famílias. Então, isto é muito importante: uma vedação ao perfilamento de crianças e adolescentes dentro de jogos. Isso é algo que a gente tem que ter, e a gente não pode ter exceções nesse sentido.

E novamente eu friso, e fecho minha fala falando sobre isto, que a criança não tem capacidade de compreender a publicidade direcionada, a criança não tem capacidade de entender a comunicação mercadológica. E, nesse sentido, é muito, muito imperativo que a gente mantenha a compreensão, já dada pela jurisprudência, pela lei, de que a publicidade infantil é ilegal. Isso não pode de jeito nenhum entrar no mundo de jogos, nas escolas e nessa ampliação.

Desenvolver o setor, sim, mas desenvolver com responsabilidade e pelo melhor interesse destas e das futuras gerações.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Emanuella.

É só para dar uma notícia aqui. Eu estou conversando com a minha assessoria. Eu assinei na sexta-feira a liberação do relatório, só que ele não foi publicado, ele foi publicado agora. Eu achei até que vocês teriam tido acesso a ele. Então, eu peço desculpas. Foi um erro de comunicação aqui interno.

Agora, tudo que foi falado aqui foi atendido. Eu estou muito feliz! Estou conversando com os dois ali. Eu acho que vocês têm conversado muito com o gabinete e participado. Então, quero pedir a vocês, porque estamos no processo ainda de... Colocamos, digamos, o relatório na estrada e esperamos de todos vocês que estão aqui mais contribuições, enfim, a avaliação de vocês, mas, até o momento, eu estou muito feliz aqui, porque, quando vocês falam, eu já olho para os dois, e os dois: "Não. Está tudo sob controle". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque eu sou mãe, tenho um adolescente de 13 anos, e a gente sabe, enquanto pais, que a nossa maior preocupação é justamente essa questão da navegação das crianças, dos adolescentes nas redes, nessas plataformas. Então, o compromisso é total com essa proteção. Você pode ter certeza, Emanuella.

Eu vou passar a palavra agora para o Márcio Filho, que é o Presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Estado do Rio de Janeiro.

Seja bem-vindo, Márcio!

O SR. MÁRCIO FILHO (Para expor.) – Boa tarde.

Boa tarde, Sra. Senadora Leila. É uma honra enorme, é um prazer revê-la, acompanhá-la novamente, depois daquela histórica sessão temática do dia 20 de setembro.

Cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes, V. Exas.

Primeiro, agradeço e aproveito o ensejo para valorizar também, Senadora Leila, os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui presentes. Estou vendo o meu amigo fotógrafo tirando foto aqui, a turma que está cuidando da transmissão, a que vai fazer as notas taquigráficas... A política está muito no palanque, está muito na frente das câmeras, mas quem sustenta isso aqui, para acontecer, são eles e elas. Então, quero valorizar os trabalhadores que estão tocando este momento.

Eu queria fazer uma segunda nota antes de entrar no tema e dizer que eu estou enormemente feliz de estar numa mesa que está discutindo jogos eletrônicos em que presencialmente o único homem sou eu. Temos mais dois camaradas *online*, mas é uma alegria enorme, porque isso aponta para um setor e para uma direção, Senadora, e queridos camaradas que estão nos assistindo, de mudança mesmo de paradigma. A gente, durante muito tempo, pensava em jogos como um mercado masculino, e, devagarzinho... É claro que a gente tem que acelerar esse passo, as mulheres têm que, de fato, tomar essa frente, mas isso aqui é um símbolo muito especial. Isso me toca, de fato, de maneira muito profunda. Então, é uma alegria enorme poder ver isso.

Inicialmente, eu gosto de relembrar por que a gente está aqui neste momento. O setor de jogos eletrônicos, que hoje no Brasil emprega estimadas 70 mil pessoas, com milhares de empresas abertas, que tem política pública destacada em todos os países do G20, que representa 3% da economia finlandesa, no Brasil, não tem regulação. E aí tem alguma coisa. A pergunta que deve ficar de partida é: isso ajuda ou atrapalha o país? Não ter uma regulação nos ajuda ou nos atrapalha enquanto nação e enquanto setor especificamente?

Antes de continuar, deixem-me me apresentar. A Senadora Leila, honrosamente, já o fez na abertura, mas é para dizer que eu sou o Márcio Filho e sou empreendedor do setor de jogos eletrônicos já há 16 anos. Tenho uma das empresas mais antigas do país na área. Sou especialista na aplicação do que se chama de *games* e sociedade, os jogos aplicados. No meu tempo, lá no começo, eram *serious games* – vocês já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouviram esses termos por aí. Hoje a gente fala de jogos aplicados, que é mais amigável, mais amistoso. Então, a gente fala de aplicar os jogos na sociedade. Eu estou presidindo a Ring, que é a associação de empresas de jogos digitais do Estado do Rio de Janeiro, mas, como a Ring, há outros 16 estados que detêm uma associação regional, além, é claro, da nossa associação nacional, que já teve brilhantemente colocada a sua apresentação pela minha camarada Raquel Gontijo, com quem eu tenho a honra dividir a mesa.

Tem isso tudo de gente, o setor é enorme, não tem regulação e o setor urge, pede por uma regulação, mas não se vê representado no PL que chegou até a Casa, que chegou aqui até o Senado Federal. Por quê? O que a gente está fazendo?

Eu tenho uma empresa, como falei, há 16 anos aberta. E, se vocês me perguntarem, então, quais são as atividades econômicas que exerce a minha empresa, os códigos nacionais de atividade econômica que estão lá no meu CNPJ, os CNAEs, eu vou dizer para vocês com tranquilidade: eu tenho uma empresa que é uma empresa de produção de *software* de computador, uma empresa de conteúdo para a internet e uma empresa de realização de evento. Cadê os *games*? É porque não tem. Então, na verdade, o que a gente está fazendo aqui... Onde é que estão esses jogos eletrônicos, se eu estou aplicando jogo...? E aplicando jogo, Senadora, no tema desta Comissão. A minha empresa aplica jogos na educação, e, mesmo assim, eu estou falando de uma empresa que não tem o Cnae de jogos eletrônicos.

Hoje, a falta de regulamentação é o que nos impede de fato. Não tem código nacional de atividade econômica ligado à produção de jogos e não só à produção de jogos, mas a todas as atividades, às subatividades que estão vinculadas aos estúdios, a cada parte da cadeia produtiva.

E é claro que eu não preciso nem dizer: se não tem empresa, não tem emprego, não é? Então, como é que eu contrato um *game designer*? Digamos que aqui a gente tenha um cara que tem a brilhante ideia de criar um jogo – e nós temos muitos brasileiros criando jogos incríveis internacionalmente, mas eu vou ficar num exemplo aqui. Eu tenho lá a minha empresa, criei um jogo maravilhoso, quero contratar uma equipe que vai designar como é que funciona meu jogo. Como é que eu assino a carteira de trabalho dessa pessoa, desse menino, dessa menina – que nem às vezes nem é tão menino, nem tão menina assim, mas vamos considerar, não é? Estão nos trinta e poucos e tal, eu vou ficar nessa faixa etária; é a faixa em que eu estou, vou dizer que é menino ainda para me dar esse desconto. Então, como é que eu o contrato? Como é que eu contrato o cara que vai desenvolver as fases? São profissões específicas de jogos. E aí como é que eu posso assegurar emprego ao testador de jogos? Se não tem empresa, se não tem emprego, como é que eu vou dar a direção, como é que eu vou desenvolver políticas públicas para o setor de jogos eletrônicos no Brasil?

E aí é uma jabuticaba, porque, quando a gente pensa no resto do mundo, todo mundo tem política pública, só a gente aqui que não tem. É uma loucura!

E aí, ótimo, todo mundo aqui, quando eu falar de *games*, vai lembrar: somos campeões dos esportes eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é uma alegria enorme poder dividir a mesa com o Ministério do Esporte, é fundamental. O Ministro Fufuca tem dado excelentes sinalizações sobre o tema. Nessa reunião da Subcomissão dos Esportes Eletrônicos que a Sra. Rejane comentou aqui, eu tive a honra de ser orador também naquela oportunidade; a Raquel também esteve lá conosco. Ouvir a fala recorrente, Senadora Leila, de como o Ministério do Esporte está, de fato, entendendo o setor de jogos eletrônicos como área fundamental à existência no país é ver que eles estão reconhecendo uma realidade imperativa. Isso é muito importante e histórico, eu gostaria de dizer.

Agora, legal, somos campeões dos *videogames*, somos grandes consumidores, 1,5% do mercado global de jogos é brasileiro, mas nós ainda somos 0,1% do mercado produtivo global. Nós somos, para efeito de comparação, 3% da população global. Tem espaço para a gente crescer como mercado consumidor, porque de 1,5% para 3% ainda tem um chão. Agora, como mercado produtor, falta um planeta inteiro! Somos 0,1% do mercado produtor. O que é que está faltando para a gente? A nossa água é diferente? A gente não tem capacidade intelectual? Não é isso!

Agora, vamos lá, porque a gente não pode ter o direito de se confundir mais. Acabou esse tempo. O setor produtivo de jogos eletrônicos no Brasil precisa ocupar o papel de destaque que merece. Nós precisamos tomar as rédeas do nosso destino. Chega de trabalhar com apostas descabidas, com fantasias ilusórias, é hora de entrar no jogo de verdade. E entrar no jogo de verdade... A gente está aqui para fazer essa construção, Senadora, para construir essa nova realidade, que seja compatível não somente com os anseios do setor, mas especialmente com as possibilidades que estão postas para o país nesse mercado altamente globalizado.

Nesse sentido, um projeto de lei como o PL 2.796 não poderia mesmo passar por um processo tão açodado de aprovação, que não contivesse debate.

E aí quero aqui reconhecer o trabalho que a senhora compôs. V. Exa. desenvolveu e foi uma das que mais se dispôs a esse debate; comprou de fato o barulho. Isso é muito importante de se reconhecer na política. A política está muito acostumada... A gente está muito acostumado a bater na política, especialmente nos políticos, mas há de se reconhecer – até porque você cria um círculo virtuoso – aqueles que fazem a boa política, que lutam o bom combate. Então, nesse sentido, o reconhecimento à Senadora.

Não posso deixar, obviamente, também de citar o Senador Flávio Arns, que também foi um combativo e equilibrado guerreiro nesse processo e que trouxe toda a sua experiência também para poder conduzir; e também o quanto foi aguerrido também o empenho do nosso querido Senador Girão, que também esteve lá no Plenário a todo momento, junto com a gente, fazendo, de fato, a nossa tríade especial, que conseguiu entender a necessidade do debate.

Aqui, de maneira muito clara, não é uma questão de defesa deste ou daquele setor, mas a gente precisa debater o setor, para poder perceber o melhor interesse do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, obviamente, sem dúvida nenhuma – cumprimentando meus amigos do Instituto Alana, especialmente a Emanuella –, o melhor interesse do país é o melhor interesse da criança e do adolescente. Disso não se tem nenhuma dúvida. O setor está absolutamente alinhado nessa busca, nesses valores que o Instituto Alana traz aqui para a gente, a partir da Emanuella.

Nesse sentido, a gente tem que lembrar que o projeto foi protocolado na Câmara Federal em agosto de 2021 e que, até o dia 20 de setembro passado, não havia tido uma única audiência pública para debater o tema. Ele passou na Câmara limpinho sem audiência pública para debater o tema e ia passando no Senado sem audiência pública para debater o tema. É absolutamente importante dizer, portanto, que aquele que não teve audiência pública, ainda por cima, não é um projeto apoiado por nenhuma das 17 associações regionais do setor, sequer pela associação nacional, de modo que seria muito estranho a gente pensar num projeto de lei aprovado que fala do setor e que o setor diz assim: "Eu não reconheço nada disso aí". É muito, muito, muito estranho. Ainda bem, estamos aqui para corrigir esse cenário.

O cenário é outro, com as inúmeras oportunidades de esclarecimento realizadas, culminando nesta audiência pública histórica. A gente precisa ver nascer um texto que ajude a corrigir os rumos do PL 2.796/2021. O relatório da Senadora Leila está no *site*, eu não tive ainda a oportunidade de ler, mas eu imagino que tenha, pelo tanto que a gente pôde trocar, contribuir... Quero agradecer também à assessoria da Senadora, sempre supersolícitos e prontos a aceitar, a fazer o debate, a nos ouvir – não é aceitar o que a gente está falando, é nos ouvir para, obviamente, fazer as ponderações cabíveis. Então, que isso possa trazer para a gente um novo texto, que esteja trazendo – e tenho certeza de que está – um novo arcabouço jurídico necessário, que afaste desse campo quem não é dele, que possibilite a gente eximir todas as dúvidas e tirar qualquer dificuldade que, de fato, impeça o crescimento do Brasil e a possibilidade de o país ocupar o seu lugar de destaque.

No fundo, Exma. Senadora Leila e demais, que nos acompanham aqui e *online*, a gente não está tratando só dos jogos eletrônicos. O setor de *games* merece uma atenção aumentada, tal qual já detém nos países do G20, já que não nos faltam aqui talento nem capacidade de trabalho.

A gente tem falado, inclusive, de um Governo, o Governo brasileiro – a presença do ministério, inclusive, nos aponta para isto –, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO FILHO – ... está atento ao assunto, que está nos ouvindo e que está percebendo... O Ministério do Esporte está presente, mas também o Ministério da Cultura, a Secretaria de Relações Institucionais, o Ministério da Justiça e, obviamente, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação nos têm tratado de maneira muito aberta e muito serena sobre o assunto. Então, é fundamental que a gente, de fato, tenha essa atenção colocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, já para encaminhar a finalização da minha fala, quero agradecer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras e dizer, novamente, que eu sou Presidente da Ring, eu sou criador, um pesquisador de jogos, um realizador de eventos, mas, antes de qualquer coisa, eu sou cidadão, sou pai e compartilho esses anseios que aqui estão. Eu pude começar a minha carreira nessa área desde muito jovem. Eu estou com 35 anos e, com 15 anos, eu já estava fazendo essa brincadeira, mas eu gosto de dizer assim: quantos jovens têm a oportunidade de começar tão cedo? Quanto jovens, aliás, sequer têm a oportunidade de sonhar com isso? É este o país que a gente quer? Então, nesse sentido, quero me reapresentar. Eu sou o pai da Amora e o pai do Marcinho, essas duas figuras que guiam o meu processo. Sou um apaixonado por jogos e minhas crianças também. E eu quero muito pensar que não só os meus filhos vão poder ter uma carreira em jogos, mas também os filhos das camadas menos favorecidas da nossa população. Que a gente possa ter uma mudança de paradigma do nosso setor no país. E que a gente, a partir disso, com a criatividade típica dos brasileiros, com a capacidade de produção típica dos brasileiros, com aquilo que nos é único, que é essa capacidade de fazer parte de qualquer ambiente, possa, de fato, ocupar um novo espaço.

E é claro que esse novo espaço tem a ver com audiovisual, sim, como está para lá de colocado no arcabouço legal, mas especialmente como está visto na prática. É o cinema que bebe, como muito bem nos colocou o representante da Ancine, dos jogos; são os jogos que bebem do cinema; os dois alimentam os livros; os livros alimentam os jogos de tabuleiro.

E a gente vai rodando nessa área, porque, no fundo, a gente está falando de produção intelectual, de criatividade humana, que é a única das grandes atividades possíveis de a gente fazer sem se vincular ou podendo se vincular com qualquer tipo de recurso financeiro. Nós fazemos as coisas e nós vivemos pelo prazer de viver. É claro que a gente precisa ganhar dinheiro, é natural, não é? A gente vive em uma sociedade capitalista que exige isso, mas a gente não precisa estar ligado ao consumo, a gente pode estar ligado à boa produção intelectual, à boa produção artística, a algo que, de fato, seja único, porque criado por seres humanos para seres humanos nesse sentido.

Aqui, eu quero botar também esta reflexão: a gente quer o país do futuro sempre? Será que a gente está no momento de pensar que nossos filhos vão estar ligados a um país que está sempre vinculado ao extrativismo mineral e ao agronegócio? Ou será que a gente quer estar naquela posição do país que encanta o mundo com a sua criatividade, com a sua capacidade produtiva?

Nesse sentido, eu quero contar com V. Exas., contar com todo mundo que está participando, agradecendo novamente à Senadora Leila, para que a gente possa garantir aos jovens do nosso país, a esta nação, sob as bênçãos de Deus, nesta Casa, que foi de Ruy Barbosa, mais do que um futuro brilhante, um presente cheio de possibilidades para a nossa juventude.

Obrigado, Presidenta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela participação, Márcio. Vou falar: o Márcio fala bem, não é, gente? É empolgante! Legal, muito legal. Parabéns!

Vou passar a palavra agora para o Gilson Schwartz, Presidente da Games for Change América Latina e Professor da Universidade de São Paulo (USP), que participa de forma remota.

Seja bem-vindo, Professor!

O SR. GILSON SCHWARTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Muito boa tarde a todos e todas, Exma. Senadora Leila Barros, demais integrantes da Comissão, membros da mesa!

Realmente, falar depois do Márcio não é fácil, tanto pelo brilhantismo do conteúdo quanto pela alegria, pela contagiante alegria que ele transmite, de quem realmente é comprometido com o setor.

Eu queria, inicialmente, celebrar a realização desta sessão e agradecer novamente esta oportunidade de integrar um momento decisivo do projeto de lei e do processo legislativo, que é o encontro com a diversidade da sociedade civil, que não apenas deposita seus votos na urna, mas que acompanha, contribui, avalia e repercute o cotidiano desta que é a Casa maior da nossa vida democrática.

E o faço de uma perspectiva muito específica, na condição de Professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambos da Universidade de São Paulo, onde, há 14 anos, eu venho liderando projetos de pesquisa e extensão voltados à realidade da economia criativa nacional e internacional, especialmente no campo do audiovisual digital e nesse campo que mais cresce, respondendo por um faturamento que já supera as receitas combinadas de cinema e música, que é o setor de jogos, eletrônicos, *videogames* ou, mais simplesmente, *games*.

A Games for Change acaba de realizar o seu 20º festival anual. Inclusive, uma parte importante do festival aconteceu no edifício e com a colaboração da ONU (Organização das Nações Unidas), já que os *games* agora são vistos como uma ferramenta essencial para promover e acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Então, os *games* estão atingindo realmente uma dimensão extraordinária na política internacional, na geopolítica.

A Games for Change atua em várias regiões, especialmente na América Latina, na África, na Ásia. Contemplando esses grandes mercados que são os países de baixa renda, a gente percebe que o *game*, que, por muitos anos, foi visto como um entretenimento menor, hoje, ocupa um espaço político e geopolítico fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que o exame pelo Legislativo de um marco regulatório para os *games* no Brasil é mais um passo que promete colocar o Brasil – como a gente já viu, em vários campos correlatos da vida digital – na vanguarda dos entendimentos sobre o que significa, em tão pouco tempo, tornarmos todos e todas sujeitos de direitos digitais.

Como já é fato, no caso da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou mesmo na aceleração do processo legislativo em outras dimensões essenciais da cidadania digital, estamos convictos, na condição de pesquisador, docente, consultor e também Presidente da rede Games for Change para a América Latina – insisto: estamos convictos –, de que o marco legal em pauta colocará o mercado brasileiro de consumo e produção de *games*, seus artistas, criadores e desenvolvedores, a própria comunidade de educadores, em todas as áreas, e mesmo o Estado nacional em condições inéditas de promover a cultura, o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo, preservando a dimensão sustentável e os impactos positivos das tecnologias para a transformação social.

Celebro o avanço, nas últimas semanas, no sentido da correta integração sustentável desse segmento essencial da indústria de entretenimento e audiovisual ao setor produtivo, gerador de emprego, renda e identidade no Brasil. Sublinho a dimensão sustentável da integração econômica setorial, porque a gente já viu, em vários casos, ao longo da história recente, que não bastam subsídios ou proteção alfandegária. É preciso garantir que, muito além das ações mais ou menos acertadas do Executivo, por meio desta ou daquela pasta, muito além do desenho e implementação de políticas setoriais, seja o próprio Legislativo a criar as bases de longo prazo para que a indústria brasileira de *games* tenha o seu lugar, responsabilidades e perspectivas econômicas asseguradas.

Como Presidente da Games for Change na América Latina, sou testemunha do interesse crescente de países da região e também de outras regiões no mundo pelo futuro dessa indústria no Brasil. Estamos presentes nas Américas, na União Europeia, na África, na Ásia e no Oriente Médio. Em todas as regiões, ao longo dos anos, sou testemunha não apenas do interesse, mas também do investimento e do apoio de vários países à conformação de condições setoriais de desenvolvimento que sejam adequadas à geração de emprego e à ampliação dos mercados e das oportunidades de investimento.

No caso dos *games*, é notória a presença estrangeira, de modo que, assim como no cinema ou nas plataformas de *streaming*, é fundamental a regulação adequada, acompanhada de um redesenho institucional dos mecanismos de fomento, dos parâmetros de recolhimento de impostos e oferecimento de garantias aos criadores brasileiros. A força desse movimento é notável. Além da Games for Change, que atua globalmente, a gente já vê uma ampliação dos investimentos estrangeiros não apenas em estúdios de desenvolvimento de jogos brasileiros – alguns casos conhecidos de investimentos estrangeiros no setor, empresas que cresceram explorando o mercado brasileiro e internacional, sendo objeto de aquisições por investidores estrangeiros –, mas também no próprio segmento de eventos e formação de comunidades, porque todo o mercado produtivo está associado à existência de uma comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar aqui um exemplo. O BIG Festival recebeu, ao longo dos anos, importantíssimos investimentos do BNDES e acaba de anunciar sua integração à gamescom, ou seja, os maiores mercados passaram a vislumbrar no Brasil um potencial de crescimento em investimento. A gamescom talvez seja hoje o maior evento na área de *games* em todo o mundo e vem para o Brasil, integrando-se aos esforços notáveis, com apoio público, do BIG Festival nestes últimos anos.

São relevantes o crescimento do mercado e o interesse do investidor estrangeiro no Brasil. Imaginem como isso pode melhorar com um marco regulatório adequado, que permita, inclusive, a outros participantes, a outros *players* entrarem nesse mercado e ampliarem as oportunidades.

Quero sublinhar também como igualmente relevante o crescimento nas universidades, em ambientes de aprendizagem, desde o ensino médio e técnico, do número de cursos e disciplinas voltados à produção de *games*. É o empreendedorismo também que está sendo ensinado cada vez mais. E, portanto, como já foi sublinhado aqui por vários oradores que me antecederam, ampliar a capacitação, ampliar a formação implica mais empreendedorismo, mas é preciso dar as condições regulatórias para que esse empreendedor se sinta confiante, e o investidor também.

O empreendedorismo é animado pelos conceitos, pelas ferramentas, por essa cultura lúdica da indústria de *games*, que vai alcançando também atividades que, até pouco tempo, nem eram pensadas, do ponto de vista econômico, na construção de mercados. A gente está falando aqui de saúde coletiva e individual, de novos modelos de relacionamento com consumidores em todos os segmentos da indústria, da emergência de modelos de interfaces digitais que promovem um crescimento exponencial da tecnologia dos *games*. Isso se aplica a domínios que vão da emergência dos chamados metaversos à própria inteligência artificial. Vejam que a inteligência artificial, que hoje é a vedete da inovação digital em todo o mundo, seria impensável sem o uso de placas de aceleração gráfica, cuja engenharia teve origem exatamente no desafio de aprimorar a experiência dos jogadores em ambientes virtuais. Pouca gente sabe disso, mas a inteligência artificial roda em cima de placas gráficas que foram desenvolvidas na indústria de *games*.

Em suma, a definição do que é jogo eletrônico torna-se, ao mesmo tempo, cada vez mais precisa e também cada vez mais abrangente nos seus impactos sobre a criação de empresas, a geração de renda, o acesso à cultura e a bens de consumo, a educação digital, a inovação e, claro, a identidade. Todo produto cultural mexe com a identidade nacional, a identidade de quem joga e a própria identidade do mercado.

É evidente que um marco legal nesse segmento estratégico animará tanto as decisões futuras de investimento privado quanto a consolidação de posições no mercado de empreendimentos que assumiram riscos para garantir sua presença no Brasil, o que é o caso nosso, da rede Games for Change. A nossa operação na América Latina cresce de forma sistemática nestes 14 anos de atuação. Eu mesmo, conversando, na minha interlocução, com os capítulos regionais, percebo que essa atenção, esse interesse é cada vez maior, inclusive de áreas de governo, áreas de políticas públicas de outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da realização de eventos locais à integração do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON SCHWARTZ (*Por videoconferência.*) – ... nessas redes internacionais de distribuição, produção e inovação, passando pelo fortalecimento das novas diretrizes educacionais para o ensino médio, tão discutidas, e, de modo geral, para a educação digital, que também avança nesse marco regulatório, um marco atento às especificidades da indústria brasileira de *games* vai promover uma aceleração na formação de recursos humanos e principalmente recursos humanos com uma consciência, exatamente como o Instituto Alana acabou de sublinhar, de que é preciso respeitar os direitos do consumidor, não envolver o consumidor infantojuvenil em máquinas infinitas de geração de lucros especulativos. De modo geral, é preciso propiciar convergência entre a responsabilidade social, a sustentabilidade ambiental e a cidadania digital. Temos desafios muitos, é um setor claramente interdisciplinar, combinando tecnologia avançada e, ao mesmo tempo, áreas mais tradicionais das artes e da cultura – contar histórias, desenhar, músicas... É uma combinação do mais ancestral com o mais avançado. Apenas um marco regulatório adequado, como o que, finalmente, se consolida em nossas Casas Legislativas, permitirá ao Brasil gerar os resultados econômicos, sociais e civilizatórios que todos desejamos.

Agradeço muito esta oportunidade e espero que o processo de constituição desse marco legal seja premiado de sucesso e repercussões positivas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela participação, Prof. Gilson, e pelos esclarecimentos.

Nós tínhamos aqui algumas perguntas, mas era muito em cima do relatório que nós achávamos que tinha já sido solto para apreciação de vocês ao virem a esta audiência, e isso não aconteceu, mas ele já está disponível. Então, acredito que parte do setor vai ficar muito feliz com o trabalho realizado.

Eu, particularmente, quero agradecer à minha assessoria, na pessoa do Thalis, do Yoram e do Carlos, que estão aqui, mas é uma equipe grande, é uma equipe de profissionais que me auxiliam e que são grandes parceiros nessa caminhada.

Eu acho que o maior desafio do legislador é este: muitas vezes ser provocado de fora para dentro, que foi o que aconteceu com este projeto, na verdade. Ele aconteceria, estava prevista a aprovação, e fui provocada por atores do setor – não só eu, como outros Senadores. E, claro, no Plenário, tivemos o debate que todos vocês acompanharam.

Quero agradecer ao Senador Flávio Arns, o Presidente da Comissão de Educação, que me designou, nada combinado... Ele participou do debate, participamos da sessão temática, o Senador Girão também, entre outros, e trabalhamos ali no convencimento de que era necessário retornar o projeto e fazermos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate sério. E, hoje, mais uma vez, se consolida, através das falas de vocês, que naquele momento foi a ação correta.

Muitas vezes, aqui dentro da Casa, o mundo lá fora – não é, meninas? – não acompanha as guerras que enfrentamos aqui dentro. Muitas vezes, a gente tem que se indispor com alguns colegas, mesmo tendo muito respeito pelo trabalho, pela dedicação, pois também foi eleito para representar o povo e faz o seu trabalho, mas atendendo e entendendo a importância... Eu quero agradecer a todos vocês por esta possibilidade de estarmos aqui debatendo e tendo a consciência de que, por mais que você se indisponha, foi o certo. Foi o certo e vamos entregar isso para o setor, um setor que cresce, um setor que, de fato, vai trazer grande desenvolvimento, um setor que tem um potencial enorme com essa regulação de desenvolver mais.

Fico feliz com a missão dada pelo Senador Flávio Arns, mas, mais do que isso, em entregar esse belo trabalho, entre tantos outros que, durante esses quatro anos de Senado Federal, eu tive a oportunidade de entregar com muita dedicação e com muita disciplina, que é característica não só minha como daqueles que trabalham comigo. Então, estou muito feliz com essa exposição, já esperando e aguardando ansiosamente as colocações, as sugestões e até, enfim, o que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Deputado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (Para expor.) – Senadora, permita-me primeiro me apresentar, para ver se a senhora me permite falar. Eu sou o ex-Deputado Amauri Teixeira, Assessor Parlamentar do Minc.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Estou permanentemente em contato com o gabinete da senhora. Se a senhora me permitir, eu gostaria de manifestar a posição do Ministério da Cultura. Eu não acessei o relatório também, mas farei algumas manifestações para deixar claro aqui o que é que da cultura nós pensamos, se rapidamente a senhora nos permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Primeiro, nós concordamos inteiramente... O Professor eu acho que fez uma síntese brilhante de todas as falas. Eu acho que a fala dele já estava preparada, mas ele fez uma síntese brilhante de todas as falas.

A primeira preocupação é sobre os *fantasy games*. Nós não podemos confundir uma coisa com outra. Nós queremos, como manifestamos lá naquela audiência geral, que os *fantasy games* sejam separados, segregados – *fantasy game* e *game* –, dentro da preocupação do Instituto Alana, dentro da preocupação de todos que aqui se manifestaram. Então, os *games* é a indústria mais promissora que existe na atualidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas nós não podemos incorrer nesse perigo dos *fantasy games*, que não são jogos, mas obedecem à lógica de jogos propriamente ditos, com remuneração, etc. Eles têm uma lógica particular que não é de jogos, mas se assemelham aos jogos. Eu não sei como é que a senhora está tratando disso...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Isso já está sendo tratado no projeto das *bets*.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Aqui, nós estamos tratando apenas sobre o marco legal dos jogos eletrônicos.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Ótimo, ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Isso já foi resolvido internamente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Outra questão, em que o Professor foi brilhante também, como todos foram brilhantes, é sobre, como alguns se posicionaram naquela audiência, descaracterizar os *games* como produto cultural, o que nos preocupa. Os *games* são produto cultural.

E aí eu queria sugerir duas coisas à senhora, se me permitir.

Primeiro, nós temos que criar um sistema. Existe o Sistema S, que é um sistema muito importante no Brasil. Você tem o Senai, que cuida da indústria; você tem o Sesc, que é o comércio; e você tem o Senar, para simplificar, que é do campo. Talvez precisemos criar um Sistema S específico da cultura, para ter uma estrutura própria de treinamento aí de todas as áreas. É uma sugestão para a gente pensar.

E outra sugestão talvez – e aí eu sou coincidentemente ex-Parlamentar, sou assessor do Minc, mas sou auditor da Receita Federal – é sobre esse entrave que nós temos na Receita. Talvez a gente crie um grupo para a gente trabalhar isso. E tem a Frente Parlamentar de Fomento do Audiovisual, que eu sugiro à senhora que desenterre, para talvez a gente encaminhar algumas demandas de forma conjunta, como com relação a esse entrave na Receita. E eu me disponho a auxiliar a senhora na área.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata. O mais importante é o que eu já aprendi aqui, na Casa. Falamos isto até no mercado de carbono. É claro que um projeto não vai ser perfeito, mas a gente tem que estartar esse processo, e, ao longo da sua trajetória, das experiências vividas através desse projeto que vai se tornar uma lei, nós retornamos para outros debates em cima do mesmo tema. Isso faz parte do processo legislativo, que muito me encanta hoje. Grata pela sua participação.

Nós tivemos participação maciça no e-Cidadania. Geralmente, nas segundas-feiras, eu comando algumas audiências aqui, e todos nós sabemos que é pouca participação. Temos algumas perguntas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao nosso relatório, sobre o processo, que a minha equipe – já estou passando essa missão, meninos – possa depois responder, mas eu vou lê-las até por reconhecimento e agradecimento a esses internautas que estiveram acompanhando a audiência no dia de hoje.

O Marcelo UC, do Rio Grande do Sul: "Haverá algum tipo de incentivo para criar um MEI específico para desenvolvedor de jogos eletrônicos? Como ficarão os impostos?".

Pedro Henrique, do Ceará: "Haverá programas ou até mesmo bolsas de apoio para os jovens que decidam ingressar no mercado dos jogos eletrônicos?".

André Gabriel, de Pernambuco: "Como a [...] [Agência Nacional de Cinema] planeja promover a produção nacional de jogos eletrônicos, considerando as peculiaridades do setor?".

Júlia Pereira, de Goiás: "Os jogos eletrônicos terão alíquotas diferenciadas [...] [como os] bens de consumo? [...] [Haverá] parcerias com desenvolvedores brasileiros?".

Perguntas interessantes.

Alex Wanderley, do Rio de Janeiro: "Os jogos *free-to-play*, que se valem de mecanismos 'viciantes' para retenção dos jogadores, deveriam ser regulados [...] [como] o tabaco [...]". Vamos analisar isso, Alex.

E George Batista, da Bahia: "A regulamentação e a redução de preços dos jogos eletrônicos podem estimular o crescimento da indústria nacional [...]". É um comentário do George.

Quero agradecer a participação. Acredito que nós não temos... (*Pausa.*)

O SR. MÁRCIO FILHO – Senadora, a senhora me concede um aparte brevemente?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. MÁRCIO FILHO (Para expor.) – É só para reconhecer... Eu estou aqui ouvindo um pouquinho da turma falando, vendo um pouquinho a turma falando, só que as assessorias da equipe da Ring e da Abragames e outros desenvolvedores estão lendo o texto, porque aqui a turma está rápida na internet – você falou que está *online*, o pessoal já foi ver. Então, o pessoal está lendo a Emenda nº 9, que passa a ser a emenda com um texto substitutivo, e já está fazendo superelogios aqui. Então, queremos parabenizar a assessoria parlamentar, obviamente na sua pessoa também, e deixar um abraço para todo mundo que está assistindo.

Muitos grupos do WhatsApp estão bombando aqui por conta deste momento único. Acho que tem que ter mais *game* por aqui, Senadora, que é para ficar todo mundo de olho. Tem um valor importante, Senadora e todo mundo que está nos acompanhando. A política, até então, é tida com uma coisa distante. Aí você traz um tema que é de interesse da rapaziada, da moçada, de todo mundo, e eles veem. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um processo importante – e quero reconhecer e agradecer a presença do Amauri – no Executivo e no Legislativo de fazer a educação política, de trazer a turma para a atenção das coisas – eu só vou me interessar por aquilo em que, de fato, eu me reconheça de algum jeito. Então, essa maciça participação de perguntas... E certamente está tendo uma boa audiência *online* e vai continuar tendo depois nos canais do YouTube do Senado... Acho que é muito por conta disso. Vamos continuar debatendo os temas que estão pegando essa garotada para poder trazê-los para cá. Quem sabe os futuros Senadores estão nos assistindo agora, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois é, é uma ótima sugestão, e, acima de tudo, eu acho que ia quebrar uma barreira. Digamos que a gente está vivendo um cenário em que é necessário o Poder Legislativo estar atento às demandas que de fato são importantes, principalmente para o futuro, aqueles que de fato estarão mais à frente aqui, quem sabe nestas Casas ou, em outros Poderes, comandando o país. Então, por mim, pela bancada, enfim, pelas mulheres – também somos poucas aqui na Casa, somos apenas 15 de 81 –, certamente estaríamos sempre juntos, antenados no trabalho.

Antes, já que você me pediu a palavra, eu quero passar a palavra, por cinco minutos, para as considerações ou, se vocês quiserem, para dar alguma resposta para algum jovem, algum comentário que foi feito aqui.

Eu vou passar para Raquel Gontijo e depois para Emanuella e, na sequência, para Rejane, Márcio e os nossos colegas *online*.

A SRA. RAQUEL GONTIJO (Para expor.) – Agradeço de novo o convite, a participação.

Na verdade, o Márcio antecipou: eu ia falar exatamente que a assessoria da Abragames, o pessoal que está aqui junto com a gente já estava de olho.

Agradeço também pelo esforço desta Casa Legislativa de oferecer essa emenda. Pelo que a gente tem visto, ela realmente está contemplando aquilo que a gente estava precisando. Ainda é um estudo inicial. Mesmo que esse marco legal passe – espero que ele passe dessa forma como está escrito ou que seja melhorado –, de qualquer forma, a gente vê que é um espaço para começar diálogos, porque podem vir outros PLs para frente. Nós vamos ter ainda várias questões a serem tratadas, existem outros pontos mais específicos. Então, existe essa regulamentação, que vai ser interessante.

Eu agradeço também a sugestão: eu imagino que vai ser muito importante que a gente faça esse grupo de trabalho, de estudo, para pensar a respeito de como que a gente pode melhorar esse arcabouço, como é que a gente pode organizar isso. Eu acho que isso vai ser muito produtivo e muito importante.

Eu agradeço também este momento, acho que é um momento histórico para os jogos. O nosso setor tem crescido tanto nos últimos tempos, a gente tem tido tantos momentos históricos neste semestre, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bom ver a gente tendo tanto engajamento e tanto crescimento de compreensão e de avanço nesse sentido. Eu acho que o Brasil tem muito a ganhar se a gente conseguir fazer diálogos que sejam pautados na diversidade, escutando todas as pessoas e trazendo coisas que sejam realmente produtivas para que a gente possa crescer como setor, respeitando a juventude. Isso é fundamental para o Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Raquel.

Emanuella.

A SRA. EMANUELLA HALFELD (Para expor.) – Eu queria agradecer novamente esta oportunidade.

Eu, inclusive, pessoalmente sou uma pessoa que entrou no mundo de jogos muito cedo, talvez daí venha o meu interesse de hoje trabalhar com o ambiente digital, de pensar em como melhorar esse ambiente.

E queria fazer alguns elogios ao texto. Primeiro, há a questão do *design*, gestão e funcionamento baseado no melhor interesse. Tem também uma cláusula interessantíssima sobre a questão do desenvolvimento para fins de desenho universal e acessibilidade, então, um foco em como vamos desenvolver um setor de jogos que é realmente para todo mundo, que considere as múltiplas infâncias e as múltiplas realidades de famílias que existem no Brasil. E há toda uma seção realmente disposta para recebimento, processamento de reclamações, denúncias, abusos e irregularidades, muito necessária para o contexto de jogos que possuem interação entre crianças e adolescentes, entre usuários e até com usuários mais velhos.

Eu vou pedir uma cautela para a Senadora e talvez uma análise em conjunto para a gente pensar nos artigos que dizem respeito a perfilamento, porque eu acho que dá para melhorar essa redação, para que a gente não abra margens para que ele possa vir a ser um retrocesso, de alguma forma, no arcabouço já existente: o que a gente já tem no Código de Defesa do Consumidor, que protege a criança contra qualquer fim de publicidade direcionada, e o que a gente já tem também na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que já garante o tratamento de dados voltado para o melhor interesse. Então, acho que há espaço para lapidar uma redação para que a gente garanta uma interpretação mais conforme mesmo com o que a gente já tem em jurisprudência de tribunais superiores, tal qual o STJ (Superior Tribunal de Justiça), da melhor forma possível, para que norteie com clareza para os desenvolvedores, para o setor que é necessário garantir a segurança jurídica, mas sem abrir nenhuma brecha por causa de uma redação que pode acabar vindo a ser um retrocesso em conquistas já feitas. Então, me coloco à disposição para a gente poder dialogar nesse sentido.

Fora esse ponto, nessa análise do relatório, eu acho que a gente tem um relatório promissor para ter esse olhar com cuidado e, claro, ampliar os debates. Então, vou pedir só uma atenção especial a esse ponto, porque esse é o nosso ponto também muito importante de não garantir margem para a exploração comercial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou para um desenvolvimento tecnológico que coloque a criança em risco de uma opressão consumerista, sendo que o direito dela, de fato, é o de brincar, é o de aprender e é o de se constituir nessa sociedade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Emanuella. Vamos conversar, com certeza.

Rejane Rodrigues, representante do Ministério do Esporte.

A SRA. REJANE PENNA RODRIGUES (Para expor.) – Senadora Leila, eu queria agradecer, em nome do ministério, esta oportunidade e a honra de fazer parte desta mesa, porque ela é contemporânea.

É um assunto que nos traz novidade em termos de esporte, mas nada a que nós não estejamos abertos. O esporte, como bem sabe, é um tema intersetorial, transversal, que dialoga com a cultura, com a saúde e com a educação. Então, nos preocupa muito, sim, a questão da educação e dos jogos e também da inclusão e do lazer. Este é um momento muito propício também para incluir este tema do lazer em relação com os nossos jovens, como o Márcio já tinha colocado, para que eles sejam incluídos também em alguns acessos que hoje estão inacessíveis.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada. Obrigada, Rejane.

Vou passar agora para o Márcio.

O SR. MÁRCIO FILHO (Para expor.) – Vamos lá.

Mais uma vez, agradeço a todas e todos os presentes, àqueles que nos assistem *online.* Isso é uma coisa curiosíssima. Daqui de onde estou vendo, a gente está com um espaço bastante cheio, mas a gente não consegue ver as pessoas *online*, não é, Senadora? Pelo que eu estou vendo dos grupos aqui, como dizem os jovens, a gente está bombando. Então, isso é muito bom, é muito legal poder ver isso acontecer.

Primeiro, mais uma vez, quero reconhecer, reconhecer este momento, reconhecer a iniciativa da Senadora e parabenizar. Estou vendo aqui o Flávio, da equipe do Flávio Arns também, quero deixar meu abraço ao Senador, Presidente desta Comissão.

Quero dizer que é realmente um momento, de fato, histórico. Eu, na sessão temática do dia 20 de setembro, me recordo de ter dito que a gente estava num momento histórico pelos motivos errados. E hoje eu tenho a alegria de poder dizer que a gente está num momento histórico pelos motivos corretos. Estamos hoje fazendo história, aquela que se faz com "H" maiúsculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ninguém vai poder contar a história do Brasil, se Deus quiser, em breve, do setor dos *games* de uma maneira geral, e não vai poder deixar de citar o nome da senhora, Senadora. Isso é absolutamente fundamental de reconhecer. Certamente, claro, a Casa inteira, toda a luta que tem sido feita, mas é nos momentos de dificuldade, de embate, que a gente vê quem de fato tem valor. E a política... Eu venho do mundo do direito, e a gente diz que o exercício do direito, a advocacia exige coragem, a advocacia não é uma profissão para covardes. Certamente também no mundo da política, pelo menos para a boa política, aquela com "P" maiúsculo, é exigido coragem. E isso não faltou à Senadora Leila em momento nenhum. Aqui novamente o reconhecimento.

Nesse sentido, brevíssimos comentários.

Eu estou também lendo um pouquinho aqui do que será a Emenda nº 9 – acho que será esse o número. Reconheço o enorme avanço.

E aqui não é, de maneira nenhuma, tirando qualquer mérito do projeto anterior ou a iniciativa que teve o Deputado quando lançou, ou mesmo o substitutivo do Deputado Darci de Matos, mas é de reconhecer de fato que aqui tal setor. Eu consigo entender o futuro do país aqui, eu consigo ver o futuro do setor de jogos aqui e de fato colocar gente com todos aqueles interesses que estão relacionados ao setor de jogos, à sociedade, à juventude, à cultura, à ciência, tecnologia e inovação, às questões que estão relacionadas à alfândega brasileira também. Está tudo aqui de alguma maneira.

E eu queria, eu acho que tem aquela frase daquele momento em que a gente vê nascer um filho. A gente que é pai, que é mãe tem essa oportunidade. Quando a gente olha a criança nascer, você diz assim: "caramba, nasceu!". E para as mulheres isso se dá muito cedo, que se dá na barriga; vocês estão lá com a sementinha, vocês percebem rápido. A gente que é pai a gente só percebe que é mesmo quando pega no colo.

E, olha, ver isso aqui é dizer assim: "caramba, nasceu". É histórico de fato, valeu a pena, valeu a pena a luta. A gente sabe que há outros capítulos ainda, mas que este momento aqui é o momento em que a gente vê de fato a nossa criança nascer. A gente pega no colo e vê o que está acontecendo. Então assim, para registro histórico, para quem não está podendo ler ainda o texto ou está vendo a imagem antes de ler o texto, nós vamos ter o Código Nacional de Atividade Econômica, nós vamos ter o Código Brasileiro de Ocupações e Ofícios (CBO), nós vamos ter de fato uma agenda que nos permita chegar com o Brasil onde ele merece estar.

Parabéns, Senadora Leila! Parabéns à sua equipe! Parabéns ao Senador Flávio Arns, Eduardo Girão e tantos outros que, ao longo desse processo, foram guerreiros valentes em conseguir conduzir de fato este momento, para onde a gente consegue apontar para um futuro, para um presente, para as possibilidades que a gente de fato consegue ver com o setor de jogos eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um momento histórico. Eu tenho muita alegria em poder ver isso nascer e muito orgulho de poder ver isso acontecendo numa mesa tão marcadamente feminina. Isso nos aponta de fato para aquele lugar que a gente precisa. Parabéns, Senadora! Parabéns a todos!

Obrigado pela audiência. Até a próxima. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada. Grata, Márcio.

Eu vou passar agora para o André Luiz Marques, que é o Secretário de Regulação da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Tudo bom, pessoal? Eu gostaria de agradecer novamente ao convite para participar deste importante debate.

Eu não tive também a oportunidade... No relatório eu estava dando uma olhada aqui bem rapidamente, por alto, mas vi que foram incorporadas muitas das questões que foram apontadas por todos durante o debate. Então, certamente houve um aprimoramento importante.

Uma questão em que eu foquei bastante, que é a questão do jogo enquanto obra audiovisual, eu vi que foi contemplada agora também nessa nova versão, que é um ponto com que a Ancine sempre lida. Inclusive, a gente já teve algumas ações muito incipientes sobre o setor, mas sempre esbarrou numa dificuldade de maior operacionalização, digamos, de uma maior segurança jurídica em função da ausência de um marco regulatório. E esse marco, a meu ver, pelo que eu pude ver mesmo da versão anterior e certamente dessa versão já aprimorada com os debates, é um grande passo para poder desenvolver mais essa indústria e inserir os jogos eletrônicos no ecossistema das políticas audiovisuais brasileiras.

É isso.

Eu novamente coloco a Ancine à disposição dos debates que venham a acontecer.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada. Grata, André.

Estou vendo que cada um foi correr atrás do artigo, que todo mundo trabalhou. Está certo.

Vou passar agora a palavra para o Prof. Gilson, da USP e da Games for Change.

Desculpa, Professor.

O SR. GILSON SCHWARTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, eu queria agradecer novamente, parabenizar todos e todas que participaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, talvez, sublinhar, muito rapidamente, porque eu sei que esse tema está na pauta no Brasil e internacionalmente, que a indústria de *games*, realmente, além desses aspectos econômicos que são obviamente essenciais num marco regulatório, ocupa um papel, uma posição muito peculiar na indústria criativa, na área da cultura, como o cinema, importantíssimo na definição da imagem, da identidade nacional. Quando se fala em identidade, a gente sabe que não é só identidade nacional, que há um grande debate e grandes questões vinculadas à evolução do ser humano na sua busca de identidade.

Então, eu acho que seria incompleto e que seria injusto não lembrar que os jogos, que a indústria de jogos e de *games* – a Abragames tem insistido nisso nas suas iniciativas; é preciso levar esse espírito também para a legislação – pode e vai contribuir para uma evolução, para o amadurecimento desses caminhos, dessas possibilidades de elaboração das nossas identidades, no plural, negros, LGBTQIA+, na questão fundamental da acessibilidade, que tem sido muito discutida em nível internacional, ou seja, consoles, celulares, PCs, o que seja, são muito interessantes como acesso a essa forma indispensável de entretenimento e pelas pessoas que têm necessidades especiais.

O marco regulatório é importantíssimo que contemple essas identidades que dizem respeito a questões étnicas, que dizem respeito a questões do corpo, do próprio corpo, que o marco regulatório nos proteja de algo que já é muito frequente no Brasil, em escala mundial, mas em especial no Brasil, que é o *bullying*. Claro, há preocupação com a publicidade, com a manipulação dos comportamentos, mas é preciso estar atento e forte para as manifestações de *bullying*, de assédio, de violência simbólica, que são, infelizmente, ainda muito frequentes. Queria sublinhar essas dimensões de identidade.

E, por último, mas não por menos, quero lembrar que jogos eletrônicos, como tantas mídias, são ferramentas de manipulação das consciências, de disseminação de *fake news*, de disseminação de preconceitos. Então, o marco regulatório, claro, tem uma dimensão econômica fundamental, mas é preciso, sim, lembrar de questões identitárias, de questões ligadas à liberdade de expressão, do respeito à diversidade e, o que é fundamental, do combate a *fake news* e a manipulação que se dá de forma absolutamente vertiginosa, não apenas para induzir comportamentos de consumo, mas para formar identidades políticas que são ou extremistas ou preconceituosas, intolerantes.

Então, acredito que o jogo, que o bom jogo, o *game*, o jogo que nos leva a imaginar um mundo diferente, é também um espaço para garantir que os direitos sejam respeitados e que a nossa sociedade seja uma sociedade, de fato, livre e democrática. Vamos ficar atentos a isso.

A gente tem visto aí, especialmente quando se trata de guerras – infelizmente, nós estamos hoje vivendo com muita intensidade esse cenário –, como rapidamente a indústria cultural e a mídia se veem presas. Como se sabe, a verdade é a primeira vítima nas guerras, e os jogos não são diferente disso.

Então, eu queria só fazer esse último lembrete e ressaltar que os jogos, como produtos culturais, fazem parte essencial da nossa definição como cidadãos nas nossas identidades plurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata ao Prof. Gilson Schwartz, Presidente da Game for Change América Latina e Professor da USP. Obrigada pela participação.

Bom, nós estamos encerrando a audiência pública, mais uma vez, agradecendo e reforçando que este trabalho – às vezes, um Parlamentar aparece mais –, é, sim, ação coletiva. E aí eu não posso deixar de agradecer a quatro Parlamentares: primeiro, ao Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, pela coragem e pela bravura do debate no Plenário do Senado e por ter me designado essa missão de conduzir o marco legal dos jogos eletrônicos no Brasil; ao Senador Rodrigo Pacheco, que é o Presidente que conduziu a sessão, ouviu todos e, vendo que não se entrava num consenso para a votação ali, abriu esta exceção: foi para Plenário, foi para votação e é, claro, deixou que nós, enquanto Plenário, decidíssemos puxar o projeto para a Comissão de Educação; ao próprio Relator, à época, o Senador Irajá, que teve capacidade, naquele momento, de dialogar, de entender a situação e de deixar que o Presidente conduzisse assim mesmo e que houvesse ali o debate; e ao Senador Girão; e, é claro, ao Parlamento, ao Senado Federal, que tomou a decisão sábia e correta de puxar para a Comissão de Educação, e hoje a gente poder fazer este debate e, quem sabe, entregar, de fato, um marco tão esperado, histórico para os jogos eletrônicos aqui do nosso país.

Eu agradeço a presença de todos os expositores que estão aqui representando esse setor que só tende a crescer e que muito nos orgulha. Estaremos aqui à disposição para tratarmos de outros temas. Colocamos, pelo menos, agora o trem nos trilhos e aí vamos debater mais vezes aqui.

Sejam todos bem-vindos! Agradeço a presença de todos.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e sete minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sr. Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sr. Marcus Vinícius Barão Rocha, Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Sr. Henrique Marques Ribeiro, Mestre em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Analista Legislativo do Senado Federal; Sr. Mauricio Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC); e Sra. Rayssa Lemes, Cientista Social e Assessora da Presidência do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Quero dar boa tarde a todos e a todas, e agradecer a participação.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de agosto de 2023.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores. (*Pausa.*)

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Estamos realizando hoje a última reunião da série que nós aprovamos quando apresentamos o nosso plano de trabalho desta Subcomissão.

Esta presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de minha autoria.

Hoje participam – alguns até mais uma vez, e eu agradeço a atenção para a nossa Comissão – o Professor Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação; o Sr. Marcus Vinícius Barão Rocha, Presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve); o Sr. Henrique Marques Ribeiro, Mestre em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Analista Legislativo do Senado Federal; e o Sr. Mauricio Holanda Maia, que já veio também outras vezes, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), do MEC.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet ou no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como alguma apresentação que porventura seja utilizada pelos expositores.

Quero pactuar aqui com os nossos convidados o tempo de dez minutos iniciais, podendo ser prorrogado por mais cinco, caso seja necessário. Ao fim de cada exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares que porventura estiverem inscritos e, depois, faremos a leitura das perguntas ou dos comentários que vierem dos nossos internautas. Estamos combinados? (*Pausa.*)

Faremos as falas pela ordem de apresentação.

Então, vamos iniciar pelo Prof. Heleno, seus dez minutos iniciais, podendo ser prorrogados por mais cinco, caso haja necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença do nosso Professor, Coordenador do Fórum Nacional de Educação.

O SR. HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Quero cumprimentá-la, quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores que acompanham mais uma audiência pública da Subcomissão tão importante para a educação básica pública do nosso país e para o ensino médio.

Quero saudar também os companheiros expositores e expositoras nessa sessão.

Quero dizer que nós, no Fórum Nacional de Educação, com a retomada de um fórum pleno, com a ampla participação das entidades representativas do movimento educacional brasileiro, da educação básica, profissional e superior... Ele foi restabelecido, agora no mês de abril de 2023, com a revogação da Portaria 577, de 2017, que se limitava à participação efetiva de todas as entidades no debate que discute a educação pública e a educação privada em nosso país.

Mas eu quero, nesse tempo, tratar do ensino médio, resgatando o trabalho que nós iniciamos, em 2006, com a Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), que realizou suas etapas municipais, estaduais e distrital, em 2007, e sua etapa nacional, em 2008.

Por que resgato essas conferências neste momento de debate de ensino médio? Primeiro, porque nós acreditamos que as políticas educacionais e as políticas públicas devem ter uma efetiva participação social, devem ter o envolvimento daqueles e daquelas que executam as políticas lá no município, lá no local – no nosso caso, dentro das escolas espalhadas por este país afora. Então, essa nossa participação é fundamental para que a política educacional, com as diretrizes definidas pelo Governo Federal, possa chegar, de fato, aonde deve chegar, que é na escola.

Por isto é que trago à tona essa questão da Coneb: porque de lá produzimos um documento final, que traz a preocupação e a visão sistêmica para a educação básica brasileira. Temos que pensar a educação da creche até o final do ensino médio, suas etapas, suas modalidades. E é claro que, ao realizar, na sequência, a Conferência Nacional de Educação na visão de um sistema articulado de ensino, essa visão sistêmica é para toda a educação, da creche à pós-graduação. Então, tratar do ensino médio é se preocupar com a formação inicial básica dos nossos estudantes, é ter, de fato, um ensino fundamental conforme determina o art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz que, progressivamente, o tempo do estudante no ensino fundamental tem que ser aumentado na escola, chegando, no mínimo, a sete horas de permanência na escola.

Trago esse elemento à tona neste debate, porque, a formação básica geral dos nossos estudantes não pode ser pensada só lá no ensino médio. Essa formação geral básica do estudante tem que ser fortalecida nos anos finais do ensino fundamental. E é lá que se aponta a perspectiva de uma escola de tempo integral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do programa que, agora há pouco, o Governo Lula lançou, com a perspectiva de que, no ensino fundamental, num tempo integral, com a juventude estimulada num ambiente adequado para realizar os seus estudos, tenha uma boa formação básica geral e que o ensino médio seja um complemento para fortalecer essa formação e fazer a transição para a educação profissional, para formar os nossos estudantes para o mundo do trabalho, mas também para oportunizar a todos os jovens – ninguém pode ficar para trás, ninguém pode ser dispensado desse processo – a oportunidade de querer continuar os seus estudos no ensino, na educação superior.

Então, essa construção que nós apontamos no documento final na Coneb fortalecemos no documento final da Conae (Conferência Nacional de Educação) de 2010 e no de 2014, tendo a característica de a Conferência de 2014 ser completamente coordenada pelo Fórum Nacional de Educação.

O Fórum Nacional de Educação foi criado por portaria em 2010, após a etapa nacional da Conae, a comissão organizadora, transformando-se em um fórum que foi reivindicado, desde os anos 80, para compor as leis educacionais. O Fórum Nacional de Educação deveria estar na Constituição de 1988, e não conseguimos garanti-lo lá dentro; deveria estar na LDB de 1996 e também não conseguimos; mas em 2010, com a portaria, conquistamos o Fórum Nacional de Educação.

Esse fórum, com atribuição determinada nos arts. 5º e 6º da lei do Plano Nacional de Educação, coordenou o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação em junho de 2014, mas, infelizmente, de lá para cá, próximo de completar a década desse plano, de 2014 a 2024, não conseguimos fazer com que ele saísse do papel.

Pensar as Metas 1, 2 e 3, que trabalham o processo da universalização do direito de todas as pessoas, de 4 a 17 anos de idade, estarem na escola, e chegarmos em 2023 e isso ainda não ter sido constituído ou construído em nosso país, é de lamentar. E esse debate nós estamos fazendo dentro do fórum. Mas, além de pensar essa educação sistêmica da creche à pós-graduação, dentro do Fórum Nacional de Educação, que tem uma organização de duas comissões permanentes, nós temos a possibilidade de construir grupos de trabalhos temporários, e o primeiro trabalho que fizemos, a primeira reunião que realizamos, dia 19 de abril, agora em 2023, foi também para instituir um grupo temporário de trabalho sobre o ensino médio, entendendo a nossa visão sistêmica, mas debruçando especificamente sobre o ensino médio, que foi alterado por medida provisória.

A medida provisória quebra a possibilidade da construção coletiva, quebrou a possibilidade do debate, quebrou a possibilidade de envolver aqueles que diretamente estão no ensino médio: os trabalhadores da educação, os nossos estudantes, pais, mães e responsáveis dos nossos estudantes. Então, criamos esse grupo para também contribuir com o debate e participamos, com as nossas entidades, na pressão necessária para que o Ministério da Educação pudesse abrir a consulta pública, e isso foi feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MEC está ouvindo, ouviu, construiu diversos instrumentos para fazer essa consulta pública, o Fórum Nacional de Educação compôs o grupo de coordenação dessa consulta e nos envolvemos no processo de debate e também nos posicionamos. Entregamos à Sase MEC um documento do grupo de trabalho temporário aprovado no pleno do Fórum Nacional de Educação. Esse documento, no seu início, chamada a atenção para o art. 149 da Constituição Federal de 1934, onde para ali já se encaminhava a perspectiva de plano e do direito à educação plena aos nossos jovens, aos nossos estudantes, numa formação integral para a nossa juventude.

Então, chamamos a atenção para essa origem, esse processo de construção, fruto dos pioneiros de 1932, os pioneiros da educação, e que nós reafirmamos nesse documento. E essa construção se dá também no processo de debate coletivo que nós tivemos durante um período do Governo do Presidente Lula 1 e 2 e da Presidente Dilma, dentro do Conselho Nacional de Educação. Por isso, no nosso documento, também referenciamos as resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, de 2010, e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, de 2012.

Então, são instrumentos, Senadora Teresa Leitão, que nós apontamos, no documento do Fórum Nacional de Educação, como instrumento base e importante nessa formulação coletiva para pensar o ensino médio em nosso país. Essas evoluções são as referências que nós afirmamos.

Fechamos o documento também fazendo a referência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Reafirmamos que a lei permite que os sistemas de ensino possam trabalhar formas diferenciadas para atender à educação básica em nosso país. Pode fazer seriado, pode fazer por ano, pode fazer ciclo, pode fazer por semestralidade, ou seja, pode pensar uma forma de estruturar o ensino médio de modo que atenda às demandas das nossas juventudes.

A Senadora é de Pernambuco, a Senadora tem conhecimento de que a região de Petrolina, a região do hortifrúti, de toda a produção, tem o histórico de, no momento da colheita, nós termos um alto índice de evasão escolar. Então, sabendo disso, nós temos pela LDB a autonomia de pensar uma forma diferente para essa região. Que tempo nós vamos utilizar para essa formação? Que direcionamento nós vamos dar para o ensino médio nessa formação? Então, a LDB já permite isso.

E nós do Fórum Nacional de Educação chamamos a atenção para esse artigo no final do nosso documento, para afirmar o seguinte, Senadora: qualquer alteração que deva ser feita na Lei nº 13.415, de 2017, não impede o processo de construção nos estados pelas secretarias estaduais de educação. Têm autonomia de fazer as alterações, têm autonomia de organizar, e não aceitamos o argumento de que mudar vai prejudicar o que estava sendo realizado até agora. Entendemos que é necessário mudar, é necessário fazer alterações, e essas alterações não vão prejudicar nenhum sistema, mas, sim, vão ajudar os nossos jovens a, de fato, estarem na escola e mais fortalecidos para poderem ingressar no mundo do trabalho e ter uma boa formação básica, que é necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, estamos aqui apresentando esse nosso documento, como contribuição também à Subcomissão, para analisar e contribuir no relatório final deste belo trabalho realizado sob a sua Presidência e sob a relatoria da Senadora Dorinha.

Forte abraço! Muito obrigado pelo convite ao Fórum Nacional de Educação e pela atenção de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Prof. Heleno pela explanação.

Eu, como representante do Senado no Fórum Nacional de Educação, estive presente na entrega do documento ao Ministro da Educação, Camilo Santana, e a toda a sua equipe. Camilo mobilizou as secretarias todas afins desse processo. E o Fórum também se fez numa representação bastante plural, assim como ele é. E talvez tenha sido, Heleno, um dos primeiros setores a entregar ao Ministro uma posição tão colegiada como foi aquela posição entregue pelo Fórum Nacional da Educação.

Eu quero só relembrar que, a nosso pedido, o Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, encaminhou a todos os membros da Comissão o referido relatório do Fórum Nacional de Educação. A gente vai acumulando todos os conteúdos, com muita importância, com muita responsabilidade, que os nossos convidados estão sempre apresentando nas nossas reuniões quinzenais.

Muito obrigada, Prof. Heleno.

Passo a palavra agora para o próximo convidado, que já está na tela – conseguiu abrir, não é? –, Marcus Vinícius Barão Rocha, Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Nós tivemos várias representações estudantis nas diversas audiências, Marcus, mas sei que o Conselho congrega vários interesses, congrega várias temáticas, e achamos que era importantíssimo e conveniente ouvi-lo também.

Então, você tem a palavra agora para seus dez minutos iniciais; precisando, pode usar quinze.

Seja bem-vindo.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BARÃO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Teresa.

Quero primeiro felicitar a iniciativa do Senado Federal de manter não só viva, como muito ativa, esta Subcomissão, que cumpre um papel tão importante sobre um tema que é central quando a gente pensa em qualquer perspectiva de presente e futuro para o nosso país.

Quero cumprimentar todos os convidados, convidadas, expositores, Senadores e Senadoras e pedir licença para fazer isso nas pessoas da Senadora Teresa, que está nos liderando nesse diálogo aqui, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da querida Senadora Professora Dorinha, que são duas figuras que nos inspiram no trabalho pela educação e que nós temos acompanhado atentamente, como Conselho Nacional de Juventude.

Peço licença – não tinha ligado a câmera –, porque a gente está aqui também numa atividade bastante intensa. Nós estamos hoje em Belém do Pará, por conta dos diálogos amazônicos. Então, é um processo bastante intenso de participação social e com uma agenda extensa junto da juventude neste que é considerado o mês da juventude.

Nós iniciamos um mês em que nós temos marcos históricos fundamentais para a política de juventude. No dia 5, já muito em breve, nós celebraremos os dez anos do Estatuto da Juventude, que é um dos principais marcos, talvez o principal marco legal quando a gente fala da política de juventude como política de Estado, a Lei 12.852, de 2013, que, ao mesmo tempo, nos leva a uma celebração, mas principalmente a uma reflexão sobre a garantia de direitos da população jovem no Brasil. Ainda neste mês, num diálogo direto com o conjunto desta Subcomissão, no dia 11, que é o Dia Nacional de Estudantes, um dia centenário, uma celebração centenária; e, no dia 12, o Dia Internacional da Juventude.

Então, por conta disso, ao longo deste mês, a gente tem um conjunto muito intenso de atividades, milhares de atividades que mobilizam centenas de milhares, chegando até aos milhões de jovens alcançados em atividades ao longo desse mês. Por esse dinamismo, nós tivemos alguns ajustes na agenda, mas conseguimos garantir a nossa participação aqui nesse debate que é tão importante.

O Conselho Nacional da Juventude, hoje de volta à Presidência da República, foi criado pela Lei 11.129, de 2005, e cumpre o papel importante de ser um espaço de participação e controle social para a política de juventude em nível federal, mas também se articula com estados e municípios, com os conselhos estaduais, com os conselhos municipais de juventude, entendendo que nada pode ser debatido sobre jovens sem o protagonismo e a participação de jovens. É fundamental que esse diálogo aconteça, inclusive de maneira institucionalizada, cumprindo aquilo que é parte das vocações da nossa Constituição Federal, da construção da nossa sociedade, que é a participação cidadã e a participação popular.

Outro ponto que eu acho que é fundamental é que não só o Conjuve está aqui, mas o Conselho Nacional de Juventude está dentro de um contexto – e a reflexão para a educação parte desse contexto – que é da maior geração de jovens da história do nosso país. Hoje, nós temos um quarto da população brasileira formada por jovens. Então, o Estatuto da Juventude define como jovens, no país, pessoas com idade entre 15 e 29 anos. E quase 50 milhões de pessoas têm essa idade hoje no Brasil.

Países ao redor do mundo que experimentaram esse mesmo fenômeno, que nós experimentamos, do bônus demográfico, e que conseguiram preservar, garantir os direitos da sua população jovem, fazer os investimentos certos, sobretudo em educação de qualidade, deram grandes saltos no presente, mas, principalmente, para o futuro, para a construção de um futuro mais sustentável, com redução das desigualdades, com mais bem-estar social e com uma sociedade que prospera promovendo a justiça social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma grande oportunidade que nós temos. Para além da dimensão, da reflexão de uma dimensão de importância histórica e política, de uma juventude brasileira que sempre foi ativa, a reflexão demográfica nos dá uma percepção de momento também. Não precisa ser agora. Esse momento é muito importante, porque nós temos aí uma grande oportunidade, mas, ao mesmo tempo, essa, que é a maior geração de jovens da história do nosso país, e que representa uma grande potência, também enfrenta muitos desafios. Alguns dos principais e piores indicadores sociais afetam especialmente a população jovem.

Se a gente pegar, por exemplo, a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes, e se a gente fizer o recorte pela população jovem, a taxa só é comparável, nas Américas, ao Haiti e, no mundo, a países em guerra.

Quando a gente olha, especialmente, para a população jovem, preta e periférica, a gente percebe que isso se acentua muito mais em alguns estados. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência é 11 vezes mais em comparação com a população branca, por exemplo.

A gente também, quando olha para a questão da inclusão produtiva, do trabalho e da geração de renda para a população jovem, enfrenta alguns desafios que são dramáticos. Apesar de um conjunto enorme de possibilidades e oportunidades, a gente alcançou uma taxa de desemprego, entre a população jovem, de mais que o dobro da taxa média da população geral, com uma precarização da relação de trabalho, o que precisa ser elemento de atenção.

A questão, por exemplo, da saúde, é fundamental, com destaque importante para a saúde mental e emocional da população jovem.

O próprio Fórum Econômico Mundial aponta a desilusão juvenil como um dos grandes riscos globais, e é impressionante como todos esses fatores, e outros que a gente poderia falar como fatores associados, têm relação direta e influenciam ou são influenciados pela temática da educação.

A educação é central no processo de emancipação, de construção da autonomia, de construção e concretização de sonhos dessa população jovem, de realização do potencial demográfico, econômico, social, enfim. E tem sido, naturalmente, afetada, especialmente no último período – no contexto da pandemia, a gente também enfrentou o agravamento, e com o governo anterior –, o agravamento de um quadro social crítico para a população jovem, afetando a educação e com o desmonte, também, das políticas públicas, que foi observado no Governo anterior.

Faço um destaque para uma publicação que nós queremos compartilhar depois com a Subcomissão, produzida pelo Conselho Nacional de Juventude, que é o Diagnóstico dos Investimentos Federais em Política de Juventude.

Só para que a gente tenha clareza aqui, se a gente olhar só para o orçamento da Secretaria Nacional de Juventude, o corte, no último Governo, a gente analisou os três últimos PPAs, para a gente ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva temporal aqui, o corte foi de quase 95%. Então, a gente consegue perceber que o financiamento direto para a política de juventude foi muito afetado. E a transversalidade, em relação, e o diálogo disso, como, por exemplo, as políticas de educação, também acabaram sendo muito afetadas.

Um segundo estudo que o Conselho Nacional da Juventude produziu no último período, que foi muito importante, foi uma pesquisa chamada Juventudes e a Pandemia. Então, ao longo dos últimos três anos, nós monitoramos a situação da população jovem e a percepção da população jovem sobre o agravamento do quadro na sociedade em geral. Com essa pesquisa, nós trabalhamos com 118 mil jovens. Então, não é qualquer pesquisa, a gente está falando de uma grande mobilização nacional em todos os estados do Brasil, em milhares de cidades do Brasil. Esse foi um processo muito importante.

E nós exploramos ali quatro grandes temas: um olhando para trabalho e renda, outro olhando para saúde e bem-estar, um terceiro olhando para democracia e participação social, e um para educação. Então, há vários desses temas nós mencionamos: a segurança alimentar, a saúde mental, o acesso e a permanência no ambiente escolar, a evasão escolar – a gente tem um estudo que projeta o custo da evasão escolar para o Brasil, através desses dados ali também trabalhados com o Ricardo Paes de Barros, um custo de mais de R$200 bilhões por ano com a evasão escolar, e não só o custo por ano, mas o custo para a vida do jovem: o jovem que evade a escola vive, em média, menos de cinco anos de vida e tem uma perda de renda potencial ao longo da sua vida de quase 30%. Então, isso é manutenção da pobreza, é agravamento, mais uma vez, do quadro social.

Não vou repetir algumas coisas que outros companheiros falaram anteriormente em outras sessões, principalmente aqueles que compõem o Conselho Nacional da Juventude e vêm do movimento estudantil, sobre a permanência estudantil, o debate sobre o novo ensino médio e outros apontamentos que nós temos convergência, e nem também a fala do expositor que me antecedeu, mas eu queria trazer essa perspectiva da política de juventude, porque a gente tem um debate do Plano Nacional de Educação a ser feito muito em breve – já iniciamos, na verdade, este debate –, que precisa dialogar com o Plano Nacional da Juventude, que também vai começar a ser feito agora. Então, esse é um tema que nós estamos retomando. O Plano Nacional da Juventude precisa dialogar diretamente com o Plano Nacional de Educação.

Quero dizer que nós iniciamos o processo de conferência. Depois de oito anos sem realização da Conferência Nacional da Juventude, quatro anos de negligência no último Governo direto sobre esse ponto, o Presidente Lula convocou a Conferência Nacional da Juventude. Nós iniciamos agora o processo de conferências municipais. A última conferência, para que nós tenhamos registro aqui, em 2015, mobilizou mais de 600 mil jovens. Então, nós agora estamos no processo de conferências municipais. Vamos para conferências (*Falha no áudio.*) ... e a temática da educação é um dos temas centrais a serem debatidos nessa Conferência Nacional da Juventude.

Eu queria concluir a minha fala com dois elementos. Já que eu comecei falando de demografia (*Falha no áudio.*) ... acabou de lançar as bases do censo, a gente olhar a projeção populacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2060, a projeção populacional é de que um em cada quatro brasileiros, diferentemente do que a gente tem hoje (*Falha no áudio.*) ... em que um quarto da população é jovem, em 2060 um em cada quatro brasileiros terá 65 anos ou mais.

Então, isso apresenta uma outra realidade. O fato é que, se a gente não fizer os investimentos certos agora, a gente não terá uma economia, uma sociedade que se sustente com esse novo quadro no futuro. Então, se a gente quer um bem-estar para a futura população brasileira, precisa começar agora, no presente (*Falha no áudio.*) ... educação de qualidade, como os princípios já foram mencionados pelo nosso expositor anterior, com quem nós temos bastante convergência. É fundamental a gente garantir políticas... (*Falha no áudio.*)

Eu falei que tinha dois comentários. Acho que além desse demográfico, quero dizer que (*Falha no áudio.*) ... em todo o debate que envolve os jovens é importante que a gente traga jovens como protagonistas, porque senão a gente vai continuar fazendo o que outros fizeram no passado, tentando formular para um grupo social. Ou seja, se esse grupo social não for protagonista das suas próprias discussões, se não tiver capacidade de estar sentado à mesa de negociação, muito dificilmente a gente vai construir respostas reais para as demandas reais da população jovem no Brasil.

Então, eu queria demarcar o nome do Conselho Nacional da Juventude, Senadora, e dizer que a gente está muito feliz de fazer parte deste debate aqui, senti-me muito honrado. Temos ali um grupo de trabalho de educação dentro do Conselho Nacional da Juventude, que é coordenado pela União Nacional dos Estudantes com o Mapa Educação e outros movimentos estudantis; e a gente coloca esse nosso grupo de trabalho integralmente à disposição.

Também está comigo aqui, me acompanhando, a Rayssa, que é da nossa assessoria, cientista social, alguém que formula nesse sentido e vai poder acompanhar o debate que se segue com a gente, está bom?

Então, um abraço e um cumprimento em nome do Conselho Nacional da Juventude.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Marcus, inclusive o esforço de você ter parado com a atividade para vir nos trazer dados tão importantes.

Eu destaco um dado para o qual estou chamando a atenção, porque ele aparentemente é subjetivo, mas tem impactado muito na fala de todos os jovens que passaram pelas nossas audiências e naqueles que a gente ouve – eu participei, no Congresso da UNE, de uma mesa sobre o ensino médio, com algumas representações juvenis também –, que é o que você chamou de desilusão, a frustração por algo que se esperava e não aconteceu, o que eu chamo de estelionato pedagógico, que são as escolhas dos itinerários não oferecidos ou negados. Isso gera, de fato, uma desilusão, que, em uma idade que é a idade de sonhos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a idade de projetos, é a idade de traçar os itinerários da própria vida, tem um prejuízo adicional, sem sombra de dúvida, muito grande, fora esses dados que você traz.

Se puder, mande o diagnóstico para a gente, esse diagnóstico que o conselho fez dos recursos aplicados, da queda de recursos, porque isso tem a ver também com levantamentos que a gente tem da parte da educação. Certamente isso vai nos ajudar bastante.

Muito obrigada pela sua presença, pela sua exposição.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Henrique Marques Ribeiro, que é um servidor efetivo do Senado, Mestre em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Analista Legislativo do Senado Federal. Nossa Comissão é muito rica – Maurício, Heleno – em consultores, em acompanhamento técnico, e eu sei que isso vai nos dar um excelente relatório.

Sr. Henrique.

O SR. HENRIQUE MARQUES RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Oi, boa tarde, Senadora. Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, como vai? Tudo bem?

O SR. HENRIQUE MARQUES RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Tudo certo, melhor agora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Seja bem-vindo, é um prazer tê-lo aqui.

Você tem dez minutos iniciais e, precisando, pode utilizar mais cinco para complementar.

O SR. HENRIQUE MARQUES RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom.

Primeiro, gostaria de cumprimentar a Sra. Senadora, na Presidência desta Subcomissão, cumprimentar a Professora Dorinha. Eu trabalho no gabinete da Professora Dorinha, estou auxiliando-a, muito honrado em poder participar desse esforço de avaliação para a gente tentar aprimorar o ensino médio para os nossos alunos e para a sociedade em geral.

Eu vou usar a apresentação. Vou pedir para compartilhar a tela aqui.

Bem, qual é o mote da nossa apresentação? Aqui, nós vamos falar somente sobre os trabalhos que são feitos nesta Subcomissão, neste esforço de relatoria.

Nós tivemos, então, essa incumbência de auxiliar na redação desse relatório, junto com a Consultoria Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é o ponto inicial? No começo do ano, começou-se a discutir – a imprensa falando direto, porque, se você tem uma mudança de Governo, então você tem essa discussão –: a gente vai revogar a reforma do ensino médio? A gente vai alterar o novo ensino médio? Vai reformar a reforma? Por isso, foi criada a Subcomissão do Ensino, a CEENSINO, uma Subcomissão temporária para a gente fazer uma análise do ensino médio.

O que a gente vai fazer a partir daqui? O que a gente tem de aprendizado com o que foi feito durante a reforma, essa reforma do novo ensino médio? A primeira questão que veio à mente foi a seguinte: o que avaliar? Tinha gente falando que o problema do novo ensino médio estava no desenho: você tem um processo equivocado de reforma; a reforma foi feita de forma muito rápida. Então, você tem o problema de que ela não estaria antenada às reais necessidades do ensino médio. E você tem outro grupo que começou a falar: "não, o desenho é bom, o desenho está antenado às necessidades dos alunos e da sociedade, mas o processo de implementação foi falho" – houve um processo de implementação. E tem gente falando que foi muito bem: que tanto o desenho estava bom quanto o processo de implementação estava o.k. também.

Então, a gente ficou na dúvida sobre exatamente que ponto avaliar. A nossa ideia foi a seguinte: vamos fazer um levantamento das percepções e sistematizar o que as pessoas estão falando, o que todos os atores que estão participando das audiências públicas e a secretarias estaduais de educação estão falando sobre o desenho da intervenção, a adequação dele às necessidades dos alunos e os resultados que ele pode entregar; ou, se há um problema do processo de implementação, o que estão falando do processo de implementação, como foi; e o que eles entendem que são as necessidades do aluno, para poder fazer esse casamento, para a gente saber se o desenho está adequado, se o processo está adequado, se está entregando o que foi prometido, e se isso está antenado com as necessidades dos alunos. Então, passamos por essas três dimensões.

Como fazer isso? Nós fizemos o seguinte: fizemos, primeiro, uma análise documental, das leis que foram publicadas, decretos, portarias, resoluções, os guias publicados pelo próprio MEC, relatório de monitoramento do MEC e de outras entidades que também fizeram avaliação do novo ensino médio, notas técnicas, artigos científicos. Então, a gente fica muito feliz em saber que tem esses novos relatórios para a gente também analisar e colocar isso no nosso relatório também, na sistematização das percepções, das avaliações, porque eu acho que é isso que vai nos ajudar a informar melhor o processo.

Nós temos Parlamentares que têm posições diferentes. E todos eles precisam de informação para poderem tomar a melhor decisão. Então, a relatoria é da Senadora Professora Dorinha, mas, além de trazer a percepção dela, a ideia é trazer também informações para permitir um debate mais qualificado, com posições de consenso e com posições de dissenso, e trazer à discussão os argumentos para que a gente possa confrontar e tomar a melhor decisão possível.

A gente fez a análise documental, houve a realização de audiências públicas. Foram realizadas sete audiências – esta é a sétima e última, eu acho –, em que foram ouvidos quase 30 profissionais representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de entidades que estão envolvidas na questão do ensino médio, interessadas em aprimorar o ensino médio, com posições às vezes distintas, mas todas compromissadas com ofertar o melhor ensino médio possível à nossa sociedade. Isso está bem claro em todos as *lives* que nós fizemos e nos materiais. Enviamos a essas pessoas que participaram das audiências públicas e também às secretarias estaduais de educação formulários eletrônicos para pegar as percepções e avaliações. Você já fez alguma avaliação? Você já tem um projeto-piloto? O que você avaliou a partir disso? Quais são os resultados apresentados? Qual é a percepção dos alunos em relação ao novo ensino médio? Eles gostam? Estão interessados ou não estão interessados? Estão se sentindo frustrados? Tudo isso a gente perguntou às secretarias estaduais de educação.

A gente ainda está no processo de fazer a análise de todas as informações. É um material muito rico. A gente acabou de receber todos os formulários eletrônicos e ainda está chegando documentação, porque análises estão sendo feitas por vários atores distintos. Nós estamos recebendo esse material para poder agregar isso ao nosso relatório, para poder ter a visão mais ampla possível do que está sendo discutido em relação ao tema.

A gente está pegando todo esse material e o está analisando a partir destas três dimensões: a questão de o que as pessoas estão percebendo, o que as entidades estão percebendo acerca das necessidades; da adequação do desenho do novo ensino médio, da reforma que foi feita, à necessidade desses alunos; e se o processo de implementação precisa ser aprimorado.

A gente vai falar um pouco dos resultados preliminares da análise, porque a gente não está fazendo a análise toda; a gente fez a análise das coisas separadas e está fazendo essas coisas conversarem agora, uma espécie de triangulação das informações.

Em primeiro lugar, a gente percebeu que essa questão do trabalho como contexto mais importante na experiência curricular do ensino médio já é discutido em 1998, quando foi feito o parecer que fundamentou as primeiras diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Então, o trabalho é o contexto mais importante, e naquela época já se falava que você precisava adaptar o ensino às condições sociais do aluno. Você tem alunos diferentes, então precisa de modelos diferentes e ofertar de forma diferente, atendendo a necessidade de um aluno da periferia, por exemplo, que é diferente da necessidade do aluno que está numa escola particular cara. Então você tem essa discussão já desde 1998, desde a primeira diretriz, que foi lançada logo após a LDB.

Você tem, então, mais recentemente: em 2012 foi criada uma Comissão Especial, a CEENSI, na Câmara dos Deputados, com 28 Parlamentares – inclusive a Professora Dorinha fazia parte dessa Comissão –, que se reuniu durante 17 meses, teve 34 encontros, realizou audiências públicas e discutiu o novo modelo do ensino médio. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão, em 2013 foi lançado um projeto de lei, o 6.840, de 2013, que já trazia algumas alterações que estão nessa reforma do novo ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos itinerários não tinha esse nome de itinerários formativos, mas tinha a questão de você ofertar um foco, uma ênfase diferente no último ano de ensino, inclusive com a formação, a qualificação para o trabalho.

Você tem, então, em 2016, a medida provisória, que foi transformada na Lei 13.415, de 2017. Em 2018, o MEC publica uma série de normas infralegais, estrutura programas para auxiliar na questão da implementação: Dinheiro Direto na Escola; as questões das bolsas para formação dos...; assistência técnica para ajudar os estados a fazerem seus itinerários formativos. Mas em 2019 o que acontece? Tem um novo governo, um governo que não enganou ninguém quando disse que era mais Brasil e menos Brasília. Então, você tem uma mudança de... Você tinha uma... Além de você ter... O colega falou da questão de se a medida provisória é, realmente, a melhor forma de fazer uma reforma desse tamanho, desse tipo. E você tem um agravante, que é a questão de você ter um governo totalmente diferente. Depois que estava tudo estruturado, tem um governo que muda, que parte de uma perspectiva diferente de participação da União não só na área de educação, mas em todas as áreas. Em todas as políticas que eu tenho acompanhado, eu percebi esse afastamento da União como esse grande articulador nacional, porque isso mudou a questão de concepção de governo, e a rede se ressentiu disso num primeiro momento.

E uma coisa que eu percebi vendo os documentos e a riqueza de documentos é que as entidades não governamentais, o próprio Consed, a Undime e tal, começaram a articular. A rede encontrou uma forma de funcionar sem esse papel preponderante da União. Mas em 2021 a União começou a voltar esse papel principal e tal. O Governo lançou uma portaria e começou a atuar mais, a monitorar para ver se esses itinerários formativos estavam sendo formados, começou a acompanhar mais de perto, e isso deu um salto novamente na implementação do novo ensino médio.

E agora, em 2023, a gente está num momento em que a gente está dando uma parada para analisar o que foi feito, o que não foi feito, como foi feito, não só a consulta pública do MEC, não só o esforço da CEENSINO aqui, da nossa Subcomissão, mas outros focos de avaliação. Todo mundo que me antecedeu falou de um esforço de avaliação que foi feito, de trabalho que está disponível, trabalhos que a gente vai ficar muito feliz de analisar também e agregar ao nosso relatório.

Outra coisa é que nas audiências públicas a gente percebeu... Por exemplo, teve um participante do IBGE que falou que o problema às vezes não é nem a questão do ensino médio, mas que 53% dos estudantes abandonam a educação básica antes, inclusive, de terem concluído o ensino fundamental. Então, talvez seja melhor focar o ensino fundamental.

O representante da Undime comentou que a gente tem que ver a questão da diferença entre escola particular e escola pública, da capacidade de se ofertar esses itinerários formativos e da diferença dos grandes municípios para os pequenos municípios, de você reduzir muito a oferta desses itinerários para os municípios pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo isso é uma questão que a gente tem que levar em consideração na hora de reimaginar esse desenho ou novas ferramentas de implementação.

Tem a questão também dos formulários eletrônicos. A gente perguntou a percepção das pessoas que responderam ao formulário, o que elas achavam da questão do alinhamento entre os objetivos, atividades e resultados do novo ensino médio, e percebemos que muita gente que respondeu negativamente em relação a esse alinhamento, na verdade, estava reclamando da implementação. Se a implementação foi falha por falta de coordenação nacional para apoiar a implementação nos últimos quatro anos, resultou em inúmeros problemas, como a formação adequada dos professores para atuar no novo modelo e as diretrizes claras de operação para viabilizar as escolhas dos estudantes e a chegada da reforma às escolas. Essa foi uma declaração da Confederação Nacional da Indústria, em formato eletrônico. Eles se mostraram favoráveis por se manter o desenho do novo ensino médio, só que preferem focar a atenção em melhorar a implementação.

Concluindo, o que a gente tem feito? A CEENSINO, a Subcomissão foi criada para analisar o ensino médio nesse contexto de implantação da reforma do ensino médio. A gente partiu então de análise documental, de audiências públicas e formulários eletrônicos para tentar fazer uma sistematização de percepções e avaliações, tanto das necessidades, do desenho da intervenção, quanto do processo de implementação, para, a partir daí, a gente pensar em tomar decisões com uma melhor base de informações e recomendar o que fazer daqui para frente, como a gente vai transformar, como a gente vai melhorar. A reforma existiu, muito se investiu nessa reforma e o que a gente vai fazer daqui para frente.

É basicamente isso. Obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Henrique. Muito obrigada, foi uma boa prévia.

Nós sabemos que o relatório ainda será concluído, será submetido à Comissão, mas quero agradecer a você, agradecer a outra Consultora, Issana, que está também acompanhando todo o nosso trabalho, tem acompanhado as reuniões presenciais. É o que você disse, a gente não pode se deter em um instrumento de análise apenas, acho que isso é muito importante, embora os respondentes tenham sido poucos, mas a presença nas reuniões da sociedade de modo geral, da população de modo geral, sempre tem sido uma constante, através do e-Cidadania, com perguntas, com observações. Então, é análise de documentos, como vocês estão fazendo, é avaliação de todas as falas. Eu creio que nós ouvimos mais de 30 representações, e o relatório certamente vai nos dar uma riqueza muito grande desse momento.

Destaco uma observação que você fez porque é com ela que vou passar a palavra para o próximo convidado, que é o Prof. Mauricio Holanda: mais Brasil e menos Brasília, como se essas coisas fossem excludentes. Quem está em Brasília tem que pensar no Brasil. Agora nós temos uma coordenação federativa e acho que isso é um salto de qualidade para este momento que estamos vivendo de análise. Essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indagações que o pré-relatório nos faz realmente são bem pertinentes: o que é que nós vamos fazer, como vamos fazer, para que nós vamos fazer, com qual intenção nós vamos fazer. E é com esse sentimento de esperança que esta Comissão vai apresentar um maravilhoso relatório feito por você, com toda a experiência da Professora Dorinha, com a participação de Issana.

Passo a palavra para o representante do MEC, desta feita da Sase, o Mauricio Holanda, que já veio mais de uma vez na nossa Comissão inclusive. (*Pausa.*)

Som para o Mauricio. (*Pausa.*)

Mauricio, talvez se você tirar o fone, nos ajude e o ajude. A gente não o está ouvindo. Está falhando. (*Pausa.*)

Oi? (*Pausa.*)

A assessoria da Comissão está tentando recuperar o som, o que houve com a equipagem de Mauricio.

Eu acho que eu vou lendo para vocês outros; depois eu posso repassar particularmente para Mauricio as perguntas que já chegaram, do e-Cidadania. Pode ser? (*Pausa.*)

Aí a gente vai ganhando um tempinho.

Chegaram quatro perguntas. Chegaram alguns comentários... Não, chegaram sete perguntas e um comentário. Vou fazendo bem devagarzinho, porque todos têm tela para transmitir.

A primeira é de Jacqueline Mulle, de Pernambuco: "Quando a reforma entrará em vigor?".

A segunda é de Kauana Oliveira, do Paraná: "O novo ensino médio ajudou a diminuir a evasão escolar [...]?".

A terceira é de Alex Ferreira, de Goiás: "[Quais os principais entraves] [...] à implantação do novo ensino médio?".

A quarta é de Rosaine Oliveira, do Distrito Federal: "Quais são as principais inovações propostas para o ensino médio no Brasil, [...] [na perspectiva do] desenvolvimento da inteligência emocional?".

A quinta, de Evelyn Marques, do Paraná: "Como seria desenvolvido o projeto para formação continuada dos professores nessa nova [...] [fase] do ensino médio?".

A sexta, de Herica Mendes, também do Paraná: "Como melhorar o aprendizado dos alunos utilizando a tecnologia [que temos] disponível?".

A sétima, de Ione Maria Paviani, do Rio Grande do Sul: "O que está sendo feito para garantir a equidade de oportunidades do ensino médio para estudantes de diferentes regiões do país?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguinte é de Pedro Augusto, de São Paulo: "Quais são os pontos [críticos] da reforma [do ensino médio] que têm gerado resistência e questionamentos na sociedade?".

E um comentário de Eduardo Costa, de Pernambuco, alertando que é preciso ensinar noções de empreendedorismo e mais tecnologia para os nossos jovens.

Eu anuncio a presença da Senadora Professora Dorinha, que já está na tela. Dorinha, nós estamos para ouvir o último convidado, que é Mauricio Holanda, do MEC. Ele teve um probleminha com o computador, mas vai entrar pelo celular, segundo informações da assessoria.

Eu adiantei as perguntas que os nossos convidados podem responder na sua fala, a seguir. Depois que os convidados falam todos, a gente devolve a fala para vocês e aí, então, depois de Mauricio, eu já passo de imediato a palavra para a Senadora Professora Dorinha.

E aí, Mauricio, está a postos? Pode entrar agora? (*Pausa.*)

Já dá para ele entrar, Andréia? Está aparecendo o nome na tela. Se não, eu já passo para a Senadora. (*Pausa.*)

Oi? (*Pausa.*)

Está bem.

Então, Andréia, eu vou sugerir que a Senadora possa fazer a fala dela. Se Mauricio não der sinal... (*Pausa.*)

Estão pedindo para liberar o áudio dele. (*Pausa.*)

Pois não, Dorinha, você pode falar agora?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Não sei se estão me ouvindo todos.

Eu estava acompanhando já desde o início, até antes de começar a reunião. Ouvi, tive problema com a transmissão de parte da fala... Ouvi o Prof. Heleno, da CNTE. Tenho que pegar o meu material de pauta ali. Não consegui ouvir a fala do Henrique, mas acho que ele fez, talvez tenha sido um panorama do que está sendo feito.

Eu acho que o maior desafio, Senadora Teresa e a todos que estão nos acompanhando, é discutir, avaliar sobre o processo de implantação.

Obviamente, nós sabemos da autonomia de todos os estados, e, ao mesmo tempo, como o novo desenho do ensino médio foi aprovado no Congresso, não basta um relatório nosso ou (*Falha no áudio.*) ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dizer que a reforma vai ser revogada. Ela está valendo, ela está em (*Falha no áudio.*) ... os livros didáticos, os materiais foram redimensionados num novo desenho.

Ainda esta semana nós falávamos do quão dinâmico é que os Estados já estejam se reorganizando, fazendo ajustes inclusive no modelo apresentado. E gostaria só de reforçar que nós recebemos do Consed e de algumas outras instituições as posições formalmente definidas. Eu acho que seria interessante – eu não sei se a CNTE fez isso em relação ao que foi apresentado. Da mesma forma o Marcus Vinícius, que aqui falou em nome da Conjuve, já ouvimos outros representantes da juventude também: que pudesse enviar as contribuições, por escrito, de pontos que acham importantes, porque, de qualquer forma, é bastante complexo. A nossa preocupação... Eu estava ouvindo agora aqui sobre as perguntas que foram feitas, as pessoas muito angustiadas para saber o que é que muda, quando começa, se começa a valer, quais são os maiores desafios. Os maiores desafios são os da educação. Nós temos desafios na área da formação de professores...

Eu ouvi muito o Heleno falar sobre a questão do tempo do debate. Eu discordo em parte disso. Eu acho que... Eu fiz parte da Comissão junto com o Reginaldo Lopes, e nós fizemos dois anos ou mais de reunião, tudo da proposta do ensino médio. Obviamente, o desenho final veio através de uma MP, e o formato de MP compromete, sim, a discussão, como formato. E, assim como a gente, outros temas têm sido apresentados hoje, inclusive via MP. E alguns estão entrando em regime de urgência, como foi o caso da escola de tempo integral. São ações diferentes.

Eu acho que teve tempo de debate no desenho que a gente estava trabalhando na Câmara, o que não quer dizer que não tenha legitimidade o fato de ter sido de uma MP. Tem muitos assuntos que vêm como MP e alguns que nem caberiam, mas acho que isso não compromete o que a gente está se propondo a fazer. Existe uma vontade do Senado, através da proposta feita pela Senadora Teresa. Eu já tinha apresentado também, já tinha, inclusive, ido falar com o ministro. Há uma vontade do MEC também. O Mauricio vai falar depois – seria melhor falar até depois dele, por conta da consulta pública que foi aberta. E a consulta, com certeza, está levantando informações interessantes, porque ela mostra, ela tem oportunidade de auscultar nacionalmente.

Então, acho que são muitos elementos que vão servir para construir o relatório e, inclusive, para a produção, se for o caso, de medidas legais, de propostas legais de alteração, de mudança, sempre lembrando que existe a autonomia dos sistemas. E, aí, nós tivemos uma audiência pública em que a federação das instituições privadas colocou muito isso: "Ah, a gente já fez todo um desenho, já estamos investindo, já investimos, já trabalhamos, e tem pontos positivos". Obviamente, sempre lembro que a Base Nacional já dá esse espaço para os desenhos adotados pelos sistemas. Para alguns que estão alegando que já fizeram investimento, que produziram material, que têm disciplinas criadas, isso já é possível ser feito. É possível, inclusive, ter essa abertura, porque a própria Base Nacional tem esse desenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que são importantes elementos que eu penso que têm um grande consenso, que são a questão de reorganização da carga horária, o maior número de horas destinadas à base comum, o fechamento de um filtro de disciplinas e áreas de atenção. O objetivo é dar amplitude para a formação, mas isso não significa que não tenha que ter eixo, que não tenha que ter organização.

Então, a ideia nossa é o quanto antes, a partir do que está sendo apresentado e dos debates, a gente conseguir construir um relatório, ver o que é possível construir de consenso, e socializar esse texto com as instituições que foram convidadas, para que, a partir de uma construção, também possam emitir sua opinião e sugestão. E é um instrumento que, com certeza, retorna também para o Ministério da Educação, que está hoje sob responsabilidade e condução do Secretário Mauricio, para fazer toda essa filtragem, construção e – quem sabe? – para fazermos juntos o formato que seja necessário, se houver alguma medida legislativa que precisa ser feita – e eu acho que vai ter: tem situações que nós vamos ter que trabalhar.

Então, é só essa a disposição, e vamos seguir acompanhando para ver se nós conseguimos ouvir o Secretário Mauricio. Inclusive, acho que foi prorrogada, não sei se já se concluiu a audiência que foi aberta, a consulta pública – eu não sei se isso já foi feito.

Mas só quero agradecer e parabenizar a preocupação de todas as instituições. Com certeza, existe uma grande preocupação de nós todos com a possibilidade, porque também não é uma situação em que só se revogou o ensino médio. A gente já tem uma situação colocada, enorme, em relação ao ensino médio – a questão da qualidade, da atração e interesse da juventude, a dificuldade de formação.

Então, são problemas que já existiam antes, principalmente antes da reforma.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Depois da fala do Secretário, fique à vontade para fazer alguma outra consideração.

Esta é a nossa última audiência pública. Ao fim, eu vou rapidamente fazer uma síntese.

Acho que a prévia do relatório ajuda bastante com essas suas considerações complementares, que dizem respeito a pontos que necessariamente terão que ser observados: a autonomia dos estados, a posição de todos que nós ouvimos, todas as instituições, e sei que o MEC vai nos ouvir.

Assim eu espero, viu, Mauricio? Que o MEC nos ouça. Tenho certeza disso.

Tem muitas representações que se entrelaçam. Está aqui, está ali, tem as falas, mas eu acho que nós temos condições, sim, de dar uma bela contribuição. E o detalhamento do objeto, que para mim é um ponto de tensão, eu acho que será também objeto de uma nova discussão que envolva o Congresso, como foi envolvido desde o início do debate de 2018 e mais agora ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reportando-me ainda ao que disse Henrique Ribeiro, nós vamos priorizar e valorizar essa coordenação federativa.

Passo a palavra para você, Mauricio, agora. Veja se você agora está com o seu som a pique...

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (*Por videoconferência.*) – Alô?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Está bem agora. Agora está bom. (*Pausa.*)

Tem momentos em que nós o estamos ouvindo. (*Pausa.*)

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (*Por videoconferência.*) – Pronto, me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pronto.

Que pena que o tempo passou sem essa fala, porque eu me lembrei da lei do lado do pão com manteiga: quando o pão cai no chão, sempre cai o lado com manteiga no chão. (*Risos.*)

É o seguinte, eu vou parar de brincar.

Eu quero começar cumprimentando quem nos escuta e cumprimentando estas duas Parlamentares admiráveis. Cumprimento a Profa. Teresa Leitão, que, em muito boa hora, já no início deste mandato, percebeu a necessidade de uma Subcomissão para discutir o ensino médio. Do mesmo jeito, cumprimento com todo o respeito a Senadora Professora Dorinha, que é uma Parlamentar que, ao longo desses anos, vem construindo uma história de coerência enquanto Parlamentar e de competência enquanto professora que a tem tornado um referencial na educação brasileira. Digo isso com muita simplicidade, com muita naturalidade por ter podido acompanhar a atuação.

Também quero cumprimentar o Prof. Heleno. Já interagimos muito por conta do fórum e por conta da CNTE, ele é Presidente de sindicato dos professores, uma força que não pode ser desconsiderada na equação do avanço da educação brasileira.

Cumprimento o Marcus, a própria voz da juventude, e o Henrique – está me parecendo que o Henrique é da turma nova dos concursados, não sei... O fato é que as Consultorias são instituições muito importantes dentro das duas Casas, porque, entre outras coisas, guardam a memória institucional da construção das leis.

Eu vou começar me reportando à fala do Marcus sobre juventude e, assim, tratando de duas questões básicas. Primeiro, enquanto gestor público, faz pelo menos 10 anos,12 anos que eu tento formular – quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava lá na Secretaria de Educação do Ceará – para a nossa equipe o seguinte: política de ensino médio precisa ser política de juventude, no sentido de que o que se pensa para a escola precisa ser inspirado e fundamentado nas necessidades dos nossos jovens.

Não é que a escola seja capaz de dar conta de tudo. É até uma carga injusta dizer que a escola dá conta de tudo ou que a escola é culpada. Mas a escola é o centro da vida comunitária, na maior parte dos pequenos municípios e dos bairros da periferia brasileira, que é onde essas pessoas estão, não é?

Nesse sentido, eu falo de protagonismo, mas falo também de protagonismo que não é só o protagonismo da ação política, muito embora eu ache que essa é uma dimensão inarredável do protagonismo. Mas acho que é muito importante ter o protagonismo estudantil, no sentido de participação na escola, no sentido também de que cada estudante seja responsável por sua aprendizagem e construa, sim, uma perspectiva de vida.

Infelizmente as palavras "projeto de vida" ficaram meio antipatizadas, mas a verdade é que todo ser humano, quando sai, vamos dizer assim, do atendimento das necessidades básicas, constrói, sim, um projeto de vida, qualquer que seja o nome que se dê, não é?

Bom, dito isso, eu vou passar um pouco, interagindo aqui com tudo que já foi dito, interagindo com o tema do NEM, tá? – do novo ensino médio, do que aconteceu ou deixou de acontecer de 2017 a 2022.

Bom, primeiro, quero dizer que a implementação do NEM, sobretudo ali nos primeiros anos, de 2019 a 2021, careceu de definições. Ela careceu de definições: o que é que ia ser parte diversificada, itinerário, como é que isso podia ser melhor combinado entre as unidades da Federação. Em suma, a ausência do Governo Federal daquele momento em relação ao apoio e à interlocução com os estados, com os conselhos nacionais, no sentido de construir referenciais comuns, aportou questões de ausências nisso, não é?

Mas eu não quero, não posso deixar de falar da questão dos itinerários. Eu acho que os itinerários não foram e não estão bem equacionados. Não assino embaixo do folclore de que, "ah, o Brasil tem 600 itinerários, não sei o quê". Sinceramente, acho isso má-fé da imprensa. Mas o fato é que não foi dado um rumo também para que os jovens se sentissem seguros de que estariam todos aprendendo em caminhos semelhantes ao longo do... Assim, mesmo que ele estivesse no Amapá ou no Paraná.

Eu tenho chamado também, pedido até que, quando a gente falar de formação de professor, a gente não fale só pensando que, se você der um treinamento para o professor durante um mês, um ano, ele vai ser capaz de implementar uma reforma curricular. A gente precisa ter respeito pela cultura profissional do professor. Todo profissional, o seu campo de colegas tem uma cultura, e essa cultura não se muda porque se deu uma formação de "x" horas. Essa cultura não muda entre os médicos, essa cultura não muda entre os advogados, sabe? Então, na educação, o fazer educacional de dar uma aula é, provavelmente, uma das coisas mais complexas que se tem como como profissão, e querer que uma formação encurtada possa ser chamada de adequada eu acho que é forçar um pouco a barra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto... Estou aqui me perdendo com tantas coisas; eu tinha botado até despertador para não... No entanto, eu quero dizer que eu acho, sim, que há dois problemas de desenho nessa lei. Há um problema... A carga horária da formação geral básica ficou, sim, reduzida, e eu acho que todos nós, todas as entidades que nós ouvimos reconhecem isso. É importante não ter pressa e podermos avaliar o que precisa ser legislação. Disso se precisa, mas tudo indica também – a fala da Senadora Professora Dorinha também indica – que, talvez, dificilmente poderemos fazer alguns ajustes fundamentais sem essa medida. Mas o que é bom mesmo é que a gente construa essa medida junto: Executivo federal, Congresso federal, estados, que são os grandes implementadores dessa reforma, e órgãos normativos nacionais e estaduais.

Finalmente, eu quero falar um pouquinho – me perdoem, mas é porque esse assunto é tão tocante para mim, que fui educador de escola e depois educador como gestor público – do tema da desilusão. Eu diria o seguinte: que nós lidamos com algo mais grave do que a desilusão, porque a desilusão é quando eu quero ter uma Barbie, para falar do filme, ou quando eu quero fazer um passeio, e o meu passeio, o meu pequeno sonho não se realiza. Eu acho que a gente está lidando hoje não só com os jovens. A gente está lidando hoje com uma questão que se chama busca de sentido. Assim: qual é o sentido da minha vida? Qual é o sentido de eu estar aqui? E dar sentido significa conversar com os jovens noutro nível. É conversar com os jovens pensando em oportunidades. E fico muito feliz que tenha chegado o momento de a gente ter perspectiva de tempo integral e de educação profissional articulada ao ensino médio, que é uma lei que foi sancionada ontem. Mas dar sentido, também, quanto a: o que eu posso fazer pelo meu país? O que eu posso fazer pela minha comunidade? O que eu posso fazer para me sentir alguém que contribui?

É muito comum que o jovem seja descrito como problema: é quem mais está desempregado, é quem mais morre, é quem mais evade, é quem mais isso, é quem mais aquilo. E ele o é, o diagnóstico nos conta isso. Mas a minha grande provocação é: vamos fazer um diagnóstico do jovem como potencial de solução?

Bom, com essas palavras, e pedindo desculpa por ter abusado do tempo, eu paro por agora. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Pois é, porque você ainda vai ter o seu tempo complementar, como todos.

A gente retoma agora.

Eu quero destacar, Mauricio, na sua fala e também na da Professora Dorinha, que eu espero que seja aquilo com que a gente possa dar um passo além, que é a percepção de que, talvez, seja preciso avaliar o instrumento, porque, em todo canto a que eu estou indo debater isso, e não são poucos os lugares, eu tenho dito que o Revoga Já não pode ser um ato administrativo, como nunca foi. O Revoga Já é um movimento, um movimento encabeçado pelas entidades estudantis, pelas entidades sindicais lá no início de janeiro, de fevereiro, que teve um papel mobilizador. Mas uma revogação de uma lei... Se a gente crítica nesta lei em vigor a falta de um debate mais profundo, o fato de ela ter vindo por medida provisória, embora, depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha se transformado em lei – o Ministro tem, reiteradas vezes, também, criticado a falta de diálogo com os entes federados, com as entidades –, a gente não pode revogá-la de uma canetada.

Eu acho que o Revoga Já foi um ato, um movimento, um ato administrativo. Depois de todo esse processo de debate que nós fizemos aqui, que o MEC também fez, que o Fórum também fez, que várias iniciativas o fizeram, o Revoga Já, hoje, tem um componente de participação invejável – invejável. Além da consulta, toda essa rodada de debates.

Então, nós temos uma convicção maior, mais bem fundamentada, baseada nas escutas, nas avaliações, nas análises de quem faz gestão, de quem dá aula, de quem está na escola, de quem representa os setores de pesquisadores – nós ouvimos vários também nas nossas Comissões.

Então, fico muito feliz com essa fala de que o MEC está pensando qual será a melhor alternativa para a gente ter um fruto desse debate profícuo e que corresponda ao que a gente deseja para a nossa juventude.

Eu entendi bem o que Marcus disse em relação à desilusão, como também ele entende e concorda. Qual é o passo que vem depois da desilusão? É a superação por um projeto. Eu ouvia de um professor que falou – o Prof. Igor, de Sergipe – lá no dia da escola de tempo integral e nos visitou ontem na Comissão de Educação, lá na nossa reunião: dessas coisas todas que estão desenrolando do debate, uma das coisas mais importantes que eu acho que a gente precisa introduzir, não como disciplina, mas como fio condutor de um projeto pedagógico, é o projeto de vida. É quem sou eu e para onde eu quero encaminhar toda a minha força reflexiva, de trabalho, de representação. Isso vai ser muito necessário na escola de tempo integral; como todo mundo diz, a gente quer que contribua para a educação integral.

Sem mais delongas, vamos passar a palavra, devolvendo. Pelo nosso rito, são cinco minutos, a gente está muito disciplinado no tempo, nem se preocupem. A gente vai voltar para nossos convidados. O Marcus está substituído por Rayssa. Aí, na hora em que for a vez dele, em vez de eu chamá-lo, eu chamo Rayssa. Acho que é Rayssa, mas eu confirmo já o nome.

Passo inicialmente – vou seguir a mesma ordem, certo? – para o Prof. Heleno Araújo, que é Presidente da CNTE e também Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação, que neste ato está representando o fórum. A CNTE foi ouvida. Quem veio foi Marlei de Carvalho, não é?

O SR. HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO (*Por videoconferência.*) – Isso. Exatamente, Teresa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Vamos lá, Heleno, cinco minutinhos.

O SR. HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São cinco minutos, também escutei aqui as questões, sete questões levantadas. Eu anotei aqui só por tópicos, algumas preocupadas com a situação, mas eu quero começar dialogando com o que também a Senadora Dorinha levantou, que é importante, e o que o Henrique apresentou. Acho que todos nós aqui acompanhamos a trajetória que o Henrique apresentou: em 2013, a proposta de um projeto de lei, de um PL. E é verdade que estávamos debatendo o PL. De 2013 até 2016, o debate está sendo feito, e o PL não foi aprovado, não foi colocado em pausa para votação. Por quê? Porque, da forma como a Senadora Dorinha sempre se comportou e o Deputado Reginaldo Lopes também, sempre ouviram bastante as entidades do movimento educacional. Dialogaram, construíram consensos. Foi um trabalho onde... Vocês estão me ouvindo? Entrou a ligação aqui. (*Pausa.*)

Não vou nem perguntar aqui, estão me ouvindo, não é? Então, construíram consensos, têm trabalho de diálogo muito forte. E é esse diálogo que fez a gente levar quatro anos debatendo a melhor forma de cuidar do ensino médio, porque o conteúdo que estava sendo colocado nós apontávamos que tinha problemas – tanto a CNTE quanto o Observatório do Ensino Médio. Por isso que essa forma democrática da Senadora Dorinha, e também do Deputado Reginaldo Lopes, dialogando conosco, foi importante.

Quando nós falamos aqui que fomos atropelados pelo processo, é que a medida provisória impôs um conteúdo que nós estávamos debatendo, impôs um conteúdo que nós afirmamos que teria problemas. E as questões levantadas apontam isso. Nós temos problemas de acesso. Não podemos negar isso. A política, quando aplicada, está tirando a juventude da escola. Os diretores das escolas estão procurando os sindicatos para pedir ajuda, porque suas escolas estão perdendo os seus jovens, estão perdendo as suas crianças. É assim que as diretoras falam para a gente: "Estou perdendo meus meninos!" Então, tem um problema aí, de fato, quando se implementa essa política.

Outro ponto levantado nas questões é a tecnologia. Ora, olha o que Maurício Holanda passou aqui, e o Maurício Holanda está dentro do Ministério da Educação, em Brasília! Vejam a situação! Então, quando a gente falar de tecnologia para a nossa juventude do ensino médio, temos de pensar no tamanho que é o nosso Brasil, nas desigualdades que tem o nosso Brasil.

Ontem, eu tentei de verificar o relatório do Tribunal de Contas do Município de São Paulo por conta da atitude do governador de tirar os livros das mãos das nossas crianças. Eu fui em busca do relatório, porque eu tinha lembrança... O relatório é de... A fiscalização, a ida às escolas foi no dia 8 de novembro de 2022, o relatório foi publicado dia 14 de dezembro de 2022, ano passado. São Paulo, maior capital do Brasil e da América Latina: 83% dos estudantes nas escolas municipais de São Paulo não tinham *tablet*; 65% das escolas têm equipamentos que não funcionam 100%, sempre tem um quebrado, dois não funcionam, ou seja, 35% não têm nada de equipamentos. Eu estou falando da maior capital do país, a capital mais rica do país. E, quando a gente trata de uma política nacional, nós estamos falando de um Brasil de tamanho continental, cujas desigualdades têm que ser consideradas no processo de construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que, aqui, a nossa juventude, pelo Conselho Nacional de Juventude, falou: é importante ouvir a juventude, ouvir quem está lá na ponta. Isso a Deputada, na época, Dorinha e Reginaldo estavam fazendo: ouvindo, discutindo, procurando a melhor forma de atender as demandas apresentadas. Só que a medida provisória interrompe o processo, impõe propostas, ideias que têm dado problema no acesso, dado problema na tecnologia, as dúvidas com relação à formação de professores.

O último dado agora, aqui em Pernambuco: a Senadora Teresa Leitão conseguiu fazer com que o estado convocasse os concursados. Sabe qual é o problema agora, Senadora Dorinha? Os concursados que prestaram prova de concurso para biologia, para matemática, agora que estão chegando nas escolas, estão ouvindo dizer: "Olha, não tem aula de biologia, não tem aula de matemática. Você vai ter que fazer outra coisa que não foi para o que você foi formado. Você vai ter que se dedicar agora a um itinerário para o qual você não teve nenhum preparo. Esse é um problema quando a gente levanta aqui essas questões em termos de problemas.

Por fim, os impasses colocados também nesse processo são um pouco desse conjunto que estava colocado, ou seja, a forma de você implementar sem dialogar com as realidades está prejudicando os nossos jovens, os profissionais da educação. E é muito salutar o que estamos fazendo aqui agora: esse debate forte, coordenado pelo MEC com outras entidades, na consulta pública, e esta Subcomissão. Eu acho que aqui, sim, tem um espaço muito forte de ouvir o que estamos levantando e considerar.

Acho que o percurso que o Henrique mostrou para a gente, os estudos, a pesquisa são fundamentais, porque vão dar o caminho que seja, de fato, adequado para atender as nossas juventudes, para que nós, profissionais da educação, possamos ser ouvidos, atendidos e que o Fórum Nacional de Educação também possa estar imbuído nessa construção coletiva em que estamos envolvidos.

Muito obrigado pelo convite mais uma vez, Senadora Teresa Leitão. Forte abraço a cada um e a cada uma!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada também, Prof. Heleno, sempre um prazer contar com a sua participação.

O próximo seria Marcus, mas acho que ele justificou que precisaria sair, deixou uma pessoa do Conjuve, mas eu não estou vendo. Será que ela está na tela e eu não estou percebendo, Andréia? (*Pausa.*)

Então, Rayssa, é sua vez.

A SRA. RAYSSA LEMES (Para expor.) – Boa tarde! Obrigada, Senadora.

Eu sou cientista social, estou representando o Presidente do Conjuve, Marcus Barão, sou assessora dele. Ele teve que sair por conta da agenda dos Diálogos Amazônicos, então vou representá-lo nas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero agradecer, em nome do conselho, a oportunidade que o Senado Federal nos trouxe de fazer um debate tão qualificado, nas pessoas da Senadora Teresa Leitão e da Professora Dorinha, e também quero agradecer a todos os expositores pelas contribuições tão ricas que nós tivemos aqui hoje.

Quero reiterar a questão de que, para nós, é muito simbólico estar aqui, nesse momento, discutindo essa pauta que é tão importante para a juventude brasileira, porque uma parte muito significativa dos estudantes que estão no ensino médio são jovens. Daqui a dois dias a gente comemora os dez anos do Estatuto da Juventude, como o Marcus já mencionou, e é importante reiterar que o direito à educação é um dos eixos fundamentais preconizados pelo estatuto, além dos materiais, também, que já foram mencionados. A gente tem o Juventudes do Agora, que é um documento de diretrizes e bases para uma política de Estado para e com as juventudes, no qual a gente faz um diagnóstico, também, em relação à pauta específica da educação como um dos eixos centrais do estatuto e também algumas recomendações, baseadas em discussões que já têm sido feitas no Brasil, inclusive as que têm sido feitas em conjunto com o Senado, com outros atores, e também de proposições que foram feitas em outros países. Nós trazemos uma série de recomendações nesses documentos, a gente vai encaminhar para a Comissão para que eles possam ser disponibilizados também, através de outras vias.

Então, eu reitero esse agradecimento pelo convite e também a disposição do Conselho Nacional da Juventude, que congrega diversas organizações e movimentos sociais, além de representantes governamentais, para qualquer discussão relativa às políticas públicas de juventude, nesse caso, especificamente, no eixo da educação. Mas quero reforçar a nossa disposição para isso e o interesse contínuo em discutir essa questão, que é tão importante para o aprimoramento do ensino médio e para a questão do protagonismo jovem também. Como já foi dito por diversas falas, é muito importante também a gente ter a voz dos próprios estudantes, das próprias representações juvenis e do Conjuve, que é a plataforma oficial de representação dos jovens do Brasil, nesse tipo de debate.

Quero agradecer novamente a oportunidade de estar aqui hoje debatendo isso, e fica o meu reconhecimento ao Senado Federal por toda a dedicação que tem tido a este tema e também à Comissão como um todo, pelo trabalho muito qualificado que vem sendo feito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós que agradecemos, Rayssa, agradecemos a participação do Conjuve, as contribuições, as inter-relações que nós sabemos que tem com várias instituições que representam a juventude, seja nos movimentos sociais, seja também nas instâncias governamentais.

Hoje não é difícil a gente encontrar secretarias de juventude em governos municipais, em governos estaduais. O nosso próprio Governo também tem. Isso significa uma pauta importante, como vocês próprios disseram, em relação ao que se está produzindo, na projeção que se tem para os jovens e os mais jovens daqui a um tempo, uma próxima geração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. A gente aguarda o seu documento.

Eu passo a palavra agora para Henrique Ribeiro, o nosso analista legislativo, para fazer também as suas considerações complementares.

O SR. HENRIQUE MARQUES RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, boa tarde.

Voltando aqui, novamente, quero agradecer pela oportunidade de estar mostrando esse trabalho que estamos realizando na Subcomissão. Teve uma pergunta no e-Cidadania que foi a questão, assim, sobre se está alcançando os resultados, causando o impacto que foi previsto inicialmente, que é a questão de você reduzir a evasão escolar.

Inclusive, essa pergunta até fez parte do nosso formulário, mas o que nós percebemos nas respostas? O que você tem de resultado hoje é de, às vezes, escolas piloto, você tem... Então, até para resgatar o que o Heleno falou, você, para ter uma ideia sobre se a política está funcionando num Brasil tão diverso, não pode tomar por base apenas os resultados de algumas experiências específicas para dizer se está funcionando ou não está funcionando. Você tem que dar um tempo, é a questão da maturidade da política, a gente está em processo de implementação.

Então, primeiro, assim, antes de a gente conseguir responder se está dando resultado ou não, a gente tem que saber: ela foi implementada direito, do jeito que se desenhou? Esse desenho é adequado? Ela tinha chance alguma de ter resultado? Então, tem esse processo, tem todo esse caminho. Eu acho que, nesse momento, a gente tem que focar mais nessa questão de como é que está: a gente tem que remodelar o desenho? A gente tem que caprichar um pouco mais na implementação? Tem que considerar a diversidade do país? O que a gente tem que fazer chegar para um município pequeno do Amazonas, por exemplo, para dar as condições? Então, eu acho que é esse momento.

Eu gostei muito do modelo da consulta pública do MEC, até porque eles estão planejando ouvir a juventude, e isso é muito importante, Rayssa, e, às vezes, é muito difícil, sim, porque envolve muitos recursos, é difícil você ter acesso, às vezes, a pessoas tão jovens, porque você não tem, às vezes, um cadastro; são pessoas menores de idade, que você não consegue... tem que ter todo um cuidado na hora de você perguntar as coisas e tal.

Então, assim, eu também estou muito ansioso pelo resultado da consulta pública do MEC, e eu acredito mesmo, acredito sinceramente que, juntando os esforços do MEC, da Subcomissão do Senado Federal, juntando os esforços de todos os atores que estão trabalhando, Todos pela Educação, o Observatório do Ensino Médio, todos, assim, com... (*Falha no áudio.*)

...diferentes, mas todos – e isso eu senti em todos com quem eu conversei – interessados no melhor para o país, às vezes, com ideias diferentes do que seja o melhor para o país, mas eu acredito mesmo que o debate qualificado e democrático pode resultar no melhor para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela participação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Henrique.

Você deu um panorama inicial ainda, a gente sabe, está por completar, mas eu acho que o desenho vai nos permitir uma síntese importante desses meses de trabalho, um profícuo trabalho, e, com certeza, a gente vai ter uma conclusão.

Hoje, a gente não está muito em tempo de considerações finais, a conjuntura está tão dinâmica, mas o relatório, ao seu tempo, eu tenho certeza de que vai retratar esse momento importante que nós vivemos na Comissão.

Então, eu vou passar a palavra agora para Mauricio Holanda, nosso secretário da Sase.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) ... Vamos começar pelos prazos, não é? (*Falha no áudio.*)

... A portaria define que (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Está falhando um pouco, Mauricio. Está falhando um pouco. A gente está ouvindo, mas está com falha.

O SR. MAURICIO HOLANDA MAIA (*Por videoconferência*.) – É, não é? É como o Heleno fala, não é? (*Risos.*)

Mas, então, nós vamos entregar o relatório em caráter preliminar para os quatro grandes colegiados que participaram com a gente da consulta, a saber: Consed, CNE, fórum nacional e Fórum dos Conselhos Estaduais, porque nós queremos também ainda receber contribuições, comentários, críticas, antes de termos um relatório definitivo. É claro que ele já será público. Na hora em que a gente compartilha com todas essas instituições, ele já será um relatório público, mas com a humildade de saber que ainda poderemos assimilar e agregar muitas contribuições.

Eu estou em dúvida se nós vamos colar o relatório do Senado, ou se o Senado vai colar nosso relatório, ou se a gente faz uma reunião. (*Risos.*)

Mas, pelo que eu pude ver da exposição do Henrique, é tudo muito convergente – é muito convergente. O que temos são diferenças, às vezes, de forma de implementar ou um detalhe em relação a uma determinada quantidade de horas e tal, que são coisas que são muito plausíveis. Quem trabalha no Parlamento, no Congresso sabe muito bem que é o lugar da conversa, da negociação, de uma pessoa ceder para um lado e o outro ceder para o outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou perder aqui – o meu tempo já se acaba em 40 segundos – a oportunidade de fazer uma consideração importante inspirado até numa fala do Henrique. Nós não podemos falar dessa reforma falando que existem evidências, seja de bons resultados, seja de resultados ruins. Simplesmente não dá para se falar de resultados em educação, de evidências em processos de política tão prematuros. Nesse sentido, eu apelo, como eu costumo apelar em todos os processos legislativos, para que a gente conceda ao país prazos mais longos para determinadas coisas. Por exemplo, um processo como esse que mexe na estrutura educacional do país precisaria, pelo menos, de uns cinco anos de monitoramento antes de mudar a forma de avaliação, antes de saber claramente onde é que estão os limitantes, quais são esses limitantes e onde eles se localizam territorialmente.

Eu não estou especificamente criticando ninguém, porque eu acho que esse é um paradigma do fazer política pública no Brasil que se expressa também nas leis, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, eu não deixarei, sempre que puder, de tocar nesse ponto, porque a gente fez muito as coisas sempre assim: "No prazo de dois anos, os estados e municípios farão isso, isso e aquilo. No prazo de tan-tan-tan, as escolas farão isso".

Muitas dessas coisas, inclusive, se houvesse políticas consistentes, não precisariam nem estar na lei, mas estariam implementadas pela cooperação interfederativa.

Desculpem-me ter tratado assim desse assunto, mas eu peço a compreensão pelo militante que sempre vai tocar nesse ponto quando tiver oportunidade.

No mais, quero agradecer, mais uma vez, à Profa. Teresa, Presidente, e à Professora Dorinha, Relatora, dizer da satisfação de estar com os demais participantes da mesa e agradecer a todos que nos ouviram.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Prof. Mauricio. Tempo é uma coisa muito estratégica quando se trata de procedimentos educativos – não é? –, muito. Temos de cuidar dele muito direitinho.

Eu vou passar, antes de fazer o encerramento desta reunião, para a Senadora Professora Dorinha, para fazer alguma consideração que ela queira fazer. Depois eu encerro com os encaminhamentos. (*Pausa.*)

Senadora? (*Pausa.*)

Eu lhe passei a palavra, caso a senhora queira usá-la para algum complemento da sua fala, antes de a gente encerrar a reunião.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Oi? Alô?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Não, Senadora, eu acho que já disse o que tinha... Essa ideia... Ficou muito clara a posição de cada um. Como eu disse, eu acho que o Mauricio colocou a questão legislativa dos prazos e tudo mais.

No caso específico da reforma do ensino médio, inclusive também foram dados esses prazos, e nós vamos ter que trabalhar com o que vai ser possível de alteração. Ao mesmo tempo, lembro que nós temos um enorme cuidado, porque a nossa preocupação, o foco nosso é escola – estudante e professor –, como é que nós vamos nos organizar em relação a isso.

Eu me coloco à disposição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Professora Dorinha, pela sua participação.

Nós hoje encerramos o roteiro de audiências públicas.

Eu quero deixar registrado o meu agradecimento ao corpo técnico da Comissão de Educação, na pessoa da Andréia, a todos os assessores e assessoras que nós acompanharam ao longo das dez audiências públicas.

Desejo ao Henrique e à Issana um trabalho que certamente não será fácil, mas está muito bem encaminhado, pelo que o Henrique aqui apresentou. Nós vamos combinar com a Relatora o procedimento de apresentação do relatório. Evidentemente ela terá um prazo para concluir o trabalho.

Também, Mauricio, desejo que esta seja mais uma dentre tantas contribuições que o MEC está recebendo. Eu acho que nós temos conseguido fazer no Senado a pauta da educação ter muita visibilidade – e, quando eu digo nós, não me refiro apenas a mim e à Professora Dorinha, que temos esse honroso título de professora, eu digo professora de ofício e de formação, mas há vários outros Senadores e Senadoras... Eu me refiro especialmente também ao Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns, e ao Senador Izalci.

Nós tivemos a oportunidade de dedicar uma semana à aprovação de projetos da educação, por sugestão da Frente Mista Parlamentar da Educação. Tivemos excelentes relatorias, excelentes projetos, tanto do Executivo quanto de outros Parlamentares, relatados e aprovados, e acho que dessa forma a gente consegue, na prática, com o pé na escola, como disse a Senadora, pensando em quem faz a educação no dia a dia – professores, trabalhadores em educação, estudantes, comunidade escolar – fazer que isso sensibilize. Cada vez mais, nós que somos a representação política do Congresso Nacional, os gestores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos em todos os níveis, a sociedade de modo geral devemos dar à educação o papel estratégico que ela tem na constituição de uma sociedade democrática, justa, humanizada, que avance no aspecto civilizatório de que a gente tanto precisa.

Então, muito obrigada a cada um, a cada uma, às mais de 30 representações que participaram de todo esse roteiro de audiências públicas, a todos que contribuíram, com certeza, o trabalho feito a várias mãos, com visões muito convergentes em alguns aspectos, mas divergentes em outros, vai encontrar na nossa síntese, com certeza, uma contribuição para que o MEC possa tomar a melhor decisão para os milhões de estudantes da escola pública, que esperam, e esperam porque têm direito. Que o direito à educação seja o nosso norte.

Muito obrigada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a 10ª Audiência Pública da Subcomissão do Ensino Médio.

Boa tarde a todos e a todas, aos que estão presentes e aos que nos acompanham pela internet.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia e Veneziano Vital do Rêgo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª e 11ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação do Relatório da CEENSINO**. **Finalidade:** Reunião destinada à deliberação do relatório final da Subcomissão Temporária destinada a debater e avaliar o Ensino Médio (CEENSINO). **Resultado:** Deliberação do relatório adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Saúdo, em particular, o nosso Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de dezembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 10ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião tem como pauta a discussão e a deliberação do relatório final da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, eleita, por unanimidade, a nossa Relatora. No entanto, eu quero fazer um encaminhamento.

O relatório está pronto, apresentado, diga-se de passagem muito bem circunscrito, porém, nós estamos propondo um adiamento da Subcomissão, tendo em vista o final do ano, com vários processos que nos impedem de dar um tempo maior a esta Subcomissão, e também porque a urgência do projeto de lei do ensino médio foi retirada.

Portanto, nós vamos ter mais chances de debater o projeto de lei a que o próprio relatório se refere.

Eu já protocolei o pedido de prorrogação, Sr. Presidente, da Subcomissão, para retornarmos em fevereiro ou em março. O relatório fica disponibilizado para todos os Senadores e Senadoras que ainda não tiveram acesso. A grande maioria já deve ter lido o relatório.

Nesse intervalo, a gente conversa com a Professora Dorinha, a nossa Relatora, que está a caminho. Acredito que houve algum problema de ordem prática que a impediu de chegar, mas fez o que era para fazer: apresentou o relatório, para que a gente possa analisar.

Então, a proposição é essa.

Eu submeto à aprovação a prorrogação da nossa Subcomissão.

Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Apesar de não ser membro da Subcomissão, mas presidir, como V. Exa. colocou, a Comissão de Educação, eu considero muito adequado também prorrogarmos os trabalhos da Subcomissão.

O relatório é importante, bem elaborado, como de hábito, pela Relatora Senadora Professora Dorinha Seabra; e a Subcomissão, presidida com toda competência por V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

É um assunto que, obviamente, interessa a toda a sociedade, e o debate vem acontecendo, a urgência do projeto de lei foi retirada no dia de ontem...

Então, nada melhor do que deixar o relatório, fruto de dez audiências públicas, com a participação ampla de tantos setores da sociedade, deixar à disposição no portal da Comissão de Educação, não só para os Senadores e Senadoras, mas para toda a sociedade brasileira, para que se possa ler com calma, discutir, ver e, no início do próximo ano, no mês de fevereiro ou de março, nós, com tempo, também faremos a apreciação na Subcomissão e, depois, na Comissão de Educação e Cultura.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Fiz questão de ouvi-lo, porque, mesmo sem ser membro da Subcomissão, como essa proposição vai ser aprovada na reunião da Comissão de Educação... E V. Exa. sempre valorizou e sempre contribuiu, inclusive, para esse desfecho que a gente está propondo aqui na Subcomissão, mas não vamos votar agora, vamos levar para a reunião da Comissão de Educação, que é a instância necessária e correta para que a gente possa votar essa prorrogação.

Quero registrar a presença de representantes do movimento sindical, que foram bastante presentes nas nossas audiências, acho que do Sinpro e da CNTE; também temos outros representantes, que vão acompanhar outros processos aqui da Comissão, como a Mariana, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, de São Paulo.

E quero dizer, Presidente, antes de terminar o ano, que, para mim, foi uma honra presidir, durante este ano, esta Subcomissão. Tive a oportunidade de viajar para audiências públicas promovidas pelas Assembleias Legislativas de vários estados – acho que fiz quatro ou cinco viagens –, mostrando que o Senado conseguiu, de fato, trazer a sociedade para este debate. Foram mais de 30 entidades ouvidas, foram oito reuniões, e acho que esse é um papel que a gente cumpre – é um papel que a gente cumpre ou não, mas é para cumprir.

O nosso Presidente é muito aberto ao diálogo, muito aberto a que a Comissão de Educação seja, de fato, palco dessa interlocução, dessa parceria com setores do governo, com setores da sociedade civil, e, certamente, isso foi um ponto fundamental para instruir todo o relatório. Quem puder ler leia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está muito denso, tem muitas informações, para que a gente possa ter, de fato, a partir da retirada dessa urgência, condições de debate e aprofundamento do novo ensino médio, que é o que todo mundo quer. A gente quer que o novo, que se tornou velho, dê lugar a um renovado ensino médio.

Muito obrigada a todos e a todas.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença e... (*Pausa.*)

Ah, desculpe.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião da Subcomissão do Ensino Médio.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e um minuto do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Beto Faro, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, Cleitinho e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Omar Aziz e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª e 6ª reuniões da CTFC, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLDO 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLDO 2024 (PLN 4/2023-CN) – que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kajuru. **Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização, de três emendas à meta e seis emendas ao texto da lei: EMENDAS À META**. 1) Número 50350001. Ação: 2334 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. Ementa: (cópia) CTFC – 2334 – PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. Alteração meta: 100; 2) Número 50350002. Ação: 4018 – FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. Ementa: (cópia) CTFC – Fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais. Alteração meta: 6.000; 3) Número 50350003. Ação: 2D58 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL, TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO. Ementa: (cópia) CTFC – Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais. Alteração meta: 6.000. **EMENDAS AO TEXTO DA LEI.** 4) Número 50350004. Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Art 115, § 2. Tipo: Modificativa; 5) Número 50350005. Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII. Tipo: Aditiva; 6) Número 50350006. Referência: Anexo III. Tipo: Aditiva; 7) Número 50350007. Referência: Corpo da Lei, Cap X, Art 146. Tipo: Aditiva; 8) Número 50350008. Referência: Corpo da Lei, Cap X, Art 147, Inciso I. Tipo: Modificativa; 9) Número 50350009. Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII. Tipo: Aditiva. Ao final, a Presidência submete a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª e 6ª Reuniões.

Quem aprovar permaneça como está, e quem for contrário, por favor, se manifeste. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivadas, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da CTFC ao Projeto LDO 2024 (PLN 4, de 2023, do Congresso Nacional), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

Passo a palavra, então, ao nosso nobre Senador Jorge Kajuru para que faça a leitura de seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Antes de mais nada, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação do grupo Senado e redes sociais no início desta importantíssima Comissão. Desejo o mesmo, uma ótima semana, à voz histórica do nosso Distrito Federal, o Senador Izalci Lucas, que preside esta sessão.

Antes de indicarmos as propostas de emendas acolhidas, recordamos o limite máximo de três, fixado pelo Parecer Preliminar, que nos impõe a necessidade de realizarmos as presentes escolhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à admissibilidade, dados os critérios apresentados nos tópicos anteriores, entendo serem todas as emendas admissíveis, Presidente.

Nos termos expostos, com amparo nas informações constantes do Anexo Único e dos espelhos das respectivas indicações, propomos o acolhimento das seguintes emendas da CTFC para o Anexo de Prioridades e Metas ao PLDO 2023.

Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas.

Critério: quantidade de indicações – total: nove. Objeto da emenda: Ação 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor, acréscimo de iniciativas implementadas, medidas pelo percentual de execução e com meta física final de cem (cinco indicações). Autores: Beto Faro, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rêgo.

Critério: quantidade de indicações – seis. Objeto da emenda: Ação 2D58 - Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção, com acréscimo de ações realizadas, medidas por unidade e meta física final de 6 mil. Autores: Jorge Kajuru, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rêgo.

Critério: quantidade de indicações – quatro. Objeto da emenda: Ação 4018 – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, com acréscimo de processos de controle externo apreciados conclusivamente, medidos por unidade e meta física final de 6 mil (três indicações). Autores: Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima e Rogério Carvalho.

Dessa maneira, a tabela única indica as ações com maior quantidade de indicações.

Houve duas ações com quatro indicações cada: 4018 – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais; e 20Z7 – Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil. Considerando o número de beneficiários alcançados, consta apenas a Ação 4018 na tabela única. Quanto às demais indicações de emendas de prioridades e metas, não obstante o seu inegável mérito, não há como acolhê-las, nesse momento, tendo em vista o limite quantitativo já mencionado, Presidente Izalci Lucas.

Emendas de texto, então.

Foram apresentadas seis emendas de texto, sem vislumbre de vedação regimental relativa a critérios de admissibilidade apontados neste relatório. Atendidas, assim, as preliminares e não havendo limite das emendas de texto, acolho todas as indicações apresentadas.

Conclusão.

Considerando que a distribuição das emendas indicadas maximiza a intervenção da CTFC, em matérias de sua competência e com elevado alcance social, segundo preferências majoritárias, voto, então, pela aprovação da matéria nos termos ora apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso posto, voto:

- pelo acolhimento, no mérito, de três indicações de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas elencadas pela Tabela Única da Seção 2.4, identificadas pelas Ações 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor, 2D58 – Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção e 4018 – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais;

- pelo não acolhimento, no mérito, das demais indicações apresentadas relativas ao Anexo de Prioridades e Metas, dado o mencionado limite quantitativo;

- pelo acolhimento, no mérito, das seis indicações de emendas de texto apresentadas.

Como seu aprendiz, Izalci, nunca a gente apresenta aqui um relatório sem o reconhecimento ao plural – ninguém aqui trabalha no singular –, então: à minha equipe, com a Carol, com o Andrei, com a Liana, com a Luma e, na Consultoria de Orçamento deste Senado Federal, com o eficiente João Pederiva.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Kajuru.

Parabenizo V. Exa. pelo relatório.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, termino o prazo de discussão e boto em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O lote de emendas será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar, eu submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Declaro, então, encerrada esta reunião.

Obrigado, Kajuru.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Cleitinho, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Beto Faro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLOA 2024 (PLN 29/2023-CN) – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** O relatório foi aprovado, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) de quatro emendas de apropriação de despesa. São elas: 1) Emenda número 50350001. UO: 30101. Ação + Subtítulo: Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 10.000.000; 2) Emenda número 50350002. UO: 37101. Ação + Subtítulo: Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 10.000.000; 3) Emenda número 50350003. UO: 46101. Ação + Subtítulo: Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 100.000.000; 4) Emenda número 50350004. UO: 30905. Ação + Subtítulo: Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 500.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico o recebimento de Mensagem do Senado Federal nº 102, de 2018, que ficará disponível para consulta e manifestação dos Senadores por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, será arquivada, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12.

A presente reunião destina-se à discussão e à deliberação das emendas da CTFC ao Ploa 2024 (PLN 29, de 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

No prazo estabelecido, foram oferecidas para deliberação desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 35 indicações de emendas de apropriação de despesa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (Ploa 2024), conforme tabela constante do Anexo Único ao final.

Análise.

Pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão CTFC pode apresentar até quatro emendas de apropriação de despesa ao Ploa 2024.

Em relação às 35 indicações de emendas de apropriação de despesas, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões apresentadas, após cuidadosa análise e diante da limitação imposta pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encaminhamos para acolhimento quatro das indicações recebidas.

Entre as indicações que atendem aos requisitos regimentais, escolhemos aquelas que receberam mais quantidade de apoios parlamentares e cujas programações de caráter nacional estão alinhadas às relevantes políticas públicas relacionadas às competências desta Comissão.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor delibere pela apresentação das seguintes emendas de apropriação de despesas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024:

a) para a Unidade Orçamentária "30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta" e a Ação "2334 – Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional", no valor de R$10 milhões, com seis indicações das dez realizadas (duas duplicadas) pelos Senadores Beto Faro, Efraim Filho, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Veneziano Vital do Rêgo;

b) para a Unidade Orçamentária "30905 – Fundo de Defesa de Direitos Difusos" e a Ação "6067 – Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos – Nacional", no valor de R$500 milhões, com cinco indicações dos Senadores Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Omar Aziz e Rogério Carvalho;

c) para a Unidade Orçamentária "37101 – Controladoria-Geral da União – Administração Direta" e a Ação "2D58 – Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional", no valor de R$10 milhões, com duas indicações das quatro realizadas pelos Senadores Jorge Kajuru, Jussara Lima, Nelsinho Trad e Veneziano Vital do Rêgo, e

d) para a Unidade Orçamentária "46101 – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – Administração Direta" e a Ação "20U1 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública – [também em caráter] Nacional", no valor de R$100 milhões, com três indicações das quatro realizadas pelos Senadores Beto Faro, Humberto Costa, Nelsinho Trad e Rogério Carvalho.

Ao final, lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião e devem ser identificadas com o RP 8, como estabelecem a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Recomendamos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas indicadas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em discussão o parecer do Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Obrigado, Senador.

(*Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e treze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val, Efraim Filho, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Cleitinho, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Omar Aziz, Beto Faro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PPA 2024-2027**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PPA 2024-2027 (PLN 28/2023-CN), que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". Relator: Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** O relatório foi aprovado, pela apresentação de duas emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): **1) Emenda 50350001**. Ementa: (cópia) Promoção do aperfeiçoamento contínuo da gestão e da governança ambiental, social e corporativa e fortalecer a transparência. Meta: 275; **2) Emenda 50350002**. Ementa: (cópia) Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados. Meta: 328. Ao final, a Presidência submete a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso nacional nº 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

É um prazer voltar a ser Relator desta Comissão, querido amigo e voz consagrada do Distrito Federal, Senador Izalci Lucas.

Direto à análise.

No prazo pertinente, foram apresentadas duas indicações de emendas à despesa em número inferior ao limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à Comissão.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito atendido é de apresentar interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, das seguintes emendas de aumento das metas de objetivos dos seguintes programas (Anexo III):

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) No âmbito do Programa "4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção", emenda para o Objetivo Específico "0110 - Ampliar a resolutividade das ações de proteção e defesa do consumidor", com manutenção do valor proposto de 50 (2024) e aumento de valores de 79 para 80 (2025), de 80 para 85 (2026) e de 81 para 85 (2027), para o indicador "Percentual de resolutividade das demandas na plataforma consumidor.gov", no âmbito do Órgão "37000 - Controladoria-Geral da União";

b) No âmbito do Programa "5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos"", emenda para o Objetivo Específico "0110 - Ampliar a resolutividade das ações de proteção e defesa do consumidor", com manutenção do valor proposto de 78 (2024) e aumento de valores de 79 para 80 (2025), de 80 para 85 (2026) e de 81 para 85 (2027), para o indicador "Percentual de resolutividade das demandas na plataforma consumidor.gov"", no âmbito do Órgão "30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública".

Lembro que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas.

Indico ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2023.

Presidente Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O lote de emendas será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar, submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Beto Faro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 19, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Realizada a leitura do relatório, é concedida vista coletiva da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da CTFC.

Submeto aos Srs. Senadores... (*Falha no áudio.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 19, DE 2023

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Sr. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.

Autoria: Senador Omar Aziz.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Com a palavra o Relator.

Eu convido o Sr. Alexandre Augusto para que se sente aqui ao meu lado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Presidente Omar Aziz, a distinção de ter a oportunidade de relatar essa indicação do Dr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída do Dr. Daniel Veloso Couri.

Essa Instituição Fiscal Independente é fundamental, tem sido muito importante para o Senado Federal, desde que ela foi criada, tendo aqui o seu Diretor Marcus Pestana e tantos outros com quem nós já convivemos e que deram uma contribuição muito grande ao Senado Federal, aos Senadores.

O currículo do Dr. Alexandre Andrade é um currículo substancial, com uma experiência muito grande. Graduado em economia pela Universidade de São Paulo, é mestre em Teoria Econômica pela mesma universidade.

Atuando há mais de 18 anos nos assuntos econômicos, ocupou inicialmente, de 2007 a 2016, funções no setor privado, como economista sênior da Tendências Consultoria Integrada e da Votorantim Corretora e economista-chefe na consultoria econômica GO Associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, ele tem experiência no setor público, no setor privado e numa posição que sempre se destacou nos cargos por onde passou.

Diante do seu currículo, da sua história, do seu comprometimento com a sua profissão e pelo conhecimento extenso que tem, o nosso voto é pela aprovação do nome do Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade para ocupar a Diretoria da Instituição Fiscal Independente desta Casa Legislativa, na vaga que está aberta com saída do ocupante anterior.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto: sempre muito sucinto, mas objetivo e eficaz nas suas relatorias, bem explícitas para todos aqueles que, neste momento, acompanham esta reunião.

Realizada a leitura do relatório, é concedida vista coletiva da matéria.

Esta reunião está encerrada.

(Iniciada às 13 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Augusta Brito, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Magno Malta, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Chico Rodrigues, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Jussara Lima, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 49ª e 50ª Reuniões desta Comissão, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4713, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Produtos Acessíveis (Pro-Acessível) com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1701, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 628, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a tomada do depoimento da mulher vitimada ou de suas testemunhas e informantes nas causas cíveis e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Lido o relatório, o Presidente concede vista à Senadora Augusta Brito. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 95, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta a Resolução nº 4 , de 22 de janeiro de 2021, da Fundação Nacional do Índio – Funai - que define novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1718, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, para prorrogar a suspensão da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1836, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a divulgação de informação relativa a mãe ou gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2062, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 375, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável Projeto, com a emenda nº 1-CDH. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 58, de 2023** que: "Requer audiência pública sobre "Rádios Comunitárias: o direito ao acesso à informação e à comunicação"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 59, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 12/2018,que “institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 60, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater "Os benefícios fiscais para agrotóxico e a violação de direitos humanos"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia, as Senadoras Augusta Brito, Ivete da Silveira e Damares Alves e os Senadores Fabiano Contarato e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/02

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 49ª e 50ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos uma pauta com 12 itens.

Enquanto eu aguardo até termos quórum necessário para votação, faço aqui a fala do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Queria, em primeiro lugar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, reafirmar que esta Comissão repudia qualquer forma de violência, crime ou extermínio. Colocamos a vida sempre em primeiro lugar.

O número de mortos na operação da Polícia Militar do Guarujá, São Paulo, para localizar e prender o responsável pela morte de um soldado da corporação, subiu para 14. É necessário investigar, com todo o cuidado, esse cenário, pois a violência não pode ser combatida com a violência. A retaliação é um erro; vai provocar mais mortes. E ninguém aqui aceita qualquer tipo de violência, seja contra policial, seja contra trabalhador, seja contra quem for. A lei está aí para julgar, punir os responsáveis.

E, com essa visão, quero reafirmar o meu entendimento: o Brasil precisa aprimorar sua abordagem, respeitando os direitos humanos. Por isso é fundamental que a Câmara dos Deputados vote o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem dos agentes públicos de segurança, considerando que o Senado já aprovou há tempos esse projeto, projeto inclusive de nossa autoria. Está lá na Câmara. Segundo a informação que nos passaram, a Deputada Federal Reginete Bispo é a Relatora. Esse projeto eu espero que venha a contribuir para que não tenhamos episódios como esse, 15 pessoas morreram. Lamentamos profundamente todas essas mortes. Expressamos aqui nossos sentimentos aos familiares das vítimas.

Quero também aproveitar este momento para comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal que invalidou o uso da legítima defesa da honra em casos de feminicídio. Parabéns, STF! – antes tarde do que nunca. Por unanimidade, felizmente, os ministros consideraram essa prática inconstitucional. O Ministro Dias Toffoli foi o relator, fez um belo relatório. A Ministra Cármen Lúcia destacou que esse tema está relacionado com a questão da dignidade humana em uma sociedade que ainda é permeada pelo machismo, sexismo, misoginia e que mata mulheres somente porque elas desejam ser donas de suas próprias vidas. A Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Rosa Weber, afirmou ainda que não há espaço, em uma sociedade democrática, justa, solidária e fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, para a restauração de costumes medievais e desumanos.

É importante ressaltar que o nosso país registra um caso de feminicídio a cada seis horas, a cada seis horas e meia, sendo que 61% das vítimas são mulheres negras. A cada dois minutos, uma mulher é agredida, sofrendo diversos tipos de violência e ódio, incluindo assassinato, tortura, estupro e maus-tratos. Essa situação demanda atenção e ação enérgica por parte da sociedade e das autoridades para combater a violência de gênero e garantir a segurança e o direito das mulheres.

Eu cumprimento, inclusive, a Câmara, que no dia de ontem aprovou um projeto muito importante: "não" é não – esse é o resumo do projeto. Quando a mulher diz "não" é não. O protocolo foi muito importante, porque vai na linha de combater o feminicídio, a violência, o estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi uma cena, ontem, sobre esse tema, Regina. Eu vi, ontem, uma cena num vídeo – e todos os telejornais passaram – em que uma menina foi a uma festa; na volta, o Uber a soltou na porta de casa, mas ela, talvez, tivesse se divertido e bebido alguma coisa... Enfim, solta-a na porta de casa encostada a um poste. Aí, vem um indivíduo, que eu não vou chamar de cidadão, um outro animal, eu diria, mas era um homem, botou ela nas costas, levou para um campo de futebol, no meio da noite, e a violentou durante três horas. Ela foi achada depois, na madrugada. Felizmente, as câmeras de vídeo filmaram todo o episódio. Claro, a TV não mostrou tudo, mas aparece nitidamente quem é o cidadão que cometeu esse crime hediondo, e já está preso – já está preso. Mas vejam aonde nós chegamos: ele a botou nas costas, ninguém na rua... Passavam carros, inclusive – e ele com aquela pessoa nas costas, com aquela jovem nas costas –, e ninguém pagou para chamar a polícia, buzinar nem nada. São casos como esse que fazem com que a gente, cada vez mais, fique indignado contra tudo que vem acontecendo no país.

Mas, enquanto chegam aqui os Senadores, para que a gente possa ter quórum para deliberar – temos quórum no painel, mas precisamos de quórum para deliberar –, eu aproveito este momento para falar de um projeto de que sou o Relator, e, hoje, há um requerimento na pauta para mais uma audiência pública sobre esse tema, que é o Novo Estatuto do Trabalho, que tramita aqui na Comissão de Direitos Humanos. É a SUG n° 12, de 2018, de que sou Relator. Vamos fazer um grande evento aqui, por força desse requerimento que iremos aprovar hoje, com a participação, inclusive por rede social – e já confirmada –, de cerca de mil entidades, que entrarão via redes sociais e, claro, pela TV Senado e pela Agência Senado.

Vamos ouvir, nesse debate... E já estamos fazendo o debate não é de hoje. Como estou vendo ali a assessoria do Girão, só para comunicá-lo: esse aqui é um debate que vem há cinco anos. Nós sabemos que não se vota do dia para a noite. Cada estatuto que eu aprovei demorou em torno de 10 a 15 anos. Esse já está há cinco anos em debate. Eu tenho viajado o país, fiz um grande evento, recentemente, em Caxias do Sul, fiz outro em Campo Bom, fiz outro em Porto Alegre, e temos mais três preparados para outras regiões do estado: Pelotas, Rio Grande e, depois, Ijuí. E, depois desses encontros, eu pretendo fazer encontros nacionais para debater o tema: o mundo do trabalho no século XXI. Na verdade, é isso! Sabemos que muita coisa mudou e nós temos que atualizar. Então, não se assustem alguns, porque nós vamos chamar todo mundo: chamar empregados, chamar empregadores. Vai ser aqui na Comissão que faremos o debate final, pelo tempo que for necessário.

Esse é o tipo de tema sobre o qual eu não tenho pressa, porque, como diz aquela frase bem popular, quem tem muita pressa acaba comendo a carne crua. Então, ter o cuidado devido pela importância do tema.

Eu vou comentar um pouco aqui enquanto espero os Senadores que estão vindo. O Girão está vindo, eu acho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SUG 12, de 2018, é o tema a que eu me referi. Eu sou Relator.

Vamos ouvir representantes dos trabalhadores e dos empregadores, movimento sindical, especialistas, juristas, professores. Vamos continuar fazendo a audiência pública, sem correria. Vamos percorrer o país, ampliar o debate, a discussão, envolvendo toda a sociedade.

Lembro que as centrais todas serão ouvidas, as confederações, as entidades dos empregadores.

Se for preciso, eu vou à Fiesp, como vou à Fiergs, vou à Frebraban. Vou, enfim, às entidades dos empresários para debater este tema.

O objetivo, claro, é chegar a um texto que eleve a condição de vida do povo brasileiro e de crescimento, desenvolvimento para toda a nossa gente; a um relatório final que contemple a todos e todas, porque aqui há um capítulo que vai tratar, inclusive, de todos os setores da sociedade, envolvendo homens, mulheres, combatendo todo tipo de preconceito, de forma equilibrada.

O Estatuto do Trabalho ou o mundo do trabalho no século XXI é pautado pela promoção dos direitos sociais e, portanto, pela humanização das relações entre empregado e empregador no mundo do trabalho como forma de buscar a construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, democrática, combatendo todas as formas, como já dizia antes, de discriminação, preconceito, racismo, trabalho escravo, legislação do trabalho, tratando a questão de gênero, de raça, de LGBTQIA+.

Enfim, é um tema amplo, uma visão do mundo do trabalho humanizado, respeitando todos, tanto empregados como empregadores.

Lembro-me hoje de que, no dia 16 de março, a Comissão de Direitos Humanos discutiu aqui – eu fui aos estados e, outras, realizei aqui, mas estou lembrando dessa aqui –, e estiveram presentes juristas, pesquisadores, professores, lideranças sindicais; a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho; a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, porque debatemos, naquele dia também, a questão do trabalho escravo; a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho.

Muitas questões foram levantadas: aumento da precarização do trabalho, não cumprimento da legislação trabalhista, trabalho análogo à escravidão e expansão da terceirização, inclusive da atividade fim. E lembro a importância desse debate porque, recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que se pode terceirizar a atividade fim.

Eu acho, na minha visão, lamentável. É preciso somente uma lei que regulamente, então. Enquanto a lei não regulamentar, vai ficar assim. Permitir a terceirização.... Desculpe-me o Supremo Tribunal Federal, como uma entidade suprema no campo da Justiça – por isso que é o Supremo Tribunal Federal –, mas liberar para terceirizar a atividade fim é abrir as portas para o trabalho escravo. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo que grande parte do próprio empresariado, como dos trabalhadores, não querem trabalho escravo, não quer escravidão na relação entre empregado e empregador.

Mas eu vou aqui aproveitar esse tempo que eu tenho para levantar alguns pontos do estatuto. Por exemplo, trata de direitos do trabalhador, como liberdade de expressão, a privacidade, a integridade física e moral, restrição ao monitoramento por vigilância eletrônica. Trata – estou dando alguns exemplos – do direito a um ambiente seguro e saudável, cumprimento das normas, suspensão das atividades em situação de risco grave ou iminente, sem prejuízo do salário do trabalhador, direito à continuidade do contrato de trabalho, o contrato de trabalho por tempo indeterminado só pode ser rompido a pedido do trabalhador por um justo motivo, proteção dos empregos em relação à implantação do processo de automação.

Tudo o que eu estou falando aqui vai ser amplamente discutido com todos os setores e naturalmente poderá ser mudado, melhorado, algum artigo retirado. Isso tudo vai depender da vontade dos atores desse projeto.

Proteção do emprego em relação à implantação do processo de automação, não ao trabalho escravo, proibição do trabalho escravo e semelhantes, com responsabilização severa dos infratores, mulheres – um capítulo que vai tratar da mulher no mundo do trabalho. Felizmente já aprovamos aqui, por praticamente unanimidade, no Senado e na Câmara, e o Presidente Lula sancionou, que mulher e homem na mesma função têm direito ao mesmo salário, com uma punição de dez vezes o salário mais alto entre a diferença do homem e a mulher. Se o homem ganha, por exemplo, cinco salários mínimos e a mulher na mesma função ganha um, vai ser dez vezes os cinco salários que ganha o homem, que a mulher vai recolher para ela. Então, tudo isso é muito importante.

Eu estou ganhando um tempo aqui, Senadora, esperando, inclusive, a senhora chegar, e outros Senadores. Quórum já tem. Eu estou falando um pouco do Estatuto do Trabalho, que é o mundo do trabalho no século XXI, com todos os ajustes que vamos fazer. E quando a senhora ia entrando, casualmente, eu estava dizendo que nós vamos ter um capítulo específico das mulheres. Mas como esse é um tema amplo, eu só estou fazendo essa defesa, crianças, adolescentes, pessoas idosas, contrato de emprego. Por incrível que pareça, mediante os juristas, vai ter um espaço até aqui para o servidor público, dentro dos limites, claro, porque a iniciativa tem que ser do Executivo, mas tem algo como direito de greve, contrato coletivo, que pode ser abraçado aqui para os servidores públicos, contrato de trabalho, trabalho temporário, jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais – o mundo discute já as quatro horas –, prorrogação de jornada, banco de horas, trabalho externo, teletrabalho, que está muito na moda hoje, férias, descansos, salário mínimo, isonomia salarial...

Eu só vou resumir, só vou dar o título aqui, porque o meu Secretário-Geral aqui já está me dizendo: "Vamos para a pauta, Senador". Já vamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando: os adicionais legais, trabalho extraordinário, licença maternidade, aviso-prévio, trabalho intermitente, organização sindical, negociação coletiva, a importância das negociações, que não poderão ferir a lei, direito de greve – eu falava do servidor –, sistema de fiscalização, processo do trabalho.

Eu dou por lido na íntegra e vamos já, com a presença aqui da Senadora Augusta Brito... (*Pausa.*)

Então, de pronto, vamos para o Item 5, com a presença já da Senadora Augusta Brito aqui, prestigiando a Comissão de Direitos Humanos. As mulheres não faltam aqui. Claro que os homens também vêm, mas as mulheres não faltam.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 95, DE 2021

- Não terminativo -

Susta a Resolução nº 4 , de 22 de janeiro de 2021, da Fundação Nacional do Índio (Funai), que define novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela Funai.

Autoria: Senadores Paulo Rocha, Jaques Wagner, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Paulo Paim e Senadora Zenaide Maia.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Senadora Augusta Brito, eu lhe passo a palavra neste momento.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Eu agradeço ao nosso querido Presidente, o Senador Paulo Paim, e quero aqui já parabenizá-lo, mais uma vez, pela condução dos projetos e dos trabalhos aqui nesta Comissão muito importante no dia de hoje.

Quero aqui pedir ao nobre Presidente da Comissão se eu posso ir direto à análise do Projeto de Decreto Legislativo n° 95. (*Pausa.*)

Posso ir direto à análise do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *O.k*!

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme disposto no inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias atinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Logo após a publicação da Resolução nº 4, de 2021, a Associação Brasileira de Antropologia publicou nota na qual informava que a heteroidentificação não tinha respaldo na ciência antropológica contemporânea. Além disso, a identidade indígena é um direito fundamental, declarado e protegido na Constituição Federal e em convenções internacionais, como a Convenção nº 169, da OIT, que respeitam as culturas e as formas próprias de organização dos povos originários. O princípio da autodeterminação dita que indígena é aquele que se identifica como tal e é reconhecido pelo seu povo.

Então, substituir isso a gente não viu como realmente uma questão justa. Substituir isso pela heteroidentificação é uma atitude que, nitidamente, extrapola o poder regulamentar. Mais do que isso, é reflexo da infame Tese de Defesa Mínima, que a Funai adotou para justificar a atitude de fazer o mínimo possível, quando não afrontava diretamente os legítimos interesses dos povos originários.

Durante a pandemia da covid-19, a Comissão Parlamentar de Inquérito conduzida neste Senado Federal mostrou que os indígenas foram desproporcionalmente atingidos em quase todas as faixas etárias, inclusive entre as crianças, enquanto a Funai sequer reconhecia a existência daqueles que viviam fora das áreas homologadas, interditando, por exemplo, o direito deles à prioridade na vacinação.

A negligência calculada com que o Governo anterior tratou os indígenas levou ao ajuizamento da ADPF nº 709, perante o Supremo Tribunal Federal.

No curso dessa ação, a Resolução nº 4, de 2021, foi suspensa pelo Relator, que apontou a inversão de valores na vinculação da identidade ao território. As terras são indígenas, mas os indígenas não são acessórios dessas terras.

Ressaltamos que, cumprindo uma promessa de Governo, foi recém-criado o Ministério dos Povos Indígenas. Esse fato relevante marca uma nova fase no Brasil. O atual momento reflete um tempo de compromissos que o Estado tem construído com políticas protetivas dos povos originários.

Também foi recriado o Conselho Nacional de Políticas Indígenas, órgão colegiado responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação das políticas públicas destinadas aos povos indígenas.

Essas pautas históricas passaram a ser ouvidas, e o Governo tem priorizado a observância das garantias e dos direitos das populações originárias.

É um momento de reconstrução e de um olhar mais sensível às causas indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mudança de perspectiva permite que as demandas mais urgentes sejam atendidas e políticas públicas sejam mais efetivas.

Assim, em abril deste ano, a nova gestão da Funai, que tem à sua frente, pela primeira vez, uma mulher indígena, revogou a descabida resolução.

O PDL nº 95, de 2021, portanto, perde seu objeto, restando prejudicado. Mas fica o testemunho do mérito desta iniciativa como alerta para o fato de que devemos continuar a repelir ataques como esse, enquanto nos empenhamos em reconstruir o indigenismo no Brasil.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2021, ressaltando a grande importância da iniciativa dos Senadores à época.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Augusta Brito, pelo seu relatório.

Como eu sou também autor deste projeto, eu não poderia presidir. Então, vamos votar no momento adequado, quando uma Senadora assumirá aqui a Presidência.

Enquanto isso, vamos colocando em pauta os relatórios para serem lidos. E, se houve entendimento, votamos em bloco, como votam as outras Comissões.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4713, DE 2020

- Não terminativo -

Cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Produtos Acessíveis (Pro-Acessível) com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Passo a palavra à Senadora Ivete da Silveira.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Senador.

Bom dia, Senadoras, demais funcionários.

Peço licença para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pois não, Senadora.

Eu estava votando na Comissão de Assuntos Sociais. Já votei pelo aplicativo.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. É, portanto, plenamente regimental a apreciação, pela CDH, do PL nº 4.713, de 2020.

Não vislumbramos impedimentos nos planos constitucional, legal, jurídico ou legístico.

Nunca é demais lembrar que a pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimentos de longo prazo, os quais, em interação com outras barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. E é com vistas a promover a equidade social que o poder público tem de estar plenamente comprometido com a superação de tais barreiras, de modo a permitir a plena fruição dos benefícios e confortos, acessos e oportunidades que todos têm direito.

De fato, entre aquelas barreiras encontram-se, muitas vezes, eletrodomésticos e eletroeletrônicos pouco acessíveis e não adaptados aos deficientes, que se encontram assim duplamente limitados e excluídos socialmente. Portanto, o alcance e o mérito do PL nº 4.713, de 2020, não são nem um pouco insignificantes.

Conforme a releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada na Nota Técnica 01/2018, o Brasil, à época, continha 12.748.663 pessoas com deficiência – o equivalente a 6,7% de sua população. Certamente, um número impressionante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a promoção e o alcance da acessibilidade plena, por meio do uso irrestrito do desenho universal, não são caprichos ou devaneios de um grupo minoritário. São obrigações cívicas, éticas e legais ao qual o Estado brasileiro está vinculado e, por isso, objetivos a serem perseguidos por toda a sociedade, inclusive por meio do incentivo ao setor produtivo.

O que o PL em tela está a tratar, essencialmente, é de dar inclusão social e qualidade de vida à pessoa com deficiência, e o faz por meio do maior desenvolvimento de tecnologias assistivas, ou seja, todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, consequentemente, promover vida independente e inclusão dessas pessoas. Trata-se do uso da tecnologia de ponta, fruto do desenvolvimento, da pesquisa e da inovação científica, de forma a criar acessibilidade. Exemplos são os sintetizadores de voz, como aquele usado pelo físico Stephen Hawking, próteses, talheres adaptados, rampas para cadeirantes, manoplas para uso do volante em automóveis, ou mesmo relógios com alto-falante. Outro exemplo, de caráter doméstico, é o uso de painéis em braile em eletrodomésticos.

E é justamente nesse sentido, voltado ao desenvolvimento e à inovação científica, que já se referia o art. 77 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que dispõe que o poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

Portanto, o PL em análise nada mais faz que dar vazão a esse comando legal. Afinal, cria linhas de crédito, define os critérios e limites para a sustentabilidade financeira de tal criação e ainda amplia a definição legal de inovação tecnológica.

Pode-se observar, assim, que o PL se revela projeto bem concebido em todas suas vertentes, de forma a promover revolução conceitual na sociedade, permitindo a incorporação crescente de bens acessíveis em todos os lares.

Assim, o PL é meritório e atende à obrigação de respeito aos direitos humanos quando propõe a criação de linha de crédito voltada à pesquisa e ao desenvolvimento de bens domésticos acessíveis, favorecendo a integração plena à sociedade da pessoa com deficiência.

Dessa forma, só nos resta cumprimentar a autora do projeto e encaminhar entusiasmado voto por sua aprovação.

Voto.

Em razão do exposto, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.713, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, por essa sensibilidade, e a nossa Relatora Ivete da Silveira.

Quero dizer o seguinte: esse projeto mostra a importância da ciência e da tecnologia e mostra que – muitas vezes eu digo –, quando um país não consegue incluir suas pessoas com deficiência, este país é quem é deficiente, porque a grande maioria das barreiras, como a gente estava provando ali – libras, tudo isso... Se você é uma pessoa surda, que tem deficiência, mas aonde você chega – ao médico, à escola, ao hospital – tem um tradutor para você, aquilo não é mais uma barreira para você. Isso aqui...

É difícil? É, porque vai ter as barreiras justamente de quem produz os eletrodomésticos, mas nós temos que começar e mostrar que as pessoas com deficiência... Se não sensibilizarmos pelo lado humano, vamos sensibilizar pelo lado econômico.

Tem um grande número de pessoas com deficiência neste país que são consumidoras e que deixam de comprar. Por exemplo, o que eu ouvi pela falta dessas tecnologias? As pessoas com deficiência visual, Paulo Paim, dizem: "Dra. Zenaide, eu não tenho interesse em ir ao mercado, porque não tem nenhuma tecnologia assistiva que diga o que é o produto para eu saber. Eu tenho que levar uma pessoa para me dizer 'você está comprando isso, isso e isso'".

E a gente sabe que isso é uma decisão política, que, se quiser, se resolve, sim, e que vai levar uma grande quantidade de consumidores. Vamos sensibilizar os empresários com isso. Se o senhor não quer ver o lado humano, de inclusão, vamos ver o econômico. A gente pode mostrar isso, porque é verdade. Você não tem o mínimo estímulo de ir, você não vai comprar. A gente sabe que a maioria das pessoas com deficiência estão muito próximas da linha de pobreza, mas tem uma parte das pessoas com deficiência que têm poder aquisitivo, que podem, sim, comprar e suprir essas pessoas.

Então, parabéns, Ivete; parabéns, Mara, por esse olhar diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Cumprimento com muito carinho a Senadora Mara Gabrilli e a Senadora Ivete da Silveira, pelo seu relatório.

Quero cumprimentar as mulheres, viu, Contarato? Mais uma vez, elas tomaram conta. Nós estamos aqui com quatro mulheres, e o projeto que estamos votando é de uma mulher, que é a Mara.

E o Contarato, como um bom líder de todos nós, homens e mulheres, está aqui fazendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ó, opa, viu? (*Risos.*)

Com muito carinho, recebemos aqui o Senador Flávio Arns, neste momento.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável desta Comissão.

O projeto vai para a CAE agora, vai direto para a CAE.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1701, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira, a quem eu passo a palavra, neste momento, para o seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Peço novamente para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Tranquilo, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre direitos da mulher. Mostra-se, portanto, plenamente regimental a análise do PL em tela pela CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, não identificamos qualquer óbice de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade.

A pandemia de covid-19, que ocasionou a declaração de emergência no território nacional, foi exemplo lapidar de como situações anômalas e imprevisíveis ocorrem, trazendo insegurança econômica e social para enorme quantidade de pessoas em nossa sofrida população.

Como foi amplamente noticiado durante a pandemia, a mulher encontrava-se em situação de particular fragilidade. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a pandemia de covid-19 teve um impacto desproporcional sobre as mulheres nas Américas, ameaçando seu desenvolvimento e seu bem-estar e contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero na saúde. Por seu lado, a revista *Galileu* noticiou que a vida em isolamento afetou de maneira desigual as mulheres, minando postos de trabalho, fazendo muitas conviverem mais tempo com seus agressores e devastando sua saúde mental.

E é nessa esteira que relatamos o PL nº 1.701, de 2021. Trata-se de matéria que, de maneira preventiva, traz segurança laboral e econômica para o eventual cenário futuro de nova situação de emergência em saúde pública de importância nacional. Em tempos de incertezas climáticas e modificações graves no equilíbrio ecológico, é certo que novas situações de emergência em saúde pública advirão, cabendo-nos a tarefa de nos antecipar a seus efeitos e proteger, sobretudo, as parcelas mais frágeis de nossa população.

Nesse sentido, é absolutamente necessário que o poder público atue, desde já, por meio do Congresso Nacional, de forma a evitar que, na eventual nova ocorrência de repentina e avassaladora pandemia, a mulher brasileira seja novamente deixada em situação de fragilidade econômica, laboral e familiar. A proteção tem de começar agora!

Por tais motivos, encaminharei voto pela aprovação do alvissareiro PL nº 1.701, de 2021.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.701, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia, por favor; e Senadora Damares, em seguida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – É outro projeto edificante, porque eu costumo dizer que a gestante... A gente sabe que, no mundo todo, já teve uma verdadeira perseguição à gestante. Tem países hoje que se curvam e tentam convencer que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha um filho ou dois, mas antes já foi diferente. Os países desenvolvidos, hoje, já descobriram... E essa sensibilidade não foi só nisso. É porque a população envelheceu e precisa-se de mão de obra.

A própria previdência não consegue se sustentar por isso. Então, aquela sensibilidade de dar o direito à mãe de ter os filhos já foi. Num Brasil não muito distante, a gente sabia que o fato de ser mulher... Quando terminava a gravidez, já tirava.

Então, gente, o fato de a gente querer proteger nossas gestantes é uma coisa muito importante. E eu digo aqui: vamos correr atrás disso? Porque eu não me esqueço de dizer que muita gente se autointitula defensor da família, mas, na hora de botar no Orçamento mais recursos para o SUS, para a saúde pública... Isso é defender família. Na hora em que se tem um programa de casa, Minha Casa, Minha Vida, um teto para essa família... Quem defende a família defende um teto, e, para ter esse teto, a gente tem que botar no Orçamento. A gente tem que ir atrás, as mulheres têm que ir atrás.

Quem defende a família defende recursos para uma educação pública de qualidade em tempo integral, porque o mundo já sabe que ninguém se desenvolve socialmente, economicamente sem investir numa educação pública de qualidade, em ciência e tecnologia.

É por isso, Paulo Paim, que às vezes dizem que Zenaide às vezes se exalta. Eu peço a Deus todo dia para não perder minha capacidade de me indignar quando eu vejo as pessoas não defenderem a vida. E eu digo mais: vamos defender...

Eu sou Procuradora da Mulher, com muito orgulho aqui com minhas colegas. Nós temos um papel importante em defesa do núcleo familiar, mas, de verdade, vamos atrás dos recursos, não vamos discriminar, vamos correr atrás disso! Esse é o papel de nós mulheres, que estamos aqui, em minoria, representando a maioria.

E nós temos um papel maior. Tudo o que a gente está lendo aqui são decisões políticas. Então, nós temos que convencer... Mulheres do Brasil, as senhoras têm tudo a ver com política. Como as senhoras não têm a ver com política, se o que decide o salário é uma decisão política, se o que decide quantas horas vamos trabalhar é, sim, uma decisão política, se o que decide com que idade vamos nos aposentar... Nós tivemos recentemente um aumento de sete anos das mulheres trabalhando para poderem se aposentar.

Eu digo isso, porque a gente ouve isto: "Não tenho nada a ver com política". Eu digo: "A senhora é uma... É difícil de entender, mas, já que a senhora não tem nada a ver com esse trabalho, vamos ver quem decide quanto vai no Orçamento para a educação pública dos seus filhos? Quem decide quanto vai para o SUS para você não ver seu filho morrer de uma morte evitável numa fila do SUS? Segurança pública?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesta Casa, nós – homens e mulheres, porque eu não acredito nesse *apartheid*, tem que ser HeForShe – temos um papel grande. Essa sociedade tem uma dívida grande com a gente. Não faz nem cem anos que nos deram o direito de votar e de sermos votadas. Demoraram a nos dar os direitos de aprender a ler e escrever. Então, esse papel aqui...

Somos uma minoria... Por que eu não quero essa história de defesa de minoria? Como somos mais de 52% da população brasileira e somos minoria? Já sei que a matemática que eu aprendi era diferente, porque, quando me apresentaram reduzir o salário mínimo, eu disse que eu aprendi que do mínimo não se tirava mais nada. Como é que se reduz o mínimo?

Aí, muitas vezes, um colega dizia: "Zenaide, sua matemática está errada". E eu dizia: "Eu aproveito para dizer que nunca estudei numa escola privada e não vou aceitar que meus grandes professores, que me fizeram ser aprovada num vestibular de medicina na Universidade Federal de Pernambuco, estivessem errados. Do mínimo, não se tira nada!".

Então, quero dizer aqui, Paulo Paim – desculpe estar falando muito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas você...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... quando um fala, eu tenho que ter esse olhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você fala e fala bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu acho que nós temos que estar nisso e somos referência.

E aqui eu já queria parabenizar a seleção feminina de vôlei. Em uma entrevista que a Marta deu, é o que eu digo todo dia: informação...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Futebol.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Futebol, aliás. Marta, desculpe, aí, futebol, porque a gente fala em vôlei, mas não fala em futebol. (*Risos.*)

Quando perguntaram como ela se achava apesar dessa dificuldade, porque, no mundo inteiro, quando se dizia "futebol feminino", falava-se em Marta. E ela respondeu assim, emocionada – como eu digo, informação é poder: "Os senhores da grande mídia nunca mostraram as seleções femininas de futebol". Eu não tinha conhecimento, não tinha referência de que, nos Estados Unidos, já eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançadas, e na França. Ou seja, informação é poder, gente. Nada empodera mais um povo do que a informação correta.

E a Marta eu quero aqui parabenizar. Nós não fomos para as oitavas de final, mas são mulheres guerreiras que não abrem, que não são servis, que acreditam que têm que insistir, persistir e nunca desistir. E por que a Marta é um exemplo? Porque ela não tinha nem referência, porque nem a mídia lhe dava visibilidade.

Então, a gente aprova projeto de lei, mas temos a obrigação de mostrar que existem esses projetos aprovados, senão a população não vai nem cobrar, porque não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Hoje eu garanto que não vou falar mais nada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não fala se não quiser, não fala se não quiser!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Vocês sabem que o meu nome é Zenaide Maia Calado – viu, gente? –, Calado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, de jeito nenhum!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu vou fazer jus ao meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você suscitou um debate de que veio aqui uma informação que, até a década de 70, era proibido o futebol feminino. Então, nesse pouco tempo que elas têm...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão dando *show*.

Como estreou aqui o debate de futebol, entrou uma que disse: "Paim, eu sei que tu estás triste". E só disse: "Vai em frente! *Viva la vida*!". Olha só o otimismo ainda, não é? Eu peguei daqui, olha, está aqui: "*Viva la vida*!", ou seja, se perderem o jogo, as mulheres estão sempre na mesma luta, no bom combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam este plenário: elas são maioria absoluta aqui no plenário. E, sempre, sempre – tem os Senadores que estão aqui –, são as Senadoras que estão aqui, mais uma vez, presentes, votando, argumentando, fazendo relatório. E claro, o Flávio Arns está aqui, o Contarato está ali, mas eu só estou dizendo que as mulheres são maioria sempre nesta Comissão. Nem que queiram os homens, nem que os homens façam um movimento de protesto... Por que nesta Comissão as mulheres são maioria? Nós vamos ver que no painel elas são maioria também, não tem como. Elas são mais do que nós outros, que somos homens.

Mas lembro aqui, agora, que a palavra é para a Senadora Damares Alves; em seguida, para o Senador Contarato.

Augusta...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sete a sete, até empatou ali no painel. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sete a sete, então avançamos hoje.

Senadora Damares Alves; em seguida Augusta Brito. E aí, inscrito, Senador Contarato.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Senador Rogério pela proposta e a Senadora Ivete pelo relatório.

Eu só quero fazer uma ilustração, Senadora Ivete. Eu estava Ministra da Mulher durante a pandemia. Não queiram saber o tamanho dos desafios, gente, não queiram saber. O Congresso trabalhava em cima das emergências, e a gente tinha que se adequar às aprovações que os senhores mandavam para o Executivo. Mas muitas brechas foram deixadas nas aprovações do Congresso, e as grávidas foram uma dessas brechas. Antes de uma decisão do Congresso, eu tive que me antecipar, conversar com o setor empresarial, com a indústria, com o comércio, com todo mundo, porque as grávidas estavam vulneráveis. E aí a gente consegue fazer um trabalho.

Por outro lado, a gente recebe as grávidas dizendo: "Não, a gente não quer a licença durante a covid, porque diminui a nossa renda. A gente vende no comércio e ganha por comissão também".

Mas, além da grávida, tinha uma vida ali no ventre que precisava ser protegida. Então, foi um exercício enorme proteger as grávidas, inclusive de convencê-las, e convencer algumas de se retirarem do trabalho naquele momento e serem protegidas.

A proposta do Senador Rogério fecha essas brechas, faz essa garantia de direito, essa garantia de que... Esse é um dos ensinamentos dessa pandemia que nós vivemos. Então, a gente traz aqui uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequação muito boa para a legislação, garantindo à grávida, numa situação como a da covid-19, o direito de ter garantida a licença maternidade para ela se proteger e proteger o bebezinho também.

Parabéns, Senadora Ivete! Parabéns!

Eu sei que isso ainda vai dar muito barulho, a gente sabe que essa matéria não se encerra aqui, vai dar muito barulho, a gente vai ter que gritar e brigar muito com os empresários, mas eu acho que ela faz justiça e protege a vida da mãe e da criança.

Parabéns pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela complementação, Senadora Damares Alves.

Agora é a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Bem, obrigada, Sr. Presidente, nosso Presidente sempre muito atuante, gosto sempre de ressaltar isso, nosso querido Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero aqui também, de uma forma bem rápida, parabenizar o autor, que hoje está aniversariando e está ganhando um presente da Comissão de Direitos Humanos, eu acredito, com a aprovação desse projeto dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas para o aniversariante, o Rogério Carvalho. Muito bem lembrado aqui pela Senadora Augusta Brito. (*Palmas.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nosso aniversariante!

E aqui também parabenizar a nossa querida Senadora Ivete pela relatoria, tão bem aqui explicada e lida por ela mesma. Quero dizer realmente da importância de a gente ter a garantia para as mulheres, que já são tão penalizadas, desde a oportunidade de ter o seu primeiro emprego, de conseguir entrar no mercado de trabalho. E assim, quando consegue e vem um caso como esse, de saúde pública, de pandemia, ela sempre é prejudicada, porque, se ela estiver grávida, muitas vezes o seu empregador acha que não tem nenhuma obrigação com ela. Ela não tem condição, não é porque ela não queira. Como tão bem disse agora a Senadora Damares, ela quer ir trabalhar, mas ela não pode ir, não pode ir por condição de saúde, para preservar a vida dela e a do filho, do seu filho que já está aí sendo gestado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito justo. Eu acho que, com isso aqui, a gente está fazendo justiça.

Inclusive, eu e a nossa assessoria apresentamos um projeto de resolução também para que as Senadoras tenham essa mesma possibilidade de estarem em um período de gravidez e poderem participar de forma remota dos trabalhos aqui do Senado se isso acontecer. A gente não quer que aconteça, mas a gente também já apresentou para garantir a participação das mulheres dentro do Senado, porque não é por um motivo de saúde que seja desse nível, como foi a pandemia da covid, que tem que nos excluir ainda mais de estar no meio da convivência, especialmente também no mercado de trabalho, seja ele qual for.

Então, é só para registrar a importância desse projeto e parabenizar o aniversariante pelo aniversário e pelo presente que o Presidente daqui, da Comissão, está dando para ele hoje, na aprovação desse belíssimo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Presidente só está presidindo; o mérito do presente é do Plenário, da Relatora e da brilhante defesa que V. Exa. fez nesse momento. Parabéns também, parabéns a todos.

Agora é o Senador Fabiano Contarato; em seguida, o Senador Flávio Arns. Os homens agora estão nos representando. Como é que é isso?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar a Senadora Ivete, enfim, parabenizar este Senado.

Eu queria, na linha da Senadora Zenaide, também parabenizar a Seleção Brasileira Feminina de futebol. É bem verdade que, no esporte também, há uma demonstração de, infelizmente, ainda termos um Estado sexista. Nós temos que recordar que, desde o dia 5 de outubro de 1988, a Constituição é clara quando diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas isso está longe de ser realidade.

Basta você fazer uma retrospectiva: até a reforma do Código Civil, a mulher era considerada semi-incapaz. Quando a mulher teve direito à licença-maternidade, todos nós comemoramos, mas o que começou a se fazer? Ou não contratar a mulher ou exigir atestado de esterilidade. Ora, era um fato moralmente reprovável, mas era, infelizmente, um fato lícito, até que, em 1995, veio uma lei federal falando que é crime exigir atestado de esterilidade ou negativa de estado gestacional. As mulheres não podiam votar. Isso tudo num passado muito recente.

Agora, em pleno 2023, nós aprovamos a igualdade salarial entre homens e mulheres; não estamos falando de um passado distante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou só fazendo esta reflexão porque esta Casa tem que dar uma demonstração de redução da desigualdade em todos os aspectos – em todos os aspectos. Eu acho que aqui, Senador Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos...

Agora, no último dia 30 de julho, por exemplo, uma mulher jovem, de 22 anos, em Belo Horizonte, foi estuprada. Ela foi deixada desacordada e foi estuprada. Agora, além do ato hediondo do estupro, nós temos aí várias negligências praticadas por homens: o amigo que deixou, o motorista do aplicativo que a conduziu, além do ato de violência.

Então, é isto que nós temos que entender: é exercer a empatia. Não basta só falar que nós queremos combater, infelizmente, a prática do feminicídio ou de violência contra a mulher; claro, nós devemos fazer isso sistematicamente, mas nós temos que entender que a nossa omissão também é penalmente relevante. Eu acho que a relevância da omissão está tão clara no Código Penal que isso tem que ser responsabilizado, inclusive para quem praticou aquele estupro e quem, de qualquer forma, concorreu para o estupro, porque a omissão é penalmente relevante quando a gente tem, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, eu acho que esse é o momento de a gente refletir que o que acontece com o esporte, com o futebol feminino, também é reflexo de uma sociedade ainda sexista, uma sociedade ainda misógina, uma sociedade que, infelizmente, ainda julga as pessoas pela cor da pele, uma sociedade que ainda criminaliza a pobreza, uma sociedade que ainda enaltece aquelas pessoas que ocupam determinados cargos.

É isso que acontece aqui nesta Casa. Eu vejo colegas, com todo o respeito... Eu tento me blindar de um daqueles que eu acho que é um dos piores pecados para o ser humano, que é a vaidade, e exercer sistematicamente a humildade.

Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Essa é uma determinação constitucional, desde o dia 5 de outubro de 1988, mas nós não podemos permitir que esse mandamento constitucional permaneça deitado eternamente em berço esplêndido.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Fabiano Contarato, mais uma vez muito firme. E se mostra conhecedor, porque você foi, inclusive, mestre, na faculdade, nessa área dos direitos, e está sempre atuando na linha dos direitos humanos.

Nossos cumprimentos.

Até a assessoria falava que tem uma frase... Eu comentei, na abertura, aquele... Eu vi. Eu vi na TV. Caiu aquela moça. Ele carregou nas costas. Ficou três horas a violentando num estádio, ali na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade dele. E carros passando, vendo como natural aquela moça jogada no ombro e ele a levando. Quer dizer, a que ponto chegamos... E ninguém se movimenta. E, aí, alguns dizem – a frase veio aqui pelo WhatsApp – que "em briga de homem e mulher, ninguém mete a colher" – mas a pessoa estava criticando essa frase. É uma vergonha você ver uma violência como essa e achar que é uma briga de casal. A moça foi solta e encostada num poste, inclusive devia estar desmaiada. Aí, o cara a levou, botou-a nas costas e levou. A que ponto chegamos.

São necessárias ações cada vez mais duras e concretas da sociedade e do próprio Congresso.

Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Da minha parte, eu quero também cumprimentar o nosso colega, Senador Rogério Carvalho, que também está festejando aniversário hoje, pela aprovação desse projeto. Mas, agora há pouco, na CAS, também aprovamos um outro projeto de autoria dele, que se relaciona à necessidade de se ter o acompanhante – não só o acompanhante, mas a pessoa que ajuda na educação da pessoa com deficiência, auxilia – dentro da escola comum, mesmo na universidade, em todos os níveis e modalidades. Então, é uma iniciativa muito importante também, que está relacionada à melhoria, ao aperfeiçoamento da Lei Brasileira de Inclusão.

Eu só quero dizer que, de fato, a gente tem que aprender com o que aconteceu na pandemia e ir fechando as lacunas que verificamos, conforme a Senadora Damares já colocou, naquela época. E essa lacuna, cujo projeto de lei a gente está aprovando hoje, foi uma lacuna muito sentida naquele período, mas existem várias outras, sobre as quais todos nós temos que nos debruçar.

Por exemplo: conectividade, quer dizer, essa disparidade que aconteceu no Brasil em termos de educação. Então, a gente tem que, agora, fora da pandemia, dizer que todos têm que ter acesso à internet banda larga de qualidade nas escolas, nas casas. Não que seja o remédio para tudo, mas é uma ferramenta importante.

Saúde mental. A gente tem que falar da saúde mental também. Ocorreu durante a pandemia e na pandemia essa articulação que não existe e tem que haver entre os vários ministérios e secretarias, pois não é só do Governo Federal a responsabilidade, mas a articulação tem que acontecer.

Aprendizagem, recomposição de aprendizagem na criança que entrou... É porque este projeto do Rogério Carvalho é de 2021 – em 2020, foi a pandemia; em 2021, ainda a pandemia acontecia. E a criança que entrou no primeiro ano em 2020 praticamente voltou estando no terceiro ano no ensino fundamental, não teve nem o primeiro e nem o segundo de uma maneira adequada.

Tudo isso é importante de ser debatido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, em relação às gestantes – realmente, eu quero destacar o valor e a qualidade do relatório da Senadora Ivete da Silveira, como também das falas que me antecederam –, isso é essencial. É uma lacuna fundamental a ser preenchida, discutida. Pode haver problemas no debate, nos encaminhamentos, mas é um debate que tem que acontecer aqui dentro do Senado Federal.

São só os parabéns para o autor, para o Relator e para a iniciativa que nós estamos aprovando agora nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senador Flávio Arns.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Seguindo a ordem, item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 628, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a tomada do depoimento da mulher vitimada ou de suas testemunhas e informantes nas causas cíveis e dá outras providências.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma pergunta que eu faço, para ver se alguém sabe... A Senadora Soraya Thronicke é muito presente aqui. Eu sei que ela esteve meio adoentada. Ela deve estar ainda em recuperação, não é? É só para justificar, porque ela é muito presente nesta Comissão.

Senadora Ivete da Silveira, por favor.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou direto à análise, se me der licença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna pertinente a análise do projeto por este Colegiado.

A preocupação com um tratamento humanizado da vítima pelos órgãos do sistema de Justiça, que preserve sua integridade física e psicológica, é recente. Inicia-se com a Lei nº 13.431, de 2017, voltada para a vítima criança ou adolescente, por meio de um procedimento especial para dar voz a essas vítimas. Por sua vez, a Lei nº 14.245, de 2021, conhecida como Lei Mariana Ferrer, se preocupa com a vítima de crimes contra a dignidade sexual e veda que, durante o julgamento, haja manifestação sobre circunstâncias alheias aos fatos sob apuração e a utilização de linguagem ou material ofensivos à sua dignidade.

Outro exemplo é a Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha (LMP), que se propõe a amparar de modo mais efetivo a mulher vítima de violência doméstica e familiar. A LMP prevê atendimento policial especializado para mulheres e procedimento especial para a inquirição dessas vítimas, sempre com o objetivo de reduzir as chances de revitimização das mulheres agredidas.

Há, no entanto, uma lacuna no que respeita ao tratamento que a Justiça dispensa à vítima de violência doméstica e familiar quando esta é parte em causas cíveis. É fato que nosso sistema judicial é machista e sexista e profere decisões elaboradas com base em preconceitos e estigmas de gênero.

Essa realidade provocou o Conselho Nacional de Justiça a publicar, em 2021, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, criado com escopo de orientar a magistratura no julgamento de casos concretos, de modo que magistradas e magistrados julguem sob a lente de gênero, avançando na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade.

Por esses motivos, consideramos que o projeto de lei sob análise é oportuno e necessário. Ao assegurar à mulher vítima de violência doméstica e familiar, bem como a suas testemunhas, a condução de procedimentos cíveis mais humanizados, a proposição decerto contribuirá para evitar a vitimização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secundária dessas mulheres, bem como para acelerar uma mudança de cultura institucional no Poder Judiciário.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 628, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Augusta Brito, por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, também de forma rápida, quero só ressaltar a grande importância realmente desse projeto e parabenizar mais uma vez a nossa querida Senadora Ivete pela relatoria – tão bem foi relatado aqui – e a Senadora Soraya pela proposição.

Eu já acompanhei várias vítimas e casos de violência doméstica familiar, especialmente. A revitimização é muito real, e é muito real também dentro do próprio processo da Justiça.

Então, há necessidade de que realmente seja aprovado esse projeto, como assim eu acredito que vá ser aqui, nesta Comissão, e no Senado, o que garante – eu queria dizer – uma dignidade e uma segurança para que as mulheres sintam realmente confiança no processo de Justiça e não fiquem, a cada depoimento, a cada julgamento que vá ser feito, sendo vítimas mais uma vez de todo o processo, quando têm que contar, em vários órgãos da Justiça, a mesma coisa que aconteceu, fazer o mesmo relato.

Eu vejo de suma importância nesta Comissão, que tanto nos orgulha, que é a de Direitos Humanos, porque é uma questão realmente de humanidade você não ficar sofrendo pelo que foi feito com você. Você como vítima, muitas vezes, nesses depoimentos, infelizmente ainda é taxada como a própria culpada do que você não fez ou do que você não causou, obviamente, porque você é vítima da violência doméstica.

Então, quero aqui só parabenizar as duas Senadoras pela proposição e ressaltar a importância para nós mulheres e para a sociedade como um todo de esse projeto realmente ser aprovado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Augusta Brito, que faz uma bela defesa do projeto da Senadora Soraya Thronicke, relatado brilhantemente pela Senadora Ivete da Silveira.

Ainda em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão.

O projeto segue, então, para análise terminativa na CCJ.

Na sequência, o item 4.

Senadora Ivete da Silveira, acho que é o quarto ou o quinto projeto. (*Risos.*)

É uma homenagem às mulheres, viu? Só se está votando projeto aqui que tem a ver com a luta das mulheres, numa homenagem inclusive à nossa seleção também, porque lutaram, lutaram, não deu, mas continuamos peleando.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria já adiantar que eu queria – se vai ser antes ou depois – pedir vista. Eu não sou contra, de forma alguma, à criação de uma frente parlamentar ou de qualquer outro processo que seja de discussão, mas eu precisava só de um pouquinho de tempo a mais, pedindo aqui também vênia à nossa querida autora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que com certeza eu irei, assim, se for concedida vista, fazer uma análise rápida. Garanto que devolvo o mais rápido que eu puder, se assim for a decisão do Presidente. Que aconteça de uma forma em que eu precise só entender qual é realmente a intenção da frente e dar uma conversada melhor, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pedido de vista é regimental, mas a Senadora pode ler o seu voto.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Análise.

Conforme disposto nos incisos IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH examinar proposições que guardem relação com direitos da mulher e proteção à família, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Oficialmente denominado Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, o compromisso internacional, cujos valores a proposta de criação da Frente Parlamentar Mista busca assegurar, foi assinado pelo Governo brasileiro em 22 de outubro de 2020. Trata-se de documento que estabeleceu aliança entre os países signatários com vistas a alcançar os seguintes objetivos: o acesso das mulheres aos melhores avanços em termos de promoção de saúde, reforçar o papel da família como unidade fundamental da sociedade, proteger o direito à vida desde a concepção e assegurar o direito soberano das nações de legislar contra o aborto em prol da preservação da vida.

Apesar de o Governo brasileiro ter retirado o apoio à Declaração do Consenso de Genebra em 8 de janeiro de 2023, e ter-se desligado oficialmente da declaração em 17 de janeiro de 2023, a posição governamental firmada não restringe a atuação Parlamentar de Senadores e Senadoras e Deputados que compartilham das aspirações da declaração, especialmente sobre os temas relacionados à defesa da saúde da mulher, da família e da vida desde a concepção.

É importante destacar que a desvinculação do Governo brasileiro da Declaração do Consenso de Genebra foi objeto de nota de reprovação da Conferência Nacional dos Bispos por sinalizar para a flexibilização do aborto no país. Na nota, a CNBB reitera que "A hora pede sensatez e equilíbrio para a efetiva busca da paz. É preciso lembrar que qualquer atentado contra a vida é também uma agressão ao Estado democrático de direito e configura ataques à dignidade e ao bem-estar social".

Diante disso, verifica-se que os valores que o referido documento busca proteger e promover representam os anseios da parcela da população brasileira e, consequentemente, de seus representantes no Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, parece-nos legítima e meritória a criação da Frente Parlamentar Mista para que promova a associação suprapartidária entre Senadores e Deputados que busquem estudar, debater e aprimorar a legislação referente aos temas de que trata a Declaração do Consenso de Genebra. Trata-se de medida que consagra o direito fundamental à livre associação e que atua em prol do debate e da pluralidade de ideias que regem o princípio constitucional democrático e a atuação do Poder Legislativo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Plenário, como foi pedida vista antecipada e, no momento, eu respondi que é regimental, a vista será concedida.

Concedo a vista e a discussão se fará no ato da votação.

Pode ser? (*Pausa.*)

Então, concedida a vista, sai de pauta o item 4.

Vamos para o item 8.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, calma, você tem que pedir primeiro, mas eu já fui comunicado.

Seria o item 8, mas houve um entendimento. No item 8, o Senador Flávio Arns iria relatar, a Senadora Damares Alves pediu se seria possível e nós, claro, concordamos.

Então, vamos para o item 10.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 375, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS;*

- Em 05/07/2023, foi recebido novo relatório da Senadora Damares Alves.

Relatoria, Senadora Damares Alves, a quem passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, em seu inciso IV, determina à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que opine sobre matéria atinente aos direitos da mulher, o que faz regimental a presente análise.

O mérito do projeto é inquestionável.

Eu vou repetir esta frase. O mérito do projeto é inquestionável!

Ainda hoje, nos deparamos com obstáculos que dificultam a inclusão produtiva das mulheres, alguns deles associados a mitos sobre maternidade e a estereótipos sobre que atividades elas podem ou não exercer.

Para as mulheres com mais de 50 anos, a realidade é ainda mais cruel. Além de sofrerem preconceitos simplesmente por serem mulheres, elas estão sujeitas ao etarismo, ou seja, a discriminação por motivo de idade.

Em contrapartida, a população brasileira está envelhecendo. Nossa pirâmide etária está em acentuado processo de inversão demográfica. O IBGE aponta que, entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7%.

O mercado de trabalho precisa se preparar para essa mudança. É necessário que ele se torne mais inclusivo.

Assegurar boas oportunidades para mulheres acima de 50 anos é uma consequência do princípio da igualdade. Além disso, apresenta-se compatível com o projeto de sociedade plural idealizado pela Constituição e propicia um ambiente organizacional mais rico, em que os trabalhadores compartilham diferentes experiências de vida e visões de mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, deve prosperar a iniciativa sob análise, que propõe políticas afirmativas destinadas a favorecer a empregabilidade de mulheres com mais de 50 anos, por meio de ações específicas promovidas pelos serviços nacionais de aprendizagem. Por fim, para assegurar uma técnica legislativa que contemple integralmente o objetivo da matéria, sem a necessidade de acrescentar novo artigo ao texto da lei, apresentamos uma emenda que altera diretamente o §2º do art. 16 da Lei 14.457, de 2022, para incluir como público prioritário as mulheres acima de 50 anos.

Como a citada a lei tem por finalidade estimular a sinergia dos serviços nacionais de aprendizagem com o estado no fomento de proteção às mulheres hipossuficientes vítimas de violência doméstica, cabe incluir no mesmo dispositivo a priorização das mulheres acima de 50 anos, por se tratar de uma mesma medida de aprimoramento profissional, manutenção do emprego e inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 375, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> O art. 16 da Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 375/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 16 .....
> .....
> § 2º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, serão priorizadas as mulheres hipossuficientes vítimas de violência doméstica e familiar com registro de ocorrência policial e mulheres com idade acima de 50 (cinquenta) anos.'" (NR)

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Acho que há unanimidade. Pelo que percebi no Plenário, há uma concordância total, inclusive minha. Faço questão de votar favorável.

Não havendo, então, quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão.

O Projeto segue para análise terminativa na CAS.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1836, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a divulgação de informação relativa a mãe ou gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra, já que ele concordou, para ser Relator *ad hoc*, ao nobre Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero passar diretamente à análise, se V. Exa. permitir. Os aspectos legais de constitucionalidade, legalidade e juridicidade, de acordo com o relatório do Senador Izalci Lucas, estão observados.

É plenamente meritório o PL em tela. Afinal, cuida ele de dar proteção à mãe biológica que decide por exercer direito legal pleno que é colocado ao seu dispor em favor do melhor interesse da criança ainda recém-nascida.

Não cabe ao Estado, e tampouco à sociedade, fazer juízo de valor sobre os motivos que dão causa à decisão da mulher de entregar seu filho à adoção. Só ela sabe as razões que a motivam, e nada deve de justificativa a terceiros.

Nesse sentido, é inteiramente censurável que terceiros – quer pessoa física, quer pessoa no exercício de atividade profissional, quer ainda órgão de imprensa – divulguem irrestritamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação que nada interessa à sociedade por se tratar de decisão personalíssima de foro estritamente íntimo e inteiramente escorada no art. 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito bem fez o autor da proposição, Senador Jorge Kajuru, de acordo com o Senador Izalci Lucas, Relator desta matéria, em saber vislumbrar vácuo legal que necessita ser preenchido após tomar ciência de caso envolvendo personalidade pública que teve seu íntimo exercício de direito legal divulgado indevidamente ao público.

Dessa forma, é com muita satisfação que encaminharemos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022.

Contudo, no nosso sentir, faz-se necessária emenda modificativa no PL.

Pensemos: por um lado, temos o direito à privacidade da mãe ou gestante que entrega ou manifesta interesse em entregar seu filho para adoção; por outro lado, temos os direitos que respaldam a atividade jornalística, como a liberdade de expressão, o direito à informação e a livre iniciativa.

Nesse sentido, a abrangência da expressão, abrem-se aspas, "informação relativa a mãe ou gestante", fecham-se aspas, presente na redação original, impediria realização de qualquer reportagem sobre mães e filhos no contexto da entrega para adoção. Isso configuraria uma forma, entre aspas, "de censura prévia", conceito que tem sido amplamente rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal em diversas ações diretas de inconstitucionalidade, como ocorreu na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.815, que tratava da exigência de autorização prévia para publicação de biografias.

É importante ressaltar que a verdadeira intenção do legislador com esta proposição não é a de censurar o jornalismo, mas, sim, a de preservar a identidade das mães que doam seus filhos para adoção.

Dessa forma, proporemos emendas, de acordo com o Senador Izalci Lucas – quero destacar sempre isso, porque estou aqui como Relator *ad hoc –,* que se prestem a substituir o uso da expressão, abrem-se aspas, "informação relativa a mãe ou gestante", por, abrem-se aspas, "informação que possa identificar mãe ou gestante".

Em razão do exposto, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CDH

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, assim como no *caput* do 258-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, a expressão “informação relativa a mãe ou gestante” pela expressão “informação que possa identificar mãe ou gestante”.

EMENDA Nº - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no caput do 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, a expressão "informação relativa à mãe ou gestante" pela expressão "informação que possa identificar mãe ou gestante".

É o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, querido Senador Flávio Arns, que é um orgulho para todos nós, viu?

V. Exa. está fazendo um trabalho brilhante na Comissão de Educação – e não é só lá, não. Não é porque tem uma assessora ali que diz que, para ela – é aquela ali, olha – você é o primeiro, eu sou o segundo. Não é por causa disso, é porque realmente o trabalho dele é reconhecido por toda a Casa – viu, Senador? – em todas as áreas, não é só na educação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para a CCJ.

Senador Flávio Arns, quero convidar V. Exa., porque agora tem três ou quatro projetos, um já foi lido, de que eu sou autor; e outros três de que sou Relator.

V. Exa. preside e, se V. Exa. concordar, eu leio os três, e V. Exa. poderá votar em bloco, considerando que já são 13h30 quase, 13h24.

Em seguida, nós podemos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim, mas antes eu só quero fazer um elogio à V. Exa. também, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e uma pessoa extremamente reconhecida pelos méritos, pelo trabalho, pela caminhada, não só no Senado Federal, no Brasil inteiro.

Se eu falo de Paulo Paim no Paraná, todo mundo conhece o Paulo Paim e fala bem do Paulo Paim, como eu também sempre falo.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, nós temos os itens 11, 12 e 13, são esses, não é? (*Pausa.*)

Isso.

Então, eu passo aos itens 11, 12 e 13... Você me passaria o 12 e o 13 aqui?

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 58, DE 2023

- Não terminativo -

Requer audiência pública sobre "Rádios Comunitárias: o direito ao acesso à informação e à comunicação".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O item 12 é o Requerimento nº 59, de 2023, e o item nº 13 é o Requerimento nº 60, de 2023.

O item 5 só votaremos depois, junto com os três requerimentos, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2021, não terminativo, que já foi lido. Muito bem.

Então, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente Flávio Arns, Senador Flávio Arns.

Eu vou ser bem direto, porque as justificativas dos requerimentos são longas, porque sempre são requerimentos que vêm da sociedade civil organizada.

Neste aqui, é um debate sobre as rádios comunitárias, no qual eles estão botando como título o direito ao acesso à informação e à comunicação. Aqui diz tudo, este é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não?

Então, passamos ao item 12 da pauta, que é o Requerimento 59, de sua autoria.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 59, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 12/2018, que "institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da Constituição Federal"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Isso.

Desse, inclusive, eu fiz a defesa já, na abertura. É sobre o debate da SUG 12, que trata do Estatuto do Trabalho.

Já aprovamos aqui um ciclo de debates sobre esse tema. Já fizemos, entre o Brasil e aqui, mais de dez reuniões sobre esse tema.

Nesse caso, a Fetiesc, uma federação que envolve os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentou uma proposta para que seja apensada à SUG 12, que também trata da atualização da CLT.

Então, nós achamos importante que nesse dia, especificamente, façamos uma audiência em conjunto com eles, porque a gente sempre fala que o importante é aprovar o projeto que for melhor para o povo brasileiro. E vamos fundir os dois, o Estatuto do Trabalho e esse outro que veio das federações desses três estados, de que o Martini é o grande coordenador. Então, aprovando o requerimento...

Se me permitir, só porque eu quero dar o mérito também à Fetiesc... Então, esse que eu vou ler é bem curtinho.

Desde 2017, quando iniciamos a discussão do Estatuto do Trabalho, recebemos contribuições de todos os setores da sociedade: federações, centrais, trabalhadores, empregadores, juízes, advogados. A proposta vem sendo construída com amplo debate por meio de audiências públicas e com o grupo de trabalho que a gente tem aqui, na Comissão.

Em agenda realizada no meu estado, Rio Grande do Sul, durante o recesso parlamentar, recebi representantes de diversas entidades sindicais para tratar da SUG 12, o Estatuto do Trabalho.

Na ocasião, recebi, em mãos, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc) documento com contribuições da sociedade civil organizada subscrita por mais de 900

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades sindicais laborais de todo o país e de diversas categorias. Na verdade, é a federação dos três estados do Sul, e o Martini é o coordenador.

As contribuições foram, então, lidas aqui pela consultoria da Comissão e foram anexadas à SUG 12 de 2018, da qual eu sou o Relator.

Assim, dentro do espírito de construção coletiva do Estatuto do Trabalho, a CLT do século XXI, requeremos a realização dessa audiência pública permitindo a participação presencial e remota das entidades sindicais e de empregadores e trabalhadores, claro, e de advogados e juízes, com a finalidade de apresentar e debater as contribuições recebidas até o momento.

Esse é o pedido de audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Agradeço.

Em relação ao item 12, o Senador Paulo Paim mencionou várias vezes a SUG. Eu só quero lembrar para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que isso significa Sugestão Legislativa, porque é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Porque, às vezes, as pessoas dizem "eu tenho interesse em apresentar uma ideia para uma legislação no Brasil". É perfeitamente possível. Não precisa ter aquele milhão de assinaturas. Uma associação ou um conjunto de associações apresenta um projeto ou a própria pessoa, individualmente, vai lá – fica durante três meses também no e-Cidadania –, e aí, havendo 20 mil assinaturas para sugestão individual, a sugestão é apreciada. Senão, a associação, a federação apresenta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só, Presidente, porque não citei: nós faremos esse trabalho em parceria com o Ministério do Trabalho. Inclusive, nesta grande audiência que estamos propondo, vamos insistir muito para que o Ministro Marinho, que é um grande Ministro, está fazendo um belo trabalho, esteja conosco aqui na mesa, mas se ele não puder naturalmente deverá indicar alguém. Porque esses estatutos só se tornam realidade, nós sabemos disso, quando o Governo entende que dá para fazer essa parceria e até assumir, quem sabe, a liderança do projeto. Todos os estatutos que nós aprovamos sempre tivemos apoio dos Governos Lula e Dilma, na época. Esse agora vai com o mesmo sentido. Não faremos nada sem uma parceria com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 60, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "Os benefícios fiscais para agrotóxico e a violação de direitos humanos"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

É de sua autoria também. Já falou, é o dos agrotóxicos: requer a realização de audiência pública para debater "Os benefícios fiscais para agrotóxico e a violação de direitos humanos".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Como a justificativa é bem curtinha, eu vou ler.

A audiência pública eu considero relevante. Foi a sociedade que me provocou, e eu aceitei. O objetivo é apontar contradições entre a prática do uso de agrotóxico no Brasil em relação aos acordos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário e fazem parte da Agenda 2030, apresentada pelo Governo Lula para um desenvolvimento sustentável e de preservação de direitos à saúde, à vida da população brasileira, da fauna e da flora, enfim, de todo o ecossistema.

A Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil, estará então fazendo esse debate e vamos, claro, contar com a contribuição dos Senadores, Deputados, de toda a sociedade, para um encaminhamento final da linha de defender a vida no seu contexto global.

Claro que vamos convidar ministros também do tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Aqui é a Casa do debate, então, de discussão com os setores todos da sociedade, Executivo, Legislativo, Judiciário.

Coloco em discussão então os itens 5, que já foi lido, 11, 12 e 13. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação os itens 11, 12, 13 e 5.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, com muito prazer retorno a Presidência a quem merece estar na Presidência de fato e de direito, que é o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o Senador Flávio Arns, que preside, Senador, uma Comissão, permita-me que eu diga, que tem tudo a ver com direitos humanos. Eu sempre digo que é a educação que liberta. A frase não é minha, a frase é conhecida, mas eu a repito: é a educação que liberta o povo. Está nas mãos de quem deveria estar, que é V. Exa., Senador Flávio Arns.

Eu queria, ao terminar, agradecer muito, muito aos Senadores que estiveram aqui presentes: Senadora Augusta Brito, Damares Alves, Ivete da Silveira, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Flávio Arns, mas também, por justiça, porque inclusive ontem não estive na sua Comissão, mas fiz questão de estar lá votando.

Eu quero também aqui, com muito carinho, agradecer, foram 15 Senadores presentes, é o suficiente para dar o quórum, porque eram 11: Senadora Professora Dorinha Seabra, Senadora Ivete da Silveira, Senador Alessandro Vieira, Senadora Leila Barros, Senador Izalci Lucas, Senador Magno Malta, Senadora Mara Gabrilli, Senadora Zenaide Maia, Senadora Augusta Brito – o Paulo Paim não precisar ler não, não é? –, Senador Humberto Costa, Senador Flávio Arns, aqui comigo até o último minuto, e Senadora Damares Alves.

Eu agradeço a todos!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Senador Fabiano Contarato e Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Ao Senador Fabiano Contarato, exatamente, e Senador Laércio Oliveira.

Viu que ele preside comigo? "Você esqueceu dois ali. Se é para ler, leia de todos". Por isso que eu sou fã dele.

Não, e sabe que o pessoal vem e diz: "Por que você leu todos e só não leu o meu nome?". Aí fica aquele mal-estar desnecessário. Então, ele lembrou que eu não havia citado ainda na lista que está ali no painel o Senador Fabiano Contarato e o Senador Laércio Oliveira.

Então, muito, muito obrigado a todos!

Eu só vou fazer uma pequena leitura de expediente, Senador Flávio Arns, fique bem à vontade, porque essa aqui é uma leitura obrigatória de ofício, e aí nós damos por encerrada.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos – eu vou ler rapidamente, quero só cumprir mesmo o calendário:

- recebemos dos cidadãos: alega prevaricação em juiz e pede providências; alega perseguição por ter denunciado a violação dos direitos humanos; alega perseguição política;

- do Fórum de Entidades Sociais de São Sebastião/DF, pedido de providência em relação às operações que resultaram em desabrigamento de aproximadamente 150 famílias que ocupam área na Vila do Boa, de São Sebastião/DF, em busca de moradia digna;

- do grupo de pesquisa Labor Movens, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, solicitação de apoio para agendamento de expansão para a realização do 4º Seminário Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo;

- da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos, que encaminha nota de repúdio à decisão arbitrária do Reitor da Universidade Federal de Pernambuco de suspender por 60 dias, sem vencimentos, um professor do centro de educação;

- do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, que requer desta Comissão medidas para resguardar o direito dos usuários do SUS, como também dos 3 milhões de trabalhadores que atendem;

- da Câmara Municipal de Mogi Mirim, São Paulo, e da Câmara Municipal de Itápolis, São Paulo, moção de repúdio aos atos de racismos sofrido pelo jogador Vinicius Jr. – muito comentado, inclusive aqui nos eventos desta Comissão e na Comissão de Esportes;

- da Câmara Municipal de Santo André, São Paulo, moção de repúdio às falas do Senador Magno Malta, preconceituosas e racistas, contra o jogador Vinicius Jr. – é o mesmo debate aqui da questão do Vinicius;

- da Câmara Municipal de Campinas, moção de protesto pela conduta do Deputado Federal Márcio Jerry ao assediar uma Deputada durante reunião da Comissão;

- da Câmara Municipal de Mogi Mirim, moção de repúdio às falas do Presidente da República em relação às pessoas com deficiência intelectual – para você ver que aqui a gente lê tudo, tanto para um lado como para o outro;

- do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que dá conhecimento da realização da campanha pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e encaminha a orientação de escolha de conselheiros tutelares em data unificada em 2023;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- da Procuradoria do Direito do Cidadão, que encaminha cópia da nota técnica elaborada pelo nosso grupo de trabalho população LGBTQI+ proteção de direitos – esse é o grupo que está pedindo esse informe –, acompanhado de cópia digital de ação civil pública que objetiva a inclusão dos campos de identificação da identidade de gênero e orientação sexual nos questionários básicos e amostra dos casos demográficos brasileiros a partir do Censo de 2022;

- da Defensoria Pública da União, que encaminha sugestão à esta Comissão de visita à Terra Indígena Jaraguá, na cidade de São Paulo, para acompanhar o caso de violência policial sofrido pela comunidade após o ato político e religioso contra a tese do marco temporal, PL 490/07.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, termino aqui, nos mesmos termos, que os documentos lidos na 21ª, 41ª e 49ª reuniões serão arquivados.

Muito obrigado, especialmente ao Senador Flávio Arns, que resistiu aqui heroicamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, venha. Veio visitar o Flávio Arns? Diz para ela vir aqui. Veio visitar o Flávio Arns aqui na Presidência.

E eu já gostaria de dar satisfação deste momento e dizer que o Senador Flávio Arns agradece a visita, em nome das duas Comissões.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A visita tem que vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. Daí, eu só digo: estão encerrados os trabalhos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aqui a gente fala de direitos humanos, então tem que começar pela grávida, como foi discutido hoje, e pelas crianças.

Eu acabei de pegar a Cecília no colo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bonito ato! Bonito ato!

Parabéns à equipe toda! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente agradece a visita da Cecília principalmente, de quatro meses, agora também uma menina tão linda e tão querida. Quero mandar assim um abraço por ela para todas as crianças do Brasil para dizer: olhe, a gente tem que pensar na criança, no adolescente para que o Brasil seja melhor, mais justo.

Que a Cecília seja muito feliz, assim como todas as crianças do Brasil!

Quero cumprimentar o Flávio e a Milena, pais da Cecília.

Pelo jeito ela está estranhando aqui no colo, mas quero deixar um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peguei carona, a visita era para o Flávio, para o Senador Flávio.

Leva jeito para política, hein?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bom. Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado. Obrigado. Obrigado a todos.

Estão encerrados, então, os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no dia de hoje.

Uma salva de palmas ao gesto final, em nome de todas as crianças. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e três minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: A luta dos Ferroviários pelos seus direitos. **Participantes:** Marco Aurélio Alves da Cruz, Diretor da Diretoria de Centralização dos Inativos e Pensionistas de Órgãos Extintos – DECIPEX/MGI; Warley Martins, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Etevaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas – FENAFAP; José Pedro Kuhn, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul; Franklin Castronovo de Carvalho, Presidente da Associação dos Ferroviários Sulriograndenses – AFSR; Clarice Maria de Aquino Soraggi, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários - FAEF; Marco Aurélio Alves da Cruz, Diretor da Diretoria de Centralização dos Inativos e Pensionistas de Órgãos Extintos – DECIPEX/MGI; Vilson Antonio Romero, Presidente da ANFIP.; Tiago Kidricki, Secretário-Geral da Comissão de Direito Previdenciário do Conselho Federal da OAB; Alda Lúcia Fernandes, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários.; Geraldo Silva Sobrinho, Presidente da Associação Mútua.; Valmir de Lemos, Sindicato dos Ferroviários Central do Brasil.; Vassil Nogueira Ramos, Diretor da COBAP Ferroviário.; e Carlos Santana, Ex-deputado federal. Representante institucional da Associação Mútua. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/07

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 57, de 2023, de minha autoria, para debater o tema: a luta dos ferroviários pelos seus direitos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Enquanto os nossos convidados estão chegando, inclusive me parece que há ainda uns 20 que estão ali esperando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já tem uns 30, mais ou menos, que estão esperando lá para entrar. Todos poderão entrar porque há espaço aqui para todos. E hoje é uma segunda-feira, é tranquilo aqui na Casa.

Nós vamos aproveitar já na abertura... A meu convite estão aqui na mesa os líderes – permitam que eu diga assim – do DataSenado, que vão me entregar aqui um documento. Eles vão entregar o relatório DataSenado; diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil. É um trabalho que eles fizeram em nível nacional e, depois, inclusive tivemos aqui um ciclo de debates, nesta Comissão, sobre esse tema.

O Instituto DataSenado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizou um ciclo de debates de combate à fome no Brasil, que resultou em uma pesquisa apresentada no dia 19 de junho, nesta Comissão. Então, hoje é com grande satisfação que recebo o relatório do diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil.

A entrega do documento será feita pela Diretora da Secretaria de Transparência, Elga Lopes, a quem eu peço uma salva de palmas pelo trabalho brilhante que fizeram. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E representada aqui na mesa também... Ela não está aqui, mas está no plenário, não é? E representada neste plenário também pela Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado, Isabela de Souza Lima Campos. Palmas também à Isabela pelo trabalho feito. (*Palmas.*)

E está aqui conosco, na mesa, o Coordenador do Instituto de Pesquisa DataSenado, Marcos Ruben de Oliveira. Aqui, então, eles apresentam toda a equipe.

Toda essa iniciativa é fruto do trabalho realizado pelo DataSenado – que convidou a CDH para estar junto – no primeiro semestre deste ano, para subsidiar os debates que estão ocorrendo no Brasil sobre a fome.

Agradeço muito, muito o trabalho e a dedicação de toda a equipe do DataSenado.

De imediato eu passo a palavra à Diretora Elga Lopes.

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os presentes e a quem está nos assistindo.

Eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, a quem nós apresentamos a proposta de monitorar a fome no país através de pesquisas, para que o país tenha uma informação a mais – além do IBGE –, pública, sobre as políticas voltadas para o combate à fome. E nós do DataSenado estamos convencidos de que a gente pode dar uma contribuição significativa a isso porque é função do Parlamento fiscalizar as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, e aplicar pesquisas para acompanhar o andamento dessas políticas é o nosso trabalho. A gente vem estudando o monitoramento da fome já há muitos meses, com o apoio do Senador Paulo Paim, participamos das audiências públicas, e agora estamos desenhando essas pesquisas.

Então, quero agradecer ao Senador esse apoio político, esse abraçar da causa, como é do perfil dele, e entregar a ele o resumo de tudo que foi feito nesses últimos seis meses.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcos quer dar uma mensagem rápida. Em seguida, vamos para o segundo momento.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim! Obrigado novamente pela oportunidade, pela parceria. O DataSenado tem um papel de levantar informações, dados e estatísticas relevantes para o país, para ajudar na discussão dos temas relevantes, e o Senador Paim sempre tem sido um grande parceiro, um grande incentivador da busca por maiores informações e melhores decisões para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós somos muito gratos pela parceria, pelo apoio, e estamos aqui para trabalhar assim sempre, com tudo o que for possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Marcos.

Com o documento que eu recebo em mãos, neste momento, oficialmente, agora, e com a fala dos dois, vamos para o segundo momento. Mas é uma alegria receber esse diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil, do DataSenado – e nós colaboramos aqui com o debate, com o ciclo de debates nesta Comissão. O.k.? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Eu só vou fazer um apelo para que se liberem os outros aposentados que estão aqui na portaria, para que venham para a audiência – eles viajaram de todo o país –, e nós temos cadeiras vazias ainda aqui, tranquilamente dá para mais uns 30 ou 40, pelas laterais e pelas cadeiras que estão lá nos fundos – que eles possam vir ao plenário.

Eu vou, de imediato, chamar a primeira mesa.

Convido Warley Martins, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). (*Palmas.*)

Etevaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas (Fenafap). (*Palmas.*)

José Pedro Kuhn, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Franklin Castronovo de Carvalho, Presidente da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses (AFSR). (*Palmas.*)

Serão duas mesas, viu? Então, neste momento, nós temos aqui nesta mesa já... Não sei se tem mais um ali ou não... Falta alguém nesta mesa? (*Pausa.*)

Ah, já está aqui.

Depois teremos uma outra mesa, que vamos chamar em seguida.

Nesta mesa, cada um terá o tempo de dez minutos, com mais cinco minutos; e na outra mesa também serão dez minutos, com mais cinco minutos, o que daria em torno de quinze minutos para se posicionarem sobre o tema.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Cobap, Warley Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas! Um bom dia ao nosso querido Senador Paulo Paim!

Hoje nós estamos aqui...

Ah, e bom dia à mesa também! Na pessoa do Paim, eu cumprimento a mesa dos nossos colegas, o Pedro Kuhn, o Presidente da federação, todos eles.

Olha, A Cobap decidiu, junto com a federação e as associações dos ferroviários filiadas na Cobap, de a gente começar a se unir. A gente da Cobap estava achando que os ferroviários aposentados estavam um pouco distantes do movimento, com vários pedidos que eles têm, várias reivindicações que eles têm, e faltava essa união.

Então, a Cobap, junto com a Federação dos Ferroviários – meu amigo Presidente está aqui na mesa com a gente –, decidiu também com a nossa associação afiliada há muitos anos, a Cobap que é do Rio de Janeiro – eles vieram com essa ideia, o Rio de Janeiro, e a gente acatou a ideia deles e já começamos –, e fizemos o primeiro seminário lá no Rio Grande do Sul. O Senador Paulo Paim estava presente e nós conseguimos fazer várias reivindicações. E o Senador sugeriu que a gente fizesse uma audiência pública.

Na minha opinião, eu acho que os ferroviários têm que estar mais juntos, principalmente os ferroviários aposentados. Eu acho que vocês têm que se unir, pessoal, têm que estar juntos, lutar por seus direitos, sair aí na batalha. Inclusive, eu prometi para o Vassil, que, além de ser um ferroviário, tem uma associação também ferroviária, ele é Diretor da Cobap e está sempre na luta, ele vai participar da outra mesa que o Senador vai fazer.

Agora, eu vou falar para vocês e vou pedir um apoio para vocês – inclusive, nós vamos até pedir para o Senador Paim estar presente. Foi tirado lá no seminário, quem estava lá vai saber, nós tiramos lá de nós fazermos o primeiro congresso dos ferroviários aposentados filiados na Cobap. E vamos fazer no Rio de Janeiro em julho, em julho do ano que vem.

Nós vamos fazer, vou repetir aqui, o primeiro congresso dos aposentados e pensionistas ferroviários filiados na Cobap, entendeu? Porque nós não podemos fazer... Mas aí depois a gente vai abrir para todos os ferroviários aposentados. Para aqueles que quiserem participar, a gente vai abrir.

E aqui eu deixo o meu convite ao Senador Paulo Paim, que sempre é o apoiador de todos os aposentados do Brasil e todas as categorias de aposentados. Inclusive, essa semana passada eu estive aqui com o Senador com uma meia dúzia de pastores. Os pastores estavam aqui, teve uma audiência aqui na Câmara deles e eles queriam conhecer o Senador. Eu falei: "Qual Senador vocês querem conhecer?". "Ah, o Senador Paim". Eu falei: "Espera aí". Liguei, como sempre, atendeu a gente. Muito obrigado, Senador. Ele atendeu os pastores. "Mas, não é possível o Senador atender vocês assim!". Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peguei e falei: "Não, ele é Senador do povo, ele é Senador que está junto com o povo, então ele atende, na hora que precisa, atende". Aí trouxemos aqui os pastores. Até fizeram uma bênção para o Senador, foi muito bonito. E nós da Cobap estamos aí, pessoal, nós estamos num movimento junto com vocês. Então, nós estamos aqui para servir vocês e vocês também servirem à Cobap, vocês também junto conosco.

Eu aqui agradeço de novo aos companheiros do Rio de Janeiro – eu falo do Rio porque é o que mais estava junto com a gente –, também ao pessoal lá de Campo Grande, onde está o meu amigo Nelson, a todos vocês que são ferroviários, nós estamos aí.

Eu só quero falar uma coisa para vocês: que eu não vou poder ficar aqui até o final desta audiência porque eu tenho um voo lá para a Bahia, pois eu tenho uma reunião. Está tendo um seminário lá, e eu tinha que estar lá às 3h da tarde, mas, nesse horário, eu acho que eu estou pegando um voo ainda para ir para lá. Mas, olha, contem conosco.

Eu queria agradecer aqui também ao nosso Presidente da Anfip. O nosso Presidente da Anfip, eu vou falar para vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vai ter direito à palavra, com certeza absoluta.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Uma entidade que apoia o aposentado do Brasil todo está aqui: a Anfip. (*Palmas.*)

A Cobap é uma parceira, a Cobap sempre está junto. O Presidente Romero está de parabéns. Conta com a gente; se precisar da gente, a gente está junto com você.

Um abraço e que Deus abençoe todos nós. E vamos ter uma plenária aqui maravilhosa.

E está chegando mais o pessoal da D. Socorro. Eu agradeço à Socorro também, Paim, que sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – ... traz o traz o pessoal aqui para a gente. Uma salva de palmas para o pessoal que está chegando aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Socorro é uma senhora... Eu estou vendo ali que a maioria são mulheres também que estão chegando com ela, não é? Isso mostra a mobilização das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir aqui para a assessoria, se puderem, se faltar cadeira – são todas pessoas idosas –, que botassem aqui na lateral para que todos possam sentar e assistir ao debate.

O encaminhamento vai ser... Warley, tu vejas a segunda mesa. Os convidados falarão e, no final, o acordo que a gente tem feito é que o documento que for fechado, que você já tem pré-elaborado, nós vamos encaminhar para a área competente do Governo. É isso?

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES (*Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me encarrego de fazer com que ele chegue à área competente do Governo.

A Comissão é isto: é para ouvir o povo.

Eu estou muito feliz de ver aqui lotado, viu? Parabéns a todos que se mobilizaram para chegar aqui, de forma muito educada, eu diria até generosa com esta Presidência, para assistir a esse diálogo.

Depois eu me comprometo a fazer com que o documento chegue ao Ministério do Transporte, à Previdência, enfim, às pastas correspondentes às reivindicações.

Eu peço para... Warley, tu já tens a segunda mesa?

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – A Patrícia está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Patrícia está fazendo, elaborando a segunda mesa. Quem decide as mesas são vocês, viu, doutor? Não sou eu. Eles decidem e eu coloco na mesa. Se tiver que ter mais de duas mesas, faremos também.

Cumprimento a todos.

E lembro que nós teremos, na outra semana, a Marcha das Margaridas, aqui em Brasília. Espera-se mais de 100 mil mulheres. Então nós estamos aí dando todo o apoio para esse importante movimento, que é vinculado à área dos trabalhadores rurais, que é a Marcha das Margaridas.

Passo a palavra agora, enquanto as pessoas vão sentando aí, ao nosso querido companheiro do meu Rio Grande, líder de muito, muito tempo de caminhada junto com este Senador e com todos os movimentos sociais, e convido, com satisfação, o líder José Pedro Kuhn, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN (Para expor.) – Cumprimento o nosso Senador gaúcho, que é o Senador brasileiro nosso e de todos os trabalhadores brasileiros. Cumprimento também o Presidente de uma grande associação de ferroviários, lá do Rio Grande do Sul, da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses (AFSR), Sr. Franklin, que é um grande parceiro no Rio Grande do Sul. Também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento o Presidente nacional dos ferroviários, Etevaldo, aqui na mesa, e o nosso Presidente da Confederação Brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedro, permita-me.

Eu quero fazer um apelo de coração para os meus colaboradores: nem que vocês tenham que ir às Comissões ao lado – não dá para as senhoras aqui de 60 anos, de 70 anos assistirem a este debate de pé; elas têm que sentar –, vejam se dá para buscar cadeiras nas Comissões ao lado e as botem aqui na lateral. Não dá para ver as pessoas aí de cabelos brancos, que vieram aqui prestigiar este momento da CDH, um momento nobre, ficarem de pé.

Pedro, eu vou voltar o seu tempo aos dez minutos originais.

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – Não tem problema. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Retomamos o Pedro nos seus dez minutos iniciais.

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – Completando aqui, então, cumprimentamos o nosso Presidente da Confederação Brasileira, Warley Martins, que faz um belo trabalho em defesa de todos os aposentados de todos os segmentos.

Saudamos autoridades, representantes, enfim, aposentados, que se fazem presentes, e amigos desse belo movimento que é o movimento dos aposentados de todo o Brasil. E o Rio Grande do Sul está sempre presente. É tão verdade que os ferroviários têm uma bela história, um grande prestígio no Brasil por tudo que já fizeram pelo nosso desenvolvimento.

Numa bela oportunidade de uma visita do Warley a Porto Alegre, nós marcamos uma reunião com os ferroviários, com o Sr. Franklin, na Avenida Farrapos, no centro da capital gaúcha. E lá, num debate, o Warley foi desafiado a nós fazermos um congresso nacional, em parceria com a Associação dos Ferroviários, Fetapergs e Cobap, e deu certo, não é Warley? Foi um belo seminário, em que nasceu esse movimento e ficou bem claro lá a situação por que passam os nossos ferroviários, especialmente as pensionistas e os pensionistas.

Então, lá nasceu essa ideia de a gente se agregar, formar um movimento nacional mais forte, que já é forte, mas mais agregado. Não ficar cada um no seu canto, e, sim, estarmos juntos. E hoje estamos aqui, porque os ferroviários merecem. Estamos fazendo um centenário à história da previdência social, que nasceu com os nossos ferroviários. Eles foram a semente, Warley, da nossa previdência social. Se nós temos hoje o INSS e a previdência social, nasceu com o movimento, o trabalho dos ferroviários. E eles estavam esquecidos, muito abandonados. Hoje estamos retomando graças também, com o grande apoio que sempre nos deu, ao nosso Senador gaúcho Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador, por tudo que tem feito pelo nosso movimento. Tem sido muito importante. Toda vez que nós precisamos, nosso Senador abre as portas aqui no Senado. Antes era na Câmara Federal, não é isso? Trabalhamos há muitos anos juntos e, hoje, nos orgulhamos cada vez mais, Senador. Esperamos que o senhor repense, volte e continue, Senador: continue nosso representante no Brasil, porque é muito importante.

E os ferroviários, então, agora, estamos juntos, vamos trabalhar para que a gente conquiste o espaço que os ferroviários realmente merecem.

Era isso que nós tínhamos a dizer e estamos à disposição para trabalhar, para buscar, para que sejam respeitados e seja retomado esse trabalho dos ferroviários, que é muito importante para o Brasil. Esperamos que as ferrovias voltem a trabalhar, que os trens voltem para as ferrovias a servir o Brasil inteiro.

Muito obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, José Pedro Kuhn, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul.

Como eu ia até dizer aqui para o Warley, essa chamada que você fez no final é fundamental, que é a volta das ferrovias. Nos países da Europa, do primeiro mundo, você vai de um país ao outro de trem, e aqui no Brasil acabaram com grande parte – não todas – das ferrovias. Eu ainda sonho em pegar um trem aqui de Brasília e ir a Minas, a Goiás, ao Rio Grande do Sul. Por que não, se nos outros países isso existe?

Então, eu queria aqui, neste momento, simbolicamente, antes que o Warley saia, uma salva de palmas à volta das ferrovias no Brasil. (*Palmas.*)

Que seja metrô, trem, ferrovia. Pedimos a volta dos profissionais e a valorização daqueles que construíram a história, que são os aposentados e pensionistas das nossas companhias que foram desativando. O diesel aumenta, a gasolina aumenta, parece que o culpado somos nós; não, o culpado é quem desativou grande parte das ferrovias.

Que esse movimento seja um impulso para que a gente tenha ferrovia em todo o Brasil. Se vai mudar o nome, que mude, mas o princípio é o sistema ferroviário, como tem em todo o mundo.

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – Uma viagem mais tranquila, mais segura, muito menos acidentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cômoda também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – ... para o meio ambiente, é muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – Para a gente que conhece, lá no Rio Grande do Sul, nós temos espaços turísticos, onde é resgatado o trenzinho nos trechos curtos. É maravilhoso, e o povo anda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá na Serra, com certeza, tem, porque é ali em Bento, ali naquela região.

O SR. JOSÉ PEDRO KUHN – A Serra Gaúcha é a terra do Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Muito bem.

Que haja a volta aí do sistema ferroviário para valorizar os profissionais!

Eu queria convidar agora Etevaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação Nacional dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas (Fenafap).

O SR. ETEVALDO PEREIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Nobre Senador e demais membros desta mesa, quero cumprimentá-los, em meu nome e em nome da classe ferroviária brasileira, e também cumprimentar todos os nossos companheiros aqui presentes no Plenário e as autoridades que foram convidadas, para que, neste momento, eu tenha a sensação de que não estaremos pregando no deserto, como há 20 anos a gente vem fazendo.

Quando viajei para cá, ontem, chegando, eu vinha muito desanimado e triste, porque não é a primeira vez que nós gritamos – não é pedimos, gritamos – por socorro, e, durante todos esses 20 anos, não fomos escutados, mas, com o evento que ocorreu, como citou o nosso companheiro Zé Kuhn, lá em Porto Alegre, surgiu uma luz lá no finalzinho do túnel, mas sempre essa luz piscando, e hoje eu vejo que ela está mais nítida e sem piscar. Nas palavras do Senador e dos companheiros que aqui estão e já se pronunciaram, eu quero acreditar que nós obteremos pelo menos 10% do que desejamos – não queremos muito.

A classe ferroviária brasileira, senhores, é a classe que, na sua história e na história do Brasil, foi a que mais contribuiu para o engrandecimento desta pátria tão imensa, que é o nosso país. (*Palmas.*)

Todavia, em que pese tudo isso, eu peço não em nosso nome aqui presente e no daqueles que aqui estão presentes, mas em nome daqueles que deram sua vida durante o seu trabalho, no dia a dia, que são os nossos companheiros de via permanente que mantinham a segurança no tráfego dos trens de carga e dos trens de passageiros em longo percurso, que hoje não existem mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certa vez, eu perguntei ao Ministro dos Transportes: "Por que os países de primeiro mundo dão prioridade ao transporte ferroviário, tanto de carga como de passageiros, mas, no nosso país, é o contrário, nós andamos na contramão?". E terminei a minha pergunta do seguinte modo: "Ministro, será que aqueles governantes estão errados, e os nossos é que estão certos?".

E eu pergunto aos senhores para os senhores meditarem: "Será que hoje aqueles governantes dos países, como é o caso do Japão, que tem o trem mais rápido do mundo, e o principal, o engenheiro responsável pelo funcionamento daquele equipamento, lá no Japão, é um engenheiro brasileiro, gente... É um engenheiro brasileiro! E nós ferroviários aqui estamos relegados, Senador. Há colegas nossos vendendo bananas. Não estou querendo diminuir o vendedor de bananas, mas o ferroviário não merecia isto: estar nas ruas, nos pontos de ônibus, nos aeroportos vendendo dindim – aquele picolezinho feito em casa – para poder manter a sua família condignamente – sobreviver, não viver.

Estamos com ferroviários morrendo à míngua, por quê? Porque não têm nenhuma – posso dizer – atenção dos governantes. Talvez após a minha fala eu seja até prejudicado por isso, mas se assim for, ficarei muito feliz se assim acontecer, porque o que eu estou falando aqui é a verdade. E tem mais: o mais cruel é com as nossas pensionistas – o mais cruel. O que nós discutimos, lá em Porto Alegre, são duas cláusulas, são dois pontos importantes que, acredito, se no Governo, o Poder Executivo abraçar essa causa, nós esteremos satisfeitos. Concordo, eu acredito nisso, porque são as duas causas principais que vão levantar a moral.

É triste ver um companheiro chegar para você e pedir: "Fulano, você pode me ajudar hoje porque eu não tenho o que comer em casa?" – um ferroviário, um homem que deu toda a sua vida por uma empresa de bens patrimoniais de que até hoje não foi feito o levantamento total. E essa classe está toda jogada na lixeira. Eu peço perdão aos colegas pela expressão que vou usar. Eu vou usar a expressão que usou na época o político e militar. Ele disse que o funcionário público... Plagiando, eu digo que o ferroviário hoje é um funcionário... Quer dizer, um esmoleiro de gravata.

Todos nós que aqui estamos, eu, por exemplo, a média... Hoje somos 41 mil famílias ferroviárias prejudicadas – 41 mil! Que o Governo, atendendo às nossas reivindicações, para as quais nós apresentamos um documento que será entregue ao Senador para que chegue ao Poder Executivo, abrace a causa e resolva o nosso problema o quanto antes! É uma coisa muito simples, por quê? Porque nós só queremos aquilo que é nosso de fato e de direito, não queremos nada de ninguém. Não estamos exigindo comparação com salário de A ou de classe B, queremos aquilo que foi já constatado que nós merecemos. Foi um trabalho que a comissão paritária, criada justamente a nosso pedido, quer dizer, sob nossa solicitação...

Digo nossa porque foram as associações e os sindicatos que, unidos, fizeram o documento, e a comissão foi constituída. Para os senhores terem uma ideia, levou um ano para o Governo atender o pedido para construir uma comissão para estudar o caso da tabela salarial dos ferroviários – um ano! E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há 20 anos nós lutamos por essa tabela. É interessante, quer dizer, é uma classe para a qual hoje parece que alguns políticos, alguns governantes torcem o nariz. Quando nos veem, dizem: "Ah, é ferroviário? Deixa para lá", entendem? Por quê? Porque nós fomos jogados na sarjeta; estamos jogados na sarjeta, gente.

Lá no Rio Grande do Sul, no nosso seminário, o que nós queríamos? O que nós defendemos? O que nós discutimos? O que foi que nós discutimos? Que o Governo acate a nossa solicitação. O Senador teve, como se diz, a honra de nos prestigiar com a sua presença lá e lá ele fez a seguinte pergunta que eu respondi... Ele perguntou o seguinte: ele queria saber qual era, na realidade, as prioridades que os ferroviários tinham para apresentar ele. E eu, respondendo, disse: "Senador, as nossas prioridades são estas...".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ETEVALDO PEREIRA DOS SANTOS – Primeiro, que seja aprovada a nossa proposta de uma revisão nos arts. 26 e 27 da Lei 11.483, que foi a lei que extinguiu a RFFSA, porque estão nos prejudicando esses artigos – nós apresentamos a proposta – e a aprovação da tabela salarial que foi proposta pela comissão paritária criada por uma ordem, uma decisão dada à Valec – e ela assim procedeu. Naquela comissão, o Governo estava em maioria: enquanto tinha quatro representantes do Governo, tinha três ferroviários representando a classe, três representantes da classe.

Pois bem, eu falei para ele: "Senador, estas são as nossas prioridades: que o Governo, repito, abrace essa nossa causa, acate a proposta de uma revisão nos arts. 26 e 27 da Lei 11.483 e também no art. 118 da Lei 10.233, porque lá tem que ser mexido".

E a segunda é o quê? Na realidade, essa aprovação da tabela, como eu ia dizendo, constituída pela comissão paritária, que foi apresentada dentro de um prazo extra. Aquele documento nos satisfaz. E este documento é por que nós vimos lutando há 20 anos. Por quê? Porque, em 2014, foi quando se oficializou a nossa comissão para a criação.

Portanto, finalizando, Senador, porque tem mais companheiros para se pronunciar, eu quero deixar bem claro o seguinte: que nós aqui estamos jogando nas mãos de V. Exa. Para quê? Nós já encaminhamos para algumas Lideranças – aliás, algumas não; para todas as Lideranças de bancadas e Lideranças do Governo – uma cópia similar do documento, para que elas tomem conhecimento disso também e ajude V. Exa. nessa batalha, a chegar ao Presidente da República e mostrar para ele – "Presidente, é isto que os ferroviários estão pedindo: socorro! E a tábua de socorro que eles pedem que o senhor mande para eles é esta aqui, aprove isto aqui que eles se sentirão felizes". E nós aplaudiremos. E garanto a todos vocês que o ferroviário sempre soube – sempre soube – agradecer na hora oportuna àqueles que o ajudam.

Então, muito obrigado a todos; muito obrigado, Senador, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Líder Etevaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas (Fenafap), meus cumprimentos pela sua fala. E, claro, quando organizamos o evento de uma audiência pública, é com o objetivo da simbologia que vocês todos representam e de aqui nos entregarem o documento. Aí a Comissão de Direitos Humanos encaminha, então, aos Poderes constituídos o documento que ele está me entregando aqui agora. (*Pausa.*)

Pronto. O.k. Muito bem. Parabéns, viu? (*Palmas.*)

Pessoal, já que eu estou de pé... O Warley me comunicou agora – eu não sabia – que um colega nosso, um sindicalista, um homem que também dedicou a sua vida à causa dos aposentados... Eu quero aqui pedir que todos levantem e vamos fazer um minuto de silêncio porque faleceu ontem João Inocentini, Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical. Ele era um dos lutadores, não é? Cada um trabalha no campo que entende adequado. Ele esteve também, junto com o Warley inclusive, diversas vezes aqui, dialogando com a gente. Então, eu queria que a gente o homenageasse e todos os lutadores do nosso país pela causa dos aposentados e pensionistas com um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra agora ao Presidente da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses (AFSR), o líder Franklin Castronovo de Carvalho. (*Palmas.*)

O SR. FRANKLIN CASTRONOVO DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela sua grandeza e pelo respeito que o senhor tem pelos menos favorecidos.

Eu estou aqui em nome dos ferroviários do Rio Grande do Sul, que é o único estado diferente de toda a Federação, porque nós lá temos pensionistas que recebem pelo IPE dos ex-ferroviários estaduais, como também os aposentados cedidos do Estado do Rio Grande do Sul, que vêm passando necessidade. A maioria, do nível 219 para baixo, está passando fome porque não tem dinheiro sequer para pagar a sua luz, a sua água ou ter alimentação. É uma classe sofrida, que vem há quatro anos sem ter aumento nenhum – tivemos agora 5%, depois de quatro anos longos sem ter um centavo de aumento. Graças ao senhor, Senador Paulo Paim, que vem nos dando a oportunidade de reivindicarmos os nossos direitos.

Também quero agradecer ao Warley por ter-nos aberto a oportunidade de fazer o Seminário Ferroviário no Rio Grande do Sul; ao José Pedro Kuhn, Presidente da Fetapergs; e ao Etevaldo Pereira dos Santos.

E ao senhor, Senador, eu peço encarecidamente, como sempre o senhor esteve ao lado dos menos favorecidos e lutando pelo direito do povo brasileiro, que nos dê a oportunidade de revermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa situação. Chega de sofrimento! São pessoas que deram a sua vida toda em prol da ferrovia e do engrandecimento do nosso país e hoje estão passando fome, pessoas com 90, até 100 anos – nós temos um ferroviário estadual ainda lá, pensionista, com 111 anos, Senador, que mora em Sant'Ana do Livramento –, pessoas que ganham um salário mínimo. E agora, com a nova lei, as pensionistas do IPE não podem receber menos que um salário mínimo, mas, se uma esposa ganhava R$2,5 mil, ela teria que ficar com o salário mínimo, que é o mínimo... Reduziram quase 40% do salário delas. Então, é uma situação miserável que nós estamos passando.

Eu quero pedir, encarecidamente, a todos os ferroviários e ferroviárias que estão aqui presentes, não interessa a classe, se eram chefes ou subordinados: nós temos que nos unir em prol de uma coisa única, que é o direito do ferroviário e de nós aposentados. Eu já estou com 83 anos, senhores, estou praticamente no fim da vida, mas, enquanto eu tiver força, continuarei batalhando com meus colegas em prol da categoria ferroviária. (*Palmas.*)

Porque o que interessa para nós? Não é só a liderança, é a dignidade; coragem para enfrentar o que a gente enfrentou. Eu enfrentei... Na época da revolução de 1964, eu tinha quatro anos de serviço, e hoje eu estou há 32 anos dirigindo a entidade ferroviária mais antiga do Rio Grande do Sul, com 83 anos, graças a Deus, lidando com os recursos da mensalidade do ferroviário. Não temos ajuda de ninguém, a não ser dos nossos políticos que olham para nós com dignidade e valorizam o nosso interesse e a nossa reivindicação.

Portanto, Senador, eu quero deixar bem claro para o senhor que eu sempre tive e manterei até o fim da minha vida um grande respeito pelo senhor, por aquilo que o senhor é, pela sua humildade e pela sua dignidade de não enrolar ninguém – o senhor diz o que tem que dizer e está sempre do lado da gente para participar. Nós lá, quando fazemos nossas festinhas para o aposentado, sempre o convidamos, e ele se faz presente sempre. Por quê? Porque nós lutamos em prol do ferroviário.

Nós não viemos aqui para reivindicar nada que não seja de direito nosso. Estou unido com todos os meus colegas, porque eu sou um grão de areia no fundo do mar, mas luto em prol dos 8 mil ou 10 mil ferroviários que nós temos no Rio Grande do Sul.

Senhores, tudo aquilo que eu estou falando para vocês aqui é a realidade do nosso povo gaúcho, e acredito que ela é a de todo estado brasileiro.

O meu muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Franklin Castronovo, Presidente da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndense, que fez um apelo emocionado aí para que a gente olhe para os aposentados e pensionistas ferroviários. E o pleito dele se encontra neste documento que está em minha mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou convidar, por videoconferência, o Sr. Manoel Geraldo Costa, que é Presidente da Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária Federal.

Por favor, líder Manoel Geraldo Costa. (*Pausa.*)

Ele entraria por videoconferência. Ele está na...? (*Pausa.*)

Se ele não está conectado, vamos passar para o próximo.

Vladimir de Almeida Baleeiro, Coordenador de Transporte Ferroviário da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, do Ministério dos Transportes.

O SR. VLADIMIR DE ALMEIDA BALEEIRO (*Por videoconferência*.) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

Não está na tela ainda, Vladimir.

O SR. VLADIMIR DE ALMEIDA BALEEIRO (*Por videoconferência*.) – Não estou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos ouvindo só a sua voz. (*Pausa.*)

Pronto.

Primeiro, quero dizer, Vladimir de Almeida Baleeiro, da nossa satisfação de estar nesta audiência pública com você, que é Coordenador de Transporte Ferroviário da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, do Ministério dos Transportes, mostrando que o Governo Lula, como sempre fez e está fazendo mais uma vez, ouve a todos Por isso você, que representa aqui o Ministério dos Transportes, a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, estava ouvindo e agora vai dar aqui a sua saudação a mais de... Quanto é que tem aqui? (*Pausa.*)

Mais ou menos cem aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

A palavra é sua, fique à vontade.

O SR. VLADIMIR DE ALMEIDA BALEEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Como já bem colocado aí, nós temos a preocupação, sim, e estamos aqui para ajudar no que for preciso. Entendemos a luta.

Bom, é isso. É interesse de todo mundo sempre chegar à melhor solução.

Precisando, estamos aqui à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Falha no áudio.*)... a participação do Vladimir de Almeida Baleeiro. Ele confirmou comigo que ia assistir e ouvir, e esse documento depois eu vou entregar em mãos. Eu vou entregar depois o documento para ele e naturalmente para outras áreas que entendermos necessárias. Ele tem o papel aqui de ouvir toda a nossa audiência pública, depois vamos ver qual é o encaminhamento possível a partir do documento que chegar junto ao Governo.

Então, muito obrigado, Vladimir, por essa disposição de ouvir os nossos aposentados e pensionistas ferroviários. Quero dar uma salva de palmas a ele pela disposição de estar aqui. (*Palmas.*)

Eu pergunto se o Manoel Geraldo Costa se encontra na tela já. (*Pausa.*)

Então, nós vamos para a segunda mesa.

Peço aos colegas que estão aqui que voltem para o plenário com os meus aplausos. (*Palmas.*)

Bom, não podemos perder tempo, pessoal. Eu quero só chamar quatro pessoas, depois vêm mais quatro, sem problema nenhum, claro. Aqui está o Tiago Kidricki... Ô, meu amigo, Carlos Santana, que precisa de uma salva de palmas. (*Palmas.*) Um grande Parlamentar comprometido com essa causa, que provavelmente vai usar a palavra aqui também.

Tiago Kidricki, Secretário-Geral da Comissão Especial de Direito Previdenciário do Conselho Federal da OAB. O Tiago esteve diversas vezes conosco aqui, inclusive na reforma da previdência. (*Palmas.*)

Clarice Maria de Aquino Soraggi, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários. Já esteve conosco aqui também algumas vezes. (*Palmas.*)

Marco Aurélio Alves da Cruz, Diretor de Centralização de Serviços Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos. (*Palmas.*)

Tenho ainda aqui Romero, Presidente da Anfip, sempre lutador de muitos e muitos tempos. (*Palmas.*)

E Alda Lúcia Fernandes.

Então, a Alda vai ter que ficar na outra mesa, o.k.? Depois teremos mais uma mesa, em que será chamada a relação de convidados que eu tenho aqui comigo.

Começamos nesta mesa com o Dr. Tiago, Secretário-Geral da Comissão Especial de Direito Previdenciário do Conselho Federal da OAB. O Dr. Tiago é um dos mais experientes, já esteve comigo aqui diversas vezes. Por isso que você está abrindo esta mesa. Na política sempre tem aquele que diz: "Não, não me bota em primeiro lugar". Vai lá, Dr. Tiago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO KIDRICKI (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado pelas suas palavras. Cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes dessa importante Comissão que debateu, como o próprio Senador referiu, temas importantes na reforma da previdência. E, naquele momento histórico, nós conseguimos, com muita luta – não é, Senador? –, com muita mobilização de todos, modificar uma situação que seria pior do que foi aprovado.

Quero cumprimentar todos que estão assistindo e os presentes, nas duas pessoas que estão aqui hoje, o nosso Presidente da Fetapergs, José Pedro Kuhn, para quem eu componho o quadro do Conselho Jurídico, do Grupo de Trabalho Jurídico, meus cumprimentos; e o Presidente da minha associação, Franklin Castronovo de Carvalho, associação em que eu atuo acompanhando o dia a dia dos ferroviários há 20 anos. Também não posso deixar de cumprimentar o Dr. Warley, o nosso Presidente da Cobap, que também ajudou a iniciar esse movimento importante, e todas as lideranças que estão aqui presentes, Senador.

Como disse, sou advogado dos ferroviários há muito tempo. Lá comecei a minha advocacia, lá com o Sr. Franklin, com o Sr. Argemiro, com muitos que estão aqui, e vi o declínio do poder aquisitivo dessas pessoas ano a ano acontecendo, por uma falta de reposição de uma tabela que foi esquecida; de uma tabela que não representa só um esquecimento de uma entidade, de uma rede, que, como foi falado aqui na primeira mesa, deveria, na verdade, ter sido implementada e não extinta, porque o transporte ferroviário é fundamental para o desenvolvimento de um país, mas por trás de cada cargo que ficou estagnado estão pessoas, famílias, aposentados e pensionistas que nós – não é, Sr. Franklin?–, todos os dias na associação temos que, de certa forma, acolher por causa da situação desesperadora desse abandono dos ferroviários.

No seminário em Porto Alegre eu pude dizer, e agora repito: estou muito feliz com essa mobilização nacional e com o otimismo de que possa ser recomposto o que foi perdido por tantos anos. A tabela, a relação com o Ministério dos Transportes – o Ministério dos Transportes que entende a matéria ferroviária –, essa religação com o Ministério dos Transportes é fundamental para os ferroviários para que – não é, Sr. Etevaldo? – se possa reconstruir o que está sendo declinado, defasado, desconstruído há muito tempo.

Também a complementação dos ferroviários, congelada, com dificuldades de qualquer reajuste, com dificuldades de vinculação a processos que venham a recompor esses valores, como no Regime Geral de Previdência nós temos sempre o INPC recompondo os valores, mas com os ferroviários isso não acontece. Com os ferroviários, nós temos praticamente um congelamento, foram dadas algumas reposições. Então, recompor essa tabela, readequar, conforme foi debatido no seminário com muitos dos senhores que estavam lá presentes em Porto Alegre, nesse debate, para a gente dar o primeiro passo é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feita essa fala introdutória, quero dizer que, da parte da advocacia, também nós temos que nos colocar à disposição, porque este é o papel da advocacia: ajudar. E nós advogados juramos, quando recebemos a nossa carteira, defender os direitos sociais e os direitos humanos. E os direitos sociais... E o direito previdenciário é um direito humano, assim elencado na Constituição. A partir disso e a partir desse declínio dos ferroviários, nós podemos construir uma articulação de fundamentação para aprovação do projeto, sem que a gente caia em qualquer inconstitucionalidade, ou seja, nós temos que ter este cuidado de fundamentação constitucional e adequá-lo – o projeto, a meu ver, está adequado – à nossa própria Constituição. Nós não podemos dar reajustes do ponto de vista do Regime Geral de Previdência, mas podemos trabalhar uma complementação que foi esquecida e abandonada, e nós temos argumentos jurídicos para tal.

Então, diante disso, dessa situação histórica, dessa mobilização que agora se inicia – ou melhor, que se iniciou antes –, e graças ao Senador Paulo Paim também, como sempre, acolhendo os direitos sociais, acolhendo também este dos ferroviários, agora nós temos uma oportunidade de corrigir um pouco tudo que foi perdido em tantos anos.

E, do ponto de vista da advocacia, do ponto de vista de quem trabalha ao lado de vocês, vendo o sofrimento das famílias dos ferroviários, tentando fazer algo do ponto de vista individual, essa união coletiva vai ser muito importante para que a gente possa mudar um pouco, do ponto de vista legislativo, a situação. E também, além de mudar o ponto de vista legislativo, colocar a nossa Ordem dos Advogados do Brasil, tanto do Rio Grande do Sul, lá onde eu presido a nossa Comissão de Seguridade Social, quanto aqui, onde sou o Secretário-Geral da Comissão de Direito Previdenciário, à disposição deste projeto para que a gente possa impulsionar, para que a gente possa fazer o debate junto com a assessoria legislativa do Senado e, depois, da Câmara e, ao final, corrigindo qualquer aresta que tenha, a gente venha a ter a aprovação dele e um pouco da recomposição da dignidade dos ferroviários. É para isso que nós trabalhamos todo esse tempo lá e é para isso que nós vamos trabalhar aqui, com vocês, do que vocês precisarem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago. Como é que se pronuncia mesmo? Para eu aprender de uma vez por todas, porque eu o chamo só de Tiago, que é para não...

O SR. TIAGO KIDRICKI – Sabe como é que se pronuncia? Pronuncia-se "Kidritiscki".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Kidriscki".

O SR. TIAGO KIDRICKI – "Kidritiscki". É polonês. Mas todo mundo fala que "Kidrick"; aportuguesou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kidricki.

O SR. TIAGO KIDRICKI – Pode falar Kidricki que já está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então está bom. Kidricki; eu estou nessa.

O Dr. Tiago tem colaborado muito aqui, viu? Nos debates que tivemos da reforma da previdência, ele esteve aqui. Estivemos com o Relator e conseguimos diminuir o prejuízo. Ali foi para diminuir o prejuízo, inclusive na aposentadoria especial. Só diminuímos o prejuízo, que seria muito maior. Seria proibida a aposentadoria especial, se nós não tivéssemos brigado com aquela emenda no Plenário.

Eu disse: "olha, isso aqui assim não vai ser aprovado de jeito nenhum". Consegui parar o Plenário, daí fomos para uma sala e lá conseguimos fazer com que a especial fosse mantida – mediante, claro, uma regulamentação. Portanto, o Tiago ajudou muito.

O SR. TIAGO KIDRICKI – ... Senador, porque eu acho que cada vigilante, (*Fora do microfone.*) cada eletricitário deveria lembrar que, se não fosse aquela emenda, hoje não teria mais essa aposentadoria. Então, nós temos que sempre ressaltar isso. Foi uma luta e, indo sozinho, o senhor matou no peito aquela demanda naquele Plenário. Eles tentaram convencê-lo a desistir, não é? Mas ele não desistiu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para nós todos. Faz parte da nossa...

Dr. Tiago, para mim fica claro, você falou também, além do documento, que teria um projeto de lei específico das perdas.

O SR. TIAGO KIDRICK – Não, o projeto de lei vai vir com o documento. A ideia do seminário foi fazer o documento para implementar o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O documento já está aqui.

O SR. TIAGO KIDRICK – Esse está aí. Eu falei o que está dentro desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

Então, em frente agora, passo a palavra para a Dra. Clarice Maria de Aquino Soraggi, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários.

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI (Para expor.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, na sua pessoa, do fundo do coração, faço um agradecimento de todos nós.

Eu cumprimento a mesa, cumprimento a Plenária, a todos os representantes, sindicatos, entidades.

E me perdoem um pouco a emoção, antes de começar, por tudo que o senhor representa para nós, Faef, que tivemos a oportunidade de aprender muito com o senhor, lá atrás, e eu só quero aqui agradecer essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que agradeço a vocês, porque vocês trouxeram a demanda para cá. (*Palmas.*)

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI – E é muito importante, Senador, muito importante mesmo.

Bom, como nós colocamos, nós vemos três grandes problemas nossos, que são: complementação; tabela salarial que não cumpre a Constituição, ilegal, ao longo dos anos sofremos, e nós vamos falar; e, o principal, o descumprimento com as nossas pensionistas.

Senador, aproveitando que colegas já colocaram, sobre esse item não precisa fazer nada. Nós alertamos, e aí peço a ajuda de todos nós, junto ao Ministro Lupi, que olhe isso. Por quê? Nós ferroviários temos duas leis especiais que determinam que a pensionista receba o mesmo que o aposentado em vida. Isso é lei. Ela entra no regime geral, na parcela dela, 50 ou 60, dependendo do caso, e automaticamente ela tem que virar ao valor que o aposentado recebia em vida. Nossas pensionistas, após 2019, estão penalizadas duplamente, e isso o regime geral reconhece num capítulo especial nossas leis, que reconhece esse direito. E, no ano passado, em 28 de março, o Dirben 992 reconhece esse pagamento, e, infelizmente, por interpretações diferentes, nossas pensionistas estão penalizadas. Então, isso é um item que não precisa entrar na Justiça, precisa, sim, da ajuda dos senhores junto conosco, porque nós já fizemos reuniões e, infelizmente, não conseguimos resolver. É cumprimento de lei, cumprimento de regulamento e é tranquilo, elas estão abraçadas. Bom, esse é um assunto.

Complementação, infelizmente, por essa mudança nossa, na época da extinção da rede, vamos dizer assim, ir para um ministério que não levou nossa história, levou a interpretações erradas.

O senhor esteve conosco em 2010, que foi a última reunião, e até nessa reunião acertamos o caso das pensionistas à época também, mas, infelizmente, se dividiu o grupo ferroviário em dois: ferroviário complementado e ferroviário após setembro de 2009... Não se cumprem as duas leis – volto a falar – especiais da complementação, o nosso trabalho da 10.478 e 8.186.

Infelizmente, uns ferroviários recebem parte – aqueles que ficaram na rede CBTU; outros que, com direito à complementação, foram transferidos por sucessão trabalhista para a Trensurb, CPTM,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central, concessionárias até, e nos editais de concessão reconhece-se o direito à complementação, não recebem. E pasme, Senador, são só 3,5 mil ferroviários! Custo zero. Eu não consigo entender o porquê dessa discriminação, porque, se o senhor pegar... Infelizmente, o nosso quadro é envelhecido e é por compensação. E essa compensação, Senador, paga toda essa complementação devida a 3,5 mil ferroviários, que, após setembro de 2009, estão discriminados. Eu saí antes e recebo. Por que eu sou diferente daquele colega que saiu depois e não recebe de acordo com as leis?

Então, estamos à disposição, Senador, documentados, e não tem problema nenhum. Existe custo por compensação, e, desde a nossa 10.478, de 2002, contingenciou-se o valor até o último aposentado se aposentar. Então, está tudo coberto, sem problema nenhum. Precisamos agilizar em isso.

A tabela nossa, infelizmente, Senador, é ilegal: descumpre o preceito constitucional do pagamento do salário mínimo nacional. Os 19 primeiros da nossa tabela estão abaixo. Isso não tem cabimento. Se pegarmos o piso profissional 306, fizermos os interstícios para cima e para baixo... A nossa tabela é legalizada, para esse valor existe recurso, e, como a Constituição bem diz, item que descumpre a Constituição não precisa de fonte, e a nossa fonte é por compensação.

Senador, a Faef está aqui à disposição. Agora, gostaria de colocar um adendo a esse movimento em relação a se passar para o INSS antes do acerto da tabela: Senador, por favor, se passarmos, não será conseguido isso.

Vou deixar aqui aos senhores o seguinte: é um movimento que... Nossos sindicatos estão no momento de acordo 2023-2024, e temos que ajudá-los para que nessas negociações realmente se cumpra a tabela, porque é o momento.

E, fora isso, Senador, nós ingressamos no Ministério Público ano passado, e caímos – graças a Deus – com um procurador que entendeu o nosso problema, e fizemos uma mediação, duas já, grandes, com todos os representantes. E, no último dia 3 de julho, o Ministério Público deu à Infra 90 dias, e ao Ministério dos Transportes, para a atualização da tabela, para que se regularize isso. Então, eu conclamo todos, juntos, a ajudarmos os nossos sindicatos nas negociações, naquilo que eles precisarem, com essa mediação, porque nós temos que acompanhar, porque o momento de a gente conseguir que a nossa tabela seja legalizada é este.

E aqui, finalizando, a Faef é favorável à nossa ida. O transporte sempre foi a nossa – vamos dizer assim – proposta, porque foi um erro no nosso entendimento, porque o nosso quadro, a nossa empresa acabou infelizmente, mas nós fomos transferidos – sucessão trabalhista – num plano de cargos vivo, numa tabela viva, com pessoas trabalhando. A CBTU, que é nossa subsidiária, está viva. Nós nunca poderíamos ser geridos em grupo, com todo o carinho a pessoas extintas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI – Finalizando, a Faef tem só que agradecer ao senhor esta oportunidade; agradecer a todas essas associações e sindicatos nesse movimento. Estamos à disposição para ajudar naquilo que for necessário, na busca do resgate da nossa dignidade.

Aqui eu quero ressaltar a colocação do nosso colega Franklin, da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses. Eu tenho todo o carinho pelo lindo trabalho que é desenvolvido ali. No Rio Grande do Sul, são nossos colegas mais envelhecidos. Afora isso, é preciso olhar nossos pensionistas e principalmente, Senador, olhar o ferroviário.

Aqui eu quero deixar o nosso abraço – muito obrigada – e dizer: precisamos resgatar nossa dignidade com a nossa legalidade da tabela, e não poderia ser numa Comissão diferente; precisamos resgatar a complementação dos que foram diferenciados e tendo direitos; e precisamos resgatar o direito dos nossos pensionistas.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Clarice Maria de Aquino Soraggi, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários.

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI – Só gostaria de deixar esse *pen drive* aqui, para o senhor fotografar o nosso resgate da nossa dignidade, Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Legal! Muito bem. (*Risos.*)

Obrigado.

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI – Aí tem nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está tudo aqui?

A SRA. CLARICE MARIA DE AQUINO SORAGGI – Está aí, está tudo aí, para ao senhor fotografar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Asthego, para eu não acabar perdendo aqui – ele, que trabalha comigo –, para a gente trabalhar em cima disso aí.

Agora, eu passo a palavra ao líder Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Muito nos honra estar aqui e sermos convidados por V. Ex. para debater um tema tão importante para todos os companheiros, não só os ferroviários. Acho que o trabalhador aposentado brasileiro continua sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui saudar também os nossos parceiros, o Marco Aurélio, da Decipex; o Tiago Kidricki; e a companheira dos engenheiros ferroviários; mas, acima de tudo, trazer a mensagem da Anfip de que, nesta bandeira dos ferroviários – da normatização, da recuperação do poder aquisitivo, do combate a todas as maldades que estão sofrendo, tanto no Regime Geral de Previdência quanto lá, sob a égide do IPE Prev do Rio Grande do Sul –, nós somos parceiros, nós queremos ajudá-los a recriar ou a recuperar a dignidade de poder aquisitivo, e a Anfip, a exemplo de todos os senhores...

Quero também dar um abraço muito especial no meu amigo particular, Dr. Warley Gonçalles, e em José Pedro Kuhn, da Fetapergs, porque ambos têm defendido muito, lá no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, essas causas dos ferroviários.

Nós queremos lembrar que estamos integrados, tanto na preocupação com os dois projetos, com as duas leis, quanto na questão envolvendo a necessidade de complementação salarial, principalmente dos órgãos extintos, e deixar claro que nós estamos atuando, tanto na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara quanto aqui, na Comissão de Direitos Humanos, sempre em parceria com o Senador Paulo Paim.

Saúdo a eleição da Cobap para o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O Luiz Legnani, que irá representá-la, também, com certeza, levará essa pauta dos senhores.

Eu não quero me deter nos detalhes, já muito bem expostos pelo meu amigo, companheiro e conterrâneo Tiago Kidricki, mas, efetivamente, nós devemos continuar nessa luta. Até registro que, há poucos dias, recebemos, na sede da Anfip, ali no Setor Bancário Norte... Todos também são convidados a nos visitar, lá é a trincheira de defesa do trabalhador da iniciativa privada e do serviço público, ativo e aposentado; o Senador sabe muito bem e tem nos honrado com a sua presença lá no debate de grandes questões.

Eu acho que é fundamental vocês saberem que, há muito tempo, há 73 anos, a nossa entidade defende a previdência social, a seguridade social e agora vê com muita preocupação essa mudança tributária que vai colocar por terra o orçamento da seguridade social, criando uma contribuição sobre bens e serviços, mas esse é um outro debate.

Eu estava me referindo que recebi, há dias, na semana passada, a Presidente da Rede Ibero-Americana de Associações dos Idosos, e nós debatemos algo que é premente: este Congresso tem que referendar a Conferência Internacional dos Direitos da Pessoa Idosa, este Congresso tem que aprovar os projetos, que já são defendidos pela Cobap, de recomposição dos valores dos benefícios dos aposentados.

Independentemente de estar no regime próprio, nós também temos as preocupações com o regime geral e também temos as preocupações com os regimes próprios, que dizem respeito aos servidores, mas, acima de tudo, temos que levar à frente, muito fortemente, a bandeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui saúdo a oportunidade que esta Comissão de Direitos Humanos traz para o debate muito particular dessas perdas, dessa situação de vulnerabilidade a que estão sendo reduzidos os nossos ferroviários, em especial lá no Rio Grande do Sul, que tem um grande contingente ainda da Rede Ferroviária Federal, em que hoje alguns estão sob a égide do IPE e outros estão também no regime geral. Mas isso se espalha pelo Brasil com inúmeros órgãos extintos.

Então, quero trazer o abraço, a solidariedade e acima de tudo o apoio da Anfip a essa causa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, viu, Sr. Antonio Romero, Presidente da Anfip.

Da Anfip, o Romero é testemunha, porque ele foi Presidente, não é, Romero? Depois, pelo rodízio que vocês fazem, voltou a ser de novo o Presidente. A Anfip tem nos subsidiado em todos os debates! Eu me lembro da luta do salário mínimo para chegar a US$100. Era com os dados da Anfip que nós trabalhávamos, chegamos a US$100, e depois, com a política de inflação mais PIB, também com o assessoramento da Anfip a todos os Parlamentares que queriam discutir, nós chegamos a US$350. Infelizmente, o Governo anterior derrubou a política de inflação mais PIB e nós recuamos para em torno de US$220. Agora retomamos de novo, com o Presidente Lula, a política de inflação mais PIB.

Pois não, Romero.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Permita-me, Senador. Um grande trabalho desenvolvido pela CPI da Previdência, que tem lá um repositório da memória dessa instituição, hoje paga pontual e religiosamente quase 40 milhões de brasileiros. Então, nós somos também... Essa é a trincheira do Brasil que impede que mais brasileiros caiam na linha da miséria. Então, a previdência social sempre será bandeira nossa, juntamente com os demais braços da seguridade social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu tive a satisfação de presidir a CPI da Previdência e, por justiça, embora não esteja mais aqui, o Relator foi o Hélio José, Senador aqui por Brasília.

Passo a palavra agora ao Marco Aurélio Alves da Cruz. Ele é Diretor da Diretoria de Centralização dos Inativos e Pensionistas de Órgãos Extintos. Deixei você fechar essa mesa pela importância que eu vi aqui da situação desse povo todo comprometido com a nossa gente.

O SR. MARCO AURÉLIO ALVES DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, vou falar um pouquinho da diretoria. Estou hoje como Diretor da Decipex, que a gente chama como Decipex, a Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos. A Decipex está dentro da estrutura do Ministério da Gestão e Inovação e, dentro dos temas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, nós também atuamos em outras frentes, como exemplo, a centralização da gestão de aposentados e pensionistas dos servidores estatutários da administração direta. Nós já centralizamos aproximadamente nove ministérios e mais os órgãos extintos, alguns órgãos extintos, e hoje gerimos uma folha de 170 mil aposentados e pensionistas do RGPS e da União.

Também atuamos como unidade de gestão de pessoas dos ex-Territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Então, existe um processo de transposição de cidadãos desses estados, e a partir do momento em que eles são transpostos para o quadro dos servidores da União, nós também fazemos a gestão desses servidores enquanto servidores ativos nos ex-territórios e que, em sua maioria, prestam serviços e estão em exercício nos ex-territórios.

Também atuamos com processos relacionados a órgãos extintos, aproximadamente 30, cuja competência foi dada para o Ministério da Gestão, em relação a processos administrativos, como a própria extinção, como a gestão de contratos e convênios de órgãos extintos que precisam ser liquidados e assim por diante – apesar de que a gente não trabalha na parte de aposentadorias e pensões, à exceção da RFFSA, que é o único em que realmente a gente é responsável pelo processamento do que a gente chama de folha de pagamento. Na verdade, é o processamento da complementação. E, a partir desse processamento, a gente envia os dados para o INSS, e o INSS efetivamente faz a complementação e efetua o pagamento do benefício das aposentadorias e pensões dos ferroviários.

Então, nesse sentido, a gente quer – claro, dentro dessa nova gestão, a gente chegando aqui, absorvendo toda essa demanda – dizer que a gente está muito sensível a todas as demandas. A gente vai levá-las internamente. Dentro daquilo que temos competência, vamos analisar e vamos atuar dentro do próprio ministério e também dentro das possibilidades de a gente articular também com os outros envolvidos, como é o caso – e foi citado – do próprio INSS, do próprio Ministério dos Transportes, e com o apoio dos senhores. Mas, ressaltando, a gente está bem sensível ao tema e a gente vai, dentro da nossa alçada, trazer esse assunto para debater internamente e, se for o caso, ouvi-los aí conforme a necessidade.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Bela fala aqui do querido Marco Aurélio Alves da Cruz, que é Diretor da Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), como ele disse bem. Então, meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebi na sua fala a boa vontade de receber as demandas e ver em que dá para avançar. É mais uma porta que se abre na perspectiva de construir um entendimento, o diálogo, o acordo... E por isso nós abrimos o espaço aqui nesta Comissão. Então, agradeço a você e ao outro também representante do Ministério dos Transportes que se botou também à disposição.

Esta mesa nós terminamos. Vamos agora para a terceira mesa.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Nobre Senador, desculpe-me, só para dar um aviso rápido, desculpe-me interromper V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Dia 9 de agosto, ou seja, depois de amanhã, nós faremos, sob a coordenação do nobre Senador e do Deputado Bohn Gass e Deputados de outros partidos, o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. Eu acho que é um momento importante. Quem permanecer em Brasília pode participar desse evento no Auditório Nereu Ramos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Isso é importante, pessoal.

Obrigado por tudo a todos e todas. (*Pausa.*)

Terceira mesa: Alda Lúcia Fernandes, Presidente da Federação dos Metroviários de Belo Horizonte – seja bem-vinda! –; Geraldo Silva Sobrinho, Presidente da Associação Mútua; Valmir de Lemos, Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro; e Vassil Nogueira Ramos, Diretor da Cobap Ferroviário. (*Palmas.*)

Passamos, de imediato, a palavra para a Sra. Alda Lúcia Fernandes, Presidente da Federação dos Ferroviários de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A SRA. ALDA LÚCIA FERNANDES (Para expor.) – Na pessoa do Senador Paulo Paim, eu cumprimento toda a mesa e o plenário.

Só quero fazer uma correção aqui: eu sou Presidente do Sindicato dos Metroviários de Minas Gerais e também Presidente da Federação Nacional dos Metroferroviários.

E a gente tem duas coisas que eu acho interessantes para esta audiência pública: é discutir o retorno das ferrovias – o Presidente Lula está amplamente divulgando o retorno; e é importante para um país continental como o Brasil a expansão das ferrovias, isso é fundamental para nós. Infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao mesmo tempo em que se fala em expansão de ferrovia, fala-se em privatizações da CBTU e da Trensurb. A CBTU-MG, Belo Horizonte, já foi privatizada, o que é um grande erro, porque o transporte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me. Houve um pequeno equívoco e foi de minha parte, porque foi falado um "ele". Eu queria chamar para a mesa o ex-Deputado Federal Carlos Santana, um grande líder. Eu tive a alegria de ser Deputado Federal com ele. Então, uma salva de palmas aí para ele. (*Palmas.*)

Santana, sente aqui do meu lado aqui, para lembrar os velhos tempos de batalha no Congresso lá. Nós éramos Deputados juntos lá, cansamos de abrir porta meio na marra naquele tempo – naquele tempo; agora, na idade aqui, é mais devagar, agora é conciliando, ajustando.

Eu vou lhe dar o tempo original.

Eu passo a palavra, então, à Dra. Alda Lúcia Fernandes, Presidente da Federação – com a correção que ela fez –, para que ela faça a sua exposição.

A SRA. ALDA LÚCIA FERNANDES – Quero dizer para vocês o quanto é prejudicial e o quanto os ferroviários... A gente tem que entender que não existe metroviário neste país. Tudo é ferroviário. Inclusive existe um capítulo especial da CLT, porque foi uma das primeiras categorias a ter carteira assinada e a ter acordo coletivo. Então, quando se fala na ferrovia... Eu vi que o companheiro da Decipex falou sobre a questão da tabela, que, quando chega lá o pedido, é feito, mas o que está acontecendo com os ferroviários, neste momento, e com os aposentados e pensionistas é um descaso, é um descaso deste Governo, é um descaso dos órgãos que são responsáveis por isso. Então, a gente tem que entender o quanto é necessária a correção da tabela da rede ferroviária, porque a lei fala que você tem que ser da rede ferroviária até março de 1991 e das suas subsidiárias, mas, em momento algum, lá se fala qual tem que ser a tabela a ser usada.

Então, eu acho que a gente poderia pensar o seguinte: aqueles que deram a vida pela ferrovia e se aposentaram pela ferrovia assim como os seus pensionistas, após suas mortes, deveriam ter os mesmos direitos respeitados, ou seja, o mesmo salário. Se o aposentado se aposentou, vamos supor, com R$2 mil, a sua pensionista tem direito a R$2 mil; não se pode simplesmente rebaixar, como está sendo feito, porque isso é a sobrevivência de muita gente.

Portanto, o papel importante desta audiência é a gente sair daqui, Senador, com uma luta em dizer o seguinte: vamos corrigir essa tabela. E quem é da CBTU, que se aposentou pela CBTU, que receba a tabela da CBTU. A tabela tem que ser corrigida de uma maneira geral.

Então, eu acho que a nossa luta é muito maior do que a gente pensa, Senador. E eu acho que a gente tem que sair daqui mesmo com algum documento e com algum compromisso desse Governo Federal em fazer talvez uma comissão pequena para que a gente discuta de fato a tabela – tem a Clarice

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali, que eu acho fundamental também participar. É importante que a gente saia desta audiência com este compromisso: uma comissão – não é uma comissão grande – para discutir o que está acontecendo com os ferroviários, porque é muito sério o que acontece com os pensionistas e os ferroviários. E nisso aí eu incluo a CBTU e todas as outras; e a Trensurb também, que tem direito à paridade – eu acho importante a gente falar, porque ela é coirmã da CBTU e também faz parte, como subsidiária, da rede ferroviária.

Assim, a gente vê este descaso que está acontecendo: a pessoa se aposenta, vai correr atrás do seu benefício, e, quando chega lá, muitas vezes ele é negado – vai para a Justiça, e é negado. Isso é lei! Isso é um direito adquirido. A gente não está pegando isso na esquina, não! Foi o Governo que deu; isso foi sancionado pelo Governo Fernando Henrique. Houve dois momentos em que foram sancionadas leis. São duas leis para dizer o seguinte: o ferroviário tem direito, sim, à complementação da ativa; tem direito, sim, a receber esse direito. E o que está acontecendo é o contrário: a gente vê cada vez mais as aposentadorias sendo massacradas, afuniladas, ficando pequenas, em detrimento de um direito que foi reconhecido pelo Presidente Fernando Henrique.

E a gente espera que esse Governo, o Governo Lula, que é um governo que nós elegemos, que trabalhamos para que fosse eleito, possa cumprir de fato o direito do trabalhador da ferrovia. Pela ferrovia, a gente tem que dizer o seguinte: muito obrigada, Presidente Lula, por ter retomado isso. Isso é muito importante, e vamos avançar cada vez mais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alda Lúcia Fernandes, que falou pela Federação Nacional dos Metroviários e lembrou aí a importância da retomada. E o Presidente Lula tem demonstrado compromisso com a retomada das ferrovias, o que nós do movimento social temos a obrigação de apoiar, de incentivar. É uma forma de valorizar todo o sistema ferroviário de transporte, seja de carga, seja de passageiros, enfim, cumprindo o seu papel com a história.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Geraldo Silva Sobrinho, Presidente da Associação Mútua.

O SR. GERALDO SILVA SOBRINHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

É um prazer imenso estar aqui nesta mesa representando a luta do ferroviário.

Ao meu lado, um guerreiro que todos conhecem, Paulo Paim, e sempre esteve com as portas abertas. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento, toda a mesa e os demais.

A Associação Mútua é uma das associações mais antiga do Brasil, 106 anos. O seu legado sempre foi em defesa da ferrovia, em defesa do ferroviário. Então, nós não poderíamos faltar a este debate desta grandiosidade que está aqui hoje. Hoje eu tenho certeza de que a classe ferroviária está unificada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até porque os que me antecederam aqui falaram o que eu iria falar aqui. Então, eu estou aqui simplesmente dando a minha contribuição.

Sou filho de ferroviário, neto de ferroviário, e tudo o que eu tenho na vida, que não é muito, principalmente dignidade, foi a ferrovia que me deu. Então, hoje eu faço um apelo a este Governo, que é o Governo do trabalhador, o Governo no qual nós votamos, o Governo no qual, lá atrás, o ferroviário é que fazia a segurança do Presidente da República. O Presidente foi para a oficina conosco, e hoje nós temos uma necessidade muito grande de ser atendidos. Por quê? Hoje a minha associação, por ser mais antiga, tem uma perda considerável por falecimento. Já foi falado aqui pela Dra. Clarice que realmente existe uma compensação no decorrer do tempo, e isso não vai abalar em nada o Governo, em matéria de verba, tá?

Na minha associação, que é lá da ponta – nós estamos constantemente com a "peãozada", melhor dizendo –, nós estamos recorrendo a projetos sociais para pegar cesta básica, Cehab, Perda Zero. A gente está com essa situação para atender as viúvas e aqueles – que já foram citados aqui por todos que passaram aqui hoje – que recebem um salário insignificante, que não dá nem para manter a sua família.

O ferroviário sempre foi ponta em todos os movimentos no desenvolvimento do Brasil. Então, o que nós estamos querendo, Senador, é a dignidade – é a dignidade –, é a gente voltar a sorrir, é a gente voltar a ser olhado como espelho de uma nação. (*Palmas.*)

O ferroviário não quer além daquilo que está escrito. Nós estamos batalhando aí que se faça justiça. E acredito eu, com esse pensamento dos companheiros aqui, que a nossa causa é única. O ferroviário hoje é massacrado de cima para baixo, de baixo para cima e de todos os lados.

Eu tenho para mim uma esperança muito grande. Estou com 77 anos, fui Diretor do Sindicato da Central do Brasil junto com o Carlos Santana, com o Índio. Então, hoje eu estou na associação. Eu quero deixar um legado melhor para minha família, principalmente – nem penso mais nos filhos, nos netos.

Então, eu tenho certeza, pelas pessoas que estavam aqui e que passaram por aqui, de que as suas palavras não são de conforto, não; são palavras que vão fazer acontecer. E, acontecendo, nós temos um agradecimento a dar àqueles que nos reconheceram.

Então, no Brasil todo hoje, Senador Paim, o sistema ferroviário está abandonado. Não é só Rio de Janeiro, não. No Rio de Janeiro, nós ficamos 48 horas com um ramal parado, que vai buscar o trabalhador que precisa se deslocar. Hoje, nós temos uma necessidade muito grande de reerguer o sistema ferroviário, até porque o trabalhador que saía às 3h30 da manhã para pegar o primeiro trem já não tem mais essa certeza. O trem não sai. Hoje, um trabalhador lá de Japeri, para chegar ao centro, onde ele vai produzir e vai dar a sua contribuição, passa 4, 5 horas – 4, 5 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Governo que é nosso, com a organização que os ferroviários estão tendo – e vão continuar unidos, não têm para onde fugir...

Eu gostaria de agradecer também aqui – está ausente – ao Presidente da Cobap, Warley Gonçalles, que foi lá ao Maranhão, onde nós conseguimos avançar.

Quero agradecer ao companheiro Franklin. Eu chamei o companheiro Franklin para a gente discutir a nossa situação. O Franklin sempre falou para mim, eu sempre falei para o Franklin: se deixar a vaidade de lado, a gente vai caminhar junto. E caminhamos, fomos ao seminário lá em Porto Alegre, sempre com a presença do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Combinado lá no Maranhão.

O SR. GERALDO SILVA SOBRINHO – Combinado lá no Maranhão, porque foi a origem que veio do Maranhão para Porto Alegre.

De Porto Alegre, nós saímos mais fortalecidos, e hoje eu sinto que nós, os ferroviários, vamos sair daqui de braços dados, abraçados para continuar a luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Geraldo Silva Sobrinho, esse líder de setenta e...

O SR. GERALDO SILVA SOBRINHO – Sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A idade do Lula, viu? Está bem, idade do Lula, 77. Está assim com o Lula. (*Risos.*)

Presidente da Associação Mútua, eu quero dizer que, quando você lembrou, eu fiquei feliz, porque eu estava lá naquele evento. Daí eles fizeram uma rede – você estava lá também, Pedro, não é? –, fizeram uma roda lá, em torno de uma, duas, três, quatro mesas, eu acho. Disseram: "Vem cá, Senador, conversar com a gente sobre a questão", porque eu fui para fazer uma palestra num outro espaço e fiz.

E aí que acertaram – não é, Pedro? – de ir para o Rio Grande do Sul e fazer esse seminário lá, o que resultou nesse encaminhamento hoje, e o Santana já tem aqui outros encaminhamentos.

O Santana eu vou chamar agora. O Santana é um guerreiro, viu, pessoal? Olha, esse cara brigou, brigou no bom sentido, juntos, irmanados eu e ele, nas lutas, quando éramos Deputados, juntos. Eu me lembro até do Juarez Antunes, que faleceu, não é? O Juarez Antunes faleceu, mas era ombro a ombro lá, para conseguir os espaços, para ele representar, com muita competência, a classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com alegria, eu vou recebê-lo aqui hoje. Eu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no longo dos meus não 77, mas 73 anos, entrei na Constituinte e fiquei até hoje por culpa desse povo gaúcho aí, não é, Pedro? A Cobap vai para lá, os ferroviários sempre foram muito parceiros comigo lá.

Então, é com satisfação que eu passo a palavra agora ao ex-Deputado Federal, um líder fora do Congresso e dentro do Congresso, Carlos Santana. Ele é Professor universitário e representante institucional da Associação Mútua.

Eles queriam dividir o tempo. Eu discordei. Cada um deles teria dez minutos. Então, agora, vai ter os dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. CARLOS SANTANA (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer muito o convite tanto do gabinete do Senador como das nossas duas associações, tanto da Associação Mútua como a Associação dos Aposentados da Central do Brasil. E, primeiro, estar do lado de uma pessoa por quem eu tenho o maior carinho. A minha história com o Paim não começa aqui no Congresso, minha história com o Paim começa na CUT. Paim era Tesoureiro da CUT...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Secretário-Geral.

O SR. CARLOS SANTANA – ... Secretário-Geral da CUT...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Abdias era o Tesoureiro.

O SR. CARLOS SANTANA – O Abdias era o Tesoureiro. E eu, Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil e Presidente da CUT do Estado. Nós fizemos a maior greve geral neste país, paramos dois dias, uma coisa que historicamente vai estar nos livros e vai estar nos nossos pensamentos.

Quero dizer isso porque eu não quero me ater aqui à questão jurídica, porque na questão jurídica vários companheiros já encaminharam: é cumprir, mais nada. Eu quero me ater à questão política, porque tem que ter uma decisão política. Porque quando eu cheguei a esta Casa – não, na outra Casa –, era o Governo Collor, e o Governo Collor queria tirar a paridade dos trabalhadores ferroviários. Foi a primeira luta que nós pegamos aqui, e fizemos uma unidade em nível nacional, viemos para cá e, na época, quem nos ajudou muito foi o Presidente da República e Senador Sarney. Estivemos com ele, nos mobilizamos e conseguimos, naquela época, manter.

Estou dizendo isso porque este país tem uma dívida com a categoria ferroviária. (*Palmas.*)

Se há um desenvolvimento neste país, foi por causa dos trilhos, mas para ter trilho tem que ter gente. Não adianta falar que quer aumentar ferrovia se esquecendo da população. São homens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres que construíram este país, e construíram com trilho. E para nós ferroviários é tristeza quando arrancam os trilhos.

Hoje, Paim, tem uma categoria nossa que está parada lá em Recife, e eu quero saudar os meus companheiros. Ontem eu falei com o companheiro Luiz, que é o nosso Presidente do Sindicato dos Metroviários – e concordo em gênero, número e grau com a minha irmã, porque não existe esse negócio, tudo é ferroviário, tudo é trem, eles que dividiram a gente –, venho acompanhando a greve lá constantemente, porque entendo que a vitória dos companheiros lá é a vitória da categoria ferroviária como um todo... (*Palmas.*)

... da mesma forma que nos anos 80 éramos nós na Central do Brasil. Quantas vezes nós da Central do Brasil paramos e o nosso acordo coletivo era estendido para o Brasil todo? Os companheiros de BH fizeram um trabalho belíssimo contra a privatização e agora estão sendo os companheiros de Recife.

Eu quero aproveitar porque, para nós chegarmos hoje aqui, pessoal, teve uma causa. A causa central se chama privatização. A gente parece que tem medo de ficar falando. A gente quer discutir, quer discutir, Paim, só as consequências? Porque é essa mesma privatização vai levar os companheiros, que está levando hoje, no Rio de Janeiro, ao sucateamento lá da SuperVia, para que nós estamos pedindo intervenção do Governo Federal. A mesma situação está no Nordeste todo, Paim. No Nordeste todo; tudo sucateado, no sistema todo.

No Rio de Janeiro, não tem engenheiro para assinar um laudo se acontecer um acidente. Isso quem me falou foi um companheiro ferroviário Luiz Cosenza, que é o Presidente do Crea.

Então, nós estamos vivendo um dos piores momentos da ferrovia no nosso país em nível de passageiros. E aí, se você me perguntar: "Mas, Santana, tem proposta?". Claro! Tem proposta! É só pegar os modelos que têm na Europa! Ninguém vai inventar a roda, não! Por isso que eu estou dizendo isto: o nosso Governo tem uma responsabilidade com o art. 1º, III, da Constituição, que é a dignidade humana. Quando nós fomos à rua para o retorno do Lula, nós fomos à rua para isso. Então, o ferroviário e as pensionistas ferroviárias têm direito de ter dignidade humana.

Como falou o companheiro Geraldo, ele não está mais preocupado com ele, não. Ele está preocupado em saber se o neto dele ou a neta dele vai ter algo. E, Paim, você é a única trincheira que nós temos aqui. Porque... É incrível! É incrível a gente verificar... Ferroviário está no Brasil todo. Todo! Todo! Ferroviário está no Brasil todo! E não há uma sensibilização – entendeu? – à categoria e ao sistema. Pessoal, eu fico assim...

Eu sou ferroviário desde 14 anos de idade. Por tudo que eu tenho na vida, eu agradeço aos trilhos da Central do Brasil, que é o modelo que deveria ter em tudo quanto é lugar, porque foi de lá que saiu o Senai, das escolas da rede ferroviária. Nós tínhamos no Rio Grande do Sul, nós tínhamos na Bahia, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhão, nós tínhamos no Brasil todo. Só no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nós tínhamos cinco escolas com esse modelo. E eu, filho de operário, quando fiz 18 anos, já estava sendo contratado, ganhando dez vezes mais do que meu pai, na construção civil. Com dezoito anos. E foram aqueles trilhos que me garantiram... Depois a gente entrou para o sindicato e entrou aqui nesta Casa com 29 anos de idade; entrei para o sindicato com 24 anos.

Quero dizer para vocês que vieram de muitos lugares do nosso estado para estarem aqui presentes. Nós temos uma tarefa. A primeira tarefa o Geraldo falou, o Paim estava lá; foi do Maranhão. No Rio Grande do Sul, eu não consegui porque estava doente, estava internado, senão eu estaria lá, Paim. Agora nós temos que ir, primeiramente, ao Ministro do Trabalho, porque ele tem que comprar essa briga nossa. (*Palmas.*)

O Ministro do Trabalho tem que comprar essa briga nossa, para depois a gente chegar ao Lula.

Não adianta a gente ficar fazendo firula, porque, no final quem decide isso é o Lula. Se o Lula disser: "Vai pagar"; vai pagar, porque eu já vi o Lula fazer isso em muitas das questões, Paim.

Eu acompanhei uma luta, duas lutas que foram centrais: a volta dos companheiros anistiados, que passaram 18 anos... E que ainda tem uma reparação para ser feita em cima dos companheiros; e o mata-mosquito. O mata-mosquito todo mundo dizia: não, a Justiça não pode isso e aquilo outro. O Lula bateu no peito e disse: "Eu vou fazer" e fez – da mesma forma que ele tem que fazer conosco.

Quero dizer, Paim, que nós não temos mais ainda os trens para parar, porque, se tivesse, nós estaríamos parando. Eu fui criado no movimento de base, parando trem, parando trem; não foi dentro de gabinete, não; foi parando trem. Mas a gente tem disposição, disposição a gente tem.

E aí, companheiro, quero dizer para vocês, no Rio de Janeiro, nós estamos no movimento lá, porque, depois do que o Geraldo falou, 48 horas, um trecho parado, eu fiquei em casa desesperado, dizendo: "Como é que pode? E não tem um movimento sequer! Nós temos que fazer alguma coisa". E a gente começou a organizar, começamos a participar, começamos a fazer reunião com a associação de moradores, porque tem uma dificuldade. Sabe qual é a dificuldade? Os outros movimentos sociais não compram a luta do transporte ferroviário de passageiro. Não compram. Nós chegamos a uma situação, Paim, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SANTANA – ... contextualizando, a situação é que hoje quem usa os trens nossos parece que são as pessoas que não têm alternativa nenhuma. Então é aquele negócio assim: "Ah, se eu tiver dinheiro vou de ônibus, vou no coletivo", essas coisas todas, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a passagem, Paim, é um negócio assim absurdo. Na minha época, como Presidente do sindicato, a passagem do trem não poderia ser mais... Era 50% a menos do que uma passagem do ônibus. E hoje não; hoje tem local que é acima.

Então, proposta nós temos. Quero aproveitar para dizer aqui do nosso sentido. Primeiro, pessoal, vamos botar na cabeça a questão nossa dos aposentados, das pensionistas, a questão das duas tabelas, a questão hoje da unificação é algo de direito – algo de direito. Nós não temos mais nada para perder. Vamos para a rua, vamos fazer movimento. O Paim está fazendo a função dele aqui. Nós vimos aqui que ainda é muito pouco, nós temos que chamar, nós temos que ir lá para a porta, nós temos que dizer para ele, sensibilizar, porque eu estou muito preocupado. Se nós não conseguirmos tirar a CBTU da privatização...

É o mesmo processo – é o mesmo processo – que está acontecendo no Rio de Janeiro, minha companheira. No Rio de Janeiro, é uma vergonha o que essa empresa SuperVia faz. Só para dar um dado para vocês, quando eles privatizaram, nós tínhamos em torno de 8 mil trabalhadores; nós não temos 2 mil trabalhadores. É uma vergonha, os caras acabaram com tudo. Você vai para a Bahia, em Salvador, está fechado o trecho. Como é que pode? Como é que pode? Sabe por causa de quê? Eu elogio, bato palmas, a gente tem que ampliar as ferrovias no nosso país, mas, antes das ferrovias, tem a pessoa humana. São esses cabras que seguram, são esses caras que acordam de madrugada, são esses caras que vão para o lastro – poucos de vocês sabem o que é um lastro de trem –, o que vai para o lastro para verificar o que está acontecendo. Andar no sol de 40 graus para pegar um peão, dois, três, na linha. E, no final, ficar como está nessa situação? Que país é esse que não valoriza uma das maiores categorias? E aqui disse a nossa companheira de Minas: é primeira categoria a estar na CLT. Então, tem uma responsabilidade conosco.

Quem de nós não queria que um filho nosso fosse ferroviário? Era uma tradição, Paim. Cada pai queria botar o filho na ferrovia. Hoje? Deus me livre! Hoje, se o cara falar para o filho ir para a ferrovia... "Está maluco? Tu estás doido?". Eu me lembro de que, na minha época, quando se começou a fazer o metrô no Rio de Janeiro, o metrô pagava um salário e meio mais do que nós. Aí todo mundo indo para o metrô. Meu velho pai falou: "Não, tu não vais, não. Para lá, não. Tu vais ficar aqui na ferrovia". Graças a Deus, eu agradeço muito ao meu velho pai, que já está... Que Deus o tenha em bom lugar. E eu continuei na ferrovia.

Então, quero dizer que a gente tem essa tarefa, acho que essa unidade nossa tem que ser fundamental. Todas as vitórias que nós tivemos foi porque a gente esteve unido – todas elas. Não adianta ter personalismo. Nós temos que estar unidos.

Liderados pelo companheiro Paim, nós vamos pedir uma audiência ao Ministro Marinho, vamos lá no Ministro Marinho, porque, se a gente for no Lula, o Lula vai dizer: "Vocês já foram no Marinho?". Entendeu? Então, nós vamos no Marinho e depois nós vamos no Lula. Nós vamos no Lula e nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer onde o Lula estiver. Na quinta-feira, o Lula vai estar no Rio de Janeiro. Nós temos que estar com faixa lá. Ele vai estar lá em Campo Grande inaugurando um túnel com o Eduardo Paes. Nós temos que estar com faixa nossa lá. Nós, ferroviários, queremos uma audiência com você, Lula, para mostrar essa questão.

Para finalizar, como história é vida, não sei se vocês sabem que a categoria ferroviária foi a categoria que mais teve preso político nesse país. No ano que vem, faz 60 anos do golpe civil e militar. Não foi golpe militar, não, foi golpe civil, porque os civis apoiaram, da mesma forma que aconteceu com a Dilma. E, historicamente, nós temos um único trabalhador que fez uma resistência neste país, que se chama José de Souza. Esse cara é um negro maquinista que meteu a máquina na Francisco Bicalho no Rio de Janeiro, para impedir as tropas que vinham de Minas. (*Palmas.*)

Esse negro vai ser homenageado, esse maquinista ferroviário vai ser homenageado pela Comissão de Direitos Humanos, Paim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SANTANA – E eu gostaria de que, neste dia dessa homenagem, no ano que vem, você estivesse presente lá, junto conosco, porque ele é um orgulho para nós. Essa garotada que está aí, por causa desse Governo fascista que saiu, bate palma e não sabe o que foi a ditadura.

Eu tive a felicidade de conviver com vários ferroviários que foram presos na locomoção Engenho de Dentro, e eles me contavam a história. Não era depois na leitura, mas você conviver com esses velhos que foram presos era o maior orgulho. E esse Sebastião, depois de sete dias, apareceu morto numa cela da Polícia Federal. Então, isso é para vocês verem que a única resistência que nós tivemos, de fato, neste país, foi de um negro e de um negro maquinista ferroviário.

Obrigado.

E a luta continua! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela fala, meu querido amigo e sempre Deputado, Carlos Santana. Eu sinto falta de falas como essa aqui no Congresso. São aquelas falas raiz, falas de coração, falas da sua experiência de vida. "Eu estava lá e eu vi". Por isso, Santana, que você, de fato... Primeiro, quero dizer que você continua sendo um líder, e ninguém vai te tirar esse rótulo. Pode não ser Deputado, mas é um líder. E, com você junto, somando com todos nós, eu acredito que dá para abrir espaço no Governo Lula, no sentido de construir um caminho, um acordo diante da situação triste – como a gente vê hoje, é triste! – da família ferroviária. Por isso, já fica aqui a minha assessoria.

O Ministro Marinho é um ministro muito acolhedor, porque a gente marca uma audiência com ele, sendo um dos passos, e, depois, aqui, pela fala que fez o Dr. Marco Aurélio, de dentro do Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também mostrando a sua disposição, de repente – e falou também o representante do Ministério dos Transportes –, a gente faz uma reunião conjunta dos três, porque isso que o Santana falou é com muita clareza, pessoal. Às vezes, as pessoas chegam a mim e dizem: "Paim, marca uma audiência com o Lula, porque o Lula resolve". "Primeira coisa [foi isso que você falou], vocês falaram com o ministério da área?" "É, não falamos". "Então, vão falar com ele primeiro, o da área correspondente, não adianta vir direto. Eu vou consultar os meus ministros, os meus diretores da área correspondente."

E tem um episódio de que me lembrei quando você falava: greve dos Correios; Lula no Rio Grande do Sul. Aí, os Correios – que sempre tiveram uma relação, nós tivemos com eles, não é? – disseram: "Paim, tu vais estar no palanque. Fala com o Lula lá para nós resolvermos essa questão e tal". Aí, eu no palanque com Lula: "Presidente Lula, o pessoal dos Correios está todo lá embaixo". Se ele estiver ouvindo – ou o pessoal dos Correios estiverem ouvindo –, sabe dessa história. Entre as questões, havia a da periculosidade, que estava em jogo. Ele disse: "Não, diz para eles esperarem lá embaixo que eu falo, então, junto contigo e eles lá". Sentamos lá embaixo, o Lula desceu – todo mundo esperando – e ele atendeu os trabalhadores naquelas barracas que se montam do lado do palanque. E ele disse: "Olha, Paim, na semana que vem, o Ministro vai falar contigo, ou vai te convidar para ir lá, ou vai lá". E, naquela época, quem tratava da área dos Correios, se não me engano, era aquele que foi ministro e foi um grande apresentador de televisão de Minas; fugiu-me o nome dele aqui; queria até fazer justiça a ele; ele é de Minas Gerais.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hélio Costa, pronto. Como é que se chamam? Os universitários me ajudaram. O Hélio Costa terminou o comício, o Hélio Costa terminou o comício! Eu vim para o meu gabinete – foi no fim de semana –; na segunda-feira, o Hélio Costa estava lá. O Hélio Costa – que deve estar me ouvindo – sabe que eu o estou homenageando, inclusive. O Hélio Costa falou: "Paim, é para nós construirmos um acordo. Chama o pessoal, essa é a ordem do Presidente". Então, uma salva de palmas para o Hélio Costa, e para o Presidente, e para os Correios! (*Palmas.*)

Foi assim que se deu: negociamos o fim da greve e o acordo foi assegurado. (*Pausa.*)

O Senador Eduardo Gomes esteve aqui. Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Veio aqui! É uma forma de prestigiar. O Santana já está me representando, porque o recebeu em meu nome; isso é muito bom.

Mas vamos em frente.

Valmir... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão pedindo para mim que eu chame, por videoconferência, o Dr. Manoel Geraldo Costa, que é Presidente da Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária Federal.

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Saúdo o Senador Paulo Paim e lhe agradeço, um Parlamentar que sempre esteve ombreado com as causas sociais, as minorias sociais e, em especial, agora abraça a nossa causa. Na pessoa dele, eu saúdo a todos os presidentes dos órgãos de classe – e é um sacerdócio, realmente – e ainda a todos os ferroviários que nos ouvem.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras de todos os amigos, dos colegas e dos companheiros que me antecederam, mas eu gostaria de deixar registrado, oficializando as demandas da classe realmente. E aqui eu passaria... Com todas as desculpas de vocês aí, talvez, não quero repetir a situação de penúria em que a classe vive hoje.

Nós somos uma associação de abrangência nacional, e aqui recebemos telefonemas de ferroviários que, às vezes, têm que escolher ou comprar remédio ou alimentar a família. É isso mesmo, senhores; essa é a situação dos ferroviários, apenas para dar um exemplo para o que já foi dito aqui antes.

Mas eu gostaria de, oficialmente, colocar para toda a audiência pública e para todos os ferroviários que nos ouvem, porque alguns talvez não tenham conhecimento especificamente do que nós estamos tratando. Então, eu gostaria de falar sobre a alteração do art. 27 da Lei 11.483, de 2007. A seguir, eu vou fazer a transcrição desse dispositivo legal:

> Art. 27. A partir do momento em que não houver mais integrantes no quadro de pessoal especial de que trata a alínea "a" do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei, em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos no respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista na legislação citada nos incisos I e II do *caput* do art. 118 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

Esse é o texto da lei, e aqui é a proposta que nós estamos fazendo. Então, eu coloquei algumas situações aqui para evitar divergência de interpretação. Eu acho que este é o grande problema que nós estamos vivendo hoje: a lei existe, mas está sendo mal interpretada por motivos diversos que a gente até não consegue entender.

Então, vai aqui a proposta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os proventos dos empregados aposentados e pensionistas oriundos da extinta rede e suas subsidiárias passarão a ser reajustados anualmente pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade em que forem reajustados os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), devendo esse índice incidir [isso é importante, muito importante] sobre a parcela previdenciária e sobre a parcela da complementação a cargo da União [outra parte importante que eu coloquei], ressalvado o direito a eventuais incorporações decorrentes de reajustamentos da tabela salarial oriundos de acordo coletivo de trabalho, dissídio coletivo de trabalho, mudança de paradigma ou processos administrativos ou judiciais que sejam iniciados anteriormente à promulgação desta lei.

§1º Os empregados em atividade que permanecerem no quadro especial da Valec/Infra terão seus reajustes salariais estabelecidos em acordo ou dissídio coletivo de trabalho [isso já está previsto no art. 27 da lei].

§ 2º [Isso é importantíssimo também, senhores.] Para fins de aplicação dessa lei, entende-se como remuneração os somatórios do salário, anuênios, passivo trabalhista, cargos em confiança incorporados e demais vantagens auferidas até as datas das respectivas aposentadorias.

§ 3º As pensionistas ou os pensionistas acima referenciados no *caput* terão seus benefícios concedidos com o mesmo valor que o instituidor da pensão recebia em vida. [Isso aqui é previsto na Dirben nº 992, da Diretoria de Benefícios do INSS, e não está sendo cumprido. É só cumprir a lei. Por isso nós estamos colocando isso aqui, para ficar afixado].

§ 4º É assegurado igualmente, no mesmo direito, nos proventos de aposentadorias dos ferroviários estendidos no Estado do Rio Grande do Sul, bem como para as pensionistas dos ferroviários estendidos vinculados ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, que é o Ipergs, abrangido pela Lei 2.061, de 3/4/1953, e 3.887, de 8/2/1961, pelo mesmo índice concedido ao Regime Geral da Previdência Social.

Justificativa para alteração do art. 27 da Lei 11.483, de 2007. A alteração do referido artigo se justifica em função da enorme diferença entre os índices conseguidos pelos sindicatos e as correções aplicadas desfavoravelmente aos aposentados e pensionistas com o benefício acima do salário mínimo, conforme demonstrado no Anexo 1.

Isso aqui foi um anexo que nós mandamos, em que nós colocamos uma defasagem, que aponta uma defasagem de 31,75%, desde a instituição da rede, em 2007; e de 2007 para cá, se nós tivéssemos a aplicação dos índices do INSS, nós estaríamos com a tabela majorada em 31,75%.

Constata-se também, em função dessas defasagens todas, que a tabela salarial também permanece. Hoje nós encaminhamos para a Comissão a que serve de referência para o reajuste dos ferroviários, que contém 18 níveis abaixo do salário mínimo nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementando, é de conhecimento de todos que tramita na Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes o processo da comissão paritária, que aponta uma perda salarial de 34,62%, em 2014. O valor seria muito acima disso hoje.

Outra demanda que nós também... Foi aprovada na plenária, lá no Rio Grande do Sul, no primeiro seminário dos ferroviários, é a transferência de gestão, na complementação do Ministério, da gestão e renovação do serviço público para o Ministério dos Transportes.

Para melhor visualização e entendimento, transcrevemos abaixo os dispositivos legais vigentes e as respectivas proposições de alterações.

Transcrevemos a Lei nº 11.483, art. 26.

> Art. 26. Os arts. 14, 77, 82 e 118 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:
> [arts. 14, 77 e 82, inalterados]
> "Art. 118. Ficam transferidas da extinta RFFSA [na época, a rede estava em liquidação] para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão [aí o que estava sendo transferido na época]:
> I - a gestão da complementação de aposentadoria instituída pelas Leis nºs 8.186, de 21 de maio de 1991, e 10.478, de 28 de junho de 2002; e [também transferido na época]
> II - a responsabilidade pelo pagamento da parcela sob o encargo da União relativa aos proventos de inatividade e demais direitos de que tratam a Lei nº 2.061, de 13 de abril de 1953, do Estado do Rio Grande do Sul, e o Termo de Acordo sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União, aprovado pela Lei nº 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.
> §1º A paridade de remuneração prevista na legislação citada nos incisos I e II do *caput* deste artigo terá como referência os valores previstos no plano de cargos e salários da extinta RFFSA, aplicados aos empregados cujos contratos de trabalho foram transferidos para quadro de pessoal especial da VALEC [...], com a respectiva gratificação adicional por tempo de serviço.
> §2º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá, mediante celebração de convênio, utilizar as unidades regionais do DNIT e da Inventariança da extinta RFFSA para adoção das medidas administrativas decorrentes do disposto no *caput* deste artigo."

Bom, a nossa proposta para alteração da Lei 10.233, o art. 118 da Lei 10.233: ficam transferidos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Decipex – que é o órgão que nós tivemos aqui a fala do Marco Aurélio –, para o Ministério dos Transportes. Aí o que vai ser transferido? A gestão da complementação da aposentadoria instituída pelas Leis 8.186, de 1991, e 10.478, de 2002; a responsabilidade pelo pagamento da parcela sob o encargo da União relativa aos proventos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inatividade e demais direitos de que tratam a Lei nº 2.061, de 13 de abril de 1953, do Estado do Rio Grande do Sul, e o Termo de Acordo sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aprovado pela Lei 3.887.

No §1º– eu acho isto aqui importantíssimo, porque são interpretações às vezes indevidas –: para fins de aplicação dessa lei, e com fulcro nas Leis 8.186, de 1991, e 10.478, de 2002, o direito à complementação é devido a todo o pessoal oriundo da extinta rede e da CBTU, inclusive aqueles transferidos para outras empresas por sucessão trabalhista, considerando que tal movimentação ocorreu unicamente por interesse dos órgãos envolvidos.

Para melhor robustecer esse direito, nós anexamos uma carta da Central... É a Carta Central/Presi nº 088, de 2023, de 02/08/2023, que apresenta o histórico da evolução do transporte ferroviário de passageiros no Rio de Janeiro e as sucessões trabalhistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – ... que impactaram os empregados e empregadores.

O §2º da nossa proposta é que o Ministério dos Transportes disponibilize um canal de atendimento para o exercício das medidas administrativas relativas aos itens 1 e 2 acima.

Justificativa das propostas.

A transferência dos encargos contidos nos itens 1 e 2 acima transcritos, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Manoel, está me ouvindo? Manoel, nós estamos com problema de tempo. Você usou já o tempo. Eu só pergunto o seguinte: esse documento que eu recebi aqui contempla tudo que você falou? Para mim é importante saber isso. Ou nós vamos ter que...

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – Eu vou... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu recebi esse documento da plenária e das entidades...

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, deixe-me só lhe fazer uma pergunta.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Contempla tudo o que você falou? Porque, se contempla, para mim é importante, porque toda a tua fala estaria contemplada nesse documento, que nós vamos encaminhar. Claro que tu vais poder... Tu tens mais um tempo ainda que eu vou te dar, mas me responda se contempla.

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – Grande parte, sim, mas tem alguns esclarecimentos que eu julgo importante fazer parte do documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Você tem mais dois minutos ainda, mais dois minutos. Eu entendi.

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – Está bom.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL GERALDO COSTA (*Por videoconferência.*) – Com a medida proposta, existe a possibilidade de se recuperar a fiel e integral aplicação das Leis 8.186 e 10.478 e normativas, que, à época, era regulamentar, inclusive homologadas pelo Ministério dos Transportes, que, quando transferidas para órgãos do Ministério do Planejamento, na época Derap e Depex, foram totalmente desvirtuadas com a supressão de direitos a uma parcela considerada (*Falha no áudio.*) ...

Estou finalizando, deixando registrada a confiança e esperança de que a justiça seja feita a esta classe, que está à míngua, pois ela foi abandonada e esquecida por todos os governos que antecederam, apesar de seu legado histórico de ter sido responsável por transportar riquezas e pessoas de norte a sul deste país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Manoel Geraldo Costa, Presidente da Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária Federal, que justifica que, naturalmente, apoia o documento, mas colocou alguns complementos, não é? Se quiser encaminhar os complementos, você encaminha aqui para a Comissão de Direitos Humanos. E claro que eu vou submeter a quem escreveu esse documento, para ver se dá para adaptar algum complemento a mais que ele levantou neste momento. O.k.? Pode ser assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que o documento é esse aqui, mas ele levantou alguns esclarecimentos.

Eu queria dizer a todos algo que é importante: que os policiais ferroviários federais do Brasil estão assistindo, estão cumprimentando essa iniciativa, não da Comissão, porque a iniciativa é de vocês. A Comissão cumpre o seu papel de abrir espaço para o movimento social falar, para a sociedade falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dar uma salva de palmas a vocês e aos ferroviários também que são policiais, porque eles também estão preocupados, como vocês estão. Eu mesmo conheço no Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar, pode falar.

O SR. CARLOS SANTANA (Para expor.) – Paim, é só para justificar. Se há uma injustiça que foi feita, Paim, foi com os policiais ferroviários nossos, porque os companheiros, os 300 companheiros nossos foram obrigados a ir para Minas – e foram bem recebidos pela categoria em Minas –, mas esses companheiros da época da privatização, agora, recente, por uma liminar que tinham, não se apresentaram lá em Minas.

Sabe o que eles fizeram, Paim? Deram justa causa para esses companheiros. Esses companheiros estavam trabalhando na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Mas o nosso Sindicato da Central e as nossas associações estão tomando providências, o jurídico – está aqui o Índio, nosso Presidente. Então, eu quero dizer isto para vocês: se há uma injustiça hoje concreta, companheiros com mais de 25 anos de casa foram mandados embora, entendeu? É um negócio, assim, horrível!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cita isso. Pode citar aqui.

O SR. CARLOS SANTANA – Olha só, pessoal. É importante nós termos clareza de que a junção da nossa luta vai ter várias faces. A primeira e central é a nossa tabela, é o aposentado, é essa questão toda. Mas, se hoje nós somos aposentados, essa garotada que ainda está lá um dia vai ser. Então, nós temos que mostrar solidariedade a eles. Então, nós temos vários pontos centrais: tirar a CBTU da privatização interna; a restauração já de BH... Nós estamos querendo que volte a BH a ser novamente da CBTU, acabar com essa situação que está acontecendo hoje. Em Pernambuco, a mesma questão hoje internamente vem acontecendo. E já falei da questão dos policiamentos ferroviários, que têm que ser reintegrados.

Então, é importante para nós a gente ter essa demanda, pessoal. Essa demanda para nós é importantíssima, porque ferroviário a gente é... Quando a gente entra na ferrovia – vocês não sabem –, a gente não... A minha carteira não dizia que eu ia trabalhar na Locomoção Engenho de Dentro, não; aonde necessitassem do meu serviço eu teria que ir no Brasil, entendeu? Então, a minha carteira... Independentemente de estar na Paraíba, no Rio de Janeiro, em qualquer lugar, nós somos ferroviários e vamos estar juntos nessa luta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Você lembrou a Transurb...

A SRA. ALDA LÚCIA FERNANDES – A Transurb, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar aí.

A SRA. ALDA LÚCIA FERNANDES (Para expor.) – Na realidade, a gente tem que ter foco nas seguintes questões: pela retirada da CBTU e da Transurb do PND. (*Palmas.*)

Os companheiros de Recife estão em greve, justamente, não só pelo ACT, mas principalmente pela retirada do PND. A reestatização de Minas Gerais é muito importante, como salvar os empregados, como acabou de falar o companheiro Carlos Santana, das demissões dos PFF, que são os policiais ferroviários, e não só isso, mas a demissão de 600 empregados da STU-BH, que foram pressionados a sair. Então, é necessário, já que a gente está discutindo sobre ferrovia, que a gente salve esse pessoal e que volte a ferrovia a ser um transporte – transporte de passageiros, de carga – porque é um direito, está na Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

De imediato, Valmir de Lemos, do Sindicato dos Ferroviários, do Rio de Janeiro; por fim, falará ainda o Vassil Nogueira Ramos, Diretor da Cobap e ferroviário; e, depois, vamos para os encaminhamentos.

O SR. VALMIR DE LEMOS (*Fora do microfone*.) – É Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil – é preciso corrigir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. VALMIR DE LEMOS (Para expor.) – Cumprimento o Senador Paim, que é um grande companheiro nosso – tivemos muitas lutas juntos – e, na sua pessoa, cumprimento a mesa.

Bom dia a todos e a todas que estão presentes aqui. Este é um espaço muito importante para nós, porque, a partir dessa unidade nossa... Acredito que ela vá acontecer até por necessidade, não é? Nós estamos morrendo. Ou a gente se une ou se une. Já está provado que não tem outra forma de, pelo menos, empatar essa luta. Se cada um achar, pela vaidade, que é mais esperto ou mais ferrenho do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o outro, todo mundo sai perdendo. Está mais do que provado isso, não é? Acho que agora caiu a nossa ficha.

Mas, Paim, é bom estar nesta Comissão, primeiro para colocar o seguinte: a questão da SuperVia que o Carlinhos colocou vai além da questão do horário, ela tem a questão da violência dentro do trem – assalto constantemente, tiro em maquinista, tiro em passageiro, arrastão nos trens. Então, é uma empresa fantasma, ela não existe. Há necessidade urgente de um apoio do Senado. Eu peço a sua ajuda, porque nós estamos desesperados e a categoria está temerosa. Como o Carlinhos colocou, a sociedade não vem com a gente, ela prefere trocar, arrumar outro modal de transporte, mas não vem com os trabalhadores nem com o sindicato. É uma questão de penúria mesmo. E trens são parados a toda hora, a toda hora tem um problema no trem, e a alegação é de roubo de cabo. A gente sabe que não é isso, nós somos profissionais da área, somos ferroviários há muitos anos, e sabemos que não é só isso. Isso é toda uma forma de pressionar o Governo do estado.

Agora, há uma necessidade de o Governo Federal entrar nisso, porque ela é patrimônio público federal. Antes de ela vir para a SuperVia, ela era da Rede Ferroviária Federal, depois CBTU. Então, não tem de se fazer daquilo como se fosse um brinquedo deles. É o que ocorre na SuperVia, é como se fosse um Ferrorama bancado pelos japoneses. Isso é covardia com a gente. Então, ou o Governo toma posição em relação a isso, ou nós estamos fadados ao fracasso.

Outra da CBTU: nós somos contrários às privatizações. Exigimos que retome Belo Horizonte e exigimos que tire Recife disso. E, obviamente, queremos parabenizar o pessoal de Recife pela resistência lá, que é a proposta que nós temos. Qual a proposta nossa? É voltar tudo ao que era antes. Não dá para a gente ficar fatiando a CBTU – como fez com BH e está fazendo agora com Recife –, e demitir 340 trabalhadores, entre eles 130 policiais ferroviários por justa causa, por não terem direito a ir para Belo Horizonte. Não é por que não quiseram ir, não; não tinham condição de ir, porque eles estão com a idade avançada. E aí iriam com o mesmo salário para lá e pagando seu transporte? Isso é covardia! Então, a Comporte comprou, e ela teve a liberdade, com apoio da CBTU, da direção da CBTU, de demitir os companheiros por justa causa. Isso é covardia! Eles estão lá passando fome, porque a CBTU simplesmente fechou os olhos. Por que ela não absorveu esses meninos, absorveu os companheiros e as companheiras? Eles não passariam por esse sacrifício que estão passando agora. A gente acompanha os companheiros, fizemos várias mobilizações, eles eram úteis na faculdade rural, e lá tem muita violência no entorno, lá tem a questão da milícia, lá tem tráfico, tem tudo. E eles eram a proteção para aqueles trabalhadores e os alunos. Hoje não se tem mais isso. Queira ou não, tinham certa experiência de... E era um órgão federal, quer dizer, então eles eram úteis, eram da CBTU. Não voltaram para a CBTU e foram para o olho da rua porque trabalhavam. Olha em que absurdo nós estamos! Então, esse tipo de coisa, o Governo tem que ver, tem que agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a gente discuta também a volta da CBTU a ser o que era, de investimentos. Nós estamos propondo voltar a tabela para CBTU e os aposentados voltarem para o cerne da CBTU, porque não têm nada a ver com a Infra. A Infra é para fazer infraestrutura, não é para estar acompanhando tabela salarial, nem discutindo um acordo coletivo. Já que está dentro, tudo bem, mas pelo menos a CBTU tem um controle, porque fica uma tabela única. Isso é até para que aqueles companheiros que estão hoje defasados voltem a ter seus proventos, que é o salário que na CBTU ganham hoje. Então, tem uma série de coisas que está errada aqui.

Quanto aos anistiados é de extrema importância retomar a tabela dos companheiros. Os companheiros voltaram e ainda continuam passando sacrifício.

Para se ter um exemplo, outra coisa, em relação à paridade. Lá no Rio, dois juízes já deram lá: nós não somos mais ferroviários, somos comerciários. O que é isso?! Eu entrei na ferrovia, eu assinei o contrato com a Rede Ferroviária Federal, não foi com o comércio, não foi com comerciante. Nada contra o trabalhador do comércio, mas eu não sou comerciante, sou ferroviário.

E o exemplo meu: fui adentrar na paridade, vinha a Brasília – na época, era a Dilma –, peguei as minhas carteiras e trouxe para cá. Beleza. Aí, cheguei ao Rio, entrei com a paridade, o que aconteceu? Veio parar aqui. Eu fui processado, pago R$126 todo mês em 60 vezes, porque eu entrei com a ação irregular, porque eu entrei pela paridade, que é minha.

Aí o que acontece? Hoje eu pago uma multa de R$126 todo mês por 60 anos, porque eu entrei com a ação da complementação, que é minha. Então, eu não posso pedir aquilo a que eu tenho direito, não, senão eu sou punido. Então, é uma loucura. E o Governo Federal vai ter um leque de coisas para resolver, que obviamente vai ter o nosso apoio nas informações e também na luta, e ele precisa assumir isso. Ele tem um compromisso com a gente, a gente votou nele, a gente assume isso aqui, votamos e fizemos campanha dele. Alguns não fizeram, mas nós fizemos, fizemos campanha e votamos. Mas não é só por isso, não; é porque nós temos direito. Não é porque nós fizemos campanha do Lula. Não estamos pedindo para ele passar a caneta dele porque somos nós, não; nós queremos o que nós fizemos, o que nós ganhamos com luta – teve muita gente presa na época por causa disso, muita gente presa, gente que morreu, gente que foi assassinada –, para conseguir o estágio a que chegou. E hoje nós não temos direito a ter direito. Eu não entendo isso.

Aí, vem todo esse quadro aí. Onde você mostra, se você olhar, pegar todos os depoimentos que foram dados aqui, de ponta a ponta, do Norte ao Sudeste, ao Sul, é a mesma coisa, é pessoal passando fome. Olha só que detalhe: é ferroviário e pensionista passando fome, porque a linha de atuação é a mesma que veio fruto lá do Collor, que veio agora com esse bendito ex-Presidente, que nunca mais volte, porque foi um atraso para a gente – um atraso. A partir daí, a gente está junto na luta, Paim.

Quero agradecer muito pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns, Valmir Lemos, Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.

Quero dizer, Valmir, que você tem toda a razão, isso é coisa da reforma trabalhista, que enfiaram goela abaixo em nós aqui. Peleamos, peleamos, peleamos, não foi tudo que eles queriam de maldade, mas esse crime quase cometeu. Agora, você entra com uma ação, eles dizem que você perdeu, e você tem que pagar a ação ainda. Além de você não receber aquilo de direito, você tem que pagar. Em quantos anos que você falou?

O SR. VALMIR DE LEMOS (*Fora do microfone*.) – Sessenta anos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de rir, de piada. Por isso, pessoal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, mas que sejam 60 meses mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pesa, claro. Por isso que nós estamos com o debate do novo Estatuto do Trabalho ou a CLT do século XXI. Temos debatido em todo o Brasil. Há seis anos, estamos debatendo, devido a isso que sabíamos que ia acontecer. Ela surgiu aqui nesta Comissão, eu estou com a relatoria desse tema, já fizemos uma série de eventos e vamos fazer outros tantos quantos forem necessários, até fazer que voltem os direitos dos trabalhadores, tirando maldades como essa, trabalho intermitente, trabalho escravo, que praticamente liberou, quando ele disse que pode terceirizar a atividade fim, e por aí vai. E vamos voltar para propostas como 40 horas e tantas outras.

Por favor, passo a palavra agora para o Vassil Nogueira Ramos, Diretor da Cobap Ferroviária.

O SR. VASSIL NOGUEIRA RAMOS (Para expor.) – Primeiro, eu quero dizer, não sei se é bom dia ou boa tarde, mas eu estou muito feliz de rever o nosso pessoal de volta. Estou muito feliz. Há muito tempo que a gente não se reúne, e agora estou vendo várias lideranças de vários estados.

Eu adorei o debate, adorei a fala do nosso pessoal. É claro que a gente vai ter que fazer alguns ajustes, mas eu também quero dizer que tudo isso aconteceu por culpa do nosso Presidente Warley, que a todo momento ficava puxando minha orelha: "É possível reunir, é possível, faça um esforço. Chama o teu amigo Sidney, que está lá contigo. Vamos fazer um esforço concentrado". E aí nós começamos uma caminhada. Fomos felizes, porque abrimos espaço lá no Sul, com o pessoal do Sul. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele falou para mim: "O Paim é nosso amigo. O Paim pode nos ajudar. A gente precisa chamar essa categoria de volta. E aí o nosso Senador pode nos ajudar. Faça a sua parte". E eu estou muito feliz, porque nós fizemos a nossa parte. Começamos uma trincheira e avançamos em vários segmentos. Eu não esperava que fosse chegar ao ponto que chegou. Estou vendo aqui lideranças de alto nível.

E outra coisa que eu quero dizer é que em 1994 começou o pacote da maldade. Então já vinha pronto. Aí começou: "Vai sair, vai privatizar, vai demitir, vai não sei o quê". Eu sou um exemplo que com 40 anos me aposentei, no auge da minha qualidade profissional. Quando eu queria trabalhar, até porque eu fui a supervisor, eu falei: "Agora eu vou ganhar dinheiro". A empresa foi lá e falou: "Não, você vai se aposentar. É o contrário, você não vai ganhar dinheiro, você vai se aposentar". Como eu só fazia 30 anos, em 1995, pela insalubridade, eles esperaram. E quando eu fiz 30 anos, chegou: "Tem que sair". Então o pacote da maldade fez isso tudo que nós estamos vendo e falando. O pacote da maldade veio para acabar, exterminar com a categoria. Tanto é que até hoje no nome do ferroviário está lá: "ferroviário tal em extinção". Se não tiver, mudaram. Mas um cidadão, na época, com a idade que eu tinha, montaram aí um segmento. E eu um dia fiz esse debate: "Como é que pode eu estar em extinção?". Se não me falha a memória, porque eu não tenho participado, ainda hoje é extinção. Mas não é extinção da rede; a extinção é do cidadão. E foi muito completo, muito complexo. Fizemos muito debate sobre isso, mas não avançamos, porque o pacote estava pronto. O pacote estava pronto para acabar com a ferrovia e com os trabalhadores ferroviários, haja vista uma série de coisas que já foi dita aqui. Companheiro que tem matrícula na rede, que entrou na rede e que, por condições da extinção da rede, ele – caso que o Índio acabou de falar – se aposentou, mas não tem direito. Mas é o trato dele, o contrato é com a Rede Ferroviária. As empresas é que entraram dentro da rede. E aí ele não faz jus ao contrato de trabalho. Como a empresa acabou, ele teve que se aposentar por outra empresa, assim como a maioria dos trabalhadores no Nordeste, no Sul. E isso é que veio um pacotão da maldade.

O Carlinhos falou uma coisa que aconteceu mês passado. Não foi uma coisa que dá para... Não! Essa demissão foi no mês passado. E é assim: "Não, não! Tem problema judicial e não vai resolver? Demite. Depois resolve na Justiça", porque é fácil fazer isso. É fácil fazer isso.

Então, eu estou muito feliz por ver o nosso pessoal de volta. Quero dizer... Eu ouvi muitas coisas aí, mas eu quero dizer o seguinte: a nova história dos ferroviários vai começar a partir de agora. Eu vejo que a nova história vai começar a partir de agora. Não adianta a gente ficar buscando aquilo que já perdemos. Nós temos que formar a nova história. Você quer ver um exemplo? Está na Lei da Complementação. Está aqui, no art. 2º: com a extinção da rede era para, de imediato – para os trabalhadores não passarem o que eu ouvi aqui: fome –, a paridade ser transferida para a sua subsidiária, CBTU, que é a nossa proposta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós estivéssemos, todos os ferroviários, na paridade com a CBTU... É a CBTU que trata de gente, de trabalhador. Ainda existe a CBTU e está tocando. Agora estão querendo acabar com a CBTU, e isso é muito ruim para o trabalhador e ruim para o país.

Vou dar um exemplo: criaram a Valec para ser empresa de engenharia, de construção de ferrovias, mas a Valec levou com ela 60 mil pessoas, para resolver o problema social. Não é problema da Valec. Agora botou a Infra. A Infra é para quê? Resolver o problema de aposentados? A Infra é para resolver estrutura, como é que vai ser, como vão construir as ferrovias deste país? Mas, não, um índio está negociando o acordo coletivo dos aposentados e dos ativos que ainda têm lá com a Infra. Aonde nós vamos parar? A Infra nem sabe disso. Caiu no colo dela; tem que resolver.

Então, a nossa proposta é muito simples: a transferência da complementação para a CBTU, de imediato. Desde 2007, já era para nós estarmos lá, porque a CBTU faz acordo coletivo e está pronta para trabalhar com o pessoal. E já aconteceram vários debates na CBTU. Nós fizemos muitos acordos – está ali o Paulo –, várias vezes na CBTU e várias vezes na rede. Agora só existe a CBTU. Então, por que nós não estamos discutindo o mesmo problema na CBTU e estamos apelando para o outro lado que nem conhece? A Infra nem sabe quem sou eu. Percebeu?

Agora, assim, eu me sinto muito parabenizado, eu quero agradecer a todos vocês, porque eu achei e achava que não era possível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VASSIL NOGUEIRA RAMOS – E o Warley fez uma pressão muito dura em mim: "Você é representante ferroviário. Você tem que construir o debate!". E eu meio que água morna. Mas eu acho que todos nós estamos de parabéns.

Eu quero parabenizar o Senador por tudo que ele está fazendo e dizer mais: a gente está com duas coisinhas pequenas, e eu preciso falar aqui, Senador. Essa questão de garantir a paridade para quem tem matrícula na rede é a chave, porque, eu vou repetir, como o Índio, tem vários trabalhadores desesperados. Então, garantir a matrícula, dar o direito ao trabalhador à paridade e transferir a paridade para a CBTU são duas peças-chave nossas. Nós estamos reivindicando, assim, claramente: se fizer isso, diminui essa condição por que nós estamos passando. O salário da CBTU é bem melhor do que o da rede hoje. E a CBTU faz acordo direto, negocia direto. Não precisa passar por essa empresa, por aquela empresa, por esse RGPS, não sei. Então é a nossa reivindicação.

Está de parabéns, Senador!

E eu, antes de encerrar, queria fazer um pedido de duas companheiras. A Associação Viva Vida de Aposentados, Idosos e Pensionistas do DF e Região gostaria de aproveitar sua participação nesta plenária dos direitos humanos e solicitar ações que coíbam a violência contra o idoso, que vêm num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescente neste país, tendo o DF o maior índice. Precisamos, com urgência, de ações por parte da nossa gente. O idoso pede socorro. Então, é preciso ver como é que nós podemos ajudar.

E também quero agradecer a presença dos participantes da Associação Viva Mais, na pessoa da Presidente Socorro Rocha. Por causa dela, pediria uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A senhora é guerreira.

Ela chegou para falar comigo e eu falei: "Pô, não posso resolver".

Mas assim, pessoal, em nome da Cobap, eu agradeço a todos, agradeço e parabenizo pelo tempo, isso tudo. O Paulo Paim é um guerreiro, porque onde a Cobap está ele está com a gente. Vai estar agora em Santa Catarina. Nós vamos fazer um congresso em Santa Catarina, e o Paulo Paim vai estar conosco.

Obrigado a todos.

Ah! Nós vamos também ter um congresso de ferroviário e aí é o desdobramento. Precisamos afunilar mais esse documento. Eu vi algumas propostas aí e eu entendo – já sou um velhinho, já militei com quase todos vocês – que a gente tem que ajustar isso. É uma nova história. Não dá para a gente ficar buscando... É uma nova história. Está começando uma nova história. E, por sorte nossa, tem um Senador do nosso lado. Começar uma história sem ter ninguém para empurrar? Eu vou falar de... Eu e o Carlinhos sabemos muito bem porque... Deixa quieto. Como o Senador está do nosso lado, quer nos ajudar e vai nos ajudar...

Tem uma grandeza que vocês não sabem. O Senador e o Warley, que é o Presidente, querem resolver a causa. O Warley está igual um doido. Ele ia para a Bahia... "Mas eu tenho que ir lá, eu tenho que ir a Brasília". Então, a gente agora tem aliados fortes – a gente tem aliados fortes. Nós precisamos derrubar o pacote da maldade, porque eu vi, olho a olho, em pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VASSIL NOGUEIRA RAMOS – ... que vinham falar com a gente, em várias reuniões com o movimento sindical, como se nós fôssemos ratos. E eu sou alterado. Às vezes, eu sou alterado, falava algumas coisas que até o Presidente do Sindicato me chamava atenção.

Então, pessoal, eu agradeço a todos e, em nome da Cobap, parabenizo a todos vocês e agradeço ao Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vassil Nogueira Ramos, Diretor da Cobap, ferroviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, nós vamos para o encerramento.

Só pediram que eu registrasse – e eu o farei – a presença da Sra. Maria de Fátima Soeiro da Cunha, oriunda da extinta Rede Ferroviária Federal, que hoje está no Dnit do Rio de Janeiro, está na ativa.

Eu conversei aqui com o Geraldo para ver quem era o mais antigo aqui da mesa – o mais antigo, viu? E chegamos à conclusão de que é ele o mais antigo aqui. Como nós estamos chegando ao meio-dia e vamos ter que concluir os trabalhos, claro que eu vou dar o encaminhamento final, eu vou pedir para o Geraldo da Silva Sobrinho, que é Presidente da Associação Mútua – a Cobap fez agora a sua fala de encerramento –, que ele faça uma fala em nome de todos os convidados aqui, se assim vocês concordarem.

Cinco minutos? É com o senhor, Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO SILVA SOBRINHO (Para expor.) – Pessoal, para nós é uma grande satisfação e uma esperança que eu saio e carrego daqui, até por ver dentro desta Plenária as pessoas aqui amadurecidas, os cabelos brancos que daqui eu estou vendo, fora aqueles que pintam, mas a aparência já envelheceu. Então, a Associação Mútua ferroviária desenvolveu seu trabalho lá atrás. Eu estou aqui fruto dos antepassados, dos grandes presidentes que a Mútua teve, cada um com o seu legado e cada um, juntamente com a classe ferroviária como um todo, defendendo a ferrovia.

Nós, ferroviários, temos um entendimento de que, às vezes, é paixão, é amor, porque: "Meu avô foi ferroviário, meu pai foi ferroviário, eu sou ferroviário..." e para o ferroviário não existe essa questão de ex-ferroviário. Ferroviário é para a vida toda, mas tem que ter o entendimento de que o trem é da sociedade como um todo, o trem é do empresário, do trabalhador, enfim, reúne todo o progresso do Brasil. E a ferrovia, como já foi dito aqui, foi que levou a esse progresso, tanto é que – eu tenho aqui os companheiros lá da ferrovia que são engenheiros – hoje até se discute a localização da estação e da permanência, porque a ferrovia, quando era implantada, ali próximos da estação eram os terrenos valorizados, e as pessoas de poder aquisitivo ficavam bem distantes da estação.

Então, a Mútua é pioneira em muitas lutas. Foi da Associação Mútua que saíram os sindicatos. Hoje, se tem a previdência aí, foi o mutualismo da Associação Mútua que o Eloy Chaves escutou, viu, se interessou e botou para frente. Então, quando os ferroviários avançam, o Brasil avança, tá? E nós temos hoje capacidade muito grande: o Carlos Santana, com a sua experiência de Presidente – eu estou vendo pessoas –; o Paulo, que é Presidente do Sindicato da Leopoldina; e nós temos o melhor corpo técnico – o melhor corpo técnico! As pessoas estão fora da ferrovia, mas, se o Governo – acredito eu – der oportunidade, essas pessoas voltam para desenvolver o seu trabalho e botar o trem na linha.

Então, hoje, para mim – como falou o companheiro Vassil – da palavra de todos aqui eu fiz as minhas palavras. Com o José Pedro, lá do Sul, nós conversamos bastante a respeito disso. E eu continuo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí; 77 anos. E o ferroviário é isso, o ferroviário não esmorece pela idade, porque nós já levamos todas as pancadas que levamos. Até no relato, o Carlos Santana falou que a maioria dos presos políticos eram ferroviários, porque buscavam os seus direitos. Lá atrás, o ferroviário defendia as outras categorias, como o bancário. Entendeu? Era estampado. Quando se mexia com o marítimo, o ferroviário ia lá. Então, o respeito tem que ser dado a essa categoria, porque é merecido, é de luta, é a questão do laço de que o Carlos falou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO SILVA SOBRINHO – As pessoas tinham permanentemente a assistência dos ferroviários que moravam no ramal, na beira da linha para dar atendimento; saíam de madrugada, viravam. Quando veio a modernização do trem, nós, de oficina – porque eu sou de oficina –, dobrávamos com a maior satisfação.

Então, hoje para mim é um dia ímpar, até porque todo mundo está com a mesma ideia, que é uma questão que o companheiro Valmir colocou aqui: unir, unir! Não tem outro jeito! Não tem outro jeito! A nossa diferença, nós resolvemos em casa. Para mim, desde o primeiro escalão da ferrovia a aqueles que vêm de carreira são trabalhadores – são trabalhadores; uns tiveram uma oportunidade melhor, e outros, não.

Então, eu termino a minha fala aqui, Senador Paim, mais uma vez, agradecendo a sua atuação. Você não está abrindo porta, não; com você, nós temos a porta escancarada. Nós sentimos, dentro da nossa casa, com essa questão, que você nos dá a orientação e o respeito que você tem pela categoria ferroviária.

Então, encerro a minha fala aqui parabenizando as pessoas de idade igual a mim que estão aqui nesta plenária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Geraldo Silva Sobrinho, Presidente da Associação Mútua, que fez uma fala aqui em nome dos painelistas.

Olha, o pessoal da assessoria resumiu o encaminhamento final, e, pelo que percebi, nós vamos provocar, vamos encaminhar, vamos fazer um requerimento ao Ministro do Trabalho, Ministro Marinho, mas, ao mesmo tempo, vamos pedir para que ele faça contato com o Ministério dos Transportes; com o Ministério do Planejamento, porque tudo passa por contabilidade; com o Ministério da Previdência; e para que converse também com a Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que é da Ministra Esther, conforme disse aqui o nosso painelista, e com as entidades que estão aqui representadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, se houver essa possibilidade, o requerimento eu vou fazer, fruto desta Comissão de Direitos Humanos – não é o Paim que o fez, eu o faço como Presidente.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mediante audiência pública realizada em tal dia, com a presença de mais de uma centena de líderes, portanto, solicita ao Exmo. Ministro Luiz Marinho que haja uma reunião para construirmos um acordo, um entendimento, um olhar para os ferroviários e pensionistas aposentados e, naturalmente, fortalecer a própria rede ferroviária em todo o país, porque essa também é a vontade de todos nós, embora aqui vamos cuidar dos aposentados e pensionistas.

Eu entendo que isso é o resumo.

Se tiver que chamar o Ministério do Planejamento, se tiver que chamar alguém do Haddad também que possa conversar para ver como a gente responde a essa situação que vocês todos retrataram aqui, que é desesperadora. Eu vi aqui nesta mesa e no Plenário também – falaram comigo antes – gente que está passando fome, desesperado, não tem para onde correr. E eles têm direitos a receber; eles só querem o que eles têm de direito.

É esse o caminho, pessoal? (*Palmas.*)

Daí, nós encerramos aqui e vamos fazer esse requerimento.

Fala, doutor.

O SR. TIAGO KIDRICKI (Para expor.) – O senhor mencionou e é importante também a reunião com a equipe do Haddad, porque nós temos aí outras questões que vão ajudar também os ferroviários como, por exemplo, a negociação do pagamento da URP para os ferroviários que não estão sendo assim considerados e também a integralidade da complementação, isso demanda o empenho da economia. E também a apresentação do projeto de lei, conforme sugerido. Se V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no requerimento.

O SR. TIAGO KIDRICKI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Não, eu acho que ele complementa. Eu só não quis colocar aqui detalhes, porque no requerimento eu vou me basear nesse documento. Bom, depois do espaço assegurado, que eu acho que o caminho é o Ministro do Trabalho, porque isso aqui é do mundo do trabalho, para ver em que ele pode colaborar com a gente, no sentido de fazer reunião. E depois, lá na reunião, cada um, claro, deve colocar as suas preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mais é agradecer a todos mesmo, os que falaram, os que não falaram mas que estão aqui solidários. Já é meio dia, estamos aqui desde as 9h da manhã. Eu...

O SR. SIDNEY DE PAULA E SILVA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Um segundo, Senador. É só para lembrar aos companheiros e para o convite ao senhor para comparecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fala no microfone aí.

O SR. SIDNEY DE PAULA E SILVA – ... no congresso de ferroviários que vai ter no Rio de Janeiro, em julho do ano que vem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, as palmas mostram aí o entendimento de todos.

O.k., pessoal. Com esses encaminhamentos, eu dou por encerrada a nossa audiência pública de hoje. Esperamos que tenhamos uma resposta rápida do próximo passo.

Um abraço a todos. Vamos tirar uma foto coletiva aí. Podem ficar todos aí mais um minutinho só. Ficam aí e nós vamos aqui para a frente.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dez de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jussara Lima, Augusta Brito e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 60/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Os benefícios fiscais para agrotóxico e a violação de direitos humanos". **Participantes:** Deputado Estadual Marcos José Abreu, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC e representante do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; Paula Johns, ACT promoção da saúde - sistema tributário 3S; Ana Paula Carvalho de Medeiros, Procuradora da República do Ministério Público Federal - MPF; Diego Moreira, Representante do Setor de Produção do MST; Matias Rebello Cardomingo, Coordenador-Geral de Análise de Impacto Social e Ambiental, da Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Deputado Federal Padre João, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil - FPSAN; e Marcelo Firpo Porto, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/10

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento 60, de 2023, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "Os benefícios fiscais para agrotóxico e a violação de direitos humanos".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Como já me informaram que os participantes da primeira mesa já estão no plenário, eu vou convidá-los e farei a minha fala de abertura do tema para dar uma visão para todos que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado. Refiro-me, claro, à TV, e também à Rádio Senado e Agência Senado.

Convido, de imediato, Ana Paula Carvalho de Medeiros, Procuradora da República, Ministério Público Federal. Seja bem-vinda, Ana Paula! (*Palmas.*)

Paula Johns, ACT Promoção da Saúde – sistema tributário 3S. Está aqui a Paula.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Marcelo Firpo Porto, Coordenador do Neepes (Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde) e pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz. Está aí?

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Deputado Estadual Marcos José Abreu, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc e representante do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, mestre! (*Palmas.*)

Eu vou fazer uma fala de introdução do tema. Naturalmente o meu pronunciamento foi construído pela nossa consultoria e assessoria do gabinete. Vocês podem ajustar, naturalmente, porque a intenção aqui é das melhores, mas nem sempre a gente acerta. Vamos lá.

Sejam todos bem-vindos. Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos é uma parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome.

Há um impacto enorme do uso dos agrotóxicos na violação dos direitos humanos. À medida que exploramos essa conexão entre saúde e meio ambiente, torna-se evidente que nossas ações têm consequências diretas sobre a qualidade de vida das pessoas e sobre o equilíbrio do ecossistema.

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), as intoxicações causadas pelo uso de agrotóxicos totalizam cerca de 13 milhões de casos anuais, sendo 2,1 milhões deles registrados apenas em países em desenvolvimento. Cerca de 20 mil mortes ocorrem a cada ano em todo o mundo, com a maioria dessas tragédias atingindo países de terceiro mundo. Um levantamento realizado pela Agência Pública e Repórter Brasil, com base em dados do Ministério da Saúde, entre 2019 e março de 2022, revelou que aproximadamente 14 mil pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos durante esse período, resultando tristemente em 439 mortes. Devemos destacar que entre as vítimas estão principalmente homens e mulheres negros. As circunstâncias que levaram a essa intoxicação variam desde tentativas de suicídio até acidentes e a exposição decorrente do uso constante de pesticidas.

Os estudos científicos conduzidos em várias partes do mundo têm associado o uso do agrotóxico a uma série de doenças preocupantes, incluindo leucemias e outros tipos de câncer. Mal de Parkinson, além de lesões em órgãos vitais, como fígado, pele e pulmões, alergias, desequilíbrios hormonais e problemas de comportamento de saúde mental estão entre as consequências – são algumas delas.

É inegável que o debate sobre o uso de agrotóxicos transcende questões meramente técnicas ou econômicas. Envolve, por óbvio, os direitos humanos, pois esses produtos comprometem a saúde e a qualidade de vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Não podemos negligenciar o impacto ambiental, pois o uso indiscriminado de agrotóxicos resulta na contaminação do solo, da água, do ar, afetando diretamente a biodiversidade e a sustentabilidade como também o ecossistema.

A lembrança do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, publicado em 1962, nos Estados Unidos, ecoa em nossos corações e mentes. Esse livro pioneiro alertou sobre os perigos do pesticida DDT, que estava causando danos irreparáveis aos ecossistemas, à saúde humana e à vida em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, enfrentamos desafios semelhantes e temos a responsabilidade de agir de forma decisiva para evitar mais danos irreversíveis.

Nossa missão é clara: defender a justiça e os direitos humanos, garantindo que o meio ambiente seja respeitado e protegido.

Devemos perseguir um desenvolvimento sustentável em que o crescimento econômico não ocorra às custas da saúde humana e da vitalidade do nosso planeta.

Cada um de nós desempenha um papel fundamental neste debate. Por isso estamos, aqui, na busca de soluções que equilibrem as necessidades da sociedade com a preservação da natureza.

Essa é a introdução para começarmos o debate.

O político sempre é um generalista. Eu não sou diferente. Fala de tudo, mas fala no amplo e no geral.

A partir deste momento, vamos ter, então, a opinião de especialistas, de altos conhecedores do tema.

De imediato, eu passo a palavra à Procuradora da República, do Ministério Público Federal, Dra. Ana Paula Carvalho de Medeiros.

Vamos dar dez minutos, com mais cinco, porque são diversas mesas.

Mas eu serei tolerante para que cada um possa expressar livremente o seu pensamento.

A SRA. ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Agradeço o convite para participar. Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e à Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Pretendo respeitar os dez minutos que me foram dados.

Pedi uma apresentação, não sei se ela já está sendo colocada. (*Pausa.*)

Acho que podemos ir passando.

Bom, vou falando já sobre a primeira tela, então.

Temos ali uma conceituação de agrotóxicos, uma conceituação legal, e só lembrando que eles são, então, produtos cuja finalidade é alterar a composição da flora e da fauna para preservá-la da ação danosa de seres considerados nocivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, naturalmente, são produtos que agridem o meio ambiente, provocando contaminação do solo, da água, perda da biodiversidade, mortandade de abelhas, e que provocam danos à saúde e contaminação de produções agroecológicas e de outras culturas agrícolas sensíveis, dentre outros danos.

Embora alguns grupos estejam mais vulneráveis e expostos, sujeitos a violações de direitos humanos causadas por esses produtos, toda a população está exposta, sujeita à exposição pelo consumo de alimentos contaminados e de água contaminada, assim como pelas pulverizações, que geram a dispersão desses produtos pelo ambiente, atingindo quilômetros, como pesquisas já apontam.

Podemos ir para a próxima lâmina.

O Inca aponta que, dentre os danos à saúde, nós temos os efeitos agudos, que são aqueles que ocorrem imediatamente após a exposição, e temos os efeitos crônicos que são aqueles que vão ocorrendo após exposições repetidas a pequenas doses ao longo do tempo.

Dentre esses efeitos crônicos, nós podemos salientar: impotência, aborto, depressão, problemas respiratórios graves, problemas no funcionamento do fígado e dos rins, anormalidade na produção de hormônios, incapacidade de gerar filhos, malformações, problemas no desenvolvimento intelectual e físico das crianças. Estudos apontam grupos de agrotóxicos como prováveis e possíveis carcinogênicos. Esses são os efeitos crônicos, que são efeitos que não são registrados. Não tem nenhum sistema de captação das doenças causadas por agrotóxicos.

Os efeitos agudos: quando a pessoa tem uma intoxicação aguda, ela é registrada, deve obrigatoriamente ser registrada no Sinan. Na próxima tela, nós temos um relatório do Ministério da Saúde, a partir dos dados extraídos do Sinan onde se vê que, de 2007 a 2015, conforme as observações do Ministério da Saúde, possivelmente em decorrência do aumento da comercialização dos agrotóxicos, que nos deixaram hoje no patamar de maior consumidor do mundo, e também pela melhoria da atuação da vigilância e da assistência à saúde para identificar esses casos e notificar, nós tivemos nesse período um pouco mais de 84 mil casos de intoxicações agudas notificadas, uma parte delas resultando em óbito.

E a Organização Mundial de Saúde estima que, para cada caso notificado, existam outros 50 não notificados. Então, a gente tem uma ideia, pode ter uma ideia da dimensão do problema de saúde que esses produtos causam.

Próximo, por favor.

Nesse cenário, então, de graves danos, de mortandade de abelhas, que tem sido um problema crucial, e de danos gravíssimos à saúde, nós temos a desoneração fiscal desses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, no Brasil, o ICMS tem redução de 60% da base de cálculo em operações estaduais, isso em virtude de um convênio firmado em 1997, que vem sendo renovado anualmente pelos Governadores dos estados. Esse mesmo convênio autoriza a isenção do ICMS nas operações internas. O meu estado, que é o Rio Grande do Sul, é um que tem a isenção, e acredito que quase todos tenham.

A Cofins tem alíquota zero; a contribuição para o PIS-Pasep, alíquota zero; Imposto de Importação, alíquota zero para os grupos listados; e o IPI, também alíquota zero.

No próximo eslaide consta um relatório da Abrasco. Segundo um levantamento feito pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, no ano de 2017 essas desonerações geraram uma perda de receita de R$9,85 bilhões para os cofres públicos do país; e os principais beneficiários dessas desonerações são os produtores de *commodities*, porque quase 80% desse agrotóxico consumido no país e que leva a todos esses danos à saúde e ao ambiente são utilizados nas culturas de soja, milho, algodão e cana, e grande parte dessas culturas é exportada.

Portanto, os preços são estabelecidos pelo mercado internacional. Não se pode nem dizer que há um impacto significativo da desoneração no preço no mercado internacional porque são outras formas de fixação.

O próximo, por favor.

Agora, então, na PEC 45, que altera o Sistema Tributário Nacional, o cenário que nós temos.

Primeiro, ali no art. 145, ele prevê que o Sistema Tributário deve observar, entre outros princípios, a defesa do meio ambiente.

Depois, vêm, então, as alterações, basicamente, no que importa aqui para este tema.

Vai ser instituído o imposto sobre bens e serviços, a contribuição sobre bens e serviços, e é previsto, também, pela Constituição, o imposto seletivo, que é exatamente para reduzir o uso de substâncias danosas; é um imposto que incide sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei.

Prevê, ainda, a PEC que a lei complementar que vai instituir esses impostos e a contribuição vai definir as operações sobre as quais as alíquotas desses tributos – IBS e CBS – serão reduzidas em 60%, referentes a insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal.

Então, a nova proposta da PEC... Porque até pouco tempo atrás, quando estava na Câmara ainda, ela previa, diretamente, a imunidade dos agrotóxicos, mas, devido à celeuma que ocorreu, foi feita essa alteração e está sendo deixado o caminho aberto para, em lei complementar, vir essa redução da tributação, do imposto e da contribuição sobre bens e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me parece um fato mais grave é que o imposto previsto no art. 153, VIII, que é exatamente um imposto seletivo, que existe exatamente para diminuir o uso de bens e produtos que causam danos à saúde e ao meio ambiente, não vai incidir sobre bens e serviços cujas alíquotas sejam reduzidas pela lei complementar, em que podem ser incluídos os agrotóxicos. Então, isso eu acho que é o ponto principal que exige atenção.

Ainda na próxima tela, nós temos ali um dos argumentos ou o maior argumento dos defensores da desoneração dos agrotóxicos, a alegação principal, que é de que, no momento em que fossem tributados, haveria um aumento no custo da cesta básica, prejudicando, então, os consumidores mais vulneráveis. Mas para isso a própria PEC já tem uma solução, que fica criada a cesta básica nacional de alimentos, e uma lei complementar vai definir que produtos vão compor essa cesta básica, e sobre esses produtos os tributos IBS e CBS terão alíquota zero. Então, esse principal argumento fica excluído, e aí a importância, então, desse art. 8º.

Por que são um contrassenso os benefícios fiscais para agrotóxicos? Incentivar o uso de agrotóxicos através de benefícios fiscais vai na contramão do que se espera de um país que prevê o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que impõe o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, vai na contramão do direito constitucional à saúde, fere o princípio da prevenção, o princípio da precaução, o princípio do poluidor pagador, o princípio da seletividade tributária, dentre outros.

E, também, o Brasil, no momento em que desonera os agrotóxicos, está na contramão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, agenda da ONU que tem em seu preâmbulo: "plano de ação em favor das pessoas, o planeta e a prosperidade".

Dentre os objetivos dessa Agenda 2030 nós temos a Meta 2.4, pela qual o Brasil assumiu o compromisso de garantir até 2030 o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, além de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, as condições meteorológicas extremas – secas, inundações e outros desastres – e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

O Tribunal de Contas da União já fez uma análise, que consta ali na próxima tela, e identificou os desalinhamentos nas ações governamentais nas principais políticas públicas relacionadas à Meta 2.4, dando um especial destaque ao incentivo à utilização de agrotóxicos no setor agrícola brasileiro.

Isto constou do acórdão do TCU:

> Ao reduzir a tributação, o governo brasileiro fomenta o uso desses produtos e atua de forma contraditória e contraproducente aos objetivos das políticas que buscam garantir sistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentáveis de produção de alimentos, a exemplo da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e do Plano Agricultura de Baixo Carbono - ABC.

Constatou também o Tribunal de Contas da União que não há acompanhamento e avaliação das desonerações fiscais. É um requisito para que seja mantida a desoneração acompanhar e ver se realmente isso está trazendo um ganho para a sociedade. O que justifica uma desoneração é um ganho social, e não vem sendo avaliado.

Então, como considerações finais, eu diria que os produtos que geram injustiças sociais sanitárias e ambientais não deveriam ter benefícios fiscais de qualquer natureza.

A tributação dos agrotóxicos geraria, no médio prazo, uma redução do uso desses produtos, e isso está muito bem avaliado no relatório da Abrasco, que eu imagino que vai ser apresentado. O sistema tributário atual não diferencia os agrotóxicos em razão de seu grau de toxicidade para a saúde e sua periculosidade para o meio ambiente – agrotóxicos extremamente tóxicos e extremamente perigosos têm a mesma carga tributária de agrotóxicos menos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Isso também é um ponto em que a proposta da reforma tributária não evolui também, no sentido de estimular a adoção de alternativas menos nocivas.

Por fim, a PEC 45, de 2019, abre o caminho para desoneração dos agrotóxicos por lei complementar. Então, acho que nós precisamos, enquanto sociedade, definir se nós queremos a manutenção desse modelo agropecuário dependente de agrotóxicos que impactam o meio ambiente, a saúde e causam uma série de violações a direitos humanos, ou se nós queremos migrar para modelos mais sustentáveis. Acho que este é o momento em que este debate está sendo muito bem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS – ... iniciado aqui no Senado.

Muito obrigada. E estou à disposição pelo *e-mail* ali.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos à Dra. Ana Paula Carvalho de Medeiros, Procuradora da República, do Ministério Público Federal, pela sua exposição, que tenho certeza de que está sendo um alerta ao povo brasileiro – não só a sua fala, tenho certeza de que a dos outros convidados também – deste momento em que estamos vendo, infelizmente, o avanço do agrotóxico contaminando todo o ecossistema e a própria alimentação de todos nós.

Vamos em frente.

Passo a palavra à Dra. Paula Johns, da ACT Promoção da Saúde, Sistema Tributário 3S.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos, a todas. Bom, é um prazer estar aqui.

Primeiro, gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim. Prazer revê-lo depois de tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pandemia, pandemia.

A SRA. PAULA JOHNS – É, é.

E parabenizo pela iniciativa. Eu acho fundamental a gente discutir isso aqui nesta Casa; nas duas Casas. Aliás, agora a reforma tributária está aqui e é muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Fora do microfone.*) ... os louros indevidos, a iniciativa é de vocês. Eu só abri as portas.

A SRA. PAULA JOHNS – Sim, mas você abraçou a iniciativa. Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)

Eu só abri as portas – viu? –, o que é a minha obrigação. Mas eu agradeço pelo...

A SRA. PAULA JOHNS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... elogio que deu por estamos aqui.

A SRA. PAULA JOHNS – A Casa é nossa, mas alguém precisa abrir para a gente poder entrar. Então, agradecemos por isso também.

Bom, pode passar, o próximo.

Rapidamente, a ACT é uma organização da sociedade civil que trabalha com fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, principalmente tabaco, álcool, alimentação, e atividade física, também promovendo os objetivos de desenvolvimento sustentável, principalmente na área da saúde, fazendo *advocacy* por políticas públicas, entendendo que elas têm muito maior impacto na saúde da população como um todo, tirando um pouco a responsabilidade exclusivamente do indivíduo para que a gente, como sociedade, aprove leis e políticas públicas que facilitem o acesso ao que é saudável para a gente, ao que é bom para a gente. O Estado tem essa responsabilidade.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu estou aqui hoje representando a Reforma Tributária 3S, que é um coletivo ainda maior de organizações que trabalham não só na área da saúde, mas na área da justiça social, na área da sustentabilidade.

Quem não conhece a iniciativa eu convido – essas tecnologias maravilhosas – a pegar ali o QR *code* para conhecer mais detalhadamente o conjunto de propostas, que, de forma sintética, dialoga muito com o tema que está sendo discutido aqui hoje. Acho que, principalmente nesta fase da reforma tributária, a gente está falando muito da questão de ser saudável, de ser sustentável.

Eu estou muito contemplada pela fala da Ana Paula, que trouxe várias explicações técnicas que já nos dão embasamento aqui e já facilitam a administração do tempo, porque já está me apavorando aquele relógio lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tranquilo, porque é aquele tempo lá, mais cinco e mais cinco se necessário, aí dá vinte.

A SRA. PAULA JOHNS – Não, não, acho que 15 está bom.

Mas, enfim, a gente defende, enquanto Reforma Tributária 3S, que a reforma tributária, também nas suas próximas fases, dê conta das enormes desigualdades que existem no Brasil. Isto tem que ser tratado também na reforma tributária: o nosso sistema é absolutamente regressivo. A gente não tributa renda, por exemplo, não tributa patrimônio, a gente só tributa consumo. Mas a gente precisa também discutir o que a gente está tributando mais e o que a gente está tributando menos. Então, vamos navegar fazendo essa conexão com o tema dos agrotóxicos.

Pode passar.

Num contexto geral, acho que é um pouco para nos dar... Acho que é um momento muito complexo. Quando a gente olha para a situação atual, o que o Estado brasileiro está financiando? A gente está financiando aquilo que faz mal à saúde, aquilo que faz mal ao meio ambiente e aquilo que gera mais desigualdade, mas a gente pode fazer diferente, porque o que existe aqui hoje é fruto de escolhas que fizemos no passado, é fruto de políticas públicas que foram e vêm sendo adotadas. Então, acho que o momento agora é uma enorme oportunidade de a gente plantar as sementes do que a gente quer ver, porque também demonstra o poder das políticas públicas. Quando a gente quer e existe vontade política... As evidências existem, elas estão mais do que colocadas. Então, a gente precisa desse conjunto de setores.

E a gente está falando aqui de uma sindemia global – pode passar –, que é um sistema incapaz de garantir o direito humano a uma alimentação adequada e saudável porque ele fala... É um conceito que foi lançado no relatório da revista *The Lancet,* em 2019, e basicamente o que ele fala é que a pandemia global da desnutrição está ligada à obesidade, porque a má qualidade da alimentação, o tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimento que a gente está consumindo hoje, as mudanças climáticas e seus impactos ambientais e esse conjunto de fatores têm soluções parecidas também. Acho que a tributação, o que a gente tributa, é uma chave muito importante para a gente conseguir mudar esse cenário para outra direção.

Pode passar.

A gente está sofrendo hoje com a má nutrição e a gente tem um cenário periclitante de fome. Conforme dados de 2022, são mais de 30 milhões passando fome e mais de 120 milhões em situação de insegurança alimentar.

A gente tem como guia o nosso *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que fala também da questão da sustentabilidade, da comensalidade, da regionalidade, de você adquirir acesso a alimentos da sociobiodiversidade. Enfim, ele traz uma orientação muito importante para a gente fazer esse desenho de políticas que precisam estar em torno disso para garantir o direito humano a uma alimentação adequada e saudável.

Pode passar.

E esses sistemas alimentares... Volto ao que eu já trouxe anteriormente. Esse estágio que a gente tem hoje é uma estratégia que foi construída nos anos 60 e 70, foi um esforço do Estado e da sociedade brasileira. Esse cenário de exportação de *commodities* foi construído e é fruto de uma série de mecanismos: redução ou isenção de tributos sobre os insumos, como, por exemplo, os agrotóxicos também. Houve uma série de benefícios, uma série de políticas públicas estruturantes para as agroindústrias, para as indústrias de alimentos, na exportação – a gente não tem imposto de exportação.

E a soja é uma cadeia produtiva junto com o milho também, que a Ana Paula trouxe – milho e algodão, salvo engano. Mas, enfim, a soja... A gente acabou de fazer um estudo específico sobre a cadeia da soja – então, eu a trago aqui como exemplo –, é a cadeia que mais se beneficiou desse conjunto de políticas públicas, de decisões que foram tomadas na sociedade brasileira e que estão causando impacto gigantesco, seja na nossa saúde, como indivíduos, como pessoas, seja no meio ambiente, gerando mais desigualdade no campo e na sociedade.

Pode passar.

Esse dado... Eu peço desculpa, o Marcelo vai poder me atualizar, porque já aumentou. A soja é a cadeia agrícola com maior utilização de agrotóxicos. Isso aqui é de 2013. Se a gente já tinha um valor muito alto em 2013, passados dez anos, a gente sabe que a produção aumentou ainda mais e esse número é ainda mais grave do que trago aí como ilustração.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente pensar: que lógica a gente precisa pensar para dar prioridade nas políticas públicas? A gente precisa olhar para essa intersecção entre esses três elementos. Quais são os alimentos mais consumidos pela população brasileira, inclusive nas discussões relativas à cesta básica? É uma reflexão importante olhar para a cesta básica não deixando de ver essa perspectiva que traga a questão ambiental e a questão da saúde pública, além da questão do acesso a uma alimentação adequada e saudável para toda a população brasileira. Então, a gente precisa olhar... Do ponto de vista da saúde pública, a gente sabe que o consumo de ultraprocessados é um dos grandes elementos dessa transição na dieta brasileira, a gente está deixando de comer arroz e feijão para comer mais alimentos ultraprocessados. Isso é gravíssimo, isso tem impacto direto na saúde da população.

Só lembrando aqui, eu trago até uma referência de estudo, vamos lembrar que ultraprocessado também tem agrotóxico. A gente acaba, na discussão com a população em geral: "Ah, não vamos comer mais verduras e legumes porque eles estão cheios de agrotóxicos". Os ultraprocessados ainda mais, porque a base de produção dos ultraprocessados são essas *commodities* que estão acabando com a nossa saúde. Então, é para lembrar que a gente precisa ter um olhar muito atento para essa intersecção.

Pode passar.

Tem esse estudo, que foi um levantamento, já tem duas publicações, que revela a presença de agrotóxicos nos alimentos ultraprocessados. Acho muito relevante trazer isso aqui, trazendo assim, acho que a Ana Paula já trouxe alguns elementos de como é o sistema tributário hoje, daí essa oportunidade de a gente mudar. A gente tem hoje isenção para uma série de produtos ultraprocessados, como a gente faz a utilização do IPI. E aí um exemplo que acho muito gritante, que é uma concorrência desleal entre a produção orgânica e a produção convencional, é que você chega, em todo o sistema tributário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – ... em toda a cadeia da produção do alimento, chega lá ao final, o suco de uva integral orgânico paga muito mais tributo do que o néctar de uva, que é um ultraprocessado. Quer dizer, às vezes o alimento da produção orgânica acaba saindo mais caro para o consumidor lá na ponta, além de o produtor ver uma concorrência desleal, porque ele não vai poder botar Roundup na lavoura dele. É mais trabalhoso você plantar, você tem tecnologias para isso, mas você não pode incentivar aquilo que é ruim para a gente.

Pode passar.

Então, a gente precisa... O imposto seletivo precisa, para esses produtos comprovadamente negativos para saúde e meio ambiente, como tabaco, álcool, ultraprocessados e agrotóxicos, olhar obviamente para as evidências. Eu sei que isso vai ser discutido mais tarde, mas a Ana Paula já trouxe um elemento gravíssimo que está ali no texto para ser votado, que é uma inversão de lógica que não faz nenhum sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lógica do imposto seletivo devia ser inversa, porque colocaram aquele jabuti lá dentro, que o que tem benefício tributário não pode ter imposto seletivo. A lógica do imposto seletivo é inversa: o que tem imposto seletivo comprovadamente nocivo à saúde e ao meio ambiente é que não pode ter benefício tributário.

A gente não pode, de forma alguma, inverter essa lógica em um texto de uma emenda constitucional. Isso, assim, é um absurdo. Eu acho que é um escândalo que tinha que estar na primeira página do jornal, na minha opinião, esse parágrafo estar ali dentro dessa forma, com uma inversão de lógica tão absurda. Então, eu acho que isso é muito grave e eu acho que é importante que esta Casa esteja muito atenta para isso.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou garantir seu tempo, mas essas questões, como as duas painelistas que falaram primeiro estão colocando, é importante que vocês também nos apresentem como sugestão de emenda. A gente se coloca à disposição, e isso que você fala agora, por exemplo, me preocupou muito. Inverteu a lógica com prejuízo à alimentação...

A SRA. PAULA JOHNS – E à saúde, ao planeta e ao Brasil, ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu te roubei um minuto, vou te dar de volta.

A SRA. PAULA JOHNS – Obrigada.

Bom, aí eu trago até uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde, que foi passada recentemente, agora no dia 20 de julho. Eu só destaquei a parte do texto que pede a supressão desse art. 9º, que faz essa inversão de lógica.

Pode passar.

Tem outra recomendação também do Conselho Nacional de Saúde específica relacionada aos agrotóxicos, a mitigação dos seus impactos na saúde, considerando todas as evidências também falando sobre isso. Ou seja, são duas recomendações recentes que eu acho importante a gente estar aí disseminando.

Pode passar.

E aí, eu acho que é importante trazer isso também porque, com a publicação desse estudo do Ministério da Fazenda relativo às estimativas dessas alíquotas, toda essa discussão, se vai ter benefício,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai ter que aumentar a alíquota geral e tal... Então, vamos olhar para isso. Quais os benefícios que realmente trazem para a população?

Pode passar para o próximo.

No próximo está ali. Quando a gente olha justamente naqueles grupos agro, cesta básica e regime específico, em pontos percentuais, é um dos maiores impactos. Então, a gente tem que olhar com muito cuidado para aquilo exatamente para a gente não estar dando benefício para agrotóxicos ali dentro dos insumos agropecuários ou para os ultraprocessados dentro dos insumos agropecuários.

Ultraprocessados não podem estar, de forma alguma, dentro da cesta básica. Tem que ser uma cesta básica nacional saudável e sustentável. Então, assim, vamos olhar para isso. Então, a gente não pode aumentar a alíquota geral para estar dando benefícios para um setor que hoje já é extremamente beneficiado.

Hoje a gente tem uma oportunidade de corrigir as distorções tributárias que existem no Brasil hoje. E ali tem essa da cesta básica. Então, é um momento muito importante fazer essa discussão, colocar todos esses elementos na mesa para a gente conseguir chegar à melhor solução possível para todos nós.

Pode passar.

E aí, eu já vou fechar com algumas...

A gente vem fazendo levantamentos regulares, seja dentro do próprio Congresso ou em institutos de pesquisa de opinião. Esse foi o Parlamento Socioambiental, que a gente fez em parceria com o IDS, sobre a opinião dos próprios Parlamentares: quais os produtos devem ter seus tributos aumentados pela reforma tributária? Vocês vão ver que há álcool, tabaco... Porque a gente ouve falar, até quando se fala em imposto seletivo, a primeira coisa que se lê na imprensa é álcool e tabaco, mas eu acho que tem outros produtos, como os ultraprocessados, e a gente vê ali o apoio, o aumento de tributo para agrotóxico, de mais de metade dos Parlamentares.

Essa foi uma pesquisa que já tem um pouco mais de tempo. Vou trazer agora uma de março de 2023, também.

Pode passar.

Esse aumento de tributos... Essas foram menções espontâneas. O agrotóxico está com um número menor ali, mas foi uma outra pergunta um pouco diferente. A concordância do Congresso, em geral, em relação ao subsídio com recurso público para produtos prejudiciais à saúde, é de mais de 60% – eu não estou enxergando nada, mas é aquele número lá na ponta, acho que são 63%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há uma concordância muito grande de que a gente vincule esses impostos arrecadados com produtos nocivos à saúde...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – ... de volta à promoção da saúde, para se poder vincular o Fundo Nacional de Saúde. Enfim, existe uma série de possibilidades.

Pode passar.

Só para fechar aquele ali, eu acho que tem um elemento... A gente precisa tentar minimamente mitigar as externalidades negativas causadas por esses produtos na sociedade, é o mínimo que a gente pode fazer.

E outra coisa que a gente monitora regularmente, anualmente é a opinião da população sobre essa questão da reforma tributária. Também há um grau de concordância muito grande em relação a tributar coisas que fazem mal à saúde e ao meio ambiente.

Pode passar.

Nove a cada dez acham que tem que ter... Essa daí é uma que acabou de sair do forno, a gente não divulgou ainda, aqui eu estou mostrando... É inédito, acabou de chegar o resultado dessa: nove de dez brasileiros desejam aumento de tributos para nocivos à saúde. A população, na maioria, acredita que eles deverão ser aumentados para produtos que são nocivos para a saúde e para o meio ambiente. Também seis a cada dez são contrários a que o Governo conceda incentivos para fabricantes de produtos fazem mal à saúde.

Pode passar.

Aí tem o dado da cesta básica. Só destaco, também, que 64% da população mencionaram agrotóxicos com relação aos produtos nocivos à saúde que devem ter seus impostos aumentados, logo atrás de bebida alcoólica, produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono. Acho que a gente está vendo de forma muito forte como é que a população está vendo essa questão da sustentabilidade.

Pode passar.

É isso. Acho que eu fechei com a opinião pública para a gente saber que existe esse respaldo da população.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Paula Johns, ACT Promoção da Saúde, sistema tributário 3S.

Como eu a interrompi para dizer, vou repetir agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que essas contribuições remetam para nós, para que nós possamos transformá-las em emendas. O importante da audiência pública, além da visibilidade do tema, que é fundamental – o de hoje, como tantos outros que esta Comissão já patrocinou – são os encaminhamentos posteriores, que a gente combine com vocês o que a Comissão deve fazer nesse campo da importância da defesa da saúde, da vida, enfim, do planeta.

Agora vamos em frente.

Marcelo Firpo Porto, Coordenador do Neepes (Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde) e pesquisador Cesteh/Ensp/Fiocruz.

O SR. MARCELO FIRPO PORTO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Agradeço o convite e cumprimento a mesa, a plenária e a todos que nos assistem.

Já que eu tenho um pouquinho mais de tempo do que eu pensava, vou fazer esta introdução para dizer que, na última vez em que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repito: dez minutos mais cinco minutos; se necessário, mais cinco minutos.

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – Acho que não vou passar desse tempo, não.

Na última vez em que eu estive para uma audiência pública, aqui no Congresso Nacional, foi em um contexto bastante diferente do de agora.

Colocaram-me para debater o pacote do veneno, o chamado pacote do veneno, com uma pessoa da Embrapa, indicada pelo agronegócio. E haviam me dito que haveria Parlamentares que também estariam no nosso campo na defesa da saúde, do ambiente, da agroecologia, da produção orgânica, mas estava tendo uma outra pauta, e aí eu fiquei sozinho. Presidindo a mesa – e eu sentado ao lado –, numa hora, o Deputado Federal ligado à indústria do agrotóxico; em uma boa parte do tempo, a mesa foi presidida pela Senadora, que foi Ministra da Agricultura, nos últimos anos do Governo anterior; e a plenária inteira totalmente diferente da coloração desta plenária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu sabia que isso vai acontecer, eu sempre faço isto: apesar de ser um cientista muito dedicado à produção de argumentações de confiabilidade e à qualidade das pesquisas que eu realizo, eu sempre peço para a minha mãe – na época, ela já tinha partido – e para os meus amigos de diferentes perspectivas espirituais e religiosas para criarem uma proteção de energia para quando eu entrar num ambiente, porque, quando você vem a Brasília, ao Congresso e a outros ambientes também, nem sempre o ambiente é muito favorável; é preciso criar realmente muita proteção. E eu tive realmente muita proteção naquele dia, porque, no final das contas, as pessoas que estavam discutindo comigo diziam: "Não, concordamos com a visão do pesquisador, que é um utópico e deseja um mundo maravilhoso, com que eu também compartilho, mas a realidade e a necessidade do superávit fiscal, etc. exigem que a gente vá devagarzinho para isso. Isso é um horizonte certamente para os nossos netos, para os nossos filhos e para aqueles que, neste momento, podem comprar alimentos mais saudáveis, mas que realmente podem ser, eventualmente, mais caros, mas para a gente sustentar a nossa balança fiscal e produzir alimentos mais baratos, precisamos dos agrotóxicos ou dos defensivos agrícolas".

Então, hoje o contexto é bem diferente.

Começo nessa introdução, que eu não pretendia fazer, dizendo também que eu me sinto muito bem, não somente porque o Senador Paulo Paim é uma referência na história da luta trabalhista, social e pela democracia neste país, mas, porque, quando eu olho o Senador, eu me lembro muito do meu pai e de pessoas da minha família. Eu sinto, assim, uma intimidade, apesar de a gente não se conhecer. (*Palmas.*)

Então, sinto-me muito bem e vejo aqui pessoas muito queridas na luta contra os agrotóxicos.

Então, com isso, eu faço essa iniciação para dizer que eu sou um dos autores dos dois relatórios – sou membro do GT Saúde e Ambiente, da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) –, junto com o meu querido companheiro e amigo de pesquisa Wagner Soares, do IBGE. Desde 2005, até antes, a gente vem trabalhando sobre os impactos econômicos dos agrotóxicos. Ele é um economista, e a gente vem discutindo, produzindo artigos internacionais e nacionais. Existe muito pouca gente trabalhando nisso.

Então, a gente produziu, em 2020, dois relatórios. O primeiro relatório para, justamente, dizer por que a isenção fiscal acaba gerando esse número que é muito complexo e difícil de calcular: algo em torno de 10 bilhões; tem incertezas envolvidas, mas é muito alto. E, num segundo relatório, depois que o agronegócio pagou uma consultoria e publicou um relatório dizendo que isso iria afetar a cesta básica, a gente fez um segundo relatório para contra-argumentar isso e dizer que isso não tinha nada a ver.

Então, em vez de eu apresentar os detalhes hoje meio chatos desses números, eu preferi me dedicar aos princípios e argumentos fundamentais que estão em debate neste momento. Por que a reforma tributária não pode ou não deveria cometer o absurdo de defender um veneno em vez do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédio de promover o que alguns economistas chamam de paraíso da poluição, ou seja, radicalizar e dar continuidade ao que a Paula, inclusive, acabou de mencionar: as externalidades negativas da economia?

Dito isso, eu quero dizer que eu sou, desde 1986, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública – que tem esse belo nome – Sergio Arouca, uma liderança da reforma sanitária. Eu vou tentar ser breve, a partir de agora, para falar sobre quais são as questões fundamentais que eu vou trabalhar.

A gente tem buscado contabilizar os danos. Eu trabalho com uma agenda diversa para pensar, atualmente, a questão da promoção emancipatória da saúde, mas isso é um outro tema. Além da justiça social, ambiental e sanitária, a gente tem falado da justiça cognitiva, que é muito importante para pensar a diversidade e a democracia, e onde estão os quilombolas, os indígenas, as periferias urbanas, que também produzem conhecimentos; não é só a ciência que produz conhecimento. Mas isso é uma outra história, fundamental para o nosso país e para o futuro do planeta.

O que eu quero falar aqui para vocês é, basicamente, responder a três perguntas. Primeira: por que os agrotóxicos não podem ser tratados como insumos agropecuários? As falas da Procuradora Ana Paula e também da Paula já me ajudaram muito. Por que eles não podem ser tratados como enxadas e tratores? Ou, ainda, como medicamentos – que é o argumento recorrente? Segunda pergunta – as três estão interligadas: por que uma tributação diferenciada e menor para os agrotóxicos atrasa a transição em direção ao modelo mais sustentável e saudável de agricultura, tão fundamental para o planeta e para a vida das pessoas, e reforça essa ideia de sermos um trágico paraíso da poluição? E, por fim: por que a cesta básica, a agricultura familiar e o próprio agronegócio não necessariamente serão prejudicados por uma taxação maior de agrotóxicos? Pelo contrário.

Eu vou falar desses três temas, rapidamente, para dialogar com a plenária, com a mesa e deixar mensagens estratégicas para este debate.

Vamos, então, à primeira questão. É óbvio que a gente não precisa discutir que enxada, trator e outros insumos agropecuários são importantes e geram muitos benefícios. Claro que possuem também riscos, mas aqueles que usam são supostamente capacitados. São riscos controlados, localizados e restritos àquele ambiente e aos agricultores que utilizam, e que, por exemplo, são capacitados para evitar riscos de acidentes, por exemplo.

No caso dos agrotóxicos, a situação muda. Eles são essencialmente perigosos. Por definição, agro é tóxico, agrotóxico. Ele foi produzido para... Desculpem a expressão, essa palavra, num clima cada vez mais difícil, de tanto ódio, tanto negacionismo, tanta falta de gentileza e capacidade argumentativa, mas os agrotóxicos foram feitos, originalmente, para matar plantas, fungos e insetos, em defesa da planta ou do que deveria ser protegido. Mas, ao mesmo tempo e por extensão, eles afetam a saúde, adoecem e matam os seres vivos ao redor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – Não é casual que os agrotóxicos tenham sido produzidos como tecnologia bélica na Primeira Guerra Mundial. Os agrotóxicos modernos surgem daí. Portanto, eles são muito perigosos e causam uma série de problemas sanitários, ambientais etc.

Diferente de ambientes fechados, como tratores, quem segura uma enxada ou fábricas, os agrotóxicos são utilizados ao ar livre. Afetam não apenas os trabalhadores agrícolas que os aplicam e que são muito afetados, mas as casas ao redor, as creches de crianças e de cidades afetadas pelas pulverizações aéreas de aviões, que deveriam ser proibidos no país, como o são em outros países, de dispersar agrotóxico na atmosfera. Eles contaminam solos, rios, águas, ar e, por consequência, todos os seres vivos.

A poluição pode ir tão longe que afeta mesmo urso polar no Ártico, que são afetados pela existência da primeira geração de agrotóxicos, os organoclorados, que são os poluentes orgânicos persistentes, os chamados POPs. Nesse sentido, a propaganda tem alguma razão: agro é POPs.

Seguindo o mesmo raciocínio, é um absurdo comparar agrotóxico aos medicamentos. Isso é trágico, e tem muita gente que fica repetindo isso. Os medicamentos são feitos para ser, localizadamente, aplicados a doenças humanas; passam por uma forte regulamentação, em especial aqueles mais perigosos, que dependem de um controle e um acompanhamento, uma indicação estrita de médicos especialistas. Eles estão circunscritos ao corpo do paciente. Já os agrotóxicos contaminam todo, como chamam as nossas guerreiras indígenas, o corpo território, todo o ambiente ao redor, todas as plantas e alimentos, que também eles dizem que querem proteger, mas que acabam sendo consumidos pelas pessoas depois.

Por isso, há uma enorme contradição na reforma tributária, como já foi dito e vai ser repetido durante todo o tempo: há uma enorme contradição, porque ao mesmo tempo, ela acertadamente isenta medicamentos que vão curar inclusive o câncer ou combater os efeitos colaterais, mas, no mesmo momento, no parágrafo subsequente, isenta insumos agropecuários, com a perspectiva de incluir os agrotóxicos, que provocam um câncer.

Como a gente vai explicar isso para qualquer ser humano razoável, com uma capacidade de raciocínio e de coração minimamente razoável? É isso o que a gente tem que fazer: relembrar que devemos simplesmente ser razoáveis, defender a ciência e a compaixão. Mais do que um defensivo, seria mais razoável comparar os agrotóxicos, na verdade, a uma droga que gera dependência química, pois, no caso do paciente doente, que deveria ser tratado, o caso dos agrotóxicos é um modelo de agricultura químico-dependente que se expressa nas *commodities* agrícolas, pautadas em monocultivos de grande extensão que não podem viver sem agrotóxicos, porque não podem cultivar os agroecossistemas. Eles precisam eliminar a biodiversidade em prol de agroquímicos que vão orientar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele território, aquele ambiente, para uma única produção específica, negando dessa forma a própria produção da vida e da perspectiva fundamental de convivência com os diferentes ecossistemas e grupos que neles vivem, indígenas, agricultores, quilombolas etc.

Portanto, do ponto de vista tributário, os agrotóxicos, como já foi dito e será sempre repetido, devem ser tratados na lógica do que alguns economistas chamam de tributo do veneno: cigarros, bebidas alcoólicas, alimentos nocivos etc.

Bom, eu vou tentar ser mais objetivo para falar das duas questões que me restam.

A segunda questão é: por que uma tributação diferenciada e menor para os agrotóxicos atrasa a transição para um modelo mais sustentável e saudável de agricultura? A resposta é relativamente simples. Do ponto de vista econômico e ambiental, a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – ... quando reduz impostos de agrotóxicos, distorce a relação custo-benefício de outros métodos mais saudáveis e sustentáveis que combatem pragas e doenças na agricultura. É isso o que os economistas chamam de externalidades negativas, esses impactos desses outros métodos. Em vez de a gente, então, mitigar ou neutralizar as externalidades negativas, a redução de impostos incentiva mais o veneno do que o remédio. E os países são chamados, por economistas que adotam essa perspectiva, de paraísos da poluição, o caminho contrário à sustentabilidade e ao futuro do planeta saudável. Fazem isso, muitas vezes, em nome do desenvolvimento, do emprego – inclusive pessoas de esquerda.

Sabe-se lá mais de Deus, em nome do quê, onde está a sabedoria dessa decisão? Então, os agrotóxicos mais baratos, na verdade, influenciam a decisão de agricultores no curto prazo, porque, muitas vezes, quando faltam a eles incentivos, informação, políticas públicas, inclusive consciência ecológica e política, organização política, eles acabam sendo despreocupados com o futuro e a falta de solidariedade. Naquele momento, mais individualistas adotam agrotóxicos em vez de reduzi-los e caminharem em uma direção mais orgânica.

A literatura especializada indica que, mesmo países com muito mais controle, como os Estados Unidos, têm muita externalidade negativa. A indicação é de algo em torno de US$12 bilhões de custos ambientais, sociais e sanitários nos Estados Unidos.

A nossa perspectiva, embora não haja cálculos precisos, estudos sobre isso no Brasil, é de que não deve ser diferente, porque a gente usa mais agrotóxico, mais perigoso que os dos Estados Unidos e com muito mais vulnerabilidade institucional, com muito mais problema de regulação e controle na aplicação e no uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai bater no SUS. Nossa companheira do Ministério da Saúde vai falar sobre isso. Vai bater na sociedade como um todo.

Então, os dados censitários também de 2006 e de 2017 mostram que, inexoravelmente, há uma tendência de quem usa agrotóxicos de sempre comprar mais agrotóxicos e pagar mais, porque quanto mais usam, mais dependentes ficam e mais difícil é matar as pragas e é preciso se utilizar mais e mais, até que os agrotóxicos se tornam insustentáveis e vem uma nova geração de agrotóxico. Parece até uma mudança de droga para uma outra droga.

O problema, então, do incentivo ao veneno, também não é novo. Eu não vou falar sobre isso. Já foi falado aqui sobre o que já vem acontecendo com a isenção da tributação desde 1997 – um absurdo! Mas, agora, o que a gente vai fazer com a tributação é uma situação mais complicada, ou seja, a gente, atualmente, está pagando algo em torno de R$10 bilhões, pode ser um pouco mais, talvez. Sem contar outros efeitos, como, inclusive, a exportação ou a redução do imposto de exportação etc. Mas, se a reforma atual for aprovada do jeito que está, a situação pode se manter ou se agravar. E essa é uma questão que a gente vai ter que acompanhar com muito cuidado nos anos seguintes, caso a tragédia do nosso país continue.

Finalmente, então, só para concluir, eu quero dizer que a pergunta é: será que a cesta básica vai aumentar? A agricultura familiar e o agronegócio também vão se prejudicar? E a resposta que a gente indica é que não. Podem ser, no curto prazo, em diferentes setores, prejudicados. Mas por quê? Quando a gente vai ver quem usa agrotóxico, 85% dos agrotóxicos vão para as grandes *commodities* – soja, milho, café, açúcar, cana-de-açúcar etc.

Então, a gente espera que o impacto dessa tributação não vá, inclusive, gerar muito impacto no aumento de preços, porque ele é regulado pelo mercado internacional, a ingerência é menor, mas, sim, vai afetar a lucratividade do setor. Aí podem falar assim: "Coitados, são tão pobres! Pobre coitado o agronegócio!". Na verdade, o setor agropecuário faturou, em 2022, quase R$1,2 trilhão. Não vou dizer que tudo isso é do agronegócio especificamente, tem várias outras cadeias, mas tem muita gordura e muita riqueza, inclusive para controlar a Deputado e bancada no Congresso e o processo decisório e propaganda em televisão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – Então, só para concluir – já estou acabando –, eu vou dizer que a gente... Não vai deixar o agronegócio de ser competitivo. A agricultura no Brasil... Já dizia Jorge Ben: a gente mora num país tropical, abençoado por Deus. A gente tem terra agricultável, a gente tem clima, apesar das mudanças climáticas que estão mudando isso – é um outro problema –, mas ainda capaz de proporcionar safra com previsão de colheita todo ano e mesmo disposição de força de trabalho de agricultores e elevada mecanização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não vai ser afetado. Pelo contrário, é uma tendência inevitável no planeta, mesmo com a crescente participação da China, uma crescente seleção de produtos e *commodities* agropecuárias, agrícolas, que respeitem o meio ambiente e o planeta. Então, isso é inevitável.

Os impostos podem ser vistos como uma transição para uma agricultura mais agroecológica. Só para concluir rapidamente, se o Senador me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem dois minutos ainda.

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – A questão do combate à fome. Vocês devem saber que cerca de três quartos dos agricultores familiares nos censos agropecuários – se não sabem, eu estou informando – informam não utilizar agrotóxicos ou utilizar muito pouco agrotóxicos. Então, na verdade, não existe problema em relação à agricultura familiar, inclusive para fazer a transição, porque eles têm agroecossistemas para poder plantar. A questão... Isso já é demonstrado... Um estudo feito em Santa Catarina mostra que o impacto em produtos como mandioca, como banana e em outros produtos da cesta básica vai ser muito pequeno. A estimativa era de 0,4% na época do aumento da atual isenção.

Então, a questão fundamental é: pelo bem do futuro, pelo bem da nossa humanidade e do planeta, que as pessoas defendam certos interesses políticos, ideológicos, mas abram as suas capacidades de raciocínio e de pensamento a uma forma mais solidária e de coração, porque os cidadãos e o futuro do planeta clamam e esperam por uma decisão responsável do Congresso Federal. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

Parabéns, Dr. Marcelo Firpo Porto.

Parabéns pela sua exposição, que mostra ao Brasil todo as enormes preocupações com o que está acontecendo, o que pode acontecer, e a importância da própria agricultura familiar e dos alimentos sem agrotóxicos. Não só o alimento, mas todo o ecossistema.

Vamos em frente.

Deputado Estadual Marcos José Abreu, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc e representante do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos no nosso sistema.

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU (Para expor.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria, inicialmente, dar um bom-dia a todas as pessoas que estão aqui nos acompanhando. Quero agradecer o espaço, Senador Paulo Paim, por este momento também de convergir com as duas Frentes Parlamentares, a de Segurança Alimentar e também a Ambientalista. A importância dessas Frentes Parlamentares é porque são espaços em que a gente encontra a sociedade civil organizada também se esforçando para se manifestar e construir as políticas públicas em conjunto com o Legislativo.

Eu queria me apresentar rapidamente, assim, só para também contextualizar. Eu sou engenheiro agrônomo de formação. Sou formado pela Universidade Federal de Santa Catarina e atuei como extensionista por dez anos numa organização não governamental que atua na promoção da agroecologia lá na região do Estado de Santa Catarina. Fui coordenador adjunto durante toda a formação do Fórum catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, que teve a coordenação-geral da Promotora Dra. Greicia Malheiros, inicialmente; depois, do Dr. Paladino e agora retornou a coordenação à Dra. Greicia Malheiros. Por isso, eu também quero estar aqui contando um pouco da história da atuação desse fórum.

Fui Vereador em Florianópolis e agora sou Deputado Estadual pelo PSOL. A gente, em Florianópolis, aprovou uma legislação muito importante, que foi tornar a Ilha de Santa Catarina uma zona livre de agrotóxicos, de aplicação e armazenamento de agrotóxicos naquela região ecossistêmica definida, que é uma ilha, uma ilha que é 97% do território da cidade.

Então, esse trabalho na promoção da agroecologia, no aprofundamento em relação ao fórum também nos deu essa capacidade, essa condição de poder atuar. E agora, no Parlamento estadual, a gente protocolou, em conjunto com outros Deputados, a lei – foi uma articulação nacional – da proibição da pulverização aérea, que começa a tramitar.

Não é um espaço fácil, pode ter certeza, e eu vou contar porquê. Eu vou explicar, inclusive, a iniciativa que o fórum teve em conjunto com o Governo do Estado de Santa Catarina, lá pelos idos de 2019 – 2018, 2019, 2020 –, e o esforço que foi feito para romper a decisão do Confaz e tributar de ICMS os agrotóxicos lá no estado, muito numa linha do que a gente vinha falando aqui, na tentativa de reconhecer a toxicidade – que também é algo, se a gente aprofundar, a ser discutido sobre essas faixas de toxicidade – e num esforço de aplicar uma tributação verde, como foi chamada.

Eu queria passar para o próximo eslaide, por favor, porque aí eu conto um pouco desse esforço, não é?

Então, o fórum discutiu isto – achou, como 90% da população brasileira acha, um absurdo entender que um produto reconhecido, em que as evidências científicas vêm acumulando historicamente o impacto causado por ele na saúde urbana e no meio ambiente... –: por que não o taxar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que esses tributos retornem em serviços para mitigar ou minimizar pelo menos os impactos causados, vamos dizer assim – sendo muito justo e muito reto nessa proposta?

E foi feita uma informação sobre a tributação ao Governo do estado. O Governo do estado discutindo, obviamente, o esforço de tentar arrecadar mais, considerou essa provocação do fórum e criou uma comissão, um grupo de trabalho que realmente identificou essa isenção, que era muito significativa. Um estado como Santa Catarina, com mais de 8 milhões de habitantes, que tem uma agricultura familiar muito potente, com poucos latifúndios, mas com muitos minifúndios... Mas são esses agricultores e agricultoras os mais diretamente afetados. Tem uma diferença enorme entre você aplicar um agrotóxico dentro de uma máquina, totalmente protegido, em centenas de hectares, milhares de hectares e você aplicar um agrotóxico que tem a capacidade de atacar o seu sistema nervoso central, assim como ataca diretamente o de um inseto – que nas suas relações de sinapse tem uma muita relação muito próxima com a nossa, só que o nosso volume corpóreo tem uma diferença enorme –, com uma bomba costal amarrada como uma mochila. Esse trabalhador está altamente exposto a esses produtos químicos sintéticos com alto impacto a sua saúde humana. Então, essa é a realidade do Estado de Santa Catarina na sua grande maioria. E, quando aplicam motorizados, são ainda pequenos tratores com ampla exposição também. E, por ser minifúndio, quando aplicado com aplicação aérea, aí a gente entra na perspectiva das derivas, na perspectiva do impacto indireto já também comprovado. Então, essa é a realidade de Santa Catarina, com uma estrutura muito bem organizada das suas cooperativas e associações, que também são instrumentos, hoje, da grande indústria da agricultura, obviamente, e que conduz esse processo.

Então, o agricultor familiar que entra numa cooperativa, numa agropecuária para adquirir o seu insumo agrícola, ele não entra numa agropecuária e encontra duas estantes: uma com produtos químicos sintéticos e outra com produtos de base biológica. Hoje, os agricultores e as agricultoras não têm essa opção. Quando entram num centro de aquisição de insumos, não conseguem ter essa opção. Essa é uma realidade. E isso é por conta de como estão instrumentalizados os incentivos, o acesso, a pesquisa e a disponibilidade, e assim por diante.

Em 2019, então, confecciona-se uma carta com 101 organizações, grande parte delas relacionadas ao fórum que assinou em favor da tributação dos agrotóxicos. O ex-Governador Moisés, através do seu Secretário de Fazenda, banca essa proposta – de forma muito corajosa, inclusive – e atende essas 101 entidades que levam a proposta na mão, em conjunto com todos os estudos – e nós temos aí uma equipe de cientistas muito qualificados: Prof. Nodari, Profa. Sonia Hess, Profa. Larissa Bombardi, o Dr. Pablo Moritz, que é do Centro de Informações e Assistência Toxicológica, um dos cem pesquisadores do mundo que discutem as doenças crônicas não transmissíveis e as novas doenças glandulares especialmente, na perspectiva da correlação com o uso e a exposição aos agrotóxicos –, que dão um embasamento para esses tomadores de decisão, como o Governador. E ele apresenta uma medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provisória na Assembleia Legislativa para tornar os agrotóxicos tributáveis, com ICMS proporcional. A tributação tinha taxas variantes com a classe toxicológica dos agrotóxicos.

O que acontece quando chega na Assembleia Legislativa? Ela é rejeitada por unanimidade. Quando chega na Assembleia Legislativa, ela é rejeitada por unanimidade. As cooperativas, as associações e a federação de agricultura catarinense mobilizam, organizam ônibus de agricultores, e lotam o Plenário, a Casa como um todo, para os agricultores irem lá defender a isenção de agrotóxicos em Santa Catarina.

Estou colocando isso porque é uma realidade que a gente está vivendo aqui. Viveu no Congresso Nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – Inclusive a Bancada do PSOL apresentou um voto em separado em relação a esse item, especialmente, aos agrotóxicos. E a gente precisa ampliar agora essa garantia de justiça nessa perspectiva.

Eu falo isso porque, primeiro, tenho muita segurança e muita tranquilidade porque fui formado para ser engenheiro agrônomo e para receitar os agrotóxicos, conheço os princípios ativos e toxicidades, conheço o que as escolas de agronomia e os técnicos agrícolas aprendem em relação a isso. E a gente sabe que é uma negligência imensa. Não existe responsabilidade direta na perspectiva desse processo.

Então, quero dizer que isso se aprofunda.

Pode passar o próximo, por favor.

Isso se aprofunda porque a gente tem muita disputa de narrativa. E quanto a gente está disputando essa propaganda! Aí aparecem os mitos e verdades sobre a questão dos agrotóxicos, dos produtos agroecológicos e da produção agrícola.

Eu não vou passar todos os mitos e verdades porque meu tempo já está esgotado, mas eu quero aqui apresentar para vocês que foi construída uma cartilha, em parceria com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, o Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos e o Idec, em conjunto com a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Ela está disponível e conta com muita ciência, os mitos e verdades sobre os agrotóxicos.

Eu quero falar sobre um mito, que é a questão do aumento do custo dos produtos ou do custo de produção para os agricultores.

Houve um estudo em Santa Catarina que não foi publicado. Eu não vou poder falar neste momento porque ele não está publicado, mas ele demonstra que, na produção de alimentos, a gente não passa de um impacto de mais do que 2,5%. Não passa de 2,5% no aumento no custo de produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiser tirar o eslaide, pode tirar.

Eu queria enfatizar para vocês que os agricultores e as agricultoras, quando produzem seu alimento e quando lançam a nota de produtor, eles recolhem ICMS, eles recolhem tributos. Então, a tributação para os agricultores está lá pelo ato de se fazer agricultura e não pelo ato de utilizar um insumo agrícola de agrotóxico, que é um insumo de uma grande indústria.

Então, isso está comprovado. Tem ciência, tem pesquisa mostrando. Eu acho que é importante este momento. O grande momento que nós temos é a reforma tributária, para rever essa que é uma das maiores injustiças tributárias que nós temos neste país.

É inaceitável que um produto como esse, que é comprovado que traz as suas externalidades, os seus impactos diretos, comprovados cientificamente, que ele seja isento de PIS-Cofins, que ele seja isento de ICMS nos seus estados, que ele não pague a taxa de importação.

As indústrias dos agrotóxicos... Mais de 80% deles são produzidos fora deste país. A gente está deixando de desenvolver uma indústria de insumos de base biológica, a gente está deixando de desenvolver uma indústria fundamental para o país porque a gente está dando todas as condições de isenção para essa indústria, que tem um domínio enorme.

Agora, eu vou dar um exemplo do que está acontecendo no Estado de Santa Catarina. Maricultores que produziam ostras e mariscos estão deixando de produzir para produzir algas para serem insumos agrícolas para as fazendas de soja no Centro-Oeste brasileiro. Como a gente faz essa avaliação? Primeiro, é um insumo de base biológica. Segundo, é um desenvolvimento industrial no país, com tributação no país, com recursos que ficam no país.

Então, é fundamental que a gente crie esses critérios, primeiro, pela saúde humana e pelo meio ambiente; segundo, porque a gente está estancando a possibilidade deste país diverso, com as capacidades que temos, de desenvolver uma outra indústria, uma outra capacidade industrial e de desenvolvimento agrícola para o nosso país, de acordo com as características que nós temos.

Por fim... Desculpa, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está dentro do seu tempo, ainda tem dois minutos.

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – Eu quero dizer que a gente precisa fazer este debate com responsabilidade.

A correlação política, a gente já perdeu. A gente sabe disso.

Não vamos aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A correlação política não está fácil, para enfrentar esse tipo de iniciativa. Agora, é fundamental que a gente tenha uma responsabilidade, neste momento, científica, técnica e de soberania nacional, que é uma coisa que a gente precisa falar.

(*Soa a campainha.*)

A gente está hoje, por conta da lixeira química – e eu estou aqui utilizando as palavras da Dra. Sonia Hess – a lixeira química em que o Brasil se transformou...

Porque nós temos aqui produtos químicos sintéticos e formulações químicas de uso de agrotóxicos que já são proibidos em muitos lugares do mundo e nós ainda continuamos usando. Pior, eles são proibidos nos países que originaram essas formulações químicas e nós continuamos usando, isentando, deixando disponível para os agricultores. E quero alertar para um ponto ainda mais alarmante: muitas dessas substâncias ou desses princípios ativos estão disponíveis fora da classificação de agrotóxicos. Eles são classificados como domissanitários, ou de uso doméstico, ou de uso sanitário. E aí a gente está exposto, todos nós, e as nossas crianças, porque a gente bota uma coleirinha no nosso gato doméstico que lança fipronil diariamente. E fipronil é um produto sistêmico, que ataca o sistema nervoso central, diretamente, dos insetos e, consequentemente, o nosso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – A gente entra em um supermercado e tem acesso a um Mata Mato, que na verdade é um herbicida, o mesmo herbicida utilizado, só que já diluído.

A gente está exposto aos K-Othrine, que são piretroides disponíveis para uso doméstico.

Então, esse debate é muito mais profundo, e a gente o descobriu porque a gente aprovou a lei da Zona Livre de Agrotóxico, e a saída para o uso de agrotóxico foi ser classificado como de uso doméstico ou domissanitário.

Então, eu acho que a gente tem um momento oportuno, e não é uma tarefa fácil do ponto de vista político, mas é o momento para a gente fazer esse debate com qualidade. E a gente se coloca aqui à disposição.

Quero também parabenizar todo o trabalho do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos e agradecer a participação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Marcos José Abreu, que dá um enfoque a partir das suas experiências em Santa Catarina, mas, ao mesmo tempo, fala da questão nacional e da questão global da indústria do veneno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, belas contribuições.

Eu vou agora permitir que a Juliana A. Costa, que foi uma das que organizou esta nossa audiência pública, e quer dar um recado rápido... E, naturalmente, quem organizou...

Eu só venho aqui, sento e passo a palavra para um e para outro. Eu estou no lugar mais confortável, mas para esse palco acontecer eu sei que teve muita gente que trabalhou.

A palavra é de vocês.

Use o microfone que quiser.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

A SRA. MIRELE GONÇALVES (Para expor.) – Filhos da época.

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.
Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discuta por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens [e as mulheres],
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas. (*Palmas.*)

A SRA. FRAN PAULA (Para expor.) – Assim, em nome do coletivo de organizações que compõe a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a gente quer agradecer por este momento à Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Paim, a todos os expositores e expositoras que fazem parte dessa luta contra os agrotóxicos, pela agroecologia, por este momento, pelos subsídios técnico-científicos aqui trazidos; e quero dizer que a campanha, desde a sua criação, tem como bandeira de luta a promoção da saúde da sociedade e do planeta, e que a gente segue aí, juntos e juntos, pela vida, pela agroecologia, pela saúde da população brasileira.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *Viva la vida!*

Foi uma breve interrupção na voz dos painelistas, mas com muito conteúdo. O que vocês disseram rapidamente aqui é *viva la vida*, cuidado com a vida e que tudo passa pela política, para o mal ou para o bem. Se nós não fizermos política para o bem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... alguém a fará para o mal. A doutora até me ajudou aqui, alguém a fará para o mal.

Então, parabéns.

Nós vamos agora pedir, senhores e senhoras, que voltem ao plenário, com uma salva de palmas pelo brilhantismo da exposição. (*Palmas.*)

Muito, muito obrigado. Vamos chamar a segunda mesa.

Deixa eu dar tchau aqui para vocês. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou convidar, neste momento – e já vou chamar a segunda mesa –, por videoconferência, o Deputado Federal Padre João, que é Presidente da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil.

Então, eu chamarei agora a segunda mesa, e quem abre a segunda mesa é o Deputado Federal Padre João.

Convido para a segunda mesa Diego Moreira, representante do Setor de Produção do MST. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda! Estava em um evento comigo, lá dos quilombolas e das mulheres caribenhas, lá no Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Agora, Matias Rebello Cardomingo, Coordenador-Geral de Análise de Impacto Social e Ambiental da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. (*Palmas.*)

Prazer, Matias. Seja bem-vindo!

O SR. PADRE JOÃO (*Por videoconferência.*) – É rapidinho, só para eu fazer uma fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveito para informar ao Ministro Haddad que o convite que ele fez para a bancada está confirmado. É só chamar que a bancada está lá. Parece que vai ser na próxima quinta-feira.

Então, eu passo a palavra neste momento ao Deputado Federal Padre João, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil, que vem fazendo um belo trabalho. Essas duas frentes vieram também, na forma muito carinhosa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitosa, me convidar, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para estar com vocês hoje aqui neste espaço.

Muito obrigado, viu, Deputado Federal? Estou muito feliz de estar aqui, porque percebo a qualidade do debate e o avanço que poderíamos ter para defender o planeta.

O SR. PADRE JOÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – A gente que agradece, Senador Paim, à Comissão de Direitos Humanos, todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A tela não... Você não... Agora, sim. Vamos lá, é com você. Pode começar agora.

O SR. PADRE JOÃO (*Por videoconferência*.) – Agradeço, então, ao Senador Paim e à Comissão de Direitos Humanos, assim como a todas as organizações que vêm contribuindo com esta importante luta. Não tenho dúvida de que esta segunda mesa, com as companheiras e companheiros que aí estão, não será de qualidade menor do que foi a apresentação da Ana Paula, a da Paula Johns, a do Marcelo, a do Marcos – ou Marquinhos, se me permite.

A minha fala será breve, Senador, e nesse sentido do grande desafio que está, assim, para nós – e quem sabe aí no Senado consiga avançar o que não foi feito também aqui na Câmara, ou que pelo menos a gente tenha esta certeza de que o importante é plantar, semear, vamos semeando. Infelizmente, as condições políticas não possibilitaram tanto assim o avanço necessário.

Eu quero só endossar as falas e dizer do grande desafio que temos, porque o que nós temos que entender é o que é o papel do Estado brasileiro – o papel do Estado brasileiro. E é incoerente, é incoerente quando o Estado dá uma isenção, permite certas isenções, e está comprovado, as evidências estão aí há décadas, que essas isenções geram um rombo no próprio Estado. Isso tem sido a realidade – isso tem sido a realidade. É uma luta nossa, Senador, desde o primeiro mandato federal nosso. A gente vinha nessa luta como Deputado Estadual.

Então, Marcos José, esperamos aqui no Congresso para somar força, porque a correlação de força aqui infelizmente não permite a gente avançar na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, na redução do uso do agrotóxico.

Mas retomo a razão desta audiência, Senador. Desde o primeiro mandato nós pudemos buscar evidências com grandes pesquisadores, com universidades, do nexo do agrotóxico com várias doenças. Inclusive, sobre o estado do senhor, eu lembro os dados da depressão e, inclusive, do suicídio relacionado ao cultivo do tabaco. O produto que é usado no cultivo do tabaco desencadeia uma série de doenças, doenças que vão onerar o próprio Estado, sem falar do câncer, não é?

Então, nesse sentido, é uma grande luta, mesmo num governo que, posso dizer, sonhamos que seja mais nosso. É nosso, mas ainda não nesse sentido de a gente poder avançar com as políticas. Ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é nosso totalmente, basta ver a liberação de novos produtos, novos agrotóxicos. Então, não é só a questão do incentivo, mas também o problema de continuar uma força dentro deste Governo com a liberação de venenos.

O Marcos citou um produto aqui: o fipronil. Gente, o extermínio de abelhas é assustador! É assustador o extermínio de abelhas! A gente está... (*Falha no áudio.*)

Então, é avançar com a questão da tributação. Quem gera doença tem que ser mais tributado, e não ser isentado! E são doenças que estão sendo bancadas não é pelo sistema privado: estão sendo bancadas pelo SUS. Não é justo o próprio Estado gerar um roubo dele mesmo.

Então, é mais para dizer, Senador, do desafio que está colocado para nós. E nós só vamos avançar com a força popular. É por isso também que a presença dos movimentos nessa mesa é estratégica, porque nós temos que dialogar com a cidade que está sendo envenenada, com a cidade que está sendo – podemos dizer assim – adoentada pela comida, pela boca, embora também haja a questão do meio ambiente, do extermínio da biodiversidade.

Eu digo que o próprio agronegócio, quando eles não nos permitem avançar com a redução do uso do agrotóxico e não nos permitem avançar com a Política Nacional da Agroecologia e da Produção Orgânica, quando dificultam isso, eles também dão um tiro no coração, não é nem um tiro no pé, porque nós sabemos que muitas culturas, sobretudo as frutíferas, dependem da polinização feita pelas abelhas, e eles estão promovendo o seu extermínio e, assim também, vão ter problemas na produção.

É mais essa a manifestação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e de Combate à Fome. Nós temos que dar incentivos a quem produz a comida de verdade, essa é uma tarefa deste Governo.

Ontem falava com a Ministra Nísia e, hoje, na própria CPI do MST, vou estar apresentando para o colega Deputado, mas hoje Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Nós não podemos nos vender, deixar a pressão, às vezes interna, dentro do próprio Governo, nos intimidar e assim não avançarmos com políticas e programas que permitam a redução dos agrotóxicos, com a política também propositiva no sentido de avançar na agroecologia e produção orgânica, mas também na tributação. Quem gera doença e promove um rombo no Estado, através das doenças, tem que pagar – tem que pagar. Infelizmente, na Câmara, nós não avançamos, mesmo com textos, com sugestões. A própria CD produziu vários grupos, e não avançamos. Quem sabe aí no Senado, com essa força maior, a experiência que tem, com a habilidade que tem, podemos avançar.

Um abraço a todas e todos que estão participando. Eu vou continuar acompanhando remotamente, como pude ouvir todas e todos da primeira mesa.

Obrigado. Um grande abraço para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um abraço carinhoso, Deputado Federal Padre João. Fiquei muito feliz de ver ali o nosso inesquecível e querido Florestan Fernandes. Fui Constituinte junto com ele. Que orgulho sentar ao lado dele e do Bisol, que eram dois grandes intelectuais, aí me convidaram, eu peão, para ficar ali com eles. Eles me davam aula todo dia, eu falava pouco, eles falavam mais, sempre com um conteúdo enorme.

E ainda, Padre João, permita-me, gostei muito do termo semeadura, de semear, de falar de plantar para colher. É o que nós estamos fazendo aqui. Sabemos que o embate é duro, mas estamos fazendo, como sempre dizia o meu sempre querido amigo, até hoje líder, Olívio Dutra, a semeadura fundamental, semear, semear para colher o bem.

Obrigado, Deputado Federal Padre João.

Vamos agora para a segunda mesa.

De imediato, passo a palavra para Diego Moreira, representante do setor de produção do MST, do qual tenho uma bandeira no meu escritório.

O SR. DIEGO MOREIRA (Para expor.) – Companheirada, bom dia. É uma satisfação estar aqui.

Quero cumprimentar o nosso Senador, essa memória da democracia brasileira, Senador Paulo Paim pela iniciativa, como foi bem dito aqui, por nos oportunizar este momento tão importante. Também quero reconhecer e agradecer o convite da Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Esta audiência tem uma simbologia muito grande por duas questões. Primeiro, por nós podermos voltar ao Senado Federal neste momento de reconstrução do Brasil, poder ter esta oportunidade de diálogo; a outra simbologia é a ciência. Então, eu vou me permitir, Senador, ficar no generalismo, porque as falas anteriores foram muito embasadas cientificamente; então, isso nos permite. A ciência poder voltar a ter protagonismo no nosso país depois de tanto negacionismo é muito importante, e o Senado Federal oportunizar isso também é muito simbólico.

Nós estamos dizendo o seguinte: infelizmente, nós não estamos vivendo um tempo de mudança, mas uma mudança de tempo na agricultura. O ideal era que estivéssemos vivendo um tempo de mudanças em que nós pudéssemos abrir portas e janelas para avançar numa perspectiva de projeto popular e soberano, que é com que tanto sonhamos, mas essa mudança de tempo é causada principalmente pela hegemonia desse modelo que tomou conta da agricultura brasileira após a ditadura militar, a partir da Revolução Verde, que colocou a agricultura totalmente dependente, a indústria totalmente dependente do tal do pacote tecnológico e dos agroquímicos.

Se olharmos a história da nossa agricultura, nós vamos perceber que até os anos 70... É só olharmos o número de agricultores que tínhamos no campo, a população do campo e o que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo provocou do ponto de vista do êxodo rural, do ponto de vista da criação das grandes periferias. Não que a periferia não seja importante, é um patrimônio, mas foi construída da forma desordenada e causa contradições gigantes para a nossa sociedade e para o nosso país.

Esse modelo hegemônico é baseado em dois pilares principais: um é o modelo predatório, destruidor, que desde então vem destruindo tudo que temos de vida e de recurso natural; e um modelo baseado no lucro. Então, são seres humanos que não pensam nas futuras gerações, não pensam no dia de amanhã, não pensam na vida, pensam só no lucro.

E o modelo, assim como foi em 1500 o modelo agroexportador da madeira, do diamante, do ouro, ainda é um modelo agroexportador. E podemos dizer, Senador, que nenhum país no mundo, mesmo os vieses capitalistas, se desenvolveu sendo país agroexportador. Então, esse modelo hegemônico que está aí, que se gaba permanentemente de bater recorde, de produzir toneladas e toneladas é um modelo que não levou e não levará o nosso país para o desenvolvimento. Ao contrário, levará o nosso país a uma barbárie se tivermos sorte, como diz István Mészáros. Então, é nesse ponto do oceano que estamos remando e esperamos que nós população, a ciência e a política nos tirem dessa inércia e nos tirem dessa condição.

E essas contradições são as seguintes: a migração... Nunca se teve tanta migração na história da humanidade, fugindo de conflitos, fugindo da fome. E olhe que nos desenvolvíamos como nômades, migrando de um canto para o outro em busca da sobrevivência, mas nunca houve na história da humanidade tanta migração, populações inteiras tendo que sair dos seus locais, dos seus territórios, abandonar cultura, fugindo da fome, fugindo dos conflitos, fugindo da violência.

Os extremos climáticos... Nunca houve na história da humanidade, já foi muito bem dito aqui, tantos extremos climáticos. Tenho ido sempre lá no Rio Grande amado, como nós chamamos. A situação que vive o Rio Grande do Sul, estiagens longas, submetendo a produção, submetendo... Agricultores e agricultoras, para não verem seus rebanhos morrerem de fome... Eu ouvi isso de agricultores da fronteira de Bagé. Agricultores, para não verem seu rebanho morrer de fome, soltam o rebanho pela estrada para que fosse embora para ele não ver a vaca de leite morrer de fome. Então, quem imaginou dez, quinze, vinte anos atrás que nós veríamos o Rio Grande do Sul em uma situação quase semelhante ao Semiárido brasileiro? Então, os extremos climáticos, provocados por essa contradição...

Há endemias e pandemias permanentes. Estamos saindo de sequelas que certamente não serão recuperadas, como foi a covid-19. Mas as pandemias e as endemias se mantêm perseguindo a humanidade e as populações. Há um desemprego estrutural nunca vi isso na história da humanidade, e a ferida que teima a não se fechar na humanidade, em especial no nosso país, que é a fome.

Então, esse modelo que se diz tão moderno, tão estrutural, que equilibra a balança comercial, produz esse conjunto de contradições que leva a humanidade a dilemas e leva a humanidade a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeiro caos. E esse é um modelo também que provoca crises. Uma das crises é a crise política. Como eles sequestraram a democracia e a política, eles provocam a crise e, principalmente, a crise política. Então, a cada tempo, quando lhes interessa, para desequilibrar o Estado e a democracia, eles provocam a crise, porque eles sequestraram a democracia e sequestraram os Parlamentos. É só nós vermos a tal da FPA.

Então hoje, Senadora, é um dia especial para nós, porque nós estamos achando que essa CPI contra o MST... Nós estamos quase a colocando no caixão e impondo uma derrota não só ao MST... A sociedade brasileira e também a nossa valente bancada no Congresso o Governo, estamos colocando essa CPI no caixão e esperamos que semana que vem estejamos fazendo o velório e, na outra semana, a missa do sétimo dia. (*Palmas.*)

Então, a crise política é uma face do agronegócio, e eles sempre vão provocar a crise política, como fizeram agora com a...

O que foi a CPI? A CPI foi provocar uma crise política para esconder os crimes que eles fizeram no dia 8 de janeiro. Esse era o principal objetivo da CPI.

Eles sabem que o MST não tinha nenhum crime a responder, mas eles precisavam colocar um bode na sala, porque eles precisam negociar os crimes que eles cometeram no dia 8 de janeiro contra a Constituição, contra a democracia e contra o Estado brasileiro.

Mas também provocam crise econômica, também provocam crise civilizatória, porque, como eles provocam a violência, a violência nos grandes centros urbanos, a violência na periferia, que tem nome, identidade, etnia e gênero... Como eles provocam a violência, eles provocam crise civilizatória, porque é melhor nós iguais ficarmos brigando entre nós do que observarmos quem são os inimigos estratégicos da humanidade e da população.

E provocam a pior das crises, como eu já disse, que é a crise social, que tem uma das suas piores faces: a fome.

Assim, nós precisamos construir uma nova era, precisamos construir um novo tempo, e esse novo tempo tem dois pilares principais: um é a produção de alimentos saudáveis, e nós achamos que o Presidente Lula vai protagonizar no mundo um grande pacto de combate à desigualdade, e isso passa pelo alimento, e nós estamos falando de alimentos saudáveis.

Nós precisamos enfrentar e construir política na perspectiva da produção de alimentos. O outro é o cuidado com a natureza: se nós queremos, enquanto humanidade, preparar o futuro das futuras gerações, nós precisamos enfrentar com força o tema da produção de alimentos saudáveis e o tema do cuidado com a natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para isso, nós precisamos, companheiros, de reforma agrária. Sem reforma agrária, não há condição... (*Palmas.*)

... de avançar na produção de alimentos e no cuidado com a natureza.

Para isso, nós precisamos democratizar a terra. Como dizia o saudoso Adão Pretto: não se faz feijoada sem feijão. Pode ter de tudo, não se faz reforma agrária sem democratizar a terra. Pode ter crédito, pode ter assistência técnica, pode ter plantinha bem zelada, mas, se não tiver terra, não tem nada disso.

Então, precisamos que as populações tradicionais, as populações camponesas deste país, tenham acesso à terra. Mas, também, são muito importantes as políticas públicas. Primeiro, uma política pública de segurança alimentar, de segurança, e nós estamos falando de segurança alimentar num país que vai ter a menor produção de arroz e feijão dos últimos 20 anos – a menor produção de arroz e feijão.

Como você combate a fome num país onde os dois principais alimentos vão ter a menor produção dos últimos 20 anos? Um país que não corrige o conceito de cesta básica desde 1938, quando ela foi criada pelo então Presidente Getúlio Vargas.

Nós estamos, ainda, falando de segurança alimentar, segurança alimentar é encher a barriga. Nós estamos falando de 33 milhões de brasileiros, mais de 33 milhões passando fome, 120 milhões vivendo em insegurança alimentar, que não têm direito de encher a barriga. Nós não estamos falando de nutrição, mas, além de segurança, nós queremos avançar na soberania alimentar. Por isso, nós precisamos construir uma política nacional de abastecimento.

É vergonhoso, após este Governo de destruição que teve, os armazéns da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estão vazios, estão sucateados, estão destruídos. Um país que não tem uma política nacional de abastecimento, uma política nacional de combate à fome. Precisamos construir!

Precisamos de assistência técnica, assistência técnica e extensão rural voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo na perspectiva da produção de alimentos. A assistência técnica do pacote tecnológico ao agronegócio já tem quem faça, é privada. Agora, o Estado brasileiro precisa construir uma política nacional de assistência técnica e extensão rural voltadas para a produção de alimentos.

Precisamos pensar na mecanização agrícola, não estou falando aqui dos grandes tratores, mas em ciência e tecnologia. Tem engenharia mecânica hoje, Senador, que nos diz que tem mais de mil, em parte da Europa e da China, equipamentos, pequenos equipamentos agrícolas voltados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIEGO MOREIRA – ... para a agricultura camponesa e familiar.

Então, o Estado brasileiro precisa, a partir da engenharia mecânica, a partir da engenharia agrícola, a partir das universidades, a partir de termos de cooperação, que podemos fazer com outros países, enfrentar o tema da mecanização no campo.

Temos que 70% da agricultura familiar brasileira está no Nordeste. E, no Nordeste, só temos apenas 4% de mecanização – 4% de mecanização! –, isso é uma contradição gigante. Então, como pensar uma mecanização agrícola voltada para a agricultura familiar e camponesa, voltada para a produção de alimentos? Como pensar um Programa Nacional de Bioinsumos? Como pensar um Programa Nacional de Bioinsumos estatal?

Nós não podemos deixar que essa bandeira dos bioinsumos, produzida e defendida por nós da agricultura familiar, seja tomada das nossas mãos pelo agronegócio. Então, como pensar um programa nacional e uma política nacional de bioinsumos? Uma política nacional de agroindústrias, de pequenas agroindústrias, de médias agroindústrias e de grandes agroindústrias, como nós temos a nossa do arroz orgânico?

Nós, do MST, somos o maior produtor de arroz orgânico da América Latina e... (*Palmas.*)

... para isso, você precisa de agroindústria. Então, nós precisamos desde as pequenas agroindústrias da farinha da mandioca, dos panifícios, das médias agroindústrias, mas precisamos das grandes agroindústrias também para a agricultura familiar, camponesa e reforma agrária, e precisamos, também, de incentivo fiscal, que é o objeto aqui.

Então, como taxar os grandes que precisam ser taxados, mas estão sendo isentados, e como construir políticas tributárias que beneficiem o pequeno e a produção de alimentos?

Então, acreditamos que esta audiência pública pode nos ajudar a avançar nessa perspectiva de construir incentivos fiscais, de construir uma política tributária para as cooperativas, para as agroindústrias, mas diretamente para aquele agricultor e para aquela agricultora que está produzindo, tanto para a aquisição dos insumos, semente e insumos, quanto para o seu processo de comercialização da produção depois. Então, nesse aspecto nós precisamos avançar, pois insumos, sementes e correção de solo são fundamentais na perspectiva de nós avançarmos nessa política.

Por fim e não menos importante, nós precisamos avançar num programa nacional de agroecologia. Nós precisamos transitar para essa matriz tecnológica, para essa ciência popular, que é a agroecologia que, como já foi dito aqui, o nosso povo faz. Então, como também construir um programa nacional de agroecologia? E, nesse programa nacional de agroecologia, um programa nacional de incentivo à produção de alimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, por fim mesmo, que possamos continuar na cabeça aquela famosa frase do Caio Prado Júnior, que diz que o nosso país ainda, infelizmente, é a longa transição "Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã". E nós só vamos construir esse país, nação se nós aqui, junto ao povo brasileiro, junto a políticos sérios e comprometidos, como o nosso Senador Paulo Paim, enfrentarmos as tarefas do nosso tempo. E as tarefas do nosso tempo são enfrentar os inimigos de ontem, de agora e que certamente aparecerão amanhã de novo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Diego Moreira, representante do setor de produção do MST, que fez aqui eu viajar um pouquinho no tempo e lembrar do... Como eu estou aqui há quase 40 anos, eu vivi com Covas, vivi com Ulysses, vivi com Olívio Dutra, vivi com Lula – éramos Constituintes –, mas ele marcou muito o meu tempo, que foi o nosso querido Adão Pretto.

Sabe que um dia eu inventei de fazer uma greve geral aqui, exigindo aumento do salário mínimo. O Presidente era o Collor. Adivinha quem ficou comigo a noite toda e dois dias? Adão Pretto.

O Edegar Pretto, que hoje é o Presidente da Conab, foi Deputado Federal, foi Presidente da Assembleia – um grande quadro, um quadro jovem, eu diria –, conta sempre a história de que ele ligou naquela noite para o pai dele, e o Adão Pretto, o pai, disse-lhe: "Estou aqui cumprindo a minha obrigação, estou aqui no Plenário do Senado, e vamos ficar aqui, sim, até que venha o reajuste para o salário mínimo". Daí o Collor, de fato – tenho que reconhecer –, mandou um abono de emergência, graças a essa resistência, e a sua fala vai nessa linha da resistência.

Então, parabéns!

Eu acompanho um pouco lá o Adãozinho também, o trabalho em Viamão.

O SR. DIEGO MOREIRA (*Fora do microfone*.) – Ele vai estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai estar aqui hoje? Então, ele vai me visitar, com certeza. Acompanho aquele trabalho belíssimo lá em Viamão, inclusive o do arroz. Em Santa Rita, também tem um belo trabalho, que eu pude visitar já.

Mas parabéns, viu?

Bela fala aqui, com uma visão geral, mas com conteúdo e apontando caminhos, inclusive, na linha dos outros painelistas.

Agora passamos a palavra para Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

O tempo é seu: dez minutos mais cinco; mais cinco minutos, se necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA (Para expor.) – O.k.

Obrigada.

Cumprimento o Senador da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, e, na pessoa dele, a todos os demais Parlamentares que nos antecederam e que acompanham esta importante audiência pública; também os movimentos – o Fórum de Combate aos Agrotóxicos e a Campanha Permanente –, que têm há longo tempo essa luta; a Fiocruz, aqui representada por meus queridos amigos Marcelo Firpo e Fernando Carneiro; e a Procuradora Ana Paula. Quero dizer que são pessoas que representam essa luta há muito tempo.

Foi lembrado aqui Olívio Dutra, e ele sempre fala da boa semeadura e da boa luta. E essa, Senador, é a boa luta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas a completa é essa.

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – É uma luta difícil, é uma luta de conflito de interesses.

Do ponto de vista do Ministério da Saúde, que, neste momento, eu estou aqui representando, eu não posso dizer da gravidade da situação do nosso país em relação à questão dos agrotóxicos, da liberação frequente e do aumento cada vez mais, não só do consumo de agrotóxicos para aquelas populações de risco, que viola, sim, os direitos humanos e que retira a saúde da nossa população, e não são apenas alguns territórios ou alguns trabalhadores que estão mais atingidos, mas todos nós, como disse aqui o Diego Moreira, do MST.

Nós temos uma mudança na concepção toda, inclusive, do nosso modelo de saúde, que hoje nos desafia com tragédias, com mudanças climáticas, com a desorganização do ecossistema, que põem em risco não só a soberania, mas a vida de todos nós, independentemente do território onde estejamos.

A gente está falando... Aqui foi lembrado do Rio Grande do Sul, e eu quero dizer para vocês que eu estou nessa pauta também há algum tempo, e parece que a tragédia nunca chega para nós, mas, no mês passado, eu perdi três pessoas da minha família no ciclone que ocorreu na região rural do Rio Grande do Sul, em Osório. Pessoas que foram para um território com plantação orgânica, morar perto do rio, e que optaram por uma vida mais saudável, e, em questão de segundos, morreram todos juntos, sem que o Estado e sem que a gente, até o momento, tenha capacidade de compreender e de ter mecanismos e estruturas para assistir na conjuntura atual do país, porque eu acredito que a maioria não se deu conta ainda da gravidade que são esses desastres. A gente viveu a pandemia que também colocou os países de joelho, como o Diego disse, e nós falamos em combater a fome com uma contradição imensa em relação a que saúde e que alimentos são esses que a gente está discutindo. Então, é nessa contradição que a gente precisa da força de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, pode passar.

Eu quero trazer um pouco, em nome do Ministério da Saúde, a nossa responsabilidade, que é muito grande para um departamento, que também tem, na sua atuação, a dificuldade de implementar políticas públicas, porque a gente considera... E a nossa posição é que os incentivos fiscais violam os direitos humanos, porque eles vão na contramão não só dos avanços do que se pretende implementar de políticas públicas no nosso sistema em defesa da vida, uma vez que eles incentivam a prática da morte, do agrotóxico e do veneno. Eles foram criados para a guerra, já foi dito aqui pela mesa que me antecedeu, e retiram a saúde, devolvem os riscos e devolvem as sequelas para um sistema de saúde pública dar conta – uma fonte de risco que nós podíamos modificar. E os incentivos vão, então, na contramão das políticas centrais do departamento em que eu estou hoje, que defende a saúde dos trabalhadores, a saúde ambiental, a vigilância ambiental e a vigilância em saúde do trabalhador, que é uma competência nossa, mas que nós temos muitas dificuldades de implementar no Sistema Único de Saúde, nos estados e nos municípios. E esse incentivo impacta, sim, diretamente não só no direcionamento dos recursos públicos, mas também no fortalecimento dessas políticas que a gente precisa que sejam muito mais fortes do que a gente ficar trabalhando só nas suas causas, do que o enfrentamento da fonte que estimula e das fontes de risco. E o sistema tributário acaba incidindo nessas fontes de fomento, de financiamento e de orçamento das políticas públicas de saúde, que são por si só contraditórias, por isso estão na contramão do direito à vida, dos direitos humanos e do direito à saúde.

Você pode passar, por favor?

Então, por isso esses são os motivos centrais por que a gente está aqui, Senador, com o objetivo de debater a contradição também das nossas competências no Estado brasileiro, de um sistema único que não é único e que a gente acaba, a todo momento, se confrontando com a contradição de que nosso país assumiu, na Agenda 2030, compromissos e acordos de tratados internacionais, os quais a gente, muitas vezes, não consegue efetivar. A Ana Paula trouxe alguns, eu trouxe outros, trouxe o 2.4, em que nós assumimos que teremos sistemas sustentáveis de produção de alimentos e de implementação políticas agrícolas resilientes, como o Diego falou, para aumentar a produção, para manter o ecossistema.

Então a gente assina o acordo, mas a capacidade de efetivar esses acordos entra no debate que nos antecedeu, do Objetivo 6.3, em que a gente diz que vai investir na melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição, minimizando a liberação de produtos químicos; do 3.9, de reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos; do 12.4, que até 2020, que já passamos, de alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos, de todos os resíduos ao longo do ciclo da vida e reduzir a liberação desses produtos na água, no solo, nos alimentos, para impedir o impacto negativo deles sobre a vida humana e o meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente assume esses compromissos, mas a contradição e a definição política de orçamento, de prioridades acaba contrapondo todas essas iniciativas, mesmo dos nossos compromissos.

Pode passar, por favor?

Eu não vou reproduzir aqui os dados que já foram colocados. É só para dizer que em relação a substâncias químicas, a gente perdeu 53 milhões de pessoas, de anos perdidos, de pessoas ajustadas por incapacidade. Quando a gente relaciona com essas substâncias químicas, que é uma medida feita na epidemiologia, que faz parte da vigilância em saúde, acompanhar e monitorar doenças, a gente também monitora doenças que estão relacionadas com as exposições às substâncias químicas.

E quando a gente olha agrotóxico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – ... a gente teve mais de 6.245.000 anos de vida perdidos. E o que é mais importante? Quando a gente compara com os anos anteriores, a gente viu que aumentaram enormemente os anos de vida perdidos, que em 2016, eram 45 milhões e passaram para 53 milhões. Então a gente vem perdendo pessoas que não deveriam morrer de forma natural, mas por exposições que a gente libera.

E, além disso, a gente vem acompanhando o crescimento do câncer, não é? Dos dados que a gente consegue captar no sistema e de uma subnotificação, que ainda é bastante grande, da dificuldade de fazer o diagnóstico e a relação com a exposição passada que essas pessoas tiveram devido ao longo período de latência até o desfecho.

Pode passar. Eu vou tentar passar de forma mais rápida.

Então, nós temos vários acordos e tratados internacionais, como a Convenção da Basileia, a de Roterdã, a de Minamata, a de Estocolmo, a de Montreal, e a SAICM, que estão relacionadas a essas substâncias e nós temos que, a partir deste momento, aprofundar essa questão, também, da contradição com todos os tratados que a gente assina e não consegue implementar em função desses conflitos de interesses em que a gente vive, o tempo inteiro, no país.

Pode passar, por favor.

Todos eles estão relacionados a substâncias químicas e à redução e ao nosso monitoramento, além do que é importante a gente lembrar que, na nossa Constituição Federal, então, desde o art. 196, a saúde é um direito de todos e dever do Estado e que nós temos que protegê-la a partir de medidas e a partir de garantias de políticas sociais e econômicas. Não só a saúde, mas a inter-relação dela com os outros ministérios e políticas para que a gente garanta a saúde e reduza graves doenças. E compete a nós fiscalizar, inspecionar a questão dos alimentos, das águas, do consumo humano e nutricional em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação, especialmente, à questão das substâncias e produtos químicos tóxicos ou radioativos; é de competência do SUS.

Pode passar, por favor. Eu vou acelerar para poder dar conta.

Vou passar um panorama das nossas competências e responsabilidades enquanto Ministério da Saúde nesse departamento.

Então, nós temos um conjunto de ações e de instituições que também se inter-relacionam nessa competência. Do ponto de vista de instituições acadêmicas, falou antes o Marcelo Firpo, representando a Fiocruz, que também é Ministério da Saúde e que tem a competência de fazer todo esse processo de investigação, a nossa vigilância de saúde ambiental, de saúde laboratorial, de toxicovigilância, de saúde do trabalhador, de epidemiologia, de vigilância sanitária, e a sociedade civil, que organizou, junto, esse evento, e essas competências se articulam com a conformação do Sistema Único de Saúde participativo para garantir a vida.

Nosso departamento realiza essas ações que estão integradas a partir de vários componentes que se integram não só com a sociedade civil, mas, muitas vezes, com as instituições de pesquisa em função da necessidade, como disse Diego, de se conhecer novas formas de adoecer e também modalidades de intervenção para garantir a vida e a saúde.

Você pode passar, por favor?

Já foi falado aqui da exposição.

Então, nós temos uma exposição do ponto de vista tanto ambiental como ocupacional que atinge populações, quer sejam de trabalhadores que lidam direto com os agrotóxicos do ponto de vista da indústria, comércio e transporte, quer sejam as populações que vivem no entorno desses locais e suas famílias.

Então, nós temos territórios que acabam tendo uma população maior de expostos – e foi falado da pulverização aérea que contamina territórios, águas, solos e população. Desses grupos, assim como de qualquer outra política de saúde que monitora a meningite, a tuberculose, é nossa competência identificar essas populações que são mais suscetíveis para o atendimento, para diagnóstico, intervenção nas fontes de risco e para estruturar as vigilâncias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – Pode passar.

A gente tem uma vigilância específica que é a Vspea (Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos). Ela é estruturada dentro do Sistema Único de Saúde, e a gente elenca regiões e os agrotóxicos com maior concentração em territórios para avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Envolve as duas coordenações. A gente ainda tem desafios muito grandes a serem realizados, mas enquanto estratégias, em 2019, a gente conseguiu incluir o indicador no Plano Nacional de Saúde. Foram elaborados documentos de operacionalização dessa vigilância específica para agrotóxicos, a gente tem outras. Os instrumentos, então, para implementar junto aos estados, municípios, a partir de oficinas, estruturação de diretrizes, como se faz para outros agravos, para as intoxicações agudas, porque elas são extremamente difíceis de serem realizadas... Isso mostra também, isso tem efeito no número que a gente tem hoje de poder identificar, porque é um diagnóstico difícil de ser feito para além das dificuldades de notificação. Então, os números apresentados são alarmantes por si sós, mas o cenário é pior do que essa pontinha do *iceberg* que a gente consegue identificar.

Foram realizadas notas técnicas. Nós temos todo o apoio laboratorial, especialmente em relação ao agrotóxico na água. É preciso avançar na quantidade de identificação de agrotóxico, porque hoje é um número bem menor que é realizado pela Fiocruz. A nossa proposta é de aumentar agora, em 2023, o elenco de agrotóxicos, porque, se a gente não identifica o produto, a gente não faz a análise laboratorial. Então, essa é uma das dificuldades que se tem de trazer a dimensão real do problema. E tem todo o processo de formação, de diretrizes, de protocolos em que temos que avançar enquanto Ministério da Saúde, e isso está acontecendo.

Duas questões importantes deste ano que eu acho importante trazer para esta audiência é que nós conseguimos incluir como prioridade do PPA para 2024 e 2025 o agrotóxico, a vigilância de agrotóxico. A gente espera que passe por todas as fases e com isso, com a prioridade de poder ter ação nos estados, espero assim conseguir apoio para que a gente mantenha essa ação articulada com os outros ministérios e secretarias. E o biomonitoramento humano de substâncias químicas, onde vai entrar mercúrio e agrotóxico como a prioridade do Governo para 2024.

No Censo, na Pesquisa Nacional de Saúde, nós teremos junto com o IBGE este ano, além de toda a pesquisa, a introdução do biomonitoramento de substâncias químicas que nós vamos agregar junto ao censo e à Pesquisa Nacional de Saúde. Então, esse é um avanço, porque daí nós vamos ter dados mais reais da população brasileira.

Pode passar, por favor.

Aqui só rápido para dizer que a gente tem um painel de informação por agrotóxico.

Vocês veem como ainda é pequeno o número de municípios que notificam as informações e onde a gente tem essa vigilância implantada. Isso mostra a dimensão do problema que a gente ainda tem e o quanto que a gente precisa para avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que esse departamento é um departamento que se estrutura, porque ele é um departamento mais jovem dentro da área de vigilância. Então, ele tem um processo histórico mais recente e uma dificuldade nos avanços.

Pode passar.

Aqui, são os dados das notificações que a gente tem lá na Vigilância, de intoxicação exógena de uma década, de 2013 a 2023, em que aparece o Estado de São Paulo com o maior número de registros. E entre as principais circunstâncias de exposição estão: o suicídio – o acidental, o habitual e o ambiental. Então, no suicídio a gente tem muitas regiões onde já tem estudos no sentido de que são regiões com uso intensivo de agrotóxico, onde há exposição tanto dos trabalhadores como dos familiares no entorno.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – Pode passar.

Eu vou tentar encerrar.

Quando a gente olha – o Senador na abertura já tinha falado isso –, as notificações atuais mostram as populações negra e parda, se a gente juntar, com quase 50% dos intoxicados por substâncias químicas. A maioria, homens de uma faixa etária jovem, de 20 a 29.

Por favor, pode passar. Pode passar todos que eu vou...

Então, isso é mais para trazer assim como o Ministério da Saúde vem se comprometendo com a temática, construindo instrumentos de notificação, fazendo a formação dos municípios, intervindo e buscando nas nossas políticas públicas dar visibilidade à gravidade do problema dos agrotóxicos no Brasil e, com isso, eu quero dizer que essa audiência é de suma importância para que a gente possa efetivar o nosso papel enquanto vigilância em saúde...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – ... de proteger essa população e de reduzir casos de câncer, que podem ser 100% evitáveis.

Muito obrigado e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, que fez uma bela exposição sobre o que o ministério vem trabalhando para combater o veneno, o agrotóxico. Isso tem sido muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que você se lembrou do Rio Grande do Sul, do ataque ao ecossistema, ao meio ambiente. Lá no Rio Grande do Sul – eu sou de lá também, o pessoal deve saber que eu sou, eu sempre digo, sem nenhum bairrismo, que todos nós somos gaúchos e gaúchas de todas as querências, de todo o Brasil, isso não é bairrismo, não, viu? É uma piada que tem lá no Rio Grande, claro, com maior carinho a todos os estados –, o que aconteceu? Numa época – você pode me ajudar inclusive –, seca, seca, seca, seca e seca. Em outra época, chuva, chuva, chuva, cidades e cidades cobertas de água. Então, foi o ataque ao meio ambiente que levou a isso.

Mas chamamos aí o Governo, que, por duas vezes, já mandou para lá quatro ou cinco ministérios para ajudar no socorro às pessoas, mas a luta tem que ser antes, para não acontecer o que vem acontecendo lá: um período só de seca, de atingir isso que tu falaste aqui, 300, 400 cidades – são 497 –, e, num outro período, cidades e cidades de baixo d'água – para ver a gravidade da situação nossa do meio ambiente.

Mas, por fim, vamos lá para o último painelista. Depois do último painelista, eu tenho uma série de perguntas que vieram – e muitas do e-Cidadania. Daí, eu vou dar três minutos para cada um dos painelistas responderem todas as perguntas. São mais de 20, viu? Cada um pegue duas ou três e veja como faz.

Vamos lá. Matias Rebello Cardomingo, Coordenador-Geral de Análise de Impacto Social e Ambiental da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Bom dia – ainda não almoçamos, não é? Então, bom dia.

Bom, quero começar agradecendo o convite ao Ministério da Fazenda. Venho representando a Subsecretária Cristina Reis, que é Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável, uma área nova na Secretaria de Política Econômica da Fazenda, criada pelo Secretário Guilherme Mello para colocar, no coração da formulação de política econômica, a preocupação do enfrentamento à crise climática.

Acho que isto é fundamental colocar: essa nova organização da Secretaria. Quero colocá-la à disposição de todos os participantes aqui, mas também do Senador e de todos os outros órgãos que estiverem lidando com o assunto.

Eu acho que o Diego trouxe uma boa imagem do Caio Prado da longa transição e, para mim, esse é o grande tema da nossa discussão sobre a produção... a produção agrícola como um todo, mas, de maneira geral, a organização da atividade econômica brasileira e a organização do Estado. Nós estamos num momento em que, se a gente não semear os novos tempos, nós não teremos tempo algum. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento de crise sistêmica e uma crise essencial para a existência da própria vida no planeta, em particular a nossa.

Meus pêsames, Maria Juliana, pela sua perda. Eu acho que é mais um sintoma da falta que faz uma preparação do Estado para lidar com a crise climática, e isso se torna cada dia mais evidente.

Esse período de transição é, fundamentalmente, um período também de transição dessa herança maldita que nós temos de um período colonial extremamente concentrador. O Caio Prado, no seu livro de história econômica, coloca como o Brasil foi fundado em uma estrutura econômica extremamente concentradora. Isso nos legou hoje sermos quarto país com maior concentração na renda do 1% do topo.

Isso significa que, se o país tivesse cem pessoas, a pessoa mais rica deste país ficaria com nada menos do que um quarto de toda a renda gerada.

Se nós não fizermos uma transição dessa estrutura de concentração de poder e riqueza, nós não conseguiremos construir, como também já foi colocado nesta mesa, uma nação minimamente solidária.

Ontem nós tivemos uma boa consolidação de avanços. Eu, que sou oriundo do movimento estudantil e lutei pelas cotas no ensino superior, ontem... Quero também saudar aqui o Senador pela atuação na nova lei, na lei de revisão de cotas, garantindo essa política fundamental, que é essencial para qualquer debate de transição e redução de desigualdades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só uma frase. (*Fora do microfone.*) Nós estávamos preparando... Já venceram os dez anos no ano passado, mas nós não quisemos arriscar de votar no ano passado e cair na mão, vamos dizer, do ex-Presidente, para não citar nomes.

Esperamos o Presidente Lula chegar, deu todo o apoio, um belíssimo trabalho da Bancada Feminina, da Bancada Negra, enfim, de toda a Bancada do Governo lá na Câmara dos Deputados. Eu tive a alegria de estar lá, foi uma noite histórica. A Dandara foi a Relatora, a Maria do Rosário foi a autora. Fizeram um trabalho belíssimo. Só teve um cidadão que me deixou muito triste, um cidadão que foi à tribuna atacar a política de cotas dizendo um monte de besteiras. Só vou dizer isso e não vou falar nem nome, mas fiquei muito triste. Eu procurava não olhar, mas não adianta, eu estava lá e eu ouvia o que ele falava. Uma tristeza, não é? E, felizmente, a bancada e a maioria que estavam lá diziam: "Olha, não respondam e vamos trabalhar para aprovar". Foi aprovado, foi um momento bonito. Eu fiquei muito feliz para subir no palanque junto com aquela meninada lá. Teve meninada que me segurava do lado: "Paim, daqui dá para tu entrar, olha". Foi um momento histórico, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui no Senado já teve orientação do Líder e também do Presidente do Senado, o Rodrigo Pacheco, também do Flávio Arns, da Comissão de Educação, e do Presidente da CCJ para que o Senador negro que está aqui seja o Relator. Estou bem feliz, viu? Vou relatar a política de cotas aqui. (*Palmas.*)

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – Parabéns, Senador. E parabéns pela atuação essencial.

E quero colocar, então, que aquilo que o Ministério da Fazenda vem planejando e formulando a respeito de uma política de enfrentamento à crise climática é uma política de transição. Uma transição em relação à desigualdade que o país hoje vive cotidianamente, resultando em uma série de questões graves para a vida, seja ela na manifestação da violência, seja ela no enfrentamento à crise climática e nas suas consequências mais diretas. Mas nós também precisamos de uma transição da estrutura produtiva brasileira.

E aí começo aqui com um breve diagnóstico da relevância que hoje tem para a economia brasileira o agronegócio como um todo. E acho que isso é parte essencial desse legado de um período colonial não superado, que hoje resulta numa pauta de exportação do Brasil cuja metade está associada ao agronegócio, sendo que, dessa metade, 40% é a soja, e da soja só 30% tem algum tipo de valor adicionado sobre ela; todo o restante é a exportação da soja em grão. O Brasil se tornou o maior exportador de proteína animal, que representa nada menos do que 16% dessa metade da nossa pauta de exportação.

Ninguém está negando a importância disso. Nós recuperamos este ano US$20 bilhões das reservas que foram queimadas ao longo do último Governo. Nós havíamos perdido US$60 bilhões em reservas e isso foi recuperado, em partes, pelo potencial e pela competitividade desse setor no Brasil. O agro, no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o ano passado, cresceu 20%, muito mais do que todos os outros setores. E hoje o Centro-Oeste apresenta a maior média de renda salarial entre todas as regiões do país. O que isso tudo indica? Isso tudo indica que um setor tão relevante como esse precisa ter uma política de transição muito bem desenhada, para que todos os incentivos econômicos sejam para a construção de um novo tipo de produção no agronegócio.

E, para isso, o Ministério da Fazenda está desenhando uma série de instrumentos voltados para incentivar uma nova direção desse setor.

Hoje, o Brasil é o país que mais usa pesticida quando a gente vai fazer o cálculo *per capita*. Segundo dados da FAO (Organização da ONU para Alimentação e Agricultura), o Brasil usa 3,3kg por habitante de pesticidas para a produção agrícola. Isso é comparável... O país mais próximo que eu encontrei foi a Austrália, para a gente também comparar com regiões parecidas em clima. A Austrália utiliza 2,4kg de pesticidas para a produção, ou seja, mesmo quando a gente vai tentar comparar com um país que é um pouco mais parecido, mesmo assim, nós estamos num nível muito acima, para não falar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, da Indonésia, que usa 1kg de pesticida por habitante, ou seja, nós usamos mais do que o triplo nesse padrão de produção.

E isso não é necessário, como a gente muito bem sabe pela produção aqui representada pelo Diego, mas também pelo conjunto de movimentos de produtores agrícolas, seja da agricultura familiar, seja dos movimentos sociais. E não só isso: a gente sabe das tecnologias de integração pecuária-floresta, das tecnologias de integração pecuária-lavoura, das tecnologias de integração pecuária-lavoura-floresta, que são capazes de capturar carbono em vez de emitir, no líquido, considerando as emissões e as capturas de gás metano e de gás carbônico, o CO_2.

E essas tecnologias foram desenvolvidas pela Embrapa, estão aí disponíveis para a gente implementar em larga escala. São tecnologias capazes de fazer com que, por exemplo, a produção de carne, altamente dependente dos grãos na sua produção, passe a emitir, por tonelada de carne gerada aqui no Brasil – nós já temos exemplo disso –, 40% da média mundial de emissões, o que resulta em mais ou menos 11 toneladas de gás carbônico por tonelada de carne. E isso é fruto do nosso investimento em pesquisa e tecnologia.

Para efetivar um modelo de produção diferente, o Ministério da Fazenda, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Agricultura, elaborou um Plano Safra que é novo, um Plano Safra que é o maior da história já lançado, e o Pronaf foi mais do que duplicado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – E agora ele tem uma inovação: em vez de nós termos o programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), há um incentivo a qualquer produtor que adotar práticas mais sustentáveis: redução de um percentual ali na taxa de juros, que vai ficar em mais ou menos meio ponto percentual, para cada produtor que adotar essas práticas sustentáveis. E a ideia é que esse incentivo seja crescente ao longo do mandato para que a gente incentive com cada vez mais força.

Além disso, a gente está desenvolvendo no Ministério da Fazenda a chamada taxonomia sustentável, que é uma classificação de atividades produtivas que podem corroborar e devem fazer parte de um programa de transição brasileiro em mudança da sua estrutura produtiva. E ela é basicamente uma classificação de quais são as atividades que vão fazer parte desse novo modelo de produzir que é alinhado às necessidades de enfrentamento à crise climática.

A taxionomia vai chamar sustentável e não verde, como nós temos em outros países da região, exatamente porque ela não vai focar apenas na parte ambiental. Ela vai incluir também critérios sociais para que funcione como um instrumento de indicação, principalmente para os incentivos creditícios, mas também, eventualmente, para incentivos fiscais, que incluam uma consideração de quais são os empregos gerados, qual é a composição do quadro funcional dentro das empresas, levando tudo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em consideração, para criar esse instrumento que já é implementado na Europa, por exemplo, de maneira mandatória. Aqui no Brasil, nós vamos ter todo um período de discussão pública de adaptação dessa ferramenta, para que, só então, ela se torne uma ferramenta de uso vinculante.

Para além disso, o Governo criou uma nova parceria de mecanização da agricultura familiar para o Nordeste, numa parceria com o Governo chinês.

Quero dizer para a Diretora Maria Juliana que não só nós estamos num processo de vinculação do Orçamento aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) – isso está sendo feito pelo Ministério do Planejamento –, mas também, na Secretaria de Política Econômica, nós estamos revisando os gastos tributários e as isenções e identificando a quais ODS cada um dos gastos está associado. E isso vai ser fundamental para a gente estabelecer o ciclo orçamentário sustentável, que vai integrar tanto a parte da avaliação da política orçamentária quanto a sua formulação e concepção, já sob orientação do novo PPA, que traz uma série de diretrizes sustentáveis nesse sentido.

Nós também começamos no Ministério da Fazenda um grupo de trabalho sobre cadeias de valor, com foco em resiliência, para garantia da segurança alimentar e energética, pensando não só na questão climática, na necessidade de enfrentamento aos problemas que a crise climática vai trazer para geração de energia – nós somos muito dependentes da hidrelétrica, que é uma das energias mais suscetíveis à mudança climática –, mas também em um programa de segurança alimentar. E aí, como bem colocou o Diego, há a preocupação com a política de abastecimento, por exemplo, com a necessidade de formular uma política integral não só na garantia de oferta de energia e alimentação, mas também de pensar em maneiras de contribuir com o nobre Presidente do Banco Central, que estava no Plenário mais cedo ou que deve estar lá ainda, de contribuir para a gestão de forma mais integrada da política econômica e a gestão de preços.

Junto a isso, também está em formulação um projeto de lei para implementação do mercado de carbono regulado. Cristina Reis não pôde comparecer aqui, porque está em outra reunião discutindo exatamente esse tema. Vai ser outro instrumento de indução do setor produtivo para que adote tecnologias menos emissoras.

Eu acho que esse conjunto de políticas – quero aproveitar que o meu tempo está acabando para endereçar um pouco a questão que motivou a audiência – aponta de que forma o Ministério da Fazenda quer incentivar através de vários instrumentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – ... uma mudança da estrutura produtiva brasileira para pensar o enfrentamento da crise climática e a redução das desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária é essencial num programa de modernização da legislação brasileira, de facilitação da promoção de negócios. E ela tem uma longa agenda ainda para a sua regulamentação e para o detalhamento de qual será a incidência de cada um dos instrumentos da reforma. Isso vale para a redução das alíquotas, isso vale para o imposto seletivo, isso vale para os vários instrumentos que estão sendo discutidos e que demandarão uma lei complementar.

Nós sabemos que contamos com uma atuação combativa, com a boa luta dos nossos Parlamentares e que todos os setores estarão focados em analisar quais são esses incentivos que são hoje dados – como todo mundo já comentou e está sob análise agora do STF, sob pedido de vista – para que a gente implemente um novo modelo que facilite a produção, que reduza a necessidade de comprometimento de recursos humanos e financeiros para essa adequação à tributação, mas que também vai vir em um segundo momento... Nós temos a certeza de que o Congresso vai dar prosseguimento a essa reforma tributária. Já foi apontada pelo Ministro Haddad a necessidade de a gente avançar sobre a tributação de lucros e dividendos e dos fundos exclusivos. E esse conjunto de medidas vai integrar esse grande plano de transformação ecológica, que não deve ser visto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – ... apenas como um enfrentamento à crise climática, como já coloquei, mas principalmente como a superação desse legado colonial, a superação da desigualdade e uma mudança de sofisticação da economia brasileira.

Quero agradecer o convite, agradecer aos outros painelistas também e dizer que estamos à disposição no Ministério da Fazenda e na nova Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns, Matias Rebello Cardomingo, que representou aqui o Ministério da Fazenda, apontando caminhos.

Eu, antes de passar para as perguntas... Eu pedi ali para o Secretário da Comissão... Nem só notícias ruins, uma notícia boa. Eu me lembrei – e acho que vários de vocês fizeram parte disto – de que, no dia 15 de maio, nós realizamos uma reunião aqui na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública, a pedido dos movimentos sociais, porque, lá no Ceará, um projeto do Deputado Estadual Renato Roseno tinha assegurado que não poderia – vou usar o termo – despejar, jogar agrotóxico de avião sobre as comunidades, sobre as plantações, pois atingia principalmente indígenas e quilombolas. Os movimentos sociais, que vocês representam aqui, estiveram aqui e disseram: "Olhe, Paim, vamos tentar aqui o último apelo. A votação no Supremo, porque eles recorreram para derrubar a lei dele, vai ser na semana que vem. Vamos fazer uma audiência pública, nós vamos falar desse tema de ponta a ponta". Olhe, estiveram aqui acho que uns 20 painelistas, mais ou menos isso, todos com muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo. Para alegria nossa, o Supremo decidiu, e a lei dele foi considerada constitucional, legal. Então, no Ceará, é proibido jogar veneno sobre as plantações e sobre a população de avião. Eu acho que isso merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Às vezes, eu critico tanto o Supremo; de vez em quando, eu tenho que elogiá-lo. Não é que eu o critique sempre, mas eu fiquei muito chateado com um tema em que o Supremo decidiu – e vai trazer um problema enorme para os trabalhadores que vivem sob a escravidão, sob trabalho escravo – que a terceirização na atividade fim é legal, quando peleamos aqui dentro, e vamos continuar peleando, para dizer que a terceirização na atividade fim é ilegal. Por quê? De cada dez trabalhadores que são resgatados no regime de trabalho escravo, oito são terceirizados – oito são terceirizados. Então, como eu critiquei o Supremo da tribuna, neste momento, aqui eu o elogio por essa posição.

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – Senador, vou ter que pedir desculpas, pois tenho que sair. Como temos outra reunião lá no ministério, peço desculpas, porque não vou poder ficar até o final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu lhe agradeço muito a presença. Uma salva de palmas aqui para você. (*Palmas.*)

Os outros farão as considerações finais.

Um abraço no Haddad.

O SR. MATIAS REBELLO CARDOMINGO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na próxima, estaremos lá.

Eu vou agora passar para as considerações finais dos nossos convidados, mas, de ofício, eu tenho que fazer as perguntas, e vocês as respondam dentro do possível. Se precisarem de cópia, a assessoria passa para vocês.

André Moraes, Pernambuco: "Por que, contrariando a literatura científica que aponta os enormes riscos à saúde da população, usamos tantos venenos nas plantações?".

Jéssica Darkside, Santa Catarina: "[...] [Se] os benefícios fiscais concedidos aos agrotóxicos [fossem reduzidos, haveria] mais dinheiro para subsidiar a agricultura familiar orgânica?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "De que maneira a priorização fiscal para agrotóxicos impacta comunidades tradicionais e suas práticas agrícolas sustentáveis?".

Pedro Lucas, de Alagoas: "Quais são [...] [as vantagens e desvantagens dos] benefícios fiscais para os agrotóxicos e qual relevância disso para a sociedade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais duas aqui.

Magaly Leonello, de São Paulo: "Sabemos que sem os agrotóxicos não haveria comida suficiente para todos, [...] prejudicial é a falta de fiscalização para boas práticas".

David Kenned, do Rio de Janeiro: "Agrotóxicos deveriam ser proibidos. Vamos investir mais em engenharia genética para produzir uma safra resistente ou imune a flagelos".

E, por fim, Kauana Floriano, do Paraná: "Temos pesquisas referentes a outras alternativas (que não sejam agrotóxicos), sendo financiadas pelo Governo?". Aqui ela faz uma pergunta nesse sentido.

Aparecido Silva, de São Paulo: "Agrotóxicos, defensivos agrícolas, pesticidas, praguicidas, biocidas, agroquímicos, [isso] é uma forma de manter fábricas de armas químicas?". Ele deixa como pergunta, mas não deixa de ser uma afirmação também.

Bruna Almeida, do Paraná: "Quais são os benefícios do uso de agrotóxicos?".

Essas são as perguntas. Se vocês quiserem dar uma olhada, eu passo as folhas na hora em que... Ele vai já providenciar aqui.

Começo de novo com a Ana Paula. Ana Paula, se quiser...

São três minutos para cada um. Não tem problema nenhum, porque depois nós responderemos aqui pela Comissão, se assim entendermos necessário. O que vocês podem fazer são considerações finais. Fiquem bem à vontade para responder a alguma pergunta ou não. A gente fará, se necessário for.

Ana Paula Carvalho de Medeiros, Procuradora da República, Ministério Público Federal.

A SRA. ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só dizer aqui para a Shirley que eu vou lhe dar o direito que você pediu – eu achei bonito até – de fazer um agradecimento a todos no encerramento. Está aí a Shirley esperando? O.k.? Você vai falar no encerramento. Eles serão rápido. São três minutinhos, daqueles pequenininhos, cada um. Alguém vai dizer: "Ah, não sei que minutinho é. É maior ou menor, ou é um minuto, ou não é um minuto?". (*Risos.*)

Por favor, Doutora.

A SRA. ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS (Para expor.) – Eu vou responder aqui à pergunta da Magaly: "Sabemos que sem os agrotóxicos não haveria comida suficiente para todos". É o que ela comenta. E isso não é... Já há vários estudos indicando que isso não é verdade, que poderia haver... É claro que, no atual sistema, vigente aqui no país, demandaria um tempo para haver essa alteração, essa transição de toda a produção para a agroecologia, mas... E, inclusive, sobre isso é importante ressaltar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria dos alimentos que são consumidos pela população brasileira é produzida pela agricultura familiar, não por esses grandes monocultivos. E são os monocultivos que dependem atualmente de agrotóxicos e que dependeriam de um tempo talvez um pouquinho maior para essa transição. Então, não é uma questão de faltar alimentação.

E, só para finalizar, queria dizer que os subsídios tributários acabam distorcendo, esses subsídios tributários distorcem os custos dos diferentes métodos para controle de pragas e doenças e tornam a utilização dos agrotóxicos preferível do ponto de vista econômico, o que acaba por desestimular a transição agroecológica.

E é por esse motivo que eu acredito que seja um momento agora muito importante, um momento de discussão e debate aqui no Senado muito importante, em que se pode mudar o rumo dessa situação e abrir caminho efetivamente para um modelo de produção sustentável, que defenda a saúde da população e o meio ambiente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dra. Ana Paula de Carvalho de Medeiros, Procuradora da República, Ministério Público Federal, pelas suas contribuições neste debate que é para salvar vidas e salvar o planeta.

Paula Johns, ACT Promoção da Saúde – Sistema Tributário 3S.

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Eu acho que vou fazer comentários gerais e não responder especificamente às perguntas.

Preocupa-me... Eu acho que a gente tem... Em primeiro lugar, eu acredito fortemente no poder do debate, em a gente trazer as coisas à tona, para a gente poder discutir os desafios coletivos que a gente tem. E acho que a gente tem o que eu chamaria de uma guerra de narrativas, porque a gente vem sendo bombardeado com este "agro é pop", "agro é tudo" nesse modelo de exportação de *commodities*, com uso intensivo de agrotóxico. E, como foi colocado aí, há uma certa dependência, estamos todos um pouco reféns desse sistema no Brasil, mas, obviamente, tem uma área que está ganhando muito dinheiro com isso. Então, como é que você vai fazer uma transição nesse jogo de forças com quem está ganhando? Obviamente, quem está ganhando com o *status quo* não quer mudar o *status quo*, isso é uma reação natural do ser humano.

Então, quando a gente olha até para esse Parlamento hoje e vê quem está ganhando, quem são as bancadas mais fortes aqui dentro, preocupa-me, assim, como a gente vai conseguir... Eu acredito que a gente possa conseguir, eu acho que a gente tem histórias no Brasil de conseguir superar esse tipo de desafio, mas a gente precisa ser muito contundente também, assim, de demandar que essa transição não seja uma transição... Quando é trazida pelo Ministério da Fazenda: "Ah! Vamos fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição!". Uma transição de quanto tempo, de 100, 200 anos? Isso é tempo demais para a crise climática que a gente tem hoje, para a crise da saúde. A gente não pode se dar a esse luxo.

Então, a pergunta é: em termos de narrativa, como a gente vai fazer para neutralizar, primeiro, esse poder econômico que se traduz em poder político aqui dentro da Casa, para neutralizar essas forças? Porque como eu trouxe antes – eu queria lembrar –, se a gente dialoga com a população, em nível de opinião pública, as pessoas entendem. Ninguém quer dar subsídio para produto que faz mal à saúde, mas concretamente, na prática, a gente dá.

E, assim, às vezes, me preocupa mais... Eu acho que o meu colega aqui trouxe o elemento de a gente estar falando entre pares, e é muito gostoso isso, mas me preocupa a ausência daqueles que querem que o sistema continue como está...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – Eles não se expõem publicamente e isso me preocupa muito, porque onde eles estão? Eu vejo que eles estão atuando nos bastidores. Então, eu gostaria que viessem a público para a gente poder, de fato, fazer essa disputa de narrativa em cima do que a ciência nos dá, em cima dos fatos concretos que a gente tem, em cima dos dados, em cima das melhores práticas e, sobretudo, com a esperança de que a oportunidade, a capacidade que a gente tem no Brasil em termos do número de agricultores familiares que a gente tem neste país, se a gente criar uma estrutura, um sistema de apoio, um sistema de produção que faça mais sentido para todo mundo, a gente tem uma potencialidade absurda! Como a gente vai fazer valer essa potencialidade?

Então, acho que tenhamos, assim, essa consciência e essa certeza de que, sim, a gente pode mudar a realidade, mas não vai ser fácil com a conjuntura de forças atual porque poucas pessoas estão ganhando muito dinheiro com isso e estão vendendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA JOHNS – ... falsas narrativas para a população brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Paula Johns, pela sua colaboração enorme para esse debate, que interessa a todo o povo brasileiro.

De imediato, Marcelo Firpo Porto, Coordenador do Neepes (Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde) e pesquisador da Fiocruz.

O SR. MARCELO FIRPO PORTO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Bom, vou ser bem sintético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro... (*Pausa.*)

Desligou. Ah, tá!

Por que tanto agrotóxico? Isso já foi falado muito, mas eu vou colocar num tema que, inclusive, se aproxima...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – ... da discussão do Diego.

Isso aí já foi para mim? Mal comecei. Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – Ah, está ótimo. Obrigado.

É importante a gente entender que a produção do que se chama estrategicamente de Revolução Verde, que é um nome complicadíssimo para algo que é a construção do agronegócio, da agricultura capitalística mundial, ela faz parte de um processo estratégico construído principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial de uma lógica imperialista de ampliação da produção de alimentos na lógica da lucratividade, dentro da disputa geopolítica que se desenvolveu ao longo do século XX.

Então, há toda uma construção estratégica que vai criando as políticas públicas, as tecnologias e as atuações de governos favoráveis à lógica da transformação de alimentos em mercadorias e em *commodities*. Acho que essa é a questão fundamental que explica por que tanta dependência do agrotóxico, dos agroquímicos, que faz parte de um projeto político de uma lógica geopolítica mais ampla.

Uma outra questão, sobre as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, que é uma questão importante e que foi, de alguma maneira, pouco tocada no debate de hoje, é um debate estratégico para a transição e para o futuro. Eu ouvi aqui o representante do Ministério da Fazenda. Existe uma gramática importante nessa discussão. A gente não fala, na saúde pública, de pesticida ou de defensivo agrícola, a gente fala de agrotóxico para demonstrar que, acima de tudo, essa substância tem, como objetivo, matar a vida.

Quando a gente toma um antibiótico, mata uma microfauna interna que fica dentro do corpo da pessoa que está precisando, naquele momento, numa situação. No caso, a gente está falando de uma substância que é colocada no ambiente e que mata diferentes formas de vida.

É por isso que a transição não ocorrerá sem a ampliação das zonas livres de agrotóxicos e de transgênicos, porque não adianta apenas a gente ter comunidades tradicionais produzindo, como sempre se produziu até boa parte de toda a história da humanidade. Só depois da Segunda Guerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial e nas últimas décadas é que se tornaram cada vez mais dependentes dos agroquímicos e agrotóxicos. Sempre se produziu alimento sem veneno.

O que essas comunidades tradicionais continuam a fazer é muito difícil quando, cada vez mais, as nuvens de veneno, as formas de dispersão alcançam essas comunidades pela expansão do agronegócio.

Então, essa é uma questão absolutamente estratégica para o futuro.

O último comentário: É falso dizer que não é possível acabar com a fome...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – ... e produzir alimento para toda a humanidade.

Cada vez mais existem estudos que mostram a importância e o aumento da produtividade dentro da agricultura familiar e da média, e mesmo de propriedades de um certo tamanho, desde que compatível com os agroecossistemas; e esse aumento de produtividade vai ser tanto maior – e aí a importância da tributação – quanto menores forem as externalidades negativas; ou seja, se o lucro, usando o agrotóxico, e o câncer, a morte, o gasto do SUS, a perda de emprego pelas pessoas contaminadas, doentes ou intoxicadas, se tudo isso não é tributado, a gente tem uma perversidade que, inclusive, camufla a ideia do que é a real produtividade. Enquanto a gente não incorporar saúde e interesses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FIRPO PORTO – ... em sociedade, nada se transformará.

Esse é o tema central. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentos ao Dr. Marcelo Firpo Porto, coordenador do Neeps (Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde) e pesquisador da Fiocruz.

Deputado Estadual Marcos José Abreu, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc que é representante do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU (Para expor.) – Obrigado.

Primeiro eu quero dar uma informação. Houve algumas perguntas que mostram que é importante trazer o contraditório aqui, é fundamental para o debate. Houve algumas perguntas sobre a possibilidade de produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos e alimentar o mundo, e também se sem agrotóxicos não haveria mais fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse debate foi muito superado, a gente tem evidências científicas já comprovadas de que superamos isso e, muito pelo contrário, a gente tem contradições, inclusive algumas pesquisas estão demonstrando que onde nós temos os maiores centros de produção com agrotóxicos é onde também nós temos as maiores contradições entre os mais ricos e os mais pobres. Então, essa concentração de renda, de terras e de produção também produz e reproduz um sistema muito injusto, um abismo gigantesco.

Então eu convido quem está nos acompanhando a baixar um *e-book* que está disponível em vários *sites*, como no *site* do Idec – idec.org se não me engano –, também no *site* da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e no *site* do Cepagro. Nele são mencionados os dez mitos e verdades da questão da tributação e os impactos dessa tributação dos agrotóxicos para a população brasileira. Vale a pena buscá-lo e, inclusive, usá-lo como subsídio no debate aqui na Casa.

Eu queria também reforçar uma questão importante. Primeiro: na questão da tributação dos agrotóxicos, a gente precisa cuidar, porque muitas vezes os agrotóxicos são referidos como "insumos agrícolas". Insumos agrícolas envolvem uma diversidade enorme. Ali nós temos os bioinsumos, por exemplo, dentro dos insumos agrícolas, nós temos mudas, sementes e assim por diante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – Então é perigoso. A gente tem que tratar agrotóxico como agrotóxico, essa foi sempre uma grande luta. Inclusive o carro-chefe do PL chamado Pacote do Veneno foi acabar com o nome "agrotóxico" e trazê-lo para "insumo agrícola", para "produtos fitossanitários" e assim por diante. Então é fundamental a gente compreender isso e, nesse processo interno sobre a tributação, colocar e alocar os produtos químicos sintéticos para controle de pragas e doenças como agrotóxicos. Acho que esse é um debate bem importante.

E depois a gente também, como foi bem perguntado aqui, precisa saber que essa taxação e essa tributação não têm impacto direto sobre o valor desse alimento ou sobre a vida desse agricultor. Os trabalhadores rurais estão quatro vezes mais suscetíveis a doenças crônicas não transmissíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – ... assim como a suicídios do que um trabalhador urbano, por conta da exposição que eles têm aos agrotóxicos e a esses produtos químicos sintéticos. É fundamental compreender isso.

E a agricultura familiar é a que mais sofre com isso. A agricultura familiar não é sinônimo de agricultura sem agrotóxicos, muito pelo contrário. Quero dizer que os trabalhadores rurais familiares, os pequenos agricultores, são os que mais sofrem com a exposição a esses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer da sua problemática, do quanto é complexo o tema, porque hoje nós temos a pulverização com drones utilizados pelos pequenos agricultores e com uma série de consequências, porque nós não temos mecanismos mínimos de barreiras, de controle, de fiscalização, e isso é de uma profundidade que a gente não mede as consequências do uso indiscriminado desses produtos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS JOSÉ ABREU – Então, quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim e me colocar à disposição e também o Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Marcos José Abreu, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc e representante do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

Parabéns pela sua fala, que contribuiu muito para o debate.

Vamos para a segunda mesa.

Diego Moreira, representante do setor de produção do MST.

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, sem problema. O Diego, gentilmente, já cedeu.

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – Obrigada, Diego.

Vou tentar ser rápida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Diego já tomou a decisão pela mesa, não é?

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – É, no lugar do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – O nosso candidato a Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, passamos, de imediato, para Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA (Para expor.) – Vou tentar responder de forma breve.

Quero dizer também que a nossa secretaria muda de nome neste Governo. Ela acrescenta a letra "a", de ambiente, pela importância política. Então, ela passa a ser Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Isso não é meramente uma vogal a mais, mas é a intenção política deste Governo de avançar nessas questões que a gente está trazendo.

Questão importante que a Nathaly colocou aqui: o impacto dos agrotóxicos em relação às comunidades tradicionais.

Quero dizer que, como já foi dito aqui, nós temos urgência por essa transição. Nós temos as mudanças climáticas nos atingindo drasticamente, do ponto de vista do perfil epidemiológico, da sustentabilidade das nossas cidades e das políticas econômicas, e uma necessidade de transição de Estado.

Que Estado é esse de que nós estamos falando que dá conta dessa nova problemática que o mundo inteiro passa a ter que responder e a fazer frente? Nós tivemos um ensaio com a pandemia dessas mudanças que nos trouxeram alternativas de a gente discutir, enfim, que modelo econômico, que modelo de desenvolvimento os Estados precisam para garantir a vida e a saúde da população.

O Pedro pergunta: "Quais são as vantagens dos agrotóxicos?".

Para nós, na saúde, não tem vantagens, tem só desvantagens, porque nós temos pessoas morrendo precocemente, adoecendo, não só de câncer – a gente cita o câncer como emblemático –, mas nós temos toda uma questão em relação à saúde da mulher, à saúde do homem, à infertilidade de uma população, à saúde reprodutiva, que está atingida no Brasil. E temos uma questão importante que é a da biodiversidade, sobre a qual os povos tradicionais vêm discutindo conosco.

Nós também temos a pauta das mudanças climáticas para o Mercosul...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – ... em que nós vamos estar, em setembro aqui no Brasil. Nós fizemos um plano de ações em relação às mudanças climáticas para o Mercosul, em que todas essas questões se atravessam, e em relação à necessidade de o Estado brasileiro passar a monitorar a qualidade do ar e da água para o consumo humano para a preservação.

Essas comunidades estiveram com a gente. Os povos tradicionais também são atingidos pelas questões dos agrotóxicos, porque muitos deles estão em territórios onde as águas do entorno estão contaminadas, onde o conhecimento ancestral das ervas está atingido, porque a vegetação está contaminada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que fazer este debate das políticas públicas com essas populações que são resilientes e que têm propostas não só da agroecologia, mas também do que nós estamos chamando, Senador, e constituindo, neste Governo, como saúde única, que reúne a questão do humano, do animal e da vegetação.

Dessa forma, eu encerro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA – ... dizendo que essas são linhas que nós precisamos fortalecer. E eu gostei de estar aqui a Fazenda, porque nós temos que tributar, sim, esses territórios com produção agroecológica, de conhecimento ancestral, comunidades resilientes que estão na defesa da vida e da saúde, ao contrário do que a gente está fazendo com a desoneração dos agrotóxicos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns, Maria Juliana Moura Corrêa, Diretora do Departamento de Vigilância de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde. Muito obrigado.

De imediato, passo a palavra para o último painelista, Diego Moreira, representante do setor de produção do MST.

O SR. DIEGO MOREIRA (Para expor.) – Está bem. Apesar das adversidades e de ainda estarmos, digamos assim, na defensiva, eu acredito que nós estamos em melhores condições de construir uma ofensiva, para essa ideia de destruir essa concepção de o nosso país ser uma grande fazenda. Ele foi concebido como a grande fazenda e ainda continua sendo essa grande fazenda agroexportadora. Então, que possamos, Governo e sociedade civil, através e na sociedade civil, fazer esse papel importante dos movimentos sociais e o papel importante da ciência! Essa junção de movimento social e ciência é muito importante para nós avançarmos nessa direção. Primeiro, nós estamos numa batalha ideológica, então nós vamos precisar acertar a narrativa – essa narrativa ciência e movimento social, para incidir na sociedade civil –, pois ela é muito importante; como nós vamos construir essa sinergia para aproximar a ciência do fazer e o fazer da ciência, para que nós possamos construir, nessa batalha de ideias, uma narrativa que vá conquistando corações e mentes da sociedade brasileira?

Os dois temas centrais são a preservação da natureza e o tema do alimento – o tema do alimento –, nós vamos conquistar corações e mentes através do estômago, não tenham dúvidas. Então, nós precisamos alimentar esses milhões de brasileiros e brasileiras que estão passando fome. Nós precisamos avançar nessa perspectiva.

Além da batalha das ideias, há construção de políticas públicas. Então, nós esperamos que possamos retomar as políticas públicas e avançar nelas para que, de fato, cimentem o nosso caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós construirmos uma agricultura sustentável e tudo isso que nós estamos propondo aqui. Nós precisamos construir esse movimento alicerçado nessa perspectiva.

Apareceu uma pergunta aqui bastante importante: se os benefícios fiscais concedidos aos agrotóxicos fossem reduzidos, haveria mais dinheiro para a agricultura familiar e para as políticas públicas? Esse panfleto da campanha contra os agrotóxicos diz que só em 2021 o Brasil deixou de arrecadar 13 bilhões – 13 bilhões! – em isenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MOREIRA – Vou dar um exemplo aqui, Senador, e quero já pedir a sua ajuda nisso também, o PAA, que é o principal Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal para combater a fome... Foi aberta uma chamada pública, a agricultura familiar apresentou uma demanda de 1,1 bilhão, o Governo disponibilizou 250 milhões. Então, o orçamento que nós temos hoje é de 250 milhões. Nós precisamos, de imediato, de 1,1 bilhão para contratar os programas que já estão apresentados na Conab e no MDS. Só de isenção, em 2020, foi 13 bilhões. Então, não tenho dúvida de que, se nós avançarmos numa luta política para reduzir esses benefícios, ou para acabar com esses benefícios, nós vamos ter orçamento para a política pública, para a reforma agrária, para a ciência e tecnologia, para a educação, para o combate à fome.

Então, nós precisamos construir essa energia, essa sinergia em torno desse movimento para nós avançarmos nessa perspectiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MOREIRA – Daí, o movimento social, a ciência e a política precisam estar conectados a essa perspectiva.

Quero agradecer a possibilidade de participar aqui, agradecer novamente a campanha contra os agrotóxicos, ao nosso Senador Paulo Paim e dizer que nós, do MST, não faltamos, não faltaremos e estaremos sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Diego Moreira, representante do setor de produção do MST, que também fez uma bela explanação.

Por favor, Shirleyde, venha, por favor, para fazer o encerramento final aqui do nosso evento.

Eu só vou falar no encerramento do encaminhamento, que são duas frases praticamente.

A SRA. SHIRLEYDE SANTOS (Para expor.) – "Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura". Ana Primavesi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada". Rachel Carson.

Agrotóxico mata!

Obrigada a todos e a todas que estiveram juntos conosco nesta manhã. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Shirleyde.

Pessoal, vamos encerrar mesmo agora, porque muita gente disse que já são quase duas horas.

Encaminhamento nº 1. A Comissão se compromete a encaminhar aos membros da CCJ, da CAE e ao Relator da reforma tributária, Senador Eduardo Braga, *link* com os dados e informações apresentados na reunião.

Encaminhamento nº 2, que depende de vocês. Os que entenderem que devem apresentar emendas – claro, o instrumento vai ser nosso –, apresentem emendas que nós encaminharemos para o Relator, o.k.?

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa brilhante audiência pública em defesa da vida.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Magno Malta e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Jorge Seif, Eduardo Braga e Luis Carlos Heinze, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 53ª e 54ª Reuniões desta Comissão, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 268, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 92 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre as informações do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2226, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tratar da reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência por empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área de transporte urbano." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1048, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 5º do art. 197-E da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para definir medidas aplicáveis nas hipóteses de desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção e de devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 729, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a prioridade na oferta de vagas de creche para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); a criação do Portal Nacional de Boas Práticas na Educação; programas direcionados ao envolvimento ativo da família; o monitoramento contínuo e periódico do progresso dos alunos na aprendizagem; os componentes obrigatórios da educação infantil; e requisitos para o ingresso na atividade docente." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CDH. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1372, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5294, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a prevenção a qualquer forma de tratamento discriminatório em função de raça ou de cor nas relações de consumo e dá outras providências." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2356, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** O presidente concede vista coletiva. **ITEM 8 - Sugestão n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Afastamento definitivo e absoluto de político condenado" **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pelo arquivamento da sugestão. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. **ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1718, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, para prorrogar a suspensão da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1957, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2062, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1146, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Lido o requerimento nº 67/2023, de autoria da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Paulo Paim, para instruir o projeto. A apreciação do requerimento fica agendada para a próxima deliberativa. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1217, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Lido o requerimento nº 64/2023, de autoria da Senadora Mara Gabilli e da Senadora Damares Alves, para instruir o projeto. A apreciação do requerimento fica agendada para a próxima deliberativa. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2291, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer”, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para ampliar o direito das mulheres à cirurgia plástica reparadora da mama em casos de mutilação total ou parcial." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Otto Alencar como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **ITEM 16 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Lido o requerimento nº 66/2023, de autoria da Senadora Augusta Brito e do Senador Otto Alencar, para instruir o projeto. A apreciação do requerimento fica agendada para a próxima deliberativa. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 3697, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho de crianças e adolescentes nas ruas, praças e outros logradouros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 18 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 63, de 2023 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "Desenvolvimento Sustentável e bem-estar social na Reforma Tributária"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra as Senadoras Damares Alves e Margareth Buzetti e os Senadores Eduardo Girão, Magno Malta, Alessandro Vieira, Otto Alencar e Carlos Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 53ª e 54ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu vou fazer uma rápida introdução só para justificar aqui o nosso atraso, porque a nossa sessão inicia-se sempre às 11h. Eu deixo registrado nos *Anais* da Casa que, hoje pela manhã, participei, na Esplanada dos Ministérios, da 7ª Marcha das Margaridas, com mais de 100 mil mulheres rurais, com a participação do Presidente da República, Lula, e da Primeira-Dama, Janja da Silva.

Ministros e Ministras de Estado, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Contag, entidades de mulheres, confederações e federações, sindicatos e entidades de agricultura familiar, quilombolas, indígenas, entre outros, fizeram esse grande ato com mais de 100 mil mulheres e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas reivindicações, entre elas, políticas públicas que melhorem a vida das agricultoras e agricultores familiares, o fim da violência contra a mulher, e por aí foi. Essa marcha acontece de quatro em quatro anos e traz o nome de Margarida Alves em homenagem a essa líder assassinada em 1983 por defender o direito das trabalhadoras e trabalhadores rurais, por denunciar injustiça, por lutar por dignidade.

Ontem, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 63, de 2018, que registra no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves. O projeto é de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário, e eu tive a satisfação de ser indicado como Relator. Dei o parecer em Plenário, já aprovado na Comissão, e ele foi aprovado por unanimidade, não teve um voto contra. Agradeço muito ao Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, que teve a sensibilidade de colocar o projeto em votação em Plenário. Nossos agradecimentos. Então, nesse momento em que as mulheres vieram de todo o Brasil, foram informadas de que o projeto será sancionado pelo Presidente.

Quero registrar também que, ontem, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 614, de 2002, que inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Esse projeto veio aqui do Senado. Nós tivemos a alegria de participar da discussão, votação e elaboração, e digo que esse projeto é de minha autoria, mas é de toda a Casa. A Deputada Laura Carneiro foi a Relatora. E o projeto agora foi para a sanção. Maria Beatriz Nascimento fez história e deixou um legado de luta pelos direitos da mulher negra por dignidade e respeito.

A primavera se avizinha – setembro, bem perto. Primavera é a estação de flores, dos amores, das cores, de todas as cores, quando a natureza brilha. E, nesse horizonte que está logo ali, esta Casa – tenho certeza – vai aprovar a política de cotas atualizada por unanimidade, como foi na Câmara dos Deputados. Cada um colocou seu ponto de vista, claro – isso faz parte do debate político –, mas ninguém pediu verificação. Eu acompanhei, eu estava lá. O projeto foi aprovado por unanimidade. O projeto de lei atualiza e melhora a política de cotas, beneficiando a todos que realmente precisam. Um detalhe: muitos falam que é para negros, índios, quilombolas; é para negros, brancos, índios, pessoas com deficiência e quilombolas. Todos são beneficiados com a política de cotas.

A autoria do projeto é da Deputada Federal Maria do Rosário e outros. E, por indicação do Presidente Rodrigo Pacheco, do Presidente da CCJ, o Senador... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Davi Alcolumbre. Deu branco geral aqui, mas ela nos salvou!

Agradeço ao Senador Davi Alcolumbre também e ao Senador da Comissão de Educação que é o Presidente Flávio Arns, ao qual eu queria neste momento aqui dizer que a Comissão de Direitos Humanos empenha toda a sua solidariedade. Ele teve que voltar para o estado... Inclusive, eu estava para relatar, a pedido dele, alguns projetos na Comissão de Educação; estava lá às 9h, mas também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve a sessão lá. Eu quero falar do Flávio rapidamente. Ele está sofrendo muito, pois o filho está numa situação muito difícil. Chamaram-no para o estado – os médicos chamaram –, e ele foi. Vamos torcer, porque ele está nos braços de Deus. Que Deus ilumine essa caminhada.

Sabe, Damares, que o meu filho perdeu a menina com que ele tanto sonhava na hora do parto. E eu só disse isto para ele: "Deus entendeu que ela tinha que subir agora". Até porque, quem sabe, ela ia sofrer muito devido às dificuldades que os médicos explicaram para ele, mas ele está inconsolável faz um ano já – inconsolável, faz um ano! E lembrei, neste momento, o que é perder – no meu caso, uma neta – um filho jovem ainda.

Enfim, eu agradeço a todos, como eu dizia aqui: ao Presidente Rodrigo Pacheco, ao Presidente Davi Alcolumbre e ao Flávio Arns – e entrei no assunto do filho dele.

Por fim, quero ainda, nesta abertura, registrar a perda da nossa querida Léa Garcia. Ela estava com 90 anos de idade, uma das mulheres, das atrizes brasileiras que marcou o seu tempo. Como a gente fala, uma mulher de todos os tempos. Diva do teatro negro, companheira de causas nobres, ela sempre esteve na luta contra o racismo e todo tipo de discriminação. Ela foi casada com Abdias Nascimento. Meu sentimento aos familiares. E, neste momento, eu estou dizendo que vou encaminhar um voto de pesar, à tarde, no Plenário. E o farei, se todos permitirem, em nome também da Comissão de Direitos Humanos.

Muito bem, vamos agora à nossa pauta.

Primeiro, a pedido do Senador Girão, que conversou comigo no Plenário, ele pediu – ele não poderia estar aqui, e eu assumi o compromisso com ele ao dizer que votaremos todos aqueles projetos em que houver acordo neste plenário – que saísse de pauta o item 5: Projeto de Lei 1.372, de 2023, que revoga a Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental. O Senador Girão pediu, e eu acatei – não é por causa de uma semana que a gente vai ter problema nesse debate. Ele pediu também em relação ao item 7: Projeto de Lei nº 2.356, de 2022, que altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade. São dois projetos: um do campo da situação, um do campo da oposição. Eu atendi o pedido dele.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1372, DE 2023

- Não terminativo -

Revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2356, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Vamos entrar na pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 729, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a prioridade na oferta de vagas de creche para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); a criação do Portal Nacional de Boas Práticas na Educação; programas direcionados ao envolvimento ativo da família; o monitoramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contínuo e periódico do progresso dos alunos na aprendizagem; os componentes obrigatórios da educação infantil; e requisitos para o ingresso na atividade docente.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CAS e terminativo na CE.

Eu não vou ler tudo que está previsto aqui, porque, como a Relatora está aqui, ela mais do que ninguém vai ler todo o Projeto 729 e vai fazer o seu relatório.

Passo a palavra, de imediato, à Senadora Damares Alves.

A palavra é tua, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, quero me somar ao senhor nos votos de solidariedade ao nosso Senador Flávio Arns, tão querido. Nós sabemos do tamanho da dor dele nos últimos dias.

Também quero registrar, Senador, cumprimentos à Marcha das Margaridas, que está linda, que está muito bonita.

E só queria lembrar uma coisa, Senador, ao senhor: em 2008, o Brasil recebeu uma recomendação de comissão de direitos humanos internacional de que nós fizéssemos uma reparação com uma indenização à família de Margarida. E eu tive a honra, em 2019, de fazer essa reparação. Demorou muito – a gente entende: houve uma série de problemas no Legislativo no passado –, mas a gente fez. E foi um dia memorável para mim estar na Paraíba com o filho de Margarida, que tinha 8 anos e estava no momento em que ela foi assassinada. Aquela criança assistiu ao assassinato da mãe. E a gente fez essa reparação. Foi a nossa última marcha, em 2019. A gente trabalhou para que tudo isso acontecesse em 2019.

E nós estamos muito felizes em ver as ruas lotadas hoje de mulheres buscando por direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos (*Fora do microfone.*) pela informação que a senhora nos passa, porque, de fato, a marcha é de quatro em quatro anos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquela foi a última.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E teve esse fato positivo que V. Exa. participou...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi a forma que eu encontrei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e ela volta agora em 2023. Ela aconteceu hoje, então.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Foi a forma que eu encontrei de contribuir com a marcha naquele ano: foi fazer a reparação à Margarida. Foi um momento único na minha vida.

Vamos à leitura. Eu peço permissão, Senador, para ir direto à análise.

É um texto longo, mas que merece atenção de toda a Comissão. O assunto é delicado, é um assunto complexo, mas nós trabalhamos um voto que com certeza vai atender a todos.

Análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre proteção à infância. Dessa forma, é regimental a apreciação por esta Comissão do PL em tela.

A educação brasileira ainda não se encontra em patamar elevado de qualidade. No exame Pisa 2018, que avalia o nível da educação de estudantes de vários países em leitura, matemática e ciências, o Brasil figurou entre os 10 piores em matemática e, em leitura, ficou na posição 57, entre 77 participantes. São resultados muito aquém do que gostaríamos e buscamos para o nosso país.

Ora, se essa é a nossa realidade, é de suma importância que a educação básica receba atenção especialíssima e, evidentemente, que experiências internacionais de sucesso sejam incorporadas às nossas salas de aula, e que melhorias diversas sejam promovidas ao longo do tempo no sentido de promover os avanços ainda necessários na educação, cuja qualidade tem sido medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) desde 2007.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental tem apresentado trajetória crescente desde sua primeira medição e superou as metas intermediárias fixadas para o período de 2007 a 2019. Por sua vez e em sentido oposto, o Ideb dos anos finais não atinge as metas intermediárias fixadas desde 2013,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda que apresente trajetória crescente no período de 2007 a 2019. Por fim, a trajetória do Ideb do ensino médio apresentou em 2019 o maior crescimento e o melhor resultado observado na série histórica desde 2007: de 3,8, em 2017, atingiu 4,2, em 2019. Não obstante, o índice obtido permanece abaixo das metas intermediárias desde 2013, assim como para os anos finais do ensino fundamental. Há, portanto, muito a se avançar em termos de taxa de aprovação e de desempenho ou proficiência dos estudantes em português e matemática na educação básica brasileira. Assim, é muito bem-vinda a proposta de promover aprimoramentos legais à lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

É louvável a iniciativa do autor de não apenas acrescentar aos municípios brasileiros a competência de desenvolver programas direcionados ao envolvimento ativo da família no apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças na primeira infância, bem como de adicionar componentes obrigatórios nos anos finais da educação infantil relacionados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, físicas e de raciocínio lógico, e atividades de pré-alfabetização. A esse respeito e com vistas a contribuir para os aprimoramentos da política, sugere-se acrescentar ao rol de programas e habilidades a serem desenvolvidos iniciativas voltadas especificamente ao fortalecimento de vínculos familiares e práticas de literacia familiar, respectivamente.

Também é relevante a proposta de criação de portal para disseminação de boas práticas na educação e de implementação de estratégias para comunicação e mídia, além da oferta de canais de atendimento para consultas sobre comportamento e desenvolvimento infantil.

Em relação ao portal, sugere-se apenas tratá-lo como plataforma *online*, sem denominá-lo em lei. Isso se justifica na medida em que, no processo de planejamento para sua implementação, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, pode oferecer, entre outras, solução tecnológica já desenvolvida e conhecida, que compreenda boas práticas na educação, em consonância com o novo dispositivo legal, aplicando-se, assim, os princípios da economicidade e eficiência da administração pública.

Além dessas inovações, a proposição acerta ao sugerir o monitoramento contínuo e periódico do rendimento escolar e do progresso na aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa dos estudantes da educação básica. Contudo, deve-se considerar a variedade de configurações escolares e microambientes de aprendizado e seus desafios em termos de práticas educacionais numa nação como o Brasil, com extensão territorial continental e significativo pluralismo populacional. Padronizar, nesse cenário, como o monitoramento e as intervenções no desempenho acadêmico dos estudantes devem ocorrer constitui tarefa extremamente árdua e arriscada, cuja implementação pode, em alguns locais, não ser, inclusive, factível.

Tendo isso em vista, sugere-se nova redação para o dispositivo inovador ao art. 24, que assegura o monitoramento contínuo e periódico do desempenho dos estudantes, mas garante que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervenções sejam definidas pelos atores competentes, levando-se em consideração as especificidades de cada caso. Acredita-se que, dessa forma, o cumprimento da norma poderá ocorrer efetivamente, como se espera com essa alteração proposta.

Adicionalmente, a proposição em tela traz inovações em relação aos profissionais da educação. Propõe-se nota mínima de 50% para ingresso em cursos de formação de docentes a partir de 2030 e de 55% a partir de 2035; o estabelecimento de certificações em cursos sobre práticas educacionais baseadas em evidências científicas, as quais poderão contar como titulação em concursos para docentes; e o acompanhamento de docentes da educação básica e infantil em estágio probatório por docentes mentores.

Por se tratarem de questões estritamente relativas à gestão educacional, que não tocam especificamente o direito à educação como as demais alterações sugeridas, deixaremos ao escrutínio da Comissão de Educação e Cultura, que certamente se debruçará com propriedade sobre essa temática.

Por fim, a proposição de autoria do Senador Rogério Carvalho acrescenta parágrafo que define que a oferta e a expansão de vagas nos estabelecimentos públicos da etapa da creche priorizarão as famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico) e serão gerenciadas por meio de sistema centralizado de vagas mantido pelo poder público responsável. A proposta é louvável e se justifica à medida que são conhecidas as barreiras socioeconômicas para o ingresso e a permanência na escola por crianças de famílias em situação de vulnerabilidade em todo o país. Em sua expressiva maioria, essas famílias dependem de estabelecimentos públicos próximos ao seu local de residência para que as crianças estudem.

No Brasil, há cerca de 75 mil estabelecimentos de educação infantil nas zonas rural e urbana. Desse total, mais de 54 mil estão em centros urbanos e os demais encontram-se na zona rural, segundo Inep/MEC 2022. A realidade socioeconômica dos locais onde as creches se encontram varia significativamente. Portanto, há creches públicas em regiões de classe baixa, assim como há estabelecimentos de educação infantil em locais habitados por famílias de classe média e alta. Assim, não necessariamente, nos locais onde há creches públicas, o público infantil atendido pertence a famílias em situação de vulnerabilidade, que, geralmente, são as inscritas no CadÚnico.

O CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda que residem em território nacional.

Podem se inscrever no Cadastro Único as famílias que possuem: (a) renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo; (b) renda mensal familiar total de até três salários; além de (c) famílias que possuem renda acima dessas, mas que estejam vinculadas ou pleiteando algum programa ou benefício que utilize o CadÚnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, embora o CadÚnico seja um instrumento de identificação de famílias de baixa renda, não necessariamente apenas essas famílias estão inscritas nele. E, aqui, vem a questão em que esta Comissão se debruça: a questão dos direitos. Podem estar inscritas famílias de outras classes sociais, inclusive, que, à época da identificação, eram famílias em situação de vulnerabilidade e, no presente momento, não o são mais; ou ainda famílias que se inscreveram por estarem pleiteando algum programa ou benefício, mas não necessariamente são vulneráveis.

Some-se a isso o fato de que são conhecidas as dificuldades de atualização do cadastro pela população e de revisão do cadastro pelo Governo, de modo que apenas as famílias que cumprem os critérios acima estejam ativas no CadÚnico. Isso significa que tanto podem ficar de fora dos programas e dos benefícios que o CadÚnico possibilita famílias que tenham direito, como podem ter acesso a eles famílias que não tenham mais o direito, mas ainda estejam inscritas no Cadastro Único.

Diante disso, sugere-se nova redação para o §2º do art. 4º, com vistas a garantir que as famílias em situação de vulnerabilidade social sejam priorizadas na oferta e na expansão de vagas nos estabelecimentos públicos de educação infantil em todo o país, consideradas as especificidades locais.

Pelas razões expostas acima, encaminharemos voto pela aprovação do alvissareiro PL nº 729, de 2022, com as contribuições ora mencionadas.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 729, de 2022, com as seguintes emendas:

> Emenda nº - CDH
> Dê-se a seguinte redação ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do PL nº 729, de 2022:
> "Art. 4º
> .....
> ...
> § 1º Para efeitos do disposto no inciso XII do *caput* deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.
> § 2º a oferta e expansão de vagas nos estabelecimentos públicos da etapa da creche priorizarão as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), bem como considerarão estatísticas e indicadores demográficos e socioeconômicos locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º A oferta e expansão de vagas nos estabelecimentos públicos da etapa da creche serão gerenciadas por meio de sistema centralizado de vagas mantido pelo Poder Público responsável.” (NR)

[Segunda emenda]:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 729, de 2022:

“Art. 9º

.....

...

X – organizar, manter e difundir plataforma *online* de boas práticas na educação, a qual conterá:

a) banco de práticas e políticas públicas bem-sucedidas, de fácil reprodução, implantadas no âmbito dos sistemas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em especial aquelas voltadas à primeira infância;

b) banco de práticas didáticas e materiais de apoio instrucionais que possam ser utilizados pelos docentes na abordagem de conteúdos específicos nos quais os alunos demonstrem ter dificuldades;

c) as principais pesquisas científicas existentes sobre práticas e programas em matéria educacional, bem como sua síntese, redigida de maneira acessível ao público;

d) a avaliação da eficácia de políticas públicas e práticas educacionais;

e) dados e informações centralizadas sobre a educação brasileira, abrangendo inclusive os relacionados a pesquisas, exames e avaliações a cargo do Poder Público; [Estou acabando.]

f) instrumentos de apoio aos educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que desejem utilizar as descobertas científicas para informar suas decisões.

XI – desenvolver e implementar estratégias para:

a) comunicação e mídia, com a finalidade promover o engajamento das famílias no desenvolvimento infantil e na prevenção e gerenciamento de problemas sociais, emocionais ou comportamentais comuns; e

b) disponibilização de canais de atendimento gratuito que viabilizem consultas individuais por telefone ou pela internet com o objetivo de que sejam sanadas dúvidas e respondidas preocupações específicas sobre o comportamento e desenvolvimento infantil.

.....” (NR)

EMENDA Nº - CDH [Comissão de Direitos Humanos]

Dê-se a seguinte redação ao art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do PL nº 729, de 2022:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 11.

.....

...

VII – desenvolver programas direcionados ao envolvimento ativo da família no apoio à aprendizagem e desenvolvimento das crianças na primeira infância, abrangendo:

a) a redução dos conflitos parentais;

b) o encorajamento à leitura e à comunicação com as crianças no ambiente familiar;

c) o treinamento das habilidades familiares, incluindo a numeracia adulta e a orientação no apoio à alfabetização; [Estou acabando.]

d) programas intensivos voltados a famílias em situação de conflito ou vulnerabilidade, incluindo visitas domiciliares;

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá tranquila, que é o seu tempo como Relatora.

e) ações e programas voltados ao fortalecimento de vínculos familiares.

....." (NR)

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do PL nº 729, de 2022:

"Art. 24.

.....

...

§ 3º A avaliação contínua e cumulativa de que trata a alínea a) do inciso V do *caput* será acompanhada de intervenções baseadas em evidências científicas para os casos de baixo rendimento na aquisição de competências e habilidades pelos alunos.

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 31-A, a ser inserido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do art. 1º do PL nº 729, de 2022:

"TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

.....

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

.....

Seção II

Da Educação Infantil

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 31-A. São componentes obrigatórios nos anos finais da educação infantil, a serem desenvolvidos, sempre que possível, de forma lúdica e com ampla participação das crianças:
I – as atividades de desenvolvimento das habilidades socioemocionais e físicas, incorporando a curiosidade e a exploração inatas das crianças no ambiente formal de aprendizagem, e as práticas de literacia familiar;
II – as atividades de pré-alfabetização, abrangendo, necessariamente, o desenvolvimento das consciências fonológica e fonêmica, a instrução fônica explícita e sistemática e o contato gradual com diferentes tipos e funções textuais, seus contextos e usos sociais; e
III – o desenvolvimento progressivo do raciocínio numérico, nos níveis concreto, pictórico e abstrato, com a utilização de exemplos e contextos variados para representação dos conceitos ensinados."

Esse é o relatório.

Presidente, agradeço ter sido nomeada Relatora desta matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Primeiro, vamos votar este. E vou abrir a palavra a V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E peço a aprovação.

A contribuição que esta Comissão vai dar, inclusive para a construção do novo Plano Nacional de Educação, aprovando esta matéria, vai ser uma contribuição rica.

Agradeço por ter sido escolhida Relatora e peço aos demais pares a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves. Parabéns pelo relatório. O projeto é de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. A autoria é do Rogério Carvalho; e o relatório, da Senadora Damares Alves.

Em discussão.

Como ninguém quer discutir, vou colocar em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, o Senador Girão, com a palavra, e o Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, só fazer aqui um esclarecimento, deixando muito transparente, muito claro.

Eu estou aqui desde 2019, nesta Comissão, com o senhor presidindo, coincidentemente, as duas vezes. Sempre procuramos trabalhar com consenso, buscando... Teve alguns momentos em que não teve jeito – inclusive um deles foi aqui do lado, com o Senador Alessandro Vieira, que, curiosamente, está aqui –, como foi a questão da maconha. Foi um dia ali que considero que eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da *Cannabis*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da *Cannabis*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vamos começar o debate, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu fiquei sozinho no voto. No mais, a gente tentou fazer sempre por consenso. Ontem, coincidentemente... Eu quero esclarecer ao Senador Magno Malta e à Senadora Damares, que é a Relatora, sobre a alienação parental. A gente sempre fica ali no Plenário, antes de começar, eu, o senhor e o Kajuru, e hoje, pela primeira vez, em quatro anos e meio, eu fui Relator pela primeira vez da CCJ, nunca tive uma relatoria lá. Enfim, é o item 11, que é agora, eu vou ter que voltar correndo lá. Ontem eu falei para o senhor. Como sempre estava o Francisco, que é nosso assessor, ele falou que havia uns assuntos polêmicos. Eu disse: "Fala com o Paim que amanhã é um dia especial, se puder retirar de pauta". Nem vi nome do que seria, do que é que seria efetivamente.

E o Senador Magno Malta, coincidentemente, sentou comigo agora lá na CCJ e falou: alienação parental, hoje, na pauta. Aí eu disse: eu vou votar agora. Ele disse: vamos lá votar. E aí recebeu um telefonema dizendo que eu tinha pedido para retirar esse projeto, que eu sei que ele tem o maior cuidado. Antes mesmo de ele voltar para o Senado, ele já defendia a revogação dessa lei. Inclusive, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participamos de audiência pública aqui, com a Senadora Leila presidindo. Foi uma longa audiência pública. Eu tenho, inclusive, um caso de uma pessoa próxima a todos nós, que mexe com relação a esse assunto, que é o outro lado, mas eu entendo que até quem é hoje da esquerda que defendia isso mudou, mas eu acredito que esse assunto, e eu não vou, Senador Paulo Paim – peço desculpas aqui ao Senador Magno Malta, à Senadora Damares –, eu não vou me abster com relação a esse assunto, tirar de pauta, pedir para tirar de pauta, porque é algo que eu sei que eles estão profundamente trabalhando em cima disso.

Eu gostaria de fazer esse pedido. Foi uma falha de comunicação. Acho que foram três pedidos, não é, secretário? Foram três pedidos de retirada de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. O que chegou aqui foi o item 5 e o 7, um do Senador Magno Malta, de autoria, e o outro de autoria do Senador Fabiano Contarato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Então eu quero fazer publicamente o pedido de desculpas, certo? Peço ao Presidente, se puder incluir na pauta, porque acho que eu não quero constranger absolutamente isso, e eu acho que vai haver outras comissões para a gente poder debater, poder haver aprofundamento disso. Eu quero só deixar claro que foi num bojo, num dia hoje, que culminou de ser o dia em que eu vou fazer a minha primeira relatoria lá na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, o Brasil sabe do meu cuidado, da minha luta em defesa das crianças. A alienação parental está para o Brasil como o crime de pedofilia. O mundo aboliu a alienação parental, criada por Richard Gardner, um psiquiatra americano. Depois se descobre que esse psiquiatra é pedófilo, e fez a lei, que encantou o mundo, como se fosse a defesa das crianças e o entendimento dela... Para o senhor ter uma ideia, ao ser aprovada no Brasil, a Relatora foi a Deputada Maria do Rosário, que foi a público pedir perdão ao Brasil quando tomou conhecimento do que havia relatado.

Da alienação parental, a lei começa da regra para a exceção; não é da exceção para a regra. E todos aqueles que argumentam contra argumentam a exceção, não a regra.

Quando da CPI da Pedofilia, acho que exatamente neste Plenário, com o Tuma sentado do meu lado, uma médica de Paulo Afonso veio aqui, fez uma acusação falsa contra o esposo, um Diretor da Chesf, que foi preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a CPI da Pedofilia, com o aparato que tinha, de segurança, com responsabilidade como CPI e com a competência do Ministério Público e da Polícia Federal, foi a Paulo Afonso. E descobrimos que era alienação. E para essa médica, o filho que nunca foi abusado foi devolvido.

Mas, para cada mil casos, é verdade.

Nós temos, hoje, mais de 40 mães escondidas, com ordens judiciais para devolver filhos abusados ao abusador. Escondidas!

E tem um grupo gardenista no Brasil, que, aliás, tem me ameaçado nas redes. Eu digo a eles que não tenho medo nem de cara feia, nem Damares. Estou pronto para eles. E tenho áudios da última reunião deles, do grupo de gardenistas, grupo de gardenistas dizendo que a estratégia é o ataque a mim.

Eu estou preparado, até porque, como eu tenho os áudios vindos do próprio grupo, eu sei quem é e quem são. E eu estou preparado judicialmente, aliás.

Todo mundo sabe da minha luta, da legislação que este país tem, das mudanças do ECA, como avançamos.

As operações que são feitas hoje, neste país, todas elas foram assinadas por mim, na CPI do Narcotráfico.

A alienação parental é um crime dos crimes, como o crime de pedofilia. E o que nós estamos querendo, apesar de não ser terminativo... Ela não é terminativa, ela vai para outras Comissões de mérito, Senadora Alessandro, para poder se debater, se discutir.

O Senador Alessandro, aliás, graças a Deus, é um delegado. Além dos casos de pedofilia, tem conhecimento profundo sobre alienação parental.

É uma barbaridade. E tem um grupo de médicos, de juízes e de psicólogas que nós descobrimos, na CPI dos Maus-Tratos, agora é diferente, em São Paulo, em que só eles, esses juízes despacham devolvendo filhos abusados para pai abusador. E é só esse grupo de psicólogas que assina esses laudos. Uma máfia!

Eu jamais me meteria num assunto em que eu não tivesse garantia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Magno Malta, eu já tenho condições de decidir, eu entendo, em cima de uma linha de acordo.

Eu estou preocupado, se V. Exa. me ajudar, porque tem uma série de projetos cujos Relatores hoje vieram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E este item, pelo que eu entendi, já vou adiantar para V. Exa...

Se o Senador Girão...

Eu recebi aqui, e o seu item tinha sido colocado junto. Eu acatei, embora ele dissesse que houve um equívoco do que foi constatado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas a minha intenção vai ser...

Se ele retirou o pedido, retiro o direito e eu vou colocar de novo na pauta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agradeço a sua palavra, ressaltando que o Senador Girão sempre soube que este projeto estava aqui e que seria relatado pela Senadora Damares. Não estou chamando de mentiroso, mas estou dizendo que ele sabia que estava aqui.

Eu não dou ordem aleatória a assessor nenhum meu.

Eu quero saber o que é meu que tem e qual é o tema. E qual é o tema!

Então, daquilo que eu luto por conhecimento, eu não escondo, vem tudo para o meu rosto. Está tudo na minha cara. Eu não nego nada a ninguém, porque eu não trato com inverdade. Aquilo que eu luto, eu luto por acreditar e por saber que existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está incluído na pauta, já que o Senador Girão o retirou.

Vamos seguir a ordem dos projetos. Como todos estão aqui e todos estão com pressa, e a culpa foi minha também, porque eu estava no outro evento e atrasei...

Quem é o próximo da pauta? Item 5. É exatamente esse. Item 5, seguindo a ordem da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1372, DE 2023

- Não terminativo -

Revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção à infância e à juventude, bem como sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas à proteção à infância e à juventude. Não se observam óbices de juridicidade ou de constitucionalidade.

Sobre o mérito, sabemos que a alienação parental foi definida pela Lei nº 12.318, de 2010, como sendo a interferência na formação psicológica...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente, porque eu tenho que... Senadora, só um minutinho. Rapidamente, que eu tenho que voltar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele tem que ir para outra Comissão, porque é Relator lá. Ele queria deixar o voto dele consignado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, meu voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Volto a palavra à Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Como sendo a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou o adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Ela seria, a lei seria uma forma... Abuso emocional que poderia causar à criança distúrbios psicológicos como, por exemplo, os transtornos de identidade, o sentimento de isolamento e o comportamento hostil por toda a vida.

Decorridos 13 anos da vigência da lei, somos forçados a concluir que a norma não gerou os efeitos esperados, ou seja, os de reduzir atos abusivos de genitores no processo de separação e disputa por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custódia. Pelo contrário, o seu emprego tem sido utilizado de modo a gerar problemas ainda mais graves que aqueles que pretendia minimizar.

É importante que tenhamos presente que o conceito de alienação parental que fundamenta na origem essa discussão tem base numa tese do médico psiquiatra norte-americano Richard Gardner. O estudo do Dr. Gardner aponta para a existência da síndrome de alienação parental, que seria um estado de distúrbio pelo qual passariam crianças vítimas de deturpação de imagem de um dos genitores por ações do outro.

Sobre este conceito do Dr. Gardner, o relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, da ONU, levado à 53ª sessão da Assembleia Geral de 14 de julho de 2023, afirmou que:

> "A teoria de Gardner foi criticada por sua falta de base empírica; por suas afirmações problemáticas sobre abuso sexual; e por reformular as alegações com falsas ferramentas para a alienação. Tal teoria dissuadiu avaliadores e tribunais a avaliar se o abuso denunciado realmente teria acontecido. Ela foi descartada por associações de médicos e de psicólogos e, em 2020, foi retirada da Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde".

O mesmo Relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, levado à 53ª Sessão da Assembleia-Geral, de 14 de julho de 2023, conclama o Governo brasileiro a tomar providências para "revogar a Lei da Alienação Parental, proibir o uso de alienação parental ou de outros pseudoconceitos relacionados a casos de direito de família e o emprego dos chamados especialistas em alienação parental e seus pseudoconceitos utilizados".

A ONU Mulheres já havia aprovado, em 2011, recomendação de que a legislação dos países signatários não admitisse a síndrome da alienação parental como prova ou evidência em processos e audiências sobre custódia e direito de visitação.

Em 2014, o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará da Organização dos Estados Americanos recomendou, na Declaração sobre Violência contra Mulheres, Meninas e Adolescentes, que os Estados signatários tomassem medidas para que os depoimentos e alegações de violência sexual não fossem desacreditados com base na síndrome de alienação parental.

Em 18 de março de 2022, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou a Recomendação nº 6, que aconselha o Congresso Nacional a revogar a Lei nº 12.318/2010, considerando a legislação nacional e internacional sobre o combate à violência contra mulheres e meninas e o reconhecimento de que o uso da síndrome da alienação parental vem afetando negativamente grande número de famílias brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma toada, o Conselho Nacional de Saúde publicou a Recomendação nº 3, de 11 de fevereiro de 2022, que também conclui pela revogação da Lei nº 12.318, de 2010, a Lei da Alienação Parental.

Finalizando, pode-se afirmar que a revogação da Lei da Alienação Parental é tema que se encontra amadurecido para a sua aprovação em curto prazo, pois é defendida por diferentes correntes políticas que integram o Parlamento, e é também uma manifesta vontade da sociedade.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.372, de 2023, que pretende a revogação da Lei da Alienação Parental.

Só finalizo dizendo, Senador: esta Comissão já tem um parecer favorável na legislatura anterior sobre a Lei da Alienação Parental, sobre a revogação, e faço o meu voto muito consciente na direção da defesa e proteção das nossas crianças. E homenageio quatro mulheres aqui: Samira, Sandra, Hélia e Daniele, quatro mulheres vítimas da má aplicação da Lei da Alienação Parental no Brasil.

Peço aos pares a aprovação do nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ao iniciar a discussão, nós já temos dois inscritos: Senador Otto Alencar e Senador Magno Malta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu retiro a minha inscrição para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Magno Malta, se o senhor puder me ajudar, ajudar a mim...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, quero ajudar, só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se for bem resumido. E V. Exa. faça os encaminhamentos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Eu quero deixar consignado o relatório da ONU – o relatório da ONU – que diz o seguinte, recomendações: que os estados legislem para proibir a utilização da alienação parental ou pseudoconceitos desse mecanismo. E diz aqui o seguinte para nós brasileiros, está no relatório da ONU, que, sim, em junho deste ano, na 53ª Reunião da ONU, apresentou um relatório escrito extraordinariamente pelo que está acontecendo no Brasil. A ONU mencionou o trabalho da CPI dos maus-tratos infantis no Brasil no final do item 74. A ONU escreveu o seguinte: que, revogada a lei, não use o tema alienação parental nem conceitos correlatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que colocam quem denuncia como louco, quem sofre de demência. Não, gente, quem denuncia precisa de respeito, e são as mães.

E vou dizer aos que chegaram agora e encerro: nós temos hoje, aqui e fora do Brasil, em nossas fronteiras, exatamente neste momento, 46 mães, Senador Alessandro, com filhos escondidos por ordens de juízes, Senador Vieira, para devolvê-los aos abusadores.

E, a mim me alegra muito que na CPI dos maus-tratos a Senadora Damares era a minha assessora quando nós levantamos esse problema e essa identificação nessa investigação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Magno Malta.

A matéria continua em discussão.

O Senador Otto Alencar estava inscrito. Segundo a informação que eu tinha, ele iria pedir vista, e ele retirou a sua inscrição. A vista é regimental. Se alguém pedisse, eu daria, naturalmente, e seria votado só na semana que vem. Ninguém pediu vista, e sabemos que é uma matéria polêmica, mas, se não se habilitam aqui para pedir vista, não é o Presidente que vai ter que tomar uma decisão como essa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para tentar colaborar com a discussão, de fato, trata-se de tema bastante polêmico. Eu estava aqui acompanhando e tentando fazer a leitura completa da nota técnica do Conselho Federal de Psicologia. E esse texto bem como os demais textos técnicos que encontrei vão ao encontro das afirmações da Relatora e do autor da proposição no sentido de que não existe esse consenso técnico na definição do que seria a alienação parental e que a aplicação desse conceito, sobre o qual não existe consenso, gerou criminalização da conduta de mães, especialmente de mães que fazem denúncias, o que me leva ao alinhamento com a ideia de aprovação do projeto e revogação da lei.

Na mesma medida, e acho que é importante isso, convido os colegas, sob a Presidência de V. Exa., para que se retome a discussão de uma legislação que efetivamente cuide de eventuais abusos praticados por genitores, uma medida técnica equilibrada e que não leve a uma condução aparentemente tão negativa como essa lei levou ao longo do tempo.

Então, somo-me à Relatora e ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como vemos, pessoal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. sabe se o Senador Otto está aqui ainda ou não? Saiu? (*Pausa.*)

O Otto saiu.

Foi exatamente em Paulo Afonso, na Bahia, que esse diretor foi caluniado por essa mãe, que era uma médica louca. Depois o garoto foi retirado dela e entregue ao pai. Exceções existem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos em frente. Eu estou tentando acelerar ao máximo.

Percebo que, se ninguém pediu verificação, há um entendimento.

Então, a votação será simbólica.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permanecem com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue à análise, como disse muito bem o Senador Magno Malta, ainda na CAS e também na CCJ.

Vamos em frente, aproveitando a presença hoje do quórum bom aqui. O Senador Magno Malta ajudou dar quórum aqui.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5294, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a prevenção a qualquer forma de tratamento discriminatório em função de raça ou de cor nas relações de consumo e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, que está com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina neste momento o Projeto de Lei nº 5.294, de 2020, que dispõe sobre a prevenção a qualquer forma de tratamento discriminatório baseado na raça ou cor nas relações de consumo, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

A matéria altera os arts. 4º e 6º da Lei 8.078, que é o Código de Defesa do Consumidor, para: 1) incluir a prevenção contra tratamento discriminatório de raça e cor entre os princípios da Política Nacional de Relações de Consumo; e 2) somar aos direitos básicos do consumidor a proteção contra tratamento discriminatório pelas razões mencionadas.

O projeto também estabelece que fornecedores devem treinar seus funcionários, inclusive aqueles terceirizados, a respeito do combate a qualquer tipo de tratamento discriminatório contra os consumidores.

Na justificação, o Senador Fabiano Contarato relata vários casos de hostilidade contra pessoas negras em estabelecimentos comerciais, descrevendo como tal hostilidade se manifesta de maneiras diversas: às vezes, de forma sutil, camuflada, a exemplo de vigilantes que perseguem consumidores negros em corredores de lojas; ou mesmo de maneira ostensiva e fortemente agressiva, como exemplifica o triste caso ocorrido lá no nosso Rio Grande do Sul do espancamento do cidadão João Alberto Silveira Freitas nas dependências de um supermercado. O autor do PL afirma ainda que, embora haja tipificação penal do crime de racismo, é preciso estabelecer que a proteção aos consumidores contra o racismo é, também, um princípio básico das relações de consumo bem como um direito básico dos consumidores e que a inclusão dessas premissas no CDC fortalece a fiscalização e a punição dos infratores de maneira mais contundente na esfera administrativa.

Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente.

Passo à análise.

Não verificamos nenhum tipo de óbice de caráter legal, jurídico ou constitucional.

No mérito, o projeto é pertinente e merece ser acolhido, pois aperfeiçoa o sistema normativo brasileiro de maneira a deixar ainda mais nítido o repúdio da sociedade brasileira ao racismo. Com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa, retira-se da invisibilidade a prática tão intolerável quanto cotidiana de se julgar alguém de maneira odiosa em razão da cor da pele no interior dos estabelecimentos comerciais.

Uma pessoa negra não entra numa loja, num banco ou num supermercado, por exemplo, com a confiança de que será tratada com o cuidado e a consideração devida a toda a clientela. Ela sabe que poderá ser perseguida por seguranças desconfiados, que poderá ser vexatoriamente instada a apresentar comprovantes de pagamento na saída da loja, que poderá ser interrogada, revistada, submetida a verdadeiras torturas psicológicas ou mesmo físicas. Não estamos descrevendo cenas ficcionais, mas fatos que vitimam pessoas em seu exercício constitucionalmente protegido de estabelecer relações de consumo, de integrar a ordem econômica nacional como consumidoras e de exercer a faculdade de realizar transações comerciais em situação de igualdade com todos os outros consumidores.

E mais importante talvez: a proposição lida com o tema de maneira educativa, inserindo disposições sobre o direito das pessoas de serem protegidas de ações racistas nas suas relações consumeristas. E, mais ainda, tem o cuidado de determinar que as empresas que lidam com o público devem treinar seus funcionários, inclusive terceirizados, de maneira a prevenir a ocorrência de discriminação em razão de raça ou cor.

O PL, entretanto, necessita apenas de pequenos reparos em sua redação com vistas a atualizar a disposição do novo inciso que acrescenta ao art. 6º da Lei 8.078, porque a referida norma já recebeu modificações posteriores à apresentação do projeto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, apenas com a emenda de redação que segue.

Sr. Presidente, é absolutamente óbvio que eu não tenho como mensurar o desconforto, o sofrimento de quem passa por esse constrangimento cotidiano, mas cada um de nós tem capacidade ou deve ter ao menos capacidade de empatia para reconhecer a importância da questão e, dentro dessa importância, legislar.

Então, dou parabéns à iniciativa do Senador Fabiano Contarato e peço o voto e a confiança dos colegas para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue agora para análise terminativa na CTFC.

Vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2356, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Salvo engano, está como retirado de pauta aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou cumprindo o que foi combinado. Eu recebi aquele documento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um documento, uma informação para a retirada de pauta. Assim, eu o fiz, mas, com a sua presença aqui, volta para a pauta. O projeto pode ser lido...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... aprovado ou não e pode pedir vista, o que ainda acho que é o melhor caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, eu gostaria de dar como lido o relatório e sugerir aos colegas que peçam vista para que possamos avançar no tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tá. Então, fica o relatório dado como lido. Agradeço aos dois, porque acelera aqui. A nossa preocupação é terminar a sessão antes das 14h.

Vista coletiva? (*Pausa.*)

Vista coletiva. O.k.

Vamos, então, ao item 8.

ITEM 8

SUGESTÃO N° 18, DE 2019

- Não terminativo -

Afastamento definitivo e absoluto de político condenado.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira, para quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Ideia Legislativa nº 111.557, intitulada “Afastamento definitivo e absoluto de político condenado”, alcançou, até 30 de outubro de 2018, conforme o Memo nº 18, de 2019, mais de 20 mil manifestações de apoio, o que confere a ela, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 6º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, tratamento análogo ao dado às Sugestões Legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Encaminhada a esta Comissão, foi identificada como SUG nº 18, de 2019, e encontra-se agora sob análise.

A sugestão consiste em proibir, de forma permanente, aos políticos condenados a penas superiores a um ano de reclusão, a candidatura a mandatos eletivos, bem como a prestação de serviços a mandatários eleitos, candidatos e partidos políticos. Nas palavras do autor da sugestão, todo político condenado, com provas, a pena de reclusão superior a um ano, abro aspas, "não poderá mais exercer serviço de político e nem mesmo ser contratado por um político para que não venha a praticar mais crimes prejudicando a população".

Essa regra seria, segundo seu autor, uma maneira eficaz de prevenção de atos de corrupção e um estímulo à maior responsabilidade de candidatos e mandatários.

Passo à análise, Sr. Presidente, e o faço de forma absolutamente resumida.

Não há absolutamente nenhuma dúvida de que todos nós gostaríamos de ver excluídos definitivamente do cenário nacional políticos corruptos, políticos condenados. Ocorre que todos nós estamos limitados ao que a Constituição permite.

Então, no tocante à constitucionalidade da sugestão em apreço, cumpre assinalar que penalidades de caráter perpétuo são explicitamente vedadas pelo art. 5º e seu inciso XLVII, alínea "b", que reza: Não haverá penas de caráter perpétuo.

Importa lembrar ainda que esse dispositivo constitucional se encontra imune a qualquer tentativa de alteração. É a chamada cláusula pétrea da Constituição.

Então, nós acreditamos, sim, que a impunidade é um dos grandes males do nosso País, impunidade que, infelizmente, segue crescente na nossa nação, mas não será rasgando a nossa Constituição que vamos resolver.

Então, manifesto o voto contrário à SUG, sugerindo o seu arquivamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Alessandro Vieira.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer desta Comissão pelo arquivamento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 9.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pergunto se esse item 9 é o da Senadora Margareth?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. O item 9 é do Senador Fabiano Contarato.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pediria inversão da pauta.

Eu vou relatar o do Contarato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dois também?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas vou atender ali a solicitação da minha querida Líder do Mato Grosso, a nobre Senadora Margareth Buzetti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A relatoria é da Senadora Leila Barros e eu vou fazer o relatório com muito gosto, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu coloco já em votação a inversão de pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovada a inversão de pauta, entendendo... Do que a Leila Barros é Relatora? É esse?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ela é a relatora, mas não pôde estar presente por motivos de ordem superior, e solicitou a mim a relatoria *ad hoc*, que peço a V. Exa., com esse sentimento de gaúcho do bem, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Atendendo a Senadora Margareth Buzetti e a gentileza de V. Exa., eu peço a inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plenário concorda? (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 2291, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer", e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para ampliar o direito das mulheres à cirurgia plástica reparadora da mama em casos de mutilação total ou parcial.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Como é longa a introdução e V. Exa. vai ler o relatório, de imediato, passo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim, e devo aqui ressaltar a sensibilidade da Senadora Margareth Buzetti. Pela segunda vez, eu relato projetos que têm relação com a vida, com a preservação da vida, com a recuperação da saúde. Ela não é da área de saúde e não precisa ser profissional da área de saúde para entender as dificuldades sociais das pessoas na área de saúde.

Portanto, o projeto é um projeto meritório. Altera a Lei nº 9.797, no sentido de retirar a condição de que a mutilação tenha resultado de tratamento de câncer para permitir à mulher acesso ao Sistema Único de Saúde e à cirurgia reparadora da mama. A proposição troca tal condicionante pela expressão "independentemente da causa", revelando com nitidez seu espírito. Acrescenta, ainda, que tal direito deve ser exercido de modo consciente pela mulher plenamente esclarecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguir, a proposição altera a Lei nº 9.656 para determinar aos operadores de serviços de saúde que prestem serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama utilizando de todos os meios técnicos necessários para a reparação do órgão. Acrescenta também a ressalva de que a reconstrução deverá ocorrer na mesma operação que gerou a mutilação, caso não haja contraindicação médica e caso haja o consentimento plenamente esclarecido da mulher. Isso aí é uma coisa que, na reparação, depende do estágio em que se encontra a doença. Nem sempre você pode remover uma tumoração da mama, benigna ou maligna, e imediatamente colocar a reparação com uma prótese para reconstituir a anatomia do órgão.

Em suas razões, a autora pondera que, desde 1997, o Conselho Federal de Medicina vê na cirurgia reparadora de mama parte integral de qualquer tratamento para o qual tenha sido indicada a retirada total ou parcial da mama, e não apenas para o tratamento do câncer. Argumenta que o direito à reparação não se fundamenta na doença tratada, mas sim nas difíceis condições psicológicas advindas da mutilação, na verdade.

A proposição será encaminhada por esta Comissão e seguirá exatamente para a Comissão de Assuntos Sociais, e até agora não foram apresentadas emendas. De tal forma, do ponto de vista constitucional, ela atende perfeitamente o que está pré-estatuído na Constituição Federal.

O mérito é excelente. A justificação remete à existência, há de mais de 25 anos, de reflexão sobre o tema na sociedade, e justamente na instância mais apta para isso: o Conselho Federal de Medicina. Sua Resolução 1.483, de 1997, previa a reconstituição da mama para casos de mutilação decorrentes de doenças diversas do câncer. Não há como pensar que haja mutilação e não haja a reconstituição do órgão.

A nós parece óbvio que o direito se liga à necessidade de tratamento integral, e não à qualidade da causa da mutilação.

Sr. Presidente, o projeto é meritório.

Nosso voto é pela aprovação, louvando a iniciativa da Senadora Margareth Buzetti, com a emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2.291, de 2023, a seguinte redação:
> Art. 3º A Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 1º As mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial da mama, independentemente da causa, têm direito a cirurgia plástica reconstrutiva, respeitada a autonomia da mulher para, plenamente esclarecida, decidir livremente pela execução do procedimento [cirúrgico].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Margareth Buzetti, eu vou passar a palavra a V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., em seguida a autora fará os seus comentários.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) –

> 'Art. 2º .....
> .....
> §6º É assegurado, desde o diagnóstico, o acompanhamento psicológico [é fundamental o acompanhamento psicológico] e multidisciplinar especializado das mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial de mama decorrente de utilização de técnica cirúrgica para o tratamento de qualquer doença.' (NR)"

Inclusive, esse acompanhamento multidisciplinar inclui reabilitação e fisioterapia para a recuperação total da mobilidade do membro comprometido.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, a Senadora Margareth Buzetti – já a cumprimento pela sensibilidade, esse é um projeto que vai na linha de combater o câncer de uma forma ou de outra. Mas parabéns pela criatividade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer muito ao meu querido companheiro, o nosso Líder Otto Alencar, por ter sido o Relator *ad hoc* da Senadora Leila.

Eu falo que a gente não precisa ter uma sentença de morte para ter direito a uma reparação, porque só por um câncer maligno você teria direito a reparação. E são várias causas de mutilação: acidente, outras doenças por que a mulher pode perder a mama. Por que não reparar? Assim, nem os planos de saúde também não fazem, porque não está na lei.

É uma autoestima da mulher, o seio faz parte da autoestima da mulher. Isso é uma conquista para todas nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz se esse projeto for aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloco em votação o relatório do Senador Otto Alencar, que substituiu a Senadora Leila Barros, e o projeto, elogiado já por todos – percebi no Plenário –, é da Senadora Margareth Buzetti.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a emenda da CDH.

O projeto segue agora para análise terminativa na Casa.

Parabéns, Senadora. Parabéns, Senador.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador. Ele agora virou fã de ortopedista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 9:

ITEM 9

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP.

Desse eu li toda a introdução, porque é curtinha. Quando é longa, eu deixo o próprio Relator fazer toda a explanação demonstrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa.

É um projeto de lei do Senador Fabiano Contarato, "que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população [...] [LGBTQIA+] [...]".

O projeto propõe medidas que eu passo a pontuar aqui:

i) prever a aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional na construção de estabelecimentos prisionais específicos ou adaptação, em estabelecimentos prisionais já existentes, de celas, alas ou galerias específicas para o recolhimento de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e travestis;

ii) permitir que os recursos do fundo sejam utilizados para o oferecimento de capacitação continuada a profissionais de estabelecimentos prisionais sobre direitos humanos e os princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação a questões de gênero, crença religiosa, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero;

iii) incluir nas condições que os estados, o Distrito Federal e os municípios devam cumprir para que recebam repasses do Fundo Penitenciário dados sobre identidade de gênero e orientação sexual dos presos, existência de estabelecimentos próprios para lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e travestis, e publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo casos de violência com essa motivação dentro do sistema prisional.

A proposição prevê que a lei complementar dela resultante entre em vigor após o decurso de 180 dias.

A justificação menciona que a situação do sistema prisional brasileiro é desoladora, com violações generalizadas de todos os direitos humanos.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Segurança Pública.

Não foram apresentadas emendas.

Eu acho que o projeto preenche todos os pré-requisitos de lei e obedece também ao que está estatuído na nossa Constituição Federal. Eu acredito que a humanização em qualquer tipo de unidade prisional tem que ter o investimento e a responsabilidade grande do Estado, em qualquer tipo de crime que seja ele feito, por qualquer tipo de pessoa, desobedecendo a lei, descumprindo a lei, venha a ter o atendimento, sobretudo o apoio da assistência médica, assistência psicológica e, sem dúvida nenhuma também orientação nos presídios de ordem religiosa, vocacional mesmo, pela evangelização, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental – eu acredito perfeitamente nisso –, não para reverter tendência de gênero, muito mais para orientação comportamental das pessoas que, por acaso, cometem os crimes e vão para as unidades prisionais.

Então o meu parecer é pela aprovação, com as seguintes emendas, Sr. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Presidente, eu peço vista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou concluir só as emendas aqui.

Vou citar as emendas.

EMENDA Nº – CDH
Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021, a sigla "LGBT+" por "LGBTQIA+". [Que eu já tinha falado. Outra emenda.]
EMENDA Nº – CDH
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021:
"Art. 3º .....
XX – construção de estabelecimentos prisionais específicos ou adaptação, em estabelecimentos prisionais já existentes, de celas, alas ou galerias específicas para o recolhimento de pessoas LGBTQIA+.
XXI – oferecimento de capacitação continuada a profissionais de estabelecimentos prisionais sobre Direitos Humanos e os princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação a questões de gênero, crença religiosa, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero." (NR) [E outra emenda.]
EMENDA Nº – CDH
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º-A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021:
"Art. 3º-A. .....
.....
§ 3º .....
.....
V – aprovação de relatório anual de gestão, o qual conterá dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, faixa etária, escolaridade, exercício de atividade de trabalho, estabelecimento penal, motivo, regime e duração da prisão, entre outros a serem definidos em regulamento;
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – existência de estabelecimentos prisionais específicos ou com celas, alas ou galerias específicas e em quantidade apropriada para o recolhimento de pessoas LGBTQIA+, respeitada a sua autonomia para declarar a própria identidade.
VIII – publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo aquelas previstas nos incisos XVIII e XIX do art. 3º desta lei, e sobre as instâncias de denúncias e casos de violência ocorridos com esta motivação em estabelecimentos prisionais." (NR)

O autor do projeto de lei não está presente, o Senador Fabiano Contarato. No entanto, eu devo dizer a V. Exa., aos Senadores e às Senadoras, que a iniciativa de humanizar os presídios é um dever do Estado brasileiro, não estando cumprido há muito tempo. É uma situação realmente dolorosa, para quem conhece essas dificuldades, de todos os estabelecimentos prisionais, com algumas exceções, o sofrimento é praticamente uma tragédia que se abate sobre as pessoas que são discriminadas por todas essas citações que estão contidas nessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Como, de imediato, ele já me comunicou, o Senador Carlos Viana pediu vista. O pedido de vista é regimental. Está assegurada a vista coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O próximo, Sr. Presidente, eu gostaria, lamentavelmente, de tomar uma decisão contra V. Exa. Jamais a tomaria, mas o projeto é de V. Exa., eu sou o Relator e, constrangido, eu vou tomar a decisão, porque já está fora do tempo, é extemporâneo. Na época da covid, V. Exa. apresentou esse projeto, que era meritório e era próprio para o tempo, mas agora, se V. Exa. me permitir, eu vou relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode relatar e dê o parecer que vai ter o meu apoio. Com uma análise feita por V. Exa. – o projeto é meu –, como é que eu vou dizer que não? (*Risos.*)

Eu faço questão que V. Exa. relate e vou estar junto com V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo tem tempo. E, quando o tempo não tem o tempo que o tempo deveria dar, o tempo passou. Vote-se o projeto conforme a sua opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aliás, o nosso conterrâneo da Bahia Caetano Veloso fez uma das músicas mais belíssimas dele que se chama Oração ao Tempo:

> Tempo, tempo, tempo, tempo
> Vou te fazer um pedido
> Tempo, tempo, tempo, tempo.

Conhece? (*Pausa.*)

Não conhece. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu conheço.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Quem não conhece essa música?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pedido de vista foi coletivo anteriormente. E agora eu vou passar a Presidência para a Senadora Damares, é o item 10.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu posso relatar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sob a Presidência dela, porque eu...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, o senhor pode passar, é melhor ainda. Pelo menos não fica, na sua presença, eu dar um vota contra os interesses de V. Exa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu vou acompanhar o voto, eu vou votar com V. Exa.. Pode crer, eu não tenho problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 10 da pauta.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1718, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, para prorrogar a suspensão da execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Senadora Damares, pela oportunidade.

É o Projeto de Lei nº 1.718, de 2022, do Senador Paulo Paim.

O período da pandemia foi uma época muito difícil e sensível, porque tivemos de encarar uma situação completamente nova. Era uma doença nova, desconhecida, que levou a muitos óbitos, com uma letalidade muito alta. O desemprego foi muito grande, e as pessoas, às vezes, recebiam ordens judiciais para despejo das suas residências, de locações de imóveis comerciais. E o Senador Paulo Paim apresentou esse projeto de lei suspendendo esse tipo de execução de ordem de despejo pelo período da pandemia. E não foi apreciado esse projeto.

Hoje, graças a Deus, nós estamos livres, pelo menos, do período mais agudo da doença. A doença ainda convive, até porque no mundo não tem uma virose ainda que foi erradicada. Nenhuma virose. Nós temos viroses controladas. Temos, aqui no Brasil, as viroses da infância, mas sempre aparece ali um caso de sarampo, de difteria ou outro qualquer. E, nesse caso da pandemia, ela não foi erradicada no mundo, muito menos no Brasil, mas está sob controle. Então, não há mais necessidade – é extemporânea – de se apreciar e aprovar uma matéria dessa natureza. Portanto, o nosso voto é pela prejudicialidade da matéria, já que nós não estamos mais no período agudo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço. V. Exa. não rejeitou; disse que está prejudicado. Elegantemente, V. Exa. disse que não está rejeitando, mas que está prejudicado. Essa elegância é com ele!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu só peço que a nossa Presidente tenha entendido, e o autor também possa me perdoar, por, pela primeira vez na minha vida, não estar condizente com o seu pensamento social, que é muito profundo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do projeto rejeitado.

O projeto segue para terminativa na CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por unanimidade, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Seguindo aqui a ordem dos projetos que já havíamos lido na abertura e que seriam votados hoje, é o item 12, Projeto de Lei nº 2.062. Na mesma linha... O Senador Carlos Viana é o Relator.

Senador eu só vou ler aqui a abertura dos trabalhos, a leitura da MP, e V. Exa. depois discorre no seu relatório.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2062, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

A palavra é sua, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senador Paim.

É um projeto meritório – não tivemos emendas – e que, como V. Exa. disse, prevê a possibilidade que mulheres vítimas da violência que tenham inclusive processo em andamento possam ser atendidas para profissionalização nos institutos federais e no Sistema S, que foi acrescentado aqui pelo Senador Fabiano Contarato.

Dados coletados pelo Instituto Econômico de Pesquisas Aplicadas e o Instituto Maria da Penha demonstram, por meio de estudos robustos, que, quanto mais capacitada e com melhor renda é a mulher, menor é o potencial de que ela sofra violência em suas relações afetivas, ou mesmo que permaneça em situações danosas para ela e seus dependentes.

Um agressor que seja basicamente o provedor financeiro da família conta com essa vantagem para infligir abusos tão contínuos quanto intoleráveis, que causam danos com múltiplas repercussões.

Pois a mulher que vivencia situações de abuso no ambiente doméstico e familiar também é privada de se capacitar e se desenvolver profissionalmente, diminuindo suas chances de inserção com posições mais vantajosas no mercado de trabalho.

Para viabilizar a capacitação profissional dessas mulheres vítimas de violência, o PL em análise propõe inserir reservas de vagas para elas nos cursos desenvolvidos pelos sistemas de aprendizagem para o trabalho integrantes do chamado Sistema S e, também, nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema S é, como se conhece, o conjunto dos serviços sociais e de aprendizado que vêm sendo criados pelo país desde 1940 em diversos setores da economia nacional, a fim de prover assistência e qualificação aos trabalhadores nos campos do cooperativismo, do transporte, da agropecuária, do comércio e da indústria, cujas leis se encontram arroladas nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da proposição.

Por isso, segundo o autor e também este relatório, é apropriado convocar também o Sistema S para participar do esforço nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar, prestando às vítimas o serviço de aprendizagem, pelo qual tem sua excelência reconhecida.

Também os institutos federais de educação, ciência e tecnologia estão qualificados a participar do esforço solidário de abrir espaços para o aprimoramento educacional de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Cabe ressaltar, por fim, que as vagas mencionadas na proposição se destinam a mulheres que tenham registrado queixa policial, denunciando violência doméstica e familiar. Dessa forma, apesar de ser uma circunstância lamentável, restaria absolutamente comprovada a situação de abuso enfrentada por elas.

Assim, do ponto de vista da CDH, não vislumbramos reparos a fazer na proposição. A análise do mérito educacional, bem como dos aspectos ligados à constitucionalidade e à juridicidade da matéria em análise inserem-se na competência, que terá decisão terminativa sobre a matéria, na Comissão de Educação.

O nosso voto, Presidente, portanto, dando os parabéns aqui ao Senador Fabiano Contarato e a toda a equipe dele pela proposição, é de aprovação da proposta, que será aprovada aqui e será encaminhada à Comissão de Educação.

É o relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o Senador Carlos Viana pelo voto, o voto está perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero registrar que nós estamos no Agosto Lilás, Presidente. A aprovação dessa matéria hoje é também um passo na proteção e defesa da mulher. Parabéns ao autor da matéria e ao Relator! E a Comissão hoje marca mais um ponto na defesa da mulher no nosso Agosto Lilás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos diretamente à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise na CE.

Vamos ao item 11...

Item 13, pedido de retirada de pauta para reexame. O pedido veio por parte da Senadora Relatora Soraya Thronicke.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 1146, DE 2023

- Não terminativo -

Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Ela mesma encaminhou um requerimento extrapauta – e consequentemente não será votado neste momento.

Eu vou fazer a leitura do requerimento dela, só a leitura, e não será votado, será votado na próxima sessão.

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.146/2023, que "proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental".

Eu só li o requerimento; vai ser votado na próxima sessão, o.k.? Vamos em frente?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, há um requerimento extrapauta da Senadora Mara Gabrilli. Eu gostaria também de lê-lo, eu vou subscrevê-lo, e a gente vota na próxima, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A palavra é sua, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Requerimento 64, de 2023:

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.217/2023, que "dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil".

Esse projeto, inclusive, estava na pauta hoje, Presidente.

A nossa proposta aqui é a gente fazer uma discussão antes da análise do projeto.

Esse é o requerimento para o qual estamos pedindo a aprovação dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o requerimento, o projeto sai de pauta e somente será votado na próxima sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 1217, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

ITEM 16

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH;

Em reunião realizada em 02/08/2023, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito, nos termos do art. 132 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, na mesma linha do que V. Exa. fez agora, o Senador Otto Alencar, antes de sair, pediu para mim que eu fizesse a leitura do seguinte requerimento: item 16... Só posso ler, não vou votar, ler e retirar de pauta.

Requerimento:

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PRS 26/2023, que "institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família".
> Proponho [o Senador Otto Alencar e a Senadora Augusta Brito] para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério das Mulheres; representante do Ministério das Relações Exteriores; representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Aí tem toda a justificativa.

E, naturalmente, eu proporia, se a Senadora Damares assim entender, que a gente votasse só a semana que vem, mas já incluindo nomes outros que você gostaria que fossem colocados, o.k.? (*Pausa.*)

Então, aprovado o requerimento. Aprovado não: lido. Será aprovado na próxima sessão.

Item 17.

Como sou o Relator, convido novamente a Senadora Damares para assumir a Presidência.

Item 17 e item 18.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

ITEM 17

PROJETO DE LEI N° 3697, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho de crianças e adolescentes nas ruas, praças e outros logradouros.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto à análise, porque é bem breve.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Assim, é plenamente regimental a apreciação da matéria por esta Comissão.

Ademais, não se observam impedimentos de ordem constitucional, legal, jurídica ou de técnica legislativa.

O PL é não só meritório como também necessário. O trabalho infantil é uma profunda chaga social em nosso País, o que nos compadece e envergonha diariamente. É pacífico que o melhor interesse da criança é pedra basilar inalienável e, portanto, inegociável – lugar de criança é na escola.

Assim, é inconcebível que dispositivo legal ainda em vigor continue a permitir dois disparates: a autorização de trabalho infantil e seu exercício em plena rua, sujeito a todo tipo de má influência.

Esse é o parecer, Senadora. Acho que não preciso fazer mais leitura, porque todos entenderam já qual é o objetivo do projeto do Senador Contarato e entenderam o parecer favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ e, de forma terminativa, para a CAS.

Aí, Senador, nas outras Comissões eu acho que cabe uma discussão de a gente acrescentar o trabalho *online* agora das crianças, que nós já conversamos nesta Comissão sobre isso. É um novo mundo; estão recrutando nossas crianças para trabalhar na internet, crianças cada vez mais novas. Então, a gente trazer nas próximas Comissões é ampliar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não dá, porque a gente teria que fazer uma redação.

A gente passa aqui, porque é direito, e a gente melhora na outra Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Cumprimento a iniciativa de V. Exa., que eu entendo corretíssima. Eu já queria incluir aqui agora, mas, como V. Exa. entendeu, e muito bem, já nos orientou, e podemos trabalhar juntos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que se coloque essa emenda em outra Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em outra Comissão.

Obrigada.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 63, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "Desenvolvimento Sustentável e bem-estar social na Reforma Tributária"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária".

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu vou resumir ao máximo, querida Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária está no Senado Federal, e é de fundamental importância o debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pois a reestruturação de nosso sistema tributário poderá promover a saúde pública, especialmente em relação à alimentação saudável.

A má alimentação, o consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, inatividade física e a poluição do ar são os principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, responsáveis por 74% das mortes no Brasil e no mundo, todos os anos.

Esta é a síntese do requerimento: fazer esse debate sobre o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a reforma tributária.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves, por sua compreensão em todo o encaminhamento.

V. Exa. foi a primeira a chegar aqui hoje, chegou antes de mim, inclusive, o que é difícil, porque a Comissão gosto de abrir exatamente no horário, mas ela e eu também. Então, ela chega no mesmo dia, na mesma hora, conforme marcamos. Ajudou-nos muito aqui hoje, inclusive concordando com uma audiência pública de um tema que eu sei que, para V. Exa., é muito caro. V. Exa. ia discordar, mas deixou passar e aprovar.

É preciso que todos entendam que esse diálogo e essa parceria é buscando o bem comum. E, por isso, V. Exa. concordou em não votar hoje, leu o requerimento, e, na semana que vem, poderemos aprovar ou não o requerimento, e a sua matéria fica na pauta.

Obrigado.

Agora é só a leitura do expediente.

Pelo adiantado da hora eu pergunto: o expediente eu precisaria ler hoje ou posso deixar para... (*Pausa.*)

Então, vamos ler, porque é só o expediente. São 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 itens. Vai ser quase mais demorado do que o que votamos hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o entendimento aqui do Secretário-Geral, o Christiano, nós, assim, damos por encerrada a sessão.

Agradeço a todos, especialmente a V. Exa., Senadora Damares, pela compreensão, pelo entendimento e por ter assumido o meu lugar por duas, três vezes. Poderia questionar, mas não questionou, na grandeza de grandes Parlamentares, e V. Exa. tomou a decisão.

Obrigado.

Está encerrada a nossa reunião de hoje desta Comissão.

(*Iniciada às 12 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dois minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 40/2023 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, que será objeto de futuro Projeto de Lei, com vistas a cumprir o disposto no art. 4º da Lei 12.345 de 2010. **Participantes:** Adalberto Calmon Barbosa, Advogado e Diretor Nacional de Relações Institucionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança e Vice Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas; Thiago Aguilar Massolin, Presidente da Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas – COMPACTA; Rolf Hartmann, Presidente da Cruz Azul no Brasil; Edson Marcelo da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas – CONFENACT; Michele Collins, Assessora de Articulação Social e Institucional da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil – FETEB; e Célio Luís Barbosa, Presidente da Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas (FENACT). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente audiência pública será realizada nos termos do Requerimento n° 40, de 2023, da CDH, de autoria do nosso querido, nobre e grande Senador Flávio Arns.

Aqui eu faço uma interrupção, já que a sessão está aberta, para, primeiro, dizer que a iniciativa do Flávio com essa audiência de hoje é debater a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, que será objeto de futuro projeto de lei com vista a cumprir o disposto no art. 4° da Lei n° 12.345, de 2010.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Convidados para esta audiência: Adalberto Calmon Barbosa, advogado e Diretor Nacional de Relações Institucionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda da Esperança e Vice-Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas. Está aqui conosco já... São tantos! O Sr. Adalberto está aqui na mesa, presencial. Teremos também outros convidados por videoconferência. Vou citá-los: Célia Regina Gomes de Moraes, representante da federação Desafio Jovem do Brasil; Edson Marcelo da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas; Thiago Aguilar Massolin, Presidente da Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas; Rolf Hartmann, Presidente da Cruz Azul no Brasil; e Michele Collins, assessora de articulação social e institucional da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil.

Eu queria, antes de passar aos convidados e fazer o meu pronunciamento em relação a esse tema, que a gente, nesse momento, fizesse aqui, eu diria, uma concentração positiva, energética para o nosso querido filho do Senador Flávio Arns, Osvaldo Arns Neto. O Senador Flávio Arns só não está aqui... E eu fiquei porque ele pediu, pelo carinho que nós temos por esse grande Senador. Eu disse: fique tranquilo, porque eu vou à tarde presidir uma sessão no Plenário, a pedido da Gráfica aqui no Senado – uma sessão de homenagem –, não me custa nada vir aqui e presidir com muito carinho, já que é um tema que eu olho também com muito carinho. Eu sempre digo: só quem tem algum filho ou filha com problema na família sabe a importância dessa audiência pública. Então, o senhor ou a senhora que está em casa, esse tema que vai ser debatido aqui interessa a todos nós, a todos. Eu tenho também, fiquem muito tranquilos, porque na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha família são dez irmãos, e claro que tivemos problemas também nessa área. É um problema que aqui vocês vão aprofundar. Eu quero só dizer que eu fiz questão... com o pedido do Flávio.

Querido Flávio Arns, saiba que aqui nós estamos, neste momento, em oração. Que Deus ilumine o caminho do teu filho. Deus sabe sempre o que faz, Ele sempre acerta. Eu sempre dou o exemplo de uma... que seria minha netinha. Eu tenho cinco netos já, mas eu teria uma, e ela morreu no ato do parto. Isso quer dizer que Deus... e nós entregamos a Deus. Deus sabe o que faz. Se ele tiver que ficar, ele vai ficar junto a nós. A vida é um processo. A oração aqui é para que ele fique. Que Deus ilumine os caminhos do teu querido filho, que você com tanto amor cuidou a vida toda. Deslocou-se aqui do Congresso para estar com ele por diversas vezes já devido à situação que ele se encontra com a doença. Nós estamos torcendo, naturalmente, pela vida. Então, que Deus ilumine o caminho, tanto da família e de todos aqueles que estão neste momento em concentração.

Queria, neste segundo momento, fazer a abertura do tema que vamos hoje aqui debater.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem realizado importantes debates para a nossa sociedade, muitos deles, repito, em parceria com a Comissão de Educação, cujo Presidente é o Senador Flávio Arns. A audiência pública de hoje foi solicitada pelo Senador Flávio Arns. Tem por objetivo tratar sobre a instituição do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas. Destaco que o projeto de lei nesse sentido está tramitando na Casa e é de autoria do nobre e querido Senador Flávio Arns.

O uso de drogas ilícitas representa não apenas uma questão de saúde, mas também um desafio social que afeta indivíduos, famílias e a própria estrutura da sociedade. Os efeitos das drogas sobre a saúde física dos usuários, bem como sobre as relações familiares e as questões profissionais, são inegáveis e exigem cuidado, carinho, políticas públicas eficazes e solidariedade na busca de soluções. É isso, não é, doutor?

O Relatório Mundial sobre Drogas 2022, divulgado pela ONU, aponta um aumento de 26% do número de pessoas que usaram drogas entre 2010 e 2020, chegando a cerca de 284 milhões de pessoas. São dados reais. Eu sei que vocês todos aqui querem falar no mundo da realidade.

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde reportou que, somente em 2021, tivemos mais de 400 mil atendimentos registrados no SUS para tratar de transtornos mentais e comportamentos relacionados ao uso de droga e álcool. Nossa obrigação é fazer o bom debate sobre esse problema, com empatia, compreensão, enxergando a dependência química como uma situação de risco e vulnerabilidade. Nós temos obrigação de auxiliá-los. Aí que a gente fala tanto em solidariedade. Não é fechar as portas, é abraçar, acolher e ser solidário.

Nesse contexto, o projeto de lei do Senador Flávio Arns, que visa à criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, é fundamental para promover a conscientização sobre a importância das comunidades terapêuticas no tratamento e recuperação das pessoas com dependência química. Dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, estaremos incentivando a solidariedade e o apoio mútuo em nossa sociedade. Isso se chama políticas humanitárias. É o que as comunidades fazem. Comunidades terapêuticas são espaços de transformação, um espaço acolhedor para dependentes químicos em busca de mudança. Eles encontram ali um ambiente seguro, ético e orientado por técnicas especializadas. O foco é a melhora da qualidade de vida e a reintegração social de todos. Precisamos, cada vez mais, de soluções conjuntas e humanitárias. A verdadeira força de uma nação reside em sua capacidade de cuidar e acolher a todos, independentemente das dificuldades que enfrentam. Esse é um caminho que todos nós devemos percorrer, que é o da solidariedade.

Quero aqui, com todo o carinho, dar uma salva de palmas pela criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas. (*Palmas.*)

Como eu presido aqui a Comissão de Direitos Humanos, passados esses dois momentos, eu vou deixar registrado – e por isso pedi para a minha assessoria que providenciasse – um voto de pesar que eu vou sintetizar aqui em poucas palavras sobre um assassinato que aconteceu, que não tem nada a ver com a nossa comunidade, nem com esse debate aqui que nós estamos travando. Voto de pesar. A violência, o preconceito, a discriminação socioeconômica e sobretudo racial e religiosa matam todos os dias. O alvo quase sempre são os mesmos: mulheres e homens negros. Dessa vez, em mais um caso lamentável de invasão a terreiros e ataques a líderes de religião de matriz africana, assassinaram a tiros, na Bahia, a líder quilombola conhecida como Mãe Bernadete.

Segundo as primeiras notícias que nos chegaram ainda esta noite, ela foi executada após criminosos invadirem o terreiro da comunidade e fazerem familiares reféns, inclusive. Maria Bernadete Pacífico era líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, ialorixá e ex-Secretária de Promoção da Igualdade Racial do município baiano de Simões Filho, situado na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. Ela era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que busca mostrar a vida, a história e políticas públicas que atendem os quilombolas.

Alguns pensam que os quilombolas são invisíveis. Não, são homens e mulheres como nós, como são os ciganos. Inclusive, eu apresentei aqui – aprovamos, já está no Senado –, além de toda uma política quilombola, a questão também do Estatuto do Cigano, já que aprovamos também, por iniciativa também aqui desta Comissão, o Estatuto do Idoso, o da Pessoa Com Deficiência, o da Juventude, do qual eu fui Relator, e da Igualdade Racial.

Mas enfim, voltando aqui, há seis anos, Binho, como é conhecido Flávio Gabriel Pacífico, filho da Mãe Bernadete, também foi executado da mesma forma, com dez tiros, em Pitanga dos Palmares. Mãe Bernadete, ao longo dos seus 72 anos, lutou pela liberdade religiosa e fez o bom combate pela eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixo registrado o voto de pesar na Comissão, e eu vou entregar também no Plenário à tarde, e lembrar que a Senadora cujo assessor está aqui presente, Damares... O assessor da Senadora Damares também fez questão de conversar comigo, perguntando se eu tinha informação. Eu disse que eu tinha, que tinha feito um voto de pesar. Ele pediu que eu incluísse o nome da Senadora Damares nesse voto de pesar, o que eu farei aqui e também no Plenário. (*Pausa.*)

Vamos de imediato agora dar início ao nosso debate. Eu falei aqui com o Dr. Adalberto, e ele disse que podia iniciar com os que estão a distância. Ele fica acompanhando e no fim ele faz o comentário final. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você passa o vídeo agora ou depois, na hora que você for falar?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Pode iniciar com o vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está pedindo se é possível iniciar com o vídeo. Vamos lá, então, botar o vídeo sobre o tema "história das comunidades terapêuticas no Brasil".

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Belo trabalho!

Enquanto passava o vídeo, o Dr. Adalberto me dizia aqui que, nesses debates e reuniões que vocês viram no vídeo – ele me apontava ali, e eu confirmei com ele –, já estiveram nas comunidades o Ministro Flávio Dino, o Ministro Wellington Dias, o Ministro Padilha e a ex-Ministra e Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que, além de ter também visitado, ajudou a construir a primeira certificação de filantropia. Disse também que a ex-Presidenta Dilma, tão injustiçada e hoje Presidente do Banco dos Brics, aprovou o primeiro financiamento. Por fim, ele me informou também – e nada foi combinado, ele me disse aqui agora – que o Presidente Lula também visitou as comunidades. Então, vê-se que é um Governo comprometido com a solidariedade e a trazer a todos o caminhar natural da vida, tendo a liberdade plena.

Uma salva de palmas, então, a todos os que estão ajudando e colaborando com nós todos. (*Palmas.*)

É a nós todos. Todos nós somos beneficiados com o caminho que vocês estão percorrendo.

Vamos agora, então, aos nossos convidados à distância, porque, conforme eu combinei aqui com o Dr. Adalberto, ele ia abrir, mas preferiu fazer uma fala no final...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos chamar o Sr. Edson Marcelo da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas.

Dez minutos para cada convidado.

O SR. EDSON MARCELO DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. EDSON MARCELO DA COSTA (*Por videoconferência*.) – É uma honra muito grande estar hoje participando desta audiência.

Quero saudar aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, os demais membros da mesa, Adalberto, da Fazenda Esperança, todos os presentes e todos os representantes de comunidades terapêuticas que nos assistem também. É uma alegria poder abrir os trabalhos representando a Confenact neste dia 18 de agosto de 2023, quando completamos 12 anos de existência.

A história das comunidades terapêuticas no Brasil encontra todo um sentido de unidade a partir da criação da Confenact.

Desde 1968, quando as comunidades terapêuticas chegaram ao Brasil, com a influência de inúmeros outros trabalhos realizados já nos Estados Unidos, tivemos aqui, então, a influência de pelo menos três obras referenciais. Em 1968, através do movimento Jovens Livres, a partir do Reverendo David Wilkerson, que fez um brilhante trabalho iniciado em Nova York, nós reproduzimos este modelo no Brasil, e, a partir disso, todos os demais modelos foram se somando.

O mais importante dessa caminhada é que nós, a partir da criação da Confenact, conseguimos manter as mesmas características deste serviço de servir ao próximo, de fazer o bem, de servir à vida, de recuperar pessoas dependentes químicas e atender as suas famílias, sem perder os princípios que regem as características das comunidades terapêuticas.

Como foi dito pelo Senador e pelo Adalberto, nós tivemos aqui a satisfação de, em 2011, estarmos em uma audiência com a então Presidente Dilma, que nos recebeu, nos acolheu e entendeu a importância das comunidades terapêuticas para as políticas públicas na recuperação de dependentes químicos, inserindo-nos dentro de uma rede, onde nós estamos até o presente momento.

Passamos já por diversos governos e cada vez mais nós demonstramos a importância desse serviço para a população no Brasil, sem perder as nossas características.

Então, nós aqui hoje queremos, com a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, marcada pelo aniversário desse grupo de pessoas que aqui estão representando as federações que compõem a Confenact. Então, eu me alegro também por estar aqui representando a Febract, e estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo aqui o Evaldo; estou vendo aqui a Febract, o Célio; estou vendo aqui o Adalberto, da Fazenda da Esperança; estou vendo aqui o Rolf, da Cruz Azul; a Feteb está aqui – estamos todas as federações já multiplicando inúmeras outras federações pelos estados –; está aqui o Thiago, ali do Paraná, da estadual, e queremos saudar todas as federações que compõem e as que estão querendo compor a Confenact.

A Confenact é a nossa referência de manter essas características desse serviço, estando já unidos dentro do sistema nacional de políticas públicas sobre álcool e drogas.

Estando inseridas no conselho nacional sobre álcool e drogas, estando inseridas dentro do Ministério do Desenvolvimento Social e tendo uma frente parlamentar composta por mais de 120 Deputados e Senadores, com o apoio de mais de 380 Parlamentares no Congresso, as comunidades terapêuticas chegam, no ano de 2023, com a força e o reconhecimento tanto da estrutura pública, do poder público, quanto da sociedade. O nosso serviço este ano, no dia de hoje, nós queremos apresentar: são 55 anos de vitória, de um trabalho espetacular, reconhecido pela população, pelas famílias que sofrem o flagelo da dependência química, das drogas, e que encontram no nosso serviço, nas comunidades terapêuticas, o amparo, o acolhimento, o apoio para que possam superar, por um determinado espaço de tempo, como foi apresentado nesse vídeo – e esse vídeo nós estaremos divulgando para que todos tenham conhecimento da história das comunidades terapêuticas... E todos os anos, a partir deste dia de hoje, nós comemoraremos sempre, no dia 18 de agosto, o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Quero agradecer especialmente ao Senador Flávio Arns, que teve essa brilhante iniciativa de criarmos esse dia e nos trazendo esta oportunidade de podermos estar aqui hoje; é uma alegria, uma satisfação. Nós somos muito gratos por todo o apoio que recebemos do Congresso, todo o apoio que recebemos das nossas federações, daqueles que nós representamos, que são as comunidades terapêuticas, que nos assistem. E nós queremos desejar que este dia seja comemorado, a partir de hoje, em todas as cidades onde houver a comunidade terapêutica, e que nós possamos apresentar um dia de serviço, um dia em que nós estaremos naquele contato direto com a população, demonstrando os resultados que nós temos nesses 55 anos de Brasil. Inúmeras famílias, inúmeras pessoas recuperadas, que resgataram suas famílias, a dignidade, e hoje são referência em todos os espaços, inclusive no poder público. Temos inúmeros Deputados, temos pessoas dentro do Poder Judiciário que passaram, enfrentaram e venceram o problema da dependência química, mostrando que há um caminho que pode ser trilhado de sucesso na recuperação.

Agradeço a oportunidade de estar hoje como Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact), agradeço aos meus companheiros de diretoria, agradeço ao Senador Paulo Paim a oportunidade e devolvo a palavra à mesa.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, o Sr. Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas, Sr. Edson Marcelo da Costa, que deu um histórico dessa construção coletiva que envolveu, inclusive, o Governo Federal.

Hoje estamos aqui graças ao pedido a mim feito para que aqui eu estivesse, do meu querido amigo, Senador Flávio Arns, que, por motivo de saúde do filho, não se encontra. Repito, como disse muito bem aqui, agora, o nosso querido Presidente Edson, o Flávio Arns foi o grande inspirador deste momento, que vai se tornar o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Thiago Aguilar Massolin, que é Presidente da Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas. Por favor, dez minutos.

E já cumprimento o Dr. Edson outra vez, porque ele foi pontual: dez minutos – no fim dos dez minutos, ele terminou.

O SR. THIAGO AGUILAR MASSOLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Cumprimento o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim; o Senador Flávio Arns também, ao qual agradeço pela importante proposição e oportunidade de concessão desta fala que a mim hoje é concedida. Eu estendo também a nossa solidariedade aqui, no Paraná, a toda a família Arns, em decorrência da situação de saúde de seu filho Osvaldo, ao qual também expressamos aqui as nossas orações pela sua rápida recuperação.

Cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa, Adalberto Calmon, nosso irmão, colega da Confenact também, aos amigos, irmãos representantes das comunidades terapêuticas que nos assistem neste momento, senhoras e senhores, eu me sinto muito honrado em representar aqui o segmento das comunidades terapêuticas do Paraná. Eu me alegro com o importante debate em pauta, visando que podemos ter, em breve, instituído no Brasil, o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas. Por isso, mais uma vez, eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns e a toda a sua equipe pelo esforço empreendido nessa pauta, quanto à efetivação dessa proposição e a todos os milites da Confenact que participaram dessa construção.

O meu nome é Thiago Massolin. Eu sou psicólogo pós-graduado em dependência química. Estou Presidente da Compacta (Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas); Diretor Segundo Secretário da Confenact (Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas); Diretor-Executivo e responsável técnico da Casa de Recuperação Nova Vida (Crenvi), uma comunidade aqui de Curitiba, no Paraná, que foi fundada no ano de 1977.

É uma alegria para mim, Presidente, lembrar que eu faço parte da terceira geração de uma família que dedicou, aqui no Paraná, 45 anos de suas vidas para acolher e recuperar e salvar pessoas. Na Crenvi nós já acolhemos mais de 21 mil pessoas, com excelentes resultados, atuando também no apoio familiar, ações de prevenção, reinserção social e inserção das pessoas no mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa atuação aqui no estado também tem sido marcada, há anos, pela participação da representação do segmento das comunidades terapêuticas no Paraná.

A Compacta foi fundada em 2004, como uma associação de comunidades terapêuticas associadas, com uma abrangência territorial aqui na grande Curitiba, e, em 2015, nós ampliamos a participação da federação para uma federação paranaense de comunidades terapêuticas, com abrangência estadual. E hoje nós integramos, com grande honra, a Diretoria da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Nós somos, aqui no Paraná, na Compacta, 40 comunidades terapêuticas filiadas, tendo uma média aí de 450 colaboradores atuando ativamente nessas instituições, mais de 1,1 mil pessoas acolhidas simultaneamente, 5,7 mil familiares aí recebendo apoio e orientação técnica também.

Então, quero manifestar aqui o meu respeito, a minha consideração especial a todas as lideranças das comunidades terapêuticas no Brasil, que, dia após dia, têm se dedicado à missão de cuidar de pessoas, oferecendo esse tratamento humanizado, com ética, com profissionalismo, com uma metodologia de trabalho fundamentada na ciência e na espiritualidade, sob a ótica da integralidade e singularidade do ser humano.

Sr. Presidente, eu creio que é importante ressaltar aqui também que estudos recentes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes no Brasil, o Unodc, revelam que quase 30 milhões de pessoas têm alguém na família que é dependente químico.

Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde revelou que, em média, 6% da população brasileira faz uso de algum tipo de droga, e isso representa, no Brasil, mais de 12 milhões de pessoas sofrendo em decorrência dos malefícios causados pelo uso nocivo de drogas.

Nesse contexto, mais do que nunca, nós entendemos que o papel das comunidades terapêuticas, em nosso país, tem se tornado cada vez mais importante para a nossa sociedade. É um serviço transversal, interssetorial, com mais de 50 anos de atividades no Brasil, e faz parte das políticas públicas de saúde, da assistência social e política sobre drogas. São instituições atuantes no âmbito nacional, estadual e municipal, e que fortalecem, assim, a rede de cuidados de atenção psicossocial e rede socioassistencial, instituições privadas sem fins lucrativos de interesse público, que prestam serviço de acolhimento residencial e de caráter transitório, extra-hospitalar, com adesão e permanência exclusivamente voluntária de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, com grau de comprometimento leve e moderado.

Eu estava relembrando ontem, quando preparava esta fala, que o último censo realizado pelo Ipea em 2017 referente ao número de comunidades terapêuticas no Brasil revelou que, no Brasil, são mais de 2 mil comunidades terapêuticas que são responsáveis atualmente por oferecer cerca de 83,6 mil vagas de acolhimento. É evidente que esse número já está bem maior em decorrência de estarmos aí no ano de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dado importante que se fala em relação ao tratamento da dependência química é que as comunidades terapêuticas são mencionadas como preferência por mais de 80% das pessoas que buscam tratamento no Brasil.

É um segmento consolidado em termos de regulamentação e normatização, pois já temos uma lei federal, Lei 13.840, que estabeleceu normas gerais relativas à atuação das comunidades terapêuticas no Brasil. Temos também a Resolução 029, de 2011, da Anvisa, que estabeleceu requisitos de segurança sanitária para o funcionamento dessas instituições. Temos o marco regulatório das comunidades terapêuticas dado pela aprovação da Resolução 01, de 2015, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). Temos uma portaria, a Portaria 562, de 2019, do Ministério da Cidadania, que criou o Plano de Fiscalização e Monitoramento de Comunidade Terapêutica no Brasil; a Portaria 563, do Ministério da Cidadania, que criou o cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; no âmbito da política pública de saúde, a Portaria 3.088, que inseriu as comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no âmbito do SUS; e a Portaria 1.482, de 2016, que incluiu as comunidades terapêuticas na tabela de tipos de estabelecimento de saúde, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Temos a Nota Técnica 11, de 2019, que listou as comunidades terapêuticas como integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (Raps). E, por fim, na perspectiva da política de assistência social, o público atendido na comunidade terapêutica está referenciado na política do Suas, e a Resolução nº 109, de 2019, descreve o serviço de acolhimento institucional na modalidade abrigo como um serviço tipificado no Suas, possibilitando que as comunidades terapêuticas que também atuam na modalidade abrigo institucional possam ser certificadas nos conselhos municipais de assistência social.

O Governo Federal, há muitos anos, subsidia vagas em comunidades terapêuticas. Atualmente, são 611 comunidades contratadas por meio do Dact do Ministério do Desenvolvimento Social, totalizando 15.060 vagas de acolhimento ativo, público adulto, adolescente e mãe nutriz. Aqui, no Paraná, Sr. Presidente, nós temos 75 comunidades terapêuticas contratadas pelo Governo Federal, totalizando 1.887 vagas para o mesmo público-alvo.

E, para finalizar, nós queremos pedir encarecidamente a todos os membros desta Comissão que deem o encaminhamento proposto pelo Senador Flávio Arns para que, em breve, de fato, nós possamos ter este projeto de lei aprovado, após a tramitação no Plenário desta Casa, com aprovação dos Senadores, para que, dessa forma, possamos comemorar definitivamente a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, fortalecendo ainda mais esse importante segmento em nosso país, contribuindo para que tenhamos mais pessoas sendo acolhidas nessas instituições e, dessa forma, continuar transformando vidas, restituindo famílias, para que tenhamos uma sociedade ainda melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço pela oportunidade e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dr. Thiago Aguiar Massolin, Presidente da Federação Paranaense de Comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terapêuticas Associadas, que, com muita precisão, com muitos dados, com muitos números, como também o Presidente Nacional da Confederação, Dr. Edson, mostra que seu trabalho, que tem apoio do Governo, beneficia em toda a rede familiar, eu diria, milhões de pessoas. É isso, Dr. Adalberto? Milhões de pessoas são beneficiadas.

A gente sabe que toda família se preocupa e quer a volta do seu querido filho, pai, mãe, enfim, tio que está nessa situação e que está apenas querendo – apenas eu diria no bom sentido, não é? Eu sempre digo que pena não é um bom termo; "estou com pena de ciclano ou beltrano". A família quer acolher; e ela, acolhendo, vamos para o caminho da recuperação.

Vamos em frente!

Agora passamos a palavra ao Sr. Rolf Hartmann, Presidente da Cruz Azul no Brasil.

Por favor, Dr. Rolf. O senhor tem dez minutos.

O SR. ROLF HARTMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Senador Paim, demais autoridades, Senador Arns, que não está presente, mas que também proporcionou esta audiência, esse projeto, Senador Girão e todos os demais amigos e colegas das comunidades terapêuticas, das federações, enfim, todos que nos assistem.

É uma grande honra poder participar deste momento.

Quero dizer que meu nome é difícil. Rolf Hartmann é um nome difícil, mas sou brasileiro de nascimento e de coração.

O que eu sou? Sou contador, sou economista e há 34 anos eu me dedico à questão de ajudar pessoas afetadas pelo uso, abuso ou dependência do álcool e de outras drogas como voluntário e, atualmente, estou na Presidência da Cruz Azul.

A Cruz Azul, no mundo, nasceu em 1877, na Suíça; aquele documento que vocês viram no filmezinho assinado por pessoas que se comprometeram com a abstinência foi do Louis-Lucien Rochat, fundador do movimento no mundo, hoje presente em 37 países.

Eu sou parte da Diretoria da Cruz Azul Internacional. No Brasil, a Cruz Azul iniciou os primeiros movimentos em 1982, 1983, no Rio Grande do Sul, em Panambi. A entidade que presido, a Confederação de Comunidades Terapêuticas, foi fundada em 1995.

Nós temos a questão da dependência química; a dependência do álcool e de outras drogas não escolhe classe social, não escolhe partido político, não distingue religiões; ela alcança toda a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostei muito das palavras iniciais do Senador Paim. Na verdade, todos têm alguém que conhece ou alguém da família que tem esse problema, a que nós não podemos fechar ou vedar os nossos olhos e nos tornar inertes, como se o problema não existisse no Brasil.

Nesse sentido, a Cruz Azul e nós da Confenact defendemos a visão holística do ser humano. De acordo com o que a Organização Mundial da Saúde defende, saúde não é ausência de doença, mas o completo bem-estar físico, mental, social e, eu diria, também espiritual. Então, nós precisamos ter essa abordagem completa do ser humano.

Como comunidades terapêuticas, nós somos um elo importante da rede de atendimento a dependentes do álcool e outras drogas. A comunidade terapêutica não é para todos, mas é para uma parcela importante daqueles que têm problema na área da dependência química. É para aqueles que não têm um problema de comprometimento biológico ou psicológico grave, que necessitam um atendimento 24 horas por dia, que é feito ambulatorialmente ou em ambiente clínico, médico, hospitalar.

E essas características das comunidades terapêuticas foram reunidas ali – provavelmente vão me tornar repetitivo, outros vão lembrar a Carta do Piauí, de que o Celio vai falar com mais propriedade –, e eu me lembro muito bem da audiência que tivemos com a Presidente Dilma, em que ela disse que ela não acreditava em modelos de tratamento ou em propostas terapêuticas que não completassem, que não atendessem a pessoa também, a família, num regime de 24 horas, porque a dependência química não ocorre apenas no horário comercial ou só durante a semana; são 24 horas, final de semana, e as comunidades terapêuticas estão prestando serviço 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Eu lembro muito bem as palavras dela, e, a partir dessas iniciativas, também houve uma união, uma unidade entre as federações, o que possibilitou, de 2011 até hoje, nós evoluirmos tanto na questão da definição da legislação sobre as comunidades terapêuticas. Então, no Legislativo, com a Lei 13.840, tivemos negociações bem específicas, teve o apoio da Liderança do Governo, de todos os partidos políticos, de todas as linhas ideológicas, porque a dependência química, como eu já disse, não escolhe; ela ocorre com todos. Então, nós queremos estender aqui, mais uma vez, a nossa gratidão.

E, de 2013 até 2019: em 2019, então, tivemos a aprovação no Senado Federal. Tivemos um marco importante, como já foi falado antes, lá em 2015, o trabalho de um ano e quatro meses para que o marco regulatório das comunidades terapêuticas fosse algo que nos trouxesse a legalidade ou um parâmetro de como as comunidades terapêuticas pudessem funcionar, que reconhecesse nossas características e que também desse segurança ao poder público para que ele pudesse financiar o acolhimento de dependentes nas comunidades terapêuticas nesse regime voluntário, extra-hospitalar, de demanda espontânea. Isso tudo, hoje, nós temos reconhecido tanto na esfera legislativa como na esfera normativa.

No âmbito do Executivo, os primeiros financiamentos se deram a partir de 2013, mais ou menos, e eles seguem até hoje, como o Thiago já passou, com mais de 15 mil vagas de acolhimento financiadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Governo Federal. Nós agradecemos essa visão, que permeia também vários governos e também o Governo atual, do apoio às comunidades terapêuticas.

Além disso, além do âmbito legislativo e do âmbito executivo, também o Judiciário reconheceu as comunidades terapêuticas quando ele declarou que o marco legal aprovado pelo Conad em 2015 atende todas as leis, tanto a Lei Antimanicomial, a lei da saúde mental, quanto a Lei 11.343, que é sobre drogas, atende a lei do ECA, do adolescente, e que integra a Raps, que é extra-hospitalar; que a regra da Anvisa está em consonância; que a Lei 13.840 é compatível com todas essas regulações.

Então, nós temos o reconhecimento no âmbito do Executivo, nós temos o reconhecimento no âmbito do Legislativo e do Judiciário.

Eu acredito que o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas vai servir para lembrar a importância dos trabalhos das comunidades terapêuticas no acolher. Senador, o senhor falou de uma forma muito boa: acolher. É muito mais do que apenas tratar. Nós precisamos abraçar, nós precisamos amar, mas precisamos fazer isso também com todos os saberes que a ciência nos dá, que as boas práticas nos dão. Então, o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas vai lembrar que nós precisamos de orçamento, vai lembrar que precisamos manter as leis e as normas que foram conquistadas ao longo desses anos.

E nós queremos dizer a todos que há esperança. Nós queremos dizer que aquelas famílias que têm problemas, que elas possam buscar ajuda, que elas busquem ajuda junto às comunidades terapêuticas, e nós queremos acolher, queremos ajudar a superar e criar, proporcionar vida, vida sem drogas, uma vida que vale a pena viver.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Sr. Rolf Hartmann, Presidente da Cruz Azul do Brasil, que faz um relato de onde surgiu, inclusive, a Cruz Azul do Brasil.

E eu, como sou curioso – Dr. Adalberto aqui já é doutor, professor e meu assessor –, perguntei para ele, e ele falou ali em Panambi. Eu gosto muito de Panambi. Eu tenho uma relação excelente com eles, sou muito bem tratado, com muito carinho. É uma cidade em que eu diria que 80% devem ser alemães. Eu recebi o título lá, inclusive, de Cidadão Panambiense. Eu me lembro aqui da Maria, enfim, do pessoal todo de lá. Lá foi que surgiu, então, onde começou o trabalho da Cruz Azul no Brasil. Então, eu, como panambiense, agradeço aqui ao Dr. Rolf Hartmann, pela lembrança do trabalho da Cruz Azul lá, já que me considero adotado por lá.

Eu quero só dizer que, ao mesmo tempo em que recebi o título lá, eu recebi da maioria dos estados brasileiros. Eu tenho título, entre eles, da Bahia, de que tenho muito orgulho. O dia em que eu recebi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

título lá, o povo gritava: "Painho, Painho!". E eu dizia: "Eu sou Paim, não sou Painho!". E eles diziam: "Mas Painho é bonito, não é? Eles estão o homenageando e chamando de Paim e Painho". Aí eu fiquei todo feliz e tal, e foi um grande momento.

Então, obrigado, Dr. Rolf, por me trazer assim, para mim que já estou há quase 40 anos, aqui dentro... Entrei na Constituinte, com Lula, Ulysses Guimarães – sou daquele tempo de Ulysses Guimarães –, Mario Covas, Cabral, todos os grandes homens que escreveram... O próprio Alckmin, Vice-Presidente da República, também foi Constituinte conosco. Aqui no Senado nós temos dois Constituintes ainda – quando eu digo "ainda", parece que morreram todos; é porque outros optaram por outro caminho na vida, não é? –, eu e o Senador Renan Calheiros.

Vamos em frente. Agora vamos passar a palavra para Assessora de Articulação Social e Institucional da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (Feteb), Michele Collins.

A SRA. MICHELE COLLINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Primeiro, eu quero aqui agradecer a Deus por esta oportunidade que ele nos concede de podermos estar, aqui, discutindo um tema tão importante. Ver o Congresso Nacional, o Senado Federal, abordar esse tema para nós que fazemos as comunidades terapêuticas é muito importante, muito significativo. Eu quero aqui cumprimentar o Senador que preside esta importante audiência pública, também o Senador proponente desta iniciativa tão importante; agradecer aqui, em nome de todas as mães, em nome de todas as famílias que fazem o trabalho das comunidades terapêuticas e daqueles que usam esse serviço tão importante.

Eu quero dizer que as comunidades terapêuticas nasceram a partir da sensibilidade de uma mulher aqui no Brasil, uma mulher chamada Ana Maria Brasil, que se sensibilizou com a história de um jovem cuja mãe também estava dentro de uma igreja chorando muito, porque o filho dela era usuário de drogas e estava num manicômio. Aquela mãe desesperada, chorando, pediu para que, então, a missionária Ana Maria fosse visitar o filho dela no sanatório. A missionária foi, visitou o jovem, que era usuário de drogas. Naquele tempo, esse serviço, esse problema, na verdade, era tratado dessa forma, as pessoas eram colocadas em manicômio. Aquele jovem ouviu a palavra, ouviu os conselhos, ouviu aquilo que a missionária falou e pediu apoio a ela. Poucos dias depois, a missionária havia deixado o lugar, estava na igreja novamente, e aquele jovem fugiu do manicômio, foi atrás da missionária e pediu uma ajuda, porque ele entendia que ele precisava se libertar das drogas, que ele precisava de uma oportunidade. E ela lhe ofereceu uma palavra de esperança, uma palavra de amor, porque o que norteia o trabalho das comunidades terapêuticas é o amor. A gente viu aqui vários exemplos, como o Thiago, que falou sobre o avô dele que fundou uma comunidade terapêutica, depois o pai dele, e hoje ele cuida de comunidade terapêutica. Isso é o amor que passou dentro da família, de geração em geração. E nós vemos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as pessoas hoje envolvidas em comunidades terapêuticas, de alguma forma, tiveram uma experiência, assim como eu, pois meu esposo foi usuário de drogas. Mas hoje meu esposo também é um homem público, aqui em Pernambuco; ele é, pela sexta vez, Deputado estadual, e já foi o mais votado da história de Pernambuco. E ele era simplesmente um menino de rua, que devido a tantos problemas na sua vida, foi levado ao consumo abusivo de drogas. Mas hoje ele é um homem honrado, homem de família.

Eu também, aqui nesta cidade de Recife, de onde estou agora falando, represento aqui o Nordeste, represento aqui as comunidades terapêuticas de Pernambuco, de todo o Nordeste. Nós sabemos da importância do trabalho das comunidades terapêuticas. Sabemos da importância dessa porta aberta. Assim como a Ana Brasil começou, ali em Goiânia, esse trabalho, que se estendeu por 55 anos, então é muito importante este Parlamento reconhecer, através da criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, esse trabalho tão sério, esse trabalho tão efetivo, esse trabalho que de verdade salva vidas, porque ele mudou a história da minha família e tem mudado a história de milhares e milhares de pessoas.

Hoje também eu estou como Vereadora, aqui na cidade do Recife, pela terceira vez, e nós estamos dentro dos Parlamentos, seja estadual, municipal, federal, assegurando a importância do reconhecimento das comunidades terapêuticas, do reconhecimento das pessoas que fazem o trabalho das comunidades terapêuticas e das famílias que precisam desse acolhimento, que precisam desse afeto, desse carinho que as comunidades terapêuticas estão sempre prontas e aptas a oferecer.

Então, eu gostaria, aqui neste ato, de agradecer a sensibilidade do Senado nacional, desta Comissão, porque eu creio que será aprovada com louvor, porque é uma iniciativa importante que marca o trabalho que as comunidades terapêuticas têm feito há 55 anos no Brasil e há mais de 60 anos no mundo inteiro. É um trabalho em que hoje nós temos milhares e milhares de pessoas recuperadas.

Eu digo sempre que as comunidades terapêuticas têm o lenço na mão que enxuga as lágrimas de muitas mães, as lágrimas de muitos filhos que veem seus pais jogados no álcool e nas outras drogas; é o lenço que seca as lágrimas daquelas pessoas que choram, porque, quando um dependente químico faz uso abusivo de drogas, quando ele é vítima, nós vemos que toda família sofre. E às vezes a família sofre mais, porque o usuário, quando está no uso da droga, quando está na euforia da droga, quando ele está na mentira da droga, porque é uma alegria passageira, é um prazer passageiro, ele não sente mais nada, ele não sente mais a importância do amor, da família, dos filhos, ele simplesmente desconsidera tudo isso. E a família, não, a família está ali sentindo a dor de ter uma pessoa tão querida, tão amada, um filho que foi criado com amor, com carinho, desde bebezinho, desde o ventre, e ver o seu filho, seu ente querido perdido.

Então, é por esse motivo que as comunidades terapêuticas pegam essas pessoas na rua, as comunidades terapêuticas vão até as cracolândias, a comunidade terapêutica vai até as cenas de uso, porque a comunidade terapêutica não se limita a quatro paredes. A maioria das comunidades terapêuticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos hoje no Brasil desenvolvem trabalhos de prevenção ao uso abusivo de drogas nas escolas, desenvolvem trabalhos de ressocialização.

A gente está aqui participando... Uma referência nessa área é o Célio Barbosa, da Fenact, que faz um trabalho maravilhoso lá no Piauí, aqui no nosso Nordeste, de ressocialização, de capacitação profissional. Há trabalhos como o do Desafio Jovem de Três Coroas, que eu tive a oportunidade de conhecer ali no Rio Grande do Sul, que tem um centro gastronômico que forma pessoas que foram usuários de drogas, que devolve a vida, que devolve a dignidade, que devolve a esperança, que devolve a expectativa de vida, que devolve os sonhos. É isso que a comunidade terapêutica faz. Embora alguns não queiram reconhecer isso, devido a uma das bases da comunidade terapêutica ser a espiritualidade, as comunidades terapêuticas apresentarem um ser superior, que é Deus, que é alguém que ama de verdade, que é alguém que acolhe, que é alguém que estende as mãos, é isso que essas instituições têm feito.

São mais de 2 mil instituições no Brasil, e todas com bom êxito, trabalhando, recuperando, salvando, restaurando...

E a Feteb (Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil) e a Confenact estão juntas há 12 anos. Nós nos unimos com o propósito de fortalecer a recuperação de vidas no Brasil, de fomentar as políticas públicas, de incluir, assim como foi falado aqui, em diversas instâncias, hoje, as comunidades terapêuticas – em leis federais, em leis estaduais, em leis municipais.

Hoje, nós temos aqui que Pernambuco é o único estado do Brasil hoje que tem uma lei que regula o serviço de comunidade terapêutica. Hoje, nós estamos inseridos em todos os espaços de poder, dentro dos conselhos, lutando, mostrando a importância desse trabalho.

Então, nós só temos aqui que fazer jus a esse serviço que, muito antes de se falar em política pública no Brasil, já acolhia pessoas, já abraçava pessoas, já alimentava pessoas que estavam nas ruas com fome, chorando, com frio, sem alento, sem esperança. E as comunidades terapêuticas são essa esperança; as comunidades terapêuticas são essa perspectiva de futuro, para que essas pessoas tenham uma oportunidade de ter uma nova vida, uma vida transformada, uma vida digna, e sejam reinseridas à família, reinseridas à igreja, à sociedade, ao trabalho, a tudo aquilo que dignifica o homem e a mulher.

As comunidades terapêuticas acolhem indistintamente de religião, de raça, de cor, de gênero; elas acolhem todas as pessoas que digam "eu quero libertação das drogas", "eu quero largar as drogas". Essas pessoas podem procurar uma comunidade terapêutica.

Essas comunidades muitas vezes estão em situações que não são adequadas no sentido financeiro, porque muitas delas vivem de doações, muitas dependem da sensibilidade das pessoas. E é por isso que a gente precisa do apoio total, a gente precisa do apoio incondicional de todos aqueles que amam vidas e de todos aqueles que entendem que uma vida vale mais do que o mundo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, era o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns. Michele Collins, meus cumprimentos. Bela fala como todos os outros que a antecederam, mas ela entrou muito na linha do que eu gosto, que é o acolhimento, não é? Tem que acolher, não dá para querer desconhecer, como se não existisse. É uma questão de saúde, na minha avaliação, que tem que ser recuperada. E acredito muito na recuperação, porque eu acredito na força de Deus e da mente, na força da energia positiva, para que todos possam ter uma vida com qualidade, com muito esforço, mas com qualidade.

Muito obrigado também, Michele.

Neste momento, a minha assessoria me deu uma contribuição aqui. Já que você falou que é panambiense, diga aí no Plenário que Panambi em tupi significa vale das borboletas, está certo? Então, uma salva de palmas aí para as assessorias, todas, das duas Comissões: da de Direitos Humanos e da de Educação.

Ela, que é assessora... Mas eu quero o teu nome. (*Pausa.*)

A Fernanda, que está aqui representando o Senador Flávio Arns. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Ingrid, pela colaboração aqui.

Agora nós temos dois momentos ainda, vamos ter algumas perguntas, que você poderá responder ou alguém, depois vamos para as considerações finais, mas, neste momento, eu passo a palavra a você, e depois você fará o encerramento. Ele me sugeriu aqui, eu não sabia disso, mas coloque em público, se essa é a vontade de vocês, eu vou ouvir e depois vou decidir.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Quero primeiro cumprimentar o Senador e Presidente da Comissão, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu desta, e o Flávio da outra. Estamos juntos.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – E o Flávio da outra, e também ao Senador, cumprimentá-lo e agradecer ao Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que é o autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Que é o autor, que propôs o pedido para ser reconhecido o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas, um segmento muito importante no Brasil.

Sem prejuízo da minha fala, lembrando aqui que nós passamos por todos os Presidentes, desde a Presidente Dilma, cada um dando a sua contribuição: Presidente Dilma, Presidente Temer, Presidente Bolsonaro, e agora nós estamos com o Presidente Lula.

O Presidente Lula visitou uma comunidade terapêutica, junto com o Ministro Wellington Dias, e nós temos esse registro. Eu gostaria, Senador, se nós pudermos passar esse vídeo que nós fizemos com a visita do Presidente Lula a uma comunidade terapêutica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Olha, Dr. Adalberto Calmon Barbosa, que aqui na mesa está representando fisicamente todas as comunidades terapêuticas do Brasil. Um pedido seu para que a gente ouça o Presidente da República, quem sou eu para dizer que não? (*Risos.*) Quem sou eu para dizer que não! Claro que nós vamos permitir, será uma alegria ouvir pela sua sugestão neste momento. Você me disse que é um vídeo curto, não vai prejudicar em nada o nosso debate.

E eu falava com ele também sobre o que ele achava de nós permitirmos que no mínimo três do plenário possam expressar a sua opinião. E me parece que você já articulou com o professor aí, não é?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Então, passamos o vídeo, depois vai ter a fala de três companheiros que estão aqui no plenário, vem para nós de novo, daí nós teremos algumas perguntas – eu vou ver se alguns que estão no virtual querem comentar – e depois você faz o encerramento. Esse vai ser o nosso trabalho.

Então, vamos ao vídeo do Presidente Lula e ministros visitando comunidades terapêuticas, numa homenagem também ao Vice-Presidente da República, o Alckmin.

Eu quero dizer que – antes de passar o vídeo – ele me disse que o Alckmin organizou, ajudou a construir três fazendas de comunidade terapêutica em São Paulo, quando ele nem era Vice-Presidente. Isso foi antes, não é? Que ano foi?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Quando era Governador de estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** No ano em que ele era Governador de estado. Durante o mandato dele, ele deu uma grande participação. Então, ao Geraldo Alckmin, com quem eu tive alegria de ser Constituinte também, junto com o Lula, eu quero dar uma salva de palmas aqui ao Vice-Presidente da República... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... pela pessoa boa, qualificada, corajosa e solidária que sei que ele é. Vice-Presidente Alckmin, fica aqui o meu abraço, você sabe o carinho que tenho por você.

Vamos ao vídeo então.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se [] *) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns. É uma fala do Presidente Lula. E, como ele havia me dito, eu não tinha visto o vídeo, está ali o Flávio Dino, Wellington Dias, Padilha, Benedita da Silva, que também foi Ministra já, a ex-Ministra, e Presidente Gleisi Hoffmann... A Rose de Freitas também? (*Pausa.*)

Grande Rose de Freitas! E lembramos também a participação da Dilma e, agora, a fala do Presidente Lula. Então, parabéns!

Informaram-me que tem mais um convidado virtual: o Sr. Célio Luís Barbosa, Presidente da Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas.

Por favor, Sr. Célio.

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Presidente Paulo Paim, estou numa audiência pública sobre comunidades terapêuticas aqui em Barreiras, estou saindo daqui da sala para a gente poder ter um diálogo bom.

É (*Falha no áudio.*)

... Fenact poder estar aqui (*Falha no áudio.*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No seu vídeo, não está chegando com nitidez a voz aqui para nós. Talvez, deva pegar um lugar onde há...

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Calma! Deixe-me pegar um local aqui na assembleia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Calma! Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Até que pegue melhor então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Aqui. Acho que agora melhorou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Melhorou um pouco sim. Se ficar parado, melhor ainda. Se V. Exa. não caminhar, eu acho que pega melhor.

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Pega melhor. É porque eu estava na audiência pública aqui em Barreiras, na Bahia, onde também, entre as ações das comunidades terapêuticas, nós temos que trabalhar muito, para ajudar a construir as políticas públicas.

Mas, como o Rolf falou, as comunidades terapêuticas têm uma grande história. Tem 33 anos que trabalho na política nacional sobre drogas, já estive várias vezes com o senhor, tem 39 anos que eu sou recuperado numa comunidade terapêutica, sou dependente químico em recuperação, sou fundador da Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas, cofundador da Fenact, ela nasceu aqui, junto com o Piauí, com o apoio de todas as federações, teve a sua parte jurídica concretizada na Fazenda da Esperança, em São Paulo, e, através da unidade das federações, nós conseguimos, desde 2011, da Carta do Piauí, construir a conexão nacional.

Nosso lema no Congresso foi construir a lei, com o Osmar Serra, um Deputado que é irmão, que hoje é a Lei 13.840, que foi o começo de uma luta muito grande. Conseguimos transformar a RDC 29 para ter uma maior formalização para as comunidades terapêuticas. Construímos a RDC, o marco regulatório do Conad 01, de 2016, que estabeleceu as comunidades terapêuticas, quando nos juntamos para construir a Carta do Piauí. Se vocês lerem a Carta do Piauí, todos vão enxergar: em 2011, nós estávamos prevendo trabalhar e sonhávamos construir tudo o que existe hoje.

Primeiro, nós trabalhamos para nos organizarmos, trabalhamos para conseguir ter um espaço, porque a comunidade terapêutica não cobre e não veio para entrar no lugar de nenhum serviço público. A comunidade terapêutica é um trabalho, é um projeto de vida em que homens e mulheres missionários largam muito da sua vida pessoal para dar a mão àquele que deixou de existir. O dependente químico chega a um ponto, na vida dele, em que ele não tem mais família, em que ele abandonou a família, o tráfico não o aceita mais, a polícia não quer prendê-lo mais, e a rua, e droga leva a gente a ser um nada na vida.

Então, as comunidades terapêuticas, a gente vem, há 55 anos, recuperando vidas. Eu sou fundador da Fazenda da Paz, onde tivemos a honra de receber o nosso Presidente Lula. Ele foi bem enfático: "Eu não sabia, no meu mandato, como era essa questão da política sobre drogas. Tudo ficou na mão do Padilha, e eu não acompanhava, mas agora eu sei que se pode trabalhar a ciência, a técnica e esse serviço de qualidade, que é a comunidade terapêutica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje nós temos... Pedi aqui ao senhor que possam conseguir, junto com a Confenact, uma reunião com o Presidente Lula para mostrarmos o grande trabalho que são as comunidades terapêuticas no Brasil.

Quero agradecer ao Adalberto, ao Edson, ao Rolf, ao Thiago... a todos, à Michele, ao Pastor Wellington, ao Rolf, juntos, maratonando, começamos essas ações lá atrás, e elas deram resultados. E foi a nossa amizade que construiu, Senador Paulo Paim, tudo isso que está acontecendo hoje.

Eu acho que a gente discute, a gente tem ideias diferentes em momentos diferentes, mas o maior dom de todos nós é lutar para a recuperação do dependente químico.

Então, eu quero agradecer. Nesse dia, nós tivemos lá o Senador, conversamos com ele, nasceu o Dia das Comunidades Terapêuticas. Quero agradecer a todos os que estiveram presentes lá atrás, para a gente construir, porque as comunidades terapêuticas têm que... É uma obrigação nossa mostrar para a sociedade a qualidade. Só a Fazenda da Paz, uma instituição, faz 30 anos agora. Estamos alegres e felizes, tendo, ao nosso lado, 46 mil famílias. Então, quantas mil pessoas até hoje, nesses 55 anos, conseguiram sair do mundo das drogas graças à comunidade terapêutica?

A nossa história é de muita, muita e muita alegria. Quando a Presidente Dilma nos convidou para ter uma audiência com ela – o senhor conhece quem está na frente, o ministro, o gestor, na frente; a sociedade civil tem um pequeno tempo para falar com o Presidente ou a Presidente que estava no momento –, nós tivemos 2h20 para ouvir toda a sociedade civil, pediu para que os ministros que não estivessem presentes ouvissem a sociedade civil, e ela falou 20 minutos. Ela falou 20 minutos sobre o que precisávamos no Brasil, e, de lá para cá, as comunidades terapêuticas têm tido financiamento, mas o nosso trabalho não é estar aqui para buscar recurso; o nosso trabalho é ter espaço para mostrar dignidade em recuperação, de como fazemos o melhor para salvar o dependente químico.

Quero agradecer aqui toda a Confenact, todas as federações, e agradecer ao Sr. Paulo Paim e ao Senador Arns, por abrir espaço para nós termos o Dia Nacional da Comunidade Terapêutica. Eu quero agradecê-lo pela minha fala também agora, aqui, da audiência pública. Nós temos que andar o Brasil todo para a gente consolidar as políticas nacionais e as políticas estaduais e o sonho de edificar cada vez mais as comunidades terapêuticas.

Meus parabéns a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Sr. Célio Luís Barbosa, pela Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas, que estava numa atividade e se deslocou para participar conosco aqui. Fiquei muito feliz também.

Conforme combinado aqui com a plateia e a mesa...

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Só quero pedir licença para eu sair...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi?

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Só quero pedir licença para eu sair aqui da audiência, porque eu tenho que participar da outra aqui. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Concedida.

Um abraço. (*Palmas.*)

Licença concedida.

Como combinado, vamos agora, neste momento, para três companheiros do Plenário, para usarem a palavra. Companheiros ou companheiras... Companheiros; ou seja: eu estou olhando, que, se tiver mulher no Plenário, e eu não der a palavra...

Você vai falar também pelas comunidades?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. (*Risos.*)

O.k.

Por unanimidade, são esses três nomes, não é?

Então vamos lá: primeiro, Ramalho Medeiros.

Você vai ter o mesmo tempo que os painelistas, se assim você entender.

Dez minutos, Sr. Ramalho Medeiros.

O SR. RAMALHO MEDEIROS (Para expor.) – Pronto. Pronto.

Bom dia.

Deus abençoe a todos. Glória a Deus por esta oportunidade.

Queremos louvar a iniciativa do Senado Federal, do Senador Flávio, do Senador Paim, todos os Senadores, Deputados, por este dia. Este dia vai marcar; começa uma nova história nas comunidades.

O senhor... Nós acabamos de ouvir o Edson, do Rio Grande do Sul, e ouvimos também o Célio, do Piauí. Então, você vê que nós estamos em todos os extremos. As comunidades terapêuticas, hoje... É difícil um município ou uma capital que não tenham uma instituição ou várias instituições prestando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço, assim como o Presidente Lula acabou de falar. Então, na época, experiências que vão se desenvolvendo pela regionalização.

A comunidade tem um marco aí de 54 anos já no Brasil, temos instituições aniversariando, como é o caso do Célio, 30 anos... A nossa, aqui em Planaltina, que eu represento, o Centro de Reintegração Deus Proverá, tem 21 anos – vamos fazer 22 anos –, prestando um serviço à sociedade.

E é isso, e as leis vêm nos ajudando, ora é essa luta toda, mas o assunto de hoje, a comunidade terapêutica é um parceiro do Estado. Ela se tornou um parceiro do Estado.

É óbvio que, como toda luta que a gente vem tendo, a exemplo do que foi no Senado Federal ontem, a descriminalização das drogas... E a gente sabe o que hoje o álcool na legitimidade da lei e o tabaco têm provocado no nosso país. Então, é uma porta de entrada, a *Cannabis* seria uma porta de entrada, como todo uso que a gente tem aí de SPA. Ela é uma porta e vem destruindo famílias. E o Estado, lá na ponta, também sofre.

E aí nós, enquanto comunidade, estamos servindo e queremos servir.

Quero parabenizar a Confenact na pessoa do Adalberto e na pessoa do nosso Presidente e dizer que o Brasil começa a abrir os olhos para as qualidades e as capacidades que existem dentro... A princípio, a comunidade trouxe um modelo de fora, veio de fora do país, mas, depois, começou a ser implantada com a nossa realidade.

Hoje, a realidade do país é a que o Thiago, lá no Paraná, colocou: nós temos em torno de 5% da população do Brasil usando álcool ou drogas, uma SPA de alguma forma. Senador Paim, isso faz uma diferença nas famílias, faz uma diferença na questão da vida, da qualidade de vida, da sociedade, da religiosidade, do trabalho, da empresa... Quando você tem um sujeito que está usando droga numa rua, toda aquela rua fica tomada de susto, assim como a cidade, o estado, enfim.

Eu quero aqui pedir que a gente venha a unir mais. Eu acho que o Estado, com as experiências que tem, conhecendo-as... E quero, de novo, pegar uma fala do Presidente Lula, que acabou de dizer... E aí eu acredito que o senhor, participando hoje aqui, junto com o Senador Flávio, irá olhar também com outros olhos este sentido que é juntar as experiências. Eu acho que a legislação está aí, eu acho que a gente tem capacidade de conhecer de perto... Existem alguns relatórios que são muito antigos e que precisavam ser atualizados. Eu tenho certeza de que o mesmo conselho que tem o relatório que está em evidência... Se fosse visitar lá aonde o Presidente Lula foi, que é a questão do Célio, se fosse visitar o Adalberto nas comunidades que ele tem, se fosse à nossa comunidade aqui em Planaltina que é o Centro de Reintegração Deus Proverá, se fosse a Pernambuco, como a Michele acabou de falar... Então, nós temos um histórico de trabalho do Oiapoque ao Chuí. A gente tem o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, tudo aí. Por quê? Na verdade, nós temos uma epidemia, que não chega ao grau de uma pandemia, mas, em qualquer lugar a que se vá hoje, ouve falar em álcool, ouve falar em cigarro, ouve falar em *crack*... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crack virou um negócio de doido! E agora nós temos mais uma droga a que a gente tem que prestar muita atenção: é K alguma coisa, pois estão se dizendo vários nomes.

Isso tudo vai denegrindo o Estado, e aí o Estado passa a ser inoperante, começam a falar mal, mas não é isso, a gente não tem que procurar os culpados. Acho que a gente está aqui, nesta data memorável, para que nós venhamos a ter uma oportunidade. Esta é uma oportunidade que se abre, num histórico nacional e internacional, de que, nesta data, todo dia 18 de agosto, seja comemorado o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas. Então, nós temos uma data, teremos um motivo, Adalberto, para, em todos os estados, a gente fazer comemorações, como é o desejo da Confenact. Cada estado, nessa data, ano que vem, passa a comemorar, e com isso a gente começa a ter visibilidade, e isso vai somando, somando, somando, e nós vamos fazendo a diferença.

Aqui nós temos um bom grupo de homens, existem cuidados com homens, com mulheres, com crianças, comunidades que cuidam de crianças, comunidades que cuidam de mulheres, comunidades que cuidam de homens, enfim. Senador, todos que estão participando, nós temos um trabalho muito grande, lutando, lutando para beneficiar quem está hoje em uso – uso, abuso e dependência, porque é um processo, Senador Paim. É um processo. Ninguém de um dia para o outro se torna um dependente. Ele tem um processo. Se a gente conseguir fazer um trabalho preventivo, a gente talvez não tenha que fazer o tratativo ou o cuidado, não é? Então, nós precisamos também ver essa política de prevenção, começar nas escolas, começar nos comércios... O tráfico está aí, então a gente tem toda uma questão que precisa ser ajuntada.

Como eu disse no início, quero louvar a Deus por essa iniciativa, que nos dê mais saúde, mais sabedoria, e agradecer ao Senado, agradecer ao senhor, agradecer aos Deputados, agradecer à Confenact, à Feteb, que nós representamos, a Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas, nessa luta. Nós estamos chegando agora, estamos aprendendo, ouvindo, vendo, igual ao senhor. Eu tive uma aula hoje, aqui, do que é comunidade. O Adalberto é um legado, ele pode dizer que ele é o cara que sabe muito. São muitas histórias de perto tentando ajudar. Todas as comunidades, se o senhor for... E faço questão até de convidar o senhor para conhecer algumas aqui em Brasília, como a nossa, se for o caso, para o senhor ver que não é o que estão dizendo, não é, não existe isso, não existe.

Os políticos, ontem, como o senhor, os Deputados, ontem, os Senadores todos, inclusive, envolvidos, com casos, inclusive, sabem que não é assim, não dá para a gente comparar. A comunidade tem sua especificidade como clínica. Como eles consideram o manicômio, tem uma diferença grande, grosseira, inclusive, não dá nem para a gente se comparar.

Olhem os homens que estão aqui: homens como os que estão aqui já foram moradores de rua, já estiveram presos, e hoje são homens que estão estudando, estão se capacitando para reintegrar à sociedade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso é louvável, a gente não tem como fechar os olhos para isso. Nós temos casos, inclusive, de Deputados que foram... O Eros Biondini, por exemplo, Senador, foi um homem que foi tratado dentro de uma comunidade terapêutica. Hoje é Deputado Federal. Nós temos políticos, nós temos Vereadores aqui no Estado de Goiás que passaram lá pela nossa comunidade. Hoje é um Vereador. Antes ele era um bandido, Senador, na rua, que brigava, que era preso, hoje ele é Vereador pelo segundo mandato lá. Nós temos empresários. Enfim, temos muitos casos de sucesso.

E aqui quero deixar o meu agradecimento, louvar a Deus, pedir a Deus que nos dê sabedoria, que nós sejamos, assim, os protagonistas dessa história toda, toda a Confenact, todas as federações, que a gente esteja se unindo mais e tendo o apoio de políticos como o senhor, e eu acredito que, de agora para frente, o senhor comece a fazer parceria conosco.

Deus abençoe a todos! Parabéns pelo dia, uma grande salva de palmas, primeiro a Deus, depois aos nossos políticos. Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Pastor Ramalho Medeiros, que coordena essa comunidade que é o chamado Centro de Reintegração Deus Proverá.

Ele falou, então, e eu concordo plenamente com você. Hoje, aqui nós recebemos uma aula, inclusive eu. Olha, eu, que sou autor de um projeto sobre o qual depois eu queria que você respondesse o que você acha. O Flávio Arns também tem um projeto quase igual, eu e ele, e por mim vamos fundir os dois e vamos em frente. Mas eu quero ouvir a sua opinião depois, mas lá no final.

Mas parabéns – viu, Pastor Ramalho Medeiros? – pela sua exposição. Grande parte do Brasil não sabe sobre o trabalho das comunidades; não sabe, ou tem dificuldade para chegar por falta de informação, de comunicação. Com esse dia, sendo aprovado, vai ser um dia de reflexão, de discussão das comunidades, porque vai ser muito, muito importante a criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Mas, agora, eu vou assegurar a palavra para mais dois companheiros. Se pudessem resumir em cinco minutos cada fala, seria muito bom. O Renato Rodrigues, primeiro. Renato, é para dar uma saudação aí ao nosso evento de hoje. Fique bem à vontade, fale o que você quiser! Aqui ninguém fiscaliza ninguém, viu?

O SR. RENATO RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos! Quero primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, hoje, participando, coisa que não tinha nem imaginado um dia chegar, até por conta das minhas condições referentes à dependência química.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me encontro, hoje, no Centro de Reintegração Deus Proverá, pelo que eu agradeço a oportunidade, primeiramente a Deus e a todos aqueles que apoiam, todas as autoridades que têm se empenhado dentro deste trabalho. Quero agradecer ao nosso Diretor, o Pastor Ramalho.

Dentro desse tratamento, hoje eu já me sinto bem, não tenho dependência mais nenhuma química, não necessitei de outra química. Nada contra os fármacos, mas, para poder me tratar, contei muito com a ajuda do terapêutico, do espiritual. Vejo como muito importante a questão do espiritual, até porque hoje eu me encontro liberto; digo isso com toda a propriedade. Conheci a palavra, não é? Isso tem tido um efeito muito grande na minha vida.

Quem já tem conhecimento, sabe o que vou dizer agora: hoje eu sou batizado com o Espírito Santo – aqueles que conhecem o Evangelho, pregado por Jesus. O trabalho psicológico foi importante, lá na casa se oferece isso. Tenho construído minha vida, tenho realizado alguns sonhos meus: terminei o ensino médio, tenho um propósito de fazer uma faculdade, futuramente voltar à sociedade – porque a proposta da casa é reintegrar –, quero trabalhar, constituir minha família, viver como um cidadão comum dentro de uma sociedade. Assim, quero agradecer, agradecer todo o esforço de todas as outras comunidades, de todas as autoridades que estão envolvidas. E, finalizando, pretendo também futuramente estar dentro desse trabalho, participar para poder também ajudar outras pessoas que se encontram nessas condições. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fale! Ainda tem dois minutos. (*Pausa.*)

Deu? Se você encerrou, também não tem problema.

O SR. RENATO RODRIGUES – Eu acho que vou ficar por aqui mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi muito bem. Então, está certo. Falou pouco, mas falou bem e encerrou. Valeu, valeu. Parabéns, viu? (*Palmas.*)

Parabéns, Renato Rodrigues. Bela fala. Um depoimento de vida, não é?

Agora Hugo Felipe, por favor.

O SR. HUGO FELIPE (Para expor.) – Bom dia a todos. Quero agradecer pela oportunidade ao Senador e a todas as autoridades competentes. Também agradecer a vida do nosso Pastor Ramalho, que aqui se encontra, que é uma referência para todos nós que estamos aqui, todos nós residentes do CRDP, que se encontram lá em Planaltina DF.

Eu quero agradecer a Deus pela oportunidade de eu estar aqui falando quão importantes são as comunidades terapêuticas, principalmente aqui no Distrito Federal, e o que têm feito. Eu estou há... Vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer 12 meses que eu estou no CRDP, e não só me resgatou, mas também resgatou meu caráter, está resgatando meu caráter. Vou poder voltar ao seio da minha família, diferente, para me ressocializar com todos.

Eu quero agradecer a Deus também, pelo reconhecimento de todas as comunidades terapêuticas. Isso é muito importante, porque assim como nós fomos alcançados, tem muitas pessoas também para serem alcançadas, que estão nessa vida. Porque quando nós estamos nessa ilusão, nós ficamos praticamente todos não vendo, não dando valor à família, não dando valor ao trabalho. E graças a Deus hoje... Eu tenho que agradecer a Deus, primeiramente a Deus e a todos aqueles que trabalham em prol da vida, em prol de resgatar vidas. Isso é muito importante.

Hoje eu posso dizer que sou um homem determinado a vencer. É que nem o nosso Pastor costuma dizer: o que passou, eu não posso arrumar, mas, o que for daqui para frente, eu posso fazer diferente. E é nisso que eu estou caminhando, para vencer, porque todos nós somos mais que vendedores... E agradeço também pela vida daqueles que apoiam todas as comunidades terapêuticas, porque como o nosso Pastor falou, tem muitas pessoas que já saíram empresários, que já saíram com a vida... Hoje têm família... Aqueles que numa hora estavam numa vida diferente, agora estão transformados. E agradeço a Deus pela oportunidade.

Assim como o nosso coordenador também falou, isso é muito importante. Já estive internado em clínica compulsória, mas hoje, graças a Deus, eu não tomo nenhuma medicação. Mas, assim, eu creio na palavra de Deus, que vem me restaurando a cada dia mais. A palavra de Deus, os ensinamentos e também as falas, as palavras do nosso Pastor Ramalho. Isso é muito importante para todos nós.

Eu quero agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Hugo Felipe. (*Palmas.*)

Gostei muito da fala de todos os três. Gostei de ouvir de dois que o sonho é esse de voltar ao convívio inclusive de familiares, e gostei de uma palavra que você disse: "Nós estamos aqui e somos vitoriosos". Isso é muito bonito, viu? (*Palmas.*)

Ter superado as dificuldades do enfrentamento que vocês tiveram que fazer. Era a vida de vocês. E produtos químicos, enfim, drogas do outro lado. E a vida venceu. Eu sou também cristão e nunca fiz isso, mas vou fazer hoje, viu? Vou dar uma salva de palmas a Deus, porque eu sou cristão. (*Palmas.*)

Neste momento, nós vamos passar a palavra para o nosso companheiro que está aqui no plenário, que fez questão de fazer a fala de encerramento a meu convite. Ele disse: "Não, tudo bem, eu faço a fala final".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antes de ele falar, eu gostaria de que ele, se pudesse, respondesse algumas perguntas que eu recebi no e-Cidadania. Eu vou fazê-las, ele responde e depois faz a fala dele.

O seu tempo começa a contar depois das perguntas, o.k.?

Então, primeira pergunta que veio do e-Cidadania, do Rio Grande do Sul.

Pablo Leuchtenberger, Rio Grande do Sul: "Qual foi a motivação por trás da criação do Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas?". É a pergunta um, depois ele vai ficar com elas na mão dele. "De que forma essa iniciativa pode influenciar políticas públicas [...] para tratamentos de dependência?".

Agora vem a outra pergunta, da Andressa Alves, de São Paulo: "Este tema é pouco debatido, pessoas leigas [...] [tem como saber mais sobre as] comunidades terapêuticas [...] [nas] quais poderiam ingressar?".

Todas em forma de pergunta. Uma, duas, três; agora vem a quarta.

A quarta... Eu já fiz aqui, nesta Comissão, algumas audiências públicas para debater a *Cannabis* para fim medicinal. Digo sem nenhum constrangimento, e sei que tenho autorização dele, porque ele também tem projeto – o Flávio Arns tem um projeto nessa linha, eu tenho um projeto na mesma linha –, porque nós estamos vendo também o sofrimento de muita, muita gente que se socorre da *Cannabis* para fim medicinal. Isso é uma coisa. Outra coisa é querer liberar droga recreativa para todo mundo. Todos vocês têm uma posição clara, eu também tenho e o senhor também tem. Então, essa é a pergunta que nós lhe fizemos também, porque é um debate que está acontecendo aqui dentro.

Eu quero aqui fazer um pequeno depoimento de um Senador que é oposição, digamos, ao Governo Lula. Ele tem uma posição muito firme, muito clara no Plenário. E sabe que na democracia eu aprendi a respeitar a oposição, porque a oposição faz um bom debate, crítico muitas vezes, e compete a quem é Governo explicar, encaminhar e defender suas teses. Eu não sou daqueles que dizem que quem é oposição é tudo do outro lado da vida. Não é nada disso, porque eu fui oposição também. E muitos projetos meus, ao longo desses 40 anos de Congresso a que eu estou indo agora, foram aprovados, inclusive com o apoio da própria oposição, como foi – recentemente nós tivemos aqui a Marcha das Margaridas – o da Margarida Alves.

Ela foi assassinada há 40 anos. A Maria do Rosário apresentou um projeto para que ela estivesse – é uma trabalhadora rural, que foi assassinada covardemente – entre os heróis da pátria, pela luta dela e do próprio marido, que também foi assassinado. E eu fui o Relator desse projeto. E, essa semana, nós conseguimos, com o apoio do Presidente Rodrigo Pacheco... O projeto tinha sido aprovado na Câmara. O relatório que eu fiz foi aprovado aqui no Senado. E ontem foi sancionado pelo Presidente Lula. Então, aquelas 100 mil mulheres margaridas, que estiveram aqui fazendo um grande ato público em defesa da democracia, da liberdade e da justiça, em defesa de políticas públicas para o campo e para a cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receberam, no dia de ontem, então, a notícia da sanção: Margarida Alves, uma trabalhadora rural, entra para o Livro dos Heróis da Pátria.

Uma salva de palmas a esses lutadores pela liberdade, que aqui vocês representam. (*Palmas.*)

Eu me referi aqui – vou citá-lo – ao Jorge Seif. Eu falei para ele: "Jorge, eu sei que tu tens uma posição de oposição ao Governo que eu defendo.

Mas me diga, nessa questão da *Cannabis* medicinal, ele foi para a tribuna, por isso eu estou tomando a liberdade, não é? Ele foi para a tribuna e reproduziu exatamente o que ele me disse: "Olha, o Senador Paim que está aqui me perguntou, e eu vou responder aqui: sou totalmente favorável à *Cannabis* para fins medicinais". Tanto eu como o Flávio Arns não entendemos errado, não é? Estamos unindo situação e oposição.

O Relator de um desses projetos, eu sei que é o Senador Alan Rick, e vamos naturalmente conversar. Quem sabe ele una os dois projetos? Por mim, não há problema nenhum que ao do Senador Flávio Arns, que é um belo projeto, pela história do Flávio – tanto que ele é autor desse dia também –, o meu seja apensado, e se dê o parecer final aprovando a ideia. Primeiro signatário: Flávio Arns; segundo signatário: Paulo Paim. Que assim seja, na medida do possível.

Meu amigo, eu quero, neste momento, passar a palavra para você, para responder às perguntas.

Não me tirem... Bem na hora de eu falar do homem, me tiraram o documento da mão, eu não vou lembrar de cor tudo isto aqui. (*Pausa.*)

Pois é, é agora que eu vou falar.

Muito obrigado, Ingrid.

Nós vamos passar a palavra, neste momento, para o líder respeitadíssimo por tudo que ele assessorou, ajudou a encaminhar, o Dr. Adalberto Calmon Barbosa, advogado, Diretor Nacional de Relações Institucionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda da Esperança, e Vice-Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas.

O tempo é seu. Num primeiro momento, para responder às perguntas, depois terá dez minutos para a sua fala.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA (Para expor.) – Então vamos lá. Bom dia a todos aqui presentes, aqueles também que estão nos acompanhando pelo YouTube, e no Senado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – E, primeiro, quero agradecer a Deus por, neste momento, nós estarmos aqui debatendo comunidades terapêuticas e também agradecer ao Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, que possibilitou nós estarmos aqui através da sua propositura para que seja criado o Dia Nacional de Comunidades Terapêuticas, reconhecido aqui por esta Casa, pelo Senado Federal. Quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que possibilitou também esta audiência pública, não é? Quero agradecer por estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acontece tudo aqui, porque tudo é ao vivo, não é? Este aqui é meu sobrinho, veio me visitar. O nosso querido fotógrafo do Senado está tirando uma foto aqui com ele junto a nós. Ele defende as mesmas causas que nós todos defendemos, então é uma alegria recebê-lo aqui.

O Alex, filho do André. (*Palmas.*)

Isso, agora voltamos para o Doutor. Por favor, Dr. Adalberto Calmon Barbosa.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Quero cumprimentar também o Alex, não é? Agradecemos a sua presença neste momento importante e histórico para as comunidades terapêuticas no Brasil.

Vindo aqui às perguntas, para mim é uma honra estar aqui representando o segmento, mas tudo isso possibilitou a história de vida que nós temos, há mais de uma década, defendendo as comunidades terapêuticas no Brasil.

Vem aqui a pergunta do Pablo com relação à motivação que se teve para que se criasse o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas. Eu digo que é um segmento hoje muito importante para o Brasil. Não nasceu ontem. Pela história, já tem mais de um século o trabalho de comunidades terapêuticas. No Brasil, iniciou em 1968. Nós já temos aí 55 anos em que as comunidades terapêuticas realizam e fazem a diferença na vida de muitos dependentes químicos que já passaram por elas. Podemos mensurar aí milhares de pessoas que se recuperaram nas comunidades terapêuticas.

Nós já tivemos aqui, Senador Paulo Paim... Quando as comunidades terapêuticas comemoraram 50 anos de existência, o Congresso Nacional teve a honra de fazer uma comemoração aqui, no Plenário, onde nós tivemos vários depoimentos de experiências, principalmente das lideranças das comunidades terapêuticas do Brasil.

Tivemos, durante esses últimos dez anos, o reconhecimento legal das comunidades terapêuticas.

Hoje, nós temos mais de 3 mil comunidades terapêuticas no Brasil. São mais de 80 mil pessoas acolhidas em comunidades terapêuticas. (*Palmas.*)

E nada mais louvável do que reconhecer esse significativo trabalho que já existe no Brasil há mais de 50 anos. Então, essa foi a motivação para se criar o Dia Nacional das Comunidades Terapêuticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De que forma podemos influenciar as políticas públicas? Nós já estamos trabalhando há anos junto às autoridades, tanto municipais como estaduais e federal, buscando o reconhecimento desse segmento, propondo inciativas na prevenção, na recuperação e também na reinserção social. Então, dentro do arcabouço jurídico hoje que existe nas políticas públicas, tanto dos estados como também do Governo Federal, houve uma influência muito grande do nosso segmento. Sempre estamos participando e contribuindo com o Governo na elaboração e propondo ações dentro das políticas públicas que envolvem a política pública sobre drogas.

E como é o acesso às comunidades terapêuticas? Como conhecer mais esse trabalho das comunidades terapêuticas do Brasil? Hoje nós temos o Governo Federal. No portal do Ministério do Desenvolvimento Social, existe lá o Departamento nacional de Apoio a Comunidades Terapêuticas. Lá você tem acesso a todas as comunidades terapêuticas que são financiadas pelo Governo Federal. Hoje nós temos em torno de 500 comunidades terapêuticas no Brasil. São 15 mil vagas financiadas pelo Governo Federal. (*Palmas.*)

Também, em vários estados, temos financiamentos públicos para o segmento de comunidades terapêuticas. Muitas secretarias de saúde e Caps conhecem as comunidades terapêuticas e fazem também os encaminhamentos. Então, basta procurar os órgãos de saúde do município, os órgãos de assistência social, os órgãos de saúde do estado, procurar também as instituições que vocês querem. Muitas pessoas procuram a Fazenda da Esperança porque você tem acesso através do Google, e lá você encontra todas as unidades da Fazenda da Esperança que tem no Brasil. E, ali, tem os contatos, tem os telefones, como os de tantas outras instituições de comunidades terapêuticas que têm também os seus *sites*. Agora, na sua cidade, você tem as informações, muitas nas secretarias municipais de saúde e também nas de assistência ou nos Caps.

Bom, com relação ao canabidiol ou à *Cannabis* para uso medicinal. Muito se tem colocado no Brasil; é um debate, muitas vezes, caloroso, e a nossa preocupação é que não se deturpe e que se use de maneira adequada o princípio que será utilizado para a cura. Eu tenho um ditado: "maconha não cura..." (*Palmas.*)

Mas maconha tem mais de 400 princípios ativos. E nós temos um que se chama canabidiol, que é extraído e do qual é feito esse remédio. Se perguntarem para mim: "Adalberto, você é a favor do uso da *Cannabis* para fins medicinais?". Eu sou a favor. (*Palmas.*)

Desde que seja manipulado em laboratório. Não plantado no fundo de casa, não utilizado para fazer doces ou balas, ou alimentos, como acontece em outros países, mas que seja manipulado em laboratório, que seja extraído o canabidiol e que seja fornecido pela rede de farmácias, pela rede de saúde pública, pelo SUS principalmente. Então, nesse sentido, eu sou a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos, às vezes, toneladas de maconha sendo apreendidas. Ao invés de incinerar, por que não vai para os laboratórios para fazer o canabidiol? São propostas também que podem ser feitas.

Então, essa é a minha opinião, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Satisfeitíssimo!

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Agora, com relação à comunidade terapêutica, esse movimento importante.

Eu quero dizer que eu não estou aqui, hoje, porque eu represento uma instituição no Brasil chamada Fazenda da Esperança somente, e também não fui contratado como advogado: "Olha, chegou lá o Frei Hans e contratou o Dr. Adalberto para ser o representante, o diretor de relações institucionais dessa instituição no Brasil".

Todos nós passamos por sofrimentos. Eu digo que os motivos dos nossos sofrimentos podem ser os mesmos – eu, que estou sentado aqui, e vocês que estão aqui em recuperação. Agora, as nossas dores são iguais. As nossas realidades podem ser diferentes, mas as dores e o sofrimento, o que eu carreguei no meu coração, e o que vocês também carregam no coração de vocês e que os motivou ao uso da droga são os mesmos.

Eu passei também por um sofrimento muito forte na minha vida. Eu sou advogado há 29 anos, tive uma ascensão profissional muito grande, tive sonhos. Todos nós temos sonhos. Primeiro, você quer se formar, ter uma profissão; depois, você quer se casar, ter uma família. Quem casa quer casa. Você quer ter o seu carro, a sua casa, a sua história. E eu fiz tudo isso, eu vivi toda essa história, porque, como eu estava falando aqui com o Senador Paulo Paim, eu sou o filho caçula de 11 irmãos. Então, eu via meus irmãos todos ali se formando, constituindo família... Eu também queria isso e fui buscar isso. Então, lutei.

Só que, na nossa vida, encontramos muitas situações difíceis que nos tiram do prumo, que nos tiram o equilíbrio. E eu vivi uma depressão muito forte na minha vida, Senador – muito forte! E, essa depressão, com o que você alivia? Com a droga, o álcool. E, aí, primeiro, você tenta não mostrar para ninguém que você está vivendo essa experiência dolorida na sua vida. Então, eu tentei, durante alguns anos, esconder esse problema da depressão, da tristeza, da falta de motivação para viver, mas me afundava na bebida, no álcool e na droga. E chegou um momento em que eu não tive mais controle. As pessoas começaram a perceber. Não tive mais condições até de sair de casa; não saía da cama, ficava lá o dia todo. E começaram a vir as tentativas de suicídio, várias vezes, mas, mesmo assim, eu posso dizer: eu tive casa, carro, fazenda... E tentei várias vezes o suicídio: colocando o carro contra um muro – perdi um dedo do pé no acidente; remédios, corda, pulso... E a última vez foi na minha fazenda, em Minas Gerais, com uma arma de fogo, uma cartucheira que coloquei no pescoço e disparei. Só que não funcionou, picou! E, na minha frente, estava cheio de munição, um cinturão cheio de munição novinha. Falei: "Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou dar o segundo tiro". Isso 15 anos atrás, Senador – 15! Eu já tinha, então, 15 anos de militância na advocacia, um grande escritório, uma equipe muito boa, mas a dor me pegou.

Quando eu fui dar o segundo tiro, eu falei: "não, eu vou dar um tiro de misericórdia, mas não em mim; eu vou dormir, porque Deus está me alertando, ele quer alguma coisa".

No outro dia, eu lembrei do Frei Hans, porque, no meu período como advogado, nesses 15 anos de advocacia, eu sabia que tinha uma fazenda na cidade de Guaratinguetá, de um frei alemão, que cuidava de dependentes.

Mas, como sempre, quando você não conhece algo, você cria preconceitos. E eu tinha um "pré-conceito".

Quando também, às vezes, eu encontrava um dependente químico na rua, eu tinha medo, eu atravessava a rua. Então, a gente gera isto, esse desconforto em nós.

Naquele momento, no outro dia, lá na minha fazenda... Eu me lembrei do Frei Hans uma vez, porque eu ajudava um pouco a fazenda, dentro das minhas condições. Aí eu pedi ajuda ao frei, porque eu lembro que o Frei Hans falou uma vez para mim assim: "Dr. Adalberto [ele é alemão], venha fazer uma experiência conosco". Eu, para não o desagradar, falava: "eu vou". Mas, no meu coração, o que eu falava? Não. Eu não sou dependente químico. O que eu vou fazer lá?

Mas, naquele momento, eu estava no fundo do poço. Não tive outra alternativa. Pedi ajuda para ele. Ele falou assim: "então, venha, você é amigo da Fazenda Esperança. Venha a hora que você quiser". Eu disse: "eu não consigo nem dirigir, estou aqui em Minas Gerais". Ele falou: "então, nós vamos te buscar".

Passou uma semana, chegou lá, na Fazenda Esperança, a minha esposa, porque estávamos em crise, separados, o meu sogro, que sabia onde era a fazenda, e a equipe da Fazenda da Esperança. Sabem que dia que era esse? Era domingo de Páscoa. Ali, foi a minha Páscoa, a minha passagem da morte para a vida, a minha ressurreição. (*Palmas.*)

Fui para a Fazenda Esperança e fiz a minha experiência de recuperação numa comunidade terapêutica. Fiquei 12 meses, Senador – 12 meses –, que é o período de recuperação da Fazenda Esperança.

A maior experiência da minha vida que eu fiz foram esses 12 meses, quando eu pude ter um encontro pessoal ali com Deus. É muito forte a presença de Deus.

E também eu pude olhar no rosto de cada um e saber que, atrás daquelas histórias tristes, feias e horríveis, tem uma pessoa que merece uma chance de viver, como eu estava tendo.

Cada um de nós sofremos, muitas vezes, as realidades dos ambientes que nós vivemos. Às vezes, nós nascemos num ambiente nocivo, num local sem infraestrutura, numa família, às vezes, problemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, no encontro da Fazenda Esperança, onde eu escutava depoimentos dos acolhidos, um falava assim: "meu pai foi assassinado"; outro falava assim: "eu fui preso por dez anos"; outro falava: "eu matei a minha vó"; outro falava: "eu vi minha mãe morrer queimada dentro". E eu olhava para aqueles depoimentos e falava: "nossa, eu não vivi nada disso e estava querendo morrer".

E vocês aqui tão felizes, alegres. Eu tenho que buscar essa alegria que vocês têm. E descobri que era Deus fazendo a parte dEle.

Depois que eu terminei a minha recuperação na Fazenda Esperança, Senador Paulo Paim, eu voltei para o meu escritório. Mas eu digo uma coisa para o senhor: perdeu a graça, perdeu o sentido ficar cuidando de processo judicial das pessoas. Mas eu decidi, naquele momento, dar a minha vida por esse segmento. (*Palmas.*)

Procurei o Frei Hans e falei: "Frei, estou à sua disposição".

Deixei tudo, deixei até família, até minha esposa. Eu não tinha filhos. O motivo da minha depressão também é porque nós não conseguíamos ter filhos. Hoje, eu tenho 29 anos de casado. E fui morar na Fazenda Esperança com o Frei Hans. Ali, começou a ressurgir novamente o Dr. Adalberto, o advogado. E comecei a andar com o Frei Hans pelo Brasil, e o Frei Hans foi me apresentando todas essas pessoas de que vocês hoje escutaram falar. E criamos uma unidade entre as federações no Brasil.

Mesmo assim, eu estava sozinho morando lá, e minha esposa, na cidade. Um dia, ela veio falou para mim: "e nós"? E eu falei: "fácil. Podemos retomar nossa vida. Mas agora é você quem tem que tomar sua decisão. Eu não volto mais para a cidade. Você tem que deixar tudo e vir embora para morar comigo na Fazenda Esperança".

E ela não titubeou. Na hora, ela falou: "está bom, eu volto, vou vender a clínica que nós temos, a casa e venho morar com você". E foi morar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é o nome dela?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Patrícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Patrícia, parabéns! (*Palmas.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Isso, depois de três anos.

E começamos a nossa vida juntos na Fazenda Esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, nós começamos, nós dois, a pensar: "e nossos filhos?". Nós não conseguíamos ter. Só que ali nós já estávamos empoderados psicologicamente para enfrentar esse problema. Aí nós decidimos adotar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Há tantas, tantas crianças, neste país todo, passando fome. Então, o ato de adotar, para mim, é um ato bonito, solidário, corajoso, porque é adotar uma criança naquele momento que ela mais precisa.

Se eu pudesse, pediria a todos aqueles que puderem que adotassem crianças que estão ali no orfanato, querendo ter uma família.

Eu tenho depoimentos, que já recebi nesta Comissão, de que, quando o casal entra para conversar com a criança, todos ficam com os olhos brilhando: "vou ter uma família, vou para casa".

Então, faço um apelo aqui, neste momento de tanta emoção neste plenário, para todos aqueles que tiverem condição: adotem. Adotem as nossas crianças. (*Palmas.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Como eu viajo muito no Brasil, representando o segmento e a Fazenda da Esperança, nós decidimos fazer nosso cadastro em Manaus, porque há uma realidade lá muito grande de abandono de crianças. Dois anos atrás, adotamos três irmãs com pais diferentes: uma negra, uma índia e a outra branca. E estamos aqui nesta alegria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Beleza. Dá para botar na tela a foto? Pode botar? Sem problemas?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São filhas dele.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Vou passar para a Flávia. Vou passar lá para o Thiago e o Thiago passa para você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vi aqui as crianças. São crianças belíssimas em todos os sentidos.

Sabe por que eu me emocionei? Eu tenho a mania de dizer, e o pessoal fala: "Paim, de novo, a mesma fala?". Mas eu gosto de falar isso. Pai, pai mesmo, mesmo, não é o que gera, pai é o que cuida, que abraça, que acolhe, que dá carinho, que ajuda nos primeiros passos, transformando aquela menina ou aquele menino em mais um cidadão da pátria brasileira. Então, parabéns a todos aqueles que adotam e vamos continuar a adotar ainda mais crianças. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha ali, foi exatamente o que ele disse. Mostra que a verdade sempre vencerá, não é?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – A negra é Ana Beatriz, a indiazinha é Ana Carolina e a mais novinha ali é a Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você vê que ele está com a voz embargada aqui. Isso é bom. Isso é gostoso. Muito bom. (*Palmas.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Agora, tudo isso, quem me possibilitou? Primeiro, Deus; e segundo foi uma comunidade terapêutica. É por isso que eu decidi dar a minha vida a esse segmento. Então, nesses últimos 13 anos, nós lutamos no Brasil para que esse segmento seja reconhecido, lutamos no Brasil para que as comunidades terapêuticas sejam respeitadas. Comunidades terapêuticas não são manicômios. Muitos que falam o fazem sem conhecimento, sem conhecer. Eu já participei de vários debates nesta Casa, também lá na Câmara dos Deputados, e ouvi muito falar de comunidades terapêuticas e manicômios. Houve um lá em que eu era o único do segmento, e ali estavam todos contrários às comunidades terapêuticas e falando lá coisas horríveis. Eu disse a eles: olha, eu me recuperei em uma comunidade terapêutica. E o que vocês estão falando aí não é comunidade terapêutica. Vocês precisam conhecer.

Então, eu pergunto para muitas pessoas que falam mal desse segmento, por questões muitas vezes ideológicas... Frei Hanz mesmo fala de um ditado da Alemanha, segundo o qual onde há cura, não se discute método. (*Palmas.*)

E aqui no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela frase. Se é para fazer o bem sem olhar a quem, é o bem, salvar vidas.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – E aqui no Brasil ficam discutindo métodos – não, é redução de danos; não, é abstinência. Gente, o mal não tem misericórdia de ninguém. O mal vem através da droga, da destruição da família, da morte. E para fazer o bem, não tem ideologia. Para fazer o bem, não tem partido. Não é A, nem B, nem C, são todos juntos. Olha a evolução histórica, nos últimos 15 anos, das comunidades terapêuticas do Brasil. Eu vivi cada momento. A cada norma editada, nós participamos aqui no Governo Federal e também em estados. Como o Senador Paulo Paim colocou que ele é um Constituinte, participou da história do Brasil, nós participamos também da história das comunidades terapêuticas do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, belo exemplo. Gostei. Gostei, não porque me citou, mas gostei. Eu tenho orgulho de dizer que fui um Constituinte. Quando eu pego a Constituição Cidadã – agora são 37 anos já, porque eu completo 40 com este mandato, faltam três anos, e comecei lá na Constituição –, eu falo com muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orgulho que está o meu nome lá atrás, entre os 513 Deputados e 81 Senadores. E vi que você fala com o mesmo orgulho das comunidades terapêuticas, que estão salvando vidas. É isso que é importante para todos nós.

Seu tempo terminou, mas eu vou lhe dar mais cinco minutos, o.k.? Já está lá.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Nós tivemos diálogo com a Presidente Dilma, com o Presidente Temer. A Presidente Dilma teve a contribuição dela. Foi o primeiro financiamento de comunidades terapêuticas do Governo Federal através da Senad, do Ministério da Justiça – à época, a Secretária Paulina. Depois, nós tivemos a certificação de filantropia, também que se iniciou no Governo Dilma, com o apoio do Ministro Alexandre Padilha, da Saúde; com o apoio da Ministra Gleisi Hoffmann, que era da Casa Civil.

Em 2014, houve alteração da Lei 12.101, que iniciou a possibilidade de certificar filantropicamente as comunidades terapêuticas. Depois, em 2015, nós trabalhamos no Conad (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas), da Resolução 01, que regulamenta o funcionamento das comunidades terapêuticas. Lá em 2011 foi publicada a nova resolução, a RDC 29. Lá em 2011 foi publicado o Decreto 3.088, da Raps, que incluiu as comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial. Em 2010, o Deputado Osmar Terra começou o projeto de lei de drogas, que tramitou dez anos, e nesse período de dez anos nós conseguimos incluir uma sessão sobre comunidades terapêuticas, projeto esse que veio a ser aprovado no início de 2019, já num outro Governo, que foi o Governo anterior, o Governo do Bolsonaro.

Na nossa trajetória de construir políticas públicas, caminhamos junto com muitos Deputados e Senadores aqui no congresso Nacional. O Ministro Osmar Terra, quando foi Ministro em 2019, me chamou para a equipe de transição, para a gente ajudar a participar. Construímos, ajudamos a construir a Senapred (Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas), porque na época a política pública sobre drogas desmembrou – ficou a redução da oferta lá no Ministério da Justiça e a redução da demanda –, tudo com a participação das comunidades terapêuticas no Brasil, na construção dessa política pública. Publicou-se a política pública nacional em 2019, no Governo Bolsonaro. Houve um aumento também de financiamento de vagas do Governo Federal, que estava em 2 mil vagas financiadas e foi para 17 mil vagas financiadas. Tivemos a criação de muitos normativos, tanto de credenciamento, de monitoramento e fiscalização, de controle das prestações de contas.

Hoje há um arcabouço jurídico, Senador, muito grande de acompanhamento e fiscalização das comunidades terapêuticas, e elas vêm salvando vidas no Brasil. Milhares de pessoas, todos os anos, são recuperadas em comunidades terapêuticas. Lideranças nacionais que passaram pelo segmento hoje estão fazendo a diferença em cada estado, muitas vezes ocupando órgãos públicos, como secretários, como Prefeitos, dando também contribuição. É um segmento da comunidade terapêutica que se consolidou institucionalmente no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós devemos sempre dialogar principalmente com aqueles que são contra, aqueles que são contra a abordagem da abstinência, que é a abordagem da comunidade terapêutica. Nós não somos contra redução de danos, não. Nós caminhamos juntos com a abordagem de redução de danos. Com certas práticas, nós não concordamos, mas as comunidades terapêuticas também fazem redução de danos.

Para finalizar, eu falo de comunidade terapêutica com a minha vida, com o meu testemunho de vida, porque eu sei o que é a dor e o sofrimento. Eu passei por isso. Eu quase perdi tudo. Aliás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – ... perdi muita coisa na minha vida, mas Deus me deu a chance de me recuperar e de me colocar hoje aqui, numa Comissão do Senado Federal, defendendo esse segmento muito importante para o Brasil e que faz a diferença na vida de muitas famílias.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Muito bem! (*Palmas.*)

Parabéns, Dr. Adalberto Calmon Barbosa, advogado e Diretor Nacional de Relações Institucionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda da Esperança e Vice-Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas!

Ele aqui fez uma declaração da sua própria vida, que foi a sua fala, e nós fizemos questão... Ele falou em torno de 20 minutos, contando tudo o que aconteceu, e hoje ele é um vencedor, como vocês já disseram no Plenário, falando em inúmeros lugares. Hoje ele nos deu a satisfação de estar aqui com a gente para instruir o projeto do nosso querido Senador Flávio Arns.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Pois não.

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – Quebrando um pouco o protocolo e sem combinar anteriormente, eu gostaria de que os meninos cantassem uma música: "Tudo parecia impossível".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Pode ser no final?

O SR. ADALBERTO CALMON BARBOSA – No final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, preparem-se, concentrem-se, porque nós vamos encerrar agora. Em dois minutos, a gente encerra, vocês cantarão uma música e eu darei por encerrado.

Então, neste momento, pessoal, eu queria agradecer a todos os que estiveram conosco aqui, todos os painelistas, ao plenário, a todos os telespectadores, que eu sei que foram milhares e milhares em todo o Brasil nos assistindo, quero agradecer especialmente ao Senador Flávio Arns, que é essa figura, eu diria, que faz a diferença, tanto aqui, no Congresso, como fora do Congresso.

O Senador Flávio Arns é uma pessoa iluminada. Eu tenho muito carinho por ele e posso anunciar agora para vocês – viu, Professor? –, inclusive, porque falei com a assessoria dele, o projeto já está aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado e, mediante tudo o que eu vi, eu perguntei a eles, claro, e trocaram informações entre eles, se já havia alguém indicado para ser Relator, porque aqui é o seguinte, indicou o Relator, eu nomeio, não fico no debate ideológico se pode ou não pode – pode sim – e não havia ninguém indicado.

Então, conversando, eu anuncio para vocês, que é tão bom, na minha avaliação, esse dia, porque, às vezes, penso que marcar um dia é só para marcar uma posição. Não, aqui é um dia que vai contar, vai debater a história e vai influenciar a vida de milhões de brasileiros.

Por isso, eu quero dizer a vocês que compreendo a Comissão. O Presidente Senador Flávio Arns, da Comissão de Educação, é o autor desse projeto, mas o Paulo Paim, Presidente desta Comissão, vai ser o Relator. (*Palmas.*)

E vamos fazer tudo para agilizar a votação.

Muito, muito, obrigado.

Então, antes de encerrar, ainda estamos no curso dos trabalhos, eu achei brilhante a sua iniciativa, vai ser a fala do plenário agora com essa bela canção que você propôs e, depois da canção, a gente vai encerrar os trabalhos.

É com vocês.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, maravilha!

E vocês estão todos preparados mesmo, porque a gente sabe que se uma canção for muito longa a pessoa fica olhando e aqui foi aquele estilo TikTok, não é? (*Risos.*)

E deram uma mensagem perfeita, perfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso porque não prepararam e não sabiam, segundo ele me disse aqui.

Pessoal, eu dou por encerrada a sessão neste momento.

Fiquei muito feliz!

Obrigado, Flávio Arns e sua equipe por terem me convidado. Obrigado a toda a equipe aqui de assessoria da Comissão, ao Christiano, Secretário-Geral da Comissão, e do meu gabinete, que a Ingrid aqui representa.

E, como eu disse, eu sou cristão, cada um tem que assumir a sua posição e ter um lado na vida. Obrigado a Deus por esta oportunidade – Deus está aqui – de aprender e, graças ao Senador Flávio Arns, inclusive, neste momento, posso dizer que vou relatar a matéria, com muito carinho.

Está encerrada, então, a nossa sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Wilder Morais, Teresa Leitão, Eliziane Gama e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 50/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "A saúde mental nas escolas públicas". A audiência será uma das atividades realizadas no âmbito do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora do Senado Federal. **Participantes:** Gisele Aparecida Alves Mizuta, Gerente Executiva Edulab21 - Instituto Ayrton Senna; Rossana Carla Rameh de Albuquerque, Psicóloga Escolar no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE; Tereza Santos Farias, Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica - Secretária de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação; Felipe de Oliveira Lopes Cavalcante, Consultor Legislativo do Senado Federal; Neli Almeida, Coordenadora-Geral de Gestão e Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, e a Presidenta (2023) Jovem Senadora Ana Luisa Pires Garcia, do Programa Jovem Senador. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra a Senadora Jussara Lima e o Senador Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/23

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada, nos termos do Requerimento nº 50, de 2023, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema: "A saúde mental nas escolas públicas".

A audiência pública faz parte das atividades realizadas no âmbito do Programa Jovem Senador e Jovem Senadora do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Os convidados – depois eu vou situar para os telespectadores – de hoje, para discutir esse tema com os Jovens Senadores, que vão presidir, inclusive, esta sessão, são:

- Felipe de Oliveira Lopes Cavalcante, Consultor Legislativo do Senado Federal;

- Neli Almeida, Coordenadora-Geral de Gestão e Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial, do Ministério da Saúde;

- Gisele Aparecida Alves Mizuta, Gerente Executiva do eduLab21, Instituto Ayrton Senna;

- Rossana Carla Rameh de Albuquerque, Psicóloga escolar no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco; e

- Tereza Santos Farias, Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica, do Ministério da Educação.

Vejam o prestígio de vocês: vamos ter aqui hoje duas representantes de ministérios do Presidente Lula. Embora ele esteja na África, em missão oficial, pediu para que os ministérios dessem também um apoio ao Burity, ao trabalho belíssimo que vocês estão fazendo aqui. E eu tive o orgulho de participar na elaboração da lei, mas, também, agora, como Presidente. Então, é uma satisfação enorme.

Em seguida, a Presidenta eleita vai chamar os que vão ficar na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, ao meu lado, está o Christiano Emery, que é o Secretário-Geral desta Comissão. Ele é meu braço esquerdo e direito. Em todas as sessões aqui, polêmicas muitas vezes, em que nós temos que deliberar, ele me assessora na parte da técnica legislativa. Ele é funcionário do Senado, concursado, e tem feito um trabalho brilhante aqui na Comissão; tanto que, todas as vezes em que eu fui Presidente – e fui algumas vezes, porque eu tenho 40 anos de Congresso, não é? –, ele sempre esteve como Presidente também.

Uma salva de palmas aqui para o Christiano. (*Palmas.*)

E aqui à minha direita, ou esquerda – não interessa, porque isso para mim não é o importante –, está o meu querido amigo Antônio Carlos Burity, também concursado do Senado, vocês o conhecem. É um dos grandes mentores desse programa e tem falado muito, muito comigo. E tenho ficado muito feliz – viu? – pelo carinho com que ele tem me tratado em relação a toda a história. Porque, embora eu tenha sido lá o proponente, dez, doze anos atrás, eu não posso todos os anos ser o Presidente. O Presidente é um rodízio, e é bom, porque todos os Senadores que quiserem, com o tempo e com os anos em que estiverem aqui dentro, poderão ser Presidentes desse momento tão lindo aqui com a juventude brasileira. Ele vai coordenar aqui os trabalhos, auxiliando a nossa Presidenta, que em seguida vamos chamar.

Antes mesmo de fazer o meu pronunciamento – que é um pronunciamento sobre o qual vocês têm que entender que vão ouvir aqui algumas coisas que já ouviram, mas eu não estou falando só para vocês, estou falando para o Brasil da importância deste momento –, quero registrar a presença conosco aqui de três Vereadores do Rio Grande do Sul: Elton Carlos Sirena, Vereador de Áurea, Rio Grande do Sul; Carlos Dubenczuk, Vereador de Áurea, Rio Grande do Sul; e Adair Cleiton Prichoa, Coordenador da Sutraf Áurea – sejam todos bem-vindos! Vocês vão ver que depois aqui... Foi uma causalidade, porque eles vieram tirar uma foto comigo, e eu disse que a Presidenta da sessão hoje vai ser uma gaúcha. "Ah, vamos para lá!" E não só – eles ainda me disseram – por ela, mas para ver esse programa belíssimo, que eles já conhecem, do Jovem Senador.

Então, farei uma fala, porque uma fala minha fica nos *Anais*. E, como fica nos *Anais*, eu poderei dizer para os meus netos e bisnetos que a Comissão de Direitos Humanos, pela primeira vez, recebeu os Jovens Senadores, e eu fiz essa pequena fala que farei aqui.

Por requerimento aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos, encaminhou-se esta audiência pública para tratar do tema "a saúde mental nas escolas públicas", com especialistas que aqui se encontram e os Jovens Senadores e Senadoras.

Foi encaminhado também que esta audiência pública – aqui eu já vou dar a posse indireta – será presidida pela Jovem Senadora Ana Luisa Pires Garcia, do Instituto Estadual de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elisa Ferrari Valls, de Uruguaiana, Rio Grande do Sul. E ela vai indicar quem será o Vice ou a Vice. (*Palmas.*)

Logo após o meu pronunciamento, ela assume aqui.

Para que todos entendam, os que estão nos assistindo aqui pela TV Senado, acompanhando pela Agência Senado e pela Rádio Senado, o Programa Jovem Senador e Jovem Senadora é realizado anualmente e proporciona aos estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e também do DF, de até 19 anos, conhecimento acerca da estrutura do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil. É o objetivo aqui. E fortalecer, claro, a democracia desde os mais jovens – eu diria que entender de democracia seria muito bom desde o jardim de infância até a universidade.

A cada ano a proposta tem um tema de redação como forma de ingresso, e o deste ano foi "a saúde mental nas escolas" – e todos nós sabemos que a violência nas escolas tem sido quase que um filme de terror de tantos jovens que foram assassinados. Tem a ver, claro, eu comento aqui, com a violência nas escolas, onde dezenas e dezenas de jovens foram assassinados covardemente.

Mas vamos em frente. Os direitos humanos estão relacionados diretamente com o combate às injustiças e à discriminação – é o papel desta Comissão –, passando, então, pelas discussões dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Os trabalhos que esta Comissão desenvolve são pautados por temas que visam melhorar a vida das pessoas. É um espaço onde todos têm voz, principalmente os esquecidos e vulneráveis da sociedade – às vezes, fazem crítica de que eu faço muita audiência pública, mas não teria razão de eu estar aqui se eu não ouvisse a voz do povo, e esta Comissão permite que o povo marque audiência, venha aqui, faça o debate e apresente propostas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Creio que direitos humanos são simplesmente o ato de viver por inteiro, é a vida plena pelo direito à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, à moradia, à segurança, a um salário mínimo decente. A dignidade para os aposentados passa por aqui; pensionistas, o meio ambiente, o esporte, o lazer, a liberdade individual, religiosa e sexual, o combate à violência contra a mulher – o Brasil é o país do mundo que mais tem feminicídios –, à violência contra o idoso, à violência contra as crianças.

Esta Comissão também trata de outro assunto de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania, que é a legislação participativa – vocês poderão apresentar, inclusive, frutos desse evento, projetos nesta Comissão. Primeiro, passa aqui. Aqui ele é transformado em projeto de lei e vai para as outras Comissões. Enfim, repito, esta Comissão trata desse outro assunto de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação participativa – e vocês aqui são sujeitos dessa história. Por meio dela, a sociedade organizada apresenta sugestões e ideias para projetos de lei. Ela é um canal para que os ideais e os sonhos se tornem realidade, direto do povo para as Comissões do Senado. Cabe a todos nós a responsabilidade de nutrirmos um sentimento único, a fim de que se construa uma sociedade de pessoas livres, livres, livres, sem nenhum tipo de preconceito, iguais e conscientes, onde os direitos humanos sejam respeitados.

Que um novo alvorecer apague todo tipo de preconceito e racismo! Não podemos mais tropeçar nas incoerências da história. O preço a pagar é altíssimo. Temos que cuidar muito bem da nossa jovem democracia, honrar a vida e glorificar a verdadeira justiça, a justiça no campo da verdade, da solidariedade, da fraternidade e dos direitos iguais.

Termino usando as palavras do poeta Thiago de Mello, que aqui esteve, sentou ao meu lado e foi nosso homenageado. Eu me lembro de que ele disse... E percebo no silêncio de vocês. Ele dizia que, quando um poeta fala, nem os pássaros naquele momento têm o direito de se movimentar. Poderão cantar, mas não se movimentar. E ele declamou aqui alguns poemas para nós, você não ouvia o barulho de uma mosca no ar, parece que tudo congelou, e só vieram as palmas no momento adequado. Então, eu peguei aqui algumas frases dele. Ele escreveu *Os estatutos do homem*, que eu recomendo que vocês leiam, é muito bonito – *Os estatutos do homem*. Diz ele:

> [...]
> Fica decretado que agora vale a verdade,
> agora vale a vida,
> e de mãos dadas,
> marcharemos todos pela vida verdadeira.
> [...]
> Fica decretado que todos os dias da semana,
> inclusive as terças-feiras mais cinzentas [que sejam],
> têm direito a converter-se em manhãs de domingo.
> [...]
> Fica decretado que, a partir deste instante,
> haverá girassóis em todas as janelas [...]
> [Eu amo a primavera, não é? Então, gostei de ver girassóis aqui.]
> Fica decretado que o homem
> não precisará nunca mais
> duvidar do homem.
> Que o homem confiará no homem
> como a palmeira confia no vento,
> como o vento confia no ar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o ar confia no campo azul do céu.
[Quando aqui eu digo "homem", eu traduzo "homem e as mulheres".]
[...]
Por decreto irrevogável fica [ainda] estabelecido
o reinado permanente da justiça e da claridade,
e a alegria será uma bandeira generosa
para sempre desfraldada na alma do [nosso] povo.
[...]
[E a última frase é simples, espero que vocês entendam.]
Só uma coisa fica proibida:
amar sem amor. (*Palmas.*)

Vida longa aos Jovens Senadores e Jovens Senadoras! (*Pausa.*)

Já me informaram que também a Neli Almeida chegou. Seja bem-vinda, fique à vontade. A senhora pode se sentar aqui nesta cadeira – a primeira.

Neste momento, neste momento, eu vou dar posse. Eu já falei demais, agora é com vocês! (*Pausa.*) Neste momento, eu vou dar posse à Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República com... Antes da posse, eu vou submetê-la, naturalmente, à apreciação de vocês.

Pergunto ao Plenário – isso é feito assim aqui na Comissão – se todos concordam que para a Presidência da Comissão dos Direitos Humanos seja eleita a Jovem Senadora Ana Luisa Pires Garcia. Se todos concordam, se manifestem com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Está eleita. (*Pausa.*)

Eu fui empossado diversas vezes, neste mesmo tom em que nós estamos fazendo aqui.

Neste momento, convido a Jovem Senadora Ana Luisa Pires Garcia para vir à mesa tomar posse. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Bom dia.

Vamos começar as apresentações, começando com Felipe de Oliveira Lopes, Consultor Legislativo do Senado Federal, e aviso às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que as perguntas serão ao final da apresentação do Felipe.

Passo a palavra para o Felipe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só... Desculpem por interferir, mas eu tinha combinado que você ia escolher a Vice neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento – também com 20, 30, 40 anos de Casa, eu tenho direito de dar uma contribuição. (*Risos.*)

E daí eu já dou o lugar para a Vice aqui. Pode chamá-la para a mesa, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Está bem.

A Vice eu já escolhi ontem, já falei com ela, ela aceitou. A minha vice é a Ana Daline, do Ceará. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. FELIPE DE OLIVEIRA LOPES CAVALCANTE (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Obrigado, Presidente, Jovem Senadora Ana Luisa.

Meu nome é Felipe Cavalcante. Para quem nos assiste, eu sou um homem branco, cabelos na altura dos ombros; estou vestido com uma camisa cinza-escuro, gravata vermelha, paletó azul.

Eu sou médico sanitarista e médico de família. Já trabalhei também como professor na UnB e, antes de vir aqui para o Senado e de ser Consultor Legislativo, também já trabalhei no Ministério da Saúde e como médico de família aqui no DF. Então, é desde esse lugar que eu vou tentar trazer algumas contribuições.

Apesar de esse tema da violência nas escolas ser um tema bastante contemporâneo, que foi citado pelo Senador e que é muito importante, eu vou me deter e abordar outros dois aspectos, inclusive, porque há outros colegas na mesa que vão abordar especificamente esse tema da violência nas escolas. Ah, e também como pai. Eu sou pai de duas crianças; na verdade, pai de uma moça já, com 16 anos, e de um menino com 9 anos. Então, esse também é um aspecto muito importante que eu acho que contribui para as questões que eu vou trazer.

Um primeiro aspecto, que é um aspecto mais geral, mas que é muito do nosso mundo contemporâneo, diz respeito ao uso das telas, diz respeito ao uso também das redes sociais em especial. A gente vive em um contexto em que a televisão, o YouTube, os jogos, em especial nessa primeira infância, têm tido um efeito quase devastador em alguns contextos. E a gente precisa cuidar muito fortemente disso, porque isso vai interferir muito na saúde mental das crianças.

Muitas vezes, nós, enquanto adultos, enquanto pais, enquanto mães, ficamos ocupados, temos muitos afazeres, etc., e muitas vezes é fácil deixar a criança assistindo à televisão, jogando. Quando ela está assistindo à televisão – e, hoje em dia, o YouTube tem mais jogos, a criança assiste a outras pessoas jogando –, isso é muito viciante para a criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se a gente não consegue estabelecer alguns limites, se a gente não consegue dialogar e conversar com a criança para que ela entenda a importância de brincar de outras coisas, de socializar com outras crianças, a tendência é que esse excesso de telas vá prejudicando cada vez mais a saúde mental das crianças. Então, esse é um primeiro aspecto muito importante que eu queria pontuar, porque isso aparece muito fortemente quando a gente... Como médico que trabalhei durante quase sete anos no GDF, a gente via os efeitos disso. E os estudos hoje em dia que abordam essa questão da tela mostram muito fortemente a importância de que a gente limite, que a gente converse com nossos filhos a respeito dessa questão do tempo de tela.

E aí, quando a gente passa para a adolescência, que é o caso dos Jovens Senadores e Jovens Senadoras que estão aqui, a gente adiciona a esse componente, em especial, o componente das redes sociais, que é muito difícil para todos nós. Todos nós estamos aprendendo ainda como viver com isso. Apesar de que vocês já nasceram nesse contexto, para todos nós isso é muito novo enquanto sociedade.

E ainda que as redes sociais, as tecnologias tragam várias coisas positivas para as nossas vidas, tanto individuais quanto coletivamente, tem uma questão que é muito relevante e que é essa dimensão de nós ficarmos nos buscando no outro, de a gente enxergar aquela foto com filtro de alguém e a gente ficar se achando péssimo, a gente achar que a gente não é bonito o suficiente, que a gente queria ser da forma como o outro é. Isso é uma dimensão que não é exatamente nova, mas, ao mesmo tempo, ela foi muito potencializada com essa questão das redes sociais, em que os filtros, as fotos maquiadas, etc. trazem uma dimensão que muitas vezes não corresponde à realidade. Eu costumo dizer que me parece – e a gente não tem muitos estudos sobre isso ainda, mas me parece – que quanto mais a pessoa parece feliz em uma rede social maior a chance de que ela esteja passando por algum tipo de sofrimento mental.

E isso é particularmente problemático quando a gente pensa em pessoas que estão se formando, que estão se constituindo, que estão no momento da adolescência, que estão vivenciando a escola, seja a escola pública, seja a particular, mas em especial as escolas públicas, e que têm uma necessidade de socializar, que têm uma necessidade de se reconhecer no outro, de se identificar, de entender uma existência enquanto ser humano.

E essa busca, esse desejo de ser parecido com aquela coisa que não existe na verdade, que é aquela coisa que é emulada na rede social, naquelas imagens, naqueles vídeos, muitas vezes, leva a um sofrimento muito importante.

E a gente precisa trabalhar bastante isso. A gente precisa conversar sobre isso nas escolas. A gente precisa falar a respeito dessas questões. A gente precisa desmistificar esses mitos que são construídos nas redes sociais e que nos levam muitas vezes a um sofrimento por querer ser alguma coisa que na verdade não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma primeira dimensão que eu queria trazer e que foi particularmente muito exacerbada com a pandemia. A pandemia trouxe um desafio para todos nós. Eu, como pai, que não deixei de trabalhar em nenhum momento presencialmente, porque estava trabalhando como médico naquele momento e, portanto, fui muitas vezes olhado por meus amigos, pelas pessoas próximas como um ser radioativo... No começo, era muito difícil – você está trabalhando como médico, está atendendo pessoas com covid, e, então, as pessoas tinham muito medo disso. E eu, quando estava com meus filhos, via como era difícil aquela adaptação. E as escolas fizeram um grande esforço para conseguir adaptar seus modos de ensino, etc., mas isso foi muito desafiador. Isso trouxe muito sofrimento e um distanciamento muito grande.

Até pouco antes de eu entrar no Senado – eu estou no Senado há pouco mais de três meses –, eu atendia crianças que ainda estavam sofrendo de déficit de aprendizado por conta desse período da pandemia, que foi muito difícil, em particular para as crianças que são de famílias mais vulneráveis, como eram as que eu atendia aqui em Planaltina, aqui no Distrito Federal.

Essa realidade que eu estou trazendo da questão das redes sociais, em especial com a pandemia que acelerou vários processos, é uma coisa que precisa ser muito cuidada. E não é porque a pandemia arrefeceu, porque essa crise sanitária que a gente viveu agora nos permite estarmos aqui juntos presencialmente, sem máscara, porque ela não existe mais daquela forma como foi em 2020 e em 2021, que ela deixa de ter seus efeitos. Então, a gente precisa continuar lidando com isso.

E a segunda dimensão que eu queria trazer diz mais particularmente às escolas. A Hannah Arendt é uma filósofa que tem um livro que se chama *Entre o Passado e o Futuro*, em que ela vai trabalhar essa ideia de que a escola é como se fosse um espaço de transição entre a família e o mundo. E, de fato, a escola exerce um pouco esse papel de uma proteção da criança, de uma proteção do jovem, do adolescente entre o mundo, que é cheio de desafios, cheio de várias coisas, e a família, que é aquele lugar mais protegido em que a gente cresce, em que a gente fica e aprende várias coisas com nossos pais, com nossas mães. Ao mesmo tempo, a escola tem uma dimensão muito disciplinar. A escola vem junto com essa dimensão de várias instituições que têm essa característica de ser muito disciplinar, de ser muito cheia de regras, muitas vezes. Há algumas escolas em que tem se revisto buscar um ensino mais construtivista, etc., mas a escola acaba se aliando a esta dinâmica do capitalismo de ter que ensinar à criança que ela tem que fazer assim ou fazer assado. Então, desde muito cedo, as crianças são submetidas a um tipo de situação com que, muitas vezes, elas não estão prontas para lidar. E a gente precisa pensar como é que a gente lida com isso de uma forma diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em particular, vocês, Jovens Senadoras e Jovens Senadores, estão num momento que é um momento crucial da vida de vocês, em que vocês vão precisar definir para onde vocês vão do ponto de vista profissional. E é muito cedo para fazer esse tipo de escolha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE DE OLIVEIRA LOPES CAVALCANTE – Hoje, a universidade pensa em termos de bacharelado, de postergar um pouco essa escolha, mas eu, por exemplo, precisei escolher o que eu ia fazer com menos de 17 anos. E, provavelmente, vários de vocês também vão estar expostos a isso. E essa é uma dimensão de uma pressão muito grande, uma pressão do que é que eu vou fazer do ponto de vista profissional, uma pressão do que é que eu vou fazer depois que eu terminar o meu ensino médio. Isso traz...

Eu tenho mais cinco minutos? Não sei, porque mudou o relógio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE DE OLIVEIRA LOPES CAVALCANTE – Mais cinco minutos. Então, eu vou conseguir me alongar um pouquinho.

Essa dimensão da escolha... Quando eu tinha 16 anos e um pouquinho, eu tive que fazer essa escolha. Eu sou de uma família de médicos: meu pai era médico, minha mãe é médica, meus irmãos são médicos. Meu pai me falava ou falava para a gente que a gente podia fazer qualquer coisa desde que fosse medicina. Eu sempre fui um pouco revoltado, eu não queria seguir esse caminho, mas, ao mesmo tempo, eu tinha essa referência de meus pais serem médicos, de ter convivido com várias pessoas que eram médicas, e eu gostava muito de tecnologia. E aí, como eu gostava muito de tecnologia, em algum momento, eu fiquei assim: "Eu vou fazer ciências da computação". Fiquei pensando: "Quero fazer ciências da computação".

E, naquele momento, o pensamento que eu tive foi: "Mas, se eu fizer Ciências da Computação, eu vou ficar o resto da minha vida lidando só com computador e, fazendo medicina, eu vou passar o resto da minha vida lidando com gente".

E eu fiz a escolha: eu quero lidar com gente.

Hoje eu sei que esse é um pensamento que não faz muito sentido, na verdade. Há quem faça Medicina e que não lide com pessoas. Há várias especialidades médicas, como patologia, radiologia, em que você não lida com o paciente, você não lida com a pessoa no atendimento e, ao mesmo tempo, há pessoas que vão trabalhar na área de tecnologia que lidam muito com gente.

Esse é um exemplo muito trivial, muito particular meu, mas que mostra como a gente desconhece, na verdade, o que é, de fato, aquela profissão quando a gente é instado, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas 16 ou 17 anos, a escolher qual é a faculdade que a gente vai fazer depois que terminar o ensino médio.

Então isso, junto com todo um arcabouço que a gente tem dentro das escolas, de fazer simulado, de se preparar para o vestibular – no caso agora para o Enem –, traz uma pressão muito grande, muito intensa, nos adolescentes e, portanto, também afeta muito fortemente a saúde mental. E a escola precisa se rever em relação a isso.

A gente precisa falar abertamente dessas coisas, a gente precisa pensar como é que a gente muda esse processo do Enem, que já melhorou bastante em relação ao vestibular que eu fiz, por exemplo – eu fiz uns dez vestibulares na minha época. Hoje o Enem já facilita, já reduz bastante isso.

Ao mesmo tempo, a gente precisa conversar nas escolas e pensar como é que as escolas podem apoiar os estudantes no sentido de ter projetos psicopedagógicos, apoio psicopedagógico, para ajudar a lidar com essa pressão toda e que a própria escola reveja mesmo como é que é esse sentido de que... E as famílias e a sociedade diminuam um pouco essa expectativa de que a escola prepare para o Enem. A escola precisa preparar para a vida, a escola precisa formar cidadãos.

E eu queria terminar a minha fala homenageando o Buriti, homenageando e agradecendo à Roberta, da Consultoria, por todo o trabalho que é fazer esse processo do Programa Jovem Senador, que é muito importante para a gente trabalhar essa dimensão da cidadania, essa dimensão do aprendizado em relação à democracia.

A gente está em um momento muito crítico da nossa democracia. Este ano, em particular, o 8 de janeiro, nos mostrou como pode ser perigoso esse discurso contra as instituições, esse discurso contra o que a gente tem construído. Por mais que a democracia tenha problemas, ela continua sendo o melhor regime. Como costumam dizer: é o pior regime, mas é melhor do que todos os outros.

Então, óbvio que a gente precisa aprimorá-lo o tempo inteiro, mas esse tipo de iniciativa que o Senado, que é uma instituição da qual, apesar de eu estar há muito pouco tempo, me orgulho bastante, por ser uma instituição que tem servidores muito dedicados, muito competentes...

Então, eu queria agradecer. Quero agradecer à Presidente, a Jovem Senadora Ana Luisa, ao Buriti pelo convite, à Roberta, e quero parabenizar vocês, em particular – vocês, Jovens Senadores e Jovens Senadoras –, por terem tido o mérito de, em cada um dos estados de vocês, terem sido selecionados para estarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo que aproveitem ao máximo. Estivemos juntos ontem, estaremos juntos ainda hoje à tarde e amanhã.

Aproveitem bastante para aprender e não deixem de, ao chegar, ao voltar para o estado de vocês, para a cidade de vocês, fazer um momento para conversar com os seus colegas. Compartilhem os conhecimentos que vocês adquiriram. A gente precisa pensar em uma lógica de solidariedade, de trabalho conjunto. Ainda que vocês estejam num momento em que vai haver uma competição, vocês vão precisar passar no vestibular, isso é só um momento muito singular da vida de cada um de vocês. A vida precisa de solidariedade, precisa de cuidado. E o cuidado é o que vai fazer a gente conseguir superar o sofrimento mental que está instalado em vários de nós, em especial nas escolas públicas, e que tem levado e contribuído para situações de violência como as que o Senador Paulo Paim citou.

Então agradeço a todas e todos e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, desculpe quebrar o protocolo, no bom sentido, porque normalmente os Senadores respeitam até que todos falem, a mesa fale. Mas eu estou sendo chamado na Comissão de Assuntos Sociais, para representar lá, em dois projetos, o Senador Flávio Arns, que perdeu, nesse domingo, um filho com 48, o Osvaldo Arns. Era uma pessoa muito querida por todos, ele e o filho, inclusive, que faleceu. Então, com a minha saída, se a mesa assim entender, eu gostaria de convidar, que você convidasse, Presidenta, a Rosana Alves para tirar uma foto à mesa com vocês e comigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Roxanne Alves, não é? É Roxanne Alves. Para tirar uma foto. E daí eu saio. Eu diria que, com muito orgulho, eu estaria representando o Flávio Arns nessa foto. Pode ser? É com você, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Pode, pode ser, sim. Vamos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ter que convocar. Convoque a menina.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Convoco a Jovem Senadora Roxanne Alves para tirar uma foto. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu voltarei. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agradeço a apresentação do Felipe de Oliveira, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Mas antes eu gostaria de fazer um registro de presença. Eu gostaria de registrar a Profa. Ana Beatriz Goldstein, representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (*Palmas.*)

E agora eu passo a palavra para Neli Almeida, Coordenadora-Geral de Gestão e Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde. Passo-lhe a palavra, Neli.

A SRA. NELI ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia a todas, todos e "todes". Quero dizer, em primeiro lugar, da minha alegria de participar desta audiência pública, saúde mental nas escolas.

Cumprimento, com muita alegria, a Jovem Senadora Ana Luisa e sua Vice, Ana Cartaxo. E assim cumprimento toda a mesa aqui presente.

Em especial, quero dizer que eu sou psicóloga de formação, estou hoje na Coordenação-Geral da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, do Departamento de Saúde Mental, Álcool e das Drogas.

Vocês devem saber que essa Rede de Atenção Psicossocial é constituída por um conjunto de serviços que cuidam da saúde mental da população, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que eu imagino que vocês, em algum momento, devem ter ouvido falar ou devem conhecer. Os CAPS são essas unidades de saúde mental, são dispositivos comunitários do cuidado às pessoas que atravessam algum tipo de sofrimento psíquico.

Em especial, os CAPS têm uma direção muito importante que é para cuidar da infância e da adolescência, os CAPSIs. E esses CAPSIs, então, são responsáveis, nos territórios – a gente está falando do Brasil inteiro – por cuidar da infância, da juventude nesses sofrimentos mentais que vêm se apresentando no nosso contemporâneo e que são desafios muito importantes: como cuidar da juventude?

A primeira coisa em que eu pensei quando cheguei aqui e vi vocês – na realidade, eu não sabia que estaria nesta mesa, talvez, se soubesse, eu teria pensado mais e me preparado mais, desculpem –, efetivamente, quando eu cheguei aqui, a primeira coisa em que eu pensei foi assim: "A juventude não é o futuro; a juventude antecipa o futuro. Ela antecipa, ela nos traz o futuro e, se a gente não cuida da juventude, a gente nunca vai chegar no futuro".

Então, a importância de se cuidar desse momento do desenvolvimento humano, que é esse momento de plenitude da força, da criatividade, que a gente entende ser, assim, uma alegria do viver, a força do viver, uma grande capacidade de pensar nas estruturas sociais, de revolucionar as estruturas sociais, se a gente não cuida desse momento, a gente não está cuidando do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro. Daí a minha alegria imensa de estar aqui conversando com vocês. E eu vou trazer algumas ideias e alguns desafios também.

Queria compartilhar com vocês, dizer – eu acho que isso vai interagir com as demais representantes que vão estar aqui falando – que eu venho de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia, dos IFs, e esses institutos federais...

Alguém é dos institutos federais aqui, de algum IF? (*Pausa.*)

São escolas públicas estaduais.

Os institutos federais são institutos federais, mas eles estão localizados em todo o país, em todos os estados, em torno, hoje, de umas 700 unidades de institutos federais. Mas os institutos federais estão voltados também, sobretudo, para o ensino médio. Por isso que imaginei que vocês pudessem também estar em algum instituto federal.

Nos institutos federais existe uma estrutura. Essa é uma diferença bem importante em relação às escolas públicas estaduais, para que a gente precisaria olhar melhor. Nos institutos federais existe um núcleo constituído, que é um núcleo formado por psicólogos e por assistentes sociais e por pedagogos. Todo instituto federal tem esse núcleo e esse núcleo, que reúne psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, é um núcleo responsável por acompanhar o aluno de nível médio na sua trajetória na escola. Esses núcleos são muito importantes para acompanhar alunos que, por uma situação ou por outra, têm alguma demanda de cuidado em saúde mental.

Acho importante vocês registrarem essa experiência, porque essa experiência poderia também estar presente em todas as escolas públicas estaduais, municipais. Eu não sei se eu posso antecipar umas perguntas que eu ouvi aqui. (*Pausa.*)

Não. São posteriores.

Bom, quero deixar, então, para vocês um desafio muito importante: compartilhar, a partir da nossa experiência, no campo da saúde mental.

Na saúde mental, que é uma política nacional, construída ao longo de 40 anos, essa política nacional tomou uma decisão de começar os seus trabalhos de pensar a reforma psiquiátrica, a assistência, a partir do mais difícil. Foi uma decisão, uma decisão tomada há 40 anos: partir do mais difícil. Na saúde mental, o que era o mais difícil? O mais difícil era intervir nos grandes hospitais psiquiátricos, que chamamos de manicômios, onde havia, então, um sofrimento institucionalizado de uma tragédia humana. Em grande parte, esses hospitais se assemelhavam muito ao que mais a gente pode aproximar – foi uma experiência nessas direções –, a são verdadeiros campos de concentração. Muito sofrimento, pessoas que entravam jovens, inclusive, e lá permaneciam até 60, 70 anos, sem uma perspectiva de uma vida em liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há 40 anos, a saúde mental, enquanto estrutura de política pública, pensou nesse desafio. Qual era o desafio? Vamos começar pelo mais difícil. O mais difícil seria intervir num sistema muito bem consolidado, em que havia hospitais com 15 mil leitos, 20 mil leitos, 5 mil leitos, em que, de fato, os direitos humanos estavam ali em situação de violação plena.

Começando pelo mais difícil, certamente o mais fácil a gente teria condição de realizar, não é? É um raciocínio. O que seria do mais difícil para o mais fácil? Se aquele indivíduo, aquele paciente psiquiátrico, numa situação de extremo sofrimento, extrema violência, se nós tivéssemos condições de tratar esses indivíduos em liberdade, certamente a gente tornaria a saúde mental um paradigma para toda a sociedade, porque os mais difíceis estavam sendo alcançados. E seguimos nessa estrada.

Hoje, a gente entende que – e aí conversando com esse programa, conversando com Jovens Senadores e Jovens Senadoras – o mais difícil que vocês precisam enfrentar – e podem contar conosco se tiverem uma grande vocação para enfrentar – é justamente a violência nas escolas, justamente essa violência nas escolas que ocorre, sobretudo, em contextos de periferia e, sobretudo, ceifando a vida de jovens e jovens, negros, negras, periféricos, periféricas. Esse é o desafio mais difícil, porque a gente encontra uma situação em que essas crianças, esses jovens não estão em condições de se defender, não estão em condições de defender e eles têm as suas vidas ceifadas no momento em que estão indo para escola ou dentro da escola. Esse me parece ser o grande desafio que jovens, que vão nos antecipar ao futuro, podem tomar para si.

Obviamente que vocês não vão fazer isso sozinhos, precisam de muito apoio, não é? E a gente coloca o Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas totalmente à disposição de vocês para enfrentar esse desafio, ainda entendendo que, pelo campo da saúde mental, a gente tem um grande trabalho a fazer, e esse grande trabalho a fazer é justamente proteger as pessoas em algum processo de sofrimento mental. E esse sofrimento mental pode também ser decorrente de muitas outras violações. E, aí, eu só queria dizer para vocês, porque isso também vem me impactando diretamente, queria dizer para vocês...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELI ALMEIDA – Mais um minuto?

queria dizer pra vocês... – e vou encerrando por aqui, depois a gente continua no debate – que sexta-feira, segunda-feira dessa semana, eu estive no Rio de Janeiro, de onde venho, sou do Rio de Janeiro, e estive, então, numa audiência pública com mães e familiares vítimas de violência do estado. Essas mães apresentaram as suas experiências da perda de seus filhos – são jovens, a maioria jovens –, e numa dessas cenas, dessas mães que estavam se apresentando, relatando suas experiências, em que muitas delas passaram mal, a gente também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficou muito emocionado, neste momento, uma jovem mãe colocou sobre a mesa o uniforme do filho dela, o uniforme da escola pública, onde ele foi alvejado e perdeu a sua vida.

Essa cena muito difícil – eu estou falando com uma juventude, eu acho que a juventude tem muita condição de suportar situações difíceis, porque vocês vão nos antecipar o futuro; esse futuro tem que ser um futuro protetivo da vida humana, sobretudo das populações mais vulneráveis –, essa cena ficou muito impactada em mim, de uma jovem mãe que coloca sobre a mesa de um espaço público, de uma audiência pública, a camisa de uma escola pública, um uniforme, onde ali ele perdeu a sua vida.

Que a gente possa tomar esses grandes desafios como rumos de políticas públicas que possam proteger a vida humana e, sobretudo, proteger a vida de jovens e jovens, para que a gente tenha a possibilidade de garantir o futuro do nosso país.

Muito obrigada por esse convite, estou muito atenta aqui ao próximo debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agradeço a palavra da Neli Almeida, Coordenadora-Geral de Gestão e Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde.

E, antes da próxima apresentação, eu gostaria de registrar a presença da Senadora Damares Alves, membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Salva de palmas. (*Palmas.*)

Agora, eu passo a palavra para a Gisele Aparecida Alves Mizuta, Gerente Executiva edulab21, do Instituto Ayrton Senna. Ela está por videoconferência.

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia. Todos me ouvem? Bom dia, todos me ouvem? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada!

Eu vou compartilhar a minha tela com um recurso aqui para nos apoiar na conversa. Acho que está desabilitado, não sei se alguém de *host* consegue habilitar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Sim.

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (*Por videoconferência.*) – Todos veem a minha tela?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – O.k., está pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Então, eu gostaria muito de agradecer o convite para que eu venha hoje representar o Instituto Ayrton Senna com relação às nossas experiências relacionadas à saúde mental nas escolas públicas.

Eu sou Gerente Executiva do Instituto Ayrton Senna, do eduLab21, que é o nosso laboratório de ciências para a educação, e é um prazer poder contribuir com este debate, e espero conseguir fazê-lo nos próximos minutos ainda que de forma resumida.

Então, contextualizando um pouco esses nossos achados e essas iniciativas voltadas para a saúde mental nas escolas públicas, a relevância dessa ação vem de uma premissa com a qual nós trabalhamos no Instituto Ayrton Senna relacionada à educação integral. E do que a gente está falando aqui? Diferentemente do que é a concepção de educação em tempo integral – a gente está falando da mesma coisa –, a gente está falando de uma educação que considera o desenvolvimento pleno dos estudantes, então um desenvolvimento que inclui, além de desenvolvimento de capacidades mais intelectuais, o desenvolvimento de capacidades de colaboração, de lidar com a diversidade, de regulação das próprias emoções, de pensamento criativo, de comunicação de diversas formas e por diversos meios; então, tudo isso inserido num contexto em que uma educação possibilite e fomente realizar o seu poder de desenvolver os estudantes na sua plenitude.

Então, é importante mencionar também, neste momento, que já existem diversos marcos regulatórios nacionais e internacionais que visam a garantir o direito à educação integral e ao desenvolvimento pleno, como é o caso, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração Mundial sobre Educação para Todos; da própria Constituição Federal de 1988 também menciona o desenvolvimento pleno na escola; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), de 1996, que reitera a finalidade de educação como um pleno desenvolvimento do estudante – e de toda a educação básica; a preparação desse estudante para o exercício da cidadania e a sua qualificação também para o trabalho; além de outros documentos que direcionam a elaboração dos currículos.

Também, no campo da ciência, já são diversas as contribuições e acúmulos que evidenciam o quanto essas competências mais globais, mais complexas, como é o caso das competências socioemocionais, por exemplo, são capazes de alavancar diversos resultados de vida, tanto durante a vida escolar, mas também na vida futura, e de influenciar resultados educacionais, resultados de saúde, resultados sociais na vida desses estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sendo esse o cenário em que a gente está reconhecendo o poder dessas competências mais globais para fazer frente aos desafios que os estudantes vão encontrar para a vida, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e o Instituto Ayrton Senna realizaram mapeamentos contínuos para avaliar essas competências mais complexas e, entre as competências avaliadas, estão justamente as competências socioemocionais.

O instituto tem trabalhado com essas competências num modelo organizativo bastante robusto e reconhecido na literatura nacional e internacional, que contempla cinco agrupamentos de competências e 17 competências dentro desses cinco grupos. Elas dizem respeito ao modo como a gente se relaciona com os outros, ao modo como a gente se relaciona com a gente mesmo, à forma como a gente se planeja e executa as nossas atividades no dia a dia, assim, de forma bem resumida.

Então, a gente está falando aqui de capacidades individuais que se manifestam nas formas como a gente pensa, como a gente se comporta, como a gente se sente no mundo, de competências que são passíveis de serem desenvolvidas de modo intencional na escola. Eu não estou dizendo que são capacidades que a gente nasce com elas e a gente não consegue mais desenvolver; a gente consegue desenvolver essas competências socioemocionais na escola. E também já foi demonstrado que essas competências são capazes de influenciar resultados de vida diversos, como saúde, bem-estar, a permanência na escola e também outros resultados de vida.

Então, é nesse contexto que ocorreu esse monitoramento, esse mapeamento socioemocional no Estado de São Paulo. Ele foi iniciado em 2019, antes da crise pandêmica do covid-19, e seguiu avaliando esses estudantes ao longo do tempo. Em função, obviamente, dos desafios impostos pelo fechamento das escolas, em função da pandemia e até mesmo em função da própria pandemia, esses estudantes voltaram a ser avaliados somente em 2021, então, já depois da reabertura das escolas. A gente tem informações de antes e de depois desse período de pandemia. Foi nesse mapeamento de 2021 que nós incluímos a avaliação de aspectos voltados para a saúde mental, entre outras coisas, porque esse mapeamento foi bastante amplo, já hipotetizando, inclusive, que a ocorrência da pandemia em si, do fechamento das escolas e de todo esse contexto teriam causado impactos sobre a saúde mental desses estudantes.

Do que estamos falando quando falamos de saúde mental? A gente está falando de aspectos que estão relacionados a recursos que são pessoais, sejam eles mais intelectuais ou mais emocionais, recursos que dizem respeito ao relacionamento com os outros e recursos que são mais emocionais, por assim dizer. Então, a gente está falando também de uma capacidade adaptativa das pessoas, é uma capacidade que permite que as pessoas lidem com os desafios com mais sucesso quando eles se encontram em situações desafiadoras. E prejuízos na manifestação desses recursos de saúde mental podem se manifestar de diversas formas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo queixas físicas, como é o caso de alterações de sono, de dificuldades para relaxar; de queixas emocionais, como sentimento de tristeza, de inutilidade, de culpa e de solidão com o isolamento social, com sentimentos de solidão, com ausência de amigos. E, no longo prazo, o que a gente observa é que, quanto mais frequentes e mais intensos esses sintomas, a gente pode estar falando de instalação de prejuízos em transtornos mentais inclusive, tanto durante a vida escolar quanto depois, durante a vida adulta.

Especificamente na idade escolar, então, a gente sabe que existem características que são particulares e que devem ser consideradas, uma vez que maiores níveis de saúde mental nessa idade significam também um melhor aprendizado, um melhor nível de sintomas relacionados à depressão e à ansiedade e também menores níveis de estresse, de *burnout*, que também é um transtorno associado. Então, é importante empregar essas estratégias na escola para lidar e para prevenir esses prejuízos relacionados à saúde mental dos estudantes nesse período de desenvolvimento em que estão favorecendo o desenvolvimento deles em recursos emocionais, sociais, intelectuais, para lidar com os desafios que vão encontrar e para potencializar também os desfechos que podem estar associados a esse desenvolvimento.

Então, na linha, ainda, da importância desse estudo, a gente está falando de uma ação de monitoramento e de avaliação dessas competências utilizadas pela própria Secretaria de Educação como ferramentas para as ações de monitoramento, incluindo, então, essas práticas de avaliação e de acompanhamento da aprendizagem e de desenvolvimento pleno do estudante. E a grande relevância aqui está no fato de que esse desenvolvimento pleno, então, está sendo acompanhado com o mesmo rigor e a mesma estratégia que já são aplicados em avaliações de proficiência acadêmica. Então, é esse tipo de prática avaliativa, com a estruturação necessária, realizada de modo sistematizado, padronizado e com elementos observáveis de evidências que indiquem se os alunos estão ou não desenvolvendo essas competências pretendidas, vai permitir, então, informar o planejamento de possíveis intervenções e acompanhamento, caso necessário.

Então, quem foram as pessoas que participaram desse estudo de 2021? Nós avaliamos 694 mil estudantes da rede de São Paulo, sempre nos finais de ciclo – 5º ano e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio – em mais de 7 mil escolas em todo o estado.

Esse estudo foi realizado no âmbito do Saresp. Então, as pessoas que responderam ao Saresp também responderam aos instrumentos incluídos nesse mapeamento. Eles responderam, então, a instrumentos chamados de autorrelato. Então, os alunos leram afirmativas que diziam respeito às formas como eles pensam, como se comportam nas situações cotidianas e diziam se eles concordavam ou discordavam e em que grau que aquelas afirmativas os descreviam bem ou não. Então, foi nesse âmbito que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da saúde mental, incluindo questões relacionadas à concentração, à capacidade de concentração, ao sono, à tomada de decisão e a diversos sentimentos sobre a satisfação com a vida, e das socioemocionais, referentes às capacidades individuais que eu mencionei no início da apresentação, os principais achados: primeiro, a gente encontrou que 69% dos alunos avaliados relatavam pelo menos um sintoma ou uma característica que indicava prejuízos severos em saúde mental. Então, dizendo que ou eles estavam com muita dificuldade para se concentrar no que estavam fazendo ou se sentindo totalmente esgotados e sob pressão ou perdendo totalmente o sono por conta das preocupações, perdendo a confiança em si mesmos, se sentindo tristes, deprimidos, todas essas características comuns a prejuízos na saúde mental.

Importante dizer que, não necessariamente essas características configuram já um transtorno, porque esses transtornos dependem de uma série de agrupamentos dessas características para que se configurem, mas já identificamos indicadores de prejuízos em níveis severos, relatados pelos próprios estudantes.

A gente também investigou, nesse contexto, quais são, então, as capacidades individuais, as competências socioemocionais que podem funcionar como recursos para prevenir e para intervir nesse cenário, para que eles tenham recursos para lidar com esses desafios relacionados à saúde mental. Então, nós encontramos um cenário em que essas competências especificamente são aquelas que mais se relacionam com a capacidade, na verdade, com o aumento de níveis ... (*Falha no áudio.*) ... e que apontam para uma capacidade de gerenciar os sentimentos, de mobilizar energia, de se motivar para realizar as atividades e de ter interesse e expectativas positivas sobre as pessoas ao redor.

Quando a gente investigou como essa relação entre saúde mental e competências socioemocionais acontecia, identificamos também que as pessoas com pontuações ...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Com licença, Dra. Gisele, eu vou dar mais cinco minutos para ti.

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (*Por videoconferência*.) – Pois não. Muito obrigada.

Então, investigando mais a fundo, nós encontramos que as pessoas com pontuações em saúde mental em níveis mais altos, melhores, foram 64% maiores naquelas que também tinham as socioemocionais bem desenvolvidos. Então, aqui a gente está sugerindo que essas socioemocionais têm um papel importante sobre a saúde mental e deveriam ser intencionalmente acionados para promover comportamentos mais saudáveis.

Cinco pontos de destaque eu trago. Primeiro, a saúde mental e os prejuízos eventuais em saúde mental têm causas multifatoriais; a gente não está falando de uma ou de outra causa, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está falando de um conjunto de coisas que podem acontecer e influenciar prejuízos de saúde mental. Então, não existe uma bala de prata para lidar com essas questões de prejuízos, no entanto, existe uma característica em comum: maiores níveis de saúde mental são encontrados naqueles que têm um maior desenvolvimento de competências socioemocionais. Então, esse desenvolvimento pode apoiar os estudantes que estejam se percebendo vulneráveis com relação à sua saúde mental ou prevenir casos futuros também.

Também sobre as ações preventivas e seu poder, na verdade, protetivo, a gente está dizendo aqui, por exemplo, que uma pessoa que passa por um episódio de depressão tem 50% de chance a mais de desenvolver um próximo episódio e que, por sua vez, tem ainda mais chances de desenvolver um terceiro. Então, a gente prevenir também significa proteger de casos de cronicidade de doenças mentais e ocorrências futuras.

Também o mapeamento das redes protetivas de saúde, segurança, assistência social é importante para que a escola tenha protocolos claros de encaminhamento nos casos em que for necessário, quando, por exemplo, um transtorno já estiver instalado.

E é preciso reforçar a importância da implementação, acompanhamento e monitoramento dessas ações para que olhem para a educação integral dos estudantes, o que pode incluir essas ações de desenvolvimento socioemocional para apoiar esses estudantes a lidar com os desafios e mitigar os prejuízos da saúde mental. Então, estamos falando de uma escola sendo um lugar de desenvolvimento pleno desses estudantes.

Muito obrigada. Eu agradeço a atenção de todos e fico à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Eu agradeço a apresentação da Gisele Aparecida Alves, Gerente Executiva do Instituto Ayrton Senna.

Agora passo à apresentação da Rossana Carla de Albuquerque, psicóloga escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Ela também está presente por videoconferência.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Eu queria iniciar fazendo a minha autodescrição: eu sou uma mulher branca, de cabelos acima dos ombros, tenho pele clara, branca, olhos castanhos, cabelo castanho também. Estou vestindo uma blusa que não dá muito para aparecer na tela de vocês, com colar preto e brincos pretos também.

Então, é um prazer estar aqui. Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim, que foi por onde chegou o convite para mim, através da Profa. Fátima Sudbrack, para a gente compor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta mesa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, neste interessante Programa Jovem Senador, Jovem Senadora, que eu não sabia bem o que era, e agora, vendo vocês falarem, entendi melhor.

O tempo é bem curtinho. Vamos ver se eu vou conseguir trazer tudo para vocês do que eu pensei, mas vamos lá.

Eu pensei em fazer um recorte sobre juventudes e violências, desafios e potencialidades para a escola promotora de saúde e segurança.

Já está chegando a apresentação aí?

Estou sem vê-la. Está chegando?

O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Está tudo certo, está aparecendo.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Então, pronto.

Eu falo em nome do IFPE, porque eu sou da Escola Técnica Federal de Pernambuco. Eu também sou redutora de danos. Eu vi a Neli falando aí da saúde mental, álcool e drogas; eu também trabalhei anos nessa rede.

Tenho uma mestrado e doutorado em saúde coletiva...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Com licença, Rossana, pode colocar em *full screen*?

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Em *full screen* eu acho que é como está, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Modo apresentação.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Para mim está, não está para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Não está aparecendo toda, só uma parte.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Então, deixe-me parar a apresentação e vou tentar novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está? Para mim, está.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora sim, agora está aparecendo.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – Então, que bom.

Aconteceu alguma coisa na primeira vez.

Vamos lá.

Vamos falar de juventudes, no plural, porque a gente precisa compreender que não existe um tipo apenas de juventude. E a gente tem muita mania – talvez a palavra seja essa – de dizer juventude no singular, como se só tivesse uma e como se ela também fosse uma fase passageira e pronto, mas, na verdade, a juventude é uma fase constituinte e decisiva das nossas vidas.

Essa ideia de juventude apenas como faixa etária ou condição social é uma ideia altamente difundida, ainda, mas a gente precisa ampliar o nosso olhar, porque bem trouxe a Neli ao dizer que a juventude antecipa o futuro.

Nós passamos muitos anos nessa faixa etária da nossa vida, então temos que entender que, sim, tem um aspecto biológico, transitório, porque estamos em ciclo de vida, nos desenvolvendo, mas não uma transição tão rápida como se fala ou como se fosse apenas algo por que a gente vai passar, vai passar a adolescência, vai passar... Não, ela é decisiva. O que vivemos na nossa juventude será decisivo para a nossa vida adulta e para o resto das nossas vidas.

Então, é um período longo, como eu estava falando, e é bastante diferente a gente pensar cada fase. E por que eu trago isso? Porque, para trabalhar saúde mental nas escolas, a gente tem que compreender que faixa etária é essa, o que é a diferença entre ser criança, jovem ou adulto, porque existem diferenças na socialização desses grupos.

E aí a gente teria, se tivéssemos tempo, que falar sobre como a juventude é representada na antropologia, como rituais de passagem. A gente percebe a diferença em algumas culturas: para a menina, a menstruação é um marco, para o menino, os rituais de caça, mas a gente não vai ter tempo de aprofundar isso aqui.

O que a gente não pode fazer – que é importante a gente pensar – é continuar, muitas vezes, falando da juventude como se fosse a turma do nem-nem: nem é criança, nem é adulto. Como se a juventude não tivesse algo a nos dizer, como se a juventude não tivesse algo importantíssimo a pontuar para a gente, inclusive sobre o nosso fazer profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também trago: por que violências, no plural? O meu recorte aqui é a fala justamente que o Dr. Felipe trouxe, de a gente pontuar algumas questões relativas à violência na escola.

É no plural porque são diversas ordens. A gente tem desde o *bullying* à agressão física, verbal, casos de assédio sexual, violência doméstica, violências neonazistas, antissemitas, motivações políticas, a extrema-direita causando certos aspectos de adoecimento mental devido à valorização de formas de ser e de estar na escola, representando movimentos que talvez não coubessem à escola. Então, a gente vê várias formas de a violência aparecer.

E nos parece que há – o Felipe citou a Hannah Arendt, não é? – uma banalização do mal, como se a gente hoje pudesse falar do mal como se fosse coisa pouca. E aí a gente tem os ataques de violência extrema na escola no Brasil. Vou trazer alguns pontos, não tem como trazer tudo, não é? Mas tem um importante estudo da Unicamp, da Telma Vinha e Cleo Garcia, que aponta que, quando não há programas de acolhimento para jovens com problemas, muitos acabam sendo amparados pelos grupos extremistas e se voltam contra a escola e para a escola, porque há uma incitação e sentimento de vingança de quando eles se sentiam humilhados e excluídos.

Impactos negativos da violência extrema são potencializados, e aí, a gente tem efeitos nos diversos grupos que vão constituir a escola na comunidade, no entorno dela, as cidades e demais escolas da rede. A Neli falou da audiência de que ela participou. Então, o trauma que fica para quem vivencia aquilo é enorme e é muito difícil de a gente reparar em pouco tempo, não é? Existem efeitos danosos que são decorrentes e são traumas individuais e coletivos. Tem adoecimentos de diversas formas. E também a gente abre novo risco de novas violências, igualmente expressivo dos transtornos mentais. A Gisele até agora falou da questão do desenvolvimento das capacidades socioemocionais, individuais que são importantes, mas a gente tem que pensar também não só no indivíduo enquanto pessoa, como agente único, mas essa coletividade, que vai ter uma força maior quando juntos.

E aí, se a gente não cuida, a gente tem a tendência a ter novas violências e o aumento expressivo desses transtornos mentais, do consumo de álcool e de outras drogas, do abandono escolar, do afastamento do trabalho, de separações, entre outros transtornos. São diversos.

E assim, existe sempre uma situação de exceção, emergência gravíssima e de alta complexidade. Quando a gente pensa na violência na escola, a gente vai ter que ter um olhar para a questão do crime, principalmente se forem maiores de idade, e a gente vai precisar pensar nas ações de prevenção e promoção, em que já, já a gente vai aprofundar mais.

Mas para vocês terem ideia, quem não conhece o assunto, qual é o perfil dos autores dos ataques nas escolas, que foi levantado até o momento? Geralmente é jovem entre dez, e o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velho tinha 25 anos; geralmente são homens brancos que têm um gosto pela violência e o culto a armas, com indícios também de transtornos variados, mentais variados; essa questão de isolamento social, que já foi trazido por algumas pessoas, com certeza, potencializou a questão dos transtornos, das dificuldades dessas relações interpessoais, que são muito restritas, são pessoas que já viviam em isolamento de alguma forma; o Dr. Felipe também falou do uso das redes sociais, e a gente vai ver que isso é extremamente forte para o aumento desses ataques; há a questão da misoginia, da masculinidade tóxica: os perfis deles são machistas, agressivos, buscam a submissão da mulher, o racismo, a homofobia, todos esses são temas que trazem peso no desenvolvimento do perfil dessas pessoas que cometeram esses atos; a gente percebe a questão da interseccionalidade econômica: geralmente família com desemprego, com maiores vulnerabilidades sociais; e falta de perspectiva e de propósito.

Na apresentação da Gisele, eu vi muito que, quando a escola é integral, quando a gente tem tempo para vivenciar isso, a gente pode ajudar esses jovens a desenvolver propósitos de vida, mas muitos acabam abandonando a escola, porque a escola, que precisa ser protetora, muitas vezes também é espaço de violências. Isso é extremamente dialético, extremamente difícil. Características principais – justamente para a gente pensar nisso que eu estou falando agora.

Uma, é esse sofrimento na escola: às vezes, a escola que deve ser a protetora não tem as condições para tal ou já vive em comunidades, em territórios de extrema violência. Então, o sofrimento na escola com questões de ciúme, de ter sido castigado na véspera, de *bullying* e de *cyberbullying* fazem parte do perfil dessas pessoas que atacaram...

Não vai dar tempo, não.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Eu vou lhe disponibilizar mais cinco minutos. Está bom?

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Tudo bem. Vou apertar, vou correr aqui.

Prossigo: há o aprendizado muito de métodos pela internet – foi o que foi visto. A gente tem essa *deep web* aí ensinando como fazer os ataques, ensinando como atacar as escolas.

E adolescentes que são muito usuários dessa subcultura extremista, principalmente daquela ferramenta Discord, etc. Então, eu não vou trazer, não vai dar tempo de falar de cada caso, mas a gente observa, sim, o uso extremo dessas redes como uma dependência mesmo, como algo que faz parte da vida deles no cotidiano.

E aí, que orientações a gente deve seguir? Já existem vários protocolos, pontuando – é para vocês aí continuarem estudando sobre isso... Há o Protocolo de Atendimento às Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Situação de Violência, que o Estado do Rio de Janeiro colocou; o documento da Associação Nacional dos Psicólogos dos Estados Unidos, que traz diretrizes internacionais para a gente pensar a prevenção na escola; e o manual prático da OMS. São todos documentos que vão trazer ideias, sugestões e possibilidades de trabalho na escola.

E aí não vai dar tempo, mas eu teria que falar qual é o papel da escola nessa coisa toda da violência, que não é prender o jovem, não é a punição, mas trabalhar as questões de prevenção. E a prevenção é dividida em primária, secundária e terciária. Cabe muito mais à escola a prevenção primária, e, infelizmente, essa prevenção primária é uma ação quase que invisível, porque a gente vai ali no cotidiano, no fazendo, mas ela não traz a visibilidade de, por vezes, um menino que é preso por conta de uma ação e é levado para fora da escola. Então, esse fazer cotidiano é importantíssimo, buscando socializar e educar o conjunto da população escolar.

E aí a gente tem alguns elementos-chave dessa prevenção, que deve ser mais ampla, e não apenas para a violência extrema, construindo laços nessa comunidade escolar e buscando a ideia de que o castigo não é suficiente. Existe um papel das redes sociais, como o Felipe trouxe, e a gente precisa observar quais são as situações de risco extremo. Como é que está a qualidade de relação de vida nessa escola? Como é que está a troca, a socialização? Como é que as coisas estão acontecendo? Prestar atenção em todos que estão no cotidiano da escola.

E aí a gente tem algum exemplo prático. Quando já existe o problema, a gente precisa balançar essas redes. A gente teve aqui a opinião e a fala da Neli, que trouxe a Rede de Atenção Psicossocial como parceira da escola. A gente precisa atuar nesse efeito invisível que eu estava dizendo, que é formando os professores, formando espaços de troca entre escola e família, desenvolvendo atividades baseadas na cultura de paz. A gente pode até utilizar, no caso do IFPE e de outros IFs no Brasil, a gente tem núcleos, como os Neabis, Negedis e Napnes, que são de pessoas com deficiência, população negra e quilombola, indígena, núcleos de gênero, para as pessoas poderem aprofundar as temáticas que lhes são pertinentes na discussão da diversidade das pessoas.

E, aí, é uma ação invisível trabalhar cultura, esporte e lazer. É como se isso não fosse uma ação de prevenção à violência, mas é fundamental. Os estudos de escolas promotoras de saúde e de paz mostram que é através das atividades de cultura, esporte e lazer que a gente mais desenvolve o clima de bem-estar, de felicidade, que bem trouxe a Gisele, não é? E a gente teria outros exemplos para trazer, mas o tempo está acabando, de jogos que foram aplicados nas escolas, com boa avaliação, como o exemplo do Programa Elos.

E, aí, não vai dar mais tempo, pelo que eu estou vendo aqui, mas quero dizer a vocês que o IFPE vem desenvolvendo um Protocolo de Ação em Situações de Violência ou Risco de Violência. E eu acho que isso é um modelo que outras escolas também estão fazendo, buscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientar a atuação na escola como forma de prevenir e colaborar, também entre os atores da segurança, contra os atos de violência. Então a gente tem comissões locais, que vão monitorando, e com medidas, desde a atenção secundária e terciária à primária.

E aí, por fim, fica a pergunta para os Jovens Senadores e Senadores: como é que a gente está se relacionando? Parece que a gente está se relacionando meio como porco-espinho, que, quando toca... a distância. E aí a gente precisa observar como estão as nossas relações no cotidiano.

Além disso, ensinar valores de direitos humanos e liberdades fundamentais; desenvolver essas capacidades; garantir a participação nas decisões; desenvolver atividades que fomentem a integração; incentivar, compreender e respeitar essas diversidades e diferenças; evitar medidas disciplinares severas; cooperar com pais, mães e responsáveis; informar sobre seus direitos e deveres; atender especialmente aos que estão em risco; prevenir o abuso de álcool e de outras drogas; ser referente, espaço de confiança em casos de maus tratos, vitimização etc.; e, fundamentalmente, evitar que abandonem os estudos, porque a escola, apesar de vir sendo altamente atacada nos últimos tempos, ainda é o espaço de maior proteção para os nossos jovens e adolescentes.

Então, desculpem a correria e obrigada. Estou aqui à disposição para conversar e trocar com vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Obrigada pela palavra, Rossana.

Agora eu gostaria de registrar a presença da Senadora Jussara Lima, membro da Comissão de Direitos Humanos, e também do Senador Sérgio Petecão.

E consulto a Sra. Senadora se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Passo a palavra à Senadora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Pela ordem.) – Obrigada. Bom dia. Bom dia a todos, a todas.

Cumprimento aqui todos os Jovens Senadores, Jovens Senadoras do ensino médio do Brasil – é um prazer muito grande estar aqui com vocês – na pessoa da minha conterrânea, a Jovem Senadora Lorrany Ribeiro, que é lá de Anísio de Abreu, uma cidade do Piauí. Quero dizer para ela... Cadê a Lorrany?

Oh, Lorrany, seja bem-vinda! É um prazer grande estar aqui com vocês.

Quero falar da importância que tem o Jovem Senador. É muito importante vocês estarem aqui para compreender como funciona o processo legislativo, para conhecer de perto como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tudo acontece, até porque as nossas vidas são decididas aqui no Congresso Nacional – no Plenário do Senado Federal e no Plenário da Câmara Federal. Então, eu fico muito feliz de saber que os jovens se importam, sim, com a política. Isso é muito bom. Desde muito jovem, também eu já gostava muito de política, e, na universidade, veio esse despertar para a política partidária.

E quero falar da importância da participação também das mulheres na política. Eu acredito que cada uma de vocês, cada um de vocês... E eu falo especialmente das mulheres, até porque eu as represento – eu represento todo o país, porque o Senado é a Casa dos estados, mas aqui eu estou representando também as mulheres e dando-lhes voz – e porque compreendo que, quando a mulher ocupa um espaço de poder, ela está dando voz a outras mulheres, ela está empoderando também outras mulheres. E é assim que eu faço esse chamamento à juventude para que elas integrem a política partidária, se interessem cada vez mais por ela e falem da importância que é a mulher participar e ocupar os nossos espaços, porque são espaços nossos de direito. Nós somos maioria tanto na população como no eleitorado, e a gente precisa compreender e puxar isso para a gente. Na realidade, o que está faltando mesmo é sororidade. Nós mulheres precisamos nos unir, segurar a mão umas das outras e dizer assim: "Ó, nós estamos juntas". Não vamos mais admitir essa coisa de cada uma fazer críticas às outras. Vamos estar juntas, irmanadas, de mãos dadas, defendendo a mulher brasileira, defendendo nós mulheres, porque, cada dia em que se mata uma mulher, leva um pedacinho da gente. E isso não pode mais existir. Em pleno século XXI, o que a gente vê? O feminicídio. É uma coisa terrível isso! É assustador! É assustador! E aí nós precisamos realmente ter esses jovens e essas jovens ocupando esse espaço de poder. E eu rogo a Deus que, no futuro bem breve, a gente tenha muitas de vocês aqui ocupando cadeiras na Câmara Federal, nos Legislativos estaduais e municipais.

Eu comecei como Vereadora na minha cidade. Eu sou de uma cidade do sertão do Piauí chamada Fronteiras, que faz divisa com o Ceará e com Pernambuco, e esse despertar veio mesmo desde criança. E é muito bom a gente poder estar junto das pessoas, compreender e ver como é a vida de cada uma, e aqui a gente pode fazer algo por elas, sim, porque aqui as leis são feitas e daqui impactam as nossas vidas.

Eu fico muito feliz e muito satisfeita em ver que tem jovens que se interessam por política. E contem comigo para o que vocês precisarem. Se quiserem qualquer coisa, o meu gabinete está à disposição de cada um de vocês e também dos professores – eu acredito que existam professores aqui que acompanham vocês.

Eu quero até saudar o Prof. Welson Dias, que acompanha a Lorrany. Prazer grande, Professor! Seja bem-vindo! Aliás, todos os professores sejam bem-vindos!

Deixo aqui o meu abraço a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero cumprimentar a Jovem Senadora Ana Luisa Garcia, que está presidindo neste momento a Comissão.

Muito obrigada.

E sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Pela ordem, Senador Sérgio Petecão, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Obrigado, Presidenta.

É um prazer grande estar aqui participando desta sessão tão bonita de jovens.

Eu estou aqui muito feliz conversando com a nossa representante, que é a Sophie. A Sophie é lá de Cruzeiro do Sul.

Quem conhece o Acre aí? Quem conhece o meu estado, o Estado do Acre, levante a mão. (*Pausa.*)

Cadê? Levante a mão quem conhece o Acre. (*Pausa.*)

Só tem três.

A Sophie é lá de Cruzeiro do Sul, lá no extremo, lá na fronteira com o Peru, onde ela mora. É o nosso segundo município mais importante.

Eu estou muito feliz. A Sophie disputou a redação com todos os alunos do estado, inclusive com os da capital, e é a nossa representante aqui, no Senado. Então, eu queria aqui parabenizar a Sophie e, na sua pessoa, parabenizar a todos e todas que estão aqui.

Eu fui o Primeiro-Secretário desta Casa e sei a importância que é este momento que vocês estão vivendo aqui em nosso Senado. Eu já estou aqui no meu segundo mandato, vou fazer 16 anos que estou aqui no Senado, mas a cada dia que passa isso aqui é um aprendizado para nós.

Quero parabenizar todo o nosso corpo técnico e o pessoal da assessoria que acompanha os trabalhos de vocês, que cuida de vocês. Nós temos aqui... Com todo o respeito às outras Casas, mas eu acho que o Senado tem os melhores técnicos deste país. Então, vocês estão aqui em boas mãos. Espero que vocês façam um bom proveito deste evento e que possam aqui formar a opinião de vocês e sair falando o que vocês viram aqui no Senado.

O Senado é muito importante. Aqui – ouviu, Sophie? – é a única vez em que o Acre se equipara com os outros estados, como São Paulo, porque aqui são três Senadores. São Paulo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderoso, mas aqui São Paulo é igualzinho ao Acre, igual a Alagoas, igual ao Ceará. Nós estamos aqui com três representantes.

Eu quero parabenizá-la, porque não é fácil você disputar essa redação com todos os jovens do estado, você passar e estar aqui nos representando. Você é da escola Henrique...?

A SRA. ANA SOPHIE SILVA DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Dom Henrique Ruth.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Da Escola Dom Henrique, uma escola muito importante que tem lá no município de Cruzeiro do Sul.

Quero aqui parabenizar toda a população de Cruzeiro do Sul. Adoro Cruzeiro do Sul, é o segundo, como já disse, município mais importante do nosso estado.

E vocês que não conhecem o Acre... Só apenas três ou quatro levantaram a mão aqui. Quem conhece o Rio de Janeiro? (*Pausa.*)

Todo mundo conhece, quer ir para a praia. Todo mundo quer ir para a praia, mas ir para o Acre ninguém quer ir, não é? (*Risos.*)

Saibam que o Acre é muito bonito. Na cidade desta menina, nós temos um turismo indígena, a coisa mais linda do mundo. Então, quando puderem, visitem o Acre.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Obrigada, Senadores Jussara Lima e Sérgio Petecão.

Agora eu passo a palavra para Tereza Santos Farias, Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação. Ela também está por videoconferência.

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá a todas as pessoas!

Bom dia, em especial, às jovens pessoas.

Na pessoa da Presidente da Comissão, Ana Luisa, eu faço a minha saudação.

Eu gostaria de pedir licença para fazer uma saudação também especial para todo esse grupo de Jovens Senadores e Senadoras na pessoa da Jovem Senadora Vitória Andrade, do Território de Identidade de Sertão Produtivo da Bahia. Perto do município da Vitória, que é Ibiassucê, muito próximo a ele e fazendo divisa com ele, temos a cidade de Caetité, de onde é oriundo um dos grandes intelectuais da educação brasileira que foi Anísio Teixeira, que traz para a gente muitos olhares e muitas intersecções importantes para pensar a escola como a máquina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fazer a democracia que ela precisa ser, sobretudo a escola pública. Então, é um prazer estar com vocês aqui nesta manhã.

Este projeto, que se tornou um programa, eu já acompanho há bastante tempo. Eu sou professora de educação básica do Estado da Bahia, coopero atualmente no MEC, na Coordenação-Geral de Estratégia da Educação Básica, mas conheço bastante a importância que tem o Programa Jovem Senador para esse espaço de protagonismo, de oferecer, de forma muito qualificada, o espaço de dar vez e de dar voz, sobretudo, para uma escuta a essas proposições, a essas interlocuções que os estudantes tão bem nos colocam a pensar e tão bem trazem reflexões e contribuições para a política pública e para as diversas formas que a gente tem de aprender com eles e com elas, no sentido de olhar a democracia, no sentido de olhar as possibilidades que a gente tem de aperfeiçoar as políticas públicas.

Deixem-me só tentar fazer aqui a exibição no modo apresentação e aí eu peço para vocês me ajudarem para confirmar se está aparecendo. Está projetada na tela a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Está aparecendo, sim.

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Agradecendo o convite para participar deste momento, eu queria trazer muito a perspectiva do Ministério da Educação quando olha para esse tema da saúde mental nas escolas exatamente nesta perspectiva que está situada aí: abordagens preventivas, olhando para o bem-estar emocional dos estudantes e para a promoção e consolidação da cultura de paz. Eu escutei, em algumas falas que me antecederam, importantes apontamentos para essa conjuntura supercomplexa e multidimensional que é a conjuntura muito contemporânea de violências que têm atravessado e adentrado as escolas. São violências presentes na sociedade, mas as escolas têm sido, infelizmente, um alvo muito recorrente nos tempos presentes. Eu queria recuperar um pouco a dimensão e esse olhar de reflexão sobre do que a gente está falando quando a gente está falando de saúde mental.

Eu trago aí um pouco do que a Organização Mundial de Saúde conceitua e contextualiza como saúde mental. Ela traz para a gente a reflexão da saúde mental como um estado de bem-estar em que a gente pode aprender a desenvolver capacidades de utilizar habilidades para a gente se recuperar do estresse rotineiro, conseguir ser produtivo, ter uma vida cotidiana produtiva e contribuir com a comunidade, olhando muito para a forma como a gente reage às exigências, aos desafios e às mudanças de vida, como a gente consegue harmonizar as nossas emoções para a gente ter um estado de bem-estar geral e de saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu trago esse apontamento, porque a gente, muitas vezes, vincula e associa a dimensão da saúde mental a esses episódios recentes de violências dirigidas às escolas, mas a gente precisa olhar para a dimensão da saúde mental na sua dimensão coletiva.

E, aí, eu trago um pouco do contexto de um programa que o Ministério da Saúde, em articulação com o Ministério da Educação, desenvolve já há 15 anos, que é o Programa Saúde na Escola, que contextualiza um pouco como a gente traz para as escolas de educação básica essa dimensão articulada ao currículo, articulada à garantia do direito de aprendizagem, olhando para a saúde. Então, a gente tem, como bem colocou a Gisele, que me antecedeu na fala, um conjunto de aprendizagens que a escola tem a responsabilidade de promover, de mobilizar e garantir que os estudantes consigam desenvolver, que são atividades que vão mais para o campo emocional e que estão dentro de um arcabouço curricular.

O Ministério da Educação atua no fomento, na indução, no estabelecimento de diretrizes e orientações gerais, respeitando a autonomia dos entes federados, dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, para desenvolver currículos singularizados, territorializados, mas que estejam alinhados à Base Nacional Comum Curricular. E esse programa prioriza essa abordagem que tem esse viés de olhar para o estudante na sua integralidade. A perspectiva, o objetivo do Programa Saúde na Escola é contribuir com o desenvolvimento pleno dos estudantes, de forma que eles consigam ter uma formação integral na perspectiva da sua escolarização. E ele contribui muito para a prevenção de doenças, para a promoção da saúde, para a prevenção dos agravos da saúde e traz um foco importante nessa dimensão de saúde coletiva. Então, dentro do Ministério da Educação, no que compete às ações que são muito na lógica do desenvolvimento curricular, a escola tem um papel importante a cumprir na dimensão da promoção da saúde mental.

Existe uma interface desse problema que se agravou no pós-pandemia, de adoecimento coletivo, também nas nossas emoções e também na dimensão da saúde mental, que deve ter um tratamento específico no âmbito da saúde. E a gente fala de atendimentos especializados por profissionais que tenham habilitação para dar conta de entender e cooperar com os sujeitos que estão em processo de sofrimento psíquico.

E o que cabe à escola? Eu acho que essa é a pergunta importante que nesse contexto dos Jovens Senadores e Senadoras a gente precisa refletir. A gente tem que ter a delicadeza e o cuidado de entender o que compete à escola e o que os demais equipamentos sociais podem apoiar e robustecer na ação educacional da escola para a gente promover de maneira coletiva a saúde mental. Então, o PSE vem tentando fazer isso. Ele é um programa criado em 2007, através de um decreto. A gente tem uma portaria de 2017 que traça um conjunto de ações que devem ser priorizadas e elencadas pelos territórios, conforme as suas prioridades, para serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas nas escolas. E uma novidade que o PSE traz para esse novo ciclo de adesão, que acontece a cada dois anos, é incluir e contemplar o tema da prevenção e da promoção da saúde mental. Então, esse é um eixo novo do PSE. Fizemos neste mês, na verdade, no dia 10 de agosto, o primeiro webinário temático do PSE, que está disponível pelo YouTube e Datasus – convido a todos, inclusive, para irem até lá assistir. A gente tem quase três horas de discussão com especialistas para abordar esse olhar da saúde mental nas escolas e o que podemos fazer.

O PSE está trazendo, dentro desse eixo, a revisão de materiais orientadores para as redes de ensino e para os profissionais de atenção primária à saúde, que vai contemplar, nesses novos materiais, documentos orientadores com foco na promoção da saúde mental.

Hoje, dia 23 de agosto, o PSE está realizando a primeira oficina territorial lá no Centro-Oeste, na cidade de Campo Grande, justamente mobilizando os articuladores territoriais, que estão conectados às secretarias de estado de educação e de saúde e também articulados aos municípios, para fomentar, estimular, desenvolver e pensar estratégias que possam cada vez mais ampliar esse alcance das ações que já estão contempladas no PSE e dessa nova ação, que a gente entende que é uma ação candente, muito prioritária. Quem estava na escola e quem está na escola neste momento sabe o que significa, na escola, a gente ter uma rotina pedagógica completamente atravessada pela necessidade de acolhimento e de atenção para estudantes que estão em processo de sofrimento psíquico agudo, que chegam, às vezes, a mutilar o seu próprio corpo, que chegam, às vezes, a compartilhar e manifestar a ideação suicida e vários níveis de situações que são cenários muito recorrentes de profissionais da educação.

A gente percebe que o pós-pandemia trouxe um contorno muito singular, um contorno muito delicado para essa dimensão da saúde mental. Então, o PSE tem se preocupado com isso e se ocupado disso. A gente tem colocado, então, estratégias a serviço de ampliar esse alcance com foco na promoção da saúde mental. A gente está construindo uma plataforma de planejamento pedagógico e desenhando um programa de formação para os profissionais da educação que articulam a política curricular, ou seja, articulam o arcabouço que a gente tem legal, que falam, como a Gisele colocou, de competências socioemocionais que vão na direção da formação integral do estudante. A gente não chega na escola só com aquela parte do corpo que fica acima do pescoço, então, a gente não pode olhar para o jovem sobretudo como um cérebro ali, como um racional estritamente, com uma dimensão cognitiva a ser estimulada, a ser impulsionada, a se desenvolver na aprendizagem da escola. A escola precisa entender os interesses desse sujeito; ele é um sujeito que tem uma dimensão biopsíquica e social. Então, a escola pode também promover, através do desenvolvimento curricular, ações que vão na direção de se aprenderem e se desenvolverem habilidades e competências que têm base socioemocional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A chave da cognição está muito conectada com a chave das emoções, então esse é um aprendizado que o século XXI, a escola contemporânea reivindica para o seu currículo. Então, a Base Nacional Comum Curricular traz para nós esse olhar, isso está pautado e está lastreado também em normativas do Conselho Nacional de Educação, que vão falar um pouco desse lugar, da transversalidade e da contemporaneidade do currículo. A gente olha com muito cuidado e atenção para essa dimensão do pós-pandemia.

Todos nós fomos atravessados por essa que foi a maior crise humanitária do século XXI, mas o sujeito social...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Eu vou lhe conceder mais cinco minutos para a finalização da apresentação.

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (*Por videoconferência*.) – Perfeito, muito obrigada, Ana.

Então, esse sujeito social, que são vocês, que são jovens, que estão no ensino médio em especial e que experimentam a construção de uma identidade coletiva que passa muito pela formação entre pares, pelos vínculos sociais e geracionais entre os próprios jovens, teve um atravessamento muito mais profundo da pandemia com esse isolamento social, com essa diminuição da possibilidade das vivências, das experimentações e do contato que a escola possibilita.

A escola de Vitória, lá em Ibiassucê, eu tenho certeza disso, como a escola dos outros 26 Senadores jovens, se constitui como um espaço da maior importância para o elo social dos jovens, principalmente pequenos distritos e municípios que estão um pouco mais distantes dos centros urbanos. Então, essa profunda ruptura que a pandemia nos provocou para preservar vidas, de nos isolar do contato cotidiano uns com os outros, agravou alguns condicionantes que fizeram a gente ter um processo de adoecimento coletivo enquanto sociedade. Então, a gente precisa enfrentar isso.

A gente está construindo estratégias para que o currículo considere ainda mais esse lugar da escuta, do acolhimento. A gente sabe a importância, nas práticas pedagógicas que as escolas podem promover e impulsionar cada vez mais, de se assegurar o espaço para o protagonismo. A gente tem, no projeto de vida, um campo curricular novo que aparece na escola com tempo e espaço demarcados e assegurados semanalmente nos currículos para que a gente olhe para essa dimensão da subjetividade do outro, da relação do estudante, tanto para dentro de si, dele se perceber e se entender como um sujeito subjetivo, como também da relação dele com o contexto, com o entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a escola cada vez mais se articula com essa necessidade que a gente tem de melhor aprender a saber como a gente reage às emoções que nos afetam. Todos somos afetados pelas diferentes emoções, mas em algumas delas a gente pode começar a tentar experimentar e aprender formas de reagir de maneira mais saudável, de maneira mais equilibrada, que nos tragam uma sensação de bem-estar, para a nossa saúde mental também, um pouco melhor.

Então, o MEC já tem um módulo no curso Bem-Estar, que é esse módulo de saúde mental e saúde emocional, disponível no nosso repositório Avamec. É um curso bastante acessado por profissionais de educação, é um curso que vai falar um pouco dessas estratégias que a escola pode adotar e deve adotar na direção da promoção da saúde mental. A gente tem também se esforçado para construir uma orientação e diretrizes para a promoção da cultura de paz nas escolas. A gente sabe que esse é o grande poder que a escola tem para fazer o enfrentamento, para fazer face a esse contexto multidimensional e muito perverso, que é das violências que estão adentrando as escolas com requintes de muita intolerância e de muita fragilidade da convivência democrática.

O que a gente viveu no país em tempos recentes, a gente precisa aprender para nunca mais repetir. A gente precisa respeitar e aprender o valor que o Brasil tem na sua diversidade, então a escola precisa ser esse espaço de se construírem oportunidades de aprendizagens que sejam emocionalmente favoráveis e estimulantes para os estudantes, mas que também nos mostrem, nos apresentem quão importante é nós aprendermos a conviver de maneira respeitosa, democrática, entendendo o valor que tem ouvir uma opinião contrária, aprender com o ponto de vista que não necessariamente é perfeitamente alinhado ao nosso. Então, a gente tem aí essa possibilidade e essa grande oportunidade, com tudo o que vivemos de 2021, em especial, para cá, 2020 e 2021, para a gente ressignificar o espaço da escola como um espaço de reafirmação da vida, da convivência saudável e da experimentação social que pode nos levar a um patamar civilizatório diferente daquele que a gente vivenciou nos últimos anos.

Então, muito obrigada pela oportunidade e quero parabenizar o Programa Jovem Senador pela eleição de um tema da maior importância, que nós profissionais da educação bem sabemos, da educação básica especialmente, como tem atravessado e se manifestado de diversas formas no cotidiano das escolas. A gente precisa, juntos, envidar esforços para superar e avançar esse problema bastante contemporâneo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agradeço a apresentação dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para as perguntas dos Jovens Senadores e das Jovens Senadoras, quero lembrar, como Presidente desta Comissão, sobre a importância dos debates que se seguirão após as palestras.

Os debates, para além de serem um espaço democrático e igualitário, são oportunidades de trazermos subsídios para a formulação de políticas públicas e de propostas legislativas sobre esse assunto que nos é tão caro.

Esta é a primeira vez que os Jovens Senadores e Senadoras participam como Parlamentares de uma audiência. Por esta razão, convido todos e todas que participem do debate que se segue a essas apresentações fazendo perguntas para os nossos convidados aqui presentes.

As perguntas serão respondidas em blocos pelos palestrantes.

Vou começar pela Vice-Presidente desta Comissão, Ana Daline Cartaxo, representante do Estado do Ceará, mas, antes disso e quebrando o protocolo, peço que a Vice faça a sua fala de posse como Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. ANA DALINE DO NASCIMENTO CARTAXO (Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas.

Inicio a minha fala agradecendo o convite da nossa Presidenta Ana Luisa Garcia, Jovem Senadora do Rio Grande do Sul. Eu quero também cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, como também os convidados.

A minha pergunta vai para a Neli Almeida.

No âmbito escolar, existe uma grande pressão, oriunda da própria instituição de ensino, para com os estudantes. Embora a intenção seja o desenvolvimento promissor do futuro juvenil, tal cenário ainda é o grande pivô do desencadeamento da ansiedade e da depressão. Como a senhora pode sugerir que haja um equilíbrio entre esse desenvolvimento como também a pressão que a escola exerce sobre o estudante?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Só vou te interromper um minutinho, porque eu vou pedir para lhe responderem ao final.

As perguntas são feitas em blocos.

Passamos agora para as perguntas dos Jovens Senadores e Jovens Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço que a Secretaria faça a lista obedecendo a ordem em que os Jovens Senadores e Senadoras levantem a mão.

Eu passo a palavra para o Herison André Silva, do Mato Grosso.

O SR. HERISON ANDRÉ SILVA (Para interpelar.) – Bom dia! Saúdo a todos aqui presentes e aqueles que nos acompanham pelos canais da TV Senado.

Bom, a minha primeira questão seria para o Sr. Felipe Cavalcante.

O senhor havia comentado sobre a sua participação como profissional da saúde, mas também como pai. Eu gostaria que o senhor, se possível, nos desse um panorama sobre o papel dos pais no apoio ao desenvolvimento da saúde mental nas escolas e como a escola poderia promover essa integração entre os responsáveis e a comunidade escolar.

Uma outra questão que eu tenho também seria para a Sra. Gisele Alves – não sei se ela ainda nos acompanha. Seria sobre a análise da saúde mental dos professores. Se o Instituto Ayrton Senna tem alguma pesquisa associada a isso, mais especificamente dados que poderiam analisar a saúde mental dos profissionais da educação, principalmente nesse período pós-pandêmico.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Próximo.

Lembro que a pergunta é pelo tempo de até dois minutos.

Passo a palavra para a Jovem Senadora Vitória, do Estado da Bahia.

A SRA. VITÓRIA ANDRADE COUTO (Para interpelar.) – A minha pergunta é voltada para o palestrante Felipe Cavalcante.

O senhor comentou que as redes sociais... Como não podemos evitá-las, porque estão muito presentes no dia a dia, e a tecnologia, eu queria perguntar como podemos usufruir, utilizar e aproveitar bem a tecnologia como uma ferramenta que ajudasse também no cuidado psicológico, como uma alternativa para nos ajudar a diminuir o seu uso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Próxima: Roxanne Cristina Alves, Jovem Senadora pelo Estado do Paraná. Logo depois, a Caelis Silvério, Jovem Senadora pelo Rio Grande do Norte.

A SRA. ROXANNE CRISTINA ALVES (Para interpelar.) – Sra. Presidente, eu vou dirigir a minha pergunta ao Sr. Felipe Cavalcante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você comentou que as escolas e, principalmente, as famílias exercem uma pressão muito forte no adolescente, principalmente quando ele está no final do ensino médio, em relação às escolhas do vestibular. Eu gostaria de perguntar se você acha que essas novas matérias do ensino médio, a reforma do ensino médio, de um modo geral, podem causar um impacto negativo ou positivo na saúde mental desses jovens.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora, a Jovem Senadora pelo Rio Grande do Norte, Caelis Silvério.

A SRA. CAELIS EDUARDA SILVÉRIO DA SILVA (Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu queria questionar a respeito da violência no ambiente escolar, mais precisamente à Sra. Neli Almeida, porque sabemos da existência de políticas públicas que buscam garantir a segurança nas escolas. Só que, visto o cenário atual, percebe-se que muitas das vezes ainda existem fatores que impulsionam, que fazem com que essa segurança no ambiente escolar não seja garantida como deveria ser. Então, eu queria questionar a respeito de qual a barreira ainda existente que impede as políticas públicas e documentos, tudo voltado a se garantir a segurança no ambiente escolar Quais são as barreiras que ainda existem com relação a isso?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra para a Jovem Senadora Ana Laura Chaves, de Minas Gerais.

A SRA. ANA LAURA DE PAULA CHAVES (Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu, na verdade, estou com uma dúvida. Esse momento é fechado apenas para perguntas, porque na verdade eu não tenho uma pergunta a fazer. Eu queria apenas fazer um comentário. Pode ser agora ou no final, depois das perguntas?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Pode fazer o comentário agora.

A SRA. ANA LAURA DE PAULA CHAVES (Para interpelar.) – Eu queria na verdade comentar uma fala que a Rossana, a Rossana Carla, fez.

Em sua apresentação, na verdade, ela fechou essa questão da violência escolar apenas para um grupo político de extrema-direita. Eu, na verdade, fiquei um pouco na dúvida sobre o porquê disso, sendo que existe violência dos dois polos políticos. Como o exemplo dela foi da extrema-direita, eu conheço casos, já vi casos não só em ambiente escolar, mas acadêmico também, de não só violências físicas, mas violências verbais também, como perseguições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas e ideológicas e, de certa forma, uma falta de respeito sobre a diversidade de pensamento e a liberdade de opinião, o que nos é assegurado pela Constituição.

Esse tipo de conceito que ela apresentou de certa forma deturpa a imagem, por exemplo, de um pensamento conservador. Por exemplo, existem pessoas, dos dois lados, esquerda e direita, que não são violentas. Para mim, na verdade, não é uma questão de política, mas, sim, de pessoas violentas. Historicamente, nós temos exemplos tanto de um lado como de outro de coisas que afetaram completamente os direitos humanos das pessoas. No caso da esquerda, por exemplo, o Holodomor que foi no Governo do Stalin, se não me engano.

Então, eu só queria deixar essa opinião mesmo, porque a violência não é uma questão de polo político, mas, sim, de pessoas violentas. É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – A palestrante citada, ao final desse bloco, pode comentar o que disse a Jovem Senadora Ana Laura.

Agora passo a palavra para a Jovem Senadora Williane Vitória de Souza, de Sergipe.

A SRA. WILLIANE VITÓRIA DE SOUZA SILVA (Para interpelar.) – Primeiramente, cumprimento todos aqui presentes.

Direciono o meu questionamento para o Sr. Felipe Cavalcante.

Pergunto se o senhor acredita que a inclusão da tecnologia como instrumento de estudo pode, de alguma maneira, influenciar o uso excessivo e a dependência da mesma e prejudicar o desempenho escolar e a saúde mental dos estudantes, já que o senhor citou as tecnologias.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra para o Jovem Senador Herison André Silva, do Estado de Mato Grosso.

O SR. HERISON ANDRÉ SILVA DE OLIVEIRA (Para interpelar.) – Gostaria apenas de fazer um adendo, algo que eu não havia comentado, sobre a questão de como o desenvolvimento das competências socioemocionais, que foi citado também pela Sra. Gisele Alves, na escola, poderia auxiliar no combate ao *bullying*. Outra palestrante citou também alguns casos de autores de massacres e há pontos em comum, quando se realiza uma análise, que seria a exclusão dentro do agrupamento escolar e também as experiências com o *bullying*.

Também gostaria de perguntar se, talvez, a participação mais ativa de profissionais especializados em saúde mental ou também a capacitação dos profissionais da educação poderia contribuir no abrandamento dessa questão do *bullying* dentro das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora, passo a palavra para a Jovem Senadora Ana Sophie Silva, do Estado do Acre.

A SRA. ANA SOPHIE SILVA DOS SANTOS (Para interpelar.) – Bom dia!

A minha pergunta é direcionada à Sra. Neli Almeida.

Os professores são importantes na formação emocional dos alunos, já que passam grande parte do seu tempo com eles. No entanto, muitas vezes, enfrentam desafios psicológicos, como a sobrecarga de trabalho e o estresse, que podem afetar o seu próprio bem-estar e a capacidade de cuidar dos alunos. Como um professor, mesmo enfrentando desafios psicológicos causados pela equipe escolar, pode cuidar do bem-estar emocional do seu aluno?

Era isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora, passo a palavra para à Jovem Senadora Williane Vitória de Souza, de Sergipe.

A SRA. WILLIANE VITÓRIA DE SOUZA SILVA (Para interpelar.) – O meu questionamento agora vai ser direcionado à Sra. Neli Almeida. Relembro a frase que ela falou, que a violência escolar acontece principalmente nos cenários periféricos, com a qual, inclusive, concordo. Questiono como as escolas de periferias, sem estrutura e sem preparo adequados, poderiam evitar um cenário de violência e se prevenir para a saúde mental dos estudantes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para o Gabriel Matos, da Paraíba, Jovem Senador da Paraíba.

O SR. GABRIEL FERREIRA DE MATOS (Para interpelar.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Eu gostaria de direcionar uma pergunta tanto para o consultor legislativo Felipe Cavalcante quanto para a Neli Almeida.

Vocês consideram que a homofobia configura um distúrbio psicológico que poderia ser caracterizado como uma doença?

Gostaria de direcionar agora uma pergunta especificamente para o consultor Felipe Cavalcante: você considera que os projetos de lei acerca da saúde mental já suprem a demanda da questão ou eles ainda são insuficientes? Se não, que projetos de lei você indicaria para suprir essa lacuna?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de fazer um comentário bem breve sobre o que vim percebendo desde a proposta de redação do concurso.

A saúde mental é uma temática fundamental e que, inegavelmente, tem um peso muito grande para a formação dos indivíduos; mas é muito evidente, infelizmente, que essa temática tem sido muito negligenciada, e isso é visto principalmente na questão dos estigmas sociais, já que, quando se fala de saúde mental, logo se tem ideia de distúrbios, e, se não, algumas concepções equivocadas, como, por exemplo, a de que suicídio – eu já ouvi falar muito – configurava um distúrbio mental, o que eu achei até bastante incoerente e que demonstra que, infelizmente, o brasileiro carece de uma formação sobre saúde mental ainda.

Eu acho também que seria legal a atuação conjunta da mídia e da educação.

É isso. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora, passo a palavra para a Jovem Senadora Maria Paula Haraguchi, do Distrito Federal.

A SRA. MARIA PAULA MAYUMI MELO HARAGUCHI (Para interpelar.) – Primeiramente, bom dia a todos e a todas.

Meu questionamento é direcionado para o Sr. Felipe Cavalcante.

O senhor havia comentado que a escola prioriza algumas visões capitalistas, principalmente no quesito do ensino voltado aos vestibulares e ao Enem. Eu gostaria de perguntar ao senhor como seriam efetuadas as maneiras de priorizar o ensino voltado à criação e à melhoria de cidadãos em vez de priorizar essa questão mais de mercado de trabalho.

Lembrei também, durante o seu comentário, durante a sua breve fala, de um médico, sobre quem eu havia comentado na minha redação, o médico Jayme Landmann, que falou que o ensino está priorizando a criação do mercado de trabalho e não de bons cidadãos.

E eu gostaria de reiterar a minha pergunta: quais as maneiras que o senhor acredita que são melhores e são viáveis para a educação pública brasileira, para a criação de bons cidadãos e não para priorizar vestibulares, principalmente nessa questão de pressão?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora passo a palavra para a Jovem Senadora Éllydy Mayane, do Estado de Alagoas.

A SRA. ÉLLYDY MAYANE GONÇALVES DA SILVA – A minha pergunta eu quero direcionar para a Neli Almeida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha dúvida versa sobre a aprovação da emenda, aprovada recentemente pelo Senado por meio do PLP 235/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social nas redes públicas de ensino.

Nós, professores e alunos, observamos de perto a realidade e, infelizmente, os governos municipais e estaduais ainda estão dormindo, não dando a devida atenção a essa proposta e não investindo em concursos públicos para a contratação desses profissionais para atuarem em nossas escolas.

Então, gostaria de trazer essa questão para debatermos sobre como tornar obrigatória a contratação desses profissionais, que é tão urgente, visto que nem sempre os estudantes que sofrem com transtornos mentais e sofrem determinadas angústias no âmbito escolar têm o amparo necessário em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para a Jovem Senadora Karoliny Discher, do Estado de Rondônia.

A SRA. KAROLINY DISCHER MARTINI (Para interpelar.) – Bom dia a todos os presentes.

A minha primeira pergunta é para o Sr. Felipe de Oliveira Lopes Cavalcante.

Na minha redação, eu citei um pouquinho a maximização da produtividade que é infligida pela escola, que quer sempre que os alunos se desempenhem melhor, até mesmo pelo sistema de notas, digo por experiência individualista, que, se você não tira uma nota boa, você se sente mal. A minha pergunta é: como a escola poderia minimizar essa pressão desempenhada sobre os estudantes?

Minha segunda pergunta é para a Psicóloga Neli Almeida.

Eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho sobre o efeito dominó da violência nas escolas. Por exemplo, várias outras pessoas também citaram os ataques, inclusive a Rossana citou que muitos desses – podemos dizer – homicidas são vítimas anteriores de *bullying*. Eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho sobre isso.

Minha terceira pergunta vai para a Sra. Gisele Alves, que falou um pouquinho sobre as consequências da pandemia na educação. E a pergunta é: nós notamos que, após a pandemia, muitas pessoas apresentam problemas de concentração também. Como a escola pode lidar com esses problemas de concentração atuais nas crianças, principalmente nas crianças?

A terceira pergunta é para a Sra. Tereza Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora citou o Programa Saúde na Escola, e eu queria saber quais seriam as medidas imediatas que a gente já poderia levar para a nossa escola ao retornar, que podem ser aplicadas para melhorar a saúde mental, tanto dos docentes quanto dos discentes?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Garcia) – Agora passo a palavra para a Jovem Senadora do Estado do Amapá, Sarah Luíza Camilo.

A SRA. SARAH LUÍZA DA SILVA CAMILO (Para interpelar.) – Bom dia a todos.

A Rossana falou sobre violência nas escolas, e eu gostaria de comentar e fazer uma pergunta para ela.

Tem um projeto de lei apresentado pela Deputada Professora Goreth, do Partido Democrático Trabalhista do Amapá, meu estado, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele trata da Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas e envolve a colaboração entre os Governos Federal, estaduais e municipais.

O projeto propõe a criação de protocolos de prevenção e gestão de crises para lidar com a violência nas escolas, incluindo ações específicas para cada tipo de violência, assim como ações preventivas, como campanhas educativas.

A política busca a cooperação entre setores públicos, privados e terceiro setor, e será implementada, monitorada e avaliada conjuntamente entre União, estados e municípios.

Entre os objetivos desse projeto estão medidas preventivas, assistência psicológica aos estudantes, envolvimento dos estudantes em decisões escolares e participação das famílias na prevenção da violência.

A minha dúvida é: esse projeto poderia ser uma saída para que a violência nas escolas fosse excluída?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para a Jovem Senadora Jakelyne Tavares, do Estado do Tocantins.

A SRA. JAKELYNE GOMES TAVARES (Para interpelar.) – A minha pergunta vai ser direcionada ao médico Sr. Felipe Cavalcante.

No decorrer da audiência, debateu-se a questão da educação e da competência socioemocional, e ao senhor, como médico, eu queria fazer a seguinte pergunta: como se aplicaria nas escolas públicas a questão da saúde e da educação socioemocional na proteção da saúde mental dos estudantes e professores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para a Roxanne Alves, do Estado do Paraná.

A SRA. ROXANNE CRISTINA ALVES (Para interpelar.) – Eu gostaria de fazer a minha pergunta para a Gerente Executiva do Instituto Ayrton Senna.

Complementando a pergunta de outro colega Jovem Senador, que fez uma pergunta a respeito dos dados de professores que foram entrevistados, considerando que a escola não é formada apenas por professores e alunos, eu gostaria de saber se existem dados de outros funcionários que trabalham nessas instituições de ensino, já que eles também sofrem de questões de saúde mental, por conta de infraestrutura e outros problemas, e também se essa pressão que pode acontecer com esses funcionários causa impacto nos alunos dessas instituições.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para a Jovem Senadora Nathállya Mendes, do Estado de Goiás.

A SRA. NATHÁLLYA MENDES DO CARMO (Para interpelar.) – A minha pergunta vai para a Neli Almeida.

A senhora discorreu sobre questões relativas à violência nas escolas, citando indivíduos que podem ser cooptados por grupos extremistas. A minha pergunta é: diante dessa constatação, a sociedade normalizará a violência como uma reação para combater esse tipo de violência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATHÁLLYA MENDES DO CARMO – Diante dessa constatação que eu fiz à senhora sobre os grupos extremistas, sobre a violência nas escolas, a sociedade normalizará a violência como uma reação para combater esse tipo de violência?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para a Jovem Senadora Vitória Andrade, do Estado da Bahia.

A SRA. VITÓRIA ANDRADE COUTO (Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

A minha pergunta também é, de novo, voltada ao médico Felipe Cavalcante, também relacionada à questão de como a escola trabalha com a questão da saúde mental e do currículo para o mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em minha redação, eu usei até mesmo o que o senhor falou sobre o pensamento influenciado pelo capitalismo, como ele coopera e usufrui de meios públicos para formar suas ideias, abandonando a função humanizadora da cidadania, principalmente da escola.

Como a comunidade escolar, visto que não podemos acabar, que é um sistema muito grande – estamos mexendo com forças bem maiores –, como, ao nosso alcance, poderíamos trabalhar, até mesmo na sala de aula, a questão da promoção da saúde mental aliada ao melhor jeito para formar os cidadãos e os estudantes?

A minha outra pergunta também é sobre como a escola poderia divulgar e aproximar o aluno e a comunidade escolar para o assunto, para o diálogo e o processo de escuta sobre a saúde mental em seu ambiente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Mais alguém?

Passo a palavra agora para a Jovem Senadora do Estado de Sergipe, Williane Vitória de Souza.

A SRA. WILLIANE VITÓRIA DE SOUZA SILVA (Para interpelar.) – O meu questionamento vai ser direcionado para a Sra. Gisele.

A senhora comentou a respeito do ensino integral.

Eu gostaria de saber a opinião da senhora, ressaltando a fala da Jovem Senadora do Ceará, de que alguns problemas, que a ausência de saúde mental em alguns casos é derivada da pressão exercida pela própria escola na vida do estudante.

Eu gostaria de saber se, com o ensino integral, o aumento da carga horária e o maior tempo nas instituições de ensino, essa pressão e essa ausência de saúde mental seriam maiores e influenciariam mais na vida desses estudantes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Agora, passo a palavra para a Jovem Senadora do Piauí Lorrany Ribeiro. Pode falar.

A SRA. LORRANY SOARES RIBEIRO – A minha pergunta é direcionada para Neli Almeida. Diante da existência de equipes multidisciplinares de psicólogos, assistentes sociais e profissionais dos Institutos Federais, os IFs, enquanto outras esferas públicas enfrentam carência desses recursos, como planejaríamos promover a equidade no acesso a serviços de saúde mental para crianças e adolescentes em todas as escolas públicas do país?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Mais algum Jovem Senador? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Jovem Senador Ariel Andresson Corrêa do Pará. Passo a palavra.

O SR. ARIEL ANDRESSON BARBOSA CORRÊA – A minha pergunta vai para a psicóloga Neli Almeida. Eu queria saber como podemos promover a integração dos CAPS com a comunidade escolar através da não discriminação dos mesmos? Porque falar de CAPS é uma coisa assim que ainda tem aquele preconceito, não é? Porque, ao se falar de CAPS, a pessoa já pensa que a pessoa é maluca, é um preconceito que existe. Colocar isso nas escolas e falar isso nas escolas acho que seria bom, então, eu queria saber como se poderia fazer para colocar na mente das pessoas que o CAPS está ali para ajudar e não para dar... Esqueci o nome... Assim, um peso para a pessoa, sabe?

Na minha escola, a minha irmã participa do CAPS, porque ela tem problemas com ansiedade e depressão, e ela tem esse certo receio de ir à escola e falar sobre o CAPS, que a ajuda com o psicólogo que conversa com ela. Ela fala para mim que tem muito aluno da minha escola que vai lá e não parece. Assim, todo mundo parece normal lá conversando, mas tem essa pressão sobre o aluno de que ele não fala de jeito nenhum, porque, na roda de amigos, ele tem que parecer normal, mas, em casa, ele sofre uma pressão psicológica da escola em si.

É só isso mesmo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Mais algum Jovem Senador gostaria de falar?

Eu gostaria de avisar aos Jovens Senadores que ainda não falaram que ainda há tempo disponível para perguntar. Os que já falaram... Porque a gente precisa passar para os convidados, então, quem não falou ainda... (*Pausa.*)

Como a Jakelyne não sabia desse aviso, eu vou passar a palavra para a Jovem Senadora Jakelyne, do Estado do Tocantins. (*Pausa.*)

Peço para os que não falaram, após a fala da Jakelyne, fazerem perguntas, porque precisamos passar para as respostas dos convidados.

A SRA. JAKELYNE GOMES TAVARES (Para interpelar.) – Minha pergunta é direcionada ao médico Felipe Cavalcante, de novo. Sobre a saúde mental nas escolas públicas, quais iniciativas poderiam ser tomadas para tratar de um assunto tão relevante na realidade contemporânea?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Passo a palavra agora para o Jovem Senador Carlos Terto, do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ANDRÉ TERTO DA SILVA (Para interpelar.) – Quero fazer uma pergunta aberta. Eu queria saber como nós, estudantes, que convivemos com outros estudantes que têm a saúde mental afetada, devemos lidar com essa situação?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Encerro este bloco e passo a palavra agora para os convidados.

Convido agora Felipe de Oliveira Lopes Cavalcante, Consultor Legislativo do Senado Federal, para responder às perguntas.

O SR. FELIPE DE OLIVEIRA LOPES CAVALCANTE (Para expor.) – Tem várias questões, então, eu vou tentar dialogar, pelo menos do ponto de vista mais geral, com o conjunto das questões que foram colocadas.

Mas, antes disso, até porque a gente não sabe – já são 11h20 – se vai dar tempo de fazer uma consideração final, eu queria, desde já, agradecer novamente o convite e parabenizar a Presidente Ana Luisa pela condução da audiência, parabenizar o Senador Paulo Paim, que tem um trabalho muito importante na realização de audiências públicas. Praticamente todas as semanas aqui a CDH sedia audiências públicas, que têm um papel muito relevante de discussão, de democracia, de debate na sociedade. E queria dizer que eu me sinto muito orgulhoso por estar compondo esta mesa com a Neli, com a Gisele, com a Tereza, com a Rossana, que são mulheres muito empoderadas. Eu, sendo o único homem aqui... O meu orgulho é por... Eu ficaria mais orgulhoso ainda se esta mesa talvez estivesse composta por uma totalidade de mulheres, sendo conduzida a audiência pública por uma mulher. Eu acho que isto é muito importante: essa dimensão dessa mudança de que nós precisamos. Eu acho que avançamos bastante, mas ainda temos um longo caminho a caminhar, e eu acho que isso também tem a ver com a questão da saúde mental nas escolas, que acaba tendo muito essa dimensão das mulheres ainda sofrerem com essa questão do machismo, com várias dimensões que a gente tem, inclusive dentro das escolas, mas não só lá.

Acho que foi a Rossana que falou dessa dimensão, dessa fala do Anísio Teixeira, que a escola pública é uma máquina da democracia. Isso é muito importante. Minha filha estudou em escola pública, o meu filho estuda em escola pública. E essa participação que vários de vocês perguntaram, a participação dos pais, participação das mães na vida escolar.... A escola não pode ser só um lugar onde a gente coloca os nossos filhos enquanto a gente trabalha, a escola precisa ser um lugar em que a gente invista, a gente precisa compartilhar a responsabilidade com os professores, com a direção da escola, nós pais, nós mães. Mas também a sociedade em geral precisa entender a importância da escola pública, a importância, inclusive, de a gente investir nas escolas públicas, assim como investir na saúde. Eu diria que boa parte das questões que vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram – sejam direcionadas a mim, sejam direcionadas aos outros colegas da mesa – são questões estruturais.

Eu, como até bem pouco tempo, sendo médico de uma equipe de estratégia de saúde da família que estava participando do PSE – está, Neli? Está, Rossana? –, é muito difícil para a gente, enquanto profissional de saúde, que tem uma demanda, uma pressão por atendimento ambulatorial muito forte, conseguir sair da unidade básica de saúde e ir até – eu tinha três escolas no meu território –, as escolas fazer um trabalho que faça diferença, que ajude, que contribua. Muitas vezes, inclusive, eu acho que foi a Rossana também que falou isso, porque esse trabalho de prevenção primária é um trabalho quase invisível em que a gente vê assim: "Ah, será que vale a pena?". O gestor da saúde muitas vezes se pergunta: "Será que eu vou tirar a equipe ou uma parte da equipe de saúde da unidade básica para ir à escola ficar um turno de trabalho ou um dia de trabalho, enquanto poderia estar atendendo 20 pessoas?" Porque esse trabalho é um trabalho, de fato, que é invisível, mas é muito importante. É muito relevante que a gente possa dialogar, conversar. Esse trabalho que vários de vocês falaram: "O que eu posso fazer?". Eu acho que foi um dos últimos que perguntou: "O que eu posso fazer quando eu tenho colegas que estão em situação de sofrimento?".

Todos nós precisamos entender que esse é um tipo de problema que até bem pouco tempo não era sequer reconhecido como problema. Ainda é visto, infelizmente, como frescura, assim como o tabaco, como o álcool são vistos como coisas normalizadas, como se isso fosse trivial, e que a pessoa só não deixa de fumar ou só não deixa de beber porque não tem vergonha na cara. É mais ou menos assim que algumas pessoas tratam essa questão da saúde mental quando a pessoa está passando por um momento difícil, por um processo de depressão, que é muito complicado, é muito delicado, em especial nesse período em que as crianças e os adolescentes estão na escola, porque traz um conjunto de dimensões que são muito difíceis de a gente lidar e que podem gerar esse processo de isolamento e que contribui para situações extremas, como essa situação de violência que a gente está discutindo aqui: não só a violência simbólica, mas também essa violência extrema.

Então, me perguntaram sobre o panorama do papel dos pais na saúde mental e junto à escola, e eu acho que essa participação faz toda a diferença tanto para que os pais e as mães possam aprender junto aos professores a reconhecer as dificuldades que seus filhos estão tendo em casa, como também para que os pais possam colaborar com a escola em outros projetos. Afinal de contas, a escola não é só a questão da cognição. A questão não é só aprender conteúdos que vão me levar a poder passar no vestibular ou ser aprovado no Enem e depois vir a exercer uma profissão, a escola precisa ser um espaço de aprendizado democrático, de aprender com a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu estava conversando com alguns de vocês que o que a gente vê na TV muitas vezes a partir das CPIs, etc., do processo dos Parlamentares fazendo um enfrentamento, etc., que faz parte do processo político, não representa a maior parte do que é o processo político, porque o processo político passa por conversa, por negociação, por composição. E esse aprendizado democrático precisa começar muito cedo.

A gente precisa entender que a diferença ideológica... essa discussão, por exemplo, da escola sem partido, a escola não tem que ser aparelhada por nenhum partido – isso é óbvio –, mas a escola precisa ser rica em ideologias, das diversas. Tanto na escola no nível fundamental quanto na educação superior, isso é muito importante. Esse é o momento de vocês estarem se formando, de decidirem qual é o caminho que vocês vão seguir. E é muito importante que cada um de vocês possa se expressar e que vocês tenham professores de diferentes ideologias também. Então, isso é fundamental para que a gente não venha a ter situações de extrema violência.

E aí uma das falas foi esse questionamento em relação à violência da extrema direita. Eu acho que todo extremismo, seja o extremismo de extrema direita e o de extrema esquerda, eu costumo dizer que esses polos se encontram, que a extrema esquerda e a extrema direita se encontram. Não é por acaso que têm várias pessoas que hoje estão nesse lugar da extrema direita aqui. Por exemplo, a Sara Winter já é de extrema esquerda. Então é muito fácil passar de um lugar para o outro, porque não é uma questão da posição em relação ao mundo. Parece que é quase como se fosse um extremismo num mundo meio imaginário, que vai levar a alguma coisa. E esse extremismo muitas vezes... Eu acho que tanto o extremismo em qualquer espectro ideológico vai estar associado, sim, a atitudes tão drásticas como essas que a gente infelizmente meio que importou, porque os Estados Unidos é o lugar em que talvez historicamente mais aconteça isso. E têm muitas coisas muito virtuosas dos Estados Unidos, assim como de outros países, tanto nos do norte quanto nos do sul global, mas, infelizmente, a gente tem importado algumas práticas, como essa prática da extrema direita, do radicalismo e esse tipo de situação que a gente tem vivenciado nas escolas nesse sentido.

A Williane perguntou em relação à inclusão da tecnologia como instrumento de estudo e estímulo à dependência. E também foi perguntado sobre como a tecnologia poderia favorecer o cuidado psicológico. Eu acho que tudo na vida tem duas dimensões. Nada na vida é só bom ou só ruim. A vida é muito complexa para gente resumi-la em dicotomias. Então, a gente precisa compreender que a tecnologia, sim, é muito importante. A gente não pode prescindir hoje da tecnologia para os nossos afazeres, inclusive para os estudos. A grande questão é que –s redes sociais e as *big techs* em geral precisam assumir a sua responsabilidade, assim como em relação às *fake news,* que estão em debate aqui no Congresso Nacional, mas também em relação a essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras questões, para que a gente vá trabalhando, enquanto sociedade, enquanto humanidade, no sentido de usar essas tecnologias com responsabilidade.

Então, todos os algoritmos das redes sociais e das grandes tecnologias são pensados para nos fazer querer voltar, para nos fazer sermos notificados ali e ficarmos vendo quantas pessoas nos curtiram. E se, eu postei uma coisa agora, e, daqui a uma hora, não teve nenhuma curtida, eu já fico frustrado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE DE OLIVEIRA LOPES CAVALCANTE – Então essa é uma aprendizagem que as *big techs* precisam trabalhar e falar sobre isso, reduzindo essa ansiedade que se gera em torno dessa questão.

Por outro lado, as tecnologias e as próprias redes sociais também têm sido um meio para que as mulheres falem, para que as mulheres tenham lugar de fala e coloquem suas posições, para que outros tipos de pensamentos circulem que não só os pensamentos hegemônicos. Então, toda essa estrutura que nos engessa, que nos coloca um conjunto de questões que falei anteriormente, ao mesmo tempo elas não são imutáveis.

Eu ainda sonho, por mais que eu entenda que isso dificilmente vai se consolidar ou vai se resolver durante a minha vida, na minha geração, mas ainda sonho com um mundo em que todos nós, todo mundo; sem tirar nem pôr, que todo mundo não admita que tenha uma pessoa passando fome, que não admita que haja alguém no mundo que esteja numa situação de vulnerabilidade e que não tenha ninguém que possa dar um suporte, dar um apoio.

Então assim são muitas questões, e o meu tempo acabou.

Eu queria reforçar os meus agradecimentos, reforçar os parabéns. Peço desculpas por não ter conseguido dialogar com todas as questões.

Mas eu queria reforçar a fala da Neli, no sentido de que vocês jovens – e eu já tive essa idade, não sou mais jovem, já sou mais para adulto, mais ali para frente – não só presentificam o futuro, como vocês são a esperança. E tenham esta ponderação de que, por mais que a gente precise transformar, vamos transformar com diálogo, sem violência.

Então, o meu muito obrigado a todas, a todos, e a "todes", e um ótimo dia, um ótimo trabalho para vocês e para nós! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Obrigada pelas palavras, Felipe.

Agora eu passo a palavra para a Neli Almeida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após responder às perguntas, também já faça as suas considerações finais.

A SRA. NELI ALMEIDA (Para expor.) – Bem, em primeiro lugar, quero agradecer as perguntas, que são todas muito pertinentes, muito complexas e muito profundas. Então, provavelmente, eu não vou conseguir dar conta de responder em profundidade, nesses minutos que temos, todas as questões que vocês apresentaram, mas eu consegui fazer aqui um apanhado.

E, também, todas as perguntas que vocês fizeram têm muita relação, muita ligação com as intervenções feitas pela Rossana, pela Gisele, e pela Tereza também, do MEC. Então, a gente está aqui num grande e bom debate. Agradeço as perguntas.

Primeira coisa: a nossa Vice, a Jovem Senadora Ana Cartaxo, fez uma questão muito importante. Para a gente crescer, a gente precisa sofrer? O sofrimento é uma condição necessária para o desenvolvimento? Eu vou dizer de antemão: não. A gente pode crescer em ambientes de amorosidade, a gente pode crescer em ambientes de acolhimento, a gente pode crescer em ambientes de tolerância, a gente pode crescer em ambientes que possam acolher a nossa identidade, a nossa subjetividade, da forma como ela se expressar. E a sociedade tem que se organizar de forma empática, tolerante, para acolher essas diferenças, essas singularidades.

Qual é a nossa grande questão? A grande questão é que, se tudo for bem, a gente vai passar 25 anos no sistema escolar – 25 anos. Se a gente viver até os cem, é um quarto das nossas vidas. Então, é um tempo muito alongado, muito precioso, em que a gente vai desenvolver a nossa personalidade, a nossa individualidade. E esse ambiente precisa ser protetivo, precisa ser acolhedor.

Então, nesse sentido, a gente precisa que a educação seja revisitada, seja pensada criticamente, para que essa educação possa desenvolver em nós próprios os sentimentos de tolerância não só com o outro, mas também com a gente, com as nossas próprias questões; sermos tolerantes também com as nossas fragilidades.

E eu tenho mais ou menos um acordo, e acho que é isto que a Ana Cartaxo, a nossa Jovem Senadora Vice-Presidente, estava apresentando: a educação precisa ser vista criticamente. A meritocracia, a competência, as provas, as angústias, as frustrações; há uma pressão absurda para que você tenha que responder àquele sistema da melhor forma, e isso, muitas vezes, produz outros sofrimentos e impede o próprio crescimento.

Então, eu entendo a necessidade de que a gente possa ter uma posição crítica, reflexiva sobre os sistemas educacionais, sobre a educação; uma educação democrática, tolerante, cidadã, para que todas as pessoas possam se desenvolver plenamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As barreiras para avançar na questão da segurança pública, tendo por referência esses últimos episódios, as tragédias dos violentos ataques contra escola. Quais são essas barreiras para a segurança pública? Talvez a melhor forma de responder isso... Quais são as barreiras para efetivamente implementar a segurança pública? – foi essa a pergunta. Talvez a melhor forma de responder é que talvez não seja só um problema de segurança pública. Se fosse só um problema de segurança pública, a gente teria uma solução, não é? A gente poderia construir um sistema também de impedimento de armas na escola, aumentar os sistemas de punição, trazer institutos, órgãos e estruturas de contenção de agressividades, enfim, tudo que a gente possa pensar de segurança de um espaço público. Mas talvez isso não dê conta. A gente está falando – e Rossana Rameh foi muito feliz – que a gente está diante de um fenômeno muito complexo, multidimensional: quando uma criança, um jovem, por alguma razão, busca uma arma e transforma essa arma em destruição, em aniquilamento de outras vidas, vidas de pares, vidas de professores, isso é muito grave. Alguma coisa se rompeu nessa possibilidade de esse jovem se ver na vida. É muito impressionante, porque é como se fosse um aniquilamento de si mesmo, e o outro ele é só um detalhe, porque o final... A gente tem um final no suicídio, não é? É sempre assim. Eu eu sou do Rio de Janeiro, acompanhei a tragédia de Realengo, do jovem que entrou numa escola pública e matou 12 outras crianças. Então, a gente percebe que há ali uma estrutura muito já desconstruída no sentido de garantir a vida, a própria vida e a permanência de outras pessoas também na vida.

Então, talvez, as barreiras sejam isso: a complexidade do fenômeno.

A gente tem a experiência dos Estados Unidos, que têm episódios recorrentes de massacre a escola, têm uma resposta de segurança pública, e não conseguem conter o fenômeno.

A perspectiva, então, de se entender é a de pensar em todos os fatores ambientais, motivacionais, pessoais também, familiares. Naquela estrutura, o que é que está acontecendo ali para que um sujeito venha atuar de forma extrema em relação a frustrações, ressentimentos que ele possa ter ali, sentimentos de ódio?

Assim, para lhe responder, a gente pensa que a resposta a esse tipo de violência extrema tem que ser global, ela tem que ser multidimensional, ela tem que ser multifacetada, e não restringir a um único fator, porque não é um único fator que está produzindo ali.

E, nesse sentido, eu queria falar para vocês desta notícia de que, assim que houve esse primeiro episódio da violência, que foi em Blumenau, de imediato o Governo Lula organizou um grande GT interministerial, que envolve mais de 15 ministérios, para produzir uma resposta. E a saúde mental está dentro dessa resposta. E a resposta da saúde mental é exatamente fazer uma aproximação das escolas, das comunidades escolares, envolvendo professores, alunos, família, comunidades do entorno, para que efetivamente essa comunidade escolar possa contar com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio de uma rede de saúde mental, entre outras ações – essa é a que a gente está pensando pela saúde mental –, sobretudo a educação permanente também, mediação de conflitos, cursos para os próprios alunos, espaços de produção da cultura de paz, de arte e cultura.

Então, têm sido essas as respostas, para além da segurança pública, mas você tem toda a razão em dizer que é muito difícil. E a gente também precisa ter a pressa na produção dessa resposta.

Há uma questão muito importante – eu não guardei o seu nome... Você disse: "não há política" – tem você, no finalzinho, e tem ela – "não há política violenta; há pessoas violentas".

Então...

A SRA. ANA LAURA DE PAULA CHAVES (Pela ordem.) – Eu, na verdade, disse que a questão da violência não se limita a uma ideologia ou à política...

A SRA. NELI ALMEIDA – Sim.

A SRA. ANA LAURA DE PAULA CHAVES – É questão de pessoas violentas, de caráter.

A SRA. NELI ALMEIDA – Sim, falamos disso, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – É a Jovem Senadora Ana Laura Chaves, de Minas Gerais.

A SRA. NELI ALMEIDA – Ana Laura. Eu não vou conseguir pegar os nomes de todos vocês pela sequência das questões.

Como o Felipe já colocou, todo extremismo caminha para uma violência; todo extremismo, seja de esquerda, seja de direita. Então, a própria concepção de um pensamento extremista vai se encontrar com a violência, seja de esquerda, seja de direita. Mas é importante a gente entender que existe política violenta, sim. Políticas violentas existem: são políticas que almejam o aniquilamento do outro, almejam aniquilar as diferenças, a diversidade, e isso não está situado num partido. Não se situa no partido; situa-se numa concepção, numa concepção de ação política sobre a sociedade, muitas vezes conduzida por um sentimento de morte.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELI ALMEIDA – Não temos tempo, não é, gente? (*Pausa.*)

Eu ouvi "cinco minutos".

Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Eu vou lhe disponibilizar mais cinco minutos.

A SRA. NELI ALMEIDA – Está bom, muito obrigada.

Então, assim, existem, sim, políticas violentas, e a gente precisa muito trabalhar essa ideia – nós – de que a violência está na pessoa. A violência pode não estar na pessoa; a violência pode estar na resposta a um ambiente, a um ambiente que não criou condições, possibilidades de essa pessoa responder de uma forma construtiva ou de uma forma positiva a essas pressões da sociedade ou às condições mais difíceis que a sociedade apresenta.

Eu tenho muitas dificuldades mesmo, pessoais, de entender esses traços como traços da personalidade daquela pessoa. Por exemplo... É claro que sempre tem um elemento subjetivo – sempre tem. Tem sempre um elemento subjetivo, tem sempre a característica individual, a psicologia indica isso, mas aquele elemento subjetivo individual se dá num contexto, e, se a gente não olha o contexto que produziu aquela condição de ódio, a gente não consegue avançar, porque a gente vai achar que o problema é daquele indivíduo, e não de uma série de condições estruturais, ambientais, políticas e econômicas produzindo aquele indivíduo. Você tem razão, e eu também concordo, há uma contribuição individual, mas não se pode restringir-se a essa contribuição individual.

Não sei se a gente pode avançar nessa compreensão.

A participação de professores de saúde mental. Sim, é muito importante garantir a participação de profissionais da saúde mental no ambiente escolar. Eu defendo essa ideia; não só defendo essa ideia, como existem duas leis já aprovadas: a Lei 14.615, de 2023, que é a lei que obriga a presença de um psicólogo nas escolas; e, também, a Lei 13.935, de 2019, que obriga a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.

Eu apoio muito esses dispositivos legais. Eu acho que a gente precisa, o Poder Executivo precisa avançar para cumprir essa lei. E aí garantir a equidade, não é? Não só os institutos federais terem esses núcleos de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, mas toda escola pública ter esse núcleo como forma de cuidar desse processo formativo das escolas.

E, por último, tem um PL que prevê a atenção psicossocial nas comunidades escolares. É o PL 3.381, de 2021, e a Relatora é a Deputada Tabata Amaral: Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Escolas. É um PL em processo de aprovação nesta Casa legislativa, e a origem é esta Casa também.

Bom, gente, vou correr um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Violência das escolas periféricas. A violência das escolas periféricas é um grande problema social e extrapola também as escolas. Não sei se vocês vivem em comunidade, não sei se vocês têm essas experiências de estar em uma escola periférica, mas o fato é que essas comunidades que vivem nas periferias são muito vulneráveis em relação às ações policiais, nos conflitos armados. E, diante dos conflitos armados, a escola não é protegida. E as crianças, por sua vez, não são protegidas. Então, acho que a primeira coisa que se poderia pensar, e talvez vocês pudessem avançar nesse campo, é como proteger as escolas públicas em territórios periféricos. Uma situação de guerra não pode afetar uma escola, não pode alcançar uma escola; um conflito armado não pode alcançar uma escola, mas é o que mais acontece. E aí estou falando muito do Rio de Janeiro.

Não é possível, não se deve caminhar para normalizar a violência. Esse é o grande risco: diante da tragédia violenta, você responder com mais violência. O grande risco é esse. E o grande desafio é como desativar os crimes de ódio; como desarticular também essa ideia de que pessoas podem acessar armas e cometer esses atos em massa, esses assassinatos em massa. Isso é muito grave. E há um risco de a gente pensar logo em segurança pública. Há um risco de a gente pensar que isso não pode acontecer. Mas a gente precisa avançar com esse pensamento e trazer essa ideia da complexidade, e não normalizar em tempo algum a violência. Não é normal. A gente não deve querer fazer o caminho dos Estados Unidos. Não deve querer. A gente tem que trabalhar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NELI ALMEIDA – Bom, gente, vou terminar fazendo um convite, porque eu acho que é assim que se vai discutir a questão do Capsi nas escolas, do Caps na escola. O estigma da saúde mental, da doença mental ainda é muito forte na sociedade, então os sujeitos se protegem, mas é interessante ver que está todo mundo lá discutindo as suas questões, sendo cuidado por um profissional da saúde mental.

Então, faço um convite muito especial a vocês: de 11 a 14 de dezembro, deste ano, vai acontecer a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental – 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental –, de 11 a 14 de dezembro, justamente para discutir o modelo de saúde mental que nós queremos. E queria fazer um convite para vocês participarem dessa 5ª Conferência, trazendo as questões e as propostas de saúde mental para que os delegados e as delegadas possam analisar essas propostas, aprovar essas propostas, e essas propostas possam se tornar políticas públicas.

Então, a minha indicação é que vocês possam trazer todas as questões para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. E tem aí as conferências livres: vocês podem organizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a própria conferência de saúde mental e encaminhar as propostas para o Conselho Nacional de Saúde.

Fico à disposição, pelo Departamento de Saúde Mental, de vocês para que a gente possa avançar nessas questões.

Muito obrigada e desculpa pelo avanço na hora. Normalmente eu não faço isso, mas eu estou muito impactada por vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Muito obrigada, Neli.

Agora passo a palavra para a Gisele Aparecida Alves, lembrando que ela é convidada – responde às perguntas e já faz as considerações finais.

A SRA. GISELE APARECIDA ALVES MIZUTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá. Muito obrigada pelas perguntas. Eu acho que fiquei aqui também muito inspirada para respondê-las e para complementar a minha fala. Fiquei também muito impressionada com a forma como essas perguntas foram estruturadas e com a capacidade de raciocínio, de pensamento crítico de todos os que nos fizeram as perguntas. Então, também parabenizo aí a todos por esse ótimo desempenho nessa questão.

Então, eu tentei separar aqui em blocos, para tentar responder também de forma mais organizada. Primeiro, um bloco sobre o que a gente já conhece a respeito do desenvolvimento socioemocional e de saúde mental de educadores, incluindo aí professores e também outros servidores-educadores nessas escolas.

Retomo aqui com vocês o que eu disse lá no início da minha fala sobre o que são essas competências socioemocionais. A gente está falando sobre a capacidade das pessoas de gerenciar os seus sentimentos, de mobilizar a sua energia para se motivar a realizar as atividades do dia a dia e para ter interesse nas pessoas ao redor e ter expectativas positivas sobre elas.

Imaginem, então, a vida de um professor com essas características rebaixadas. Como é difícil para que ele atue nesse seu papel também de professor. Portanto, reverberando nesse papel profissional dele como professor, mas também na sua vida pessoal, impactando, inclusive, seu relacionamento com seus pares ali na escola.

Então, reconhecendo também essa importância dos educadores e do desenvolvimento socioemocional dos educadores, o instituto também tem iniciativas que avaliam e desenvolvem atividades e apoio para a formação de educadores nessa seara do desenvolvimento socioemocional. E especificamente nas iniciativas de avaliação, a gente encontrou, sim, que os professores relatam desafios para exercitar suas competências de resiliência emocional, então, que demonstram dificuldades para lidar com sentimentos de tristeza, com sentimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ansiedade e para regular a sua raiva. São justamente essas características que vulnerabilizam mais as pessoas para adoecimento mental e são essas que os professores também trazem aí como um grupo de dificuldade de manifestar no dia a dia.

Um outro achado bastante interessante nos educadores é que justamente a resiliência emocional, que diz respeito a essa questão de como a gente regula as nossas emoções e lida com elas, começa a baixar mais conforme a idade e a experiência do docente, diferentemente do que ocorre com muitas profissões, em que ela tende a aumentar com a idade. Só que, depois desse rebaixamento, ela parece que começa a subir de novo nesse estudo. Então, o que a gente está investigando como uma hipótese forte, inclusive, é que esse achado pode indicar que os professores que têm essas competências menos desenvolvidas são justamente aqueles que deixam a profissão. A gente tem um efeito parecido com aqueles alunos, por exemplo, que evadem a escola, aqueles com competências menos desenvolvidas e que evadem a escola.

A gente também fez um levantamento nas redes de ensino buscando o interesse: quais eram as principais demandas que os professores solicitavam para as suas formações e para o seu desenvolvimento profissional? Um item que surgiu em primeiro lugar de pedido dos professores era justamente formações voltadas para que eles pudessem desenvolver suas competências de resiliência emocional. Por isso, a gente também se motivou no instituto para desenvolver uma plataforma diretamente aos professores, de acesso aos professores, que é a nossa plataforma Humane, que apoia essa formação desses aspectos, o que, obviamente, não substitui as ações mais sistematizadas de apoio por parte dos gestores escolares e de formuladores de política.

Sobre os outros funcionários, sobre os outros servidores, nós também fizemos um mapeamento com mais de 12 mil servidores em 2021, já pós-pandemia, e também identificamos que eles sofrem essas questões de pressão relacionadas à infraestrutura e com dificuldade relacionada às competências socioemocionais, e também pedem esse apoio. A gente tem mais de 88% desses servidores relatando que se sentem esgotados, inclusive depois da pandemia, também com dificuldades para lidar com suas emoções, para se organizar com relação às suas atividades e para conseguir se relacionar com as outras pessoas.

Contudo, uma boa porcentagem, mais de 60% desses servidores relataram que se sentiram muito úteis durante a pandemia, então, aqui também está uma oportunidade de a gente aproveitar essa característica desses servidores para que a gente potencialize essas ações de desenvolvimento nas escolas. E a gente, no âmbito dessa avaliação, compartilhou esses resultados com a própria rede para fortalecer as oportunidades de todos para trocarem as suas experiências e para buscarem apoio para desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta sobre o *bullying* nesse mesmo levantamento em que nós estudamos a saúde mental. Nós também estudamos o *bullying* e casos de violência escolar e violência doméstica. Encontramos que a violência psicológica doméstica aumentou ao longo dos anos, desde 2019, inclusive pelo fato de que as crianças e adolescentes estavam mais em casa do que na escola durante a pandemia, e da mesma forma a gente encontrou que o *bullying* não diminuiu depois do fechamento das escolas, ele continuou acontecendo porque ele migrou de lugar, ele muito provavelmente foi para uns espaços do que a gente chama de *cyberbullying*, que é o *bullying* nas redes, o *bullying online*. A gente tem casos identificados de mais de 10% dos estudantes relatando sofrer *bullying* e com motivos relatados, estando os maiores, segundo esses mesmos estudantes, sobre a aparência do rosto e do corpo com bastante frequência, e raça também está entre esses motivos.

Da mesma forma como fizemos com saúde mental, também buscamos entender como o desenvolvimento socioemocional pode apoiar o enfrentamento desse fenômeno de *bullying* – e eu chamo de fenômeno porque aqui a gente tem o papel tanto dos intimidadores quanto das vítimas, e os dois merecem e devem ser desenvolvidos na escola para que esses casos sejam mitigados. E, no papel dos intimidadores, o que a gente viu é que eles relatam justamente mais dificuldade para regular os sentimentos de raiva e, nas vítimas, o sentimento de tristeza.

Então, numa ação direcionada para o fenômeno de *bullying*, voltada para o desenvolvimento socioemocional são justamente essas as características para cada um desses papéis que os estudantes desempenham no fenômeno.

Com relação aos problemas de concentração nas crianças, a nossa competência socioemocional denominada foco se refere justamente a isto: à capacidade de se concentrar na atividade que a gente quer realizar e para evitar distrações mesmo em tarefas que sejam repetitivas.

Então estratégias que permitam que os estudantes gerenciem, de um modo mais eficiente, esse comportamento e direcionem a sua atenção para onde eles desejam realizar o que eles querem são justamente aquelas que vão apoiar mais os estudantes a se concentrarem melhor. Então, por exemplo, alternar momentos cronometrados de tarefas focadas, com momentos de pausa, também cronometrados. E aí há diversas possibilidades de intervenção. Inclusive o instituto também tem materiais específicos mais aplicados como sugestões de atividades que podem ser utilizadas em sala de aula e durante as rotinas de estudo.

Com relação à saúde mental e pressão na escola, certamente qualquer ação que altere a rotina escolar deve ser acompanhada de estratégias eficazes de implementação. Então, essas estratégias, quando bem informadas por evidências que eventualmente já estiverem disponíveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão apoiar a prática de políticas e operacionalização de currículos que não impliquem a sobrecarga.

Por último: como os estudantes podem auxiliar outros estudantes que também estejam em situações de saúde mental rebaixada?

Estão aqui, veja, é um trabalho muito específico de desenvolvimento socioemocional que é feito nas escolas. E eu digo muito específico porque é um trabalho intencional: ele não vai ocorrer ao acaso; ele vai ocorrer porque as pessoas empregam esforças para que ele ocorra e que, mesmo que tratados individualmente, tem aspectos que reverberam para o coletivo. Então aqui o diálogo é fundamental, nessas relações sociais, principalmente entre os pares, porque possibilita a troca de autorreflexão, os espaços para autorreflexão, os espaços para o autoconhecimento.

Então para a construção de uma rede de apoio, em que esses estudantes compartilhem os seus anseios e vulnerabilidades, vai ser importante o desenvolvimento socioemocional do estudante que ouve e do estudante que compartilha. Essas experiências vão sim desempenhar um papel aqui.

E por último aqui, só fechando, obviamente quando esses prejuízos se demonstrarem muito importantes, ou seja, prejudicarem muito socialmente esse indivíduo, é necessário buscar apoio na escola, inclusive para entender a escola quando é o caso de encaminhar para equipamentos de saúde específicos e para envolver também a família nas estratégias de enfrentamento.

Então todos os caminhos levam a Roma, aqui nesse caso. O que estou dizendo aqui é que o desenvolvimento socioemocional vai apoiar todos os agentes aí da comunidade escolar como um todo – de estudantes a todos os servidores que participam do processo de escolarização.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Obrigada, Gisele, pelas palavras.

Agora eu passo a fala para a Rossana Carla Rameh, lembrando que a convidada responde às perguntas e já faz as considerações finais.

A SRA. ROSSANA CARLA RAMEH DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou começar de baixo para cima, porque eu acho que foram três perguntas para mim. Não tenho certeza. Se ficar faltando alguma coisa que eu não consegui anotar, peço desculpas.

Também queria agradecer as perguntas feitas e o espaço de fala aqui neste momento, para a gente poder ir aprofundando esse tema tão múltiplo, tão difícil de tratar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Camila falou da questão de um projeto de lei, pelo que eu entendi, do Amapá, em que tem o desenvolvimento de cultura de paz, envolve colaboração entre os estados e tal, e ela pergunta se esse pode ser uma saída para a questão da violência nas escolas.

Esse e muitos outros. Nunca a gente vai encontrar uma resposta única, Camila, para essa questão. A gente fala hoje de redes protetivas de segurança e saúde na escola. Então, a saúde mental é uma questão, a prevenção de álcool e outras drogas é outra questão, cultura de paz é outra, comunicação não violenta é outra, então são diversos projetos, programas e também leis que podem estar confluindo na diminuição dos problemas relativos à violência na escola, porque ela é multifatorial.

Então, um projeto de lei é muito bem-vindo, mas ele não vai conseguir fazer sozinho. A gente tem muitas leis até avançadas, mas, entre a lei e a execução lá na ponta, a gente encontra muitas barreiras, o que já foi até perguntado, Neli até falou alguma coisa sobre isso.

Então, ele pode ser, sim, uma saída, mas não a única.

Eu acho que estou com a garganta ruim.

Eu não lembro o nome do rapaz, eu não consegui anotar, que falou sobre a questão da exclusão, *bullying* e pergunta da formação dos profissionais para prevenção.

A Gisele já colocou algumas questões, o próprio PSE, também colocado pela Tereza, como uma ação que pode transversalizar essa questão da formação dos professores, mas não só os professores. A gente tem que formar, realmente, todas as pessoas da comunidade escolar. E aí os temas são diversos, como já dito, desde comunicação não violenta a ações de desenvolvimento. Por exemplo, nos jogos internos, tem uma coisa chamada *fair play,* que é a gente trabalhar com as torcidas para que elas possam desenvolver uma torcida saudável, bacana, respeitando a outra, a diversidade, a divergência das torcidas.

Então, é uma multiplicidade de questões, e a formação dos profissionais é fundamental para isso. Então, eu concordo contigo.

E, na última questão, que foi a fala da Ana Laura, eu fiquei... Felipe e Neli já adiantaram bastante até a minha fala, mas eu queria reforçar algumas questões.

De fato, todas as extremidades, polaridades podem desenvolver violência. O que eu apresentei aqui não foi uma questão voltada no sentido de um desrespeito a uma ideia, a uma ideologia, mas o perfil das pessoas que cometeram os atos. Eu apresentei uma pesquisa, e nessa pesquisa isso foi encontrado. Então, a extrema-direita traz questões que dialogam bastante com o que Neli falou agora no final, porque, inclusive, Neli falou da questão de a gente ter escolas tolerantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero avançar um pouco mais para a gente refletir aqui.

Tolerância é aquele verbo que diz assim: eu vou te suportar, eu vou te aguentar até que eu consiga mudar o teu pensamento para o meu pensamento ser vigente. Então, tolerar parece que não é mais só tolerar o suficiente, porque a gente tem aí um paradoxo: como tolerar o intolerável? É intolerável que a gente veja nas escolas apologia à tortura, que a gente veja nas escolas apologia ao crime, que a gente veja nas escolas símbolos nazistas sendo desenhados, não é? Então, é intolerável, e eu tenho que avançar da tolerância para o respeito.

Foi falado que eu faltei com respeito. Na minha concepção, eu estou trazendo uma apresentação de fatos. Não há nenhuma intenção de faltar com respeito, mas de a gente refletir que visão de sujeito e de mundo a gente tem. Que visão de sujeito e de mundo eu posso estar desenvolvendo na escola para que a escola possa avançar nessas questões, que, como disse o Dr. Felipe, são muitas vezes estruturais? Então, não dá para a gente tolerar machismo, tolerar misoginia, tolerar homofobia, tolerar racismo. Tem questões que não se tratam de ideologia, ponto. Tem questões que já são crimes no Brasil. A gente já avançou, então, a gente não pode retroceder. A gente tem que lutar e manter a cabeça erguida, encontrar formas de a escola continuar avançando. Então, a diversidade de pensamento é válida, desde que ela não falte com a... Como é que eu posso dizer? Com o cuidado e a defesa da vida. Muitas pessoas confundem liberdade de expressão com poder dizer qualquer coisa, poder fazer qualquer coisa. Isso não é mais possível. A gente tem já leis para coibir esse tipo de coisa na escola. E o dado é esse. O que a gente viu do perfil... A gente não, as professoras que pesquisaram, eu apenas repassei a pesquisa, porque ela é bastante forte. O que outros órgãos, como o UNODC, a Opas, vêm observando é que, infelizmente, esse perfil está muito ligado realmente ao desenvolvimento da extrema-direita. Certamente tem violência na extrema-esquerda também, inclusive *fake news*, inclusive a ideia de estar fazendo jogos que confundem e adoecem as pessoas através das redes sociais, mas... É isso, não é?

E tem uma fala de Neli, que avançou na questão dos traços de pessoas, de não colocar no colo só da pessoa, do indivíduo a responsabilidade, porque o indivíduo é forjado, nasce, surge pela coletividade, pelos seus contextos. Então, é por isso que desenvolver comunidades de paz, escolas de paz é tão importante. Desenvolver nossa visão, nossa cosmovisão, visão de sujeito e de mundo, que mundo nós queremos, é fundamental na escola como medida de ação preventiva, seja primária, seja secundária, seja terciária, porque aí a gente vai vendo como é que a gente amarra as nossas ações.

Eu não sei se eu respondi, mas queria, mais uma vez, agradecer e dizer que a banalização do mal precisa ser combatida nas escolas, que a gente pode estar desenvolvendo muitas ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baseadas no respeito, para a gente avançar nas questões que vêm acometendo principalmente os dias atuais.

Obrigada.

E estou à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. ANA DALINE DO NASCIMENTO CARTAXO – Obrigada, Rossana.

Gostaria de passar a palavra agora para a Tereza Santos Farias, lembrando que, após responder as perguntas, pode fazer suas considerações finais. Obrigada.

A SRA. TEREZA SANTOS FARIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Ana.

Queria parabenizar as intervenções realizadas pelos Jovens Senadores e pelas Jovens Senadoras, observações bastante qualificadas, jogando um pouco mais de luz sobre este cenário, que é tão complexo.

E queria reafirmar, trazer mais uma palavrinha-chave, que eu acho que ressoou muito nesta manhã, que foi a multidimensionalidade: enfrentar o problema das violências, das suas diversas nuances, as simbólicas, as que chegam ao ponto da agressão e do atentado contra a integridade física, que chegam a ceifar vidas às vezes, de todos os outros tipos de violências que estão presentes na sociedade e que têm adentrado as escolas, requer o enfrentamento intersetorial que olhe para a dimensão das interseccionalidades e que congreguem os esforços diversos para que a gente possa consolidar e constituir cada vez mais o enraizamento de uma cultura de paz.

De imediato, eu vou deixar, do YouTube, três *links* a pedido da Jovem Senadora que fez a pergunta do que, de imediato, podemos fazer frente a essa situação para promover a saúde mental nas escolas. Eu vou deixar à disposição no *chat* do YouTube três *links*. Convido cada uma de vocês e cada um de vocês a acessar o webinário do Programa Saúde na Escola, transmitido pelo YouTube do Datasus, há duas semanas. A gente já está com 3,2 mil visualizações desse webinário. A gente teve especialistas discutindo, com estratégias e proposições sendo ali apontadas. Um outro material é o *Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola*. E eu vou deixar o *link* especificamente do *Guia de Bolso Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos na Escola*. Ele traz oficinas, possibilidades de usar metodologias que vocês, no retorno para cada uma das suas unidades escolares, junto ao grêmio estudantil, caso a escola de vocês tenha, junto ao conselho escolar, caso a escola de vocês tenha constituído esse importante espaço de controle social e de gestão democrática da escola, ou até mesmo junto a colegas líderes de classe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz a referência a Vitória, porque eu participei ativamente, quando estava na Bahia, do programa de lideranças estudantis, que hoje cresceu e tomou a forma do programa Líderes Baianos, em que a gente tem ali um protagonismo muito interessante, muito estratégico dessas lideranças, de cada uma das turmas das escolas de educação básica, que têm que se implicar e se corresponsabilizar para constituir um plano de ação para a sua unidade escolar, para melhorar a sua unidade escolar, que olha para a dimensão pedagógica, para a dimensão de infraestrutura e para a dimensão das relações. Cada um de vocês pode ser um mobilizador não só neste espaço em que vocês tiveram a oportunidade de vivenciar o dia a dia de um Parlamentar dentro do Senado. Eu acho que vocês voltam como uma importante referência, mas podem receber também esse novo compromisso de serem embaixadores da pactuação a favor da cultura de paz e da vida e podem promover, nas escolas de vocês, rodas de conversa, espaços de escuta, espaços de acolhimento.

Esse guia de bolso traz algumas possibilidades de oficinas que vocês podem usar. Ele tanto se direciona para profissionais da educação e da saúde quanto também pode ser usado como metodologia para o trabalho protagonizado pelos próprios jovens. E aí eu reforço e acentuo a necessidade de cada uma das instituições escolares cada vez mais perceber e entender que os estudantes que estão nas escolas de educação básica, que a gente tem um desafio tremendo para implementar as leis que Neli mencionou... Quando a gente fala de educação básica, são quase 150 mil estabelecimentos de ensino em todo o Brasil, que atendem quase 50 milhões de estudantes. Que maravilhoso seria que cada uma dessas instituições pudesse ter o aparato de um IF! A gente não tem, essa não é a realidade. Então, nas condições de que dispomos dentro de toda a conjuntura, das assimetrias regionais que este país tem, na profunda desigualdade entre municípios do Norte, do Nordeste... Em municípios do Sul e do Sudeste, por exemplo, a gente tem condições diferenciadas para realizar o trabalho, mas isso não pode nos eximir da nossa responsabilidade de realizar esse trabalho. E a escola cada vez mais precisa entender que o estudante não é a metáfora que eu usei: um pescoço ambulante, uma cabeça ambulante por cima de um pescoço. Ele é um sujeito na sua integralidade.

Então, as aprendizagens de base cognitiva, que estão na matemática, nas ciências humanas, na natureza, nas linguagens são tão importantes quanto as aprendizagens que a escola cada vez mais é reivindicada a assumir e a protagonizar, que são as aprendizagens de base socioemocional.

Então, foi muito bem colocado por Gisele quanto às metodologias que o IAS tem constituído para, inclusive, avaliar as aprendizagens de base socioemocional.

A gente sabe que isso ainda é muito novo para as escolas, é uma dimensão ainda formativa do professor, que precisa ser bem constituída, mas a gente precisa perceber cada vez mais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os profissionais de educação, em especial as professoras e os professores, são profissionais do desenvolvimento humano também. Então, para além de eu estar na escola ensinando biologia, fazendo compreender o conteúdo curricular presente nas ciências da natureza, eu tenho uma dimensão formativa, com que a escola de educação básica se compromete, que é a de formar um sujeito humano, um cidadão, para a inserção em uma sociedade que precisa cada vez mais constituir e fortalecer os seus laços, por exemplo, de convivência democrática.

Então, tirando esses três apontamentos de imediato do que vocês podem fazer – que é usar o guia do PSE, assistir ao webinário para pegar ali as dicas e também indicar aos professores, que é o terceiro *link*, para acessarem o curso Bem-Estar no Contexto Escolar, que está disponível no Avamec, que é um *site* onde a gente tem uma trilha formativa com um conjunto de estratégias, de metodologias, de ferramentas para apoiar e subsidiar professoras e professores, para, na sala de aula, trabalharem com as emoções, com a promoção da saúde mental –, ao lado disso, o MEC, no final deste ano, vai entregar esse conjunto de materiais novos do PSE, o guia de bolso para a saúde mental, a plataforma de planejamento pedagógico interativa do Programa Saúde na Escola, com um compartilhamento de boas práticas também. E a gente vai anunciar, no final do ano, um prêmio do Programa Saúde na Escola, justamente para referenciar essas boas práticas. Muitas delas trabalham com círculos restaurativos, fortalecimento da cultura de paz, aquela velha e antiga – e um pouco perdida ao longo da contemporaneidade – necessidade de ouvir e escutar.

A gente está muito exposto às telas, a gente pisou os pés aí na sociedade da informação sem o devido amadurecimento de aprender a se relacionar de forma saudável com tudo aquilo que a gente vê projetado – aquele universo, às vezes completamente fora da realidade, de pessoas que são 24 horas por dia imensamente felizes, imensamente realizadas, acessando bens de consumo a que muitos de nós não teremos acesso. Então, a gente precisa construir uma relação melhor entre cada um de nós, sujeitos humanos, e o espaço da escola como espaço prioritário de socialização secundária. Após o espaço privilegiado e primeiro da família, a escola é o segundo local promotor da socialização secundária. E ela é, então, um espaço importante para a gente reconstituir esses laços humanos. Então, criar espaços de escuta, salas de acolhimento... Vocês, junto com as diretoras, com os professores, com os porteiros, com as merendeiras, com todas as pessoas que cuidam e trabalham na escola, podem se apropriar de algumas estratégias para que a escola seja esse ambiente mais humano, acolhedor.

Às vezes, só escutar uma pessoa que está em sofrimento agudo já atenua aquele condicionante do momento que ela está vivendo, de estar com uma crise muito forte, precisando muitas vezes ser só escutada sem ser julgada, sem colocarmos essa carga de associar a saúde mental a uma dimensão de pessoas que têm distúrbios graves. Como foi muito bem colocado pelas pessoas que têm uma experiência maior na área da saúde, a gente tem que parar de estigmatizar e tem de entender que todos nós atravessamos condicionantes sociais ligados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência, à desesperança, à incerteza sobre o futuro. E vocês que são jovens carregam isso com muito mais intensidade, porque vocês estão no processo de construção e de escolhas para caminhar na direção desse futuro. Então, a intensidade de tudo que se vive gera um nível de esfacelamento e de enfraquecimento de nossa saúde mental como um todo. Então, a experiência que todos vivenciamos, principalmente após atravessarmos essa crise humanitária que foi a pandemia da covid-19.

Então, a escola, através de vocês também, pode reconstituir esses espaços para a escuta, para o acolhimento, para a promoção de práticas que permitam que os estudantes possam ter a sua dimensão das emoções, das subjetividades acolhida, com o respeito que merecem – não é? –, porque isso também está na dimensão da formação humana integral, para que a escola básica aponte onde ela se referencia e onde essa gestão do Ministério da Educação coloca como um pilar constitutivo do seu objetivo educacional: contribuir e colaborar na formação humana integral de sujeitos, que devem ir para as universidades, para o ensino técnico profissional, desenvolver trajetórias de formação, mas, muito mais que isso, eles devem se constituir como pessoas humanas, formadoras de uma sociedade mais justa, mais igualitária e com menos desigualdades.

Então, parabenizo cada Jovem Senadora e cada Jovem Senador, que retornem para os seus territórios, imbuídos dessa responsabilidade de usar as ferramentas que o PSE dispõe para promover e difundir a cultura de paz, como enfrentamento às violências e como fortalecimento da nossa saúde na dimensão mental.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Luisa Pires Garcia) – Gostaria de agradecer primeiramente aos convidados por tirarem todas as dúvidas minhas e dos outros Jovens Senadores; agradecer aos Jovens Senadores pelas perguntas também, que foram necessárias; e dizer que foi muito importante esta audiência pública. Conseguimos captar todas as mensagens aqui postas. E quero dizer que vocês levem todas essas respostas dos convidados, apresentem as dúvidas que já foram tiradas aqui lá nas Comissões de hoje à tarde.

E quero dizer que declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Wilder Morais, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 63/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater Sobre: "Desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária". **Participantes:** Edna Carmelo, Consultora e especialista em Tributação de Cadeias Produtivas; Marcos Aurélio Pereira Valadão, Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV/DF; Tathiane Piscitelli, Professora de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP; Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde; Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho – CODEMAT; Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde - DAENT/MS; Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; José Gomes Temporão, Ex-Ministro da Saúde; e Marcos Lopes, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/23

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Desculpem o atraso. Normalmente eu não me atraso, mas tive que fazer um pronunciamento no Plenário do Senado sobre o arcabouço fiscal e corri para cá neste momento para que a gente iniciasse, então, a audiência pública de hoje.

Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 63, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema: desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Faço a fala da Presidência de forma muito rápida para situar todos os telespectadores e aqueles que estão nos ouvindo também pela Rádio Senado e saberão da notícia pela Agência Senado.

Senhoras e senhores, sejam bem-vindos, todos!

Reunimo-nos hoje, nesta audiência pública, para debater um tema de extrema relevância para o nosso país: desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária. A reforma tributária, há mais de quatro décadas em discussão, se mostra fundamental para impulsionar o crescimento. É mais ou menos o tempo que eu estou dentro do Congresso: eu vou para 40 anos de Congresso, que iniciei na Constituinte, e termino esse mandato daqui mais de três anos, o que vai dar exatamente 40 anos. Só vejo falar em reforma tributária, mas ela acaba nunca acontecendo.

Enfim, o desenvolvimento da nossa nação passa pela reforma tributária, incentivando a todos, o setor produtivo, fomentando a geração de emprego, de renda, e cuidados como a saúde, a educação, a infraestrutura, enfim, é o eixo do campo econômico do nosso país.

Devemos destacar a oportunidade que temos diante de nós para não apenas reestruturar o nosso sistema tributário, mas também promover o bem-estar social e a sustentabilidade, uma reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária que poderíamos dizer consciente e que pudesse ser alavanca para um novo cenário, onde a saúde pública, a qualidade da alimentação da população e o consumo correto pudessem ser priorizados.

Há distorções no sistema tributário atual: produtos ultrapassados, cujo impacto negativo na saúde é evidente, muitas vezes são tributados com alíquotas baixas ou até mesmo nulas. Por outro lado, os alimentos orgânicos, agroecológicos, que têm um potencial enorme de contribuir para uma população mais saudável não recebem o devido apoio, o incentivo tributário merecido.

Chama a atenção um estudo que revela os impactos dessa disparidade, e aí vêm: por que a comida saudável está longe da mesa dos brasileiros?

"O papel da tributação como propulsora da desnutrição, obesidade e mudanças climáticas no Brasil" é um estudo evidencia a necessidade de reavaliar o nosso sistema tributário sobre um cenário mais abrangente, considerando não apenas os interesses econômicos, mas também e, principalmente, a saúde da nossa gente, a saúde das nossas pessoas e o impacto ambiental. Desonerar a folha da cesta básica de alimentos poderá reduzir, em média, 5% o valor dos preços dos produtos.

Creio que o Brasil tem capacidade de elaborar uma reforma tributária que priorize não somente o desenvolvimento econômico, mas também os direitos humanos e a saúde da nossa população. Nossa nação possui um potencial extraordinário para conciliar crescimento econômico com justiça social e ambiental.

Estamos juntos. Vamos à nossa audiência pública.

De imediato... (*Pausa.*)

Expediente, em nível de informação.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: de mãe, que encaminha denúncia de direitos humanos, suplicando ajuda para repatriação de suas filhas de quatro e seis anos, sob graves indícios de abusos sexuais – esse é o pedido dela.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria ou no portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminando o prazo e os devidos encaminhamentos, os documentos serão arquivados.

Vamos agora aos nossos convidados.

Primeira mesa.

Convido Sra. Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Convido Marcos Aurélio Pereira Valadão, Professor da Fundação Getúlio Vargas. (*Palmas.*)

Convido Edna Carmelo, Consultora e Especialista em Tributação de Cadeias Produtivas. (*Palmas.*)

Na segunda página há perguntas do e-Cidadania, às quais eu passarei em seguida.

Mas, de imediato, passo a palavra para a Sra. Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde.

Cada um terá um tempo de dez minutos e mais cinco se necessário – um máximo de 15 minutos.

O tempo é seu. Botão verde ligado – é aqui. Isto!

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Aqui, né? Está certo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto!

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Primeiro, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de estar participando aqui da audiência pública. Também quero cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha *online*.

Eu trouxe uma apresentação. Não sei se eles já podem colocar para mim ali. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu entendi, vai ter duas mesas.

Christiano, vai ter duas mesas? (*Pausa.*)

Isso. Então, a Tathiane está na segunda mesa – com o mesmo prestígio, viu? Inclusive, quem fica na segunda mesa fica até o final. Esses aqui falam e têm que ir para o Plenário.

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Acho que ele está colocando ali.

Bom, vou falar daqui mesmo, por causa do microfone, então.

Eu represento aqui a ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não-governamental brasileira, criada há 16 anos para atuar com promoção de políticas públicas, inicialmente de controle de tabaco e, depois, ampliando também para o tema da promoção da alimentação adequada e saudável, controle do álcool, promoção da atividade física.

Pode passar, por favor. Acho que já pode passar até o outro, porque o primeiro só apresenta a ACT – isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui até gostaria também de colocar que está acontecendo aqui em Brasília o nosso Seminário de Alianças Estratégicas para Promoção da Saúde. A gente teve o prazer de convidar boa parte das pessoas que estão participando do seminário para estarem aqui conosco, representando cinco estados brasileiros. Então, é uma turma que está bastante atuante também no tema da saúde e que está aqui conosco. (*Palmas.*)

Bom, então, começando um pouquinho a falar. A reforma tributária sobre o consumo visa primordialmente à unificação e à simplificação do sistema tributário. Ela define alíquotas distintas para vários setores, mas nós entendemos que, diante da desigualdade social que existe no Brasil, a reforma tributária é também uma oportunidade para a gente melhorar, para contribuir para a promoção da equidade, do bem-estar e da saúde da população.

Então, a ACT defende uma reforma tributária que garanta a tributação diferenciada para produtos não saudáveis, como tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados.

O próximo, por favor.

Aqui, as principais recomendações que nós temos, enquanto organização e rede, como: a manutenção do imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, tal como foi aprovado na Câmara dos Deputados, e que depois nós esperamos que possa incidir especialmente sobre esses produtos que eu mencionei, como tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados; também defendemos a manutenção da Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquota zero, criada pela Câmara dos Deputados, mas também alinhada com o Guia Alimentar para a População Brasileira, garantindo uma cesta básica saudável.

E, nesse sentido também, entendemos que os produtos categorizados como parte do imposto seletivo não podem estar incluídos no rol daqueles que vão ter alíquota reduzida, senão seria um contrassenso. A gente quer desestimular o consumo desses produtos, então eles não devem ter nenhum tipo de redução de alíquota, assim como também não devem receber benefícios fiscais ou subsídios, porque o que faz mal à saúde e ao meio ambiente não pode receber benefícios fiscais. Esse é o nosso entendimento.

E também defendemos que a vinculação desses recursos arrecadados possa ser direcionada para o Fundo Nacional da Saúde, para o Sistema Único de Saúde, porque nós todos sabemos da importância e da necessidade de maior financiamento no nosso país.

Pode passar o próximo, por favor.

Aqui, só para trazer uma ideia do impacto econômico que esses produtos têm: só de tabaco, a gente tem ali cerca de 92 bilhões ao ano de perdas associadas a custos diretos e indiretos, seja por doenças associadas ao uso do tabaco, quanto também a afastamentos de trabalho e todas essas coisas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos o custo também em torno de 100 milhões por ano de internações associadas ao uso do álcool; e quase 3 bilhões, também ao ano, do custo associado a bebidas adoçadas.

Então, vamos passar para o próximo também, por favor, para a gente ver o impacto que isso tem.

Os impostos seletivos sobre esses produtos têm esse potencial de diminuir substancialmente os gastos em saúde, aumentar a arrecadação e salvar vidas. Então, o aumento de preço em impostos contribuiu com mais da metade da redução da proporção de fumantes no Brasil. É a medida mais custo-efetiva que a gente tem em relação ao decréscimo de consumo de tabaco que nós tivemos no Brasil.

Então, nós consideramos que, ao elevar o imposto sobre esses produtos, a gente desencoraja o consumo e ao mesmo tempo favorece a arrecadação, o que pode permitir também o investimento em políticas públicas de cunho social e de saúde.

Pode ser o próximo também, por favor?

E a destinação de recursos visa não somente onerar, mas também onerar os setores cujo crescimento pode impactar desfavoravelmente as despesas públicas, ou seja, reduzir as externalidades negativas causadas por essas indústrias.

E ao menos 80 países já adotaram vinculação de recursos, e, desses, cerca de 44% também usam parte ou a totalidade da arrecadação para financiamento da saúde.

E aí nós temos diversos estudos mostrando esse potencial de elevação arrecadatória, a partir do uso do imposto seletivo.

O próximo, por favor

E aqui a gente traz uma pesquisa que saiu hoje, inclusive, publicada na *Folha de S.Paulo*, que é muito importante, porque mostra o apoio da população à adoção de aumento de imposto para produtos nocivos à saúde, como esses que eu mencionei, tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados: 94%, ou seja, nove em cada dez pessoas desejam esse aumento de tributos para produtos nocivos.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – São dados extremamente importantes.

Ali também: seis em cada dez são contra que o Governo conceda incentivos fiscais para esses fabricantes de produtos que fazem mal à saúde; sete em cada dez são favoráveis a que os recursos arrecadados sejam destinados ao Sistema Único de Saúde; e nove em cada dez são a favor de que a cesta básica seja composta exclusivamente por alimentos saudáveis. Isto deveria ser óbvio: que a cesta básica fosse composta exclusivamente por alimentos saudáveis, mas, infelizmente, não é o que a gente tem. Boa parte do país ainda utiliza, por exemplo, a adoção de alimentos ultraprocessados em cesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica. A gente reivindica que isso seja modificado, e a população apoia plenamente essa ideia, como a gente pode ver por aqui.

O próximo.

O próximo mostra também um pouco esse detalhamento, como é que é o apoio, de acordo com cada um dos produtos que foi questionado. Então, há ali um elevado apoio à questão do aumento tributário para produtos como cigarro, como bebidas alcoólicas, agrotóxicos. E aí você tem a diferenciação, que depois pode ser comparada.

Pode passar.

E aqui também a gente tem outro detalhamento. Eu vou pedir só para ele clicar. Eu não vou falar do eslaide todo, porque ele tem bastante informação, mas a gente o deixa disponível. São dados bem importantes para análise.

Ali, por exemplo, nós temos 79% da população também contrária às propagandas de ultraprocessados destinados ao público infantil. Temos também, por parte do tabagismo, 84% das pessoas a favor de que as empresas que fabricam cigarros paguem ao SUS o tratamento das doenças tabaco-relacionadas. E, finalmente, metade da população, 50%, acredita que beber eventualmente também faz mal – não somente o consumo em excesso, mas até o eventual.

Então, são dados extremamente importantes. Eu acho que mostram que a população, apesar de ter... Claro, ninguém vai querer imposto a mais à toa, mas, quando se fala em relação aos produtos nocivos, há essa conscientização de que esses produtos realmente devem ser mais caros, devem ser desestimulados, ao passo que a gente deve tornar mais acessíveis os produtos saudáveis.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Então, acho que já está finalizando.

Pode passar a próxima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Ah, está bom.

Aqui é só para falar que também esse aumento de tributação está associado com o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, tal como previsto na Agenda 2030. A gente tem ali diversas metas na agenda que contemplam esses assuntos, então, por exemplo, a Meta 3.4, que fala na redução da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, a 3.5, a 3.a, a 3.c. Ou seja, ele está de acordo também com esse compromisso internacional adotado pelo Brasil.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, só para finalizar, quero falar que a ACT também é membro do grupo e apoia plenamente a adoção de uma reforma tributária chamada 3S, ou seja, saudável, solidária e sustentável. Então, a gente tem aí nas mãos uma oportunidade de melhorar as condições tanto de saúde quanto de justiça social dentro do Brasil, para a população brasileira. Se ela for conduzida de acordo com o interesse público, pode trazer enormes ganhos tanto para a agenda de saúde quanto de sustentabilidade no nosso país, então, garantir a implementação do imposto seletivo significa zelar pela saúde, proteger gerações futuras e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

A gente coloca aqui o QR *code* para quem quiser conhecer mais dessa iniciativa, e peço o apoio tanto do senhor quanto de todos aqui desta Casa para que a gente consiga alcançar esse objetivo. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde, meus cumprimentos pela exposição. E pelas palmas, vi que você agradou. (*Risos.*)

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Uma torcida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi legal. É isso mesmo, tem que se manifestar. É como dizia Nelson Mandela e como diz também sempre o Presidente Lula: é preciso que a população se manifeste e diga o que quer, senão o outro lado só fica falando sozinho. É algo que vocês estão fazendo e merece o apoio de todos nós.

Passo de imediato a palavra à Sra. Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda!

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador Paulo, gostaria de cumprimentá-lo e agradecer a oportunidade deste debate. Quero cumprimentar meus colegas de mesa, cumprimentar todos que nos ouvem aqui. Quero agradecer a presença de todos e também a quem nos assiste virtualmente, tanto legisladores, sociedade, colegas de profissão. Sou nutricionista, então, acredito que este debate é muito importante.

Eu também trouxe uma apresentação. Então, deixem que eu me apresente. Eu falo aqui em nome do Ministério da Saúde, eu sou Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis, e o Ministério da Saúde vê com muito bons olhos essa tramitação – finalmente, Dr. Paulo – porque a gente gostaria muito que isso avançasse. A gente ficou muito feliz com esse avanço no Legislativo e agora a gente está aqui no Senado fazendo o nosso papel. O Ministério da Saúde está aqui trazendo essa posição e eu vou fazer um recorte dessa posição muito voltada para o olhar das doenças crônicas não transmissíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

As doenças crônicas não transmissíveis – eu vou agrupar aqui em quatro grupos principais: doenças cardiovasculares, neoplasias, diabetes, doenças respiratórias crônicas – são as primeiras causas de óbito no país. E além disso, de serem as primeiras causas de óbito, são as primeiras causas de óbito prematura, ou seja, ceifam vidas da nossa população em idade economicamente produtiva – de 30 a 69 anos, sendo que acometem 56% dos homens e 44% das mulheres.

Ali a gente tem dados vindos de 2000 até mais recentemente, de 2020. Essa mortalidade vem caindo, mas ela vem caindo não porque a gente vem contendo os fatores de risco para doença crônica, mas porque a gente vem intervindo com tecnologia e acesso a serviço de saúde para que essa mortalidade caia.

O único fator de risco em que a gente tem comprovadamente um decréscimo nos últimos anos é o tabagismo. Os demais não estão caindo. E essa é uma preocupação muito importante para a gente.

Próximo, por favor.

Aqui a gente tem um *ranking* de mortalidade com os dados do Sistema de Informação de Mortalidade, do último fechado, 2021. Nós temos aí, tirando, como a gente teve uma pandemia – não é gente? – a causa de mortalidade por covid, a segunda causa sempre é doença do aparelho circulatório, entre 30, 50 até 69 anos, 79 anos. Então é a doença mais frequente, é a doença que ceifa vidas. Quando a gente soma o número total, elas somam 700 mil mortes somente no ano de 2021. Se a gente lembrar dos números da pandemia, é quase como se a gente tivesse uma pandemia todos os anos de doença crônica. Então por que a gente não está interferindo nisso? Como a gente precisa avançar para a gente ter medidas efetivas para diminuir o número de mortes por doenças crônicas?

Próximo.

E aqui são os fatores de risco. Então, quais são os principais fatores de risco que levam à ocorrência das doenças crônicas? Em primeiro lugar está o tabagismo. Em segundo, consumo de bebida alcoólica, e terceiro é má nutrição.

Próximo.

Esses fatores de risco vêm mudando o *ranking* ao longo do tempo. De 2010 a 2019, a gente tem ali dados do GBD em que o tabagismo vem ainda em primeiro lugar; em segundo lugar, riscos dietéticos, má alimentação, como a Mônica comentou, o consumo de alimentos ultraprocessados; e o terceiro é o consumo de álcool, que é tão socialmente aceito na nossa sociedade, mas que precisa ser visto com muita cautela.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou falar um pouquinho de cada um dos fatores.

O álcool.

Próximo.

Então, a cada hora morrem duas pessoas por causas plenamente atribuíveis ao consumo de álcool no pais. No total de mortes, a faixa etária de 20 a 39 anos é a mais atribuída ao álcool no mundo, e é o principal fator de risco para mortes e incapacitações de pessoas com 15 a 49 anos.

É importante mencionar que ele está associado com um conjunto grande de doenças: doenças hepáticas, doenças cardíacas, obesidades, mas também com outras questões que afligem a nossa sociedade, como questões relacionadas à saúde mental e às violências, a acidentes de trânsito. Então, o álcool é fator de risco para diversas doenças e agravos na nossa população, como câncer, em que já tem vários estudos mostrando. Então, a gente não precisa de mais evidência para mostrar que o álcool é prejudicial à saúde.

Próximo.

Quando a gente olha para dados de consumo na nossa população, é algo que vem aumentando assustadoramente: 46% da população adulta tem o hábito de consumir bebidas alcoólicas; 18% consomem de forma abusiva; e nos chama a atenção o aumento do consumo abusivo entre as mulheres. Esses são dados de 2021; a gente já está com os de 2023 prontinhos para sair, estão no forno, já vão ser lançados os dados de 2023. E esse aumento do consumo de álcool abusivo em mulheres tem nos preocupado muito. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde, que abrange todo o território brasileiro, também confirmam esse consumo excessivo de bebida alcoólica pela nossa população.

Próximo.

Quando a gente fala de jovens, a nossa Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 mostra que 63% dos jovens de 13 a 17 anos já experimentaram bebida alcoólica alguma vez na vida, 34% tinham tomado a primeira dose antes dos 13 anos de idade. Então, é uma entrada de um produto que é nocivo à saúde muito precocemente na vida das pessoas. E a última informação ali: 27% dos escolares de 13 a 17 anos consumiram pelo menos em um dia nos últimos 30 dias anteriores à realização dessa pesquisa de 2019. Em 2024, vai ocorrer a nova edição da PeNSE, e nós vamos ter oportunidade de atualizar essas informações.

Próximo.

Aqui nós temos dados de gastos, em termos... Vai chegando na casa de bilhões. A gente tem estudos que somam gastos diretos e indiretos por causas atribuíveis ao álcool, tanto os gastos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitalares, atendimentos ambulatoriais, mas também em termos econômicos, absenteísmo no trabalho e outros gastos na saúde.

Próximo, por favor.

E a gente sabe que, como a Mônica mencionou, a tributação é uma das medidas mais efetivas para a gente diminuir o consumo. Aumentar o custo desses produtos tem sido adotado em diferentes países com sucesso para diminuir o seu consumo, especialmente da população mais pobre.

Próximo.

No tabaco, eu não vou me alongar – pode passar. Eu não vou me alongar, a Mônica também trouxe dados. A gente sabe que é o principal fator de risco: 80% dos fumantes no mundo vivem em países de baixa e média renda, são mercados em expansão – próximo – ainda, apesar das nossas medidas de contenção.

Próximo, por favor.

A gente vem observando essa queda, Senador, de consumo do tabagismo, mas, se você olhar os últimos anos, 2020, 2021, ela está se estabilizando. O ritmo de queda não está seguindo os anos anteriores, e essa é uma preocupação. A gente tem monitorado isso ano a ano, e isso é uma preocupação para a gente. A gente sabe que essa estabilização da queda do consumo – próximo, por favor – tem a ver com o custo do produto. Aqui são gastos, em bilhões, por ano que o SUS gasta para reverter problemas relacionados ao tabaco, como tratamento, perda de produtividade, cuidados familiares e a pessoas próximas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO – E os impostos retornam somente 10% desse custo que a gente tem no SUS. Então, essa é uma informação importante para a gente quanto à questão da vinculação do retorno do imposto seletivo.

Próximo.

Aqui também é um dado importante: conforme aumenta o preço do maço de cigarro e dos produtos relacionados ao tabaco, a gente vê uma queda. Esses dados são recentes nos últimos anos, conforme a implementação. E a gente sabe também que esse consumo vai se estabilizando conforme o preço não vai aumentando. Então, a gente sabe que tem uma relação direta mostrada ali.

Próximo.

E quais são as medidas, já me encaminhando para o fim porque meus minutos estão terminando, que a gente entende como muito importantes para combater esse consumo nocivo desses produtos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

No Ministério da Saúde, a gente tem diversas políticas que envolvem essas diversas áreas. Aqui eu estou dando destaque a uma delas, que é o Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis, que prevê várias ações dos anos 2021 a 2030. Dentro dessas ações, a gente é claro que inclui ações de educação, informação, aumentar o nível da informação para as pessoas – o acesso à informação é importante para subsidiar as escolhas –, mas nós não podemos perder de vista que as escolhas são moldadas pelo ambiente em que as pessoas vivem, e por isso a regulamentação e a tributação são medidas muito importantes. Portanto, o Ministério da Saúde apoia medidas como o imposto seletivo a produtos nocivos à saúde.

Próximo.

E aqui, falando especificamente da reforma tributária, no texto da PEC 45-A, que foi aprovada na Câmara e que veio para essa Casa, nós apoiamos, então, a criação do imposto seletivo para bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, previsto nesse art. 153, inciso VIII.

Um ponto de atenção que a gente tem é o inciso IX do art. 9º do substitutivo porque, se por um lado a gente tributa, a gente não pode descaracterizar essa tributação em outros lugares dentro do texto.

Próximo.

E a gente também apoia a criação da Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquotas de tributos reduzidas a zero, prevista no art. 8º do substitutivo, e que essa composição deve ser definida em lei complementar, que ela deve seguir o Guia Alimentar para a População Brasileira – é um guia aceito, é um guia que tem destaque mundial por ser ousado na promoção da alimentação saudável, é reconhecido mundialmente como um guia importante para a promoção da alimentação saudável e proteção da saúde das pessoas. Então, a gente também entende a Cesta Básica não só como uma medida de garantia ao direito humano da alimentação saudável e sustentável, mas também como uma medida de proteção à saúde. Ela não é só um benefício social, ela é uma medida que pode ser muito importante para a proteção da saúde e prevenção de doenças crônicas. E a definição composta apenas por alimentos saudáveis.

Próximo, por favor.

Eu quero deixar o contato aqui da gente, do departamento, e dizer que estamos à disposição da sociedade civil, dos Senadores, para a abertura desse diálogo e alinhamento com a manutenção do imposto seletivo na pauta da reforma tributária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Letícia de Oliveira Cardoso, Diretora do Departamento de Análises Epidemiológicas e Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Foi muito bem aplaudida também, viu? (*Risos.*)

Nosso time está aí... está legal, parabéns. Estamos atentos, não é?

De imediato... Pediram-me aqui, é um amigo meu, não tem como eu não abrir uma exceção para ele... Ele era o terceiro daqueles que estão em videoconferência, mas, por compromissos já assumidos, ele solicitou que eu o colocasse nesse momento na tela.

Então, com muita satisfação, eu convido, permita que eu diga assim, o meu amigo José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde, por videoconferência. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde. É um prazer revê-lo, Senador, mesmo que virtualmente.

Eu quero cumprimentar todos os membros da Comissão do Senado, agradecer este honroso convite e cumprimentar todos que nos assistem pelas redes sociais.

Eu aqui sou um soldado da causa, digamos assim. Com mais de 40 anos de experiência em saúde pública, o que eu vou falar aqui é, digamos assim, a reiteração dessa minha visão médico-social e a reiteração dessa minha visão de saúde pública.

Eu acho que é muito interessante a gente refletir sobre o incrível sucesso da política brasileira de controle do tabaco. Eu fui Diretor do Instituto Nacional de Câncer e participei ativamente da ratificação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde, depois, como Ministro. E eu diria que talvez a política antitabagista brasileira seja a política pública de maior impacto epidemiológico em termos históricos no nosso país. Veja que, há três décadas, a prevalência de fumantes na população adulta era acima de 30% e agora está em cerca de 12%, como acabamos de ver aqui na apresentação da representante do Ministério da Saúde. E o papel do Congresso foi central nessa vitória, ou seja, nós tivemos aqui uma articulação de medidas, leis que baniram a publicidade, políticas institucionais do Ministério da Saúde, regulação da Anvisa – por exemplo, com as fotos nos maços de cigarro –, educação, informação, escolas, serviços de saúde, medidas para tratamento da dependência e da sociedade como um todo. E o resultado é essa queda dramática.

Nós estamos aí salvando milhares de vidas do câncer e de outras doenças causadas pelo tabaco, mas, quando nós olhamos a situação – e eu pude assistir às duas últimas apresentações aqui – em relação a álcool, bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, ela é dramática. Aliás, alimentos ultraprocessados é uma denominação cunhada pelo pesquisador da USP Carlos Monteiro, um dos maiores especialistas do mundo. Eu diria que o quadro é desolador, ou seja, o padrão de consumo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentar brasileiro não é o mais adequado, e isso se expressa na gravidade desse quadro epidemiológico. Metade da população acima do peso, obesidade, obesidade infantojuvenil, aumento recente de casos de câncer de intestino em pacientes jovens expressam esse padrão de alimentação – claro que aliados a uma série de outros fatores, como o consumo abusivo de álcool, inatividade física e outros.

Então, acho que agora é o momento – estamos vivendo um momento de reconstrução do país – é o momento, então, de o Governo, a sociedade e o Parlamento se unirem num esforço concertado para uma radical mudança nesse padrão alimentar. Isso inclui ampliação do acesso aos alimentos *in natura*, aumento de impostos sobre ultraprocessados e refrigerantes, além do banimento da publicidade de *fast food*, álcool e refrigerante, por exemplo, que é outra medida muito polêmica. Há muito *lobby*, muito poder econômico, muito poder político, mas eu estou aqui falando pela saúde pública.

Se nós olharmos aqui para o nosso vizinho Chile, o Chile está nos dando um exemplo importantíssimo – e não é um exemplo de agora, é de 2016 –, com uma série de medidas, de leis, legislações que levaram a um novo patamar de controle, principalmente do consumo de alimentos ultraprocessados por crianças. Acho que o mundo todo pode aprender com o exemplo chileno e nós também, não é?

Eles aprovaram uma legislação que coloca avisos... Não aquela coisinha que você tem que olhar com uma lupa o que está contido ali – quando você está comprando um alimento no supermercado e você pega o produto, você tem que olhar com lupa o conteúdo, o quanto tem de açúcar, de sal, de gordura. Eles lá colocaram avisos grandes. Todo produto com alta quantidade de açúcar, de calorias, de sódio ou de gorduras saturadas são altamente destacados para que qualquer pessoa simples olhe e veja: este produto não faz bem à saúde.

Eles também avançaram na taxação do consumo de bebidas açucaradas e avançaram muito na restrição à publicidade: programas infantis, na internet, na televisão, cinemas, locais de grande circulação de crianças. Eles avançaram nisso. E há a proibição de venda em escolas – já estamos assistindo no Brasil a algumas iniciativas meritórias de prefeituras nesse sentido.

Lá no Chile, as empresas de alimentos e bebidas foram proibidas de usar, por exemplo, ferramentas publicitárias para crianças, como personagens de desenhos animados ou mascotes, o que é muito comum. Isso acabou. E, por fim, o Governo proibiu a venda e a distribuição gratuita de ultraprocessados em escolas e creches, ou seja, a lei chilena passou, então, a cobrir o que comem e bebem as crianças e a controlar a sua exposição, mesmo pela publicidade, aos ultraprocessados.

Então, eu acho que agora, Senador, se abre uma nova oportunidade para o país e uma nova oportunidade para o Legislativo com a reforma tributária. As propostas que foram apresentadas aqui pela ACT, pela Abrasco, pelo Cebes, pela Frente pela Vida e pelas sociedades médicas reiteram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade urgente de que nós apoiemos essa agenda. Essa é uma agenda da saúde pública, é uma agenda da defesa da vida, é uma agenda de melhores condições de vida para a população brasileira.

Muito obrigado pela oportunidade.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentos ao sempre Ministro José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde.

Veio mais um pedido aqui por videoconferência – são quatro –: a Dra. Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho (Codemat), perguntou se ela não poderia também falar neste momento.

Então, Dra. Marcia, por favor, o tempo é seu – dez minutos com mais cinco, se necessário.

A SRA. MARCIA CRISTINA KAMEI LOPEZ ALIAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, todas e "todes".

Vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paim pelo convite feito ao Ministério Público do Trabalho para participar desta audiência pública, esse verdadeiro fórum democrático, e dizer que já fiquei muito nervosa por falar depois do Ministro Temporão, então aqui já peço desculpas, antecipadamente, por qualquer deslize da minha parte.

Também gostaria de parabenizar a Comissão e todos os seus integrantes pela escolha desse tema, um tema tão importante quanto instigante. Falar de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e alimentação, três temas que são muitas vezes tratados de forma muito fragmentada, e trazer tudo isso para este debate eu acho que enriquece muito essa discussão, principalmente dentro do contexto da questão da tributação e dessa reforma tão almejada, como já colocou o Senador Paim, que está em compasso de espera há muitas décadas e para a qual nós fazemos votos para que realmente se concretize nesse período.

Bom, eu devo, antes de mais nada, advertir que a minha participação tem muitas limitações quanto ao aspecto tributário em si, já que o Ministério Público do Trabalho não trata desse tema de forma direta. Porém, a minha fala aqui e o que justamente nos animou a participar deste debate é essa inter-relação dessas questões que, em regra, são tratadas de forma isolada e cuja fragmentação traz muitos prejuízos para a criação de sistemas coerentes, consistentes e hábeis a contribuir para o desenvolvimento sustentável. E a tributação tem papel essencial para direcionar essas políticas, para incentivar ou desincentivar aquilo que se fala de alguns hábitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse aspecto, nesse ponto de vista, o trabalho também tem que estar inserido nessa discussão, porque tanto trabalho como trabalhador fazem parte dessa equação, do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que integra no seu bojo aspectos sociais que não podem ser relegados a segundo plano. Então, a questão da estruturação desse sistema tributário não pode perder todos esses aspectos de vista.

E, quando se fala em impactos para a saúde pública, acredito que isso vá muito além do sentido do acesso à alimentação saudável, mas também diz respeito ao modelo produtivo atualmente em voga. É inegável que a alimentação ocupa papel central nas sociedades, é vital mesmo para a sobrevivência de todos. É um direito humano e deixa clara a relação entre o meio ambiente e as relações sociais e econômicas.

Foi o início da agricultura que permitiu o surgimento das civilizações, o abandono do nomadismo, e em torno disso se organizam as sociedades. Porém, essa mesma cultura coloca hoje em risco a sobrevivência da própria espécie humana. Há muito tempo esse nosso sistema produtivo e de distribuição de alimentos dá sinais de desgaste. Passa a ser um desafio trazer segurança alimentar, não deixar ninguém para trás e não dar tratamento injusto a grupos e segmentos econômicos menos favorecidos – entre eles, os grupos de trabalhadores. O que será trabalhar agora com o aquecimento global? Como vai ser o trabalho desenvolvido e as formas de proteção desse trabalhador que tem que trabalhar, muitas vezes, a céu aberto – os trabalhadores aí da agricultura – e sem alimentação adequada?

Nesse sentido, a estruturação de um sistema tributário que tenha um olhar voltado para todos esses aspectos e que não tenha foco unicamente na visão desenvolvimentista a todo o custo é essencial para trazer justiça social. E, aí, quando se fala de alimentação e das consequências para a saúde, muitas vezes tenta-se incutir a ideia de que se trata de um comportamento individual, que tudo isso decorre de escolhas. E é extremamente conveniente delegar culpa ao indivíduo, pois ele seria o único responsável por essas escolhas. Mas isso conta apenas uma parte da história, que decorre de um sistema que, em verdade, conduz as escolhas dos indivíduos.

Quando uma garrafa de refrigerante tem o mesmo valor de uma garrafa de água num bar ou num restaurante, no supermercado, para onde esse sistema nos conduz enquanto consumidores, principalmente consumidores, muitas vezes, desinformados, já que não há campanhas ou, então, políticas voltadas para essa informação? Quando a qualidade da água que vem da rede de abastecimento público não é confiável, levando as famílias a consumirem água de outras fontes, isso é uma escolha do indivíduo? Quando a oferta dos superprocessados é abundante e barata, para onde é direcionada a escolha das pessoas e da população trabalhadora que hoje se utiliza desses alimentos?

A falta de tempo para cuidar da própria alimentação, da alimentação das famílias também é utilizada como fator indutor para se recorrer a esse tipo de alimento. E, nesse aspecto, eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentar as questões relacionadas ao mundo do trabalho, onde são muito comuns as jornadas longas, exaustivas, a necessidade de deslocamento por longas distâncias e, com isso, o consumo de tempo; tempo que poderia ser dedicado a atividades físicas, a cuidados básicos, como o lazer. Sim, o lazer, as atividades religiosas são resguardados pela Constituição, mas a uma parcela considerável da população, e da população trabalhadora, esse direito é negado.

Então, é um sistema que está justamente voltado... Nós estamos inseridos num sistema muito voltado para a produção e – por que não dizer? – para a reprodução desse mesmo sistema, que dá sinais claros de que está quebrado e precisa mudar. E um desses sinais vem das mudanças climáticas. Os relatórios do IPCC já destacam há muito tempo os impactos que esse sistema de produção alimentar tem na emissão dos gases de efeito estufa, com destaque para a produção de arroz e para os rebanhos bovinos. São atividades que precisam ser repensadas no sentido da redução de resíduos, métodos alternativos de produção para redução do impacto na emissão de gás metano, mas também é necessária uma mudança do comportamento e dos hábitos alimentares, que, de algum modo, impulsionados pelo sistema de taxação mais coerente, possam ser, vamos dizer, estimulados.

O desequilíbrio socioambiental decorrente desse tipo de produção voltada para a geração de *commodities* e que tem em mira, muitas vezes, superávits na balança comercial, aumento de PIB... Não estou aqui falando que esses fatores não são importantes, mas nós temos que destacar que o sistema também tem que olhar para a distribuição de renda gerada por esses empreendimentos. E há aí também um outro sinal evidente do esgotamento, do desgaste do nosso sistema. E um aspecto que revela isso, essa inconsistência, é justamente a pandemia da covid-19, que deixa muito claro o desgaste desse sistema. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) já alerta, há décadas, para os perigos decorrentes da criação intensiva de rebanhos, para a queda da diversidade genética, para um modelo de produção que reduz áreas florestais e, portanto, a biodiversidade e que cria oportunidades para o surgimento de vírus zoonóticos, entre eles as gripes aviárias, que são o exemplo clássico desse tipo de vírus, em que o SARS-CoV-2 também se insere, enquanto zoovírus, uma experiência que indubitavelmente abalou todo mundo e revelou como tudo – saúde, meio ambiente, trabalho e economia – está interligado.

A outra questão que revela a falência desse sistema é o uso intensivo de antibióticos na produção de animais para abate e seus reflexos na criação das superbactérias, da resistência aos antibióticos, o que coloca em risco a saúde humana e dos animais – 75% dos antibióticos vendidos no mundo são usados em animais. Então, é um sistema que precisa ser repensado. Por esse motivo, a relação entre sistemas de geração de alimentos e sistemas de saúde precisa ser repensada.

O Regulamento Sanitário Internacional da OMS destaca a necessidade de reforçar o sistema de vigilância, um sistema que merece se expandir e abrigar esse conceito novo denominado One Health,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde única, que considera os cuidados conjuntos de saúde humana, saúde animal e a relação com o meio ambiente como um meio de garantir o bem-estar das populações.

E a pandemia revelou um grave déficit de investimentos na área da saúde, que contribuiu para um sistema de saúde que se mostrou pouco resiliente e que praticamente colapsou em todo o mundo.

E aí aqui uma advertência: saúde não é apenas assistência à saúde, não se trata apenas de leitos de enfermarias, de hospitais, UTIs, medicamentos; saúde também se faz com vigilância, tanto vigilância sanitária como vigilância de rastreamento de contatos, de ingressos, de vigilância nas fronteiras, tanto aéreas, terrestres e marítimas, mas também atividades como saneamento básico, que têm implicações na qualidade e na potabilidade da água consumida pela população.

A pandemia revelou fragilidades severas na maioria dos países, com o colapso dos hospitais. Mas, antes de tudo, há um colapso anterior, invisível e imperceptível aos olhos da população que é o enfraquecimento dos sistemas de vigilância. Países que investiram na vigilância despenderam muito menos recursos financeiros, preservaram mais vidas e retomaram a economia e a vida social muito rapidamente. Experiências em outros países, como Austrália, Nova Zelândia, Coreia, Vietnã, Nigéria e Uganda, mostram isso.

Enfim, creio que a política tributária tem que ser coerente com os anseios sociais, com as políticas sociais e econômicas, e é urgente que repensemos o nosso sistema. Mas, atualmente, eu vivo num estado que se notabiliza pela produção agrícola em pequenas propriedades rurais, que é o Estado de Santa Catarina, e que também se destaca pelos altos índices de desenvolvimento humano. Porém, eu também acompanho os desafios dos pequenos produtores. Parcela considerável é dependente das grandes indústrias que compram as suas colheitas e que controlam todos os aspectos relacionados à produção, reduzindo muito o rendimento dessas famílias. Um desses exemplos está associado à cultura do tabaco, com destaque para o uso intensivo de agrotóxicos. Não há políticas para transição ecológica, para uma transição justa para esses meios de produção menos poluentes. Sem garantia de compra, sem financiamento, não há perspectiva de sobrevivência desse modelo de produção. E os que se dedicam à agroecologia acabam enfrentando desafios enormes para sobreviver, justamente pela falta de incentivo e de financiamento.

Então, é dentro desse espírito que a gente se coloca aqui à disposição do Ministério Público e do Trabalho, para contribuir com esse debate. Fazemos votos, sim, para que essa reforma seja muito abrangente, que ela inclua também todos esses aspectos e, principalmente, a destinação desses recursos advindos desses tributos, para que eles sejam realmente alocados para a saúde, que eles realmente reforcem esses sistemas de vigilância.

Aqui a minha fala foi muito voltada para a questão dos vírus emergentes e reemergentes. Mas, é claro, a fala da Dra. Letícia se coaduna muito com os estudos da OIT que revelam também que essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças são as mais prevalentes nos ambientes de trabalho – as decorrentes de exposição ocupacional – e não podem ser negligenciadas. Então, o sistema de saúde precisa sim... A gente está num momento de discutir o financiamento desse sistema de saúde amplo e de acesso universal, e creio que todos esses debates vêm em muito boa hora.

Gostaria de deixar aqui, mais uma vez, o Ministério Público do Trabalho à disposição para esse debate e enfrentamento dessas questões.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Dra. Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho – no mundo do trabalhador e da trabalhadora! Parabéns pela fala, que focou essa questão do mundo do trabalho com muita competência.

Agora nós vamos voltar à nossa mesa.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Marcos Aurélio Pereira Valadão, Professor da Fundação Getulio Vargas.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu agradeço ao Senador Paulo Paim pelo convite, a quem cumprimento como Presidente da nossa mesa. Quero destacar aqui que, na minha opinião, é um dos mais brilhantes Senadores da nossa República, com um trabalho profícuo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Brilhante é porque eu estou aqui do lado de estrelas, só agora, e, por causa disso, o elogio eu agradeci.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Não, o elogio não é gratuito, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Cumprimento também as colegas Mônica Andreis, Dra. Edna e Dra. Letícia, e também pelas exposições que fizeram anteriormente. E cumprimento a plateia presencialmente, aqui, e também a audiência *online*.

Boa tarde a todos e todas novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a minha fala vai tratar mais especificamente da tributação seletiva e a questão da saúde pública no contexto da reforma tributária. Esse é o nosso foco.

Tenho que render homenagens aos colegas: o trabalho que eu vou apresentar aqui é fruto de pesquisa no âmbito da Universidade Católica de Brasília e da Fundação Getulio Vargas, com os colegas Jose Angelo, Osvaldo Candido, e Philipp, que têm produzido material relativamente à pesquisa de tributação do tabaco e bebidas alcoólicas.

Então, seguindo, esse é o roteiro da apresentação.

Vou tratar de uma questão mais geral e depois aprofundar em temas mais específicos – e tenho que passar rápido por alguns pontos por conta do tempo. Eu vou tentar me manter aí no nosso tempo.

É esse mesmo o eslaide.

Bom, o nosso sistema tributário está passando por uma reforma, o que já foi comentado aqui, desde 1988. Na verdade, logo após a Constituinte, já se pensou e se começou a falar em reforma, porque é um sistema herdado da Emenda 18 de 1966. Na verdade, o sistema é bem longevo, cuja estrutura mudou pouco de lá para cá. E ela envelheceu, enrijeceu, ficou ineficiente, do ponto de vista econômico. E, quando a gente quis – quando a gente quis não... E, quando, efetivamente, a União utilizou o PIS-Cofins com fins arrecadatórios gerais e atrelados à desvinculação de receita também e tornou o PIS-Cofins não cumulativo, a gente passou a ter um sistema que era complicado, complicadíssimo e ineficiente. A gente tem ICMS, IPI, PIS-Cofins, que são IVAs parciais e ineficientes, cada um com base, com critérios de crédito diferentes, o ISS cumulativo e o IOF. O IOF, que é um imposto multifacetado regulatório e arrecadatório, em algumas circunstâncias, não entrou na reforma. O que entrou foi ICMS, IPI, PIS-Cofins e ISS.

Bom, o que teremos depois da reforma? Um imposto não cumulativo, tipo o IVA, que vai ser compartilhado entre estados e União. Basicamente, a mesma coisa, mas receita da União, receita do estado, e um imposto seletivo – esse que é o ponto da nossa discussão.

O Imposto Seletivo substitui parcialmente o papel do IPI, que é o imposto regulatório por excelência que a gente tem – vai acabar em 2032 –, mas que é extremamente... Tem até colegas que dizem que ele é esquizofrênico: não sabem se ele é arrecadatório, regulatório... Tem uma formatação de alíquota muito complexa e também as suas formas de incidência, de creditamento parcial ineficiente. Esse IPI, no aspecto de regulação, controle, interferência extrafiscalidade, vai ser substituído pelo Imposto Seletivo.

O que diz o texto atual da reforma? Eu penso que não deve mudar muito nesse aspecto. A União vai poder instituir imposto sobre produção, comercialização e importação de bens e serviços prejudiciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à saúde. O nosso foco é saúde. Não vou tratar muito do tema do meio ambiente aqui – é saúde, esse é o ponto.

Então, a gente vai ver que a gente tem detalhamentos em relação de apoio a esse tratamento seletivo. Isso é feito em muitos países do mundo. E um ponto importante, que talvez seja importante também aprofundar na discussão de hoje, é a vinculação da receita, ou, pelo menos, de parte da receita do Imposto Seletivo à saúde pública.

Claro, o IS (Imposto Seletivo) está vinculado a FPM e FPE, mas não todo ele. A parte que sobra é 50%, 45%. Poder-se-ia estudar esse aspecto. Eu penso que a gente deve aprofundar essa discussão no Senado para poder fazer essa vinculação, porque é extremamente importante, do ponto de vista até de tornar, para a sociedade, mais evidente e transparente para onde está indo a receita desses produtos prejudiciais à saúde e como ela tem um reflexo efetivo no orçamento da saúde pública.

Bom, próximo.

Rapidamente, a tributação seletiva de produtos nocivos à saúde é comum em todos os países. Eu trago o exemplo dos Estados Unidos, que, inclusive, tem uma agência específica para tabaco, bebida e também armas e munições. Destacou-se do IRS, do serviço de rendas norte-americano, e virou uma agência específica que fiscaliza a tributação disso. Praticamente todos os países envolvidos ou países organizados do mundo têm tributação seletiva sobre esses produtos. Os Estados Unidos chegam a ter tributo seletivo estadual.

Próximo.

A organização, a agência norte-americana se chama ATF, que fiscaliza a arrecadação desses tributos. Não é o IRS; é um imposto federal, mas não é o IRS que fiscaliza.

A União Europeia tem uma diretiva específica para tratar dos impostos seletivos, de forma como todos estão, digamos, de certa forma, dentro do direito europeu, autorizados e são, na prática, obrigados a ter esse tipo de atributos, sobre especialmente tabaco e bebida alcoólica. Aí tem bebida alcoólica. Tem uns países que têm uma tributação menor, mas todos eles têm uma tributação seletiva sobre esses produtos.

E a autorização também para alguns outros produtos, mas o foco nesses dois produtos é importante por conta da saúde. Então, o ponto que eu quero levantar aqui é que isso é comum em todos os países organizados – a tributação desses produtos nocivos à saúde –, justamente com o objetivo de quê?

Próximo eslaide, por favor.

De atingir esses objetivos que estão aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso desses produtos, especificamente tabaco e álcool, provoca enormes custos sociais, ou seja, diminuição das horas trabalhadas por internação por doenças precoces; diminuição da longevidade de horas trabalhadas das pessoas, a perspectiva de vida até do ponto de vista de aposentadoria mesmo; aumento dos gastos públicos com saúde, tanto preventiva quanto em tratamento ambulatorial; e aumento da mortalidade por acidentes, especialmente de trânsito – no caso do álcool os números são bem expressivos.

Esses custos têm dois aspectos que devem ser suportados pelos usuários. Como esses custos são maiores, os custos sociais e os gastos do Governo são maiores do que o tributo arrecadado, eles devem ser aumentados para que quem faça a opção de usar esses produtos, que causam custos sociais, arque com esses custos. Como se faz essa transferência? Através de tributos. É a chamada tributação pigouviana, um economista que tratou desse tema. Não há proibição, há regulação. Quem assume o risco de usar, não pode impor ao resto da sociedade os custos dessa opção – esse é um ponto central. Além do quê, e aí eu volto ao ponto, a vinculação – isso está relacionado com o que eu falei anteriormente – das receitas desses impostos aos gastos com saúde é importante, até por conta desses aspectos aqui.

Bom, mais especificamente do ponto de vista do tabaco, do álcool e da reforma tributária, eu vou trazer aqui alguns números para mostrar ou tentar dar uma direção através de estudos econométricos sobre como temos que nos preparar na legislação de cada tributo, do Imposto Seletivo para o álcool e para o tabaco, em termos de quantificação dessas alíquotas. Como isso pode ser pensado?

E aqui, esses números vêm de dados públicos. Eu vou explicar um pouco essa tabela. Esses dados públicos são do IBGE, Vigitel, PNS 2019 – a gente fez a verificação com relação a 2013 e depois atualizou com a de 2019 –, os dados de arrecadação da Receita Federal, do Tesouro Nacional, do IPI, PIS-Cofins e também do ICMS, de forma que são dados de fontes públicas.

Esses dados estão organizados, tabulados e chegamos a esses números.

Aqui é a tributação do tabaco.

O *baseline* significa o estado atual hoje. A carga tributária do cigarro tem PC2 e PC3, são cigarros mais baratos, a média de preço deles é de R$6,81 e os cigarros mais caros que são o PC3. O PC1 é o cigarro ilegal, não está aí na tabela, abaixo de R$5. O cigarro *premium* é o médio, R$10,96 o máximo. Bom, isso é o que temos hoje.

O cenário 1 é um cenário em que a gente está considerando que soma do IBS mais a CBS, que são os tributos que vão substituir o IPI, ICMS, ISS, PIS/Cofins, vai estar em 27%. Bom, e, aí, quanto vai ter que ser o imposto especial, o imposto seletivo sobre o tabaco, sobre o cigarro para manter a mesma carga tributária? Quarenta e dois por cento. Então, o número já está dado. Pode ter um ajuste em função de como vai ser a incidência do imposto seletivo, porque isso não está muito claro, se sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preço de fábrica, se seria sobre o preço de varejo, mas, se for sobre o preço de fábrica, isso pode ser um pouco maior, mas esses cálculos estão feitos com dados públicos e atualizados, então, esses são os números, o.k.?

Fizemos também um exercício: bom, até quanto eu posso aumentar a tributação – não, volte isso –, até quanto eu posso aumentar a tributação do tabaco para maximizar a tributação? Eu posso aumentar a alíquota do seletivo dado, CBS mais IBS, imposto estadual mais o federal, o IVA, os dois IVAS, em 27%, e eu posso, no máximo, chegar a 47,9%. Por que a gente diz que pode chegar? Porque, a partir daí, a redução do consumo é tão alta que você passa a perder a arrecadação. Então, esse é o máximo que o senhor consegue aumentar sem perder a arrecadação. E, aí, a variação do consumo nesse segundo cenário: a gente diminui em 35% o consumo de cigarro no Brasil. É claro que, se continuar aumentando o preço, cai o consumo, só que cai a arrecadação também. Isso é um cenário hipotético, evidentemente.

Então, essa discussão de que não se sabe de quanto vai ser a alíquota, como fazer, pelos estudos que a gente está fazendo já, digamos, adiantou-se a discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Peço, Senador, um pouquinho mais de tempo, tenho dois ou três eslaides só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza. O senhor tem, no mínimo, cinco minutos, seis minutos.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No mínimo. Se precisar de mais, eu vou dar.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Obrigado.

Então, os cálculos estão pré-formatados. Essa discussão de que, quando for fazer a legislação do imposto seletivo, for ter que formatar a alíquota na lei, esses números estão dados.

Uma discussão que não levei aqui, mas que pode aparecer – inclusive, na União Europeia e nos Estados Unidos, é feita – é que a maioria dos impostos seletivos não é *ad valorem*, é calculada de maneira específica, ou seja, tantos reais por maço ou tantos reais por litro, inclusive, na União Europeia, a tributação leva em conta o teor alcoólico da bebida. Então, isso é possível ser refinado. Idealmente, do ponto de vista técnico, embora haja controvérsias, a gente pensa que a tributação do formato do IPI hoje, que tem uma parte fixa e uma parte *ad valorem*, para não ter um cigarro muito barato, é um formato muito bom não só *ad valorem*, porque *ad valorem* os cigarros mais baratos acabam tendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributação muito baixa, assim como a bebida, e a tributação *ad rem*, a pura, acaba subtributando os produtos mais caros; então, uma alíquota mista tem uma eficiência maior, embora sobre isso haja controvérsia na literatura. Então, sobre a tributação do tabaco, esse é o cenário desenhado.

Por favor, próximo.

E bebidas? Bom, aqui, uma ressalva: por que tributos sobre cervejas com álcool? Essa tabela aqui, que tem uma ideia semelhante à anterior, fala só sobre cerveja porque não pesquisamos ainda, não adiantamos a pesquisa relativamente a vinhos e bebidas destiladas, mas cerveja representa 90% do mercado, 88%, 90% – número arredondado. Portanto, ela representa o mercado, do ponto de vista estatístico. Vinho, 6%, 7%; 2%, 3%, destilado. Agora lembrando que tomar uma garrafa de cerveja é diferente de tomar uma garrafa de destilado, em termos de conteúdo alcoólico. Isso aí é o volume consumido.

Bom, por que tem duas outras elasticidades? Há controvérsia sobre a elasticidade, se é em torno de -1,15, -0,62, ou seja, mais elástico, menos elástico. Então, como isso é meio controverso, a gente preferiu deixar os dois números... mas veja que, em termos de alíquota final, não tem muita variação, a alíquota para manter a mesma arrecadação.

Então, novamente aqui, a receita tributária em bilhões, e a carga tributária é 40,79%. A carga tributária média da cerveja hoje é – porque tem variados, isso varia também porque tem uma tributação mínima de PIS/Cofins e IPI – 41% a carga tributária média.

Então, no cenário I, mantendo o IVA 27%... e quando eu falo IVA é IDS, CBS, alíquotas somadas, a estadual e a federal, 27%. O que se precisa ter, se a elasticidade, que a gente acredita que é mais próxima de 1,15, porque tem alguma elasticidade, seria em torno de 35%, o IVA, desculpe-me, o imposto seletivo, para manter o mesmo peso tributário, a mesma carga tributária da cerveja hoje.

O cenário II aqui é um pouco diferente do cenário II do cigarro, porque o cenário II é pensado para que nenhum estado perca receita. Isso é relevante porque as alíquotas, no sistema novo, não vamos nivelar as alíquotas do CBS e do IBS, o IVA estadual e o IVA federal, elas não vão variar por cerveja, para produtos como cerveja, cachaça, como variam hoje. Então, você tem estados que têm 22% na alíquota de cerveja e outros tem 37%. Claro que quando você mudar o sistema, as alíquotas ficarem iguais, tanto a estadual como a federal, vai ter uma mexida em termos de arrecadação. Então, esse cenário tem algumas consequências. Por isso é que o ideal aqui é pensar que nenhum estado perca a receita. Então, para esse cenário, mantendo uma perspectiva mais, digamos, factível de elasticidade, é 55%. Seria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Sim.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO – Por favor, próximo.

Estou terminando, só mais um eslaide.

Aqui é a comparação dos estados, o que que vai acontecer com a mudança cenário II.

Percebam que alguns estados vão ter ganhos maiores que outros. Por quê? São os estados que hoje têm alíquota menor, São Paulo e Rio, por exemplo, têm alíquota de 22%. Então, eles vão ter um ganho maior na arrecadação do que os outros estados. Estados que têm uma tributação, uma alíquota muito alta já, como é o caso do Amapá, vão ter ganho menor, quando a alíquota for para 55% do seletivo e 27% do IDS mais CBS.

Então, ao longo do tempo isso vai ser equalizado, isso é só no momento imediatamente seguinte da mudança, o.k.? Da reforma sobre o efeito na cerveja. Não deve ter grandes diferenças nas outras bebidas, mas esse é o cálculo que a gente fez para as cervejas.

O próximo.

Já partindo para as conclusões. E aqui alguns números que são decorrentes daquelas tabelas e algumas sugestões.

A reforma representa uma oportunidade para aumentar a carga tributária sobre cigarros, elevando o preço, reduzindo o consumo, diminuindo os custos sociais do seu uso e ampliando a arrecadação dos impostos.

Aquela diminuição da prevalência do tabagismo está intimamente relacionada com o aumento da tributação. É claro que, também, as outras políticas aumentam a eficiência, mas ela está intimamente... Isso foi mostrado por duas ou três vezes aqui hoje, inclusive. Na minha tese de doutorado, inclusive, eu fazia um gráfico bem parecido, 15 anos atrás.

O imposto especial deve ser escolhido de forma a evitar a perda de arrecadação tributária para os estados. A gente discutiu isso. Caso contrário, pode resultar em queda de preço, aumentando o consumo.

Admitindo um IVA federal de 10,3% e um IVA estadual de 16,7%... Esses números nós não os tiramos da cartola; esses são os estudos do Ipea, Orair e Gobetti, publicaram. O imposto especial sobre cigarros deve ser de 42,4% para que reproduza a arrecadação atual. Então, no mínimo, isso. Isso é o *minimum minimorum* para manter a carga atual. Tem que se ter bastante atenção a isso. Estados vão perder a arrecadação tributária, porque têm alíquotas, neste caso, muito alta e a alíquota vai cair, mas a carga tributária não cai dos cigarros, ou seja, o preço do cigarro vai continuar, por conta do tributo, no mínimo, igual ao que é hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Admitindo, novamente, um IVA de 10,3% e um estadual a 16,7%, o imposto sobre cerveja deve ser de 55 para que nenhum estado perca arrecadação tributária.

Novamente, a escolha inadequada do imposto especial pode reduzir o preço e ampliar, substancialmente, o consumo de cervejas, provocando aumento de doenças relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas e sobrecarregando o sistema de saúde.

Portanto, é relevantíssimo que mantenhamos a atenção voltada para a elaboração dessas leis quando fixarem as alíquotas e a forma como essas alíquotas vão incidir na produção e venda de tabaco, produtos do tabaco, especialmente cigarro, e bebidas alcoólicas, sob pena de a gente ter uma reversão das vitórias, das políticas de sucesso em relação a esses produtos que tivemos nas últimas décadas.

Só mais um detalhe. Eu, vendo o ex-Ministro Temporão falando aqui do tratado de tabaco, eu e outros colegas que estavam aqui, estivemos na primeira composição do Conicq. Eu representava o Ministério da Fazenda na comissão de negociação do tratado de controle do tabaco.

Então, foi um momento também histórico aí. Muito bom lembrar isso.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão, professor da Fundação Getúlio Vargas, que fez a palestra com números, com dados, com estatísticas e, como a gente fala, os números não mentem.

Meus cumprimentos, Dr. Marcos.

De imediato, chamo, para usar a palavra, a Dra. Edna Carmelo, consultora especialista em tributação de cadeias produtivas.

A SRA. EDNA CARMELO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Senador, saudações gauchescas!

E obrigada pela oportunidade.

Eu espero contribuir com esse debate dentro do meu nível de conhecimento.

O primeiro ponto para que eu gostaria de alertar, isso é importante... O que eu vou falar aqui é fruto de estudos de bastante tempo. A tributação é vetor de tomada de decisões. Então, se uma empresa vai para o lado A, lado B, se o agricultor planta soja ou mexe com gado, a tributação sempre, sempre vai ter importância. Então, nós estamos discutindo aqui algo absolutamente relevante para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto que eu acho que é prioritário: neste dia de hoje, a gente está discutindo algo que talvez nenhum de nós venha a conversar novamente, que é o texto tributário. Então, está aqui nesta Casa do Senado a oportunidade de refinar um texto já aprovado para dizer o que a gente vai querer fazer com este país para os próximos 30, 40 ou 50 anos, ou de simplesmente fazermos mais do mesmo e sermos bastante modestos. Então, acho que as falas dos colegas todos remetem a isso, a essa urgência de tratar na reforma tributária o que é urgente para a sociedade – notadamente muito bem falado sobre tabaco, sobre álcool e sobre alimentação, que é algo que a gente tem estudado.

A reforma aprovada trouxe já uma grande janela de oportunidades, que eu acho que convém destacar. Foram muito exitosos. Primeiro, a correção um pouco das distorções tributárias, porque tem um mundo todo que a reforma não toca, conforme o professor comentou, mas essa correção de um pouco dessas distorções já é um ganho imenso para o país.

Outro aspecto absolutamente relevante no que diz respeito à alimentação saudável foi o que a gente costuma falar no nosso ambiente de trabalho: uma área de livre comércio de alimentos saudáveis. Ao se criar a redução a zero do IVA – a vou chamar de IVA o IBS e a CBS para a gente alinhar aqui –, ao reduzir dos hortifrútis e ovos a zero, desde já na Constituição, significa que esses produtos vão poder transitar o país todo. Então, a gente não vai ter uma fronteira geográfica para a boa alimentação. Isso é extremamente positivo. Sabemos que ali não alcança todos os minimamente processados, há limitações, mas tem um alcance muito relevante. Isso é ótimo.

E trazer para a reforma tributária o conceito de cesta básica, que é algo que estava lá no Decreto-Lei de 1934, muito bem escrito, por sinal. Agora ele ganha, décadas depois, o *status* constitucional. Isso realmente é um ganho magnífico e, desde já, com o IVA igual a zero, um ganho espetacular. E também uma discriminação positiva do pequeno e médio agricultor, produtor, com a possibilidade de ele não ser contribuinte do IVA. Eu destaco como ganhos.

Mas essa reforma está aqui, nesta Casa, para ser refinada, para trazer um pouco dessa modernidade que se deseja. E aí há algumas preocupações que visam basicamente elucidar pontos que a gente precisa olhar para além do que já foi observado pelos colegas.

O primeiro ponto que eu comentaria é a redução do IVA de 60%. A redução de 60% sobre alimentos é genérica. Então, ela não contempla o que os colegas aqui vêm falando da qualidade dos alimentos. Embora os hortifrútis estejam em uma outra caixinha, muito bem protegidos – e ovos e feijões também estão lá –, existe um outro universo de consumo que a gente precisa descer uma cunha para dizer: "Isto aqui está no *hall* de alimentos que promovem a doença; então, não deveriam ser tão beneficiados". Então, este é o primeiro ponto fundamental: separar o joio do trigo aí, digamos.

E outro ponto também, que apareceu depois de aprovada a reforma, que a gente já está estudando um pouquinho, é a contribuição estadual criada. Numa reforma tributária que visa a unificar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criou-se uma nova contribuição cumulativa – não é, Professor? – pesada, que vai durar muito tempo. O Estado de Goiás, neste ano, por exemplo, já a está cobrando. Ela é pesada, ela é na veia, ela não tem a ver com o valor agregado, ela não quer saber do seu lucro, se teve ou não teve. E ela pesa muito e vai pesar na cesta básica e nos hortifrúti, que, conforme eu disse, foram beneficiados.

Aqui mais uma preocupação: com relação à cesta básica, cria-se o IVA, diz-se que o IVA vai ser zero, e temos o produtor rural contribuinte e o não contribuinte. Quando a gente relaciona o não contribuinte produtor do alimento da cesta básica, a cadeia produtiva funciona bem, está praticamente desonerada até o consumo. Então, o efeito tributário vai ser muito virtuoso, conforme se deseja. No entanto, quando a gente pega o produtor rural contribuinte do IVA, ou seja, o que vai apurar e pagar, com o produto da cesta básica, há um problema, porque o produtor rural contribuinte vai pagar sobre o lucro que ele aufere, sobre o que ele agrega de valor ao processo. Em princípio, o.k., mas a indústria que compra – porque não existe arroz em casca na cesta básica, ele tem que ser beneficiado –, a indústria que beneficia vai comprá-lo, mas a sua saída não vai estar tributada e não tem previsão, neste texto constitucional aprovado, de nenhum crédito tributário, nada vinculado que diga que ele possa usar esse crédito vinculado à compra dessa matéria-prima. Então, um crédito que eu não utilizo vira custo. Então, ele encarece a cesta básica. Então, esse é um ponto importante de ser cuidado, penso que fácil de ser trabalhado; no entanto, é necessário ser observado.

E, do ponto de vista do produtor rural contribuinte, ou seja, aquele com receita acima de R$3,6 milhões ao ano – isso é muito pouco para o perfil, para o padrão da nossa agricultura –, temos um problema também. Ao ser contribuinte, ele paga sobre o valor agregado, isso está o.k., é justo. No entanto, como eu disse, a decisão de consumo sempre vai depender muito da tributação. Se eu tenho a opção de pagar por esse produto ou não pagar por esse produto, a minha opção é a mais econômica.

Veja bem: o texto tributário diz que o produto de exportação vai ser completamente desonerado do IVA, como é hoje, fruto da Lei Kandir. Ao fazer isso, o alimento da cesta básica e o hortifrúti vão ter uma tributação que a *commodity* de exportação não vai ter. Então, eu, proprietário que tenho meu quinhão de terra, vou ser mais ainda tentado, digamos assim, a produzir *commodity*, em vez de alimento para consumo direto, em vez de hortifrúti. Então, temos um problema aí na reforma tributária, que é um risco de direcionar ainda mais a nossa potência agrícola para produtos que são muito bons para o país, obviamente, mas que não são de consumo direto da população. A ACT tem dito que a área de hortifrúti no país tem decrescido de forma muito acentuada. E se isso não for observado com cuidado e adotada uma medida ainda no texto tributário, há um risco muito grande de a coisa se perder em leis complementares e, o que é pior, não haver meios jurídicos e técnicos de promover mudança, sob risco de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EDNA CARMELO – ... se ter uma nova reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, esses são os pontos mais relevantes que eu gostaria de comentar.

Perfeito, obrigada.

Então, eu sugeriria, em princípio, eu diria não ter medo... A gente tem uma grande conquista de ter a Cesta Básica Nacional como algo instituído, mas ela precisa dizer um pouquinho sobre saúde e meio ambiente. Ela precisa dizer um pouquinho que a cesta básica deve ser constituída de alimentos saudáveis e sustentáveis, seja referindo-se à lei de segurança alimentar e nutricional, porque essa reforma veio muito com essas referências... A lei joga uma lei para um *status* constitucional e, a meu ver, isso é ótimo, isso é importante. E penso também, acho que é um caminho interessante, como a cesta básica está desonerada, e isso é ótimo, para não haver risco de perda tributária, deve-se focar naqueles alimentos que efetivamente são essenciais para um consumo saudável da população pobre, rica, super-rica e classe média, porque a saúde pública afeta a todos, o acesso ao consumo aos mais pobres, é claro. Então, deve-se direcionar isso aí e, ao direcionar, também olhar a produção agrícola, que já vimos que está afetada, para que não seja desestimulada. Deve-se olhar isso para um lado e para o outro. O setor terciário, ao que tudo indica, está bem contemplado.

Quanto à redução de alimentos, também há uma necessidade de vincular, desmembrar um pouquinho entre o alimento saudável e o não saudável.

A contribuição estadual é fundamental. Se não isentarmos o produtor, que hoje é isento, os 3,6 milhões, o pequeno e o médio produtor, nós teremos um problema. Se a gente não isentar dessa contribuição estadual o produtor agrícola das matérias-primas da cesta básica, a gente vai ter um grande problema. Então, são pontos que precisam ser organizados, e eu acho que nesta Casa.

Era basicamente isso que eu gostaria de falar. Espero estar contribuindo e que se façam bons trabalhos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! É a Edna Carmelo, Consultora e Especialista em Tributação de Cadeias Produtivas, e falou muito dos alimentos e do meio ambiente, de forma direta e objetiva. Parabéns!

Eu vou convidar os senhores e as senhoras para que retornem ao Plenário.

E nós vamos para a segunda mesa, com a participação de mais três convidados, de forma virtual.

Eu convido para essa segunda mesa a Sra. Tathiane Piscitelli, Professora de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vai fazer companha a ela aqui nesta mesa Paula Johns, representante também da ACT Promoção da Saúde, em entendimento feito aqui já com a Dra. Mônica. (*Palmas.*)

Eu consultei: "Posso?". "Deve", disse ela. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Se vocês permitirem, eu vou, neste momento da segunda mesa, começar com a Dra. Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Ela está na tela. (*Pausa.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos!

Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estamos ouvindo-a muito bem.

Seja bem-vinda!

A SRA. VANESSA NEGRINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, companheiro Paulo Paim.

Na verdade, eu estou Diretora de Proteção, Defesa e Direitos Animais aqui no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Eu gostaria de começar esta minha fala dizendo da alegria que estou sentindo de poder participar desta mesa, primeiramente ao lado do Senador Paulo Paim.

Eu não sei se ele se recorda, mas ele foi o Relator de uma sugestão, de uma proposta que a gente apresentou pelo e-Cidadania, ainda em 2018, pela revogação do teto dos gastos públicos, uma proposta de participação popular que atingiu 77,2...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Relatamos e aprovamos na Comissão de Direitos Humanos por unanimidade.

A SRA. VANESSA NEGRINI (*Por videoconferência*.) – Exato. Perfeito. Exatamente.

Lá atrás, como cidadã, a gente apresentou essa proposta, e o senhor relatou, o que nos deixou muito honrados, e hoje...

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu já estou aqui há muito tempo, eu já estou com história para contar por muitos e muitos anos, e ela era muito jovem ainda. E aprovamos a tempo. (*Risos.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI (*Por videoconferência*.) – Verdade.

Fico muito honrada de voltar a esta Casa, agora na qualidade de diretora dessa pasta, que foi criada este ano pelo Presidente Lula, pela Ministra Marina, aqui no Ministério do Meio Ambiente, nesse reconhecimento de que a pauta animal ganha importância hoje na sociedade. É uma reivindicação, é uma questão, porque, como eu costumo falar, a pauta animal hoje não é só para quem gosta de animais, mas é uma questão de saúde única, importa para a vida humana, importa para as economias do país, vide agora, e não nos esqueçamos jamais, a covid-19. A covid-19 foi uma zoonose, e olha o impacto econômico, o impacto de vidas que foram tolhidas por uma questão de saúde única.

Nós estamos, por exemplo, vivendo, recentemente, no Brasil, a questão da gripe aviária. Novamente, mais uma zoonose com impacto tanto para os direitos animais quanto para a saúde única, quanto também para as economias do país.

Olhando por esse olhar, e com todas as falas que me antecederam a gente concorda muito plenamente, eu gostaria de trazer, na verdade, uma fala bem breve complementando todos esses olhares que me antecederam, trazer também e agregar a visão da proteção dos direitos animais no contexto do desenvolvimento sustentável e bem-estar social na reforma tributária.

O direito público, que é composto por diversas áreas – entre eles o direito administrativo e o tributário –, já vem considerando a questão ambiental há muitos anos, mas a questão animal ainda não. Até a própria antiga Lei de Licitações e a atual Lei 14.133 já tratam da questão ambiental no critério de seleção de empresas, contratações públicas, mas nenhuma delas menciona a questão do bem-estar ou dos direitos animais, da mesma forma que a gente não vê esse debate com relação ao direito tributário.

Atualmente, os animais ainda são considerados pelo Código Civil como coisas, como bens, patrimônios; são comercializados livremente, inclusive pela internet, e muitas vezes enviados por serviços de transporte como se fossem meros objetos.

A gente faz esse apelo para que a gente leve isso em consideração. A reforma tributária precisa também considerar a questão das práticas de bem-estar animal – por exemplo, quando a gente puder falar da questão da taxação de comércio de animais, até como forma de desestímulo a essa prática.

Lembro, contextualizando, que, em 2022, foi aprovada pelas Nações Unidas a publicação da Resolução Nexus, de bem-estar animal e desenvolvimento sustentável, e foi a primeira vez que as Nações Unidas fizeram o reconhecimento do *nexus* entre o bem-estar animal e a sustentabilidade ambiental, reconhecendo que não tem como você falar de uma sem outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê isso de forma muito clara. Por exemplo, os animais de produção, quando são produzidos sem critérios de bem-estar animal, você impacta o meio ambiente, você tem a utilização massiva de antibióticos, você tem a predação excessiva do meio ambiente.

Então, nesse contexto, entendemos ser imperativo que a reforma tributária, dentro de todos esses atributos que já foram comentados – a questão da valorização de produtos que sejam saudáveis para as pessoas –, também passe a considerar e valorizar aqueles que dialogam também com a pauta do bem-estar animal.

A Organização Mundial da Saúde, inclusive, já recomendou noções do Inca, desde 2007, por exemplo, na questão de carnes processadas, não é recomendada nenhuma quantidade de carne processada, porque comer salsicha, linguiça, *bacon*, todas essas coisas de carnes processadas aumenta o risco de câncer em humanos, e esses produtos são classificados pela OMS como Grupo 1 de alimentos de potencial cancerígeno.

Ou seja, que a gente pudesse ter um olhar atento, até porque, quando a questão econômica aperta, acaba que você empurra a sociedade para, muitas vezes, consumir esses determinados tipos de alimentos, que acabam sendo mais acessíveis.

Então, nesse sentido, a gente pensa que uma reforma tributária ambientalmente responsável poderia também incorporar princípios que garantam os direitos humanos, os direitos ambientais e os direitos animais, porque a gente acaba percebendo, Senador, que tudo está conectado.

Nesse sentido, eu penso que seria interessante que pudéssemos fazer a promoção e o incentivo de alternativas de alimentação saudável que valorizassem o incentivo de fontes alternativas de proteínas à base de planta. O Brasil é tão rico! A gente tem o feijão, o tremoço, a lentilha, o grão-de-bico, o amendoim, uma vasta variedade de fontes alternativas de proteína que poderia estar alimentando a população, com menor impacto ambiental, regenerando o meio ambiente, com práticas mais saudáveis e mais ambientalmente corretas para as pessoas, para a vida humana, para a vida animal e para a saúde humana.

Então, essa busca por um bem-estar integral eu penso que precisa ser o objetivo primordial da nossa reforma tributária. O direito ambiental, intrinsecamente, está ligado aos direitos humanos. O art. 225 consagra o direito de todos a um ambiente saudável, constituindo, assim, um direito humano fundamental também.

Eu convido a que gente possa fazer uma reflexão e dar um passo além, para enxergar, nos direitos animais, essa oportunidade de uma extensão dos direitos humanos. Inclusive, como já foi colocado por palestrantes anteriores, garantindo o direito ao acesso à informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais escolhas a nossa população poderia fazer se tivesse oportunidade, acesso à informação e o incentivo tributário para ter escolhas mais ambientalmente corretas e melhores para a sua saúde e para o meio ambiente? A vida humana, inegavelmente, está atrelada à saúde ambiental e à saúde dos animais. Então, esse é o nosso convite.

Muito obrigada. Muita honra em poder voltar a esta Casa e poder participar desta audiência tão importante para a vida das pessoas, do meio ambiente, de todos os animais, para a saúde das pessoas e a saúde planetária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Uma jovem que, muito tempo atrás... Eu presidia – como presido, eu vou e volto para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos – e eu vi aquela SUG ousada para acabar com o teto de gastos... Disse: "É comigo mesmo!". Peguei para relatar, trabalhei, trabalhei, trabalhei e aprovamos por unanimidade.

Eu não a conhecia, só tinha o nome dela. Foi uma alegria vê-la aqui, em uma causa que eu também defendo, que é a causa dos animais. Achei muito legal ela dizer que estamos todos conectados. Se não entendermos que os seres humanos, a causa animal e todo o meio ambiente – o ecossistema – estão todos conectados...

Olha, a causa animal mexe comigo. Eu vou dar uma salva de palmas à causa animal, que eu sei que vocês todos defendem! (*Palmas.*)

De imediato, ainda por videoconferência, para irmos para o final da segunda Mesa presencial: Marcos Lopes, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na tela.

O SR. MARCOS LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado! Gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Senador pelo convite e parabenizar os membros da Comissão por esta iniciativa.

Eu sou Marcos Lopes, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República. Eu trago os cumprimentos da Presidenta do Conselho, a Profa. Elisabetta Recine, que está, neste momento, em São Tomé e Príncipe, no continente africano, participando das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, então, não pôde estar presente, mas pediu que eu deixasse aqui os cumprimentos e a gratidão, por esta oportunidade, para que o Consea se manifestasse sobre esse tema, que é um tema muito caro para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muito do que eu tinha para dizer já foi dito. Então, eu só queria reforçar alguns elementos a partir das manifestações que o Consea já produziu este ano sobre esse tema.

O Consea se manifestou por meio de uma nota técnica ao grupo de trabalho na Câmara, o grupo de trabalho sobre o sistema tributário nacional, e também ao Relator do Projeto de Lei 45, de 2019, e o Consea emitiu uma recomendação, que é o instrumento máximo que o Consea emite, uma recomendação ao Governo brasileiro para que o Governo atuasse ativamente por uma reforma tributária que, efetivamente, fosse uma reforma garantidora de direitos.

Eu quero começar por esse ponto, reforçando esse ponto, especialmente porque quem nos acolhe nesta tarde é a Comissão de Direitos Humanos. Aqui, nós estamos diante de uma oportunidade singular de entender ou de decidir, enquanto nação, se nós queremos uma reforma tributária que seja baseada em direitos e que reforce a garantia de direitos ou se nós vamos optar por uma reforma tributária que siga atendendo apenas a interesses econômicos, interesses econômicos, tradicionalmente, de alguns grupos, e não de todo o conjunto da população brasileira.

O Consea, para quem não o conhece, é um conselho de assessoramento direto ao Presidente da República que tem entre as suas competências zelar pelo direito humano à alimentação adequada em toda a sua amplitude, com interfaces muito diretas ao direito à saúde e ao direito ao meio ambiente adequado. Então, a temática aqui não poderia ser uma temática mais cara para nós nesse sentido.

Eu queria também resgatar algo que já foi dito pela colega do Ministério da Saúde e também pela colega da ACT, que o momento que nós vivemos é um momento que exige que essa decisão civilizatória que está em curso – não é só um processo legislativo no Senado, mas é uma decisão civilizatória – é um momento que exige urgência. Nós estamos no meio de um processo denominado pelos especialistas de sindemia global, que é a combinação de diferentes pandemias, nesse caso a pandemia de fome e desnutrição, a pandemia de obesidade e uma pandemia de mudanças climáticas. E, como já foi dito aqui, essa reforma dialoga diretamente com essas três pandemias. Então, esse pode ser um instrumento muito importante e muito robusto para enfrentar o que são os determinantes estruturais dessas três pandemias, enfrentar o que são os determinantes comuns.

Por que essas três pandemias são chamadas de uma sindemia? Porque se identifica que os determinantes dessas três pandemias são os mesmos, muitos desses determinantes são determinantes comuns. Acho que já foi muito bem trabalhado como o álcool e o tabaco são parte desses determinantes, então eu queria focar um pouco mais na agenda dos alimentos ultraprocessados e a importância de que os alimentos ultraprocessados sejam trabalhados de duas formas nesse processo: que de nenhuma forma eles sejam incluídos na lei complementar que vai discutir a cesta básica, mas também que, na medida do possível, esses alimentos, por serem produtos nocivos à saúde, sejam também tributados de forma seletiva, sejam contemplados no processo de discussão da tributação seletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que Edna, que me antecedeu, falou muito bem sobre como a reforma pode facilitar uma alimentação adequada e saudável, tanto do ponto de vista do estímulo à produção, mas também do estímulo ao consumo. O Consea produziu essa nota técnica, ou melhor, sistematizou o conjunto de argumentos que reforçam a importância de que o Guia Alimentar para a População Brasileira seja a referência, algumas colegas também fizeram essa menção. E por que o Guia Alimentar ser essa referência, não é? Acho que, para nós que somos do meio, é uma fala óbvia, mas talvez muitas e muitos que estão nos assistindo ou tomando contato com essa discussão agora em primeira vez não tenham tanta clareza do que é o Guia Alimentar para a População Brasileira e nem por que ele deve ser essa referência. E aí acho que há dois elementos principais, o Guia é um documento muito rico, é um instrumento de orientação de políticas públicas instituído pelo Ministério da Saúde em 2014, mas, para além de ser um instrumento rico de orientação de políticas públicas, acho que tem dois elementos importantes a serem destacados aqui, que são de grande valia para essa discussão.

Acho que um primeiro elemento é: o guia organiza os alimentos em nível de processamento. Então, quando nós falamos de alimentos ultraprocessados, o que nós queremos dizer? Nós queremos dizer aqueles alimentos que praticamente já não são mais alimentos, que não contêm, em sua maioria, o alimento de fato; são alimentos que passaram por processos industriais, que requerem altíssimo nível de processamento tecnológico e que recebem uma série de edulcorantes, conservantes, enfim, que distorcem a característica daquele alimento, aumentam a conservação, a durabilidade, isso é verdade, mas também aumentam o quanto o alimento se torna viciante, o quanto esse alimento se torna mais distante de ser um alimento. Então, quando a gente diz que a cesta básica, que esse debate da reforma tributária precisa ter o Guia Alimentar como uma referência, a gente está dizendo que o que é alimento adequado e saudável, que garante o direito à alimentação adequada e saudável, que é um direito constitucional, é o alimento de verdade, é a comida de verdade, é o alimento *in natura*, minimamente processado, não é o alimento ultraprocessado, esse alimento que é praticamente um produto industrial.

Mas tem um segundo elemento do guia que é bastante importante aqui para o nosso debate, já que a gente está considerando esses três "s" da reforma tributária, o guia traz como esse alimento deve ser produzido. Então, quando a gente fala somente de nível de processamento, a gente poderia inferir, por exemplo, que a soja, por ser um produto *in natura*, poderia ser um produto incluído nessa cesta, ou que, por exemplo, o milho para a produção de alimentos ultraprocessados, o milho enquanto uma *commodity*, também poderia. Então, tem esse segundo elemento do guia, que é muito importante para a nossa reflexão, que é sobre como esse alimento é produzido. E o guia traz que o alimento que garante o direito a uma alimentação adequada é aquele alimento produzido pela agricultura familiar, produzido de forma social, econômica e ambientalmente sustentável. Então, quando a gente olha para o guia como essa referência, a gente tem que considerar não só o nível de processamento, mas a gente tem que considerar o guia como um todo. O guia é essa referência para o debate do que é o alimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequado e saudável, do que deve compor a cesta, mas ele também é a referência para a gente pensar em quais são os produtos que deveriam ser incluídos em eventuais impostos seletivos.

E por que o guia também é uma referência? Porque, se ele diz claramente o que é, ou o que são, quais são os alimentos que compõem uma alimentação adequada e saudável, como esses alimentos são produzidos, aqueles alimentos que não são os alimentos adequados e saudáveis, que não são produzidos de uma forma social, econômica e ambientalmente sustentável, são alimentos que violam o direito humano à alimentação adequada e que, diante da interdependência e da complexidade dos direitos humanos e fundamentais, a gente pode inferir que são um produto nocivo à saúde.

Acho que, para além deste debate sobre a cesta e sobre a tributação seletiva em torno dos impostos seletivos, o Consea também se manifestou sobre a importância desse processo como uma forma de diminuição das desigualdades, para que haja uma consciência e uma atuação deliberada nesse processo de redução das desigualdades. Então, quando a gente fala dessa tributação seletiva e quando a gente fala da simplificação do sistema, é muito importante a gente ter a referência de que o crescimento do consumo de ultraprocessados entre as populações, os menores quintis de renda é quase duas vezes superior ao dos demais quintis. Então, quando a gente tributa, quando a gente debate a tributação seletiva sobre ultraprocessados enquanto um produto nocivo à saúde, a gente também está enfrentando as desigualdades no acesso à alimentação adequada e saudável, mas também a desigualdade que hoje é mais uma carga, uma sobrecarga para as populações com os menores quintis de renda, porque o aumento do consumo de ultraprocessados e, por consequência, de desfechos negativos na saúde nesses grupos é significativamente maior do que nos outros quintis de renda, sobretudo nas periferias das grandes cidades.

Eu disse que falaria, porque acabou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não sou eu, é a moça. (*Risos.*)

O SR. MARCOS LOPES (*Por videoconferência*.) – Acho que aí é o terceiro ponto.

O primeiro ponto é o do guia, de como ele é essa referência nesses dois debates, tanto da composição da cesta quanto do tributo seletivo.

O segundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS LOPES (*Por videoconferência*.) – ... é que seja, conscientemente, um instrumento para o enfrentamento das desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero trazer, como último elemento importante aqui, o que foi pontuado pela Edna, sobretudo sobre como essa reforma pode...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS LOPES (*Por videoconferência*.) – ... estimular outros processos de produção. Ela pode estimular outras formas de produção – acho que a Vanessa também trouxe isso –, outras cadeias produtivas. Acho que a gente tem que ter sempre o cuidado de saber quando essas novas cadeias produtivas não são falsas soluções, são efetivamente as soluções, mas temos que pontuar a importância de que esse debate inclua uma discussão séria no Senado – porque na Câmara, do nosso ponto de vista, não houve espaço político para isso ser feito – sobre como a reforma estimula outros modelos de produção, sobretudo o modelo de produção da agricultura familiar, uma produção que não utiliza agrotóxicos.

Enfim, quero deixar essas três contribuições.

Mais uma vez, quero agradecer, em nome da nossa Presidenta, a Professora Elisabetta Recine, pela oportunidade.

Quero deixar os cumprimentos e dizer que o Consea está à disposição para seguir contribuindo e ser também um espaço para que este debate seja aprofundado com o conjunto da sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcos Lopes, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que falou muito do Guia Alimentar. Acho que grande parte da população não conhece o Guia Alimentar.

Eu falava aqui com a Paula e com a Tathiane que nós teríamos que, talvez, construir um caminho para que as pessoas conheçam mais o Guia Alimentar pela importância – eu vou dizer que inclusive eu, porque por magro eu não passo, não é? Acho que o Guia Alimentar vai me ajudar, não vai?

A SRA. PAULA JOHNS (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então tá.

Agora nós vamos para a nossa mesa presencial. E, depois, cada um de vocês que falaram terão direito a uma fala de dois a três minutos, só comentando a reunião.

Tathiane Piscitelli, Professora de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas – prazer.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Paulo Paim, pelo convite.

É um prazer estar aqui junto com a Paula Jonhs para discutir esse tema. Saúdo os participantes da mesa anterior, também os participantes *online* e quem nos assiste também *online*. É um prazer estar aqui para discutir esse tema.

O foco da minha fala aqui vai ser o imposto seletivo a partir de uma premissa que é fundamental e da qual a gente não pode se afastar. O imposto seletivo é necessário na reforma tributária. E isso, apesar de óbvio, precisa ser repetido, porque ontem mesmo, nesta Casa, houve uma audiência pública, na CCJ, em que a tributação seletiva foi muito discutida e muito criticada. E criticada no sentido de que ela deveria ser eliminada do texto da PEC 45, justamente pela abertura constitucional, pelo fato de que muitas coisas fazem mal à saúde, muitas coisas fazem mal ao meio ambiente, portanto, o imposto seletivo seria um cheque em branco para a União.

É muito importante que a gente desconstrua esse discurso, porque esse discurso inclusive ignora que hoje nós já temos uma tributação seletiva, não é? Como o Prof. Valadão muito bem mostrou aqui, a política tributária aplicada ao tabaco é consistente – o Ministro Temporão também reforçou esse ponto. Ela é consistente, sólida e eficaz na redução do consumo do cigarro. Ela é eficaz no aumento do preço e, portanto, é um modelo tributário, uma política tributária que funciona e que já é aplicada no Brasil.

Então, o que a gente tem aqui é um risco muito grave de retrocesso. Um retrocesso e uma prevalência de grupos de interesse que justamente querem eliminar a tributação seletiva que temos hoje e substituir, então, essa sobretributação por uma tributação sobre o consumo, o que seria muito menor. Na pior das hipóteses, uma alíquota do IVA dual – também aqui para simplificar – muito alta seria de 27% a 29%, contra ser mais de 70% – não é, Prof. Valadão? –, se eu não estiver enganada, que nós temos hoje sobre o tabaco.

Então, nós precisamos ficar muito atentos a isso, e eu espero que esta Casa não admita esse tipo de retrocesso e não admita a eliminação do imposto seletivo da PEC 45.

Dito isso, é importante também mencionar que a tributação seletiva frequentemente é vista por esses grupos de interesse – e aí tem uma argumentação nesse sentido – como algo paternalista, não é? Então, é o Estado invadindo a minha esfera de autonomia e a minha escolha individual, e se eu quiser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tathiane, desculpe-me atrapalhar.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente está percebendo que muitos, devido a compromissos, terão que retornar, enfim, a seu local de moradia, não é? Então eu noto, quando eu disse que todos vão falar novamente, que o Plenário se movimentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conversei aqui com a mesa rapidamente – aqui vocês vão falar normalmente – no sentido de que uma pessoa falasse em nome dos painelistas; que vocês escolhessem, e essa seria a fala de encerramento.

Aí me pediram muito uma foto coletiva – olha, já escolheram ali. Depois vamos para a foto coletiva, o.k.?

Eu vou dar seu tempo de volta.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI (*Fora do microfone*.) – É, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, com certeza.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – Sem a campainha, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, seu tempo volta lá, olha. Volta lá já. Pronto! E um minuto ainda.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está nos nove já.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – Então, só retomando, é importante também que a gente se afaste dessa ideia de que seria uma tributação paternalista, contra a autonomia do indivíduo, porque a tributação seletiva tem naturalmente a função de inibir o consumo, pelo fato de que aquele bem vai ficar mais caro, mas ela também tem uma função arrecadatória. E é justo que tenha a função arrecadatória, porque é necessário que se compensem os gastos públicos que são gerados em razão do consumo de bens que fazem mal à saúde e, na redação do 153, VIII, ao meio ambiente.

Então acho que essa é uma premissa da qual a gente não pode se afastar. A tributação seletiva é necessária, ela já existe, e a eliminação desse dispositivo na PEC, como se pretende, seria um retrocesso considerável. E, reforço, espero que esta Casa não aceite.

Dito isso, como mais nós podemos melhorar o texto da PEC? – porque eu imagino que esse também seja o objetivo desta audiência pública. Eu acho que tem dois pontos aqui importantes.

Um primeiro ponto, que foi muito mencionado pelo Marcos Lopes e também pela Edna, nas falas anteriores, situa-se naquele dispositivo que trata das reduções de alíquota do IBS e da CBS. Naquele dispositivo, que é o art. 9º da PEC, está mencionado que nós podemos ter alíquotas reduzidas para insumos agropecuários e para alimentos destinados ao consumo humano. Eu queria destacar só esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois. Sobre esses bens – na verdade sobre todos os bens que estarão sujeitos à redução de alíquota – não poderá haver a tributação seletiva.

Por que essas disposições em especial são problemáticas? Primeiro porque, quando a gente prevê a redução de alíquota para insumo agropecuário, isso dá uma margem para, dentro desses insumos, nós colocarmos agrotóxicos. E os agrotóxicos são produtos que, notoriamente, fazem mal à saúde e que, internacionalmente, são mais tributados. A tendência é a de que haja uma tributação maior de agrotóxicos. Em alguns países se adota, inclusive, a tributação progressiva de agrotóxicos. E essa abertura desse termo permitiria, então, não apenas a ausência da tributação seletiva dos agrotóxicos, mas também uma redução tributária sobre eles, o que seria absolutamente descabido.

Aqui é importante que a gente diga o seguinte: quando a gente está diante da necessidade de tributação e da necessidade de financiamento do Estado – e esse financiamento se dá por meio dos tributos –, há uma escolha que precisa ser feita: como é que eu vou distribuir os ônus e os bônus da tributação? E parece-me contraditório que os bônus da tributação sejam distribuídos para produtos que causam mal à saúde. Então, acho que esse também tem que ser um motor dessas discussões. Então, seria importante que houvesse uma limitação desse termo, insumos agropecuários, justamente para que os agrotóxicos fiquem de fora e a tributação seletiva seja possível.

Em relação aos alimentos destinados ao consumo humano, essa expressão também é uma expressão guarda-chuva, que permitiria fazer com que houvesse redução tributária para alimentos ultraprocessados, o que seria também uma enorme contradição; contrário, inclusive, às diretrizes do próprio Ministério da Saúde, às diretrizes do Guia Alimentar. Portanto, um detalhamento maior nesse sentido seria necessário porque, de novo, se eu coloco alimentos destinados ao consumo humano, e a lei permite a inclusão de alimentos ultraprocessados, automaticamente eu descarto a possibilidade da tributação seletiva.

O Marcos Lopes, na fala dele agora, falou bastante em desigualdade. E aí eu queria anotar o seguinte: a tributação favorecida de bens que causam mal à saúde tem, de fato, um impacto direto na desigualdade, mas eu queria avançar um pouquinho para dizer que essa desigualdade que é gerada em razão da tributação desses bens é uma desigualdade de gênero e raça. Por quê? Porque, na medida em que eu tenho o consumo desses bens como geradores de males à saúde, os adoecidos certamente serão cuidados por mulheres, porque são elas as responsáveis pela economia do cuidado, e essas mulheres que estão em maior situação de vulnerabilidade são as mulheres negras.

Então, é importante que a gente entenda que, quando a gente fala em desigualdade, a gente não está falando em desigualdade genericamente considerada. É importante que a gente faça a intersecção entre gênero e raça para entender que a tributação favorecida de bens que causam mal à saúde é uma tributação que favorece a desigualdade de gênero e raça no nosso país, cujos níveis já são alarmantes. Então, esse é um primeiro ponto, esse olhar para o art. 9º, que fala das alíquotas favorecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo ponto importante, sobre o qual eu tenho visto pouca gente falar, se refere ao fato de que o imposto seletivo vai ser utilizado como um mecanismo de compensação para a Zona Franca de Manaus. Isso está no art. 92 do ADCT, na redação proposta ao art. 92 do ADCT, que diz que é importante que o IBS, a CBS e o imposto seletivo mantenham o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus. Isso está no *caput*. Aí, o §1º diz assim: olha, inclusive, em relação ao imposto seletivo, será admitida a ampliação da incidência desse imposto para que ele incida sobre os produtos que também sejam industrializados, produzidos na Zona Franca de Manaus, garantindo-se, assim, o diferencial competitivo da região.

O que eu estou imaginando diante disso? Estou imaginando que a gente não vai mais ter uma tributação seletiva que se concentre em produtos que causam mal à saúde e ao meio ambiente; a gente vai ter uma tributação, entre aspas, "seletiva", porque ela é completamente desnaturada, de todo e qualquer produto que seja produzido na Zona Franca de Manaus. E aí, na Zona Franca, eu não vou ter a tributação seletiva, mas eu vou tê-la fora. Mas aí, para garantir o diferencial competitivo, qual seria uma saída? Atribuir o crédito ao adquirente, que é exatamente o mecanismo que a gente tem hoje em relação ao IPI, mecanismo esse que causa inúmeras distorções.

Então, esse dispositivo precisa ser olhado com muito cuidado para que a tributação seletiva, em primeiro lugar, não seja desnaturada, e a gente não tenha, simplesmente, um IPI repaginado; e, em segundo lugar, não se torne inútil, porque, na medida em que eu garanto créditos do imposto seletivo na entrada de bens que sejam provenientes da Zona Franca de Manaus, então eu anulo a tributação seletiva.

E aí isso se relaciona com outro ponto que está vinculado com a minha premissa, que é o fato de que a tributação seletiva não pode ser não cumulativa. Eu já vi redações de emendas que serão possivelmente apresentadas à PEC 45 no sentido de se assegurar a não cumulatividade da tributação seletiva. Se ela for não cumulativa, ela não vai cumprir com o seu papel, que é, justamente, onerar os bens, onerar o consumo, onerar a produção. Então, um primeiro ponto: a gente tem que tomar cuidado com essa não cumulatividade.

Um segundo ponto: deve ser mantida a tributação do imposto seletivo embutida no IBS e na CBS. A PEC já prevê que o imposto seletivo integra a base de cálculo do IBS e da CBS. Isso é adequado, porque o objetivo aqui é justamente onerar o consumo. O objetivo é fazer com que o produto seja mais caro e que o tributo seja, de fato, repassado no preço, como seria nessa hipótese.

E um terceiro ponto importante é assegurar que o imposto seletivo também possa incidir, cumulativamente, sobre insumos, então, na produção de um bem que vai...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – ... gerar males à saúde, como é o caso dos concentrados em relação à indústria de refrigerantes.

Então, em relação à tributação seletiva, esses eram os pontos que eu queria destacar. E acho que o ponto central é: a gente precisa lutar pela manutenção dessa tributação na PEC, mas dessa tributação configurada, então, da forma como ela deve ser, e não simplesmente como um IPI repaginado, com não cumulatividade, porque ela iria perder totalmente a função da seletividade nesse caso.

E aí, por último, já que eu tenho cinco minutos adicionais, queria fazer uma outra consideração que não tem a ver com a tributação seletiva, mas que se relaciona com uma fala que a Edna fez aqui, no final, sobre a cesta básica nacional de alimentos. E tem até relação com uma conversa que eu tive antes aqui de começar a audiência pública. Existe um debate sobre a possibilidade de a cesta básica nacional de alimentos, que naturalmente deve conter alimentos que não são ultraprocessados, alimentos *in natura* ou minimamente processados e esses, sim, devem ter alíquota zero, mas existe um debate sobre a manutenção desse benefício fiscal, sobre o fato de que se a gente vai manter mesmo a alíquota zero em relação a esses alimentos, porque, afinal de contas, isso seria desnecessário em relação ao mecanismo de *cashback,* em razão do mecanismo de devolução. Eu acho que foi um ganho enorme a gente ter no texto da PEC 45 a cesta básica nacional de alimentos com tributação zero. E eu acho que retirar isso do texto seria também um retrocesso na medida em que o mecanismo de compensação, de devolução dos tributos chamado de *cashback*, não vai ser suficiente para abranger toda a população de baixa renda. Então, no mínimo, a gente precisa garantir que não haja tributação sobre esses bens como forma, como disse a Edna, de viabilizar o alimento, o consumo do alimento saudável nacionalmente. Então, uma zona de livre comércio para essa alimentação saudável.

A existência do *cashback* não pode refrear essa possibilidade, porque não há recursos orçamentários para assegurar o *cashback* para toda a população que precisa dele. Então, tem-se falado em beneficiar a população que está inscrita no Cadastro Único, que naturalmente deve ter esse benefício, mas que é uma população que está na linha da pobreza ou da extrema pobreza. E há muita gente que tem uma renda baixa e que se não tiver uma tributação baixa sobre os alimentos *in natura*, sobre esses alimentos que irão compor a cesta básica, essas pessoas vão optar por alimentos mais baratos, que são alimentos ultraprocessados, e haverá impacto na saúde, impacto na desigualdade, impacto na desigualdade de gênero e raça. Então, acho que esse é um outro ponto bastante importante e não se pode, na minha opinião, ser seduzido por esse argumento do *cashback*, que é relevante, ele mitiga regressividade, mas ele não pode ser uma panaceia, ele não pode ser o único recurso para mitigação da regressividade e para que se assegure o direito à saúde, o direito ao mínimo existencial e ao acesso a alimentos saudáveis.

Então, essas eram as minhas contribuições.

Eu agradeço novamente o convite. É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Tathiane Piscitelli, professora de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas, e que trouxe à luz a questão da desigualdade de gênero e raça, com muitos pontos que levantou com muita competência e que eu nunca tinha me debruçado sobre esse ponto específico, entre tanta coisa boa que eu ouvi hoje boa, boa no sentido do alerta de que temos que avançar na busca de uma reforma tributária que leve em consideração uma alimentação de qualidade e o meio ambiente e com toda a visão do ecossistema que vocês colocaram, da questão animal também.

Por favor, Dra. Paula Johns, representante da ACT Promoção da Saúde. E já lembrando que já foi escolhida quem vai fazer o discurso de encerramento e vai ser a Dra. Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde.

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, obrigada, Senador, pela segunda vez consecutiva – na semana retrasada, estávamos aqui com uma audiência também sobre agrotóxico, um tema superimportante. Acho que essa continua dialogando ainda sobre esse tema e trazendo outros temas para a agenda.

Eu vou falar, acho, o que já foi dito com palavras diferentes, talvez algumas, nem todas. Mas, primeiro, quero reforçar alguns pontos. O tamanho da oportunidade que a gente tem em mãos e também o risco que a gente está correndo, que eu acho que sempre tem. Se por um lado tem uma oportunidade, você tem um risco, porque obviamente você tem setores interessados em manter o *status quo;* outros setores que estão interessados em fazer com que o *status quo* melhore ainda mais para eles. Eu acho que é o caso da indústria de alimentos ultraprocessados. Acho importante falar isso com todas as letras, porque a gente está observando a pressão, inclusive no que aconteceu. Acho que a Profa. Tathiane já trouxe isso em relação às falas que foram feitas na audiência de ontem, atacando o imposto seletivo, ou seja, a gente corre um risco real de uma completa distorção da finalidade do imposto seletivo. Ele já veio lá com o jabuti da Câmara dos Deputados – estou usando um termo aqui da Casa, perdoem-me a informalidade –, ele já veio da Câmara com essa grave distorção de fazer com que deveria ser... o imposto seletivo teria a finalidade de onerar um produto e de você criar uma trava para que ele não onere o que faz mal à saúde através daqueles trechos do texto que falam tanto de insumos agropecuários, como de produtos para consumo, de alimentos para o consumo humano.

A gente, inclusive, tem uma proposta, em relação a isso aqui no texto – eu também vou aproveitar mais uma vez para entregar em mãos. Esse sistema tributário que a gente tem hoje, que é cheio de distorções, precisa ser corrigido. Com a configuração da Casa, eu sei que isso não é uma tarefa fácil, por isso que eu gostaria de parabenizar mais uma vez por trazer esse debate, porque eu acho que a única coisa que a gente tem de mais importante em mãos, em primeiro lugar, é a força da evidência. Eu acredito na força da evidência, na evidência baseada na ciência, baseada também em dados empíricos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baseada no que a gente tem de estudos e análises concretas do que significa na prática, de como a tributação é uma ferramenta do Estado fundamental para a gente direcionar para onde a gente vai enquanto sociedade.

E aí trazer novamente o ponto aqui da reforma tributária 3S, enquanto parte desse coletivo que está olhando para a reforma tributária não só do ponto de vista da saúde com esses produtos específicos, novamente: cigarro, álcool, alimentos ultraprocessados, agrotóxicos, especialmente aqueles que são, inclusive, proibidos em outros países. Eu acho gravíssimo a gente ter a possibilidade que um produto proibido em outro país venha a ter isenção no Brasil. Em pleno 2023, isso acontecer – a gente com a Agenda 2030 batendo à nossa porta – é a gente estar ampliando um fosso que já é um pouco gigantesco aqui no Brasil.

E no ponto de vista da reforma tributária 3S, a gente precisa até fazer uma analogia com a fala da colega anterior, que falou sobre direito animal também, a gente precisa olhar... A gente está falando de produtos *in natura*, mas a questão da carne tem um impacto ambiental que a gente não pode negar. Para além da questão do bem-estar animal, ela tem um impacto também no meio ambiente que é inegável. Então, a gente precisa olhar para a interseção não só da saúde, mas do meio ambiente e também da justiça social, porque ela também é fundamental e as três coisas não podem ser dissociadas. Então, acho que esses três elementos, o que está na interseção desses três elementos precisa ter um tratamento diferenciado e precisa ter imposto seletivo no sentido de você desestimular o consumo.

Então, eu acho que a gente está aqui para se colocar à disposição para contribuir.

Eu acho que a Mônica já trouxe os dados da pesquisa Datafolha. Eu já tinha adiantado aí uma prévia na audiência sobre o agrotóxico, mas eu acho que é importante a gente se lembrar disso o tempo todo. A gente vai fazer através da rede que compõe aqui... Não somos uma organização isolada; tem centenas de organizações que estão envolvidas nesses debates de diferentes formas, em diferentes lugares, em todo o país, e, da nossa parte, a gente pretende fazer com que essas organizações colaborem e contribuam para o debate, porque eu acredito muito no debate público. É claro que ele tem que ser baseado na verdade, não em *fake news* – tem todos aqueles poréns, aqueles parênteses –, mas eu acho que, através do debate, a gente consegue conscientizar a população, e eu estou convencida de que estamos todos assim: não tem planeta B.

Então, assim, a urgência é realmente urgente. Eu acho que já até mudou a nomenclatura, a gente não está mais nem falando de aquecimento global, está falando de ebulição global. Será possível que a gente vai aprovar uma reforma tributária que amplificará isso ainda mais? Eu acho que não é possível. A gente não pode se dar ao luxo de fazer hoje, ou que amplie as desigualdades, ou que amplie as distorções que a gente já tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou fechar trazendo um ponto aqui, que a Tathiane também mencionou, da compensação da Zona Franca de Manaus. Eu acho que esse é um ponto de atenção muito sério. Hoje, o que a gente tem, através de crédito tributário na Zona Franca de Manaus, beneficia diretamente a cadeia produtiva dos refrigerantes e da cerveja; não é só a dos refrigerantes, porque a indústria da cerveja também se beneficia. Por ela também estar na Zona Franca de Manaus, ela também se beneficia desse mesmo, porque a indústria de refrigerantes ligada à indústria de cerveja está sediada na Zona Franca de Manaus e acaba utilizando esse crédito tributário, que já não deveria ir para refrigerantes, e eu diria que também não pode ir para a cerveja, em hipótese alguma, e hoje isso acontece. Então, a gente não pode também deixar de olhar para isso.

Em relação ao álcool, acho que a gente também precisa olhar que hoje a gente tem algumas distorções no sentido. Até, Valadão, ali eu vi, em uma apresentação também até do Jose Angelo, nesse mesmo estudo que vocês fizeram, como Rio e São Paulo pagam menos imposto de cerveja do que outros estados. Então, acho que aquela preocupação em relação à questão regional, acho que também é importante que se esteja atento para esse aspecto porque, novamente, é uma oportunidade. Tudo que é uma oportunidade é uma oportunidade para o bem e pode ser uma oportunidade para o mal, mas quero crer que a gente vai ter força suficiente para que seja uma oportunidade para o bem.

Mais uma vez, agradeço.

E aí estava lembrando, Senador, assim, muitas vezes, nesta Casa aqui... Eu sei que estamos como Comissão de Direitos Humanos, mas a gente está aqui na sala da Comissão de Relações Exteriores, e foi aqui que eu a conheci, 20 anos atrás, por ocasião da ratificação da Convenção Quadro do Controle do Tabaco... (*Palmas.*)

... e aí é simbólico estar aqui novamente. Mais uma vez, agradeço. Foi um marco importante. Eu espero que a gente consiga um novo marco importante para a saúde.

Agradeço também a participação de todo mundo que está aqui presencial, essa grande rede, e de quem também está nos assistindo *online*.

Faremos a nossa parte de fazer essa incidência junto ao Senado como um todo e à população.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Paula Johns, representante da ACT, por tudo que falou na outra e nesta, meus parabéns! Não tenho nenhum comentário. Eu vi que você falou na outra, falou nessa também, que há produtos que lá fora são proibidos e aqui parece que são incentivados, com subsídios, inclusive. É algo que não dá para esquecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como combinamos, em seguida vamos para a foto coletiva, nos esperem aí, vai ser logo agora.

Eu vou pedir que a Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT, faça a fala final. Aí eu dou a sessão por encerrada e vamos para a foto.

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor.) – Obrigada, Senador. Como o senhor me passou aqui também algumas perguntas que vieram a mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma missão. E vou explicar. Eu já devia ter colocado antes, eu esqueci. E como ela vai ser a última a falar, ela vai responder agora.

A SRA. MÔNICA ANDREIS – Não tem problema. Eu vou focar até em duas que tem aqui. Uma é do Indy Nunes, de São Paulo, que pergunta de que forma a reforma tributária pode impulsionar a sustentabilidade e o bem-estar social, considerando os desafios atuais; e a da Cláudia Xavier, de Minas Gerais, que pergunta também como a reforma tributária pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, considerando aspectos como incentivos fiscais.

Eu acho que tudo que a gente colocou aqui hoje dá algumas respostas nesse sentido, de como a reforma tributária pode contribuir para a sustentabilidade, para o bem-estar social, para a promoção da saúde da população. Então, por exemplo, quando se pergunta aqui, considerando os aspectos de incentivos fiscais, eu retomo isso que a Paula acabou de falar. A gente tem que ter incentivos fiscais para produtos saudáveis, ou seja, ter a cesta básica acessível à população brasileira, com alimentos saudáveis, e não ter essa política de benefício ou de incentivo fiscal a produtos que são nocivos à saúde e ao meio ambiente. Isso está previsto, inclusive, quando se fala das fontes de financiamento, por exemplo, para a Agenda 2030, que é um compromisso internacional assumido pelo Brasil e por todos os outros países membros da ONU, se considera que uma fonte inovadora de financiamento para o desenvolvimento sustentável é justamente a tributação de produtos nocivos, como o tabaco, como a questão dos combustíveis fósseis, como foi dito aqui também de agrotóxico. Então, o tempo todo acho que a gente colocou isso. A gente tem que reverter essa lógica, a gente tem que passar a promover a saúde da população, promover a saúde do planeta. E isso pode ter um efeito muito grande a partir das decisões que forem tomadas agora nesta Casa a respeito da reforma tributária.

Com isso, eu também queria dizer que a gente está aqui representando – acho que todos nós aqui, tanto a ACT quanto todas as pessoas que estão aqui hoje – a sociedade civil organizada do Brasil. Acho que a gente de alguma forma está tentando ser porta-voz dessa sociedade. Quando a gente trouxe também o Datafolha, com dados que foram de pesquisas junto à população, nos mais diversos estados do Brasil, a gente também está tentando ser porta-voz dessa população. E ela está dizendo, e a gente concorda com isso, que a gente quer um futuro mais saudável para a gente, para a nossa família, para o nosso planeta, para o nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu terminaria, Senador, com um pedido, que é o seguinte: acho que o senhor já é extremamente sensibilizado para essa causa, mas nos ajude a fazer essa pauta, essa agenda, tudo isso que foi dito aqui, chegar aos demais Senadores desta Casa. Nós sabemos que vai ser um debate intenso, que vai haver pressões de todos os tipos, mas nós estamos aqui, enquanto grupo, representando a sociedade e gostaríamos que isso pudesse chegar também aos demais Senadores e Senadoras e, por isso, a gente conta com seu apoio, conta com a sua ajuda, para que a gente possa transmitir e levar essa mensagem a todos aqui, que vão discutir um tema tão importante como o da reforma tributária.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde.

A melhor forma, neste momento, de eu agradecer a bela participação de todos vocês, os que falaram e os que não puderam falar, mas que gostariam também de ter falado, é dizer que o que estiver ao meu alcance nós vamos fazer; e vamos pedir que esta audiência pública e a outra que fizemos sejam remetidas aos 81 Senadores. Isso é possível, por intermédio da nossa Comissão.

A melhor forma de agradecê-los simbolicamente, antes de eu encerrar, é pedir a todos, de pé, uma salva de palmas para esse time belíssimo aqui, pelas causas que defende. (*Palmas.*)

Assim encerramos a audiência pública de hoje.

Agora, vamos para a foto coletiva.

(*Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Izalci Lucas, Giordano, Zenaide Maia, Augusta Brito, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 58/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Rádios Comunitárias: o direito ao acesso à informação e à comunicação". **Participantes:** Admirson Medeiros Ferro Júnior, Coordenador Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC; Geremias dos Santos, Presidente abraço Brasil - Membro da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC; Vinícius Caram, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Clementino Lopes, Membro do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias - Frente de Criminalizados do MNRC/Encruzilhada do Sul – Rio Grande do Sul; Alexandre Barros Miranda, Diretor substituto do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária, e Estatal, e Coordenador-Geral do Ministério das Comunicações; Celso Augusto Schröder, Jornalista - diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Deputado Federal Jadyel Alencar, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias; e Julio José Araujo Junior, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto – RJ/PRDC – MPF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/24

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 58, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema "Rádios comunitárias: o direito ao acesso à informação e à comunicação".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidora, 0800 0612211.

Como é de praxe, eu faço uma pequena fala de abertura para situar todos aqueles que assistirem pela TV Senado as informações que vocês vão aqui dar, valorizando a importância da comunicação e, no caso aqui, as rádios comunitárias, além da TV, da Rádio e da Agência Senado.

Senhoras e senhores, esta audiência pública vai abordar um tema fundamental para a nossa sociedade e para a própria democracia. As rádios comunitárias são um direito ao acesso à informação e à comunicação de todos. Elas desempenham um papel vital na promoção da inclusão social, na preservação da diversidade cultural, que fortifica, com certeza, a participação cidadã. Essas emissoras são vozes autênticas onde encontramos os princípios fundamentais da informação e da comunicação atendendo a todos, mas eu diria, com um olhar mais forte na região da comunidade em que atua. A liberdade de expressão, ângulo sereno de sociedade democrática, encontra na atuação das rádios comunitárias um reflexo direto do seu significado. É por meio desses veículos que indivíduos, muitos marginalizados ou esquecidos, abandonados, considerados quase invisíveis, têm a oportunidade de compartilhar suas experiências.

Isso é política de direitos humanos e, por isso, o debate está sendo nesta Comissão. Os direitos humanos abrangem todas as dimensões da dignidade e igualdade humana. Eles estão entrelaçados nesse cenário e a comunicação é fundamental. As rádios comunitárias estão sintonizadas na busca por justiça e igualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, têm um papel essencial na difusão das informações e ideias que podem transformar vidas. São os espaços que elas abrem, onde todos têm vozes, não importa quem, branco, negro, índio, pobre, rico, enfim, se é empresário, é trabalhador, LGBTI, não importa a religião, todos têm direito a participar. É onde histórias locais ganham, muitas vezes, destaques nacionais, e esta Comissão de Direitos Humanos atua para dar voz às comunidades marginalizadas e esquecidas. É um papel que vocês fazem com muita alma, muito coração e muita competência.

Da mesma forma, as rádios comunitárias atuam como um farol de esperança para aqueles que são esquecidos, promotoras da diversidade e da participação cidadã, dos direitos humanos e da vida

É isso, meus amigos. Registro que esta audiência pública foi solicitada a nós pela Abraço Brasil, Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. Vida longa às rádios comunitárias! (*Pausa.*)

Vamos, de imediato, chamar os convidados que estão presentes para a mesa.

Convido Admirson Medeiros Ferro Júnior, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Seja bem-vindo, Admirson! (*Palmas.*)

Geremias dos Santos, Presidente da Abraço Brasil, membro da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Seja bem-vindo, Geremias! FNDC também. (*Palmas.*)

Disseram-me que o Deputado estava atrasado. Ele está aí? (*Pausa.*)

Convido também para a mesa, conforme entendimento que foi feito, a não ser que ele não esteja mais aqui, o Vilson Romero, Diretor da Associação Riograndense de Imprensa e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa.

Está aí o Vilson Romero. Eu conversei aqui com os diretores. Ele também fará uma saudação aqui às rádios comunitárias.

Passamos a palavra, de imediato, ao líder Admirson Medeiros Ferro Júnior, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Você tem dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, quero agradecer pelo convite feito para estar aqui nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, além de estar coordenando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, eu também sou Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores, pela qual o senhor já passou, e também represento o fórum no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, onde coordeno a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.

Eu fiz questão de vir presencialmente porque ontem eu estive na audiência com a Deputada Luizianne Lins, que coordena também a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, e, antes de entrar no debate, quero deixar aqui registrado o convite que eu vou fazer a esta Comissão, porque, dentro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, nós estamos organizando uma ação interministerial, na perspectiva de construirmos uma ação diplomática que venha a dialogar com o Governo americano e com o Governo do Reino Unido na perspectiva da libertação do Julian Assange. O pai dele esteve aqui por Brasília, inclusive, esteve presente na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O documentário foi lançado aqui em Brasília na terça-feira e está sendo feito isso em várias cidades. Aí, vou deixar externado aqui, já, o convite que o conselho deve fazer a esta Comissão para se ingressar nesse grupo interministerial para que a gente possa fazer essa ação, e não só uma ação para pressionar o Governo, como também fazer uma intervenção junto aos organismos multilaterais, a OEA, a Celac, para que eles se posicionem sobre essa prisão criminosa, que é a do Julian Assange, que não é uma questão só de Julian Assange, é uma questão da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o nome dele mesmo?

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Julian Assange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Julian Sange.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Assange. Julian Assange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Então, assim, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para não ficar no ar, qual foi o motivo da prisão?

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – É em função daqueles vazamentos das informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para me situar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Ele foi preso há alguns anos em função daqueles vazamentos de informações secretas dos Estados Unidos sobre violações a invasões, a guerras, do WikiLeaks. Ele é um dos criadores do WikiLeaks. É uma prisão política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já me situei.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Ele está lá no Reino Unido. Há uma ação mundial em defesa dessa prisão, que não é uma prisão da pessoa em si, mas é uma prisão de um jornalista que divulgou uma atrocidade. Em vez de estar se discutindo a atrocidade que os Estados Unidos fizeram no Irã, no Iraque, em uma série de outros cantos, então prenderam o cara que divulgou as atrocidades que os Estados Unidos fizeram contra a humanidade. Então, assim, é uma luta que a gente vai encampar.

O Presidente Lula já esteve no Reino Unido, já externou esse posicionamento do Governo brasileiro. E aí a gente vai ver de que forma... Por isso que eu estou convidando, não só aqui no Senado, mas na Câmara, as duas Comissões de Direitos Humanos, junto com o Conselho e com o Ministério das Relações Exteriores – e o Ministro Silvio, inclusive, já designou alguém para fazer isso no Ministério de Direitos Humanos –, para a gente fazer algo que a gente possa contribuir de maneira mais assertiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, está esclarecido, para que todos entendam a que ele estava se referindo. Ao ouvir só o nome, a maioria das pessoas que está assistindo não tem nem noção de quem ele é. Você fez uma explicação aqui rápida, objetiva, para que todos entendessem.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – É isso.

Mas, vindo aqui para o tema, eu estou acompanhando os companheiros e as companheiras das rádios comunitárias do Brasil inteiro que estão aqui em Brasília desde terça-feira, numa plenária e em uma série de atividades, e tive a oportunidade já de fazer vários diálogos e abordar vários temas.

A gente fala da questão da comunicação neste país, principalmente nós do Fórum, que há anos defende essa questão da democratização da comunicação, porque o nosso entendimento é de que não tem democracia se não tiver o acesso à comunicação, o acesso à informação – isso é fundamental. Por isso que, inclusive, esse tema está pautado aqui na Comissão de Direitos Humanos, porque a comunicação é fundamental no processo democrático. A gente sabe o quanto as informações interferem no processo democrático, haja vista a quantidade de informações falsas, de *fake news*, que a gente vivenciou nos últimos anos, e o transtorno que isso causa em várias democracias no mundo.

Então, assim, a gente está, inclusive, passando por um debate, que não chegou aqui nesta Casa ainda não, está lá na Câmara, sobre o projeto das *fake news*, que vem para cá. A gente está debatendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os Deputados – e provavelmente vamos debater com vocês aqui, no Senado – sobre a importância de se ter regulação desses meios.

Antigamente a gente brigava, Deputado, por regular os meios de comunicação. Hoje em dia a coisa é muito mais ampla. Hoje em dia tem as plataformas, tem as mídias, tem as *big techs*, tem isso, que estão aí sem nenhuma regulação, nos vigiando, nos dizendo o que é que a gente tem que consumir, pegando nossas informações sem autorização, utilizando de inteligência artificial para nos vigiar.

Então, é um debate sério que a sociedade tem que fazer, e no Brasil não tem nenhuma regulamentação sobre isso. Eu acho que todos aqui têm rede social. Eu não tenho o poder de acessar e receber as informações que eu quero, porque as informações que recebo são aquelas que a rede social, que o algoritmo determina para mim, a partir do meu perfil. Não tem uma transparência de para quem chegam as informações que eu mando. Não é todo mundo que tem acesso. Somente aquelas pessoas que se afinam com aquilo que eu compartilho têm acesso a isso. Então, isso é muito ruim numa sociedade em que a gente discute democracia, liberdade, direito e tudo mais.

E, aí, a rádio comunitária, no nosso entendimento, tem um papel fundamental, porque, quando a gente fala de comunicação num país tão diverso – e aí o senhor conhece muito bem, o senhor está atento à luta dos trabalhadores –, onde você tem regiões com alta tecnologia, utilizando satélite e tudo mais, e outras onde o único veículo de comunicação é o rádio... Você vai lá para os grotões da Amazônia, você vai para o alto Sertão, você vai para determinadas regiões do país que não têm outro veículo além do seu rádio para se comunicar... Então, a gente precisa dar atenção, porque é um segmento que está abandonado já há muito tempo. Nem os Governos Lula e Dilma passados deram a atenção que deveriam; muito pelo contrário, Senador.

Inclusive, quero também deixar registrado aqui que eu vou precisar de apoio não só desta Comissão, mas também da Comissão que a Deputada Luizianne acompanha. Eu fiquei sabendo – eu não tinha a dimensão disso – que, nos nossos Governos passados em que o Presidente Lula foi Presidente, vários companheiros de rádio comunitária foram condenados por terem uma rádio comunitária. Tem pessoas com condenações de dois, três, quatro, cinco anos de prisão. Isso é um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ficar claro: o Lula não manda prender ninguém.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Não, eu estou dizendo que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem o Judiciário, que cumpre, digamos, as denúncias. É só ter o cuidado para não fazer uma injustiça.

O Presidente Lula, neste momento, está na África, para dar um apoio para os países mais vulneráveis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Sei, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive, foi uma delegação... Antecipou a ida dele. Eu era convidado e, como eu tinha aqui uma série de questões...

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... inclusive essa de vocês; a dos Jovens Senadores, que eu estou presidindo, esta semana – não por eu ser jovem; eu estou presidindo porque eles estão aqui. São 27 jovens de todo o país, que fazem concurso para vir e ficar uma semana aqui no Senado –; e temos ainda a perspectiva também da política de cota. Só para ficar claro, quer dizer, pode ter havido conflitos que resultaram na tua preocupação...

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas só quando você citou...

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – O que eu estou citando aqui é que aconteceram essas coisas durante o Governo Lula, durante o Governo Dilma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E durante o Governo Bolsonaro também, gravíssimas.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – ... e são prisões que a gente vai requerer que sejam anistiadas, porque não têm justificativa. Estão prendendo pessoas, condenando pessoas à prisão porque estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu só repito, para ser justo, porque, se fosse o Bolsonaro, ele faria a mesma coisa, pessoal. O Lula não prende ninguém; quem prende é a Justiça. Houve processos na Justiça, naquele período, que deram esse encaminhamento, mas o Presidente Lula não prende ninguém...

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... só para ficar claro.

Continua a tua conversa.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – Não, está muito claro isso. E eu espero, inclusive, até porque ele é muito consciente... No discurso dele, ele colocou – inclusive fez autocrítica – que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo dele, não deu a devida atenção que deveria aos meios alternativos de comunicação. E a gente espera, inclusive deste Governo, que se dê a devida atenção, e é isso que a gente está cobrando. A gente já teve vários diálogos com o Senador Paulo Paim; com o Ministro da Secom, o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo Pimenta.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – ... Paulo Pimenta; com o Ministro da Casa Civil também, o Márcio Macêdo. Inclusive, numa audiência solicitada pela Abraço, a gente foi lá para pedir revisões de determinadas coisas que passaram pelo decreto do Presidente Lula... que foram feitas no Governo Temer, mas que tal decreto não sofreu os ajustes que a gente solicitou, que são ajustes fundamentais.

Acho que o Geremias vai falar mais sobre esse Decreto 2.615, de 1998, que a gente vê como fundamental para que dê mais liberdade para a rádio comunitária poder ter, inclusive, verba de publicidade, para a gente poder existir e sobreviver, porque hoje nem isso pode. A gente tem cobrado do Governo, nos diversos espaços que a gente participa, essa atenção no que diz respeito a destinar recursos para que a mídia alternativa possa ter a capacidade de fazer o que ela sempre fez sem ter os recursos devidos.

A gente tem dialogado que precisa que os recursos destinados às grandes corporações de comunicação sejam também destinados para esse segmento, que é tão carente e que necessita de recursos para isso. E a gente vê, de forma bem clara, que é fundamental que haja um empenho não só do Governo, mas também do Parlamento.

A gente sabe das dificuldades por que o Legislativo passa, da forma como está constituído, e a gente vai ter todo um apoio da sociedade civil no sentido de tentar alterar a legislação, que hoje afeta e muito a mídia alternativa nesse país e as rádios comunitárias, principalmente.

A gente vê aí que é preciso fazer com que tenha uma legislação que facilite mais não só o acesso, mas também que facilite por exemplo a questão das outorgas, que é um problema sério, para que a gente tenha acesso aos veículos de comunicação, a canais de comunicação, e que se tenha uma fiscalização séria, porque a gente percebe que os órgãos de fiscalização precisam ser aprimorados. Tem uma infinidade de rádios que precisariam ser inclusive cassadas, e não passa nenhuma fiscalização por lá. E outras que estão trabalhando lá com toda uma dificuldade e sofrem perseguição cotidiana em função disso. E a gente sabe que isso é de maneira discriminatória sim, em função do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR – É. E além de criar os conflitos que Geremias vai abordar por mais tempo quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que já passei do meu tempo.

São essas as questões que a gente traz, porque acho que esta Casa e esta Comissão podem ajudar e muito, nessa perspectiva.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Eu só fiz algumas colocações porque é bom lembrar que Lula e Dilma não estão no poder há seis anos. Quem está no poder há seis anos é Michel Temer e Jair Bolsonaro. Então, o senhor está se reportando a seis anos atrás e seria muito bom que todos se reportassem ao que está acontecendo, senão nós vamos ter que voltar lá na época de Fernando Henrique Cardoso, sei lá o quê, e eu não estou aqui para defender ninguém.

Eu queria muito que vocês aprofundassem a pauta de quais são as reivindicações e que não se preocupassem em olhar para 20 anos atrás, 30 anos atrás, porque tudo passa. Faz seis anos que era Temer e depois veio outro Presidente. O Presidente Lula chegou há seis meses.

Quando eu abro esse espaço é para vocês colocarem as suas preocupações, as suas reivindicações e o que a gente pode somar nessa caminhada.

Então, fiquem muito tranquilos, porque nós vamos fazer um bom debate aqui nesta Comissão.

Tinham me dito que deveria entrar agora quem está virtualmente.

Quem está virtualmente? (*Pausa.*)

Esta lista aqui é do presencial. (*Pausa.*)

Isso, grande supervisor.

Vamos, Clementino Lopes, membro do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, Frente de Criminalizados do MNRC/Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul.

Você tem o tempo de dez minutos, como todos os convidados.

Na tela...

O SR. CLEMENTINO LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEMENTINO LOPES (*Por videoconferência*.) – Meus cumprimentos ao meu conterrâneo, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Nosso reconhecimento à sua dedicação, ao seu trabalho em prol dos mais necessitados, dos criminalizados, dos injustiçados deste país, especialmente da classe trabalhadora – nosso reconhecimento ao seu trabalho.

Queremos cumprimentar os companheiros das rádios comunitárias, as entidades que se fazem presentes na mesa e os companheiros que estão virtualmente.

Peço permissão para destacar o nosso amigo e mestre Celso Augusto Schröder, uma das lideranças históricas na luta pela democratização da comunicação. Quero lembrar também do saudoso Daniel Herz, que era companheiro do Celso na luta, desde os primórdios do FNDC e do movimento pré-constituinte. Eles foram responsáveis, junto com milhões de comunicadores populares, profissionais da área de comunicação, pelo capítulo da comunicação na Constituição Federal. Diga-se de passagem, é o único capítulo que continua, após mais de 30 anos da Constituição Federal... Cometemos o maior absurdo ao dizer, no art. 220, que é proibido o monopólio e o oligopólio da comunicação. Exatamente o setor com maior monopólio no país é o setor da comunicação.

Nós queremos, assim, no início da nossa fala, nos solidarizar com Bernadete Pacífico, uma das líderes do movimento quilombola no país, na Bahia, que foi assassinada. Na pessoa dela, queremos nos solidarizar com todas as vítimas do capitalismo no país – as vítimas do Guarujá, da desocupação em Santos, da Bahia e tantos outros que são vítimas dessa incompreensão do sistema do capital no país – e com aqueles que lutam por democratizar a sociedade em todos os sentidos.

O tema da reunião – e já dizia o Senador Paim – é "Rádios Comunitárias: o direito ao acesso à informação e à comunicação". Lamentavelmente, a Lei 9.612 – que no nosso entendimento e, eu acho, que no da maioria das entidades que lutam pelas rádios comunitárias – é totalmente inconstitucional. E, daí, o Decreto 2.615 a torna mais inconstitucional ainda, mais restritiva, mais proibitiva, criminalizador.

Nós militamos por muitos anos. Eu "setentei" agora, há poucos dias, e, desde os 35 anos, militamos nessa luta das rádios comunitárias e na luta pela democracia na comunicação. Sou um dos criminalizados: há pouco tempo... acabei de cumprir uma pena de dois anos de prestação de serviços à comunidade e também de pagamento de um terço do salário mínimo durante dois anos, num processo em que sequer... Como Presidente da entidade no meu município... Sabe-se que é muito mais do que isso, porque fazíamos parte do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias – foram mapeadas certas lideranças, e, aí, criminalizadas.

É claro que quem criminaliza, quem julga é o Poder Judiciário, mas o Poder Executivo e o Poder Legislativo também são corresponsáveis por não corrigir os erros da Lei 9.612, por não corrigir os erros do Decreto 2.615, que criaram uma forma de repressão dentro da burocracia, nos impedimentos colocados na legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando começamos, em 1998, ano em que foi aprovada a Lei das Rádios Comunitárias, a Lei 9.612, tinha mais de 30 mil rádios comunitárias no país: entidades sociais, comunitárias, que, além da comunicação, prestavam serviço à comunidade, onde a comunidade se reunia e discutia os seus problemas. E aí levavam às comunidades, através de uma antena, do sistema eletromagnético dos transmissores de baixa potência... permitiam às comunidades terem as suas rádios comunitárias.

Com o advento da Lei 9.612, diga-se de passagem, até 2003-2004, havia um entendimento no Judiciário, no Ministério Público Federal, de que operar uma rádio comunitária sem outorga, desde que cumprida a função social, não era crime. E daí milhares de companheiros... Em 2004, havia um relatório da Polícia Federal... eram mais de 10 mil inquéritos de militantes de rádios comunitárias. É até aí, até a vigência desse acordão do Ministério Público Federal, os companheiros não eram condenados: eram absolvidos, e os equipamentos, apreendidos – equipamentos adquiridos legalmente e apreendidos, na maioria das vezes, sem mandado judicial, eram liberados.

Com o advento da Lei 9.612, houve um momento em que as comunidades foram estimuladas a fazer os seus requerimentos. E, de em torno de 25 mil pedidos, de rádios comunitárias, de 1998 para cá – já faz 25 anos –, não chegam a 5 mil rádios outorgadas.

O Estado brasileiro, através do Ministério das Comunicações, no Governo Fernando Henrique, no Governo Lula, no Governo Dilma, no Governo Bolsonaro, no Governo Temer, foi uma moeda de troca na área da comunicação. Essa é a verdade. Mesmo nos governos progressistas e avançados, como o do Presidente Lula, como o da Presidente Dilma, o Ministério das Comunicações foi moeda de troca. Esse processo de rádios comunitárias nós acreditávamos que fosse um processo em que a comunidade fosse protagonista, sem o apadrinhamento político, e que teriam o direito a se comunicar. Foi negado esse acesso.

De 25 mil rádios que estavam no ar, em torno de 5 mil foram outorgadas. A maioria delas... Como já dizia o Prof. Vinícius, da Universidade de Brasília, os políticos profissionais teriam quatro vezes mais possibilidades de adquirir uma outorga. E é por isso que o Estado brasileiro é responsável hoje pela maioria das rádios outorgadas, que fazem proselitismo religioso, fazem proselitismo político. Elas estão ligadas a políticos profissionais, e as verdadeiras rádios comunitárias foram excluídas do processo. Nós calculamos que em torno de 10% dessas 5 mil rádios realmente são comunitárias. E desses 10% de que se tem uma previsão, a maioria que tem autonomia, que tem independência, que faz a verdadeira comunicação comunitária, sem apadrinhamento político, foi criminalizada. Então, nós tivemos uma lei que serviu para identificar onde estavam as verdadeiras rádios comunitárias e excluí-las do processo de outorgas.

Então, eu falo do meu processo de criminalização, mas são milhares de companheiros que, de 2005 para cá, foram julgados pelo Poder Judiciário – realmente pelo Poder Judiciário, mas por uma lei inconstitucional, restritiva e por um decreto mais restritivo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, do grupo de criminalizados do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias...

E aqui eu quero esclarecer: por mais de 20 anos, participei e militei dentro da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, da Abraço Nacional; quando passou a ser Abraço Brasil, nós passamos a militar no Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, porque entendemos que, se as verdadeiras rádios foram excluídas, se as comunidades estão sem suas rádios, há razões para que esse movimento social prossiga na luta pela democratização da comunicação, na luta pelas outorgas das verdadeiras rádios comunitárias. E, por isso, nós integramos o MNRC. E por eles é que eu fui indicado a representar aqui os criminalizados.

De 2005 para cá, eles passaram a ser condenados e responder pena; deixaram de ser primários. O Estado ganhou com a criminalização das rádios comunitárias. São os aparelhos, os equipamentos que foram apreendidos, as multas... Tem companheiro – eu dou um exemplo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu tempo terminou. Se o senhor não acelerar... Quando dá "15 segundos", é porque o tempo terminou. Então, faço o apelo a V. Exa. para que possa concluir, mas a palavra volta a V. Exa. para as suas considerações finais.

O SR. CLEMENTINO LOPES (*Por videoconferência*.) – Eu só posso fazer uma conclusão rápida?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, fale, pode concluir. Quanto? Dez minutos.

O SR. CLEMENTINO LOPES (*Por videoconferência*.) – A verdadeira... as multas, que também são uma forma de criminalização, tanto as multas nos processos-crimes como as multas nos processos civis, indicados pela Anatel, são milhares de companheiros que estão condenados, respondendo pelos seus bens. E há poucos anos, os radiodifusores, através de um canetaço do Ministério das Comunicações e do Governo, anularam as multas de milhões de reais para os radiodifusores comunitários. Há uma discriminação absurda e isso precisa ser repensado. Por isso, queremos cumprimentar o Senador por essa iniciativa da Frente Parlamentar de Apoio às Rádios Comunitárias, da comunicação, por se retomar esse processo de discussão.

É preciso rediscutir a Lei nº 9.612, é preciso rediscutir que estão pedindo a revogação do Decreto nº 2.615, e é preciso descriminalizar esse movimento. Nós temos companheiros, como o companheiro Jerry, em São Paulo, que estão sob proteção policial; em Macapá; em Minas Gerais; na Bahia, em vários estados, rádios que realmente são comunitárias foram incendiadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se cada um quiser falar 20 minutos, os outros não vão falar. Porque se um falar demais... Nós temos um horário para terminar. Então eu faço apelo à V. Sa., com todo o carinho. Acho que V. Sa. está se expressando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muita competência, pedindo para revisar essas leis. Legítimo pedido, mas V. Sa. tem que concluir que eu tenho mais dez aqui inscritos.

O SR. CLEMENTINO LOPES (*Por videoconferência*.) – Obrigado aí pela complacência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Vamos dar uma salva de palmas para ele, que aqui todos falam aquilo que acham que têm que falar... (*Palmas.*)

... desde que fiquem dentro do tempo.

Eu comentava aqui rapidamente com a mesa que eu entendo que numa audiência pública como essa – vamos ter representantes do Governo que vão entrar também para falar –, vocês vão ter oportunidade de apresentar a pauta de vocês, as preocupações de vocês.

Então, tem que ter essa linha de consideração para ver o que termina no fim dessa reunião. Senão vira uma reunião em que todos nós falamos o que pensamos, e acabou aqui, e morreu aqui. Eu não quero isso. Eu quero que daqui saiam encaminhamentos, que vocês possam dizer: "Estivemos lá com o Senador Paim, fizemos um grande debate, mostramos as nossas preocupações e queremos que tal lei, tal lei e tal lei sejam revistas". Compete, aí sim, a nós, mediante esse alerta – Congresso Nacional, Executivo, enfim –, caminhar numa linha de busca de entendimento.

Então, eu agradeço muito ao Clementino Lopes, do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, Frente de Criminalizados de Encruzilhada do Sul – Rio Grande do Sul. E o aplaudo, ele colocou o que ele pensa. (*Palmas.*)

E vocês sabem que aqui não tem censura.

Vamos agora para Vinícius Caram, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por videoconferência também.

O SR. VINÍCIUS CARAM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Senador Paim. Em nome da Anatel, representando o Presidente Baigorri, já parabenizo a iniciativa que o senhor traz aqui para essa audiência, de forma aberta, construtiva e participativa que nos proporciona. Saúdo aí a todas as autoridades, os Parlamentares presentes, os amigos, os representantes da Abraço, da Associação de Imprensa.

V. Exa. mostra, com essa audiência a relevância do papel do Legislativo em trazer um debate aberto em prol desse serviço, em prol da rádio para o país – serviço essencial para a população brasileira –, mas devemos respeitar os aspectos técnicos e normativos; as outorgas, como aqui foi discutido previamente; e verificar a parte de canalização viável – todos têm direito ao serviço –, factível para todas comunidades, sem interferências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que as rádios comunitárias desempenham um papel crucial para o fortalecimento dos direitos humanos, em especial o direito à informação, à liberdade de expressão, de forma gratuita, aberta e de fácil acesso. A gente sabe que o papel delas tem, sim, relação com os direitos humanos, em especial à informação significativa, ao direito de voz, ao engajamento cívico, à ferramenta de informação, educação e combate à desinformação.

E aí, já trazendo também o que foi dito por outros colegas aqui, quando a gente fala que a Anatel está preparada não só como órgão técnico para lidar com os aspectos técnicos da radiodifusão...

Foi trazida aqui a questão de inteligência artificial. A gente sabe os benefícios que essa tecnologia tem, mas também temos que ter cuidado ao usar esses modelos novos – plataformas digitais, inteligência artificial, novas tecnologias – sem ter o mínimo de preocupação e de regulação. E por isso que estamos aqui – a Anatel está preparada – para, atentos ao combate à desinformação, ao discurso de ódio, dar proteção e privacidade; garantir à concorrência e ao monopólio dessas novas tecnologias concorrência, transparência e responsabilidade.

Então, Senador e todos que nos ouvem e nos assistem, nós podemos aqui... Eu vou citar alguns números específicos do trabalho que a Anatel tem feito em prol da rádio comunitária. A legislação coloca... a Lei 9.472, de 1997, coloca que a outorga dos serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens fica excluída da jurisdição da Anatel, devendo a agência – estou aqui a representando – elaborar e manter os respectivos planos de distribuição de canais.

Então, compete à Anatel, conforme o Decreto nº 2.615, de 1998, designar, em nível nacional, o plano de canalização para uso da radiodifusão sonora em FM para as rádios comunitárias; designar canais alternativos onde haja viabilidade técnica – a gente tem que garantir que todos usem equipamentos certificados para garantir os requisitos de transmissão –; e também – é nosso papel – fiscalizar e controlar as rádios comunitárias. Então, temos o papel de autorizar e viabilizar o uso da radiofrequência; gerenciar o plano de referência das rádios comunitárias; garantir o uso de equipamentos certificados; dar a licença; e também partir, sim, para a fiscalização.

Quando a gente diz o total de atos de autorização de uso de radiofrequências para o serviço aqui em discussão, nós temos 4.671 atos de radiofrequência emitidos em todo o Brasil, em especial para a Região Sudeste, com 1.515; para a Região Nordeste, 1.450; para a Região Sul, 936; para a Região Centro-Oeste, 434; e para a Região Norte, 336.

Como foi comentado, a Região Norte está em expansão não só com o modelo de rádio comunitária, mas também com o novo serviço que é a retransmissão de rádio.

Nós já temos 4.671 estações cadastradas. A rádio comunitária não tem direito à proteção. Uma vez que se tenha aí a necessidade de massificação desse serviço, a gente coloca uma restrição de potência de 25W com altura máxima e cobertura média de 1km de raio. Nós reservamos três canais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritários no plano de espectro que são os canais 198, 199 e 200. Nós já temos 2.469 estações nos canais 198, 199 e 200, e as outras estações que aqui comentei, as outras 2.202, em canais alternativos.

Nós temos 12 modelos de retransmissores homologados, que são permitidos para serem usados pela rádio comunitária, visto que tem essa restrição de potência; 5 modelos estão em processo de homologação. E a certificação mais recente foi emitida em 2015.

Agora, no que tange à fiscalização, aqui compete... E a gente viu aí um pouco, em relação ao debate sobre ações que a Anatel tem feito de fiscalização, de crítica, mas temos que atuar, sim. Foram realizadas 1.122 ações de fiscalização em cinco anos. É um procedimento que é aberto mediante denúncia ou pelo Ministério das Comunicações – temos aqui o colega Alexandre, que representa o ministério – ou por identificação de irregularidades técnicas. Desses processos, 672 foram instaurados, 216 resultaram em advertências, e outros 416, como aqui comentado, acabaram ensejando sanção por multa no valor de R$524 mil.

Senador, essas são as palavras iniciais que a Anatel tem a trazer.

Como todos sabem, nós apoiamos o modelo de rádio, nós apoiamos o modelo de inovação tecnológica, nós sabemos do engajamento da convergência do caminho de rádios abertas para plataformas digitais de mídia. Isso é natural. Estamos avançando e evoluindo e temos que garantir e apoiar esse serviço relevante, aberto e gratuito à população brasileira.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fico feliz, Vinícius, que você tenha vindo aqui para colocar a visão da Anatel, para que todos coloquem seu ponto de vista. Você colocou o seu.

Não significa que vocês tenham que concordar ou que ele tenha que concordar com tudo que vocês falam. Afinal, agora, nós estamos no Estado democrático de direito, coisa que não tínhamos... Ao longo da nossa vida, a gente sabe. Então, é assim que funciona. É simples assim.

Agora, eu fiz questão que também falasse alguém vinculado ao Ministério das Comunicações. Estou deixando que eles falem agora para que vocês ouçam e ponderem.

Eu queria muito, pessoal, que esta reunião tivesse uma razão de ser. Fazer uma reunião só para atirar pedra um no outro não vai levar a nada nesta Comissão. A reunião tem que ser produtiva, tem que apontar caminhos: "Senador Paim, nós estamos preocupados com isso, isso, isso e aquilo. Dá para encaminhar daqui da Comissão para os ministérios, para a Anatel as nossas reivindicações?". Eu o farei! Eu o farei! Não há problema nenhum. Agora, fazer uma audiência pública para marcar posição política, o que, às vezes, acontece... Não aconteceu isso aqui hoje ainda! O cara marca a posição política e – tudo bem, eu estou aqui para presidir só – e não avança!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que a gente pudesse... Isso aqui não é um julgamento, não é aqui que vai decidir. Aqui vocês têm que defender a pauta que vocês acham importante e com que queiram a Comissão colabore.

Mas vamos em frente.

Falei isso agora, mas quem vai falar não vai ser nenhum companheiro da mesa, nem do Plenário.

Eu passo a palavra a Alexandre Barros Miranda, Diretor substituto do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal e Coordenador-Geral do Ministério das Comunicações.

A palavra é sua, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE BARROS MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, demais Senadores e demais convidados.

A gente sabe que os números da radiodifusão são bastante expressivos. A gente tem cerca de 36 mil estações outorgadas, das quais em torno de 5 mil são rádios comunitárias.

O serviço de rádio comunitária é de muita importância, porque ele está ali na ponta, inserido na comunidade a que atende. É importante para difundir as ideias, os elementos de cultura, tradições, hábitos da sociedade, levar lazer e cultura para a população inserida na comunidade, mas também prestar serviço de utilidade pública. Por exemplo, a gente teve problema de enchente no início do ano, teve acionamento da Defesa Civil, e as rádios comunitárias foram importantes para poder difundir essas informações dos alertas da Defesa Civil para a população.

É importante destacar que, durante a transição, foram vistas algumas necessidades para o fortalecimento da radiodifusão pública; entre elas, a promoção de políticas para incentivar a diversidade e a pluralidade da radiodifusão. Nesse contexto, o serviço da rádio comunitária está inserido, porque é importante que esse serviço seja difundido no país, por conta, justamente, dessa proximidade com as comunidades. Além disso, ações voltadas às comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, comunidades em situação de vulnerabilidade social, e também a ampliação da radiodifusão pública, com o alcance da EBC.

Nesse sentido, foi definida uma nova estrutura para a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com a criação de um novo departamento focado na radiodifusão pública. Dentro desse departamento, existem duas coordenações gerais: uma voltada mais para a área técnica, a área de engenharia; e outra para assuntos mais jurídicos, parte de outorgas e pós-outorgas desse serviço.

Já tinha sido lançado, no ano passado, um PNO RadCom, contemplando 432 localidades. Desse PNO, três editais já tinham sido lançados, mas a gente está dando continuidade à análise dos processos encaminhados para que sejam emitidas as outorgas. Dessas localidades, 237 municípios não possuem o serviço de RadCom ainda. Então, é uma possibilidade de ser autorizado o serviço para a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganhar essa possibilidade do acesso ao serviço de RadCom. Eram seis editais previstos, três foram lançados ano passado, estão em análise os processos, três foram lançados neste ano, e a gente deve começar as análises neste segundo semestre dos processos encaminhados.

Além disso, é importante que as associações que têm interesse em executar o serviço visualizem o *site* do ministério. Existe uma área específica para o serviço de RadCom, levando informação, o que é, o espaço para obter autógrafo, informações sobre o vencimento, relatórios sobre o serviço, um painel com várias informações, a legislação aplicável, arquivos que podem servir de modelo, como formulários.

Este ano também, já nessa nova gestão do Presidente Lula e do Ministro Juscelino, a gente reabriu o Espaço Radiodifusor para atendimento presencial. É um espaço importante para poder atender a esse público das rádios comunitárias, as associações, para que elas possam tirar dúvidas, obter informações sobre os processos que estão entrando e conseguir informações para conseguir executar o serviço de forma proveitosa.

Além disso, no *site* do MCom, foram disponibilizados três serviços ao cidadão, voltados para a RadCom, como todo o processo para entrada, para participar de um edital de RadCom, informando qual é a documentação exigida e um passo a passo para encaminhar. Além disso, as solicitações que existirem de alteração técnica das estações de RadCom é possível também fazer e as alterações de caráter jurídico, quando tem alteração do quadro, alteração jurídica da entidade.

Em relação ao planejamento, foram definidas três fases. Uma já foi concluída, que seria dos cem primeiros dias; alguns atos foram emitidos. O importante, eu vou falar daqui a pouco, a gente está na segunda fase – revisão de decretos; e também há uma terceira fase, que seria o novo marco legal da radiodifusão.

Dentro desse período dos cem dias, foi publicada uma portaria que dá uma nova visão para a área de fiscalização, que a gente está chamando de fiscalização regulatória. Nesse contexto, a gente está revendo a ideia de que não é interessante apenas punir, mas é interessante mostrar que a entidade pode se regularizar, e que, ela se regularizando, o processo de fiscalização seria simplificado, possivelmente aplicando talvez uma advertência somente para que a entidade não recaia naquela infração novamente. Mas a ideia é trazer as entidades para mais próximo para que a gente consiga uma ação, que o serviço seja executado de forma responsável, sem trazer transtornos para a gente e para a população.

E aí, as próximas ações que estão em vista são o lançamento de um novo PNO para este ano, com as localidades em que a gente tenha manifestação de interesse, aquelas localidades em que não tem nenhuma rádio comunitária – isso está em estudo para ser inserido –, e também há previsão de um edital para aquelas comunidades tradicionais: ribeirinhos, quilombolas, indígenas e os assentamentos rurais para que a gente consiga levar mais esse serviço para a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, vamos ter debates sobre o novo marco legal dos serviços da radiodifusão, além da revisão dos instrumentos infralegais. A gente unificou todos os nossos normativos de portaria num único para facilitar para as entidades, as empresas, as associações que os utilizam para que consigam achar tudo no mesmo documento, em vez de procurar qual é a legislação que se aplica. Acho que isso tudo foi feito, e o nosso Secretário Wilson Wellisch e a nossa Diretora Daniela Schettino têm contribuído bastante para essa transparência para os usuários e para que a gente fortaleça sempre a radiodifusão, inclusive a radiodifusão comunitária.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Alexandre Barros Miranda, Diretor Substituto do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, e Coordenador-Geral do Ministério das Comunicações.

Eu quero fazer aqui um elogio aos órgãos do Governo, porque eles sabem com muita clareza as reivindicações de vocês e que, no fim vocês deverão encaminhar, creio eu, a esta Comissão. E eles não se negaram a vir, participar, debater, colocar o ponto de vista deles. E, claro, eu entendo que, desta reunião, deve-se tirar no fim, meus Presidentes aqui, algum tipo de encaminhamento para que a Comissão faça que chegue aos órgãos competentes.

E, já de imediato, lembro aqui ao Dr. Alexandre Barros Miranda e também ao Vinícius Caram que os documentos que saírem daqui de forma objetiva com o que vocês pleiteiam eu vou encaminhar a eles pela Comissão com compromisso de, depois, eu dar o resultado às entidades.

Neste momento, está aqui conosco já o Deputado Federal Jadyel Alencar, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias, que pediu para usar a palavra, já que ele tem outros compromissos. Já ouviu o representante do Governo, já ouviu vocês também.

É com satisfação, Deputado, que eu passo a palavra a V. Exa. neste momento. Eu estava dizendo a todos que, como nós temos em torno de dez convidados, está sendo em torno de dez minutos para cada um. V. Exa. está com palavra.

O SR. JADYEL ALENCAR (PV - PI. Para expor.) – Excelente, Senador. Bom dia! Quero cumprimentar a todos da mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, do meu amigo Geremias, que se encontra aqui também, do Vilson e de todos os demais presentes. Sintam-se todos cumprimentados.

Para quem não me conhece, eu sou o Deputado Federal Jadyel Alencar, do PV, do Piauí, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias.

Gostaria de cumprimentar os excelentíssimos membros da audiência pública, os representantes da sociedade civil, as autoridades presentes e todos os cidadãos interessados no tema rádios comunitárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito ao acesso à informação e à comunicação.

É uma honra estar aqui para compartilhar o trabalho da recém-criada Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias, que tem por escopo apoiar o segmento, de vital importância para o nosso país, das rádios comunitárias e o seu papel fundamental na promoção do acesso à informação, da participação cidadã e da diversidade cultural.

As rádios comunitárias conectam pessoas. No Piauí, meu estado, sou testemunha. Mais de cem entram no ar todos os dias para levar informação, utilidade pública, jornalismo, música e cultura onde qualquer outro veículo de comunicação não alcança, seja nas cidades, nos distritos ou nas zonas rurais e assentamentos. Conheço a situação de muitas dessas rádios. A maioria delas sequer possui uma estrutura qualificada de isolamento acústico e até mesmo ar-condicionado – imaginem vocês o que é permanecer em um estúdio sem ar-condicionado às 2h da tarde no calor do Piauí! O que a gente precisa é perceber que essa subcondições existem e precisamos buscar meios para alterá-las.

Os desafios enfrentados pelas rádios não param por aí. Elas hoje se encontram limitadas a transmitir sua programação em um raio tacanho e não realizar publicidade institucional. Para o seu financiamento, só podem contar com contratos de apoio cultural. O recado foi dado no lançamento da Frente Parlamentar Mista das Rádios Comunitárias em junho deste ano, a qual tenho muito orgulho e a ciência de presidir neste congresso, que reúne todos os expoentes da representatividade sobre a radiodifusão no Brasil. Inclusive, o lançamento da frente se destaca, pois foi a primeira vez que o Governo Federal anunciou publicamente o novo decreto que vai regulamentar as rádios do Brasil.

Superando os desafios do futuro, precisamos resolver os traumas do passado, entender a situação de rádios que hoje operam de forma irregular, abandonar a lógica punitiva e procurar meios de ajudar o radiodifusor a se regularizar. Inclusive, nessa linha, fui designado Relator do Projeto de Lei 796/2003, que prevê a pena de detenção e multa para os radiodifusores comunitários que operem sem autorização em baixa potência.

Apensados a ele, há outros seis projetos de lei. Quatro deles apontam no sentido de criminalizar e punir as rádios comunitárias e outros dois anistiam os donos das rádios que respondem processos e revogam penas exageradas. Estou produzindo para isso e certamente trabalharei para o benefício dos radialistas comunitários.

Há no tempo uma resposta para tudo. E o Governo tem a chance de, neste momento, redesenhar um novo começo. O momento é de adaptar a legislação para as necessidades e realidades locais. Onde estão as barreiras? Como derrubá-las? A Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Abraço Brasil, Amarc, o Movimento Nacional das Rádios Comunitárias, o Governo Federal e tantas outras entidades e instituições formam uma só programação, formam uma só sintonia. É hora de fazer justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos permitir que os obstáculos ofusquem o potencial imenso das rádios comunitárias. É fundamental que o Governo e a sociedade unam forças para enfrentar esses desafios. A recente criação da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Rádios Comunitárias, que eu tenho a honra de presidir, é um passo positivo nessa direção. Ela visa revisar e debater os entraves burocráticos, atuar como representante do setor e garantir ampla participação popular.

Nesse sentido, há alguns pontos que eu gostaria de destacar sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias.

Primeiro, imediatamente após a criação da frente parlamentar, foi instaurado um conselho deliberativo com o objetivo de fazer um diagnóstico da real situação das rádios comunitárias no Brasil e, com base nele, preparar um consistente plano de trabalho da frente com cronograma de atividades, metas e propostas concretas. O referido conselho conta com a participação efetiva das principais associações ligadas às rádios comunitárias: Amarc, Movimento Nacional das Rádios Comunitárias, Abraço, bem como com o suporte da minha equipe de gabinete.

Segundo, solicitei ao Ministério das Comunicações e à Anatel um relatório completo acerca do cenário atual das rádios comunitárias no país, como quantidade atual de rádios comunitárias registradas e em operação no país, discriminadas por região e por estado; processos em andamento referente ao registro e autorização de novas rádios comunitárias, bem como o *status* desses processos; situações de choque envolvendo rádios comunitárias, tais como interferências e conflitos de frequência e as medidas adotadas para solucionar tais problemas; ações e programas em andamento para o fortalecimento e fomento das rádios comunitárias; dados atualizados sobre o acompanhamento e fiscalização das rádios comunitárias, incluindo eventuais sanções aplicadas e medidas de apoio adotadas.

Em julho, estive na Secom em reunião com o Secretário-Executivo, Ricardo Zamora, solicitando uma atualização do *status* do decreto que propõe alterar o Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprova o regulamento do Serviço de Radiofusão Comunitária. Não está aqui, mas nessa data também nós estivemos com o Ministro Paulo Pimenta, após a audiência com o Ricardo Zamora, nós trocamos uma ideia com ele e ele foi acolhedor também à nossa solicitação.

Entre as soluções cruciais esperadas pelo setor com a mudança do decreto estão a simplificação dos processos de autorização e a modernização dos aspectos normativos que restringem os mecanismos de financiamento das rádios comunitárias.

Essas medidas assegurarão a continuidade e a qualidade das transmissões, permitindo que essas emissoras continuem a cumprir seu papel vital na promoção da democracia, inclusão social e desenvolvimento local.

Finalizo, enfatizando que as rádios comunitárias são faróis de democracia, iluminando áreas de sombra informacional e promovendo vozes negligenciadas; são agentes de mudança, mas precisam do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso apoio coletivo para enfrentar os desafios que se colocam na frente. Por meio de revisão regulatória, simplificação dos processos, investimento em capacitação, sustentabilidade financeira, podemos fortalecer essas emissoras como fortes aliadas na busca de uma sociedade mais justa, informada e engajada.

Agradeço a atenção de todos e estou ansioso para o debate frutífero que se seguirá. Juntos, podemos construir um futuro em que as rádios comunitárias floresçam como baluartes da comunicação inclusiva e da cidadania plena.

Senador Paim, eu gostaria de relatar a todos que nós sabemos da aflição de todas as pessoas que fazem parte do movimento das rádios comunitárias, dessa luta que é travada há tantos anos, nós sabemos das dificuldades enfrentadas, como está aqui nesse documento de que eu acabei de fazer a leitura, que é um resumo de tudo que nós temos discutido com a nossa equipe, com os movimentos das rádios comunitárias.

Então, sabemos da aflição que esses movimentos, essas associações têm travado com o Governo. Nós temos procurado ter um diálogo aberto. O Governo tem sinalizado positivamente. Então, eu acredito que nós devemos manter o diálogo, manter essa parceria. A gente deve cobrar o Governo, mas a gente também precisa entender que essa mudança já demorou muito tempo, mas que o Governo não consegue fazê-la em questão de segundos. Então, a gente não pode travar uma guerra. Eu acho que o diálogo é o melhor caminho, a gente mostrar os pontos que precisam ser melhorados, a gente procurar os direitos que toda a classe das rádios comunitárias necessitam.

Eu serei um braço forte de vocês, um amigo fiel, estarei à frente desse movimento com o Governo, mas de uma forma pacífica, de uma forma que a gente não estique a corda para quebrar, que realmente a gente possa ter essa via de mão dupla: de levar as demandas e de colher o que o Governo tem o papel de entregar.

Então, Senador e todos os membros aqui, eu me coloco à disposição, o nosso gabinete está de portas abertas. Nós vamos iniciar os trabalhos da frente, nós teremos um conselho aí para que possamos trabalhar a quatro mãos e poder destravar todas essas questões aí que têm tirado o direito de vocês por tantos anos. Então, fica aqui o meu apoio, fica aqui o meu compromisso. Tudo que puder ser feito irá ser feito, mas eu sempre procuro a linha do diálogo, uma linha em que a gente tenha condição de trabalhar de forma pacífica, em que a gente possa realmente cobrar, o Governo entender e a gente, unidos, poder chegar ao êxito do que nós estamos buscando, está bom?

Meu agradecimento a todos. Se tiver alguma dúvida, eu ainda irei participar aqui por um tempo e estou à inteira disposição. Obrigado aí pela atenção, Senador, e pelo tempo disponibilizado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brilhante fala, viu, Deputado. Permita que eu diga isso, Deputado Federal Jadyel Alencar, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Rádios Comunitárias. Eu assinei também a frente e lá sou liderado por V. Exa.; e na linha que V. Exa. aqui fez seu pronunciamento, tranquilo, equilibrado, reconhece que tem problemas, mas mostra que essa frente parlamentar mista, junto com a sociedade e dialogando, vai encontrar...

O SR. JADYEL ALENCAR (*Fora do microfone*.) – Esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o caminho, não é, Deputado?

Então, isso aí é conhecimento, é história, entender o Parlamento e o que é dialogar com o Executivo, não é? Então, eu queria, sim, inclusive se V. Exa. permitir, que esse seu pronunciamento, que eu achei, na minha avaliação, nota 10, pudesse ser colocado nos *Anais do Senado* e remetido a alguns órgãos do Governo dizendo que a Comissão de Direitos Humanos endossa a posição que V. Exa. está assumindo. E conte comigo lá!

Parabéns a essa frente parlamentar mista. É o caminho. V. Exa. trouxe o caminho aqui. (*Palmas.*)

Vamos em frente agora então. Vamos voltar à lista dos... Falta só um à distância: Celso Augusto Schroder, Jornalista, Diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Schroder já está na tela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Schroder é lá do Rio Grande, não é? Foi líder sindical lá, parceiro nosso. Na minha primeira campanha, ele que foi o jornalista que organizou a campanha na parte da comunicação.

Então, voltando aqui, eu passo a palavra, nesse momento, ao Vilson Romero, também gaúcho. Não é nenhum bairrismo, viu? É Diretor da Associação Riograndense de Imprensa e Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Por favor, Vilson Romero, dez minutos.

O SR. VILSON ROMERO (Para expor.) – Nobre Senador, conterrâneo, parceiro de lutas, companheiro de todos, das rádios comunitárias.

Saúdo também o coordenador da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Rádios Comunitárias, nobre Deputado Federal Jadyel Alencar. Reitero que no mês de junho foi dado um passo fundamental na defesa de todo esse movimento, com a constituição dessa frente com mais de 200 Parlamentares apoiando, e é por lá que nós devemos construir as alternativas que o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VILSON ROMERO – Com certeza. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Deputado é o Líder.

O SR. VILSON ROMERO – V. Exa., Deputado Jadyel, tem uma missão fundamental no atendimento a quê? Nós temos hoje, no Brasil, mais de 13 mil comunidades. Nós temos um deserto de notícias em mais de metade dos municípios brasileiros, e 2,8 mil municípios estão naquilo que o Atlas da Notícia fala em desertos de notícias, onde não há nenhum meio de comunicação, e as rádios comunitárias têm um papel fundamental na difusão da informação nesse meio, na integração da comunidade. De fato, levar a voz do cidadão e acima de tudo as demandas do cidadão tornarem públicas.

Então, quando instalaram a comissão, nós vimos lá que o próprio Governo esteve presente anunciando a regulamentação, mas até hoje, já faz mais de 60 dias e não avançou a atualização do decreto, porque a demanda exatamente dos senhores é, primeiro, a baixa amplitude, não é? E, acima de tudo, é essa penalização de toda eventual irregularidade na transmissão da comunicação, que, inclusive, como bem relatado aqui, tem rendido prisões e processos contra os nossos comunicadores.

Então, a Associação Riograndense de Imprensa e a Associação Brasileira de Imprensa dizem que todo esse movimento de rádios comunitárias se insere naquilo que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que há mais de 20 anos atua no território nacional, tem como um dos seus eixos de luta, que é o combate ao monopólio da comunicação, que é o combate ao oligopólio, mas, acima de tudo, levando essa mensagem de que, com a rádio comunitária, com a sua expansão, com a sua possibilidade de ter um pouquinho mais de amplitude na sua difusão, inclusive abrindo espaço para a publicidade...

Eu acho que essa possibilidade de tornar rentável ou pelo menos financiável essa atividade é fundamental, porque nós estamos vendo que são voluntários trabalhando em defesa de uma missão, uma missão de levar a informação. Por isso, dentro desta linha que o FNDC já há muito tempo defende de termos políticas públicas locais de comunicação, disponibilizarmos as redes e as possibilidades de transmissão, mas, acima de tudo, cumprirmos aquilo que o Governo se comprometeu a atualizar – e aqui também o próprio projeto de que o Deputado é Relator sobre a questão envolvendo a criminalização dos radialistas comunitários –, nós temos que nos agregar. E isso é palavra que eu trago aqui em nome da Associação Riograndense de Imprensa, de que eu sou Diretor de Direitos Sociais e Imprensa Livre. E também como membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e dos Direitos Humanos da nossa Associação Brasileira de Imprensa, estamos alinhados com vocês. Contem conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é fundamental continuarmos esse trabalho organizado, mas, acima de tudo, como disse V. Exa., Senador, propositivo. Eu acho que se construirmos, através da atualização do decreto e, acima de tudo, de uma regulamentação que blinde, dentro do possível, essa atuação fundamental para a sociedade, nós construiremos um grande caminho.

Estamos engajados na Frente Parlamentar de Apoio às Rádios Comunitárias também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Romero, Diretor da Associação Riograndense de Imprensa e Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que fez aqui uma fala, no meu entendimento, muito clara, muito nítida, dos encaminhamentos que nós vamos ter que fazer a partir da luz, Deputado, que V. Exa. deu para esta audiência pública.

O Deputado Federal Jadyel Alencar, na sua fala, foi muito claro, muito nítido, muito transparente. A frente parlamentar vai ouvir a todos, e as reivindicações colocadas em documento chegarão ao Executivo. Agora, claro, daí quem decide não somos nós. Aí é todo um diálogo que vamos ter que estabelecer.

Eu ia ler aqui já uma questão outra que pediram que eu lesse sem falta em nome da Comissão de Direitos Humanos, mas segurei para a chegada do Geremias. Geremias, agora é o seu momento.

Geremias dos Santos, Presidente da Abraço Brasil, membro da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos e todas.

Obrigado aos companheiros de diversos estados aqui presentes.

Depois, Senador, a gente poderia assistir ao vídeo do Procurador Julio, porque eu acho importante essa aliança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se estiver pronto, pode passar agora, e depois você faz a fala final. Se não estiver pronto, você fala, e, em seguida, vem o vídeo.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Então, tá.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim por ter, de prontidão, aceito a nossa proposta de fazer uma plenária, aliás, uma audiência pública, para discutir a questão das rádios comunitárias na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programação da nossa plenária, a 2ª Plenária Nacional das Rádios Comunitárias, que começou no dia 22 e se encerra hoje, com o término desta audiência.

Muitos poderiam estar perguntando: "Uai, mas por que fazer essa discussão na Comissão de Direitos Humanos da Câmara e depois na do Senado, se o nosso assunto é comunicação? Por que não fazer na Comissão de Comunicação?". Eu diria que hoje a Comissão de Comunicação, principalmente da Câmara, na sua grande maioria dos Deputados que tem lá, é contrária às rádios comunitárias. Eles pertencem a entidades como a Abert e a Abratel, e são totalmente contrários aos interesses das rádios comunitárias. Inclusive, o primeiro projeto de lei de alteração da Lei 9.612, no próximo dia 5 de dezembro, vai completar 25 anos que está parado. É vergonhoso um projeto de lei até hoje não ter sido apreciado, não ter sido dado um relatório – que seja contra, que seja a favor, de preferência. O Deputado que apresentou esse PL, inclusive, já faleceu. Ele foi seu contemporâneo aqui na Câmara, o Deputado Arnaldo de Sá. O primeiro projeto foi dele, da alteração da Lei 9.612.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande lembrança! Eu queria uma salva de palmas! Ele está lá no alto: Arnaldo Faria de Sá! (*Palmas.*)

Foi nosso parceiro em todos os bons combates aqui no Congresso; em todos, ele esteve do lado certo da história.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Então, na Comissão de Direitos Humanos, eu poderia discorrer aqui de vários assuntos e pegar aqui, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas o tempo não permite. Eu poderia falar aqui do Pacto de São José da Costa Rica, que foi aprovado em 22 de novembro de 1969, sobre o qual, inclusive, Senador, vai ser a minha proposta e a nossa proposta da Abraço aqui, tendo em vista ao comportamento do Governo neste exato momento. Eu vou explicar por quê.

Eu poderia estar falando aqui da nossa Constituição Federal de 1988, na qual Paulo Paim foi um dos Deputados atuantes, contribuiu e muito na elaboração, na época, como Deputado. Eu poderia estar falando aqui dos arts. 220, 221, 223 da nossa Constituição Federal, artigos estes que ainda não foram regulamentados. Os artigos que nos pertencem, à comunicação social, ainda não foram regulamentados: o artigo, por exemplo, que trata que Parlamentar não pode ter meio de comunicação – alguns artigos, não é? Então, eu poderia estar falando aqui, como o companheiro lá falou, o Clementino, da Lei 9.612. Você a lendo e relendo, você vai ver que ela é inconstitucional em vários artigos.

E poderia falar aqui do Decreto 2.615/1998, que foi um presente de grego que deixaram para as rádios comunitárias. Deputado, eu sei que o senhor participou também, lá no dia 19 de fevereiro de 1998, da aprovação da Lei 9.612, naquele momento, da lei que reconheceu o papel, a importância das rádios comunitárias pelo Estado brasileiro, através do Congresso Nacional. Uma lei que, se não foi ruim, ela foi piorada no decreto. E o decreto, todo mundo sabe que é uma especificidade do Executivo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser maior que a lei. Qualquer estudante ou curioso da legislação sabe que decreto não pode se sobrepor à lei. E esse decreto está se sobrepondo à Lei 9.612 e, pior, está se sobrepondo ao Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, do qual o Brasil é signatário, o qual este Congresso Nacional aprovou, e aí, em cima disso que nós vamos fazer o debate com o Governo.

Então, nós fizemos a primeira plenária no mês de março, que originou várias reuniões com o Governo, com o Executivo, com o Parlamento, a criação da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Rádios Comunitárias, um pedido de Abraço, dos companheiros da Abraço-PI, lá do Jadyel, como Presidente dessa frente. Então, isso foi um acontecimento dessa plenária que aconteceu. Nós queremos que essa frente, Deputado Jadyel, faça mais intervenção na tribuna da Câmara, acho que os 513 Deputados precisam vir mais. (*Palmas.*)

E esse discurso seu foi muito bom, mas precisa fazer na tribuna, precisa fazer naquela Comissão de Comunicação também.

Ontem nós fomos lá, retiraram o projeto de lei, Senador Paulo Paim, que inclusive saiu daqui do Senado, que proíbe a utilização da sigla FM (frequência modulada) pelas rádios comunitárias. Quer dizer, o Congresso Nacional querendo ser maior que a lei de física, o Congresso Nacional querendo ser maior que as ondas do rádio. Isso é um absurdo, isso é um absurdo! Esse projeto está aqui no Congresso desde 2011, foi aprovado no Senado, está lá na Câmara e ontem era para ter sido levado em votação pelo Deputado Silas Câmara, que acabou retirando pela pressão que nós fizemos.

Mas pior do que essa ideia equivocada, atrasada de querer proibir uma rádio... Olha, se nós somos rádio na frequência modulada, por quê? Onde que já se viu uma proibição dessa? Não tem argumentos. E pior, ele colocou no projeto de lei mais 40 projetos que tratam da situação de rádio comunitária – uns da questão da sustentabilidade, outros do aumento do potência, criação a mais de canais, diversos assuntos que nesses 40 projetos, em que inclusive está esse projeto do Arnaldo de Sá, está o projeto do Merlong Solano, está o projeto do Zé Neto, estão os projetos de vários Deputados que querem contribuir com as rádios comunitárias ao longo desses quase 25 anos –, ele simplesmente mandou, o relatório dele era para rejeitar e aprovar apenas a retirada, ou seja, isso demonstra a posição dos Deputados da bancada da Abert e da bancada da Abratel com relação às rádios comunitárias. É vergonhoso o papel desses novos coronéis, desses novos coronéis eletrônicos, desses novos...

A família do Deputado Silas Câmara, por exemplo, é coronel das rádios e TVs lá na Região Amazônica – no Amazonas, no Acre –, está entrando com alguns meios de comunicação em Rondônia, no Pará. Agora, nós não temos nada contra ele, não temos nada contra a rádio educativa, a TV educativa que eles têm lá. Agora, tratar como rádio comunitária não pode. Nós temos que ter respeito! Nós somos 5.069 rádios comunitárias outorgadas no Brasil. Nós temos que ter um mínimo de respeito do Congresso Nacional e dos Deputados, ainda mais de um Deputado que é de uma família que tem meios de comunicação "a la vontê", tem TV, tem rádio, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando aqui, Deputado, nós por parte da Anatel... A Anatel é nossa velha conhecida. Todo mundo em rádio comunitária sabe como a Anatel se comporta com relação à rádio comunitária. Não vou discorrer muito, mas só vou dizer, Senador, que a Anatel também está descumprindo o direito humano à comunicação e à informação quando ela coloca as rádios comunitárias na faixa estendida. Essa faixa que o representante da Anatel falou aí, dos canais 198, 199 e 200, é vergonhosa! Não temos rádio no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Senador, no Brasil, nós não temos rádio receptor que sintonize em 87,5 e na frequência 87,7! Não existe! E a Anatel vem querer colocar as rádios comunitárias em... Isso é colocar no gueto! Isso é proibir o direito humano da rádio comunitária de existir! É proibir o direito humano do nosso ouvinte de ouvir a rádio que ele quer, dar opção!

Então, o Governo também precisa fazer essa correção, a não ser que o Governo Lula vá fazer como foi feito no Governo da Dilma com relação à TV digital, quando se fez doação de 13 milhões de antenas conversoras para que aquelas TVs de tubo pudessem sintonizar a TV digital – a não ser que vá fazer isso! Doaram-se, através da Anatel, com dinheiro público, 13 milhões... O Governo Federal fez a audiência da TV privada no Brasil! Foram 13 milhões de antenas.

Se você considerar cinco pessoas por família, você tem um universo de quase 50 milhões. Dinheiro público nessa hora serve para essa imprensa que apregoa a ditadura, para essa imprensa que é contra a democracia, para essa imprensa que mente, que faz *fake news*, que diariamente disse que fazer reforma trabalhista iria melhorar a vida do povo e muito pelo contrário, que disse que fazer a reforma previdenciária iria melhorar a situação do povo, outra mentira... É uma imprensa que joga contra os interesses do povo, principalmente do povo mais pobre! Então, é isso que está em jogo.

Agora mesmo, eles estão com projeto, Senador, em que grupo econômico que pode ter cinco TVs vai poder ter dez. Isso acabou de ser aprovado na CCJ da Câmara. Quem tem cinco TVs poderá ter dez; com rádios, que eles podem ter dez, poderão ter 20. Isso aí é um péssimo negócio para a democracia! O que é que é isso?! O que é que é isso?! Estão preparando outro golpe nessa mídia?! Em 2016, se não tivesse o papel da mídia brasileira, não teria existido golpe neste país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Foi a mídia que levou milhões de brasileiros alineados à rua para defender gente que ia fazer tudo contra eles.

Eu não sei qual é o meu tempo aqui, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto, mas já lhe dei quinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Beleza.

Nós estamos defendendo, Senador Paulo Paim, um plano nacional para as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e ribeirinhos. Nós queremos que rádio comunitária, que é, sem dúvida nenhuma, o maior meio de comunicação ainda, principalmente na Região Amazônica, principalmente em algumas regiões do Pantanal e do Nordeste... Nós queremos que essas comunidades tenham sua própria emissora para que elas possam ter comunicação.

Nós queremos, Senador, que o senhor, através desta Comissão, nos ajude. O Governo, em junho... Na frente parlamentar, no lançamento que o Jadyel fez, o Governo esteve lá presente, tanto a Secom como o Ministério das Comunicações, e anunciou que o artigo que mais ferra as rádios comunitárias, que está no decreto e não está na lei, que trata da área de abrangência, eles anunciaram que iam extinguir. Mas ontem, Jadyel – o Jadyel não está sabendo disso –, ontem, em uma reunião *online* com o segundo homem importante do Ministério das Comunicações, que é o Wilson Wellisch, que é o Secretário-Executivo do ministério, ele que manda depois do Ministro, anunciou que estão estudando ainda, mas que dificilmente vão fazer essa mudança.

Ora, isso aí, gente, está desrespeitando, não vou nem falar a Lei 9.612, Senador, eu vou jogar para o senhor, para esta Comissão a peteca, é o Pacto de San José...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – O Brasil já foi condenado, inclusive, por não ter respeitado alguns artigos desse Pacto de San José da Costa Rica. E, quando infringe, faz um decreto desse, que cerceia a liberdade, cerceia a democracia e cerceia a amplitude das redes comunitárias, está desrespeitando esse pacto.

Nós queremos intervenção por parte do senhor, Senador, e que fale para o Governo: "Governo, vocês não podem cometer o mesmo erro que foi cometido com as rádios comunitárias durante 13 anos. Vocês sabem do papel das redes comunitárias durante a eleição do ano passado, principalmente na região do Nordeste". Então, o que nós queremos aqui, nós não queremos nada de graça, nós queremos aqui apenas que o Governo execute e cumpra as leis, principalmente numa questão básica que é o direito humano à comunicação, porque o nosso povo brasileiro precisa entender que direito humano não é defender bandido; direito humano é ter direito à comunicação, ter direito a uma rádio comunitária, ter direito a um emprego...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – ... ter direito a uma casa, ter tudo de bom que esse sistema propicia, principalmente ser feliz e poder escolher a sua emissora. Se você quiser escutar a rádio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercial, a rádio educativa, a rádio comunitária, ele tem esse direito. Esse direito está garantido em todas as cartas de direitos humanos internacionais, na Convenção Americana e também na Lei nº 9.612.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Geremias dos Santos, Presidente da Abraço Brasil, membro da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que fez aqui a sua fala.

Neste momento, pessoal, até em respeito ao primeiro que falou de forma virtual, que foi contundente, e ele lembrou muito bem ali o que aconteceu no assassinato da Mãe Bernadete. Então, eu pediria para vocês, com muito carinho, que eu pudesse falar aqui, rapidamente, em nome da Comissão dos Direitos Humanos, porque vocês todos lutam por políticas humanitárias. Depois teremos o vídeo e também o Sr.Vinícius Caram, da Anatel, gostaria de dar uma resposta para o Deputado. O Deputado já concordou que ele diga. Ele fez um questionamento, tomara que seja uma resposta positiva, por isso que eu abri essa exceção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tomara! Eu estou torcendo também, viu? Eu quero que só me permitam agora, em homenagem a essa mãe e aos familiares, pelo que aconteceu.

Hoje haverá manifestação em todos os 26 estados e no DF, em protesto contra o assassinato de Mãe Bernadete, citada já por um dos senhores aqui na tela, e contra as chacinas que ocorreram em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. A convocação está sendo feita por vários movimentos negros e lutadores pelos direitos humanos. Mãe Bernadete era líder do Quilombo Pitanga dos Palmares e incansável na luta pela liberdade religiosa, pela eliminação do racismo e de toda forma de preconceito e discriminação. O país precisa urgentemente efetivar a titulação de terras de remanescentes quilombolas, de uma reparação da histórica desigualdade no acesso à terra.

Lembro aqui a luta que começou com o grande Zumbi dos Palmares.

A segunda edição do relatório "Violência Armada e Racismo", estudo do Instituto Sou da Paz, aponta que a taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quatro vezes maior do que a daqueles que não são negros. De cada dez jovens assassinados, conforme CPI que eu presidi aqui no Congresso, oito são negros. Isso reflete a profunda raiz do racismo estrutural em nossa sociedade. Precisamos de medidas concretas para enfrentar essa questão, promovendo política de segurança pública que respeite o direito de todas as pessoas: brancos, negros, índios, quilombolas, migrantes, imigrantes, refugiados.

Esta Comissão de Direitos Humanos reitera ser fundamental que o Estado brasileiro combata todas as formas de violência, discriminação e desigualdade que afetam o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vida longa à igualdade!

Vida longa à democracia!

Vida longa à liberdade!

Punição aos assassinos. (*Palmas.*)

Voltamos, e eu agradeço a todos que entenderam que eu tinha que ter lido já esse documento, em nome da Comissão, na abertura. Não o fiz, estou fazendo neste momento. E agora voltamos ao nosso debate, pedindo que o Sr. Julio José Araujo Junior, Procurador da República, que, por vídeo, manda uma mensagem para nós todos aqui, ao Brasil e, naturalmente à TV Senado... Por favor, doutor.

O SR. JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR (*Por videoconferência*.) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um vídeo, viu? Só para todos entenderem.

O SR. JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu sou Julio Araujo. Sou Procurador da República, atuo como Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Rio de Janeiro e sou membro do Ministério Público Federal.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer por este convite e de saudar a iniciativa dessa nobre Comissão do Senado de fazer essa discussão, uma discussão tão importante e tão necessária a respeito do nosso direito à comunicação e da realidade das rádios comunitárias em nosso país.

Nós, aqui na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, organizamos um fórum que tem justamente como premissa básica discutir e garantir a liberdade de expressão, o direito à comunicação e o direito à informação como diretrizes fundamentais para a nossa democracia, combatendo o assédio judicial, combatendo a violência contra jornalistas, profissionais de comunicação e outros comunicadores e colocando em pauta propostas, necessidades, políticas públicas e medidas que ainda tardam, que ainda são necessárias para que a gente efetivamente possa garantir esses direitos.

Eu estive recentemente na audiência da Câmara e gostaria também de reiterar alguns pontos que eu coloquei lá e que eu considero fundamentais aqui para o nosso debate, sempre com a perspectiva – eu, pela Procuradoria Regional, mas também pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – da importância das rádios comunitárias para o direito à comunicação e para a nossa democracia.

As rádios comunitárias têm um papel extremamente relevante para propiciar à sociedade acesso à informação, expressão plural de ideais por parte da coletividade. No momento em que a gente assiste muitas vezes à monopolização, ao controle de frequências e de espaços por determinados grupos, por determinados atores, a gente pensa até que ponto essa questão do direito à comunicação é um direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou é um privilégio. É para isso que imagino que a gente tem que olhar e acho que esta Casa legislativa é fundamental para que esse debate apareça, já que a comunicação não é apenas a transmissão das informações, ela é a criação de um conteúdo a ser divulgado, gerando cultura, transmitindo conhecimento e fortalecendo a mobilização comunitária, inclusive a mobilização por direitos.

Nesse sentido, a relevância dessa radiodifusão comunitária e a necessidade de que o poder público não só as regularize, como as fortaleça e reconheça o seu papel, é um caminho imprescindível para a melhora dessa democratização do conhecimento. Na prática, infelizmente, o que a gente assiste é a uma morosidade excessiva na prestação de processos, uma tentativa muitas vezes de negar frequência, negar espaço e estigmatizar a realidade das rádios comunitárias, ao mesmo tempo em que a gente assiste ao reconhecimento de outros espaços e de outros pedidos de concessão que não se enquadrariam nessa realidade.

Ao mesmo tempo, instituições, mesmo no Ministério Público, no sistema de Justiça acabam por tratar e colocar esse tipo de trabalho, esse tipo de empreendimento, no melhor sentido da sua palavra, na ilegalidade, gerando muitas vezes a criminalização desses grupos e desse tema. E acho que isso também é um tema, uma questão fundamental para que a gente, nessa jornada de lutas, possa enfrentar e possa colocar na ordem do dia.

Eu vejo que essa mobilização que está sendo feita esta semana certamente vai contribuir muito para que avancemos neste debate. E eu gostaria de encerrar aqui colocando o fórum da PRDC do Rio de Janeiro, fórum contra o assédio judicial e a violência contra jornalistas e comunicadores, à disposição desta Comissão, à disposição desta Casa, para que este debate não só seja feito como ele gere medidas concretas, implementação de medidas, e o Ministério Público Federal está pronto para não só discuti-las como apoiá-las após a discussão.

Mando o meu abraço, peço desculpas por não poder participar em tempo real, infelizmente tive um compromisso e uma diligência a cumprir com urgência, mas não poderia deixar de dar o meu recado, mandar o meu abraço e colocar, mais uma vez, a instituição à disposição.

Um abraço forte e bom trabalho para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Julio José Araujo Junior, Procurador da República, que aqui nessa fala mostrou todo o seu apoio às rádios comunitárias.

Nós temos ainda, à distância, Celso Augusto Schröder, Jornalista, Diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A palavra é sua, Schröder, companheiro de décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim, político que honra de maneira expressiva o Rio Grande do Sul, onde eu tive a honra, como o senhor já se referiu, de participar do seu início político, que pautou e abrilhanta a política brasileira.

Eu quero cumprimentar meus companheiros da luta pela democratização da comunicação: o Presidente da Abraço; o Coordenador do FNDC; o meu companheiro e querido amigo Clementino; os companheiros e representantes da Anatel e do Ministério das Comunicações; e os companheiros, Deputados e Parlamentares que participam desta audiência tão importante.

Por que esta audiência é importante, Senador Paim? Ela é importante porque ela atende a uma demanda já quase histórica do movimento das rádios comunitárias e, mais, do movimento pela democracia no Brasil. E por quê? Porque, de alguma maneira, Senador, a lei que abriga as rádios comunitárias – e aqui eu vou me permitir discordar um pouquinho do meu querido amigo Clementino, que, ao fazer a crítica que é necessária a lei, ele quase a nega... Eu queria dizer que o FNDC, historicamente, embora criticasse a lei, reconhece na lei um elemento importantíssimo, ausente, inclusive, em boa parte da política brasileira em relação à radiodifusão, que é a regulamentação. Nós estamos falando de direitos humanos, de liberdade, e a liberdade é garantida expressamente pela lei, pela regulação, e é isso que falta, de alguma maneira, na comunicação brasileira. Aliás, a implementação já citada aqui, a implementação dos artigos constitucionais de comunicação ficou falha, porque eles não foram regulamentados e, portanto, não garantem a aplicação da lei.

Já foi referido aqui, por exemplo, o monopólio, o combate ao monopólio e oligopólio, que é previsto no mundo todo, é necessário para o exercício da democracia no mundo todo. No Brasil, não está dito o que é monopólio. Em qualquer lugar do mundo está definido o que é monopólio de comunicação; no Brasil, não o está, e não por acaso, não está porque foi fruto de um amplo debate, um debate de enfrentamento de interesses legítimos, mas a permanência desse debate e a acidez desse debate produziram distorções. O que está em debate desde sempre são os interesses da sociedade brasileira representada pelos movimentos pela democratização da comunicação, inclusive da rádio comunitária, e os interesses comerciais das grandes empresas de comunicação do Brasil, que, independentemente do seu papel relevante para a democracia, e aqui não está em questão isso... Mas a exorbitância do seu poder e a inexistência de regulação sobre a sua atividade comercial transformaram-nas num poder imensurável durante um período, inclusive. Agora está em decadência, mas, durante um período, essas vontades foram muito potentes, que incidiram sobre a Constituição, inibindo a regulação constitucional, e sobre os agentes de Estado.

Então, aqui não é o Governo ou esse aquele agente de Estado; aqui não é satanizar essa ou aquela organização de Estado ou o Parlamentar, inclusive, que possa atuar contra as rádios comunitárias; é entender que esses interesses atuaram de uma maneira desmedida e sem nenhum tipo de vontade política contrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Anatel, o Ministério das Comunicações e as formas com que implementaram políticas sempre foram a partir de um olhar pautado hegemonicamente da radiodifusão comercial, que via, na radiodifusão comunitária, um adversário! Um adversário e, mais do que isso, muitas vezes um inimigo a ser combatido. Isso, obviamente, produziu ações que criminalizaram, ao longo do tempo, a atuação das rádios comunitárias.

Então, a lei, meu caro Clementino, não é ruim em si mesma; ela é importante, porque superou um modelo de olhar da luta da rádio livre, que vinha das rádios livres, que vinha das rádios piratas, que vinha lá do *rock and roll* dos anos 50 e 60, europeu e estadunidense, e que no Brasil produziu um olhar completamente diferente e muito relevante, que foi atribuir a essa atividade a dimensão de comunitária. Ao atribuir a dimensão de comunitária, superou um olhar individualista que as rádios piratas e livres traziam e remeteu para um papel social inédito inerente ao Brasil, característico do movimento das rádios comunitárias no Brasil.

E é sobre esta lei que é preciso se debruçar, Senador, e acho que o Parlamento pode e deve fazê-lo. Por quê? Porque eu acho que ela, embora tenha produzido esse elemento importante de regulamentação, de trazer um nome e consagrar um nome comunitário, trouxe alguns vícios, trouxe alguns problemas inerentes dessa hegemonização excessiva e quase desregulamentada que a radiodifusão brasileira comercial tinha e que, de alguma maneira, atuou sobre a lei das rádios comunitárias.

A principal delas foi a sua limitação, ou seja, a sua restrição de atuação, que obviamente pretendia enquadrá-la, botá-la num brete pequeno e tal, para que ela não pudesse atuar, disputar espaço com as rádios comerciais. Então, isso precisa ser revisto e isso é papel do Parlamento.

Uma frente parlamentar precisa se debruçar sobre isso. É preciso tratar disso. É preciso qualificar as rádios comunitárias. Portanto, isso significa um projeto político de Estado que atribua às rádios comunitárias um papel social que elas podem e devem ter, porque elas foram criadas e abandonadas praticamente pelo poder público, num espaço marginal de atuação. É preciso, portanto, parece-me, recompor, do ponto de vista do papel social, e, para isso, são precisos, entre outras coisas, projetos de políticas públicas que permitam qualificação do setor. É preciso que o setor se qualifique.

Nós vimos, Senador, ao longo desses últimos momentos da vida brasileira, a tragédia que foi para o Brasil a consagração da mentira e do *fake news* como um projeto político que incidiu e produziu uma cisão no Brasil, produziu quase a submissão do Brasil a um projeto fascista que nós percebemos, a partir exatamente, primeiro, de uma lógica da mentira se instituindo e de uma incapacidade do setor de comunicação de contrapor a verdade a essa mentira.

O papel das rádios comunitárias me parece que é essencial para, dentro da sua área de atuação, fortalecer a resistência da verdade ante a essa ameaça, que não é só no Brasil, mas que no Brasil se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretizou, quase de uma maneira trágica, que é a mentira como forma, substituindo a realidade e permitindo que a violência substitua a política.

Portanto, são falhas, parece-me, que a lei, de alguma maneira, acolheu.

E, finalmente, eu acho que é preciso – e também a lei e os decretos não deram conta disso, e é uma razão principal da resistência da radiodifusão comercial, porque não há possibilidade de um serviço destes atuar se não houver um financiamento – um financiamento. É preciso um financiamento que atenda às características que esse serviço particular tem.

Para isso, parece-me que é preciso um orçamento, uma participação, de alguma forma, de recursos de Estado e a possibilidade de participação dos recursos privados. Isso é necessário. E, para isso, companheiros da radiodifusão comunitária, Senador Paim, parece-me que nós cometemos um equívoco, se me permitem, e eu não estou afirmando isso, mas, ao colocarmos as rádios comunitárias, diferentemente dos outros países, dentro do espectro público, estatal público, e não como privado particular, específico, isso impediu que as rádios comunitárias tivessem acesso aos recursos publicitários previstos para a radiodifusão.

Então, de alguma maneira, nós temos que atualizar isso, a partir da perspectiva, que me parece compartilhada por todas, de que a rádio comunitária é decisiva para a democracia, é importantíssima para a cultura brasileira, é fundamental para as comunidades, principalmente no momento em que a radiodifusão comercial está numa crise quase falimentar, ou seja, a radiodifusão, junto com o jornalismo, junto com as empresas de comunicação tradicionais, frente às grandes empresas, às grandes *big techs*, que precisam ser regulamentadas também.

Ou seja, o movimento que a rádio comercial faz agora para regulamentar as *big techs*, que é necessário, que é importante para a democracia brasileira, a mesma coisa tem que ser feita em relação a elas, em relação às rádios comerciais.

Então, nesse sentido, Senador, me parece que o meu tempo está acabando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente terminou.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ... o que a Federação Nacional dos Jornalistas propõe, como participante do Fórum Nacional pela Democratização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ... é essa revisão parlamentar, nessa perspectiva que eu trouxe aqui, a partir dessa frente parlamentar, que me parece absolutamente importante e relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma saudação ao senhor mais uma vez, um abraço a todos os companheiros pela luta pela democratização da comunicação no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Celso Augusto Schröder, jornalista, Diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Muito obrigado por tudo.

Viajei no tempo. Na minha primeira campanha, ainda para a Assembleia Nacional Constituinte, ele foi um dos coordenadores da minha campanha.

Como nós estamos correndo atrás do horário, porque às 11h começa o Plenário, eu passo a palavra para o Dr. Vinícius Caram, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para que ele responda ao Deputado. E a palavra é do Deputado, que fará o pronunciamento e o encerramento, por ele ser o Presidente, o Coordenador da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Rádios Comunitárias.

O SR. VINÍCIUS CARAM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador Paim, obrigado por me dar novamente a palavra.

Gostaria de responder, se possível, aqui, Senador, ao Exmo. Deputado Jadyel, presidente da frente parlamentar, a quem aqui já afirmo que recebemos, sim, o processo com questionamentos sobre as rádios comunitárias. Nós prestamos aqui as informações técnicas, encaminhadas pelo nosso Presidente ao senhor, que questionava sobre a atuação da agência, mostrando o mapa das rádios comunitárias registradas, locais e canais alternativos para viabilizar, e aqui reitero, e até para ajudar no questionamento do Dr. Geremias: nós temos canais comunitários – 199, 198 e 200 – para todos os municípios brasileiros. A grande maioria dos rádios é, sim, passível de se sintonizar.

Sabemos, sim, até mesmo nesse processo de migração de AM para FM, como bem trazido aqui pelo Dr. Celso, que é uma questão até mandatória para a radiodifusão de rádios sonoras e para o FM. Nós criamos a faixa estendida para viabilizar a entrada dos interessados em migração do AM para o FM e conseguimos isso com grande êxito.

Então, nós conseguimos ainda manter os canais comunitários no meio, entre os blocos das rádios comerciais, que vão de 76 até 108, deixando aí a faixa de 198, 199 e 200 no meio.

E fizemos uma campanha para que todos os terminais celulares pudessem vir com o *chip* para demodular, os rádios dos veículos atuais estão vindo já sintonizando, desde 76...

Isso é um processo de evolução tecnológica. As pessoas vão trocando de equipamento, trocando de celular, trocando de veículos e vão pegando seus rádios com maior capacidade, mas a grande maioria já sintonizava 199 e 200. A gente, então, está nessa frente muito positiva e apoiando esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns ao presidente da frente parlamentar, Deputado Jadyel, ao Senador, já respondendo aqui ao Geremias...

E – aproveitando, Celso – estamos também apoiando, sim, essa proposta de combater *fake news*, uma vez que nós conhecemos as plataformas, conhecemos os IPs, sabemos como atuar de forma racional em regular as plataformas digitais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o nosso amigo Vinícius Caram, que falou pela Anatel.

Agora eu convoco – convoco, não é, Deputado? –, convoco V. Exa. a falar em nome de todos nós na fala final, pela importância desse evento, já que V. Exa. eu considero aqui nesse evento a autoridade maior, porque V. Exa. é o coordenador da frente parlamentar mista, de Senadores e Deputados e fez aqui já um belo pronunciamento.

A palavra é sua.

O SR. JADYEL ALENCAR (Para expor.) – Obrigado, Senador, novamente, por toda a sua atenção.

Eu gostaria, mais uma vez, de cumprimentar todos os presentes, quem esteve participando aqui de forma presencial e também quem esteve conosco por vídeo. Todos os esclarecimentos foram muito importantes e são construtivos para essa caminhada.

Eu reforço que realmente nós sabemos de todas as pendências, de todos os nossos direitos que estão travados aí há anos, mas realmente mantenho firme meu posicionamento de que, com diálogo, com uma linha construtiva, uma união nossa, poderemos ter um êxito mais próximo com o Governo.

Então, eu deixo aqui mais uma vez as portas da nossa frente parlamentar abertas, as portas do nosso mandato abertas e me coloco à disposição, com toda nossa equipe, toda nossa assessoria de gabinete, e agradeço também aqui ao Senador Paim por ter acolhido aqui essa solicitação de poder ter tido esse amplo debate, que eu acho que é mais um passo importante.

Juntos, aqui, nós encaminharemos o que foi tratado ao Executivo, e fico na certeza de que nós teremos aí, sim, avanços. O Governo certamente irá ouvir as nossas demandas, construídas aqui a quatro mãos, com o Senado, com a Câmara, com as associações presentes.

Aqui cumprimento a todas as associações, em nome da Abraço, do amigo Geremias; cumprimento aqui também o Vilson, que já se colocou à disposição para participar dos debates com a frente.

Então, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu desejo um bom-dia a todos e que nós tenhamos a certeza de que dias prósperos virão para as rádios comunitárias do Brasil.

Um forte abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado Federal Jadyel Alencar, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio às Rádios Comunitárias.

Eu recebi aqui o seguinte recado da Sra. Rejane Barros, radialista de Alagoas, Diretora de Cultura e Conteúdo da Abraço Brasil, que diz que as mulheres estão juntas nessa luta com os homens para avançar na importância de demonstrar ao Governo e ao país as rádios comunitárias, somando-se aqui à frente parlamentar mista liderada pelo Deputado Jadyel Alencar.

Com isso, concluímos os nossos objetivos, um abraço a todos...

Só um pouquinho! Só um pouquinho! Só...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Então tá. Vamos lá!

Para terminar... Só um pouquinho, só um pouquinho... Me permite?

Eu vou fazer um registro: eu presido audiências aqui há 40 anos. Quando a gente abre para um, não é correto não abrir para outros; teria que abrir para as mulheres, que não falaram também aqui. Então, o que eu posso fazer, neste momento, numa simbologia, é que cada um de vocês diga o nome e o estado de vocês.

Você diz o nome de todos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO – Benedito Ballio Prado, Dito, da Rosário FM, de Itaberaba, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cita os outros já, se tu puderes.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO – Walmir, rádio comunitária de Laje.

Ailton, da Diretoria da Abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a emoção, a emoção.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO – Rogério, da Rádio Anguera, Bahia.

Só que nós gostaríamos, Sr. Presidente, de dois minutos apenas, pela delegação. Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é que não falou o nome, que pediu para falar o nome? Se eu abrir para um, eu vou ter que abrir para todos, pessoal.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO – Senador! Senador! Aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome. Diga o nome.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO – Senador, José Raimundo, do Estado do Pará, da Ilha de Marajó, das belezas do Marajó!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem...

Pela elegância, pode dizer o nome também.

O SR. LUÍS DZULINSKI – Luís Dzulinski, da Farcom, Paraná, e as FARCOMs de Tocantins, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. WALDERLAN HELENO – Walderlan Heleno, de Tobias Barreto, Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

O SR. PAULO FERNANDO – Paulo Fernando, da cidade de Nazaré.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. ADILSON SOUSA – Adilson Sousa, Rádio Nativa, Governador Archer, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, amigo!

O SR. TITO – Tito, da cidade de Ruy Barbosa, Bahia.

O SR. CLÉVERSON – Eu sou Cléverson, de Sapiranga, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sapiranga. Grande Sapiranga!

Pessoal, atingido o objetivo... Mas, pela elegância do senhor... Como é o seu nome mesmo – o de vermelho ali?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele pediu um minutinho.

O SR. FREI DITO – Frei Dito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei!

Frei, um minuto para você.

E aquele ali – diga seu nome agora para registro.

O SR. TITO – Nós pedimos para ele falar em nome da gente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não; ele vai. Calma!

Diga o seu nome.

O SR. MARCOS PAULO – Marcos Paulo, da Rádio Líder, de Laje, Bahia.

O SR. WALMIR BRITO – Walmir Brito, da Rádio Líder, de Laje, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você falou o teu?

O SR. HAMILTON SANTOS (*Fora do microfone*.) – Hamilton Santos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Diga lá, meu amigo de pé. Pode dizer. Diga o nome!

O SR. DERALDO CERQUEIRA – Deraldo Cerqueira, Ipiaú, Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Feito.

Vamos lá?

Só falta aquele companheiro ali.

O SR. MANO MARTINS – Mano Martins, Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alagoas. Muito bem!

O SR. RAMOS – Aqui, Pernambuco.

Da Abraço, Pernambuco. Ramos, de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando se abre para um, abre-se para todos.

Meu amigo, você que apontou ali para dizer o nome.

O SR. AMILTON RAMOS – Amilton Ramos, Tapera FM, Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

Agora, um minuto para o Frei.

Frei, por favor.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO – A delegação da Bahia atrasou na chegada aqui por causa de um bichinho, um escorpião, que picou ontem uma das nossas mulheres da delegação. Jantando num restaurante, foi picada por um escorpião aqui em Brasília. Muito difícil o atendimento. Ela está em repouso ainda no hotel.

Nós gostaríamos de saber apenas que escorpiões estão nos mordendo desde junho, quando foi anunciado que, em julho, haveria um ato político anunciando o novo decreto. Gostaríamos, Senador, que V. Exa. procurasse, no ministério, quais são esses escorpiões que estão picando as rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem colocado. Vamos ver quem é contra as rádios comunitárias. (*Palmas.*)

E quem for contra tem que responder. Nós todos aqui somos favoráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, atingimos os objetivos. Uma salva de palmas a todos vocês! (*Palmas.*)

E vamos trabalhar junto ao Jadyel aqui, o nosso Deputado, com o documento que ele apresentou. O.k.?

Se quiserem tirar uma foto, podemos tirar aqui. Vamos aproveitar que o Deputado está aqui. (*Pausa.*)

Está encerrada a audiência pública.

Vamos tirar uma foto coletiva. Por favor, aproximem-se todos.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater "A crise do leite e o impacto na agricultura familiar", como parte do ciclo de debates sobre: "A Fome no Brasil". **Participantes:** Cleonice Back, Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul - FETRAF-RS/CUT; Ivor Vicentini, Representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; Mônica Avelar Antunes Netto, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda; Heloisa Pereira, Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais da – Camex/MDIC; Ceres Hadich, Membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST; Milton José Fornazieri, Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA; Carlos Joel da Silva, Presidente da FETAG-RS; e Deputado Estadual José Nunes de Almeida, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo - Coordenador do Grupo de Trabalho do Leite. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/28

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 13/2023-CDH, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema "A Crise do Leite e o Impacto na Agricultura Familiar", como parte do ciclo de debates sobre a fome no Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Antes mesmo de passar a palavra aos nossos convidados, por videoconferência e de forma presencial, eu faço o pronunciamento de praxe sobre esse tema.

Senhoras e senhores que estão no Plenário e que estão nos assistindo, a produção do leite no Brasil, em especial na Região Sul, é fundamental para a economia brasileira. Ao longo dos anos, essa cadeia produtiva tem-se mostrado de vital importância, garantindo renda mensal para milhares de famílias em todo o país. Além disso, o leite é um alimento fundamental para as políticas de combate à fome no Brasil – é bom lembrar que nós temos mais de 20 milhões de pessoas passando fome. Os números que eu recebo mudam entre 22, 24 e 26 milhões de pessoas. Depende a forma como é feita a pesquisa, não é? Mas, com relação à insuficiência alimentar, em torno de 100 milhões de pessoas no Brasil não têm alimentação decente. No entanto, nos últimos tempos, diversos agricultores e agricultoras têm abandonado ainda essa atividade, diante da falta de incentivos e das dificuldades em produzir de forma economicamente viável.

A Argentina, por exemplo, subsidia em torno de R$0,40 por litro.

Segundo dados da Emater, nos últimos cinco anos, no Rio Grande do Sul, mais de 44 mil famílias... Vejam! Mais de 44 mil famílias deixaram de produzir leite. Isso é muito preocupante.

Por isso, esta audiência pública, também, além de outros movimentos que as entidades estão fazendo, a Contag, a Fetag, e tantas outras – não é, meu líder?

Apresente-se para nós. Você é um líder...

Depois, ele queria a palavra.

Mas se apresente aí, aperte o botão e se apresente, por favor.

O SR. FRANCISCO URBANO ARAÚJO FILHO – Francisco Urbano, ex-Presidente da Contag, hoje, fazendo assessoria, acompanhando os projetos de lei aqui no Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meu líder.

Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados da Emater, nos últimos cinco anos, no Rio Grande do Sul, mais de 44 mil famílias deixaram de produzir leite. Isso é preocupante. Precisamos reverter essa situação. O Brasil não pode deixar de produzir um alimento tão importante para a segurança e a soberania alimentar.

O Brasil não pode depender de outros países, abrindo mão da sua produção leiteira. Em 2022, conforme dados do IBGE, a produção de leite no Brasil registrou uma queda de 5,05% em relação a 2021.

Também, no primeiro trimestre de 2023, o instituto divulgou que foram importados de países do Mercosul em torno de 6 milhões de litros. Além disso, houve um aumento muito grande na importação de leite em pó, conforme tabela que recebi.

É importante lembrar que, por questões geográficas e de logística, os estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) são os que mais importam. O governo argentino, eu já dizia antes, incentiva a produção do produto, subsidiando o equivalente a R$0,40 por litro de leite.

A concorrência de preços com o leite argentino é desleal. Diante desse aumento nas importações, uma das consequências é a queda acentuada do valor do leite pago aos agricultores familiares – vejam –, que varia de R$0,40 a R$1.

Preocupado com a redução do preço pago aos produtores de leite é que esta Comissão foi provocada a realizar esta audiência pública, a fim de ouvir as entidades representativas e os produtores de leite.

Sabemos que já foram encaminhadas demandas ao Governo Federal, através do Ministério da Agricultura (Mapa) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), para que tomem medidas, para evitar uma grave crise na cadeia de produção.

Algumas dessas demandas já foram atendidas, como, por exemplo, a suspensão da Resolução nº 353 para 29 produtos lácteos e a ampliação do imposto de importação para queijos e manteigas e a destinação de 100 milhões para a compra de leite das cooperativas da agricultura familiar aqui no Brasil.

Segundo os agricultores e as entidades, apenas essas medidas não resolvem. São importantes, sim, reconhecem, mas não resolvem. O problema é muito maior.

É mais que necessário garantirmos agricultores e agricultoras que tenham renda adequada e consigam manter a produção de alimentos para combater a persistente fome em nosso país, oferecendo produtos de qualidade.

Diante desse cenário, é necessário implementar políticas emergenciais e estruturais para reverter a desvalorização da cadeia leiteira.

Segundo as entidades, várias medidas podem ser tomadas, embora eles reconheçam que algumas foram tomadas e pediram que eu as citasse, e eu vou citar apenas algumas delas, visto que, durante esse debate, as entidades dos agricultores familiares vão poder expor, com muita profundidade, a sua demanda e as suas preocupações.

Eis algumas sugestões de medidas encaminhadas já junto aos ministérios... Em relação à política para curto prazo, estão:

- garantir um preço justo para o leite pago aos produtores, de modo que não enfrentem prejuízo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- construir uma política que assegure preço justo aos agricultores e agricultoras, independentemente das oscilações do mercado;

- definir, antecipadamente, o preço do leite a ser pago pela indústria no mês anterior à produção, por meio de contratos antecipados de compra e venda, levando em consideração o custo da produção.

Necessitamos que as leis sejam cumpridas, como é o caso da Lei 2.669, de 2012, e nº 77, que, infelizmente, muitas indústrias não cumprem e, aí, prejudicam muito o setor – aí temos que aumentar a fiscalização.

- emitir notas fiscais diariamente onde elas sirvam de comprovante da entrega do produto;

- pagamento, no máximo, no 5º dia útil do mês subsequente da entrega do produto;

- redução de impostos sobre o produto da cadeia de produção.

Além disso, é preciso encontrar uma solução para reduzir os custos de produção e implementar estratégias voltadas à autonomia da agricultura familiar.

Essa é uma introdução que nós fizemos sobre o tema para situar todos aqueles que estão nos acompanhando. E, na verdade, o Brasil todo tem interesse na questão do leite.

Vamos à primeira mesa.

Convidamos para a primeira mesa a Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda. Presença confirmada, ela já está aqui.

Por favor, Dra. Mônica Avelar Antunes Netto.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Eu falo doutora e outros dizem: "Fala só senhora e senhor, que tu não erras". E tem muitos que dizem: "Eu não sou doutor". E quem é se sente contemplado também.

Vamos lá, então: convido a Sra. Heloísa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais, da Câmara de Comércio Exterior (MDIC).

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido Ceres Hadich, membro da Comissão Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). (*Palmas.*)

Convido Milton José Fornazieri, Secretário de Abastecimento e Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Teremos também a participação, por videoconferência, dos participantes que vou aqui listar: Cleonice Back, Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetraf), e Ivor Vicentini, Representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Muito bem!

Todos já convocados, todos cumprimentados, sejam todos bem-vindos!

Agradeço aos representantes do Governo Lula, que confirmaram a presença e estão aqui, como também agradeço às entidades.

Vamos já, como foi combinado, à primeira mesa.

Passo a palavra, de imediato, à Sra. Mônica Avelar Antunes Netto, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com presença confirmada, é bom dizer que esta audiência pública está sendo transmitida, ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, Agência Senado e Rádio Senado.

A SRA. MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO (Para expor.) – Bom dia a todos!

É a primeira vez que eu estou aqui. Estou com medo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está em casa! Fala da tua área, da tua pasta, em relação ao leite, como se tu estivesses lá dentro do teu trabalho. Aqui é todo mundo de casa. Aqui não tem...

A SRA. MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO – Sou Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária, e o Ministério da Fazenda não tem medido esforços para defender os produtores nacionais de leite. Recentemente, o Ministério da Agricultura repassou para o Ministério do Desenvolvimento Agrário R$200 milhões, para atender às aquisições do leite em pó.

Eu faço parte do grupo gestor da agricultura familiar, e esse assunto já foi deliberado pelo grupo gestor. Nós só estamos aguardando os trâmites legais da resolução, e eu me coloco aqui à disposição, para tirar qualquer dúvida a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Mônica! Muito bem. (*Palmas.*)

Sra. Mônica Avelar Antunes Netto, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda.

Eu vou intercalar entre os presentes e aqueles que estão em videoconferência.

Não sei se ela já está na tela...

Se já estiver na tela, e os daqui tiverem alguma pergunta, vocês já tomam nota, se for o caso.

Eu vou passar a palavra para a Cleonice Back.

Ela não botou aqui, mas eu vou dizer, viu? Ela é minha suplente de Senador aqui. Então, ela tem lado na história. Ela está aqui querendo ajudar.

Por videoconferência, eu passo a Cleonice Back, Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Ela é uma pequena produtora de leite. Eu estive lá, na propriedade dela, só que me botou para trabalhar às 6 da manhã. Quando chegou 4h, "me caiu os butiá dos bolsos..." e eu disse: "Eu quero ir embora...". (*Risos.*)

É para as pessoas entenderem o esforço que é... Eu estou dando uma simbologia aqui, mas eu me lembro muito da frase que ela me disse: "Senador, aqui não tem domingo, não tem sábado, não tem Natal, não tem primeiro do ano, não tem casamento, não tem nascimento!". Quer dizer, tem tudo isso, mas só que eles não podem parar. Pode estar nascendo uma criança no hospital, mas uma turma vai ter que tirar o o leite das vacas, não é? No Natal é a mesma coisa!

É claro que todas as datas que eu citei são de suma importância. Ela quis me mostrar, e lá eu percebi, que, desde a madrugada, a atividade é permanente lá – valorizando aqui o trabalho dela.

Então, Cleonice Back, por favor, o tempo é seu por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLEONICE BACK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, inicialmente, bom dia, Senador! Bom dia a todos os presentes!

Uma saudação muito especial ao nosso Senador por ser o proponente desta importante audiência pública neste dia de hoje sobre esse tema tão importante, tão relevante para a agricultura familiar, em especial a agricultura familiar gaúcha, mas a agricultura familiar brasileira.

Quero saudar as entidades aqui presentes, o Ivor, da Unicafes, o MST, a Contraf, estou vendo aqui o Joel, que é o Presidente da Fetag do Rio Grande do Sul, que representa aqui a Contag, o Deputado Estadual José Nunes, que coordena também a frente parlamentar na Assembleia Legislativa, uma saudação à Mônica, do Ministério da Fazenda, ao Milton Fornazieri, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o pessoal do Mdic.

E agradeço mais uma vez, Senador, por estar propondo esse debate tão importante para a agricultura familiar, para os produtores de leite. Como o Senador já disse, sou agricultora familiar também, sou produtora de leite, dirigente sindical, e, com muito orgulho, estou junto, neste mandato do Senador Paulo Paim como primeira suplente.

Esse debate da cadeia produtiva do leite, essa crise que nós estamos vivendo – primeiro, vou contextualizar um pouco – não é a primeira crise que nós agricultores, produtores estamos vivendo, já vivemos muitas crises no setor, mas o que nos preocupa muito é que sempre, quando agricultor, quando produtor, esse período era um período em que nós tínhamos um preço bom pago pelo leite aos produtores. Então, o período de maio a setembro é sempre o período de melhores preços pagos pela indústria aos nossos produtores. E o que mais preocupa neste momento é que neste período, agora, nós estamos tendo uma queda muito grande no preço pago pela indústria aos agricultores.

E a outra questão que é muito preocupante, que não é de agora, é que nos últimos dez anos nós tivemos uma queda muito grande na quantidade de agricultores que estão produzindo leite no nosso Estado do Rio Grande Sul e também no país. Inclusive, os dados da Emater mostram que nós tínhamos, há dez anos, mais de 100 mil famílias no Rio Grande Sul produtoras de leite, hoje esse número não passa de 30 mil. Muitas dessas famílias foram excluídas da cadeia produtiva frente às crises encontradas.

Inclusive, nós tivemos, no ano passado, uma crise muito profunda, não só pela questão da queda no preço também, porque isso é muito volátil, mas também pelo aumento de custo de produção. No ano passado, nós tivemos uma elevação muito grande no custo de produção, e muitos desses agricultores, mais uma vez, desistiram de produzir esse alimento tão importante, como já disse o Senador, um alimento tão importante para combater a fome no nosso país.

E a outra questão que eu queria ressaltar é que a questão do leite não é só uma questão econômica, mas uma questão social. Nós temos, no Rio Grande do Sul e no Brasil, a grande maioria dos municípios e pequenas propriedades de agricultores familiares – inclusive a Emater do Rio Grande do Sul tem dados que falam sobre isso –, em torno de 96% dos agricultores que produzem leite têm em torno de 19ha de terra, ou menos que 19ha de terra. Então, são pequenos produtores, ou melhor dizendo, às vezes, são pequenas propriedades, mas grandes produtores em pequenas áreas de terra. E isso se fez também possível graças ao conjunto de políticas públicas construídas no Governo Lula, construídas no Governo Dilma, que potencializou, principalmente, o aumento da produção de leite nas pequenas propriedades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorando as condições de vida, de renda dessas famílias. Muitas dessas, inclusive, às vezes, produziam outras culturas, até mesmo a fumicultura, o fumo, e migraram para a produção de leite com o conjunto de incentivos.

Mas, hoje, nós estamos vivendo uma crise muito profunda no setor. Isso se reflete muito pela questão do aumento das importações. E, Senador, eu quero ressaltar muito isto, que, só no primeiro semestre de 2023, nós tivemos um aumento de 283% nas importações de leite comparado ao ano passado. E isso vindo, principalmente, dos países do Mercosul. Isso significa em torno de 20 mil quilos de leite em pó; em conversão, isso dá em torno de 200 milhões de litros. E a gente também vê uma disputa desleal no leite vindo dos países do Mercosul. Porque, por exemplo, o custo que é colocado, com que é comercializado o leite em pó no Uruguai, aqui no Brasil, é em torno de R$18,42. Mas, aqui no Brasil, a indústria consegue vender a R$26. Na Argentina, está R$19,65 o quilo; no Brasil, R$26. No Paraguai, R$18,09; e, aqui no Brasil, R$26. Então, isso faz com que muitos agricultores, hoje, estejam pensando em desistir, porque nós estamos tendo uma queda no preço pago da indústria ao produtor que varia de R$0,40 a R$1. Então, essa é a grande preocupação e isso faz com que muitos agricultores fiquem desolados, ficam noites sem dormir, pensando o que vão fazer para o futuro. E lembrando a importância que tem o leite na alimentação humana para a questão da segurança e soberania alimentar do nosso país.

Então, com isso a gente vê o quanto que é importante essa cadeia produtiva, não só para a agricultura familiar, mas para o nosso país, principalmente na questão da segurança e soberania alimentar. E nós não podemos deixar que isso aconteça, que os agricultores familiares desistam de produzir leite, que os agricultores familiares desistam dessa tão importante cadeia produtiva, porque isso significa segurança, soberania alimentar do nosso país. Então, ante a essa situação, a gente vem dialogando muito com os outros agricultores, com as entidades, inclusive as que estão aqui presentes, e foi apresentado um conjunto de demandas para o Governo Federal. Medidas, algumas foram anunciadas, algumas ainda não concretizadas, como a Mônica recém disse da questão da compra institucional, que são importantes.

Outra questão é a suspensão da resolução sobre a questão dos impostos, ampliação dos impostos sobre as importações. Mas essas medidas, a gente que está aqui na ponta vê que elas não são suficientes.

Então, frente a isso... Inclusive tem mais uma questão que a gente queria trazer para esta audiência pública: nós precisamos ter mais fiscalização por parte do Ministério da Agricultura, porque há inclusive suspeita de triangulação comercial. Nós sabemos, e tem denúncias sobre isso, de leite vindo da Nova Zelândia, de outros países, indo para Argentina, e da Argentina para o Brasil entrando no sistema do Mercosul, entrando como livre comércio sem impostos.

Outra questão. Há uma suspeita muito clara sobre reidratação do leite aqui no Brasil. Isso não é permitido, mas a gente sabe e percebe que isso está acontecendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEONICE BACK (*Por videoconferência.*) – Então, nós precisamos em primeiro lugar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando a campainha toca, tem mais cinco minutos.

A SRA. CLEONICE BACK (*Por videoconferência.*) – ... aumentar a fiscalização. Inclusive, essa demanda da fiscalização já foi apresentada por outras entidades e algumas cargas, inclusive, noticiados nos meios de comunicação, apreendidas no processo ali de importação.

Então, outra questão: se há uma suspeita de triangulação comercial, se nós não sabemos a origem do produto, qual é a reivindicação dos agricultores? A reivindicação é de que o Governo Federal suspenda as importações do Mercosul até que haja uma fiscalização mais forte, para que haja um processo de investigação e que de fato seja vista a origem desse produto. Se nós não sabemos a origem, nós também não sabemos a qualidade. Então, isso faz com que possa, sim, ser solicitada a suspensão temporária das importações do leite vindo dos países do Mercosul.

E, por outro lado também, agricultura familiar. Os produtores de leite estão pedindo socorro ao Governo Federal. E eu acho que nós precisamos pensar políticas públicas emergenciais bem como também políticas públicas estruturantes, para garantir um preço justo aos nossos agricultores. E por que não... Se na Europa, se no Mercosul, nos outros países têm subsídios para os produtores de leite, pela importância que tem essa cadeia, pela importância que tem esse alimento para a soberania alimentar do país, por que não ter subvenção, ter subsídio por parte do Governo Federal para garantir preço mínimo? Pelo menos três meses, seis meses aos nossos agricultores, aos nossos produtores, para que não seja decretada a falência.

E também uma outra questão que se propõe é a questão de redução de impostos, campanhas e consumo, mas nós sabemos e acreditamos que é possível, sim, nós salvarmos a cadeia produtiva do leite, mas nós precisamos de mais medidas por parte do Governo Federal e também do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

E lembro mais uma vez: as medidas anunciadas foram importantes, mas não o suficiente perante a crise. Nós precisamos de mais medidas emergenciais, mais medidas estruturantes para salvar essa cadeia produtiva tão importante, que é a cadeia produtiva do leite, e salvar esses agricultores familiares que produzem esse alimento.

E, como o Senador já disse antes, esses agricultores que estão na cadeia produtiva estão lá porque gostam do que fazem, sabem o que fazem e pensam na qualidade, pensam no alimento que vai à mesa dos brasileiros. Porque, senão, o agricultor já tinha desistido, porque ele não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, não tem Natal, não tem Ano-Novo. Todo dia o agricultor está lá, às 6h da manhã, tirando leite, cuidando dos animais, e é assim no final da tarde. Então, nós precisamos pensar nesses trabalhadores neste momento.

Mais uma vez, parabéns, Senador Paim, por estar propondo esta audiência pública tão importante no Senado Federal.

No mais, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cleonice Back, Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetraf-RS/CUT). Meus cumprimentos a você pela fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As denúncias que você traz são graves. Eu estou lembrando aqui a triangulação que houve, e a falta... Tivemos que aumentar a fiscalização, porque os empreendedores da área, os empresários da área que recebem o leite – eu tive uma oportunidade de visitar um pouco a região com ela –, muitos deles, não todos, não cumprem em relação àquilo que tem que pagar, quem paga é o produtor rural, aquele que está lá na ponta.

E, por questão de justiça, Cleonice, esta audiência foi você que provocou, em contato com as entidades. Você me perguntou se eu poderia fazê-la, e eu disse que sim. E, inclusive, quando há esse tema, é ela que me representa, vocês devem ter visto já. Ela vai aos ministérios, vai aos atos públicos que têm no estado, porque eu entendo que ninguém mais do que ela, que vive o dia a dia como uma pequena produtora da área do leite, para nos representar, no caso, nos eventos a que somos convocados.

Vamos, de imediato, então, intercalando como combinamos, agora é alguém presencial, já está tomando nota aqui... Sra. Heloisa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais na Câmara de Comércio Exterior, Mdic, que está aqui à mesa conosco.

Quero dizer que eu reconheço que diversos ministros já foram ao Rio Grande do Sul tanto na época da seca, como houve agora – houve uma delegação de cinco ministros, numa oportunidade dessas, e a Cleonice que me representou –, como também já receberam delegações das entidades aqui e, nesse caso, repito, ela que me representou. Ninguém melhor do que ela para falar, não vou ser eu que sou um operário metalúrgico que vou querer ser o bambambã na área da produção de leite.

É com você, doutora.

A SRA. HELOISA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos que estão *online*.

Eu queria também mencionar que, em uma dessas viagens, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que também é Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também esteve nessas viagens ao Sul do Brasil e esteve junto com o setor de lácteos. É uma prioridade do Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior resolver essa situação da agricultura familiar do setor de lácteos.

Então, eu queria inicialmente aqui agradecer ao Senador Paim por este espaço e pela iniciativa de promover este debate que é tão importante não só para nós cidadãos brasileiros, mas também para nós como servidores públicos.

Como já foi falado inúmeras vezes aqui, o problema da fome é multidimensional e ele tem que ser resolvido com soluções que são também multidimensionais. Então, qual o papel da Câmara de Comércio Exterior, que é a Camex – que normalmente todo mundo conhece por Camex –, no combate à fome e na promoção da segurança alimentar? Como o nome Câmara de Comércio Exterior já diz, a Câmara é um órgão que tem por objetivo formular, implementar e coordenar políticas públicas que afetam o comércio internacional, por exemplo, as importações – que a Cleonice mencionou –, seja importação e exportação de bens e serviços, seja promoção e atração de investimentos.

A Camex é um órgão colegiado que é formado por dez órgãos – dez ministérios –, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Mapa, que ajudam a trazer esse olhar com lupas para o problema da agricultura familiar e dos pequenos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as competências da Camex que afetam o comércio de bens e serviços, está a competência, por exemplo, de fixar, alterar, o que significa elevar ou rebaixar as alíquotas de imposto de importação. Essas alíquotas de imposto de importação, que o Senador Paim mencionou e que a Cleonice também mencionou, ali na fala, podem ser muito baixas ou podem ser muito altas, dependendo da função que se quer do imposto de importação.

As alíquotas mais baixas ou zeradas, normalmente, deveriam visar, entre os seus objetivos, estimular a produção nacional daqueles produtos na cadeia jusante, sobretudo quando não há produção nacional. E as alíquotas mais altas do imposto de importação visam exatamente proteger setores sensíveis de surto de importação, sobretudo quando há produção nacional.

E essa proteção é justificada por uma combinação de fatores, sobretudo pela necessidade de fortalecer a agricultura familiar e dar uma resposta do Governo ao problema da insegurança alimentar. É nesse contexto que a alíquota de imposto de importação tem um papel: primeiro, no fortalecimento da agricultura familiar e nas respostas do Governo em relação à segurança alimentar e, segundo, a Camex, como o órgão competente para fixar essas alíquotas, está aqui hoje para participar deste debate que temos aqui – compartilhamos da visão da Cleonice, que é extremamente importante para a economia e para o Brasil.

Na Camex estamos muito sensibilizados em relação a essa questão social, função social do imposto de importação, especialmente quando as tarifas estabelecidas no imposto de importação afetam a agricultura familiar de pequenos produtores, podendo agravar ou melhorar os quadros de insegurança alimentar.

O setor de lácteos talvez seja o exemplo que melhor represente essa ligação entre a agricultura familiar com baixa insegurança alimentar, comércio exterior e a política de alteração tarifária que é feita ali na ponta pela Camex.

A cadeia produtiva do leite e derivados possui historicamente, tanto no Brasil quanto em outros países, um papel relevante socioeconômico, tanto na geração de renda e empregos quanto na movimentação da economia de pequenos municípios. Então, isso não é especial do Brasil. Como a Cleonice mencionou, outros países como a Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e a União Europeia, que é uma jurisdição, em todos esses lugares o setor de lácteos é muito importante, justamente porque ele movimenta a renda dos pequenos produtores.

O Senador Paim mencionou ali os principais estados importadores, mas também o estado de V. Exa., Senador, o Rio Grande do Sul, está entre os principais produtores. É o segundo maior produtor do leite, sendo que o primeiro é Minas Gerais, seguido pelo Paraná, por Goiás e por Santa Catarina – são os maiores produtores, os estados que mais produzem leite, sendo que o leite é produzido em todos os estados do Brasil. Então, tem uma importância particularmente grande para a economia brasileira.

Os pequenos proprietários rurais, como a Cleonice mencionou, que são ali propriedades de até 50ha, representam 90% da produção de leite no Brasil, de acordo com os dados do IBGE do último censo agropecuário. Então, com esse dado, conseguimos perceber a importância de qualquer medida que afete o setor lácteo para esses pequenos produtores, que aí, por diversos fatores, deixaram de produzir e deixaram de gerar renda e emprego nessas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, então, essa renda de que a gente está falando pode ser afetada pelas alíquotas de imposto de importação de duas formas – e é aqui que entra a Camex –: tanto as formas que são mais conjunturais e as formas estruturantes. A Cleonice mencionou, na fala dela, tanto as questões conjunturais, quanto as estruturantes. E aqui eu vou também organizar minha fala nesses dois fatores, o que foi, em relação à alíquota de imposto de importação, conjuntural, que afetou gravemente o setor, e o que é estruturante que afeta o setor, e o que é que a Camex tem feito e pode fazer em relação a esses dois fatores.

Em relação aos problemas conjunturais, no último Governo, a Camex do último Governo, anterior ao Governo Lula, tomou duas decisões de redução do imposto de importação. A primeira, que foi a Resolução 353, que reduziu unilateralmente em 10% a alíquota do imposto de importação, o que afetou vários produtos, inclusive 29 códigos tarifários do setor de lácteos, e a Resolução Gecex 388, que reduziu alíquotas de imposto de importação para três produtos derivados de leite, que são complementos alimentares que são normalmente utilizados ali na produção de produtos que têm um alto valor no mercado, que são utilizados pelas pessoas que fazem atividade física, e reduziu a alíquota desse imposto de exportação de 12% para 0% ou 4%. E o resultado dessas decisões foi que teve um grande crescimento da importação desses produtos, com prejuízo para o setor lácteo brasileiro, justamente porque esses produtos derivados têm um alto valor agregado e aumentam a renda dos produtores.

Além desses fatores conjunturais, existe o fator que é estruturante, que são as tarifas acordadas ali, dos parceiros do Mercosul, que são tarifas zeradas. Então, as importações intrabloco, sobretudo de leite em pó, que vem principalmente aí da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, que representam 99% das importações, é algo estrutural. Essas tarifas já são estabelecidas desde a década de 90, e as importações têm aumentado. E no último ano e particularmente neste ano, aumentaram de forma considerável, por diversos fatores.

Como a Cleonice mencionou, as importações, nesse primeiro semestre de 2023, aumentaram, sim, praticamente elas triplicaram, 283%, com impacto significativo na agricultura familiar daqueles que dependem dessa renda. Com isso, tem dados da Confederação Nacional da Agricultura que dizem que esse surto de importações fez com que as importações, que participavam aqui no mercado doméstico em cerca de 3% do mercado nacional, passaram a representar 10% do mercado. Isso significa que esses 7% da parcela do mercado deixa de ser atendida pelos pequenos produtores, que, como o Senador Paim mencionou e a Cleonice também mencionou, deixaram de produzir. Foram 44 mil produtores que deixaram de produzir, e deixando de produzir, deixam de gerar renda e de movimentar a economia ali dos municípios. E tudo isso tem causado prejuízos significativos para os pequenos produtores. Então, temos aí esses dois problemas, um de ordem conjuntural e um de ordem estrutural. E a pergunta é como então a Camex pode agir para resolver esses problemas dessas duas ordens.

No que diz respeito à parte conjuntural, e aqui são ações pontuais, a Cleonice mencionou a ajuda, mas não resolve. Então, também na Camex, estamos cientes de que ajuda, mas não resolve. No entanto, estamos empenhados, no Governo, a fazer...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELOISA PEREIRA – ... mesmo que sejam ações pontuais e que seja uma gota no oceano, gradualmente, ajudariam o setor produtivo de lácteos a se recuperar e a recuperar o mercado que tem perdido.

Então, a primeira decisão da Camex foi em julho, quando a Camex decidiu aumentar o imposto de importação daqueles três produtos, que são complementos alimentares utilizados em atividade física, de 0,4% para 12,8% e 11,2% desses três produtos. E já tivemos a resposta do setor de que essas medidas tiveram, sim, um impacto, sendo que a maioria das importações desses produtos eram extra-Mercosul e esse aumento da tarifa afeta exatamente essas importações extrabloco.

A segunda resposta da Camex também foi pontual, foi a de incluir três códigos tarifários dos produtos lácteos, com base também nas importações que são extrabloco. Esses produtos tiveram um grande crescimento de importação. Foi um pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, junto com o Mapa, para que se aumentasse a alíquota do imposto de importação desses três produtos, que é o óleo de manteiga, o queijo de pasta azul, que é como aquele queijo roquefort, e queijos de pasta mole, como brie e camembert, são três produtos que têm grande produção nacional. Os produtores participam do mercado interno ativamente e têm importações crescentes dos produtos extrabloco. Então, esses produtos tiveram alíquota de importação elevada de 12,8% para 18% numa decisão, na semana passada.

Na semana passada, também, foi publicada a decisão da Camex, que foi a terceira decisão pontual, que foi excluir do âmbito da Resolução nº 353, que foi a que reduziu unilateralmente 10% do imposto de importação, de 29 códigos da nomenclatura comum do Mercosul, o que afeta o setor de lácteos. Com isso, a Camex faz as suas ações pontuais, sabendo ainda que tem todas as questões estruturantes do Mercosul.

Então, todas as questões mais iminentes e emergenciais que podiam ser resolvidas foram decididas num intervalo de dois meses, pela Camex. Então, a pergunta surge: o que a gente pode fazer em relação às importações intrabloco, que é essa questão mais estruturante?

Existem vários caminhos que podem ser trilhados e que começam a ser discutidos já no âmbito do Governo. No âmbito da política industrial, o Presidente Lula recriou, em abril desse ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O conselho estava sem funcionar há sete anos e volta alinhado às premissas do novo Governo de alinhar política industrial com inclusão social, inovação e sustentabilidade. Os membros do conselho são os mesmos membros da Camex, mas outros novos ministérios e ele está dividido em missões. A primeira missão do comitê é promover cadeias agroindustriais sustentáveis para erradicar a fome. Então, aqui tem uma missão importante em que as demandas do setor de agricultura familiar de lácteos poderiam ser incluídas, nessa primeira missão do conselho.

Do ponto de vista político, quaisquer medidas restritivas aqui ao comércio intra-Mercosul que seja de caráter extralegal – e aqui sempre tentando trabalhar nos limites da lei e dos tratados que o Brasil assina – poderia ter repercussões muito negativas também para a economia do Brasil como um todo. Então, quais são os caminhos aqui dentro dos limites da lei que poderiam ser seguidos?

Tem a questão, sim, da triangulação, como a Cleonice mencionou, e essa é uma questão que, se for, sim, verificada, ela tem como ser limitada dentro das regras do Mercosul. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto a ser discutido e pode ser discutido aí de forma célere para se dar uma resposta a essa questão emergencial, envolvendo Mdic, Mapa, Anvisa e Ministério da Fazenda. Tem a questão dos subsídios aí, que foram mencionados, que são concedidos ali na Argentina, no Uruguai e, de fato, assim, essas importações chegam aqui a volumes substanciais e têm causado prejuízos aos produtores domésticos. Um caminho de dar resposta aos subsídios poderiam ser medidas de defesa comercial, por exemplo, tanto *antidumping* quanto medidas antisubsídios. No âmbito do Mercosul, é possível que os países apliquem tanto medidas *antidumping* quanto antisubsídios intrabloco, o que seria uma forma de limitar essas importações.

Atualmente, não existe nenhuma medida de defesa comercial em vigor. No entanto, em 2001, o Mdic propôs e a Camex impôs...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOISA PEREIRA – Eu já estou terminando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Você tem mais dois minutos.

A SRA. HELOISA PEREIRA – Medidas *antidumping* às importações de leite da União Europeia, da Nova Zelândia, que ficaram em vigor até 2019 e também homologou um compromisso de preços com a Argentina e o Uruguai que ficou em vigor até 2009.

Então, o caminho seria pensar numa forma de reaplicar tais direitos, justamente para contrabalançar esses subsídios que, eventualmente, estão sendo dados e outras práticas desleais que estão vindo aí embutidas no preço da importação, que chega aqui a um preço muito baixo.

E, sobre essa questão técnica de que o leite chega aqui e é reidratado, existem também, dentro das regras, medidas tanto sanitárias e fitossanitárias, quanto técnicas que podem dar resposta a esse problema mais específico da hidratação do leite.

Eu fico aqui. Coloco a Camex à disposição para continuarmos a contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Parabéns, Heloísa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais da Câmara de Comércio Exterior do Mdic, que falou de diversas medidas e, inclusive, que o conselho de combate à fome também está com essa preocupação. Falou de medidas que a Camex já tomou e outras sobre que está vislumbrando a possibilidade de tomar também, e veio contribuir ao debate.

Vamos, de imediato, agora, passar a palavra para, permitam que eu diga, meu amigo Deputado Estadual muito trabalhador, muito comprometido com as causas do campo e da cidade, o Deputado Estadual José Nunes de Almeida, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul. E ele é Coordenador do Grupo de Trabalho do Leite. José Nunes Almeida. Se ninguém ficar bravo, eu vou chamá-lo de Zé da Gaita, porque o homem toca uma gaita para que temos que bater palmas! E fala muito bem. Vai lá, meu líder.

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia, amigo.

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos que estão de forma virtual aqui nesta audiência pública.

Eu queria lhe cumprimentar pela iniciativa, Senador, de nos estar oportunizando aí mais um espaço de discussão sobre esse tema que é um tema extremamente delicado, preocupante. E aqui no Rio Grande do Sul é um tema que tem tirado o sono desse setor tão importante.

Eu estou aqui bem próximo, agora, aqui, da nossa cooperativa, que o senhor conhece muito bem, a cooperativa da agricultura familiar, a Coopar, os produtos Pomerano, e nós estamos vivendo um momento muito delicado da cadeia produtiva do leite.

Eu acho que, primeiro, quero fazer um resgate bem rápido aqui – eu não sei qual é o tempo que eu tenho –, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um total de 15 minutos, dez com mais cinco. (*Pausa.*)

Ele está com dificuldades. Está pelo celular, não é? (*Pausa.*)

Vamos passar para o próximo...

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – ... da cadeia produtiva e perdemos 44 mil famílias de produtores de leite. Isso foi, sem dúvida nenhuma, um estrago muito grande aqui no Rio Grande do Sul, uma perda de famílias produtoras, que não voltarão mais a produzir, porque quem sai dessa atividade não volta mais.

O motivo é um conjunto de situações, principalmente também (*Falha no áudio.*)... no próprio Estado do Rio Grande do Sul, pelos últimos governos estaduais, que destruíram uma política de Estado que tinha para o setor de leite no Rio Grande do Sul.

Bom, o momento, agora, é o momento em que nós estamos sofrendo as consequências de uma conjuntura que tem a ver com a realidade do Brasil, tem a ver com um novo momento econômico do país, do mundo e (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado José Nunes, você está prejudicado pela internet, que não está chegando aqui. Não dá para ouvir, não o estamos ouvindo bem, nem vendo você.

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Sem dúvida nenhuma, o produto brasileiro acabou sendo um produto menos competitivo com relação ao Uruguai e à Argentina.

Senador, eu estou chegando aqui na cooperativa, vou pegar o sinal da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos fazer o seguinte: eu te chamo de novo daqui a 15 minutos. Pode ser?

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Daí eu vou conseguir. Eu estava...

Eu tenho uma reunião daqui a pouco, aqui, justamente (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobre esse tema.

Quando você chegar à cooperativa, você faz contato e nós o chamaremos numa outra rodada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Eu vou (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque, realmente, não dá.

Vamos passar ao próximo, que é Carlos Joel da Silva...

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Olha, eu vou me instalar aqui, Senador, agora e (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Vamos deixá-lo voltar depois.

Por videoconferência também, passaremos a palavra, neste momento, ao líder Carlos Joel da Silva, Presidente da Fetag-RS, que também falará pela Contag.

Olá, amigo Joel, grande líder! O tempo é teu. São dez minutos com mais cinco.

O SR. CARLOS JOEL DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paim! Bom dia a todos os ouvintes!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos ouvindo perfeitamente.

O SR. CARLOS JOEL DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu estou falando aqui da nossa Expointer, e o sinal da internet aqui às vezes não é muito bom.

Quero fazer uma saudação à Cleonice e, na pessoa da Cleonice, saudar todos os participantes que estiveram falando aqui também, assim como o José Nunes, nosso amigo daqui, nosso Deputado, que tem lutado nessa questão do leite junto conosco. E quero trazer um abraço aqui do nosso Presidente, do Vice-Presidente e da nossa Coordenadora da Política Agrícola da Contag, que é a Vânia, que me incumbiu de falar da questão do leite, até porque nós aqui, Cleonice, como bem falou, estamos vivenciando muito forte esta crise, uma das maiores crises que nós já tivemos na cadeia do leite.

Nós estamos aqui, no Rio Grande do Sul, agora, completando 60 anos de existência da federação. Nós estamos buscando história e vimos aqui que a nossa federação já fazia mobilizações pelo leite em 1971. Então, não é um problema novo, mas é um problema que vem se agravando. E é uma cadeia importantíssima para todo o país, principalmente para a agricultura familiar. É um dos principais produtos alimentícios, desde a criança ao idoso – é um dos principais alimentos –, mas também tem outra questão, que é a questão social por trás da produção de leite: o desenvolvimento das regiões e dos municípios para os agricultores familiares, pois é um produto que dá uma renda mensal, com que nós estamos com bastante dificuldade.

Nós estamos numa entressafra, no Rio Grande do Sul principalmente, e normalmente, nessa época, é a época em que vem subindo – deveria estar subindo – o preço para o produtor, mas está acontecendo o contrário. A nossa preocupação – temos discutido bastante aqui com a Fetraf, com a Via, essas questões – é que nós temos uma entressafra, então o que vai acontecer logo ali na frente quando vier a safra? Agora em outubro, novembro, dezembro, janeiro, quando vem a safra, aumenta a produção e diminui o consumo, porque vem o verão e as pessoas consomem menos leite; depois vêm as férias, e nesse momento é claro que as pessoas urbanas acabam consumindo menos leite. Nós vamos ter um problema gravíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ter uma ideia – desculpe se eu vou falar muito do Rio Grande do Sul, mas é que aqui a gente domina essa política –, em 2015, nós tínhamos mais de 80 mil famílias produtoras de leite no estado. Em 2021, nós baixamos para 40 mil, perdemos 50% dos nossos produtores, que desistiram da atividade. E agora, em matéria aqui da feira – devem estar anunciando no novo levantamento que fizeram este ano –, com certeza, nós vamos diminuir mais um grande número de produtores.

E aí tem a questão da produção, que não baixa porque faz uma escala, está aumentando a escala. E estão saindo os pequenos, ou estão saindo os médios também da produção. Mas tem uma questão social: para onde vão esses produtores? E a pergunta é fácil de responder: muitos deles vão para outra atividade, mas muitos saem da atividade e acabam indo embora. Nós temos no interior pessoas mais idosas que não vão investir mais, se não tiver recurso, e os filhos, os jovens não querem ficar numa atividade em que não tem renda.

Para ter uma ideia, no Rio Grande do Sul, a Fetag faz levantamentos de custo de produção e de preço de leite. O custo de produção está em R$2,25 em média no estado, pegando novos produtores, para que a gente possa ter um custo que reflita a realidade. E nós temos hoje, vendendo... O produtor está vendendo em média o leite a R$2,15, R$2,17. Essa é a média, abaixo do custo de produção. Mas nós temos notas de produtores que venderam a R$1,65 – R$1,65 – o litro de leite nesse mês no estado. Então, olha a diferença que está neste momento, está caindo.

E aí a pergunta é... Eu vi a Heloisa colocando as questões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. São importantes as ações tomadas, mas elas são insuficientes. A elevação das alíquotas de 12% para 18% é boa, mas ela trata das questões da União Europeia, ela não trata do Mercosul. O nosso problema hoje no Brasil não é a União Europeia, o nosso problema, hoje, chama-se Mercosul. E aí tem uma legislação. Perdoe-me, mas tem como mudar legislações, tem como discutir esses tratados, e isso precisa ser reavaliado, precisa ser rediscutido. Por que o Brasil não vende... Por que tem sobretaxa no açúcar que vai para a Argentina? A Argentina sobretaxou o açúcar, porque eles não conseguem concorrer conosco aqui no preço do açúcar, porque, com beterraba, para eles é bem mais caro o custo para produzir. Eles sobretaxaram, criaram uma sobretaxa no açúcar, e nós, para vendermos para lá, temos sobretaxa. Então, por que nós não fizemos isso com o leite? Nós vamos esperar que quebrem toda a nossa cadeia para depois fazermos isso? Ou a gente faz o contrário, faz o que a Argentina fez agora também: subsidiou os produtores. Aqui no Brasil, parece que falar em subsídio é bicho papão. E nós temos que falar em subsídio para a agricultura se nós quisermos manter o Mercosul com as portas abertas. E não é só o leite; é o vinho, é o trigo, é a carne, com que nós estamos com problemas também no Brasil, que vêm dali do Mercosul para cá. Então, nós temos que rever isso, temos que rever.

As ações que o Governo Federal anunciou são importantes, são relevantes, mas nós temos dito que nós vamos enxugar gelo. Nós vamos comprar R$200 milhões em leite. Esse leite vai ser substituído pelo nosso ou vai ser substituído lá pelo do Mercosul novamente? Uma pergunta é: como a gente faz para que esse leite que vai ser comprado, que é dinheiro público nosso e que é muito bem-vindo... Acho que essa é a função, sim, da Conab – parabéns ao nosso Presidente da Conab, parabéns ao Governo, que tomou a deliberação –, mas precisa ter outros aspectos. Se nós não taxarmos ou criarmos cotas no Mercosul, não vai resolver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema. Nós vamos comprar, esse leite vai ter que entrar no mercado, mas vai ser substituído pelo leite da Argentina e do Uruguai novamente. E, como disse a Cleonice, tem a suspeita ainda da triangulação no leite de lá. O Ministério da Agricultura deveria estar atuando – e não é de agora, há muito tempo já – na fiscalização da hidratação do leite. É proibido hidratar leite aqui no Brasil. Então, falta fiscalização, e a nossa preocupação é que o ministério não tem nem fiscais que vão dar conta de fiscalizar esse negócio. E, aí, sobra sempre para o agricultor, sobra sempre para o menor, sobra para aquele nosso agricultor familiar, que vai acabar saindo do mercado.

Então, nós precisamos tomar ações importantes, e uma das sugestões que a gente vem defendendo é que o Brasil poderia criar... Se ele não quer mexer na legislação do Mercosul, deixe como está, largue uma legislação pela qual só quem possa importar leite hoje do Mercosul seja a Conab, e que a Conab cumpra o seu papel de regular o mercado. Ela faz estoques e ela vende para o mercado aqui. Aí ela vai comprar só o necessário, e nós não vamos ter esse monte de leite entrando de lá para cá.

Então, vamos fazer a Conab cumprir o papel dela, para o que ela foi criada, o de fazer estoques reguladores e coordenar esse mercado. E isso pode ser feito. Acho que aqui nós não estaríamos ferindo, Senador, de nenhuma maneira, o convênio com o Mercosul, o acordo com o Mercosul e estaríamos criando uma regra aqui no país de que as empresas não podem trazer leite de lá.

Aqui no Rio Grande do Sul, do jeito com que nós estamos indo, no caminho em que nós estamos indo, as cooperativas nossas estão quebrando e as multinacionais estão tomando conta do setor leiteiro. A gente já vivenciou isso no passado, quando nós tínhamos duas grandes empresas multinacionais que dominavam o processo, e acabava que nós tínhamos que negociar preço com 2 mil produtores na porta da indústria. Agora nós estamos vendo de novo duas grandes potências aqui ou três se firmando no Rio Grande do Sul, tomando o lugar das cooperativas, e depois a gente já sabe quem vai pagar essa conta. Então, precisamos olhar para isso imediatamente.

Acho que o grupo que foi criado pelo Presidente da República, para discutir uma política de continuidade e de proteção ao setor leiteiro no Brasil, é importantíssimo, mas, se nós quisermos fazer a coisa andar, nós temos que tomar uma decisão urgente com a questão das importações de leite do Mercosul.

No mês de junho, só do Mercosul entrou leite equivalente a 20 dias de produção de todo o nosso Rio Grande do Sul. Isso achata os preços para a base e quebra com a nossa cadeia. Então, esperamos que o Governo possa tomar uma decisão, que a Camex possa tomar uma decisão em relação ao Mercosul. Aí todas essas ações que o Governo fez até agora vão surtir um efeito imediato para os produtores e para a cadeia do leite. Se não for feito nada a respeito do Mercosul, infelizmente as ações importantes que o Governo tomou vão ser como enxugar gelo e nós não vamos resolver o problema.

A Contag está à disposição para colaborar, a Fetag está à disposição para colaborar e as outras federações também. Estamos aí para trazer subsídio, para discutir a solução e trazer um alento aos nossos produtores.

Parabéns aí, Senador, pelo evento, por trazer esse assunto à discussão, para que a gente possa encontrar uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço e obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, líder Carlos Joel da Silva, Presidente da Fetag-RS e representante da Contag também, que mostrou preocupações. Ele falou muito no Mercosul e pediu também mais fiscalização, entre tantos temas de que ele tratou.

Vamos de imediato resolver as videoconferências e depois vamos para os presenciais.

Eu vou passar a palavra agora para o... Não sei se o...

O José Nunes já está o.k.? (*Pausa.*)

Então, volta para o Deputado Estadual José Nunes de Almeida, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, que é Coordenador do Grupo de Trabalho do Leite.

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Agora, Senador, eu estou aqui dentro da cooperativa. Eu vou mostrar aqui uma foto aqui dos produtos de leite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ NUNES DE ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – ... dos nossos produtos Pomerano do Parque São Lourenço, que é uma cooperativa exclusiva da agricultura familiar.

Estou aqui inclusive na frente de um dos dirigentes da cooperativa, que está tratando desse tema difícil do momento do leite. Eu acho, Senador, que de uma certa forma vários elementos aqui já foram colocados pela Cleonice e também pelo Joel, da Fetag, que colocam uma situação vivida. A situação é dramática porque o leite é um alimento essencial, um alimento básico, e a continuar essa situação, nós poderemos colher, logo em breve, o Brasil passar a ser um país dependente da produção de outros países. Se a gente deixar desestruturar muito o segmento, o setor, isso tem consequências graves, e nós poderemos entrar numa situação de dependência, inclusive, de um alimento que é tão essencial, que é tão importante.

Além da preocupação com os agricultores que estão aqui na ponta, produzindo, de quem está no setor produtivo, de toda uma cadeia estruturada na produção, nós temos também uma preocupação com a questão de segurança alimentar. Um país como o Brasil, com as dimensões que tem, com o potencial agrícola que tem, não pode correr o risco daqui a pouco de ficar dependente de produção externa de um alimento básico, que é a produção de leite.

É óbvio que há um processo de comercialização entre os países e o livre mercado. Agora, é preciso que tenhamos política protetiva, minimamente, para a gente fazer essa travessia desse momento tão difícil que nós estamos vivendo. Aqui, no Rio Grande do Sul, nós já perdemos muito no setor do leite, não é por conta deste momento; é por conta de um momento passado de responsabilidade, principalmente dos Governos estaduais aqui, e que nós enfrentamos esse número muito grande de famílias que desistiram da atividade.

No momento, conforme a fala do Presidente Joel, o Governo tem sido sensível de nos escutar, mas é preciso que se movimente de uma maneira rápida para que a gente possa estruturar um momento de resistência para fazer a travessia do momento de dificuldade sem perder, sem desestruturar essa cadeia produtiva. Os anúncios relacionados a compras governamentais são importantes. Primeiro, quero ressaltar que nós temos tido diálogo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Ministro da Agricultura, o Governo do Presidente Lula está dialogando. Nós tivemos agora, no passado recente do país, que em uma situação com essa dificilmente a gente conseguiria inclusive diálogo, mas também precisamos que haja medidas que possam efetivamente nos ajudar neste momento de fragilidade.

Hoje, a realidade aqui, no Rio Grande do Sul, eu acredito que não seja diferente do resto do país. Os agricultores, os produtores agora começam a receber menos do que custa produzir, e quando isso acontece é muito grave no campo, porque quando começa a se produzir, recebendo menos do que custa esta produção, a tendência é aos poucos ir desmantelando – não tão aos poucos, porque hoje produzir não é algo fácil. E todo mundo sabe que é uma atividade que quando o agricultor sai, o produtor de leite sai da função, ele dificilmente volta para essa atividade, porque é uma atividade que requer investimentos, é uma atividade que requer adequações a legislações federais, é preciso ter uma boa infraestrutura.

Então, o desafio é muito grande para todos nós. Eu acho que o diálogo central de que não fragilizemos, deixemos fragilizar uma cadeia produtiva tão importante, deixemos fragilizar essa autonomia que nós temos de produção de um alimento tão importante.

Penso e reforço aqui – acho que a Cleonice deu um panorama bem rico no início – que as medidas que foram tomadas até agora são importantes, mas, no entanto, não são suficientes. Nós sabemos que o nosso problema não é... Acho que uma das questões seria, sim, uma averiguação da triangulação; se, de fato, ela está acontecendo ou não. Se a triangulação não está acontecendo, aí é muito difícil. Mas o nosso problema, de fato, é o leite que entra da Argentina e do Uruguai, é a grande maioria, e o maior volume é desse produto.

Bom, como fazer, tendo em vista as normas do Mercosul? Foi bem-dito aqui e já foi explicado pela nossa representante do Mdic, que está aqui na nossa audiência pública, como nós conseguirmos, dentro desse arcabouço de regras e normas que orientam o Mercosul, criar mecanismos para que nós possamos proteger a produção nacional nesse período de dificuldade. Se não houver um olhar nesse sentido, dificilmente nós vamos evitar o desmantelamento de uma cadeia produtiva que não só no aspecto da produção é muito importante, mas, principalmente, no aspecto da autonomia de produção de alimentos.

E o nosso Presidente Lula tem falado sempre muito nessa questão da segurança alimentar, e a segurança alimentar é o país ter a produção, é garantir que um país com a vocação agrícola como o nosso tenha condições de dar aos produtores a possibilidade de produzir o alimento para o povo do nosso país. O Brasil não pode ser um grande território das *commodities*, porque, se for essa a situação, nós vamos por um caminho muito difícil no campo, uma concentração gigantesca, e isso é muito sério.

Então, Senador, nós estamos aqui, na Assembleia Legislativa. Estamos lançando agora, nesta semana, na Expointer, um grupo intersetorial que vai continuar trabalhando o tema da questão do leite. Nós já tínhamos, desde 2017, esse grupo funcionando aqui, na Assembleia; nós estamos reinstalando-o e tentando ajudar e contribuir neste momento de tanta dificuldade.

Mas é uma questão muito clara: precisamos de medidas que possam salvaguardar, minimamente, o produtor nacional, para que ele não abandone a atividade, e que a gente não venha a destruir essa cadeia produtiva, e a principal ação está relacionada, sim, ao Mercosul. Dentro do arcabouço legal e normativo do Mercosul, precisamos encontrar medidas. E aí, só quem está aí, dentro das instâncias que tratam das relações com esses países, pode tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas que venham a nos dar um pouco de resistência aqui, no campo, aqui na base, porque senão nós vamos perder cooperativas, indústrias e produtores, e, depois, será muito difícil essa recuperação.

Então, obrigado, Senador.

Desculpa a minha internet, mas estamos aqui para contribuir.

Neste momento, peço esse olhar muito especial por parte do Governo Federal para a situação que nós estamos vivendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos, Deputado Estadual José Nunes de Almeida, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo e Coordenador do Grupo de Trabalho do Leite, que reconhece que é uma situação grave, porque nós tivemos uma época de muita chuva e de muita seca. Você fez um belíssimo trabalho lá, no Rio Grande, mas é uma realidade em âmbito nacional. Vejo que na Expointer vocês estão de novo reativando ou fortalecendo o grupo de trabalho que atua nessa área do leite.

Vou passar a palavra, agora, para Ivor Vicentini, representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

O tempo é seu, dez minutos com mais cinco.

O SR. IVOR VICENTINI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paim, obrigado por esta oportunidade.

Também quero cumprimentar o Milton, a Mônica, a Heloisa, a Cleonice, o Zé Nunes, o Carlos Joel... Eu não consegui pegar o nome da menina do MST, da mulher, mas sintam-se todos cumprimentados.

Estou falando em nome da Unicafes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, é Ceres Hadich.

Ela agradeceu muito por tê-la chamado de menina, é como me chamar de Jovem Senador.

Opa! Aí eu fico todo bobo já. (*Risos.*)

O SR. IVOR VICENTINI – Então, Paim, o que é importante...

Eu estou falando de Constantina, Rio Grande do Sul, da região norte do estado. Uma região onde nós constituímos uma cooperativa que completou, este ano, 30 anos. No início da cooperativa, ela teve, na essência, a atividade leiteira.

O que é importante nós refletirmos neste dia de hoje? Nós, enquanto Unicafes, temos feito várias atividades nesses últimos dias, sejam estaduais ou também nacionais, porque esse tema é nacional. Inclusive participamos de audiências em Brasília, no MDA, na Conab. Estivemos também junto ao Vice-Governador, quando ele esteve no Rio Grande do Sul, juntamente com o MST, a Via, a Fetag, apresentando um documento das principais reivindicações. Então, eu acho que muito se falou já sobre alguns aspectos.

Eu gostaria de destacar alguns deles que são elementos que eu acho que são interessantes a gente lembrar. Inclusive isso vai dialogar alguma coisa com relação ao que a Heloisa tem falado aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós olharmos, nos últimos anos, nós tivemos uma série de discussões de superação, de construção de políticas para a atividade leiteira. Iniciamos na política pública, nas compras, com início em 2002, e muitas cooperativas participaram desse processo. Então, foi um processo importante na valorização das cooperativas de agricultura familiar, do movimento sem-terra, da Via, enfim, das pequenas cooperativas do Brasil – acho que isso é importante a gente registrar –, e a Conab foi uma ferramenta importante, com o MDA e o MDS também, nas suas políticas de aquisição, especialmente nesse caso do leite da agricultura familiar. Mas isso tudo foi construído na discussão, no debate, com o pessoal que tocava essa atividade dentro do Governo.

Também nós superamos, digamos assim, construindo com o Mapa, a questão da instrução normativa, pois era um conflito muito grande em relação ao impacto que isso dava em relação aos agricultores familiares, aos pequenos. Conseguimos dialogar e construir políticas importantes nesse sentido.

Também se construiu em relação à importância de se investir na atividade leiteira. O Pronaf foi uma ferramenta importante no investimento da atividade leiteira, especialmente para o pequeno agricultor, o agricultou familiar, o agricultor camponês, o assentado da reforma agrária.

Acho que isso é importante a gente dialogar sobre o quanto foi importante as políticas de Governo em relação à atividade leiteira.

O que a gente percebeu também, nesses anos, sobre alguns acordos – e aqui, agora, é interessante, Heloisa, quando você fala que os acordos foram feitos nos anos 90 –, é que o Brasil tinha uma dependência de importação de leite. O Brasil construiu políticas para ser autossuficiente.

Então, a primeira questão que é importante que vocês, enquanto grupo interno do Governo, saibam é que o Brasil, quando teve política de incentivo à produção de leite e investiu no agricultor familiar, chegou, senão na autossuficiência da produção, inclusive, na exportação do excedente.

O que ocorreu nestes últimos anos? Nós não conseguimos mais diálogo com o Governo do ponto de vista da importância que tem a atividade leiteira. Desestruturou-se muita coisa em relação à atividade leiteira, especialmente no processo produtivo, e em relação às políticas de aquisição do leite.

O que a gente percebe, então, neste momento? Diante desta situação, nós nos deparamos, agora, nestes últimos três anos, com o fato de a importação vir tomando um rumo muito forte na entrada de leite, levando em consideração alguns aspectos de ordem de Governo, de orientação e flexibilização na legislação, e também do não incentivo em relação à cadeia produtiva do leite, especialmente no processo produtivo, nas políticas públicas e na relação com os setores de organização da cadeia do leite.

Acho que é importante a gente registrar isso.

Aí a importação do leite precisa ser entendida.

O que ocorreu? Como o Governo flexibilizou, e as grandes empresas perceberam uma oportunidade de estabelecer uma nova regra no mercado brasileiro a partir da importação, ano após ano, elas foram construindo isso; nos últimos três anos, de forma mais incisiva. Chegou-se a ponto, este ano, de a importação estar assim fora do que até então o Brasil tinha visto –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso feito pelas grandes empresas. Isso coloca uma desvantagem para quem não importa leite para chegar ao mercado. Se eu tenho um produto que tem um custo num determinado patamar e consigo importar outro num menor patamar, eu tenho acesso ao mercado e me deixa mais competitivo. Então, isso reforçou as grandes corporações que importam e as grandes empresas que importam. Os grandes atacadistas foi que ganharam nesse processo, em decorrência de quem produz, de quem está produzindo.

E, especialmente aqui, também, reforço essa questão de que nós tivemos três secas, o nosso custo aumentou, e nós tivemos um custo muito alto no processo de produção. E agora o preço vem... E, ainda, provavelmente, neste mês deve baixar o valor pago ao produtor, e nós começamos a ver os custos aumentando, voltando a subir novamente. Os insumos voltaram a subir, os insumos que compõem o processo de alimentação para o rebanho leiteiro voltaram a subir.

Então, é preocupante essa questão hoje do agricultor familiar. Se não houver uma resposta eficiente, rápida... Parece-me que o Governo está, pelas informações que a gente tem, sensível e entendendo, mas precisa ser mais efetivo do ponto de vista de tomar algumas decisões, de resolver os problemas de imediato. O que ocorre? A crise se instalou, ela existe e, se não houver uma ação rápida, cada vez, o agricultor vai tomar a decisão de abandonar a atividade leiteira. É uma atividade que tem que ser tratada como crise. Não existe outra forma, a não ser tratar da atividade leiteira neste momento como crise.

E do que a gente precisa? De dialogar com o Governo do ponto de vista dessa situação, mas que o Governo seja mais efetivo do ponto de vista de resolver esses problemas que temos hoje em relação à cadeia do leite, especialmente no que diz respeito a rever o processo de importação de leite, os acordos que foram feitos. Como eles foram feitos na década de 90, eles precisam ser reavaliados e, imediatamente, tem que se tomar alguma decisão, e a gente não vê isso. Se não for o caso de suspender temporariamente, até entender o que está ocorrendo em relação à atividade leiteira...

Não temos dúvida de que, neste momento, recai sobre o Governo algumas decisões políticas, porque o processo produtivo está andando. Então, o Governo precisa ser ágil e dar algumas respostas para a sociedade. E esperamos que, digamos assim, isso seja construído, fundamentalmente, por esses meios que têm um grau de representatividade, de dialogar com o Governo; se não, vai ter setores que vão se posicionar e vão pressionar de outras formas.

Então, não precisa chegar a esse ponto. Eu acho que é preciso, neste momento, entender que é um problema sério. E que, de fato, o Governo se posicione em relação à grave crise que está assolando a atividade leiteira, neste momento.

Então, em nome da Unicafes, eu queria fazer uma conversa um pouco objetiva, mas deixar claro que nós ajudamos a construir muitas políticas dentro do Governo. O Governo nos atendeu no passado. Tivemos um processo transitório em que não conseguimos ter diálogo com o Governo. E hoje estamos sofrendo em boa parte a consequência das medidas por falta de diálogo, por falta de análise do Governo, especialmente no que diz respeito ao processo de importação de leite, na legislação de importação, e deve-se revê-la. E agora sobra para o Governo atual. Não tem como fugir dessa realidade. E quanto mais o Governo demora, pior fica em relação ao resultado que o Governo vai colher: é desgaste, é problema, porque, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos clamando aí para que o Governo tome decisões mais efetivas em relação a esse grave problema.

As questões mais estruturantes que foram colocadas aqui dizem respeito ao fato de que nós também queremos contribuir do ponto de vista de elementos fundamentais em relação a esse processo. E, se for possível, Heloisa, que a gente conseguisse saber quais foram as empresas que mais importaram leite nesse último período, nos últimos três anos. Isso é importante para a gente qualificar, inclusive, o debate. Porque quem importa e tem essa questão nas mãos muitas vezes se antecipa ao mercado local e toma decisões. Esses ganharam dinheiro, o restante, no Brasil, não ganhou dinheiro. O agricultor está perdendo, as pequenas indústrias, os laticínios estão perdendo dinheiro, as cooperativas que não têm prática de importação estão em uma situação difícil. Então, aquilo que é apenas do bloco brasileiro está em crise – a produção e a indústria. Agora, quem importa conseguiu equilibrar o seu caixa e se tornou competitivo e ganhou dinheiro hoje, a partir dessas regras que, inclusive, foram construídas pelo Governo. Não estou falando do Governo atual, mas elas precisam ser revistas.

Muito obrigado, Senador Paim, por essa oportunidade, e acho que é esse o diálogo que a gente espera de um Senador. Também, aqui no Rio Grande do Sul, o Zé Nunes tem feito um papel importante do ponto de vista de diálogo, pela importância que tem a atividade leiteira. E as entidades parceiras aqui do Rio Grande do Sul e do Brasil lutam para ser cada vez mais fortes do ponto de vista de produção de alimentos, que é o nosso papel enquanto organização da agricultura familiar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVOR VICENTINI (*Por videoconferência*.) – ... de fornecer um produto que chegue em condições compatíveis de qualidade e também com um compromisso social muito grande.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, o líder Ivor Vicentini, representante da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

Achei importante ele ter fortalecido a retomada do diálogo com o Governo Lula. Ele disse que foi muito importante. Só pediu que haja mais rapidez devido à situação do setor. E também demonstrou uma grande preocupação com o fato de ter aumentado a importação de parte das grandes empresas. Esses ganharam dinheiro, nos Governos passados, e a agricultura familiar foi a grande prejudicada, tanto que os números mostram isso aí: 50% dos produtores de leite da agricultura familiar abandonaram o campo nos tempos que passaram. Agora essa retomada tem que ser rápida.

Meus cumprimentos, Ivor.

Agora, nós vamos aqui para os nossos convidados e convidadas presenciais. De imediato, eu passo a palavra para Ceres Hadich, membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Líder, a palavra é sua, Dra. Ceres.

O SR. CERES HADICH (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paulo Paim, primeiro, quero agradecer pelo seu mandato, que é muito representativo e popular. Este é um desafio, a gente estar debatendo este tema tão importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tão caro para a sociedade brasileira que é o tema da produção de alimentos e o desafio do combate à fome.

As pautas que você tem puxado, aqui no Senado, são de extrema sensibilidade social e, ainda que o ambiente seja bastante difícil para a gente se colocar e ficar tranquilo, fora esta sineta aí que toca no horário do tempo, a gente se sente muito acolhido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas lembra sempre que ela toca nos dez, daí você sabe que tem mais cinco ainda. (*Risos.*)

O SR. CERES HADICH – É, mas ela dá um susto na gente! (*Risos.*)

Mas é bom para ver se está todo mundo acordado!

Então, agradeço por essa sensibilidade da pauta em si, porque esse tema é extremamente relevante e precisa, de fato, ser combatido e visibilizado.

Hoje, no Brasil, a gente conta com mais de 1,2 milhão de propriedades que são produtoras de leite, que produzem mais de 70 milhões de litros de leite por dia, considerando que 89% dessas propriedades correspondem à agricultura familiar, com áreas entre 5ha e 100ha. Então, queria, primeiro, chamar atenção a esse aspecto, quando a gente fala na produção de leite, porque ela tem uma capilaridade e um impacto, realmente, bastante direto sobre a agricultura de base familiar e camponesa.

Eu sou assentada no Estado do Paraná e, inclusive, o clima de hoje, aqui em Brasília, está me remetendo muito à nossa região, imaginando aqueles e aquelas que acordaram, às 4h, às 5h da manhã, para tirar o leite. A gente sabe como, de fato, a vida no campo e essa vida dedicada à atividade leiteira nos exige bastante sacrifício. Então, a sensibilidade também voltada àqueles e àquelas que fazem esse esforço diário queria refletir aqui nesta minha fala. E espero poder representar todos aqueles e aquelas que fazem da atividade leiteira o seu ganha-pão.

O nosso Estado do Paraná é o terceiro maior produtor de leite do Brasil e produz, aproximadamente, 11 milhões de litros de leite por dia, sendo que 86% dessa produção vem da agricultura familiar. Como um exemplo dos nossos estados produtores de leite, como já foi dito aqui, essa é uma atividade que chega a todo o Brasil, mas, só no Estado do Paraná, há 160 indústrias de laticínio, considerando-se que em torno de 110 indústrias têm inspeção federal e as demais têm inspeção estadual e municipal. Então, de fato, é uma atividade que consegue chegar à ampla maioria dos municípios da nossa região centro-sul e à vários municípios no Brasil.

Essa cadeia produtiva do leite, que tem um grande envolvimento da agricultura familiar, impulsiona a economia local, em diversos municípios do nosso país, envolvendo e gerando diversos empregos diretos e indiretos, desde a indústria ao comércio. Quero dar o exemplo de um laticínio, do ponto de vista da dimensão dessa cadeia, bastante pequeno, mas que, para nós, dentro do Movimento Sem Terra, tem uma importância extremamente grande, que é o nosso laticínio da Copran.

O nosso companheiro fez a propaganda dos lácteos do Rio Grande e eu também queria falar da importância que tem a nossa cooperativa e os alimentos Campo Vivo para nós. É uma cooperativa que fica no norte do Paraná, em Arapongas. No Estado do Paraná, dentro da reforma agrária, é a nossa maior cooperativa e, hoje, processa cerca de 40 mil litros de leite por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia. É um impacto pequeno do ponto de vista do tamanho da atividade leiteira no Brasil, mas veja que uma agroindústria com esse porte gera ao redor de 150 empregos diretos e indiretos, e muitos deles advindos do próprio assentamento. Então, isto é relevante quando a gente pensa a capilaridade e a importância que essa cadeia têm para nós.

Neste momento, como várias falas que me antecederam já disseram, a agricultura familiar e as pequenas indústrias de lácteos estão pedindo socorro, porque, de fato, é uma crise isso que está acontecendo no setor. Nos últimos meses, essas fortes quedas de preço do leite pago ao produtor, considerando que o custo de produção tem aumentado, têm feito esses produtores trabalharem com prejuízo na atividade. A gente diria, popularmente, que estão acabando com o cheque do leite. Esse é um dito muito popular para nós quando a gente quer dizer que está gravíssima a situação. A gente fala "agora, acabou com o cheque do leite", e, literalmente, infelizmente, essa é a realidade que boa parte dos nossos produtores, hoje, no Brasil, tem passado.

Se a gente for analisar o mercado do leite, a gente está sofrendo efetivamente com esse grande volume de leite importado. Fazendo um comparativo entre o ano passado, de 2022, quando foi importado 1,3 bilhão de litros de leite, só no primeiro semestre de 2023 já importamos 1,1 bilhão de litros. Isto é 308% a mais, se a gente comparar o primeiro semestre do ano passado com o primeiro semestre deste ano de 2023.

Então, o que significa para nós, hoje, defender a soberania e a produção do leite no nosso país? Significa, fundamentalmente, a gente defender um sistema agroalimentar que está lastreado pelo protagonismo, como eu disse inicialmente, das pessoas e do trabalho familiar, que envolve toda a família, e, portanto, identifica nessa prática a defesa da agricultura familiar camponesa, a criação de postos de trabalhos e uma possibilidade de remuneração e de envolvimento da juventude que justifique, inclusive, a permanência não só das famílias camponesas, dos pais, das pessoas com mais idade, mas, sobretudo, da juventude nessa atividade agrícola.

Defender uma sucessão familiar. Então, a gente fala muito sobre o envelhecimento e sobre o êxodo da juventude em relação ao campo, mas a gente criar, efetivamente, condições de trabalho e cadeias produtivas que envolvam a renda e que permitam esse envolvimento da renda para a juventude é fundamental.

Defender também o associativismo e o cooperativismo como ferramentas econômicas fundamentais para a organização da cadeia do leite. Especialmente se a gente está falando em algo que é extremamente relevante para a agricultura familiar e camponesa, a cooperação e o associativismo cumprem um papel fundamental nesse sentido.

A Cleonice já falou, e outros também, do papel que esse tipo de organização social cumpre também no fortalecimento da justiça social no campo. Então, o leite, a remuneração, a agregação de valor, o cooperativismo são elementos que podem contribuir na construção efetiva da justiça social no campo.

Defender também a produção leiteira hoje no nosso país é resistir à ofensiva e ao avanço da monocultura, não só da monocultura da soja, mas das monoculturas, sobre os territórios de agricultura familiar. Isso tem uma relação direta hoje com a devastação das áreas de reserva legal, de APPs. Proteger, portanto, os nossos territórios da devastação ambiental e do aumento do uso de agrotóxicos é também proteger o meio ambiente. A gente sabe a diferença que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre uma área de produção de leite que utiliza muito menos agrotóxicos, que devasta muito menos os territórios, em detrimento do avanço da monocultura, especialmente para a produção de *commodities* no nosso país. Portanto, também a gente defender a produção leiteira é apostar no fortalecimento do desenvolvimento regional, das economias locais; para muitos municípios no país – é claro que, em especial, massivamente nesta região nossa, o Centro-Sul, mas a cadeia leiteira alcança todos os estados do Brasil –, para muitos municípios do nosso interior, essa é a principal atividade econômica. Portanto, a gente defender a produção leiteira é uma política de descentralizar e de desconcentrar a riqueza a partir da produção agrícola.

Efetivamente, como algumas sugestões – e muitas delas já foram colocadas aqui nas falas que me antecederam –, gostaria de reforçar: o que é que a gente pode fazer para a gente defender e fortalecer a produção leiteira, então? É lógico que a gente precisa, permanentemente – acho que essa é uma pauta que nos unifica – avançar na qualificação tecnológica, na qualificação dos manejos; portanto, avançar no fortalecimento da pesquisa, da extensão rural e, efetivamente, da qualidade dos processos que a gente desenvolve na produção leiteira. Mas isso em si não se explica, só a gente apostar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CERES HADICH – ... no tema da produção e da "tecnificação". O que a gente vivenciou no último período, com um amplo e crescente – e uma tendência que segue – abandono da atividade leiteira dos agricultores familiares, é bastante grave e nos chama atenção. Esse abandono ocorre, é claro, a despeito do esforço e do apoio da assistência técnica, das cooperativas ou dos órgãos oficiais de acompanhamento, o que significa que as soluções não são somente de ordem tecnológica, ainda que isso seja importante, mas elas são também posturas políticas. Então, os riscos da desestruturação na cadeia do leite e a saída para isso estão fundamentalmente na política, estão no Estado brasileiro, na postura que, fundamentalmente, o Governo Federal e os governos estaduais têm ou deixam de ter em relação à defesa da cadeia do leite. É importante a gente destacar que é impossível que os nossos agricultores, as nossas cooperativas resistam simplesmente à mercê das regras de mercado e da política comercial ditada pelas grandes empresas, e muitas delas, como já foi também colocado aqui, são empresas de caráter transnacional, portanto é uma guerra desproporcional; é muito difícil que as nossas cooperativas resistam sem o apoio estatal.

A gente aprendeu ao longo do tempo que a estruturação da produção de alimento se faz com o mercado garantido. Por isso, de fato, a gente tem muita esperança com a recomposição do Governo Federal, das políticas de segurança, de soberania alimentar, que garantam um preço remunerador e uma logística que fortaleça o mercado da produção de alimentos. E, ademais, a gente defender a cadeia do leite hoje, no Brasil, é a gente pensar como parte de uma política de construção da nossa segurança, soberania alimentar e nutricional.

Diante disso, como propostas bastante concretas, e entendemos que podem ser ações tomadas, assumidas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e por todos aqueles e aquelas que defendem a nossa segurança e soberania alimentar, há algumas ações importantes que devem ser tomadas para fortalecer o setor leiteiro. Bom, primeiro, essa moratória em relação às importações, até que a gente volte a regular o mercado. Há estudos bastante sérios nessa área do leite que afirmam que toda a crise do leite deriva de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de importação descontrolado. Então, mais uma vez o que a gente está vivendo é isso, um processo de importação descontrolado que vem causando um impacto direto e uma crise sobre o setor leiteiro. Outro aspecto, a taxação de leite e derivados que entram via Mercosul. Também há o aumento da rastreabilidade com foco em ver a origem do produto, não só do ponto de vista do monitoramento com fins econômicos, mas também com relação aos fins do controle da qualidade. Incentivar e propor campanhas para incentivar o consumo dos leites e dos derivados. Outra ação importante para incentivar e conservar o setor seria de fiscalizar a entrada de leites e queijo para evitar a entrada de produtos clandestinos. Para além da importação dita legal, também há um avanço evidente da entrada de produtos clandestinos, especialmente nas divisas secas entre a Argentina e o Uruguai. Fomentar a atividade do leite com assistência técnica, com projetos, com as Ematers nos estados e as entidades afins, para que a gente possa avançar na qualificação da nossa produção. E garantir a compra imediata, organizada, regulada pela Conab para que a gente possa, além de garantir a segurança desse mercado, regular preço, proteger e regular estoque. Então, a Conab pode e deve cumprir com o papel fundamental nessa perspectiva.

Por fim e diante do desafio que nós temos no Brasil, que nos toca com muita responsabilidade, aquilo que o nosso Presidente sempre tem nos chamado atenção, do desafio de a gente fortalecer a luta no combate à fome, promover a justiça social, diminuir as desigualdades e reconstruir o Brasil. Esses, que são desafios estratégicos hoje para nós no nosso país, não são menores quando a gente olha para o tema da cadeia do leite. Ao contrário, a gente pensar sobre a cadeia do leite e pensar que ela impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros e brasileiras é a gente pensar também sobre passos para a gente construir a nossa soberania popular, a nossa soberania alimentar. E por isso é tão importante, gostaria de reforçar aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CERES HADICH – ... e agradecer esse momento para a gente dar visibilidade a esse tema e também ao debate em torno da questão do leite e a relação direta que ele tem com a nossa economia, com a nossa produção e com a nossa soberania popular alimentar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ceres Hadich, membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que lembrou aqui a força do meio ambiente a partir desse olhar da bacia leiteira naturalmente; a riqueza também do olhar, não a riqueza só para os grandes, a riqueza de se olhar para os pequenos; e a preocupação com uma importação descontrolada.

Eu vou pedir que todos que deixaram contribuições de propostas que fiquem à disposição, naturalmente, porque está também em vídeo, da secretaria dos trabalhos, que depois troca informações com os órgãos de Governo.

Passo a palavra agora, por videoconferência ainda, ao líder Rui Valença, Diretor-Executivo da Contraf Brasil, Coordenador da Regional Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O SR. RUI ALBERTO VALENÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Muito obrigado, Senador Paim. A gente sabe do seu compromisso com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura familiar, da sua trajetória em defesa dos pequenos. E, mais uma vez, nós estamos numa luta muito importante para nós, os agricultores familiares e as agricultoras familiares, que é essa crise instalada na produção de leite aqui no nosso país.

Eu vou aqui... Eu tinha até preparado alguns dados, mas esses dados de certa forma já foram apresentados pelas pessoas que me antecederam com muita propriedade, com os quais a gente comunga aqui, como confederação, a nossa Contraf, com quase 100% deles aí. Então, eu acho que isso já facilita a minha fala aqui, me ajuda para nós falarmos.

Eu quero cumprimentar, então, também aqui todas as pessoas que estão participando de forma virtual, a nossa companheira da Fetraf Rio Grande do Sul, a Cleonice; o Ivor; as cooperativas, que são lutadores também; o pessoal do MST; e também as pessoas que estão presentes aí.

Dessa crise já foi falado aqui, mas nós temos também como Contraf, como Fetraf, toda a segurança hoje de afirmar que são alguns fatores importantes que geraram essa crise, que são causadores dela, mas também podemos dizer que o principal fator, para não dizer o único, nunca é um único fator, é, sim, o desequilíbrio na importação de leite neste ano de 2023. Nós tivemos um aumento muito grande na importação de leite. No primeiro semestre de 2022, comparado com o primeiro semestre de 2023, saindo de um aumento de 8 mil, 9 mil toneladas de leite importadas só da Argentina, para 51 mil toneladas, e um aumento de 6% a mais, são 16 vezes praticamente, então, é um aumento muito grande, porque nós temos uma condição de preço lá no país nosso vizinho que hoje é muito melhor.

E aí um fenômeno que acontece. Há algum tempo, a gente ouvia falar que as indústrias estavam importando leite da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, que são os nossos principais fornecedores de leite aqui do Mercosul para o Brasil, nesta ordem: Argentina, Uruguai e Paraguai. Mas, neste momento, não é só a indústria, o supermercado está indo buscar, as grandes redes de supermercados estão indo buscar leite em pó na Argentina. Então, isso é uma questão que nos preocupa muito. E as consequências disso são que isso já é uma crise, há muito tempo, e que vem se agravando, e parece que, se nós não tivermos uma solução urgente, vai ser um marco histórico o ano de 2023 para a produção de leite na agricultura familiar no Brasil, um marco histórico negativo, o ano que mais vai diminuir os produtores de leite da agricultura familiar.

Nos últimos anos, de 2015, temos um dado da Emater aqui de que nós já perdemos mais de 40 mil agricultores familiares que produzem leite no Rio Grande do Sul, e, neste ano, a estimativa é de que nós chegaremos a mais de 20 mil, só em 2023, se nós não conseguirmos reverter esta situação. Mas para nós da Contraf e da Fetraf já faz uns 90 dias que nós estamos trabalhando e estamos preocupados com isso, e já se fizeram várias tentativas de negociação com o Governo, várias audiências com o Ministro da Agricultura, o Sr. Carlos Fávaro, com o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Na semana passada, estivemos também com o nosso Ministro da Fazenda, o Fernando Haddad, apresentando a nossa pauta. Então, é só para dizer que a nossa pauta é a nossa preocupação e o que nós achamos que é importante.

Uma delas era a revogação daquelas resoluções lá do ano passado, que diminuíam em torno de 10% a taxação dos produtos de leite, que eram da Câmara e Comércio Exterior, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gecex, a 353 e a 383, que a gente conseguiu. Então, o Governo nos atendeu, isso foi importante, e acho que ajudam um pouco aqui.

Um outro ponto que nós precisamos aqui é o quê? Regulamentar toda a questão da fiscalização da Lei 9.013, de 2017, que trabalha a questão da reidratação do leite, do leite em pó que vem dos outros países, porque no Brasil, na verdade, é proibido tanto o leite em pó como o soro de leite em pó, o soro desidratado. É proibida a reidratação, só sendo permitida em questões extraordinárias, de crises humanitárias, de fome, algo assim. Então, não é o caso e, neste momento, se tem uma suspeita muito grande de que isso está acontecendo. Precisamos, então, também intensificar essa fiscalização sobre esse ponto, aumentar a fiscalização e punir as empresas.

Hoje também se ouvem algumas informações desencontradas, mas isso quem deve fazer é o Ministério da Agricultura, sobre a qualidade do leite que está entrando no nosso país. Nós precisamos, então, que essas duas fiscalizações sejam muito intensificadas: da reidratação, tanto do leite em pó como do soro em pó, e também da fiscalização e da qualidade do leite em pó.

Aí tem algumas questões que nós achamos que precisam ser urgentes, que são de segurança, para nós continuarmos sobrevivendo. Uma delas, sim, da Conab e o Governo fazerem uma compra institucional do leite da agricultura familiar para, como se diz, esvaziar o tarro de leite, que está derramando. O nosso tarro de leite, aqui no Brasil, está derramando porque está vindo muito leite de fora. Então, quando o Governo entra, quando a Conab entra, comprando, o anúncio dos R$200 milhões é importante, sim, e nos dá um alívio não se sabe exatamente por quanto tempo.

Uma outra questão é que, por se tratar de um produto tão importante para a alimentação das pessoas, tão importante para a segurança alimentar do nosso país e tão importante para a renda dos agricultores familiares de boa parte do país, nós desenvolvemos, precisamos criar uma política que garanta um preço mínimo, levando em consideração os custos de produção da agricultura familiar. Isso é importante, é fundamental que nós tenhamos, então, uma questão de como regulamentar o preço.

Uma outra medida que nós estamos pedindo – e que o Governo ainda não nos deu nenhuma resposta – é a de que nós precisamos de um valor de subvenção, como já foi feito no passado para outras categorias, foi feito para os caminhoneiros, foi feito para o pessoal que trabalha com táxi e outras mais. Eu acho que todas elas justas e importantes, mas nós estamos pedindo que, para a agricultura familiar, o Governo precisa arrumar um recurso para fazer uma subvenção direta no valor de R$0,30 por litro de leite produzido para a agricultura familiar pelos próximos três meses, para nós equilibramos a nossa conta, equilibrarmos o nosso caixa, porque hoje os agricultores estão vendendo leite, em muitas situações, a menos de R$1,70 ou R$1,65. Por isso, sem dúvida alguma, a conta não fecha.

Então, para esses casos, esses agricultores, nós precisamos socorrê-los, porque eles simplesmente não têm como continuar produzindo, chegando ao caso em que muitos agricultores, ainda grandes empresas estão deixando de recolher o leite neste momento.

E aí precisamos, então, ter toda uma política de produção de leite, reestruturar toda a nossa cadeia produtiva de leite, olhando para as nossas cooperativas, as cooperativas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura familiar, as cooperativas dos assentamentos e as cooperativas, de uma forma geral, aqui do país.

Outra questão que nós estamos trabalhando e que nós achamos que é importante é que nós precisamos dar um fôlego, além da subvenção, nas dívidas que os agricultores têm – a dívida de custeio, de investimento – relacionadas à atividade leiteira. Mais grave ainda que isso – obviamente que a gente fala de onde nós estamos, da nossa cadeia, do local geográfico em que a gente vive, não é? –, no Rio Grande do Sul, nós saímos de três anos de seca, de três anos de estiagem, quando a produção de leite foi muito prejudicada também, aumentando os custos da produção, com baixa produção. Quando teve um preço um pouquinho melhor, em torno de um ano atrás, o agricultor não tinha leite; agora que tem leite, o preço está muito ruim. Então, a conta também não fecha, e também as dívidas estão aí para serem pagas.

Bom, já foi comentado aqui que é muito importante a questão de um programa de assistência técnica exclusivo, voltado para a produção do leite, não é? Isso está dentro de algum projeto que nós entendemos de reestruturação, uma reestruturação muito profunda para a cadeia leiteira no nosso país.

Então, essas são as medidas que nós entendemos que são importantes. Acho que não preciso ficar repetindo aqui alguns dados que já foram dados. O Governo tomou algumas medidas importantes, sim, como essa da compra do leite, que a gente espera que agora se concretize no próximo período, alterou aquelas resoluções, a 353 e a 383, porém, na nossa avaliação, ainda não temos clareza suficiente de quanto vai ser o impacto disso. Porém podemos afirmar algumas questões. Por exemplo, não se mexe no principal volume que é importado da Argentina, do Uruguai. Hoje 80% do leite que é importado da Argentina vem na forma de pó, de leite em pó, leite desidratado. Então, essas medidas não alteram, não mexem na taxa de importação do leite em pó. Em torno de 18% é de queijo, que vem da Argentina, do Uruguai, em que também não se mexe. Mexe-se em algumas questões, eu até eu anotei aqui: óleo butírico, pasta mofada (azul), queijo *roquefort*, alguns iogurtes, queijo superior a 46% e inferior a 55% de umidade. Então, nesses produtos se passou da taxa de 10,8% para 14,4%, porém nós temos quase certeza de que essa medida não terá nenhum impacto mais significativo, porque são volumes muito pequenos, e o grande volume, como eu falei, é o queijo e o leite em pó.

Diante dessa situação, mais uma vez digo que nós estamos numa situação quase que desespero dos agricultores, em função de que todo dia 15, quando vai chegar o dia do pagamento do preço, é uma surpresa, com o pessoal querendo saber: vai baixar quanto? Será que vai abaixar? Quanto que vai abaixar? Essa é angústia que os nossos agricultores vivem durante o mês todo, hoje, para saber.

Então, essas medidas que nós apresentamos junto com as nossas cooperativas que estão sendo construídas entendemos que são fundamentais para socorrer os agricultores neste primeiro momento. Bom, primeiro, nós temos que salvar os nossos agricultores, eu costumo dizer que tem que continuar sobrevivendo com o produtor de leite. Em um segundo momento, que não é muito longe, nós precisamos debater uma reestruturação da política leiteira no nosso país, da cadeia leiteira. Foi-nos dito tanto pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que nós teremos, então, um grupo estudos que fará essa nova proposição, essa nova reorganização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que nós, da Contraf, estamos dispostos, temos propostas e acreditamos que é uma saída importante, sim, porém, temos que, neste primeiro momento, botar um oxigênio, botar sangue na veia dos nossos agricultores para eles sobreviverem, porque não adianta nós termos um plano muito bom de produção de leite para daqui seis meses, daqui um ano, se não tivermos mais agricultores ou muito poucos.

Então, eu agradeço ao Senador e o parabenizo pela iniciativa. É importantíssimo este momento e este debate. São vários os debates que nós estamos fazendo, e acreditamos, sim, que, com a nossa capacidade e a sensibilidade do Senado, a sensibilidade do Governo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda, nós vamos encontrar uma solução para salvar os nossos agricultores.

Agradeço por esta oportunidade. Fico muito feliz quando o Senador nos convida para uma audiência pública tão importante como esta, com um assunto tão importante, um tema tão importante.

Estamos à disposição, então, da parceria, vamos dizer assim, do nosso Senador, que sempre nos ajudou muito e que, com certeza, vai continuar junto, de braços dados, em mais esta frente.

Obrigado e estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns, Rui Valença, da Direção Executiva da Contraf-Brasil, Coordenador da Região Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que demonstrou o amplo diálogo que vem travando junto ao Governo pela Contraf e outras tantas entidades.

Lembrou aqui o leite em pó, o queijo, mas a palavra-chave é salvar o produtor de leite neste momento, que foi aquilo que nós ouvimos de quase todos que aqui usaram a palavra. Que a cadeia leiteira saia fortalecida e será fortalecida por tudo o que ouvimos aqui.

Você colocou muito bem, agora, Rui Valença, pela forma como vocês vêm dialogando com o Governo do Presidente Lula. Muito diálogo, muito diálogo, para avançarmos.

Muito bem, agora o último painelista, que vai encerrar essa fala direta dos convidados, vai ser o Sr. Milton José Fornazieri, que é Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Por favor, Dr. Milton.

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim, nosso conterrâneo. É da região da Grande Canoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Grande Canoas. Eu gostei.

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – Isso, da Grande Canoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a Grande Ponto Alegre. Ele: "Não, tem a grande Canoas também".

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – ... da qual eu faço parte. Sou assentado, no Rio Grande do Sul, em Nova Santa Rita. Por isso que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ali do lado – ali do lado. É a Grande Canoas mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – Principalmente, Paim, acho que é importante, sim, discutirmos a cadeia do leite e a crise que a gente está vivendo. E nós do MDA temos dialogado muito, tentando encontrar saídas, dentro do Governo, para a gente solucionar os problemas que esta crise está causando.

Eu quero, primeiro, destacar um elemento central: toda crise a gente não a resolve com uma única saída. A gente precisa de várias delas e a gente precisa ter saídas não com um ministério ou dois. Tem que ser encontrada essa saída como uma saída de Governo ou uma saída de Estado. E, muitas vezes, as saídas que a gente tem que encontrar também envolvem os entes federativos – estados e municípios – dentro dessa construção de se encontrar uma saída.

Um segundo ponto que queria destacar, entendendo a crise: em toda crise, tem gente que ganha dinheiro com a crise, que lucra em cima disso e muita gente que se dá mal, que quebra, que desaparece, muitas vezes, da atividade produtiva. E nós do MDA estamos muito preocupados, sim, com dois segmentos que eu acho que são os dois mais frágeis dentro da cadeia do leite: o primeiro são os produtores, os pequenos produtores ou os microprodutores de leite, aqueles lá que têm 50 litros, 100 litros de leite por dia e que, a cada crise que aparece, vão desaparecendo dentro do mercado.

E, pior do que isso, nessa condição – e o Ministro Paulo tem nos alertado em cima disso –, muitos produtores de leite que perdem seu cheque – não é, Ceres? – não vão para outra atividade. Eles vão para o CadÚnico, para o Bolsa Família. E isso é extremamente grave, principalmente quando nós temos, como agricultura familiar, como Governo, a superação da fome no Brasil de mais de 33 milhões de pessoas, que não comem direito ou sentem a fome presente nas suas famílias todos os dias.

Então, esse elemento que é importante destacar.

E o segundo cuidado que nós temos que ter dentro dessa preocupação é com as pequenas cooperativas que fazem o trabalho pesado do dia a dia, que é o recolhimento do leite lá da ponta. E nós sabemos que as grandes empresas, que ganham dinheiro com a crise atual, não têm interesse de pegar o leite lá do produtor mais de longe, que está lá no final da linha, para recolher esse leite. E essas cooperativas, então, essas pequenas cooperativas da agricultura familiar têm nos preocupado e há necessidade de as mantermos em pé.

O terceiro ponto que eu queria destacar, Senador Paim, é que, trabalhando com a preocupação de superar os problemas, a gente ataca, muitas vezes – e, realmente, esse deve ser o grande problema –, a importação, e todo mundo aponta para isso, mas nós também temos que recordar que, dos últimos seis, sete anos para cá, a agricultura familiar, a produção do pequeno lá do campo foi desassistida. E nós precisamos retomar aquelas políticas públicas que a gente tinha no passado e que foram se perdendo uma atrás da outra. Já recuperamos algumas que são importantes, como a Mônica colocou, das compras públicas, do PAA, através da Conab. A Conab, vindo para o MDA, tem essa preocupação de a gente cuidar melhor do estoque regulador do Brasil, mas nós temos que recuperar outras políticas que foram esquecidas durante esses sete anos. E, aí, a Ceres faz bem, retrata ou puxa alguns elementos importantes.

Nós temos que retomar – e estamos retomando – a questão da assistência técnica. Sem ela, não basta ter um Plano Safra, um grande Plano Safra, porque a gente precisa, sim, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de orientação, de reorientação, de construção da técnica, cada vez mais necessária no campo, principalmente quando não se tinha nada até o final do ano passado.

Uma segunda questão é a importância do crédito. Hoje, a gente não consegue produzir nada se não tiver crédito. E aí, em cima disso, nós temos que ter duas preocupações: uma nós alcançamos com o Plano Safra, colocando dentro da cadeia do leite, dentro da agropecuária a disponibilidade de, realmente, ter crédito disponível para a função; e a outra é uma preocupação, que já foi colocada aqui pelos nossos companheiros, nos estados, que cuidam disso, com a renegociação de quem está endividado. Não adianta a gente ter recurso, crédito disponível, orçamento disponível, se a gente não tem esse acesso. Por isso, então, nós estamos preocupados também com esses números de agricultores endividados, principalmente quando tem outras causas também, problemas ambientais, estiagem, que ajudam a trabalhar nessa situação.

E, para o momento atual, eu creio que nós estamos fazendo algumas coisas, mas precisamos, quem sabe, ter uma rapidez maior, uma efetividade para a gente poder trabalhar. Primeiro é no campo, eu acho, do Mercosul. Eu creio que o Mdic está cuidando bem, tentando, na medida em que as leis e os tratados permitem, ajudar nesse processo, mas acho que é importante a gente poder ampliar um pouco esse debate para ver se a gente consegue dar algum passo à frente nessa situação. Por isso, acho que o Congresso, o Senado, Paim, têm uma tarefa importante para a gente poder aumentar esse debate e ver se tem alguma brecha que nos permita avançar nesse sentido.

No campo da fiscalização, eu creio que o Mapa está muito atento a esse problema. É necessário, sim, a gente poder saber que tipo de leite que está entrando aqui, que bagunça, que atrapalha a nossa cadeia produtiva do leite, e também ver se esse leite realmente é bom. Então, o Mapa, com o Ministro Fávaro, está se preocupando com essa situação de a gente poder fiscalizar as nossas fronteiras, saber que leite vem para cá e saber quem está importando o leite. E, como o nosso camarada Rui falou, além de quem, dentro do setor, ganha dinheiro com a crise, existe, então, grandes redes de supermercados que estou importando e colocando esse produto para dentro, diretamente dentro dos mercados. E se realmente isso é legal, se isso realmente está dentro das normas de incentivo... Então, é um elemento que se precisa trabalhar bem na questão da fiscalização.

Um terceiro ponto é o campo das compras institucionais – retomando aqui aquilo que a Mônica colocou –, é importante, sim, a gente disponibilizar esses R$200 milhões, essa junção entre Mapa e MDA para a compra de leite via Conab. Estamos vendo qual que é o melhor desenho, qual que é a melhor modalidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – ... que a gente vai utilizando para essa atividade, para fazer com que esse recurso possa chegar, não somente na cooperativa da agricultura familiar que vai acessá-lo, mas também que possa ser passado para o agricultor lá na ponta.

Um terceiro... um segundo ponto dentro do campo das compras institucionais: o Ministro Paulo tem mantido um diálogo constante e solicitando que, principalmente o MEC, possa orientar, através do Pnae, a compra dos produtos derivados de leite para o programa. Além de ser gostoso, que a gente pudesse deslocar, direcionar produtos nessa operação. E também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do PAA, a compra institucional, podemos fazer com que as nossas forças armadas, hospitais federais e universidades também direcionem uma compra maior, dentro do possível, para os produtos lácteos que vêm da agricultura familiar.

Porém, nós temos que utilizar a crise para a gente olhar e tentar construir um programa de fortalecimento da cadeia do leite. Está aqui meu diretor também, Eduardo Pagot, que está com essa missão, juntamente com a secretaria e com o ministério, de a gente poder discutir um programa, propostas, para a gente poder ir melhorando ou recuperando um pouco o poder produtivo do leite, da cadeia. Não dá para, no tamanho e na qualidade da terra que a gente tem, a gente perder competitividade, o nosso leite ser mais caro de ser produzido do que nossos vizinhos ou de outras regiões para chegar até aqui. Mas isso, a gente só consegue trabalhar ou baixar esse custo se a gente puder investir ou direcionar ações lá no campo para o produtor, garantindo que ele fique na atividade produtiva.

Por isso, o ministério criou um grupo de trabalho e com convidados, principalmente do setor que cuida do leite, como cooperativas, associações de produtores, movimentos sociais, para discutir e encontrar saídas dentro desse campo. E eu acho que ele tem que acontecer em cima de duas ou três ações principais.

Primeiro, é garantir que o custo de produção baixe – como a gente poder produzir com um litro de leite possa ser baixado através desse custo.

Segundo, é trabalharmos no melhoramento genético, ter as nossas vacas sendo mais produtivas por unidade, por cabeça das nossas vacas. E aí a gente precisa botar a Embrapa, botar centros de pesquisas e assistência técnica para ter o melhoramento genético do nosso rebanho.

Por último, é necessário, sim, nós olharmos para as cooperativas do leite, as pequenas cooperativas que fazem esse trabalho de recolhimento do leite, para não deixar que elas desapareçam, porque se elas desaparecerem, com certeza os mais pequenos do campo, da cadeia do leite vão desaparecer sozinhos nesse sentido.

Aqui foram levantadas algumas ideias que eu acho que é importante a gente destacar nos meus dois minutos que faltam, Senador, e a gente poderia ir incorporando dentro do nosso debate. A necessidade – quem sabe? – de construir um preço mínimo do leite, eu acho que isso nós temos que aprofundar, acho que a gente tem – não é, Mônica? – dentro da preocupação de algumas cadeias, garantir um preço mínimo. Quem sabe a gente poça construir dentro da cadeia do leite, como a gente faz em algumas outras cadeias, quando a gente estabelece um preço mínimo para não sobrar para o agricultor a conta maior?

A segunda questão que foi tratada aqui, e a gente ouve muito, é essa subvenção, esse bônus do leite em cima de cada litro adquirido do agricultor familiar. Esse tem um custo alto, tem um custo alto, um preço que a gente precisa calcular muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – ... mas é uma ferramenta que, em alguns casos, se torna necessária. E essas discussões a gente está discutindo dentro desse grupo de trabalho para ver se a gente consegue sair da crise, para a gente poder ter, então, uma saída concreta nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante destacar: se a crise hoje, gente, é uma crise de quem produz, amanhã a gente tem uma crise de abastecimento, e aí a população paga por isso, se a gente não conseguir resolver os problemas nesse sentido ou nessa direção.

O Ministro Paulo está muito preocupado com isso; todo dia nos cobra saídas. Vamos ver que nesse conjunto de saídas a gente possa, sim, dar a força que o pequeno agricultor, que o agricultor familiar, que as cooperativas nossas precisam para continuar firmes e fortes na atividade leiteira no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sr. Milton José Fornazieri, Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Falou muito das recomendações do Ministro Paulo Teixeira, que foi Parlamentar comigo aqui, no Congresso. Falou também sobre o combate à fome. Mais de 30 milhões de pessoas passam fome; insuficiência alimentar, mais de 100 milhões. Enfim, fez considerações rápidas de dois ou três encaminhamentos que ele entende fundamentais, que já ficaram registrados.

Nesse momento, nós vamos fazer o seguinte encaminhamento, considerando que já são 11h20: chegaram algumas perguntas do e-Cidadania. Eu vou ler as perguntas, e aqueles que quiserem responder e que estão presentes aqui poderão responder. Ou, senão, usam os seus três minutos para as considerações finais.

Eu vou passar a palavra para os que estão presentes. Os que o fizeram de forma virtual, por videoconferência, já deram a sua contribuição durante 15 minutos. Todos falaram por 15 minutos, e ficou muito bem registrados aqui, para reflexão de todos nós, os encaminhamentos.

Então, eu vou ler as perguntas. É de ofício aqui, da Comissão, ler sempre todas as perguntas, não importa se alguém goste ou não goste. A gente lê todas, porque assim é a democracia.

Vamos lá às perguntas.

De Assumirian Lúcia, do Rio de Janeiro: "A pandemia foi realmente o único motivo do retorno do Brasil ao mapa da fome? Existe política pública de fomento à agricultura familiar?". São duas perguntas.

De Valdemagno Torres, de Pernambuco: "Como o país com o maior rebanho bovino comercial do mundo ainda tem crise com o leite?". É a terceira pergunta.

De Pedro Alves, do Rio de Janeiro: "Como o incentivo fiscal, em direção ao mercado interno, aos grandes produtores, pode impactar a produção agrícola familiar?".

De Francielle Arisa, de Minas Gerais: "Atualmente o produtor desiste pelos impostos excessivos e retorno muito pequeno na hora de vender o leite, como podemos mudar isso?".

De Doris Andrade, do Paraná: "Quais os reflexos que a crise do leite pode causar ou está causando na execução do [...] [Programa Nacional de Alimentação Escolar]?".

Só mais duas:

De Eduardo Witter, de Goiás: "[...] A pauta de alimentos transgênicos seria algo a ser levado em conta para combater a fome?" Colocou em forma de pergunta.

De Osmanir Antônio, do Rio de Janeiro: "O aumento das importações ocorre pela diminuição da oferta em virtude do preço [...] [ínfimo] pago ao produto brasileiro?".

Muito bem, vamos voltar, então, aos nossos convidados aqui, na Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos novamente com a Mônica.

Pode ser, Mônica?

A SRA. MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a Mônica é a primeira a falar.

Mônica Avelar Antunes Netto, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda.

Fique bem à vontade. Você tem três minutos.

A SRA. MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO (Para expor.) – Eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite, que tem sido um grande parceiro do Ministério da Fazenda.

Quero reforçar também que o Ministério da Fazenda, em especial a Secretaria de Política Econômica, segue aberta aos diálogos para construir soluções conjuntas com o Legislativo, com os movimentos sociais e com os problemas do nosso país. Como ministério meio, o papel que nos cabe é apoiar e viabilizar as medidas do Governo que vêm buscando mitigar e combater as dificuldades enfrentadas pelo setor leiteiro.

Quero também reforçar aqui o nosso apoio e a colaboração às medidas adotadas pelo Mdic e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A Dra. Mônica é rápida. (*Palmas.*)

Muito bem, Dra. Mônica.

Obrigado pela contribuição.

Heloisa Pereira, que é Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais da Câmara de Comércio Exterior, do Mdic.

Por favor, por três minutos, para responder às perguntas – há um monte de pergunta – e ainda para as suas considerações finais.

A SRA. HELOISA PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu vou responder a uma pergunta do Osmanir Antônio, do Rio de Janeiro, que é referente às competências da Camex. Ele pergunta se o aumento das importações ocorre pela diminuição da oferta em virtude do preço ínfimo pago ao produto brasileiro. Na verdade, é um ciclo. O aumento das importações é motivado por vários fatores. Vários desses fatores foram mencionados hoje nesta reunião. Pode ser que haja estímulos nos outros países, que favorecem que essas importações cheguem aqui, ao Brasil, a um preço muito baixo e também é relacionado a esse preço baixo que o produtor nacional recebe, ele tem um desincentivo a vender. Então, como ele não atende à demanda nacional por leite, essa demanda é atendida pelos produtos importados.

E aqui as minhas considerações finais. Ficou claro o recado e o que é importante neste momento. Existem os fatores emergenciais, o que tem que ser feito nesse momento, e o que é estruturante e que pode ser pensado.

Do ponto de vista da Camex e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio exterior, aqui fica o compromisso de passar para as autoridades competentes. A Camex é o órgão finalístico; então, tem todos os membros da Camex – o MDA é membro, a Fazenda é membro, o Mdic é membro. Esses órgãos são responsáveis por implementarem aqui tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão de se tem espaço ali dentro das regras do Mercosul que podem ser trabalhadas neste momento, como aumentar a fiscalização para garantir que as regras sejam cumpridas e as importações tenham a origem garantida, e tem essa questão da triangulação. Então, são questões que aparentemente parecem que podem ser resolvidas ali pelos técnicos desses ministérios e o compromisso da Camex é que essas questões vão ser levadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOISA PEREIRA – Reitero aqui a importância desta audiência pública para que os órgãos públicos, em especial a Camex, tenham acesso a essa informação direta do setor.

Muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Heloísa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais da Câmara de Comércio Exterior do Mdic, presença confirmada que falou muito aqui da Camex, o que me lembra o meu amigo Jorge Viana, o grande Jorge Viana. Jorge Viana me fez um convite muito carinhoso para acompanhá-lo em uma viagem à África. Eu só não fui por um motivo de coluna e porque nesse período nós estaremos debatendo aqui e provavelmente votando a política de cotas. É fundamental para o país, e eu sou Relator. Então, fica aqui o meu abraço, Jorge. Lamentei não poder tê-lo acompanhado.

Ceres Hadich, membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

O SR. CERES HADICH (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu queria agradecer a participação de todos e todas.

Eu fico me lembrando lá, no nosso assentamento: é legal saber que essas pessoas existem mesmo, sabe? Eu sei porque tem gente nossa que depois de tirar o leite, de trabalhar na roça, chega uma hora que tem vizinhas minhas lá que falam: "Não, eu gosto de assistir, eu gosto de ouvir". A gente se sente representado mesmo por debates sérios, importantes e quando a gente vê a participação popular efetiva, assim, é um comprometimento de saber que a gente precisa, cada vez mais, fortalecer esses espaços de diálogo com a sociedade.

Sem a pretensão de responder aqui, eu acho que o que eu queria trazer aqui, como aspectos gerais, dialoga com pelo menos cinco das sete questões diretamente que foram apontadas aqui. Eu acho, primeiro, que esse diálogo é fundamental, porque essa forma também de debate, de audiência pública, é uma forma da gente fortalecer e fazer a luta política. Então, visibilizar, como a gente diz lá no interior, trazer para o limpo e movimentar a sociedade em torno desse debate é fundamental. É extraordinária essa iniciativa – quero, mais uma vez, reforçar.

A questão da crise do leite não é uma questão dos produtores, não é um problema de quem está lá no campo, de quem está produzindo leite, ou das cooperativas, ou das agroindústrias, ou do próprio Governo somente; ela é uma questão que deve ser trazida, portanto, ao debate de todo o povo brasileiro. Assim como é a questão ambiental, assim como são a questão indígena e a agrária, ela não é uma questão restrita ao campo, porque ela impacta direta ou indiretamente todos e todas nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto que eu queria reforçar aqui é essa questão de como a gente pensa estruturalmente esse debate acerca do combate à fome. Então, quais são as bases para a construção de uma política e de um programa de soberania alimentar no nosso país? Não se explica – não se explica, Senador – como até hoje a gente enfrenta a fome no nosso país. O nosso país – e a gente está em pleno século XXI – é um país extremamente rico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CERES HADICH – ... continental, que produz, que tem produtividade, que tem tecnologia, que tem força de trabalho, que tem diversos biomas e que tem condição real para a gente produzir alimento no nosso país. Então, é um tema muito caro para nós, brasileiros e brasileiras, a gente ter essa contradição naquilo que é um PIB altamente importante e que equilibra a nossa balança comercial, mas que não está efetiva e diretamente ligado à produção de alimento.

Então, vejam: a fome no Brasil não é falta de condição objetiva para que ela acabe, nem tampouco de tecnologia; a fome é um projeto político daqueles que dominam – então, a gente precisa falar sobre isso – e é um sintoma, fundamentalmente, de uma crise estrutural que emerge de inúmeras injustiças sociais que envolvem o nosso país.

Então, hoje, a gente precisa falar sobre a fome, sobre a questão agrária, sobre a absurda concentração fundiária e de renda que a gente tem no nosso país, sobre essa lógica agroexportadora, que já leva mais de 500 anos, uma lógica escravocrata, elitista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CERES HADICH – ... e da monocultura, essa lógica de um país desindustrializado.

O senhor disse que não é da roça, mas entende muito bem desse tema do trabalho, do operariado no Brasil, da crise que a gente vive, do desafio que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu venho lá do Rio Grande do Sul e lhe confesso que, nas minhas férias do colégio, eu ia para as colônias lá, com meus amiguinhos, e via a realidade, fiquei com aquilo gravado.

Primeiro, um agradecimento a eles. Hoje, todos são jovens, inclusive eu.

O SR. CERES HADICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calcule há quantos anos eu estou contando essa história.

Mas eu vi muito bem a realidade lá, e, depois, convivendo também com a minha primeira suplente, que é a Cleonice, ela me deu a oportunidade de eu ver como é hoje ainda o trabalho lá na colônia.

O SR. CERES HADICH – Exatamente.

Mas V. Exa., como um operário, entende também como o tema da desindustrialização no nosso país impacta a nossa sociedade como um todo. Então, essa falta de emprego e renda gerada disso é também uma consequência grave.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CERES HADICH – Há a ausência do Estado pensando políticas públicas estruturantes para a proteção dessa produção também.

Então, a gente pensar a fome, pensar superar a fome exige a gente pensar um projeto popular e soberano para o país, que, evidentemente, é uma construção de médio e de longo prazos, mas é preciso construir as bases desde então.

E, por fim, é o imediato. A gente não pode ficar falando só de médio e de longo prazos e de projetos, sendo que a gente precisa resolver questões urgentes, questões emergenciais. O que a gente pode fazer para já, para hoje, para esta semana? O leite é uma atividade diária, é um alimento extremamente perecível. Então, é um tema extremamente sensível. A fome também é uma questão diária. Como diz a campanha, "quem tem fome tem pressa".

Então, que bom que a gente tenha, de fato, novamente um governo, um Estado que é comprometido com essas questões sociais, que é sensível às questões do povo. Mas como que a gente, efetivamente, imediatamente destaca políticas públicas emergenciais, seja por meio da Conab, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, para a gente dar proteção e vazão ao preço, ao estoque do leite produzido no Brasil e mata a fome do nosso povo brasileiro? A gente tem mecanismos para isso, não precisamos inventar a roda. A gente tem o PA, tem o Pnae e tem outras políticas públicas que podem nos ajudar nisso. Isso é urgente e necessário.

Nós sabemos que não falta comprometimento do senhor, desta Casa, do nosso Presidente e de todos que estão envolvidos nos ministérios. Então, é fundamental a gente dar vazão imediata a essas questões que são latentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Ceres Hadich, membra da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Dei uns minutinhos a mais e darei a todos, se assim entenderem necessário.

Agora, Milton José Fornazieri, de Santa Rita.

Eu moro a dez minutos de carro de Santa Rita a Canoas.

Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Um belo trabalho que tem ali os assentados. Foi dali que veio o Edegar, que veio o Adãozinho, o Marcon e você, naturalmente.

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI (Para expor.) – Com certeza.

Muito bem.

Primeiro, Paim, quero agradecer o espaço e acho que temos que aumentar o debate, a discussão, e envolver novos atores dentro dessa construção de a gente poder sair com propostas concretas e encaminhamentos rápidos, para a gente superar essa crise do leite e garantir que o nosso produtor de leite possa continuar no campo, principalmente os mais pequenos, e que as nossas cooperativas que fazem o trabalho lá na ponta também possam se viabilizar economicamente e continuar com o seu trabalho.

Eu só queria responder rapidamente aqui à Doris. Eu queria também responder à Lúcia, mas eu acho que a Ceres respondeu um pouco aquilo que eu queria falar, mas a Doris coloca um pouco sobre essa questão do impacto no programa de alimentação escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, eu creio que não está impactando ainda não, porque está com um excesso de produtos no mercado e mantém um preço abaixo dentro do mercado em si, mas, se a crise perdurar, se nós não conseguirmos encontrar uma saída concreta para isso, com certeza, sim, amanhã – e, quando dizemos amanhã, é no próximo ano, nos próximos meses –, essa crise pode causar, sim, um problema de abastecimento e um problema de elevação dos produtos lácteos, dos derivados de leite, para a alimentação escolar.

Você sabe que um dos principais produtos que vai na mesa das nossas escolas são derivados de leite. É o que as nossas crianças mais gostam e é mais fácil também de fazer e de preparar. Então, acho que temos que ter esse cuidado de nós resolvermos aqui, porque, senão, a gente vai criando novos problemas, novas crises, porque a cadeia do leite está presente no dia a dia do povo brasileiro e no dia a dia também das nossas instituições.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON JOSÉ FORNAZIERI – Portanto, cuidar dessa crise agora é evitar crises maiores no futuro, principalmente dentro do campo de um desabastecimento. Nem sempre o mercado externo resolve. Resolve quando tem interesse econômico e dá lucro. Quando não tiver, a gente pode ter consequências graves nesse sentido.

Por isso, então, eu creio que... Principalmente agradecendo também as reflexões que vieram dos nossos companheiros nos estados, principalmente do Estado do Rio Grande do Sul, que colocaram bem viva a situação, tanto o Deputado Zé Nunes como os nossos coordenadores de movimentos sindicais, que colocam essa preocupação, e nós, como Governo, temos, sim, que estar atentos, estar juntos nessa preocupação e achar uma saída para a cadeia do leite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Milton José Fornazieri, Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Perguntei a alguns dos que entraram virtualmente se queriam usar três minutos, em nome de todos, mas me parece que todos já se sentiram liberados.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Rui Alberto, três minutos para fazer a saudação de encaminhamento final.

O SR. RUI ALBERTO VALENÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Paim.

Vou tentar falar nos três minutos aqui.

Acho que nós precisamos combinar duas ações muito importantes aqui na cadeia leiteira, e esse é o desafio para o futuro.

O primeiro deles é discutirmos, sim, o modelo de produção que nós temos hoje, que é um modelo de produção com custo de produção muito alto.

Os dados nos mostram que, para ter competitividade internacional, hoje, nós temos que produzir leite em torno de US$0,27 ou em torno de R$1,81. Quem está produzindo a mais que isso, de fato, perde competitividade no mercado internacional. Então, nós precisamos olhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Esse custo e esse modelo de produção de leite, hoje, no Brasil, se demonstram inadequados e pouco competitivos. Essa é uma situação para a qual precisamos olhar.

Outra situação que precisamos olhar, de fato, é a questão da proteção de alguns setores sensíveis quando se trata dos blocos econômicos. No caso do Mercosul, os setores sensíveis para nós, de fato, são a agricultura familiar, a produção do leite e a cadeia do leite. E, aqui, nós estamos vivendo também uma contradição muito grande: muitos setores da economia brasileira, muitos setores produtivos, entre eles da agricultura e da própria cadeia do leite, algumas grandes cooperativas e indústrias sempre foram favoráveis ao tal do livre comércio, e agora, que a Argentina está com uma produção mais barata, estão reclamando. Então, aí tem uma contradição que nós precisamos discutir e precisamos resolver, mas olhar essa cadeia sensível do leite, dentro disso, é importante. Então, o custo de produção e as relações comerciais internacionais aí, olhando para isso.

E quero destacar, finalmente, a questão da urgência de nós socorrermos os agricultores, porque eu sempre brinco, quando a gente conversa, que a vaca, Senador – o senhor sabe muito bem disso, é conhecedor disso –, não dá para desligá-la, como faz a indústria. "Agora vamos desligar as vacas, vamos dar férias coletivas; daqui a um mês, quando a coisa baixar a poeira, a gente volta a produzir". Não tem como fazer isso com a produção do leite. Portanto, essa urgência reforço aqui.

E, no mais, quero agradecer, sim, esta atenção e parabenizar todas as pessoas que fizeram as suas falas aqui, as suas apresentações, todas elas com uma grande capacidade, com dados muito importantes. Mas mais importante de tudo: todas com um bom intuito de nós resolvermos esta situação, este momento difícil.

Obrigado, e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rui Valença, Diretor-Executivo da Contraf-Brasil, Coordenador da Regional Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que fez uma síntese deste evento.

Eu queria só dar um aviso aqui, antes de encerrar: no dia 1º de setembro, haverá uma audiência pública na Unipampa, Rio Grande do Sul, organizada pelos trabalhadores e trabalhadoras e universitários, enfim... É da universidade que está promovendo o evento.

Estão muito preocupados com a questão de Candiota, que é a usina do carvão, que está num período muito delicado. Eles estão preparando um projeto que chamam de Transição para Energia Limpa e, no dia 26 de setembro, então, aqui nesta Comissão, nós vamos debater esse tema que envolve, aí sim, a grande Bagé. Tu conheces bem, não é? Envolve toda a grande Bagé. São umas 20 cidades, no mínimo, que terão impacto, se não acharmos uma saída. E eles pediram para que eu apresentasse o projeto. Eu disse: "Olha, eu apresento, mediante uma série de debates que eu sei que vocês vão fazer".

Então, eles vão fazer isso na Unipampa. Depois, vamos fazer um aqui, no dia 29 de setembro e, uma vez deliberado, nós apresentamos o projeto, o que eu pretendo fazer junto com os outros dois Senadores, para que não seja uma questão partidarizada, mas que seja uma questão de interesse do Rio Grande, principalmente, dessa região.

Então, os três Senadores deverão assinar esse projeto. Eu já tenho uma cópia, claro, mas é importante que haja a discussão, lá na Unipampa, que vai ser no dia 26/09, e depois aqui também. Lá na Unipampa, vai ser no dia 1º de setembro e no dia 26 de setembro aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, numa audiência pública envolvendo, inclusive, setores do Governo, que serão convidados.

Eu não poderia deixar, no encerramento, de agradecer a todos – a todos mesmo – que participaram; mas quero agradecer ao Ministro Paulo Teixeira, porque é importante, numa audiência pública, que o Governo esteja representado. E o Governo Lula, nesse aspecto, não tem falhado. Sempre manda um representante.

Então, Ministro Paulo Teixeira, muito obrigado por ter mandado o Milton José Fornazieri, para participar deste debate.

Quero agradecer ao Ministro Fernando Haddad, pelo qual tenho também muito carinho, por ter mandado a Mônica Avelar Antunes Netto, para vir aqui representá-lo neste debate.

E agradecer também ao Ministro e Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que está aqui representado pela Sra. Heloisa Pereira – estou certo?

Eu tive a ousadia de falar da Apex, por causa do meu amigo Jorge Viana, que está lá, também, fazendo um belo trabalho.

Esta audiência pública cumpriu todos os seus objetivos, mas você não precisa falar, de novo... (*Risos.*)

... porque não representa ministério aqui ainda, mas representa a sociedade civil organizada.

Eu sou lá da caminhada de Ronda Alta, viu? Eu estava lá naquela noite, em Ronda Alta. Eu estava lá. Também, com a idade que eu estou, se eu for contar todas as histórias de que eu participei, eu não paro. E estava em Candiota, naquela greve de 12 dias.

Estavam morrendo trabalhadores e eu disse: "Para tudo aí".

Paramos doze dias – morrendo de acidente de trabalho – e, depois de 12 dias... Quero fazer uma homenagem aqui ao ex-esposo, se me permitirem, no encerramento, da nossa querida Presidenta Dilma. Foi o Carlos Araújo, que já faleceu. Ele estava lá comigo, em Candiota, durante 12 dias. Saímos de lá e ninguém mais morreu. Eu confesso que eu dizia: "Olha, quem entrar aí, estão morrendo... E, se entrar no meio da greve, pode morrer também". Não era nem uma fala indireta, mas sei que ninguém entrou. Não teve um trabalhador que entrou. E, depois de 12 dias, nós conseguimos.

Agora, liderados por forças vivas de toda a região, eles querem que a gente apresente esse projeto. Vamos apresentá-lo junto com os três Senadores, depois desse processo todo que vai acontecer. Oxalá a gente consiga! O projeto é belíssimo e trata também da agricultura familiar na região, que é muito forte, muito presente.

Meus amigos e minhas amigas, atingiu os nossos objetivos a nossa audiência pública de hoje. Audiência pública é isto: dar visibilidade para o tema e, ao mesmo tempo, é claro, pedir que os órgãos, principalmente de Governo, colaborem com os encaminhamentos que saem de reuniões como essa.

Muito obrigado a todos.

Abraço.

Está encerrada a audiência pública.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui. Os que estão à distância se sintam representados.

Estão encerrados os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Laércio Oliveira, Wilder Morais, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Luis Carlos Heinze, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª a 60ª reuniões anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5384, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 268, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 92 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre as informações do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com emenda nº 1-CDH. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2226, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tratar da reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência por empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área de transporte urbano." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, com a emenda nº 1-CDH. **ITEM 4 - Sugestão n° 6, de 2022 - Não Terminativo -** que: ""Reajusta as bolsas de incentivo à pesquisa e à formação dos professores"." **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pelo arquivamento da sugestão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão Legislativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2356, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, com as emendas nº 1, 2 e 3-CDH. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 247, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para disciplinar a acessibilidade nas plataformas de conteúdos audiovisuais por demanda e nas plataformas de distribuição de vídeo pela internet." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1729, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 64, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1217/2023, que "dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 66, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2023, que "institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família."" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com acréscimo dos nomes: a Senhora Cristiane Britto, Ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Senhora Valerie Huber, Fundadora e presidente do Instituto de Saúde da Mulher; a Doutora Angela Gandra, Jurista e advogada. Nomes incluídos pelo Senador Eduardo Girão. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 67, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1146/2023, que "proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental"." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS) e outros.. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 65, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as condições insalubres dos trabalhadores do setor bancário." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros.. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 14 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 68, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PL 1070/2023, que “altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas”." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 69, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei 10.639/03: Diversidade e Equidade na educação." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 70, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública conjunta com a CI e CMA para debater o PL 2788/2019 - Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 71, de 2023** que: "Requer a realização da audiência pública para debater "vinte anos do estatuto da pessoa idosa" - Lei 10.741/2003" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 72, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública para debater sobre "violência contra parlamentares"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns e Eduardo Girão e as Senadoras Damares Alves e Augusta Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. (*Fora do microfone* - Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima quinta a sexagésima reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram...)

... serão apenas lidas, a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Como o item nº 1 é de minha autoria e eu vou fazer a relatoria, eu convido o Senador Flávio Arns a presidir a Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5384, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputadas Maria do Rosário e Benedita da Silva e Deputado Damião Feliciano.

Concedo a palavra a V. Exa., para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, é com muita alegria que eu faço esse relatório, que tem tudo a ver com a minha história e a minha vida. Eu vou já comentando de forma resumida, depois entro no relatório.

O processo de ingresso de estudantes nas universidades e institutos federais é de que trata. A Lei de Cotas não perde a sua vigência, é revista de dez em dez anos. O projeto de lei faz a atualização dos órgãos encarregados pelo acompanhamento, pela avaliação das cotas, e aqui cito os respectivos ministérios. Prioridade de auxílio estudantil para alunos cotistas. Renda familiar *per capita*, que era de um salário mínimo, passa para 1,5 salário mínimo. A proposta amplia as ações afirmativas: uma das melhores inovações foi a inclusão da Lei de Cotas para quilombolas. O PL institui as vagas reservadas para subcota e o projeto ainda permite o uso de outros institutos.

Como o nosso relatório já está à disposição de todos, eu aqui, Senador Presidente Flávio Arns, vou ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.384, de 2020, de Maria do Rosário e da Relatora Dandara.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

Em discussão a matéria.

Não havendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Presidente, queria meu nome na lista, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Então, vistas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu vou ler o relatório. Eu vou ler o relatório antes, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Girão, esse debate do dia de hoje não é um projeto novo, é uma lei que existe já há dez anos, continua na existência. O que nós queremos aqui fazer é estabelecer uma atualização desse tema. Por isso que eu faço um apelo a V. Exa. Não é terminativo, vai passar por outras Comissões ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proporia, se a gente chegasse a um entendimento, como sempre fizemos aqui nesta Comissão – V. Exa. é testemunha disso, em cada oportunidade nós caminhamos para que todos pudessem expressar seu ponto de vista numa construção coletiva –, que nós pudéssemos votar, pela simbologia do dia de hoje, que é exatamente a data dos dez anos da política de cota.

Eu comentava antes com ele, e olhe que coincidência, o Senador Pedro Simon foi o maior defensor da política de cotas, hoje ele está visitando a Casa e vai estar inclusive no Plenário, à tarde, conosco.

Se V. Exa. entender...

Porque esta é a Comissão de Direitos Humanos, que olha o global; depois, vai ainda para a CCJ, onde terá lá o debate de mérito, e vai ainda para o Plenário.

Eu lembro ainda, Senador, que sobre este tema – se é constitucional ou não – houve um debate no Supremo Tribunal Federal, onde fui convidado para defender a política de cotas. E lá aprovamos e ela foi então considerada constitucional por unanimidade. Como é um ajuste na política de cotas que faremos neste momento, eu faço um apelo a V. Exa., como fiz para outros Senadores, que concordaram: que nós aqui a votaríamos, sem prejuízo nenhum do debate nas Comissões, na sequência.

Esse é o apelo que faço a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Meu querido amigo, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar quero manifestar o meu profundo respeito ao senhor, uma pessoa sempre muito sensível. Em alguns momentos, quando tivemos temas polêmicos de um lado e de outro, o senhor sempre foi um observador e respeitador do ponto de vista diferente. Faz parte. Nós estamos aqui no Congresso Nacional defendendo o ponto de vista da população. Eu particularmente gostaria de me aprofundar mais sobre o assunto, que eu sei que está indo para a CCJ e depois para o Plenário. Eu acho que não vai a outra Comissão – seriam CDH, CCJ e Plenário.

Confesso para o senhor que se, obviamente, de uma certa forma... Que o senhor me compreenda, pois estou aqui com pautas bem definidas, e essa é uma pauta que nós já debatemos no Ceará, participei de alguns debates. Esses ajustes, eu tenho certeza de que foram feitos para melhorar, para fazer um incremento nesse período histórico de dez anos, mas eu preciso analisar, eu preciso ter uma consciência maior sobre o que eu estou votando.

Então eu lhe peço assim, *data venia,* que a gente possa, numa próxima sessão... Eu me comprometo aqui a já estudar para, na próxima sessão, já ter um pouco mais de clareza. Essa semana foi muito puxada. Tivemos CPMI, está tendo CCJ agora. Então eu queria essa sua sensibilidade de sempre para, na próxima sessão, na próxima semana inclusive, a gente já votar. Sem problema nenhum, mas eu preciso entender no que é que eu estou votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Girão, quando nós procuramos manter na íntegra – está aqui, Presidente, inclusive a autora do projeto, a Deputada Maria do Rosário, e a Dandara – que foi a Relatora na Câmara, e só não está aqui hoje pelo problema de doença da mãe dela – fizeram um trabalho exaustivo: discutiram, conversaram com todo mundo, com todos os setores.

Para o senhor ter uma ideia, sabendo que a oposição lá na Câmara é uma oposição dura e forte, eles construíram um acordo nesse texto por unanimidade. Eu estava lá e eu vi. A Deputada poderá comentar, é claro. Eu sempre dei oportunidade para Deputados e Senadores comentarem. Foi por unanimidade esse texto. Esse texto que, se nós não votarmos, esta é a minha avaliação...

Conversei com o Ministério da Saúde e eles têm que regulamentar muita coisa para que essa modalidade, com os ajustes, entre em vigor a partir do ano que vem. Ora, nós sabemos que hoje estamos aqui, mas sabemos também que, na quarta-feira que vem, a Casa estará esvaziada – V. Exa. sabe, e eu também sei – e não teremos a oportunidade de votar. Se votássemos hoje, num acordo simbólico, para que, na outra quarta, daqui a 15 dias, ele estivesse lá na CCJ e a gente fizesse um debate lá, como poderíamos fazer...

Eu sempre procurei aqui, Senador Girão, atender com muito carinho as oposições. Deputada Maria do Rosário, sabe como é que funciona o encaminhamento – só para situar a todos – dos relatórios? Quem pede primeiro leva, inclusive, em projetos seus. Já aconteceu aqui, a Damares pediu e levou, outros levaram. Então, eu procuro ser o mais democrático possível, carinhoso, respeitoso com todos – com todos. Nunca houve nenhum fato aqui de desentendimento. O que eu estou apelando neste momento... Lembrei-me até do Simon, que casualmente vai estar no Plenário, hoje à tarde, ele foi um defensor... Lembro-me do dia, com uma certa emoção, o Senador Simon me liga e pergunta: "Paim, você já olhou bem a história da política de cota? O texto é muito bom, Senador. E ele disse: "Então saiba que eu vou defendê-lo", e o defendeu. E hoje ele vai estar aqui, eu até vou falar isso no Plenário.

Há momentos na vida em que uma decisão tem que ser de coração, de alma e de sentimento, eu aprendi isso na política. O dia que a gente perder o sentimento, a alma, o coração da política e ficar só na técnica, a gente não avança, por isso que eu gosto muito também dos poetas. E por isso que eu queria insistir com V. Exa., se não seria possível, com o compromisso nosso de debater exaustivamente nas outras Comissões e no Plenário, a gente simbolicamente... Porque esta é a Comissão de Direitos Humanos, e tem uma simbologia a Comissão de Direitos Humanos, nós vamos tratar aqui de negros, pardos, índios, quilombolas, pessoas com deficiência e de brancos e negros vulneráveis. Todos estão contemplados, porque esse é o escopo já do projeto original e ele foi mantido, foi até ampliado agora com os mais vulneráveis.

Se V. Exa. puder... Já construímos diversos acordos aqui, me lembro do ex-Líder do Governo – salário igual para homem e mulher – com quem fiz um acordo aqui, no Plenário. E ele disse: "Se é assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos, então, votar sem prejuízo do debate continuar ali na frente", e assim o fizemos, ele foi para o debate nas outras Comissões da mesma forma.

Eu tenho um carinho especial por esse tema, queria que vocês entendessem, porque é um tema que eu sofri e vivi desde que nasci. Vou contar um exemplo: no ginásio estadual noturno para trabalhadores, um professor que já faleceu, e não vou citar o nome dele, na sala de aula, ele me disse o seguinte: "Paim, você tem que entender que negro nasceu para arrancar paralelepípedo e vocês não vão passar disso". O que nos liberta disso? É a educação – é a educação! –, por isso que esse tema mexe com a...

Eu faço uma retrospectiva da minha vida, do passado ao presente, quando eu lembro que nós tínhamos então, 10% de negros e negras na universidade e, depois dessa política aprovada, há dez anos, nós aumentamos mais de 40%...

Então, ele é tão forte que, no meu pronunciamento, se V. Exa. permitir, eu o tenho aqui, eu só vou falar uma frase que eu fui buscar de um poeta, e ele diz o seguinte, Ernesto Sabato, um ícone dos direitos humanos, assim escreveu: "Há certos dias [como o dia de hoje] em que acordo [e foi assim que acordei] com uma esperança [...], momentos em que sinto que as possibilidades de uma vida mais humana estão ao alcance de nossas mãos. Hoje é um desses dias.

Essa é a abertura da minha fala aqui na Comissão.

Passei a noite, pensei, sonhei. Disseram-me que seria bom que eu falasse com o Magno Malta – que V. Exa. não teria problema, por isso que eu não falei –, essa foi a informação que eu recebi, mas a informação é uma informação, pode vir... Que V. Exa. não estaria criando obstáculo, desde que se preservasse o debate na sequência.

E assim eu fiz, Senador, por isso que eu estou aqui, de forma muito respeitosa e muito carinhosa também...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... fazendo esse apelo a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

Deixa eu fazer uma colocação, Senador Paulo Paim.

Eu reconsidero esse pedido de vista, não é uma questão de razão ou de coração. Nós estamos aqui para construir as melhores políticas públicas, e tem divergência, faz parte da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse assunto é um assunto que suscita alguns preceitos, e é importante a gente jogar luz e ver o que é que é melhor realmente. Se, de uma certa forma, existe... Eu, particularmente, defendo muito essa questão da cota social.

Agora, o senhor é uma pessoa que a gente tem um relacionamento muito bom, e sempre foi muito aberto, muito transparente, muito parceiro. É um direito regimental pedir vista, mas eu atenderei ao seu pedido, para que a gente possa votar hoje, só lhe faço um pedido especial – pegando a sua fala –, que a gente possa, na CCJ, pelo menos, nem que seja no dia da votação, fazer uma sessão importante de audiência pública com os colegas indicando os nomes para a gente fazer um debate como a Casa conhece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, eu já aceito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dar uma salva de palmas para todos nós, porque nós estamos construindo aqui... (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... saídas para o povo brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Volto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Vamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador. Você é muito gentil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Girão. Também quero dizer da importância do projeto, da importância do relatório e do que é necessário para o Brasil também.

Só vou interromper aqui para cumprimentar o Girão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório do Senador Paulo Paim, favorável ao projeto.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), favorável ao projeto.

Como mencionado várias vezes também durante o debate, a discussão, o projeto segue para análise da CCJ. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar também, que está aqui presente, a Deputada Maria do Rosário, uma das autoras do projeto de lei. Parabéns, seja sempre muito bem-vinda a esta Comissão e ao Senado.

Eu quero só lembrar também uma coisa, antes de retornar à Presidência para... A gente se agarra no microfone... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Já segue com os requerimentos que são meus...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, tem os requerimentos também? Então, está bom.

Eu só quero destacar o seguinte: aqui no Senado Federal, o Senador Paulo Paim havia apresentado já um projeto sobre esse mesmo tema, e havíamos designado a Senadora Leila Barros para ser a Relatora do projeto. E ela, inclusive, havia solicitado, e o requerimento havia sido aprovado, a realização de uma audiência pública de debate sobre o assunto.

Como este projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, e como dito pelo Senador Paulo Paim, fruto de um amplo entendimento ocorrido naquela Casa, o que é essencial na tramitação de um projeto de lei, aprovado por unanimidade também na Câmara dos Deputados, ele veio aqui para o Senado, e, naturalmente, o debate tem que acontecer, a gente sempre acha que isso é importante também, a oportunidade tem que ser dada. Por isso que o Senador Paulo Paim, conversando com a Senadora Leila Barros, falou: "umbilicalmente vinculado à área da questão de cotas, seja para pretos, negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, como um instrumento de promoção social essencial para o exercício da cidadania" – ele também está relatando esse projeto, já num entendimento aqui no Senado Federal preliminar.

Então, quero parabenizar o Senador Paulo Paim e a Deputada Maria do Rosário, transmitindo, Maria do Rosário, também os parabéns para a Deputada Benedita e para o Deputado Damião, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Dandara. A Relatora é a Dandara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E também para a Relatora. E quero dizer que vamos em frente.

Então, antes de devolver a Presidência, porque, senão, ele vai me chamar de novo aqui na frente, já é uma economia processual, vamos ao Requerimento nº 67, de 2023.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 67, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1146/2023, que "proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental".

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS) e outros.

Observações:

Lido o requerimento na 55ª Reunião, realizada no dia 16/08/2023; matéria aguarda a deliberação.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 68, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PL 1070/2023, que "altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requerimento também de autoria do Senador Paulo Paim, Senador, amigo e Líder Paulo Paim.

Está em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A V. Exa. concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Como V. Exa. fez uma leitura precisa do objetivo, eu só resumo aqui, para ganharmos tempo, que essa é uma demanda dos caminhoneiros – não as grandes companhias –, porque, infelizmente, as seguradoras não querem dar seguro para eles e não querem que eles façam um tipo de consórcio entre eles no caso de perder o caminhão, bater, enfim, um acidente grave, que eles possam, então, entre eles, dividir os gastos – também não querem isso.

Por isso é que eu falei no improviso, está tudo aqui, a justificativa. Nós vimos trabalhando nesse projeto há muitos anos. Temos esperança de que agora, no atual Governo, a gente consiga aprovar e regulamentar, só para garantir para o caminhoneiro mais pobre que ele possa fazer um seguro via uma cooperativa e eles dividirem os prejuízos que, porventura, venham a ter.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito importante.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 15 da pauta, do Senador Paulo Paim.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei 10.639/03: Diversidade e Equidade na educação.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Bem rápido, Senador Flávio Arns, a quem eu agradeço de pronto.

Permita que eu diga aqui, porque não vou dizer depois: é claro que eu estou ainda um pouco envolvido pela emoção, minha querida Senadora e todas as lideranças que estão aqui vivendo este momento histórico.

O Flávio Arns é um... (*Manifestação de emoção.*)

... Senador que faz a diferença.

Quando eu falei de hoje, pedi a ele se ele poderia estar aqui às 11h. Ele estava às 15 para as 11h. Ele sabia que seria um tema em que poderíamos ter problema na votação, mas ele sabe da grandeza também, Maria do Rosário, do projeto que você, a Dandara, a Benedita e tantos lá construíram. Nós não mexemos uma vírgula. Só queremos que entre em vigor a política de cotas atualizada.

E o Senador Flávio Arns, que perdeu um filho recentemente, tenho que dizer, disse: "Não, Paim, eu vou estar aí". E aqui está ele! Eu quero dar a ele uma salva de palmas. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Se ele não estivesse aqui, não tínhamos aprovado, viu? Escrevam também isso para a história.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se V. Exa. quer fazer alguma consideração em relação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês vão ver que é o mesmo tema, não é? Mas vamos em frente!

A educação para as relações étnico-raciais entrou de forma sistêmica na agenda do Poder Executivo em 2003, quando da promulgação da Lei 10.639, de 2003, que instituiu o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do país.

Em resumo, é discutir a 10.639... Deve ter um número aqui que não está correto, mas vamos aprofundar esse debate, Maria do Rosário.

Qual é o objetivo? É muito melhor eu ir no improviso do que eu ler aqui. Nós queremos que, em todas as escolas brasileiras, se discuta a participação de negros, de índios, de migrantes e imigrantes na formação do povo brasileiro. Isso porque, infelizmente, a lei é de 2003 e somente 20% dos municípios implantam efetivamente a lei. Já conversamos com uma série de ministérios sobre o tema; eles estão dispostos a fazer um grande trabalho – e farão, tenho certeza. Sei que você também é dessa área. Você foi Ministra dos Direitos Humanos, por isso que conhece o tema.

O objetivo é este: é aprofundar esse debate, o que deve terminar numa grande campanha, em nível nacional, para que todas as escolas do Brasil contem somente a verdade da participação dos negros, índios, migrantes, imigrantes na formação do povo brasileiro.

É isso, meu Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Eu ia dizer tudo de autoria do Paulo Paim... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que o dia hoje é de homenagem a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos ao Item 16.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública conjunta com a CI e CMA para debater o PL 2.788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Portanto, há cinco anos atrás.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – É isso, pessoal. Eu acho que o resumo é este: nas barragens que acabam explodindo, centenas de pessoas morrem neste país. Por isso que nós queremos fazer um debate no sentido de que eles sejam efetivamente compensados, sejam indenizados pelos crimes ambientais que outros cometem e eles que pagam a conta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito importante a iniciativa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao Item 17 da pauta.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização da audiência pública para debater "vinte anos do Estatuto da Pessoa Idosa" - Lei nº 10.741/2003

Autoria: Senador Paulo Paim.

Ressalto que é um dos instrumentos básicos para a pessoa idosa.

Com a palavra, V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu consultava o meu Presidente, porque ele trabalhou comigo. Em todos esses estatutos aqui, ele trabalhou junto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Eduardo Barbosa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, você; depois, o Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah não, eu. Está bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Este Senador, inclusive no da Pessoa com Deficiência, teve a mão dele desde o início ao fim, mas colaborou muito no do Idoso, no da Pessoa com Deficiência, no da Juventude e no da própria Igualdade Racial.

Neste caso aqui, eu reafirmava que Eduardo Barbosa, que faleceu agora, com sessenta e poucos anos, jovem, com 64 anos, viajou o Brasil para discutir esse estatuto, que aqui a gente lembrou agora.

Então, a gente quer fazer uma sessão para lembrar os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa. Naturalmente teremos, nessa oportunidade, um momento de fazer uma homenagem a ele também. Ele era muito, muito querido, ele e um outro Deputado, na época, chamado Brasil. Eu fui o autor, mas eles – na verdade, os dois – foram os Relatores. Eles foram de uma grandeza, Senadora – você que é a autora dessa política de cota –, que, em todos os lugares a que iam, eles diziam: "Olha, nós somos Relatores, construímos, mas o autor foi o Senador Paulo Paim.", como é o caso seu aqui hoje nesta mesa, por isso que vai usar a palavra no momento adequado.

É esse o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aproveitando as palavras do Senador Paulo Paim, eu só quero aqui de novo fazer uma grande homenagem ao Deputado Eduardo Barbosa, falecido na semana passada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas com energia positiva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... precocemente, com 64 anos de idade. Até ficou internado. Ninguém esperava que ele fosse ficar internado e também falecer.

Uma das coisas mais bonitas que eu considero na política é a gente se sentir representado. Eu sempre dizia assim, como pai de uma pessoa com deficiência, que faleceu na semana passada também: Olha, eu me sinto plenamente representado, entre outros, pelo Deputado Eduardo Barbosa – ele é de Minas Gerais e eu sou do Paraná –, porque eu, como pai, tinha absoluta convicção de que ele estava atento a tudo o que se referisse à pessoa com deficiência e faria o melhor de si para que essas pessoas fossem bem atendidas e exercessem a cidadania. Isso é interessante, porque eu sou do Paraná e ele era de Minas, mas continua sendo a referência em Minas. Eu dizia: Olha, eu me sinto representado... Não pelo dinheiro, como "Ah, mandou uma emenda e, por isso, vou apoiar." Não é isso. Isso não é política. Quer dizer, é uma troca por dinheiro. As emendas favorecem essa troca, infelizmente, na política. Mas é dizer assim: "Olha, por essa pessoa, em qualquer debate nesta área da educação, da assistência e da saúde, eu me sinto representado".

Então, nesse sentido, a lembrança do Senador Paulo Paim é importante, para que a gente faça essa declaração em público também, porque muita gente acompanha pelos meios de comunicação, para a gente pensar o que significa política e representação política, não partidária, política, a sintonia entre o eleitor e a pessoa.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento dos 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 18 da pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater sobre "violência contra parlamentares"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – São muitos casos, em todo o Brasil; no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, o mais recente foi em Pernambuco. E aqui, na Câmara dos Deputados, estão até processando-as – elas que sofrem violências, e eles tentam ainda processá-las.

Devido a isso, como é de forma recorrente, eu e o Senador Humberto Costa combinamos de fazer uma audiência conjunta para discutirmos a violência e as ameaças contra as Parlamentares, o que está acontecendo praticamente... não vou dizer em todos, mas na maioria dos estados deste país.

Não vou ter toda a justificativa, que está muito bem-feita.

Mas eu incluo aqui, inclusive, as Deputadas Federais que estão lá sofrendo um processo. Depois, vai-se falar um pouquinho sobre isso.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu já vou, na sequência, passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, que pode até fazer um apanhado – permite?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu só queria dizer que o tema da violência seja contra Parlamentar, seja contra outras pessoas é um dos temas que interessa à população brasileira, porque a gente tem que pensar em como construir a paz, a justiça. A violência contra alguém que não tem casa, que não tem comida, que não tem trabalho, que está morando na rua; tudo isso é violência. E como a gente pode construir uma sociedade de paz, que é fruto do esforço de todo mundo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência está exagerada, até diria, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. E as pessoas precisam se conscientizar do caminho do diálogo, do entendimento, da compreensão, da escuta. Por isso acontece muitas vezes tudo isso que acontece nas escolas também.

Então, como a gente pode pensar na construção da paz?

Há outro requerimento. (*Pausa.*)

Aqui, há um requerimento extrapauta de aditamento de nomes para uma audiência pública já aprovada nesta Comissão.

As pessoas que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

É um requerimento do Senador Eduardo Girão.

Como ele não está presente, foi também subscrito pelo Senador Paulo Paim.

É o Requerimento nº 82, de 2023, do Senador Eduardo Girão.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 66/2023-CDH sejam incluídos os seguintes convidados: a Sra. Cristiane Britto, ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Sra. Valerie Huber, fundadora e Presidente do Instituto de Saúde da Mulher; e a Dra. Angela Gandra, jurista e advogada.

Assinado, então, pelo Senador Eduardo Girão e subscrito pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

A informação que me é dada é de que o requerimento a que eu me referi – e disse que tinha sido aprovado – tinha sido lido, porém não aprovado.

Então, leio o Requerimento nº 66, de 2023.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 66, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2023, que "institui a Frente Parlamentar Mista do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família."

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Observações:

Lido o requerimento na 55ª Reunião, realizada no dia 16/08/2023; matéria aguarda a deliberação.

Então, eu coloco em votação esse requerimento e o Requerimento 82, lido, do Senador Eduardo Girão, que adita nomes para a realização dessa audiência.

Em discussão, então, novamente. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Antes de retornar a palavra ao Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu estou aqui engolindo as minhas emoções...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu passo a palavra também, para as suas considerações, à Deputada Maria do Rosário, autora do projeto, junto com a Deputada Benedita e o Deputado Damião. para que possa fazer um apanhado sobre como isso aconteceu na Câmara dos Deputados.

Com a palavra, então, e seja muito bem-vinda, sempre!

Já trabalhamos juntos. Na época, eu era Deputado, e V. Exa. era, inclusive, Presidente também de uma Comissão...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Da Comissão de Educação.

Então, estamos juntos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para expor.) – É um prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Flávio Arns, que preside neste momento a Comissão e que me oportuniza estar aqui ao lado do meu Senador – vou chamar assim também – Paulo Paim, Senador do Brasil, mas um Senador de que eu me orgulho, do Rio Grande do Sul também, que é o estado que eu também represento na Câmara dos Deputados.

E é sempre uma honra para nós do Parlamento, do Congresso Nacional, integrantes da Câmara dos Deputados, convivermos com V. Exas., que são Senadores da República, Senadoras, e que prestam um serviço inestimável ao Brasil e à democracia.

Eu quero agradecer por este momento em que o Parlamento e o espírito do Parlamento falou mais alto. É um momento singular de diálogo entre o Senador Paulo Paim, com a direção, a condução tranquila e firme do Senador Flávio Arns e o diálogo com o Senador Girão, em que a ideia de Parlamento falou mais alto, porque as posições diferentes foram abrandadas em nome do principal, que é o conteúdo da matéria.

Muitas vezes, no âmbito do Poder Judiciário, nós ouvimos pronunciamentos que dizem: "processo não tem capa". Isso tem um valor enorme para nós nas matérias legislativas como Deputados, Deputadas, Senadoras, Senadora Damares, a quem cumprimento. Cada um de nós, cada uma, a partir da perspectiva e da representação que realiza certamente deve ter aquilo que Norberto Bobbio nos coloca, que é a possibilidade, em determinado momentos, de parar diante da consciência do outro, ouvir o que o outro tem a dizer e poder concluir no sentido do acordo, da convergência de ideias, de metodologia e, como o Senador Flávio Arns trouxe aqui, da possibilidade da construção da paz. A paz não é etérea, não é filosoficamente só estabelecida; a paz é o concreto, algo vivo.

E eu ousaria dizer que me emocionei profundamente aqui com o Senador Paulo Paim, pela sua capacidade parlamentar tão fundamental ao Brasil, quando ele trouxe um elemento apresentado por Ernesto Sabato numa frase que, olhando para o Senador Girão, ele disse: "Há certos dias em que acordo com uma [enorme] esperança [...], momentos em que sinto que as possibilidades de uma vida humana estão ao alcance de nossas mãos. Hoje é um desses dias". E o Senador Paim, diante da história da sua vida, do relato que ele fez aqui da escola noturna, onde, tristemente, um educador lhe disse que quem nasceu negro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só vai arrancar paralelepípedo a vida toda.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... vai arrancar paralelepípedo a vida toda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria do Rosário...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... permita-me, até porque você também é professora. (*Fora do microfone.*)

Deu-se o impasse, eu era presidente da sala de aula, e chamaram a diretora – quero fazer uma homenagem aqui a todas as professoras e professores; nem todos pensavam como aquele cidadão, que já faleceu e não vou dizer o nome dele. Ela ouviu a história ali na sala e disse: "O Paim não vai sair da sala de aula, não. É mais fácil você sair, porque ele tem razão".

Então, uma salva de palmas a todas as educadoras, professoras, porque 90% delas pensam como você pensa. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então, Paim, eu lhe digo, meu Senador querido, que você, diante da opinião diferente do Senador Girão, não desistiu da esperança. Acordou de manhã, como Ernesto Sabato nos trouxe aqui, dizendo: "Há certos dias em que acordo com uma [enorme] esperança [...]". E não foi a dificuldade aqui apresentada que lhe tirou a esperança ou a força de lutar, da mesma forma como nunca faltou esperança certamente a cada criança, a cada jovem nas periferias deste Brasil, negros e negras, mas de um modo geral, porque esse projeto, construído a tantas mãos...

E eu homenageio Benedita da Silva; homenageio Damião Feliciano; homenageio Dandara, a Relatora (*Palmas.*) ; homenageio o Senador Paim, para dizer a vocês que esse projeto é justamente para que pais e mães saibam que o lugar da educação é, sim, o lugar dos seus filhos e filhas. E que, independentemente das dificuldades que ultrapassem, nós estamos aqui, como Estado brasileiro, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todas as instituições, para fazer com que esse pai e essa mãe, essa criança e esse jovem, a cada dia, não desistam das suas esperanças, não desistam de transformar suas vidas. A primeira centelha que há em um ser humano é justamente acreditar em si.

Talvez alguém, Paim, tenha passado por ti e tenha dito que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não vai passar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Mas estás aqui, como esses jovens estão nas universidades, nos institutos federais, mostrando com notas exemplares, sem faltar a um só dia de aula, com a dificuldade de pagar a tarifa do ônibus, que é cara, com a dificuldade de não ter assistência estudantil tantas vezes... E a Deputada Dandara corrige isso no relatório que V. Exa. abraça, porque agora, Senador Flávio Arns, quando nós votarmos essa lei, associada à Lei de Cotas, nós teremos aqui a assistência estudantil, já que não basta esse jovem que veio da escola pública exclusivamente ter a vaga; é preciso que ele tenha o apoio para a tarifa do ônibus, para a alimentação, para os livros, para a moradia estudantil. E isso está aqui escrito no relatório que a Deputada Dandara apresentou, tendo dialogado com a sociedade, e que hoje o Senador Paim abraça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto que eu quero dizer: a lei atual prevê um salário *per capita* de 1,5 salário mínimo. A lei que a Deputada Dandara propõe, eu vou dizer agora, junto com o Relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós todos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... Senador Paim, prevê aqui um corte um pouquinho maior: pessoas com até um salário mínimo *per capita* serão priorizadas, sem prejuízo das que tiverem um e meio, mas a prioridade é para quem tem até um salário mínimo *per capita*, porque é para tratar com aqueles jovens das famílias mais empobrecidas mesmo.

Outro aspecto sobre o qual dialogávamos com o Senador Paim ontem: 50% para os alunos das escolas públicas. Houve um tempo neste Brasil em que, para chegar à universidade pública, o aluno vinha da escola particular. A maioria dos alunos que passavam na UnB, na UFRGS, na universidade pública, tinham feito cursinhos e tinham feito seu ensino médio na escola particular. Hoje, 50% das vagas são para alunos que venham do ensino médio público. Ensino médio público e renda de até um salário mínimo *per capita* são a base desse projeto, que é de cotas sociais, raciais e étnico-raciais.

Unifica-se, portanto, um conjunto que sabe que o legado mais perverso da escravização humana sobre a qual a nossa geração... Nós que estamos aqui... Não se pode olhar para nós e dizer que nós somos os responsáveis diretos – nós não somos – por aquilo que se fez no Brasil Colônia, no Brasil Império, mas nós estamos aqui em Poderes, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, que, por mais de 70 ou 80 anos debateram a escravização humana como natural, algo que a análise dos nossos Parlamentos registra. Então, nós estamos agora tentando enfrentar chagas de um Brasil que ainda estão abertas. E como fechar essas chagas senão pela igualdade?

Olha, Senador Paim, eu me emocionei com o senhor, porque o senhor não perde a esperança e é bem o espelho fundamental das famílias, do povo brasileiro, de todo o povo brasileiro, todo, sobretudo do povo negro deste país, do povo indígena deste país, a quem não foi dado o direito de perder a esperança porque segue vivendo e enfrentando as dificuldades a cada dia. O senhor, na sua emoção, representou todas as mães negras deste Brasil, todas as mães de crianças nas periferias. E eu me senti representada, em que pese o senhor falar, porque a sua voz fala de dentro da sua pele, que é diferente da minha, mas eu falo de um lugar antirracista, e eu quero dizer isso ao senhor aqui, de uma professora que, na escola fundamental, certa vez, diante dos meus alunos também, recebi a seguinte orientação – e não vou citar de quem, mas que me tocou tristemente porque eu não quero ser assim –: "aqueles que não aprenderam até agora coloque sentados no fundo, porque eles já cresceram, eles não vão aprender". Eu olhei para aquela orientação que recebi lá no Morro da Cruz, minha terra, meu caminho, meu caminho no Partenon, meu caminho na cidade de Porto Alegre, onde eu piso e de onde eu sou para o mundo, eu existo para o mundo, e, eu lhe digo, como professora daquelas crianças, pensei: eu não quero ser essa professora. Eu quero ser uma professora que possa acreditar nos meus alunos, mesmo que para eles a idade esteja avançada e eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham crescido sem ler e escrever – eu era alfabetizadora, então –, eu quero ser uma professora que possa dizer que eles seguiram. Nem todos seguiram, certamente, muitos talvez a gente tenha perdido no caminho, mas eu acho que, com essa lei, nós estamos tentando oferecer caminhos de esperança para que todo mundo tenha oportunidades.

Senador Flávio Arns, quando as pessoas com deficiência estão aqui também e quando a gente pode dizer de um Brasil de oportunidades para quem nunca teve – teve ao longo dos últimos dez anos, mas agora terá de uma forma segura –, nós vamos fazer esse Brasil ser melhor para todo mundo, porque nós temos que parar de dividir o Brasil. Essa lei, que trata de oportunidades iguais, equânimes, que equilibra oportunidades, é uma lei para unir. E como o Brasil vai ser melhor se nós tivermos mais união, reconstrução e amor! Essa é uma lei sobre o amor ao povo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço aí a presença... Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está convocada para o debate que nós aprovamos aqui hoje lá na CCJ, como autora, você e a Dandara.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Dandara, maravilhosa. Um beijo, gente. Em meu nome, de Benedita, de Damião e da Câmara dos Deputados, que votou por unanimidade, como aqui hoje, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Maria do Rosário, a presença, as palavras; tudo muito importante.

Retorno a Presidência para V. Exa., Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, me informam aqui que a Secretária da Igualdade Racial do Estado do Ceará, Sra. Zelma Madeira, está presente. Queria dar uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Está aqui prestigiando este momento tão rico do nosso país.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 268, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 92 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre as informações do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Rejane Dias.

Relatoria: Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu passo diretamente à análise, onde colocamos que o projeto de lei atende às exigências legais e constitucionais e dizemos que a iniciativa é de relevante interesse, pois se dirige a causas difíceis e complexas, qual seja a qualidade dos dados que o Cadastro-Inclusão agrega, cuidando simultaneamente de sua confidencialidade e da empregabilidade das pessoas com deficiência.

Vêm de longa data os reclamos das empresas quanto à dificuldade de se cumprir o disposto no art. 93 da Lei 8.213, de 1991, que prevê a obrigação de as empresas contratarem certo percentual de pessoas com deficiência. Há as vagas, dizem as empresas, mas não se conhece o perfil dos potenciais candidatos a tais vagas. A proposição trata de possibilitar às empresas uma espécie de "busca ativa" de candidatos às vagas que devem preencher com pessoas com deficiência. A nós parece ser essa uma excelente ideia, ainda que possa apenas contribuir para a solução, e não resolver definitivamente o problema da empregabilidade das pessoas com deficiência, o que passa pela educação, da creche à pós-graduação, mas é passo bem andado nessa direção.

Voto.

Conforme as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 268, de 2020, com a seguinte emenda:

> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 268, de 2020, a seguinte redação, renumerando-se a seguir os demais artigos:
> "Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar conteúdos mínimos ao Cadastro-Inclusão, para assegurar a confidencialidade dos dados e para regular o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso ao Cadastro para fins de contratação de pessoas com deficiência e de pesquisa de dados."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1–CDH.

O projeto segue para a CCJ.

Eu queria, com muito carinho, registrar a presença do Moacyr, que, a meu convite, está aqui representando todas as centrais sindicais, mostrando que as centrais sindicais são totalmente favoráveis à política de cotas e ao combate ao racismo.

Quero também dizer que, além de você, Moacyr, estava também o Presidente da Pública. Cadê ele? (*Pausa.*)

É o Luís? (*Pausa.*)

O Sr. José Gomes. Eu não me lembro, de cabeça, de todos os presidentes de centrais. São 12 centrais, não é?

Então, eu estive lá esses dias, na Pública, fui muito bem recebido e fiz o convite – e eles me garantiram que estariam aqui, como estão presentes – aos dois presidentes: o Moacyr, de uma central; e você, de uma outra central, representando todos os trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado.

Uma salva de palmas pela presença de vocês aqui, neste momento, que é um dia histórico, em que o Senador Flávio Arns me deu o orgulho de presidir. (*Palmas.*)

Vamos para o item 3, Senador.

Projeto de Lei nº 22... (*Pausa.*)

Votei. Se eu não votei, vamos votar, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o projeto relatado pelo Senador Flávio Arns.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E eu dei, inclusive, o encaminhamento às devidas Comissões, mas sempre é bom, para não ter dúvida... Porque senão eu vou ver nos *Anais* e, se não estiver lá, a confusão está feita.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2226, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tratar da reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência por empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área de transporte urbano.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo na CTFC.

A relatoria é do Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo à análise novamente, Sr. Presidente, com a permissão.

Eu quero dizer que também este projeto de lei atende todas as exigências legais e constitucionais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi das mais alvissareiras leis criadas por este Congresso Nacional na última década. Afinal, ele tratou de assegurar a devida dignidade à pluralidade de pessoas com deficiência no País. E, entre a grande quantidade de direitos e garantias catalogados, o estatuto lembrou-se de se ocupar do direito ao transporte e à mobilidade. Em particular, em seu art. 51, dispôs que frotas de táxi e locadoras de veículos devem assegurar quantidade mínima de veículos adaptados ao uso pela pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, como se nota, o Estatuto da Pessoa com Deficiência é de 2015, e, desde então, profunda mudança tecnológica e comportamental varreu o mundo no que diz respeito à forma de se utilizar o transporte urbano. Em particular, houve grande ascensão no uso de aplicativos, que fazem intermediação entre o potencial passageiro e o motorista que oferece seu veículo para uso como transporte de aluguel. Assim, em que pese a mudança fática na realidade do uso do transporte, a lei continuou a albergar apenas a reserva dos táxis e das locadoras, sem incluir, portanto, os aplicativos de transporte.

Assim, como o direito sempre se amolda à realidade que o precede, é plenamente justificada a apresentação de projeto de lei que intencione assegurar a reserva de veículos acessíveis à pessoa com deficiência também quando da solicitação do serviço por plataforma eletrônica. Afinal, o direito universal à mobilidade não pode estar assegurado apenas em um dado tipo de serviço em detrimento de outro, ainda mais quando o serviço não albergado pela lei é de ampla utilização popular.

Não obstante, importante ressalva deve ser observada no inciso III do art. 51-A. Ao usar a expressão "motoristas parceiros", habitualmente usada pelas empresas de transporte de aplicativo como eufemismo para evidenciar não haver vínculo empregatício entre elas e os motoristas, o PL assume posição sobre o mérito da falta de vínculo empregatício, usando em lei expressão vaga e sem definição legal, e ainda poderá vir a conflitar com eventual regulamentação futura da matéria.

Dessa forma, encaminharemos voto pela aprovação do PL nº 2.226, de 2022, que trará maior inclusão e justiça social em benefício da pessoa com deficiência que tem sua mobilidade reduzida, com a emenda que apresenta.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.226, de 2022, com a seguinte emenda: "Dê-se ao inciso III, do art. 51-A, descrito no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.226, de 2022, a seguinte redação: III – realizar treinamento específico dos motoristas para atendimento de pessoas com deficiência."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

"Reajusta as bolsas de incentivo à pesquisa e à formação dos professores".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Relatoria, Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Novamente, Sr. Presidente, para evitar repetir que está de acordo com o que o Regimento, as leis e a Constituição determinam, esses aspectos estão supridos nessa sugestão legislativa.

Então, quanto ao mérito, é fato notório que bolsas federais para mestrandos, doutorandos e professores em capacitação encontravam-se defasadas à época do envio da ideia legislativa. A propósito, os baixos valores pagos pela Capes e pelo CNPq têm sido objeto de crítica da comunidade acadêmica e científica brasileira, vez que não atraem nem estimulam novos pesquisadores para a carreira.

Nesse sentido, é indiscutível que a remuneração digna para nossos pesquisadores é matéria prioritária no conjunto das políticas públicas, o que recomendaria o acatamento da sugestão em tela.

Entretanto, considerando que tanto a Capes quanto o CNPq são entidades do âmbito da administração federal, a imposição de reajuste das referidas bolsas há que ser deliberada pelo Poder Executivo, tendo em vista a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre assuntos típicos da administração.

Além disso, vale ressaltar que, no primeiro trimestre de 2023, o Poder Executivo Federal já providenciou reajustes nas bolsas de estudos e pesquisas, por meio da Portaria Capes nº 33, de 16 de fevereiro de 2023. Houve o reajuste tanto das bolsas de pós-graduação como das direcionadas aos programas de formação de professores, a exemplo do Pibid, do Parfor e da UAB (Universidade Aberta do Brasil). No caso do CNPq, o reajuste foi anunciado à imprensa recentemente, em 18 de julho de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, considerando as providências adotadas pelo Poder Executivo em 2023, parece-nos que a Sugestão nº 6, de 2022, perdeu o seu objeto.

Pelo exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão Legislativa nº 6, de 2022.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, que são duas questões aqui pelas quais nós não estamos atendendo, mas enaltecendo a iniciativa que foi apresentada, que é essencial. A primeira razão é no sentido de que isso é competência do Poder Executivo, não do Legislativo. E a segunda, que houve – se bem que é sempre insuficiente – um reajuste no início deste ano para os pesquisadores também da Capes, do CNPq, enfim, há uma política pública nesse sentido. Inclusive, na aprovação que nós fizemos no ano passado da legislação aqui no Congresso Nacional, entre os objetivos estava justamente a adequação dessas bolsas a que a sugestão legislativa se refere.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão pelo arquivamento da sugestão.

Senadora Damares, o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1217/2023, que "dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Lido o requerimento na 55ª Reunião, realizada no dia 16/08/2023; matéria aguarda a deliberação.

A autoria é da Senadora Mara Gabrilli e da Senadora Damares Alves, a quem eu concedo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, o requerimento já foi lido, é só a gente deliberar.

Para instruir um projeto de lei que está aqui, a gente precisa discutir sobre o que é o necessário discernimento para os atos da vida civil. E a gente está muito preocupada com o rótulo com relação às pessoas com doenças raras também. Já tem gente falando que não pode decidir porque tem uma doença rara, pessoas em plena capacidade, que podem contribuir muito com a sociedade ainda. E a gente está vendo uma série de ações de interdição no Poder Judiciário, o que nos preocupa muito.

Então, é para instruir o projeto, um debate amplo, que a gente vai fazer na Comissão, eu e a Senadora Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e CSP;

Em reunião realizada em 16/08/2023, foi lido o relatório, em seguida, concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Pergunto se tem algum Senador que quer se manifestar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é só por não estar presente nem o Relator, nem o autor. Isso é uma coisa inclusive que a gente precisava conversar, Presidente. Nós temos algumas matérias tão importantes aqui, que eu sei que os relatores têm pressa, mas estão presos em outros lugares. Eu acho que se a gente pudesse combinar com eles de leitura *ad hoc* de matérias... Por exemplo, tem um da Ana Paula, que é a pauta da vida dela: comida para mulheres vítimas de violência. E ela não consegue chegar aqui. Está com uma série de atividades. A gente poderia depois combinar com os relatores se eles permitem a gente fazer leituras *ad hoc* para ajudar na tramitação.

Agora, esse especificamente, do Otto Alencar e do Fabiano, nenhum dos dois estão aqui. Já foi lido, não sei se a gente coloca em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como já foi lido, não houve nenhuma emenda, nenhuma solicitação e já foi concedida vista coletiva, ele está apto à votação. Quer dizer, todos que quiseram se manifestar tiveram já a oportunidade. Se V. Exa. assim entender... Claro, eu digo assim porque, se pedirem verificação de quórum, já não bota. Mas se V. Exa...

Podem pedir verificação de quórum.

Se V. Exa. entende que sim, nós votamos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, *o.k.*

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – E, além de tudo, Sr, Presidente, quero sacar que, sempre que vem aqui para... Como foi dito no debate do projeto, do primeiro item da pauta, depois da CDH, ainda o projeto vai para outras Comissões também. E, então, nesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse segue para análise da CSP.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É; então...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Inclusive, hoje, Presidente, Senador Arns, eu conversei com o Senador Fabiano Contarato especialmente sobre esse projeto: a população LGBT em cárcere. É um assunto a que a gente precisa dar uma atenção.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como Ministra dos Direitos Humanos, esse foi um tema prioritário na nossa gestão, e nós temos um relatório da nossa gestão com um olhar atencioso a essa população que está no cárcere. Foi um relatório, inclusive, que o Ministro Barroso usou para substanciar, para justificar uma decisão dele – uma decisão do Barroso que foi modificada.

Então, um projeto de lei que aqui trata sobre os direitos, mas eu acho que, lá na Comissão... Falei com o Senador Contarato sobre a gente trazer esse relatório para uma discussão mais ampla, observando que não se está pedindo privilégio nenhum para a comunidade LGBT nesse projeto, apenas que a eles seja dada uma atenção, porque existe, realmente, muita, muita violência contra essa comunidade no cárcere.

Então, se não há nenhum óbito, a gente vota, e essa discussão específica de como isso vai se dar fica lá na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CDH.

O projeto segue para análise da CSP. (*Pausa.*)

Isso!

Temos aqui o Item 13, que é da Senadora Augusta Brito. Se a Senadora e o Senador concordam em subscrevê-lo, nós podemos botar em votação.

O.k? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passamos ao Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da nossa Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as condições insalubres dos trabalhadores do setor bancário.

Autoria: Senadora Augusta Brito e outros.

Aqui já ficaram claros os objetivos.

Se a Senadora e o Senador concordarem, nós podemos colocar em votação. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Agora temos aqui dois momentos.

É só leitura do expediente e, por dever de ofício, eu tenho que também registrar, porque fica nos anais da Casa, o meu pronunciamento em relação ao dia de hoje. Como não fiz na abertura, porque iniciou o debate e eu já tinha dado o meu parecer, eu farei uma rápida leitura do meu pronunciamento para que fique nos Anais da Casa.

Não vou ler todo o relatório, não. Todo o relatório é tudo isso aqui, e já apresentei uma síntese do que foi mudado. Então eu farei aqui uma leitura rápida, se assim vocês entenderem.

Eu dizia aqui antes, no debate ainda das cotas – e fiquem todos à vontade, viu? porque aqui estou cumprindo um protocolo – que, de fato, eu me socorri das palavras de Ernesto Sabato, um ícone dos direitos humanos, para abrir os trabalhos aqui sobre o debate das cotas.

Ele disse – e assim eu me senti nesta noite: "Há certos dias em que acordo com uma enorme esperança [...], momentos em que sinto que as possibilidades de uma vida mais humana estão ao alcance de nossas mãos. Hoje é um desses dias."

Depois, rapidamente, eu fiz uma retrospectiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me, como se fosse hoje, quando aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial, que as cotas estavam lá. Mas havia um debate sobre as cotas: se eram constitucionais ou não. Aí se chegou num entendimento de que o Supremo é que iria decidir, porque já havia um debate já lá.

E o Ministro Ricardo Lewandowski se propôs a ser o Relator, naquele momento, desse tema. E ele propôs um debate, numa audiência pública. Aí eu fui escolhido. Na época, eu era o único negro realmente que tinha aqui. E alguém: "Por que foi você?" Porque eu era o único negro que tinha naquele período aqui. Eu então fui escolhido para defender as cotas, em um debate coordenado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que até hoje lembra. O outro que foi contra não importa aqui citar. O importante é que houve esse debate no Supremo Tribunal Federal. Fomos felizes e, no debate, vencemos por unanimidade. As cotas, assim, foram consideradas constitucionais. Não houve um voto contra.

Nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 13 anos depois de o Estatuto ser aprovado, está para ser apreciado – e foi no dia de hoje – o Projeto de Lei nº 5.384, de 2020, que visa aprimorar as políticas de cotas, conhecida como política de cotas. Esse projeto tem um olhar a grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, brancos e negros pobres, alunos de escola pública e alunos de baixa renda – e ficou em até um salário mínimo a renda *per capita.*

O projeto foi aprovado na Câmara e a autoria é da Deputada Maria do Rosário, tendo sido lá relatado pela Deputada Dandara.

É com gratidão que menciono que o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Davi Alcolumbre, e o Presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns – viu, Flávio, não é porque você está aqui; estava escrito –, disseram que, se dependesse deles, eu seria o Relator desse tema. E assim foi feito. Todos apontaram nesse sentido.

Agradeço sinceramente por essa oportunidade, que tem a ver com a minha vida, com a minha história de menino negro que nasceu à beira do Rio Tega, lá em Caxias do Sul. É Rio Tega porque a água era preta, mas preta mesmo, escura, escura, escura, escura. E ali muitas vezes eu tive que pegar Mussum. Quem está ouvindo talvez saiba o que é Mussum.

Mussum é um peixe grande. Muitos pensam que é uma cobra, mas não é uma cobra. E, às vezes, eu ia pegar esse peixe. Se eu pudesse mostrar os meus pés aqui para vocês, eu tomaria essa liberdade, para verem que eu tenho um probleminha nas unhas dos pés. O culpado é o Rio Tega, lá de Caxias do Sul. Eu tinha que entrar naquelas águas poluídas para descobrir a toca do Mussum.

Olhem o que estou contando aqui. Se um dia essa história pegar, vão falar: "vocês falavam até disso lá".

Enfim, estou sorrindo porque estou alegre, claro, pela votação, Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que todos nós, movidos por muita fé e esperança, construímos um caminho para que haja igualdade de oportunidades. A inclusão social e econômica segue uma trajetória que transcende as divisões partidárias e ideológicas. A continuidade da inclusão daqueles que há muito tempo foram excluídos é urgente. Ao longo dos anos, temos testemunhado a verdadeira transformação trazida pela política de cotas.

Olhem, nós tínhamos 10% antes da política de cotas. Aumentamos mais 40%. Hoje, em torno de 50% de jovens, pardos, negros, deficientes, indígenas estão nas universidades. Eu costumo afirmar que o acesso à educação não é apenas um caminho em direção à justiça social, mas também é uma luz que atravessa o território brasileiro para eliminar as barreiras que, por tanto tempo, têm discriminado nossa gente, nosso povo.

Um estudo do Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas demonstra que a política de cotas no Brasil tem efeitos positivos. É um sucesso!

Pesquisadores da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, destacam a eficácia dos programas de ação afirmativa implementados em nosso país, que têm ampliado a participação de grupos em situação de desvantagem.

Isso reforça a necessidade de continuar com políticas que promovam a igualdade e a inclusão.

Quando eu falei em Estados Unidos, poderiam dizer: "ah, mas lá acabaram com a política de cotas". Depois de 60 anos, a Suprema Corte acabou. Depois de 60 anos! Aqui também, daqui a 60 anos. Eu espero que não seja preciso esperar 60 anos. Oxalá que, daqui a 30 anos, 40 anos, a gente possa dizer que, no Brasil, não se precisa mais de política de cotas.

Não devemos esquecer que a busca por essa transformação, na realidade, é uma jornada antiga. E aqui eu lembro carinhosamente de Abdias Nascimento, que foi Senador da República e, um dos primeiros a defender. Eu era Deputado, eu vinha lá da Câmara, e, sentado ali, eu olhava aquele homem de cabelos brancos defendendo, com garra, com emoção, com coragem, políticas afirmativas, entre elas a política de cotas. Abdias Nascimento, está lá em cima, morreu há um bom tempo, e me lembro que eu escrevi a poesia "Abdias, um homem além do seu tempo".

Agradeço também a Carlos Alberto Caó, que já faleceu também e foi um dos autores de políticas de combate ao racismo e ao preconceito. Sua trajetória, de décadas, foi sempre na mesma linha de conduta, combatendo todo tipo de preconceito.

Eu diria que as palavras eram sagradas e continuam ainda avivando a boa luta e as nobres causas de todos nós.

Nos anos 60 e 70, estudantes fizeram ecoar o nome de Zumbi dos Palmares nos quatro cantos do país, pela consciência negra, por inclusão e por educação para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde os primeiros debates, lá na Assembleia Nacional Constituinte, que tinha uma bancada negra de quatro Parlamentares – eu, Benedita, Caó e Edmilson Valentim... Os nomes não estão aqui, mas eu me lembro, jamais vou esquecer. Foi com eles que nós fomos à África do Sul exigir a libertação de Mandela. Enfim, desde os primeiros debates, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o clamor por justiça criou raízes por toda a sociedade. Nós estávamos lá.

Vejam que coincidência! Hoje... Lembro também, e aqui eu citei antes, que o Senador Pedro Simon, no debate das cotas – lembro-me de como foi –, estava na CCJ e me ligou dizendo: "Paim, estou junto nessa luta. Conte com o meu apoio". E ele fez a defesa da política de cotas. Casualmente, estamos votando hoje, e hoje à tarde ele vai estar no Plenário da Casa, o que me informou a assessoria dele e eu informei ao Presidente Rodrigo Pacheco. Justamente no dia de hoje, o Senador Pedro Simon estará aqui no Senado, realizando uma visita.

Os movimentos negros, as vozes das ruas, a sociedade civil e os esforços daqueles que acreditam no poder transformador da educação, Senador Flávio Arns, Senadora Augusta Brito...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Desculpa atrasar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas você sempre chega bem.

E o tema lá era duro, que eu sei. Depois você conte aí, rapidamente, como foi.

Os esforços daqueles que acreditam no poder transformador da educação – eu sempre uso uma frase: "a educação é que liberta" – têm contribuído para um novo cenário nacional.

E aqui eu termino.

Essa luta foi e continua sendo conduzida por muitas mãos e perspectivas diferentes. Nossa força reside na união para alcançar a tão sonhada igualdade para todo o nosso povo, toda a nossa gente, um passo que nos aproxima, cada vez mais, do sonho de uma sociedade justa e inclusiva, livre de racismo, discriminação, homofobia, ódio e violência.

Eu queria, rapidamente, cumprimentar, o Ministro dos Direitos Humanos, pela ajuda que nos deu, a Ministra da Igualdade Racial e o Ministro da Educação.

Eu estava com ele em um evento, no Dia das Margaridas, e pedi para ele, que pegou o telefone e ligou para o Presidente Rodrigo Pacheco: "Nós estamos aqui com o Paim e estamos dando todo o apoio para que se aprove a política de cotas". E o Rodrigo Pacheco: "Fique tranquilo, que assim será feito".

Então, eu agradeço a todos. Agradeço, naturalmente, ao Presidente Lula, que nos ajudou tanto lá, há dez anos, e à Dilma também, pela aprovação da primeira política de cotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a palavra é sua.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Quem chega atrasada não tem nem direito de falar, não é?

Mas, mais uma vez, quero parabenizar a condução desta Comissão, que é feita tão brilhantemente pelo Senador Paulo Paim, e dizer que hoje eu não pude participar ativamente aqui, mas quero registrar a suma importância das matérias que foram aprovadas, inclusive em relação à Lei de Cotas, e a gente tão bem sabe da sua defesa e do seu papel importantíssimo para que ela aconteça e continue acontecendo, porque a gente sabe da necessidade – não vou me estender aqui neste momento.

E quero agradecer a aprovação dos dois requerimentos, o de nº 11 e o de nº 13, de nossa autoria, porque temos toda uma intenção de fazer esses debates aqui nesta Comissão, que, eu diria, é muito justa, muito necessária e muito democrática quando amplia os debates em várias audiências públicas que aqui são aprovadas.

Então, era esse o registro.

Quero pedir desculpas mais uma vez, porque eu estava na CCJ. Queria muito aqui ter visto o seu brilhante relatório sobre a questão da Lei de Cotas, mas vou acompanhar quando chegar lá na CCJ, quando V. Exa. vai apresentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

Senadora Augusta Brito, eu queria – casualmente, está aqui também o Senador Flávio Arns; casualmente, não, ele veio com esse objetivo – agradecer muito à Bancada Feminina, porque, como esse tema das cotas também tem muito a ver com a educação e a maioria dos educadores são mulheres, eu conversei com vocês, com diversas: "Paim, fique tranquilo, esse tema de combate ao racismo e ao preconceito tem a tua cara." – aí fez assim no meu rosto uma delas. Então, fique tranquila, porque nós temos consciência da importância da tua luta contra o racismo e o preconceito, e fique em boas mãos.

Eu quero também agradecer ao Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, se for para a Comissão de Educação, como provavelmente iria, eu posso relatar? Ele: "Pode não, deve". Nunca me esqueço de quando ele me disse isso. E depois conversou com os Senadores e Senadoras: "Não, o Paim pode relatar tranquilamente".

Eu posso só agradecer a todos e também ao Presidente Rodrigo Pacheco, que, desde o primeiro momento, dizia: "Paim, quando chegar aqui, eu despacho de imediato". Chegou num dia e, no outro dia, estava nas Comissões, como ele tinha dito que poderia mandar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, hoje considero um dia histórico, porque aprovamos aqui, é claro, com o apoio do Governo, com o apoio de parte da Oposição também que entendeu que era possível, e aprovamos.

Agora, nós nos comprometemos, só para situar, Senadora Augusta Brito, que chegou agora, que, na CCJ – e nós somos de cumprir palavra –, faremos uma audiência pública e, segundo o Senador Girão, que propôs isso, podemos fazer audiência pública e, no mesmo dia, votar. Se alguém tiver dúvida, será esclarecida. No mesmo dia, votar e, daí, provavelmente, poderíamos aprovar que vá para o Plenário em regime de urgência.

Segundo o MEC – é orientação do MEC –, eles me disseram o seguinte: "Paim, se vocês não aprovarem rapidamente, nós teremos dificuldade, porque tem muita coisa que tem que ser regulamentada e o fim do ano está aí, para que entre em vigor, plenamente, no ano que vem".

Eu agradeço também a todos, a todos vocês, com muito carinho. É claro que para a gente foi um dia com muitas emoções, não é, Senador Flávio Arns? Você coordenou aqui, mas eu senti, no plenário, algumas pessoas fazendo assim, como eu também faço. Eu não nego, também faço. Mas, enfim, foi um dia vitorioso para todos nós.

Como é que foi aquela questão lá?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi até agora a discussão. Como não ficou claro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas explica bem o tema aí, rapidamente.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É sobre a questão da PEC 10, que trata sobre a comercialização ou não do plasma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Preocupou-me, eu estava aqui preocupado.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois é, eu fiquei lá preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Flávio também.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi adiada até a discussão. A gente nem discutiu. Eu estava até inscrita e por isso estava esperando. Com a mudança do relatório, acataram algumas emendas e ficou totalmente incompreensível. Eu não tinha condições de ali, naquele momento, como todos os outros que se manifestaram, de realmente ter a certeza do que eu estava votando, porque eu sou totalmente contra a comercialização, é lógico, do sangue, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é um órgão do nosso corpo. Eu não tinha certeza de que o parecer estava deixando isso muito claramente, eu diria, esclarecido. Por isso, foi mais uma vez adiada para que a gente tente compreender melhor e saber verdadeiramente o que está votando, para a gente não ter nenhuma dúvida. Pelo menos, eu preciso disso, e outros mais também se manifestaram no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, quer fazer algum comentário? Porque você ficou aqui comigo, me ajudando.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu concordo inteiramente com o que a Senadora Augusta Brito colocou. Tem que ficar muito claro isso. Também sou totalmente contra a comercialização de sangue, de plasma, de órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer que eu assino embaixo da fala dos dois.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Acho que é um absurdo absoluto. Não tem cabimento uma coisa dessa, no meu ponto de vista.

Então, esse debate tem que acontecer. O relatório tem que ser lido com cuidado para ver o que está sendo aprovado ou não. Tudo aqui, no Congresso, tem que ser fruto de debate, de discussão, de pontos de vista antagônicos, muitas vezes, para justamente elucidar o que está sendo encaminhado.

Eu só quero ainda falar, Senador Paulo Paim, que eu estava pensando aqui sobre a política afirmativa das cotas e lembrar às pessoas... Por exemplo, o meu pai nasceu em 1918, início do século passado, e a Lei Áurea é de uns 30 ou 40 anos antes. Então, seria de quando, mais ou menos, o meu avô teria nascido.

Então, quando a gente fala em política afirmativa, é dizer "olha, nós estamos falando de alguém que estava na escravidão, quer dizer, sem acesso a casa, ao trabalho..." Houve a libertação, a Lei Áurea e tal, mas não havia nenhuma política pública de encaminhamento – a casa, o trabalho, a educação, a comida e tal... Quer dizer, nós somos responsáveis por isso. E nós estamos falando de duas gerações atrás. No meu caso, por exemplo, meu pai e meu avô, mais ou menos, nasceram naquela época. É muito pouco tempo. Para você reverter uma situação de desigualdade, de discriminação, de oportunizar chances, você precisa de uma política afirmativa de longo prazo. É que nem V. Exa. colocou.

Nos Estados Unidos... Eu morei três anos nos Estados Unidos. Eu vi lá, acompanhei bem de perto a situação, depois de muitas décadas, mas você tem que ter uma política pública de encaminhamento, porque uma política afirmativa não é para o resto da vida. Mas você tem que ter uma nova realidade para que a política possa ser pensada de maneira diferente.

Então, a gente tem que ver os resultados também. Quantas pessoas... Eu já tive os dados – não estou com eles agora – de pessoas negras, pardas, indígenas, pessoas com deficiência... Os de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência são um caos no Brasil. Se o senhor olhar aí a estruturação da educação, quer dizer, a falta de acesso à educação impede essas pessoas, a quase totalidade delas, de participarem ativamente do mundo do trabalho. Por quê? Porque não têm, muitas vezes, o ensino fundamental, o ensino médio. Muitas nem vão ter esse acesso porque têm uma necessidade mais acentuada de desenvolvimento, mas têm que ter acesso a trabalho supervisionado, protegido, como a gente fala, a oficinas de produção e tal, mas mesmo para os outros, para os cegos, surdos, físicos. Muitos não estão tendo acesso por quê? Porque, durante a vida toda, não tiveram oportunidade. Então, tem que ter política afirmativa que é a cota. A cota também tem que ter, mas, ao mesmo tempo, tem que mudar a realidade, e a realidade não vem mudando de uma maneira adequada, enfim.

Então, na área da pessoa com deficiência, indígena, quilombola, a gente tem que também sempre pensar nisso. Às vezes, o pessoal pensa: "Ah e tal...". Não. Nós estamos na terceira geração, na quarta geração, talvez. Então, Deus queira que, daqui a 20 anos, 30 anos, a gente não precise mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há 60 anos, como nos Estados Unidos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, Augusta Brito, todos vocês que me ficaram aqui assistindo, Christiano, meu escudeiro aqui – mas ele é escudeiro sempre do Presidente, de quem for o Presidente, porque ele é um profissional e nos ajudou muito –, e toda equipe aqui do gabinete e da Comissão.

Chega!

Declaro encerrada, porque não tem mais como fechar aqui.

Um abraço a todos!

Obrigado.

Uma salva de palmas a vocês que ficaram comigo até agora aqui, todos, todos, todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatro minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana, Mauro Carvalho Junior e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Humberto Costa, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 60ª e 61ª reuniões, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2356, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. O Senador Eduardo Girão manifestou voto contrário à aprovação do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 247, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para disciplinar a acessibilidade nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plataformas de conteúdos audiovisuais por demanda e nas plataformas de distribuição de vídeo pela internet." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1729, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1757, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para tornar compulsória a notificação de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3020, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3040, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5643, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir às vítimas de violência sexual atendimento preferencial pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 74, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar os trabalhos sobre "Avaliação Biopsicossocial"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 75, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Transição Energética e os direitos da população do Rio Grande do Sul"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 76, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, §

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Atendimento humanizado às pessoas com deficiência pelo INSS"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao PL 3/2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição dos PLs 394, 399, 544, 785 e 906, todos de 2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao PL 3/2023, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo), e pela rejeição dos PLs 394, 399, 544, 785 e 906, todos de 2023. A pedido da Senadora Mara Gabrilli, a Comissão apreciou requerimento de urgência, o qual foi aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 77, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Joinville/SC, dia 29/9/2023 e em Campo Grande/MS, dia 26/10/2023, com o objetivo de realizar audiências públicas dentro do ciclo de debates do Estatuto do Trabalho - SUG 12/2018." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 78, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 68/2023 - CDH, seja incluído um convidado." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 79, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3/2023." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Alessandro Vieira, Eduardo Girão e Romário e as Senadoras Mara Gabrilli, Augusta Brito, Damares Alves e Margareth Buzetti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/13

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 60ª e 61ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos e que a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Vou fazer uma fala, aproveitando o quórum que já temos para a votação.

O Senador Flávio Arns está aqui na porta, dando uma entrevista, e já estará aqui.

Aproveito este momento para fazer a seguinte fala: senhoras e senhores, a solidariedade é uma palavra que voa, Senador Flávio Arns, livremente, através dos tempos, em virtude de um facho de luz que une a humanidade em momentos de necessidade e sofrimento. É mais do que uma simples palavra. É um ato de amor, de compaixão que não conhece fronteiras ou limites geográficos. Ela nos lembra que não podemos jamais esquecer a nossa conexão que nos une como seres humanos. Não. Não podemos jamais esquecer.

Nossa solidariedade se estende a todos aqueles que enfrentam adversidades.

O povo gaúcho luta contra a devastação de um ciclone extratropical. Cidades inteiras ficaram debaixo d'água. Uma empresa com 2 mil trabalhadores ficou debaixo d'água; máquinas, empregos, vidas. Enfim, há um desespero total ainda no estado, Senador Flávio Arns, com ameaça de mais ciclones, mais chuva, mais desespero, mais casas, lares e vidas destruídas.

O povo de Marrocos também merece todo o nosso carinho, todo o nosso apoio. Sabemos que sofre com o terrível terremoto.

O povo da Líbia enfrenta as enchentes.

Terremotos, enchentes, em alguns países, devido ao ataque do homem ao meio ambiente, sol, temperatura acima de 50 graus.

Mercedes Sosa cantava: na hora da dor, todo mundo junto, todo mundo junto.

A solidariedade é um princípio universal dos direitos humanos. Ela nos lembra de que somos todos da mesma família humana. Quando nos doamos em solidariedade, estamos construindo um mundo melhor para todos.

Esta Comissão de Direitos Humanos reafirma o compromisso com a solidariedade, seja neste momento com os gaúchos aqui no Brasil, gaúchos e gaúchas, enfim, do meu estado, mas caminhando em frente, na direção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro, por fim, que recebi mensagem muito carinhosa do Embaixador do Marrocos no Brasil, Sr. Nabil Adghoghi. Ele disse que recebeu, com emoção, mensagem que externamos nesta Casa, como também de outros Parlamentares, sobre a tragédia ocorrida naquele país.

Feita essa introdução...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria, só em função da manifestação de V. Exa., já ontem no Plenário e em ocasiões anteriores sobre os graves problemas que aconteceram no Estado do Rio Grande do Sul, registrar que V. Exa. está sempre muito atento, discutindo o assunto, procurando caminhos, procurando alternativas e lembrando, novamente hoje, todos os episódios, que nós acompanhamos tristemente pelos meios de comunicação, mas também transmitir ao povo gaúcho, particularmente aos municípios atingidos, mas para todo o Estado do Rio Grande do Sul, que todo mundo sofreu junto, a nossa solidariedade, o nosso respeito, as nossas orações também, porque quantas pessoas morreram, perderam as suas propriedades, o esforço de uma vida... É uma tristeza, um desânimo, mas que continuem, porque o Rio Grande do Sul é referência para o Brasil em todos os sentidos, pela luta do seu povo, pela bravura das pessoas, pela independência, pela opinião determinada a favor de todas as coisas, pela contribuição que já deu para o Brasil e continua sempre dando. Então, é para eu também dizer assim: nós, do Paraná, somos solidários e estamos juntos no que for necessário para ajudar.

E quero lamentar o que aconteceu também na Líbia. Eu digo: meu Deus, como a coisa é difícil! Tantas pessoas mortas, desaparecidas. E o que nos aponta também para a necessidade de cuidarmos da nossa casa comum, que é a Terra, o planeta, para, juntos, fazermos um esforço global a favor da nossa casa comum. Mas lá, no Rio Grande do Sul, de uma maneira particular, porque o Sul vem sendo assolado por ciclones.

Eu, inclusive, há dois anos, no período da pandemia, estava perto do litoral do Paraná, no Município de Morretes, que foi atingido pelo que chamavam, na época, de ciclone bomba, que destruiu tudo, inclusive onde eu estava também, com telhados e árvores caídas, sem luz durante vários dias e assim por diante. E isso se tornou, de lá para cá, comum. Cada mês temos um, dois ou três ciclones, uma coisa absurda!

Mas reitero a solidariedade, principalmente, e destaco o papel, Senador Paulo Paim, de V. Exa., sempre discutindo na tribuna e buscando alternativas, como representante daquele estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, eu queria, primeiramente, agradecer a solidariedade sempre de V. Exa. nos momentos mais difíceis.

Eu senti que amigos não são só para os momentos bons. Nos bons gente se abraça e conversa. Agora, nos momentos difíceis, a solidariedade é fundamental. E é o que V. Exa. faz neste momento, falando não só do Rio Grande do Sul, mas da crise global, eu diria, do meio ambiente, que preocupa todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria ainda, Presidente, como informação, dizer que visitei esta semana o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, conversando com ele sobre o mundo do trabalho. E naturalmente falamos também do Rio Grande do Sul. Ele falou de algumas iniciativas que o Governo está fazendo. E ontem o Presidente anunciou um crédito de R$1 bilhão para discutir com as famílias atingidas.

Eu, quando falo, faço questão de mostrar os dois lados da moeda, porque às vezes, acham que a gente está fazendo um jogo de oposição e situação. Não. O Governo do estado também está fazendo a sua parte. Já também investiu em matéria de crédito, em torno também de R$1 bilhão. E claro que o Governo Federal terá que investir muito mais. O Governo Federal já tem investimento previsto em R$2,5 bilhões, quase, para atender. E a fala do Presidente Lula foi muito positiva quando ele disse que, à medida que a situação for sendo cada vez mais vista, e procurando soluções, o Governo não deixará de cumprir a sua parte.

Então, parabéns a todos os Prefeitos também, que, do seu jeito, muitos já com a cidade destruída, e a solidariedade dos outros Prefeitos do estado com aqueles que se encontram nessa situação... O Governo do estado, a Polícia Civil, todos os segmentos estão lá ajudando. O Exército está lá, a polícia está lá. Marinha mandou barcos, aeronaves vieram por parte da Aeronáutica. Então, há um trabalho coletivo neste momento de tanto desespero.

Mas eu quero só afirmar à Comissão que o Ministro Luiz Marinho se comprometeu de estar aqui na Comissão para falar da sua pasta no dia 9/10, 9h da manhã. Ele vem expor como ele está vendo o quadro, a questão do emprego, dos salários, enfim, da relação tão importante como é a da Comissão de Direitos Humanos com o mundo do trabalho – o mundo do trabalho, empregados e desempregados. Ele estará aqui conosco então. Muito obrigado, Luiz Marinho. Foi uma bela reunião com V. Exa., onde falamos do interesse do povo brasileiro.

De imediato vamos à nossa pauta, dados os informes. Começamos com o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 2356, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ;

Em reunião realizada em 16/08/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, para quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O relatório já foi lido na sessão anterior, de modo que apenas reitero a necessidade de aprovação, porque é uma atualização de um formulário, de um cadastro, sem nenhum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alteração moral ou social, apenas a garantia de direitos que já são reconhecidos pela nossa jurisprudência largamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. E como ele mesmo lembrou, em 16/08/2023, foi concedida vista coletiva e ninguém se manifestou até o momento. O Senador Relator deu já o seu ponto de vista, reafirmando o seu relatório.

Pergunto se alguém mais quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as respectivas emendas.

Parabéns, Senador Fabiano Contarato! Parabéns, Senador Alessandro Vieira.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 1729, DE 2023
- Não terminativo -

Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Senador Romário disse que viria aqui ainda. Então, vamos esperar a chegada dele aqui.

Vamos para o item 13.

ITEM 13
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2023
- Não terminativo -

Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

Autoria: Câmara dos Deputados

Autoria: Deputada Maria do Rosário, Deputada Marília Arrais e Luíza Erundina, também Deputada.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI Nº 785, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o protocolo "Não se cale", aplicável a estabelecimentos privados de entretenimento, com o objetivo de prevenir, identificar e coibir a violência sexual, e estabelece medidas de assistência e proteção às pessoas em situação de violência.

Autoria: Senador Carlos Viana

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 906, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema integrado de apoio à pessoa em situação de violência sexual cometida em estabelecimentos de entretenimento.

Autoria: Senador Flávio Arns

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 544, DE 2023
- Não terminativo -

Institui o Protocolo Não Nos Calaremos para prevenir, identificar e lidar com casos de violência sexual ou de gênero em estabelecimentos e eventos abertos ao público.

Autoria: Senador Marcelo Castro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 394, DE 2023
- Não terminativo -

Institui protocolo para prevenir, identificar e lidar com casos de violência sexual ou de gênero em estabelecimentos e eventos abertos ao público.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 399, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para obrigar bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao PL 3/2023, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta e pela rejeição dos PLs 394, 399, 544, 785 e 906, todos de 2023.

Observações: *Tramitação: CDH, CE e CTFC.*

Concedo a palavra neste momento à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório em forma de substitutivo global. A palavra é sua, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Presidente, eu vou direto à análise.

O art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Mara Gabrilli, me permita.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é porque o nosso Senador Romário é uma estrela, não é por causa disso, mas eu queria, em nome de toda a Comissão, dizer para ele que ficamos felizes.

Sei que você passou por um momento difícil de saúde. Acompanhamos dia a dia, a sua assessoria informava, e hoje está aqui com toda a força e já vai relatar um projeto em seguida. Seja bem-vindo, Senador Romário!

Senadora Mara, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Aproveitando, eu queria me solidarizar com o povo do Rio Grande do Sul e parabenizar também o Senador Romário.

Eu vou direto à análise.

O art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência deste Colegiado para opinar sobre matérias pertinentes aos direitos da mulher.

Sob essa perspectiva, é muito oportuna e necessária a ideia de criar protocolos nacionalmente uniformes para prevenir e combater a violência sexual e de gênero, que continua a ser alarmante no Brasil. Apesar das diversas leis que têm sido aprovadas por este Parlamento ao longo dos anos, como a Lei Maria da Penha, a Lei Mariana Ferrer, a Lei do Stalking e a tipificação do feminicídio, a cultura machista profundamente arraigada em nossa sociedade continua a submeter as mulheres a medo, opressão, agressões e costumes que as reduzem a cidadãs de segunda classe, com menos liberdade do que os homens, sobretudo os cisgêneros e heterossexuais. Condutas criminosas praticadas contra as mulheres são naturalizadas e reduzidas a meras brincadeiras, mesmo quando mulheres são tratadas como coisas. O assédio sexual e o estupro são equiparados a elogios, e as mulheres são, muitas vezes, ridicularizadas e revitimizadas por quem poderia, ou melhor, deveria prestar assistência e socorro. Com exceção dos que se incluem na população LGBTQIA+, homens simplesmente não sabem o que é viver com medo de violência sexual em situações de lazer, tendo que se preocupar com a roupa, a companhia, o risco de ser drogada e mesmo responsabilizada por eventual abuso, como é corriqueiro entre as mulheres.

As proposições trazem disposições que podem contribuir para proteger a igualdade e a dignidade fundamental das mulheres. Começando por campanhas educativas, que são indispensáveis para ajudar a purgar o machismo ainda muito incrustado em nossa sociedade, passando por medidas preventivas, repressivas e de apoio e assistência à vítima de violência sexual e de gênero, os projetos ora examinados apontam na direção de uma parceria promissora entre o Estado e os estabelecimentos de lazer e entretenimento. Nesse sentido, o exemplo de Barcelona merece ser seguido, com as devidas adaptações ao nosso contexto social e às boas leis de que já dispomos, além de haver margem para que algumas iniciativas sejam aprimoradas.

Dito isso, entendemos que a matéria deve ser veiculada em lei autônoma, pois as situações de que tratamos podem extrapolar o âmbito de aplicação da Lei Maria da Penha, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é voltada para relações domésticas e familiares. Por essa razão, não nos parece que a estratégia adotada pelo PL nº 399, de 2023, seja a mais indicada para lidar com o problema em tela. Não obstante, as medidas nele propostas são satisfatoriamente contempladas nas demais proposições.

Consideramos que cada uma das propostas contém ideias meritórias, que podem ser aproveitadas num amálgama de suas qualidades, para que a contribuição deste Parlamento ao enfrentamento da violência sexual e de gênero nos contextos de lazer e afins seja tão completa e robusta quanto for possível. Para esse efeito, propomos a aprovação sob a forma de uma emenda substitutiva que represente a melhor composição das respectivas qualidades, obedecendo à precedência regimental que a proposição já aprovada pela Câmara dos Deputados tem sobre as que ainda não foram apreciadas pelo Senado Federal.

Cabe, contudo, uma observação sobre o PL nº 3, de 2023. Sendo oriundo da Câmara dos Deputados, bastaria aprová-lo nesta Casa para que fosse logo sancionado pelo Executivo e entrasse em vigor mais rapidamente. Contudo, sem eclipsar seus méritos, alguns reparos são necessários. Inicialmente, seu âmbito de aplicação é mais limitado do que o de outras proposições, chegando a excluir, expressamente, cultos e outros eventos realizados em locais de natureza religiosa, o que não seria prudente admitir, já que a violência é reprovável também nesses contextos. Preocupa-nos, ainda, que abranja apenas a violência física e o assédio sexual penalmente atípico. Este último é tratado como constrangimento, que corresponde a condutas descritas nos tipos penais de constrangimento ilegal, violência psicológica contra a mulher, extorsão e estupro, podendo gerar confusão e incerteza. Finalmente, ressaltamos o mérito de prever sanções para o descumprimento do protocolo, mas consideramos que alguns dispositivos têm imprecisões conceituais e redacionais que merecem revisão.

Optamos por tornar o protocolo obrigatório para casas noturnas, boates, danceterias, festas, bailes, vaquejadas, rodeios, festivais, espetáculos, *shows* e eventos esportivos para promover a proteção das mulheres nos locais onde comumente mais ocorrem o constrangimento e a violência contra elas. Nestes locais predomina o consumo, a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas, e essa é uma variável particularmente relevante para o risco de violência sexual e de gênero. Não obstante, prevemos que os demais estabelecimentos e eventos possam escolher aderir ao protocolo, outorgando-lhes, em contrapartida, um selo que simboliza esse compromisso espontâneo.

Na linha do que propõe o PL nº 3, de 2023, prevemos sanções para o descumprimento ao que dispõe o protocolo. Ademais, como sugere a proposição oriunda da Câmara dos Deputados, acolhemos a ideia de alterar a Lei Geral do Esporte, deslocando essa alteração para o capítulo que dispõe sobre a promoção da cultura de paz no esporte, ressaltando a inadmissibilidade da violência sexual e de gênero nesse contexto.

Finalmente, com relação ao nome do protocolo – que algumas proposições definem, enquanto outras não – cabem algumas breves considerações. Parece-nos acertada a ideia de se nomear o protocolo para facilitar a sua divulgação, popularização e menção. O PL nº 3, de 2023, dá ao protocolo o nome de “Não é Não”, remetendo a um conhecido *slogan*. A ideia de que “não é não” é correta, mas incompleta, pois não abrange, por exemplo, a violência contra mulheres inconscientes. Hoje, afirmamos que somente o “sim é sim”, enquanto persistir a anuência, afinal a violência consiste na falta de consentimento. Já o PL nº 544, de 2023,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transpõe o exemplo catalão como “Não Nos Calaremos”, enquanto o PL nº 785, de 2023, usa a forma “Não se Cale”. A forma no plural tem a nossa preferência, pois alude à responsabilidade solidária de todos no enfrentamento da violência sexual e de gênero, tirando da vítima a responsabilidade exclusiva de pedir socorro.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2023, sob a forma da seguinte emenda substitutiva, ficando rejeitados os Projetos de Lei nºs 394, 399, 544, 785 e 906, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao PL 3, de 2023, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos PLs 394, 399, 544, 785 e 906, todos de 2023.

Eu sempre gosto de dizer que, regimentalmente, você tinha que dar pela rejeição, mas que todos eles foram contemplados de uma forma ou outra no seu substitutivo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu gostaria até, se você me permitir, Presidente, de citá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permito, claro. Agora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Todos foram contemplados no projeto. Não é fácil fazer isso, então foi bastante trabalho. Eu agradeço a todos os Senadores pela contribuição: Senador Jorge Kajuru, Senador Styvenson Valentim, Senador Marcelo Castro, Senador Carlos Viana, Senador Flávio Arns, Deputada Maria do Rosário. É curioso que todos são Senadores homens, trabalhando na proteção das mulheres, e a Deputada Maria do Rosário. Queria agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Rapidamente, eu só quero dizer que é um relatório muito bom, muito interessante. Quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli. O resultado ao final é muito mais adequado do que os projetos, inclusive o que eu apresentei, muito sucinto. Então, agora, você fez assim um apanhado geral, importante, bom, como resultado final do relatório. Ficou bem interessante, na minha opinião. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Relatora e a todos aqueles que colaboraram de uma forma ou de outra.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao PL 3 de 2023, na forma de emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos PLs aqui citados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue, para análise, para a Comissão de Educação e, posteriormente, para a CTFC.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Senador, eu queria consultar se a gente pode aprovar um requerimento de urgência para ir direto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Submeto de imediato ao Plenário. Pelo que percebo, há unanimidade. Será aprovada, então, a urgência.

Colocada em votação, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O.k.?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – O.k., obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k., perfeito. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É jogo muito rápido. O senhor sabe, a gente estava até junto na CCJ, depois eu fui a outras Comissões e vi que o item 3 foi deliberado e foi aprovado.

Eu queria só registrar que eu e minha equipe procuramos compreender o relatório do nosso colega, Senador Alessandro Vieira. Eu não tive a oportunidade de conversar com ele, eu achava que... Eu sei que foi retirado de pauta algumas vezes, e acabou que eu errei no aspecto de não perceber que ia ser retirado novamente para dar tempo para a gente conversar.

O projeto é fantástico do Senador Fabiano Contarato, sem nenhum tipo de receio. Agora, a redação ficou um pouco dúbia para mim. Eu sei que nós vamos ter a CCJ para poder retificar alguma coisa, para poder entender, agora ficou dúvida nessa questão do intersexo, para a criança, no registro de nascimento. Eu confesso que, se o objetivo são as questões dos hermafroditas, o.k., mas eu não entendi qual outro tipo de... Ficou um pouco obscura a redação.

O que é que eu queria deixar claro, por cautela? Por cautela, eu queria registrar meu voto contrário para que a gente possa compreender melhor isso num debate numa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na CCJ. O.k., Senador, está registrado.

De imediato eu passo a palavra para o Senador Romário.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 247, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para disciplinar a acessibilidade nas plataformas de conteúdos audiovisuais por demanda e nas plataformas de distribuição de vídeo pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.
Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCT.*
Senador Romário, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Um abraço aqui a todos os presentes, Senadoras e Senadores. Agradeço aqui ao Papai do Céu por estar presente em mais uma reunião importante e relevante desta Casa.

Quero me solidarizar com V. Exa., com os outros dois Senadores do Rio Grande do Sul e com o povo do Rio Grande do Sul pelo que está acontecendo.

Eu quero, de novo, ir direto à análise.

Consideramos a alteração meritória, pelos fundamentos expostos na sua justificação, mas há considerações adicionais que são pertinentes ao seu objeto e justificam atenção mais detida.

A LBI já garante às pessoas com deficiência o direito que está expresso no projeto, ou seja, já existe o direito das pessoas com deficiência de acesso às obras intelectuais e culturais em formato acessível. Assim, as plataformas de conteúdo audiovisual sob demanda e as plataformas de distribuição de vídeos pela internet não passariam a ser obrigadas a fornecer recursos de acessibilidade, a partir da aprovação do Projeto nº 247, de 2022, pois já o são.

Privar as pessoas com deficiência dos recursos de acessibilidade que já são exigidos ou adiar longamente a obrigatoriedade de oferta desses recursos prolongaria a existência de barreiras e da injustificável diferença no tratamento dispensado a empresas que oferecem, por meios diversos, serviços bastante semelhantes.

Não obstante, impõe-se a realidade de que a obrigatoriedade de fornecer os recursos de acessibilidade requer tempo, trabalho e dinheiro.

Ante o exposto, cientes de que o direito à acessibilidade é líquido e certo, mas admitindo, de modo realista, que não seria razoável exigir o seu pleno e imediato cumprimento, propomos que todos devem garantir recursos de acessibilidade pertinentes aos respectivos meios e conteúdos, mas a oferta desses recursos, pelas plataformas de vídeo sob demanda e de distribuição de vídeos pela internet será progressiva, na forma do regulamento a ser editado em até dois anos, a partir da publicação da alteração legislativa.

Enfim, entre cobrar tudo e, na prática, não exigir nada, acreditamos que as soluções propostas conciliam satisfatoriamente os direitos das pessoas com deficiência e os interesses das empresas que oferecem conteúdos audiovisuais por meio da internet.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 247, de 2022, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 247, de 2022
Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de recursos de acessibilidade por serviços de radiodifusão de sons e imagens,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços de comunicação audiovisual de acesso condicionado, serviços de acesso a áudio e vídeo sob demanda por meio da internet e serviços de distribuição de áudio e vídeo pela internet.

Art. 1º Os serviços de radiodifusão de sons e imagens, os serviços de comunicação audiovisual de acesso condicionado e, na forma de regulamento, os serviços de acesso a áudio e vídeo sob demanda por meio da internet e os serviços de distribuição de áudio e vídeo pela internet têm o dever de oferecer recursos de acessibilidade, na forma desta Lei.

Art. 2º Os arts. 67 e 73 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens, os serviços de comunicação audiovisual de acesso condicionado e, na forma de regulamento, os serviços de acesso a áudio e vídeo sob demanda por meio da internet e os serviços de distribuição de áudio e vídeo pela internet têm o dever de oferecer, em todas as suas plataformas, os seguintes recursos de acessibilidade, entre outros:

I – legenda oculta ao vivo ou previamente gravada;

II – janela de Libras;

III – audiodescrição;

IV – legenda descritiva;

V – navegação acessível nas funcionalidades interativas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é aplicável somente às empresas que prestem serviços de forma organizada, profissionalmente e com fins lucrativos.”

"Art. 73. Cabe ao Poder Público, diretamente ou em parceria com empresas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, promover:

I – a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem;

II – parcerias para que estudantes e pesquisadores de instituições públicas de ensino capacitados ou em capacitação nos recursos mencionados no inciso I atuem na oferta desses recursos pelos agentes mencionados neste Capítulo;

III – incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias assistivas."

Art. 3º O Título II do Livro II da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com acréscimo do seguinte artigo:

"Art. 91-A. O descumprimento do disposto no Capítulo II do Título III do Livro I desta Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções previstas no art. 88 desta Lei, quando cabível, e da responsabilidade civil perante as pessoas que tiverem seus direitos violados:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária dos serviços ou das atividades voltadas ao público."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Os serviços de acesso a áudio e vídeo sob demanda por meio da internet e os serviços de distribuição de áudio e vídeo pela internet oferecerão progressivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os recursos de acessibilidade de que tratam os incisos I, III, IV e V do art. 67 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na forma do regulamento.

§ 2º Se, em até dois anos após a data de publicação desta lei, o Poder Executivo não houver publicado o regulamento de que trata o §1º, os serviços de acesso a áudio e vídeo sob demanda por meio da internet e os serviços de distribuição de áudio e vídeo pela internet ficam obrigados a oferecer, no mínimo, os recursos de acessibilidade expressamente mencionados nos incisos I a V do art. 67 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Encerro afirmando que este relatório foi amplamente discutido e analisado com todas as partes interessadas, em diversas reuniões promovidas pelo meu gabinete, até chegarmos ao texto apresentado.

Diante disso, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação desse projeto.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Romário!

Parabéns pelo relatório, favorável ao projeto, na forma de emenda substitutiva que apresenta.

Pergunto se alguém quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma de emenda do dispositivo que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, na forma de Emenda nº 1, e será encaminhado agora à CCT.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na sequência... Só um minutinho, se me permitir, eu passo para você já.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Romário está com um problema, porque a Ministra Anielle já chegou à Comissão da qual ele é o Presidente. Eles o estão chamando lá. Então, eu sugiro – se vocês concordarem – que ele faça a leitura bem breve do próximo item, do qual ele é o Relator, para que ele possa se deslocar para lá. Pode ser? Em seguida eu passo a V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Só queria, enquanto ele toma fôlego, cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Queria cumprimentá-lo e agradecer pela relatoria, parabenizar a relatoria. Acho que – nossa, Senador Romário! – a gente está dando um passo gigante diante de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessibilidade nos *streamings*. Isso é uma demanda muito antiga, e ainda bem que a gente pôde ter essa oportunidade.

Muito obrigada, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora, na verdade, eu que agradeço ser Relator de projetos de V. Exa. É sempre uma honra e um prazer. Conte sempre comigo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 1729, DE 2023
- Não terminativo -

Altera os arts. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada da mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência que seja vítima de crime cometido com violência.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Presidente Paulo Paim.

Vou direto à análise.

A proteção penal de mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência conta com um bom catálogo de normas que criminalizam e punem condutas graves como maus-tratos e as mais diversas formas de violência.

Mesmo quando essas pessoas conseguem acionar o aparato policial e jurídico, há casos nos quais se deparam com novas violências cometidas justamente pelos agentes públicos que deveriam acolher possíveis vítimas. Elas sofrem uma revitimização, ou vitimização secundária, que é justamente a violência praticada por órgãos do Estado no curso da investigação ou do processo penal e que agrava o sofrimento da vítima.

São numerosas as situações de violação dos direitos de vítimas de crimes pelo sistema de Justiça. Daí a importância da proposição, que garante a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, assim como a crianças, adolescentes, pessoas idosas ou com deficiência a realização do exame de corpo de delito de forma humanizada. A intenção da lei é evitar a revitimização daqueles que buscam no atendimento policial a proteção e a Justiça, mas por vezes encontram apenas o desrespeito e a falta de empatia. Com o novo princípio a orientar a atuação da perícia oficial, será necessário investir na capacitação de agentes públicos e transformar uma atuação precipuamente orientada pelo estrito cumprimento da lei em um serviço público que dê efetividade às normas penais, mas também promova o acolhimento das possíveis vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.729, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.729, de 2023, a seguinte redação:

"Art.158. .....

Parágrafo único. .....

I – violência contra a mulher;

.....

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, a vítima será examinada em espaço ou estabelecimento apropriado ao seu atendimento humanizado e, se for mulher, criança ou adolescente, preferencialmente por profissional do sexo feminino."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Senador Alessandro Vieira, autor da matéria, e Senador Romário, Relator.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresentou.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com as Emendas 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise intermediária na CCJ – análise terminativa na CCJ.

Só como informação, Senador Romário, o item 4, PL 247, de 2022, será encaminhado à SGM para redespacho para ser ouvida a CCDD.

Senador Flávio Arns, eu vou pedir para V. Exa. presidir para que eu possa relatar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. É uma honra aqui estar substituindo o nosso Senador que é referência aqui na Casa, o Senador Paulo Paim, temporariamente – devolvo a cadeira. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ficar também. Aí é dos bons. Aqui, todos Senadores e nada mais...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dizem que em política não tem espaços vazios...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadores e Senadoras, não é, Mara?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... então a pessoa já se senta e se apodera... (*Risos.*)

Muito bom.

Item 9.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5643, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir às vítimas de violência sexual atendimento preferencial pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, Presidente, só a introdução que V. Exa. fez já seria argumento suficiente para nós aprovarmos o projeto, não é? A mulher vítima de violência sexual atendimento preferencial terá pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

Eu vou direto à análise, se V. Exa. permitir. Só vou dar alguns dados que eu achei interessantes.

O relatório foi construído pela Consultoria do Senado, e vou entrar direto aqui em alguns dados.

O índice de violência sexual no Brasil é alarmante e assustador e aumenta vertiginosamente a cada dia, exigindo das autoridades providências enérgicas e céleres, para proteger a população e permitir a adequada e efetiva aplicação de pena aos criminosos.

Pesquisa intitulada Visível e Invisível: a Vitimização de mulheres no Brasil, elaborada pelo Instituto Datafolha, por encomenda do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no período de 9 a 13 de janeiro de 2023, mostrou que 11,6% das mulheres entrevistadas foram vítimas de violência física no ano passado, o que representa um universo de cerca de 7,4 milhões de brasileiras. Isso significa 14 mulheres agredidas com tapas, socos e pontapés por minuto.

Entre as outras formas de violência citadas, as mais frequentes foram as ofensas verbais (23,1%), perseguição (13,5%), ameaças de violências físicas (12,4%), ofensas sexuais (9%), espancamento ou tentativa de estrangulamento (5,4%), ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%), lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado (4,2%) e esfaqueamento ou tiro (1,6%).

A pesquisa também trouxe um dado inédito: uma em cada três brasileiras com mais de 16 anos sofreu violência física e sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida. São, portanto, mais de 21,5 milhões de mulheres vítimas de violência física e/ou sexual por parte de parceiros íntimos ou ex-companheiros, representando 33,4% da população feminina do país, ou seja, um terço da população. A média global, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, fica em 27%. Quer dizer, que o Brasil está acima.

A pesquisa também mostrou que o número de mulheres que foi até uma Delegacia da Mulher aumentou desde 2021, passando de 11,8% naquele ano para 14% em 2023. Outras formas de denúncia consistiram em ligar para a Polícia Militar (190) (4,8%), fazer um registro eletrônico (1,7%) ou entrar em contato com a Central de Atendimento à Mulher pelo Disque 180 (1,6%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As razões citadas pelas mulheres que não procuraram as autoridades foram: 38% resolveram sozinhas, 21,3% não acreditavam que a polícia pudesse oferecer solução e 14,4% julgaram que não tinham provas suficientes.

Tais dados evidenciam que também a demora no atendimento e na tomada de providências cabíveis para a investigação e propositura da respectiva ação penal acarretam a falta de confiança na ação efetiva do poder público, e o atraso na tomada de providências pode tornar-se um impedimento para a correta aplicação da lei bem como uma violação do princípio da efetiva entrega da prestação jurisdicional.

Termino, Sr. Presidente.

Cumpre lembrar, por fim, que o nosso país é uma das nações que se comprometeram a combater toda forma de violência contra a mulher por ocasião da ratificação e promulgação da Convenção de Belém do Pará, que visa prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Entre outras obrigações a que se sujeitou o Brasil, consta o estabelecimento de procedimentos jurídicos, justos e eficazes para a mulher sujeita a violência e de mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar a reparação do dano e a devida compensação.

Mediante o exposto, este é o voto, Sr. Presidente: pela aprovação do projeto, elogiando aqui o Deputado Ronaldo Carletto pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Paulo Paim, belo relatório, muito elucidativo.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 74, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar os trabalhos sobre "Avaliação Biopsicossocial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Se quiser, também pode usar da palavra para justificar o requerimento.

Eu já quero antecipar que é um dos mais importantes na área da pessoa com deficiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Damares conhece bem o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente. A Senadora Damares se empenhou muito nisso também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu não vou ler a participação de todos os convidados, mas faço a introdução, porque acho que o tema é de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência pública terá como objetivo a ampla divulgação do trabalho do Poder Executivo federal sobre a criação do instrumento de avaliação biopsicossocial, previsto no §3º do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para a construção deste instrumento foi criado um grupo de trabalho interministerial, por intermédio do Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023.

Sobre o grupo de trabalho, aqui tem as considerações sobre a sua importância.

Enfim, todos estão com esse compromisso.

Nesta audiência pública, nós esperamos que membros desse grupo de trabalho, que é coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estejam presentes.

O grupo de trabalho é composto por: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Esta audiência pública foi solicitada à CDH por entidades científicas, Governo Federal e entidades organizadas da sociedade civil e suas representações, nos termos do art. 93 para fazermos um debate e dar visibilidade a um tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11 da pauta.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 75, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Transição Energética e os direitos da população do Rio Grande do Sul".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Vou direto à justificação, para as pessoas entenderem o que significa este projeto.

O debate se faz necessário para que, após ouvir a sociedade civil, pesquisadores, Governos municipal, estadual e Federal e ambientalistas, seja encaminhada proposição legislativa para a inclusão da região carbonífera do Rio Grande do Sul no chamado Programa de Transição Energética Justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao se tornar signatário do Acordo de Paris, o Brasil traz para a discussão a pauta de uma possível transição de fontes de sua matriz energética.

De outro lado, os investimentos em alternativas de produção de energia por meio de fontes renováveis têm sido um movimento crescente, o que tende ao rompimento com os usos ainda vigentes de geração a partir de combustíveis fosseis.

Entretanto, é imprescindível considerar que a desativação abrupta das usinas termelétricas a carvão mineral acarretará enormes prejuízos socioambientais, além de reflexos negativos em toda cadeia produtiva, ocasionando então uma degradação econômica de toda Região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, entenderam as entidades todas representativas daquela região, que envolve milhares e milhares de pessoas, que há a necessidade urgente de proposição de projeto de lei que inclua a região carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul no Programa de Transição Energética Justa, em consonância com a Lei Federal 14.299, de 2022, observadas as questões ambientais, econômicas e sociais, bem como a valorização dos recursos energéticos e minerais, em conformidade com as metas definidas pelo Governo Federal, incluindo, para tanto, a prorrogação da contratação de energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Candiota pelo período de 15 anos, a partir de janeiro de 2025, de modo a preparar a região para o encerramento dessas atividades de forma tempestiva, responsável e sustentável.

Eu quero fechar dizendo que o Senador Esperidião Amin foi que na verdade – e aqui é questão de justiça – inspirou aquela parte do Rio Grande do Sul a fazer uma transição, não simplesmente fechar uma usina de carvão, e temos diversas no Estado. Se você fecha, como fica o povo da região, como ficam os trabalhadores e como fica toda a economia?

Eu conheço bem Candiota. No período em que estive lá, porque havia uma greve, só para a construção, eram milhares de trabalhadores que lá estavam construindo aquela usina. Fizemos uma paralisação para buscar um acordo – e buscamos, durante um período, claro, limitado –, e houve um acordo então para a construção daquela usina. Então, eu conheço bem a usina e a importância dela para todo o Estado.

Quero dizer que já falei com o Senador Esperidião Amin, que foi o autor de um projeto semelhante para Santa Catarina e que, no meu entendimento, deveria envolver até o Paraná.

Então, queremos que esse encaminhamento feito, que diminuiu digamos o prejuízo que Santa Catarina teria, fosse estendido, de forma adaptada, ao Rio Grande do Sul.

Eu já encaminhei o projeto de Santa Catarina para a Consultoria, e eles adaptaram para o Rio Grande do Sul. E já convoquei, ou convidei, o Senador Esperidião Amin, que acatou.

E, claro, há uma série de entidades, mais de 50 entidades, que estão dialogando com o Governo para ver até onde podemos ir.

Então, a audiência pública vem nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Atendimento humanizado às pessoas com deficiência pelo INSS".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra a V. Exa., também, para alguma argumentação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Para ser bem rápido, o requerimento que V. Exa. leu fala do atendimento humanizado às pessoas com deficiência pelo INSS.

É uma proposta tranquila, de equilíbrio. É claro, nós vamos estar em diálogo com o Governo para que ele participe desta reunião. Já tive uma conversa preliminar com o Ministro Carlos Lupi, que mostrou toda a sua dinâmica de fazer com que cada vez mais se diminuam as filas e que o atendimento seja cada vez melhor para todos aqueles que dependem do nosso sistema do INSS.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É só ele o expositor, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, nós queremos... Não colocamos aqui o nome dos expositores, porque queremos que nós possamos construir coletivamente.

A minha sugestão seria: aprova-se o requerimento, e os Senadores e as Senadoras que quiserem contribuir com a indicação de nomes assim o farão. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem assim, não é?

Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parece que temos mais um item extrapauta.

Muito bem.

Requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

Também pergunto ao Plenário se concordam com a apresentação do requerimento extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só leitura, não vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se bem que a gente poderia aprovar tudo também, já para economia processual.

Então, eu vou ler o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 77, DE 2023

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Joinville/SC, dia 29/9/2023 e em Campo Grande/MS, dia 26/10/2023, com o objetivo de realizar audiências públicas dentro do ciclo de debates do Estatuto do Trabalho - SUG 12/2018.

Autoria: Senador Paulo Paim

O ciclo de debates é decorrente de uma sugestão (SUG) da comunidade, através dos canais daqui do Senado.

As audiências públicas fazem parte do ciclo de debates sobre o Estatuto do Trabalho, e a importância também está devido ao apelo de sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras, entidades organizadas da sociedade civil em poder debater na essência o tema, nos termos do art. 93, §1º e art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu lembro que há a iniciativa, aqui já bem discutida pelo Senador Paulo Paim, de não colocarmos itens extrapauta. Os itens são lidos, mas votados na reunião seguinte, para que todos tenham conhecimento do conteúdo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – A não ser, claro, que haja uma exceção de algo que a gente entenda fundamental e for unanimidade, de todos, o que não é o caso aqui. Aqui apenas é continuar um ciclo de debates que nós estamos fazendo há cinco anos sobre o tema Estatuto do Trabalho, ouvindo empresários, trabalhadores.

Eu sempre digo para aqueles que têm alguma preocupação: um estatuto a gente não aprova num ano nem em dois anos. Isso é um debate até que você mature a questão, de forma que a gente possa aprovar no momento adequado, atendendo a todos.

Então, até para tranquilizar todos, a última vez em que foi atualizada, de fato, a CLT foi praticamente na construção dela. Haviam a construído há muito tempo, na época de Getúlio.

Então, ninguém está querendo aqui passar tranquilidade.

Eu vou a diversos estados. O gasto seria todo, naturalmente, de minha responsabilidade, não estou pedindo que haja nenhum investimento da Comissão, a não ser que, em um caso ou outro, em um evento especial, a gente possa ir nesse sentido. Mas eu vou a Joinville e vou também a Mato Grosso do Sul, em dois eventos promovidos pelas entidades sindicais, para dialogar com a nossa gente, no caso, a nossa gente brasileira, todos, como vou também dialogar com a nossa gente, no caso, os empresários, que já se mostraram à disposição.

Vou conhecer o que é essa ideia que se está há tanto tempo discutindo. Vamos ver o que é possível fazer, porque nós temos que atualizar a CLT. Temos que atualizar! Todos nós sabemos. Nós temos uma CLT que completou 80 anos. Ninguém é favorável – tenho certeza absoluta – a se revogar a CLT, mas as pessoas pensam em atualizá-la, até mediante – como é que se chama? – a própria inteligência artificial, que diz tudo sobre o momento a que nós chegamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso. Eu não quero nem que aprove hoje. Não tem problema, aprovaríamos na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um momento só. Gostaria de propor ao Plenário, se não houver objeção, que o fato de não se colocar em pauta... Extrapauta é quando se refere a um projeto de lei, a uma audiência pública mais polêmica... Quer dizer, em tese, o Presidente nem precisaria estar falando isso para a Comissão, mas é uma deferência dele para a Comissão, dizendo "olha, esse trabalho está sendo feito e será realizada audiência aqui e lá", para tomarem conhecimento.

Então, eu proponho, se não houver objeção do Plenário, que a gente coloque em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ainda mais, não tendo despesa também, não é? (*Pausa.*)

Temos um outro requerimento extrapauta da Senadora Soraya Thronicke. Pergunto se podemos também colocá-lo, não havendo objeção.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 78, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 68/2023 - CDH, seja incluído um convidado.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Leio o requerimento.

Requeiro que na Audiência Pública objeto do REQ 68/2023 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 1.070/2023, que “altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas” [...].

Tudo isso estava entre aspas, porque é o objeto da lei, então, não é da audiência. Continuando: "[...] que seja incluído o seguinte convidado [...]".

Então, já foi aprovado o requerimento e a Senadora Soraya Thronicke está só pedindo para ser acrescentado mais um nome, que é o do Dr. Raul Canal, Presidente da AAAPV, (Agência de Autorregulamentação das Entidades de Autogestão de Planos de Proteção Contra Riscos Patrimoniais).

Não sei como é que ele consegue dizer como é a agência dele, porque é meio comprido o nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se não houver objeção, votamos também esse requerimento de acréscimo de nome.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Devolvo a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador. Mais uma vez, muito obrigado.

Senadoras, eu gostaria de falar sobre uma situação que comentaram ontem no Plenário comigo, de uma enorme preocupação delas, que tem tudo a ver inclusive com a pesquisa que eu li aqui, agressão contra as mulheres, violência.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Eu já agradeço aqui ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, a gente foi se informar junto à assessoria da Comissão e o que a gente estava querendo fazer, a relatoria do projeto supermeritório, necessário, da Senadora Margareth, tem que cumprir um certo prazo regimental para que possam ser apresentadas as emendas. E a gente, preocupada em também não quebrar esse direito, em não inviabilizar, a gente nem vai pedir mais para entrar extrapauta, embora a gente já esteja com o relatório, mas agradecemos muito a atenção do nosso Presidente. E tenho certeza de que logo mais, o mais rápido possível, seguindo os trâmites legais, a gente vai conseguir aprovar.

Era só para registrar aqui a boa vontade do nosso Presidente, mas a gente não vai quebrar o Regimento para não ocorrerem outras situações, para não ter o perigo de não aprovar de fato, o que a gente acha muito necessário. Era isso.

Mais uma vez parabenizo toda a Comissão, na pessoa do Presidente, e todos os assessores aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me vejo, por obrigação da conversa que eu tive com as Senadoras no dia de ontem, fizemos um esforço enorme para que o projeto estivesse com o relatório até pronto hoje. Eu disse: "Se for unanimidade, por tudo que vocês me relataram", porque a gente também tem que saber na vida, coletivamente, abrir alguma exceção quando está em jogo a vida. A vida está em primeiro lugar, então até as regras poderão ser mudadas quando a vida estiver em risco. Eu fiquei de fato muito preocupado, disse: "Olha, se vocês apresentarem o projeto amanhã, da forma como foi combinada, que vocês me explicaram, que atende, salva vidas, eu farei um esforço sobre-humano para dialogar com o Plenário", mas entendi que a sensibilidade de vocês é maior do que a minha, porque vocês conseguiram me sensibilizar e, aqui no Plenário, para não me deixar numa situação que seria uma quebra de parâmetros, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolveram que votaríamos então na próxima sessão, com o relatório lido, publicado, e assim será votado. Se assim vocês entendem, eu fico mais uma vez devendo para vocês, porque eu já tinha concordado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, eu entendi já. Ele está dizendo que vocês têm toda razão mesmo, fizeram bem em deixar para a próxima.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – E nos aguardem, nos aguardem.

Presidente, eu queria trazer outra preocupação e eu não sei como proceder na Comissão, por isso que não apresentei requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, muito obrigado mais uma vez por ser brilhante.

Fique à vontade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, diante de uma tragédia de acidentes ambientais, como o que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, imediatamente um protocolo tem que ser aberto, especialmente na proteção da criança, da pessoa com deficiência, da mulher. Enquanto Ministra de Direitos Humanos, eu enfrentei quatro grandes tragédias. Eu comecei com Brumadinho, depois vieram as chuvas do Nordeste, aquela grande chuva na Bahia e aqueles desastres lá em São Paulo.

Deixe eu explicar, Presidente: em uma enxurrada, vai embora tudo, começa pelos documentos. Quando esses documentos vão embora, a gente deixa vulnerável, por exemplo, as crianças. E aí protocolos precisam ser acionados. As pessoas estão transitando na rua com crianças, no carro, e aí perguntam: "É o quê?"; "É sobrinho"; "Prove"; "Não, não tem documento, o documento foi na enxurrada". E, especialmente, eu vi na Bahia, de uma cidade para outra, crianças indo pela rodovia com pessoas que se diziam parentes, mas você não tem como provar, e a polícia fala: "É verdade, os documentos se foram".

Da mesma forma, eu encontrei, por exemplo, idosos em profundo sofrimento, porque o cartãozinho, aquele cartão que é a vida dele, do benefício foi embora na chuva. Aí as angústias começam e, então, começa uma série de outras sequelas por conta de uma tragédia. Eu vi, por exemplo, em abrigos, no mesmo abrigo, uma mulher vítima de violência que tinha uma medida protetiva e o agressor no mesmo abrigo. Por mais que ela explicasse: "Olhe, eu tenho uma medida protetiva"; "Prove!"; "O documento foi na enxurrada". Então, existe uma série de protocolos para que mais direitos não sejam violados.

Eu estou preocupada com Rio Grande do Sul. Eu não sei como a gente poderia fazer, nós temos cidades muito pequenas ali. A primeira coisa: a recuperação desses documentos dessas pessoas. A gente precisa saber do Secretário Estadual de Direitos Humanos se todos os protocolos foram acionados, sem ser de uma forma invasiva, mas uma manifestação de preocupação desta Comissão. Então, eu queria trazer isto: estou preocupada; preocupada com os idosos, pessoas com deficiências, crianças, mulheres. Dá até para a gente pensar em grandes mutirões, talvez a gente pudesse mandar assessores nossos para conversar com o Secretário Municipal de Direitos Humanos e fazer reuniões virtuais, para a gente colaborar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Comissão para saber se esses protocolos todos estão sendo acionados lá na ponta, lá nos municípios.

Eu só queria registrar a minha preocupação, e talvez conversar com a secretaria depois sobre como é que a gente pode ajudar a cuidar do povo do Rio Grande do Sul e acompanhar esses protocolos de tragédias depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A secretaria dos trabalhos sugeriu – e eu vou falar o que ele disse também, porque para mim me dá a impressão de que é factível isso – que nós fizéssemos um requerimento aqui da Comissão de Direitos Humanos, em nome de toda a Comissão, dirigindo ao Ministério dos Direitos Humanos, ao Ministério da Ação Social e também ao Governo do Estado, para ver como está essa situação mediante as preocupações justas aqui levantadas.

Eu lhe confesso que eu estou lá, no Estado, eu pensei dez vezes se devia ir para lá ou não, porque a população está tão indignada... Não contra nós, mas ela quer soluções, e só mandar uma Comissão ou um ou outro lá e vem todo mundo e tira foto e tal, talvez não passe a impressão de que a nossa boa vontade – de todos nós, inclusive, do Executivo, aqui do Legislativo, do próprio Governo do Estado – para, mais uma vez, dar aquela impressão de que o político quer ocupar o espaço, digamos, sendo bem tolerante.

Eu tive muito, muito cuidado. Estou cuidando com muito carinho, mas procuro não aparecer na frente da foto e, sim, ajudar, como estamos ajudando, o projeto que o Presidente Rodrigo Pacheco enviou, vindo do Governador Eduardo Leite – tem que ser dito que foi ele que pediu.

Conversamos, a data será 23 ou até 24. Eu concordei que fosse 24, porque você não reconstrói dezenas de cidades em seis meses, não tem a mínima condição, até para as questões protocolares, para liberar a verba, como agora essa de R$1 bilhão, que o BNDES está apresentando para ajudar, mas o Governador também levantou um empréstimo de R$1 bilhão e aqui... se foi R$1 bilhão e veio agora mais R$800 mil, que venha mais. A situação lá é de bilhões mesmo. Eu disse desde o primeiro dia: não é de milhões, é de bilhões.

Eles chegaram a dizer, a população: "Não adianta mandar para cá a cesta básica, nós já temos aqui, o Brasil todo está mandando. Nós queremos saber como é que vamos reconstruir as casas". Não estamos falando aqui em salvar vidas.

Como é que vamos reconstruir as casas? Como é que uma indústria que tinha 2 mil empregos, que foi totalmente alagada, como é que vai voltar a funcionar? Será que ela vai ter interesse em, de novo, manter a empresa ali? Se não for assegurado um espaço, digamos, numa região mais alta, que ali tem também... e que ela possa então dizer: "Olha, esse terreno eu perdi, eu vou para lá e vou garantir os 2 mil empregos".

Tudo isso merece muito cuidado e o carinho que aqui as Senadoras estão demonstrando.

Mas o seu alerta é muito positivo. Nós faremos mediante ofício, comprometo-me a mandar cópia para as senhoras e, tendo a resposta, ver o que a gente pode fazer, de uma forma, digamos, solidária, coletiva, olhando para o bem de toda a população.

Então, muito obrigado a todos que participaram aqui, mas agora é o final desta reunião.

Nossa querida Senadora Margareth, que falou muito com o Plenário, se quiser fazer aqui uma fala, eu me sentiria honrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, só quero agradecer. Ontem a gente conversou e não prestou atenção na questão regimental das emendas, e a nossa assessoria também nos alertou. E é melhor, não vamos prejudicar o projeto por isso.

Eu entendo, eu sou como o senhor. Eu acho que tem coisas que a gente pode, sim, ultrapassar, porque você defende a vida, mas é uma semana, vamos aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma semana.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – ... e muito obrigada pela compreensão, pelo carinho que o senhor teve com o projeto, à Augusta, que se prontificou a fazer o relatório em 24 horas.

Mas obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Senadoras Augusta Brito, Jussara... os que estiveram aqui presentes: o Flávio Arns, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Augusta Brito, Jussara Lima, Damares, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, e todos aqueles que deram presença no painel, para que a gente pudesse, então, votar toda a pauta.

Está terminado o trabalho da Comissão do dia de hoje.

Eu só vou ler aqui o expediente, que é o ritual. Fiquem à vontade, eu só vou ler o ritual aqui.

Não, mas fique à vontade, terminou, não vota mais nada, não discute mais nada. É só uma comunicação de expedientes que vão ser arquivados. Então, fiquem todos à vontade.

Muito obrigado por tudo.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos de cidadãos:

Denúncia de abuso de autoridade e fraude em concurso público.

Denúncia de violação dos direitos humanos na educação escolar dos quilombolas.

Pede ajuda e denuncia que suas filhas foram retiradas dos braços e encaminhadas para morar com o pai fora do Brasil, também alega ser ele, o pai, um abusador das próprias filhas.

Do Observatório do Clima e de outras 309 organizações. Solicita que o PL 2.903, de 2023, que regulamenta o art. 231, da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso da terra dos indígenas e altera a Lei nº 11.460, de 21 de maio de 2007, e 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973, sejam também analisadas pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais (CAS) e do Meio Ambiente.

Da associação Coletivo Mães na Luta. Encaminha recomendação das Nações Unidas, do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, as quais reportam ao Congresso Nacional pela revogação da Lei da Alienação Parental e banimento do termo e de seus derivados do ordenamento jurídico. Sendo assim, é favorável ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2023. Esse documento encontra-se anexado ao projeto.

Do Conselho Nacional de Membros do Ministério Público. Encaminha documento que relata a preocupação desse conselho com a aprovação do PL 4.438, de 2021, substitutivo da Câmara, que altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la. Esse documento encontra-se anexado ao projeto.

Da Ypassali Associação Sanuma. Pedido de providência sobre o caso de mortes na Terra Indígena Yanomami, em região de Awaris.

Do Coletivo Movimento Amigos da Ucrânia e Comunidade Ucraniana no Brasil. Solicita a realização de audiência pública para debater a problemática da fome e o aumento do preço de alimentos e *commodities* como combustível, pois o bloqueio no Mar Negro para a passagem de grãos afeta diretamente o Brasil.

Do Conselho Federal de Psicologia. Manifestação a favor da aprovação da Sugestão 21, de 2019, que dispõe sobre o fim dos recursos EAD para a área da saúde. Essa manifestação encontra-se anexada à matéria.

Da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF. Convite para participar da articulação *in loco* com os catadores de recicláveis devido ao trânsito por dentro da Terra Indígena Kariri-Xokó, no dia 16/08/2023, às 14h.

Da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Encaminha solicitação de providência para que sejam criados mecanismos de informação aos conselhos de direitos, conselhos tutelares, fóruns temáticos de defesa dos direitos da criança e do adolescente e demais atores do sistema de garantia de direitos sobre o projeto de lei, apresentado nas referidas Casas Legislativas, que visa à alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de que esses atores possam participar efetivamente das discussões e deliberações sobre o tema.

Da Câmara Municipal de Cascavel, no Paraná. Solicita ao Congresso Nacional a iniciativa de projeto de lei para adequar os símbolos das vagas de estacionamento com a nomenclatura correta das vagas para pessoas com deficiência e com o símbolo de transtorno do espectro autista.

Do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Encaminha convocação para 70ª reunião extraordinária descentralizada, de Belém, com a possibilidade de participação remota.

Da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Pedido de acompanhamento das ações que estão sendo empreendidas pelos gestores de segurança pública do Estado da Bahia.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, informo que os documentos lidos na 51º Reunião serão definitivamente arquivados.

Eu queria agradecer muito à Ministra Anielle, que é uma liderança global. Ela saiu lá da Comissão em que estava para vir aqui me dar um abraço. O meu coração sente a tristeza do Sul, mas alegria por você fazer esse gesto, que eu sei que é um gesto de solidariedade.

Os meus assessores disseram: "A Anielle vai lá lhe dar um abraço, pelo que está acontecendo no Rio Grande do Sul". E o apoio que o nosso Governo, felizmente – eu digo felizmente, com alegria, porque a tristeza é grande –, está dando. Eu dizia aqui que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula liberou mais R$1 bilhão agora; já havia liberado em torno de R$900 milhões. Mas a sua vinda aqui merece um abraço com carinho, com o respeito a uma grande líder.

A SRA. ANIELLE FRANCO (*Fora do microfone*.) – Onde o senhor estiver eu vou. Se o senhor me chamar, eu vou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais fácil eu estar onde você estiver, porque você é chamada no mundo todo. Eu pego carona, uma hora dessas, e vou com você. (*Risos.*)

Essa Ministra é muito querida. Deixem-me falar isto aqui: ela foi ao Rio Grande do Sul e foi aplaudida de pé lá na Assembleia, lotada, mas com muito, muito carinho. E os relatos que eu recebi, Anielle – não é porque você está aqui –, são emocionantes. Inclusive, um irmão meu foi lá vê-la.

A SRA. ANIELLE FRANCO (*Fora do microfone*.) – É, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você o tratou com carinho.

A SRA. ANIELLE FRANCO (*Fora do microfone*.) – Ele estava com a minha agenda, eu ficava falando com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, com a chegada dela eu encerro, neste momento, os nossos trabalhos de hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos.

E lhe digo já uma notícia boa – você é nossa líder nessa questão, junto com os outros ministérios, naturalmente –: o David Alcolumbre, Presidente da CCJ, aprovou por unanimidade o requerimento para que, na terça-feira, haja um debate. Nós discutimos já com os setores, com quem é favorável com quem quer debater mais o tema, o que é bom, faz parte da democracia. Ele já me disse que, se depender dele, a votação será na quarta. Ele vai pautar a matéria para a quarta. Eu creio que não vai haver obstáculo porque aqueles que pensam que merece uma discussão, digamos, sobre onde mexer, onde não mexer... Eu prefiro não mexer, porque o trabalho da Câmara foi brilhante, com a assessoria que os ministérios deram. Por que, aqui, eu vou mexer numa vírgula ou em outra vírgula? Só para voltar? Não. Então, vamos tentar trabalhar para que seja aprovado por unanimidade, porque vai ter a regulamentação depois, porque os ministérios vão nos ajudar.

Então, se você puder estar no Brasil, porque eu sei que você tinha sido convidada para ir aos Estados Unidos – mandou até um convite para mim também; agradeço muito. Mas eu digo: olha, é uma questão de vida, de vida para todos nós, a questão das cotas. Porque, se nós não votarmos rapidamente... Não é a questão de voltar para a Câmara; é que o Ministério da Educação e o seu ministério, Ministra, terão que fazer as adaptações, regulamentar. Então, se alguma coisa tiver aqui que se ache que tem que ser ajustada, que nos permitam, que nos deem esse voto de confiança de que na regulamentação isso será feito.

Vamos rezar para que na semana que vem a gente aprove as cotas, que salvam vidas, eu diria, porque só a educação liberta, não é?

A SRA. ANIELLE FRANCO (*Fora do microfone*.) – Abrem portas, salvam vidas. A gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fale aí! Fale aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANIELLE FRANCO – O senhor sabe o quanto eu o respeito e admiro, então, sempre que o senhor me chamar, eu venho – primeiro de tudo.

E, segundo, quero falar da importância que é a gente reforçar, reafirmar, ressignificar as cotas cada vez mais.

Eu sou fruto de cotas, o senhor sabe, e ter essa entrada na universidade mudou a minha vida. Ter agora a presença de mais professores negros e professoras negras também tem mudado a vida de muitas pessoas. Você chegar a um lugar em que você se identifica com aquela pessoa é extremamente importante.

Então, não foi à toa que a gente caminhou até aqui. É uma luta que vem do movimento negro de muitos anos, uma luta que tem dados que comprovam essa eficácia, que comprovam cada vez mais a importância de as cotas continuarem e serem fortalecidas. Vai ser uma honra – e tem sido uma honra – caminhar ao lado do senhor com isso, mas também tem sido uma honra estar à frente desse ministério para fazer cada vez mais valerem as cotas, porque as cotas abrem portas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você nos lidera. (*Fora do microfone.*)

Declaro encerrada a nossa reunião com essa participação aqui brilhante – é isso que dá ibope até para a TV Senado!

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. **Finalidade:** Debater o tema: Vidas Negras com Deficiência Importam". **Participantes:** Ministra de Estado Anielle Franco, Ministério da Igualdade Racial; Anna Paula Feminella, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Luciana Viegas, Autista e Educadora popular, pedagoga e ativista de direitos humanos; e Levi Castro, Representante da UNEAFRO Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Soraya Thronicke, Weverton, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli e Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 62ª e 63ª Reuniões desta Comissão que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1048, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 5º do art. 197-E da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para definir medidas aplicáveis nas hipóteses de desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção e de devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº1-CDH. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatoria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 981, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade em aplicações de internet." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4281, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Nascituro a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro e a Semana de Defesa e Promoção da Vida, na semana que o antecede." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1757, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para tornar compulsória a notificação de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com emenda nº 1-CDH. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3020, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3040, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida à Senadora Jussara Lima. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2562, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes previstos nos arts. 239, 240, 241, 241-A, 244-A, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** O Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Jussara Lima. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com emenda nº1-CDH. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 81, de 2023** que: "Requer a realização da audiência pública sobre "Uma visão sobre a Dívida Pública"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 80, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre: “Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos Oficiais de Justiça”." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros.. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Jussara Lima. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4266, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com emenda nº1-CDH. Fazem uso da palavra os Senadores Magno Malta e Eduardo Girão e as Senadoras Jussara Lima, Damares Alves e Margareth Buzetti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 62ª e 63ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes do itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Hoje, Senador Girão, é uma data especial, lá no meu Rio Grande do Sul. Dia 20 de setembro é a data máxima do Estado do Rio Grande do Sul, e, por isso, faço uma homenagem – lá é feriado – ao meu querido estado, já que estou aqui.

Hoje é o dia de todos os gaúchos e gaúchas, dos que estão no torrão natal e dos que de lá saíram e se fazem presentes no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, a nossa solidariedade ao povo sul-rio-grandense, pela recente tragédia que se abateu, devido a um ciclone extratropical, com enchentes e rios transbordando, ceifando a vida de conterrâneos, deixando muitos desabrigados, sem teto, famílias em lágrimas, cidades destruídas, economia dilacerada, animais mortos.

Há momentos de sorrir e de alegrias, mas este, agora, lá no extremo sul do Brasil, é de abraço, solidariedade e fraternidade. Na hora da dor, todos estão juntos. Agradeço a todos os Senadores e Senadoras, inclusive ao Senador Magno Malta, que me deu um abraço, hoje pela manhã, em solidariedade ao povo gaúcho.

Com a ajuda do Governo Federal, do Governo Estadual, da bancada gaúcha do Congresso, da Prefeitura e da sociedade civil, estamos reconstruindo as cidades atingidas. A solidariedade do povo brasileiro é impressionante! Em todos os estados e no DF, há artistas, comerciantes, empresários, líderes, pessoas fazendo prece e orando. Só temos a agradecer.

O Rio Grande do Sul foi formado por povos indígenas, brancos, negros, quilombolas, imigrantes de vários países, como alemães, italianos, espanhóis, japoneses e africanos. Gente que fez história nas madrugadas de geadas, juntos, sempre caminhando. Gente que acorda ao sol e faz morada em noites de lua cheia. Gente que buscou a liberdade e a justiça e que até hoje insiste em escrever as páginas que a história renegou.

Busquemos o outro no seu cotidiano, pensemos nas diferenças, abracemos excluídos e vulneráveis, mas sobretudo respeitemos o modo de vida de cada um.

O ritual do chimarrão, passando de mão em mão, tem uma simbologia – aproxima as pessoas para o diálogo, para o bom viver –, o acolhimento que enriquece a existência humana.

Um poeta dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul, na década de 80, escreveu que, se os senhores da guerra mateassem ao pé do fogo, o mundo inteiro estaria em paz.

Além da Rússia e Ucrânia, o mundo tem mais de 20 conflitos armados, atualmente, migrações, gente que sai mundo afora sem saber aonde vai chegar.

Os direitos humanos são negados, surrupiados. O ser humano é deixado de lado e se torna um exilado em seu próprio cenário de vida e de sonhos. Dizem que o exílio é como a agonia dos pássaros cativos. E assim escreveu um outro poeta dos Pampas: "De que adianta um par de asas, se falta o céu para voar?".

Quando exaltamos a regionalidade brasileira, como aqui faço, no dia de hoje, Dia do Gaúcho – e da gaúcha –, estamos fortalecendo a nação brasileira, o nosso povo e a nossa democracia.

Terminando, as regionalidades são a essência das nossas cores e sentimentos; é a base do nosso país, da nossa nação. Somos brasileiros, gaúchos e gaúchas, brasileiros e brasileiras da Amazônia, brasileiro do Nordeste, brasileiro do Pantanal, brasileiro do litoral, brasileiro do Cerrado, brasileiro do carnaval, do samba, do forró, do verão, do valeirão... Somos todos brasileiros!

A vida, meus queridos amigos e amigas, só acontece com saudade.

Muita esperança e fé.

Essa é a fala do Presidente, homenageando hoje o solo gaúcho, nesses tempos tão difíceis por que estamos passando. (*Palmas.*)

Eu agradeço as palmas – não é a mim, eu sei, mas ao povo gaúcho.

De imediato vamos encaminhar... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 4281, DE 2023
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Nascituro a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro e a Semana de Defesa e Promoção da Vida, na semana que o antecede.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *Tramitação: Terminativo na CDH.*

Passo a palavra agora ao Senador Magno Malta, para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, este relatório é absolutamente importante.

Nós temos dias importantes, que são marcados na vida da sociedade, que as pessoas comemoram. São dias que marcam datas religiosas, dias que marcam datas festivas e nacionais, de toda a ordem, requeridas pelas pessoas, e que fazem o seu dia: desde o Dia do Trabalhador, até o dia do trabalhador da enfermagem, do trabalhador médico, o Dia do Servidor Público – a gente tem todos esses dias. E esse tão somente seria um dia do nascituro, porque esse trabalhador médico, esse trabalhador operário jamais existiria sem o dia do nascituro. Esse, quem sabe, passa a ser um dia muito importante. V. Exa. está aqui comandando bem esta Comissão já há tantos anos, exatamente por conta do nascituro – um dia absolutamente importante. Eu estou aqui, o Girão está aqui, nós estamos aqui, sua família existe, a minha existe, tudo vem depois do nascituro.

Então, eu vou direto ao meu voto, visto que essa é a argumentação.

O meu voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 4.281, de 2023, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feito o relatório, vamos à discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto nos termos do relatório apresentado.

Lembro que a votação é nominal, porque é um projeto terminativo.

Então, proceda-se à votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está liberado já o painel para a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enquanto vai votando, V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pois é, eu queria justamente falar para o senhor, como eu já presenciei aqui em outras Comissões, se a gente poderia – até porque o Senador Magno Malta tem outros quatro itens – ir já passando para os outros itens enquanto nossos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... vão votando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seguindo a sua orientação, como é praxe já em inúmeras Comissões, nós vamos aproveitar a presença dos Relatores no Plenário para avançarmos em outros projetos.

Quero só dizer a todos que esta Comissão está em dia com todos os projetos. Os projetos que vêm aqui vão para a pauta. Não há um projeto aqui que esteja atrasado, a não ser quando seja a pedido do próprio autor ou Relator para que saia de pauta – e, mesmo quando o Governo pede, também nós vimos, via os Líderes do Governo, tirando os projetos de pauta, desde que, claro, o Senador esteja no Plenário nesse momento.

A votação está aberta.

Vamos para o item 6. (*Pausa.*)

Eu já estou votando aqui em outras Comissões também, viu? (*Pausa.*)

O item 5 é votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos lembrar a todos que a votação é nominal.

Eu quero agora já fazer a leitura.

Item 6, vamos fazendo a leitura e vamos votando no final.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 1757, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para tornar compulsória a notificação de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Passo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.757, de 2023, do Senador Eduardo Braga, que "altera a Lei nº 6.259, de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências, para tornar compulsória a notificação de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente".

Muito importante!

Relatório.

Vem a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 1.757, de 2023, do Senador Eduardo Braga, que tem como objetivo tornar compulsória a notificação de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente.

Para tanto, a matéria altera os arts. 7º, 10 e 11 da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações e estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças.

No seu art. 1º, o texto modifica o art. 7º da mencionada lei, acrescentando-lhe o inciso III para incluir, entre os casos de notificações compulsórias às autoridades sanitárias, os de uso de bebida alcoólica ou de substância psicoativa lícita ou ilícita por criança ou adolescente.

Queria fazer um registro aqui, abrir um parêntese: na minha experiência de 43 anos que tiro drogados da rua – é a minha história de vida, é o que eu vivo e respiro –, a cada 50 viciados em cocaína que eu recupero, só consigo recuperar um bêbado.

Vou continuar o meu relatório.

Inclui, também, a possibilidade de que a notificação a respeito desse tipo de caso seja fornecida ao Ministério da Saúde, conforme alteração que promove na redação do §2º do referido artigo; e, ainda, ressalva os casos em que o uso seja de medicamento prescrito por profissional de saúde habilitado, conforme o §3º que acrescenta ao dispositivo.

O mesmo art. 1º da proposição modifica a redação do parágrafo único do art. 10 da referida lei, de forma a também abranger a hipótese do inciso III do art. 7º como justificadora de excepcional identificação do paciente.

Conforme o art. 2º do PL, é permitida a entrega, pelas autoridades sanitárias, de informações concernentes aos casos de uso de bebida alcoólica ou de outra substância psicoativa por criança ou adolescente.

A gente sabe que é proibida a venda de bebida alcoólica para menor, daí a importância dessa proposta do Senador Eduardo Braga, porque ele obriga que a autoridade sanitária – exemplo, você chega lá com um menor bêbado, que ingeriu bebida alcoólica, em convulsão – ou que as autoridades sejam comunicadas, ainda que ele seja medicado, com o tipo de medicamento.

Sr. Presidente, as primeiras linhas já definem, no mérito, a importância desse projeto, dessa proposta, uma vez que estamos vivendo com uma geração destruída e com o futuro no submundo das drogas – aliás, que é o adubo da violência no país – e da bebida alcoólica, ingerida por adolescentes e crianças, em que, apesar de ser proibida por lei, os donos de estabelecimento não prestam atenção. Quando elas são levadas aos hospitais, a socorros imediatos também, elas não têm registro.

Por isso, vou aqui à análise.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições legislativas que versem a respeito da proteção à infância e à adolescência. Assim, a apreciação do PL nº 1.757, de 2023, por esta Comissão tem amparo regimental.

No mérito, a importância da matéria avulta dos dados apresentados pelo Senador Eduardo Braga na justificação, dando conta do elevado número de atendimentos nos serviços de saúde de crianças e adolescentes intoxicados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... pelo uso de álcool e substâncias psicoativas. Tais dados são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só estou pedindo um pouco mais de silêncio no Plenário, para que a gente possa ouvir o seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Os dados são corroborados por pesquisa divulgada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito da saúde de escolas. Segundo as informações recolhidas pelo órgão, vem crescendo o número de meninos e meninas que consomem essas drogas – eu falo isso a minha vida inteira. A proporção de estudantes que experimentaram bebidas alcoólicas cresceu de 52,9%, em 2012, para 63,2%, em 2019. Esse aumento foi mais intenso entre as meninas, de 55%, em 2012, para 67%, em 2019. Para os meninos, o indicador foi de 50,4%, em 2012, para 58,8%, em 2019.

Você ainda tem o Supremo tentando legalizar droga no Brasil, quando a gente tem duas gerações perdidas, sem jeito; e eu conheço os dois lados da questão. Vem a calhar exatamente neste momento, Senador Paim, em que o Supremo Tribunal legisla, em uma PEC importante do Senador Pacheco – aliás, do Senado da República, por luta nossa aqui, Senadora, de todos nós –, para que a Casa cumpra o seu papel de legislar, para que nós não tenhamos que pagar esse preço vexatório.

Então, isso quer dizer que um policial, daqui para frente, tem que andar com, além dos seus instrumentos, uma balança; ou o usuário será obrigado... Se anda com maconheiro, tem que ter balança também no bolso.

Então, vêm a calhar esses números aqui do IBGE nesse projeto importantíssimo, nesta discussão de mérito, que é de autoria do Senador Eduardo Braga.

Eu estava ali agora falando com o Senador Aziz a respeito dos índios na Amazônia. Ele falou assim: "Ah, índio na Amazônia, quando não é evangélico, é alcoólatra". E o número de pessoas que morrem, que se suicidam, de indígenas, é um absurdo, lá dentro da Amazônia. E eu fui lá conhecer de perto toda essa questão que envolve o uso e abuso de drogas, que parece que é uma coisa que tem que ser normalizada de fato e deixar as pessoas viverem essa tal liberdade, que não é nada mais, nada menos do que a velha libertinagem.

Então, a importância desse projeto é de total significação.

A experimentação ou exposição ao uso de outras drogas ilícitas subiu de 8,2%, em 2009, para 12,1%, em 2019 – um dado preocupante para a nossa sociedade.

É necessário ressaltar que o uso de tais substâncias é especialmente danoso para crianças e adolescentes, representando elevado potencial de causar-lhes prejuízos em seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento. Ademais, sabe-se que, na adolescência, os conflitos emocionais costumam assumir formas acentuadas, causando estresse, angústia, depressão, o que exige cuidado redobrado sobre o risco da compulsão. E mais ainda: da violência e do crime, porque o uso de drogas, as drogas são o adubo da violência no país.

Note-se que o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho, estabelece penas de detenção de até quatro anos para aquele que "vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica".

O PL também guarda consonância com o ECA, ao prever o compartilhamento das informações com o Ministério Público e o Conselho Tutelar, coadunando-se, entre outros dispositivos, com o art. 70-B do mencionado Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, do ponto de vista da CDH, não vislumbramos reparos a fazer na proposição, exceto pela necessidade de ajuste no inciso V, que a matéria insere ao art. 7º da Lei 6.259, de 1975, para torná-lo coerente com o dispositivo alterado, que menciona notificação negativa.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação.

E nesse projeto do Senador Eduardo Braga fica claro, quando trata da questão de criança, para minha tristeza, o Ministro da Casa Civil hoje, Rui Costa. Ele, quando Governador da Bahia, ao deixar o cargo, faz uma entrevista e diz: "As drogas têm muita capilaridade e dão muito emprego no Brasil; os jovens e adolescentes ganham uma moto, eles fazem *delivery*", Senador. "Fazem *delivery* e ganham uma moto". Não, a moto é roubada, Ministro. Não tem nada de *delivery* e não dá geração de emprego. Agora, se um cidadão de bem der um emprego para um menino de 13, 14 anos, é trabalho escravo e ele vai preso.

Então, nada mais importante do que esse projeto do Senador Eduardo Braga.

Meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feito o relatório, em discussão a matéria.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Se ninguém quer, vamos diretamente à votação.

Encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto do nobre Senador Eduardo Braga, relatado pelo Senador Magno Malta, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pode abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vamos abrir, já vamos abrir.

Eu quero primeiro registrar a presença aqui dos Senadores no plenário: Eduardo Girão, Magno Malta, Dr. Hiran, Margareth Buzetti, Jussara Lima, Zequinha Marinho, Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já atingiu o quórum, vamos abrir então a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – SIM, 11; NÃO, 0.

Por isso que ninguém pediu vistoria, ninguém pediu verificação de quórum, porque tinha uma visão no Plenário favorável ao projeto que ora votamos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – É um dia para nós significativo, para mim e para todos aqueles que nasceram. Aqui estamos porque nascemos: nada antes do nascituro; depois do nascituro, tudo, até o direito de fazer discurso para que outros não nasçam.

É um dia emocionante, parece um passo pequeno, mas é muito longo, quando esta CDH, em dias tão ideológicos, em que o Supremo Tribunal Federal se arvora a discutir o aborto, a morte de inocentes, e nós precisamos, Senador Paim, na pessoa do Presidente desta Casa, que... E na divisão de três Poderes harmônicos entre si, se isso realmente vale, quem mais tem poder é o Senado, se você fizer a medida. E isso só acontece... As pessoas perdem no mérito, perdem no Plenário, judicializam, e apenas 11 pessoas acham que podem decidir a vida de milhões num país majoritariamente cristão e que acreditam na vida. Aliás, eles estão lá desacreditando a vida porque nasceram, pela importância que Deus dá ao homem no seu livre arbítrio.

É uma luta que eu tenho feito com V. Exa., nós, que ficamos 16 anos juntos, aliás, mais – passamos 4 na Câmara juntos –, 20 anos juntos, e estamos de volta aqui nesta Comissão, porque fui o primeiro a presidi-la quando ela foi criada.

Então, este é um dia marcante na minha vida, o Dia do Nascituro no Brasil, que a gente pode comemorar – Senadora Damares, que passou tantos anos comigo, do meu lado, e a gente buscando essa luta; Senador Girão, como militante, que vivia no meu gabinete para vir para as Comissões levantar cartaz, depois vira Senador. Ver este Dia do Nascituro ser aprovado, para mim, é uma emoção muito grande.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria anunciar que o projeto do item 5 está aprovado, é terminativo, vai para a Câmara dos Deputados, aprovado.

Então agora vamos para o item 4.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou dar, eu vou dar, só quero anunciar já e vou dar a palavra a V. Exa., como é praxe. Com este Senador aqui, como este Senador na Presidência fala sempre, todos falam.

O item 4, só para anunciar, é de autoria da Mara Gabrilli, e a relatoria será da Senadora Jussara Lima.

Senador Girão com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Senadora Jussara. Rapidamente, agradecendo muito.

O meu coração está cheio de gratidão e de reconhecimento a todos os Senadores aqui presentes nesta Comissão, especialmente o Senador Paulo Paim, que não deixa projeto parar aqui nesta Comissão. Tem dado velocidade, junto com essa equipe maravilhosa aqui da Secretaria da CDH.

E só, Senador Paulo Paim, dizer como esse passo é importante. Eu confesso para o senhor que eu não sabia. Eu sou militante dessa causa, Senadora Damares, há 20 anos. Foi a primeira causa pública que eu abracei. E eu não sabia, até pouco tempo atrás, que não tinha o Dia do Nascituro no Brasil – a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, quase a maior nação evangélica, chegando no topo também do planeta. Porque esse dia é um dia consagrado pela CNBB, que, na 43ª Assembleia Geral, instituiu em todo o Brasil o Dia do Nascituro, dia 8 de outubro; a Semana do Nascituro do dia 1º ao dia 7 de outubro, com palestras, com exposições, com marchas.

O Dia Mundial da Vida é dia 5 de outubro. Há proximidade, e por isso que foi essa escolha. E aqui nós temos câmaras municipais, Senador Magno Malta, do Brasil inteiro que já instituíram, estados, e a gente não tinha ainda, em nível federal, uma data.

Então, é um dia histórico, como esta CDH para muitas outras datas foi histórica, em muitos momentos. Eu fico muito feliz, sabendo das minhas limitações e imperfeições, de ter sido um instrumento de cerca de 90% da população brasileira, que é provida e agora está ganhando.

E é simbólico o número: 11 a 0. É muito simbólico, porque 11 são os Ministros do STF, que estão agora, colocaram nessa madrugada, com o julgamento da ADPF 442 para votar sexta-feira, depois de amanhã. O Senado dá um passo, e eu tenho certeza de que é uma resposta desta Casa, pequena – nós temos outras para fazer, inclusive plebiscito, que o nosso Líder Rogerio Marinho já está sugerindo. Mas vai para a Câmara dos Deputados e vamos correr para dar esse presente para o povo brasileiro e lutar pela vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 981, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade em aplicações de internet.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)
Relatoria: Senadora Jussara Lima
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCT.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 981, de 2022, de autoria da valorosa e admirável Senadora Mara Gabrilli, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade em aplicações de internet.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

Quanto ao mérito, o projeto versa sobre o direito da pessoa com deficiência à informação e à comunicação.

As estatísticas demonstram que continuam robustas as barreiras digitais, a despeito do que dispõem a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei do Marco Civil da Internet. Esta última reconhece o acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania, assegurando aos usuários, entre outros direitos, o da acessibilidade, consideradas suas características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais.

É relevante a pesquisa a que faz alusão a autora do projeto. Por meio dela, apurou-se que menos de 1% dos *sites* brasileiros são acessíveis para pessoas com deficiência.

É preocupante que as plataformas dependentes da internet ainda apresentem percentuais insatisfatórios de acessibilidade. A internet ocupa um lugar de centralidade em nossa rotina moderna. Atividades que antes se alongavam de forma demasiada ou exigiam a presença das pessoas são hoje realizadas em instantes e à distância. Tomemos como exemplo aplicações bancárias, que permitem a gestão da vida financeira de alguém sem que precise sair de casa, deslocar-se até uma agência, aguardar em filas e lidar com eventuais barreiras na interação com terminais ou na comunicação com funcionários.

No entanto, boa parte da população brasileira deixa de contar com essas facilidades, porque as plataformas digitais, em sua maioria, não são desenvolvidas atendendo ao conceito de desenho universal, que possibilite a navegação de modo autônomo por todas as pessoas, sem que estas tenham de fazer adaptações, o que pode ser oneroso, ou precisem recorrer à assistência de terceiros, o que limita a autonomia e deixa vulneráveis as pessoas assistidas.

As pessoas com deficiência, que ainda convivem com barreiras físicas e atitudinais no dia a dia e poderiam contar com os benefícios proporcionados pelos avanços tecnológicos, são, uma vez mais, alijadas das conquistas da civilização e sofrem impactos negativos sobre sua autonomia. Se nosso objetivo é construir uma sociedade solidária e inclusiva, é necessário conceber estratégias para eliminar, gradativamente, todas as barreiras que impedem que pessoas com deficiência usufruam de iguais oportunidades e funcionalidades a que têm acesso outros indivíduos.

Nesse sentido, o projeto de lei sob análise hora é meritório, pois, além de expandir a garantia de acessibilidade para aplicações de internet, comina sanções para o caso de descumprimento da referida norma.

Portanto, opinamos no sentido do mérito da proposição. É preciso avançar e garantir que a acessibilidade seja expandida para todas as plataformas digitais de forma a que mais pessoas consigam navegar e utilizar tais recursos tecnológicos com autonomia.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 981, de 2022.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., nobre Senadora Jussara Lima, que dá parecer favorável ao projeto da nobre Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto o senhor pega o papel aí do lado, quero cumprimentar a Senadora Jussara pelo voto, um voto perfeito; a Senadora Mara, pela iniciativa. A gente dá um passo importante hoje, Senadora.

Parabéns pela sensibilidade com a matéria e pela forma como a senhora trouxe o voto.

Deus a abençoe, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltamos à pauta.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1048, DE 2020
- Não terminativo -

Altera o § 5º do art. 197-E da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para definir medidas aplicáveis nas hipóteses de desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção e de devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ;*

- Em 14/09/2023, foi apresentado novo relatório.

Autoria: nosso inesquecível Major Olimpio, que nos ajudou muito em alguns projetos no Plenário quanto à abordagem policial.

Nós aprovamos um projeto de nossa autoria no Plenário, e o Major Olimpio foi fundamental – ele, que era Major da Polícia Militar. Foi graças ao apoio que eu recebi que esse projeto se encontra, agora, na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, para a gente otimizar o tempo, o meu voto é longo e eu vou lê-lo bem devagarinho, porque o assunto é extremamente sensível, mas eu soube, pela minha assessoria, que o Senador Girão ia pedir uma audiência pública sobre este projeto.

Se o Senador Girão for pedir audiência pública, eu nem começo a ler o voto, eu retiro, hoje, de pauta e a gente faz esta audiência no mais curto espaço de tempo porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segundo o Senador Girão, até agora ele disse que não sabe desse pedido de vista.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não? Então ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto do Major Olimpio...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não me oponho, a matéria é delicada, está acontecendo isto no Brasil: casais adotando crianças, desfilam com as crianças, mostram para todo mundo, alimentam uma esperança e um sonho na vida dessa criança, depois devolvem.

Então, o projeto de lei é oportuno e faz esse ajuste na legislação sobre punição a quem devolver uma criança – brincou, passeou e devolve.

Criança não é descartável. Então, eu não me oponho a uma audiência pública e eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, o Girão já me informa aqui que é tranquilo, e o projeto ainda vai para a CCJ e a votação aqui será simbólica.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo, Senador Girão.

Hoje é o dia das crianças, nascidas e as por nascer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Magno Malta, alguma... Só para a gente já resolver.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu quero concordar com o argumento da Senadora Damares e nem entrar no mérito de se vamos ter audiência pública ou não.

Essa história de quem adota e devolve... Criança não é objeto, não é uma bicicleta: "Ah, não é do jeito que eu queria e tal".

Tem gente que fala assim: "Eu tenho uma vontade de adotar, mas eu não adoto porque depois de ficar adulto não sei como é que vai ser". A gente não sabe como vai ser nem o filho consanguíneo. Entendeu? Então, são esses argumentos mais esdrúxulos...

Eu conheço pessoas que realmente: "A gente gostou, mas minha família não se deu bem com essa criança, nós vamos devolver". Nós não estamos falando de bicicleta velha, não estamos falando de carro usado. Nós estamos falando de ser humano, estamos falando de criança.

Então, por exemplo... E eu tenho uma demanda muito grande hoje aí, não sei se V. Exa. estava no Plenário, uma demanda internacional. Eu sou pai adotivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e os irmãos da minha filha foram entregues para um casal pedófilo na Itália e estão todos em abrigo na Itália: uma num abrigo de louco; a outra saltou do quarto andar, pelo excesso de abuso, e se arrebentou toda; e o menino está solto pelo meio das ruas na Itália.

Então, quer dizer, essa questão da adoção é uma coisa muito cara e séria para todos nós. De maneira que, assim, tudo que for para esse benefício, para esse entendimento e esse respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima de tudo... Porque a questão aqui é respeito, a questão é respeito. É questão que envolve criança? É. E aí eu repito: "Ah, vamos porque criança é o futuro do Brasil!". Nunca foi e nem vai ser. É o presente: ou cuida do presente ou não tem futuro.

Então, uma criança que está num abrigo é tão presente no Brasil como uma criança que está dentro de um lar com família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Magno Malta.

Volto a palavra à Senadora Damares Alves, até porque eu diria que esse projeto é uma homenagem também, com mérito fundamental, ao Major Olimpio, com quem eu e todos nós tínhamos uma amizade muito grande e que infelizmente faleceu muito jovem – não é? – devido à covid.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise; a gente ganha tempo.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção à infância e à juventude, bem como sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas ao tema.

Não vislumbramos óbices à regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Desde o advento da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Lei Nacional da Adoção), a adoção de menores é regrada essencialmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de ato jurídico solene e complexo, que estabelece entre duas pessoas relação familiar análoga àquela que resulta da filiação.

A legislação vigente disciplina um processo rigoroso para que possivelmente se chegue, no final, à adoção. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente é diploma que visa a garantir a proteção integral da criança e do adolescente, pessoas em condição de maior vulnerabilidade, e essa garantia deve ser mantida inclusive durante o processo de adoção.

Não obstante as formalidades inerentes à adoção, tem-se ainda, por numerosas vezes, por parte dos pretendentes, a desistência em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção.

Essa atitude contraria o que se persegue com o instituto da adoção, que é a proteção e a assistência ao adotado, de forma a integrá-lo em uma família, de modo pleno e definitivo. A adoção é uma das formas de efetivação do art. 227 da Constituição Federal, que, entre outros, dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, a proposição possui grande mérito ao estabelecer sanções específicas para determinadas atitudes do pretendente que agravam ainda mais a vulnerabilidade de crianças e adolescentes que, por vezes, já sofreram trauma anterior de exclusão ou perda da família de origem.

Por certo, os institutos gerais de reparação previstos pelo direito civil já são atualmente aplicados para responsabilizar o adotante que exerceu de modo ilícito ou com abuso a desistência ou a devolução. Todavia, é necessário que as previsões gerais de responsabilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam complementadas por disposições específicas que visem a proteger de modo singular as crianças e os adolescentes em processo de adoção, em razão da vulnerabilidade agravada desse grupo e das consequências que decorrem da devolução por parte do pretendente.

Diante do mérito da proposição, fazemos apenas algumas sugestões, materializadas abaixo em sugestão de emenda ao PL.

Considerando as diferenças entre a guarda para fins de adoção e a efetiva adoção, após o trânsito em julgado da sentença, entendemos que não se deve atribuir sanções idênticas ao pretendente que desiste do adotando durante a guarda e àquele que devolve a criança ou o adolescente após o trânsito em julgado da sentença de adoção. São condutas que não possuem a mesma gravidade e essa diferenciação deve ser evidenciada não apenas na aplicação futura da lei pelo Poder Judiciário, mas já em sua elaboração pelo Legislativo. Assim, optamos por restringir as novas sanções previstas pelo PL apenas ao pretendente que devolve a criança ou o adolescente após o trânsito em julgado da sentença de adoção. Ao pretendente que desiste da criança ou do adolescente durante a guarda para fins de adoção, aplicam-se as sanções dispostas no §5º do art. 197-E do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No inciso I, para maior clareza e precisão, propomos a inclusão expressa de que tanto a natureza quanto a duração do tratamento psicológico ou psiquiátrico serão recomendadas pela equipe interprofissional ou multidisciplinar determinada pela Justiça da Infância e da Juventude.

Ainda, sugerimos que os valores depositados em conta poupança de titularidade do adotando pelo pretendente que o devolveu, nos termos dos incisos II e III, possam ser acessados não somente quando o adotando atingir a maioridade, mas também na ocorrência de eventual emancipação.

Ademais, entendemos que determinar que todos os pretendentes paguem mensalmente um quinto do salário mínimo à criança ou ao adolescente pode não ser viável, por desconsiderar circunstâncias próprias de cada pretendente. É possível que determinados pretendentes, em algum momento entre a devolução e a maioridade civil ou emancipação da criança ou do adolescente, não disponham de recursos suficientes para pagar o valor único estipulado. Nesse sentido, apenas para deixar explícito o que possivelmente já seria uma das interpretações do dispositivo, propomos pequena alteração à redação do inciso III, a fim de se prever alternativa no caso de o pretendente comprovar a impossibilidade de arcar com o pagamento de um quinto do salário mínimo vigente.

Por fim, apenas para promover melhor compreensão, sugerimos pequeno ajuste na redação do inciso II, inserindo-se a expressão “em valor” antes de “fixado pela Justiça da Infância e da Juventude (...)”.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.048, de 2020, com a seguinte emenda – eu vou fazer questão de ler a emenda porque tem muita gente no Brasil acompanhando essa votação –:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 197-E da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.048, de 2020:

“Art. 2º .....

‘Art. 197-E. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 5º A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão [olhem só: na sua exclusão, para depois não ficar se repetindo o problema] dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.

§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 5º do art. 197-E, a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará:

I – na obrigação de custeio de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, cuja natureza e duração serão recomendados para a criança ou o adolescente por equipe interprofissional ou multidisciplinar determinada pela Justiça da Infância e da Juventude;

II – [a outra implicação] no dever de reparação dos danos morais causados à criança ou ao adolescente, em valor fixado pela Justiça da Infância e da Juventude, que será depositado em favor da criança ou do adolescente em uma conta poupança em nome do adotando, que só poderá ser acessada após a maioridade civil ou emancipação da criança ou do adolescente;

III – [e aqui a gente encerra] no dever de custear mensalmente à criança ou ao adolescente, até a sua maioridade civil, o valor equivalente a 1/5 (um quinto) do salário mínimo vigente, ou, comprovada a impossibilidade de cumprir obrigação nesse montante, custear valor subsidiário a ser fixado pela Justiça da Infância e da Juventude, que deverá ser depositado em uma conta poupança em nome do adotando, que só poderá ser acessada após a maioridade civil ou emancipação da criança ou do adolescente.' (NR)"

Este é o voto.

Eu solicito aos demais pares que me acompanhem no voto. A gente faz, assim, justiça.

Presidente, eu fui a um abrigo em Feira de Santana, na Bahia, e a dirigente do abrigo – um abrigo lindo, incrível, que eu frequentava quando era criança, ia contar historinha para criança lá – me mostrou uma menininha. Ela tinha sido devolvida três vezes – três vezes! Aquela menininha já estava em profundo processo de depressão. A diretora dizia que era devolvida especialmente porque, lá na frente, se descobriu que um avô da criança teve um problema de saúde mental. Ainda há um estigma com relação à saúde mental. Então, essa criança sofria muito por ter sido rejeitada e devolvida três vezes.

Eu peço o apoio dos pares para aprovar esse projeto. Segue para a CCJ. Se tiver ajustes, fazem-se na CCJ.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Continuamos com a pauta.

Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 3020, DE 2023
- Não terminativo -

Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É importante esse projeto do Senador Viana. Ele vem à análise desta Comissão e o seu autor tem uma boa intenção, visto que vai alterar a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para ressaltar a necessidade do atendimento médico e psicossocial às crianças e aos adolescentes cujos pais que são responsáveis estejam cumprindo pena em regime fechado.

Esse atendimento, esse benefício já existe às crianças, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que há, na verdade, aqui, Sr. Presidente, para que eu não possa fazer uma leitura vasta, é que o Senador Carlos Viana está estendendo esse benefício de atendimento psicológico e social a crianças cujos pais estejam encarcerados, até porque a criança não tem nada a ver com o furto, com o assassinato que o pai fez. Na verdade, isso gera problemas psíquicos, problemas somáticos para a vida adulta, e é para que eles, dentro dessa faixa etária, tenham esse mesmo atendimento. Na verdade, são crianças, independentemente de quem são seus pais.

Análise.

Nos termos dos incisos III, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, CDH, opinar sobre essa matéria, discutir o mérito, sobre a promoção de direitos humanos, a proteção à família, à infância e à juventude, temas presentes no PL em exame.

No que diz respeito à constitucionalidade, o projeto trata de assunto afeito à competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos da Constituição Federal relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61). Ademais, trata-se de matéria concernente à proteção à infância e à juventude, tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inserido na competência concorrente da União, estados e Distrito Federal, a teor do art. 24, inciso XV, da CF.

Na mesma linha, estão atendidos no projeto os requisitos de juridicidade.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

O art. 5º da Constituição Federal, em seu inciso XLV, estabelece que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado". Portanto, garantir atendimento médico e psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado pode ser visto como uma forma de concretização desse mandamento constitucional.

A situação dos filhos de pais encarcerados é objeto de estudos no campo da psicologia. Andréa Marília Vieira Santos, em interessante pesquisa, intitulada "Pais encarcerados: filhos invisíveis", acompanhou a visitação dos filhos aos pais presos e registrou que, na situação atual, a pena é aplicada, na prática, a toda a família, sendo seu impacto fortemente sentido pelas crianças, que passam a conviver com situações de alta ansiedade, seguida de euforia e de sono profundo, estados emocionais que evidenciam a angústia que sofrem. Além disso, a profissional constatou que, sem ter como verbalizar a tristeza, e carentes de uma escuta adequada, esses pequenos costumam padecer de dores pelo corpo e inquietações de toda ordem.

Dependendo do tipo de crime que o pai praticou e o ambiente onde vive, normalmente, sem esse atendimento, Sr. Presidente, sem esse acompanhamento, a criança vai para a marginalidade também – ela vai para a marginalidade. E eu volto a repetir: o então Governador da Bahia, hoje Ministro da Casa Civil, disse que o tráfico é maravilhoso, que ele tem capilaridade, ele emprega, ele faz *delivery* com criança de 13 anos, de 14 anos. Nem sei se isso é trabalho escravo; isso é trabalho criminoso mesmo.

Por isso o mérito dessa proposta do Senador Carlos Viana é absolutamente importante, para que essas crianças tenham o que outras crianças, que têm as suas famílias e os pais não estão encarcerados, mas vivendo de uma forma normal, têm. Aliás, a necessidade é urgente e a situação é absolutamente grave. O que nós temos de conhecimento, e você não precisa ser profundo estudioso para saber, é de que crianças com os pais encarcerados normalmente vão seguir o mesmo caminho. Se não lhes dão amparo... Onde o Estado está ausente e o crime está presente – e, no Brasil, vivemos essa situação onde o crime, os comandos comandam de fato, onde o Estado é ausente, e o Estado faz questão de se ausentar mais ainda –, então, onde o crime tem o poder e o poder de mando é presente, essas crianças são enredadas, são levadas a se tornarem a mesma coisa. Amanhã elas estarão na – como é que se diz? – escola técnica do crime, porque são menores ainda, e, em seguida, vão parar numa penitenciária.

Então, eu acho que é muito importante estabelecer essa cultura. Vai ser demorada, vai ser difícil, mas esse lampejo importantíssimo do Senador Carlos Viana é fundamental para que se dê início a algo que ainda não existe. Existem pessoas fazendo de forma voluntária. Eu conheço pessoas religiosas que, de forma voluntária, assistem essas crianças que têm pais presos. Aliás, há uma divisão muito grande nessa história de crianças quando o preso é realmente um marginal, um assaltante, um sujeito que mata. Você vai a um presídio num domingo e ele está lá com os filhos, abraçado às crianças. Há uma divisão, porque há um ódio a quem estupra criança, ao violador de criança, ao pedófilo. É por isso que essa gente vive em presídio separado, chamado seguro, porque ele não pode se instalar com preso comum, que um marginal, é um cara que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogou no mundo do crime, mas que tem apreço pelas suas crianças. Eu acho que a criança é a criança, independentemente de quem sejam os seus pais.

E o meu voto, pelo exposto, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão.

O projeto segue, agora, para análise terminativa na CAS.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 3040, DE 2023
- Não terminativo -

Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Muito bem. Esse é o Magno Malta, viu?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Magno Malta entende.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu peço vista a esse projeto, para que eu tenha uma melhor compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Pedido de vista concedido.

Próximo.

Item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI Nº 4266, DE 2023
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Autoria da Senadora Margareth Buzetti, aqui presente. Ela vem conversando sobre desse projeto, no Plenário, com muita gente. Conversou comigo a Senadora Augusta Brito. A Senadora Augusta Brito tinha pedido para mim, inclusive no Plenário, para relatar a matéria. Depois, por outros motivos, ela não pôde fazer o relatório, e a Senadora Damares Alves, então, assumiu.

O relatório é favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, a Senadora Augusta está fora, em missão, e eu estou apresentando o voto, que foi construído por ela, com a assessoria dela. Juntou-se a minha assessoria agora; a gente fez algumas adequações, e a gente tem pressa. Poderíamos esperar a semana que vem, Senadora Augusta, mas nós temos pressa. As mulheres estão morrendo.

Então, nós vamos apresentar hoje, vai para uma próxima Comissão, e, lá, na próxima Comissão, a gente faz os ajustes. Hoje é apenas um aspecto da matéria que é analisado por esta Comissão.

Eu peço permissão para ir direto à análise, da seguinte forma.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre assuntos relacionados aos direitos humanos e à proteção dos direitos da mulher, temas concernentes à matéria em análise.

Além de regimental, o PL nº 4.266, de 2023, também não infringe normas constitucionais e está de acordo com as regras de juridicidades. Tais aspectos, entretanto, serão analisados mais detidamente pela Comissão de Constituição e Justiça.

As alterações legais propostas na iniciativa da Senadora Margareth Buzetti fortalecem a proteção às mulheres, ao reconhecer o feminicídio como crime autônomo e endurecer as penas aplicáveis a essa conduta hedionda e a outros crimes a ela relacionados.

Com as graves medidas propostas, que acentuam fortemente as penas aplicáveis à violência misógina, a matéria busca inibir a escalada da brutalidade que marca os crimes cometidos contra mulher, cujo ponto mais grave é mesmo o feminicídio, manifestação de puro ódio contra o gênero feminino.

As alterações tornam mais rígida a progressão de regime ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio, suspende e cancela o poder familiar do agressor, proíbe visitas íntimas, impõe penas mais duras ao descumpridor de medidas protetivas, bem como, impõe métodos de monitoramento eletrônico para quem estiver usufruindo de quaisquer benefícios durante o cumprimento da pena.

Além disso, manifesta seu caráter educativo ao aumentar a pena dos crimes de ameaça, lesão corporal, cometidos contra a honra, e vias de fato (esse último previsto no art. 21 da Lei de Contravenções Penais), quando cometidos contra a mulher, por sua condição feminina.

Tais medidas são fundamentais para combater a violência de gênero, proteger as mulheres e promover a igualdade, pois, em seu conjunto, começam a inibir a prática da violência contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher desde suas primeiras manifestações, que são aquelas condutas consideradas de menor potencial ofensivo, mas que escalam para situações mais graves e chegam até ao feminicídio.

Portanto, a matéria cuida da proteção das mulheres desde o começo da violência doméstica e familiar e continua até o regime de progressão do apenado por crimes de ódio contra o sexo feminino, sempre colocando a vida delas em primeiro plano e, por isso, é meritória.

Em função de a Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ter instituído o termo "pessoa com deficiência", em substituição aos antigos termos "deficiente" e "portador de necessidades especiais", apresentamos emenda para atualizar o teor do PL nº 4.266/2023 à nova redação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se a seguinte redação ao inciso I, do §2º, do art. 121- A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [...]:

"Art. 2º. .....

'Art. 121-A .....

.....

§ 2º .....

I – durante a gestação; ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; ou se a vítima for a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência, de qualquer idade; .....' ".

Esse é o voto.

Requeiro dos nossos pares que venham com a gente no voto. As mulheres estão morrendo e precisamos reagir imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

O projeto é de autoria da Senadora Margareth Buzetti, relatado pela Senadora Damares Alves.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 80, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre: "Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos Oficiais de Justiça".

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Como a Senadora, por motivo de força maior, como já foi explicado antes... Eu faço aqui uma homenagem a essa querida Senadora. A Senadora Jussara Lima aceitou subscrever o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento vão se manifestar depois da leitura da Senadora, e daí eu passo para a Senadora Margareth em seguida.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre: "Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos Oficiais de Justiça".

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqueles que o aprovam... Em votação o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como sou autor dos próximos projetos, vou passar a palavra primeiro à Senadora Margareth Buzetti. Em seguida, eu passo a Presidência para a Senadora Jussara Lima, porque os próximos projetos e requerimentos são de minha autoria.

Senadora Margareth Buzetti, que aprovou um projeto que tem uma repercussão muito grande... Tanto que havia um movimento no Plenário de como seria a posição dos seus pares. No fim foi ajustado que o voto seria "sim".

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, agradeço a sua sensibilidade de colocar em votação, da Senadora Augusta Brito, da Senadora Damares, pelo relatório, e de todos aqui, desta Comissão.

É uma votação que a gente não deveria nem estar fazendo. É ruim, é um projeto com que a gente fica pensando por que acontece isso.

A gente sabe que o limite da violência doméstica é o feminicídio, mas o que antecede o feminicídio é que a gente tem que punir com mais severidade, para que não se chegue ao feminicídio.

Então, eu fico extremamente feliz. Eu sei que vai haver um debate na CCJ sobre essa questão, mas eu espero que realmente alguma coisa seja feita, porque mulheres estão morrendo.

A minha assessora de comunicação estava de plantão num *site* e fez a matéria de uma senhora que levou três tiros do seu ex-marido, e era a mãe dela. Ela fez a matéria e depois descobriu que era a sua mãe. Isso foi em março. Hoje, ele está solto – está solto. Quer dizer, o crime compensa, matar a mulher, atirar na mulher compensa, não existe a pena.

Então, muito obrigada, Presidente, pela sua sensibilidade. Muito obrigada, Damares, pelo relatório, e a todos da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns pela iniciativa de receber todas as propostas que estavam circulando na Casa e colocar num único substitutivo. Parabéns a V. Exa. pela iniciativa e das Relatoras, Jussara Lima e Augusta Brito, que também colaborou, inclusive com o diálogo que tivemos em Plenário.

Parabéns ao trio! Todas merecem nossos cumprimentos.

O projeto está aprovado.

Neste momento eu passo a palavra à Senadora Jussara Lima, que assume a Presidência para que eu possa fazer a leitura dos meus relatórios. É rápido também.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI N° 2562, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes previstos nos arts. 239, 240, 241, 241-A, 244-A, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Esse projeto é de autoria da nobre Senadora Nilda Gondim, que teve uma passagem brilhante por esta Casa. Ela não se encontra mais, ela não entrou nesta nova legislatura. Eu sempre digo que Nilda Gondim conquistou os 81 Senadores. Ela, inclusive, é a mãe do Veneziano, o nosso Vice-Presidente do Congresso.

É um projeto meritório. Eu vou direto à análise.

A proposição atende às normas de regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade.

Seu texto é o resultado da escuta deste Parlamento aos anseios da sociedade. Temos observado, nos últimos anos, um movimento duplo: aumentam os crimes e os abusos praticados de maneira covarde contra vulneráveis de toda sorte, e cresce, na mesma proporção, o clamor público por solução para esse tipo de crise.

A proposição, portanto, não é senão uma das formas que o Estado de direito tem para reagir diante de tais momentos de desequilíbrio na vida social. Alinha-se a outros gestos normativos de direito penal, gestos que têm estabelecidos fronteiras entre o que se pode tolerar e o que não se pode. Com o desenvolvimento social, às vezes, tais fronteiras perdem a nitidez, e se fazem necessárias intervenções normativas do tipo da que traz a proposição. Se, como acreditamos, a ideia normativa der certo, certamente será reduzida a ocorrência desses crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Julgamos pertinente, entretanto, que se desfaça, por meio de pequena emenda, possível ambiguidade entre o novo inciso proposto e o atual inciso VIII do *caput* do art. 1º da Lei nº 8.072, de 1990. Em sua redação atual, o inciso VIII fala em "favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente", o que dá ampla margem ao juiz para proteger as crianças e os adolescentes. Sendo assim, para que não se incorra no risco de ver os juízes limitados na determinação do caráter hediondo do ato criminoso, faremos expressa referência ao inciso VIII do *caput* na redação do novo inciso proposto.

Pelas razões apontadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.562, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao inciso VI do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, na forma do Projeto de Lei nº 2.562, de 2021, a seguinte redação:

"VI – os crimes praticados contra crianças e adolescentes, previstos nos arts. 239, 240, 241, 241-A, 244-A da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, sem prejuízo do disposto no inciso VIII do *caput* deste artigo."

Esse é o voto.

Aí somos pela aprovação do projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Discussão?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. A discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, parabéns pelo voto...

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Concedo... Só um minutinho.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Paim, parabéns pelo voto, parabéns à Senadora Nilda pela proposição!

A gente vai ter, Presidente, que, de fato, fazer um pacto pela infância ou agora, ou agora. Nós não temos mais opção B.

Ontem eu fui à pré-estreia, Presidente, do filme Som da Liberdade – a pré-estreia no Brasil –, um filme que foi feito em 2018, mas o senhor não tem ideia de como esse filme teve dificuldade para chegar aos cinemas no mundo inteiro, porque ele retrata o que está por trás de tudo isso. É a história do policial Tim Ballard, que é americano e foi para operação na Colômbia, onde crianças da América Central eram traficadas. É muito grave o que o filme mostra. No final, as crianças são salvas... Não tem nenhuma imagem forte, mas ele vai nos envolvendo, uma comoção, e todos que estavam no cinema ontem saíram, assim, chorando. Todos choravam e todos diziam: "Eu tenho que fazer alguma coisa".

A exploração sexual de criança, Presidente, não é de brincadeira. Ela é de verdade. E a gente vai ter que fazer alguma coisa, e urgente.

Aí eu saí do cinema ontem, Presidente, chorando, meu celular estava desligado... Quando eu cheguei em casa, que eu ligo meu celular, estavam entrando inúmeras, inúmeras mensagens do Arquipélago do Marajó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabem do trabalho que nós fizemos no Marajó, e não foi só porque eu fui Ministra. Eu estou envolvida com aquele povo desde 1999, amo o Marajó, mas, sábado, uma menininha de dois anos desapareceu, e lá em Anajás. E todo mundo procurando.

Ontem prenderam dois suspeitos. A menina não foi encontrada, mas dois suspeitos... E há um rumor enorme na cidade de que a menininha foi vendida por R$1 mil.

Os rios da Amazônia são corredores para o tráfico. Não é aquele povo amado do Marajó que trafica, mas os seus rios têm sido o canal de escoamento. Crianças do Brasil inteiro.

O atual Ministério dos Direitos Humanos, Presidente, divulgou um relatório: estamos com 50 mil crianças desaparecidas no Brasil. É muito, gente! Uma já seria demais.

Então, esse projeto de lei, trazendo como crime hediondo essas condutas, ele corrige, de fato, a nossa legislação, mas eu queria pedir um favor, Senador Paim.

Lá no Plenário – eu estou desde 1º de fevereiro pedindo isso – tem um projeto de lei muito parecido, que já foi aprovado na Câmara, e, com muita luta, eu consegui as 58 assinaturas. Eu clamei naquele microfone, clamei – o senhor, inclusive, assinou –, para tornar urgente o projeto que já passou na Câmara, que é muito parecido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sei que, com sua articulação... Para mim é difícil, a minha posição aqui... É muito difícil conseguir algumas coisas nesta Casa – e eu entendo, é o jogo político –, mas a criança tem pressa.

Aprovando esse seu voto aqui, se a gente pudesse puxar esse seu projeto lá para o Plenário, com aquele que já está lá, que está prontinho e já passou pela Câmara, aí o senhor articula, aprova – eu não preciso aparecer, a gente não aparece; aparece o Senador Paim –, e eu sei que o Presidente Lula sanciona uma lei como essa, porque, apesar de eu ter diferenças políticas com o Presidente Lula, eu sei que ele tem compromisso com a pauta da infância.

Então, fica aí, Senador Paim, a nossa sugestão.

Parabéns pelo seu voto, parabéns à nossa Senadora Nilda Gondim também!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu fui o Relator, a autora é a Senadora Gondim, que faz esse projeto e fez um apelo para que a gente trabalhasse para aprovar.

Eu espero que ele seja votado também na próxima Comissão e depois vá para o Plenário, e se atinja o objetivo aqui suscitado por V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise da CCJ.

Item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 81, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização da audiência pública sobre "Rentismo: uma barreira aos direitos humanos e sociais da população.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Jussara Lima, de forma muito rápida... Na verdade, esse requerimento, uma visão sobre a dívida pública, foi-me solicitado por um colega Constituinte, Hermes Zaneti. Foi um grande Constituinte e, até hoje, tem uma vida pública muito intensa.

Então, para contribuir com audiência pública, será apresentado o premiado documentário O Complô, dirigido pelo cineasta Luiz Alberto Cassol e baseado no livro homônimo do Deputado Federal constituinte Hermes Zaneti.

O documentário recebeu vários prêmios, melhor roteiro no Festival de Tóquio, no Japão, melhor documentário no Festival de Roma, na Itália, melhor documentário, melhor edição do Festival de Berlim, entre outros.

O livro do Constituinte Zaneti cria um documento muito especial, descrevendo os meandros que envolveram a moderação do arcabouço legal que viria a permitir que o mundo financeiro e das finanças públicas pudesse atuar sem limites. É um depoimento de quem vivenciou os acontecimentos políticos desde os anos 80 e participou das lides voltadas para uma Constituinte aberta e democrática.

Essa audiência pública foi solicitada à CDH por entidades científicas e culturais e da sociedade civil organizada, nos termos do art. 93, §1º e art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o requerimento, Presidenta Jussara Lima.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Jussara Lima, pela sua bela contribuição.

A sua presença hoje, no plenário, foi fundamental. Soube dialogar com todos, soube ajudar, inclusive, esta Presidência. A um projeto considerado mais polêmico, a pedido do Governo, V. Exa., gentilmente, pediu inclusive vista, e o Senador que era o Relator da matéria assim entendeu que não haveria problema nenhum para que o Governo pudesse se posicionar de forma mais clara, aprofundando o debate sobre o tema.

V. Exa. está de parabéns tanto pela presença aqui... Porque, às vezes, neste plenário, faltam pessoas que tenham posição firme e clara sobre alguns projetos, até para tomar a liberdade de pedir vista, se assim entender, e V. Exa. tem sido aqui uma porta-voz não só do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, mas, com muita coragem inclusive, com muito carinho com os seus pares, que todos entendem, até quando faz um pedido de vista, como foi o caso.

Parabéns! É um orgulho para mim trabalhar com Senadoras e Senadores da qualidade técnica, política e a sensibilidade de V. Exa.

Muito obrigado, viu?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Obrigada ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou encerrar.

Só quero lembrar aqui... Vocês podem me lembrar já para anunciar ao Zaneti, que fez 83 anos há poucos dias...

Eu fiz um vídeo, inclusive, para você, Zaneti. Você merece, viu? Você foi um líder dos tempos, é do PSB, mas tem mostrado uma grandeza, inclusive com outros setores da sociedade, na busca do bem comum. Você é daqueles homens que fazem o bem sem olhar a quem.

Qual é o dia que está marcado? (*Pausa.*)

Então, dia 10 de outubro, 9h da manhã, teremos aqui então esse debate.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a sessão de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "A Construção do Estatuto do Trabalho". **Participantes:** Dayna Lannes Andrade, Juíza - Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Carolina Pereira Mercante, Diretora de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-americana de Juízes do Trabalho - ALJT; Marilane Teixeira, Pesquisadora e representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/IE/ UNICAMP; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Marcelo Prado Ferrari Manzano, Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; Magda Barros Biavaschi, Desembargadora aposentada do TRT-4, pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP; Alex Myller Duarte Lima, Auditor Fiscal do Trabalho - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Guilherme Guimarães Feliciano, Representante do Núcleo de Pesquisa o Trabalho além do Direito do Trabalho - NTADT/USP; Luiz Alberto de Vargas, Desembargador do Trabalho do TRT4 - Membro da Associação dos Juízes pela Democracia; Anna Borba Taboas, Conselheira do MATI e Assessora legislativa da presidência da OAB/RJ; e Lawrence Estivalet de Mello, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e Vice Coordenador do CRH-UFBA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/25

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 65ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para discutirmos o Estatuto do Trabalho.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, vou fazer uma pequena introdução, que seria a fala do Presidente, sobre o tema que estamos debatendo.

Os primeiros passos do novo Estatuto do Trabalho ou a nova CLT ou a CLT do século XXI, como tem mencionado, foram dados com apresentação da SUG nº 12, de 2018. Essa SUG é assinada por inúmeras entidades, embora muito antes termos realizado diversos debates sobre o tema na Subcomissão do Estatuto do Trabalho, criada nesta Comissão de Direitos Humanos. Nós estamos há praticamente quatro a cinco anos debatendo esse tema, baseado na SUG 12.

A iniciativa surgiu devido aos permanentes direitos tirados da CLT. Eram permanentes que foram sendo retirados, especialmente nas ditas reformas trabalhistas. Entendo eu que as alterações legais são importantes e necessárias porque o mundo do trabalho também sofreu modificações.

É isso que nós queremos fazer, avançar, modernizar, mas sem perder direitos. Por isso que eu digo que elas devem caminhar no sentido de trazer benefícios para os trabalhadores, tanto do campo como da cidade.

A Sugestão 12, de 2018, fizemos questão de destacar, foi apresentada pela Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e simbolicamente também pela Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas.

Como eu dizia antes, nesses praticamente cinco anos, recebemos contribuições da Cesit Unicamp, do Movimento dos Advogados Independentes, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministros do TST, centrais sindicais, federações, sindicatos e muitos outros colaboradores.

A presente audiência tem por finalidade dar seguimento à construção do Estatuto do Trabalho, fazendo um apanhado dos caminhos trilhados até aqui e traçar as perspectivas para os próximos caminhos a serem abertos. Precisamos resgatar o espírito original da construção da nossa CLT, assegurando os direitos adequados a esse novo mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O novo estatuto trará o necessário equilíbrio nas relações de trabalho, fortalecendo os caminhos da democracia em prestígio aos valores sociais do trabalho e também dos empregadores, porque o interesse nessa atualização interessa tanto ao empregado como também aos empregadores.

E, por isso, eu já adianto que já está confirmado que, neste fim de semana, eu vou estar em Joinville com esse tema e todos os painelistas já confirmaram, como também as entidades de trabalhadores e de empregadores. E, nos dias 28 e 29, eu vou estar em Campo Grande, dizem que o calor lá está para matar, como diz o outro, mas vamos lá, se o povo está aguentando, a gente aguenta também. Mas vamos para Campo Grande para fazer o debate também lá naquela região, numa linha de unir os três estados do Sul. Já fizemos no Rio Grande do Sul e já está previsto, inclusive, um específico no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. Mas isso vamos fazendo dentro do limite. Eu sempre digo que, embora eu fique muito contente, porque ali, no Congresso em Foco, eu recebi três prêmios... Um deles foi o de Senador, digamos, de mais votos na Região Sul, pegando os três estados, e também fiquei entre os cinco escolhidos pelos jornalistas e também pela internet.

O interessante, nessa construção coletiva que a gente tem feito, é no sentido de apontar caminhos. A Ministra Anielle disse lá, quando anunciou: "Ele não está aqui, mas ele devia estar", ela mandou o recado para mim depois. É meu compromisso, Anielle, no próximo Congresso em Foco, eu vou estar lá, eu me comprometo. E ela disse: "Esse é o homem dos estatutos", por causa do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, dos Ciganos e do Estatuto do Trabalho.

Eu tenho certeza de que, depois de uma ampla discussão que una Governo, empregados e empregadores, nós caminharemos para uma redação de entendimento. É só lembrar que foi importante a ida do Presidente Lula aos Estados Unidos e o debate lá com o Presidente americano, dos Estados Unidos, o Biden. O eixo do debate foi o trabalho decente e é isto que todos nós queremos: trabalho decente para todos. O Brasil não pode continuar sendo um entre os três países que tem mais acidentes de trabalho no mundo; um dos países que tem 32 milhões de pessoas que passam fome e que ainda o salário mínimo está muito distante da realidade, embora, com a nova aprovação do valor agora, crescendo a inflação mais PIB, vá melhorar com o tempo. Mas nós temos que continuar construindo uma realidade em que o salário decente tem que ficar vinculado também ao salário decente.

Não dá mais para nós sermos notícia internacional como o país que ainda tem trabalho escravo, por exemplo. Eu fiquei muito preocupado, e por isso que este momento é muito importante, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu que terceirização poderá ser também na atividade de fim. A gente lamenta essa decisão, e compete ao Congresso agora fazer a lei que proteja o trabalhador contra o trabalho escravo.

Mas vamos lá aos nossos convidados. Vamos à primeira mesa presencial, convido o Consultor Legislativo do Senado Federal, Luiz Alberto dos Santos, que está nos ajudando muito nesta montagem.

Seja bem-vindo, Luiz Alberto. (*Palmas.*)

Nessa construção...

Convidamos Carolina Pereira Mercante, Diretora de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos Dayna Lannes Andrade, Juíza, Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Está aqui conosco. (*Palmas.*)

E convidamos Marilane Teixeira, Pesquisadora e Representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp). Está aqui também conosco. (*Palmas.*)

Eu quero adiantar que o Ministro Marinho, com qual eu tive uma boa conversa umas semanas atrás, disse que é legítimo o debate do mundo do trabalho com certeza absoluta.

Ele virá aqui para expor a sua pasta no próximo dia – o Ministro do Trabalho – 9, às 9h da manhã. Ele vai estar aqui para falar da sua pasta, naturalmente apontando caminhos, e como é que foi, inclusive, a reunião com o Presidente Lula, em que ele esteve presente, lá nos Estados Unidos, com o Presidente Biden, onde trabalharam e falaram muito do mundo do trabalho. (*Pausa.*)

Nós vamos começar pela mesa presencial e depois vamos para a virtual. Já estão aqui os nomes que serão os primeiros a serem chamados.

De imediato, por favor, o Advogado Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal. Ele é que está nos ajudando – eu espero que não se aposente logo, porque tem que continuar nos ajudando – como Consultor do Senado e, mesmo se ele se aposentar, ele vai dizer: "Não, se eu me aposentar, vou continuar te ajudando". Principalmente neste tema, claro, e em outros, para a gente se socorrer dele. Ele tem nos ajudado muito durante todos os anos em que eu estou aqui no Congresso. Ele vem desde a Constituinte, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas na Constituinte o Zé Pinto já estava comigo, e você veio em seguida, não é? Como assessor da Liderança, mas, claro, os assessores da Liderança ajudam muito também o Parlamentar.

De imediato, passo a palavra ao Advogado Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Primeiramente, o meu muito bom-dia a todos e todas que nos assistem aqui presencialmente e também pela internet, pelos canais do Senado Federal.

Mais uma vez, é uma honra, uma satisfação contribuir com o Senador Paulo Paim na discussão dos temas abordados aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, particularmente, em relação a um tema desta importância e magnitude que é a nova CLT, o Estatuto do Trabalho.

Parabenizo também o Senador pela premiação do Congresso em Foco, o reconhecimento do seu trabalho de décadas e que, a cada ano, se repete, na defesa dos trabalhadores, das minorias, dos direitos sociais e da proteção social, que é tão necessária ao povo brasileiro.

Cumprimento os demais membros da mesa e todos aqueles que participaram virtualmente.

E eu gostaria de começar aqui falando um pouquinho a respeito deste grande problema que nós temos no Brasil, que é o exagerado reformismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

O exagerado reformismo. A impressão que a gente tem às vezes é de que o Brasil está caindo aos pedaços, que nada presta, que nada serve, e muitos da imprensa utilizam essa expressão: "O Brasil é o país das reformas, precisamos reformar".

E a gente tem visto, ao longo de décadas, já, apesar de termos passado por um processo constituinte, que este, sim, foi a grande reforma, a reforma da democracia, a reforma que nos trouxe de volta para o caminho da civilização, mas, desde que a Constituição de 1988 entrou em vigor, não paramos de falar um minuto em reformas.

Então, temos aí reforma trabalhista, reforma administrativa, reformas previdenciárias, reforma política, tributária, agrária, ensino médio, ministerial. E, de fato, muitas dessas reformas até realmente são importantes, necessárias para colocar o país no rumo da modernidade, mas em muitos outros momentos são movimentos de reforma que não mereciam esse nome, porque são retrocessos sociais, retirada de direitos, tentar retroceder a um estágio, inclusive, de barbárie. E isso nos causa grande preocupação.

E, quando nós examinamos a própria Constituição Federal, vejam que desde 1988 para cá, nós já tivemos 135 emendas constitucionais aprovadas, sendo seis emendas de revisão, grande instabilidade e insegurança jurídica provocada por essas mudanças, muitas vezes, pouco refletidas na nossa ordem jurídica.

Medidas provisórias, que é um instrumento que veio em substituição ao decreto-lei, utilizadas em profusão. Inclusive, isso já levou o Congresso, em mais de uma oportunidade, a alterar a Constituição para reduzir o uso das medidas provisórias. O próprio Supremo Tribunal Federal atuou nesse sentido, mas uma jurisprudência meio que volátil, porque ela acompanha o espírito do tempo, ou seja, governos neoliberais, tendência à jurisprudência alinhada com o princípio do neoliberalismo; governos progressistas, o Judiciário também muda um pouquinho ali o seu entendimento, ou seja, a baixa confiabilidade que nós temos na própria atuação do Poder Judiciário contribui para essa insegurança jurídica.

Além, claro, da instabilidade institucional decorrente das mudanças ministeriais. Já chegamos, inclusive, até à extinção do próprio Ministério do Trabalho, quer dizer, um absurdo que um país abra mão de ter estruturas ministeriais fundamentais para a proteção de direitos, não é?

Buscamos permanentemente pactos sociais, pactos entre o setor produtivo, entre os trabalhadores, enfim, pactos nos diferentes momentos e setores da sociedade. Mas isso não tem levado, de fato, a uma consolidação daquilo que seria desejável.

E não temos, de fato, não temos tido, ao longo de décadas, um projeto de desenvolvimento sustentável. Temos tido eventos, eventos nessa direção, mas não temos um projeto de desenvolvimento. Isso tem levado, inclusive, ao problema da desindustrialização do nosso país.

E, finalmente, a busca pela inclusão, que é marca de governos como o do Presidente Lula, mas que convive com momentos reiterados e repetidos de retrocesso social, que são resultantes inclusive das chamadas reformas.

Próximo, por favor.

E aí, nós podemos examinar aqui que no campo trabalhista, particularmente após 1988, em praticamente todos os governos, houve tentativas de reformas. Tivemos, no Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Collor, uma série de tentativas de flexibilização de leis trabalhistas, inclusive por meio de projetos de lei que não foram aprovados, no que se refere à negociação coletiva, propostas de alteração do adicional de insalubridade.

Depois, no Governo Fernando Henrique Cardoso, tivemos uma série de modificações importantíssimas: trabalho por tempo determinado, banco de horas, tempo parcial, ampliação da terceirização, a própria denúncia da Convenção 158, da OIT, que o próprio Governo Fernando Henrique tinha ratificado, salários mínimos estaduais e a própria reforma da previdência, que, nos termos da Emenda 20, trouxe importantes modificações em ambos os regimes.

No Governo Lula, tivemos a tentativa de uma reforma sindical, no primeiro mandato ainda, com o reconhecimento também das centrais sindicais, a criação do microempreendedor individual. Tivemos ainda a reforma da previdência, a Emenda 41, e uma política de aumento real do salário mínimo, que foi um verdadeiro marco no que se refere à recuperação do poder de compra.

No Governo Dilma, tivemos algumas alterações, como reduções do abono salarial, reforma do seguro-desemprego, reforma de pensões por morte e a própria revisão da Lei do Descanso.

Essas são reformas comparativamente tímidas, pequenas, frente àquilo que nós vimos, por exemplo, logo em seguida, com a Ponte para o Futuro, do Presidente Temer, que trouxe primeiro a aprovação, num verdadeiro golpe de mão, de um projeto de lei que já estava parado há muito tempo, da terceirização em atividade fim, do trabalho temporário.

Tivemos, finalmente, a Lei nº 13.467, que foi exatamente a grande reforma trabalhista, que trouxe 201 alterações na CLT. Trouxe a figura do trabalho intermitente, ampliou a pejotização, trouxe esse conceito da prevalência do negociado sobre o legislado, regras sobre remuneração variável e, sobretudo, o fim da Contribuição Sindical e também o fim da ultratividade, ou seja, mudanças fundamentais e que trouxeram grandes prejuízos à classe trabalhadora.

O Governo Bolsonaro foi uma sucessão de tentativas, algumas delas concretizadas, outras não, na mesma direção. E lembremos aqui o famigerado Contrato Verde e Amarelo, que trazia a redução da multa sobre o Fundo de Garantia, o 13º antecipado, o trabalho aos domingos e feriados, restrições à própria fiscalização trabalhista – o que até levou o Supremo Tribunal Federal a se manifestar –, dupla visita generalizada, conceitos que a Lei da Liberdade Econômica também fortaleceu e ampliou.

Na covid tivemos a ampliação do teletrabalho, a suspensão de contratos, férias coletivas, suspensão de garantias e tivemos, também, a tentativa de precarização ampla no serviço público. Primeiro, a partir da medida provisória que trazia a contratação temporária, ampliando drasticamente as possibilidades de contratação temporária e a própria emenda da reforma administrativa, que felizmente não foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas que trazia novos vínculos para os servidores públicos, precarizando e praticamente eliminando a estabilidade. E tivemos, finalmente, uma reforma da previdência que foi uma verdadeira tragédia para os trabalhadores e para os servidores públicos.

É nesse contexto que nós temos que entender o Estatuto do Trabalho, que é uma proposta, como já disse o Senador, oriunda de um grupo de trabalho criado na Subcomissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estatuto do Trabalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É um debate que se inicia, na verdade, em 2016, antes mesmo da própria reforma trabalhista ser aprovada. Nesse percurso, de lá para cá, de 2017 em diante, até 2018, foram realizadas 24 audiências públicas, com mais de 200 convidados participando dos debates.

Houve um grupo de trabalho que foi constituído e que resultou na elaboração de um anteprojeto, a Sugestão Legislativa nº 12, de 2018, como já disse o Senador, fruto do trabalho coletivo de várias entidades e que teve como resultado uma proposta ampla – próximo, por favor – que busca a regulamentação dos arts. 7º a 11 da Constituição Federal, regendo as relações de trabalho individuais e coletivas, urbanas e rurais, em seus diferentes aspectos, e que tem parte do diagnóstico, precisamente, no aumento da precarização das relações de trabalho, com redução salarial e aumento substancial de desemprego e informalidade, que são problemas crônicos na nossa sociedade.

Os objetivos principais são: o resgate dos direitos sociais fundamentais do trabalhador; o equilíbrio, atendendo aos ditames constitucionais que prestigiam os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa – ou seja, a Constituição não coloca a livre iniciativa acima dos direitos dos trabalhadores –; a proteção da dignidade da pessoa humana, que é um princípio basilar na nossa República.

E temos aí 595 artigos abordando os mais diferentes aspectos das relações trabalhistas, concluindo, ao final, por uma nova CLT, um novo estatuto, como disse aqui o Senador, que já é autor de vários estatutos. Os estatutos têm um papel fundamental que é exatamente o de assegurar estabilidade a um marco jurídico. Nós temos aí já o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial. Vamos ter, provavelmente, ainda muitos outros estatutos, porque há uma carência, realmente, de reconhecimento e consolidação de direitos no Brasil.

A CLT cumpriu esse papel, quando editada, em 1943, e sobreviveu 80 anos. Portanto, é um marco no nosso sistema jurídico, uma lei que tenha durado 80 anos e que esteja ainda em vigor. E essa nova CLT começa trabalhando, precisamente, na perspectiva da proteção dos:

- direitos do trabalhador, como liberdade de expressão, à privacidade e integridade física, restrições ao monitoramento por vigilância eletrônica;
- direito a um ambiente seguro e saudável;
- direito à continuidade do contrato do trabalho, com a demissão apenas em caso de justo motivo ou a pedido do empregador, e a proteção do emprego contra a automação, que, aliás, é prevista na Constituição;
- repúdio forte e muito importante ao trabalho escravo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... que é um atraso – nós temos, ainda hoje, no Brasil uma quantidade de ocorrências de trabalho escravo –;

- terceirização vedada, exceto em caso de trabalho temporário, transporte de valores e vigilância;
- medidas para fortalecer a igualdade de gêneros, em linha, inclusive, com aquilo que o próprio Presidente Lula já conseguiu aprovar aqui no Congresso Nacional no seu mandato;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- proteção à gestante, pessoas com deficiência, criança e adolescente – vários reconhecimentos importantes nessa área –;

- proteção aos idosos, especialmente a proteção contra a demissão a partir de dois anos antes da idade legal ou idade mínima para a aposentadoria;

- garantia de que o contrato de emprego só possa ser alterado por acordo;

- trabalho intermitente vedado – o que é muito importante –;

- trabalho temporário somente para substituição de pessoal permanente ou em situações excepcionais;

- jornada de 40 horas semanais – medida que já vem sendo usada em muitos países no mundo e que o Brasil não pode ignorar, precisa evoluir nessa direção –;

- banco de horas – também um tema que precisa ser trabalhado, revisto –;

- períodos de descanso e alimentação;

- teletrabalho com garantia de direitos;

- melhoria no que se refere a férias, com acréscimo de 50% e garantia de usufruto em 12 meses após o período ou direito em dobro;

- salário mínimo com garantia de aumento real baseada na variação do Produto Interno Bruto;

- isonomia salarial, sem discriminação de sexo, raça, religião, convicção política, etc.;

- adicionais sobre o salário, em caso de penosidade, insalubridade, periculosidade e noturno – Isso é uma tentativa que já foi feita no passado e, infelizmente, não se concretizou –;

- trabalho extraordinário, também assegurado com remuneração extra normal com 50% e período de descanso com 100%;

- licença-maternidade de 180 dias, ou 360 no caso de filho com deficiência;

- licença-paternidade de 20 dias úteis;

- aviso prévio do trabalhador proporcional ao tempo de trabalho;

- verbas rescisórias, com inclusão de indenização por demissão ilícita;

- e, finalmente, em termos de organização sindical: a autorregulação; uma taxa assistencial negocial; vedação de atos antissindicais; garantia de representação sindical na empresa;

- negociação coletiva, com retorno da garantia da ultratividade; correção obrigatória de salários pela inflação; aumento real, objeto de negociação; e o negociado sobre o legislado somente se mais benéfico ao trabalhador – isso é fundamental –;

- direito de greve garantido, com a obrigação do empregador de manter os serviços essenciais em nível mínimo;

- e, finalmente, na questão do processo do trabalho, buscar um novo sistema processual, pautado na simplicidade e na celeridade, que garanta a igualdade material das partes, sem prejuízo do princípio do *in dubio pro operario*, com maior celeridade e simplicidade na Justiça do Trabalho, gratuidade da justiça integral para o trabalhador, prescrição não correndo na vigência do contrato e ação promocional para garantir direitos de todos os trabalhadores.

Vejam que é um conteúdo muito amplo, muito extenso e, por isso, se requer esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que o resultado desta sugestão legislativa, realmente, tenha capacidade de cumprir as diferentes etapas até a sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que se trata de uma sugestão aprovada, materialmente, em 2018. Ela foi arquivada já no final de 2022. Aqui no Senado nós temos essa regra de arquivamento das proposições, mas foi desarquivada agora em março. O Senador Paulo Paim avocou a relatoria aqui na Comissão. Já, em 2023, tivemos várias audiências públicas realizadas, com participação de um grande número de especialistas. Temos, agora aqui, hoje, uma audiência pública importantíssima e vamos ter agora, como disse o Senador, duas audiências, uma no dia 29 de setembro e a outra no dia 26 de outubro, para dar continuidade a este debate em âmbito estadual.

Nós vivemos um momento muito crítico para os trabalhadores. Vejam que o noticiário da imprensa tem divulgado dados assustadores em relação, por exemplo, à queda de salários, inclusive de pessoas mais escolarizadas. Aquela ideia de que, estudando mais, a gente vai ganhar melhor, parece que não está mais acontecendo. Os trabalhadores estão sofrendo vários efeitos perversos, não apenas nas crises econômicas, mas também de aspectos relacionados à tecnologia que estão tornando mais difícil o avanço, o progresso individual. Então, não existe mais aquele prêmio salarial para quem estuda mais.

Tivemos aí um aumento, inclusive, da informalidade nesse segmento – próximo, por favor – de pessoas com maior escolarização. Eu comentava, inclusive, ontem que eu houve uma época em que estudar mais era praticamente uma garantia de sair de uma faculdade com um emprego garantido. Hoje isso não acontece e nós vemos muitas pessoas com formação superior que simplesmente não conseguem ocupação no mercado de trabalho formal e acabam precisando trabalhar de alguma forma. Outro dia, inclusive, uma reportagem na televisão mostrava lá um rapaz que, com muito sacrifício, conseguiu se formar em direito, mas que trabalhava como motorista de aplicativo. E isso é uma realidade hoje no nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Muita gente passando por esse tipo de situação com elevado nível de informalidade.

O nível de desemprego, e vejam ali, na curva laranja, são as mulheres. O nível de desemprego entre mulheres é maior do que o nível de desemprego entre homens. E nós tivemos aí uma evolução muito complicada dos níveis de desemprego. A partir de 2015, nós tivemos uma elevação muito grande, com algumas reduções, um aumento enorme durante a pandemia, depois disso se reduziu, mas nós estamos ali, basicamente, hoje no mesmo nível em que estávamos quando começou a crise lá em 2015, 2016.

Então, nós temos hoje 8% praticamente de pessoas desempregadas no nosso país, são 8,6 milhões de pessoas desempregadas ou desocupadas, sendo que 1,3 milhão não têm carteira assinada, 3,7 milhões de desalentados, 25,2 milhões de pessoas que trabalham por conta própria e ainda 38,7 milhões de informais. Ou seja, um horizonte aqui, ou melhor, um universo de pessoas que estão à margem do mercado de trabalho e da proteção formal. Pessoas que precisamos trazer para a formalização, cujos direitos precisamos assegurar, sob pena de que nós tenhamos aí problemas muito sérios no futuro em relação à proteção social.

O Supremo Tribunal Federal recentemente adotou uma decisão importantíssima, revendo posição que havia adotado anos atrás em relação à contribuição sindical, reconhecendo os prejuízos que a reforma trabalhista tinha trazido aos trabalhadores. O Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal agora, recentemente, no dia 11 de setembro, concluiu a discussão de um recurso extraordinário ou de um agravo em recurso extraordinário, em que reconheceu que não é inconstitucional que haja a contribuição assistencial fixada em negociação coletiva, em acordo coletivo, com aplicação para todos os trabalhadores, inclusive não sindicalizados, desde que seja assegurado o direito de oposição. E fixou uma tese no Tema 395:

> É constitucional a instituição, por acordo ou convenção [...], de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

Um gesto fundamental do Supremo Tribunal Federal.

Tivemos ainda agora duas decisões importantíssimas – próximo, por favor –, uma delas reconhecendo o direito aos motoristas da plataforma Uber de serem reconhecidos como empregados, inclusive com pagamento de indenização por danos morais. Ou seja, uma decisão ainda de primeiro grau, mas que foi seguida recentemente por uma decisão – o próximo, por favor – muito importante do Tribunal Superior do Trabalho, reconhecendo vínculo de emprego entre entregador e aplicativo da empresa Rappi. Vejam que são duas decisões importantíssimas, na medida em que elas identificam aí a possibilidade de que realmente se possa trabalhar no plano legal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... com um tratamento mais protetivo para esses trabalhadores.

E note-se que isso não é um tema que a imprensa e o empresariado queiram – próximo, por favor –, que os empresários e a imprensa vejam com bons olhos. No momento, inclusive, em que o Governo começou a discutir por meio de um grupo de trabalho a proteção dos trabalhadores de aplicativos, a imprensa, materializada aqui nessa reportagem da revista *Veja*, caiu de pau! Disseram: "Não, isso é um absurdo! É um atraso, a agenda do atraso".

Esta é a leitura, infelizmente, que ainda é feita por setores muito importantes, formadores de opinião. E temos, lamentavelmente – o Senador Paim é testemunha disso diariamente aqui no Senado Federal –, a reiterada apresentação de proposições no sentido de retirada de direitos ou de restrição de direitos. Temos aquilo que eu chamo aqui de riscos emergentes, ou seja, projetos de lei que estão ali só esperando um minutinho, uma chance para entrarem na pauta, até mesmo no sentido de tentar anular essas decisões do Poder Judiciário, criando aí um marco regulatório exatamente em sentido oposto. E temos aqui no Senado hoje vários projetos que tentam, inclusive, impedir que os sindicatos possam voltar a cobrar contribuição assistencial, além de várias outras proposições que tentam reduzir direitos dos trabalhadores.

Então, é nessa situação que nós temos aqui as perspectivas do atual Governo, compromissos que o Presidente Lula assumiu e já vem cumprindo, como uma política de valorização do salário mínimo e da igualdade salarial entre homens e mulheres – já temos duas leis recentemente aprovadas, uma em agosto e outra no mês de julho –, um compromisso de rever a forma trabalhista e disciplinar o trabalho por aplicativos.

E essas manifestações do Presidente Lula, claro, convivem com um ambiente hostil aqui no Congresso Nacional, mas que nos levam à necessidade da construção de consensos, de acordos, de busca de alternativas, mas isso só será possível se tivermos mobilização social e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engajamento coletivo. E não é apenas o engajamento das centrais sindicais, dos sindicatos, é o engajamento do conjunto da sociedade.

Recentemente, inclusive, nos Estados Unidos, como mencionou aqui o Senador Paim, o Presidente Lula emitiu uma declaração conjunta com o Presidente estadunidense Joe Biden, em que eles chamam a atenção exatamente para a necessidade de elevar o papel central e crítico que os trabalhadores e trabalhadoras desempenham num mundo sustentável, democrático, equitativo e pacífico, e que isso leva à necessidade de salvaguardar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e abordar a discriminação em todas as suas formas, promovendo, então, trabalho digno, o que é fundamental para a consecução da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

E aí, recomendam lá uma série de medidas como proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, tais como descrito nas convenções da OIT; promoção do trabalho seguro, saudável e decente; promoção de abordagens centradas nos trabalhadores e trabalhadoras para as transições digitais de energia limpa; aproveitamento da tecnologia para o benefício de todos e combate à discriminação.

Nessa linha, podemos dizer com tranquilidade que o Estatuto do Trabalho opera exatamente sob essas orientações, com essas preocupações e é, portanto, um debate fundamental para que nós possamos retomar a via do desenvolvimento sem a desconsideração dos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Alberto Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal, que fez uma síntese do debate que está acontecendo do Estatuto do Trabalho, claro, com uma visão também globalizada, internacional.

Eu queria de pronto agradecer, Luiz Alberto, todo este período que você vem nos assessorando, nos ajudando para esta situação ser regulamentada de forma definitiva, claro, no momento certo, com muito diálogo com todos os setores da sociedade.

Vamos ouvir, agora, neste momento, a pedido, inclusive, do Dr. Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, que é Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), que vem nos ajudando desde o início.

Por favor, Dr. Hugo.

O Luiz Alberto usou dez, mais cinco, mais cinco. Foram vinte minutos. Então, vou manter o mesmo critério para todos: dez mais cinco. Se sentirem que não estão contemplados, serão mais cinco.

Agradeço ao Luiz Alberto. Ficou no previsto, no máximo 20 minutos. Sobrou um minuto ainda.

Por favor, Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia, amigo.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. É uma alegria estar, mais uma vez, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para tratarmos, continuarmos tratando deste tema tão relevante, que é a sugestão para o estabelecimento do Estatuto do Trabalho.

A Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, da qual participo, tem se empenhado, juntamente com tantas outras entidades, nessa construção desde 2018.

E é uma alegria para nós constatarmos que estamos avançando.

As reuniões que foram realizadas neste ano, com o aprimoramento da redação, nos conduzem à expectativa de um desenvolvimento mais célere no âmbito do Congresso Nacional até uma final aprovação da proposta.

Parabenizo o Senador Paulo Paim pela iniciativa, mais uma vez.

Cumprimento os companheiros de mesa, os que estão aí em Brasília e os que estão virtualmente participando, e queria trazer algumas considerações sobre o estado atual em que nos encontramos em termos de relações trabalhistas e em que medida os objetivos da sugestão poderão superar as dificuldades que encontramos hoje.

A exposição que foi feita agora, concluída agora, bastante ampla e precisa, nos trouxe um quadro geral dos problemas que estamos enfrentando agora.

Entretanto, eu queria focar em três aspectos principais que, na minha visão e da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, constituem as maiores dificuldades decorrentes das alterações que foram promovidas com a reforma trabalhista e com outras leis que foram aprovadas em seguida.

Eu chamaria a atenção, nesta linha de raciocínio, para a questão da terceirização, a questão do custeio das entidades sindicais e, em terceiro lugar, a questão e o problema dos trabalhadores plataformizados, como se diz.

Parece-me que essas são as questões mais angustiantes, neste momento, para a classe trabalhadora. E não à toa têm sido, essas questões, objeto principal dos planejamentos que o Governo tem divulgado no que concerne às tentativas de redução de danos promovidos pela reforma trabalhista.

Desde o início do ano, temos ouvido comentários e examinado matérias jornalísticas que tratam do propósito do Governo de enviar ao Congresso Nacional projetos que tratem especificamente desses temas: a questão da terceirização, o custeio dos sindicatos e os trabalhadores de plataformas.

A primeira questão que eu gostaria de abordar, talvez tenha sido o problema mais grave gerado pela reforma trabalhista, é a da terceirização sem limites.

O Senador Paim, na sua fala inicial, mencionou essa questão como um problema dramático para os trabalhadores e mencionou, inclusive, a chancela do Supremo Tribunal Federal quanto a essa matéria.

Nós sabemos que o Supremo Tribunal Federal tem sido um ambiente hostil para os direitos da classe trabalhadora. Nos últimos dez anos, um pouco mais do que isso, nós tivemos uma guinada do Supremo Tribunal Federal no sentido de desmanche da tutela estatal em relação à classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso ficou evidenciado com as decisões do Supremo Tribunal Federal após a reforma trabalhista, a partir de 2017, porque em quase todas as decisões que se relacionavam à invocação da inconstitucionalidade de passagens da CLT reformada, o Supremo Tribunal Federal confirmou a iniciativa do Congresso Nacional e reconheceu a constitucionalidade das alterações em quase todas essas questões. Aliás, mesmo antes disso, mesmo antes da reforma de 2017, o Supremo já havia sinalizado no sentido de que determinados aspectos que viriam a ser objeto de reforma seriam considerados constitucionais, como, por exemplo, a terceirização sem limites.

A terceirização sem limites é talvez o grande problema que nós temos hoje no sentido da precarização do trabalho no Brasil, e as estatísticas revelam isso, com a redução de massa salarial, aumento de acidentes de trabalho no âmbito do trabalho terceirizado e diversas questões que estão estabelecidas já em estudos realizados na academia e fora dela.

Portanto, é urgente que se promova alterações no que concerne à liberdade plena de terceirização, porque nesse contexto é que se insere a chamada pejotização desenfreada e os extremos a que chegamos, como, por exemplo, no trabalho escravo.

Temos constatado, e os últimos resgates feitos mostraram isso, que o trabalho escravo no Brasil vem se desenvolvendo, basicamente, a partir das possibilidades de terceirização sem limites. As empresas terceirizadas é que arregimentam trabalhadores que, depois, são submetidos a condições análogas à escravidão.

Portanto, esse aspecto precisa ser urgentemente enfrentado pelo Congresso Nacional para que se retome parâmetros civilizatórios mínimos no que concerne a esse tema.

A outra questão, a do custeio dos sindicatos, as estatísticas têm revelado a redução dramática da sindicalização no Brasil. Há dados do Dieese que nos revelam a que ponto se chegou nesse particular, a redução, propriamente, do número de sindicatos, mas mais expressivamente a redução de trabalhadores sindicalizados; tudo isso decorrente da incapacidade dos sindicatos de mobilização da classe trabalhadora e a redução da militância consequente – e isso muito como efeito da eliminação das fontes de custeio dos sindicatos.

Tivemos essa decisão recente e animadora do Supremo Tribunal Federal, que já foi mencionada, mas evidentemente essa taxa assistencial não é suficiente para resolver e superar o problema sério de custeio dos sindicatos em nosso país.

Como terceiro aspecto, os trabalhadores plataformizados. Aqui, há uma preocupação muito grande da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, porque as iniciativas que estão sendo aventadas, inclusive a partir das mesas de negociação que foram formadas pelo Governo, no Ministério do Trabalho, envolvendo os trabalhadores e as empresas do setor e o próprio Governo, são, na minha visão, um pouco decepcionantes, uma vez que a expectativa seria de reconhecimento efetivo do vínculo empregatício entre os trabalhadores e as empresas dessas plataformas, e não é isso que tem sido anunciado. Parece que caminhamos, pelo menos no momento inicial, por uma terceira via, que reconheceria direitos mínimos para esses trabalhadores, mas sem qualquer possibilidade de equiparação em geral aos trabalhadores empregados; o que seria, na minha visão, uma capitulação precipitada, na medida em que esse tema não está ainda resolvido no âmbito do Poder Judiciário.

Eu chamo a atenção para projetos apresentados já no Congresso Nacional, por exemplo um projeto que inclusive foi transformado em lei em janeiro do ano passado, de autoria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Ivan Valente, em que, na justificativa, se expõe, de forma taxativa, que, uma vez perdida a batalha pelo reconhecimento do vínculo empregatício no âmbito da Justiça do Trabalho, outro caminho não há senão o de estabelecer alguns direitos para os trabalhadores de plataformas.

Ora, naquele momento, essa luta estava em curso – aliás, ainda está –, e tivemos notícias, boas notícias, recentes, como a última decisão do Tribunal Superior do Trabalho em relação à Rappi, de modo que não há nenhuma luta perdida ainda.

Nós estamos neste momento, aliás, com mais decisões favoráveis do que decisões desfavoráveis, de modo que, na minha perspectiva e da associação que eu represento, o ideal seria a equiparação plena com o reconhecimento de vínculo de emprego entre os trabalhadores plataformizados e as respectivas empresas; mas esta mesma lei que eu mencionei, de janeiro de 2022, traz um retrocesso significativo ao estabelecer no art. 2º que essas empresas plataformizadas são meras intermediárias entre o trabalhador que presta serviços e as empresas que têm os seus produtos transportados – ou os próprios motoristas, no caso da Uber. Embora tenha se estabelecido um período de aplicação da referida lei para o momento da pandemia e imediatamente posterior, não deixa de ser um retrocesso na medida em que, pela primeira vez, a lei, no Brasil, reconhece expressamente a condição de mera intermediária dessas empresas de plataforma.

Essas são as questões centrais no âmbito da preocupação da Associação Latino-Americana de Juízes de Trabalho, mas, para elas, eu gostaria de indicar a relevância desse estatuto no que concerne aos objetivos que são estabelecidos.

Em primeiro lugar, a ideia de integrar todo o sistema público de proteção para aplicação às pessoas que trabalham, sejam elas aquelas que mantenham vínculo de trabalho subordinado, sejam aquelas que mantenham alguma relação autônoma, sem qualquer distinção em relação a essa especificidade.

Isso será um avanço definitivo que porá por terra toda essa discussão quanto à existência ou inexistência de subordinação que se trava hoje em dia no Brasil em relação, por exemplo, aos trabalhadores plataformizados.

Outra questão é a valorização do valor social do trabalho em face da livre iniciativa. Nós temos observado decisões do Supremo Tribunal Federal que sobrepõem a livre iniciativa ao valor social do trabalho, decisões, a meu modo de ver, absolutamente enviesadas e que precisam ser combatidas, inclusive com a produção de normas que tragam para o devido lugar a equivalência ou a proporcionalidade entre esses dois valores.

Em terceiro lugar, a ideia de trazer um reforço às normas que tratam das relações coletivas de trabalho. Nós temos, hoje, no Brasil, um enfraquecimento absurdo da organização sindical que transborda para os problemas, evidentemente, da negociação coletiva e também para o livre exercício do direito de greve. Hoje temos, no Brasil, basicamente, a negociação coletiva empecilhada e o exercício do direito de greve praticamente inviabilizado, inclusive por decisões absurdas dos tribunais regionais do trabalho, que, reconhecendo a abusividade e a ilegalidade dos movimentos grevistas e estabelecendo percentuais exagerados de manutenção das atividades, na prática inviabilizam o exercício do direito de greve.

A questão do estabelecimento de uma proteção social pública, objetivando tornar as relações de trabalho menos desiguais e mais inclusivas, me parece ser um objetivo essencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na perspectiva do estabelecimento de um Estatuto do Trabalho, e é exatamente isso que faz essa proposta, ao indicar que um dos objetivos do estatuto é exatamente este.

Na progressividade que se assegura, nós temos tido – e a reforma trabalhista e as leis que vêm sendo aprovadas no Brasil já de longa data são manifestações claras de regressividade – descumprimentos reiterados do que está disposto no art. 7º, *caput*, da nossa Constituição, porque as normas têm vindo sempre no sentido de reduzir a proteção social aos trabalhadores e isso precisa ser superado, sem dúvida nenhuma, pelo que consta do Estatuto do Trabalho, e acontecerá no momento de sua aprovação.

Enfim, nós temos que pensar na neutralização dos efeitos secundários decorrentes das atividades econômicas, seja na qualidade, seja na quantidade da oferta de trabalho. Nós temos tido, no último período, a rigor, o contrário disso. As atividades econômicas e as inovações tecnológicas têm promovido a precarização do trabalho e a redução de postos de trabalho. Isso, neste momento, é uma tendência, inclusive, que precisa ser quebrada e superada.

Portanto, aliada a tudo isso, a ideia de, finalmente e claramente, estabelecer-se um sistema de Justiça acessível e gratuito a todos os trabalhadores, superando as dúvidas geradas pela reforma e mesmo pela decisão do Supremo Tribunal Federal, quanto à gratuidade da Justiça do Trabalho, parece-me que poderíamos alcançar, efetivamente, maior dignidade para os trabalhadores no que concerne às suas relações com os tomadores dos seus serviços.

Eu estou muito confiante, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem ainda cinco minutos.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO (*Por videoconferência*.) – Também estou confiante na Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, no sentido de que, o mais rápido possível, essa sugestão possa tramitar no âmbito do Congresso Nacional e, ao final, depois do debate social necessário que haverá de se estabelecer, que ela seja aprovada, para que tenhamos um novo estatuto, mais adequado para o momento em que vivemos, seja no que concerne ao direito material do trabalho, seja no que concerne ao direito processual do trabalho.

Eu agradeço, mais uma vez, Senador Paulo Paim, pela oportunidade, e ponho-me à disposição para os debates que, porventura, venham a ocorrer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, que deixou claro algumas preocupações acentuadas – inclusive, por falta de uma lei clara e transparente – em relação a decisões do Supremo Tribunal Federal.

Naturalmente, isso aponta, cada vez mais, para nós todos, a responsabilidade de construir a CLT do século XXI ou ampliar o direito dos trabalhadores em relação àquilo que temos hoje.

Eu vou passar a palavra, de imediato, ao pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Cesit/Unicamp, o Sr. Marcelo Prado Ferrari Manzano, que está virtual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO PRADO FERRARI MANZANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agora, sim, consegui.

Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todos os demais Senadores e Senadoras que acompanham a audiência. Bom dia a todos os colegas, amigos, companheiros e companheiras que nos seguem, agora, de forma presencial ou virtual.

Eu não sou da área do direito, então eu vim aqui mais para contribuir com uma reflexão econômica e, um pouco, pensar no pano de fundo, em vista do momento do capitalismo e como isso se relaciona com o mundo do trabalho atual. E aí vou até arriscar um ou outro palpite sobre o tema da regulação e do marco legal, mas vou me concentrar na discussão mais econômica.

Eu queria partir, fazer uma breve recuperação. Todos, certamente, têm isso muito claro, mas vale a pena salientar alguns aspectos das transformações que nós temos assistido no capitalismo desde os anos 70, no século passado, até os dias de hoje.

Nós sabemos que a CLT, toda a trajetória de construção do nosso marco legal, o trabalho, que começa com a CLT e, vamos dizer, culmina com a Constituição de 1988, vai-se universalizando os direitos do trabalho, alcançando os trabalhadores rurais, garantindo acesso a direitos do trabalho e sociais, principalmente a partir da Constituição de 1988, a gente sabe que todo esse arcabouço foi pensado, foi formulado tendo como referência um capitalismo que a gente na economia costuma chamar de capitalismo organizado, que é um capitalismo que se desenvolveu principalmente nos países avançados, principalmente na Europa, principalmente na Europa do Norte, e que tinha o estado de bem-estar social como uma das suas partes fundamentais e também, do ponto de vista econômico, fundado na grande empresa capitalista, fordista, com padrão fordista de relações de trabalho, etc. E aí, mal ou bem, a nossa inspiração para a formulação do arcabouço jurídico brasileiro tinha essa referência, que lá funcionou. Aqui, jamais chegamos a ter um capitalismo com essas características, mas nós sonhávamos, esperávamos que, em algum momento, alcançaríamos esse modo de organizar as relações entre capital e trabalho que correspondiam a esse chamado capitalismo organizado.

Porém, isso tudo ruiu, esse capitalismo se desfez a partir dos anos 70, com o abandono do que se chamava Acordo de Bretton Woods, e o mundo entra numa nova fase que alguns chamam de neoliberalismo, outros, de globalização financeira. Eu gosto de dizer que é o período de capitalismo desorganizado apoiado na lógica ou motivado pelas estratégias de acumulação financeira. Alguns chamam isso de financeirização ou domínio das finanças; ou seja, os capitalistas, os donos do capital vão buscar valorizar o seu patrimônio, a sua riqueza, principalmente através de alternativas financeiras e cada vez menos por meio da produção, da acumulação real de capital.

Isso se dá porque, desde a década de 70, crescentemente, a incerteza avança de maneira radical na medida que o mundo vai se flexibilizando, abrindo para um terreno global, não mais nacional. E essa incerteza vira, ao mesmo tempo, possibilidade de ganhos especulativos. Basta ver, por exemplo, o que é a indústria dos *hedge funds*, que é uma indústria exatamente construída com base na possibilidade de oferecer menor risco àqueles que têm que empatar capital em operações carregadas de incerteza. Então, os *hedge funds*... O mercado de opções e futuros também se constitui na mesma chave. As empresas de seguro, as seguradoras, que vão virar potências mundiais das finanças – basta ver como elas estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imbricadas no colapso do Lehman Brothers na crise financeira de 2008 –, as seguradoras vendiam seguros e, quanto mais arriscada era a operação hipotecária, mais a seguradora ganhava vendendo seguros em face da venda dos *subprimes*.

Então, o mundo de incerteza se descortinou desde os anos 70, cresceu muito esse tipo de operação, muitos ganham dinheiro com isso, e aqueles que podem, que são em última instância os detentores do capital, tentam transferir a incerteza para os elos mais fracos do sistema. É claro que continua e sempre haverá uma grande dependência para que o sistema continue funcionando e produzindo o dia de amanhã, sempre haverá uma necessidade de que o velho capitalismo, a realização da produção continue existindo, para que haja comida, casa, bem-estar no dia seguinte para todas as populações. Haverá, portanto, sempre uma dependência do trabalho, mas trata-se de transferir para o trabalho, transferir para os elos mais fracos desse sistema, dessa nova lógica de organização do capitalismo, transferir as incertezas e os riscos.

Portanto, na cúspide desse sistema que se constitui, temos as organizações financeiras, grandes gestores de fundos, grandes gestores de riqueza, que repassam, em parte, as incertezas para empresas intermediárias. Eu colocaria como empresas intermediárias, hoje, as *big techs*, as grandes empresas, grandes plataformas digitais, sejam elas as chamadas Gafam – Google, Amazon, Facebook, etc. –, e depois as outras plataformas que operam serviços mais dedicados, como iFood, como Uber, como Airbnb, etc. Então, tem uma hierarquia. Esses fundos financiam essas empresas, essas empresas organizam as menores, que vão organizar o capitalismo real: o dono da pizzaria, a oficina mecânica, o prestador de serviços no bairro, que estarão dependentes da intermediação desses serviços que fazem o encontro, a realização do chamado *marketplace* no mercado virtual.

Enfim, vai-se organizando toda uma nova estrutura de transferência de riscos, e lá na ponta temos o trabalhador, e, eu acho que – foi muito bem lembrado aqui pelo Juiz Dr. Hugo – o paroxismo desse trabalhador vulnerável aparece aí como essa figura do trabalhador sob o comando da plataforma, das plataformas. Ele ainda é uma minoria, ele constitui ainda 2%, 3% do nosso mercado de trabalho, mas é relevante prestar atenção no que acontece com esse tipo de inserção laboral, porque me parece que isso é a ponta de lança de uma transformação maior que vem acontecendo. E é muito importante estudá-los, para ver como lidar com essa nova realidade, que deve ser cada vez mais presente.

Ora, qual é o problema? Nesse novo metabolismo, vejo dois fenômenos acontecendo que são bastante curiosos, e as empresas de plataformas revelam isso mais uma vez. É difícil hoje caracterizar o que é uma empresa efetivamente ou qual setor de atividade está caracterizando tal ou qual empresa, assim como é difícil caracterizar exatamente qual é o tipo de trabalhador que está vinculado às atividades dessas empresas.

Então, por exemplo, tomando o caso do iFood, tão emblemático entre nós. O iFood começou recentemente, acho que até 2018 ele não usava as plataformas no celular, foi só em 2018 que aderiu a esse modelo. Ele começa com o chamado *marketplace*, apenas para botar em contato comprador e vendedor, e cobra uma taxa por isso. Em seguida, ele vai ganhando fácil, embora já estivesse claro que era isso, como um intermediador de mão de obra, vai assumindo o papel de representar ou de abrigar os entregadores, os trabalhadores que fazem entrega. Em seguida, vai migrando para uma empresa de crédito, começa a oferecer crédito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro para os próprios trabalhadores, depois amplia isso, hoje me parece que tem uma série de serviços financeiros que são oferecidos pelo iFood; seguradora, oferecendo seguros para trabalhadores e para não trabalhadores, financiando equipamentos, bens de capital, motocicleta ou carro, fazendo uma associação com uma empresa de motocicleta tradicional, enfim, a gente vai percebendo que, num curtíssimo período de tempo, o iFood passou por vários setores de atividades, e ele se anuncia como uma empresa de tecnologia, que não põe a mão em nada.

Curiosamente, tanto o iFood como muitas dessas empresas de plataforma não realizam lucro, elas operam no prejuízo operacional, e aí isso gera uma dúvida muito grande na cabeça das pessoas: então por que eles sobrevivem e com essa potência? Porque eles ganham não na operação, muitas vezes, e sim na valorização do patrimônio; eles conseguem modelar o negócio, eles oferecem ao mercado um modelo de negócio, um tipo de modelagem, uma arquitetura que parece muito promissora, vendem isso no mercado, seja no mercado de ações, seja ficando parceiros de fundos de investimentos chamados *private equity* ou *venture capital*, fundos de operações de associação com *startups*. Essas empresas se valorizam muito, os acionistas ganham muito, os fundadores, os pioneiros dessas empresas ficam milionários, bilionários, e essa empresa passa a se valorizar com base apenas nas expectativas e não exatamente na operação real, no lucro operacional que ela consegue realizar. Isso acontece com Uber, isso acontece com iFood, isso acontece, por exemplo, com o Nubank, que se transformou no maior banco do Brasil e da América Latina sem ter ativos que justificassem esse tipo de valorização, isso acontece com a Rappi, colombiana. Enfim, é uma forma um tanto quanto diferente de organizar a realização capitalista e que vende, na verdade... O que é a cereja do bolo dessa modelagem de valorização que ela consegue vender ao mercado? É oferecer um negócio que não tem custos trabalhistas, que é imune a relações de trabalho. Ela anuncia que não tem trabalhador, a gente sabe, estamos aí nessa batalha.

Por que estou dizendo tudo isso? Porque um dos grandes desafios, eu acho muito importante essa iniciativa do estatuto, tenho conversado com a Magda e outros colegas do Cesit que participam da Comissão, acho fundamental todos os itens apontados pelo Luiz Alberto, no início da sua fala inicial, me parecem todos defensáveis e muito necessários. A questão que eu coloco aqui, para provocar um pouco o debate, é como fazer com que esses direitos, uma vez aprovados, sejam efetivados, diante de uma realidade que é tão fluida, que tem empresas que, por exemplo, são tão difíceis de caracterizar, como eu dava esse exemplo.

E, por outro lado, a própria atividade laboral é difícil de caracterizar. Todos vocês conhecem experiências, certamente, pessoais ou de pessoas próximas. Por exemplo, eu pegando o Uber já me deparei com situação de um sujeito que era Uber na hora em que o Uber chamava e também era GetNinjas na hora em que... Ele era eletricista de profissão, então ele ficava à disposição ou para atender chamados como eletricista ou para atender chamados com o Uber.

Quem é responsável por esse trabalhador? A qual empresa ele está vinculado? O carro que ele está utilizando está prestando serviço para a Uber ou para a GetNinjas? Que tipo de enquadramento funcional esse sujeito deve ter? Quer dizer, é uma realidade bastante difícil.

Também já me deparei com um professor de música, um baterista, que nas horas vagas era Uber. Esse trabalhador, que tipo de trabalhador é esse? Ele, na semana que vem, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair do Uber e pode migrar para um outro serviço de aplicativo tão fluido quanto esse, sem nenhuma mudança substantiva no seu dia a dia.

Então, é muito difícil, me parece, um grande desafio no Estatuto do Trabalho, fundamental que seja colocado, mas me parece que é a maneira de torná-lo efetivo...

Opa, já estou terminando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem ainda cinco minutos.

O SR. MARCELO PRADO FERRARI MANZANO (*Por videoconferência*.) – Ótimo. Está bem.

Nesse sentido, sem querer... Não conheço uma solução. Acho que esse é de fato, um enorme desafio. Eu diria que o Estatuto do Trabalho é tão importante quanto desafiador, ele é tão necessário quanto desafiador. Acho que é preciso a gente buscar algumas referências para, quem sabe, pensar maneiras de efetivar esses direitos do trabalho para todos.

Desde logo, me parece, portanto, que talvez devamos ter claro que estamos defendendo que todo cidadão brasileiro que de alguma maneira contribui com uma inserção laboral, qualquer que seja, tem o direito de ter todos os direitos do trabalho e direitos sociais defendidos pela lei, que serão defendidos pelo estatuto, independentemente do tipo de vínculo, independentemente do tipo de trabalho, do setor de atividade, da empresa em que trabalha, acho que esse é o ponto de partida.

Dito isso, como lidar com esse mundo complexo, fragmentado, fluido, essas empresas fluidas, esses trabalhadores intermitentes e intercambiáveis. Como lidar com isso? Algumas pistas. Temos lá o caso da Dinamarca, um caso polêmico.

Mas a Dinamarca é uma sociedade muito diferente da nossa. Claro, com características sociais, políticas e econômicas totalmente diferentes da nossa, mas me parece que tem uma pista ali que é um pouco separar o acesso aos direitos do trabalho do modelo de financiamento.

A Dinamarca resolveu financiar o seu sistema de seguridade social, o sistema de proteção ao trabalhador, não via tributos vinculados, mas sim tributando patrimônio e renda, empresas capital e lucro, independentemente dos vínculos trabalhistas que cada empresa tivesse. E garante, por outro lado, a entrega de todos os direitos sociais, os benefícios sociais do trabalho para os trabalhadores. Parece-me uma alternativa boa; não é simples de ser implantada, mas me parece uma pista.

Outras pistas que acho que podemos perseguir... Pensando um pouco e dialogando com um colega na China, que estuda o mercado de trabalho chinês, ele me dizia que, do ponto de vista regional, na China se organizam grandes corporações estatais que contratam, como se elas fossem gestoras dos contratos de trabalho, tutoras dos contratos de trabalho das pessoas daquela comunidade, daquela região, e alocam os trabalhadores nas empresas de acordo com demandas das empresas e, ao fazer isso, elas arrecadam os recursos dessas empresas e garantem a transferência dos trabalhadores. É uma espécie de gestão pública, intermediação pública do mercado de trabalho.

No Brasil, temos um caso ainda muito embrionário, muito específico, que é da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, criada na gestão Dilma, e me parece uma experiência bastante bem-sucedida. Ela abriga todos os servidores, não apenas servidores, prestadores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços, bolsistas, vinculados aos 41 hospitais federais do Brasil, e é hoje, me parece, a oitava ou sétima maior empregadora do Brasil, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. É uma empresa pública que cuida de garantir remuneração isonômica para todos os trabalhadores de qualquer hospital, bolsas de – como é que chamam as bolsas dos estágios que os médicos têm que fazer quando concluem a sua graduação? Ela faz toda essa gestão, inclusive, ela é vinculada, curiosamente, ao MEC, não é ao Ministério do Trabalho, nem ao Ministério da Saúde, ela é uma empresa vinculada ao MEC. Essa também me parece uma solução interessante, que poderíamos pensar em soluções por setores, por ramos de atividade com empresas como essa.

A Magda menciona aqui um Sine amplo e universal, eu também acho que o Sine poderia se constituir nisto: uma espécie de empresa de gestão da força de trabalho, garantindo e tutelando, e é uma tutela bastante positiva a meu ver, garantindo que os contratos de trabalho serão efetivamente cumpridos, porque é ela que faz a gestão desse contrato e simplesmente organiza os fluxos de pagamentos. Isso teria grandes desafios, mas, enfim, eu estou aqui apenas pincelando algumas possibilidades que me parecem que devam nos provocar para pensar uma solução que não se limite apenas a buscar instrumentos para fazer cumprir a lei, nos termos que a gente conhece hoje; nós precisamos mudar a dinâmica do mercado de trabalho, nós precisamos intervir sobre o mercado de trabalho para que, de fato, esse novo marco que vislumbramos, esse novo marco laboral que vislumbramos, possa se efetivar da melhor maneira possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Marcelo Prado Ferrari Manzano, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, que deu um panorama global do mundo do trabalho e a forma como os senhores do mercado se movimentam, e os direitos dos trabalhadores cada vez estão sendo diminuídos.

Eu passo a palavra agora, voltando à nossa mesa presencial, à Diretora de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).

Com a palavra, a Procuradora Carolina Pereira Mercante.

A SRA. CAROLINA PEREIRA MERCANTE (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Bom dia, colegas de mesa. Bom dia a todas que nos assistem. Bom dia, colegas que estão em teleconferência.

Agradeço novamente ao Senador Paim pela realização desta audiência pública, pelo convite à Associação Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho.

Parabenizo-o pelas premiações no Congresso em Foco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. CAROLINA PEREIRA MERCANTE – Merecidas premiações.

E, como já foi dito aqui, nós tivemos, em 2017, o que nós do Ministério Público do Trabalho nos recusamos a chamar de reforma, porque quando a gente faz reforma, é algo para melhorar: a gente faz uma reforma da casa porque a gente quer que a casa fique melhor. Mas nós tivemos as alterações legislativas, de 2017, em que houve um déficit de diálogo social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram aprovadas legislações em tempo recorde sem escuta das partes envolvidas da sociedade. E, como resultado, como já foi dito aqui: precarização dos postos de trabalho, insegurança jurídica – muitas questões foram para o STF, muitas decididas ainda nos Tribunais Regionais do Trabalho, mas muita insegurança jurídica –, enfraquecimento do movimento sindical, aumento da quantidade de acidentes de trabalho, inclusive com mortes e acidentes graves e fatais, e obstáculos ao acesso à Justiça do Trabalho nós tivemos também.

E, agora, nós temos a oportunidade, sob a Presidência do Senador Paim, de dialogarmos, de debatermos amplamente sobre o Estatuto do Trabalho, que atualize a legislação trabalhista para as novas realidades do mundo do trabalho, mas com respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao equilíbrio das partes envolvidas nas relações de trabalho.

E aqui eu cito o Norberto Bobbio, também Senador, na Itália, jurista italiano, já falecido, que dizia que a gente mede o grau de democracia de um país não apenas pelo direito ao voto, mas como, nas diferentes esferas da sociedade, a democracia é realizada.

Então, nas escolas, nos clubes, nas empresas, se nós temos, nas relações de trabalho – seja na administração pública, seja nos entes privados –, relações completamente desequilibradas, nós não temos uma democracia de fato.

E essa sugestão legislativa, que agora nós debatemos – o Estatuto do Trabalho –, que será aperfeiçoada pelo Senador Paim, com o apoio do Dr. Luiz Alberto, muito competente tecnicamente para isso, e com escuta da sociedade, das várias partes envolvidas, nós temos uma sugestão legislativa que foi proposta pela Anamatra, pela ANPT, pelo Sinait, pelo Cesit, pela Associação Latino-Americana dos Juízes do Trabalho, que são atores com ampla experiência no mundo do trabalho.

Então, nós, no nosso dia a dia – a Dra. Dayna, a Dr. Hugo, a Dra. Marilane –, lidamos com isso na realidade concreta: quais são os problemas advindos da atual legislação e como podemos aperfeiçoá-la?

E, como já foi dito aqui, inúmeros aspectos importantes são trazidos nessa sugestão legislativa, mas nós, da Associação Nacional, vamos focar em um dos aspectos, que é a competência da Justiça do Trabalho, porque tudo isso que foi debatido aqui, o combate ao trabalho análogo à escravidão, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – a inclusão efetiva –, o combate aos atos antissindicais, o combate à precarização, tudo isso depende de um Poder Judiciário especializado, que decida com bastante *expertise* técnica sobre isso.

E hoje nós já temos o art. 114 da Constituição, que diz que a Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações oriundas das relações de trabalho. Porém, esse artigo foi reduzido em interpretação, e nós temos hoje muitas decisões que dificultam a realização do Direito do Trabalho. Então, há muitas decisões, infelizmente, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, que dificultam e limitam a competência. Então, nós acreditamos que é importante se reafirmar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito privado e os entes de direito público.

Então, aqui, os que me antecederam falaram sobre as relações precarizadas dos trabalhadores em plataformas, e hoje, lamentavelmente, nós temos algumas decisões pontuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no STF – ainda bem pontuais, não são decisões colegiadas –, mas que, infelizmente, retiram da competência do juiz e da juíza do trabalho a análise daquele caso concreto. Então, se o trabalhador em plataforma é empregado ou não. E isso, para nós, que atuamos na área do trabalho, é elementar, é um pressuposto. O juiz do trabalho precisa identificar se, naquela relação, existem os requisitos da relação de emprego: a pessoalidade, a onerosidade, a subordinação... Então, em princípio, é uma relação de trabalho, mas é uma relação de emprego? E ninguém melhor que o juiz do trabalho para analisar se essa relação tem ou não os requisitos da relação de emprego.

Se é uma fraude, vamos supor, um contrato de prestação de serviços, digamos, um profissional da comunicação, um jornalista que atua em uma determinada empresa de comunicação, que atua todos os dias ali, com subordinação, e ele é contratado como pessoa jurídica. Ele é uma pessoa física que atende ali às regras daquela empresa de comunicação, e ele é contratado como pessoa jurídica, para burlar o quê? Os direitos da relação de emprego.

Então, na relação dos trabalhadores em plataforma, é a mesma coisa: a gente precisa analisar, em cada caso concreto, se existem ou não os requisitos da relação de emprego. E passar isso para um juiz estadual, um juiz federal, que não é especialista na área do mundo do trabalho, isso desvia o propósito constitucional.

E apenas aqui, como um breve relato, no ano de 2022, ano passado, eu trabalhei como voluntária, por um ano, no projeto Caminhos do Trabalho, que é uma parceria da Universidade Federal da Bahia com o Ministério Público do Trabalho e hoje se expandiu para diversas universidades federais, por meio da Fundacentro, da mediação da Fundacentro.

Então, eu trabalhei como voluntária e eu entrevistava, pegava o depoimento de vários trabalhadores lá em Salvador, por teleconferência, e esse projeto basicamente atende aos trabalhadores. Então, primeiramente ele escuta os trabalhadores, ele verifica as provas documentais, sejam *prints* de WhatsApp, de Telegram, tudo que o trabalhador ali tem, os *prints* da própria plataforma, e verifica se há ou não a relação de emprego. E, verificando os requisitos da relação de emprego, os estudantes – no caso, mestres e doutores, advogados da Universidade Federal da Bahia – ajuízam as ações e discutem a relação na Justiça do Trabalho.

E também o Departamento de Medicina da Universidade Federal da Bahia emite CATs, no caso de acidentes de trabalho com esses trabalhadores, o que é muito comum.

Eu acredito que todos nós já vimos, lamentavelmente, um trabalhador em queda no curso da sua atividade de trabalho, um trabalhador que tenha se acidentado, um acidente grave, um trabalhador motoboy que tenha se acidentado durante a sua jornada de trabalho. Então, a partir daí, eu entrevistei mais de cem trabalhadores e nós identificamos os requisitos da relação de emprego.

Na visão do Ministério Público do Trabalho, se houver uma regulação diferente, hoje, da regulação de emprego, a realidade tem que mudar também, porque a realidade hoje é de relação de emprego para esses profissionais que não têm autonomia.

Muitas vezes, o acidente é provocado porque eles têm uma demanda altíssima de entregas, e, se eles não cumprem o curto prazo... A plataforma prevê que ele tem que entregar aquele determinado produto de uma empresa em dez minutos. Então, ele tem ali uma situação de trânsito, em Salvador – quem já foi a Salvador sabe que tem muito trânsito –, está ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela situação e arrisca a sua vida para conseguir cumprir a entrega no prazo determinado pela plataforma.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA PEREIRA MERCANTE – E, se ele não entrega, tem uma punição. Então, ele recebe menos demandas.

Se, por acaso, um dia ele decide ficar com o aplicativo desligado e levar o seu filho a uma consulta médica na rede pública, também é punido, porque, se ele fica algumas horas com a plataforma desligada, vai receber menos demandas, e isso impacta na sua renda mensal. Então, tem uma série de controles que são feitos pelos aplicativos que sujeitam o trabalhador a esse risco de acidente e a nenhuma autonomia.

Então, voltando à competência da Justiça do Trabalho, é importante que seja reafirmada a competência para analisar se há ou não os requisitos da relação de emprego. E outro ponto importante é que a competência seja reafirmada para que também abranja os entes de direito público.

O que é que nós temos hoje, qual é a grande discussão na Justiça do Trabalho? Servidores públicos, muitas vezes, sofrem assédio moral ou estão em ambientes de insegurança no que diz respeito à saúde, à segurança do trabalho. Quando nós discutimos isso perante a Justiça do Trabalho...

Aqui é um caso da Fundação Palmares. Nós, do Ministério Público do Trabalho, verificamos um assédio moral organizacional, uma discriminação racial, uma discriminação etária, uma série de discriminações e atitudes que identificaram um pleno mal-estar no trabalho. Nós ajuizamos uma ação na Justiça do Trabalho para combater o assédio moral organizacional, na época, na gestão anterior, na Fundação Palmares. Nós tivemos uma liminar favorável do Juiz do Trabalho aqui em Brasília, para que a Fundação se adequasse às normas de saúde e segurança do trabalho, de ética nas relações de trabalho e não promovesse o assédio moral. Mas, infelizmente, a competência da Justiça do Trabalho foi discutida também e foi retirada a competência para a Justiça Federal, o que ocasionou um grave prejuízo aos trabalhadores que já tinham uma liminar de um juiz competente para decidir as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Então, com esse enfoque na competência da Justiça do Trabalho, a ANPT espera ter contribuído para os propósitos desta audiência pública e se coloca à disposição para a continuidade dos debates.

Obrigada novamente, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Dra. Carolina Pereira Mercante... (*Palmas.*)

... Diretora de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, que fez uma defesa, com a qual eu concordo plenamente, da Justiça do Trabalho.

Quando eu era sindicalista, lembro que... Eu sempre digo que o bom sindicalista não se mede pelo número de greves, mas pelo número de bons acordos, mas, às vezes, tínhamos que fazer a greve. E aonde eu ia construir o acordo? Na Justiça do Trabalho, que acabava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediando, chamando as partes, discutindo... Ou, se não houve entendimento, vamos ao julgamento.

Então, a Justiça do Trabalho cumpre um papel fundamental no mundo do trabalho.

Parabéns pela sua exposição!

Então, de imediato, chamo a Dra.... (*Pausa.*)

... a ordem aqui.

A Marilane está depois dela. Mas, para mim, é indiferente.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser, então?

Dra. Dayna Lannes Andrade, juíza, Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRA. DAYNA LANNES ANDRADE (Para expor.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo mesmo tempo, 15 minutos com mais cinco.

A SRA. DAYNA LANNES ANDRADE – Tá.

Bom, bom dia, Senador Paim. Em sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os meus colegas aqui da mesa presencial, bem como aqueles que se encontram na mesa virtual.

Cumprimento, ainda, todos que acompanham esta audiência pública, especialmente nos canais de transmissão do Senado Federal.

Bom, gostaria de iniciar a minha fala dizendo que a Anamatra é uma dessas entidades parceiras, assim como o Ministério Público, o Sinait, a Associação de Juízes para a Democracia, que vêm debatendo, consolidando, aprimorando e estudando a Sugestão Legislativa 12, também denominada de Estatuto do Trabalho.

Gostaria de parabenizar o Senador Paim pelo protagonismo e por toda essa trajetória de dar concretude aos direitos sociais, o que, para nós, é digno de aplausos e muito necessário nesse contexto da Justiça do Trabalho.

E gostaria, também, de parabenizá-lo pela iniciativa de convidar e de promover este debate sólido, intenso, de todos os atores da sociedade sobre a Sugestão Legislativa 12.

Este debate faltou quando da aprovação da reforma trabalhista, como bem disse a Dra. Carolina, e essa aprovação, de afogadilho, da Lei 13.467, em 2017, resultou em diversos retrocessos sociais que a gente, no Poder Judiciário... Como sou Diretora de Assuntos Jurídicos, a gente verifica no momento de cumprir aquela legislação aprovada, além da intensa insegurança jurídica ocasionada por alguns pontos da reforma trabalhista.

A Anamatra nunca fez uma defesa da revogação, por completo, da denominada reforma, mas de aprimoramentos e de alterações que venham a garantir a efetividade da legislação trabalhista e dos direitos sociais previstos na Constituição.

Eu gostaria de direcionar minha fala, coincidentemente – e talvez essa coincidência seja porque, realmente, o tema é premente nos dias atuais –, e chamar a atenção desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a situação da competência da Justiça do Trabalho, pois vivemos um completo esvaziamento da competência constitucional prevista no art. 114.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu verifiquei o art. 401 da sugestão legislativa, que também preceitua sobre a competência, e ele faz algumas alterações, mas eu penso que será necessário que o Congresso Nacional promova as alterações legislativas que se fazem necessárias para garantir o fortalecimento da Justiça do Trabalho.

Logo da aprovação da Emenda Constitucional 45, em 2004, eu me lembro muito bem – ainda estudava para o concurso da Justiça do Trabalho e era advogada trabalhista – de que se noticiou uma iniciativa de fortalecimento e comemorou-se muito essa ampliação da competência da Justiça do Trabalho, com atribuições de competências que até então nos estavam sendo retiradas. E, logo em seguida, veio o julgamento da ADI 3.395, que já tirou do âmbito da competência da Justiça do Trabalho os servidores públicos.

Como bem pontuou a Dra. Carolina, quando atribuiu competência à Justiça do Trabalho para processar e julgar as lides decorrentes das relações de trabalho como gênero, a interpretação dos magistrados era no sentido de que abrangiam relações de trabalho não empregatícias, não necessariamente empregatícias. E, à medida que o tempo vem passando, a gente vem assistindo a um completo esvaziamento dessa competência – e aqui eu gostaria de registrar, com a devida vênia, com todo o respeito –, capitaneado tanto por decisões do nosso Supremo Tribunal Federal, que tem esvaziado a competência da Justiça do Trabalho, assim como do STJ e até mesmo por alterações legislativas promovidas pelo Congresso Nacional.

Então, de lá para cá, a gente assistiu a competências históricas, como a do representante comercial autônomo, que eu própria cheguei a julgar vários no meu início de carreira, e hoje não mais pertence à Justiça do Trabalho, pois houve uma decisão que atribuiu que a competência para julgar as lides do representante comercial autônomo é da Justiça comum.

E é importante que se diga que mesmo nós, no momento que julgávamos as lides do representante comercial autônomo, não necessariamente reconhecíamos vínculo; nós aplicávamos a lei do representante comercial. Nos casos em que houvesse uma alegação de fraude e que aquela relação, na verdade, era uma relação empregatícia, travestida sob o manto de uma representação comercial fraudulenta, caso isso ficasse evidenciado nas provas do processo, poderia ser caracterizado vínculo empregatício, mas não necessariamente, pois o próprio juiz do trabalho dava concretude à legislação. No entanto, mesmo assim, tivemos extirpada essa competência.

Em seguida, também verificamos a extinção da competência da Justiça do Trabalho, o afastamento da competência para situações de complemento de benefício previdenciário e até mesmo para bloqueio de verbas públicas estaduais para pagamentos de valores trabalhistas, ainda que aquela empresa devedora fosse credora do poder público. Hoje também não podemos mais, diante do julgamento da ADPF 485.

A Reclamação nº 61.115 foi um pouco mais dura com o Direito do Trabalho, vamos dizer assim, pois, ao julgar a ADPF 324, ela entendeu pela terceirização, pela possibilidade de terceirização também nas atividades fim, ou seja, atividade meio e atividade fim, e também declarou a possibilidade da organização de trabalho não só pela terceirização, como por outras formas desenvolvidas pelo agente econômico.

A gente pensa que tem havido aí uma certa incompreensão ou atecnia, porque esse julgamento tem sido utilizado para afastar a competência da Justiça do Trabalho em processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos quais não se está discutindo terceirização. Por exemplo, em situações de pejotização, que seria a utilização de uma pessoa jurídica para contratar o trabalhador, e mesmo em processos de autônomos, como foi citado pela Dra. Carolina: os apresentadores de TV dos grandes veículos de comunicação, que são contratados como PJ; médicos contratados como PJ... Não se trata aí de uma terceirização, e, mesmo assim, tem sido entendido pelo STF – aqui a crítica respeitosa a respeito disso – como uma afronta ao conteúdo da decisão da ADPF.

No mesmo sentido, a Lei 11.442, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas, que tem tanto na minha localidade, pois eu sou de Mato Grosso – sou Juíza do Trabalho de Sinop... Também era uma competência histórica da Justiça do Trabalho e é mais uma competência que também foi retirada, foi afastada da Justiça do Trabalho por decisão do Supremo Tribunal, que entendeu como constitucional, na ADC 48, o dispositivo dessa lei que tira, extrai da competência...

Eu mesma tive oportunidade de advogar para empresa transportadora de carga líquida – no caso, combustíveis –, e nunca se contestou a competência da Justiça do Trabalho sobre esse tema, e, após essa Lei 11.442 e da ADC 48, perdemos mais essa competência.

Então, como o assunto é premente, porque a gente avalia que esse esvaziamento sucessivo, concatenado, reforça o argumento de que a Justiça do Trabalho é um ramo do Direito muito caro, muito dispendioso, e que aí se julgam poucos processos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYNA LANNES ANDRADE – ... comparativamente ao peso financeiro da sua estrutura, porque é capilarizada, porque a Justiça do Trabalho está presente nas diversas localidades dos estados mais longínquos... A Justiça do Trabalho, como eu costumo dizer, vai aonde o povo está. E, onde não tem Vara, a gente vai por Justiça Itinerante, para ouvir o trabalhador e levar o juiz para acolher aquele reclamo da sociedade.

Então, quando se extrai a competência do juiz do trabalho, que seria o juiz especializado para aquelas lides oriundas do conflito capital/trabalho, além de se delegar para outra Justiça, no que vai ter um prejuízo no enfrentamento especial da matéria e também na própria tramitação, que começa a durar muitos mais anos, e, às vezes, até alijar o trabalhador do acesso ao Judiciário, porque, muitas vezes, reconhece-se a competência da Justiça comum, às vezes a competência da Justiça do Trabalho, e essa situação de competência não é uma situação que é bem compreendida pela sociedade em geral, e a pessoa até desiste de buscar, porque ficam anos discutindo qual seria o juízo competente.

E reforço ainda, já no final da minha fala, que a mesma situação tem se revelado com o enfrentamento da questão da competência para apreciar as lides recorrentes do trabalho em plataforma, e isso é uma preocupação grande da Anamatra neste aspecto, porque, se acontecer o que vem acontecendo, muito embora tenha julgamentos até predominantes, no sentido de negar a existência de vínculo empregatício para os trabalhadores de plataforma, estão-se questionando a competência da própria Justiça do Trabalho para apreciar esse tipo de litígio, o que sequer era para ser aventado, diante dos termos do art. 114, *caput*, da Constituição Federal.

Então, uma coisa é existência de vínculo empregatício; outra coisa é a relação de trabalho; e outra coisa, completamente distinta, a competência. Não era para estarmos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionando a competência da Justiça do Trabalho para apreciar essa demanda que é tipicamente uma relação trabalhista, que pode ou não vir a caracterizar vínculo empregatício, a depender das provas dos autos.

Então, é nesse sentido que gostaríamos de demonstrar a preocupação da Anamatra com esse esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho, um movimento que a gente já viu outrora, que reforça um argumento pela extinção da própria Justiça do Trabalho, o que muito nos preocupa.

E a Anamatra, sensibilizada com essa situação, tem promovido uma aproximação institucional do STF, levando essa demanda, conforme várias visitas que a diretoria que tem feito com a Presidência do STF. E também vai promover um evento sobre competência, no próximo dia 5 de outubro, em São Paulo, através de um estudo que está sendo feito com a USP, em que estamos estudando todos os precedentes. E vamos debater com a iniciativa de formar posicionamentos sólidos e direcionados à defesa da competência da Justiça do Trabalho e ao fortalecimento da Justiça do Trabalho, que é, antes de mais nada, o segmento especializado, responsável e sensível aos conflitos da relação capital/trabalho.

Agradeço mais uma vez a todos a escuta ativa e a oportunidade outorgada pelo Senador Paim, que, como disse, desempenha um papel de suma importância ao mundo do trabalho e aos direitos sociais constitucionais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Dayna Lannes de Andrade, juíza e Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Se eu pudesse dizer, eu assino embaixo com todos aqueles que lutam contra o fim da Justiça do Trabalho, que a intenção é exatamente essa.

Eu me lembro de que, recentemente, fui convidado para um congresso estadual no Rio Grande do Sul, em Pelotas – não pude ir –, de juízes do trabalho. Eu, lá, naturalmente, falaria na mesma linha que a Dra. Carolina falou e também a Dayna, que a Justiça do Trabalho é fundamental.

Como você vê um país sem Justiça do Trabalho? Uma justiça especializada, que realmente possa fazer um julgamento sereno, tranquilo?

E me parece-me que, se o setor grande da economia trabalha contra a Justiça do Trabalho, é porque não cumpre as leis trabalhistas. Se cumprisse, não tinha que temer nada.

A SRA. DAYNA LANNES ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Ou porque incomodamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É este o termo mesmo: incomodamos.

A Justiça do Trabalho incomoda no bom sentido, de fazer o bem sem olhar a quem.

Parabéns.

Neste momento, a pedido dela, eu passo a palavra à Dra. Magda Barros Biavaschi, Desembargadora aposentada do TRT4, pesquisadora, colaboradora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) – Unicamp.

Por favor, Juíza Magda Barros Biavaschi, a palavra é sua.

Sempre é um prazer vê-la e ouvi-la.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência.*) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma satisfação, mas será que a Dra. Marilane não precisa falar antes de mim? Parece que ela precisa sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passaram uma lista aqui, combinada com ela.

A SRA. MARILANE TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Não, não, pode seguir, pode seguir.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência*.) – Se para ela está bem...

A SRA. MARILANE TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – A Magda tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu? Muito bem.

Dra. Magda, a palavra é sua.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Bom dia a todas e todos, é uma satisfação poder estar aqui. Vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (*Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu quero agradecer ao Senador Paim pelo convite, pela possibilidade de estarmos aqui discutindo este tema tão relevante, tão importante, que é o tema, ao fim e ao cabo, da democracia. E por que, ao fim e ao cabo, da democracia? Porque, num mundo fragmentado, em que o trabalho não ocupa a sua condição de centralidade, em que as desigualdades se aprofundam, as exclusões sociais se acirram, sobretudo em relação às mulheres, e fazendo um recorte em relação às mulheres negras, é muito difícil, com esses dados que a Profa. Marilane vai nos apresentar – por isso, eu achei que ela falaria antes de mim, mas, tudo bem, eu passo depois a bola para ela –, nós, tranquilamente, falarmos em democracia, porque o aprofundamento das desigualdades, das iniquidades, em vez de permitir uma caminhada rumo a esse sistema que todos apreciamos, gostamos e defendemos, que é a democracia, tem uma condição grave e complicada de colocar riscos a essa caminhada. Então, agradeço muito a possibilidade de estar aqui para discutir esse tema tão vital e tão essencial para o futuro dos nossos netos, para o futuro do nosso planeta e até para o futuro da humanidade.

Agradecendo também à Marilane por ter me dado essa deferência de falar antes dela, e agradecendo a todos os meus colegas, os nossos colegas que participam da Comissão e que estão aqui presencialmente ou *online*, e a todos aqueles que estão nos assistindo, neste, ao menos em São Paulo, dia tórrido, em que estamos aqui buscando ares e referências para podermos desenvolver uma caminhada, que eu chamo de "a caminhada da esperança", rumo à construção de uma sociedade de homens e mulheres substantivamente iguais, com direitos e garantias a todos e a todas assegurados, independentemente da natureza dos serviços prestados e independentemente dos vínculos formais estabelecidos.

O que nós estamos discutindo aqui é algo, como disse o Senador Paim, para o século XXI. É algo que parte da compreensão de uma sociedade fragmentada, de um mundo do trabalho assimétrico e cujas históricas desigualdades, ao invés de terem sido superadas ou reduzidas pelas promessas da reforma trabalhista de 2017, foram aprofundadas não só pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma trabalhista, mas pelas reformas liberalizantes que vieram nesse bojo e posteriormente pelas medidas provisórias, sobretudo pelas medidas provisórias no período da pandemia.

Nós estamos numa retomada de caminhada interrompida e, nesse sentido, o desengavetar, o desarquivar do estatuto se insere nessa luta e nessa caminhada integradora em que possamos efetivamente legar para os nossos netos – eu não vou ver isso – uma sociedade e um mundo do trabalho integrado, com uma igualdade positiva assegurada; igualdade positiva que não é só aquela igualdade formal, mas é a garantia de condições materiais em todas as esferas da vida humana, para que as pessoas possam concretizar, exercer e ampliar os seus direitos. Aliás, a igualdade positiva é um dos fundamentos da nossa Constituição de 1988.

Fazendo esses agradecimentos, eu quero falar em três elementos e depois passar para a Profa. Marilane.

Primeiro elemento: a importância, nesse cenário, de nós conhecermos a realidade, nós sabermos sobre que realidade o estatuto vai trabalhar.

Segundo: partindo da realidade, a nossa utopia, o nosso desejo, que é a elaboração de um estatuto ou de um sistema público de proteção social ao trabalho que inclua normas de proteção e instituições públicas – no Brasil, as instituições são a Justiça do Trabalho, os dois sistemas de fiscalização e as organizações sindicais –; construir esse sistema público que efetivamente integre, em direitos e garantias, todas as pessoas que trabalham, independentemente da natureza dos serviços prestados e dos vínculos formais estabelecidos. Então, esse é o segundo elemento.

Foi com essa filosofia, com essa principiologia que o Senador Paim montou esta Comissão para elaborar o estatuto, elaborou a SUG; mas a sociedade avançou, os problemas se acirraram, a pandemia chegou – porque a SUG foi arquivada em 2018 –, os problemas se aprofundaram... Como diz o Prof. Marcelo Manzano, o capitalismo foi engendrando inteligentemente, como ele é, novas formas para poder satisfazer o seu desejo insaciável de acumulação de riqueza abstrata e foi destruindo os diques que foram sendo colocados pela resistência para conter essa sanha e para conter essa ação essencialmente desigualadora que é ínsita ao capitalismo.

Então, o Senador Paim montou esta Comissão, nós elaboramos o estatuto, o SUG foi arquivado em 2018, houve todas essas questões posteriores e subsequentes, o Senador Paim o desarquivou, e nós estamos agora novamente trabalhando no sentido da ampliação do escopo inicial do estatuto. E que ampliação é essa? Olhar para esse mundo do trabalho altamente fragmentado, em que, segundo os dados que a Profa. Marilane vai nos dar, há milhões, milhares de homens e mulheres fora da força de trabalho, milhares de homens e mulheres na informalidade, portanto sem direitos – segundo dados do Cesit, mais de 50% –, milhares de trabalhadoras e trabalhadores sendo tratados como falsos empresários, como PJs, como MEIs, ou no loca-loca das plataformas digitais, sem direitos. E uma sociedade de um exército de sem direitos é uma sociedade sem demandas. Então, esse é o segundo elemento a que o estatuto se propõe. Desengavetado e desarquivado o estatuto, nós retomamos os trabalhos, como já foi dito aqui, fizemos várias reuniões e conseguimos, graças à coordenação do Senador e de todas as entidades e colegas que participam, reelaborar o que nós achamos fundamental e essencial, no qual o GT Mundos do Trabalho do Cesit está inserido, que foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção da tela de princípios ou de fundamentos. Então, a construção dessa tela de princípios ou de fundamentos, agora nessa nova visão, foi concretizada depois de muitas das nossas reuniões. E, se não me engano, são 11 ou 12 artigos que já estão prontos, preparados para receber agora o quê? Para receber toda a parte de direito material individual e coletivo, que vai incluir e deverá incluir – porque a sua principiologia é integrar todos aqueles que trabalham, independentemente da natureza do serviço e dos vínculos formais –, que vai integrar os terceirizados, vai integrar os informais, vai integrar os PJs, vai integrar os trabalhadores por plataformas digitais, vai integrar as trabalhadoras domésticas, as trabalhadoras de cuidados, que aumentam em volume muito significativo e também sem direitos, porque grande parte delas – e os dados são significativos – são contratadas como trabalhadoras domésticas e muitas diaristas, dois dias por semana em várias casas, portanto, sem direitos e sem demandas. Então, esse é, agora, num terceiro momento, o nosso desafio.

Nesse terceiro momento, nós estamos vivendo esse momento do desafio. Já conseguimos construir os princípios. O princípio da progressividade social, de que o Prof. Hugo falou aqui, é um dos princípios que está incorporado e expressamente elencado no estatuto. E por que os princípios? Porque nós entendemos, a partir de várias discussões, que princípio é norma. Princípios não são só guias, luzes, diretrizes, coisas atemporais, transnacionais, transestatais. Não! Princípios são normas. Não há norma sem princípio. Há princípios ainda não normatizados, mas não há norma sem princípios. Então, quando se olha para a norma, se despe a norma, nela nós vamos encontrar um ou mais princípios. E, portanto, também não há um conflito entre normas, há um conflito entre princípios, quando mais de uma solução nos é oferecida pelo ordenamento jurídico para um determinado caso concreto.

Então, agora nós incorporamos o princípio da progressividade social, além do princípio, que também foi incorporado, da vedação de retrocesso. O princípio da vedação de retrocesso está incorporado pelo art. 7º, *caput*, da Constituição Federal, e nós incluímos o princípio da progressividade social, que é um princípio importantíssimo para que, por meio desse estatuto, busque-se evitar os regressos, os retrocessos que acontecem quando o sentido do privado subjuga o sentido do público.

Quando os desejos privados subjugam o sentido do público, sobretudo em uma sociedade capitalista, em que o capitalismo está globalizado e hegemonizado pelos interesses das finanças – no Brasil esse sistema econômico, social e político encontrou estruturas sociais, heranças coloniais substantivas que deram as mãos, os braços, beijaram o capitalismo e permitiram que ele se instalasse e se espraiasse –, que encontra essas estruturas coloniais ainda não superadas, é muito importante nós traçarmos uma tela de princípios, entre eles o princípio da progressividade social, visando à vedação, visando ao regresso, mas, sim, sempre caminhando no sentido da ampliação dos direitos e das conquistas sociais, visando a quê? A construirmos uma sociedade integrada, harmônica, em que todos tenham voz e vez e em que não haja aquela exacerbada – que está acontecendo, hoje em dia, no capitalismo globalizado – concentração da renda e da riqueza, que favorece a concentração do poder político.

Então, o nosso estatuto tem este objetivo, que é o objetivo de, se não superar, reduzir as profundas desigualdades sociais que tecem o nosso tecido social, desigualdades essas que são aprofundadas por um capitalismo sem peia, ou por um capitalismo sem contrafluxos, sem obstáculos ao seu livre trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui construindo ou reconstruindo esses obstáculos. E por que reconstruindo? Porque todo esse processo que vem, sobretudo de 2016, quando uma nova hegemonia política permite que esse retrocesso ocorra, as reformas liberalizantes fizeram, sim, aprofundar as nossas desigualdades e, ao invés de cumprirem as promessas de dinamização da economia, de integração dos informais, de integração dos terceirizados, de investimentos que não vinham para cá porque as decisões paternalistas da Justiça do Trabalho impediam o investimento... E, para tanto, temos que tirar a rigidez, temos que criar alguns obstáculos a essa Justiça extremamente paternalista, etc... Então, essas promessas e essas condicionantes ao cumprimento das promessas que foram cumpridas não se efetivaram.

Nós estamos, aqui e agora, nesta caminhada, para retomarmos a reconstrução desse estatuto que tem essa principiologia, também está alicerçado no princípio da isonomia e da não discriminação e na compreensão da subordinação estrutural como algo fundamental a ser reconhecido no sentido da análise das condições de trabalho.

Então, a principiologia do estatuto está pronta, inclusive, para as plataformas digitais; está pronta, inclusive, para os trabalhos de cuidados; está pronta para as trabalhadoras domésticas, para os autônomos exclusivos, que é uma excrescência que a reforma trabalhista trouxe.

Agora, nós temos que nos debruçar, sob a batuta do Senador Paim e a coordenação do Prof. Luiz, com todas essas entidades, para o desafio de tratarmos a parte material, individual e coletiva, e a parte processual. E, nesse sentido, é um convite para que nos debrucemos sobre ele, como já vimos fazendo, sob a batuta do Senador, para que possamos, nesta legislatura, entregar esse estatuto, que, do meu ponto de vista e do ponto de vista dos economistas, como são os Profs. Marcelo e Marilane, é, mesmo que desafiadora, uma saída, é uma alternativa, é uma necessidade.

Mas sabemos também, como diz o Prof. Marcelo Manzano, que só a positivação dos direitos não é suficiente para que os direitos se concretizem, haja vista o art. 7º, I, da nossa Constituição Federal, que estabelece a presunção de relação de emprego quando há trabalho e elenca ali todos aqueles direitos, que são direitos destinados a todos os que trabalham, segundo o próprio *caput* do art. 7º e o seu inciso I; mas isso não se concretizou no mundo da vida. Então, o grande desafio, além de formularmos esse estatuto integrador, que a todos possa incorporar, será, depois, trabalharmos no campo da política, porque é o seu campo adequado, para podermos, com a força dos nossos instintos, tornar efetivas as normas que vão ser produzidas pelo estatuto.

Há pistas importantes para isso. A Espanha hoje é um exemplo, por exemplo, que está com uma fiscalização importantíssima no Ministério do Trabalho. E aqui nós temos dois sistemas de fiscalização, que precisam ser rearticulados ou reforçados, para que possam cumprir esse papel, que é o Ministério Público do Trabalho e os auditores fiscais do trabalho; as organizações sindicais, que também são fiscais e são produtoras de novos direitos; e a Justiça do Trabalho, que é a instituição pública por excelência, que foi criada para concretizar um direito profundamente social e não individual intuitivo da classe trabalhadora. Hoje, numa nova lógica liberalizante introduzida pela reforma de 2017, que estabelece como fonte prevalente o contrato individual de trabalho e não o sistema público de proteção, a Justiça do Trabalho fica com seus dias contados, haja vista as decisões monocráticas em sede, hoje em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia, de reclamações constitucionais, que tiram da Justiça do Trabalho a competência para reconhecer a existência de vínculo de emprego.

Com o estatuto, esse problema vai ser minimizado, porque todos os trabalhadores terão direitos. É claro que algumas especificidades deverão ser tratadas, mas as especificidades serão tratadas a partir das suas especificidades, e haverá, segundo o estatuto, uma tela pública universal de proteção que a todos incorporará.

Esse é o nosso desejo, esse é o nosso desafio, essa é a nossa utopia. É difícil? É difícil. Mas, segundo – e assim eu finalizo – o nosso grande mineiro – e aqui eu homenageio todos os mineiros –: "O que a vida quer da gente é coragem".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dra. Magda Barros Biavaschi, Desembargadora aposentada do TRT4, pesquisadora, colaboradora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp). E, como ela disse muito bem, este debate passa – e nós temos mantido contato com sindicatos, associações, federações, confederações – pelo Governo e passa também pelo próprio empresariado.

Nós estamos costurando isso com todos os setores. Não tem um setor que já não recebeu convite e vai continuar recebendo, para que, no momento apropriado, eles possam colocar o seu ponto de vista – depende muito mais deles do que de nós –, como, por exemplo, esses eventos em que já estive no Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, em Campo Bom, ali no Vale do Sino, com a presença das centrais sindicais, como vai ser agora o encontro de Joinville e também de Mato Grosso do Sul, sempre numa visão mais ampla possível em que se possa pensar. É claro que as centrais, as confederações e todo o mundo sindical é decisivo, mas nós queremos conversar inclusive com o empresariado também, para que eles entendam a importância do Estatuto do Trabalho.

Conforme entendimento feito aqui na mesa, nós vamos passar a palavra agora para o Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, representante do Núcleo de Pesquisa "O Trabalho além do Direito do Trabalho" (NTADT/USP).

A palavra é sua, Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

É uma satisfação estar aqui falando em nome do Núcleo de Pesquisa e Extensão "O Trabalho além do Direito do Trabalho", da Universidade de São Paulo, vinculado à Faculdade de Direito e ao Departamento do Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Universidade de São Paulo. Nós exatamente estamos com a Anamatra desenvolvendo esse estudo que será publicado agora no dia 5 de outubro, em um evento no Largo do São Francisco, na Universidade de São Paulo. Esse estudo demonstra como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na verdade, tem contrariado os seus próprios precedentes e, em larga medida, tem desconsiderado a jurisprudência construída em torno das reclamações constitucionais, porque tem utilizado precedentes sem aderência para afastar a competência da Justiça do Trabalho em diversas hipóteses, além de estar examinando, a rigor, matéria de fatos e provas e, para além disso, além de estar validando os usos das reclamações constitucionais como sucedâneos de recursos, permitindo, portanto, o chamado recurso *per saltum*, em que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, uma decisão de primeiro grau é cassada diretamente no Supremo Tribunal Federal sem passar pelo TRT e sem passar pelo TST. Essas coisas nós estamos demonstrando nesse parecer a que a Dra. Dayna se referiu e daremos a tudo isso a devida publicidade no dia 5 de outubro, neste evento que realizaremos na Universidade de São Paulo, para o qual V. Exa., Senador Paim, está convidado, e todos os demais que nos acompanham aqui.

Eu quero cumprimentar também os colegas de mesa, tanto da mesa presencial aí em Brasília quanto aqui da nossa mesa virtual, e quero, então, rapidamente, nesses 15, 20 minutos que me cabem, fazer também um breve apanhado do que tivemos até aqui. Obviamente, quero tecer todo elogio, todo encômio a essa iniciativa, Senador Paim. Ficam também os meus cumprimentos a V. Exa. pela sua premiação no Congresso em Foco, mas sobretudo neste momento pelo empenho de V. Exa. para que este projeto caminhe como tem caminhado.

Quem participou disso desde o início, e eu acho que eu tenho esse lugar de fala, porque, quando a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho assina a primeira versão ainda do anteprojeto do Estatuto do Trabalho, que se transformaria na SUG 12, eu era, com muita honra e com muita satisfação, o Presidente da Anamatra.

Desde então, tenho também, de diversas maneiras, primeiramente pela Anamatra, como disse, e atualmente pela Universidade de São Paulo, pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão "O Trabalho além do Direito do Trabalho", tenho participado desse processo de construção social e política e posso dizer que houve uma sensível evolução no texto, e, agora, felizmente, o texto pode caminhar, digamos, sob ares políticos mais favoráveis, o que nós não tivemos nos últimos seis anos, aproximadamente.

Então, talvez caiba iniciar aqui as minhas ponderações considerando que, quando o estatuto começa a ser discutido – e V. Exa. bem pontuou que isso se deu em 2016, quando ainda se discutia no Congresso Nacional a reforma trabalhista de base liberal, que foi implementada no Governo Michel Temer –, nós ainda não tínhamos, talvez, sequer a dimensão do que viria, do verdadeiro *tsunami* desregulatório que nós teríamos nos anos subsequentes. Felizmente, nós tínhamos, como ainda temos, essa alternativa no Congresso Nacional. Eu quero me lembrar e quero lembrar aos nossos expectadores, Senador Paim, que a reforma trabalhista surge no cenário político brasileiro dentro daquilo que foi apontado aqui, na primeira exposição do projeto de Ponte para o Futuro do Governo Michel Temer, como uma alternativa para aumentar os empregos formais, dinamizando a economia brasileira, sempre se fiando naquela grande falácia de que o problema da economia brasileira é o excessivo peso dos encargos trabalhistas sobre as costas do empregador. E me permita dizer isto: é uma falácia, porque a história recente revela que isso não é verdade. Tivemos condições de pleno emprego no Brasil, praticamente algo entre 5% e 6% de desemprego durante o segundo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e tínhamos a CLT na sua versão anterior à reforma trabalhista. Portanto, a CLT não era o problema.

Teremos mais empregos conforme tenhamos um ciclo econômico positivo para isso, conforme tenhamos mais do que crescimento econômico, porém desenvolvimento econômico, o que significa também proteção social, naturalmente teremos mais empregos e empregos de qualidade. A legislação trabalhista, repito, nunca foi a razão fundante para termos mais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos empregos, e a história recente demonstra isso, mas a cantilena foi assimilada, e esta foi uma das razões da reforma trabalhista de 2017.

As outras duas razões diziam muito da atuação da Justiça do Trabalho e do próprio Ministério Público do Trabalho. Por conta disso, fiz aquela minha ponderação inicial sobre o que talvez ainda seja rescaldo dessa visão se manifestando nas decisões do Supremo Tribunal Federal, que vão paulatinamente reduzindo a competência material da Justiça do Trabalho para algo aquém do que tínhamos em 5 de outubro de 1988. E vejam que, depois de 1988, ainda tivemos a Emenda Constitucional 45, de 2004, que tinha, clara e sensivelmente, um perfil ampliativo. Afinal, antes, nós tínhamos um artigo e três parágrafos e, a partir da Emenda 45, passamos a ter um artigo, nove incisos e três parágrafos.

É muito evidente, até tendo em conta a expansão do texto constitucional, que a ideia do Constituinte derivado era aumentar as competências materiais da Justiça do Trabalho. No entanto, o que estamos vendo é uma jurisprudência constitucional que contraria a vontade do Constituinte derivado e reduz a competência da Justiça do Trabalho para algo inferior ao que havia em 5 de outubro de 1988. Isso é ao que estamos assistindo e, repito, talvez reflita também um pouco esta visão que também esteve presente na gênese da Reforma Trabalhista de 2017, que tinha ainda outros dois objetivos, além daquele de dinamizar a economia e aumentar empregos formais.

O segundo desses objetivos, portanto, seria aumentar a segurança jurídica, dentro da visão de que a Justiça do Trabalho, por ser, digamos, muito criativa, muito proativa, muito ativista, talvez trouxesse grande insegurança aos mercados, e isso incutisse temor aos investidores, especialmente aos investidores externos. Portanto, segurança jurídica era a segunda palavra de ordem.

E a terceira palavra de ordem era demandismo ou, na verdade, combate ao demandismo, na perspectiva de que – também falsa, antecipo – a Justiça do Trabalho, de alguma maneira, criava a sua própria demanda a partir de que criava essas teses tão criativas, e, por conta disso, tínhamos um número de ações trabalhistas que não se justificaria no cenário nacional, algo como culpar a janela pela paisagem, Senador Paim, mas era isso que ouvíamos naquele momento histórico, como se o problema do excesso de demandas da Justiça do Trabalho não fosse uma cultura espraiada, inclusive, em certos segmentos do patronato brasileiro, de sonegar direitos sociais e de pagá-los apenas em um último momento quando já não houvesse alternativa e, neste caso, então, propor uma conciliação que, inclusive, pudesse diminuir o dispêndio com aquele direito trabalhista já reconhecido, transitado em julgado e liquidado. Esta é uma cultura que sabemos, especialmente nós que atuamos na Justiça do Trabalho, que foi muito presente, e ainda é muito presente, em alguns segmentos da economia.

Portanto, uma cultura de sonegação de direitos sociais, obviamente, leva a uma expansão de demandas. Isso é natural, mas nada perto dos números falsos que se agitavam à altura e que chegaram a ser esgrimidos, inclusive em conferências internacionais, por grandes autoridades do país, como, por exemplo, a história de que 98% das ações trabalhistas do planeta estão na Justiça do Trabalho. Isso é uma *fake news*, uma grande bobagem, uma falácia, porque isso nem sequer pode ser medido e jamais foi medido. Foi uma ilação feita, possivelmente, por um conhecido demandado da Justiça do Trabalho, um empresário que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo artigo de jornal, utilizou esses percentuais quase como força de expressão e, de repente, isso começou a ser repetido como se fosse uma verdade estatística.

A realidade posterior nos mostrou como toda essa análise que baseou a reforma trabalhista de 2017 estava equivocada. Podemos começar a falar do aspecto da dinamização da economia, do aumento dos empregos formais.

Em 2021, nós tínhamos 14,8 milhões de desempregados, ainda estamos aqui com algo em torno de 12 milhões. Por conta disso e de outros dados, o Centro de Pesquisas em Macroeconomia das Desigualdades, que é o Made USP – da minha universidade, a Universidade de São Paulo –, apontou que os objetivos econômicos da reforma trabalhista absolutamente não foram alcançados.

E vejam que, durante os debates, tanto no Parlamento, como logo depois, o que se prometia com a reforma trabalhista era algo como 2 milhões de novos empregos, depois 3 milhões de novos empregos. Chegou-se a falar em 6 milhões de novos empregos. O próprio Presidente Michel Temer, quando promulga a Lei 13.467, fala em 2 milhões de novos empregos. E não tivemos isso, pelo contrário, tivemos aumento da informalidade.

Quando, inclusive, alguns institutos que claramente introduziam modelos contratuais de trabalho não decente, de trabalho precário, como é o caso do – como já foi referido aqui no dia de hoje – próprio trabalho intermitente, a ideia de introduzi-los era exatamente dar uma alternativa para que esses trabalhadores tivessem alguma formalização nos seus vínculos. Nem nesse específico aspecto a reforma teve sucesso. Basta lembrar que o estoque formal de empregos passou de aproximadamente 38.620.000 em novembro de 2017 – a reforma entra em vigor em 11 de novembro de 2017 – para 42.998.607 em outubro de 2022. Assim, o saldo de postos de emprego "criados", entre aspas, foi inferior ao que se prometia, pelo máximo. E, mais do que isso, no que diz respeito a essa formalização dos trabalhos informais, o saldo de trabalho intermitente nesse período foi só de 373 mil, representou 6,55% dos empregos formais no período de 2017 a 2022.

É impossível, academicamente, concluir que o trabalho intermitente gerou empregos. E, se gerou, na verdade, não gerou propriamente, mas transformou postos de empregos mais protegidos nesse tipo de emprego desprotegido, precário, como é o trabalho intermitente.

E tudo isso, eu digo com dados do Caged, de 2019, que eu inclusive extraio de uma interessantíssima dissertação de mestrado que foi recentemente defendida perante a Unifor (Universidade de Fortaleza), pela Mestre Camilla Borges, que exatamente, a partir das primeiras pesquisas que realizou no âmbito do nosso núcleo, do NTADT, terminou fazendo esta pesquisa e a defendendo recentemente – e eu tive a ocasião de participar da banca.

Portanto, do ponto de vista, repito, da economia, não se atendeu absolutamente à promessa feita, muito pelo contrário.

E, do ponto de vista da segurança jurídica e do demandismo, temos a observar que, quanto à segurança jurídica, talvez a reforma trabalhista seja o melhor exemplo de insegurança jurídica plantada no ordenamento jurídico positivo brasileiro nos últimos 30 anos, porque nós tivemos, em torno de uma mesma lei, em menos de um ano e meio, quase 30 ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade. Isso é um atestado de insegurança jurídica. Isso, sim, é demandismo, mas um demandismo necessário, por conta das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imensas hipóteses de inconstitucionalidades que começaram a ser denunciadas a partir do texto da reforma trabalhista.

E, por fim, com relação à diminuição das demandas à Justiça do Trabalho, temos de reconhecer que isso, de fato, aconteceu. Houve uma queda vertiginosa em alguns TRTs, nos primeiros 12 meses, queda de 60% da demanda trabalhista. Mas a custa de quê? Isso aconteceu por quê? Porque a reforma introduz um modelo de sucumbência que era própria do processo civil e que não existia no processo do trabalho, em que prevalecia o princípio da gratuidade. Os trabalhadores passaram a se ver às voltas com o risco de ter de pagar os honorários dos advogados das empresas que eles demandavam. E, por conta disso, obviamente tiveram medo de demandar.

Portanto, a redução das demandas à Justiça do Trabalho fez-se a partir do medo. Incutiu-se medo, temor no trabalhador, violando as máximas mais elementares do acesso à Justiça desde Bryant Garth e Mauro Cappelletti, com a sua famosa obra *Acesso à Justiça*. Garth e Cappelletti apontavam três ondas de superação dos obstáculos do acesso à Justiça. A primeira onda, a onda econômica, justamente pela via da gratuidade judicial, das assistências judiciárias, etc. E o que a reforma trabalhista fez foi retroagir para um momento aquém da superação dessa primeira barreira, para um momento aquém da primeira onda de Bryant Garth e Mauro Cappelletti, para gestar temor e, dessa maneira, diminuir demanda, o que agora foi relativamente solucionado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, ao menos, compreendeu, a partir do texto constitucional, que isso não poderia ser assim e que a cobrança de honorários de trabalhadores só poderia ter lugar se houvesse efetiva demonstração da mudança da situação patrimonial desse trabalhador, e não simplesmente o fato de ele ter créditos em outras ações trabalhistas ou na própria em que ele esteja movendo, mas, sim, mudança real da situação patrimonial, o que a empresa terá de demonstrar.

Nós entendíamos que deveria haver aí uma declaração da inconstitucionalidade *tout court*. Foi o que a Anamatra, inclusive, sustentou nas ADIs perante o STF, mas, de todo modo, o que se reconheceu já facilita, neste momento, o acesso à Justiça.

E, diante disso tudo, nós temos uma alternativa. A alternativa é o Estatuto do Trabalho, uma alternativa que já tem inúmeros méritos reconhecidos, e que foram referidos aqui, com relação à própria proteção do trabalhador contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, com relação ao direito coletivo e à garantia das funções sindicais, com relação ao combate das condutas antissindicais – o que é um problema recorrente na realidade histórica brasileira e para o qual, até hoje, não tem legislação adequada –, com relação aos trabalhadores por plataformas, com relação a uma malha de princípios, como foi dito aqui, já no dia de hoje.

É preciso que se identifique, e o Código do Trabalho de Portugal faz isso, o Estatuto do Trabalhador da Espanha faz isso... É preciso que um estatuto abra o seu texto normativo exatamente com as suas balizas, com os seus alicerces deontológicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (*Por videoconferência.*) – Desculpe, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

E, nesse sentido, precisamente, precisaríamos ter uma malha de princípios. Isso está no estatuto. E, evidentemente, há ainda e sempre haverá espaço para evoluir.

Então, eu aproveito este meu minuto final para apontar caminhos para os quais talvez o estatuto ainda possa evoluir. Nós já, inclusive, apresentamos, de algumas dessas coisas que eu direi, algumas minutas, como sugestões, Senador, para que nós tenhamos esta evolução no texto, embora eu repita que hoje não haja, pelo menos do meu ponto de vista, nada melhor no Congresso Nacional para garantir, de fato, o Estado social do que o Estatuto do Trabalho, que começa com essa feliz iniciativa de V. Exa., reunindo a Anamatra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (*Por videoconferência*.) – ... a ALJT, o Sinait, a Abrat e a ANPT.

Pois, muito bem, a primeira sugestão é com relação ao tópico que trata dos direitos de personalidade, que já avança, imensamente, porque a CLT nada tem a esse respeito, à diferença do que há no Código do Trabalho português – e, de fato, a inspiração para o estatuto foi o Código do Trabalho português. Mas, desde a versão original até o momento atual, tivemos, no Brasil, o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e tivemos, ainda, uma série de resoluções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A LGPD, porém, se esqueceu das relações de trabalho e se esqueceu de que o empregador é, em rigor, o controlador de dados na relação de trabalho. Portanto, nós temos aqui um vácuo regulatório que tem suscitado inúmeros debates na doutrina e na jurisprudência.

Seria muito importante que o Estatuto do Trabalho se debruçasse sobre esse aspecto também para exatamente prever, entre outros aspectos, o término do tratamento de dados na relação de emprego e trazer isso com clareza, porque temos ouvido muitas vozes dizendo: "Não, a empresa pode manter as imagens ou pode manter a documentação do trabalhador até dois anos após o término do contrato de trabalho por conta do prazo prescricional do art. 7º, do inciso XXIX, da Constituição, dois anos após a extinção". Não! Depende da finalidade com que os dados foram captados. Já há um elemento nesse sentido no estatuto, mas, a meu ver, isso poderia ser mais bem desdobrado, estabelecendo, inclusive, a responsabilidade da empresa que mantém em seu poder dados pessoais do trabalhador que já não têm finalidade e, portanto, tornar judiciável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (*Por videoconferência*.) – ... a discussão da responsabilidade civil pelo descumprimento das obrigações relacionadas ao término do tratamento de dados por parte do empregador, que, repito, é o controlador de dados por excelência na relação de emprego.

Então, seria estabelecer melhor a questão da proteção de dados pessoais na relação de emprego, quem sabe em uma subseção própria e, para além disso, estabelecer com clareza as hipóteses de responsabilidade civil subjetiva ou objetiva no que diz respeito à condição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregador como controlador de dados ou mesmo como agente de tratamento de dados de uma maneira mais geral.

O segundo ponto, Senador Paim, com relação aos riscos emergentes, e aí eu me refiro já a uma outra sessão, a um outro capítulo para o qual nós tivemos ocasião de contribuir pela Anamatra e que está muito bem construído, que diz respeito ao meio ambiente do trabalho. Houve também uma ativa participação dos procuradores do trabalho, dos auditores fiscais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO (*Por videoconferência.*) – Temos ali a abordagem sistêmica que deve haver em tema de meio ambiente, temos ali a responsabilidade civil objetiva, temos ali a definição do poluidor no meio ambiente de trabalho, temos mais adiante, foi referido aqui na primeira fala, a ação promocional trabalhista, que, na verdade, é a *class action* no direito do trabalho brasileiro. Mas podemos e devemos, a meu ver, Senador, caminhar no sentido daquilo que a OIT identificou, em 2010, como os riscos emergentes deste século e, muito particularmente, no campo da saúde do trabalhador, a questão da nanotecnologia e da biotecnologia.

Essas searas continuam à margem de qualquer regulamentação, há alguns esforços neste momento da Fundacentro, etc., para construir algo que seja assimilado pelo Ministério do Trabalho no campo das normas regulamentadoras, mas, quem sabe, os princípios gerais não pudessem ser desenhados no próprio Estatuto do Trabalho.

Eu tenho dois núcleos pela Universidade de São Paulo, o NTADT, que está aqui representado, também o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente do Trabalho, e tenho certeza de que nós poderíamos oferecer boas sugestões nesse particular. Fica, então, aqui esta ideia para que V. Exa. e os nossos demais parceiros no Estatuto do Trabalho considerem para uma eventual evolução do texto.

E, por fim, acabou-se o meu tempo.

Eu encerro lembrando Angela Davis, que, a certa altura da sua luta, disse que ela já não mais aceitaria as coisas que ela aparentemente não poderia mudar. Ela, pelo contrário, passaria a tentar mudar as coisas que ela não pudesse aceitar. Eu acho que, no final das contas, esse Estatuto do Trabalho, que foi visto por muitos como uma utopia, como algo que não caminharia, como, enfim, uma promessa legislativa que não teria o condão de se transformar efetivamente em lei...

Eu acho que nós que estamos neste barco, nesta canoa, na verdade, pensamos como ela. Vamos tentar mudar aquilo que não podemos aceitar. E agora, mais do que antes, mais do que nunca, temos condições de fazer com que isto saia da condição de projeto de lei e se torne efetivamente lei em vigor neste país.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, representante do Núcleo de Pesquisa e Extensão "O Trabalho além do Direito do Trabalho".

As suas sugestões, inclusive, com inovações para que a gente incorpore no texto, com certeza, serão vistas com muito carinho, e a nossa assessoria, oxalá, já possa, nos próximos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventos em que eu for participar, levar essas contribuições que todos os painelistas, de uma forma ou de outra, deram para estar no texto que vamos construindo junto.

De imediato – e agradeço pela tolerância, pela paciência e pela gentileza de ter cedido a palavra por duas vezes a dois convidados que tinham que sair –, passo a palavra para a Marilane Teixeira, pesquisadora e representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/IE/Unicamp).

A SRA. MARILANE TEIXEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Quero agradecer o convite de Senador para estar aqui. Sempre é uma alegria vir – agora presencialmente – às audiências públicas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – Nós estamos acompanhando já há seis anos o desdobramento do Estatuto do Trabalho. Eu acho que é um momento bem oportuno para se avançar nessa discussão na Casa, mas também na sociedade. Eu acho que nós temos uma oportunidade, a minha sensação é de que, nesses últimos seis anos, nós ficamos um pouco amortizados, paralisados com tudo o que ocorreu no Brasil. Eu acho que, aproveitando esses ares novos, enquanto as pessoas falavam, eu me lembrei das nossas viagens pelo Brasil afora para discutir a terceirização. Então, eu acho que nós podemos retomar essa experiência a partir do estatuto.

Quero também cumprimentar a todas que estão na mesa. É uma alegria rever a Carolina – fazia tempo que nós não nos encontrávamos, é um prazer também revê-la. Também cumprimento quem está nos acompanhando pela videoconferência e, depois, quem vai, posteriormente, assistir à audiência.

Eu queria trazer alguns elementos que eu acho um pouco... Como a Magda falou antes de mim... Nós tínhamos combinado de eu falar antes. Era uma ideia de reforçar. Então, vou retomar um pouco algumas coisas que a gente tem pensado.

A gente tem um problema, obviamente, que nós vamos ter que enfrentar, e, de fato, o Estatuto do Trabalho ajuda. Eu acho que ele abre oportunidade para a gente pensar qual é o futuro do mercado de trabalho no Brasil. Nós temos um mercado de trabalho muito desestruturado, e, nesses últimos anos, isso se acentuou de uma forma impressionante, inclusive, considerando o período da reforma trabalhista para cá.

Nós estamos hoje com 107 milhões de pessoas na força de trabalho; em torno de 99 milhões de pessoas ocupadas; e uma taxa de desocupação que é uma das menores destes últimos anos. Mas esse resultado tem que ser visto com muita cautela, porque ele não é exatamente a expressão de uma melhora do ponto de vista geral do mercado de trabalho. Ele também é a expressão de uma retirada de uma parcela da força de trabalho que antes estava no mercado de trabalho e que se retirou não necessariamente por aposentadoria e outras coisas, mas, muitas delas, pelo desalento, pelo abandono, pela falta de perspectiva, considerando que o período médio de busca por trabalho no Brasil tem excedido dois anos. Esse é um período muito elevado.

E isto desestrutura, inclusive, do ponto de vista pessoal: ficar dois, três anos fora do mercado de trabalho. Para qual mercado de trabalho você está voltando? Em que condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está voltando? Então, os níveis de rotatividade são surpreendentemente muito, muito elevados. E esse é um dos aspectos que a gente precisa aqui enfrentar.

Nós temos em torno de 99 milhões de pessoas ocupadas hoje; e 35 milhões não contribuem para a Previdência Social – isto é dado de agora, gente, do segundo trimestre de 2023 –, 35,5 milhões, ou seja, 36% da força de trabalho ocupada no Brasil não contribui para a Previdência. O que é o futuro dessas pessoas? Quais são as perspectivas, as possibilidades que essas pessoas vão ter de garantir uma aposentadoria, uma dignidade na velhice? Praticamente nenhuma.

E a informalidade tem-se ressignificado, sim. A gente tem aí o peso das plataformas. É certo que elas ainda representam um percentual pequeno, em torno de 2% desse total das pessoas ocupadas, em torno de 2 milhões. Isso, se considerar não só as plataformas, os aplicativos de transporte e entrega, mas considerar que também está se expandindo para o trabalho de cuidado, para o trabalho doméstico, para a saúde, para a educação. Mas tem uma informalidade que é aquela informalidade tradicional, aquela informalidade que resiste e persiste, com uma força surpreendente e impressionante.

Se olhar para a agricultura, quase 80% do trabalho agrícola é informal. Se olhar para a indústria, que é um setor que o Paim conhece muito bem – o Senador é oriundo dos metalúrgicos de Canoas, do Rio Grande do Sul –, um setor que sempre foi referência, inclusive, pensando a indústria como promotor e propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico, porque sempre constituiu um setor com empregos mais protegidos, com direitos, com melhores salários, e inclusive ajudava a impulsionar o próprio crescimento, desenvolvimento econômico.

Quer dizer, 30% da força de trabalho está na informalidade. Se falarmos do comércio, 47%; do transporte, 57%; do alojamento e alimentação, gente, 64%; educação e saúde, 31%; e serviços domésticos, 75%. Então, a gente está falando de uma informalidade que atravessa todos os setores, todos os segmentos, e a maior parte das ocupações.

A gente trabalha com uma estatística, lá no Cesit, para identificar a informalidade. Nas nossas estatísticas, a informalidade hoje representa 50% das pessoas ocupadas. Mas, se eu quiser ser um pouco mais moderada e olhar para a estatística do IBGE, ele vai me dar 40,7%, ou seja, de qualquer maneira, você tem entre 40% e 50% da força de trabalho na informalidade. E isso se conecta com vários debates que, para nós, são muito importantes, como a discussão da desigualdade, os debates sobre o nível de insegurança alimentar...

Hoje 38% das pessoas que estão na condição de informalidade vivem uma condição de insegurança alimentar moderada ou grave. E os ditos autônomos, que muitas vezes são vendidos como o profissional liberal ou empreendedor que fez uma opção por uma certa, vamos dizer, trajetória profissional, 25% vivem insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, nós vivemos num ambiente em que as condições de trabalho...

Os últimos dados do Caged agora, publicados em julho de 2023, dão conta de que a média salarial é entre 1 e 1,5 salário mínimo. Todas as outras faixas salariais tiveram um recuo. O que o Caged expressa? Expressa o saldo entre os admitidos e os desligados, ou seja, mais pessoas foram dispensadas, com salários mais altos, do que pessoas foram contratadas com salários mais baixos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – Então, o único saldo positivo, nas faixas salariais, é entre 1 e 1,5 salário mínimo. Todas as demais faixas foram negativas. E isso, inclusive, remete para um outro dado importante sobre a remuneração/hora. Se eu comparar os últimos dez anos, em 2012, a remuneração/hora do trabalho no Brasil correspondia a R$17,64; hoje, ela está em R$16,24. Quer dizer, em dez anos, você tem uma perda de rendimento médio.

E os por conta própria, que também são vendidos com uma ideia de empreendedor, de profissional liberal, também tiveram uma redução de, praticamente, R$2,50 na sua remuneração média, ou seja, você está gerando um mercado de trabalho que é absolutamente precário, e isso tem-se acentuado.

Você tem um aumento... Disto que eu chamava a atenção lá no começo: a população fora da força de trabalho, de 2017 para cá, que são seis anos, que é justamente o período da reforma trabalhista, passou de 36,7% para 38,4%, ou seja, aumentou a fatia de pessoas fora da força de trabalho e reduziu a fatia de pessoas na força de trabalho, o que cria uma falsa ilusão de que você está reduzindo o nível de desemprego – não é pela capacidade de absorver, aumentar o nível de ocupação, é porque as pessoas estão se retirando da força de trabalho.

A reforma trabalhista trouxe – e acho que várias pessoas aqui já falaram disso, a gente vem falando disso há seis anos, nós produzimos muito sobre isso, inclusive lá no Cesit – essa ideia de que nós ampliaríamos o nível de emprego, ampliaríamos a formalização. Bom, na formalização, o trabalho com carteira cresceu em torno de 2,5 milhões de 2017 para cá, mas ele reduziu o peso no trabalho total; ele correspondia em torno de 38%, em 2017, hoje corresponde a 37% – perdeu um ponto percentual. Cresceu 2,5 milhões, mas cresceu 2,5 milhões também do assalariamento informal e cresceu 3 milhões no por conta própria, ou seja, enquanto você cresceu, nos últimos seis anos, 2,5 milhões de empregos formais, você cresceu também 5,5 milhões de empregos na informalidade ou no trabalho por conta própria – e, no trabalho por conta própria, a gente conhece muito bem de que perfil nós estamos falando.

Nós precisamos entender o que é esse trabalho por conta própria. Esse trabalho por conta própria esconde, mascara várias formas de trabalho, desde do MEI, do PJ, do trabalho autônomo, até aquele profissional que, vamos dizer, dedica-se ao trabalho por conta própria por uma opção, é um profissional liberal, um advogado, um médico, enfim, um economista, até aquele que, de fato, corresponde a vínculos de trabalho e uma relação de trabalho fraudulenta. E o MEI é uma categoria que a gente... Bom, tem mais de 25 milhões, ativos em torno de 12 milhões. Quando se olha 2007, 2008, quando foi criado o MEI – o MEI com aquela ideia de que você tinha que combater um núcleo duro da informalidade e da desproteção social, e, portanto, ele era pensado sobre essa perspectiva... Quando você olha de 2007, 2008 para cá, quer dizer, passaram-se pelo menos 25 anos... Não, 15 anos. Em 15 anos, o MEI cresceu exponencialmente, substituiu objetivamente o trabalho assalariado com carteira, em vários setores, em vários segmentos, e com uma contribuição que é uma contribuição absolutamente insuficiente, porque não dá conta das demandas do sistema da seguridade social no Brasil. Então, ele pode ser uma alternativa boa para quem vive numa condição mais precária...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – ... mas, ao desvincular do assalariamento com carteira, a contribuição patronal se reduziu significativamente. E isso tem um impacto tremendo sobre as nossas fontes de manutenção do próprio sistema de seguridade social. E, obviamente, eles vão começar a pressionar lá na frente, assim como a rotatividade, que produz de 500 mil a 600 mil pessoas por mês que requerem o seguro-desemprego.

Quer dizer, você tem um impacto, do ponto de vista das contas públicas, seja pela elevada rotatividade, que nada mais é, na maioria das vezes, que substituir força de trabalho com salário mais alto por um salário menor, porque todas as estatísticas da série histórica que se analisam do Caged, o salário dos dispensados é maior do que o salário dos admitidos, na mesma ocupação, na mesma função, no mesmo setor econômico, e o crescimento exponencial do MEI, com um efeito perverso sobre as contas públicas, mascarado evidentemente num discurso de empreendedorismo, de trabalho com maior liberdade, com mais capacidade do indivíduo de lidar com suas outras demandas cotidianas, sem estar preso a uma relação de trabalho de assalariamento com subordinação, que a gente sabe exatamente o que representa.

Então, a informalidade cresce entre os graus de instrução, de escolaridade mais alta. Ela se revela agora, nesse dado publicado recente, há poucas semanas, em relação aos dados de associação. Nós estamos com 9,1 milhões de pessoas associadas a alguma entidade, a algum sindicato no Brasil, é o menor percentual histórico. Nós perdemos 5,3 milhões de associados aos sindicatos nos últimos dez anos. De 2019, a última estatística para cá foi 1,3 milhão. Há uma perda, evidentemente, da vitalidade, do poder dos sindicatos de representar uma boa parte dos trabalhadores, mas essa perda também tem a ver com a desestruturação do mercado de trabalho, evidentemente, e com a redução crescente do mercado de trabalho mais estruturado e do assalariamento com carteira.

Nós temos um desafio muito grande, o Estatuto do Trabalho obviamente precisa enfrentar isso. Ele é hoje nosso principal instrumento para fazer uma discussão séria com a sociedade, com o Governo, enfim, com as instituições, sobre a questão de assegurar direitos e proteção social a todas as pessoas que trabalham. Independentemente da sua forma de inserção, nós precisamos garantir que esses 99 milhões de pessoas tenham acesso: as mulheres à licença-maternidade, uma pessoa que eventualmente sofreu algum tipo de acidente ou de afastamento do ambiente de trabalho, precisamos garantir o mínimo de proteção social.

Agora, para isso a gente precisa pensar em outro sistema, que obviamente não é esse que nós temos hoje. Esse sistema que tem hoje não dá conta, essa ideia da vinculação para que o Marcelo Manzano chamava atenção. Acho que esse é o nosso debate, nós temos que pensar outras formas de sustentação do sistema de proteção social e direitos e nós precisamos também pressionar para que se gerem empregos na sociedade.

É inadmissível que a gente ainda conviva com quase 10 milhões de pessoas desempregadas. As taxas de desemprego diminuíram, mas, quando se olha regionalmente, a taxa de desemprego em Pernambuco hoje é quatro vezes maior que a taxa de desemprego em Santa Catarina: a taxa de desemprego em Santa Catarina é um pouco mais de 3%; a taxa de desemprego em Pernambuco está mais de 13%. A taxa de desemprego da mulher negra é o dobro da taxa de desemprego do homem branco. Então a gente também tem que olhar sobre essa perspectiva, que modelo de desenvolvimento econômico...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – ... que modelo de país...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto, Dra. Marilane.

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – ... nós queremos construir, em que.. Parece-me que um dos desafios, inclusive, para que a gente possa, de fato, ser vitoriosos e vitoriosas nesse processo de discussão da regulação pública, do Estatuto do Trabalho, é assegurar que ninguém fique sem trabalho, porque, quando você tem quase 10 milhões de pessoas no desemprego, as pessoas se submetem a aceitar qualquer tipo de trabalho. Fica muito mais difícil você organizar e convencer a sociedade, convencer as pessoas, homens e mulheres, de que eles não podem se submeter a um trabalho indigno por conta de um salário mínimo, porque eles têm que sobreviver. Tem uma questão objetiva, que é de sobreviver no cotidiano.

Então eu inclusive sugiro, se a gente tiver agenda, Senador, que a gente faça um debate e chame inclusive o próprio Governo, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, para nos dizer o que estão pensando sobre a geração de empregos. Porque a gente não pode admitir que isso seja apenas uma ordem natural...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILANE TEIXEIRA – ... do mercado, é o mercado que vai se encarregar. Não, o mercado não vai se encarregar disso, se não houver uma atuação forte do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento econômico e principalmente da capacidade de geração de emprego.

Acho que a gente tem uma oportunidade também ímpar agora, por conta do pacto global, que foi firmado agora, no contexto da Conferência da ONU, em relação ao trabalho digno. Tem uma série de compromissos que foram estabelecidos e que dialogam exatamente o que nós estamos discutindo em relação ao Estatuto do Trabalho. Então acho que essa é uma outra sugestão, é traduzir esse pacto em medidas concretas e reais e que tenham a ver com o debate que a gente está fazendo em relação ao Estatuto do Trabalho.

E finalizo agradecendo, mais uma vez, e parabenizando o Senador, mais uma vez, pela premiação muito merecida e justa, porque é o nosso Senador preferido aqui na Casa.

Muito obrigada e obrigada a todos também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado pelo carinho, Dra. Marilane Teixeira, pesquisadora e representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, que enfatizou, além dos aspectos globais do estatuto, a preocupação com o desemprego e a informalidade. E naturalmente a sua sugestão será vista com muito carinho, para que a gente faça o debate, inclusive com a presença do representante do Governo, sobre a questão do desemprego.

Nós temos ainda quatro convidados. Eu vou pedir aos quatro próximos convidados que todos, se puderem, a partir de agora, até aqui, a gente deu 15, com mais 5, nós vamos ter que voltar para os 10 mais 5, 15 minutos para cada um, para que a gente possa terminar em tempo, para que os funcionários possam almoçar. E, quanto ao Plenário, eu tenho que estar lá às 14h.

Vou ler aqui, por força da função da Presidência, do e-Cidadania. Eles reduziram a quatro, porque tinha muitas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caio Bezarias, de São Paulo, pergunta: "O trabalho criativo, sem horários e regras fixas, que produz bens imateriais [...] será contemplado?".

Thumas Augusto, de São Paulo: "O que as futuras legislações trabalhistas estão [planejando] [...] para os trabalhadores informais? Há algum plano de formalização desse mercado?".

Carlos Gustavo, de São Paulo: "Qual a solução para reduzir os custos trabalhistas para as empresas e manter os benefícios dos trabalhadores?".

E só um comentário do Vinícius Dutra, do Amazonas: "De fato, a 'pejotização' é um tema que precisa de mais debate na sociedade!".

Se algum dos próximos convidados entender que pode responder a algumas perguntas, que o faça. Se não, nós o faremos depois, de ofício, aqui da Comissão.

Passamos a palavra, agora, a Alex Myller Duarte Lima, Auditor Fiscal de Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Lembro: dez minutos, mais cinco. No último minuto, tocam os 15 segundos.

Olá, meu amigo Alex, que tem colaborado muito conosco aqui na construção do estatuto desde o início!

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – ... Senador.

Bom dia!

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

O SR. ALEX MYLLER DUARTE LIMA (*Por videoconferência*.) – Então, quero já agradecer por essa oportunidade e saudar, na sua pessoa, todos os amigos e amigas que já falaram antes de mim.

Como o Senador comentou, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, desde o início da elaboração das ideias embrionárias, ali, para o Estatuto do Trabalho, esteve presente.

Eu entendo a questão do avançado da hora. Então, vou tentar ser o mais sucinto possível. Eu tinha feito meio que uma histórico, mas, felizmente, fui contemplado pela fala do Luiz Alberto e de todas as pessoas que me precederam. Eu só queria fazer dois registros aqui antes. Um primeiro registro, Senador, até como uma forma de notícia, é sobre a prisão de dois dos mandantes da chacina de Unaí, aquele crime bárbaro, que é uma vergonha para o nosso país que, até hoje, os mandantes não tenham cumprido as suas penas. Pelo menos, dois deles já estão presos; outros dois estão foragidos. Eles foram condenados, recondenados e, finalmente, começa essa justiça a ser feita, depois de 19 anos.

Então, isso é grave e tem tudo a ver com o que a gente vai falar sobre o Estatuto do Trabalho e sobre o fortalecimento necessário dessas instituições.

Eu gostaria de falar de cada uma das pessoas que falaram antes de mim e saúdo, em nome do Senador, todos os que falaram antes e todas as pessoas que estão nos acompanhando, seja presencialmente aí no Senado, seja pelas redes sociais.

Eu prefiro – muito – estar aí presente, falar da própria bancada do Senado, mas dessa vez não foi possível. Então, eu só queria retomar mais uma questão no sentido geral do estatuto para poder chegar nesse ponto da questão também das instituições. Já fui, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito contemplado nas falas. Então, eu queria só lembrar que, de fato, como todo mundo já falou antes, eu acho que o compromisso fundamental da Constituição brasileira é colocar a pessoa no centro, no centro do direito, mas também no centro da economia, no centro da ordem social. E, se a gente parar para pensar, o dever do Estatuto do Trabalho é, mais uma vez, o cumprimento de uma das promessas da Constituição. Nossa Constituição tem na sua sede uma Constituição trabalhista com um conjunto básico de direitos reconhecidos não só aos trabalhadores que teriam vínculo empregatício, mas a toda pessoa que trabalha.

Infelizmente foi havendo uma redução no alcance daquela Constituição trabalhista, seja por meio das interpretações que fizemos das leis que estão abaixo da Constituição, seja por meio das interpretações equivocadas, que, obviamente, pelo próprio texto da Constituição fica claro isso, que foi dado aos próprios mandamentos constitucionais, então, nesse mundo, colocar a pessoa humana no centro é a principal tarefa do Estatuto do Trabalho e, no caso, então, é um rebatimento dessa centralidade da pessoa humana que está na Constituição para o mundo das relações do trabalho. Um mundo em que 69 empresas estão entre as 100 maiores instituições do mundo e em que as dez empresas mais ricas do mundo detêm a mesma renda dos 180 países mais pobres. Então, desde há muito não são os estados os grandes promotores ou os que podem destruir os direitos humanos, na verdade os estados não estão mais nessa condição, pelo menos a maior parte dos estados do mundo, dos estados-nação.

E, se essa dignidade da pessoa humana trabalhadora precisa ser enfrentada, precisa ser finalmente cumprida, nós precisaríamos, portanto, de uma nova codificação, de um novo estatuto que tratasse das relações e, aí, todas as falas que me disseram, me senti contemplado, especialmente no sentido de que temos essa reflexão e esse desafio de como produzir uma regulação trabalhista apropriada para o século XXI, esse século da velocidade, esse século do instantâneo, centrado nessa pessoa humana trabalhadora e que vá muito além de toda a miríade possível de vínculos.

Nisso, eu até já falo da questão do trabalho criativo que foi perguntado, Senador, vou abordar pelo menos essa, de todas as outras questões. Então, sim, claro que o trabalho criativo tem que estar ali presente, não é mais aquela realidade somente da fábrica, somente da hora marcada, então, o Estatuto do Trabalho também tem que ser capaz de contemplar todos esses tipos de vínculos, todas as pessoas, tem que ser integrador, como a Magda também citou antes.

E, além disso, entender que eu acho que essas questões do trabalho humano, pensando na centralidade da pessoa humana, não podem esquecer que a centralidade da pessoa humana engloba não só a pessoa humana hoje, mas como a própria Magda disse, os nossos netos e os que virão. Daí a importância, por exemplo, do reconhecimento da segurança e da saúde, do ambiente de trabalho seguro e saudável como um direito fundamental dos trabalhadores, recentemente incorporado aos ditames fundamentais da Organização Internacional do Trabalho, agora em 2022.

Ora, é impossível, portanto, e aí eu lembro aqui de uma fala inspiradíssima do Mauro Menezes, um grande advogado brasileiro em uma reunião com as instituições trabalhistas, esse sistema brasileiro de proteção ao trabalho, que está fundamentalmente representado ali na inspeção do trabalho e que é a primeira instituição, a Auditoria Fiscal do Trabalho, aquela da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual eu faço parte, que o meu sindicato representa enquanto organização política, é o primeiro enfrentamento à realidade de como se dá o mundo do trabalho, é a primeira autoridade de Estado que vai ao ambiente de trabalho para verificar essas situações.

Além disso, nós temos o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho completando esse tripé. De fato, ele dizia: "Pode-se tentar destruir a proteção trabalhista por meio da mudança da legislação, retirando direitos, mas, se essas instituições permanecem fortes, é difícil conseguir essa destruição de forma rápida ou de forma plena". Exatamente, essas instituições tenderão a cumprir o seu mandado constitucional de colocar a pessoa trabalhadora no centro, e, claro, que a parte mais sensível dessas instituições, e aí já vou tentando caminhar aqui para o encerramento dessa fala, respeitando esse tempo, seria a Auditoria Fiscal do Trabalho, que, no Brasil, é o nome que a inspeção do trabalho recebe.

Ela está vinculada diretamente ao Poder Executivo, então, é claro que as mudanças que vieram vão afetar mais diretamente os próprios auditores fiscais do trabalho. Veja o que a gente pode só lembrar de imediato, a própria reforma trabalhista que culminou, no Governo seguinte, com a própria extinção do Ministério do Trabalho, como se não fosse mais necessário tratar da pauta; o rebaixamento institucional da própria inspeção do trabalho; os cortes orçamentários constantes, que chegaram a inviabilizar as próprias políticas de combate ao trabalho escravo, quer dizer, a forma mais degradante, absurda e desumana de tratamento da pessoa dentro do âmbito do trabalho.

É óbvio que, portanto, o estatuto teve que albergar uma preocupação de fazer uma sedimentação da institucionalidade da própria inspeção. Então, não é à toa que o estatuto prevê também a inspeção como uma instituição, um órgão fundamental ao funcionamento do Estado.

O que o estatuto permite, como foi abordado aqui pelo próprio Luiz Alberto? Uma estabilidade maior para os direitos dos trabalhadores e para a instituição que mais próxima está deles no seu cotidiano, que é a inspeção do trabalho, abordando as garantias e um redesenho institucional que coloca a democracia como pauta, inclusive, na própria institucionalidade da inspeção.

Já me encaminhando para o fim, na verdade, o que a gente espera, portanto, com o estatuto é: como a construção dele tem sido essa democracia no discurso, no debate, nós fizemos aqui dezenas de audiências públicas – vamos falar de mais de 30, Senador, desde o início deste processo –, que o processo possa continuar para aprofundar mais ainda, para que ele se torne realmente esse texto que seja a nossa referência.

Vai ser uma luta, claro, longa para que os debates se aprofundem e para que ele seja votado, seja aprovado.

A gente lembra que, de fato, esta é mais uma das promessas da Constituição. E ninguém melhor, Senador, do que V. Exa. para estar à frente desta iniciativa, lembrando todas essas promessas que V. Exa. já ajudou a cumprir.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença, a sua posição de baluarte de luta dos direitos sociais no Brasil, sabendo que, de fato, estando na sua mão a relatoria, nós temos, portanto, a esperança de que essa centralidade da pessoa humana, que sabemos que é muito cara a toda a sua história de vida – não é à toa esses estatutos estarem na sua história de vida política –, que ela também possa ser levada para a pessoa humana trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente de vínculos, de quem são as pessoas que se beneficiam, nós estamos num mundo de cadeias produtivas transnacionais. Enfrentar isso no Estatuto do Trabalho, começar a olhar a devida diligência e observar que a pessoa humana que trabalha que precisa desses direitos não é só uma questão de atribuição, é também necessária para a dignidade dela se concretizar no mundo e não ser apenas uma promessa vazia.

A gente vai estar junto aqui, sempre, Senador, na luta por esses direitos sociais e por essa concretização.

Eu queria, desde já, desejar que a gente tenha um bom combate, que é o que temos travado desde o início, nesta luta contra a reforma trabalhista.

Agradeço já demais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, querido amigo Alex Myller Duarte Lima, auditor fiscal do trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), pelas considerações, você que vem, junto com essa equipe, trabalhando desde o início.

Nesse sentido, eu gostaria de informar rapidamente que quem vai centralizar, na minha equipe de assessores, será o Luiz Alberto, como Consultor do Senado, e a Dra. Denize. Portanto, o Dr. Luiz Alberto e a Dra. Denize vão centralizar o recebimento de todo tipo de contribuição, para que a gente vá elaborando a redação que, com certeza, como foi dito aqui, um dia será aprovada. Eu não vou prever o dia, mas será aprovada. Um dia me perguntavam: "Como surgiu a CLT?" Bom, veio lá do tempo de Getúlio, mas tenho certeza de que, quando começaram a elaborar, construir, muita gente duvidava que aquela lei ia surgir, e ela já completa 80 anos. E como foi dito aqui, ninguém aqui está pensando em revogar a CLT, não. Não é, doutora? A senhora que falou, a Dayna. Ninguém está pensando em revogar a CLT. Nós estamos dizendo que vamos melhorar, aperfeiçoar, que seja a CLT do século XXI, e que mantenha os empregos de qualidade – como disse o Presidente Lula e o próprio Presidente dos Estados Unidos, o emprego decente.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de rapidamente... Christiano, eu fiquei preocupado que você podia sair para almoçar. O Christiano é o Secretário-Geral da Comissão, há muito tempo. Eu já passei por aqui umas quatro vezes, mas tiveram também outros, e ele sempre assessorando da mesma forma, com o mesmo carinho, com o mesmo respeito e contribuindo muito para aqueles que assumiram a Presidência e também a Vice. O Christiano está de aniversário no dia de hoje, e por isso vamos dar uma grande salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Voltamos então à lista dos nossos painelistas.

Passo a palavra agora para o Desembargador do TRT4, Dr. Luiz Alberto de Vargas, que também tem colaborado muito e provavelmente vai estar naquele encontro de Joinville e também naquele de Mato Grosso do Sul.

Por favor, Dr. Luiz Alberto de Vargas.

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS (*Por videoconferência.*) – Prazer, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não fale aí que nós nos conhecemos há mais de 50 anos, viu?

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS (*Por videoconferência.*) – Cinquenta anos é pouco, Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É pouco, acho que é mais. Acho que são uns 60.

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – É um prazer estar aqui, é uma satisfação estar aqui, é uma enorme honra. Vou estar em Joinville. Em Mato Grosso eu não garanto, mas sem dúvidas estamos juntos.

Eu quero saudar os participantes deste importante evento que discute caminhos para sairmos desse enorme retrocesso do mundo do trabalho que foi provocado pela reforma trabalhista de 2017. Eu quero saudar principalmente esse enorme brasileiro que é o Senador Paim, incansável lutador pelos direitos sociais e que mais uma vez comanda esse processo de discussão que nos dá esperança, com esse verdadeiro mutirão, que envolve tantos profissionais, Parlamentares, trabalhadores, empresários, professores, enfim, toda a sociedade no esforço de reconstrução da regulação do trabalho e das próprias instituições do trabalho tão ameaçadas. Como falou o Senador Paim, a Justiça do Trabalho é ameaçada por essa reforma trabalhista.

Eu destaco que esse esforço se dá no bojo do processo maior de reconstrução da democracia e também das possibilidades de crescimento econômico. É preciso não esquecer o que aconteceu no país, mas é preciso andar para frente. E a proposta de um estatuto é uma maneira de juntarmos novamente, todos, para levarmos o país adiante.

Nesse tema fundamental, um dos pontos mais negligenciados e desprezados até pela mídia, como se não merecesse ser tratado – ou como se pudesse ser tratado, mas não agora – é o tema da democracia e do crescimento econômico. Não é possível o crescimento econômico sem povo. Eu quero fazer uma referência aqui à importantíssima fala da Profa. Marilane. É importante que nós positivemos os direitos dos trabalhadores, mas é preciso lembrar que sem crescimento econômico e sem instituições que garantam uma política pública que garanta que esse crescimento seja distribuído, nós não sairemos desse impasse, nesse buraco em que está o país.

É fundamental recuperar o marco protetivo dos direitos dos trabalhadores, mas é preciso também garantir que esse crescimento econômico aconteça e que ele seja distribuído. E para que ele seja distribuído, quem pode efetivar esses direitos, quem pode garantir essa distribuição dos frutos do crescimento econômico é a negociação coletiva. Nesse sentido, é o sindicato, através da negociação coletiva, o principal instrumento para que ela seja efetivamente um processo de distribuição de renda e de repartição dos frutos da produtividade. É preciso tirar os direitos do papel e, para tanto, o sindicato é quem pode utilizar os meios necessários para tirar esse direito do papel, transformando-os em realidade concreta.

É preciso dizer claramente: sem negociação coletiva, não há distribuição de renda efetiva, e sem sindicato não há negociação coletiva, nem no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. Se todos concordam que não pode haver progresso sem repartição dos ganhos de produtividade, não se pode pensar em negociação coletiva sem o sindicato. Essa é a visão mais moderna em todo o mundo. Atrasados são aqueles que insistem em pensar na possibilidade de um país desenvolvido sem sindicato. Isso está contido, inclusive, recentemente na declaração dos Presidentes Biden e Lula, que mostrou a centralidade do trabalho na economia e na realidade mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é outra coisa que diz a Constituição brasileira. O inciso III do art. 8º diz que: "III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;" ou seja, como negar a relevância? Alguns negam até a existência dos sindicatos, quando os sindicatos têm *status* constitucional. E mais, é o sindicato, pela Constituição, o guardião e o defensor dos direitos e interesses da categoria. Portanto, a própria categoria tem *status* constitucional, e são esses direitos e interesses, sejam individuais, sejam coletivos, em todas as questões, podem ser judiciais, podem ser administrativas, ou podem ser de outro campo.

Portanto, disso decorre, se deduz um verdadeiro dever público do Estado brasileiro de garantir que os sindicatos existam e tenham condições efetivas, inclusive financeiras, de realizar seu trabalho, de representar os trabalhadores na negociação coletiva, que, lembremos, não se limita à mesa de negociação. Ela inclui todos os aspectos da defesa, inclusive a greve, como muito bem mencionou agora há pouco, o Senador Paim. Sem condições econômicas de sequer passar com um carro de som na frente da fábrica, não se pode dizer que possa receber pressão suficiente para garantir alguma negociação ou alguma efetividade na negociação. Portanto, sem que o sindicato compareça forte na mesma negociação, sem que ele tenha instrumentos de mobilização e de pressionar os trabalhadores – a greve existe para isso, para pressionar os trabalhadores –, não se pode dizer que há uma verdadeira negociação coletiva. A reforma trabalhista, de uma forma que é, a meu ver, inconstitucional, já que a Constituição diz claramente que a contribuição sindical deve ser decidida na assembleia sindical, e contrariando também, como tentei demonstrar, a própria essencialidade do sindicato, transformou a contribuição sindical em facultativa, como se ela fosse meramente uma mensalidade sindical a ser paga só pelos associados. Não é possível isso, não é isso que a Constituição diz. A contribuição sindical não é uma mensalidade sindical. Ela deve ser paga por associados e não associados. É isso que está previsto na Constituição, mas atende até um senso comum. Quem se beneficia dos frutos da negociação coletiva deve participar também da repartição dos custos dessa negociação. É um princípio de justiça que todos entendem. Como admitir que seja mesmo moral que alguém que se beneficie do aumento do seu salário pela negociação coletiva, que se beneficiou pela luta de todos através do sindicato, se recuse a dar uma pequena parte desse benefício para custear os gastos de uma luta que foi comum?

Isso foi entendido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, mas que manteve o direito de oposição, que há a possibilidade de que o trabalhador – vamos chamar assim, ingrato – compareça ao sindicato em determinado momento, em dado prazo, se fala em dez dias, e apresente por escrito uma oposição ao desconto. Isso deve ser corrigido pelo legislador. Deve ficar bem claro que a oposição deve ser feita no momento mesmo da decisão coletiva na assembleia. Ele deve comparecer à assembleia e, se não vencer sua proposta, deve se submeter à vontade da maioria, como acontece por exemplo numa assembleia condominial, num condomínio do nosso edifício. Como é possível o condômino exercer qualquer direito de oposição? Isso não é o exercício de qualquer direito, isso é pura e simples inadimplência, resistência indevida ao cumprimento de um direito que foi deliberado coletivamente na assembleia. Isso é o senso comum, isso que deve ser entendido e é isso que diz a Constituição também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por que isso é colocado assim? Porque há uma narrativa que pretende colocar os sindicatos contra os trabalhadores, como se eles não devessem existir, como se eles não tivessem função, como se, ao contrário do que diz a Constituição, eles não prestassem um serviço essencial aos trabalhadores e à sociedade. Essa narrativa chega a negar até que os trabalhadores sejam trabalhadores, preferem chamá-los de colaboradores, de empreendedores, ou seja, é uma negativa da própria existência do trabalhador, como se o trabalho não fosse central na sociedade. O que colocou aqui o Dr. Alex, é exatamente isso: é preciso resgatar essa ideia do trabalho como um valor essencial dentro da sociedade. Esta audiência pública é valiosa nesse debate e deve ser replicada, como está fazendo o Senador Paim por todo o Brasil, porque só assim se pode criar uma massa crítica para poder se contrapor a essa narrativa, essa infeliz *fake news*, se contrapor à ideia devida: que o sindicato deve ser forte e que deve haver um financiamento sindical adequado para uma negociação coletiva que mereça esse nome nesse embate de narrativas.

Eu quero aproveitar para trazer duas questões que eu acho importantes neste espaço, que se contrapõem a um certo pensamento neoliberal, conservador, que justamente procura questionar a questão do financiamento sindical. Primeiro, a questão do valor das contribuições. Infelizmente, no exercício do direito, sempre é possível o abuso do direito. Isso está previsto na legislação. Isso existe no mundo do trabalho também e na vida em geral. Mas é sempre possível o recurso ao direito. E os abusos podem ser reprimidos e devem ser reparados. Se há sindicatos... E aqui, no caso de um grande jornalão do país, de um sindicato que fez um valor de contribuição efetivamente excessivo, um valor abusivo, isso foi, em primeiro lugar, absolutamente excepcional. Em segundo lugar, é possível ser reprimido e vai ser reprimido. É preciso entender que a contribuição sindical, a contribuição assistencial, especialmente, existe há dezenas de anos. E tradicionalmente se entende que os valores não podem ultrapassar o razoável. Geralmente é um ou dois dias de salário do trabalhador. Acima disso, a Justiça do Trabalho entende sempre essas taxas como exageradas e configuradoras de abuso de direito. Então, essa é uma narrativa, mais uma vez. Ao contrário do que a imprensa *fake news* fala, não há qualquer risco de que as taxas de contribuição sejam exageradas. Nunca foram e não serão.

O segundo ponto é o que acontece, são as famosas listas de pedidos de não desconto que são apresentadas muitas vezes para impedir que houvesse o desconto da contribuição sindical. Na verdade, é denunciado que essas listas passam no interior das fábricas e que são, digamos, incentivadas pelo próprio empregador. É preciso dizer que, do ponto de vista jurídico, o empregador nada tem a ver com o tema da contribuição sindical. A responsabilidade dele é apenas proceder ao desconto, como solicitado pelo sindicato. Não se pode interferir, nem se envolver em eventual oposição do empregado. Se o empregador é demandado na Justiça do Trabalho pelo empregado contra o desconto salarial, o que deve fazer é alegar a ilegitimidade para responder a isso. E cabe ao Juiz do Trabalho determinar que o legitimado para responder a essa demanda não seja o empregador, mas o próprio sindicato, que é a verdadeira fonte desse desconto. Portanto, é preciso dizer claramente que essas listas, quando incentivadas pelo empregador, configuram uma conduta antissindical e constituem, inclusive, um crime contra a organização do trabalho. Por isso, no estatuto, deve ficar bem claro que o empregador não pode promover essa conduta antissindical e que ela deve ser reprimida gravemente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive penalmente. Outro ponto a ser abordado é que o financiamento sindical não pode se submeter ao sucesso da negociação, mas somente à existência da negociação. Se estiver vinculado ao sucesso, estaria de alguma maneira condicionado à vontade do empregador, se submeteria à vontade do empregador de deixar ou não o acordo. Assim, não pode haver essa condicionante e a contribuição deve ser devida pela própria negociação, e não pelo resultado dela.

O último ponto é que essa contribuição deve ser suficiente para custear todo o financiamento sindical, que não é pequeno. Além de toda a representação dos custos de negociação coletiva, toda a estrutura assistencial que a própria lei exige dos sindicatos, inúmeros serviços prestados à categoria, toda a defesa de interesses dos trabalhadores, homologações de rescisão contratual que os sindicatos sempre realizaram e continuam realizando e que deve urgentemente voltar na lei como competência, como atribuição dos sindicatos, enfim, a contribuição deve ser suficiente porque os sindicatos, para cumprir sua função social, devem ser, como falamos, sindicatos fortes.

Eu termino aqui agradecendo o espaço e queria saudar, finalmente, esse grande Parlamentar, esse paladino do trabalho, em especial, como defensor da Justiça do Trabalho. Em nome da Justiça do Trabalho, Senador Paim, eu quero agradecer todo o empenho que V. Exa. tem feito em defesa da nossa instituição e que nós achamos fundamental, que cumpre 80 anos e que pretende continuar, porque não se pode entender o Brasil sem a Justiça do Trabalho. Portanto, ela está aí trabalhando, funcionando e pedindo esse reconhecimento, que se mantenha, se fortaleça e se garanta principalmente a competência da Justiça do Trabalho para decretar se há ou não uma relação de emprego. Isso é fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Sem essa possibilidade de definir o que é e o que não é relação de emprego, o que é e o que não é trabalho, não há Justiça do Trabalho. Nós somos competentes para todos os trabalhadores, empregados e não empregados. É assim que define o art. 114 da Constituição Federal. Esperamos que isso seja reconhecido por toda a sociedade e também pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Senador Paim. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nós que agradecemos, querido desembargador do TRT4, Luiz Alberto de Vargas, que fez uma defesa clara, nítida e transparente – e é simples assim – da contribuição negocial das entidades. Se formos olhar, partido tem contribuição, OAB tem contribuição, Sistema S tem contribuição. Como ele disse muito bem no exemplo dos condomínios, se o condomínio decidiu, está decidido. Por isso, eu entendo mais do que justo que as entidades sindicais tenham esse direito para bem defender cada vez mais os trabalhadores. Naturalmente, à defesa que ele fez da Justiça do Trabalho eu só posso me somar. Eu não vejo o nosso país sem Justiça do Trabalho. O nome já diz: é justiça para o trabalho, justiça no trabalho.

Vamos em frente. Anna Borba Taboas, Conselheira do Movimento de Advocacia Trabalhista Independente e Assessora Legislativa da Presidência da OAB.

Dra. Anna Borba Taboas, 15 minutos, dez mais cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANNA BORBA TABOAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Cumprimento a todas e todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Senador, eu acho que eu tenho o dobro de tempo, porque eu estou representando duas entidades.

É brincadeira, é brincadeira. (*Risos.*) Só para relaxar um pouco porque nós já estamos aqui há três horas e meia e também porque está todo mundo com fome, Senador, e quem tem fome tem pressa. (*Risos.*)

Eu hoje estou aqui representando a OAB do Rio de Janeiro. Como o Senador disse, eu sou Assessora Legislativa da Presidência, também sou Vice-Presidente da Comissão da Justiça do Trabalho e também estou hoje representando o Mati (Movimento da Advocacia Trabalhista Independente).

Vou pontuar que o Mati acompanha esse projeto do Estatuto do Trabalho, desde 2017, e a OAB-RJ, desde a primeira gestão do Dr. Luciano Bandeira, em 2020, e eu venho representando e participando inclusive de reuniões de grupos e subgrupos desde 2018. Confesso que sinto muita falta das nossas reuniões presenciais. O Alex, que falou antes, participava também – estive presente com ele em algumas reuniões –, a Tânia... Sinto muita saudade da Tânia, inclusive do pós-debate. Nós íamos para a casa dela ou marcávamos jantares e nos encontrávamos para relaxar um pouco depois dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Tânia está bem, mas se aposentou. Como ela se aposentou merecidamente...

A SRA. ANNA BORBA TABOAS (*Por videoconferência*.) – Merecidamente. Ela esteve aqui no Rio acho que umas duas ou três vezes já, com o marido dela. É uma pessoa incrível – uma pessoa incrível.

Acho muito importante, Senador, a presença da advocacia na elaboração dessa sugestão legislativa. Nós estamos na ponta representando ali o trabalhador, assim como o pequeno empresário, e temos a escuta, presenciamos as dificuldades de produzirmos provas, o impacto do pagamento de honorários sucumbenciais, que o Dr. Feliciano trouxe, e também, por exemplo, muita dificuldade na questão da terceirização – isso já existia antes da reforma trabalhista – e na questão do que a gente chama de prova diabólica. O trabalhador ter que provar que a empresa estatal, por exemplo, não cumpriu os requisitos, teve uma culpa *in vigilando*, uma culpa na contratação daquela empresa é uma prova diabólica. O trabalhador não consegue fazer essa prova, é uma prova que a empresa que contrata essas empresas terceirizadas que já são muito conhecidas na Justiça do Trabalho deveria fazer.

E, às vezes, o artigo de lei que é elaborado, que está tecnicamente perfeito, na hora em que chega para o advogado, que é quem provoca a prestação jurisdicional, nós é que sentimos a dificuldade em produzir a prova, em lidar com diversas interpretações de um mesmo artigo da CLT. A nossa presença nesse grupo acho que é muito importante diante dessas colocações que eu fiz.

Em relação a efetivamente o que eu trago aqui, eu me senti muito contemplada com a fala do Dr. Hugo. Ele trouxe os três temas atuais: a terceirização, a reforma sindical e os trabalhadores de aplicativos. Eu acrescento ainda mais duas outras questões que eu acho muito relevantes e são bem atuais. Uma delas é a questão dos juros moratórios das ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhistas, porque nós perdemos os juros moratórios, e também a questão das audiências presenciais *versus* audiências virtuais.

Em relação à terceirização, nós tivemos audiência com V. Exa. Eu estive representando o Mati na época e o Dr. Rosildo Bomfim também. Tivemos uma audiência pública, a que fui presencialmente. Acho muito importante nós debatermos isso. É um assunto muito relevante.

Na época, antes da reforma trabalhista, quando estava se discutindo no Supremo Tribunal Federal, através do Sindicato dos Advogados do Estado do Rio, levei até o Ministro Celso um arrazoado que nós fizemos junto com o Mati, mas, infelizmente, a decisão do Supremo foi muito ruim em relação a esse tema e depois veio a reforma trabalhista, que colocou em terra qualquer questão, qualquer interpretação mais restrita em relação à não terceirização de atividade fim.

Em relação à reforma sindical, que também merece um olhar urgente, pelo ponto de vista da advocacia e da minha advocacia aqui no Rio de Janeiro, o que eu percebo, além do esmagamento das entidades sindicais que representam os trabalhadores, o que eu tenho observado aqui no Rio, não posso falar pelo Brasil todo, é que quem vem sofrendo muito também – isso é uma questão de sobrevivência do próprio sindicato, há uma compreensão em relação a isso – são as empresas pequenas, Senador, as empresas que realmente giram a roda da economia e que realmente empregam no país, porque, por conta disso, no Judiciário e até no Ministério Público do Trabalho, a mão está mais pesada em relação a essas empresas. Eu tenho visto ações civis públicas e execuções de multas, execuções de TAC de uma forma muito violenta, e isso afeta e impacta muito as pequenas empresas. Eu digo isso por experiência própria, advogo para algumas empresas pequenas que têm de cinco a dez funcionários e têm sofrido pesadamente com essas condenações. Inclusive, clientes meus já fecharam porque as condenações ficaram num nível astronômico. Acho que tem que ter a fiscalização, sim, mas a gente tem que pensar numa forma de resolver o problema desse sufocamento, desse esmagamento dos sindicatos sem que, de uma certa forma, isso acabe afetando e prejudicando a atividade empresarial.

Em relação aos trabalhadores de aplicativo, as decisões – não me lembro se foi o Dr. Hugo ou quem foi que mencionou a questão das decisões do Supremo, desculpe, as decisões na Justiça do Trabalho, que são recentes – são muito positivas. Só que a advocacia não tem muita esperança, Senador, de que essas decisões vão ser mantidas no Supremo. Nós temos visto aí e acho que praticamente todo mundo falou da questão do esvaziamento da Justiça do Trabalho pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar reclamações constitucionais. Isso é uma questão muito séria. Nós precisamos regulamentar essa questão dos trabalhadores de aplicativo o mais rápido possível justamente para que acabem esses julgamentos, essas reclamações. E acho muito, muito relevante que nós possamos falar sobre isso. Tem que ser criado um clima um pouco de constrangimento, sim, para que o Supremo repense, porque as reclamações constitucionais não estão sendo utilizadas para as formas que elas realmente existem.

No seminário do Movimento da Advocacia Trabalhista que teve na semana passada, nós colocamos o Galo, que é aquele representante dos entregadores, o representante antifascista dos entregadores por aplicativo. Ele fez uma fala muito bacana dentro de um quadro que estava discutindo exatamente essa questão do impacto dessas decisões dentro da uberização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do ramo que ele representa. Achei que foi um evento fantástico e vou deixar aqui como sugestão para V. Exa. convidá-lo para ouvi-lo um pouco. Acho muito importante essa escuta que a advocacia, a magistratura, todos nós precisamos ter de quem está lá na ponta, do trabalhador.

Nós tivemos também a Conferência Estadual da Advocacia aqui no Rio de Janeiro e, pela CJT, colocamos um painel, convidamos o Dr. Grijalbo, que compareceu, e, do outro lado, colocamos o Galo. Então, foram falas que, a princípio, num primeiro plano, nós entendemos como falas muito divergentes, mas que, no final, não são isso. Essas falas se encontram de uma forma que nos dá uma compreensão exata do mundo do trabalho e do porquê da Justiça do Trabalho, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA BORBA TABOAS (*Por videoconferência.*) – Em relação à outra questão que eu trouxe, dos juros moratórios, acho que o impacto que eu estou vendo nas ações trabalhistas, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, nas minhas... Caíram cerca de 30% a 40% os valores das ações trabalhistas. Então, hoje em dia, descumprir a legislação para o empresário ficou muito barato. Além de ficar muito barato, para o trabalhador, o crédito trabalhista dele perde um valor imenso. As ações duram dez, doze, treze anos e, quando você vai calcular qual é o custo disso para o empresário, o empresário acha barato, vale a pena descumprir a legislação trabalhista. Então, acho que esse é um outro tema sobre o qual nós precisamos nos debruçar.

E, por fim, a questão da regulamentação das audiências trabalhistas presenciais e virtuais. Acho muito importante que hoje nós possamos... Eu, por exemplo, estou hoje aqui de forma virtual, participando desta audiência pública. É muito importante que nós possamos fazer isso e também levar isso para o Judiciário, porque o Judiciário tem que se modernizar, sim. Mas também penso que é muito importante nós termos o Estado-Juiz na localidade, que o trabalhador se sinta acolhido, representado, que ali ele vá encontrar um juiz que possa ouvi-lo. Para a escuta daquele trabalhador, o conhecimento da região – como funciona, quais as principais atividades econômicas, quais as necessidades, o que se passa nessa localidade –, é muito importante que o juiz esteja presente, sim.

E foi nesse espírito que a OAB do Rio de Janeiro entrou, no CNJ, com um pedido – e nós fomos vitoriosos – para o retorno das atividades presenciais do Judiciário. Então, como tem estudos e a OAB de São Paulo, por exemplo, está elaborando um projeto de lei para ser futuramente encaminhado para o Congresso sobre a regulamentação das audiências virtuais e presenciais, eu acredito que nós, pelo Estatuto do Trabalho, por toda essa concentração de trabalho, poderemos também resolver essa questão dentro do Estatuto do Trabalho, evitando que novas leis, novas decisões sejam tomadas em relação a isso.

Senador, eu estou participando da comissão de assuntos relacionados a pessoas em situação de rua pela Ordem dos Advogados. A comissão foi criada um pouco antes da última decisão do Ministro Alexandre de Moraes sobre essa questão e também muito em função da Resolução 425 do CNJ, que estabeleceu várias políticas públicas para o Judiciário nessa visão das pessoas em situação de rua. Eu estou falando disso porque, aqui no Rio de Janeiro, nós temos mais de 8 mil pessoas morando em situação de rua. E um dado muito importante desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantamento é que de 20% a 30% dessas pessoas que estão na rua trabalham. Elas dormem na rua durante a semana e, no final de semana, quando chega sexta-feira, vão para a casa delas. Isto é muito claro: é pela distância, pelo tempo de locomoção que a pessoa leva indo e vindo do trabalho, mas principalmente pela distância e pelo valor que elas recebem de pagamento de salário. Então, 20% a 30% dessas pessoas moram na rua e trabalham; 20% moram na rua e trabalham, dormem na rua e trabalham. Então, são esses trabalhadores e essas pessoas que nós precisamos ter como referência nos nossos estudos aqui, ter o nosso olhar voltado para isso.

Foi pensando num projeto piloto que o Tribunal de Justiça aqui do Rio de Janeiro criou um projeto que deve servir de referência para todo o restante do Brasil. Desse projeto, a OAB do Rio de Janeiro participa, assim como o Ministério do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o Detran, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Defensoria, a Advocacia-Geral da União. Ele vai funcionar como funciona, por exemplo, o Pop Rua, que nós tivemos aqui há três dias, que é a união das entidades, de um maior número de entidades, para fornecer um espaço – só que em vez de serem dois, três dias, vai ser um projeto que vai funcionar todos os dias – para atender essa população de rua e funcionar o Judiciário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA BORBA TABOAS (*Por videoconferência.*) – ... de uma forma mais célere. A OAB vai estar ali para dar o acompanhamento pré-processual e processual. Nós vamos fornecer um funcionário específico para isso, que vai estar ali no computador atendendo essas pessoas. Nós teremos os juízes de cada competência para decidir rapidamente as questões.

Então, se o morador de rua tem um problema de um mandado de prisão na rua, se ele tem um problema trabalhista, se ele tem um problema familiarista, aquilo vai ser resolvido da forma mais rápida possível. Isso mostra que o Judiciário pode, sim, funcionar de uma forma mais célere. É importante nós colocarmos para essas pessoas que hoje representam mais de 8 mil no Rio de Janeiro, que estão na rua, não só o banho, não só a assistente social, não só a psicóloga, o atendimento judicial, mas também um trabalho de inserir no mercado de trabalho essas pessoas.

Então, Senador Paim, eu convido todos vocês e V. Exa. principalmente a virem ao Rio para conhecer esse projeto. Ele vai funcionar ali na Central do Brasil, do lado do Restaurante Popular e do Hotel Popular, com a perspectiva de um dia nós criarmos o Housing First, que é colocarmos, inserirmos um morador, uma pessoa em situação de rua no mercado de trabalho, ela possa ter onde morar durante um ano, até que ela crie condições de poder pagar pela sua própria moradia.

Bom, é a contribuição que eu tenho para dar para vocês. Gostaria de dizer para o Senador que a gente aqui... Eu lembro muito do Brecht, porque tem uma frase dele que diz: "Que tempos são estes [que vivemos], em que precisamos defender o óbvio?". E, nesse espírito desse grande homem, como eu vejo V. Exa., gostaria de dizer também uma frase dele que me inspira muito nesse projeto...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANNA BORBA TABOAS (*Por videoconferência*.) – ... olhando para o Senador Paim e também para todos vocês, que diz assim: "Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons, mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis".

Senador Paim, V. Exa. é imprescindível.

E a todos vocês também: muito obrigada.

Boa tarde. Bons trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado por tudo, Dra. Anna Borba Taboas, Conselheira do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente (Mati) e Assessora Legislativa da Presidência da OAB.

Sobre o seu convite para ir ao Rio de Janeiro, eu lhe digo que vou tentar, estou tentado a aceitar e vou explicar, por duas razões. Nós faríamos já o debate lá no Rio de Janeiro do Estatuto de Trabalho e, ao mesmo tempo, o Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe, me ligou neste fim de semana – e eu já comuniquei aqui à Casa que foi apresentado e já aprovado em uma ou duas Comissões o estatuto dos moradores de rua, inclusive, com uma parceria com o Padre Lancellotti – e pediu que eu relatasse a matéria e, como vou relatar a matéria, vai ser muito bom, eu acho, conhecer a experiência de vocês aí no Rio de Janeiro. Então, provavelmente, eu vou aceitar o convite, só tenho que adaptar a agenda, porque faria um debate, provavelmente na Assembleia, sobre o Estatuto do Trabalho e também buscaria contribuições para o estatuto dos moradores de rua, de autoria do Senador Randolfe.

Muito obrigado, viu? Parabéns pela sua fala.

Por fim, nosso último convidado, Lawrence Estivalet de Mello, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e Vice-Coordenador do CRH-UFBA.

A palavra é sua, Prof. Lawrence.

O SR. LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., estamos ouvindo já.

Vamos ver se ele acertou agora...

O SR. LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Acho que eu consegui resolver.

Boa tarde a todos e a todas, em especial, boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Precisamos de mais volume.

O SR. LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO (*Por videoconferência*.) – ... nos acompanham na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

É uma honra poder compor este espaço, estar entre intelectuais, juristas e políticos preocupados e comprometidos com a classe trabalhadora e com os direitos sociais, nesse esforço que é de formulação, mas também de debate e de mobilização da sociedade civil em torno dos problemas que nos cercam.

Vou tentar aqui, nos meus 15 minutos, apresentar uma leitura da situação dos trabalhadores, da regulação jurídica do trabalho e de desafios que o Estatuto do Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrenta na sequência, com algumas poucas sugestões para o texto que vem muito bem, mas nesse esforço de construção coletiva, que me parece que tem sido feito nesta manhã em várias audiências, para o qual também gostaria de somar algumas breves considerações.

Primeiro, quero dizer que todas as fundamentações dadas para as contrarreformas trabalhistas na última década no Brasil, que se servem da afirmação da crise, das sociedades empresárias, do seu enfraquecimento, vêm sendo confrontadas por inúmeros dados globais, para além daqueles que foram já trazidos aqui nesta manhã. Eu gostaria de mencionar aquele que o Prof. Saad-Filho, do College de Londres, Professor de Economia em Londres, vem trazendo a respeito da recomposição da renda entre 2008 e 2018, dos setores mais abastados da sociedade civil.

Então, nos diz Saad-Filho que a crise que vem sendo justificativa do neoliberalismo para a reestruturação da regulação pública do trabalho não é uma crise dos setores mais ricos, pois, entre 2008 e 2018, o 1% mais rico teve a sua renda aumentada de US$15 trilhões para US$35 trilhões. Esse dado nos demonstra que as fundamentações de crise empresarial, crise dos setores mais ricos são falsas e que nós precisamos olhar pela regulação pública do trabalho a partir do que interessa aos trabalhadores e trabalhadoras que vêm observando as suas condições de trabalho serem degradadas e vêm observando os sentidos de proteção social serem absolutamente fragilizados.

Ainda há pouco, em uma atividade no Rio de Janeiro, uma colega do Chile trazia que no Chile 70% das famílias estão endividadas. No Brasil, nós chegamos a 80% das famílias endividadas, mais de 50% dos trabalhadores fora da principal forma de contribuição da previdência social e, naqueles trabalhadores, daqueles pouco mais de 30 milhões de trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada, os sentidos de proteção social dados após a contrarreforma trabalhista são cada vez mais frágeis.

Entre 2011 e 2014, nós tivemos mais de 15 milhões de trabalhadores que foram admitidos e mantidos no seu trabalho, mas, se nós olharmos para aqueles que foram demitidos, nós veremos um crescimento significativo nos dados de admissão e demissão no emprego. Então, em 2006, 6,4 milhões de demissões; em 2010, 10,2 milhões de demissões; em 2013, 11,3 milhões de demissões; ou seja, um crescimento de 76% naquela quadra histórica de demissões anuais, países inteiros demitidos em apenas um ano. Dessas demissões, as demissões em atividades gerais mostram, num segundo olhar sobre a rotatividade do mercado de trabalho no Brasil, que 45% das demissões em alguns anos se dão com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho e 65% das demissões se dão sem que haja um ano de vigência do contrato de trabalho. Então, a proteção do trabalho no seu sentido clássico do emprego, no ponto de vista da continuidade da relação de emprego que tanto reivindicamos desde a edição da CLT, vem sendo extremamente fragilizada, com uma rotatividade de milhões de trabalhadores por ano e de grande parte desses trabalhadores, bem mais da metade, com menos de um ano de contrato de trabalho.

É claro que isso também merece não só um olhar para os trabalhadores celetistas, aos quais damos especial atenção no Estatuto do Trabalho, mas também para os trabalhadores do serviço público. Ainda que não sejam objeto direto da nossa reflexão, merece a observação que apenas em 2021 nós tivemos 90% dos ingressos no serviço público por meio de contratos temporários e não por meio do Regime Jurídico Único, assim como já temos dados a respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação pública no nível básico que nos trazem que mais de 30% dos trabalhadores da educação no nível básico são trabalhadores temporários e não trabalhadores com estabilidade, ou seja, o sentido de proteção social vem sendo desafiado nos últimos anos tanto na iniciativa privada quanto no serviço público. Inúmeras formas de trabalho desprotegidas são alçadas a algum tipo de proteção social ou são alçadas a um maior número ou ao predomínio no mercado de trabalho brasileiro. Não por acaso, os trabalhadores por conta própria eram 22% em 2012 e são 27% dos trabalhadores brasileiros em 2021. Também, não por acaso, a plataformização do trabalho cresce tanto na sua forma de contratação direta com os trabalhadores e entregadores, motoristas de aplicativo, entre outras, quanto por meio do teletrabalho e por meio da inserção das tecnologias da informação e da comunicação no ambiente de trabalho empregatício de maneira geral.

Os levantamentos nos trazem hoje, como entregadores e motoristas de aplicativos, um número que chega a 1,7 milhão e, do ponto de vista dos trabalhadores em teletrabalho, em 2020, o dado trazido pela Profa. Maria Bridi, pelo Prof. Sidnei Machado, é de 8,5 milhões de trabalhadores em teletrabalho, um número que tende a aumentar com o avanço das tecnologias da informação e comunicação nos próximos anos. Por isso, é muito bem-vinda a regulação do teletrabalho no Estatuto do Trabalho com as disposições, com as propostas protetivas, aos trabalhadores ali presentes.

Merece atenção, nesse sentido, que, embora a Organização Internacional do Trabalho tenha editado a Convenção 190 sobre o assédio moral e que ela venha afirmando o crescimento da violência laboral, em especial da violência de gênero no ambiente de trabalho, essa ampliação da Convenção 190 sobre o assédio moral não chega àquilo que nós denominamos assédio organizacional ou assédio institucional, que se dá por meio de uma estruturação precária do mundo do trabalho como por meio da construção de ambientes menos protegidos para contratualidades desprotegidas, como aquelas do trabalho intermitente ou ainda da diarista.

Enfim, trago esses elementos iniciais do mundo do trabalho para afirmar que são muito bem-vindas as iniciativas dessa proposição legislativa que tratam de temas como teletrabalho, trabalho intermitente, terceirização, discriminação racista, discriminação de gênero no ambiente de trabalho, discriminação que motiva o ataque à isonomia salarial, e todas essas iniciativas se coadunam com a importância de que façamos um contramovimento ao avanço da legalização da desigualdade, avanço da legalização da desigualdade que se deu com a contrarreforma trabalhista e que vem sendo reafirmada infelizmente em precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Ainda nos poucos minutos que me restam, penso que já avancei aqui sobre o nosso tempo, gostaria de dizer que nós também avançamos nos últimos anos em relação ao assédio moral, ou melhor, à recriminação ou à reprovação jurídica das condutas LGBTfóbicas, condutas que foram reconhecidas como crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, e esse me parece ser um dos temas que merece aperfeiçoamento na propositura legislativa, pois o Supremo Tribunal Federal reconhece que o Estado brasileiro tem uma larga LGBTfobia institucional de décadas e que isso se reproduz nas instituições...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO (*Por videoconferência*.) – ... e as nossas pesquisas jurisprudenciais a respeito do assédio moral LGBTfóbico no campo do trabalho demonstram o nível de desconhecimento, inclusive de magistrados trabalhistas, sobre a lógica cis-heteronormativa que impregna também as relações de trabalho, seja no momento pré-contratual, seja no momento de execução contratual, seja ainda na despedida, em diversos temas que trazem questões que merecem a atenção do nosso estatuto, que, ainda que, em alguns momentos, um determinado artigo preveja a reprovação da discriminação homotransfóbica, não dedica a esse tema o mesmo espaço, a mesma importância que dedica a outros temas relevantes, como o dos grupos vulneráveis de pessoas negras, de mulheres, de pessoas com deficiência.

E, me parece, é possível que acrescentemos alguns artigos que tratem também da discussão da LGBTfobia no ambiente de trabalho.

Além dessa sugestão específica, Senadora e demais colegas que nos acompanham, gostaria de sugerir a nossa reflexão, certamente junto com a Fenatrad, a respeito da Lei Complementar 150, que no Estatuto do Trabalho está mantida como, vamos dizer assim, uma legislação que não é atualizada, que não é trabalhada junto ao Estatuto do Trabalho.

Nós temos na Lei Complementar 150 uma diferenciação entre empregada doméstica e diarista, que nos leva a manter a extrema maior parte das trabalhadoras domésticas do Brasil sob o signo da informalidade. Então, me parece, com todas as dificuldades desse tema, que seria importante escutar a Fenatrad e conversar sobre essa temática para a possibilidade de fazer avançar essa diferenciação entre empregadas domésticas e diaristas prevista na Lei Complementar 150, tema que, penso, tem extrema importância e que pode ser enfrentado pelo Estatuto do Trabalho.

Além disso, é claro, quero colocar aqui, em nome da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade de Direito, do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA, a nossa disposição em realizarmos debates sobre o Estatuto do Trabalho também em locais, e não só no nacional, mas também nas regionalidades. Então, podemos... penso que é importante discutir a proposta de Estatuto do Trabalho com a juventude trabalhadora, com os professores, com os sindicatos, e podemos estabelecer debates regionais.

A UFBA certamente se dispõe a receber um desses debates, mas seria importante que pudéssemos aproveitar a proposta legislativa também como um momento de mobilização e conscientização da sociedade sobre a importância de construirmos redes em defesa da construção e da mobilização social para uma outra regulação jurídica do trabalho que enfrente o signo da desigualdade, que vem sendo o signo das contrarreformas no âmbito do trabalho e da seguridade social nos últimos anos.

Com essas considerações e sugestões, eu agradeço novamente o espaço, a oportunidade de estar aqui com vocês e fico à disposição para próximos debates.

Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Dr. Lawrence Estivalet de Mello, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e Vice-Coordenador do CRH/UFBA, que deixou uma série de sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falava aqui com a Dra. Carolina, e ela me disse o seguinte... Você pode dizer os números aí melhor até do que eu.

A SRA. CAROLINA PEREIRA MERCANTE (Para expor.) – Até 23 de setembro de 2023, foi sexta-feira, não é? Foi sexta-feira. Eu fiz a pesquisa sobre a quantidade de denúncias no Brasil inteiro no Ministério pelo Trabalho envolvendo os temas assédio moral e assédio sexual, e eram aproximadamente 13 mil denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No período de...

A SRA. CAROLINA PEREIRA MERCANTE – Até a semana passada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até a semana passada. É gravíssimo, e vem colaborar com o que o Prof. Lawrence fala, de a gente ter um capítulo para tratar dessa questão, não é? Porque é incrível o assédio – eu também comentava aqui – que existe em todos os lugares: moral, sexual, LGBTQIA+, como ele falou também. Isso dá para nós trabalharmos em um capítulo específico dentro do estatuto.

Por fim, a questão das domésticas também, merece todo o carinho e uma atenção. Nós gostaríamos de ficar aqui até mais tarde, mas somos obrigados a encerrar.

Então, eu queria agradecer a todos e a todas que aqui usaram a palavra nesse debate propositivo, afirmativo do nosso Estatuto do Trabalho, que até alguns pensavam que era sonho, sonhar não é proibido, não é? Nós podemos sonhar com aquilo que entendemos que vai fazer bem a todos: empregados, empregadores, homens, mulheres, independentemente da idade, orientação sexual, enfim, é a construção daquilo que nós chamamos o mundo do trabalho no século XXI.

Hoje se fala tanto em inteligência artificial, disso tudo nós temos que tratar. Por isso também, o Prof. Lawrence, que a exemplo do Rio de Janeiro, por que não, claro, fazer uma audiência na Bahia? Em parceria inclusive com a universidade e com os painelistas convidados, que os painelistas possam estar lá para expor o seu ponto de vista sobre a importância da atualização, do avanço, de que a gente possa ter um trabalho digno e decente e, por isso, nós estamos debatendo a CLT do século XXI.

Muito, muito obrigado a todos. Gostaria de ficar mais tempo, mas não dá, sou obrigado a encerrar.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

Uma salva de palmas a todos vocês, que de uma forma ou de outra, à distância ou aqui, colaboraram com esse debate. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, INTERLEGIS, AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

Às nove horas do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Interlegis, Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Wilder Morais e Carlos Viana, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 75/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Transição Energética e os direitos da população do Rio Grande do Sul". **Participantes:** Ana Rosa Costa Muniz, Pesquisadora da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; Rafael Silva Menezes, Coordenador Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Nelson Karam, Economista - Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Meio Ambiente do DIEESE; Luiz Carlos Folador, Prefeito de Candiota e Presidente do CIDEJA; Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral - ABCM; Hermelindo da Trindade Ferreira, Diretor de Comunicação do Sindicato dos Mineiros de Candiota Rio Grande do Sul; Deputado Federal Afonso Hamm; Francisco Milanez, Diretor Científico e Técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN; Luana Camacho Vais, Vereadora - Câmara Municipal de Candiota Rio Grande do Sul; Guilherme Vinissimo Farias Barão, Vereador - Presidente da Comissão da Transição Energética da Câmara Municipal de Candiota Rio Grande do Sul; Marcelo Zanatta, Presidente da Âmbar Energia; Marjorie Kauffmann, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul; Marina Dermmam, Representante do Instituto Preservar; e Aloisio Lopes Pereira de Melo, Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 75, de 2023, de minha autoria, para debater o tema "Transição energética e os direitos da população do Rio Grande do Sul".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Devido ao número de convidados – e isso é bom –, nós vamos ter que fazer em torno de quatro mesas. Então, não se preocupem. Eu vou seguir a ordem de acordo com o que a assessoria organizou, mas todas as mesas são da mesma importância.

Então, vamos, de imediato, chamar para a mesa, pela ordem que eu recebi aqui: Ana Rosa Costa Muniz, Pesquisadora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Ela disse que eu já comi churrasco lá na residência dela. Eu digo: então eu fui muito bem tratado lá; com churrasco, está tudo em casa com o gaúcho aqui!

Chamamos Nelson Karam, Economista e Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Meio Ambiente do Dieese. (*Palmas.*)

Chamo agora o Sr. Aloisio Melo, Diretor do Departamento de Políticas Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. (*Palmas.*)

Por fim, para esta primeira mesa, eu chamo Luiz Carlos Folador, Prefeito de Candiota e Presidente do Cideja. (*Palmas.*)

Devido à quantidade de pessoas que estão aqui presentes, nós tivemos que sair lá da Comissão de Direitos Humanos, onde eu presido, para este espaço maior, para que todos vocês fiquem confortáveis, mas a cobertura e a assistência são as mesmas. Aqui é um espaço em que as pessoas ficam mais bem acomodadas, pela quantidade de lutadores, guerreiros e guerreiras que vieram aqui, brigando pelos interesses do nosso Rio Grande.

Como de praxe, eu faço uma pequena abertura, que é a fala do Presidente, só para situar os telespectadores, a Agência Senado e a Rádio Senado sobre o tema que vamos tratar aqui.

Informo que essa pequena fala que farei foi extraída já da justificativa do projeto, que diz a razão de nós querermos aprovar o projeto. O projeto está pronto, mas, depois, a gente vai entrando nos detalhes com os nossos painelistas. E, se assim entendermos, poderemos abrir a palavra ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Esta audiência pública tem por objetivo debater proposta de inclusão da região carbonífera do Rio Grande do Sul no Programa de Transação Energética Justa.

Ao se tornar signatário do Acordo de Paris, o Brasil traz para a discussão a pauta de uma possível transição de fontes de sua matriz energética. Do outro lado, os investimentos em alternativas de produção de energia por meio de fontes renováveis têm sido um movimento crescente, o que tende ao rompimento com alguns usos ainda vigentes de geração a partir de combustíveis fósseis. Entretanto, é imprescindível considerar que a desativação abrupta das usinas termoelétricas a carvão mineral acarretará enormes prejuízos para a população e também prejuízos socioambientais, além dos reflexos negativos a toda a cadeia produtiva, ocasionando assim a degradação econômica de toda a região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, há necessidade urgente de proposição de projeto de lei que inclua a região carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul no Programa de Transição Energética Justa, em consonância com a Lei Federal 14.299, de 2022, observadas as questões ambientais, econômicas e sociais, bem como a valorização dos recursos energéticos e minerais, em conformidade com as metas definidas pelo Governo Federal, incluindo, para tanto, a prorrogação da contratação da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, pelo período de 15 anos, a partir do 1º de janeiro de 2025, de modo a preparar a região para que, quando as atividades forem de fato suspensas, isso não seja feito de forma tempestiva, mas sim responsável e sustentável.

Essa é uma pequena introdução que eu busquei na justificativa do projeto.

A partir deste momento, falam os nossos convidados sobre o tema.

Eu adianto que o projeto que eu recebi, formulado pelos senhores e senhoras, está pronto. Nós já temos a assinatura de dois Senadores. Eu entendi, pelo que falei aqui na abertura, quando eu ia chegando aqui ao evento, que o terceiro Senador, que está no interior, disse que também assina. Então, eu acho que é positivo. Os três Senadores assinarão o projeto formulado por vocês.

Eu não vou pedir palmas para mim, mas vou pedir para os três Senadores, que confiaram no trabalho que vocês fizeram. (*Palmas.*)

Então, segundo a informação que eu recebi, dois já assinaram e o terceiro assinará. Ele pode assinar à distância, inclusive; é uma questão apenas de apertar botões.

Seguindo a ordem que fiz aqui de chamada – a não ser que vocês queiram fazer alguma mudança –, quem abrirá os trabalhos será a pesquisadora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a Dra. Ana Rosa Costa Muniz. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, então.

Olha, como são muitos a falar, eu proponho que o tempo seja – se vocês acharem que é possível – de dez minutos para cada um. Então, quando chega nos nove minutos, lá na minha Comissão tem uma campainha. Não sei se tem uma campainha aqui que toca. (*Pausa.*)

Então, aqui, nós que vamos controlar. Quando faltar um minuto, eu informo que falta um minuto, o.k.?

A SRA. ANA ROSA COSTA MUNIZ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento, então, o Senador Paulo Paim e, na sua pessoa, os demais integrantes da mesa e a todos que nos ouvem.

Eu sou a Profa. Ana Rosa. Eu sou engenheira química, Professora universitária, pesquisadora já há 28 anos. Atualmente, há 12 anos já, estou na Universidade Federal do Pampa, no Município de Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, próximo à Candiota, a 40km de Candiota, onde fica a nossa maior jazida de carvão do Brasil. E eu sou responsável pelo Laboratório de Energia e Carboquímica da Unipampa desde a sua criação, em 2013, um laboratório apoiado, no princípio, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do estado única e exclusivamente para pesquisa da carboquímica.

Minha presença aqui é no sentido de fazer o *link*, então, da carboquímica com a transição energética.

A gente começa sempre perguntando o que é a transição energética, porque muita gente confunde. E a transição energética, então, está longe de ser uma simples substituição de fontes fósseis – carvão e petróleo – por fontes renováveis. A transição energética seria uma descarbonização gradual. Então, nós vamos reduzindo emissões de CO_2, principalmente. Como? Através de novas tecnologias, para que não seja a simples queima de carvão.

O Laboratório de Energia e Carboquímica já vem fazendo essa transição energética há uma década. Nós nunca queimamos carvão no nosso laboratório. Nós temos uma tecnologia de uso mais limpo do carvão mineral, que é a gaseificação. Então, há 10 anos, nós estamos gaseificando carvão – e não só de Candiota. A gente começou gaseificando o carvão de Candiota... O que é a gaseificação? Você vai transformar esse carvão num gás chamado gás de síntese e, a partir dele, você pode fazer uma infinidade de produtos. Nós, estrategicamente, trabalhamos com alguns, e eu vou falar para vocês.

Então, a gente já vem fazendo esse processo de descarbonização. Focamos mais a produção do *syngas*, esse gás de síntese do carvão, com que a gente pode produzir não só energia elétrica, mas gás natural sintético, gasolina, diesel, até plásticos e fertilizantes, uma infinidade ali de produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse contexto, então, nós, pesquisadores do grupo de pesquisa em Engenharia de Processos em Sistemas Particulados e do grupo de pesquisas avançadas em Engenharia de Energia da Unipampa, fizemos a proposta de um plano de transição energética, porque a transição não pode ser feita de um dia para o outro – isso já é bem sabido –, ainda mais nos dias de hoje em que já vivemos esse novo normal do clima. Isso já é uma realidade, nós sabemos. Então, é muito temerário que a gente fique dependente das condições climáticas 100%. Em qualquer evento adverso do clima, a gente precisa ter a nossa energia firme também, que dê sustentação. Então, a ideia é integrar mais ainda o carvão, através de novas tecnologias mais limpas, com baixa emissão ou até emissão zero, na nossa matriz energética. Nós vamos vir a somar, a integrar, a acumular dentro da matriz energética.

Então, a gente fez esse plano de transição energética – não só os pesquisadores da Unipampa, preciso falar; tivemos colaboração de funcionários das principais mineradoras da região e também das principais termoelétricas; todos contribuíram nesse plano que vai ser apresentado agora. Eu passei para a equipe, por *e-mail*, um arquivo que traz um resumo do nosso plano de transição energética. Se puder ser projetado, isso facilitaria a nossa explicação.

E esse mesmo.

Vou tentar ser a menos técnica possível, para que todo mundo consiga entender.

Nosso plano de transição vai de 2023 até 2050. A gente tem esse horizonte de tempo, em função até dos acordos que foram feitos pelo nosso Governo.

No Acordo de Paris, era uma redução até 2030 de 43% de emissões. Semana passada, na ONU, o Presidente foi mais arrojado: ele já aumentou para 53%, até 2030, de redução de emissões, e, até 2050, emissão zero.

Então, visamos a esse horizonte de 27 anos. Parece longo, mas não é, em se tratando de ciência e tecnologia e de que a transição não pode ser feita repentinamente, pelo menos para ser justa; não dessa forma. Tem que ser feita de forma muito bem planejada.

Inclusive, esse projeto foi apresentado por mim mesma aqui em Brasília, no MCTI, no MME também, e está tramitando no sentido de conseguir recursos para que a gente consiga implementá-lo de forma integral.

Se a gente conseguir ver na tela, fica um pouco mais fácil.

O planejamento é de uma transição em quatro fases, de 2023 a 2050.

Nessa primeira fase – e a gente já tem resultados mais do que suficientes para começar a implementação numa primeira fase –, nós vamos aproveitar a infraestrutura elétrica existente na região, fazendo um processo integrado, combinado, da gaseificação. Então, a gente teria esse aproveitamento. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia é gerar dois terços da energia elétrica por turbinas a gás – não mais queima de carvão, mas sim de *syngas* – e um terço por geração convencional. Isso já é feito no mundo todo, principalmente no Japão, nos Estados Unidos, com bastante eficiência. Nessa primeira fase, a gente faria esse aproveitamento da infraestrutura elétrica existente, num processo mais eficiente energeticamente, com uma redução maior de gases de efeito estufa. O que sobra, nesse processo, é mais concentrado, então fica mais simples de armazenar. Isso está previsto também.

Em uma segunda fase, nós vamos fazer a gaseificação do carvão já com vistas à produção do gás natural sintético. Do gás natural a gente sabe que o Brasil é dependente; nós o importamos da Bolívia. Logo no início do Governo Lula, ele já foi à Argentina e já tratou de importar gás natural lá de Vaca Muerta. E, com resultados muito expressivos, conseguimos, até com uma certa facilidade, produzir GNS de gaseificação do nosso carvão nacional. A gente consegue um gás bastante enriquecido em hidrogênio e metano nas condições que a gente está estudando atualmente, no desenrolar desses últimos 10 anos.

Em uma terceira fase, nós começamos já com a cogaseificação, ou seja, começamos a misturar o carvão à biomassa, de preferência uma biomassa regional, já com foco na produção de fertilizantes, que é outro produto de que o Brasil é bastante dependente.

Em uma última fase, a gente ficaria com a gaseificação somente da biomassa, com a produção, então, de energia elétrica, GNS e fertilizantes, já em 2050, sem o carvão, somente com a biomassa. Esse é o nosso plano.

Nós temos vários trabalhos publicados – mais de cem trabalhos – com resultados. Então, tudo isso é possível de ser feito, com base nos estudos feitos na última década.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Um minuto para concluir.

A SRA. ANA ROSA COSTA MUNIZ – Certo.

Para concluir, quero dizer que a transição energética não é de um dia para o outro, pelo menos para ser justa, inclusiva e sustentável, e que a universidade vem cumprindo o seu papel, que é, através da educação, mudar vidas e, através da ciência e tecnologia, mudar cenários.

A nossa região está precisando de uma mudança de cenário atualmente, e a universidade está preparada para isso, vem se preparando na última década. Essa é a nossa missão.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Ana Rosa Costa Muniz – parabéns! –, Pesquisadora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), que faz uma exposição com muita clareza e, inclusive, expondo no painel.

Eu queria registrar a presença já conosco – a assessoria da Deputada Maria do Rosário estava aqui, disse que ela estava chegando, não sei se chegou – do Deputado Marcon e, à minha direita, o Deputado Lindenmeyer; todos eles Deputados Federais, homens e mulheres, comprometidos com os interesses do Rio Grande e do Brasil.

Sejam bem-vindos!

Eu bato palmas aos Deputados que estão aqui presentes e a todos aqueles que são comprometidos com essa causa. (*Palmas.*)

Passamos, de imediato, ao Sr. Nelson Karam, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Meio Ambiente do Dieese.

O SR. NELSON KARAM (Para expor.) – Bom dia a todos! Cumprimentando o Senador Paim, cumprimento a todos os presentes e os colegas aqui da mesa.

Então, vamos direto ao ponto, porque o tempo urge, como dizem.

Em primeiro lugar, só quero localizar um pouco esta iniciativa – e eu parabenizo o Senador por promover esta audiência pública –: na verdade, nós estamos aqui, com esta discussão, enfrentando hoje um dos grandes problemas da humanidade, que são as mudanças climáticas e todas as consequências advindas disso – a exemplo do Rio Grande do Sul, que, infelizmente, tem sido testado com esses efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Inclusive, hoje, há uma chuva de pedras ali na grande Porto Alegre, mas de pedras mesmo. Mandaram vídeos de lá.

O SR. NELSON KARAM – Pois é. Mais uma vez, um ciclone se aproximando.

Quando nós estamos falando de transição energética, transição justa, nós estamos falando exatamente de enfrentar esse problema.

A Organização Internacional do Trabalho estima que, se nada for feito até 2030, 850 mil postos de trabalho estarão em risco no Brasil. Então, esse é o nosso olhar, também, mais focado sobre essa discussão.

Senador, o que eu trago aqui, na verdade, não é um retrato, uma opinião do Dieese, mas eu vou me permitir aqui externar um trabalho que o Dieese já vem fazendo há dois anos ali na região de Candiota – que muitos dos senhores aqui têm acompanhado – e que traduz um pouco a contribuição que nós queremos deixar aqui para esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, nós fizemos uma pesquisa qualitativa, uma pesquisa de opinião pública em Candiota, recolhendo a opinião dos diferentes atores do município sobre essa possibilidade do encerramento da Fase C da usina em Candiota. Duas palavras resumem um pouco a sensação desses atores: uma palavra é medo e a outra é diálogo. Então, todos os atores, neste momento, se sentem muito ameaçados e retrataram isso na palavra medo: medo de perder o emprego, medo de perder o seu negócio, medo de perder sua arrecadação, medo de perder uma referência importante ali para a comunidade. E a segunda palavra que saiu dessa pesquisa foi diálogo: havia um clamor ali por parte dos atores em conversarem mais sobre esse tema da transição energética.

Eu não sei se os senhores conhecem Candiota. Candiota é uma cidade pequena – que eu tive a felicidade de, já há dois anos, vir a conhecer –, mas Candiota tem um desenho de cidade que não favorece o diálogo entre as pessoas. Lá não tem um centro constituído – a gente chama de um ordenamento polinuclear –, então as pessoas têm dificuldade de se encontrar, de conversar.

Então, essas duas palavras emergiram dali.

Três situações foram colocadas para nós nessa pesquisa.

A primeira é que nenhum desses atores consultados vislumbra uma interrupção mais a curto prazo da atividade ali em Candiota, então todos entendem que é necessário ter um tempo para essa transição. O segundo ponto é exatamente este: a necessidade de ampliar o diálogo entre os atores. E o terceiro ponto é a necessidade de se estabelecer, nesse debate, um plano de desenvolvimento local que tenha como foco central a redução das desigualdades. Eu acho que esse é um ponto central nesse debate, porque nós estamos aqui discutindo alternativas para o Município de Candiota – com carvão, sem carvão –, mas tem um elemento central ali que é a questão da desigualdade. Candiota, como sabem, é uma cidade pequena, mas muito pobre, com muitas deficiências de infraestrutura, não tem um hospital, enfim, precisa-se, apesar de toda a riqueza gerada pelo carvão, precisa-se ter um enfrentamento à questão da desigualdade.

Então, tendo isso como pano de fundo, o que nós observamos? Aqui está se tratando de estabelecer, vamos dizer assim, um adendo, apensar algo para o Rio Grande do Sul nos moldes do que foi feito para Santa Catarina com a Lei 14.299. E aí eu gostaria de trazer algumas preocupações dessa lei em vigência para o Brasil e para Santa Catarina, para que eventualmente a gente pudesse, como Parlamento, corrigir algumas situações verificadas aí nessa lei.

Em primeiro lugar, essa lei foi instituída sem amplo diálogo. Ela teve uma participação de alguns atores sociais, mas ela foi construída, basicamente, de cima para baixo. Acho que esse é um ponto a ser pensado. Na representação dessa lei, não houve uma representação paritária entre os atores sociais, então tem uma representação desbalanceada.

O terceiro ponto: acho que nós precisamos aprofundar o que cada um aqui entende sobre transição justa, porque cada um traz, nesse conceito, uma determinada visão. Então, nós entendemos, nós que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos apoiando, assessorando os sindicatos, entendemos que uma transição justa tem que ser pensada nos trabalhadores, no que fazer com os empregos que, eventualmente, vão ser perdidos, com a requalificação profissional, mas também pensar na comunidade, nos anseios da comunidade. Então, é mais do que necessário se ter esse conceito bem claro do que se entende por transição justa.

Um quarto aspecto que nós identificamos nessa lei atual – a 14.299 – é que ela serviu para dar, vamos dizer assim, uma sobrevida à atividade carvoeira, com subsídios advindos da CDE, mas não houve nenhum processo de vinculação disso com uma estratégia de desenvolvimento local, de redução de desigualdades, de contrapartidas. Então, embora na lei esteja prevista a ideia de um plano de desenvolvimento local, esse plano, até hoje, não saiu do papel, exatamente porque não há nenhuma obrigatoriedade, não há algo mais forte que empurre os atores a construir de forma democrática e debatida esse plano. Então, aqui fica uma sugestão de que, se houver uma prorrogação para o funcionamento da fase C, com os adendos de incentivos por parte do estado, que ele seja condicionado, então, ao estabelecimento desse plano de desenvolvimento local, que pode encontrar saídas dentro do carvão, como a proposta da gaseificação; mas não só, porque, para o enfrentamento das mudanças climáticas, a descarbonização é um caminho, mas ela não é todo o caminho. A perda de biodiversidade, por exemplo, é algo que tem que ser enfrentado. Não adianta eu ter uma alternativa lá na região da Campanha com a monocultura da soja. Eu vou estar tendo a reprodução dos mesmos efeitos hoje que a geração de carvão, a queima do carvão, traz para a comunidade.

Então, vincular eventualmente esses subsídios a esse plano, ter clareza também nessa proposição, Senador, de um financiamento para essa transição. Não se faz transição sem recurso, então isso tem que estar bem claro, tem que se achar as fontes de financiamento, sobretudo fontes públicas, para se fazer a transição.

Diante disso, para concluir, a gestão que encaminho depois por escrito à sua assessoria é que, na eventualidade de se apensarem para o Rio Grande do Sul, na Lei 14.299, os mesmos termos com que hoje está contemplado o Estado de Santa Catarina, que sejam observadas as seguintes sugestões: apresentação, no máximo em 60 dias, de um conselho de transição energética justa, mas um conselho robusto, democrático, que inclua, além das organizações que já estão citadas na proposição, outras que ficaram de fora, para garantir o contraditório, porque não adianta a gente falar só para os convertidos, nós temos que ouvir aqueles que não estão convencidos das nossas ideias. E aqui em lembro que ficaram de fora, por exemplo, representantes dos assentados do MST, ambientalistas, agricultores familiares, federação e sindicatos dos trabalhadores rurais, aposentados, estudantes, professores, associações locais, mulheres. Nós temos que enfrentar nessa transição, também na redução da desigualdade, o acesso ao mercado de trabalho mais amplo. Então, fica essa sugestão, esse conselho;

A segunda é que, num prazo máximo de um ano, através desse conselho, se construa o plano de desenvolvimento local, que se criem amarras na lei para que esse plano saia do papel...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. NELSON KARAM – O.k., estou concluindo.

Em terceiro, que, no prazo máximo também de um ano, sejam identificadas as fontes de financiamento para essa transição justa e para elaboração do plano de desenvolvimento local.

Na eventualidade dessas três sugestões não virem a ser cumpridas, que se cessem imediatamente qualquer tipo de incentivo e subsídio às atividades, para que a gente não tenha aqui um espaço apenas de prorrogação de uma situação sem efetivamente enfrentar a questão da transição justa.

São essas as considerações que nós gostaríamos de deixar aqui ao Senador e aos presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Economista Nelson Karam, Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Meio Ambiente do Dieese.

A única coisa que eu pondero de imediato: se surgirem, e podem surgir, isto aqui é uma audiência pública, inúmeras sugestões, nós estamos com o projeto pronto. A informação que eu tinha do projeto da forma que os senhores redigiram, eu podia construí-lo tecnicamente com a Consultoria do Senado e poderia apresentá-lo. É claro que ainda não o apresentei porque tenho a assinatura dos dois Senadores e vamos buscar o terceiro. Informam-me aqui que o terceiro Senador gostaria de falar comigo pelo telefone, mas, além disso, que isso eu resolvo, não tem problema nenhum, eu entendo que é importante que os três Senadores caminhem juntos, como toda bancada, espero eu, a depender naturalmente dos Deputados Federais, para a gente poder dizer que esse projeto tem apoio dos três Senadores e de toda a bancada federal também, além das forças vivas do estado, que aqui estão tão bem representadas.

Aqui no Congresso, eu vou para o terceiro mandato como Senador, nós sempre defendemos de forma unitária os interesses do Rio Grande. Temos nossas divergências, é natural, porque são partidos diferentes, mas, quando o Rio Grande está em xeque, qualquer tema do Rio Grande, nós sempre conseguimos trabalhar juntos. Foi assim no tempo do Simon, da Ana Amélia, enfim, do Zambiasi e daqueles que passaram aqui. Eu fiquei um tempo maior, porque outros retornaram, voltaram para casa, o que é bom. Eu também vou voltar para casa. Espero que, daqui a três anos, eu possa voltar para casa já.

Então, quero só deixar claro isso para todos vocês, essas duas questões, que a Comissão que me apresentou o projeto tenha esse olhar. E, quanto às contribuições, como, por exemplo, que o Dieese deixou aqui, eu não tenho problema nenhum: se houver novas contribuições e assim vocês entenderem que eu tenha que colocar no projeto... Quando eu digo eu, são os três Senadores naturalmente, com o apoio dos Deputados Federais. Agora é preciso que vocês... No final, a gente conversa. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou passar a palavra agora para o Luiz Carlos Folador, Prefeito de Candiota e Presidente do Cideja. E, se me permitir, eu vou atender o... Alguém faz a ligação aí para o Luis Carlos Heinze. Ele quer falar comigo, e eu o atendo naturalmente para ver para onde nós caminhamos aqui.

É contigo.

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Paim. Quero agradecer à sua assessoria. Eu me ausentei aqui, porque justamente o Senador ligou e comunicou que vai falar com o senhor. Por isso, eu me ausentei aqui.

Quero cumprimentar aqui especialmente a Sra. Ana Rosa Muniz; o Sr. Nelson Karam; o colega Aloisio, do meio ambiente.

Também, neste momento, Senador, além de agradecer, queremos cumprimentar o nosso Vereador Marcelo Gregório, que preside a nossa Câmara; o Vereador Guilherme Barão; a Vereadora Luana Vais; o Vereador Jonas Morais; o Secretário Dino Pech.

Quero cumprimentar os sindicalistas Hermelindo Ferreira; Moisés; Cristina Gonzales.

Quero cumprimentar os representantes aqui da SSM Copelmi, Nelson Kadel e Cristiano Weber; o Sr. Fernando Zancan e a Sra. Nubia, da ABCM; os nossos Deputados que nos honram aqui com as suas presenças, Dionilso Marcon, Lindenmeyer, Deputados importantes do nosso estado; o Sr. Emerson Capelesso, que preside a nossa cooperativa Coptil; o nosso amigo e líder Frei Sérgio.

Enfim, quero cumprimentar aquelas pessoas que estão lá em Candiota, Senador Paim, acompanhando e dizer aqui a todos que o *link* está funcionando muito bem. Estão lá no ginásio do Município de Candiota o nosso Secretário Michel, as escolas da rede municipal, rede estadual. Estão lá no CTG Candeeiro do Pago, também das escolas municipais e estaduais, na Câmara dos Vereadores, no CTG Batalha do Seival, na Escola Neli Betemps, na empresa CRM, na SSM e lá no CTG Combate do Seival, lá em Candiota.

E quero dizer a todos os senhores e senhoras que este momento é um momento ímpar do nosso estado. Quero agradecer a essa comitiva de homens bravos e de mulheres que vieram durante o sábado pela manhã, nesse período difícil em que a gente está convivendo lá, Senador. No estado, todos estão unidos, do Governador aos Deputados, aos Prefeitos, à sociedade civil organizada para o acolhimento. Em nosso município, tivemos cerca de cem famílias que foram danificadas, atingidas, e nós demos o atendimento através da defesa civil. Este momento é um momento de unirmos os esforços, todos nós.

Eu queria, Senador, para aproveitar o momento aqui, agradecer ao senhor, e eu tenho certeza de que o Senador Heinze, junto com o Senador Mourão e vocês aprovarão no Senado Federal esta lei, porque ela é justa, a transição. Não falarei da parte técnica, porque é com outras pessoas. Eu quero aproveitar este momento em que nós estamos aqui, Senador, no momento do 20 de setembro, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento de honrar as nossas tradições – e, lá em Candiota, nós temos, igual aos outros municípios do nosso estado, do nosso país e até mesmo fora do país, num dia desses, eu vi que em outros países tem a tradição do Rio Grande – para apresentar um vídeo de três minutos, e esse vídeo retrata, Senador, aquilo que é o sonho das crianças e dos jovens. E os senhores aqui, na sua mão, saberão aprovar as leis que são justas. Faça uma transição, se mantém a fase C, que hoje, Senador, está gerando, a partir das 16h até as 23h da noite, 350MW pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), isso atenderá uma população de aproximadamente 1 milhão de gaúchos. Então, se a assessoria do senhor puder mostrar o vídeo, está bom?

Muito obrigado. Depois, no final, a gente encerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode colocar o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR – É isso, Senador Paulo Paim e demais membros. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Concluiu?

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR – Concluí.

Muito obrigado.

Que tenhamos uma boa audiência pública! (*Palmas.*) (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... de imediato – e vou dialogar com o Senador aqui –, ao Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Dr. Aloisio Lopes Pereira de Melo.

A palavra é sua.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, parabéns por esta iniciativa.

Gostaria de cumprimentar meus colegas aqui na mesa, a Sra. Ana Rosa, pesquisadora; o Prefeito Luiz Carlos Folador; e o meu colega do Dieese Nelson Karam. Obrigado pelas exposições.

Meus cumprimentos também aos Deputados aqui presentes, às demais autoridades, representantes do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar aqui, muito brevemente, para mostrar um pouco a perspectiva do Governo Federal: como a gente está conduzindo essa matéria e como isso se enquadra nesses processos de planejamento em torno desse compromisso do Brasil na agenda climática.

Primeiro, no início deste Governo, os senhores e as senhoras viram o esforço de retomada dessa agenda, que ficou sendo, nos últimos anos, eu acho que – para dizer de uma forma mais polida – pouco priorizada pelo Governo e, do ponto de vista das ações do Governo Federal, acho que houve uma redução do esforço de coordenação, porque é um tema muito transversal, que requer, de fato, ações nas várias áreas de Governo, e o esforço foi reconstituir esse tema.

No início deste Governo, a mudança do clima está no Ministério do Meio Ambiente como um órgão coordenador, que faz a síntese da política, mas é um mandato que está presente em 18 ou 19 órgãos do Governo Federal, cada um abordando o tema com a sua perspectiva. Então, de fato, vira um tema transversal e, também, no início do Governo, uma retomada do processo de coordenação, de governança dessa política.

No dia 5 de junho, foi republicado o decreto do comitê interministerial que cuida desse assunto no Governo Federal, coordenado pela Presidência e pela Casa Civil, com, salvo engano, 18 Ministros fazendo parte desse comitê.

Na primeira reunião, que ocorreu agora, há poucas semanas, desse comitê, foram adotadas quatro resoluções. Uma delas... a Profa. Ana Rosa fez referência ao que eu diria que foi uma correção do compromisso do Brasil no Acordo de Paris.

Acho que é importante também mencionar e esclarecer isto: que, no período anterior, o Ministério da Ciência e Tecnologia refaz as contas de emissão do Brasil. Ao refazer essas contas, a orientação internacional – que sempre usa a melhor informação, o melhor fator de emissão, os melhores parâmetros –, ao fazer isso, a nossa curva, a nossa trajetória de emissões foi revista para cima, principalmente em função do uso da terra, que é um fator que é muito importante para as emissões do Brasil e, nisso, o Brasil é diferente do resto do mundo: agricultura, pecuária, principalmente desmatamento.

Ao revisar, os números foram para cima e o Governo, então, apresentou uma nova NDC em que corrigia os números. E o problema é que ao apresentar essa nova NDC, no final das contas, o Brasil chegaria, em 2030, emitindo mais gases de efeito estufa do que no seu compromisso original de 2016, o que contraria um princípio do Acordo de Paris, que juntou todos os países, cada um com seu compromisso, nas suas condições, proporcionalmente às suas capacidades. Mas o Acordo de Paris prevê que ninguém retrocede, ninguém fala: "Olha, eu vou emitir tanto". E, depois: "Não, eu pensei bem, eu vou emitir mais no futuro". Não, lá as revisões são sempre no sentido de aumentar a contribuição, e o Brasil tinha retrocedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a resolução que foi aprovada simplesmente retoma o mesmo nível de ambição de emissões absolutas, em 2030, que tinha lá em 2016, que é 1,2 gigatonelada de CO_2 equivalente. Então, a gente voltou para o que era o compromisso original. Na rodada das convenções do clima de 2025, todos os países têm que botar na mesa, aí, sim, as suas novas contribuições. E aí, o Brasil, daqui para lá, vai ter que pensar, discutir, e a gente vai fazer isso por meio do Plano Clima, qual que vai ser esse novo compromisso do Brasil.

Além disso, essa reunião dos ministros aprovou o Plano Clima, ou seja, como é que a gente vai organizar o Governo Federal e propor o diálogo com estados, com municípios, para que a gente enderece os dois grandes problemas associados à mudança do clima. De um lado, o que a gente chama de adaptação. Impactos já estão ocorrendo, e aí, se a gente pode fazer alguma questão aos cientistas da área de clima, é que talvez eles tinham sido cautelosos, conservadores ao projetar os impactos. Todo mundo diz que agora eles estão se verificando mais cedo e com maior intensidade do que se pensava inicialmente.

Diante disso, como o país, como um todo, os governos, mas também a sociedade, os setores econômicos se preparam para esse contexto de clima que se comporta de modo diferente do passado e de uma forma que, muitas vezes, é difícil de prever. É um desafio para todos, mesmo, por exemplo, nas áreas de mapeamento de área de risco. O que se tem mapeado como risco histórico, a gente olha possivelmente hoje, não é que não vale mais, mas não reflete mais qual é o real risco. Se a gente olha para um risco de uma chuva de 100mm, 150mm, que talvez seja a chuva histórica de 50 ou de 100 anos, hoje uma chuva de mais de 300mm pode ocorrer, e ninguém está preparado para isso.

Então, o problema de como a gente vai se adaptar como país é objeto desse plano de adaptação, que envolve vários temas e tem uma dimensão social muito importante, Senador, porque o que se verifica globalmente, mas também aqui, é que os mais impactados são os que menos contribuíram para gerar o problema, dos pontos de vista dos países. Os países ricos, que se industrializaram, foram os que mais emitiram gases de efeito estufa e geraram o problema. Uma vez emitido, o carbono fica durante um longo tempo na atmosfera, por cem anos. Então, o que a gente está emitindo hoje vai continuar na atmosfera por muito tempo. O metano, por um pouco menos, por algo como 14 anos, com potencial de aquecimento muito maior que o carbono. Enfim, é um problema que vem ao longo do tempo. Quem mais contribui, em termos de países, hoje, na verdade, não é quem sofre os maiores impactos. Os maiores impactos são os países que são menos desenvolvidos, que estão na faixa tropical e equatorial, onde a mudança é mais intensa.

Então, tem um problema de injustiça no nível global, de que quem causou o problema, na verdade, quem menos causou o problema é quem mais sofre os impactos mais duros e tem uma dificuldade adicional no seu processo de desenvolvimento. De certa forma, isso ocorre no Brasil também, porque a gente vive com um contexto de desigualdades históricas acumuladas, populações que vivem em áreas periféricas, sem infraestrutura adequada e tal tendem a ser as que também mais vão sofrer esses impactos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então tem o tema da justiça climática – que é um tema que a gente já abordou; fizemos um diálogo bastante amplo com a sociedade civil sobre isso, em um seminário – e tem o tema da emergência climática, ou seja, como a gente trata dos nossos marcos normativos, legais no apoio federal, para essa situação de risco com a qual ninguém está preparado para lidar, e como tratar da etapa de prevenção de riscos, que nunca foi devidamente abordada – é de uma cultura de risco que a gente não tem –, como a gente acelera a nossa capacidade de enfrentar hoje essa situação. Esta é uma parte da mudança do Plano Clima: como lidar com os impactos.

A outra, que tem a ver com esse diálogo aqui, é a nossa parte que chamamos de mitigação, em como o Brasil vai cumprir os seus compromissos, esses da NDC, do Acordo de Paris, até 2030, e também o compromisso de até 2050. Como a maioria dos países, mesmo empresas do setor privado, o Brasil já se comprometeu a chegar a 2050 sendo um país carbono neutro. Isso significa o quê? Que não vai ter emissão nenhuma no país? Não, mas que as emissões que ainda vão ocorrer vão ser compensadas por remoções ou captura de carbono nas várias atividades.

A atividade florestal é uma que tem talvez o maior potencial do Brasil. É uma visão de que o Brasil pode chegar a 2050 sendo um país não só carbono neutro, mas negativo, no sentido de que ele vai ser um removedor de carbono e vai prestar esse serviço para o mundo.

Então esse Plano Clima de Mitigação é que vai desenhar, como estratégia global, as grandes áreas de prioridade e como, setor a setor, vão ser implementadas as medidas que chegam a esse resultado em 2030. Hoje está com 1,7 a 1,8 milhão de toneladas de emissão, no último dado oficial de 2020/2021; e vai chegar a 1,2 em 2030.

Características do Brasil: isso vai ocorrer e já está ocorrendo principalmente por mudança de uso da terra, na redução do desmatamento – o desmatamento é hoje a principal fonte de emissões do país –; em seguida vem a agropecuária; e o setor energético, por meio dos combustíveis, é o terceiro setor. Aí vêm resíduos, vem o setor industrial, a questão do espaço urbano e tal.

A gente propôs elaborar oito planos setoriais. Um deles é o de energia. Cada plano vai ser coordenado por um ou mais de um ministério responsável pelo tema. Aí, sim, cada um deles vai dizer como chegar a esse resultado lá em 2030, olhando para uma trajetória de neutralidade em 2050.

Um dos temas que tem no debate internacional e que gente tem que fazer aqui é justamente o que é essa transição justa, que é necessária. Internacionalmente, isso é um tema bastante polêmico, porque, diferente do Brasil, a maioria dos países depende fortemente de fontes fósseis para gerar energia. Não é o caso do Brasil, embora exista aqui também, mas para outros países é uma situação muito mais crítica e dramática esse mesmo debate internacional de quem financia entre os países essa transição.

No caso do Brasil, também a gente vai ter que fazer esse diálogo de como estabelecer isso. Acho que o projeto de lei é uma oportunidade para isso. Acho que o meu colega do Dieese, o Nelson, colocou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma ênfase bastante clara que a gente tem que ser muito objetivo e ter um plano, uma estratégia para isso.

Então, um eixo transversal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que sou o chato aqui, mas só tem um minuto.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – Não, mas já estou fechando. Obrigado, Senador.

Um eixo é como a gente vai fazer essa transição. E isso tem a ver com vários setores, como na agricultura, por exemplo: como ter atividades agropecuárias com menor emissão de carbono nos vários perfis de produtores, inclusive médios, pequenos produtores e agricultura familiar.

Então, em cada um dos setores existe uma questão de transição justa que tem que ser endereçada e, junto com isso, quais são os meios de financiamento que vão ser mobilizados para garantir que esses processos de transição sejam implementados.

Um outro ponto – e aí acho que é muito da fala do Governo como um todo, não o Ministério do Meio Ambiente, mas o próprio Ministério da Fazenda tem falado –, é que esse processo para o país é um processo de oportunidades. O Brasil se coloca para o mundo como um país que tem capacidade de oferecer soluções em termos de produtos energéticos, em termos de produtos com baixa intensidade de carbono e isso vai requerer investimento em vários setores da nossa economia. E esse investimento deve ser capaz de alavancar novas atividades econômicas, gerar empregos, promover uma inclusão de trabalho, promover a geração de renda e novas oportunidades para todos.

Então, a gente entende que esse processo de transição justa é parte inerente do Plano Clima, deve ser endereçado e a gente vai ter esse trabalho de, daqui até o final do próximo ano, chegar com esses documentos estratégicos definidos, em cada um dos setores, com esses meios de implementação, como a gente chama, claramente também estabelecidos: como a gente vai financiar, quais são os meios necessários para isso e como vai ser o processo de transição como um todo, para que a nossa economia e a nossa sociedade cheguem a 2030 e a 2050 cumprindo esses objetivos do país perante a comunidade internacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, meus cumprimentos ao Sr. Aloisio Lopes Pereira de Melo, Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, porque a sua posição é muito boa para nós todos. A gente ouviu com simpatia a sua fala, apontando que, de fato, nós temos que buscar caminhos para uma transição justa e sustentável. Foi isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a sua fala transmitiu. E, para mim, não só para mim, eu quero aqui já falar em nome dos três Senadores, dos três Senadores e de todos os Deputados Federais, todos, é fundamental essa parceria com o Governo, para nós chegarmos, de fato– sei que a frase é clichê, mas eu vou dizê-la –, a um final feliz. Todos nós queremos um final feliz para toda a população e, naturalmente, que haja essa transição sustentável.

Eu quero lhe informar que o Senador Luis Carlos Heinze me chamou aqui no telefone e eu vou repetir o que ele disse, para ser fiel ao que ele me falou. Ele disse: "Paim, há outros caminhos que podemos também percorrer juntos. Nenhum obstáculo àquilo que os senhores estão fazendo aqui agora". Disse ele: "Eu estou disposto a colaborar, mas, de pronto, diga aí que eu já vou assinar o projeto que vocês hoje estão aqui apresentando oficialmente". (*Palmas.*)

Isso mostra que gaúchos e gaúchas, sejam chimangos ou maragatos, têm que caminhar juntos para o bem comum do nosso povo.

Então, a informação está dada.

Neste momento, para nós ganharmos tempo, o Deputado Federal Afonso Hamm, que está virtualmente, pediu a palavra e é claro que é com enorme satisfação que a gente vai dar o tempo para ele.

E, na sequência, vão falar, daí, os Deputados Marcon e Lindenmeyer, o.k.? E o Sanderson, que está aqui também. (*Pausa.*)

Vai falar, Sanderson, viu? É que eu vi dois aqui só, mas o Sanderson está aqui embaixo.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Deputado Federal Afonso Hamm.

Por favor, o tempo é seu por dez minutos. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*)

É que ele está virtualmente. Espero que ele esteja pronto para fazer a fala, pois ele disse que tinha que falar antes porque ele teria que sair. (*Pausa.*)

O.k. Se ele voltar, nós o colocamos.

Essa mesa agora vai retornar para o plenário e eu vou chamar a segunda mesa. Muito obrigado a todos. Uma salva de palmas aos quatro, pois todos deram uma bela contribuição. É inegável isso. (*Palmas.*)

Vamos para a segunda mesa. Nesse período, pode ser que o Afonso entre.

Chamo Luana Camacho Vais, Vereadora da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul; (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamo Guilherme Vinissimo Farias Barão, Vereador e Presidente da Comissão da Transição Energética da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul; (*Palmas.*)

Marcelo Zanatta, Presidente da Âmbar Energia; (*Palmas.*)

Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM). (*Palmas.*)

Volto para, como combinamos, os que estão virtualmente.

O Deputado Afonso Hamm não se encontra.

Então, de imediato, como havia anunciado, eu convido o Deputado Federal... Tem aqui Maria do Rosário, Sanderson, Marcon e Lindenmeyer. Qual é o Deputado que quer, de imediato, falar? (*Pausa.*)

Aí nós damos a preferência para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. O Deputado Marcon diz que não há problema: "É comigo mesmo". Lá vai o Marcon. Seja bem-vindo, Marcon, à tribuna. (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que os Deputados Federais que falarem aqui falarão em nome de toda a bancada federal. Eu, por exemplo, digo que eu assino embaixo no que os Deputados assinarem. Eles sabem disso.

O SR. MARCON (PT - RS. Para expor.) – Eu quero saudar o nosso Senador Paulo Paim. Muito obrigado. Eu tinha certeza de que o senhor não ia fugir dessa boa luta que o senhor sempre fez muito bem junto com os mineiros e com a região, quando o senhor ainda era Deputado Federal, me lembro da luta do senhor.

Saúdo aqui a mesa – a Luana, nossa companheira Vereadora; o Guilherme; o Zanatta; o Fernando –; Prefeito Folador, que está aqui; nossos Deputados Sanderson e Alexandre – eu não digo o sobrenome porque é difícil o sobrenome. E quero saudar o Frei Sérgio, que foi o primeiro que me falou sobre esse assunto.

Em primeiro lugar, nossa solidariedade ao povo que foi atingido, sábado, naquele temporal de pedra na grande Bagé. (*Palmas.*)

Resumindo, na grande Bagé, nós pegamos todos. O Mainardi e a Luana tinham me ligado à meia-tarde. Nós fizemos contato com o Ministro Waldez Góes; fiz de novo contato ontem com o Ministro Waldez Góes. Estão indo amanhã quatro ministros para o Rio Grande do Sul, na região do Vale do Taquari, que também vão discutir esse assunto da região. Vai também do Ministro da Pesca, não amanhã,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas talvez depois de amanhã, para discutir a questão das colônias de pescador lá no Rio Grande do Sul, que é Pelotas, Rio Grande, na região do Alexandre.

Eu quero aqui parabenizar a nossa pesquisadora da Unipampa. Valeu a pena lutar para nós termos a universidade na fronteira sul, isso foi muito importante. E o mais importante é nós defendermos a pesquisa, a educação e a cultura. Só tem esse estudo porque tem pesquisa. Se nós tivéssemos deixado de lado a pesquisa, não teria já esse bom trabalho que a senhora apresentou aqui. E é em cima disso e do trabalho de todas as lideranças da região...

Quero aqui saudar o Sindicato dos Mineiros de Candiota e da região, todas as lideranças. Quero dizer que a bancada gaúcha vai estar junto, sim, na defesa dos empregos, na defesa da transição da questão do carvão, porque nós achamos que a transição, em primeiro lugar, é boa para o meio ambiente, mas não tem meio ambiente se não defender a vida junto com o meio ambiente. Frei Sérgio, o nosso Bispo D. Mauro Morelli defende isto: não tem meio ambiente se nós não pudermos, junto com o meio ambiente, defender a vida. E, nessa questão, Paim, a vida é o emprego daquelas 5 mil pessoas, daquelas famílias que precisam trabalhar para levar para casa a comida e pagar os seus compromissos que têm no final do mês.

Então, como Deputado, tenho certeza – nós estamos em três Deputados aqui – de que a bancada gaúcha, na hora em que for para o Plenário da Câmara, os 31 Deputados vão estar aí em defesa do emprego da região, como sempre fizemos, e deixar de lado as disputas políticas.

Eu tenho dito, naquela questão ali do Vale do Taquari– mas não tem só o Vale do Taquari, tem o litoral norte, tem a Região Celeiro, agora tem a região sul –, para quem quer disputar baixaria, *fake news* e disputa: vamos deixar para o ano que vem, nas eleições municipais. Agora vamos defender o povo e o emprego, porque o Rio Grande precisa muito. A minha sigla é defender o povo gaúcho, e tanto nessa questão da transição.

Conte comigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Marcon, meus cumprimentos pela bela fala de unidade de toda a bancada federal, e, tenho certeza, dos três Senadores, pensando no bem da região e naturalmente com repercussão em todo o Estado.

O Deputado Afonso Hamm disse que já está pronto para falar.

Pode botar ali na tela?

O SR. AFONSO HAMM (*Por videoconferência.*) – Tem que liberar o som. Está liberado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está. Está perfeito aqui, meu amigo.

O SR. AFONSO HAMM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estava ansioso, Senador Paim, porque eu estou desde o começo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja muito bem-vindo.

O SR. AFONSO HAMM (*Por videoconferência*.) – Tranquilo.

Eu estou desde o começo da audiência. Até quero dizer que eu não estou presencialmente...

Quero cumprimentar o Deputado Marcon, que está aí, o Deputado Alexandre Lindenmeyer e também a Maria do Rosário, que eu sei que estão aí presencialmente – não sei os que estão no virtual –, e cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está também o Sanderson.

O SR. AFONSO HAMM – O Deputado Sanderson também, parceiro.

Acredito que esse é um tema em que a gente vai ter o apoio de 100% da bancada federal, dos nossos Deputados Federais e Senadores. Fico feliz, Senador Paim, que foi construída aí uma unidade, junto com o Senador Mourão e junto com o Senador Luis Carlos Heinze, para o qual tinha ligado ontem também, a pedido do Prefeito Folador.

Cumprimentando aí o Prefeito Folador, quero cumprimentar todas as lideranças, os Vereadores, a comunidade de Candiota e de todas as regiões de produção do carvão mineral, tanto para a geração de energia como para a área industrial.

Eu queria dizer que eu não estou presente porque agora, às 10h30, tenho uma reunião aqui com o Governador do Estado sobre as questões relacionadas a todas essas adversidades climáticas – agora exatamente a questão de Bagé, Candiota e Hulha Negra. A gente pediu uma audiência ao Governador e estaremos aqui agora, às 10h30. Por isso que eu pedi para falar antes. Mas o que é importante, inclusive eu fui autor: já presidimos a Frente Nacional em Defesa do Carvão Mineral, porque essa é uma riqueza utilizada no mundo inteiro, e nós usamos no Brasil só na faixa de 2% de toda a geração de energia. Só que na hora da falta, na hora que não tem energia, e a energia mais cara é a que não existe, a que a gente não acessa, porque quando... Nós estamos agora vivendo chuvas, enxurradas, os reservatórios estão todos cheios. Quando inverte, quando dá as grandes secas, as grandes condições climáticas e os reservatórios não têm água, aí inverte, e a gente precisa da geração de energia. Então, do ponto de vista energético, o carvão mineral é estratégico. E o carvão utilizado, inclusive na região de Candiota... Todos sabem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, para ter uma licença ambiental, as licenças obtidas são com muita responsabilidade e com sintonia com a questão ambiental, com a qualidade do ar, com a qualidade também do acompanhamento dos rios, do meio ambiente como um todo. Esse monitoramento é permanente. Isso é muito importante que seja dito.

E essa transição justa... Eu fui inclusive autor de uma medida provisória algum tempo atrás, e a medida provisória não foi à frente, terminou o prazo, caducou, e nós colocamos lá o Rio Grande do Sul e o Paraná, porque na verdade só Santa Catarina resolveu, porque tem a sua lei de transição energética justa. Não é correto, nós precisamos equalizar, nós vivemos num país onde nós temos que ter equiparação de igualdade e de oportunidades.

Então, esse projeto agora assinado pelo senhor, pelos Senadores e por nós Deputados, e depois na Câmara dos Deputados, precisa ser transformado em lei e efetivar tudo o que foi debatido, no sentido de que nós possamos realmente criar um plano para utilização desse carvão nas duas frentes: geração de energia e essa potencialidade e importância estratégica no mundo que o carvão vai seguir sendo usado justamente para gerar, por exemplo, fertilizantes, justamente os fertilizantes da agricultura que alimenta o mundo. Então, hoje, alimenta o Brasil, mas nós alimentamos mais de 1 bilhão de pessoas no mundo com a produção de alimentos nossos. Então, está muito interligado e é importante. Fala-se em 5 mil empregos, diretos e indiretos, mas na verdade é toda uma região.

Eu casualmente cruzei ontem por dentro da área industrial, porque está interditada a estrada de Candiota a Bagé e eu fiz o trajeto por dentro da Hulha Negra, que é meu município de origem, e saí em Seival, passei na frente da usina Pampa Sul e depois cruzei próximo da nossa usina Candiota Fase C, que é objeto de uma usina modernizada, as duas, com, hoje, características de gerar o menor impacto ao meio ambiente – é de uma responsabilidade ambiental absurda, com tudo o que se exige hoje – e em condições de investir, habilitada para os próximos anos. Então, nós podemos ir até 2050 e precisamos dos empregos, precisamos da economia. É a única indústria da região. Nós temos agroindústria, mas indústria... A região não é industrializada e é ali que se geram esses milhares de empregos e energia segura, energia estratégica e energia barata. As pessoas não sabem, porque hoje é economicidade. O carvão mineral, no sistema em que é explorado, na região de Candiota, é hoje a geração de energia mais econômica que nós temos e segura. Portanto, no sistema interligado, ela é estratégica para a vida das pessoas.

A gente sabe o que é faltar luz por um minuto, por uma hora, por um dia. E agora nós estamos experimentando até a falta de luz com essas questões de intempéries, de enxurradas, de vendavais, desses ciclones extratropicais, tudo isso que está acontecendo, que está relacionado ao clima. Mas o uso estratégico do carvão, com responsabilidade... Hoje nós temos que incentivar, justamente, a tecnologia. Tem tecnologia, tem fixação de controle do CO_2. Hoje, tem como gaseificar e reter esses gases. Então, há tecnologia disponível e nós temos que desenvolvê-la ao longo do tempo. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa transição energética justa... Já temos um projeto para Santa Catarina, e já foram colocadas aqui algumas questões que têm que evoluir, na prática. E nós precisamos, o Rio Grande do Sul e o Paraná, que são produtores de carvão... Mas o Rio Grande do Sul, que tem 90% das reservas, é estratégico, e estamos bem no extremo sul. Por isso que nós precisamos seguir gerando energia e precisamos da usina que foi agora comprada, adquirida, privatizada, mas ela precisa operar e nós precisamos renovar o contrato. E os incentivos estaduais, os incentivos que existem, são estratégicos, sempre foram e vão continuar sendo.

Então, a gente tem que quebrar... E eu fico feliz, Senador Paim, de ver os demais colegas que estão aí, as lideranças, as entidades representativas discutindo algo que mexe com a vida nossa da região da Campanha. Nós não temos outra indústria, nós não temos por onde gerar outros empregos, e é fundamental para um estado que é importador de energia e para um país que precisa utilizar essa matriz e tem que usar a matriz industrial que foi apresentada aqui.

Então, não há constrangimento; muito pelo contrário, nós estamos firmes e fortes. Precisamos dessa lei de transição justa, porque falar em transição justa é desenvolver cenários. Não há como substituir essa atividade, nem é inteligente, porque temos usinas modernas, atualizadas, temos uma exploração de carvão das mineradoras, tanto da Copelmi como da CRM, também ambientalmente equilibrada, responsável, e é nesse sistema que nós estamos aqui abrindo esse debate.

Agora, inclusive, nós temos que dar celeridade a esse projeto, com o apoio do Congresso – da Câmara e do Senado – e do Governo, isso é muito importante. E o senhor, Senador Paim, é um interlocutor do Governo. Isso é muito importante, porque é a responsabilidade social e econômica em relação ao nosso Estado. Além de sofrermos com tudo que estamos sofrendo agora, com a maior tragédia do Rio Grande Sul, que vem ocorrendo com essas questões climáticas – e vamos enfrentá-las no médio prazo... Mas não é essa pequena geração pontual no sul do país que está gerando problemas, até porque, ambientalmente, os nossos projetos estão realmente aprovados, e a gente sabe, como eu disse, da importância e da responsabilidade econômica, social e ambiental – é o tripé, ninguém quer fugir disso.

Então, parabéns pela iniciativa.

Contem com o Deputado Federal Afonso Hamm. Só não estou aí... Tem uma grande comitiva de Candiota que eu sei que está aí, que viajou, mesmo com chuva, com as condições... Mas, neste momento, nós vamos ter essa reunião e, à tarde, deveremos ter uma reunião, para a qual quero convidar os demais Deputados – ouvi o Dionilso Marcon falar –, com o Ministro Góes. Falei ontem com o Ministro Pimenta e falei também com o Deputado Estadual Mainardi. Tenho falado com todos os lados do ponto de vista político de representação, junto ao Governo Federal, para nós fazermos, quem sabe, também, uma videoconferência para tratar as questões climáticas adversas, exatamente na nossa região mais pontual, porque quinta-feira os ministros estarão aqui, no estado, mas indo ao Vale do Taquari, a essas regiões onde foi mais crítico, estão tendo providências; mas a nossa região, neste momento... Essa é a razão de eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estar aí com vocês. Vou estar aqui no Governo do estado e vamos à noite chegar a Brasília, se Deus quiser.

Então, sucesso, Senador Paim; sucesso aos nossos Senadores e aos meus colegas Deputados. É de uma responsabilidade muito grande, em especial os que estão participando desta audiência pública.

Estamos firmes e fortes. Não temos constrangimento e temos, neste momento, o dever e a responsabilidade pelos nossos mandatos, pela representatividade de defender exatamente essa condição regional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quinze segundos, Deputado.

O SR. AFONSO HAMM – ... onde o carvão mineral está inserido.

Então, finalizo e fico à disposição.

Muito obrigado pela oportunidade.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Afonso Hamm, que fez uma bela síntese da situação da região.

Eu queria, de imediato aqui, passar a palavra para o Deputado Federal Sanderson.

Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Escolham, escolham. Eu sei que os Deputados têm compromisso.

Eu estou votando pelo aplicativo aqui, viu? Eu paro um pouquinho aqui e voto.

Fique à vontade, Sanderson, dez minutos.

O SR. SANDERSON (PL - RS. Para expor.) – Bom dia a todos.

É sempre um (*Fora do microfone.*) prazer, uma satisfação estar aqui, falando e buscando melhores dias para o povo gaúcho, em especial para a população da Campanha.

Quero cumprimentar o Senador Paim pela belíssima iniciativa, uma iniciativa, Senador, que, não tenho a menor dúvida, entra para história, Prefeito Folador, pelo simples fato de estarmos aqui hoje, no Congresso – estamos utilizando aqui o Interlegis, mas é o Congresso Nacional –, falando sobre um tema muito caro à população da fronteira sul do Rio Grande do Sul, mas com reflexos nacionais, não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sombra de dúvida. Então, parabéns, Senador Paim. É uma medida que... Como eu disse, só o fato de estarmos aqui reunidos já significa que tanto o Governo atual como a absoluta inteireza dos Deputados e Senadores são favoráveis e vão trabalhar para que algo similar ao que foi feito lá para o setor em Santa Catarina seja feito também para o Rio Grande do Sul.

Isso já era para ter acontecido lá atrás. Houve uma série de questões que não foi possível serem superadas no momento. Na época do processo legislativo, Senador Paim, lá no âmbito da Câmara mesmo, nós tentamos fazer emendamento, mas foi sugerido que, se emendasse, a matéria voltaria ao Senado e nós teríamos, no caso de Santa Catarina, um prejuízo ainda maior. Na época, foi sugerido que um novo projeto fosse apresentado, como está sendo apresentado hoje pelo Senado, Senador Paim, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Hamilton Mourão, que dão essa mensagem de bastante responsabilidade com esse segmento.

Os Deputados Federais... O Deputado Federal Alexandre Lindenmeyer, meu amigo, que foi Prefeito de Rio Grande, sabe da responsabilidade de fazer com que uma região, um município, enfim, uma localidade, tenha sustentação de empregos e sustentação econômica.

O Deputado Marcon falou muito bem em união e o momento eu acho que é de união mesmo, de fazer com que, como disse o Deputado Afonso Hamm, aqueles muito mais de 5 mil empregos, porque são 5 mil empregos diretos, ali tem provavelmente 50 mil pessoas que, hoje, gravitam em torno do polo carboquímico de Candiota, Hulha Negra e Bagé...

Então, cumprimento aqui, mais uma vez, o Prefeito Folador, que é um incansável na defesa da região, da proteção dos empregos, porque, afinal de contas, sem emprego não há vida naquela região. Isso é assim lá em Candiota, em Bagé e no resto do mundo.

Cumprimento o meu amigo Sargento Flávio Sanches, que, praticamente todos os dias, me manda mensagens e me liga, buscando alguma alternativa, alguma ação, no âmbito da Câmara dos Deputados, para que o setor seja protegido. E será protegido! Tenho certeza de que eu falo, Lindenmeyer, em meu nome e em nome dos 31 Deputados e Deputadas Federais do Rio Grande do Sul, e, pelo discurso e pela fala do Senador Paim, os três Senadores também estão fechados.

Então, a bancada gaúcha, com a tradição e a força que tem, dentro do Parlamento, tem essa responsabilidade, essa obrigação de fazer com que a transição já obtida pelo Estado vizinho de Santa Catarina também seja uma realidade para o Rio Grande do Sul.

O prazo e o detalhamento dessa transição vai ser objeto de discussão e deliberação pelo Parlamento. O Senado, provavelmente, já vai entregar o projeto redondo, porque as discussões iniciam sempre na Casa que inicia o processo legislativo. Nós, lá na Câmara, vamos fazer apenas o papel de revisores, já que todos aqueles que aqui estão estarão no Senado, contribuindo, ajudando os Senadores – no caso, o Senador Paim, o Senador Mourão, o Senador Luis Carlos Heinze, como o Senador que irá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatar a matéria – para que todas as arestas já sejam aparadas no âmbito do Senado, para que a Câmara vote, talvez até uma votação simbólica, porque, se temos aqui o compromisso do atual Governo... Eu vi a brilhante explanação do Dr Aloisio. O Dr. Aloisio que falou pelo Ministério do Meio Ambiente está aí ainda ou já saiu? (*Pausa.*)

É importante que representantes do Meio Ambiente... O interessante até é que a Ministra Marina Silva fosse lá na região, fosse lá em Candiota e fosse em Bagé – tem aeroporto acessível em Bagé; pode-se ir a Porto Alegre e de Porto Alegre a Bagé – para conhecer presencialmente –eu não sei se a Ministra conhece –, Dr. Fernando e Barão, para que ela ou, enfim, um representante, um preposto do Ministério do Meio Ambiente, conheça, presencialmente, a realidade. Ali verão, como nós vimos, no ano passado, no ano retrasado, levando representantes do Ministério de Minas e Energia, as condições em que são manejadas as operações lá em Candiota. É algo assim de primeiro mundo.

Eu tive a oportunidade de estar por três vezes lá, na região de mineração, e sou testemunha de que nenhum abuso ou nenhuma sandice, nenhuma loucura será realizada lá na região para a manutenção dos empregos para que essa transição, seja de 25 ou 30 anos, enfim – no caso, 25 anos, que é o limite, um pouco mais de 25 anos –, seja estabelecida o quanto antes, que a segurança jurídica volte, porque hoje há uma insegurança jurídica muito forte. As pessoas não sabem se podem se estabelecer em Candiota ou em Bagé, porque, se esses segmentos aparecerem... E eu, olha, falo com tristeza, porque eu trabalhei em Bagé, Senador Paim, ainda no âmbito da Polícia Federal, por cinco anos. Eu saí da academia da PF aqui em Brasília jovem e fui lotado lá em Bagé. Fiquei lá cinco anos, não conhecia a região, ali fiz muitos amigos, amigos que tenho até hoje, compadres meus que fiz para o resto da minha vida lá em Bagé.

Então, se tirar o setor, se nós, de forma indireta, se o Parlamento concordar com que o segmento receba esse alijamento, a região vai praticamente sucumbir. Então, nós Parlamentares – Deputados Federais e Senadores da República – e o Governo atual, notadamente o Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva, temos nas nossas mãos o futuro de uma região com muita tradição, com tradição econômica, inclusive, e que passa por ações, muitas vezes, que precisam ser ações corajosas, ações firmes, voltadas não à lacração, nem a causar em rede social, nem a causar politicamente, mas para a segurança e a proteção da sociedade gaúcha, em especial de Candiota, de Bagé, de Hulha Negra, de Pinheiro Machado, de toda a região, que vive, sobrevive e faz daquela região uma região admirada por todas as demais regiões do nosso Rio Grande do Sul.

Então, Senador, cumprimento aqui todos da mesa, a Luana, o Marcelo Zanatta – já cumprimentei o Barão –, o Dr. Fernando, o Flávio Sanches, sempre à disposição do nosso gabinete. E tudo aquilo que estiver ao nosso alcance e sob minha alçada ali, no âmbito da Câmara, eu farei, para que Candiota, Bagé e toda a região da Campanha sejam protegidas em relação ao polo carboquímico do nosso Rio Grande do Sul.

Um abraço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns mais uma vez ao Senador Paim, ao Senado, por estar dando esse pontapé inicial. E depois, lá na Câmara, Lindenmeyer e outros Deputados que aqui falaram, o Deputado Afonso Hamm deve estar ainda virtualmente, a nossa missão lá na Câmara é fazer com que o projeto, com o menor prazo possível, com a maior celeridade possível, seja votado e aprovado, e, aí sim, daremos a segurança jurídica para que a nossa população lá da região da Campanha tenha meios para viver em paz.

Um abraço a todos e que Deus sempre os acompanhe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Deputado Federal Sanderson. E a palavra que você usou aí foi "união", e você construiu o seu pronunciamento com dados e números, mas buscando a união. Então, eu deixo bem claro, porque, às vezes, como começou aqui no Senado... Esse projeto foi construído pela comunidade, nós o recebemos pronto, nós só botamos na técnica legislativa. Então, o projeto, deixando bem claro, é da comunidade, que construiu, com as universidades, inclusive junto com todos os atores que fizeram dezenas de reuniões, pelas informações que eu tenho. E, aqui no Congresso, ele é – vou começar inclusive dizendo isto – dos 31 Deputados Federais e dos três Senadores, apenas por uma questão de encaminhamento é que ele está sendo colocado aqui pelo Senado. (*Palmas.*)

E, pelo menos num primeiro momento, o próprio Senador Esperidião Amin, que foi quem relatou o de Santa Catarina, eu conversei com ele, se dispôs a relatar. É claro que vamos ter que falar com o Presidente da Comissão em que ele vai estar para que realmente o relatório atenda os interesses de todo o Rio Grande do Sul, representado principalmente pela região de Bagé e Campanha.

Passo a palavra agora para o Deputado Federal Lindenmeyer. (*Palmas.*)

Depois do Deputado Federal Lindenmeyer, ex-Prefeito de Rio Grande, está aqui também nosso colega e amigo Deputado Federal Alceu Moreira. Na sequência, fala então o Alceu Moreira.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT - RS. Para expor.) – Inicialmente, bom dia a todos e todas.

Uma saudação especial ao Senador Paulo Paim, que preside os trabalhos desta audiência pública. Saúdo da mesma forma a Vereadora Luana, o Sr. Fernando Zancan, o Vereador Marcelo Zanatta, o Vereador Guilherme. Quero aqui saudar especialmente também o representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Aloisio, a Profa. Ana Rosa, o Prefeito Folador, o economista Nelson; saúdo especialmente também aqui a Cristina, o Adriano, ex-Prefeito, e também o Frei Sérgio.

Eu quero aqui, de forma muito breve, compartilhar com vocês um pouco desse histórico. Eu sou daquelas pessoas que, em determinado momento, quando se falava em carvão, entendia como algo que era nefasto ao meio ambiente e que teria que ter um prazo de validade, de vida útil. Ao mesmo tempo em que pensava dessa maneira, comecei a recepcionar a visita do Frei Sérgio, da Cristina, da Luana, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adriano, entre outras pessoas, mas especialmente também o olhar amparado através do Departamento de Carboquímica da Unipampa. E aqui eu quero saudar a Unipampa, a universidade federal brasileira que está instalada na região e que, através desse acúmulo de pesquisa, nos traz alternativas para que nós possamos dar o tratamento ao carvão, no sentido de que não tenha emissão de CO_2, e, ao mesmo tempo, aprendi com vocês, com os mineiros, com aqueles que nos visitaram o grau de operação da Candiota III, que é totalmente diferenciado em relação àquilo que se entendia como unidades de extração de carvão do passado.

Então, eu quero dizer que, mais do que qualquer outra coisa, o que nós temos hoje aqui, a partir da iniciativa do Senado, deste projeto de lei, é um acúmulo construído com a coletividade, ao longo de muito tempo, que culmina com algumas questões que nos são extremamente preciosas, que é, sim, a preservação de 5 mil postos de trabalho, de uma economia de toda a região, que envolve Candiota III, mas também envolve cimenteiras, envolve o reflexo que isso tem na economia local, no bar, no restaurante, no supermercado e assim por diante.

Mas quero aproveitar esta oportunidade para fazer referência à manifestação que foi feita pelo economista que representou aqui o Dieese. Nós não queremos meramente, com esse projeto de lei, ver uma procrastinação no tempo, porque esse tempo tem data marcada. Nós precisamos aproveitar essa oportunidade, esse tempo para que nós possamos fazer uma migração, sim, de uma transição energética justa, mas que possa diversificar a economia, fortalecer a economia da região para que nós não tenhamos lá adiante uma realidade de populações empobrecidas e sem perspectivas, cidades que possam ser impactadas pelo fechamento dessa atividade econômica, que é importante para a região.

Então, o desafio que nos é colocado é de que, uma vez aprovado esse projeto, uma vez que tenhamos uma prorrogação de prazo, nós tenhamos, sim, concomitantemente, uma política de ampla discussão gerada através de um conselho representativo, como foi mencionado aqui, com a participação da sociedade civil de Candiota, de Bagé, de Hulha, de toda aquela região, para que nós possamos realmente ter uma economia forte, que gere emprego, que gere renda e oportunidades para a nossa gente e não aquilo que foi mencionado: muita riqueza e o povo com renda baixa, a economia empobrecida. Nós precisamos reverter essa situação.

Por outro lado, quero aqui me solidarizar com todo o povo gaúcho e o povo da região sul, agora impactados por chuva de granizo, pelas cheias. Ontem tive a oportunidade, Senador Paim, de participar da reunião preparatória do coletivo de ministros e ministérios que estarão presentes no Rio Grande do Sul amanhã, que vão, sim, para a região do Taquari, mas já com o compromisso de estarem na região sul também os ministérios representados e ministros, logo em seguida, porque infelizmente os impactos climáticos ocorridos no nosso estado não são de uma região pontual, estão espalhados por todo o Rio Grande do Sul, como a cheia da Lagoa dos Patos, os ciclones. São 120 dias, mais ou menos, que nós temos tido efeitos sucessivos que têm impactado o povo gaúcho como um todo. Então, fica aqui também a nossa manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Presidente Lula, que dá o aval a essa iniciativa, quando a Cristina faz o chamamento ao Presidente Lula, com todo esse acúmulo de construção, mas também hoje expressado pelo Ministério do Meio Ambiente, falando em vários ministérios de forma transversal, por entender que nós temos que trabalhar na defesa do meio ambiente, fazendo uma transição justa... E nós estamos, como disse o Senador Paim, com uma probabilidade de termos unanimidade não só no Senado, mas também na Câmara Federal, junto à bancada gaúcha, pela relevância que esse projeto tem.

No mais, agradeço especialmente ao Frei Sérgio, que foi quem bateu na porta no começo; à Luana; à Cristina, enfim, para que a gente estar chegando a esse momento tão importante, mas que não seja – para encerrar – meramente um projeto procrastinatório de prazo, tem muita coisa para ser construída, para se justificar efetivamente este momento desta audiência pública. Saúdo também toda a comunidade Candiota que está nos assistindo pela internet, entendendo que essa mobilização tem que ser forte para que a gente possa ter êxito na aprovação deste projeto.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. Estamos juntos neste projeto de lei.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Deputado Federal Alexandre Lindenmeyer, que deu aqui também a sua colaboração, buscando o bem comum.

Neste momento, como eu havia já anunciado, eu passo a palavra ao Deputado Federal Alceu Moreira.

Deputado Alceu Moreira, por dez minutos, o tempo é seu.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS. Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, meu querido Senador Paim. Prazer em revê-lo, esta figura simpática que está sempre amável e disponível para poder fazer o debate, embora, muitas vezes, tenha discordância, mas sempre uma cultura democrática para poder fazer um debate como este.

A transição energética, pessoal, nos leva a um raciocínio que poucas pessoas conseguem compreender. Primeiro, quando você se deita e se levanta, à sua volta, tudo que você enxerga tem a ver com os minerais. Esta relação que nós temos de criminalizar a mineração, como se ela fosse um dano por si só ao meio ambiente, é um equívoco, porque, se nós olharmos o nosso relógio, a nossa camisa, a roupa que estamos vestindo, a pia em que lavamos o rosto, tudo veio de uma extração mineral. Então, nós temos que desmistificar esse processo. Fazer a possibilidade de extração mineral com compromisso ambiental é absolutamente possível. Quando nós tratamos isso no raio da ignorância e trabalhamos com preconceitos ideológicos de impedir por impedir, nós acabamos legando para as sociedades que moram, vivem sobre a riqueza uma pobreza absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Candiota, e eu quero falar para esta região toda que vive e tem uma ligação social e econômica muito importante com essa empresa, nós importamos, num período, uma usina, e a usina ficou 15 anos sem poder funcionar, porque tinha uma proibição ambiental de liberação de CO_2; 15 anos depois, chegou-se à conclusão de que a liberação era de 2%, e isso era perfeitamente possível, só que a usina, com 15 anos, era um instrumento completamente obsoleto, ultrapassado, com uma capacidade produtiva muito baixa, porque tinha passado todo esse tempo. Isso é o que nós legamos de prejuízo por um impedimento de natureza ideológica sem nenhum fundamento científico para esse processo.

Então, o que eu queria pedir, na verdade, é o seguinte: a viabilidade econômica daquele negócio de Candiota, que é a mineração, é perfeitamente previsível. Se nós fizermos um arranjo produtivo, vamos perceber que nada do que é extraído se perde. Grande parte dos nutrientes que nós precisamos para o agro brasileiro sai da mineração e nós estamos importando a peso de ouro, atravessando mares, aquilo de que nós dispomos e temos condição de fazer a recomposição de solo a partir disso, como temos condição de fazer lá em Caçapava e Lavras com a questão da mineração do pó de pedra. É um conjunto. O carvão, na verdade, vai gerar, além da energia, um conjunto enorme de riqueza de subprodutos, que hoje estão absolutamente apurados, tecnicamente prontos para serem executados e serem transformados em produto de consumo da população de forma diária.

Ninguém está pedindo aqui que a gente queira a liberação pela liberação sem nenhum compromisso ambiental. Muito pelo contrário, nós queremos que os compromissos todos sejam mantidos, mas que permitam que o debate, que a discussão, que a ciência, que as universidades e todos os setores que pesquisaram, com todo o acúmulo internacional que nós temos da mineração... como, por exemplo, se comportou a economia da Polônia nos últimos 40 anos a partir da mineração, e que é possível fazer isso.

Não é mais necessário ter o mineiro só no subsolo, com pneumoconiose, trabalhando em condições completamente insalubres, não é mais necessário isso.

Agora, dizer que nós temos carvão mineral, coqueificável, da melhor forma, do melhor material mineral possível e não permitir a exploração pura e simplesmente porque tem contencioso ideológico, nós não podemos concordar.

Então, o nosso pessoal de Candiota tem que ter certeza disto: neste caso, se nós tivermos responsabilidade, nós venceremos esses conteúdos de natureza ideológica e teremos consenso absoluto com relação à continuidade dessa empresa, com a sua estrutura, com total viabilidade econômica e transformando o Pampa, esta região, num grande elo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com reflexo na economia gaúcha inteira.

Então, ao invés de fechar, nós temos que reabrir todas as possibilidades desse arranjo negocial, porque ele é de grande importância para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos juntos, nós conhecemos profundamente isso há muito tempo. Nós somos da Frente Parlamentar da Mineração, nós estamos tentando de todas as formas desmitificar. Na verdade, uma narrativa que se está construindo é a de que a mineração tem que vir do uso para a mina, e não da mina para o uso. A população tem que ter noção do que ela utiliza de mineral para parar de pensar do ponto de vista criminoso. O mineral tem que ser legalizado, licenciado, na forma da lei, em todos os lugares, na mineração de todos os lugares do Brasil.

Mas nós do Rio Grande do Sul estamos com certeza com uma riqueza no subsolo depositada, que pode dar para a nossa população uma renda *per capita* média muito maior do que nós temos hoje, e nós, na verdade, acabamos obscurecendo essa discussão, não permitindo que os conhecimentos científicos, a pesquisa, a tecnologia e a inovação se apossem desse processo, e negamos para muitas pessoas o direito à sua própria dignidade.

Com essas palavras, eu também quero dizer que o meu litoral está embaixo d'água, hoje há uma chuva gigantesca acontecendo lá. O Rio Grande do Sul está sofrendo muito com tudo isso, é preciso que se tenha muita força para isso.

Temos conversado com todos os ministros, mas é preciso saber que uma emergência dessa natureza não pode transformar emergência numa permanência.

O nosso dinheiro tem que chegar, ele precisa chegar às pessoas. Se ele não chegar às pessoas, a cidade não recomeça, a roda não anda. O cidadão que perdeu a padaria, que perdeu o instituto de beleza, que perdeu o açougue, e só tinha isso... tudo o que ele tinha, o capital de giro dele era aquilo.

Não dá para dizer que não tem uma lei. A Constituição autoriza, nessa condição extrema, a possibilidade de nós socorrermos essas pessoas, para elas conseguirem remontar o seu negócio, reativar a vida econômica, gerar trabalho e renda para muitas pessoas e fazer a roda dentada continuar andando.

Meu querido Senador, eu lhe agradeço profundamente a oportunidade de ter conversado com o senhor. Todo o pessoal da região do Pampa, de Candiota, está ligadíssimo nesse processo. E pode ter certeza de que, embora o problema seja muito complicado, nós estaremos prontos e encontraremos a solução conjunta, para que todos tenham direito a dias futuros com a capacidade de gerar trabalho e renda e responsabilização ambiental.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Alceu Moreira, que, me permita que eu diga, insistiu bastante que a gente não vá para o debate ideológico. É isso mesmo. Independente, cada um tem o direito de ter seu partido, sua ideologia, mas tem que pensar no bem do povo do Rio Grande. Por isso, tenho certeza de que avançaremos. Estamos todos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pediu-me a palavra, e acho que vocês vão inclusive gostar, porque é mais um representante do Governo, o Sr. Rafael Silva Menezes, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dr. Rafael, é um prazer recebê-lo aqui, neste evento, em que estão se encontrando representantes de todo o Rio Grande do Sul, claro, apontando para a realidade de Bagé e região. A palavra é sua, Dr. Rafael. Satisfação de todos aqui, viu? Até pediram que eu desse uma salva de palmas para o senhor aí. (*Palmas.*) (*Risos.*)

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço o convite, Senador Paulo Paim.

Vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. RAFAEL SILVA MENEZES (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Bom, eu trouxe até alguns eslaides para municiar a minha fala, mas primeiro aproveito aqui a oportunidade de enviar, através de V. Exa., Senador Paulo Paim, um abraço fraterno a toda a população do Rio Grande do Sul afetada pelas chuvas e a todas as famílias das vítimas dessa tragédia.

Gostaria também de iniciar minha fala aqui agradecendo, em nome da Ministra Luciana Santos e do Secretário Guila Calheiros, o convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para participar desta importante audiência.

O MCTI está extremamente empenhado em contribuir com a jornada brasileira rumo à transição energética justa e inclusiva. Temos a compreensão do papel do MCTI de conectar a produção do conhecimento com o desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar a competitividade dos nossos produtos e serviços.

No próximo eslaide, eu sempre gosto de mostrar a nova estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que conta com quatro secretarias finalísticas. Nós estamos aqui na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, e quase todas as ações relacionadas à transição energética estão regimentalmente representadas aqui na Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais do Departamento de Apoio aos Ecossistemas de Inovação.

No próximo eslaide, eu demonstro também todas as temáticas regimentalmente desenvolvidas no âmbito da CGTS. Mais uma vez, destaco a quantidade de temáticas que têm uma interseção muito grande com a temática de transição energética. E, aí, eu gostaria de destacar aqui, no âmbito da temática de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

petróleo, gás natural e carvão mineral, os trabalhos que já desenvolvemos no âmbito da produção e do uso limpo de carvão mineral.

A grande quantidade de temáticas, que também vocês estão visualizando, demonstra o desafio que é atuar nesse mundo de conhecimento. Eu costumo brincar que nós, aqui na Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais, trabalhamos com todas as temáticas correlacionadas à pesquisa e desenvolvimento e inovação do Ministério de Minas e Energia e mais um pouco. E esse "mais um pouco" não é pouco. Então é um desafio grande.

Nós tivemos a boa notícia do novo concurso do Ministério da Ciência e Tecnologia, anunciado pelo ministério, que certamente vai ajudar a aumentar nossa equipe aqui e os esforços para a transição energética.

Ao longo dos anos, o MCTI, em especial a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, tem atuado de forma assertiva nas áreas de energias renováveis, combustíveis sustentáveis, combustíveis sintéticos e tecnologias de baixo carbono. Muito antes ainda de a terminologia de transição energética estar consolidada, o ministério já realizava as ações e investimentos para promover mudanças estruturais na nossa matriz energética brasileira. Talvez o etanol e o biodiesel sejam exemplos da atuação conjunta do MCTI, junto com o ICT, junto com o setor produtivo, que resultou em programas que geraram grandes benefícios econômicos, sociais e ambientais para o país.

Destaco ainda a importância da sinergia entre os diversos atores para transformar o conhecimento científico em inovação e ampliar o acesso da população aos benefícios da ciência, tecnologia e inovação.

No próximo eslaide, eu gosto de destacar também que sempre foi feito um grande esforço em termos de planejamento em ciência, tecnologia e inovação aqui no ministério. Destaco nesse eslaide o trabalho que está sendo feito na estruturação da nova ENCTI, na portaria que foi publicada com relação às novas diretrizes, que, aliado ao anúncio da reestruturação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do retorno da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, certamente vai tornar esse processo de planejamento e de priorização muito mais participativo e transparente.

Os avanços na cadeia produtiva de energias renováveis, de descarbonização, dos combustíveis sustentáveis somente foram possíveis devido à estruturação de uma base tecnológica forte, infraestrutura laboratorial adequada e formação de recursos humanos especializados nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, nesse esforço de planejamento, eu gostaria de destacar o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação de 2004 a 2027 e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação de 2007 a 2010, ainda na gestão do Ministro Sergio Rezende, existiam programas estruturados fortes para atuação na área de biocombustíveis. Foi nessa época que nós tivemos o pró-carvão, que foi o programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência, tecnologia e inovação para uso limpo do carvão mineral, que certamente alavancou a pesquisa, desenvolvimento e inovação na área.

Destaco ainda outros, como a própria Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia; o programa de economia verde, ainda na gestão do Ministro Mercadante; a última Estratégia de Ciência e Tecnologia, que teve um programa específico para parte de energias renováveis e biocombustíveis.

No próximo eslaide, outra ação que vale a pena destacar foi anunciada pela Ministra no início do ano: o descontingenciamento total do FNDCT e a estruturação do investimento em ciência, tecnologia e inovação no país, em dez programas estruturantes e mobilizadores, priorizando áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como evitando a pulverização de recursos.

O FNDCT, como todos sabem, foi fortemente contingenciado no período, principalmente de 2013 a 2021, e isso certamente travou o desenvolvimento científico e tecnológico do país nesse período. E mais uma vez a gente tem que consolidar a ideia de que ciência e tecnologia não é gasto; ciência e tecnologia é investimento no desenvolvimento econômico e social do país.

No próximo eslaide, esses são os programas que foram aprovados pelo comitê diretor do FNDCT, para orientar as ações do ministério nos próximos anos.

Quero destacar aí que a transição energética está inserida principalmente no Programa 2, relacionado à inovação para a reindustrialização em bases sustentáveis, que nós chamamos de programa Mais Inovação. Aí também estão, por exemplo, todas as ações relacionadas ao complexo de saúde, mas quero destacar também que a transição energética é transversal a muitos dos outros programas, dos outros programas que estão aí colocados para vocês.

Bom, as ações do MCTI estão alinhadas aos desafios, de ajudar os desafios regionais, de reduzir as assimetrias regionais, as desigualdades sociais, de inserir a ciência brasileira no processo de reindustrialização do país. E o ministério...

Aí, no próximo eslaide, eu coloquei a estrutura do FNDCT – eu não vou entrar em muito detalhe nisso. Quero só destacar aí também que o Fundo Setorial de Energia, o Fundo Setorial Mineral, o Fundo Setorial do Agronegócio, o Fundo Setorial do Petróleo ajudaram e muito nas iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação relacionadas à transição energética.

No próximo eslaide, eu gostaria de destacar que a atuação do ministério em vários programas interministeriais relacionados à transição energética visa estruturar o módulo de desenvolvimento tecnológico do programa. E aí eu coloquei só alguns programas que falam de transição energética como um todo: o atual Programa Nacional do Hidrogênio, em que o Ministério coordena a Câmara de Fortalecimento das Bases Científicas e Tecnológicas do programa; no âmbito do Combustível do Futuro, nós coordenamos o Comitê Técnico de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no âmbito do programa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do RenovaBio, da mesma forma; no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, coordenamos o Módulo de Desenvolvimento Tecnológico; nós estruturamos a Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel; nós estruturamos laboratórios, acreditamos esses laboratórios; apoiamos plantas pilotos. Então, consolidamos, fizemos todo um trabalho de estruturação da base tecnológica que precisa para a inserção de novos produtos no mercado e na matriz energética.

Enfim, por fim, eu destaco que, na temática de carvão mineral, em 2022, o MCTI participou como convidado de algumas reuniões, prestando apoio ao Conselho do Programa de Transição Energética Justa, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Quero destacar que nós estamos atuando na atualização do *roadmap* tecnológico para a produção de uso limpo e eficiente do carvão mineral, originalmente elaborado para o horizonte de 2012 a 2035.

A Setec apoiou alguns projetos recentes, como é o caso do projeto de avaliação do ciclo de vida e economia circular da indústria carbonífera do Brasil, em parceria com o nosso Centro de Tecnologia Mineral (Cetem).

Apoiamos também, recentemente, um projeto de emenda parlamentar do Deputado Daniel Freitas, que visa a otimização da planta piloto para captura de CO_2 instalada na Satc, projeto que ainda está em andamento.

Enfim, esses são alguns exemplos, mas a mensagem final que eu gostaria de passar para vocês, ao tempo em que parabenizo a iniciativa que vocês estão levando à frente – já tivemos uma reunião aqui no ministério com a Profa. Ana Paula, com o simpaticíssimo Frei Sérgio, onde nós pudemos avançar também nesse assunto –, é que não há desenvolvimento de energia limpa, para os esforços de descarbonização como um todo, sem ciência. O conhecimento científico é decisivo para a implementação de políticas efetivas das reduções de emissões de gases, para a diversificação da matriz energética e para a superação dos gargalos tecnológicos.

Muito obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rafael Silva Menezes, Coordenador-Geral de Tecnologias Setoriais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que, na sua fala, foi muito direto e deu todo o apoio ao projeto que vocês estão apresentando aqui no Senado, que a comunidade de Bagé, a região toda, trouxe de uma construção coletiva com todos os setores da sociedade.

E os Parlamentares estão fazendo o seu papel de levar em frente a proposta construída de baixo para cima. Claro que, nas mãos do Relator, poderemos inclusive aperfeiçoar, porque assim se escreve, dizia um amigo meu, assim se conta a história da humanidade. A democracia é assim: muito diálogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita conversa, muita construção. E o projeto poderá ser inclusive aperfeiçoado; não regredir, mas, sim, avançar.

Agora vamos para...

São os virtuais? (*Pausa.*)

Então, vamos para a segunda mesa, presencial.

Passamos a palavra de imediato à Vereadora Luana Camacho Vaz, da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul.

A SRA. LUANA CAMACHO VAIS (Para expor.) – Bom dia ao nosso querido Senador Paim.

De imediato, quero, também, agradecer-lhe por todas as acolhidas, por todos os diálogos, por todas as vezes que nos recebeu da mesma forma. Fica o nosso agradecimento em nome de toda a nossa comunidade de Candiota e região.

Gostaria de cumprimentar a mesa – o Marcelo, da Âmbar; o meu colega Vereador Guilherme; o Fernando Zancan, da ABCM –; os meus colegas Vereadores que aqui estão; os sindicalistas – não vou nominá-los para não cometer o erro de esquecer algum –; todas as pessoas que estão aqui; a nossa comitiva que veio de Candiota, uma comitiva aguerrida, que veio de ônibus, para acompanhar, dada a importância desse tema. Quero cumprimentar, em nome do nosso ex-Prefeito Adriano, todas as pessoas que estão aqui e as que estão nos acompanhando em Candiota. Quero também cumprimentar o nosso Prefeito Folador, que aqui se encontra também; e o Frei Sérgio, enfim.

A nossa fala aqui é no sentido de reforçar a importância da tramitação dessa lei da transição energética, que ela seja justa e inclusiva. Desde o início, Fernanda, quando a gente começou esse diálogo... Como muito bem colocado aqui pelo Deputado Sanderson, não é de agora, faz muito tempo que a gente vem nessa luta, nessa pauta da transição da nossa região, porque quem está lá, quem vive o dia a dia sabe da importância que tem esse diálogo e essa pauta para a nossa região. Desde o início, quando nos foi dito e orientado que a gente precisava do aval do Governo para começar a tramitar, para começar a dialogar sobre essa pauta, de imediato a gente começou essa busca. E, dada a questão de que o nosso Governo hoje tem esse olhar para essa questão social e econômica das pessoas, o olhar para as pessoas, não seria diferente a atenção que a gente teve nessa pauta.

Dessa forma, na pessoa da Fernanda, que está aqui, que é assessora da nossa querida Deputada Maria do Rosário, quero cumprimentar todos os Deputados por que aqui passaram.

Nós temos no nosso município, hoje, essa realidade de que, no ano que vem, a gente tem uma licença vencendo, um contrato de comercialização, Marcelo, que vence; e a gente precisa da lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição, tanto quanto Santa Catarina precisou e teve a aprovação deste Senado e da Câmara dos Deputados. A mesma coisa a gente precisa para o Rio Grande do Sul.

Qual é a nossa diferença, meu querido Senador Paim? É que a gente está se propondo – e a Ana Rosa colocou muito bem aqui – a já trazer alternativas. Não vou falar aqui da gaseificação, porque ela já muito bem colocou, mas quero referendar aqui a fala do Karam, do Dieese, que trouxe outras questões a que a gente deve prestar atenção e trazer para este debate. A gente não quer que, daqui a 40 anos, nós voltemos... Nós não, mas as pessoas que estarão nos espaços em que hoje nós estamos venham aqui com a mesma pauta, pedir para que seja... Não tem mais essa opção. Então, a gente precisa ser muito responsável neste debate, e quero dizer que a gente vai trabalhar muito, que a gente tem a responsabilidade de traçar um plano de realmente fazer a transição energética.

A gente não pode colocar em xeque todo esse diálogo, todo esse debate muito sério que está sendo feito aqui, Senador Paim, e não fazer. A gente precisa do plano, a gente precisa do conselho, Karam, forte, realmente que tenha muita representatividade do Governo também, mas também da sociedade civil, dos agentes interessados e envolvidos, dos trabalhadores. Esse processo, esse debate precisa ser muito participativo e eu acho que tem tudo para que isso aconteça, de fato, neste atual momento que a gente vive, muito democrático e de diálogo. Então, eu penso que a gente tem essa responsabilidade.

No nosso município, a gente tem várias alternativas que a gente pode discutir. Quando eu falo nosso município, eu falo região, porque é Candiota, Bagé e todos os municípios que hoje têm a sua mão de obra, a sua renda muito em função da usina, da Fase C, e da Pampa Sul também, que tem lá a mão de obra. A gente tem como discutir outras alternativas.

A gente tem, Senador Paim, no Rio Grande do Sul, pequenos municípios que hoje sobrevivem muito da questão turística. O nosso município tem potencial turístico – não é, Jonas? –, que precisa ser mais bem explorado, precisa ter infraestrutura, ter estruturação dessa rede, dessa cadeia.

Nós temos uma agricultura muito forte, Paim, e o senhor conhece muito bem essa realidade nossa. Eu sou filha de assentado da reforma agrária também, então a gente sabe o potencial que tem a nossa região nesse sentido, para agregar valor nos produtos.

Enfim, a gente tem alternativas para serem debatidas junto com as pessoas envolvidas nesse processo da transição.

Precisamos que nós, que hoje representamos a região, tenhamos essa responsabilidade, mas também queremos convidar – e muito tranquila aqui pela fala, inclusive, do nosso querido Deputado Lindenmeyer – o Governo para que também venha discutir com a gente hoje. Tem um caminho aberto através de alternativas de programas, como o próprio PPA Participativo, mas que a gente tenha um olhar atento para discutir especificamente a lei de transição energética; que a gente tenha essa abertura no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo de ter recursos para discutir, de ter recursos para implementar essas novas alternativas de renda; que, no nosso povo, não vá ficar nenhuma família desempregada, e essa sempre tem sido a nossa luta.

O medo que o Karam falava, a apreensão, é o que a gente mais vê, mais viu na nossa região nesse último período e o que nos levou a fazer uma luta incansável, porque não é fácil, Paim, e o senhor sabe disso, fazer toda essa peregrinação e toda essa luta, em que a gente tem vindo a Brasília, seguido. Não é fácil, mas, por todas as pessoas que estão lá, a gente é motivado. A nossa equipe, o nosso coletivo é motivado para isso.

E hoje toda a nossa expectativa da região de discutir, Marcelo, a questão do desenvolvimento da nossa região passa pela lei de transição. Vejo como uma oportunidade que a gente tem, ao passo que a gente vai ter que apresentar o plano, vai ter que fazer várias questões, e eu quero trazer que a gente tenha essa responsabilidade, que nós lideranças, nós comunidade, nós pessoas da nossa região tenhamos essa responsabilidade.

Vejo como uma oportunidade de desenvolver a nossa região; a nossa região é conhecida como uma região empobrecida, então a gente precisa muito que a gente tenha essa lei, como uma oportunidade de melhorar a infraestrutura dos nossos assentamentos, de melhorar a infraestrutura do nosso município. Como o Karam colocou aqui, os nossos bairros são divididos, a gente precisa criar mecanismos para aproximar, precisa criar mecanismos para que as pessoas se sintam motivadas para investir no nosso município e em outros setores. Porque nós temos muito potencial, nós somos o berço da Revolução Farroupilha, temos várias questões que podem e devem ser exploradas, e isso precisa descolar um pouco dessa função de só a mineração, e precisa ter recurso, ter investimento nessa área também – os próprios recursos, Marcelo, oriundos da produção de energia, que devem ser bem investidos nessa área.

E eu estou me referindo ao Marcelo aqui porque hoje a Âmbar é a nova cessionária da Fase C, e já deixo aqui, Marcelo, o nosso pedido – fugindo um pouquinho, Senador – para que todos os trabalhadores continuem, que ninguém seja prejudicado lá na Fase C, e tenho certeza de que vocês vão ter esse compromisso e esse olhar para a nossa região com carinho. (*Palmas.*)

Vou encerrar, Senador, dizendo isto: que a nossa expectativa nessa lei... Tenho certeza de que está em ótimas mãos, o Senador Paim é uma pessoa que tem o nosso respeito e a nossa admiração na região, sempre teve, conseguiu agregar os Senadores. E a gente conseguiu, numa luta coletiva, levar a todos, acho que não tem um gabinete de algum Deputado que a gente não tenha visitado de uma forma ou outra para pedir o apoio.

Então, realmente, a nossa comunidade, através dos seus representantes, está engajada nessa luta, e eu tenho certeza de que está tudo muito bem encaminhado nas mãos do Senador Paim, na mão do Congresso e na mão do nosso Governo, que deu esse aval para tramitar, esse aval para que a gente pudesse buscar apoio e dizer que nenhuma família da nossa região vai ficar desempregada; porque o nosso Governo tem esse olhar socioeconômico e não vai deixar nenhuma família sem essa questão de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desamparada. E eu fico muito à vontade de falar isso aqui, porque a gente ouviu, a gente conseguiu chegar ao cerne do Governo, que tem esse olhar social, que as nossas famílias não vão ficar na mão, e tem outras pautas em que a gente tem certeza de que vai conseguir avançar, através de todo este debate bem coletivo e bem participativo.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luana Camacho Vais, Vereadora da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul, que fez um apelo em nome dos trabalhadores que estão lá. E, como você disse, que esse otimismo... Eu gosto do positivo, viu? Porque eu sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação. Eu prefiro ser otimista, porque eu estou caminhando para aprovar os nossos sonhos, cada um na sua área. E eu gostei desse seu otimismo aí, inclusive na perspectiva de aprovar o projeto e preservar o interesse de toda a região.

De imediato, Guilherme Vinissimo Farias Barão, Vereador, Presidente da Comissão da Transição Energética da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul.

O SR. GUILHERME VINISSIMO FARIAS BARÃO (Para expor.) – Cumprimento o nosso Senador Paulo Paim; cumprimento a minha colega Vereadora Luana; o Marcelo, da Âmbar; o nosso professor na área de carvão Fernando Zancan, Presidente da ABCM; quero cumprimentar o meu Presidente da Câmara de Candiota, Marcelo, que não tem medido esforços para que esta comissão esteja aqui representando o nosso Poder Legislativo; cumprimentar o nosso Prefeito, Luiz Carlos Folador; os sindicatos, aqui representados pelo Moisés, dos mineiros; a Cristina, dos eletricitários; os mineiros – e eu fui mineiro, Senador Paim, por nove anos trabalhei na mina da CRM, e tenho muito orgulho de dizer.

Quero agradecer a presença de cada um aqui, porque essa bandeira... Quando a gente criou a comissão no Poder Legislativo, nós sugerimos, quebramos o protocolo do regimento interno e pedimos que fosse externado para todos os partidos que estivessem representados no Legislativo, porque sabíamos da importância que é o carvão mineral e essa transição energética justa para a nossa região da Campanha.

Então, Senador, quando eu vejo aqui muitos que já falaram e me antecederam, nós temos todos os segmentos aqui. Nós temos, na pessoa da Profa. Ana Rosa, a universidade; nós temos, no Moisés, o Sindicato dos Mineiros; na Cristina, dos eletricitários; o Dieese, na pessoa do nosso amigo Karam; o Instituto Padre Josimo, no Frei Sérgio; a sociedade civil organizada; os Poderes Legislativo e Executivo; a União, o estado e o município, que estão juntos. Eu vejo, representando o Município de Bagé, o Vereador Caio Ferreira, que também é um lutador por essa bandeira. Eu vejo que nós evoluímos e vamos evoluir muito.

Agradeço especialmente ao senhor pela forma como vem conduzindo desde que nós buscamos os Senadores. Com o Senador Paim eu já falei, acho, dez vezes; o Senador Heinze também; o Fernando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zancan, nosso auxiliar, sempre nos ajudando, sempre junto também da ABCM; com o Senador Mourão falamos também. Nós fizemos todo um trabalho de peregrinação junto aos Poderes para que hoje seja dita aqui a palavra união, a união entre as pessoas e entre os Poderes por uma causa justa do Rio Grande do Sul.

Soubemos da importância que foi em Santa Catarina, Zancan, aprovar essa lei de transição energética, a 14.299, que nos deu a sustentabilidade para nós hoje pelearmos, como diz um bom gaúcho, pelos nossos direitos. Sabemos o que significa o aquecimento global, sabemos que precisamos diminuir, sim, os gases do efeito estufa, o Brasil pede isso, e nós estamos aqui, com coragem, determinados a cumprir, porque é o que o nosso amigo ali do Dieese disse: "Nós vamos cumprir a lei de transição energética justa". Não vamos brincar de transição, não vamos; nós vamos fazer. A Profa. Ana Rosa acaba de externar aqui um dos pilares, que é a gaseificação. A Vereadora Luana falou de outros pilares. E vamos, junto com o Governo Federal, junto com o Governo municipal e com os Poderes, buscar os outros, com a sociedade civil organizada também, porque eles são partícipes do processo e nós temos que ouvi-los. Muito bem colocado aqui pelo nosso amigo lá do Dieese, o Karam.

E eu, aqui, como Presidente da Comissão da Transição Energética da Câmara de Vereadores, apoio veementemente, Senador, que sejam colocadas no projeto as sugestões do Dieese, porque nós não estamos aqui – e mais uma vez o parabenizo pela transparência – para esconder nada de ninguém. Nós soubemos das questões ambientais que precisam ser respeitadas com veemência, porque nós estamos sofrendo os impactos, mas nós não podemos deixar de preservar toda uma região que vai ficar esquecida, empobrecida, vai sumir do mapa. Nós temos que fazer a nossa parte.

Aqui o sempre ex-Prefeito Adriano, que também é um lutador, junto com tantas outras pessoas, nós estamos unidos por uma causa justa e correta para a nossa região, que é fazer a transição energética justa, sustentável, em todos os sentidos, seja na parte econômica, seja na parte ambiental, e também, em especial, na parte social e inclusiva, porque as pessoas não podem ficar de fora desse cenário.

Quem não é trabalhador aqui? Quem não quer o seu trabalho digno para levar o sustento para a sua família? Todos nós fazemos esse exercício todos os dias da nossa vida. E os trabalhadores da nossa região, de Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado e Aceguá, Pedras Altas, Piratini, todos sobrevivem. O país vizinho Uruguai importa cal para a usina, para a fase C; atinge até o país vizinho.

Então, nós temos aqui a responsabilidade. E sabemos que o nosso Senado, com os nossos três Senadores, com a nossa Câmara dos Deputados, com os 31 Deputados... Porque fizemos nosso papel no casa: visitamos, pedimos encarecidamente a posição de cada um para que defenda a transição energética justa. E aqui nós queremos, sim, a transição energética econômica responsável, ambientalmente sustentável e socialmente justa e inclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o dia de hoje sirva, mostre para o mundo inteiro que a nossa união – e aqui eu vejo o Vereador Dino e o Secretário de Pinheiro Machado... Que sirvam as nossas façanhas de hoje de modelo para toda a terra, conforme preconiza lá o nosso hino rio-grandense.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Vereador Guilherme Vinissimo Farias Barão, que é Presidente da Comissão da Transição Energética da Câmara Municipal de Candiota, Rio Grande do Sul. Parabéns pela sua fala construtiva, positiva e apontando para o amanhã uma vitória de todo o Rio Grande em cima dessa proposta.

Marcelo Zanatta, Presidente da Âmbar Energia. O tempo é seu agora, Sr. Marcelo Zanatta.

O SR. MARCELO ZANATTA (Para expor.) – Senador Paim, muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor, cumprimento o Prefeito Folador, o Frei Sérgio e todos aqui presentes, todos os Deputados Estaduais, Federais, todos os sindicalistas, toda a população que se dedicou a vir de ônibus, toda a população candiotense que está lá assistindo, os que estão olhando lá nas escolas, nos bairros, nos órgãos públicos.

É uma grande satisfação estar aqui, Senador, porque a história do nosso grupo é uma história de superação. Completa esse ano 70 anos, começou matando um boi aqui em Anápolis para a construção de Brasília, e hoje somos 270 mil colaboradores no mundo. No Rio Grande do Sul, somos 18 mil; 2,5 mil produtores rurais integrados. Somos 23 municípios, agora 24, com Candiota.

O que mais me chamou a atenção, quando eu cheguei a Candiota... Fiquei sabendo que estavam vendendo... E vamos falar a verdade, todo mundo só fala do carvão que ele é sujo, que não existe, que é um negócio que contamina o universo, que vai destruir tudo, e eu quero entender melhor disso. Nós temos todas as fontes de geração de energia praticamente: temos hidráulica, temos eólica, temos solar, temos térmica (gás). Acreditamos na termoelétrica de Uruguaiana e a adquirimos em 2021, o que ajudou no grande apagão que ia acontecer, ela ajudou a segurar as pontas. Ninguém acreditava que ia chegar gás lá, e agora, com a expansão de Vaca Muerta e com os gasodutos crescendo, ela vai ser a grande porta de entrada para o gás natural argentino no Brasil – e a gente gosta de desafio grande, viu, Senador? A gente está aqui, porque a gente confia e acredita. O que mais me chamou a atenção, numa sexta-feira... Fiquei sabendo, consegui a visita *in loco*, e fomos lá visitar a usina. O que mais me chamou a atenção foi o brilho no olho de cada colaborador, de contar a história do trabalho, da força e da incerteza em que estavam, sem saber o que vai acontecer com a família, sem saber o que vai acontecer com a região. Aquilo nos mobilizou e falamos: "Na segunda-feira, vamos fazer a proposta e vamos ver o que precisa ser feito para a gente transformar e fazer um novo tempo em Candiota". (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando conhecemos o Zancan, ele começou a me apresentar tanta coisa, o que dá para ser feito... Nossa indústria geralmente é de desmonte, e a gente é craque em fazer aproveitamento de subproduto. Então, a gente abate boi, abate frango, abate porco, a gente transforma em biodiesel. A usina termoelétrica de Uruguaiana, todo mundo dizia: "Não, não tem gás argentino". Ah, não tem gás argentino? Nós vamos achar uma solução. Qual é a solução? Pegar a gordura do boi e transformar em sebo; pegar o sebo e transformar em biodiesel; pegar o biodiesel e transformar em energia. Ela é a primeira termoelétrica do mundo a biodiesel. Então, a gente gosta de desafio difícil: o que todo mundo acha que é impossível a gente vai lá e ajuda a transformar. Por causa do quê? Da força do trabalho.

Vereadora Luana, Prefeito e todo mundo, não só todos os empregos estão garantidos, como é meu compromisso a gente fazer o crescimento da região através do desenvolvimento de novas tecnologias, do desenvolvimento dessa transição correta energética. Porque o Brasil é um continente; não é porque as fontes renováveis estão na moda que a gente vai esquecer do resto. As fontes renováveis são importantes no Norte e no Nordeste. O gás natural tem a sua importância. A força do Brasil hidráulico é muito gigante: contando com Deus mandando a chuva, a gente aqui é imbatível; nossa matriz energética é mais de 80% limpa. E não é porque o carvão vem de uma extração mineral que ele é sujo. Isso está aí provado cientificamente pela Profa. Ana Rosa, que magnificamente nos deu uma aula. E o Zancan nos fala muito e nos conta todos os planos que ele tem de fazer o sequestro do carbono, de fazer uma indústria positiva, de fazer um negócio *green*. Porque isto aqui é um *green* de verdade. A gente fala muito – é muito bonito falar – da placa solar, mas ela não traz a segurança energética toda, e nós estamos acompanhando. É importante, é claro, mas não é só uma fonte de energia que vai fazer algo sozinha.

O que mais me chama a atenção é que o setor elétrico está disperso. Ele tem que se unir. Todas as fontes de energia são importantes para trazer a segurança energética para a geração de empregos. A gente fica falando de ESG, falando de meio ambiente e governança e se esquece do *social*, se esquece das pessoas, se esquece da população, que é muito importante, principalmente quando... Ontem, começou a carga a subir, e já nos despacharam 100%, para que fiquemos à disposição da segurança elétrica do Rio Grande do Sul, do país e do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Então é muito gratificante ver, Senador, essa união. Não tem como não dar certo, porque não tem nenhuma parte que... Até o meio ambiente veio aqui e constatou que realmente o que nós estamos fazendo é uma transição justa, honesta, séria. Ninguém está aqui para poluir, ninguém está aqui para destruir. Nós estamos aqui para gerar emprego, gerar riqueza, fazer o mundo melhor de cada um e fazer todo mundo crescer junto, trazendo segurança energética, segurança elétrica, criando novos empregos, criando novas fontes e desenvolvendo uma região que tem um potencial gigantesco. Vamos falar: nós temos algumas termoelétricas no Norte e no Nordeste a carvão, só que é carvão importado. E nós estamos sentados dentro de 40% da reserva brasileira de carvão mineral, que, explorado com segurança... Tive reuniões com a Copelmi, com a CRM, e vemos o trabalho magnífico que esse pessoal faz, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantação de soja que vem depois, o quão sério é o trabalho que todo mundo desempenha para fazer o bem para o meio ambiente e o bem para a região.

Então, eu me sinto muito honrado de poder fazer parte desse elo, Senador. Conte comigo, conte com o nosso grupo, com a nossa empresa no que se fizer necessário.

Muito obrigado e estamos juntos a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Marcelo Zanatta, Presidente da Âmbar Energia. Foi importante a sua fala, uma demonstração de que não é só o Governo, não é só Vereador, Prefeito, Deputados Estaduais, Federais; também o setor empresarial está firme em que dá para fazer uma transição energética justa, sustentável e que vai colaborar inclusive com a defesa do meio ambiente, por tudo que foi colocado e que eu vi aqui hoje. Meus cumprimentos.

É bom ver... Eu não sei se todo mundo é favorável, mas eu sou muito favorável à parceria público-privada. Nem todos são favoráveis. Eu sou, porque vi que deu certo, inclusive em regiões em que eu estive mediando alguns conflitos. Teve uma região – não vou falar aqui agora, mas vou dizer só uma frase – em que havia um conflito entre os quilombolas, os indígenas e os agricultores, lá no primeiro ano do Governo Lula, lá no Rio Grande. Aí eu fui lá negociar. Falaram: "Qual é a proposta?". "Olha, quem quer fica, quem não quer indeniza." Pronto, acabou. Ficou todo mundo contente. Quem quis sair saiu, quem quis ficar ficou, e fizemos um grande entendimento. Não deixou de ser uma parceria o que fizemos lá.

Passamos a palavra agora a Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM).

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Logo após, termina a mesa e entram outros.

É com o senhor.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade de nós estarmos falando aqui nesta audiência pública.

Queria cumprimentá-lo, e, na sua pessoa, cumprimentar os outros dois Senadores do Rio Grande do Sul.

Queria cumprimentar os Deputados que aqui estiveram presentes: o Deputado Alceu, por vídeo; o Deputado Afonso – os Deputados Alceu e o Afonso foram Presidentes da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão, então eles conhecem bem a história que a gente teve ao longo desses anos, conjunto –; os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados Sanderson, Lindenmeyer e Marcon; o Deputado Lucas Redecker, que também me disse que estaria entrando por vídeo; enfim, toda a bancada gaúcha.

Ficou bem claro hoje aqui: os 31 Deputados e Deputadas juntos, os três Senadores juntos. Isso é fundamental. O que aconteceu com Santa Catarina foi exatamente isso: a bancada catarinense, Senado e Câmara, estruturou-se e aprovou um projeto.

Tem uma apresentação que eu fiz – ela está disponível a todos, o Senador Paim tem uma cópia, isso deve estar na audiência pública –, mas eu não vou pela apresentação porque o tempo é curto. Vou tentar falar rapidamente aqui o que a gente entende em função da... Vou colocar uma frase aqui para todos: o Rio Grande do Sul está sentado em cima de seu futuro; as pessoas se esquecem disso.

E, para começar, cumprimentando os Vereadores, o nosso guerreiro, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, já aproveita e cumprimenta a nossa Deputada Federal Maria do Rosário, que veio aqui prestigiar este momento do Rio Grande e do povo gaúcho. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Deputada Maria do Rosário...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Para acompanhar aqui o trabalho do Senador...

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Bom dia, Deputada.

Bem, o que é importante nós frisarmos é que nós estamos falando de uma transformação ecológica e tecnológica. Então, o que a Profa. Ana Paula colocou aqui... A gente junta as duas palavras, tecnologia e ecologia; nós estamos transformando uma indústria. E essa indústria tem não só o Rio Grande do Sul, nós temos Santa Catarina, nós temos o Paraná – e é importante que a gente tenha claro que nesse projeto o Paraná tem que ser incluído. Nós temos a cidade de Figueira, no Paraná, que depende do carvão de uma usina e de uma mina. Se nós não fizermos a transição para o Paraná, nós teremos o que não se quer para ninguém, que é o fim de uma cidade. Então, é importante, Senador, primeiro, lembrar que nós temos a bancada do Paraná para trazer junto nesse processo.

A ABCM representa toda a cadeia produtiva do carvão, todos os geradores, todos os mineradores; são 16 membros. A gente participa da Agência Internacional de Energia, da EPE, da Associação Mundial do Carvão, então a gente tem uma visão muito clara do que está acontecendo no planeta.

E por que eu falo que o carvão é um ilustre desconhecido no Brasil? Senador, nós somos 61% dos recursos energéticos brasileiros, sendo que 89% disso estão no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tem um pré-sal de energia, que está embaixo da terra. Nós somos 0,3% das emissões brasileiras de CO_2 – 0,3% –; o nosso parque instalado é 1.445MW, ou seja, 830 vezes menor que o da China, 10 vezes menor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o da Alemanha. E 40%, como já foi dito pelo Marcelo, desses recursos estão no Rio Grande do Sul, na região de Candiota.

Bom, é importante a gente frisar – todo mundo fala; o Karam colocou bem claro aqui – conceitos. O que é a transição energética? Temos que definir os conceitos de forma bem clara.

Transição energética justa é o foco nas pessoas. Nós estamos saindo do mundo de alto carbono, vamos para o de baixo carbono, sem destruir valor econômico nem social, ou seja, nós vamos chegar lá, em 2050, com uma economia, no mínimo, igual à que nós temos hoje, com todos os empregos garantidos, com o mesmo nível de renda, mas, como eu falei, no mínimo, Senador, nós temos que crescer.

Uma outra coisa que todo mundo fala, que o planeta fala e que está errado é dizer que descarbonizar é eliminar o fóssil. Não! O nosso problema é eliminar as emissões que os fósseis têm. Então, isso é uma questão tecnológica, Profa. Ana Rosa. E aí entra a questão da tecnologia, que é vital para essa transformação.

A transformação energética justa, a transição energética justa tem dois caminhos, que têm que andar juntos: primeiro, transformar a indústria do carvão em indústria verde até 2050 – o nosso *deadline* é 2050 –; e, segundo, criar uma nova economia de baixo carbono ao mesmo tempo. Têm que que andar juntos. É por isso que tem que ter um plano de Estado, não de governo. E plano de Estado significa ter uma governança que venha a conduzir esse processo, para ninguém chegar em 2050 e dizer: "Agora, como é que eu faço?". Têm que começar os dois juntos, e isso está sendo feito, mas, para a gente conseguir chegar em 2050, a gente tem que contratar as usinas. Elas geram recurso, emprego, renda e investimento. Só para ter uma ideia: Jorge Lacerda, até 2040. E por que Lacerda é 2040? Porque a vida útil dela é até 2040. Candiota tem um parque zero. Unipampa tem quatro anos; Candiota tem 15 anos. Não tem por que a gente vir para 2040; tem que ser 2050. É outro ponto que nós temos que discutir no projeto. (*Palmas.*)

Então, com a contratação das usinas, gera-se receita, investimento. Lacerda, são R$2,5 bilhões até 2040 de investimento. Se eu olhar o parque de Candiota, vai ser a mesma coisa, porque são 700MW num e 700MW no outro estado. Então, para a gente ter o futuro, a gente precisa do presente. O presente tem que ter as usinas funcionando.

Outra coisa – o Karam colocou – foi um belo trabalho feito pelo Dieese. Os números que ele levantou estão apresentados: são 36 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; falta o Paraná. Então, é importante que a gente... Só em Santa Catarina, são R$5 bilhões-ano que rodam na economia. Então, tudo isso a gente tem que preservar.

Bom, transição energética, então, é governança. Sem governança, não vamos a lugar nenhum. Aí tem que ter novos negócios, tem que ter dinheiro, Senador. Os ricos, que são os que fizeram o seu desenvolvimento, têm que nos ajudar com o dinheiro. Isso está no Acordo de Paris. Cadê os US$100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões-ano que têm que vir para cá, para os nossos países em desenvolvimento? Então, esse é um ponto fundamental. E, basicamente – não é, minha cara Ana Rosa? –, tem que ter um ecossistema de inovação. Sem isso, a gente não vai avançar.

O ministério falou, agora há pouco: nós, em 2006, fundamos a ABCM. A primeira coisa que a gente fez foi olhar para agregar valor ao carvão e cuidar da questão do CO_2. A senhora falou que há dez anos trabalha na Unipampa, mas, antes disso, em 2006, 2007, já tínhamos decidido ter um plano de pesquisa e desenvolvimento de recursos humanos na cadeia produtiva do carvão. Dali surgiu um centro de tecnologia em Santa Catarina, que foi investido pelo Governo Lula, lá em 2006, 2007, 2008. E aí já tem mais de R$70 milhões investidos, tem dez patentes, enfim, trabalhando para transformar a indústria numa indústria de baixo carbono e de valor agregado.

Nós temos, lá em Santa Catarina, hoje, na Satc, uma escola que é mantida pela indústria carbonífera de Santa Catarina, com 1% do seu faturamento; mais de R$20 milhões aplicados numa planta-piloto de captura de CO_2, tecnologia nacional, única planta no mundo, mais planta-piloto de uso de cinzas, mais outras atividades; são mais de R$25 milhões em projetos em execução nesse momento. Do carvão não se faz só eletricidade, se faz os químicos, e aí se abre um leque, e dos químicos se faz fertilizante.

Senador, eu estive na China agora, no início de agosto, e vi lá, tranquilamente, um caminho, um dos caminhos para nós. Temos o caminho tradicional, fazer carboquímica, gerar ureia; o outro caminho é gerar, dos gases de combustão, sulfato de amônia e bicarbonato de amônia, capturando já 80% do CO_2 de usina térmica. Esse projeto é muito forte, os chineses estão vindo aqui em questão de mais um mês, e nós vamos botar uma planta-piloto dessa tecnologia na unidade Jorge Lacerda, no P&D Aneel, que já está estruturado. Então, vamos trabalhar para produzir fertilizante capturando CO_2.

Do outro lado, todo mundo fala em hidrogênio verde, o Rio Grande do Sul só fala em hidrogênio verde. Esqueceu o azul? O azul é gasificar e capturar o CO_2, e aí você gera toda uma cadeia produtiva. Isso é feito na Austrália com o Japão, uma parceria que saiu agora. São US$2,5 bilhões sendo alavancados para esse tipo de projeto. Por que não podemos fazer no Rio Grande do Sul esse tipo de coisa? Parece que é sonho, não é, Senador? Mas é verdade, a gente pode fazer. Se a gente quiser, a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Outra coisa que também vem do carvão é grafeno, fibra de carbono, enfim, toda uma cadeia de carbono, da área orgânica do carvão, e os americanos estão botando muito dinheiro em cima disso na área de pesquisa e desenvolvimento. Então, bornes para carros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elétricos, para as baterias de carros elétricos, construções de casas com carbono, com fibra de carbono, tudo isso está acontecendo, está rodando nos Estados Unidos.

Sobre transição energética, gente, tem um trabalho da ONU que, depois, na apresentação, vocês, por favor, procurem olhar: é implementação econômica e diversificação de estratégias, pegando as melhores práticas do mundo. A ONU compilou esse trabalho. Isso é um processo de aprendizado.

Então, o que foi feito na lei de Santa Catarina, Senador... Eu participei ativamente disso – temos aqui dois conselheiros, pelo que eu me lembro, do Conselho do Programa de Transição Energética, da Lei 14.299: um deles sou eu e o outro é o Foquinha, Presidente da federação, que está ali, do nosso sindicato dos mineiros, parceiro constante em tudo isso. A gente está vendo a dificuldade que é implantar e fazer rodar. Então, é importante discutir, aprimorar o que aconteceu. Nós estamos sentindo na pele como é rodar isso, e isso é um processo de aprendizado. A primeira lei saiu, talvez não seja a melhor do mundo. Tem que melhorar essa lei ou fazer outro programa diferente, mas que resolva.

E aí nós temos um incêndio de plantão, que é contratar a Usina de Candiota III até dezembro de 2024. Portanto, nós temos que aprovar essa lei, essa contratação da usina, até – na minha visão, Senador, na minha humilde visão – março ou abril do ano que vem, na pior das hipóteses. O senhor sabe, em ano eleitoral tudo fica mais difícil.

Bom, o que a gente entende do futuro de Candiota? – vou tentar fechar por aqui. Nós estamos com uma ideia de que... Ana Rosa, não é só deixar o elétron de fora. Existe a possibilidade de nós continuarmos queimando carvão em Candiota, gerando eletricidade, capturando CO_2 e tendo emissões negativas. Na hora em que tiver um preço de carbono que viabilize a emissão negativa, a gente vai pegar o potencial de 8GW, que tem no Rio Grande do Sul, e gerar dinheiro, renda, limpando a atmosfera com a captura de CO_2, junto da biomassa, porque é a biomassa que faz isso.

E por último, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, você tem mais um minuto para as conclusões.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Então, um minuto. Tem cinco itens aqui – um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Manter o parque... O que é preciso para nós resolvermos?

Manter o parque termoelétrico com vida útil funcionando até 2050; tem que recontratar as usinas – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Viabilizar a indústria de captura e armazenamento de CCS. A Petrobras está aí para ser parceira nisso e tem interesse. No Senado, já passou o 1.425, foi para a Câmara; vão ter que aprovar na Câmara, que é a lei que regula armazenamento de CO_2. E vêm outros projetos – Combustível do Futuro e mais outro do Alceu Moreira – também tratando de CCS. Tem que avançar com esse processo rápido.

Usar programas de P&D: hidrogênio azul, com combustão, com gaseificação, com CCS e a produção de fertilizante; estabelecer um programa de P&D com a iniciativa de baixo carbono – aí é a Unipampa, a Satc, a UFRGS, a PUC; todas as universidades do Rio Grande do Sul juntas trabalhando nisso.

E por último, Senador, o mais importante, na minha visão, é um plano de Estado; estruturar um plano de Estado para a transição energética justa nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Era isso, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM).

Eu concordo com V. Exa. Aqui todo mundo é gaúcho, não é? Quem não lembra do Floriceno Paixão? Alguém tem que lembrar! Era um Deputado Federal do PDT. Quando eu cheguei aqui, na Constituinte, eu queria aprovar tudo que se imaginar, não é? Queria que meus sonhos todos se tornassem realidade. Ele disse: "Paim, projeto bom não é o projeto que tu sonhas, mas é o projeto que tu conseguiste aprovar". O que ele quis dizer? Entre a perfeição e o ótimo, aprove então o ótimo ou o bom, não é? E foi assim que eu aprovei uma centena de projetos aqui no Congresso nesse período.

Por isso que o senhor também sinaliza esse período, dizendo que tem prazo. Urge a necessidade de aprovar no máximo até...

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN (*Fora do microfone.*) – Março, abril...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Março ou abril. Isso.

Por isso é que nós estamos acelerando, pessoal. A minha intenção é apresentar o projeto hoje, e vocês saírem daqui sabendo já o número do projeto. (*Palmas.*)

Isso não quer dizer que o Relator... Quando digo eu, não sou eu, somos nós; nós aprovando o projeto hoje. Repito, os 13 Senadores, os 31 Deputados Federais, com apoio – tenho certeza – das bancadas estaduais também do Rio Grande do Sul e de toda sociedade civil que aqui vocês representam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem. Isso não quer dizer que a gente não possa apresentar emendas, se entendermos ser possível, na mão do Relator, para melhorar o projeto.

Mas me pediu a palavra agora, representando o Governo do estado, a Sra. Marjorie Kauffmann, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul.

Por favor, Marjorie, a palavra está com você.

A SRA. MARJORIE KAUFFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos.

Eu estive presente aqui na audiência desde o princípio e ouvi algumas falas. Tive que dar uma saída – vocês sabem o quanto a questão climática tem interferido e tem criado situações inusitadas aqui, no Estado do Rio Grande do Sul –, por isso peço perdão por ter me ausentado por alguns minutos. Mas gostaria muito de usar este espaço para parabenizar por esse ato da legislação, que eu acho que vem fortalecer o que nós estamos criando.

A minha secretaria é a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Então, nós temos toda a parte de mineração que está atrelada a ela. Nós sabemos da história do Rio Grande do Sul com relação a essa riqueza que é possuir essas reservas de carvão.

Também temos conversado muito com a academia, com a própria associação. O Zancan já esteve várias vezes aqui, conversando sobre as diferentes possibilidades do uso dessa matéria-prima, que hoje é a energia mais perene dentro das nossas atividades, independe de questões climáticas e traz uma segurança para toda a cadeia, inclusive, eu diria, para a sobrevivência, uma vez que a energia é primordial para as nossas vidas.

Por outro lado, nós temos também, dentro da secretaria – e eu vi que houve manifestação aqui, por parte do Ministério de Meio Ambiente –, a assessoria de mudanças climáticas, que busca avaliar as emissões, avaliar as tecnologias, avaliar as nossas possibilidades. E, sem sobra de dúvidas, a questão da variação da matriz energética é o que nos dá segurança; a questão da construção participativa é o que faz os projetos, ao nosso ver, darem certo.

Nessa linha, adicional a essa legislação que está sendo proposta, nós, já no ano passado, em janeiro do ano passado, dentro do programa Avançar na Sustentabilidade, que é um plano de investimento do Governo do Estado, nós destacamos o valor de 5 milhões para a realização de um plano de transição energética participativo dentro do estado, que busca, entre outras, como principal finalidade, ouvir a comunidade, buscar alternativas e também construir caminhos a partir dessa riqueza que nós temos, que é o carvão, e também dessas emissões, que precisam ser controladas.

Então, no início do ano passado, houve o lançamento dessa possibilidade de investimento. Dentro do Departamento de Mineração da secretaria, nós desenvolvemos um termo de referência para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação desse estudo, e esse termo de referência precisou ser alterado pelas novas legislações. Então, hoje ele já está em fase final, dentro da Celic aqui, do estado, para que a gente possa contratar. A ideia é que ele vá acontecer durante o final deste ano, mas o mais certo é que, no início do ano que vem, eles começam a trabalhar nesse estudo, que deve perdurar um ano, um ano e meio, e vai contar com oficinas participativas das regiões diretamente envolvidas com essa cadeia produtiva, que é o carvão.

Nós também, nesse plano de transição dessa atividade, no modelo em que ela é executada atualmente, temos, obviamente, a previsão da participação das universidades, da participação das indústrias que fazem uso dessa energia segura, dessa energia forte, para que a gente possa, cada vez mais, fomentar essa que nós entendemos que nós entendemos como a prática mais sustentável, que é a diversificação das cadeias. E, obviamente, nós vamos investir em outras matérias-primas, mas sabemos da importância de termos essa energia segura, essa energia forte.

Então, fiz questão de participar, e também toda a nossa diretoria de mineração está assistindo à audiência, e coloco aqui o Estado do Rio Grande do Sul mais uma vez à disposição de todos os entes que estejam trabalhando nessa causa, para que a gente possa, em comum acordo, achar esse ponto que vocês bem mencionaram aqui anteriormente, que é o ponto que nós vamos conseguir executar.

Eu conheço a política de Santa Catarina. Acho que ela pode e deve ser utilizada como modelo, mas, quem sabe, um segundo regramento nosso possa trazer alguns outros elementos, e o nosso plano de transição energética do estado, que será executado a partir do ano que vem, poderá ser aí, inclusive, chamado dentro de artigos dessa política que se desenha hoje.

Então, parabenizo por este momento, em que tantas vozes foram ouvidas, de diferentes vertentes. Acho que a construção passa por essa pluralidade, para que se consiga atingir o bem comum, que é a sobrevivência e o uso racional dos bens naturais do planeta Terra.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns pelo evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sra. Marjorie Kauffmann, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul.

Como vemos – vou repetir –, os 31 Deputados Federais, todos os Deputados Estaduais, entendo eu que todos os Vereadores e Prefeitos, principalmente da região que conhece bem o tema, a União e os ministérios estiveram aqui, colocando posição favorável, e agora também, através da Secretária de Estado do Meio Ambiente, o Governo do estado também está se colocando inteiramente à disposição.

Dizem que toda unidade não é muito interessante, mas tem momentos em que é, viu? Viva a unidade nossa! (*Palmas.*)

Agora me pediu a palavra a nobre e querida Deputada Maria do Rosário. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a tribuna. É a tribuna! (*Pausa.*)

Na sequência, é o Francisco Milanez – só para informá-lo; ele vai ser virtual.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para expor.) – Senhores e senhoras, bom dia; bom dia, Senador Paulo Paim.

Não poderia ser outro Senador a socorrer o Rio Grande mais uma vez; ele, que é tão atento às nossas causas no Rio Grande do Sul. E, olha, eu digo a vocês, cumprimentando a Vereadora Luana, o Vereador Guilherme, o Marcelo Zanatta – perdão, daqui a minha miopia já não deixa olhar o nome todo – , o Fernando Luiz, a cada um e cada uma, o Prefeito municipal; apresento a Fernanda, que compõe o nosso mandato, o trabalho que realizamos na Segunda-Secretaria da Câmara dos Deputados... Eu creio que o Senador Paulo Paim assumir essa causa já é grande parte do caminho andado para a vitória que nós procuraremos ter no ambiente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Se tem alguém capaz de construir unidade, como ele citou aqui, é o nosso querido Senador Paulo Paim, a quem a gente homenageia e que a gente sempre busca compreender. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se vocês todos construíram a unidade e me entregaram na mão, para mim ficou mais fácil, não é? Está construída. Parabéns, inclusive a você, Maria do Rosário!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Meus amigos e minhas amigas, quem realiza esta audiência é um povo que precisa de atenção. E esta audiência não acontece sem que estejamos atentos à situação do clima de um modo geral, porque nós mesmos sabemos, sobretudo no nosso Rio Grande do Sul, o quanto estamos sujeitos neste momento a alterações climáticas, a efeitos danosos e graves que levaram até mesmo vidas humanas nas últimas semanas. Então, nós estamos realizando esse debate no contexto do debate sobre o clima no ambiente global.

O debate sobre o clima, no entanto, acontece também – e precisa acontecer – considerando as suas várias dimensões, prezado Frei Sérgio Görgen. Primeiro, o reconhecimento de que essa região tem tido uma busca incessante por modificar a matriz produtiva para associar-se e tensionar por uma matriz energética que seja cada vez mais adequada para a humanidade, sem prejuízos da comunidade regional. Eu cito aqui que a agricultura familiar, os assentamentos, o trabalho da agricultura familiar, o trabalho desde baixo, dos mais lutadores e lutadoras pela terra, é uma das marcas dessa região. E a preservação ambiental também tem sido uma preocupação dessa região, dos empreendimentos, mas sobretudo da comunidade, que preza, que vive a necessidade da preservação do ambiente natural com medidas compensatórias e mitigadoras que possam assegurar uma qualidade melhor de vida.

Ocorre que a transição energética, parece-me, precisa ser feita também como transição econômica e social. Nós não podemos simplesmente desfazer algo sem pensarmos o que se coloca diante da vida humana e do desenvolvimento de cada região. Então, eu quero assumir um compromisso aqui diante de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês, que é uma compreensão ampla sobre o tema da alteração da matriz energética. Primeiro, porque nós somos favoráveis, em tudo favoráveis, a que o mundo e não só o Brasil... E o Presidente Lula, nas Nações Unidas, na semana passada, utilizou da palavra na abertura tradicional que o Brasil faz, para dizer que os ricos do mundo, os países ricos do mundo que fizeram a sua riqueza com base em forte exploração – em todos os sentidos: exploração humana, exploração da riqueza da nossa própria nação e exploração também de fontes energéticas altamente poluentes – não fazem a contribuição devida e estabelecida no pacto de Paris e no conjunto dos acordos internacionais firmados pelo clima. E, portanto, nós estamos aqui em condições de cobrar internacionalmente aquilo que é necessário e também o que esses outros países tidos como desenvolvidos devem ao nosso país, para que possamos, por exemplo, abordar essa nossa região carbonífera com a adequação de que as pessoas não percam suas casas, de que as pessoas não percam sua vida, de que as pessoas não percam sua história, sua tradição. Quantas pessoas em Candiota, quantas pessoas nessa região são absolutamente dependentes desse sistema? E, como está apresentado no cartaz, sempre carregado pela nossa querida amiga, o tripé da sustentabilidade é econômico, é social e é ambiental ao mesmo tempo.

Dessa forma, pelo histórico, nós não podemos ter no Brasil, nós não podemos voltar o Brasil para um histórico de dependência de uma única matriz energética. Por isso, quando tratamos da matriz carvão, nós sempre a tratamos como um suporte para a matriz hidroelétrica, que é a principal utilizada no Brasil.

O Brasil já está aceleradamente tomando providências, e isso é importante para adentrarmos o tema da eólica e da fotovoltaica. Nós estamos fazendo isso. E estamos fazendo isso também como possibilidade de compensação interna, entre regiões, para chegarmos a uma equação na qual tenhamos muito próxima de zero a emissão de gases que venham a poluir. Mas isso para microrregiões, para especialmente algumas regiões do Brasil. E, sobretudo para o nosso Rio Grande do Sul, que tem grande parte – se não é a totalidade, mas é grande parte – das reservas carboníferas do país, nós precisamos que isso seja feito de forma articulada, com compensações estabelecidas, compensações de: se avançamos na eólica, avançamos na fotovoltaica, modificamos já... Porque o tema das barragens se tornou algo grave também e que não pode ser esquecido, porque as barragens também têm um impacto ambiental muito grave, sobretudo quando elas não conseguem ser verificadas na sua segurança, e as tragédias de Mariana e de Brumadinho nos demonstraram grande preocupação. Então, não se trata de dizer que a matriz do carvão é uma matriz que traz um tipo de efeito e que a matriz hidroelétrica não traz qualquer efeito. Nós já tivemos efeitos muito danosos a comunidades.

Portanto, eu acredito que o Governo Federal, como política de Estado, como foi aqui dito – e eu sempre vejo que a política de Estado é aquela que é uma responsabilidade que perpassa os governos e mesmo os mandatos que nós exercemos –, deve colocar diante de si o mapa do Brasil, os compromissos internacionais que estão assumidos e verificar como estabelecer compensações no território nacional, para que, de forma alguma, nós tenhamos o encerramento abrupto de uma operação, como em Candiota, dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso traria prejuízos a essa comunidade que são, hoje, impossíveis de serem suportados pela comunidade simplesmente com o fechamento das operações.

Nós defendemos que isso é para sempre? Não, não defendemos. Nós defendemos, no entanto, que o Brasil não fez aquilo que se comprometeu a fazer, de produzir a transição energética até o atual momento. Então, é preciso fazê-lo agora.

E a nossa comunidade, também gaúcha, precisará compreender que ela é suporte, ela é apoio. Por isso, sequer as usinas instaladas trabalham na sua potência maior; elas já trabalham em uma potência menor, porque isso é articulado no plano nacional como suporte para outra matriz energética, que é a que sustenta o país de um modo geral. No entanto, o encerramento das atividades em 2024 é impossível para o Rio Grande do Sul, é impossível para essa região, é impossível para essas famílias, e é por isso que nós devemos sustentar (*Palmas.*) , portanto, esse tripé, essa articulação, porque a sustentabilidade ambiental deve ser construída de forma acelerada, com a aceleração da sustentabilidade econômica e social das famílias, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outros países do mundo estão fazendo isto, e nós devemos fazê-lo. E o Brasil, integrado – integrado, todo ele –, tratando, dentro do seu mapa e da diversidade da nossa gente, pode dar as respostas devidas sem retirar o sustento fundamental econômico e social das famílias em Candiota e na sua região.

Contem conosco. Contem com o nosso trabalho no ambiente da Câmara dos Deputados, mas sabendo que, liderados pelo Senador Paim, nós nos sentimos à vontade de dizer que temos as duas causas e que elas se integram. Nós somos parte, sim, da causa ambiental. Sabemos que os prazos são curtos, diante da urgência da defesa da vida humana, e sabemos que a pobreza, o empobrecimento gravíssimo de qualquer das comunidades, retirando-lhes a condição de sustento, é também parte da destruição ambiental, o que nós não podemos permitir, porque nós somos, como diz Leonardo Boff, Terra e, sendo Terra, nós precisamos nos unir a ela para a sua preservação e para a sua proteção integral.

Muito obrigada. Contem conosco.

Fernando, obrigada pelo seu trabalho também e por toda a comunidade que nos acompanha e nos alerta sobre os efeitos. E aqueles e aquelas nas suas moradias que estejam na região, saibam que nós estamos ao lado do nosso querido Senador Paim para realizar o trabalho pelo Rio Grande, pelo Brasil, pela sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal Maria do Rosário.

Todo esse carinho que ela exagera, de "meu líder e tal", é porque ela é muito minha amiga. (*Risos.*) Eu tenho orgulho de dizer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós todos lideramos esse momento, viu? Aqui não tem líder nem liderado, é um trabalho conjunto. A Maria do Rosário, na gentileza dela, naturalmente enfatizou o compromisso que nós todos temos.

Esse projeto vai para a Câmara, e a sua liderança lá, você sabe, vai ser fundamental, como também a de todos os outros 30 Deputados e Deputadas.

Muito bom ouvi-la, Maria do Rosário!

Neste momento, eu passo a palavra, como havia já anunciado, ao meu amigo lá do Rio Grande – lá de Canoas, mas ele é um homem do mundo já –, Francisco Milanez, Diretor Técnico-Científico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Grande Milanez.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você não envelhece nunca, hein? Eu envelheço, você não envelhece. (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO MILANEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – É o Photoshop.

Bom dia a todos.

Senador, eu queria te parabenizar, em primeiro lugar, pela iniciativa importantíssima; a transição é uma essencialidade. E a Agapan, nos seus 52 anos de vida, trazendo com ela toda a luta ambiental brasileira, na medida em que é a nossa primeira entidade brasileira da luta ambiental, vem dizendo as coisas que estão ocorrendo agora há 52 anos. E, infelizmente, a gente tem ouvido, durante esses 52 anos, medidas, planos e ações? Não.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: eu sou como tu. Tu disseste, Senador: "eu sou altamente otimista". E eu acredito que quem sabe agora, neste momento, nós vamos realmente iniciar uma transição energética com atitudes e ações efetivas para mudar.

O lema da Agapan, há 52 anos, é: a vida sempre em primeiro lugar. E a vida à qual nos referimos não é a vida animal nem a vida humana; é a vida, porque nós sabemos, há 52 anos, que a vida depende um do outro. O que faz mal para uma vida faz mal para todas.

Por isso, nós entendemos... O carvão é uma riqueza enorme do Estado do Rio Grande do Sul. Nós já tivemos outras oportunidades no passado de dizer que uma riqueza não se perde quando é guardada até que se tenha a capacidade de explorá-la com segurança total. Muito bem, o que nós vemos hoje não é isso. Então, para falar de transição, ninguém é irresponsável de querer extinguir uma atividade econômica importante como essa. Agora, nós não concordamos, de forma alguma, com esses prazos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

50 anos de vida útil. Nós não temos nenhum compromisso com a vida útil dos investimentos dos investidores. Investidor ganha muito e tem risco. Se nós resolvêssemos, pelo bem das pessoas, parar amanhã, teria que parar; não importa. O investidor sabia muito bem que ele ia ter que renovar ou, talvez, não renovar. Então, isso tem que ser entendido.

Segundo, jamais ter subsídios nos próximos anos para a energia que não é prioritária, como é o carvão. Então, subsídios... Nós temos que gastar o dinheiro público no que é o futuro, em energias alternativas, renováveis. Isso tem que ficar claro. Para os empregos tem que haver plano de conversão das pessoas, porque essas pessoas estão empregadas, mas elas têm que saber também que, com cem anos de carvão, a zona de Charqueadas enriqueceu empresas, mas não as pessoas. Lá é uma das zonas mais pobres do estado – São Jerônimo, Charqueadas e tal –, em cem anos de carvão. Então, esse negócio de riqueza não é riqueza para todos. Isso não é o meu tema, mas é importante também lembrar, porque sempre são usados os empregos como desculpa. Para os curtumes, eram; e, num dia, foram fechados alguns, e todos os outros trataram, e ninguém perdeu o emprego. Então, são desculpas usadas eternamente os empregos. Na verdade, atrás tem outros interesses.

Nós entendemos que o carvão pode vir a ser utilizado de forma inteligente, e não na queima e liberação de CO_2, não na destruição das cadeias carbônicas com a liberação de CO_2. O carvão pode produzir produtos inteligentes, interessantes. Já existem tecnologias operando nesse nível, mas não são essas que estão sendo indicadas também. As pessoas, é óbvio... Quem está – eu respeito os interesses – na atividade quer o mais barato e que produza mais dinheiro. Ele não quer o melhor se esse for mais caro e a lucratividade for um pouco menor. Mas cabe a nós, o povo, ao Senado e à Câmara, definirmos o que queremos para a saúde da população brasileira, porque é disso que nós estamos falando.

Em segundo lugar, nunca foi feito, e eu até entendo, porque a maioria dos Prefeitos – eu trabalhei muito com desenvolvimento em municípios na minha vida – não tem nenhuma noção disso, um plano de desenvolvimento. Então, nós temos que parar de fazer o plano de desenvolvimento circular ao redor de uma atividade como o carvão, que inviabiliza outras atividades saudáveis.

Nós temos que escolher o que é melhor para os salários das pessoas, para a saúde das pessoas da região, e aí articular. Por exemplo, a agroecologia. A produção agroecológica, que nunca teve apoio grande do estado, essa sim precisa de subsídios. Por quê? Porque essa atividade desenvolve indústrias também ligadas à agroecologia e é favorável a todas as outras indústrias. Já as indústrias de poluição e mineração são necessárias, no mínimo, só para viabilizar as outras atividades, e não para viabilizar empresas. Por quê? Porque essas inviabilizam, às vezes, o investimento. Fica uma área com tradição de sofrimento, de poluição, de salários baixos e que não se desenvolve. Essa é a história de todos os lugares que têm feito isso, não é só daqui do Rio Grande do Sul.

Então, nós temos que entender o seguinte: nós queremos que a região de Bagé, Hulha Negra, Candiota etc. viva o melhor dos horizontes. Para isso tem que haver uma conversão com data, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9EABC6CA005D9A72.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição ecológica com data e tem que haver o fim dos subsídios, porque uma atividade não pode ser subsidiada se ela não for a favor da saúde pública e, muito menos, da saúde planetária, que é o caso do carvão.

Foi citada a China. Bom, a China – e o Brasil devem aprender alguma coisa com a China, porque ela está se dando muito bem no mundo – usa carvão de forma gigante. Ela tem um quarto da humanidade na sua população, então ela usa muita energia, mas todas as cidades novas, todos os novos investimentos são feitos na linha da sustentabilidade e da energia limpa. Então, nós temos que entender que, se os que estão dominando o mundo estão fazendo isso, nós não podemos – como recentemente o Rio Grande do Sul queria fazer – abrir uma mineração dentro da sua capital, praticamente, uma coisa que nenhum louco no mundo pensou em fazer.

Pois, então, nós temos que olhar para o futuro e construir o que nós queremos, a saúde que nós queremos, os salários que nós queremos. E sabemos que não será através da atividade de mineração, que nunca enriqueceu ninguém, e sim destruiu, como foi citado há pouco, a Samarco, que destruiu cidades inteiras com uma mineração malcuidada – porque, durante o período em que era uma estatal, nunca teve um acidente, como teve em Brumadinho e outros, depois da privatização – e irresponsabilidade, laudos comprados, um monte de corrupção. Então, nós temos que pensar no nosso povo. E com certeza os empresários – porque, eu tenho certeza, muitos deles são muito competentes – vão desenvolver investimentos e atividades que sejam a favor da saúde humana e da qualificação do trabalho com salários bons, e não o contrário, como tem sido.

Nós precisamos, realmente, pensar, mas ter uma... Porque subsídio faz qualquer coisa ruim existir e a faz acabar também, então nós temos que parar de subsidiar o que não interessa à saúde humana, à qualidade de vida humana, e temos que converter... Porque esse dinheiro dessas atividades pode ser convertido, porque atividade empresarial é qualquer uma. Muito bem, será convertido para coisas que interessam à saúde humana. Por exemplo, transformar... Ali em Hulha Negra, tem a primeira produção, a primeira indústria de sementes orgânicas do país, provavelmente da América Latina. Então isso é uma coisa que tem um espaço gigante. É altamente lucrativo produzir sementes, é muito mais lucrativo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pediram socorro aqui na mesa. Eles só lembraram que é Candiota, não é? É Candiota.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (*Por videoconferência.*) – Sim, Candiota.

Muito mais lucrativo que produzir grãos para alimentação é semente, porque a semente tem capacidade de multiplicação, tem valor excelente e é muito necessária a produção de sementes orgânicas. Mas isso é toda uma cadeia positiva, porque nenhuma das atividades ligadas à agroecologia faz mal para ninguém, polui rio, gera erosão e tudo mais. São atividades todas coerentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós estamos vivendo esse sofrimento, que é dito, não é por El Niño e La Niña, não – esses existem a vida toda –; é por um contínuo assoreamento. A cidade de Muçum, não por acaso, foi a cidade que mais desmatou no Rio Grande do Sul. Esse desmatamento vira solo que é perdido para a agricultura e vai para o fundo do rio, e isso faz com que o rio, com chuvas menores, cause cada vez maiores enchentes, porque o rio está rasinho, rasinho de erosão, de solo riquíssimo nosso, entendeu? Então, é um conjunto de atividades humanas que está criando a desgraça humana. Essa mudança climática também, que foi fortemente apoiada no desmatamento na Amazônia... Eu não consigo entender como é que agricultores do Centro-Oeste e do Sul apoiam invasão da Amazônia e destruição, se isso vai destruir a água deles; está destruindo a agricultura gaúcha, a agricultura do Mato Grosso, pela irregularidade climática que nós estamos produzindo com o desmatamento.

Então, a mudança climática é um conjunto muito complexo de coisas, e se pode perfeitamente agir contra elas. E o uso do carvão, pessoalmente, é um problema gigante de saúde humana e ambiental, que só pode acontecer – e já existem tecnologias – através de produção de substâncias sem queima para serem utilizadas sem liberação; materiais – materiais, sim, é uma forma inteligente de utilizar carvão.

E o carvão é nosso, não é das empresas. E elas usam com subsídios e gratuitamente. Isso é uma fonte de lucro gigante, que não acontece, não se espelha nos trabalhadores de carvão. Faz cem anos, no Estado do Rio Grande Sul, e essa riqueza nunca chegou aos trabalhadores. Então nós temos que repensar. Não é contra ninguém, Senador; é a favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (*Por videoconferência*.) – Sim.

Não é contra ninguém, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (*Por videoconferência*.) – ... nem contra as empresas, nem contra... É a favor de os governos assumirem o seu papel principal, que é defender os interesses do povo, da população e apoiar as atividades empresariais que vêm ao encontro dos interesses do povo.

Agora, nós não temos culpa se algumas pessoas não pensam, não estudam o desenvolvimento e acham que a única forma de gerar empregos é através de usina de carvão, que é muito pouco emprego para muito dano.

Então, uma conversão, uma transição energética responsável, mas com data para acabar, que não é 2050. Não interessa se os equipamentos duram até lá. Vendam para outro país, façam o que bem entenderem com os seus equipamentos, porque a segurança pública, da população não existe para garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades poluentes que sejam seguras. Esse lucro já foi tirado, há vários anos, desses equipamentos. Se eles duram mais, bom, que vão fazer outras atividades ou sejam convertidos.

Então, muito obrigado, Senador. Acho importantíssimo que se fale de transição, mas que se fale com a sociedade inteira. Nós não pretendemos ter a razão, absolutamente, sobre nada de que falamos, mas nós queremos ser ouvidos e queremos discutir, amplamente, essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FRANCISCO MILANÊS (*Por videoconferência*.) – Sabemos, cientificamente, que tem base o que estamos falando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, estamos aqui, não é? Por isso, a democracia e esse bom debate. E o colega aí, o Milanez, defende uma transição responsável e justa – é isso, não é, Milanez? Responsável e justa –, que é o tema desse projeto. Nós queremos construir uma transição.

Em nome da democracia, vamos cumprimentar todos que aqui falam. (*Palmas.*)

É assim que se constrói a história.

Agora, meus amigos, os senhores terão que retornar ao plenário, porque nós vamos, neste momento, para a terceira mesa. (*Pausa.*)

Muito obrigado a todos.

Foram muito bem. Todos foram muito bem. (*Pausa.*)

Terceira mesa.

De pronto, chamo Hermelindo da Trindade Ferreira, Diretor de Comunicação do Sindicato dos Mineiros de Candiota, Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Marcelo Dourado, Diretor de Descarbonização e Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Seja bem-vindo, Marcelo! (*Palmas.*)

E Marina Dermmam, representante do Instituto Preservar.

Estão todos aqui na mesa já. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Passo a palavra, de imediato, ao Diretor de Comunicação do Sindicato dos Mineiros de Candiota, Rio Grande do Sul, o Sr. Hermelindo da Trindade Ferreira.

O tempo é seu.

Com a fala desses três, nós vamos encerrar nossa audiência pública e dar o devido encaminhamento.

O SR. HERMELINDO DA TRINDADE FERREIRA (Para expor.) – Para iniciarmos, eu gostaria que ficasse no PowerPoint a apresentação.

Quero, primeiro, dar bom dia ao Senador Paim. Muito obrigado pela recepção que a Casa tem-nos dado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. HERMELINDO DA TRINDADE FERREIRA – ... que o seu gabinete tem-nos dado, que a sua equipe tem-nos dado em várias oportunidades.

Quero cumprimentar a Deputada Maria do Rosário; cumprimentar um grande Líder da nossa região, o Deputado Alexandre Lindenmeyer; o Deputado Marcon e o Deputado Sanderson, que aqui estiveram presentes.

Quero também levar meus cumprimentos ao Prefeito Folador; aos Vereadores da nossa cidade que aqui estiveram presentes; ao Frei Sérgio, que tem capitaneado, feito frente a este grande movimento de se criar a lei de transição energética; e também quero fazer parte das palavras do Presidente da Âmbar Energia, o Marcelo Zanatta, com a visão do trabalhador, daquele que visualiza um risco da perda dos seus trabalhos.

Mas eu quero, muito mais do que isto, cumprimentar meus 50 conterrâneos que viajaram por mais de 40 horas na estrada. E aí nós podemos contar com alguns que já estão inclusive aposentados – aposentados, Senador Paim! Eles já não dependem mais do trabalho da mineração, porque eles já sustentaram a si e suas famílias, inclusive já formaram filhos. E vislumbro o quanto é importante nós virmos aqui defender essa região.

Bem, eu quero fazer de uma forma, até para que a gente consiga ser o mais dinâmico possível, começando a falar sobre o que corresponde à nossa matriz energética mundial. Nós temos...

Pode voltar para a apresentação anterior, só para que nós consigamos ver a primeira que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, por exemplo, a Europa. Em toda a Europa, 16% da energia na Europa é a carvão; nos Estados Unidos, nós temos 28% da energia a carvão; na China, nós temos 65% da energia a carvão; na África do Sul, 76%. A Polônia fica lá na Europa, mas, pelo significado de ter 80% da sua energia na base do carvão, nós a colocamos de modo separado ali. Enquanto isso, aqui no Brasil – a gente fala tanto que somos tão poluidores e muitas vezes, até de uma maneira tirada fora de foco, que o carvão é tão perverso –, nós correspondemos, dentro da nossa matriz energética, com apenas 1,5%.

Vamos passar.

Na matriz energética mundial, 38% de tudo que se produz de energia elétrica no mundo é da base do carvão.

Próximo.

O nosso país, o Brasil, com todas as fontes, com tudo, com todos os tipos de energia, desde a hidráulica até a fotovoltaica, nós temos uma produção energética de 195,152 mil megawatts. O Rio Grande do Sul, em todas as suas fontes, tem 9,6 mil...

Volte para o anterior.

Tem 9,6 mil megawatts.

Só volte para que a gente possa continuar ali – saiu a apresentação.

Se nós olharmos o carvão mineral para a produção de energia elétrica no Brasil, o Rio Grande do Sul, com as nossas duas usinas – isso são dados da Aneel, porque nós temos o que ela tem implantado lá –, são 350MW em cada usina. Mas o que elas têm produzido, em média, as duas usinas, são 695MW. Em Santa Catarina, 745MW de produção. E nós temos duas usinas, no Ceará e no Maranhão. No Ceará, tem bastante produção de energia elétrica, 1,085 mil megawatts; e, no Maranhão, 435MW – eu deixei em vermelho esses dois aqui, porque são a produção de energia com usinas, com o carvão importado da Colômbia.

E nós, aqui, pegando o valor lá de cima, de 195,152 mil megawatts, e pegando a soma de tudo o que nós produzimos no Rio Grande do Sul, que é 695MW, somos, simplesmente, 1,5% da matriz energética... Aliás, deixa eu fazer a conta certa: com a soma de todas as energias, 2,96 mil megawatts, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Maranhão correspondemos a 1,5% da energia no país.

Vamos passar para o próximo.

Bem, aqui é onde estão cada uma das usinas. As usinas, nós temos a Fase C e a Pampa Sul, lá em Candiota; a Jorge Lacerda I, II, III e IV unidades, lá em Capivari de Baixo, Santa Catarina; Porto Pecém I e II, São Gonçalo do Amarante, no Ceará, e Porto Itaqui, em São Luís, lá no Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próxima.

Vamos aos dados da Aneel. Matriz por Origem de Combustível. Aqui, aqueles dados que nós tínhamos apresentado nos gráficos anteriores, só para mostrar que nós temos a fonte. E nós somos.... No Rio Grande do Sul, representa... Oito por cento de toda a energia gerada no Rio Grande do Sul saem de Candiota.

Próximo.

Onde nós estamos perante essa produção de energia? Quanto nós representamos de maneira global? Nós somos, no Brasil inteiro – dados do Dieese, assessorado pelo meu caro Nelson Karam; são dados com fonte no Dieese –, nós somos 0,4% das reservas mundiais. Nós temos no Brasil 3,8 bilhões de toneladas de reserva, e o Rio Grande do Sul representa 90% de todas as reservas do nosso país – só Candiota tem 38% da reserva brasileira.

Próximo.

Onde nós estamos? Mas que local é esse onde nós estamos? Somos realmente, como foi afirmado instantes atrás, explorados pelas empresas que produzem energia elétrica e mineram carvão? Eu vou apresentar dados que são balizados pelo Dieese. Eu não concordo com os dados que foram apresentados pelo nosso nobre representante da Agapan, e nós estamos em uma audiência pública, onde é muito salutar a forma, assim como respeitamos todos aqueles que discordam dos nossos pontos de vista.

Nós estamos dentro de um polígono em que se somam 30 municípios. Desses 30 municípios eu deixo fora Uruguaiana, num extremo, porque tem um pouco de indústria, e eu deixo fora Pelotas e outros alguns municípios que têm um pouco de indústria, adjacentes ali à Lagoa dos Patos, mais próximos da nossa capital. Esse polígono, no somatório desses pouco mais de 30 municípios, dá 90 mil quilômetros quadrados. Nós estamos 160km distantes de Pelotas e nós estamos a 500km, precisamente 540km, distantes de Pelotas. Então, nós ficamos numa situação em que, se nós pararmos hoje com a exploração de carvão e pararmos de produzir energia elétrica em Candiota, não tem como trabalhar em Pelotas, que é 160km, que é o mais perto que tem.

Por outro lado, nós somos, dentro desse polígono, a única indústria, dentro de um polígono de 90 mil quilômetros quadrados. Noventa mil quilômetros quadrados são tão importantes porque Santa Catarina, que é cheia de indústria, tem 95 mil quilômetros quadrados; Portugal, que é cheio de indústria – e muita gente vai trabalhar em Portugal –, tem 92 mil quilômetros quadrados; 86 países no mundo inteiro não têm 90 mil quilômetros quadrados e são cheios de indústria.

Próximo.

Eu gosto muito daquela imagem, quando nós estamos no Rio Grande do Sul, porque eu me lembro do Embaixador Miguel Osório de Almeida. Era a primeira conferência ambiental das Nações Unidas. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1972, em Estocolmo, na Suécia, ele dizia – o Embaixador Miguel Osório de Almeida, que ficou na história –: "A pobreza e a miséria são a pior forma de poluição". Foi uma frase que ficou registrada para o resto da nossa história. E isto serve, inclusive, para todos os debates que estamos fazendo hoje. E serve muito nesses 90 mil quilômetros quadrados.

Mas é aqui que eu contesto quando dizem que nós somos explorados, quando se fala em mineração, quando se fala em produção de energia elétrica através das nossas usinas. A *Zero Hora* do dia 21 de julho diz que nós somos – e não foi a *Zero Hora* que inventou isso porque, nosso amigo, foi o censo demográfico, nosso último censo demográfico – a segunda melhor renda do estado. Pasmem! Onde não tem indústria, ainda somos a segunda melhor renda *per capita* do estado. E, se nós olharmos para o país inteiro, só tem 15 municípios que têm uma renda melhor que nós em Candiota. Então, isto aqui é altamente significativo para todos nós: a manutenção, a busca do que nós estamos indo ao encontro, de termos uma prorrogação através da lei de transição energética.

Próximo.

Aqui é uma planilha, um trabalho de excelência do grupo do Dieese. Eles recolhem os trabalhadores em cada área e fazem ali as médias salariais.

Próximo.

Para onde nós queremos ir? Nós temos que separar o processo quando é mineração e quando é queima de energia elétrica. Não podemos contestar o que o mundo nos pede. O mundo nos pede que nós tenhamos uma diminuição do processo de emissão de CO_2, dióxido de carbono. Mas nós vamos seguir sempre minerando. A mineração é uma necessidade para que a nossa vida possa existir.

Aqui é um exemplo da mineração, nós temos os diretores da Copelmi – é a Seival Sul Mineração, Grupo Copelmi –, que produz esse material aqui, material que representa a realidade, lá, inclusive, do nosso município. Em 2019, minerando, cava da mina aberta; em 2021, regenerado, depois da mineração; e, em 2023, ali já foi colhida a soja, na mesma área que, em 2019, estava sendo minerada.

Próximo.

Para onde nós queremos ir? Qual é o caminho pelo qual nós queremos ir? Quando se fala em tecnologia, nós teremos que nos lembrar da carboquímica. E a carboquímica nos dá toda esta gama de possibilidades. Nós jogamos o nosso carvão... A Profa. Ana Rosa, através das suas pesquisas com mais de dez anos, já nos dá indicativos de que nós podemos, através da umidade que tem no nosso carvão, jogá-lo dentro de um sistema que não tem as suas emissões, não tem uma chaminé emitindo o CO_2, o dióxido de carbono – inclusive o dióxido de carbono é produto, do dióxido de carbono se faz ureia –, e nós podemos produzir o hidrogênio e aqui toda essa gama de subprodutos através do carvão.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damos um exemplo de um dos produtos que podemos produzir através do carvão mineral, que é o metanol. Aqui é um lapso de dez anos, um intervalo de 2008 a 2018. Em 2008, nós tínhamos ainda alguma produção de metanol no país; e, quando chegamos aqui em 2018, nós estamos importando 1.206 milhões de toneladas de metanol para que possamos produzir biocombustíveis e que a aviação possa andar.

Próximo.

Polo Carboquímico hoje, nós colocamos o dado aqui: US$575 dólares – valor atual – a tonelada de metanol. E nós também tiramos, em Candiota, o carvão mais barato do mundo. Nós temos hoje o carvão, em valores atualizados, em Candiota a R$120 reais a tonelada. Ali em Santa Catarina já estamos a mais – não é, Foquinha? –, com mais de R$330, aí na faixa de R$380, R$400 reais a tonelada de carvão. E nós já estamos importando, para a produção de energia, Ceará e Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, agora.

O SR. HERMELINDO DA TRINDADE FERREIRA – ... com mais de R$800.

Próximo.

Para finalizar, este aqui é o tripé da sustentabilidade.

Nós estamos buscando, nesta proposta da lei de transição energética, um período de 15 anos – o ano de 2045 foi o que nós montamos dentro deste croqui exposto para o Senador Paim –, de 2025 até 2040, para que nós consigamos que a Âmbar Energia siga dando emprego, através da compra, da aquisição que ela fez da usina da nossa Fase C, e leve, dentro desse processo que nós buscamos, conceito que priorize a expansão de um novo modelo de negócio baseado em ações sustentáveis em que possamos ter equilíbrio entre o social e o ambiental e que nós possamos nos sustentar economicamente.

Agradecido, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Hermelindo da Trindade Ferreira, Diretor de Comunicação do Sindicato dos Mineiros de Candiota, Rio Grande do Sul, que fez uma exposição, mostrando que este caminho pelo qual ora nós optamos aqui, por unanimidade, foi de uma transição sustentável, responsável e com data inclusive demarcada.

De imediato, Marina Dermmam, representante do Instituto Preservar.

O tempo é seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA DERMMAM (Para expor.) – Obrigada, Senador. Agradeço o convite.

Venho aqui representando o Instituto Preservar, que, junto a duas outras entidades ambientalistas do Rio Grande do Sul, a Agapan – do companheiro Milanez, que me antecedeu na fala – e o Núcleo Amigos da Terra, ingressou com uma ação civil pública climática para cobrar o implemento das ações previstas nas legislações que dispõem sobre a política climática. Nós estamos atrasados há mais de uma década. E, entre essas políticas que já deveriam ser implementadas, está de fato a transição energética, a política de transição energética, que a gente vem debater aqui hoje.

Diariamente, a natureza tem nos alertado com grandes e recorrentes catástrofes decorrentes da alteração do clima, e precisamos com urgência adotar medidas para mitigação dessas alterações climáticas e dos seus impactos. E nós temos conhecimento suficiente – isso não é nenhum viés ideológico – para afirmar que essas mudanças no clima são ocasionadas diretamente pelas ações humanas, sobretudo as relacionadas à queima dos combustíveis fósseis, o que tem gerado danos profundos ao ecossistema e ao clima da terra. Os estudos científicos não deixam dúvida sobre o fato de que as mudanças climáticas são resultado de atividades humanas que representam uma ameaça, sim, ao bem-estar humano, à sociedade e à natureza.

As soluções devem partir de todos e de todas nós como sociedade, sendo a transição energética, com a troca da energia com base em combustíveis fósseis por energias limpas, renováveis, uma das principais medidas apontadas pela comunidade científica internacional.

As medidas no Brasil e no mundo para uma sociedade de baixo carbono, com eliminação da emissão de gases do efeito estufa, têm sido demasiadamente lentas. O Brasil assumiu as metas da redução da emissão de gases de efeito estufa perante a comunidade internacional em 2015. O Acordo de Paris entrou em vigência no ano de 2016, mas as nossas medidas têm sido para lá de insuficientes, a ponto de estarmos no limiar do ponto de inflexão e do não retorno.

A transição energética é uma realidade que se impõe, mas a nossa luta enquanto entidades ambientalistas, é também para que ela seja justa e sustentável. Nós precisamos ter uma visão humanista sobre a crise que nós estamos enfrentando. Os direitos humanos e a garantia dos direitos das pessoas, dos trabalhadores e das trabalhadoras, devem estar presentes nesse caminho de transição.

As mudanças climáticas são mais do que as secas, do que as enchentes, do que as grandes tempestades. Elas são também escassez de alimentos, são perdas econômicas, é pobreza e também é morte, como a gente viu, infelizmente, no nosso estado no último período.

As mudanças climáticas já atingem populações, principalmente as mais vulneráveis, mas não são só elas, como a gente viu recentemente na tragédia do Rio Grande do Sul, que abateu municípios inteiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não precisamos, durante esse período de transição, fazer mais vítimas. A transição para uma nova matriz energética não pode expor os trabalhadores e as trabalhadoras da indústria de combustíveis fósseis ao desemprego e à insegurança econômica.

A gente precisa fazer uma transição cuidando das suas múltiplas dimensões, principalmente a socioeconômica. Não podemos ignorar que milhares de famílias e, às vezes, regiões inteiras, como a gente está vendo aqui o Município de Candiota, dependem da exploração do carvão e também do petróleo. Embora haja possibilidade da abertura de novos postos de trabalho, com novas energias, isso não significa que os trabalhadores e as trabalhadoras dos combustíveis fósseis vão ser contemplados com esses novos trabalhos. Por isso, a necessidade de um olhar prioritário nas políticas públicas de transição energética, como a gente está debatendo aqui, para os trabalhadores e para as trabalhadoras, com uma abordagem centrada nas pessoas, com garantias salariais. Não a garantia de um salário mínimo, mas garantia no mesmo patamar que as pessoas recebem, porque elas dedicaram a sua vida inteira e ainda a dedicam a esse trabalho.

A gente tem que respeitar isso e respeitar para que a gente não leve essas pessoas para miséria.

A gente tem que garantir também assistência à saúde dessas pessoas, incluindo a saúde mental.

É necessário que haja um planejamento com participação dos sindicatos e das comunidades durante o processo de transição; e elas querem participar. A comunidade de Candiota é um exemplo disso, porque ela está aqui reunida hoje. Pessoas viajaram, como o companheiro disse, mais de 40 horas para estar aqui, debatendo, e elas precisam e necessitam ser ouvidas durante essa transição.

E tudo isso, Senador Paim, deve ser feito de uma forma urgente.

Segundo o Observatório do Clima, o Brasil é o quinto emissor de gases de efeito estufa, tendo piorado a intensidade das emissões nos últimos anos; e o Rio Grande do Sul contribui bastante para esse cenário, pois é responsável por mais de 10% das emissões do setor de termoelétrica em nível nacional. Nós continuamos sendo um estado que incentiva a dependência do carvão, e está aí a política de incentivo do polo carboquímico e os licenciamentos das usinas e jazidas de carvão sem análise do componente climático dos empreendimentos para comprovar isso.

O IPCC, nos seus relatórios, aponta que um dos fatores de agravamento das mudanças climáticas é a queima de combustíveis fósseis, especialmente a continuidade de uma matriz energética pautada na mineração, utilização e queima do carvão mineral.

Dos gases de efeito estufa, o CO_2 contribui mais para o aquecimento registrado até o momento. Em 2019, o carvão contribuiu com 33% de todas as emissões de CO_2 relacionadas à economia, seguido pelo petróleo e pelo gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente, o Iema, no período de 20 anos entre 2000 e 2020, a geração de energia termoelétrica, alimentada por combustível fóssil, teve um aumento de 117%, o que acarretou o aumento de 90% das emissões de gases de efeito estufa do setor energético nesse período.

O mesmo instituto também aponta que, dentre todas as termoelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional, movidas a combustíveis fósseis, as que geram energia a partir da queima do carvão mineral apresentam os piores resultados, com apenas 33% de eficiência energética.

No entanto, as finanças públicas e também privadas continuam a afluir para os combustíveis fósseis nesses investimentos e, como resultado, as emissões de gases de efeito estufa continuam a aumentar em todos os setores.

De acordo com o ClimaInfo, entre os anos de 2019 e 2020, o investimento em combustíveis fósseis foi maior do que a adaptação e a mitigação do clima, ou seja, assim como há instrumentos legais para a transição energética nas nossas políticas de mudança climática – tanto na política nacional como na política gaúcha de mudanças climáticas –, a gente já tem instrumentos legais, mas também está faltando investimento.

Pode haver recursos para investimento nisso. O que a gente vê é a falta de vontade política. Hoje, o Orçamento público não está voltado para a ação de adaptação climática e transição energética e, sim, para a mitigação dos efeitos dos desastres climáticos, o que tem gerado um alto custo econômico, mas, principalmente, social.

Enfim, Senador, já passou da hora de agir. A gente vê, com bons olhos, que se faça esse debate. A gente precisa fazer um debate sério, respeitando o consenso científico internacional, porque ele já emitiu vários alertas de que, para a nossa sobrevivência enquanto sociedade, a gente precisa superar a nossa matriz energética com base em combustíveis fósseis, já nas próximas décadas, não até 2050, mas muito antes disso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Marina Dermmam, representante do Instituto Preservar, que fez uma exposição tranquila e equilibrada, defendendo o meio ambiente.

Acho que este é o momento em que todos nós temos que parar e refletir sobre o que está acontecendo no mundo. O que está acontecendo no nosso Rio Grande do Sul exige ideias e propostas que vão na linha de uma transição, como foi dito aqui, por você e pelo Milanez, um programa de transição responsável e justo, olhando para o meio ambiente e para o interesse, naturalmente, do planeta.

Com isso, não sei se alguém do Plenário queria usar a palavra, porque nós estamos já a 12h40. Sentem-se contemplados com os expositores? Podemos ir para o encerramento? (*Pausa.*)

Mas que seja um minutinho, porque, senão, se cada um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Então, neste momento, atingimos todos os objetivos da reunião. Ouvimos, inclusive, o contraditório, como a gente fala, e encaminhamos, neste momento, o número do projeto que vai entrar em debate. É um projeto para o debate no Senado da República e, posteriormente, na Câmara de Deputados. Se tiver alguns ajustes, que se façam os ajustes mediante o diálogo aqui na Casa.

Então, para o conhecimento de todos, o número do Projeto de Lei ficou sendo o 4.653, de 2023, fruto do trabalho de todos vocês. Vocês cumpriram a missão, vieram de uma viagem longa. Eu sei que foram meses e meses de um trabalho coletivo, e, por isso, chegaram aqui, e, por isso, por todos que falaram aqui... (*Palmas.*)

... tenho apoio para esse debate – tenho certeza – dos ambientalistas, daqueles que defendem o clima, dos trabalhadores do campo e da cidade, e aqui foram dados exemplos.

O pior do mundo é você não ter um projeto e não debater. Debater, discutir, concordar, discordar, faz parte do Parlamento. Eu estou aqui há quase 40 anos, desde a Constituinte, e é assim que se escreve a história da humanidade. Eu espero que, de fato, a redação final, depois dos debates que teremos, seja uma transição responsável e que atenda aos interesses de toda a população, de todos e de todas.

Vida longa ao povo gaúcho! Vida longa ao meio ambiente! Vida longa a todos aqueles que lutaram e lutam por essas causas!

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns e Romário, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Marcos do Val e Carlos Viana, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 64ª a 66ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3040, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 82/2023-CDH, de autoria da Senadora Zenaide Maia e do Senador Fabiano Contarato, que solicita a realização de audiência pública para instruir o projeto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 82, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3040/2023, que “concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos”." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado o requerimento, de autoria da Senadora Zenaide Maia e do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatoria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3728, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Fabiano Contarato como Relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3555, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatoria. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório; encerrada a discussão, adiada votação. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3324, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Sugestão n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Põe fim à cobrança do IPVA" **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela prejudicialidade da sugestão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da Sugestão. **ITEM 10 - Sugestão n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Reduz o salário e retira benefícios dos políticos do legislativo e executivo" **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo arquivamento da sugestão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 83, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Uma visão sobre a Dívida Pública"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 84, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Publica na CDH, para debater a morte do Garimpeiro José Garcia Vieira." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Retirado de pauta pelo autor. Faz uso da palavra o Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 64ª a 66ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar a todos – Senadores, Senadoras e convidados – que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos; a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa da semana seguinte.

Olha, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Frei David, que está aqui com em torno de 30 jovens advogados, homens e mulheres, enfim, jovens no seu todo, que têm uma história bonita e vieram deslocados de São Paulo, não é?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Bahia. Vieram da Bahia para acompanhar aqui hoje os trabalhos no Senado, mas, naturalmente, com foco num projeto – que é o projeto principal neste momento – que está na CCJ, que é o da política de cotas. Eu explicava para eles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Frei David pode apresentá-los, depois, sem problema nenhum. Só vou citar isto aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, o Senador Contarato chegou e facilitou a nossa vida. (*Risos.*)

Viu, Frei David? Eles serão recebidos à tarde pelo Rodrigo Pacheco, para colocarem o ponto de vista deles também sobre a importância da política de cota. Eles também viram que, na pauta, há alguns projetos vinculados às mulheres, e, segundo eles, seria muito bom que fossem aprovados no dia de hoje – e assim nós vamos tentar.

Mas nós vamos aproveitar... Antes de eu dar oportunidade ao Frei David de apresentar os convidados – eu vou dar a palavra a V. Sa., Frei David, em seguida, para poder apresentar a moçada que veio da Bahia e que voltará, oxalá, semana que vem, dentro do possível; mas você tem base em todos os estados –, eu pergunto se o Senador Contarato poderia, num primeiro momento já, segundo a orientação aqui da Presidência, subscrever um requerimento, porque, para esse requerimento, temos quórum e podemos votar. É o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3040/2023, que "concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos".

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN) e outros

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu posso falar sobre ele?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, é para isso que nós o estamos provocando.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exa. mais uma vez à frente desta Comissão tão importante. Acho que é uma Comissão que mexe com todos os temas aqui do Senado; todos passam pela Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou subscrever esse requerimento, porque, para mim, é uma pauta muito, muito... É a razão da minha vida. E eu fico muito preocupado, porque, Senador Paim, o amor não é mercantilizado. O amor não é econômico. O amor não tem sexo, não tem cor da pele. Você simplesmente ama. Então, quando eu vejo um projeto de lei para estabelecer pensão ou um aporte financeiro para quem adotar uma criança, isso, para mim, é de uma violência muito grande, principalmente para a população pobre, em situação de pobreza e extremamente pobreza.

O projeto chega ao ponto – não querendo entrar no mérito, mas eu tenho que falar, porque eu estou justificando esse requerimento –, esse projeto chega ao ponto de estabelecer a devolução de uma criança, com a devolução também de todo o dinheiro que possivelmente se iria receber. Ora, a pensão, o valor dado ali para a manutenção da criança é para o seu dia a dia; é para escola, saúde, sapato, remédio; é para tudo isso.

Agora, a que ponto nós chegamos?

Nós temos que entender que nós temos que implementar políticas públicas para estimular a adoção, para estimular a adoção tardia. Eu fui o autor de um projeto que foi aprovado aqui, que estimula prêmio para adoção tardia, mas não é prêmio em dinheiro.

Então, você pegar e estabelecer, em lei, que a União vai fazer um aporte financeiro para famílias em situação de pobreza e extremamente pobreza adotarem criança acima de três anos... Primeiro que o conceito hoje de adoção tardia não é mais de três anos; isso passou para cinco anos. E, segundo, que não é isso. Eu fico imaginando, questionando: imagina uma criança dessas num lar em que está sendo maltratada, e que os pais não vão efetivamente, entre aspas, "devolver", porque estão recebendo a pensão! Como é que fica a relação daquele filho biológico, que não recebe nada, e de um filho adotivo que vai receber? Eu queria entender qual é a lógica, a mola propulsora para se estabelecer isso.

Olha, eu tenho certeza de que todas as entidades, instituições, mecanismos que estão diretamente vinculados com a adoção – o juizado da infância e adolescência, conselho tutelar, psicólogo, assistente social – são radicalmente contra esse tipo de política, porque esse não é o melhor caminho.

Então, eu faço um apelo para que nós deliberemos – e aí eu quero subscrever o requerimento – para que nós tenhamos, sim, essa audiência pública para instruir esse PL que concede esse benefício, que, para mim, é uma violência.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feita já a devida justificativa, e muito bem colocada, nós vamos à apreciação agora do requerimento, que é o item 2, que requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3.040, de 2023, que "concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos". A autoria é da Senadora Zenaide.

Eu já concedi a palavra ao Senador Fabiano Contarato, porque ele subscreve o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos ao voto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica retirado de pauta o item 1, até a realização de audiência pública em apreço.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3040, DE 2023

- Não terminativo -

Concede benefício especial a adotante de criança maior de três anos.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE;

- Em 20/09/2023, foi lido o relatório, em seguida o Presidente concedeu vista a Senadora Jussara Lima.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu tenho que retornar para a CCJ, e agora acabei de receber uma solicitação para ser o Relator *ad hoc* desse Projeto de Lei 3.728, que é da Senadora Ana Paula Lobato. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está assegurado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já vou encaminhar para a V. Exa. fazer o uso da palavra como Relator *ad hoc*.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3728, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)

Relatoria: Senador Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

O público aqui veio também, porque queria muito aprovar esse projeto. Que bom que V. Exa. o assumiu!

Concedo a palavra o Senador Contarato, para que dê o parecer, substituindo *ad hoc* a nossa querida Senadora Ana Paula Lobato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos da mulher e das pessoas com deficiência, o que torna pertinente a análise do projeto por este Colegiado.

Em nota técnica divulgada em outubro de 2021, o Ipea aborda o problema da violência contra pessoas com deficiência. Utilizando dados coletados pelo Viva/Sinan e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao ano de 2018, o levantamento do Ipea apurou que a violência doméstica representava aproximadamente 40% das notificações de violência contra pessoas com deficiência, enquanto a violência autoprovocada e a violência comunitária atingiram percentuais aproximados de 30% e 20%, respectivamente. Quanto ao sexo, nota-se maior presença feminina entre as vítimas, que representam cerca de 60% dos casos para todos os tipos de deficiências.

Mulheres com deficiência fazem parte de um grupo duplamente excluído, seja em razão do gênero, seja em razão da condição de deficiência. Como pontua o estudo do Ipea, são mais vulneráveis a agressões e maus-tratos em contexto doméstico e familiar e têm reduzida sua capacidade de reação às práticas violentas. Além disso, quando conseguem buscar o apoio das autoridades, deparam-se com as quase intransponíveis barreiras atitudinais e de comunicação. São novamente vitimizadas – desta feita, pelo próprio Estado.

A acessibilidade nos serviços públicos é um imperativo legal, pois está disseminada nos mais diversos diplomas que formam o arcabouço normativo de proteção às pessoas com deficiência, mas é, acima de tudo, um imperativo moral, crucial para nossa evolução enquanto sociedade inclusiva e diversa.

Daí a importância da proposição, que garante atendimento especializado, humanizado e acessível prestado pelos órgãos integrantes do sistema de Justiça a mulheres com deficiência em situação de violência. Busca o projeto transformar uma cultura institucional que estigmatiza e marginaliza mulheres com deficiência, fragilizadas pelo contexto doméstico e familiar violento, garantindo a elas o acolhimento e o apoio de que necessitam para superar as adversidades e viver em segurança.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.728, ao passo em que parabenizo a Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Senador Contarato, tem três projetinhos meus desse tamanhinho. Eu prometo que faço – é desse tamanhinho, mas o projeto é grande – o relatório em menos de um minuto cada um, porque um é pelo arquivo, o outro é uma SUG, e o outro é um do Senador Romário, simples também. Aí, se V. Exa. preside, eu relato e depois vou poder dialogar um pouco com a equipe que está aí. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Anuncio o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: Terminativa na CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Contarato, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto simples do Senador Romário. Ele o remete a esta Comissão para opinar sobre matéria atinente ao direito da pessoa com deficiência, o que torna regimental o exame da proposição.

Ele solicita, Sr. Presidente, alterando o art. 92, que as pesquisas, de caráter censitário ou não, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) ou por outras instituições públicas de pesquisa, sejam elas de caráter nacional, regional ou local, deverão, obrigatoriamente e a cada nova edição da série, gerar dados e informações populacionais relativas:

I – à oferta de habilitação profissional e ao desenvolvimento de competências pelas pessoas com deficiência, independentemente de sua escolaridade formal;

II – aos meios locais e regionais disponíveis para a reabilitação profissional da pessoa com deficiência;

III – à demanda empresarial por habilitações profissionais e pelo desenvolvimento de competências pelas pessoas com deficiência;

IV – ao tipo e grau de barreiras e de recursos de acessibilidade efetivamente existentes nas empresas;

V – ao tipo e grau de recursos de acessibilidade legalmente obrigatórios, porém faltantes.

Devido a isso, entendendo que o projeto é meritório, é de uma grandeza social principalmente para as pessoas com deficiência, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão o projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação ficará para a próxima reunião, tendo em vista que se trata de votação nominal.

Anuncio o item 9 da pauta.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 50, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Põe fim à cobrança do IPVA.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela prejudicialidade da sugestão

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, este é mais fácil ainda o relatório.

Ante o exposto, o relatório é pela prejudicialidade da Sugestão nº 50, de 2019, nos termos do art. 334, inciso II, porque a matéria é considerada já vencida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade da sugestão.

Anuncio o item 10 da pauta.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

Reduz o salário e retira benefícios dos políticos do legislativo e executivo.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, um resumo aqui.

Toda a argumentação, muito bem-feita pela minha assessoria e pela Consultoria do Senado, se resume a isto: além disso, o projeto de lei ou de resolução do Senado Federal com o conteúdo pretendido pelo autor da SUG 13, de 2020, é inconstitucional – ou seja, se aprovado, seria inconstitucional e perderia inclusive a sua eficácia por isso, devido a isso, porque fere inclusive os termos do inciso XV do art. 37.

Pelo exposto, votamos pelo arquivamento da Sugestão nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

Neste momento, devolvo a Presidência ao meu querido e sempre Presidente desta Comissão de Direitos Humanos.

Desculpe pela correria, mas eu tenho que voltar para a Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga aqui, Presidente Contarato, embora esteja sendo chamado correndo na CCJ, que nós todos ganhamos prêmios – nós todos, eu digo, porque eu também ganhei –, prêmios do *Congresso em Foco*, mas quem ganhou o principal prêmio... Porque tem diversas categorias. Eu fiquei entre os três; na Região Sul, eu fiquei em destaque. Mas quem ficou com o destaque de tudo mesmo? Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que ele é o nosso líder, não é, Senador? (*Palmas.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado pela gentileza de ter ficado aqui. (*Pausa.*)

Pegue toda a moçada aí, pegue a do fundo lá.

Venha cá, venha cá! Venha cá, Contarato, tire uma com ele, depois tire uma aqui na frente, e eles pegam todo mundo.

Vocês dois, aqui. (*Pausa.*)

Frei David, eu faço questão de que o senhor apresente um por um.

Isso que eu estou fazendo aqui agora é uma quebra de protocolo, mas é justa. Essa moçada veio da Bahia visitar o Congresso. Naturalmente, pediram uma audiência com o Presidente Rodrigo – V. Exa. pediu e eu também pedi –, e ele vai recebê-los, mas vieram também por uma causa justa, que é a da política de cotas, que é um sucesso no Brasil; é inegável. E eu tenho certeza de que o Senado vai aprovar da mesma forma que a Câmara aprovou.

Mas eu queria que o senhor os apresentasse, se possível, ou que eles se apresentassem, um por um.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Para expor.) – Eu vou, ligando aqui o meu microfone, dizer, dar uma introdução breve. Nós estamos aqui em quatro dias de atividades. A temática da PEC 9, a reforma eleitoral, é forte; estivemos ontem, lá, vamos estar hoje outra vez, no começo da tarde. E temos outras pautas, por exemplo, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Lá dentro, tem a Comissão de Controle da Atividade Policial – repito: Comissão de Controle da Atividade Policial! Se essa comissão funcionasse, reduzir-se-ia em 60% a morte de jovens negros. Como a comissão não funciona, a coisa está feia. Então, nós vamos ter reunião com eles também. Vai ser uma reunião tensa, mas necessária, porque ver mães chorando, nossas mães negras, não cabe mais no nosso coração nem no de vocês, brancos solidários. Bem, temos outras pautas, mas eu vou parar por aqui, porque são muitas coisas.

Cada um se apresenta, dizendo, bem rápido, seu nome, formado em quê, qual sua especialização e o quanto agradece ao Governo do Brasil, que permitiu a vocês se formarem em um contexto em que nós, negros, não temos muito espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TACIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia, senhores! Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Queria parabenizar a pessoa do nosso Presidente, até pela empatia com as minorias, com as pautas que envolvem o povo preto e as mulheres, que são realmente as maiores vítimas dessa violência institucional que existe no nosso país.

Meu nome é Tacio, sou advogado, sou especialista em Ciências Criminais. Sou fruto das políticas afirmativas trazidas pela ascensão do Governo de esquerda, que retornou ao poder, e estamos muito felizes com isso. Temos uma expectativa muito grande de retornarmos ao projeto de mudança que venha a trazer uma igualdade para as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – A próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiz questão de que eles falassem, porque vocês estão dando um depoimento que é da política de cotas. Vocês são fruto desta política afirmativa, que está mudando o país. Por isso, quem está, no momento, assistindo, via TV Senado, tem que ver que vocês vieram aqui. Vocês já são formados; poderiam não ter vindo, mas vieram ser solidários com as causas do povo brasileiro.

Por favor, mas não se esqueçam de dizer o nome.

A SRA. EDLA CAROLINE SANTANA DE JESUS (Para expor.) – Meu nome é Edla Caroline, sou advogada, formada também através das políticas públicas. Claro, a gente tem que agradecer, de fato, ao Governo que nós temos hoje, um governo de esquerda que beneficia a gente de alguma forma, que olha com carinho. A gente agradece também, Senador Paim, pelas oportunidades que o senhor sempre vem dando, ao receber a gente aqui, sempre muito solícito.

E quero dizer também que precisamos avançar, sim, em algumas questões em relação a isso, mas até aqui já avançamos muito. Acredito que o senhor é um daqueles fomentadores para que isso cresça.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

A SRA. ESTELA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia, eu me chamo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você já falou da tribuna do Plenário do Senado, representando o nosso povo.

A SRA. ESTELA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES DA SILVA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro dela, da política de cotas.

A SRA. ESTELA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES DA SILVA – Bom dia!

Eu me chamo Estela Gonçalves, sou advogada, especialista em Direito Público e Criminologia. Atualmente eu atuo na Procuradoria Eleitoral da Bahia. Sou a primeira geração da minha família que estuda, que se forma e que teve a oportunidade de escolher o que ia fazer. Então, é transformador, Senador.

Não tenho muito em que me alongar, porque só de ser a primeira geração de uma família que entra na universidade e que tem a possibilidade de escolher – eu escolhi o Direito; minha avó trabalhava como empregada doméstica desde os oito anos de idade; meu pai saiu do Marajó com 15 anos, fugindo da fome –, isso é transformador. E é inegável que a política de cota é fundamental. Hoje a minha sobrinha tem um ano e sete meses e não tem outro caminho para ela: ela vai estudar, vai entrar numa universidade. Não tem como retroceder. Meu pai sempre fala: "Existe o primeiro, mas o último não existe". Então, é assim que a gente vai. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Beleza.

Parabéns! Parabéns!

O SR. ISAIAS TEIXEIRA DOS SANTOS ASSUNÇÃO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Isaias Teixeira. Sou de Salvador, na Bahia, sou advogado também, especialista em Direito Previdenciário.

Primeiro, eu queria agradecer, Senador, pela oportunidade que o senhor está nos dando. Acho que é uma oportunidade ímpar para todos aqui.

Vim de escola pública. Graças a Deus, consegui fazer a faculdade por conta do Prouni, bolsa de escola pública e de renda, e me formei. Sou o primeiro advogado da minha família. Minha família está muito orgulhosa; é um orgulho para toda a família. Parece que ganhei uma Copa do Mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer pela política afirmativa, por tudo que vem acontecendo e pela garra do senhor em lutar por todo direito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, maravilha, viu? Eu gostaria até que todos os Senadores pudessem ouvir. São emocionantes os depoimentos de vocês. Eu estou emocionado. Pode ver que a Ingrid, o pessoal todo não consegue nem falar de tanta emoção, não é? Estou brincando com a Ingrid, mas, sinceramente, a fala de vocês... Eu vou fazer um apelo, se vocês permitirem, para eu mandar depois um videozinho só com a fala de vocês para os senadores, está bem? (*Palmas.*)

A SRA. ANANDA CARLA PEREIRA MERCÊS (Para expor.) – Bom dia.

Meu nome é Ananda Pereira. Sou advogada, também na Bahia, sou advogada criminalista, fruto das políticas públicas também e, assim como alguns de meus colegas aqui, a primeira graduada da família.

Então, é muito importante – eu acho que não preciso muito me alongar na minha fala – perceber a importância da nossa presença aqui hoje, agradecer por este espaço e continuar fazendo este apelo aos Srs. Senadores, representantes do povo. A gente, uma maioria em número, mas uma minoria em equidade dentro da sociedade, pede nesse apelo que o Senado, o Congresso Nacional, continue caminhando. Vocês que apoiam a nossa causa continuem dando fomento às políticas públicas aqui, à questão das cotas, porque nós viemos de longe para nos engajar nessa luta, que não é minha, que não é de Isaias, não é de Estela, mas de toda uma coletividade, e não só sobre a gente, que já conseguiu chegar até aqui, mas sobre os nossos, que estão chegando. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. TAUANE DOS SANTOS MESSIAS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Tauane Messias. Sou advogada, especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Minha primeira graduação eu fiz na Universidade Federal da Bahia, e a segunda, pelo Prouni, pelas políticas afirmativas do Prouni na universidade federal também, pela renda da escola pública.

Sou filha de empregada doméstica, filha de porteiro. Cheguei até aqui; a primeira graduada da família. Há muito orgulho da família o tempo todo. A minha avó foi para a minha posse na OAB. E para ela foi uma coisa que ela disse que não poderia morrer sem essa visão. Então, para mim, foi uma grande vitória dar esse orgulho à minha família e aos meus também familiares, o pessoal da comunidade. Para mim, foi um prestígio muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço ao Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Nós que agradecemos.

Vai seguindo.

O SR. DANILO DA CONCEIÇÃO SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos, Senador Paulo e demais presentes.

Eu me chamo Danilo Silva, sou advogado criminalista há cerca de 15 anos. Sou da cidade de São Gonçalo dos Campos, na Bahia.

Eu queria dizer da minha satisfação, um pouco emocionado, em estar na presença de V. Exa., por ter sido o senhor tão engajado nessa visão do Estatuto da Igualdade Racial. Eu estou falando de uma pessoa que é ex-catador de castanha e que, em 2004, conseguiu ingressar na faculdade de uma cidade racista, que não permitia que pessoas pretas e da zona rural ingressassem no mundo da faculdade, quiçá cursar Direito.

Então, eu estou falando em nome de uma família, de Roque, de Moraes, de Graça, que conseguiu formar três filhos em três semanas seguidas, cada um filho de ações afirmativas, filhos do Estatuto da Igualdade Racial.

Eu aproveito a oportunidade e peço aqui ao senhor que transmita isso ao Presidente Lula. Diga a ele que existe um recôncavo da Bahia, existe um Brasil, que muitas vezes é esquecido, mas que pulsa para pedir que não deixem que as questões do povo negro fiquem fora de discussões tão importantes.

Muito obrigado ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Obrigado pelas considerações.

Sabe que, no dia em que o Presidente Lula – foi lá no Itamaraty, jamais vou esquecer – sancionou o Estatuto da Igualdade Racial... Uma construção coletiva, de todos nós. Eu fui o autor porque alguém tinha que ser o autor. E, naquela época, eu era o único Senador negro aqui. Ele disse a seguinte frase: "Eu sei que nem todos estão contentes" – porque havia uma certa divergência de alguns artigos –, "mas, se eu não sancionar hoje, a história vai mostrar que somente a mais um século que vocês iam ter uma oportunidade como essa". E aí ele pegou, sancionou e foi aplaudido de pé. Foi um momento muito bonito, viu? Parabéns pela lembrança. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO SILVA DE FREITAS (Para expor.) – Senador Paim, colegas, Frei David, para mim... Meu nome é Tiago Freitas. Para mim, é uma enorme satisfação e honra estar aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

Para mim, que faço parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB da Bahia há mais de dez anos, estar aqui na Comissão de Direitos Humanos do Brasil é muito honroso, em especial por uma demanda que é a demanda do nosso povo negro, tão achincalhado há tanto tempo.

Em 1914 – eu queria fazer essa digressão bem rápida –, uma comitiva diplomática representando o Governo brasileiro na Europa afirmou que em cem anos no Brasil não existiriam mais negros. E nós estamos aqui para provar que isso não era verdadeiro. (*Palmas.*)

Nós vencemos e vamos muito mais longe.

Cumprindo aqui a determinação do Frei David... Eu sou egresso de escola pública, desde a minha formação em ensino fundamental, médio, graduação, mestrado e doutorado. Eu tive a satisfação e a alegria de concluir meu doutorado este ano em Direito Constitucional, lá na Universidade Federal da Bahia.

E eu queria dizer também que, da família de minha mãe, em especial, eu sou o primeiro... É uma família gigantesca, e eu sou também, como meus colegas que me antecederam, motivo de orgulho, o primeiro a chegar à universidade. Minha mãe conseguiu passar na universidade à época, mas não pôde cursar, porque não tinha condições financeiras e, infelizmente, concluiu apenas o ensino médio.

Mas quero dizer que os desafios ainda são muito grandes. Por exemplo, a Universidade Federal da Bahia – eu quero aqui falar em tom até de uma certa denúncia – tem no quadro aproximadamente 130 professores, mais de cem professores, e desses cem professores, seguramente, forçando a barra, não chegamos a dez professores negros – forçando a barra. E não sabemos... Até alguns a gente tem dúvidas de se eles se reconhecem como tais, como negros.

E, aproveitando o ensejo também, após a conversa com a assessora do senhor... Ela disse: "Não, aproveite e fale, porque isso pode se tornar demanda da Comissão". Eu agora escolhi, abracei a carreira acadêmica e estou passando para o passo seguinte, que é me tornar professor, buscando me tornar professor de universidade pública, e tenho enfrentado dissabores que os meus irmãos brancos nunca enfrentaram, nem enfrentarão. Um deles é com relação ao racismo nas provas, na parte identificada. Eu queria dizer, Senador, que eu passei em primeiro lugar num concurso de uma universidade pública na Bahia, na prova escrita. Eu queria estar comemorando, mas não posso, porque eu passei em primeiro lugar na prova escrita, permaneci em primeiro nos títulos, mas, na prova oral, na aula didática de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disciplina que eu já leciono há mais de dez anos, eu fui reprovado com a nota quase zero – quase zero –, 0,27 mais precisamente. Não sei que número mágico foi esse. Mesmo após o recurso, a resposta foi estapafúrdia, e eu fui reprovado mesmo – fui reprovado – porque era a única forma de eu não ter nota de classificação: baixar muito a minha nota na prova identificada.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Foi por racismo isso, não é?

O SR. TIAGO SILVA DE FREITAS – Eu queria colocar isso, porque a prova escrita não é identificada, e nela eu consegui a aprovação em primeiro lugar; quando eu fui identificado e apareci com o corpo preto... E aí eu digo que não foi um problema só meu, porque éramos dois negros nessa fase, e o meu outro colega – vou dizer aqui, o concurso era para História do Direito – também formado em História, além de formado em Direito, bacharel e licenciado, tinha ficado em quarto lugar na parte escrita, e nós dois fomos os únicos reprovados, não tivemos classificação – os únicos reprovados –, e os demais... Éramos oito: seis foram classificados, nós dois fomos eliminados do certame, porque, se tivéssemos nota de classificação, seguramente ocuparíamos uma das vagas.

Essa questão tem sido muito problemática, em especial na carreira docente. As políticas afirmativas têm se tornado um elemento mais dificultador do que facilitador, infelizmente, não sei se por conta desse aspecto subjetivo da prova docente.

E, por fim – já encerro por aqui, Senador –, agradeço muito a gentileza do senhor e quero dizer que há uma universidade que está sendo criada aqui no Distrito Federal e que já está nascendo deficitária em relação à aplicação das políticas afirmativas.

Essa universidade foi criada agora, e eu fiz um levantamento – porque também fui preterido no concurso por conta disso, da má aplicação das políticas afirmativas; isso está sendo discutido judicialmente, inclusive –; 9% apenas dos candidatos aprovados no concurso e que vão iniciar a formação nessa universidade são negros, porque deturparam a aplicação por conta da divisão das vagas. O senhor sabe que determinada disciplina tem especificidade, então tem um professor somente; e, no final da distribuição das vagas, os 20% não são atendidos.

Essa é uma problemática do passo dois, após essa discussão que a gente está tendo aqui sobre o acesso. É um problema bom que nós teríamos e que, agora, penso que precisamos enfrentar.

Agradeço e peço desculpas por me alongar. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Um belo depoimento, dando exemplos de sentimento no próprio corpo: o quanto dói você ser discriminado, de forma covarde, desrespeitosa, criminosa, em um crime de racismo.

O próprio Cristiano, que é advogado, disse que em inúmeros casos ele pegou situações semelhantes a essa. E dificilmente ganha – ele me explicava aqui.

E teve uma grande consultora nossa aqui, uma pessoa que tinha uma deficiência na perna, que era *top* de linha. Teve a mesma restrição devido a isso.

Veja como o preconceito é abrangente contra, eu diria, toda a nossa gente: negro, mulher, pessoa com deficiência, indígena, quilombola. Por isso, as ações afirmativas cumprem esse papel fundamental.

Parabéns, viu?

Nosso próximo convidado – todos são nossos convidados aqui, viu?

O SR. JOSÉ CARLOS DA ANUNCIAÇÃO FONSECA JÚNIOR (Para expor.) – Olá, bom dia a todas e todos. Sou Carlos Fonseca.

Queria, primeiramente, agradecer ao Senador por esta oportunidade e dizer que eu tenho muito orgulho em falar que sou filho de marisqueira – minha mãe sempre trabalhou como marisqueira para poder sobreviver; ela, minha avó, minha tia –, e hoje, lá em casa, somos dois advogados: eu e meu irmão, somos sócios.

Eu fui aluno de escola pública, de universidade pública. Então, as políticas sociais têm um grande condão de romper as barreiras e de dar acesso não só ao conhecimento, como também à qualidade de vida. Hoje eu tenho um orgulho muito grande de poder falar que eu posso ajudar a minha família a romper essa bolha na qual tentaram nos colocar durante séculos.

Sem mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos.

É bom ver a história de vida de vocês. E são histórias com que a gente se identifica, porque nós viemos, a maioria, do mesmo berço. A maioria do povo negro veio do mesmo berço: um berço humilde, pobre, em que lutaram, lutaram e lutaram.

Que bom ver vocês aqui!

A SRA. LARISSA SANTOS LEITE ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Senador, a oportunidade.

Eu me chamo Larissa Leite, sou advogada, mestranda em Família Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador.

Também sou filha das políticas públicas, fui contemplada pelo Fies, e gostaria de compartilhar um sentimento.

No domingo, eu visitei uma comunidade quilombola na cidade de Cachoeira, na Bahia – eu sou de Salvador. A gente foi para uma escuta, uma visita técnica. Fomos mais de 20 advogadas, negras, ouvir a comunidade quilombola de Cachoeira, que... é até uma denúncia: muitos quilombolas estão tendo as suas casas queimadas, suas histórias queimadas. Tem pessoas que moram lá há mais de 100 anos perdendo suas terras por conta de pessoas que chegaram depois, mas que têm dinheiro e condições, grileiros, e uma fábrica também que se diz ser dona de 48% daquela comunidade, daquele local, daquela cidade, que não é uma cidade grande – imagina 48% de uma cidade, queimar, querer exterminar uma história. Eu saí muito emocionada de lá, porque a gente não imaginava que seria uma comunidade quilombola inteira que estivesse ameaçada. A gente imaginava que era apenas um terreiro que estivesse ameaçado. Então, ficamos realmente muito chocadas, porque eles sabem que são pessoas que não têm condições de pagar um advogado, de seguir com um processo.

Então, assim como o advogado fala pelo seu cliente, pelo hipossuficiente, pelo vulnerável, os Senadores e os Deputados têm esta missão também de levar a palavra do povo, a voz do povo e a necessidade do povo.

Então, é em nome dessas pessoas que eu seguirei lutando. Não sou a primeira da família a ser formada. A gente conseguiu quebrar esse ciclo da pobreza antes. Meu pai e minha mãe são formados – minha mãe é administradora, meu pai é engenheiro –, com muito sacrifício, muitas abdicações. E hoje estar aqui falando com vocês é extremamente honroso.

Agradeço a todos e todas pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A honra é nossa ao ouvir vocês aqui no Senado, nesta Comissão, o prazer é nosso, viu? São depoimentos marcantes que vão ficar nos *Anais* da Casa.

A SRA. JÚLIA SIMÕES NERIS (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao senhor por ouvir as nossas falas.

Somos pessoas, somos indivíduos, mas essas narrativas contam a história de um povo, elas contam diversas histórias que se reproduzem e vão continuar se reproduzindo ao longo da história deste país, porque, quando olhamos uns para os outros e quando eu olho para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor, em verdade, o que eu vejo é a concretização de sonhos ancestrais. Eu vejo, primeiro, pessoas se formando, eu vejo pessoas que já vêm quebrando um ciclo de pobreza há algum tempo, só que, acima de tudo, eu vejo sonhos ancestrais se concretizando. Eu acho que é para isso que estamos aqui hoje, eu acho que é para isso que esses debates são relevantes, porque, além de tudo, somos seres humanos e estamos aqui para a proteção desses sonhos e desses direitos.

Meu nome é Júlia Simões Neris. Eu sou mulher, nordestina, de Salvador, egressa da Universidade Estadual da Bahia, mestranda em Direitos Fundamentais pela política de cotas. E fico muito orgulhosa, primeiro, de estar diante do senhor e, sobretudo, de ouvir a fala dos meus colegas e saber que somos só a ponta. As gerações que virão serão melhores e as que virão em seguida serão melhores ainda. E é graças a pessoas como o senhor, assim como é graças a pessoas como o Frei, graças a cada uma das pessoas que estão aqui ouvindo. Eu acho que é isso aqui que muda o mundo.

Por isso, eu queria muito agradecer ao senhor e também a todos vocês. Obrigada. Eu sei o quanto é difícil compartilhar histórias. Tudo é muito pessoal, tudo é muito importante para a gente. Vocês compartilharam a história de vocês com a gente, com todo mundo, e eu sou muito grata por isso.

Então, meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pela fala. Gostei da fala, do otimismo, é uma fala positiva, dizendo: "Pode escrever que a nossa geração está aqui, mas outras virão".

A SRA. MARCIA GOMES CARVALHO (Para expor.) – Bom dia; bom dia a todos.

Assim como meus colegas, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui com este microfone para poder falar, não em nome, porque cada um aqui tem sua história, mas relatar coisas que muitas vezes nos parecem chocantes.

Meu nome é Marcia, eu sou advogada, venho também de Salvador, tenho 12 anos de formada.

Para o choque de alguns que não moram em Salvador, apesar de ser uma cidade com a maioria da população negra, estamos em uma classe em que o racismo é gritante. Sou advogada atuante de Justiça, de tribunais, tribunais superiores, então estou ali militando na Justiça, onde, até hoje, em 2023, a gente não se vê: a gente não se vê no magistério, a gente não se vê nos colegas, nossos clientes não têm a identificação conosco. Você consegue perceber em 12 anos a jovem advocacia já mudada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu me formei, éramos praticamente únicos ali nas nossas turmas, seja na esfera pública, seja na esfera privada, porque tem a prova da OAB. Então, na jovem advocacia, já é gritante a diferença por conta das políticas afirmativas, por conta da política da Lei de Cotas.

Hoje a gente já consegue enxergar, principalmente na jovem advocacia, que são essas pessoas que estarão ali atuando, que estarão aqui sentadas em várias outras oportunidades, passarão em concurso e trarão ainda mais diversidade – e, trazendo para a minha área, claro que é uma área trabalhista, é onde eu atuo e consigo enxergar isso –, a diversidade que nos falta: sentar em uma mesa de audiência e não enxergar um único desembargador, um único magistrado que conheceria minimamente a nossa história é algo às vezes desesperador, porque a gente fala como se a gente nunca estivesse sendo ouvido.

Então, as políticas afirmativas, as políticas de cotas têm trazido essa diversidade. Hoje a gente já consegue enxergar e acredito que, em dez, vinte, trinta anos, essa pluralidade, que é o que a gente tanto busca, vai ser ainda mais sentida.

Eu agradeço muito a oportunidade de a gente estar aqui discutindo isso em um ambiente tão importante para toda a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado, belos depoimentos. Todos já usaram a palavra da equipe de advogados que vieram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão convocados. Não estão convidados; estão convocados. Podem vir na primeira fila aqui. Quantos faltam?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podem, claro, vocês três. Por favor, sentem-se aqui. O senhor também passa aqui na frente só para fazer a fala, depois o senhor retorna.

A palavra é sua. Diga o nome e fale um pouco da sua caminhada.

A SRA. RAAB SOUZA DE JESUS (Para expor.) – Agradeço a oportunidade a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Raab, também sou formada pelas políticas públicas, sou 100% Fies, tenho um ano de formada, também sou do interior da Bahia, na zona rural, no sertão.

Agradeço muito a oportunidade de dizer que estar aqui, hoje, é um motivo de honra, de gratidão. Minha família também é sempre muito humilde, eu também sou a primeira formada da família. A oportunidade que o Governo Lula trouxe para a gente, para o meu interior, em especial, falando com total propriedade, foi muito linda e emocionante. Meu interior é muito seco. Eu lembro que eu era bem pequena e que não tinha água para a gente mal tomar banho ou lavar roupa, a gente não tinha televisão, também não tinha energia. Ter tido a oportunidade de poder me formar e hoje ser uma advogada é um motivo de muita honra. Também fico emocionada, porque foi com muita luta que saí do interior para estudar. Já trabalhei também em casa de família – foi com muito esforço –; cursei 100% Fies. Então, é só gratidão e pedir que vocês tenham um olhar de carinho, de empatia, que nos oportunizem, cada vez mais... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

A gente sentiu as emoções em cada palavra que você colocou.

A SRA. DANIELA TORRES SANTOS (Para expor.) – Boa tarde.

Meu nome é Daniela Torres Santos – Daniela Torres Santos. Faço questão de sempre falar que eu sou advogada criminal, mas eu sou especialista em processo civil, sou filha de dona de casa, de motorista, lutei muito, muito, e eu gostaria de agradecer. O que eu tenho é agradecer. Para eu chegar aqui foi muita luta. Eu represento minha família, minha comunidade.

É isso, é agradecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns! Parabéns mesmo!

O nome, se identifique, depois faça a sua saudação.

O SR. MAX NEY (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Max Ney. Eu me senti à vontade de vir falar também.

Eu não faço parte desse grupo, mas pertenço a ele. Eu sou defensor público. Não tive oportunidade da política de cotas, haja vista que na época não existia essa política.

Faço parte da Associação dos Defensores Públicos e sou membro da Comissão Étnico-Racial. Lá a gente discute muito a política de cotas para indígenas, quilombolas e negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tenta ampliar nas demais defensorias essa possibilidade de acesso e permanência do nosso provo preto.

Sou mestrando também em Segurança Pública e Cidadania, e lá a gente debate, a gente estuda sobre o recorte racial, sobre os homicídios oriundos da juventude negra. Também sou filho de doceiro, história parecida com a de todos aqui, mãe do lar, vendi doce na rua, tive a oportunidade de estudar e vejo o quanto é importante a gente batalhar para ampliar essa política de cotas, não só para os estudos, mas, sim, para o trabalho, para os cargos públicos principalmente, haja vista que, no sistema de Justiça, raras são as pessoas que exercem esse cargo.

Então, só para finalizar, estou na torcida de que nós tenhamos uma ministra negra no Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles guardaram ali – como é que se chama? – uma carta na manga. (*Risos.*)

Parabéns pela sua história, uma história bonita também. Isso é que é bonito: embora você não tenha vindo da política de cotas, você sabe a importância que tem a política de cotas, a política afirmativa para todo o povo brasileiro, principalmente para os mais vulneráveis, os pobres.

Eu vim, eu tenho a alegria de dizer que eu morava na beira do Rio Tega lá, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. O Rio Tega é o rio mais poluído da cidade, e era ali que eu morava. Foi como eu entrei no movimento sindical e tive ascensão, mas já via, na época, que eram muito poucos presidentes de sindicatos negros – muito poucos. Com o tempo, até fomos avançando, melhorando, e estou aqui já quase 40 anos, mas sou um apaixonado pela política de cotas. Ah, se eu tivesse política de cotas no meu tempo, eu teria chegado muito mais cedo nas universidades, tive que pelear, até trabalhava dia e noite. Chegou um momento em que eu tive que parar, não cheguei a fazer a universidade, porque eu não tinha como pagar – meus pais ganhavam salário mínimo, ambos. E o meu sonho era fazer Direito mesmo, mas não consegui. E depois a vida me levou a entrar na política e aqui eu estou.

Por isso é sempre importante dizer que os que criminalizam permanentemente a política é porque eles não querem que a gente participe da política. "Ah, como eles não querem?". Mas homens e mulheres como vocês vão avançando, vão escrevendo uma nova história – e desculpe-me o Zagallo, a frase é do Zagallo –, e eles têm que nos engolir, porque nós somos tão lutadores como todos os outros deste país. E essa caminhada é uma caminhada que faremos sempre juntos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito, como dizia Martin Luther King, que no dia em que no país de fato se sentarem à mesma mesa homens brancos, negros, índios, mulheres, pessoas com deficiência, aí sim nós seremos um país de primeiro mundo, e acredito que isso é possível.

Agora eu sou obrigado a encerrar, por ordem de um ofício, dando uma salva de palma a vocês. Muito obrigado a todos. Vocês deram um brilho especial à sessão de hoje. (*Palmas.*)

E me comprometo aqui que vou encaminhar esse vídeo para todos os Senadores, principalmente da CCJ e depois no Plenário.

Está encerrada a sessão de hoje.

Sei que há um outro grupo aí, mas esse grupo está esperando para falar comigo. Já vou recebê-los. É o grupo de Candiota, transição energética, porque me escolheram para ser o Relator. O bicho está pegando já, mas vamos falar em seguida aí.

Está encerrada a nossa sessão de hoje.

Vamos tirar uma foto coletiva aí com a moçada, ó! Tire uma foto coletiva.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e nove minutos do dia dois de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 71/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Vinte anos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 2003)". **Participantes:** Albamaria Abigalil, Assistente Social - Ex Secretária Nacional de Promoção Humana - Integra o Núcleo de Estudos e Políticas Sociais - NEPPOS-UnB; Leides Barroso Azevedo Moura, Professora Associada da Universidade de Brasília e coordenadora do Grupo de Trabalho Envelhecimento Saudável e Participativo da Universidade de Brasília (GTESP-DASU-DAC- UnB); Jurilza Barros de Mendonça, Ex-Coordenadora da Política Nacional do Idoso e Ex-Secretária Executiva do CNDI; José Henrique de Oliveira Varanda, Analista de Opinião do Data Senado e Coordenador da Pesquisa; Maria Machado Cota, Rede Ibero-Americana de Associação de Idosos do Brasil - RIAAM; Luiz legnãni, Secretário Geral da COBAP e Conselheiro do CNDPI; Ana Gilda Soares dos Santos, Assistente Social - Presidente da Associação de Cuidadores das Pessoas Idosas, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro - ACIERJ; Lucio Eduardo Diaz Dumenez, Presidente da Rede Ibero-Americana de Defesa de Direitos das Pessoas Idosas da América Latina e Caribe - REDE CORV; Maria do Carmo Guido, Socióloga, Pesquisadora da Economia do Envelhecimento; Conselheira no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Paulo; e Coordenadora do Setorial da Pessoa Idosa de São Paulo/SP; e Sr Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Ivete da Silveira, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 67ª e da 68ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1957, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substittutivo) que apresenta, que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 74, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta e rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2016 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2861, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente passa a presidência para a Senadora Ivete da Silveira. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3324, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente passa a presidência para a Senadora Ivete da Silveira. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 84, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Publica na CDH, para debater a morte do Garimpeiro José Garcia Vieira." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 85, de 2023** que: "Institui a Campanha Maio Roxo, visando a divulgação e conscientização sobre Doenças Inflamatórias Intestinais, facilitando seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores" **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 86, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional do Povo Mestiço, a ser comemorado no dia 27 de junho de cada ano." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 87, de 2023** que: "Requer seja convidado o Presidente do IPHAN Leandro Antônio Grass Peixoto" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra o Senador Zequinha Marinho e as Senadoras Ivete da Silveira e Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 67ª e da 68ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa da semana seguinte.

Peço, de pronto, desculpa a todos, porque eu tinha que dar um abraço no Jean Paul, lá no Plenário, da Petrobras, mas só dei um abraço e vim para cá.

E, na homenagem ao Marco Maciel, eu tinha que passar ali para cumprimentar a esposa dele e dei só este depoimento que eu vou colocar aqui: foi o único Presidente da República, em toda a história, que, todas as vezes, no meu aniversário, me ligava para dar parabéns.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Que coisa linda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele merece uma salva de palmas. Ele está lá no alto e sabe disso. (*Palmas.*)

Eu fui ali, dei esse depoimento e corri para cá.

Queria também agradecer a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Vocês sabem que eu estava muito tenso, eu diria, em relação à política de cotas. Quando eu falei com a Senadora Damares, ela disse: "Não, está tudo bem encaminhado". Infelizmente – foi dentro do rito, só dou esse informe –, foi pedida vista, o que é regimental – se a senhora quiser dar mais uma olhada –, mas ficou acertado que votaremos, simbolicamente, na próxima quarta.

Então, quero dar um abraço de coração. Se estou gaguejando aqui um pouquinho, é pela emoção. A política de cotas está vinculada à minha vida desde que eu nasci, por ser negro. É uma oportunidade para negros, índios, pobres, brancos, sempre em escola pública, pessoas com deficiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os Senadores e a todas as Senadoras que colaboraram para esse momento acontecer. (*Palmas.*)

E vamos imediatamente à pauta aqui.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CE.

Assim, conforme já ajustado – a assessoria me informa –, Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Em função de tanta coisa, para correr contra o tempo, eu queria pedir a V. Exa., com a aquiescência do Plenário, uma inversão de pauta para o item 8, para ver se a gente consegue avançar e correr atrás de outras situações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ao Plenário, se ninguém é contra, para invertermos a pauta para o item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Ivete da Silveira lê o seu relatório primeiro e, depois, o senhor? É só vocês combinarem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se possível, me conceda.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Concedo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – São 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Só um minutinho.

Item 8. Conforme o combinado com a Senadora, vamos para o item 8, na inversão de pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública na CDH, para debater a morte do Garimpeiro José Garcia Vieira.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Autoria, Senador Zequinha Marinho, a quem eu, de imediato, passo a palavra para a defesa do seu requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado.

A morte de José Garcia Vieira ocorreu no dia 25 de agosto, no Município de Jacareacanga, no Estado do Pará, região oeste do nosso estado.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Dr. Mario Sergio Nery, Delegado da Policia Federal, que está investigando o caso; Dr. Nildo Teixeira, Advogado da família; o Sr. Deputado Estadual Wescley Tomaz; senhor representante do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente); Sr. Presidente da CGL (Cooperativa do Garimpeiro Legal); Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valmir Climaco de Aguiar, Prefeito de Itaituba; e uma testemunha do caso, que aqui não está mencionada.

A gente precisa debater esse assunto, Presidente, porque as ocorrências estão... Não é uma isolada; é muita coisa, e a gente precisa tomar conhecimento disso, publicizar isso, porque não se admite mais, no século XXI, o que está ocorrendo hoje na Amazônia, sob todos os aspectos. Por mais que uma pessoa não esteja fazendo a coisa correta, é um ser humano, e a gente precisa, minimamente, ter um pouco de respeito por isso.

Eu vejo situações tão complicadas para o Estado do Rio de Janeiro e outros estados em que o tráfico, o crime, enfim... Não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas serve de analogia. Quer dizer, lá são cidadãos pobres, lutando pela sobrevivência, dando entrada, por exemplo, num pedido de PLG, que é a permissão de lavra, numa área que pode ser regulada ou regularizada. Isso não acontece porque a ANM não tem isso, não tem não sei o quê, não tem gente, não tem, não tem, não tem, não tem. O cara termina explorando isso de forma não correta, ilegal.

A gente precisa ver de que maneira se atua para evitar esse tipo de conflito, porque não há que se permitir tratar-se esse tipo de trabalhador da forma como está sendo tratado, com bala, com tudo, matando. Vamos botar freio nisso. E aqui acho que é um espaço adequado. Trata-se de um pai de família que deixou para trás tudo: filho, esposa, enfim, está lá há quatro décadas, 40 anos – não chegou lá hoje, ontem, não; tem 40 anos –, vivendo ali, tentando, sobrevivendo, e numa área em que poderiam não acontecer essas coisas, desde que pudéssemos aqui fazer com que quem deveria legalizar legalizasse. Eu acho que contratar mais alguns servidores na ANM... Inclusive vai... "Ah, não foi feito isso por...". Não adianta botar desculpas. Cada um tem que ter responsabilidade pelo seu pedaço, pelo seu trecho.

Então, eu sugiro isso para que se debata, para que se publicize, para que se evitem esses excessos desnecessários, do nosso ponto de vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente só, depois, ajusta aqui, na agenda da Comissão, a data com o senhor, Senador Zequinha Marinho, um dia que lhe seja conveniente.

Então, item 1... Ivete da Silveira.

Muito bem, Senadora Ivete da Silveira. Já tinha anunciado que a senhora seria a Relatora, já fiz toda a introdução.

Então, de imediato, passo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos, Senadoras, Senador...

Eu posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o exame do PL 786, de 2021.

Tampouco observamos problemas de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

Ao contrário: a matéria está bem redigida, com forma tão concisa quanto precisa, e de seus termos, consequentemente, podem-se esperar benefícios reais para nossa vida social e cultural. Se o machismo e o sexismo se reproduzem em casa e na cultura espontânea, irracional, das ruas, é possível, contudo, atalhá-los com a regularidade e o poder racional da escola. Ademais, pode-se prever o efeito colateral de tornar a própria vida escolar mais atraente para os educandos, na medida em que haverá disciplinas que tratam de suas vidas reais, valendo-se de saberes científicos que têm a capacidade de renovar os costumes.

Só vemos virtudes na matéria.

Observa-se, outrossim, que tramita em conjunto com a proposição em exame o PL 2.192, de 2022, que tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL 2.192, de 2022.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 786, de 2021, e pela rejeição do PL 2.192, de 2022.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – A senhora rejeitou o do Contarato e aprovou o da Câmara?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus parabéns pelo relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou pedir vista. Já conversei com a Relatora. É só para uma adequação, é uma coisa muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

Pode ser vista coletiva? Aí volta na próxima quarta, e a senhora faz o ajuste. O.k.?

Então, como é regimental...

Agora mesmo, havendo todo o entendimento na política de cotas, eu concordei com o pedido de vista para quem quisesse, com mais detalhe, olhar o projeto. Vista é isso. Significa que, coletiva, na próxima quarta, volta. O.k.?

Está bom. Vamos em frente.

Item 7. (*Pausa.*)

Item 10... Daquele eu sou Relator. Vou deixar. No final, eu saio da Presidência, passo a Presidência para uma Senadora e discutimos e votamos, dentro do possível, esse projeto.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 86, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional do Povo Mestiço, a ser comemorado no dia 27 de junho de cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é uma audiência pública para dar início a um debate sobre os povos mestiços.

Já conversei com senhor. Eles estão nos procurando muito. Eu acho que vale a pena a gente parar para ouvi-los, entender o que eles querem de verdade. Então, eu apresento o requerimento com esses nomes indicados para a gente fazer uma audiência pública. Pode ser uma audiência pública semipresencial, interativa, uma coisa rápida, mais para a gente ouvi-los. Eu peço que os demais colegas votem pela aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou passar, pela primeira vez, porque já passei para a Senadora Damares algumas vezes, a Presidência para a nossa também querida Senadora Ivete da Silveira. Se puder presidir aqui por um minuto. É só dar o encaminhamento para que eu leia um requerimento e um projeto. E só votaremos se for possível.

Eu tenho dito que os meus projetos não são prioridade, a não ser o de cotas; o de cota é prioridade, e nós estamos ajustando para votar na próxima quarta.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Obrigada, Senador Paim, por esta oportunidade. Espero corresponder à sua altura.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2861, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Ivete da Silveira, a senhora me desculpe, mas eu vou ter que falar de novo – já falei isso para ela –: eu, quando passei ali, fiz uma pequena saudação à esposa do Marco Maciel, ex-Senador e ex-Presidente, pessoa por quem eu tinha o maior carinho, e a mesma coisa quanto ao Senador Luiz Henrique, uma pessoa que fazia a diferença, dialogava com todos e construía coletivamente todos os encaminhamentos. Ele está lá no alto. Ele deve ter-me visto falar isso uma série de vezes, mas eu falo, e falo de novo, quando eu fiz uma pequena homenagem para o Marco Maciel, que a senhora tão bem representa aqui, no Senado da República. Então, é um prazer ver a senhora na Presidência e me lembrar dele. Quantas vezes ele me chamava de lado e dizia assim: "Paim, vai devagar, que tu não vais passar o teu projeto". Aí me aconselhava, e eu normalmente seguia, e dava certo. Eu faço isso com muito carinho.

Bom, vamos ao projeto.

Relatório.

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos o Projeto de Lei 2.861, de 2023, de autoria da Deputada Federal Laura Carneiro, que objetiva instituir a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças e alterar a Lei 14.344, de 24 de maio de 2022, que, entre outros, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

O art. 1º encerra o objeto da proposição, como já exposto acima. A parentalidade positiva e o direito ao brincar constituirão políticas de Estado a serem observadas no âmbito dos entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativos, sendo dever do Estado, da família e da sociedade proteger, preservar e garantir o direito ao brincar às crianças, nos termos dos arts. 2º e 3º desta proposição.

Se V. Exa. permitir – eu fiz uma pequena introdução, porque achei importante –, eu vou direto à análise agora. É possível, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Pois não, o senhor fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu aprendi com V. Exa., que sempre pergunta: "Posso ir direto à análise?". Veja que eu pego logo.

Análise.

Nos termos dos incisos V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a proteção à família, à infância e à juventude.

A proposição ora em análise possui grande mérito. Estabelece a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para a diminuição da violência praticada contra crianças e adolescentes, que ocorre, na maior parte dos casos, em ambientes domésticos.

O PL é oportuno, visto que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, diversas formas de violência contra quem possui de zero a 17 anos, como abandono de incapaz, abandono material, maus-tratos, lesão corporal, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, aumentaram durante o ano de 2022 e superaram as estatísticas anteriores à pandemia, o que é gravíssimo. Ademais, a Organização Mundial de Saúde apontou a violência como um dos maiores problemas de saúde pública entre crianças e adolescentes em países em desenvolvimento – claro que aqui se inclui o Brasil.

Frente a esse cenário e em alusão aos termos da justificação do PL, diversos estudos e políticas públicas, em nível global, vêm demonstrando que a capacitação dos pais para que exerçam uma parentalidade positiva, visando a um relacionamento com seus filhos fundamentado no respeito e acolhimento, inclusive por meio da realização de atividades lúdicas e recreativas, é verdadeira ferramenta no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Essa abordagem, fomentada pela proposição, já está presente, ainda que de modo inicial e limitado em relação à faixa etária, em iniciativas como o Programa Criança Feliz, previsto no Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Nesse sentido, a proposição somará esforços com políticas em fase de implementação e promoverá melhor estruturação dos aspectos a serem observados na promoção da parentalidade positiva e do direito ao brincar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia da minuta apresentada à Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ), foi do movimento ChildFund Brasil (Fundo para Crianças).

Por fim, o que o PL propõe, efetivando a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para prevenção da violência contra as crianças, coaduna-se plenamente com os arts. 226, §8º, e 227 da Constituição Federal, os quais, respectivamente, determinam que o Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações, e garantirá à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O voto, Sra. Presidenta.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.861, de 2023.

Quero, mais uma vez, cumprimentar essa iniciativa da nobre Deputada Laura Carneiro, que instituiu essa data tão importante por tudo que aqui descrevemos.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Em discussão, a matéria (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3324, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Ivete da Silveira, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, chega à nossa Comissão para análise o Projeto de Lei nº 3.324, de 2023, de autoria da nossa querida Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide Maia, que tem como finalidade incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar no Programa Bolsa Família (PBF).

Nesse sentido, o PL modifica os arts. 3º, 5º e 6º da Lei 14.601, de 19 de junho de 2023.

A partir daí, eu peço a V. Exa. para ir para a análise. É possível?

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Pois não, Senador.

Pode ir para a análise.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Análise.

Os incisos III, IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal incumbem a esta Comissão opinar sobre matérias que tratem da promoção de direitos humanos, dos direitos da mulher e da proteção à família, o que torna regimental o exame do PL nº 3.224, de 2023, por este Colegiado.

A matéria atende aos requisitos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa.

No mérito, o texto estabelece que mulheres em situação de violência doméstica e familiar sejam incluídas celeremente entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, bem como assegura-lhes o retorno prioritário ao programa, caso tenham sido dele desligadas.

Conforme pontuado na justificação da matéria, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, já é inscrita pelo juiz no cadastro dos programas assistenciais do Governo Federal, estadual e municipal. Trata-se de uma das medidas que a Lei Maria da Penha adota no campo da proteção da mulher agredida.

A inscrição possibilita o acesso a todos os programas assistenciais ativados pelo cadastro, inclusive ao próprio Programa Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, verifica-se que a proposição em análise, ao alterar a Lei do Programa Bolsa Família, busca vincular a política de enfrentamento à pobreza com a política de enfrentamento à violência doméstica e familiar, de maneira a articular as duas intervenções que, afinal, estão mesmo profundamente entrelaçadas.

Dessa forma, a medida buscada – dar amparo financeiro à mulher – pode ser alcançada de maneira mais estruturada e abre espaço normativo para a regulamentação e assim criar pactuações entre os entes da Federação a respeito do tema.

Sabe-se que a violência doméstica e familiar está presente em todas as classes sociais. Entretanto, ao atingir famílias muito pobres, exige ainda mais a intervenção do poder público, a fim de amparar as mulheres e seus dependentes, que, muitas vezes, precisam permanecer em lares profundamente opressores por necessidade financeira.

A quarta edição da pesquisa "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", realizada pelo Instituto Datafolha em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com dados de 2022, mostrou que quase 70% das brasileiras consideram que uma das ações mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar é a garantia de acesso a necessidades básicas para mulheres que vivenciam tal situação. Ainda conforme a pesquisa, 21,5 milhões de brasileiras com mais de 16 anos sofreram violência física ou sexual durante o ano de 2022, cometida por parceiro íntimo ou ex. Mais da metade desses casos ocorreram dentro das residências.

Tais dados apontam a importância de projetos que estruturem e aperfeiçoem nosso ordenamento jurídico voltados ao enfrentamento desse tipo de violência, como faz o PL em análise.

Devido a isso, nobre Senadora Ivete da Silveira, eu termino meu relatório pedindo a aprovação do Projeto de Lei nº 3.324, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Em discussão, a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente Paim... Senador Paim, parabéns pelo voto. A ideia é excelente, a ideia da Zenaide, mas eu estive do lado de lá, como gestora, e, enquanto o senhor lia, eu ficava tentando aqui imaginar como se dará o cruzamento de dados. Eu sei que não cabe a esta Comissão, não cabe. Nós estamos falando aqui do aspecto do direito, vamos aprovar, mas a minha preocupação é com a efetividade, porque essa ideia é tão boa que nós já vamos ter que começar a pensar como nós vamos ajudar o Executivo na efetividade disso aqui. Imagine, no interior do Amazonas, uma mulher vítima de violência. A gente não tem lá os dados cruzados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos os cadastros ainda, o monitoramento da violência ainda de uma forma muito precária. Como é que eu vou trazer essa mulher para uma lista de prioridade na concessão de um benefício? Mas a ideia é muito boa.

Parabéns pelo seu voto. Vou sentar com a Senadora Zenaide para já na próxima Comissão a gente ver a forma de aplicação da lei. Como a outra que a gente aprovou agora, o outro PL, sobre o direito de brincar, de que forma nós vamos efetivar isso na prática? De que forma a gente não vai onerar o gestor que não vai estar proporcionando o direito de brincar por meio de campanha? Como isso vai se dar?

Então, sobre essas duas propostas que a gente aprova aqui hoje, eu vou voltar a falar com os senhores para a gente já apresentar também formas de efetividade lá na ponta.

Parabéns pelo seu voto.

Parabéns à Senadora Zenaide pela iniciativa.

A proposta é muito boa para a gente dar um freio na violência contra a mulher e acolher essa mulher vítima de violência com o que a gente já tem, que é o Bolsa Família.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares – me permita, Presidenta, como Relator –, já tinham me alertado para algo semelhante. Mostra que a senhora está com toda razão. Mas achei que foi muita grandeza de V. Exa., como dos outros que me procuraram como Relator, deixar aprovar na Comissão de Direitos Humanos, pela importância do tema, e aprofundar mais na outra Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CAE e, posteriormente, para a análise terminativa da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 87, DE 2023

- Não terminativo -

Requer seja convidado o Presidente do IPHAN Leandro Antônio Grass Peixoto

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Querida Presidenta Ivete da Silveira, a senhora já leu a introdução do requerimento, atualizando ao Plenário, e, se permitir, eu vou direto à justificação agora.

A justificativa é simples.

O Iphan se caracteriza pela diversidade de suas atribuições e atividades, ou seja, suas ações vão desde a identificação e proteção até a restauração, prevenção e fiscalização de bens físicos, paisagísticos, arqueológicos e intelectuais, abrangendo aspectos importantes do panorama cultural brasileiro.

Aqui eu só dei alguns exemplos: administração de biblioteca, arquivos e museus.

O povo brasileiro entende a importância do Iphan para manter viva a história do nosso país.

Essa é a justificativa.

Com alegria, vamos receber aqui o Sr. Leandro Antônio Grass Peixoto, Presidente do Iphan, pelo trabalho que ele está fazendo, e mostrar, inclusive, as janelas, os espaços, em cada estado, nos quais eles podem contribuir com a participação, inclusive, do Senado.

Claro, o dia será agendado de acordo com a agenda dele.

Já tem dia? (*Pausa.*)

Ah! Então, já vamos anunciar: dia 11 de outubro, quarta-feira que vem, às 9h.

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou lembrando só aqui... Olha, a minha cabeça está tão ligada nessas cotas que eu já estou lembrando aqui que, quarta-feira, às 10h, ficou acertado, por acordo lá, a votação das cotas na outra Comissão. Mas não há problema, vamos manter. E, se eu não puder, tenho certeza de que a Senadora ou um Senador poderá presidir. Terminando lá, eu venho para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente Paim, enquanto o senhor vai se dirigindo ao seu lugar, nós temos na pauta hoje um projeto que fala sobre cota para estagiários. Acho que seria interessante a gente dar uma olhadinha nele depois, se a gente puder falar, e ver se a gente aproveita alguma coisa dele. Eu sei que o texto lá já está fechado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas a gente tem um projeto sobre cota para estagiários aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Vamos lá, então, sem problema.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 62, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

Concedo a palavra... Mas ela é autora... (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, o senhor vai relatar *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos, também não tem problema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nos 20 anos do Estatuto do Idoso...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de que eu tive a alegria de ser o autor, mas a construção foi coletiva, Câmara e Senado, todo mundo ajudou. Eu lembrava que o Eduardo Barbosa, que faleceu, foi o grande Presidente da Comissão; Silas Brasileiro foi o Relator. E foi um senhor bem idoso do Rio de Janeiro que me mandou uma cartinha. Aquilo foi verdadeiro mesmo, como eu contei na entrevista. Só que eu não estou achando mais a cartinha. Mas os filhos dele já fizeram homenagem ao estatuto e a ele, e eu fui convidado para estar, no Rio de Janeiro.

Então, eu vejo como mais do que positiva a criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa. E eu posso relatar, sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Beleza.

O senhor vai ler o voto? Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria aqui está fazendo uma leve...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos deixar para a próxima sessão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, de minha parte, eu teria a maior satisfação de fazer a leitura.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Realmente, a Senadora Ivete também saiu. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas fica já ajustado que na próxima...

Pena que a Senadora já saiu, mas se chegar aqui uma Senadora... Parece-me que a Senadora Zenaide Maia estaria vindo para cá, não é? Se ela vier, a gente faz um encaminhamento. Pedi para alguém ligar para ela, ver se ela já pode vir.

Enquanto aguardamos a chegada de um outro Senador, a gente aprova hoje já a sua iniciativa, que eu achei muito boa.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

- De cidadãos: alegações de perseguição política, de perseguição por ódio e discriminação, de descumprimento da Lei 3.146, de 2015, por parte de estádio de futebol quanto a ingressos para pessoas com deficiência; de perseguição e violência física, acrescentando que policiais se recusaram a registrar a ocorrência; de atendimento desumano a idoso de 83 anos de idade em hospital; que teve cerceado o direito de defesa; denúncia de que há exposição de pessoas em *lives*, que já fez denúncia disso e nenhuma providência foi tomada, nem por parte da polícia; crime militar e fraude em concurso público; solicitação de proteção.

- Da Associação do Centro de Referência Cigana de Santa Catarina: solicita garantia de direitos da população cigana;

- Da Assembleia Legislativa da Bahia: encaminha ofício solicitando acompanhamento das ações que estão sendo empreendidas pelos gestores da segurança pública.

Expediente.

A CDH recebeu da Presidência do Senado Federal o Ofício 910, de 2023, de 27/09/2023, encaminhando o relatório da Comissão Temporária Externa destinada a investigar as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte, com recomendações a esta Comissão.

- Das Câmaras Municipais de São Bernardo (SP); de Garça (SP); de Maringá (PR); Alagoa Nova (PB); Ewbank (MG); e de Terra Roxa (PR): Moção de Repúdio à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, que pretende a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania: encaminha pedido da Organização Nacional de Cegos do Brasil para que as pessoas com deficiência também sejam consideradas no rol da Lei nº 14.583, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

- Da Associação Bem em Ação: solicita a propositura e aprovação de projeto de lei que torne esta associação bem de utilidade pública.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficarão disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para a manifestação dos membros da Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, informo o arquivamento dos documentos lidos na 62ª Reunião. (*Pausa.*)

Temos aqui um de um outro Senador ou Senadora e tem um de minha autoria, que é terminativo, mas já foi lido. (*Pausa.*)

É terminativo. Já foi lido. Não compensa nós ficarmos esperando aqui até que dê quórum no painel. Então, nós deixamos, como deixo o seu – para empatar com a senhora, porque eu não quero perder, quero empatar –, eu deixo o meu também. (*Risos.*)

Pode ser, Senadora Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim, encerramos a nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos no dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e oito minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito e Lucas Barreto, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Mauro Carvalho Junior, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Lançamento do livro: "Análise da seguridade social 2022". **Participantes:** Crésio Freitas, Vice-Presidente de Assuntos Fiscais da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Diego Monteiro Cherulli, Advogado - Professor especialista em direito previdencia´rio – Vice-Presidente do IBDP e Presidente do IBDPREV; Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Instituto MOSAP; Luiz legnãni, Secretário Geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Flávio Tonelli Vaz, Assessor Técnico da Câmara dos Deputados; e Edmilson Gomes da Silva, Diretor da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal – FAP/DF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Ouvir Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado Luiz Marinho do Ministério do Trabalho e Emprego para informar sobre as ações da respectiva pasta ministerial. **Participante:** Ministro de Estado Luiz Marinho, Ministério do Trabalho e Emprego. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dez minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Otto Alencar, Eduardo Gomes e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 81/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater o tema: "Uma Visão sobre a Dívida Pública", com a exibição do filme, O Complô. **Participantes:** Paulo Egon, Professor do ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação - Suplente de Senador Constituinte. Membro do Comitê Executivo e do Conselho do filme "O Complô". Participação no filme como depoente; Hermes Zaneti, Professor e advogado - Mestre em Ciência Política /UnB - Ex-Deputado Federal Constituinte/88; Luiz Alberto Cassol, Diretor do filme “O Complô”; e Ricardo Berzoini, Ex-Ministro do Trabalho, das Comunicações, da Previdência Social e da secretaria de Relações Institucionais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas do dia onze de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima nona a septuagésima segunda reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Zequinha Marinho como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1635, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 5-CAE e mais seis emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as com as emendas nºs 1 a 5-CAE-CDH e as emendas n°s 6 a 11-CDH. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4089, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 85, de 2023** que: "Institui a Campanha Maio Roxo, visando a divulgação e conscientização sobre Doenças Inflamatórias Intestinais, facilitando seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores" **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** O Presidente e o Senador Zequinha Marinho subscrevem o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 69ª a 72ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte. Informo também que a nossa audiência de hoje, desta reunião deliberativa, será semipresencial, com a participação dos Senadores e Senadoras interessados em atuar, trabalhar e votar hoje aqui, de forma virtual, devido ao feriado de amanhã.

Eu vou começar já. Se me permitirem todos, vou fazer só a leitura do requerimento e depois vou entrar falando sobre o tema, que é a crise migratória e também climática global.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° , DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre direitos humanos e as catástrofes climáticas, com foco na triste realidade hoje do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Claro que temos muita chuva no Rio Grande do Sul, mas temos também a seca no Amazonas. Só que desse tema do Amazonas, naturalmente, eu só vou apresentar requerimento dialogando com os três Senadores do Amazonas. Mas aqui é um meio para nós ouvirmos, inclusive, a ajuda que o Governo está dando – está dando uma ajuda representativa, eu diria –, com delegações de ministros indo para o Rio Grande, a Primeira-Dama indo para o Rio Grande do Sul, nós aprovando aqui um decreto de emergência, do qual o Presidente Rodrigo foi o autor e eu tive a alegria – embora em cima de um ato de tristeza, que é o ciclone que levou morte e desespero ao meu Estado – de ter sido o Relator. E podemos ouvir também tudo o que está fazendo o próprio Governo do estado e a realidade dos municípios. E aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos trabalhar, inclusive, o que estiver ao alcance dos Senadores de cada estado – e, naturalmente também desta Comissão –, o que a gente pode ajudar, além daquilo tudo que o Governo já está fazendo.

Mas, nessa audiência pública, os representantes do Governo das mais variadas áreas... Já tivemos, acho que entre idas e vindas, uns dez ministros – alguns repetidos, claro – que já estiveram no Rio Grande do Sul, dando todo o apoio a essa situação.

Vou fazer a leitura rápida aqui da justificação do requerimento, mas já informo que ele não será votado hoje, será só lido, como é de praxe desta Comissão.

No início de setembro, o Rio Grande do Sul sofreu com a passagem de ciclone extratropical e, conforme a defesa civil, em torno de mais de 50 pessoas morreram e outras 16 desapareceram. A cidade de Muçum foi a mais atingida, seguida por Roca Sales, Cruzeiro do Sul, Lajeado e outras regiões do Vale do Taquari.

Na Serra, os rios transbordaram deixando os municípios isolados. O próprio Lago Guaíba acabou invadindo parte da capital, porque os rios que nós estamos citando aqui deságuam no Guaíba. Noventa e sete municípios foram atingidos no Estado do Rio Grande do Sul, deixando em torno de 5 mil pessoas desabrigadas; mais de 20 mil desalojadas, no estado.

O Governo Federal fez um esforço de imediato e destinou R$1,6 bilhão para ajudar a população atingida pelas fortes chuvas, com diversas medidas de investimento para o estado. Segundo informações que me chegam, está chegando a em torno de 2 bilhões.

Vale lembrar também que o Governo do estado também está fazendo a sua parte, com a solidariedade de todo o povo gaúcho e do povo brasileiro. E a chuva, infelizmente, continua. Tudo indica que vai aumentar a partir da semana que vem.

Vale lembrar que adversidades climáticas no Brasil estão aparecendo com força e deixando marcas irreparáveis na Região Sul, com ciclones, chuvas muito fortes, e na Região Norte nos preocupa também a situação da seca.

Falávamos ontem ainda com o Senador Plínio Valério. E ele demonstrou toda a sua preocupação numa conversa que tivemos.

Enfim, muito nos preocupa a situação em que se encontra a Região Amazônica, afetando a população local. Há falta de água potável para a população, peixes mortos. Aqui diz que há botos morrendo por falta de oxigênio. Enfim, a grave situação da população do norte do país também merece toda atenção desta Comissão; mas só faremos qualquer movimento, claro, dialogando e vendo de que a região da Amazônia mais estaria precisando neste momento. A Comissão de Direitos Humanos estaria também à disposição para ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa audiência pública foi solicitada à CDH, nos termos do art. 93, §1º, e do art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Paulo Paim.

Claro que todo encaminhamento farei também ouvindo os dois Senadores do Rio Grande, Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Mourão, mas seria votado na semana que vem.

Nessa mesma linha, eu uso esse momento para falar de uma grande preocupação, que tem tudo a ver com as catástrofes, com as guerras também e com a situação de terremotos, que atingem a população de diversos países. Então, registro aqui na Comissão: a atual crise migratória global é de extrema gravidade, com milhões de pessoas sendo forçadas a deixar suas casas, em busca de segurança e sobrevivência, devido a uma série de situações, incluindo guerras, como é o caso agora de Israel e Palestina. Tudo que está acontecendo teve a nossa crítica muito contundente no Plenário.

Já falei no Plenário duas, três vezes: nada explica – nada explica – este momento e não se admite que a violência, a guerra, a tortura, o sequestro, o estupro estejam acontecendo numa guerra entre países que deveriam estar construindo diálogo, acordo e entendimento entre as partes. Falo aqui das guerras, falo de conflitos, falo de fome, falo da pobreza, falo de eventos climáticos, falo de extrema degradação ambiental, falo de perseguição política e desemprego.

Esse cenário é evidenciado por vários exemplos em todo o mundo, como em Lampedusa, na Itália; França, Venezuela, Estados Unidos, México, Ucrânia, Panamá, América Central, Oriente Médio, continente africano. Já falei da questão de Israel, palestinos e o grupo Hamas, que tem sido, infelizmente... Ali iniciou o momento da guerra. Um exemplo é o êxodo de mais de 13 mil refugiados – vou citar uma outra região – de Nagorno-Karabakh para a Armênia.

Recentemente o Papa Francisco...

Seja bem-vindo, Senador Randolfe. Eu estava exatamente esperando V. Exa. e fazia aqui uma introdução da minha fala do que está acontecendo no mundo, sobre o que V. Exa. tem se posicionado com muita clareza no Plenário.

Recentemente, o Papa Francisco criticou a falta de ação da União Europeia e apelou à solidariedade para com os migrantes refugiados, destacou que os nacionalismos beligerantes são inaceitáveis em tempos como este. Nesse cenário cru e desafiador, a questão que se coloca é que países têm a responsabilidade de adotar medidas humanitárias. Não à guerra; sim à paz. A xenofobia, o ódio, a discriminação, a maldade, a rejeição, a hostilidade são inaceitáveis.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), praticamente 179 mil migrantes chegaram à Europa via Mar Mediterrâneo apenas neste ano, enquanto, lamentavelmente, mais de 2,5 mil perderam a vida ou desapareceram durante essa jornada. Desde 2014, mais de 28 mil pessoas perderam a vida tentando alcançar a Europa pelo Mediterrâneo. Conforme dados da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização Internacional para as Migrações, as imagens que testemunhamos são impressionantes, mostrando mulheres grávidas, bebês de colo, crianças, idosos e homens de todas as idades enfrentando essas travessias perigosas que levam à morte uma grande quantidade daqueles que arriscaram a sua vida tentando buscar um novo espaço para sobreviver, em busca da segurança e da esperança.

Segundo a Acnur, até maio de 2023, mais de 110 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar em todo o mundo devido às crises climáticas ou às guerras, o que significa que uma a cada 74 pessoas enfrenta essa situação de deslocamento. De acordo com as informações fornecidas pela Unicef, nos últimos seis anos, ocorreram cerca de 43,1 milhões de deslocamentos internos de crianças em 44 países, devido a desastres climáticos. Isso equivale a aproximadamente 20 mil deslocamentos de crianças a cada dia, nesse período, a andar pelo mundo.

Essa análise representa a primeira avaliação global do número de crianças forçadas a deixar suas residências devido a eventos como, por exemplo, inundações, tempestades, secas, incêndios florestais, abrangendo o período de 2016 a 2021; também projeta as mesmas tendências para os próximos 30 anos.

No contexto do Brasil, é estimado que, nos próximos 30 anos, eventos como inundação, tempestades e outros fenômenos possam resultar no deslocamento de cerca de 1,5 milhão de crianças. Além disso, é importante notar que as secas foram responsáveis por mais de 1,3 milhão de deslocamentos internos de crianças.

Sendo a Somália um dos países mais afetados por essa situação, por outro lado, os incêndios florestais também deslocaram cerca de 810 mil crianças, com mais de um terço desses ocorrendo somente em 2020.

Concluindo, Senador Randolfe, o Brasil tem uma longa tradição de acolhimento de imigrantes e refugiados, abrigando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, incluindo cerca de 150 mil refugiados ou solicitando refúgio. O Brasil tem uma tradição de paz, de entendimento, de diálogo e não à guerra, não às armas.

O Ministério das Relações Exteriores informou que, entre setembro de 2021 e março de 2023, o Brasil emitiu 7.270 vistos humanitários para afegãos. O país tem acolhido pessoas de diversas nações e tem o dever contínuo de aprimorar ainda mais a recepção daquele que escolhe o Brasil para viver. Não à guerra, sim à paz, ao diálogo, ao entendimento, e que se entenda sempre que políticas humanitárias não têm fronteira – políticas humanitárias não têm fronteira. Como dizia um grande líder, onde houver um injustiçado, nós temos que estar do lado dele.

O Senador Randolfe pediu a palavra nesse momento, antes mesmo de nós trabalharmos com a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua.

Já temos quórum para deliberar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só brevemente, antes da importante pauta que vamos deliberar, sobre o comunicado que V. Exa. faz aqui a esta Comissão de Direitos Humanos.

Eu acho que é fundamental sempre destacar aqui a nossa posição e a posição do Governo brasileiro. Para começo de tudo, o Hamas é uma organização terrorista. O terrorismo, seja de onde venha, esteja onde estiver, tem que ser repudiado pela humanidade.

Dito isso, em paralelo, é importante também destacar que o Hamas não é a Palestina. A Palestina é um Estado que se pretende livre. Os palestinos não são todos do Hamas. Da mesma forma com que nós nos indignamos e repudiamos a chacina do Hamas de crianças israelenses, nós também temos que repudiar qualquer chacina de crianças palestinas. Por isso, a posição do Governo brasileiro em relação a esse tema, que não restem dúvidas, desde o início, tem sido de condenação veemente do terrorismo de qualquer lado, de qualquer um dos lados.

Em segundo lugar, a posição do Governo brasileiro, desde o começo, tem sido para a construção da paz no Oriente Médio. Aliás, a posição histórica do Brasil, desde 1947, na fundação das Nações Unidas, por Oswaldo Aranha, é a convivência pacífica entre dois Estados, um palestino e outro judaico, o Estado israelense. Foi sob esta égide que o Brasil se posicionou em 1947, na fundação da ONU. É esta posição que o Brasil defende até hoje, é esta posição que a diplomacia brasileira defende: a coexistência pacífica entre dois Estados, um judeu e um árabe, Israel e Palestina.

É por isso que o Presidente da República, nos primeiros momentos do ocorrido no sábado, destacou, em suas manifestações públicas, ambas as posições: a primeira, a condenação ao terrorismo; a segunda, a reafirmação da posição histórica do Estado brasileiro e, nesse sentido, a convocação imediata de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O nosso país, Presidente Paim, o Brasil, foi o primeiro, de todas as nações, a manifestar esta posição: chamar, em caráter extraordinário, uma reunião do Conselho de Segurança, porque, no conflito, na guerra, só quem perde são civis. No conflito, na guerra, no ataque terrorista, sobretudo perpetrado pelo Hamas, em primeiro lugar, quem perde primeiro são as crianças, quem primeiro são assassinados são aqueles que nada têm a ver com o conflito. Mediar pela paz no meio de um conflito é a atitude do Governo brasileiro neste momento.

Em paralelo a isso, o Governo brasileiro, preocupado com os mais de 14 mil brasileiros que estão em Israel, 6 mil na Palestina – nós temos brasileiros compatriotas nossos dos dois lados do conflito –, buscou e mobilizou a maior operação de resgate da história da Aeronáutica brasileira, a maior operação de resgate da história das Forças Armadas de nosso país. São seis aeronaves que foram mobilizadas, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem do Presidente da República, desde o último sábado; são quinze voos a princípio projetados. O primeiro chegou nessa madrugada, às 4h da manhã, aqui a Brasília; 211 brasileiros já estão em solo por conta da operação da nossa Aeronáutica, por conta da determinação do Governo brasileiro.

Ao contrário de outros tempos, o nosso Governo não titubeou em pensar, diante de uma calamidade, diante de uma catástrofe, diante de vidas brasileiras em perigo, mobilizar todos os esforços para resgatar os brasileiros. E lhes digo, Presidente Paim: nenhum brasileiro vai ser deixado para trás. Todos aqueles que lá estão, seja do lado de Israel, seja do lado da Palestina, seja na Cisjordânia, seja na Faixa de Gaza, por determinação de nosso Governo, serão resgatados – na Faixa de Gaza, inclusive, com uma dificuldade maior, porque nós sabemos o grau de isolamento que, ao longo do tempo, é imposto sobre a Faixa de Gaza.

Também é importante lembrar isto: o conflito israelo-palestino, o conflito entre israelenses e palestinos, não começou agora no último sábado. Ele começa pelo menos desde 1948, quando Israel, inclusive, empreendeu sua luta pela independência.

Ele tem uma passagem em 1967, quando Israel elevou o grau de ocupação dos territórios palestinos. Ele tem um capítulo posterior na Guerra dos Seis Dias. Então, não é um conflito que começou agora. É importante também destacar as condições que civis, mais de 2,5 milhões de civis palestinos vivem em Gaza, sob total isolamento, em condições sub-humanas, com água sendo racionada há quase três dias, e agora, lamentavelmente, pelo conflito, sendo racionada mais ainda.

A faixa de Gaza tem 2,5 milhões de pessoas, em uma área que é inferior à área do Distrito Federal. É importante, no conflito, ver todos os lados, mas é importante ter posição política firme, de repúdio ao terrorismo – reitero, de repúdio ao terrorismo! Então, que se diga com todas as letras da palavra: o Hamas é uma organização terrorista, tem de nós o repúdio, a condenação e o combate, assim como todas as organizações terroristas que tiverem e que existirem. O Hamas não é o povo palestino. E nós temos compatriotas, e assim como valem os 14 mil compatriotas nossos que estão em Israel, valem os 6 mil que estão na Cisjordânia, ocupada, e estão na faixa de Gaza.

Em relação aos que estão na faixa de Gaza, o nosso Itamaraty tem feito todos os esforços, junto com o Governo egípcio, para que a passagem da faixa de Gaza e Egito seja reaberta, para também podermos resgatar os nossos. Repito: da parte do Governo brasileiro, ninguém, nenhum compatriota nosso será deixado para trás. E o Brasil intervirá junto à ONU para a solução pacífica do conflito, condenando o terrorismo, mas, sobretudo, apelando pela paz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Randolfe. Eu peço à assessoria da Comissão, se V. Exa. assim o permitir, que incorpore ao meu pronunciamento a sua fala, que deixa muito clara a posição do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., como Líder do Governo no Congresso, tem toda a autoridade. E, por isso, eu fiz questão... Não só pelo projeto que vamos votar, que é um projeto de estatuto – e você sabe que eu gosto de estatuto – e V. Exa., com a grandeza política que tem, me convidou para ser o Relator. Tenho certeza de que vai ser aprovado por unanimidade.

V. Exa. concorda que fique o seu pronunciamento ajustado ao meu, em nome da Comissão de Direitos Humanos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Só que acrescentará ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Por isso que ele é meu Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Ser incorporado ao seu é mais do que eu mereço, e mais longe do que pretendo ir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, meu Líder no Congresso, e com certeza em muitos temas fora do Congresso, nós caminhamos sempre juntos.

E o caminhar juntos, Randolfe, permita que eu diga, em um comício com cerca de 70 mil pessoas, em Porto Alegre, ele estava no mesmo caminhão que eu estava, nosso caminhãozinho caminhava devagar, mas onde ia ser o evento, eram uns dois quilômetros para a frente, e o caminhãozinho que nós estávamos estragou, e ele praticamente me carregou: "Paim, escore-se a mim e vamos embora". E me levou por aqueles dois quilômetros, eu me lembro: você e a filha do Tarso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Luciana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luciana. Foram muito grandiosos me ajudando a chegar ao palanque onde estava o Presidente Lula.

Vamos, então, Randolfe, Líder do Governo no Congresso.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 786, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CE;

- Em 04/10/2023, foi lido o relatório; em seguida o presidente concede vista coletiva.

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.]

Tramita em conjunto o Projeto de Lei 2.192, de autoria da Deputada Erika Kokay e relatoria da Senadora Ivete da Silveira.

Como já foi lido o relatório e concedido o pedido de vista, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem quer discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao PL 786, de 2021, e pela rejeição do PL 2.192, de 2022.

O projeto segue para a análise da CAS e, posteriormente, da CE.

Com alegria, registramos a presença aqui também do nosso querido Líder Zequinha Marinho.

Senador Zequinha Marinho, bom ver sua presença aqui.

O item 4, Senador Randolfe, é o Projeto de Lei nº 1.635, 2022, não terminativo. Como V. Exa. é o autor e eu sou o Relator, pela nova alteração que houve, segundo o Secretário, aqui na Casa, V. Exa. pode presidir para que eu possa fazer o relatório.

O Senador Randolfe assume a Presidência para que eu possa relatar o projeto sobre o qual ele vai discorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Presidente Paim.

É com enorme honra que anunciamos o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1635, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 5-CAE e mais seis emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CAE, CDH e terminativo na CCJ;

- Em 12/09/2023, foi aprovado o Parecer da CAE, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 a 5-CAE.

Autoria deste Senador.

Relatoria, com enorme honra para o projeto, do Senador Paulo Paim, o Sr. Estatuto, acho que podemos denominá-lo assim, pois relatou o Estatuto da Juventude, relatou o Estatuto do Idoso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Estatuto do Idoso fui autor; do Estatuto da Igualdade Racial, fui autor; e, do Estatuto da Juventude, Relator junto com você...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Relator do Estatuto da Juventude, autor do Estatuto da Igualdade Racial, autor do Estatuto do Idoso – então, é o nosso Sr. Estatutos –, do Estatuto da Cidadania e, agora, relatará aqui para nós o Estatuto da População em Situação de Rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, com enorme honra para o projeto, concedo a palavra, para a leitura do relatório, a S. Exa. o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Já que o senhor fez um relatório antecipado de toda a nossa caminhada, ao longo desses anos, nos estatutos, eu incluo ainda o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de que eu fui o autor. E Romário, Flávio Arns, Celso Russomanno e Mara Gabrilli foram os Relatores.

Senador Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues, autor do projeto, como o relatório é longo, porque é um projeto, de fato, de fôlego e um projeto que eu tive o cuidado de ler com muito carinho, ponto por ponto, para chegar a esse entendimento, se V. Exa. permitir, eu vou à análise, já que ele foi votado, também por unanimidade, na Comissão de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Assuntos Sociais. Muito bem.

Então, vamos à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. A constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto serão...

No mérito, consideramos o projeto de lei em análise de suma importância, dado o cenário alarmante em que se encontra a população em situação de rua no Brasil, conforme o preciso e dramático diagnóstico apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues na justificação do projeto.

Trata-se de uma população em crescimento, predominantemente negra, em condições de extrema pobreza, gravemente impactada pela pandemia de covid-19 e que não tem a visibilidade de outros segmentos vulneráveis mais bem organizados.

O caráter multifatorial das causas do problema torna ineficazes as políticas setoriais fragmentadas atualmente existentes, demandando uma abordagem transversal e integrada, na qual todas as dimensões do atendimento à população sejam consideradas simultaneamente.

A proposição fortalece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, atualmente instituída pelo Decreto nº 7.053, de 2009, recentemente reforçada pelo Supremo Tribunal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, em que a Corte determinou a todos os entes da Federação, relativamente à população em situação de rua, a adoção de providências para: garantia de sua segurança; proibição de remoção e recolhimento forçado de bens e pertences;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vedação do emprego de técnicas de arquitetura hostil; disponibilização de barracas para abrigo imediato, com estrutura mínima compatível com a dignidade da pessoa humana, e de itens de higiene básica.

As emendas da CAE, por sua vez, contribuem para o aperfeiçoamento do projeto, pelos motivos expostos pela nobre Relatora naquela Comissão, Senadora Teresa Leitão.

Consideramos necessário, ainda, promover, por meio de emendas, as seguintes alterações adicionais no projeto, com base em sugestões recebidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da sociedade civil – são praticamente emendas que não mexem no conteúdo total do projeto, por exemplo –: substituição da expressão "aporofobia" por "pobrefobia" – a intenção do Padre Lancellotti, se não me engano, foi que ficasse bem claro que se referia aos pobres –; inclusão de dispositivo para conceituar a heterogeneidade da população em situação de rua; inclusão de diretriz relativa à implementação de políticas voltadas para a superação da situação de rua, que é o objetivo do projeto – então, não muda, apenas ajusta a redação –; garantia de tratamento equitativo para as pessoas em situação de sofrimento mental ou de uso de álcool ou outras drogas; formação e capacitação de profissionais e gestores com conhecimento sobre as políticas de assistência social, saúde mental, consumo de álcool e outras drogas, para superação de estigmas e garantia de direitos humanos; correções redacionais nos arts. 9º e 16.

Nesse contexto, consideramos a criação do Estatuto da População em Situação de Rua uma medida imperativa para garantir os direitos e a dignidade desse segmento populacional, que vem crescendo a uma taxa alarmante e enfrenta condições de extrema vulnerabilidade. O estatuto pode fornecer a base legal necessária para a criação e implementação de políticas públicas efetivas que visem à integração social, acesso a serviços básicos, moradia, emprego e renda, buscando, assim, mitigar a desigualdade social e promover a inclusão social dessa população.

Mediante isso, meus cumprimentos ao nobre Senador Randolfe Rodrigues – que está neste momento presidindo – pela bela iniciativa.

E vamos ao voto.

Ante o exposto, opinamos então pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.635, de 2022, e das Emendas 1, 2, 3, 4 e 5, como eu já comentei e agora, aqui, deixo registrado no meu voto final.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, da CAE, e mais seis emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, CAE-CDH, e as Emendas nºs 6 a 11, CDH.

O projeto segue, então, agora, para a análise terminativa na CCJ.

Meus cumprimentos. Parabéns, Senador Paulo Paim! (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Parabéns ao autor!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Pela ordem, Senador Zequinha Marinho, com o maior prazer, mas deixe-me devolver a Presidência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, fica aí. Nós temos mais um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Ah, perfeito. Tem mais um projeto aqui.

Eu passo, então, a palavra para o Senador Zequinha Marinho, com enorme honra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Quero fazer uma consideração. A população de rua cresce significativamente todo dia. E a iniciativa eu não tive oportunidade de olhar, mas entendo por interessante. A gente precisa trabalhar isso rápido, porque temos que mitigar esse problema. É um problema social grave. Esse povo, de repente, tinha uma casa, perde essa casa. E o poder público tem o dever de tentar retornar essa situação de cidadania, devolvendo a ele uma condição digna de moradia, fazendo a inclusão social e econômica... Enfim, é preciso olhar com carinho e com muita seriedade isso, porque se avoluma, nas médias e grandes cidades do Brasil, uma população que a gente está ficando até com medo. E isso é um reflexo do problema social que o país vive.

Então, a minha expectativa é que o projeto de lei possa mobilizar não só o Governo Federal mas os governos estaduais e, principalmente, os governos municipais, porque são onde o problema está instalado, no sentido de não permitir que isso se perpetue e todo dia se avolume ainda mais. Mas que o poder público possa olhar isso com seriedade, não apenas como um gesto humano de levar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cestinha, de dar uma atençãozinha, de quebrar o galho e dizer "está tudo bem". Não está bem. Ser humano precisa de ser cuidado como gente.

Às vezes é um problema até de saúde, Senador Paim. A pessoa fica um tanto desorientada emocionalmente e vai embora; a família não cuida; e aí a prefeitura tem que chegar junto, religar essa pessoa a suas origens, aos seus parentes, cuidar daquilo, ter responsabilidade sobre essa população, que, como já disse, só aumenta e preocupa todo dia o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Eu que lhe agradeço, Senador Zequinha Marinho.

E, se me permite o Presidente de fato desta Comissão, antes de passarmos para o próximo tema, subsidiariamente ao que foi colocado aqui pelo Senador Zequinha Marinho, Senador Paim, Presidente desta Comissão, quero dizer que, de 2012 a 2013, a população que vive na rua cresceu 211%; a população brasileira cresceu 11%. Então, nós tivemos 20 vezes mais crescimento da quantidade de pessoas que vivem nas ruas do que da própria população de nosso país. Esse é o primeiro aspecto a destacar. Durante a pandemia, esse cenário se agravou: cresceu 36%. Hoje são mais de 280 mil brasileiros que não têm casa, que muitas vezes não têm comida e com quem muitas vezes nós encontramos e nos comovemos nas esquinas das ruas e das grandes cidades.

Então, em primeiro lugar, é necessário fazer esse registro, porque, junto com o crescimento do número de pessoas que vivem nas ruas, cresceu também o preconceito com quem vive nas ruas. E por isso que o projeto busca combater e criminalizar esse preconceito.

Além de tudo isso, acho que uma homenagem tem que ser feita por nós, Senador Paulo Paim, ao querido Padre Julio Lancellotti, inspirador para nós deste projeto.

Ainda ontem eu também estive no Ministério dos Direitos Humanos, junto com o nosso querido Silvio Almeida, onde tivemos a instalação da comissão interministerial do povo que vive na rua – e essa comissão foi reinstalada, restaurada agora em nosso Governo.

Eu queria aproveitar para comunicar ao senhor – veja como tudo também que acontece na vida tem seu tempo e seu destino – que, assim como Ulysses, em 1988, ficou conhecido como Sr. Constituição – o senhor se lembra disso? –, o senhor ficará, para hoje e para sempre, conhecido como nosso Sr. Estatuto. Nós citamos aqui..

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Alguém tem a iniciativa. Nós somos instrumento aqui dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Com esta matéria, é pelo menos o quinto ou sexto estatuto; é o sexto estatuto de que o senhor participa diretamente como autor ou como Relator da matéria.

E queria lhe comunicar agora o seguinte: matéria com alguns aspectos muito parecidos com a nossa foi aprovada na Câmara dos Deputados, de autoria da nossa companheira Deputada Erika Kokay, e vem agora para o Senado. O nosso encaminhamento será apensar o texto da Deputada Erica Kokay a esse... Perdão, desculpe-me. É da nossa também companheira Deputada Erika Hilton.

O encaminhamento que faremos agora vai ser apensar o texto da querida companheira Erika Hilton ao texto que V. Exa. acaba de ler com o seu relatório. Com isso, encaminharemos ambos juntos já para o Plenário do Senado, tendo o senhor como Relator, definitivo e último, no Plenário do Senado, não somente dessa matéria como da matéria que vem, de autoria da Deputada Erika Hilton, lá da Câmara, para completar o conjunto do estatuto. E, com essa estratégia, não necessitará esse texto ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Apensa-se a esse o texto da Deputada Erika Hilton, torna-se um texto comum – com sua relatoria no Plenário do Senado –, que seguirá para a sanção do Presidente da República. É a estratégia mais eficaz, para nós termos um estatuto das pessoas que vivem na rua.

Por fim, é importante aqui se destacar, Senador Zequinha Marinho e Senador Paim: esta é uma lei que nós estamos fazendo para que ela não exista mais. Deixe-me tentar explicar. Esta é uma lei que tem prazo para prescrever, porque o objetivo dessa lei é que não tenha mais nenhum brasileiro vivendo na rua.

Não sabemos quando vai ser realizado isso, esse horizonte – que não é utópico, é estratégico, como aqui apontamos. É o Galeano que diz o que é a utopia: "A utopia está lá no horizonte". Caminho um passo, ela se distancia dois passos; caminho dois passos, ela se distancia três; caminho três, ela se distancia cinco. E para que caminhar? É para isto que existe a utopia: para que eu nunca desista de caminhar.

Então, o objetivo dessa lei é esse. O objetivo estratégico que queremos alcançar é que essa lei prescreva um dia. Nós estamos aprovando uma lei para que ela deixe de existir, para que ela objetive tirar todo brasileiro da condição de iniquidade que tem na rua.

E quis o tempo, o destino, as combinações de todos os fatores que a querida Deputada Erika Hilton também apresentasse um texto lá; ele viesse para cá, chegasse na CDH, para que agora V. Exa., para consagrar a condição de Sr. Estatuto, seja o Relator definitivo no Plenário do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Gostei dessa do Sr. Estatuto. É um título que eu vou guardar na minha biografia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Então, passando para o próximo ponto – e obrigado pela licença concedida, porque eu não poderia deixar, neste momento de grande emoção, de fazer essa manifestação –, vamos, então, para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4089, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CTFC.

Autoria: Deputado Federal Edgar Moury.

Então, concedo, com muita honra, a palavra para o Senador Paulo Paim, para que profira o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Randolfe, se V. Exa. permitir, eu vou também direto à análise. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Análise.

Compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e inclusão da pessoa idosa, temática abrangida pela proposição em análise, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há óbices ao texto no que concerne aos aspectos constitucionais, de juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, a matéria visa à proteção de todas as pessoas aptas a tomarem empréstimos consignados, especialmente as aposentadas. Também atua para ampliar a compreensão do que constitui prática discriminatória contra a pessoa idosa.

De maneira geral, o PL proíbe expressamente a concessão de crédito sem autorização do beneficiário, estabelece multa automática em caso de descumprimento e exige maior rigor na verificação da operação pelos consignatários. Também estabelece que impor condições específicas às pessoas idosas, como demandar a presença física para contratações, constitui prática discriminatória.

Com isso, o texto tenciona se juntar à legislação que reprime a prática lesiva evidenciada na contratação de empréstimo sem que tenha havido nem demanda e nem autorização do tomador – no caso aqui, a pessoa idosa, para ficar bem claro. Tal conduta ofende normas consagradas em nosso ordenamento jurídico, como as leis civis que sancionam como nulos os negócios jurídicos em que não haja manifestação, de fato, da vontade das partes. Mais especificamente, pode-se mencionar o próprio Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), que, em seu art. 39, trata da prática abusiva, que enseja multa e devolução em dobro de juros e encargos cobrados em operação não autorizada. Também se pode mencionar o Código Penal, na conduta tipificada em seu art. 171, que trata do estelionato.

Eu faço aqui um esclarecimento. Eu tinha apresentado um projeto muito semelhante a esse, até mais rigoroso: eu estava proibindo, devido à fraude, à ameaça, que o idoso pudesse tirar empréstimo sem que fosse visto que ele está vivo e que realmente ele concordou, que ele carimbou, enfim... Mas eu fui procurado pelos bancos – e vocês sabem que eu converso com todos setores, não é? – e entendi que eles teriam uma enorme dificuldade. E percebi que este projeto aqui vai muito próximo daquilo que atende a todos. Claro que o nosso projeto fica ainda em análise para ver se dá para aperfeiçoar. Mas eu me sinto muito à vontade ao relatar esse projeto, porque estive olhando com muito carinho esse tema.

Enfim, vamos ao "finalmente".

Sabe-se, entretanto, que esse robusto conjunto de normas não tem coibido empresas e pessoas inescrupulosas – no caso, aqui estou me referindo ao sistema bancário – que se aproveitam de artimanhas tecnológicas para ter acesso aos dados das pessoas e, assim, impingirem dívidas não desejadas por elas.

Infelizmente, como autor do Estatuto do Idoso, posso dizer que, na verdade, 90% da agressão ao idoso vem da própria família. Inclusive, essa é uma agressão e deve ser punida com o rigor que a lei aqui aponta. Há um outro projeto que vai um pouco mais além, mas esse aqui já é um caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tal prática acaba por acarretar endividamento excessivo – por empréstimos pelos quais eles não podem responder – de aposentados e pensionistas, que veem, muitas vezes, seus parcos recursos serem engolidos por prestações que os deixam vulneráveis diante dos compromissos financeiros mais prementes, como alimentação, saúde e moradia e remédios.

O projeto, portanto, é meritório porque busca tornar mais onerosa a prática lesiva de instituições e de pessoas fraudulentas, que, além de todas as tragédias individuais que acarretam ao idoso, ainda põem em risco uma modalidade de empréstimos importante – infelizmente, pela forma como é hoje –, que permite o acesso ao crédito a milhões de brasileiros que, de outro modo, não poderiam obter taxas de juros tão menos draconianas. O empréstimo consignado é positivo, mas a fraude, a malandragem, a tortura, a forma como muitos familiares obrigam o idoso a fazer um empréstimo pelo qual ele não pode nem pagar, têm que ter o nosso repúdio.

Por isso, pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto 4.089, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue, assim, para a análise da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle daqui do Senado.

Passo desta forma, então, a Presidência para o seu titular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente e autor do estatuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Randolfe, muito obrigado por ter assumido a Presidência, permitindo, assim, que o projeto de sua autoria e também de minha autoria fosse votado. Agradeço muito ao Senador Zequinha Marinho, que está aqui, a quem já vou dar a palavra, e cumprimento também o Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho, que veio aqui conversar um pouco comigo sobre a questão sindical, de que eu serei Relator na Comissão de Assuntos Sociais. Já ajustamos que vamos fazer um plano de trabalho conjunto, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir um texto, o que é sempre a nossa intenção, Senador Randolfe, que olhe para todos, contemple todos os empregados e empregadores, para que se sintam agraciados, abraçados por esse projeto da regulamentação da questão sindical.

Então, de pronto, eu pergunto ao Senador Zequinha Marinho se ele aceita ser Relator *ad hoc* de um projeto do Senador Eduardo Girão, o qual já discorro aqui para V. Exa. Se aceitar, já passa a fazer a leitura.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

Vai na linha, um pouco, do que nós discutimos aqui.

O Relator – e entendo isso, porque ainda ontem falei com ele –, que está em Portugal, seria o Senador Eduardo Girão. Ele cedeu para que V. Exa. fosse o Relator *ad hoc* desta proposta. Assim, entendendo que V. Exa. vai aceitar, eu passo, de imediato, ao Relator da matéria, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Então, submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 62, de 2023, de autoria da Senadora Damares Alves, que institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

A proposição contém quatro artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º institui a citada frente parlamentar e detalha em três incisos a finalidade do Colegiado: ouvir a sociedade e propor medidas relacionadas ao bem-estar da pessoa idosa; realizar eventos sobre a temática; e articular iniciativas de interesse da pessoa idosa junto ao governo e à sociedade civil. Especifica, ainda, que, embora deva se reunir preferencialmente no Senado Federal, também poderá fazê-lo em outro local de Brasília ou em outra unidade da Federação.

O art. 2º estabelece que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa será integrada pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, permanecendo aberta para receber outros membros do Congresso Nacional que desejem posteriormente aderir ao órgão, mediante assinatura de instrumento próprio.

O art. 3º estipula que a frente parlamentar mista será regida por regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Finalmente, o art. 4º dispõe sobre a cláusula de vigência, que é imediata à publicação da lei.

Na justificação, a autora afirma que o "Brasil não parece estar se preparando para o fato de que sua população idosa aumentará e que será, cada vez mais, um traço marcante da sociedade, quiçá o mais marcante". Por isso, diz que a iniciativa apresentada busca "dar à sociedade consciência de seu envelhecimento e das inúmeras formas de fazer disso uma solução e não um problema".

Depois de analisada por esta Comissão, a matéria seguirá ao exame da Comissão Diretora do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise, Presidente.

A constituição de frentes parlamentares baseia-se, essencialmente, na liberdade de organização política no âmbito do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar em adição às tarefas típicas das atividades legislativas e de fiscalização.

Embora não haja previsão explícita no Regimento Interno do Senado Federal a respeito da criação de frentes parlamentares, não vemos obstáculo regimental à sua criação, que tem por objetivo proporcionar a atuação mais articulada dos Parlamentares em torno de temas de interesse comum. Salientamos que há várias frentes em funcionamento, tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados.

Quanto à aplicação de normas internas do Senado a Deputados, entendemos que, quando estes manifestam o interesse de integrar uma frente mista criada por resolução desta Casa, estão, de igual forma, aquiescendo em se submeter às normas que regulam o funcionamento do Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

No mérito, Presidente, além dos argumentos apresentados na justificação do projeto, queremos registrar que, de fato, já estamos atrasados na execução da importante tarefa de nos prepararmos para ser um país de idosos. Segundo projeções realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pouco mais de 30 anos, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5%, representando quase 60 milhões de pessoas, praticamente o triplo do número registrado em 2018, que era de pouco mais de 19 milhões. Por isso, juntar esforços de Parlamentares das duas Casas Legislativas pode contribuir fortemente para dar mais qualidade à intervenção legislativa a respeito das necessidades dessa população.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 62, de 2023.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Primeiro, eu queria até colocar meu ponto de vista, embora aqui Presidente neste momento: eu não vejo nenhum problema em relação a esse projeto, até porque a Câmara tem diversas Comissões mistas. Eu faço parte de uma centena, eu acho, porque eu assino quase todas, e é mais do que natural que o Senado também possa ter a iniciativa de criar uma frente parlamentar mista em defesa da pessoa idosa, Câmara e Senado – em defesa da pessoa idosa. Ninguém poderia ser contra.

Assim, em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da Comissão Diretória. (*Pausa.*)

Iríamos agora para o item 6.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 85, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Campanha Maio Roxo, visando a divulgação e conscientização sobre Doenças Inflamatórias Intestinais, facilitando seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

É um requerimento que eu vou ler, e, se ele permitir e assim entender, nós podemos avalizar o requerimento dele.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir a campanha Maio Roxo, visando a divulgação e conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais, facilitando, assim, seu diagnóstico e trazendo qualidade de vida a todos os portadores.

Senador Flávio Arns... (*Pausa.*)

Então, eu assinarei o requerimento, subscrevo o requerimento, até porque é um tema... Quando eu digo isso, o pessoal pensa que eu estou morrendo, mas não estou morrendo. Eu vou baixar hospital nesse feriado, no dia 12, e só vão me dar alta provavelmente na sexta ou no sábado, exatamente por questões intestinais. Aí vão fazer aquela série de exames de tudo quanto é tipo, esses que reviram a gente do lado avesso... É claro que eu estou um pouco assustado. (*Risos.*)

O homem não é que nem a mulher, a mulher é muito mais valente em matéria de doença. A história mostra isso.

E entendo eu, mais do que nunca, favoravelmente, para que haja esta audiência pública para debater esse tema.

Se o Senador Zequinha Marinho assim entender, podemos assinar em nome do Senador Flávio Arns, eu e ele.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Senador Zequinha Marinho, agora é expediente, e eu vou fazer um registro também da crise do leite, que pediram muito que eu fizesse. Como nós não vamos ter sessão nem hoje, nem amanhã, e muito menos sexta, eu farei um pequeno pronunciamento. V. Exa. fique bem à vontade na hora do encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – É um assunto que me interessa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o.k. A pedido do setor... V. Exa. sabe que os nossos estados trabalham muito com esse tema, e o senhor vai poder, inclusive, colaborar. (*Pausa.*)

Para não sair do tema, o Itamaraty me passou o telefone do Plantão Consular. Qualquer cidadão brasileiro que tiver gente no exterior nesse caso aqui, na Palestina ou em Israel... Eu falei com eles hoje pela manhã e disseram: "Mande ligar para esse telefone". Eu estou recebendo, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, diversos pedidos desses milhares e milhares de brasileiros que o Randolfe aqui citou. Uns falavam em 2,5 milhões; o Randolfe já falou em 6 milhões de brasileiros que estariam para voltar para o Brasil. Então, qualquer dúvida sobre a situação de brasileiro no exterior, aqui no caso de Palestina e Israel, é só ligar para o Itamaraty, que tem plantão permanente, por 24 horas, no número (61) 98260-0610. Eu vou repetir...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Tracinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Zero, seis, dez. Eu vou repetir número por número: (61) 982600610. Eu botei um tracinho por minha conta aqui, viu? É o 982600610.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Tem nome de alguém lá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, é só ligar nesse número, porque eles estão inteiramente à disposição. Esse número é só para atender a questão, em Israel, dos brasileiros que estão lá e que querem vir para o exterior, querem vir embora para o Brasil. O.k.?

Vamos ver aqui, então, a situação do leite.

Os produtores agricultores familiares de leite no Estado do Rio Grande do Sul e em grande parte do Brasil estão unidos em resposta à crise que está impactando negativamente esse setor da economia. O motivo principal é o modelo de importação de produtos lácteos adotados pelos governos estaduais e federal. Eles estão solicitando, urgentemente, a revisão das políticas governamentais vigentes.

Esses produtores destacam que a maior fonte de preocupação no setor é o aumento substancial das importações de leite e seus derivados provenientes dos países do Mercosul. De acordo com a categoria, esse aumento atingiu a impressionante marca de 300% no último ano, o que, segundo eles, resultou na queda significativa dos leites produzidos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, os produtores estão recebendo de R$1,40 a R$2 por litro de leite, um valor que está muito aquém dos custos de produção, sem considerar os investimentos necessários em suas propriedades. Essa situação os coloca em uma posição financeira insustentável, levando muitos a considerar a possibilidade de abandonar a atividade leiteira.

Senador Marinho, eu tomei essa decisão. Eu fiz uma audiência pública aqui sobre essa questão, e eu vi a gravidade. E por isso eles me mandaram esse documento também.

Os produtores estão pedindo uma revisão da isenção de impostos concedidos às empresas que importam leite do Uruguai e da Argentina para o estado, claro, em detrimento do produtor local. O Governo Federal já anunciou várias medidas. Porém, segundo a categoria, seria importante avançarmos.

Então, eles destacam aqui:

1) Revogadas as duas medidas editadas no Governo anterior que facilitavam as importações;

2) Aberto pedido de investigação sobre triangulação e reidratação do leite, que está na Polícia Federal, e aumentando a fiscalização da entrada de leite de outros países, e isso poderia ser feito via ministério. Reduziu em torno de 25%, nas últimas semanas;

3) Compras institucionais:

a) A Conab abriu edital para a compra de leite em pó através do PAA, no calor..., no valor de R$100 milhões, cujo processo de oferta será concluído em 10 de outubro. "No calor" está escrito aqui, mas é no valor, viu? Isso acontece também, de vez em quando também, não é?

b) O Rio Grande do Sul é o estado com aquisição de 1,8 mil toneladas de leite em pó de um total de 3 mil toneladas.

4) Medidas tributárias:

a) Adaptando o Mais Leite Saudável, visando restringir os benefícios tributários, PIS e Cofins, somente para empresas do ramo, que não importam leite;

b) Reunião interministerial está para ser feita – aqui fala que provavelmente esta semana – para tratar do tema.

5) Subvenção direta aos produtores:

a) Em estudo, com previsão de conclusão e o estabelecimento de um preço de referência;

b) O estudo toma base a média dos últimos cinco anos, no sentido de que a União subvencione até o preço de referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito aqui essas medidas, segundo a categoria, são avanços, mas não são suficientes.

A proposta dos produtores – aqui que vem a proposta dos produtores – é a subvenção direta por parte do governo do estado e do Governo Federal para os agricultores familiares. As demandas dos produtores incluem a revisão do acordo com o Mercosul, a criação de uma linha de subsídios para produtores de leite, uma taxação específica para produtos, como leite, trigo, vinho, milho e soja importados desses países sul-americanos, bem como a implementação de uma política que permita à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizar importações de leite e seus derivados, nos casos em que houver de fato escassez no mercado interno.

A crise na indústria leiteira é alarmante. Dados da Emater indicam que o número de produtores de leite no Rio Grande do Sul, por exemplo, diminuiu drasticamente em oito anos, registrando-se uma redução de 60,78%, ou seja, 61% abandonaram a produção de leite. Durante o mesmo período, tanto o número de vacas leiteiras quanto a produção de leite diminuíram. O número de animais diminuiu em 34,47%, totalizando 769,8 mil, enquanto a produção caiu 8,91%, totalizando agora 3,8 bilhões de litros por ano – bilhões!

A Emater também identifica os principais fatores que estão levando as famílias a abandonar a atividade leiteira, incluindo: o baixo preço pago pelo litro de leite, apontado por 49,89% dos produtores; a questão da mão de obra, 45,96%; os elevados custos de produção, 42,11%; e as dificuldades na sucessão familiar, 41,91%. Essas estatísticas ressaltam a urgência de ações governamentais para enfrentarmos a crise e apoiarmos os produtores de leite do Brasil.

É de extrema importância que o Brasil priorize a segurança alimentar como uma questão central em sua agenda. A garantia de que todos os cidadãos tenham acesso a alimentos nutritivos e de qualidade é um pilar essencial para o desenvolvimento e bem-estar de uma nação.

É impossível ignorar o papel fundamental que o leite desempenha na nutrição humana. O leite é uma fonte rica de proteínas, cálcio, vitamina, minerais essenciais para o crescimento e a manutenção da saúde.

Ao considerar a importância do leite, não podemos deixar de mencionar a relevância da produção leiteira para a economia do país. A cadeia produtiva do leite envolve milhares e milhares de produtores rurais, cooperativas e indústrias, gerando empregos e movimentando a economia de diversas regiões brasileiras.

Investir na segurança alimentar e na promoção do consumo de leite não apenas beneficia a saúde da população, mas também fortalece a economia nacional. Só assim poderemos construir um futuro mais seguro e próspero para todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro aqui que encaminhei à Casa Civil da Presidência da República documento do Sindilat/RS (Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul) e também da Cooperativa Piá, junto com as cooperativas familiares que respondem por esse documento, as duas pedindo medidas urgentes para a crise do leite.

Era isso, meu querido Senador. V. Exa., que é um conhecedor do tema, Senador Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É interessante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para não confundir, porque há o Zequinha Marinho e o Rogerio Marinho, o Rogerio Marinho foi quem esteve comigo conversando sobre a questão sindical e Zequinha Marinho é quem está com a palavra neste momento, que é um conhecedor do tema e pode ilustrar esse debate com certeza absoluta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito bem. Quero só fazer uma consideração com relação a isso. O Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo. Mais de 34 milhões de toneladas são produzidas por ano. É uma atividade econômica da agricultura familiar de forma especial. Claro que nós temos grandes empresas, médias empresas, produtores individuais também de produção significativa, mas quem salva é a agricultura familiar, porque ela precisa de várias atividades, e a produção leiteira cabe ali dentro. Claro que eu não posso comparar o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, o Sudeste com o Norte, porque o Norte é muito incipiente ainda, não há política pública, os governos não tratam disso, fica por conta do produtor e não é fácil, não é?

O Estado do Pará, por exemplo, é um estado gigante, mas você tem lá 2,2 milhões de litros/dia de produção. Poderia ter mais de 10 milhões.

Só que esse problema de não se controlar bem essa questão da importação... Como dizem no meu interior, o leite está derramando aí por fora e, se a gente não segurar a fronteira, todo mundo quer comprar um leite barato. E, quando se faz isso, pode até ter um lucro pessoal naquele momento. "Estou muito bem, estou comprando leite para a minha indústria lá de fora, estou me dando bem". Daqui a uns dias a realidade pode ser outra, exatamente porque esse produtor, que, desde o ano de 2021, vem caindo para cá, diminuindo, diminuindo... Pode pegar a estatística, você vai encontrar; esse negócio pode complicar.

É preciso que a indústria entenda que ela é apenas um lado da moeda; a moeda tem a cara e a cora, não é? De um lado é a indústria, do outro lado é o produtor. Ambos precisam sobreviver, não é? E, para isso, temos que regular a entrada exagerada de produto.

Como foi dito no discurso de V. Exa., que se importe na hora em que realmente tiver necessidade, escassez no mercado, porque, senão, a gente está dando um tiro no próprio pé aqui dentro. Pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, neste momento, seja alguma coisa "ah, que bom"; amanhã, eu não sei como vai estar isso, porque... Não sei se V. Exa. conhece um pouco essa questão rural, mas a produção do leite está baseada em um tripé importante. Primeiro, a questão da genética. Para você comprar a vaca de boa genética leiteira, é caro. Para você selecionar para ter essa vaca em casa, na fazenda, demora, certo? Então, começa a dificuldade por aí. Dois: aí vem a questão dos insumos, da ração, do trato, que envolve uma série de coisas. Então, é genética e comida que fazem a coisa acontecer. E o manejo, que é a outra perna; não adianta, se você não souber trabalhar e manejar esse gado, você não vai ser um produtor de leite bem-sucedido.

Aí você viu o aumento, acompanhando a questão dos... O gado come ração. A vaca põe, pelo peito lá, o que ela bota pela boca aqui. O que acontece? Com tudo muito caro, com tudo quanto é insumo de fertilizante, não sei o quê, não sei o quê, que encarece a ração, no sistema a pasto, pouca gente produz com sucesso. Você tem que ter pasto e complementação de ração – pasto e ração. E essa ração é cara. Como é que eu vou vender um litro de leite criando um gado com um custeio geral alto, por R$1,40, R$1,50, no máximo R$2? Quebra todo mundo.

E quando começa a fazer conta, insiste e não dá certo, o cara vende o rebanho, desativa tudo, se decepciona e muda de atividade. Onde é que isso vai parar? No industrial, que investiu milhões para montar uma indústria que depende exatamente daquele cara que produz.

Então, é preciso entender que não adianta a indústria querer dizer: "Eu estou nadando porque estou comprando leite de fora, mas estou matando aqui, dentro do meu país, o produtor".

E, aí, como disse ainda há pouco, a agricultura familiar é a que mais padece, porque aquele chequezinho do fim do mês que o laticínio entrega ali, coloca na mão, ajuda a pagar uma série de despesas. É trabalhoso? É trabalhoso. Mas você tem uma renda certa, para, no fim do mês, cobrir um monte de despesinhas.

Era importante conversarmos, já temos feito algumas solicitações ao Ministério da Agricultura, com o da Economia e tal... É preciso tomar uma atitude.

Eu sei que é importante o acordo do Mercosul, e o leite está na tabela, está na isenção lá... Tem que tirar o leite de lá. Quando tirar o leite de lá e botar aqui fora, para poder ter um trato comercial diferenciado, a gente, com certeza, vai conseguir calibrar essas coisas na medida certa.

Muito obrigado e parabéns pela abordagem do assunto, que nos preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Zeca Marinho. Realmente V. Exa. conhece do tema.

Sabe como é que eu conheço? É que a minha primeira suplente, Cleonice Back – Back é como se pronuncia em alemão, não é? –, é uma agricultora familiar, e ela é quem tem me subsidiado sobre esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema. E ela tem falado e ensinado o que o senhor aqui reafirmou com muita competência: mais de 60% já desistiram. Ela não desistiu ainda, porque ela tem uma vida pública em atividade, e o marido e o sogro é que cuidam lá da propriedade. Deve ter...

Eu estive lá. Ela me levou um dia lá... Para você conhecer como é que a vida no campo, no setor leiteiro. Ela disse: "Chega às 4 da madrugada". Eu disse: "Às 4 da madrugada?". Tudo bem que, quando eu estava na fábrica, eu levantava às 6h30 e pegava às 7 e tal... Eu morava perto da fábrica. Mas às 4? "Chega às 4, porque é assim que nós vamos para o campo. Nós vamos para o campo buscar as vacas". E eu fui com ela. E o pior é que era uma lomba, um morro, assim, bem inclinado, e as vacas estavam do lado de lá. E não é que eu escorrego no morro? Ela teve que me segurar pela mão. (*Risos.*)

Mas, em resumo, fui, vi essa experiência, fomos direto, paramos para o almoço e continuamos trabalhando.

Aí, quando chegou pelas 3, 4h, como diz o gaúcho, "me caiu o butiá dos bolsos". Eu disse: "Não dá mais. Sou obrigado a parar".

Daí eu parei, e ela me disse algo que eu guardei para o resto da vida: "E tem mais, Senador: sabe que o homem do campo [o setor leiteiro, ali, no caso, que estávamos resolvendo, estávamos falando] não tem Natal [V. Exa. sabe muito mais do que eu], não tem 1º do ano, não tem aniversário, não tem batizado, porque tem que tirar o leite da vaca".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Não tem dia santo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem dia santo e feriado: todos os dias eles têm que recolher as vacas do campo, trazê-las para a propriedade, e têm que tirar o leite das vacas.

Então, eu fiquei muito solidário, a partir desse dia em que estive lá, mas ela tem me subsidiado. E digo mais: muitas vezes em que há debates nos ministérios, e como ela é a minha primeira suplente, eu posso... E ela me assessora, de fato, nessa questão do campo, da área rural... Eu a faço vir do Rio Grande do Sul, e ela participa aqui nos ministérios, porque conhece no dia a dia.

Falar, a gente fala até, mas não somos conhecedores com a profundidade de quem vive na lida do campo no dia a dia.

Ela vem e tem me representado inclusive nos eventos em que os ministros vão para os estados. "Mas por que você não veio, Paim?". "Quem conhece do tema é minha suplente!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ela é minha assessora, uma das minhas assessoras, e ela faz esse trabalho. Então, não é que eu não vou porque eu não quero. Eu não vou porque eu tenho uma pessoa preparadíssima para fazer o bom debate, e tem feito.

Cleonice, olha aí. Falei de você, viu? Continua me representando aí.

Assim, vamos encerrar os trabalhos no dia de hoje.

Eu vou ter que ler ainda aqui o expediente. Mas isso aqui são só informações.

Senador e todos, sintam-se liberados. Muito obrigado.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

– de cidadãos: alegações de expulsão ilegal, contra decisão do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, pela violação constitucional;

– da Associação Nacional das Guardas Municipais, que solicita a realização de audiência pública para tratar sobre o tema "segurança pública básica: um direito social";

– do Conselho Estadual de Defesa do Direito da Pessoa Humana do Mato Grosso do Sul, que encaminha ao Fisco relatório parcial sobre atuação da Polícia Militar em reintegração de posse para ciência e providências que entenderam necessárias esta Comissão;

– da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que encaminha resposta ao ofício dessa Comissão sobre a situação de violência e grave de ameaça em comunidade indígena em Rondônia;

– da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que solicita a indicação de membros titulares e suplentes para compor a comissão estadual de acompanhamento dos conflitos agrários de Pernambuco;

– da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa do Direitos da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que encaminha ofício com denúncias dos impactos negativos causados pelas obras de implantação de mineroduto em Tomé-Açu, bem como de torres de linha de transmissão de energia e, ainda, os impactos que foram provocados por monocultura de dendê, e solicita desta Comissão providências.

Informamos, ainda, que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis, para qualquer preocupação ou encaminhamento que assim entendam os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, na Secretaria ou no Portal da CDH, para que todos possa se manifestar, pelo período de 15 dias; terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Está encerrada a audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião de hoje é deliberativa. São tantas audiências públicas que eu quase sempre falo "audiências públicas". Eu acho que são quase quatro por semana, e uma deliberativa, que é essa da quarta.

Está encerrada a reunião deliberativa de hoje, quarta-feira. Voltamos amanhã. Opa! Amanhã é feriado; só segunda. Mas segunda, às 9h da manhã, estaremos aqui. Um abraço a todos.

É uma audiência pública. Qual é o tema? (*Pausa.*)

Isso, a política do Alzheimer, na segunda-feira, às 9h da manhã. E vai dar tudo certo no hospital, viu? Eu vou para lá na quinta. Tchau! Um abraço a todos. Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 61/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater: "Políticas públicas para o cuidado integral de pessoas com Alzheimer e outras formas de demência". **Participantes:** Leandro Minozzo, Médico - Delegado eleito pela 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde sobre Demências e idealizador do PL 4.364/20; Elaine Mateus, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Alzheimer, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem; Walquiria Cristina Alves, Conselheira no Conselho Nacional de Saúde, especialista em Gerontologia, líder do GT de Políticas Públicas da ABRAz Nacional; Paola Barbarino, CEO da Alzheimer's Disease International - ADI; Fernanda Brasileiro, Advogada, delegada eleita pela 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde sobre Demências, filha que cuida de uma pessoa que vive com Alzheimer; Alexandre Kalache, Médico - Presidente do International Longevity Centre Brasil ILC-Brasil; Ana Castro, Representante do Coletivo Filhas da Mãe do Distrito Federal; Deputada Federal Laura Carneiro, Relatora do PL 4364/2020; Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, Coordenador Geral de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; e Gustavo San Martin, Fundador e diretor executivo da Associação Crônicos do Dia a Dia e da Amigos Múltiplos pela Esclerose. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eliziane Gama e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Humberto Costa e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da septuagésima terceira e septuagésima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a emenda nº 1-CDH. Fica consignado o voto favorável do Senador Humberto Costa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3114, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 88, de 2023** que: "Realização de Audiência Pública " Uma constituição antirracista e antidiscriminatória"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 89, de 2023** que: "Requer audiência pública defensorias públicas 24 horas" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4551, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1813, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, com a emenda nº 1-CDH. **ITEM 7 - Sugestão n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Incentivo à Educação Política no âmbito do ensino fundamental II e médio no país." **Autoria:** Jovem Senador Ana Letícia Guedes, Jovem Senador Anna Clara Mirandela, Jovem Senador Quéren Hapuque Lima, Jovem Senador Cauã de Oliveira, Jovem Senador Helen Pellacani, Jovem Senador Jamily Marques, Jovem Senador Mara Daniella Cardoso, Jovem Senador Nicolle de Lima, Jovem Senador Vitória Dias. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Fazem uso da palavra o Senador Flávio Arns e a Senadora Augusta Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 75ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura para a aprovação das Atas das 73ª e 74ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos extrapauta serão apenas lidos, e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Vamos direto ao item 2.

O item 1, informo que é terminativo, é do Senador Romário... Então, eu peço às assessorias que façam contato, dentro do possível – pessoal do Senador Romário também –, porque, se der quórum no plenário e na tela também, nós botaremos em votação no momento adequado.

Mas vamos ao item 2, que é não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3114, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Só antes de ler o relatório, Sr. Presidente, eu soube que o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e quero parabenizar V. Exa., que se dedicou intensamente à questão da Lei de Cotas, que já tinha sido aprovado o projeto na Câmara dos Deputados, já tinha passado também pela Comissão de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... Direitos Humanos e agora passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, se permitir, Senador, agradecer muito a V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E o Brasil, entendo, tem que reconhecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero agradecer a V. Exa., que, senão, o projeto teria que ainda ir à Comissão de Educação, e V. Exa. disse: "Não, se V. Exa. conseguir passar na CDH e passar na CCJ, só se for necessário. Senão, vamos remeter direto ao Plenário, e, aí, talvez V. Exa. possa dar o parecer lá na Comissão de Educação" – porque é um tema que trata da educação.

Acho que vai ser fundamental nós articularmos, no sentido de que V. Exa. possa dar o parecer no Plenário sobre a política de cotas ou indicar alguém, se V. Exa. assim entender.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não. Não irá para a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não irá. Vai para o Plenário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Plenário não despachou, inclusive, da Comissão. A gente poderia ter requerido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – De fato, trata-se da Lei de Cotas e instituições educacionais, mas eu acho que o importante para o Brasil é aprovarmos logo. Quer dizer, isso é superior.

E fizemos o debate aqui na Comissão de Direitos Humanos, foi um debate grande, foi para a Comissão de Constituição e Justiça e agora vai para o Plenário, não é? Porque Plenário, em decisão terminativa... Deve ter sido requerido urgente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

Eu fiz o pedido para o Presidente Davi, ele disse que vai mandar para o Plenário com a urgência regimental , mas que será votado na semana que vem, não hoje ou amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu acho que a ideia de ser semana que vem também é interessante, porque, como acontece aqui na Comissão, o Presidente do Senado também é pressionado sobre a questão de previsibilidade, para as pessoas saberem qual que é a pauta exatamente, e V. Exa., inclusive já tomou...

Mas que bom. Quero parabenizá-lo e dizer para o Brasil todo que o Brasil deve muito ao seu trabalho em muitas áreas e também nesta área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Muito bem, o item 2 da pauta.

Quero cumprimentar a Senadora Augusta Brita, que está aqui chegando... Tudo bem?

Muito bom.

De autoria da Senadora Damares Alves, é muito importante. Muito simples, porém muito importante, singelo.

O que é que acontece? Está de acordo com toda a legislação pertinente ao assunto e trata da proteção e inclusão social das pessoas com deficiência.

Consideramos a proposição meritória, pois traz alteração necessária para melhor garantir os direitos das pessoas com deficiência.

A deficiência é um conceito social, além de normativa, e decorre de barreiras geradas por atitudes e ambientes que obstam pessoas com determinadas características atípicas – desviantes dos padrões socialmente estabelecidos, em torno dos quais a sociedade se organiza – a participarem na sociedade em situação de igualdade com as demais.

Especificamente no que tange ao estelionato, quer dizer, a pessoa ser enganada, e acontece tanto hoje em relação a idosos, adolescentes, pessoas com deficiência e ao público em geral, mas aqui nós estamos lidando só com a pessoa com deficiência. É frequente que as pessoas com deficiência estejam em situação de vulnerabilidade, agravada frente ao autor do crime.

A deficiência serve, por vezes, como fator atrativo ao autor do crime do estelionato, que reconhece e aproveita eventual vulnerabilidade da vítima para fraudá-la e obter vantagem ilícita. Ainda as barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência continuam para além do momento do crime, frequentemente permeando também o acesso das vítimas de estelionato às autoridades policiais, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, dificultando a obtenção de justiça pelo agravo penal sofrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º altera o art. 171, §5º, inciso III, do Código Penal, que dispõe que o estelionato cometido contra a pessoa com deficiência mental se procede mediante ação penal pública incondicionada, ou seja, não precisa a pessoa requerer; o próprio Ministério Público pode tomar a iniciativa, uma ação civil pública.

Nada diz, todavia, sobre pessoas com deficiência em decorrência de impedimentos de longo prazo de outra natureza – por exemplo, pessoas com autismo, pessoas com deficiências múltiplas, pessoas surdas-cegas, pessoas cegas, etc., e toda a área que tem que receber a proteção –, o que pode agravar a vulnerabilidade da vítima frente ao autor do estelionato e dificultar seu acesso às instituições estatais.

Assim, a fim de que se apresente salvaguarda efetiva dos direitos de todas as pessoas com deficiência, vítimas de estelionato, entendemos ser adequada à proposição ora analisada.

Por fim, destacamos que o PL nº 3.114, de 2023, ao prever que o estelionato contra a pessoa com deficiência se procederá mediante ação penal pública incondicionada, reforça a gravidade extrema e o repúdio atribuídos pelo Estado e pela sociedade à conduta do autor de crime de estelionato quando esse o pratica contra pessoa com deficiência, não devendo existir qualquer abertura para impunidade.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.114, de 2023.

Então, em vez de ser unicamente pessoa com deficiência mental – e nem se usa mais a expressão "mental"; usa-se a expressão "intelectual" –, abre-se essa possibilidade de que seja uma ação pública incondicionada. Quer dizer, pode haver ação pública sem a necessidade da queixa para toda pessoa com deficiência, não só para uma área, mas para todas as áreas de deficiência.

Então, é uma coisa que amplia o escopo e é muito importante para que toda população, nesse sentido, tenha uma proteção a mais contra o estelionatário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de Senador Flávio Arns, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto da nobre Senadora Damares Alves.

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já registro a presença aqui também da nobre e querida Senadora Augusta Brito, que, a exemplo do Senador Flávio Arns, ajudou muito na construção desta proposta e do relatório.

Agradeço também à Consultora Natália, que estava aqui, pelo brilhante relatório. Aquele relatório eu li umas dez vezes. Davam-me um monte de nota, mas, quando eu ia ao relatório, ali estava a essência, ali estava a inspiração para defender o projeto. Se for para ler aquele relatório no Plenário, eu vou querer lê-lo todo, porque o melhor argumento é ler o seu relatório. Eu sou um instrumento para ler, mas o relatório foi você que construiu, claro, com o apoio da sociedade civil organizada e dos próprios ministérios.

Parabéns, Natália. (*Pausa.*)

Parabéns.

Agradeço à minha assessoria, representada nessa proposta pela Isabel.

A Isabel ficou quietinha ali – não é, Isabel? Foi ela que coordenou essa área desse debate. Mas a Ingrid, enfim, a Ivanete, todos estão de parabéns.

Agora vamos então... (*Pausa.*)

Pronto.

Eu posso chamar a votação nominal já? Porque daí ganhamos tempo. (*Pausa.*)

Vamos pela tua orientação, então.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 89, DE 2023

- Não terminativo -

Requer audiência pública defensorias públicas 24 horas

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a ausência de plantões 24h nas Defensorias Públicas dos entes federados.

A autoria é da Senadora Augusta Brito, a quem concedo a palavra para leitura e defesa do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para encaminhar.) – Bem, eu já quero aqui, primeiro, agradecer ao nosso Presidente aqui da Comissão, o nosso Senador Paulo Paim, e parabenizá-lo por todo o trabalho que vem desempenhando – sempre vou registrar –, na Comissão especialmente, mas não só na Comissão, sobretudo em várias outras Comissões que não a CDH e no Senado como um todo, e por ter tido hoje uma grande vitória, por mérito próprio, em relação à aprovação do nosso querido projeto aqui de cotas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mérito de todos nós. E V. Exa. defendeu o projeto lá também!

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nem precisou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi, defendeu bem.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu fui toda armada para a guerra, e ele já tinha feito toda a paz.

Então, eu quero dizer que V. Exa. realmente tem todo o mérito, muito merecido, pela aprovação na CCJ, hoje, de um grande e importante projeto não para nós, aqui do Senado, mas sobretudo para toda a sociedade do nosso país.

Este requerimento dessa audiência pública vem da grande necessidade que nós temos realmente de debater a ausência desses plantões de 24h da Defensoria. Veio de uma grande necessidade, no Estado do Ceará – onde já conseguimos aprovar; lá já tem esse plantão de 24 horas, mas a gente quer trazer para todos os estados do nosso país –, a pedido de um pai, na época, do Estado do Ceará, que sofreu uma desassistência à saúde do seu filho muito significativa, num período em que ele não tinha como acionar a Justiça para poder realmente cobrar – infelizmente, existe ainda essa necessidade – que fosse feito o devido atendimento a ele, que é uma criança com deficiência. E, aí, ele se socorreu, buscou, e não tinha como pagar advogado.

Então, virou uma luta de vida desse pai, que conseguiu sensibilizar o Estado do Ceará, que já tem essa lei – aliás, foi feita uma lei, que foi aprovada – e já tem esse sistema de plantão 24h da Defensoria Pública. E, aí, a gente quer trazer esse debate, através da audiência pública, aqui para o Senado, para o Brasil como um todo.

Esse pai é o Sr. Ivan, que, inclusive, criou um movimento, que é o seguinte: Quanto Vale Uma Vida?. Porque ele atribui a essa oportunidade de poder acionar a Defensoria, de conseguir o atendimento que estava sendo necessário naquele momento para o seu filho, a vida do seu filho, e hoje ele quer dar esse exemplo e também incentivar para que a gente consiga garantir isso em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu pedi aqui e já tenho alguns nomes aqui sugeridos para estar na audiência. Se tiver algum Senador ou Senadora que queira ou que ache que é necessário também, a gente acata outros nomes, mas queria aqui pedir a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4551, DE 2020

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CMA

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

A Senadora Augusta Brito foi convocada pelo Senador Randolfe Rodrigues para ser Relatora *ad hoc* desse projeto de lei.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente. Farei aqui, com o maior prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do relatório, que foi do Senador Randolfe Rodrigues, eu queria pedir, perguntar se eu já posso ir direto para a análise. Se assim o Presidente permitir, eu posso fazer a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão examinar matéria relativa à proteção e integração social das pessoas com deficiência. É, portanto, regimental o seu exame.

Tampouco se vê problema de juridicidade na proposição, que não colide com norma em vigor ou viola princípio geral de direito, o que valida sua redação, ademais, nítida.

Quanto ao mérito, somos favoráveis. Vemos sentido nos argumentos do autor e qualidade na forma com que os inscreve na lei. De fato, seria ingênuo esperar que a simples enunciação de direitos em uma lei, tal como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pudesse fazer desaparecer preconceitos formados ao longo de séculos, mas perseverança igual ou maior do que a dos costumes pode e deve ser demonstrada por nós, legisladores. Está em poder deste Congresso Nacional prosseguir nessa luta, por meio do Projeto de Lei nº 4.551, de 2020.

Apresentaremos, para melhoria da técnica legislativa da proposição, emendas para fazer o art. 1º ser conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e para eliminar referência desnecessária da Lei nº 9.985, de 2000, a si mesma em termos numéricos.

Vou agora para o voto.

Conforme as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.551, de 2020, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.551, de 2020, a seguinte redação, renumerando-se seus artigos 1º, 2º e 3º como artigos 2º, 3º e 4º:
> "Art. 1º Esta Lei determina a concessão de desconto no ingresso e nos serviços prestados em unidades de conservação para pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015."

E a segunda emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se a seguinte redação ao novo parágrafo único acrescido pela proposição ao art. 30 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Parágrafo único. A pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, gozará de desconto de 50% no valor do ingresso e dos serviços prestados nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza de que trata esta Lei, administradas pelo poder público ou por instituição privada." (NR)

Era isso, Sr. Presidente.

Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

Agradeço à Senadora Augusta Brito, que falou em nome do Senador Randolfe Rodrigues. Então, ambos agora são Relatores deste projeto, que eu tive a satisfação de apresentar.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Eu tenho que passar a Presidência neste momento, Senador Flávio Arns.

Se puder, Senadora Augusta Brito...

Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Antes de passar para o nobre e querido Senador Flávio Arns a Presidência dos trabalhos, registro a presença conosco aqui do diretor do documentário Filhos das Cotas, Daniel Santiago, e da produtora Nadja Dulce e equipe, que estão filmando aí as cotas. Estão aqui hoje e estarão na semana que vem, porque vão fazer um documentário que eu tenho certeza de que terá repercussão internacional, pela importância dos senhores e do tema, não é? Filhos das Cotas, diretor Daniel Santiago, produtora Nadja Dulce e equipe.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns assume a Presidência.

Tem que vir para o sistema, mas eu acho... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que ser aqui. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Vamos ao item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Muito bom.

Eu estou sendo informado que o item 1 já foi lido e também já foi discutido.

Só para lembrar:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 316, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativa na CDH.

Aliás, é muito importante.

Em 27/09/2023, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

É um projeto com votação nominal.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal. Então, peço à Secretaria que abra o painel. (*Pausa.*)

Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, solicito que entre em contato com os Senadores e Senadoras, para que possam votar. (*Pausa.*)

Pode iniciar a votação. Então, vamos verificar só se o painel está em funcionamento... (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Painel está aberto para a votação.

V. Exa. gostaria de falar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma consideração rápida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Esse projeto é do Senador Romário, que estabelece, então, a obrigatoriedade de coleta de dados de pessoas com deficiência.

Eu já li todo o relatório aqui na última reunião e vou fazer um apelo aos Senadores: votem, pela importância do tema.

O Senador Flávio Arns dedica a sua vida também a essa causa – além de outras – da pessoa com deficiência.

Eu tenho muito orgulho de ter apresentado o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Romário foi Relator, Flávio Arns foi Relator, Celso Russomanno foi Relator, e Mara Gabrilli foi Relatora.

Quero dizer que o projeto do querido amigo e Senador Romário, amigo de todos nós... O Senador Romário é uma estrela, mas ele não se porta como uma estrela, ele se porta como um Senador igual a nós e tem tratado a todos, percebo, com muito carinho. Então, relatar um projeto dele... E tenho certeza de que todos os Senadores votarão positivamente, atendendo a essa demanda que vai aprimorar todas as leis que existem nesse aspecto da pessoa com deficiência, porque estabelece a obrigatoriedade de coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só isso, fazendo um apelo para que todos votem. E eu também vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só queria fazer uma retificação na sua fala, porque o Romário é, de fato, uma estrela, e a gente sentiu falta dessa estrela no dia de ontem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, bom. Aí sim. (*Risos.*)

Ele disse: "Mas ontem a estrela fez falta". A estrela é o Romário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E ainda fizeram umas reportagens sobre a participação do Romário em outras Copas... Então, ele, de fato, foi e continua sendo uma estrela sempre lembrada. Mas, na área da pessoa com deficiência e em outras áreas, ele, como V. Exa., tem se destacado de uma maneira muito importante aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Agora, essa questão dos dados da pessoa com deficiência é algo, assim, essencial para a elaboração de políticas públicas. São dados bem estudados também sobre os avanços que essas pessoas estão tendo.

O Senador Paulo Paim vai votar também.

Quero chamar aqui também – estamos quase com o quórum já, mas lembrando: Senadora Leila Barros, Senador Izalci Lucas, Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Magno Malta, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Dr. Hiran, Damares Alves...

Mais um voto e já teremos o quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui é só...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O quórum é dez, então...

Ah, o Paulo Paim já está votando... Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou aqui e já vou... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como o Paulo Paim não tem muita experiência aqui com... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a minha digital não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não existe porque eu trabalhava em fundição. Eu trabalhava com ferro muito quente. E acabei... (*Pausa.*)

Pronto.

Augusto Carvalho, quero registrar a presença dele aqui, que foi um dos Constituintes mais jovens, e continua jovem.

Vamos conversar depois que terminar aqui, Augusto. Prazer recebê-lo aqui.

Uma salva de palmas à nossa Constituição na sua figura, Augusto Carvalho. (*Palmas.*)

Líder sindical bancário e até hoje brigando pelas causas do povo trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A votação acabou, está encerrada.

Nove votos SIM; Nenhum voto NÃO.

Abstenção...

Quórum: Dez.

Eu quero destacar que o Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, são dez. O quórum é de dez.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só destacando, então, que o voto do Senador Humberto Costa, verbalmente, é o voto "sim".

Então, o resultado da votação... Havia no painel dez pessoas, quórum de dez. E o quórum de dez... (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, o resultado foi:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez votos SIM... (*Pausa.*)

Nove SIM, mas mais um do Humberto Costa, que se expressou, são dez, e, ao mesmo tempo, nenhum voto NÃO.

Então, o projeto de lei está aprovado.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 88, DE 2023

- Não terminativo -

Realização de Audiência Pública " Uma constituição antirracista e antidiscriminatória"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, tem tudo a ver com o momento que passamos hoje lá na política de cotas, não é?

A política de cotas... A gente sempre fala que a educação é que liberta, e, para nós libertarmos o povo negro, é preciso que a gente avance cada vez mais no espaço do conhecimento, do saber, da educação. Por isso, a gente tem a satisfação de dizer que, no Brasil, antes da política de cotas, nós tínhamos em torno de 6% de negros e negras na universidade; hoje, estamos ultrapassando 40%, graças à política de cotas. E a proposta que me trouxeram vai nesse sentido.

Em conversa com o Dr. César de Oliveira Gomes, Defensor Público da União, e o Dr. Douglas Pinheiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, eles propuseram um debate muito importante e necessário, meu querido Augusto Carvalho: "Os desafios de um constitucionalismo antidiscriminatório e antirracista".

A nossa Constituição Cidadã celebrou, neste mês de outubro, os seus 35 anos. Debater os avanços e os desafios para o povo brasileiro é fundamental para que possamos promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de racismo ou preconceito.

Eu simplifiquei a justificativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – São quatro páginas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, esse é o item 3 da pauta.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o conteúdo do mesmo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com muita honra, com muita alegria, retorno a Presidência ao nosso amigo Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente Flávio Arns, é sempre uma satisfação estar ao seu lado. Em qualquer trincheira em que você está, eu estou junto, pode saber. E o orgulho é meu. O orgulho não é seu, é meu. (*Pausa.*)

Vamos ao item 5. (*Pausa.*)

É que estava aqui, eu já... Estava na minha frente, eu vou ler tudo de novo já. (*Pausa.*)

O da Ana Paula já foi? (*Pausa.*)

Vamos lá, vamos colocar, vamos botar. (*Pausa.*)

Claro. O almoço fica para depois das 14 horas.

Então, vamos lá.

O item 6, eu vou convidar a Senadora Augusta Brito para o item 6.

E eu vou convidar o Senador Flávio Arns para o item 7, se assim puder esperar.

Vai ser bem rápido.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1813, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CSP.

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatoria *ad hoc*: Senadora Augusta Brito.

É um projeto que tem tudo a ver com a luta em defesa das mulheres, curso de defesa pessoal à mulher.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Só um minutinho, Sr. Presidente, porque não está abrindo aqui o relatório. Mas é só um instantezinho.

Mas já quero aqui agradecer, parabenizar tanto a autora como também a Relatora.

Pois é, a nossa Senadora Soraya Thronicke, que fez essa proposição importantíssima aí, realmente, ofertando esses cursos de defesa pessoal à mulher. E também a Relatora, a Senadora Ana Paula, que também, acredito, fez a apresentação desse relatório.

Só pegando aqui o relatório, porque...

Tá bom.

Se o nosso Presidente tiver paciência, eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paciência eu tenho toda do mundo, tanto que eu estou com a política de cotas aí, sem dormir, mas estou esperando, até que votamos hoje.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vou, mais uma vez, aproveitar a oportunidade, enquanto está sendo aqui impresso, de ressaltar essa sua paciência, essa sua determinação, essa sua habilidade realmente em fazer um consenso, que a gente estava preocupado, nós conversamos ontem preocupados, como poderia não ser aprovado na CCJ. E aí, quando eu chego lá, já está o consenso todo feito, com a sua habilidade. Quero aqui novamente registrar e dizer que é imensamente prazeroso trabalhar com tanta qualidade, determinação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensibilidade, sobretudo nas pautas que nós sabemos que são essenciais para a gente conseguir garantir realmente um desenvolvimento para todos e todas.

Se me permitir, eu queria registrar aqui a presença – eu estou aqui bem olhando – do Custódio, que representa os sindicatos dos lotéricos do Estado do Ceará e de todo o país que aqui estão. Sejam bem-vindos aqui à Comissão! (*Palmas.*)

Pronto, agora já chegou. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois é, está vendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi ótimo, deu tempo até de falar do meu Ceará, não é?

Bem, aqui o relatório.

Em exame o Projeto de Lei (PL) 1.813, de 2021, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, que modifica a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que é a Lei Maria da Penha, para “dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher”.

O art. 1º da matéria declara seu objeto, em conformidade com a ementa.

O art. 2º altera o art. 35 da Lei Maria da Penha, adicionando-lhe um inciso VI, para dispor que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios poderão, no limite das respectivas competências, criar e promover "curso de defesa pessoal voltado à dissuasão da violência doméstica e familiar, nos municípios com mais de 50 mil habitantes, a ser oferecido às mulheres interessadas, em espaços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou nos Centros de Referência de Assistência Social".

Por fim, o art. 3º prevê que a lei resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Agora peço para ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O PL nº 1.813, de 2021, é submetido à apreciação da CDH, nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, que incumbe o Colegiado de se manifestar sobre temas relacionados aos direitos da mulher.

A proposição não vulnera nenhuma cláusula pétrea ou dispositivo constitucional. Ademais, é medida que se encontra no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da Constituição), sendo, pois, livre a iniciativa de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Atende também aos critérios de juridicidade, uma vez que se apresenta na forma adequada, inova no ordenamento jurídico, tem o atributo da generalidade e é compatível com os princípios diretores do sistema normativo do país. Além disso, não fere as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, porquanto não acarreta impactos orçamentários diretos.

No mérito, a proposta é oportuna e pode contribuir para reduzir a calamidade da violência doméstica e familiar cometida contra nós mulheres. Sabe-se que o ambiente doméstico é aquele onde ocorre a maior parte da violência contra nós mulheres, conforme demonstram dados de pesquisas como a divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, intitulada "Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil", edição de 2023. Verifica-se também, pelos números coletados, que parceiros, ex-parceiros e pessoas próximas são os autores mais frequentes desse tipo de violência.

Lamentavelmente, o poder público não consegue suprir todas as necessidades de segurança da mulher, especialmente quando os fatores que a tornam vulnerável estão presentes dentro de seus próprios lares, e os crimes são perpetrados por pessoas de suas relações afetivas.

Além disso, pesquisas realizadas na área da Psicologia demonstram que a participação das mulheres em práticas como a especificada no projeto contribui para elevar sua autoestima, levando-as, inclusive, a conseguir deixar relações abusivas antes mesmo de uma escalada da violência.

Portanto, propiciar a esse grupo o acesso a programas de defesa pessoal pode significar a diferença, em muitas situações, entre a vida, a morte e a ocorrência de graves lesões e injúrias físicas, não sendo, mesmo, desprezível o efeito dissuasório da mera matrícula, frequência ou conclusão de curso com esse propósito.

Sabemos, contudo, que não se pode deixar a cargo da própria vítima a responsabilidade por sua defesa, ainda mais porque os recursos físicos e até mesmo psíquicos para esse tipo de treinamento não estão presentes em todas as mulheres. Por isso, decidimos sugerir emenda para estabelecer, de maneira cabal, que a participação nesses cursos é inteiramente optativa e não pode ser, em nenhuma hipótese, argumento para justificar a desproteção da mulher pelo poder público.

Consideramos, ainda, que não há razão, em vista do caráter autorizativo da proposição, para limitar seu alcance a “municípios com mais de 50 mil habitantes”, devendo a oferta do serviço em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise ficar a critério do ente público competente. Ademais, optamos por evitar a redundância ao mencionar os Centros de Referência de Assistência Social como espaços para a oferta dos cursos, uma vez que eles já se encontram incluídos na designação dos "espaços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

Sobre o voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.813, de 2021, com a seguinte emenda... Só tem uma emenda:

Emenda nº – CDH

Dê-se ao inciso VI do art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, inserido na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.813, de 2021, a seguinte redação:

> Art. 35. .....
> .....
> VI – cursos de defesa pessoal voltados à dissuasão da violência, a serem oferecidos nos centros de atendimento integral e multidisciplinar a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
> Parágrafo único. A participação nos cursos previstos no inciso VI deste artigo é de caráter opcional, sendo proibido utilizar a recusa da mulher em deles participar como argumento processual ou mesmo para deixá-la sem a devida proteção policial.

Era esse o voto, Sr. Presidente. Já agradeço por ter me designado para fazer essa leitura do parecer da Relatora, da Senadora Ana Paula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Augusta Brito, pelo brilhante relatório.

Cumprimento também a Senadora Ana Paula Lobato pelo seu parecer, aprimorado – eu diria – pela sua postura nesse momento como Relatora *ad hoc.*

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7.

ITEM 7

SUGESTÃO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional de Incentivo à Educação Política no âmbito do ensino fundamental II e médio no país.

Autoria: Jovem Senador Ana Letícia Guedes, Jovem Senador Anna Clara Mirandela, Jovem Senador Quéren Hapuque Lima, Jovem Senador Cauã de Oliveira, Jovem Senador Helen Pellacani, Jovem Senador Jamily Marques, Jovem Senador Mara Daniella Cardoso, Jovem Senador Nicolle de Lima, Jovem Senador Vitória Dias

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato.

Concedo a palavra, em nome da Senadora Ana Paula Lobato, para a leitura do relatório, ao Senador Flávio Arns *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não sei se foi lido o nome também de Quéren Hapuque Lima...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É interessante, porque é uma sugestão dos Jovens Senadores e Senadoras que estiveram recentemente aqui no Senado Federal.

Eu passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

É uma sugestão feita por eles, que vai ser transformada, então, em projeto de lei. É a Sugestão nº 10.

Boa parte dos brasileiros já ouviu, pelo menos uma vez na vida, o aforismo "política, religião e futebol não se discutem". Quem o enuncia expressa o desejo de não polemizar com seus interlocutores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de evitar confrontos que possam, de alguma forma, comprometer uma sólida amizade, a paz familiar ou mesmo uma relação afetiva.

Mais recentemente, esse apelo ao distanciamento da política – até marcado por um leve toque de humor – adquiriu um tom mais grave. Nos últimos anos, testemunhamos as investidas de um movimento que tenta deslegitimar a política e os políticos brasileiros, por meio de estratégias violentas que disseminam discursos de ódio, distorcem fatos, descontextualizam falas, agridem e matam.

Nós somos seres políticos e está em nossa natureza viver em comunidade, conforme a notória observação de Aristóteles. Não faz sentido, portanto, omitir-se ao debate de temas fundamentais para a vida comunitária; não faz sentido considerar inimigas pessoas que são diferentes de nós ou que têm opiniões divergentes da nossa; não faz sentido desprezar valores democráticos por meio de práticas autoritárias orientadas por crenças sem respaldo científico.

Neste momento em que a irracionalidade e a intolerância se dispersam por nossa sociedade, é necessário refazer o pacto da democracia, reconquistar a confiança da população brasileira na política e voltar a trilhar o caminho para uma sociedade que promova a justiça social e o respeito às diferenças.

Nesse sentido, chamou nossa atenção a iniciativa dos Jovens Senadores e Senadoras, que, ao reconhecer a centralidade do tema da formação política dos estudantes brasileiros, dialoga com essa ideia de reconstrução nacional.

Durante a Semana Nacional de Incentivo à Educação Política, proposta pelos Jovens Senadores e pelas Jovens Senadoras, os estudantes brasileiros terão a oportunidade de conhecer com profundidade instituições políticas, de debater temas candentes de interesse nacional e de entender a importância da participação política dos cidadãos.

De igual forma, poderão aprender a conviver com as diferenças de todos os matizes, bem como desenvolver o senso crítico, as habilidades argumentativas e a capacidade de reflexão sobre seu lugar no mundo. Afinal, a conscientização política é o remédio mais eficaz de que podemos dispor para expurgar os males do autoritarismo e da intolerância.

Por sua relevante contribuição ao aperfeiçoamento da democracia no país – o relatório é da Senadora Ana Paula Lobato; estou lendo-o como Relator *ad hoc* –, entendemos que que o Sugestão nº 10, de 2022, dos Jovens Senadores e Senadoras, merece acolhimento por esta Comissão.

Como oportunidade de aperfeiçoar o projeto, sugerimos a inclusão, no evento proposto, de atividades que estimulem uma participação ativa dos estudantes, a exemplo do programa Jovem Senador e Senadora, que poderá ser espelhado pelas escolas.

Ante o exposto, votamos pela conversão da Sugestão nº 10, de 2022, em projeto de lei, nos termos seguintes – vou ler, Presidente –:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Institui a Semana Nacional de Incentivo à Educação Política no âmbito do ensino fundamental II e médio no país.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Semana Nacional de Incentivo à Educação Política nas escolas de ensino fundamental II, a partir dos dois anos finais, e médio, com o objetivo de conscientizar os estudantes sobre temas relacionados à política nacional, tais como:

I – noções de desenvolvimento de políticas públicas;

II – orçamento público;

III – funcionamento dos três Poderes;

IV – competências dos entes federativos;

V – noções de Direito Constitucional;

VI – espécies de proposições legislativas; e

VII – cidadania e direitos humanos.

Art. 2º A Semana Nacional de que trata o *caput* do art.1º será realizada, anualmente, na semana que compreender o dia 5 de outubro, e incluirá, entre outras, as seguintes atividades:

I – seminários;

II – palestras;

III – oficinas;

IV – atividades letivas;

V – visitações a Casas Legislativas e a organizações da sociedade civil dedicadas à promoção dos temas mencionados no art. 1º.

VI – participação em sessões simuladas que mimetizem as atividades parlamentares.

Art. 3º As atividades realizadas na Semana Nacional de que trata o art. 1º deverão constar de relatório a ser dada ampla publicidade, incluindo disponibilidade em portal da internet do órgão de educação da unidade federativa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano subsequente.

Então, esta é uma sugestão legislativa do programa Jovem Senador e Senadora. Os nomes já foram lidos por V. Exa., não é? E a sugestão está sendo transformada, no relatório da Senadora Ana Paula Lobato, num projeto de lei a ser apreciado pelo Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, que fez a leitura do relatório *ad hoc*, pela contribuição belíssima dele e também da Senadora Ana Paula Lobato.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Queria só registrar a presença aqui conosco de Lucia Miller, do Conselho Nacional de Autorregulamentação da Acupuntura, Jean Luís Degrande de Souza, que está aqui também, vi ali ambos, ele é Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura. No mínimo querem falar comigo sobre o projeto de acupuntura.

Vamos ao expediente e daí encerramos, agradecendo desde já o Senador Flávio Arns.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos de cidadãos, solicitando projetos para a redução de alíquotas do INSS; da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, solicita a realização de uma audiência pública para tratar sobre a correção do FGTS; da 2ª Vara Criminal da comarca de Feira de Santana, noticia a execução de três presidiários; da lavra da Coordenação Nacional da Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, juntamente com a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará e o Centro Comunitário Itamuri, encaminha denúncia contra a Prefeitura.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos recebidos ficarão disponíveis na Secretaria e ou no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias, terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Sem mais nada a tratar, atingimos todos os objetivos no dia de hoje, aqui e na CCJ – lá foram cotas, e encerramos o trabalho.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinco minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Jussara Lima, Augusta Brito e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 69/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater "A Lei 10.639/03: Diversidade e Equidade na Educação". **Participantes:** Zara Figueiredo, Professora da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e atual Secretária da SECADI; João Marcelo Borges, Gerente de Pesquisa e Inovação - Instituto Unibanco. Pesquisador - Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DGPE); Odair Marques da Silva, Professor Doutor - Mestrado em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp; Doutorado em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes, Portugal. Autor do livro "Atlas Geocultural da África"; Wilma de Nazaré Baía Coelho, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará; Michael França, Professor e Pesquisador do INSPER; e Lucimar Rosa Dias, Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - SECADI/MEC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 76ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 69, de 2023, desta Comissão, de nossa autoria, para debater a Lei nº 10.639, de 2003, diversidade e equidade na educação.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Como é de praxe, faço uma pequena fala sobre o tema, antes de chamar os convidados, que estarão de forma presencial ou à distância.

Meus amigos e minhas amigas, a importância da lei que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas redes de ensino celebrou, neste ano de 2023, seus 20 anos. A legislação garante uma das principais vitórias dos movimentos sociais, movimentos negros do país para o povo brasileiro, que tem a sua história lapidada em um dos processos mais cruéis da humanidade: a escravidão. A legislação foi sancionada em janeiro de 2003; a Lei nº 10.639 foi sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. No ano de 2008, a norma avançou, incluiu e fortaleceu a luta dos povos indígenas com a aprovação da Lei nº 11.645.

Conforme o Instituto Alana e Geledés – Instituto da Mulher Negra, sete em cada dez secretarias municipais de educação não realizaram nenhuma ação ou poucas ações para a implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. O estudo ouviu, em 2022, gestores de 1.187 secretarias municipais de educação, o que corresponde a 21% das redes de ensino dos municípios, sobre o cumprimento da Lei nº 10.639, de 2023. A pesquisa ressalta que os municípios são os principais responsáveis pela educação básica. Do total, constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes no atendimento à legislação; infelizmente, 53% fazem atividades esporádicas, com alguns projetos isolados ou em datas que lembram, como o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro; 18% não realizam nenhum tipo de ação; as secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações, juntas, somam 71%.

Precisamos contar todas as histórias do Brasil, pois não existe uma história única a implementar. A lei da história e cultura afro-brasileira é uma das mais importantes ações para a mudança cultural e social no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, a Secadi, do Ministério da Educação, é o principal instrumento do Poder Executivo para fazer valer a legislação. Criada em 2004, a Secadi foi responsável por coordenar o grupo de trabalho para elaborar o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Éticos-Raciais (Erer), e da 10.639, de 2003, em 2004. A implementação da lei da história e cultura afro-brasileira e indígena é para combater na prática o racismo no Brasil. Junto com a Secadi e os especialistas, iremos debater, discutir e buscar caminhos para essa efetiva implementação.

Axé! E que tenhamos todos uma ótima audiência pública!

Os convidados já estão chegando. E eu aproveitaria ainda este momento, pela importância...

Tenho aqui a lista dos nossos convidados. Eu vou chamar, então, já para a mesa a nossa grande líder Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, uma liderança que nós sabemos que tem uma responsabilidade grande em todo o nosso país no combate a todas as formas de preconceito e racismo, enfim, convido a Professora da Universidade Federal de Ouro Preto Zara Figueiredo, atual Secretária da Secadi.

Seja bem-vinda, Professora! (*Palmas.*)

Convido Lucimar Rosa Dias, Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – Secadi/MEC, que também está aqui presencialmente. (*Palmas.*)

Convido... Não sei se já chegou. (*Pausa.*)

Sim, são só duas presenciais e os outros por videoconferências. (*Pausa.*)

Tudo o.k.

Então, está conectado já João Marcelo Borges, Gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto Unibanco, Pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas; também Wilma de Nazaré Baía Coelho, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará; ainda, Odair Marques da Silva, Professor Doutor, com mestrado em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, doutorado em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes, em Portugal, e autor do livro *Atlas Geocultural da África*; e Michael França, Professor e Pesquisador do Insper – esses últimos quatro, por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu quero ainda aproveitar este momento, já que vamos tratar aqui do combate ao racismo, preconceito, e sabemos que o caminho é a educação – uma frase tão conhecida por todos nós é que a educação liberta –, como o tema das cotas, que tem a ver com a matéria que vamos hoje, aqui, aprofundar, passou na Câmara dos Deputados – a Deputada Maria do Rosário foi autora, a Deputada Dandara foi a Relatora, lá foi aprovada –, veio para o Senado e aqui eu fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Relator, na Comissão de Direitos Humanos e também na CCJ, aprovamos nas duas Comissões, com votação, inclusive, simbólica, então, por ampla maioria, foi simbólica essa votação, como percebi que é um tema ainda desconhecido, e, se é desconhecido no Parlamento, calculem lá fora, então, resolvi primeiro dizer, e vocês podem complementar, porque são aqui todos especialistas no tema, que não estamos votando, aprovando uma nova lei. A lei existe, foi aprovada. Na época, eu fui Relator inclusive no Senado, porque já estou aqui há quase 30 anos, no Senado, há três mandatos. Eu fui Relator. Completou-se agora esse período de dez anos, e nós asseguramos inclusive que haveria uma revisão de dez em dez anos. Essa revisão se concluiu, em tese, no fim do ano passado; nós estávamos já em 2011. Então, nós temos que aprovar a revisão definitiva para que o MEC, principalmente – aí você pode dar uma explicação, faço questão –, tenha um período, um tempo para regulamentar a matéria, para que entre em vigor a partir do ano que vem.

É fundamental que a gente, neste momento, aqui... Ontem, no Plenário, fiz um agradecimento, Zara e Lucimar, a todos os Senadores, inclusive aos da oposição, que marcaram o seu ponto de vista em relação às cotas, mas concordaram com a votação simbólica, não criando com isso um impasse de termos que esperar a votação no painel, porque muita gente já não estava aqui, já tinha voltado para os seus estados. Então, agradeço a todos os 81 Senadores. E, especialmente, quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, que tem colaborado muito para o andamento dessa matéria aqui na Casa, e também ao Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, que ainda ontem... Quero deixar bem claro, que, depois de aprovado, pedi regime de urgência para que fosse para o Plenário. Eu queria que tivesse ido na mesma tarde, essa era a minha vontade, mas os Parlamentares da oposição pediram: "Não, tudo bem, vai para o Plenário, mas nós não queríamos que fosse hoje. Nós queríamos votar na semana que vem, para termos um período aí de dois, três dias", porque foi ontem a votação. Assim, o Presidente Senador Davi Alcolumbre entendeu, e eu também entendi, tanto que concordei, e ficou acertado, então, que nós votaremos – porque a matéria é urgente, esse foi o acordo firmado – na terça-feira; na terça-feira vai ser votado.

Eu vou aqui rapidamente – não vou ler o relatório, porque é um relatório de 70 páginas – só destacar os nove pontos em que há alterações. O texto foi aperfeiçoado. Então, senhores e senhoras, para que todos tenham clareza da importância da política de cota, eu fiz um cálculo ontem: nós temos 36 milhões de jovens no Brasil, então, interessa a todos os jovens, não é? Se no Brasil 54%, 56% são negros e negras, todos têm interesse em que isso se resolva. Nas universidades, esse caso é pacífico, não há nenhum confronto, como alguns pensavam que iria existir; é pacífico, é muito tranquilo em todas as universidades do Brasil. Então, eu só vou destacar aqui as mudanças, que foram em nove pontos.

Eu cito agora nove pontos do PL 5.384, de 2022, que visa a aprimorar a política de cotas nas universidades e institutos federais destinada à inclusão de estudantes pobres, sejam brancos ou negros, estudantes pobres, vulneráveis, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas. Todos têm que ser alunos de escola pública, tanto negros como brancos e os indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto. No processo de ingresso do estudante na universidade ou no instituto federal, serão observadas as notas pela ampla concorrência. Posteriormente, como praticamente é feito hoje, entra a reserva de vagas. Não tem nenhuma novidade, como alguns tentam infelizmente entender. Até entendo eu que eles não entendam bem, não é maldade.

A Lei de Cotas não perde a sua vigência e será avaliada a cada dez anos, com ciclos anuais – anuais – de monitoramento realizado pelo Ministério da Educação, que está aqui presente. Ontem, um Senador, pelo qual tenho o maior respeito, o maior carinho, perguntou: "Mas vai virar permanente?". Não necessariamente, ninguém quer uma política permanente. Toda lei pode ser aperfeiçoada, e isso é o Legislativo que decide, o Executivo que decide, no momento que der, encaminhando uma proposta para cá. O que nós estamos dizendo aqui é que, uma vez por ano, a bem dizer, ela vai ter uma avaliação básica e, de dez em dez anos, uma avaliação permanente.

Ora, aí eu dei até um exemplo. Nos Estados Unidos, a lei da política de cotas foi um sucesso – ninguém tem dúvida – e durou 60 anos. Nós estamos, no Brasil, com dez, onze anos. "Bom, vai precisar de mais dez?" Se, daqui a dez anos, nós chegarmos à conclusão de que atingimos todos os objetivos, não há por que manter. É isso que coloquei ontem e coloco hoje aqui, novamente. Nós queremos garantir que alunos brancos, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pobres tenham acesso à universidade.

O projeto de lei faz a atualização dos órgãos encarregados do acompanhamento e avaliação da Lei de Cotas da qual o Ministério da Educação, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas serão os responsáveis.

A prioridade do auxílio estudantil é dos alunos cotistas que se encontram em situação de vulnerabilidade. O auxílio estudantil é para quem não tem como se manter. Ponto. Não tem muito o que explicar. Eu até tinha apresentado um projeto lá em 2014, tinha sido aprovado no Senado, mas estava na Câmara, foi aproveitado, com o mesmo objetivo que tanto você estava sugerindo. A renda familiar *per capita*, que era de um salário mínimo e meio, mas é *per capita*... Uns pensam que a renda familiar é da família, e me perguntaram hoje, pela manhã ainda, quando eu vinha vindo para o Senado. Eu digo que é *per capita*, o que significa que, se tem quatro pessoas na família, é de R$4 mil, não é individual. Eles acham que, se tiver um na família ganhando um salário mínimo, já não têm direito. Não tem nada a ver; é *per capita*. Então repito aqui: a renda familiar *per capita*, que era de um salário mínimo e meio, passou a ser de um salário mínimo na reserva da vaga de 50% das cotas. É para atender os mais pobres, mas, assim mesmo, os estudos que eu recebi mostram que a diferença não é grande, não é grande a diferença, e vai ajudar ainda os mais pobres. Embora seja pequena para quem é bem pobre, que depende exatamente de um salário mínimo, é uma ajuda.

A proposta amplia as ações afirmativas para os cursos de pós-graduação. Eu já enfatizo, de novo: isso não é um tema novo. Ainda em 2020, eu apresentei o Projeto 3.434, que trata do assunto, e agora a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia foi incluída, não é o meu projeto. Eu estou mantendo, na íntegra, o projeto que veio da Câmara, muito bem construído pela relatoria da Dandara e, quero destacar aqui – sempre, sempre vou destacar –, da Benedita da Silva, que foi uma construtora, lá atrás, junto com o Abdias, dessas ideias. Depois, claro, as outras gerações foram chegando e aprimorando. Eu sou daquele tempo ainda, sou do tempo do Abdias; eu era Deputado e o Abdias era Senador.

Uma das maiores inovações foi a inclusão dos quilombolas na Lei de Cotas, nas instituições federais de ensino superior e nas instituições de ensino federal, ensino técnico e médio. O PL instituiu que, para as vagas reservadas para subcotas não utilizadas, serão – como eu já disse, na verdade, isso tem uma ligação – primeiro analisados aqueles que concorreram na ampla concorrência, sem prejuízo da política de cota para aqueles que têm direito. Na verdade, aqui é um complemento do que está lá no primeiro artigo.

O projeto ainda permite o uso de outros institutos de pesquisa, além do IBGE, como o Censo, para o cálculo de proporção de cotistas nos estados.

É isso, um resumo que fiz rapidamente, aproveitando este momento aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Este é um tema muito importante. Repito de novo: o caminho para combater todo tipo de racismo e preconceito é a educação.

É fundamental que a gente aprove na terça-feira. Estou fazendo um apelo a todos os Senadores e Senadoras e também fazendo um apelo aqui, e aí falo como legislador, ao próprio Governo. Sabemos que é fundamental a participação do Governo nesse debate, como estão fazendo – vocês estão sempre presentes, o Governo está sempre presente, toda vez que nós convidamos, e, mesmo que não convidássemos, sei que vocês viriam, sim, para ajudar a todos nesse tema.

Pediram que eu fizesse a leitura também – vocês poderão responder, agora é para vocês já – do e-Cidadania, que já encaminhou as seguintes perguntas.

Do Bi Sides, de São Paulo: "Como será combatida a LGBTfobia nas escolas, [...] [de modo a] evitar a evasão de tantas crianças e adolescentes?".

Eric BR, do Rio Grande do Sul: "Vivemos uma educação democrática e precisamos tratar as diferenças [existentes] da sociedade. Como [...] [abordar] esse assunto de forma mais didática e prática [e combater a resistência ao tema no ambiente escolar]?".

Ester Pires, de São Paulo: "Falando sobre equidade linguística, existe algum projeto visando o ensino de libras nas escolas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zenaide Ribeiro, do Rio de Janeiro: "Como podemos lutar para exigir acessibilidade escolar para todos? [...]".

Giovane Ramos, do Rio de Janeiro: "A cultura diversa brasileira não pode deixar de incluir outros povos e culturas diversos também, [inclusive] da matriz africana".

Joice Camargo, de São Paulo: "[Ainda é] difícil [...] tirar da teoria esse tema [...], [infelizmente] a maioria dos docentes não [...] [demonstra] preparo adequado para isso".

Essas perguntas eu vou deixar aqui na mesa. Vocês farão a palestra de vocês – eu sempre dou em torno de 15 minutos – e responderão no momento que entenderem adequado.

Então, neste momento, pode fazer sua palestra livremente – todos convidados – e, num segundo momento, se assim você entender e quiser responder a alguma pergunta... Vocês, não é você só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem, tem! Eu já fiz a leitura dos quatro *online*. Poderão também, se quiserem, comentar sobre alguns dos questionamentos que vieram pelo e-Cidadania.

Então, de imediato, para o seu tempo... Eu só digo: eu dou dez. Quando terminam os dez, toca a campainha e há mais cinco. Aqui, nós não seremos rígidos com o tempo, não.

Passo a palavra à Professora da Universidade Federal de Ouro Preto e atual Secretária da Secadi, Zara Figueiredo.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – O.k., vamos lá. Bom dia a todos e todas aqui presentes, mas também a quem nos acompanha remotamente.

Senador Paulo Paim, eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para informar que nós estamos ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – O.k.

Então, bom dia a todos que nos acompanham.

Eu queria agradecer ao Senador Paim pelo convite para discutir um tema tão importante como é a 10.639 e pensar a diversidade e a equidade nessa perspectiva da 10.639, que, como adiantou o Senador, está comemorando 20 anos, neste ano, de marco legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também, Senador, de trazer o abraço do Ministro Camilo, que deixa um abraço para o senhor, também agradecendo pelo árduo trabalho, constante e histórico trabalho pelo debate racial no Brasil, de modo especial pela educação, que tem, obviamente, uma relação orgânica com o MEC. Então, eu deixo o abraço do Ministro Camilo Santana ao senhor.

Embora a gente esteja tratando aqui este momento para pensar exatamente a questão racial na educação básica, como o próprio Senador adiantou, eu acho que não é possível a gente não retomar um pouco da questão das cotas raciais.

É absolutamente importante, como o Senador Paim nos disse, o grande esforço desta Casa para aprovar a Lei de Cotas, esse aperfeiçoamento da Lei de Cotas – e, de modo especial também, do Senador Pacheco, do Senador Alcolumbre, de toda a Casa, inclusive da oposição, que tem dialogado com o projeto que chega da Câmara.

Dentro dessa perspectiva, é sempre bom reafirmar que o que a gente está tratando aqui é um aperfeiçoamento, é um aprimoramento, de acordo com o próprio art. 7º da 12.711. Ou seja, qualquer noção elementar de política pública nos diz que qualquer política pública precisa ser avaliada para ser aperfeiçoada. Então, a gente não pode confundir aqui prazo de vigência com aperfeiçoamento. O que nós estamos fazendo neste momento, conduzido de modo tão brilhante pelo Senador, é exatamente um passo de toda política pública, qualquer que seja, que é avaliar como ela chegou até o momento e propor mecanismos de aperfeiçoamento para essa política.

Se a gente for observar – inclusive o MEC tem esses dados oficiais e vai trazer hoje para entregar para o Senador –, o que os dados mais recentes de semana passada mostram para nós é que a trajetória escolar dos alunos cotistas é ainda pouco melhor do que a dos alunos da ampla demanda. Os dados são oficiais, são dados inéditos do Inep, e nós os entregaremos também, hoje, a esta Casa.

Então, eu acho muito importante a gente ter clareza dessa distinção. Quer dizer, o que nós estamos fazendo neste momento não se trata de pensar a vigência, como o próprio Senador disse; é analisar a política, como manda o próprio dispositivo legal, e pensar mecanismos de aperfeiçoamento, porque isso é próprio da política pública. Não há que se falar em política pública sem essa etapa dela, do ciclo da política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria lhe fazer uma pergunta que eu entendo fundamental para quem está nos assistindo e também para os Senadores e Senadoras. É para que todos os Senadores e Senadoras entendam que o debate aqui, hoje, é de políticas de combate a todo tipo de racismo e preconceito.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você me passou uma explicação que eu achei importante, e ninguém melhor do que você para falar por que nós queremos tanto aprovar, no máximo, no máximo, até a semana que vem. Por quê? Porque vocês têm prazos no MEC.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você pode falar um pouquinho sobre isso? Depois eu dou o seu tempo na palestra principal!

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Claro, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobre a questão dos prazos.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – Para nós, não é uma questão de debate de se nós queremos ou não. É uma questão técnica mesmo. Nós temos um prazo. A SESu (Secretaria de Educação Superior) é responsável pelo sistema, pelo Sisu. Portanto, para a gente operar e levar esse aperfeiçoamento para o ano que vem, a gente tem um prazo técnico que acaba exatamente neste mês.

Então, se nós não conseguirmos aprovar, e obviamente nós só podemos colocar para rodar o sistema a partir, obviamente, da discussão e votação neste espaço, no Senado... Só a partir da votação e deliberação desta Casa – por fim, cumprido todo o trâmite legal –, é que nós podemos, efetivamente, colocar o sistema para rodar.

Então, nós temos um prazo, um prazo curto, que é este mês, porque, se nós não conseguirmos ter a resposta do ponto de vista legislativo, nós não conseguiremos implementar, do ponto de vista do Sisu, em 2024.

Esse é um problema técnico, ou seja, nós precisamos que esse trâmite se dê com essa celeridade, que a gente conclua esse trâmite legal com celeridade, para que o sistema que roda o próprio Sisu seja implementado em 2024. Nós não teremos tempo hábil se nós tivermos, por exemplo, mais um mês de debate, dois meses de debate. O MEC não consegue colocar o sistema para rodar se nós não tivermos esse prazo, que acaba agora, este mês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Este mês.

Por isso é que eu insisti tanto com os Senadores, conversei com a oposição, e eles entenderam que nós teríamos, ou teremos, que votar esse mês. A bem dizer, o tempo limite para nós é a próxima terça-feira. Por isso, já fizemos o acordo na CCJ de votar. Eu queria votar esta semana, mas eles me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pediram, mediante acordo, que nós votássemos, então, na terça-feira. Já suscitei o Presidente Rodrigo Pacheco, ou seja, encaminhei a ele, e ele disse que vai ser pautado na terça-feira.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Então, isso é muito importante, e a gente precisa muito da sensibilidade desta Casa. Nós estamos correndo contra o tempo, nós não podemos... Estamos tratando com toda a sociedade, trabalhando *full time* para que a gente possa colocar para rodar já em 2024. Tanto o pessoal da Stic, que é a tecnologia, quanto todos os técnicos da Secretaria de Educação Superior têm trabalhado dia e noite exatamente para que a gente possa colocar para funcionar em 2024, mas isso depende unicamente desse trâmite legislativo.

Então, nós precisamos que isso seja concluído neste mês, em todas as suas fases, para que o sistema possa operar. Se demorar, nós não conseguimos colocar para o ano que vem.

Então, é um apelo que também eu faço em nome do MEC, sensibilizar a Casa, para que isso tenha essa celeridade a gente possa concluir e colocar o sistema para funcionar com segurança, como todos os testes já foram feitos, no próximo ano.

Dito isso, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou só registrar a minha presença.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora está no seu tempo,

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Obrigada, Senador.

Bom, eu vou fazer uma fala rápida e vou focar em três pontos, quer dizer, essa fala minha eu vou organizar em três eixos basicamente. Então, a gente está pensando em 10.639, e os três pontos em que eu quero organizar a minha fala são: em relação à 10.639, eu quero fazer duas constatações a respeito dela, uma pergunta e, em seguida uma proposta. Então, basicamente, minha fala vai estar organizada desse modo, mesmo porque eu vi, a partir dos convidados, que nós teremos pessoas que falarão, certamente, de pontos importantes da 10.639, que são indicadores, financiamento.

Então, eu vou me ater a esses três pontos, tá, Senador? Vou organizar minha fala nesses três pontos.

Então, há duas constatações que a gente precisa fazer em relação à 10.639, modificada pela 11.645.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a 10.639 é uma ação afirmativa do ponto de vista da educação básica. Ela é uma ação afirmativa na medida em que ela recoloca a própria história da formação do Estado, da sociedade em outra instância, em outros termos, em outro patamar. Portanto, a 10.639, essa é uma constatação, é um princípio de ação afirmativa dentro da educação básica. Então, essa é uma primeira constatação.

Uma segunda constatação é que a 10.639 padece de um mesmo problema que vários outros marcos legais têm no Brasil, que é a distância entre o ordenamento jurídico e a sua plena implementação.

Então, se nós olharmos o conjunto de marcos legais que nós temos, a gente observa que você tem leis muito sofisticadas, de qualidade, como a 10.639, que está aprovada, mas você tem um problema grande de implementação, sobretudo nos entes subnacionais. Então, a gente tem essa trajetória de dependência no Brasil, a distância entre o marco legal aprovado e a sua plena efetivação.

Então, essas são as duas constatações.

Os dados que o senhor traz do Instituto Alana são uma prova disso. Ou seja, nós temos duas décadas de aprovação do marco legal, entretanto os dados que o Senador Paim nos traz de não implementação são um caso desse. Os dados oficiais do Inep vão na mesma direção, ou seja, nós temos uma baixa implementação de algumas ações da 10.639 na rede, porque, dentro do Inep, tanto no Censo Escolar quanto no Saeb, nós temos algumas questões que tratam da 10.639. Então, esses dados muito frágeis que o senhor traz para nós são a constatação de que existe uma grande lacuna entre marco legal e a efetiva implementação.

A pergunta, então – essas são as duas constatações –, que eu acho que a gente precisa fazer neste momento, passadas duas décadas, é: o que a gente quer e o que a gente precisa da 10.639? O que a gente quer dela? Basta para nós a dimensão curricular? Basta nós inserirmos o ensino de cultura e história afro-brasileira nos currículos? Ou nós precisamos ir além? Porque é isto, historicamente, na educação, o que nós fazemos é transformar um marco legal numa ferramenta de luta. Mesmo quando ela não é implementada na sua integralidade, transformando-a, a gente a toma e a transforma num instrumento de luta. Foi assim com a EJA, foi assim com várias outras políticas que nós temos.

Então, veja, a gente precisa pensar, a essa altura, o que a gente quer dela? É suficiente pensar a 10.639 apenas como uma política curricular que é absolutamente importante? Ou a gente precisa avançar na 10.639 e incorporar a ela um conjunto de outras dimensões?

Eu gosto muito daquilo que a Profa. Petronilha falou num evento desse ano aqui, em Brasília: nós temos que fazer da 10.639 uma política de Estado, uma política de educação de Estado. Portanto, o que ela está dizendo para nós é que nós precisamos ir para além, avançar para além da política curricular, claro que considerando a política curricular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a pergunta.

A partir dessas duas constatações e dessa pergunta, eu vou passar agora para essa última parte, que é a proposta. Portanto, em linhas gerais, o que o MEC, tendo em vista esses dois pontos, essa compreensão e essas constatações, está pensando em termos de 10.639, que é o programa que o Ministro Camilo vai lançar, nós esperamos, ainda em novembro... Nós estamos trabalhando com o mês de novembro para ser anunciada essa política, que é a política nacional de educação para a relação étnico-racial, que vai ser chamada de Pronerer.

Nessa proposta, nós temos algumas linhas que são linhas que nós entendemos que tendem a corrigir os problemas de implementação, porque, se nós temos uma lei de 2003 e nós chegamos a 2023 com essas constatações, então existe um problema de implementação. No desenho do MEC, o que nós estamos trazendo como arranjo de política são arranjos exatamente para lidar com isso que nós compreendemos que sejam problemas de implementação.

O primeiro ponto deles é coordenação federativa. O que significa isso? Nós temos em torno de 170 mil escolas. Nós temos 5.500 e tantos municípios. Nós temos municípios muito diferentes entre si e municípios com capacidade de implementação de política muito diferentes. Então, o que toda análise de política pública mostra para nós? Que, o quanto que a política é exitosa ou não, depende, em larga medida, de que a União coordene a política nos estados e municípios. Isso não significa entrar na autonomia federativa. Óbvio que não. Quem oferta as matrículas são os entes subnacionais da educação básica. Os 38 milhões de matrículas estão em municípios, mais um tanto ou outro de ensino médio e também de ensino fundamental II estão com os estados. Então, o art. 311 é claro, isso é responsabilidade dos estados e municípios. Mas o mesmo art. 311 diz que a União tem uma função supletiva e redistributiva em relação aos entes federados no que diz respeito à educação.

Portanto, o primeiro ponto que está nessa política é a coordenação federativa. Então, no desenho da política, nós estamos colocando arranjos para que, guardada a autonomia dos entes federados, o MEC consiga trabalhar junto com os municípios, coordenando os municípios e os estados e dando condições para que ele implemente essas políticas. Se nós pensarmos em algumas outras políticas que vieram depois da 10.639 e conseguiram emplacar, vamos dizer assim, que pegaram, e que você chega a qualquer ente federado e ela está presente, e você vai analisar: Mas por que ela, que foi construída muito depois de 2003, foi implementada na sua integralidade e essa não? A resposta é que nós não conseguimos construir uma coordenação federativa sólida para a implementação nas redes de ensino.

Então, o primeiro ponto desse programa nacional é a coordenação federativa.

Um segundo ponto é a construção de capacidades estatais nos entes federados. Nós sabemos que de 70% a 80% dos municípios brasileiros são municípios pequenos, com capacidade estatal muito distinta. E isso, Senador, quando eu digo 70%, até 50 mil, porque você tem 20% de municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros em que a população chega a 5 mil. Portanto, têm uma baixa arrecadação, têm uma dificuldade maior de pensar políticas e implementar políticas.

Então, uma segunda dimensão nesse desenho do Pronerer é exatamente pensar uma forma de implementação em que você crie capacidades estatais locais. O que isso significa? Construir arranjos dentro dos municípios, dentro das redes, que ajudem os atores locais, os gestores, os professores, a compreender como implementar a política. E aí você cria ciclos de política de dois anos dentro do território, porque o gestor passa a compreender como operacionalizar a política, e isso dá sustentabilidade para a gestão, ou seja, você cria condições, cria capacidades estatais e se, depois de dois anos, você sai do território, esse território passa a ter sustentabilidade para continuar com a implementação da política. Porque isto que é importante: você construir capacidades para, em seguida, eles andarem com as próprias pernas. Mas a União precisa fazer esse movimento.

Para que isso ocorra, você precisa de um outro arranjo, que se chama indução federativa. Eu sempre digo que, quando a gente está tratando de política pública, a sensibilização se dá via indução federativa. Então, não é sensibilizar as pessoas, as instituições. Não se trata de sensibilizar, mas, sim, de induzir de modo federativo. E indução federativa significa você utilizar determinados arranjos, como, inclusive, incentivos financeiros, para que os entes federados possam implementar as políticas.

Então, mesmo com um orçamento bastante apertado com o qual nós estamos vivendo, a Secadi tem 12 áreas de política, então não é pouca coisa, e a intenção do MEC é criar uma indução federativa, ou seja, você ter um incentivo financeiro, sobretudo para as redes que têm mais fragilidade.

E um ponto para o qual nós já estamos caminhando para a implementação é esse diagnóstico e monitoramento. Veja, esse é um grande problema. Nós estamos falando agora sobre a lei de cotas e dizendo: "Olha, nós não estamos tratando de reconstrução de lei de cota, nós estamos fazendo um aprimoramento", porque isso é típico, próprio e absolutamente inegociável da política.

A 10.639 é a mesma coisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZARA FIGUEIREDO – Então, veja, nós chegamos, duas décadas depois, sem um diagnóstico e sem um monitoramento da política. Os dados que o Senador Paim nos traz são do Alana, veja a situação. Nós, oficialmente, não temos um monitoramento. O senhor está usando, nas cotas da 12.711, dados oficiais produzidos por este Governo, pelas suas autarquias, reconhecidos no mundo inteiro pela qualidade e excelência. São esses dados que o senhor está usando para fazer a discussão nesta Casa; todos os dados são oficiais. Na 10.639 nós não temos. Então, uma das dimensões que nós já estamos fazendo é o diagnóstico para, a partir daí, criar o monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós já construímos esse instrumento. Sabemos que, para as redes se engajarem conosco nesse diagnóstico, nós precisamos fazer com que isso seja atrativo para ela e, nessa perspectiva, nós estamos dialogando com outras secretarias para que esse instrumento... Hoje, nós temos aqui em Brasília o Consed e a Undime, e nós teremos uma reunião, inclusive, para a gente discutir isso, esse engajamento nas redes para que os secretários possam responder e, a partir daí, nós construirmos um conjunto de indicadores para, oficialmente, a gente ter um monitoramento da política, que é absolutamente... Já estou caminhando...

E um dos pontos muito importantes que o senhor levantou é a questão das capacidades. Se a gente vai precisar criar capacidades nos entes federados, uma das atuações do Governo Federal, competência legal, é exatamente você agir de modo supletivo e redistributivo em relação às redes.

Isso, do ponto da 10.639, significa formar os professores. Nós não podemos penalizar professor e não podemos penalizar a rede sem que antes tenhamos dado as condições efetivas para que eles possam implementar. Então, dentro do programa a gente tem um programa de formação. E é importante dizer que um desenho bastante particular desse programa de formação é a oferta diferenciada, porque nós sabemos que, para que a gente pense essa formação, tem muitos atores dentro da escola que precisam de formação diferenciada, a depender de qual é a função deles, para que a gente tenha efetivamente uma implementação.

E aí, como último ponto, um elemento que para o MEC é absolutamente importante é a governança da política, porque é a governança da política que vai dar conta de expressar todos esses arranjos que dão possibilidade de a política ser exitosa ou não ser exitosa. Então, essa governança vai ser pensada, e está sendo pensada, porque envolve recursos maiores nesse caso, que é uma governança focalizada, ou seja, como é que nós operamos formas de agentes locais de governança para ajudar as redes a efetivamente implementarem essa política.

Então, é isso.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos sinceros cumprimentos tanto pela exposição em relação à política de cotas, e estamos nessa parceria, como também sobre a 10.639.

Zara Figueiredo, Profa. da Universidade Federal de Ouro Preto e atual Secretária da Secadi.

Meus cumprimentos. Achei fundamental que, entre tantas questões, você nos apresentou um programa que vai ser um procedimento para a gente implantar efetivamente essa política, que já tem 20 anos, e fica em menos de 30% o número de municípios que realmente aplicam a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me aqui que, Ben-Hur e Esther Grossi, nós tínhamos apresentado um projeto, mandamos para o Senado, e o projeto aqui caiu. Caiu, arquivaram, sumiram com o projeto. Mas, felizmente, a Esther Grossi é gaúcha, e o Ben-Hur se não me engano, é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de Mato Grosso do Sul. Conversamos muito e os dois encaminharam, com apoio total da bancada negra na época lá, e se tornou lei.

Então, fica aqui minha homenagem à Esther Grossi e ao Ben-Hur Eu nunca esqueço o nome dos autores e relatores dos projetos, porque alguns esquecem, eu não esqueço.

Sabe que o Silas Brasileiro foi o Relator do Estatuto do Idoso. E ele, junto com o Eduardo, viajaram muito o Brasil todo. Eu fui o autor, mas eles foram o Relator e o Presidente da Comissão Especial. Sabe que ele me mandou uma carta muito bonita esses dias? Hoje ele é um grande dirigente do setor do café. É um dirigente que tem repercussão internacional na produção do café. E ele disse: "Estive muito tempo no Parlamento, mas poucas vezes fui lembrado pelos projetos que eu apresentei e pelos que relatei". Mas eu faço questão. Tanto que a minha equipe sabe, toda vez, eu posso ser relator ou autor, que eu vou soltar um *card* desse trabalho eu digo: cite sempre o autor e o relator – sempre! –, porque o relator também é fundamental, como é o autor, para essa construção coletiva, não é?

Então, parabéns pelo teu belíssimo trabalho aqui, apresentando um programa já de implantação dessa lei que é tão importante e até hoje não foi aplicada como deveria.

Eu vou intercalar um presencial, uma convidada presencial, e um convidado ou convidada virtual.

Então eu vou para o João Marcelo Borges.

O João Marcelo Borges é Gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto Unibanco e pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

O tempo é seu, dez minutos com mais cinco, por favor, João Marcelo Borges.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, bom dia a todas e a todos. Eu começo cumprimentando a Secretária Zara Figueiredo, a Profa. Lucimar, nas pessoas das quais eu cumprimento todos os presentes, os colegas que vão também apresentar, que estão remotamente, e todos aqueles que nos assistem. Acho que já ficamos aqui...

Quero parabenizar o senhor também pelo esforço. Eu tenho acompanhado, ainda que à distância, a tramitação e essa urgência para aprovação da lei de cotas. Para além da relevância em si mesma, agora temos essa urgência explicada pela Profa. Zara, que eu acho crucial que seja de conhecimento do Parlamento todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também fiquei muito feliz aqui, é uma surpresa, recebemos um *spoiler* da Profa. Zara, porque ela já adiantou uma política nacional que vai ser lançada no mês que vem, então também já amanhecemos o dia com boas novidades aqui para um desafio que todos nós sabemos ser enorme.

Eu vou falar dos desafios da desigualdade racial na educação numa perspectiva que não é diretamente a da 10.639 na sua dimensão curricular, porque creio que a Profa. Zara já delimitou o que que ela contém e o que que ela não pôde conter no momento da sua aprovação, porque ainda não havia, digamos assim, o contexto que possibilitasse outros avanços.

Mas começo fazendo uma provocação para nós todos. Apesar das dificuldades de implementação da lei nesses 20 anos, o que é realmente impressionante é o fato de o Brasil, forjada e construída sua identidade, da sua população, majoritariamente pelas pessoas pretas, ainda que escravizadas e trazidas para cá, o surreal é que nós tenhamos que criar uma lei para dizer que o estudo da cultura desses povos precisa ser incluído no currículo. E por que a gente precisou fazer isso? Eu estou sendo retórico aqui, mas é porque, na verdade, as estruturas sociais brasileiras criaram cotas não formais para os brancos e os ricos. É por isso que a luta da inclusão no Brasil, ou da reversão dessas desigualdades, no nosso caso, alcança o limite da crueldade. Quando a gente olha os números, a gente não está falando de desigualdades que têm a ver com percentuais plausíveis ou aceitáveis, a gente está falando de um sistema, de uma sociedade que se estruturou de uma forma cruel.

Imaginar que 3% da população detêm 60% da renda nacional dá a dimensão do que nós estamos falando. Um por cento tem 50% da renda nacional. Então, da mesma maneira que foi necessário, muito embora devesse não ser necessário, criar a 10.639 – e parabenizo o Presidente Lula por tê-lo feito e todo o Parlamento, que construiu, e os movimentos sociais, que incidiram para isso –, é o momento de a gente olhar para a frente. A gente precisa de mais avanços. E acho que hoje a gente tem um contexto que nos permite fazer isso.

Então, quero mostrar alguns dados de por que a gente precisa fazer esses avanços. Vou pedir licença aqui para compartilhar a minha tela. Se alguém puder habilitar para eu apresentar, senão eu falo aqui, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos vendo aqui, mas acho que é possível. Pelo menos, sempre foi.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência*.) – Para mim está aparecendo que foi desabilitado, mas não há problema. Eu posso falar aqui disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vai para a tela. Deu certo aqui, segundo a assessoria da mesa.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência*.) – Ah, agora deu certo. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência*.) – Então, quero começar mostrando o momento tão importante em que a gente está, Senador. Eu acho que isso é crucial para todos nós entendermos. Eu vou enfocar aqui a educação básica, mas acho que a relevância superior com a Lei de Cotas já foi falada.

Este quadriênio, no qual estamos, desta legislatura, inclusive, coincide com um momento de revisão ou formulação de marcos normativos cruciais para a educação brasileira; alguns, normativos, outros, operacionais. Cito rapidamente alguns: este ano o país deveria ter criado um novo Ideb, porque o Ideb atual, suas metas, já não alcança depois de 2023, e um novo Saeb que reflita a BNCC e todos os outros avanços normativos.

Em 2024, deveríamos criar – e o MEC já anunciou que não o fará – um novo Enem também para fazer esses ajustes não só na BNCC, mas também no que seria o novo ensino médio que, pelo que entendo, voltará a ser discutido no Congresso Nacional a partir de um PL a ser enviado pelo próprio Governo. Esses são os dois indicadores. Um, o principal indicador da educação básica, que requer aprimoramentos – ele foi muito importante até aqui, mas requer aprimoramentos, isso é crucial que seja feito – e o Enem, que é o nosso principal exame de admissão; além de conclusão do ensino médio, de admissão ao ensino superior.

Em 2024, como todos sabemos – o Senado já tem feito um trabalho importante de várias audiências, assim como a Câmara dos Deputados –, o país precisará aprovar um novo plano nacional de educação decenal, em posição constitucional. Depois, em 2025, 2026, segundo a legislação vigente, deve ter início a revisão da BNCC para o infantil, o fundamental e o médio. E, por fim, segundo a Emenda Constitucional 108, do Fundeb, em 2026, é preciso fazer a revisão do Fundeb na mesma linha do que o senhor falou da revisão da Lei de Cotas. Não é dizer que o Fundeb deixa de existir ou perde seu assento constitucional, mas revisar alguns dos seus elementos a partir de uma análise de como foi essa implementação desde a aprovação em 2019.

Então, esse é um período crucial para que avanços nos marcos normativos e em alguns mecanismos operacionais da educação básica sejam discutidos e concretizados. A gente não pode perder esses próximos anos em discussões que acabam gerando uma resultante zero ou avanços apenas incrementais. Nós temos uma chance, nesses anos, de realmente direcionar o país e sua educação para os próximos 15, 20 anos.

Isso seria importante em qualquer cenário, e é ainda mais importante num momento de transição demográfica tão acelerada como a que a gente passa. Só para dar um dado, hoje a população brasileira de 20 a 29 anos já é menor do que a população brasileira acima de 60 anos. O país está envelhecendo muito rapidamente e a população em geral está reduzindo-se. Quais são os grupos que ainda crescem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na população brasileira? Os negros e os mais pobres. Portanto, quando a gente olha por quintil de renda ou por raça, o quintil mais rico do Brasil tem crescimento negativo, ou seja, essa população está se reduzindo já. A mesma coisa para os brancos relativamente ao total, é óbvio.

Deixou de ser, portanto, retórica ou força de expressão e de luta que o futuro do Brasil depende dos mais pobres e dos pretos. O futuro do Brasil depende sobretudo deles, porque são eles que ainda têm crescimento populacional, que podem ser e serão a massa trabalhadora, que serão os empresários. Se nós não dermos educação de qualidade neste momento, nós ficaremos presos numa situação de renda média baixa, extremamente desigual, e com a população envelhecida. Então, queria chamar a atenção para esse período, porque me parece que ele é extremamente relevante.

Vou mostrar aqui um pouco do que são as desigualdades olhando para o final da educação básica. Quando a gente olha o Saeb em 2019, porque 2021 foi muito afetado pela pandemia, o que acontece? A proficiência, ou seja, o nível de aprendizagem dos alunos brancos é cerca de 16,7 pontos maior que o dos alunos negros, portanto, pretos e pardos. Mas o que significa 16,7 pontos no Saeb? Isto eu falo, e parece que não significa nada: 16,7 pontos significam três anos a mais de aprendizagem média. Então, os alunos brancos saíam, em 2019, do ensino médio, em língua portuguesa, com uma aprendizagem equivalente à de se eles tivessem tido três anos a mais de ensino do que os alunos negros. Este é o tamanho da desigualdade em 2019, apesar de todos os avanços que a gente tem feito nos últimos anos.

Se a gente olhar, eu não vou passar todos porque... Se a gente olhar aqui para a chance de um desempenho proficiente nos níveis mais avançados, ela é 52% maior entre os brancos do que entre os negros, ou seja, para além dessa média geral, eu estou olhando aqui para a distribuição dos alunos nos níveis insuficiente, básico, proficiente e avançado. O que acontece? No nível avançado, a gente tem que 8% apenas dos brancos alcançam o nível avançado em língua portuguesa. Entre os negros, isso é cerca de 3,7%, 52% maior, portanto, entre os brancos, é o tamanho da nossa desigualdade.

Por outro lado, a gente tem um novo dispositivo, em que a Profa. Zara foi crucial para ver incluído na Constituição Federal, que é a condicionalidade relativa à redução das desigualdades educacionais e raciais que é exigida para a distribuição de recursos do Vaar (Valor Aluno Ano por Resultado), a terceira forma de distribuição dos recursos do Fundeb. Muito embora o aporte da União no Vaar seja de apenas 2,5 pontos percentuais dos 23% de aporte da União ao Fundeb, esses 2,5 equivalem a 1,7 bilhões distribuídos em 2003, não é pouco dinheiro. A gente tem aí um instrumento muito importante, que é um dos dispositivos, para que eu tenho chamado a atenção, que complementam – não é que corrigem, complementam –, fazem avançar a 10.639, porque se orientam para o mesmo fim.

Agora, o que acontece quando a gente vai olhar quais entes federados cumpriram a condicionalidade, ou seja, reduziram as desigualdades socioeconômicas e raciais no desenvolvimento escolar dos alunos? Dos 5.597 entes em 2023, só 1.923 foram beneficiados com essa complementação, porque 2.738, como esse gráfico mostra, não cumpriram a condicionalidade relacionada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades, redução de desigualdades. E tem outros entes que não cumpriram outras condicionalidades do Vaar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência.*) – ... essa não é a única, mas a de redução das desigualdades, que nos parece crucial para enfrentar o que eu comecei demonstrando, 2.738 entes não conseguiram cumpri-la.

A gente pode olhar o copo cheio ou o copo vazio por esse gráfico. Impressiona-me, na verdade, que, num país tão desigual, 1.923 conseguiram se beneficiar com a complementação do Vaar. Isso significa dizer que, embora eles não sejam maioria, muitas redes brasileiras estão conseguindo reduzir desigualdades. Por que eu falo isso, Senador e todos que nos assistem e escutam? Porque houve e ainda há grupos interessados em desativar ou retirar esse dispositivo da lei do Fundeb. E esse é um dispositivo crucial, porque tem a ver com incentivos financeiros da União para o avanço na redução das desigualdades socioeconômicas e raciais na educação brasileira.

Aqui a gente vê que a desigualdade não foi reduzida e vê o número de quem não conseguiu reduzir a desigualdade racial: 525 não conseguiram e 1.832 não cumpriram nenhum dos critérios, nem a desigualdade socioeconômica, nem reduziram a desigualdade racial. Em outras palavras, o que aconteceu em 1.832 redes? Eles mantiveram a situação como ela era antes: os brancos aprendem mais, os pretos aprendem menos, muito menos, e os negros aprendem menos do que os brancos.

Provavelmente o Michael França aqui vai falar de como tem sido esse comportamento do hiato racial na proficiência ao longo de uma série histórica mais longa, então eu não vou entrar nesse tema.

É importante ver que os entes que não reduziram a desigualdade não têm nenhum viés regional ou de condição socioeconômica quando a gente olha por região, estão mais ou menos distribuídos. Se a gente olha a Região Norte, ela tem cerca de 8% do total dos entes federados do país, 6% não reduziram a desigualdade racial. Nordeste, 32%, 32%. Ou seja, isso se distribui razoavelmente de forma equivalente ao total de entes federados. A dificuldade, portanto, é igual em todo o país de fazer avançar essa agenda.

Por outro lado... Aqui, a mesma coisa, mas eu quero chamar a atenção para o seguinte: por outro lado, quem se beneficiou, quem recebeu os recursos do Vaar, do Valor Aluno Ano Resultado, do Fundeb, porque conseguiu reduzir desigualdades socioeconômicas e desigualdades raciais foram municípios com maior percentual de estudantes negros. Resta, portanto, salientar: esse dispositivo é racialmente equitativo, ele beneficia principalmente as redes de ensino, municípios com maior percentual de alunos negros. Quando a gente olha aqui, os municípios beneficiados com a complementação Vaar são 57% do total e a média nos municípios não beneficiados é de 52%. Portanto, esses cinco pontos percentuais de diferença mostram que esse dispositivo na Lei do Fundeb é, sim, progressivo em seus benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um olhar aqui: qual é a diferença por aluno, valor por aluno que esse aporte do Vaar gera nas redes de ensino? Os alunos negros, se a gente for olhar para os alunos negros, receberam do Vaar 820 milhões, 65% do total que foi distribuído para quem cumpriu essa condicionalidade. Na média, portanto, os alunos negros receberam, *per capita* – é óbvio que esse valor não é um valor entregue ao aluno, mas é o investimento total do ente –, o investimento total do município beneficiado com o Vaar para os alunos negros é 24% maior do que o dos alunos não negros, outra forma, portanto, de ver como esse instrumento, criado na Constituição e regulado por lei complementar, tem sido benéfico.

O que cabe ao país fazer? Manter, aprimorar isso, mas também – e aqui deixo um convite, já conversei várias vezes com a Secretária Zara sobre isso – considerar a importância do MEC identificar o que esses entes têm feito para gerar esses resultados, sistematizar esses casos, esses exemplos, e, a partir daí, identificar quais são as coisas que mais dão certo, quais são as políticas, os programas, as ações que mais recorrentemente têm gerado redução em diferentes municípios do país para que sejam estimuladas e colocadas à disposição de outros entes, para que, guardada a sua autonomia, eles possam se inspirar para não só ter condições de receber esses recursos, mas, sobretudo, para reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Aqui vou caminhando para o fim, só com algumas ideias do que a gente ainda precisa fazer para avançar na equidade racial na educação brasileira. Óbvio, dois eixos centrais são a própria 10.639 e a 11.645 – a Secretária Zara acabou de citar essa política nacional que vem pela frente, muito bem-vinda –, mas a gente precisa fortalecer as medidas de aprimoramento da gestão educacional, portanto, estou falando no nível das secretarias e das regionais, e escolar no âmbito de cada escola, porque, como sabemos, a desigualdade se dá entre grupos e dentro dos grupos. A gente precisa olhar para essas duas dimensões.

Um pouco aqui, finalizando, o que eu acho que pode ser feito. A gente precisa fortalecer, acelerar e qualificar a formação continuada dos profissionais de educação para ações de equidade racial. Não é possível... Porque não é natural essa desigualdade, assim como não é natural o racismo, tanto é que a Constituição Federal diz que o Brasil repudia o racismo, é assim que a Constituição trata. Se nós repudiamos o racismo em suas manifestações, a gente precisa estar qualificado, os profissionais de educação precisam estar devidamente qualificados para identificar essas desigualdades, saber lidar com elas e saber reduzi-las. Não são só os profissionais da educação, mas, aqui, falando da educação, certamente uma formação continuada é crucial.

Segundo, a gente precisa de tecnologias sociais e tecnologias de apoio e implementação de novas ações de gestão. O Brasil precisa melhorar muito os seus sistemas de dados. O Inep tem uma tarefa muito importante nos próximos anos, como eu mostrei ali naquela linha do tempo, tanto nos instrumentos que a gente utiliza, mas também qualificando os profissionais que fazem a coleta desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados. A gente tem muita informação sobre a diferença de autodeclaração e heterodeclaração, o que acaba gerando problemas para a análise da situação real das escolas.

E aqui há outras iniciativas sociais muito relevantes, por exemplo, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as tem o Afrocientistas, que é um programa que reconhece e identifica alunos do ensino médio que têm interesse em pesquisa, em ciência, oferece a eles bolsas, auxílio permanência no ensino médio, mas os liga aos NEABIs em diferentes universidades país afora. Isso é uma maneira de estimular esses alunos a progredirem rumo à produção de ciência, mas dando a eles as condições para fazerem isso.

Outro que eu poderia citar é a plataforma de percursos alternativos desenvolvida pelo Cdinn (Coletivo de Intelectuais Negros e Negras), liderado aí pelo Prof. Valter Silvério, que desenvolve e oferece conteúdos que complementam as lacunas da BNCC sobre relações étnico-raciais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência.*) – ... e sobre conteúdos relacionados à história, à cultura afro-brasileira.

Por fim, gostaria de citar que, para além do que nós já temos no Vaar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência.*) – ... que precisa ser aprimorado, talvez dando mais peso, na sua forma, à redução das desigualdades, em particular às raciais, a gente tem uma oportunidade de pensar novos instrumentos financeiros e não financeiros, sobretudo, no caso do Ministério da Educação, em seu papel de indução e de suplementação das ações de estados e municípios, via PAR. O PAR (Plano de Ações Articuladas) é o principal canal de indução financeira e política do Ministério da Educação, é um instrumento que está sendo revisado pelo MEC e pode ser muito poderoso para ajudar as redes inclusive a aplicarem, adotarem e adaptarem aquelas políticas que estão sendo bem-sucedidas nos municípios que já recebem o Vaar.

Era isso.

Muito obrigado a todas e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, grande João Marcelo Borges, Gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto Unibanco, Pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, da Fundação Getulio Vargas. Meus cumprimentos pela exposição, com pesquisa, com dados, deixando, inclusive, uma série de sugestões para a implementação da lei e demonstrando também esta preocupação: que nós estamos envelhecendo, principalmente eu, que eu sou um dos mais velhos aqui do Senado. Se eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou o mais velho, eu sou o segundo mais velho. Mas é bom. Estamos envelhecendo porque não estamos morrendo com rapidez.

Eu queria, com muita satisfação, registrar a presença aqui conosco de: Lucineide Paiva, Fasubra, Ceará; André Nascimento, Fasubra, Rio de Janeiro; Crizolda Assis de Araújo, Fasubra e Ufam, Manaus.

Uma salva de palmas para vocês, que estão aí firmes, apoiando aqui este momento. (*Palmas.*)

Eu vou deixar a Lucimar para fechar esta mesa.

Vou passar a palavra agora para a Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará.

Por favor, Profa. Wilma de Nazaré Baía Coelho, o tempo é seu, 15 minutos.

A SRA. WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, nobre Senador Paulo Paim. É uma satisfação muito grande estar aqui, principalmente por saber, por acompanhar a sua luta todos esses anos em relação a uma pauta que tanto nos é cara.

Eu gostaria de saudar as pessoas que neste momento nos assistem, na pessoa do Senador Paulo Paim e na pessoa da Profa. Zara Figueiredo, as pessoas que estão aqui conosco, que nos acompanham neste debate hoje, e aquelas que nos acompanham virtualmente – muito obrigada! – e parabenizar pela relevância e a iniciativa de um debate como este, que tanto nos instiga e tanto nos auxilia a pensar a ampliação do enfrentamento do racismo na sociedade brasileira.

Como disse o Senador Paulo Paim, eu sou Wilma de Nazaré Baía Coelho, sou da Universidade Federal do Pará, atualmente fechando um ciclo na diretoria da Anped. Eu sou uma mulher negra de meia-idade, tenho cabelos crespos, uso neste momento óculos vermelhos, estou vestindo uma blusa verde e atrás de mim existe uma estante de livros.

É importante pensarmos que uma discussão como esta, já trazida, por aspectos importantes, pelo Senador, pela Professora e Secretária Zara Figueiredo, pelo Marcelo, do Unibanco, é importante pensarmos como essas questões estão relacionadas a uma daquelas ações que nós entendemos que estão no bojo, digamos, de todo esse encaminhamento que nós precisamos fazer como ação propriamente dita. Nós já sabemos o quanto este país é desigual, o quanto pretos e pardos têm um desenvolvimento, em termos de estudo, abaixo, em função da sua pouca possibilidade. E é por isso que a universidade, enquanto um desses entes importantes nesse trabalho, tem uma relevância que eu considero fundamental e tão importante quanto todos os outros.

Pensar nessa importância da universidade na relação, na produção do trabalho e do conhecimento que constrói no meio dessa sociedade circundante é crucial, pensar por aí, uma vez que a educação das relações étnico-raciais – aqui entendendo essa política, a 10.639/2003, como uma ação afirmativa – tem esse propósito de corrigir essas desigualdades sobre as quais as pessoas que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteciparam já foram bastante claras ao falar da desigualdade, da distribuição de desigualdades de recursos sociais com base no critério de raça, deficiência e situação socioeconômica.

A Profa. Sueli Carneiro nos lembra que a raça é um desses principais determinantes em relação às desigualdades sociais no Brasil. Então, para combater essas desigualdades, a educação das relações étnico-raciais me parece uma potência educacional em todos os níveis da formação, sobretudo na formação inicial e na formação continuada.

Embora tenha se tornado uma política de Estado, no papel, Profa. Zara, já mostrou perfeitamente como ela pode se concretizar a partir de um acompanhamento e um monitoramento dessa política da implementação da 10.639, que já contabiliza aí 20 anos.

É importante que ela tenha se originado, efetivamente, a partir dessa sociedade civil organizada. E, nesse sentido, importa pensar que refletir profundamente sobre essas demandas da sociedade civil organizada, a implementação dessas políticas e dessa política, em especial, pelas universidades transforma essa inserção com uma política educacional. É por isso que é importante pensar nela também sob essa premissa.

Então, nós temos o volume de formação, cursos de licenciatura no Brasil, dentre os quais o curso de licenciatura, que abriga uma parte importante daqueles e daquelas que estarão em vários segmentos sociais como gestores e que estarão à frente de um desenvolvimento efetivo dessa política. Não é à toa que toda produção que a universidade tem realizado tem demonstrado como essa implementação da 10.639, a despeito de todo o avanço que nós já tivemos, não somente na implementação de disciplinas complementares, eletivas, obrigatórias, tanto em bacharelados como em licenciaturas, concursos públicos, em diversas universidades brasileiras, enfim, e cursos específicos sobre interculturalidade – o curso de licenciatura na Universidade Federal do Maranhão – são exemplos de que os avanços são enormes; nós não podemos subdimensioná-los.

No entanto, a despeito desse avanço, que é extraordinário, nós temos uma dificuldade enorme de fazer com que o que se produz na universidade seja efetivamente implementado como uma política estrutural nos cursos de formação de professores, formação inicial de professores. E aí eu destaco a formação inicial porque são esses professores e professoras que atuarão com a formação de crianças e adolescentes nas mais de 107 mil escolas e 38 milhões de matrículas. São essas pessoas que vão trabalhar, com esse contingente, com essas pessoas, que têm nome, que têm sobrenome e que têm cor.

Então, esses professores que formam essas pessoas, que trabalharão com essas crianças e adolescentes na escola, na educação básica, efetivamente não têm sido trabalhadas, não têm tido as condições efetivas de aprofundamento para trabalhar e identificar não somente o racismo e a discriminação no cotidiano e nas suas práticas educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante dizer que a 10.639, como uma ação afirmativa – essa é uma constatação já apresentada pela Profa. Zara, com a qual eu concordo –, mesmo que seja uma constatação, como nós sabemos, apresenta uma potência e uma limitação ao mesmo tempo, porque nós precisamos fazer com que todo esse arcabouço jurídico que a acompanha seja efetivado desde as avaliações de cursos, por exemplo, da formação inicial, e dos instrumentos que as avaliam, que avaliam essas licenciaturas.

O instrumento de modificação de 2016 traz um pouco dessas modificações, e, ao nosso ver, poderiam ser reservadas atenções para que esses cursos de formação inicial possam atinar a importância da implementação desses cursos, muito além daquilo que é a inclusão de disciplinas nos cursos de formação inicial de professores, porque não se trata somente disso. Todas as pesquisas que têm sido realizadas já nos dizem que não basta incluir se não houver uma alteração de perspectiva, se não houver uma alteração na forma como esse trabalho tem sido desenvolvido na formação de futuros professores e professoras.

Então, nesses 20 anos de promulgação da lei, desde 9 de janeiro de 2003, nós testemunhamos esses avanços, mas inda temos alguns impasses, alguns que precisam ser superados. Um dos quais é justamente a formação inicial de professores.

O Silvio Almeida é categórico em dizer que esse racismo não se limita a esse conjunto de atitudes discriminatórias individuais, mas ele é esse sistema de opressão enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Dada essa estrutura, esse enraizamento, a universidade, de certo modo, apresenta um papel importante, não só na desconstrução dessas estruturas racistas, mas, principalmente, garantindo com que a formação inicial de professores aborde o racismo estrutural de maneira aprofundada.

Nesse sentido, a legislação que está em discussão não se limita, repito, à inclusão dessas disciplinas, porque, pelos estudos realizados, até mesmo quando se fala da história da cultura afro-brasileira e africana, não há uma narrativa que supere essa narrativa relacionada ao epicentro daquilo que se chama conhecimento a ser reproduzido. Portanto, é uma narrativa e uma perspectiva ainda eurocentrada.

Então, nós temos, nesse sentido, como alterar, pensar sobre, voltar ao objetivo efetivo da lei, como a promoção de uma educação antirracista, que se atente às manifestações e comprometida com as desconstruções das bases desse racismo especificamente, promovendo uma educação com respeito, solidariedade e inclusão.

Então, a universidade tem produzido esse conhecimento sobre a formação inicial de professores, mas uma parte destacada dessa formação se inclina para a ciência de referência, pouco ligada e pouco atenta à formação do que é o ser professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não se pode culpabilizar o professor se nós temos investimentos a fazer, que são dois. O Ministério da Educação, por meio da Profa. Zara, neste momento, já mostra quais são os indicadores que podem avançar no sentido da implementação. Eu diria, na formação inicial, inclusive porque isso não afeta a autonomia das universidades, porque, naquilo que é de livre-arbítrio da universidade, na hora de elaboração dos projetos políticos pedagógicos, nem sempre esse livre-arbítrio tem sido relacionado efetivamente ao enfrentamento da discriminação e do racismo, não é?

Então, nós temos um avanço considerável nas produções em relação a este tema específico: quem forma professores para educação das relações étnico-raciais?

Mas ainda temos muito pouco estudado sobre os efeitos que essas gerações recebem, qual é o desdobramento desses efeitos na formação, na aprendizagem e na sociabilidade de crianças e adolescentes com esse processo de ainda uma narrativa que não permite a subversão desses lugares, que são consagrados ainda como se pretos, pardos e indígenas não tivessem a história que deveria ser contada e como se ainda, como disse o Senador Paulo Paim, no início, nós precisássemos da história única lá, dito pela Chimamanda Adichie.

Então, nesse aspecto, nós precisamos pensar sobre o combate ao racismo estrutural. Ele precisa, no nosso entendimento, realizar aquilo que não somente Silvio Almeida destaca como o racismo estrutural, porque ele discrimina e ele também molda, segundo ele, a distribuição de poder e recursos de maneira sistemática.

Combater esse racismo de modo eficaz, ou eficazmente, ou estruturalmente, é também saber como nós vamos estabelecer, apoiar políticas que possam dar suporte, apoio à juventude, ao protagonismo juvenil, à juventude de um modo geral, para que essas futuras gerações – porque nós estamos envelhecendo, como diz o Senador Paim – sejam gerações que desafiem ativamente a injustiça racial.

O Marcelo mostrou o projeto excepcional, como um exemplo do Afrocientista, que está em 12 universidades brasileiras ligadas a NEABs e NEABIs, e como um projeto dessa natureza faz o que aquelas gerações têm feito, faz com que aquelas pessoas, aqueles bolsistas que estão envolvidos em projetos como esse, por exemplo, consigam entender a reflexão sobre o racismo, entender o lugar que eles ocupam e entender qual é a alteração que pode ser feita a partir dos seus lugares sociais. E não somente alterar o seu lugar social, mas alterar o lugar de várias gerações dentro das quais elas estão ligadas de alguma maneira. São bolsistas que saíram do Afrocientista, desde a primeira edição, e que hoje estão na universidade realizando cursos de Direito e sendo estudantes de graduação em Direto, com base, inclusive hoje, em direitos humanos.

Então, nós percebemos que pensar nesse protagonismo juvenil, pensar nessa formação de professores a partir de como esses cursos de graduação têm sido avaliados pelo Inep, pelos sinais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente porque agora a 10.639 abarca a pós-graduação. Nós precisamos entender como é que, dessa forma, os cursos de pós-graduação... Não basta simplesmente estabelecer um nível, um percentual de cotas; é principalmente saber se essas pessoas que estão entrando nesses programas de pós-graduação estão efetivamente circulando em todos os lugares e eles estão tendo oportunidade de usufruir dessas possibilidades que poderão aumentar o seu capital cultural, o seu suporte de oportunidades no interior das universidades e no interior da pós-graduação.

Então, a formação de professores nesse sentido ocupa um lugar importante, não só a formação inicial, mas a formação continuada, principalmente para que nós tenhamos aí um trabalho, digamos, em condições de estabelecer dados concretos, porque nós não temos esses dados – a Profa. Zara especificamente falou isso. São dados que a universidade produz e que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO (*Por videoconferência*.) – ... a universidade, ao mostrar que os cursos de formação inicial de professores não têm incorporado a implementação da lei como deveria ser nos seus cursos, ela não tem feito isso de maneira estrutural, é porque ela produz e não tem conseguido implementar efetivamente.

Então, se nós estamos diante ainda desse descompasso, nós precisamos avançar sobre como esses resultados impactam na vida desses egressos que saem das universidades. Que lugares eles estão ocupando? Quais são os lugares? Quais são os lugares sociais e os lugares importantes que eles ocupam?

A formação inicial, portanto, nos parece informativa, importante para que se tenha condições de fazer com que as próximas gerações de cidadãos e cidadãs possam efetivamente assumir o enfrentamento de uma temática como essa, não como uma questão particular, mas que nós possamos também fazer com que eles se somem a todos os entes federativos, para que uma temática como essa, a implementação da Lei 10.639 e da 11.645, possa realmente atuar com aquilo que a legislação prevê, que promova a ampliação do debate sobre a educação das relações étnico-raciais e contribua para uma sociedade que seja mais inclusiva, igualitária, exatamente como fala a eliminação de todas as formas de direito e discriminação racial da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na convenção internacional da qual o Brasil é signatário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentos à Profa. Wilma de Nazaré Baía Coelho, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará, que centrou a sua fala, que foi ampla e importante, principalmente na formação dos professores. Foi muito importante, porque precisamos ter professores preparados para essa temática, e isso vai ajudar muito a combater todo tipo de racismo e preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar a presença, no Plenário, com muita satisfação, da Comitiva de Jovens Vereadores de Joinville, Santa Catarina. Eu dou uma salva de palmas já. (*Palmas.*)

Fui eu quem apresentou a proposta dos Jovens Senadores aqui, na Casa, que é um programa que está aqui já há mais de uma década. Todo ano, há uma disputa nos estados, via redação, e um jovem Senador vem para cá, fica uma semana aqui. Do estado de vocês, podem ter certeza de que sempre veio um representante ou uma representante e o fez com muita competência, viu? Claro que eu não tenho os nomes deles aqui, mas eu deixo uma salva de palmas aos Jovens Senadores também, de todo o país, aqui, no caso, especialmente de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Permitam-me aqui, que eu vou fazer o registro. Se alguém não for citado, dê o nome. Se estiver tudo certinho, o mérito é meu; se tiver erro, foram os assessores, viu? Pode ser assim? Pode, não é? Alguém vai ter que assumir a culpa.

Bom, vamos lá, Juliana, Coordenadora do grupo. Presente, não é, Juliana? (*Pausa.*)

Pronto, é só levantar a mão na hora. Muito bem!

Luana. Ela é aqui do *top*, *top* dos consultores do Senado. A Luana é concursada da Casa, nos assessora no Plenário. Não é a mim só, não; assessora os 81 Senadores, também os do estado de vocês.

Merece aqui a nossa salva de palmas a Juliana. (*Palmas.*)

Essa salva de palmas já vai para a Juliana e para a Luana. A salva de palmas foi para as duas, viu, Luana? Lembrei-me de que, para a Juliana, eu não tinha dado a salva de palmas.

Então, vamos agora fazer a leitura aqui da moçada que está presente aqui, conosco.

Vereador Mirim Gustavo Henrique Starke; Vereadora Mirim... Levantou o braço? (*Pausa.*)

Presente.

Vereadora Mirim Helena Martins Melo. (*Pausa.*)

Presente.

Vereador Mirim Vinicius Vicente Maia. (*Pausa.*)

Presente.

Vereadora Mirim Rayssa Gonçalves Nunes. (*Pausa.*)

Aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veradora Mirim Júlia Valentine. Algumas pronúncias aqui são por minha conta, viu? Vocês fiquem firmes aí, não me deixem mal. Por isso que eu parei nesta aqui. Vereadora Mirim Júlia Valentine Schmoller. Pode ser? Pode repetir; é assim mesmo? (*Pausa.*)

Salvei-me, então. Obrigado.

Vereadora Mirim Júlia Valentine Schmoller Dias.

Conselheiro Mirim Matheus Miguel Michalski. Pode ser? (*Pausa.*)

Está bom, então. Obrigado.

Vereador-Presidente da Escola do Legislativo de Joinville, Érico Vinicius Pereira. (*Pausa.*)

Ali, muito bem! Presente.

Coordenadora da Escola do Legislativo de Joinville, Juliana Filippe. (*Pausa.*)

Aí, Juliana.

A Oficial Legislativa Ana Maria Alves de Carvalho. (*Pausa.*)

Muito bem, presente também!

E aqui vai a fala final. Se alguém eu não citei... (*Pausa.*)

Então, vamos lá. Pode falar o nome dele bem alto aqui. (*Pausa.*)

Então, Amauri, pai do Matheus!

Então, aqui registramos a presença de todos. Uma salva de palmas a todos e todas. (*Palmas.*)

Aqui eu digo ao Município de Joinville: parabéns, viu, ao Município de Joinville.

Estive lá recentemente; fiz uma palestra lá e fui muito bem tratado, com muito carinho lá. Fiz uma palestra para três estados do Sul que estavam com evento lá. Eu falei do mundo do trabalho. E muito obrigado pela recepção. Cheguei lá tarde da noite e disse: "E agora? Os restaurantes estão todos fechados". Daí fomos a um restaurante que parecia pequeninho, ali pertinho do hotel em que eu estava. Fui tratado com enorme carinho. Peguei ali a minha... Eu chamo de boia, o gaúcho chama de boia. Peguei ali a minha janta e fiquei satisfeitíssimo: bife, batatinha frita, arrozinho e salada verde ainda. (*Pausa.*)

Uma farofinha também tinha. Parabéns! Bem lembrado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, repetindo aqui, o Município de Joinville, através da Câmara de Vereadores, criou o prêmio Vereador Mirim. É um concurso de redação e desenho executado pela Escola do Legislativo do Município, com o intuito de incentivar a leitura e a escrita. O concurso está na sua oitava edição.

Sejam todos muito bem-vindos! Sinto que vocês estão aqui prestigiando a Comissão de Direitos Humanos. Então, só para ilustrar, vocês estão vendo aqui, na frente, além das nossas convidadas, todas qualificadas, que já falaram e vão falar de novo... Aqui está a Zara Figueiredo, aqui está a Lucimar Rosa Dias. Ambas fizeram excelentes palestras, mas estão aqui vendo um dos poucos Constituintes ainda em atuação no Congresso. Aqui, no Senado, tem eu e o Senador Renan Calheiros. Somos os únicos dois Constituintes da nossa Constituição de 88. Na Câmara dos Deputados, temos três. O Aécio Neves... Quero ver se a Secretaria vai me ajudar a lembrar agora. O Aécio Neves... (*Pausa.*)

Benedita da Silva e uma da Bahia, a Alice... Não, não é a Alice, não. Descubram, e depois a gente fala para vocês. Lídice da Mata.

Então, uma salva de palmas a todos os Constituintes, que fizeram a nossa Constituição. (*Palmas.*)

Muito bem! Nós vamos continuar aqui o nosso debate, mas, se vocês quiserem, como eu fui um dos proponentes do Jovem Senador, se vocês escolherem um jovem Vereador, eu vou dar a palavra para ele fazer uma fala aqui, para nós. (*Pausa.*)

Eles vão falar como jovem Vereador, e eu fui o autor do projeto do Jovem Senador. Era isso que eu estava dizendo. Como Jovem Senador, amanhã ou depois eles poderão estar aqui, no curso de redação – como Jovem Senador.

Escolham um para fazer uma fala. Pode ser agora? (*Pausa.*)

Pode. Prepara aí um pouquinho então. (*Pausa.*)

Pode, pode.

Então, nós vamos, agora, passar aqui. Vocês vão assistir à palestra da nossa querida convidada Wilma... (*Pausa.*)

Wilma já foi.

Então, falta a Lucimar, é isso? (*Pausa.*)

Sim, presencial. Isso. Já falaram os dois remotos, falou a Zara.

Agora eu passo a palavra para à Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, Secadi, Profa. Lucimar Rosa Dias.

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS (Para expor.) – Bom, então bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também quero me autodescrever. Nós temos pessoas nos assistindo. Eu sou uma mulher negra de cabelos curtos. Estou usando um vestido azul com algumas tonalidades brancas. Uso óculos e um brinco com algumas pontinhas assim.

Eu agradeço, então, o convite, a iniciativa, que é fundamental. Nós estamos, todos e todas que atuamos no campo das relações étnico-raciais, muito entusiasmados com os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases, que foi alterada pela 10.639. Aí, Senador, se você me permite, à época, o Deputado Ben-Hur, que é do meu estado e do meu grupo de ativismo negro, do Grupo TEZ (Trabalhos e Estudos Zumbi)... Então, a gente sempre brinca que tem um pedacinho dessa proposição. Também o Edson Cardoso, que, à época, era assessor do Ben-Hur e que, junto com uma proposição que já era muito antiga... A legislação brasileira precisava evidenciar a necessidade do trato da educação de relações étnico-raciais com foco específico em história e cultura afro-brasileira e africana.

Então, são muito importantes esses 20 anos que nós estamos, neste momento, comemorando, embora saibamos, como foi apontado pela Profa. Zara, pelo João e pela Profa. Wilma, que há muito ainda por fazer para que nós conquistemos uma educação livre de racismo; ela precisa operar na frente curricular. Portanto, o art. 26-A traz essa dimensão curricular como fundamental, e, ao lado da discussão curricular, nós precisamos olhar para o que as redes estão produzindo em termos de educação e como essa educação impacta ou não a vida de estudantes negros e negras.

Eu, então, não vou colocar as questões próprias do MEC, porque a Profa. Zara já o fez. Eu estou na mesma secretaria, e ela apresentou a política que nós estamos construindo e que será em breve anunciada. Vou me deter aqui ao meu campo de pesquisa.

Eu trabalho, as minhas pesquisas dizem respeito à educação infantil e relações étnico-raciais. O João apresentou ali quais são as dimensões. Se a gente for pensar, a Erer (Educação para as Relações Étnico-Raciais) para o ensino médio e que dimensões isso impacta quando se pensa em aprendizagem, evasão e permanência.

No caso da educação infantil, nós temos um diferencial, porque o que se discute na educação infantil é de outra ordem em termos de aprendizagem. Nós temos dois eixos estruturantes no campo da educação infantil, que são as interações e a ludicidade. Portanto, ao pensar o que é cumprir a 10.639 na perspectiva de uma educação infantil, em primeira medida nós precisamos pensar que o acesso à educação infantil é fundamental para que a gente faça justiça social no campo educacional.

Sabemos que há um gargalo. Nós temos, de zero a três anos, ainda muitas crianças fora da educação, porque não é uma etapa obrigatória, mas as pesquisas já nos mostram que o acesso à educação infantil, desde o berçário, produz aprendizagem e desenvolvimento fundamentais para o ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando o João mostra lá os dados de aprendizagem dos alunos do ensino médio, eu posso afirmar para vocês que esse impacto vem sendo construído ao longo da escolarização; ele não se revela apenas ali, naquele momento.

Mas, o fato de nós não termos as crianças, todas as crianças que desejam acessar a educação infantil, desde o berçário, e sabendo que isso tem um impacto no desenvolvimento infantil das crianças, nós podemos afirmar que aquele resultado lá também foi construído desde bebês, porque famílias negras... Quando dizem porque é que não colocam suas crianças, os pequenininhos, na educação, na escola, na instituição de educação, uma das afirmativas é que não tem vagas. Então, essa é uma questão que nós, como sociedade, que os entes federados e o próprio ministério estamos preocupados em resolver, porque sabemos que isso tem um impacto importante na escolarização de todas as crianças, mas eu diria, em particular, das crianças negras.

Esse é um aspecto, então, importante do processo de dar conta da educação entre as relações étnico-raciais.

De outro lado, ao pensar que educação é essa e como é que a 10.639 se organizaria nessa etapa da educação infantil, nós precisamos pensar que tipo de educação infantil nós defendemos; a gente quer construir. Então, é uma educação infantil que respeita a infância; é uma educação infantil que não tem a mesma perspectiva de escolarização que o ensino fundamental e o médio têm. Que educação infantil é essa? E como é que ela dialoga, então, com a educação das relações étnico-raciais?

Eu tenho defendido que o princípio da educação infantil e educação das relações étnico-raciais não é trabalhar com racismo. Muitas pessoas...

Quando eu comecei a pesquisar, nos anos 90, educação e diversidade, as pessoas achavam que não fazia sentido fazer essa discussão, porque havia uma perspectiva, uma forma de pensar a criança como uma pessoa ingênua, incapaz de provocar interações em que a raça, a cor, estivesse presente. As pesquisas qualitativas foram mostrando que, nas interações que as crianças desenvolvem desde pequenininhas, o componente raça faz parte desse processo. Por quê? Porque a criança é inteira, ela é integral. Então, ela olha para o seu par a partir dos vários componentes e marcadores que constituem esse outro: a cor, o cabelo, o corpo... Isso faz parte do processo de interação das crianças. Então, as pesquisas qualitativas foram mostrando que fazia sentido pensar a educação das relações étnico-raciais desde o berçário.

Mas que tipo de educação é essa? Algumas pessoas começaram a dizer: "Como é que a gente vai pensar isso para os pequenininhos? Como é que nós vamos debater o racismo com os pequenininhos?". E não se trata de debater racismo com os pequenininhos. A constituição da formação de professores, de que tão bem falou a Profa. Wilma Baía, nos convoca a pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a Profa. Zara trata da formação de professores como uma parte da política, nós também precisamos pensar que formação é essa, que diálogo essa formação vai trazer para as diferentes etapas. No caso da educação infantil, então, eu tenho afirmado que a perspectiva, a base em que essa formação se dará não é o trato do racismo; é o trato da história e da cultura afro-brasileiras. Isso significa discutir a partir das linguagens da infância. E quais são as linguagens da infância? A ludicidade, a interação, a brincadeira, a relação que se constitui entre os pares e os adultos. Essa relação é plenamente possível de ser tratada, numa perspectiva de educação das relações étnico-raciais.

Quando o João apresenta o momento em que faremos a revisão da BNCC, como pesquisadora eu acho que será fundamental que nós pensemos quais elementos estarão presentes nessa revisão, para que, quando eu construir uma proposta pedagógica dos anos de zero a três e de quatro a cinco, eu contemple a dimensão da Erer (Educação para as Relações Étnico-Raciais).

Isso significará pensar uma proposta pedagógica que dialogue com o que a Profa. Azoilda Loretto tratou como "valores civilizatórios afro-brasileiros". Ou seja: a ludicidade, a circularidade e a religiosidade estarem presentes na forma como eu organizo o trabalho na educação infantil. Isso implicará a formação e também implicará o que é que eu coloco à disposição e como eu coloco à disposição das crianças, desde o berçário, a partir dessa perspectiva da história e cultura afro-brasileiras. Por exemplo: no berçário, as crianças estão aprendendo o que quando elas estão na creche? Elas estão aprendendo a se olhar, a se reconhecer como sujeito, a entender como é a sua identidade e a relacionar essa sua identidade com os outros que estão ali.

As pesquisas qualitativas mostram que há pouca oferta de diversidade para as crianças se autorreconhecerem. Então, os objetos que estão presentes na educação infantil – o brinquedo, por exemplo – são parte dessa organização da estrutura da educação infantil, e nem sempre a boneca negra, o jogo que traz a história e cultura afro-brasileiras de forma lúdica estão ali presentes. Isso indica então para a gente que há algo a ser feito na estruturação do tempo, do espaço e da materialidade que conforma a educação das crianças pequenininhas. Isso, na perspectiva que o meu grupo de pesquisa tem defendido, é trazer a educação das relações étnico-raciais desde o berçário.

Então, eu reorganizo o meu espaço, a forma como eu recebo essa criança; eu reorganizo o que eu ofereço a essa criança, em termos de materialidade; e eu organizo as interações que eu produzo no processo de aprendizagem das crianças.

Eu costumo dizer, nas formações de professores – e estou vendo aqui os Vereadores Mirins –, que eles têm uma tarefa, a partir dos municípios, porque são eles que estão com as redes da educação infantil.

É necessário que, quando a gente pensar a política da educação no município, a formação, a compra de equipamentos, de materiais que vão ajudar esse professor a desenvolver uma educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antirracista, que a gente reconheça que essa dimensão da materialidade esteja presente; que a gente reconheça que é preciso fazer formação para romper com aquilo que a Profa. Wilma colocou, a ideia do racismo estrutural, que está presente nos processos de interação.

Na minha pesquisa de doutorado, quando eu pergunto para as professoras como elas tratam as crianças, elas me respondem que elas tratam todas da mesma forma. E, aí, numa situação em que a gente vai indagando, com uma das professoras contando, um dos cuidados da educação infantil é o cuidado com o corpo. Então, eu falo: "Da mesma forma você trata as crianças?". Ela diz: "Sim". "Então, como é que você cuida do cabelo da criança X?". Aí ela fala: "Ah, com esse eu não faço nada". Porque os meninos negros, pequenininhos...

À época em que eu fiz a tese, uma das estratégias que as mães e as famílias tinham de proteger essas crianças do racismo era raspar o cabelo, os menininhos irem carecas para a escola, para a instituição. E essa professora, então, nesse momento do cuidado com o corpo, com o cabelo, o estudante X, a criança X não recebia esse cuidado. Quando eu indago a ela sobre isso, ela toma consciência de que essa criança está sendo privada de uma relação, de uma interação que faz parte da educação infantil. E aí ela se dá conta. Ela fala: "Nossa, ele nunca chega até mim, eu nunca passo a mão no cabelo dele, na cabeça dele, porque eu entendo que não precisa". Mas, quando você faz esse questionamento, você me faz pensar que isso é privar uma criança do que é necessário na educação infantil, que é essa relação com o corpo, essa interação com o outro, esse reconhecimento da sua integridade, como criança, pela professora, pelo adulto que está cuidando, e isso fez com que ela se movimentasse.

Então, as formações de professores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS – ... no campo das relações étnico-raciais, precisam estar cientes do que é educação das relações étnico-raciais na educação infantil. É tratar essa criança, seja ela... Eu estou focando na criança negra, mas seja ela uma criança negra, branca, indígena, na sua inteireza, e isso requer material, requer formação, requer organização do trabalho pedagógico.

Por isso, é fundamental, retomando o que a Profa. Wilma disse, que as formações tratem desta perspectiva, porque o professor, a professora, eles não são obrigados, *a priori*, a saber disso. Isso é conhecimento. Isso faz parte dos processos formativos. É isso que as universidades e, parece-me, que os cursos de formação – seja de formação continuada, seja de inicial – devem tratar, para que a gente possa constituir uma educação antirracista também no ambiente da educação infantil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito, muito, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deu uma aula aqui para todos nós, não é? Fundamental.

Meus cumprimentos à Profa. Lucimar Rosa Dias, Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – Secadi, do MEC. Fiquei muito feliz.

Eu acho que todos os alunos aproveitaram e entenderam – não é? – a mensagem que ela deixou aqui, da importância da formação... Eu chego, às vezes, a dizer "do jardim de infância à universidade", porque muitos não tiveram essa educação devida para entender que ninguém deve ser considerado melhor ou pior pela cor da pele, não é?

Eu sei que essa juventude... Eu sempre digo que eu fui um dos Relatores da primeira política de cotas aqui, no Congresso. Agora nós estamos indo para a renovação. Acredito que vamos votar na terça. Então, havia um debate, na época, que iria dar uma briga entre os meninos e meninas lá que entraram pela cota na universidade... Não, não houve briga nenhuma. Eles caminharam, integraram-se e vivem bem.

Permitam-me que eu use esta frase, que não é minha, e depois eu vou passar a palavra... É você quem vai falar, não é?

Quem é que vai falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois eu vou passar para você. Só vou dizer essa frase aqui.

Tem uma frase que eu gosto muito, eu uso a vida toda.

Nelson Mandela... Todo mundo deve lembrar quem é Nelson Mandela. Foi o maior líder, para mim, em matéria de direitos humanos, no mundo. Ele já faleceu. Ele libertou a África do Sul, que vivia uma terra de *apartheid*, e conseguiu integrar brancos, negros, indígenas, e a África do Sul passou a ser outro país a partir daquele momento. E, um dia, ele disse a seguinte frase... Se eu não acertar a frase na íntegra, vale a boa intenção. Mas a frase é esta: "Como é bom, como é bom você ensinar uma criança a amar, a gostar da outra". Aí ele diz... Não é, Ingrid?

A Ingrid está acompanhando a frase, porque é uma frase emocionante. E a mesa aqui também.

Já vou ter que começar de novo. Começaram a conversar aqui e me tiraram a concentração, não é? (*Risos.*)

Tem o Alceu Collares, que é um grande líder do Rio Grande do Sul... Está com noventa e poucos anos. Ele sempre diz: "Quando um orador está falando, nem uma mosca tem o direito de fazer barulho no ar". Isso fica para nós todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um grande poeta disse essa mesma frase aqui, nesta mesa. Eu não sou poeta nem sou um grande orador. Só estou tentando aqui passar a mensagem final do Nelson Mandela.

Ele disse: "Como é bonito uma criança ser ensinada a amar as crianças, independente se é branco, se é negro, se é índio, se é italiano, se é alemão, se é japonês... Isto é um sentimento lindo que vem de dentro". Agora, imaginem – diz o Nelson Mandela –: "Como é cruel, como é violento alguém querer ensinar uma criança a odiar outra pela cor da pele. É algo desumano", dizia o Mandela. E por isso que ele se tornou o maior líder da humanidade em matéria de direitos humanos.

Eu quero umas palmas para o Nelson Mandela. (*Palmas.*)

Grande Nelson Mandela!

Poderíamos falar de Gandhi também, que tem uma história, de Martin Luther King, que foi um pastor que morreu lutando contra os preconceitos.

Mas agora eu quero ver... Como é o nome mesmo?

O SR. MATHEUS MIGUEL MICHALSKI (*Fora do microfone*.) – Matheus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Matheus.

O Matheus vai falar em nome dessa juventude que está aqui, representada por vocês, mas é a juventude brasileira.

Matheus, é contigo! (*Palmas.*)

Ainda bem que eu coloquei o Matheus, porque eu estava me emocionando aqui, e o Matheus entra agora e salva.

O SR. MATHEUS MIGUEL MICHALSKI (Para expor.) – Muito bem, então, um bom-dia a todos.

Cumprimento as três autoridades da mesa: a educadora Zara, a educadora Lucimar e, sobretudo, a quem nos deu a oportunidade de estar aqui, o Senador Paim.

Nós agradecemos... A Câmara de Vereadores de Joinville agradece muito a importância que vocês dão à educação, sobretudo também aos servidores desta Casa de leis, desta importantíssima Casa de leis do Estado brasileiro.

Antes de falar um pouco sobre a Câmara Mirim de Joinville, eu gostaria, sobretudo, de parabenizar a aula sobre educação que foi dada aqui. É importante a aula que foi aqui palestrada e que tem muita relação com o que a gente faz lá, em Joinville.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos de uma educação inclusiva e nunca uma educação exclusiva... (*Palmas.*)

... uma educação que traz, sobretudo o jovem, não como alguém que vai ser importante no futuro, mas como alguém que vai construir o agora.

Então, nós, da Câmara de Vereadores de Joinville – já faço até um aparte para apresentar isto – temos o Prêmio Jovem Autor. Ele é o quê? É um concurso de redação e desenho que abrange desde o primeiro ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio, e todo ano a gente traz um tema em evidência importantíssimo lá na região de Joinville, que precisa ser debatido lá, e colocamos na escola, através de um concurso. A partir disso, os próprios alunos vão dizer a opinião deles sobre isso, e serão avaliados, então, e os melhores trabalhos ganharão medalhas, enfim, serão recompensados por isso.

Nós sempre trazemos, como eu tinha dito, temas importantes lá para a região de Joinville. Inclusive, é até muito coerente eu abordar o tema deste ano, o tema de valorização do idoso, sobre o qual eu estou aqui discursando para o autor do Estatuto do Idoso aqui, no Senado Federal. Então, é muito importante.

Já estamos na oitava edição desse prêmio, e a todo ano ele vem aumentando cada vez mais a sua abrangência de alunos. No ano passado, nós batemos 25 mil alunos e, neste ano, com mais 2 mil, chegamos a 27.776 alunos inscritos. Então, isso é incrível, as escolas de Joinville participando, as escolas de Joinville se mostrando ativas...

E nós apresentamos esse projeto não para nos gabar de algo que a gente faz, mas sim como uma inspiração para todo o Brasil.

Lá, na região de Joinville e nos arredores, as pessoas vêm procurar a Câmara de Joinville para perguntar sobre o trabalho e perguntar sobre como é feito, na expectativa de aplicar nas outras regiões, mas aqui nós estamos apresentando para aplicar em todo o Brasil, se isso for possível, não é?

Então, esse trabalho já está na oitava edição.

Depois que os alunos mandam os seus trabalhos, estes são divididos em cinco categorias, categorias que começam com o desenho, que é algo para ser feito por alunos do primeiro ano do ensino fundamental – então, que traz uma facilidade para eles –, e vai até o terceiro ano do ensino médio, que traz também o artigo de opinião, que é algo um pouco mais difícil de ser produzido e condizente com o aluno do ensino médio.

Nós gostaríamos, então, de agradecer sobretudo a participação que nos foi dada aqui, a oportunidade de apresentar esse projeto e, sobretudo, fazer o complemento ao que vocês já estavam falando muito bem, que é sobre educação, uma educação inclusiva e não uma educação exclusiva ou até segregada, e agradecemos muito mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu vou fazer a entrega para vocês da cartilha.

Todo ano, são escolhidos três finalistas de cada categoria, e é feita uma noite de premiação, em que todos são premiados e é dado o devido reconhecimento.

Então, o Prêmio Jovem Autor de 2023 está sendo elaborado ainda. No mês que vem, nós teremos essa noite, em que serão divulgados o primeiro, o segundo e o terceiro lugares, mas nós temos aqui a cartilha do ano passado e nós fazemos questão de entregar para vocês e mostrar o nosso trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Matheus Miguel Michalski, que falou em nome da juventude brasileira, e não somente de Joinville, Santa Catarina.

Fique bem curioso aí, pai, viu? (*Risos.*)

(*Procede-se à entrega da cartilha aos membros da Mesa.*) (*Pausa.*)

Matheus, eu vou aproveitar já agora e pedir para todos virem aqui. Nós vamos tirar foto e, aí, vamos continuar com a nossa audiência pública.

Pai, pai, pai pode vir também. Todos, todos, todos... Todos não são só eles, viu? São todos. Todos. É o pessoal da Fasubra, professores, instrutores, a nossa...

Cadê a nossa querida... Está ali... (*Pausa.*)

Está todo mundo aqui? (*Pausa.*)

Todo mundo aparece? (*Pausa.*)

Valeu!

Uma salva de palmas para todos nós! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Toc-toc. (*Pausa.*)

Temos dois painelistas ainda, que vão falar por videoconferência...

Então eu chamo, neste momento, o Prof. Dr., Mestrado em Gestão na Faculdade de Engelharia Mecânica da Unicamp, São Paulo, Doutorado em Ciência da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes, Portugal, autor do Livro *Atlas Geocultural da África*... Por favor, Dr. Odair Marques da Silva.

O tempo é seu, por dez minutos com mais cinco.

Muitas emoções neste Plenário hoje, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Verdade, verdade!

Bom, primeiro eu gostaria de agradecer o convite do nobre Senador Paulo Paim para esta audiência pública tão importante para a conjuntura brasileira atual, que luta por fortalecimento da cidadania, da democracia, não é?

Então, faço a minha autodescrição: eu sou uma pessoa negra, afrodescendente, professor, escritor do livro *Atlas Geocultural da África*. Estou usando óculos, um boné, e atrás de mim há uma estante de livros, para que vocês saibam de onde estou comentando.

É uma grande honra, uma grande alegria poder estar contribuindo sobre essa reflexão da aplicação da Lei 10.639, de 2003, dado que passamos 20 anos da sua instalação e, agora, nada mais justo que avaliarmos a sua implementação, Senador.

Eu queria aqui, assim, nas pessoas da Profa. Zara Figueiredo, da Profa. Lucimar, agradecer e saudar todos os outros palestrantes, os ouvintes, os participantes, dizendo que a gente cumprimenta com alegria essa iniciativa. É uma atividade extremamente nobre, que o Senador Paulo Paim está a desenvolver no seu trabalho no Senado Federal, um árduo trabalho de reconstrução deste Brasil nosso democrático.

Bem, sobre a temática, eu gostaria de fazer algumas singelas colaborações, uma delas já fortalecendo a proposição da Profa. Zara, no sentido da indução federativa, com a qual eu concordo em grau, gênero e número.

Eu creio que hoje todos os órgãos, tanto do Executivo como do Legislativo e do Judiciário, estão praticamente, vou dizer, convocados a desenvolverem projetos que sejam proponentes da capilarização da implantação dessa lei. Então, não basta... Já passamos da fase de avaliação do seu perfil legislativo, e ela precisa realmente de indução dos próprios... Além desses órgãos públicos, também das organizações sociais, sindicatos, federações e entidades de apoio, movimentos sociais, todos imbuídos no fortalecimento da implementação da luta e do combate ao racismo e ao preconceito, e a legislação é muito forte para isso.

Nesse sentido, eu farei três breves reflexões que têm nos inquietado ultimamente, que temos observado principalmente na nossa atuação nas escolas municipais, estaduais, lá na ponta. Uma delas está ligada à legislação.

Nós temos aí a lei do 20 de novembro, que saúda nosso Zumbi dos Palmares, a lei da consciência negra, muito importante. Aqui, no Estado de São Paulo, já se transformou numa lei estadual, mas tem muitos estados que ainda não implementam essa referência. Ela é importante. É importante porque, a partir do momento da legislação, isso também gera movimentos de mobilidade na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas uma das coisas que nós observamos, Senador, tanto nessa aplicação da lei – ela é um dos pequenos gestos que estão umbilicalmente ligados à 10.639 –, é que, muitas vezes, essa legislação é supersimples: instala-se o feriado em homenagem ao 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, no município e ponto. Quando se coloca esse pequeno artigo, ele gera, muitas vezes, um sentimento de inatividade. E nós temos observado que alguns municípios já avançam em colocar um segundo artigo, um terceiro artigo ou uma lei complementar. Eu vou citar aqui, por exemplo, o Município de Campinas, que colocou um art. 2º nessa lei que fala que as escolas municipais devem realizar, na semana do 20 de novembro, iniciativas nas suas unidades. Isso já é um avanço, gera uma necessidade, ao menos no campo das redes municipais, de atuarem, enquanto uma atividade que está embutida na lei.

Uma terceira iniciativa que nós citamos como interessante é a iniciativa da cidade de Guaratinguetá: eles criaram uma lei municipal com um programa permanente de combate ao racismo e ao preconceito. Esse programa é uma legislação municipal que não só conceitua racismo e preconceito como apoio de trabalho para toda a sociedade de Guaratinguetá como também coloca um artigo para que a Prefeitura municipal tenha que inferir uma dotação orçamentária para a execução dessa iniciativa. Então, avançou consideravelmente... É claro que, como legislador, não se pode falar o valor, mas o fato de o Executivo municipal ter que criar um orçamento reverbera em todas as secretarias de educação, de cultura, de direitos humanos e outras para que implementem a atividade. Então, dessa iniciativa de indução fica esse singelo indicativo para que nós, nas nossas legislações, façamos essa indução orçamentária.

No caso em que nós trabalhamos uma forma de foco, nós temos atuado nos nossos projetos com uma leitura diferenciada e inovadora do continente africano. Isso é fruto das nossas pesquisas. E nós percebemos o quão frágil, o quão singela, o quão estereotipada está a citação de África nos conteúdos curriculares, principalmente nos materiais didáticos. Isso percorre do infantil ao universitário, até mestrado e doutorado. É impressionante!

Quando chegamos a um coletivo, tanto de educadores como de estudantes, nós perguntamos para eles: "Quando eu uso a palavra África, o que vem à mente?". Naturalmente, as pesquisas apontam cinco grandes objetos estereotipados do continente africano que são: vida tribal, savana ou natureza, conflito étnico, fragilidade econômica e pobreza no seu desempenho ou, quando se fazem as referências escolares, a matriz da escravização, quer dizer, de onde vieram a diáspora negra e essas devidas consequências no nosso crescimento da nossa população afrodescendente no Brasil. Essa estereotipação faz uma marca cognitiva, psicológica em todas as crianças, de tal forma que gera uma relação de afastamento, e não de identidade e pertencimento com relação ao continente africano. E isso reverbera em todas as relações.

E, muitas vezes, ingenuamente, nós desenvolvemos trabalhos escolares... Eu vou falar de um pequeno trabalho que uma professora sempre faz que é fazer árvore genealógica, Senador. As crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm as suas árvores genealógicas eurocentradas vão elogiar ali, vão conseguir fazer um traçado de seus familiares e falam dos seus países, das cidades com uma autoestima elevada. Quando é uma criança negra, afrodescendente, sabemos que foi cortada da nossa história a nossa árvore genealógica. Aí já há uma diferença, como as professoras comentaram, do tratamento necessário diferenciado para essas crianças.

Então, há de nós uma urgência em incluir a África como conteúdo curricular, não só hoje história da África, não somente cultura africana, cultura afro-brasileira, mas falar dos 54 países que são esse imenso continente e não, como Chimamanda fala, colocar uma África unitária. Há uma diversidade impressionante de diferenças culturais, gastronômicas, de línguas e de modernidade.

Falando, então, nessa perspectiva, nós fazemos a nossa segunda sugestão. Dia 25 de maio se celebra o Dia Internacional da África, e tem sido muito bem aceita a inserção na agenda, no cronograma das escolas dessa data como uma efeméride, mas também do mês de maio como o mês de estudo de África, o mês em que a escola celebra o continente africano. Isso amplia o repertório cultural das crianças, desses estudantes; tem gerado uma política afirmativa escolar muito interessante; têm sido umas referências bem saudáveis.

Aí eu cito um pouco a cidade de Campinas, que criou o Mipid, que é um núcleo de estudos sobre afro-brasilidade e África e tem implantado isso nas escolas com materiais didáticos – tem sido impressionante. A cidade de Osasco também celebrou o 25 de maio de uma forma efusiva, trazendo cônsul para fazer palestras, mobilizando todas as escolas, fazendo uma mobilização que saiu do maio para o Novembro Negro, com exposição de mais de cem escolas.

O continente africano ou essa relação com a África gera uma identidade de pertencimento muito importante, que ainda carece nas nossas unidades escolares. E aí fica uma sugestão ao MEC para que essas relações possam ser ampliadas como um incremento nos conteúdos dos materiais a se estudarem.

Mas de qual África estamos falando? Uma outra África, que corrobora com uma anticultura desses estereótipos. Então, a gente tem colocado essa África moderna, essa África pujante, uma África urbana, com fotos de capitais, fotos das cidades, dos museus, dos seus *shopping centers*, porque isso gera um choque da imagem, da fotografia, um choque imagético no que nós percebemos da nossa relação com o continente africano.

Então, o Achille Mbembe, o filósofo, professor lá da África do Sul, coloca muito isso. Que África nós estamos mostrando, com que África nós estamos gerando identidade: essa África fragilizada ou a África das nações que estão se construindo hoje, essa África que quer se constituir como poder econômico internacional, que está entrando nos Brics, como nosso Governo Federal já está fortalecendo, essa África que está entrando no G20 ou a outra África fragilizada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso esforço, corroborando com Achille Mbembe e com a diplomacia brasileira que está imbuindo novas embaixadas e consulados em África, é que nós precisamos mostrar esta África pujante, moderna, que tem inúmeros Prêmios Nobels, inúmeros centros de pesquisa, inúmeras – são centenas e centenas – universidades em África, com que nós não fazemos o devido intercâmbio real... Apesar de termos aí nas comunidades do CPLP, de língua portuguesa, já alguns gestos, há que se criar, por exemplo, em todas as unidades... Todos os institutos federais, por exemplo, teriam que ter um convênio com uma universidade africana, todas as universidades públicas teriam que ter convênios com universidades africanas. Isso já seria um grande salto de qualidade, ainda fazendo também a provocação para as universidades privadas, particulares também. Há que se cutucar, há que se provocar essa iniciativa dessa relação do combate ao preconceito, ao racismo, com a implementação da lei com outro olhar, esse olhar da consolidação das nações africanas.

Isso gerou um pouco esse livro, Senador. Foi uma pesquisa de seis a sete anos sobre o continente africano, seus países e a modernidade, de que surgiu esse livro que é o *Atlas Geocultural da África*. Agora, já tem um filhinho desse livro que é *África: Um Passeio pelo Antigo Continente,* que é para crianças que estão no processo de alfabetização.

Isso gera uma identidade muito agradável para o fortalecimento tanto para os dados que o Marcelo Borges colocou como para o que a Profa. Wilma também colocou de nós colocarmos incrementos pedagógicos e didáticos que façam as crianças, os adolescentes e os jovens se apaixonarem pelos países africanos, conhecerem os nomes desses países, conhecerem as tecnologias, os cientistas. Isso é o que vai atrair, é isso que vai gerar fortalecimento de pertencimento, desejo de estudar e, inclusive, de permanência na escola, o que gera um efeito antievasão escolar.

Eu encerro, com essa minha reflexão, fazendo esse chamamento ao esforço para que possamos inserir elementos dessa África moderna, dessa África em gestão, em esforço para construir as suas nações, dessa África bela nos conteúdos escolares. E que os nossos esforços legislativos, judiciários e executivos possam se somar a ter novos elementos e parâmetros para esses indicadores. Então, de uma forma singela, essa é a minha reflexão.

Obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, nossos parabéns, querido Odair Marques da Silva, Professor, Doutor, com Mestrado em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, Doutorado em Ciências da Cultura da Universidade de Trás-os-Montes, Portugal, e autor do livro *Atlas Geocultural da África*. Parabéns!

E me dizia aqui a Zara que você foi uma indicação de um grande amigo meu, tenho por ele um carinho, todo mundo sabe, porque ele é uma pessoa humanista, que é o Senador Flávio Arns. Eu deixo uma salva de palmas para ti, mas uma para o Flávio Arns também. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem uma visão humanitária muito grande. Para se ter uma ideia, vou contar algo aqui agora. No primeiro momento, a política de cotas devia passar por Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação, que ele preside, e CCJ. É tão tranquilo para nós esse tema que é a educação e a política de cotas para negros, índios, quilombolas, enfim, que: "Eu converso com o meu povo lá. Se for para lá, já é o Relator indicado". Olhem só a grandeza do Senador Flávio Arns. Seria o Relator, se necessário fosse, mas felizmente não foi, houve um entendimento de que passaria em duas Comissões.

Eu quero, Prof. Odair, dizer que você deu uma aula sobre aquilo que nós aprendemos, nós todos aprendemos, a chamar de mãe-pátria África, a pátria-mãe África. E você deu uma aula de valorização do continente africano numa visão moderna, atual, que todos nós temos que conhecer. E não somente a... Eu fui à África. Eu fui lá quando Mandela estava no cárcere. Eu fui e levei uma carta dos Constituintes, junto com o Caó, a Benedita, o Domingos Leonelli e um do Rio de Janeiro, mais jovem, Valentim. Levamos uma carta que entregamos ao governo do *apartheid* exigindo a libertação do Mandela e da Winnie Mandela, que era muito criticada na época. Eu recebi a Carta da Liberdade do povo sul-africano. E foi dali que surgiu o Estatuto da Igualdade Racial. Então, eu lembro isso com muita satisfação, neste momento, mas a África não pode ser vista somente como um país do turismo, em que vai se fazer aquela caminhada, ver os animais, ver as florestas, enfim... É um país que está cada vez mais se modernizando. Parabéns, parabéns, Dr. Odair. Foi uma alegria enorme ouvi-lo aqui.

Passo a palavra agora a Michael França, Professor e Pesquisador do Insper.

O SR. MICHAEL FRANÇA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, pessoal.

Vocês me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. MICHAEL FRANÇA (*Por videoconferência*.) – Maravilha.

Eu vou compartilhar aqui rapidinho a minha apresentação. Vocês poderiam permitir aí para mim, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão providenciando.

O SR. MICHAEL FRANÇA (*Por videoconferência*.) – Acho que já deu certo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O. k.

O SR. MICHAEL FRANÇA (*Por videoconferência*.) – Está aparecendo aí para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Está na tela já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MICHAEL FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo.

Só me apresentando rapidinho, meu nome é Michael França, eu sou Coordenador do Núcleo de Estudos Raciais do Insper.

Há cerca de dois anos, a gente criou esse centro lá na instituição – eu e o Prof. Sergio Firpo – com o intuito de tentar ajudar o debate racial brasileiro com mais dados e mais evidências empíricas. A gente tem muitos estudos realizados por econometristas e pessoas de diferentes áreas, como psicologia social e outras, trazendo dados com evidências interessantes sobre políticas públicas que funcionam e não funcionam, mas, às vezes, isso não chega à população brasileira de uma forma geral.

Então, a gente criou esse centro há cerca de dois anos e, desde então, a gente tem ajudado com uma série de contribuições: relatórios, análises de dados, olhando para a perspectiva mais histórica da evolução das desigualdades raciais e de um pouco de gênero também. A gente foi responsável, por exemplo, por criar o Índice Folha de Equilíbrio Racial cerca de dois anos atrás, que foi um dos carros-chefes do jornal naquele ano. A gente criou o índice ESG de Equidade Racial, que tem sido usado pelo Pacto pela Equidade Racial para forçar as empresas a melhorarem a desigualdade racial interna. E, no ano passado, por exemplo, também a gente criou dois grandes relatórios olhando para a desigualdade racial e de gênero na política brasileira e mostrou que, apesar de alguns avanços nas candidaturas, quando a gente olha a eleição de fato, negros e mulheres são sub-representados e o desequilíbrio racial da esquerda é equivalente ao da direita no Brasil. O desequilíbrio racial, por exemplo, do PT é igual ao do PSDB, quando a gente olha a eleição de fato.

Dito isso, vou direto ao ponto da nossa conversa de hoje.

Como já foi dito, a Lei 10.639 tornou obrigatório o estudo da história da cultura indígena e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio, mas fica uma grande questão por trás disso. Intrínseca à lei está a ideia de que resgatar a cultura e as contribuições de indígenas e negros na formação do país pode diminuir, por exemplo, a reprodução de preconceitos, algo que já foi um pouco destacado aqui na mesa pelo Odair, pela Wilma, e, ao mesmo tempo, melhorar o desempenho escolar, mas daí surge uma dúvida: isso está tendo real impacto? Se a gente olhar de uma perspectiva mais empírica, esse tipo de abordagem está tendo real impacto? E, se a gente tem fundamentos empíricos para sustentar essa hipótese, a gente pode contra-argumentar, por exemplo, os críticos.

Por exemplo, no caso do contexto americano, muitos críticos de lá criticavam a lei pelo fato de abordar mais cultura étnico-racial nas escolas quando poderia, por exemplo, usar aquele tempo para ensinar outras disciplinas. E aí, no contexto americano, por exemplo, tem esse estudo que eu acho muito interessante que olhou para as escolas de São Francisco e estimou que trazer ensino étnico-racial para as escolas de São Francisco teve um desempenho na frequência escolar de 21 pontos percentuais; a média de nota dos alunos aumentou 1,4; e os créditos obtidos aumentaram em 23. Então, tem esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo que é bem interessante, que deu uma super-repercussão nos Estados Unidos, mostrando que tem uma certa evidência de que trazer isso para as escolas tem impacto, tem impacto na frequência, tem impacto na média de notas e tem impacto ali, de uma forma geral, no desempenho.

Tem essa pesquisadora também da Universidade de Harvard que mostra que, por exemplo, adolescentes começam a ter mais clareza sobre sua identidade étnico-racial e vão apresentar maiores níveis de autoestima e saúde mental; e que o estudo étnico-racial ajuda a percepção de identidade de ambos os grupos, o que foi um pouco também do que a Profa. Wilma trouxe: o outro começa a enxergar os fatores culturais daquele outro grupo, e isso melhora o aprendizado sobre diversidade ao longo do tempo.

No contexto brasileiro, a gente tem pouca coisa – depois, eu vou explicar rapidamente um pouco por quê –, mas tem esse estudo, por exemplo, do Guilherme Hirata, que saiu numa revista bem importante de economia, em que ele vai olhar ali, por exemplo, um programa pré-escolar que aleatorizou escolas a receberem aulas de capoeira. E aí ele identificou que as aulas de capoeira tiveram impacto positivo ali no controle inibitório. Ele aleatorizou – teve escolas que foram tratadas e que tinham aulas de capoeira e escolas que não tinham aulas de capoeira – e, com isso, conseguiu identificar esse efeito. O impacto no controle inibitório foi um impacto relativamente pequeno, confesso, mas teve esse impacto.

E aí a gente volta para a questão do Brasil e da Lei 10.639, que já foi bem discutida aqui. É que a gente tem muita dificuldade na implementação. Ela não é considerada como prioridade por muitos gestores públicos, há falta de informação sobre o tema, e poucas escolas adotaram. Então, isso dificulta um pouco a gente avaliar os reais efeitos dessa lei aqui no Brasil. Cerca de dois anos atrás, por exemplo, quando estava fundando o centro de pesquisa no Insper, uma das primeiras pautas com que eu queria mexer era isso, e coloquei um orientando meu para tentar entender como que ela foi implementada, mas da forma com que foi implementada é muito difícil avaliar, porque cada escola adotou uma coisa diferente, a gente não tem muita informação sobre isso. Então, no Brasil, é muito difícil a avaliação da lei por causa disto: foi mal implementada, foi de forma heterogênea, cada escola adotou uma coisa relativamente diferente.

E a outra coisa que eu queria trazer aqui, que eu acho importante ser discutida, é que a lei em si é capaz de lidar somente com uma parte dos desafios ligados à desigualdade racial na educação brasileira. Ela é um avanço, é uma coisa em que a gente precisa avançar como sociedade, mas ela por si só vai dar conta de lidar somente com uma parte dessa desigualdade. Eu acho que o João trouxe aqui vários elementos também em que a gente precisa avançar para melhorar a desigualdade racial na educação brasileira.

Vou trazer aqui uns gráficos, rapidinho, que a gente fez no Núcleo de Estudos Raciais do Insper. Cerca de dois meses atrás, a gente liberou um relatório sobre desigualdade racial no ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental, olhando ali para o quinto e nono ano, e um outro olhando para o Enem. No Enem, os *gaps* raciais estão se ampliando ao longo do tempo. E, quando a gente olha para o ensino fundamental, a gente também constata isso. O que a gente fez aqui nesse gráfico, por exemplo – acho que foi um gráfico muito bem pensado –, foi olhar assim: vamos pegar o quinto ano do ensino fundamental e comparar o ano de 2007 e o ano de 2019, para tentar ver quais avanços a gente teve em nível estadual em relação ao aprendizado.

A bolinha vermelha é o hiato racial entre negros e brancos no ano de 2007 e, então, é a diferença da média de aprendizado no ano de 2007, a bolinha azul é essa diferença no ano de 2019, ou seja, toda vez que a bolinha vermelha está do lado direito e a bolinha azul está do lado esquerdo, isso indica piora. O que esse gráfico está mostrando é que, em todos os estados do Brasil, exceto o Sergipe ali, houve uma piora no hiato racial entre 2007 e 2019, só que essa diferença foi em diferentes magnitudes.

Outra coisa que eu acho interessante desse gráfico é que, aqui no meio, a gente mostra que, basicamente em todos estados brasileiros, o nível de aprendizado melhorou, houve um crescimento no aprendizado, mas, em todos os estados, com exceção aqui de Sergipe, os negros ficaram para trás, só que, como eu disse, em diferentes dimensões. O Rio Grande do Sul, por exemplo, aqui é o estado com o maior hiato, Espírito Santo também, Santa Catarina também. E, pegando o Ceará, por exemplo, que costuma ser muito citado como exemplo, também os negros ficaram para trás lá; avançou a média, mas o hiato piorou lá.

E aí mais interessante ainda é quando a gente compara, por exemplo, pretos e pardos, porque, quando a gente olha esses dados, todos os grupos melhoraram, só que brancos melhoraram um pouco mais, pardos um pouco menos e pretos muito menos. Então, comparar pardos e pretos também dá uma dimensão interessante da questão, que é isto daqui. Isto aqui é o hiato só entre pretos e pardos. E aí mostra que, em todos os estados do Brasil, o hiato se ampliou e se ampliou muito, apesar de ter essa melhora na média. E chama muita atenção também o Ceará, pois lá pretos ficaram... É o segundo estado aqui em que o hiato mais se ampliou entre pretos e pardos, lembrando que no Ceará tem uma questão importante: muita gente que se declara como pardos lá não se vê como negros.

Vejam bem que, mesmo no estado que é dito como uma das referências em termos de avanço educacional, no quinto ano, o hiato se ampliou e se ampliou muito. Se a gente quiser avançar na pauta racial brasileira, a gente precisa diminuir esse hiato de aprendizado.

E aí eu acho que não vou entrar em muitas questões aqui, porque o meu tempo já está quase estourando, mas a gente precisa levar em consideração todos esses fatores internos da escola, que eu acho que é o que se fica pensando aqui um pouco com essa lei.

E também um pouco, interna à escola, tem a questão da desigualdade espacial nos equipamentos públicos. Parte da responsabilidade disso é que as escolas mais periféricas têm menor infraestrutura e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, acesso a piores... Os melhores professores, muitas vezes, vão para escolas mais centrais. Então, aqueles mais marginalizados, que em tese deveriam ter melhores equipamentos públicos, muitas vezes, têm os piores equipamentos públicos, em termos de educação. Isso ajuda a explicar parte dessa desigualdade. Tem o viés racial também, de que a gente precisa tratar, mas tem essa parte social também.

Há uma profunda desigualdade entre pública e privada. Por exemplo, se você pega os pretos e indígenas nas privadas e olha a série histórica, eles estão muito melhores, por exemplo, que os brancos na pública.

E a gente tem que lidar também com os fatores externos da escola: condições de saúde impactam; gravidez na adolescência impacta; escolher entre trabalhar estudar; violência é uma coisa que tira muitas crianças da escola e dificulta a dinâmica educacional no Brasil. Há a questão de muitos terem baixo retorno esperado da educação, e a gente precisa trabalhar as aspirações dos estudantes também.

Por fim, eu vou deixar um convite aqui, meu tempo está quase estourando. A gente está lançando no Núcleo de Estudos Raciais um livro que traz todos esses desequilíbrios raciais ao longo do tempo, essas desigualdades. Enfim, uma das mensagens do livro é: nos últimos 40 anos, a gente está meio que estagnado na questão racial. Um pequeno grupo meio que melhorou, via cotas, via acesso a universidades, mas uma grande parte da população negra está ficando para trás. Quando a gente olha por várias dimensões, há uma persistência histórica muito grande nos últimos 40 anos das disparidades raciais no Brasil. E, se há essa persistência, é porque a gente tem que falhado miseravelmente nas políticas públicas. A gente precisa repensar nossas políticas públicas se, de fato, a gente quiser construir uma sociedade mais inclusiva.

Bom, é isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Michael França, Professor e Pesquisador do Insper, que trouxe aqui dados, números e pesquisas para mostrar efetivamente o quanto que a pobreza impacta no avanço do povo mais pobre. E o povo mais pobre, queiramos ou não, são negros e negras, e claro, tem também os brancos pobres. Por isso que a política de cotas trata dos três. Alguns dizem que política de cota é só uma questão de negro. Não! É para negros, para índios e para brancos pobres, quilombolas, pessoas com deficiência, os mais vulneráveis.

Então, tem uma ligação – claro que tem – entre o social e a questão racial, que é o preconceito tão contundente e forte no nosso país e que está ligado à pobreza.

E você foi muito feliz, Michael. Parabéns! Todos os painelistas foram maravilhosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto sempre de ficar fiel à verdade. Então, quando eu falei pela libertação do Mandela e foi tirado um grupo de Constituintes para ir à África do Sul para entregar ao Governo lá do *apartheid* um documento, nós estivemos em Joanesburgo e também em Pretória, a Winnie Mandela que nos recebeu. Quem foi essa comissão tirada pela Assembleia Nacional Constituinte, para que fique nos *Anais* da Casa? Este Senador que vos fala, Senador Paim, a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Edmilson Valentim, Deputado Domingos Leonelli e, já falecidos, Deputado João Herrmann e Deputado Carlos Alberto Caó de Oliveira.

Uma salva de palmas a todos aqueles que lutam pela liberdade, pela justiça e contra qualquer tipo de preconceito. (*Palmas.*)

Agora nós vamos às considerações finais.

Nas considerações finais, eu vou ter que dar três minutos para cada um e vou explicar por quê. Porque às 12h30 eu vou ter que fazer uma gravação com uma equipe que não é aqui de Brasília sobre os filhos das cotas. É esse o título? É sobre um documentário chamado "Filhos das Cotas".

E eu farei, claro, com enorme satisfação.

E lembrei aqui da nossa querida consultora aqui do Senado aprovada no concurso que foi... Eu li aqui a relação dela, que esteve aqui com aquela equipe. Ela é filha das cotas. Ela tem o maior orgulho de dizer. É aquela que esteve aqui conosco, inclusive na hora das fotografias. Ela entrou naquela lista geral aqui dos convidados. Ela fez concurso e passou, mas ela disse que ela começou tudo com as cotas lá atrás. Se não fossem as cotas, ela não seria consultora dos Senadores hoje.

Então, eu vou dar três minutos para cada um e, para ganhar tempo, eu já vou começar com você, Michael, porque você deve estar na tela ainda.

Michael França, Professor e Pesquisador do Insper, se puder, em três minutos, um comentário final sobre a audiência pública de hoje.

O SR. MICHAEL FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Posso compartilhar a minha apresentação de novo, por favor? É rapidinho.

Eu tenho outro gráfico importante. Economista gosta muito de gráfico, não é, gente? Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é importante. Parabéns pela apresentação! Perfeita!

O SR. MICHAEL FRANÇA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Primeiramente, eu parabenizo pela audiência. Eu acho que é um debate muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de chamar atenção para esse gráfico, Senador, que trata da evolução da diferença salarial no Brasil: se a gente olhar a média de diferença no mercado de trabalho entre brancos e negros no Brasil inteiro, a gente tem esse gráfico aqui, que mostra que, desde 2010, a gente está parado, constante ao longo do tempo, com os negros ganhando em torno de quase 50% a menos do que os brancos. Mas, a partir do momento que a gente controla por tudo que dá para controlar – a educação, a escolaridade, idade, gênero, localização –, a gente está comparando indivíduos com características produtivas semelhantes no mercado de trabalho, a gente tem esse outro gráfico aqui, com negros ganhando, em média, quase 15% a menos do que o branco com características produtivas semelhantes.

A gente está falando aqui de um país que permaneceu constante nos últimos 40 anos, com esse *gap* racial no mercado de trabalho. A gente está falando de um país que teve redemocratização, que teve Governos à esquerda e Governos à direita, e o *gap* racial no mercado de trabalho está constante. Ou seja, a gente tem falhado miseravelmente nas nossas políticas públicas de inclusão.

O cenário racial brasileiro melhorou atualmente, o debate racial melhorou, a questão das cotas está permitindo a um pequeno grupo ascender socialmente, mas, na hora em que a gente olha na ponta, o desequilíbrio racial entre os 10% mais ricos está se ampliando ao longo do tempo, e, quando a gente olha para várias variáveis, o desequilíbrio racial não está diminuindo, está constante ou ampliando.

Então, o nosso livro chama atenção para que a gente repense as políticas públicas no Brasil se a intenção realmente for, de fato, criar uma sociedade mais inclusiva.

Bom, é isso. Obrigado pela atenção de todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Professor e Pesquisador do Insper.

Parabéns pela apresentação, querido Michael França.

De imediato, eu passo a palavra para o Sr. Odair Marques da Silva, Professor Doutor, com Mestrado em Gestão na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

O SR. ODAIR MARQUES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Aqui cabe somente agradecimento ao Senador Paulo Paim por esta excelente iniciativa de fazer esta audiência sobre a Lei 10.639, que é muito importante para a ampliação positiva dos indicadores brasileiros na qualidade de educação e na nossa vida comunitária, cotidiana, do dia a dia, como todos os nossos colegas estão falando.

Fica aqui também o agradecimento ao Senador Flávio Arns, como V. Exa. comentou, por ter indicado a nossa participação. Uma gratidão aqui, assim, de coração, porque enxerga a sensibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa importância temática, dessa luta, que tem que ser de todos nós, de combate ao preconceito, ao racismo. E, de nosso lado, há esse esforço, eu convido os colegas, de inserção dessa temática da África moderna, contemporânea, pujante, para que as nossas crianças e jovens tenham orgulho desse continente materno.

Então, gratidão, Senador Paulo Paim, por essa iniciativa e pelo convite também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Odair Marques da Silva, que deu também uma aula para nós, olhando para todo o continente africano e mostrando que estamos avançando e vamos avançar como a gente quer, que toda a população mundial avance e controle o clima também, não é? O clima é outro problema seríssimo que temos que enfrentar em nível de planeta.

Eu convidaria agora a Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará Wilma de Nazaré Baía Coelho para as suas considerações finais.

A SRA. WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador, muito obrigada pelo convite. É uma honra ter estado aqui presente. Parabenizo-o pela iniciativa e agradeço o convite.

Eu gostaria de voltar... No início, o senhor apresentou algumas perguntas das pessoas, e eu gostaria de voltar a duas delas para tentar... Eu só não me recordo o nome das pessoas, mas eu gostaria de falar em relação a duas perguntas que ficaram na minha cabeça.

A primeira é que, para combater esse racismo que é presente nas escolas – houve a pergunta desse jeito, em relação à formação de professores, a qualificar os professores –, é importante que nós não nos esqueçamos de que o racismo é antidemocrático. E especialmente reconhecer essas implicações é muito importante e entender a diferença como valor positivo. Então, na qualificação dos professores, na forma como deve ser implementado esse trabalho, é importante pensar a diferença como um valor positivo e entender as origens e as relações que constituem essa diferença e aprender a respeitá-las.

A outra é como seria trabalhar para entender essa questão histórica do racismo no Brasil. Eu diria muito brevemente que seria importante pensarmos e entendermos o lugar da escravidão como um fator instituinte das estruturas de exclusão ainda presentes na sociedade brasileira. Nisso é muito importante que pensemos.

E no mais é agradecer à Profa. Zara, agradecer ao senhor, Senador Paim – obrigada pelo seu legado em relação a esse tema –, e parabenizar a todos os meus colegas e as minhas colegas que compartilharam esse momento comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Profa. Wilma de Nazaré Baía Coelho, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Parabéns! Muito, muito obrigado. A gratidão é de nós pela sua exposição.

Passo a palavra agora para João Marcelo Borges, Gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto de Unibanco e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado.

Também quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. O centro ao qual estou ligado na Fundação Getúlio Vargas é dirigido pelo ex-Ministro Henrique Paim, e muitas vezes se confundem dizendo que o senhor e ele são irmãos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falam que somos irmãos, inclusive quando estava no Governo. Nós não temos parentesco nenhum. Somos amigos de coração.

Vou dar mais um minuto para o senhor para poder contar isto: no meu gabinete tem uma cidadã do Rio Grande do Sul, de Vacaria – os meus pais vieram de Bom Jesus, que é bem próximo de Vacaria –, e o nome dela é Luciana Paim. Não sabe a incomodação que eu já tive devido a isso. Tive, inclusive, que botar um cartaz lá no meu gabinete: "Luciana Paim não tem parentesco comigo". Ela está ouvindo lá no gabinete e sabe que é verdade. Daí, quando a imprensa percebeu que não tinha mesmo parentesco, fiquei livre, porque senão iria me incomodar. Não é por causa do querido amigo meu, o Paim, que foi ministro já. A Luciana é uma das minhas assessoras.

Vou botar o seu tempo de volta lá.

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu fiz esse comentário, além da parte anedótica, porque, assim como o senhor, ele tem uma trajetória longa de contribuição à educação brasileira no FNDE, depois no próprio ministério e segue agora dirigindo o DGPE na Fundação Getúlio Vargas, trabalhando em vários estados.

Nesses comentários finais, eu queria, além de agradecer ao senhor e a todos os colegas que apresentaram, dizer que eu achei que foi muito rico, porque a gente conseguiu olhar diferentes perspectivas. Acho que também pelo menos vislumbramos algumas propostas iniciais complementares, da formação inicial até que tipo de África a gente está representando, que tipo de história a gente pode mencionar, até aspectos mais duros daquilo que a gente consegue medir, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Michael e eu são somos sempre os economistas chatos que trazemos os gráficos, mas, para além disso, eu queria dizer o seguinte: tem muita coisa que a gente pode medir, muita coisa de que a gente vai conseguir gerar indicadores, tem um esforço em torno disso, mas a parte principal, talvez, do combate ao racismo, mas sobretudo a essa estrutura social que a gente engendrou no Brasil, não precisa estar só medida nos números, nos indicadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOÃO MARCELO BORGES (*Por videoconferência*.) – Ela tem a ver com o nosso viver cotidiano, que para alguns é mais tranquilo, mas para a grande maioria é vivenciado na forma do medo, da ameaça iminente. E, quando a gente fala de educação, educação também é dar a segurança psíquica, física e cognitiva para o viver, para transformar a vida. Então a grande vantagem da educação é que, para que os alunos pretos e pardos possam aprender mais, os alunos brancos não precisam aprender menos. Educação não é um jogo de soma zero. Diferentemente da distribuição de renda, em que, para que a gente supere esse nível de desigualdade, a gente precisará que os ganhos relativos sejam distintos, ou seja, os mais ricos terão que abrir mão de parte da sua renda relativamente aos mais pobres, porque no fim o jogo é de soma zero, a educação, não; a construção da sociedade não é um jogo de soma zero.

A gente pode fazer porque não há nada que intrinsecamente às meninas e aos meninos pretos faça com que eles possam se desenvolver menos. Pelo contrário, quanto mais eles se desenvolverem, quanto mais eles aprenderem mais será melhor para os brancos, para eles, para todos nós.

É com essas palavras que eu termino, agradecendo mais uma vez pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Nós que agradecemos. Gratidão, Sr. João Marcelo Borges, Gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto Unibanco e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas.

Passo a palavra agora, nesta mesma linha de conduta – os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos –, à Lucimar Rosa Dias, Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola.

Agora os quilombolas vão estar na política de cotas.

A SRA. LUCIMAR ROSA DIAS (Para expor.) – Exatamente! Chegou a hora finalmente, Senador!

Eu também agradeço ao senhor e o parabenizo, inclusive, pelo legado. Para nós, militantes do movimento negro, você sempre foi e será uma referência muito importante na construção da política da equidade racial. Muito obrigada por tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também o convite. Quero reiterar que pensar a equidade racial para todos e todas implica pensar o que é educação infantil e a educação das relações étnico-raciais, não é a mesma medida de pensar equidade para as outras etapas da educação.

Então, nós temos uma tarefa. E essa tarefa eu e outras pesquisadoras, que constituímos inclusive uma rede chamada Ibeji (Rede de Pesquisadoras Negras em Infâncias), estamos prontas para fazer e já estamos fazendo há bastante tempo. Nós precisamos considerar os bebês, as crianças pequenininhas, as crianças da educação infantil como parte desse processo de atender a esse chamado social que a 10.639 fez quando ela altera a LDB, que é dar tratamento à educação das relações étnico-raciais. Mas mesmo o artigo da LDB não se colocou a tarefa de trazer as crianças pequenas para o campo da educação das relações étnico-raciais, e nós precisamos considerar que o desenvolvimento infantil é atravessado pela raça, e nós precisamos discutir como fazê-lo para que isso não seja um problema, não seja um prejuízo ao desenvolvimento infantil. Ao contrário, que isso seja parte da sua constituição e favoreça o seu desenvolvimento.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, querida Diretora de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, Diretora Lucimar Rosa Dias!

Meus cumprimentos e gratidão também pela excelente participação.

E agora, encerrando os nossos convidados, eu passo a palavra à Professora da Universidade Federal de Ouro Preto e também atual Secretária da Secadi, a grande Profa. Zara Figueiredo.

Por favor. O tempo é seu para as suas considerações. Como é a última, pode falar por cinco ou por dez. Daí encerramos.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – Não, eu sei que a gente já está atrasado, Senador, e eu sei do seu compromisso.

Eu vou na linha das pessoas que me antecederam. Primeiro, eu quero agradecê-lo pela contribuição que o senhor tem dado a essa discussão no âmbito da educação. Como a Profa. Lucimar acabou de dizer, o senhor é uma referência para o movimento negro, para a educação, e agradeço ao senhor por isso e, no meio desse agradecimento, por esse momento específico de assumir essa agenda também dentro dessa Casa e debater de forma tão aprofundada esse tema. Isso é muito importante e, para além da data, tem que estar presente no dia a dia das políticas públicas e numa Casa de tomada de decisão.

Eu acho que o senhor foi muito feliz quando o senhor fez o desenho desse seminário, porque, como o João Marcelo disse, o senhor está discutindo, trouxe para o debate não só a discussão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação, mas também novas formas de compreensão dessa África, a educação infantil, o financiamento. De um modo geral, o senhor traduziu a 10.639 em todas as dimensões; não em todas, mas em dimensões muito importantes para que a gente efetivamente consiga implementar essa lei. Isso é muito importante. E trouxe o Governo para também se comprometer com isso. Então, eu agradeço.

Essa é uma pauta cara ao Ministro Camilo. E nós estamos trabalhando muito para que a gente consiga entregar aquilo que diz respeito ao direito e que nós não conseguimos fazer ainda plenamente nessas duas décadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito agradeço a presença de todos vocês e neste momento a da Profa. Zara Figueiredo, da Universidade Federal de Ouro Preto, Secretária da Secadi.

Permitam-me que eu diga aqui agora na presença de vocês, dos nossos convidados à distância e da Zara e da Lucimar aqui presentes, que eu fiquei muito animado e mais uma vez vou agradecer aqui ao Presidente Rodrigo Pacheco, ao Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, e também ao Colégio de Líderes. Fui informado de que o Colégio de Líderes, reunido hoje pela manhã, querida Zara, querida Lucimar e todos que estão nos assistindo, decidiu, inclusive, que vai dar urgência para que a matéria seja pautada sem falta na terça-feira, e a gente resolva essa questão.

Seria um retrocesso muito grande, mas, se isso aconteceu no Colégio de Líderes, significa... Eu quero aqui dar a grandeza da decisão. Lá estavam Senadores Líderes da oposição e do Governo e, por unanimidade, segundo a informação que eu tive, eles chegaram a esse entendimento de que sim. E me pediram, inclusive a minha assessoria já providenciou, que eu encaminhasse um requerimento de urgência, que seria assinado por mim, pela Eliziane Gama e pelo Senador Efraim.

Eu já agradeço a todo o Colégio de Líderes. Já agradeci aqui aos Presidentes das Comissões no início e claro, com muito carinho, eu agradeço agora a todos aqueles que indicaram que nós três assinássemos o documento. Mas sei que representa a assinatura de todos os Líderes para que a gente aprove essa matéria na terça-feira e passe a tranquilidade para o mundo escolar.

O apelo que a Zara fez aqui inclusive para a educação é importante devido ao tempo de regulamentação.

Se você quiser repetir um pouquinho só a importância da decisão que você está sabendo agora por intermédio do teu amigo Senador.

A SRA. ZARA FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom, é uma ótima notícia de fato, Senador. Isso é absolutamente importante e queria agradecer essa tomada de decisão da Casa. Isso é absolutamente decisivo e definidor da situação. Nós não teríamos mais tempo efetivamente. Isso, como eu disse, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão técnica. Nós precisamos dessa resposta, que diz respeito ao direito à educação mesmo, desta Casa, para que nós consigamos implementar em 2024. Então, essa celeridade, como eu disse, é absolutamente vital.

Então, eu estou feliz, muito feliz com essa excelente notícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa à democracia, vida longa ao Congresso Nacional!

Enfim, terminamos esse momento tão bonito com essa informação que veio via Presidente Rodrigo Pacheco e Colégio de Líderes.

Vida longa à democracia! (*Palmas.*)

Assim, declaro encerrada a nossa reunião.

E vamos tirar uma foto aqui.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 62/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a "Tragédia de Brumadinho: violações aos direitos humanos". **Participantes:** Carolina Morishita Mota Ferreira, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPE/MG; Kemal Özkan, Secretário-Geral Adjunto da IndustriALL Global Union; Geraldo Emediato de Souza, Procurador do Trabalho - representante do Ministério Público do Trabalho; Lidía Gonçalves de Lima, Presidente do Concelho Fiscal da Associação de Moradores do Parque do Lago, Parque da Cachoeira e Alberto Flores -ACOPAPA; Maximiliano Nagl Garcez, Advogado da AVABRUM e Sindicato Metabase Brumadinho; Rüdiger Helm, Advogado da AVABRUM e Sindicato Metabase Brumadinho; Andresa Rodrigues, Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho - AVABRUM; e Hannes Kühn, Diretor Sindical Internacional da União Industrial de Mineração, Química e Energia - IGBCE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Faz uso da palavra a Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Teresa Leitão, Marcos do Val, Angelo Coronel e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 87/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Ouvir o Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Senhor Leandro Grass, para informar sobre as ações do respectivo órgão. **Participante:** Leandro Antônio Grass Peixoto, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 79ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 87, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras. O objetivo é ouvir – aproveitando, naturalmente, o sistema de comunicação do Senado – o Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Sr. Leandro Grass, para falar um pouco sobre as ações do respectivo órgão. É de interesse nacional, com certeza absoluta, e a TV Senado vai, naturalmente, fazer toda a divulgação, para que o seu trabalho, que está sendo excelente, seja conhecido mais amplamente no Brasil. Eu sei que os outros meios de comunicação que V. Exa. tem colaborarão muito nesse sentido.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Como é de praxe, Presidente Leandro, eu faço uma pequena introdução do tema.

Esta audiência pública terá como objetivo ouvir o Sr. Leandro Grass, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele, com certeza, nos brindará com uma exposição sobre a relevância das atividades desse instituto e suas realizações.

Leandro Grass é sociólogo, professor, pesquisador com mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB; tem experiência como gestor cultural pela Organização de Estados Ibero-Americanos; e também exerceu o cargo de Deputado Distrital entre 2019 e 2022.

Ao fazermos uma pesquisa sobre a relação de direitos humanos e o patrimônio histórico e artístico, verificamos algumas questões que entendo importante citar aqui.

Acesso à cultura: os direitos humanos incluem o direito à participação na vida cultural, à liberdade de expressão e à educação. O patrimônio histórico e artístico é uma parte fundamental da cultura de toda a sociedade. Preservá-lo é garantir o acesso a ela, e é essencial para a promoção dos direitos no campo das políticas humanitárias. Preservação da entidade cultural, do patrimônio histórico e artístico muitas vezes reflete a identidade cultural de uma comunidade, até mesmo de uma nação. A proteção desse patrimônio ajuda a preservar a diversidade cultural, que é um aspecto muito importante para as políticas humanitárias.

Direito à propriedade e uso responsável: o equilíbrio entre o direito à propriedade privada e à proteção do patrimônio histórico e artístico é um desafio importantíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participação e tomada de decisões: a comunidade tem o direito de participar das decisões relacionadas à prevenção do patrimônio. Isso está alinhado com os princípios dos direitos humanos que promovem a participação e a inclusão. Os direitos humanos e o patrimônio histórico e artístico estão ligados pela preservação da cultura, identidade e participação da comunidade na tomada de decisões relacionadas a esses bens. A proteção do patrimônio histórico e cultural é fundamental para garantir que os direitos humanos sejam respeitados e que a diversidade seja valorizada.

Assim, damos boas-vindas ao Sr. Leandro Grass!

Nosso querido Presidente Leandro Grass, neste momento tomo a liberdade de aproveitar a abertura, já que a nossa conversa aqui nesta audiência pública pelo sistema de comunicação do Senado vai para todo o Brasil, e de dizer que eu fiquei muito feliz ontem, viu? Estou fazendo aqui um depoimento de coração, de alma. O Senado da República aprovou, por ampla maioria, projeto de que eu fui Relator aqui, Dandara foi Relatora na Câmara dos Deputados, Maria do Rosário foi autora, junto com a nossa querida Benedita, que continua uma jovem viu? Benedita estava ali ontem, e só a presença dela já ajudou a aprovar o projeto. Benedita, um beijo no teu coração! Você é um símbolo, viu? É um símbolo da luta contra todo tipo de preconceito não só no Brasil; o seu conceito é um conceito internacional.

Então, cumprimento todos os Deputados e Deputadas que aprovaram esse projeto na Câmara; depois remeteram para cá. Eu aqui tive a satisfação de ser Relator. Aprovamos aqui nesta Comissão praticamente por unanimidade; na CCJ também foram só quatro votos, a votação foi também simbólica; e no Plenário, no dia de ontem, tivemos somente, de 81 Senadores, se eu não me engano, 22 ou 23 Parlamentares que votaram contra a esse projeto, que é uma construção coletiva da Câmara, Senado e o Executivo.

Quero aqui destacar a participação muito importante do Ministério da Educação, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério dos Povos Indígenas. Se faltar algum... Da Casa Civil da Presidência da República. A gente às vezes... São tantos ministérios, mas tinha em torno de cinco, seis ministérios. O Líder do Governo, Jaques Wagner, e o Randolfe também nos ajudaram muito, porque havia um movimento para tentar derrubar a política de cotas.

Eu não vou aqui fazer nenhuma crítica a esse ou àquele Senador, porque assim é a democracia: nem todos concordam com aquilo que nós pensamos. Nós defendemos o que acreditamos, e, na minha visão, na minha concepção, esse é um dos projetos mais importantes da história deste país, que é manter a política de cotas. Calcule milhões e milhões de jovens que são pobres... Nós estamos tratando ali de pobres, com renda *per capita* de até um salário mínimo: pobres, brancos, negros, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, enfim, todos aqueles que são mais vulneráveis vão ter agora, mais do que nunca... Porque já surgiu nos Governos Lula e Dilma a aprovação da política de cotas. Na época, eu fui Relator; agora, passaram-se 11 anos, fui Relator novamente, aperfeiçoando o projeto. Agora pega doutorado, pega quilombola, aumenta a Bolsa Permanência, vai permitir um ciclo, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodízio maior, para que os mais vulneráveis sejam contemplados efetivamente neste momento tão importante que nós temos aqui no país, querendo reconstruir, como diz o outro, saindo do Mapa da Fome com um investimento como esse. Esse é um investimento. Como já é uma frase que eu usei ontem e repito em seguida: quem liberta é a educação, a educação liberta. Basta saber que um menino que mora numa comunidade pobre – no passado, a gente falava favela, mas agora é comunidade – tem que entender que ele poderá chegar à universidade; como diz o Presidente Lula, ele poderá também ter o título de doutor, por uma livre opção dele.

Então, aqui, na abertura da Comissão de Direitos Humanos, não podia deixar de fazer esse agradecimento, e eu faço a todo o Senado e a toda a Câmara, independentemente da posição de cada um, porque assim é a democracia, quando alguns se posicionam contra a um projeto que você entende que é um projeto humanista, humanitário, que interessa no mínimo a 32 milhões de jovens no nosso país.

Feita essa introdução, agradeço muito ao Presidente Rodrigo Pacheco. O Presidente Rodrigo Pacheco – além de nos ter, eu diria, não é auxiliado, porque, na figura de Presidente, ele tem que se manter ali – incentivou muito que o projeto fosse votado e falou com o Davi Alcolumbre: "Votem, respeitando a decisão da Comissão, e tragam ao Plenário". E, para mim, um momento que até foi de uma certa emoção – eu estava relatando o projeto – foi que – no ato da votação, o Presidente não precisa votar, todos nós sabemos; mesmo aqui, não precisa votar – ele fez questão de votar, foi um dos primeiros a botar o nome dele no placar, em que se vê como cada um votou: estava lá o nome do Presidente Rodrigo Pacheco. Eu estou há muito tempo na Casa, realmente o Presidente Rodrigo Pacheco faz a diferença. Gestos como esse – mais vale um gesto que mil discursos, alguém já disse – são gestos que marcam a história de pessoas que fazem a diferença.

Então, eu faço esse agradecimento ao Presidente e a todos os Líderes, porque todos concordaram, por exemplo, com o requerimento de urgência. Poderia a Oposição dizer: "Não, nós não aceitamos, vamos derrubar o requerimento". Não, todo mundo aceitou o requerimento de urgência, foi votado por unanimidade, e, felizmente, o Presidente Lula vai poder sancionar já, no momento que ele entender – esta semana ou semana que vem –, essa política.

Leandro, você é o meu convidado, mas eu tinha... Sabe que é um dia histórico, sua presença aqui é simbólica para mim. Você é um humanista, conheço toda a sua vida, história aqui, na capital federal. Você é um cidadão que eu fiz questão de convidar. Fui eu que o convidei. Você não pediu para vir aqui, fui eu. E faço questão, Leandro, que você venha falar pelo tempo que entender necessário sobre o seu trabalho, trabalho do qual eu quero aqui dizer que tenho muito orgulho – e de caminhar com você – e que está entrincheirado nas políticas humanitárias, principalmente no trabalho que você está fazendo.

Então, uma salva de palmas para o nosso convidado. A palavra é dele agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com você. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO (Para expor.) – Muito bom dia a todas e a todos.

Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, quero dizer que é uma honra para mim, que é uma alegria gigantesca sentar aqui ao seu lado e, acima de tudo, poder representar hoje o Iphan e de estar aqui ao seu lado. É uma pessoa que tem história, uma pessoa que tem uma importância muito grande para o Brasil, em diversas pautas. Vai ser um estudo para a democracia brasileira, pela sua trajetória, que muito me inspira pessoalmente e tenho certeza de que inspira centenas de milhares de pessoas, milhões de pessoas neste país, não só os seus eleitores, o povo do Rio Grande do Sul – onde tenho família, minhas tias, meus primos, sempre foram seus eleitores – , mas, acima de tudo, pelo que o senhor representa para o Brasil inteiro, na sua trajetória brilhante, combativa e democrática, com essa elegância, com esse espírito republicano de reconhecer como se dá a arena da democracia, respeitando as diferenças acima de tudo. Isso é uma boa referência para as atuais e futuras gerações que querem entrar na vida pública.

Eu digo, também, como alguém que está na vida pública há pouco tempo, que nós temos que nos espelhar em pessoas como o senhor, como V. Exa., que tem realmente um comportamento digno da cadeira que ocupa e do respeito que o povo depositou em V. Exa. nas urnas, da credibilidade que depositou no seu mandato, na sua história. Então, muito obrigado

Saúdo a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma Comissão que tem pautado temas estratégicos para o Brasil, uma Comissão que sustenta o debate democrático. Quero saudar também esta Casa, saudar o Senado Federal, por essa magnífica conquista no dia de ontem, por esse gesto de compromisso com o povo brasileiro, com a juventude empobrecida deste país, com os segmentos excluídos historicamente. É um ato de reparação histórica o que o Senado faz, o que a Câmara faz, o que o Congresso faz, nesse dia de ontem e que, certamente, o Presidente Lula sancionará para darmos mais um passo na construção de uma sociedade e de uma educação pública que, de fato, seja justa para todos e todas, independentemente de cor, raça, origem, que faça o processo de equalização, de reparação, promovendo equidade através das ações afirmativas.

Quando eu entrei na Universidade de Brasília, em 2003, na minha turma de Ciências Sociais, eram 40 estudantes, só um era negro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito importante esse depoimento.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Era o filho de um diplomata de um país africano. Ele estava morando aqui em Brasília e teve a oportunidade de entrar na turma e de participar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da Lei de Contas, da primeira edição, eu ainda na universidade, interagindo com a pós-graduação... Quando eu já estava no mestrado, nós vimos uma outra universidade, nós vimos uma universidade que era mais a cara do povo brasileiro... (*Palmas.*)

... uma universidade que foi muito importante, também, para que nós tivéssemos avanços científicos, avanços no campo do conhecimento, com pesquisas, inclusive, porque a gente sabe que a pesquisa é uma escolha do pesquisador, ao mesmo tempo em que ela sintoniza as necessidades da universidade, dos departamentos, dos programas.

Nós vimos também surgirem muitas pesquisas com temas, com objetos, com problemas ali evidenciados, que faziam mais sentido para a realidade, ou seja, quando o povo entra na universidade, o próprio conhecimento passa a se conectar mais com a própria população. E a Lei de Cotas permitiu isso pela maior presença tanto dos estudantes negros e negras, como também dos estudantes indígenas, de pessoas com deficiência, de estudantes oriundos de escolas públicas.

Aqui, a Universidade de Brasília já tinha uma estratégia, através do PAS (Programa de Avaliação Seriada), de recortar um percentual significativo das vagas para estudantes da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Então, isso foi muito importante, mas ainda há avanços para serem construídos.

Nesse combate ao racismo estrutural do Brasil, essa lei vai ser, sem dúvida, muito importante. E todo esse tema do combate ao racismo estrutural, do combate às desigualdades, da reparação histórica dialoga muito com o tema da nossa audiência.

Quero agradecer o convite, porque tratar de patrimônio cultural é tratar de direitos humanos, é defender a democracia também, porque, na medida em que nós construímos a patrimonialização, passamos a reconhecer as expressões, os lugares e toda essa carga cultural, a gente passa também a respeitar a diversidade do país, e isso é democracia.

A Política de Patrimônio Cultural é, por excelência, uma política que tem a participação como uma de suas bases. Então, tem total sintonia entre a pauta desta Comissão e a agenda que hoje não só o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas todas as instituições de patrimônio estabelecem no dia a dia da população.

Quando nós chegamos ao Iphan, Senador Paulo Paim, em janeiro, a convite da Ministra Margareth, dois dias depois do 8 de janeiro, já tendo uma tarefa árdua de mapeamento de danos e apoio ao Congresso, ao STF e ao Planalto na recuperação das obras de arte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando a Ministra Margareth esteve aqui, foi um sucesso, viu? Ela arrasou aqui.

Eu me lembro de que você estava aqui inclusive. Você veio assistir, naquele dia, à fala dela aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – A Ministra Margareth tem sido uma luz para todos nós, com a sua generosidade, a sua competência e a sua lucidez.

Aproveitando, Senador, hoje, às 18h, nós lançaremos a Política Nacional Aldir Blanc, que esta Casa aprovou, com o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dou um destaque com muito carinho, porque, infelizmente, ele não está mais aqui – quem perdeu foi a Casa, ele assumiu um outro posto lá no estado dele –, ao nosso querido Paulo Rocha, que trabalhou muito nessa lei.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Do Senador Paulo Rocha foi decisivo o papel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi decisivo. Perfeito.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Quero mandar um grande abraço para ele. Continua sendo um grande parceiro da cultura e tem nos ajudado no Pará, em toda a recuperação dos bens culturais amazônicos, que a gente tem priorizado.

Hoje a gente tem o lançamento da Política Nacional Aldir Blanc, que é essa lei emergencial que vai apoiar muito os estados e municípios, vai também sustentar boas políticas do ministério, como o Cultura Viva, e os equipamentos culturais que virão agora a partir do PAC. Então, mais uma vez, quero agradecer ao Senado.

A Ministra tem sido muito combatente, muito dedicada na defesa dessa retomada. Lembrando, o Ministério da Cultura foi extinto no Governo passado – foi extinto. Então, refundar um ministério não é uma tarefa fácil. Eu digo sempre que destruir é muito mais fácil do que construir e reconstruir. Para destruir, destrói-se na canetada, no decreto. Em 2019, como nós vimos, destituíram todos os conselhos de participação, todos os comitês, e agora a gente está reconstruindo esses comitês, inclusive na pauta do patrimônio, como o Comitê Gestor do Cais do Valongo, lá no Rio de Janeiro, que, ainda em março, a gente pôde formar novamente.

Eu trouxe hoje aqui, Senador Paulo Paim, um repertório de pautas, de ações, de iniciativas do Iphan que interagem profundamente com os direitos humanos, com a cidadania, com a efetivação do que a Constituição determina, que é reduzir a desigualdade e erradicar a pobreza.

Para além disso, obviamente há outras ações, outras perspectivas, mas eu vou tentar aqui fazer esse exercício de conectar, de dizer por que patrimônio cultural é uma ferramenta de cidadania, por que a política do patrimônio cultural permite oportunidades para redução da desigualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu começo falando de uma dimensão que é uma dimensão – pode passar, por gentileza – muito tradicional, muito clássica, que é essa dimensão material do patrimônio. O Iphan hoje acautela, tem a responsabilidade de preservar 1.271 bens no Brasil, são chamados bens tombados. Essa palavra tombamento vem de uma herança colonial advinda de Portugal, lá do livro de tombo, lá da Torre do Tombo, que era onde a colônia guardava seus objetos, seus bens culturais mais valiosos, e nós acabamos importando essa terminologia para dizer aquilo que nós nos comprometemos a preservar enquanto Estado.

Então, nós temos tombamento em nível municipal, nós temos tombamento em nível estadual, feito pelos entes, e nós temos o tombamento federal, que é feito pelo Iphan. Não é um processo discricionário, o tombamento é sempre um processo administrativo e técnico, que é concluído pelo Conselho Consultivo do Patrimônio, que inclusive nós estamos reformulando agora, aumentando a participação da sociedade civil, a diversidade regional, étnica e cultural, e ali se conclui o processo de tombamento, a partir de uma dedicação, da pesquisa.

Então, hoje são 1.271 bens. Aí vamos falar de bens móveis, obras de arte, bens integrados, como painéis que estão em igrejas, que estão em determinados lugares, e os chamados bens imóveis, que são edifícios e sítios urbanos inteiros, em alguns casos, como São Luís, como Ouro Preto, como Olinda, como Salvador. Temos o sítio de São Miguel das Missões, lá no Rio Grande do Sul, temos lá em Pelotas o sítio urbano tombado, e assim por diante.

Portanto, nós estamos falando aí de um escopo muito diverso e variado, e essa preservação claro que se deve muito ao Iphan, mas não é viável sem a sociedade participar, não é viável sem que haja educação patrimonial, por exemplo, em que a população entenda o que é aquilo e passe também a ajudar, colaborar na preservação.

Nós temos uma tarefa muito grande, porque essa patrimonialização material só aumenta a cada ano. Então, nós vamos tombando, nós vamos assumindo compromissos, mas a capacidade institucional e o orçamento do patrimônio nem sempre vão na mesma velocidade, ao contrário, em alguns casos a gente tem regressão, como vivenciamos nos últimos anos: um decréscimo gigantesco do orçamento do Iphan e da própria capacidade, porque o órgão está no Brasil inteiro, tem muitos servidores, mas ainda não tem um plano de carreira da cultura. Essa é uma pauta que já muito em breve deve chegar para nós discutirmos.

A Ministra, inclusive, hoje publicou uma portaria para instruir o grupo de trabalho que vai discutir a carreira, que vai discutir a situação dos profissionais do Ministério da Cultura e das autarquias, mas a situação é que hoje nós temos nos esforçado muito para responder às demandas de preservação do patrimônio material. O Iphan tem, nesse momento, 142 obras em curso, são obras de restauração de igrejas, terreiros, são obras de restauração também de alguns teatros, equipamentos culturais. Então, nessa iniciativa da restauração e da conservação, nós permitimos que esses lugares, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos possam estar disponíveis para o povo. E ali, nós efetivamos direitos, principalmente o direito à cultura, o exercício dos direitos culturais como um todo.

O Iphan, a exemplo do que aconteceu na última versão do PAC, passa também a fazer parte das estratégias do Novo PAC. Nós estamos com uma previsão de R$700 milhões para 139 obras em todo o Brasil. Que obras são essas? São obras que estão já com seus projetos de arquitetura e engenharia prontos, mas que não foram executadas no antigo PAC. Esse é um passivo que a gente está agora dando conta do recado. São obras espalhadas aí em 16 estados. A maior parte concentrada em Minas Gerais, em razão de inúmeros contextos, principalmente no trato com as prefeituras, que foi um pouco difícil nos últimos anos. Então, agora a gente vai zerar esse passivo das 139 obras do PAC.

E agora estamos selecionando novos projetos. Quero fazer aqui um convite a todos os Prefeitos, também Governadores, secretários de Cultura, para que até o dia 10 de novembro apresentem suas propostas do Novo PAC. Nós vamos contratar os projetos executivos e em seguida realizar as obras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu acho importante o alerta que você está dando porque os Prefeitos normalmente dos estados, no caso do meu Rio Grande do Sul, sempre nos procuram para saberem: "E aí, como é que a gente entra em programas, quais os prazos e tal?".

Se você puder repetir, é importante. Só repetir essa última fala.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Perfeitamente, Senador.

Então, no dia 9 de outubro, nós inauguramos o chamado PAC Seleções. As prefeituras e os governos estaduais estão sendo convidados a apresentarem suas propostas, tanto na área do patrimônio como nas outras agendas do PAC.

Então, lá no Transferegov, que é a plataforma do Governo Federal, eles podem encaminhar as propostas – os objetos podem ser bens edificados, bens tombados. Podem ser também propostas de intervenção para viabilizar as atividades culturais dos chamados bens registrados, dos quais eu vou falar já, já, que é o patrimônio imaterial brasileiro. Podem ser propostas para investimento nas estruturas de acesso ao patrimônio arqueológico. Então, tudo isso cabe no escopo do Novo PAC. Nós vamos aplicar aí R$37 milhões. Parece um valor pequeno, mas, quando a gente fala de contratação de projeto executivo, vai permitir que a gente contrate algo em torno de cem projetos.

Então, vamos elaborar os projetos e aí a gente vai ter o valor de cada obra. Vamos para uma segunda de captação, de viabilização através do Orçamento Geral da União, as próprias emendas e a Lei Rouanet.

Seguindo, nós temos uma segunda dimensão, uma segunda categoria do patrimônio. E aqui, sim, há um entrelace profundo com os direitos humanos, principalmente com o direito à memória, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resgate e a reparação histórica de parcelas da cultura brasileira que foram historicamente marginalizadas. É o que a gente chama de patrimônio imaterial.

Nesse caso, nós não tombamos, nós registramos. Então, esse é o termo, os chamados bens registrados. Hoje no Brasil nós temos 57 bens registrados, como a capoeira; as matrizes do forró, do frevo, do maracatu; o ofício das baianas do acarajé. Nós temos algumas atividades como o ofício das paneleiras de goiabeiras, lá no Espírito Santo.

E esses bens são representados por comunidades que se espalham por todo o país. As chamadas comunidades de detentores do patrimônio imaterial. Por que são detentores? Porque isso representa saberes, formas de fazer, conhecimentos, tradições. Em alguns casos, de caráter também religioso, localizado ali num determinado lugar do Brasil e com irradiação para o restante dos territórios.

Bom, para termos uma noção de como isso foi bastante prejudicado nos últimos anos, no ano passado o investimento em patrimônio imaterial pelo Iphan foi de R$1,7 milhão. Nós estamos chegando agora a R$22 milhões. Quando lançamos, a previsão era R$7,5 milhões, mas a gente viu o potencial do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que não acontecia, Senador Paulo Paim, desde 2015.

Esse programa foi enterrado lá no Iphan. Nós resgatamos este ano 58 projetos, que vão começar a acontecer a partir de janeiro. Projetos de fomento, difusão, desses chamados bens registrados. Aqui nós estamos falando fundamentalmente de expressões ligadas à matriz africana, à matriz indígena. Estamos falando de expressões culturais ligadas a esses sincretismos culturais que se deram em várias partes do Brasil e que representam o que nós somos, porque isso é patrimônio. Patrimônio são pessoas, é a história, é o que simboliza a nossa identidade, ou as nossas identidades culturais. Aqui a gente está falando de gente. É dinheiro na veia das comunidades, é investimento para projetos, formação de mestres em diversos tipos de cultura imaterial.

Nós esperamos, com isso, dar a sustentabilidade para esses bens culturais se perpetuarem ao longo do tempo, porque a gente está falando de continuidade, a gente está falando de perpetuação, a gente está falando da possibilidade de essas coisas continuarem existindo na prática.

Então, resgatamos essa agenda, uma agenda muito entrelaçada com diversos direitos humanos, principalmente com as identidades, com o direito a ser e a existir desses grupos, dessas comunidades.

Seguindo, nós temos também feito um esforço muito grande – e o Brasil tem um potencial gigantesco nesta questão – no chamado patrimônio arqueológico. México, Chile, outros países da América Latina têm investido muito na tradução e no acesso a esse patrimônio arqueológico.

Do que nós estamos falando? Estamos falando de artefatos, elementos que foram encontrados em vários lugares do Brasil e que contam a história desses lugares e de comunidades. Contam a história de presença humana há muito tempo, lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de São Miguel das Missões, que é um dos principais sítios arqueológicos que nós temos, ali está a história do povo indígena – especialmente dos guaranis que viveram naquela região – e da relação que tiveram com os espanhóis, com os portugueses; uma relação também de conflito, principalmente com os portugueses de guerra.

Esses sítios arqueológicos contam como eles se organizavam socialmente, esses sítios arqueológicos contam como eles celebravam a espiritualidade e a religiosidade, contam como eles cozinhavam, contam como eles cuidavam dos filhos. E esse conhecimento da história e da memória que a arqueologia permite é fundamental para pensar o futuro: de que maneira nós vamos construir as novas oportunidades de preservação cultural?

O Iphan, especialmente de 2015 para cá, passou a ter uma participação muito grande no licenciamento ambiental brasileiro – muita gente não sabe que o Iphan participa do licenciamento ambiental –, tanto dos processos que entram pelo Ibama, quanto dos processos que entram pelas organizações estaduais de meio ambiente.

Como é que a gente participa do licenciamento? O Iphan faz análise em três possíveis casos: quando o empreendimento, a ação – seja a construção de uma rodovia, de um prédio –, tem impacto na área tombada ou em algum bem tombado; quando tem impacto nas comunidades do patrimônio imaterial; e também quando, eventualmente, se encontra em um sítio arqueológico.

Ao longo desse tempo, foram cadastrados mais de 35 mil sítios arqueológicos no Brasil: artefatos, elementos, objetos, que vão desde urnas e alguns objetos que eram usados por aquelas comunidades até o Cais do Valongo, que foi construído ali nas obras do Porto Maravilha, do VLT, das Olimpíadas, localizado na construção de uma via e que, hoje, é um dos principais pontos de memória africana em nosso país – ao que tudo indica, o principal ponto de tráfico de pessoas escravizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga: nós conseguimos aprovar um projeto aqui sobre o Cais do Valongo, para que, efetivamente, ele fosse patrimônio nacional e patrimônio da humanidade.

Nós aprovamos aqui e a Benedita deu uma ajuda muito grande lá na Câmara dos Deputados, porque vai na linha disso que você está propondo...

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... um projeto que consolida o Cais do Valongo como patrimônio nacional e da humanidade.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – E todo reconhecimento ao Cais do Valongo é necessário porque, de fato, nós estamos tratando de um lugar que conta muito sobre a tragédia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escravização de pessoas negras no Brasil e em outros continentes. Certamente, é o ponto de maior quantidade de pessoas traficadas, escravizadas.

E a gente está neste momento sinalizando o Sítio do Valongo, colocando ali as placas, as explicações das histórias. Tem o prédio do André Rebouças, que fica logo em frente ao prédio de Docas, que vai agora passar também por um restauro na parceria nossa com a Palmares e o BNDES.

O que eu quero dizer? Principalmente para pequenos municípios, esse mapa de sítios arqueológicos tem possibilitado grandes oportunidades, Senador.

Eu sempre gosto de citar um caso que eu presenciei recentemente lá em Olho d'Água do Casado, do interior de Alagoas, no Assentamento Nova Esperança, assentamento que foi estabelecido ali com 120 famílias no ano de 2012. O Iphan, através de uma arqueóloga nossa, fez uma visita, a convite de um agricultor, e descobriu que lá dentro tinha 47 sítios arqueológicos com pinturas rupestres, dentro do assentamento.

Começou a ser feito um trabalho de educação patrimonial com a comunidade. O Iphan investiu R$1 milhão, e acabamos de entregar esse equipamento. Criamos um receptivo, uma estrutura de acesso ao sítio, para a visita das pessoas, que fica ali na beira do Rio de São Francisco, e, com a comunidade, foi formada uma associação de artesãs e artesãos que estão elaborando vários produtos, complementando a renda da agricultura familiar. (*Palmas.*)

Então, a cultura, a agricultura familiar, a arqueologia, a economia. E esse é o ponto. O patrimônio cultural também permite, principalmente para pequenas comunidades, pequenos municípios, a geração de renda, de trabalho, de inclusão econômica.

Esse é um recortezinho tão pequeno, mas é que a gente está conseguindo ganhar escala em outras regiões e outros municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Multiplicando.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Multiplicando.

Então, esses 35 mil sítios arqueológicos estão sendo agora recadastrados, a gente está fazendo uma qualificação para saber qual tem potencial turístico, qual tem potencial científico, o que dá para fazer com cada um deles.

Pode passar. Vou tentar ser um pouco mais objetivo.

E aí eu queria dedicar uma atenção especial a essa agenda, e eu já contei ao Senador Paulo Paim sobre ela. Eu gostaria muito de pedir aqui o apoio de todo mundo que está nos assistindo, dos Prefeitos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de novo, de todas as entidades e do próprio Congresso, porque essa ação pode ser uma virada de chave, um divisor de águas na história da política do patrimônio cultural.

Quando nós chegamos, um arquiteto nosso chamado Paulo Farcetti me apresentou essa iniciativa que eles estavam fazendo em alguns municípios, especialmente na Bahia, em Igatu, lá no interior da Bahia. E do que se trata? Tem uma lei, que também foi aprovada aqui, de que talvez o senhor se lembre, que é a lei da assistência técnica gratuita, de interesse social, de 2008. Essa lei permite que o Estado faça assistência técnica gratuita em imóveis, em residências de pessoas de baixa renda. Essa lei já foi muito bem utilizada pelo CAU em algumas iniciativas, mas o Iphan nunca ganhou escala com essa possibilidade.

Então, nós verificamos que era possível chegar em várias cidades em que a maior parte da população dentro dos sítios tombados é de vulneráveis, com até três salários mínimos, e, com isso, nós entrarmos fazendo assistência técnica.

Fizemos parceria com algumas universidades federais, trouxemos os estudantes de arquitetura e engenharia fundamentalmente, que estão mapeando os danos dos imóveis, das casas dessas pessoas, e elaborando os projetos, e a gente está intervindo, melhorando a moradia dessa população.

A gente começou em abril com 15 cidades, com um investimento tímido de R$8 milhões, para testar, e a coisa está fluindo, a gente já chegou, já passou os R$45 milhões. A gente reformulou na semana retrasada, vamos passar de R$50 milhões agora, 23 cidades.

Então, a gente se instala na cidade, mapeia os imóveis de pessoas com até três salários mínimos, entra com assistência técnica e melhora a qualidade de vida daquela pessoa, daquela família.

Isso pode escalar ainda mais, e, dessa forma, nós podemos resolver uma equação que nunca foi resolvida. Porque a gente chegava lá, restaurava a igreja linda, maravilhosa, nada contra... Falaram até que o Presidente Lula ia fechar as igrejas, e a gente está reabrindo várias igrejas, restaurando-as. Mas a gente restaurava a igreja, restaurava o teatro, o museu, mas a casa da pessoa do lado caía aos pedaços, o telhado, a parede, a fachada. E ele queria, às vezes, fazer uma coisinha ali, uma pintura, e, pela norma de tombamento, para não descaracterizar o sítio, não era permitido. E aí o Iphan também não fazia nada: "Então, beleza, mas você vai me ajudar?", "Não, não posso te ajudar".

Essa lei precisa ser conhecida pelo povo que mora em cidades históricas, porque, na medida em que ela for reivindicada – e aí a participação social é fundamental –, nós vamos ter mais movimentos como esse, porque a lei ampara, basta nós termos mais investimento. E aí a gente vai fazer realmente uma verdadeira revolução nos sítios, nas áreas tombadas, nos centros históricos do país. Estamos lá em Salvador, estamos lá em São Miguel, com essa ação. Estamos construindo em municípios menores, como Xapuri, no Acre, e Laranjeiras, em Sergipe, onde 90% da população que mora no centro histórico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganha até três salários mínimos. E a gente tem uma aposta muito grande de que isso pode transformar realmente a cara dessas áreas do Brasil que são tombadas.

Pode passar.

Já indo aqui para as últimas partes, estamos recuperando a educação patrimonial, acabamos de fechar um singelo edital que vai permitir alguns projetos também de capacitação de formação na área de patrimônio no nosso país. Estamos formando gestores também, especialmente no combate aos eventos climáticos que têm afetado muito – como foi em Santa Teresa, Senador, e agora, recentemente, lá no Rio Grande do Sul – as áreas tombadas, esses ciclones, essas tempestades, as enchentes. Então, a gente está trabalhando com gestores municipais para que essas cidades fiquem mais resilientes aos eventos climáticos, o que também faz parte dessa estratégia.

Pode passar.

Nós temos um recorte, entre várias ações do Iphan, muito focado nesses segmentos prioritários que foram excluídos historicamente, como a população negra, a cultura de matriz africana e a população indígena. Então, nossos prêmios, nossos editais, todos eles têm como diretrizes a priorização dos segmentos historicamente excluídos. Então, a gente acabou de diagnosticar que pelo menos R$10 milhões, desse orçamento de R$100 milhões do Iphan, estão atingindo prioritariamente e diretamente algumas dessas comunidades.

Pode passar.

Chegando aqui a um eixo que também é pouco divulgado, mas é superimportante, que é o da diversidade linguística. Nós temos uma estimativa de 180 línguas no Brasil, mas nem todas foram ainda estudadas, nem todas foram identificadas devidamente. O Iphan está identificando. Nós temos já 7 línguas identificadas e registradas como patrimônio, temos outros processos em relação a 22. E no que isso resulta? Resulta no trabalho de preservação. Então, a gente está agora fazendo traduções, está produzindo materiais com essas comunidades e, assim, a gente tentar garantir a permanência, a preservação dessas línguas para elas não se extinguirem, principalmente nas comunidades indígenas.

Eu não posso deixar de falar que o Iphan tem esse papel fiscalizador importante, que, às vezes, fica muito em evidência e a agenda positiva acaba sucumbindo, mas a gente está mudando também a nossa postura fiscalizatória. Estamos trabalhando muitas a formações com os nossos servidores para que essa fiscalização seja muito mais um elemento preventivo e pedagógico do que um elemento meramente punitivo com moradores, empreendedores e até prefeituras que, em alguns casos, são autuadas pelo Iphan quando os seus próprios imóveis não são devidamente cuidados. A gente está atualizando também normas, está tentando adequar essas normas de tombamento às situações do momento, como a energia fotovoltaica, as telecomunicações, o saneamento básico, a mobilidade urbana, porque tombamento não é engessamento, tombamento é preservação, e é claro que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação precisa se adequar às necessidades da população, e aí a gente está num fluxo muito intenso de atualização de normas.

Por fim, estamos recuperando as nossas publicações, a própria revista nacional do patrimônio, que, desde 2019, não é publicada. Neste ano, nós estamos com o tema da igualdade racial, e, muito em breve, ela sai do forno, e eu vou fazer questão aqui, Senador, de trazer um exemplar para o senhor e para toda a equipe do Senado. E assim a gente tem trabalhado também em parceria com os organismos internacionais, na cooperação Sul-Sul, ou seja, através dos nossos prêmios, da preservação dos sítios do patrimônio mundial.

O Brasil tem 15 sítios tombados e reconhecidos pela Unesco. São sítios importantes, como São Luís, Ouro Preto, Brasília, São Miguel das Missões, entre outros.

A gente tem trabalhado também muito em parceria para difusão e cooperado, internacionalmente, com a África e com a América Latina, para que a gente possa ter cooperação, intercâmbio técnico e boas práticas sendo partilhadas entre nós.

Esse é um resumo – como eu disse, tem outras coisas –, mas para mostrar para vocês como o Iphan participa do desenvolvimento sustentável e pode potencializar as oportunidades da cidadania e o fortalecimento dos direitos humanos no Brasil.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Presidente do Iphan, Leandro Grass, que fez aqui um resumo, um trabalho muito bem apresentado, com dados e informações que, com certeza, alertou muita gente que não sabe ainda desses espaços ligados à nossa cultura.

Presidente, eu vi que teve algumas perguntas que eu já recebi do sistema e-Cidadania. Eu vou lhe passar para que você possa responder aqui para os nossos telespectadores à distância e também para o nosso pessoal do plenário.

Brena Gomes, de Pernambuco: "Gostaria de saber se haverá mais solicitações para uma nova convocação do cadastro de reserva do concurso de 2018".

Você prefere responder uma por uma?

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Essa é bem objetiva, posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então tá, vamos lá. É melhor mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Quero aqui inclusive fazer um agradecimento à Ministra Esther e à Ministra Margareth, que permitiram e viabilizaram a convocação de um cadastro de reserva, porque não havia horizonte para essa convocação. A gente conquistou isso no início do ano e está chamando, agora, 102 novos servidores, que chegarão ao Iphan para somar conosco. Ainda não é o suficiente, mas esse tem sido um esforço muito grande. Nós não podemos aqui confirmar que haverá dilatação desse cadastro, porque nós já estamos prevendo um novo concurso, adequado inclusive às novas necessidades e às novas dinâmicas do Iphan. Essa é uma decisão que passa pelo Ministério da Gestão. Nós vamos aguardar essa nomeação dos 102 e, caso ainda haja intervalo e haja condições para aumentar a convocação do cadastro de reserva, nós vamos levar isso ao MGI. Mas ainda não há uma definição, sendo aqui transparente com a nossa querida Brena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito boa a resposta, clara e objetiva.

Fernando Figali, de São Paulo: "Como o Iphan pretende cumprir os prazos e as análises de projetos e relatórios de arqueologia?".

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Eu imagino que o Fernando esteja falando dos projetos e processos relacionados ao licenciamento ambiental. De fato, hoje, é um grande desafio, porque nós temos um corpo técnico de arqueologia muito competente, muito capaz, muito qualificado, mas ainda bastante aquém das necessidades do fluxo de análise que recebemos.

Nós temos aí as obras do PAC, nós temos empreendimentos privados em todo o Brasil e temos tentado criar previsibilidade. Dentro desse intuito, estamos revisando a instrução normativa do licenciamento ambiental, em parceria com todas as áreas do Iphan. Essa nova portaria, essa nova instrução deve sair muito em breve, e, com isso, com inteligência artificial, atualização de sistemas e melhoria de fluxos, a gente vai conseguir dar melhor vazão.

Agora, gostaria de dizer que a portaria é muito clara. A gente tem tentado cumprir os prazos na maior parte das vezes, sim, e, sempre, com a superintendência, está disposto a dialogar com os empreendedores e as pessoas que, em alguns casos, precisam tirar dúvidas e entender o fluxo e os prazos. O Iphan está nos 27 estados, então, peço também que, se, Fernando, você tem algum empreendimento ou conhece alguém que tem, procure a superintendência para saber do fluxo do processo que é do seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

Igor Santos, do Amapá: que medidas estão sendo tomadas para a realização de melhorias de patrimônios tombados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você já falou um pouco, mas...

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Expliquei aqui todas as ações do Iphan, do PAC.

Agora é sempre mais importante trabalhar na prevenção do que na restauração, a conservação é muito mais importante.

Nessa nova leva do PAC, uma coisa que a gente está implementando, Igor, é que os proponentes, os proprietários, especialmente do poder público local, estabeleçam conosco um acordo de conservação, que ele mostre como vai conservar, como vai preservar esse bem depois que nós entregarmos a obra, porque existem, infelizmente, casos de restauração de 10 em 10 anos, de 15 em 15 anos, do mesmo bem cultural. Então, o trabalho de prevenção e de conservação é muito mais importante do que só a restauração.

Portanto, além de todas essas obras, de todo esse investimento que nós apresentamos, há também um esforço em dialogar para que todo o bem cultural tenha um plano de gestão, tenha um plano de conservação assumido pelo seu proprietário, tanto com as igrejas, com os próprios terreiros, a gente tem também aí com os edifícios do município e dos estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nathaly Santos, de Pernambuco: "Quais parcerias estratégicas o Iphan estabeleceu para fortalecer sua missão?".

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – A primeira parceria é dentro do próprio sistema MinC, tentando cruzar as ações do Iphan com outras ações das secretarias e das autarquias.

Vou citar aqui um exemplo: os pontos de cultura, o Programa Cultura Viva. É um instrumento muito importante para a gente fortalecer o patrimônio imaterial. Junto com o Ibram, a gente tem aí um diagnóstico dos museus no Brasil, que a gente possa restaurar aqueles que estão em estado mais crítico.

A segunda parceria estratégica, com estados e municípios. A gente está num desenho do Sistema Nacional do Patrimônio. A gente entende que é fundamental ter um diálogo mais próximo entre Iphan, prefeituras e governos estaduais. Há governos estaduais investindo bastante em patrimônio, há prefeituras investindo bastante, mas muitos e muitas não têm as suas estruturas de gestão, a sua secretaria de patrimônio, a sua fundação de patrimônio, e isso dificulta muito a nossa chegada nesses territórios.

Não posso deixar de falar da nossa parceria estratégica com as universidades e com os institutos federais, que tem sido muito importante para vários projetos nossos, e com o Parlamento, porque é aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, que a gente vai poder pautar, como hoje estamos fazendo, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes questões do patrimônio, pensar o orçamento do patrimônio. A gente está aí no debate da Lei Orçamentária Anual, é preciso reforçar o orçamento do patrimônio cultural em todo o Brasil e, acima de tudo, com a sociedade. A sociedade é a nossa grande parceira estratégica; por isso, a gente está apostando de novo em educação patrimonial, capacitação de lideranças, para que possam, junto conosco, trabalhar pela preservação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Presidente, pelas suas respostas!

Eu vou tomar a liberdade de conversar um pouquinho com você sobre este tema que nos é tão caro, que é a cultura, é o conhecimento, é a história, é o saber.

Alguém já disse – e eu aqui só vou repetir – que povo que não conhece a sua história, o seu passado, não sabe como agir no presente e nem tem como projetar o futuro. Isso é fundamental, esse conhecimento. Então, parabéns pelo seu trabalho!

Eu ouvi falar – se estou certo, se estiver errado diga: "Não, não é comigo isso" – que vocês também têm um trabalho com muito carinho, olhando para os povos indígenas, para os quilombolas, para essas matrizes históricas que não são vistas, que são tratadas com invisibilidade.

Eu me lembro que fui procurado, há um tempo, pelos clubes negros, que são também discriminados, como os terreiros são discriminados.

Se você puder, se tiver... Fique bem à vontade. Se você quiser falar um pouco desse tema...

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Excelente. Esse é um tema importante.

Eu vou começar com o recorte indígena, nessa ação da diversidade linguística, bem como com o reconhecimento do patrimônio imaterial indígena. A gente tem tentado bastante se conectar com essas comunidades. Estamos na década das línguas indígenas, na década internacional das línguas indígenas. E esse é um fator preponderante, porque a participação do Iphan tem sido muito importante, quando a gente fala da preservação dos povos indígenas – claro que a demarcação de terras é um elemento prioritário, mas também todo esse fomento para que as lideranças, principalmente a juventude indígena, possam ter acesso a algumas oportunidades, ao conhecimento e à educação.

Nós temos hoje antropólogos, historiadores e sociólogos que têm interagido muito com essa área da identificação das referências culturais indígenas. Esse é um trabalho importante que a gente tem conseguido fazer.

Em relação aos quilombos, nós estamos trabalhando neste momento em uma portaria que regulamenta o tombamento constitucional dos quilombos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 216 da Constituição... o senhor foi Constituinte, conhece bem essa construção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Junto com o Lula, com o Olívio Dutra...

Muito orgulho de lembrar isso.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Só gente incrível. A Constituição tombou os quilombos como patrimônio automaticamente.

Então, isso está lá, mas está num âmbito muito formal, mas, e aí na prática, como vai funcionar esse tombamento?

O Iphan tem esse tombamento administrativo, técnico, mas a gente entende que o tombamento dos quilombos é de uma outra forma, é de uma outra característica, é um tombamento do valor histórico e das reminiscências dos quilombos, de todos os elementos concretos, ou abstratos, simbólicos, litúrgicos, que esses quilombos têm, e que precisam ser preservados. E cada quilombo tem a sua história e a sua particularidade.

Nem todo quilombo interage com a comunidade, por exemplo, para a visitação turística. Nós temos aqui o Quilombo Kalunga, em Cavalcante. Lá tem todo um trabalho de turismo de base comunitária, mas outros quilombos não. Há quilombos em que há terreiros e há quilombos em que não há terreiros. Por isso, é preciso respeitar cada quilombo dentro da sua estratégia de autopreservação e do que o Estado vai promover.

Nesse sentido, a portaria que está sendo feita vem passando por uma elaboração participativa. Acabamos de encerrar a consulta pública. Ficou um mês, e foram centenas – e eu falo centenas mesmo – de contribuições, além de audiências que foram feitas em alguns quilombos no Brasil. Temos agora recebido as instituições, as representações nacionais dos quilombos.

Há a proposta de que, no dia 20 de novembro, nós publiquemos essa portaria. O que ela vai orientar? Ela vai orientar um passo a passo para chegarmos a um chamado ato declaratório, que o próprio quilombo vai elaborar. E ele vai estabelecer os critérios de autopreservação, e o que ele reivindica do Estado. Incra, Ministério da Igualdade Racial e Fundação Cultural Palmares estão conosco nessa construção; não é só o Iphan. Portanto, a gente entende que haverá uma resposta concreta, a partir de agora, para uma preservação mais direta dos quilombos.

Em relação aos clubes negros – esse é um tema superinteressante –, nós temos clubes negros no Rio Grande do Sul, também em Santa Catarina, e já tivemos um diálogo com algumas representações através das nossas superintendências. Há uma proposta de reconhecimento e registro dos clubes negros, na perspectiva do patrimônio imaterial – isso também já está sendo acompanhado pelos nossos técnicos, e quero, mais uma vez, dizer que nós estamos abertos a dialogar sobre esse tema –, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas lideranças, e a gente enxerga que, sim, os clubes negros já são uma referência cultural. A gente já tem alguns identificados como referências culturais, mas é possível – e cheguei a uma posição particular, que os técnicos também compartilham – a gente prosperar para um reconhecimento mais robusto dessa forma de organização e dessas práticas que acontecem dentro dessas comunidades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, nossas palmas aqui, porque há umas comunidades que parecem invisíveis, não é? E estamos vendo que você está com esse olhar, claro, em parceria, dentro do Governo... O próprio tema dos ciganos também nos preocupa muito. Aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos nós aprovamos também o Estatuto dos Povos Ciganos. O povo cigano também é um povo que muitos pensam que é invisível. Não é invisível, não, como o quilombola não é, como a comunidade indígena não é, o que você aqui resgatou muito bem.

Eu fiquei muito feliz aqui de poder dialogar um pouco com você sobre esses temas dos setores vulneráveis, que são aqueles que mais precisam. Nesta Comissão, a gente trata de idoso, trata de feminicídio, que é a violência contra as mulheres, trata de criança, trata de adolescente, trata de trabalho escravo, mas trata também daquilo que você aqui, com muita clareza, trouxe ao Brasil todo, que é a situação desses nossos irmãos. São nossos irmãos, porque nós construímos o Brasil juntos, todos nós. Eu sou daqueles que sempre dizem que somente no dia em que negros, brancos, indígenas, ciganos, quilombolas, enfim, todos, LGBTQIA+, somente no dia em que toda diversidade se encontrar e caminhar junta é que nós vamos nos tornar um país de primeiro mundo.

Fico muito feliz, e fico feliz também de ver que dois jovens estudantes vieram aqui para ouvir a tua palestra, estão aqui, e eu peço a eles que se levantem. Fizeram questão de dizer que estão aqui para ouvir a tua palestra.

Uma salva de palmas à Valentina Lauxen e Guilherme Melo Franco, estudantes do curso de Museologia da Universidade de Brasília! (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos! Tenho certeza de que ficaram satisfeitos, não é? Foram convidados pela Rose, se eu não me engano. Foi a Rose que as convidou. A Rose deu uma saída, porque ela está correndo nas Comissões, porque aqui do lado, para se ter uma ideia, está a nossa querida Ministra... Eu estive lá, junto com o Humberto Costa. É uma convocação conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais. A Ministra Nísia Trindade, Ministra de Estado da Saúde, está fazendo uma bela exposição sobre a sua pasta.

Eu conversei com o Humberto Costa, e ele disse: "Não, você pode ir para lá, porque aqui eu seguro". Ele é médico, inclusive. Ninguém melhor que com o Humberto Costa para estar presidindo uma audiência pública como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele te mandou um abraço. Ele te conhece e, sabe o trabalho brilhante que você está fazendo.

Neste momento eu abro para você, para as considerações finais, pelo tempo que entender necessário, neste momento em que o Brasil todo poderá ter a oportunidade de te ver pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, pelos sistemas de comunicação da Casa e pelas redes sociais, porque nós também vamos divulgar, tanto a tua equipe como a minha.

O SR. LEANDRO ANTÔNIO GRASS PEIXOTO – Com certeza.

Senador Paulo Paim, primeiro, muito obrigado. É uma honra estar aqui. É um prazer poder participar desta audiência nesta Comissão. Quero agradecer esta Casa, agradecer aos que estão aqui presentes, aos que estão nos assistindo também virtualmente. De fato, para a gente, é sempre uma grande oportunidade poder falar da agenda do patrimônio. É uma agenda muito apaixonante. Ela é muito permeada por afeto, é muito permeada por sentimentos de pertencimento, de vínculo, e nós temos um propósito, que é o mesmo propósito do Presidente Lula: transformar essa política pública em uma política que reflita a Constituição, que reduza a desigualdade, erradique a pobreza e promova a liberdade, sem discriminação de qualquer forma.

Então, dentro de uma política de patrimônio, a gente pode ir para vários lados, a gente pode ir por vários caminhos, podemos priorizar várias coisas de acordo com o interesse dos gestores, mas a gente decidiu por aquilo que o Presidente Lula e que a Ministra decidiram priorizar.

Em primeiro lugar, olhar pelos mais vulneráveis, olhar pelos territórios esquecidos e olhar pelos segmentos da sociedade historicamente esquecidos. O patrimônio também pode fazer reparação histórica, o patrimônio também pode gerar emprego e renda, o patrimônio também pode gerar oportunidades para as pessoas ali onde elas vivem, essa é a nossa prioridade.

Todos os programas que eu citei aqui, do patrimônio imaterial, da arqueologia, da educação patrimonial, do patrimônio material, tudo isso está confluindo para uma mesma direção, que é essa marca que nós queremos deixar, que é a marca que o Presidente Lula quer deixar de um Brasil justo, solidário, em que as pessoas sejam tratadas com respeito.

O Iphan, em alguns lugares – não posso deixar de dizer isso – tem um estigma muito forte de um órgão meramente fiscalizador, de um órgão que, por vezes, tem uma mão muito pesada com as pessoas que vivem em centros históricos, e a gente está transformando isso. É a mão amiga, é a mão que dialoga, é a mão que coopera, é a mão que atende quem realmente precisa. Então, este é o nosso grande objetivo: criar a sustentabilidade da política de patrimônio. Por isso, também estamos tratando dos temas institucionais, do fortalecimento institucional, de uma garantia orçamentária no longo prazo, para que a gente consiga fazer tudo o que é necessário, para que tenhamos servidores na casa com o devido reconhecimento, com carreira de Estado, na cultura como um todo, tudo isso está na agenda do dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só tenho a agradecer a oportunidade, a sua generosidade e o convite para que nós estivéssemos aqui hoje, quero agradecer aos servidores do Iphan e dizer que nós estamos sempre à disposição para trazer aqui os temas relativos ao patrimônio cultural e à cultura brasileira, que são tão importantes para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Uma salva de palmas para o nosso Presidente do Iphan, Leandro Grass. (*Palmas.*)

Leve aqui, desta Comissão, um abraço muito grande à Ministra Margareth, por todo o trabalho que vocês estão fazendo juntos, um trabalho coletivo, que só engrandece o Governo do Presidente Lula.

Nós todos estamos caminhando juntos, e, mais uma vez, quero reafirmar que foi muito importante a votação da política de cotas.

Eu sei que você combina, ele fez uma defesa aqui brilhante, se fosse Senador ou Deputado Federal, eu iria colocá-lo na tribuna lá para fazer a defesa. Ele deu um relato da política de cotas, inclusive na UnB, de como é que era antes e depois da política de cotas, tinha um negro e depois ele viu que houve um encontro de negros, de negras, de índios, de quilombolas, enfim, que foram nesse processo chegando lá, e, agora, consolidada na lei a inclusão dos quilombolas.

Meu querido Presidente Leandro Grass, do Iphan, eu vou te dar uma salva de palmas e agradecer muito.

Volte outra vez, porque você fez aqui uma exposição brilhante e é bom dizer como é que está agora, porque daí você poderá dizer em que avançamos. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 80ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 65/2023 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros.. **Finalidade:** Debater: "As condições insalubres dos trabalhadores do setor bancário". **Participantes:** Adauto Duarte, Diretor Executivo de Relações Institucionais, Trabalhistas e Sindicais da FENABAN; Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho - Representante da CODEMAT/MPT; Maria Maeno, Pesquisadora da FUNDACENTRO; Odete Reis, Auditora-Fiscal do Trabalho - representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF; Luciene de Aguiar Dias, Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; e Rachel de Araújo Weber, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta, agora, a 80ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento de nº 65, de minha autoria, para debater sobre as condições insalubres dos trabalhadores do setor bancário.

A reunião será interativa, transmitida também ao vivo e aberta à participação dos integrantes, por meio do Portal e-Cidadania na internet e em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Quero aqui, já, compor a mesa, agradecendo, mais uma vez, e chamando para compor a mesa o nosso convidado Adauto Duarte – pode vir até aqui, por favor –, que é Diretor Executivo de Relações Institucionais Trabalhistas e Sindicais, que também vai participar desta audiência pública... (*Palmas.*)

... a Sra. Rachel de Araújo Weber, Diretora de Políticas Sociais da Federação Nacional.

Também pode vir aqui. (*Palmas.*)

Obrigada aos dois.

Sejam bem-vindos!

E também o Sr. Mauro Salles, Secretário de Saúde, que também está aqui de forma presencial, para vir compor aqui com a gente. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos!

E aqui, a pedidos, a gente vai começar a ordem das falas. Nós temos aqui nossos convidados que vão participar por videoconferência.

Cirlene Luiza, que é Procuradora do Trabalho. Ela pediu para ser a primeira a falar, porque está com o horário também já avançado. E a gente já quer abrir aqui para a gente ter essa participação, que é fundamental para que a gente possa dar aqui viabilidade aos andamentos na nossa audiência pública.

Mas vou registrar aqui a presença dos demais também que estão participando virtualmente.

Maria Maeno, que é Pesquisadora da Fundacentro.

Nós temos também Odete Reis, que é Auditora-Fiscal do Trabalho.

Nós temos Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos Luciene de Aguiar Dias, que é Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Eu queria já começar aqui, se os que estão presencialmente permitirem, abrindo a fala para a nossa querida Cirlene Luiza, que poderá fazer o uso na forma remota, para que a gente possa ter o prazer de ouvi-la.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham, à Exma. Senadora Augusta Brito, aos demais componentes dessa mesa, a quem nos acompanha de forma presencial e também aqui de forma remota.

Cumprimento, especialmente, a Dra. Maria Maeno, a Dra. Luciene Aguiar, referências nessa luta cotidiana pela saúde dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras.

Parabenizo também a Senadora por este requerimento, porque, de fato, a preocupação com relação à saúde dos trabalhadores dessa categoria de bancários e bancárias é algo que tem nos preocupado muito, especialmente num cenário em que esse setor bancário é ainda caracterizado como um setor de grau de risco 1, mesmo sendo – mesmo sendo – o oitavo setor com o maior número de afastamentos acidentários pelo INSS. Então, realmente, é uma questão que nos preocupa muito.

Os dados de acidentalidade e de adoecimento desse setor estão fortemente retratados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, que é, hoje, uma grande parceria entre Ministério Público do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, Ministério da Previdência, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e traz informações que, hoje, podem subsidiar políticas públicas em todo o Brasil. Então é muito importante que a gente reforce que esses dados, hoje, estão à disposição de todas as pessoas que têm interesse nessa pesquisa, mas, principalmente, de todos os gestores e gestoras públicas que queiram adotar políticas públicas no que se refere à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. Então é importante que essa ferramenta seja difundida e largamente utilizada.

Os dados do Observatório, que também fundamentaram o requerimento de V. Exa. e, certamente, serão trazidos aqui pela representação da categoria, nos mostram realmente o crescimento substancial nos afastamentos relacionados à saúde mental, a transtornos mentais relacionados ao trabalho. Até, talvez, dez anos atrás, o problema que mais afetava a categoria, que envolvia as lesões osteomusculares, hoje, principalmente em afastamentos que são notificados pelos próprios sindicatos, já são superados pelos adoecimentos mentais relacionados ao trabalho. E essa é uma preocupação crescente, especialmente porque o setor não reconhece esses adoecimentos. Isso é extremamente preocupante.

Quando nós buscamos os dados relativos à emissão de comunicação de acidente de trabalho por esse setor, nós identificamos uma subnotificação gigantesca – gigantesca! Nós temos dados de subnotificação a partir da análise dos benefícios que são concedidos pelo INSS para os trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse setor que apontam para a existência de nexo técnico epidemiológico previdenciário. Ou seja, aquelas situações em que o INSS reconhece, durante a perícia, que há relação do adoecimento desse trabalhador com o trabalho que ele executa. Alguns casos ainda, também por uma negligência do setor pericial, acabam não sendo enquadrados como acidentários, o que também gera prejuízos para o trabalhador. Então, há, sim, um foco de trabalho relacionado ao INSS, mas, em uma grande quantidade de benefícios em que mesmo que esse NTEP, esse nexo técnico exista, ocorre que os bancos não têm emitido as notificações.

Para as pessoas terem uma ideia, 67%, nos últimos dez anos, dos benefícios concedidos pelo INSS que possuem esse nexo técnico epidemiológico, apenas cerca de 45% tinham a CAT emitida. Contudo, não é motivo de alegria, porque, em menos de 10% desses 45% que têm a CAT emitida, a emissão da CAT é pelas empresas. Os grandes emissores de CAT nesse setor são os sindicatos. Ocorre que a emissão da CAT pelo sindicato, quando a empresa, o setor não reconhece o adoecimento, significa que nada é feito para melhorar as condições de trabalho, para adequar as condições de trabalho e evitar que aquele cenário de adoecimento continue acontecendo.

Os bancos, hoje, são grandes subnotificadores. É, certamente, um dos setores de atividade que estão no topo dessa subnotificação, e temos, felizmente, sindicatos bastante ativos e que buscam fazer essas notificações, mas isso não é suficiente, porque o impacto efetivo no meio ambiente do trabalho depende do reconhecimento do adoecimento pela empresa para que, de fato, melhorias sejam implementadas.

Então, essa é uma questão que realmente nos preocupa de forma substancial.

Outro ponto que eu aqui abordei na minha fala inicial é justamente a questão do grau de risco a que é enquadrado esse setor. Os bancos são enquadrados como grau de risco 1, isso a partir da Norma Regulamentadora nº 4, e essa definição aconteceu ainda na década de 70, em 1978, e ela está com previsão de ser revisada até agosto de 2024. Contudo, esses dados de subnotificação que apresentei até agora há pouco para vocês indicam que essa possível revisão pode não acontecer de forma adequada, justamente porque os adoecimentos relacionados ao trabalho, tanto nas questões de lesões osteomusculares, mas principalmente na questão da saúde mental que hoje nos preocupa tanto, podem não ser considerados adequadamente para a revisão desses graus de risco.

Essa revisão precisa acontecer justamente porque esse grau de risco define o dimensionamento de estruturas no ambiente empresarial que visam à promoção da saúde dos trabalhadores, como no caso da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e no caso dos SESMTs, que são os Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho. Então é preciso que essa revisão ocorra de forma adequada, e que estejamos atentos para que de fato os indicadores que vão ser considerados para essa revisão reflitam a realidade dos adoecimentos nesse setor. Essa é uma questão de grande importância e à qual é preciso que estejamos realmente atentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, no que se refere à saúde mental, é importante que a gente converse um pouco sobre algumas perspectivas e situações que têm acontecido nos bancos e que, inclusive, muito recentemente foram retratadas em uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, em que a sentença foi prolatada com uma condenação bastante significativa em valor econômico. Mas temos que nos atentar principalmente para a questão relacionada à obrigação de fazer, trazida, e principalmente aos fundamentos que essa sentença nos trouxe com a questão da discriminação que acontece no ambiente bancário em relação às pessoas adoecidas no trabalho.

Essa discriminação se reflete em rebaixamento de função, em imposição de ócio, em redução de renda, em dispensa de trabalhadores. Todas as formas que evidentemente atentam contra a saúde mental e levam ao adoecimento por transtornos mentais relacionados ao trabalho. Os casos analisados nessa ação civil pública infelizmente não são casos isolados: era uma conduta reiterada desse banco especificamente, mas que infelizmente e certamente – as representações das categorias profissionais aqui presentes vão apontar no mesmo sentido, infelizmente – é uma conduta do setor.

E o que é mais lamentável, ainda, são os argumentos que o setor tem trazido no sentido de que isso está dentro do poder diretivo do empregador, de que essa possibilidade de rebaixamento de função está dentro do poder diretivo das empresas.

Quando olhamos as estatísticas de afastamentos, vemos um volume muito expressivo de afastamento de pessoas em funções gerenciais, em funções de chefia, e esses trabalhadores, quando retornam após os afastamentos, estavam sendo rebaixados de função simplesmente porque um dia tiveram que se afastar por um adoecimento, muitos dos casos causados pelo trabalho. E isso nos leva a uma segunda grande preocupação. Para além da questão de ter que se afastar e esse adoecimento acontecer, muitas vezes, essa discriminação pós-retorno ao trabalho implica fazer com que esses trabalhadores pratiquem o que a gente chama de presenteísmo, estar presente ao trabalho mesmo quando doentes. E isso, evidentemente, faz com que, quando o afastamento aconteça, certamente a situação já seja bastante delicada e os impactos à saúde do trabalhador já estejam em estágio bastante avançado.

Então, é preciso que a gente tenha nesse setor muito mais do que meros regulamentos internos, códigos de ética, que muitas vezes são apresentados, e cotidianamente nós nos deparamos com eles, inclusive, muitas vezes divulgados nos *sites* dessas empresas como política de responsabilidade social, cuidado com saúde e bem-estar dos seus empregados, mas é preciso que isso vá muito além desse aspecto formal.

A gente precisa ter um cuidado efetivo, não basta dizer eu me preocupo com o bem-estar do meu funcionário e praticar a cobrança de metas em números muito superiores aos que são razoáveis. Então, a gente precisa ter uma preocupação para além de demonstrar algo para o público externo, a gente precisa efetivamente cuidar dessas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Então, esse é o cenário que nós hoje identificamos. Estamos atentos, enquanto Ministério Público do Trabalho, com relação a essa categoria e principalmente com relação à questão do combate à subnotificação e ao adequado reenquadramento do grau de risco dessa categoria.

Muito obrigada pelo espaço e uma boa audiência pública a todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Agradecemos também o cumprimento do tempo da Dra. Cirlene.

E já quero fazer outra proposta: a gente intercalar entre a Mesa, quem está presencialmente, e quem está virtualmente.

Mas, antes disso, eu quero registrar aqui as presenças dos cearenses que aqui estão, meus queridos amigos, que há algum tempo já pediram, vinham pedindo, mostrando a importância desta audiência pública para que nessas discussões que vão ser feitas aqui hoje... eu não sei por que vocês não estão aqui na primeira fila; agora que eu estou vendo. Parece que está todo mundo... Todo mundo pode sentar aqui. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas pode, pode. Aqui a Presidência tem... Eu adoro quebrar os protocolos. Pode sentar todo mundo aqui na frente.

Eu quero aqui agradecer a todos e quero que esta audiência pública, para além de a gente saber, ver e perceber a importância de a gente ter um cuidado realmente com a saúde de todos os funcionários, especialmente o objetivo dessa nossa reunião, dessa nossa audiência é sair com proposições a partir do que nós vamos ouvir, discutir, debater aqui nesta audiência pública. Que sejam proposições para serem feitas através de alguma construção dentro do Senado, com propostas que podem ser feitas também, proposta de lei ou alguma outra ação junto ao Executivo, aos órgãos competentes, a qualquer instituição com que a gente possa estar contribuindo. A intenção desta audiência pública não é só dar visibilidade a esse problema, mas, sobretudo, ver soluções e construir soluções para tentar realmente resolvê-los.

E aqui, dando continuidade, já quero passar para a nossa querida, única mulher além de mim, nós estamos com paridade na Mesa... mas fiquei feliz porque nós estamos aqui virtualmente com várias mulheres. Eu não posso deixar de registrar a minha felicidade de ver várias mulheres que vão participar desta audiência pública, que são mulheres também que estão aí nesses espaços de decisão e poder e são importantíssimas para que a gente possa construir verdadeiramente aqui uma pauta bem propositiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agora eu já passo para a nossa querida Maria, que é a nossa pesquisadora aqui do Fundacentro.

Fique à vontade, Maria.

A SRA. RACHEL DE ARAÚJO WEBER (Para expor.) – Obrigada, Senadora Augusta Brito, que está presidindo a CDH, por essa oportunidade.

Cumprimento as mulheres que estão virtualmente conosco, como a Juvandia, nossa Presidenta da Confederação dos Bancários, as demais mulheres – que bom que temos maioria de mulheres aqui – e os homens que estão aqui com a gente presencialmente, o Adauto e o Mauro.

Esse assunto...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu vou corrigir, porque eu te chamei errado, eu te anunciei errado. Perdoe-me! Eu estava olhando para uma coisa e ia falando em outra.

É a nossa querida Rachel.

E ela nem me corrigiu, viu! Pode me corrigir quando eu estiver errada.

Agora pronto, pode continuar.

Desculpe-me, Rachel.

A SRA. RACHEL DE ARAÚJO WEBER – Eu fiquei pensando: "Será que é Maria Rachel, e eu não estou lembrando?". E deixei. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu entendi, você foi gentil.

Mas pode ir.

Desculpe-me!

A SRA. RACHEL DE ARAÚJO WEBER – Então, estou aqui representando a Federação Nacional dos empregados da Caixa, das APCEFs, em nome da diretoria do nosso Presidente Sergio Takemoto, para, nessa oportunidade, discutir esse assunto tão importante que dá visibilidade para a questão da saúde, pois todo dia é uma demanda para quem está aqui, para os nossos presentes também, a quem eu cumprimento. Muita gente aqui é liderança na área da saúde e passa todo dia por situações muito graves que acontecem no ambiente bancário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma questão desde que a gente é mais novo. Eu me lembro de chegar à casa da minha avó e estar contando para ela o que estava acontecendo, como é que está a minha filha. Eu cheia das histórias e ela: "É, mas o que importa é a saúde." Então sempre o que importou e o que importa é a saúde.

Nós tivemos nos últimos anos alguns avanços na categoria bancária. A gente freou vários retrocessos. Então a gente teve vitórias para comemorar enquanto categoria. Tem várias questões que a gente foi resolvendo – questões salariais, questões de direito –, porém nada é vitória, nada é avanço se a saúde está deteriorada. Não tem como a gente comemorar de fato nada se as pessoas estão doentes.

E é sobre isto que o nosso Presidente me pediu para trazer aqui: sobre uma pesquisa que a Fenae tem feito – a gente fez uma em 2018 e agora repetimos em 2022 – e que mostra que já era grave a situação da saúde dos bancários da Caixa em 2018 e que ela se agravou ainda mais nesse período de 2018 a 2022.

Então a gente tem dados, por exemplo, de que 6% dos bancários na Caixa – mas é muito parecido em relação aos bancos, porque a gente é uma federação da Caixa e medimos na Caixa – estão afastados por saúde. Desses 6%, gente, 83% o motivo é doença mental, desde depressão, síndrome de *burnout,* ansiedade. Então é um número muito expressivo, muito alarmante. Não adianta a gente trabalhar sem saúde. Não adianta a gente viver sem saúde.

Então a gente passou também a fazer agora um trabalho numa pesquisa e também um trabalho de conscientização em um tema que a gente pergunta para os bancários: o que é assédio? Porque a gente percebeu que muitas vezes as pessoas nem sabem o que é assédio. Elas não sabem nem o que elas estão praticando. Inclusive, quando estive no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, presenciei muitas vezes pessoas que a gente sabia que já haviam sido denunciadas em casos de assédio e que estavam quebradas no sindicato: sem energia, sem vontade de viver, sem vontade de continuar trabalhando. E aí ela comentava que ela não percebia que ela estava praticando aquele assédio, e que agora ela tinha sofrido também, o que a levou àquele adoecimento e a buscar o sindicato. Porque muitas vezes é um processo silencioso. Não é uma questão individual. Na maioria das vezes não é alguém que acordou de mau humor ou é uma pessoa perversa. Geralmente acontece uma questão cíclica, institucional. É a forma como os bancos atuam. É a forma como a gente aprende que a gente tem de fazer para cumprir as metas, para dar aquele lucro necessário, para fazer as coisas funcionarem. E isso vai passando, de cima para baixo. E a gente tem vivido uma época de muita verticalização.

Então, as pessoas dependem daquela função, daquele cargo comissionado e acabam entrando nesse jogo.

Muitas vezes, o próprio assediador faz parte de um processo de vítima também, não sempre. Não estou aqui passando pano para ninguém que seja perverso com os colegas. O que eu estou querendo dizer é que tem um processo institucional que a gente precisa olhar juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta viver com medo do dia seguinte. Não adianta não querer acordar. Isso não é vida. Não adiantar ter salário bom, colocar os filhos numa boa escola e não estar conseguindo curtir o fato de estar vivo.

Então, as pessoas que estão aqui defendem a vida das pessoas e dos colegas.

E, nos bancos, isso é muito grave, acima da média das categorias, porque é um dos setores com mais questões de lucro, o que, com isso, acaba sendo muito adoecedor para os colegas.

Nós temos também uns dados que mostram que a gente precisa trabalhar de forma conjunta, vários setores. Não é só, por exemplo, o movimento dos trabalhadores representados pela Contraf ou os sindicatos. A gente precisa trabalhar junto com o Ministério Público, com todas as pessoas dentro do Parlamento que têm essa visão.

Estar aqui, dentro da Comissão de Direitos Humanos, trazendo visibilidade para esta pauta é muito importante para nós, porque vivemos um processo de negacionismo da questão da saúde mental.

Se, juntos, a gente superou todo um mundo que tem visão não negacionista da ciência, na questão da pandemia do coronavírus, porque a gente via índices alarmantes de óbitos todos os dias, a gente precisa também, juntos, dar uma olhada nesse negacionismo, nessa invisibilidade do problema da saúde mental, porque não é todo dia que você vai ter recorde de mortes. Só que tem muitos colegas cometendo suicídio. Tem muitos colegas que deixaram de ter vontade de viver. E isso não vai estar chocando nos jornais todos os dias, como a questão da pandemia do coronavírus, mas é uma realidade que a gente vive, que aumenta e que se agrava a cada ano.

Então, é o momento que a gente tem para olhar isso.

Se, em cem anos, os trabalhadores do Brasil conquistaram tantos direitos, diminuíram tantas coisas muito graves que vieram lá do início do capitalismo, agora, a gente está conseguindo enxergar, então, com mais clareza, essa questão da saúde mental.

E isso passa, sim, desde o principal agente do banco, os gerentes gerais, até o colega lá que está técnico bancário, que entrou há pouco, que está no caixa, isso passa por tudo mundo, porque é cíclico e é sistêmico. Eu gosto de reiterar essa parte.

Nós precisamos olhar para a maneira de gerir, para a forma de gestão dos bancos, de cima para baixo. É tudo muito vertical. As pessoas já não conversam mais. As pessoas só se cumprimentam. As pessoas só precisam, cada dia, ir mais. E, às vezes, esgotam. E o que acontece quando esgota? Demite e traz outro novo. Aí vem a pessoa nova, cheia de gás. Aí a pessoa vai lá e quebra. Demite e traz outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda não tem plano de saúde. Apesar de não ser a solução, a gente quer saúde e também um plano de saúde para quando precise. A gente não quer um plano de saúde para quando a pessoa, quebrada pela instituição, puder ser atendida. Mas, sem plano de saúde, então, ainda é mais grave.

A gente vive em especial, na questão da Caixa, por exemplo, hoje, um dilema com uma questão gravíssima com o nosso plano de saúde, que tem tido ameaças aí de aumentar de forma que seria impossível para os empregados pagarem, de quebrar algumas regras de solidariedade entre gerações, que é algo histórico, que faz com que eles plano funcione, quem usa menos paga para quem usa mais.

E em outros bancos, nem se fala, porque, muitas vezes, o bancário não tem assistência à saúde após a aposentadoria, por exemplo, após sair do banco.

Então, a gente precisa trabalhar esse tema como um todo.

Acredito que passar também por como a gente atende, como a gente faz a assistência à saúde. Porque não adianta entrar no banco, ter todos os direitos e, aos poucos, ir fazendo uma carreira, receber uma gratificação, ver a vida ser construída e, daqui a pouco, um processo de adoecimento deixar a pessoa, em frangalhos, às vezes numa situação em que a pessoa não consegue nem buscar uma outra alternativa, nem buscar um outro emprego.

E a pessoa já não tem mais assistência.

Então, tem pessoas aqui que eu sei que conhecem bem os dados, a realidade e, com certeza, a gente tem essa noção de que, juntando todo mundo, ouvindo e conversando, a gente pode superar essa realidade, esse negacionismo, como eu falei, da doença mental.

Então, eu acredito que essa seja uma tarefa de todo mundo que está aqui, que se importa com a vida das pessoas.

Muito obrigada por ter tido esse espaço para a gente dialogar e dar visibilidade para esse tema.

E uma boa audiência para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Obrigada, Sra. Rachel.

Já agradeço.

Já ouvimos duas falas e um ponto que vai chamando a atenção é questão da saúde mental. Então, a gente já vai aqui vendo e recebendo a grande necessidade que nós temos de cuidar, especialmente, da saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, eu já quero aqui fazer a intercalação entre videoconferência e quem está presencial.

Agora, sim, eu vou chamar a Maria.

Agora, sim, vou ter a oportunidade de ouvir a Sra. Maria Maeno – pronto, eu vou falar até o nome completo –, que é a pesquisadora da Fundacentro.

Agora, sim, pode abrir o áudio e o vídeo da Sra. Maria.

A SRA. MARIA MAENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Augusta Brito e os demais membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado, as pessoas que representam as diferentes instituições, em especial a caríssima Procuradora Cirlene Zimmermann, a caríssima colega do Ministério irmão, Luciene de Aguiar, a Presidente Juvandia, caro Mauro Salles, cara Rachel.

Muito bem. Eu saúdo a iniciativa, também, de realização desta audiência. É uma honra para mim representar o Presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho, que não pôde participar, hoje, deste importante evento, por estar participando de outro evento fora do país.

Há muitos anos eu acompanho a saúde dos bancários e gostaria de destacar três aspectos. O primeiro se refere ao processo de desgaste da saúde dos bancários e das bancárias, há anos, que tem relação com o trabalho, embora haja todo o interesse em se negar essa relação.

Para muitos segmentos sociais, os bancários podem parecer trabalhadores privilegiados, em comparação com outros que enfrentam perigos e insalubridades tradicionais, como previsto na CLT, que abrange o que é, muitas vezes, facilmente visível e até mensurável, como poeira, fumo, ruído excessivo e substâncias químicas, entre as quais as cancerígenas.

No entanto, os estudos e dados estatísticos, como já foi falado, ainda que muito subnotificados mostram que os trabalhadores do banco, ao longo dos últimos, mais de 30 anos, são vítimas diretas de sistemas econômico-financeiros onipresentes em nossa sociedade que também penalizam a maioria dos segmentos sociais.

Nos anos 90 e 2000, o desgaste era representado pelas lesões por esforços repetitivos, que evoluíam para dores crônicas e incapacitantes. Por atingirem especialmente as mulheres, foram consideradas doenças femininas, por muitos, inicialmente. E elas se culpabilizavam, e eram culpabilizadas, quando não conseguiam mais trabalhar, quando não conseguiam mais cuidar de suas famílias. E muitos textos escritos sustentavam essa tese de que o pouco preparo físico e a fraqueza das mulheres é que resultava na ocorrência de tendinites e tenossinovites. Outros falavam dos afazeres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domésticos e outros ainda falavam do perfil psicológico ou da histeria em massa, tudo para culpabilizar a trabalhadora pelo seu adoecimento, que era causado pelas condições de organização do trabalho.

Nos tempos atuais, o sistema financeiro, onipresente em todos os poros da vida na nação, mostra a sua face particular aos bancários e bancárias, que vivem envoltos por um sistema de metas excessivas, impossíveis de serem atingidas, e extremo enxugamento do contingente humano, com demissões sucessivas; assédio organizacional como método de gestão, submetendo os bancários ao desgaste extremo e ao adoecimento físico e psíquico. Trabalham cada vez mais por jornadas longas, sem que consigam se desligar do trabalho, com exigências que não conseguem cumprir; frequentemente não têm hora para comer; vivem o tempo todo com medo de adoecerem, serem discriminados, perderem cargos, perderem comissionamentos e serem demitidos. Os que trabalham em agências ainda têm medo de assaltos.

Com isso, proliferam gastrite, síndrome do intestino irritável, dores no corpo, alcoolismo e depressões, ansiedades, estresse pós-traumático, *burnout*, insônias. Consequentemente, medicações de diversas ordens, incluindo as tarja preta, fazem parte de suas vidas.

Por outro lado, o medo de se afastarem faz com que trabalhem doentes, com cronificações e incapacidades crescentes. Muitas são as ideações suicidas relatadas e suicídios efetivados.

Em relação à saúde mental, mais uma vez, como aconteceu no passado, há uma tentativa de afirmar que os bancários adoecem psiquicamente porque o mundo está confuso – e que, afinal, todos têm problemas psíquicos – e a depressão é a doença do século. Tenta-se, com isso, mascarar o importante papel que o trabalho exerce sobre a saúde das pessoas, e as características do trabalho bancário são especialmente adoecedoras, como várias pesquisas mostram.

A obsolescência programada, termo utilizado para coisas, é aplicada, nesse caso, para seres humanos.

Outro aspecto que eu gostaria de destacar é que muitos bancários tiveram covid relacionado ao trabalho, sem o devido reconhecimento dessa relação de trabalho e saúde – de trabalho e doença.

Nós acabamos de publicar um artigo de pesquisa, um estudo caso-controle, utilizando dados de um município da Grande São Paulo, com 1.724 casos e 1.741 controles. Esse estudo concluiu que a ocupação teve importante papel na covid.

Outra pesquisa que nós realizamos em 2020 e 2021 revelou que pessoas em trabalho presencial enfrentaram condições de trabalho inadequadas, que facilitavam a disseminação do vírus.

Ademais, no caso dos bancários, 74,2% de 1.388 bancários entrevistados haviam trabalhado com pessoas infectadas, e mais de 50% disseram que nem todos os infectados haviam sido afastados, o que nós detectamos também nas entrevistas em profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, trabalhadores bancários que trabalharam presencialmente e tiveram covid deveriam ter o reconhecimento do caráter ocupacional do adoecimento. Muitos deles podem ter tido covid longa e sequelas, e é preciso que estejamos atentos para que recebam a proteção necessária tanto na proteção do emprego como no acesso a direitos previdenciários.

Por último, gostaria de destacar um aspecto. Fazendo parte da sequência de violências relacionadas ao trabalho, também quando se afastam do trabalho, como outros trabalhadores, os bancários enfrentam várias dificuldades.

Raramente, têm CAT emitida pelos empregadores, como demonstrou a Procuradora Dra. Cirlene; ficam na fila virtual meses para acessar os direitos previdenciários; enfrentam a dificuldade de ter seu adoecimento reconhecido como relacionado ao trabalho, o que, no caso das doenças musculoesqueléticas e psíquicas, deveria se dar automaticamente por lei, pois o Decreto 3.048/99 define que esses adoecimentos são mais frequentes no ramo bancário do que no conjunto dos demais campos econômicos.

Esse não reconhecimento, além das implicações a cada trabalhador, resulta em prejuízos ao Erário público, que deixa de arrecadar alíquotas majoradas, além de não possibilitar as ações regressivas previstas em lei.

Para finalizar, gostaria de reforçar que essas e outras situações ferem direitos sociais constitucionais à saúde e ao trabalho e ferem o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Espero que esta audiência seja mais uma etapa no reconhecimento do direito humano de que todos nós temos de ter um trabalho realizador, útil à maioria da população e que contribua para uma sociedade na qual os valores da solidariedade, de proteção ao meio ambiente e da pessoa humana se sobreponham aos interesses econômicos imediatos.

Que esse seja um projeto a ser perseguido por um número cada vez maior de pessoas. Nós da Fundacentro nos colocamos à disposição para contribuir no que pudermos para que isso se concretize.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós que agradecemos à Sra. Maria, que fez uma fala muito incisiva, mostrando, realmente, a grande importância de a gente estar discutindo e debatendo hoje nesta audiência pública.

Dando continuidade, eu já quero pedir para fazer o uso da fala também o Sr. Mauro Salles, que está aqui na mesa, e já quero agradecê-lo por estar aqui, presencialmente, participando deste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO SALLES (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Desde já, a gente agradece muito a iniciativa de chamar esta audiência. Na nossa opinião, os dados que estamos apresentando mostram a gravidade da situação de uma categoria que precisa ter a visibilidade necessária para podermos enfrentar o problema.

Quero agradecer também os cearenses que fizeram o meio campo – o Ailson e demais colegas do Ceará – para viabilizar esta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Laércio, Ribamar, Gabriel, Rochinha. Só gostaria de dizer o nome dos cearenses que, há muito tempo, pediram e proporcionaram que fosse, realmente, acontecer aqui esta audiência. Eu tinha que registrar. Desculpe-me por cortar a sua fala.

O SR. MAURO SALLES – É muito importante. Acho extremamente relevante o registro, porque são muito dedicados à luta em defesa dos trabalhadores.

Aliás, gostaria, já aproveitando, de saudar os demais colegas bancários. Nós temos colegas aqui do Nordeste, do Norte, do Sul, do Sudeste, enfim, de todas as regiões do país, que estão aqui representando a nossa categoria, dando significado a essa problemática que nós precisamos enfrentar.

Não podia deixar de saudar o meu conterrâneo, o Senador Paulo Paim, que é o Presidente desta Comissão, o grande Senador Paim.

Gostaria de saudar o Adauto, o nosso representante da Fenaban. A gente se encontrava seguido. Fazia tempo que a gente não se encontrava, Adauto. Saúdo a Rachel e demais palestrantes.

Sei que o meu tempo é curto e não vou gastá-lo.

Primeira questão: a relevância do tema e a gravidade da situação que passa a nossa categoria, de adoecimento. É um tema que não tem a visibilidade necessária. Aliás, não só na nossa categoria, o tema da saúde do trabalhador não tem a visibilidade necessária na sociedade. Eu sempre digo que temos campanhas contra a poliomielite, contra o sarampo, contra aids, nada mais relevante que isso. Todavia, acidentes de trabalho e doenças do trabalho não têm a visibilidade necessária e matam mais do que essas doenças, talvez porque essa seja um vírus e as mortes e o adoecimento e a invalidez do trabalho sejam das relações de trabalho, o que dificulta a visibilidade necessária.

Eu gostaria, antes de avançar... Recentemente, o Papa Francisco – acho que é relevante citar um trecho do que ele falou – reforçou esse alerta. O Papa Francisco, acho que há um mês, dois meses, afirmou que as tragédias no local de trabalho começam quando o foco não está mais no homem, mas na produtividade, e o homem se transforma numa máquina de produção. Então, ele atribui a culpa do acidente de trabalho à procura excessiva de lucros e à idolatria do mercado. E terminou dizendo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade para com os trabalhadores é uma prioridade, que a vida não pode ser vendida por qualquer motivo, especialmente se a vida dos pobres, precários frágeis, e que somos seres humanos e não máquinas, pessoas únicas e não peças sobressalentes.

Eu acho que ele resume bem o problema, acho que a Rachel abordou, assim como a Dr. Maria Maeno e a Dra. Cirlene, do Ministério Público, que o problema de que nós tratamos não é dos indivíduos, não é a pandemia, não é um problema individual do trabalhador, mas a gestão. A gestão dos bancos é um verdadeiro mecanismo adoecedor. Os programas de resultados dos bancos são elaborados, e não é algo de um gestor perverso, mas elaborado na alta direção, com consultorias caríssimas, com a imposição da necessidade de entregar resultados, que aí chamamos de metas, metas que são abusivas, mudam toda hora, tem pressão para exercê-la, e o assédio moral é consequência disso.

E aí tem o sistema de avaliação: se não bate a meta, é mal avaliado, pode ser demitido ou descomissionado, e diminui a remuneração. Então, é um mecanismo que enlouquece, adoece, que faz um profundo sofrimento nos ambientes de trabalho.

E desse adoecimento e dessa situação temos provas abundantes. Não é discurso de sindicalistas. Temos pesquisas – o setor bancário é um dos mais pesquisados – de inúmeras universidades que mostram isso. Ações judiciais...

A doutora falou de um caso, mas são várias condenações judiciais, de ações individuais, em questão de dano moral, de assédio moral, etc, e também de ações coletivas impetradas pelo Ministério Público do Trabalho a partir de auditoria do Ministério do Trabalho. Provas. Foram condenadas porque tem provas, não é em vão.

Uma das condenações, para se ver o absurdo da situação, entre outras questões, "abstenha-se de assédio moral, de pressão por meta" e tal, tal, tal, tal, "abstenha-se da prática de cárcere privado de seus trabalhadores, de forma a impedir e não tolerar o cerceio do direito destes de ir e vir, a fim de não infringir os direitos humanos". Sabe o que é esse cárcere privado, pessoal? Não deixava sair os colegas enquanto não batesse a meta. Imagine, isso aqui foi provado, porque senão não teriam sido condenados no Judiciário, não é uma denúncia vazia. Então... E também o absurdo, nessa mesma sentença do Tribunal Regional da 1ª Região: "Abstenha-se de prática discriminatória em razão de padrão estético de seus empregados, [...] abster-se de estabelecer referido padrão através de exigências invasivas à privacidade e liberdade de expressão", isso é... especialmente as mulheres são coagidas a irem bonitinhas, bem-trajadas, para usar o estereótipo feminino para tentar bater meta. Isso aí é um absurdo, foi condenado; não sou eu que estou dizendo, isso aqui é uma sentença judicial.

Então, dados da previdência, que são subnotificados, mostram isto: o setor bancário adoece mais – especialmente o adoecimento psíquico – que os demais setores da categoria. Não é um problema... São dados oficiais, não são os sindicalistas aqui falando, dando discurso. Mostram isso e apontam isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos acho que aproveitar esta audiência, entre outras ações que a gente tem feito, para dar visibilidade a essa situação, que não é possível... Nós tentamos negociar – não é, Adauto? – na Fenaban, nós valorizamos muito a mesa de negociação da Fenaban, mas nós precisamos avançar, porque essas informações, esses dados mostram que não estamos conseguindo resolver na mesa de negociação. Agora, apostamos nela, que eu acho que é o mais importante, eu acho que é uma tradição, nós acumulamos, foi uma maturidade enorme do movimento sindical bancário e dos próprios bancos ter uma mesa que tente se debruçar nesses problemas. Agora, precisamos... Porque se trata de vida, pessoal, de sofrimento das pessoas, não podemos, à questão do lucro, da pressão por resultados, etc., submeter a dignidade e a vida das pessoas. Então, isso não podemos aceitar, e eu acho que esta audiência busca... buscamos nesta audiência dar visibilidade a isso e enfrentar o problema de fato.

E aí, quando adoece o trabalhador, indo para a conclusão, os bancos não acolhem, os serviços médicos dos bancos perseguem, tem uma verdadeira gestão dos indesejáveis. Eu sempre digo: os indesejáveis para os bancos são os doentes e os sindicalistas. Então, tem toda uma gestão dos indesejáveis. O serviço médico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO SALLES – ... tenta descaracterizar de toda maneira a doença. Quando vai para o INSS, nós temos um problema da perícia médica do INSS, que trata mal os trabalhadores, nega os benefícios sem justificar, não utiliza o Ntep como a legislação impõe, enfim. Até gostaríamos também que o Senado nos ajudasse a fazer um debate sobre a questão da perícia médica, porque, além do perito médico em si, que maltrata os trabalhadores, a perícia está demorada, está trazendo situações... demora a perícia, demora para o resultado, é um problema muito grave o que está acontecendo na perícia médica, enfim.

Então, nós vamos entregar, Senador, aqui um documento que prova, que tem os dados que a gente afirma... e também tem alguns pedidos de providências aí, de sugestões para... Só que eu gostaria de acrescentar dois, que eu acho que talvez não estejam aí. Primeiro, é a questão de pedir para a Fenaban...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO SALLES – ... reforçar o pedido que a gente já fez em mesa para que nos forneça os dados do relatório anual do PCMSO e outros dados sobre adoecimento, dados estatísticos – eu não quero saber os dados dos indivíduos – de adoecimento dos bancários e os motivos, para a gente poder fazer uma negociação adequada, para saber como propor melhorias e efetiva prevenção.

Enfim, também reforçar a necessidade de o Senado nos ajudar a fazer uma pressão no Governo para que tenha um sistema de vigilância dos agravos no ambiente de trabalho efetivo. Hoje tem um apagão de dados. Querer enfrentar, fazer saúde do trabalhador sem informação é quase impossível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o Governo não tem dados, não tem informação. Eu sei que tem algumas iniciativas nesse sentido, especialmente, eu acho que a Dra. Luciene vai falar após, ela tem feito um esforço nesse sentido, gostaríamos que reforçasse isso, que o Governo Federal priorize essa questão.

Agradeço a oportunidade. Desculpe, passei um pouquinho do tempo.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós que agradecemos.

Nós estamos vendo que algumas pautas, infelizmente, como sempre, prejudicam sempre mais a mulher, não é? Sempre ela é julgada sobre a forma, em qualquer espaço que seja, vejo que também entre os bancários isso acontece, pela forma como se veste, se penteia o cabelo, se faz a unha, se fala alto, se fala baixo, como se comporta. Então, esse julgamento sobretudo sobre nós mulheres e a nossa participação, seja ele em qual espaço for, realmente adoece também, é um fator que adoece e é uma grande violência contra nós mulheres.

Dra. Maria falou aqui anteriormente, assédio moral, assédio sexual acontece também, exatamente por essa construção do machismo, de sempre a mulher estar sendo julgada, em todos os momentos ela tem que provar, ainda mais do que o homem, que ela pode estar naquele espaço, que ela está ali porque realmente tem capacidade e competência para estar e não porque vai ser uma figura decorativa. Então é muito pesado. Eu já estou vendo, pensando em algumas sugestões que sejam construídas aqui conjuntamente, para que a gente possa também ressaltar o combate à violência contra a mulher dentro das instituições bancárias, que seja das profissionais que estão à frente. De qualquer forma, a gente tem que ver também esse ponto com o olhar diferenciado, especificamente também separando e dando a importância que ele tem. Adoecem homens e mulheres, mas as mulheres, com certeza, infelizmente, estão sofrendo mais sobre todos os tipos de julgamento que possam vir a aparecer.

Meu pai foi bancário, então eu tenho uma história já ligada com a questão de ver como ele trabalhava, de manhã, à tarde e à noite. Eu sei bem – um pouco, não é?, sei bem, não – porque eu não trabalhei, então não posso falar com legitimidade, mas eu presenciei o que meu pai também passou na época em que foi bancário e, quando saiu do banco, era porque estava adoecido, totalmente, mentalmente, e queria viver um pouco mais, de forma saudável. Então, tem todo o meu apoio aqui nas demandas que a gente vai construir dentro dessa audiência pública. (*Palmas.*)

Quero aqui já chamar agora a Sra. Odete Reis, que é Auditora Fiscal do Trabalho, que está aqui representando o Ministério do Trabalho e Emprego, na forma virtual.

Pode abrir o áudio e o vídeo dela, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ODETE REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Augusta Brito. Cumprimento todos os membros da mesa e as minhas colegas aqui, de forma virtual.

Eu gostaria de iniciar fazendo a minha audiodescrição para fins de acessibilidade. Eu sou uma mulher morena, tenho cabelos castanhos, olhos castanhos, uso óculos e estou usando uma camisa com listras brancas e pretas.

Várias coisas que eu iria falar – eu trouxe até uma apresentação, mas eu acho que nem vou abrir – já foram pontuadas, então, eu vou tentar trazer mais o ponto de vista da Auditoria Fiscal do Trabalho. Eu acho que talvez vá colaborar mais nesse sentido. Eu vou abrir só para mim aqui, só para ter uma direção.

A gente tem feito fiscalizações relativas ao setor bancário já há vários anos. Eu sou lotada aqui em Minas Gerais, mas nós, além de aqui em Minas Gerais, temos feito ações nacionais, algumas regionais e algumas nacionais, mas já temos uma experiência de vários anos, em especial, com foco na organização do trabalho e nas questões relativas à presença ou não do assédio moral ou assédio organizacional ou interpessoal e outras questões. Então, é isso que eu vou trazer um pouco.

Só trazendo um dado bem recente para reforçar o que já foi falado, a Organização Mundial da Saúde, no ano passado, com esse foco nos transtornos mentais, que é o que já foi pontuado aqui várias vezes, trouxe um documento bem recente falando que os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, esse documento é do ano passado; e um documento também do ano passado, que foi da Organização Mundial da Saúde em conjunto com a OIT, que diz que 15% dos adultos em idade laboral sofreram com algum transtorno mental em 2019 e 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e à ansiedade. Esse documento é interessante. Eu deixei até o *link*, mandei para a Comissão, na apresentação, os *links* com acesso a esses documentos, que têm um foco muito grande na discriminação e na desigualdade, falando que representam um risco para a saúde mental, citando também as cargas de trabalho excessivas, o baixo controle laboral e a insegurança laboral, que já foram pontuadas aqui também.

Eu trouxe também alguns dados relativos especificamente ao setor bancário. Também tem na minha apresentação as fontes de onde vieram. Já foi falado aqui que houve uma virada de chave por volta do ano de 2013, pois, até então, as doenças relativas ao aparelho osteomuscular, as Ler/Dort, eram as principais formas de afastamento do trabalho. Hoje, então, a partir de 2013, os transtornos mentais e comportamentais passaram a ser a principal causa dos afastamentos na categoria dos bancários.

Outro dado é que, de 2009 a 2017, houve uma alta de mais de 60% no número de bancários afastados por problemas mentais. Em 2022, do total dos afastamentos acidentários por doenças mentais e comportamentais, 25% eram relativos aos bancários. Os bancos ocupam o primeiro lugar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ranking de ações judiciais relacionados diretamente à síndrome de *burnout*. Então, são números bem significativos e que chamam a atenção para, realmente, a necessidade de tomada de medidas para a gente tentar reverter ou desacelerar um pouco esse quadro.

Como Auditoria Fiscal do Trabalho, na nossa experiência, como a gente tem visto a gestão dos fatores de risco psicossociais, que são os principais fatores de risco que estão relacionados a essas doenças, aos transtornos mentais e comportamentais? Bom, eu posso dizer que, até no ano passado, eu nunca tinha visto um programa de saúde e segurança no trabalho que abordasse fatores de risco psicossociais. A partir deste ano, a gente começou a ver alguns programas, mas ainda de forma muito inadequada ou muito superficial, que não trazem nenhuma mudança. Depois, com a nova NR1 (Norma Regulamentadora nº 1), teve uma mudança que foi mais abrangente em relação à questão da abordagem dos fatores de risco e também ali devem ser abordados os fatores de risco psicossociais, saindo daquela questão dos fatores ambientais. Então, as empresas começaram a lidar um pouco mais com isso, mas, como eu disse, infelizmente, de forma ainda muito superficial e muito inadequada.

E aí a gente chama atenção para o assédio moral organizacional. Como já foi bem pontuado aqui, é a forma de gestão que vem lá de cima, que é aquela gestão que é colocada para os trabalhadores, é a forma de gestão adotada pela empresa, que gera essa gestão que é adoecedora. Essa gestão é pautada por cobrança de metas, muitas vezes, abusivas e com aspectos que geram, muitas vezes, essas questões do assédio e de exposição de trabalhadores. Nós vamos falar um pouco mais sobre essas que a gente levantou nessas fiscalizações mais adiante.

Eu queria chamar atenção para a Lei 14.457, de 2022, que é uma lei bastante importante, porque é a primeira que fala, especificamente, sobre violências e assédio no mundo do trabalho, sem falar da Convenção 190, que está em vias de ser ratificada, já começou o processo para sua ratificação, mas a lei já é algo mais palpável e trouxe alterações para a NR1 e para a NR5, obrigando as empresas a adotarem medidas de combate ao assédio e a outras violências no trabalho.

Quais são os principais fatores de risco psicossociais que a gente tem visto nas nossas fiscalizações no setor bancário como um todo? As formas de gestão são muito semelhantes, principalmente nas grandes redes bancárias, e se repetem esses fatores de risco, que estão intimamente relacionados com o adoecimento desses trabalhadores. Então, a gente vê uma alta demanda, um ritmo intenso de trabalho e metas muito altas. Essas metas muito altas não são algo vago. Quando a gente fala assim, parece ser algo vago, mas a gente faz uma análise muito detalhada não só na parte das entrevistas com os trabalhadores, mas a partir do que a gente avalia que eles estão conseguindo de alcance dessas metas, na reclamação de ter um aumento contínuo também, de nunca ser suficiente, o que a gente também avalia com muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há tempos definidos para o atendimento de clientes. Então, é algo que fica em conflito com essa obrigatoriedade que os trabalhadores têm de ofertar e vender produtos e serviços ali durante o atendimento desses clientes.

A questão da não compensação de períodos de afastamentos. Então, em férias ou afastamentos por adoecimentos, por exemplo, eles não têm o ajuste dessas metas. Eles têm que voltar e correr atrás para conseguir alcançar algo que já era, mesmo sem os afastamentos, muito difícil.

Há pouco controle sobre os resultados, no sentido de que tem muitos critérios que fogem da governabilidade dos trabalhadores. Então, por exemplo, há critérios que impactam negativamente na meta, como, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ODETE REIS (*Por videoconferência*.) – ... a gente vê isso também, vimos isso em várias fiscalizações, quando há uma quitação de empréstimo. Isso vai impactar negativamente naquela meta dele, que talvez já estava bem perto de ser atingida e, de repente, há um resgate e, aí, ele tem que correr atrás. Isso vai reduzir no que ele já alcançou e em outros pontos também.

Há uma pressão de tempo. Como a gente falou, há essa exigência de ofertar e vender produtos e serviços. Os trabalhadores falam que hoje eles são, na verdade, vendedores. Isso é algo bem claro.

Muitos bancos exigem número mínimo de contatos de clientes e de fechamentos de negócios por dia. E o estímulo abusivo à competitividade. Então, mesmo tendo a proibição na convenção coletiva de expor os trabalhadores, a gente sempre faz autos de infração em relação a isso.

Vou correr aqui então.

Há insegurança no trabalho por causa de ameaças de demissão por baixa performance, o que já foi pontuado aqui também. Então, a gente tem autos de infração nessas últimas fiscalizações por assédio moral, organizacional, interpessoal, assédio sexual, assédio político eleitoral, que é algo bem presente, por discriminação e por programas de SST, de saúde e segurança no trabalho, inadequados. E as consequências...

Então, eu vou ter que pular isso aqui. Não vai dar tempo de falar. Eu ia trazer alguns dados de adoecimento, mas talvez durante a discussão a gente possa falar um pouco sobre isso.

Então, para não tomar o tempo dos colegas, eu agradeço e fico por aqui. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos a compreensão do tempo. Por nós, eu acho que a gente passaria o dia todo aqui, mas todo mundo aqui tem compromisso. E a gente quer ouvir todas que aqui estão, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiveram se propondo a fazer o debate, e eu ainda quero arrumar um tempo para abrir para quem veio, se quiser fazer algum questionamento aos convidados e convidadas, que possa fazê-lo no final.

Agora, dando continuidade, já quero aqui convidar a Sra. Juvandia Moreira, que também poderá, de forma virtual, fazer a sua intervenção. Logo em seguida, vem a Luciene de Aguiar Dias.

Então, agora, passo a palavra para a Sra. Juvandia.

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a nossa Exma. Senadora Augusta Brito. É muito bom ter uma mulher Senadora conduzindo esta audiência pública, nos sentimos representadas. Nós somos 52% da população brasileira e, no Parlamento, estamos tão pouco representadas, uma presença pequena ainda das mulheres. Nós esperamos que essa realidade mude e que, de fato, todos os espaços representem também o que é a sociedade brasileira.

Eu quero cumprimentar a todos que participam desta audiência pública, cumprimentar o Adauto, a Rachel, o Mauro, cumprimentar a Dra. Maria Maeno, a Luciene, a Odete. Quero agradecer muito, Senadora, esta oportunidade desta audiência, agradecer aos bancários do Ceará que se empenharam e pediram, fizeram esse contato por esta audiência, clamando por esta audiência, acho que é um tema extremamente salutar, muito importante. É importante debater nesta Casa, que é a Casa Legislativa, a situação da saúde do trabalhador e da trabalhadora, mesmo que olhando para um aspecto de uma categoria, mas que nos faz ver o todo e nos faz refletir sobre soluções também, políticas públicas, soluções, avanços na legislação, nas próprias relações de trabalho, nas negociações coletivas. Acho que isso é muito importante.

Nós temos uma mesa de negociação nacional, uma mesa importante que acontece, que realiza, que celebra uma convenção coletiva nacional; temos, nessa mesa, mesas específicas e, Senadora, temos uma mesa sobre a saúde, uma mesa bipartite sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora bancária, que acompanha a evolução do problema de saúde na categoria, que acompanha a relação entre o adoecimento, que acompanha o tipo de adoecimento, em que áreas que esse adoecimento se concentra, se ele é espalhado; então, que analisa de fato aqui os dados e que acompanha em especial os relatos dos bancários e das bancárias.

Aqui, muito já foi dito sobre os dados de adoecimento. Em 2012, a gente tinha uma maioria de adoecimento que era relacionada às lesões por esforços repetitivos, LER-Dort, mas hoje a maioria do adoecimento bancário está relacionada a doenças mentais e comportamentais. O que a gente vê, no dia a dia dos bancários, em especial nas áreas comerciais, nas áreas das agências bancárias, é um adoecimento mental muito forte, a depressão, a síndrome do pânico, é um sofrimento mental que nos é relatado. Mais do que números que a gente está falando aqui, esses números nos mostram que é muito importante... Nós somos 0,9% do trabalho formal – de todo o trabalho formal, a categoria bancária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa 0,9% –, e, dos afastamentos, nós representamos 3,7%; portanto, isso aí já mostra que tem uma distorção, mostra para a gente que tem uma preocupação, tem um problema.

Então, nesse período todo, quando começamos a discutir os problemas das lesões por esforços repetitivos, eu me lembro, na mesa, de todos os nossos relatos e todos os nossos registros das negociações. Eram negociações muito difíceis, porque os bancos negavam também a existência da relação da lesão por esforço repetitivo com o trabalho bancário. Até que isso ficou impossível de se negar.

Aí nós começamos a perceber, na categoria, o adoecimento mental. Quando o processo do trabalho muda, muda também o adoecimento. Aí o adoecimento migra para esse adoecimento mental, porque a forma de gestão passou a ser por resultados. São metas que são estabelecidas, são alteradas, são metas que nós chamamos de metas inatingíveis, de metas abusivas, de cobrança abusiva, de pressão abusiva, porque a meta vem de cima para baixo, a meta não considera, às vezes, o local, o ambiente, a quantidade de funcionários, a redução do quadro, as férias, o afastamento por saúde. Elas não consideram esses fatores, e isso faz com que elas se tornem inatingíveis, abusivas.

E, como o desempenho desses funcionários é a avaliação de desempenho deles, às vezes a oportunidade de ascender na carreira ou a própria remuneração dependem do atingimento desses resultados. E quem está em cima também recebe, por conta, seus bônus – principalmente os altos executivos, com seus altos bônus –, que dependem muito dos resultados de quem está lá no ambiente de trabalho. E isso se reproduz: o alto executivo cobra o executivo abaixo dele, que cobra o outro, que vai cobrando o outro.

Transformando isso em um dado de realidade, do dia a dia do bancário, da bancária, imagine assim: você tem um gerente regional, que, se ele liga todo dia para você, no dia em que ele liga significa que você tem problema com a meta; e, no dia em que ele não liga, você agradece a Deus porque ele não ligou. Mas, todos os dias, ele liga, ele fala com você, ele cobra, ele vê a sua meta.

E esses problemas foram trazendo para a mesa de negociação uma série de demandas. Em algumas delas, nós avançamos, e em muitas delas, nós estamos ainda longe de avançar, principalmente no reconhecimento desse adoecimento mental na categoria.

É impossível, tanto os afastamentos acidentários, como os afastamentos previdenciários... Tem um grande, grande número de afastamento por doença mental. É impossível que isso fosse só uma mera coincidência, que a categoria bancária se afaste tanto e que a maior parte dos afastamentos sejam por doenças mentais e comportamentais.

E não dá para culpar o mundo atual, em que muita gente adoece, como é dito reiteradamente, às vezes, na mesa: "Não, tem muita depressão, o mundo moderno é assim". Não, o mundo moderno é assim, tem muita depressão, mas na categoria tem muito mais. Os afastamentos que nós percebemos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vemos no dia a dia, quando analisamos os dados do INSS, os afastamentos dos bancários por doenças mentais e comportamentais são muito maiores.

O que a gente vê no dia a dia... Recentemente nós tivemos um caso, numa agência bancária, de uma bancária que estava se autoinfligindo lesões. E era um problema sério, em que toda a agência ficava chocada, porque a colega estava lá se machucando. Nós temos casos em que eles estão internados, porque tiveram crises nervosas sérias. Nós acompanhamos, são pessoas para a gente. No dia a dia, nas nossas realidades, são pessoas que estão sofrendo e que não aguentam mais a cobrança.

E um grande problema... E nós conversamos muito sobre isto na negociação passada, discutimos muito o assunto, inclusive os bancos trouxeram a consultoria deles que faz essa gestão, que faz o programa das metas, explicando um tanto como isso funcionava. E o que a gente vê é que nem o que eles estabelecem é cumprido pelos bancos. É o que eles falam: "Olha, uma meta não pode ser estabelecida num prazo tão curto e ficar mudando sempre". As dos bancos mudam. Você tem banco que estabelece meta mensal, que é uma coisa absurda de tanta pressão, mas que, numa semana... Hoje, você recebe uma ligação que não é mais a meta do seu mês, já é outra, porque hoje eles querem que você venda capitalização. Hoje, o negócio é seguro: "Olha, gente, para aí, vamos fazer seguros". Então, você tem tantos milhões de seguros para vender, enfim. Outros estabelecem a meta semestral, mas também fazem cobranças diárias.

É impossível um ser humano viver assim, ter que suportar tanta pressão sabendo que tem contas para pagar, que pode estar com o emprego dele em risco, se é um bancário de banco privado, que a remuneração dele depende disso, que a avaliação dele depende disso. Às vezes, ele atinge aquela meta naquele mês e ele é ótimo; no mês seguinte, ele não consegue atingir e já passa a ser péssimo. Para essas pessoas e para a saúde mental isso é horrível. O que a gente vê no dia a dia são seres humanos, pessoas que estão adoecendo, perdendo a saúde por conta do emprego.

O Presidente Lula acabou de lançar, com o Presidente Biden, a iniciativa do trabalho decente. O trabalho decente é aquele...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – ... que dá condições às pessoas de viverem, mas de viverem bem, e que não adoece as pessoas. O trabalho decente é aquele que dá condição delas se aposentarem com dignidade, o trabalho decente é aquele que dá direitos. A saúde é um direito humano importante, fundamental e essencial.

É preciso avançar e é preciso que a sociedade tome conta – porque, em última instância, é a sociedade que está pagando a conta, é o Estado que está pagando a conta, é o ser humano que está pagando a conta – de formas de gestões, de controles, de cobrança, enfim....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os lucros dos bancos são algo espetacular, extraordinário. Quando se compara o lucro dos bancos com o lucro e a rentabilidade internacionais, os bancos brasileiros estão muito, muitíssimo bem, estão entre os primeiros e os maiores, inclusive superando bancos americanos em termos de rentabilidade. Isso não é à toa, isso está sendo, em uma grande medida, à custa da saúde mental dos bancários e das bancárias.

Nós já fizemos várias análises, vários estudos, inclusive na mesa de negociação, com os bancos, com dados de um dia de afastamento. Analisando aquele dado... (*Falha no áudio.*) ... provou-se que eram pessoas das áreas comerciais, das áreas que vendem produtos, que estão adoecendo. Os que mais adoecem são dessas áreas. Então, todos os indicadores mostram que é necessário fazer mudanças na gestão dos bancos, que é necessário que o Estado também cobre iniciativas eficazes e que proíba esses abusos.

E, só para finalizar, nós fazemos, Senadora, todo ano, uma consulta à categoria bancária. Em torno de 40 mil pessoas respondem a essa consulta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – ... no Brasil. Dependendo do ano, se a gente tem negociação ou não, esse número é maior ou um pouquinho menor, mas está em torno disso. E a gente sempre pergunta quais os impactos da cobrança excessiva pelo cumprimento de metas, que impactos isso causa à saúde do bancário. E 68% têm respondido – responderam este ano e no ano passado – que têm preocupação constante com o trabalho; 61% dizem que têm cansaço e fadiga constantes; 52% se dizem desmotivados, sem vontade de irem trabalhar – para a senhora ver o problema que é, não é?

E outra questão aqui, só finalizando mesmo. Nós perguntamos quem toma medicamento controlado. Nós começamos a perceber que muitos bancários reclamavam de tomar medicamentos controlados, antidepressivos, ansiolíticos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – ... enfim, e nós perguntamos, nos últimos 12 meses, se eles usaram medicamentos controlados. E, em 2022, 35% disseram que sim e, em 2023, 41,9% disseram que sim.

Então, o problema se agrava e é sério, e é urgente que se tomem medidas, e que essa gestão por resultados, por assédio, por pressão tenha fim para que as pessoas tenham saúde.

Então, por um trabalho decente, nós pedimos e cobramos o fim das metas abusivas, inatingíveis, da pressão, do assédio moral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora.

Obrigada pela oportunidade de debater esse tema aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós é que agradecemos.

E aqui, no final, foram apresentados também dados para a gente refletir sobre eles.

Eu acredito que a categoria já sabia, mas a gente precisa de números para poder fundamentar as propostas que a gente possa construir aqui desta nossa audiência pública. Nós vamos construí-las de qualquer forma, mas, para ficarem, realmente, com a validade maior e mostrar e provar sempre, para os demais, a grande necessidade.

E agora já quero aqui passar, imediatamente, para a nossa querida convidada. Os últimos não vêm por grau de importância – todos são importantes, todas são importantes. Agora vou passar aqui para a Luciene de Aguiar, porque foi a ordem que já me deram aqui e eu fui só chamando.

Será um prazer também ouvi-la aqui na forma de videoconferência.

Pode abrir aqui o painel da nossa querida.

Enquanto ele está abrindo, eu quero registrar aqui também a presença do Presidente Gheorge Vitti, Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC. Também seja bem-vindo! Que bom que está aqui também! Sinta-se acolhido aqui nesta audiência pública.

Agora, já pode abrir aqui para a Doutora começar a falar.

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Começando a dar boa tarde, não é? Já passamos do meio-dia.

Boa tarde aos presentes, às pessoas que estão nos assistindo.

Quero agradecer muito o convite e parabenizar pelo requerimento, Senadora Augusta Brito.

Também quero me apresentar. Sou Luciene. Estou na Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente.

Neste momento, vou transmitir o prazer pelo convite, a alegria pelo convite e agradecer pela Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel.

E aí vou fazer minha autodescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou uma mulher parda, tenho cabelos curtos, um castanho meio avermelhado. Estou com uma blusa rosa com a insígnia do Ministério da Saúde e também do Zé Gotinha, porque é momento de a gente lembrar que vacinas salvam vidas.

Daqui a pouco, eu vou colocar minha apresentação.

Quero dizer que tudo praticamente já foi dito, mas quero falar que a CGsat faz a coordenação nacional da Renast, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, e que nós temos uma política que foi publicada no ano de 2012 e tem como finalidade definir princípios, diretrizes, estratégias a serem observadas pelas três esferas de gestão do SUS – federal, estadual e municipal – para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando promover e proteger a saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Dizendo isso, agradeço a nossa participação mais uma vez e coloco que, todas as vezes que o trabalho for pauta de discussão, é muito importante que o Ministério da Saúde e que o SUS tenham assento, porque a gente considera o trabalho como um determinante social da saúde.

Vamos ver se a gente consegue compartilhar a tela aqui para colocar a apresentação. (*Pausa.*)

Se eu não conseguir...

Foi? (*Pausa.*) A tela está compartilhada, gente?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ainda não, mas, se não conseguir fazer por aí, o pessoal aqui da assessoria da Comissão pode fazer também o compartilhamento.

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (*Por videoconferência*.) – Então, eu prefiro que eles façam. Eu fiquei com esse receio de não conseguir.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto! Agora deu certo.

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (*Por videoconferência*.) – Ah, é? Ótimo! Então, vamos lá...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aí, a senhora vai pedindo para passar, está bom?

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (*Por videoconferência*.) – Está ótimo!

Pode passar então.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o processo de trabalho em ambiente bancário, já foi dito aqui muitas vezes, pode ser rotineiro, mas normalmente é dinâmico. Ele é composto por várias atividades, que vão depender da dimensão da agência, do território, do tipo de atividade econômica.

E, aí, vou saudar os sindicalistas presentes, principalmente o nosso querido Adauto. Ontem estivemos juntos na reunião da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Cumprimentando você, Adauto, cumprimento todos os demais sindicalistas presentes.

Vamos passar mais uma vez, por favor?

Aí temos vários processos de trabalho, várias atividades: atendimento ao público; resolução de demandas institucionais; recepção e resolução de demandas de clientes, o que requer um desgaste muito grande, porque o atendimento ao público é um atendimento que gera desgaste; esse cumprimento de metas, que, como foi dito aí, se tornam cada vez mais inatingíveis; avaliação e monitoramento de resultados da agência; negociação de empréstimos, dívidas, financiamentos e ativos financeiros; muitas atividades administrativas; comercialização de produtos – e, aí, a gente tem queixas de alguns trabalhadores do setor, dizendo que não têm treinamento para vendas e que, de repente, são colocados em situações de ter que atingir metas com vendas de produtos –; análises de documentos, correspondências, assinaturas, impressões digitais; organização do espaço bancário, de filas, de gestão do atendimento; e outras. E, aí, muitas vezes, as pessoas não conseguem, no seu horário de trabalho, dar conta das atividades, sendo que, principalmente as mulheres, nós, como a senhora disse muito bem, Senadora, que já temos dupla jornada ou tripla, ainda levamos atividades para casa, comprometendo o cuidado com a família, com os filhos e, às vezes, com os pais idosos etc.

Pode passar, por favor?

A gente colocou aí a questão da insalubridade, porque foi uma colocação que fizeram para a gente, para a gente discutir um pouco isso. Então, no art. 198 do Decreto-Lei n° 5.452: "Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos." Não cabe a gente discutir se é um trabalho insalubre, porque a legislação fala de outra coisa, mas esse texto é um texto para a gente pensar nos limites acima do que a gente, enquanto humano, na nossa vida, consegue suportar.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

O que dizem os sistemas oficiais de notificação do SUS? A gente vai trazer aqui alguns dados, alguns gráficos para análise de morbidade e de adoecimento da população de trabalhadores bancários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os agravos que são notificados no nosso sistema de informação do SUS. E a gente tenta, trazendo esses dados, colaborar com o debate.

Pode passar.

Nesse período, de 2007 a 2022, a gente teve 4,12 mil casos de doenças e agravos relacionados ao trabalho entre os trabalhadores dos serviços bancários no sistema de informação. Desses, 45,1% corresponderam a acidentes de trabalho seguidos do caso de LER, Dort e transtorno mental. No mesmo período, foram registrados 5.102.445 vínculos ativos de trabalhadores. A gente consegue ver isso através da Relação Anual de Informações Sociais. E assim a gente observou 70,3 notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho a cada 100 mil vínculos ativos de trabalhadores de serviços bancários no Brasil. Isso vai estar mais bem explicado nos gráficos.

Pode passar.

Essa série histórica de incidência – incidência são casos novos dentro de uma população – a gente colocou por cem mil vínculos de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho. Aí a gente pode ver, pela linha e pelo passar dos anos, que essa incidência – e é caso novo; se o indivíduo repetiu, não está aí, se o mesmo indivíduo repetiu o mesmo caso mais de uma vez, não está aí –, a gente percebe que há um aumento perceptível, pela linha, através dos anos, de incidência das doenças e agravos relacionados ao trabalho. E nisso a gente está fazendo comparação com o número de trabalhadores.

Pode passar.

Próximo.

Eu acho que eu falei...

Pode passar o próximo, por favor.

A série histórica também é de notificações de transtorno mental relacionados ao trabalho. A gente também percebe, na mesma linha, que vai aumentando. Contudo, quando vemos essa queda, que tanto pode ser de casos de subnotificação, porque o SUS tem muito mais dificuldade de identificação do adoecimento relacionado ao trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (*Por videoconferência*.) – ... pela questão da subnotificação e também às vezes porque o sistema ainda não foi alimentado na sua completude, os dados vão chegando e vão alimentando, mas a gente vê claramente aí um aumento, e esse primeiro aumento aparece no ano de 2018. Então, a gente só quer fazer uma comparação, quer dizer que não tem muita relação exatamente com a pandemia o aumento dos casos de transtorno mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor – estou correndo por causa do tempo.

A gente está só fazendo uma comparação dos nossos dados, dos dados que o SUS recebe com os dados do sistema previdenciário. O sistema previdenciário faz o registro dos adoecimentos do trabalhador formal, do trabalhador de carteira assinada. Então, a gente percebe que existem muito mais registros no sistema previdenciário do que no sistema nosso do SUS. Isso se deve a muitos fatores, mas principalmente a isso que o Adauto falou, que é ocultar um pouco essa invisibilidade que o trabalho tem como um determinante social do adoecimento.

Então, muito disso acontece porque os profissionais, os trabalhadores nos serviços ou o próprio trabalhador, quando busca um serviço, busca um atendimento, não exige, não solicita ou não é feita a notificação e o registro de que o adoecimento dele está relacionado ao trabalho. Mas, no caso dos afastamentos pela Previdência, sim. E aí a gente observa também que há um registro, que é uma linha ascendente, com uma certa estabilização neste momento, mas também não sabemos ainda, não temos dados suficientes para analisar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (*Por videoconferência*.) – ... vamos ver ainda, porque isso se encerra em 2021, a gente não tem o ano de 2022, muito menos o de 2023, que ainda é corrente.

Pode passar.

Então, Senadora, presentes, debater essa questão do reconhecimento não da insalubridade em si, mas desse adoecimento dos trabalhadores do setor bancário demanda uma abordagem muito maior, demanda uma abordagem nossa, no Ministério da Saúde; demanda uma abordagem, sim – e aí parabenizo pelos convites, pela auditora fiscal presente –, do trabalho, demanda uma atenção da Previdência Social e também a gente fazer o reconhecimento de que a saúde no trabalho é um direito humano, que o trabalho deve ser não só um promotor de saúde, mas, sim, um local promotor de felicidade e de reconhecimento social.

Com isso, encerro, agradecendo mais uma vez.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós que agradecemos pela ótima explanação e também pela contribuição.

E, agora, eu deixei como último a estar aqui participando para fazer a sua explanação o Adauto, da Fenaban, até para ele poder exatamente fazer, já aqui das falas – se assim achar necessário –, algumas proposições para que a gente já possa ir para os encaminhamentos, dizendo que eu ainda vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrir para ouvir alguns de vocês, se assim desejarem. Então, já passo aqui, imediatamente, para o Adauto.

O SR. ADAUTO DUARTE (Para expor.) – Senadora, a Federação Nacional dos Bancos, que é uma entidade sindical representativa da atividade econômica bancária no país – temos a Febraban, que é atividade associativa, e não sindical –, com muita satisfação, está presente aqui hoje com vocês. Começamos cumprimentando a Senadora por ter tido esta iniciativa de apresentar esse requerimento e propor esta audiência, porque a saúde do trabalhador, com certeza, é um dos bens mais preciosos de qualquer país, de qualquer nação. E é importante que esteja sendo discutido em ambientes como o Senado Federal e como o Congresso Nacional.

Cumprimento os membros da mesa, iniciando aqui nas pessoas da Rachel e do Mauro, e todos aqueles que participaram pelo modelo remoto, como a Presidenta da Contraf, Juvandia Moreira. E, antes de passar para os outros cumprimentos, quero também cumprimentar o Ministério da Saúde por tudo o que faz pelo país, por tudo o que ele faz para a saúde do brasileiro, na pessoa da Dra. Luciene, e, em especial, cumprimentar os bancários, nas pessoas de todos vocês, presentes – bancárias, bancários, líderes sindicais de todo o país – aqui hoje. Em especial, agradeço pela iniciativa que teve a entidade sindical do Ceará de nos permitir trazer este debate. Ao final, nós gostaríamos de fazer algumas proposições com base em tudo o que nós ouvimos aqui, com vistas a ampliar e a promover a saúde do trabalhador bancário e – por que não? – também contribuir para desenvolver a saúde do trabalhador brasileiro.

Indo aqui para a apresentação, se puder passar: nós temos 174 bancos no Brasil; são 450 mil bancários, quase meio milhão; cem anos de negociação coletiva; 31 anos, como diz a Presidenta Juvandia, no modelo unificado; 5,5 mil dirigentes sindicais, em 237 entidades, e uma atividade sindical continuamente em movimento.

No ano passado, segundo a Excent Consultoria, somente 2% de todas as transações bancárias ocorreram em agências bancárias. Trinta anos atrás, quarenta anos atrás, 100% acontecia dentro de uma agência bancária; no ano passado, somente 2%. E hoje nós conhecemos o que a tecnologia alterou em todas as atividades econômicas de todo o mundo. Isso é importante porque está nas mesas de negociação sindical. A cada rodada de negociação que podemos, nós falamos sobre o impacto disso para a vida do trabalhador bancário.

Então, fazendo esse cumprimento a todos os presentes, nós vamos diretamente para a justificativa do requerimento, que seria a alta incidência de doença ocupacional.

Para poder falar de incidência de doença ocupacional, nós temos que retornar um passo atrás e falar de diagnóstico, porque toda a discussão aqui passou pelo seguinte: "Olha, com essa causa, com base em dados públicos, o que é mais importante para a saúde de todos nós aqui?". É ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico correto. Todos nós temos um parente ou um amigo, já, em algum momento, escutamos alguém dizer: "Poxa, será que acertaram o diagnóstico? Será que o remédio é esse? Será que o tratamento é esse?". O tratamento errado, o diagnóstico errado mata. Nós temos que, então, focar em analisar todo este processo: diagnóstico, causa, tratamento e prevenção. Nós não podemos partir da causa, supondo que os dados estão corretos. Como disse bem o Mauro, existem dados que precisam ser avaliados. E nós vamos falar um pouco sobre esse tema que ele levantou aqui hoje, o.k.? Nós temos que focar um pouco no diagnóstico.

Para falar disso, nós temos que nos lembrar do Conselho Federal de Medicina. O próximo eslaide vai mostrar que o Conselho Federal de Medicina diz o seguinte: quando se trata de um diagnóstico de saúde ocupacional – e não é diferente na saúde comum, porque a gente está sempre buscando qual é o melhor médico para poder descobrir se isso é um câncer, se isso é uma coisa... É preciso – o próximo eslaide, por favor – que se tenha todo um procedimento para se verificar se aquele nexo foi causado e está relacionado ao trabalho. No próximo eslaide, nós vamos ver então o que diz o Conselho Federal de Medicina.

Tem que haver, então, um diagnóstico, uma investigação, um estudo no local de trabalho, um estudo da organização do trabalho, dos dados epidemiológicos, da literatura, do quadro clínico, do quadro subclínico e dos riscos encontrados no ambiente. Então, aqui nós estamos falando de um ato médico – do médico do trabalho, do médico perito judicial, do médico assistente na Justiça, do perito federal e do médico do trabalho. Isso é extremamente importante.

Não é diferente das regras que estão previstas.

Então, a base de toda uma solução para um tema que envolve a saúde é o correto diagnóstico. E todos nós sabemos disso.

No Brasil, nós todos sabemos, dando um exemplo de doença mental, são 38 milhões, segundo a Anvisa, de venda de caixa de ansiolíticos no Brasil, 38 milhões; 123 mil a cada dia, a cada semana.

Eu pergunto a vocês: esse diagnóstico está certo? Para onde se vai levar a saúde do brasileiro?

Então, nós temos que focar aqui um pouquinho no diagnóstico.

Vamos passar, rapidamente, pelo diagnóstico da saúde do trabalhador brasileiro e do trabalhador bancário.

Próximo eslaide.

As quatro formas de indicar o nexo causal estão previstas na legislação. Em nenhuma delas, estão seguindo as regras do INSS e do Conselho Federal de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é? O diagnóstico. Acertar o diagnóstico é fundamental para a saúde e é uma premissa que todos nós temos de senso comum.

O nexo profissional é investigado previamente e associado a uma lista de doenças. O nexo individual é investigado previamente e associado a uma situação específica.

Existe um nexo que é dado na Justiça, pelo perito judicial, e o nexo presumido, que é o Ntep, que é uma epidemiologia, epidemiológico presumido. Nos dois primeiros – próximo eslaide –, não há investigação.

Nós estamos dizendo o seguinte: tem uma legislação que manda investigar o nexo, e ela não é feita? Não, não é feita.

Estamos, então, dizendo que é ocupacional algo que não é. Qual é a preocupação disso? Endereçamento de política pública e de tratamento da pessoa. Se nós erramos no diagnóstico, o tratamento será adequado? Nós vamos conseguir fazer prevenção nos ambientes de trabalho?

Isso, porque nós estamos falando ainda em Brasil.

O próximo eslaide, por favor.

Não há investigação prévia. Os documentos que a empresa tem, que os médicos do trabalho fazem, do posto de trabalho, não são pedidos, não são enviados, não são recebidos. Então, eles não são levados em consideração.

Próximo eslaide.

Outra coisa importante: o resultado da caracterização do nexo vem num documento – vocês vão ver a tela, agora, do INSS –, e a empresa, o médico do trabalho não sabe qual é o CID e o agente epidemiológico; ou seja, como vai fazer prevenção se o poder público não investiga o local de trabalho, não investiga a causa e, depois, não informa qual é o CID? Como se faz prevenção sem ter a informação?

Então, precisa ter transparência, um pouco dentro do que o Mauro falou. É importante abrir os dados para que se possa trabalhar sobre eles, seja o movimento sindical, seja os trabalhadores próprios, sejam também as empresas e os médicos do trabalho.

Quando a gente vai para a Justiça, eu trouxe um exemplo para mostrar o seguinte: na Justiça, também não vão ao posto de trabalho para ver se o local que está associado. Não existe isso na Justiça.

O exemplo que nós trouxemos está no próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trouxemos aqui um processo, vou comentar sobre ele. Uma trabalhadora brasileira disse que teve um acidente em casa, doméstico. O perito disse: "o.k., é doméstico". Aí ela pediu: "eu quero um benefício, uma aposentadoria por invalidez, mas não acidentária".

No acordo feito no INSS, foi tudo resolvido. O INSS foi para o acordo: "eu te ofereço um benefício acidentário"; ou seja, no final, registrou como acidente algo que nem a trabalhadora nem o perito ofereceram. Como estava dando aposentadoria por invalidez acidentária, mas tinha aposentadoria por invalidez, a trabalhadora: "eu aceito o acordo". Mas a proposta que foi feita foi acidentária.

Não foi pedido, e o perito não chegou à conclusão.

Existem situações na Justiça em que sequer fazem a perícia. Simplesmente, alega-se, e é concedido o nexo.

Aí eu começo a discutir: se o nexo não é correto, o tratamento será correto? Nós vamos atacar a causa nesta reunião? Então, nós temos que melhorar os dados.

Agora vou para aquele que se chama de Nexo Técnico Presumido (Ntep).

Há quase duas décadas, com base em dados de 2000...

Lembrem que, em 2000, na indústria, você tinha... Não são as máquinas de hoje!

Vocês lembram que, em 2000, ainda tinha folha de pagamento sendo feita dentro da agência; ainda tinha abertura de conta sendo feita dentro da agência... Nós acabamos de dizer...

Imaginem, de 2000 para cá, para chegar em 2%? Os ambientes são outros. As atividades feitas são outras. Pois bem, aqueles dados de 2000 fazem com que se presuma uma doença.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAUTO DUARTE – Eu vou passar aqui, para mostrar só o próximo slide para dizer o seguinte.

Se a pessoa tiver um transtorno mental por uso de cocaína, presume-se, no setor bancário, se for na Caixa Econômica, que foi causado dentro do banco.

Se a pessoa tiver uma amputação traumática do tornozelo e do pé, a legislação nossa prevê que, se ela trabalha numa Caixa Econômica ou em outras 163 Cnaes, presume-se que é causada no ambiente de trabalho. Se foi uma esquizofrenia, presume-se que foi causada no ambiente de trabalho.

O próximo exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando da covid. Nós sabemos que os dados da Organização Mundial de Saúde mostraram um salto nas doenças mentais, ansiedade, depressão, etc. Isso não foi separado para dizer o que é causado pela pandemia e o que é causado... Falta, então, investigação para a gente poder criar uma solução.

Dois eslaides para frente, nós estamos trazendo aqui algumas comparações de acidentes, entre os setores bancários.

Acho que é o anterior.

Está aqui.

Setores bancários.

Bancos de investimentos, não teve nada.

Doenças ocupacionais: são 4%, investimentos; comerciais, 1%; Caixa Econômica, 1%; bancos multiplus, 1,3%, bancos mútuos, com carteira...

Sabe por que tem diferença? Porque é diferente a associação das doenças previstas. São diferentes as tabelas de doenças associadas à presunção, já que não existe a investigação.

E aqui nós estamos trazendo cana, atendimento hospitalar, abate de aves... Abate de aves, 0,87%... Por quê? Porque as tabelas de doenças associadas não estão atualizadas, não estão adequadas.

O próximo eslaide vai mostrar, dentro do setor bancário. Por exemplo, no setor bancário, você vai encontrar dorsalgia... Se for banco múltiplo, com carteira, dorsalgia considera presumido como doença do trabalho, mas se for em qualquer outra modalidade de banco não se presume.

Vamos dar mais um...

Lesão do ombro, que todo mundo sabe que é quando levanta o ombro com mais de 90° de ângulo. Alguns tipos de banco não; outros bancos, sim.

Então, tem alguma coisa aqui que não tem muita coerência. E não cabe, à realidade de hoje, falar de dados do ano 2000, que presume as doenças que estão nos anuários estatísticos da Previdência Social.

Próximo eslaide.

A gente tem no próximo eslaide, então, a amputação traumática, novamente, que todos sabem que está muito associada a acidente de carro.

No banco múltiplo, com carteira, não é considerado presumido como ocupacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caixas econômicas e sem carteiras, sim; e comercial e investimento, não.

Esse é um exemplo

Vamos mudar de eslaide mais uma vez, só para a gente trazer mais um.

O estresse.

Trazendo aqui os Cnaes das Caixas Econômicas, se tiver estresse, depressão, episódios depressivos, é somente nas Caixas.

O trabalhador da cana de açúcar não se presume, o trabalhador da polícia e da segurança pública não se presume, o da construção de edifícios, da defesa civil, dos bombeiros, não se presume; ou seja, precisa ser revista a metodologia que presume a doença. Precisa ter uma participação dos trabalhadores, precisa ter a participação de estudiosos.

Temos que atualizar para a situação de hoje essa presunção, já que depois ela não é investigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAUTO DUARTE – Mais um eslaide e aqui podemos...

Aqui são alguns dados que provam...

Aqui nós temos um exemplo impressionante: 25% dos casos dos bancos, em que é dado, não há sequer a indicação do nexo causal.

Não classificou em nenhum, nem presumidamente. Não há indicação. E são dados também do INSS.

Vamos seguir mais um.

Aqui, diferentemente da saúde, quando a pessoa vai pegando o benefício, a cada vez, até 60 dias, que ele renova, considera-se um acidente novo. Então, tem duas vezes contado o acidente, três, quatro vezes... Isso também precisava ser corrigido.

Mais um, por favor.

Esse é o número de acidentes do setor.

Aqui, outra coisa. Quando se faz o recurso, o recurso não chega, e, quando chega, somente 7% dos recursos são avaliados e 60% são virados, quando é feito efetivamente algum tipo de controle, de perícia.

Mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso, nós estamos falando de um trabalhador que tem uma média de remuneração de R$270 mil por ano, somando tudo o que está nos balanços: treinamento, benefícios, encargos. Se considerar o salário-base, nós estamos falando de 3,5 vezes os dados do IBGE e os dados da Rais. Se a gente falar de balanço, é aquele ali.

Jornada de trabalho, nós temos o setor no Brasil com menos horas extras, jornada reduzida em relação às 44h.

Turnover é 8%, enquanto no Brasil é quase 50%.

Nas metas, o modelo... É adotado o sistema de metas internacional de todas as grandes empresas da Ásia, da Europa, dos Estados Unidos, e o atingimento é de 84%.

Teletrabalho.

Na pandemia, nós tivemos praticamente o maior índice de teletrabalho do Brasil. Hoje, no Brasil, 71% dos escritórios estão em teletrabalho.

Plano de saúde todo é privado. O atendimento, que, normalmente em saúde mental não é fácil, no Brasil e no mundo, no Brasil aqui é.

Sindicalização, 47%.

Como vai terminar, não sei se eu consigo já fazer as sugestões, então a gente vai até onde for possível.

Para a gente ter uma evolução, a gente precisa, primeiro, ter certeza de que o trabalhador merece que o nexo seja verificado. Ele merece que seja verificado o nexo. É com o trabalho?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAUTO DUARTE – É com o sistema de segurança da região dele? É com o falecimento? Porque o tratamento vem do adequado diagnóstico. Então, ele tem o direito de saber o que está acontecendo, para que um médico cuide da saúde dele e ele tenha o tratamento adequado, porque o nosso foco só pode ser um: a saúde das pessoas, e não há saúde sem um diagnóstico adequado.

Segundo, que o benefício acidentário não seja deferido sem caracterizar um nexo causal – não tem sentido não caracterizar –; que tenha transparência, que o resultado indique qual é o CID ou agente etiológico – não há como fazer prevenção sem saber o CID, sem saber o agente etiológico –; que o médico do trabalho da empresa possa participar da investigação e oferecer os seus documentos, que ele conseguiu apurar ao longo do tempo; e que não haja mais essa duplicação.

Outra sugestão, e agora é uma sugestão... me parece que... não, ainda tem mais um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma sugestão direta para o setor bancário, para que vocês possam apreciar : que o protocolo... que haja recebimento de... que tenha um processo do INSS, um protocolo de defesa, contestação; que, em 100% das defesas, recursos, o trabalhador tenha o direito a que haja uma investigação para saber se realmente é ou não e para que ele tenha um tratamento adequado; que o Ntep seja suspenso até que se faça uma atualização, porque não tem sentido falar de trauma, falar de amputação, de cocaína com o bancário e não falar disso em nenhuma outra categoria, tem alguma coisa que nós precisamos corrigir na metodologia, atualizar a metodologia.

E o próximo, eu acredito que... Acho que tem mais um para a gente fazer algumas sugestões.

Próximo, por favor.

Aqui é só para lembrar que a própria Fundacentro concluiu que o Ntep está desatualizado e precisa de uma atualização, um documento de que participou o Fundacentro. O INSS, num grupo governamental, concluiu que realmente hoje não reproduz a realidade dos fatos.

Agora uma sugestão para o setor bancário.

Temos duas sugestões – posso falar ainda? Dá tempo, Senadora? São duas sugestões, vou trazer para vocês.

A primeira é a seguinte: que a gente retome imediatamente, como o Mauro sugeriu, a mesa de negociação; que vocês levem isso para todos os lugares do Brasil. Retomemos essa mesa bipartite para poder discutir com profundidade cada um desses itens, vocês trazerem os exemplos.

Que a gente traga para essa mesa, na sequência, também, o INSS; o médico perito federal – que não é mais da estrutura do INSS –; o Ministério da Saúde; depois, o Ministério do Trabalho; a Fundacentro é fundamental se nós queremos que não fique só em uma reunião. Que isso aqui se transforme em uma série de avaliações para que a gente possa avaliar o que cada um diz, para que a gente possa chegar. E vocês, representados nesta mesa, podem ser várias as reuniões nossas e, depois, uma série de reuniões com o poder público.

A última proposta de todas é que, nos próximos cem dias, Senadora, haja uma resolução do Senado Federal ao INSS, para dizer que, nos próximos cem dias, 100% daqueles que se afastarem nos bancos sejam avaliados, como disse bem o Mauro, pelo médico perito federal, de acordo com as regras do Conselho Federal de Medicina, de acordo com as regras do INSS, de investigação do posto de trabalho, de investigação da relação com o trabalho, e que isso seja apresentado para o movimento sindical bancário, que seja apresentado nesta Comissão. Aí sim, tendo o diagnóstico preciso de cem casos, nós vamos saber se o diagnóstico está certo ou errado. Sem o diagnóstico adequado, nós não teremos a prevenção e o tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sugestão é que é direito do trabalhador bancário – por isso nós estamos propondo – que haja perícia no que tiver de afastamento, nos cem próximos dias, em todo o Brasil, e que seja feito um grupo de trabalho, com a representação do Senado Federal, com a representação do médico perito federal, e que o resultado desse trabalho que, naturalmente, envolve a saúde das pessoas, com todo o sigilo, seja apresentado nesses fóruns. Que a gente possa, assim, avaliar uma base de dados, o diagnóstico feito por médico a cada cidadão. Assim, nós podemos, então, avançar com o plano de trabalho, mas com base no diagnóstico, que é direito de cada cidadão bancário.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Agradeço...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Até agora, a audiência pública vem com o intuito de a gente construir uma solução ou alguma saída para um problema existente. Eu queria propor que a gente respeitasse a fala de cada um, que cada um ouvisse, para a gente construir de uma forma coletiva. Eu acho legítimo e eu também concordo, lógico, obviamente, com "mais saúde, menos metas", pelo que está sendo exposto aqui, mas vamos tentar respeitar e ouvir cada um, isso faz parte da democracia.

Eu queria sugerir – porque eu sei que tem muitos aqui que vão querer falar – que a gente pudesse fazer cinco ou seis inscrições. Como eu não sei o nome de vocês decorado, eu queria pedir... Eu já vi aqui três, quatro... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos. É lógico. (*Pausa.*)

Eu já disse seis. Vou fechar em seis, mas eu queria que vocês tentassem fazer um acordo entre vocês sobre quem seriam os seis. Já tem o que levantou primeiro e, depois, para fazer paridade, bota a mulher que está aqui na frente.

Agora vamos começar com o que pediu primeiro. Eu não sei o seu nome. Aí você só se apresenta. Aperte aí e se apresente. Depois, tem uma mulher inscrita também, que é a Rejane.

Eu queria propor três minutos para cada intervenção, certo? Ou então a gente diminui para dois e aí aumenta para oito. Está bom? (*Pausa.*)

Então, pronto, a gente vai botar dois minutos, mas a gente pede só que sigam o tempo para poder a gente ouvir. Eu tenho toda a disponibilidade e quero ouvir o máximo que eu puder, mas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente não fique *ad aeternum* repetindo – não sei quais são as intervenções –, a gente estabelece oito com dois minutos, diminuindo aí o tempo e aumentando o número de inscrições.

E aí, se você puder fazer, como eu não sei, como a gente não sabe o nome, cada um, antes de falar, só diz o nome e o estado, e aí pode fazer a intervenção, está bem? Combinado assim?

Então, vamos começar.

Aqui tinha só uma pessoa, que é a Rejane, que foi a primeira. Depois dele, a gente chama a Rejane, está bem?

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO (Para expor.) – O.k., Senadora. Obrigado.

João Dourado, de Mato Grosso, dirigente sindical de Mato Grosso.

Quero agradecer pela audiência, Senadora, muito boa, mas eu queria dizer ao Adauto, que, infelizmente, todas as falas que foram feitas foram unânimes em dizer da gravidade, do problema que está acontecendo na categoria bancária. E, infelizmente, o senhor não entrou nessa questão, não debateu. Infelizmente, apontou questões para prejudicar mais ainda o problema e agravar mais ainda a situação do bancário.

Dos cem dias que o senhor está propondo aí, na realidade, é tentar, ao máximo, criminalizar ou a decisão do médico assistente ou tentar criminalizar mais os trabalhadores.

Nesses cem dias, Adauto, o senhor poderia propor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO – ... discutir a gestão de metas que tem nos bancos. O senhor em nenhum momento fez aqui o debate da gestão.

O senhor acha que a gestão de metas é abusiva ou não? Você acha que o modelo de gestão que impõe de cima para baixo, que não leva em consideração a realidade de cada região e de cada estado, é justo?

Um município lá de Mato Grosso, Arenápolis, que recebe uma gestão de meta proposta de cima, o senhor acha que, naquela realidade, tem condição de o bancário atingir a meta naquele município? Se não leva em consideração a questão da economia, o que é possível atingir naquele município? O senhor acha que o bancário vai conseguir atingir meta?

Então, acho que nós precisamos levar mais a sério e aprofundar o debate. O trabalhador bancário, Adauto, está adoecido, está pedindo socorro, Senadora, socorro, porque não aguenta mais. Tem trabalhadores que estão se suicidando e tem muitos que estão pensando em se suicidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos debater isso aqui com mais seriedade e vamos atacar a causa. O diagnóstico está claro: metas abusivas que os bancos estão impondo aos trabalhadores, que não estão aguentando mais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada pelo cumprimento do tempo.

E agora já vamos para a próxima inscrita, Rejane Marques. (*Pausa.*)

Rejane Marques é homem?

A SRA. REJANE MARQUES (*Fora do microfone*.) – Eu, Rejane.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Rejane Marques, pode pegar... É aqui, nessa última. Se você puder se sentar aqui, fique à vontade, porque fica mais confortável.

Você já se inscreveu. Pode fazer aí sua intervenção também.

A SRA. REJANE MARQUES FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas da Mesa!

Boa tarde a todos e todas aqui presentes!

Meu nome é Rejane. Sou da Federação Centro Norte, do Sindicato dos Bancários daqui do Distrito Federal.

Dr. Adauto, o senhor falou que não existe nexo causal com relação ao uso de cocaína, com relação a drogas e com relação até ao que o colega mencionou também, que o senhor não disse, mas também com relação ao suicídio. Só lembrando que a gente faz um exame todo ano, um exame periódico, em que a gente leva algumas respostas para o banco, e, nessas respostas, antes de dizer se o funcionário faz uso de entorpecentes ou se ele tem alguma vontade de cometer suicídio, antes é escrito nessas perguntas se é devido ao trabalho, se é devido a algum tipo de estresse ao trabalho. E a maioria dos funcionários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REJANE MARQUES FERREIRA – ... responde que sim, que é devido ao trabalho, que é devido ao estresse do trabalho; então, o nexo causal existe, sim.

E o senhor se propôs, está na sua fala e está gravado isto, que o senhor vai contribuir para o INSS, para o levantamento de que existe esse nexo causal. Quanto a essa caixa-preta do exame periódico eu gostaria que fosse aberta para o INSS, que o senhor pudesse trabalhar junto com o INSS e abrisse essa caixa-preta, para que nós bancários e o senhor, da Fenaban, nos uníssemos, para a gente poder salvar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde dos bancários; para que isso não mais acontecesse e a gente não visse mais colegas caírem dos prédios, jogarem-se dos prédios e cometerem suicídio.

Essa é minha fala. E eu gostaria muito que o senhor salvasse a vida da gente, por favor. A gente não aguenta mais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada à Rejane.

Agora, passamos aqui para o próximo inscrito. Nós estamos coletando aqui as inscrições, mas eu já queria, então, abrir aqui para o nosso querido... Deixe-o trazer o nome, porque eu estou com medo de dizerem que eu estou interferindo para o meu Ceará. Você se inscreveu com ele também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois pegue aqui as inscrições.

Se tiver alguma outra mulher que se inscreveu, eu quero abrir logo para a mulher...

Já, já... Bote seu nome aqui.

Aí você se apresenta, por favor.

A SRA. TATIANA OLIVEIRA (Para expor.) – Olá, sou Tatiana. (*Pausa.*)

Ah... Sou eu? (*Pausa.*)

Bom, boa tarde, sou Tatiana Oliveira, sou Presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará e eu gostaria de contribuir um pouco com essa discussão aqui, Senadora, falando sobre as condições de trabalho da categoria, porque, quando a gente fala de meta, a gente está falando também de ter que bater essas metas sem ter as condições devidas de trabalho. Quando a gente fala, por exemplo, que a estrutura está verticalizada – a Rachel colocou isso –, a gente está falando, por exemplo, de um exército de gerentes que não gerencia ninguém e que passa a ter uma jornada de oito horas de trabalho, quando, por lei, a categoria tem uma jornada de seis horas. Então, historicamente, junto com a redução do número de bancários da categoria, porque sobre o número que o Adauto apresentou aqui, de 450 mil, pouquíssimos anos atrás, pouco mais de uma década, a gente tinha quase o dobro de bancários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA OLIVEIRA – Esse número foi sendo reduzido e os bancários foram tendo a sua jornada estendida. É um trabalho que exige muita atenção, porque a gente lida com o dinheiro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros, porque tem que bater meta, tem várias responsabilidades, e você está sendo obrigado a ter uma extensão dessa jornada em função de determinadas funções e de um dinheiro a mais que os bancos dão por essas funções. Então, acho que isso é um elemento.

E aí eu venho de uma realidade que talvez seja diferente de boa parte das praças, mas, por exemplo, nós temos a gerente-geral lá no Pará ameaçada de morte por tentar desmontar esquema de venda de senha em fila. Mas por que é que tem venda de senha de fila? Por que é que tem quadrilha de venda de senha de fila? Porque, embora poucas operações ocorram nas agências, nós ainda temos, em algumas regiões, um atendimento social enorme, e o fato de as pessoas precisarem se deslocar cinco, seis horas de barco para chegar a uma agência bancária e ter que chegar 3h, 4h da manhã, esperar para ser atendida várias horas, ter um custo para chegar até uma agência bancária, faz com que exista praça para ter uma quadrilha de venda de filas.

Como é que esse trabalhador que chega para trabalhar e vê cem pessoas numa fila não desenvolve ansiedade? Como é que essa gerente-geral que tem que enfrentar uma quadrilha não desenvolve pânico? Ela está em *home office*, inclusive, porque não pode ir presencialmente ao trabalho.

Então, estou querendo dizer o seguinte: acima de todas essas condições, você ainda tem uma meta para bater, porque o banco desconsidera as condições reais de trabalho que são oferecidas. E nós temos uma consulta que a Contraf fez, já para concluir, com vários números alarmantes, e um deles que eu queria destacar é que 40% das pessoas que preencheram a consulta disseram fazer uso de medicação controlada. Então a categoria está trabalhando adoecida e a gente não vê uma mudança no modelo de gestão que possa frear esse adoecimento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada pela intervenção.

Agora já passamos para o Gheorge Vitti, pode fazer a sua intervenção.

O SR. GHEORGE VITTI HOLOVATIUK (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria cumprimentar a nossa companheira da Contraf, a Juvandia, o Mauro, através deles, todos os nossos bancários e bancárias de todo o país, a Fundacentro, o MPT, o Ministério do Trabalho também, que participou, a Rachel, que também está na mesa, e o Adauto.

Quero dizer que praticamente a gente teve todas as falas num sentido e, se a gente estivesse numa audiência do Ministério do Trabalho, eu acho que a gente ia ter que sair lá fora para fazer uma acareação, porque quando a gente tem todas as falas e todos os setores fazendo um sentido e a gente tem uma fala destoante, aí a gente precisa ver o que está errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar rapidamente, meu nome é Gheorge Vitti Holovatiuk, estou como Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, região paulista, do Estado de São Paulo. Lá já tive a oportunidade, em mesa de negociação, de falar um pouco sobre esse tema. A primeira, comparando inclusive e saudando o nosso Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que também está aqui em Brasília, encontrei-o aqui e me fez lembrar: como que é a parametrização de outros setores?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GHEORGE VITTI HOLOVATIUK – É através do que a produção humana consegue fazer. Então a produção humana metalúrgica consegue fazer X carros, X caminhões, dentro de um determinado tempo. E, se aquilo aumentar, vai ser importante contratar pessoas em outros turnos. No nosso caso, setor bancário, a gente trata com uma questão intangível, a nossa produção é intangível. Então, ano após ano, a gente vê o aumento das metas, ano após ano, não se leva em consideração se tem uma crise pandêmica, se a gente tem uma crise econômica, então as metas são sempre para frente, com menos pessoas para podê-las fazer. Então acho que é importante a gente pensar como que um trabalhador consegue fazer a produção, e eu acho que esse é o estudo que deve ser feito e aprofundado para saber aquilo que é a capacidade para o adoecimento dessas pessoas. O que a gente tem de dados, já é comprovado, já foi entregue, mostra que a nossa categoria tem adoecido ano após ano. Então não adianta a gente pegar e pensar, porque assim, que eu saiba, o PCMSO é uma responsabilidade da empresa e seria importante individualizar inclusive por setor e área, porque lá está falando que se deve identificar e avaliar os riscos ocupacionais presentes no trabalho, agentes químicos, físicos, psíquicos, biológicos e ergonômicos, entre tantos outros. Então a responsabilidade, primeiro, é da empresa, de trazer aqui individualizado o PCMSO.

E, para fechar, para dar oportunidade de escutar outras pessoas, eu penso que essa discussão também, nobre Senadora, tem que passar pela discussão da regulamentação do sistema financeiro, o art. 192 da Constituição Federal... (*Palmas.*)

... porque a meta não é a necessidade do brasileiro e da brasileira, a meta é a necessidade do banqueiro.

Quando a gente fala em produção e vende capitalização, falar que isso é bom para sociedade, penso que a gente precisava aprofundar.

Penso também que vender previdência complementar para o aposentado, a gente deve repensar.

Então, o sistema financeiro, como não tem uma regulamentação e a gente não sabe para quê e para quem ele serve, hoje é montado dessa forma. E, quando eu falo isso, eu quero falar de todo o sistema financeiro, são os bancos, as cooperativas, as *fintechs*, ou seja, o sistema financeiro todo tem que servir os brasileiros e brasileiras dentro da premissa do que está no *caput* da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um forte abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Gheorge.

E, agora, já convidamos – já que nós estamos com os nomes – o próximo inscrito, o Rogério Tavares, que também poderá fazer a sua intervenção.

O SR. ROGÉRIO TAVARES DE ALMEIDA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu quero parabenizar a Senadora por esta iniciativa, por estar aqui fazendo esta audiência, mas a gente vê como muito preocupante, a partir da fala do Sr. Adauto, de que as coisas não vão... A gente vai ter que lutar muito... Depois da fala negacionista, a gente vê que a gente vai ter que lutar muito para poder mudar isso, para poder fazer com que o bancário realmente seja respeitado em sua saúde.

Eu esqueci de me apresentar, eu sou o Rogério Tavares, da Federação de Minas Gerais e, com muito orgulho, quero falar aqui da UFMG, a Universidade Federal de Minas Gerais, que fez um estudo, alguns anos atrás, e mostrou que a categoria bancária era a segunda que mais adoecia por problemas psiquiátricos, ela só perdia para o motorista de ônibus. Então, por aí a gente vê, é um estudo de uma universidade conceituada, que vê o adoecimento, não por causa de fatores externos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO TAVARES DE ALMEIDA – ... mas por causa realmente do trabalho.

A gente sabe que o setor bancário é o setor que mais lucra no Brasil, o setor bancário é o que mais lucra no mundo, na questão de bancos. E isso através da exploração, não só de seus funcionários, mas também de seus clientes, com juros extorsivos, no qual a gente vê o cartão de crédito e o cheque especial com juros de 300%, 400% ao ano. Então, é a ganância, é a ganância muito forte, em que eles fazem com que o lucro fique acima da vida, fique acima até da ética. Então, o que a gente vê de adoecimento é porque a gente conhece a categoria bancária.

Eu gosto sempre de dizer isso, os sindicalistas são os que mais conhecem a categoria, as suas demandas, os seus problemas e as suas preocupações, porque a gente vai visitá-los em todas as unidades no Brasil todo. Então, a gente vê muitas coisas que eles não têm coragem de às vezes falar e eles falam conosco as suas demandas, as suas preocupações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO TAVARES DE ALMEIDA – A gente vê também que muitas vezes não revelam e não se afastam para se tratar com medo de perder o emprego, com medo de perder a comissão, com medo de perder o seu cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir dessa fala negacionista, a gente só pode supor aqui, Senadora, que a gente vai ter que lutar muito ainda para que a gente possa realmente levar essa resposta para a nossa categoria, uma categoria que possa trabalhar sem adoecer. Adoecendo não só o funcionário, mas também a sua família, é isso que a gente vê em nosso dia a dia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada também.

E, agora, a próxima inscrita é Sandra Trajano.

A SRA. SANDRA TRAJANO – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto, está aqui.

É de Pernambuco, não é?

A SRA. SANDRA TRAJANO (Para expor.) – Isso.

Boa tarde.

É porque eu fiquei nervosa, sabe, gente? Eu quase passo mal, porque eu achei que ia ser ruim o posicionamento da Fenaban, mas conseguiram se superar. Vocês conseguiram se superar, porque é uma pesquisadora, uma psicóloga que está no espaço que é o Ministério do Trabalho, o Ministério Público ou seja lá qual for, ter o trabalho – e foi isso – simplesmente levado a nada aqui; foi isso que a gente viu aqui.

E aí, Adauto, levando em conta que você está representando a Fenaban aqui, a gente chega a uma agência e escuta de uma colega: "Eu queria saber onde foi que eu me perdi.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA TRAJANO – Eu queria saber onde foi que eu perdi minha condição de pessoa". Pessoas, pais e mães, que estão abrindo mão da comissão, que não querem mais ascender em prol da sua saúde, estão tendo dificuldade de encontrar um nexo causal. Colocar isso, gente, em falta de estudo... Eu não sei o que a gente veio fazer aqui, não. Perdoem-me. Perdoem-me. (*Palmas.*)

Isso é falta de seriedade. Isso é falta de seriedade com as pessoas. Nós trabalhamos com pessoas.

Eu já disse diversas vezes – e eu vou acabar minha fala para não prejudicar o tempo dos colegas – que eu odeio, com todas as minhas forças, a palavra resiliência – e já soube que já tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA TRAJANO – ... um outro termo – porque é um produto aplicado a coisas, a plástico, que tiveram a indecência de aplicar ao ser humano.

Eu não sei mais o que vocês querem. Eu não sei que receita é essa de vocês de moerem pessoas para fazer lucro, acabando com a vida dessas pessoas, porque é isso que está acontecendo.

Obrigada.

Desculpa, mas é isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada também, Sandra Trajano.

E, agora, já passo para Gilberto Vieira, que é do Distrito Federal. Pode abrir o microfone.

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA (Para expor.) – Gilberto Antonio Vieira. Eu sou Diretor da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito).

Quero cumprimentar a ilustre Senadora, a Rachel, o Mauro, o Adauto e a todos que estão participando deste evento, seja remotamente, seja presencialmente.

Eu tenho um ditado, que diz o seguinte, a respeito de metas: "O bancário vale tanto quanto foi o cumprimento da sua meta no mês anterior"; é assim que normalmente é avaliado.

Mas eu queria falar especialmente para abordar mais três aspectos apenas.

Uma outra causa de importantíssimo sofrimento diz respeito às demissões em massa. A ameaça de demissão – e a categoria, como já foi registrado aqui, diminuiu recentemente a menos da metade – é uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – ... das razões de sofrimento.

Uma outra questão – e só tem mais duas para encerrar – diz respeito às perdas salariais e de benefícios que vêm ocorrendo ultimamente, especialmente depois da reforma trabalhista, quando foi afastado o princípio da ultratividade.

E, por último, o cidadão, o bancário, quando precisa do apoio do INSS, o prejuízo começa pela demora e, muitas vezes, os fundamentos do indeferimento não são razoáveis.

Então, eram essas três questões que eu queria abarcar, além da questão das metas, que já foi bastante destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos.

E, agora, a próxima inscrita é a Valeska, que é de São Paulo.

Pode fazer também a sua intervenção, Valeska.

A SRA. VALESKA PINCOVAI (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu sou Valeska, sou diretora da Secretaria de Saúde do Sindicato dos Bancários de São Paulo e eu queria falar um pouco em cima do que o Adauto falou, que a gente tem problemas no INSS – acho que o Mauro, da Contraf, também colocou isso aqui. A gente tem, sim, problemas no INSS com os peritos, com o destrato dos peritos, com a dificuldade de eles entenderem, de aceitarem CAT emitida por órgão público, pelos sindicatos. Porém, também os médicos do trabalho dos bancos não atendem do jeito que deveriam atender; eles não emitem a CAT para o trabalhador; eles não reconhecem os atestados dos médicos assistentes. E, na realidade, esse médico do trabalho não faz isso porque ele é o médico da empresa, ele representa a empresa, não representa o trabalhador. E, quando ele se sujeita ali a desrespeitar a empresa e a emitir a CAT, ele é demitido. Infelizmente, essa é a realidade do médico do trabalho.

A gente queria o quê? Um médico do trabalho que fosse indicado pelo trabalhador e pela empresa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VALESKA PINCOVAI – Aí, sim, representaria as duas partes, teria uma representação justa, não é?

E, aí, quando a gente fala do adoecimento, que ele descaracteriza aqui, a gente tem, em São Paulo, provas de que a gente atendeu mais de mil trabalhadores bancários, desde o começo do ano, adoecidos por doença mental. Oitenta e dois por cento dos bancários do Município de São Paulo que se afastam é por doença mental. E a gente atende diariamente trabalhadores ameaçados, constrangidos. A gente tem denúncia de que chega a ter racismo, assédio sexual e que os bancos não reconhecem. Eles reconhecem essa denúncia dizendo que deu uma gestão de consequência para o gestor que praticou isso.

Então, está muito feio o que está acontecendo nos bancos. A gente está vivendo uma epidemia de doença mental, muito assédio, e os bancos não reconhecem isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos.

Só um minuto, porque eu perdi a lista. (*Risos.*)

Está aqui, está aqui. Achei! É porque é lista demais, não é?

Agora, o próximo inscrito é o André Luiz.

Não temos aqui dizendo o estado de origem, mas ele pode se apresentar.

Pronto! Está aqui o André Luiz.

O SR. ANDRÉ LUIZ BASTO (Para expor.) – Senadora, boa tarde. Boa tarde aos demais integrantes da mesa, senhores e senhoras do plenário.

Eu fiz um texto aqui a caminho daqui para não me perder nas palavras.

Eu não sou dirigente sindical, eu sou um bancário do Rio Grande do Sul, trabalho no setor privado, num banco daquele estado. Aqui, nesta mesa, tem mais um gerente de agência, como eu, e mais dois gerentes de conta. Então, eu sou funcionário da frente. Eu tenho 34 anos de banco – fiz agora, dia 23, 34 anos – e, desde 2019, eu venho me tratando, tentando me tratar das consequências dos traumas que eu vivo no banco desde o meu primeiro dia até os dias atuais. E esses traumas me levaram a buscar esse tratamento ortopédico e psiquiátrico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ BASTO – O que eu tenho a dizer a respeito é que eu faço parte de uma estatística de bancários adoecidos pela cobrança excessiva de metas abusivas e irreais. Eu sou a prova de que o assédio moral sistemático, opressor, transforma pessoas capacitadas em profissionais descartáveis. À medida que os primeiros sintomas do estresse emocional começam a aparecer, nós somos discriminados e rotulados. Nós não podemos demonstrar fragilidade, muito menos procurar a ajuda de um profissional da saúde, seja ele da área psíquica ou ortopédica.

A minha mensagem e alerta é de que o adoecimento bancário não escolhe nível hierárquico dentro dos bancos, sejam eles públicos ou privados.

A categoria de bancários pede socorro. Estamos doentes, nos respeitem como tal.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero aqui dizer para o André que ele fala de uma forma que, pelo menos eu senti aqui, a gente sente na pele realmente a grande necessidade...

O SR. ANDRÉ LUIZ BASTO – Senadora, só mais um detalhe que eu não posso deixar passar: quem me acolheu, desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ BASTO – Pode, deixa só eu concluir...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixa só ele concluir.

O SR. ANDRÉ LUIZ BASTO – Quem nos acolheu foi o sindicato. Quem nos tirou do fundo do poço foi o sindicato... (*Palmas.*)

... de que eu faço parte.

Então, eu só tenho a agradecer. É um privilégio estar aqui. E o que eu puder fazer para ajudar a categoria eu vou fazer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Obrigada também.

E agora, eu deixei por último, mas vou passar ainda... Posso passar para a mulher? O cearense vai entender. Deixei por último o cearense para não dizerem que eu estou defendendo o Ceará, embora eu esteja.

Pode falar, se apresentar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode, pode. Não, aqui... É só apertar, só dizer o nome.

A SRA. ROSICLER CARVALHO (Para expor.) – Eu gostaria, como o André falou que nós estamos em quatro representantes adoecidos, não somos dirigentes sindicais, gostaria de que as minhas colegas também se levantassem. Nós somos... (*Palmas.*)

Eu me chamo Rosicler, trabalho num banco privado, e as meninas também. Assim como o André – tenho 35 anos de vida bancária –, estou afastada há um bom tempo. Tenho sequelas, hoje, de doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho muitas dores crônicas e, inclusive, uma coisa que acontece muito nas agências: eu faço fisioterapia pélvica porque eu não tinha tempo de fazer xixi. Isso acontece...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSICLER CARVALHO – Eu queria mais um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

A SRA. ROSICLER CARVALHO – Isto acontece muito: a pessoa não poder fazer xixi, porque está ali no dia a dia correndo.

E eu agradeço muito por ter vindo aqui. Tirando a fala, o papel do companheiro, eu agradeço muito por a gente ter uma perspectiva de ter este espaço, por poder estar levando esse assunto mais a sério. Agradeço muito a confiança dos meus colegas que ficaram lá. A gente participa de um grupo de pessoas em que nós estamos entre iguais, porque muitos não têm condições, porque ficam muito tempo sem receber, de poder fazer um tratamento psiquiátrico, e nós nos ajudamos entre nós para podermos fazer isso. Então, eu prometi para eles ontem, numa reunião que a gente faz todas as quartas-feiras, e a gente faz o impossível para estar lá, para podermos nos acolher... E, na pessoa desta querida aqui que representa o nosso Departamento de Saúde... Quando a gente chega lá mais que – eu vou dizer esguelepado, na palavra do gaúcho – esguelepado, a gente é acolhido pelo nosso sindicato, dentro do nosso Departamento de Saúde. Eu prometi mandar um coraçãozinho para os meus colegas que estão lá e que possivelmente estão nos escutando. Eu estou mandando um coraçãozinho para eles, porque lá a gente se trata com amor e a gente compreende uns aos outros. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Que bom! Já agradeço por você ter quebrado o protocolo. Eu acho que é essencial a gente ouvir isso. Se realmente eu tivesse aqui muito tempo e a gente pudesse, eu ouviria um a um, mas, com a minha sensibilidade, podem todos contar.

Quero só registrar que nós temos uma frente mista para falar sobre a doença mental. Dentro dessa frente, existem várias coordenadorias. Existe uma coordenadoria específica dentro dessa frente, que é da Câmara e do Senado, que fala especificamente da saúde mental da mulher, da qual eu estou sendo designada coordenadora, e em que a gente pode aprofundar também a questão da saúde mental de nós mulheres, eu sempre gosto de me incluir dentro dessa frente, para aprofundar o debate com o que foi exposto aqui e também fazer a linha de corte para a categoria. É uma sugestão para que a gente possa pensar depois sobre isso. (*Palmas.*)

Agora, para concluir aqui as falas, todas muito valiosas, as falas de vocês que vieram, e já agradeço novamente, de vários estados, estão aqui realmente pela necessidade de mostrar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar, e eu espero que, no final, não estou ainda concluindo, a gente possa ter proposições positivas, vou abrir aqui a fala para o meu querido amigo lá do Ceará, que foi um dos que, juntamente com toda a equipe, que está aqui, do Ceará, nos provocou para que a gente pudesse fazer este momento de audiência pública.

Pode falar. Agora é sua vez.

O SR. AILSON DUARTE (Para expor.) – Obrigado, Senadora Augusta. Quero agradecer, mais uma vez, à senhora, à assessoria, ao nosso Gabriel, que já foi dirigente sindical e hoje está na assessoria da Senadora, que nos atendeu.

É importante a gente registrar onde nasceu essa ideia da audiência pública. Foi a partir do Coletivo Nacional de Saúde da Contraf. A nossa Presidente, que está aqui de modo virtual, a gente viu essa necessidade. Esse coletivo nacional é formado por secretários de saúde dos sindicatos, das federações. Eu sou da Federação dos Bancários do Nordeste (Fetrafi/NE), estou lá como secretário de saúde e condições de trabalho. E, a partir do nosso trabalho e dessa solicitação de ter esta audiência, de estar debatendo isso daqui, é importante a gente colocar que, além das pesquisas que nós fazemos, além da consulta, há o dia a dia, como foi o relato há pouco tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AILSON DUARTE – As nossas entidades, as entidades da Contraf, têm os departamentos de saúde, como tem no Ceará. Está aqui o Eugênio, que é da Secretaria de Saúde do sindicato do Ceará, que atende de forma cotidiana o bancário. Então, nós não precisamos de dados estatísticos. Esses dados estão no nosso dia a dia, o das pessoas que procuram o sindicato como o último refúgio. Nós temos, inclusive, o atendimento psicológico, um plantão psicológico para atender o bancário. Ele não precisa nem ligar para o sindicato. A gente divulga um número direto da psicóloga, para poder atender diretamente o bancário a qualquer tempo.

Então, sobre essa preocupação que todas as entidades trazem aqui, a gente precisa fazer, nesta audiência pública, os encaminhamentos. Se a gente tiver que ir na porta do INSS, a gente sai daqui e vai lá agora, na porta do Ministério do Trabalho. Inclusive, é importante a gente registrar a participação de todos os órgãos do Governo, que nos atenderam, porque, em outros momentos, nem Ministério do Trabalho existia. E aqui eles estiveram, trazendo a sua participação. E vão, evidentemente, junto conosco, encontrar a solução. E uma das soluções passa por a Fenaban retomar a mesa de negociação, com o Comando Nacional dos Bancários, da pauta da saúde, para que a gente possa partir daí, porque a mesa está parada, não está tendo negociação. Precisa-se retomar essa negociação.

E aí, como eu falava, onde for preciso ir, se for preciso pressionar um órgão do Governo, se for preciso ir para cima dos peritos, a gente vai. A gente está aqui para isso, e com a dedicação e o compromisso de cada companheiro e cada companheira que está aqui no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, agradeço à Senadora. Estaremos à disposição para poder contribuir com a solução dessa temática. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Ailson. Obrigada pela sua intervenção.

Agora, já encaminhando realmente para as considerações finais, a gente vai ouvir ainda as nossas palestrantes e contribuidoras que ainda estão aqui, de forma virtual, atentamente ouvindo. E, depois, aqui, a gente também vai ouvir o Adauto, que causou toda a polêmica. (*Risos.*)

Entendemos o papel. A gente tem que construir, eu sei, eu entendo muito. E quero dizer sobre tudo que foi falado aqui e discutido nesta audiência pública que eu tenho toda a sensibilidade com os trabalhadores e trabalhadoras, especialmente por perceber o adoecimento, presenciar isso também. Tenho um exemplo em casa. Vamos tentar construir uma forma para que a gente possa sair desse adoecimento, seja indo aonde for preciso, aonde for necessário, para viabilizar o mais rápido possível. Que seja não tendo obrigatoriedade de metas. O que é que nós vamos ter que fazer? Nós vamos ter – pelo menos, a Comissão vai se comprometer, a Comissão como um todo, e vou falar também com o Senador Paulo Paim, que é um maravilhoso e grande Senador aqui –, a gente vai se comprometer com o que for decidido e encaminhado para que esta Comissão não sirva só para hoje, para este momento, para dar visibilidade, sensibilizar, mas também acompanhar e realmente ver uma resposta para todos esses problemas que foram aqui elencados. E rápido. Uma coisa que a gente não pode ver são homens e mulheres adoecerem, a gente saber a causa da doença e não tomar nenhuma atitude. Então, a gente quer, através da Comissão também, ver o que a gente pode fazer, com que pode contribuir para que a gente se junte, se una com todos e todas para resolver o problema. Senão, eu diria, para mim, não seria válido a gente fazer uma manhã toda de debates, discussões se realmente não tivermos concretamente nenhuma definição, eu diria, ou data, ou algum encaminhamento para que a gente também possa ajudar aqui dentro do Senado.

Então, eu quero aqui já passar para as considerações finais. Eu quero perguntar aqui e já passar para a nossa querida companheira Juvandia, que está virtualmente. Depois, eu passo para a Maria, se ainda estiver aqui também na plataforma; depois, por último, para o Adauto, que está aqui presencialmente... Não, Raquel, obviamente, e o Mauro também. Vamos aqui, então, abrir, primeiro, para a Juvandia.

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, este debate é bem interessante, Senadora, e muito importante. A gente vê aí... Quando o número se transforma em exemplo, numa pessoa, quando a gente ouve o depoimento, isso mostra para a gente o senso de urgência e de importância. Às vezes, os números nos parecem frios. Eles já são assustadores. No nosso caso, a gente já vê que a maioria dos adoecimentos é por doenças mentais. Nós acompanhamos no dia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia esse adoecimento, essa progressividade, o crescimento desse adoecimento mental, com muita tristeza e sempre com muita iniciativa para combater esse adoecimento.

O Nexo Técnico Epidemiológico foi criado em um momento muito importante, foi um avanço e continua sendo. Se tem, eventualmente, alguma questão a reparar, o que tem que se fazer é o reparo, e não jogar fora um processo que é efetivamente importante, que foi um avanço, porque não dá para você ter dados que mostram que, em um determinado setor ou empresa, há um grande número de adoecimentos de uma determinada característica e você achar que isso é normal, que aquilo não caracteriza uma epidemia. É óbvio que caracteriza uma tendência, uma epidemia, e que é algo que tem que ser tratado assim.

O inverso disso era o perito – e é ainda, infelizmente ainda tem muito desse problema – dizer para você que ele não costuma dar um determinado benefício, que ele não faz isso, enfim, por uma questão de convicção dele próprio ou por uma atuação direcionada. A gente já teve muitos problemas com a perícia do INSS. Eu acho que tem muita coisa para melhorar e avançar na perícia do INSS. A própria Medicina do Trabalho precisa ser mais bem regulada, precisa cumprir, inclusive, aquilo que está no regulamento e que deveria ser a função dela. A função dela não é avaliar casos individuais, a função dela é avaliar o problema do adoecimento coletivo, avaliar o segmento, a empresa, o que é o adoecimento e propor soluções.

Essa proposta que o Adauto fez, infelizmente, se torna inviável, inclusive, no que diz respeito ao que é o papel da Medicina do Trabalho. Eu já fiz vários exames periódicos, Senadora, e, eu vou lhe dizer, quando muito, eles mediam a pressão. Imagine avaliá-la para saber a que a causa do seu adoecimento diz respeito, ouvi-la para saber as suas queixas em relação ao ambiente de trabalho! Isso raramente acontece. O que acontece é um pacote de atendimentos em que dão: "aptos ao trabalho". É muito raro.

O perito do INSS se nega constantemente a aceitar a emissão de CAT do Cerest, imagine, do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador. Eles se negam a aceitar! Eles se negam a aceitar a orientação do médico assistente que acompanha aquela pessoa, às vezes, há anos e anos. Eu incluiria a opinião de um perito, de um médico que acompanha esse trabalhador há muito tempo, e não de alguém da Medicina do Trabalho, que não tem a função de analisar, de examinar, em termos clínicos, aquele trabalhador. Ele tem função, sim, de analisar o ambiente de trabalho, e ele não faz, não cumpre o seu papel como medicina do trabalho. Esta, sim, precisa ser revista e repensada. Precisam ser revistas e repensadas as formas de gestão de adoecimento. As empresas que geram esse grande número de afastamento e de adoecimento têm que mudar sua gestão. O INSS tem que cobrar, tem que fazer reconvenção, tem que cobrar delas o custo que elas trazem para o Estado, tem que cobrar o fim desse adoecimento.

Nós precisamos melhorar as perícias do INSS, a resposta do INSS a isso, a política pública feita a partir dos dados que o INSS constata. Eu acho que esse é o nosso grande gargalo. E as negociações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletivas efetivas; efetivas mesmo. Nós já propusemos uma série de questões na negociação coletiva que dizem respeito à adequação das metas. Nós fizemos proposta de que as metas têm que ter uma periodicidade, seja semestral, seja anual, que elas não podem ser alteradas a qualquer momento para deixar as pessoas numa tensão, sempre numa pressão grande, que elas têm que ser adequadas ao poder econômico da clientela daquela agência daquela região, da atividade econômica da região. Porque a gente pega, inclusive, casos absurdos de agências que estão localizadas em regiões que não têm nem como oferecer microcrédito ou crédito agrícola, porque são regiões de alto poder aquisitivo – a Faria Lima, por exemplo –, em que ele está sendo cobrado por um negócio, por um produto que é impossível ser vendido ali, ser praticado naquele lugar.

Então, fazer várias adequações que são necessárias para que você não tenha esse adoecimento mental tão grande e esse custo social tão grande. E isso precisa de comprometimento, isso precisa de negociações efetivas, precisa de que o Estado acompanhe, precisa de que o Estado estabeleça regras, de que o próprio INSS, de que o próprio Ministério da Saúde acompanhe isso com muito mais efetividade.

Relacionar essas questões... Eu acho que pegar uma amostra, analisar cada caso. E incluir o médico assistente, aquele médico da pessoa, que acompanha a pessoa. Os sindicatos, junto com os médicos que os sindicatos têm, como pesquisadores de universidades, pessoas que já, como a própria Fundacentro, pesquisam o mundo do trabalho, o adoecimento no mundo do trabalho, estas, sim, precisam se manifestar nesses temas, e não só partes que têm o interesse econômico de minimizar os adoecimentos.

Obrigada, Senadora, pela oportunidade. Parabéns pelo seu trabalho e por esta oportunidade de estar discutindo mesmo soluções para um problema tão complexo e tão gritante! É isso. Agradecemos aqui em nome dos bancários e bancárias de todo o Brasil, em nome das entidades sindicais, enfim, desses trabalhadores que têm passado por tanto sofrimento mental.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Nós é que agradecemos.

E eu já... Não! Vou deixar para falar no final. Eu queria sugerir aqui, mas ainda temos o Mauro, que quer também fazer umas rápidas considerações finais, a Raquel está decidindo se quer, e não existe mais ninguém que, virtualmente, deseje fazê-lo.

A gente passa agora para o Adauto. No final, a gente vai ver o que a gente pode construir dessa audiência pública, está bem?

O SR. MAURO SALLES (Para expor.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É até, principalmente, para agradecer, mais uma vez. A audiência foi muito rica. Eu acho que expressou, de fato, a realidade e chamou a atenção para isto: temos um problema a ser resolvido e, para resolver um problema, temos que enfrentá-lo, e não fugir dele. Então, não é possível...

Parabenizo o Adauto por vir aqui, eu acho que é republicano. Todavia, eu acho que as argumentações da Fenaban estão fugindo do problema, tergiversando, e, para mim, mostraram que está difícil, Adauto, tu justificares essa realidade, porque toda a argumentação – não vai ser aqui que nós vamos fazê-lo – não se sustenta. Abordar só o CFM, mas não abordar as normas de saúde, não cabe, não é? É o Conselho Federal de Medicina, mas tem um monte de normas que falam outra coisa.

A questão do NTEP é um avanço agora, de que cabe recurso para os bancos e cabe recurso para o perito. Superficialmente abordar o problema é... Aliás, no diagnóstico, os médicos dos bancos negam o benefício sem fazer toda essa avaliação que foi falada. Então... Mas, terminando mesmo, eu acho que isso aí...

Também saúdo o Adauto por retomar a mesa de negociação, porque, desde maio, apesar de toda a nossa insistência, não conseguimos retomá-la. Inclusive, tem uma correspondência a ser respondida, que eu acho que nós podemos aprofundar lá e em todos os espaços necessários.

Por último, eu gostaria de pedir à Senadora e a esta Casa o apoio à ratificação da Convenção n° 190 da OIT, quanto a assédio moral e sexual, que seria um avanço para a sociedade brasileira. Ela está tramitando na Câmara, mas vai chegar ao Senado e é um item importante para a gente.

Muito obrigado principalmente aos meus colegas bancários.

Estamos na luta sempre!

Abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada a você, Mauro.

E, agora, eu já passo aqui para a Rachel, que também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não. É só apertar aqui.

Pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RACHEL DE ARAÚJO WEBER (Para expor.) – É bem rápido também, apenas para agradecer por esta oportunidade. A gente viu a disposição também da nossa Senadora Augusta Brito de não estar só protocolarmente aqui, mas de se envolver mesmo com o debate. Isso é fundamental!

Quero dizer que a Federação Nacional das APCEFs, das associações da Caixa, está à disposição para todos os colegas que estão aqui. A gente tem a sede aqui em Brasília. Somos parceiros em todas essas discussões junto com a Contraf, mas já estou contemplada aí pela fala da nossa coordenadora da mesa de negociação e Presidenta da Contraf, a Juvandia.

Então, um bom final de atividades e um bom dia para todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Rachel. É muito importante também a sua presença aqui.

E, agora, já vou passar aqui para o Adauto, que tem aí uma missão que eu diria que é não tão boa. (*Risos.*)

Adauto, entendemos o seu papel, mas queríamos agora algumas modificações, para que a gente possa sair com alguma proposta mais positiva em relação à Fenaban.

O SR. ADAUTO DUARTE (Para expor.) – Senadora, inicialmente, são cinco abordagens distintas. Tentando passar aqui rapidamente, foram 13 pessoas que fizeram uso da palavra. Eu vou tentar aqui agrupar em cinco blocos e, para aqueles que acharem que eu não toquei no assunto, estou aqui à disposição.

Primeiro, em relação à audiência. Este é um espaço de fala democrático. É importante que cada um possa se manifestar com aquilo que acredita, com a sua verdade, com o seu entendimento, visando oferecer ao Senado Federal aquele que é seu o entendimento e a sua compreensão para o debate. Acho que é correta também a afirmação de que, quanto mais se debatem os temas, quanto mais se coloca luz sobre os temas, mais chances nós temos de aprimorar os mecanismos para tornar a sociedade mais igualitária e, neste caso, que tenha ainda mais promoção de saúde.

Também quero destacar que este é o setor mais organizado do ponto de vista sindical. São 5.558 dirigentes sindicais que vivem a realidade das diversas unidades e que, nas mesas de negociação e também na prática do dia a dia da Federação Nacional dos Bancos, têm todo o nosso reconhecimento por sua atuação.

E, aqui, eu aproveito para poder comentar várias falas que me causaram muito boa impressão, várias falas merecem abrir espaços de diálogo, vou falar sobre isso daqui a pouco, mas quero colocar uma luz especial na posição do André e da Rosicler, como bancários que trouxeram aqui depoimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários aqui são representantes, mas eles trouxeram depoimentos. E quero dizer a eles, em nome de todos os bancários, que nós temos que ter um comportamento de buscar separar cada tema: este é um tema de mesa, este é um tema de INSS, este é um tema do Senado, ou vamos fazer tudo junto, mas nós não podemos perder tempo no sentido de dialogar e de buscar solução sobre os temas.

Em virtude disso, eu entro no primeiro tema. Não temos dúvida... Vou falar sobre saúde, metas, mesas de negociação e um tema final que vocês comentaram aqui na reunião.

Com relação ao primeiro tema, saúde, nós entendemos que existem restrições em relação ao médico perito federal, que hoje não é da estrutura do INSS, mas são restrições que nós podemos superar para poder fazer um projeto de investigação de diagnóstico. É fundamental que o cidadão bancário, e não só o bancário, tenha direito a um diagnóstico do que ele tem o quanto antes, porque o diagnóstico tardio não é bom para a saúde. Então, esse não é um espaço de fala, esse é um espaço técnico. O espaço técnico é chamar o médico perito federal. Se o movimento sindical tem críticas em relação a essa figura, chamamos também o Conselho Federal de Medicina, pesquisadores, como foi mencionado, médicos do sindicato, especialistas. Vamos fazer um grupo e construir uma pauta de investigação de cem dias. Nós temos que melhorar esse mecanismo de diagnóstico, porque o tempo do diagnóstico afeta a saúde do trabalhador. Por isso que eu fiz o comentário sobre o Brasil. Um país que vende a cada hora 5.144 caixinhas de remédio de ansiedade de tarja preta merece a atenção de todos nós, seja bancário e não bancário. Então, a velocidade passa por um processo.

Volto então à proposta de cem dias, mas atualizada, e atualizada com tudo o que vocês disseram. Vamos fazer antes um grupo de trabalho aqui no Senado com o Conselho Federal de Medicina, e vocês vão colocar sindicatos para dizer: "Olha, nós não acreditamos no médico perito federal porque tem esse problema", mas nós temos que ter um médico especialista que vai diagnosticar a pessoa com velocidade, porque é dali que nasce todo o tratamento, é dali que nasce a prevenção no ambiente de trabalho. Então, a gente tem que trazer esse tema médico para os ambientes médicos, claro que com o acompanhamento dos sindicatos, que oferecem elementos, subsídios para que eles possam tecnicamente tomar decisões no sentido, com o Ministério da Saúde nessa mesa, de se poder realmente pensar qual é o modelo. Será que é possível fazer uma experiência dos cem dias no modelo de diagnóstico individual? O que nós vamos encontrar nesses cem dias? Como nós vamos endereçar? E podemos transformar isso em regras, procedimentos em favor do setor bancário, das bancárias e dos bancários do Brasil?

Então, essa é uma proposta técnica, em respeito a tudo que vocês disseram e colocando, em especial, aqueles que trouxeram depoimentos pessoais aqui, o que naturalmente contribui muito.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADAUTO DUARTE – O segundo tema é o tema das metas. Eu acho que vocês todos que trataram sobre metas falaram muito bem sobre o assunto. As metas, todas elas são regionalizadas, são separadas e estão colocadas dentro da mesma lógica... Eu trabalhei no setor automotivo, que foi o exemplo que o Presidente Vitti trouxe, por 25 anos. Participei das metas. O setor bancário tem salários, fora o variável, duas vezes, três vezes maior do que a média nacional, e essas metas de que nós estamos falando não tiram salário fixo de ninguém, não tiram benefício de ninguém, porque tudo isso está protegido em convenção coletiva, trata-se para cima. E não é diferente o setor bancário, não é diferente dos outros setores da economia, como o automotivo etc.

Mas nós estamos prontos para poder rediscutir as metas em mesa de negociação. Se necessário, podemos tratar de metas, mas não temos um estudo científico hoje, não temos um estudo do Ministério da Saúde ou um estudo em cima do diagnóstico que está associado a metas. Então, nós podemos destacar os temas e vir discutir. Após os cem dias de investigação, se esse for o tema, nós estaremos prontos para poder buscar soluções. Mas nós não podemos colocar uma solução que não seja apurada em diagnóstico médico, porque nós podemos estar fazendo mal para as pessoas. O bem para as pessoas se faz quando você acerta o diagnóstico. Errar o diagnóstico, gente, é a pior coisa que pode acontecer para qualquer família. É fundamental acertar o diagnóstico e o tratamento.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADAUTO DUARTE – As metas nós estamos prontos para começar na segunda-feira. Podemos colocar dentro desse projeto dos cem dias médicos, cem dias discutindo também metas e outros temas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADAUTO DUARTE – E eu gostaria, então, de dizer que aceitamos a proposta do Ailton e do Mauro. Na semana que vem, estamos prontos para poder discutir os temas de saúde na mesa de negociação sindical nacional.

E eu gostaria de fazer um convite também para uma outra discussão, e essa discussão pode ocorrer nas mesas de negociação, mas pode ocorrer também aqui no Senado ou onde vocês preferirem. Nós escutamos aqui nesta reunião: "É o maior lucro do Brasil, o maior lucro do mundo, juros extorsivos, ganância ética, moem para fazer lucro". Eu diria para vocês o seguinte: nós estamos aqui todo dia, no Congresso Nacional, tratando de vários assuntos que envolvem a atividade econômica e a atividade financeira, e nós estamos acostumados a discutir e trazer dados do mundo todo para essas reuniões. Nós, primeiro, os oferecemos a vocês em mesa de negociação. A partir da semana que vem, nós vamos mostrar para vocês que não é o maior lucro do Brasil, não é o maior lucro do mundo, mostrar a lógica dos juros como funciona no Brasil e no mundo, que não existe essa ligação, não é verdade esse tema de ganância ética e de que se está moendo o trabalhador para fazer isso. Não é verdade. Assim como nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazemos esses temas para dentro do Congresso Nacional, nós gostaríamos, primeiro, de colocar em mesa de negociação com vocês. Se vocês acharem que não é adequado, podemos trazer para o Congresso, mas nós não podemos deixar de tratar todos os temas que vocês trazem para a mesa, nós não podemos deixar de tratar, ou seja, nós vamos tratá-los em mesa. Está aberta também essa mesa na semana que vem, nacional – convido aqui a Presidente. Se os dois que trouxeram esse assunto não estiverem na mesa nacional, que venham integrar essa mesa em que nós vamos falar desses assuntos, mas é fundamental a gente tratar dos temas com transparência, e, se necessário voltar aqui para falar deste bloco, também nós estamos prontos para falar deste bloco.

E eu gostaria de terminar dizendo que o único modo pelo qual a gente pode evoluir nas relações de uma sociedade democrática que busca o bem-estar social é através de diálogos, estudos técnicos, respeito mútuo. Por isso nós estamos aqui hoje, valorizando uma das mesas de negociação mais antigas do Brasil; há cerca de 100 anos existe esse processo de negociação. É claro que nós reproduzimos dentro do Senado muito do que ocorre no dia a dia de uma mesa de negociação sindical, porque são sindicalistas, são pessoas, são sentimentos. Então, a gente acabou trazendo para o Senado – e por isto estou muito confortável: porque eu sou o negociador responsável pela negociação do setor – e estou muito confortável de entender que hoje parte da audiência trouxe para cá a nossa mesa do dia a dia, e deve ser assim. A mesa de negociação sindical é isto: é trazer o fato daquela pessoa do dia a dia para uma mesa nacional. Este é o nosso papel: estar enfrentando, estar buscando soluções, estar compreendendo. Por isso nós temos a maior abertura para negociações de todo este país do ponto de vista da atividade econômica. Não há setor da economia aberto para fazer reuniões durante todo o ano, como nós fizemos na pandemia – mais de 40 reuniões. Essa é a abertura que nós temos. Por isso nós temos o maior sistema de teletrabalho do Brasil: porque nasce tudo em diálogo. Se vocês optaram por ser esta uma mesa de negociação sindical, fico feliz, porque o nosso papel é ouvir e dialogar. E gostaríamos de dar continuidade na mesa nacional, a partir da semana que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Também agradeço aqui o Adauto.

Pelo que estou entendendo, a mesa já vai ser aberta na semana que vem. É isso? (*Pausa.*)

Não, aí eu quero aqui fazer um pedido. Eu não sei se existe esta possibilidade ou não, mas eu queria especialmente fazer um pedido – eu não posso falar pelo Senado, mas posso falar pelo meu mandato no Senado –: que eu possa ter uma pessoa para acompanhar essa discussão da mesa. É porque eu quero ficar muito atenta... (*Palmas.*)

... estar acompanhando. Eu não vou poder, a minha pessoa nem tem legitimidade, é lógico, como vocês têm, estar nessa mesa. Mas eu queria uma pessoa que eu tenho, que já foi do sindicato dos bancários lá do Estado do Ceará, que faz parte do meu gabinete, que esteja lá só para me dizer o que aconteceu na mesa, se aconteceu a reunião, como ela foi conduzida, quais proposições foram tomadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por ela e se tem alguma coisa, especificamente, que eu possa fazer com o nosso mandato aqui do Senado nesse acompanhamento. Eu acho que é com a intenção de juntar forças para ajudar e para agilizar exatamente o que for combinado na mesa ou o que foram as discussões, as proposições, se não para mim...

E volto a dizer: a audiência pública tem uma validade enorme, porque eu acho que é o espaço em que a gente discute, em que a gente dá visibilidade a uma a coisa que eu sabia, mas, com certeza, já estou vendo de outra forma. Uma coisa é você ouvir falar, até porque eu tenho convivência.

Eu já queria sugerir o nome dessa pessoa, que está bem aqui, o Gabriel, para participar da mesa de negociações... (*Palmas.*)

... que vai representar – se eu conseguir uma vaga – o nosso mandato dentro dessa mesa, porque ele já entende bem. Ele foi bancário, já trabalhou por muito tempo, então, ele sabe bem, tem uma legitimidade bem maior e vai poder realmente me trazer a realidade que estou procurando ver de uma forma sensível.

Como eu digo, esta audiência pública, para além de dar visibilidade, de mostrar e demonstrar um problema real e existente, ela também, além disso... E isso já é muita coisa, porque nós estamos falando aqui a nível de país. Nós temos aqui a TV Senado e nós vamos ter aqui toda essa nossa Comissão.

Quero agradecer aqui a todos que ficaram até o momento. Esta Comissão trabalha demais. Todas trabalham, mas esta Comissão aqui, especificamente – eu acho que os assessores já sabem, as assessoras –, não tem hora para começar nem para terminar. Quero fazer um agradecimento muito especial porque se trata de direitos humanos. (*Palmas.*) O nome dela já diz. E os direitos humanos não podem esperar tanto tempo, como, às vezes, uma questão financeira ou outra qualquer. Direitos humanos envolvem muita coisa; envolvem a saúde, envolvem muita coisa que a gente não pode deixar para depois. Então, por isso, essa ansiedade e vontade de discutir.

Como falei, tenho toda disponibilidade para acompanhar, e quero acompanhar de perto.

Quero agradecer aqui meus companheiros lá do Ceará, que me sensibilizaram sempre, desde o Ceará, quando eu participava também dos encontros lá, mas especialmente agora, trazendo uma pauta que eu considero justa. Eu não me envolvo em toda pauta. Não é uma coisa que eu quero abraçar o mundo, porque eu sei que eu não tenho essa capacidade, mas as questões que me tocam, no que diz respeito a fazer justiça, aí, sim, eu faço todo esforço para realmente conseguir fazer.

Quem está aqui perto e conhece mais um pouco do nosso trabalho sabe que eu não vou falar à toa e que não vou falar para jogar palavras ao vento. A gente nem precisa disso. Mas é um compromisso agora do nosso mandato estar junto com vocês, se for permitido, dentro da mesa de negociações, acompanhando, vendo outras proposições que eu possa fazer, seja junto com o Ministério, de alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, para que o nosso mandato possa efetivamente estar presente nesta luta que agora não é só de vocês; também é nossa aqui, do nosso mandato dentro do Senado. Já era, por todo o incentivo e toda a sensibilização dos companheiros do Ceará, mas, agora, estamos pegando uma amplitude maior, com todos do nosso país. Acho que é nossa obrigação e nosso dever usar o mandato em prol daqueles que estão precisando, daquelas pessoas que chegam até você.

Se a gente não tivesse tido esta audiência pública, talvez a gente pensasse que estava tudo bem. São pessoas que têm salário, que têm emprego, que estão empregadas. Então, o problema não está só em quem não tem emprego. O adoecimento mental está em tantas e tantas pessoas que estão aí fazendo com que a economia se desenvolva, com que os projetos também aconteçam. É nossa obrigação olhar para todos e todas.

Comprometo-me, com o nosso mandato.

Quero dizer que, de alguns encaminhamentos que eu queria sugerir, um deles é essa participação na mesa, porque eu vejo que é a forma mais rápida, a forma mais legítima de se mudar alguma coisa do que foi discutido aqui nesta audiência pública. Não é com projeto de lei, porque não é com um projeto de lei que a gente vai conseguir mudar. Não tenho essa legitimidade também de propor especificamente nessas questões que foram discutidas aqui. Por isso eu tenho ansiedade de entrar nessa mesa, porque eu acho que, a partir dela, a gente pode construir uma coisa mais rápida e, enfim, mais eficiente também.

Dessa mesa, eu acho que o principal encaminhamento, se a gente conseguir a vaga, porque a ideia foi agora que eu tive, se vocês também concordarem, obviamente, com esse nosso encaminhamento, é ver uma pauta específica em relação à questão de gênero. E podemos fazer em outro momento. Podemos fazer um grupo de trabalho também, independentemente da mesa. A gente pode criar um grupo de trabalho aqui pelo Senado para que discuta, até antes da própria negociação da mesa, porque aí já vai uma coisa com uma defesa maior, a gente vai sensibilizar outros Senadores e Senadoras, a gente vai também com a força do poder político, para a gente não ir somente com a questão técnica. Até, aqui, nesta audiência pública, eu acho que é importante a gente pontuar que, às vezes, a gente precisa ter também essa força política.

Para além de tudo, eu queria agradecer...

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO (*Fora do microfone*.) – Senadora, um aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO (*Fora do microfone*.) – Acho que é a questão de rever a norma regulamentadora na questão do grau de risco. Se hoje é grau risco 1, provavelmente, se vão fazer um estudo aprofundado das condições de trabalho, esse grau deve aumentar pelas questões psicológicas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ótimo.

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO (*Fora do microfone*.) – Acho que se deve encaminhar aos órgãos governamentais para também fazerem a revisão dessa norma, para tentar ver a alteração do grau de risco da categoria bancária.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com certeza.

A gente vai estar junto com o Ministério.

Mas eu queria construir de uma forma, como eu disse, a partir ou da mesa ou, agora, com esta sugestão, criando um grupo de trabalho mais específico, mais determinado. Vamos fazer o quê? O que é que foi visto da audiência pública? Precisa de uma conversa com o Ministério da Saúde? A qual Ministério a gente pode encaminhar? O que a gente vai encaminhar? Então, criar um grupo de trabalho para que a gente possa não se perder, cada um ir para seu estado, e todo mundo pensar que está tudo bem de novo. O grupo de trabalho não precisa ser com todos, mas que a gente possa estar à frente, com a nossa pessoa dentro, e marcar com o Ministério ou com o órgão que for preciso, através do mandato, mas, é lógico, com o aval e a construção do grupo de trabalho, porque – eu volto a dizer – eu não tenho legitimidade nenhuma de chegar lá e dizer que estou exigindo porque estou. Mas, se eu estiver com vocês, ou com quem realmente está sentindo na pele, isso me dá o fundamento de que eu preciso.

Então, criar o grupo de trabalho, que pode ser criado aqui, através do Senado, para a gente discutir e buscar. Não quer dizer que vai ser fácil, nem que vai ser... Mas pelo menos nós vamos estar na luta.

Eu acho que é uma forma de a gente não se perder, e a audiência pública não terminar só em fala.

Então, eu acho que devemos criar o grupo de trabalho. A gente pega o contato de vocês aqui, através dos sindicatos, vê quem quer participar e já marca uma data, e acho, também, que não pode demorar... Se na próxima semana já vai ter abertura da mesa, então a gente já pode marcar o grupo de trabalho para a próxima semana, certo? A mesa vai ser que dia? Então, a gente marca ali, antes da mesa, o nosso grupo de trabalho, para a gente já ter a nossa pauta bem definida, organizada e com as demandas que não vão ser discutidas na própria mesa e que podem ir para além da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é bom a gente fazer... Eu acredito, se a mesa é na semana que vem, já fazer essa proposição para a semana que vem, do grupo de trabalho. Não é, Clécio?

O SR. CLÉCIO MORSE DE SOUZA – É isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não, o que eu entendi é que não tem mais nada de prazo. Nós vamos discutir na mesa, na semana que vem, o que é para acontecer, certo? É o que estou entendendo.

O SR. CLÉCIO MORSE DE SOUZA (Para expor.) – Senadora, só para propor também – é importante – uma reiteração de um pedido que, na verdade, já é do comando nacional e da Contraf, na mesa de negociação.

O Adauto citou, por três vezes, um termo que é muito importante, que é a "transparência". Tecnicamente, a transparência pode ser vista em um vidro desse, mas ele não tem a permeabilidade, que é o acesso às informações, que só o sistema financeiro tem.

Então, eu quero reiterar aqui a solicitação do comando nacional e da Contraf, de abertura dos dados dos exames periódicos, para que a gente, a partir daí, tenha um dado sólido, para construir propostas conjuntas que tenham resultado, realmente, de interesse da categoria, na mesa de negociação.

É só para encaminhar. Reiterar o pedido. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ótimo! Ótimo encaminhamento! Quando eu digo que vocês é que têm que fazer as proposições...

Em relação à Convenção 190, eu vou acompanhar, a assessoria já está sabendo que está tramitando na Câmara, e, assim que ela passar pela Câmara... A gente vai antecipar o estudo sobre ela, obviamente, com apoio, mas, quando chegar aqui ao Senado, a gente estar atenta, para também dar uma agilidade para que ela seja aprovada.

Agora, você quer fazer os últimos encaminhamentos?

O SR. MAURO SALLES (Para expor.) – É só referendando o encaminhamento. Pelo que eu entendi, o grupo de trabalho vai discutir...

Aqui tem algumas sugestões na apostila que nós entregamos. E vai sistematizar os encaminhamentos da reunião. Então está resolvido. Eu acho que isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à participação do Senado na mesa de negociação, por nós, não teria problema. Só que a gente gostaria de fazer o debate, porque a gente tem que conversar com a Fenaban...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Lógico, por isso é que eu disse...

O SR. MAURO SALLES – ... e também com a coordenação do comando, em como é que a gente funciona e quem negocia é o comando nacional...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – E ainda é mais grave, porque eu não posso falar pelo Senado, eu estou falando pelo mandato.

Então, assim, você tem que deixar claro, porque depois vão achar que eu estou falando pelo Senado como um todo, e aí pode complicar.

O SR. MAURO SALLES – Sabe por quê, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Porque podem ter outras pessoas querendo ou não, mas eu só posso falar do meu desejo, do meu mandato.

Então, o nosso mandato tem essa vontade. Se vocês vão achar que é viável ou não...

De qualquer forma, a gente já criou um grupo de trabalho que a gente pode, paralelamente, acompanhar.

O SR. MAURO SALLES – Sim, da nossa parte, seriam muito bem-vindos, mas a gente...

Como é que funciona? Você tem que discutir com a coordenação do comando e com a outra parte, que é essa negociação bipartite. Acho que a questão é para gente respeitar essa relação, mas eu acho que, por nós, não teria problema.

Acho que a Juvandia deve estar ouvindo, vai ser dado o encaminhamento necessário nos nossos fóruns.

O SR. AILSON DUARTE (Para expor.) – Mauro, a gente já tem – viu, Senadora? – constituído o Coletivo Nacional de Saúde do trabalhador bancário. Eu acho que o mandato pode se inserir imediatamente nisso para ver os encaminhamentos da audiência.

O SR. MAURO SALLES – Ah, sim.

Da nossa parte, o coletivo – não a negociação –, a isso já de imediato nós podemos convidar.

A gente faz geralmente reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já o pegue logo.

O SR. AILSON DUARTE – É, está ali, indo... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria, antes de concluir mesmo, dizer que eu achei que foi muito válida esta audiência pública.

Para mim, então, ela teve... Para além do valor e da minha obrigação de muito trabalho que eu vou ter a mais, porque, quando eu me comprometo, eu vou realmente fazer; mas é uma felicidade imensa em sentir o que vocês falaram aqui, porque nada é só técnica, nada é pragmatismo só, por si só. Então são seres humanos que têm sensibilidade, que vieram até aqui por uma necessidade real de ter realmente uma qualidade de vida.

Então, eu fico muito feliz porque, nesta Comissão – não podia ser em outra – dos Direitos Humanos, nós estamos tratando exatamente sobre os direitos humanos.

O nosso mandato, volto a dizer, vai se empenhar muito sobre isso.

Antes de vocês saírem, se a gente puder fazer uma foto aqui... Eu acredito que já são vitoriosos, pelas demandas e pelos encaminhamentos que a gente conseguiu fazer, mas é agora que vão começar os trabalhos. Isso aqui é só o início de muita luta que vem pela frente, com certeza.

O SR. ADAUTO DUARTE (*Fora do microfone*.) – Eu queria fazer um comentário...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode fazer, deixe-me abrir aqui.

O SR. ADAUTO DUARTE (Para expor.) – Fazendo um comentário a respeito da proposição da Senadora, desde já, a Fenaban gostaria de manifestar que, da parte da Fenaban, está tudo o.k. – para a participação sua –, e já convidamos, Senadora, para que você participe, abra, ou participe da abertura ou do encerramento de cada uma das reuniões. Está convidada – presencialmente ou da forma como achar melhor – a participar o tempo todo, pelo menos da nossa parte.

É claro que nós não decidimos pela parte dos trabalhadores, que são os sindicatos, mas, da parte do sistema financeiro, também manifestamos, da nossa parte, a concordância com o grupo de trabalho, e também estaremos presentes, se necessário for, para participar de reuniões com o gabinete da senhora, com a senhora e com os representantes dos sindicatos, seja com o INSS, seja com o Fundacentro e com todos os órgãos, para que a gente possa aprofundar com a velocidade que a senhora colocou, dada a relevância da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, gostaria de fazer um compromisso sobre o grau de risco que o dirigente sindical colocou para nós, do Mato Grosso, que é o grau de risco. Vamos tratar isso na primeira reunião, já vamos perguntar para vocês quando é que vocês querem tratar. Se for na primeira, vai ser na primeira. Se for na segunda, vai ser na segunda.

Também há um tema que ele lembrou muito bem, que a Rejane já tinha comentado, sobre também discutir dados, discutir os dados. A Rejane conversou sobre isso mais cedo, eu esqueci de respondê-la – então, por favor, me desculpe, Rejane. Vamos tratar desse tema também na mesa, os dados. Foi uma demanda que você colocou, ele também colocou, voltou. Então, a gente tem esse compromisso de levar para as mesas e essa conclusão, com a participação dele e da Senadora, que, querendo, está convidada a participar, e nós seguirmos com essas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, gente, eu agradeço a todos mais uma vez.

Quero aqui registrar que nós tivemos várias perguntas dos internautas, que foram respondidas com o decorrer da audiência. Não vou repeti-las – é lógico –, nem cabem mais.

Quero só registrar aqui que nós tivemos a Bianca, que participou virtualmente aqui no e-Cidadania, do Rio Grande do Sul; o Marcos, de São Paulo; o Luciano, do Rio Grande do Sul também; a Beatriz, de São Paulo; o Matheus, de Mato Grosso. É só para agradecer a participação dos companheiros aqui e das pessoas que também fizeram perguntas, que foram respondidas no decorrer da audiência pública.

E, agora, com muita felicidade e com muito trabalho pela frente, a gente declara encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)

Vamos para a foto agora.

(*Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 81ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e hum minuto do dia seis de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: O Custeio e a Organização das Entidades Sindicais, como parte do ciclo de debates sobre a "SUG 12, de 2018, que Institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal". **Participantes:** Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor; Heloísa Siqueira de Jesus, Procuradora do Trabalho - representante o Ministério Público do Trabalho; Sr João Moisés Morais, Presidente da Força Sindical-DF (representante de: Miguel Torres, Presidente da Força Sindical); Valdete Souto Severo, Juíza do TRT-4 Rio Grande do Sul; João Paulo Ribeiro, Diretor de Relações Institucionais da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário Geral da União Geral dos Trabalhadores-UGT; Antônio Cordeiro, Membro da Direção Nacional da Intersindical; e Paulo Oliveira, Secretario Nacional de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/06

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaramos aberta a 81ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2023, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater "o custeio e a organização das entidades sindicais, como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da Constituição Federal", também fruto de um projeto aprovado já na Comissão de Economia, que foi para a Comissão de Assuntos Sociais, em que eu sou o Relator. Este será o primeiro evento de debate desse tema.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Alguns devem estar vendo que eu estou com a voz parecendo uma latinha que está batendo, não é? É que – o Moacyr conhece, porque já esteve lá diversas vezes – lançamos um livro eu e o Simon juntos na Feira do Livro de Porto Alegre. Então, foi uma festa, não é? Ele lançou um livro – é um livro que ele já tinha impresso, mas foi lançado a pedido – que fala sobre a história do Rio Grande, das lutas, enfim. E o livro que eu lancei foi *O Grito Calado*, que trata sobre a pandemia, sobre o que aconteceu nesses dois anos e meio de pandemia. É por isso que eu estou com a voz assim! Calculem: em torno de mil pessoas recebemos eu e ele ali. E ele está muito bem, está com 93 anos, lúcido, tranquilo. E participamos do início ao fim primeiro, na Agência Senado, eu e ele, depois no estande lá, onde demos a assinatura.

Um abraço, amigo Simon, aí. Foi muito bonito o sábado lá. Estou falando para a TV Senado. O pessoal olhou e achou que o Simon estava lá atrás; não, foi para a TV Senado. E o Simon, muito tranquilo, continua fazendo as palestras dele. Foi um momento bonito.

Vamos agora ao nosso tema, mas, antes de iniciar o tema, eu faço, com tristeza, o seguinte registro – e vou apresentar o voto de pesar no Plenário – de um voto de pesar.

É com muita tristeza que comunico o falecimento do servidor do Senado Federal, nosso querido amigo, de todos nós tenho certeza, Júlio Ricardo Borges Linhares. Ele foi sempre... Ele teve, Christiano, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo cargo que tu tens, em diversas Comissões – inclusive, eu tive a satisfação de presidir também sob a coordenação dele. Ele é – porque fica para a história – analista legislativo e ingressou na carreira em 1984. O Júlio foi Secretário da Comissão de Educação por muitos, muitos, muitos anos, com um trabalho excelente. Mudava o Presidente, e o Secretário sempre ficava, como você aqui, Christiano. O Júlio – servidor dedicado, comprometido e exemplar – sempre desempenhou suas funções com zelo e profissionalismo. Neste momento, manifesto o meu mais profundo pesar, que sei que não é só meu, mas o de toda esta Casa, de todos aqueles que o conheceram. Ele era uma pessoa de uma elegância no trato com os colegas que era uma coisa muito emocionante até. Ele fazia de cada contato, cada diálogo um momento de alegria.

É por isso eu vou pedir a todos que a gente fique de pé e faça um minuto de silêncio aqui na Comissão de Direitos Humanos, lembrando a trajetória bonita do Júlio Ricardo Borges Linhares, que perdemos nesse fim de semana.

(*Soa a campainha.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O voto de pesar, que já providenciamos em nome da Comissão, em nome dos Senadores, será lido no Plenário do Senado e encaminhado aos familiares.

Já vamos convidar os que estão aqui presentes.

Eu já expliquei, mas registro para os que chegaram agora que este é um ciclo de debates. Essa é uma das reuniões. Teremos talvez mais uma na Comissão de Assuntos Sociais e faremos juntas, Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais, um ciclo de debates sobre este tema tão importante que é o custeio das entidades sindicais.

Eu já fiz aqui um pequeno comentário e já falei até da Feira do Livro de Porto Alegre. Foi muito bom lá – e, por isso, eu estou com a voz com um pouquinho de dificuldade.

Na primeira mesa: Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – seja bem-vindo, Tesch (*Palmas.*) –; José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor – seja bem-vindo também (*Palmas.*) –; Heloísa Siqueira de Jesus, Procuradora do Trabalho, representando o Ministério Público do Trabalho – seja bem-vinda, Doutora (*Palmas.*) –; e Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (*Palmas.*) , que já está aqui presente também.

Como é de praxe, e, neste tema, ainda mais com um carinho especial... É porque eu acabei ficando Relator também na Comissão de Assuntos Sociais do projeto que foi aprovado na Comissão de Economia. Lá foi aprovado. E, na Comissão de Assuntos Sociais, o Humberto Costa, Presidente, me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicou como Relator. Então, eu estarei como Relator lá. E vamos fazer as audiências públicas em conjunto sobre o tema: Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais. Eu vou fazer aqui uma pequena introdução do tema.

Amigos e amigas, senhores e senhoras, Senadores e Senadoras que estão assistindo na sua residência ou nos gabinetes, esta audiência pública faz parte do ciclo de audiências públicas sobre o Estatuto do Trabalho e também do PL de que ora sou Relator. O tema de hoje é "Custeio e organização das entidades sindicais".

Os sindicatos de trabalhadores desempenham um papel fundamental na sociedade, pois representam os interesses dos trabalhadores em relação aos empregadores e são aqueles que mediam, que fazem a negociação e que fazem greve, sim, quando não há espaço mais para negociação, como uma forma de pressão.

O Governo também está neste debate. As questões trabalhistas em geral vão nessa mesma toada.

A importância dos sindicatos pode ser resumida da seguinte forma:

Negociação de condições de trabalho. Os sindicatos ajudam os trabalhadores a negociarem as melhores condições de trabalho, como salário, benefício, horas de trabalho, segurança no trabalho, políticas de contratação, orientação e até políticas de emprego. Isso beneficia a todos, trabalhadores e empregadores, e contribui para um ambiente de trabalho mais equitativo.

Proteção do direito dos trabalhadores. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, da área pública e da área privada, e estão todos aqui representados, garantindo que sejam tratados com justiça e que seus direitos sejam respeitados. Isso inclui a representação dos trabalhadores em disputas com os empregadores, mas sempre a visão do movimento sindical é a busca de solução para os conflitos.

Os sindicatos frequentemente se envolvem em atividades políticas para promover leis e regulamentações que beneficiem os trabalhadores, como leis trabalhistas mais favoráveis, padrões de segurança no trabalho, inclusive aqui no Congresso. A presença dos sindicatos aqui dentro é fundamental para defender leis que abracem o mundo do trabalho. Um exemplo está aqui nesta audiência. Os sindicatos estão participando da construção deste debate, estão aqui e também vão falar, dialogando com os próprios empregadores, enfim, com todos os setores que têm interesse no tema.

Quanto ao custeio das entidades sindicais, os sindicatos precisam de recursos financeiros, como todo mundo precisa, para cumprir suas funções de bem representar os interesses dos trabalhadores. A principal fonte de financiamento do sindicato é a contribuição dos seus membros. Os membros pagam regularmente uma quantia para serem membros do sindicato. E, naturalmente, a contribuição do acordo, do dissídio coletivo, que é a contribuição negocial, é o centro deste debate, não é o imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindical – quero deixar bem claro isso. Aqui nós estamos debatendo – e vamos aprofundar o debate, e percebo que essa é a visão de todos – a contribuição negocial. O financiamento do sindicato é essencial para que eles possam, de maneira eficaz, representar os interesses dos trabalhadores, repito, de todas as áreas. No entanto, as práticas de financiamento dos sindicatos podem variar de um país para o outro, mas eu duvido que haja um país que não tem, dependendo, claro, das leis trabalhistas e das tradições sindicais.

É só uma rápida introdução do tema, eles é que vão aqui aprofundá-lo. Eu dizia antes e repito que esta é a primeira reunião de um ciclo de debate que, como Relator da matéria, faremos, ouvindo empregados e empregadores, em parceria a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, que é onde o projeto está e em que eu sou Relator.

De imediato – e eu vou seguir a ordem que a moçada aqui colocou, a Secretaria da Mesa –, o primeiro é o Moacyr Roberto Tesch. Acho que é pela idade – eu só abri os trabalhos, porque tenho mais idade, senão, você abriria também. (*Risos.*)

O primeiro a usar a palavra, por dez minutos, com mais cinco, se assim for necessário, é Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Bom dia a todos, em especial ao Senador Paulo Paim, mais uma vez despontando nas questões sociais, nas questões democráticas, nos interesses dos trabalhadores em especial.

Eu também gostaria de me solidarizar com a família do Júlio, pedindo a Deus que o receba e conforte o coração dos seus familiares e também dos seus amigos, das pessoas que viveram com ele.

Senador Paulo Paim, nós também temos o falecimento do Júlio Ricardo, que também nos deixou. Então, gostaria também de nos solidarizar com ele e a sua família.

Senador Paim, pela sua abertura, pelo seu pronunciamento, eu acho que seria quase que desnecessária a nossa fala, tendo em vista o seu conhecimento, a sua origem, a sua dedicação e o seu estudo em cima das questões sociais, em especial, do movimento sindical, até porque V. Exa., no seu sangue, é dirigente sindical e nunca se afastou do seu passado e do seu compromisso.

Nós gostaríamos de afirmar sempre que nós também – o movimento sindical, de uma forma geral – não queremos o retorno da contribuição sindical. Em todas as centrais – não tenho procuração nenhuma, porque os companheiros estão aqui, vão falar sobre isso –, há um consenso de que a contribuição sindical se desgastou com o tempo. Então, nós temos que procurar outros meios.

E esse meio... O Supremo Tribunal Federal veio, recentemente, a fazer um julgamento em que reconheceu efetivamente que ele é constitucional. O julgamento dele é que o custeio das entidades sindicais é constitucional. Então, não há o que ser discutido. Isso já passou por todas as esferas judiciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e assim foi feito. Inclusive, saiu o acórdão agora, esses dias atrás. Para nossa felicidade, Senador Paulo Paim, o advogado patrono dessa ação é o Dr. Cristiano Meira, que, por sinal, é advogado da Nova Central também. Ele advogou, na época, no Sindicato dos Metalúrgicos lá de Curitiba, com o Butka, e chegou a... Foi uma ação de muitos anos que chegou a esse ponto.

Agora, nós temos que pensar sobre isso e ter a nossa preocupação com a forma como isso vai ser aplicado e o bom senso das entidades sindicais e de seus dirigentes sindicais. Nós temos dito que essa é a forma mais correta da manutenção da entidade sindical, porque nós representamos, Senador, toda a categoria; nós não representamos A, B ou C. Nós não somos clubes que representam só os seus associados; nós representamos toda a parcela. E o movimento sindical tem uma questão muito importante, e a gente... V. Exa. foi patrono, inclusive, de audiências públicas aqui com entidades sindicais internacionais, que nós tivemos nesta sala, que vieram aqui, ao Brasil, para conhecer o movimento sindical. É onde a maioria, quando se publica, se fala e se defende a pluralidade sindical... A pluralidade sindical é única e exclusivamente para aquela empresa, para aquela organização, e o nosso movimento sindical, a nossa estrutura sindical representa todos, independente se gosta do Presidente, se não gosta, se sabe onde que é a entidade ou não... Ela é representativa, ela é universal.

E, junto com essas convenções coletivas de trabalho, muitas vezes até o ganho financeiro – às vezes, na recuperação da inflação, a negociação é muito difícil –, nós temos outras questões. Nós temos questão de saúde, de cesta básica, de vale-transporte, de proteção da medicina do trabalho, de proteção à gestante... Tem diversas questões, como assistência médica... São diversas questões que, muitas vezes, não têm um valor financeiro direto no bolso do trabalhador, mas são conquistas que ele traz, dentro da convenção coletiva, e que se tornam uma parte positiva dentro das negociações.

Nós da Nova Central... E tenho absoluta certeza de que, pelo efeito das negociações que a gente tem tido com as outras centrais... Nós estamos trabalhando para que seja, efetivamente, agora regulamentada, dentro do projeto das centrais, dentro do seu projeto da... Nós temos diversos projetos andando. Tem o PL 5.552 também, que está na Câmara andando. E espero que esse projeto caia, quando chegar ao Senado, até por questão do tratamento... Já que já tem o código na sua mão, que venham parar todos em sua mão, para que a gente possa fazer – vamos voltar à época do Presidente Ulysses – uma sistematização desses projetos, para que seja o melhor para os trabalhadores.

Nós da Nova Central somos, como se diz, favoráveis.

E parabenizamos o Dr. Cristiano pelo feito.

E quero dizer mais uma vez: nós não queremos a contribuição sindical mais, mas nós precisamos de um custeio. E a forma como ela foi tirada do movimento sindical no Governo do Temer e no Governo anterior foi muito cruel para as entidades sindicais, porque não teve tempo nem sequer de uma organização de uma forma de como é que a gente iria viver. E isso abalou muito, abalou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente... Algumas entidades sindicais de grau superior tiveram um abalo muito grande na parte financeira. As entidades sindicais de trabalhadores, os sindicatos, que ainda tiveram uma negociação mais próxima com os empresários e com os sindicatos patronais, ainda conseguiram – algumas – sobreviver, mas foi, como se diz, um arraso de todo o movimento sindical como um todo nesses seis anos que passamos. Estamos negociando, as centrais estão fazendo o seu papel em conjunto com o movimento sindical como um todo, e defendemos muito, muito mesmo... É porque, se nós não tivermos a parte financeira sólida, não tem como fazer a nossa manifestação. Uma passagem de São Paulo para vir para cá e para voltar, no mínimo, hoje, está R$5 mil. Então, é praticamente impossível você fazer ações sindicais dessa forma, sem um lastro financeiro forte.

Muito obrigado.

Desejo sucesso a V. Exa.

E quero dizer, mais uma vez, que, pelo seu conhecimento, pela sua abertura, pelo seu trabalho, no início, praticamente fica desnecessário o nosso pronunciamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns ao Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que lembrou – na minha abertura, eu não havia falado sobre isto – que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a contribuição negocial é constitucional. Então, não está se debatendo isso, nós vamos debater como vamos regulamentar.

Eu estou acompanhando já o trabalho das centrais... Eu sou Relator do tema, tanto se discutindo... Se olharem para o Estatuto do Trabalho, eu estou relatando lá, mas aqui o projeto... Inclusive, é o PL 2.099, de 2023, do Senador Styvenson, relatado na Comissão de Economia pelo Senador Rogerio Marinho, que, agora, na Comissão de Assuntos Sociais, eu estou relatando. E vamos tentar fazer as audiências conjuntas.

Eu vou chamar sempre um presencial e um virtual. Então, já está na tela, segundo me informou aqui a assessoria, o líder Antônio Cordeiro, membro da Direção Nacional da Intersindical.

Líder Antônio Cordeiro, dez minutos, é com você.

O SR. ANTÔNIO CORDEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Cumprimento o nosso Senador Paulo Paim, que sempre tem propiciado o debate público dos projetos, e este debate sobre o custeio da atividade sindical é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou hoje aqui representando a Intersindical Central da Classe Trabalhadora, e, junto com as centrais sindicais, nós estamos fazendo este debate já há um bom período. E não só apenas há o debate do custeio da atividade sindical, mas um debate sobre uma eventual reforma na estrutura sindical brasileira.

Todos nós sabemos que, desde a aprovação da Constituição de 1988, o art. 8º da Constituição Federal estipula algumas regras essenciais da estrutura sindical. E essa decisão da Constituição Federal de 1988, na prática, revogou muitos artigos da CLT que tratam da organização sindical, principalmente na questão da autonomia sindical. Em muitos temas, o estatuto do sindicato prevalece sobre a lei, e, então, os sindicatos têm autonomia, independência para criar suas regras através dos seus estatutos. E aí é comum a todos os estatutos sindicais ter uma cláusula, um artigo que trate especificamente da sustentação financeira dos sindicatos, do custeio dos sindicatos.

E nós temos aquela que é a mensalidade sindical, que é paga pelos trabalhadores sindicalizados, que são aqueles que participam do sindicato como associados e contribuintes e que têm, inclusive, o direito de serem eleitos para a direção do sindicato. E existe uma outra forma de contribuição que é a contribuição que alguns chamam de assistencial e outros chamam de negocial; nós da Intersindical Central da Classe Trabalhadora temos total acordo com o que o Moacyr Tesch da Nova Central expressou de que não existe debate nas centrais sindicais de retorno da contribuição ou do famoso imposto sindical. Está na CLT e não deixou de existir o imposto sindical; ele deixou de ser obrigatório. Tem algum percentual mínimo dos trabalhadores que ainda fazem essa contribuição.

Mas o fundamental, o debate central é exatamente esse que o Senador Paim colocou. O que está em debate aqui é a contribuição negocial. E lá atrás, não lembro se no primeiro ou no início do Governo Lula, já foi feito um debate nesse sentido. Era um debate da transição da contribuição sindical, do imposto sindical para a contribuição negocial. Infelizmente, aquele debate, que também envolvia aspectos da estrutura sindical, não seguiu adiante. E daí veio processo de destituição da Presidente Dilma, democraticamente eleita em 2016, a substituição pelo Temer e um conjunto de regras que visavam a retirar o direito dos trabalhadores e enfraquecer os sindicatos.

Isso esteve presente na reforma trabalhista de 2017 e também na aprovação da terceirização total e irrestrita inclusive das áreas fins, o que aprofundou a precarização do trabalho. E nós sabemos que o enfraquecimento e as dificuldades na sustentação financeira dos sindicatos fizeram com que muitos sindicatos não tivessem condições até de pagar o aluguel da sua sede, garantir a liberação dos seus dirigentes e fazer as atividades na sua categoria. E, a partir daí, a gente voltou a esse tema da sustentação financeira dos sindicatos.

Uma questão muito relevante foi essa decisão do Supremo Tribunal Federal, uma decisão que alterou uma posição que era majoritária no STF. Vocês devem se lembrar que o STF, até um ano atrás, tinha maioria contrária a essa contribuição. Depois teve uma alteração dessa visão, e hoje temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão consolidada do Supremo Tribunal Federal garantindo a constitucionalidade da contribuição assistencial, que a maioria dos sindicatos entendem que é a mesma coisa da contribuição negocial.

Pois bem, eu dei uma olhada lá, Senador Paim, na sugestão do código do trabalho, e lá esse tema também é tratado. Por isso, é importante a gente discutir essas questões em conjunto. Não basta apenas garantir essa contribuição negocial, é preciso também alguma reformulação na estrutura sindical.

E aí a gente está pensando em reforçar uma ideia, um debate que existe nas centrais sindicais sobre a questão da autorregulação dos sindicatos.

É muito importante a unidade das centrais sindicais e criar uma instância – temos que ver – de maneira adequada. Já tem sugestão lá no projeto de SUG, sugestão, que institui o Estatuto do Trabalho, sobre essa autorregulação dos sindicatos. É muito importante isso, porque lá vai estabelecer alguns critérios de funcionamento dos sindicatos, de democracia sindical. Principalmente, eu acho que é fundamental os sindicatos acabarem com esse fracionamento.

Eu, quando comecei a trabalhar, lá pelos anos de 1972, 1973, Senador Paim, o Sindicato dos Vidreiros, de que eu fazia parque, representava todos os trabalhadores da categoria. Representava o vigilante, a trabalhadora da limpeza, da portaria, do escritório, o engenheiro, o advogado, os trabalhadores da produção, enfim. O sindicato representava toda a fábrica e toda a categoria econômica.

Depois nós tivemos um fracionamento, e hoje nós temos uma situação em que você tem um único local de trabalho e pelo menos uns seis sindicatos naquele local de trabalho representando de maneira diferente os trabalhadores.

Então, eu acho que, nessa autorregulação, a gente deveria ter um esforço muito grande de unificar os sindicatos por ramo de atividade econômica e representar todos os trabalhadores desse ramo econômico, independentemente da sua forma de contratação: sejam os trabalhadores diretamente contratados, sejam os trabalhadores terceirizados, sejam os trabalhadores autônomos, sejam os trabalhadores que são contratados como pessoa jurídica, todos eles seriam representados por um único sindicato.

E um processo de transição para esse sindicato por ramo econômico poderia ser uma espécie de consórcio intersindical com todos os sindicatos que estão presentes nesse ramo representando os trabalhadores.

Então, essa questão é de fundamental importância, porque eu acho que não está no debate hoje, pelo menos nesse debate da estrutura sindical, a ideia de unicidade *versus* pluralismo sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que centrar a nossa intervenção em cima daquele tema que a gente considera e denomina de unidade sindical, unidade de ação sindical. Essa unidade muitas vezes não precisa necessariamente ser orgânica, mas todos os sindicatos do mesmo ramo deveriam se articular para representar os trabalhadores desse ramo econômico e marchar no sentido de que a gente consolide essa ideia de organização dos trabalhadores por ramo.

Aí nós vamos ter sindicatos mais fortes, mais representativos. Nós vamos ter sindicatos que tenham mais facilidade de sustentação financeira.

Portanto, essa é a contribuição da Intersindical a esse debate.

Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, valeu! Muito bem, Antônio Cordeiro, líder sindical, membro da Direção Nacional da Intersindical, que fala de um tema importantíssimo, que é a regulamentação. É isso, Valeir? É a regulamentação, que as centrais estão discutindo da forma mais ampla possível, mais democrática possível, e aí vamos caminhando por todos os caminhos possíveis aqui, dentro do Congresso Nacional. E casualmente eu sou Relator dos dois temas e claro que quero construir a tão chamada unidade.

Eu vou chamar de imediato aqui o líder, Presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze.

Alguém pode estranhar, "agora servidor não é trabalhador?". Claro que é, não é?

O SR. JOSÉ GOZZE (*Fora do microfone*.) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos somos trabalhadores, servidor público, servidor da iniciativa privada, aqueles que trabalham na área rural, todos são trabalhadores do campo e da cidade.

O SR. JOSÉ GOZZE – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vocês cumprem um papel fundamental, inclusive na área rural, os servidores públicos.

O SR. JOSÉ GOZZE – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo é seu.

O SR. JOSÉ GOZZE (Para expor.) – Bem, bom dia a todos. Quero cumprimentá-los e cumprimentar especialmente o Senador, porque, havendo luta do trabalhador, com certeza o Senador está junto. Então, isso é muito importante, muito, muitíssimo importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E começou com uma palavra: negocial. O negocial hoje é a palavra certa. Veja que até a unidade das centrais foi um trabalho negocial. A Pública tem oito anos só de existência e começou quando não tinha mais imposto sindical – então, não tivemos nada de imposto sindical – e quando as centrais também começaram a fazer em conjunto um grande trabalho. Hoje são oito centrais, e eu sempre digo isso para o pessoal da Pública: foi um grande avanço a união das centrais, inclusive para essa regulamentação colocada, e o senhor estava presente quando entregamos um projeto para o Presidente do Senado.

Então, o negocial vai além de mesa de negociação, no nosso caso, com o Governo. É o negocial com os trabalhadores do serviço público, é isto que vai fazer com que, no lugar de um imposto obrigatório, surja um imposto ou uma contribuição negocial, que é participativa. Uma negociação dessa forma é participativa, embora alguns que não estão ligados ou não querem se ligar a sindicatos fiquem com o pé atrás nessa negociação, mas eles vão se acostumar, porque os benefícios virão para todos, inclusive para eles, e vão notar que na verdade a gente vive em sociedade. Ou a gente trabalha no conjunto da nossa sociedade, no conjunto, no caso dos servidores, das suas entidades, ou nós teremos sérios problemas.

Veja que servidor público... O senhor tocou num assunto, Senador, que eu tenho discutido com outros servidores. Servidor público, na maioria das vezes, não é considerado trabalhador, nem na Constituição. Eu brinco, mas brinco com realidade, que, no prédio onde eu moro, no meu andar, são quatro apartamentos; três deles são trabalhadores e um é servidor público. Então, eles acham que só eles é que são trabalhadores, porque nós não temos essa questão... Eles nem percebem que nós trabalhamos inclusive para eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ GOZZE – Inclusive para eles, não é?

O que seria do serviço de saúde, educação, transporte, segurança e justiça se não fosse o servidor público?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje em dia, na própria Emater, por exemplo, são os servidores públicos...

O SR. JOSÉ GOZZE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... concursados que dão assistência ao trabalhador rural.

O SR. JOSÉ GOZZE – Exatamente. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquilo que é direito do trabalhador em geral, seja servidor público ou não, e que está na Constituição vem para ele através dos braços do servidor público. Então, isso é muito importante.

Nós das centrais estamos também participando da questão da Convenção 151 da OIT. Vamos ter reunião, agora na quarta-feira, às 14h, novamente. Isso é muito importante, porque nós estamos apresentando um projeto que as centrais construíram junto com o Dieese e que está tratando do afastamento de líderes, porque é difícil o líder ter que estar trabalhando e, ao mesmo tempo, tentando se organizar num sindicato.

Estamos também recolocando a questão de que aquilo que é salário tem que ser reajustado sempre de acordo com a inflação.

Com o Estado tem problemas às vezes? Tem. Então, vamos para uma mesa de negociação, vamos conversar o lado de cá e o lado de lá e vamos sair com aquilo que a gente gostaria, aquilo que o Governo talvez gostasse também, se é possível ou se não é possível. Então, negociar é a palavra correta em todos os sentidos.

Além disso, também a questão que está sendo colocada e que vamos apresentar, na quarta-feira, na 151 é a questão da greve, como é que acontece a greve. Os servidores, por não serem considerados trabalhadores, têm um problema sério, Senador, porque nós somos julgados pelo próprio Estado. Então, se nós fizermos uma greve, somos julgados pelo próprio Estado. Mas é contra ele que a gente fez mesa de negociação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No caso, pelo próprio empregador.

O SR. JOSÉ GOZZE – Pelo próprio empregador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso é que tem haver uma negociação.

O SR. JOSÉ GOZZE – Eu tenho um caso, Senador. Eu sou do Judiciário de São Paulo, nós fizemos uma greve enorme que durou quase um semestre e, na hora em que encerramos a greve, quem nos julgou foi o Pleno no Tribunal de Justiça, aqueles que eram os nossos patrões.

Então, nós temos que pensar isso no futuro também, porque, se somos também trabalhadores, embora trabalhadores do Estado, não podemos ser nas nossas... Quando aquilo não é possível de ser acertado em mesa de negociação, que não vá para a Justiça do Trabalho. É lógico que isso é um momento mais para a frente, mais complicado, mais difícil, mas são coisas que nós vamos ter que pensar no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando veio o sindicalismo para o servidor público também foi uma surpresa para muitas associações que faziam o papel sindical, mas é claro, é unicidade, não temos como ter mais de um sindicato. Isso estaria até destruindo de certa forma o trabalho sindical. Então, que as associações venham junto com os sindicatos reforçar os sindicatos nas suas assembleias, na discussão do negocial.

Nós do servidor público temos uma dificuldade ainda: nós temos servidores lá na CUT, temos servidores na Nova Central, mas aqueles servidores que não estavam em nenhuma central nem sequer sabem como fazer. Nós estamos com a nossa Dra. Andreia, nossa advogada, tentando montar um caminho para cada entidade. Como é que ele vai fazer agora na negociação? Ele é um setor do servidor público e vai para uma mesa negociação. Então, tem que negociar com os seus sindicalizados, tem que negociar com o Governo, para depois encontrar qual é a negociação para o próprio sindicato.

Então é isso. Mas nós somos aprendizes e estamos juntos com as outras oito entidades, num trabalho que eu acho importantíssimo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze, que lembra com muita firmeza que os servidores públicos do Brasil são trabalhadores. E não é só no Brasil, lá fora também. São trabalhadores e têm que ter seus direitos respeitados. E nada mais do que uma construção, como todos nós estamos querendo construir esse caminho incluindo todos os setores do mundo do trabalho. Todos os setores do mundo do trabalho.

Parabéns pela exposição.

De imediato, eu passo a palavra já, entre um presencial e outro à distância, ao nosso querido líder Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Canindé é do meu tempo, quando eu era sindicalista ainda. É contigo, Canindé. Eu o chamo direto de Canindé.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Oi, bom dia, Senador. Como vai?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem, amigo.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão nos ouvindo, não é? Muito bom.

Primeiro, parabenizo mais uma vez pela iniciativa, na sua Presidência, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Toda vez que você participa dessa Comissão, integra esse Colegiado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você está contribuindo com grandes decisões relacionadas ao mundo sindical, principalmente, fora outras questões relacionadas à própria Comissão.

Nesse instante, Senador, gostei bastante também dessa convocação, porque você fixou o tema justamente num ponto específico, que é o debate relacionado ao custeio, haja vista que nós já temos, como você sabe aí, já tivemos algumas reuniões discutindo também a nova alternativa que as centrais sindicais estão encontrando para fortalecer a organização sindical, para fortalecer a negociação coletiva e para dar regramento de autorregulação, para que a nossa organização sindical seja cada vez mais fortalecida.

Bom, nesse contexto agora, Senador, o que mais me chamou a atenção foi justamente da vitória do movimento sindical, através da decisão do Supremo Tribunal Federal, cujo acórdão saiu recentemente, agora, em 30 de outubro – quer dizer, não temos nem um mês ainda da publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal –, onde de maneira definitiva se consagrou o instituto da contribuição negocial como sendo um instituto constitucional. Foi uma peleja grande. Tivemos um advogado contestante funcionando, o Dr. Cristiano, e as centrais sindicais indo sempre ao Supremo Tribunal Federal colocar...

Desculpe aí, Senador, ainda estou com resquícios de covid. Fiquei bom ontem. Estou em casa aqui.

E essa unidade de ação das centrais sindicais junto ao Supremo Tribunal Federal, começando com os Ministros, elevando a questão relacionada a (*Falha no áudio.*) ... ao movimento sindical mais grosso. De fato, ficou em situação difícil, do ponto de vista de sua estrutura. Mas se você não tem uma estrutura forte de movimento sindical... A quem interessa o movimento sindical forte, a quem interessa uma estrutura forte, aos trabalhadores ou aos empregadores? Essas perguntas a gente fazia ao Supremo Tribunal Federal.

Então, a mudança radical do pensamento do Supremo Tribunal Federal veio fortalecer realmente um voto que podemos dizer que por unanimidade – por unanimidade, tá? – o financiamento sindical foi considerado pelo Supremo realmente como um elemento indispensável, indispensável à estrutura saudável dos sindicatos. É assim que consta lá justamente da decisão.

Agora, nós sabemos que temos nossos (*Falha no áudio.*) ... ou seja, nossos opositores que, quando criticavam o movimento sindical por conta da contribuição sindical existente à época, sempre vão ganhar nessa seara de que a contribuição sindical é obrigatória e que os trabalhadores não tinham sequer o direito a fazer oposição porque era justamente uma contribuição e não dava essa opção.

E acabou a contribuição sindical, acabou a contribuição sindical obrigatória. E agora, qual a crítica? A crítica agora é porque realmente temos em conta, sim, que os nossos opositores, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opositores do movimento sindical, não querem a organização sindical forte, porque agora mudou completamente a forma da contribuição, agora é resultante de negociação coletiva.

Então, é aprovado como o Supremo Tribunal Federal consagrou: em assembleia geral e dando direito à oposição, inclusive dando o direito à oposição, está certo? Mais ainda essa alternativa, mais ainda brecha, vamos dizer assim, para que a contribuição negocial seja efetivamente vista como constitucional e democrática a sua cobrança, sua forma de cobrar.

Agora, o direito à oposição assegurado ao trabalhador, Senador, é ainda um objeto de uma interpretação por mérito. A ação foi julgada, mas o direito à oposição na assembleia ainda está sendo objeto de uma interpretação.

Nós do movimento sindical – é bom que (*Falha no áudio.*) ... qual é o nosso pensamento unificado nas centrais sindicais é que a oposição realmente deve acontecer na assembleia, naquela assembleia que aprova o resultado da negociação, aprova, inclusive, outras questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores – na mesma assembleia também que aprova a contribuição negocial, com um custeio, um percentual considerado razoável, aceitável.

E essa assembleia, então, destinada a toda categoria, é, na verdade, conforme a nossa tese também, a tese das centrais sindicais... A razão de ser de uma assembleia geral é autorizar, negociar e autorizar o custeio também. Então, a decisão de oposição, de quem quer que seja, dos trabalhadores, sejam eles associados ou não associados, tem que acontecer na assembleia, Senador. Por quê? Porque é o seguinte, a prática antissindical hoje existente é impressionante. O senhor sabe como é que acontece hoje no cenário de setores empregadores que utilizam a prática antissindical justamente para combater a ação sindical e não estudar fazer a oposição. Isso daí é algo superextravagante.

A gente vê empresas que dispensam o trabalhador o dia inteiro, o dia inteiro, para fazer entrega de carta à entidade sindical, passam o dia fora – está entendendo? –, mas não permitem que esse trabalhador contribua com a sua entidade sindical, ou seja, mecanismos de prática antissindical abusivos. Não é? Isso inclusive precisa, na minha opinião, Senador, ser refletido também no debate, nessa sua Comissão, nessa questão relacionada ao custeio, porque, fixado o custeio, você tem, ali ao lado, uma prática antissindical abusiva constante, ameaçadora, não vai ser também plausível a aplicação do custeio de forma natural, ou seja, da maneira que a assembleia destinar, da maneira que a assembleia aprovar.

Então, para quem duvida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência.*) – ... da importância do movimento sindical, vá olhar o voto da Ministra Rosa Weber, olhe lá o voto da Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rosa Weber, porque, se não acredita no movimento sindical, veja justamente o que é que a Ministra Rosa Weber, ao final de seu voto, diz relacionado à importância do custeio sindical. Então, está ali tipificado o que é a necessidade de o sindicato ter garantido o seu financiamento, um elemento indispensável à estruturação do movimento sindical.

Então, nós que queremos uma negociação forte, nós que queremos uma negociação que seja a melhor possível para justamente, nessa negociação, apresentar e tirar o custeio, e defender o custeio que seja plausível para os interesses dos trabalhadores, para a organização sindical, então, nós temos certeza, Ministro, aliás, Senador Paulo Paim, de que não é com enfraquecimento das entidades sindicais que nós vamos concretizar melhores condições de negociação coletiva. Ao contrário, o enfraquecimento das entidades sindicais, do ponto de vista de seu financiamento, limita a negociação coletiva.

É nesse sentido que a gente entende, Senador, que a unidade de ação das centrais sindicais está muito bem definida, muito bem produzida, no sentido de que o custeio, conforme aprovado, vai ser, sim, elemento importante para esse fundamento da negociação sindical, e nós tenhamos uma repercussão importante para os trabalhadores, já que a negociação realmente atinge a toda a categoria, não somente os associados.

Vamos realizar aí a audiência, e esperar, com a sua sapiência, Senador, que o senhor encontre os melhores rumos para se discutir no âmbito do Congresso Nacional e afastar aqueles entendimentos que já vêm contrários a essas decisões através de projetos que já estão colocados aí, inclusive na questão da oposição. Já se sabe que há projetos aí, e a oposição deve se dar de qualquer maneira, de A a Z, inclusive por WhatsApp.

Ora, se hoje já é complicado, imagine se você flexibilizar e deixar isso aí como um terreno sem dono.

Então, obrigado aí pelo convite. Estamos à disposição para mais diálogos, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, líder Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que durante toda a sua fala enfatizou a importância da contribuição negocial, porque esse é o caminho, pelo que eu estou entendendo de todos os que falaram até o momento. Ninguém está falando de imposto sindical, e isso é muito bom, porque algumas *fake news*, vou dizer, inventam o que não existe, e não tem nada disso. O que nós temos aqui é que regulamentar a contribuição negocial. Eu sei que depois o Valeir vai falar, mas eu, como Relator do projeto em debate na Comissão de Assuntos Sociais e também aqui na de Direitos Humanos, estou já com o documento das centrais em mão, que vai ser aperfeiçoado, eu sei, mas é um documento muito bem elaborado e que já aponta uma série de caminhos para o Relator trabalhar, e também as Comissões, ouvindo, naturalmente, a sociedade civil e os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora nós vamos para a mesa presencial.

Eu passo a palavra à Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho, Dra. Heloísa Siqueira de Jesus. Seja bem-vinda, Doutora.

A SRA. HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS (Para expor.) – Obrigada. Bom dia a todos e todas; bom dia, Senador Paim, cumprimento a mesa, cumprimento todos os presentes, agradeço o convite para que o Ministério Público esteja aqui presente neste debate, um debate de suma importância, pois as entidades sindicais estão previstas na Constituição. Então, a nossa Constituição traz balizas, traz bases estruturantes da organização sindical: a unicidade sindical, como já foi dito aqui, e o efeito *erga omnes* das negociações coletivas. Então, os sindicatos representam toda a categoria, não apenas os trabalhadores associados, os trabalhadores filiados. E a própria Constituição Federal também traz no art. 8º a possibilidade do custeio pelos trabalhadores da organização sindical, de sua organização.

E é de suma importância, então, agora, entendermos – não há mais discussão sobre a constitucionalidade ou não – que essa cobrança, que essa participação financeira na organização sindical, na estruturação sindical seja feita por todos os trabalhadores, não apenas pelos sindicalizados. Então, essa discussão já foi superada pelo Supremo Tribunal Federal.

Mas como podemos discutir isso? Como isso pode ser feito? É importante também trazermos aqui que esse posicionamento de possibilidade de contribuições, de uma contribuição negocial, da contribuição também conhecida como associativa ou da contribuição de solidariedade, de essa contribuição ser devida por todos os trabalhadores da categoria. É um posicionamento, inclusive, da Organização Internacional do Trabalho, de verbetes da Organização Internacional do Trabalho, no sentido de que as entidades sindicais devem discutir essa questão e que as autoridades não devem se imiscuir, elas não devem, de nenhuma forma, tentar impedir isso.

E a discussão dentro das entidades sindicais é na assembleia, numa assembleia legítima, numa assembleia que tenha a participação de toda a categoria, não só dos associados. Então, essa assembleia pode e deve estabelecer ali uma contribuição, uma contribuição negocial, confederativa ou de solidariedade, a ser cobrada de todos os trabalhadores que serão beneficiados, que serão atingidos por aquela negociação coletiva.

A negociação coletiva é um direito fundamental social dos trabalhadores e é obrigação. E quem obrigatoriamente participa da negociação coletiva são sindicatos. Então, como uma consequência lógica de toda essa estruturação feita pela nossa Constituição Federal no art. 8º do texto constitucional, esta questão foi superada, a da possibilidade de que todos os trabalhadores participem da estruturação financeira do sindicato, já que todos os trabalhadores da categoria são atingidos ou beneficiados pela atuação da entidade sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como isso? Como? Eu acho que a discussão maior aqui é no sentido de como fazer isso. Então, estamos chegando a um consenso de que é na assembleia. Que os trabalhadores todos, então, associados, filiados ou não, tenham o direito de se manifestar e de votar e também que nessa assembleia haja o direito de oposição. É importante que os trabalhadores possam, principalmente os que não são filiados, se manifestar no sentido de não contribuir naquela negociação coletiva. E como isso? Na própria assembleia? Talvez com um prazo razoável para que os trabalhadores se manifestem? E essa contribuição como seria? Uma contribuição razoável? Pode haver uma limitação legal desse valor e um prazo razoável para que os trabalhadores se manifestem? E que haja uma disposição legal.

No sugestivo, nós podemos observar que as empresas possam ser também punidas de alguma forma se houver qualquer tipo de estímulo, qualquer tipo de facilitação, qualquer tipo de coação aos trabalhadores para se manifestarem contrariamente à contribuição confederativa, à contribuição negocial, porque há uma vedação expressa na nossa Constituição de qualquer tipo de coação para que os trabalhadores sejam sindicalizados. Isso não pode ocorrer; então, as empresas não podem, de nenhuma forma, condicionar o emprego, condicionar a contratação ou permanência no emprego a alguma sindicalização.

Então, o contrário também deve ser expresso, deve estar expresso. As empresas também, os empregadores ou terceiros – não só os empregadores, mas nenhum terceiro, a entidade patronal, a entidade sindical patronal – não podem, de forma alguma, de qualquer forma, facilitar... Às vezes, nós encontramos ali, na nossa prática, no Ministério Público do Trabalho, formulários prontos que os trabalhadores, às vezes, só assinam; ou a empresa facilita ali, dá transporte para os trabalhadores irem até a sede do sindicato, para se operem.

Então, nenhum tipo de facilitação e, muito menos, coação, dando a entender àquele trabalhador que, se ele não se opuser à contribuição, a sua participação na entidade sindical dos trabalhadores da sua categoria, que é uma participação financeira, ele pode perder aquele emprego, ele pode ser dispensado. Então, isso deve estar muito claro. Acredito que o sugestivo tem essa intenção de deixar clara a possível prática de ato antissindical por parte de empregadores ou de terceiros que ajam dessa forma.

Esse tem sido o posicionamento do Ministério Público. Mesmo antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, havia discussões dentro do Ministério Público, de se considerar constitucional a contribuição negocial quando estabelecida em assembleia, desde que houvesse ali o direito de oposição. E, no mesmo sentido, de que empregadores ou terceiros não podem, de alguma forma, sob pena de se configurar prática antissindical, ato antissindical, interferir de forma alguma nesse direito dos trabalhadores de oposição.

Muito obrigada. Agradeço. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito direto, objetivo e claro. A Dra. Heloísa Siqueira de Jesus, Procuradora do Trabalho, representando o Ministério Público do Trabalho, que deixou claro que já tem a decisão tomada pelo Supremo. Agora é simplesmente a discussão de como será a contribuição negocial. Claro, que seja, como ela disse, um tempo razoável e que o percentual também seja razoável. Todos nós concordamos com isso. Todo absurdo será condenado e não será permitido. Tem que ser um percentual mínimo.

Eu me lembro de uma vez em que eu cheguei a aprovar aqui, no Senado, a contribuição negocial.

Foi um grande evento que fizemos no Nereu Ramos, e eu botei... Nós botamos, na época, claro, tudo vai ser debatido... O máximo seria 1%, e uma vez por ano. O máximo. Mas a assembleia decide. Se vai ser 0,5, é 0,5. A assembleia que decidiria o que é que seria essa contribuição, e só uma vez por ano.

Naturalmente, o debate que estamos fazendo – que vai ter outras audiências como esta – que vai apontar o caminho.

Mas agora eu passo a palavra, com muita satisfação, como todos os convidados que estão aqui, à Juíza Valdete Souto Severo, lá do nosso Rio Grande do Sul. Ela é Juíza do TRT-4, do Rio Grande. Ela está por videoconferência.

Ela tem sido muito atuante também nesse debate do mundo do trabalho.

A SRA. VALDETE SOUTO SEVERO (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós a estamos ouvindo.

A SRA. VALDETE SOUTO SEVERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, então, a todos vocês.

Senador Paim, obrigada pelo convite. Quero lhe dizer que, para mim... Eu só estou um pouco triste de não poder estar aí presencialmente, porque eu tenho um carinho muito grande pelo senhor, pelo trabalho que o senhor faz, enfim, pela importância da sua atuação no Parlamento para o mundo do trabalho. Então, para mim, é sempre uma satisfação muito grande atender a um chamado para falar sobre questões trabalhistas, especialmente num diálogo assim, com as entidades sindicais.

Eu escutei as falas anteriores. Não me sinto à vontade para dizer o que penso, da minha posição como juíza do trabalho ou professora, o que seria melhor ou não para as entidades sindicais, porque me parece que isso são os líderes sindicais que sabem, e sabem muito bem, já demonstraram nas falas anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha contribuição aqui, Senador Paim, nesses minutos que tenho, é sobre questões que me chegam na Justiça do Trabalho e que me parece que talvez sejam bem importantes de serem pensadas, consideradas tanto pelo Estatuto do Trabalhador quanto em eventual alteração da parte sindical da CLT, porque também dizem respeito ao fortalecimento das entidades sindicais, embora, em princípio, não pareçam. E estou falando de alguns efeitos da reforma trabalhista, mas de outras questões que são problemas, digamos assim, na CLT desde sempre.

E vou falar em tópicos, para ficar muito claro qual é a contribuição, para que a minha fala realmente tenha algum efeito prático nesse movimento de tentar efetuar uma espécie de resgate de uma legislação trabalhista que seja condizente com a história do direito do trabalho e com a necessidade de proteção social que o capitalismo impõe à classe trabalhadora.

Então, estou falando do quê? Tem uma alteração na reforma trabalhista que é extremamente nociva às entidades sindicais e aos direitos das pessoas que vivem do trabalho e que tem sido pouco enfrentada e que me parece que é uma questão que tem, na prática, significado a perda de direitos no momento da rescisão das trabalhadoras e trabalhadores. É aquela alteração na CLT que diz que não é preciso mais homologar rescisão em sindicato.

Isso acaba afastando as pessoas do sindicato, porque esse é o momento, historicamente, em que o trabalhador e a trabalhadora, mesmo que não tivessem o contato com os sindicatos durante o vínculo, tinham de ir até a sede do sindicato e, portanto, tinham esse contato, tinham essa segurança de que haveria uma revisão da sua rescisão, e não acontece mais, porque houve alteração na reforma, dizendo que não é mais preciso esse momento de homologação, como se chamava, da rescisão no sindicato.

E o que é que tem acontecido, Senador Paim, com isso? As pessoas têm assinado documentos, na hora da rescisão, sem receber os valores que lhes são devidos.

Isso tem sido muito recorrente, tem chegado muitas vezes nas salas de audiência, e, com os documentos assinados, é muito difícil, muitas vezes, reverter e garantir esses direitos a essas pessoas, e a gente sabe que isso acontece, muitas vezes, diante de uma promessa de pagamento futuro, que acaba não ocorrendo. Então, me parece que essa é uma regra que fortalece os sindicatos e que garante o respeito aos direitos trabalhistas no momento da rescisão.

A outra questão que me parece fundamental de ser revista no estatuto dos trabalhadores e que fortalece, embora por via transversa, as entidades sindicais é acabar com a justa causa. Na verdade, há dois pontos em relação à despedida ou três. Além de revogar as regras introduzidas pela reforma que facilitaram a despedida e que falam, por exemplo, de comum acordo para despedir, que são absurdas no quanto desprotegem trabalhadoras e trabalhadores, me parece que tem outras duas questões que são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma é reconhecer o dever efetivo de motivação da despedida, ou seja, retomar a velha discussão que, na verdade, foi trazida com a incorporação da Convenção 158 e que, de algum modo, foi enfrentada pelo STF no julgamento, depois de décadas, da ADI 1625, mas a gente sabe que foi um julgamento que não teve efeito prático, que não conseguiu trazer de volta essa norma internacional para o âmbito interno. Então, me parece que o estatuto dos trabalhadores é uma oportunidade de fazer valer o dever de motivação com regra específica, porque, dificultando a despedida, nós também estamos fortalecendo os sindicatos, porque nós sabemos que a precariedade dos vínculos, o medo de perder o emprego é um fator decisivo que muitas vezes impede as pessoas de terem tempo, energia, vontade para se engajarem na luta coletiva.

E a terceira questão que é da justa causa é eliminá-la. Esta é a minha proposta, que eu coloco para a discussão aqui, que me disponho a discutir com mais calma e mais tempo em outras oportunidades: eliminar efetivamente a justa causa do texto da CLT. E justifico, Senador Paim, a previsão da CLT desde o século passado é de que há consequências de perdas de direitos para trabalhadores e trabalhadoras que cometam justa causa, mas não há consequências para empregadores que cometam justa causa. Então, enquanto os trabalhadores perdem vários direitos, porque há uma alegação de algum motivo grave para despedida, o empregador, por mais que ele assedie, que ele não pague salário, que ele faça qualquer tipo de ato gravoso para dar motivo para que o trabalhador ponha fim ao vínculo de emprego, não sofrerá consequência alguma. Pelo contrário, ele ganha tempo, porque o trabalhador vai precisar ajuizar uma ação e provar que a justa causa do empregador aconteceu para poder receber exatamente as mesmas verbas que receberia caso fosse despedido sem a alegação de falta grave do empregador.

Como há essa disparidade, que é contrária ao princípio da proteção, que deve orientar e justifica historicamente as regras trabalhistas, me parece que este momento de discussão com essas duas possibilidades de alteração da regulação jurídica do Estado sobre as relações de trabalho que o senhor, sobretudo, Senador Paim, está colocando em pauta e viabilizando, é exatamente o momento oportuno para que a gente consiga revisar e retirar essa regra da CLT, permitindo que todas as pessoas que dependem do trabalho para sobreviver, em casos de perda do emprego, recebam exatamente os mesmos direitos. Isso corrige várias distorções, isso facilita muito, inclusive, o acesso das pessoas ao seguro-desemprego, por exemplo, que é condição para sobrevivência imediata, e é, segundo a minha forma de pensar, também um modo de valorizar, ainda que por uma via não tão reta, a atuação sindical.

Repito que tenho a convicção, Senador Paim, de que quanto mais protegidos estiverem os direitos da classe trabalhadora, quanto mais nós tivermos condição, por exemplo... E aí vêm as outras questões da reforma que me parece que também devem ser alvos de revogação... Aliás, parece que seria muito, muito importante que este Governo firmasse posição para a revogação de todas as regras que foram alteradas com a chamada reforma trabalhista, porque são todas elas nocivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, assim, se nós pegarmos outras questões da reforma, como a possibilidade de extensão de jornada, por exemplo, e olharmos essas regras em seu conjunto, a prescrição intercorrente e tantas outras alterações que foram incluídas na CLT, a gente consegue perceber que esse rebaixamento do estatuto de proteção social da classe trabalhadora também tem sido um fator de impedimento do engajamento coletivo, porque as pessoas estão exaustas, trabalhando para além das oito horas, com salários precarizados, muitas vezes sem o reconhecimento do vínculo e, já foi dito aqui, com um fatiamento da categoria profissional através de terceirização, através de outros estatutos jurídicos rebaixados e que têm sido tolerados, infelizmente, pela Justiça do Trabalho – é bom que se diga também.

Mas, com isso tudo, eu quero dizer que a minha contribuição aqui – e já vou encerrando a fala para ficar bem no meu tempo – é que também a gente pense no fortalecimento do mundo sindical e da força dos sindicatos, inclusive para lutar por um negociado que efetivamente supere o legislado e que não implique redução de direitos. Isso passa por recuperar a proteção social em regras que foram desconstruídas pela reforma, mas também por incidir e alterar regras da CLT, como é o caso da justa causa, que acabam precarizando a condição de quem vive do trabalho justamente ali no momento em que ele perde a sua fonte de subsistência.

Era isso. Eu agradeço muito a oportunidade, devolvo a palavra e me coloco à disposição para outros diálogos sobre temas como esse ou relacionados a esse, porque acho que é fundamental. Não tenho visto muito falarem no mundo do trabalho nos âmbitos oficiais dos três dos Poderes de Estado. Então, para mim, é realmente uma alegria muito grande que aqui, Senador Paim, a gente tenha espaço para falar de uma questão que é tão central para vida de todas as pessoas, não só das que vivem do trabalho, mas de todas as pessoas que convivem nessa sociedade, que não está boa para a maioria de nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos, Juíza Valdete Souto Severo, Juíza do TRT-4, do Rio Grande do Sul.

Eu já peço minhas desculpas, Juíza, se me permitir, porque, de fato, o espaço lá é assegurado. Eu creio que em todos os estados esse debate é um debate bem-vindo, mas eles fizeram um grande evento em Pelotas com todos os juízes do Trabalho do Rio Grande do Sul. Era para eu falar sobre o mundo do trabalho, mas, como eu estava envolvido aqui até a cabeça com as cotas, eu disse: "Não. Eu só vou para o estado depois de aprovar as cotas". Felizmente aprovamos praticamente por unanimidade, as cotas estão consagradas, e eu voltei, então, para esse importante debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já peço para a minha assessoria, que está aqui presente, a Denize e a Ingrid... A Juíza deu duas, três contribuições no mundo do Estatuto do Trabalho; ultrapassou, digamos, esse debate específico de hoje, que é o custeio das entidades sindicais, inclusive em relação a tal demissão por justa causa, em que eu concordo plenamente com ela: o lado comete até um crime como, por exemplo, o trabalho escravo e não acontece praticamente nada; para o trabalhador, quando ele perde o emprego, ele perde tudo, zera a vida dele e é jogado, se deixarem, à sarjeta. Claro que ele reage. Então, as contribuições dela estão gravadas. Que a gente as coloque já nesse debate.

Agora passa a usar a palavra o líder Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores, que tem colaborado muito conosco aqui no dia a dia, aqui no debate no Congresso Nacional.

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Bom dia, Paim.

Primeiro, parabéns ao Paim por todo o trabalho que sempre faz, muito brilhante aqui no Senado. Ele nos orgulha, somos os fundadores da CUT, a qual completou 40 anos agora em agosto. Fomos os primeiros membros da nossa executiva da CUT. Então, com certeza, como o Moacyr colocou, nunca perdeu a sua essência: sempre um guerreiro na trincheira em defesa da classe trabalhadora, sempre foi o nosso parceiro aqui no Senado, como outros senadores junto com o Paim. Com certeza, sempre nos orgulha.

Quero cumprimentar a Procuradora Heloísa, o Moacyr, da Nova Central, o José Gozze, da Pública, os demais representantes que estão participando via *online* e também todos que estão nos assistindo, o que é muito importante.

Com certeza, Paim, esse tema, para falar em dez minutos, é muito difícil, porque você está num debate do Estatuto de Trabalho. Colocaste como tema: custeio e a organização das entidades sindicais, Estatuto do Trabalho e regulamentação dos arts. 7º ao 11 da Constituição Federal, que perecem de muita regulamentação. Isso são debates importantes.

Como foi colocado, desse projeto foi o autor o Styvenson, lá na CAE, foi apresentado a toque de caixa, Paim, e relatado pelo Marinho, uma semana para outra, com vista coletiva dos Senadores e com debate da CPI – as pessoas tinham que se dividir entre a CPI e as Comissões. Com certeza não teve... É um absurdo.

Primeiro foi um absurdo o que aconteceu, o que a mídia, o que a imprensa tem relatado, tem colocado, porque, desde o início do julgamento desse tema, que é muito importante, que teve um trabalho não só do Dr. Cristiano, mas de todas as entidades sindicais... Foi um trabalho coletivo – não é, Moacyr? – conjunto não só da direção das entidades sindicais, mas o jurídico das entidades sindicais trabalharam coletivamente, colocando a situação, explicando para todos os Ministros do STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando teve o voto de divergência do Ministro Barroso, que foi um voto fundamental e muito importante... Quando o Ministro Gilmar Mendes aderiu ao voto relator, mudou todo o voto anterior. Aí ficou dez a zero. Como o Marco Aurélio tinha votado no relatório anterior do Ministro Barroso, o voto dele caiu no limbo. Como ele já tinha votado, quem sucedeu não pôde votar. Com certeza seria onze a zero no STF esse tema. O que o STF decidiu é só se é constitucional ou não. Como a Procuradora falou, é uma decisão constitucional que é importante, é um tema que a gente discute há muito tempo dentro das centrais sindicais. Então, isso é fundamental.

E o desserviço que a imprensa tem colocado. As práticas antissindicais, que a própria imprensa tem colocado, criando o *site*... É um absurdo. Então, como foi colocado na própria Constituição, a liberdade e a autonomia sindical, a liberdade dos sindicatos, a prevalência disso é fundamental e importante.

Então, Paim, vou entrar em outros temas também que são fundamentais.

Os sindicatos são essenciais para assegurar direitos e o desenvolvimento econômico-social. Como nós temos um país destruído, para reconstruir o Brasil e recolocá-lo no caminho do desenvolvimento econômico-social, com distribuição de renda... A gente viveu seis anos de percalço, redução, nenhum tipo de correção do salário mínimo, que o Presidente Lula já assumiu e já restabeleceu – é aquele projeto que foi fundamental da correção do salário mínimo.

E sindicatos fortes são muito importantes, com poder de negociação. E os sindicatos são um dos pilares da democracia não só no Brasil, como no mundo. Não existe democracia se não tiver sindicatos fortes, combativos, com a defesa intransigente de todos os trabalhadores.

Sem distribuição de renda também não temos toda essa situação com a concentração de renda que a gente viveu muito forte na questão da pandemia. Muitos ficaram pobres e poucos ficaram muito ricos. Isso foi... É muito importante a gente estar fazendo esse debate sobre essa questão da redistribuição de renda, da melhoria na massa salarial de todos os trabalhadores, independentemente de serem do setor privado ou do setor público, são questões importantes.

Eu quero deixar bem claro o seguinte: o financiamento sindical não é só dos trabalhadores. Financiamento sindical... A empresa só fala dos trabalhadores. Financiamento sindical é das entidades de trabalhadores e das entidades de empregadores. Em partes, as federações e confederações são financiadas pelo Sistema S, mas as entidades sindicais patronais também têm problema no seu desconto. Agora, as entidades patronais quererem regular como os sindicatos dos trabalhadores vão discutir a gente não aceita. Como eles têm que ter a autonomia deles para decidir a forma como eles vão se financiar, de que forma eles vão se financiar...

A questão das práticas antissindicais é um absurdo, não é? No próprio projeto do Marinho, tem inúmeras práticas antissindicais já veladas no relatório que foi aprovado, a toque de caixa, lá na CAE e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que agora está na CAS e de que o companheiro Paim é o Relator. Então, isso é fundamental nesse debate.

Eu só me esqueci de justificar, Paim, que o companheiro Clemente, que é o assessor especial das centrais sindicais, estava programado para falar *online*, mas anteciparam o voo dele e ele está em voo agora às 9h15. E o Miguel pediu para justificar também, porque tem a greve da GM. Muitos trabalhadores foram demitidos, centenas de trabalhadores, e ele está na negociação coletiva agora para tentar a reintegração dos trabalhadores, que são fundamentais. Duas pessoas pediram para justificar essa questão que é fundamental. Os dois estão numa luta junto com as centrais sindicais.

O Estatuto do Trabalho deve complementar os avanços da negociação tripartite. Como já foi colocado, estamos numa mesa tripartite e tem uma mesa bipartite. Estamos discutindo, já fizemos cinco reuniões da mesa bipartite, teve duas reuniões na mesa tripartite e foi dada sequência a esse debate. Então, esse debate... E não é só a questão que... Nós estamos discutindo a valorização da negociação coletiva, o fortalecimento da organização sindical e a questão do custeio. Então, não é só o tema do custeio que foi colocado.

Todos os temas que a Dra. Valdete colocou estão no documento das centrais sindicais. Nós queremos rediscutir a questão, vários pontos que são fundamentais e que acabaram com a "deforma" trabalhista, em que infelizmente, Paim, o Senado não cumpriu seu papel de revisor. Teve todo o acordo feito, na época, com o Presidente, que ia vetar vários pontos, mas não vetou e aprovou aquelas questões todas absurdas que teve naquela reforma trabalhista. Então, vários pontos que estão hoje se discutindo são questões inconstitucionais, insegurança jurídica velada há muito tempo. Então, aí tem que emergir um projeto com princípio democrático de organização, negociação coletiva e custeio da representatividade sindical, que é o que nós estamos discutindo.

No processo abrangente de negociação coletiva, que sejam agregadores. É um debate que estamos fazendo lá na mesa, Moacyr e José Gozze.

Contratilidade. A questão da contratilidade é fundamental. Pelo menos temos que achar uma forma de discutir, porque as entidades sindicais vão sentar à mesa, a data-base é 1º de setembro, se não se negociar até 31 de agosto, perdem-se todos os direitos que tem, pontos muito importantes nas cláusulas econômicas e sociais, vale-alimentação, vale-refeição. Tem inúmeras cláusulas que são muito importantes nas convenções e que se perdem se não se conseguir negociar.

Então, temos que achar formas. Estamos discutindo na mesa essas questões que são fundamentais, que na reforma trabalhista foram tiradas.

A questão da maior densidade sindical com amplitude de representação e maior representatividade: nós estamos debatendo com as novas classes trabalhadoras, com os aplicativos, várias questões, como a desregulamentação, a terceirização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão, que foi colocada pelo Senador Paim e que estamos discutindo, da autorregulação da organização sindical, que é importante. Nós... Os problemas da organização sindical, quem tem de discutir e decidir são as entidades, as centrais sindicais, com amplitude.

Nós fizemos um documento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... da autorregulação das centrais sindicais sobre financiamento, todas as centrais sindicais fizeram orientação, a CUT fez orientação das suas bases de como se deve proceder, como se deve descontar, não ter abuso. E a questão da contribuição negocial está dentro do conjunto, dentro do debate que nós estamos fazendo, contribuição negocial em percentuais justos, aprovada em assembleia, discutida por toda a categoria, e nosso entendimento é descontar de toda a categoria. Quem se opuser tem que ir lá discutir na assembleia, porque tudo que se negocia, o reajuste, todas as cláusulas sociais que são importantes, as cláusulas econômicas, todos os trabalhadores são beneficiados por isso.

Então, a questão do... Se é contribuição negocial, assistencial... O próprio... A decisão do STF fala em contribuições de forma genérica. Isso é fundamental, e a gente tem que discutir, como foi colocado pela Procuradora, pela Dra. Valdete e demais. As práticas antissindicais são um absurdo. O que acontece nessa discussão de práticas antissindicais que são cometidas, e não tem nenhuma legislação!

O Brasil, Paim, é cobrado pela OIT todos os anos. Nós já discutimos várias vezes lá no Conselho Nacional de Relações de Trabalho, no Conselho Nacional do Trabalho, há um projeto, já teve um acordo de centrais sindicais, um projeto discutido com o Ministério Público; o Ministério Público de Trabalho tem um projeto de práticas antissindicais... As empresas fazem absurdos, a questão da terceirização, que é um absurdo, e não acontece nada.

E, como foi colocado pelo Gozze, a questão do direito de negociação dos servidores públicos. A regulamentação da Convenção 151 e 135, que tem relação, é fundamental, porque é um debate que nós fizemos, já foi aprovado um projeto aqui na Câmara e no Senado, e infelizmente foi vetado na íntegra aquele projeto. Está sendo discutido novamente na mesa. E isso é fundamental, todos os trabalhadores têm que ter essas garantias.

A discussão... E a autonomia. A questão das contribuições, o limite das contribuições, a discussão, é problema da assembleia. Os trabalhadores é que vão decidir quanto, qual o percentual que vai ser descontado. Nós estamos discutindo... Inclusive, o Moacyr, aqui na mesa... Paim, nós queremos colocar um limite, que tenha o desconto, aí a categoria aprova se é um, se são dois, se são três, se são duas parcelas de três, isso é a categoria que vai decidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então não está... "Ah, pode ter três, quatro impostos sindicais". Primeiro, não é contribuição sindical, não é imposto sindical. Esse é um debate. É contribuição negocial, discutida e aprovada em assembleia, a categoria é soberana para discutir de que forma vai financiar suas entidades sindicais. E o sindicato só é forte se tiver realmente um financiamento. Tudo tem financiamento. A gente pode discutir aqui, Paim, o Fundo Partidário. Toda a população brasileira contribui para o fundo partidário. Podíamos dizer que não, a partir de agora não vamos contribuir. E várias outras. No financiamento eleitoral, que é importante ser público para não acontecerem os absurdos que tem, toda a população brasileira contribui.

Então, nada mais justo que discutir com todos os trabalhadores... Como foi colocado, se for uma assembleia de condomínio, estão aumentando o condomínio, e várias questões, todos... A decisão é soberana, desconta de todo mundo, independentemente... A maioria decidiu e é descontado. Por isso que o debate que se faz, a categoria é soberana, o debate do desconto discutiu amplamente, numa assembleia, amplamente convocada, os sócios e os não sócios, e a categoria é soberana para decidir como vai financiar seu sindicato. E só tem sindicato forte, o sindicato vai conseguir melhorar suas condições de trabalho discutindo essa questão da homologação das entidades se indicar vários pontos que estavam no debate. Está na mesa a outra atividade, o fortalecimento da deliberação coletiva.

O absurdo hoje é, na reforma trabalhista, um acordo individual valer mais do que um acordo coletivo, do que uma convenção do título de trabalho. Nós estamos discutindo assim na mesa para corrigir esses pontos que não se admitem. Isso é um absurdo. Imagina, na reforma trabalhista, a categoria hipossuficiente passou a ser a patronal, o patrão, não o trabalhador. Ali ele pode sentar com... "Ou aceita as condições que eu estou colocando, ou está demitido." E nós temos no Brasil hoje várias empresas que não aceitam o trabalhador se sindicalizar. O trabalhador quer ser demitido, é só ele se filiar ao sindicato. Muitas, no setor privado. Muitas multinacionais, muitas empresas não admitem que o trabalhador se filie ao sindicato. Ele se filiou ao sindicato, ele está demitido. Isso a imprensa não coloca. Então, nós temos que discutir.

Tem várias questões que são fundamentais no Estatuto do Trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – O debate que você faz aqui, muito bem aqui no Senado, é fundamental.

Então, eu tinha muitas coisas mais a falar, mas pelo tempo, não é, Paim? Agradeço. E com certeza, nós, da CUT, e as centrais sindicais estão à disposição. E essa autorregulação que nós estamos debatendo, estamos apresentando, nós das centrais sindicais, todo problema que tiver, nós estamos criando uma ouvidoria para receber as denúncias e os problemas que tenham. Nós das centrais sindicais vamos atrás, vamos resolver, vamos discutir com as nossas entidades, porque não aceitamos abuso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceitamos dentro da... Uma questão do desconto, mas que seja discutido e aprovado em assembleia. Meu estado é todo pelo acordo, mas é uma questão que é fundamental.

Então, queremos parabenizá-lo. E estamos à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Valei Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT)... (*Palmas.*)

... que avançou além da contribuição negocial. Esse debate todo, porque só temos no Brasil uma situação difícil como essa devido à reforma trabalhista, Temer e o Governo anterior que fez, não é? Inclusive abriu as portas para o trabalho escravo no Brasil. Por isso que esse debate tem que ser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terceiriza tudo agora. O pior é que o Supremo também endossou isso. Por isso que nós temos que reverter via lei. Somente na lei que nós vamos poder reverter esse quadro. Então, parabéns pelo processo de negociação que estão fazendo!

Eu passo a palavra agora para o líder Paulo Oliveira, Secretário Nacional de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. PAULO OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia. Bom dia a todos e todas. Saúdo o Senador Paim pela importância dele na luta em favor dos trabalhadores, em favor da organização sindical também. Saúdo os dirigentes sindicais, as autoridades presentes, todos que nos acompanham aí presencialmente e também pela internet. E buscaremos aproveitar essa oportunidade, Senador Paim, para também trazer a mensagem da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

A gente inicia dizendo o seguinte, que está muito claro que o modelo neoliberal fracassou. O grande exemplo para isso é o que aconteceu a partir da reforma trabalhista – de forma muito breve –, que prometeu emprego, prometeu segurança jurídica, prometeu a modernização das relações de trabalho. Nós tivemos um desemprego alarmante, a segurança jurídica não aconteceu, porque todos os seus pontos foram discutidos no STF e a sociedade também não implementou e, na verdade, em vez de ter uma modernização das relações de trabalho, nós tivemos uma precarização das relações de trabalho. Então, eu acho que isso é um desenho muito claro de que esse modelo neoliberal fracassou e, naturalmente, do que a gente precisa, a partir desse momento, é estabelecer um novo padrão das relações de trabalho, um padrão de negociação que passe efetivamente por um debate entre os interessados, trabalhadores, sindicatos, empregadores e Governo, dentro desse processo que se cria nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade percebeu isso, uma parcela significativa da sociedade percebe essa dimensão da necessidade de uma alteração, de discutir as questões relacionadas ao trabalho; não diferente o Judiciário também. Acho que a decisão do STF põe luz nesse cenário, a partir do momento que a gente tem um STF que sempre se preocupou com pautas importantes, pautas sociais e que a matéria do trabalho não era olhada da forma como a gente esperava, com um olhar mais geral do fortalecimento das entidades e da defesa do interesse dos trabalhadores. A gente vê uma mudança significativa a partir da decisão do Tema 935, do STF. E eu acho que a grande justificativa para isso está no desenho que parte na sociedade também já percebeu: sem os trabalhadores organizados, sem a sociedade organizada, nós não faremos o enfrentamento à sanha do fascismo a que a gente assistiu nos últimos tempos. O Judiciário percebe isso, a sociedade percebe isso e é importante que os sindicatos sejam fortalecidos para que a gente possa, de alguma forma, fazer aquele papel que o Estado, por si só, não dá conta, que é combater o risco do fascismo aqui no Brasil e em todo o mundo.

Acho que o Governo do Lula estabelece um patamar na hora em que ele cria, através de um decreto, o grupo tripartite que traz empresários, traz trabalhadores e traz o Governo para dentro desse grupo para olhar para a dimensão da legislação trabalhista e sindical. E a elaboração disso se dá a partir de uma lógica que é a lógica efetiva da negociação. O que se busca, através desse debate nacional, é fortalecer as negociações coletivas e estabelecer através delas o financiamento sindical, que é o foco dessa audiência pública de que nós aqui tratamos hoje.

É necessário efetivamente que os sindicatos sejam fortalecidos, porque através deles é que nós fazemos uma luta para combater a ainda desigual relação trabalho e capital. É importante que a gente tenha efetivamente sindicatos fortalecidos nesse sentido para uma construção de uma sociedade mais organizada e, efetivamente, que a gente possa levar a discussão fundamental, que é a lógica do trabalho decente, que é, de fato, a distribuição de renda, que é aquilo todos nós esperamos, que a sociedade espera: que o trabalhador possa, por meio do seu trabalho, levar dignidade para sua família, levar dignidade para si próprio, cuidar das relações relacionadas também à jornada de trabalho, que hoje é extrapolada, a partir da questão dos aplicativos.

E, quanto a esse modelo de financiamento sindical, eu acho que a gente tem um modelo na sociedade já muito bem colocado, experimentado e funcional, que é a questão do modelo dos condomínios. A decisão da assembleia é uma decisão que tem efetivamente efeito a todos aqueles. Todos têm certamente os benefícios do resultado da luta que é realizada e efetivamente devem arcar com os custos necessários para manutenção dessa sistemática.

Acho que as centrais sindicais, quando fazem esse debate, trazem o debate para a sociedade nesse sentido e conjugam exatamente com a sua proposta, Senador, do Estatuto do Trabalho, acho que a gente vem exatamente nesse sentido, para mostrar para a sociedade que é necessário ter um sindicato forte e atuante, porque é, através dele, que efetivamente nós conseguimos entregar para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade uma melhor condição. E acho que a pandemia demonstrou muito isso, porque, mesmo durante a pandemia, com todas as justificativas que aquele momento ofereciam, os sindicatos conseguiram, através das negociações coletivas, garantir reajuste de salário, garantir a manutenção de benefícios, como vale-alimentação e tantos outros benefícios que a própria convenção coletiva de trabalho faz a partir de uma dinâmica efetiva das relações daquele sindicato com a sua categoria, com aquela realidade.

Então, me parece importante – já aqui finalizando a nossa fala –, porque o modelo de contribuição sindical compulsória que nós vivemos não encaixa mais nesse modelo de sociedade, o que faz, neste momento, uma necessidade de que o trabalhador em assembleia decida qual o modelo efetivo de sustentação dos sindicatos. Os trabalhadores decidem percentual, forma. Como o STF determinou a possibilidade de uma oposição à contribuição, que a assembleia decida qual é esse modelo efetivo e como ele vai se dar para que a gente possa ter de fato reorganizado esse processo de equilíbrio na relação capital e trabalho. Mas, em contrapartida a isso, os sindicatos, dentro desse contexto do grupo tripartite e também da unidade das centrais, quer oferecer para a sociedade um sindicato novo, um modelo de sindicato capaz de atender este momento que a sociedade vive, um sindicato democrático, um sindicato que dê a possibilidade de alternância de poder, se for interesse da categoria, que discuta contribuições razoáveis, que faça a luta efetiva em prol da categoria, mas também se preocupe com questões importantes da sociedade: o combate ao trabalho infantil, o trabalho análogo à escravidão, tantas outras mazelas que a sociedade tem, hoje, em que o sindicato é de fato um ator importante dentro desse contexto. Então, nós queremos olhar para esse modelo, para essa nova oportunidade que a sociedade coloca de organização sindical, mas também entregar um modelo de sindicato moderno, capaz de oferecer à sociedade uma luta que dialogue de fato com os trabalhadores, que interfira nas questões sociais da sociedade e em que a gente possa construir junto um Brasil mais forte, mais democrático e com justiça social.

Então, acho que é essa a nossa participação pela CSB. Quero agradecer a oportunidade, parabenizar todos que estão aí, saudar em especial o Senador Paim pela luta e pela força que sempre demonstrou nas questões trabalhistas e sindicais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, líder Paulo Oliveira, Secretário Nacional de Organização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que, com uma fala precisa e rápida, deixou claro aqui que o caminho, em novos tempos, é a contribuição negocial; nada melhor que uma assembleia para decidir. É como – me lembro aqui da Constituinte – eu, Constituinte, e Ulysses Guimarães dizia, quando não havia acordo: "Votem!", e o Plenário votava. Ainda hoje, qualquer dúvida, o Plenário é que decide, seja aqui, seja numa Câmara de Vereadores, seja nas Assembleias Estaduais, enfim, soberana é a Assembleia, e vamos caminhar nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, até para discutir a questão do direito de oposição, por que não? Então, é importante que a gente avance nesse debate.

E, por fim, nesta rodada que estamos fazendo, presencialmente também está o Sr. João Moisés Morais, Presidente da Força Sindical do DF. Eu queria convidá-lo para vir aqui para a mesa. Eu vou dar um jeitinho; não precisa ninguém sair, não. É só mais um que vem, ele pode vir aqui. Não precisa sair você. Bota uma cadeira, eu já fiz isso diversas vezes. Pronto, aí já deu aqui. Pronto, meu amigo. (*Pausa.*)

Passamos a palavra a João Moisés Morais, Presidente da Força Sindical do DF, que fala pela Central.

O SR. JOÃO MOISÉS MORAIS (Para expor.) – Bom dia a todos, aliás, já é quase boa tarde, não é? Bom dia ainda. Na verdade, eu vim representar o companheiro Miguel, que não pôde vir pela demanda de trabalho que ele teve hoje, de discussão da greve. Hoje ele fez uma assembleia de manhã e pediu que eu viesse representá-lo.

Então, eu agradeço a todos os presentes, agradeço ao Senador por abrir a palavra para que a gente pudesse falar um pouco. Eu não vou falar representando nacionalmente, mas vou falar representando o DF; eu sou Presidente da Central Sindical do DF. Quero reforçar o que já foi dito aqui, deixar um pouco mais reforçado para que a gente possa continuar na luta e entrar dentro dessa pauta, para que volte realmente o direito da homologação, porque o trabalhador tem perdido muito, Senador; muitos, muitos trabalhadores.

Hoje eu defendo uma categoria da qual quem faz as homologações, quem faz as demissões do trabalhador são os contadores, ou, então, o RH. E o trabalhador não tem nem condições de ir até o sindicato para poder fazer suas reivindicações. E, como foi a reforma trabalhista, com o enfraquecimento das entidades sindicais o próprio sindicato, às vezes, não tem nem como correr atrás e ir em defesa desses direitos do trabalhador, e eles têm perdido muito.

Eu não tenho muito o que dizer aqui a não ser parabenizar a todos e reforçar que a Força Sindical do Distrito Federal, junto com a nacional, faz-se presente nessa luta. E quero reforçar também que o dever dos sindicatos é fazer a assembleia, e que na assembleia se decida o que vai ser custeio. Eu acho que ali é legal, é direito do trabalhador decidir. Por que o patrão tem que decidir quanto é que tem que custar? Por que o trabalhador não tem esse direito de chegar lá e dizer o quanto ele pode decidir? Então, o sindicato que defende uma categoria não vai ter dificuldade nenhuma de aprovar o que é o custeio para ele poder defender a própria categoria. Ele consegue. Se ele tiver o poder de levar uma pauta para poder reivindicar os direitos do trabalhador e conseguir levantar os direitos do trabalhador ali naquela assembleia, ele consegue também colocar um valor do custeio que dá para poder fazer a sua manutenção.

Eu não tenho que falar muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO MOISÉS MORAIS – Não, está ótimo. Eu agradeço a todos.

A minha palavra é curta, porque eu estou acompanhando, peguei um pouco pela metade a discussão aqui, não tenho muito... E eu acho que todos já falaram o que a gente deve falar.

Eu agradeço.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns, João Moisés Morais, que rapidamente aqui representou a Força Sindical e foi na linha dos outros que falaram!

Chegou o JP também aqui. O JP deve falar pela CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Se você concordar, você viria aqui à mesa para falar, ou quer falar daí mesmo? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ela fica, ela fica! Ela foi ao banheiro só. Faça o favor. O companheiro aqui do DF já cedeu o lugar. Ele já falou. Já que é a última mesa...

Depois, a minha intenção é a seguinte: eu vou dar, se todos concordarem, a cada um dos presentes que está aqui a palavra para falar as considerações finais, em nome de todos os convidados. (*Pausa.*)

Então, João Paulo Ribeiro, que fala pela CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim.

É uma imensa honra novamente estar nesta Casa, nesta Comissão, que sempre nos acolhe, acolhe as pessoas que precisam de voz, acolhe as pessoas que precisam passar suas propostas. E o senhor é, como fala o nosso Presidente João Domingos, a nossa autarquia especial aqui.

Bom, eu quero saudar o Moacyr, o Valeir, o Gozze, todos os presentes e, em especial, as nossas amigas que são da Fasubra Sindical, entidade da qual eu sempre estive à frente, em que me formei, e hoje acho que me capacitei um pouco para estar aqui.

Já que eu falei dessa federação, eles estão numa luta, na campanha salarial dos servidores públicos federais. Hoje é dia de luta, de paralisação, para que o Governo efetivamente faça a negociação. Então, nós aqui, em nome das centrais sindicais, acho que todos nós das centrais aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos no apoio, estamos na luta para conseguir que tenha negociações efetivas, porque conversar a gente conversa, o problema é efetivar e passar o respeito a toda a categoria.

Bom, primeiro, Paim, acho que, como o Valeir, eu estava, desde a fala do Moacyr, ouvindo e quero, em público, dizer que ando com um problema de insônia, não dormi à noite e, de madrugada, fui... Quando acordei, já eram 8h30. Até chegar aqui, foi meio difícil, mas queria, em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras, do nosso Presidente Adilson Araújo, saudar mais uma vez o Senado na pessoa do senhor, que promove este debate, que ouve os trabalhadores.

E, para variar, para não ser repetitivo ao que os companheiros e as companheiras falaram aqui, principalmente a companheira Valdete, da Procuradoria, quero dizer o seguinte: aqui, o Senado fez um desserviço ao apresentar uma proposta que veta algo que foi deliberado pelo STF. Isso não é o papel da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não foi o Senado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não foi; foi uma Comissão. Aí a gente ouvia aqueles discursos daquela pessoa que foi a Relatora, que acabou com...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu sou o Relator.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não, mas agora mudou. Agora nós temos uma pessoa séria, porque uma pessoa que destrói o serviço, que acaba com a reforma, foi o principal proponente para destruir o movimento sindical, para mudar a reforma trabalhista daquele jeito... Não, não é sério e não é da nossa competência dizer que ele é uma pessoa séria no Senado. Desculpa, mas não tenho nenhum respeito a ele, e continua sendo uma pessoa que não ouve e apenas quer destruir quem luta, quem defende a nossa classe trabalhadora – é isso.

Agora, tenho certeza de que ouvindo, principalmente... Não é da cabeça de um ex-dirigente sindical, um Deputado Constituinte, não é um dos melhores Senadores que vai dizer qual vai ser o voto. Eu tenho certeza de qual é o voto, e agora vai se botar a justeza política nesse tema.

A justeza política é que deveria agora, Senador, no seu relato, dizer o seguinte: todo esse período que tivemos, alguém começou a discutir sobre por que o patronato continua? Por que o sistema confederativo, porque a CNTI, por exemplo, que tem os maiores prédios ali dentro. Inclusive, o próprio Governo aluga deles. Por que a cota deles, ao invés de abaixar ou ser tirada, foi ampliada? Eu acho que o relatório tinha que dizer. O patronato, os empresários têm financiamento, eles continuam sendo financiados. Inclusive, a Fiesp ajudou o golpe. Tem que dizer. É isso que nós estamos fazendo. Nós não financiamos; nós lutamos para que a democracia continuasse. E é isso: por ter lutado pela democracia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente eles tiraram o nosso custeio, da forma como foi feito, falado aqui, pelo Moacyr, da forma que não foi discutido, não foi negociado, não teve tempo, não nos organizamos, absolutamente nada.

Aí, tentando copiar um pouco o meu camarada Gozze, que também atua na mesma área de serviço público, nós, servidores públicos, sequer temos isso, sequer temos regulamentação. E nós não temos que ter acordo em tudo, mas, por exemplo, ao invés de fazer negociação coletiva, dar o direito à liberação sindical dos trabalhadores do serviço público, de permitir que a gente possa fazer negociação, eles querem regularizar primeiro o direito de greve. Eu não tenho direito à negociação; por que eu vou negociar direito de greve?

Isso foi um debate que o senhor fez aqui quando o Romero Jucá estava aqui dentro. Iam vetar o nosso direito de greve, e simplesmente nós negociamos aqui. O senhor foi um dos porta-vozes. O Romero Jucá conseguiu convencê-lo na época. Disse o seguinte: "Primeiro vamos dar autorização a vocês se liberarem, a vocês se custearem, a vocês negociarem, para depois saber como eu posso vetar a greve de vocês", porque, na verdade, não é um direito de greve; é vetar a greve do trabalhador do serviço público.

Isso é o que acontece, por exemplo, em solidariedade aos trabalhadores do transporte de Brasília. Eles falaram: "Eu quero negociar, eu quero isso. Faz uma semana, faz duas semanas". Eles disseram: "Estou em greve". Por quê? Porque a única forma que se tem para negociar e pressionar o patronato ou mesmo os gestores, infelizmente, é a greve. A negociação coletiva vai inibir a greve.

Eu fugi também do tema, mas inibe a greve. Mas eu acho que negociação coletiva é tudo, e passa pelo pressuposto de que o financiamento é fruto do que eu negociei, e tem que ser para todos. O espaço sindical é a assembleia, é ali o seu suor, é o estatuto de cada sindicato, é ali que se debate. A classe trabalhadora sabe muito bem como fazer greve, sabe muito bem como se organizar, e nós não precisamos de nenhum papel, alguma lei, algum projeto vetando, legislando ou organizando a gente. E nós, da CTB, a exemplo dos camaradas e companheiros que estavam na mesa, que também já deram sua orientação, desde que nós – como nós fazemos sindicalismo sério – já orientamos nossas bases, já colocamos como a melhor metodologia de ajudar a sustentar, organizar e tornar fortes as nossas lutas e nossas reivindicações.

Então, eu o saúdo, Senador, mais uma vez, sabe o carinho e o respeito que eu tenho pelo senhor, e peço um aparte também aqui em nome da nossa confederação, porque nós estamos com um projeto que já tem oito centrais sindicais apoiando, sobre o marco regulatório do serviço público. Nós precisamos fazer esse debate, porque nós estamos chamando de uma nova CLT, mas agora para os servidores públicos. Se não tem nenhuma regulamentação, nós vamos apresentar para o Governo, para as centrais sindicais, para todo o movimento sindical, agora, e já temos certeza de que nesta Casa, através da pessoa do senhor, nós vamos ser bem recebidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço, felicidade, muita saúde e muita luta para o senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – João Paulo Ribeiro, o famoso JP, Diretor de Relações Institucionais da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e representante... Aqui, no caso, ele falou pela CTB, já que eles não puderam mandar um representante – estava previsto, mas não puderam –, e você os representou muito bem.

Nós estamos indo para os "finalmentes". Então, eu combinei aqui na mesa que os que estão presentes teriam um período de três a cinco minutos. Eu vou ler todas as perguntas que chegaram aqui, porque é obrigação desta Presidência, para o bem – não vou dizer para o mal, não é? –, gostem ou não gostem alguns, mas sou obrigado a ler todas. Se alguém quiser responder, responda nas suas considerações finais. Se não quiserem, eu respondo depois. Não há problema nenhum. Eu, aqui, em nome da Comissão, respondo a todas elas, se os convidados, nas suas considerações de três, cinco minutos, não quiserem responder.

Vamos lá. Daniel Ribeiro, de Santa Catarina: "Como os sindicatos planejam adaptar-se às futuras formas de trabalho e manter sua relevância na era digital?". Pergunta nº 1. Quem quiser, responda. É só me pedir o papel.

Renan Estanislau, do DF: "Muitos trabalhadores não concordam com o ativismo político exercido por alguns sindicatos e não gostariam de financiá-los. Colmo resolver?". Aqui a resposta é fácil, mas, se alguém quiser responder. Se não responder, eu respondo.

Cassiano Mascarin, de São Paulo: "Por que não é permitido mais de um sindicato por categoria, de modo que o trabalhador escolha o sindicato que ele entenda que melhor o representa?".

Simone Gomes, do Rio de Janeiro: "O sindicato pode exigir que o funcionário vá ao sindicato para fazer a carta de oposição? Não pode ser de [...] [outra forma]?". Depois vocês vão respondendo aqui, viu?

Gentil Júnior, de São Paulo: "Quais [...] [medidas] serão [...] [tomadas] para que pessoas não se perpetuem na direção das entidades com [...] reeleições sequenciais?".

Depois, agora, Fábio Gama, do Pará: "A representação da classe trabalhadora é fundamental para a equidade social [...]. Sugiro que as taxas sindicais sejam padronizadas". É isso que vocês estão construindo juntos aqui com a relatoria.

Sérgio Zani, do Rio Grande do Sul: "Não deve haver cobrança obrigatória ao trabalhador que não quiser ser sindicalizado. Deve ser [...] de livre escolha [...]".

Orlando Pozzani, de São Paulo, diz: "Precisamos [...] simplificar as relações capital/trabalho, para podermos ter uma economia competitiva [e ele fala], sem sindicatos". Podem ver que eu estou lendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, isto aqui é um espaço democrático. Faço isso em todas as audiências públicas, só não leio o que não chega para mim.

José Edegar, do Rio Grande do Sul: "O trabalhador não pode ser obrigado a contribuir [...]. [Contribuir ou não para o sindicato] é uma questão de livre escolha do trabalhador [...]".

Felipe Gabriel, de São Paulo: "A representação sindical imparcial é de vital importância para a manutenção dos direitos dos trabalhadores [...]", mas ele também entende que não deve ser obrigatória.

Iva Araújo, do Pará: "Trabalhadores devem ter mais voz e participação direta nas decisões sindicais. A contribuição sindical deve ser simbólica e opcional [...]".

André Luiz, do Rio Grande do Sul: "Qual foi o impacto da reforma trabalhista de 2017 [...] no custeio e na organização [...] [dos sindicatos]?".

Juliano Sguizardi, de Mato Grosso: "Qual será a alíquota da contribuição a ser destinada para as entidades sindicais? Como será a forma de redistribuição [desses recursos]?".

Paulo César, de São Paulo: "Por que um trabalhador que não possui filiação [...] [sindical] é obrigado a contribuir anualmente com um percentual do seu salário?". Vocês vão ver que muitas das perguntas se repetem e são de fácil resposta. Eu deixo para a mesa responder, mas, se não responderem, eu respondo.

Marcos Bruno, do Amazonas: "O trabalhador sindicalizado e não sindicalizado deverá todos os meses solicitar o não desconto da taxa sindical? [...] [Isso pode ser feito *online*?]". Primeiro, não é todos os meses, mas vocês vão responder. Essas são as perguntas.

Eu vou inverter agora, pessoal, para que não seja sempre... A ordem dos fatores dizem que não altera o produto. Então, eu vou inverter a sequência. Eu vou começar, como está aqui, com João Moisés Morais, Presidente da Força Sindical. Algum comentário?

O SR. JOÃO MOISÉS MORAIS (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O João Moisés Morais, então, abre mão da sua fala.

João Paulo Ribeiro, CSPB, pode usar aí o microfone.

É de três a cinco minutos – botem no painel. O.k.? É de três a cinco minutos. Botem três, e, se necessário, vai para cinco. Aí eu controlo aqui. O.k.?

É com você, João Paulo Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (Para expor.) – Eu acho que eu não vou nem precisar, porque eu vou deixar os companheiros aqui também contribuírem, mas eu queria dizer o seguinte. Primeiro, a instância deliberativa está nos seus estatutos, de cada sindicato. Lá está regulado. Geralmente – e é o que todas as centrais estão orientando, é o que a ampla maioria dos sindicatos sempre fez –, são assembleias.

Eu acho que o trabalhador, primeiro, em vez de falar: "Ah, é mais um custo, é mais uma despesa, é mais um imposto, é uma contribuição", deveria entender que, na verdade, ele é que vai financiar a luta dele.

O sindicato é dos trabalhadores e não tem que ter nenhum artifício governamental ou patronal, porque tem patrão que paga também. Na iniciativa privada tem muito, não é? Os companheiros aqui, o Moacyr principalmente, que era procurador, sabe o que é isso. Então o patrão vai lá, chama o caboclinho dentro da salinha, toma um cafezinho, fala "toma para você" e negocia abaixo para os trabalhadores. Tem esse tipo de coisa, sempre existiu.

E aí, quanto à pessoa que está falando, por exemplo, que não pode custear, eu acho que, primeiro, é o seguinte: todo mundo tem direito à oposição, não precisa concordar, mas tem que ter a coragem de se levantar, ir à assembleia e defender suas ideias; quem sabe convença o grupo do contrário. Essa é a primeira coisa. Segunda coisa: ele tem que entender que isso aqui é o fruto da sua negociação. Ele tem que também ter a hombridade de dizer o seguinte: "Eu também acho que o sindicato não tem que ter financiamento, não tem que ter força, fortalecimento. Estou abrindo mão do reajuste que o sindicato conseguiu. Estou abrindo mão da minha associação, porque tem um clube gostoso que eu jogo final de semana. Estou abrindo mão das lutas que o sindicato faz nacionalmente em que vêm para Brasília".

Como os companheiros falaram, acho que o Moacyr falou, uma passagem aérea para vir para cá a uma audiência pública às 9h da manhã alguém sabe quanto custa?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Isso é um absurdo. Ninguém sabe como é que o sindicato luta.

A pessoa sabe como é que as pessoas estão lidando com as suas famílias, deixando seus filhos, suas esposas ou maridos para virem aqui defender o trabalhador e depois não ter como financiar? A gente precisa a começar a pensar nisso. Então a pessoa vê: "Ah estou tendo aumento e não gosto. Estão aumentando os custos, estou pagando mais caro". Não, companheiros e companheiras, vocês estão ajudando o seu sindicato, as suas lideranças a se autofinanciarem, porque nós não somos pelegos, como se falava. Nós não estamos sendo pagos pelo Governo, nós não estamos pagos pelos patrões. Nós precisamos de financiamento, porque você é a melhor pessoa. Se não está bom o sindicalista, aqueles dirigentes não estão bons, troca! A cada dois, três, quatro anos tem revezamento. Vai lá, entra no lugar dele e faça melhor. É assim que se faz oposição, é assim que se luta, mas não é tentando destruir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo: vai pesquisar porque todos os patronatos, todos os patrões têm financiamento, têm ajuda e não têm veto, e simplesmente, para nós trabalhadores, começam a inventar um monte de coisa. Então é o seguinte: tenha a organização, seja livre e abra mão também dos ganhos e das reivindicações que cada sindicato consegue conquistar. É isso. É do fruto da negociação coletiva que nós estamos dizendo; nós não estamos dizendo aqui para ajudar pessoas que ficam se enriquecendo, como algumas pessoas e a mídia falam. Então a mídia tem que começar a ser também mais justa com a gente, porque, se a gente depender de ficar ouvindo a mídia burguesa hoje, como a gente gosta de falar, a gente não vai acreditar em sindicalista e nem em sindicato, que é um instrumento de luta conquistado com muita luta através dos trabalhadores.

Por exemplo, Senador, a gente vem falando: abra mão do décimo terceiro, porque é fruto de luta de sindicalista; abra mão das férias, porque o um terço de férias... É isso. Começa a pensar desse jeito que é mais fácil para gente começar a fazer o diálogo.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O João Paulo Ribeiro falou pela CTB e já respondeu a uma série de perguntas que iam na mesma linha.

"Como pode dizer não ou sim?" Ele disse: é fácil, é na assembleia. Faça o debate na assembleia, que é soberana, como é aqui no Congresso, como é em qualquer condomínio, em qualquer lugar. Estou resumindo aqui: o caminho é a assembleia. E sempre lembrando que o acordo coletivo, o dissídio coletivo é para toda categoria; não é só para quem é sócio ou não é sócio.

Muito bem. O João Paulo já usou o tempo dele. Valeir. Estou indo daqui para lá.

Valeir Ertle é Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. VALEIR ERTLE – Eu tinha ido ao banheiro e não peguei todas as perguntas, mas vou tentar responder a algumas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá.

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Questão do ativismo político: acho que todo o trabalhador, todas as pessoas são ativistas política. Então a gente discute. Todo ativismo que a gente faz é discutir que os trabalhadores realmente votem em pessoas que são conscientes e defendem os trabalhadores, porque as pessoas elegem o Lula, mas votam em Deputado que é totalmente contrário a defender os trabalhadores, a pauta dos trabalhadores, defender direitos dos trabalhadores, como foram tirados aqui, na reforma trabalhista, inúmeros direitos que os trabalhadores têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só não está pior porque os sindicatos fazem luta, os sindicatos têm as convenções coletivas de trabalho, e é fundamental.

A questão de mais de um sindicato por categoria. Hoje nós temos a unicidade sindical resguardada na nossa Constituição, mas o que nós estamos discutindo lá na mesa tripartite, na mesa bipartite? Nós queremos discutir, democratizar os estatutos, ter o limite de mandato – no debate, é no máximo quatro anos de mandato – e ter condições do seguinte: aquele sindicato, democratizando o estatuto, democratizando o acesso, e as entidades sindicais têm que prestar conta para os trabalhadores da sua receita, das suas despesas, isso é fundamental.

E aí, com o estatuto democrático, com as condições, se sindicato não está trabalhando, não está defendendo os trabalhadores, você vai lá, faz oposição e tem condições de mudar o sindicato. É a isso que os trabalhadores têm direito. O sindicato são os trabalhadores, os dirigentes sindicais estão lá representando todos os trabalhadores, isso que o pessoal tem que entender, todos os trabalhadores têm que entender nesse sentido.

Como já foi colocado, e na minha fala eu coloquei, teve um impacto muito grande a reforma trabalhista, tirando os direitos dos trabalhadores, e o impacto que teve foi para enfraquecer as entidades sindicais. Quiseram acabar com as entidades sindicais, só que as entidades sindicais, junto com seus trabalhadores, fizeram campanha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... fizeram mobilizações, fizeram essa campanha de sindicalização. Estão aí resistindo, e, com certeza, vão resistir e vão fazer muitas lutas nesse sentido.

Como já foi colocado, a contribuição negocial que nós defendemos foi discutida e aprovada em assembleia. Que seja um percentual justo com que os trabalhadores acham que têm que financiar o sindicato, através de um debate, de um acordo coletivo de trabalho ou de uma convenção coletiva de trabalho. Então, por isso, quando discutimos esse tema, quando discutimos a convenção coletiva de trabalho, discutimos um acordo coletivo de trabalho que vai trazer benefício para todos os trabalhadores daquela empresa ou de toda a categoria que está ali.

E o sindicato negocia inúmeros... Cada entidade sindical, cada categoria tem um piso mínimo. Ali tem um piso mínimo. Olha, o meu sindicato tem um piso de dois mil e poucos reais, é o piso mínimo. Nenhum trabalhador pode entrar com menos que isso, pode entrar com mais do que isso. Os pisos, todas as cláusulas sociais, as cláusulas econômicas, as garantias, as folgas que se negociam, o trabalhador que trabalha aos domingos e feriados, vale-refeição, vale-alimentação, são inúmeras cláusulas que são benefícios de toda a categoria. Então, como foi colocado, o trabalhador vai abrir mão desses benefícios? Ou ele é sanguessuga, e alguns contribuem para ele ser beneficiado? Então, é fundamental que todos os trabalhadores discutam, contribuam com ele, fortaleçam o seu sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que o patronal não quer, muitos Deputados e Senadores não querem o sindicato forte, porque ele vai lá esclarecer a categoria, vai fazer luta, vai ter mais benefícios para os trabalhadores, mas muitos empresários não querem que o sindicato seja fortalecido, principalmente os sindicatos de trabalhadores, porque, com o sindicato fortalecido, são mais benefício para o trabalhador através de muita luta, através de uma boa convenção, de uma boa negociação. Quando não conseguimos uma negociação, vai para a greve para conseguir aquele benefício, como está hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – Está difícil chegar aqui hoje. Estão em greve os trabalhadores do transporte aqui de Brasília, numa luta importante, em benefício de toda a categoria, negociando uma nova convenção de trabalho, e isso é fundamental.

Então, por isso que é importante, e, com certeza, não estamos discutindo, de forma geral, os abusos.

Essas questões as centrais sindicais têm obrigação de discutir. Agora, o que não pode, se um ou dois sindicatos fazem coisa errada, é a exceção virar regra. Não é, a regra geral... Todos nós temos... A CUT tem mais de 3,8 mil sindicatos filiados. Se um ou outro sindicato comete erros, nós vamos chamar o sindicato e vamos discutir. Por isso é que, na autorregulação das centrais sindicais, todas as centrais sindicais vão chamar os sindicatos que fazem parte da sua base e, se tiver abuso, nós vamos corrigir. Isso é fundamental. Esse é o debate da autorregulação, e nós vamos estar discutindo todas as questões.

Paim, obrigado. Parabéns pelo debate!

Estamos à disposição para novos debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Valeir, Secretário Nacional da CUT.

Vocês estão vendo que eles estão respondendo a todas as perguntas. Alguém achou que eu não ia ler? Eu li todas, não ficou nenhuma aqui, mas eu acho que estão se completando, não é?

Como foi dito aqui agora, todo o arcabouço que é negociado favoravelmente ao trabalhador, pode ter certeza... No meu tempo, era, no máximo, 1% e uma vez por ano só – uma vez por ano. E as vantagens do trabalhador eram muito mais do que isso. Fizemos acordo de 5%, 6%, 7% além da inflação.

Estou lembrando daquele tempo. Claro que os tempos vão mudando, mas, o que eu quero dizer é que, com o sindicato se mobilizando, como estão se mobilizando, o percentual mínimo – inclusive, aqui foi usado o termo razoável – é muito menos do que as vantagens todas que a categoria toda vai ter. Todos vão ter, e não só aquele que porventura seja sócio ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Quem tem que responder a vocês felizmente está respondendo a tudo já. Não se intimidaram com uma perguntinha ou outra, respeitando, claro, quem fez as perguntas.

Por favor, agora a Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho, Dra. Heloísa Siqueira de Jesus.

A SRA. HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS (Para expor.) – Bem, no debate, nós aqui já enfrentamos várias questões assim de suma importância. Eu gostaria de aproveitar este momento para esclarecer talvez alguns questionamentos que foram colocados pelos cidadãos, pelos nossos cidadãos aqui, brasileiros que estão nos acompanhando, em relação, por exemplo, à unicidade sindical.

A unicidade sindical foi uma opção do legislador constituinte. Então, existem vários modelos de estruturação sindical, e um desses modelos é o da unicidade sindical. Então, apenas um sindicato representa uma categoria numa base territorial, e essa base territorial não pode ser menor que o município. Essa foi uma opção do nosso legislador, e, como em toda opção, existem benefícios e existem pontos negativos, mas essa foi uma opção do nosso legislador. Um dos pontos positivos da unicidade sindical é justamente fortalecer os sindicatos, que existam poucos sindicatos, mas fortalecidos.

Outra questão é relacionada ao custeio das entidades sindicais que foi posta em uma das perguntas, fazendo referência expressa à reforma trabalhista. A contribuição sindical negocial, no caso, que denominamos como contribuição assistencial ou negocial, é prevista na Constituição Federal, tem uma previsão expressa. A forma como essa contribuição vai ser cobrada cabe à legislação infraconstitucional estabelecer.

Antes da reforma trabalhista havia uma imposição, uma contribuição compulsória de todos os trabalhadores da categoria. E com a reforma de 2017...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS – ... essa contribuição foi... a compulsoriedade foi retirada, não há mais essa compulsoriedade.

Então, eu vou deixar só essas duas perguntas respondidas e gostaria só de ressaltar uma questão aqui muito importante no mundo do trabalho. Houve uma pergunta relacionada à perpetuação de dirigentes sindicais dirigindo os sindicatos. Para que haja alternância, tem que haver uma participação dos trabalhadores, não é? Então, os sindicatos são um reflexo, um espelho da categoria que representam. Se querem mudar a direção, que participem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELOÍSA SIQUEIRA DE JESUS – ... que votem, que montem chapas, que sejam ativos na entidade sindical e façam as mudanças que entendam que devam ser feitas. Têm liberdade para isso, têm autonomia para isso, sem nenhuma interferência de autoridades públicas, sem nenhuma interferência dos empregadores ou de terceiros.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns, Dra. Heloísa Siqueira de Jesus, Procuradora do Trabalho.

Eu faço um comentariozinho rápido, mas quando a senhora falou, eu achei muito importante a sua fala, inclusive essa última questão, porque eu nunca me esqueço... Pode ser uma piadinha, mas tem tudo a ver com o momento. Um dia um cidadão me contou que tinha um amigo dele que vivia reclamando de Deus, porque ele nunca, nunca ganhou na loteria. E daí Deus olhou lá de cima e veio uma vozinha perguntando: "Mas tu jogaste alguma vez na loteria?". "Não, eu nunca joguei, eu nunca fui lá." (*Risos.*)

Não vai ganhar nunca. É o que a senhora falou aqui, vai para a assembleia, participa. Eu ia para a assembleia, participava sempre.

Na empresa em que eu trabalhava, tinha aquela história na Cipa de um ser eleito pelo empregador e o outro ser votado pelo trabalhador. Aí eu simplesmente realizei uma assembleia e disse o seguinte: "Vamos fazer o seguinte, o Presidente da Cipa vai ser votado e o Vice também". Quem se elegeu? Eu. Mas eu tive a cara de pau de ir lá e dizer que eu queria ser votado, não queria ser indicado pelo empregador. Até seria indicado, na época, porque eu tinha curso de inspeção de segurança, essa coisa toda. Então é isso, tem que participar. Tem que participar. "Ah, eu gostaria de ser Senador." Filie-se a um partido político, dispute a eleição, você vai ser Senador. Eu era um peão de fábrica e virei Senador, cheguei a Vice-Presidente dessa Casa, porque eu me apresentei. A mesma coisa é no sindicato. Está claro aqui na fala de todos: se apresentem. No meu tempo, montamos uma oposição e ganhamos, respeitosamente ganhamos.

Mas vamos em frente, só faltam dois.

José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor.

O SR. JOSÉ GOZZE (Para expor.) – Pois é, acho que já falaram praticamente tudo, mas eu fico agora... Vou falar de um outro lado. Eu fico pensando como é que essas pessoas que reclamam do sindicato, que dizem que querem votar contra, como é que elas se relacionam no próprio local de trabalho? É muito esquisito. Será que são pessoas que chegam lá sem falar com ninguém, fazem o seu trabalho no início do dia, vão embora no final do dia e não conversaram? Não existe uma cumplicidade entre os trabalhadores daquela empresa? Eles sabem que isso entre os patrões existe, agora, não existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da parte deles. E ai eu acho que a melhor coisa é uma sugestão. Primeiro, vejam todas as informações, busquem se informar melhor, vejam como é que o sindicato funcionou. Vai lá no sindicato e diz assim: "olha, eu ouvi dizer que vocês aqui estão preparando um trabalho para nós, trabalhadores, em nossa defesa. Eu queria também participar, eu queria ver como é que funciona. Saibam que eu vou ser contra muita coisa, mas eu quero vir aqui, conversar com vocês e saber como é que isso funciona". Entendeu? Não adianta virar as costas. "Vim ver como é que funciona, talvez eu também esteja formando uma diretoria junto com vocês, vou ser favorável quando a coisa for importante, vou ser contrário quando a coisa for contra o trabalhador, mas eu vou estar aqui presente, viu? Ouvi dizer que vocês fazem um trabalho em nossa defesa, estou aqui para caminhar junto com vocês". Acho que essa é a parte importante daqueles que acham que não têm a obrigação de contribuir, apesar de receber o benefício.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor. E, por fim, foi o primeiro a falar nessa audiência pública de hoje, Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Nova Central dos Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Senador, mais uma vez, gostaria de parabenizar pelo seu trabalho, pela sua vida histórica, cumprimentar a mesa, a Dra. Heloísa, Gozze, Valeir, João Moisés, JP, aos nossos telespectadores presentes aqui.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que, mais uma vez, entidade sindical não é clube. Nós representamos, o movimento sindical representa toda a categoria e as nossas negociações são universais. Então, aquele companheiro nosso que diz assim: pode ser opcional? Eu pergunto se seria opcional o reajuste que o sindicato dá. Cesta básica, plano de saúde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando negociam o aumento real acima da inflação.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Tudo. A estabilidade da gestante e toda a estrutura das convenções. Se você perguntar aqui para a mesa e para quem está nos assistindo, as convenções coletivas têm 40, 50 cláusulas. Será que essa pessoa abre mão de tudo? Isso seria primeiro.

Segundo: se a contribuição é opcional, será que é opcional também receber as benesses, o resultado da negociação coletiva? Porque não é fácil, não. Ele participou dessa composição, participou dessa construção dessa convenção coletiva, da negociação?

Senador Paim, o senhor tem trabalhado anos e anos e foi um defensor contra a pejotização. E nós trabalhamos juntos aqui. Hoje a história da pejotização está voltando. Quem foi PJ lá atrás está voltando para ser celetista.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Por quê? Porque a pejotização acabou com os direitos dos trabalhadores. Aquela história de ele chegar e dizer assim: não, eu vou negociar com o patronal... Isso não existe. Não existe. A negociação é só de um lado, o meu posicionamento é esse.

E só para voltar e encerrar praticamente a minha fala, está saindo um vídeo que agora, esses dias atrás, viralizou novamente, de um apoiador do Governo passado, um que veste camisas verdes e tem umas estátuas por aí pela empresa, defendendo a contribuição patronal, dizendo que o sindicato patronal tem que ser forte, representativo, por isso todas as empresas dele estão contribuindo com o sindicato patronal e não podem, as outras empresas, deixar de contribuir.

Se é bom para o patronal, por que não é bom para nós? Agora, vamos ser bem sinceros, nós não podemos deixar... Nós não nos metemos na contribuição patronal, nós não dissemos se é muito ou se é pouco, isso é problema deles. Não, em nosso segmento, quem tem que decidir é o trabalhador, se é pouco, bastante ou da forma que seja, certo?

E, para finalizar, eu gostaria de dizer, Senador, que, em suas mãos, nós temos a possibilidade, eu acho, de resolver parte desse movimento, porque hoje nós temos o seu estatuto, que está muito bem montado, temos o Projeto 552, temos o projeto das centrais e temos o projeto do Fórum Sindical Sul, de que V. Exa. tem participado, inclusive. Então, nós temos bastantes opções para resolver essa questão do movimento sindical brasileiro.

Para finalizar, eu gostaria de deixar a nossa solidariedade aos trabalhadores do transporte coletivo que hoje estão em greve aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Pessoal, eu sei que alguns queriam falar um pouco mais. O problema é que já são 11h30 praticamente e a moçada aqui toda tem que almoçar. Ás 14h, nós já temos outro momento aqui e eles têm que organizar para a outra audiência pública que vai ser sobre o Fundo de Garantia e a sua correção. É um outro debate que vamos ter aqui já a partir das 14h. Eu ainda tenho que estar 13h45 no Plenário do Senado para que eu possa fazer uma fala lá inclusive, sou um dos primeiros oradores, mas falo lá e venho para cá.

Por isso, hoje, pedimos que os presentes aqui, que foram em torno de seis, usassem a palavra em nome daqueles que estão à distância, mas todos estão contemplados. Acho que a fala foi muito boa de todos, foi numa linha adequada, correta, equilibrada, tranquila, mostrando à classe trabalhadora do campo, da cidade e também da área pública que, quando se faz um acordo coletivo, um dissídio coletivo, todas as vantagens...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o sindicalismo vem desde a época de Getúlio e até hoje ele sempre teve algum tipo de contribuição. E quem contribui? Vai ser o...

Vou dar um exemplo aqui. Nós, aqui no Congresso, é que vamos lá contribuir? Não. A contribuição é da categoria livremente decidida em assembleia e ali a gente bota um teto, entendo eu, mas se a nossa categoria entender que é zero, é zero, a assembleia é que vai decidir. Ou, acho que não? Pelo menos eu penso assim. Se eu estou enganado, me digam aqui.

Se a assembleia...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VALEIR ERTLE (*Fora do microfone*.) – O que o sindicato negociou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprova o que ela quiser. Se a categoria disser: "Não, eu quero dar zero porque o sindicato não me representa". Vá lá e diga isso.

Agora, se for um percentual, repito, que é um percentual mínimo comparado com as vantagens, uma vez por ano, por isso o bom senso manda nós caminharmos nesse sentido.

E veja, mesmo aqui no Congresso, mesmo aqueles que estão se posicionando contra, eles dizem: "Não, eu não sou contra a contribuição negocial".

Eles criam por outros caminhos algumas barreiras, mas eles também não dizem, em nenhum momento, que eles são contra. Eles podem criar barreiras por via, digamos, que eu não gostaria nunca que acontecesse, porque eu quero uma coisa transparente, nítida, e que a categoria saiba que ela contribuiu para aquele sindicato para defender os seus interesses. Caso não entenda que não é por ali, bom, é natural o direito de oposição, eu digo, da forma mais ampla e democrática. Foi o que eu fiz no meu sindicato: quando vi que não dava, montei uma oposição e pronto, resolveu a questão também como dois e dois são quatro. O.k., pessoal?

Então, eu agradeço a todos que participaram e já informo que isso aqui foi uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, mas nós teremos um ciclo de debates lá na CAS para instruir o PL 2.099, de 2023, sobre essa questão da manutenção das entidades. Em princípio, está marcado – Humberto Costa é que decide – para 29/11. Eu, como Relator, estarei lá e participarei de todos os debates, inclusive ouvindo empregados e empregadores. Então, alguns que, porventura, não puderam participar, podem se organizar, porque teremos muito debate sobre esse tema. Até, quem sabe, nesse período, se construa um acordo. Eu recebi este documento das centrais, é um documento com uma, duas – só para dizer que eles estão trabalhando –, três, quatro, cinco, assinado por todas as centrais, em que eles estão mostrando já caminhos para a construção de um projeto que atenda a todos, empregados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregadores; todos serão beneficiados. Eu entendo assim: todos serão beneficiados porque é um interesse comum.

Feito, pessoal?

Então, uma salva de palma para vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência de hoje pela manhã; voltamos às 14h aqui para discutir fundo de garantia.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 82ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia seis de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Alessandro Vieira. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Um novo índice de correção do FGTS", como parte do ciclo de debates sobre a "SUG 12, de 2018, que Institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal". **Participantes:** Alexander Andrade Leite, Advogado - Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia; Augusto Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - ANABB; João Paulo Ferreira Machado, Auditor Fiscal do Trabalho representante do SINAIT; Marthius Sávio Cavalcante Lobato, Advogado; e Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário Geral da União Geral dos Trabalhadores-UGT. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 82ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento de nº 8, de 2023, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater um novo índice de correção do FGTS, como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da nossa Constituição Federal.

Eu fui Constituinte, e, com muito orgulho, trabalhamos, naquela época, nesse tema.

A reunião será interativa, transmitida também ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, e em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, nós fizemos uma pequena introdução do tema para que todos que puderem assistir e participar o façam, com certeza.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos tem por objetivo debater a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O FGTS é um importante benefício para os trabalhadores do Brasil e sua importância reside em vários aspectos. Ele funciona como uma garantia de que o trabalhador terá algum recurso disponível em caso de demissão sem justa causa, doenças graves, aposentadoria, compra de casa própria, entre outros eventos específicos. Uma das principais finalidades é permitir que os trabalhadores utilizem os fundos acumulados para financiar a compra, a construção ou a reforma da sua moradia. Ele fornece uma certa estabilidade financeira aos trabalhadores, porque eles acumulam um montante ao longo de sua carreira, que pode ser acessado em momentos de maior necessidade.

Os recursos do FGTS são utilizados para financiar programas de habitação, saneamento e infraestrutura no país, o que contribui para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. O FGTS estimula a cultura da poupança entre os trabalhadores, uma vez que uma parte dos salários é reservada para o fundo, o que pode ser benéfico a longo prazo. O FGTS também pode ser utilizado em situação de doenças como invalidez, outras doenças graves, desastres naturais, entre outros que demandem assistência financeira. Ele desempenha um papel fundamental na produção dos direitos dos trabalhadores, na proteção e na promoção do desenvolvimento econômico e na segurança social do país. É um recurso que contribui para o bem-estar e a estabilidade financeira de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os direitos humanos defendem o direito de todas as pessoas a um trabalho digno, em condições justas e seguras. O FGTS contribui para isso, pois garante que os trabalhadores tenham acesso a um fundo de reserva que pode ser usado quando ele mais precisar.

Os direitos humanos também incluem o direito à moradia adequada. O FGTS pode ser utilizado amplamente na linha humanitária.

Os direitos humanos reconhecem a importância da proteção social para garantir qualidade e justiça social. O FGTS é parte desse sistema de proteção social, fornecendo aos trabalhadores uma rede de segurança financeira.

Os direitos humanos também proíbem a discriminação com base em características como gênero, raça, religião, entre outros. O FGTS é um direito de todos, de todos os trabalhadores, independentemente de sua origem, características pessoais, o que contribui para a promoção da igualdade.

Por toda essa história que tem a ver com o FGTS na vida do trabalhador, cabe lembrar que, desde 1991, a taxa de correção das contas do fundo tem como índice a TR (taxa referencial). Tudo que foi corrigido por esse índice ficou abaixo da inflação, fazendo com que o dinheiro do trabalhador ficasse defasado. Por isso é muito importante esse debate.

Eu quero dizer que Augusto Carvalho, Deputado Federal constituinte, foi quem nos provocou para esse debate. Ele está aqui e vai aprofundar, vai dizer inclusive como está a situação dos bancários. Ele me relatou com profundidade esse tema que aqui ele, como um dos nossos convidados, vai aprofundar.

Eu só fiz aqui uma leitura do que é o FGTS, mas, agora, na tua fala, Augusto, e de outros, vai ficar muito claro por que nós estamos fazendo esta audiência pública no dia de hoje.

Na primeira mesa, eu já convido... A ordem de fala vocês aqui me orientam, viu? Eu convido o Marthius Sávio Cavalcante Lobato, advogado, presença confirmada. Já está aqui? Está conosco, então vamos dar nossos cumprimentos a ele. (*Palmas.*)

Alexander Andrade Leite, advogado da Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia. (*Palmas.*)

Convido para sentar à minha esquerda Augusto Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, Anabb, que foi Constituinte comigo. (*Palmas.*)

Ele e o Edmilson foram os mais jovens Constituintes. Eu já era meio veterano lá naquela época. Calculem agora.

João Paulo Ferreira Machado, auditor fiscal do trabalho, representante do Sinait, também está aqui conosco. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu o provoquei – e é sinal de que ele não se intimida com pouca coisa –, dizendo: "Augusto, quer ser o primeiro a tocar no tema, com a profundidade com que você me falou?", porque não está aqui no texto que eu li.

Com muita satisfação, lembro-me da Assembleia Nacional Constituinte. Eu gostava de me reunir com aquela moçada que chegou com todo pique lá e ajudou muito a todos nós, o Augusto, o Edmilson e um que já foi Senador da Paraíba, mas também jovem, da sua idade. Esteve aqui recentemente, um Senador da Paraíba, muito jovem também. Vou me lembrar do nome dele e dizer depois.

A palavra é sua, Augusto.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim, meu amigo, meu colega Constituinte, obrigado pela generosidade das palavras.

Caros colegas de mesa, senhoras e senhores, Presidente, eu trago aqui uma certa preocupação, porque já faz mais de 10 anos que os trabalhadores esperam pela correção, por uma mudança que viesse pela Justiça ou pelos Governos que se sucederam no critério de correção do Fundo de Garantia, que é esse direito, esse patrimônio tão importante, conforme foi lido por V. Exa.

Agora, na condição de Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, Senador, nós temos 85 mil servidores da ativa no Banco do Brasil, ou seja, todos eles com carteira assinada, com Fundo de Garantia. E veem, ano a ano, a corrosão desse seu patrimônio.

Temos também, entre os nossos associados, a maior associação da América Latina, a Anabb, muitos aposentados, até aqueles que se aposentaram aguardando a decisão, que viesse pela Justiça ou pelos Governos, que evitasse essa corrosão do seu patrimônio.

Num momento em que mais precisam, que é a aposentadoria, ou num momento de enfermidade, sacam ou têm acesso a esse recurso com valor bem reduzido em razão da defasagem. A TR chegou a ser 0%. De todos os índices que corrigem os produtos, os preços das indústrias, os preços da economia, os valores da economia – Selic, INPC, IPCA, poupança, pelo menos –, a TR era uma forma de drenagem de recursos da classe trabalhadora para outros segmentos.

Eu vejo muito catastrofismo alardeado pelo Governo. E governo, a gente sabe... A AGU, a Advocacia-Geral da União, defende o governo. Em qualquer que seja o governo, ela tem os seus interesses. A área econômica sempre é uma megera para com os trabalhadores.

Porém, nós temos até expectativa de que, nessa nova quadra que o país está vivendo, com um Governo que tem uma visão social diferenciada – ao contrário de uma política econômica neoliberal, perversa, antitrabalhador mesmo, que perdurou nos últimos anos –, a nossa expectativa é de que realmente abriu-se uma luz nesse túnel escuro e longo, e a gente vai ter uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meio desse processo, Presidente, a nossa associação, antes da minha gestão... Eu entrei em 2021, mas está aqui o Dr. Francisco, que é advogado, consultor jurídico da nossa entidade. Ele foi um dos patronos da associação nas ações que foram impetradas em todas as unidades da Federação. Em todas elas, nós tivemos ações reclamando a mudança do índice de correção do FGTS. Algumas ganhamos, outras perdemos, outras foram extintas em razão da suspensão decidida pelo STJ num primeiro momento, e, depois, aguardamos o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade movida pelo partido Solidariedade, de autoria do então Deputado Paulinho da Força.

Eu não sei quanto tempo a gente tem, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem 15 minutos.

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Quinze minutos? Vou tentar ser o mais breve possível.

Então, essas ações, Presidente, algumas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Você usou cinco.

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Usei cinco.

Em algumas tivemos êxito, mas eu quero dizer que, para além dos sindicatos de trabalhadores, de bancários, de todas as categorias no Brasil, as centrais sindicais – não sei se alguma deve se fazer presente aqui ainda hoje, mas, ao que me consta, tem algumas centrais que foram convidadas ou já confirmaram presença – certamente podem dizer com mais precisão sobre os milhares de processos que entulham hoje o nosso Judiciário: ações individuais, ações individuais plúrimas, enfim.

A Anabb, como associação nacional, de caráter nacional, representa também – já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal – os funcionários do Banco Brasil no âmbito daquelas questões que são do nosso escopo do trabalho, da representação. Então, em nome desses milhares de bancários do Banco Brasil, nós entramos, litigamos na Justiça, aguardamos a decisão das Cortes Superiores, porém, essa situação ficou em compasso de espera em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal de avocar para si a decisão dessa matéria.

Por isso, Presidente, já no início deste ano, ficamos felizes quando vimos o Supremo Tribunal Federal pautar o julgamento, enfim, dessa ADI, que foi impetrada em 2014. Milhões de trabalhadores brasileiros aguardavam essa decisão e, em boa hora, o Ministro Roberto Barroso proferiu o seu voto, ainda no início do ano, em que propunha que o FGTS, reconhecendo todos os argumentos expendidos pelas entidades sindicais e associações que estavam nesse processo, reconhecia que houve, realmente, ao longo dos anos, um descasamento do índice de correção pela TR da realidade inflacionária. No seu voto, resumidamente, ele propõe – ainda não foi finalizado esse julgamento – a correção do FGTS, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, pelo índice de poupança que viera a ser fixado para o período. Isso muito nos alegrou, porque era o reconhecimento, pela Suprema Corte do país, dessa injustiça, dessa iniquidade que estava sendo praticada, ao longo dos anos, especialmente no período de 1999 a 2010, quando houve essa defasagem brutal, essa drenagem, essa transferência de patrimônio dos trabalhadores, dessa massa de milhões de trabalhadores, muitas vezes, sem militância sindical, sem qualquer participação na vida das entidades sindicais que, não tendo como se defender ou não tendo como se abrigar, ficou ao largo, vendo essa depauperação do seu patrimônio.

Bom, nesse julgamento, na sequência, houve um pedido de vista. Demorou mais de três meses para se retornar a matéria ao Plenário, que, finalmente, reuniu-se, com a definição e a publicização do voto do Ministro Nunes Marques, que foi também já acompanhado do voto do Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO CARVALHO – ... André Mendonça – desculpa –, do Ministro André Mendonça, que também já votou. Os três, de uma certa maneira, estão sintonizados com o voto do Relator, tendo a poupança como o mínimo.

É bom frisar, Senador, uma coisa muito importante para nós, os milhões de trabalhadores e os milhares que estão nos assistindo, neste momento, a quem eu cumprimento: não se falou no que ficou para trás. Nesses anos todos em que tivemos corroído esse patrimônio, o Ministro Barroso não falou palavra sobre essa recuperação, essa recomposição dessas perdas. Tal como nos planos econômicos que V. Exa. acompanhou de perto – eu me lembro muito bem da sua luta em favor das demandas dos trabalhadores que resultou em um bom acordo que beneficiou milhões de brasileiros que, devido aos planos econômicos, tiveram seus salários também defasados em relação aos índices de correção da economia –, a nossa expectativa era que pudesse haver um acordo que envolvesse esse passado também, não apenas a partir de agora, conforme foi assentado no voto do Ministro Relator, mas, em razão desse montante vultoso de prejuízo acumulado ao longo desses anos, a nossa expectativa, e creio que era a expectativa de milhões de brasileiros, era que houvesse uma sinalização para que tivéssemos uma saída, uma proposta que fosse confortável para o novo Governo que entra, para os trabalhadores e também para o próprio Judiciário, pois, como nós sabemos, o Judiciário tem muito receio de ser responsável por uma bomba fiscal colocada no meio do caminho do Governo. Não é isso que, tenho certeza, alguém gostaria que ocorresse, mas algo que viesse a reparar esse dano que foi provocado ao longo desses anos.

Eu quero dizer também, com muita ênfase, que a nossa associação se mantém vigilante, cobrando, querendo a continuidade do julgamento.

Ainda sob a batuta da Ministra Rosa Weber, antes da sua aposentadoria, nós colocamos *outdoors* na cidade clamando para que aquele julgamento fosse retomado. O Ministro Barroso assumiu agora a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência, e nós renovamos a nossa mensagem no *outdoor* clamando para que o Ministro Barroso paute essa matéria, porque já tarda esse sofrimento de milhares que sequer vão poder desfrutar desse patrimônio corrigido, porque muitos já faleceram e outros virão a falecer até que esse julgamento final venha a acontecer.

Por isso eu confesso que fico meio preocupado quando vejo algumas matérias desencontradas na imprensa dizendo que há um pedido, encaminhado pela Advocacia-Geral da União, para que o julgamento seja suspenso. Eu fico perplexo, porque nós estamos pedindo que o julgamento prossiga. Queremos ver, acompanhar, esperamos muito que o voto dos demais ministros faça justiça aos trabalhadores brasileiros.

E mesmo agora, Sr. Presidente, na iminência do julgamento, que seria quarta-feira – espero que seja mantida para quarta-feira a retomada do julgamento –, na iminência desse julgamento, procuramos V. Exa. para que, na Comissão de Direitos Humanos, possa dar sequência àquilo que está contido no voto do Ministro Barroso, que é a exortação ao Parlamento e ao Governo para que busquem uma forma de conversar, de encontrar um denominador comum que venha a tratar também desse passado, das perdas acumuladas ao longo desses anos.

Eu espero que V. Exa., com a sua experiência no tempo, no mundo sindical, e com essa capacidade já manifesta tantas vezes em concertar acordos, em buscar solução, em buscar conciliação de conflitos, eu espero que aqui, no Senado da República, tanto quanto na Câmara, nós possamos ver fluir essas conversações, esses entendimentos. E saúdo essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos que convoca esta audiência pública, que espero ser a primeira delas, para que surta resultado e a gente possa ver, brevemente, na quarta-feira, espero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo.

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Obrigado pelo alerta.

Finalizando, então, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até eu me assusto.

O SR. AUGUSTO CARVALHO – Assusta de vez em quando.

... para que a gente tenha retomado esse julgamento e que os votos dos demais Ministros façam justiça a esse clamor. Porque é muito fácil... No voto do Ministro Barroso, Presidente, está lá constando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e vale a pena a leitura desse voto na íntegra –, quando se fala que vai... Como se os trabalhadores quisessem infligir a eles próprios um malefício. "Não, mas a política habitacional, que é favorável aos trabalhadores, vai ser prejudicada." Ora, mas, se é uma política social do Governo – a política habitacional, a política de saneamento, a política de infraestrutura –, cabe ao Orçamento da República, e não a um segmento específico da sociedade – os trabalhadores –, financiar, arcar com o custo da implantação, da implementação dessas políticas.

Por isso, finalizando, estou agradecido por esta oportunidade de estar aqui apresentando essa nossa visão desse processo e esperando muito que possamos ter a retomada desse processo, desse julgamento, e um acordo que seja possível com a participação das partes legítimas desse processo: as centrais sindicais, o partido Solidariedade, que impetrou essa ADI no Supremo Tribunal Federal, enfim, e o Governo – que tenha sensibilidade, já que a política de recuperação do salário mínimo é uma das marcas deste Governo, a política de valorização do trabalhador, espero que também, no que tange ao Fundo de Garantia, seja também uma das suas marcas e uma das suas boas decisões a correção imediata desse patrimônio, que é tão importante para a vida dos assalariados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Augusto Carvalho, Deputado Federal constituinte, hoje Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), que traz aqui esse debate justo e, para mim, muito verdadeiro. A tua fala é, simplesmente, para que haja correção. O ideal seria que fosse pela inflação, não é? Mas se não for pela inflação, pelo menos...

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone.*) – A poupança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela poupança, não é? Pelo menos pela poupança. Eu já ouvi muitos líderes sindicais apontarem também nesse sentido; inclusive, já está na tela com a gente – a gente vai intercalando – um dos líderes sindicais. Mas, por uma questão de justiça...

Ô Cássio, lembrei-me de você agora. Eu, aqui, citava entre os jovens Senadores – eu, mais veterano, mas estava sempre junto com eles...

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone.*) – O Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cássio Cunha Lima.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Cássio Cunha Lima foi Deputado Federal constituinte. Eu não lembrava com que idade você estava... (*Pausa.*)

Vinte e três anos; ele tinha 23, você tinha quantos?

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Ele era o mais novo, era o caçula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era o Cássio. E você, quantos tinha?

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Ah, já tinha um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uns 25.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Já tinha mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele não quer dizer, mas ele tinha uns 24, 25. O Cássio era o caçula mesmo, foi lembrado aqui: 23 anos. Eu já tinha 30 e vai ponto para frente – e vou parar por aí.

Eu pergunto se o Francisco Canindé Pegado do Nascimento – ele, que fala pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) – já está na tela ou não. (*Pausa.*)

Então, Canindé, por favor, dez minutos para falar sobre esse tema, que é tão importante para todos os trabalhadores – e naturalmente as centrais estão acompanhando e participando desse debate –: correção do Fundo de Garantia.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Paulo Paim, demais componentes da mesa, lembrando aqui a luta do Augusto Carvalho também.

Paim, hoje de manhã, em outra atividade, dizia que nós somos contemporâneos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Consultando aqui as agendas do passado, realmente, somos contemporâneos mesmo.

Estou aqui nessa toada, mas é o seguinte, Senador: eu já cansei, na verdade, de levar, em épocas passadas, a Brasília, seja para entregar ao Presidente da Câmara, do Senado, ao poder de decisão, muitas listas, coletas de assinaturas, de pedir aos trabalhadores para fazerem listas de assinaturas para poder justamente reivindicar melhoria da correção do nosso FGTS. Teve, em vários momentos, calados aí, importantes avanços, retrocessos, paradas no tempo relacionadas a reivindicações de trabalhadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que realmente tivéssemos o nosso fundo de garantia corrigido de acordo com o que era possível, mas nunca com esses índices de correção, que sempre levaram pressão, o FGTS sempre havia o (*Falha no áudio.*)... sistemáticas com a correção desse fundo social tão importante.

Então, as centrais sindicais também colaboraram com muitas ações, diretamente junto aos Ministros do STF também, para poder alertar para a importância desse fundo social para a economia também, mas principalmente para os trabalhadores nos momentos mais difíceis que se apresentam na sua vida ativa, justamente no momento em que ele sai do emprego, vai para a inatividade, e quer contar, precisa contar com esse fundo social tão significativo. Aí vem justamente o desespero, a frustração. Eu acho que a turma se encarregou de muitas coisas, de mostrar que realmente os governos se aproveitaram muito desse fundo social, e a conquista desse fundo social é uma conquista do mundo sindical.

Então nós estamos agora nessa expectativa, com o reinício do julgamento do Supremo Tribunal Federal, de fazer, Augusto Carvalho, novas campanhas, novos momentos, novas ações para demonstrar a unidade do movimento sindical e a importância de esse julgamento, ao final, contemplar os trabalhadores brasileiros, trabalhadores que, como eu já disse, precisam do seu fundo social não só no momento de atividade também, para alguns casos específicos, mas principalmente quando ele vai em busca de um novo emprego.

Tem muitas, eu diria assim, travas o FGTS para ser sacado. Por exemplo, eu discordo plenamente que o trabalhador que deixa lá uma conta inativa depois de três anos somente de inatividade novamente, ou seja, sem registro em carteira, possa ter acesso àquela conta ali. Veja só, o trabalhador que passa três anos sem carteira, e muitos por questão de idade, de doença, seja lá o que for, fica, então, com o FGTS sendo usado, como foi usado pelo Governo anterior, de formas bastante controversas.

Então, o nosso papel aqui, Senador, é... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não estamos te ouvindo mais e nem com a imagem.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – ... Fernando Henrique ainda Ministro do Trabalho, a correção do Plano Bresser, salvo engano, não me lembro agora, daqueles planos econômicos lá, era uma coisa muito bem dentro desse contexto.

Veja, ações foram demandadas pelo país inteiro. Quando começamos a ganhar, o Governo viu que não tinha escapatória, chamou ao entendimento e negociamos. As centrais sindicais fizeram, naquele momento, uma negociação muito grande, muito importante, em que se discutiram realmente as possibilidades, para quem quisesse continuar com a ação, como seria, e quem quisesse encerrar a ação também teria aquela maneira de ser paga a sua indenização. E deu certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente espera é justamente que se tenha esse pleito comum, o mecanismo do entendimento, do acordo, da negociação, enfim, chegar a um denominador comum.

Agora não tem, eu acho, Augusto, Senador, mais possibilidades, sinceramente, de ter um quadro adverso nesse julgamento. Eu acho que vai caminhar para um sucesso.

Então, a abertura desses espaços na Comissão aqui dirigida pelo nosso Senador é fundamental para alertar, para trazer à tona a importância, o interesse, a responsabilidade, a participação dos atores sociais que figuram nesse contexto aí para que nós voltemos à unidade de ação para fortalecer, principalmente no Supremo Tribunal Federal, a importância desse julgamento ocorrer num prazo também que não seja a perder de vista. Ou seja, temos oportunidades, eu creio, de ter sucesso dessa vez. E eu acho fundamental deixar a porta, a janela aberta, para poder rolar negociações que sejam possíveis em torno do tema.

Então, dito isso, Senador, agradeço mais uma vez o convite formulado às centrais sindicais. Estamos aqui pela UGT. O Ricardo Patah te manda um abraço, E parabenizo a luta também do Carlos Augusto, que eu sei que foi um grande precursor nesse papel. É importante... o Augusto Carvalho, não é? Está certo? É um precursor importante nesse campo.

Então estamos juntos, e as centrais estão nesse campo também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, que falou pela UGT e já ampliou que essa também é a posição de todas as centrais sindicais. E eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Eu queria agora passar para o Sr. João Paulo Ferreira Machado, que é auditor fiscal do trabalho, representante do Sinait.

O SR. JOÃO PAULO FERREIRA MACHADO (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador Paim, e na sua pessoa, cumprimento aqui a todos na mesa. Muito boa tarde a todos e a todas aqui, na plenária, a todos e a todas que estão acompanhando pela internet também. E cumprimento, na pessoa do amigo Pegado, a todos que estão nos acompanhando.

O Sinait tem sido um grande parceiro desta Comissão, especialmente nesse processo da sugestão legislativa do Estatuto do Trabalho, uma proposta de que o Sinait é subscritor, junto com outras entidades, do início desse processo, e que o Senador Paim tem abraçado e tocado com toda a diligência, com toda a qualidade.

Venho aqui, já aproveitando, pedir a quem não conhece que conheça e apoie essa proposta, porque com certeza, esse Estatuto do Trabalho vai trazer uma mudança de estruturação, corrigindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações que foram inclusive perdidas num processo de mudança que aconteceu há não muito tempo e também regulamentando artigos da nossa Constituição que ainda carecem desse processo de regulamentação.

O tema aqui em debate é um tema muito caro para a Auditoria Fiscal do Trabalho. A Auditoria Fiscal do Trabalho é a autoridade competente para cuidar do processo de arrecadação do FGTS, de fazer a fiscalização da arrecadação, o lançamento desses débitos, garantindo que o dinheiro entre na conta do trabalhador no momento oportuno, e que não fique inadimplente essa obrigação empresarial, que é uma parte do salário, da remuneração, podemos assim dizer, do trabalhador e que vem fazer frente, como já bem trazido aqui pelo Senador Paim, pelo Pegado, naquele momento mais difícil do trabalhador, quando especialmente ele se depara com uma necessidade de ausência de trabalho ou uma necessidade de aquisição ou melhoria de casa própria. E o fundo, então, contribui para esse fim, de forma muito importante, como uma garantia de estabilidade no momento mais difícil.

Então, a Auditoria Fiscal do Trabalho tem essa visão do quanto o FGTS é importante para o trabalhador.

Se puder passar a tela aqui, a gente trouxe alguns dados para a gente poder tratar do assunto.

E aqui esse dado é tirado do próprio *site* do FGTS, em relação ao patrimônio, para a gente entender do que é que a gente está falando. O patrimônio do FGTS nos últimos três anos. Então, de 2020 a 2022, nós tivemos uma evolução do patrimônio, dos ativos do FGTS, de 570 milhões para 649 milhões.

Esses ativos são os valores que estão financiando, que estão depositados, que estão emprestados para apoio a todas as obras de saneamento, de habitação, de infraestrutura, que são utilizadas, enfim, pela administração, e como passivo, que são efetivamente os valores a que os trabalhadores têm direito em suas contas vinculadas, algo em torno de R$531 bilhões agora, em 2022, passando de R$457 bilhões em 2020. O patrimônio líquido, então, essa diferença, está em R$117 bilhões.

Então, a gente vê que é um fundo, realmente, que tem uma alavancagem muito grande, que tem uma garantia, que tem uma importância muito grande para o país e que, também, nesses últimos anos, tem sido distribuído, inclusive, o lucro desse patrimônio. Então, a gente tem, além da remuneração, ainda essa distribuição do lucro. Em relação ao ano de 2022, foram distribuídos, agora, em 2023, R$12,7 bilhões. Então, a gente vê que o patrimônio cresceu em ativos, algo em torno de R$30 bilhões, de R$618 para R$649 e que, destes, R$12,7 foram distribuídos aos trabalhadores nas suas contas vinculadas em relação ao lucro do patrimônio. Então, só para a gente entender aqui um pouco do que é o FGTS em valores, em bilhões.

Nesse primeiro semestre de 2023 – aqui trazendo alguns dados de fiscalização, para entrar mais na esfera da Auditoria Fiscal do Trabalho –, foram realizadas quase 17 mil ações fiscais, e essas ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscais específicas no atributo Fundo de Garantia, com algo em torno de 1,3 milhões de trabalhadores contemplados em notificações de débito que encontraram valores não recolhidos; um valor total de R$2,5 bilhões de FGTS notificado e R$111 milhões de FGTS recolhido durante essa ação fiscal. Isso só no primeiro semestre de 2023, numa ação que é contínua da Auditoria Fiscal do Trabalho, ano a ano. Seguindo, a gente vai ver que temos informações dos últimos anos em relação ao quanto que isso tem sido notificado pela Auditoria Fiscal.

Pode passar para a próxima.

Nesse primeiro semestre, em autos de infração, em penalidades aplicadas, nós tivemos R$385 milhões, somente até junho de 2023 – então, só no primeiro semestre. Então, no ano, se a gente for simplesmente duplicar, chegamos próximo de R$800 milhões de autuações. Lembrando que, a partir de janeiro de 2024, com a entrada do novo sistema de arrecadação, a penalidade passa a ser 30% do valor do débito. Então, a gente vai ter um valor maior, inclusive, na questão das penalidades aplicadas.

Pode passar. É só a gente trazendo alguns dados aqui mesmo.

Bom, de 2016 a 2022, a gente tem, na tela, a evolução dos valores arrecadados e notificados pela Fiscalização do Trabalho em relação ao FGTS. Partindo de R$3,2 bilhões, em 2016 e, em 2022, R$5,78 bilhões. A gente já viu que em 2023 tivemos, no primeiro semestre, R$2,5 bilhões entre valores arrecadados e notificados. Isso no universo de redução de Auditores Fiscais do Trabalho, mas com a ação sendo feita de forma intensa para garantir essa arrecadação.

Pode seguir.

Ainda em relação a 2022, mais alguns dados. Dos R$5,7 bilhões de valores notificados ou recolhidos, foram R$206 milhões recolhidos mesmo, diretamente, num total de 36.742 ações específicas com o atributo FGTS.

Pode seguir.

Só para a gente ver, o número de auditores fiscais tem sido bastante reduzido nos últimos anos, e agora nós tivemos, em 2023, a recriação do Ministério do Trabalho, dada a importância que essa pasta tem. E, com a recriação do Ministério, já foi autorizado também um concurso público para 900 vagas de auditores fiscais do trabalho, o que vai, com certeza, trazer uma melhoria no processo de fiscalização, algo que vinha se discutindo e sendo clamado pelo Sinait, pelos auditores fiscais, pela sociedade, por todos aqui, e com o próprio Senador Paim nos ajudando muito nessa demanda para que seja aumentado esse número.

Então, agora a gente tem um cenário para, com um concurso acontecendo, em janeiro de 2024 e em diante, a gente ter uma recomposição desse quadro que tem diminuído. Em 2011, nós tínhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3.097, chegando a 1.924 ativos em 2023. Então, uma redução de 50% no número de auditores entre o que a gente tem hoje e o que a gente tinha lá em 2011.

E, só para encerrar, em relação à apresentação, antes de falarmos do nosso tema, vem aí, em janeiro de 2024, o FGTS Digital, que é uma plataforma nova onde estarão as bases de cálculo relacionadas à folha de pagamento e também os valores recolhidos, todos num único lugar. Isso vai permitir que 100% da inadimplência seja fiscalizada de forma imediata.

Então, a gente vai ter uma plataforma digital, essa nova ferramenta. Eu não vou aqui adentrar sobre o FGTS Digital, falar dele, mas só para deixar a informação de que a gente vai ter, então, condição de 100% do débito confessado ser fiscalizado imediatamente e estar disponível para cobrança, algo que vai trazer também uma melhoria na entrada desse recurso e na manutenção do fundo de forma estável e de forma garantida.

Bom, então, trouxemos esses dados para demonstrar qual é a preocupação nossa, enquanto fiscalização do trabalho, enquanto Ministério do Trabalho, com essa pauta do fundo de garantia. E, para o Sinait, para a Auditoria Fiscal do Trabalho, essa discussão trazida aqui por Augusto Carvalho, trazendo para o Senador Paim a proposta e isso vindo para uma discussão junto ao Estatuto do Trabalho, mostra o quanto esse tema está relevante mesmo e há quanto tempo se discute ele.

E o que nos deixa, vamos dizer assim, felizes neste momento é a possibilidade de termos um bom termo a essa discussão com a proposta que está em andamento no STF, de julgamento, e também numa discussão conduzida pelo Ministro Marinho com as equipes da AGU e das centrais sindicais de uma conciliação e de se chegar a uma ação de resultado mesmo para a mudança desse índice, para a garantia de uma remuneração mais adequada, mais correta, sem prejuízo das políticas sociais que são financiadas com esse recurso.

Então, é muito relevante e oportuna a discussão, Senador.

Venho aqui dizer que o Sinait está ombreado e parceiro com a Comissão e com todos que aqui atuam nesse processo para que possamos, ouvindo os demais aqui e acompanhando esse processo, levar até realmente para as esferas que estão nesse processo de discussão direta uma informação, uma proposta. E que a gente consiga ter, sim, em pouco tempo, uma mudança nesse processo que já sabemos que está realmente vencido. Não é mais crível e possível que se mantenha a remuneração com base na TR, mas a gente percebe que estamos, sim, próximos de chegar a uma nova remuneração, o que, com certeza, fará bem para o trabalhador brasileiro, não só para o trabalhador, mas para toda a sociedade, uma vez que o fundo é fundamental para todo o nosso país. E aqui a gente continua parceiro da Comissão, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ferreira Machado, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sinait, que deu dados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

números, apontando que é mais do que justa a reivindicação da atualização do nosso Fundo de Garantia, com índices que apontem, pelo menos, no rumo da inflação se não der para conseguir a inflação total do período, e lembrando ainda o que ficou para trás.

De imediato, passo a palavra para o advogado Alexander Andrade Leite, da Ayres Britto Consultoria Jurídica, para a sua exposição. Estão sendo 15 minutos para cada um, e todos têm que ficar dentro do tempo. Vamos lá, então.

O SR. ALEXANDER ANDRADE LEITE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Agradeço e cumprimento V. Exa. por essa iniciativa de trazer esse assunto a debate. Há muita coisa nova acontecendo em matéria de direito trabalhista, em relações de trabalho, e eu acho que esta Comissão é um importante veículo para a discussão em torno desses temas, e com o FGTS não é diferente. Por isso, cumprimento também o Augusto Carvalho, Presidente da Anabb, que tem sido incansável – eu devo dizer – na disputa por esse tema, na disputa pela informação sobre esse tema. O Augusto tem percorrido o Brasil inteiro tentando levar um pouco de conhecimento em torno desse assunto para que as pessoas saibam do que estamos falando, para que todos tenham conhecimento de quais são os valores envolvidos nessa disputa e para que também se saiba qual é o componente jurídico atualmente em discussão no Supremo Tribunal Federal.

E faço também aqui um *disclaimer* acerca da minha participação. Eu sou advogado na ADI 5.090; então, represento o partido autor e a Anabb nesta ação. Então, tenho por óbvio uma visão que deve ser compreendida como uma visão de alguém que deseja procedência dessa ADI no Supremo Tribunal Federal, mas nem por isso quero crer que minha opinião valeria menos em torno desse assunto, porque, afinal de contas, estamos aqui tentando trazer um pouco de luz sobre esse tema, que é tão caro ao trabalhador brasileiro.

E começando pelo Supremo Tribunal Federal, Senador Paulo Paim, me parece que o Ministro Barroso conseguiu encontrar o ponto ótimo no seu voto acerca dessa matéria. O Ministro Barroso foi muito feliz em todas as colocações que fez no seu voto e proferiu uma decisão que é realmente magistral do ponto de vista do trabalhador para reconhecer: o trabalhador brasileiro está sofrendo um achaque no seu fundo de garantia, nos últimos anos, em razão da falta de valorização adequada daqueles valores que estão depositados na conta do FGTS.

E são valores astronômicos, como o nosso colega aqui da auditoria pôde demonstrar. São mais de R$500 bilhões em contas vinculadas ao trabalhador, num fundo que tem um patrimônio líquido de R$100 bilhões, que movimenta por ano R$80 bilhões em investimentos na área de saneamento e moradia. Então, são números realmente absurdos. E em números absurdos, estratosféricos como esses, uma diferença de 1% sempre será também muito grande, estratosférica. Isso para dizer, Senador, que, dos R$500 bilhões que hoje compõem o patrimônio das contas vinculadas do trabalhador brasileiro depositados na Caixa Econômica Federal, se nós conseguíssemos remunerar isso em 1% ao ano, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seriam R$5 bilhões. É tudo que a auditoria do trabalhador consegue amealhar, pelo que o senhor disse aqui, ao longo de um ano inteiro de trabalho. Então, com 1% a mais no fundo por ano, nós estamos falando de todo o trabalho dos auditores do trabalho ao longo de um ano inteiro de arrecadação no fundo.

Então, esses movimentos devem ser percebidos e foram percebidos pelo Ministro Barroso quando proferiu o seu voto, e ele muito bem reconheceu que há um plexo de normas constitucionais que garantem o direito do trabalhador, não apenas o direito do trabalhador pela atividade laboral em si, mas o direito a um patrimônio. Nós estamos tratando aqui de propriedade. Nós estamos tratando aqui de um direito que é no bolso do trabalhador, que todo mês consome uma parcela importante do seu salário para munir esse fundo com os R$500 bilhões de que falamos aqui.

E aí, Senador, me parece importante partir de certas premissas para identificar o que nós queremos fazer com o direito, com o dinheiro do trabalhador brasileiro, porque se partirmos da premissa de que o que interessa é fazer investimento em saneamento, por óbvio o trabalhador brasileiro ficará em segundo plano. Se partirmos da premissa de que o ideal é fazer investimento em moradia, por óbvio, o trabalhador brasileiro ficará em segundo plano. O que eu gostaria de ver é o trabalhador brasileiro em primeiro plano, com o seu FGTS sendo atualizado a taxas de mercado, corretas, porque, afinal de contas, a gente está tratando aqui de um direito que, se der tudo certo na vida do trabalhador, ele vai levar por 30 anos; vai carregar aquilo depositado na Caixa lá por 30, 35 anos. E não é possível imaginar que, num período desse de 30, 35 anos, você vai simplesmente reduzir a zero a atualização daquele valor, como aconteceu nos últimos anos. E isso terá um efeito dramático lá na frente.

Nós não podemos colocar nas costas do trabalhador brasileiro, que aporta dinheiro nesse fundo, a conta da moradia brasileira, do saneamento brasileiro. É preciso fixar quais são as premissas aqui. Não é um fundo de garantia do investimento em moradia pela União; é um fundo de garantia por tempo de serviço do trabalhador, que, afinal de contas, deve ser remunerado e deve sofrer atualização monetária adequada.

Isso, Excelência, eminente Senador Paulo Paim, para trazer um componente também que me parece importante para esse debate, que é a necessidade de que esse fundo, de que esse dinheiro, de que esse montante seja visto numa perspectiva de mercado, em como essa atualização deve ser feita. Existem exemplos pelo mundo. Eu não quero parecer utópico ou sonhador demais, mas existem exemplos: o fundo da Noruega, fundo de Singapura. Existem exemplos já estabelecidos pelo mundo que demonstram que é possível conseguir uma remuneração adequada para valores públicos depositados se você deixar que isso seja remunerado a mercado.

Só para trazer um exemplo, talvez até pueril, se o dinheiro do trabalhador brasileiro tivesse sido alocado, se o dinheiro do Fundo de Garantia do trabalhador brasileiro tivesse sido alocado no fundo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noruega, em 2012, hoje essa conta seria cinco vezes maior. Em vez dos R$500 bilhões, que a gente teve ali na tela ainda há pouco, a gente estaria hoje em R$2 trilhões de dinheiro do trabalhador.

Então, não adianta a gente imaginar que esse dinheiro deve ser vertido para investimentos de outra área que não aquela a que ele pertence.

E é curioso notar, Senador, eu sugiro ao senhor que participe de uma audiência do Conselho Gestor do fundo, porque eu assisti a algumas delas, eu tive o cuidado de assistir algumas delas, e sempre fiquei com a impressão, com todo o respeito às pessoas que estavam lá, porque são todas muito sérias e, por óbvio, imbuídas dos melhores esforços em prol do trabalhador brasileiro e do fundo, mas, nessas reuniões, o dono do dinheiro é absolutamente um coadjuvante. Ninguém fala do dono do dinheiro, quando mencionam o dono do dinheiro são os correntistas do fundo de garantia. Ninguém fala quanto é que o trabalhador está perdendo se aquela atualização não for feita adequadamente.

Nessas reuniões, todo mundo fala de transparência, de como vamos usar melhor o dinheiro do fundo, quantas casas poderemos construir no próximo ano com o dinheiro do fundo. A pretensão do Governo é construir 2 milhões de casas; então, nós precisamos alocar um valor muito maior do fundo para a construção de casas, mas ninguém fala do dono do dinheiro, ninguém fala das pessoas que depositaram esse dinheiro lá nos últimos anos. E eu quero poder falar em nome dessas pessoas, porque, afinal de contas, falo em nome delas na ação que tramita no Supremo Tribunal Federal e não me parece justo que esse trabalhador brasileiro, que contribuiu com uma parcela tão grande para esse fundo, ao longo dos últimos anos, fique agora a ver navios e não receba nada pela atualização do passado.

A decisão do Ministro Barroso reconhece, com todo o estofo, com todo o arcabouço normativo constitucional, que a remuneração do fundo se deu de maneira inadequada nos últimos anos, mas, entretanto, e aí vem a minha divergência, a minha respeitosa divergência da posição tomada pelo Ministro Barroso, criou-se uma hipótese de ultratividade a essa decisão judicial, a significar que, apenas no momento em que concluído o julgamento do Supremo Tribunal Federal, se este voto prevalecer, é que o fundo passará a ser remunerado segundo taxas de mercado ou, no mínimo, com a garantia da poupança, vamos dizer assim, mas o para trás, o retroativo ficaria esquecido pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

Mas, ao mesmo tempo, o Ministro Barroso foi muito inventivo na sua decisão e expressamente consignou, ao final do seu voto, Senador, que o pagamento de retroativo não está proibido pelo Supremo. O Ministro Barroso fez questão de escrever isso ao final do voto para dizer que o pagamento do retroativo não está vedado pelo Supremo Tribunal Federal, a significar que a solução pode ser dada pela via legislativa, Senador. Por isso, a minha provocação ao senhor é para que pense no melhor modelo para que isso seja feito, porque a autorização foi dada no voto proferido pelo Supremo, expressamente, com essas palavras, que eventual pagamento do retroativo poderá ser feito via Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já há, desde logo, uma sinalização do Supremo Tribunal Federal de que o passado poderá ser pago, de que esse dinheiro do trabalhador dos últimos anos poderá ser respeitado. Por isso, a minha provocação, o meu pedido, o meu sincero pedido, o meu honesto pedido é para que esta Casa assuma o protagonismo em torno desse assunto e, por óbvio, edite um projeto de lei em que esse pagamento do retroativo seja feito.

Por óbvio, ninguém aqui é sonhador ao ponto de imaginar que toda a recomposição do passado vai ser possível. Os valores são, de fato, muito altos. O prejuízo sofrido pelo trabalhador brasileiro, nos últimos dez anos, é da casa das centenas de bilhões de reais. Dinheiro perdido! Dinheiro perdido! Então, isso, por óbvio, não tenho o sonho de que conseguiremos recuperar. Mas por que não uma parte disso, Senador? Por que não garantir que pelo menos uma parte disso, do passado, seja paga ao trabalhador brasileiro?

É preciso fazer conta. É preciso colocar esses números em perspectiva e saber que a gente está lidando com valores que são realmente vultosos, mas não se pode perder de vista, pela interpretação que já foi dada pelo Supremo Tribunal Federal, até agora, com dois votos favoráveis – e quero crer que permaneça assim –, com essa interpretação, já é possível uma sinalização muito clara de que há uma inconstitucionalidade na maneira como o FGTS vem sendo pago ao trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro está sendo achacado, está perdendo o seu dinheiro todo santo mês; no entanto, nada é feito.

Por isso, Senador, eu queria muito realmente que pudesse sair desta Comissão uma mensagem, uma iniciativa com o objetivo de que esse retroativo seja garantido. Todas as propostas que nós temos visto pela imprensa, feitas pela AGU e pelo Ministro Marinho, não albergam o pagamento do retroativo, são todas propostas que sinalizam para um modelo que, em um ano, em dois anos, em três anos, essa atualização possa ser feita de maneira adequada. Essa é uma proposta, Senador, que, com todo respeito, não serve, não atende ao trabalhador brasileiro. Essa é uma proposta de quem entra derrotado na luta, e o derrotado nessa luta não é ninguém mais, ninguém menos do que o dono do dinheiro, o dono do FGTS, o trabalhador brasileiro. São 200 milhões de contas vinculadas ao FGTS com R$505 bilhões, R$530 bilhões, todos valores absurdos. Todas essas propostas que têm sido divulgadas falam de um cenário em que: "Trabalhador brasileiro, aguente o prejuízo aí por mais um ano, aguente-o por mais dois anos, talvez três. Em 2025, quem sabe, a gente consegue alocar um valor maior para a remuneração do seu capital".

Então, quero finalizar dizendo: é preciso escolher de que lado se está: se estamos do lado do trabalhador brasileiro ou se estamos do outro lado; se estamos do lado do trabalhador brasileiro, não existe um cenário em que ele não tenha a sua conta de FGTS remunerada adequadamente.

Era isso que eu pretendia dizer, Senador, agradecendo muito, muito pela oportunidade de estar aqui para falar isso e cumprimentando todos da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alexander Andrade Leite, advogado da Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia, que deixa aqui, no final, uma provocação para todos nós, do Parlamento, de pensarmos em projetos, alguns que surgiram ao longo da história. Claro, a partir da decisão do Supremo, nós podemos alavancar, reunir. Numa época, a gente tentou fazer isto: reunimos todos os projetos que estavam tramitando e construímos um só, a partir do parecer do Relator, que seria um substitutivo. Poderíamos, baseado no que você falou, pensar nessa ideia, onde estão, reunir todos e assumir a relatoria na busca de ter uma solução definitiva.

Mas vamos lá, é uma proposta que fica no ar.

Agora o nosso advogado Marthius Sávio Cavalcante Lobato. Tem também os 15 minutos.

O SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Senador.

Gostaria, inicialmente, realmente de agradecer o convite.

Estou aqui representando o Movimento da Advocacia Trabalhista Independente, uma entidade de associação que congrega advogados trabalhistas de âmbito nacional. E estamos também contribuindo com a Comissão para o Estatuto do Trabalho. Somos uns apoiadores fervorosos e acreditamos firmemente que o Estatuto do Trabalho, de proposta de V. Exa., é o que vai poder restabelecer e reconstruir novamente o direito do trabalho, a dignidade humana dos trabalhadores, para contrapor o que, de fato, foi destruído com a reforma trabalhista, de uma concepção extremamente liberal e, por que não dizer, da extrema direita fascista, porque não teve proposta. A sociedade não participou dessa reforma.

Então, nós apoiamos, de forma muito firme, o Estatuto e daremos todas as contribuições possíveis.

Ouvindo aqui os colegas e já cumprimentando todos da mesa também, na pessoa de V. Exa., eu gostaria de iniciar esta fala, eu acho, com uma questão que não há como não ter consenso: a correção do FGTS precisa ser adequadamente fixada e estabelecida para recompor esse Fundo, para recompor o patrimônio público do trabalhador.

Mas eu gostaria de iniciar fazendo alguma memória do FGTS, que eu acho que é importante para a gente poder perceber o que estamos discutindo hoje, ou seja, a partir de um passado, do presente, restabelecendo um futuro mais digno para a classe trabalhadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o Fundo de Garantia, quando foi instituído em 1966, com a Lei 5.107, que veio a vigorar a partir de janeiro de 1967, teve um claro e fundamental propósito, que era flexibilizar a estabilidade no emprego da classe trabalhadora e eliminar a relação da indenização decenal que tanto se discutia.

Então, o Fundo de Garantia, inicialmente, teve a finalidade de flexibilizar um direito do trabalhador, ou seja, aquela garantia de emprego que a classe trabalhadora pede, busca até hoje, que buscamos, inclusive, quando questionamos, no Supremo Tribunal Federal, a denúncia da Convenção 158 da OIT, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que traria não uma estabilidade no emprego, mas pelo menos a Convenção 158 traria uma forma de adequação desse poder diretivo do empregador.

Então, ele teve essa concepção.

Aí teve uma concepção individualizada do Fundo de Garantia. O trabalhador tem o seu Fundo porque, com a sua demissão sem justa causa, ele vai usar o Fundo para fazer o que quiser.

E percebeu-se, a partir da sua edição... Por isso, inclusive, muito embora se coloque que a Lei 5.107 veio com uma forma opcional, nós sabemos que, na prática, quem viveu no período dos anos 80 sabe que, na verdade, não havia uma opção. Havia um enquadramento ao FGTS, porque, no ato de admissão, o trabalhador tinha que assinar a opção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era obrigado.

O SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO – Era obrigado a assinar a opção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma opção a que era obrigado.

O SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO – Exato, então, não havia opção, havia um enquadramento... Sempre gosto de falar isso, que havia um enquadramento ao sistema do FGTS.

E, com esse passar do tempo, foi visto que essa "indenização" – entre aspas –, que seria para recompor a ausência de uma estabilidade no emprego e uma demissão sem justa causa, esse patrimônio individual do trabalhador não era o suficiente para que se preservasse a sua dignidade nesse período até 1987, 1988.

Por isso – V. Exa. certamente vai lembrar mais que eu, como o Deputado Augusto Carvalho também, como Constituinte –, na Constituinte de 1988, o Fundo de Garantia passou ao debate de tirar de uma relação meramente individual, da sua conta, para ser uma política pública, para se tornar um fundo de políticas públicas, porque a proteção teria dois mecanismos essenciais: a proteção individual, no momento da dispensa, com a proteção coletiva, que é a política pública, em que o Estado assume aquela responsabilidade de gerir aquele fundo e, a partir dessa gestão, aportar, garantir que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador tivesse – já que ele não tem a garantia do emprego – uma segurança, uma dignidade. Por isso, o fomento na infraestrutura, no saneamento, na habitação, porque aí estaria o Estado nesse compromisso.

E, voltando, não deixar de lembrar também que, por essa razão inclusive, antes da Constituição de 1988, o Fundo de Garantia podia ser depositado em qualquer banco privado, e, a partir de 1988, ele se centralizou na Caixa Econômica Federal, porque o Estado assumiu. A Constituinte de 1988, que teve essa concepção de uma Constituição social, assumiu a responsabilidade de proteger o futuro e a dignidade do trabalhador; ou seja, trouxe a classe trabalhadora para a centralidade do Estado, a centralidade da produção.

Pois bem...

Digo isso para nós lembrarmos também que, considerando os últimos 30 anos, todos os grandes mecanismos de judicialização dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores sempre sofreram repressão por parte da interpretação do direito. Esse não é caso, porque, quando a gente coloca que, por um lado, a modulação do Ministro Barroso estabelece o índice mínimo pela poupança, mas esquece o passado em razão de uma modulação, nós não podemos esquecer que a TR, por exemplo, que é o objeto do índice, da sua inconstitucionalidade, por diversas vezes já foi declarada inconstitucional na sua aplicação pelo próprio Supremo Tribunal Federal, e o fez quando a dívida era contra o Estado, o fez quando a dívida era entre particulares, mas, quando chega para a classe trabalhadora, ele põe o pé no chão e fala: "Não, veja, ela é inconstitucional, porém nós não podemos dar tanto reajuste".

Eu cito aqui a ADC 58, que trata dos índices de correção dos créditos trabalhistas decorrentes dos débitos nas reclamações trabalhistas, que, muito embora o Supremo tenha dito que era inconstitucional a TR, retirou ainda de uma forma, de um *obiter dictum*, que depois veio integrar a própria composição do voto, os juros de mora de 1% ao mês, para estabelecer a taxa Selic. Então, para o trabalhador que teve o seu direito desconsiderado pelo seu empregador, quando vai à Justiça, não se repõe, não se recompõe o que ele perdeu, porque a taxa vai ser Selic, sem os juros de mora de 1% ao mês.

E isso é decidido de forma retroativa, ou seja, aos processos, às execuções em curso – expressamente consignado pelo Supremo Tribunal Federal –, aos processos em curso ou que não tinham, expressamente, dito que teriam juros de mora de 1% ao mês aplica-se retroativamente.

Veja, você retira uma forma para a classe trabalhadora, de forma retroativa, mas reconhecido que o Fundo de Garantia precisa ter a sua correção adequada ou, por que não dizer, constitucionalmente adequada, o Supremo modula, o voto modula, para dizer o seguinte: "Olha, o retroativo discutam lá no Parlamento, debatam lá no Parlamento!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas são poucas as questões em que ocorre uma modulação dessa forma, porque, quando se discutem o direito do trabalho e os direitos da classe trabalhadora, o Supremo é tão resistente para mostrar que há uma necessidade de uma proteção social para essa classe.

Então, a crítica do julgamento é nesse sentido. São dois pontos. Primeiro, pelo índice menor, que é o índice de poupança, porque todos os outros julgamentos, quando afastam a TR, dão o IPC ou o IPCA-E, que são índices superiores ao índice de poupança, mas para a correção do fundo que tem a proteção da classe trabalhadora dá o mínimo índice de poupança e não estabelece a sua retroatividade.

Então, nós estamos diante de uma discussão que é importante e, por isso, o Estatuto precisa ver, porque, no direito do trabalho, a classe trabalhadora não é inimiga do Estado. Você não pode estabelecer e interpretar a lei como se o direito do trabalho fosse o direito do trabalho do inimigo, como se o direito do trabalho atacasse, diretamente, a sociedade, porque quer ver a sua reconsideração e a sua recomposição.

Por isso, coloco que há uma questão que é importante, que eu acho que é a concertação. Talvez, sim, essa concertação entre as centrais sindicais e o Governo possa restabelecer o que, realmente, traga uma recomposição disso, porque, ainda que ele tenha colocado no voto o mínimo – a poupança –, em uma concertação você pode estabelecer outro índice maior do que a poupança e outra forma do seu retroativo.

Não vou fazer aqui uma sugestão nem uma proposição, mas apenas uma reflexão. Quando foi discutido o índice de reajuste em razão dos planos econômicos do FGTS, você teve uma forma de equilibrar o passado aplicando ou aumentando, em 10%, a multa pela demissão sem justa causa. Quer dizer, há mecanismos para que isso possa ser recomposto – o seu passado, esse retroativo – de forma concertada. Então, é importante, sim, ter o diálogo, é importante ter essa relação no debate.

E, talvez, um debate em cuja mediação o próprio Parlamento poderia entrar, Senador, é exatamente esse, de mostrar que o Executivo e a sociedade, através das suas representações, necessitam se recompor imediatamente, e ainda que o Legislativo seja o mediador, para que, a partir do que for negociado, saia um projeto de lei consensuado e aprovado imediatamente.

O fato é que, realmente, deixar exclusivamente para economistas, como diz o próprio Presidente Lula – quer dizer, todo economista, quando está no governo, acaba ficando mais restrito do que quando está na oposição –, deixar para o Governo talvez traga uma restrição maior, mas é importante a gente estabelecer que, para recompormos... E há necessidade de recompor. Mudando o índice de correção do fundo de garantia, há necessidade, sim, de uma concertação séria, autêntica, de boa-fé, e em que os trabalhadores não percam essa recomposição desses índices, porque eles não são um direito meramente individual, mas uma política pública, e, se também não podemos desconsiderar que isso pode vir a atingir algo com relação às infraestruturas, saneamento e política habitacional, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de se verificar uma forma de adequar entre a composição, a recomposição da correção e a garantia de que esse trabalhador, ainda que receba individualmente a sua recomposição, não perca a proteção do Estado, porque FGTS, como política pública, é proteção do Estado, e a Constituição estabeleceu que o nosso Estado é social, e, portanto, é obrigação do Estado e do Governo – que está na hora – fazer essa proteção.

Então, eu só queria colocar essa questão, Senador, e agradecer novamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO – De fato, há a necessidade de um novo índice que recomponha para pensar entre o individual e o coletivo, entre essa atenção constitutiva, mas que, principalmente, o nosso Estado ainda é um Estado social, muito embora, nos últimos quatro anos, tenham tentado uma ruptura do nosso processo constituinte a partir de incursões autoritárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marthius Sávio Cavalcante Lobato, advogado, que, aqui, com muita precisão, apontou o caminho da concertação e do amplo diálogo, mas na linha também do Dr. Alexander, da busca de uma construção e que podemos, nós todos, com as centrais sindicais...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim também 15 segundos?

Eu estou brincando aí com a...

Como é que eles chamam? Alexa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, Alexander, a nossa Alexander aí.

Bom, deixa eu explicar para vocês que temos aqui algumas perguntas que chegaram e, como eu fiz pela manhã, eu vou ler todas elas, e cada um dos senhores terá cinco minutos para as considerações finais, e aqueles que entenderem que devem responder respondam, ou, se não, que façam um comentário da audiência pública de hoje.

André Ferreira, de Alagoas: "O novo índice renderá mais que o CDI? Se render menos, por que o trabalhador deveria apoiar algo que rende menos que o seu banco?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa alguém vai responder, que eu sei, não é? Já está na lista aí.

Roberto Benine, de São Paulo, pergunta: "Por que se usa o IPCA ou o INPC para quase todos os cálculos de reajuste, e não se usa para calcular o reajuste do FGTS?".

Leandro Zenni, do Maranhão: "Com os cálculos, existe a possibilidade de receber retroativo para quem já sacou todo o FGTS?".

Fábio Pivetta, de São Paulo: "Como serão impactados os financiamentos imobiliários do Minha Casa, Minha Vida que usam o índice de correção do FGTS nas parcelas?".

Alice Machado, da Bahia: "Após a aprovação da revisão, o valor será depositado na conta do FGTS ou teremos acesso à retirada do valor?".

São uma, duas, três, quatro, cinco. Cinco perguntas. Cada um aqui vai ter que pegar uma. Escolham aí. A que sobrar, eu falo, não há problema nenhum também.

Então, como nós... Vamos inverter aqui agora e vamos começar... O Augusto foi o último a falar... Foi o primeiro a falar. O Augusto foi o primeiro. Agora vamos inverter. Então, vamos...

Como o Marthius falou agora, vai sobrar para o Alexander.

Então, para o Sr. Alexander Andrade Leite, Advogado na Ayres Britto Consultoria Jurídica. Cinco minutos.

Escolha uma pergunta. Quer a lista aqui para escolher uma?

O SR. ALEXANDER ANDRADE LEITE (Para expor.) – Com toda a honra, Senador, muito obrigado.

Pelo que eu ouvi das perguntas aqui, todas elas vão numa linha de que é preciso considerar qual vai ser a evolução patrimonial que ocorrerá ao trabalhador brasileiro se for definido um novo critério, e é justamente essa a crítica que tenho feito em torno desse assunto, para que seja apontado um caminho de atualização mais adequado. E aqui é importante fazer um comentário também acerca da decisão tomada até agora pelo Supremo: ninguém pretende que haja uma indexação. Indexação não é algo que se pretenda; inclusive, contribui para a inflação. Então não é esse o objetivo da discussão em torno desse tema. E a própria decisão do Ministro Barroso pontua isso muito claramente, para dizer que foi feita uma provocação, na verdade, à Caixa Econômica para a gestão desse dinheiro, a significar que: "Caixa, você deve investir esse dinheiro e fazer com ele, pelo menos, a inflação".

E, para quem perguntou aqui do CDI, é uma pergunta relevante, porque, afinal de contas, se fosse possível ao trabalhador brasileiro depositar esse dinheiro num CDB, num Tesouro Direto, em qualquer outro veículo de renda fixa, ele teria, sim, uma remuneração maior do que hoje acontece quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depositado no FGTS, mas nós optamos por um modelo em que o fundo não serve apenas ao trabalhador; ele serve ao trabalhador e a algumas políticas públicas.

Eu até sou muito crítico a isso, mas creio que é algo que não mudaremos num futuro próximo, a significar que jamais será possível ao trabalhador, imagino, pegar o seu dinheiro do FGTS e colocar no banco que entender mais adequado ou comprar o CDB que achar melhor. Mas pelo menos, no cenário que temos hoje, é perfeitamente possível, parece-me, perseguir uma atualização mais adequada para o dinheiro do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos pelas (*Fora do microfone.*) considerações finais do Sr. Alexander Andrade Leite... (*Palmas.*) ... a quem eu deixo aqui meus cumprimentos pela sua exposição durante o dia de hoje.

Agora vamos para o Sr. João Paulo Ferreira Machado, Auditor Fiscal do Trabalho e representante do Sinait.

Quer dar uma olhada ou já pegou de ouvido, como dizem por aí?

O SR. JOÃO PAULO FERREIRA MACHADO (Para expor.) – Já ouvimos aqui.

Senador, é muito estimulante, sempre que a gente está nesta Comissão, discutindo assuntos de relevância para o direito do trabalho brasileiro, ver quanta gente, quantas pessoas imbuídas na melhoria da legislação trabalhista, dos direitos trabalhistas, de garantir ao trabalhador brasileiro um reconhecimento maior, na verdade, uma justiça em relação aos seus direitos enquanto trabalhador.

Então, como já comentamos, a discussão do Estatuto do Trabalho é uma discussão que, com certeza, quando aprovada essa proposição, vai trazer um divisor de águas entre o que se tem e o que teremos, uma regulamentação que vem corrigir, como já bem trazido pelo Dr. Marthius Sávio, todo aquele estrago feito no direito do trabalho, em algumas alterações que tivemos, de certo modo, recentes.

Discutir esse tema da correção do FGTS é uma discussão atual, atualíssima, eu diria, que tem gerado inclusive uma mobilização não só social de aspectos relevantes, mas uma mobilização específica e efetiva dos atores envolvidos nesse processo, como bem pontuado aqui pela mesa, na busca de uma concertação mesmo. O que se está desenhando é uma concertação que traga uma regulamentação que, efetivamente, remunere de modo adequado e justo, sem privar o fundo da possibilidade e daquela importância que tem para o financiamento das obras que são fundamentais para o desenvolvimento do país e que não precisam deixar de existir quando uma regulamentação de remuneração justa acontecer. O que está fático e provado é que há necessidade de mudança e que isso vai acontecer brevemente.

E vem também a provocação. Acredito que sobre essa discussão o Estatuto do Trabalho vai poder se debruçar, para verificar o que fazer depois, uma vez aprovada essa concertação, daqui para frente, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí vai ter alguma outra coisa que precisará ser colocada em discussão no Parlamento, e aí a discussão então avançar.

Em relação aos questionamentos, a gente depende muito de quais itens vão ser definidos, para avaliar se vai ser melhor ou pior do que os que foram aqui trazidos nas questões, mas já é fato, e acredito que isso deve ficar assim, dentro das contas vinculadas, a remuneração aplicada a partir do momento em que se defina, seja numa modulação de efeitos para a frente ou ainda que se remunerem períodos anteriores.

Mais uma vez, Senador Paim, parabéns pela discussão trazida, uma discussão realmente que precisa avançar. E, com essa contribuição e com essa mobilização que está acontecendo, tenho certeza de que chegaremos, em breve, a uma solução que vai, com certeza, em benefício do trabalhador, naquela linha trazida aqui pelo Dr. Alexander, de que temos, sim, que nos colocar de um lado, e o nosso lado é em defesa do trabalhador brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. João Paulo Ferreira Machado, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sinait, que coloca com muita precisão. E achei importante também você ter fortalecido o Estatuto do Trabalho nesse debate todo.

Tem muitos e muitos temas que nós vamos ter que aprofundar ali dentro. Vai demorar? Vai demorar, porque um estatuto você não vota na mesma semana nem num ano. Eu sou autor de quatro estatutos. Em nenhum deles eu demorei menos que dez anos, mas fui persistente. Um foi 10, outro foi 15, outro foi 20, mas brigamos sempre.

E o Estatuto do Trabalho seria a CLT do século XXI, a nova CLT, sem a ideia de revogar a CLT. Porque, se você revoga a CLT, você vai colocar o que no lugar?

Então, nós vamos pontuar as questões mais graves que temos que alterar e apontando para a construção da nova CLT.

E esse é um tema, Augusto, depois da provocação que você me trouxe, positivamente, que nós vamos pautar também sim, especificamente. Como é que ficam as contribuições que são de direito do trabalhador? E a remuneração, na verdade, no mercado, ela acaba sendo menos até que a poupança, né? E a poupança é o mínimo do mínimo, como foi dito.

Por isso que vamos trabalhar, e vamos trabalhar muito, com essa ideia também de discutir, porque é uma forma de mobilizar. Não significa que ele não seja votado especificamente, como o trabalho intermitente. Nós não podemos esperar o trabalho intermitente até que o estatuto seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pontuar alguns temas, e esse é um deles. Aproveita o corpo do estatuto, e aquilo que for mais urgente saca-se e bota-se em votação.

Mas, como eu disse para o Augusto que ele seria o último, e foi o primeiro a me procurar a partir dessa questão dos bancários, eu vou agora passar a palavra o advogado Marthius Sávio Cavalcante Lobato.

O SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO – Senador, das perguntas que eu vi ali, acho que o ponto... Tem umas duas que acabam se coincidindo, que é com relação aos efeitos na verdade, a questão do Leandro Zenni e a questão da Alice, porque acabam decidindo... Se for para a conclusão do julgamento da ADI 5.090, ele vai acabar, o Supremo vai decidir se modula ou se não modula. Ou seja, se retroage ou se não retroage e que forma tem essa retroação.

Então, por isso que... E a forma que tem o voto do Ministro Barroso é modular, com efeito prospectivo. Portanto, o retroativo somente seria devido se houver uma legislação que diga que é para pagar ou se houver uma regulação nesse sentido.

E eu queria concluir, Senador, novamente em nome do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente, agradecer ao convite de V. Exa. para estarmos aqui neste debate, que é importante. Como diz o Dr. Machado também, reafirmando a necessidade do debate constante e permanente do Estatuto do Trabalho, porque realmente nós devemos ter, e V. Exa. tem conseguido, aqui na CDH, esse debate e participativo.

Quer dizer, nós passamos, e a sociedade pode se sentir representada por V. Exa., porque dá voz a todos e todas. E estamos aqui no debate, na defesa de uma centralidade do trabalho, como é o que, gostem uns ou não, foi definido na nossa Constituinte. Na nossa Constituinte, que muitos – eu, ainda como estudante, debati muito na época – tínhamos essa perspectiva, a centralidade do trabalho dentro do Estado social, onde a classe trabalhadora não seria tão vilipendiada por atos de um capitalismo selvagem.

Então, eu acho que isso... É importante que V. Exa. permite esse debate, esse diálogo. e rememorar a todo instante e a todo momento, porque muitas vezes, acaba... A memória é importante para a gente realmente pensar o passado, refletir sobre o presente, mas projetar principalmente o futuro.

Então agradeço a V. Exa.

Espero que o FGTS, a correção seja dada, na perspectiva de analisarmos nos dois momentos, individual e coletivo, porque faz parte de uma política pública que é essencial para o Estado, mas o Estado social, e deve ser observada e cumprida essa relação.

Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Bom, Dr. Marthius Sávio Cavalcante Lobato, advogado, que falou aqui no encerramento – eu gosto muito disso: povo que não conhece a sua história, não vê o passado, não enxergará o presente e muito menos vai poder projetar o futuro, não é?

Por isso, quando a gente fala da CLT, que completou 80 anos agora, a gente...

Eu tenho o maior carinho pela CLT e pela Justiça do Trabalho também – não é? –, mas sei que ela tem que ser atualizada, até porque nos... Eu ia usar um termo mais inadequado; eu ia usar o "r", mas vou tirar o "r", para dizer nos tiraram, não é? Indiretamente se apropriaram indevidamente de muita coisa que foi construída durante toda a nossa história, na nossa CLT, e por isso é que nós temos que retomar esse debate.

O novo estatuto já está com 585 artigos e sempre pensando na atualização em relação até à inteligência virtual que está aí – artificial. Artificial.

Mas me informaram aqui, eu disse que não, mas depois fiquei constrangido... É verdade que o Canindé está esperando? Então é a única central, não é? Então antes de você. Então vamos lá.

É que hoje pela manhã eu deixei que os que estavam presentes fechassem a fala final, mas o nosso querido amigo sindicalista, de décadas e décadas, Francisco Canindé Pegado do Nascimento falou aqui pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), mas naturalmente está falando por todas as centrais sindicais.

Canindé Pegado, é contigo.

Eu só o chamava de Canindé nos bons tempos.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, bom, neste momento aí, eu acho que tivemos uma contribuição muito boa, um debate aí com quatro representantes que, de fato, atualizaram significativamente essa questão. Então, eu acho que a gente aqui, pelo movimento sindical, tem que trabalhar mais ainda para que não se perca, assim como nós trabalhamos também em torno do que foi o objeto da última decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nós conversamos hoje pela manhã. A audiência foi... Aliás, a contribuição negocial torna-se efetivamente constitucional, valendo para todos os trabalhadores.

Da mesma maneira, eu creio que, também, essa mudança de foco, de paradigma, no processo de julgamento da ação do FGTS, acena para uma perspectiva muito interessante. Eu dizia, há pouco tempo... Eu estou colocando esse tipo de entendimento diretamente com os ministros do Supremo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através das centrais sindicais e dos outros autores, que estão também, os patronos da ação, que são fundamentais para que a gente consiga voltar a conversar mais com o Supremo Tribunal Federal, diretamente com os ministros, como fizemos no outro julgamento, no julgamento da contribuição negocial. Isso valeu, prevaleceu bastante.

Potencializado aqui pelo debate no âmbito desta Comissão, Senador, acho que as centrais sindicais têm agora que voltar com maior rigor, que potencializar mais aqui os encaminhamentos, para a gente não perder o foco. Está aí, a chama está acesa, só temos agora que procurar iluminar mais, até para a gente não deixar passar mais tanto tempo, no âmbito dessa questão, sem uma decisão que seja favorável aos interesses também dos fundistas, ou seja, dos trabalhadores que têm suas contas aí no FGTS.

Então, somente para contextualizar, é um fundo social importante, todo mundo sabe, que, justamente, protege o trabalhador naqueles momentos mais difíceis da sua vida, da sua vida trabalhista. Então, em nome justamente dessa questão social também, nós achamos que todo o trabalho que pudermos fazer ainda será pouco para que a gente garanta, ao final, essa decisão do Supremo Tribunal Federal, da forma que vier, modulada como vier, mas nós estamos aqui justamente forjados para discutir, para negociar e para dar encaminhamento a essa que, certamente, é uma das ações mais importantes desse novo período da luta sindical.

Então, agradeço, Senador, pelo convite. Estamos sempre ao seu dispor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Canindé Pegado do Nascimento. Falou em nome das centrais, ele, que é da UGT.

Agora eu vou passar a palavra ao Augusto de Carvalho, que me procurou com a sua equipe, para que a gente realizasse esse debate do fundo de garantia e que avançou. Avançou porque vai ser um dos capítulos do próprio Estatuto do Trabalho. Oxalá a gente aprove bem antes a proposta, atualizando um valor decente da correção do fundo de garantia.

O tempo é seu, Constituinte Augusto Carvalho, Deputado Federal constituinte e, hoje, Presidente da Anabb.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Espero que... Esse Estatuto do Trabalho, vindo da lavra de sua autoria, certamente vai ser coisa boa, vai ser aprovado e vai dar novo regramento para as relações de trabalho no Brasil.

Aliás, eu estava aqui, quando o Dr. Lobato estava falando, me lembrando daquela frase que era emblemática de um período que nós vivemos, que a questão social no Brasil era um caso de polícia, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco tempo atrás. Direito de greve, empresa estatal. Eu me lembro lá do Banco Brasil, uma empresa estatal. Nós tivemos que fazer uma greve, em 1983, para que o Banco do Brasil sentasse à mesa para cumprir acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho.

Então, esse preconceito, esse viés conservador que existe contra a classe trabalhadora vem de longa data. É como o racismo estrutural que nós temos na sociedade brasileira. Existe aquela coisa que está arraigada, que a gente muitas vezes não percebe, como o Dr. Lobato falou. Por exemplo, quando é relativo ao trabalhador, não precisa de a modulação abranger, abarcar período pregresso. Quando é um grupo econômico, uma empresa, há decisões que são elásticas, se prevê o que será para frente.

Então, eu ainda tenho muita expectativa em relação a esse julgamento, de que possa haver um voto divergente, que algum ministro abra divergência. E por que não avançar o debate sobre o tempo pretérito? E por que não, até que aflore esse debate, vamos dizer, mais de filosofia mesmo do direito, sobre o direito do trabalho, que tem esse viés também de classe, eu diria, quando de uma decisão?

Então, eu espero que haja essa divergência, que possa o passado ser vislumbrado, ser debatido. Eu vejo a indignação nas perguntas de cada um dos participantes do nosso debate. Todos eles perguntam: "Por que eu não posso corrigir?" e se a correção será maior. A expectativa que existe é grande, no mínimo, sobre o direito de propriedade.

O debate sobre o direito de propriedade do trabalhador sobre a sua conta vinculada ao FGTS não pode ser tascada, como diria na linguagem popular. Como? Isso é um confisco, na verdade! Você retira parte desse valor... Todo mundo pode estar ganhando. Pode estar ganhando a Caixa Econômica com taxa de administração – temos que dar os nomes aos bois –, pode estar ganhando a grande construtora que está fazendo Minha Casa, Minha Vida ou construção mais luxuosa, está ganhando gente que está fazendo saneamento – e o saneamento fica sempre beneficiando áreas específicas da população brasileira.

O fato é que, Senador, quanto mais recurso houver para o Fundo de Garantia, mais recursos sobrarão para se poder tocar, ampliar e universalizar as políticas públicas de saneamento, infraestrutura.

Então, nós não podemos é escolher a vítima desse processo de espoliação. O trabalhador que está desorganizado, não tem uma vida sindical ativa, uma vida associativa ativa, portanto, é fácil capturar esse patrimônio.

Eu espero, da sugestão nascida ou suscitada pelo Dr. Alexander, que o Senador, se aceitar esse repto, possa fazer o levantamento das propostas que estão tramitando – Noemi já andou pesquisando lá na Câmara e tem vários projetos. O Senador Paulo Rocha parece que já fez no passado, mas eram outros tempos, um Governo com outro viés ideológico, com outros compromissos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu acho que, primeiro, foi o Ministro Haddad que cochichou lá no Supremo para adiar o julgamento, a retomada do julgamento. Agora eu vejo na imprensa que foi a AGU que está pedindo novo adiamento. Se a gente ficar esperando a decisão, o desejo, a vontade do Governo, independentemente... Eu não estou aqui criticando o Governo, falando bem de Governo ou mal de Governo, todos os governos são assim.

Já teve tempo, eu acho, de sobra, desde quando foi iniciado esse julgamento, para algo surgir de diferente, algo para buscar cicatrizar essa ferida aberta nessa disputa, vamos dizer.

Então, Senador Paim, ao tempo que eu espero que V. Exa. possa efetivamente buscar essa grande convergência, que traga à mesa propostas sérias, propostas concretas de recomposição de valores, e que sejam propostas palatáveis, dignas de serem submetidas a um escrutínio das entidades sindicais, representativas, do patrono da causa, que é o partido Solidariedade, enfim, que esse julgamento possa ter também...

Aí eu queria aduzir a essa proposta do Dr. Alexander uma sugestão para que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado possa solicitar ao Instituto Fiscal Independente, que é vinculado ao Senado e que faz um belo trabalho de produção de análises econômicas, que possa se debruçar sobre esses índices.

Porque aqui a *Folha de S.Paulo* de hoje está dizendo que o Governo vai propor ao Supremo que o FGTS seja corrigido pelo IPCA. O Ministro Barroso sugere que a correção seja pela poupança. O que se pretende, qual o cenário que nós temos à frente? A poupança será mais baixa do que o IPCA ou vice-versa?

É preciso que a gente dê aos economistas essa possibilidade de eles exercerem o seu ofício e nos darem a luz para poder haver a decisão mais adequada no momento de uma mesa instalada, em que este debate possa aflorar com mais consistência e com mais embasamento técnico.

A sugestão, Senador, era também exatamente essa de estimular essa busca da convergência em cima do que existe já no Congresso. Através do pedido de urgência constitucional, se pode solicitar uma tramitação mais acelerada, tanto na Câmara quanto no Senado, e se tiver vontade política. E só haverá vontade política se tiver pressão organizada dos interessados.

Então, a gente sabe que o Governo tem a sua forma de pressionar as instituições, de chegar, de ali colocar os seus argumentos, os seus memoriais e, muitas vezes, tem uma visão catastrófica do futuro, se não for da maneira estática como está hoje.

E, portanto, é necessário que esse julgamento possa ser retomado na quarta-feira com essa devida atenção por parte daqueles que são os principais interessados.

É a minha observação final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, mais uma vez. Parabenizo-o pela iniciativa e muito mais agradeço, porque essa iniciativa foi um pouco da solicitação nossa e V. Exa. prontamente aquiesceu e organizou, tal como a gente solicitou, antes do julgamento, que seria no dia 8 – e espero que seja mantido –, para que pudéssemos ter esse debate trazido para o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Augusto Carvalho, Deputado Federal constituinte e Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb).

Acho que o que a gente pode deixar com a assessoria, Ingrid... (*Risos.*)

É sacanagem minha, mas em seguida eu faço isso.

Precisava ver quando eu estava em comício e eu via um principal assessor meu lá no meio. E eu dizia: "Sicrano, não é, Zé?" Aí ele dizia: "Sim, sim, Paim". (*Risos.*)

Mas era um comício em um lugar fechado, tinha lá umas 200 pessoas e um ou dois gesticulando lá no meio... Não é o seu caso, Ingrid.

Eu só quero, claro, que a gente... Vocês devem ter tomado nota das principais propostas.

Uma é essa ideia de construir um projeto ou, digamos, sendo mais amplo, reunir todos os projetos que estão aqui e a gente transformar num substitutivo. Eu posso avocar a relatoria, conversando com as Comissões, e naturalmente construir um substitutivo para ver se anda mais rápido, fazer com que tenha um capítulo específico no Estatuto do Trabalho sobre a questão do fundo de garantia. Isso é uma coisa, a correção é outra coisa.

Para a gente trabalhar de forma coletiva. Ao mesmo tempo, Augusto, a sua frase é importante. Muitas vezes as pessoas vêm à Comissão e eu faço o que eu posso, o que está ao meu alcance, mas, se não houver uma pressão de fora para dentro, não acontece, todo mundo sabe.

A política de cotas aprovamos recentemente, mas houve uma grande mobilização de fora para dentro, e aí foi. O mesmo salário de homem e mulher foi uma luta de anos aqui dentro, de anos e anos e anos, até que se tornou realidade, mas houve muita pressão de fora para dentro.

Eu quero dizer que a Comissão fica à disposição para contribuir em tudo o que for possível. Eu tenho certeza de que a Comissão independente aqui do Senado, que é formatada por juristas e economistas, dará também a sua contribuição.

É isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

Amanhã estaremos aqui novamente, um abraço a todos.

Sessão encerrada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 83ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Marcos do Val, Astronauta Marcos Pontes, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da septuagésima quinta a octogésima segunda reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3294, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a caracterização de símbolo e sua utilização para assegurar garantias às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2875, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto com as emendas nºs 1 a 4-CDR. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 763, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de, ao menos, trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para as mulheres e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas femininas." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1333, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao PL 763/2021, com duas emendas que apresenta e pela rejeição do PL 1333/2021. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4606, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Sugestão n° 5, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas" **Autoria:** Associação Baiana de Salvamento Aquático (ABASA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1185, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, do RISF. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1444, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas excepcionais de proteção à mulher e a seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 8 - Sugestão n° 30, de 2021 - Não Terminativo -** que: ""Propõe a aprovação do pagamento dos bolsistas PIBID e residência"." **Autoria:** Programa e-Cidadania. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pelo arquivamento da sugestão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1957, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta, que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta. **Resultado:** O Presidente designou o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Lido o relatório, foi concedida Vista coletiva. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 435, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3167, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, para dispor sobre a inclusão digital das pessoas idosas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 91, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1401/2019, que “altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que ‘Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para oconsumidor’" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos e Legislação Participativa n° 92, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 84/2023 - CDH, sejam incluídos entre os convidados um representante da Polícia Rodoviária Federal e um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA) e outros.. **Resultado:** Aprovado o requerimento de autoria da Senadora Ana Paula Lobato e do Senador Flávio Arns. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 93, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública sobre Eletrobrás: violação dos direitos dos trabalhadores"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 94, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Pública sobre "crise climática e a conexão entre os direitos humanos e o meio ambiente"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 95, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4438/2021(Substitutivo-CD), que “altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la”." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Nelsinho Trad, Flávio Arns e Sérgio Petecão e as Senadoras Damares Alves, Leila Barros e Jussara Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 83ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 75ª a 82ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos extrapauta que, porventura, sejam apresentados serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 3.294, de 2021, terminativo, dispõe sobre a caracterização de símbolo e sua utilização para assegurar garantias às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Flávio Arns.

O Senador Nelsinho pediu a palavra?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente, eu sou uma pessoa bastante justa. Quando eu cheguei aqui, o Senador Flávio já estava. Eu ia pedir para ser o primeiro por causa das outras Comissões, mas como o Senador Flávio já estava aqui, eu acho justo que seja ele o primeiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Da minha parte, como eu tenho o maior respeito pelo Dr. Nelsinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós todos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e ele está também com vários compromissos, eu, com muita honra, passo a palavra para ele primeiro. (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Nelsinho Trad, primeiro, gostaria de dizer que estive lá no seu estado, viu?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na minha fala para um plenário lotado de sindicalistas, citei o nome dos três Senadores e do Governador, e foram aplaudidos todos, viu?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado. Isso me faz visitar o Rio Grande do Sul e fazer o mesmo por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, obrigado, Senador.

Então, vamos lá.

Item 11. Conforme entendimento, houve, então, a inversão de pauta por ordem de chegada. O primeiro será o segundo; o segundo será o primeiro.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 3167, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, para dispor sobre a inclusão digital das pessoas idosas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCDD.

Senador Nelsinho Trad, passo a palavra, neste momento, para dar o seu parecer favorável ao projeto.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e Senador Flávio Arns, a quem, mais uma vez, agradeço a deferência, eu peço licença a todos para ir direto à análise, uma vez que o projeto é bastante simples, porém muito meritório.

Concede?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom, o projeto, no que diz respeito à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, não há reparos a se fazer.

É certo que a inclusão digital é um direito e, por que não dizer, uma necessidade cada vez mais imperiosa. Tanto é assim que mesmo o Estatuto da Pessoa Idosa, no §1º de seu art. 21, prevê que a educação à pessoa idosa deve incluir conteúdo relativo às técnicas de computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Ora, fica claro, portanto, que a inclusão digital da pessoa idosa é direito assegurado em lei e deve servir como norte na elaboração de novas políticas públicas.

Dessa forma, chama a atenção o lapso da Lei nº 14.533, de 2023, que criou a Política Nacional de Educação Digital. Naturalmente, a criação de tal política é correta e nos enche de alegria. Contudo, não parece haver desculpas para o fato de a lei ser inteiramente silente no que tange à pessoa idosa.

Se o Estatuto da Pessoa Idosa, na sua redação original de 2003, já previa o direito à educação digital da pessoa idosa, como a lei, 20 anos depois, em 2023, ao tratar da mesma educação digital, nada fala sobre a terceira idade?

Assim, só podemos louvar o poder de observação do Senador Astronauta Marcos Pontes. Afinal, ele foi certeiro em apontar a omissão da nova lei e em propor a necessidade de sua emenda, incluindo nova estratégia prioritária que trate do desenvolvimento das habilidades digitais das pessoas idosas.

A única conclusão possível, portanto, é a de que o PL em análise merece prosperar. É humanista, respeita a dignidade da pessoa idosa, é perspicaz, por antever a necessidade de inclusão digital de todos, e é legal, por dar vazão a comando do Estatuto da Pessoa Idosa, que já conta com 20 anos em vigor. Por todos esses motivos, é meritório e receberá nosso voto, junto com o aplauso, por sua aprovação.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.167, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns pelo relatório, Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise terminativa na CCDD.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Apenas uma consideração, Presidente.

É realmente muito meritório esse projeto. Quando eu fui Prefeito de Campo Grande, a gente criou um centro de convivência do idoso, com uma sala de informática, para poder ensinar àqueles da terceira idade a lide com essa nova modalidade de conectividade. E eu digo a V. Exas.: muito acertada a sensibilidade do Senador Astronauta Marcos Pontes, porque, hoje, muitas das vezes, essa conectividade tira do isolamento a pessoa idosa, faz com que ela interaja com os amigos, com as amigas, com os parentes. E eu acho que nada mais necessário, até por uma questão de saúde, porque a gente sabe da suscetibilidade que as pessoas idosas têm para distúrbios neurovegetativos, como depressão, como síndrome do pânico. Então, esse é um caminho muito interessante para a gente poder incluí-los na era digital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço o seu comentário, além do relatório, já feito com muita qualidade, pelo Senador Nelsinho Trad.

Vamos agora, então, para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3294, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a caracterização de símbolo e sua utilização para assegurar garantias às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero dizer que a iniciativa é do Senador Wellington Fagundes – inclusive, ficamos felizes e satisfeitos de vê-lo de volta às atividades parlamentares, depois da cirurgia a que se submeteu.

E, se V. Exa. permitir, eu passo à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vemos, também, mérito no intento do autor de chamar atenção para as deficiências ocultas ou invisíveis. É isso que se espera de uma sociedade inclusiva. A visão monocular é uma deficiência que não aparece para os outros, mas que limita os que a possuem, causando-lhes dificuldades com noções de distância, profundidade e espaço, o que prejudica sua coordenação motora e, consequentemente, o equilíbrio.

Garantir um sinal de identificação que possibilite aos seus usuários usufruir de mecanismos adequados de serviço, acesso e circulação é justo e necessário a uma sociedade que pretenda ser mais humana e integrativa. Além disso, a incorporação do símbolo trará conscientização sobre a visão monocular e suas particularidades, além de promover a inclusão em produtos e lugares para pessoas com deficiência oculta, neste caso, a visual.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.294, de 2021, do Senador Wellington Fagundes.

E transmito o meu abraço a toda a comunidade que luta por isso no Brasil, que tem a visão monocular, cuja legislação nós já aprovamos anteriormente, agora é a criação do símbolo nacional para identificação dessa deficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocamos em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Solicitamos à assessoria dos Parlamentares... aos Senadores para que votem. Pode votar à distância, pelo aplicativo; eu mesmo aqui já votei em duas Comissões agora, presidindo esta sessão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, por sugestão do Relator, o Senador Weverton, ele pediu para V. Exa. relatar para ele o item 9, não terminativo, não há nenhum prejuízo para que a matéria continue em votação no painel.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1957, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta, que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Ad hoc, o Senador Flávio Arns fará agora o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Como foi dito, a relatoria é do Senador Weverton, o projeto de lei é de autoria do Senador Jorge Kajuru, Líder do PSB.

Passo à análise diretamente, Sr. Presidente.

A matéria é meritória. Com efeito, a redação empregue no PL se alinha perfeitamente à já consagrada nomenclatura empregada pelo IBGE para a definição dos diferentes grupos fenotípicos encontrados na população brasileira. Dessa maneira, está correta a adoção dos termos pretos, pardos e indígenas.

Trata-se de proposta que se inscreve na tradição legislativa do Congresso, que visa à positivação de cotas em favor de grupos demográficos historicamente marginalizados. Tal tendência recebeu amparo do Supremo Tribunal Federal quando, em 2012, decidiu por unanimidade pela constitucionalidade da adoção de ações afirmativas no acesso a universidades públicas.

Ademais, a proposta apresentada pelo PL insere-se na permissão dada pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

O relatório continua também contextualizando a situação dessa população no Brasil.

E o Senador Weverton ainda coloca que cabe destacar que há municípios no país em que essa diferença é ainda maior. Serrano do Maranhão, no Maranhão, e Terra Nova, na Bahia, segundo o Censo de 2010, tinham menos de 5% de população considerada branca. Já em Montauri, no Rio Grande do Sul, e Leoberto Leal, em Santa Catarina, por exemplo, a população preta, parda ou indígena não alcançava 1% do total.

Diante de quadro tão diverso, é importante que as políticas afirmativas, como é sabido em todo o mundo, sejam executadas de forma a gerar efetiva inclusão, respeitadas as particularidades das regiões onde elas são executadas, para evitar que se tornem, por lado oposto, continuamente políticas não cumpridas, passando aos cidadãos do país mensagem diversa à que é pretendida quando o legislador propõe alguma medida legal.

Por isso, é necessário alterar a proposta para incluir na Lei do Estágio reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, em um percentual que demonstre a importância da inclusão sugerida, mas que seja possível de cumprir em todas as regiões do país, nos estados que as compõem e nos grandes centros urbanos, onde há maior participação do estágio como uma oportunidade para os jovens terem um primeiro contato com o ambiente de trabalho, sem descuidar do foco na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, como a oferta de estágio é opcional para a administração pública direta e indireta e para as empresas, é importante que a reserva não seja estabelecida de modo que chegue a inibir a oferta de estágio. Por isso, também, propomos adequar os termos da proposição.

A título de exemplo, vale lembrar da essencial Lei nº 8.213, de 1991, cujo art. 93 visa garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entre as principais situações relativas ao cumprimento dessa lei, deve-se admitir que há empresas que até hoje, mais de 30 anos depois de sua aprovação, ainda não se engajaram suficientemente na inclusão das pessoas com deficiência. Por outro lado, como o próprio Judiciário brasileiro tem reconhecido, há empresas que efetivamente tentam contratar pessoas com deficiência, todavia, sem alcançar sucesso.

De fato, em situações em que as empresas demonstram dificuldades em cumprir o número mínimo das contratações previstas na cota, a jurisprudência do TST tem anulado autos de infração da fiscalização, bem como afastado a aplicação de multa ou de qualquer outro tipo de penalidade. O mesmo ocorre em tribunais regionais do trabalho e em ações discutidas em varas do trabalho por todo o país.

Ou seja, o Judiciário trabalhista de forma geral, e sua Corte Superior em particular, têm reconhecido que, apesar da obrigação de cumprimento da cota para contratação de pessoas com deficiência, por exemplo, existem inúmeros desafios a serem superados, dentre eles a ausência de pessoas suficientes e aptas à contratação dentro do percentual estabelecido pela lei. Esse é um dos grandes desafios.

Em decorrência dessa situação fática, o Judiciário tem sinalizado para a aplicação do princípio da razoabilidade na interpretação e aplicação da norma legal. O mesmo pode ser feito para a edição de leis, como a que ora se discute.

Voltando, então, para o estágio, é de se reconhecer que, ao contrário da obrigatoriedade de contratação suplementar de pessoas com deficiência pelas empresas, conforme a Lei de Cotas, os programas de estágio são opcionais para as empresas e para a administração, ou seja, podem decidir, como ocorre em muitos casos, não contratar estagiários. E uma cota de difícil cumprimento, tanto para as que já contratam estagiários, como para as que não contratam, certamente desencorajará a concessão de estágio diante do receio de sofrer sanções por descumprimento da cota, em prejuízo delas mesmas e dos estudantes.

Destaca-se, nesse sentido, pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágio, segundo a qual apenas 10,4% dos estudantes brasileiros estão em programas de estágio. Por isso, trazer para a Lei do Estágio regra com potencial desincentivo poderá prejudicar, em vez de favorecer, a capacitação dos jovens estudantes para o futuro trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar, além disso, que o Decreto 9.427, de 28 de junho de 2018, reserva aos autodeclarados pretos ou pardos 30% das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No entanto, essa reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas na seleção for igual ou superior a três, respeitando-se, no entanto, a possibilidade de inexistência de candidatos para essas vagas reservadas.

Dessa forma, entende-se necessária a estipulação de reserva de vagas para a população preta, parda e indígena, conforme proposto no PL 1.957, de 2022, com percentuais adaptados para permitir adequações às realidades regionais. Mantém-se assim a efetividade dos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da função social da empresa. Em contrapartida, no entanto, sugere-se acrescentar à proposição a mesma disposição do Decreto 9.427, de 2018, que abre para ampla concorrência as vagas reservadas que não forem preenchidas devido à ausência de candidatos selecionados.

Inclusive, agregando ao texto da proposição também a Emenda nº 1-CDH, do Senador Magno Malta, determinamos a inclusão, na mesma cota, de jovens e adolescentes que vivem em programas de acolhimento familiar ou institucional, para maximizar os efeitos positivos da legislação. Registre-se que, formalmente, a Emenda nº 1-CDH será rejeitada, mas seu conteúdo será aproveitado.

Ainda, para afastar eventual desestímulo às micro e pequenas empresas quanto à contratação de estagiários por receio do não cumprimento da reserva de vagas, faz-se referência à aplicação dessa reserva apenas a empresas que têm capacidade de contratar maior número de estagiários, conforme reconhecido na própria Lei do Estágio, em seu art. 17, ao estabelecer número máximo de estagiários em proporção ao quadro de pessoal das entidades concedentes do estágio.

Por fim, propõe-se *vacatio legis* de 180 dias para propiciar a adequação dos estabelecimentos à nova regra, o que não seria factível na hipótese de vigência imediata.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.957, de 2022, na forma da seguinte emenda, acatando parcialmente a Emenda nº 1-CDH.

PROJETO DE LEI Nº 1.957, DE 2022 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio), para dispor sobre reserva de vagas em estágios para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou que vivem em programas de acolhimento familiar ou institucional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.17.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º Fica assegurado a estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou que vivem em programas de acolhimento familiar ou institucional o percentual de 20% (vinte por cento), e a estudantes com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio a que se refere o inciso IV do *caput* deste artigo.

§ 6º Na hipótese de não haver número de candidatos selecionados suficiente para ocupar as vagas reservadas aos estudantes mencionados no § 5º deste artigo, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Então, quero destacar, Sr. Presidente, que este é o relatório do Senador Weverton, que eu li como Relator *ad hoc*, e que a autoria é do Senador Jorge Kajuru.

É um assunto muito importante e pertinente para a formação educacional e profissional dos nossos jovens.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu vou pedir vista desse projeto pela importância desse projeto.

Está é uma Comissão em que os membros estão muito alinhados. Nós aprovamos, na Comissão, ontem, sobre considerar o estágio já para currículo, já considerá-lo como emprego. Eu queria muito trazer o que a gente aprovou lá para esse projeto, porque, se a gente alinhar tudo aqui, será mais fácil nas outras Comissões.

Eu estou com uma preocupação também. Nós temos agora – foi formada na semana passada – a Frente Parlamentar da Juventude. Seria bom a gente ouvir o Irajá, alinhar tudo aqui nesta Comissão, e eu tenho uma consideração ao povo tradicional. Eu queria pensar, além do negro, do pardo e do indígena, em alguns povos tradicionais. Eu estou com muito problema com a inclusão dos meninos ciganos no Brasil, muito problema. Nós não estamos conseguindo empregar meninos ciganos.

Então, só por uma semana, para a gente conversar com o Senador Irajá e a gente trazer o dispositivo que foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Weverton.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Weverton. O Irajá é o Presidente da Frente da Juventude. E a gente aproveitar o dispositivo já aprovado na outra Comissão para a gente ganhar tempo na próxima Comissão. Então, uma semana de vista, Senador. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Perfeito.

Eu concedo vista coletiva, que, na verdade, vai ser de duas semanas, porque temos um feriado no meio da semana que vem.

Então, é regimental, atendido o período de vista coletiva.

A matéria, então, fica para, sem ser a quarta, a próxima, a outra, devido ao feriado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não; lá pode votar. Se quiser votar, tem tempo ainda. É um projeto do Senador Wellington Fagundes, relatado pelo Senador Flávio Arns, que trata do símbolo e sua utilização para assegurar garantia às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Peço que encerrem a votação para que a gente possa anunciar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – SIM, 12, Senador Flávio Arns e Wellington Fagundes, que são autor e Relator; e zero NÃO.

Está aprovado o projeto.

Vamos em frente.

Perguntou sobre o projeto – está aí presente – o Deputado Pastor Sargento Isidório. Ele me procurou no Plenário sobre esse projeto, e nós perguntamos quem era o Relator para que nós colocássemos na pauta. Nós colocamos. O Relator, Senador Otto Alencar, disse que quer relatar o projeto, mas que, hoje, não poderia estar aqui. Ele pediu para tirar de pauta. Aí, conversamos com ele para que, na próxima semana, enfim, a gente visse o que é possível fazer. É claro que, na próxima semana, há um feriado; então, daqui a 15 dias.

Então, saiu de pauta a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4606, DE 2019

- Não terminativo -

Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.)

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 435, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados, em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física.

Autoria: Senador Jader Barbalho.

Relatoria: Senadora Damares Alves.

Esse projeto é o item 10, mas eu puxei porque a gente adota o critério dos Relatores e autores que estão presentes.

O autor é o Senador Jader Barbalho, mas a Relatora está aqui pronta pra dar o parecer, Senadora Damares Alves, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou pedir permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nos termos do art. 102-E, incisos III a V, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e os direitos da mulher, além de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de Comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita à proteção da família. De resto, o Projeto de Lei 435, de 2023, não apresenta vício de regimentalidade.

No que concerne à constitucionalidade, formal e material, nada há a opor à proposição examinada, porquanto i) compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal; ii) pode o Congresso Nacional dispor a respeito; iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula constitucional; iv) a nova disciplina vislumbrada se acha versada em projeto de lei ordinária, revestindo, portanto, a forma adequada. Ademais, não há vício de iniciativa, na forma do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, nenhum reparo se revela necessário.

Quanto ao mérito, o art. 1.048 do Código de Processo Civil trata da prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, dos procedimentos judiciais que apresentem apenas um dos seguintes requisitos: a) em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer uma das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988; b) os regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); c) em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha); e d) em que se discuta a aplicação do disposto nas normas gerais de licitação e contratação a que se refere o inciso XXVII, do *caput*, do art. 22 da Constituição Federal.

Embora o §4º do art. 1.048 do Código de Processo Civil estabeleça que a tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário, ainda não houve o atingimento da celeridade que se espera do processo judicial cuja parte tenha sido vítima de violência doméstica e familiar. Realmente, ao afastar a necessidade do deferimento do órgão jurisdicional para a obtenção do benefício da celeridade, devemos excluir, em acréscimo, a necessidade de requerimento expresso formalizado pelo representante da vítima em juízo, seja o advogado contratado, seja o promotor de justiça ou defensor público, para a obtenção do benefício da celeridade em juízo.

À luz desse novo entendimento legal, é preciso que se inclua mais um novo parágrafo no art. 1.048 do Código de Processo Civil cuja finalidade seja a de conferir prioridade de tramitação aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos judiciais, sem a necessidade de formulação de pedido expresso nesse sentido, bastando que a parte interessada apenas demonstre que foi vítima de violência física em âmbito familiar ou doméstico. Isso porque a proteção da vida humana e da sua dignidade não deve ficar submetida à discricionariedade de autoridades judiciárias, nem a estratégias processuais de advogados e promotores que possam deixar de requerer o benefício da prioridade de tramitação em processo judicial específico.

Apesar de algumas ressalvas que possam vir a ser formuladas, concordamos com diversos argumentos expostos na justificação do projeto. Realmente, é inadmissível que a vítima de violência doméstica e familiar somente obtenha o benefício da prioridade de tramitação se houver requerimento expresso nesse sentido, e se o órgão julgador o deferir. Tolerar novamente que os efeitos decorrentes da lei dependam da carga de trabalho dos órgãos julgadores ou de requerimentos expressos da parte a ser beneficiada traz sensação de desalento ao legislador, que trabalhou arduamente para a aprovação da lei, e desamparo à vítima, que fica submetida aos ânimos do Poder Judiciário cada vez mais resistente à concessão de qualquer benefício de tramitação aos processos judiciais em curso.

À guisa de fecho, somos, portanto, favoráveis à aprovação deste projeto de lei por entendermos que a alteração amplia a proteção da vítima de violência doméstica e familiar.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 435, de 2023.

E aqui eu cumprimento o autor e, com muita alegria, peço aos pares: vamos aprovar esse projeto de lei. Ficar dependendo de um advogado pedir prioridade... a mulher apanhou, está machucada. Temos já que decidir o futuro dessa mulher, e a gente fica ali meses esperando que o juiz decida se vai ser prioridade ou não esse julgamento.

Então, a gente faz aqui justiça ao que nós sempre sonhamos: que as vítimas de violência doméstica sejam realmente amparadas pelo Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Mas quero dizer que a Senadora Jussara Lima veio aqui para conferir: quer saber se alguém vai votar contra. Viu, Flávio Arns? Hoje nós estamos empatando – eu e você –, mas aqui as mulheres são maioria.

Eu quero com alegria dizer que esse projeto de fato vem no momento certo.

Tivemos um outro importante, que também foi fruto de um substitutivo construído por vocês, eu diria, Mara Gabrilli, aprovado aqui e ontem aprovado no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus parabéns às mulheres e aos homens também, porque estamos juntos nessa jornada.

Eu queria aproveitar para lembrar a todos que teremos mais uma votação nominal – Nelsinho Trad, Flávio Arns, Senadora Damares, Senador Eduardo Girão e Jussara Lima, que estão presentes; os dois saíram, mas já voltam. Mas eu informo aqueles que estão votando à distância – já tivemos 15 votos na votação anterior – de que teremos mais uma presencial.

A Senadora que tem uma série de projetos aqui é a Senadora Leila Barros. Ela está vindo. Então, enquanto ela chega a esta Comissão, eu vou convidar mais uma vez o Senador Flávio Arns para que presida aqui, para que eu possa fazer uma leitura rápida do meu relatório. Enquanto ele vem para cá, nós vamos ao voto.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável ao projeto, que segue agora para a CCJ. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Paulo Paim a gentileza de me convidar para ele poder relatar alguns requerimentos.

Vamos passar por todos os requerimentos e os votamos ao final, em bloco.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 93, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública sobre Eletrobrás: violação dos direitos dos trabalhadores".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra a V. Exa. para falar do requerimento da Eletrobras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Será uma justificativa bem rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os trabalhadores da empresa Eletrobras estão acompanhando as alterações impostas pelo Governo anterior que alteraram o formato da empresa no que diz respeito ao estatuto, prática de governança, modelo de empresa...

O debate abordará a precarização irreversível das condições de trabalho, demissões em massa, terceirizações, quarteirizações e, sobretudo, o enfraquecimento dos sindicatos e das associações dos movimentos sociais, que lutam contra os processos de precarização.

Essa audiência pública foi solicitada à CDH por entidades organizadas da sociedade civil, sindicatos, órgãos de classe, associações, nos termos do art. 93, e, por isso, nós estamos propondo uma audiência pública com a participação do Governo, inclusive, nesse tema.

Esse é o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o item 14.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos ao item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 94, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública sobre "crise climática e a conexão entre os direitos humanos e o meio ambiente".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra o Senador Paulo Paim, autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, já explicitado pelo nosso Presidente, audiência pública para debater a situação da crise climática no Brasil: conexão entre os direitos humanos e o meio ambiente.

E, claro, também aqui entra em pauta aquela situação do meu estado: no Rio Grande do Sul, enchente, enchente... até hoje continua. E, no Amazonas, seca. Quem diria, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós aproveitaríamos, claro, para convidar também representantes da Comissão de Meio Ambiente e também do Governo para debatermos esse tema e saber qual caminho podemos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Lembrando que, no Paraná e em Santa Catarina, também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Atualmente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... a situação, no contexto de alagamentos, chuvas e inundações, também é um grande problema. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos ao item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 95, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4438/2021(Substitutivo-CD), que "altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Direto à justificativa.

A audiência pública se faz necessária para instruir o tema em pauta, para construir um entendimento no parecer a ser elaborado com sugestões, inclusive, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública foi solicitada a esta Comissão por associações de classe e instituições, nos termos do art. 93, §1º, e art. 102-E , inciso II, do Regimento Interno.

Vou ter que buscar lá em cima, porque isso é uma alteração no Estatuto da Pessoa com Deficiência e também uma discussão que vai incluir o Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão o requerimento que acabou de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Então, votamos em bloco os três requerimentos, que são: o item 14, Requerimento nº 93, de 2023; o item 15, Requerimento nº 94, de 2023, e o item 16, Requerimento nº 95, de 2023, todos de autoria – Senadoras Jussara Lima e Leila Barros – do nosso caro Presidente, Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, todos aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Devolvo a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente. V. Exa. é sempre um parceiro de todas as horas.

Senadora Leila, o Senador Flávio Arns fez essa gentileza, e eu fui ler requerimentos, porque era o momento do encerramento, mas esperávamos a sua presença, já que tem três projetos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São quatro projetos de que V. Exa. participa como autora ou como Relatora.

Mas vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1185, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta

Observações:

Tramitação: terminativo na CDH.

A relatoria é da Senadora Leila Barros, a quem eu passo a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Agradeço também a presença da Senadora Jussara aqui conosco.

Eu vou à leitura do relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei nº 1.185, de 2022, de autoria do Senador Sérgio Petecão, objetiva instituir a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio.

A política visa assegurar a proteção integral e o direito ao desenvolvimento das crianças e adolescentes que são órfãos e órfãs em razão de feminicídio, abrangendo a promoção de direitos à assistência social, saúde, alimentação, moradia, educação e assistência jurídica gratuita, e sua execução deve ser realizada de forma intersetorial junto à rede de proteção da criança, do adolescente e da mulher.

Os princípios da política são: (i) o acolhimento e a proteção integral; (ii) o atendimento especializado e multidisciplinar com prioridade absoluta, considerando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; (iii) o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, do SUS e do Suas, em seus componentes especializados no atendimento a vítimas de violência, como equipamentos públicos prioritários no atendimento a órfãos e órfãs de feminicídio e seus responsáveis legais; (iv) a reprodução social digna de crianças em situação de pobreza; e (v) a vedação a condutas de violência institucional, praticadas por instituição pública ou conveniada, para não gerar revitimização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a proposição dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro no valor de um salário-mínimo aos órfãos e órfãs de feminicídio comprovadamente pobres. Determina, ainda, a elaboração anual de um plano de proteção e atenção integral pelo Poder Executivo Federal.

Na justificação, o autor destaca que a violência doméstica e familiar não atinge apenas as mulheres, mas se estende também aos filhos e, possivelmente, às mães das vítimas, as quais muitas vezes assumem a responsabilidade de criação dos netos sem possuir condições econômicas para isso. Se as mulheres vítimas do feminicídio são, por vezes, invisíveis ao Estado, essa realidade se agrava em relação às crianças e adolescentes que ficam órfãos. Nesse sentido, há a premente necessidade de mecanismos efetivos para proteger as vítimas secundárias de feminicídio, promovendo-lhes o adequado desenvolvimento.

A proposição foi despachada à CDH em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Sob o aspecto formal da constitucionalidade, cabe à União legislar sobre a seguridade social. Ademais, a matéria não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa.

Em relação à constitucionalidade material, o objeto principal da proposição não apresenta ofensa.

Há, contudo, inconstitucionalidade pontual no art. 9º, que impõe ao Poder Executivo o dever de regulamentar a lei. Esse vício pode ser sanado mediante supressão do dispositivo, o que não impede que o Poder Executivo exerça sua competência privativa.

Quanto à regimentalidade e à juridicidade, foram seguidas todas as regras.

Percebemos oportunidades de aperfeiçoamento do texto, de modo que sugerimos acréscimos e supressões, por meio de apresentação de emenda substitutiva.

Depreende-se do art. 1º do PL que apenas as crianças e adolescentes cujas “mães responsáveis legais tenham sido vítimas de feminicídio” serão contemplados. Optamos por tornar a política mais abrangente, definindo como destinatários da norma as crianças, adolescentes e pessoas com deficiência que sejam dependentes da vítima de feminicídio, não apenas seus filhos.

Ainda sobre os destinatários, destacamos que a proposição nada prevê de modo específico sobre os órfãos e órfãs que, em realidade, causaram a morte de suas responsáveis legais, cometendo feminicídio ou ato infracional análogo. Assim, a proposição pode ser alterada para pontuar medida específica para tal grupo, obstando-o do recebimento do benefício previsto no art. 6º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em adição ao rol de direitos, sugerimos incluir expressamente a saúde mental, uma vez que um dos elementos integrantes da vulnerabilidade das vítimas indiretas de feminicídio é o trauma a que, possivelmente, foram submetidas.

É importante destacar que oito em cada dez feminicídios são cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima, que é, por vezes, pai ou responsável legal dos dependentes dela. Essa constatação reafirma a importância de que o acompanhamento psicológico e psiquiátrico seja expressamente garantido.

Suprimimos o princípio disposto no inciso IV do art. 4º, por ser vago e apresentar o termo "reprodução social", que atualmente é dotado de sentidos díspares. Por sua vez, algumas diretrizes previstas no art. 5º expressam caráter parcialmente preventivo, estabelecendo a aplicação de determinadas medidas a situações prévias ao feminicídio. Nesse sentido, aconselhamos alterações, para que se preserve o objeto da proposição.

O art. 6º prevê "a concessão de auxílio financeiro no valor de um salário mínimo por filho, em caso de feminicídio consumado", mas (i) não dispõe sobre a periodicidade; (ii) não uniformiza o destinatário da medida, denominando-o como "filho" no *caput* e como "órfãos e órfãs de feminicídio" no parágrafo único; (iii) não justifica a razão de o auxílio financeiro poder ser cumulado com "outros auxílios financeiros de políticas públicas de combate à fome e à pobreza", expandindo o impacto orçamentário e incorrendo em risco de prejudicar a efetividade da política; e, por fim, (iv) compromete a responsabilidade fiscal ao prever despesas obrigatórias e não dispor sobre a origem dos recursos. Assim, alteramos o dispositivo para que tais questões sejam sanadas.

Por sua vez, ao dispor sobre a fiscalização de plano de proteção e atenção integral aos órfãos e órfãs de feminicídio a ser elaborado, anualmente, pelo Poder Executivo, o art. 8º também é omisso, pois não estabelece qual é a natureza dessa fiscalização. Nesse sentido, a fim de não se ferir a separação de Poderes e considerando que o art. 5º já prevê o monitoramento e a avaliação da política com a expedição de relatório anual pelo órgão responsável, optamos por suprimir o art. 8º.

Quanto à técnica legislativa, eliminamos a redundância no art. 1º, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê que a criança é pessoa que possui até 12 anos incompletos e o adolescente, entre 12 e 18 anos de idade.

Por fim, em razão de a política demandar considerável organização dos órgãos públicos para efetivação das diretrizes previstas e alterações orçamentárias para pagamento do benefício, sugerimos que a lei resultante da proposição, para maior debate, passe a vigorar a partir do próximo exercício financeiro.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do que foi exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.185, de 2022, na forma da emenda substitutiva apresentada e anexada ao projeto.

Sr. Presidente, primeiramente, como um dos membros da nossa Bancada Feminina, eu gostaria de parabenizar o Senador Sérgio Petecão pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Dentro do projeto, nós tratamos muito das questões que envolvem o crime de feminicídio ao apresentarmos uma proposição criando uma rede integrada entre vários órgãos, incluindo saúde e assistência social e priorizando também o que eu acho que é muito importante – a questão emocional e a questão psicológica – esse suporte que é necessário, devido ao trauma desses órfãos e órfãs.

Eu gostaria de fazer este apelo a todos os membros da CDH para que possamos aprovar, de forma unânime, esse projeto, essa bela iniciativa do Senador Sérgio Petecão, que me deixa muito alegre, porque é iniciativa de um Senador!

Parabéns Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! O Senador Sérgio Petecão está presente. Parabéns pelo relatório, Senadora Leila Barros, que leu detalhadamente para que ninguém tenha dúvida.

É com enorme satisfação que eu passo a palavra, agora, também ao autor do requerimento, sem prejuízo à discussão da matéria pelos Senadores que estão presentes: Nelsinho Trad, Flávio Arns, Damares, Eduardo Girão, Jussara Lima, Leila Barros e Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Senador Paim, primeiro, agradeço a sua gentileza e a dos colegas. Eu cheguei agora, mas gostaria apenas de agradecer a Senadora Leila. Inclusive, ontem, no Plenário, a gente já conversava sobre esse projeto.

Na verdade, lá no meu estado, os índices de feminicídio são muito altos, no Acre. Tem uma Procuradora do Ministério Público que é muito dedicada a essa causa do feminicídio, diante da situação que eu vejo que se agrava no nosso país, infelizmente, mas é uma realidade. Eu conhecia muitas mães que foram assassinadas, e os filhos, as crianças, essas pessoas, em algumas situações, a família abriga, mas em outras situações a família não tem condição de abrigar.

Então, o projeto foi nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer também à Dra. Patrícia, que é membro do Ministério Público do meu estado, e agradecer a todos os membros aqui desta Comissão que tiveram essa sensibilidade. Com certeza, iremos aprovar o projeto. É claro, é lógico que não resolve, mas eu penso que a gente dá uma grande contribuição para essa situação que hoje, esse crime que se agrava não só no meu estado, mas no nosso país como um todo.

Então, era isto.

Obrigado, Leila, e obrigado, Paim, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou passar a palavra à Senadora Jussara Lima e, em seguida, ao Senador Flávio Arns.

Parabéns ao Sérgio Petecão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Secretaria-Geral da Mesa informa que, como já temos quórum, então vamos já abrir a votação e anunciar o resultado.

Em seguida, voltamos para os próximos projetos, que também serão lidos pela Senadora Leila.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, começa já a votação nominal. Eu informo às assessorias e aos Senadores que estão votando à distância pelo aplicativo que podem votar nesse projeto tão importante. Ainda vai continuar sua discussão, mas já está aberta a votação dele, que, permitam-me dizer, é tão importante quanto aquele da Mara que foi aprovado ontem no Plenário.

Parabéns pelo projeto!

Esse também é maravilhoso.

Senadora Jussara, que eu já tinha anunciado, e, em seguida, Senador Flávio Arns.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente Paulo Paim, Presidente da CDH, cumprimentar os demais Senadores que aqui se encontram e, especialmente, cumprimentar o Senador Sergio Petecão por tamanho projeto de sua autoria, que dá essa rede de proteção às crianças, aos filhos órfãos do feminicídio, o que realmente tem sido algo alarmante no nosso país. Chegamos até a pensar "meu Deus, o que está acontecendo? Tanta gente matando, tanto ódio com relação a nós, mulheres!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como bem disse a Senadora Leila, nós fazemos parte da Bancada Feminina, e isso é algo que tem nos preocupado bastante. Nós temos discutido, temos falado bastante sobre isso, e nós, que somos as vozes das mulheres brasileiras, precisamos realmente puxar isso, Senadora Leila, para nós mesmas. Nós precisamos dar voz a essas mulheres, precisamos dar voz a esses filhos e filhas órfãos do feminicídio, mas nós não podemos mais aceitar o que está acontecendo no nosso país. É alarmante o índice de feminicídio.

Nós pedimos aos Senadores que estejam junto conosco nessa luta, pedimos ao Senador Paim, esse homem bastante sensível, que está sempre junto com as mulheres, sempre ali reivindicando e sempre nos dando apoio; e também ao Senador Sérgio Petecão, ao Senador Flávio Arns, que são bastante sensíveis a essa causa. Nós precisamos muito de vocês e nós queremos, sim, nós precisamos acabar com tudo isso.

E aqui, à Senadora Leila, que tão bem relatou esse projeto, eu quero dizer que "sim", teve o meu "sim". Nós precisamos estar unidas, precisamos dessa sororidade, Senadora Leila.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Senadora Jussara Lima, meus cumprimentos.

Senador Flávio Arns.

E pode contar conosco, aqui não tem erro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – É, eu quero até reforçar isto: estamos juntos nessa caminhada, e, certamente, não só nós, mas convocamos a sociedade toda para fazermos um trabalho articulado, integrado, a favor dessa área tão fundamental e de outras.

Quero cumprimentar o Senador Sérgio Petecão pela iniciativa e dizer que V. Exa. foi sensível ao que o Ministério Público trouxe, porque o Ministério Público está em contato com essas situações todos os dias, todos os momentos, e pode sugerir sempre muitas coisas que podem, assim, ser realizadas dentro do Legislativo, objetivando atender a essas necessidades. Então, o Ministério Público é sempre muito importante, mas quero enaltecê-los, sabe, caro colega Sérgio Petecão, parabéns pela iniciativa – e também pelo relatório.

Então, é só lembrar: "Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral [e a expressão é forte também] aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio", quer dizer, é uma situação, sob todos os pontos de vista, dramática. E essa articulação da educação, da saúde, da assistência social, da justiça, da proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que, assim, ser reforçada, esse atendimento multiprofissional, multidisciplinar. E temos que olhar o orçamento para isto. Eu sempre penso que na área, particularmente, da promoção social, que é assistência social, o orçamento sempre tem que ser reforçado, porque as situações são, assim, dramáticas, como eu já disse; têm que ser atendidas e tem que haver recursos para isto. Às vezes, as pessoas dizem: "Olhe, é prioritário". Então, quando alguém diz que é prioritário, a gente tem que dizer: "Então, me mostre o orçamento".

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Pois é.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não é? Se o orçamento for adequado e bom, então, é prioritário. "Ah, mas não tem orçamento"; então, são só palavras, não é uma política pública de fato.

Então, Sr. Presidente, o voto da gente também é favorável, e fazemos coro ao que a Senadora Leila falou, para que seja aprovado por unanimidade e que a sociedade toda se interesse pelo tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns. Eu uso uma expressão que a V. Exa. usou... V. Exa. reforçou o título do projeto, leitura do título para que os que não votaram entendam a importância dessa votação. Eu diria a todos o que eu disse antes: é tão importante quanto a votação ontem em Plenário.

Nós estamos aqui instituindo, via um projeto do Senador Sérgio Petecão, relatoria da Senadora Leila Barros, a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio.

Aqui diz tudo, eu sei que todos os Senadores entenderam a mensagem, como foi também a fala da Senadora Jussara Lima, da Senadora Leila, dos Senadores Sérgio Petecão e Flávio Arns.

Senadora Leila, continua com a senhora.

Em seguida vai dar o resultado ali.

Vamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1444, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas excepcionais de proteção à mulher e a seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto

Observações: *Tramitação: CDH e CSP.*

A autoria é da Deputada Federal Alice Portugal.

Relatoria da Senadora Leila Barros, que neste momento passa a apresentar o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, posso ir diretamente à análise?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Observemos, logo de início, que o contexto atual, no que respeita à covid-19, é bem menos assustador e obscuro do que era há quase três anos, quando a proposição foi elaborada. Sabe-se mais sobre os efeitos danosos, tanto os da doença quanto os da situação de distanciamento e de isolamento social a que ela conduziu. Também as perspectivas são melhores, com mais de 80% da população imunizada, 85% com ao menos uma dose e mais de 50% da população com dose de reforço. Muito embora a situação de saúde pública permaneça complexa e delicada, não se vem identificando, no momento, tendência de agravamento no médio e no longo prazos, mas antes, como vimos, o contrário.

O fato é que, a rigor, o Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, não contém ideias normativas que já não estejam em vigor, seja por meio das leis que foram produzidas para o enfrentamento da pandemia, seja pelas já existentes ao tempo de seu começo, como é o caso da Lei Maria da Penha.

Esta última lei, por sinal, já prima pelas ideias de presteza e de rápida resposta às demandas da mulher vítima de violência – não apenas doméstica e familiar, mas também em geral. A mesma coisa, aliás, pode ser dita sobre a ordem jurídica brasileira, que se empenhou, ao longo das três últimas décadas, em organizar um sistema normativo que realmente defendesse as mulheres da covardia dos seus agressores. Este Parlamento foi protagonista nisso, ouvindo as urgências da sociedade e trabalhando para encurtar prazos administrativos e judiciais, para disponibilizar instituições de apoio e de enfrentamento, para treinar pessoas para lidar com as vítimas – o caso ontem, em que nós vimos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Protocolo Não é Não, é uma das iniciativas que aprovamos, que, como o senhor reforçou ontem, é um protocolo extremamente importante, principalmente para estabelecimentos em que servem bebida alcoólica, como bares, vaquejadas, festas, onde na maioria das vezes as mulheres, por causa dos seus agressores alcoolizados, passam a ser vítimas de constrangimento e até de agressões físicas; então, o protocolo que foi aprovado ontem é uma das iniciativas que nós estamos tendo pelo menos nesses últimos quatro anos aqui dentro da Casa – e prevenir a violência.

Dado esse pano de fundo, fica mais fácil compreender porque, a esta altura de nosso desenvolvimento histórico, trata-se, antes de mais nada, de executar as razoáveis leis que produzimos desde 1988. E ontem concluímos mais uma aqui na Casa.

Para concluirmos, tem-se que o PL nº 1.444, de 2020, em que pese seu mérito e atenção para com a população feminina durante a pandemia da covid-19, momento de tamanha dramaticidade vivido por toda a humanidade, está prejudicado em virtude da realidade atual que vivemos.

Vamos ao voto.

Diante das razões expostas, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, Sr. Presidente.

Na verdade, era para estabelecer medidas de enfrentamento de emergência à saúde pública acarretada no momento de pandemia e também de proteção às mulheres vítimas de violência naquele período. Então, nós votamos pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Permita-me, Senadora Leila, que eu faça só um comentário, elogiando a sua postura. Ninguém gosta de dar parecer contrário a um projeto que já veio da outra Casa. A Senadora Leila estudou com profundidade – eu mesmo vou falar com a Alice Portugal –, estudou, viu que o que está contemplado aqui já está nas leis atuais e ainda é decorrente da covid-19, que é um outro momento. Então, V. Exa., como a grande legisladora que é, uma grande Parlamentar, não rejeitou, mas disse que o projeto já está contemplado e ele estaria, então, prejudicado. Parabéns!

Não é todo Senador que faz isso não, não é, Senador Flávio? O Senador Flávio faz porque já fez aqui nesta Comissão também.

Assim, coloco em votação o relatório pela prejudicialidade do projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pela prejudicialidade do projeto apresentado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria dizer que os contextos, o momento da história é diferente. Quer dizer, nós passamos por tantas necessidades e tantos desafios durante a pandemia. Então, inúmeros Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputados estavam se apressando, e com toda a justiça, em oferecer condições para a população. Só que a tramitação legal é mais demorada também, e isso fez com que aquele estado de emergência passasse, felizmente. Temos que dar graças a Deus que passou. E aí a lei, que seria muito adequada na época, hoje em dia já se perdeu e tomara que nunca mais seja necessária.

Até o autor – a gente tem que dizer – foi ótimo, e espero que nunca mais precise de uma iniciativa dessa.

Por isso, pela prejudicialidade, ou seja, passou aquele momento, não é? Agora nós estamos em outro momento e com outras necessidades, não é? Quer dizer, cada momento histórico traz o seu problema também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – E este é o nosso maior desafio, como legisladores – não é? –: acompanhar as ações do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não aprovar por aprovar. Aprovar aquilo que temos que aprovar. E reconhecendo a iniciativa do Parlamentar. Parabéns.

Eu peço que abram o painel para nós vermos o resultado.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, unanimidade, Senador Sérgio Petecão e Senadora Leila Barros, com o seu relatório.

Assim, aprovado o projeto, na forma da Emenda nº 1 desta Comissão, da CDH, substitutivo que apresenta, pela Relatora, Senadora Leila Barros.

Parabéns, senadora.

Continua com a Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

SUGESTÃO N° 30, DE 2021

- Não terminativo -

"Propõe a aprovação do pagamento dos bolsistas PIBID e residência".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão

Observações:

Tramitação: CDH.

Com a palavra, a Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Esse é outro desafio, mas sigamos aqui no nosso trabalho.

Relatório.

Submete-se à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 30, de 2021, que, apresentada como Ideia Legislativa nº 157.346, no âmbito do Programa e-Cidadania, logrou receber mais de 20 mil manifestações individuais de apoio no Portal do Senado Federal.

A sugestão propõe a aprovação do pagamento dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e residência.

De acordo com o detalhamento da ideia, trata-se de aprovar, em definitivo, o pagamento sem atraso de todos os meses de todos os contratos de bolsas concedidos por programas da Capes, pois o PLN nº 17, de 2021, só atendia aos pagamentos de outubro de 2021.

Apresentada em 21 de outubro de 2021, pela cidadã identificada como Leticia Felix, do Rio Grande do Sul, a ideia legislativa alcançou 23.937 apoios até o dia 2 de novembro de 2021.

A análise.

A demanda apresentada perdeu o objeto, haja vista, Sr. Presidente e Senador Flávio Arns, que estão aqui na Comissão, o encaminhamento ao Congresso Nacional do PLN nº 31, de 2021, que visava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suprir as lacunas do PLN 17, de 2021. As referidas proposições foram aprovadas, dando origem à Lei 14.241, de 2021, e à Lei 14.251, de 2021. Destacamos ainda que os recursos foram efetivamente executados, dando solução ao problema descrito na SUG nº 30, de 2021.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 30, de 2021, pela solução que já foi apresentada no nosso relatório, e sanado também esse pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns pelo relatório, com uma grandeza e reconhecendo a iniciativa, mas dizendo que, da forma que está, não poderia tramitar.

Mas, antes mesmo de botar em votação, é não terminativo, eu queria cumprimentar a equipe do Andes, do sindicato dos professores do nível superior, que está aqui prestigiando a Comissão e filmando o nosso trabalho. Ficamos poderosos hoje, viu? Uma salva de palmas a vocês aí pelo respeito e carinho que esta Comissão tem por todos os professores. (*Palmas.*)

Agradeço por recebê-los aqui.

Vamos à votação.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pelo arquivamento da sugestão.

Ainda da Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Hoje é o meu dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tomou conta aqui. Já estava dominando lá na Comissão de Esporte, que eu vi, eu estava lá.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 91, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1401/2019, que "altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumido.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Senadora Leila Barros, para apresentar a defesa do seu requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu estava rindo aqui com a minha assessoria, Presidente, porque hoje foram sete relatórios, dois requerimentos e ainda presidi a CMA. Tem dia que é uma loucura. Mas é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sete relatórios!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Seguimos a missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bateu o recorde. Olha, eu estou aqui há 40 anos e nunca tive sete relatórios num dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Estou muito atrás do senhor se for somar os requerimentos e relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que somar desde a Constituinte. Daí não dá.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Aliás, eu tenho a honra de estar ao lado de duas grandes inspirações desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, em meu nome e no do Senador Flávio Arns.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar.) – Obrigada.

Então, vamos à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.401/2019, que "altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que 'Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor'".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; representante da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais (ABDV); representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); representante da Associação Brasileira de Surdocegos (Abrasc); representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF).

A justificação.

O PL 1.401, de 2019, determina que "a oferta e a afixação de preços de que trata esta lei deverá ser feita também na escrita braile." Determina ainda que a forma da exposição de oferta e preço deverá ser acessível ao consumidor com deficiência visual.

Quanto ao mérito, não temos dúvidas. Entretanto, recebemos informações que questionam a eficiência da proposição nos termos apresentados. Por esse motivo, entendemos necessário, como sempre, como é uma conduta minha dentro desta Casa, ouvir as ponderações de importantes atores envolvidos nessa questão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, já aguardando ansiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda um requerimento, que eu passo a ler aqui.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 92, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 84/2023 - CDH sejam incluídos entre os convidados um representante da Polícia Rodoviária Federal e um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA) e outros.

A autoria é da Senadora Ana Paula Lobato, a quem eu concedo a palavra neste momento. (*Pausa.*)

Como ela não está presente, *ad hoc*, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. já leu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É *ad hoc* porque ela não está aqui presente.

Passo a V. Exa. para argumentar sobre o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Na verdade, é um requerimento, da parte da Senadora Ana Paula, bastante singelo, simplesmente para incluir entre os convidados para a audiência pública um representante da Polícia Rodoviária Federal e um representante do Instituto Chico Mendes.

Então, acrescenta-se ao requerimento a presença de mais duas pessoas, duas instituições, o que vai enriquecer, sem dúvida, o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador.

Meus parabéns a V. Exa., que fez aqui a defesa do requerimento subscrito pela querida Senadora, a titular do requerimento, Ana Paula Lobato. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bom, terminamos. Só vai aqui agora o expediente, que é de ofício.

Só faço essa leitura bem rápida.

A Secretaria da Comissão recebeu os seguintes documentos de cidadãos e alegações.

Denúncia penitenciária de que negam, reiteradamente, o direito de estudo a presidiário.

Solicita a esta Comissão que interceda em favor da população carente que vive em situação de rua em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, visto que na cidade não existe abrigo público e a Secretaria de Habitação não entrega os apartamentos aos contemplados.

Denúncia: exposição de usuário de drogas em *lives* em redes sociais.

Denúncia: sou vítima de maus-tratos, violência física, tortura psicológica, negligência e discriminação das mais diversas na faculdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita a esta Comissão que requeira informações no Ministério de Minas e Energia quanto ao pedido feito a esse ministério de cassação das outorgas dos títulos minerais da Vale S.A. em virtude dos prejuízos causados por essa mineradora, que resultou na morte de 270 pessoas.

Solicita a retificação da redação dos Capítulos III, IV, do PL 2.242, de 2022.

A manifestação foi juntada ao PL.

Da Procuradoria-Geral da República: solicito aos Parlamentares membros da CDH atenção na votação do PLN 29, de 2023, do Congresso Nacional, visando à manutenção dos recursos orçamentários destinados aos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais.

Do Conselho Nacional de Membros do Ministério Público: externo a preocupação com a aprovação do PL 4.438, de 2021, substitutivo da Câmara dos Deputados, que altera as Leis 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da Pessoa Idosa, e 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para aprimorar a defesa dos direitos humanos estabelecendo medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e as pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

A manifestação do conselho foi juntada ao projeto.

Da Frente Estadual pelo Desencarceramento, do Paraná: solicita providências em relação às violações dos direitos em divisão policial.

Da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo: solicita a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater a respeito do tema da erradicação do trabalho escravo e doméstico.

Já fizemos diversos debates sobre esse tema e aprovamos leis para coibir, inibir e punir qualquer proprietário de terra, na cidade ou no campo, inclusive com a perda do patrimônio.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico que os documentos lidos nas 69ª, 73ª e 75ª Reuniões serão arquivados.

Pronto! Missão cumprida.

Muito obrigado a todos que ficaram aqui presentes: assessores, convidados, visitas e, naturalmente, à Senadora Leila e ao Senador Flávio Arns e a todos os 16 que registraram as suas presenças no painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e onze minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Giordano, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Augusta Brito, Lucas Barreto, Romário, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 93/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Eletrobrás e a violação dos direitos dos trabalhadores". **Participantes:** Roberto Requião, Ex-Senador da República; Clarisse Ferraz, Representante do Instituto Ilumina; Vivaldo Barbosa, Ex-Deputado Federal Constituinte - Coordenador do Movimento “O Trabalhismo” e do Fórum em Defesa da Eletrobrás; Claudio Pereira Souza Neto, Advogado; Fabiola Latino Antezana, Vice-presidente institucional da Confederação Nacional dos Urbanitários - CNU Coordenadora do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE; Esteliano Pereira Gomes Neto, Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Luiz Alfredo Salomão, Ex-Deputado Federal; Max Pantoja, Ex-Diretor da FUNCEF; Robledo Pinto Coimbra, Presidente do Sindicato Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão; Eduardo Annunciato Chicão, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo; Soniamara Maranho, Coordenadora Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e representante da Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia; e João Vicente Goulart, Presidente do Instituto Presidente João Goulart e Presidente do PC do B (DF). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 85ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Humberto Costa, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério e Margareth Buzetti, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Augusta Brito, Flávio Arns, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 94/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a "Crise climática no Brasil: conexão entre os direitos humanos e o meio ambiente". **Participantes:** Marina Dias Marinho, Prefeita de Jandaíra/RN - Representante do bioma Caatinga; Luciana Leite, Defensora da Biodiversidade e do Clima na Environmental Justice Foundation - Brasil (EJF); Juliana Miranda, Secretaria Executiva do Observatório dos Conflitos Sociais do Matopiba, advogada em direitos humanos, sócia do escritório Hernandez Lerner e Miranda; Marcos Reis Rosa, Representante do Instituto MapBiomas - Bioma Mata Atlântica; Fernando Aristimunho, Coordenador Executivo do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa; Gabriel Mantelli, Representante da Conectas - Direitos Humanos; e Ane Alencar, Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Bioma Amazônia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 86ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM DUAS PARTES: 1ª PARTE REUNIÃO DE TRABALHO, **COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2023-CN, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;** 2ª PARTE DELIBERATIVA.

Às doze horas e trinta minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves e do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Wilder Morais, Plínio Valério, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte – Reunião de Trabalho**. **Finalidade: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 4/2023, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências"**. Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Damares Alves. A Senadora Damares Alves Presidente eventual dá a palavra ao Senador Paulo Paim que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim. **Resultado: A Comissão aprova o relatório, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 4, de 2023**:

EMENDAS ÀS METAS

NÚMERO	EMENTA	ALTERAÇÃO META
60090001	Promoção dos Direitos Humanos	5.000
60090002	Reconhecimento e indenização de Territórios Quilombolas	150.000
60090003	Políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres	1.000

EMENDA AO TEXTO DA LEI

NÚMERO	REFERÊNCIA	TIPO
60090004	Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 88, Inciso I, Alínea c	Aditiva
60090005	Corpo da Lei, Cap III, Art 12	Modificativa
60090006	Anexo III	Aditiva
60090007	Corpo da Lei, Cap II, Art 4, § único	Modificativa
60090008	Anexo III	Aditiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

60090009	Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XIV	Aditiva
60090010	Anexo III, Seção I, Inciso XXIV	Modificativa
60090011	Anexo III	Modificativa
60090012	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	Modificativa

Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO A Senadora Damares Alves devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar ao Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1185, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo, que fica adotado de forma definitiva sem votação, nos termos do art. 284, do RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata da reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 86ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A primeira parte é uma reunião de trabalho que se destina à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 4/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

Foram apresentadas 44 sugestões de emendas ao PLDO 2023.

Como sou o Relator, passo a Presidência à Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia, Senador Paim, todos os presentes.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Bom dia. Eu pergunto a V. Exa. se eu posso ir diretamente ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para ganharmos tempo.

Voto.

No tocante às propostas de emenda ao texto do PLDO 2024, vale mencionar que, em três casos, as propostas parecem apontar para temas ou matérias que, salvo melhor juízo, talvez mantenham conexão apenas indireta com as atribuições desta Comissão. Trata-se das propostas de emenda de números 17, 21 e 23, que cuidam, de uma maneira geral, mais diretamente de ciência, tecnologia e inovação. Embora assim seja, os temas podem manter relação de pertinência com as atribuições desta Comissão, ainda que indireta ou reflexamente, razão pela qual não se fará, sobre elas, um juízo prévio de admissibilidade.

Nesse sentido, propõe-se que essas três propostas, juntamente com as demais seis propostas de emenda de texto, sejam acatadas e apresentadas pela Comissão, tendo em mira o aperfeiçoamento das diretrizes orçamentárias. Somos, portanto, pela apresentação das nove propostas de emenda ao texto do PLDO 2024.

Já para efeito da apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, somos pelo acatamento das seguintes propostas:

- nº 12, na Ação 21G5 – Promoção e defesa dos direitos humanos para todos e reparação de violações, englobando, além da própria proposta de nº 12, outras cinco propostas, adotando-se todos os elementos definidos na proposta de nº 12. Portanto, estão contemplados os Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito;

- nº 13, na Ação 210Z – Identificação, reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, englobando, além da própria proposta nº 13, outras propostas, adotando-se os elementos definidos na proposta 13. Portanto, estão contemplados os Senadores Jussara Lima, Ana Paula Lobato e Paulo Paim;

- nº 36, na Ação 21GJ – Políticas de prevenção, acesso à justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres...

Suas emendas estão nessa das mulheres? (*Pausa.*)

É que eu não...

- nº 36 – Políticas de prevenção, acesso à justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres, englobando, além da própria proposta nº 36, outras propostas, adotando-se todos os elementos definidos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proposta nº 36. Portanto, estão contemplados os Senadores Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Mara Gabrilli e Paulo Paim. Cumpre aí mencionar...

É que ela tinha emendas nessa área das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Mas eu acho que a minha é no Ploa, aqui é no PLDO.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, tá, então tá.

... Mara Gabrilli e Paulo Paim. Cumpre, assim, mencionar que essa ação, por pertinência, mantém relação próxima à Ação 21GF – da ampliação de espaço, em benefício das mulheres, nos foros de decisão –, que foi objeto de três propostas de emendas, da Senadora Augusta Brito, Senador Humberto Costa e Senadora Jussara Lima.

Esse é o relatório.

Propõe, assim, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Quero parabenizá-lo, Relator. As três emendas são exatamente tudo o que nós discutimos aqui ao longo do ano, fazem um diálogo perfeito com o trabalho da Comissão. Ficou muito bom. E aí essa grande necessidade de a gente dar uma atenção aos quilombos no Brasil, à demarcação, ao reconhecimento dos territórios – a gente precisa ter essa previsão orçamentária; e à violência contra a mulher, que discutimos tanto aqui. Temos uma Comissão específica, mas esta Comissão observou e esteve atenta o ano inteiro à violência contra a mulher em todos os povos. Então, eu creio que a forma como o senhor acatou as emendas ficou perfeita. Eu acho que atende ao anseio de toda a Comissão, de todos os Senadores.

Parabéns!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidenta. É uma satisfação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta Damares, muito obrigado. Nada mais do que justo que V. Exa., como mulher, tenha presidido esta sessão, e percebeu o destaque que nós demos para as mulheres. E me senti muito contemplado na sua fala quando disse que nós não nos esquecemos do povo quilombola, um povo que estava tão invisível, como ainda estão os ciganos, não é? E V. Exa. é uma estudiosa deste assunto, e esperamos que a Câmara aprofunde este debate e aprove ou mande de volta para cá o Estatuto dos Ciganos.

Muito obrigado, Presidenta Damares.

Segunda parte da reunião.

Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.185, 2022 – terminativo.

Iniciamos a segunda parte da reunião, com cunho deliberativo, a fim de apreciarmos o Substitutivo apresentado ao PL nº 1.185, 2022, em turno suplementar.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1185, DE 2022
- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Caso não sejam oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Na 83ª Reunião desta CDH, o Substitutivo ao PL nº 1.185, 2022, foi aprovado por esta Comissão, de forma terminativa, e hoje está em turno suplementar.

Em discussão.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

Pergunto aos Senadores e às Senadoras se desejam apresentar alguma emenda ao substitutivo. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, sem oferecimento de emendas.

O substitutivo é adotado de forma definitiva, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, com a presença sempre vigilante e atuante da Senadora Damares.

Muito obrigado, Senadora Damares, que, inclusive, presidiu a primeira parte da sessão. O prazer foi nosso.

Obrigado, Senadora.

(*Iniciada às 12 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 87ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 88/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre" Uma constituição antidiscriminatória e antirracista". **Participantes:** César de Oliveira Gomes, Defensor Público Federal - Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público pela UNISINOS; Vera Lúcia Santana Araújo, Advogada, coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), membra da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno; Douglas Pinheiro, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Doutor em Direito, Estado e Constituição; Wallace Corbo, Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ; Adilson José Moreira, Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG; Philippe Oliveira de Almeida, Professor adjunto de Filosofia do Direito na Faculdade Nacional de Direito UFRJ. Pós-doutor pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; e Thula Rafaela de Oliveira Pires, Doutora e Mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia, amigos e amigas.

É uma satisfação abrir, neste momento, a audiência pública de hoje, 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Assim, declaro aberta a 87ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento de nº 88, de 2023, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras. O debate será sobre uma Constituição antidiscriminatória e antirracista.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Seguindo aqui o rito organizado pela própria Comissão e com os convidados, teremos, no primeiro momento do debate sobre uma Constituição antirracista e antidiscriminatória, Marina Andrade, cantora, compositora e integrante da Frente de Mulheres Negras do DF, que declamará para nós todos e para o Brasil, pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, o poema Vozes-Mulheres, de autoria da escritora, poetiza, romancista e ensaísta Conceição Evaristo.

Então, eu passo a palavra, de imediato, à nossa querida convidada, a quem eu dou uma salva de palmas, Marina Andrade, cantora e compositora. (*Palmas.*)

A SRA. MARINA ANDRADE (Para expor.) – Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui neste dia tão especial.

Vou trazer um poema muito reflexivo da Conceição Evaristo.

A voz de minha bisavó
ecoou criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo, Vozes-Mulheres. (*Palmas.*)

Obrigada.

Que a Constituição antirracista, antidiscriminatória reverbere nas vozes de nossos filhos, filhas, vivos de preferência.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia e boa audiência. (*Palmas.*)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois de ouvirmos essa brilhante compositora, cantora (*Fora do microfone.*)...

declamar uma poesia que toca as nossas vidas, a gente olha para o passado – avós, bisavós –, para nossos filhos. E, neste momento, lembramo-nos aqui, claro, do grande Zumbi dos Palmares, de Dandara e tantas lutadoras e lutadores que escreveram essa história; e de que nós estamos, neste momento, avançando – entendo eu –, apesar de todas as dificuldades que temos no Brasil até hoje.

Vamos de imediato, agora, chamar a primeira mesa.

Douglas Pinheiro, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Doutor em Direito, Estado e Constituição.

Seja bem-vindo, Dr. Douglas. (*Palmas.*)

Convidamos o Dr. César de Oliveira Gomes, Defensor Público Federal, doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público pela Unisinos, Rio Grande do Sul – "Rio Grande do Sul" não estava aqui, mas eu já peguei.

Valeu, amigo, seja bem-vindo. Sente-se aqui. (*Palmas.*)

Deixe essa papelada aqui toda que eu vou me organizando.

Convidamos agora o Wallace Corbo – está certo? –, Doutor e Mestre em Direito Público pela Uerj.

Seja bem-vindo, doutor. (*Palmas.*)

Convidamos a Dra. Vera Lúcia Santana Araújo, Advogada, Coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, membra da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno. (*Palmas.*)

Convidamos também... Ela está vindo. Segundo me informou a Isabel, que está aqui na assessoria desta sessão, Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora do Estado da Bahia, também está chegando. Ficam aqui já os cumprimentos para ela também. (*Palmas.*)

Gostaria de dizer à artista Marina Andrade que, se você permitir, eu vou botar, na minha biografia, exatamente como está aqui, com o seu nome e o dia em que você declamou essa bela poesia que encantou a todos nós. É que estou escrevendo a biografia, e ninguém vai ficar de fora, viu? Vai estar a foto de vocês lá também, claro, se vocês autorizarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós vamos dar a seguinte sequência: primeiro, antes mesmo de fazer a fala aqui da Presidência, eu vou fazer uma breve fala sobre a situação do Rio Grande do Sul, porque o que eu digo aqui serve também para o Paraná e Santa Catarina, devido às enchentes. Já tivemos um ciclone muito, muito forte. Você conhece muito bem o que aconteceu e, agora, nos últimos dois dias, de novo, tudo outra vez, atingindo, praticamente, as mesmas cidades. Então, eu vou fazer uma rápida fala para situar tudo o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Chuva no Rio Grande do Sul. Mais uma vez, o Rio Grande do Sul pede socorro. Fortes chuvas voltaram a castigar o estado. Até o momento, foram registradas quatro mortes e dois desaparecimentos; outras 64 vítimas tiveram ferimentos; há mais de 7,5 mil desalojados; 194 mil pessoas foram afetadas por chuvas, vendavais, inundações e soterramentos, desde a noite do dia 15.

A situação é de desespero. As regiões da metade norte da Serra foram as mais atingidas e estão praticamente isoladas. Quem estava na capital não conseguia chegar à região da Serra, e a cidade, inclusive, em que eu nasci – eu conheço bem a Serra – é Caxias do Sul. Houve avalanche, água tomando conta das BRs e das cidades também.

Por exemplo, Santos Fagundes, que é meu Coordenador do gabinete do Rio Grande do Sul, é deficiente visual e trabalha comigo, há quase 26 anos, e me disse que, na cidade em que ele mora, que é no Caí, no Rio Caí ali, eles nunca viram algo semelhante, em toda a história da cidade do Caí. Inclusive, o pessoal que é sindicalista tinha uma área lá que eles compraram – um terreno comum –, na qual fizeram a sede dos sindicatos. Disseram que não escapou nenhuma delas: foram 2m de água dentro da sede. Aí perderam carro, documentos, perderam a organização dele nos computadores, foi tudo, tudo inundado. Ele está lá agora e me deu o relato agora de manhã.

Inúmeras cidades suspenderam as aulas e rodovias federais e estaduais estão bloqueadas, essas que eu citei aqui, tão rapidamente. A nossa solidariedade é total, mas, igualmente, é fundamental o comprometimento de todos – do Governo Federal, estadual, claro, municipal –, com ações concretas e rápidas de ajuda e de proteção. Já foi feito isso no último ciclone. Agora, nós estamos só fazendo um apelo. É claro que a Defesa Civil, o Governo do estado, os Prefeitos estão se mobilizando e o Governo do Presidente Lula também está dando todo o apoio à situação dos que, mais uma vez, foram impactados por esse segundo ciclone, dá para dizer.

Vou fazer outra fala aqui em nome da Presidência, e depois passo a palavra aos nossos convidados.

Hoje é dia 20 de novembro. É uma data de resistência, de memória e de luta para o Brasil, em especial para os movimentos negros do país e os brancos comprometidos com essa luta. Eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqueles que dizem que nós temos que nos somar, negros, brancos, índios, quilombolas, LGBTQIA+, na mesma luta no combate a todo tipo de preconceito.

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, foi criado no Rio Grande do Sul, por jovens militantes do movimento negro, como o Dr. Antônio Carlos Côrtes.

Eu me lembro do Côrtes porque seguidamente ele fala comigo.

Tudo surgiu com o poeta Oliveira Silveira e também com os Srs. Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, José Antônio dos Santos e Luiz Paulo Assis Santos, pois não reconheciam eles, jovens ainda na época, estudantes, não reconheciam o 13 de maio como vitória para a população negra, uma vez que, ao abolir a escravidão, o Estado brasileiro deixou a população negra à margem da sociedade, sem nenhuma política pública que os amparasse.

Eu sei que aqui vocês vão aprofundar.

No ano de 2021, em plena pandemia, o Senado Federal aprovou mais de 16 matérias de combate ao racismo, entre elas o PL 482 de 2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de que eu fui o Relator, que torna feriado nacional o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

É bom lembrar que, nos Estados Unidos, a data, que é feriado nacional, é o Dia de Martin Luther King, numa homenagem àquele líder lá, e para nós, Zumbi. Até antes que o projeto deles fosse aprovado lá, nós já tínhamos entrado duas, três vezes, mas fomos derrotados, e agora conseguimos aprovar no Senado e está na Câmara dos Deputados. Seria um dia para discutir todo tipo de racismo e preconceito. A simbologia é Zumbi, mas é um preconceito contra a mulher, contra o deficiente, contra os LGBTs, enfim, todos.

Eu só não cumprimentei a senhora... (*Pausa.*)

Enfim, é importantíssimo. Eu tinha a esperança de que aprovássemos ainda este ano. Quem sabe cheguemos lá.

A matéria simbólica tramita na Câmara e não traz nenhum ônus financeiro ou orçamentário. Vamos fazer de tudo para aprovar a proposição, porque todos ganham se combatermos toda forma de racismo e preconceito. Aprovar esse feriado nacional é também, na prática, implantar as Leis 10.639 e 11.645, que incluíram no currículo da rede de ensino a disciplina História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira. Ressaltar a importância do dia 20 de novembro, como estamos fazendo aqui – e no Brasil todo está se fazendo hoje este debate, e eu, naturalmente, vou falar no Plenário também à tarde –, é construir também uma Constituição antidiscriminatória e antirracista, tema que a nossa audiência pública de hoje vai aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conversa com assessores, o Dr. César de Oliveira Gomes, Defensor Público da União, e o Dr. Douglas Pinheiro, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – estou aqui citando já o que nós vamos conversar; a minha assessoria conseguiu incluir na agenda de vocês a presença aqui, hoje, neste evento –, propuseram um debate muito importante e necessário: os desafios de um constitucionalismo antidiscriminatório e antirracista, que é o tema de hoje.

A nossa Constituição Cidadã celebrou, no mês de outubro, seus 35 anos. Eu estava lá, fui Constituinte, e aqui no Senado Federal e na Câmara fizemos um importante debate naquele dia. O Senado Federal aprovou a renovação da Lei de Cotas para estudante: foi aprovada primeiro na Câmara, depois nós aprovamos aqui no Senado. Dandara foi a Relatora, Maria do Rosário, lá, a autora, junto com a Benedita da Silva, e aqui eu fui o Relator. Conseguimos aprovar – votos contra, mesmo, não chegaram a meia dúzia –, bom, a renovação da Lei de Cotas sociais para estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência, brancos, pretos, pardos, indígenas e quilombolas acessarem as universidades e institutos federais.

Trinta e cinto anos! E os 35 anos, claro, são da Constituinte. O que nós estamos lembrando aqui – e podem ver que eu usei primeiro o termo "branco", porque alguns acham que cota é só para negro –, o que eu estou lembrando é que nas cotas são contemplados brancos, negros, repito, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas que, pela renda, são consideradas vulneráveis. Aqueles considerados vulneráveis eram os que ganhavam um salário mínimo e meio; passamos para um, mas ninguém... Aqueles que estão nos assistindo agora, não pensem que quem ganha a renda *per capita* de um e meio também não poderá ser contemplado – vai ser contemplado, sim –, mas vamos dar sempre preferência para os que ganham menos.

Discutir a nossa Constituição Federal com o olhar para a promoção da igualdade racial é promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de racismo ou preconceito aqui, e reforçar a aprovação de matérias como a Lei de Cotas sociais, que transforma vidas e propicia a mobilidade social e educacional para o povo brasileiro. Você pode ter visto aqui que a assessoria colocou "cotas sociais", porque elas não deixam de ser cotas sociais – alguns dizem que é cota só racial, para tentar diminuir a abrangência dela. Sim, tem o critério: quilombola, negro, negra, deficiente, mas ela é social, porque ela abrange todos os pobres, todos os vulneráveis que, porventura, possam chegar a fazer o teste. Então, é também reforçar a aprovação de matérias como a Lei de Cotas sociais, que transforma vidas e propicia a mobilidade social e educacional para o povo brasileiro. Antes da implementação da Lei de Cotas às universidades, por exemplo – eu tenho citado muito esse dado –, nós tínhamos em torno de 6% de pobres, vulneráveis, indígenas, negros e pessoas com deficiência nas universidades. Depois da política de cotas, que foi aquela que eu relatei 11 anos atrás, esse número, se olharmos hoje, ultrapassou os 40%. Saímos de 6% para mais de 40%.

Leio aqui nota do Prof. Douglas, diante da importância de debatermos o tema:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O constitucionalismo moderno ocidental nasceu majoritário. Contrapondo-se ao arbítrio das monarquias absolutistas, os atores que promoveram as revoluções inglesa e francesa nos séculos XVII e [também] XVIII constituíam uma maioria heterogênea que congregava, para além de burgueses, distintos estratos sociais insatisfeitos com o poder ilimitado do governante. Porém, depois que tais movimentos vitoriosos gradativamente redesenharam o Estado sob a forma de democracias, governos representativos da soberania [...] [nacional], o constitucionalismo passou a ter uma nova expressão – e, agora, de proteção aos grupos minoritários e vulneráveis.

Só para dizer que este texto é do Prof. Douglas, que não pôde estar aqui e mandou para nós. (*Pausa.*)

Ah, está aqui. Então eu não precisava ler o texto do senhor, não é? Não entendi... Quem é que lê o texto, eu ou ele? Tudo bem, eu não vou fazer crítica à minha assessoria. Se o texto é do Dr. Douglas, é mais do que legítimo. Porque tem outro Douglas de São Paulo, que também é um baita quadro do movimento sindical, do movimento social brasileiro, e o senhor pode se orgulhar dele também. Conhece o Douglas, não é? (*Pausa.*)

Douglas Belchior, que esteve diversas vezes também aqui.

Não vou ler todo o texto, porque é um longo texto. Continua aqui, oito páginas! Doutor, o senhor vai improvisar porque, se ler tudo isso aqui, ninguém vai conseguir. Então o texto de abertura está perfeito, eu peço que incorporem como se eu tivesse lido o seu texto, porque é um texto histórico que, neste momento, você nos apresentou aqui.

Bom, já falei da abertura, já falei da enchente que tomou de novo conta do Rio Grande do Sul, neste momento nós vamos então aos nossos convidados. De imediato, Adilson José Moreira, Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG. Ele é o primeiro que vai entrar *online*? Nós vamos trocando, um *online* e um presente, um *online* e um presente.

Dr. Adilson, já está na tela?

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Texto encaminhado pelo Prof. Douglas Pinheiro, da Universidade de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADILSON JOSÉ MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, estou. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Dr. Adilson. O senhor está abrindo a nossa sessão de hoje do Dia da Consciência Negra.

O SR. ADILSON JOSÉ MOREIRA (*Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, bom dia para todos e para todas.

Eu quero agradecer o convite para participação nesta audiência pública, Senador Paim, muito obrigado por estar aqui.

É certamente muito importante que nós desenvolvamos algumas reflexões sobre a Constituição Federal neste momento histórico, ou seja, pós-1988. A Constituição tem sido tradicionalmente pensada como um conjunto de normas que têm um objetivo bem específico: estabelecer limites para o exercício do poder estatal. Dentro dessa concepção de Constituição, notoriamente de inspiração liberal, a Constituição tem normas que estabelecem critérios para o exercício do governo, as funções das instituições estatais e também um conjunto de direitos fundamentais, que devem ser observados por atores públicos e também por atores privados.

Essa concepção de Constituição foi sendo paulatinamente superada e hoje, quando nós vivemos em um paradigma constitucional comumente chamado de Estado democrático de direito ou então de constitucionalismo transformador, a Constituição tem sido pensada, analisada, como um programa de transformação social.

Então a Constituição parte de uma realidade que consideramos que insatisfatória, incompatível com os propósitos de um regime democrático e estabelece propósitos, parâmetros voltados para a construção de uma sociedade igualitária e inclusiva.

Bem, para que esses objetivos sejam alcançados, a Constituição, essa Constituição antidiscriminatória e antirracista, atribui um papel importante ao Estado, às instituições estatais. O Estado deve operar como um agente de transformação social. O Estado, as instituições estatais não operam apenas como árbitros entre interesses privados. A Constituição da República, especialmente nos seus quatro, cinco primeiros artigos, estabelece propósitos políticos para a nossa sociedade.

E um desses propósitos está lá presente no art. 3º, a construção de uma sociedade igualitária, empenhada na luta contra a discriminação, empenhada na luta pela inclusão. Ora, esse objetivo só pode ser alcançado se a Constituição, ou seja, se o nosso sistema político estabelece um compromisso para a eliminação de práticas discriminatórias responsáveis pela reprodução das hierarquias sociais presentes na nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa algo que geralmente é intencionalmente ou estrategicamente ignorado por muitos atores sociais. O compromisso estatal com a promoção da inclusão de grupos tradicionalmente discriminados não é uma opção para o Estado. Não é algo que o Estado pode fazer ou não fazer. Isso é uma obrigação estatal. É uma obrigação estabelecida pela nossa Constituição.

A Constituição deve ser vista, portanto, como um sistema protetivo de direitos que tem o objetivo de garantir a realização da dignidade humana. Quando nós falamos em dignidade humana, pelo menos dentro da minha fala, nós estamos afirmando o compromisso constitucional contra a violação de direitos.

E violações de direitos fundamentais podem assumir a forma de práticas discriminatórias. Práticas discriminatórias que restringem a igualdade, práticas discriminatórias que restringem o exercício da liberdade, práticas discriminatórias que restringem, impedem o exercício da dignidade humana.

Violações de direitos humanos, de direitos fundamentais que restringem a igualdade, a liberdade e a dignidade produzem danos, produzem uma pluralidade de danos. Produzem danos materiais porque as pessoas são impedidas de terem acesso, por exemplo, a oportunidades profissionais por causa da raça, do gênero, da classe, da sexualidade.

Produzem danos morais porque, quando indivíduos são discriminados, têm a sua integridade aviltada, o senso de dignidade desses indivíduos é atacado. As violações de direitos humanos também promovem danos psicológicos e danos existenciais. A experiência sistemática de discriminação faz com que muitas pessoas desenvolvam o que psicólogos chamam de "desamparo aprendido", ou seja, a ideia, a percepção de que os indivíduos não têm controle sobre aspectos básicos das suas vidas, a percepção de que as pessoas estabelecem propósitos para as suas vidas, elas criam planos de vida, mas eles não serão desenvolvidos, não serão alcançados em função da submissão de práticas discriminatórias. Isso que nós chamamos, portanto, de "desamparo aprendido" é um impedimento para que as pessoas tenham a integridade psíquica, para que as pessoas tenham o senso de dignidade que é necessário para que elas possam alcançar os seus propósitos, alcançar os seus objetivos.

Portanto, nós devemos entender a Constituição como um sistema protetivo de direitos contra práticas discriminatórias, mas a Constituição também tem um caráter positivo, um caráter eminentemente positivo, e isso significa que a luta contra a discriminação implica também a adoção de uma série de medidas governamentais e também por atores privados voltados para a inclusão social. Essa inclusão social não se restringe apenas a políticas distributivas, a políticas de distribuição de renda. É também importante que a nossa sociedade esteja empenhada na eliminação da reprodução de estereótipos que reproduzem a ideia de que negros, de que mulheres, de que indígenas, de que asiáticos não são atores sociais competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a luta contra a discriminação significa não apenas a luta contra atos materialmente discriminatórios, não apenas contra manifestações de discriminação direta, mas também o combate de toda uma reprodução da ideia de que grupos racialmente subalternizados não são atores sociais competentes.

É importante nós levarmos em consideração o fato de que o racismo não é apenas animosidade contra pessoas não brancas. O racismo é um sistema de dominação que tem dois propósitos fundamentais: garantir vantagens competitivas para pessoas brancas e garantir que a respeitabilidade social seja um patrimônio, um atributo exclusivo de pessoas brancas.

Para que pessoas brancas continuem tendo acesso a oportunidades sociais pelo simples fato de serem brancas, a sociedade precisa ser continuamente convencida de que só elas são atores sociais competentes. E é por isso que nós precisamos – isso obviamente encontra base na Constituição – impedir que toda essa constelação de estereótipos que, ao longo da história, tem reproduzido a ideia de que negros e indígenas são naturalmente inferiores, seja eliminada.

Nós precisamos combater as práticas discriminatórias presentes dentro das escolas, nos meios de comunicação, no espaço político.

Eu assisto à TV Câmara e vejo frequentemente Deputados e Senadores reproduzindo uma série de estereótipos que tem como objetivo exatamente legitimar a violência física, simbólica, social contra grupos minoritários. Essa inclusão, portanto, exige a criação de medidas positivas para fomentar a inclusão, por meio da eliminação de representações culturais que reproduzem a noção de que membros de grupos minoritários não são atores sociais competentes.

Nós precisamos combater o racismo recreativo, nós precisamos combater o racismo sexista, o sexismo racista. Nós precisamos criar meios para que membros de minorias sexuais, especialmente pessoas que são negras e homossexuais, negras e transexuais, tenham a sua dignidade protegida porque são as pessoas mais vulneráveis a problemas de ordem psíquica, são as pessoas mais vulneráveis à ideação suicida e também ao suicídio.

Pessoas negras, especialmente pessoas negras LGBT, estão lá no topo das pessoas que mais praticam suicídio no Brasil. E isso está diretamente ligado a todos os processos discriminatórios que essas pessoas enfrentam em todos os âmbitos da vida social.

Portanto, falar de uma Constituição antirracista, de uma Constituição inclusiva, significa permitir, criar os meios, criar o nível de solidariedade cívica que inclua tanto uma solidariedade inter-racial como também uma solidariedade intrarracial.

Nós precisamos formar alianças. Nós, que somos membros de grupos minoritários, precisamos formar alianças com outros grupos, mas também precisamos fomentar a luta contra a discriminação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe dentro dos próprios grupos: entre pessoas negras, heterossexuais e homossexuais, entre homens negros e mulheres negras, entre pessoas negras cristãs e pessoas de matriz africana, entre outros.

Muito obrigado pela atenção de todas vocês e de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. Adilson José Moreira, que é Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG.

Meus cumprimentos pela visão ampla. Abriu com muita categoria – eu diria –, com muita competência. Ele abraçou todo tipo de racismo e preconceito mostrou que o dia que nós conseguirmos, neste país, acabar com o racismo e os preconceitos... E claro que no dia 20 de novembro, começa o racismo contra o povo negro, não é? Mas nós não deixaremos de falar de todos os outros setores que são discriminados na sociedade. E fez exatamente o que o Dr. Adilson fez. Meus cumprimentos, Dr. Adilson.

Agora, com muita satisfação, eu passo a palavra ao Dr. Douglas Pinheiro, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Doutor em Direito, Estado e Constituição.

Dr. Douglas, é com o senhor a palavra.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim, especialmente pela sensibilidade desta audiência pública. É um momento muito importante de nós demarcarmos, nesta data, em que eu saúdo as demais e os demais integrantes da mesa.

Eu gostaria de começar apontando duas categorias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Douglas...

O SR. DOUGLAS PINHEIRO – Perfeito, fazer o registro. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que ele vai ter que sair, eu sei, para outra atividade. Vai ficar o tempo possível aqui, mas ele é um companheiro nosso de longa jornada, da Anfip, me ajudou muito na CPI da Previdência, combate também. Negro, ele não é, mas combate todo tipo de racismo, já é bom sinal. É nisso que eu acredito, quando brancos e negros caminharem juntos, com o mesmo objetivo.

Então quero registrar a presença do Vilson Romero, Presidente da Anfip e Presidente da Pública Central dos Servidores do DF e Diretor da Associação Rio Grandense de Imprensa. Aí, pela tua história bonita, eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fez questão de estar aqui no dia de hoje. Dr. Douglas, é com o senhor, volto o seu tempo original.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO – Obrigado, Senador. É sempre importante que a gente faça esses registros.

Eu gostaria de começar retomando duas categorias que integram a cena originária da modernidade, que é a plantação e a floresta. Por plantação, eu me refiro especificamente a um sistema de produção econômica, agrícola imposto pelos Estados colonizadores aos povos colonizados, caracterizado por um grande latifúndio, envolvendo a subordinação de escravizados para com o senhor, com o intuito de produzir um item agrícola que fosse vendido ao mercado mundial. Em resumo, a plantação se sustentava como empreendimento lucrativo às custas da utilização dos corpos escravizados como fonte de energia, o que Mbembe chama de corpo minério, corpo de extração. Esta é a primeira categoria.

A segunda categoria, floresta, a que me refiro com Dénètem Bona, ao conjunto de toda a malha vegetal que oferecia aos escravizados que conseguissem fugir da plantação um refúgio, uma cidadela, um local de vida digno. Floresta é um termo mais amplo que se refere a todos esses locais que, naquele momento, permitiam essa possibilidade de refúgio. Vegetação densa e impenetrável, pântanos e manguezais labirínticos, caatingas áridas e agressivas, morros íngremes cobertos de vegetação.

Percebe-se assim, originariamente, que essas duas categorias nos lembram que a plantação era o espaço da vigilância, da visibilidade destinada ao controle, da legibilidade autoritária, o espaço do poder de indexação, de classificação do outro. E a floresta era o espaço da opacidade, da esquiva, da fuga, da resistência territorial. O que o próprio Bona chama de espaço de não direito. Isso mesmo. A floresta, que era o espaço da vida digna das pessoas escravizadas, era o espaço de não direito. Logo, o espaço do direito era o espaço da plantação, o espaço da dominação. O campo jurídico reforçava o campo da exploração do corpo negro.

Não sem motivo, um autor como Carl Schmitt, um teórico da Teoria da Constituição, jurista do nazismo, vai afirmar que a origem do *nomos*, a origem do ordenamento jurídico, repousava em quatro ações: a apropriação de um território, a divisão e partilha desse território, depois a produção – a plantação desse território – e a publicidade e visibilidade daquilo que havia sido apropriado.

Como o direito se colocou a serviço da plantação, que eu vou chamar agora de plantocracia, durante muito tempo, a saída para as populações negras foi a estratégia da opacidade, do desaparecimento, da esquiva. Butler nos lembra que o povo não se produz apenas por demandas vocalizadas, mas pelas condições de possibilidade de seu aparecimento visual, por suas ações visíveis. O direito de aparecer é fundamental para a democracia. O direito de vir a público sem sofrer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação, reprimenda, perseguição, não é só um direito individual, é um pressuposto do Estado democrático de direito.

Com isso, o desafio de um constitucionalismo antirracista é o desafio de criar uma visibilidade contra-hegemônica, não aquela da plantação, uma visibilidade contra-hegemônica que não sirva mais à plantocracia, para que ela exerça o seu poder autoritário. É o desafio de permitir que a pretitude possa apontar outras possibilidades normativas que não se baseiem na apropriação de todo o território, muito menos do corpo território negro.

O desafio de um constitucionalismo antirracista é permitir a existência de vidas negras nos espaços de direito e não apenas nos espaços de não direito. E como isso pode ser pensado em termos de intuições práticas? O Prof. Adilson mesmo falava de nós pensarmos primeiro o constitucionalismo longe daquela perspectiva monocultora do constitucionalismo liberal dos Estados Unidos, um constitucionalismo transformador.

A consequência prática de admitir um constitucionalismo transformador é pôr fim, por exemplo, ao consequencialismo jurídico, ou seja, aquela verificação das consequências práticas de decisões administrativas e judiciais que consideram sempre a solução menos onerosa para o erário, ao invés de promover a erradicação da marginalização e de não promoção das formas de discriminação. Além disso, uma atuação jurisdicional que avance na proteção das populações marginalizadas. Isso não pode ser considerado ativismo judicial, isso é uma atuação própria do poder dentro de uma lógica de constitucionalismo que não se baseia na perspectiva liberal dos Estados Unidos, mas dentro de uma perspectiva transformadora.

Outra intuição, quando nós pensamos no momento Constituinte, já que falamos de 35 anos da Constituição, é pensar que, neste momento Constituinte, sempre houve uma assincronia entre os representantes e os representados. É normal, nem todos conseguem estar presentes, não é uma democracia direta, é representativa. Mas isso tem que nos lembrar também que, neste momento contratual, normalmente é comparado como se fosse um grande contrato. É engraçado, é trágico, na verdade, pensar que é um grande contrato quando, historicamente, há grupos que sempre foram tratados como contratantes e outros grupos que sempre foram tratados como mercadoria e objeto de contrato. Para os grupos que pretensa e historicamente eram contratantes, interessa essa ideia de que a Constituição era um grande contrato e que, portanto, só vale a intenção daqueles contratantes originários, aqueles que estavam em 1987, 1988. A consequência prática é a superação da idealização dessas leituras originalistas que impedem a realização dos objetivos fundamentais da Constituição.

Direitos sociais, uma outra intuição prática. Direitos sociais. Normalmente, há uma hierarquização dos direitos individuais que sempre faz com que, em tempos de crise, os direitos sociais é que sejam limitados. Se os direitos sociais se inserem na ordem do cuidado especificamente das populações mais marginalizadas, nós temos que mudar essa perspectiva se queremos construir uma sociedade não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livre, mas também justa e solidária. A consequência prática é uma paridade de ênfase em direitos individuais e sociais, interpretando-os de maneira articulada, a fim de que a liberdade individual não seja um obstáculo para uma legislação e políticas públicas de inclusão.

Uma última intuição, antes de partir para o meu final é a interpretação constitucional, e quando eu falo em interpretação estou pensando, como Häberle, na sociedade, toda a sociedade como pré-intérprete daqueles enunciados da Constituição, uma forma social ainda escravista que processualmente se manifesta em um racismo não só estrutural, mas paraestrutural, que se manifesta pelas vontades e práticas dos agentes de poder, sempre que há oportunidade para isso, e margem institucional; nós precisamos ter uma transparência positiva que indique os parâmetros adotados por agentes públicos, ao decidir questões similares que envolvam grupos étnicos raciais distintos, como a distinção entre usuário e traficante de entorpecente, que é sempre muito particular, dependendo do grupo, de pessoas que são detidas.

É preciso que essa fundamentação dessa ação seja motivada. Nós precisamos inverter o ônus argumentativo para o agente público é que demonstre não ter agido de maneira discriminatória, e não para aquele que foi vítima ter que lutar contra todo o aparato institucional e demonstrar a discriminação de que foi vítima.

Indo para a minha finalização, Grada Kilomba tem um livro incontornável chamado *Memórias da Plantação*. Os testemunhos de racismo ali descritos não são fatos do passado, como o termo "memórias" talvez leve a crer, isso porque o racismo parece operar fora do tempo, uma atemporalidade que atualiza ainda hoje o processo de discriminação não superado – como nos diz Denise Ferreira da Silva –, além de fechar a possibilidade de futuridades mais inclusivas.

Retomando àquela categoria inicial a que eu me referi, planta, plantação, plantocracia e floresta, a plantocracia continua fazendo com que atualmente pessoas brancas possam livremente acumular capital jurídico, político e econômico, ao passo que resta a pessoas negras a acumulação negativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS PINHEIRO – Uma acumulação de processos de exclusão econômica e alienação jurídica, escravidão, segregação e encarceramento em massa.

No dia 4 de outubro de 1988 – lembrando, 35 anos atrás –, véspera da promulgação da Constituição Cidadã, os membros da Assembleia Nacional Constituinte foram convidados a plantar, cada qual, uma muda de árvore na área próxima daqui, conhecida como Bosque dos Constituintes. À ocasião, Ulysses diria: "Amanhã vamos plantar a árvore da Constituição. Vamos regá-la sempre". De uma vez por todas, é preciso que a árvore da Constituição supere a plantação escravocrata.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O Dr. Douglas Pinheiro, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e Doutor em Direito, Estado e Constituição nos deu aqui uma verdadeira aula, fez uma retrospectiva e, no encerramento, ainda eu me senti ao lado dele, plantando aquela árvore, por orientação exatamente de Ulysses Guimarães.

O meu filho, que agora já está com mais de 50 anos, estava comigo lá. Eu acho que ele estava com uns 12, 13 anos e estava comigo. Nós temos uma foto plantando ali a árvore da nossa Constituição Cidadã.

Parabéns, Dr. Douglas Pinheiro, que me fez viajar no tempo!

Passamos a palavra agora ao Defensor Público Federal César de Oliveira Gomes, Doutorando em Direito, Estado e Constituição, pela Universidade de Brasília, e Mestre em Direito Público, pela Unisinos, Rio Grande do Sul.

Eu estou dando dez minutos; se necessário, mais 5 minutos, para todos.

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES (Para expor.) – Bom dia.

Senador Paulo Paim, na sua pessoa, cumprimento os demais integrantes e as demais integrantes dessa mesa, tanto aqui no presencial como na modalidade virtual.

Eu agradeço-lhe e o parabenizo pela iniciativa, por este espaço e por esta audiência pública, para debatermos um tema essencial para pensarmos democracia e, acima de tudo, direitos humanos.

Eu pretendo aqui lhe agradecer e cumprimentá-lo também pela contribuição no seu mandato com a Lei 14.532, que atualiza a nossa Lei Caó. É sobre ela que eu me propus a falar brevemente nesta audiência pública, destacando a sua importância, porque – e aí já indo ao encontro das palavras do Prof. Adilson e do Prof. Douglas – nós temos nessa lei algumas categorias que já vinham sendo amplamente trabalhadas pela doutrina e pelos movimentos sociais e os conceitos que dialogam com a ideia de racismo sistêmico, um racismo enquanto uma estrutura de dominação.

Então, nós temos a Lei 14.532, que traz o racismo esportivo, o racismo recreativo, o racismo religioso, dimensões do racismo estrutural, e que, a partir disso, desafia os intérpretes, os juristas a repensarem paradigmas tradicionais que vêm sendo consolidados de como encarar os crimes contra o racismo e como pensar o racismo no Brasil.

Então, eu dividi brevemente a fala em três momentos: no primeiro momento, um breve histórico da legislação antirracista; no segundo momento, algumas reflexões sobre como o Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal vem já reconhecendo o racismo estrutural; e, por último, a necessidade e os caminhos que nós podemos adotar para uma mudança de paradigma, para sair de uma concepção formalista do direito para uma postura emancipatória, uma interpretação emancipatória antirracista e antidiscriminatória.

Então, num primeiro momento, revendo o histórico da legislação antirracista no Brasil, a gente tem uma primeira linha. Claro que, nesse tema, se começarmos a retroceder, a gente vai muito atrás no tempo, mas eu fiz um recorte histórico para a gente compreender melhor, também dada a exiguidade do tempo. Nós temos, num primeiro momento, a Lei Afonso Arinos, que definiu o ato de discriminação racial como contravenção penal, isso lá em 1951. Àquela época se tinha uma referência do conceito de racismo numa perspectiva que olhava, mirava muito os sistemas segregacionistas, o *apartheid* na África do Sul, a própria segregação racial nos Estados Unidos e, paralelo a isso, a construção do mito da democracia racial, e esse é um tema chave para nós discutirmos, na contemporaneidade, a forma como o sistema de justiça ainda pensa as questões raciais. Tinha-se uma ideia de que no Brasil não existia racismo, o racismo era uma questão privada, episódica, então não deveria merecer, dos poderes constituídos, nenhum tratamento complexo. Não se tem registro de nenhuma condenação com base na Lei Afonso Arinos.

Nós avançamos posteriormente, aí, sim, com uma mudança de paradigma, que considera os crimes de racismo uma questão de ordem pública, na Constituição de 1988, uma conquista dos movimentos sociais, uma conquista dos trabalhos da Constituinte – V. Exa. estava lá também e sabe bem a luta que foi para nós inserirmos a questão racial na Constituição da República. A partir disso se tem uma ideia do racismo como um crime inafiançável e imprescritível. Então o Estado brasileiro reconhece a relevância do tema e dá ao tema uma construção constitucional que leva ao debate público.

Consequentemente, no ano seguinte, o Parlamento traz para nós a Lei Caó, que prevê os crimes contra o racismo. O que nós verificamos anos depois, numa reflexão mais madura, observando como o sistema de justiça se relacionou com a Lei Caó, conseguimos apurar que ela não atendeu aos anseios que foram pensados, que foram sonhados quando de sua promulgação, isso porque o sistema de justiça brasileiro, a formação jurídica brasileira tem uma concepção de racismo que é aquela mesma da Lei Afonso Arinos, de 1951, o racismo como ato de exteriorização de um preconceito, impondo um ônus à vítima de demonstrar que a intenção do agente foi efetivamente de discriminar. A Lei Caó tem uma série de descrições normativas, uma série de crimes que exigem essa postura ativa, essa restrição ao direito.

E aí nós temos o debate da questão da injúria racial, que foi superado pelo Supremo e também, posteriormente, pelo Parlamento, mediante a contribuição do seu mandato, equiparando a injúria racial ao crime de racismo. Mas nós ainda temos o desafio, dentro do sistema de Justiça, de disputarmos essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categorias, esses critérios interpretativos que mantêm o sistema de Justiça ainda com um olhar distante para o tema.

E, já indo para a segunda parte da minha fala, a gente tem observado que o Supremo Tribunal Federal... O senhor falou, no início, na abertura da audiência pública, que houve avanços, e penso que sim, que temos avanços muito significativos. E, no âmbito do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, desde a ADPF 186, de 2012, que tratou da condicionalidade do sistema de cotas nas universidades, vem considerando o racismo estrutural como uma chaga do nosso processo histórico, da nossa sociedade. Posteriormente, ratificou isso na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 41, que discutiu a possibilidade da implementação de cotas para pessoas negras e pardas no âmbito da administração pública federal, e vem reiterando essa construção. E aí, já dialogando com a Lei 14.532, eu cito também – mais recente – o Habeas Corpus nº 154.248, que equiparou o crime de injúria racial ao crime de racismo, no ano de 2021.

Nesse precedente, nós podemos observar várias categorias e várias reflexões que nos convidam, enquanto juristas, a repensar esse modelo tradicional de interpretação do que vem a ser o crime de racismo no Brasil. Vejam que, separando alguns trechos desse precedente, e todas as categorias que posteriormente foram consolidadas na Lei 14.532, o Relator, Ministro Edson Fachin, reconhece; começa o voto dizendo que: "Há racismo no Brasil. É uma chaga infame que marca a interface entre o ontem e o amanhã". E, ao dizer isso, ele reconhece também que há um contínuo: na verdade, o que está por trás dessa afirmação é que a abolição restou inacabada, ela tem um efeito contemporâneo, ela permanece.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES – E, então, ele fala também – já aqui dialogando para o fim – da história do tempo presente, que nada mais é do que contar a história do próprio tempo, e menciona que essa pesquisa depende de duas questões. O que é a história do tempo presente? São as perguntas que o passado me faz no presente e as perguntas que, no presente, eu faço a partir das fontes históricas. E ele vai além: "É imperativo constitucional, por conseguinte, não eclipsar a memória de eventos traumáticos pós-escravidão, ainda não finalizados, contra a população negra no Brasil, reconstituída especialmente com testemunhos oculares de experiências, negações e sobrevivências".

Tomam parte desses processos, além dos historiadores, no plano de suas atuações, atores sociais e instituições que se inserem na constituição dessa história do tempo presente.

Então, a partir disso, o Supremo Tribunal Federal reconhece o papel das instituições, dos historiadores, e reconhece também que a questão da abolição é algo presente. E isso vai exigir dos juristas uma nova interpretação, com caráter emancipatório, para pensar medidas antirracistas, um constitucionalismo antirracista e antidiscriminatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Lei 14.532, e aliás, no parecer de sua relatoria, V. Exa. destacou o problema da interpretação da lei até então, que nós identificamos. No art. 20-C, trazido pela Lei 14.532, está previsto que: "Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência".

Dessa forma, discutir novos paradigmas interpretativos me parece ser um ponto de partida, a partir do momento em que nós já temos, mesmo para aqueles juristas, aqueles intérpretes com uma formação mais positivista, mais dogmática, nós já temos aqui, a partir da Lei 14.532, algumas categorias que nos permitem pensar e dialogar a partir de uma dimensão estrutural do racismo.

E, para finalizar, eu cito aqui o Prof. Adilson Moreira, no seu *Tratado de Direito Antidiscriminatório*, que traz – ele falou um pouco disso na sua exposição – a hermenêutica do oprimido: que as instituições jurídicas têm o compromisso de, para fins de reforma social, de combate à desigualdade, levar em consideração o contexto e o histórico de dominação a que foram submetidos alguns grupos na sociedade. Os juristas não partem de um lugar de privilégio, ou melhor, partem de um lugar de privilégio.

Então, qualquer discussão que caminhe no sentido de termos um sistema de Justiça que combata o racismo e qualquer forma de discriminação deve partir da ideia – e aí, já aqui citando também a obra dos Profs. Philippe Almeida, Wollace Corbo e Adilson Moreira, *Manual de Educação Jurídica Antirracista* – de uma pedagogia engajada, comprometida com o antirracismo. E isso começa, sobretudo, nos bancos acadêmicos.

Por isso, mais uma vez, saúdo e agradeço pela sua iniciativa com esta audiência pública e um debate tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos, Dr. César de Oliveira Gomes, Defensor Público Federal, doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Público pela Unisinos, do Rio Grande do Sul.

Interessante a sua lembrança da Lei de Injúria. A Lei de Injúria foi uma briga de muitos e muitos anos aqui, viu? Como eu estou aqui há 35 anos, eu participei de todas as confusões e brigas aqui dentro. E participei, porque eu sabia; era um absurdo. Qualquer crime de racismo era injúria. E o que era injúria? Paga com cesta básica, ou paga com uma retratação, ou com duas, três horas de trabalho. "Ah, é? Então, tá." Fomos, brigamos, brigamos; conseguimos aprovar um projeto aqui em que a injúria se tornava, então, crime de racismo, inafiançável, que não prescreve etc.; e foi para Câmara. Lá, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos uma Comissão de Juristas do mais alto nível. Eles analisaram com calma, aprofundaram, eu diria, aprimoraram o projeto e mandaram para nós, mandaram para o Senado. Aí eu fui o Relator, de novo. Aí o Rodrigo Pacheco disse: "Não; você vai ser o Relator". Daí, o que eu fiz? Peguei tudo aquilo que eu entendi que era um avanço em relação ao projeto que eu mandei para lá e resgatei tudo aquilo que eu achava que também era importante e que estava no projeto antigo. Aí, construímos, então, mediante um grande entendimento – ficam aqui o meu carinho e o meu abraço a essa Comissão de Juristas –, e então foi aprovado. E hoje nós temos, de fato, uma lei que foi construída coletivamente, com o trabalho aqui no Senado com os consultores e, claro, com a nossa experiência, eu vou dizer, de quase 40 anos já. Enfim, está aí o resultado, e o Presidente Lula o sancionou. Agora nós temos uma lei que, de fato, deixa claro que crimes de racismo e de injúria se complementam, são uma coisa só: são crimes raciais, e fim de papo – é cadeia, é prisão –, e não prescrevem; isso foi importante.

Eu só vou lembrar aqui também que a política de cotas estava lá no Estatuto de Igualdade Racial, 20 anos atrás, mas não teve jeito. Para aprovar aqui no Congresso o Estatuto de Igualdade Racial, tivemos que tirar duas coisas: a política de cotas e o fundo para combater todo tipo de racismo; tivemos que tirar os dois. Depois, houve um debate no Supremo. Daí, o Lewandowski – a pronúncia do nome do Ministro é Lewandowski mesmo? Os intelectuais já me ajudam na pronúncia aqui – realizou uma audiência pública e disse: "Ó, me manda para cá" – no bom sentido; eu vou simplificar. Advogados tem bastante, dos dois lados. Claro, os advogados do Governo Lula estavam lá, prontos para fazer o debate, e negros comprometidos. E aí pediram um Senador negro e um branco. Aí disseram: "Mas por que foi o Paim de novo o escolhido?". Porque só tinha eu de negro. Como é que iam fazer? Só se me pintassem. (*Risos.*)

Só tinha eu de negro. Lá vou eu. E, felizmente, ganhamos lá.

O Frei David estava lá, o Joel Zito, também, que filmou tudo e transformou no filme Raça, depois. Felizmente, graças ao nosso corpo de advogados, altamente competentes, e ao nosso depoimento, de um homem negro que está no Senado, ganhamos. Felizmente, então, a cota se torna constitucional a partir daí, em cima, inclusive, de artigos do estatuto. Os nossos advogados negros disseram: "Não, Paim, nós vamos usar os próprios artigos do estatuto que abrem porta para que as cotas sejam constitucionais".

Então, tudo isso que você falou aqui fez com que eu também viajasse no tempo. Não é que eu esteja falando mais da minha participação; é que eu estou aqui e sou mais velho do que as pedras, viu? As pedras envelhecem, e eu estou mais velho do que as próprias pedras aqui no caminho.

Mas vamos em frente.

Parabéns, Doutor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por sugestão inclusive do Dr. Douglas, nós vamos passar a palavra, neste momento, para a Dra. Vera Lúcia Santana de Araújo, Advogada, Coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, membra da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno.

Dez minutos, com mais cinco, se necessário.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos, a "todes" aqui presentes, à nossa plateia e à parceria de mesa também virtual.

Muito obrigada, Senador Paim, por esta possibilidade.

Antes, eu comentava um pouco com companheiras ali da frente e com o Prof. Douglas que eu acho que, na última vez que eu tinha estado numa audiência convocada por V. Exa., estávamos num momento de muito tensionamento democrático. O agora Presidente Lula, à época ex-Presidente Lula, já estava preso, e discutíamos representatividade negra, processo político, os partidos, enfim, discutíamos democracia, democracia racial, e eu, realmente, sucumbi, tive uma crise de choro em plena mesa. Mas, hoje, como estamos num outro momento, prometo não chorar; e, se o fizer, vai ser por alguma celebração, mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Permita-me que eu diga só: se chorar também... Eu, por exemplo... Aquela história de dizer que homem não chora... Não chora se não tem sentimento, se não tem emoção, se não tem história. E isso tudo você tem. Pode chorar! (*Palmas.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Obrigada.

Quero abraçar a mesa na pessoa da minha conterrânea querida, Lívia – que, embora não sejamos primas, é também Sant'Anna. Então, é uma honra estar com vocês neste momento.

Eu já reformulei a minha intervenção algumas vezes, algumas linhas, porque toda essa história me evoca, por demais, uma participação ativa como uma militante democrática, uma militante antirracista, que, naturalmente, computa muitos ganhos, muitas grandes vitórias, mas também senta a esta mesa, neste 20 de novembro, contabilizando muitas dores, muitas mortes.

Os estudos apresentados, publicizados na semana passada, que dão conta da matança de negros em nosso país, revelam, sem nenhuma tergiversação, que, antes e acima de tudo, o Brasil está longe de se constituir uma nação. Nós temos um território, nós temos Estado, nós temos um povo, mas não temos sequer unidade nacional. Eu não posso falar que há uma unidade nacional se eu pensar que o Estado vive precipuamente para negar direitos, fazer dos nossos territórios de hoje, como bem situava o Prof. Douglas, ainda um grande território de não direitos para a maioria da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Distrito Federal, a Capital da República, onde, inclusive, há um percentual mais elevado que o índice nacional, nós somamos 57% de negras e negros. E o que somos como representação? Se pensar que a representação, que o Estado democrático de direito não pode excluir suas maiorias, não é razoável dizer que temos uma nação brasileira. Então, eu tenho me cuidado e me policiado para usar, cada vez menos, esse termo, porque eu não posso pensar que temos uma nação genocida. Posso até saber que tivemos governos genocidas, mas eu não posso pensar que esta nação é genocida. Então, eu prefiro dizer que a gente ainda não tem uma nação. A gente precisa construir um projeto de nação que nos eleja, que nos coloque no patamar da igualdade para o pleno exercício dos direitos.

Uma outra evocação, que o Prof. Dr. Douglas me trouxe, é sobre todo esse *iter* no debate acadêmico, no debate normativo, entre a injúria racial e o crime do racismo.

Com muito orgulho, naturalmente, o precedente judicial criado para culminarmos nessa equalização normativa foi um caso em que eu atuei na assistência ao Ministério Público. Porque as nossas instituições que, em tese, do ponto de vista da organização do Estado e nessa dimensão do constitucionalismo transformador, deveriam ser as instituições pilares do Estado democrático de direito, sobre as quais a nossa Constituição se ergue e se monta e se gesta, são instituições que cotidianamente se transmutam como fontes muito pesadas de opressão e de criminalização da própria negritude. O ser negro, o existir negro é criminalizado por todos os entes que compõem o sistema de Justiça.

Então, quando eu atuei no caso – e naturalmente não é um processo que tivesse qualquer reserva de sigilo –, o caso Heraldo Pereira *versus* Paulo Henrique Amorim, que veio a ser o precedente jurídico que, depois, no outro caso, ganhou a repercussão geral, e aí fomos nesse crescente jurisprudencial, normativo, discursivo e, hoje, legislado, positivado, era o quê? Esse grande embate entre a injúria e o racismo. Porque, na verdade, Senador – e, como cidadã, eu vivi muito ativamente o processo constituinte –, eu penso que muitas das vitórias que inscrevemos na nossa Carta Constitucional ainda hoje não expressam o pensar da sociedade brasileira. O Brasil continua sendo uma sociedade, um povo que não abre mão de poder ter seus privilégios assentados na hierarquização racial. Esse é o nosso grande desafio. Nós temos um patamar normativo que nos coloca numa condição de equidade. O nosso patamar Constituição, a Constituição Cidadã, nos coloca nesse patamar de equidade. No entanto, não há um aspecto da vida nacional, um recorte sobre o qual a gente se debruce que não desvele, que não desnude a profunda hierarquia com que a sociedade e o Estado brasileiro se reproduzem e replicam muito fortemente.

Então, essa foi mais uma evocação trazida pelo Prof. César.

Também, eu me lembrava das críticas e dificuldades no cumprimento, na efetividade da Lei 7.716, a nossa Lei Caó, que talvez tenha sido o primeiro caso que chegou ao Superior Tribunal de Justiça, uma representação que, à época, fiz como Coordenadora do Movimento Negro Unificado no DF, que dava conta de um racismo odioso por um jornalista que era o colunista social do maior jornal do DF, enfim, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que envolvia a já Deputada Federal Benedita da Silva, na época candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro. Esse processo chegou ao STJ – pela primeira vez, tivemos um feito que tenha chegado ao STJ – e depois virou, inclusive, um caso de estudo sobre formação de ativistas negros para manejo do sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Então, assim, eu percebi que já reformulei algumas vezes, porque toda essa fala, assim como traz para o Senador Paulo Paim tantas e tantas memórias, porque Parlamentar desde o processo de redemocratização do país, a mim também me traz, porque eu também, desde esse tempo, como ativista, como cidadã, jamais saí dos tribunais, das ruas ou mesmo de algum assento em debates dessa natureza, inclusive nesta Casa, sempre trazida por V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Bom, então eu acho que esse constitucionalismo transformador, como bem pontuou o nosso mestre Adilson Moreira, nos provoca e nos conclama a essa vigília permanente, a essa vigília ativa em todos os espaços. Nós não podemos pensar que o sistema de Justiça de um Estado democrático de direito somente seja eficaz na sua política de encarceramento, porque essa política de encarceramento começa na ronda do guardinha, da dupla do Cosme e Damião, como temos aqui em Brasília, muitas vezes, em que os olhares dos policiais, muitos negros inclusive, somente vem os corpos negros porque o pressuposto do crime já está cometido. Nós negros e negras vivemos num estado permanente de flagrante, nós somos o crime *de per si*, o resto, aí sim, é o consequencialismo jurídico, porque facilmente o Ministério Público nos processa e muito facilmente o Judiciário sentencia e nos condena. Mesmo hoje, a nossa Defensoria Pública, robusta que já está, tem muito ainda a construir, é um instituto, digamos, novo em relação às demais instituições que compõem o sistema de Justiça, temos já, mas ainda é insuficiente, e temos especialmente uma advocacia profundamente elitista, seletiva, com uma organização, a partir da própria OAB, que nos alija e que nos exclui. Então você tem um novelinho, um encadear – e aí sem paralelismo – que só nos deixa um espaço de ocupação, o único em que nós somos, sem titubear, a maioria do funcionamento do Estado, que é, na prática, seletiva, condenatória do sistema de Justiça. E não somente para encarcerar, para julgar a menor toda e qualquer postulação que seja levada a juízo por uma pessoa negra. Por exemplo, se você faz estudos – e já há estudos nessa linha –, nas indenizações por danos morais, a moral branca é sempre mais valorada que a moral negra, mesmo que seja numa relação consumerista, ou seja, você paga o mesmo preço numa passagem aérea, mas a indenização a uma pessoa negra que aciona o sistema de Justiça com base no Código do Consumidor, a indenização por danos morais, é menor do que a de qualquer pessoa branca.

Então, são muitos os nossos desafios. Eu realmente fui provocada aqui, nesta mesa, hoje, a reformular em muito e fazer um pouco de um depoimento mais ou menos autoral, porque é também muito importante a gente não perder o fio histórico de que, dialeticamente, o que nos faz crescer, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos mobiliza e que nos garante hoje alguns espaços de poder está muito distante. E o que eu tenho dito? Viver sem racismo é partilhar poderes, é isso que a gente busca e é por isso que a gente segue em luta.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – E nem chorei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não chorou, mas foi muito bem, falou com emoção, com sentimento, falou com o coração.

Essa foi a nossa querida advogada Vera Lúcia Santana de Araújo, que é Coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, membro da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno.

Você falou com um linguajar firme, claro, corajoso e direto e me fez lembrar de uma frase que todos vocês conhecem, que eu ouvi e que meu velho pai dizia: "Quando você sair, leve documento, tenha todo o cuidado". Tinha que ter uma prevenção e não era para ir... Era praticamente para atravessar uma rua, ir para o colégio à noite, por exemplo. E uma frase que eu ouvia, naquele tempo, dizia mais ou menos o seguinte: "Negro parado é suspeito, correndo é culpado; toca-lhe bala nele", era mais ou menos isso. Quer dizer, é triste ter que me lembrar disso, mas eu ouvi muito essa frase e todo cuidado a gente tinha.

E eu contei acho que uma vez aqui, mas eu vou contar em 30 segundos: um filho meu, parado, dentro do *shopping*, olhando alguma coisa para comprar, foi interpelado como suspeito – olhando para comprar –, e o guri tinha dinheiro, eu já era Deputado no mínimo, eu já era Deputado naquela época. Aí, felizmente, um genro meu que estava perto, quando viu, foi em cima, parou tudo – parou tudo – e tranquilizou. Mas veja o absurdo que é isto: ele estava olhando um tênis para comprar. Claro que não compraram naquela loja e deram um estouro lá. (*Risos.*)

Mas você tem toda a razão. A sua análise mostra essa história triste que, inclusive, ainda acontece até hoje. Eu estou falando isso já há 20 anos, mas acontece até hoje.

Muito bem, vamos agora para videoconferência.

Sr. Philippe Oliveira de Almeida, Professor Adjunto de Filosofia do Direito na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ; Pós-Doutor pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dr. Philippe.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todas, todos, "todes".

Eu gostaria de agradecer imensamente ao Senador Paulo Paim pelo convite e parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública, em especial num país no qual corpos pretos seguem sendo sistematicamente silenciados.

Eu gostaria de cumprimentar o meu amigo Adilson Moreira e também os Profs. Douglas, Dr. César, Dra. Vera e dizer que é uma honra participar de uma audiência pública do Senado, a Casa do Povo, o pilar da democracia no Estado democrático de direito. Não há democracia sem Parlamento.

Eu não poderia deixar, ocupando um espaço como este, de homenagear a memória do grande Abdias do Nascimento, Senador, escritor, artista plástico, professor universitário e autor de duas obras seminais na discussão sobre racismo e raça no Brasil: *O quilombismo* e *O genocídio do negro brasileiro*, dois textos pioneiros na tarefa de denunciar a opressão vivida por afrodescendentes no Brasil.

O nosso país viveu décadas seduzido pelo mito da democracia racial, que foi largamente fomentado pelo estado novo e pela ditadura militar e incutiu em muitos brasileiros e brasileiras a crença de que o Brasil não é um país racista, pois não teve, depois do fim da escravidão, políticas explícitas de Apartheid. Mas vale sempre a pena lembrar que a aparente neutralidade das nossas instituições sempre camuflou a violência cotidiana contra a população preta. Como os meus colegas que me antecederam bem destacaram, a guerra às drogas é o melhor exemplo de um racismo silente, um racismo que tem medo de dizer o próprio nome, mas que tem efeitos muito concretos na vida da população negra.

Um ex-Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, cidade na qual eu atualmente trabalho, disse uma frase há muitos anos que me chocou pela franqueza. Ele disse: "Tiroteio na favela da Coreia é uma coisa, tiroteio em Copacabana é outra". Ele deixa muito explícito como corpos diferentes, corpos brancos e negros, são valorados de formas diferentes, como é que eu posso, muito confortavelmente, colocar em risco a vida de famílias pretas sem que isso cause qualquer escândalo, qualquer incômodo para boa parte da população.

Não é à toa que a guerra às drogas produziu no Brasil a terceira maior população carcerária do mundo, majoritariamente afrodescendente. Vale a pena, para quem duvida, dar uma olhada nos trabalhos de duas grandes intelectuais brasileiras: a Profa. Ana Flauzina e a Profa. Carla Akotirene, que têm, há muitos anos, mostrado exatamente em que medida o nosso Poder Judiciário, marcado pela seletividade penal, se tornou (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A tela está pequena porque a internet dele está com dificuldade, agora a voz também sumiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... da população parda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós não o estamos ouvindo, praticamente não estamos ouvindo. A partir de uns... Faz um minuto que não o ouvimos mais e nem o vemos agora na tela.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai falando, vamos ver.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua igual, cortando muito, muito, e a sua imagem sumiu totalmente.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Caramba!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podemos fazer o seguinte, passamos para outro convidado e você volta em seguida, pode ser? (*Pausa.*)

Já caiu.

Então, vou passar agora para a Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires. A Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires é Doutora e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Estamos com dificuldade. A imagem está reduzida, e não estamos ouvindo a Dra. Thula, que é Doutora e Mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A SRA. THULA RAFAELA DE OLIVEIRA PIRES (*Por videoconferência*.) – Bom dia!

Vocês conseguem me ouvir agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora melhorou. Agora melhorou. Perfeito.

A SRA. THULA RAFAELA DE OLIVEIRA PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Bom dia a todo mundo que está aí presente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria estar participando desta audiência em outras circunstâncias, mas, em razão do temporal do último sábado, algumas áreas ficaram sem energia, sem luz, como o lugar onde eu moro, que fica na periferia também, e, para piorar, quando eles restabeleceram a luz, eles restabeleceram de todo o entorno, menos a rua do morro, menos a rua da comunidade, que é a rua onde eu moro. Então, a gente estava em manifestação pacífica aqui na via principal, e, mais uma vez, o setor público, ao invés de fazer pressão junto à Enel, junto à empresa que deveria prestar o serviço de energia, só mandou a polícia, a Polícia Militar e a Guarda Municipal.

Então, peço desculpas pelo atraso, por não ter podido ouvir as outras pessoas, mas, se a gente está aqui para discutir um constitucionalismo antirracista, é preciso que a gente não discuta essas questões em abstrato, é preciso que a gente entenda que, para além dos muitos avanços que foram conquistados por muita luta dos movimentos negros e de mulheres negras, ainda há uma série de barreiras que impedem o exercício da cidadania para pessoas negras neste país.

Acho que eu não poderia deixar de entrar. Eu estou aqui numa clínica que fica na rua principal, que deixou eu entrar, que me emprestou o espaço para que eu pudesse participar, porque da minha casa é impossível, eu não posso participar.

Eu também queria aproveitar para dizer que esta semana a gente foi surpreendida por decisões do Supremo Tribunal Federal numa ação importante, que é a ADPF 973, que deve discutir o racismo como um *status*, coisa inconstitucional no Brasil, e a gente teve a inabilitação de uma série de entidades negras como *amicus curiae* nesse feito.

Então, a gente vem de uma semana...

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal, junto com outros tribunais superiores, abriu o primeiro Fórum pela Equidade Racial. Em tese, a gente deveria entender aí que há um momento em que há uma sinalização para um comprometimento com o enfrentamento ao racismo de todos os tribunais superiores junto com o CNJ e, portanto, imaginávamos, de boa parte da magistratura brasileira, mas, na semana seguinte, na mesma semana, na verdade, quando o Relator de uma ação como essa analisa a possibilidade de quem tem a capacidade ou não de participar do debate público para pensar quais são os efeitos do racismo no acesso ao Estado democrático de direito, há uma inabilitação de uma série de entidades negras extremamente relevantes no debate público nos últimos anos, mas não o suficiente para registrar como relevante para o Supremo Tribunal Federal e o Relator Luiz Fux.

Entre essas organizações, eu cito o Criola, que é uma organização de mulheres negras de mais de 30 anos que tem produzido dados, pesquisas e intervindo diretamente no debate sobre o racismo patriarcal cis-heteronormativo e que não foi considerada, uma entidade que participa de outras ações junto ao Supremo nesses debates, vinculando o racismo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ABPN, que é a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros também não foi, e outras entidades importantes que também não foram.

Então, infelizmente, eu começo este debate, que deveria ser um debate para a gente, obviamente, pensar no que ainda precisa ser feito, mas também ter a possibilidade de comemorar os dados, os passos que demos nos últimos 35 anos, eu começo fazendo essas duas denúncias, porque entendo que não há possibilidade de a gente avançar no debate sobre um constitucionalismo antirracista se a gente continuar naturalizando os entraves que são colocados para a participação da população negra nas mais diversas esferas da vida.

Então, eu começo com essas duas denúncias que falam de lugares muito diferentes, mas que têm um ponto em comum. É o racismo que impede tanto que uma comunidade periférica tenha acesso a serviços de luz e, sem luz, vai ficar sem água, porque no morro só sobe água se ligar a bomba, e a gente vai ver idosos, crianças, recém-nascidos e outros grupos sociais alijados de serviços básicos. E vamos também falar de uma outra esfera, na ponta, da elite, na discussão jurídica de relevância nacional sobre o racismo enquanto estado de coisas inconstitucional, também somos alijados. Então, independentemente de onde estejamos, independente da roupa que a gente veste, independente dos títulos que a gente reúne, o racismo continua sendo um grande entrave para a participação cidadã de pessoas negras no Brasil. E isso a gente certamente não coloca tudo na conta da Constituição de 88, a Constituição de 88 de fato tentou criar mecanismos para que a gente tivesse um outro tipo de participação, mas fato é que a gente não consegue ainda transpassar essas barreiras.

A gente tem um novo marco constitucional para lidar com o racismo, principalmente a partir da constitucionalização da Convenção Interamericana contra ao Racismo. Então, desde pelo menos 2022, a gente tem aí, com estatura de norma constitucional, uma série de dispositivos que, uma vez constitucionalizados, nos permitem avançar em algumas discussões que ainda tinham muito mais resistência no âmbito do sistema de justiça.

Estou falando, por exemplo, do reconhecimento normativo das violências múltiplas ou interseccionais e também das violências indiretas. Então, a gente tinha algum tipo de possibilidade de coibir atos de racismo quando ele se manifestava de forma direta, o que não é algo que a gente possa, com alguma facilidade, diante do modelo de racismo e dinâmica do racismo que a gente tem, que é de racismo por denegação, conforme interpreta Lélia Gonzalez, configurar, e nunca é suficiente para o sistema de justiça brasileiro reconhecer que o racismo aconteceu diretamente, mas todos os efeitos indiretos do racismo para os quais a gente não tinha mecanismos normativos expressos para conseguir coibir, agora já temos.

Então, contamos com o Senado, contamos com esse mandato, contamos com o compromisso coletivo para que essa constitucionalização, que contou certamente com a participação fundamental tanto da Câmara quanto do Senado para sua internalização com estatura de norma constitucional, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente conta para que ela se faça realidade, para que nos 40 anos da Constituição de 88 a minha participação possa ser festiva, que eu não tenha que começar a fazer essa discussão por denúncias, que a gente tenha possibilidade de discutir tecnicamente avanços tanto normativos quanto na aplicação do Direito para que a gente efetivamente construa uma sociedade equânime, uma sociedade democrática, uma sociedade que não trate pessoas negras com a desumanização que nos trouxe até aqui.

É mais um 20 de novembro em que, em vez de a gente acordar para conseguir festejar os espaços de liberdade que conseguimos construir a duras penas e com muito suor, a gente acorda lembrando que a sociedade brasileira, que as instituições públicas brasileiras, nos lembram quem somos, onde estamos, que é a zona do não ser.

Sinto por não poder fazer uma participação em outro sentido, mas se a gente quer discutir uma Constituição antirracista, ela precisa ser discutida em concreto, ela não pode ser discutida em abstrato.

Agradeço a atenção de todos vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires, Doutora e Mestre em Direito Constitucional e Teoria de Estado. Ela é da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e usou o seu tempo fazendo uma série de denúncias legítimas e importantes que não têm reflexão, só falando, como ela disse, de alguns projetos que nós todos conseguimos aprovar aqui e que, poderíamos dizer... Fizemos até algumas coisas importantes, mas temos muito, muito, por fazer. Essa foi a fala dela na linha da denúncia daquilo que está enfrentando nesse momento ainda.

Muito bem, doutora.

Agora vamos para... Não sei se o Philippe Oliveira de Almeida conseguiu voltar.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, Philippe. É com você.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Tudo bom, Senador?

Bom, vou retomar, então, a minha fala do início, se possível.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Ah, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez minutos mais cinco, se for preciso.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Eu queria agradecer novamente ao Senador Paulo Paim pelo convite, parabenizar pela iniciativa desta audiência pública, em especial em um país no qual corpos pretos seguem sendo sistematicamente invisibilizados e silenciados.

Eu preciso cumprimentar o Prof. Douglas, o Dr. César, a Dra. Vera, e, em especial, a Profa. Thula Pires e o Prof. Adilson. Quero dizer que é uma honra participar de uma audiência pública no Senado, que é a casa do povo, o pilar da democracia. Não há democracia sem Parlamento.

Eu não poderia falar neste espaço sem aproveitar o ensejo para homenagear a memória do grande Abdias do Nascimento, Senador, escritor, artista plástico e autor de duas obras que são seminais na denúncia da opressão vivida por afrodescendentes, que são *O quilombismo* e *O Genocídio do Negro Brasileiro*.

O Brasil, durante muitas décadas, viveu seduzido pelo mito da democracia racial, sistematicamente fomentado pelo Estado Novo e pela ditadura militar, que difundiram a crença de que o país não seria racista por não ter políticas explícitas de *apartheid.* Mas vale sempre a pena destacar como é que essa aparente neutralidade das nossas instituições sempre camuflou a violência cotidiana contra a população negra. E, talvez, a maior expressão disso seja a guerra às drogas, que os professores que me antecederam, a Profa. Thula, por exemplo, destacaram muito bem. Um ex-Secretário de Segurança do Rio de Janeiro dizia impunemente que uma coisa é começar um tiroteio na Favela da Coreia e outra é começar um tiroteio em Copacabana, o que mostra muito claramente como para as nossas instituições, para o nosso Poder Judiciário, para as nossas forças policiais, alguns corpos, em especial pretos e pobres, são matáveis, são descartáveis. É isso que produziu no Brasil a terceira maior população carcerária do mundo, que é majoritariamente afrodescendente. Então, eu sigo pedindo que todos leiam as Profas. Ana Flauzina e Carla Akotirene, e também a Profa. Thula Pires, que têm sistematicamente denunciado o papel da seletividade penal em um país no qual o racismo tem medo de dizer o próprio nome. A gente vive esse cenário de racismo por denegação, como a professora Thula bem destacou, e que produz efeitos muito concretos na vida de pessoas negras.

Por esses fatores é que é tardio o reconhecimento institucional de que o Brasil é um país racista, um Brasil que não revisou o legado da escravidão, um país que não trabalhou para inserir a população afrodescendente no mercado de trabalho, e – uma questão que é absolutamente essencial – que não se mobilizou para efetuar a reforma agrária, que é crucial para a democratização no campo. Duas grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teóricas já disseram isso, com muito mais talento do que eu, que foram as grandes Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento.

Vale a pena destacar que, apesar de a Lei 10.639 já ter definido a obrigatoriedade de as escolas de ensino fundamental e médio ensinarem história e cultura afro-brasileira nas escolas, o fato é que ela segue sendo sistematicamente ignorada, o que é um sintoma do quanto as nossas instituições continuam insistindo em invisibilizar o sofrimento ao qual a população negra é sujeita. Embora seja a maioria da população, o negro segue sendo sub-representado nos nossos espaços decisórios. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não estamos lhe ouvindo mais.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – E agora, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltou.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Bom, existe um lema muito caro às mobilizações políticas contemporâneas, que é: "nada sobre nós sem nós". A gente precisa levar esse lema muito a sério ao pensar em políticas de inclusão voltadas à população negra, que segue sendo sub-representada nos espaços de decisão, inclusive no Poder Judiciário, no Poder Legislativo e no Poder Executivo. A Constituição de 1988 – como a Profa. Thula bem destacou, o Prof. Adilson também – é um ponto de partida, mas não um ponto de chegada na luta por uma sociedade comprometida com a diversidade étnico-racial, e nós precisamos de mecanismos para tornar de fato efetivos os princípios constitucionais relativos à igualdade, à liberdade e à dignidade humana.

Há vários juristas que há anos têm impugnado para que nós fortaleçamos o compromisso da nova República, fundada em 1988, com a justiça racial e com a luta contracolonial. Os coletivos negros sempre tiveram um papel proeminente nessa luta. Eu queria citar duas juristas em especial: a Profa. Eunice Prudente e a Profa. Dora Bertulio, que vale destacar, deveriam estar ocupando cadeiras no STF. O Brasil merece uma jurista negra e comprometida com a efetivação das premissas básicas da Constituição no STF.

O reconhecimento pelos Três Poderes da importância de políticas de ação afirmativa tem pouco mais de uma década, e ainda assim esse reconhecimento contrasta com várias estratégias feitas para mitigar os efeitos das políticas de inclusão em todas as esferas, tanto públicas quanto privadas.

E, para finalizar, nós falamos de constitucionalismo moderno e da importância do constitucionalismo para realização de uma sociedade justa e igualitária e nós sempre pensamos na Revolução Americana e na Revolução Francesa, mas acho que mais importante do que isso é a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltar os olhos para a mais importante revolução moderna, que é a revolução do Haiti (*Falha no áudio.*)... essa revolução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está difícil, não dá para entender quase nada do que ele fala.

Se você ficar só no som, acho que fica melhor. Esquece a imagem e fica...

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá.

O SR. PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Eu estava dizendo que a gente precisa, primeiro, de uma mulher preta no STF. Acho que é mais importante do que nunca garantir a representatividade de juristas comprometidas com a verdadeira efetivação da justiça racial, em transformar os programas da Constituição de 1988 em um projeto genuíno de nação, como diria a Dra. Vera.

Quando a gente fala em Constituição, em constitucionalismo, a gente sempre pensa no papel da Revolução Americana e da Revolução Francesa, mas é crucial que a gente volte nossos olhos, num dia como o de hoje, para a revolução do Haiti, a primeira revolução de independência nacional que foi capitaneada por ex-escravizados. Há vários autores que falam sobre isso, Marcos Queiroz, Deivide Ribeiro, Rodrigo Portela, a revolução do Haiti segue sendo um símbolo para um constitucionalismo emancipatório, soberanista e comprometido com a justiça. Dito isso, acho que a gente precisa reconectar a nossa leitura da Constituição de 1988 a essa tradição, a várias pessoas negras que contribuíram para que o constitucionalismo chegasse ao patamar de debate e engajamento político no qual se encontra hoje.

Só para encerrar, eu gostaria de convocar todos a lerem pessoas negras, ouvirem pessoas negras, verem pessoas negras, em especial mulheres negras. Talvez esse seja o primeiro degrau para que a gente pense em estratégias verdadeiramente coletivas de enfrentamento ao racismo.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Obrigado, Philippe Oliveira de Almeida, Professor adjunto de Filosofia do Direito na Faculdade Nacional de Direito UFRJ, Pós-doutor pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Meus cumprimentos por toda sua fala, muito conteúdo, mas eu não poderia deixar de lembrar o início, em que você fez uma citação do Abdias. E nós estamos aqui no plenário com o neto do Abdias, estou certo ou estou errado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neto do Urbano, que vai fazer uma homenagem ao Abdias. (*Palmas.*)

Muito bem.

Dá um abraço aqui. A homenagem é ao Abdias... (*Palmas.*)

... mas eu é que ganho o presente.

Vem cá, vem cá. Diga aí, você é neto...

O SR. JOÃO PEDRO VILLELA (Para expor.) – Bom dia.

Sou neto do Urbano Villela. Meu avô é artista plástico aqui da Casa, ele teve um grande apreço ao Senador Abdias e hoje resolveu presentear ao Senador Paim, nosso conterrâneo lá do Rio Grande do Sul, esse retrato a óleo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço, viu?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pegue toda a mesa aí. (*Pausa.*)

Muito bem.

Muito obrigado.

Vou falar um pouquinho aqui, rapidamente, sobre o Abdias.

Eu era Deputado Federal, eu saía lá da Câmara e vinha assistir ao discurso do Abdias. Eu ficava impressionado com a coragem, a valentia, a firmeza, o conhecimento. Um homem, como eu digo, de cabelos prateados, na tribuna, falando praticamente com o público – naturalmente, pela TV Senado – e falando para mim, no Plenário, porque poucos ouviam. Eu ficava ali sentadinho, mas emocionado com a valentia daquele homem, e ele se tornou uma referência para todos nós.

Quando pedem para mim: "Qual é a sua grande referência do movimento negro?", que me desculpem todos aqueles, porque são inúmeros lutadores, mas eu olho para o passado e lembro o Zumbi, e, mais no presente, bem próximo, o Abdias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convivi com ele aqui dentro. Ele foi Senador, ele foi Senador da República, e eu vim assistir aos pronunciamentos do nosso querido Abdias.

Um dia me deram a oportunidade – o Lula que me deu –, uma homenagem para o Abdias no Itamaraty, e pediu que eu falasse em nome da Casa, enfim, da instituição. E eu fui falar e fiz uma poesia chamada *Abdias, um homem além do seu tempo*. Essa poesia, eu a tenho comigo hoje, eu a coloquei em livros que publiquei. A viúva dele, recentemente, em Porto Alegre, em um gesto muito bonito, fez uma exposição do Abdias e botou um poeta a declamar essa poesia.

Eu vou lhe dar uma cópia da poesia, viu? É uma poesia que eu mesmo... Naquele dia, eu declamei. Ele estava, eu acho, com 92 anos, de cadeira de rodas no Itamaraty. Eu escrevi de noite, e ali, naquele momento, eu a declamei – mas, claro, lendo. Eu não tenho a memória. Eu fiz, escrevi e tive que ler, mas li com muita emoção, com muita coragem.

Depois me pediram qual era a grande referência. Eu digo: não tem como. Eu olho para o mundo, vejo a imagem do Mandela. Porque eu estive lá, quando o Mandela estava no cárcere ainda – a *Folha de S. Paulo* até fez uma matéria nesse sentido hoje. Eu fui com o Caó, com o Edmilson e com a Benedita – que era a bancada negra –, Domingos Leonelli e João Herrmann, que já faleceu. Fomos lá entregar uma carta da Assembleia Nacional Constituinte, mas estava se concluindo o processo. Tanto que, no fim daquele ano, ele foi liberto, virou Presidente da África do Sul e voltou ao Brasil. Nós tivemos a alegria de recebê-lo também aqui no Brasil.

Permita-me aqui uma homenagem ao Nelson Mandela, porque eu ouvi uma frase – esteve também no Brasil – do Bill Clinton. Ele disse: "Entendam vocês: em qualquer ambiente em que o Mandela entrar, ele não precisa falar. Só a presença dele, quando ele entra, todo mundo fica em silêncio, como que encantado". Não era porque ele era bonito, ou era feio, se era alto, ou se era magro. Era a energia que ele transmitia.

Essa frase eu nunca mais esqueci, que nós ouvimos sobre o Nelson Mandela.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nelson Mandela presente.

Martin Luther King presente.

Todos os nomes podíamos lembrar aqui, dos grandes...

Zumbi presente.

E, como você já disse antes, o do Abdias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dandara também, que nós acabamos citando antes, presente.

Mas, falando em Dandara, eu vou aqui dizer. Saiu uma entrevista minha grande, vocês vão acabar pegando, *Folha de S.Paulo*, de página inteira, sobre a questão racial por ser um dos poucos negros que chegou ao Senado e está vivo ainda. Porque chegou a Benedita, chegou o Abdias e cheguei eu, desse período de tantos anos. Aí perguntaram para mim, da *Folha de S.Paulo*, vocês vão ver lá – e falo aqui em homenagem às mulheres –, o que eu acho desse movimento que está sendo feito por negros e negras e brancos de termos uma mulher no Supremo Tribunal Federal. Eu disse, com todo o carinho e respeito que tenho pelo Presidente: É claro que eu gostaria de ver uma mulher negra lá no Supremo Tribunal Federal, mas quem escolhe é o Presidente. Ele tem autoridade para escolher. E eu sei que aqui tanto a Lívia como a Vera são pré-candidatas. Mas foi essa a resposta que eu dei, que eu gostaria muito de ver uma mulher negra no Supremo Tribunal Federal.

Então, deixei ali a minha posição clara, mas eu digo: Olha... E uma vez eu dei uma resposta quando alguém questionava o Lula: Eu tenho o maior carinho pelo Lula naturalmente, sabem disso. E ali fala que, inclusive, quando eu vim do Rio Grande do Sul para ser Constituinte, eu morei alguns meses com ele e com o Olívio aqui numa república e, depois, eu me desgarrei. Como sempre digo, eu sou um homem do mundo. Eu me desgarrei e fui... E continuei aqui. E, naquela oportunidade, eu me lembro de que nós falávamos sobre a questão racial e da importância da Constituinte e de qual era a tendência de nós outros todos... Do Lula eu tenho certeza, eu me lembro, de que ele ia ser Presidente da República. E isso se concretizou. O Lula foi Presidente da República e está sendo esse homem aí que todo mundo, eu digo o mundo hoje rende homenagens a ele. E não vou comentar aqui agora a questão da Argentina.

Mas o que eu ia falar no final, para não fugir do assunto das mulheres do Supremo, eu disse o seguinte. Uma vez eu ouvi o Lula dizer uma frase de forma muito respeitosa e carinhosa. Queriam pressioná-lo a tomar uma posição e ele disse: "Olha, a minha posição eu vou tomar no momento adequado. Agora, se alguém quiser tomar posição no meu lugar, é fácil: candidate-se e se eleja. Daí você toma a posição que você quiser". (*Risos.*)

Eu achei uma resposta... Porque ele é muito carinhoso. Com muito carinho, ele respondeu dessa forma.

Então, vamos esperar, mas eu tenho certeza de que vai chegar o momento em que teremos mulheres negras no Supremo Tribunal Federal – não é, Lívia? Não é, Vera? Não sabemos o momento, mas que vamos, vamos chegar. (*Pausa.*)

Exatamente.

Muito bem. Agora só falta... (*Pausa.*)

Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, Dra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia.

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (Para expor.) – Muito bom dia a todas, a "todes", a todos. Senador Paulo Paim, é uma imensa honra estar mais uma vez nesta Casa, a convite de V. Exa., para uma audiência pública, sempre pensando a nossa democracia.

Eu digo que a questão do racismo nem é um tema, é uma questão sobre a nossa... talvez não democracia, porque estamos num processo de construção democrática no país, mas falar sobre uma Constituição antidiscriminatória e uma Constituição antirracista passa por retomar a ideia de constitucionalismo negro, também colocada pelo Prof. Samuel Vida, meu conterrâneo, Professor da Universidade Federal da Bahia, porque o constitucionalismo negro, que é antidiscriminatório e é antirracista, não se limita à pauta da questão racial, ele não se encerra nem se limita no texto da Constituição, mas o inspira e deve continuar inspirando esse texto. E é muito importante, quando falamos em constitucionalismo negro, retomarmos as nossas referências para a construção desse constitucionalismo. E, como o Prof. Philippe lembrou a Revolução Haitiana, que resulta na Constituição haitiana de 1805, que nós, por conta do epistemicídio, acabamos não conhecendo e não celebrando e não festejando, eu quero lembrar: antes da Revolução Haitiana, da Revolução de Palmares, parece-me que a população negra brasileira nunca vivenciou democracia, salvo em Palmares, cujo território abraçou, por um século, gerações de pessoas negras, livres em pleno regime escravocrata. E, se nós temos um constitucionalismo negro que nos precede, que nos permite estarmos nesta Casa hoje, é preciso reverenciar as pessoas que construíram esses caminhos, porque, afinal de contas, os nossos passos vêm de muito longe e de muito antes do processo escravocrata.

Palmares, assim como muitas outras iniciativas de constitucionalismo negro e dos movimentos negros, gerou reações duras, violentas, cruéis. Porque Palmares, José Ribamar, era justamente a antítese do que se queria em termos de manutenção da hegemonia branca no Brasil. Se o nosso sistema político escravocrata prezava uma monocultura da terra, que desgastava o solo, grandes latifúndios, Palmares prezava uma policultura. E eu sempre digo: quando não dava mandioca, dava um aipim; se não desse o milho, dava o arroz, dava o feijão. E nós somos isso, essa multipotência, essa possibilidade de diversas dimensões de construção constitucionalista, inclusive. E era em Palmares que homens e mulheres, lado a lado, em igualdade de condições, lideravam a defesa de sua propriedade coletiva.

Então, nós temos muito a beber dessa fonte que foi e que é o constitucionalismo de Zumbi dos Palmares, celebrado no dia de hoje, 20 de novembro, para dizer que, se Palmares não vive mais, nós faremos Palmares de novo, estamos fazendo Palmares de novo todos os dias. E é preciso lembrar de Zumbi, mas também de Dandara, de Zeferina, de Acotirene, de Zacimba Gaba, de Maria Felipa e de tantas outras personalidades negras que nos permitiram, de fato, continuar avançando. Eu não posso me esquecer de Lélia González, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, queridíssima e saudosa Luiza Bairros, a nossa Ministra Matilde Ribeiro, a nossa Ministra Nilma Lino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando Nilma Lino, eu preciso falar de uma concepção tão importante que ela traz do movimento negro educador. O movimento negro no Brasil é educador, segundo Nilma Lino, porque, na luta emancipatória por liberdade e emancipação, vai educar a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, mas vai educar também a si própria. E é por isso que os movimentos negros não são identitários num termo pejorativo que querem imputar, afinal de contas, pessoas brancas também têm identidade de gênero, de raça, cor, territorial e outras tantas. É por isso que é tão importante pensarmos que o movimento negro nunca lutou apenas contra o racismo, mas contra o sexismo, a LGBTfobia, o genocídio da juventude negra, o capacitismo, o etarismo. Portanto, de fato, o movimento negro segue nos educando para construirmos cotidianamente essa Constituição antirracista e antidiscriminatória.

Por isso, no livro *A Justiça é uma Mulher Negra*, que escrevi em coautoria com a Dra. Chiara Ramos, defendo, Senador Paulo Paim, a interseccionalidade como um princípio constitucional, como um metaprincípio, como um princípio método de aplicação e interpretação da nossa Constituição e da nossa legislação, de modo que todas as pessoas sejam enxergadas pela Justiça. Ensinaram-nos a pensar na imagem da Justiça como uma mulher branca – de origem grega, inclusive – de olhos vendados. E eu digo que nós precisamos de uma Justiça de olhos abertos, de olhos muito atentos a todas as desigualdades que se perpetuam na sociedade brasileira, para que ela possa corrigir essas desigualdades.

E, se eu falei dessas referências tão importantes, eu tenho que dizer que a presença de Congressistas negros nesta Casa foi fundamental para que nós chegássemos até a essa legislação antirracista que temos hoje.

Quero lembrar, por óbvio, Abdias Nascimento; lembrar um projeto de lei de 1983, que, se hoje estivesse em pleno vapor, nós teríamos uma outra sociedade, porque Abdias, visionário que era, já pensava em medidas de compensação para a população negra, inclusive indenização para descendentes de pessoas escravizadas. Abdias falava na ocupação efetiva de todos os órgãos públicos com uma reserva de vagas de 20% para mulheres negras e de 20% para homens negros. O que é isso senão a visão interseccional das políticas públicas? Daí a necessidade desse instrumento fundamental para que nós possamos desenvolver a democracia no nosso país?

E não podemos deixar de falar na Benedita da Silva, essa mulher que tanto nos representa e que dedicou uma vida inteira à igualdade racial e à democracia brasileira.

Mas eu queria, Senador Paulo Paim, neste momento, lembrar a trajetória de V. Exa., porque é em vida que a gente tem que festejar as pessoas, celebrar as pessoas. O senhor falou do seu filho, mas, no fim das contas, o senhor acaba sendo também pai de todas as pessoas negras e antirracistas e da democracia brasileira. É uma pessoa que dedicou... (*Palmas.*)

Uma salva de palmas mesmo, em agradecimento, Senador Paulo Paim, porque V. Exa. é uma pessoa que dedicou a sua trajetória e a sua vida não a conquistas individuais, individualistas, mas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repercussão coletiva dessas conquistas. Isso a gente aprende em Palmares, isso a gente aprende com o nosso povo.

Então, quando... (*Palmas.*)

Eu agradeço ao senhor hoje. Já agradeci em meu nome, mas eu agradeço também em nome da nossa ancestralidade, em nome das minhas filhas e das futuras gerações.

E eu ouvi uma frase muito bonita recentemente, que eu não tinha elaborado ainda, embora sentisse. Quando nós nos colocamos nesse lugar de transcender a individualidade para alcançar o coletivo com justiça, equidade e democracia, nós não curamos apenas a nós; nós curamos e libertamos os nossos ancestrais, que não tiveram condições de ser libertados e de ser curados. (*Palmas.*)

Então, isso me anima a continuar.

Mas pensar a nossa Constituição de 1988 é pensar a grande participação dos movimentos negros educadores na Constituinte, porque, se não fossem os movimentos negros educadores, nós não teríamos o princípio do repúdio ao racismo, que deve ser considerado sistematicamente em todo o texto constitucional. O legislador Constituinte se antecipa ao legislador infraconstitucional e já diz que o racismo é crime imprescritível e inafiançável.

Mas não é apenas isso: nós temos a primeira Constituição que vai pensar as terras quilombolas e indígenas, territórios sagrados de resistência do nosso povo, que não podem ser desrespeitados. Nós temos a primeira Constituição que irá trazer como valor fundamental...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ – ... o princípio da igualdade material. Nós não podemos ter uma igualdade apenas no papel. Isso precisa se concretizar na prática.

Eu vou lembrar a fala da Dra. Thula Pires, a quem cumprimento, se estiver ainda *online*, quando fala da Convenção Interamericana contra o Racismo. Eu me recordo de que, em 2020 ou 2021, foi criada uma comissão de juristas negras e negros pela Câmara dos Deputados, justamente para revisar a legislação de racismo. Eu tive a honra de participar dessa comissão, presidida pelo Ministro Benedito Gonçalves, cuja relatoria coube ao Ministro Silvio Almeida, que trouxe um relatório de quase 500 páginas, muito bem elaborado, pensado e construído, justamente para que chegássemos a essa Constituição democrática. E, hoje, essa Convenção Interamericana é apenas o terceiro tratado de direitos humanos internacional que tem *status* de norma constitucional. Nós não podemos esquecer isto: é norma constitucional, é texto da nossa Constituição e traz concepções e normativas importantíssimas para nós, como a discriminação racial indireta, o racismo institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui eu quero me fixar no Artigo 9 da Convenção Interamericana contra o Racismo, que traz como obrigação dos Estados – e o Brasil não só assina e ratifica, mas traz como texto constitucional essa norma – garantir, manter a diversidade étnico-racial em seus sistemas político e jurídico. Então, nós temos, de fato, um estado inconstitucional de coisas, se pensarmos que é uma obrigação do Estado ter essa diversidade étnico-racial em todos os espaços. E deixo a reflexão aqui sobre o que vamos fazer para garantir essa diversidade, especialmente nos sistemas político e jurídico no nosso país, que são espaços transformadores.

Eu vou partindo para o final, lembrando que Ulysses Guimarães chamou a nossa Constituição não só de Constituição Cidadã, mas de Constituição Coragem: uma Constituição que ousou defender a democracia, uma democracia que nós ainda estamos por construir.

E eu vou invocar a Revolta dos Búzios, ou a Conjuração Baiana, de 1798, trazendo para vocês a memória de que, no dia 12 de agosto de 1798, as igrejas e prédios públicos em Salvador amanheceram com a seguinte mensagem: "animai-vos, ó povo bahiense, que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade, que está para chegar o tempo em que seremos todos irmãos".

E Gilberto Gil diz que: "A felicidade do [povo] negro é uma felicidade guerreira!" – a felicidade do povo negro é uma felicidade guerreira. Que nós tenhamos essa felicidade guerreira para seguir defendendo a nossa Constituição e para reorientar a nossa democracia e a nossa sociedade.

Se pode chorar, eu acho que eu posso terminar com uma cantiga bem curtinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Deve! Você tem três minutos ainda.

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ – Vamos lá. Que não toque esse sino antes de eu terminar!

É muito curtinha, é uma música de Luedji Luna que se chama Cabô – mas vou cantar só um pedacinho –, que diz assim: "Quem vai pagar a conta? Quem vai contar os corpos? Quem vai catar os cacos dos corações? Quem vai apagar as recordações? Quem vai secar cada gota de suor e sangue? Cada gota de suor e sangue. Cabô."

Que nós tenhamos a capacidade, como nação, de secar cada gota de suor e sangue do nosso povo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito bem. Bela exposição! E nos brindou aqui – como é que a gente fala? – com uma palhinha. Mas podia continuar cantando, nós queríamos que você continuasse. Quando para mim pedem "Paim, canta!", digo que "o máximo que eu faço é ler e tentar declamar", mas pedir para eu cantar... Aí alguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Plenário diz: "Olha, eu soube que ele é até um bom Senador, mas nunca será um bom cantor. Então, não vamos constrangê-lo".

Mas, olha, parabéns, Dra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia, pela sua exposição.

E você lembrou aqui esse projeto do Abdias. Deixa eu... Quero dar o mérito a quem de direito. O Governo do Presidente Lula está trabalhando com essa ideia desse projeto. Mas, como o Abdias não está mais aqui, e eu ainda estou, e como eu apresentei o projeto do Abdias, em outras palavras, eles vão atualizar o projeto – essa é a ideia –, mas com o espírito do projeto do Abdias. Eu ficarei bem feliz se um dia for dito que essa lei foi inspirada na lei do Abdias. (*Palmas.*)

Essa é a intenção.

O Contarato é o Relator, e ele está com essa visão também, conforme a orientação do Palácio: "Olha, vamos pegar o projeto do Paim, que vai na linha, e vamos atualizar pelo projeto de lei do Abdias". E o Contarato também é simpático à ideia. Eu não estou entrando no detalhe porque eu não fui autorizado a falar como é que vai ser, mas esta é a ideia: a ideia é olhar a proposta apresentada pelo Abdias, atualizar em cima do projeto que já está tramitando e está na mão do Contarato. Eu achei uma bela iniciativa do Presidente Lula e que você aqui lembrou muito bem.

Vamos torcer. Eu gostaria que se aprovasse este ano ainda, não é? Mas a lei que existe hoje da cota no serviço público – é disso que nós estamos tratando – vai até junho; até lá, a gente pode fazer com que seja uma homenagem ao Abdias. Porque a lei que eu apresentei é fruto de um projeto dele que ficou aqui, e eu, naturalmente... Não que eu seja herdeiro dele, mas tudo aquilo de bom que ele apresentou ao Brasil e ao mundo, se a gente puder representar, estamos cumprindo o nosso papel também, não é?

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (*Fora do microfone*.) – Lei Abdias Nascimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lei Abdias Nascimento. Vamos trabalhar com essa ideia. Essa é a intenção. E você agora aqui carimbou. Diz lá para eles.

E você agora aqui carimbou. Diz lá para eles.

A SRA. MARINA ANDRADE (*Fora do microfone*.) – Foi a iniciativa também comentada pela Dra. Lívia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela falou aqui agora. Ela falou aqui agora sobre isso, por isso que eu entrei no gancho. Ela falou isso agora, deu até o ano. Qual o ano que você falou aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (*Fora do microfone*.) – A do projeto do Abdias? 1983.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – 1983.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você que me provocou então? Eu nem sabia. Eu sei que me apresentaram a ideia. Disseram: "Olha, quem sabe você apresenta esse projeto?". (*Palmas.*)

Então, mais uma vez, meus cumprimentos à Dra. Lívia e com a sugestão de Lei Abdias, se nós conseguirmos chegar lá. Parabéns, Doutora.

Agora vamos, então, para o Doutor e Mestre em Direito Público pela Uerj, Dr. Wallace Corbo.

O SR. WALLACE CORBO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, que cumprimento por esta iniciativa. Fico muito feliz em estar aqui na Comissão de Direitos Humanos neste dia 20 para celebrar, mas, como disse a Profa. Thula Pires antes de mim, não pode ser uma celebração desconectada da realidade, que vem com tantas dificuldades.

Eu queria começar pensando sobre o título desta nossa audiência pública, porque é um título muito provocativo: "Uma Constituição antidiscriminatória e antirracista". E nós temos uma Constituição antidiscriminatória e antirracista. Quer dizer, a Constituição de 1988, no seu texto original, determinou a promoção do bem de todos sem qualquer forma de discriminação, determinou a punição de toda forma de discriminação na forma da lei, determinou um princípio de vedação ao racismo nas relações internacionais do Brasil, criminalizou o racismo como crime inafiançável e imprescritível, como já trabalhado e mencionado anteriormente. Então, não existe dúvida; para além de outros momentos em que a Constituição vai tratar dos povos indígenas, de pessoas quilombolas, não existe dúvida de que o texto constitucional, muito por atuação também do Senador Paulo Paim, traduziu o que uma Constituição é, porque uma Constituição não é só um conjunto de regras ou um conjunto de princípios, até porque muitas pessoas sequer leram esse conjunto de regras ou princípios, e nem por isso deixam de ter Constituição. A Constituição é um repositório das nossas aspirações e dos nossos sonhos; sonhos que foram sonhados muito antes de nós, sonhos que foram traduzidos em palavras em 1987 e 1988, sonhos de que a gente ainda está um tanto longe de concretizar.

Essa distância de concretizar os sonhos – eu vou aproveitar para direcionar a minha fala um pouco para essa última discussão que foi trazida aqui –, essa dificuldade de concretizar esse sonho vem, em larga medida, porque essas aspirações traduzidas na Constituição, em outras normas jurídicas, encontram resistências constantes no campo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Basta nós pensarmos no caso da criminalização do racismo. A Constituição diz claramente que o racismo é crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inafiançável, cria-se a Lei Caó, estabelecem-se os tipos de racismo, e a primeira coisa que nós temos no campo da jurisprudência é que, veja bem, insultos racistas não são racismo. Então, este Congresso Nacional, inclusive por iniciativa e relatoria do Senador Paulo Paim, cria novos tipos penais, incluindo a injúria racial, para deixar claro que injúria racial também é uma forma de crime. E o que diz a jurisprudência? "Não, mas, veja bem, não está dentro da lei do racismo, não está no Código Penal, portanto não é imprescritível e não é inafiançável". Daí precisamos de mais 20 anos depois da última reforma da Lei Caó para fazer uma nova reforma e, aí sim, criar o tipo injúria racial, deixar claro que a injúria racial é racismo. E veremos o que a jurisprudência vai fazer a partir daqui. Isso pensando em criminalização do racismo, mas poderíamos pensar também na questão das cotas.

Nós tivemos dificuldade de criar as cotas. De fato, o Estatuto da Igualdade Racial não conseguiu estabelecer porque, se não, não passava. Não conseguiu estabelecer as cotas. As cotas foram estabelecidas. Eu tenho muito orgulho de ser professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a primeira universidade do Brasil a estabelecer política de cotas... (*Palmas.*)

... por iniciativa e liderança também da nossa grande Benedita da Silva, que era Vice-Governadora à época, Governadora em exercício no Estado do Rio de Janeiro e capitaneou essa legislação. Uma lei que foi impugnada também no Estado do Rio de Janeiro. A primeira Lei de Cotas no Rio de Janeiro foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Depois teve que ser reeditada.

Então, criamos a Lei de Cotas, e o que vimos imediatamente? Discussão judicial porque rapidamente, quando se cria a Lei de Cotas, surge aquela discussão sobre se existem negros no Brasil, se alguém é negro no Brasil. Na hora do benefício, na hora do acesso, não existem mais negros. Existem negros só no momento da dura policial, no momento de ser preso, no momento de ser considerado traficante no lugar de usuário de drogas para fins de legislação penal.

Então, o espaço institucional no Brasil tomou essa constituição, que estabelece uma série de dispositivos notadamente antirracistas, por mais que pudesse ter dito mais, mas disse já o suficiente, e constantemente desmantelou ou tentou desmantelar – essas diferentes instituições tentaram desmantelar – esses avanços constituintes ou esses avanços legislativos, enfraquecendo a legislação antidiscriminatória, a ponto de precisar o Supremo Tribunal Federal dizer – o que deveria ser evidente – que as cotas são compatíveis com a Constituição, confirmando, portanto, a atuação tanto executiva quanto legislativa na matéria.

Daí, portanto, que, se nós queremos pensar um futuro em que nós possamos, como provocou com muita clareza a Profa. Thula Pires, se nós queremos daqui a cinco anos fazer uma celebração apenas comemorando nossas vitórias – e foram muitas vitórias, muitas vitórias de quem nos antecedeu –, nós precisamos pensar também como é possível minar esses obstáculos que são colocados por instituições postas, instituições que não necessariamente têm compromisso antirracista e que não entenderam as esperanças depositadas na Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria colocar duas provocações aqui apenas, no campo legislativo, portanto, que permitiriam avançar um constitucionalismo antirracista para além dos necessários debates filosóficos e teóricos que nós temos a esse respeito.

A primeira diz respeito à educação jurídica. Eu tenho algum tipo de desconfiança na capacidade de a educação jurídica por si só, ou seja, o mero acesso à universidade, seja ela pública, seja privada, de qualidade, por si só, ser suficiente para gerar uma mudança de pensamento, porque o pensamento jurídico brasileiro ainda é um pensamento que tem dificuldade de lidar com esses ditames antirracistas. Mas, se nós pensarmos no campo da formação dos saberes jurídicos, existe um espaço aqui de atuação necessária que vai além da legislação de cotas nos serviços públicos. Não conheço essas iniciativas mais recentes, mas certamente poderão se valer desse tipo de reflexão, que é o fato de que, se nós pensamos em formação do saber, nós estamos pensando especialmente no espaço do corpo docente das instituições de ensino. E, no âmbito do corpo docente das instituições de ensino, nós temos uma completa inefetividade da legislação de cotas. Por uma razão muito simples, a Lei de Cotas vai reservar 20% dos cargos abertos para pessoas negras, e não existe concurso público para professor com mais de duas, três, quatro vagas. Muito raro. Existem alguns professores que ingressaram pelo sistema de cotas, mas isso é quase impossível. De modo que furar o cerco é muito difícil. Abre-se uma vaga, duas vagas; se são cinco vagas, então, você fraciona o concurso em cinco vezes.

Então, nós precisamos pensar também, no campo das políticas de ações afirmativas, como que nós podemos permitir ou evitar esses tipos de fraude à lei de cotas como forma de assegurar um corpo docente mais plural, porque, quando o corpo docente é mais plural, isso modifica não só o corpo docente, mas também os horizontes dos alunos.

Eu ingressei na UERJ como professor no ano passado e eu sou o segundo professor negro da UERJ hoje, ou seja, existem dois professores negros na instituição. E eu não consigo contar quantos alunos por dia me procuram, alunos negros me procuram para dizer como que eles estão absolutamente impactados pelo fato de que eles nunca tiveram professores negros, me fazendo parar para pensar que eu também nunca tive professores negros no ensino superior – eu tive no ensino básico, mas não no ensino superior.

Se nós não tivermos professores negros pensando o direito, junto com os movimentos sociais, revendo as nossas premissas epistemológicas e epistêmicas, a interpretação jurídica e construindo o saber jurídico, nós não conseguiremos avançar para além de simplesmente declamar que somos contra o racismo. Como disse a Profa. Thula Pires: se nós não temos juristas negros pensando o direito e tornando esse pensamento um pensamento difundido, o que nós fazemos hoje a duras penas, nós teremos interpretações formalistas do direito que fazem com que – eu não tinha a informação ainda – movimentos sociais que representam pessoas negras sejam facilmente colocados de fora das discussões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tratam do racismo estrutural, seja no Executivo, no Legislativo, seja, neste caso, no âmbito do Poder Judiciário.

Então, o primeiro ponto que eu queria levantar diz respeito a essa necessidade de revisar as políticas de ações afirmativas também no corpo docente das universidades para que nós possamos promover saberes negros liderados também por pessoas negras nesse espaço intelectualizado e elitizado do ensino. Isso num campo.

Num segundo campo, é preciso também que nós pensemos em como efetivamente transformar a própria formação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALLACE CORBO – ... do corpo burocrático, do corpo institucional, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Vejam, é evidente que, no campo das políticas de ações afirmativas, existe um aspecto reparatório, existe um aspecto distributivo de eu assegurar acesso de pessoas negras a espaços que são condição para ter dinheiro, para ter renda, para ter uma vida boa, mas a maior transformação que uma política de ações afirmativas pode gerar é efetivamente transformar a forma pela qual o Estado funciona, se eu estiver falando de ações afirmativas no Estado, quer dizer, é a pessoa procurar o Estado no SUS, procurar o Estado na polícia, procurar o Estado nesses diferentes espaços, no Judiciário, nas repartições públicas e encontrar a si mesma e, no que ela encontra a si mesma, ela é tratada como gente.

A política de cotas, no serviço público como um todo, avançou muito, mas é preciso pensar sobre os espaços em que ela não avança. Ela não avança onde, por exemplo? Em alguns estados, por exemplo, ela não avança no campo das carreiras jurídicas, digamos, as mais elitizadas. A Defensoria Pública não aprova cotistas, o Poder Judiciário não aprova cotistas, tem um número de vagas reservado, mas nunca esse número de vagas é preenchido. É preciso pensar estratégias para que nós possamos transformar essas instituições, porque, se nós não transformarmos essas instituições, não importa que nós internalizemos a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de intolerância, porque, se quem for decidir chegar para o processo decisório interpretativo e disser "veja bem, o Brasil tem uma forma específica de democracia racial, é assim mesmo e tá tudo certo", nós não transformamos em realidade aquelas esperanças da Constituição.

Não falta mais regra jurídica no nosso ordenamento constitucional. Podia faltar antes, a gente tinha que construir um pouco mais, porque a Constituição, de fato, podia ter dito um pouco mais, mas agora, com a Convenção Interamericana, existe o dever do Estado de lidar com segurança pública pensando na questão racial. Agora, com a Convenção Interamericana, existe o dever do Estado de pluralizar os espaços políticos e judiciais por meio de ações afirmativas. Agora, com a Convenção Interamericana, existe o dever de estabelecer ações afirmativas no âmbito privado e no âmbito público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não falta regra, não falta norma jurídica. Falta o quê? Falta nós tirarmos esses obstáculos que impedem que nós cheguemos aqui hoje fazendo um debate puramente celebratório, que era o que nós mais queríamos fazer, mas que exige que nós façamos um debate também de muitos outros passos que precisamos dar. Mas eu fico muito feliz que estejamos dando esses passos, construindo em conjunto, ao lado de amigos, de amigas de inspirações de uma jornada.

Eu agradeço muito por poder fazer parte dessa luta e desse pensamento e fico aqui à disposição para mais luta, para mais pensamento, para mais reflexão, para nós, efetivamente, buscarmos esses sonhos e essas aspirações no nosso mundo real.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Wallace Corbo. O Wallace Corbo é Doutor e Mestre em Direito Público da UERJ.

Se você me permitir, eu resumo numa frase a sua fala, que foi muito, muito boa. Foi praticamente ajustado para você fazer essa fala no final. A luta foi dura durante o tempo – todos esses tempos –, mas eu tenho uma frase que eu usei na minha primeira campanha, estou lembrando aqui agora. Então, calcule: foi lá na Constituinte, período pré-Constituinte. E o símbolo da minha campanha... Eu dizia que nós, lutadores sociais – negros, brancos, sindicalistas –, fizemos muito, mas temos muito ainda por fazer. Por que eu digo isso? Hoje eu diria a mesma frase: fizemos muito durante todo esse período, mas temos muito ainda por fazer. É aqui que eu faço, de forma simbólica, a sua fala.

E ainda tem uma outra que eu gosto muito, até repetitivo eu sou, mas eu vou dizer.

Olhem, todos os convidados que aqui falaram, eu gosto daquela frase que diz: é muito bom, mas é muito bom mesmo saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

A salva de palmas é para vocês. (*Palmas.*)

É para vocês.

Nós temos que ir para o encerramento. E eu, por dever de ofício aqui, vou adotar um método que eu tenho usado ultimamente.

Eu vou aqui fazer a leitura do e-Cidadania, que são perguntas, e vocês poderão escolher, cada um, uma ou duas perguntas para responder – os presenciais, devido ao nosso horário. E vocês terão de três a cinco minutos para as considerações finais.

E-Cidadania, perguntas.

Thaynara Brito, de Minas Gerais: "Quais seriam as políticas públicas para garantir os direitos sociais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adriano Bandeira, do Espírito Santo: "Como superar o desafio de uma Constituição antirracista quando as leis que a apoiam são percebidas como fracas, sem punições significativas?".

Aqui eu leio tudo, viu?

Genyvall Paullo, de Alagoas: "Por que não [abordar também] [...] [o combate ao] *bullying* [...]? [...] Muitos [...] [sofrem e alguns chegam a tirar suas vidas por conta disso] [...]. [...] [Quem já passou sabe o quanto é doloroso] [...]".

Comentário.

Ana Cristina, de Minas Gerais: "Não precisamos de mais leis, basta [...] [aplicar] [...] [as] leis que já temos. Criar leis para grupos específicos só segrega cada vez mais a sociedade".

Luiz Guerra, de Pernambuco: "É necessário, de tempos em tempos, atualizar nossa constituição para refletir justiça social, equidade e igualdade".

Valéria Sá, do Rio de Janeiro: "Políticas de cotas ou similares, são justificáveis de certa forma, porém investir em igualdade educacional para todos é chave antirracista".

Kristhian Dayvison, de São Paulo: "Como uma constituição pode ser formulada de maneira eficaz para ser antidiscriminatória e antirracista?".

Carlos Henrique, de São Paulo: "Quais serão as políticas-públicas determinantes [...], de forma a garantir os direitos do povo negro nas áreas social, econômica e política?".

Roberto Nascimento, do Rio de Janeiro: "Por que o racismo é utilizado de forma massante [como] ataques contra negros? Brancos não sofrem racismo? Ou mesmo outra raça?".

Adriano Bandeira, do Espírito Santo: "Como garantir efetivamente que uma Constituição seja, conforme o tema, considerando não apenas palavras no papel, mas implementação prática?".

E por fim, Joyce Adriano, de São Paulo: "Se conseguirmos mudar a postura da sociedade e fazer com que novas políticas públicas sejam eficientes, talvez tenhamos um país mais justo".

Vanessa Andrade, de Minas Gerais: "O fato é que nós somos um País miscigenado, no qual todos temos os mesmos direitos, não [...] [há motivo para] ficar criando separação das pessoas".

Luciana de Barros, de Mato Grosso do Sul: "Nossa Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Não precisamos mudar a CF e sim o discurso. Chega de privilégios [...] [para alguns]."

Lauro Lasmar, do Amazonas: "Acredito que ter consciência de classe, é primordial para debater esta pauta, sobre políticas antirracistas no país".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui no finalmente, porque nós estamos com um problema de horário, eu vou dar cinco minutos para os que estão presentes. Se quiserem responder a qualquer uma das perguntas ou fazer um comentário dos comentários, fiquem à vontade. Se não, usem o tempo para expressarem a sua opinião sobre esse dia e o debate do dia de hoje.

Eu vou inverter agora. Vamos começar do último para o primeiro. Então vai ser, pela minha ordem aqui, o Wallace mesmo. Wallace Corbo, Doutor e Mestre em Direito Público da UERJ.

O SR. WALLACE CORBO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Muito brevemente então, tentando endereçar a questão colocada quanto a quais políticas públicas podem ser adotadas. É claro que, para responder quais são as políticas públicas necessárias para uma sociedade antirracista, nós precisaríamos de muito mais do que cinco minutos, de modo que eu quero apenas ajudar a visualizar como é que o desenho de políticas públicas é essencial, quer dizer, nós falamos muito aqui, sempre surgem pelo menos duas grandes questões: de um lado, a criminalização do racismo; de outro lado, as políticas de ações afirmativas.

São duas formas de enfrentar o problema do racismo, não é? De um lado, punindo os crimes de ódio e, de outro lado, gerando uma inclusão em diferentes espaços elitizados, ou espaços previamente fechados, na prática, para pessoas negras.

Mas não são as únicas. É claro que o direito penal, por si só, não vai resolver o problema do racismo no Brasil, como não resolveu até hoje, por uma série de razões. E é evidente que a política de ações afirmativas... Porque essas políticas têm sido pontuais; ainda que aplicadas a todo o serviço público, isso é muito pontual. A gente não tem claramente, por exemplo, ações afirmativas no mercado de trabalho ou em outros espaços.

É claro que elas atuam num campo, num campo de mudança de imaginário, de horizontes, de inclusão, de distribuição, mas nós precisamos ir além. É preciso pensar que o problema do racismo não envolve um gestor público sentar um dia e pensar assim: "vou resolver o racismo". O racismo só vai ser solucionado quando o gestor de saúde pensar como a minha questão, como essa minha política de distribuição de medicamentos afeta diferenciadamente pessoas negras e como que eu resolvo esse problema; quando um gestor de economia pensar "como eu vou desenhar uma reforma qualquer que seja, pensando na especificidade de pessoas negras – porque há especificidade de pessoas negras – e na forma como elas são discriminadas na realidade.

Portanto, que políticas? Todas as políticas: política de educação, política de saúde, política em segurança pública. O Brasil mata e encarcera, mas mata e encarcera desproporcionalmente pessoas negras, jovens negros de periferia, isso é uma realidade. Nós não estamos falando aqui de pessoas, de jovens negros que foram condenados em sentença transitada em julgado, ou seja, eles não foram considerados culpados. A maior parte deles, ou uma parte relevante deles foi encarcerada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preventivamente, ou seja, sem um devido processo legal encerrado. Ou pior, quando são encarcerados muitas vezes têm sorte, porque muitos são mortos em operações policiais, em abuso de autoridade.

Então, é preciso pensar segurança pública como determina a Convenção Interamericana contra o Racismo. É preciso pensar segurança pública também entendendo o impacto desproporcional que o racismo tem nessa questão. As polícias no Brasil... há ótimos policiais no Brasil – há ótimos policiais no Brasil –, mas a realidade da prática policial no Brasil é uma realidade de discriminação racial.

Quais políticas? Todas as políticas. Uma delas vai resolver o problema? Não. A gente precisa de todas em conjunto. Mas também nós não podemos esvaziar as que nós já temos, porque não estão funcionando; precisamos ampliar para as que nós não temos, para resolvermos um problema que qualquer pessoa que tem olhos para ver consegue enxergar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wallace Corbo, doutor e mestre em Direito Público, que na sua fala já respondeu uma meia dúzia de perguntas e comentários também. (*Risos.*)

Parabéns, viu?

Então, de imediato, na sequência, Dra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia.

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (Para expor.) – Bom, aproveitando que o Dr. Wallace Corbo já trouxe uma resposta síntese, eu queria me concentrar um pouco mais na compreensão do que seja o racismo.

Tem uma pergunta muito importante aí – que na verdade mais afirma do que pergunta –: "nós estamos, com as políticas públicas e com as ações afirmativas, promovendo uma separação".

A realidade é que a separação já existe, e nós não iremos evoluir enquanto sociedade se não reconhecermos isso. E aí, por que a separação já existe? Nós tivemos um país que foi o último do Ocidente inteiro a declarar abolida a escravidão em 13 de maio de 1888. E não é só por isso, não é só pelo tempo de escravização de pessoas negras no Brasil. É porque o sistema escravocrata foi a base econômica da sociedade brasileira por séculos. E no pós-abolição, nós permanecemos com estratégias de manutenção de poder que vão continuar marginalizando pessoas negras.

No livro *Cotas Raciais*, eu faço um apanhado da legislação das províncias no Brasil que proibiram pessoas negras e ou escravizadas por quase um século de frequentarem a escola. Então, a instrução pública, a escola, que é um elemento importantíssimo de ascensão social... nós permanecemos por muito tempo com essa proibição legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós falarmos hoje, tentando dar um pequeno salto histórico para os dias de hoje, na questão racial, o fator raça segue sendo o principal fator de produção e reprodução de todas as desigualdades. Da mortalidade infantil, passando pelas violências contra as mulheres – violência obstétrica, mortalidade materna, violência sexual, violência doméstica e familiar, feminicídios –, passando pelo genocídio da juventude negra, que não é só da juventude, é do povo negro, se a gente pensar na questão histórica, com o encarceramento em massa e a violência policial letal, como bem lembrou o Dr. Wallace aqui, mas também os erros, muito entre aspas, no reconhecimento de pessoas no processo penal que – eu nunca vi atingir um homem branco, por exemplo –, sempre atinge jovens negros. E, se eu for falar em expectativa de vida, pessoas negras vivem menos que pessoas brancas em todos os estados da Federação Brasileira, segundo o IBGE.

Não estou falando de um elemento tangencial, periférico. É um elemento central da nossa não democracia. Portanto, a separação já está colocada na prática, e nós só conseguiremos, realmente, extirpar essa separação, se admitirmos que ela existe.

As cotas raciais são um pequeno passo, firme, porém um pequeno passo, a primeira grande resposta do Estado brasileiro a esses quase quatro séculos de escravização. Mas não basta. Nós precisamos de todos os caminhos possíveis, porque todos os nossos direitos foram retirados. Se pensarmos no porquê da perpetuação dessa separação, desse *apartheid*, que só não é, nunca foi no Brasil, formalizado por lei, mas, na prática, impediu a realização de uma democracia racial...

Vou trazer aqui os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para finalizar com essa reflexão. Segundo a pesquisa Elevador social quebrado, no Brasil, nós precisamos de nove gerações – é a segunda pior colocação do mundo, perdendo apenas para a Colômbia, porque são nove gerações –, para que uma pessoa que faz parte dos 10% mais pobres da sociedade brasileira alcance a renda média.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ – Onde nós estávamos há nove gerações? Nós estávamos em pleno regime escravocrata.

Então, as pessoas negras não tiveram base econômica, de direitos, de recursos, de propriedade, para poder ascender socialmente. Portanto, as políticas públicas, as ações afirmativas, as cotas raciais, são uma dívida histórica, que começa agora a ser efetivamente paga ao povo negro do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Lívia Santana Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia.

Meus cumprimentos pela resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos à Dra. Vera Lúcia Santana de Araújo, advogada, Coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, membra da Frente de Mulheres Negras do DF.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Só para finalizar, fazendo uma correção no meu nome, é que não tem o "de Araújo". Era para eu ter dito, inicialmente. Mas isso assim, não tem nenhum problema, é só mesmo para esse pequeno registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas é bom esclarecer, para não ficar nos Anais.

Não tem Vera?

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Não tem o "de Araújo". É Vera Lúcia Santana Araújo, sem o "de".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está o.k.

Então, vamos providenciar para ajustar: Vera Lúcia Santana Araújo. Não tem o "de" Araújo.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Eu já sofri algumas perseguições, dentro do sistema de Justiça inclusive e, numa delas, o acusador invocava que eu às vezes aparecia como Vera Lúcia Santana Araújo e outras vezes com o "de", como se fosse uma coisa assim de falseamento de identidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – Mas, Senador, de novo, muitíssimo grata pela possibilidade desse espaço, desse diálogo tão enriquecido por essa composição presencial e virtual que tivemos.

Diante de alguns questionamentos e/ou comentários lidos pelo e-Cidadania, eu somente posso dizer que nosso caminho passa pela radicalidade democrática, democratizar a democracia. Isso significa dar concretude a todos os preceitos que a nossa Constituição escreve, inclusive com as inovações trazidas pelos documentos internacionais que a República Federativa do Brasil abriga, acolhe, mas estamos ainda muito distantes de vermos preconizada, efetivada toda uma retórica, toda uma construção jurídica. Aí eu quero pegar, por exemplo, a Declaração de Durban, em que tivemos, no Brasil, o Brasil foi o país que ocupou a relatoria daquela conferência mundial de combate ao racismo, ao xenofobismo e outras formas correlatas de discriminação, e jamais abrimos aquele documento para pensar na sua transcrição para a vida real. De lá para cá, nós viemos robustecendo todo esse aparato jurídico normativo, positivado, e nada disso tem se traduzido com muita efetividade ou pelo menos com a efetividade ansiada por todos e todas aqui presentes, especialmente no campo da negritude mais combativa, democrática, inclusiva que temos país afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero literalmente concluir a minha fala invocando a Profa. Thula, porque eu também estou envolvido com esse processo da ADPF 973, em que, mais uma vez, sofremos uma decisão judicial, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, pelo ministro relator da ADPF, recusando processualmente dar voz ativa processual a organizações que são as vozes mais ativas, até porque são as mais vitimadas, as mais atingidas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO – ... por um racismo que é estrutural e que tem, de novo, o encadeamento de uma institucionalidade que é encarceradora, que é letal, em que radicalmente temos ainda políticas que não aceitam um país equânime, um país incluso, um país que simplesmente saiba coexistir com toda essa riqueza humana que é o povo brasileiro.

Viva a negritude brasileira! Viva o povo brasileiro! E viva a nossa luta ancestral e futura!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, viva!

Vera Lúcia Santana Araújo, Advogada, Coordenadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), membro da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno. Parabéns pela sua exposição de forma ampla, corajosa e apontando os caminhos, respondendo às perguntas também.

Por fim, César de Oliveira Gomes, Defensor Público Federal, Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, mestre em Direito Público pela Unisinos.

Depois, Dr. Douglas faz a conclusão final.

O SR. CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Na linha da Dra. Lívia, do Dr. Wallace, da Dra. Vera, sim, nós precisamos avançar um pouco mais, mas creio que nós estamos em um estágio do debate em que nós precisamos aprofundar a reflexão sobre o papel do Estado como agente indutor do racismo, como agente de legitimação.

A Profa. Flávia Rios tem uma reflexão no sentido de que a produção, até um tempo atrás, acadêmica, os debates, até nesta Casa, giravam muito em torno da organização coletiva, das pessoas negras, políticas importantes, políticas de inclusão, mas ainda faltava um debate maior com relação ao papel, à centralidade do Estado como agente de legitimação do racismo.

E isso ainda se verifica. Quando a gente escuta a fala da Profa. Dra. Thula Pires, a gente identifica que isso é e está muito presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O racismo foi se formando também por meio de silêncios. A título de exemplo, pensando, e a gente sempre tem que olhar para trás, pensando a questão da história do tempo presente, de que eu falei inicialmente, pegando como exemplo a Assembleia Constituinte, em 1823, em que nós tínhamos ali uma série de debates em torno de um constitucionalismo liberal, não há uma palavra, uma linha sobre a questão da escravização de pessoas negras, não é? Simplesmente você não encontra um debate nesse sentido. Então esse é um silêncio que fala muito, e isso foi ocorrendo em outros momentos da história do nosso constitucionalismo.

Então acho que hoje, sendo muito breve, eu acho que todas as reflexões que nós trouxemos aqui e os avanços que são necessários também giram em torno de nós identificarmos, mobilizarmos políticas públicas, tendo como norte essa ideia de que nós tivemos e temos ainda um Estado que produz racismo. Acho que essa é a crítica central para continuarmos avançando neste tema.

E por quê? Nos últimos anos, a gente precisou infelizmente falar muito de democracia no nosso país. E o enfrentamento ao racismo é um caminho necessário para consolidarmos a democracia do país. Então fica aqui essa reflexão, que a gente precisa também estabelecer esse diálogo em torno do reconhecimento de um Estado que, ao longo do nosso constitucionalismo, seja por silêncio ou por omissão, ou por vezes, por ação, nos critérios de interpretação jurídica, sobretudo, que é o motivo de estarmos aqui hoje, o racismo foi se reinventando, se consolidando. E ainda é um tema que a gente precisa debater muito e, como o senhor disse, fazer muito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. César de Oliveira Gomes, Defensor Público Federal, doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, mestre em Direito Público pela Unisinos. que terminou com uma frase na linha que nós havíamos comentado com ele aqui, não é? Só que ele sintetizou. Temos que fazer muito mais. Fizemos muito – e eu gostei –, temos que fazer muito mais. Eu gostei, doutor.

Parabéns!

Agora, vamos para o Dr. Douglas Pinheiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, doutor em Direito, Estado e Constituição. Foi um dos que provocou o tema do debate de hoje.

Por favor.

O SR. DOUGLAS PINHEIRO (Para expor.) – Como me colocam já no final, agradeço aos colegas e às colegas que já anteciparam algumas das respostas.

Eu queria aproveitar esse último momento para lembrar algo. A Constituição de algum modo se coloca como uma utopia, não como aquilo que não é para ser realizado, um sonho não alcançado. "Utopia", na origem do termo, é um lugar no futuro melhor que o presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que muitos puderam, quando a Constituição foi feita, pensar num lugar no futuro melhor que o presente. Mas para a população negra, preta deste país, era preciso, inclusive, pensar na possibilidade do presente; pensar na possibilidade do presente e sobreviver a ele para, inclusive, pensar no futuro.

Uma Constituição antirracista é uma Constituição que dá conta desses vários tempos que se sobrepõem ao presente. O tempo dos ancestrais, de toda a ancestralidade; de toda a escravização é essa dívida impagável que o Estado precisa minimamente querer pagar. O tempo do futuro que ele se abra novamente para as pessoas pretas; que não seja só uma distopia; que a gente possa voltar a sonhar, possa esperançar novamente. E, mais do que tudo, garantir no presente que as vidas negras possam permanecer vivas, que as vidas negras sejam lembradas não só no espaço da exclusão, mas no espaço institucional de inclusão.

Nós vamos resistir. Nós combinamos, nós fizemos um combinado: nós não vamos morrer, nós vamos resistir! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiquem com a frase que foi um *slogan* mundial já, não é? "Vidas negras importam, sim!" Já botaria: "Vidas negras importam, sim!"

Muito bem, Dr. Douglas Pinheiro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, doutor em Direito, Estado e Constituição.

Parabéns!

Olha, nós vamos agora para o encerramento.

Primeiro, agradeço a todos, aos que estão no plenário, aos que falaram à distância, de forma virtual, e à mesa, aqui composta toda de autoridades do mais alto nível, que deixaram clara a importância do combate ao racismo e a todo tipo de preconceito.

Nós estamos aqui porque queremos uma sociedade em que todos tenham, efetivamente, direitos iguais. Quando me perguntaram se no texto relatado por mim aqui sobre as cotas... e um Senador, o qual eu respeito muito, me perguntou: "Mas pela forma que ficou agora, Paim, não ficaram eternas as cotas?" Eu, de forma muito carinhosa e respeitosa – e o respeito muito mesmo –, disse: nos Estados Unidos elas duraram em torno de 50 anos, porque existia uma lei, não tinha dia para terminar. E depois de 50 anos a Suprema Corte assim decidiu, e a sociedade americana acatou.

Aqui no Brasil, é a mesma coisa. Se vão ser 10, 15, 20, ou 30 anos, ou 40 – não sei –, ou 50, o que eu posso dizer é que o meu sonho é que um dia a gente possa dizer que não há necessidade mais de cotas no Brasil. Quando não precisar, não precisa. Isso é matemática. É o óbvio, não é? Então oxalá um dia a gente possa dizer que no Brasil não precisa mais política de cota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é nessa visão que eu vou encerrar a nossa audiência pública de hoje, falando do Abdias, um pequeno resumo que a Casa fez.

Abdias foi o primeiro Parlamentar negro a defender a causa coletiva da população de origem africana no Parlamento brasileiro. Introduziu projetos pioneiros de legislação antidiscriminatória e apresentou as primeiras propostas, no Brasil, de ações afirmativas. Foi um dos grandes incentivadores do sistema de cotas, que hoje é realidade vitoriosa, implantada em todo o país.

Abdias, pintor, professor, escritor, engenheiro urbano, gaúcho de Uruguaiana, através de seu neto, o pintor, professor, escritor, engenheiro urbano, estou me referindo a você e família, Urbano Villela, gaúcho de Uruguaiana, através do seu neto aqui presente, João Pedro Villela, quer nos presentear com sua obra sobre o grande Abdias. Grande, grande, grande Abdias. Grande Urbano.

Muito obrigado. Vida longa às ideias, aos ideais que Abdias, ao longo da sua vida, deixou para todo o povo brasileiro e em nível internacional.

Uma salva de palmas a você, Urbano, e uma salva de palmas para o grande Abdias. (*Palmas.*)

Encerramos assim a nossa reunião de hoje. Muito, muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 88ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Marcos do Val, Rodrigo Cunha e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Augusta Brito, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Ouvir a Ministra de Estado Cida Gonçalves do Ministério das Mulheres, para informar sobre as ações da respectiva pasta ministerial. **Participante:** Ministra de Estado Cida Gonçalves, Ministério das Mulheres. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra as Senadoras Leila Barros, Eliziane Gama e Jussara Lima e o Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 89ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Jussara Lima e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Eliziane Gama, Cid Gomes, Wilder Morais, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 89/2023 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater sobre: "A ausência de plantões 24h nas Defensorias Públicas dos entes da Federação". **Participantes:** Alessandra Lucena Wolff, Vice-Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos Federais – ANADEF; Elizabeth Chagas, Defensora Pública Geral do estado do Ceará; Thiago Parry, Assessor de Relações Governamentais da Defensoria Pública da União - DPU; Ivan Rodrigues Sampaio, Criador do Movimento Quanto Vale Uma Vida; Deputado Estadual Renato Roseno, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; e Carlos Eduardo Barbosa Paz, Conselheiro eleito do Conselho Superior da Defensoria Pública da União– DPU. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 90ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM DUAS PARTES: 1ª PARTE REUNIÃO DE TRABALHO, **COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2023-CN, QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024";** 2ª PARTE DELIBERATIVA.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário e Eduardo Gomes, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Marcos do Val, Angelo Coronel, Wilder Morais e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa das emendas ao PLOA. Finalidade: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 29/2023 (PLOA 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024"**. Relator: Senador Paulo Paim. A Senadora Damares Alves Presidente eventual abre a Reunião e dá a palavra ao Senador Paulo Paim que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim. **Resultado: A Comissão aprova o relatório, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 29, de 2023**:

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	ACRÉSCIMO (R$ 1,00)
60090001	65101	Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Nacional	Nacional	200.000.000
60090002	81101	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações – Nacional	Nacional	1.000.000.000
60090003	49201	Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas – Nacional	Nacional	200.000.000
60090004	40101	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional	Nacional	200.000.000

2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 97, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1958/2021, que "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia mista controladas pela União" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata da reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 90ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta reunião está dividida em duas partes.

A primeira parte destina-se à discussão e à deliberação de emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 29, de 2023, Ploa 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Foram apresentadas 83 propostas de emendas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, mais uma vez agradeço à presidência de V. Exa. para que eu possa dar o parecer sobre as emendas apresentadas.

Relatório.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu, no prazo por ela convencionado, 83 propostas de emendas, relativas ao Projeto de Lei nº 29, de 2023 (Projeto de Lei Orçamentária para 2024, Ploa 2024).

As propostas de emendas encontram-se discriminadas em quadro anexo a este parecer, sendo importante consignar que todas as emendas propostas são de apropriação.

Análise.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, pode apresentar até quatro emendas de apropriação, além de até outras quatro emendas de remanejamento, em face do projeto de lei orçamentária.

Quanto às emendas de texto e à receita, não há limitações quantitativas para a apresentação.

Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

Aqui, Presidenta, o consultor do Senado faz uma série de considerações de algumas propostas que não cabem aqui na Comissão de Direitos Humanos. Então, eu não vou detalhar cada uma delas – é um, dois, três, quatro, cinco, seis, fim. Eu vou entrar já nas quatro que foram realmente acatadas e que estavam dentro dos princípios desta Comissão.

A Proposta de Emenda nº 26, 21GJ - Políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores dessas Comissões.

Aí vamos aos Senadores que foram acatados na 26: Marcio Bittar, Damares Alves – que está presidindo aqui –, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Magno Malta, Jussara Lima, Mara Gabrilli e Ana Paula Lobato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta de Emenda nº 29, 21G5 - Promoção e defesa dos direitos humanos para todos e reparação de violações – essa aqui é a mais ampla de todas –, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores e Senadoras desta Comissão, notadamente os Senadores Leila Barros, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Marcio Bittar, Flávio Arns e Mara Gabrilli.

Proposta de Emenda nº 17, 210Z - Identificação, reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, exceto no tocante à classificação por GND, em que R$100 milhões permanecerão em GND 4 e os demais R$100 milhões serão reclassificados para GND 3, e RP, que muda de seis para oito, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Senadores desta Comissão: Senadores Jussara Lima, Paulo Paim e Leila Barros.

Proposta de Emenda nº 82, 20YU - Fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho, nos termos em que foi apresentada a esta Comissão, proposta essa cuja acolhida significa também acolher inúmeras intervenções almejadas pelos Srs. Senadores Augusta Brito, Paulo Paim, Nelsinho Trad e Ana Paula Lobato. Aqui o consultor pegou as propostas mais abrangentes.

Outrossim, cumpre informar não terem sido propostas emendas de remanejamento, razão pela qual esta Comissão não deliberará sobre a apresentação desse tipo de emenda.

Passa-se, portanto, ao voto.

Diante do exposto, propõe-se que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa delibere no sentido da apresentação das seguintes propostas de emenda de apropriação: Emendas nºs 26, 29, 17 e 82, na forma como foram apresentadas a esta Comissão, com as correções indicadas na análise deste parecer. Além disso, atribui-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder a quaisquer outros atos, adequações ou correções que se fizerem necessárias a eventual aperfeiçoamento das propostas de emenda e, depois, à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Rapidamente, eu coloco aqui os valores, sabendo que, conforme a Consultoria, se você quiser botar aqui 1 bilhão, 2 bilhões, 3 bilhões, pode botar, mas não soma nada. Está fugindo totalmente da realidade.

Primeiro, promoção e defesa de direitos humanos para todos e reparação de violência. Essa é a mais abrangente de todas, que pega, na sua amplitude, os direitos humanos. Ela ficou com 500 milhões correntes em 90 aplicações diretas, 500 milhões, investimento 90, aplicações diretas 8, mais 500 milhões. Então, na promoção e defesa dos direitos humanos, que é o corpo desta Comissão, nós estamos designando 1 bilhão. É o que vai dar na soma total, para a gente aprofundar.

Programa Mulher Viver sem Violência. Políticas de prevenção, acesso à Justiça e enfrentamento à violência contra as mulheres. Outras despesas correntes; aplicações diretas; R$200 milhões.

Especificamente, além de ter a política que vai abraçar todas as políticas humanitárias, esta é específica: R$200 milhões para as mulheres.

Emenda 82. Fiscalização de obrigações trabalhistas. Fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho. Outras despesas correntes; também R$200 milhões – fizemos igual para todos.

E a Emenda 17. Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas. Identificação, reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. Também R$200 milhões.

Esse é o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, sim. Eu já botei aqui R$200 milhões; ficou R$200 milhões. Está escrito aqui e carimbado, não é?

É que nós ajustamos agora, porque eu sempre digo que, nesta Comissão, a maioria é de mulheres e percebi que havia uma diferença entre... Nem que fosse de R$10 milhões para cada um; não teria muito sentido. Então, agora, aqui nós ajustamos: ficaram R$200 milhões para cada uma das emendas acatadas, que foram as Emendas 29, 26, 82 e 17, que contemplam, na verdade, a visão de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Algumas não foram acatadas, segundo o consultor, porque não se enquadravam na redação dada pelos programas. Por isso, fechamos dessa forma.

Esse é o relatório, Presidente.

Eu já li o voto final ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. (*Palmas.*)

Presidente, antes de lhe passar a Presidência desta reunião, quero parabenizá-lo pelo relatório. Eu acho que, tanto no relatório da LDO como, agora, no da LOA, quando a gente coloca o espelho para ler, se vê a coerência das emendas com tudo o que foi discutido aqui ao longo do ano.

O que a gente discutiu aqui? Violência contra a mulher. Em todas as discussões, lá, de povos tradicionais, trazia-se a violência contra a mulher; lá do pessoal da barragem, foi trazida a violência contra a mulher. Então, as emendas da LOA ficaram de acordo com as necessidades que nós identificamos ao longo do ano. Parabéns, Presidente! Todas elas, todas as emendas têm coerência com o trabalho da Comissão este ano. Parabéns pelo relatório.

Agora, retorno a Presidência da reunião ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, permita que eu diga que, na verdade, o que se tentou aqui colocar foi a visão de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Qualquer Senador desta Comissão pode dizer que participou. Não pudemos enquadrar alguns que chegaram porque não constavam no programa; consequentemente, você não conseguiu... E quem ler o relatório vai ver que eram 85, e, na verdade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muita emenda! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... foram 83. Foram 83 propostas. Algumas – nem que eu quisesse – eu não tinha como enquadrar, porque não faziam parte do escopo do programa desta Comissão. Mas, quando eu boto 1 bilhão na promoção e defesa dos direitos humanos para todos, pode-se saber que todos estão contemplados: pessoas com deficiência, LGBTQIA+, idosos – direitos humanos são para todos –, crianças e adolescentes; todos estarão contemplados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Parabéns! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Devido à correria de hoje, em que nós temos uma audiência pública prevista para hoje à tarde, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocamos um único item, que é o Requerimento nº 97, de 2023, não terminativo, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que é o Relator dessa matéria.

O meu nome consta... (*Pausa.*)

O Senador Contarato é o Relator da matéria que vai ser debatida aqui. É o Relator. Eu estou apenas ilustrando. Você é o autor do requerimento, mas o Relator da matéria que vai ser debatida exaustivamente hoje à tarde. É isso.

Eu comecei já advogando em nome dele, porque eu sou o autor da matéria, e o Senador Contarato é o Relator. E ele, como Relator, entendeu que seria fundamental fazermos uma audiência pública.

Então, é o Requerimento nº 97, de 2023, não terminativo.

Com a palavra o Relator, para falar do requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela leitura de V. Exa. no relatório anterior, ao passo em que saúdo aqui todos os Senadores e Senadoras, o que faço na presença da Senadora Damares.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.958/2021, que, aspas, "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".

A indicação dos convidados: Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial; o Sr. Pedro Masson, Coordenador-Geral de Ciência de Dados, da Enap; Marivaldo Pereira, Secretário de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Maria Aparecida Chagas Ferreira, Diretora do Departamento de Provimento e Movimentação do Pessoal, do Ministério da Gestão e da Inovação e de Serviços Públicos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segundo a assessoria, seria importante que eu lesse o requerimento, que é o meu papel aqui. V. Exa. fez uma bela defesa.

O requerimento lido pelo seu advogado, pelo Senador Contarato:

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 97, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1958/2021, que "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União"

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Autoria: Senador Fabiano Contarato e Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Contarato fez a defesa do requerimento dessa audiência pública.

Devido a correria que está na Casa, nós hoje então fizemos esse encaminhamento, e para essa audiência pública estão todos convidados. É hoje à tarde, às 14h30, aqui nesta Comissão.

Não há quem queira discutir.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 91ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Eliziane Gama, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Marcos do Val, Angelo Coronel e Rogério Carvalho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 97/2023 - CDH, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 1958/2021, que "reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União". **Participantes:** Pedro Masson, Coordenador-geral de Ciências de Dados da ENAP; Maria Aparecida Chagas Ferreira, Diretora do Departamento de Provimento e Movimentação de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Márcia Lima, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate ao Racismo do Ministério da Igualdade Racial; e Marivaldo Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 92ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Jussara Lima, Augusta Brito, Otto Alencar e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Trabalhadores de Aplicativos e Relação Trabalhista", como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que Institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal. **Participantes:** Gilberto Augusto Leitão Martins, Juiz do Trabalho; José Pinto da Mota Filho, Advogado; Priscila Dibi Schvarcz, Procuradora do Trabalho - representante do Ministério Público do Trabalho - MPT; Marcelo Rodrigues Chaves, Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Distrito Federal; Lili de Lima Cruz, Advogada do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Distrito Federal; e Sr Leonardo Decuzzi, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT (representante de: Bruna Carvalho, Representante do SINAIT). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 92ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2023, desta Comissão, de minha relatoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema "Trabalhadores de Aplicativos e Relação Trabalhista", como parte do ciclo de debates sobre a SUG 12, de 2018, que institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os arts. 7º a 11 da Constituição Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Como de praxe farei uma rápida introdução ao tema. Senhoras e senhores, um tema que está em evidência hoje, no país e em nível global, é a regulamentação do trabalho por aplicativo. A motivação para esta iniciativa surgiu a partir de um debate envolvendo plataformas digitais e entregadores e motoristas em uma mesa tripartite, criada inclusive pelo Ministério do Trabalho e Emprego, coordenado e dirigido pelo Ministro Luiz Marinho.

O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ainda, esta semana, à imprensa que está otimista para um acordo de regulação de trabalho com empresas de aplicativo de transporte de passageiros, como Uber e 99. Conforme o Ministro, a base de um projeto de lei que regulamente a atuação dessas companhias está próxima, restando os últimos detalhes a serem acertados, e será remetida ao Congresso Nacional. Aqui existe uma série de projetos também, já apresentados, um de minha autoria, outro do Senador Jaques Wagner. Isso, no Senado, mas existem outros também na Câmara.

O objetivo da regulamentação é estabelecer diretrizes em quatro áreas cruciais: remuneração mínima, seguridade social, segurança no trabalho, transparência nos pagamentos, bem como nos critérios dos algoritmos.

De acordo com o resultado de uma pesquisa chamada "Futuro do trabalho por aplicativo", conduzida pelo Instituto DataFolha e financiada pelas empresas Uber e iFood, é notável que 51% dos trabalhadores que atuam nesse setor dependem exclusivamente desse trabalho como fonte de renda, enquanto 14% do restante dos entrevistados afirmam também que esse tipo de trabalho é a principal fonte de renda, mesmo diante de outras ocupações.

Um aspecto importante a ser destacado é que o trabalho em plataformas digitais não é verdadeiramente autônomo, já que os algoritmos determinam os valores e as condições das atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cerca de 89% dos entrevistados concordam que é essencial garantir direitos e benefícios para esses trabalhadores, desde que não se afete a flexibilidade, ou seja, desde que eles possam continuar trabalhando de acordo com a sua disponibilidade e escolha de plataforma, sem a necessidade de agendamento obrigatório ou comunicação estrita com as empresas.

A questão da regulamentação do trabalho pelo aplicativo também está sendo debatida no âmbito legislativo, aqui, no Estatuto do Trabalho, SUG 12, de 2018, da qual sou Relator. Essa proposta está tramitando na Comissão de Direitos Humanos do Senado, com minha relatoria. As discussões nos tribunais do trabalho são divergentes, com algumas decisões reconhecendo o vínculo empregatício e outras negando essa possibilidade.

O Supremo Tribunal Federal tem se posicionado contra o reconhecimento do vínculo, embora ainda não tenha havido uma decisão com repercussão geral. Por isso, é fundamental, mais do que nunca, uma regulamentação em lei e esta Casa tem essa obrigação, o Congresso Nacional. A Procuradoria-Geral da República também defende a necessidade de se uniformizar a jurisprudência em relação a essas reivindicações.

Até o momento, já foram registrados mais de 780 mil ações envolvendo pedido de reconhecimento do vínculo empregatício desde 2019. O Brasil, conforme pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), tem hoje mais de 1,6 milhão de pessoas trabalhando como motoristas ou entregadores de aplicativos. No que diz respeito ao horário de trabalho, o estudo calculou a média semanal de horas dedicadas. Alguns indivíduos se dedicam inteiramente aos aplicativos, enquanto outros os utilizam para aumentar os seus ganhos. Em média, os motoristas trabalham de 22 a 31 horas por semana, repito, em média, os motoristas trabalham de 22 a 31 horas por semana, enquanto que os entregadores costumam dedicar de 13 a 17 horas semanais ao trabalho. Enfim, aqui são somente alguns dados para suscitar o debate com os nossos painelistas convidados, que são conhecedores do tema.

De imediato, eu vou formatar a primeira mesa. Na primeira mesa, convido um ex-Consultor da Casa... Eu falo com muito orgulho, porque no concurso ele foi um dos mais bem colocados. Disso me lembro, porque ele foi meu Chefe de Gabinete – com muito orgulho! – na Constituinte. Depois ele foi requisitado pelo Presidente Lula para que fosse assessorar a Bancada do PT, quando me senti contemplado, porque eu era dessa bancada.

Convido, então, o Dr. José Pinto da Mota Filho, Advogado que tem uma história muito bonita aí na defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras. Então, o nosso cumprimento ao Dr. José Pinto aí. Seja bem-vindo! Esta Casa sempre será a sua casa, por ter sido Consultor de todos os 81 Senadores. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Exmo. Sr. Juiz do Trabalho Gilberto Augusto Leitão Martins, que tem um currículo que, se eu fosse lê-lo aqui, precisaria de uma meia hora e não posso fazer isso. Então, ficam aqui registradas a presença e a nossa alegria de o senhor estar, aqui, conosco, hoje. (*Palmas.*)

Teremos outros convidados, inclusive alguns de forma virtual. (*Pausa.*)

Vamos, de imediato...

A partir da participação do primeiro painelista, eu farei uma leitura aqui de algumas perguntas que já chegaram pelo e-Cidadania, o.k.? (*Pausa.*)

Está bem.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... sindicato e, enquanto eles não se entenderem, nenhum fala. Mas essas coisas são do movimento sindical, que vocês conhecem. Eu falo com tranquilidade que é normal isso, quando há um litígio entre as forças que estão naquela entidade.

De imediato, Dr. José Pinto da Mota Filho, por favor, a palavra é sua por dez minutos e, se necessário, por mais cinco.

O SR. JOSÉ PINTO DA MOTA FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos. É uma satisfação, Senador Paulo Paim, que é o Presidente da CDH. Agradeço o convite de V. Exa. para participar desta audiência pública e cumprimento também o Dr. Gilberto aqui, satisfação, como juiz do trabalho reconhecido pelo seu trabalho na 10ª Região, meus cumprimentos.

Eu acho que esse tema é um tema bastante candente na nossa sociedade, especialmente no mundo do trabalho, e vem sendo debatido não apenas aqui no Brasil, mas em várias partes do mundo, e nós temos várias experiências e várias formatações também em relação à forma de trabalho desses trabalhadores que estão vinculados a plataformas, sejam plataformas de mobilidade urbana, sejam aquelas plataformas também de entrega de mercadorias, de produtos e serviços.

Então, esta é uma indagação muito grande. Nós fomos procurados por várias entidades sindicais e sugerimos também que procurassem V. Exa., que é o grande especialista aqui no Congresso Nacional, nessa área de trabalho e previdência social, e em outros temas também, para que o Congresso Nacional, a partir do protagonismo de V. Exa., possa trazer este debate para o cerne do Congresso Nacional e aqui, de uma forma democrática e participativa, fazer a mediação de todos esses interesses que estão envolvidos nessa discussão.

Não é uma tarefa fácil, e acredito também que não é uma tarefa que será concluída de uma única vez, até porque, no mundo tecnológico, nós observamos alterações constantes na forma de prestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos serviços, na forma como as pessoas se movimentam e se mobilizam. Antes da pandemia, nós não tínhamos quase o trabalho de *home office*. Hoje, ele se tornou uma realidade e isso impactou muito a mobilidade urbana e, por consequência, também todos esses serviços que envolvem essas atividades.

Eu, Senador Paim, trabalhei 26 anos aqui no Congresso Nacional como Consultor Legislativo na área de trabalho e previdência. Então, nós estamos acostumados, aqui no Congresso Nacional, a ouvir as partes e a ir compondo aqueles interesses. Então, eu acredito que o grande desafio desta audiência para todos os Parlamentares que estão aqui presentes, seja aqui de forma presencial, ou de forma remota pelos aplicativos aqui de TV Senado, Rádio Senado e outras modalidades, é iniciarmos também essa discussão no âmbito do Congresso Nacional, porque, mesmo uma proposta que venha mais bem trabalhada, no âmbito do Poder Executivo, vai enfrentar, aqui no Congresso Nacional, apoios, resistências, coincidências e divergências muito grandes. Então, esse cenário do Congresso sempre é o cenário mais adequado para esse tipo de composição política e dos interesses.

Eu gostaria de deixar claro que, pessoalmente – e acredito que o nosso magistrado do trabalho talvez caminhe nessa direção –, não resta dúvida de que a natureza da prestação do serviço dos motoristas de aplicativo é de uma relação de trabalho que só não é reconhecida de uma forma efetiva, eu atribuo a isso, por falta de uma regulamentação do Congresso Nacional. Infelizmente, nós sabemos – não é a nossa posição e acredito que não seja a posição do Senador Paim também – que o Supremo Tribunal Federal afastou da Justiça do Trabalho a competência para jurisdicionar esses conflitos e esses interesses. Isso de uma forma mais recente.

Então, são inúmeros os desafios que nós temos a enfrentar neste cenário e, evidentemente, um deles – talvez seja um dos primeiros, ou o primeiro, quem sabe – é trazer de volta para a Justiça do Trabalho a competência para mediar, conciliar e julgar esses conflitos, porque a atividade profissional é reconhecida. E há necessidade, evidentemente, de se estabelecerem os parâmetros. Às vezes, as pessoas acham que um juiz do trabalho só está lá para, vamos dizer assim, dar um canetaço a favor de um ou de outro, mas, não, a principal tarefa da Justiça do Trabalho é a mediação e a conciliação, é tentar aproximar os interesses e encontrar o melhor caminho que acomode todas essas situações.

Eu gostaria de colocar as seguintes questões: em relação a este tipo de trabalho, nós devemos considerar que nós temos aí inúmeros atores envolvidos nessa questão dos trabalhos de plataformas. Nós temos as plataformas; nós temos os prestadores de serviço, que são os motoristas; nós temos os usuários, que são aqueles que demandam esse serviço; nós temos o Estado, que é chamado a regulamentar isso de uma forma ou de outra; e nós temos aqueles que eu digo que são o quinto elemento, que são os terceiros impactados. Os terceiros impactados são, por exemplo, os motoristas de táxi, que têm uma atividade regulamentada, que desempenhavam a sua atividade e têm uma tarifa fixa, não têm como competir, por exemplo, com o Uber, porque o município estabelece ali uma tarifa, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são permissionários de um serviço público e não têm como alterar essa realidade. Então, eles foram bastante impactados por isso.

O transporte coletivo, também foi fortemente impactado. Inclusive, na capital do estado de V. Exa., Porto Alegre, nós temos uma diminuição da demanda do transporte coletivo da ordem de 27%. E o que isso ocasiona? Isso impacta economicamente os estados e os municípios, fundamentalmente os municípios, porque os municípios são chamados a subsidiar ainda mais o preço da tarifa pública de transporte coletivo, porque diminuiu o número de passageiros. Claro que não é só pelo impacto da prestação de serviços do Uber, mas outros fatores, mas isso também impacta e bastante. Se nós temos 1,6 milhão de motoristas de Uber andando para cima e para baixo, evidentemente que isso tem um impacto.

Aqui no Distrito Federal, recentemente, coisa de uma semana atrás, as empresas de ônibus vieram pedir ao Governador que aumentasse o subsídio que, hoje, o Governo do Distrito Federal concede a essas concessionárias aqui do transporte coletivo, especialmente os de ônibus, porque eles estavam tendo também queda de passageiros. Então, nós temos esses impactos, digamos assim, negativos.

Evidentemente que tem alguns impactos positivos também para os estados e municípios, que é o aumento da arrecadação, porque estão consumindo combustível, estão dando manutenção nos carros, então, isso tem um impacto, mas, se fizer uma aproximação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PINTO DA MOTA FILHO – ... das contas, vai se ver que o estado perde mais do que ganha nessa situação.

Eu vou concluir para já deixar essa situação mais bem resolvida.

Mas eu gostaria de... Aqui não dá para a gente se alongar muito em detalhes em relação a essa questão, mas, se pudesse deixar aqui uma sugestão – e, talvez, uma entre as muitas que aqui serão trazidas –, que acho que é talvez mais importante do que aquela, inclusive, que discute a relação do trabalho, diria que é a proteção previdenciária desses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. JOSÉ PINTO DA MOTA FILHO – Não é possível que trabalhadores que desenvolvem essa atividade não tenham nenhuma proteção previdenciária. Não há uma contribuição para o sistema por parte das plataformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vocês imaginem o seguinte: nós... O senhor, aqui, faz diversas audiências buscando a igualdade do trabalho do homem e da mulher. Aí, você tem uma mulher que é motorista de Uber, ela fica grávida e tem que tirar uma licença-gestante. Muitas vezes, vai lá, fica uma semana com o bebê, vai fazer o serviço e volta para amamentar. Quer dizer, não tem sequer um salário-maternidade para cobrir esse período de licença-maternidade.

Se a pessoa tem... E não é um caso, mas vários casos em que, se a pessoa adoece por qualquer motivo, não tem direito a um auxílio-doença; e também, evidentemente, não tem direito à aposentadoria; não tem direito a um auxílio-acidente, se se acidentar, se o carro for vitimado por uma colisão ou se envolver em qualquer outra coisa.

Então, vamos dizer assim, se nós tivéssemos que começar por algum lugar, até porque, para discutir a relação do trabalho, vai se exigir um pouco mais de tempo, mas pelo simples fato de nós termos uma atividade econômica que se estabeleceu e, em função dela, uma atividade profissional, nós precisamos ter aí a proteção previdenciária e que ela possa, inclusive, considerada aí a autonomia – o nosso magistrado sabe bem – do direito previdenciário em relação ao direito do trabalho, que ela possa, inclusive, ser discutida, deliberada e votada nesta Casa até antes mesmo de a gente concluir, vamos dizer assim, um arranjo melhor sobre essa questão da relação de trabalho.

Então seria a minha sugestão inicial. Depois, se houver necessidade, a gente aprofunda um pouco mais aí o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Pinto da Mota Filho, que foi um dos que provocou essa audiência pública e já sinalizou alguns caminhos no aspecto do direito social, fortalecendo, eu diria, além de outras propostas, o que poderá ser o direito desses trabalhadores à previdência, que eu entendi fundamental. Fundamental.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Gilberto Augusto Leitão Martins, Juiz do Trabalho. Mas, antes, convido para a mesa a advogada do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do DF, Dra. Lili de Lima Cruz. (*Palmas.*)

Convido também o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do DF, Sr. Marcelo Rodrigues Chaves. (*Palmas.*)

Nós temos, por videoconferência, a Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), a Procuradora Priscila Dibi Schvarcz.

Pergunto se a Dra. Priscila está na tela. (*Pausa.*)

A SRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ – Estou conectada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Dra. Priscila, a palavra é sua.

A Dra. Priscila é Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A SRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde!

Eu agradeço o convite para o MPT estar presente nessa audiência pública que está sendo promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal pelo Senador Paulo Paim.

Estou aqui representando a instituição, estou aqui representando o nosso Procurador-Geral do Trabalho, para falar de um tema que nos é tão importante: o tema dos trabalhadores que prestam serviços por meio de plataformas digitais. Ele é objeto de um projeto nacional estratégico no âmbito do MPT, em razão das repercussões e das divergências existentes acerca da matéria.

Então, o primeiro ponto, para não me alongar e ultrapassar o tempo disponibilizado, que eu gostaria de citar é a importância de se definir a classificação dessas empresas. Então existe um movimento grande de que as plataformas digitais sejam caracterizadas como empresas de tecnologia. Essas empresas não ofertam tecnologia. Elas não vendem para os seus clientes, para os usuários desses serviços, *softwares* ou soluções tecnológicas. Elas ofertam para o público em geral um serviço de transporte de um ponto ao outro ou de uma entrega de uma mercadoria, de um produto, de um local para outro – para a residência do usuário, para o local de trabalho, para qualquer local que seja. Então, essas empresas são empresas de transporte ou são empresas de entrega de mercadorias, não são empresas de tecnologia, que é mais um subterfúgio que vem sendo utilizado para tentar afastar a relação entre a prestação de serviço desses trabalhadores e a atividade principal.

Eu gostaria de citar um estudo que foi recentemente publicado na Pnad, na última Pnad promovida pelo IBGE. Foi publicado faz mais ou menos 30 dias, foi no dia 25 de outubro de 2023, um módulo inédito de pesquisa da Pnad, trazendo algumas referências para trazer outros dados além daqueles que já foram apresentados pelo Senador Paulo Paim na abertura desta audiência pública.

Através dessa pesquisa que foi realizada pelo IBGE e publicada agora recentemente, percebeu-se um alto grau de dependência dos trabalhadores em relação às plataformas digitais: 97,3% dos motoristas disseram depender das plataformas digitais para sua sobrevivência, subsistência diária. Além disso, 84% dos entregadores também disseram depender das plataformas digitais.

Percebeu-se também que existe um maior número de horas diárias de trabalho prestadas pelos trabalhadores que nós chamamos de plataformizados quando comparados aos trabalhadores que não desempenham atividades dentro de uma plataforma digital. Essa pesquisa constata que os trabalhadores plataformizados desempenham suas atividades por 46 horas semanais como média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, há baixa proteção previdenciária desses trabalhadores, aliada à nossa fala inicial, o que chama muito a atenção: apenas 23% dos motoristas possuem vinculação à previdência social, ou seja, contribuem para o INSS, e 22% dos entregadores de mercadorias.

Nesse sentido, nós temos que avaliar essa baixa proteção previdenciária não apenas no contexto de uma gestação, como foi dito, ou da necessidade de um adoecimento de uma cobertura previdenciária, mas esses trabalhadores, sobretudo os entregadores de mercadorias, que desempenham suas atividades em motocicletas, desempenham atividades de risco. Eles estão, então, normalmente, submetidos e com altos dados e graus de acidentalidade nessa atividade. E quem arca com esse custo somos nós, a sociedade. As empresas não possuem nenhuma repercussão, e muito menos a própria previdência, porque esses trabalhadores sequer vinculados a ela estão, formalmente.

Então, além de não ter nenhum tipo de adoção de medidas de prevenção por parte dessas empresas em relação à saúde, à integridade física desses trabalhadores, o que se percebe é exatamente o oposto. São estímulos diários para que se faça um maior número de entregas no curto prazo, no menor prazo possível; se permaneça logado ao sistema o maior número de horas diárias possíveis. Tudo isso contribui, inclusive, para a ocorrência de acidentes de trabalho.

Nós estamos aqui tratando de uma atividade... Qualquer outra que fosse, não estaríamos aqui precisando saber se seria ou não uma relação de emprego. Na visão do MPT e a partir do modelo de gestão, pela forma de prestação de serviços dessas atividades, é inafastável o vínculo de emprego, e não precisaríamos sequer de legislação própria para reconhecer essa característica dessa prestação de serviços.

O que nos chama atenção é que, se uma padaria de esquina, hoje, quer iniciar as suas atividades no Brasil, opta por iniciar as suas atividades no país, ela tem que cumprir a legislação trabalhista, a tributária, ela tem que obter licenciamentos de operação, tem que cumprir a legislação ambiental... E essas empresas não. Essas empresas, que têm um faturamento bilionário, a partir de artifícios que são criados e trazidos para o público em geral, afastam a incidência da legislação trabalhista por entenderem que uma relação tipicamente de emprego não é uma relação de emprego.

Então, nos chama... E é muito importante que nós possamos de alguma forma analisar, de forma rápida, os requisitos da relação de emprego e por que, na visão geral, digamos assim, não se percebe muitas vezes a presença desses requisitos por parte dos usuários.

Existe, e muitas vezes temos isso dos próprios motoristas e entregadores, uma falsa percepção de autonomia nessa relação. Mas, quando nós analisamos o modelo de prestação desses serviços, o modelo de gestão desse negócio, todos os requisitos estão lá presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, quem é o empregador no Brasil, pelo art. 2º, da CLT? Empregador é a empresa que, assumindo os riscos da atividade, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços no âmbito dessa relação.

Todos esses requisitos, quando analisamos em relação à empresa e quanto ao prestador, estão, sim, presentes. A pessoalidade é inafastável nessa relação. O trabalhador precisa fazer um cadastro para iniciar as atividades. Ele não pode passar a sua senha de acesso, o seu usuário do sistema, para outra pessoa. É personalíssimo o acesso à plataforma digital, ainda que seja um outro motorista, digamos assim, que também já tenha cadastro. Toda a análise de pontuação, em relação aos próprios clientes, de acesso a bloqueios e benefícios, acesso a corridas, a promoções, é totalmente pessoalizada, a partir do desempenho desse trabalhador em relação à plataforma digital. O próprio usuário, no momento em que solicita esse serviço, já recebe o nome do trabalhador e a foto do trabalhador. Então, é uma relação, muitas vezes até, mais pessoal do que outras. E nós sequer discutimos a presença da relação de emprego.

Além disso, a própria onerosidade. É evidente que esse trabalhador presta serviços porque está pretendendo a percepção de valores, de remuneração. E o que chama a atenção é quando nós tentamos caracterizar esses trabalhadores como autônomos. Como um autônomo não fixa o preço do seu próprio serviço? Então, é uma das maiores características. O preço do serviço que é ofertado é fixado pela plataforma. O trabalhador não pode dizer: "Não, o combustível teve um aumento, então, nesta semana nós vamos repassar isso ao cliente". Não.

Aliás, o reajuste da tarifa – e a categoria, que está aqui presente, pode até falar muito melhor do que nós sobre isso... Demorou meses e meses para haver algum tipo de repasse em relação a esses ajustes, reajustes, de combustíveis, que impactam diretamente na lucratividade da atividade para os trabalhadores. Então, não existe sequer liberdade para definição do valor da corrida, do valor da entrega, por parte desses trabalhadores.

Além disso, nós temos – e um dos requisitos que mais geram polêmica – a existência ou não de subordinação. Vejam, as plataformas digitais sabem, em tempo real, a posição em que esse trabalhador está, quando ele logou no sistema, qual foi a última corrida que ele fez, onde ele está, em que local ele está fazendo essa corrida, em que momento ou há quanto tempo ele está esperando uma corrida... O controle é muito maior do que em outras atividades em que nós sequer discutimos a existência de relação de emprego. A direção, o controle dessa atividade é absoluto por parte dessas plataformas.

Os comportamentos que muitas vezes o próprio motorista, o próprio empregador acha que são comportamentos seus, próprios, autônomos, eles são induzidos, eles são sugeridos por parte da plataforma. É o que a gente chama de gamificação agora, no direito do trabalho. Então, existe uma simulação, digamos assim, de ordens que são repassadas. Não é uma ordem direta, não é "vá para tal ponto agora", é "estamos vendo que existe grande demanda na área tal, você não quer se dirigir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá?". Essa é a forma de comunicação da plataforma. "Estamos vendo que existem muitos chamados, você não quer logar no sistema?". Então, são formas simuladas de apresentação, inclusive, de ordens em relação ao trabalhador, para que ele muitas vezes sequer perceba essa relação a que ele está submetido.

Além disso, todo o trabalho é absolutamente controlado por meio de notas que os usuários do sistema pontuam em relação ao empregador, em relação ao motorista. Então, a partir da nota... e veja, não é nota... Entre a nota 5 e a nota 4,9 existe uma grande diferença de acesso a promoções, a chamados que são encaminhados. Existe uma classificação de cada um desses trabalhadores a partir dessas pontuações que ele acessa dentro do sistema, então existem bloqueios por parte da plataforma, acesso às promoções ou redução do encaminhamento das promoções.

O controle da forma de prestação de serviços é total, é muito maior do que o normal das atividades laborativas no país; e, mesmo assim, nós ficamos pensando: "Como resolver essa questão da falta de norma?". Hoje, o próprio art. 6º, parágrafo único, da CLT já traz norma que regulamenta essa questão. Ele diz que os meios telemáticos ou informativos de controle, de comando, de supervisão equivalem, eles se equiparam aos meios diretos e pessoais para fins de subordinação jurídica. Então, não precisamos sequer de um grande exercício para a caracterização desses trabalhadores como empregados, que são efetivamente o que são.

Nesse ponto, nós entendemos a importância de que essa celeuma que estamos hoje vivenciando seja, de alguma forma, pacificada, porque nós temos um sem número de trabalhadores completamente desprovidos de direitos, completamente desprovidos de proteção previdenciária. Não existe sequer remuneração para o período em que ele fica, muitas vezes por horas, sem receber chamados em relação às plataformas; mas ele está lá, ele está à disposição.

Hoje, as categorias, esses trabalhadores chegam com demandas básicas, e vou citar uma para os senhores: não existem pontos de acolhimento, de estruturação da atividade para viabilizar acesso, por exemplo, a instalações sanitárias por parte desses trabalhadores. Então, ou eles pedem emprestado ou sabe-se lá o que é feito, porque não existem pontos de apoio à realização das atividades, nem sequer isso as empresas bilionárias das plataformas digitais disponibilizam para viabilizar uma prestação de serviços mais adequada à realidade.

É um ponto que nós, do Ministério Público do Trabalho, entendemos como prioritário hoje, principalmente em razão dessa falta de segurança jurídica que vivenciamos. São decisões conflitantes diariamente que vivenciamos e de que somos informados. Para muitos há reconhecimento de vínculo, para alguns não há, e ficam submetidos a situações distintas em relação a uma mesma situação de fato que precisa sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, parabenizo o Senado Federal, por estar promovendo, no âmbito desta Comissão, uma discussão tão importante que vai impactar milhões e milhões de pessoas, não só os usuários atuais, mas os trabalhadores vinculados atualmente, os futuros trabalhadores, as empresas que concorrem de alguma forma, de forma bastante díspar, que são submetidas a normas distintas com relação a essas plataformas.

Então, acredito que, qualquer que seja o resultado, a pacificação trazida pela segurança jurídica de termos uma previsibilidade do que vai, de alguma forma, gerar a possibilidade de vincular essas atividades, seja, então, organizada, seja tratada, seja previsível, no âmbito dessas relações.

Agradeço a participação e fico à disposição aqui acompanhando e para questionamentos futuros, caso seja necessário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Procuradora do Trabalho Priscila Dibi Schvarcz, nossos cumprimentos.

Com certeza, temos aqui umas quatro, cinco folhas de perguntas que eu vou submeter aos senhores e às senhoras.

A Procuradora Priscila Dibi falou, com muita clareza e com muita competência – como também o Dr. José Pinto –, do risco da jornada de trabalho exagerada, dos acidentes e do faturamento bilionário das empresas.

Sobre essa questão do combustível, achei o que ela falou interessante. Você tinha aqui também já me alertado que o combustível aumenta e o motorista do Uber tem que botar o combustível, só que ele não pode repassar... É um prejuízo, claro, enorme, mas o debate aqui vai avançar nesse sentido.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Juiz do Trabalho – agradeço a sua presença aqui – Gilberto Augusto Leitão Martins por dez minutos com mais cinco.

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS (Para expor.) – Pois não, Senador Paim, a quem cumprimento e, na pessoa, estendo o cumprimento a todos os presentes, àqueles que formam a mesa junto comigo, Marcelo Chaves, Dr. José Pinto, a Dra. Lili, também do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo, e a Dra. Priscila Dibi, que fez uma fala muito forte, muito própria do Ministério Público, em defesa da sociedade e em defesa daqueles que hoje se encontram em total desamparo, Senador, e prestam esse serviço de transporte de mercadoria e transporte de pessoas nas nossas cidades.

Agora, antes de chegar a essa situação envolvendo essa figura que se acha, que se quer moderna, mas vai se ver que não é moderna, dessa desregulação, dessa informalidade dessa classe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, eu acho que seria importante, antes, termos uma pequena visão daquilo que é o Direito do Trabalho e daquilo que é a Justiça do Trabalho, que estão intimamente vinculados.

Eu tenho 30 anos de Juiz do Trabalho, entrei em outubro de 1993, e, nesses 30 anos, o que eu mais tenho assistido é uma tentativa de desprestígio da Justiça do Trabalho e de enfraquecimento do direito do trabalho. Já se tentou extinguir a Justiça do Trabalho, tentou-se extinguir o Tribunal Superior do Trabalho, de todas as formas.

O Senador Paim, que está há muito tempo no Parlamento, acompanha esse tipo de movimentação. E a gente sabe exatamente de onde vem. Vem da classe patronal, vem daqueles que enxergam na Justiça do Trabalho um obstáculo, um impedimento ao que dizem ser empreendimento privado, à livre iniciativa, como se a mão de obra ou o trabalhador não estivesse no centro, na centralidade exatamente dos meios de produção, como se não fosse a mão de obra o principal elemento da força produtiva das empresas. Para que se faz, para que que se realiza uma empresa, para que que se realiza um empreendimento se a mão de obra, se o trabalhador, se o ser humano é tido como custo? Como pode ser custo aquilo que deveria ser a centralidade?

Então, ao longo desses 30 anos, o que a gente assiste é sempre e reiteradamente a tentativas de se retirar da Justiça do Trabalho a competência, o exame de casos envolvendo o vínculo de emprego. Nós, aqui, no país, temos a nossa CLT, que, para o trabalhador, é mais importante que a Constituição; digamos a verdade, para o trabalhador, para a sociedade, e o trabalhador somos todos nós. Não existe ninguém dentro da sociedade que não tenha desejo por se manter. O trabalho é a centralidade, o trabalho é aquilo que existe de principal dentro da nossa sociedade, e a CLT, que foi criada há muitos anos, há décadas – fez agora 80 anos, recentemente –, é, para o trabalhador, para a nossa sociedade, a nossa Constituição maior. É ela que forma o elemento básico das relações de trabalho.

Quando se vai a países... Estivemos, recentemente, no Peru, e lá se observa o que significa um mercado de trabalho sem uma legislação central, sem uma legislação básica como a nossa, que é a CLT. Os desmandos, a situação de plena informalidade... No Peru, dois terços da mão de obra está na informalidade. São cooperativas, são trabalhos considerados de segunda ordem, que não têm do Estado nenhum tipo de reconhecimento; dois terços da mão de obra em um país como o Peru está na total informalidade. E é essa a tentativa que se faz reiteradamente aqui, no nosso país, de levar a essa informalidade. Uma informalidade, diga-se, que não interessa... Diz-se muito que a relação de trabalho é uma relação privada entre o trabalhador e a empresa. Muito bem, é, sim, mas que interessa a toda a sociedade. É o trabalho formal que está por trás das políticas públicas importantes, como é o FGTS, que subsidia a moradia, e como é a previdência social, de uma importância transcendental dentro da sociedade. Imagine que um motorista desse aplicativo se acidente, adoeça. Que tipo de subsídio, que tipo de auxílio ele vai ter se não for da previdência? Não tem. Ele estará completamente à margem da nossa sociedade, à margem das leis de previdência. É essa a importância que se tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a relação de trabalho não é apenas uma relação privada entre a empresa e o empregado. Isso é uma quimera, isso não existe. A relação de trabalho é importante para a nossa sociedade. Ela está na centralidade daquilo que são as políticas públicas do Estado. Então, dizer que cabe porque alguém decidiu por uma relação privada...

E isso não se dá apenas com o motorista de aplicativo. Quando se vai ver, por exemplo, as tentativas são antigas, existe, por exemplo, o trabalho cooperativado já desde 1994, algo que tem sido repetido; colocou-se, inclusive, dentro da CLT uma tentativa de se fugir ao vínculo de emprego, de tornar informal aquela relação de trabalho – é transformar uma relação de trabalho em relação cooperativada. Existe isso, depois, na Lei do Transportador Autônomo, a Lei 11.442, de 2007, que claramente, inclusive, diz que se trata de um contrato civil e que retira da Justiça do Trabalho a competência para o exame desses casos, dizendo que não cabe à Justiça do Trabalho esse tipo de pronunciamento envolvendo o transportador autônomo de carga, que é o motorista; é o motorista que transporta carga pelas nossas estradas, pelas nossas rodovias.

Imagine que uma empresa dessas pode firmar com um motorista, um transportador – um motorista de caminhão, de carreta – um contrato privado e aquilo fica simplesmente fora da legislação trabalhista. Podemos dar como exemplo também a questão envolvendo as franquias: é outra tentativa que se faz. Hoje é muito comum se estabelecer um contrato de trabalho através de franquias: cria-se um MEI, cria-se uma PJ, e, a partir daí, se faz toda uma tentativa de informalizar aquela relação de trabalho.

O nosso Supremo Tribunal, que tem tido um papel importante, um papel relevante na manutenção da nossa democracia – não fosse por ele, talvez não estivéssemos aqui nem falando nesta Comissão de Direitos Humanos, Senador, no Senado –, que teve esse papel importantíssimo na manutenção, na garantia da eleição, tem visto o nosso direito de trabalho, assim eu diria, com muita restrição. São reiteradas as decisões que retiram da Justiça do Trabalho a competência, que paralisam o processo do trabalho quando se discute o vínculo de emprego, esquecendo que existe uma legislação única, existe uma legislação-mãe, uma legislação-padrão, uma Constituição dentro do mundo do trabalho, que é a CLT. A CLT é que diz lá, de forma muito clara, o que é uma empresa e o que é um empregado.

O nosso Supremo Tribunal, infelizmente, tem tido reiteradamente, em reclamações... Usando-se inclusive a figura da ADPF, que foi criada pela Constituição de 1988 para garantir um determinado direito que está dentro da Constituição e foi negado por uma lei ou por um decreto, porque uma ação direta de inconstitucionalidade pode discutir um ato concreto, mas não pode discutir um ato legislativo, uma lei. A ADPF, que é ação por descumprimento de preceito fundamental, existe para assegurar um direito que está dentro da Constituição; um direito. Hoje ela é usada para retirar esses direitos, com todas as vênias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS – Hoje ela existe para retirar de dentro da Constituição, hoje ela – a ADPF – é usada para retirar, para dizer algo que deveria ser, ao contrário, afirmado pelo Supremo Tribunal. Tem sido essa a luta dentro do direito do trabalho, a luta dentro da Justiça do Trabalho na tentativa de se reafirmar e afirmar a importância do direito do trabalho.

E não é diferente em relação à questão dos motoristas de aplicativos, dos transportadores de carga, que se quer dizer moderna, mas não é moderna; é uma tentativa antiga, são formas antigas de o capital tentar obter um ganho ainda maior em cima da mão de obra, em cima do trabalhador, são tentativas reiteradas.

Agora vem a discussão, que me parece, com todas as vênias, sem nenhuma razão de ser, se quer inclusive legalizar aquilo que está na informalidade, quando a própria CLT – a Dra. Priscila citou o art. 6º da CLT, que fala nos meios telemáticos, que equivalem ao elemento da subordinação – e a própria 13.467, que foi a reforma trabalhista do Governo Temer e que tantas mazelas trouxe para o direito do trabalho... Eu poderia falar muito delas, como contrato intermitente, contrato por tempo parcial, honorários de sucumbência, o que foi trazido de forma irresponsável para dentro do processo do trabalho. Nesse ponto, eu saúdo o Supremo Tribunal, que consertou, que fez um conserto em relação aos honorários de sucumbência, permitindo... A 13.467 era mais rigorosa que o próprio Processo Civil, não respeitava sequer a concessão da justiça gratuita, mesmo na concessão da justiça gratuita era possível haver desconto, débito em relação aos honorários de sucumbência, quando o Processo Civil garante a justiça gratuita e não permite esse tipo de desconto em relação aos honorários de sucumbência.

Mas a CLT traz um capítulo tratando do teletrabalho, que foi colocado dentro da CLT pela Lei 13.467, em 2017, Senador, que diz com toda clareza – vou ler aqui o art. 75-B: "Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo", porque a CLT caracteriza como trabalho externo aquele que está longe do empregador, mas que não deixa de ser vínculo de emprego, apenas não está submetido aos limites da jornada de trabalho de 44 horas.

Então, na verdade, isso que se faz de discutir uma pretensa legalização é uma forma de se empurrar o caso com a barriga, a verdade é essa, de se levar o caso para frente, de se fazer com que mais e mais se torne, alongando no tempo, uma discussão que, com todas as vênias, não tem o menor cabimento, não tem a menor razão de ser, é totalmente regulada pela CLT.

E não é só o motorista de aplicativo que se submete aos meios telemáticos; os vendedores hoje das grandes corporações, das grandes empresas atacadistas... Hoje já se faz através de meio telemático,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém fica mais dentro de uma empresa vendendo produtos, se faz na rua, se faz inclusive com veículo fornecido pela empresa, e ela tem completa ciência de onde se encontra o trabalhador, como é o caso da Uber, como é o caso de todas essas empresas que movimentam aplicativo. Mas, ainda assim, quando se observa o que dizem os grandes executivos dessas empresas de aplicativos, se observa que os ganhos são tão altos, são tão elevados, que eles não se negam, em momento nenhum, a operar com o reconhecimento do vínculo de emprego. Claro, para eles é muito melhor não existir esse tipo de despesa, esse tipo de custo, como se fala; como se o trabalhador, como se o ser humano fosse algo que pudesse ser objeto de troca, de discussão, como se fosse uma mera mercadoria.

Então, é dessa forma, Senador e todos aqui presentes, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS – ... eu concluo a minha fala, dizendo da importância do direito do trabalho, dizendo da necessidade de reafirmarmos, todos os dias, a importância da legislação trabalhista, a importância da CLT e a importância da Justiça do Trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Gilberto Augusto Leitão Martins, Juiz do Trabalho, que defendeu com muita firmeza a Justiça do Trabalho.

Eu sempre tive uma posição muito clara, nunca vacilei nesse tema. Eu me lembro de que, quando eu era sindicalista, eu sempre dizia que a greve não é uma atividade fim; é um meio para conseguir um objetivo, que seria um salário decente, condições de trabalho decentes. E, por inúmeras vezes, eu fui salvo pela Justiça do Trabalho. Estava lá já há uns três, quatro, cinco dias de greve, e não tinha saída. E a moçada já estava meio assustada. Aí eu mesmo procurava a Justiça do Trabalho, que sempre nos atendeu – ou conciliando ou mesmo julgando se fosse necessário.

Então, a Justiça do Trabalho cumpre um papel fundamental, vocês que são especialistas no direito.

Eu me lembro de uma frase que eu ouvi de um dos juízes quando ele decidiu favoravelmente aos trabalhadores. Ele disse: "Nem que tivesse dúvida; na dúvida, *pro misero*". E deu para o trabalhador o ganho de causa de uma ação com a qual o sindicato tinha entrado.

Eu vou agora passar a palavra para a Dra. Lili de Lima Cruz, Advogada do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Distrito Federal.

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento toda a mesa e todos os presentes e a quem eu faço também um agradecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito sincero e muito especial por dar voz, no campo dos direitos humanos, dentro dessa temática aqui, à causa do motorista de aplicativo.

Quero fazer um agradecimento especial aqui ao meu mestre, Dr. José Pinto, com quem eu aprendi muito a parte da advocacia previdenciária, da advocacia do trabalhador. Agradeço muito pelo aprendizado. Quero agradecer também ao Marcelo pela confiança de me entregar o direito do motorista de aplicativo para ser aplicado, Excelência. Quero agradecer ao Dr. Gilberto Martins pela atenção, pela humildade, pela disposição de poder estar aqui e falar um pouco dessa forma de trabalho, que parece que é nova, mas realmente não é.

O que me fez trabalhar com o direito do motorista de aplicativo foi ter sido e ser também motorista de aplicativo. Teve uma fase da advocacia um pouco complicada e eu fui trabalhar de motorista. Minha irmã é motorista, falou: "Vamos, mana", bem carioca. E fui. E lá eu vi o que passam os motoristas e as motoristas e eu senti um pouco falta desses pontos de apoio que a Procuradora do Trabalho muito bem trouxe.

E isso tem tudo a ver com a temática dos direitos humanos, pois são horas e horas dirigindo, a gente não consegue parar. Às vezes, a corrida vem quando eu iria parar para ir ao toalete. Às vezes, pedia favor para ir a um bar, para ir a um restaurante ou até à casa de um passageiro, porque tem passageiro que, muito gentilmente, oferece o toalete, e a gente tem que utilizar, principalmente a mulher, pois isso envolve a saúde da mulher. E não só da mulher, do homem também. A gente está falando de saúde do trato urinário. E foi isso que me levou a trabalhar para essa categoria e a vê-la de uma forma toda especial.

O Marcelo me conheceu nesse aspecto, nessas condições. E ele entendeu que eu conhecia o direito associativo, o direito sindical, tendo trabalhado com o Dr. José Pinto. E estou aí.

O que é eu posso falar do motorista de aplicativo? Eu trouxe uma breve apresentação que está, se eu não me engano, a partir da página... Isso, exatamente aí. Eu vim falar aqui um pouco de como eu tenho enfrentado no Judiciário as questões dos motoristas de aplicativo. Quais são as ações que a gente mais enfrenta lá?

A primeira de todas é a exclusão desses motoristas. São de cinco a seis visitas ao sindicato em que eu atendo esses motoristas. Eles são excluídos de um dia para o outro, ou seja, hoje eu estou aqui com a minha plataforma aberta, acabei de fazer uma viagem e, de repente, a plataforma me diz assim: "Não tenho mais interesse na parceria. Muito obrigado [eles ainda são educados]. Adeus". E aí eu fico assim: se eu alugo um carro, o aluguel vai vencer, o meu IPVA vai vencer; a manutenção do carro chegou, porque eu rodei o carro e tudo mais; enfim, esse motorista fica nessa situação. E quais são as acusações? As acusações são de fraudes genéricas. Aí a gente pede à plataforma, e a plataforma não explica que tipo de fraude esse motorista cometeu. "Você simplesmente infringiu os termos gerais." E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro dos termos gerais, você pode ter lá inúmeras situações que poderiam ocorrer. Das mais graves: o assédio, a acusação de assédio. Não estou dizendo que todas são inverídicas, mas isso precisa ser apurado até porque isso é uma falsa acusação de crime – pode haver ou não. Então, isso precisa ser identificado. É preciso identificar o autor desse crime e a vítima. E a plataforma, a despeito de dizer que está protegendo a privacidade desse passageiro ou dessa passageira, oculta essa informação do motorista. Então, assédio, homofobia e racismo são acusações graves. E o motorista precisa se defender. Ele tendo feito ou não tendo feito, ele precisa saber exatamente quem é o seu acusador. As plataformas sonegam essa informação.

E vamos, então, para a nossa realidade no Judiciário. Temos esse fator complicador: não existe... Existe a regulamentação. Foi até o que a Procuradora disse: existe já uma regulamentação, que pode ser aplicada. Temos regulamentação apta. Primeiro, a Constituição Federal: princípio do contraditório e ampla defesa. Ele poderia ser aplicado? Sim. Só que o TJDFT usa uma tese chamada de autonomia da vontade, ou seja, é como se o Dr. José e eu fizéssemos um contrato privado e ele e eu, dentro da minha autonomia, decidíssemos as nossas cláusulas. O Tribunal de Justiça do DF e a maioria dos tribunais de todo o Brasil têm dito assim: "Não, tem autonomia da vontade. Esse motorista pode escolher essas cláusulas". Será que ele pode decidir que cláusula ele altera? Eu acredito que não. E eles também dizem que não se aplica o CDC (Código de Defesa do Consumidor). O STJ disse que a Justiça comum é a Justiça adequada para tratar desse contrato. Então, a gente está numa típica situação de que esse motorista, na Justiça comum, não tem guarida nenhuma.

Eu fiz uma busca, até para os colegas no nosso grupo jurídico, e eu vi, nos mais recentes julgamentos com uma chave de pesquisa, sete a favor da Uber, todos dizendo da autonomia da vontade, e um apenas favorável ao motorista.

Então, vamos para a realidade da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho tem enfrentado a matéria. Em algumas situações, alguns magistrados consideram que falta legislação – a gente ouviu isso até num evento recente da magistratura. Eu discordo disso porque a CLT se enquadra exatamente como um quebra-cabeça perfeito – muito bem formado, sem faltar peça nenhuma – e há muito mais argumentos para o reconhecimento do vínculo do que para o não reconhecimento.

A gente sabe que existem motoristas que trabalham 14 horas seguidas, às vezes, para uma plataforma só, ou que trabalham em multiplataformas, como a gente diz – ou seja, 99, inDrive, as maiores –, mas existe aquele motorista que tem o típico vínculo trabalhista.

Então, o que a gente tem aqui, em uma comparação? A Justiça comum não reintegra; as plataformas, lá, são plenas em direitos; e os motoristas, com todos os deveres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Justiça do Trabalho tem enfrentado essa situação com muita propriedade porque é a Justiça do trabalhador, é a Justiça que sabe dizer esse direito e é a Justiça especializada – não tem como a gente fugir disso.

E, aproveitando que aqui nós estamos sendo vistos e que vamos responder algumas perguntas, eu digo para o motorista de aplicativo que a CLT não é esse bicho de sete cabeças que o motorista imagina. Por quê? A gente precisa entender que a CLT não escraviza; muito pelo contrário, ela regula, simplesmente, uma relação e não tira a autonomia que o motorista acredita ter. Então, motorista de aplicativo que está nos assistindo e que vai nos assistir, a gente diz que a CLT não vai criar uma prisão; ela vai simplesmente dar a você direitos que você hoje não tem.

Então, o Marcelo, na apresentação dele, vai falar um pouco sobre a realidade desse motorista, sobre o que está acontecendo, porque a plataforma investe muito em divulgação, em *marketing*, e no *marketing* dela está subliminar a questão de que "você é autônomo", "você é empresário"; mas eu trabalhei como Coordenadora de Políticas Públicas do Sebrae e, no Sebrae, na implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar 123, eu lembro que a gente fez várias capacitações no Sistema S. E eu lembro que as atividades do microempreendedor individual...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ – ... são aquelas típicas, como a do pipoqueiro – ou seja, ele não tem vínculo, ele decide o local onde vai vender a pipoca –, a daquela pessoa que está lá num... um feirante. Era para formalizar esse tanto de informais que a gente tinha no Brasil.

O motorista não se enquadra nisso. O motorista não é empresário. Ele não tem autonomia, ele não escolhe onde ele vai dirigir, ele não escolhe se ele quer ou não quer ficar na plataforma.

E sabe, motorista, quando é que você vai entender que você tem direito? Quando a exclusão vier.

Esse motorista muda completamente de ideia quando ele me procura, quando ele é excluído. Então, eu digo para ele assim: "Olha, hoje, para você, é a Justiça do Trabalho. Eu não recomendo a gente entrar com uma ação no Tribunal de Justiça". É a Justiça do Trabalho que tem escutado esse motorista. Ela é que tem dado ouvidos e que sabe entender essa relação. Aí o motorista: "Mas eu não quero". É como aquela criança que diz assim: "Mas eu não quero isso".

Eu também, quando entrei na plataforma, queria ter grandes ganhos. Eu pensava: "Eu tenho minha autonomia. Eu tenho minha filha, eu crio minha filha, eu quero buscá-la na escola. Eu não tenho vinculação de horário. É muito bom".

No início, realmente foi muito bom. O Marcelo vai mostrar aqui para a gente que, no início, era um mar de rosas. Então, esse motorista realmente era parceiro. Ele tinha, sim, um atrativo, um chamariz da Uber, porque de que ela precisa? De que toda plataforma que se integra no sistema da mobilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urbana precisa? Ela precisa do equilíbrio entre o motorista e o passageiro. Se eu tenho pouco motorista e muito passageiro, o passageiro vai desistir dessa plataforma. Ele vai lá à Google Play, baixa outro aplicativo e fala: "Não, a Uber não está chamando. Eu estou aqui no Plano e estou vendo que tem um motorista lá em Águas Claras, não vou conseguir andar de Uber. Então, não vou na Uber, eu vou pegar uma InDrive". Aí é mercado.

Então, essas plataformas começaram a fazer um atrativo muito grande para esse motorista, dar grandes vantagens. Eu me lembro de pensar: "Ah, só vai descontar 25% de mim? Beleza, está muito bom". Hoje, Excelência, eles estão descontando – isso pela pesquisa Pnad Contínua – entre 25% e 70%. E aí, vão ficar 30% para esse motorista, que vai ter que trocar pneu todo ano, vai precisar fazer a revisão muito mais rápido do que nós que temos nosso carro, que fazemos uma revisão periódica com tempo maior. Há o combustível, que aumenta aí sempre. Então, não é vantagem para esse motorista. E ele não vai trabalhar oito horas diárias, ele não vai ter décimo terceiro, ele não vai ter férias. Nas férias dele, ou ele vai ter um tino empresarial para separar o dinheiro que ele recebe, porque ele acha que recebe muito, não é? Então, nesse período de férias, que ele precisa tirar com a família, ele vai precisar fazer uma reserva para as férias, porque o tempo que ele parar, ele não vai receber.

O que a gente está encontrando aí, na Justiça do Trabalho, é isso.

Então, a gente faz aqui propostas do que pode ser regulamentado, do que pode ser regulado, considerando aí os direitos humanos, já que a temática é essa aqui, para ser tratado aqui nesta Casa.

Fixar a competência da Justiça do Trabalho para o trabalho por aplicativos. Por que é que a gente precisa dizer isso? Porque não está óbvio. O STF já tem decidido algumas situações. Essa ADPF trata inclusive da terceirização. O motorista não é terceirizado, é contratação direta. Então, até a situação de vínculo é diferenciada do que trata essa ADPF, mas o STF tem decidido nesse sentido.

Proibir as exclusões sumárias, de que eu falei. Exigir provas fidedignas das acusações que embasam as exclusões, com prazo para entrega dessa documentação. Eu estou tendo que entrar com *habeas data* trabalhista. E está dando certo, a Uber está apresentando as informações. A gente está conseguindo algum resultado dentro disso, porque existem casos em que a gente pode pedir vínculo, e outros, não. São várias nuances dentro do trabalho.

Exigir aviso prévio, então, do fim dessas relações, ou seja, em todo contrato que a gente faz, a gente precisa de um aviso prévio, seja privado, seja trabalhista. Então, a gente está pedindo o óbvio, mas é para o óbvio que essa plataforma diz assim: "Não, não tem legislação". E ela ganha essa tese no TJ. E metade ela ganha lá na trabalhista.

Definir os fatos graves que justifiquem uma exclusão.

Limitar os descontos excessivos e balancear os custos e despesas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem mais de 49 projetos de lei, aqui no Congresso, que limitam os ganhos das plataformas, que não passam, porque como é que o Congresso interfere numa relação privada? Como é que ele vai definir o limite de ganhos de uma empresa? Então, a gente precisa encontrar uma solução para que essa empresa não abocanhe grande parcela dessa viagem, já que ela chama esse motorista de parceiro.

A gente precisa definir um adicional de periculosidade. Os motoboys têm...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ – ... mas o motorista também, e definir, claro, as regras previdenciárias, como o Dr. José falou. Benefícios... Perdão, já terminou? Eu posso... É o último eslaide, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ – Obrigada.

Estabelecer, então, benefícios na aquisição de veículos novos para motoristas que comprovem trabalho contínuo. Não é para todo motorista, porque quem não tem cadastro na plataforma pode cadastrar hoje e, amanhã, conseguir uma isenção de IPI. A gente quer justiça, a gente quer que, realmente, seja esse trabalhador que tenha esse benefício.

Fortalecer, então, os sindicatos para atuar nas convenções coletivas. A gente deixa aqui um registro de que o Sindicato dos Motoristas de Aplicativos ainda não têm a carta sindical. É uma grande reivindicação para a gente poder fazer a nossa representação judicial, extrajudicial, e poder ter os recursos necessários para atuar como representante sindical.

Estabelecer critérios de transparência nos repasses de ganhos.

Limitar a redução de ganho que leva o trabalhador a trabalhar extenuantes horas para garantir ganhos. Ou seja, eles não aumentam a tarifa, aumentam o percentual. Esse motorista faz o quê? Ele trabalha cada vez mais e fica aí um círculo vicioso que a gente está tentando modificar.

O Presidente do sindicato vai falar, então, sobre as questões de ganhos que são muito importantes também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Dra. Lili de Lima Cruz, advogada do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos, que discorreu com brilhantismo sobre a situação desses profissionais que dão a sua vida nessa atividade e que acabam não tendo direito legalizado nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que o Dr. Gilberto também tinha me falado – a Dra. Lili agora tocou – é que o sindicato não tem ainda a carta sindical. Então, fica já um compromisso aqui desta Comissão de fazer um requerimento e encaminhar para o Ministro Marinho, Luiz Marinho – porque nós temos uma relação excelente com ele, ele tem nos ajudado em todos os temas do mundo do trabalho –, para ele ver que a Comissão de Direitos Humanos também se posiciona favoravelmente a que o sindicato tenha, enfim, a sua carta sindical.

Falando em sindicatos, passamos a palavra de imediato, agora, para o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do DF, o Líder Marcelo Rodrigues Chaves.

O SR. MARCELO RODRIGUES CHAVES (Para expor.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Senador, o Dr. Gilberto, que já é um parceiro nosso, a Dra. Lili, todos os presentes e a minha princesa que está ali, Senador, minha filha linda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Apresentada ao Brasil.

O SR. MARCELO RODRIGUES CHAVES – Pronto.

E por falar dessa nossa luta, estou há cinco anos presidindo o Sindmaap. Sei o que passamos, Senador, como trabalhador. Como representante da categoria, eu sei o que a gente sente na pele, qual é o mundo dos trabalhadores por aplicativo.

Ele vai colocar o eslaide ali. Eu vou mostrar para vocês o que é o dia a dia do trabalhador por aplicativo.

Então, vamos lá.

A profissão de motorista.

O que saber para regulamentar?

A construção da relação do trabalhador e aplicativos.

Esse é um panorama histórico que a gente vai...

Pronto!

Ao motorista, à pessoa, para entrar hoje nas plataformas, o que é necessário? Ter uma habilitação com Exerce Atividade Remunerada, tem que ter um veículo com pelo menos dez anos de uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A taxa do aplicativo, ali era um sonho nosso, que era coisa antiga, que era entre 20% e 25%. Hoje, a plataforma, tem corrida em que ela te desconta 60%, 70%. Então, ela passou a ser o seu sócio majoritário sem ter nenhum gasto.

O valor médio – uma coisa pelo que a gente luta, que é o valor médio por corrida e que eu gostaria que as plataformas abraçassem essa nossa causa, pelo que a gente vem sempre lutando – é de R$2 um km rodado. Mas ainda estamos em negociação disso aí no ministério.

O motorista deve ser tratado como parceiro, como no início. Em 2013, quando as plataformas chegaram ao Brasil, nós éramos tratados como parceiros. Na realidade, a gente ganhava sem rodar, porque elas estavam se implementando no país. O que elas te deram no passado, hoje estão te tomando com duas mãos e um pé.

Então, por aí vai.

Vamos botar mais um pouquinho para a frente. (*Pausa.*)

Eu vou fazer essa comparação para vocês entenderem.

Se você colocar um sapo vivo dentro de uma panela de água fria e começar a esquentá-la, ao chegar ao seu ponto máximo de ebulição, o sapo não irá se mexer. Ele parece não notar que as condições do ambiente estão se alterando e a panela está começando a ferver. Quando ele sente o calor, já é tarde demais.

É o nosso caso do motorista por aplicativo. Ele começa a ignorar os problemas, fica esperando as coisas mudarem, não se une para tentar resolver essas questões com a plataforma.

Então, é com isso que a gente compara. Quando a panela começar a esquentar, já é tarde.

Gostou, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. MARCELO RODRIGUES CHAVES – Um grande problema que nós temos é o bloqueio. Como a Dra. Lili já explicou, nós temos, em média, por semana, no sindicato, entre quatro e dez motoristas excluídos aleatoriamente. A plataforma fala: "Olha, não o quero mais hoje". Se um passageiro reclama do motorista, mesmo com reclamações infundadas, o que a plataforma faz? Ela deixa de dar ouvido ao trabalhador e vai dar ouvido ao passageiro. Ela devolve o dinheiro da corrida para o passageiro e pune o trabalhador. Ela não quer saber se está ali um pai de família.

Na realidade, eu costumo dizer, Senador, que ninguém vai para atrás de um volante para brincar de dirigir. Se você está ali, é porque você é um profissional, você precisa daquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As longas jornadas são exaustivas para o trabalhador. O motorista trabalha de 14 a 18 horas por dia para ter o mínimo de sustento, porque todo dia ele precisa de um mínimo. Para manter, para bater a sua meta diária, ele gasta entre 20 e 25 litros de combustível diariamente.

Então, isso é um grande problema.

Pronto! Ali já foi. A carteira.

Aqui são alguns índices de violência que temos. Inclusive, anteontem, eu estava falando no programa do Henrique Chaves, na Record, sobre essa questão de uma quadrilha, que foi presa em Brasília, que assaltava os motoristas com contas *fakes*. Eu sempre bato nessa tecla na Secretaria Segurança Pública, em Brasília, a respeito das contas *fakes*. Então, anteontem, foi presa uma quadrilha aqui. Os caras chamavam os motoristas por um aplicativo que não era dele, geralmente em nome de mulheres, e assaltavam os motoristas. Então, ali nós temos vários casos de homicídios, de assaltos, latrocínios...

Eu costumo dizer, Senador, que nós somos a única profissão que é assaltada por *delivery*. O cara te chama no telefone e te assalta. É fácil, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO RODRIGUES CHAVES – As exclusões sem provas.

É a tecla em que eu sempre bato com as plataformas, como eu já falei com a Uber, já falei com a 99, já falei com a InDrive... A InDrive é a que menos exclui. É muito difícil. O motorista que for excluído do InDrive é porque, realmente, ele é um péssimo profissional. Mas, assim, eu sempre falo com as plataformas essa questão da exclusão. Procurem ouvir o trabalhador antes de excluir o trabalhador. Procurem ouvir: "Vem cá; realmente aconteceu isso? O que aconteceu?". Abra esse precedente para o trabalhador se defender. E isso a gente não consegue ter junto às plataformas, mas nós vamos conseguir mudar.

As consequências dos casos de exclusão.

Olha lá: inadimplemento imediato, contrato de aluguel do carro... Se ele trabalha com aluguel do carro, ele vai atrasar o contrato do aluguel do carro dele; ele vai atrasar a prestação, seguro, plano de dados de internet. Então, a vida do trabalhador vira uma bola de neve de problemas.

Receitas e despesas.

Agora, a gente vai passar para um pouquinho de valores, para vocês entenderem a média – a média! – do que o motorista por aplicativo ganha. Vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, a gente está trabalhando em cima de valor líquido semanal. O motorista, por semana, faz, em média, R$556,00 livres. A gente coloca "livre" porque, ali, ele já tirou o custo do combustível, tirou, mais ou menos, o custo dele. Ele não está pensando ali que, lá na frente, vai ter uma manutenção do carro. Isso aí está fora desse nosso orçamento ali.

Então, se formos nos basear em quanto o motorista vai ganhar por hora trabalhada por dia, dá menos do que um salário mínimo. Ele está ganhando R$5,22 por hora. Se você for colocar na ponta do lápis, Doutor, vou lhe falar uma coisa: o motorista desiste de trabalhar, porque ele vai perceber que ele está pagando para trabalhar.

Olha lá: enquanto o salário mínimo nacional – R$1.320 – vai dar, em média, R$330 por semana, R$17.160 por ano e, por dia, R$44. A hora está sendo maior do que a hora trabalhada do motorista por aplicativo. A do motorista por aplicativo está R$5,22; a do salário mínimo está R$5,50. Aí, é para a gente ter uma noção do que é o trabalho por aplicativo. E, detalhe, sem nenhum respeito das plataformas. Isso que é o pior!.

Ali, nós fizemos um comparado por dia. Vamos lá! Quatorze horas trabalhadas, oito horas trabalhadas, mas sendo que 14 horas trabalhadas a R$5,22, enquanto que, para o trabalhador CLT, que ganha um salário mínimo, a hora trabalhada dá R$5,50, R$5,51, não é, Doutora?

O piso que sugerimos, hoje, líquido, para o motorista por aplicativo, ele tirando todas as suas despesas, o ideal seria pelo menos R$3 mil. Eu acho que seria o suficiente, não o suficiente, mas o digno para o trabalhador poder se sustentar.

Obrigado. Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcelo Rodrigues Chaves, líder sindical, Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do DF, que mostrou a situação real do motorista de aplicativo. E quando você coloca R$3 mil, isso é o mínimo do mínimo. Para você trabalhar direto, considerando a carga absurda que eu via, e não tirar R$3 mil por mês, isso é um absurdo. Para ele, para a família dele – não vamos aí computar todos os gastos que ele teve com o carro –, ele tem que tirar no mínimo R$3 mil, que eu acho que não é nenhum pleito muito alto em piso mínimo.

Esses quinze segundos são meus, viu, os que sobraram aqui dele. (*Risos.*)

Estou dialogando com ela aí. Mas, então, vamos lá agora.

Vamos para o líder também Leonardo Decuzzi, que é Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, nosso Sinait. Leonardo, a palavra é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DECUZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Paim, membros da mesa, todos que nos ouvem, é com muita honra que mais uma vez o Sinait está aqui podendo trazer a sua contribuição. Meu nome é Leonardo, eu falo pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e falo do lugar de fala de quem está no Ministério do Trabalho há 39 anos. Pude presenciar pelo menos o início da terceira revolução tecnológica e agora a quarta revolução tecnológica, em que alguns empregadores e algumas empresas acreditam que é tudo novo.

Eu gostei muito da fala do Sr. Marcelo, que nos antecedeu. Há uma narrativa que permeia o trabalho plataformizado de liberdade, de autoempreendedorismo, de luta pelo trabalhador conseguir o próprio espaço e conseguir a própria renda.

De fato, há um baixo custo de entrada para a empregabilidade via plataformas digitais e, como os economistas colocam, ele ser louvável. O que se traz aqui, Senador Paim, demais membros da mesa e da plateia e todos que nos ouvem: quais são os desafios que nós vamos enfrentar e qual é o contexto dessa informalidade do trabalho plataformizado no Brasil?

Há uma tentativa, é uma tentativa e é uma narrativa que impregna muitas mentes, no sentido de que o trabalho plataformizado é um trabalho livre, feito entre empreendedores, em igualdade de condições, numa economia de compartilhamento, em que as pessoas se colocam para trabalhar e com o fruto do seu esforço pessoal podem conseguir a renda necessária para sobreviver.

O que nós temos hoje, Senador Paim e demais membros, no trabalho dos motoristas da entrega, e aqui eu vou me ater tão somente às plataformas geolocalizadas de entrega de mercadorias e alimentos e transporte de pessoas: o trabalho plataformizado está se espraiando no Brasil, se coloca no Brasil e no mundo. O que temos é uma narrativa de liberdade, mas o que de fato está em jogo, e o que de fato está em jogo nesta Casa, neste Parlamento, é a subsistência de um direito protetivo do trabalho, a sua manutenção como um direito fundamental ou a sua prescindibilidade em um mercado liberal total, de ampla concorrência entre todos os sujeitos e empresas.

E por que eu digo isso, Senador Paim e demais membros? Porque o que se busca nesta Casa e no nosso país é o trato político, o trato político do direito do trabalhador e, no trato político do direito do trabalhador, está em jogo a promoção do trabalho decente, a redução da informalidade, a proteção social, a saúde e a segurança e, sobretudo, a efetivação da lei, e nós temos hoje uma assimetria de informações muito grande.

Qual é o cenário que nós temos no contexto do trabalho plataformizado no Brasil? Isso é estimado – é estimado por pesquisas acadêmicas e é estimado pelo próprio IBGE –, as estimativas hoje dão em torno de 1,5 milhão pessoas trabalhando em plataformas digitais, dados recentes divulgados pelo IBGE agora, recentemente. Destes, no transporte, armazenamento e correio estariam mais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 77% das pessoas; na entrega de mercadorias, aproximadamente 600 mil pessoas; e no transporte de passageiros, perto de 800 mil pessoas.

Na entrega de mercadorias e de alimentos, vemos em nossas ruas, o tempo todo, trabalhadores sem a menor garantia de direitos, sem as menores condições de trabalho, correndo risco, correndo risco, inclusive, da própria vida. É disso que estamos tratando aqui.

No trabalho de transporte de pessoas... Eu gosto de falar sempre que nós temos entregadores e nós temos motoristas. Motoristas não são motoristas de aplicativo, eu gosto de falar sempre que motoristas são sempre motoristas, com toda a sua responsabilidade e com toda a sua competência técnica, que trabalham para empresas que têm como modelo de negócio uma plataforma digital. E, na verdade, a evolução tecnológica propiciou uma forma de direção desse trabalho que dispensa chefe, capatazes, direção pessoal do trabalho humano, mas essa direção pessoal do trabalho humano existe.

Eu gostei muito da fala do Sr. Marcelo quando ele disse que, se o trabalhador pensar no custo do trabalho dele, quando ele fala no que tira livre, ele tira livre o quê? Ele tira livre na semana a gasolina e, aí, o restante é dele? E a manutenção do carro dele quando é um carro próprio? E a troca do carro futuro? E o aluguel? E a diária que ele paga?

Eu estou colocando isso tudo porque a atividade econômica de transporte ou a necessidade de veículos, ou melhor – vamos entrar no foco disso –, na terceirização de atividades, especialmente a terceirização de atividades fim, quem é mais antigo vai se lembrar certamente de que a terceirização de atividade fim no direito do trabalho brasileiro não é algo novo, não é algo das reformas recentes. É algo que veio na década de 90, do marco civil regulatório da energia elétrica e das telecomunicações. Todos nós nos lembramos, quando houve a privatização, por exemplo, da Telemar, que tinha a sua frota de veículos, de que essa frota de veículos foi leiloada. A Telemar terceirizou toda a sua atividade, só que a empresa que adquiriu precisava de veículos. E o que ela fez? Ela terceirizou a atividade para várias outras empresas. Essas empresas precisavam de uma frota de veículos. Elas contrataram novas frotas de veículos ao adquirir os veículos? Não. Lá atrás elas transferiram para os trabalhadores e passaram a admitir tão somente trabalhadores e instaladores que dirigissem e viessem com os seus próprios carros.

O que foi discutido ao longo de décadas, e ainda é discutido, é: essa terceirização é legal ou não é legal? Essa remuneração que é paga ao trabalhador pelo custo do seu veículo tem natureza salarial ou não? Lá, em momento nenhum, se discutia se havia relação de emprego ou não. Eles eram empregados. Pegavam as suas tarefas, saíam para instalar de manhã cedo as linhas telefônicas, voltavam ao final do dia, cumpriam as tarefas. E qual a diferença essencial do trabalhador hoje plataformizado, que cumpre as suas tarefas? Porque ele é um trabalhador sob demanda. Se pensarmos, há normatização suficiente para regular o trabalho plataformizado quando esse é dirigido pelas plataformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pensar em um outro exemplo. Se pensarmos num motorista de ônibus, um motorista de ônibus, que conduz 50, 60, 70 pessoas no seu trajeto, é menos regulado do que um trabalhador sob a chuva, com a sua sandália bambolê, com uma *bag* nas costas, às vezes carregando dois, quatro, seis litros de refrigerante, três ou quatro pizzas, que vem fazer uma entrega de sanduíche na nossa casa. O trabalho dele é muito mais regulado do que o trabalho de um motorista de ônibus, que conduz 50, 60 vidas. Estou trazendo isso aqui porque é matéria de fato. Isso é matéria que não se discute em tese; é matéria de fato que deve ser verificada, seja pela inspeção do trabalho, seja pela Justiça do Trabalho.

O que estou querendo trazer aqui – e isso pode ser extraído dessas discussões do PT –: nós não temos empresários de um lado e empresários do outro lado. Nós temos empresários de um lado e trabalhadores de outro lado. E é inadmissível, em 2023, que ainda haja narrativas de que esse trabalho plataformizado seja um trabalho da *sharing economy*, da economia de compartilhamento. Nada se compartilha. Isso é modelo de negócio. É modelo de negócio, porque, se não houver uma regulação mínima, vai-se espraiar por todo o cenário.

Qual o empregador neste país que, se puder dizer: "Eu sou algo novo, eu não cumpro a legislação presente", e nada lhe acontece, vai admitir trabalhadores nesse país? Por isso que o desafio que se tem é de redução da informalidade sim e promoção do trabalho decente. E o que está em jogo é o direito protetivo do trabalho.

Eu não vou me estender muito na minha fala, Senador, porque quem fala por último tem o dever de falar pouco. Mas estamos aqui para contribuir, estamos aqui para colaborar. A inspeção do trabalho historicamente e centenariamente rasga o véu de narrativas com seus relatórios e nós podemos colaborar muito.

Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado aos presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Sr. Leonardo Decuzzi, parabéns pela fala.

Logo que começou essa história do trabalho por aplicativo, principalmente Uber – tem outros, mas eu fiquei com a Uber logo que surgiu –, eu dizia: se a moda pegar, vai haver a uberização do mundo do trabalho, que é o melhor investimento do mundo. A pessoa ganha um percentual e não investe nada. É isto: ganha lá R$30, R$40, R$50, conforme o caso, e não investe nada; só recolhe o dinheiro.

Mas vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, pessoal, chegou muita pergunta aqui. Eu vou ler as perguntas e, nas considerações finais de cada um, cada um terá cinco minutos. Serão cinco que vão responder. Cada um escolhe a pergunta que entender mais adequada para a sua resposta ou, se não quiser responder, nós respondemos aqui pela própria Comissão. Por dever de ofício, eu tenho que ler todas as perguntas que chegaram aqui pelo e-Cidadania.

Thales Soffiatti, do Rio Grande do Sul, meu estado, que está debaixo d'água, um desespero total: "[...] é [...] [legal] alijar trabalhadores de aplicativos dos direitos mínimos previstos na Constituição Federal?".

Deu para entender, não é? É sobre tirar dos trabalhadores de aplicativos os direitos mínimos previstos, claro, na Constituição e na CLT, como você colocou muito bem aqui.

Rogério Carpegiane, do Rio Grande do Norte, pergunta quando será implantado o seguro contra acidentes para os motoristas de aplicativos no caso de acontecer um sinistro durante a corrida.

Débora Pereira, de São Paulo: "Quais são as propostas no sentido de superar as condições de precariedade que o trabalho plataformizado tem apresentado?".

Praticamente, todo mundo cobrando. Até agora, foi unanimidade aqui.

Renan Estanislau, do DF: "As pessoas optam pelo aplicativo justamente para fugir da CLT. Cabe ao Governo interferir nessa política?".

Nanda Huluany, de São Paulo: "Quando vocês vão simplificar as coisas e trazer o modelo europeu para o Brasil?".

Vocês podem ir olhando e escolhendo alguma.

Bruno Gianello, do Paraná: "Aplicativos surgiram para serem relações simples de serviço para complemento de renda, não um trabalho fixo [...]".

Já vi que tem comentário aqui para todo gosto.

Jander Martins, do Ceará: "Os aplicativos vieram para facilitar a contratação de serviços, não para destruírem direitos trabalhistas".

Muito bem, Jander.

Guilherme Bonfim, do DF: "Deve haver um mínimo de dignidade aos motoristas, e isso será cumprido se houver maior controle por parte do Governo".

Então, defende uma regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romualdo Passos, de Pernambuco: "A manutenção do carro, de modo geral, em nosso pais, é muito cara. Seria bom reembolso de 50% do valor gasto na manutenção".

Vou passando aqui para comentarem depois.

Ainda há perguntas.

Pablo Luiz, do Rio de Janeiro: "Os trabalhadores [de aplicativos] seriam MEI ou vinculados à CLT? Como seria essa relação?".

Militão Rodrigues, do Amazonas: "Como a regulamentação proposta protege os direitos trabalhistas dos profissionais de aplicativos sem limitar sua liberdade de escolha?".

Felipe Carmona, do Rio Grande do Sul: "Não se pode tolerar no Brasil que existam categorias com menos direitos, sob pena de afrontar o art. 7º da Constituição Federal".

Eu estava lá, eu fui Constituinte. Concordo totalmente. Escrevemos a Constituição para quê?

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "Acredito que a flexibilização do trabalho é benéfica para todos, [sendo] uma forma de emprego bem liberal".

Aqui ele está na linha de que é o liberalismo que interessa, mas eu não vou comentar. Quem vai comentar é vocês.

Maicon Gabriel, do Rio Grande do Sul: "É importante que motoristas de aplicativos tenham direitos, mas obrigar CLT para 100% não é correto! Deveria ser semelhante [às regras] dos taxistas".

Bruno Wagner, de Minas Gerais: "Com toda certeza deve ser formalizado para haver um equilíbrio no mercado de trabalho".

Isaac Novais, da Bahia: "É preciso estabelecer critérios mínimos para enquadrar o [profissional] de aplicativo nas leis trabalhistas".

Pode ver que 90% estão concordando com a fala que a senhora e os senhores fizeram aqui no dia de hoje.

Eu pergunto: quem quer responder primeiro? (*Pausa.*)

Qual você quer pegar?

Está bem.

Eu já lembro agora que você terá cinco minutos para as respostas e, no fim, as considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu passo para o senhor.

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ (Para expor.) – Vamos... Há algumas perguntas aqui relacionadas a uma fala minha até. Eu acho que eu até respondi, mas vou enfatizar, porque é muito importante.

O motorista por aplicativo tem muito medo da CLT, mas, como eu já havia falado, a CLT tem várias formas, modalidades de trabalho, e não apenas aquela de bater o ponto, ir lá na empresa ou ficar aguardando, trabalhando oito horas diárias, batendo o ponto tal hora, saindo tal hora e cumprindo horário de almoço, como já foi falado aqui pelo auditor do trabalho, por um juiz do trabalho e por uma procuradora do trabalho. Então, o motorista precisa tirar um pouco esse tabu da CLT. A CLT protege o motorista, ela não limita o trabalho do motorista, ela limita o abuso das plataformas.

Aí falam aqui também da questão da flexibilização: "Não, precisamos flexibilizar". Mas a gente tem que pensar no seguinte: muita gente que fala em flexibilização está mais como usuário, está mais como cliente da plataforma do que tendo a empatia de olhar o lado do motorista, pensa muito na funcionalidade dele. Uma vez eu ouvi uma conversa assim: "Ah, mas eu gosto de tomar o meu chopinho. Não pode acabar com a Uber. A Uber não pode ir embora do Brasil". Foi de muita gente que eu já ouvi isso. Realmente, ela é muito boa nesse aspecto. A pessoa quer ir lá tomar uma cervejinha e tudo, voltar sem o risco de tomar multa, mas ela tem que pensar o seguinte: entre o conforto dela, entre ela evitar de tomar uma multa e o desconforto do motorista, o desconforto do trabalhador, o que é que tem que pesar mais? Eu acho que tem que ter um equilíbrio nessa flexibilização.

Então, assim, realmente é uma funcionalidade muito boa. Eu também pego Uber, é muito bom. Hoje eu vim de carro, então eu peguei trânsito, eu já demorei para estacionar. Então, para mim, o carro... E a gente tem que se preocupar com seguro, com um monte de coisa. Então, seria muito bom se eu só pegasse Uber, seria muito bom. Eu venho batendo papo com os motoristas, converso, pergunto – eles sempre conversam muito com a gente –, pergunto quanto é que é o ganho diário dessa pessoa, troco ideia, falo também do trabalho do sindicato, porque é muito importante que eles saibam que tem um sindicato que está ali para ele. Então, essa flexibilização é muito temerária, na medida em que a pessoa só se enxerga enquanto usuária dessa funcionalidade.

Realmente, é uma plataforma que traz muitas funcionalidades, mas ela não pode ferir o direito do trabalhador. E são muitos trabalhadores que abandonam suas profissões ou são... As profissões não dão mais um lugar para eles e eles vão trabalhar de motorista. Então, ele tem que ter uma dignidade. E essa dignidade aí que o Dr. Felipe Carmona, lá do Rio Grande do Sul... Ele é advogado da Carina, lá do Rio Grande do Sul – um abraço para o Dr. Felipe Carmona –, e ele fala aqui do art. 7º da Constituição, o qual está acima de todo e qualquer direito de uma plataforma ou de um passageiro que quer ter a sua qualidade de vida, quer sair para tomar a sua cervejinha ou não precisar estacionar seu carro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso, sim, na funcionalidade. E quanto àquele medo que a Uber bota em todo mundo de que ela vai embora do Brasil: gente, não tenha medo; a gente tem várias plataformas por aí. Os Correios poderiam assumir, como o próprio Ministro Marinho corajosamente disse, os Correios assumem – e assumem! Gente, a tecnologia está aí, o brasileiro é muito bom na tecnologia. A gente não pode ter medo de dizer assim: "A Uber vai embora". Não, tem a 99, tem a inDrive – a inDrive tem um modelo de negócio interessante. Então, assim, podemos falar de várias outras plataformas aqui, a gente está falando das mais conhecidas, mas no DF temos oito plataformas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ – ... onze plataformas habilitadas no DF a trabalhar. Se essas plataformas tiverem um modelo de trabalho justo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILI DE LIMA CRUZ – ... elas podem, sim, trabalhar. E a gente não depende só da Uber, não. "Ah, a Uber é muito mais segura". Uai, e quantas contas *fakes* a gente vê em tantas outras plataformas? O Presidente do sindicato tem falado das contas *fakes*. Até o momento, ainda não deram o *click*, o *start* para isso, mas é muito importante verificar essa situação das contas *fakes*.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Lili de Lima Cruz, Advogada do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos, que deu uma resposta geral para uma série de perguntas.

O líder Marcelo Rodrigues Chaves, que é o Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativos, abriu mão da sua fala, então nós vamos agora para o Dr. Gilberto Augusto Martins, Juiz do Trabalho.

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS (Para expor.) – Pois não, Senador, muito obrigado. Mais uma vez cumprimento a todos, e quero dizer da importância deste evento aqui, Senador, na Comissão de Direitos Humanos, chamando a atenção para as dificuldades pelas quais passa a defesa do trabalhador na nossa sociedade.

Vejamos aqui, o Sr. Marcelo Chaves Rodrigues, que preside o Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Distrito Federal, faz essa defesa, mas não tem o reconhecimento do Estado daquilo que ele é, o representante de uma categoria profissional. E não tem pela seguinte razão: porque o nosso direito sindical se estrutura sobre a categoria profissional, que, por sua vez, existe em função da atividade econômica da empresa. Esse reconhecimento não existe porque simplesmente não existe o reconhecimento do vínculo de emprego. Então o reconhecimento, o registro sindical do sindicato passará certamente por muitas dificuldades dentro do Ministério do Trabalho. Se o Dr. Luiz Marinho, que é muito sensível à classe trabalhadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para dizer que, um ano atrás, o Ministério do Trabalho não existia, foi extinto, estava submetido simplesmente ao desígnio e à vontade do Ministério da Economia. Imagina que os direitos do trabalhador, dentro do Poder Executivo, que é algo essencial na regulação do mercado de trabalho, do direito do trabalho, estava submetido a uma visão de um economista, a uma visão empresarial. O Ministério do Trabalho tem que existir, é uma necessidade a sua existência, e quem tem que presidir o ministério é um trabalhador, como hoje é o Dr. Luiz Marinho, que já presidiu a CUT, uma sensibilidade imensa em relação ao direito de trabalho. Não é fácil estar ali, não é fácil. No dia em que ele tentar regulamentar certamente haverá uma pressão muito grande por parte das empresas, no sentido de não tornar os motoristas de Uber uma categoria profissional, exatamente para evitar, porque, no momento em que se tornar uma categoria profissional, abrirá campo para o reconhecimento do vínculo de emprego pela Justiça ao Trabalho, não há nenhuma dúvida disso.

Mas é necessário que os organismos da sociedade se movimentem e busquem, do Ministério do Trabalho, lutem junto ao Ministério do Trabalho, para que se reconheça algo que é evidente dentro da sociedade. Imaginem vocês que o trabalhador terceirizado, que é uma realidade, não só em órgão público, mas em todas as empresas, é uma realidade o trabalhador terceirizado, enfrenta uma resistência imensa em ser reconhecido como categoria profissional, imensa. A diferença é que todo mundo pode se associar, não é diferente em relação aos motoristas de aplicativo, todo mundo pode se associar, mas o sindicato tem uma força muito maior, ele tem a negociação coletiva na mão, ele representa, dentro do direito do trabalho, dentro da sociedade, com muito mais força, o trabalhador. Por isso a necessidade, e eu tenho certeza das dificuldades que vai ter essa representação.

Mas, respondendo apenas uma pergunta, Senador, de um deles que falou aqui a respeito de se trazer para o Brasil a mesma regulamentação que já existe na Europa, falando muito do mundo moderno, que a modernidade não compactuaria com uma regulamentação do trabalho do motorista de aplicativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS – Ora, é na própria Europa que se observa: na Espanha, desde muito tempo, existe um tratamento dado ao motorista de aplicativo como empregado, como trabalhador; a Suíça, que é um país saxão, é um país onde se diz que os interesses empresariais são muito fortes, no ano passado, o tribunal do cantão de Genebra simplesmente suspendeu a atividade dos aplicativos enquanto não fosse reconhecido, isso em junho ou julho do ano passado.

E nós aqui, um país em que mais do que nunca necessitamos de amparar o nosso trabalhador, ficamos aqui nessa discussão, empurrando com a barriga, empurrando com o tempo algo que a legislação trabalhista já contempla, Senador, Dra. Lili e Marcelo, há muito tempo, que é essa situação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Juiz do Trabalho, Dr. Gilberto Augusto Leitão Martins, que demonstrou que em outros países, como aqui provocado, já existe a regulamentação.

Eu achei interessante, essa decisão suspendeu tudo até regulamentar. Genebra. Ligeirinho vai ser regulamentado. Então, parabéns.

E também eu comungo com os elogios ao Ministro Luiz Marinho, que está fazendo um trabalho de fôlego...

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS (*Fora do microfone*.) – Você veja agora, dentro do regulamento do trabalho aos domingos, teve que dizer que é negociação coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. GILBERTO AUGUSTO LEITÃO MARTINS – Ele disse apenas o óbvio, que, para abrir aos domingos, tem que ter uma negociação coletiva. Há um decreto legislativo na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, muito bem. E ele teve uma atuação inclusive muito forte lá no meu estado em relação ao trabalho escravo, ele foi por lá duas vezes, e lá, pelo menos, acredito que agora vai diminuir muito o trabalho do Ministro Luiz Marinho.

Eu vou passar agora para os que estão de forma virtual, por videoconferência: a Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dra. Priscila Dibi Schvarcz.

Tem uma pergunta que chegou agora aqui: "O que os convidados acham dos aplicativos públicos desenvolvidos por prefeituras"?

Se um dos dois, vai entrar em seguida o Dr. Leonardo, puder também responder sobre essa pergunta... Se não, depois nós mesmos aqui da Comissão responderemos.

Então, Dra. Priscila Dibi, Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), cinco minutos para as suas considerações finais ou se quiser comentar algumas das perguntas.

A SRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. Gostaria de fazer alguns comentários breves em relação a alguns questionamentos que chegaram.

Primeiro, apenas complementando esse medo da CLT, de enquadramento na CLT, que a gente percebe em alguns comentários. Percebam: não existe um engessamento dessa prestação de serviços apenas pelo fato de estar submetido à legislação trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na própria CLT nós temos a possibilidade de contrato de trabalho intermitente, nós temos a possibilidade de contrato de trabalho por tempo parcial. A exclusividade não é um requisito da relação de emprego. Eu posso ter um garçom que trabalha para um restaurante de dia e de noite em outro restaurante. Isso é muito comum na relação dos vigilantes, na relação dos profissionais de saúde.

Então, o fato de eu estar vinculado a mais de uma plataforma não é fato suficiente para excluir a relação de emprego. Muitas vezes existe um temor, talvez, por parte dos motoristas ou dos entregadores de que não vão poder trabalhar vinculados a outras plataformas caso exista uma relação regulamentada pela CLT. Isso é uma falácia. Isso não procede. Existe essa possibilidade mesmo no âmbito da relação de trabalho regulamentada pela legislação vigente sem nenhuma alteração.

Gostaria de trazer um ponto também que é uma demanda inclusive da fala do Presidente do sindicato relacionada à própria transparência, e é uma demanda que vem sendo trazida em diversas frentes pelos representantes dos trabalhadores de aplicativos. Penalidades que são aplicadas, exclusões sumárias que são realizadas dos sistemas dos aplicativos, sem sequer haver a possibilidade de se saber o que efetivamente aconteceu.

Nós também temos legislação hoje, o art. 20 da LGPD, que traz expressamente essa necessidade dessa autorização para que o titular do dado tenha o direito de solicitar a revisão de uma decisão que foi dada, que foi prestada, que foi tomada, de forma automatizada, com base em dados analisados de forma automatizada. E esse art. 20 da LGPD vem sendo diariamente descumprido por essas empresas, e nenhum tipo de ocorrência vem ocorrendo, nenhuma consequência desse descumprimento vem sendo aplicada. Pelo contrário, a advogada dos trabalhadores disse: "Estou tendo que, todos os dias, impetrar *habeas data* para ter acesso a essas informações".

Com relação à pergunta também relacionada ao seguro, algumas plataformas digitais já têm – inclusive é a propaganda para os clientes –, já fornecem seguro-acidente, seguro de vida, e nós temos recebido diversos relatos dos trabalhadores – esse é um ponto muito sensível, principalmente no âmbito desta Comissão – de que, uma vez, a depender do tipo de acidente... Caso haja um acidente com morte ou uma lesão grave, a ponto de inviabilizar o acesso ao próprio aplicativo pelo trabalhador, ele não consegue acionar o seguro. Então, esse seguro somente vale durante o período da entrega que é realizada. Se ele estiver no retorno, por exemplo, para a sua base operacional, o local em que ele normalmente fica, ele está descoberto do seguro. E, caso não faça o acionamento, que é personalíssimo, muitas vezes com reconhecimento facial ou acesso por alguma senha, no momento da ocorrência do acidente, ele também fica descoberto. Então, que tipo de seguro de acidente é esse em que, para os casos mais graves, ele fica totalmente desprotegido? E naquele contexto que nós já mencionamos, de uma total ausência de proteção previdenciária.

Então, o que nós postulamos – e já uso este espaço aqui como manifestação final, Senador – é que o art. 7º da Constituição Federal, e também respondo uma terceira pergunta com esta fala, fala em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos mínimos dos trabalhadores, não é dos empregados. Então, nós temos que qualquer regulamentação do trabalho de aplicativos, caso ainda se entenda por necessária, deve partir do mínimo previsto no art. 7º da Constituição Federal, que fala nos direitos mínimos dos trabalhadores. Nós temos que ter, e aí partilhando dessas postulações que foram feitas pelo Presidente do sindicato, um valor mínimo por hora, que não pode ser inferior ao salário mínimo. Nós precisamos ter uma visão para a saúde e segurança desses trabalhadores.

Hoje, não existe nenhuma medida de prevenção adotada por essas empresas. Não se analisa a qualidade do carro, se analisa o ano do carro, não se analisam itens de segurança, não se analisam as condições dessa motocicleta. Nós temos relatos de que, sim, os aplicativos de motoristas de transporte de pessoas exigem CNH, mas, pasmem, os aplicativos de entrega não exigem CNH no cadastro. Nós já entramos em contato com essas empresas, e elas dizem que seria muito burocrático exigir CNH. Então, vejam, nós temos verificado adolescentes conduzindo motos, nas vias públicas, expondo toda a população à vista, fazendo entregas. Não são poucos os relatos... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Travou de forma natural, mas de pronto eu agradeço à Procuradora Priscila Dibi Schvarcz, Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho, que fez uma exposição com o brilhantismo dos outros convidados também.

E, por fim, Dr. Leonardo Decuzzi, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. LEONARDO DECUZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, Senador, muito obrigado.

Na linha do que já foi dito aqui, primeiro, o direito do trabalho não foi feito para dificultar a vida de nenhum trabalhador. O direito do trabalho, essencialmente, estabelece garantias mínimas de condições de vida para o trabalho.

Os senhores estão me ouvindo ou caiu a rede?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A que caiu foi a da Doutora; V. Exa. estamos ouvindo bem.

O SR. LEONARDO DECUZZI (*Por videoconferência*.) – O senhor está me ouvindo, não é? Está me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

O SR. LEONARDO DECUZZI (*Por videoconferência*.) – Obrigado. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há aqui que se refutar qualquer narrativa no sentido de que o direito do trabalho engessa uma relação, especialmente a partir das últimas décadas, que o direito do trabalho vai dificultar o "corre" do trabalhador, que o direito do trabalho vai fazer com que ele tenha um chefe mandando nele.

Eu tive a felicidade, na minha dissertação do mestrado, recentemente, de conhecer o modelo espanhol. E eu utilizo isso para falar de uma pergunta que foi feita, que já foi respondida – as perguntas que já foram colocadas aqui já foram respondidas.

No modelo espanhol, no transporte de pessoas, os motoristas são empregados, normalmente, de empresas terceiras; o que se discute lá é se essa terceirização é válida ou não, mas são empregados. Há cotas de motoristas, de licenças, um determinado número de licenças dadas por municípios, mas os trabalhadores são empregados.

No transporte de entrega de mercadorias e de alimentos, nas entregas por carros, também em regra são trabalhadores empregados. No transporte via bicicleta e motocicleta, normalmente entrega de alimentos, o grosso das empresas hoje segue a Lei Rider. E o detalhe da Lei Rider é que não começou a haver fiscalização na Espanha após a lei. Na verdade, o processo foi inverso. Houve fiscalização, houve demandas judiciais, houve decisão da Corte de Madri, depois decisão do Tribunal Supremo e, aí sim, o processo de concertação social.

O processo de concertação social na Espanha foi diferente do nosso, do Brasil, apesar de todos os esforços do Ministério do Trabalho, do Ministro do Trabalho e da equipe de Secretários, Macena e Gilberto. Ocorreu em um momento distinto, mas foi muito bom que tenha havido a concertação social aqui, mas com uma dificuldade muito grande, por quê? Porque, na verdade, o momento foi distinto do momento da Espanha, já havia uma decisão judicial nesse sentido, e não algo a ser construído. Já havia inúmeras fiscalizações coordenadas nacionalmente com um volume muito grande, ao ponto de que empresa que foi sócia de grande plataforma de entrega aqui no Brasil celebrou contrato coletivo na Espanha, empregando todos os seus empregados. Esse contrato foi celebrado no final de 2021 e está em vigor até agora, no final de 2023. Esse é um exemplo claro do direito europeu, e também agora, mais recentemente, a regulação do direito português.

Mas foi perguntado sobre natureza de plataforma, se pública ou privada, e eu acho que todas são louváveis. O que se tem que assegurar são direitos mínimos aos trabalhadores, não é? Os trabalhadores têm que ter direito mínimo.

A CLT é extremamente flexível. A Doutora já colocou, o Doutor já colocou. Se nós pensarmos que temos um contrato de trabalho intermitente, em que existe um contrato de trabalho – isso é inédito no mundo –, em que não há salário, ou seja, você é empregado, você não recebe salário, o empregador pode chamar a hora que quiser, e você tem o direito de recusa – falo isso porque esse é um dos pontos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"ah, o trabalhador que recusar uma tarefa não é empregado". Não, ele é empregado, está aí no contrato de trabalho intermitente, não é?

A regulamentação do art. 235 da CLT já trata da flexibilidade do trabalho do motorista. Temos vários outros parâmetros normativos nesse sentido.

Mas o que eu quero deixar claro para todo trabalhador é que o direito do trabalho não engessa a relação. Nem tem como engessar, não é? E ainda que não se queira adotar a CLT, como alguns preconizam, temos o trabalho avulso. O trabalho avulso é um trabalho com direitos. A Doutora falou da extensão de direitos sociais da Constituição. É verdade, mas nós temos o exemplo do trabalho avulso, seja no portuário, seja no trabalho avulso dos antigos chapas, são trabalhadores com direitos.

Se a gente puder fazer analogia, eu sou de uma cidade portuária, e me lembro historicamente da parede. Se as pessoas não sabem o que é a parede, a parede era onde o trabalhador portuário se apresentava para o trabalho e para vários operadores portuários, para um operador portuário de cada vez. O que é que nós temos hoje quando, debaixo de chuva, ou aguardando transporte, vários trabalhadores, com suas bicicletas, se colocam em lugares que são induzidos pela plataforma para ter chamado? É uma parede. É uma parede de trabalhadores.

Qual é a diferença essencial para o trabalho avulso? É uma parede sem direitos, sem proteção social nenhuma. E esse é o nosso papel nesta Casa e é o papel desta Casa, porque assegurar ou retirar direitos é sempre uma decisão política. E nesse tensionamento jurídico-político, que nós aqui evitamos, nós temos que pensar qual o Brasil que queremos construir.

E digo por último: direito do trabalho não é... A discussão já está superada, de que ele tira emprego ou retira emprego, se atribui direito... O direito do trabalho devolve para a economia, o direito do trabalho gera produtividade, o direito do trabalho gera poder de consumo. É fundamental. Eu acho que temos que sair da retórica defensiva do direito do trabalho e passar a fazer a defesa de que o direito do trabalho é bom para a economia, sim. O direito do trabalho se opõe à concorrência desleal entre empregadores, se opõe ao *dumping* social.

É essa a fala que eu quero deixar e ver o que nós buscamos construir. É sempre uma decisão política que tomaremos nesta Casa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem, Dr. Leonardo Decuzzi, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). E com muita força aqui, faz quase que o nosso encerramento oficial, dizendo que o mínimo do mínimo é regulamentar o trabalho desses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a Dra. Priscila Dibi Schvarcz, Procuradora do Trabalho, caiu a linha, caiu a internet dela, e ela gostaria de fazer as suas considerações finais. Dois minutos, por favor, doutora.

A SRA. PRISCILA DIBI SCHVARCZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Eu peço desculpas. Eu acho que tive um pico, na verdade, de conexão, porque eu não percebi cair aqui.

Mas é apenas uma finalização, porque acho que o representante dos auditores fiscais finalizou aqui com brilhantismo esta audiência pública.

Mas apenas isso: o risco que nós temos na criação de uma nova categoria, de uma categoria alternativa de trabalhadores, como se pensa, e, como nós ouvimos, existem algumas propostas em relação a isso. Qual será a garantia de que todas as demais atividades não vão migrar para essa nova categoria? Qual a repercussão dessa escolha de se criar categorias diferenciadas entre autônomos e entre empregados, sendo que hoje nós temos uma legislação que abarca com total abrangência todas as repercussões, todas as características dessa atividade?

Então, só gostaria de deixar essa mensagem final, do risco que nós corremos com relação ao próprio direito do trabalho, com repercussão em arrecadação, com repercussão na própria previdência social, na criação desses modelos alternativos, dessas novas figuras desprotegidas ou com semidireitos, e de qual a garantia de que, em algumas décadas, nós não tenhamos todos os trabalhadores do país vinculados a essa nova categoria precarizada que se pretende construir.

Então, deixo isso aqui e agradeço demais a participação e o espaço concedido ao MPT.

E peço novamente desculpa pela conexão, por não ter finalizado no tempo que me foi concedido.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos, Dra. Priscila Dibi Schvarcz, Procuradora do Trabalho, representante do Ministério Público do Trabalho.

Informo que o Dr. José Pinto da Mota Filho teve que sair um pouco antes deste momento final, por outro compromisso que tinha.

Eu só quero agradecer a todos e a todas que ficaram nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado e participando aqui pelo e-Cidadania e também pela Agência Senado.

Eu entendo que esta reunião cumpriu todos os seus objetivos, e mesmo nas perguntas que vieram aqui, mais de 90% das perguntas que chegaram querem a regulamentação. O Ministério do Trabalho está fazendo um estudo e tem uma comissão tripartite que está dialogando com a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, aqui na Comissão, como Relator do Estatuto do Trabalho, a chamada SUG 12, também faremos um capítulo somente desta situação que debatemos aqui hoje.

Então, esta audiência é fruto desse encaminhamento que faremos.

Ficou tudo gravado. Os Senadores receberão também o conteúdo de tudo que foi dito aqui.

Muito obrigado a todos os nossos convidados painelistas, aos que estão no plenário e aos telespectadores e aos que nos ouviram, repito, durante esse período todo pela Rádio Senado.

Nós vamos regulamentar isso. Os trabalhadores por aplicativos têm que ter direito também.

Vida longa aos trabalhadores por aplicativos! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 93ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 74/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Apresentar os trabalhos sobre "Avaliação Biopsicossocial". **Participantes:** Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Disoc/Ipea; Roberto Paulo do Vale Tiné, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB; Naira Rodrigues Gaspar, Diretora da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sandro Eli Malcher de Alencar, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Gerente de Projeto, da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; e Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/27

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 93ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 74, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para apresentar os trabalhos sobre avaliação biopsicossocial.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Antes de entrar no tema, eu faço só um registro, dizendo que eu tive muita honra de ter participado do 6º Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros, do projeto Gente que Inspira. Expresso aqui a minha gratidão ao Exmo. Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Lelio Bentes Corrêa, que já nos convidou para um evento internacional sobre o mundo do trabalho. Quero também aqui deixar os meus cumprimentos a todos os painelistas, a todos os homenageados que receberam aquele prêmio e a todos os organizadores.

É com alegria que eu estive lá no Tribunal Superior do Trabalho. Foi um gesto carinhoso dos juízes e juízas com os Constituintes. Foram homenageados, naquela manhã – sexta-feira agora, pela manhã –, a chamada Bancada Negra na Constituinte, que era constituída por mim, por Benedita da Silva, Edmilson Valentim e Carlos Alberto Caó, que já faleceu.

Sem sombra de dúvida, a nossa Constituição foi uma das cartas sociais mais progressistas do mundo, sendo chamada de Constituição Cidadã, porque ela, de fato, estendeu a mão para o povo. É evidente que vários desafios que enfrentamos hoje, no país, são tão grandes quanto os da época da Assembleia Nacional Consciente, da qual eu tive o orgulho de participar com outros tantos Senadores e Deputados Federais.

Em três décadas, eu posso dizer, como destaquei no evento que aconteceu na sexta-feira pela manhã, que nós construímos, baseados nos princípios da Constituição, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Juventude e o Estatuto do Idoso. Também aprovamos a lei de injúria. E também aprovamos por duas vezes – porque aprovamos há 11 anos, e eu tive a alegria de ter sido o Relator aqui no Senado – a política de cotas nas universidades, que não contempla, como alguns tentam imaginar e distorcer, só a comunidade negra. Não! Contempla pessoas com deficiência, negros e negras, brancos e brancas, desde que sejam os setores chamados vulneráveis em matéria de faixa salarial e tenham estudado em escolas públicas, e ainda contempla indígenas e quilombolas. Por isso, é importante a gente, neste momento, lembrar momentos como este que marcaram a nossa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminei lá dizendo o que vou terminar dizendo aqui: a democracia é como uma planta – é como se fosse uma floresta, um jardim, um meio ambiente –; se não for cuidada, vai acontecer o que está acontecendo hoje no Brasil e no mundo.

No meu Rio Grande do Sul, os ciclones estão invadindo cidades e cidades. Já lá no Amazonas, há secas e secas; e os peixes agora estão morrendo devido ao calor – toneladas de peixes morrendo. Eu sempre digo que nós temos que tratar a democracia cada vez mais com o cuidado que temos que ter com o meio ambiente: se ele ficar frágil, todos perdem. É a mesma coisa com a democracia.

Eu disse lá e terminei dizendo: estamos na época da primavera. A primavera nos presenteia hoje com cores, flores, luzes, gestos e compromissos com a democracia, que é inegociável, e com a igualdade de combater todos os preconceitos na mais ampla dimensão. Portanto, nossas vozes, como vai ser hoje aqui, não se calam e nossas lutas são persistentes, cheias de esperança, ternura, fraternidade, solidariedade, com muito amor e não ao ódio.

Com essa pequena introdução – uma homenagem que eu fiz mais uma vez ao Tribunal Superior do Trabalho –, eu vou agora falar sobre este momento tão importante que estamos vivendo, sobre esse tema. Mas, antes de fazer a minha fala, eu já vou formatar a mesa.

Na primeira mesa, Sandro Eli Malcher de Alencar, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gerente de Projeto da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. (*Pausa.*)

Muito bem. Eu queria convidar o Sandro para a mesa, se ele já se encontrar aqui. Então, seja bem-vindo, Sandro. (*Palmas.*)

É uma alegria recebê-lo aqui, representando a Casa Civil da Presidência da República.

Naira Rodrigues Gaspar, Diretora da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Naira.

Já está sentadinha? Muito bem. Bom dia.

Convido agora Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Seja bem-vindo, Raimundo. (*Palmas.*)

Convido Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). Muito bem. (*Palmas.*)

Teremos também ainda, por videoconferência, o Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb). Videoconferência confirmada. Ele vai estar conosco.

Então, rapidamente, vou fazer uma introdução para situar quem está nos assistindo pela TV Senado em nível nacional, naturalmente, e pela Rádio Senado e quem acompanha também pela Agência Senado.

A presente audiência tem como objetivo dar a mais ampla divulgação do que está sendo realizado pelo Poder Executivo sobre a criação do instrumento de avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme previsto no §3º do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 2015 – não só o Executivo, mas também integrado com a sociedade organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse novo modelo de avaliação contará, a partir de sua implementação, não apenas com critérios médicos mas também com o olhar de outros profissionais, tais como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, entre outros.

Por intermédio do Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023, foi criado o grupo de trabalho, que tem as seguintes atribuições: propor e elaborar o instrumento de avaliação unificada da deficiência, sua implementação, sua adequação legislativa, bem como os treinamentos das equipes avaliadoras. A avaliação não será restrita à alteração do corpo e às possíveis limitações, mas identificará principalmente as necessidades de suporte.

Assim, o instrumento vai avaliar a realização das atividades do dia a dia, tais como aquisição e aplicação de conhecimento, comunicação, mobilidade, cuidados pessoais, cotidiano e doméstico, educação, trabalho, cuidado com as finanças, relações pessoais, vida comunitária, social, cultural e política. As barreiras também serão classificadas dividindo-se em produtos e tecnologia, ambiente natural e modificado, políticas, serviços e sistemas.

Coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o grupo de trabalho contará com a representação de outros sete ministérios, além de conselhos sociais, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

As atitudes devem ser fruto de escolhas conscientes e não de ações impensadas, nascidas do preconceito arraigado. A pior atitude é a indiferença, e a pior barreira é aquela que é erguida pelo julgamento – ambos nascidos da falta de informação.

Todos têm uma história, uma história de vida, sonhos, desejos e contribuições a dar. Aqueles que trazem no peito a disposição para as lutas e a consciência do dever refletem o desejo da mudança e a coragem de buscar no outro, de se enxergar no outro, dando o melhor de si para o melhor de todos.

Essa é a introdução do tema, que vocês naturalmente agora vão enriquecer. Aqui foi uma pequena contribuição da equipe do gabinete.

Então, de imediato, de acordo com a orientação aqui da Secretaria dos trabalhos, eu passo a palavra para o Sr. Sandro Eli Malcher de Alencar. Sandro é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gerente de Projeto da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

Normalmente, nas audiências, eu dou dez minutos com mais cinco, mas sem nenhuma rigidez, para que todos possam expressar o seu ponto de vista.

É com você, Sandro.

O SR. SANDRO ELI MALCHER DE ALENCAR (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia. Vocês me escutam bem? (*Pausa.*)

Primeiro, eu queria agradecer, em nome da Presidência da República, o convite para eu poder vir participar deste evento.

A Presidência, por meio da Casa Civil e, mais especificamente, pela Subsecretaria Especial de Articulação e Monitoramento, participa do grupo de trabalho da avaliação unificada, que a gente tem chamado de avaliação biopsicossocial da avaliação unificada da deficiência. A gente participa, basicamente, em uma perspectiva, como o nome da minha secretaria diz, de articulação e monitoramento. O que a gente faz, considerando que essa é uma temática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interdisciplinar e multiprofissional, é acompanhar de que maneiras os ministérios podem contribuir nisso.

E, mais amplamente, na verdade, a avaliação se insere dentro de um plano que foi lançado semana passada, que é o plano Viver sem Limite, que é a reedição de uma política que começou lá atrás, no Governo Dilma Rousseff. Ela, ao longo do caminho, acabou perdendo tração, e a gente lançou, semana passada, uma iniciativa que junta R$6,5 bilhões em 95 ações até 2026. E não adianta a gente ter uma política voltada à pessoa com deficiência sem um instrumento adequado de avaliação e de atendimento à população nesse sentido.

Então, acho que a minha fala é mais introdutória nesse sentido, porque quem brilha mesmo no GT é a Naira e o MDS – é a Naira pelo MDH, e o MDS pelos seus representantes. Então, já, muito humildemente, passo a palavra para a Naira.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sandro, que fez a introdução aqui da importância desse tema.

De imediato, passo a palavra para a Naira Rodrigues Gaspar, Diretora da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Por favor, a palavra está com a senhora.

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Em nome da Secretária Anna Paula Feminella, em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, cumprimento a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Agradeço ao Senador Paulo Paim pela participação efetiva no GT, por meio da sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Luciano...

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR – O Luciano Campos, que provoca a gente sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Levante a mão, Luciano. (*Pausa.*)

Pronto. Posso dar uma salva de palmas para o Luciano? (*Palmas.*)

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR – Sim!

Então, para iniciar, vou fazer minha autoaudiodescrição, que tem sido uma praxe, um hábito nosso, para que todas as pessoas consigam saber quem somos nós.

Eu sou Naira Gaspar, Diretora de Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu sou fonoaudióloga, tenho a trajetória no campo da saúde, no Sistema Único de Saúde, e na saúde mental, mais precisamente, nos últimos anos.

Sou uma mulher de 53 anos, sou uma mulher cega, de pele branca, de cabelos claros, na altura dos ombros, e estou vestindo branco, porque eu acho que a gente precisa muito de paz para a gente conseguir construir uma sociedade que seja, de fato, justa, igualitária e livre, não é mesmo?

Nesse processo de reconstrução do Brasil, desde o início do novo Governo Lula, nós estamos trabalhando na Secretaria Nacional para a construção e ressignificação de políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas e equitativas, lembrando que tanto pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada como emenda constitucional, quanto pela Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, Lei 13.146:

> Pessoas com deficiência são aquelas [...] [com] impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com [...] barreiras [ambientais], podem [...] [ter impedida a] sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

E eu estou dizendo isso porque a gente precisa saber quem são essas pessoas. E a gente inaugura, a partir da Convenção, mas mais fortemente a partir da Lei Brasileira de Inclusão, em 2015, uma era no nosso país de desconstrução do modelo médico.

E aí, quando a gente fala de desconstrução do modelo biomédico, Senador, a gente não está falando em detrimento de qualquer profissão ou de qualquer ato ou procedimento ou processo de análise que foi feito até então; mas a gente fala que o nosso corpo com um impedimento de qualquer natureza não nos define como sujeitos de direito. O que define a nossa condição de deficiência é a interação do corpo com as barreiras ambientais.

E a Lei Brasileira de Inclusão diz que, para a gente dizer como a gente vive a experiência da deficiência, a gente precisa reunir quatro aspectos: o primeiro é o impedimento nas funções e estruturas do corpo; o segundo são aspectos sociais, ambientais, individuais, pessoais; o terceiro são as restrições nas atividades; e o quarto... desculpa; o terceiro é a limitação de atividade; e o quarto são as restrições de participação – sempre troco as palavras, mas é sobre isso –, ou seja, não é só o meu corpo. O fato de eu ser cega não define como eu vivo a experiência de deficiência. Mesmo porque, num país como o Brasil, de tamanhas desigualdades, de regionalismos, diferenças regionais, geográficas, culturais e socioeconômicas, a experiência de uma mulher cega, por exemplo, branca como eu, que moro na capital federal e tive acesso à educação e ao trabalho, é muito diferente da experiência de deficiência de uma mulher também cega como eu, mas que seja uma mulher preta, periférica ou que viva no Norte do país, como nós vimos em várias cidades isoladas, em comunidades isoladas, em vários lugares deste país até agora. Então, são experiências distintas e que precisam de políticas distintas.

A função do GT é retomar a regulamentação da avaliação. É importante salientar e ressaltar que o Governo tem unidade. Então, nós somos aqui vários representantes governamentais. Nós temos aqui a Casa Civil, que é fundamental e tem sido fundamental para nós, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e outros ministérios que estão também no GT, como o Ministério da Saúde, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência, que têm seus representantes, além do Conade – o Roberto Tiné, que está *online* conosco hoje, representa o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Então, existe uma unidade.

E o instrumento é o IFBrM. Isso é importante que seja explicitado sempre. Nós estamos organizando os estudos de aplicabilidade do IFBrM, entendendo que ajustes são necessários, mas assegurando que o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado é um instrumento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem validação científica, que foi validado e aprovado pelo Conade já em 2021, e será o instrumento que o Brasil vai adotar a partir da regulamentação.

Só que tão importante quanto o instrumento é o Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência, que está dentro do primeiro eixo do Viver Sem Limite, do novo Viver Sem Limite, o eixo gestão inclusiva e participação social. Está lá a criação do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência, que é um sistema articulado com estados, municípios e Distrito Federal e que precisa ganhar capilaridade. Por isso, todos os ministérios, todos os órgãos são importantes.

Nós estamos construindo parcerias com estados. O primeiro estudo de aplicabilidade que faremos será no Estado do Piauí, em cinco municípios, para que consigamos já formar as primeiras equipes avaliadoras e já tenhamos a percepção da sensibilidade do instrumento e de como esse instrumento, o IFBrM, vai conversar com as diferentes populações dos diferentes territórios.

Então, como o Presidente Lula tem dito: "O Brasil cuida das pessoas". Governar é fácil, cuidar é que é difícil. E é este o compromisso que nós temos: cuidar das pessoas com deficiência e construir políticas de equidade.

Nenhuma avaliação será efetiva se não for acompanhada de políticas públicas equitativas, para dar mais a quem tem menos, sim – às populações mais vulnerabilizadas, às populações que vivem isoladas em regiões de menor potencial neste momento, constituídas por pessoas que estão negligenciadas pelo Estado brasileiro.

E o Estado brasileiro, numa demonstração de que quer assumir o desafio de cuidar das populações negligenciadas... na sexta-feira, o Presidente Lula sancionou a lei que indeniza e oferece uma pensão aos filhos separados pela internação compulsória de pessoas atingidas pela hanseníase. Isso é uma demonstração de que o Brasil assume o desafio de cuidar das populações negligenciadas pelo Estado, e não vai ser diferente com as pessoas com deficiência de populações mais vulnerabilizadas.

Então, a avaliação unificada da deficiência tem também como objetivo, além de apontar como as pessoas vivem as suas experiências de deficiência... E aí, como qualquer instrumento – e tenho certeza de que a Liliane Bernardes, uma das pesquisadoras e especialistas convidadas pelo nosso GT, vai dar uma aula para a gente sobre isso –, a avaliação também é unificada porque é uma única avaliação que dará acesso às pessoas com deficiência a todas as políticas públicas, inicialmente de âmbito federal, do BPC ao Passe Livre Interestadual, ou seja, a todas as políticas públicas de equidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR – Já vou encerrar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisa encerrar, porque você tem, a partir de agora, para todos saberem, mais cinco minutos.

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR – Obrigada, Senador.

Então, as pessoas com deficiência terão acesso a todas as políticas afirmativas a partir de uma única certificação de deficiência, que vai ser feita a partir da abordagem biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que significa multiprofissional e interdisciplinar? Biopsicossocial, a gente já falou: são as quatro dimensões apontadas na Lei Brasileira de Inclusão. Multiprofissional: são vários profissionais, podendo ser assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, profissionais de educação física, profissionais de nutrição, de enfermagem, pedagogos, profissionais de educação, médicos, que juntos formam uma equipe interprofissional. O que é isso? É uma equipe que dialoga, que constrói junto, e junto com a pessoa com deficiência.

Nós fizemos escutas em 12 estados, com as oficinas do Viver Sem Limite, e nós escutamos muito das pessoas dos estados dizendo que não querem mais ter que comprovar a sua existência por meio de laudos médicos. Os laudos médicos podem ser importantes para algumas questões, para alguns aspectos da vida, mas, para dizer como cada um vive a sua experiência de deficiência, o importante é a gente saber quais são as barreiras que a gente enfrenta, que restringem a nossa participação social e limitam as nossas atividades.

Então, é isso que é multiprofissional e interdisciplinar.

E a regulamentação tenho certeza de que contará com o apoio desta Casa Legislativa, do Senador Paulo Paim e dos demais Senadores desta Comissão, e com o da Câmara Federal, que também tem representação no nosso GT, a partir da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do Deputado Dr. Francisco; e que também vão apoiar o processo de regulamentação de um ato normativo que revogue disposições contrárias e que seja efetivamente a base e a estrutura de políticas de equidade, de políticas que tragam para a linha de frente, para o protagonismo de suas vidas, as pessoas com deficiência.

Então, encerro por aqui.

Estamos à disposição. Estamos muito felizes por podermos falar no Senado Federal para tantas pessoas e estamos à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Naira Rodrigues Gaspar, Diretora da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Só gostaria de cumprimentar ambos, já que ambos já falaram, tanto o Sandro como você, Naira, porque nós estamos falando aqui para todo o Brasil. E pode saber que 90% não sabem o que é biopsicossocial, mas você explicou.

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu disse: "Tomara que alguém explique aqui", e explicou. O Sandro já deu uma introdução e você avançou mais, depois, nos outros conceitos para as pessoas entenderem a importância desse instrumento que teremos a partir do trabalho de vocês.

Então, parabéns!

Passo a palavra para Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Por favor, Sr. Raimundo Nonato, com a palavra.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos e a todas aqui presentes e aos que nos acompanham pela rede social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria fazer aqui uma breve autodescrição. Sou um homem com seus 63 anos, apesar de não parecer... (*Risos.*)

Tenho barba branca, cabelo grisalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, ele parece ter mais ou menos 50, viu? (*Risos.*)

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA – Isso, exatamente, Senador.

Estou aqui usando uma camisa social listrada, um *blazer* preto e uso cabelo grande, amarrado, preso como rabo de cavalo.

Bom, aqui, em nome da Secretaria Nacional da Assistência Social do MDS, eu queria saudar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na pessoa do Senador Paim, um Senador que, ao longo desse tempo, desde quando eu iniciei a militar nessa área da avaliação da pessoa com deficiência... porque eu sou oriundo do INSS, e estou cedido agora para o Departamento de Benefícios Assistenciais do MDS. Estou recém-chegado, há um pouco mais de um mês e meio, e estamos retornando para esse tema que ficou – não é, Naira? – um bom tempo aí, desde o golpe, parado.

E aquilo que a gente tinha pensado, trabalhado, inclusive aplicado em relação ao benefício de prestação continuada, que era um avanço, ficou represado. E, agora, como o Brasil voltou, todas essas políticas de direitos humanos estão retornando e acredito que é o momento de a gente estar discutindo e debatendo esse tema tão importante.

Queria também aqui saudar os presentes, as pessoas que nos acompanham pela internet.

Eu vou ser bem breve, porque acho que eu assino embaixo daquilo que a Naira apontou aqui – é uma guerreira, uma ativista de muito tempo nessa luta.

Aqui, como o MDS faz a gestão do benefício de prestação continuada para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência, esse departamento vai ser um grande demandante desse modelo. Já vem sendo. Nós, do MDS, em relação ao benefício de prestação continuada, já temos experiência dessa avaliação não só com o modelo médico, modelo biomédico. A gente já tem a experiência de trabalhar com algo um pouco mais amplo, com o modelo já biopsicossocial – não do jeito que a gente está trabalhando, retomando, com mais detalhe, com mais acuidade, porque a gente acredita que a pessoa com deficiência não é somente um corpo vivo. Na avaliação da pessoa com deficiência, ela precisa também estar sendo avaliada em toda a sua completude, em todo seu entorno, com toda a complexidade que tem. E, se não tiver essa avaliação com esse viés, com certeza, a gente não está cumprindo o pleno direito dessas pessoas, sobretudo das pessoas mais vulneráveis, que são as pessoas com deficiência.

Então, a gente acredita, Senador, que esse modelo... E a gente vai precisar muito da compreensão dos legisladores; do Poder Executivo, que executa a política não só em relação ao BPC, mas também em relação a todas as políticas de inclusão, as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência.

Então, a gente acredita nesse modelo nacional unificado, porque aí a gente está com certeza cumprindo aquilo que a própria Convenção determina. E, como o Brasil é signatário dessa Convenção, acreditamos que estamos fazendo a nossa parte. E vamos precisar muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do apoio da sociedade, do apoio sobretudo dos movimentos das pessoas com deficiência e dos órgãos públicos que executam essas políticas, Senador.

Fico por aqui e vamos ficar prontos para ouvir aqui, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que se posicionou, complementando as informações dos painelistas, na linha da importância do envolvimento, de as pessoas se apropriarem, entenderem e participarem cada vez mais. Esse é o objetivo da própria lei e, neste momento, dessa regulamentação

Parabéns!

Passo a palavra agora, por videoconferência, ao Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb).

O SR. ROBERTO PAULO DO VALE TINÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero fazer minha autodescrição. Sou um homem de pele clara, cabelos escuros, tenho um rosto redondo e uso óculos de grau de armação fina.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim, a quem, de antemão, agradeço o convite para participar dessa audiência pública. Quero cumprimentar os demais membros da mesa: Sandro, da Casa Civil da Presidência da República; Naira, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania; Raimundo Nonato, do MDS e Liliane, do Ipea.

Bem, na minha fala eu gostaria de relembrar porque estamos aqui hoje. Em 2000, o então Deputado Paulo Paim apresentou um projeto de lei que instituía o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Depois, já como Senador, levou um projeto semelhante para o Senado. Isso de 2000 até 2010, 2012. Essa discussão parou um pouco em 2007, quando já estava em construção a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU. Então, não tinha sentido, naquele momento, se fazer um Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma legislação abrangente, se a Convenção da ONU viria logo em seguida para modernizar essa legislação. Então, isso aí ficou um pouco em *standby* até que, em 2010, se eu não me engano, durante a segunda conferência, se decidiu que se deveria fazer uma discussão nacional sobre esse estatuto. E foi o que ocorreu em 2012: com a ação do Conade e da então Secretaria de Direitos Humanos, nas cinco regiões do país, foi feita essa discussão. Tirou-se um documento; a partir desse documento, criou-se um grupo de trabalho no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, envolvendo o Governo Federal, envolvendo o Senado, Câmara e a sociedade civil; e aí se deu origem à Lei Brasileira de Inclusão, que, no seu bojo, traz a Convenção da ONU para dentro da legislação brasileira – e já fazia parte da nossa Constituição.

Então, é a partir daí que se tem a necessidade de regulamentar a avaliação biopsicossocial, até então feita apenas no modelo médico. E, então, foi criada uma comissão, um grupo de trabalho interministerial, por volta do ano 2020, para dar forma à avaliação biopsicossocial. E aí a gente conhece todo o trabalho de desmonte da participação social que governos anteriores fizeram. E o próprio Conade se retirou do grupo de trabalho porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia transparência naquilo que estava sendo discutido e os seus membros eram obrigados a manter sigilo sobre o que era discutido no grupo de trabalho.

Ora, o Conade é uma instância de participação social. E uma instância de participação social precisa prestar contas à sociedade civil, à sociedade em geral. E não tinha sentido um conselheiro do Conade fazer parte de um grupo de trabalho e, quando ele fosse prestar contas no plenário do Conade, não poder falar nada porque ele tinha um pacto de sigilo, ele tinha assinado um pacto de sigilo, um compromisso de manter reserva sobre aquilo que era tratado lá. Então, esse foi um dos motivos que fez o Conade se afastar desse grupo de trabalho.

Eu tive a honra e o prazer de participar de todo esse trabalho desde as discussões do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foram feitas nas cinco regiões do país. Participei do grupo de trabalho que deu forma à Lei Brasileira de Inclusão, participei do primeiro grupo de trabalho para instituir a avaliação biopsicossocial e estou participando desse grupo de trabalho atual.

Quero dizer que a diferença é muito grande, é visível a diferença desse grupo de trabalho atual, não só pela participação social, pela participação das entidades da sociedade civil, como pela transparência com o que tem sido dada a discussão do assunto. Todas as reuniões do plenário do GT são transmitidas ao vivo. As discussões são claras. E a avaliação biopsicossocial, com certeza, vai trazer ganhos significativos para a pessoa com deficiência e para a sociedade brasileira.

Hoje, uma pessoa que participa das políticas públicas, é beneficiária das políticas públicas na área, às vezes, tem uma peregrinação muito grande para fazer a avaliação da deficiência em cada política social de que ela precisa. Se ela precisa ter um passe livre, é uma avaliação. Se ela precisa participar de outra política social, é outra avaliação. E assim vai. E com a avaliação biopsicossocial unificada, apenas uma única avaliação vai ser suficiente para que a pessoa com deficiência se habilite a participar de qualquer política pública existente. E olha que, só no âmbito federal, são quase algo em torno de 40 políticas públicas, sem contar as políticas estaduais e as políticas municipais. E, ao final, quando tudo isso estiver em pleno funcionamento, todas essas políticas vão estar integradas na avaliação biopsicossocial, no cadastro único da pessoa com deficiência. Aí não será mais preciso, não será mais necessário a pessoa com deficiência ir a vários médicos para ter acesso a várias políticas. Esse é o grande benefício da avaliação biopsicossocial.

Nós estamos modernizando a legislação brasileira no que diz respeito a esse tema, visto que antes era apenas a avaliação médica, ou seja, a pessoa com deficiência era tratada como um doente, porque o que a avaliação médica faz é um CID (Classificação Internacional de Doenças). E a pessoa com deficiência não é doente; ela tem uma limitação. Ela tem uma limitação como qualquer pessoa tem. Eu não tenho nenhuma deficiência, eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Lucas, meu filho, tem síndrome de Down. Eu não tenho nenhuma deficiência, mas eu tenho limitações: eu uso óculos, eu tenho limitação visual; eu não sei trabalhar com a mão esquerda, tenho uma deficiência motora; eu já tenho um pouco de perda auditiva, então eu já tenho um pouco de dificuldade de ouvir. Então, é normal que uma pessoa tenha limitações, isso não significa dizer que você é doente.

Então, esta é a grande sacada da avaliação biopsicossocial: quando ela sai do modelo médico para um modelo biopsicossocial. Ela sai do CID para o CIF, que é a avaliação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionalidade. Qual a função daquele corpo daquela pessoa na interação com a sociedade e com as barreiras existentes? É isso que a avaliação faz, é isso que classifica a pessoa com deficiência. A gente sabe que essa classificação pode mudar ao longo do tempo. Com as tecnologias, com o avanço das tecnologias, as barreiras vão sendo... eu não digo eliminadas, mas vão sendo suplantadas por novas tecnologias. Então, a avaliação biopsicossocial é construída em um modelo e ela vai avançar ao longo do tempo. E, ao longo do tempo, esse conceito da pessoa com deficiência permanece o mesmo, mas, no entanto, a sua limitação na sua interação com a sociedade, com essas barreiras, pode diminuir, pode se reduzir e, em alguns pontos, pode até ser eliminada.

Então, esse é o trabalho que vem sendo feito.

Agora, falando especificamente sobre avaliação, eu acredito que Liliane vai traçar, vai detalhar o que é a avaliação biopsicossocial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO PAULO DO VALE TINÉ (*Por videoconferência*.) – ... mas apenas mostrando que essa avaliação é uma avaliação dinâmica; esse modelo é um modelo dinâmico, que, ao longo do tempo, vai poder ser reformado, vai poder ser revisto, vai poder ser adaptado às novas avaliações, vai poder ser adaptado às barreiras. E, inclusive, há aquelas barreiras que podem um dia ser eliminadas por completo.

Então, eu quero dizer a todos que estão nos assistindo e aos que estão fazendo parte da mesa que a entidade que eu represento, a Apabb (Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco Brasil e da Comunidade), nesse seu papel de defesa da pessoa com deficiência, vem, ao longo dos anos, trabalhando nesse segmento de melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência e de suas famílias.

E, com certeza, esse trabalho que nós estamos fazendo de construir a avaliação biopsicossocial vai fazer uma grande diferença na vida das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a participação.

Estou à disposição de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, que é Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb). Parabéns! Complementou as informações e lembrou como é que surgiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência surgiu do movimento. Eu sempre digo que eu não invento leis. Eu só recebo da sociedade e, como Senador, eu encaminho. Eu apresentei o estatuto como Deputado. Depois, lá na Câmara, foram Relatores a Mara e o Celso Russomanno, se eu não me engano. A Mara fez um brilhante trabalho, sempre nos chamou para essa conversa, para essa discussão. E ela botou... o nome ficou sendo Lei Brasileira de Inclusão. Veio para o Senado a proposta original do estatuto, e, aqui, eu vou destacar o Romário – e com razão. O Romário chegou e disse: "Bom, na redação original era Estatuto da Pessoa com Deficiência...". E o Romário foi fundamental, viu? Eu quero dizer que pedi para ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser o Relator. Eu dou um depoimento que é verdadeiro. E você sabe, você trabalhava comigo naquela época, você nem trabalhava com o Romário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Era comigo.

E daí fomos, conversamos, e ficou Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – essa foi a redação final que ficou na lei. E foi fundamental o trabalho não só do Romário, mas também me lembro do Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns também foi um dos Relatores, ainda na Câmara, na apresentação do projeto. E hoje estamos aqui todos felizes. E vamos avançar muito mais, já que voltamos. Eu ouvi alguém dizer aqui "voltamos". Eu gostei do "voltamos". Nós voltamos! Porque tínhamos sido excluídos, e agora nós voltamos e estamos aqui nesse momento tão importante.

Parabéns, então, Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné.

Passo a palavra agora a...

E eu lembrava – a Loni pode me ajudar – que, embora Deputado na época, hoje temos a Mara, Senadora; o Romário, Senador; eu, Senador; e o Flávio Arns, Senador. Os quatro que participaram do estatuto...

A SRA. LONI ELISETE MANICA – Só para lembrar que eu trabalhava com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. LONI ELISETE MANICA – E eu era sempre deslocada para trabalhar no grupo junto com o Tiné. Participei de toda a construção da LBI, o que foi uma honra e foi muito bom. Nessa época, depois eu vim para a Comissão de Direitos Humanos e continuei trabalhando com a LBI. E depois culminou no Romário com a... Então, foi assim, um grande aprendizado entre o senhor e a LBI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. E por isso que você está aqui neste momento.

A SRA. LONI ELISETE MANICA (*Fora do microfone*.) – Isso. Importantíssimo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou passar a palavra agora, então, para a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

Antes de passar a palavra, só quero lembrar que o Luciano também colaborou muito na construção.

A SRA. LONI ELISETE MANICA (*Fora do microfone*.) – Até do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do grupo. O Luciano, que é deficiente visual, que está aqui.

E, no Rio Grande do Sul, o meu chefe de gabinete, o Santos Fagundes. Por uma questão de justiça, foi ali que se iniciou a formulação. Não que eles sejam formuladores – o movimento todo foi formulador –, mas eles me representavam nos eventos. O Santos, inclusive, viajou para diversos estados na formação da peça original.

Tu queres complementar alguma coisa, Luciano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO AMBROSIO CAMPOS – Sim, só para dizer que eu estava desde o início, com a Loni também. A gente participava desde o GT anterior. Depois veio esse desmonte todo aí das políticas, mas a gente está desde o início nesse processo com o Tiné, por exemplo, como a Loni bem lembrou, e outros que estavam no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos são construtores dessa história.

O SR. LUCIANO AMBROSIO CAMPOS – Exatamente, partícipes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembrei aqui do Santos Fagundes. O Santos Fagundes está assistindo lá no Grande do Sul. Ele é meu Chefe de Gabinete. Ele é deficiente visual, está na minha chefia do gabinete há mais de 20 anos. E ele viajou e me contava histórias impressionantes de quando ele, deficiente visual, descia para fazer a palestra do estatuto nas universidades, uma história muito bonita.

A do Luciano também – não é, Luciano? – é uma história bonita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Por favor, Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES (Para expor.) – Bom dia.

Queria agradecer ao Senador pelo convite para participar aqui da mesa com os meus colegas – a gente agora se encontra regularmente lá no GT. Queria dizer que é um prazer falar desse assunto, da avaliação biopsicossocial, que é um assunto que eu acompanho há muitos anos.

Queria dizer que nós estamos agora num momento muito oportuno, muito melhor do que outros momentos pelos quais nós passamos em relação a esse tema em que nós tivemos muitas dificuldades. É até por isso que a avaliação ainda não foi implantada até hoje.

E aí eu trouxe uma apresentação para falar um pouco da história. A gente estava aqui falando da história do estatuto; a gente vai falar um pouquinho agora da história dessa avaliação biopsicossocial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – ...que já vem há alguns anos sendo objeto de estudo pelo Governo e também pela sociedade civil.

Essa história começa lá em 2005, na verdade. Ali o primeiro ponto está em 2007, porque o marco mesmo é a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Brasil, em que foi criado um primeiro grupo de trabalho cujo objetivo era realmente propor um modelo unificado de avaliação da deficiência. Isso lá em 2007.

Esse grupo de trabalho encerrou as suas atividades com algumas diretrizes. Não foi criado o modelo único, porque era algo bem complexo – todo esse tempo mostra a complexidade que é tratar desse tema –, mas ele deixou várias diretrizes para que esse trabalho fosse feito da melhor forma, em conformidade com a Convenção e também com a nossa legislação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí em 2011, a gente tem o Índice de Funcionalidade Brasileiro, que é um instrumento de avaliação da deficiência, que foi desenvolvido com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, que é mais conhecida como CIF, que é um documento da Organização Mundial de Saúde que é utilizado exatamente para classificar deficiências, mas ele não é um instrumento de avaliação. Então, o índice vem sendo construído desde 2011 para se tornar esse instrumento de avaliação a ser utilizado, então, por toda a população brasileira em larga escala, com segurança, com confiabilidade.

E aí o instrumento está sendo discutido ainda no GT, mas eu acho que nessa discussão do instrumento a gente já avançou o que poderia avançar. Como a Naira disse, o IFBrM é o instrumento que será utilizado, com esses ajustes que estão sendo feitos a partir das discussões que estão acontecendo dentro do GT, mas é o instrumento que nós temos mais maduro para que seja utilizado aí nas políticas públicas.

Deixe-me ver se eu consigo descer ali, porque esse PDF é um pouquinho...

Acho que vai passar.

Ah, desceu. Isso.

Em 2013, a gente tem a publicação da Lei Complementar nº 142, que é a aposentadoria – ali está por invalidez, mas é um errinho – antecipada da pessoa com deficiência no Regime Geral de Previdência. O IFBr-A, que é uma nova versão do IFBr, é validado então para atender exclusivamente às exigências dessa lei complementar. Então o IFBr-A é uma versão do IFBr utilizada para aposentadoria antecipada da pessoa com deficiência, com critérios próprios para essa política.

E aí em 2015 a gente tem a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, que aí vem estabelecer a avaliação biopsicossocial com todas essas características que a Naira já colocou, sendo interdisciplinar e multiprofissional.

E a gente precisa salientar que é um marco de mudança paradigmática de como as pessoas com deficiência têm que ser avaliadas no nosso país. Inclusive, até hoje a gente usa muito o laudo médico e as próprias pessoas com deficiência se habituaram a ser avaliadas dessa forma, porque é algo bem rápido. Você vai ao médico e ele te dá um laudo, aí você já sai dali com uma comprovação de que você é pessoa com deficiência. Entretanto, isso traz outras implicações relacionadas inclusive à formulação das políticas públicas porque aquele laudo não fala quais são as barreiras que você enfrenta no dia a dia, não fala das dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam num ambiente que geralmente é hostil a essa diversidade, à diversidade dos corpos.

Então a importância de a Lei Brasileira de Inclusão estabelecer esse formato de avaliação da pessoa com deficiência vem justamente dessa possibilidade de a pessoa ser vista no seu contexto, considerando aquilo que ela tem de barreira, de limitação e o quanto essas barreiras restringem a participação na sociedade.

Aí em 2017 é instituído um comitê nacional, cuja responsabilidade era tratar tanto do cadastro de inclusão da pessoa com deficiência, que está na LBI, quanto da avaliação unificada – aí já surgindo esse nome de unificada – da deficiência. Esse comitê funcionou até 2019, quando houve aquele "revogaço" de vários colegiados. E ele então foi extinto a partir daquele decreto, no início do ano de 2019, na gestão passada, e se desarticulou de forma aí muito prejudicial toda essa discussão que vinha caminhando sobre a avaliação da deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018 havia um prazo previsto na LBI para que entrasse em vigor a avaliação biopsicossocial, nos termos do art. 2º. Esse prazo se encerrou em 2018. Infelizmente o IFBr-M ainda não estava não estava validado, embora já houvesse estudos em andamento pela Universidade de Brasília, para que houvesse a validação científica e sua utilização em larga escala.

Esse ponto é importante só para a gente deixar claro que já está em vigência, de acordo com a lei, esse novo modelo, mas há uma série de questões contextuais aí que atrapalharam a implantação desse modelo.

Andando mais um pouquinho aí, a gente chega em 2019, que foi esse momento que eu disse que esse Decreto 9.759 extinguiu todos esses colegiados que trabalhavam aí, especialmente os que estavam voltados para as políticas sociais. Esse comitê Ciad foi um dos que foi extinto então. Mas a validação do IFBr-M foi concluída pela Universidade de Brasília.

E aí tem esse M, essa letrinha nova. A gente falou do IFBr-A, que era da aposentadoria, e agora tem o M, que é de modificado. Ele recebeu essa letrinha do modificado justamente porque ele sofreu algumas alterações em relação a sua versão original, justamente para aprimorá-lo.

Como o Tiné lembrou, são mais de 40 políticas voltadas para as pessoas com deficiência. Então havia a necessidade de um aprimoramento que considerasse toda essa diversidade de políticas, de critérios de acesso e de objetivos de cada uma dessas políticas.

Em 2020 é instituído o segundo grupo de trabalho sobre o modelo unificado da deficiência. Isso, na gestão anterior do Governo Bolsonaro. E, como o Tiné lembrou, havia ali uma situação muito complicada dentro desse grupo de trabalho, porque os trabalhos não eram públicos. As discussões aconteciam dentro do grupo de trabalho e a sociedade não podia participar delas. Eu inclusive fiz parte desse GT. E foi muito sofrido para todos aqueles que estiveram nesse momento participando. A gente teve que ser ali a resistência para que não saísse um modelo fora daquilo que a nossa legislação determina e também um modelo que não fosse feito junto com as pessoas com deficiência.

Em 2021 foi instituído... Na verdade, foi encerrado esse trabalho, esse segundo grupo de trabalho. Eles propuseram um novo modelo de avaliação que não era o IFBr-M. Era uma mescla do instrumento do benefício de prestação continuada com o IFBr-M, mas sem nenhuma validação científica. E ficamos todos naquela expectativa: "Nossa, será que vai ser regulamentado esse instrumento? Esse instrumento que não é o adequado". Mas, graças a Deus, isso não aconteceu. A gestão acabou e agora nós estamos num novo momento de reconstrução, como foi colocado aí pela Naira, pelo Raimundo e por todos que estão aqui à mesa.

E a gente está justamente nesse momento. Dentro do GT a gente tem um outro ambiente agora, com muito mais participação das pessoas com deficiência, em que a gente tem a liberdade de discutir, de colocar desafios que essa avaliação vai enfrentar para ser implantada. Isso é natural porque é uma política de grande monta, que vai afetar milhões de brasileiros aí. Nós temos hoje, segundo a Pnad, mais de 18 milhões de brasileiros com deficiência. Então é um contingente muito grande e de uma complexidade muito grande também. Então acho que tem que ficar claro que, embora a gente tenha todo esse tempo percorrido para criar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento de avaliação da deficiência e agora esse Sistema Unificado de Avaliação, a gente passou por todos esses percalços.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Por isso, é importante relembrar isso, para que a gente possa olhar para a frente, certos de que estamos no caminho correto e de que houve bastante discussão aí nesse trajeto.

Vou adiantar aqui um pouquinho porque o meu tempo está se encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem, no mínimo, seis minutos.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Ah, então ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas se necessário, vou dar mais dez minutos também.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Certo.

Eu não vou me deter aqui no instrumento de avaliação que está sendo discutido pelo grupo de trabalho, porque a gente precisaria de uma outra audiência pública só para do instrumento, porque ele tem várias nuances, várias perspectivas, e eu acho até que seria interessante para que toda a sociedade, todo o movimento de pessoas com deficiência conhecesse o instrumento. Mas ele ainda está finalizando esses ajustes. Como a Naira disse, vai ter teste de aplicabilidade. Então acho importante a gente ter um momento também para falar do instrumento.

O que eu queria colocar aqui são alguns desafios e perspectivas relacionadas à implantação da avaliação biopsicossocial no nosso país.

E primeiro desafio que eu trago – e aqui a gente está na Casa da criação de leis, da melhoria de leis, do aprimoramento de leis – é o da legislação atual, que gera uma baixa focalização do público com deficiência, o público da política. É porque várias legislações foram sendo construídas ao longo do tempo com objetivos diferentes e muitas delas não harmonizam umas com as outras. Então o ideal é que tivesse realmente uma revisão e um ajuste dessas leis para que a gente pudesse focalizar realmente o público de cada política com os critérios específicos, com os objetivos daquela política.

O que acontece hoje? A maioria da legislação que a gente tem no Brasil voltada para a pessoa com deficiência, seja para serviço, para políticas, para benefícios, para ações afirmativas, tem uma característica que a gente chama de característica binária. O que é isso? A lei diz: se você tem deficiência, você tem acesso a todos esses direitos; se você não tem, você não tem acesso a nada. E aí não existe uma gradação, dentro do grupo de deficiência, de quem vai acessar o quê. E a gente sabe que, dentro do grupo de deficiências, a gente tem pessoas com deficiências leves, moderadas ou graves. E o que acontece hoje é que todo esse contingente de pessoas com deficiência acessa as mesmas políticas da mesma forma. Não há uma diferenciação de critério. Isso, por um lado, é prejudicial. Por quê? Porque aquelas pessoas que têm deficiência mais grave têm que competir com as pessoas que têm deficiência leve. E isso gera uma iniquidade justamente para esse grupo que mais precisa.

Então o que acontece é que as deficiências leves acabam ocupando mais espaço, até porque elas têm menos restrição de participação do que as pessoas com deficiência grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando você compara uma pessoa com deficiência grave, todas as barreiras que ela tem para enfrentar para chegar até a escola, se escolarizar e se qualificar para o trabalho são muito maiores do que as de uma pessoa com deficiência leve, que também tem as suas dificuldades – a gente não pode esquecer que há limitações e há inclusive muito preconceito, *bullying* na escola. Elas também passam por essas dificuldades, mas num grau diferente do das pessoas com deficiência grave.

Então, por isso, há essa sugestão de a gente fazer uma gradação do acesso das políticas para as pessoas com deficiência grave, leve e moderada. Eu acho que esse é o principal desafio. Eu sei que existe muita resistência de alguns grupos, mas ele é essencial para que a gente não gere mais iniquidade para aqueles que mais precisam das políticas de proteção social.

Seguindo aí um outro desafio – vou tentar ir mais rápido um pouquinho –, a outra questão é a complexidade de a gente criar um sistema nacional unificado de avaliação da deficiência. Por que essa complexidade? Porque ela vai abranger os três entes federados. Então a gente tem aí estado, município e o Governo Federal, porque as políticas, embora a gente tenha esse rol aí de 40 políticas federais, acontecem é no território, é lá no município. É lá que essas pessoas vão acessar esses serviços para que elas sejam reconhecidas como pessoas com deficiência e aí elas possam acessar esses direitos. É a grande maioria delas.

Então a gente precisa fazer esse compartilhamento aí de competência que já está na própria Constituição Federal, que é a competência comum de estado, município e do órgão Federal, da União, em relação às políticas para as pessoas com deficiência.

Além disso, a gente precisa pensar num sistema de tecnologia da informação que seja acessível em qualquer canto do país e que contenha a capacidade de ter todos esses dados das pessoas com deficiência.

E não menos importante são as equipes de avaliadores. A partir dessas equipes de avaliadores, que precisam estar bem qualificas, conhecer bastante do instrumento, saber dos conceitos relacionados à deficiência e que houve essa mudança de paradigma de um modelo biomédico para um modelo social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Então essas equipes precisam estar bem formadas. Isso é fundamental para que realmente as pessoas com deficiência sejam caracterizadas com segurança, com confiabilidade, sem dúvidas. "Ah, mas eu fui aqui prejudicado." Tem que ter todo um sistema de questionar isso administrativamente e judicialmente também.

Um outro ponto importante que eu queria colocar em relação a isso, embora meu tempo esteja já bastante avançado, é que envolve também os Poderes Legislativo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai tranquila porque a turma já a botou por último lugar porque você ia ter um tempo maior – é o que me disseram. E o tempo que o Sandro não usou você pode usar ainda.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Está certo. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria também destacar isto: que o Poder Legislativo e o Judiciário têm que estar envolvidos nessa discussão também, porque eles também avaliam servidores com deficiência, por exemplo.

Tem a questão também da tomada de decisão apoiada dentro do Judiciário. A gente precisa ter uma forma de avaliar as pessoas com deficiência que têm a capacidade de tomar uma decisão apoiada, com uma pessoa de confiança dela. A gente não pode cercear o direito que já lhe é garantido pela convenção. Então, o Judiciário também tem que se preparar para essa avaliação.

Um outro ponto que eu queria colocar é a baixa coordenação das políticas. Como eu disse, hoje a legislação se restringe a dizer quem tem e quem não tem deficiência. E não há também um esforço coordenado dos órgãos para que os serviços e as políticas possam responder às necessidades da pessoa com deficiência. Não basta só caracterizar a deficiência. A gente precisa ter formas de atender aquelas necessidades.

Então, se há uma necessidade de fazer um curso de formação, os serviços têm que estar preparados para encaminhar. Se há a necessidade de fazer uma qualificação profissional, os serviços têm que encaminhar, não é só constatar a deficiência.

Então acho que esse é um ponto importante porque as políticas hoje se fecham muito na caracterização da deficiência. E aí a gente tem discutido lá no GT a importância desse modelo de direitos humanos, que vai além da simples caracterização, e também contempla todas essas necessidades das pessoas. É porque aí você também vai contemplar as pessoas que têm menor funcionalidade mas não têm ali uma funcionalidade tão limitada a ponto de ser caracterizada como pessoa com deficiência, o que também é um dilema: "Ah, mas a pessoa..." Ela fica num limbo. Por exemplo, cotas para o trabalho. Ela fica ali num limpo porque ela não tem uma deficiência grave que talvez a caracterizaria para cota no trabalho. Por outro lado, ela também não consegue se empregar porque existe preconceito e discriminação contra a situação dela. Mas se ela tem uma redução de funcionalidade, os serviços e programas também poderiam atender a essa necessidade.

E aí eu coloco este desafio também da necessidade de revisitar e reestruturar o conjunto de políticas para se definir qual é o objetivo de cada política, o público a que se destina, se há sobreposições e se há vazios assistenciais. Além disso colocar a questão da gradação, que para mim realmente é uma situação que a gente precisa aprimorar na política para a pessoa com deficiência. A gradação de que eu falo é o leve, o grave e o moderado.

Continuando, para fechar, o último desafio aqui é o de financiamento. A gente sabe historicamente aí que uma das grandes dificuldades de a gente implantar esse sistema unificado de avaliação vem do impacto fiscal potencial de você considerar várias pessoas com deficiência que hoje não são consideradas dentro desse grupo e que aí acessariam uma série de benefícios que hoje não acessam, sobrecarregando o orçamento voltado para a proteção social.

Por isso, é preciso pensar em formas de financiar essa implantação da avaliação. A gente precisa pensar que essas equipes avaliadoras vão ser deslocadas da atividade que elas fazem lá no território e vão precisar trabalhar para avaliar pessoas com deficiência; a gente precisa pensar que tem que ter um sistema de tecnologia da informação pronto para receber esses dados, e não só receber, mas analisar, monitorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente precisa ter, como a gente já está vendo aqui nessa mesa, o Governo Federal como indutor dessa política. E aí, através de coparticipação com estados e municípios, eu acredito que a gente consegue o financiamento necessário para que essa política seja implantada.

Isso não é uma responsabilidade só do Governo Federal. Ela é compartilhada, como eu coloquei. Lá no art. 23 da Constituição Federal fala desse compartilhamento da competência comum desses entes federados. Então é importante que isso também esteja colocado aqui nessa audiência pública para que a gente possa refletir e agir nesse sentido.

Bom, era isso que eu tinha para trazer. Eu teria muito mais coisas para falar aqui sobre avaliação biopsicossocial, mas eu acho que nós estamos num momento muito oportuno, muito importante, em que a gente finalmente vê aí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – ... a possibilidade dessa avaliação ser implantada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, que é especialista em políticas públicas e gestão governamental, Diretora de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que fez um fechamento aqui, detalhando a importância dessa política.

Bom, nesse momento, nós vamos entrar nas perguntas do e-Cidadania. Aqui são cinco folhas de pergunta. Não é todo dia de audiência pública que chega tanta pergunta assim, ainda mais numa segunda de manhã.

Os meus cumprimentos pelo tema e aos organizadores dessa audiência pública.

Eu vou fazer da segunda forma. Vou ver ali se o pessoal da assessoria pode imprimir para cada um dos quatro que estão aqui as perguntas.

Eu vou ler e, de pronto, se vocês entenderem que a algumas delas devem responder... E o que não puderem responder depois a Comissão responde, devido o tempo.

Vamos lá então.

É de minha obrigação ler todas as perguntas, gostem ou não gostem os convidados. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Que bom! Que bom!

Perguntas:

De Tatiana Madella, do Rio Grande do Sul – eu quase disse Mandela aqui, Nelson Mandela veio logo aqui –: "[...] [De que modo a avaliação biopsicossocial] pode auxiliar a mulher que passou por violência doméstica?". Essa é uma pergunta.

De Heverton Dias, de Minas Gerais: "Como a avaliação psicossocial pode [...] [contribuir para a promoção da saúde mental na sociedade atual]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Filipe Quiles, de São Paulo: "Quais foram os avanços [obtidos pelo] que o GT Interministerial sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, em especial em relação ao [...] Índice de Funcionalidade Brasileiro?".

De Mariana Allegrini, de São Paulo: "Como a avaliação biopsicossocial pode ajudar as pessoas com deficiência, principalmente, aquelas [...] [acometidas por] síndromes raras?".

De Silvano Almeida, do Pará: "O que fazer para elevar o bem-estar biopsicossocial no mundo corporativo?".

Continuando.

De Edlania Araújo, do Distrito Federal: "Essa avaliação deve ser regulamentada como único instrumento de avaliação da [...] [Lei Brasileira de Inclusão] para impedir tantas injustiças sofridas por nós PCDs".

De Rafael Gomes, de São Paulo: "Sinto falta da representação [na discussão desse modelo] de pessoas com deficiência psicossocial ou mental, por exemplo, associações sobre esquizofrenia".

Continuamos.

De Heverton Dias, de Minas Gerais: "Como a avaliação [...] pode ajudar no desenvolvimento de um plano de reabilitação adequado?".

De Fernando Zorzi, do Paraná: "Quem é o responsável por analisar o paciente no formato de atendimento [...] [dessa avaliação]? Qual a diferença da abordagem psiquiátrica?".

De Vitória Ramos, do Rio de Janeiro: "De que maneira [essa] avaliação pode auxiliar na inserção de [...] [pessoas com deficiência] no mercado de trabalho?".

De Silvana Morais, de São Paulo: "Existe algum plano de ação previsto para essa avaliação [...] das pessoas em situação de rua?".

De Analice Lean, de Alagoas: "Como as equipes pedagógicas das escolas podem utilizar a avaliação para melhorar o atendimento ao aluno com necessidades especiais?".

Ainda, Maria Caroline, de São Paulo: "Avaliação [...] [em debate] é muito importante nas camadas mais pobres do país para filtrar as pessoas com necessidades e atendê-las".

De Luiz Fernando, de São Paulo: "A avaliação unificada da deficiência por equipe [...] interdisciplinar que analisa a pessoa em sua integralidade é mais justa".

Agora a Loni, assessora do Senador Romário, que foi o Relator aqui no Senado – a Mara Gabrilli foi a Relatora na Câmara. É isso, não é? É só para ter bem situado. Aqui fui eu que... Não precisou nem convencê-lo. Só falei para ele: "Não, deixa comigo, porque nós vamos aprovar".

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ele tem sido muito parceiro nosso aqui.

Pergunta aqui a Loni: "Qual o motivo de ainda continuarmos discutindo se, em final de 2017, já estava pronta? Não seria a hora de urgentemente regulamentar, de direito e de fato, publicado no DO?"

É isso? (*Pausa.*)

"A prática dos artigos de LBI dependem dessa avaliação. Quando ela realmente será publicada e vão de fato utilizar a avaliação biopsicossocial?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

São as perguntas da Loni. (*Pausa.*)

Essa é a da Madella. Eu já li, e ia ler de novo por causa do Mandela. Eu sou fã do Mandela. As perguntas estão todas lidas. Cada um dos senhores e das senhoras tem uma cópia. Pelo menos eu pedi que fosse feita uma cópia. Você recebeu, ou não?

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (*Fora do microfone*.) – Não precisa, porque eu sou cega, não vou ler, mas eu posso lembrar o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns, parabéns.

Então, cada uma tem já o mapa das perguntas. E a pergunta que eu faço é: quem quer começar?

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (*Fora do microfone*.) – Eu posso começar, depois vocês?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (*Fora do microfone*.) – É só para eu não esquecer também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, passo a palavra... Agora você vai ter... Podemos dar dez minutos para cada um, se for necessário, de novo, porque ao mesmo tempo você vai responder algumas das perguntas, se assim você entender, e fazer as suas considerações finais sobre o tema.

Então, de pronto eu já agradeço e passo a palavra para a Sra. Naira Rodrigues Gaspar da Diretoria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para responder às perguntas que entender possível, dentro da sua visão, e as considerações finais.

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou começar dizendo que, como a Liliane Bernardes apontou, são inúmeros os desafios. Vou começar do fim, dizendo que nós temos um prazo, esse GT tem um prazo, até 1º de junho de 2024 para apresentar o relatório final e a regulamentação, a proposta do ato normativo de regulamentação, para que se transforme em um ato, em uma norma, e seja assinada pelo Presidente da República e publicada no *Diário Oficial*. Então, nós estamos trabalhando de maneira muito intensa para que, até o final do primeiro semestre de 2024, a gente tenha tudo pronto.

No entanto, é importante lembrar que a gente está falando de uma implementação de um novo modelo. E aí eu já falo das perguntas que falam de algumas situações específicas, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, pessoas com síndromes raras.

A avaliação se pretende universal. Então, existem vários modelos no mundo. Um dos modelos muito interessantes é o da Argentina, que é um país aqui do Mercosul, onde a avaliação é universal. Qualquer pessoa que se entende como uma pessoa com deficiência vai lá e solicita essa avaliação.

Em relação às pessoas em situação de rua, os estudos de aplicabilidade pretendem atingir essa população, para que a gente consiga entender como esse instrumento vai conversar com as pessoas que vivem em situação de rua. Nós temos um diálogo bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estreito com a Diretoria de Proteção à População em Situação de Rua, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do nosso ministério, para que a gente consiga efetivar essa análise, para que ninguém fique para trás.

Em relação às pessoas com deficiência psicossocial, lembro que a convenção e a Lei Brasileira de Inclusão trazem lá, no conceito de pessoas com deficiência, o nome "mental", que é justamente a partir da participação efetiva dos movimentos internacionais de sobreviventes da psiquiatria. Então, uma avaliação psiquiátrica é uma avaliação médica. A avaliação biopsicossocial vê todas as questões, as condições e as quatro dimensões que a gente colocou já anteriormente, inclusive as condições psicossociais. Na verdade, assim como a gente rompe com o laudo médico das avaliações atuais, nas condições clássicas de deficiência, a gente precisa inclusive virar a chave do conceito de pessoa com deficiência. Acho que isso é o mais importante. E aí eu acho que a gente precisa fazer muitas audiências públicas, Senador, muitas conversas com a sociedade civil e com todos os órgãos para que a gente entenda. Inclusive convido as pessoas ligadas aos setores que ainda atuam no modelo biomédico, tanto no campo da deficiência psicossocial como em outros campos, para que a gente consiga discutir isso e romper com esse olhar biomédico. Eu não sou olhada mais para fins de direitos a partir somente do meu corpo, nem de uma condição psiquiátrica.

A gente tem uma efetiva participação da sociedade, do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, e há representações dessas organizações de usuários da saúde mental. Então nós não estamos conversando sobre diagnóstico de impedimento corporal, de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial. Mas nós temos a representação de toda a sociedade.

Quero dizer aqui que as reuniões do GT acontecem quinzenalmente. Como eu falei, é um trabalho de muita intensidade, que está exigindo dos órgãos do Governo Federal um investimento grande do seu tempo e do seu trabalho. Então, as reuniões são quinzenais. A gente está aqui nesta audiência também com o Hisaac Oliveira, Secretário-Executivo do GT, que divulga as reuniões, então a próxima será dia 1º – é isso, Hisaac? Dia 1º agora de dezembro. Elas são transmitidas pelas redes do YouTube do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. Todas as pessoas estão convidadas a participar, a gente responde e dialoga por meio do *chat* do YouTube com todas as pessoas. Nós temos um *e-mail*, avaliacao.deficiencia@mdh.gov.br, para o qual vocês podem mandar questões.

Em relação à questão do trabalho, da educação ou da reabilitação, há políticas que são universais, que não dependem da avaliação para acesso – educação, saúde, trabalho. No entanto, as ações afirmativas, os projetos terapêuticos singulares no campo da saúde, os projetos educacionais individualizados, eles podem ser beneficiados pela avaliação quando os educadores, os profissionais de saúde, até os planos individualizados da assistência pelos profissionais do Suas olham a avaliação e entendem quais barreiras aquela pessoa enfrenta e, aí sim, constroem planos individualizados para eliminação das barreiras, minimização do impacto da relação da pessoa com o impedimento do corpo dessa pessoa, desse sujeito com impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial com as barreiras ambientais. Essa avaliação vai olhar para as barreiras que a gente enfrenta e todas as políticas vão poder ser olhadas a partir dessa lente. Então, quando eu for prestar um concurso público, eu vou apresentar essa certificação e, no momento da admissão, eu vou poder ser beneficiada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequação do posto de trabalho, pela formulação dos meus projetos e planos de trabalho a partir da eliminação das barreiras, e não dos meus impedimentos corporais. Como a Liliane disse, a gravidade da gradação entre leve, moderado e grave, não diz respeito a só o meu corpo. Hoje a gente diz que uma pessoa cega tem uma gravidade de impedimento maior do que uma pessoa com baixa visão. No entanto, quando eu ponho a inter-relação desse corpo com este impedimento sensorial com as barreiras ambientais, muitas vezes, algumas vezes, uma pessoa com baixa visão pode enfrentar barreiras muito mais acentuadas, de muito maior gravidade do que uma pessoa cega, dependendo do contexto em que ela vive. No entanto, nós não precisamos ter receios de que nós vamos ter restrições de acesso às políticas por conta das barreiras, mas vamos ter, na verdade, um equilíbrio, uma equidade, que é o que a convenção e a Lei Brasileira de Inclusão dizem ao Estado brasileiro, que nós precisamos construir políticas de equidade, que é o que a gente chama de igualdade de condições. Então, precisamos aprofundar o diálogo sobre o conceito de pessoa com deficiência, inclusive nos movimentos sociais.

Aí eu digo aqui para as companheiras e companheiras dos movimentos sociais, dos quais eu fiz parte durante 34 anos – 33, porque eu estou há dez meses no Governo Federal, na gestão pública –, enquanto fiz parte dos movimentos sociais, movimentos trabalhadores, a partir da Central Única dos Trabalhadores, Luta Antimanicomial e outros movimentos, que nós que viemos dos movimentos sociais, e quem ainda está no movimento social, precisa se apropriar e aprofundar a conversa sobre o conceito de pessoa com deficiência da convenção e da Lei Brasileira de Inclusão, e nós do GT estamos à disposição para dialogar.

Quais são os avanços? Os avanços são...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NAIRA RODRIGUES GASPAR – Já termino em um minutinho, só para falar dos avanços do GT, deste novo GT.

Nós estamos apresentando agora – acho que em dezembro, não é, Hisaac? – o relatório final do GT de normas, que fez uma análise da legislação que precisa ser aprimorada e vai ser divulgado em breve. Então, nós já temos um panorama da legislação que precisa ser aprimorada e alterada, que foi um dos desafios apontados ali pela Liliane. Nós temos um mapeamento das políticas públicas que serão impactadas, políticas públicas de âmbito federal, de abrangência nacional, que vão ser impactadas pela avaliação. Já temos também um mapeamento das políticas mais capilarizadas. Dia 14 faremos uma oficina com todos os ministérios e convidados permanentes para que a gente construa a estrutura do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência, que deve ser apreciado e aprovado na reunião do GT do dia 15 de dezembro. E aí a gente encerra o ano com todo o mapeamento das legislações e da política pública, com a proposta de estrutura do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência, para que em janeiro a gente consiga escrever, começar a escrita da regulamentação, que vai estar pronta no final do primeiro semestre, e aí definitivamente iniciando a implementação piloto em alguns estados a partir do segundo semestre do ano que vem e já com as primeiras equipes avaliadoras certificadas. Então é isso. Eu agradeço mais uma vez, Senador Paulo Paim, a todas as pessoas aqui presentes, a quem nos assiste pelas redes sociais, pelos meios de comunicação. Estamos à disposição na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, no GT, nos assistam, participem do GT, pelas redes do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. Um abraço a todas as pessoas. Seguimos à disposição e sigamos na luta. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Naira Rodrigues Gaspar, Diretora da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que usou muito bem esses 11 minutinhos, que não ultrapassou – foram dez mais um, ficou dentro do limite. Parabéns pelo complemento, mostrando os próximos passos.

Só informo que o voo do Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral da Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, atrasou, mas ele está vindo para cá ainda. Ele ligou para saber se ele poderia falar. Claro que vai falar. Estamos te aguardando aqui, Sr. Arthur de Almeida Medeiros.

Vou passar a palavra agora, por videoconferência, ao Sr. Roberto do Vale Tiné, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb). Por favor, Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, dez minutos para, se quiser, comentar alguma pergunta e considerações finais. Fique bem à vontade.

O SR. ROBERTO PAULO DO VALE TINÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria comentar a pergunta feita por Mariana Allegrini, de São Paulo. Ela pergunta o seguinte: "Como a avaliação psicossocial pode ajudar as pessoas com deficiência, principalmente aquelas acometidas por síndromes raras?". Bem, hoje, com o modelo médico, para uma pessoa ser considerada pessoa com deficiência, ou seja, uma pessoa que tem, por exemplo, uma síndrome rara ou uma doença rara ser considerada pessoa com deficiência, ela depende de ter uma legislação específica que diga que aquela síndrome é considerada uma deficiência. Isso é um projeto de lei, é uma avaliação na Câmara, uma avaliação do Senado e a promulgação pelo Presidente da República. Muitas vezes, demora anos para ser concluído esse processo.

Com a avaliação biopsicossocial, isso aí não mais será necessário, ou seja, a classificação de uma condição de pessoa com deficiência não mais vai ser feita através de uma legislação específica, mas sim da avaliação feita pela equipe multiprofissional. Então, surgindo um caso extremo de uma síndrome que ainda não foi analisada, é essa avaliação que vai dizer se aquela pessoa é considerada pessoa com deficiência ou não. E isso vai valer para tudo, inclusive para os casos que hoje a gente vê condições que claramente, pela nova legislação, claramente pela definição de pessoa com deficiência dada pela Convenção da ONU, não se enquadram como deficiência, tramitando no Congresso para que aquela condição seja considerada deficiência. E claramente não se enquadra na nova definição dessa questão. É assim que a avaliação biopsicossocial vai ajudar os casos citados por Mariana de síndrome raras, como em todos os outros casos. Não vai ser mais preciso construir uma legislação específica para classificar aquela pessoa com deficiência.

Eu queria, nas considerações finais, me atendo à fala de Liliane, que fez um bonito relato sobre toda a história da construção da avaliação biopsicossocial, dizer que o Conade participou de todo o processo, desde o primeiro grupo de trabalho que foi criado para desenvolver o projeto da avaliação biopsicossocial até hoje. O Conade vem participando de todo esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo, com exceção do momento no Governo anterior, quando o Conade se retirou do grupo de trabalho. Mas em todo esse processo conduzido ao longo dos anos, o Conade, ou seja, a sociedade civil estava participando do processo. E o Conade, em 2000, ratificou o IFBr-M como instrumento para avaliação biopsicossocial, esse que está sendo trabalhado hoje.

Finalmente, eu queria, mais uma vez, agradecer ao Senador Paulo Paim o convite e a todos que nos assistiram aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Diretor da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb). Muito obrigado. Respondeu algumas perguntas e, ao mesmo tempo, só enriqueceu o nosso debate aqui.

Chegou, já está conosco, o Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Se você concordar, você aguardaria um pouquinho, eu falo para mais um aqui da mesa, depois, se um dos dois da mesa concordar, eles sentam ali na primeira fila e você vem aqui para ter o mesmo direito deles de fazer a sua exposição.

Então, eu passo a palavra agora para o Sr. Sandro Eli Malcher de Alencar, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gerente de Projeto da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, para responder algumas das perguntas e considerações finais, por dez minutos. Fique bem à vontade.

O SR. SANDRO ELI MALCHER DE ALENCAR (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aqui me chama a atenção a pergunta feita pela Vitória Ramos e também pela Silvana Morais. Uma pergunta é como a avaliação vai auxiliar na inserção no mercado de trabalho e a outra é se há um plano de ação previsto para avaliação das pessoas em situação de rua. A primeira resposta que eu digo em relação a isso é que imediatamente não sei. E isso dá a medida da complexidade não só do tema, mas, sobretudo, da necessidade do Governo Federal, dos Governos estaduais e do Governo municipal se prepararem para o atendimento a essas pessoas.

A gente está trazendo, até o final do ano que vem, um instrumento que vai mudar a forma do Governo se relacionar com os cidadãos. A gente vai sair de um modelo que é biomédico para um modelo que considera a pessoa em sua integridade. E isso é um desafio tremendo que vem se colocando já não só na elaboração do Plano para a Pessoa com Deficiência, que foi o Viver Sem Limite, em que a gente precisou fazer rodadas de conversa com toda a Esplanada e entender que, muitas vezes, a população com deficiência, bem como várias outras vulnerabilizadas, estão invisibilizadas perante a máquina e são obrigadas, muito frequentemente, a se submeterem a protocolos e processos que dificultam muito a vida. Então, quando a gente pensa, por exemplo, em mercado de trabalho, não só a gente precisa ter os instrumentos legais que permitam que as empresas vejam essas pessoas, como também termos os mecanismos que coíbam práticas que procurem brechas legais, que é o que acontece hoje.

E terceiro, e fundamental, a gente precisa, como sociedade, atuar conjuntamente para uma mudança de paradigma e de concepção sobre a capacidade dessas pessoas, que elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são tão capazes quanto nós, que supostamente somos normais. Essas pessoas não são heróis; elas também não são um problema; elas são pessoas. E a gente hoje não é capaz, como sociedade brasileira, de entender essas pessoas dessa maneira. Acho que esse é o grande desafio que se impõe tão logo a avaliação esteja na rua e esteja disponível.

E já pegando o gancho também para as pessoas em situação de rua, eu gostaria de dizer que hoje está sendo enviada pelo Governo Federal a resposta no âmbito da ADPF 976 – desculpa o "burocratês" aqui, gente, mas isso foi uma decisão do STF, pelo Ministro Alexandre de Moraes, de determinar um plano para a população de rua em 120 dias. Essa resposta está sendo entregue hoje. Ela também dialoga interfederativamente, não só o Governo Federal, mas estados e municípios, e também considera a necessidade da avaliação. Ainda que não haja um plano definido nesse momento de como ela vai acontecer, o que está previsto, que é fundamental e deve ser cobrado do Governo, é a mudança de protocolos. A gente está trabalhando entre o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e também o Ministério dos Direitos Humanos, numa integração de protocolos de atendimento a essas pessoas e ela, por definição, vai pressupor a incorporação da nova avaliação nos seus processos. Essa discussão começa agora. Ela precisa esperar um pouco mais do GT, mas tão logo o GT apresente o que ela considera esses mecanismos de avaliação, enfim, esse instrumento vai ser incorporado aos protocolos que a gente tem que unificar no atendimento à população de situação de rua. É isso.

E aí, considerando essas duas respostas, acredito que a Liliane ainda tem um monte de coisa para falar aqui, o Raimundo também, e o próprio Arthur. Então, eu já me despeço, agradeço muitíssimo a oportunidade de estar aqui, de aprender mais uma vez, porque cada vez que eu sento com esse povo aqui, eu saio aprendendo.

Muito obrigado, Senador. Obrigado a esta Casa, obrigado a esta Comissão, obrigado a todo mundo que está nos assistindo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós que agradecemos a bela contribuição do Sandro Eli Malcher de Alencar, que é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gerente de Projetos da Secretaria Adjunta VIII da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

Só uma contribuição a essa resposta que você já deu da população de rua. O Padre Lancellotti, se não me engano, encaminhou para este Congresso uma proposta nessa linha dos estatutos. Como disse a Ministra da Igualdade Racial: "O Paim é um homem que só fala em estatuto". Eu não falo só em estatuto. Eu tenho culpa se mandam para mim?

O Randolfe é o autor do projeto e me convidou para ser o Relator. Eu fui o Relator. Já aprovamos aqui. Agora, provavelmente, vai direto para o Plenário do Senado.

Eu acho que é um complemento, trocando ideias. Como ele é Líder do Governo no Congresso, fica mais fácil essa negociação e o entendimento com ele.

Agora, passo a palavra, então, se o Sandro concordar, por ter concluído – na hora de escolher entre tirar um homem e uma mulher –, se eu tirar uma mulher e ficar só um homem à mesa, por esse critério, para eu não apanhar...

Aqui, a maioria são mulheres, aqui nesta Comissão. Qualquer matéria que vai botar em votação, as mulheres têm maioria. Elas ganham por dois votos, em qualquer votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar uma salva de palmas ao Sandro, pelo carinho dele. (*Palmas.*)

O SR. SANDRO ELI MALCHER DE ALENCAR – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu chamo, então, para a mesa o Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde, que vai usar a palavra, neste momento.

Depois, outros vão falando, e a senhora faz o encerramento.

Só para situar o Arthur, são dez minutos, com mais cinco, se necessário.

Depois, vão ter as considerações finais, na última rodada.

É contigo, agora.

De imediato, a palavra com o Sr. Arthur de Almeida Medeiros.

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia.

Agradeço ao Senador a oportunidade de estar aqui conversando um pouquinho sobre o GT, sobre o nosso trabalho. Estamos há muito tempo – não é, Naira? – nesta luta, nestes encontros quinzenais.

Vou me autodescrever para as pessoas que estão em casa: eu sou um homem branco, 1,85 m, careca, uso barba. Estou com um terno azul, uma camisa branca de pintinha azul e uma gravata azul também.

Bom, desde a instituição do GT, o trabalho tem sido frequente e não só os quinzenais, como previsto no decreto. A gente tem-se reunido muito mais, porque a gente entende a demanda, a necessidade e a urgência e tempo perdido desde quando essa avaliação já deveria estar instituída. O prazo venceu em 2017. A gente tem que correr contra o tempo para instituir.

Trago o que a gente tem feito no âmbito do Ministério da Saúde. A gente entende que essa avaliação vai, como o próprio Sandro trouxe, mudar essa concepção do modelo biomédico, do modelo biopsicossocial. E a gente precisa, sobretudo, da mudança de concepção dos profissionais.

A gente já entende que a gente tem uma grande tarefa que é a qualificação dos profissionais no sentido da incorporação dessa avaliação no seu processo de trabalho.

A gente teve uma reunião há um mês, um mês e meio, com o Ministério dos Direitos Humanos e com o Ministério da Saúde, mais especificamente a Secretaria de Atenção Primária, para que a gente pudesse entender qual seria a viabilidade da incorporação dessa avaliação no processo de trabalho, entendendo que a atenção primária é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde. Ela é a de maior cobertura, entendendo que, talvez, ali, pudesse ser, de fato, um local de incorporação.

Estamos fazendo reuniões técnicas dentro do Ministério da Saúde até para entender essa dimensão, a complexidade dessa tarefa, reconhecendo, como o próprio Secretário Nésio colocou, a extensão da cobertura pelas equipes multi. Então, são as equipes que poderiam contribuir conosco nesse processo de avaliação.

A gente está, junto com a atenção primária, com a coordenação das equipes de Coordenação de Articulação de Redes da Saps, juntamente com a atenção especializada, na figura da Coordenação da Pessoa com Deficiência e do Departamento de Saúde Mental, avaliando a viabilidade técnico-operacional dessa implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós já temos identificado? Se a gente centrar em um único ponto de atenção, a gente não vai ter sucesso, a gente vai aumentar um gargalo. A gente está justamente entendendo quais são os pontos de atenção, o que casa muito com a pergunta que o Sandro trouxe, sobre as pessoas em situação de rua, que a gente precisa garantir. Só a atenção primária não vai dar conta.

Então, a gente precisa garantir que os espaços da atenção primária, da atenção especializada, todos os outros componentes da saúde também estejam preparados e qualificados para a aplicação desse instrumento.

Aí a gente já está identificando a necessidade de propor estratégias de qualificação.

Conversamos um pouquinho com a Naira e com o MDHC em relação à oferta de cursos para certificação desses profissionais que vão fazer a avaliação.

Mas o que nós temos hoje é um cenário de cobertura ainda não total da atenção primária.

O CER (Centro Especializado em Reabilitação), que é o componente da atenção especializada direcionada à pessoa com deficiência, a gente tem hoje no país 300 Centros Especializados em Reabilitação, ainda com grande vazio existencial, sobretudo na Região Norte, no Sertão nordestino e no Centro-Oeste.

Então, também não poderíamos centrar essa avaliação nesse componente da atenção especializada. Devemos somar forças, entendendo também que a atenção hospitalar é um ponto de atenção e que, muitas vezes, a pessoa sai dali com essa condição de deficiência, após um acidente ou uma outra condição de saúde, que também pode se tornar um ponto importante nesse processo de avaliação.

É, de fato, um trabalho que demanda uma articulação intrassetorial importante, sem contar a articulação intersetorial e quiçá interinstitucional. A gente precisa pensar muito bem sobre isso.

Isso casa também com a nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência. Ela era de 2002, foi atualizada, republicada agora, no dia 16 de outubro, e traz justamente a necessidade da qualificação, da incorporação do modelo biopsicossocial, da avaliação biopsicossocial e das articulações intrassetorial, intersetorial e interinstitucional, porque, só assim, a gente vai conseguir, de fato, garantir essa avaliação, que vai, sem sombra de dúvidas, ampliar o acesso e garantir o direito a toda as pessoas com deficiência.

Hoje, a gente tem um gargalo que é a ausência dessa avaliação, então, a ausência da garantia de direito a essas pessoas e algumas situações em que o direito está sendo ofertado de maneira inadequada para algumas pessoas.

Essa avaliação vai nos dar, inclusive, o respaldo jurídico para algumas situações de avaliação.

No âmbito do Ministério da Saúde, esses são os caminhos que nós estamos traçando agora. Temos pouco tempo para finalização desse processo. E a gente imagina que, após os trabalhos que o MDHC está desenvolvendo, juntamente com a Fiocruz e com outras instituições parceiras, a gente possa sentar e identificar a melhor estratégia.

Temos uma oficina já prevista para o mês de dezembro, dia 14, para que possamos pensar nos sistemas de avaliação, porque é um instrumento que vai dialogar com todos os Ministérios, com todos os setores. A gente precisa, inclusive, pensar qual é essa articulação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interoperabilidade dos sistemas, para que a gente não perca nenhuma informação, para que a gente possa, de fato, acelerar o acesso dessas pessoas a todos os seus direitos.

Senador, é isso.

Vim trazer um pouquinho do que estamos construindo, conjuntamente, no Ministério da Saúde.

Digo da satisfação, mais uma vez, de estar aqui contribuindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde, que complementou, com muita competência, as informações que chegaram até o momento a esta Comissão dos respectivos Ministérios.

Eu passo a palavra, agora, ao Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Raimundo Nonato Lopes de Sousa.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Saúdo o nosso colega Arthur, que incorporou à mesa agora.

Fui plenamente contemplado nas falas de Naira, do nosso Conselheiro Tiné e do Sandro.

Apenas enfatizo os comentários de Edlânia Araújo, aqui do Distrito Federal, que diz que essa avaliação deve ser regulamentada como único instrumento de avaliação da Lei Brasileira de Inclusão, para impedir tantas injustiças sofridas por nós PCDs, pessoas com deficiência. Eu acho que ela está bem assertiva nisso. É importante que esse modelo seja regulamentado. O tempo ruge, essa boca aí é grande. Então, a gente precisa apressar, sim, esse modelo.

Também faço coro com Maria Caroline, de São Paulo, que diz que a avaliação psicossocial é muito importante nas camadas mais pobres do país para filtrar as pessoas com necessidades e atendê-las. Eu acho que é importante, sim. Esse modelo traz essa visão.

O Luiz Fernando, também de São Paulo, avalia que a avaliação unificada da deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar analisa a pessoa em sua integralidade, é mais justa. Claro, com certeza. Isso é importante até porque a gente já tem essa experiência. Em que pese a avaliação da pessoa com deficiência para acesso ao BPC já vir trazendo essa experiência, claro, nem tão plena como a gente gostaria, porque, como foi colocado aqui, houve meio que um retrocesso de 2016 para cá, quando esse modelo foi deixado de lado, a gente está retomando agora, com todo esplendor.

Acreditamos que aquelas situações que não foram implementadas no modelo em relação ao BPC, com certeza, o serão agora, com essa equipe e esse grupo de trabalho, que estão, hoje, com certeza, revendo essas dificuldades. E a gente precisa implementar esse modelo.

Acho que essa avaliação está sendo feita. O trabalho que esse grupo de trabalho está realizando, Senador, é uma avaliação extremamente importante e plena, mais holística, inclusive, para implementar e dar a todas as pessoas com deficiência na sua plenitude e na sua diversidade.

Aqui, a Naira fez um apontamento importante com relação ao modelo atual. Hoje, para algumas situações, o modelo biomédico, para algumas políticas, está muito claro que não atende plenamente essas pessoas, todas as políticas. É importante que o modelo biopsicossocial seja um modelo único. Muitas vezes, avaliando só a parte médica, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliando as barreiras, o entorno daquela pessoa com deficiência, o que acontece na vida dela, não é justo. Há os porquês.

Conforme a Naira sempre coloca, a gente não avalia só a parte corpórea. As pessoas vivem num ambiente, e esse ambiente tem que ser avaliado. Com essa avaliação, trazendo esse modelo que avalia, o modelo biopsicossocial, com toda a sua plenitude, território e situações de cada um, de cada uma, com certeza, vai ser muito mais justo.

A gente vai estar nesta luta. Nós do MDS, como órgão, vamos ter uma demanda importante para as pessoas com deficiência, para ter acesso ao BPC e para outros serviços e políticas que o MDS tem. Vai ser muito importante e mais justo.

Para finalizar, acho que esse modelo é um modelo vivo, não é Naira? Fechado esse modelo, vai ter um comitê permanente, que vai ouvir a sociedade, ouvir os segmentos. Se houver necessidade de se reajustar, se reajusta. Não é um modelo pronto e acabado, até porque as pessoas evoluem, mudam.

Às vezes, até a política de inserção de direito da pessoa com deficiência vai trazer situações que vão mudar o rumo, para mudar, para agilizar, claro, no sentido do melhor, não mudar para pior. Mas mudar para ter inclusão e dar direito às pessoas.

Finalizando, Senador, mais uma vez, agradeço à sua equipe o convite para esta audiência, que é importante. Com certeza, virão outras, porque, como eu falei, é um modelo vivo. E a gente vai estar junto. Este espaço, este foro é importante para a gente conversar com a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Parabéns pela sua participação, inclusive, comentando alguns questionamentos apresentados pelos nossos telespectadores.

Arthur, agora, volta para você, para as considerações finais e para comentar algumas perguntas, se assim entender.

Tínhamos já acertado que a Dra. Liliane seria a última dos nossos trabalhos de hoje.

Então, Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde, para suas considerações finais. Dez minutos, de novo.

Se quiser responder a alguma das perguntas, fique à vontade.

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor.) – Perfeito.

Eu acho que aqui tem uma pergunta do Fernando, do Paraná, que pergunta quem é o responsável pela avaliação do paciente, da pessoa com deficiência, na perspectiva do modelo biopsicossocial. É nisso justamente o que a gente está trabalhando agora; identificar quem serão essas equipes. Serão pessoas que terão a certificação para avaliação, porque é preciso ter essa compreensão, como o próprio Raimundo falou, dessa visão holística do indivíduo, para que a avaliação, de fato, aconteça e seja factível e efetiva. A gente precisa, agora, identificar esses atores nos diferentes pontos de atenção, nos diferentes pontos que vão compor essa grande rede de avaliação que vai envolver não só a saúde, mas a educação, a previdência, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência social. E esses profissionais precisam ser qualificados para essa avaliação, utilizando o IFBr.

A gente tem uma questão extremamente importante nesse processo, que foi muito bem-lembrada pelo Sandro, que é a questão do tripartite. Como órgão de gestão federal, conseguimos articular, propor, auxiliar na implementação, mas, de fato, a incorporação vai acontecer na ponta, no território. Sem essa articulação dos municípios e dos estados, a gente não vai conseguir. Então, há um trabalho prévio também que é de articulação com os gestores, para que a gente possa desenvolver um plano de ação estratégico nos territórios para compreensão desse modelo e para que a avaliação seja implementada.

Então, a gente entende que, hoje, a gente só consegue avançar de fato se for um trabalho conjunto e coletivo, como tem sido feito até agora na comissão. Então, que esse modelo seja reproduzido nos espaços, nos territórios, nos municípios e nos estados, para que a gente consiga ter o quanto antes implementado esse instrumento.

Reforçando a Maria Caroline, que o Raimundo trouxe, o instrumento traz justamente uma ferramenta para que a gente possa reduzir as iniquidades. A gente também não pode tirar isto do horizonte: é uma ferramenta que vai proporcionar que a gente leve mais direitos a todas essas pessoas que necessitam.

Aqui, tem uma questão que não sei já foi discutida que é a das pessoas com condições raras. O instrumento também vai ter essa sensibilidade, porque a gente sabe que não necessariamente uma pessoa com condição rara é uma pessoa com deficiência, mas, em algumas situações, a sua condição leva. Então, esse instrumento vai ter essa sensibilidade, mais uma questão da articulação intrassetorial. Dentro do Ministério da Saúde, nós temos a Coordenação de Doenças Raras, e estamos sempre em interface. E isso precisa estar muito bem-articulado nos territórios, junto com os Centros de Referência em Doenças Raras e os outros componentes de saúde que prestam a assistência.

De maneira geral, a gente está num processo bem avançado na construção, na validação desse instrumento. Tenho certeza de que vamos sair, ao final destes 360 dias, com um instrumento robusto, capaz de avaliar na sua integralidade essas pessoas; e de que nós teremos, ao final destes 360 dias que foram propostos, um plano de ação estratégico para implementação.

A comissão tem trabalhado arduamente neste processo, com reuniões não vou dizer semanais, mas a gente consegue identificar também o comprometimento de todas as pessoas. Esse é um ponto extremamente relevante, porque a gente consegue avançar quando há comprometimento. E comprometimento é o que não falta a esse GT.

Parabenizo a Naira, o Isac, pela condução do GT, aproveito esta oportunidade.

Mais uma vez, Senador, agradeço.

O Ministério da Saúde está de portas abertas para que a gente possa, para além da pauta do GT da avaliação biopsicossocial, discutir para avançar no cuidado das pessoas com deficiência. Estaremos de portas abertas para avançar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com Deficiência, do Ministério da Saúde, que deu algumas respostas e já fez as suas considerações finais.

Vamos, agora, para a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

O mesmo sistema: dez, mais cinco, se necessário.

O SR. LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Vou começar com algumas perguntas aqui, só fazendo comentários, porque os meus colegas já trouxeram aqui respostas a algumas dessas indagações.

Em relação à Tatiana Madella, lá do Rio Grande do Sul, em relação à mulher que passou por violência doméstica, o Ipea vai, agora, no mês de dezembro, soltar o Atlas de Violência. Lá, tem dados importantes, inclusive, sobre pessoas com deficiência. E eu tive a oportunidade de participar desse capítulo. E o grupo mais vulnerável, dentro o grupo de pessoas com deficiência, é a mulher com deficiência, porque, muitas vezes, o cuidador é a pessoa que gera violência, que é o perpetrador de violência contra essa pessoa. Muitas vezes, ela depende desse cuidado e não tem como denunciar, porque ela vai perder a única pessoa que cuida dela.

Com a avaliação biopsicossocial, em situações como essa, que passam invisíveis, a gente vai poder conhecer esses grupos invisibilizados. A avaliação também vai ter um papel importante nisso. Por isso a gente diz que a avaliação não tem que servir só para caracterizar a deficiência. Ela tem que servir para muito mais do que isso.

Eu falo também da Maria Caroline, de São Paulo, que falou que a avaliação é muito importante nas camadas mais pobres. É justamente isso, porque essas camadas mais pobres, muitas vezes, não têm o poder de organização e de articulação, por exemplo, para vir aqui ao Senador e apresentar um projeto de lei que diga respeito a uma necessidade delas. Elas não têm esse tipo de organização. Muitas vezes, elas não têm nem consciência de que têm esse direito de vir a esta Casa e trazer uma proposta. Enquanto há muitos grupos muito mais organizados, que têm passado por diversas possibilidades de aprovar leis, esses outros ficam invisibilizados. A avaliação vai trazer à luz esses grupos, que, muitas vezes, não têm essa capacidade de organização.

Quero falar um pouco aqui sobre a questão das síndromes raras. Como o Arthur falou, o instrumento vai captar também essas restrições de participação relacionadas às síndromes raras, o que é muito melhor do que um diagnóstico nesses casos, porque, muitas vezes, as síndromes raras não têm um diagnóstico fechado. Às vezes, são muitos anos para se chegar a um diagnóstico. Então, se você partir da ideia de que você precisa de um diagnóstico para acessar determinado benefício, essas pessoas vão ser alijadas desse processo, enquanto, numa avaliação biopsicossocial, as dificuldades, as limitações vão ser identificadas, as barreiras, e ela vai poder acessar independentemente do diagnóstico. Esse é um ponto bastante importante para esse grupo.

Outro ponto que eu trago e é um pouco polêmico é a alteração recente que aconteceu na Lei Brasileira de Inclusão, que foi a inclusão do §3º, relacionado a exame médico pericial como componente da avaliação biopsicossocial. Eu precisava trazer esse ponto aqui, porque ele foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluído numa lei recente, a Lei 14.724, que, na verdade, trata do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social e que incluiu esse componente médico pericial.

Eu acho que foi algo prematuro. E sei que o próprio Governo está trabalhando em relação a esse ponto específico, mas não poderia deixar de mencionar, porque nós temos um grupo de trabalho em andamento justamente tratando desse assunto. Acho que foi bem prematuro ter incluído isso nessa legislação, embora a gente saiba dos problemas da fila, do represamento de benefícios relacionados à fila da previdência social. Acho que teve um impacto muito maior do que se imaginava, que não é somente em relação à fila. É um ponto em que a gente precisa pensar.

A Loni também me mandou uma pergunta relacionada à legislação. A Naira já anunciou que o GT de normas de que a Loni participou já tinha feito um trabalho minucioso relacionado às normativas, mas aquele GT tinha uma perspectiva muito minimalista, de mudar o mínimo possível na legislação. Acho que a nossa perspectiva tem que ser outra. Há mudanças mais importantes a serem feitas, e a gente vai depender do Congresso para que essas mudanças ocorram. Uma delas que eu já coloquei foi justamente a questão da gradação. A gradação vai resolver várias questões relacionadas a esse acesso, vai focalizar melhor a política.

Então, é fundamental... Não sei, não conheço o relatório ainda, mas é fundamental que isso esteja no relatório, para que isso seja discutido aqui nas duas Casas, e a gente possa aprimorar essa política e dar acesso a quem dela realmente necessita.

Para fechar, tem uma questão aqui... Na verdade, é um comentário do Rafael, que fala que ele sente falta das pessoas com deficiência psicossocial nessa discussão. Eu também digo que eu sinto falta, viu Rafael? Isso já tem melhorado. A Naira trouxe vários especialistas para o GT, para tratar desse tema. Isso não era tratado. Era muito difícil essa discussão. Existe mesmo uma cisão do Movimento da Luta Antimanicomial em relação à deficiência, porque aí você agrega dois estigmas, o "estigma do louco e o do deficiente", entre aspas.

Então, existe uma resistência mesmo, mas a convenção protege esse grupo, e a gente não pode deixar essas pessoas de fora dessa proteção. E, como elas não se enxergam no grupo de pessoas com deficiência, elas também não se veem dentro desse conjunto de direitos que a convenção trouxe.

A Naira tem essa perspectiva da deficiência psicossocial. Eu acho que foi um grande ganho que a gente teve trazer esse grupo. Eu acho que eles precisam entrar ainda mais nessa discussão.

Queria agradecer, então, ao Senador e à Comissão por esse convite.

Fico à disposição, também, enquanto Ipea, para trabalhar junto aqui com a Comissão, no que for possível, em relação à pessoa com deficiência e outros temas relacionados a direitos humanos.

Quero agradecer aos meus colegas da Mesa, que foram tão gentis nas falas e que nos trouxeram tantas informações importantes, e me colocar à disposição, para qualquer esclarecimento. Agradeço a todos que acompanharam, de forma remota, *online*, e que tiveram a paciência de nos ouvir até este momento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Especialista em Políticas Públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Gestão Governamental – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

A assessoria me lembrou que, na quarta-feira, teremos uma audiência pública aqui na Comissão para discutir filas humanizadas, e tratando especialmente das pessoas com deficiência.

Claro que vai ser junto com o Ministério da Previdência – eles são os convidados, naturalmente, e vão falar como está esse debate e os procedimentos que tomaram até o momento, mediante a realidade que encontramos, nós todos encontramos, quando assumimos o Governo. Mas o título é Filas Humanizadas, com foco nas pessoas com deficiência, mas naturalmente olhando para todos.

Sempre digo que a tendência de nós, idosos, com o tempo, é irmos ficando deficiente, o que é natural. Vamos caminhar mais devagar...

Eu encontrei, esses dias, um Senador que ficou muito tempo, foi Governador, foi Senador, mas estava de cadeira de rodas. Não vou dizer o nome. Lúcido, não é? Mas a deficiência vai nos pegando com os anos.

Então, nesta próxima quarta-feira, às 9h, teremos esse debate aqui na Comissão.

Me perguntaram aqui por que eu citei tanto o nome dos Relatores. Eu cito porque acho importante que a gente não esqueça que uma lei, quando chega aqui, na sociedade, ela tem, digamos, a marca do autor. O da LBI, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no caso, fui eu, mas eu apresentei o projeto original, e vocês todos trabalharam muito, ampliaram e melhoraram o projeto, bem como os Relatores. Neste caso, eu falo, desde o Celso Russomano, Flávio Arns, Mara Gabrilli e Romário. É só uma questão de justiça. Às vezes, o cara só cita o nome dele. Eu nem digo meu nome, porque acho que é justo, pelo brilhante trabalho que a sociedade toda fez. E a participação deles foi fundamental.

Meus amigos, concluímos no dia de hoje, mas continuamos com o debate permanente.

Vai longe esse debate, tudo o que trata do mundo do trabalho e das pessoas com deficiência, da saúde, da educação, da habitação. Mas felizmente, nós voltamos. Nós voltamos; não sou eu, porque eu estou aqui desde a Constituinte. Nós voltamos, não é? E vocês mostraram que houve uma grande melhoria e vamos melhorar ainda mais.

Então, uma salva de palmas ao Governo que voltou e a todas as pessoas com deficiência que vão ser contempladas com essa lei. (*Palmas.*)

Obrigado.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

Vamos tirar uma foto aqui, pessoal, coletiva.

(*Iniciada às 09 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 94ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 80/2023 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros.. **Finalidade:** Debater sobre: "Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos Oficiais de Justiça". **Participantes:** Luciana Lopes Rocha, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Fernanda Garcia Gomes, Oficiala de Justiça - Diretora do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará - SINDOJUS-CE; Maurício Feijó Benevides de Magalhães Filho, Doutor - Professor de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC; e Tiago Dias da Silva, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e pesquisador. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra as Senadoras Jussara Lima e Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Declaro aberta a 94ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 80, de 2023, de minha autoria, para debater sobre "Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos oficiais de justiça".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu gostaria agora de já registar a presença das nossas convidadas: Luciana Lopes, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça que aqui está, já lhe agradecendo a presença; também Dra. Fernanda, que é Oficial de Justiça, Diretora do Sindicato dos Oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que nos dá o prazer de estar aqui hoje, presencialmente, neste momento importante desta audiência pública. Por videoconferência, nós temos o Dr. Maurício Feijó Benevides de Magalhães Filho, que é Professor Doutor de Direito da Universidade Federal lá do Estado do Ceará, que irá participar aqui por videoconferência; e o Tiago Dias da Silva, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e também pesquisador, que também estará aqui, por videoconferência.

Quero parabenizar todos, especialmente porque tivemos aqui, alguns meses atrás, o lançamento de um livro muito importante, e aí veio a ideia de a gente fazer e debater hoje este tema que para nós é importantíssimo visto o tanto de números de feminicídio que vêm acontecendo e vêm aumentando ainda mais no nosso país. A gente acha muito necessário que a gente possa aqui discutir, debater e, a partir desta audiência pública, além de dar conhecimento ao livro que foi tão bem elaborado pela equipe que esteve responsável por ele, a gente também sai com alguns encaminhamentos de algumas ações que a gente pode fazer através do Senado ou através dos estados que aqui vão estar representados e também aproveitando para que a gente possa estar pautando isso na TV Senado – quero aqui já agradecer a toda a assessoria da Comissão, a todos os assessores e assessoras que aqui estão – para a gente poder divulgar também para todo o nosso país.

E aqui, já dando início, eu queria já convidar o nosso primeiro convidado que é o Dr. Maurício, que poderá fazer a sua intervenção de forma virtual. Será um prazer poder ouvi-lo neste momento.

Pode botar aí.

O SR. MAURÍCIO FEIJÓ BENEVIDES DE MAGALHÃES FILHO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas. Estão me ouvindo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estamos ouvindo bem.

O SR. MAURÍCIO FEIJÓ BENEVIDES DE MAGALHÃES FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Eu estou enfrentando aqui um pequeno problema técnico, porque caiu a energia aqui em Fortaleza, e eu estou acessando a partir do meu *laptop* usando a internet do celular, mas deu certo. Eu gostaria muito de agradecer o convite e saudar a mesa na pessoa da nossa Senadora Augusta Brito. Muito obrigado pelo convite. É muito honroso estar aqui nesta sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com o tema "Lei Maria da Penha: ausência de dados referentes à atuação dos oficiais de justiça".

Como já foi apresentado, meu nome é Maurício Benevides. Eu sou professor da Faculdade de Direito da UFC, lotado lá na nossa faculdade, tenho doutoramento em tecnologia aplicada à educação, com isso eu me aprofundei no exame e no estudo dos dados e estou trazendo esta matéria para o estudo e aplicação na seara do Direito. Espero que a minha breve fala aqui hoje, muito honrosa, novamente destaco, contribua para o debate do tema de hoje.

Coube-me aqui, na organização que foi feita com a parceria do Dr. Tiago e do Dr. Macedo, que vão me suceder, falar um pouco sobre a relevância da análise de dados na pesquisa dos fenômenos jurídicos. Por curiosidade, ontem eu dei um Google, procurei no Google sobre o assunto, na expectativa de encontrar artigos e reportagens sobre o tema "Pesquisa jurídica, relevância dos dados", para enriquecer a minha apresentação, mas sabem que, para a minha surpresa, eu não encontrei quase nada, encontrei muitos cursos e vendas de programas aplicados aos escritórios de advocacia, mas muito pouco se escreveu até o momento sobre a relevância desses dados, dos metadados nos fenômenos jurídicos. Daí então eu me lembrei da minha querida Faculdade de Direito, que este ano completa 120 anos de existência, e me fiz aqui uma autocrítica: em que momento nós, professores de Direito, ensinamos nossos alunos a analisar metadados jurídicos, como, no caso, os dados oriundos dos oficiais de justiça de feminicídios?

Infelizmente, em nenhum momento, nos cinco anos de formação jurídica, os acadêmicos são preparados para realizar uma pesquisa mediante análise de metadados. Isso é uma realidade, uma realidade que estamos alterando no nosso projeto pedagógico agora que estamos incluindo, a partir do próximo ano, como transversalidade, o letramento digital e análise de dados. Mas, até o presente semestre, nós formamos e estudamos o Direito analisando o ato e o fato jurídico, de forma isolada – um contrato, um feminicídio, um furto, mas nunca estudamos esses fatos em conjunto, a interação entre si e a sua ocorrência na sociedade no dia a dia. Isso talvez ocorra por um outro motivo. A pesquisa jurídica, por tradição, é eminentemente dogmática, ou seja, nós baseamos as nossas conclusões em opiniões de outros autores que nos precederam. É muito raro encontrarmos, inclusive, um TCC que empregue a metodologia quantitativa quanto mais a análise de metadados, a profunda análise de metadados. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem a pergunta: podemos continuar estudando e produzindo normas jurídicas sem nos aprofundarmos, sem nos apropriarmos dos inúmeros dados que a sociedade nos oferece hoje de diversas formas? Até o desenvolvimento da inteligência artificial, da internet de alta velocidade, dos celulares, das redes sociais, da transformação digital do Estado também, esses dados estavam disponíveis, mas nós não tínhamos meios materiais, ou até tínhamos e eram muito caros, para coletá-los, organizá-los e interpretá-los.

Hoje, contudo, esses meios existem e são financeiramente acessíveis, não só para que façamos o tratamento desses dados, como o dado que hoje se propõe, oriundo dos meirinhos, oficiais de justiça, mas para mais. A análise de um conjunto grande de dados pode nos levar à construção de modelos preditivos, de políticas públicas mais eficazes e talvez apresentar soluções para grande parte dos problemas que a nossa sociedade ainda não conseguiu equacionar de forma definitiva.

Construir uma sociedade que adote a pesquisa de dados como meio eficaz de solução dos problemas envolve várias iniciativas e abordagens de diferentes níveis, incluindo a educação, a conscientização e o desenvolvimento de uma infraestrutura de promoção de práticas éticas. Darei aqui algumas sugestões, até como provocações para encaminhamentos:

- Promover a educação em ciência de dados: introduzir nos programas educacionais o letramento digital desde as séries iniciais até o ensino superior;

- Integração nos currículos escolares: incorporar princípios de análise de dados e pensamento crítico em todas as disciplinas, de modo que os estudantes desenvolvam uma compreensão básica do papel dos dados na resolução dos problemas nas diversas áreas;

- Treinamento digital: oferecer treinamento em análise de dados para os profissionais de diversos setores, incluindo Governo, negócios, saúde, educação. Isso pode promover a utilização eficaz de dados em ambientes de trabalho;

- Acesso a dados e tecnologia: garantir que haja acesso adequado a dados e tecnologia em todas as comunidades, evitando disparidades no acesso à informação. Isso pode incluir iniciativas para melhorar a infraestrutura de tecnologia e conectividade;

- Campanhas de conscientização sobre a importância da análise de dados na solução dos problemas;

- Desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a coleta e a análise de dados para a tomada de decisões governamentais;

- Ética em dados, também: promover práticas éticas em todas as fases do ciclo de vida dos dados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Colaboração interdisciplinar: incentivar que haja colaboração entre várias disciplinas e setores para abordar problemas complexos de maneira integrada, como agora se está propondo a integração dos dados gerados pelos oficiais de justiça;

- Incentivo para inovações: aumentar e ampliar os incentivos e prêmios com inovações com uso de dados, com subsídios e reconhecimento público para iniciativas que demonstrem um impacto positivo;

- Criação de comunidades de prática: facilitar a formação de comunidades de prática onde profissionais e pesquisadores interessados possam compartilhar o conhecimento, experiências e melhores práticas na análise de dados. Como se vê, a construção de uma sociedade que valorize e adote a pesquisa de dados como um meio eficaz de solução de problemas requer um esforço colaborativo em várias frentes, envolvendo educação, infraestrutura, políticas públicas e ética.

Concluo, então, na expectativa de ter podido colaborar com o debate, e acredito que ainda temos um bom caminho a palmilhar para criar uma cultura que privilegie a análise de dados. Como deixará evidente a exposição do meu colega seguinte, Dr. Tiago Dias, a quem eu passo a palavra. Devolvo a palavra à mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já agradeço imensamente aqui ao Dr. Maurício Feijó.

Quero aqui já registrar a presença de dois Prefeitos que aqui estão, lá do nosso Estado do Ceará, o Prefeito Amaro e o Prefeito Flavio, que aqui estão também, junto com o nosso outro convidado, que nos honram aqui com a presença. São Prefeitos que pensam e querem realmente aprender e entender o que podem fazer para combater também o feminicídio dentro dos seus municípios. Já os parabenizo também por estarem aqui, podendo hoje participar deste momento, que eu vou aqui só dar uma resumida para eles.

Nós temos, lá no Estado do Ceará, um, eu vou fazer aqui a propaganda, Dr. Tiago, nós temos aqui um material que foi todo feito por uma equipe de pesquisa, que teve mapeamento, prevenção, que tem várias sugestões também aqui, de como a gente pode fazer para, em cima dos dados que foram coletados aqui e analisados pela equipe, fazer proposições de como combater realmente o feminicídio e como agir. Então, nós achamos interessante. Foram os cearenses que fizeram esse trabalho. A gente está divulgando para o país como um todo. E também vamos nos apropriar e dar conhecimento do que já foi feito, elaborado, estudado, analisado pelos professores e professoras que se envolveram para que a gente pudesse ter esse mapeamento aqui de prevenção e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu quero pedir, se vocês tiverem um tempinho de ficar só mais um pouco, a gente vai ouvir o Dr. Tiago, que também foi um dos autores e colaboradores desse material, para que ele possa aqui também fazer a explanação, e a gente entender como é importante.

E eu gosto de falar que eu peço sempre, sempre eu peço e gosto de falar, na minha fala, que eu sempre peço a Deus que a gente não perca a capacidade de se indignar enquanto a gente vê os feminicídios acontecerem e quando a gente vê uma violência sexual contra uma criança, quando a gente vê esses tipos de absurdo de violência que acontecem, sobretudo conosco, mulheres. Então, eu peço a Deus, não deixe que eu pare de me indignar e de acreditar que a gente pode, de forma coerente, com coleta de dados, mas não só com coleta de dados, já quero até parabenizar o Senado, que montou, estruturou todo um observatório de violência, vai ser um dos dados mais amplos que a gente tem.

Eu quero aqui registrar e já convidar para a mesa a Senadora Jussara. Por favor, nos dê o prazer aqui de fazer parte da nossa mesa, uma Senadora muito atuante do Estado do Piauí, especialmente também em relação à nossa pauta do combate à violência contra nós mulheres. Orgulha-nos muito ter essa Senadora nordestina, que também está aqui para fazer diferente no seu estado.

Nós acabamos de começar, Senadora. Só teve uma pessoa, agora vem mais uma. (*Pausa.*)

Agora eu vou... Você tem que achar um jeito de você me representar e depois você volta, e eu vou.

Agora eu vou chamar o próximo convidado, o Dr. Tiago, que vai poder também aqui usar do tempo virtual.

O SR. TIAGO DIAS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos. Conseguem me ouvir bem? (*Pausa.*)

Então, gostaria de agradecer...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estamos ouvindo bem, Dr. Tiago. Obrigada.

Pode começar.

O SR. TIAGO DIAS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. Gostaria de agradecer imensamente a honra do convite à Senadora Augusta Brito, aos demais Senadores e componentes da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Quero cumprimentar também aqui a Dr. Luciana Rocha, minha colega, magistrada, uma grande magistrada e uma referência, sempre, para todos nós, a Dra. Fernanda, os Prefeitos e demais presentes na sessão, o Dr. Maurício Benevides, que é uma grande autoridade acadêmica. É uma grande honra dividir essa bancada com ele. O nosso amigo e colega Prof. José Macêdo não pôde comparecer devido à sua agenda e também a Dra. Rebeca Quezado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas deixo lhes aqui também o meu abraço. E os estou representando, tenho a missão de representá-los aqui.

Somos nós três coautores desse livro, *Feminicídio: mapeamento, prevenção e tecnologia.* Esse livro sagrou-se vencedor, recentemente, do Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral, na modalidade produção acadêmica. E ele é uma confluência de duas pesquisas. Na verdade, são duas pesquisas que andam de mãos dadas e que materializam esse livro.

Eu sou Juiz de Direito, faço parte de alguns grupos de trabalho no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará voltados para o enfrentamento da violência doméstica familiar à mulher, especificamente o grupo de trabalho de expansão do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e o grupo de trabalho também relacionado à predição de risco, uso de tecnologia de predição de risco para facilitação do enfrentamento à violência doméstica. Também estou, no momento, como Supervisor do Laboratório de Inovação do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Ceará.

Esse livro junta duas pesquisas, basicamente, uma pesquisa, primeiramente, realizada no âmbito do Insight Data Science UFC que trata do mapeamento da situação de feminicídio em Fortaleza, no ano de 2018, a partir de processos da vara do Tribunal Popular do Júri e também um trabalho relacionado à prevenção.

Então, a primeira parte do livro fala sobre aquilo que já não se pode remediar, que são os feminicídios consumados. A partir daí se extraem dados na linha do que o Prof. Maurício Benevides falou, que nós precisamos trazer para o meio acadêmico jurídico essa cultura de se lastrear em dados. O livro, então, se debruça, primeiramente, sobre o mapeamento dos feminicídios, dos processos de feminicídio, em Fortaleza, trazendo dados sobre o perfil do agressor, o perfil da vítima, o perfil dessas agressões, dias, horários, provas que foram colhidas, fazendo um exaustivo trabalho de identificar as nuances de cada um desses feminicídios, se a vítima havia procurado a rede de proteção ou não etc.

Na segunda parte do programa do livro, nós nos debruçamos sobre mecanismos de prevenção. Então, como agir, como o poder público pode agir para evitar que esses feminicídios ocorram. Como agir na linha preventiva, sobretudo utilizando-se dos instrumentos das medidas protetivas de urgência. E aí nós nos debruçamos sobre os mecanismos de avaliação de risco e de articulação da rede de proteção à mulher em situação de violência e, dentre esses mecanismos, as medidas protetivas de urgência. *Pari passu* à construção do livro, nós tivemos durante esse trabalho do GT do Tribunal de Justiça do Ceará a elaboração de uma plataforma chamada de Proteção na Medida e essa plataforma coleta dados do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Ela coleta esses dados que são dados que vão mapear a situação de violência individual, mas não permite apenas que o juiz ou o operador de Direito tenha a visão daquele caso concreto individual. Ela permite compilar esses dados de uma forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós já temos hoje mais de 8 mil formulários respondidos pelo sistema e que dão um norte muito seguro, município a município, comarca a comarca, de qual o perfil daquelas violências. Inclusive, o programa permite o cruzamento dessas variáveis para identificar grupos, segmentos de grupos de vítimas ou de agressores com determinadas características. Por exemplo, agressores que têm uma característica de portar arma de fogo e, eventualmente, além desse comportamento da arma de fogo, têm um comportamento de ideação suicida. Então, esse grupo vai exigir do Estado alguma medida específica no tocante à atuação estatal para prevenir essa violência, que vai ser uma medida diferente da daquele grupo que, por exemplo, não tem esse problema de posse de arma de fogo, mas tem um problema grave de carência econômico-financeira.

Então, a partir desses perfis, o poder público, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Executivo, deve fazer uma gestão desse risco e traçar as medidas que devem nortear um plano, uma intervenção individualizada na problemática daquela mulher. Além disso, o sistema hoje traz na sua interface – e aí eu peço ao cerimonial, se puder, para projetar aquele eslaide que eu passei, e agradeço – um painel de BI, um painel de *business intelligence*, contendo tanto os dados relacionados à violência, coletados no Formulário de Avaliação de Risco, como também os dados dos processos de feminicídio e dos processos de medidas protetivas de urgência.

Qual é a utilidade disso? É preciso que toda a rede de proteção se aproprie desses dados e possa investigá-los e conhecê-los, não só o Poder Judiciário. Então, antes da elaboração desse painel, até para o próprio Poder Judiciário era difícil conseguir ter acesso a essas informações, porque esses dados relacionados à violência doméstica ficavam misturados com outros dados de outros processos de natureza diversa num painel estatístico geral. E aí, diante da especificidade, nós, então, entendemos por bem e o tribunal criou essa plataforma e essa plataforma é disponibilizada dentro do Proteção na Medida também, ou seja, toda a rede de proteção, não só o Judiciário, tem acesso a essa...

Isso que está aparecendo são apenas *prints*. Na verdade, nós podemos aí, no sistema, clicar em cada uma dessas variáveis e filtrar por órgão, por município, por vara etc., de modo a identificar, de forma mais precisa, qual é a característica das violências naquele município.

Ainda, se, efetivamente, as medidas protetivas de urgência estão sendo julgadas, se os processos de feminicídio estão tendo o andamento célere. Então, esse compartilhamento de informações por toda a rede já é um avanço muito importante dentro dessa relação de *accountability* e também do envolvimento dos diversos atores, já que nós estamos tratando de um problema que é complexo, que não vai resolver pela ação apenas isolada do Poder Judiciário ou de algum órgão específico. É preciso uma ação coordenada, concertada entre os órgãos.

Interessante essa questão da análise dos dados, que, hoje mesmo, ao olhar esse painel, já teve um dado que me intrigou e, aí, vai tocar na temática relacionada aos oficiais de justiça, que é a seguinte: quando eu observei esse tempo médio, que aparece aí na tela dos senhores, de concessão da medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protetiva – e está aí que o tempo médio, no Ceará, é de 37,78 dias –, eu me espantei com esse dado, até porque eu conheço a realidade de alguns juizados, já estive à frente de algum Juizado da Mulher, conheço também as colegas do outro juizado. Então, espantou-me esse número, porque sei que a medida protetiva é concedida de uma forma bem mais célere de que esses 37 dias que aparecem na média.

Então, eu já tratei de conversar com a equipe da TI para saber como é que está sendo a extração e como foi rotulada essa informação de concessão da medida: se, efetivamente, isso está sendo contado a partir do momento em que o oficial de justiça comunica que a medida foi comunicada e isso é juntado aos autos, ou se é a partir da movimentação de concessão liminar, ou se é a partir da movimentação de julgamento final, ou se o sistema está considerando os dois e, por isso, está puxando a média para cima.

Mas, de toda forma, é esse exercício que nos possibilita enxergar onde estão os gargalos, onde estão os problemas. Isso porque, se eu observo que em determinada vara nós temos um tempo de concessão de medida protetiva baixo e em outra vara vizinha nós temos 10 vezes o tempo de concessão dessa medida protetiva ou de efetivação dessa medida pelo oficial de justiça, nós temos que correr atrás para saber o que está ocorrendo de errado naquele local em que essa demora está havendo.

Essa monitoração tem que ser fácil, tem que ser acessível ao público em geral e a toda a rede de proteção, ela tem que ser transparente e ela tem que se eficaz, porque esses poucos dias, essas poucas horas para a concretização de uma medida protetiva pode significar a vida daquela mulher e também pode significar, inclusive, a respeitabilidade e a confiança da população, como um todo, naquele instrumento. Isso porque, a partir do momento em que a mulher toma essa decisão de se dispor e levar essa situação ao conhecimento do Poder Público, é preciso que o Poder Público aja de forma muito célere, muito correta com essa vítima, inclusive para não desestimular outras de procurarem também a via judicial, uma vez que nós sabemos que a grande maioria das que sofrem feminicídio justamente foram aquelas que não procuraram a rede de proteção.

Então, tornar essa rede de proteção mais eficaz e célere é fundamental para estimular que as demais mulheres em situação de violência possam procurar essa rede.

Então, esse dado, eu não tenho ainda essa resposta para vocês, para os senhores e senhoras, sobre esse número, mas já sei que está havendo alguma inconsistência, porque no painel seguinte, quando nós vemos o painel estatístico, nós vamos ver que, por exemplo, em Fortaleza, nós temos o juizado da mulher de Fortaleza com um índice bem baixo, um tempo reduzido de concessão de medidas protetivas: em torno de dez dias pelo sistema. O que eu acredito que também não seja um dado totalmente fidedigno, nós temos que trabalhar melhor esse dado.

E uma forma de trabalhar esse dado, e aí nós vamos tocar na questão dos oficiais de justiça, é tendo um detalhamento maior sobre o acompanhamento do final do cumprimento dessa medida. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não adianta de nada o juiz expedir essa medida protetiva de forma célere, se essa medida não for cumprida de forma célere pelo oficial. No final das contas, a atuação do oficial de justiça vai ser fundamental para garantir a efetividade dessa medida.

A partir do momento da efetivação da medida com o cumprimento pelo oficial de justiça, é necessário ainda estabelecer um período de monitoramento dessa medida. E aí vai ser justamente o trabalho que nós estamos desenvolvendo dentro de um outro grupo de trabalho que é do uso da predição de risco.

Conforme os dados que apuramos do Proteção na Medida, em torno de 10% das vítimas, mesmo com medida protetiva vigente, sofrem uma revitimização.

Então, o nosso propósito, como Poder Judiciário, é zerar esse índice de revitimização. É garantir que aquelas que realmente busquem o poder público possam ter um acompanhamento de acordo com as suas necessidades, que evite que esse agressor efetivamente venha a praticar uma nova conduta. E aí é nesse ponto que entra a ciência de dados, nos auxiliando com esses *insights* e com essas informações, que podem nos dar, inclusive, um panorama preditivo para entender quais são aquelas variáveis e quais são aqueles casos que estão mais propensos para uma revitimização.

Esse ponto é o trabalho que está sendo desenvolvido no GT e, em breve, nós vamos acoplar ao Proteção na Medida esse módulo de monitoração das medidas protetivas com o uso desse algoritmo de predição de risco. A nossa ideia é fazer essa monitoração cada vez mais efetiva.

Muito obrigado pelo tempo de fala. Agradeço mais uma vez à Senadora e a todos os demais pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, nós que agradecemos, e isso vem bem ao encontro do que quando a gente estava na Procuradoria Especial da Mulher, quando eu era Deputada Estadual, e fizemos visitas aos juizados, inclusive lá do Cariri. E a demora não era realmente na emissão da medida protetiva, mas sim na entrega, na execução. Efetivamente, fica aí perdido no caminho uma coisa que era para ter uma efetividade e uma celeridade muito grande, não só na sua emissão, mas especialmente e sobretudo, em botar em execução, que foi uma das pautas que nós observamos e sobre a qual fizemos um relatório de recomendações.

E neste relatório das recomendações já se incluía exatamente que fosse dada essa celeridade também na efetividade das medidas protetivas; que fosse na entrega, através, lógico, dos auditores fiscais.

Eu quero registrar aqui a presença também do Sr. Vilson Antonio Romero, Auditor Fiscal, Presidente da Pública Central do Servidor, aqui do Distrito Federal, e da Associação dos Auditores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Receita Federal, e membro da Direção Nacional do Dieese. Muito obrigada aqui pela presença, por também estar aqui nos prestigiando no momento deste debate que nós consideramos muito importante.

Nós temos aqui algumas perguntas – eu vou já passar aqui para a nossa convidada, Dra. Luciana –, mas temos algumas perguntas aqui do e-Cidadania, e eu vou até já ler algumas, porque, se nas intervenções aqui já quiserem... ou se já tiverem até sido respondidas, para que a gente possa também estar dando a importância das pessoas que estão nos assistindo aqui pelo e-Cidadania.

Ediene de Souza, lá de Goiás, está perguntando: "Quanto [à] ausência de dados referentes à atuação dos oficiais de Justiça existe [algum] sistema que unifica esses dados?" É uma pergunta.

Aqui vou ler a outra pergunta. Rose Leonel, lá do Paraná: "Como supervisionar o atendimento dos oficiais de justiça nesses casos? Quais [são] as formas práticas e cristalinas para isso?"

E, agora, José Israel, lá do Ceará: "Em caso de agressão em andamento e omissão deliberada por parte da testemunha, esta pode ser considerada cúmplice pela jurisprudência?" É outra pergunta.

E a última, que é do Daniel Ferro, de São Paulo: "Quais medidas podem ser implementadas para aprimorar a coleta e análise dessas informações?"

E outra observação. Nós acreditamos e sabemos da importância de ter a coleta de dados, de ter isso sistematizado para que a gente possa verdadeiramente também estar fazendo as proposições em cima das evidências que estão sendo coletadas, mas eu... Na semana passada, participando de um termo de cooperação entre o Ministro Flávio Dino, do Ministério da Justiça, com o Senado Federal, sobre a questão do observatório, da disponibilidade das informações, para que a gente possa ter aqui uma coisa bem fundamentada também, através desses dados que vão ser disponibilizados – com muita responsabilidade, obviamente –, na sua fala, o Ministro Flávio Dino disse que, para além... para você realmente fazer uma boa política e ser um bom político, você tem que ter os dados, tem que ter as evidências, mas você nunca pode deixar de ter a sua intuição, ter o sentimento sobre aquilo que está sendo coletado, aquilo que está sendo analisado.

Eu vejo assim, também de uma forma muito especial, que, através da audiência pública, através do livro que foi lançado, através da discussão entre nós – já estamos aqui com alguns encaminhamentos, apesar de a gente ainda estar aqui no debate, para que a gente possa fazer –, eu não quero fazer só no Ceará, a gente quer dar amplitude para outros estados também poderem fazer o que a gente já vai propor para ser feito lá no nosso estado. Mas é exatamente isso, que a gente não perca a sensibilidade sobre os dados que estão sendo informados, coletados e analisados de uma forma bem fundamentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora eu passo para a Dra. Luciana, nossa querida Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta Brito, pelo convite para participar dessa audiência pública.

A presença do Conselho Nacional de Justiça nesta audiência mostra o compromisso do Poder Judiciário com a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica familiar e, em especial, esse compromisso é fundamental através desse diálogo, Senadora, esse diálogo interinstitucional com outros Poderes, para que a gente possa, de fato, aprimorar as políticas judiciárias de prevenção e enfrentamento à violência doméstica familiar. Quero aqui cumprimentar a todos os oficiais de Justiça, na pessoa da Fernanda Gomes, a Diretora do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará.

Essa pauta é extremamente importante. O Conselho Nacional de Justiça tem, dentro da política judiciária de enfrentamento à violência, trazido inúmeros normativos sobre a atuação dos oficiais de Justiça, normativos que fazem com que haja atuação com perspectiva de gênero dos oficiais de Justiça no contato com todos os sujeitos do processo. Então, é fundamental que nós estejamos sempre atentos ao tempo do processo.

O colega Tiago Dias trouxe para nós, aqui, a preocupação com a celeridade na análise das medidas protetivas, no deferimento das medidas protetivas. E faço coro aqui com Fernanda e com a Senadora Brito, que traz a importância do cumprimento, com presteza, dos mandados de intimação dos oficiais de Justiça acerca das medidas protetivas de urgência, que são o coração da Lei Maria da Penha, como um instrumento de tutela jurídica imediata.

Nós temos algumas resoluções sobre essa atuação do oficial de Justiça. Uma delas é a Resolução 353, de 2020, do Conselho Nacional, que diz que as medidas protetivas de urgência têm que ser analisadas no plantão judicial de primeiro e segundo grau. Então, é urgente, a magistratura precisa analisar com 48 horas. E há uma resolução específica para os oficiais de Justiça, a Resolução 346, de 2020, que diz que os oficiais de Justiça têm que cumprir essa intimação das protetivas, enquanto tutela jurídica imediata de proteção, em 48 horas ou num prazo menor assinalado pelo magistrado, se houver situação de risco à mulher.

Ainda nós temos uma outra recomendação fundamental – nós estávamos conversando sobre isso, não é, Fernanda? – sobre capacitação dos oficiais de Justiça em direitos humanos, no ciclo da violência, em fatores de risco, aqui destacados por Tiago. Então, a Recomendação 105, de 2021, do CNJ, nos fala da prioridade na apreciação de descumprimento de medidas protetivas. Estávamos falando sobre isso antes, que muitas mulheres relatam o descumprimento de protetivas aos oficiais de Justiça, pedindo informação – e informação é poder, informação é proteção – de como agir em caso de descumprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Resolução 105 traz especificadamente: temos que capacitar todos os atores e atrizes do sistema de proteção, e também os oficiais de Justiça, para inclusive avaliar risco. Olha a importância dos oficiais de Justiça: quem avalia risco não é só juiz ou juíza, não é só promotor e promotora de Justiça, delegados de polícia. Todos da rede de proteção avaliam risco.

Então, como trazido por Tiago Dantas aqui, que tem trabalhado bastante também no formulário de risco... Há um formulário nacional aprovado pelo CNJ-CNMP, na Resolução nº 5, de 2020, que identifica quais são os fatores de risco preditivos de feminicídio, e esses fatores de risco precisam ser conhecidos por todos nós. Então, se o oficial de Justiça vai fazer uma intimação para a vítima e percebe que a vítima está grávida, isso é um fator de risco preditivo de feminicídio. Se o oficial de Justiça percebe que o autor dos fatos está embriagado, o uso abusivo de álcool e drogas é fator de risco preditivo de feminicídio. Isso tem que constar das certidões circunstanciadas dos oficiais de Justiça, porque, com isso, nós estaremos fazendo um monitoramento constante das situações vividas, para que tenhamos um atendimento acolhedor e efetivo na prestação jurisdicional.

Sobre os dados, eu quero aqui compartilhar uma das perguntas feitas aqui pela Senadora Augusta Brito, de quem está nos assistindo de forma *online*: quais são os dados que nós temos sobre os oficiais de Justiça no CNJ, no painel que está acessível a todos, portanto, dados públicos compilados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias? Nós temos aqui dados a partir dos assuntos: violência doméstica.

Então, classes e assuntos nas tabelas processuais. Todos os tribunais de justiça do país precisam seguir a tabela unificada do CNJ, porque dados são fundamentais na construção de políticas públicas; fundamentais para que desenhemos o futuro que queremos, a partir da coleta dessas informações.

Sobre isso, os dados do DPJ (Departamento de Pesquisas Judiciárias), do CNJ, nos mostram que, só em 2022, foram cumpridos 1,3 milhão de mandados sobre medida protetiva de urgência, dos quais 745 mil foram entregues aos destinatários (58%), foram cumpridos com sucesso, e 232 mil foram devolvidos para a Secretaria em razão do não cumprimento dessa diligência.

Nós temos, aqui, que chamar a atenção para a importância de dados atualizados no processo. Enquanto Juíza titular de violência doméstica e familiar, em toda audiência, em todo contato com as partes, precisamos perguntar: Qual é o seu endereço atualizado? Qual é o seu telefone atualizado? E os oficiais de Justiça também têm sempre que trazer essa informação. Porque, imaginem, a primeira medida protetiva que se tem, muitas vezes, é o afastamento do lar. No próximo contato, esse autor já não é mais encontrado, porque se ele estiver lá, ele está descumprindo a protetiva.

Então, a gente precisa, o tempo todo, ter uma grande preocupação com dados, de estar atualizando isso ao longo de todo o processo. São 24% de ausência de informação quanto aos resultados; ou seja, precisamos, Fernanda, aprimorar, de fato, a coleta de dados unificada, para que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um compromisso de todos e todas com o adequado uso das tabelas unificadas do CNJ, e que possamos avançar nesses dados.

Média de quatro mandados cumpridos por processo. Então, a gente vê, especialmente considerando um grande contingenciamento na violência doméstica, nós tivemos, no ano passado, 640 mil novos casos envolvendo violência doméstica e medidas protetivas no Poder Judiciário. Então, imagina o volume de processos e de atuação dos oficiais de justiça!

Os dados são coletados – uma pergunta foi de onde saem os dados –, do DataJud, base nacional de dados do Poder Judiciário, e todos os tribunais estão, portanto, alimentando as tabelas do DataJud.

Nós temos o painel de monitoramento da política judiciária, que está na página do Conselho Nacional de Justiça, programas e ações, violência doméstica... A gente consegue olhar todos os dados sobre medidas protetivas do país; os dados também sobre contingenciamento, litigiosidade... E a gente está vendo, infelizmente, Senadora, um crescimento, tanto nos dados de feminicídio existentes no nosso país, como vimos um crescimento de 2,6% de feminicídios no primeiro semestre de 2023, em relação a 2022... Então, só neste semestre foram mortas, em razão de serem mulheres, 722 mulheres – um grande aumento –, e também na taxa de contingenciamento dos processos, quando nós temos um grande número de processos ainda pendentes de julgamento, quase 800 mil processos pendentes de julgamento em violência doméstica e familiar no Poder Judiciário brasileiro.

Por assunto/classe/tribunal, nós temos aí os dados referentes a medidas protetivas de urgência. Desde 2020, até hoje, já foram mais de 1,9 milhão de decisões de medida protetiva. Ela, como coração da Lei Maria da Penha, é uma camada protetora fundamental para as mulheres, que precisa estar aliada a outras estratégias de gestão dos riscos.

Então, não basta só a medida protetiva. Nos casos de risco extremo, nós precisamos aliar as políticas públicas de monitoramento, com uso de tecnologia. Aqui citou-se a importância do Ministério da Justiça e da Segurança Pública fortalecer essa fiscalização da protetiva, com tecnologia, como tornozeleiras eletrônicas e botões do pânico e fortalecer as visitas feitas pelas equipes dos policiais militares, com Patrulhas Maria da Penha também, toda essa atuação protetiva aliada em rede.

A gente só resolve problema de grande complexidade, como é a violência doméstica, de forma interinstitucional, Senadora, não há dúvida, com muito diálogo com a sociedade.

Por isso, que oportunidade esta audiência pública nos 21 dias de ativismo! Porque a gente está trabalhando exatamente para conscientização, engajamento e mobilização.

Nós temos, dos dados das medidas protetivas extraídos dos painéis do CNJ, que 70,6% são concedidas; não concessão, 6,8%; 529 mil medidas já foram decididas em 2023. Então, mostra, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a população precisa conhecer esse instrumento, precisa buscar o acesso à Justiça, para que a gente tenha o rompimento do ciclo da violência, que culmina com o feminicídio.

Nós temos diversas medidas protetivas, em especial, a primeira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – ... que a gente tem ali: afastamento do lar. Então, há a importância dos oficiais de Justiça no cumprimento dessa medida, especialmente trazendo muita informação sobre – para o autor da violência –, se descumprir, o que acontecerá. Acontecerá um crime de descumprimento de protetiva. A Lei Maria da Penha foi modificada. O único crime que está previsto na Lei Maria da Penha é o do art. 24-A: crime de descumprimento de protetiva.

Há a importância de o oficial de Justiça dizer: "Olhe, o Estado o está intimando de uma medida protetiva. Se descumprir a decisão do juiz, é um crime contra a administração da justiça e um crime...". As consequências são fundamentais. E cartilhas que possam instruir a atuação do oficial de Justiça sobre as consequências de descumprir a protetiva para o autor e, se houver descumprimento, o que a mulher pode fazer. São importantíssimas, especialmente no afastamento do lar.

Há a importância da atuação do oficial de Justiça com segurança. Nós precisamos do apoio da polícia no acompanhamento dos oficiais de Justiça, especialmente nessas medidas, como no afastamento do lar, o reforço policial. É fundamental que venha autorizado pela autoridade judicial o reforço policial, caso o oficial de Justiça precise. Nós temos que dar o suporte institucional para o cumprimento dessa missão tão importante dos oficiais de Justiça.

O Painel Justiça em Números.

As estatísticas do DataJud podem ser todas extraídas do nosso *site* do CNJ. Filtros por tribunal, por grau de jurisdição, então vocês conseguem ver todos esses filtros por cada tribunal das 26 unidades estaduais – e do Distrito Federal, 27.

Temos ainda um grande avanço.

Dados dos cinco maiores assuntos selecionados por grau: essa litigiosidade – a violência doméstica – é uma das maiores litigiosidades do país, é no tema da violência contra a mulher; indicadores de desempenho, de duração do processo...

Aliás, sobre isso, o relatório Avaliação sobre a Aplicação das Medidas Protetivas, mostrando a transparência do Conselho Nacional de Justiça e o olho atento no cumprimento das políticas, mostrou que 30% dos tribunais ainda têm um congestionamento na análise da protetiva. Então, passam as 48 horas, 30% delas ainda não foram analisadas. Isso está no relatório Avaliação sobre a aplicação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MPUs, que foi feita entre o CNJ, Instituto Avon, Consórcio Lei Maria da Penha e Cepia, mostrando que o tempo do processo é fundamental. Esses gargalos precisam ser suplantados.

Tanto que agora, no selo de qualidade, nós colocamos – que vai para os próximos selos de qualidade dos tribunais – que ganhará pontuação no selo os tribunais que estiverem com a média de decisão da protetiva, a primeira decisão, dentro, por óbvio, das 48 horas que são estipuladas pela lei. Não pode ter esse congestionamento não analisado, as 30% das protetivas no prazo estipulado por essa diretriz da Lei Maria da Penha. Então, o tempo do processo, para nós, o Conselho Nacional de Justiça, significa proteção para as mulheres – prevenção e proteção –, a partir dessa importante diretriz preventiva.

Todos esses dados estão abertos, os processos judiciais podem ser consultados – os dados, numericamente –, protegidos os dados da vítima.

A gente está num momento muito importante de garantia de sigilo, e tem uma resolução sobre isso importante, que é a Resolução 346, de 2020, que fala do cumprimento dos mandatos por oficiais de justiça e de garantia do sigilo dos dados da vítima, especialmente se ela pedir esse sigilo, que esses dados não sejam compartilhados. Isso precisa ser atendido, como uma forma de proteção, para os dados dela, sensíveis, estarem sigilosos.

É claro que, muitas vezes, o dado já é conhecido do autor da violência. Digamos, a vítima trabalha em determinado local, estuda em tal faculdade, há o afastamento do lar, do endereço que ele morava, isso tudo, portanto, esses dados já conhecidos, por questão de economia processual e de celeridade, podem ser mantidos no processo, até porque o oficial de justiça, às vezes, intima à proibição de frequentação de lugares; tem que saber qual é o lugar, senão, não tem efetividade, se esse dado não for revelado. Distanciamento, quando tem tornozeleira eletrônica, de 500m da faculdade – precisa ser conhecido esse dado do local, do trabalho profissional. Agora, se for um dado sigiloso, se a mulher deixou aquela residência, aquele local, e não quer que esse local para onde ela se mudou seja conhecido, ela pode pedir o sigilo, e isso vai ser assegurado pela Resolução 346 do CNJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – Exato. Com isso, Senadora, já concluindo a minha fala, mostro aqui algumas publicações que estão na página do CNJ, dentro de "Programas e Ações", na proteção à violência contra as mulheres, com acesso às diversas pesquisas sobre o tema. Pesquisas são fundamentais. Aliadas à academia, à atuação jurisdicional, na teoria e prática, fortalecem as políticas judiciárias. Então, temos aí inúmeras publicações e relatórios sobre as medidas protetivas, como *O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha*, uma publicação do ano passado, e o relatório que eu mencionei, que mostra que ainda tem 30% não analisada, que é sobre as medidas protetivas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – ... na Lei Maria da Penha.

Com isso, a gente consegue avançar com estudos e pesquisas. O aprimoramento dos dados está na prioridade da gestão, agora, do Ministro Luís Roberto Barroso, que nos trouxe também a importância dos dados para fomentar a política pública. Então, estamos atentos a isso e trabalhando, diuturnamente, para o aprimoramento desses dados nacionais.

Muito obrigada pela oportunidade, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu que agradeço imensamente. Já estou dizendo e estou vendo aqui a assessoria anotando. Nós vamos pegar todos os dados, todos os estudos que estão aqui, já parabenizando a Dra. Luciana, parabenizando a todos que colaboraram.

Também reforço a necessidade que a gente tem de pegar esses dados, estudar e trabalhar em cima deles, para que a gente possa, verdadeiramente, como foi dito, propor ou fazer política pública em cima de evidências reais e bem fundamentadas, como estão sendo aqui apresentadas.

Eu quero aqui também registrar a presença do Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça lá do Ceará, Sr. Francisco Vagner Venâncio. Muito obrigada por estar aqui presente.

O Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Minas Gerais, Eduardo Rocha aqui está também. Obrigada pela presença.

Ao Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal, Gerardo Alves Lima, também muito obrigada pela presença.

Quem quiser registrar presença pode mandar, porque a gente vai, no decorrer da nossa audiência pública, registrando e já agradecendo a todos que aqui estão.

Só fazendo uma observação, nós estamos falando de Lei Maria da Penha, violência contra nós, mulheres, mas como é importante a gente estar conversando também com homens e ter a participação de homens. Nós tivemos aqui uma mesa com paridade – dois palestrantes e duas palestrantes –, para falar sobre a temática e vários convidados, homens e mulheres, porque, quando a gente fala da violência contra nós, mulheres, a gente não pode falar e não deve falar só com mulheres; tem que falar, sobretudo, com os homens, que são, infelizmente, os agressores, na sua grande maioria. Isso faz parte desse processo de desconstrução do machismo estrutural e tanta coisa que a gente vem sofrendo, sobretudo, a violência.

Então, quero aqui agradecer a presença de todos os homens e mulheres que aqui estão, todas as pessoas que aqui estão para que a gente possa estar aqui, discutindo e debatendo, nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo a palavra para a cearense, nossa Oficial de Justiça, Dra. Fernanda, que está com muita vontade de fazer várias proposições. Quem fica por último fica querendo contribuir com mais ainda, não é? Então, está aqui com a responsabilidade de, se aparecerem outras perguntas aqui... Depois da sua fala, eu vou ler aqui as últimas perguntas que vieram do e-Cidadania.

Dra. Fernanda.

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES (Para expor.) – Boa tarde. Quero cumprimentar aqui a mesa, na pessoa da Senadora Augusta, sempre muito sensível ao tema; cumprimentar também a Dra. Luciana Lopes; agradecer ao Prof. Tiago, que participou conosco de forma *online*, e ao Prof. Maurício também.

É um tema muito sensível para nós oficiais de justiça – temos aqui alguns representantes. Isso já vem despertando a nossa atenção, porque nós somos os servidores que executam essas decisões. Então, nós acabamos tendo contato diário com esse tema tão sensível. Eu acredito que seja o único servidor do Judiciário que está lá, na casa dessa mulher, dessa vítima. Então, a gente acaba tendo *in loco* essa experiência.

Mês passado, a Lei Maria da Penha completou 17 anos. Eu tive a oportunidade de estar com a própria Maria da Penha, e o relato dela é muito emocionante, do que foi vivido, e toda essa construção para se chegar a essa lei. E a gente vê agora, nos noticiários, como essa lei é importante, como ela tem sido importante para garantir a segurança dessas mulheres. Foi noticiado recentemente que esses casos de violência não estão restritos a nenhuma classe social, a nenhum parâmetro que a gente possa fazer. Eles estão, infelizmente, em vários lares brasileiros. A gente vê, com a evolução da lei, que essas medidas protetivas vieram para realmente resguardar essa mulher. E, há muito tempo, a gente vem vendo a evolução para se garantir o acesso à Justiça e se garantir o conhecimento dessa lei. Porque, no início, até as mulheres não conheciam, e elas, às vezes, não buscavam as políticas públicas, os instrumentos que foram criados para isso. E isso foi evoluindo e melhorando. Hoje, a gente vê, em quase todas as cidades, a questão de... Lá no Ceará, há a Casa da Mulher Cearense, mas tem a Casa da Mulher Brasileira, delegacias especializadas...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Tem a Casa da Mulher municipal agora.

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES – Olha aí, a Casa da Mulher municipal. Então, assim, a gente tem visto que uma das grandes vantagens da questão da Lei Maria da Penha foi essa especialização, em que a gente vê um atendimento voltado para o acolhimento dessas vítimas. E o que a gente quer, na verdade, é trazer essa discussão e mostrar: olha, nós fazemos parte desse sistema, nós somos agentes públicos, fazemos parte do Poder Judiciário e nós podemos, sim, cada vez mais, evoluir e colaborar com a evolução dessas medidas. A gente vem discutindo e mostrando, por exemplo, essas especializações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente já vê em varas especializadas, juizados especializados, e isso vem trazendo uma maior celeridade, uma resposta mais rápida – não é, Dra. Luciana? –, como foi apresentado.

Eu vou pedir para passar. Está aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Cadê o...? Aqui.

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES – Obrigada.

Em 2022, com a publicação da Lei 14.310, foi exatamente a que fez aquela modificação no art. 38, em que "as medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional da Justiça". Então, a gente vem vendo essa mudança dentro do CNJ, uma preocupação extremamente necessária e válida com esses dados. Então, assim, a partir dessa alteração, a gente vê que a gente está conseguindo fazer um mapeamento dessas situações.

E, quando se fala em políticas públicas, a questão de indicadores é fundamental, tanto para implementação dessas políticas públicas, mas para a gente também conferir como está sendo, quais são os benefícios, o que é que muda, o que é que altera, o que é que está dando certo. E aí a importância desses dados.

Essa nova redação entrou em vigor em junho de 2022, justamente em consonância com a resolução. Então, assim, foi muito importante o que a gente viu aqui, tanto na fala da Dra. Luciana como do Prof. Tiago, como todos os Poderes, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a própria sociedade podem auxiliar, podem construir mecanismos para a gente aperfeiçoar cada vez mais a Lei Maria da Penha.

Como também foi dito, esse oficial de justiça é responsável por materializar essas decisões. Então, a gente observa, em alguns momentos, que a decisão demora para chegar na mão do oficial de justiça. Entre a decisão proferida pelo magistrado e a real execução, o cumprimento do mandado, há um lapso aí, há uma distância. E a gente acredita, assim como com os juizados especiais, com as varas especializadas, também centrais especializadas, em que esses servidores, esses oficiais de justiça, vão poder otimizar essa distância entre a decisão e a execução, vão poder ser qualificados, treinados, para poder ter um acolhimento dessa vítima.

Além disso, a gente também deve prevenir revitimização. É outro cuidado, Senadora, a gente tem que ter muito cuidado, porque essa mulher já está ali fragilizada, não é? Então, o oficial de justiça, na porta da casa dela, como é que a gente vai abordar? Muitas das vezes, o próprio agressor, o primeiro contato que o agressor, às vezes, tem é com o oficial de justiça. Como foi dito aqui também pela Dra. Luciana, cabe a nós alertá-los das medidas protetivas, quais são as consequências em desobedecer. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse agressor não for preso em flagrante, o primeiro contato vai ser com o oficial de justiça. Então, para tudo isso a gente precisaria de uma qualificação, de *workshops*, de treinamentos, de uma padronização em todo o Brasil, porque às vezes o que ocorre em um estado é feito de uma forma, e outro não faz. Então, como é que a gente pode equalizar isso?

Aqui o livro que já foi até mencionado: *Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha,* ano passado, uma iniciativa do Instituto Avon, Consórcio Maria da Penha e o CNJ. Eu achei muito relevante esse trabalho conjunto do Poder Judiciário com a iniciativa privada, transparente, em que, olha, o problema está aqui, como a gente vai construir uma solução? Como a gente vai encontrar mecanismos para melhorar e aperfeiçoar?

Logo na apresentação do livro, que é um livro bem robusto, não é isso, doutora? O Conselheiro Marcio Luiz Coelho de Freitas fez essa colocação, que eu achei importantíssima: "É na esperança de construir soluções que apresentamos esse livro, considerando o papel do Conselho Nacional de Justiça nesse processo, afirmando o compromisso de aperfeiçoar as políticas públicas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar no Brasil".

E é exatamente nesse sentido que a gente está aqui hoje. Olha, os oficiais de justiça, nós fazemos parte desse sistema e nós podemos colaborar também. Então, assim, centrais especializadas, treinamento. Nós teremos condições de inclusive ajudar no levantamento de dados qualitativos porque, muitas vezes, a gente tem dados quantitativos, mas com qualitativos você tem a possibilidade com um servidor que está na casa dessas mulheres, ele está em contato direto com elas.

Muitas vezes, cria-se um vínculo de confiança, em que elas procuram os oficiais de justiça em situações como essa: "Ele está aqui na minha casa, ele está desobedecendo a ordem, o que eu faço, doutora ou doutor"?. Eles entram em contato hoje, em dia eles estão com o WhatsApp dos oficiais de justiça. Então, a gente tem a possibilidade inclusive de auxiliar o CNJ...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES – ... e auxiliar toda essa discussão.

Aqui a questão das medidas protetivas, como a gente colocou. O oficial de justiça tem o papel de ir intimar ou notificar o agressor. E, em todas essas medidas, nós temos ali que alertá-los e dizer inclusive o que ocorre em caso de descumprimento.

Então, cada vez mais a gente mostra como é relevante essa atuação do oficial de justiça. Uma atuação bem-feita, treinada, capacitada do oficial de justiça pode cessar já de imediato ali, se ele já compreender que: "Olha, você não pode desobedecer, as consequências são essas". Então, a gente previne até que essa situação se agrave enquanto não se finaliza o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, como eu coloquei que a gente está aqui para colaborar, para construir um ambiente de soluções. Nós temos aqui os presidentes de outros estados também. E isso é uma preocupação também dos sindicatos. Por quê? Porque há o receio daquele servidor, ele tem que estar ali amparado. Ele tem que estar com condições físicas, materiais para poder bem desempenhar o seu papel.

E, por fim, eu gostaria de destacar a nossa Maria da Penha, cearense também, que sempre inicia as discussões e palestras sobre o tema dizendo: "A vida começa quando a violência acaba". E cabe a todos nós auxiliar e construir esse mundo mais seguro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Dra. Fernanda. Quero aqui agradecer também as ótimas contribuições que nós tivemos aqui.

Eu tenho aqui mais quatro perguntas e aí eu queria até abrir porque é uma audiência pública. Se alguém quiser fazer alguma proposta ou alguma intervenção, que esteja aqui assistindo, pode se inscrever. A gente abre a fala. Pelo menos bota dois minutos, três minutos para quem quiser se manifestar.

Mas eu vou aqui ler as perguntas dos nossos participantes do e-Cidadania...

Temos o Kaua Sanches, de São Paulo. Ele pergunta: "Como as lacunas nos dados podem afetar a avaliação da eficácia da Lei Maria da Penha e a identificação de áreas que necessitam de melhorias?". É uma pergunta.

Quem se sentir apto a respondê-la pode se manifestar, tanto as convidadas, os nossos virtuais e até mesmo aqui os que estão assistindo.

O Deilson Barros, do Ceará: "A ausência desses dados não revela, no mínimo, negligência do Judiciário em suas estatísticas?".

A Fabinha Marques, do Rio de Janeiro: "Como essa ausência de dados afeta o combate mais eficiente da violência doméstica?".

Amanda Gomes, do Distrito Federal: "De que forma a ausência de dados impacta nas estatísticas? Por que nem todos os casos são contabilizados?".

Praticamente a mesma pergunta sobre a falta de os dados estarem sistematizados e informados.

Eu queria aqui já perguntar quem é que quer começar as considerações finais.

Se ninguém quiser se manifestar, quero dizer e sugerir algumas ações que eu já estou vendo aqui que a gente pode fazer de uma forma conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que os presidentes que estão aqui de outros estados possam fazer esse debate também nos estados e ampliar o que está sendo discutido e debatido aqui dos encaminhamentos.

Desde o início das falas do Dr. Maurício e do Dr. Tiago, eles falaram sobre a importância da educação, e, lá no Estado do Ceará, a gente tem uma lei que foi também proposta na época em que a gente era Deputada Estadual, que é para a gente trazer a questão de normas básicas da Lei Maria da Penha para dentro do ensino fundamental e básico. Ela já foi aprovada, inclusive foi sancionada, e a gente precisa acompanhar realmente o andamento dela, para que ela possa também ser disseminada em outros estados e inclusive no país, porque a gente também tem essa proposição aqui em nível de país.

Outro exemplo que eu quero dar – vou ter que dar os exemplos aqui do nosso estado – é o da Casa da Mulher Brasileira, que é um equipamento maravilhoso do Governo Federal, que não existe ainda em todos os estados, mas o Ministério das Mulheres, junto com o Presidente Lula, está trabalhando para que seja ampliado, para que todos os estados tenham esse equipamento.

Lá no Estado do Ceará, já existe uma que funciona muito bem. Infelizmente são muitos atendimentos, pela necessidade e pela confiança que já gerou na sociedade, nas mulheres em procurarem, porque, desde a acolhida até todos os atendimentos dentro da Casa da Mulher Brasileira... Inclusive, agora ela é a primeira também do país a ter a Pefoce lá dentro, especificamente para fazer o atendimento à mulher dentro dessa casa, onde já tem o juizado, onde já tem o Ministério Público, a Defensoria, onde já tem o Centro de Referência e Apoio à Mulher, que tem autonomia econômica... Tem tudo isso dentro de um só equipamento, para fazer esse atendimento da melhor forma, exatamente com a palavra que dizem que é a palavra da moda, que é "acolhendo da melhor forma", na sua acolhida.

E aí, com essa intenção, o ex-Governador, que hoje é Ministro da Educação, começou a fazer uma proposta que é estadual, que é a Casa da Mulher Cearense, que é o que? Botar, nas regiões do Estado do Ceará, um equipamento que se equipare à Casa da Mulher Brasileira, que é um equipamento federal, então é mais amplo. Mas, de certa forma, por regiões, já estão sendo implantadas a Casa da Mulher Cearense, em todas as regiões, que são 14 regiões do nosso Estado do Ceará. Nós já estamos com dez: já temos seis funcionando e quatro já caminhando para a conclusão, que já é uma política do Estado do Ceará e que está, ainda, se ampliando ainda mais.

A gente veio com uma nova proposta de fazer a Casa da Mulher municipal, que é um equipamento totalmente bancado pela Prefeitura, porque nós entendemos que municípios com menos de 15 mil habitantes, 50 mil habitantes, não têm como ter um equipamento do nível da Casa da Mulher Brasileira, não têm como bancar o custeio dele e, talvez, não tivesse tanto fluxo pela grandeza que ele tem e a que se propõe. Então, pensou-se num equipamento que pudesse estar ligado à rede do estadual e do federal, mas na proporção que naquele município de 10 mil habitantes, de 5 mil habitantes, de 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil habitantes, também possa ter um equipamento específico para tratar da questão da violência e fazer essa acolhida à mulher.

E o que é que o Estado do Ceará fez para incentivar os Prefeitos? É iniciativa dos Prefeitos, por isso que eu tinha convidado os Prefeitos para estarem aqui, porque é uma pauta que a gente defende que se vá ampliando, para que a gente consiga ter nos 184 municípios do nosso estado, visto que já tem nas maiores cidades, como a capital, que já tem a Casa da Mulher Brasileira.

Mas o que é que esta casa tem? Além da equipe, que é toda capacitada, que faz treinamento para fazer a acolhida, o atendimento, existe um fluxograma que foi todo criado junto com o Ministério Público. Quero aqui registrar que a Dra. Josiane participou tanto da capacitação, como também da criação do fluxograma municipal, porque existe todo um fluxograma de atendimento, existe uma rede municipal, onde se juntam os equipamentos da Prefeitura: centros de referência, delegacia – porque muitos municípios nem têm delegacia –, o juiz – quando tem juiz –, mas se junta o que tem, dentro do município, e se cria uma rede municipal que está ligada à Casa da Mulher cearense, da referência da sua região.

E o Governo do estado agora resolveu fazer o quê? Dar um incentivo aos municípios que têm a Casa da Mulher municipal, uma Patrulha Maria da Penha, porque nós temos um dado, da Cidade de Sobral, de que as mulheres que têm medida protetiva e que forem acompanhadas devidamente pela Polícia Militar que existe lá, que é o Gavv, ou pela Patrulha Maria da Penha... A reincidência da violência contra elas diminuiu 99%. Então, nós achamos que, nesse caso, a Patrulha Maria da Penha, ligada a esses equipamentos e fazendo esse acompanhamento das mulheres com medida protetiva, é fundamental para prevenir que aconteça a violência novamente e, com certeza, o feminicídio.

Estamos incentivando, já temos quatro municípios, e esses municípios menores não têm só a equipe que vai tratar sobre a questão do combate à violência, mas também a saúde da mulher junto, porque, numa cidade pequena – nós, que somos de cidade pequena –, uma mulher não vai entrar no equipamento para todo mundo saber que ela está apanhando ou que ela está sofrendo algum tipo de violência, porque ela não quer passar por aquele vexame perante a sua cidade.

Então, é muito difícil a gente quebrar essa questão também do machismo que foi botado, do medo que ela tem, de como é que ela vai sair dali e voltar, porque ela não tem outro lugar para ir.

Nós temos um dado lá de que 65% das mulheres que sofrem violência voltam a morar com seu agressor pela dependência financeira. Então, ela não tem como sustentar seus filhos, muitas vezes tem muitos filhos, sem falar que a gente não tem como mensurar, mas há a dependência emocional, que é enorme, e nós sabemos que, além da dependência emocional, existe toda uma estrutura familiar que diz: "Por que casou? Casou, então aguenta". "Vai lá, você é a responsável pelo casamento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma questão cultural por trás de toda essa aceitação da violência contra nós, mulheres. Então, para romper, também temos que saber usar estratégias.

Vários municípios estão fazendo isto: botando a saúde da mulher junto com esse equipamento, que também faz os encaminhamentos, e infelizmente, em alguns municípios que a gente acompanha... Já são quatro municípios que fizeram, e outros mais estão fazendo a estruturação.

O primeiro município, que foi o São Benedito, tenho que registrar, foi o primeiro município do país que teve essa coragem de botar esse equipamento que tem a saúde da mulher e essa atenção específica no combate à violência.

Ele pediu a cessão de um prédio ao Governo do estado em que funcionava uma delegacia, e a delegacia estava desativada. Então, simbolicamente, também tem um valor sentimental por trás daquele equipamento, que hoje serve para fazer a acolhida de várias mulheres, e, infelizmente, há crianças que estão sofrendo o que a gente está se acostumando a dizer, que estamos em uma epidemia de violência sexual contra crianças, que também, em sua grande maioria, são mulheres, mas a criança a gente não pode permitir, fazer de conta de que isso não acontece, porque está acontecendo e acontece de uma forma muito forte, infelizmente.

E esse equipamento, que foi o primeiro, em um ano de seu funcionamento... Antes, nesse município, não se falava nem que existia a violência contra a mulher, contra nós, mulheres, mas, depois de um ano de funcionamento desse equipamento, infelizmente – ou felizmente –, nós temos dados que nos deixam surpresos, porque as mulheres começaram a ter confiança de que existe aquele equipamento e que aquele equipamento acolhe. Diferentemente de ir à uma delegacia, em que o delegado diz: "Vá para casa, porque eu não vou me meter, porque em briga de marido e mulher não se mete a colher". E a grande maioria do interior do Estado do Ceará, pelo menos, fazia assim, agia assim. Eu acho que não é diferente do nosso país.

Então, esses incentivos que nós estamos fazendo com essa Casa da Mulher, também em nível municipal, eu acho que são de fundamental importância, porque a gente vai ter um equipamento especializado, com capacidade. Serão feitos com a capacitação de profissionais e ainda com o incentivo de ter uma Patrulha Maria da Penha ligada àquele município e ligada à toda a rede.

É assim que a gente quer fazer, porque um dos primeiros dados que nós tivemos de levantamento da rede de enfrentamento à violência contra mulheres, no Estado do Ceará, foi o de que a rede não se ligava, de que não existia rede, a rede não se comunicava. Então, é difícil o Ministério Público fazer uma coisa, o juizado fazer outra, enfim, cada um fazer, e ali também acontece a revitimização da mulher e tantas outras ações que estão sendo feitas de forma repetida, que poderiam estar ali ligadas, facilitando o trabalho de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não era nem para eu falar tanto, mas eu gosto de dar bons exemplos para que a gente possa levar.

Eu estou vendo aqui que a gente vai providenciar uma reunião com o nosso Presidente lá do TJ, Dr. Abelardo, já para levar algumas iniciativas.

Tem um projeto de indicação no Estado do Ceará que a gente pode também compartilhar para os estados que queiram também estudar sobre ele. A gente vai levar ao Presidente, que é muito acessível nessa pauta, está sempre presente, apoiando junto com o TJ, e também a capacitação dos profissionais. Eu acho que é uma outra temática em que a gente vai fazer parceria com a Secretaria de Estado da Mulher, para que a gente possa fazer essa capacitação muito importante, que Dra. Luciana falou...

E temos também a coleta de dados, e eu estou aqui estarrecida, porque vou pegar todos os dados que foram ditos aqui, vou também estudar sobre, especificamente, medidas protetivas, o que é que a gente pode fazer em cima dos dados que a gente tem aí...

Eu queria passar agora para a Dra. Luciana, porque eu vi que ela quer responder e, em seguida, fazer suas considerações finais, se assim ela achar oportuno.

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Foi muito importante a senhora trazer a questão de se aliar os dados da saúde pública enquanto agentes de proteção.

Nós temos especialmente um relatório, que foi publicado pelo Ipea, em 2019, que fala... O título da pesquisa é "Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados".

E o que esse estudo do Ipea mostrou? Que apenas 8,5% dos estupros, no Brasil, são registrados, 8,5%. O que isso quer dizer quando nós temos dados que não revelam o tamanho do problema? Nós estamos subestimando o que já é demais.

Então, o Fórum Brasileiro disse que foram 34 mil meninas e mulheres estupradas, estupro e estupro de vulnerável, no primeiro semestre de 2023. Considerando essa estimativa do Ipea, a partir dos dados da polícia de que só 8,5% dos casos são revelados e que, a partir do dado da saúde, infelizmente 4,2% apenas de informação vêm do sistema de saúde, em vez de ter 34 mil mulheres e meninas estupradas no primeiro semestre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – ... o Ipea diz que a previsão seria de 425 mil. Se a gente não tem dado e especialmente o comprometimento também da rede de saúde no enfrentamento à violência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse exemplo que a Senadora trouxe é fundamental. Muitas mulheres... Qual o sistema de proteção da Lei Maria da Penha? Múltiplas portas. Não é só segurança pública, não é só sistema de justiça. Se a mulher vai a uma unidade de saúde, e se mostram diversas situações de violência, já seria notificação compulsória para fins epidêmicos. Mas, se ela está em situação de risco de morte, deve-se quebrar o sigilo.

A regra da comunicação externa e de se levar a informação do sistema de saúde para o sistema de segurança pública, com base em avaliação de risco, mostra, sim, que os profissionais de saúde, além de acolherem de forma humanizada, além de direcionarem essa mulher para a rede de acolhimento psicossocial, a efetividade da Lei Maria da Penha exige também a proteção integral e interdisciplinar, o acolhimento. Além disso, os profissionais também de saúde estarem capacitados para identificar quais são os fatores indicativos de feminicídio, para poder cumprir a legislação da comunicação externa, porque a exceção é quebrar o sigilo. O sigilo médico é o prioritário, mas, se há risco de morte, o dever ético do profissional da saúde é quebrar o sigilo, mesmo sem a vontade da mulher, ou seja, vai dizer "olha, diante dos fatores de risco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – É. E a comunicação externa, ou seja, se ela sofreu uma facada, a literatura nacional e internacional dizem que uso de arma, uso de faca, é risco extremo. Então, deve-se romper o sigilo da saúde e levar à segurança pública.

Então, os dados são fundamentais para conseguirmos avançar e especialmente para identificar, quando se subestimam esses dados, a importância de todos os atores na coleta de dados.

Finalizando a minha palavra, a Fernanda Gomes trouxe a importância da alteração da Lei Maria da Penha no art. 38-A.

O que foi que o art. 38– A trouxe? A importância de que a magistratura, no momento de proferir a decisão da protetiva, cadastre a medida protetiva, diga que tipo de protetiva foi concedida, especialmente criando-se um banco de dados, que vai ser lançado, o BNMP 3.0, agora no início de 2024, com garantia de acesso ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à segurança pública e à rede de proteção.

O que isso significa? É a Lei Maria da Penha trazendo diretrizes claras. Os dados sobre proteção da mulher precisam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – ... ser conhecidos por todas as instituições. Como é que se monitora se está vigente uma medida protetiva, se está sendo cumprida pela polícia, pelo Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, pela Defensoria Pública e por todos? A partir do conhecimento de dados. Então, dado é proteção.

A Lei Maria da Penha trouxe uma diretriz muito clara, e o Conselho Nacional de Justiça está priorizando avanços para a fidedignidade dos dados. Os nossos painéis estão disponíveis no *site*, para que vocês vão acompanhando. E esse é um painel interativo diário, constante, atualizado, a partir de cada registro de nova decisão de protetiva. Então, estamos avançando para dados com interoperabilidade entre todos os atores da rede como fator importante na política judiciária.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito bem, Doutora. Eu vou botar esse mapa dentro do meu computador, para eu, todo dia, olhá-lo atualizado e me chamar à responsabilidade, porque eu não posso, em nem um momento, achar que está tudo bem, que está tudo resolvido, e procurar fazer sempre mais, não comemorando, obviamente, os dados que ali estão, mas sim tendo a responsabilidade de trabalhar em cima deles e procurar fazer com que eles comecem a cair.

A nossa ideia de botar as Casas da Mulher para fazerem atendimento da violência contra nós mulheres é a de, um dia, não termos que usar esse equipamento para isso, mas para outras coisas muito mais, eu diria, significativas, como para mulheres serem empreendedoras, enfim, e para tantas outras coisas que a gente pode também estar fortalecendo. Enquanto não, a gente precisa, sim, falar e criar mecanismos para o combate à violência contra nós mulheres.

Nós temos um inscrito aqui do nosso Ceará que é o Francisco Vagner, que também poderá fazer sua intervenção.

Logo depois, nós passaremos para a nossa Dra. Fernanda, que também quer fazer suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO (Para expor.) – Inicialmente, Senadora, eu gostaria de parabenizar V. Exa. pela iniciativa, para nós muito importante; a Dra. Luciana, que trouxe boas informações do trabalho no Conselho Nacional de Justiça; e a minha colega Diretora do Sindojus, a Fernanda, pela participação e pela exposição.

Eu gostaria aqui, primeiro, de fazer uma indagação à Dra. Luciana, como Juíza assessora da Presidência do CNJ, no sentido de a senhora ver, com o Ministro Barroso, essa questão do telefone institucional no cumprimento das ordens judiciais pelos oficiais de Justiça: até que ponto o CNJ pode orientar, já que tem um controle administrativo sobre os tribunais, o uso do telefone institucional para o cumprimento da diligência prevista na 354-CNJ, mas também, fundamentalmente, nessas questões de medidas protetivas em que, não havendo na determinação do magistrado o afastamento do lar, poder-se-á cumprir isso de forma remota, quando já não resida sob o mesmo teto. Então, eu pediria a V. Exa. que verificasse essa questão, junto ao Conselho Nacional de Justiça, do telefone institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (Para expor.) – Essa foi uma demanda. Eu até, conversando antes aqui... Eu também sou da Escola de Formação Judiciária de servidores e servidoras na temática da violência doméstica, e nós temos feito cursos específicos para oficiais de Justiça, para que todos tenham perspectiva de gênero.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – Exato. Nós temos, já credenciado pela Enfam, um programa de formação dos oficiais de Justiça nessa temática.

E apareceu essa demanda, e muito, dos oficiais de Justiça do Distrito Federal sobre a questão de eles estarem utilizando seus telefones pessoais. Muitas vezes, depois, homens autores de violência ligam para os oficiais de Justiça, ou mulheres também ligam. Então, é a questão da proteção mesmo desses oficiais com seus dados pessoais em contato com as pessoas. E precisamos de telefones institucionais.

Já existe uma determinação, nas cartas da jornada, de entrega de telefones para cumprimento de intimações por meio *on-line*. Isso surgiu muito na pandemia. Então, as unidades judiciárias já têm uma recomendação de que sejam dotadas de telefone para acelerar as intimações nesse sentido, porque tempo sempre é proteção.

De fato, essa é uma demanda. Vamos ver como a gente consegue encaminhar essa questão, porque também estou vendo que outras unidades federativas estão com o mesmo problema, além do meu Distrito Federal.

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO – Muito obrigado, Dra. Luciana.

Para concluir, eu, como Presidente do sindicato, reafirmo aqui o nosso trabalho junto à Presidência do tribunal. Inclusive, vou procurar o Desembargador Abelardo para uma reunião e, dependendo da agenda de V. Exa., convidá-la para participar dessa reunião com o Desembargador para tratar dessa questão e da nossa proposta, que estamos a discutir, das centrais especializadas.

Agradeço o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com certeza. Eu queria já sugerir que a gente pudesse fazer uma reunião de trabalho antes de levar a proposta para o Dr. Abelardo, porque aí a gente já vai com ela bem construída para fazer a defesa junto ao nosso Presidente, que eu tenho certeza de que é muito sensível e de que vai fazer de tudo para poder ajudar.

Eu tenho uma curiosidade. Quantos oficiais a gente tem lá no Estado do Ceará?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO – Nós temos hoje no Estado do Ceará na atividade 656 oficiais de Justiça. Em particular, em Fortaleza, nós temos duas unidades lá da mulher, e há dez oficiais de Justiça para as duas unidades para cumprir toda a demanda oriunda dessas duas unidades. São dez oficiais para a toda a capital.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para toda a Fortaleza?

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO – É. Como temos lá em Juazeiro e em Sobral também oficiais, mas... Daí a necessidade dessa discussão da central especializada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É, mas no interior não tem essa questão específica?

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO – Não, não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois é. Então, a capacitação tem que ser para os 656.

O SR. FRANCISCO VAGNER LIMA VENÂNCIO – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É. Eu acho.

E aqui também tem o Dr. Gerardo Lima, que quer fazer uma intervenção, aqui do Distrito Federal.

Pode fazê-la.

O SR. GERARDO LIMA FILHO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora.

Primeiro, eu quero começar parabenizando a Senadora pela iniciativa desta audiência pública tão importante num tema extremamente sensível.

Quero parabenizar também a Dra. Luciana Lopes, que trouxe dados relevantíssimos, inclusive sobre os oficiais de Justiça e o trabalho do CNJ, que é fundamental nessa uniformização do Poder Judiciário, porque a gente sabe que tem diferenças entre os diversos tribunais. Aliás, os próprios dados demonstraram isso. Alguns tribunais trazem vários dados, outros nem os informam, outros informam alguns dados, outros não.

Parabenizo também a nossa colega Fernanda Garcia, que trouxe aí também algumas contribuições que são muito relevantes. Nós oficiais de Justiça trabalhamos diariamente com a demanda da Lei Maria da Penha já desde o início e temos, sem dúvida nenhuma, um papel fundamental na efetividade da lei. No entanto, às vezes, somos até um pouco esquecidos na construção das políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Nós não somos muito ouvidos para dizer quais são as nossas opiniões para que possamos realmente conseguir uma efetividade maior.

E aí até aproveito alguns dados que a Senadora Augusta trouxe sobre a questão da efetividade e da reincidência ou não, porque isso para a gente é fundamental, para saber quando o nosso trabalho está sendo decisivo para salvar a vida de mulheres. Não é só o percentual dos mandados cumpridos ou não. Não! É: "O nosso trabalho está sendo decisivo para proteger a integridade das mulheres?". Então, é saber se há ou não reincidência. O oficial de Justiça foi lá e realizou um afastamento; aquela pessoa voltou a agredir a mulher ou não? Se voltou, o que a gente pode fazer a mais para que aquela vida seja salva ou a integridade seja salva? Então, é importante a gente ter esses dados complementares para que a gente possa participar dessa rede que é uma rede que está se construindo, extremamente importante, tanto do Poder Judiciário como da iniciativa privada. A Fernanda trouxe a questão dessa parceria que é fundamental, até com o consórcio também, na Maria da Penha.

E a Senadora deixou isto muito claro: é uma mudança cultural. É uma mudança cultural, e essa é a mudança mais difícil, porque a lei, na verdade, deu um pontapé inicial, mas a gente precisa de uma série de equipamentos, de estrutura, de diálogo entre diversos órgãos e a sociedade para que possamos avançar nesse tema.

E eu dou um exemplo da nossa realidade aqui no Distrito Federal. A gente ainda carece, por exemplo, de uma estrutura cotidiana para que os oficiais de Justiça cumpram os mandados também com a sua segurança. E aí acontece até uma situação em que, e talvez muitas pessoas nem pensem nisto, a oficiala de Justiça acaba sofrendo também um pouco dessa violência, porque chega uma oficiala de Justiça para realizar um afastamento do lar, e, então, o agressor, que está ali numa situação de conflito com a mulher, vê outra mulher chegando para fazer o seu afastamento do lar e acaba também voltando uma agressividade para a oficiala de Justiça. E, hoje, a gente não tem uma estrutura de segurança que dê tranquilidade de trabalho para os oficiais de Justiça. A gente não tem, por exemplo, uma equipe permanente de policiais que vão acompanhar os oficiais de Justiça. Então, às vezes, o oficial ou a oficiala tem que passar num batalhão, ficar aguardando um bom tempo para esperar a polícia para ir ao local e, às vezes, acaba indo sem a polícia para, enfim, conseguir dar uma agilidade maior no mandado, mas acaba também sendo vítima da agressividade de uma pessoa que está numa situação de conflito. Então, a gente precisa dessa estrutura.

E, por isso, eu também reforço as sugestões da Fernanda de criação de unidades especializadas de oficiais de Justiça preparados para isso, inseridos e em contato permanente com essa grande rede, que está sendo construída, de proteção à mulher. Os oficiais, hoje, não têm esse diálogo. Então, isso é importante para ter todas as informações para passar, com toda a segurança, para a mulher, saber qual é a abordagem necessária, tanto da mulher quanto do agressor, para que aquilo não volte mais a acontecer. Enfim, são várias as sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já parabenizo também a Senadora Augusta, que já está buscando o contato lá com o Desembargador Abelardo, o Presidente do TJ do Ceará, porque é necessário esse diálogo para a gente conseguir implementar as sugestões. Então, essa conversa permanente dos oficiais de Justiça com os demais atores e atrizes envolvidos na política de combate à violência doméstica é fundamental.

São basicamente essas as minhas palavras, muito no sentido de parabenizar os presentes e os professores também que deram as suas contribuições de forma telepresencial. E que esta audiência pública seja até um divisor de águas no sentido que, agora, os oficiais de Justiça possam também contribuir dentro dessa perspectiva de reduzir essa violência que é epidêmica no Brasil, e a gente precisa mudar essa história.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu que agradeço também a participação. Tenho certeza de que aqui, no Distrito Federal, vai ser bem mais fácil conseguir o curso, mas tenho total segurança de que vai acontecer em todos os estados.

Eu já estou pedindo aqui à Dra. Luciana para ela disponibilizar já essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Exatamente! Toda essa estrutura que já tem montada, parabenizando, obviamente, pela iniciativa, que a gente possa levar para todos os oficiais, entendendo que eles fazem parte dessa rede de enfrentamento.

Um ponto que eu percebi aqui é que, muitas vezes, ele não é membro, eu diria, direto da rede de enfrentamento; ele não é considerado – não era! E a gente sabe que é necessário que ele seja considerado, capacitado, inclusive, agora, com essa proposta que a gente vai levar para o nosso estado também – não só para o estado, mas para o país como um todo –, para que a gente possa também melhorar essa... Eu acredito que, através dessa ação, como foi dito que é bom saber o resultado, aí o resultado vai ser bem melhor. É porque, quando a gente fala em percentual, em número, esse 1% aí é muito doloroso. A gente diz: "Ah, mas foi só 1% de reincidência...". É, mas foi uma vida, foi uma pessoa, existe uma família, existe uma estrutura. Ninguém pode se conformar, porque, enfim, com a Patrulha Maria da Penha, a gente conseguiu evitar 99%, e esse 1%? Por quê não? Se a gente evitou 99%, por que não evita mais 1%? Então, a gente não pode se conformar, a gente tem que, realmente, querer os 100% de segurança, com certeza, para todas e todos.

Eu vou passar... Ah, eu queria registrar que o Dr. Tiago ainda está aqui na plataforma. Pergunto se ele quer também fazer as suas considerações finais, fazer alguma observação.

E agradeço ao Dr. Maurício, que também esteve até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se ele está ouvindo.

O SR. TIAGO DIAS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Estou ouvindo sim, Senadora, concordando com todos os encaminhamentos, já que foram bastante ricos. E nós precisamos realmente envolver mais os oficiais de Justiça nesses treinamentos.

O Tribunal de Justiça do Ceará tem feito, inclusive dentro dessa perspectiva de expansão da formação sobre o formulário de risco e sobre gestão de risco, esses treinamentos que têm sido feitos primeiramente nos locais em que tem Casa da Mulher Brasileira ou Casa da Mulher Cearense, e agora a perspectiva é ampliar para as outras comarcas. E, nas outras comarcas em que há necessidade da formação dessa rede, sem o equipamento da Casa da Mulher, aí, sim, é que há mesmo a importância da formação e do envolvimento dos oficiais de Justiça também.

Acho que esta audiência pública foi bastante rica também neste sentido para despertar em nós que estamos participando desses grupos de trabalho a necessidade de incluir cada vez mais a voz e a participação dos oficiais de Justiça na construção dessas soluções.

E, mais uma vez, parabenizo pelas excelentes explanações e parabenizo a Senadora Augusta pela iniciativa que, com certeza, vai render grandes frutos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Dr. Tiago. Já agradeço também por ter ficado até agora participando e também por ter contribuído.

Eu já estou aqui com a ideia de a gente fazer, lá no Ceará, outro encaminhamento: um grande seminário, especificamente, contando com a Dra. Luciana...

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – Claro, será um prazer. Estive lá agora em agosto, 7 de agosto. Estava presencialmente no Ceará...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ótimo. Um seminário lá na Assembleia Legislativa – que a gente consiga o apoio do Presidente da Assembleia Legislativa – para todos os 656 oficiais. Eu acho que nunca teve um evento específico no Estado do Ceará em que todos os oficiais de Justiça pudessem comparecer. Não sei se existe essa possibilidade, se tem que ter algum plantão, mas, se a gente pudesse possibilitar o máximo de participação – lá nós temos um auditório enorme –, eu acredito que seria significativo para a nossa pauta, muito importante para que a gente pudesse avançar e também para os oficiais de Justiça, que estariam ali para tirar dúvidas, perguntar, questionar e até mesmo botar um pouco da sua demanda de trabalho. Eu acho que a gente pode já construir esse seminário especificamente para os oficiais de Justiça nessa nossa pauta, com a Dra. Luciana obviamente participando, sendo nossa convidada já especial a estar lá, e todos que aqui estão, se quiserem ir também. A gente pode fazer lá uma recepção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e mostrar o que a gente já tem, para que a gente possa compartilhar. E também queremos conhecer as experiências dos outros estados e acatar, pois há várias experiências que eu sei que também tem sobre o combate à violência contra nós mulheres.

Passo agora aqui para a Dra. Fernanda, que também vai fazer aqui suas considerações finais.

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES (Para expor.) – Primeiramente, agradeço à Senadora pela oportunidade de a gente trazer esse tema, discutir.

Eu acho que todos os pontos que foram levantados aqui são extremamente relevantes. É aquela união de esforços que nós dissemos: a gente não pode esperar que um problema complexo como esse seja resolvido por apenas um agente, é uma união de esforços de vários agentes para que encontremos soluções.

Além das colocações que já foram feitas, eu acho que seria interessante, Dra. Luciana, a gente pensar num grupo de trabalho, no CNJ, de forma permanente para essa discussão, em que a gente tenha ali a participação dos oficiais de Justiça.

Outra questão relevante de dados: nós temos, as entidades sindicais, uma estimativa. Foi muito importante a colocação da Senadora: quantos oficiais de Justiça temos no Ceará? Nós temos apenas uma estimativa de quantos oficiais de Justiça nós temos no Brasil, e seria interessante que o CNJ fizesse isso, esse levantamento, até para a gente qualificar. A gente precisa saber quantos são, para saber o desafio de qualificar todos esses profissionais; levar esses cursos, esses *workshops* para todos os estados e chegar a todos os oficiais de Justiça.

E outra coisa que eu acho também de extrema relevância é a divulgação desses formulários de risco também para os oficiais de Justiça, porque, como nós dissemos, é ele que vai à residência tanto do agressor quanto da vítima. Então, ele tem a possibilidade ali *in loco* de trazer esses dados, de trazer essas informações, esses dados qualitativos que estão presentes no formulário, e a gente só vai ter acesso a isso se os oficiais de Justiça também passarem a compreender esses formulários.

E quero reforçar o que os colegas já falaram, defendendo a questão de centrais especializadas, de grupos especializados, para que a gente possa dar uma resposta cada vez mais rápida, mais célere e preparada para todas essas mulheres.

Obrigada a todos.

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (Para expor.) – Sobre a questão de grupo de trabalho, nós já temos um grupo permanente no Conselho Nacional de Justiça sobre estudos para avanços na política judiciária, e não há dúvida que essa atuação dos oficiais de Justiça se encontra dentro dessa política, tanto é que a gente tem algumas resoluções específicas da política judiciária voltada ao cumprimento de medidas protetivas pelos oficiais. Então é um escopo, sim, do Conselho Nacional de Justiça aprimorar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa capacitação, que é, inclusive, objeto da Resolução 105: capacitar todos os oficiais de Justiça com perspectiva de gênero, com perspectiva de proteção aos direitos humanos.

O Prof. Tiago Dias, que é o Juiz colega lá do Ceará, também está investindo muito na questão da avaliação de risco no Ceará, investimento em novas tecnologias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – ... do *app* do formulário de risco, que pode contribuir também, Senadora, com dados locais sobre isso – o colega Tiago Dias. E, além disso, sobre o formulário, só uma novidade – e estamos trabalhando nisso –: nós temos um termo de cooperação técnica, que é o Ministério das Mulheres, CNJ, CNMP, do formulário de risco, que foi feito em 2018, que está expirando agora – cinco anos. Um dos produtos de entrega foi a criação do formulário nacional, do qual, inclusive, fiz parte, enquanto integrante do GT do CNJ, e a implantação, a sensibilização, a divulgação e a capacitação. Nós estamos renovando esse ACT, nós estamos em reuniões agora, inclusive – ele vai expirar em 5 de dezembro –, para que a gente tenha ainda uma maior sedimentação desses dados. Pesquisas, Tiago Dias – você vai gostar muito disto também –, pesquisas prospectivas e retrospectivas sobre a efetividade da aplicação do formulário. Então isso tudo vai constar do novo ACT, que está em construção, se Deus quiser, para sair este ano ainda, antes do fim do recesso judiciário, e termos uma renovação desse ACT tão importante sobre formulário de risco.

É fundamental a avaliação de risco para as políticas públicas de prevenção – todos os países do mundo estão preocupados com a prioridade da violência doméstica –; avaliar risco é essencial, nessa atividade preditiva de novas situações de feminicídio. Por que não 1%? Vamos estudar. Por que não 1%? Quais são os fatores de risco que a gente não viu, não percebeu nessa situação específica?

É nisso que a gente está avançando nesse momento no CNJ. Tem uma reunião, inclusive, dia 29 agora, com o Ministério das Mulheres, o CNJ e o CNMP.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Já vamos estar com uma proposta?

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA – Isso... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O convite já foi feito. Eu já estou achando ótimo, já estou querendo montar o seminário, que eu sei que já está montado pela Dra. Luciana. (*Risos.*)

Eu quero aqui registrar a presença da nossa querida Senadora Jussara, do Piauí. Vou só dar uma resumida bem rápida, pois eu sei que ela tem total interesse nos encaminhamentos que nós tivemos aqui. Foi falado sobre as medidas protetivas, a importância que chegue o mais rápido possível. Não adianta só você ter a emissão da medida se o oficial não consegue entregá-la com um tempo hábil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, e o monitoramento dessa medida protetiva também para garantir que a mulher não sofra novamente a violência e aconteça também o feminicídio, sobretudo. Nós sabemos que a violência vai chegar até, infelizmente, o feminicídio se ela não for parada, barrada e controlada, enfim, na sua fase de andamento, porque ela começa desde a violência psicológica, violência material, patrimonial, violência sexual, enfim. Agora nós estamos falando o que é a violência, porque muitas vezes ela passou despercebida, porque era naturalizado como uma questão normal e cultural que a mulher tem que aceitar e se submeter e não tratar como violência. Agora não, agora nós mulheres estamos reconhecendo realmente o que não nos faz bem e que é violência, seja psicológica, seja patrimonial, sexual, qualquer uma delas, sobretudo a física, porque a física é a que todo mundo percebe e, enfim, já é um estágio mais avançado de todos os outros tipos de violência que a gente já vem sofrendo.

Eu costumo dizer que eu não conheço – ainda não conheci, quero um dia dizer que conheço – uma mulher que não tenha sofrido algum tipo de violência na sua vida, na sua trajetória. Eu não conheço – eu me incluo nisso – uma mulher que não tenha sofrido algum tipo de violência em toda a sua vida e sua existência. Isso é triste a gente dizer, mas a gente reconhece o problema para poder enfrentá-lo, porque, se a gente achar que está tudo bem, que está tudo normal, a gente não vai fazer nada, e então vai continuar todo mundo sofrendo, apanhando, enfim.

Uma das nossas metas aqui dos encaminhamentos, Senadora Jussara, é fazer uma capacitação – eu estou chamando de capacitação –, um seminário, uma capacitação com todos os oficiais de Justiça do Estado do Ceará, do Estado do Piauí, que eu sei que a V. Ex. vai pedir, reivindicar que também a gente consiga levar para lá. A nossa sugestão é fazer em parceria com a Assembleia. A gente tem um espaço, tem um Presidente muito disponível que quer ajudar para que a gente possa fazer esse momento, são 658 oficiais de Justiça aproximadamente no Estado do Ceará, fazer esse grande encontro de capacitação. Lá já existe um formulário – é assim que eu estou entendendo – e esse formulário deve ser repassado e de certa forma ter uma questão específica sobre a questão dos fatores de risco que podem ser observados até na entrega da medida protetiva, então como ele pode agir também para prevenir e para alertar se tiver algum dos índices de alerta que vão ser discutidos lá nesse seminário. Então já sei que o Piauí vai querer fazer também, então já está expandindo, o Distrito Federal já faz, já está fazendo, e acredito que os outros estados com que a gente vai também tentar falar e comunicar vão querer. Vai ter muitos pedidos, viu, Dra. Luciana? E a gente sabe que vai fazer diferença, sim. A gente vai com certeza intensificar essas ações.

E vamos fazer também uma conversa com o nosso Presidente, nosso Desembargador, Dr. Abelardo, lá no Estado do Ceará, porque, da mesma forma que a gente for fazer uma proposta lá, eu já sugiro que a gente troque ideias e você faça e leve também para o Presidente do TJ lá do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos nos unir para a gente fortalecer, realmente, essas ações que vão ajudar no combate ao feminicídio, em todos os estados – no Piauí, no Ceará –, enfim, em todos os que a gente possa estar contribuindo.

Só tentei fazer um pequeno resumo do que tratamos aqui.

A gente tem muito para trabalhar ainda, porque, da audiência pública, vêm os encaminhamentos, e a gente precisa acompanhá-los.

Quero fazer o registro aqui de que a gente instalou a Comissão Mista de Combate à Violência contra nós Mulheres, Deputadas e Senadoras. Estou aqui sentida porque esta audiência pública podia ter sido em conjunto com elas, para a gente ter mais Deputadas de outros estados e Senadoras participando também, para que a gente pudesse expandir. Mas já fica aqui outro convite: se a Dra. Luciana puder vir a outra audiência pública, nessa outra Comissão, nem que seja para a gente falar e mostrar os mesmos dados, mas para outro público, para que a gente possa expandir. A gente vai tentar as boas experiências, as boas práticas e iniciativas. A gente quer realmente ampliar, não quer ficar só para uma pessoa só ou para um grupo. Então, a gente vai tentar fazer também, articular, já vou providenciar um requerimento para que a gente possa fazer essa discussão na Comissão Mista de Combate à Violência contra nós Mulheres.

E eu sei que a Senadora... Aqui, a gente já estava concluindo, mas eu vou deixar a nossa querida Senadora Jussara, também, fazer uma fala, ela que está tão bem atenta a essa pauta, para fortalecer também lá no seu Estado do Piauí.

Pode falar, Senadora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Presidente Augusta Brito, Senadora bastante preocupada com a questão da violência doméstica, da violência de gênero, da violência psicológica, enfim. É algo que a cada dia a gente está aprendendo, a cada dia a gente vê que é algo que está crescendo bastante no nosso país e no mundo também. Eu não sei se é porque antes não era divulgado, mas agora é algo de bastante preocupação para todos nós que fazemos parte desta Comissão.

A violência doméstica está realmente, eu posso até dizer, algo fora do normal da nossa realidade, porque o que a gente tem visto, no decorrer da pandemia... E agora a coisa se intensificou de uma tal forma que dá medo.

A gente tem medo, às vezes, até de sair, de dizer um "não", de dizer um "sim", porque a violência está tomando conta. Parece até que as pessoas não têm mais Deus no coração, não levam em consideração a questão espiritual, o que é muito sério, e é algo que nos faz olhar de uma maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciada. Eu acho que, através da apresentadora Ana Hickmann, que deu este *start,* com relação à Lei Maria da Penha, porque acho que nem todas as mulheres do país tinham conhecimento de que, através dela, poderia ser agilizada a questão do divórcio, e de como a lei protege as mulheres, de como ela é importante.

Então, a partir do depoimento da apresentadora Ana Hickmann, eu acho que muitas mulheres começaram a ter coragem, porque ela falou de uma maneira muito clara. Ela se colocou de uma maneira muito – digamos assim, talvez – com conhecimento. Ela procurou ler um pouco para poder falar sobre a Lei Maria da Penha.

Que bom também – infelizmente, e que bom – que ela é uma cearense, a mulher que despertou com todo esse olhar para a violência doméstica. A Senadora Augusta tem muito conhecimento a respeito disso e foi dela a ideia de criarmos essa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. É uma Senadora que está sempre preocupada e que tem me ajudado bastante com relação a isso, porque ela realmente é conhecedora.

É verdade, ela é conhecedora, ela é uma ativista dos direitos da mulher, dos direitos humanos. Vocês estão de parabéns – ela é uma grande Senadora! –, o Ceará está de parabéns. O Ceará da minha mãe está de parabéns. A minha mãe é cearense, os meus avós maternos. Eu fico muito orgulhosa de ter ao meu lado uma mulher como a Augusta. É verdade – é verdade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Não, não fique encabulada. Você realmente faz acontecer as coisas, Augusta, Senadora Augusta.

Eu quero dizer também que eu me junto a todos vocês para que a gente possa realmente desenvolver um trabalho bem melhor em relação à violência contra nós mulheres. Porque é como falou a Senadora Augusta: quem não já sofreu um tipo de violência? Quem não já foi constrangida? Tudo isso acontece nas nossas vidas, e precisamos – sempre eu coloco esta palavra – sororidade. Nós mulheres precisamos nos dar as mãos para que a gente possa encontrar forças, para que a gente possa dar voz a outras mulheres. Como eu sempre falo, as mulheres da floresta, as mulheres do Sertão nordestino, do qual eu faço parte – eu vim do Sertão do Piauí –, mulheres que desconhecem os seus direitos, que desconhecem que elas precisam realmente ser mulheres de verdade e que, por medo, elas ficam ali, caladinhas.

Quando eu cheguei aqui, eu realmente entendi a dimensão do que é o Senado Federal. Aqui, a gente tem a voz; a nossa voz é ouvida, é escutada nos mais distantes rincões do nosso país; e a gente tem esta força de chegar, pegar o microfone e ser a voz dessas mulheres que estão lá no Sertão, nas florestas, as mulheres que estão sendo humilhadas, que estão sendo massacradas, que estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surradas, que é o que mais acontece, desrespeitadas. E nós somos essa voz, e uma voz que a gente tem que compreender, uma voz gigante.

É a isto que eu sempre chamo, é um chamamento que eu faço: vamos, mulheres, participar da política. É muito importante para nós isso, e precisamos ter sororidade, nos darmos as mãos e começarmos a compreender que precisamos umas das outras para que a gente possa mudar a nossa realidade.

Aqui, quero dizer que me junto a vocês, e vou falar com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Hilo, para que a gente possa fazer essa interação.

O meu abraço.

Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Cabe, sim, aqui a gente quebra todo o protocolo. Pode falar, Doutora.

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (Para expor.) – São duas informações muito importantes que a Senadora Jussara destacou. Sobre a questão do divórcio, com as mulheres em situação de violência, foi muito importante a senhora ter destacado isso, porque houve uma alteração na Lei Maria da Penha, em 2019, que é a Lei 13.894, e também no CPC sobre isso. O art. 1.048 do CPC fala que, quando a mulher estiver em situação de violência, ela tem prioridade na tramitação de processos.

Então, se esse divórcio estiver tramitando em uma Vara de Família, por exemplo, essa informação é fundamental. Que a mulher diga: "Eu estou em situação de violência". O processo dela vai ter a mesma tramitação prioritária que um processo contra um idoso, contra criança e adolescente, passa na frente dos outros a prioridade no andamento. Então, a informação precisa chegar para a mulher. Por isso mesmo, tem sido alterado. Nesse sentido, há a importância de o Ministério Público ver se a mulher está em situação de violência, de o juiz perguntar se a mulher está em situação de violência.

A Lei Maria da Penha traz uma possibilidade de o divórcio ser pedido, nos Juizados de Violência Doméstica, ou a dissolução da união estável. Qual é a diferença se for pedido nesse *locus*? Como opção da vítima, ela pede ou na Vara de Família ou no Juizado de Violência Doméstica, mas, no Juizado de Violência Doméstica, não se pode fazer partilha de bens.

Então, se a mulher já quer fazer a partilha de bens junto, tem que ser na Vara de Família. Isso está expressamente excluído, essa discussão patrimonial, de partilha, no JVDom, mas a tramitação prioritária é em qualquer vara – de família ou no JVDom. Vai ser mais célere esse julgamento do caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só mais um... Desculpe-me, mas é porque foi muito bonita a sua fala, Senadora. A senhora falou da questão da sororidade, não é? Vilma Piedade traz também um conceito muito importante que é a dororidade. Quando você usa o conceito de interseccionalidade, recortes de gênero, raça e classe, nós vemos que as mulheres negras são mais vitimadas pela violência. Então, esse conceito de dororidade é a dor que une, a dor que une as mulheres. Precisamos avançar para suplantar todos esses obstáculos.

Então, parabenizo a Senadora, por essa fala tão potente, que mostra a importância da união, que mostra a importância das mulheres lutando umas pelas outras. Aqui também ressalto aos homens da plateia o compromisso de todos os homens engajados na violência, quando a gente tem destaque no HeForShe da ONU, eles por elas também. Então é muito importante essa capacitação para que todos – homens e mulheres –, formação especializada, avancemos nessa pauta.

Parabéns, Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós temos aqui, aproveitando as falas e concluindo mesmo, uma proposta sobre a questão do laço branco. Inclusive, vai ter, em 6 de dezembro, uma sessão especial, que foi pedida pela nossa Líder da Bancada Feminina, Daniella Ribeiro, à qual nós subscrevemos, toda a bancada subscreveu.

Já tinha uma proposição que a gente tinha feito também no Estado do Ceará, para que a gente pudesse dar uma medalha à instituição ou à pessoa, ao homem, especialmente, que fizer e contribuir para combater a violência contra nós mulheres. Então, a gente já tem essa medalha instituída no Estado do Ceará, e a gente fez essa proposição aqui para o Senado Federal. Esperamos que, neste dia da nossa sessão especial, já possamos apresentar à Mesa, porque é sobre uma resolução da Mesa, ou que já possa ter sido aprovada, para que já possamos ter a oportunidade de premiar com essa medalha. Mas, de certa forma, estaremos chamando à responsabilidade e mostrando que não é uma briga de sexo, muito pelo contrário; a gente precisa estar unida com os homens para combater verdadeiramente a violência contra nós mulheres, porque não se fala de violência – volto, vou repetir o que eu comecei falando – contra nós mulheres, a gente não vai conseguir avançar nem desconstruir o machismo se a gente não falar também com os homens.

Então, a gente fez vários debates no Estado do Ceará, cine-debates, com os homens, meninos das escolas, do ensino médio, onde a gente passava um documentário, especialmente falando da questão do laço branco, da importância, por que é que ele foi instituído, enfim, do nível do machismo, de como ele realmente faz sofrer e mata, porque... Eu vou só rapidamente aqui resumir, eu acho que vocês sabem, mas é para quem está assistindo que possa não saber de onde veio esse dia 6 de dezembro: foi um jovem que entrou numa escola, numa faculdade de Engenharia, separou os meninos das meninas e matou 14 meninas, e depois se matou, e deixou uma carta...

A SRA. LUCIANA LOPES ROCHA (*Fora do microfone*.) – "Eu odeio as feministas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Exatamente: "Eu odeio as feministas", e dizendo...

Eu quero aqui já pedir para a nossa Senadora ter o prazer de ficar aqui na mesa. Nós estamos concluindo, mas queremos muito sua presença e sua fala potente como sempre. Fique aqui. Aqui, é o nosso projeto de resolução que ela está me dando, que é da criação da medalha do laço branco. E como eu estava... Eu estava aqui concluindo, mas vou passar, obviamente, para a nossa Senadora, que vai fazer uma fala sobre a importância deste momento – ela, que é uma grande defensora aqui, já faz um trabalho maravilhoso, que nos inspira também, que tem uma força muito grande.

Mas, sobre a questão dessa importância de a gente ter o homem participando para combater a violência contra nós mulheres, é exatamente sobre a gente desconstruir... Dentro desse documentário falava que o homem não pode chorar. Enfim, como eu estava dizendo, ele foi lá e se matou, depois disse... Então, o machismo foi tão forte dentro daquele jovem que ele matou 14 meninas e se matou, porque não aceitava simplesmente o fato de as meninas estarem fazendo um curso que ele dizia que era só de homens. Então são coisas que vão...

Queria também aqui já pedir para, se puder, botar uma cadeirinha aqui para a nossa Secretária-Executiva de Políticas para as Mulheres lá do Estado do Ceará, que acaba de chegar, a Liliane, que também nos deu o prazer de vir para cá. Vamos afastar só um pouquinho. Está terminando, agora está terminando, mas eu não posso deixar de também ouvir... Lá no Estado do Ceará, nós temos aí várias políticas públicas.

Mas eu queria aqui já passar para a nossa Senadora Soraya, que também poderá fazer sua fala, que sempre tem muita repercussão positiva para o combate à violência contra nós mulheres.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Senadora Ana Paula...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Augusta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Perdão, Senadora Augusta, nossa Presidente aqui neste momento.

Cumprimento a todos que nos acompanham. É um prazer enorme estar aqui. Queria ter acompanhado desde o começo, Senadora, mas não foi possível.

Gostaria apenas de trazer um relato bastante pessoal... Quem é oficial de Justiça aqui? (*Pausa.*)

Ótimo. Porque eu sou Relatora do PL 2.450, de 2019, que altera a Lei 11.340, que é o Código Penal, "para prever que a intimação das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 22 possa ser entregue pelo defensor da ofendida ou pelo agente policial". Na verdade, eu vim ser a Relatora de um projeto bastante parecido com um projeto de minha autoria aqui do Senado Federal; então, ele veio da Câmara, mas ele se parece muito com este de que eu sou autora, e eu gostaria de trazer aqui um depoimento bastante pessoal acerca dessa questão.

Eu sou advogada de família, família e sucessões, e, durante toda a minha trajetória como advogada de família, eu vislumbrei uma dificuldade muito grande em relação à intimação da medida protetiva. Muitas vezes, nós dizemos aqui no Brasil, e lá fora nós somos tão elogiados sobre o fato de termos uma das três melhores legislações de proteção à mulher. A questão é a seguinte: o problema maior é que não temos a eficácia necessária para essa legislação, porque esta eficácia ou a efetividade dessas medidas judiciais encontram algumas lacunas que muitas vezes beneficiam os réus, os agressores, e quem vive a advocacia de família no dia a dia ou a vida relativa a esses casos, quem atua nessas varas, que é o caso, acredito, dos senhores, nós temos dificuldades em intimar o réu, temos dificuldades – ele tem mil subterfúgios para fugir.

Então, já aconteceu de eu ter uma mulher que sofreu violência doméstica na noite de Natal, na noite que antecedeu, na véspera de Natal, e teve que passar a noite de Natal, Réveillon, tudo dentro de um abrigo, dentro de uma Casa da Mulher Brasileira. E, outra, a gente não conseguia intimar, para ela poder voltar para casa, e o ofensor estava em casa numa boa, e o advogado só falava para ele assim: "Olha, você só foge". Então é muito difícil. E a gente sabe, no dia a dia, o quanto isso é importante, importante a possibilidade de vocês...

E, no meu projeto de lei, também existe a possibilidade de o advogado ou o defensor da vítima poder fazer a intimação pessoal, ele ter este poder. Então, o ofensor teria que fugir de mais uma pessoa, justamente por conta da dificuldade de encontrá-lo. Então, assim, não é simples a gente efetivar.

Estamos tendo tantos exemplos neste momento, como é o caso de Ana Hickmann, que teve uma repercussão importante. Por mais que ela seja de uma classe social hoje bastante significativa, que tem muitas condições, essa notoriedade que o fato adquiriu faz com que muitas pessoas, muitas vítimas repensem, Luciana, quando elas não têm noção de que são vítimas de violência doméstica.

Então eu estou aqui para contribuir, para somar.

Eu recebi uma nota de V. Exas., da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo. Alguém aqui subscreveu essa nota? Ou vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tem aqui todo mundo? Pois é. Mas eu sou toda ouvidos, este projeto de lei tramita na Comissão de Direitos Humanos, que é esta aqui, a CDH. E, em breve, eu irei entregar o relatório, mas eu pretendo ouvi-los antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, acima de tudo, como a minha agenda não permitiu, Fernanda, eu vou analisar as falas de vocês para que eu possa enriquecer esse relatório. Então, eu estou aqui, sou toda ouvidos, inclusive para perguntas e para a gente poder dialogar.

Não sei em que pé V. Exa. está, Presidente, mas, enfim, estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu sou igual ao Presidente real, o Paulo Paim: enquanto tiver debate... Ainda bem que os assessores já estão acostumados aqui, porque a gente começa a audiência pública e não termina mais nunca.

Mas, assim, a gente já estava para os encaminhamentos, mas obviamente são extremamente necessárias tanto a participação como a intervenção, até porque pode construir realmente dentro desse relatório uma possibilidade que a gente discutiu aqui. Enfim, já parta aí outro grupo de trabalho para que a gente possa fortalecer essas ações aqui dentro do Senado, com a importante participação das Senadoras, como é a nossa querida Senadora, que já tinha até feito uma proposição, e aí vai ser Relatora, mas está tudo ótimo. Tudo caminhando positivamente.

Agora como chegou também a nossa querida Secretária-Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado do Ceará, eu vou abrir aqui para que ela também possa fazer uma fala, se ela quiser, de saudação – se assim desejar.

Liliane, pode fazer.

A SRA. LILIANE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Quero saudar aqui essa rica mesa, na pessoa da nossa Senadora, da minha Senadora do Ceará, me permitam, Augusta Brito. Essa mulher incansável – incansável sobretudo nessa pauta de enfrentamento à violência contra nós mulheres. Obrigada, Senadora.

Eu estou Secretária-Executiva de Políticas Públicas, para o Estado do Ceará. Uma secretaria nova, estou aqui em uma agenda do Ministério das Mulheres e vim rapidamente cumprimentar a Senadora. E que feliz estar participando desta audiência aqui com vocês!

A secretaria é uma OPM, o que o ministério tem chamado de organismos de políticas para as mulheres. No Estado do Ceará, nós temos essa secretaria a partir deste mandato do Governador Elmano. Uma secretaria importante porque lá nós tratamos duas frentes.

Uma frente de enfrentamento às violências, que são muitas, contra nós mulheres, e a Secretária-Executiva dessa pasta é a Dra. Raquel Andrade, advogada também. Eu também sou advogada. E a outra pasta, Políticas Públicas para as Mulheres, na qual estou, trata de equidade de gênero, autonomia econômica e políticas de saúde para as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que essas duas pastas, Senadoras, trabalham o enfrentamento à violência porque, quando você promove a equidade de gênero, a saúde da mulher, a autonomia econômica, você está criando mecanismos também para o enfrentamento à violência. A nossa Secretária titular é também a Vice-Governadora Jade Romero.

Eu costumo dizer que a violência doméstica – a Senadora Soraya estava falando da violência doméstica – é uma violência mais dura de as mulheres identificarem, porque ela é uma violência que está dentro do âmbito familiar. Ela é justamente ali provocada, o agressor é a pessoa que deveria amar, deveria cuidar dessa mulher, ou é alguém que essa mulher ama e cuida, ou o companheiro ou o pai, enfim. Então é dentro da casa o lugar onde nós mulheres deveríamos estar mais protegidas, porque ali nasce a violência.

A violência, a gente sabe, não é só física. A violência física é mais fácil de identificar, mas são inúmeras as violências: psicológica, moral, patrimonial. E aí algo que muitas vezes vem travestido de amor, de cuidado – "Ah, você não pode usar essa roupa", "Ah, você não pode sair", "Eu não gosto da sua irmã, eu não gosto da sua família" –, muitas vezes a mulher pensa "Nossa, como meu companheiro cuida de mim, é ciumento", mas isso não é ciúme, não, gente, isso é violência. E a gente tem que tratar desse tema para que nós nos reconheçamos nessas situações que são diversas e cotidianas. Costumo dizer que é difícil ver uma mulher que não sofreu nenhum tipo de violência na vida. Sofreu sim. É claro também que a gente traz o recorte das mulheres negras, das mulheres lésbicas, enfim, das mulheres que são mais vulneráveis, mas também esse tipo de violência também é sofrido em todas as classes sociais, independentemente de crença, credo, religião.

Então, muito obrigada. É uma alegria estar aqui fazendo parte desta mesa, Senadora, e discutindo um tema tão importante, sobretudo nos 21 dias de ativismo, que a gente sabe que, para nós mulheres, são 365 dias ou 366 de ativismo, de dizer não à violência, não à violência contra nós mulheres.

Por fim, só quero chamar também V. Sas. e conclamar para uma campanha do Ministério das Mulheres de enfrentamento à misoginia, diga não à misoginia. A Ministra ontem falava, na nossa reunião, que a gente só vai parar de falar de misoginia, de enfrentamento à violência contra nós mulheres quando isso for superado. Então, eu tenho fé e esperança no futuro de que um dia todos nós seremos iguais, como prescinde a nossa Constituição Federal.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito bem, Liliane! Que bom que você chegou a tempo.

Já temos aqui a agenda demandada com a Secretária Jade, também com você, para que a gente possa levar os encaminhamentos desta audiência pública no que trata de a gente acompanhar as medidas protetivas, ver realmente como estão acontecendo. Já surgiu aqui também um seminário que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai fazer para que, através da Dra. Luciana do CNJ, a gente possa estar capacitando especificamente os oficiais de Justiça para que eles possam perceber, dentro das suas notificações, algum perigo, alguma ação que eles possam ali prevenir ou já até com um sinal... Tem um formulário que também vai ser explicado nesse seminário que a gente vai levar lá para o Estado do Ceará.

Enfim, eu estou falando aqui repetindo, porque foram chegando pessoas, para que a gente possa tentar resumir o que aconteceu nesta audiência pública, que eu vejo como de suma importância e com várias atividades.

A Dra. Fernanda queria só responder aqui também rapidamente mais uma indagação. E a gente vai concluindo aqui, e já agradeço a todos.

A SRA. FERNANDA GARCIA GOMES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Cumprimento a Senadora Soraya. Obrigada pela presença.

Quero dizer que exatamente essa preocupação com os oficiais... Foi o que foi levantado hoje aqui, exatamente a questão da execução dessas medidas, de como a gente pode otimizar, de como a gente pode melhorar. E aí nós trouxemos algumas demandas que foram levantadas aqui com a Dra. Luciana, com a Senadora Augusta, e algumas dessas demandas a gente colocou para estudar centrais específicas para que a gente possa de fato dar uma celeridade no cumprimento desses mandados, a qualificação desses servidores. Então a gente já trouxe isso, exatamente por nos preocuparmos em dar uma resposta em tempo hábil e sabermos que essa atuação do oficial Justiça pode fazer a diferença na vida dessas mulheres. Foi exatamente isso que foi o cerne de toda a discussão, de toda a questão.

E também quero aproveitar... Não temos hoje aqui representantes de São Paulo, nós temos do Ceará, de Minas, do DF, mas a gente se coloca também aqui à disposição para a senhora, para a gente debater melhor esse tema. Podemos convidar colegas também de São Paulo e de outros estados, para que a gente possa – do Piauí, Senadora Jussara, não se preocupe, a gente vai fazer também essa aproximação com o Piauí – ter aqui uma discussão de vários estados e construir soluções.

Foi justamente essa preocupação em dar uma resposta mais célere e mais rápida e garantir a segurança dessas vítimas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Senadora...

Obrigada, Fernanda, pela contribuição.

Algo que eu me esqueci de mencionar é que isso é da competência da Justiça estadual, e nós enfrentamos um drama que é a estrutura estadual de cada estado, o orçamento de cada estado, porque nós não temos condições de interferir no número de oficiais de Justiça. Então, às vezes, o número é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pequeno – sabe? – para tratar exatamente disso, porque realmente, Dra. Fernanda, eles precisam ter uma qualificação diferenciada.

Aqui eu vejo... Tem oficiais de Justiça mulheres aqui? (*Pausa.*)

O.k., a maioria, para variar, homens, e eu acho muito importante... Porque isto aqui, apesar de a nossa mesa ser predominantemente... Tinha dois homens, é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Virtualmente... (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu digo sempre que esse é um assunto para os Senadores homens. Nós podemos, sabe... Por quê? Porque a maioria da violência doméstica vem dos homens.

Existe violência doméstica advinda de mulheres? Os senhores podem dizer? Sim ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Já aconteceu.

Como advogada, eu já tive clientes que apanharam de cabo de vassoura da esposa. Então, essa mulher batia nele, provocava, para que ele batesse nela. Isso acontece, gente. E eles também não têm coragem, muitas vezes, de procurar uma delegacia de violência doméstica, mas isso acontece. É raro, mas acontece. Então, a gente precisa cuidar da violência doméstica em si. Mas, quando nós temos homens aqui que estão se preparando, que já estão preparados, mais do que o dia a dia prepara a gente, a importância da agilidade...

Então, isso nos traz uma preocupação, que é conversar com o tribunal de Justiça de cada estado para que aumente o número de oficiais de Justiça de plantão, especificamente para esses casos, justamente porque, geralmente, é nos fins de semana e nos feriados – estou certa ou estou errada? – que isso mais ocorre. É nos momentos de festa que estes fatos tomam vulto e acontecem em um nível bastante superior ao do dia a dia, em que as pessoas estão trabalhando. Então, nós ainda precisamos enfrentar isso, que é o orçamento dos tribunais de Justiça e a compreensão desses tribunais, para que eles aumentem o número de oficiais de Justiça competentes e destinados exclusivamente à questão da violência doméstica.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foram exatamente estes pontos que a gente discutiu aqui hoje nesta audiência pública, a importância de a medida protetiva chegar de uma forma rápida, como diz a resolução que a Dra. Luciana falou aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que já existe uma obrigatoriedade de 48 horas, mas que, da mesma forma que rápida, com os oficiais de Justiça tendo feito esse seminário, essa capacitação, que eu não estou sabendo aqui dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É capacitação mesmo.

Que, no caso da nossa proposta, possam fazer a capacitação para todos os oficiais de Justiça no Ceará, 658 aproximadamente. Todos participarão desse seminário que a gente quer proporcionar lá, sabendo que, obviamente, existem os juizados e alguns especificamente estão ligados aos juizados especializados no combate à violência contra nós mulheres. Mas para todos, porque todos os estados, em todas as cidades, recebem um oficial, e o oficial está lá para entregar. Então, achamos que esse seminário é importante para que a gente possa fazer com todos, obviamente criando, aqui numa sugestão da Dra. Fernanda, um grupo específico, também especializado para ficar de plantão, para que em alguma eventual necessidade também possa assim fazer esse atendimento de uma forma específica e com uma visão para além do formulário, que é uma visão humana, com sensibilidade e ali para, realmente, fazer uma análise dos possíveis riscos que aquelas mulheres que estão em medida protetiva podem ou estão passando naquele momento da entrega da medida protetiva.

E, agora, já concluindo mesmo, quero agradecer a todos e todas que estiveram aqui, que participaram, os que já vieram e que já saíram, aos Prefeitos também lá do Estado do Ceará que puderam participar, a toda a nossa assessoria desta Comissão, que sempre, quando começa um debate, uma audiência pública, a gente sabe que não tem hora para terminar, e eles já estão sempre ali, sempre simpáticos e felizes em poder trabalhar – eu fico muito feliz aqui em ter uma assessoria também contribuindo –, ao Dr. Tiago, que ainda está de forma virtual, à Dra. Luciana, à Dra. Fernanda, à nossa querida Senadora Soraya, à Jussara, à nossa Secretária Liliane também, muito obrigada.

A todos que aqui estão quero desejar um ótimo dia.

E quero terminar falando o que eu comecei a falar na minha fala inicial: que a gente nunca deixe – eu peço a Deus e à Nossa Senhora – de se indignar diante de qualquer tipo de violência contra nós mulheres.

E aí, já pegando a sororidade, porque eu acho linda essa palavra, e a dororidade, enfim, também, mas que verdadeiramente a gente fique feliz com a felicidade do outro, e isso não é uma coisa simples. Eu estou falando aqui, e infelizmente a gente sabe que muitas vezes a felicidade do outro incomoda sobretudo muita gente. Então, que isso não faça parte do dia a dia de nós, que aqui estamos, e de tantos outros, porque é fundamental a gente ficar feliz com a felicidade do outro. Que a gente lute. Vamos continuar lutando aqui, no Senado, com as nossas obrigações, junto aos estados, junto aos oficiais, junto ao Judiciário, enfim, ao que a gente puder fazer para que a gente possa verdadeiramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viver livre, falar e dizer que as mulheres têm, sim, igualdade e que seja na liberdade, porque eu digo muito que uma cidade feliz é uma cidade onde todos e, sobretudo, todas as mulheres possam viver de uma forma livre, possam andar, possam estar onde quiserem estar, sem medo de sofrer nenhum tipo de violência.

Eu digo muito que, quando o homem está em algum lugar, geralmente adolescente, enfim, ele tem medo de morrer, e a mulher tem medo de ser estuprada primeiro. Então, são tipos de violência muito fortes, que marcam muito, e a gente tem que falar sobre isso e lutar para que isso não aconteça mais com tantas outras mulheres que vêm aí, depois de nós que estamos passando aqui e que queremos que o nosso mandato seja verdadeiramente a representatividade de tantas outras mulheres que não têm a oportunidade de estar aqui no Senado Federal.

Então, que, com essas Senadoras que aqui estão, as mulheres de cada estado, que estão aqui sendo representadas, se sintam representadas com o mandato dessas mulheres que são lutadoras, guerreiras, e que a gente tenha mais mulheres nos espaços de poder de decisão, Dra. Luciana e Dra. Fernanda, para que a gente possa verdadeiramente construir políticas públicas certas e acertadas para combater a violência contra nós mulheres.

Muito obrigada e que todos e todas tenham um ótimo dia!

Declaramos encerrada agora a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 95ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Wilder Morais, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 76/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Atendimento humanizado às pessoas com deficiência pelo INSS". **Participantes:** Rafael Faria Giguer, Auditor-Fiscal do Trabalho - Coordenador Nacional da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no mercado de trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho; Manuella Andrade, Gerente de Projetos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Cleunice Bohn de Lima, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD; Samara Rocha de Oliveira Nascimento, Representante da Associação Tudo Azul Gama; Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – SNDPD/MDHC; e Marília Gava, Perita Médica Federal - INSS. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Faz uso da palavra o Senador Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 95ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 76, de 2023, da CDH, de minha autoria e outros Senadores, para debater o tema: atendimento humanizado às pessoas com deficiência pelo INSS. A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, farei nesta abertura dos trabalhos uma fala da Presidência sobre o tema que vamos debater, do enfrentamento às filas do INSS; e do atendimento humanizado às pessoas com deficiência.

Senhoras e senhores, em 24 de janeiro de 2023, a Previdência Social completou um século de existência no nosso país. A data foi lembrada em sessão especial proposta por mim no Plenário do Senado, no dia 24 de abril. A Lei Eloy Chaves foi um marco na instituição do sistema de aposentadorias, pensões e benefícios. O objetivo desta audiência pública de hoje é debater o plano de redução das filas e a diminuição da demanda reprimida do INSS, e dar maior celeridade aos processos do instituto, conforme Lei nº 14.724, de 2023, sancionada no último dia 14.

O Ministro da Previdência, Carlos Lupi, e o Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, assumiram esse enorme desafio. Muito importante essa decisão. Vejam bem, mais de 1,7 milhão de pessoas estão em algumas filas do INSS. Metade desse público de que estamos falando recebe salário mínimo no país e, infelizmente, ainda é de aposentados – eu gostaria que os aposentados tivessem um valor maior que um salário mínimo. Mas a metade do público que recebe salário mínimo no país é de aposentados, segundo matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 14 de abril de 2023.

A meta do Presidente da maior instituição pública do país é chegar ao prazo legal de 45 dias para análise dos pedidos. Uma boa iniciativa. O objetivo da lei é resolver esse gravíssimo problema.

Um bom exemplo a ser replicado é o da unidade Na Hora Perícia Médica, em Brasília. O projeto-piloto é fruto de uma parceria entre o INSS e o Governo do DF, que fornece a infraestrutura e o apoio técnico. O espaço conta com 24 consultórios, onde são realizados diariamente, em dois turnos, cerca de 210 atendimentos pela perícia médica.

As medidas previstas na Lei nº 14.724, de 2023, afetarão positivamente a vida de 38 milhões de brasileiros atendidos pelo INSS. Esse número representa mais de R$800 bilhões por ano em circulação, movimentando a economia do país, estimulando naturalmente o emprego, a fabricação e a venda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos. Neste ano, a antecipação do 13º salário nos meses de maio e junho representou R$62,6 bilhões na economia do país, atendendo 30 milhões de beneficiários, conforme informações do Governo. São Paulo é o estado que recebeu o maior repasse para o pagamento do abono, R$17,7 bilhões. Na sequência, aparecem Minas Gerais, R$6,9 bilhões; Rio de Janeiro, R$6 bilhões; e Rio Grande do Sul, R$5 bilhões. Além disso, são 52 milhões de contribuintes do Regime Geral da Previdência que, no devido tempo, ao final de uma vida inteira de trabalho, esperam contar com suas merecidas aposentadorias. E é importante lembrar também as pessoas com deficiência, em virtude da aposentadoria especial, que têm que ter um tratamento especial no atendimento. Enfim, isso está garantido pela Lei Complementar 142, de 2013, e do BPC, que garante o recebimento de um salário mínimo à pessoa com deficiência e à pessoa idosa com renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Hoje, o BPC é o maior programa de transferência de renda do país.

Assim, vamos dar início, chamando os convidados, à nossa audiência pública de hoje.

A primeira mesa.

Convidamos e já aplaudimos o grande Auditor Fiscal do Trabalho, o Sr. Rafael Faria Giguer, Coordenador Nacional da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Seja bem-vindo, Doutor! (*Palmas.*)

Convidamos Manuella Andrade, Gerente de Projeto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Seja bem-vinda, Sra. Manuella Andrade! (*Palmas.*)

Convidamos Cleunice Bohn de Lima, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

E convidamos Samara Rocha de Oliveira Nascimento, representante da Associação Tudo Azul, do Gama.

Está aqui a senhora! (*Palmas.*)

Teremos ainda, por videoconferência, Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Seja bem-vinda também! Você entrará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como havíamos já ajustado, vamos abrir, de imediato, com o Sr. Rafael Faria Giguer, Auditor Fiscal de Trabalho e Coordenador Nacional da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Por favor, Sr. Rafael Faria Giguer, o tempo é seu, por dez minutos, com mais cinco se necessário.

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER – Obrigado, Senador.

Bom dia a todas e a todos presentes. Vocês me ouvem pelo microfone? (*Pausa.*)

O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, só antes mesmo de você iniciar, registrar a presença conosco do Presidente da Comissão de Educação, o grande Senador Flávio Arns, sempre presente – e não sei como ele consegue – na maioria das Comissões que têm compromisso com o social. E nesta aqui eu diria que ele, que eu me lembre, não faltou a nenhuma, a não ser por causa de força maior, maior mesmo, que não há necessidade de eu contar neste momento, não é?

Então, uma salva de palmas para ele, esse querido Senador! (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero dizer que é fala de um amigo Presidente. E nós dois nos empenhamos muito nessas áreas, assim como os demais Senadores e Senadoras, e particularmente nesta discussão do dia de hoje, que é essencial não só para a pessoa com deficiência, mas para toda a população também. Eu acho que é um desafio para todos os brasileiros e brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, que já deu uma pequena introdução. E eu concordo plenamente: a questão das filas interessa a todo o povo brasileiro, e por isso esta audiência pública ultrapassa somente um setor da sociedade, que merece um carinho especial. Mas o olhar que temos que dar é para todos aqueles que estão nas filas.

Mas, Dr. Rafael, seu tempo começa a contar a partir de agora.

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER (Para expor.) – O.k., Senador.

Muito obrigado, e agradeço também a fala do Senador, porque realmente é fundamental a gente resolver essa questão das filas – a iniciativa do Governo é muito importante nesse sentido –, porque o atraso, enfim, atrasa a vida das pessoas como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me apresentar. Meu nome é Rafael Giguer, como já apresentado pelo Senador, eu sou um homem branco, tenho 37 anos, sou branco, eu sou deficiente visual, estou de óculos escuros, cabelo liso, comprido, preso num coque, estou com uma camisa, se eu não me engano, branca, uma gravata cinza, um *blazer* preto. E atualmente estou na Coordenação Nacional da Fiscalização de Cotas de Pessoas com Deficiência.

Sempre lembro que, embora formado em Engenharia, eu busquei emprego na iniciativa privada e nunca consegui. Naquela época não havia uma fiscalização sistemática em todo o Brasil, ali por 2006, relativa à Lei de Cotas. Sempre lembro a importância da Lei de Cotas e da sua fiscalização. Hoje nós somos mais de 550 mil pessoas com deficiência com a carteira de trabalho assinada, sendo que 92% dessas pessoas estão nas empresas obrigadas a cotas, quando metade dos postos de trabalho no Brasil estão nas outras empresas. Isso, de forma inequívoca, mostra a importância de uma lei de cotas hígida, sem flexibilizações e de sua fiscalização sistemática. Sem isso, a gente não tem a inclusão das pessoas com deficiência.

E, dentro dessa área, ainda no que diz respeito ao tema aqui da nossa Comissão, eu trago alguns questionamentos em relação ao BPC (benefício de prestação continuada), questões que, inclusive pela legislação, já foram evoluídas, mas a gente precisa aplicá-las de forma melhor.

A pessoa com deficiência, vocês bem sabem, de baixa renda, que recebe até um quarto do salário mínimo por pessoa da família, tem direito ao BPC, e por muito tempo isso foi concedido para a pessoa com deficiência que era considerada incapaz para a vida independente para o trabalho. E o que acontecia naquele momento? Bom, a pessoa com deficiência, com toda razão, ela não queria trabalhar. Ela não queria trabalhar porque ia provar que ela não era incapaz para a vida independente para o trabalho. Então, a lei foi mudada em 2011, e com toda razão foi alterada. A concessão do BPC não era para quem era considerado incapaz para a vida independente para o trabalho, até mesmo porque a legislação evoluiu. Hoje a gente sabe que a incapacidade para o trabalho depende não da pessoa, mas depende da circunstância na qual ela vive. Se ela enfrenta enormes barreiras, talvez ela seja incapacitada, por forças alheias à sua vontade, ao trabalho – pela discriminação e pela acessibilidade. Quando a gente coloca os recursos de acessibilidade, ela volta a ter o acesso ao trabalho, porque a deficiência não está mais agora no corpo da pessoa. Então, corretamente a legislação foi mudada, e o BPC passou a ser concedido para quem tem deficiência e com até um quarto de salário mínimo por pessoa da família.

Junto com isso, a pessoa com deficiência que fosse passar a trabalhar, diferentemente do que acontecia antes, que tinha cancelado o benefício por demonstrar que era capaz para o trabalho, esse benefício passou a ser apenas congelado – apenas congelado –, e a pessoa podia trocar o certo pelo certo. O.k., isso é muito bom. E a gente conseguiu trazer mais pessoas do BPC para o trabalho, e em muitas fiscalizações minhas, inclusive eu encontrei pessoas com deficiência que pararam de receber um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BPC de um salário integral para receber um valor a menor, trabalhando meio turno, dada a importância do trabalho para a organização da sua rotina, principalmente pessoas com deficiência intelectual.

Mas ainda assim a legislação não estava suficiente para isso. É muito difícil tu amargares uma redução salarial para trabalhar, principalmente as pessoas que têm uma deficiência mais complexa, que às vezes acabam trabalhando numa jornada reduzida.

O BPC já tinha evoluído em relação ao aprendiz. O aprendiz com deficiência que trabalha por meio turno com a carteira assinada acumulava por um período de até dois anos o BPC, e isso já foi uma evolução, uma evolução que permitiu que as pessoas com deficiência fizessem aprendizagem profissional sem suspender o benefício e ao final do curso pudessem ser efetivadas na empresa – e naquele momento o benefício era congelado.

Quais são as dificuldades reais que a gente tem identificado? Falta de comunicação para a população. Os familiares de pessoas com deficiência têm muito receio que essa legislação não se aplique na prática tal qual está na lei. E tenho que ser sincero: muitas vezes aconteceu de o INSS equivocadamente cancelar o benefício. Isso a gente foi evoluindo com o passar do tempo, e, então, é importante ter memorandos mais claros – a legislação já é clara.

Uma outra injustiça que a gente tem visto na fiscalização que acaba atrapalhando um pouco a segurança dessas famílias de saírem do BPC e irem para o trabalho... A insegurança que essas pessoas encontram é que, para o BPC, a avaliação da deficiência, mesmo que a deficiência seja permanente, em tese é revista a cada dois anos. Na prática isso não acontece, e a gente já vê as filas enormes do INSS, como o INSS tem muitas dificuldades. Então não tem sido revisto. Porém, quando a pessoa congelava o benefício e ia retornar ao benefício por sair da empresa, por qualquer razão que fosse, para essas pessoas, se havia passado dois anos durante o congelamento, se requeria uma nova perícia. A gente entende, na fiscalização, que isso é injusto: justamente o único público que está se aventurando no mercado de trabalho é o que vai ser prejudicado com ter que fazer uma nova avaliação da deficiência.

A gente entende que isso deveria ser regulamentado e superado para que a família e a pessoa tenham completa segurança de que vai congelar o benefício e, em saindo... Vai congelar o benefício para trabalhar, e, ao retornar para o benefício, por qualquer razão que seja – pedir demissão, ser demitido –, ele ter a segurança de que vai voltar ao mesmo *status quo* anterior, sem ter que fazer uma perícia nova. É claro, se os critérios de renda mudaram, a pessoa perde e usa o benefício. Mas que não haja essa burocracia.

Então, evoluindo nesse sentido, acho bem interessante a gente trazer que a pessoa, ao se aventurar para o trabalho, congele o benefício, o que já acontece dessa forma, mas, se sair do mercado de trabalho, que ela retome automaticamente sem necessidade de perícia, assim como as pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estão no benefício não estão sendo revisadas. É fazer da mesma forma para todos e não só dificultar para quem está justamente se aventurando para o trabalho.

Evoluindo sobre isso – e acho que este ponto é bem interessante –, senhoras e senhores, a Lei Brasileira de Inclusão criou um dispositivo muito interessante, que é o auxílio-inclusão. O que acontece? Desde o auxílio-inclusão regulamentado, a pessoa com deficiência que recebe o BPC e vai se aventurar no mercado de trabalho tem sim o seu benefício congelado, mas passa a receber o auxílio-inclusão. Desde que ela receba até dois salários na empresa, ela vai passar a perceber o auxílio-inclusão, que é 50% do BPC, o que é um grande estímulo. A pessoa sai do BPC, se sente segura porque pode voltar se não der certo na empresa, e, mais que isso, vai acumular o salário na empresa com metade do BPC.

Gente, isso é bem interessante, a gente lutou por muito tempo para isso. Pouquíssimas pessoas com deficiência estão percebendo esse auxílio-inclusão. E a gente entende que para isso ainda falta muita comunicação dentro dos órgãos, do INSS, mesmo nós aqui do Executivo, de se fazer uma divulgação melhor, esclarecimento, para que as pessoas compreendam o mecanismo. Pouquíssimas! Muitas pessoas já fariam jus e não estão percebendo. Isso foi regulamentado recentemente, eu venho aqui comentar em especial sobre esse tema.

Nós acreditamos, na fiscalização do trabalho, que, se a população se sentisse mais segura, se o INSS tivesse uma regulamentação bem clara sobre como é que vai funcionar, que não fosse de forma injusta para as pessoas que estão se aventurando no mercado de trabalho em relação às que ainda não estão tentando, se a gente evoluir isso, em especial no esclarecimento do auxílio-inclusão, a gente iria evoluir muito em relação a esse público.

É sempre importante lembrar que a parcela de pessoas com deficiência que percebem o BPC é uma parcela pequena. Se hoje há em torno – pelo IBGE 2010 – de 9 milhões de pessoas com deficiência moderada ou grave em idade laboral, nem 3 milhões recebem BPC. Por que eu estou dizendo isso? Porque às vezes as empresas dizem que não conseguem cumprir a cota porque as pessoas percebem BPC. Isso não é verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER – Ainda que fosse verdade, a gente teria pessoas com deficiência suficiente para cumprir sete vezes a Lei de Cotas. O que falta é as empresas se adaptarem.

Mas aqui hoje eu quero chamar a atenção para este público de pessoas com deficiência que já é mais vulnerabilizado e justamente recebe o BPC. Então, evoluir a articulação com o INSS para esclarecer e a população se sentir segura a congelar o BPC e compreender que pode receber o auxílio-inclusão. Que a legislação já está aí, a gente só precisa dar uma azeitada nessas nossas ferramentas para que realmente a gente aproveite o potencial, o poder dessas alterações legislativas que já existem, para que a gente possa incluir essas pessoas que estão mais apartadas da sociedade, do mercado de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais vulnerabilizadas. Se se sentem seguras, eu tenho certeza, conhecendo o mercado de trabalho, as pessoas vão lá, às vezes, pela aprendizagem. São picadas pela mosquinha da inclusão laboral, de organização da rotina. Lembro que a pessoa pode continuar – naturalmente tem deficiência – e vai continuar com suas limitações, a empresa vai identificar suas potencialidades. Eu sou deficiente visual, sou Auditor Fiscal do Trabalho e não faço tudo de Auditor Fiscal do Trabalho, mas me cobram o que eu posso fazer.

Compreendendo todos esses princípios, tenho certeza que a gente já tem a faca e o queijo na mão para incluir muito mais pessoas com deficiência.

Era mais esse recado que eu queria dar em relação a esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rafael Faria Giguer, Auditor Fiscal do Trabalho, Coordenador Nacional da Inclusão de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, demonstrando que oportunidades, espaço e até benefícios ainda não chegaram ao conhecimento de toda a população, para que ela possa, então, ter o direito a se habilitar. Deu aqui uma série de informações muito, muito importantes, inclusive em relação ao BPC.

De imediato passamos, então, por videoconferência, para a Dra. Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O tempo é seu, Secretária, por dez minutos, com mais cinco – na tela.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

É uma alegria estar aqui com vocês e com essa mesa incrível.

Vou fazer uma breve autodescrição. Sou uma mulher branca, de cabelo escuro, curto, liso, estou de batonzinho, sou cadeirante, aparece aqui uma roupa verde, ao fundo uma parede bege.

É muito importante que essa temática entre aí na agenda, somos muitas as pessoas com deficiência, e há um índice grande de pessoas que transitam pelo INSS por todos os serviços, e realmente o atendimento humanizado ainda carece bastante de investimento. Então é importante que a gente tenha o entendimento da necessidade de combater o capacitismo, que são todas as formas de discriminação em razão de deficiência, que afeta não só a pessoa com deficiência como as famílias mesmo.

Então, estamos iniciando uma parceria com o INSS, nós do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Estamos construindo uma parceria para a instalação de salas sensoriais para o atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas autistas – inicialmente com pessoas autistas, depois a gente vai... É um projeto-piloto que pretende, então, alcançar esse atendimento humanizado, dentro da medida dos suportes necessários às pessoas com deficiência. Ainda há uma carência bastante grande em relação à acessibilidade, principalmente comunicacional, e a necessidade de que a gente faça um letramento anticapacitista. Daí falo que, em todos os serviços públicos ou também em que haja atendimento ao público, essa campanha de combate à discriminação em razão de deficiência é necessária, na mesma medida como é necessária e já foi bastante – e continua – firme e necessária no combate ao racismo, à homofobia, à transfobia.

O capacitismo ainda é, muitas vezes, praticado sem intencionalidade. Às vezes, as pessoas não se apercebem de quanto estão violando um direito, um direito ao tratamento digno, a viver dignamente. E, por isso, há um empobrecimento das famílias também – o custo do capacitismo muitas vezes recai sobre as famílias. Então, as famílias empobrecem, muitas delas acabam se tornando ou indo para o público do BPC, por força desse próprio capacitismo, pelo desolamento das políticas públicas, por não encontrar a guarida nos seus direitos mais fundamentais, os direitos de acesso a todas as políticas públicas, de ir e vir, de uma comunicação adequada.

Então, não se fala muito na libras. A libras é importante para parcela da população com deficiência, mas também a linguagem simples. Muitas vezes, o atendimento é muito burocratizado, a gente vê ainda que os *sites* do Governo ainda precisam passar por um filtro de uma linguagem mais simples, para que o direito seja efetivado, para que as pessoas consigam se perceber sujeitos de direitos. Então, há uma série de lacunas nas políticas públicas que acabam impactando inclusive no volume, porque, além dos 3 milhões que o Rafael falou, há uma fila de pessoas que estão ainda à procura do BPC por conta de não encontrarem o suporte nas outras políticas públicas para tirá-las de uma condição de forte empobrecimento. O teto para recebimento do BPC é bastante baixo, um quarto de salário mínimo *per capita* familiar, e ainda são muitas as pessoas que estão nesta condição de miserabilidade, pode-se falar.

Então há um investimento... Estou muito feliz em saber que a gente tem agora, no INSS, o Presidente do INSS, o Alessandro Stefanutto, num compromisso muito grande em promover essa inclusão, em humanizar o atendimento, em fazer as medidas todas necessárias para o devido atendimento.

Agora, eu queria aproveitar para falar também do lançamento do Viver Sem Limite, Senador. As pessoas que estão aí na mesa, eu acredito que todas que estão aí na mesa, o Rafael, a Cléo, a Samara, eu tenho certeza que estavam lá – a outra pessoa, de que agora esqueci o nome, eu não sei ainda –, mas a gente fez um lançamento do novo plano Viver Sem Limite na quinta-feira. Eu sei que o senhor estava viajando, mas a gente queria tê-lo lá no palco, pelo reconhecimento de todo o trabalho que tem feito em torno da agenda de promoção dos direitos da pessoa com deficiência ao longo de décadas, não é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador? E o novo Viver Sem Limite se prepara e se constitui como um instrumento de se fazer uma articulação intersetorial para alcançar problemas complexos também.

Então, no dia do lançamento, o Lula assinou três decretos. Um decreto foi o da criação do plano, que tem duração de quatro anos, revisão ano a ano. A gente inicia com 95 ações e 11 ministérios envolvidos, mas, ano a ano, ele vai ser revisitado e avaliado, para que a gente amplie também o rol de ações e investimentos públicos em torno da promoção dos direitos da pessoa com deficiência em todas as políticas públicas. E ele assinou um outro decreto da Câmara Interministerial, de monitoramento, que vai fazer a gestão do plano.

Nessa Câmara Interministerial, a perspectiva também é de se criarem algumas temáticas que são bastante transversais, como a questão da empregabilidade e geração de renda da população com deficiência. Essa é uma questão muito importante. A gente tem uma Lei de Cotas de 32 anos, que precisa ainda ser efetivada. Acredito que, quando a gente tiver aí o pleno funcionamento e, desde criança, as pessoas tiverem políticas públicas acessíveis, inclusivas para todos, provavelmente esse índice de pessoas com deficiência que requerem ainda, solicitam os serviços de assistência social vai ser menor, porque vão estar mais incluídas na vida adulta, alcançando aí uma empregabilidade com dignidade, com acessibilidade, e a gente vai ter cidades também menos hostis ou cidades acessíveis, inclusivas, que não neguem direitos tão fundamentais como o direito de ir e vir, de transitar com segurança no seu ambiente.

Estar nos espaços públicos ainda é um desafio para muitas das pessoas com deficiência. Então, esse quadro ainda é bastante grave.

O índice mesmo do auxílio-inclusão é um percentual muito pequeno. Há uma insegurança institucional em relação a sair do BPC e ir para uma situação de insegurança e até baixo salário, ou possibilidade de não ser tratado dignamente. Muitas vezes a gente sabe que o empregador não coloca a pessoa efetivamente num posto de trabalho; coloca a pessoa naquele local só para dizer que está cumprindo a cota. Já ouvi falar também de empresas que contratam e dizem para a pessoa ficar em casa, então isso aí é muito indigno, muito injusto. É uma discriminação também, é um recado muito triste que a população com deficiência recebe quando uma situação dessa acontece.

Então, são muitas as ações que essa Câmara Interministerial precisa, sim, abordar de forma intersetorial, não só focalizada no Ministério do Trabalho e Emprego, mas também num conjunto de ações para que a gente possa vencer e possa vencer também as discriminações interseccionadas – então a população negra, periférica, com deficiência, as mulheres efetivamente estão muito ainda desoladas do serviço público, ainda são muito maltratadas.

O preconceito é tão grande que, quando se vê uma mulher negra cambaleando, às vezes o tratamento é diferenciado do para uma mulher branca cambaleando – uma se trata como se ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivesse embebedada. Então, uma série de camadas de discriminações que acabam inviabilizando a vida pública, às vezes inviabilizando a própria existência das pessoas com deficiência, como a gente viu aí bastante explicitamente no contexto da pandemia, quando fomos deixados para morrer, quando não fomos priorizados na nossa vacinação.

Inclusive, os dados sobre as pessoas com deficiência no Brasil ainda são bastante precários, as informações ainda precisam ser mais qualificadas. E o INSS tem um papel fundamental nesse atendimento humanizado. A gente precisa fazer valer e, através do Viver Sem Limites também, prover os recursos e as condições para que as pessoas estejam também nos espaços, nas esferas de poder, no controle social, para que a gente dê o salto qualitativo necessário para que esse... É até absurdo a gente falar em atendimento humanizado, mas de fato muitas pessoas com deficiência – vou destacar aqui –, mas também pessoas em situação de rua, em outras situações, não são tratadas nem como humanas, então é muito grave isso. A gente vive uma emergência humanitária ainda muito invisibilizada no nosso território.

Eu acredito que agora a gente está com grandes oportunidades, investimentos necessários para que a gente consiga alterar esse estado de coisas e, de fato, implementar as políticas públicas, efetivando os direitos também das pessoas com deficiência, reconhecendo as nossas demandas.

Um outro decreto, que foi assinado também no dia 23, foi o decreto de compromisso da construção de um plano de acessibilidade nos prédios públicos federais. Então, nesse decreto, se obriga a dar um prazo para que cada órgão público federal, cada prédio público federal seja avaliado, tenha um laudo de acessibilidade e se construa um plano de ação para prover a acessibilidade plena.

Outra ação bastante importante nesse contexto de atendimento humanizado é a central de teleatendimento em libras, com 24 horas de atendimento, na qual a pessoa usuária que tem a fluência em libras, a primeira língua em libras, vai poder entrar, acessar e se comunicar com o intérprete de libras para acessar informações públicas para o exercício dos seus direitos.

Então, são medidas necessárias.

Acredito que também a gente tem muito ainda a avançar na acessibilidade dos aplicativos, na acessibilidade para garantir que os canais de atendimento sejam acessíveis para toda a população.

Eu não sei quanto tempo eu já gastei, mas acho que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem ainda três minutos.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (*Por videoconferência*.) – Três minutinhos, então está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante que o Parlamento, o Poder Judiciário, o Executivo e a sociedade civil fortaleçam esse salto qualitativo do entendimento de que deficiência não é algo que desvaloriza a pessoa, que é uma condição humana que sempre existiu, sempre existirá. Pessoas com deficiência em todo o mundo se estimam em 15% da população.

Aqui, no Brasil, os últimos dados que temos da Pnad Contínua quanto às pessoas com deficiência, que são das pessoas de dois anos para cima, que têm residência, morando em residências, indicam o índice de 9,8% da população brasileira. É um índice bastante grande. São, se não me engano, aproximadamente 20 milhões de pessoas com deficiência, que são usuárias aí... uma parcela grande ainda é usuária dos serviços do atendimento no INSS.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (*Por videoconferência*.) – Essa grande campanha de valorização da presença da pessoa com deficiência é fundamental.

Ela explica também – e a gente precisa informar – os canais de denúncia de violação de direitos. Então, há que se fazer medidas como essa do atendimento humanizado, que a gente chama de políticas valorizativas de combate à discriminação, mas também é preciso complementar com políticas formativas – formativas a todo servidor público, a todo mundo que faz atendimento ao público – e também políticas afirmativas.

Vai ter o concurso do INSS, vai ter um concurso unificado, então ampliar a presença das pessoas com deficiência no mercado de trabalho também tem um potencial bastante grande para que a gente quebre esse estereótipo de que as pessoas com deficiência não têm capacidade de produzir trabalho, de se desenvolver e de fortalecer o desenvolvimento social nos territórios onde vivemos.

E outra medida, então, são as políticas repressivas, porque a impunidade acaba incentivando essas práticas e toda forma de violação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (*Por videoconferência*.) – Então, o canal de denúncia, o Disque 100, hoje, já tem um número para o WhatsApp. Segundo a LBI, a pessoa que observa, que identifica uma situação de violação de direito humano tem o dever também de denunciar, mesmo que a prática da violação não seja contra ela. Então, no Disque 100, aumentou bastante o percentual de denúncias em comparação com o do ano passado, porque estamos qualificando também esse atendimento no Disque 100, para que as pessoas consigam, de fato, finalizar o processo de denúncias.

Então, essas são medidas complementares a toda a agenda de promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu finalizo por aqui e fico à disposição para a gente dialogar, debater.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos, que fez uma fala rápida, bem objetiva. Falou do programa Viver Sem Limites, lançado recentemente, dos três decretos do Presidente Lula. Falou de cotas, da importância das filas humanizadas. Falou da diversidade. Falou também de combater todos os preconceitos e discriminações. Falou também da população de rua, Flávio Arns.

E até vou convocá-lo já para presidir a sessão no momento em que nós formos, logo após esta reunião, aprovar aqui o projeto que trata da situação da população de rua. Embora a Comissão já tenha aprovado dois, um do Contarato e um do Randolfe, que foram para outras Comissões, eu entendo que o princípio adotado está correto. O que foi aprovado por meio de uma das Casas tem preferência, na outra, sobre aqueles que estão aqui ainda nas Comissões. E vem um projeto da Câmara, aprovado na Câmara praticamente por unanimidade. A Comissão de Economia aprovou ontem e remeteu para nós aprovarmos hoje, devido à urgência desse tema. Então, se V. Exa. puder presidir a sessão, para que eu possa relatar, porque eu relatei os outros dois, embora eles tenham sido prejudicados, porque esse da Câmara agora, que lá foi aprovado, vai ser apreciado em seguida.

Passo a palavra, neste momento, a nossa querida Manuella Andrade, que é Gerente de Projeto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A palavra é sua, Doutora; está à disposição por dez minutos com mais cinco.

A SRA. MANUELLA ANDRADE (Para expor.) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Eu acho que primeiro vou fazer minha audiodescrição – vamos aprendendo. Então, eu sou uma jovem senhora de 48 anos, estatura mediana, meio cheinha, cabelo liso, mediano, escuro. Estou de camisa azul e calça preta.

Minha formação é em engenharia civil. Entrei no INSS como analista do seguro social. Trabalhei na engenharia, trabalhei com logística e, há quatro meses, estou auxiliando o Presidente lá no gabinete. E o primeiro projeto que a gente está desenvolvendo é justamente esse que a Secretária Anna Paula Feminella falou, que é a implantação das salas multissensoriais.

Mas, antes disso, de eu me estender um pouquinho em relação ao projeto das salas, existe, como vocês falaram, uma infinidade de assuntos de que a gente precisa tratar.

O Presidente Stefanutto e o Ministro Lupi têm esse compromisso com a fila, de levar a fila para os 45 dias. Então, hoje, a gente tem que, dessa fila – vou arredondar aqui – de 1,6 milhão de pessoas, 55%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão dentro dos 45 dias, devido a todo o esforço de legislação. O INSS tem feito mutirões – mutirões muito direcionados para a perícia médica e para as avaliações e perícias de BPC. Então, temos trabalhado bastante.

Temos uma forte tendência agora a facilitar o aproveitamento, vamos dizer assim, dos atestados com o Atestmed. Então, o Atestmed vem tirar pessoas da fila também. O INSS tem procurado as pessoas para antecipar as perícias. Então, a pessoa que tem uma perícia agendada é acionada pelo INSS a apresentar um atestado que ela já tenha. A data da perícia dela fica lá guardada, se o Atestmed não funcionar. Então, ela apresenta esse atestado; já pode apresentar nas agências; já pode pegar informações no 135, que é o nosso grande canal; pode incluir esse atestado no meu INSS; e esse atestado vai ser validado. Se ele for validado, ela sai da fila – é concedido o benefício, e ela abre aquela vaga lá para a fila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é – me permita – uma grande informação que você está dando aqui, porque eu sei, como foi dito antes pelo Dr. Rafael, que grande parte da população não conhece todos os seus direitos. E, a partir dessa bela iniciativa... Eu só fiz um aparte para elogiar, porque, por muito tempo, eu fiquei nas fábricas e sabia como funcionava – que bom que agora vai ser diferente –: você entrava com o pedido e ficava um ano ou dois na fila, e não recebia nada. E, depois de um ano ou dois, você voltava para a fábrica, e o empregador dizia: "Não, aqui você não tem condição de trabalhar". Aí você voltava de novo para a fila. E, agora, com o atestado legal, certinho, bonitinho, conferindo que ele não está em condição de trabalhar, ele passa a receber o benefício até o momento de receber a perícia. Perfeito.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – É. Em muitos casos, ele nem precisa da perícia, na verdade. É validado aquele atestado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o atestado?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Só o atestado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – E aí ele abre aquela vaga da perícia. Caso não se verifique a conformidade do atestado, a perícia dele permanece agendada, e aquela data inicial do requerimento ele não perde. Então, tem esse avanço, entre outros tantos.

Mas é difícil, como todos vocês sabem... Eu acho que não precisa a gente se alongar aqui em relação à perda de capacidade laboral que o INSS teve. Eu estou, há 15 anos, no instituto. Eu entrei com quase 40 mil servidores; hoje a gente não tem 20 – então, perdeu a metade. Tivemos a recomposição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurso do ano passado. Entraram mil servidores. Vamos conseguir agora... em janeiro, estamos começando o curso de formação para mais 250 e com perspectivas de novo concurso, como a Secretária falou, para o ano que vem.

Então, é uma meta, realmente, trazer essa fila para os 45 dias; desafogar também a perícia, porque a perícia, em muitos casos, é necessária. Mas aí o que o médico, o perito da Previdência fazia? Ele estava validando esses atestados em vez de realmente fazer uma perícia numa pessoa para a qual aquela perícia era essencial para a concessão do benefício. Então, o Atestmed realmente está entrando aí como carro-chefe para a gente conseguir dar uma movimentada nessa fila também.

São muitos assuntos, gente. Eu não vou conseguir me lembrar de tudo.

Deixe-me ir para as salas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique à vontade porque suas informações são muito importantes. E a TV Senado, como disse alguém, é um canhão: tem milhões de pessoas assistindo, viu?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Não, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E todas as informações que você dá aqui são uma orientação para a população.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Não, está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se precisar de mais cinco minutos, eu vou dar além dos 15 previstos.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Tranquilo. Obrigada, Senador.

Então, antes das salas, deixe-me falar de outra iniciativa também.

No INSS, nós temos o PEP (Programa de Educação Previdenciária). E tanto o Rafael como a Anna Paula falaram dessa questão da comunicação. Hoje, a gente realmente ainda permanece com muita dificuldade de fazer a informação chegar às pessoas. Nós fizemos agora... O PEP roda o Brasil todo.

Nós temos iniciativas aí no Nordeste, um projeto que se chama "Previdência para todos", que está indo atender povos originários. Então, eles vão às aldeias, fazem um trabalho lá de orientação e informação; recebem os atestados; marcam o atendimento se for necessário. E a gente tem a vontade de trabalhar de uma forma mais ampla também nesse projeto.

Fizemos uma ação com a população de rua da Mooca. Estamos indo, na semana que vem, para o Jardim Ângela. Vamos atender lá numa paróquia, levando o PEP para as comunidades. E é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gratificante ver que realmente esse trabalho chega em quem precisa. Lá na Mooca, nós encontramos pessoas em situação de vulnerabilidade que perderam, por exemplo, quatro identidades num mês só, pessoas que têm problemas de vícios, que perdem documentos. Tem um senhor lá que não consegue mais tirar a identidade este ano de tanto que ele perdeu. Então, até para a gente atender fica difícil, porque a gente precisa minimamente da identidade e do CPF. Então, a gente encontra essas pessoas que nem sequer têm o documento para a gente poder fazer uma consulta, fazer uma orientação. E aí a gente encontra as pessoas em todas as condições que vocês possam imaginar – pessoas que têm uma deficiência permanente e que nem sequer sabem que têm o direito ao benefício.

E aí esse projeto não está estruturado ainda, mas a gente pretende, agora, começar 2024 com ele já mais formatado para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. E aí vamos para todos os locais, vamos ver onde é que estão esses bolsões, para levarmos informação. Eu acho que o precioso disso é realmente levar informação. Às vezes, ele perde um cartão do banco ou perde um cartão do Cras, e ele não sabe nem a quem recorrer.

Chegou um lá que tinha perdido a senha do banco. Ele foi para o Cras, disseram que era no banco; foi para o banco, disseram que era no Cras. E ele não sabia o que fazer e estava já há três meses sem benefício. Uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Por causa da senha?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Por causa da senha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O mundo real, não é?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – O mundo duro e real.

Então, a gente tem esse projeto. Vamos estruturá-lo agora em dezembro e janeiro para entrar em 2024 atendendo essas pessoas em situação de vulnerabilidade, levando o PEP e levando orientação e informação.

Voltando agora para as salas, foi um pedido do Ministro Lupi que a gente fizesse um trabalho parecido com o que já tem na Infraero. Então, na Infraero já existem duas salas multissensoriais instaladas, no Santos Dumont e em Congonhas. E aí, nessa conversa com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, foi ventilada a possibilidade de a gente fazer uma parceria.

Tem também a questão financeira, os recursos. O orçamento do INSS, em que pesem todos os esforços, é muito limitado. Todo ano, quando sai a LOA, a gente vem com um quantitativo, um orçamento inferior à real necessidade – isso aí para manter a estrutura. E o ministério vem com esse suporte, vem com conhecimento técnico também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nas conversas, a gente conseguiu modelar, mais ou menos, uma sala que a gente pudesse implementar, inicialmente, a título de piloto. Não é o ideal, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Houve a experiência aqui em Brasília, inclusive.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Não, aqui não. Aqui, como foi falado, é na hora que tem a perícia médica, mas não é sala multissensorial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Na perícia médica tem um atendimento...

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Tem, tem. Na perícia tem.

Então, o que é que a gente viu? – tentando aqui falar brevemente. O INSS tem aí uma rede de aproximadamente 1,5 mil agências. A maioria dessas agências têm um porte menor, de 300m^2. E aí a gente ficou imaginando: como é que a gente vai fazer isso? Como é que a gente consegue acelerar a implantação da sala sem ter que fazer um projeto para cada sala? Então, nós pensamos em... Considerando também que esse recurso do MDHC vem para aquisição – no momento, eles não têm recursos para obras –, o que a gente pensou foi de minimamente, com a nossa contratação de manutenção predial, dar uma limpeza na sala, pintura, trabalhar a iluminação, e aí nós vamos comprar equipamentos e instalar nas salas. Quais equipamentos? Painéis com brinquedos, tapetes multissensoriais, tapetes emborrachados, brinquedos, livros, pufes, almofadas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Para atender a população, então?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Para atender a população.

E aí, a gente ficou pensando: "Poxa, vamos trabalhar num projeto-piloto aí com 10 a 15 agências num universo de 1,5 mil?". E surgiu a ideia de a gente fazer também junto, nesse projeto, a aquisição de *kits* itinerantes. O que seriam esses *kits*? Hoje, nós temos 804 assistentes sociais fazendo a avaliação biopsicossocial para o INSS. Nós vamos comprar *kits* compostos de livros, brinquedos, tapetes, túnel de Lycra, e esses assistentes vão ter esse material com eles, dentro da sala deles mesmo, para eles utilizarem isso para poder receber essa criança, receber essa família e tentar minimamente humanizar esse atendimento.

Nossas salas têm aproximadamente 9m^2. Então, dependendo da pessoa, ela já se sente confinada. Essas assistentes já levavam os brinquedos e os livros das crianças delas para o atendimento. Então, a ideia é proporcionar que elas tenham esse *kit* também para que, quando elas forem trabalhar no mutirão, quando elas forem atender em outras unidades, elas possam levar com elas – como elas já faziam com os pertences dos filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós chamamos assistentes sociais que fazem a avaliação...

Essa avaliação, para vocês terem noção, dura em média 40 minutos, então é um tempo relativamente alto para você manter a atenção de uma criança, de uma pessoa que tem alguma necessidade especial; mas a gente pretende melhorar esse ambiente para que a pessoa se sinta mais acolhida na hora de fazer esse trabalho.

Então, nós juntamos essas assistentes sociais e fizemos algumas entrevistas. O projeto foi muito mais montado na ideia, na percepção delas, com a vivência que elas têm no dia a dia lá. Então, essas assistentes sociais que foram chamadas também têm filhos autistas, inclusive algumas delas têm dois filhos autistas, e aí se percebe a grande diversidade de personalidades, de necessidades. Elas deixaram bem claro: "Olha, a gente nunca vai conseguir um local com o qual a gente consiga contemplar todas as necessidades, porque isso é muito particular de um para outro, mas vamos tentar dar um conforto, dar uma segurança, para que a gente, inclusive, possa fazer a avaliação". A ideia da sala é recepção, mas com a possibilidade de as assistentes sociais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Seis minutos.

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Tranquilo.

... de as assistentes sociais se organizarem na agenda delas, e, em vez de elas tirarem a criança, a pessoa desse ambiente em que se pretende que ela consiga se regularizar, se estabilizar, para colocar na sala apertada delas, elas passem a fazer a avaliação dentro da sala sensorial também, porque ali ela já está em um ambiente mais tranquilo, vamos dizer assim, sem interferências externas. E aí as assistentes podem fazer as avaliações na sala.

Então, esse é um projeto que está iniciando. Nós estamos aí em vias de assinar o termo de execução descentralizada com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e, paralelamente, a gente tem uma licitação que deve ir para a rua nos próximos dias também, para a gente ainda conseguir fazer a licitação este ano e assinar contrato até 31 de dezembro, para a implantação já no primeiro bimestre de 2024, tá?

E uma das metas do TED é que a gente faça uma avaliação da implantação do modelo, tanto das salas quanto dos *kits*, e que a gente avalie a possibilidade de expandir para as outras agências, inclusive expandir para outros órgãos federais. Então, esse é o combinado com o MDHC, tá?

Eu acho que, em linhas gerais, era isso. E aí, fico à disposição para conversarmos mais ao longo da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Manuella Andrade, gerente do projeto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Parabéns pela exposição!

Algumas perguntas, questionamentos ou até afirmações eu fiz, então podemos passar para frente já, para podermos ouvir, no fim aqui, de mais duas, o nosso querido Senador Flávio Arns, que é um estudioso do tema das pessoas com deficiência. Não só desse tema, de todos os temas, mas também desse.

Eu passo a palavra agora à Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Por favor, a Presidenta Cleunice Bohn de Lima.

A SRA. CLEUNICE BOHN DE LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos. Vou falar fora do microfone, se alguém precisar me identificar. Eu sou uma mulher...

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. CLEUNICE BOHN DE LIMA – Eu sou uma mulher branca, tenho cabelos lisos, castanhos, no ombro, estou com o cabelo preso, parte dele, estou com o *blazer* azul. Eu estou na Presidência da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, nós temos hoje 50 afiliadas no Brasil.

Eu queria parabenizar todos da mesa e pela iniciativa o Senador Paim. Há necessidade deste debate com relação ao atendimento humanizado, às filas do INSS aumentando a cada dia, a gente vendo a dificuldade de as famílias acessarem, principalmente as mães, de pessoas com deficiência. Nós procuramos o INSS assim que o Dr. Stefanutto tomou posse. No primeiro ou segundo dia, ele estava nos recebendo com a Federação, o Moab, que está aqui do meu lado, a Samara e Dr. Edilson, que é o Presidente do Movimento Orgulho Autista, para que a gente pudesse levar principalmente as questões das pessoas com deficiência intelectual – não que a gente deixe de representar ou de falar sobre todas as pessoas com deficiência e seus familiares.

No caso específico da síndrome de Down, 50% das crianças nascem com defeitos cardiológicos. Para alguns deles, agora já se tem condição de detectar intrauterino. Inclusive esta Casa aprovou neste ano, por iniciativa aqui do Senador Weverton, o ecocardiograma fetal. Então, a mãe já pode saber desse defeito durante a gestação e, em alguns casos, já fazer a cirurgia intrauterina. Mas, na maioria dos casos, eles precisam ficar internados no nascimento e por longos períodos, às vezes, três, quatro meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nasce uma criança com deficiência, a renda familiar com certeza cai, a mãe precisa se afastar do trabalho – como foi o meu caso, posso citar o meu caso, tenho Giovanna com 14 anos. Para poder acompanhá-la nas terapias e para dar uma melhor qualidade de vida, eu preferi sair do emprego. Então, imaginem essa mãe que tem uma renda de um salário pequeno, às vezes trabalha até de diarista, e não consegue ter mais isso, às vezes ficando no hospital, tendo outro filho em casa. Algumas famílias, inclusive, enfrentam muita dificuldade. A mãe, às vezes, precisa migrar de um estado para o outro para fazer essa cirurgia que nós não temos em todos os estados do Brasil. É uma das nossas lutas, principalmente no Norte do Brasil e em alguns estados do Nordeste. As pessoas vêm a Brasília, vão a São Paulo fazer a cirurgia, e essas famílias demoram na fila seis meses, oito meses, a criança tem um ano e ainda não tem o benefício.

Então, primeiro a questão das filas. E aí, com isso, essa mãe sofrida, que muitas vezes sai do ambiente hospitalar para ir a uma agência do INSS, e a gente sabe de relatos horríveis na forma do atendimento. E em alguns casos na perícia médica também, nas visitas às casas, a gente foi levar isso, nas residências, questão de assédio. É muito complexo. Mas nós temos trabalhado muito sobre isso e temos visto iniciativas para que a gente possa melhorar esse tipo de atendimento.

Junto com isso, a gente tem levado a questão da acessibilidade – a Dra. Anna Paula abordou sobre isso, o Dr. Rafael –, tanto a acessibilidade comunicacional, a linguagem simples, não só para a pessoa com deficiência, como também para a pessoa com baixo letramento, uma dificuldade no entendimento, e as outras formas de acessibilidade, aí sejam libras ou sejam as outras necessidades que a pessoa tenha.

Mas eu falei do bebê ou da família que recebe um bebê com síndrome de Down, e aí a gente falou aqui das formas de acesso, da dificuldade de se acessar o BPC e de alguns não quererem também ser considerados inválidos e buscarem sair dessa situação de depender de um benefício. Para isso, o Brasil avançou na Lei Brasileira de Inclusão, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – aqui dois Senadores muito dedicados a essa causa, o Senador Arns, o Senador Paim, autor, e o Senador Romário, que nesta Casa foi Relator também da LBI –, para que as pessoas possam ter direito à inclusão escolar, para que eles possam ter direito à escola. Está aí previsto e nós ainda enfrentamos bastante dificuldade na questão de ter todos os aportes necessários, principalmente para a pessoa com deficiência intelectual estar no ambiente das escolas e ela poder sair da dependência do BPC.

Então isso também é pensar em humanizar a vida das pessoas com deficiência, dar direito à escola e ela ter direito ao longo da vida. Se ela não teve oportunidade de se alfabetizar, de alcançar o mundo acadêmico lá no fundamental I, no fundamental II, hoje nós caminhamos para o segundo grau e para o curso superior – quem diria, não é? –, e recentemente, também, o Governo Lula anunciou o projeto que se transformou em lei, na Lei de Cotas. Todos podem chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos dizer que, para quem já está com 30 anos, com 40 anos, que não teve acesso à escola, as famílias também se desesperam: "E daí o que eu vou fazer? Deixá-los em uma instituição?". Todos podem ser produtivos. E aí a gente tem discutido com o MEC a questão do ensino profissionalizante. Por que não? Todos eles podem aprender uma função e podem ser produtivos, podem, pelo Código Civil hoje, casar, formar família e ter sua independência.

Até bem pouco tempo, as pessoas com deficiência viviam menos. Para as pessoas com síndrome de Down, quando nós tivemos a nossa filha, a expectativa de vida se falava de 42, de 45, de 50 anos. Hoje, as pessoas estão vivendo 70, 72, nós temos caso registrado de 77, nós temos uma pessoa no Espírito Santo. Então, e agora? Aí, a questão da terceira idade, do envelhecimento da pessoa com deficiência e dos seus pais? Então, eu tenho a pessoa com síndrome de Down com 60 anos e eu tenho o pai com 80, com 86. E essa família, então, que ainda está na dependência do BPC, essa pessoa vai para a instituição? Nós temos que batalhar para que ela consiga acessar o mercado de trabalho de alguma forma. Agora, ela precisa passar pelo ensino superior? Não, nem todos nós fazemos faculdade. Não é por aí, mas nós precisamos oportunizar.

Fora isso, a federação tem lutado pelo emprego apoiado, que é uma metodologia que veio para o Brasil, muito importante, pelo Prof. Romeu Sassaki, para que as pessoas possam ter oportunidade de trabalhar de acordo com as suas habilidades, as suas potencialidades. O Senador Flávio Arns está aqui, e a assessoria tem acompanhado muito; o projeto já está nesta Casa, o do emprego apoiado, já passou na Câmara dos Deputados, e esperamos logo que esta Casa concretize, para que a gente possa tornar isso lei no Brasil. Então, é uma outra forma também de a gente fazer com que as pessoas com deficiência possam sair do BPC e ter a sua renda.

Então, são várias formas, e a gente vem avançando. Às vezes a gente também traz as dificuldades que temos enfrentado, mas a gente vê que as duas Casas do Congresso Nacional têm se debruçado sobre a questão da deficiência. A gente tem avançado, sim, criado várias leis, algumas sendo anunciadas, implementadas, como foi essa semana em que se lançou a Política de Educação Inclusiva e se lançou também o Plano Viver sem Limite, que foi esmiuçado aqui pela Secretária Anna Paula Feminella. Agora a gente espera a implementação dessas políticas.

E o atendimento humanizado, eu acho que além de tudo que a gente falou aqui, é principalmente a questão da luta contra o preconceito, da empatia, talvez uma formação, talvez maior divulgação nos espaços...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEUNICE BOHN DE LIMA – ... nas agências do INSS, para os próprios servidores.

Muitas vezes é por desconhecimento que acontecem as questões de preconceito que a gente vê nas redes sociais, numa loja, num atendimento, numa aeronave, às vezes é questão de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então disseminar cada vez mais, esta Casa de vez em quando produz guias, difundir para a imprensa a questão dos direitos, a questão da convenção. Então isso tudo é muito importante para a gente avançar.

Até bem pouco tempo as pessoas com deficiência não saiam de suas casas; nós estamos, sim, ocupando os espaços. Talvez não na velocidade que a gente gostaria, mas nós temos, sim, tido apoio do poder público, dessas Casas legislativas, da sociedade em geral. Tem, sim, a questão do preconceito, às vezes de um tratamento atravessado, vamos dizer assim, com uma mãe sofrida que chega lá na agência, mas muitas vezes é por desconhecimento. Uma das coisas também que foi implementada recentemente foi o colar de girassol, de identificação da deficiência que não é visível.

A Manuella anunciou aqui a questão do atestado médico, do Atestmed. É muito importante para a síndrome de Down e para o autismo, porque o laudo seja para toda a vida. Quer dizer, qualquer um dos atestados vai servir sempre. Para que é que nós temos que passar por perícia para ver a condição do autista ou da síndrome de Down? Ele nasceu com síndrome de Down e vai ter síndrome de Down o resto da vida. Ele nasceu autista e ele vai ser autista, não é? Agora, como ela falou aqui, o atestado pode ser enviado e, se ele for validado, ele passa a ter direito a receber o benefício. Não tendo, a gente gostaria de lembrar aqui que o Governo tem feito um esforço na implementação da avaliação biopsicossocial. Porque aí também a gente já ouviu algumas críticas por aí de que agora vai valer o atestado e aí pode ser uma questão temporária também, não é? Que a avaliação biopsicossocial tenha esse valor, que a gente consiga implementar no Brasil, que são as questões das dificuldades que essa pessoa venha a ter, mas não ficar baseado num atestado, num laudo médico. O que é diferente da síndrome de Down e do autismo, que aí é a questão pela qual nós estamos aqui na representação da federação, e a Samara do autismo.

Eu queria agradecer. Fico à disposição e a gente pode também voltar em alguma questão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Presidente Cleunice Bohn de Lima, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que faz uma exposição importantíssima, mostrando como é o mundo real lá no dia a dia, as contestações que chegam junto à federação e os caminhos que podemos abrir.

Eu só vou deixar no ar, baseado na sua fala, eu recebi uma demanda lá no Rio Grande do Sul e eu mandei para a Consultoria para ver. Por exemplo, uma pessoa é mãe de uma pessoa com deficiência, ela não pode ficar sozinha de jeito nenhum, essa pessoa com deficiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, ela depende, para sobreviver, daquela mãe. Acontece – a vida é assim, porque é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo da vida – que essa pessoa vem a falecer e a mãe, que ficou todo o período cuidando dela, sobrevivendo ali, fica sem nenhum benefício, porque ela não podia trabalhar fora, ela teve que abandonar o trabalho. É um debate que eu sei que pode ser feito, enfim, está junto à Consultoria a situação desse familiar que dedicou a vida toda a cuidar dessa pessoa. Eles conviviam com aquela renda mínima que vinha do INSS, e como é que ela fica a partir daquele momento? Então, é algo que temos que olhar – com um olhar carinhoso, não é? – para ver qual a melhor saída.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para o cuidador, exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Paulo Paim, só para esclarecer que o projeto de lei está em tramitação. Era uma ideia do Deputado Eduardo Barbosa, já bem consolidada. Infelizmente faleceu no mês de agosto deste ano e foi, então, apresentado o projeto. E é exatamente nesse sentido, porque o BPC era a renda da família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da família, perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quer dizer, é verdade, tantas famílias que estão em situação de vulnerabilidade, então, se baseavam na renda. E como a Cleunice falou muito bem, a mãe deixa de trabalhar para atender o filho, vai aqui, vai lá, até o caso dela mesma, principalmente em situações de deficiências que exijam um cuidado maior ainda, porque o espectro da deficiência é muito variado. Então, o filho morre, a família fica sem renda e a mãe, que sustentava – normalmente é a mãe que sustenta – toda a situação fica assim, à margem.

Então o projeto de lei é para dizer: o filho morrendo, a mãe – quer dizer, a mãe, a cuidadora, dependendo do regulamento, lógico, tem que ter regulamento para tudo – continua recebendo durante dois anos o BPC, para se reposicionar na vida, até diria nem só no trabalho, na vida, não é? Porque com a morte de um filho você fica um tempo também até assimilar tudo, e não vai assimilar nunca, muitas vezes, mas tem que se reposicionar. Então a ideia... Mas só que isso é BPC, então é assistência, não seria propriamente do INSS, mas é um programa.

O Cleunice falou bem, que às vezes o processo de envelhecimento, o filho vai ficando idoso e os pais vão ficando idosos também, não é? Quer dizer, um idoso cuidando de outro idoso, e aí, como é que... Então a gente tem uma carência de políticas públicas de uma maneira geral também. Mas, no caso da morte do filho ou filha que tinha o BPC, a ideia basicamente é essa, é uma ideia que traz até pela fala, traz todo o sentido, de dizer, olha... É claro, tem que estar regulamentado, dito, visto, cada caso é um caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, foi perfeito, perfeito o esclarecimento, que não precisa entrar com outro projeto, que o projeto já está andando com esse objetivo.

Muito bem.

Vamos agora passar a palavra para a Sra. Samara Rocha de Oliveira Nascimento, representante da Associação Tudo Azul do Gama.

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Vou fazer minha autodescrição. Sou uma mulher branca, cabelos castanhos no ombro, estou vestida com um vestido estampado, com *blazer* vermelho, 43 anos, uso óculos e estou atual Vice-Presidente da Associação Tudo Azul, do Gama, e sou Coordenadora do Moab, do Gama, Movimento Orgulho Autista Brasil. Mãe do Isaac e do Carlos, que são autistas, e esposa do Carlos, também autista, meu marido e meus dois filhos.

Estou em Brasília há oito anos. Estou há seis anos na Associação Tudo Azul, e as demandas aumentaram. Nós atendemos hoje 1,5 mil famílias acolhidas na Associação Tudo Azul do Gama e todos os dias a nossa Presidente – que deve estar nos assistindo, a Leide, que é a cofundadora da instituição – recebe de cinco a dez famílias atípicas na nossa instituição.

Então, quando recebi o convite de vir participar da mesa, foi uma satisfação, porque não é de agora esse meu apelo que eu faço, não só ao INSS, ao atendimento do INSS, mas a todos os órgãos públicos, estaduais, federais, municipais, por onde eu ando, porque eu enfrento esse bastidor dentro de casa, com meus filhos e com quem eu acompanho.

E quando o Secretário – que é o Adroaldo Portal, que ele está lá na perícia, ele era meu ex-chefe – assumiu esse cargo lá no Ministério, eu disse: "É contigo! Eu vou bater na tua porta aqui agora, todo dia. Não vou mais lá no gabinete, não. Vou lá na tua porta, lá no Ministério da Previdência".

Eu o convidei para ouvir as famílias na Associação Tudo Azul, porque a agência do Gama foi fechada e hoje ela é um posto de atendimento Na Hora. Então, nós que moramos no Gama – eu sou moradora do Gama –, aquelas famílias que são atendidas, que precisam do atendimento da Previdência para fazer uma perícia social, uma perícia médica, têm que se deslocar hoje, neste ano elas passaram a se deslocar para Asa Sul, para Taguatinga. Então, aquela família que vem com uma pessoa, com um autista de nível de suporte 3 – eu tenho um filho autista de nível de suporte 3, que é um autista severo – percorre quase 50km para chegar a essa perícia, que é ali na Asa Sul. A mãe pega um ônibus, pega vários ônibus, dois ou três ônibus, para chegar nessa perícia. E um filho autista de nível de suporte 3, apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crise, ele grita; quem conhece aqui sabe a realidade, a situação. Então, ele já chega lá descompensado, ele é mal recebido desde a portaria, a recepção, a perícia médica, a perícia social, por toda a equipe.

Então, a gente começou a passar com frequência a acompanhar essas famílias da instituição que estão se deslocando do Gama para os outros locais de perícia. Eu acredito que não só o Gama, mas eu acho que o Brasil inteiro. Tem cidade no Maranhão que tem a agência do INSS – eu vou citar a minha cidade, onde nasci e me criei, Governador Nunes Freire, que é Maranhão –, a pessoa vai para Santa Luzia do Paruá, que eu acho que são quase 100km, para fazer uma perícia, ou vai para Santa Inês, ou vai para Caxias, São Luís. Então, são trajetos grandes. Aí, uma mãe que pega uma criança de nível de suporte 3, um autista, um cadeirante ou outra deficiência para passar por essa perícia, o filho já chega lá descompensado e é recebido por uma equipe que não é preparada, não tem conhecimento, não tem... Precisa-se fazer uma reciclagem, não só da perícia médica, da perícia social, perícia do atendimento em si, da recepção, de tudo. E, com esse deslocamento dessas pessoas com deficiência para passar por essa perícia, elas já chegam lá descompensadas. E quando o perito vê que o autista chega em crise... Aconteceu um caso ocorrido agora recente, aqui em Brasília, na agência da Asa Sul: eu acompanhei a mãe, o filho é nível de suporte 3, o filho começou a gritar, e a perita não quis nem receber. Foi expulso mesmo – porque eu fiz uma ouvidoria –, retirou a mãe de dentro da perícia e negou o benefício, porque o filho estava gritando, estava esperneando, chutando. E não teve suporte nem de segurança, nem de recepção, de nenhum atendente. A médica simplesmente mandou a família se retirar com aquela criança de lá. A mãe em prantos, chorando, eu coloquei no meu carro, vim conversando: "Acalma, que isso vai mudar, vai mudar!".

E quando o Adroaldo assumiu a secretaria lá da perícia: "Adroaldo, você é pessoa com deficiência, você me acompanha aqui, eu estou com você, trabalhando com você há quatro anos...". Eu vivo enfrentando também aqui nesta Casa... Neste ano não, que parou, porque eu tive que bater o pé na Casa. A gente recebe um auxílio-creche e a pessoa com deficiência, que tem uma idade mental inferior a seis anos, permanece naquele auxílio-creche. E a perícia daqui do SIS me fazia passar por constrangimento todo ano para trazer meu filho, que é o nível de suporte 3 – eu tenho dois filhos – para passar por essa perícia. E na última vez agora em que eu estive lá, estive até falando com a Diretora do Senado que não seria justo, não seria justo, era criminoso o que eu estava passando: passar por perícia todo ano com meu filho, de que a idade mental é menos de dois anos de idade.

Ele está com laudo, e o perito estava invalidando o laudo da médica, da neuro que já acompanha o meu filho há mais de um ano, desde um ano e seis meses, no diagnóstico. O médico perito invalida aquele relatório médico da neuropsicóloga e do neuropediatra, questionando... Eu acredito que ele não tenha conhecimento, mas, conversando com a Diretora do Senado e com a equipe da perícia médica daqui do Senado, aí validaram agora, e não vamos mais ficar aqui agora todo ano para validar a deficiência do meu filho, eles prorrogaram por cinco anos. Então, daqui a cinco anos, eu venho fazer outra perícia com o Isaac para saber se ele continua com a idade mental ainda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso, eu estou falando aqui me referindo à Casa, mas o INSS em si, na perícia médica... Eu acredito que veio esse avanço... Eu levei o pedido do atendimento humanizado ao Adroaldo, o Adroaldo foi ouvir a associação, foi ouvir aquelas famílias de lá do Gama sobre a carência em que nós estamos com aquela agência fechada, o nosso desespero. E não digo só o Gama, mas... Tem que ter acessibilidade para essas pessoas com deficiência.

A situação é de calamidade mesmo. Se não tiver uma reformulação com essa equipe médica, essa equipe da perícia, de conhecimento... Eu digo que eu acho que eles tinham que passar por uma reciclagem mensal; todo mês, eles deveriam passar por essa reciclagem mensal para saber o que é o autismo, o que é uma pessoa com síndrome de Down, quais são as deficiências... É para eles poderem se atualizar. Eu sou formada em Direito, sou bacharel em Direito, mas todo dia eu tenho que ler um capítulo de algum livro, eu tenho que ver a atualidade. Então, eu acredito que a perícia médica tem que se atualizar de tudo todos os dias, para ela poder receber essa pessoa com deficiência e essa pessoa não passar por esse tipo de constrangimento.

Quando eu passei a situação para o Adroaldo, o Adroaldo disse: "Não, vamos ao Ministro". Cheguei ao Ministro Lupi, que é uma pessoa cujo cérebro funciona a mil por hora, e, rápido, ele teve uma solução: "Samara, vou mandar para o Stefanutto". E foi o presente do Stefanutto no segundo dia de posse na Presidência: "Precisamos de atendimento humanizado nas agências da Previdência, precisamos de socorro de vocês". Não é um favor que nós estamos pedindo.

A perícia médica precisa ser atualizada, ela precisa ter empatia, não só a perícia médica, mas todos os servidores que atendem esse público, que é um público de baixa renda. Se ele vai lá procurar o BPC ou pedir o BPC, se ele vai procurar essa perícia médica para passar, é porque ele está necessitando daquele atendimento, ele precisa daquele atendimento. E, para que ocorra um atendimento humano, sensível, ele precisa passar por uma reciclagem. Eu sou a favor dessa reciclagem não só na perícia médica, na equipe médica dos peritos, mas na equipe social, na perícia social, até o segurança que recebe a gente lá na hora de fazer o raio-X.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – Ele manda a gente abrir a bolsa, não pode entrar com lanche, não pode entrar... E o filho é seletivo, não pode comer qualquer coisa, só come aquele biscoito, só come aquele salgadinho... Eu estou falando isso de uma vivência real que eu tenho vivido.

E a Associação Tudo Azul recebe pedido de socorro dessas famílias quase todos os dias. O pedido, o apelo que eu faço é ao Governador Ibaneis – porque isso é parceria também que ele fez com o Governo Federal, com o Ministério da Previdência – para que reativem a agência do Gama, porque os maiores prejudicados estão sendo as pessoas com deficiência e os idosos. Todas as pessoas que vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer perícia médica têm que se deslocar do Gama para ir ao Plano, para poder fazer essa perícia. Eu quero fazer um apelo a você: que reative, junto com o Ministério da Previdência, com o Ministro da Previdência. Eu já fiz esse pedido, mas eu não sou política, eu sou instituição filantrópica, eu sou associação. Eu estou ouvindo o outro lado.

Nós estamos com a agência fechada no Gama e em Ceilândia. A Ceilândia é outra cidadezinha que está com a agência fechada. Está todo mundo sendo atendido em posto de Na Hora, posto de atendimento. E posto de atendimento, para receber uma pessoa com deficiência, não tem acessibilidade. O Na Hora do Gama não tem rampa, não tem intérprete, não tem nenhum atendimento com acessibilidade para receber uma pessoa com deficiência, para fazer uma perícia, para fazer qualquer... Não tem nada!

Eu preciso aqui fazer um pedido de socorro: a reativação dessas agências, que elas retornem. Esse atendimento humanizado foi um pedido pessoal, porque eu estive lá, primeiro. Depois, levei a Cleu, que é a Presidente da Federação, levei o Moab, levei o Adroaldo, levei o Ministro da Previdência, levei o Presidente do INSS ao Gama, para conhecer uma realidade que só conheciam por televisão, não conheciam o bastidor. Então, a situação é delicada.

E a população de pessoas com deficiência, as pessoas no transtorno do espectro autista clamam por socorro, por atendimento, por empatia, empatia do poder público, empatia dos peritos da Previdência, empatia de todos os servidores, não só do INSS, mas eu acredito que de todos os órgãos.

Manuella, a iniciativa do atendimento humanizado partiu de mim. Fui lá levar esse pedido de socorro, Senador, fazer esse apelo, porque a gente recebe essa demanda todos os dias. Todos os dias, a gente recebe essa demanda, pedidos de socorro. Vêm pedidos de socorro do meu Estado, o Maranhão, onde hoje nós temos famílias que vivem em "jaulas". E digo "jaulas" porque a mãe bota uma grade na porta e na janela e deixa aquele filho lá. Estava até citando isso ainda agora para uma amiga. A mãe que vive lá fica recebendo aquele BPC e compra só aquela medicação controlada para dar para o filho, aquela alimentação. E quando ela não recebe, quando ela vai pegar aquele filho deficiente, que vive lá em situação...? Ela não tem condição de se deslocar até uma agência da Previdência, onde tem uma perícia. Por exemplo, Governador Nunes Freire fica a 100km... Para sair de Governador Nunes Freire e ir até Santa Luzia ou Caxias ou Santa Inês, eu tenho que fretar uma ambulância ou um carro para poder levar esse deficiente lá. E, ao chegar lá e ser recebido, na agência do INSS, por um perito desatualizado, que não tem conhecimento de autismo severo, que não tem conhecimento de limitação, que não tem empatia, é um sofrimento! É sofrimento para a família, é sofrimento para a pessoa com deficiência que se desloca para aquela agência para aquela perícia.

E eu creio em dias melhores. Eu creio no Deus que eu sirvo, em primeiro lugar. Eu creio que irá ter mudança. E já está tendo mudança, porque o Ministro Lupi é uma pessoa muito humana e ágil. Não teve Ministro melhor para o Presidente escolher. Eu digo assim: "Ministro Lupi, você é um superministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque você ouviu". Eu levei a neuropediatra que acompanha meu filho desde um ano e seis meses para o Ministro ouvir, porque o perito invalida os laudos da neuropediatra, ele nem olha o laudo, o relatório da neuropediatra que está acompanhando aquela criança desde um ano e seis meses; ele invalida aquele laudo do médico e vai só no que ele conhece mesmo; vai preenchendo aquele questionário dele lá, respondendo tudo e dizendo ainda que a deficiência daquele deficiente não é permanente.

O autista é permanente, a deficiência não tem cura. Então, se você nasceu autista, você vai continuar sendo autista; se nasceu com síndrome de Down, continua tendo síndrome de Down, como a Cleu estava explicando. São laudos de deficiência permanente.

E a Dra. Ellen é a neuropediatra que acompanha, eu acho, 70% das pessoas com deficiência daqui do DF...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – ... é uma pessoa que tem alto conhecimento do transtorno do espectro autista e de doenças raras. Foi a Dra. Ellen que o Ministro ouviu. Ela falou da real situação, uma realidade de que ele não tinha conhecimento. Quando a Dra. Ellen passou essa situação para o Ministro, o Ministro disse que "não, é assim, assim" e começou a trabalhar.

E o trabalho está avançando. Eu estou feliz, porque essa semente que eu plantei está crescendo.

Eu lhe agradeço, Adroaldo. Oro a Deus todos os dias pela sua vida, porque você é minha inspiração aqui dentro do Senado, foi minha inspiração. Meus filhos e meu marido são minha inspiração, mas o Adroaldo foi peça fundamental, porque ele me ouvia, todos os dias ele me ouvia. Eu chegava cedo, ele chegava cedo e me ouvia, ouvia meu apelo que eu fazia sobre o auxílio-creche, as perícias do Senado; e ouvia os relatos que eu fazia das mães que eu ouvia, porque, no horário inverso, eu estava na instituição. Quando eu não estava na terapia, eu estava na instituição recebendo aquelas famílias, famílias de baixa renda, que não têm meios de sobrevivência.

Tem sido melhor...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – Obrigada, gente.

O tempo é curto, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ainda tem mais... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – Eu quero agradecer à Dra. Ellen. A Dra. Ellen é uma neuropediatra que entende e atende a pessoa no transtorno do espectro autista – Dra. Ellen Siqueira.

Quero agradecer a toda a equipe que está nos assistindo, da instituição. Quem quiser visitar a Associação Tudo Azul... Nós temos mais de 1,5 mil famílias acolhidas no transtorno do espectro autista.

Nós estamos em sofrimento com essa agência do Gama fechada, porque, para as pessoas com deficiência se deslocarem de lá até o Plano para as perícias, elas sofrem. E não é só um dia de sofrimento. A mãe atípica sabe que, quando o filho vai passar por uma perícia médica dessa, o filho fica descompensado, o benefício é negado, o médico perito ainda diz que a deficiência não é permanente. Eu acho injusto, criminoso ele falar uma coisa dessas para uma pessoa com relatório médico de um médico que acompanha o filho desde um ano e seis meses – o perito dizer que a deficiência não é permanente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E só para dizer que tem mais um minuto ainda. Vai lá.

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – O autismo não tem cura; não é doença, mas é uma deficiência permanente – é uma deficiência permanente.

O apelo que eu faço aos peritos médicos: tenham empatia, tenham empatia. Quando você receber uma pessoa no transtorno do espectro autista na sua perícia, dentro do seu consultório, em qualquer agência da Previdência – não só aqui, em especial no Gama, mas no Maranhão –, tenha empatia, procure conhecer. Não tem os intervalos de almoço? Não tem um intervalo quando chegar à sua casa? Procure no Google o que é uma pessoa no transtorno do espectro autista, como fazer uma intervenção, como receber... O Google é o dicionário aí da gente, não é? É só botar no Google que o Google vai ensinar, já que você não quer se atualizar. O apelo que eu faço é que se atualize a equipe da perícia médica; que ela se atualize, procure conhecer, saber o que é deficiência permanente antes de você responder a um questionário de que a deficiência da pessoa não é permanente, invalidando aquele relatório médico da neuropediatra ou, então, do psiquiatra.

Obrigada, Senador Paulo Paim.

E agradeço à Cleu, à Manuella, a todos aqui.

Ao Senador Flávio Arns, um abraço.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. A bacharel em Direito Samara Rocha de Oliveira Nascimento, representante da Associação Tudo Azul, do Gama, que fez uma bela exposição. Eu gosto muito de falar do mundo real. Você falou do mundo real, porque você está lá no convívio, inclusive na sua experiência como mãe, do tratamento e do que vem acontecendo e faz um apelo, a que quero me somar. É claro que a gente não pode aqui resolver o problema de todo o país, mas, quanto ao apelo que você faz aqui, eu já peço à Comissão que a gente saia desta audiência pública com um pedido para que sejam reativadas as agências do Gama e da Ceilândia, pelo que você falou – agências do Gama e de Ceilândia. Quero dizer que a sua história, a sua caminhada... O nome desta audiência pública foi baseado no atendimento humanizado que você tanto pregou e continua defendendo. Então, meus cumprimentos.

O Ministro da Previdência, o Carlos Lupi, tem a mesma visão que você tem. Muitos ficam dizendo... Sim, mas acham que é fácil pegar um ministério como ele pegou, com tudo que ele vem fazendo? Eu tenho muita admiração, carinho e respeito pela trajetória dele, eu o conheço – o Ministro Carlos Lupi conheço acho que faz 50 anos. É um homem que tem compromisso com as políticas humanitárias. Então, quero me somar aqui às falas que você fez em relação ao Ministro Carlos Lupi.

Nós temos uma convidada ainda – ela chegou um pouco depois e, por isso, não estava na mesa – que é a Dra. Marília Gava, Perita Médica Federal do INSS.

Para não desmontar a mesa, a senhora se dispõe a falar de onde está? A filmagem é a mesma. É como se na mesa estivesse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela se dispõe a trocar com a senhora já. As mulheres se entendem com facilidade. Às vezes, está com uma mesa só de homens em que fica olhando um para o outro para ver qual é que vai sair da mesa. Por isso, eu tive o cuidado de dizer que a senhora poderia falar dali, mas, de pronto, a Sra. Cleunice cedeu o lugar aqui na mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Aí do lado desse menino aí, que tem ajudado muito o trabalho nessa área.

Por favor, a fala é com a senhora agora, Dra. Marília Gava, Médica Perita Federal.

A SRA. MARÍLIA GAVA (Para expor.) – Muito obrigada. Bom dia.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, o Senador Flávio Arns. Cumprimento a plateia e a mesa, nas pessoas de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu estava na expectativa de que o Adroaldo viesse e, por isso, eu deixei o meu nome como *standby* ali.

Eu fiz ainda aqui uma apresentação. Na verdade, essa apresentação é bastante longa. E eu pretendo passá-la correndo, mas tem alguns conceitos que eu acho que é bom a gente trazer, para conversar sobre eles.

Primeiro, quero me apresentar aqui. Sou uma mulher branca, passei da meia-idade. Estou de cabelo preso e estou com uma roupa clara, bege, e uma blusa branca com uns desenhos.

Eu sei não nem por onde começar – se eu sigo lá, se eu sigo aqui –, mas... (*Pausa.*)

Eu fiz aqui uma apresentação; na verdade, um roteiro para falar um pouco do BPC na linha do tempo; do que é esse modelo biopsicossocial para avaliação da pessoa com deficiência na questão do BPC, para o acesso ao BPC; da avaliação biopsicossocial unificada da deficiência, que é um instrumento em que a gente está trabalhando hoje; do Índice de Funcionalidade Brasileiro, que é a raiz, vamos dizer assim, dessa avaliação unificada; da determinação social da doença, porque daí a gente conhece um pouco mais o campo não apenas da doença, mas, sim, da situação da deficiência e da incapacidade como um todo; e de onde que entra a humanização nisso aí – os conceitos, as práticas, alguma coisa a respeito. E incluí alguns aspectos da ética profissional e da ética do servidor público, que norteiam o que é humanização do atendimento.

É uma apresentação bastante extensa, que, principalmente nessa parte mais final, vai voltar mais para o perito médico do que para a gente aqui. O nosso objeto aqui é mais voltado para uma apresentação de dez minutos; então, não vai dar tempo de eu passar tudo, mas vou deixar essa apresentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero lembrar que são dez minutos com mais cinco. São quinze, no mínimo são quinze.

A SRA. MARÍLIA GAVA – Está certo.

Então, aí nós vamos passar um pouco, lembrar que, desde a nossa Constituição Federal, a gente já tem ali que "a assistência social será prestada [...]" para as pessoas que têm... Na verdade, naquela época, eram determinadas como pessoas "portadoras de deficiência ainda e promoção da sua integração à vida comunitária". E a garantia, já na Constituição, no art. 206, do salário mínimo, que veio depois a ser regulamentado pela...

Parece que está faltando um pedaço em cima, não sei.

... que foi regulamentado pela Loas, pela Lei Orgânica da Assistência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1993, a pessoa portadora de deficiência já era definida como "aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho". Então, eu quero um pouco direcionar, que, assim, não é só o papel do perito, é também o que vem no conceito. Quando muitos dos peritos entraram para a Previdência, era este o conceito: "aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho", já voltada àquela mesma história da "pessoa portadora de deficiência", não era a "pessoa com deficiência". Então, esse conceito vai nortear um pouco também do que veio se acumulando nas práticas da perícia médica, certo? Ele norteia isso.

Eu não sei para onde que eu aponto, que ele vai... Não conseguir ainda dar certo com esse trem aqui. (*Pausa.*)

Ah, entendi. Acho que agora entendi.

Bom, e aí vocês estão vendo que tem as datas, não é? Nós começamos lá em 1988. Em 1993, veio a Loas. Aí, em 1998, o médico perito passou a fazer avaliação – ser responsabilidade da perícia médica do INSS fazer avaliação da pessoa com deficiência. Em 1999, nós temos a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. E aí, já mudou um pouco o conceito. Em 1999, a deficiência era o quê? "Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano". Ampliou bem mais o conceito de deficiência. Não era só "incapacidade para a vida e para o trabalho". E ainda definiu o que era permanente, que era quando a essa deficiência estabilizava, não permitindo possibilidade de se alterar nem com tratamento, como ela mesma disse aqui – a deficiência permanente. E diferenciou a incapacidade como "uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa [ainda] portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar [...]". E ainda definia lá deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla.

Mais ou menos nessa época, a perícia começou a fazer a avaliação. E o exame médico...

Ah, meu Deus. Não consigo. Ah, eu acho que agora vai. Não. Não.

Bom, eu acho que eu vou falar sem isso aqui, porque eu não estou conseguindo nem acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai comentando o tema.

A SRA. MARÍLIA GAVA – Eu vou comentar.

O que a gente tem é que, nessa época, a perícia avaliava... A gente tinha um acróstico de cinco itens que a gente avaliava na pessoa com deficiência para conceder o BPC. Então, era o quê? Avaliar se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa conseguia fazer, com independência, comunicação... Se ela se comunicava sozinha, se ela se vestia sozinha, se ela se alimentava sozinha, se ela se locomovia sozinha e se ela se higienizava sozinha. Então, precisava não estar dando conta de fazer sozinha pelo menos quatro desses elementos aqui para levar o benefício. Então, vocês imaginam como que era o deferimento do BPC até essa época aqui. Até que, quando foi em...

Eu já vou pular aqui.

Dá para fazer. (*Pausa.*)

Então, pode passar.

Em 2009, foi feito um concurso dentro do INSS, entraram os assistentes sociais e aí nós começamos a trabalhar em cima de um outro conceito, o da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa convenção já trouxe conceitos diferentes, e isso foi introduzido na prática de avaliação da pessoa com deficiência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – O preâmbulo da convenção é o conceito mais amplo, porque ele pega, de fato, o guarda-chuva do conceito de deficiência e reconhece que a "deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas". Então, esse conceito saiu do corpo da pessoa; saiu do corpo e passou para essa pessoa no ambiente em que ela está.

Volte um pouquinho só.

E aí, o que foi utilizado mesmo no conceito da nossa lei está aí no propósito do Artigo 1 – praticamente hoje tem algumas diferenças, mas são poucas em relação a esse conceito aí, que é usado praticamente até hoje.

O que é a pessoa com deficiência? Já vê que a gente não fala mais em "portador". Ela não porta deficiência com si, ela tem uma deficiência, é uma pessoa que tem uma deficiência. Então, "são aquelas que têm impedimentos de longo prazo [os impedimentos aqui são aquilo que está no corpo da pessoa] de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras [que estão no ambiente, que estão na vida], podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".

Até aí, o que a gente tinha na época... Uma ação civil pública no Acre obrigou que os peritos deixassem de avaliar a deficiência em cima daqueles cinco acrósticos, daquelas cinco perguntinhas, não é? Então, se a pessoa entrasse no consultório, abrisse a porta, andasse, caminhasse até a cadeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falasse "bom dia", ela já se locomoveria sozinha, ela já se comunicaria sozinha, ela teria autonomia suficiente para se higienizar sozinha, para se vestir sozinha. Acabou. Essa daí já não levaria o benefício, entendeu? Então, o indeferimento era enorme.

Depois dessa ação civil pública, definiu-se que não era para se avaliar a pessoa com base nesse acróstico, mas, sim, na capacidade dela para a vida independente – e não apenas para isso –: "para fins de comprovação da deficiência e como definição da incapacidade para a vida independente, a incapacidade econômica do postulante de prover a própria manutenção por outros meios que não o trabalho".

Então, aí se começou a introduzir novos conceitos e a perícia... Muitos dos peritos que estão hoje entraram, a maioria, naquela época, no concurso de 2005/2006. A gente segue o que está na lei, entendeu? Então, assim, não é uma coisa fácil você chegar na perícia e dizer: "Agora mudou. Tudo isso nós vamos avaliar de uma forma diferente".

Foi uma mudança de paradigma muito grande quando a gente começou a construir o novo modelo da avaliação da pessoa com deficiência. E aí, já em 2007, se criou um grupo de trabalho que começou a discutir o modelo único. O primeiro foi um modelo único, que foi até num decreto que não tem número. Eu vou falando aqui, porque não vai dar para mostrar ali, porque eu fico mais perdida do que... Então, assim... E o tempo está correndo aqui.

Esse decreto de 2007 foi já para criar um modelo único. E esse mesmo modelo único é o que a gente está tentando construir até hoje. Com base em quê? Com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Vocês já devem ter ouvido falar na CIF, não é? Então, ela ampliou o conceito, porque antes a avaliação era definida e determinada com base numa CID, que é Classificação Internacional de Doenças.

Eu já escutei até muito Deputado médico dizendo aqui: "Basta eu olhar que eu já sei se é uma pessoa com deficiência ou não".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – Então, aqui mudou o paradigma; mudou porque a gente começou a tratar a deficiência por meio de uma avaliação biopsicossocial. E o que é isso? A gente vai ver essa pessoa no conjunto dela, na sociedade, com base nas barreiras que ela enfrenta no ambiente que ela tem. Então, ampliou esse conceito de forma tal que nós precisamos da avaliação social também para enxergar qual é esse meio ambiente em que a pessoa está inserida. E a gente utiliza elementos da CIF, dessa Classificação Internacional de Funcionalidade – vou tratar só até o "f", mas é incapacidade e saúde –, que tem outros elementos, que não só a doença, para se classificar a pessoa com deficiência, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a gente tem que comentar um pouco dessa origem, porque a perícia vem, na maioria das vezes, dessa condição. Alguns peritos entraram em 2010 e outros em 2011, e depois disso acabou, não tivemos mais concursos, entendeu? E a gente está considerando, principalmente o autismo, porque ele teve um... Talvez, não sei se por acesso, por facilidade maior de diagnósticos, porque as pessoas agora estão mais preocupadas com as crianças mais agitadas, ou também pode ser que tenha aumentado o número de casos de autismo, não é? Então, no começo, os peritos não estavam muito acostumados a lidar e fazer a avaliação dessas pessoas, entendeu? Então, acho que, assim, a gente tem que considerar que, com certeza, há necessidade de a gente atualizar e capacitar os peritos. E a gente sabe que também temos aí uma fila enorme.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – E hoje a gente tem cuidado mais dela, porque houve um acúmulo de casos nos últimos tempos, certo? A perícia, antes, tinha um número x de perícias que ela fazia por dia. Hoje, esse número é x menos três. Faziam-se 15 perícias por dia, agora já está em 12 perícias por dia. E aí se criou esse Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), que é essa lei que foi aprovada aqui no Congresso recentemente. Ela foi publicada agora em novembro, no dia 17 de novembro. Ela é de 16 de novembro. E ela exatamente está incrementando modelos, formas novas de se avaliar a incapacidade para o trabalho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – Com isso, a incapacidade temporária para o trabalho está sendo mais resolvida por meio desse Atestmed.

Vou deixar aqui – é pouca coisa que eu tenho aqui, mas a gente encontra mais na internet – esse *folderzinho* do Atestmed. Então, a análise documental do atestado médico, que já foi comentada aqui, está sendo a prioridade para se avaliar a incapacidade para o trabalho. E, na ponta, a gente tem feito mutirões de avaliações presenciais em que a gente prioriza o atendimento da pessoa com deficiência, certo? Então, assim, hoje a gente não tem o Atestmed para a avaliação biopsicossocial, porque ela exige uma avaliação de elementos muito mais detalhados do que apenas um atestado médico. Então, não se faz hoje avaliação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – ... para esse benefício por esse meio, mas a gente tem feito e incrementado as perícias por meio de mutirões presenciais, certo?

Bom, a gente tem mais coisas aí para falar, mas o que eu gostaria de dizer é deixar esse enfoque: a gente não tem mais a avaliação da pessoa com deficiência por meio de uma CID, por meio de uma doença, uma classificação, mas, sim, exige-se uma participação multiprofissional e interação entre as disciplinas para se chegar à conclusão da pessoa com deficiência. É basicamente isso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi a perita médica federal do INSS, Marília Gava. Eu estava aqui procurando, estava com um monte de papel e eu nem bati palmas para ela, mas vou bater agora. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Veja bem, a Dra. Samara teria aqui algumas colocações que gostaria de fazer, mas nós temos que seguir um rito aqui agora, a senhora vai ter oportunidade, porque teremos uma outra sessão em seguida, e eu vou precisar muito do Senador Flávio Arns. Então, agora eu vou passar a palavra para o Senador Flávio Arns, para ele fazer as suas considerações. Ele, que é um conhecedor do tema aqui, para mim um dos melhores conhecedores do tema aqui do Senado da República.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Presidente, sempre o Paulo Paim é supergentil com a gente, porque eu acho que todas as falas foram tão boas, tão importantes e necessárias, tanta gente conhece o tema. A gente pode dizer que eu me dedico ao tema também, até pelo fato também de ser pai. Meu filho com 48 anos de idade faleceu agora no mês de agosto, e a gente ainda está sentindo muita falta dele também, porque ele preenchia um espaço importante na casa, na alegria e no prazer de viver.

Eu gosto muito quando a gente escuta as famílias. Eu acho que um passo essencial é escutar as famílias e outro passo essencial é escutar as próprias pessoas com deficiência, a autoadvocacia, a autodefensoria – nada sobre nós sem nós, como o pensamento que costumam colocar. Então, tem que escutar as famílias e tem que escutar as pessoas com deficiência. E os órgãos públicos, o Senado, a Câmara, têm que agir para que os desafios apontados sejam ultrapassados, minorados, ultrapassados, abordados de alguma maneira. Então, essa é a nossa atribuição.

Então, gostei muito do que a Cleunice falou, do que a Samara também colocou, como mães, também o Rafael, que fez uma apresentação muito boa, a Anna Paula, e também o esforço que vem sendo feito – não é, Manuella? –, porque a gente sabe que o desafio é grande, mas tem que ser enfrentado, assim como também, agora, a Dra. Marília, que falou também. Então, é nesse sentido.

Muita coisa se falou de políticas públicas, porque há muita dúvida, como o Rafael colocou: "Ah, eu tenho o BPC, vou trabalhar. Vai ficar congelado. Se eu perder o trabalho, eu volto a ter o BPC?". O pessoal fica na dúvida, na insegurança. Ganha mesmo? É difícil? Quais são os entraves? O Rafael pode sempre nos ajudar a entender essa área, não é verdade? "Ah, eu tenho o auxílio-inclusão." Isso está bem divulgado, como ele falou. Também tem que divulgar, é um auxílio importante. E, ao mesmo tempo, 60%, 70% das pessoas com deficiência no Brasil não têm o ensino fundamental. Que tipo de trabalho essas pessoas vão conseguir? Não vai ser mais do que um salário mínimo, ou por aí.

Então, é todo um conjunto de políticas públicas que têm que ser abordadas, na educação, na assistência. É como a Samara colocou: a pessoa tem o BPC, para de receber e não consegue comprar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédio. Ter que comprar o remédio com o BPC é uma distorção da política pública. A gente tem que entender isso no Brasil, porque a pessoa tem que ter o direito ao medicamento assegurado. O BPC é para melhorar a vida, ter mais comida, mais roupa, um pouquinho mais, pelo menos, porque é um salário mínimo também. "Ah, graças a Deus, eu tenho BPC e compro medicamento." Não, o medicamento tinha que estar lá, na farmácia, disponível para a pessoa. Então, nesse sentido, o BPC...

A gente tem que lembrar que o BPC é um benefício da assistência. Há muita confusão no Brasil; não é da previdência, é da assistência. Utiliza-se a infraestrutura da previdência, que, como a Manuella colocou muito bem também, com muita sensibilidade, está espalhada pelo Brasil, nas 1,5 mil agências que você mencionou. Então, a cada três, quatro municípios, tem uma agência mais próxima da pessoa. Então, é um recurso da assistência para a previdência.

E há muitas dificuldades do BPC, porque tem famílias, as mães... A gente já falou antes, não vou repetir a questão das mães que deixam de trabalhar, ao mesmo tempo, a questão da área da deficiência, que a Samara colocou bem. Se você pegar o autismo, nível um de apoio, dois de apoio, três de apoio, são coisas completamente diferentes, mas isso é em todas as áreas: deficiência intelectual, rebaixamento. Tem gente na área intelectual que está indo para a Olimpíada. E tem gente na área intelectual que está na cama, deglutindo, respirando, melhorando a condição de vida. Paralisia cerebral, a mesma coisa. Casos e casos que a gente tem, como deficiência múltipla, distúrbio de conduta, porque a Lei Brasileira de Inclusão fala: "mental, intelectual". Intelectual é significativamente abaixo da média; mental... Eu acho que a lei está se referindo – porque estão os dois: "mental, intelectual" – ao distúrbio mental. E o pessoal também chega ao INSS com transtorno mental, e muitos médicos desavisados dizem: "Pô, você não tem nada". Você olha para pessoa e diz: "Você não tem nada", porque não está no momento de necessidade para ser atendido. Então, falta, lógico, muito. A Samara colocou muito bem isso, que tem que haver, assim, alguma coisa.

Eu só acho o seguinte: todo mundo falou de avaliação biopsicossocial, que está na Lei Brasileira de Inclusão, que é de 2015, já estamos há oito anos, mas nós não temos uma avaliação biopsicossocial no Brasil. Inclusive, eu fiz uma reunião há cerca de um mês, com a Comissão Interministerial, e eles falaram que eles acham, e foi uma reunião muito boa, que vai ter uma versão para junho do ano que vem – junho do ano que vem. Então, daqui a um ano, nove anos depois da lei. Então, por que isso? Porque uma avaliação biopsicossocial tem que servir para o Amazonas, tem que servir para o Paraná, tem que servir para a periferia, para uma comunidade quilombola, porque é uma avaliação, é um instrumento nacional.

E a UnB já tinha desenvolvido uma pesquisa nesse sentido, cinco anos atrás, porém não foi utilizada, porque havia – não é, Manuella? – um contencioso, eu diria, naquela época, entre o INSS e a Secretaria da Pessoa com Deficiência, porque o INSS, de uma certa forma, queria assumir, aí seria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo médico, e a pessoa com deficiência dizia: "Não, é biopsicossocial, é um conjunto", quer dizer, a gente tem que entender o ser humano.

Agora, eu penso o seguinte também – sabe, Manuella? –, porque a gente quer diminuir a fila, quer dizer, não dá para ter fila, as pessoas têm que entender mais, a gente ter a sala multissensorial, eu diria, é muito tempo para isso. Eu acho que temos que ter, no meio-tempo, algumas soluções mais rápidas, por exemplo, 1,5 mil agências, tem que ter um ponto focal na agência, quer dizer, alguém que esteja habilitado com cursos, qualificação, para atender, entender, pelo menos, da área da pessoa com deficiência – síndrome de Down, autista, tal –, vai lá, acompanha no médico e tal. Não precisa ser contratado para isso, um ponto focal. E tem que ter treinamento, qualificação contínua, para saber o que é isso, porque mesmo 40 minutos, para fazer uma avaliação, é pouquíssimo tempo. Até você falou, é um tempo longo, mas é um tempo totalmente impossível de você ter uma avaliação adequada da necessidade que uma pessoa apresenta.

Mas o que acontece com as pessoas? Acontece, certamente, com a Cleunice e com a Samara, os filhos nossos são avaliados desde que nasceram. É oftalmologista, é otorrino, é neuropediatra, é pedagogo, é avaliação, é anamnese, não sei o quê, testes e tal, quer dizer, o que mais acontece é avaliação. A maior parte das pessoas com deficiência já estão avaliadas, vamos dizer assim. Todo mundo sabe o que tem, o que não tem. A Samara procurou colocar isso. Então, o pai chega e diz, e eu dizia também: "Mais uma avaliação agora, mais uma! Nós já temos dez, oito, sete, seis e agora mais dez".

Eu fiz a perícia aqui do Congresso Nacional, fiz a perícia do meu filho, no caso, porque ele era dependente. E eles colocaram no laudo: laudo permanente – laudo permanente –, não precisa refazer, porque é permanente. Se é autismo, o autismo é uma condição permanente, a pessoa vai ter autismo, por enquanto, pelo menos – talvez surja sabe lá alguma coisa no futuro –, no momento é uma condição permanente; vai melhorar, progredir, ter mais condições dentro da condição permanente. Não é verdade? A intelectual é intelectual; paralisado cerebral é paralisado cerebral. E não é demérito nenhum dizer isso. Então, a pessoa tem uma condição permanente e vai, então, assim para a frente também.

Então, há muito debate ainda, muita discussão nesse sentido e que a gente tem que pensar em como fazer para ajudar e ter, assim, mecanismos mais rápidos. Eu acho que tanta coisa – sabe, Paulo Paim? – foi trazida na reunião de hoje, sobre pontos simples, e todos importantes, eu quero dizer. A Manuella está aqui representando e falou bem, ela também está fazendo o esforço dela dentro de uma estrutura que vinha sem funcionários, diminuiu pela metade com problemas nesse sentido.

Agora, por exemplo, no Paraná, vou dar o exemplo, são 70 mil crianças incluídas na escola comum, 70 mil; todas têm avaliação, todas têm avaliação. Não pode entrar na escola comum e colocar no censo que é uma pessoa com deficiência lá no Paraná... E o Paraná atende 120% da população em idade... Aí vocês podem dizer: "Como que atende 120%? Acaba nos 100%". É que os dados nossos também... Então, os dados – o que a gente aponta? – estão errados. Por quê? Porque no Censo de 2010

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era 23%, vinte e três por cento e alguma coisa; no Censo de 2022, é seis ponto... Imagina, diminuir de 23% para 6%? O critério que foi adotado, quer dizer, caiu de 23% para 6%. A Pnad Contínua, até foi mencionada aqui, é nove e pouco por cento.

Então, lá no Paraná, em idade, o pessoal da escola, não precisa fazer mais uma avaliação. A pessoa com síndrome de Down: tem síndrome de Down? Tem síndrome de Down. "Ah, mas terminou o ensino médio, começou a trabalhar, tem faculdade e tal, essas coisas." É só cruzar os dados da Receita Federal com... Agora, aquela questão de não ter condições de prover a própria subsistência, felizmente a pessoa está trabalhando ou não, e tal...

Então, eu acho que esses mecanismos você diminui. E nos outros estados é assim, muitas pessoas, pelo menos, é nessa linha também. Então, sobre essa avaliação biopsicossocial, todo projeto de lei que a gente aprova aqui, a gente coloca: "segundo avaliação biopsicossocial a ser concretizada", porque agora no meio-tempo tem que ficar esperando a avaliação. Cada um faz a sua avaliação, e, com cada um fazendo a sua avaliação biopsicossocial, no final não dá certo também, porque cada um... Claro, eu tenho um pensamento, a Dra. Marília também tem um pensamento, outro tem outro pensamento, e as coisas não são assim. Até para ficar tudo de acordo com a Lei Brasileira da Inclusão, que é uma condição que pode ser dificultada ou facilitada...

Por exemplo, o pessoal fala de acessibilidade. Agora, tem uma condição... Por exemplo, a criança autista, a pessoa autista que chegou e teve, assim, um surto e tal, e não estava sendo atendida. Então, se você tiver um ponto focal – "1,5 mil pessoas" – e investir nisso, a pessoa pode ir a casa talvez. Vai a casa lá, quer dizer, a pessoa já entende: "Já tem um laudo que diz que é autismo tipo 3". Pô, a pessoa vai andar 50km para fazer a avaliação? Vai à casa da pessoa lá – tem assistente social e tal –, porque não são muitos, não são todos os casos. Tem o tipo 1, que está fazendo Medicina, residência, Direito, artista, tal; tem o 2; e tem o 3, que tem mais dificuldades.

"A criança tem deficiência intelectual múltipla", alguém já sabe, já vai saber o que é múltiplo, o que é cego, surdo, com deficiência intelectual, física, junto. Pô, a mãe trazer a criança a um posto de perícia? Eu digo: olha, não dá, não é, Manuella? Eu sei que é complicado, difícil, mas, sabendo que tem avaliação, eu diria: lá, no Paraná, é até 25 anos.

Agora, tem um problema, o pessoal vai trabalhar... De acordo com o censo escolar, você teria que ter 4 milhões de pessoas com deficiência na escola comum; você tem 1 milhão. Então, até se resolver esse problema, a gente tem que se debruçar sobre ele. De 1 milhão para 4 milhões, faltam 3 milhões aí que não estão estudando e vão continuar nessa coisa de não ter o ensino fundamental completo.

Então, eu acho que a audiência, para finalizar, foi tão interessante, com os pontos trazidos pelo Rafael, assim, pela sensibilidade e conhecimento da Manuella, também das mães, da Amanda e da Cleunice, e também da Marília e da Anna Paula, que participou remotamente também, que tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel fundamental no Governo Federal, que a gente poderia – sabe, Paulo Paim? –, como sugestão, pegar todos esses itens e ver no que a gente pode colaborar para que essas coisas se aprimorem – não vou nem dizer "melhorem", porque não quero ter nenhuma fala negativa, porque foi tudo positivo aqui –, no sentido de a gente dizer que é um desafio, e que a gente tem que ultrapassar o desafio, não é verdade? Basicamente, é isso.

Quero parabenizar os expositores e dizer que a gente tem que continuar refletindo e pensando, porque o objetivo aqui era o atendimento da pessoa com deficiência no INSS, então não ter fila; diversidade das pessoas; problemas que as famílias enfrentam; falta de compreensão; como diminuir a fila; e a sala multissensorial, que é um esforço grandíssimo que vocês fariam. Eu iria, assim, pelo menos na primeira etapa, numa coisa mais simples e com resultados que seriam bons também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, como eu dizia, um dos melhores especialistas do tema.

Só que eu errei, fiz uma injustiça com V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fiz uma injustiça com V. Exa., porque eu falei do Senado; não é do Senado, é do Congresso Nacional! É Câmara e Senado, viu? Se eu tivesse que chamar um Parlamentar para falar do tema, chamaria sempre V. Exa., fosse aqui ou fosse na Câmara.

E eu fui Deputado com ele lá na Câmara. Então, conheço a história bonita e exemplar da sua caminhada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E, além de tudo, não podemos mentir em relação à nossa idade. (*Risos.*)

Você é de 1950.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou de 1950.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sou de 1950 também, só que ele é muito mais velho, porque nasceu uns meses antes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nasci em 15 de março, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é, eu sou só de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, ele ganhou, é alguns meses mais jovem, viu? Ele continua jovem, intelectual e preparado para defender as grandes causas.

Nós temos um segundo momento agora e temos ainda a sessão deliberativa, mas, por orientação aqui da mesa e de ofício, eu tenho que ler as perguntas do e-Cidadania. Eu leio, depois vamos para as considerações finais de todos os nossos painelistas. Quem quiser responder a alguma pergunta responde; ou faz um comentário sobre a audiência. Fiquem bem à vontade.

Perguntas.

Marlissa da Silva, do Rio Grande do Sul: "Por que ceratocone não é considerado deficiência suficiente para [...] [o afastamento pelo INSS]?".

Brenno Batista, de São Paulo: "[...] [qual é o andamento] da pauta de inclusão do ceratocone como [...] [deficiência]?". Depois alguém fale sobre isso, por favor.

Está bom, já tem alguém escalado ali.

Diene Rodrigues, do Paraná: "Quando uma pessoa com deficiência auditiva for [...] [a] uma perícia, haverá um tradutor?".

Andressa Silva, de Pernambuco: "Por que o INSS tem negado o BPC para autista de nível leve, alegando que a deficiência não é permanente? O autismo [...] não tem cura!", ela responde.

Alexandre Silvana, do Rio de Janeiro: "Por que [...] [a pessoa com deficiência permanente tem] que apresentar laudo médico a cada dois anos [...]?".

Dariele da Silva, do Rio Grande do Sul: "A humanização do atendimento do INSS é urgente e representa a efetiva aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência", a Lei Brasileira de Inclusão.

Marcelo de Sousa, de São Paulo: "O atendimento humanizado precisa acontecer [...] [com urgência]. Pois é um absurdo [que] uma pessoa [...] [tenha] sua deficiência desacreditada".

Fernanda Mascalim, de São Paulo: "[...] [Deveria haver] uma forma de humanizar e garantir o atendimento prioritário, conforme o grau de necessidade de atendimento".

Jorge Luís, do Rio Grande do Sul: "Por que o INSS não faz mais concursos para admissão de servidores com conhecimento de atendimento humanizado às pessoas com deficiência?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernanda Mascalim, de São Paulo: "Como deve ser tratado o atendimento prioritário e humanizado num local em que todos os presentes necessitam de atendimento prioritário?".

Wendson Vital, da Paraíba: "O atendimento a PCDs devia ser humanizado, devido à própria condição do paciente. É possível melhorar com o uso da tecnologia de triagem?".

Larissa Lira, de São Paulo: "[...] por que o atendimento do INSS [...] desconsidera as singularidades de cada caso?".

Fabiana Meskita, do Ceará: "[...] [por que] o INSS não cria polo de atendimento na zona rural para facilitar para pessoas de baixa renda sem instrução"?

E, por fim, Andressa Silva, de Pernambuco: "Os recursos abertos para os processos negados nunca são analisados dentro do prazo estipulado pelo INSS".

Edna Vaz, de Minas Gerais: "Seria interessante que houvesse tradutores de libras disponíveis. Além de humanizar, demonstra respeito à diversidade".

E por fim: quais os profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar para avaliação biopsicossocial? Apenas peritos médicos e assistentes sociais ou outros profissionais? Como os médicos peritos estão se posicionando quanto à avaliação da pessoa com deficiência a não ser apenas médica? Quem assina a avaliação da pessoa com deficiência? Qual o peso de cada profissional?

A minha obrigação é ler tudo, seja para o bem ou para o mal, como alguns dizem, sejam críticas ou elogios. Vocês não precisam responder – a Comissão poderá responder às perguntas –, mas, se alguém quiser destacar alguma pergunta que ouviu, poderia responder.

Agora, vocês terão, para podermos encerrar, no máximo cinco minutos cada um. Todos falarão outra vez, inclusive a Anna Paula Feminella, que está por videoconferência.

Eu vou seguir aqui a mesma ordem que iniciamos.

Então, passo a palavra, em primeiro lugar – mas terá que ser por cinco minutos mesmo, porque eu tenho uma reunião da Comissão deliberativa após essa, e está dentro do prazo que eu calculei aqui, que seria em torno de meio-dia – ao Rafael Faria Giguer, por favor.

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER (Para expor.) – Bom dia. Obrigado.

Queria agradecer a fala de todo mundo, em especial do Senador Flávio.

Eu falei inicialmente, única e exclusivamente, sobre o BPC e o encaminhamento para o trabalho, mas, depois de todas as falas, gostaria de me manifestar também como pessoa com deficiência, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que ajudou a escrever a Lei Brasileira de Inclusão, em especial esse art. 2º, que fala da avaliação biopsicossocial – vou tentar ser breve –, e sobre o tratamento humanizado, vou trazer um caso meu.

Sobre a avaliação biopsicossocial, todas as reflexões do Senador Flávio são absolutamente pertinentes – é uma preocupação que eu tenho lá desde 2014. E uma das perguntas aqui sobre atendimento na zona rural é bem pertinente. O que acontece? Ao criar uma avaliação unificada da deficiência pelo poder público, a gente cria um grande desafio, fundamental e importante: não dá para ter avaliações em que órgãos diferentes consideram deficiência ou não consideram deficiência, o que acontece ainda hoje. Porém, quando a gente escreveu – é importante lembrar – a avaliação da deficiência "quando necessária", a gente deixou isso bem claro para que a pessoa não precise dessa avaliação para atingir qualquer política pública, só quando necessária for essa avaliação, que será biopsicossocial. O termo anterior era médica e social e foi uma luta enorme para colocar como biopsicossocial, tal qual a convenção, entendendo que outros profissionais da área da saúde também poderiam fazer a avaliação – e isso ainda não está esclarecido como é que vai ser, porque o instrumento não está completamente pronto.

Outro ponto que eu pontuo dessa legislação, que a gente fez questão de falar, é que a avaliação será elaborada pelo poder público, deixando em aberto, caso no futuro a gente identifique, que não só o poder público fará essa avaliação, mas talvez até mesmo outros profissionais, utilizando o método estipulado pelo poder público. Qual foi a preocupação na época? Se o INSS hoje já tem muita dificuldade de cumprir a demanda e a gente cria agora novos instrumentos para tentar colocar a fila em ordem, imagina trazer todas as pessoas com deficiência do Brasil – e muitas que estão no ambiente rural – para que sejam submetidas a uma avaliação do INSS para acessar as políticas públicas?

É um desafio colossal. É um desafio colossal que a gente está colocando. O resultado lá no final é extremamente satisfatório, mas esse período de transição entre já termos o instrumento – vai ser feito pelo INSS ou outro – e as pessoas fazerem essa avaliação... E, quando o Senador comenta sobre utilizar avaliações que já existem, e eu acho que, sim, que tem que ter um plano de transição, porém, infelizmente, nem todas essas avaliações fazem a gradação de leve, moderada ou grave que é estipulada. Daí teria que se recorrer novamente ao instrumento. Isso me preocupa bastante.

Então, acho que a gente tem que se debruçar, sim, sobre um instrumento que seja eficaz para avaliar a deficiência, mas, em especial, sobre uma sistematização em que pessoas com deficiência de qualquer lugar do Brasil consigam, de forma célere, ter essa avaliação para acessar as políticas públicas, senão alguém do rincão do país ou mesmo em uma região periférica de difícil acesso, para conseguir, por exemplo, um emprego em uma empresa, vai ter que primeiro passar pela gincana de conseguir a avaliação. Se hoje para o BPC já é muito difícil, imagina para qualquer política pública. Então, isso me deixa extremamente ansioso e preocupado. A gente tem que se debruçar muito sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a avaliação, aliás, sobre o atendimento humanizado da deficiência, aqui eu quero fazer um relato sobre uma experiência que eu tive. Todas as pessoas com deficiência vão ter experiências semelhantes para trazer. Eu já era auditor fiscal do trabalho há quatro anos e eu queria comprar um carro com isenção de IPI. Fui até o Hospital Banco de Olhos, em Porto Alegre. No quarto andar, tinha esse atendimento do SUS e, no quinto andar, tinha um centro de reabilitação visual. Sentei na cadeira do oftalmologista, ele me fez a avaliação. Eu tenho um resíduo visual, eu já não enxergava a primeira letra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER – E ele disse "Rafael, posso te aposentar por invalidez", possivelmente falando do BPC, porque ele nem sabia que eu trabalhava. Falei: "Não, doutor, eu trabalho". E ele disse: "Tu trabalhas? Mas com o quê? Porque eu sou oftalmologista, mas também médico do trabalho e perito médico". "Ah, eu sou auditor fiscal do trabalho". E ele disse: "Mas não pode". Eu disse: "Não, doutor, existe uma série de recursos e tecnologias assistivas, as empresas me apresentam toda a documentação de forma digital, eu leio ouvindo, os colegas até brincam que eu enxergo mais do que eles as irregularidades". E o médico disse: "Mas não pode". E daí eu entendi o que ele queria. Falei: "Olha, doutor, realmente, por mais que eu seja engenheiro, eu não recebo uma ordem de serviço para ir sozinho fiscalizar uma obra de construção civil para ver se o operário está preso na linha de vida, se tem guarda-corpo, rodapé, se ele está usando EPI; eu não consigo fazer isso". E ele disse: "Ah, viu? Não pode".

Claro que a Lei Brasileira de Inclusão veda a exigência de aptidão plena e ele estava confundindo incapacidade absoluta com deficiência, o que é um problema muito sério. E esse problema só não é mais sério porque eu já era auditor fiscal do trabalho há quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL FARIA GIGUER – Mas eu questiono vocês: se estivesse no meu primeiro diagnóstico da deficiência, na minha infância, e um médico ao lado da minha mãe, ou mesmo um professor, porque às vezes o diagnóstico vem dele, dissesse que eu nunca poderia trabalhar, que eu deveria receber benefício assistencial a vida toda, será que eu estaria aqui onde eu estou?

Então, embora a gente não tenha abordado com tanta profundidade, porque são muitos temas ao mesmo tempo, o tratamento humanizado é fundamental. Eu só estou aqui porque minha mãe ouviu do meu primeiro oftalmologista: "Olha, o Rafael tem uma doença degenerativa da retina, mas ele vai conseguir fazer as coisas de forma adaptada, diferente dos outros, mas ele vai conseguir". E é só por isso que eu estou aqui. Então, esse cuidado também fala sobre autonomia, autodeterminação das pessoas com deficiência para o futuro.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria responder às perguntas do ceratocone e outras questões ali, enfim, mas eu acho que eu posso deixar para a Doutora que é médica perita.

Agradeço mais uma vez, gente. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Contou um pouquinho da sua história de vida, não é? E percebi uma certa emoção na sua voz. Eu sou daqueles que dizem que o homem que não chora não entende nada da vida, não é? Homem chora, sim. E a tua emoção quase que movimentou as lágrimas de muitos de nós aqui.

Parabéns, Rafael Faria, que é auditor fiscal do trabalho.

Agora eu passo a palavra à Manuella Andrade, Gerente de Projetos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A SRA. MANUELLA ANDRADE (Para expor.) – Primeiro, eu acho que a gente tem que agradecer a oportunidade, em nome do Presidente Alessandro Stefanutto, em nome do Ministro Carlos Lupi. O senhor, quando falou do Ministro e da sensibilidade dele, foi bem acertado, realmente ele é assim. Eu fui apresentar esse projeto para ele, ele já pensou outras tantas coisas. Quem me salvou foi o Ministro Silvio. Eu disse: não, espera aí, que esse aí é outro produto, vamos com calma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Um grande ministro, não é?

A SRA. MANUELLA ANDRADE – Sim.

Então, a gente fez a apresentação, a secretária estava junto, e aí eles tiveram outras tantas ideias, e eu disse "vamos trabalhar no piloto", porque realmente existe uma grande dificuldade. E aí as mães que estão aqui sabem disso, a gente também tem dificuldade de encontrar no mercado os produtos para atender... Então, não vai ser a sala ideal, vai ser a que foi possível dentro das normas que a gente tem na administração pública e das deficiências que a gente tem no mercado hoje. A gente ainda precisa evoluir muito.

Eu queria só pontuar dois assuntos aqui, de tantos que foram falados. Eu acho que a gente precisa continuar, avançar, aprofundar, foi muita coisa realmente discutida. E aí a gente realmente precisa desse ponto focal, eu concordo com o senhor. Hoje, a gente já tem, quando se fala de deficiência, todo mundo vai muito para libras, para essa barreira do deficiente auditivo. Então, a gente tem trabalhado na acessibilidade física, nas nossas agências. Foi instituído agora também um projeto piloto da Central de Atendimento em Libras. Então, as pessoas que chegarem à unidade, em que não tiver alguém que saiba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se comunicar com elas, vão ter esse atendimento via Teams ou outro canal. Então, são duas unidades que já começaram esse projeto piloto, também na intenção de aumentar.

E aí, o outro assunto que eu queria trazer é que, ontem, saiu uma reportagem, o nosso tempo de concessão baixou para 57 dias, que é o menor tempo em três anos. Então, realmente, hoje nós temos pessoas comprometidas de pensar que esses números não são CPFs, são pessoas, são famílias, e a gente precisa avançar. E a intenção é avançar e melhorar, não apenas para as pessoas com deficiências, mas para todo o nosso público. O INSS precisa avançar, e 2024 promete. A gente tinha esse desafio aí até o final do ano, ainda tem o programa que vai continuar ano que vem também. Então, o INSS, junto com a perícia, junto com todos os seus superintendentes, gerentes-executivos, chefes de APS, é uma estrutura realmente grandiosa.

Todos os seus servidores, está todo mundo comprometido a atender melhor a população. E a gente precisa realmente de capacitação, de alteração de fluxo para melhorar esse atendimento humanizado.

Eu acho que era isso. Diante de tudo que a gente falou, eu queria resumir assim.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Gerente de Projetos do INSS, Dra. Manuella Andrade, e leve aqui o nosso abraço carinhoso tanto ao Ministro Lupi como também ao Ministro Silvio, que você também citou aqui.

Passo de imediato a palavra para a Cleunice Bohn de Lima, que é Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

A SRA. CLEUNICE BOHN DE LIMA (Para expor.) – Então, primeiro queria agradecer a todos esse espaço, muito importante, agradecer às pessoas que estão participando de forma *online.* Vi que tem muita gente aí acompanhando, é um tema que interessa bastante.

E, como o Senador Flávio Arns falou aqui, sempre à disposição do Senador Paim, de as Casas estarem nos ajudando, nós ainda temos pela frente a criação da comissão autônoma da sociedade civil para o monitoramento das políticas públicas de acordo com a convenção. Tem essa previsão de ter o acompanhamento da sociedade civil e dos órgãos públicos na implementação e no monitoramento das políticas públicas, e nós ainda não temos isso para ver como é que está sendo aplicado.

A Dra. Marília colocou aí que não é uma coisa tão rápida, de acordo com os concursos públicos, as modificações que houve nas legislações, mas, enfim, nós temos hoje grande arcabouço jurídico, a Lei Brasileira de Inclusão e a convenção, e as pessoas precisam se atualizar, sejam gestores públicos, sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os professores nas escolas, nós da sociedade civil. E nós estamos aí à disposição para ajudar na discussão, nos debates, seja onde for, nos espaços para contribuir com isso.

Agradeço demais a participação do Senador, que sempre está nas discussões da deficiência. E, como foi bem citado pelo Senador Arns, que esta Casa nos ajude mesmo nas pautas, naquilo que nós precisamos. Nós perpassamos aqui por várias... O assunto é atendimento humanizado, mas isso também faz parte de humanizar os direitos das pessoas com deficiência, seja na escola, seja no trabalho, até para que elas também evoluam, para que elas, de repente, possam deixar de necessitar de um BPC, ou da família delas.

Muito obrigada, Manuella, também, pela exposição em nome do INSS. Obrigada a todos. Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Sra. Cleunice Bohn de Lima. Parabéns pela sua bela contribuição.

E, de imediato, passo a palavra para a Samara Rocha de Oliveira Nascimento, representante da Associação Tudo Azul, que é lá do Gama, não é?

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Para expor.) – É do Gama. (*Risos.*)

Agradeço a oportunidade, e quero fazer uma réplica aqui à fala da Dra. Marília, não só ela, mas a todos que estejam nos assistindo.

A pessoa no transtorno do espectro autista, a nossa lei já está em vigor desde 27 de dezembro de 2012. Então, quando eu repito atualização da perícia médica, para se atualizar, é atualizar mesmo. As nossas leis existem, elas precisam ser cumpridas e não estão sendo cumpridas.

Na Lei 12.764, a Berenice Piana e o Fernando Cotta estiveram em parceria com o Senador Paulo Paim, que foi um incansável nessa luta. Então, quando ela se referiu ali, falando ali 2009, 2007, aí parou em 2011. Eu falei assim: "Cara, não falou de 2012, que a nossa lei, ela vem em 27 de dezembro de 2012". Então, precisa de atualização.

Essa atualização não só vem à perícia médica, ela vem não só aos órgãos do Governo Federal, todos os órgãos, não, mas eu acho que a... Todos, todos, em geral, todos. O desenvolvimento social... Eu estive falando com o Ministro Wellington Dias. O Cadastro Único não tem a pergunta se existe a pessoa no transtorno do espectro autista. Por quê? Porque tudo isso está desatualizado. Não só a perícia médica, mas todos os órgãos estão desatualizados. Vocês têm que atualizar e têm que cumprir as leis. Se a lei já existe, então tem que ser cumprida, gente. É isso que eu cobro. Se existe a lei, você tem que cumprir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os pais, as famílias atípicas, todos têm essa lei decorada na cabeça. Então, o órgão a que você chegar, você expõe: "Olha, a lei existe, você vai ter que cumprir". Se não cumprir por bem, por baixa voz, você vai ao grito mesmo. Grite. Eu tenho uma amiga lá em São Luís do Maranhão, a Poliana Gatinho, ela não vence pelo cansaço, ela vence pelo grito. Ela diz: "Samara, eu vou pra cima". Então, eu venço pelo cansaço. A lei existe, então vamos cumprir as leis.

Então, a atualização dos peritos médicos, eles têm que se atualizar. Se não atualizam por baixa voz, vamos para o grito. As famílias vão gritar e vão pedir: se atualizem... se atualizem, porque a lei existe e vocês têm que cumprir.

Muito obrigada e me perdoem aí o tom de voz, mas é uma mãe atípica que está falando aqui com vocês, é um bastidor real que se está vivendo aqui, em que se vive a realidade.

Então, outro apelo que eu faço aqui, Senadora Damares: a reativação da agência do Gama e da Ceilândia. Nós estamos sofrendo, as pessoas com deficiências de Brasília estão sofrendo com esse deslocamento para vir para a Asa Sul, para Taguatinga. Não só o DF, mas todo o Brasil, os estados. No Maranhão, também estão sofrendo com locais de perícia, que estão com distanciamento. Não existe. Como o Senador Flávio Arns estava citando, para a perícia ir até lá, fazer a perícia, num nível de suporte 3, mas se a perícia não está nem atualizada com a Lei 12.764/2012, como é que ela vai saber o que é autismo?

Os peritos... Não tem concurso para perícia médica, parou em 2006 o concurso – em 2010. Então, nós estamos em 2023, são 13 anos. Não podemos parar no tempo. O autismo não espera. A pessoa com deficiência não espera. Todo dia o autismo apresenta uma surpresa. Ele me apresenta uma surpresa na minha casa: meu filho apresentou espasmos há dez dias, uma coisa que eu não estava esperando que ia acontecer. Aí eu tenho que ligar meia-noite, uma hora da manhã para neuro, para pediatra, para fono, para terapeuta. Então, ele não vem me avisar o que é que vem no futuro, gente.

Então, vocês têm que entender o nosso outro lado. Se é humanizar, vamos humanizar no geral, vamos cumprir as leis. É isso que eu peço, é um apelo que eu faço ao Governo.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

O tom de voz foi bom, eu gostei. Tem que ser assim mesmo.

Só para assegurar, a Senadora Damares chegou agora. Esse apelo do Gama e outras cidades...

A SRA. SAMARA ROCHA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (*Fora do microfone*.) – Ceilândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós acertamos que a Comissão vai encaminhar requerimento nesse sentido. E a Manuella já anotou também, para que isso possa acontecer.

Eu me permito, eu estou correndo aqui, mas, a lei dos autistas, eu tenho muito orgulho de dizer, não aquela história de que eu fui autor, fui relator, não, mas que ela surgiu nesta Comissão. Foi aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Sabe que uma, não... acho que 30 mães, com seus filhos autistas, vieram aqui.

Vou lembrar o nome, Berenice Piana de Piana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, o Cotta junto. Vieram aqui, fomos à Câmara, fomos ao Senado, disseram que a Comissão de Direitos Humanos – e esse é o dever dessa Comissão – é que vai atender o nosso clamor, desespero total. Aí fizemos uma audiência pública, eles advogaram com tanta competência, que eu disse – foram eles, a lei, praticamente foram eles que construíram – "a lei vai sair". Dali, eles encaminharam, e passou pelas Comissões, claro, mas começou aqui, e aí surgiu a lei dos autistas.

Então, vida longa à Comissão de Direitos Humanos! Nós passamos, mas a Comissão de Direitos Humanos fica! (*Palmas.*)

Então, agora eu passo a palavra para... (*Pausa.*)

Ah tá, é que a Anna Paula está pedindo. Então, passo a palavra para a Secretária Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Por favor, Dra. Anna Paula Feminella.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, queridos.

Olha, que mesa incrível, que reflexões importantes foram feitas aqui neste momento. Acho que o Senado tem contribuído muito, mas eu queria reforçar a necessidade de união dessa categoria, que é a pessoa com deficiência. É um grupo, é a maior minoria da população mundial, são 15% da população mundial, e a gente está completamente sub-representado.

Então, o protagonismo das pessoas com deficiência precisa ser fomentado, e precisamos de uma união. Porque o que acontece, o que está acontecendo, o que eu percebo, é que, quando a gente fica se dividindo por tipo de deficiência, a gente tem que considerar todas as especificidades de todo mundo. E, assim, eu sou cadeirante, mas eu luto pelos direitos das pessoas com deficiências psicossociais. Todo mundo entendendo que a nossa heterogeneidade não é motivo para nos separar enquanto categoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa com deficiência. O que nos une, sinceramente, é a opressão capacitista, a opressão da discriminação que nós sofremos por sermos pessoas que estamos fora dos padrões corponormativos.

Então, eu queria dizer que tem muitas boas intenções, e muitos PLs, muitos projetos de lei com boas intenções, mas que não podem ficar nos separando por tipo de deficiência, usando ainda o modelo biopsicossocial da deficiência. A gente precisa ainda dar um salto para o entendimento de pessoa com deficiência como uma categoria mais ampla, e que a gente não fique exercendo esse biopoder, nem o biopoder do laudo médico.

E aí a gente recebeu agora, no terceiro mandato do Presidente Lula, essa dívida que o Estado brasileiro tem com a população com deficiência ao não regulamentar a Lei Brasileira de Inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão, na sua origem, que é de 2015, decretou 180 dias para regulamentação da avaliação biopsicossocial, depois foi alterando. A gente está com uma mora legislativa de 5 anos, e a gente tem aqui a responsabilidade, aqui na Secretaria, no Ministério dos Direitos Humanos, da coordenação desse terceiro grupo de trabalho de regulamentação da avaliação biopsicossocial, em que a gente está montando aí um sistema unificado da avaliação da deficiência, para que a gente tenha padrões unificados no Brasil inteiro.

O que acontece é que, na ausência desse instrumento para aferir quem tem e quem não tem deficiência, reforçando que essa é uma medida, é uma política regulatória para que o direito chegue exatamente ao sujeito a quem se destina a legislação, as conquistas da convenção internacional, da Lei Brasileira de Inclusão... E aí já estava, na Lei Brasileira de Inclusão, contemplada a pessoa autista. Para que se considerem, então, e que os direitos cheguem à população com deficiência, é necessária, sim, uma implementação que envolve uma mudança do corpo normativo para se adequar à avaliação biopsicossocial da deficiência.

Então, na ausência dessa regulamentação da LBI, do art. 2º da LBI, o que está acontecendo é que o Legislativo está resolvendo quem tem e quem não tem deficiência, e a gente precisa de uma equipe multiprofissional para avaliar caso a caso, porque o conceito de deficiência ao qual se destina esse debate é exatamente o da Convenção, que é hoje o texto da nossa Constituição, que é que as pessoas com deficiência são aquelas com algum impedimento de ordem física, motora, psicossocial, intelectual ou sensorial, que, em contato com as barreiras construídas pela sociedade, são impedidas de participar amplamente da sociedade, com equiparação de direitos. É isso que a gente ainda precisa fortalecer, e que as políticas públicas cheguem efetivamente a quem é o sujeito de direitos das pessoas com deficiência.

Então, a avaliação é uma dívida que o Estado brasileiro tem, em que nós agora chegamos e tivemos que reconstituir o GT para retomar esse debate público. Estamos o tornando bastante aberto a toda a população. De 15 em 15 dias o GT se reúne, às sextas. Na próxima sexta-feira tem reunião do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grupo de Trabalho da Avaliação Biopsicossocial. Todas as reuniões desse grupo de trabalho são exibidas pelo YouTube, as pessoas podem participar no *chat* perguntando, contribuindo.

E temos, sim, um prazo. Tivemos um decreto de constituição desse GT nos cem primeiros dias do terceiro mandato do Governo Lula, nos decretando aí um prazo para estabelecer essa regulamentação. Então, há realmente um esforço de não deixar se estender essa mora legislativa no cumprimento da avaliação biopsicossocial, que requer também grande capacitação dos agentes que vão aplicar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – ... essa avaliação unificada da deficiência.

Então, realmente é uma mudança de paradigma bastante grande, que é importante que o Poder Legislativo acompanhe para que a gente faça da melhor forma, da forma que menos judicialize e que não prejudique o sujeito de direito a quem se destina as políticas para as pessoas com deficiência.

Então, eu acredito que, na ausência de uma renda mínima, do direito à renda mínima, muitas pessoas, mesmo sem deficiência, buscam o BPC como forma de ter alguma renda mínima em função da situação de miserabilidade. E aí essa situação. Então, eu acredito...

Recentemente, eu conversei com o ex-Senador e ex-Deputado Suplicy, falando sobre isto: a ausência da renda mínima está levando uma parcela da população a buscar o BPC pela condição de miserabilidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Então, com mais distribuição de renda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto, Anna Paula, porque nós estamos correndo atrás do horário aqui, um minuto.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – Desculpa, mas é porque eu acho que é importante qualificar esse debate em torno dessa... assim, dar uma perspectiva ampla de que isso atinge a todo mundo, a todas as políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – E é necessário a gente fazer essa observação, não é?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Anna Paula Feminellla, que ultrapassou um pouquinho o tempo pela importância do tema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu? Ficam aqui meus cumprimentos a você, que falou muito bem em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Para concluir, então, eu passo a palavra para a Perita Médica Federal do INSS Dra. Marília Gava.

A SRA. MARÍLIA GAVA (Para expor.) – Agradeço aqui a oportunidade de participar desse evento. Estou vendo a importância dele, a importância principalmente das representações das pessoas com deficiência, tanto a Cleunice quanto a Samara, e muito importante a participação do Rafael. Acho que ele trouxe aí uma experiência viva de como uma pessoa com deficiência pode romper barreiras e estar ocupando um espaço tão importante. E a minha colega aqui de trabalho, nós sabemos o tanto que é difícil trabalhar na Previdência Social com um recurso humano tão escasso, não é? Realmente tinha 40 mil servidores, técnicos, analistas, etc., na Previdência, no INSS; e na perícia médica a gente tinha até recentemente 7 mil médicos. Hoje a gente tem em torno de 3 mil.

Então, nós estamos mesmo esperando que tenha concurso para o ano que vem e esperamos que se abasteçam mais e se cubram locais, como diz o meu chefe, do Brasil profundo e que a gente possa, de fato, estar atendendo nessas localidades que vocês estão falando, como comunidades rurais, etc.

Lembro também que nós estamos com essa nova lei, a Lei 14.724, agora de novembro, que permite realizar a avaliação à distância, por meio da teleperícia, certo? Então, isso talvez facilite esses locais rurais, esses mais distantes. Tem que ver também, porque nós vamos estar dependendo da tecnologia de acesso à internet, às redes de comunicação. Então, há uma expectativa grande de que a gente amplie a abrangência desses locais, onde não há o suprimento do perito naquela distância ali.

Em relação ao Gama e Ceilândia, talvez uma alternativa aí é se estabelecerem alguns dias por semana, no mínimo, para se atender principalmente o BPC nessas localidades. Eu não sei se o INSS tem estrutura, porque a perícia médica hoje, que está situada no Ministério da Previdência Social, utiliza a estrutura do INSS, e a gente trabalha junto, não é? Porque o trabalho do perito não é sozinho, e essa multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, com certeza o interesse é que ultrapasse os muros da medicina e do serviço social.

Lógico que a gente gostaria que muitos outros profissionais pudessem estar contribuindo aí para fazer a análise, a avaliação da pessoa com deficiência, mas a gente sabe o tanto que esse recurso humano é difícil, não é? Se a gente for contar a dificuldade que a gente tem com esses dois profissionais apenas, é com eles que a gente tem contado para avaliação do BPC. A realidade é essa.

E a realidade também é que nós estamos, desde 2011, sem concurso. Praticamente, os últimos que foram contratados, que entraram para a Previdência foi em 2013 e, recentemente, foram mil técnicos contratados, e tem aí a previsão para concurso no ano que vem. Esperamos que, de fato, sejamos contemplados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao ceratocone, eu acho que a pergunta foi: por que não é considerado deficiência e também afastamento para o INSS? Há de se conhecer, cada caso é um caso. A gente vê que tem aqui... Olha, o Rafael é uma pessoa com deficiência visual e é um auditor fiscal. Então, a gente sabe que existem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – ... algumas condições diferentes para pessoas diferentes.

Então, a intenção é a gente tentar passar também para a perícia médica esse conhecimento de que a gente tem que avaliar de forma diferente os desiguais. Eles não vão ser iguais em tudo, não é? Nós temos que avaliá-los de modo diferente. Com certeza, diminuindo a fila, a gente precisa investir cada vez mais na capacitação. Acho que a capacitação é muito importante, e a gente tem que incrementar isso. A gestão atual está preocupada com isso e vai desenvolver projetos de capacitação. Isso é uma das preocupações centrais do pessoal da perícia médica e também do INSS, que colabora muito com o PEP e colabora muito com as atividades de ensino à distância. Toda a estrutura...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA GAVA – ... está lá na Escola da Previdência.

É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. MARÍLIA GAVA – Eu quero agradecer aqui. Nós estamos aguardando que resolvamos a história toda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Dra. Marília Gava, Médica Perita Federal do INSS.

Assim, concluímos. Estamos com problema de horário, não é? Os Senadores estão aqui para uma sessão deliberativa da Comissão.

Muito, muito obrigado a todos!

Está encerrada a audiência pública de hoje, que atingiu todos os objetivos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 96ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da octogésima terceira a nonagésima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 366, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1957, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta, que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da emenda nº 2-CDH (substitutivo), que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4606, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Sugestão n° 5, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas" **Autoria:** Associação Baiana de Salvamento Aquático (ABASA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3242, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2552, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a rampa de acesso a calçadas." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 3295, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3461, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Proíbe cobrança adicional de pessoas obesas em transportes e em eventos culturais e tipifica a discriminação nesses contextos." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 4838, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a sinalização das vagas de estacionamento reservadas às pessoas com deficiência ou às pessoas idosas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 4468, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas; o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). para dispor sobre medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo) que apresenta. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 1467, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação à realização de curso e de exame sobre a igualdade entre mulheres e homens no trânsito." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 996, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Projeto de Lei nº 3225, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.069, de 13 de julho de 1990, para instituir as Patrulhas ou Rondas Henry Borel em âmbito nacional." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 96, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O Dia Internacional dos Direitos Humanos"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 101, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater "Proteção aos Direitos de Minorias e Combate à Discriminação"" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2245, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CAE. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CAE/CDH. Na sequência é aprovado o requerimento nº 102/2023-CDH, que solicita urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 102, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2245/2023." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento. Fazem uso da palavra o Senador Flávio Arns e a Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 96ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 83ª a 94ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estamos encaminhando para assegurar a presença dos dois Senadores aqui, Senadora Damares e Flávio Arns, sempre parceiros aqui, nesta Comissão. (*Pausa.*)

Do item 2, já foi lido o relatório: o Projeto de Lei n° 1.957, de 2022, não terminativo.

Senador Flávio Arns, se puder sentar aqui, eu vou passar em seguida para a V. Exa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1957, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre reserva de vagas em estágios para autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta, que acata parcialmente a emenda nº 1, do Senador Magno Malta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião realizada em 08/11/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Retornou a esta Comissão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta, com a Emenda nº 1 do Senador Magno Malta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 2 da CDH, substitutiva, acatando, repito, parcialmente a Emenda nº 1.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 3461, DE 2020

- Não terminativo -

Proíbe cobrança adicional de pessoas obesas em transportes e em eventos culturais e tipifica a discriminação nesses contextos.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Se V. Exa. permitir, passo para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – A matéria está de acordo com as exigências do Regimento, da legislação, e também em relação à Constituição, às leis, está tudo de acordo.

Aí eu gostaria só de lhe dizer que quanto ao mérito, é cabível ponderar, atendendo ao critério de razoabilidade, que, a depender do momento da comunicação da necessidade de cadeira extra, por parte do interessado, o prestador de serviço pode não tê-la sobrando ou tempo hábil para remanejamento. É salutar que a lei preveja liame temporal que comunique ao prestador de serviço, inequivocadamente, sobre a necessidade de tornar indisponível um dos assentos laterais comprados pelo interessado.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, como já havia dito, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.461, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação, na forma da seguinte emenda.

EMENDA Nº – CDH
(PL nº 3461, de 2020)
Dê-se ao §2° do art. 1° do Projeto de Lei a seguinte redação:
"Art. 1º
.....
.....
§2º A pessoa obesa deve informar sobre a necessidade de assento adicional ao efetuar a compra.
....."

Então, é uma iniciativa do projeto de lei do Senador Romário, a quem a gente parabeniza pela apresentação da iniciativa e, ao mesmo tempo, procurando aprimorar para que o direito da pessoa possa ser assegurado, inclusive avisando o prestador de serviço dessa necessidade com antecedência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Damares, para discutir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Só para parabenizar e dizer o seguinte, Senador Flávio Arns: a gente vai ter que depois conversar entre nós sobre os outros espaços que não são cobrados. Como tem sido constrangedor para pessoas obesas chegar aos lugares, e não ter uma cadeira em que elas possam ficar confortavelmente. Estou andando pelo Brasil trabalhando o Mulheres Republicanas – eu sou Secretária Nacional nessa área, no partido –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, nos nossos eventos, com de 2 mil a 3 mil mulheres, eu olho as cadeiras, mulheres sentadas de forma desconfortável, porque ainda não temos a cultura de, em qualquer evento aberto ao público, ter as cadeiras destinadas às pessoas que precisam. O senhor trabalhou a questão da compra, do valor, de não se cobrar mais, mas a gente vai ter que trabalhar depois grandes campanhas para que, em todo os eventos, essas cadeiras estejam disponibilizadas.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto, com a Emenda nº 1, da CDH, avança. O projeto segue agora para análise terminativa na CTFC.

Do item 17, eu sou Relator e explico, Senadora Damares, que esse projeto é fruto de um acordo lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui nós aprovamos por unanimidade um projeto praticamente idêntico, e eu fui o Relator do Senador Randolfe, um, um do Contarato, e há um meu já lá na Câmara há muito tempo atrás, mas a Câmara entendeu e diz que compilou todas as propostas e mandou para cá um projeto votado lá, na Câmara por, praticamente, me dizem, unanimidade. Aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele foi também votado, e encaminharam para esta Comissão porque entenderam que não podia ficar fora a Comissão de Direitos Humanos. Foi até uma homenagem que a Comissão fez a esta Comissão.

Como eu tinha sido Relator dos outros dois e autor de um, eu avoquei a relatoria, fiz o parecer e está pronto agora para o parecer, e eu convido o Senador Flávio Arns para assumir a Presidência dos trabalhos.

Dei essa explicação para as pessoas entenderem este momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A explicação é importante, inclusive havia sido dada antes, mas é importante ressaltar.

ITEM 17

PROJETO DE LEI N° 2245, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CAE.

Observações:

Tramitação: CAE, CDH e CCJ;

- Em 28/11/2023, foi aprovado Parecer da CAE favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CAE.

A autoria é da Deputada Federal Erika Hilton.

Concedo a palavra, então, a V. Exa., Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, como é um projeto que esta Comissão já votou e discutiu praticamente por três vezes, eu fiz uma síntese para situá-los do projeto que vem da Câmara.

Em síntese, o projeto de lei institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua) – como V. Exa. colocou muito bem.

A promoção do trabalho, renda, qualificação profissional, elevação da escolaridade e fomento ao empreendedorismo, para tal, determina que todos os entes federativos organizem centros de apoio para o trabalhador em situação de rua, fixando atribuições e a composição do referido centro.

Autoriza os entes federativos a instituírem o programa Selo Amigo da População de Rua, com o objetivo de estimular a contratação dessa camada da população.

Prevê mecanismos para garantir a inclusão de jovens em situação de rua nos programas de aprendizagem e de combate ao trabalho infantil. É o famoso ensino técnico que nós todos defendemos com muita firmeza.

Garante o direito à capacitação, profissionalização, qualificação, requalificação profissional mediante instituição de bolsa de qualificação para a população em situação de rua.

A União, os estados e os municípios deverão elaborar diretrizes de política educacional, observando as características específicas da população em situação de rua e de atendimento em todos os níveis da educação básica de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implementação da política deve garantir acesso à moradia por intermédio de políticas habitacionais de forma provisória e assegurar vagas na rede de assistência social. O INSS deverá dar celeridade à análise dos processos de aposentadoria, pensões e benefícios sem o condicionamento da apresentação de comprovante de residência.

Os entes federativos que aderirem a esta Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua poderão implementar incubadoras sociais com fomento do cooperativismo, facilitando a geração de renda.

Prevê que o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua será responsável pelo acompanhamento, monitoramento e aperfeiçoamento da política pública, juntamente com os demais entes federativos.

Por fim, é importante salientar que o projeto prevê que a política pública será implementada de forma descentralizada e articulada, com a participação da União, dos estados e dos municípios.

A regulamentação da operacionalização será realizada pelo Poder Executivo Federal.

Ante o exposto, resumindo aqui um trabalho feito há muitos anos... Para se ter uma ideia, o primeiro projeto, eu apresentei há mais ou menos uns 15 anos, e está, infelizmente, guardado lá na Câmara dos Deputados, mas, felizmente, embora não tenham aproveitado aquela proposta, olharam o todo e apresentaram uma, é um projeto que eu li todo, um substitutivo que merece o apoio daqueles que são os mais vulneráveis da história, os que estão abandonados nas ruas e que poderão ser recuperados.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.245, de 2023, com a Emenda nº 1, da CAE, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos.

É este o projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho, para conseguir ceder aqui.

Muito bem, está em discussão a matéria.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu li o projeto; o mérito não se discute. Eu só vou manifestar a minha tristeza de o seu projeto estar parado há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 anos e de a gente estar aprovando um tão recente, agora. Claro, lá na ponta, o nosso povo vai ser beneficiado, mas chega a ser injusto isso.

Na verdade, Presidente – aí eu vou fazer aqui uma outra manifestação –, tem sido muito comum a gente relatar matérias correlatas, a mesma matéria vindo duas, três, quatro... Eu não sei como é que a gente vai poder contribuir com esta Casa, sentar depois. Quando chegar um projeto que já foi relatado aqui, cujo apenso já está tramitando, e a gente trabalhar esses projetos apensados otimiza o nosso tempo. E a gente faria justiça, e o senhor pensou nisso antes. Eu sei a sua luta com relação a esse tema. E é possível que essa lei seja aprovada e não seja o Paim o grande autor, o que seria mais uma glória no seu currículo, que já é tão glorioso, Senador.

Fica só esse meu registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, eu agradeço o carinho de V. Exa.

Vou dar um depoimento aqui em respeito à Comissão de Economia, porque lá já havia quem queria mandar já com urgência para o Plenário. E daí os Senadores que conheciam essa trajetória decidiram: "Não, não vamos dar urgência. Manda para a Comissão de Direitos Humanos, temos certeza de que ele será aprovado, e o Paim que relate lá então". Porque é uma questão de fazer justiça, segundo eles. A Comissão de Economia poderia ontem ter mandado para o Plenário já, pela importância do tema, foi unânime. Mas eles assim mesmo entenderam: "Não, manda para lá, diga ao Paim que faça um esforço, que aprove amanhã e daí vai com urgência para o Plenário".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE/CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, pela importância do tema, eu solicito a V. Exa. que a gente dê urgência, como era a intenção da Comissão de Economia, para que ele seja votado ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tenho o requerimento aqui, se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Requerimento de urgência.

Item 18.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 102, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2245/2023.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o requerimento de urgência para apreciação do projeto.

Passo ao item nº 15 da pauta, que é de autoria também do Senador Paulo Paim, requerimento não terminativo.

Indago, em primeiro lugar, se podemos colocar em pauta. (*Pausa.*)

Não houve objeção.

Item 15.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 96, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O Dia Internacional dos Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra, Senador Paulo Paim, para alguma observação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – A primeira observação é que eu quero fazer justiça – a assessoria do Jaques está aí – ao Jaques, que foi um que defendeu essa posição lá, viu? Eu fiquei sabendo que o Jaques falou: "Olha, pessoal, o Paim vem trabalhando nesse tema há tanto tempo, vamos deixar pelo menos ele relatar a redação final".

Então, diga ao Jaques que, mais uma vez, ele, na sabedoria dele... Eu disse que ele é um mestre na arte de fazer política. Dá um abraço para ele.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o Requerimento nº 96 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item nº 16 da pauta é requerimento também não terminativo... Esse não é extrapauta, o nº 16 não é.

Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 101, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública para debater "Proteção aos Direitos de Minorias e Combate à Discriminação"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Não sendo necessária a intervenção do Senador, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem, eu acho que é isto. Então, eu passo a Presidência, retorno a Presidência a quem de direito, que é o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, que preside a Comissão de Educação e que, junto com a Senadora Damares, eu diria que – eu não quero discriminar ninguém – são os mais presentes aqui na Comissão. Todos são importantes – não é? –, mas vocês estão sempre aqui, em todo momento, todas as horas, como outros tantos.

Nós vamos entrar direto agora, Senadora Damares, nos seus relatórios.

Então, o item 9.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, mais uma vez.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 4838, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a sinalização das vagas de estacionamento reservadas às pessoas com deficiência ou às pessoas idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Federal Rejane Dias.

Relatoria: Senadora Damares, a quem eu passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

A proposição atende aos requisitos da constitucionalidade formal, pois está de acordo com o disposto no art. 22, XI, da Constituição da República, que dirige à União a competência privativa de legislar sobre trânsito e transporte. O texto não incide, ainda, sobre assuntos cuja competência é reservada ao Poder Executivo, nos termos no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Além disso, o PL se apresenta pelo meio adequado de veicular a matéria, visto tratar-se da alteração de lei ordinária em vigor e não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Em relação à técnica legislativa, a matéria, de uma forma geral, atende às exigências normativas, salvo pela necessidade de alterações adiante detalhadas que consideramos essenciais à compreensão da regra que se busca estabelecer. Além dessas, também se faz necessário ajuste de redação para excluir da menção à lei alterada a denominação com que é conhecida, que não faz parte do nome da norma, mas de sua ementa.

No aspecto material, o texto se coaduna com os preceitos contidos em nossa Lei Maior e com o conjunto normativo da pátria, tendo o mérito de aperfeiçoar a legislação protetiva da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

O PL corrige disposição do Código de Trânsito Brasileiro, que manteve, em seu art. 86-A, a referência a uma modalidade de infração associada às vagas sinalizadas genericamente, tais como aquelas destinadas a carga e descarga. O estacionamento indevido nessas vagas é classificado como infração grave a teor do inciso XVII do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro, punível com a anotação de cinco pontos na carteira de motorista e, hoje, multa no valor de R$195,23.

Pois bem, a regra hoje vigente para o estacionamento indevido nas vagas reservadas à pessoa idosa e à pessoa com deficiência considera a ocupação irregular dessas vagas como infração de natureza gravíssima, conforme dispõe o inciso XX do mencionado art. 181, acarretando a anotação de sete pontos na carteira de motorista e multa no valor inicial de R$293,47.

Além disso, o PL ressalta a necessidade de que essas vagas sejam adequadamente sinalizadas e impõe a divulgação, por meios de placas, da informação sobre a modalidade de infração a que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeitam aqueles que ousam – ousam de forma indevida e vergonhosa – desrespeitar a destinação correta dessas vagas.

Sabe-se que essas vagas buscam tornar menos aflitivo o deslocamento de pessoas que enfrentam impedimentos relacionados à sua condição física, seja pela deficiência, seja pela idade avançada. Devem, portanto, ser respeitadas, e sua ocupação irregular, censurada com rigor, demonstrando a solidariedade do conjunto da sociedade às pessoas com deficiência e às pessoas idosas.

Entretanto, observamos que o texto do projeto pode ser considerado falho em sua clareza e precisão, no que respeita às placas de sinalização sobre as quais dispõe.

É que a nova redação proposta para o atual art. 86-A da Lei nº 9.503, de 1997, não deixa evidente se a sinalização deve ser feita por meio de uma única placa, contendo informação sobre a destinação e a natureza da infração, no caso da ocupação irregular; ou se por meio de duas placas: uma para indicar o uso da vaga e outra para informar sobre a multa imposta ao uso indevido.

Esse texto, aliás, conflita com o teor do art. 1º da proposição, que traz, em seu objeto, a proposta de sinalização por meio de apenas uma placa. Essa, acreditamos, seria a intenção da autora.

É, necessário, pois, corrigir esse comando.

Pedimos atenção, ainda, para a circunstância de que a mudança no texto – certamente por equívoco – retirou da lei a necessidade de que sejam sinalizadas as vagas destinadas a ambulâncias, bombeiros, táxis, carga e descarga, entre outros, inclusive com avisos sobre as penalidades incidentes sobre o estacionamento indevido nesses locais.

Embora essa exclusão não fosse a intenção da autora, é o que consta redigido no PL em análise, que tornou o art. 86-A consentâneo com o disposto no art. 181, inciso XX (vagas específicas para pessoas com deficiência e pessoas idosas), mas revogou os casos previstos no inciso XVII (vagas sinalizadas de maneira geral).

Por isso, apresentamos emenda à proposição com a finalidade de estabelecer a mesma regra adotada para as pessoas idosas e com deficiência, porém, sem revogar a reserva de vagas para ambulância, bombeiros, táxis, cargas ou descargas.

Importa ressaltar a necessidade de que a alteração do Código de Trânsito Brasileiro seja feita de maneira meticulosa, uma vez que a ambiguidade pode acarretar a isenção da penalidade devida aos infratores, em vista da falta de clareza sobre a regra.

Meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.838, de 2020, com as seguintes emendas, que eu vou ler, para que fique claro, pois tem muita gente acompanhando pela televisão:

> EMENDA Nº -CDH (REDAÇÃO)
> Suprima-se a expressão "Código de Trânsito Brasileiro" do art. 1º e do *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 4.838, de 2020.

A segunda emenda:

> Dê-se ao art. 86-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.838, de 2020, a seguinte redação:
> "Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do caput do art. 181 e as vagas reservadas às pessoas com deficiência ou às pessoas idosas de que trata o inciso XX do caput do art. 181 deste Código serão sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas que informem os dados sobre a infração por estacionamento indevido." (NR)

Este é o voto, essas são as emendas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que a nobre Relatora Damares apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CDH, apresentado pela nobre Senadora Damares Alves, a quem eu cumprimento pelo brilho do seu relatório.

Colocamos em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 10 também é da Senadora Damares, que é a Relatora e está presente.

Item 10.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4468, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas; o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). para dispor sobre medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu quero agradecer ao senhor por ter me designado para relatar esse importante projeto de lei, que trata sobre o tráfico humano, mas eu quero também agradecer por ter me designado para relatar o projeto anterior, da nossa querida Deputada Rejane Dias. E só queria registrar o seguinte: por mim, é porque é inconstitucional, eu teria colocado no meu voto que é pena de 40 anos de prisão para quem estacionar em vaga de pessoa idosa e pessoa com deficiência, mas, como eu não podia fazer isso, eu fui amena e apenas fiquei na pretensão da autora.

Vamos para esse projeto, que trata sobre o tráfico humano, e eu peço permissão para ir direto à análise. É um texto um pouquinho longo, mas eu acho que a gente precisa ler, porque tem muita gente acompanhando esse tema, que inclusive vai ser objeto de uma CPI no próximo ano, na Câmara dos Deputados.

O art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal atribui a este Colegiado a competência para opinar sobre matérias pertinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Sob essa perspectiva, saudamos a iniciativa de atualizar a legislação para fazer frente às fraudes que vêm sendo urdidas pelos traficantes de pessoas. Que fraudes são essas, Presidente? Tem pessoas fingindo que estão formando uma família, às vezes até casando, mas, na verdade, é um tráfico de uma mulher, de uma jovem. Fingem um casamento, fraudam um casamento, mas o que está por trás é o tráfico da mulher e, às vezes, também o tráfico do homem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles se aproveitam de pessoas que são impelidas por elevada vulnerabilidade ou motivadas por esperanças infundadas a aceitar promessas vazias de uma vida melhor. Isso quando não são coagidas, ameaçadas ou forçadas a aceitar os abusos que esses criminosos cometem, desde o aliciamento até a chegada no destino, passando por toda a perigosa travessia. O destino de muitas dessas vítimas é o trabalho análogo à escravidão, a prostituição forçada, a servidão por dívida ou mesmo a morte, inclusive por afogamento ou por sede. O auge da ironia é atingido quando criam falsas famílias para cometer esses crimes, tratando pessoas como coisas, de modo que vemos mérito na tipificação proposta.

Acolhemos, também, a proposta de usar meios eletrônicos e impressos para divulgar campanhas de conscientização sobre esses crimes, bem como criar canais de recebimento de denúncias por telefone. É imprescindível que o combate ao tráfico de pessoas combine, de um lado, a prevenção, mediante campanhas educativas abrangentes e acessíveis, e, de outro lado, a eficaz repressão, com a qual a população pode contribuir oferecendo denúncias, que devem ser facilitadas.

Há, contudo, margem para aprimorar aspectos estritamente técnicos da proposição. Observamos que o art. 15 da Lei nº 13.344, de 2016, já determina que campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas sejam divulgadas em veículos de comunicação. O PL nº 4.468, de 2021, qualifica esses veículos como "eletrônico e impresso e redes sociais", sem mencionar a radiodifusão de sons e imagens, que seriam inequivocamente úteis para o fim proposto. Seria recomendável não limitar os meios pelos quais as campanhas possam ser veiculadas, prevendo um rol exemplificativo.

E aqui, quando eu trago a radiodifusão, Senador Flávio Arns, lá no interior, lá bem longe, como as rádios são ouvidas! Tem lugar em que as rádios ainda têm mais audiência que redes sociais. Então a gente não pode subestimar o poder da radiodifusão no Brasil.

Já a criação de um canal específico para recebimento de denúncias sobre tráfico de pessoas deixa com a sociedade o ônus de conhecer e utilizar mais esse canal específico, o que pode representar uma barreira ao seu uso. Soa mais razoável e econômico que os canais já existentes sejam aproveitados, treinando-se os atendentes para que identifiquem e façam a triagem adequada das denúncias desse crime, evitando que ligações para os números 190, 100 e 180 sejam perdidas devido a restrições burocráticas.

Com relação ao recebimento de denúncias por WhatsApp, não vemos razões para mencionar exclusivamente esse aplicativo. Seria melhor falar em mensagens instantâneas, sem excluir, inadvertidamente ou não, alternativas como *e-mail*, SMS e outros aplicativos ou redes, como Telegram, iMessage, Skype, Twitter, Discord, Facebook, Instagram, TikTok, etc., e outros que ainda vão nascer.

Com relação ao art. 15-A que a proposição acrescenta à Lei nº 13.344, de 2016, tememos que possa ensejar questionamentos sobre possível violação ao princípio da separação dos Poderes, por atribuir competência ao Ministro de Estado da Justiça e da Cidadania – que já não tem esse nome – para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispor, em ato próprio, sobre canais para recebimento de denúncias de tráfico de pessoas. Ocorre que o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, dá ao Presidente da República a competência privativa para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

Observamos, ainda, que o tipo penal que se propõe acrescentar ao Código Penal é desnecessário. "Forjar casamento" pode ser entendido como falsificação documental ou desvio de finalidade no exercício do direito de constituir família. "Alugar crianças" é uma expressão coloquial que todos entendemos, mas não é exatamente o termo técnico correto para descrever tipos penais específicos. O art. 149-A do Código Penal já define como crime a conduta de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa mediante fraude ou abuso, o que inclui, logicamente, a simulação de relação familiar. Os seus incisos I a V limitam, contudo, esse crime às hipóteses nas quais a finalidade seja tráfico de órgãos, trabalho análogo à escravidão, servidão, adoção ilegal ou exploração sexual. O que falta nesse artigo e que está presente na proposição, com outros termos, é a finalidade de facilitar a migração internacional ilegal. Para preencher essa lacuna, sem incorrer nos problemas apontados, bastaria incluir no art. 149-A o inciso VI, indicando a finalidade de "facilitar a migração internacional ilegal". Procedendo dessa forma, a conduta em questão seria abrangida, também, pelas hipóteses de aumento ou redução de pena previstas no mesmo artigo, o que evidentemente está em linha com a intenção do autor.

Finalmente, observo que há margem para aprimorar a redação e a técnica legislativa. A ementa pode definir com mais precisão o teor das medidas propostas, além de não necessitar da expressão "e dá outras providências", que não favorece a compreensão do alcance das alterações. Um equívoco de pontuação também pode ser corrigido, tanto na ementa quanto no art. 1º da parte dispositiva.

Sugerimos, ainda, que o art. 2º seja rearticulado em dois, indicando a alteração no art. 15 da Lei nº 13.344, de 2016, e o acréscimo do art. 15-A à mesma lei.

Propomos, enfim, a aprovação da matéria na forma de emenda substitutiva que abranja os aprimoramentos aqui mencionados. A emenda está publicada.

E o meu voto é: em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.468, de 2021, na forma da emenda substitutiva, apenas com essas adequações que eu apontei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Senador Mecias de Jesus pelo projeto e a Senadora Damares Alves, que aperfeiçoou o projeto original, mantendo o núcleo principal – e aqui a homenagem que V. Exa. faz ao Senador Mecias –, em seu relatório, como sempre conciso, claro, corajoso na devesa dos mais vulneráveis.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Eu queria só registrar a presença conosco aqui da Presidenta da Emater do Rio Grande do Sul, Sra. Mara Saalfeld – Saalfeld saiu mais ou menos na pronúncia.

Eu vou em seguida conversar com V. Sa. e com... Quem está ao seu lado é o...? (*Pausa.*)

Isaac. Muito bem. Então, ao seu lado, o Assessor Parlamentar Isaac. Sejam ambos bem-vindos.

Só faltam dois projetinhos, e já vamos aí.

Senadora Damares, sua assessoria disse que a senhora poderia relatar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não posso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pode? Então, vai para o Senador Flávio Arns – os três; ele ia relatar outros dois.

Então, Senador Flávio Arns, conforme combinado com V. Exa...

Item 4.

ITEM 4

SUGESTÃO N° 5, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas

Autoria: Associação Baiana de Salvamento Aquático (ABASA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, *ad hoc*, para ler e, se assim entender, encaminhar o voto do Senador Otto Alencar sobre o tema.

Está com V. Exa. a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Passo diretamente à análise.

Está de acordo com a legislação e o regimento pertinentes.

O Senador Otto Alencar destaca que é preciso registrar que o parágrafo único do art. 1º da sugestão, ao prever que "quando atuando em serviço público o salva-vidas ou guarda-vidas é profissional de segurança pública", pode ser objeto de questionamento quanto à sua constitucionalidade. Ocorre que "servidores públicos" é matéria de iniciativa privativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quanto aos respectivos quadros de pessoal. Ainda assim, cremos que a análise das outras Comissões poderá atentar melhor para esta questão, buscando, quiçá, alternativas. Nossa preocupação principal, no momento, é a admissibilidade e o mérito do texto proposto em seu conjunto.

No mérito, é importante tecer as seguintes considerações.

Os salva-vidas ou guarda-vidas são profissionais associados à saúde e à segurança dos cidadãos, com desdobramentos até na educação. Atividades que tenham esse escopo são reconhecidamente, pela doutrina, merecedoras de regulamentação, em especial, com o intuito de evitar que possíveis vítimas sejam atendidas ou socorridas por trabalhadores inabilitados.

Esses profissionais garantem a segurança no lazer, principalmente, de crianças e adolescentes. Devem estar aptos a tomar as medidas preventivas cabíveis e conhecer profundamente o ambiente aquático, suas incertezas e seu comportamento natural. Por outro lado, devem estar aptos a retirar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições hostis os banhistas e promover a aplicação dos primeiros socorros. Disso depende a vida de milhares de pessoas nesse país riquíssimo em balneários e praias.

Além de espalhar segurança, os salva-vidas ou guarda-vidas são motivo para a tranquilidade das famílias nas férias e passeios e podem oferecer instruções específicas sobre as condições do local em que trabalham, podem alertar para a presença de águas-vivas, outras espécies que possam causar riscos à pele ou à saúde, poluição ou condições climáticas desfavoráveis. Não raro, é a vida deles que é colocada em risco ou efetivamente perdida.

Ao texto apresentado fizemos algumas correções de redação, especialmente no que se refere às aposentadorias especiais que observam regras constitucionais e legais específicas. Ao que tudo indica, não há, na proposta, intenção de criação de um regime diferenciado de aposentadoria especial, até porque haveria impedimentos constitucionais.

A aprovação da Sugestão nº 5, de 2023, portanto, é medida que se impõe. Consideramos que a matéria foi antes analisada, nesta Casa, com rigor, discussões e debates adequados. A proposta em análise traz novamente à nossa avaliação um tema de interesse de toda a sociedade, cuja regulamentação legal, infelizmente, não aconteceu no momento oportuno. Cumpre-nos a atribuição de revê-la com eventuais contribuições que nossos pares possam ter para a qualificação da iniciativa.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Sugestão nº 5, de 2023, na forma do seguinte projeto de lei...

E aí o Senador Otto Alencar apresenta o projeto de lei já de conhecimento da Comissão, porque foi distribuído também para a Comissão. Mas é importante destacar que veio a sugestão e que, a partir da sugestão – é importante que todo o público que nos acompanha tenha consciência disso –, foi transformada no projeto de lei que agora está sendo apreciado aqui pela Comissão.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Eu só faço um rápido comentário de que, no passado, eu fui Relator também de um projeto que tratava simplesmente de regulamentação do exercício da atividade profissional de salva-vidas e guarda-vidas, mas infelizmente houve um *lobby* muito grande e o projeto acabou sendo arquivado. Em boa hora, a Associação Baiana de Salvamento Aquático construiu, via SUG, esse projeto, que chega à Comissão.

O Senador Otto Alencar solicitou a relatoria e o fez com muita competência. E V. Exa. o abrilhantou aqui, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como percebo que não há mais ninguém que queira discutir, colocamos a matéria em votação.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável desta Comissão à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Parabéns a todos!

Eu, nas outras Comissões, estarei do lado desse projeto também.

Senador Flávio Arns, o Senador Randolfe Rodrigues pediu – ele é Relator desse projeto – a V. Exa. que o relatasse. Eu fiz o pedido e V. Exa.concordou.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1467, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação à realização de curso e de exame sobre a igualdade entre mulheres e homens no trânsito.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A relatoria é do Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que se dispôs a fazer o relatório desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relacionadas aos direitos da mulher.

No mérito, a proposição é louvável – desculpe-me: até passei para a análise, diretamente –, pois apresenta medida que visa combater, por meio da educação, o preconceito e a discriminação ainda existentes em nossa sociedade frente à mulher no trânsito, enquanto condutora, passageira ou pedestre. Esse ainda é um vácuo legislativo importante, que o PL está apto a preencher, veiculando imperativo ético da democracia, que é a garantia de igualdade a todos, inclusive no trânsito.

A construção social machista pode ser verificada em nossa sociedade de formas variadas, que, por vezes, nem sequer são imediatamente reconhecidas pelos agentes ou pelas vítimas desses comportamentos. Essas atitudes são contrárias à presença da mulher em posições sociais que fogem aos papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos.

Especialmente no trânsito, tem-se o uso corriqueiro de expressões inferiorizantes que expressam a desigualdade entre mulheres e homens e a resistência hostil à presença das mulheres. Dessa naturalização de comportamentos preconceituosos e discriminatórios decorrem consequências graves. A título de exemplo, podemos mencionar o desincentivo à mobilidade da mulher e, consequentemente, à sua presença no mercado de trabalho; o aumento do medo de dirigir; e, ainda, a permanência e o aumento da prática de crimes contra a dignidade sexual em transportes públicos e privados, os quais são frequentemente noticiados. Ademais, relata-se que a agressividade e os posicionamentos machistas contra as mulheres têm início, por vezes, já no ambiente de formação dos candidatos à habilitação.

Diante desse cenário, e como já ocorre em outros setores da sociedade, a formação dos candidatos à habilitação deve acompanhar as mudanças socioculturais, adaptando e aprimorando os conteúdos de seus cursos e exames para garantir que os novos condutores entendam a importância de que não haja qualquer tipo de discriminação contra as mulheres.

A proposição, portanto, propicia relevante ferramenta para que seja acelerado o processo em direção ao alcance da igualdade substancial entre mulheres e homens no trânsito, desconstruindo-se o machismo a partir de estratégia efetiva para a transformação social: a educação dos novos condutores, o que, ao final, influirá de modo benéfico em todo o espaço e em todas as pessoas que constituem o trânsito.

Em razão do que foi exposto, o Senador Randolfe Rodrigues e eu, como Relator *ad hoc,* lendo o relatório, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.467, de 2021, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

Ele segue para a CCJ.

De pronto, cumprimento o Senador Fabiano Contrato pela iniciativa. A relatoria é do Senador Randolfe Rodrigues e também do Senador Flávio Arns, que a fez aqui com o brilho de sempre.

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 3225, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para instituir as Patrulhas ou Rondas Henry Borel em âmbito nacional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao projeto

Observações: *Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CSP.*

A relatoria é do Senador Dr. Hiran, que pediu também para o Senador Flávio Arns ser o Relator *ad hoc*, já que ele está numa outra Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para apresentar o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo também diretamente à análise, Sr. Presidente.

O Parlamento brasileiro tem continuamente atendido aos clamores de expandir a proteção às pessoas em posição de fragilidade. E, nesse sentido, é salutar expandir para diferentes públicos as experiências que tiverem se mostrado bem-sucedidas na proteção à dignidade humana. Um exemplo de tais experiências de sucesso são as rondas Maria da Penha, que previnem e reprimem atos de violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doméstica e familiar contra as mulheres. Ora, se tal experiência é bem-sucedida em diferentes estados, nada mais lógico senão tal exemplo de ronda ser também oferecido em proteção das crianças e adolescentes.

Assim, deve-se ter em conta o conteúdo do art. 70-A do ECA. Tal dispositivo prevê a atuação articulada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na elaboração de políticas públicas e na execução de ações. Logo, trata-se de dispositivo adequado para receber a inserção legal que se intenciona promover.

O PL, portanto, demonstra ter importância ímpar para a urgente proteção de criança e de adolescente em seu seio familiar, quando houver fundada preocupação de que possa ser novamente vítima do terrível ciclo da violência.

Nesse sentido, enaltecemos o autor do projeto e encaminharemos voto pela sua aprovação.

Em razão do exposto, nosso – Dr. Hiran e eu, como Relator *ad hoc* – voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.225, de 2023, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, apresentado aqui pelo Senador Flávio Arns.

O projeto é do Senador Wellington Fagundes, e a relatoria original é do Dr. Hiran, que o Senador Flávio Arns aqui apresentou, como digo sempre, com o brilho, a competência e – permita a assessoria dele – a magia de sempre. Eu digo, porque a assessoria tem que dizer: "Paim, tu és um bom Senador, mas o nosso é o melhor". (*Risos.*)

Estou elogiando a tua assessoria, com muito respeito e carinho, amigo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que a minha tela está toda azul aqui. Todos os projetos foram apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, isso é ótimo! É uma forma de ele me cumprimentar, dizendo: "Hoje limpamos a pauta, colaborei com V. Exa.".

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCJ e, de forma terminativa, da CSP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos todo o trabalho com a sua frase final: "tudo azul".

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública e reunião deliberativa de hoje.

Obrigado, Senador Flávio Arns.

(*Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 97ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Nelsinho Trad, e ainda do Senador Astronauta Marcos Pontes, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 95/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 4438/2021(Substitutivo-CD), que "altera as Leis nºs 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la". **Participantes:** Alexandre de Oliveira Alcântara, Secretário Executivo das Promotorias Atuantes na Defesa do Idoso e Pessoa com Deficiência e Promotor Titular da 15ª Promotoria de Justiça de Fortaleza; Vania Samira Doro Pereira Pinto, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal e membra da comissão dos direitos da pessoa com deficiência da ANADEP; Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Defensora Pública do estado do Ceará e coordenadora da comissão dos direitos da pessoa idosa da ANADEP; Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do estado de São Paulo e membra da comissão dos direitos de pessoa com deficiência da ANADEP; Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro. Vice-Presidente da Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência – AMPID; e Cyntia Carvalho e Silva, Delegada na delegacia especializada à pessoa idosa. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/30

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 97ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 95, de 2023, de minha autoria e de outros Senadores, para instruir o PL 4.438, de 2021, substitutivo, que altera as Leis 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da Pessoa Idosa, e 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para aprimorar a defesa dos direitos humanos e estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Será interativa e transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela nossa importante Agência Senado.

Eu vou fazer, como de praxe, uma pequena introdução ao tema. Depois os convidados é que vão aprofundar o debate, na competência de cada um.

Senhoras e senhores, vamos hoje debater medidas protetivas para pessoas idosas e pessoas com deficiência. Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado tem por objetivo debater o Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, de iniciativa da hoje Ministra, mas sempre Senadora, inclusive aqui liderou a Bancada Feminina, a Senadora Simone Tebet. Senadora, hoje Ministra.

Esse projeto altera as leis do Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Pessoa com Deficiência para estabelecer medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos como horizonte sempre buscar o aprimoramento da defesa dos direitos humanos. Consequentemente, fortalecer as políticas humanitárias.

Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos mostram que houve um aumento de 38% nos casos de violência contra pessoas idosas no primeiro semestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de 65 mil denúncias, e o crescimento foi registrado em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

Segundo o IBGE, dados de 2019, o número de idosos no Brasil chega a 32,9 milhões. A tendência do envelhecimento da população vem se mantendo, e o número de pessoas com mais de 60 anos no país já é superior ao de crianças com até 9 anos de idade. Conforme ainda o IBGE, o Brasil tem mais de 18,5 milhões de pessoas com deficiência.

No primeiro semestre de 2023, o Disque 100 registrou mais de 40 mil violações sexuais praticadas contra pessoas com deficiência. Há ainda inúmeros casos subnotificados, dada a dificuldade que a vítima tem de denunciar.

A Ouvidoria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registrou, até o terceiro trimestre deste ano, 51.734 denúncias contra os direitos humanos de pessoas com deficiência. Os dados indicam um aumento de 150% na comparação com o período anterior. No total, o terceiro ciclo de 2023 aponta para o número de 383.944 denúncias, somando todos os públicos vulneráveis.

As denúncias de violência contra idosos e pessoas com deficiência englobam maus-tratos, abandono, tortura, insubsistência, desassistência em relação a direitos sociais, à saúde e à alimentação. Também há casos em que é registrada a subtração dos direitos civis, políticos e de liberdade individual, como retenção de documentos, acesso à informação e exercício de expressão em religião. Muitas vezes se apropriam dos documentos para, inclusive, fazer um empréstimo que quem paga, no fundo, é o idoso ou mesmo o deficiente.

Essa é uma introdução rápida do tema. Eu vou, neste momento, tomar a liberdade, porque sei que os senhores e as senhoras têm compromisso com essa causa.... Porque, ontem, o Congresso, eu diria, porque o Senado já havia aprovado, aqui eu fui Relator... A Câmara aprovou ontem à noite que 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra – e lembrem-se de que é a data de Zumbi dos Palmares –, se torne, então, feriado nacional. Vai à sanção do Presidente.

O projeto, aqui na Casa, vem em debate desde a Constituinte. A bancada assim chamada de negra – o Caó, eu, o Edmilson Valentim e a Benedita – apresentou e perdeu no processo Constituinte, mas, de lá para cá, nós fomos apresentando, de 4 em 4 anos nós fomos apresentando. O último, agora, foi o Senador Randolfe, Líder do Governo, que apresentou e, naturalmente, convidou-me para ser o Relator do projeto, pelo meu envolvimento com essa causa desde que eu nasci, daria para dizer. Desde que nasce, a gente já percebe o preconceito que existe neste país. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatei aqui no Senado, fui o Relator nas Comissões e no Plenário, e ele foi para a Câmara dos Deputados. Vejam a coincidência, a Reginete Bispo, que é a minha suplente no Senado, se elegeu Deputada Federal. Foi ela que relatou na Câmara dos Deputados e, ontem, foi aprovado por ampla maioria.

Então, além das palmas que deram para mim, eu peço palmas para a Reginete Bispo também e para toda a bancada negra, que estava toda lá, a Benedita, a Dandara, a Carol, enfim, estavam todos lá de plantão. Naturalmente, eu estava. Ficamos lá... (*Palmas.*)

Eu agradeço também ao Presidente Lira, que tantas vezes é criticado, mas saibam que nessa questão do combate ao racismo e ao preconceito ele tem tido uma postura muito, muito boa, como também o Rodrigo Pacheco, aqui no Senado. O Presidente Rodrigo Pacheco tem sido nosso parceiro aqui. No mandato que ele assumiu, nós aprovamos mais de 20 leis, aqui no Senado, de combate a todo tipo de racismo e preconceito.

A Câmara também está respondendo. A política de cotas veio de lá para cá. Foi aprovado o primeiro lá e aqui também. Eu fui indicado como Relator e aprovamos, sem nenhum problema. E já foram sancionadas as cotas nas universidades e nos institutos, que abraçam também os setores com que vocês trabalham muito – deficientes, negros, quilombolas, indígenas, idosos. Enfim, todos são contemplados de uma forma ou de outra.

Se vocês me permitirem, eu tenho que fazer esse registro, que eu ia fazer no Plenário. Depois nós vamos fazer o nosso debate aqui.

Eu não tenho pressa. Se vocês quiserem ficar aqui o tempo que entenderem que é necessário, nós vamos ficar.

Então, eu tomo a liberdade de fazer essa fala rápida, porque fica na história. Nós vamos embora, mas o Congresso continua. E um momento como esse... Só faço aqui um... Por exemplo, nos Estados Unidos... Porque dizem: "Ah, mas vai ter gasto", tal – tal, tal. Nos Estados Unidos, que queiramos ou não é o grande símbolo do sistema capitalista – o que nós também somos, não estou aqui fazendo nenhuma discriminação –, lá, o feriado nacional existe e se baseou no assassinato de Martin Luther King.

Então, no dia do assassinato Martin Luther King, os Estados Unidos todos param para discutir as políticas contra todo o tipo de racismo e preconceito e discriminação. Eu tenho dito sempre que entendo que, nesse dia, no Brasil, nós vamos ter que debater tudo. Zumbi, para a questão da consciência negra, é um símbolo – é um símbolo –, mas temos que debater o feminicídio, a violência contra as mulheres, a violência contra o idoso, a questão LGBT, a questão das pessoas com deficiência. Debater sobre todos aqueles que são discriminados para que um dia o Brasil seja, de fato, um país que a gente possa dizer: "Aqui não se precisa de cotas", "Aqui não tem discriminação", "Aqui todos têm direitos efetivamente iguais e oportunidades iguais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me permitam.

A Câmara dos Deputados aprovou no dia de ontem o Projeto de Lei 3.268, de 2021, que torna 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, feriado nacional, a exemplo de como é nos Estados Unidos.

O projeto inicial foi de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Eu tive a honra de relatá-lo aqui no Senado. Na Câmara, a Deputada Reginete Bispo, que, casualmente, como eu expliquei, é minha suplente, foi a Relatora e fez um belíssimo trabalho. Assim, o aprovamos.

Sublinho aqui a participação decisiva da Bancada Negra, que representa 122 Deputados – é bom lembrar que na Constituinte nós éramos quatro, eu já citei o nome dos quatro aqui – que se autodeclaram pretos e pardos, tendo como Coordenador-Geral, que fez um belíssimo trabalho também – eu acompanhei, eu estava lá – Damião Feliciano; a 1ª Vice-Coordenadora, a Deputada Talíria Petrone, também com muito destaque; e a 2ª Vice-Coordenadora, a Deputada – eu peço aqui um carinho especial – Benedita da Silva, que, lá do alto dos seus 80 anos, é um símbolo. Ela hoje é chamada em diversas partes do mundo para falar sobre essa realidade.

Então, em nome de todos eles, e da 3ª Vice-Coordenadora, a Deputada Silvia Cristina, eu pediria uma salva de palmas para Benedita da Silva, que ficou lá até o último minuto. (*Palmas.*)

Depois eles iam fazer uma pequena comemoração. A Benedita olhou para mim. Eu olhei para ela e disse: "Nós vamos é para casa, tomar uma sopa e dormir"! Pela idade – não é? (*Risos.*)

Não dá mais para a gente ter essa liberdade, que até gostaríamos de ter, mas não dá. Não dá para ir com a moçada nesse momento tão importante.

Mas, enfim, o feriado nacional de 20 de novembro, antes de tudo, é uma ação educativa, simbólica, que nos move para refletir e agir no combate ao racismo e a todos os preconceitos, fortalecendo a nossa sociedade tão diversa, onde o respeito ao direito de todos precisa prevalecer.

Dados do Ministério da Igualdade Racial mostram que, entre os 5.070 municípios brasileiros, apenas 1.120 já decretaram feriado nacional no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Muitos estados o fizeram também. E chega uma hora em que, como eu sempre digo, nós temos que sentir a batida dos tambores nas ruas. Se os tambores estão batendo, os Parlamentares têm que ouvir, e ouviram – ouviram! Por que ouviram? Porque aprovaram, não é?

É feriado já, por exemplo, em unidades da Federação. É feriado em Alagoas, Amazonas, Amapá, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso e em inúmeras outras capitais. Dez capitais brasileiras têm feriado no dia 20 de novembro e, em outras 12, existe projeto tramitando que, agora, com essa votação, se resolve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há anos, lutamos pela aprovação da matéria no Congresso, desde a Constituinte. Eu diria que a Constituinte foi o meu primeiro mandato e, de lá, eu fiquei até hoje aqui. A parceria tem que ser com negros e brancos comprometidos com essa luta por um país para todos, mas eu fiz questão de botar aqui nos *Anais* que a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Edmilson Valentim, o Deputado Domingos Leonelli, o já falecido Deputado João Herrmann e Carlos Alberto Caó de Oliveira faziam parte dessa bancada negra junto comigo. Claro que o meu nome eu não precisei botar, porque eu já estou dizendo: "e eu".

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, foi criado no meu estado, no Rio Grande do Sul, por jovens militantes do movimento negro, como o Dr. Antônio Carlos Côrtes, que até hoje está vivo e falamos seguidamente, o poeta Oliveira Silveira, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Jorge Antônio dos Santos e Luiz Paulo Assis Santos, como outros militantes que lembraram que o Dia da Consciência Negra era uma homenagem ao grande líder Zumbi dos Palmares, que foi assassinado e esquartejado porque se rebelou contra a escravidão e criou o famoso Quilombo dos Palmares. Enfim, ele organizou, resistiu. Um dos maiores quilombos do país foi o Quilombo dos Palmares, que foi obra do grande líder Zumbi dos Palmares.

Se o mundo lembra Mandela no combate ao racismo, ao preconceito, no Brasil, é a figura de Zumbi. Claro que, depois, no andar dos tempos, outros tantos surgiram, mas a referência maior é Zumbi dos Palmares.

Muitos não reconheciam o dia 13 de maio como vitória para a população negra, uma vez que, ao abolir a escravidão, o Estado brasileiro deixou a população negra à margem da sociedade, sem nenhuma política pública que os amparasse. Era proibido até comprar ferramentas, era proibido estudar e, naquela época, eles acabavam criticando e até prejudicando aqueles brancos que empregavam os negros, aí já dentro do mínimo de responsabilidade no mundo do trabalho.

Enfim, avançamos. A realidade, claro, é outra hoje no Brasil e, felizmente, no mundo. Aprovar esse feriado nacional é também, na prática, implantar a Lei n° 10.639, de 2003, e a 11.645, de 2008, que incluem no currículo da rede de ensino a disciplina da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira.

Infelizmente, essa lei existe desde 2003. Nós trabalhamos junto com outros, naturalmente, toda uma equipe, e somente 20% dos municípios a adotam. Então, nós queremos muito que este debate do feriado nacional ajude a debater também essa lei, para que todos os municípios assumam. É contar a verdadeira história da participação de todos que construíram esta nação: negros, brancos, indígenas, enfim, migrantes e imigrantes, da sua forma, e que foram fundamentais. Esse é o objetivo. Enfim, que essa história se conte a verdade dos fatos, e com isso todos ganham.

Terminando, um dia me disseram: "Nunca deixe de sonhar. Descanse, mas não desista". (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque esse pingo de emoção, eu diria, foi assim que eu me senti ontem à noite. Corri o dia todo aqui e fui lá para a Câmara, e fiquei com a moçada lá, até as 10h30 da noite, até que a hora em que foi aprovado, e por isso eu cumprimento a toda a Câmara dos Deputados, na figura do Presidente Arthur Lira, pois ele foi fundamental. Se ele não tivesse apoiado, não tinha essa lei, assim como também o Rodrigo Pacheco aqui no Senado, que foi fundamental. Eu me refiro não apenas a essa lei, mas também à política de cotas. Se ambos não tivessem apoiado, pode ter certeza de que não existiria.

Assim, essa é a trajetória da luta, com resistência, perseverança, como também assim é a luta de todos aqueles que querem um Brasil sem nenhum tipo de preconceito. Que ninguém seja criminalizado, discriminado, julgado pela cor da pele, pelo gênero, pela raça, pela procedência, pela etnia, seja deficiente, quilombola, migrante, imigrante, enfim, que não haja nenhum tipo de discriminação.

Termino dizendo que, com a aprovação do feriado nacional no dia 20 de novembro, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, eu entendo que o Brasil deu um passo gigante na luta contra todo tipo de racismo e preconceito. Viva o povo brasileiro! Brancos, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, nós todos somos um só povo. (*Palmas.*)

E que essa simbologia esteja sempre ao alcance da nossa vista, mesmo além do horizonte.

Muito bem. Com a tolerância de vocês, agora nós vamos entrar no debate, porque aqui já existem perguntas que estão chegando pelo e-Cidadania.

Convido de imediato... Primeiro vamos compor a mesa dos convidados que fará o painel daqui e os painelistas que farão depois por videoconferência.

Cyntia Carvalho e Silva, delegada na Delegacia especializada à pessoa idosa. Seja bem-vinda, Cyntia. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda. Ela já me contou um pouco da história dela, do doutorado dela.

Convido agora a Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Seja bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos.

Seja bem-vinda também, Doutora. É um prazer. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre de Oliveira Alcântara, Promotor de Justiça, membro do Ministério Público do Ceará, lotado na 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência. (*Palmas.*)

E, por fim, nós vamos ver como é que... Se vocês apertarem um pouquinho... venham para cá um pouquinho. Dá para botar uma mesa lá na...

E, por fim – põe uma cadeira lá para nós; eu dei uma ajustada aqui –, Amanda Cristina Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal e membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Anadep.

Seja bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

Quer se sentar lá ou aqui?

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES (*Fora do microfone*.) – Parece que lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós demos um espaço lá. Todos se movimentaram nesse sentido. (*Pausa.*)

Pronto.

É um prazer, Doutora.

Então, todos estão à mesa.

Nós teremos ainda, por videoconferência, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo e membro da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da Anadep; e, ainda por videoconferência, Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Defensora Pública do Estado do Ceará e coordenadora da Comissão do Direito da Pessoa Idosa da Anadep.

Segundo aqui o acordo que eu tenho feito nas audiências públicas, eu tenho dado dez minutos para cada um, com mais cinco. Então, subentende-se que, na verdade, são 15 – é que nos dez a campainha toca; depois, mais cinco. E, claro, que eu não vou ser aqui intransigente. Serei tolerante com todos se entender que tem que falar um, dois minutos ou mais, o.k.?

Faltou alguém aqui? Faltou alguém nas mesas que eu citei? Falem agora ou calem-se para sempre. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Já registrei. Desses aqui eu já registrei. (*Pausa.*)

Tá. Depois desse aqui fica para um segundo momento.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, convidamos a Delegada da Delegacia Especializada da Pessoa Idosa Cyntia Carvalho e Silva, para fazer a primeira fala.

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Bom dia, pessoal. Bom dia, meus colegas, todos aqui da pauta da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

Eu estou emocionada porque realmente... (*Manifestação de emoção.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A emoção faz parte do nosso coração! (*Palmas.*)

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – Exato.

Depois do discurso do Senador Paim, que é o Paim de todas as causas das pessoas vulneráveis deste país...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – Muito obrigada pela sua luta, que não é de hoje, é de mais de 30 anos. E o senhor estava falando para mim, como uma pessoa negra, como uma pessoa idosa, que a gente pode descansar, mas a gente nunca pode desistir. (*Palmas.*)

Isso para mim é uma grande inspiração. E assim, eu estou com muita alegria, eu cumprimento a todos na pessoa do grande Senador Paulo Paim, que realmente é uma pessoa incrível e que dedica a vida pública na defesa das pessoas minorizadas nesse país, porque não são minorias – as pessoas negras são a maioria, as mulheres são a maioria, as pessoas com deficiência são importantes e muitas vezes são negligenciadas, as pessoas idosas cada vez mais vão ser e são mais importantes porque esse nosso país em 2030 vai ser o quinto país do mundo com mais pessoas idosas, e isso é um motivo para a gente comemorar. A causa da pessoa idosa é transversal – todo mundo vai ficar idoso. E é por isso que nós estamos aqui.

Eu sou a Cyntia. Primeiramente, eu sou ativista na causa dos direitos humanos. Eu sou delegada da delegacia especializada, a Decrin, onde a gente cuida de cinco pautas que eu quero mostrar para vocês e para o Senador, que são o nosso leque de direitos: a gente cuida das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das pessoas negras, das pessoas LGBTQIA+ e também da diversidade religiosa. Temos planos também para a gente abarcar as pessoas indígenas, as pessoas refugiadas, porque, como o Senador falou, ninguém pode ficar para trás.

Gostaria de entregar para o senhor os nossos cartazes e as nossas cartilhas educativas também da delegacia. Esse é o da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, já atualizada com o símbolo que está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação aqui no Senado para a gente ter a inclusão de todas as deficiências, a pauta da pessoa LGBTQIA+, a pauta da pessoa negra.

Muitos parabéns pelo dia de ontem, foi revolucionário. E que esse dia seja lembrado e seja motivo de luta, porque nada vem de graça. É tudo com luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns pelos cartazes e pela fala.

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – Hoje nós estamos aqui para comentar sobre um projeto de lei revolucionário, esse nosso Projeto 4.438. E de que se trata? Para o pessoal de casa que está escutando, às vezes, é muito difícil a nossa linguagem aqui do poder público, da máquina pública, para a gente explicar por que esse projeto de lei é importante. Eu minutei esse projeto para a Senadora Simone Tebet, que hoje é Ministra, e muito me alegra uma mulher supercompetente, supersensível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma grande Ministra! Tem que ser dito isso. Foi fundamental na campanha do Presidente Lula. Eu vi, eu estava lá. (*Palmas.*)

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – Nós vimos, não é? Todo mundo viu. Ela é uma mulher incrível, e eu como mulher, uma mulher que me considero negra, que vim também de uma periferia e estou aqui hoje falando para vocês, isso para mim é muito importante. Eu procurei a Senadora Simone Tebet numa quinta-feira, e terça-feira esse projeto já estava protocolado. Pela sensibilidade dela e da equipe dela, devo dizer para vocês que a gente tem que saudá-la mesmo.

Esse projeto de lei veio da minha experiência prática. Eu já sou delegada da Polícia Civil do Distrito Federal há mais de 14 anos, e na delegacia especializada eu estou há cinco anos. E lá a gente começa na prática. Como meus colegas defensores e promotores, a gente aprende que a investigação dos crimes contra as pessoas vulnerabilizadas é diferente, principalmente em relação às pessoas idosas.

No caso de pessoas idosas, a maioria das violências são praticadas por familiares, cuidadores e pessoas próximas. E, diferentemente da Lei Maria da Penha, da lei que trata dos homicídios, do tráfico de drogas, não existe a figura do ex-marido, porque não existe a figura do ex-filho. É muito complicado uma pessoa idosa denunciar e procurar ajuda aos órgãos públicos. Exatamente por isso que, somente nestes cinco primeiros meses, a gente teve um aumento de 87% do número de denúncias.

Nossa população está envelhecendo, mas só que ela está envelhecendo muito rápido. Diferentemente dos países europeus e do Japão, que é uma referência no assunto, no Brasil a gente está envelhecendo mais rápido do que eles. Então, a nossa pirâmide, em 2030, já vai estar completamente... Em vez de ser um triângulo, ela já vai ser um retângulo. E nós, aqui, todos os presentes, representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado, somos responsáveis, sim, por dar respostas, respostas imediatas. Por isso a urgência desse PL. E esse PL cuida de quê?

O Senador Paim, que é o Paim de todas as causas dos vulneráveis, foi o autor do Estatuto da Pessoa Idosa, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial e de todos os estatutos. E o que acontece? Esse estatuto é maravilhoso, mas o que faltava nele, o que está faltando, com a prática, que a gente vê? A força de uma medida protetiva de urgência, célere e rápida. Por quê? O Brasil é diferente. O Distrito Federal, ele tem uma realidade; o Ceará, Rondônia, o Rio Grande do Sul... Nós somos um país continental. E a defesa da pessoa idosa, por muitas vezes, e da pessoa com deficiência, é negligenciada por falta de instituições que funcionem 24 horas e de mecanismos. E, gente, a Lei Maria da Penha, é de 2006. E essa Lei Maria da Penha, eu estou, neste meu doutorado, eu estava contando para o Senador, estudando a história da Lei Maria da Penha e a história da Lei do Racismo.

Essa Lei Maria da Penha, ela foi aperfeiçoada e ela ganhou um respeito enorme na nossa sociedade. Hoje, a Lei Maria da Penha, eu posso dizer para vocês, é uma das leis mais democráticas que a gente tem, porque ela cuida das pessoas mais vulneráveis, de classes sociais, e também das pessoas que têm muito acesso, como a gente está vendo no caso da Ana Hickmann.

E o que acontece? A força da Lei Maria da Penha, a simbologia e a força simbólica, ela entra no mecanismo da sociedade e todo mundo tem medo da Lei Maria da Penha. Elza Soares fez a música do Disque 180. E eu quero que essa força venha para o Estatuto da Pessoa com Deficiência e para o Estatuto da Pessoa Idosa. Eu quero que essa força, que todo mundo que agride uma pessoa idosa e uma pessoa com deficiência tenha o mesmo medo, como na Lei Maria da Penha a gente tem esse mesmo medo, porque, infelizmente, a gente tem que conscientizar e sensibilizar pelo amor, mas às vezes o Estado tem que atuar.

Assim, eu sou a parte ruim da situação que representa a polícia, o Estado protetor. A gente tem que proteger essas vítimas.

Nesse caso, eu também quero contar para vocês a atuação da Deputada Leandre...

Antes de tudo, ainda no Senado, a gente propôs essa lei em março de 2021. Em junho, o Senado já a tinha aprovado, de tão urgente que é essa causa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – Porque pessoas idosas estão morrendo, pessoas idosas estão morrendo por falta dessas medidas protetivas de urgência.

Essa lei foi aprovada rapidamente, e, inclusive, quem trouxe a ideia de incluir as pessoas com deficiência foi uma emenda do próprio Senador Paim, porque eu escrevi a minuta para a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simone concentrada nas pessoas idosas; e o Senador Paim, com a sensibilidade dele, trouxe as pessoas com deficiência também e aprimorou essa lei, e ela saiu do Senado com uma redação incrível.

Chegou à Câmara. Procurei a Deputada Leandre, que também é uma outra mulher incrível, porque a gente tem que ressaltar o trabalho das pessoas na Comissão das Pessoas Idosas, a Deputada Silvye, e a gente conseguiu... Há mais de dois anos que está tramitando essa lei, e essa lei já poderia ter sido aprovada imediatamente, só que ela teve um adendo por parte de desenho institucional da participação da Defensoria.

É muito importante a atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público nas pautas, mas essa questão é uma questão pontual. A gente precisa aprovar essa lei imediatamente.

Quinta-feira passada, a gente fez uma operação policial que envolvia um idoso do sexo masculino. Gente, a Lei Maria da Penha só funciona para mulheres em situação de violência doméstica, e a gente, infelizmente, está tendo um entendimento, uma interpretação equivocada por parte de alguns magistrados, membros do Ministério Público e, às vezes, da Defensoria – isso é verdade. O que acontece: a Lei Maria da Penha eles entendem que se aplica até a uma mulher que faz 59 anos, e, depois, aplica-se o Estatuto da Pessoa Idosa.

Ou seja, se você fica mais vulnerável quando você faz 60 anos, você perde o direito da Lei Maria da Penha, porque a questão da idade se sobrepõe à questão do gênero; e isso diminui a proteção dos direitos.

Agora, com a aprovação desse projeto, a gente não vai ter mais essa desculpa. Por quê? Porque vai ter, sim, os mesmos mecanismos da Lei Maria da Penha no Estatuto da Pessoa Idosa e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Uma outra questão muito importante é a questão dos homens, dos homens idosos. A Lei Maria da Penha é somente para mulheres, só que a gente está aplicando aqui os mecanismos de proteção também para esses homens que são idosos e que são vulneráveis.

Não quer dizer, gente, lembrando sempre, que o envelhecimento é uma doença. As pessoas têm autonomia e independência.

Eu brinco, Senador, que, na minha delegacia – a gente é especializado nessas temáticas –, a delegacia é da pessoa idosa e não da família da pessoa idosa, porque muitas pessoas vão procurar lá interessados no dinheiro da pessoa idosa. A gente sempre preserva a autonomia e a independência da pessoa idosa.

Afinal de contas, ela trabalhou a vida inteira e ela tem que fazer com o dinheiro o que ela bem entender, desde que ela esteja com a sua capacidade mental preservada, como todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu defendo aqui? Eu acho que esse acréscimo que foi feito é importante – da Defensoria Pública –, mas eu acho que isso deveria... É uma questão polêmica, como a gente viu, nas notas do Ministério Público, é uma questão institucional que não tem a ver, imediatamente, com o objeto da lei, que é a gente discutir os mecanismos diretos da Lei Maria da Penha.

Esse projeto já está tramitando há dois anos. A gente precisa da aprovação imediata, porque, infelizmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – ... demorou 30 anos para o Dia Nacional da Pessoa Negra ser reconhecido, e vidas de pessoas idosas importam, pessoas idosas têm prioridade, pessoas com deficiência também. Pessoas estão morrendo, e eu preciso que esse projeto seja aprovado.

Conto com o apoio de todo mundo que está assistindo, desta Casa tão querida e do Congresso Nacional, para que a gente faça dessa lei uma realidade que vai revolucionar a nossa vida prática.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Cyntia Carvalho e Silva, Delegada na Delegacia Especializada de Proteção à Pessoa Idosa, que mostrou, de fato, que é uma especialista no assunto, conhece tudo e mais um pouco. Isso é bom, e falou muito aqui da Lei Maria da Penha.

Eu me lembro que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha também foram capitaneados pelas mulheres, viu? Porque eu cheguei aqui, em 1986, e foram as mulheres que capitanearam o Estatuto da Criança e do Adolescente e capitanearam também, totalmente, a Lei Maria da Penha. Temos uma Bancada Feminina muito atuante e, aqui nesta Comissão, a maioria são mulheres. (*Palmas.*)

Eu não perco uma proposta que seja do campo social, porque elas dizem: "Deixa com nós, Paim! Bota em votação que nós vamos para lá!". (*Risos.*)

E elas têm maioria no painel, além de serem muito boas na argumentação, no painel, elas... Por isso é que aprovamos tanta coisa, rapidamente, aqui, graças às mulheres, viu?

Vamos em frente. Se eu fizer um comentário sobre cada um de vocês que falar, vocês não falam! Então, eu vou, ó... E vou só chamar os convidados.

Chamamos, agora, a Dra. Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Eu queria agradecer pela oportunidade de estar aqui nesta data.

Quero cumprimentar a todos na pessoa de V. Exa. e fazer coro aqui à Dra. Cyntia para parabenizá-lo pela data de ontem e por essa importante iniciativa do Dia da Consciência Negra. Como uma mulher negra, eu me sinto, assim, muito representada por V. Exa. e muito feliz com essa notícia de hoje. (*Palmas.*)

Queria fazer a minha autodescrição. Como o Senador falou, eu sou Vania, uma mulher negra, com cor de pele morena, cabelos cacheados na altura dos ombros e grisalhos. Eu me visto, no dia de hoje, com um vestido em tom laranja.

Eu sou Promotora de Justiça do Estado de Minas Gerais e, apesar dessa urgência que a gente tem de trazer essa pauta para a nossa realidade, eu me sinto muito feliz de poder estar aqui neste espaço democrático, de diálogo, para que a gente possa discutir esse assunto. E eu espero que, no fim da minha fala, fique reforçada a noção de que não se trata de uma disputa corporativa, mas de um debate institucional, que busca defender a higidez de um sistema, conforme a gente tem delineado pela nossa Constituição.

E aí nós estamos aqui hoje para discutir o Substitutivo ao PL 4.438 – como disse a Dra. Cyntia, como já foi aventado pelo Senador –, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 13 de junho. Esse substitutivo altera... Para além de trazer essas medidas protetivas de urgência para o Estatuto da Pessoa Idosa e para a Lei Brasileira de Inclusão, que nós consideramos uma medida importantíssima. Enquanto Ministério Público, enquanto promotores e promotoras de justiça que trabalhamos na defesa da pessoa idosa e da pessoa com deficiência diuturnamente, nós sentimos muita falta da celeridade e dos mecanismos da Lei Maria da Penha como medidas de proteção para a pessoa idosa.

Embora a gente consiga, juridicamente, construir o entendimento de que elas também são aplicáveis aos homens com mais de 60 anos, já que o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência permitem medidas que não estão elencadas na lei, é fato que não tem a mesma celeridade que a Lei Maria da Penha imprime. Então, para nós, essa inserção é, sim, muito importante. E aí eu parabenizo demais a iniciativa da Dra. Cyntia de ter feito essa proposta para a Senadora Simone. Realmente, é uma medida revolucionária, porque aí a gente não precisa convencer mais ninguém, já está tudo escrito lá.

Mas, embora esse PL tenha saído daqui de uma forma realmente incrível, esse substitutivo foi além disso, ele trouxe muitas outras alterações. Ele colocou, por exemplo, a obrigatoriedade de comunicação pelos serviços de saúde públicos ou privados para a Defensoria Pública de situações de violência e maus-tratos, quando forem verificadas nesses serviços de saúde; acrescentou a legitimidade para requerimento de medida protetiva de urgência para a Defensoria Pública sem representação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofendido, de uma forma independente, autônoma; colocou uma necessidade de submissão ao Poder Judiciário de aplicação de todas as medidas de proteção que a gente tem dentro do Estatuto da Pessoa Idosa; e, ainda, acrescentou uma função fiscalizatória das entidades de atendimento para a Defensoria Pública.

E aqui eu me sinto muito confortável de discutir esse tema na presença do Senador, porque o senhor é pessoa que conhece com profundidade o tema, tanto ligado à pessoa idosa quanto à pessoa com deficiência. Então, nada que eu falar aqui vai lhe soar estranho, o senhor já conhece esses sistemas de proteção, esses sistemas de garantia. E aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tanto como vocês, mas eu faço força. Confesso que eu fiz um pouco mais hoje para estar com vocês.

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – Imagina...

E aí, hoje, como que isso acontece? A gente trabalha num sistema em que a autonomia e a independência dos titulares de direito precisam vir com prevalência. Então, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência deve ser a primeira a poder tomar providências e decisões em relação à própria vida. Como a Doutora colocou aqui, o dinheiro da pessoa idosa é a pessoa idosa que vai administrar, ninguém tem que dar conta: "Ah, meu pai está gastando dinheiro demais, arranjou uma namorada de 19 anos". Gente, deixa o moço!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa ele viver, não é?

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – Claro. Se ela está querendo namorar e ele está querendo namorar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que quem está assistindo lá em casa gostou. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Tanto o homem como a mulher, não é?

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – Lógico. São pessoas adultas, não são? Pessoas adultas podem decidir a própria vida e podem, devem amar, eu acho que sim.

Então, a prevalência precisa ser essa. Inclusive, quando a gente recebe no atendimento pessoas idosas ou pessoas com deficiência, muitas vezes, a gente, enquanto promotores, encaminha para outra instituição, porque a gente fala: "Aqui não é o nosso papel atuar na sua defesa jurídica dessa forma. Você precisa ou procurar um advogado ou, se não tiver condições, procurar a Defensoria Pública".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público atua, na defesa da pessoa idosa e na defesa da pessoa com deficiência, de forma excepcional, quando essa demanda é individual. Então, a gente atua naqueles casos em que a pessoa idosa ou a pessoa com deficiência está numa situação de vulnerabilidade tamanha que não consegue se defender sozinha. Aí a gente atua, no direito a gente chama de substituto processual, a lei nos autoriza, em nome próprio, em nome do Ministério Público, a atuar pelo direito de um terceiro, pelo direito alheio, de forma que a pessoa que é defendida nem participa da relação processual, ela participa do processo, mas não está na triangulação processual, não é uma parte. A parte que atua é o Ministério Público, é em nome próprio, o Ministério Público atua enquanto Ministério Público.

E, mesmo nessas situações, tamanha é a necessidade de garantir a autonomia dessas pessoas, nós fazemos questão de que elas sejam ouvidas, nós fazemos questão de que elas estejam no centro das decisões, na maior medida possível, porque é importante, tanto que a Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão promoveram uma grande revolução na nossa teoria de incapacidades, dentro do direito civil, tornando a incapacidade uma exceção verdadeira. O que a gente busca hoje é priorizar o titular do direito, ainda que ele tenha uma capacidade reduzida. A gente busca entendê-lo e garantir a fala dele na maior medida possível.

Logo, o projeto que saiu daqui saiu perfeito, porque legitimados a atuar no pedido de medida de proteção de urgência, o Ministério Público, que tem essa atuação institucional, e o ofendido, que pode buscar uma assistência jurídica. Então a Defensoria Pública não estaria impedida de agir. O ofendido busca o serviço da Defensoria Pública e a Defensoria Pública, dentro da sua estrutura institucional, analisa se é ou não o caso da sua atuação, se aquela pessoa deve ou não deve ser atendida por ela, e realiza o requerimento em nome do ofendido.

O que a gente está vendo pelo substitutivo desse projeto é uma transmutação, é tornar a Defensoria Pública mais um substituto processual, ela atuaria independentemente do requerimento em nome do ofendido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – E isso atrapalha o sistema, porque o sistema funciona com engrenagens, e todas as engrenagens precisam funcionar bem para que todas as funções previstas dentro desse sistema sejam efetivamente garantidas. E é em relação a isso que a gente se opõe.

Para já ir caminhando aqui, já que meu sinal tocou, outro retrocesso que a gente encontra aqui – e é um grande retrocesso – é a alteração do art. 45 quando ele busca submeter toda a aplicação de medidas protetivas, que já estão previstas dentro do Estatuto da Pessoa Idosa, à passagem pelo Poder Judiciário. Hoje em dia, o Ministério Público aplica diversas delas de forma administrativa. Na verdade, a nossa proteção em relação à pessoa idosa e à pessoa com deficiência se dá muito mais no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo, na medida em que a gente fomenta a autonomia da rede de atendimento, dos Cras, dos Creas, da política em si e das diversas políticas setoriais, saúde, educação, mobilidade. Pouquíssimas demandas chegam ao Judiciário. Elas chegam quando realmente não existe outro caminho. A gente resolve tudo de maneira extrajudicial. E o substitutivo hoje prevê que todas as medidas de proteção sejam submetidas ao Poder Judiciário e isso é um retrocesso tremendo, porque a gente burocratiza, a gente torna mais morosas coisas que a gente já vem fazendo de forma efetiva, de forma eficaz e acaba numa ideia de que a gente está protegendo mais.

Esse substitutivo mostra que a gente está deixando essa parcela populacional mais vulnerabilizada, porque a gente traz mais uma burocracia. Eu tenho que ajuizar uma ação para conseguir implementar uma medida de proteção. Eu insiro mais um substituto, mais um ator para falar em nome da pessoa e, já que ela não mais precisa representar a vontade daquela pessoa, ela não precisa do requerimento daquela pessoa, muitas vezes eu vou ter duas instituições que são autônomas e independentes dando orientações diversas.

Se eu coloco duas instituições para fiscalizarem serviços de atendimento, por exemplo, o Ministério Público fala uma coisa, a Defensoria Pública fala outra coisa. Eu crio o cenário perfeito para essa entidade de atendimento não fazer nada. Por quê? Quem eu vou seguir, o que eu vou seguir? É melhor eu ficar quieto e deixar a irregularidade como está. Deixar de atender quem de fato precisa ser atendido, a pessoa com deficiência e a pessoa idosa.

Então, o nosso requerimento hoje é pela higidez do sistema de garantias. A gente acha importantíssima essa alteração legislativa. A gente acha que vem tarde essa inserção das medidas de proteção da Maria da Penha, mas a gente não pode bagunçar o sistema, que já tem os seus atores definidos, com funções definidas e importantíssimas, cada um no seu lugar.

A gente não quer aqui e não interessa ao Ministério Público enfraquecer nenhuma instituição. Pelo contrário, quanto mais as estruturas estatais forem fortes e cumprirem o seu papel, mais a roda gira redonda, mais a gente gira sem parar no meio do caminho, sem precisar passar óleo, sem precisar passar nada. Vai girar, vai girar cada um no seu papel. A Defensoria Pública não tem que ser afastada, o ofendido tem a liberdade e tem a autonomia e precisa ter de procurar. O Ministério Público não pode fazer assessoramento jurídico, isso é vedação constitucional, ele não pode prestar consultoria. Quem vai fazer a assistência jurídica da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, se todo mundo estiver atuando como substituto processual, em nome próprio, para garantir direito alheio? Quem vai fazer essa função, que é tão importante, é tão necessária e que, muitas vezes, acaba sendo deixada de lado?

Então, o recado que a gente pretendia passar era esse. Mais uma vez, eu estou muito feliz por estar aqui. Essa luta é uma luta diária nossa de proteção das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, como tantas outras. E eu me coloco à disposição aqui para outros esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que fez uma fala... Eu gostei da fala também de ambas, porque foi – como é que eu diria? – uma fala simples, uma complementou a outra e que quem está nos assistindo está entendendo, porque, nesses dias, eu recebi um parecer de um cidadão, que mandou para mim, de um advogado de uma causa dele: "Senador, eu não entendi nada. O senhor pode pedir para alguém traduzir na consultoria do Senado?". Eu olhei: "Mande para a consultoria, porque eu também não entendi nada", porque era tanto detalhe técnico para cá e para lá que o cara não sabia se ele tinha ganhado ou perdido a ação, tal foi a emoção dele. E eu respondi para ele, com toda a sinceridade: "Estou mandando para a consultoria". Felizmente, ele tinha ganhado a ação. (*Risos.*)

Foi bom.

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO (*Fora do microfone*.) – Que bom que a notícia foi boa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

Então, parabéns para todos, porque a TV Senado entra, de fato, em todo o país. Eu tenho uma frase que eu vou dizer do Presidente Lula, e não estou aqui fazendo nada partidarizado, a gente sabe que não é o papel de fazer isso e eu tenho esse cuidado aqui, mas, uma vez, o Lula, numa bancada, disse o seguinte: "Vocês têm que entender que a TV Senado é um canhão", a TV Senado, hoje, chega a todo o Brasil. Então, esta audiência vocês podem crer que está chegando a todo o país e eu ocupo bem este espaço aqui. Por isso que eu estou há 40 anos aqui quase. (*Risos.*)

Eu entrei na Constituinte e, com este mandato, vai fechar os 40.

Vamos em frente. Parabéns a todos pelo debate! No fim, eu faço um comentário do que eu estou pensando.

Eu queria registrar a presença conosco, com todo o carinho, porque conheço a maioria deles, do Tarcísio Bonfim, Vice-Presidente da Conamp. (*Palmas.*)

Já estiveram comigo.

Paulo Penteado Teixeira Junior, da Associação Paulista do Ministério Público, que atuou muito bem na CPI da Previdência, nos auxiliando lá. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deluse Amaral, Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, que também sempre que vem aqui nos ajuda. (*Palmas.*)

Cláudio Henrique Viana, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Um abraço carinhoso a todos. Eu agradeço pelo apoio que todos dão a esta Comissão de Direitos Humanos.

Agora, a pedido aqui da nossa assessoria da Mesa, que pediu que eu colocasse os que estão também por videoconferência para ir intercalando. Então, eu passo a palavra para a Dra. Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo e membro da Comissão dos Direitos de Pessoa com Deficiência da Anadep.

Por favor, Dra. Renata.

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Quero primeiro aqui agradecer o convite do Senador Paulo Paim. É sempre uma honra participar de eventos de iniciativa do Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares e as demais autoridades presentes aqui.

Eu quero iniciar minha fala fazendo uma breve audiodescrição, pensando que podem haver pessoas cegas ou com deficiência visual assistindo a esta sessão. Eu sou uma mulher branca, de olhos e cabelos castanhos claros, com cabelo um pouco abaixo do ombro. Eu tenho 48 anos e apareço na tela da cintura para cima, vestindo uma blusa de cor rosa e, atrás de mim, eu tenho estantes de livros.

Eu quero começar falando o quanto a atuação de órgãos de defesa de direitos, de direitos humanos especialmente, como a Defensoria e o Ministério Público, são importantes para as pessoas com deficiência e para as pessoas idosas. Já foi citado aqui, mas no Brasil – conforme dados da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua, que saiu agora e é de 2022 – 8,9% da população tem alguma deficiência, o que representa 18,6 milhões de pessoas. Metade das pessoas com deficiência são maiores de 60 anos e são também idosas, havendo, então, uma intersecção importante também entre esses dois grupos, o que a gente não pode esquecer.

Também há uma outra intersecção importante, outras duas intersecções importantes, entre raça e gênero: nós temos mais pessoas com deficiência negras e mais pessoas com deficiência que são mulheres. Então, não é incomum a gente encontrar uma mulher negra, com deficiência e idosa. O número de pessoas idosas também vem aumentando na população brasileira, havendo uma inversão dessa pirâmide etária. Atualmente a gente tem 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo 15,6% da população, conforme os dados do Censo de 2022, que já saíram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos os grupos são extremamente vulneráveis. Só para a gente ter uma ideia, de acordo com a Pnad Contínua de 2022, quase 20% das pessoas com deficiência são analfabetas e mais de 63% das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais de idade não possuem educação formal ou têm apenas o ensino fundamental incompleto. Além disso, a cada quatro pessoas com deficiência com idade para trabalhar, apenas uma trabalha, e as pessoas com deficiência ganham 30% menos do que a média das pessoas sem deficiência. Além disso, conforme uma pesquisa da PUC do Rio Grande do Sul, houve um aumento de idosos que vivem abaixo da linha da pobreza, justamente pelo aumento de pessoas idosas no Brasil, o que faz a gente poder dizer que tem um envelhecimento da pobreza.

Só por esses dados a gente já vê a importância da atuação da Defensoria Pública em relação a ambos os grupos que têm dificuldade de acesso à Justiça, e sobre Justiça aqui a gente tem que pensar na concepção mais ampla, não só de acesso a Judiciário, mas também orientação jurídica, que é o que a gente faz diariamente, a gente atende às pessoas. Então, não há qualquer dúvida de que ambos os grupos são público-alvo da Defensoria Pública e, nesse sentido, há a importância de que se deem ferramentas para que a Defensoria atue de forma efetiva na defesa dos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência.

Cabe mencionar que o Ministério Público tem um papel importante nessa atuação, e a ampliação da atuação da Defensoria não enfraquece em nada a atuação do Ministério Público. Ao contrário, a gente amplia a defesa dos direitos humanos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, já que se trata de grupos vulneráveis com complexidade de questões, especialmente quando a gente fala de violência, o que torna bastante difícil atuar nesses casos e bastante demorado, então, quanto mais pessoas atuarem, melhor.

Estamos falando de mais de 40 milhões de pessoas, se a gente considerar que há as intersecções entre velhice e deficiência. E, conforme dados do Disque 100, como a delegada colocou, as pessoas idosas e as pessoas com deficiência são um grupo com um grande número de denúncias de violência, sendo que o perfil da violência é bastante similar. Essa violência acontece, em geral, em casa, por algum familiar que age de forma negligente nos cuidados. Nesse sentido, as medidas protetivas aparecem como de grande importância para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, porque, em muitas situações, se precisará, por exemplo, afastar o agressor do lar. Lar esse que, muitas vezes, é de propriedade da própria pessoa idosa ou da pessoa com deficiência, ou ela mora naquele lar, além de proibir a realização de certas condutas.

Atualmente, a gente tem as medidas protetivas, como já foi lembrado, da Lei Maria da Penha, e as Defensorias Públicas vêm atuando para a aplicação dessas medidas quanto às mulheres, independentemente da sua condição. Assim, as mulheres idosas e as mulheres com deficiência, em situação de violência doméstica, em geral, vêm sendo protegidas. Porém, há situações de violência contra homens idosos e homens com deficiência, como foi bem lembrado aqui, e que também precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do amparo da lei. E, na prática, a gente tem conseguido a aplicação, por analogia, a eles, das medidas protetivas. No entanto, podem haver discussões jurídicas sobre isso, como a Dra. Cyntia mencionou, o que torna esse projeto de lei extremamente importante.

Eu parabenizo a Dra. Cyntia pela propositura, porque isso é algo que a gente vem buscando pela Defensoria Pública, para que possa garantir a defesa das pessoas idosas e das pessoas com deficiência de vários tipos de violência. Situações que vêm se avolumando e chegam cada vez com mais frequência para a Defensoria. Todo dia a gente recebe uma denúncia a respeito de violência em relação às pessoas idosas, e para as quais a gente precisa de ferramentas jurídicas para a garantia de direitos. Isso não enfraquece nenhuma instituição, a gente só amplia a proteção desses grupos que são vulneráveis e são público-alvo também da Defensoria Pública.

Eu cito dois exemplos que tivemos no núcleo especializado da Defensoria. O primeiro era um idoso que tinha diagnóstico de esquizofrenia, diabetes e morava com um filho na casa dele. Porém, ele ficava restringido a um quarto com toalhas e colchão mofados, proibido de acessar a geladeira e cujo neto ministrava a insulina. Ele precisava de uma medida para afastar o filho do lar, mas, também, garantir os seus cuidados. Ele nos procurou e pediu essa atuação. Depois, ele acabou voltando, porque, como a própria Dra. Cyntia falou, é de extrema complexidade. Ele falou assim: "Olha, eu não quero mais essa medida, eu vou sair da casa e vou morar com o meu outro filho". E aí a gente não ingressou com essa ação.

O segundo era uma pessoa com deficiência que foi morar com o pai e sofria agressões verbais e físicas. Ele estava sob curatela e a tia estava disposta a cuidar dele, mas precisava de uma medida para que o pai cessasse essa violência e também que a curatela fosse transferida para a tia.

Então, como a gente pode ver, são casos complexos que exigem medidas para garantir o direito das pessoas idosas e pessoas com deficiência, e a possibilidade de solicitação de medidas protetivas e a ampliação dessas medidas protetivas são extremamente importantes para a defesa desses grupos vulneráveis, o que já vem ocorrendo na prática. Porém, o projeto de lei virá reconhecer formalmente essa atuação e facilitar essa atuação pelas defensorias.

É importante dizer que sempre atuamos após uma oitiva das pessoas idosas e pessoas com deficiência e/ou dos seus representantes. Valorizamos muito isso, porque temos que respeitar a vontade delas.

Além disso, em relação à atuação na fiscalização de instituições de longa permanência de idosos (ILPIs), essa atuação também não invade qualquer atuação do Ministério Público. Ao contrário, é atribuição das defensorias atuar na defesa individual e coletiva de pessoas idosas e pessoas com deficiência, conforme a Lei Complementar 80, de 1994, com redação da Lei Complementar 132, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2009. É evidente que cada instituição atuará no âmbito das suas atribuições, e o projeto de lei deixa absolutamente claro isso.

Inclusive desenvolvemos um projeto piloto na Defensoria de São Paulo e temos realizado visitas periódicas, de forma a prevenir situações de violência. A atuação da Defensoria, nesses casos, vem sendo, em especial, com atendimento individual *in loco* das pessoas idosas, com olhar para a garantia de exercício da capacidade jurídica desses grupos, como também para independência e autonomia também dessas pessoas, para que essas instituições não sejam apenas asilos, mas locais de moradia com respeito aos direitos humanos das pessoas idosas.

E essas visitas vêm sendo realizadas em entidades que são conveniadas com o município, onde estão justamente pessoas mais vulneráveis, que sequer conseguiriam pagar pelo serviço e, nesse sentido, são público-alvo da Defensoria, mas sequer poderiam sair do local para se dirigir ao nosso atendimento.

Mas negar a atuação da Defensoria nesses casos é violar o acesso à Justiça dessas pessoas. Assim, a inclusão da Defensoria formalmente, porque na prática, ela já ocorre, como eu demonstrei aqui, não interfere na atuação do Ministério Público, já que a Defensoria atuará conforme suas atribuições institucionais, com olhar justamente para as pessoas mais vulneráveis e escuta individual, como temos feito.

Além disso, não só o MP é legitimado, mas a Anvisa, conselhos, não tendo havido qualquer questionamento sobre sobreposição, porque cada um atua conforme as suas atribuições, e é dessa forma que ocorrerá a atuação das defensorias.

Então, assim, a aprovação desse projeto aqui só contribui para que a gente tenha isso o mais rápido possível. Então a ampliação só vai aumentar essa proteção e a defesa dos idosos.

Uma outra questão também, só para finalizar aqui, é que o número de ILPIs vem aumentando. E conforme um estudo vinculado à USP, liderado pela Profa. Marisa Accioly, da EACH/USP, houve aumento de mais de 100% no número de ILPIs, o que faz com que a gente precise de muitas pessoas atuando, havendo mais de 7 mil instituições, em 2021, no Brasil. E, com o aumento da população idosa, será preciso ter mais órgãos atuando nessa defesa.

Então, por tudo isso, a inclusão da Defensoria entre aqueles que podem solicitar medidas protetivas para pessoas idosas e pessoas com deficiência e realizar inspeção em instituições de longa permanência de pessoas idosas não interfere nas atribuições do Ministério Público, já que a Defensoria já realiza suas atuações dentro das suas atribuições, e o PL reconhecerá essa atuação que já vem sendo feita na prática e que tem sido aceita no sistema de Justiça, ampliando a proteção das pessoas idosas e das pessoas com deficiência e a efetivação dos seus direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Dra. Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo e membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Anadep, que mostrou também a importância desse tema.

Eu até estava falando aqui rapidamente com a Dra. Cyntia e pensava, vou falar isso no final, mas aqui no Senado, é mais ou menos o seguinte: quando, no projeto, há diálogo e se chega ao entendimento das partes envolvidas, é fácil de aprovar; mas, quando se estabelece uma polêmica muito forte entre as partes, não aprova nunca, porque isto aqui é uma Casa política, não é? Senadores e Senadoras ficam "E aí, Paim, para aonde é que nós vamos?" Então, é muito complicado.

Eu estou ouvindo os dois lados com muita tranquilidade, como Relator, mas é fundamental que as partes envolvidas possam dialogar, para a gente avançar, porque o pior dos mundos, como eu digo, é não votar. E aí eu me lembro, quando fui Constituinte, do Ulysses Guimarães, que dizia: "Não há entendimento, votem Srs. Parlamentares." E, muitas vezes, um lado até que tinha propostas boas para a nossa Constituição ficava exilado, porque, quem tinha maioria, levava.

Aqui no Senado está havendo muito esse exercício, com a mediação do Jaques Wagner, que é um grande Parlamentar, foi Governador e é Senador. Ele tem feito uma mediação importante que, às vezes, as pessoas não entendem, mas a intenção dele é das melhores. Enfim, como disse alguém já: parlar, parlar e parlar e deixar os convidados falarem. Só para rimar aqui.

Vamos lá. Agora, passo a palavra, também, por videoconferência, à Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes. A Dra. Ana é Defensora Pública do Estado do Ceará e Coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa. Serão 10 minutos com mais 5.

A SRA. ANA CAROLINA NEIVA GONDIM FERREIRA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto.

Eu gostaria de saudar toda a mesa, todos os ouvintes e, principalmente, parabenizar o Senador Paulo Paim pela atividade, pelo trabalho e pelas vitórias também, que a gente tem que ressaltar.

Hoje eu estou aqui, assim como a Renata, como mulher, Defensora Pública, na casa dos 40. Estou usando uma roupa verde. Estamos aqui pela pauta.

Não custa lembrar que, para além de instituições, nós temos uma pauta e que essa pauta aqui é da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Todos queremos que essa pauta avance, mas que avance no sentido de melhorar, de aprimorar coisas que já vêm sendo feitas favoravelmente a essa população.

Nesse sentido, a gente está aqui falando um pouco sobre o papel da Defensoria. A Renata falou um pouco sobre a questão da violência. Eu acrescento que enquanto nós estamos conversando, várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas idosas e com deficiência estão sendo vítimas também de questões de golpes que nem sempre são físicos, que nem sempre são uma violência física, muitas vezes são patrimoniais, muitas vezes são injúrias, calúnias, difamações, feitas pelos seus familiares. E muitas dessas causas, diariamente, nós estamos atendendo. Então, nós temos uma porta de entrada que dá vez e voz a essas pessoas que têm seus cartões, senhas... que têm empréstimos feitos sem que queiram. E tudo isso é uma forma de violência.

Nesse sentido, uma coisa muito difícil é que a pessoa idosa, especialmente na pandemia, se recolhendo em casa, perdeu o seu convívio social, perdeu esse contato com as instituições, esse olho no olho que a gente faz... Isso é uma forma de prevenir e de combater a violência contra a pessoa idosa.

Então, qual é o papel da Defensoria no sistema de Justiça? Nós somos uma carreira mais nova, nós temos uma Defensoria de 88. E se não ousassem os Constituintes daquela época – e aqui cito Mauro Benevides, que era de lá e é cearense –, se não tivessem toda a ousadia de ter a Defensoria Pública, nós não estaríamos sequer aqui hoje falando em vez e voz para quem não pode pagar.

Então, por essa razão, nós lembramos que somos uma instituição nova e aí a Anadep tem esse trabalho. Nós estamos junto à Comissão de Direitos Humanos, participando das audiências públicas, aprimorando o debate legislativo. Sabemos que não é fácil, mas sabemos que o olhar para as pessoas... E as pessoas que chegam até nós demandam que estejamos aqui, e não por outro motivo, tratando da inclusão da Defensoria no Estatuto.

Ora, se o Estatuto é de 2003, anterior à própria lei de 2009, como bem mencionou aqui a colega Renata...

Então, assim, nós não estamos no Estatuto formalmente. Mas isso tem nos impedido? Não. Acho que basta abrir jornais, basta ver nossa atuação para ver que isso nunca nos impediu. E aí o STF, o Legislativo, em várias outras leis esparsas, reconhecem a atuação coletiva da Defensoria Pública em prol do hipossuficiente, do necessitado. Não é aquele indivíduo, mas também coletividade.

Então, assim, o que a gente tem que dizer aqui de novo, mais uma vez, é que, jamais, a Defensoria Pública atua sem ouvir a pessoa. Nós estamos ouvindo essas pessoas diariamente. E nós estamos também, em outras legislações, como, por exemplo, na questão do sistema prisional, em que nós exercemos, sim, fiscalização como órgão do sistema, sem que isso nunca tenha interferido na bela atuação, sim, do Ministério Público. Não estamos aqui falando de falta de atuação, mas de cooperação. Estamos aqui para cooperar, assim como em várias outras pautas – Lei Maria da Penha; muitas vezes, nas ações de divórcio. São várias ações. A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento que tem uma cooperação. Por que não também para a pessoa idosa fazer, nesses mesmos moldes, uma questão, com todo mundo atuando cooperativamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, para que não haja falta de espaço de fala. Ao contrário, para que essa pessoa idosa possa, realmente, ser olhada como sujeito, como hipossuficiente. E, sim, é papel da Defensoria Pública. Nós atuamos coletivamente junto à Lei de Ação Civil Pública.

Sim, questionamentos. Nós estamos num sistema em que podem vir questionamentos de outras instituições, mas o STF, o legislador têm reconhecido esse papel. E aí eu gostaria só de dizer que nós estamos aqui é para trabalhar. Para trabalhar, para defender a pessoa idosa para que ela tenha esse olhar da Defensoria, de educação em direito, esse olhar de olho no olho, essa questão do dia a dia que nos chega e poder estar nesses espaços em que a gente já está, como a Renata aqui colocou, nossa colega, em que a Defensoria já está e frequenta, nas ILPIs, já tem essa entrada.

E para estar no Estatuto, para a gente, significa não precisar burocratizar essa estada. Significa estar em conjunto estando em conjunto e tendo esse reconhecimento dessa atuação. E é isso que nós buscamos.

Agradecemos o convite. Nós temos aí vários desafios. A pessoa idosa tem que ser informada sobre essa questão dos empréstimos. São várias leis recentes. Nós temos que estar olhando pela pessoa idosa, pelas medidas protetivas em conjunto. Não isoladamente, não separadamente.

Era só isso que eu queria dizer, e com o que queria colaborar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Dra. Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Defensora Pública do Estado do Ceará e coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, que fala com segurança também de um tema que, naturalmente, todos os painelistas aqui dominam com muita tranquilidade.

Pediram-me para registrar a presença o Dr. Marfan Martins Vieira, Subprocurador Federal do Ministério Público do Rio de Janeiro e Presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento Legislativo do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG); Nelson Lacava, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar; Ruy Reis Carvalho Neto, Promotor de Justiça e Assessor de Políticas Institucionais do Ministério Público do DF e dos Territórios (MPDFT); Karel Ozon, Diretor da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT); e, ainda, o Prof. Dr. Vicente Faleiros, Presidente do Fórum Distrital dos Direitos da Pessoas Idosa... (*Palmas.*)

... do Distrito Federal, vencedor do Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa.

Uma salva de palmas a todos aqui que foram citados. (*Palmas.*)

Feito o registro, voltamos à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, de imediato, à Dra. Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros e Membras do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

O tempo é seu, doutora.

A SRA. CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

É com muita felicidade que eu estou aqui repleta das boas notícias trazidas pelo Senador. Muito obrigada, Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes.

Vou fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma pessoa branca, de cabelos castanhos, olhos um pouco castanhos esverdeados, eu uso óculos, estou com um vestido marrom e preto, tenho 52 anos e é isso.

Senador, eu queria falar um pouquinho, diante do que já trouxe a minha colega Vania, que uma grande preocupação nossa, desde o início, foi que esse PL, na sua forma original, tem uma tramitação extremamente urgente e, aí, foi atravessada por um substitutivo. E, assim, de uma forma muito respeitosa com meus colegas Defensores Públicos, eu quero dizer que, na fala, tanto da minha colega Renata como da minha colega Carol, eu não consigo visualizar que a gente esteja falando do mesmo PL, porque eu vejo grandes diferenças e uma grande distinção quando a gente analisa todo um sistema que já está estabelecido no Estatuto da Pessoa Idosa e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Esse sistema demonstra as missões constitucionais e legais de cada uma das instituições, que são primorosas. Ministério Público e Defensoria Pública atuam de forma importantíssima na defesa e garantia dos direitos, só que, como bem falou a minha colega, o Ministério Público atua numa parte até menor no sentido de que a gente só vai atuar quando a pessoa idosa não tiver realmente, por si só ou por meio de um familiar, condições de tutelar os seus interesses.

Então, por exemplo, na fala da minha colega Renata, quando ela traz aquela pessoa idosa que foi até à Defensoria Pública buscar a tutela dos seus interesses, é claro que essa atuação é de missão constitucional e legal da Defensoria Pública. E não há, hoje, no Estatuto da Pessoa Idosa, qualquer vedação à garantia desses direitos. Isso é importante a gente colocar.

Porque hoje, no formato em que está o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eles têm acesso a todas as garantias para executar as medidas protetivas necessárias para retirar aquela pessoa dessa situação de risco iminente. E aí o Ministério Público tem ali resguardado, como muito bem falou a minha colega Vania, que a gente só vai atuar... A figura do substituto processual é muito boa para a gente entender esses casos, onde aquela pessoa... Por exemplo, essa semana mesmo eu recebi um caso no hospital, e é bom a gente exemplificar: uma pessoa num hospital privado, abandonada, e essa pessoa teve que ser encaminhada para a rede pública. Essa pessoa tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado avançado de demência. Com quem a rede entrou em contato? Para quem a rede ligou? Para o Ministério Público. Porque nesse caso dessa idosa, ela não tem como, por si só, proteger os seus interesses. Então, nesse caso, a rede procurou o Ministério Público.

E é importante que se diga que o Estatuto da Pessoa Idosa existe desde 2003, e esse sistema já está implementado desde 2003. Então, toda a rede e grande parte da população entendem quais são as atribuições do Ministério Público e da Defensoria Pública.

E por que agora, através de um PL substitutivo, se pretende fazer uma confusão na cabeça da própria rede de proteção e também das pessoas? Porque ali se diz, se equipara totalmente a atribuição da Defensoria Pública e do Ministério Público. Como a minha colega falou: não se trata de disputa institucional, em hipótese alguma. Nós – a Juliana está aqui e sabe disso –, nós temos uma relação muito próxima, muito boa com a Defensoria Pública. Sabe por quê? Porque a gente, quando a gente se depara com uma situação que não é nossa, a gente liga para o colega e fala para o colega o seguinte: para dar celeridade para essa situação de risco que está batendo aqui na porta do MP equivocadamente; a gente encaminha um ofício e a gente tenta agilizar ao máximo esse atendimento da Defensoria Pública.

O que a gente pretende aqui nesta audiência pública é justamente falar que o que a gente pretende, o que a gente quer é a aprovação do PL no seu estado original. Por quê? Porque, como a nossa colega Cynthia falou, a gente precisa dessas medidas de forma rápida para a gente poder ampliar a garantia de direitos. É justamente isso que a gente está aqui fazendo, sabe Senador. Eu me lamento muito de a gente estar nesta audiência pública, porque eu queria estar ali na minha ponta, na minha promotoria pública, utilizando esse PL no seu original com a já aprovação deste Congresso Nacional.

Eu não sei se posso falar mais alguma coisa, mas é justamente esse recado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora tem ainda dez minutos, porque são cinco mais cinco, ainda.

A SRA. CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS – Ah é? Então, está bom. Então, vamos lá.

Eu queria falar também que, desde 2003, o Ministério Público vem se organizando nessa atribuição de tutelar os interesses das pessoas idosas em situação de risco. E aí, só para se ter uma ideia, por exemplo, no nosso Estado do Rio de Janeiro, a gente já tem 12 promotorias de justiça especializadas. Eu, atualmente, sou titular de uma promotoria especializada.

Hoje, no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a gente já recebeu cerca de duas mil denúncias relacionadas à pessoa em situação de risco. Então, por exemplo, eu tenho muitas pessoas em alta social. Eu tenho muitas pessoas em casa, sendo cuidadas por outras pessoas idosas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem condições de cuidar dessa pessoa idosa. Então, duas pessoas em estado... já iniciando um estado de demência.

E, no que se refere à pessoa com deficiência, nós fazemos um trabalho importante de desinstitucionalização. Nós ainda temos, no nosso Estado brasileiro, infelizmente – o que é uma grande violação de direitos humanos –, a figura dos hospitais psiquiátricos, que estão sendo fechados pelo Ministério Público, uma ação importante. E essas pessoas que, muitas vezes, estão lá e que não têm voz, que não têm... muitas vezes são pessoas idosas também, nas quais, às vezes, até se acumulam transtorno mental com estado de demência, não só o Alzheimer, mas outros tipos de demência.

Então, nesses casos, está ali o Ministério Público também atuando individualmente – e aí, como substituto processual –, mas nunca sem conhecer a história de vida daquela pessoa, porque, como a Vania aqui falou, a autonomia é um direito inerente à pessoa humana; a autonomia é um direito que garante a dignidade da pessoa humana. Então, ainda que aquela pessoa não tenha voz, por quê? Porque não pode, naquele momento, já expressar a sua vontade, a gente vai ali buscar a história de vida daquela pessoa, justamente para ser garantida a vontade dessa pessoa.

Eu tive um caso, uma vez, Senador, em que uma pessoa idosa... discutia-se ali por que o dinheiro dela estava sendo utilizado para pagar a escola de um determinado neto. E aí, eu me lembro que, como era curatela, o Ministério Público se manifestou, e havia uma grande discussão, inclusive do curador especial, na figura da Defensoria Pública, dizendo que aquele dinheiro não podia ser gasto para aquele neto. E aí, nós, do Ministério Público, fomos atrás da história de vida dessa pessoa, e essa pessoa tinha pagado todas as faculdades de todos os netos. Então, certamente, se aquela pessoa estivesse viva, a gente teria que respeitar a vontade dele, porque ele, certamente, gostaria de pagar os custos desse neto, e não tinha prejuízo nenhum dentro do contexto.

Então, agora falando, finalmente, em relação à questão também da fiscalização das instituições, foram trazidas pela minha colega Renata situações em que o Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS – ... não é contra, porque é claro que, se a Defensoria Pública foi *in loco* numa instituição, conversando, como ela falou, em contato direto com as pessoas idosas e verificar uma demanda daquelas pessoas idosas, é a Defensoria Pública, sim, que tem a missão constitucional de proteger os direitos, de garantir os direitos dessas pessoas.

Então, o que se pretende aqui é demonstrar que o PL que foi atravessado – desculpe –, que o substitutivo ao PL que foi atravessado acaba por prejudicar os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, que precisam por todos nós serem tuteladas.

Então, é isso que eu tinha a dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da Associação Nacional dos (as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência, que também procurou detalhar a situação na busca de um caminho, e foi muito claro que a posição dela é defender o projeto original da então Senadora Simone Tebet. Pelo que eu entendi, claro, tem pessoas que entendem que eu substitutivo... Eu estou tendo claras as duas posições. Mas o meu sonho é que chegue ao entendimento no final. Isso é meu sonho.

Passo a palavra agora... Não, deixa eu registrar aqui, que pediram também: Dra. Juliana Lintz, Vice-Presidente institucional da Anadep; e Rivana Ricarte, Presidenta também da Anadep. Estão as duas aqui presentes, se não me engano. Muito bem.

Agora vamos então, Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara, Promotor de Justiça, membro do Ministério Público do Ceará, lotado na 1ª Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas! Eu queria saudar a Mesa, a pessoa do Senador Paulo Paim, e dizer que para todos que militam na área de direitos humanos é uma honra muito grande estar aqui nesta mesa. Quero saudar minhas amigas, também de Ministério Público, de Defensoria Pública, saudar o Prof. Faleiros, que é a nossa referência também em termos teóricos.

Eu sou Alexandre de Oliveira Alcântara. Quero fazer uma audiodescrição. Eu sou um homem pardo. Queria parabenizar pelo Dia Nacional de Combate ao Racismo, acho que essa vitória é importantíssima, Senador, e queria transmitir também o meu abraço à Deputada Benedita, e a todas as mulheres. (*Palmas.*)

Porque falar de cuidado, Senador, é falar da mulher. Nós temos numa mesa aqui, quatro mulheres. Eu queria saudar todas as mulheres presentes, todas as mulheres que estão nos assistindo, porque quando se fala de vulnerabilidade, o histórico nos diz que as mulheres realmente são cuidadoras.

Eu sou um homem de 55 anos, 1,70m, sou pardo, uso barba, tenho ainda uns poucos cabelos já brancos. Comecei a trabalhar com a temática da pessoa idosa aos 30 anos e tenho 55 anos. Uso um terno azul, gravata vermelha, e estou aqui no Plenário do Senado, nessa sala do Senado, e compartilhando aqui presenças tão ilustres.

Todas as pessoas que estão aqui querem, na verdade, o melhor, tanto para as pessoas idosas, como para as pessoas com deficiência. Eu não tenho dúvida desse pressuposto. O que nós temos que discutir de uma forma muito tranquila, Senadores, é a questão da tecnicidade do projeto, somente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que é também uma alegria encontrar a Cynthia, porque nós já somos amigos há muito tempo, inclusive de participação de *lives* e de militância em defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

Eu trouxe aqui algumas considerações, Senador, da minha experiência de dez anos de fiscalização de entidades de atendimento, especialmente ILPIs.

Eu diria que nós temos que ter muito cuidado em mexer no sistema, porque nós podemos melhorar o sistema, e o objetivo aqui é esse, mas também nós podemos piorar o sistema. A cautela é essa.

Então, qual é o papel do Ministério Público na fiscalização de entidades e atendimentos, ou seja, das ILPIs, dos Centros-Dia e dos centros de convivência? Qual é o papel do Ministério Público?

É garantir os direitos fundamentais das pessoas idosas atendidas por esse serviço. Ou seja, isso é um grande desafio institucional nosso, como de todo o sistema. E o que nós percebemos, ao longo desses dez anos de fiscalização diária das ILPIs e dos Centros-Dias? O desafio, no caso das ILPIs, é maior em razão da complexidade e natureza dos serviços que devem ser prestados por uma ILPI.

O Prof. Faleiro sabe muito bem disso. O serviço prestado por uma ILPI é um serviço de alta complexidade, que requer equipe multiprofissional. E quanto maior o número e o grau de dependência dessas pessoas idosas residentes, maior é o desafio de oferecer uma proteção integral.

Então, o que nós estamos tratando aqui, Senador, é que vamos mexer no sistema, e temos que mexer com muita cautela, porque essas pessoas vulneráveis, precisam de um sistema de proteção eficiente.

A fiscalização hoje, e me causa espanto a colega, Defensora Renata, de São Paulo, com todo o respeito, dizer que a Defensoria Pública já faz a fiscalização. Se a Defensoria faz, em alguns estados, infelizmente, faz ao arrepio da lei, porque o art. 52 do Estatuto fala que as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos conselhos, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outras previstas em lei. Então, na verdade, esses são os órgãos de fiscalização. E eu digo, com muita honestidade: foram dez anos para construir uma harmonia entre esses órgãos de fiscalização. E a nossa prática, nós chamamos a Vigilância Sanitária, os conselhos, o Corpo de Bombeiros também, que é outro órgão importante, para nós termos uma atuação afinada e, claro, independente de cada uma dessas instituições.

Aqui, nós temos que ter cuidado, inclusive, com esse substitutivo, Senador, sobre a questão da Defensoria Pública, porque, veja só: qual é o papel da Defensoria Pública no sistema? E o Estatuto da Pessoa Idosa – eu quero registrar aqui, parabenizá-lo – é uma lei fantástica. É claro que ela tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoada. Mas veja só qual é o papel da Defensoria Pública: as instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços a pessoas idosas, terão direito à assistência judiciária gratuita.

Eu pergunto ao Senador: a Defensoria Pública irá fiscalizar e defender as entidades ao mesmo tempo?

Vejam só a questão sistêmica: nós podemos tirar a homeostase do sistema. Quem estuda a teoria do sistema sabe que o sistema tem que ter um equilíbrio. Quando a gente fala de sobreposição de atribuições, de atividades, é isso.

Ou seja, vamos lá para a prática: a Defensoria Pública chega a uma instituição, Senador, e ela vê uma irregularidade sanitária, uma violência, ela vê um desacordo de uma questão estrutural numa instituição filantrópica. Eu pergunto: ela vai atuar na fiscalização, buscando sanções administrativas, civis ou mesmo até criminais a essa instituição? Mas está lá dito que ela deve prestar assistência jurídica a essas entidades, a essa mesma instituição. Eu queria que a Defensoria Pública me respondesse como isso é possível. Como é que vai ser: órgão de fiscalização ou de defesa dessas instituições?

Então, veja só: quem me conhece – o Dr. Faleiro me conhece, muitos que estão aqui, pessoas que estão assistindo em casa – sabe que eu sou entusiasta da Defensoria Pública. A Defensoria Pública é uma das instituições mais importantes da República – mais importantes da República. Eu fui defensor público, tenho milhares de amigos defensores públicos. Nós temos que fortalecer a Defensoria Pública, e quem conhece o meu trabalho... Em toda minha atuação, chamo delegacia, chamo Defensoria Pública, chamo a OAB, a Comissão da Pessoa Idosa, chamo o Parlamento. Nós não fazemos nada sozinhos, mas, agora, nós temos que trabalhar sistematicamente e ter esse cuidado com a harmonia do sistema.

Veja só: aqui eu coloco três subsistemas que são... Isso aqui, Senador, é o retrato hoje da questão da fiscalização das entidades de atendimento. Olhe só: nós temos o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Polícia Civil, cada um com suas atribuições; nós temos, no âmbito do Executivo, a Vigilância Sanitária, porque é importantíssima a questão da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – ... segurança sanitária das instituições; nós temos o Corpo de Bombeiros; e, no âmbito desse subsistema, os conselhos, que é a questão do controle social.

Nós acertamos com o Conselho Municipal de Fortaleza que eles fazem a fiscalização no primeiro semestre, e eles mandam um relatório avisando os conselhos para o Ministério Público. É isso que nós temos que fazer.

Eu diria o seguinte: nós temos que aperfeiçoar aquele artigo que trata da Defensoria Pública, para a Defensoria Pública poder dar assistência não somente às filantrópicas, mas também... Hoje, Senador, a maioria das instituições são privadas e são microempresas, muitas vezes muito carentes, e a Defensoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública deveria chegar para dar essa assistência judiciária a essas instituições que são carentes, bem como às filantrópicas; também, como disse a colega Cristiane Branquinho, Dra. Vania, a assistência àquelas pessoas idosas carentes que ali estão.

Mas será que fiscalizar... Eu diria que, se aprovada essa perspectiva, isso não será bom, primeiramente, para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência. Por exemplo, fiscalizar as residências inclusivas: será que isso é tarefa da Defensoria Pública? Não vai ser bom nem para pessoas idosas, que dependem do sistema e de uma fiscalização eficiente; não vai ser bom para o sistema; e eu diria que não vai ser bom para a Defensoria Pública. Digo isso com muita tranquilidade – muita tranquilidade –, porque, na verdade, a Defensoria Pública vai perder energia de onde deveria estar – o quê? –, dando assistência à sua vocação constitucional, que é a assistência judiciária a quem precisa, tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas, no caso das filantrópicas, e eu diria também a instituições ILPIs pobres, que precisam de assistência, sim.

O papel de um advogado e um defensor para uma instituição pode ser fundamental, até para se resguardar da punibilidade da fiscalização. O que não me parece razoável é querer ser órgão fiscalizador e defensor ao mesmo tempo. É muito simples entender essa questão sistêmica.

Vejam só, o grande desafio nosso, que nós temos aqui, é o art. 50: é garantir a qualidade do serviço efetivamente prestado pela entidade de atendimento à pessoa idosa. Isso aqui eu diria que é o ponto nevrálgico da normativa do art. 50. Nós temos que buscar essa garantia.

O Ministério Público atua como fiscal da existência legal das ILPIs, ou seja, parte documental, vigilância sanitária, certificação do Corpo de Bombeiros, registro no conselho, a questão da estrutura física e acessibilidade. A questão fundamental: nós fiscalizamos a equipe técnica. É preciso ter equipe multidisciplinar nas instituições.

Aqui nós temos as normativas que são aplicadas à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto da Pessoa Idosa. Nós temos, lá no Ceará, a Lei 13.438, que fala da questão dos Bombeiros, a Resolução da Anvisa 502, a nossa resolução do Conselho Nacional do MP.

Nacionalmente, Senador, nós temos feito esse trabalho em todos os estados. Nós temos uma resolução, o Conselho Nacional do Ministério Público tem como um princípio e tem como uma prioridade tanto a fiscalização das instituições que atendem pessoas idosas como pessoas com deficiências. Assim, há uma grande atuação – eu digo isso com muita tranquilidade –, por parte do Ministério Público brasileiro. Nós temos feito, realmente, um trabalho.

Nós temos instituições, Senador, deste porte. Talvez seja fácil e até seja interessante aqui...

O grande problema é quando gente chega...

A instituição é boa. Olha só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso desafio é este aqui, é quando a gente chega nessas instituições extremamente carentes. Aqui, sim! Vejam esta instituição, meus amigos defensores. Os idosos que aqui estão precisam de assistência judiciária. A instituição pobre, paupérrima, precisaria, sim, de uma assessoria jurídica, de um serviço jurídico.

Ao Ministério Público cabe fiscalizar. O nosso trabalho, do Ministério Público, Senador, tem sido não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Fechar uma instituição é a última opção. Nós temos trabalhado no sentido de trazer as instituições para o campo da legalidade. Nós temos fechado termos de ajustamento de conduta. Nós temos buscado o apoio do poder público para trazer equalidade. Nós temos chamado a Vigilância Sanitária. Nós temos situações de, por um, dois anos, trabalharmos a questão do aprimoramento da qualidade do serviço, para que aquelas instituições tenham qualidade de serviço.

Então, esse trabalho ocorre em todo o Ministério Público. Em Fortaleza, nós temos, Prof. Faleiro, 40 instituições. E quem está aí assistindo conhece muito bem, o nosso trabalho é este: é de convencer quem quer empreender nesse campo que ele tem que trabalhar com qualidade. E nós temos feito esse trabalho em todo o Brasil, no sentido de trazer segurança sanitária, segurança de estrutura, segurança de equipe técnica para todas as pessoas, tanto pessoas idosas, nas ILPIs, como pessoas com deficiência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – ... nas residências.

Eu vou passar aqui rapidamente. Esse é um projeto nosso, nós temos o projeto Memórias de Permanência, nós – e Cyntia conhece, não é, Cyntia? – elaboramos uma... Nós fechamos, nós pedimos a interdição de quatro instituições no final de 2021; isso teve uma repercussão muito negativa. E nós criamos um projeto para mostrar que a maioria das instituições está prestando um serviço razoável, apesar de todas as dificuldades, e mostrar para a sociedade que essas instituições existem e que elas devem ter o apoio, mostrar para o poder público que nós devemos ter política pública, que nós devemos ter mais instituições e ILPIs públicas.

O Ministério Público tem trabalhado para induzir uma política pública, não somente de ILPI, mas de Centros-Dia, de centros de convivência, de delegacias – nós precisamos de mais delegacias especializadas –, então é muito importante nós fazermos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"MPCE recomenda que Município de Fortaleza destine orçamento para construção de Centros-Dia e Instituições de Longa Permanência". Temos que ter, eu diria com muita tranquilidade... Hoje, o Prof. Faleiro sabe disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – ... o nosso grande problema é a falta de serviços especializados; é nós não termos estruturas de ILPIs públicas, de Centros-Dia, nós não temos Centros-Dia públicos, o número de Cras e Creas é diminuto para a demanda. Então, o grande desafio, eu diria também, está nessa questão de nós construirmos uma política de cuidado, que requer todos esses equipamentos e serviços. Audiências públicas sobre Centros-Dia nós temos realizado, e nós lutamos também por Centros-Dia.

E eu vou... Acho que meu tempo esgotou, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente, sim. Eu já dei uns três minutos a mais do limite.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – É, eu fui Promotor do Júri, eu gosto de falar muito, mas... Perdoe-me, mas eu queria, mais uma vez, parabenizá-lo e dizer que sou seu fã. E eu queria trazer o livro aqui que conta essa história – é uma tese de doutoramento –, que é a história da Ampid, é a história do Ministério Público brasileiro que trabalha com a questão da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

Eu queria passar com muita humildade, mas com alegria, este livro, porque o senhor faz parte dessa história e o senhor está nesse livro, viu? Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara – que não falou demais, não, ficou no limite, porque alguns minutos a mais, como eu disse no início, eu daria para todos aqueles que entendessem necessário. O Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara é um Promotor de Justiça, membro do Ministério Público de Ceará, lotado na 1ª Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência; fez também uma bela exposição e me brindou aqui com este livro.

Dr. Alexandre, quer me entregar aqui?

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Claro. E será uma... Bom, disto aqui eu vou mandar fazer essa foto e colocar na parede, viu, Presidente? (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... *feed*, na minha biografia vai estar lá.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode olhar lá. Vai estar lá o seu livro e essa foto.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – E muitas vezes eu acionei o seu assessor para pedir informações, o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Leandro.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – O Leandro... O Luciano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Luciano ou o Leandro.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Luciano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Luciano não está aqui? Estava aqui antes.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Está ali o Luciano, olha lá o Luciano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Luciano é deficiente visual, mas enxerga muito mais do que muita gente.

Quem é que escreve os meus discursos quando têm um tom mais poético? Eu não vou dizer o nome de quem escreve...

Então, recebido o Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara, do livro *Associativismo no Ministério Público Brasileiro e a Defesa dos Direitos de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.*

Muito obrigado.

A nossa painelista deste momento é a Dra. Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal e membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Anadep.

Por favor, doutora.

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

Eu vou fazer primeiramente minha breve autodescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou uma mulher de altura mediana, 1,65m, estou vestindo uma blusa verde, tenho cabelos longos, pretos, com um clarinho na ponta, uso óculos cinza, sou uma mulher com deficiência, tenho uma deficiência congênita na mão esquerda, nasci assim, sem os quatro dedos da minha mão, sou uma mulher com deficiência, tenho orgulho de ser defensora pública no ofício em defesa da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

Então, eu tenho esta representatividade e tenho também, tendo legitimidade para falar, Senador, se me permite, porque até vi alguns colegas aqui, passei nove anos como servidora do Conselho Nacional do Ministério Público, na Corregedoria Nacional, eu inspecionei nove estados do Ministério Público, então, pela minha condição pessoal também, já trabalhava em comissão de direitos humanos e sou, graças à minha mãe, professora, contra tudo e todos, que quis criar uma filha com deficiência que defenderia direitos humanos para pessoas com deficiência. Então, tenho muito orgulho. (*Palmas.*)

Vi aqui o Dr. Marfan e o Dr. Lacava, com quem eu trabalhei, mas eles já saíram. Deixo aqui registrada minha admiração.

Por todo esse histórico, também sou membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Anadep, conheci muitos colegas que atuam, então, antes mesmo de entrar na defensoria, eu já tinha essas discussões muito em mim.

Com a responsabilidade de ser a última a falar, vou tentar responder a algumas questões e trazer a posição institucional.

Agradeço sempre o espaço que o senhor coloca para direitos humanos. Estive ontem numa audiência pública na Câmara, na Comissão de Direitos Humanos, hoje na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Ontem, com o Prof. Faleiros, falávamos do Estatuto do Idoso, avanços e perspectivas, e lá já falei para o Dr. Faleiros: cheguei com um sonho, acho que o defensor chega com muitos sonhos, e, quando cheguei a essa vaga especificamente, pela qual eu lutei, porque acho que a gente precisava dessa representatividade lá, chegava com muitos sonhos de mudanças e tudo, e vejo que a gente ainda está lutando pelo básico.

Apesar de um excelente estatuto, quando você está do lado de pessoas vulneráveis, você está lutando para poder lutar, o pedido ali, e eu acho que, como a nossa sociedade cuida dos mais vulneráveis mostra como é nossa sociedade, e isso eu vi claramente, porque hoje, dentro do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria, tem o meu ofício, que é a pessoa idosa e pessoa com deficiência; o ofício da Dra. Juliana, que está aqui, que é conflitos fundiários, meio ambiente, mobilidade urbana; o ofício do Dr. Ronan, que é pessoa em situação de rua, diversidade étnico-racial e diversidade LGBT.

Então, a gente tem toda essa interseccionalidade dentro do Núcleo de Direitos Humanos, e eu sou muito feliz do ofício da pessoa com deficiência e da pessoa idosa estar lá, para que tenha perspectiva de direitos humanos, que no Brasil foi durante algum tempo abandonado, direito das pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, idosos, era caridade e assistencialismo, e a gente traz o ofício para a perspectiva de direitos humanos, e eu sei que o Senador tem em conta essa perspectiva também.

O Senador falou em oportunidades iguais para o acesso à Justiça e eu acho que é exatamente isso que eu estou buscando aqui na qualidade de defensora, essas oportunidades iguais.

Quando o sistema está em crise – como aqui no Distrito Federal nós estamos em greve da assistência social, a Sedes – e, com essa perspectiva interseccional do grupo, as nossas maiores judicializações são pessoas em situação de rua idosas e com deficiência, porque os abrigamentos são os primeiros a fechar. Então, essas crises são os nossos medos.

A Dra. Cristiane falou que lamentava estar aqui. Eu lamento mais ainda, porque eu estou aqui para poder ter o direito de pedir, sendo que eu podia estar lá pedindo ainda mais e melhor. Então, essa aprovação nesse projeto é urgente para a gente também, é muito urgente.

E a ideia do projeto, do jeito que está, é aprimorar. Aprimorar o projeto faz parte do processo legislativo. Eu entendo a Dra. Cynthia na urgência, inclusive é alguém que eu admiro muito, estou feliz de estar com ela... A Decrin do Distrito Federal é um exemplo, uma delegacia que atua nas diversas temáticas do núcleo, então a gente tem essa questão, e eu fico, assim, também lamentando como um órgão constitucional de defesa dos direitos dos mais vulneráveis poderia piorar o sistema para os vulneráveis. Isso que também é difícil para a minha compreensão.

Os três promotores aqui presentes falaram, eu fiz questão de anotar, que chamavam a defensoria e ligavam para defensoria sempre para atuação conjunta. Então, por que não a defensoria diretamente também fazer os pedidos de medida protetiva? Por que não a gente não conseguir diretamente, dentro da sua atribuição institucional, sem questão de sobreposição de Poderes, dentro da sua limitação institucional, também fazer esses pedidos diretamente?

Aqui no Distrito Federal eu, pessoalmente, neste ano fiscalizei, de maneira de inspeção, as entidades de pessoas com deficiência para atendimento dessas pessoas. E quem nos ligou... Porque foi aqui falado que quem liga liga para o MP. Eles ligaram para a defensoria. Aqui se ligou para a defensoria.

E o Dr. Rui, que está aqui, do MPDFT, também pode falar que, com o Ministério Público, nós temos uma atuação interligada, em que a promotora preferiu que os atendimentos individuais fossem feitos por uma Central Judicial do Idoso. Então, esse atendimento individual sendo feito diretamente por nós, nós também temos que fazer o pedido. Não há sobreposição de competências, na nossa visão, nesse momento.

Essa Central Judicial do Idoso inclusive, Senador, está na Política Nacional da Pessoa Idosa do CNJ. Então, todos os tribunais vão trabalhar com perspectiva colaborativa, todos os tribunais do Brasil, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o MP, a defensoria e o tribunal, justamente para que no órgão que ela buscar primeiro, qualquer dos órgãos que ela busque primeiro, ela tenha esse atendimento.

Então, se a legislação vier sem a defensoria, ela já vai vir em atraso, em descompasso com a política do CNJ.

Então, assim, me preocupa novamente essa questão do trabalho com os vulneráveis. A gente vai ter que ter retrabalho encaminhando para o MP, encaminhando às outras instituições a pessoa mais pobre ou vulnerável?

E a gente não vai poder isso diretamente, sendo que aqui, no Distrito Federal, nós já fazemos de maneira conjunta.

Eu acho que a gente tem que pensar nas realidades de cada órgão. Em São Paulo, como sou comissão da Anadep, eles já têm facilidade de fazer o pedido pela Lei Maria da Penha, como a Renata disse. Aqui a gente não tem. Aqui, o juiz já nega em casos de homens.

Então, lá eles conseguiram construir esse sistema. E esse sistema, já vindo de maneira nacional e legal, a gente constrói um sistema unificado. Então, como o Dr. Alexandre falou, a fiscalização hoje é por arrepio à lei? Não. Ela é ou por uma ausência institucional, ou uma fiscalização nos limites das nossas atribuições.

A gente é chamado por essas instituições para fazer o atendimento das pessoas mais vulneráveis, e de instituições como aquela da segunda foto, as instituições mais pobres, mais deficitárias, e aí nós encaminhamos para os órgãos de origem, não há sobreposição de competências.

Nessa atuação das instituições, eu acho que elas precisam se ajudar conforme os desafios contemporâneos.

Quando nós colocamos o nome da Defensoria Pública como um dos 200 competentes para a ação civil pública, foi com essa perspectiva de que a defensoria também faria atuação coletiva de todos os vulneráveis, porque os desafios atuais exigiam a cooperação das instituições. E eu trago aqui, inclusive, esta fala da Ministra Laurita Vaz, em que ela colocou já uma compreensão consolidada no STJ de que, juridicamente, a Defensoria Pública é *custos vulnerabilis*, é um defensor dos vulneráveis, que é o núcleo atual da identidade constitucional da Defensoria Pública: "A integração operacional entre os órgãos do sistema de justiça tem como um de seus objetivos evitar que a ineficiência de qualquer um desses órgãos comprometa o atendimento célere e diligente [...]. De outra parte, a presença da Defensoria Pública proporciona maior celeridade [...] [nas] medidas de proteção [...]".

Ela deu esse voto em relação à infância. Quer dizer, justamente por entender esse atendimento como direto, seria mais célere e diligente para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade, entendendo essa situação do *custos vulnerabilis*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pessoa já passou por diversas violências, principalmente a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, e agora ela vai sofrer uma violência judicial em atrasos, no atraso judicial? Porque ela está com pressa, como muitos falaram aqui, existe essa pressa, as pessoas não têm tempo, principalmente as pessoas idosas.

Então, a nossa defesa, respeitando, claro, a atuação do Ministério Público, como falei, eu tenho tranquilidade em falar que é brilhante, porque conheci de perto, mas essa celeridade para os mais vulneráveis, principalmente nos nossos atendimentos de itinerância local...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES – ... é muito importante para nós e é a nossa defesa.

E tem também a face, Deputado, de que não é só mais um Poder, como dito aqui, mas uma responsabilização, digo pela nossa própria instituição. Se havia um defensor ali, na defesa das pessoas idosas, que ficava só mandando para o MP ou ficava sem querer fazer, agora ele vai poder ser cobrado. Então, vai ser mais uma instituição a ser cobrada na responsabilização da defesa das pessoas idosas.

Então, a gente tem essa importância da atuação em rede, e, como foi muito bem colocado aqui por todos, a Dra. Cyntia colocou muito bem, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, quando está em uma situação de violência, precisam de uma atuação em rede.

Eu peguei um caso aqui – a gente atua também com as Apais e as Pestalozzis – em que a mãe da pessoa com deficiência faleceu. Nesse caso, o pai não sabia fazer os cuidados e desconfiava-se que a nova madrasta estava em situação de violência. E a instituição ligou para a gente, falando assim: "Olha, eu tenho receio de denunciar, porque senão ele vai tirar da instituição. A única coisa que essa pessoa com deficiência faz é ir à Apais. Se eu denunciar, ele vai tirar da instituição". E aí nós falamos: "Vamos mandar para a Decrin, porque está um crime de...".

Aí, não adiantava mandar, porque, para as pessoas com deficiência, muitas vezes, se você tira ali o agressor de casa, você está tirando também o cuidador. Então, a gente pegou as medidas protetivas do 45, que nós já aplicamos, para o Creas acompanhar. Nós, no psicossocial, fizemos o acompanhamento, para ele entender que precisava continuar com os cuidados e que a violência gerada podia, sim, ter uma responsabilização criminal.

Mas, antes de tudo, há a complexidade das famílias das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. Como bem colocado pela Cyntia, não é matrimonial, é um vínculo parental, você não separa pai, você não separa filho, essa complexidade tem que ser reconhecida, a atuação em rede tem que ser reconhecida. E eu acredito muito fielmente na atuação em rede. Eu acho que é a única forma possível de se fazer com essa questão dos mais pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu deixo aqui, Senador, principalmente, a minha maior preocupação, que é, como a Renata já falou, como a Ana falou... As coisas, hoje em dia, a gente vai fazendo e vai ligando para um, ligando para outro, e fazendo: "Ah, tem um projeto", "tem leis estaduais também que permitem uma coisa ou outra", mas os tempos últimos nos mostraram que é no risco que a relativização dos mais pobres acontece, que os direitos dos mais pobres acontecem.

Então, a gente não pode relativizar os direitos das pessoas vulneráveis nos tempos de risco. Isso tem que estar tipificado em lei. A lei tem que já trazer isso tudo de maneira muito clara.

Então, eu gostaria só do respeito e da colocação da defensoria como dinâmica e oitiva das pessoas vulneráveis, que as pessoas mais vulneráveis não sejam penalizadas com uma demora ou com qualquer tipo de discussão institucional ou desenho institucional com que a gente só venha a contribuir aqui.

E, como o senhor muito bem colocou, eu fiquei muito feliz com o feriado nacional. Parabenizo-o. E, quando o senhor estava falando, eu lembrei do Luís Gama, que é um curso obrigatório agora na defensoria, para que você tenha a perspectiva do Luís Gama, que é o maior jurista negro, na nossa opinião, se não o maior jurista do Brasil, mas foi apagado, porque isso faz parte do processo histórico.

Nós terminamos um encontro agora, e ele fala sobre isso: a luta dos vulneráveis. Você vai estar sempre tendo que pedir e pedir, e é isso o que a gente está fazendo aqui.

Eu queria terminar com uma frase dele, que fala: "A despeito das mais fortes contrariedades, a sustentação plena, gratuitamente feita, dos direitos dos desvalidos, não pode ser negociada".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu sempre digo que temos que ser todos homens e mulheres de diálogo, mas há questões que são inegociáveis. Eu usei esse termo quando se tratava da democracia: a democracia é inegociável.

A democracia é a democracia e ponto. Não tem um outro sistema em que você possa... Tem uma frase que eu ouvi há muitos e muitos anos e até a repito: se alguém me mostrar um sistema no mundo – ou se quiser achar até num outro planeta – melhor que a democracia, que me comunique, porque eu, até hoje, não consegui ver, em qualquer lugar do mundo, um sistema melhor que a democracia. Por isso, eu peguei o gancho da sua frase, Doutora.

Nesta fase das nossas audiências públicas, entra o e-Cidadania. E olha que bem prestigiado, porque a moçada faz uma seleção e, mesmo assim, vieram cinco folhas de perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um, dois, três, quatro folhas de perguntas.

Como nós temos que nos encaminhar para a parte final, eu vou fazer o seguinte, eu vou ler as perguntas, e cada um dos senhores e das senhoras pode escolher a pergunta que entender, uma ou duas ou três, se quiser, desde que não ultrapasse o tempo agora de cinco minutos, mas claro que eu serei tolerante – quando eu falo tolerante, o tolerante do Paim é cinco e vira dez, então não é tolerante, é o dobro do tempo.

Mas vamos lá.

Como eu disse na abertura, até porque eu atrasei cerca de meia hora e fiz uma introdução do dia 20 de novembro, eu vou deixar aqui cada um de vocês... Eu vou pedir, até, se vocês puderem imprimir... Dá para imprimir, Cristiano, e entregar para os convidados?

Então, ao mesmo tempo que eu leio, para o telespectador tomar conhecimento... E vocês, depois, não precisam tomar nota, porque ele vai imprimir ali cinco documentos que vão contar todas as perguntas. O.k.?

Vamos lá com o e-Cidadania – é o pessoal que está nos assistindo e acompanhando este debate.

Enzo Balhejos, do Rio Grande do Sul: "De que forma a União, os estados e municípios poderiam assegurar a proteção e o cuidado efetivos para esta população?".

Ezaquiel Siqueira, do Rio de Janeiro: "Caso o município não tenha geriatra para tratar os idosos, o que fazer?".

Célia Becker, do Distrito Federal: "Precisamos garantir os direitos de vida digna do idoso vítima de chantagem emocional e econômica. Como assegurar isso?".

Rodrigo Poca, do Rio de Janeiro: "Como garantir a fiscalização e o melhor acesso à informação para proteção nas casas de acolhimento para idosos?".

Fátima Alfredo, do Rio de Janeiro: "Seria possível criar um asilo do Governo para receber esses idosos?".

Yago Gomes, do Rio Grande do Sul: "Projeto muito importante, pois os idosos foram a base da nossa sociedade de hoje...".

Marcos Watanabe, do Rio de Janeiro: "Os idosos são vulneráveis pelas limitações e comorbidades impostas pela [própria] idade. O Governo deveria criar um aplicativo [...] para [...] [a sua proteção]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Átila Conceição, da Bahia: "[...] [Muitos] idosos são vítimas de violência patrimonial, boa parte dos autores são parentes [familiares] de sangue e por afinidade".

Marcius Dirksen, do Amazonas: "Excelente ideia [...] seria criar em todas as capitais e principais cidades as delegacias especializadas em crimes contra os idosos".

Sandro Moretti, do Rio Grande do Norte: "Os conselhos tutelares deveriam [...] [ter ampliada] sua competência legal para cuidarem também de pessoas idosas e com deficiência".

Daniela Zancanela, de São Paulo: "Quais medidas devem ser tomadas [...] para que esse idoso esteja protegido de possíveis agressões? Qual órgão deve ser acionado?".

Noé Santos, do Acre: "[...] Não seria interessante já incluir na proposta a possibilidade de colocar tornozeleira eletrônica no agressor?".

Virgílio Souza, do Ceará: "Quantos abrigos de idosos nós temos no Brasil? E quantos estão em construção?".

Rita Reis, do Rio de Janeiro: "Vejo os conselhos tutelares defendendo apenas menores. Por que não defendem os idosos também?".

E, para concluir, José Célio, da Paraíba: "[O] PL 4.438/2021 considera a diversidade de casos de violência contra idosos?". É uma pergunta: "[...] considera a diversidade de casos de violência contra idosos? Como promove adaptações para diferentes realidades?".

E, por fim, Heliana de Fátima, do Pará: "O artigo trata da urgência no atendimento da denúncia, mas de que forma garantir a segurança e o apoio psicológico na sequência?".

O.k.

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA (*Fora do microfone*.) – Posso fazer algumas intervenções aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos vocês vão poder falar. Eu posso deixar aqui espontaneamente quem quiser falar primeiro ou eu posso seguir a lista. Dra. Cyntia, casualmente você é a primeira. Então, vamos seguir a lista, pode ser? Todos vão falar. E vamos combinar agora, se vocês assim entenderem, cinco e, no máximo, dez, porque, quando eu dei dez e, no máximo, quinze, todos falaram quinze! Então, cinco minutos. É importante que você situe a pergunta, para outro não repetir.

Dra. Cyntia, por favor, cinco minutos.

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA (Para expor.) – Pessoal, primeiro, eu quero agradecer a participação de todos os telespectadores, porque é exatamente assim que a gente começa com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacto nacional em razão das pessoas idosas e também das pessoas com deficiência e também das pessoas negras, das pessoas ciganas, das pessoas de diversidade religiosa, de todas as pessoas aqui no Brasil.

Vamos lá, pois a gente tem o tempo...

Eu vou escolher primeiramente a pergunta do Enzo, lá do Rio Grande do Sul, que pergunta como é que a gente pode integrar União, estados e municípios para a gente assegurar essa proteção e o cuidado. Eu tenho falado com o Prof. Vicente Faleiros, que é o nosso mentor de todos aqui, nosso grande professor. E a gente conversou, em uma noite em que a gente estava o "Pink e o Cérebro", para a gente mudar o mundo, e a gente pensou num plano nacional da pessoa idosa. A partir do momento em que essa preocupação deixa de ser uma política de governo dos municípios, dos estados e da União e, sim, passa a ser uma política de Estado, um compromisso da sociedade completa, a gente, sim, pode fazer muitas mudanças legislativas, no Executivo e também no Judiciário. O que é que vem a ser esse plano nacional do envelhecimento? É trazer toda a sociedade: a ordem urbanística, a saúde, o Judiciário, a parte legislativa, as polícias, a segurança pública.

Lembro, pessoal, que eu estou falando aqui como Delegada de Polícia, e é lindo o que a minha colega Amanda fala aqui, que é o que a gente faz aqui no Distrito Federal. A minha delegacia é uma delegacia referência, mas infelizmente ela não é a realidade do Brasil. Eu gostaria que a gente tivesse... Um acompanhante aqui, o Marcius Dirksen, do Amazonas, falou das delegacias especializadas em todos os estados, mas eu gostaria que não fosse necessário ter uma delegacia especializada, nem uma promotoria especializada nem uma defensoria especializada. Eu gostaria que todos os operadores do direito fossem capazes de ter essa atuação sensibilizada em razão de todas as causas. Infelizmente, isso não é o que acontece hoje, mas esses centros especializados servem como referência para todos os colegas.

E aqui eu quero mostrar para vocês uma iniciativa da nossa Polícia do Distrito Federal em que a gente fez um procedimento operacional padrão (POP). E o que é isso? A gente fez uma cartilha muito grande com exemplos de como atuar e de trazer, para os outros colegas que atuam em pautas completamente diferentes, como é que eles vão fazer para atuar nessa questão da pessoa idosa. Por quê? Porque a gente usou a nossa experiência do caso concreto. E também eu escrevi um curso que está disponível para todo o sistema nacional de segurança pública, desde os portos até a Polícia Federal, para todas as polícias, com essa visão da investigação protetiva em relação às pessoas idosas.

Essa é a maneira, Enzo, pela qual a gente tem que trazer a responsabilidade de todo mundo, não só nossa aqui, mas principalmente da sociedade. A gente tem que fazer uma transição entre a sociedade da violência, em que a gente tem as supremacias da branquitude, do machismo, da sociedade do capacitismo, para uma sociedade do cuidado, em que todo mundo cuida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão de que eu quero falar, rapidinho, é a questão que o José Célio, da Paraíba, falou: se a gente considera essa diversidade no campo das violências contra as pessoas idosas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CYNTIA CARVALHO E SILVA – A Decrin é uma delegacia interseccional. Essa palavra é difícil para muitos que estão acompanhando a gente, pessoal, mas interseccional são aquelas pessoas... Até os meus colegas aqui falaram. Interseccional é quando a gente tem várias opressões cruzadas em uma pessoa só: a pessoa é uma pessoa com deficiência, é uma pessoa que, às vezes, é mulher, é uma pessoa LGBT, é uma pessoa idosa. E todas essas opressões não se somam, elas se potencializam negativamente. Então, a gente tem que ter essa formação. Como eu mostrei aqui a vocês, nesse POP, a gente tem essa atuação interseccional. Então, é só a gente divulgar e vocês cobrarem dos municípios, dos estados, dos governantes de vocês isso aí. E contem com a gente para ajudar.

E, finalmente, a Heliana falou do atendimento psicológico na sequência, como uma forma de garantia. A gente concorda com isso plenamente. A gente está desenvolvendo um projeto na Decrin que são os núcleos de apoio assistencial e psicológico imediatamente quando a pessoa registra uma ocorrência. O que acontece? A gente resolve a parte criminal, mas a pessoa fica com aquele sentimento... Por exemplo, ela vai registrar uma ocorrência de racismo. Muitas vezes, a gente demora mais de quatro horas para atender uma vítima para ela se acalmar, porque aquele sofrimento é muito grande. E aí o que a gente faz? A gente está fazendo parcerias com universidades públicas e privadas para que elas ofereçam isso.

E, finalmente, sobre a questão da tornozeleira eletrônica, aplicando... Se a gente aprovar este projeto como um presente de Natal para o Brasil, para o dia 25 de dezembro, e o Presidente Lula já sancionar, imaginem isto: a gente já vai poder aplicar toda a estrutura da Lei Maria da Penha para os agressores das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. Por isso, eu ressalto a urgência.

Essa situação das atribuições aqui entre as instituições é uma situação complexa, é importante a gente aprimorar. Ontem, o Prof. Vicente Faleiros e o Raphael Castelo Branco, que é o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, estavam juntos com a Erika, outra parceira, a Deputada Erika Kokay, lá na Câmara, discutindo sobre a atualização do Estatuto da Pessoa Idosa, desse *design* desse sistema, que, realmente, pode ser complicado, vai ter sobreposição... São questões que a gente deve repensar num outro espaço. Neste momento, a gente está falando aqui sobre a violência contra a pessoa idosa, que está morrendo. Este projeto está há dois anos, e eu fiz várias operações policiais em que, se eu já tivesse essa lei, a gente já teria conseguido salvar vidas. Assim, essa discussão é muito importante sobre o aprimoramento da Defensoria, do Ministério Público, mas só que não neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu rogo a todos os Senadores, que foram muito sensibilizados – eu nunca vi uma celeridade tamanha em aprovar um projeto com unanimidade! –, para a gente aprovar este projeto. Este faz parte do nosso pacto nacional em defesa das pessoas vulneráveis.

Muito obrigada a todos vocês.

E contem sempre comigo, porque eu sou uma pessoa entusiasta e me emociono em estar aqui. E eu me inspiro muito no Prof. Vicente, que é o nosso grande farol na defesa das pessoas vulneráveis. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Delegada na delegacia especializada para a pessoa idosa, Dra. Cyntia Carvalho e Silva, que fez, na sua fala, por duas, três vezes, homenagem ao Dr. Vicente. Então, palmas para o senhor também aí, que foi sempre lembrado aqui. (*Palmas.*)

De imediato, passo para a Dra. Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – Tem que ter fôlego, não é, Senador? Obrigada. O nome é grande. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já estou acostumado, estou acostumado.

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO (Para expor.) – Eu reparei que diversas perguntas dizem respeito à própria política voltada para a pessoa idosa e para a pessoa com deficiência. Então, eu vou fazer, brevemente, um apanhado aqui. Por exemplo, perguntaram sobre como assegurar a proteção e o cuidado efetivo para a população, se não podem criar um asilo do Governo para receber essas pessoas; há perguntas voltadas a questionar a atuação do conselho tutelar em relação à pessoa idosa. E aí eu queria fazer um apanhado geral que talvez consiga aparar essas dúvidas.

A gente, inclusive, enquanto Ministério Público, já trabalha muito nessa perspectiva do fomento, porque, infelizmente, Senador, a gente ainda tem uma cultura de gestão pública na qual, até foi dito um pouco aqui, a gente trabalha pela ótica ainda, muitas vezes, da caridade, da assistência social como caridade, enquanto, desde 1988, a assistência social passou a ser uma política pública, uma política de Estado. Então, dentro do Ministério Público, a gente trabalha essa virada de chave dos gestores para que, de fato, não seja uma atuação pontual: "Ah, eu contribuo com cestas básicas", "Eu dou alimento". Não. A gente precisa, de fato, de uma política pública estruturada. E é esse fomento que a gente faz na articulação das redes, das secretarias, para que, de fato, essa política seja bem prestada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os asilos. O que a gente chama de asilo, hoje em dia, a política prevê como instituição de longa permanência para pessoas idosas. E essas instituições de longa permanência são serviços da assistência social previstos e regulamentados.

Então, de fato, a gente tem poucas públicas, o que a gente chama carinhosamente de LPI. A maioria que a gente tem são da iniciativa privada. É muito importante que o poder público se atente para a importância de criação de instituições públicas para esse fim. E é também uma das nossas frentes de atuação: trabalhar com o poder público para a criação dessas possibilidades.

A Política de Assistência Social tem uma previsão de grande participação da sociedade. Então, muitas vezes, esse serviço, que é um serviço público, pode e deve ser prestado, de forma indireta, pelo particular, que é o que acontece, muitas vezes, na prestação pelas entidades filantrópicas. Então, uma entidade privada, de forma gratuita, oferece um serviço que é público, mas, para esse serviço ser bem prestado, a política pública tem que estar muito bem estruturada, porque essas instituições precisam "parcerizar" com o poder público para garantir recursos, recursos financeiros, recursos humanos, para trabalhar da forma adequada.

Em relação aos conselhos tutelares, a gente nunca pode perder de vista aquilo que a gente conversou nesta manhã de hoje: a autonomia da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A pessoa que envelhece e a pessoa que tem algum tipo de deficiência não voltam a ser crianças, e a gente não pode ter essa perspectiva. A atuação do conselho tutelar é muito diferente. Para a pessoa idosa e para a pessoa com deficiência, a gente tem os conselhos de direitos, que têm uma participação importantíssima da sociedade civil. A gente, inclusive, conclama aqui aquelas pessoas que estão nos assistindo, que são interessadas nessas pautas, a que participem desses conselhos. Esses conselhos participam ativamente na construção da política e no fortalecimento da defesa dessas parcelas populacionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANIA SAMIRA DORO PEREIRA PINTO – É muito importante que cada um de nós seja parte dessa mudança, desse cuidado, dessa política de cuidado com a pessoa com deficiência e com a pessoa idosa. Então, quanto maior a participação popular, mais diversa e mais rica fica a nossa política de cuidado.

E, por fim, só para finalizar mesmo, eu quero renovar aqui a nossa adesão ao projeto da Senadora Simone Tebet, o projeto originário, que foi aprovado pelo Senado, e reafirmar aqui que ele, como está, e o Estatuto, como hoje se estrutura, não impossibilitam a atuação da Defensoria Pública; pelo contrário, a Defensoria Pública está lá, está presente, atuante, desde que representando o titular do direito, a pessoa idosa ou a pessoa com deficiência. Então, mais uma vez, não podemos confundir os papéis institucionais. Todo o sistema funciona e funciona bem. Todos os exemplos que foram trazidos aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, são de um sistema que funciona bem, com a Defensoria Pública fazendo o papel que é dela, que é o de atender o necessitado e requerer direitos em nome dele.

Então, agradeço a atenção.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Vania!

Dra. Vania Samira Doro Pereira Pinto, eu vou ver se consigo fazer com a mesma brevidade, já que você disse. Treinou, pelo jeito! (*Risos.*)

Dra. Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ela fez, de fato, um apanhado aqui, porque eu estava marcando cada resposta; mas, como ela falou de diversas, eu não consegui marcar. Mas se sintam aí os telespectadores atendidos com as respostas.

De imediato, Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros e Membras do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência.

A SRA. CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu escolhi aqui a pergunta da Daniela Zancanela, de São Paulo, quando ela pergunta: "Quais medidas devem ser tomadas, [...], para que esse idoso esteja protegido dessas possíveis agressões? Qual órgão deve ser acionado?".

Eu escolho essa pergunta até para enfatizar que o que a gente discute aqui é justamente o dever que a gente tem, enquanto sociedade, de deixar clara a atribuição de cada uma das instituições.

As medidas protetivas estão lá no Estatuto da Pessoa Idosa e é interessante que o *caput* do art. 45 fala que aquele rol que é inserido ali no art. 45 é um rol exemplificativo. Então, certamente com esse PL aprovado na sua redação original, a gente teria claramente medidas protetivas a serem inseridas dentro desse contexto do art. 45, ou seja, a gente ampliaria direitos, que é o que a gente pretende.

E em relação a qual órgão que deve ser acionado, é justamente o que a gente falou. É importante a gente também distinguir aqui, porque muitas das vezes quando há uma violação de direitos, ela pode ter um caráter de proteção numa esfera cível, como a gente costuma dizer, mas muitas das vezes também na esfera penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente precisa identificar para qual órgão que a gente vai fazer esse encaminhamento, porque, muitas das vezes, essa violação de direitos, essa violência à pessoa idosa também caracteriza um crime. E aí está aqui a Dra. Cyntia, e a gente precisa encaminhar para... também, no Rio de Janeiro tem uma peculiaridade, são as investigações, as PIPs, as promotorias de investigação penal, mas muitas das vezes também procurando as delegacias de polícia para que essa pessoa responda criminalmente pelo ato que foi realizado.

Mas civilmente, é claro que se aquela pessoa está buscando uma tutela em relação ao seu direito, aí mais uma vez, terá que procurar a Defensoria Pública, que tem a missão constitucional de assistir aquelas pessoas quando necessitadas. É claro que se a pessoa tem uma condição financeira, ela vai procurar um advogado, porque isso também está dentro do sistema da função essencial da Justiça. Pela Constituição Federal, a gente tem esse sistema muito bem delimitado.

E aí, eu só queria enfatizar mais uma vez que a gente defende a redação do PL original não só por essa confusão e essa sobreposição que ela acarreta, a partir do substitutivo, mas também por um atraso. A gente acaba, a partir da modificação que se pretendeu no art. 45, *caput*, do Estatuto da Pessoa Idosa, deixando de prever ali uma atuação que é atuação extrajudicial, que eu garanto, Senador, hoje é a atuação mais prevalente, tanto da Defensoria Pública como do Ministério Público.

Esse art. 45 não retira também da Defensoria Pública a possibilidade de uma atuação eventualmente extrajudicial a partir de uma demanda do próprio assistido, do próprio demandante.

Então, é claro que eu acho que uma atenção que a gente precisa ter é que esse substituto, além de criar essa confusão, também traz um retrocesso em termos de garantias de direitos, a partir do momento que cria uma burocratização ao demandar do Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS – ... e também da Defensoria Pública a procura ao Judiciário para a proteção de direitos.

Então, acho que seria mais ou menos isso que eu gostaria de falar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cristiane Branquinho Lucas, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros e Membras do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Meus cumprimentos.

Vamos para videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo e membra da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Anadep.

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Então, em relação às perguntas, acho que já foram tocados alguns temas aqui que são importantes, e eu queria também tocar nessa questão de a quem cabe, de fato, atuar nessas questões e dizer o quanto não há nenhum prejuízo quando a Defensoria Pública tem uma atribuição específica, prevista em lei, para poder atuar na defesa dos direitos humanos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência.

Então, isso não causa nenhuma confusão em relação às pessoas. Eu acho que é isso que é importante e que precisa ser dito. Obviamente, a população é uma população leiga, que não conhece o Judiciário e não conhece o sistema de Justiça e, muitas vezes, essas atribuições tem que ser explicadas. Mas a rede hoje, com o conhecimento a respeito da atuação da Defensoria Pública, sabe qual é a atuação da Defensoria e sabe qual a atuação do Ministério Público, e quando ela tem alguma dúvida, a gente também encaminha para o Ministério Público, não há nenhum problema em relação a isso. A gente não tem nenhum interesse em fazer uma atuação que seja do Ministério Público. Ao contrário, nós queremos fazer a nossa atuação, que é atuar na defesa das pessoas necessitadas, garantindo o acesso à Justiça.

E aí, tem algumas questões que foram colocadas pelas pessoas, a questão, por exemplo, da tornozeleira eletrônica e algumas outras questões relacionadas à violência. O quanto é difícil a gente atuar com essas questões de violência... Essas questões de violência são extremamente complexas e de uma dificuldade muito grande. Muitas vezes, envolvem uma atuação multidisciplinar, multiprofissional, interdisciplinar. Inclusive, a Defensoria atua muito com psicólogos, assistentes sociais, porque não basta, às vezes, a gente retirar simplesmente esse agressor; a gente precisa garantir que essa pessoa idosa e essa pessoa com deficiência continue sendo assistida dentro das suas necessidades, e isso implica a gente acionar a rede, atuar em conjunto com essa rede. Então, quando a gente dá mais ferramentas para a Defensoria Pública, a gente acaba também garantindo que a gente atue de uma forma muito mais completa e muito mais ampla a fim de garantir os direitos humanos.

Uma outra questão que eu queria apontar... porque foi dito que a gente faz fiscalização ao arrepio da lei. Então, eu preciso, na verdade, responder isso, porque a gente não atuaria, eu não falaria uma coisa aqui se a gente atuasse ao arrepio da lei. A Lei Complementar 8.094, a lei que foi alterada pela Lei Complementar 132, de 2009, e também a nossa Lei Complementar 988, de 2006, que é a lei que criou a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que foi uma super conquista aqui para o Estado de São Paulo, prevê especificamente essa atuação da Defensoria Pública em locais de internação. Então, quando a gente foi desenvolver inclusive esse projeto de visitas a instituições de longa permanência de idosos, esse projeto-piloto, nós tomamos o cuidado inclusive de acionar os nossos órgãos internos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como corregedoria, a comissão de prerrogativas, para que a gente pudesse refletir a respeito de como é que a gente atuaria se a gente de fato tem essa atribuição. E não houve nenhuma dúvida de que a gente tem essa atribuição. O que acontece é que hoje essa atribuição é feita, por exemplo, na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, como a Amanda colocou, mas não é feita em outros estados – e a gente poderia unir muitos esforços em relação a isso.

Quando a gente faz fiscalização, a gente não está lá para fiscalizar de uma forma específica a estrutura, como eu até coloquei. A gente está lá para poder olhar individualmente por aqueles idosos, olhar pela pessoa idosa que está tendo limitada a sua capacidade jurídica, que não está conseguindo exercer os seus direitos, que está com a sua autonomia também limitada dentro dessa instituição. A gente recebe muitas denúncias de pessoas que foram colocadas em instituições de longa permanência contra a sua própria vontade, e a Defensoria Pública precisa ir até lá, precisa ouvir essa pessoa. Quando isso acontece em relação a uma pessoa, significa que aquela instituição não está trabalhando direito. Ela não está trabalhando corretamente, porque ela não está respeitando os direitos humanos das pessoas idosas, porque ela tem que ter a possibilidade de dizer se ela quer ou não estar naquele espaço. Então, cabe a gente olhar de uma forma ampla também para aquele espaço e ver como é que está violando os direitos individuais homogêneos desses idosos. Então, quando a Defensoria atua de forma coletiva, ela atua num ponto de vista dos direitos individuais homogêneos principalmente, pensando que é uma coletividade que tem os mesmos direitos.

Então, não há nenhum prejuízo nesse sentido e quanto antes a gente conseguir aprovar esse projeto, nos termos que ele está – e aí eu faço o coro com a Dra. Cyntia, porque de fato a gente precisa disso. Aqui no Estado de São Paulo, pela coordenação no Núcleo dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência que eu desempenho aqui, a gente dá suporte para todos os defensores públicos. São mais de 700 defensores públicos no estado. Nessa atuação que a gente faz, a gente dá informações para os colegas, e os colegas ficam aflitos, porque eles precisam de repente proteger o idoso de uma situação de violência e eles não têm essas ferramentas, e aí a gente tem que fazer uma construção jurídica para poder conseguir fazer isso. Então, não é assim: "ah, a gente pode utilizar". Não é dessa forma, o Judiciário não aceita. A gente tem dificuldades em relação a isso. Quando isso vem na lei, nós resolvemos essas discussões, o Judiciário não questiona. Então, nós podemos fazer a atuação para garantir os direitos humanos na sua completude, na sua plenitude, que é necessária.

Eu não vou me estender mais. Eu quero agradecer aqui ao Senador. Senador, como eu falei, é sempre uma honra. Eu estive com o senhor quando a gente discutiu muito o projeto da Lei do Autismo, não sei se o senhor lembra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro, lembro. Eu tenho orgulho de dizer que foi nesta Comissão que surgiu, produto e obra da comunidade, a Lei do Autismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ (*Por videoconferência*.) – Do autismo. Então, assim, de fato, eu fico honrada de poder participar desta audiência e o parabenizo por permitir esse espaço para que a gente possa debater e também para que a gente possa de fato aprovar esse projeto que é tão essencial para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo e membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Anadep.

Antes de ir para o final, eu percebo que muitos querem aprovar o projeto, é urgente aprovar o projeto.

Eu vou fazer um apelo a todos e todas que me ajudem, eu também quero aprovar. Se vocês ajudarem, nós temos condições de botar na pauta na semana que vem, votar o requerimento de urgência e remeter para o Plenário.

Nós faríamos mesmo, e tenho certeza de que todos vão ajudar. Mas eu dependo muito de vocês também para que a gente chegue a um entendimento.

Lembro que só o que eu posso fazer é retirar alguma coisa do que foi colocado na Câmara, eu não posso colocar nada. Então, se chegar a um entendimento de que pode retirar alguma coisa, se retira. Agora, colocar eu não posso. Ou vota como veio de lá – não é? –, só estou explicando o processo. Não estou expressando nenhuma opinião aqui como Relator. Esse é o processo.

O que vocês... Eu sempre digo que o Parlamentar é uma ferramenta da sociedade. Quem entende desse tema são vocês, não sou eu. Vocês aqui deram uma aula hoje, eu fiquei entusiasmado com tudo o que eu ouvi aqui. Agora, para eu dar o parecer e pedir a aprovação, se houver um entendimento da parte que está envolvida diretamente, que são os senhores e as senhoras, com certeza a gente aprova, ainda, e o Presidente sanciona, creio eu – claro que eu não posso falar pelo Presidente.

Mas o projeto é de uma ex-Senadora, Simone Tebet, que é Ministra. Ela é muito querida e muito respeitada por todos nós e pelo Governo, tenho certeza.

Enfim, vou deixar as pessoas falarem, porque, de novo, eu entrei em um tema que não era para eu falar.

Passo a palavra neste momento...

A Ana não falou ainda, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu tenho, certinho, os dois que vão encerrar aqui, porque é um de uma posição e outro... (*Pausa.*)

Não, eu sei. Eu tenho certinho porque eu controlo. O encerramento vai ser de posições diferentes, mas com o mesmo objetivo: ajudar o povo brasileiro.

Então, vamos seguir a ordem que está aqui.

Então, agora, por gentileza, estou convidando a Dra. Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Defensora Pública do Estado do Ceará e Coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Anadep.

Dra. Ana, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA NEIVA GONDIM FERREIRA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tem que liberar...

Pronto.

Eu gostaria só de falar, mais uma vez, que a gente está aqui pela coletividade. Em nenhum momento aqui... Todas as falas, ainda que possam ser, em algum momento, divergentes, são pelo aprimoramento dos mecanismos, para que haja esses mecanismos, o quão rápido possível. E a gente precisa dessa aplicação, a sociedade precisa.

E também quero reconhecer e agradecer tanto ao Senado como ao Senador, que estão fazendo uma celeridade nesse procedimento. É normal que tenha esses momentos, mas está, sim, tendo essa tramitação célere. E a Defensoria quer que vote, como veio, porque, primeiro, eu acho que foi falado aqui sobre a rede, a gente tem que reconhecer que uma rede surge de uma atuação, e a Renata falou, a minha colega Amanda falou, que a gente quer atuar, a gente está lutando para lutar. A Defensoria Pública, por ser mais nova, muitas vezes é mais enfática nesse lutar por lutar.

A gente está escutando as pessoas, a gente quer dar voz a essas pessoas, então a gente entende que a gente tem que estar no estatuto. A gente não está porque o estatuto é de 2003 e a nossa atuação é mais recente, apenas em 2009 a Defensoria Pública teve expressamente – e ela tem expressamente – não apenas como filantropia, mas como coletivo de direitos de pessoas hipossuficientes; essa atuação coletiva é reconhecida pelo STF, é reconhecida em outras legislações; atuação fiscalizadora também, falaram sobre fiscalização, perguntaram. A gente quer fiscalizar com o nosso olhar.

Quero só falar um pouco que a gente pode avançar muito; pode ter aplicativo – acho excelente que falaram aqui –, como tem na Maria da Penha; e tudo isso precisa dessa atuação cooperada, da aprovação da lei como está, a Defensoria poder estar nessa rede e não ser retirada prematuramente, porque a gente já está assim fazendo e podemos ainda fazer mais onde não estamos. A questão é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à aprovação, que seja aprovado o mais rapidamente possível, porque a gente chega – só para finalizar aqui, na minha prática –, esses olhares dos nossos colegas... A gente faz parte de uma comissão. Em todos os estados, a maioria tem algum membro, ainda que não tenha uma especializada; uma delegacia ainda não tem, a Defensoria está buscando ter essa especializada. E o colega diz: "Carolina, me empreste um material para eu botar legitimidade", para a gente poder estar no espaço, em que a gente, de outro modo, acaba já estando.

Então, o que tem a ganhar a pessoa idosa, o que tem a ganhar a pessoa com deficiência e a sociedade com esse projeto é muito para a gente deixar isso de lado.

Só para concluir, parabenizo a todos, com as suas atuações, e quero dizer que a gente quer que a rede exista, que a rede esteja em lei, que a Defensoria esteja no estatuto, porque, apesar de sermos os mais novos, já temos, sim, um reconhecimento coletivo; e que, caso a gente não tivesse, a gente ainda ia buscar nas leis. Na Lei de Ação Civil Pública existe, para outros públicos existe, e tem que existir também para a pessoa idosa.

Parabéns a todos e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Defensora Pública do Estado do Ceará e coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Anadep.

Parabéns pela sua exposição, defendendo o seu ponto de vista.

Agora passamos a palavra, de imediato, ao Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara, Promotor de Justiça, membro do Ministério Público do Ceará, lotado na 1ª Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, eu queria voltar à primeira questão, que é uma questão fundamental.

O Enzo Balhejos, do Rio Grande do Sul, pergunta: "De que forma a União, estados e municípios poderiam assegurar a proteção [...] [a essas minorias]?".

Essa questão tem uma vinculação com todas as outras, e nós vamos falar, Senador Paulo Paim, do pacto federativo. Nos últimos anos, o pacto federativo foi destroçado.

Nós só teremos políticas públicas se nós tivermos orçamentos. Então, veja só, não adiantam medidas protetivas – por exemplo, abrigamento em ILPI – se nós não tivermos esses equipamentos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de colocar aqui que o Estado brasileiro, o pacto federativo tem que se reorganizar, inclusive em relação à reforma tributária, Senador.

O senhor sabe quantas ILPIs públicas nós temos municipais em Fortaleza? Nenhuma. Centro Dia, você sabe quantos? Nenhum. Pergunta: como é que nós vamos efetivar medidas protetivas se nós não temos serviço, se nós não temos estruturas?

Venho discutindo, há algum tempo, a Profa. Ana Amélia Camarano, no Ipea, a questão da política da pessoa idosa. Nós não teremos políticas públicas e não teremos proteção a essas minorias se nós não tivermos políticas públicas, se não tivermos serviços! Então, não adianta o Ministério Público e o Judiciário buscarem uma medida protetiva se nós não tivermos o serviço, se nós não tivermos, por exemplo, CRAS e CREAS em número suficiente, com equipes precarizadas...

Nós temos, Senador, concurso público para a polícia anualmente. Cadê o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Não, eu estou falando que para a polícia, para o sistema de Justiça, nós temos concurso público. Agora, cadê os concursos públicos para as equipes socioassistenciais do Suas? Cadê as equipes municipais do Suas? Ou seja, como é que nós teremos medidas protetivas se nós não temos nem estrutura física, nem serviço e nem equipes preparadas?

Então, Senador, nós temos que trabalhar, nós temos que nos preocupar com o pacto federativo e nós temos que ter recursos da União e dos estados reforçando os municípios, para que nós tenhamos políticas públicas. Sem isso, não teremos proteção a essas minorias. Nós não temos políticas públicas sem orçamento, sem serviço, sem estrutura e sem equipes qualificadas.

Hoje, nós temos uma precarização total! O Prof. Vicente Faleiros conhece essa realidade muito melhor do que eu. As equipes socioassistenciais... Nós temos que reforçar duas políticas se nós quisermos tratar bem essas minorias: SUS e Suas. Nós temos que reforçar esses dois sistemas. São sistemas fundamentais! (*Palmas.*)

E sobre outra questão que está ligada com isso também, eu queria pegar a sua palavra: democracia. Nós temos que aprofundar a democracia brasileira e a democracia brasileira vai se aprofundar se nós chamarmos a sociedade civil para discutir e para participar.

Hoje, eu faço parte do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, representando essa associação, a Ampid. Essa associação foi tolhida, no Governo passado, como a OAB e muitas outras gestões, pelo Governo Federal, por quê? Porque o governo autoritário não quer a participação social. Então, eu me acosto à sua palavra ao dizer que nós temos que aprofundar a democracia brasileira.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA – Nós só vamos resolver os problemas brasileiros com o aprofundamento e com o adensamento da nossa democracia.

Então, nós temos que reforçar o quê? A participação das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, reforçar os conselhos. Nós temos que dar condições de funcionamento aos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência. Muitas vezes, o gestor vê esses conselhos como um inimigo e ele não proporciona recursos materiais e humanos para que esses conselhos funcionem.

Eu digo isso a partir do Governo Federal, estados e municípios. Nós temos que reforçar, porque essa estrutura de construção das políticas públicas, através do controle social, é o modelo constitucional vigente.

Nós temos que garantir o adensamento da nossa democracia a partir dessa participação das pessoas interessadas. Nada sobre nós sem nós. Devemos dar voz às pessoas idosas e às pessoas com deficiência.

Então, parabéns por essa sua defesa da democracia. E o Ministério Público é um defensor da democracia, o Ministério Público tem o papel constitucional de defender a democracia, e eu coloco aqui o Ministério Público como um guerreiro ao seu lado para nós aprofundarmos essa democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre de Oliveira Alcântara, Promotor de Justiça, membro do Ministério Público do Ceará, lotado na 1ª Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

Tem uma frase que o pessoal usa muito lá no Rio Grande do Sul, é relacionada às pessoas com deficiência, é de um programinha que eles têm lá que diz: "Temos que dar palco a quem não tem palco".

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é? E um dia eu estava no Plenário falando dos estatutos e uma pessoa se levantou, casualmente com o vestido bem colorido, como o de vocês – mas estou elogiando, não estou criticando, não; estou elogiando! (*Risos.*) Ela muito bem... E ela disse: "Senador" – e eu presidindo a sessão –, "Senador". "Sim, a senhora pode falar." "Adorei tudo o que o senhor falou dos estatutos tal, tal, da juventude, da deficiência, tem até de motorista e tal, mas cadê o do cigano?" Mas ela, com muita elegância, fez uma defesa, assim, de cinco minutinhos. Eu disse: "Passou no teste, vou providenciar o estatuto do cigano", graças àquele momento. Porque ela usou o seguinte termo: "Nós somos invisíveis, parece que pensam que nós não existimos, os ciganos" – e ela me ganhou com a palavra "invisível". Aí o Estatuto dos Ciganos foi feito, foi discutido com toda a sociedade, o governo participou também; aprovamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estatuto aqui no Senado, está lá na Câmara. Espero que a Câmara o aprove rapidamente, há condição de ser aprovado. Então, peguei o seu gancho aí para falar dessa questão também.

Agora, vamos para a nossa última convidada, a Dra. Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Defensora Pública do DF e membra da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Anadep.

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu queria aqui... Se tem algo com que muito concordamos nessas divergências, é a fala do Dr. Alexandre sobre o fortalecimento do SUS. Porque, como eu falei, aqui no DF a gente está com greve na Sedes (Secretaria de Desenvolvimento Social), e está caótico, está totalmente violador de direitos. Não tem como a gente fazer tudo isto aqui que a gente está fazendo no estatuto, da forma como passar, sem fortalecer essas garantias. Então, com o que o Dr. Alexandre falou eu concordo muito. A gente precisa fortalecer esses caminhos. Isto aqui, tudo o que a gente está fazendo vai ser um vácuo sem essa efetivação.

Todos queremos a aprovação. Eu acho que a gente pode aprovar desse jeito mesmo que veio da Câmara, Senador. E já coloca aí no Natal; a gente já faz isso e já coloca.

Só, antes de falar das perguntas, porque eu acho que teve um ponto aqui em que a gente não tocou e em que eu gostaria de tocar... Isso que o senhor falou é muito importante, dos momentos de fala. Estava tendo uma discussão sobre violência doméstica. Eu estava presente num congresso, e sempre me incomodo um pouco sobre a forma como a gente negligencia as mulheres com deficiência em violência doméstica. As campanhas não chegam a elas. Elas não se veem como vítima, porque, afinal de contas, você já é uma mulher com deficiência; se você está namorando, você já fez... agradeça! Então, da forma como é colocado, mulheres com deficiência... Nunca contempla a todos, eu acho isso, assim.

E, neste momento, eu falei: "Não sei se eu falo ou não". E aí uma colega falou assim: "Se você não falar, ninguém aqui vai falar". Então, esses espaços de fala, às vezes, são importantes por isso, são pequenas situações em que a gente precisa, e também acho importante esse valor que o senhor dá aqui.

Pegando o gancho que o colega Alexandre falou e essa questão que acho muito importante do fortalecimento do Suas, houve duas perguntas aqui sobre como assegurar vida digna, chantagem emocional e econômica, e apoio psicológico na sequência. Eu acho que isso aí é o que a gente mais vê como problema, e aí puxo o que a Dra. Cristiane falou sobre atuação extrajudicial. Acho que os dois órgãos fazem muita atuação extrajudicial, e tem que ser.

Lá dentro do nosso núcleo eu sempre brinco, a Ângela e a Cyntia da Decrin são ótimas, mas eu não quero mandar nada para elas, só o que for urgente mesmo, porque é extrajudicial o que a gente faz, situações complexas. O Judiciário é muito binário, você vai pedir uma coisa, é sim ou não. E a família toda? E toda a complexidade do que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, eu acho que o fortalecimento do Suas, como a gente falou, é importante; na ausência dele, a gente tem grupos reflexivos na Defensoria, porque o que acontece? A gente tem colidentes, estamos pelas duas partes, o agressor e a agredida, em vários momentos, estamos pelas duas partes. E fizemos grupos reflexivos. Hoje a gente tem um grupo reflexivo para pessoas idosas, que é o Renovação Pessoas Idosas, feito durante a pandemia por conta do aumento de casos de violência contra pessoas idosas.

Então, elas tinham que reconhecer nessa pergunta o direito de vida digna e vítima de chantagem emocional e econômica. Primeiro ela tem que reconhecer que está havendo essa violência. Quantas vezes eu vou a palestras e falo assim: os senhores estão endividados porque a aposentadoria é o único salário fixo da casa, então é o salário que é prejudicado, e aí a pessoa, o familiar, acha que pode pegar esse dinheiro. Aí eu lembro que uma idosa levantou a mão e falou: "A senhora está certa porque o meu filho pegou um empréstimo para uma televisão deste tamanho". Eu falei: "Qual é o tamanho da televisão da senhora?". Ela: "Deste tamanho".

Então, assim, eles não veem como uma violência, eles acham que realmente, como minha aposentadoria é o único salário fixo da casa, eu tenho que dar para a família inteira. Aí vai para o superendividamento e todas as questões que a gente pega também. Então, eu acho que esses grupos, o Centro Dia, todo esse fortalecimento, reconhecem a própria violência, e isso é muito importante.

O outro grupo que a gente tem é de familiares em conflitos com pessoas idosas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES – Só para fechar aqui, que é justamente esse apoio psicológico. A gente encaminha para os Caps...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Você tem seis minutos ainda.

A SRA. AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES – Ah, tá.

A gente encaminha para os Caps, a gente encaminha para o serviço de assistência social, mas a gente sabe o tanto que é defasado. Eu tenho certeza de que todos que encaminham sabem que é defasado e, como eu falei, é complexo. Nesse grupo, a minha participação foi terça-feira, foi muito chocante, inclusive com alguns encaminhamentos da Decrin, que a Dra. Ângela encaminhou para a gente, porque é uma filha de suposta violência ou conflito com a pessoa idosa, mas ela está cuidando de um filho com deficiência, ela foi agredida a vida inteira por aquele pai que hoje é uma pessoa idosa. Como ela vai agir nesse sistema? Então, a gente está fazendo toda uma conversa de dez encontros porque não é simplesmente: "Olha, você está sendo negligente com a pessoa idosa, seu pai". Ela fala: "Ele me violentou a vida inteira, eu não quero esse vínculo, eu não tenho por que ter reciprocidade". E é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito difícil você só colocá-la como culpada, vamos ali, prender, isso a gente não vê como Defensoria. Então, a gente coloca, tenta fazer essa conversa, esse diálogo com o nosso psicossocial, para que a gente tenha esse aporte.

Então, só renovo aqui esse protesto de que o sistema do Suas, todo o sistema da Secretaria de Desenvolvimento Social precisa, sim, desse apoio.

A Defensoria Pública tem essa atuação extrajudicial muito forte com eles e eu espero que a gente consiga ter ainda mais com a legitimidade dessa lei.

É só isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Muito bem, muito bem. Dra. Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Defensora Pública do DF e membra da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Pelo que eu vi é possível chegarmos num acordo aí. A Dra. Cyntia olhava para mim e dizia: "É isso aí mesmo". E são posições de argumentos diferentes, mas isso é bom sinal. É dialogar, é conversar e construir o que é possível.

Bom, agora nós temos que encerrar. Por mim, eu continuava mais tempo aqui ouvindo vocês. Eu gostei, eu gostei. Tem audiência pública que a gente tem que cumprir o carnê e tem audiências públicas que são muito boas, pela forma, a sensibilidade, os argumentos e muito respeitosos também.

Eu já peguei audiência pública que o pessoal, se eu não fosse um bom mediador, eu acho que até sou... Eu aprendi com o tempo a virar um conciliador. Quando era jovem, eu era um revolucionário. Agora eu só concilio aqui dentro da Casa. De quase sair no tapa, mas felizmente segura aqui, segura ali, explica e tal. Enfim, aqui foi num altíssimo nível.

Como eu disse, eu não posso inserir nada no que veio da Câmara. Eu posso retirar, mas não posso inserir. Então, nós temos dois caminhos. Ou manter o projeto original da Simone Tebet ou receber o que vem da Câmara, que posso também aprovar na íntegra. Estou só mostrando os fatos. Eu só posso suprimir, não posso colocar nada.

Então, o que eu diria nesse encerramento? O debate foi muito bom. Para mim também foi muito bom tudo que eu ouvi aqui. E nós poderíamos talvez, num segundo momento, se assim vocês entenderem, fazemos uma reunião, uma conversa entre nós. Duas, três pessoas de posições diferentes para conversarmos.

Eu acho que há clima, porque eu percebo aqui que o que vocês querem realmente é a aprovação do projeto. Querem a aprovação do projeto, não dá para ficar como está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela capacidade de elaboração, de argumentação, de convencimento, porque eu acho que o objetivo da audiência pública é esse. Não é convencer só o Relator; é convencer todos aqueles que, graças ao sistema de comunicação do Senado, estão ouvindo também e acabam contribuindo para a construção definitiva do encaminhamento que faremos.

Repito, se vocês puderem conversar, eu estou aqui. Estou hoje, amanhã, estou sábado e domingo, se necessário for. Meu telefone e da minha assessoria vocês têm. Se entenderem, disserem "olha, chegamos a um entendimento para aprovar o projeto com rapidez", que se tome o encaminhamento dessa forma por parte do Relator. E eu o farei com a maior satisfação. Eu só quero ajudar.

Eu sempre digo... Eu vou dar um exemplo para vocês aqui de um minutinho. O projeto dos acupunturistas, da acupuntura. Sentamos, sentamos, sentamos. Conversamos, conversamos, conversamos. No final, os dois diziam só o seguinte: "Eu não abro mão de uma vírgula". O outro também dizia: "Eu também não abro".

O que eu fiz? Democraticamente, peguei o projeto e devolvi para o Presidente da Comissão. Digo: "Olha, lamento". De um lado estavam os médicos, só para situar, sem o detalhe. Estavam os médicos e estavam os acupunturistas, que no caso não são médicos, mas que têm um estudo, um preparo, têm argumentos muito bons também.

Mas, quando eu vi que não havia caminho a seguir, eu, para ajudá-los, até disse que iria passar para outro, porque eu havia feito tudo o que era possível. Fiquei alguns meses com o projeto na mão e não foi possível, e eu não quero que aconteça de novo. Foi a primeira vez, eu acho, que devolvi um projeto em tal circunstância. Todos os que peguei, aprovei com entendimento.

E esse projeto, por tudo que eu vi aqui, é de suma importância – de suma importância – para os vulneráveis, para os idosos, para as pessoas com deficiência, para o discriminado, enfim, para os que mais precisam. E nós todos, pela nossa responsabilidade como homens e mulheres públicos, porque somos homens públicos e mulheres, cada um de vocês chegou nesse posto pela competência, pela qualidade, pela grandeza, pela coragem, que é preciso na vida pública, porque nós temos que ter coragem também para enfrentar os grandes debates e ficar do lado, que é o caso de vocês todos aqui, daqueles que mais precisam.

Tem uma frasezinha – eu não sou advogado – que eu ouvi de um advogado um dia, eu só uso essa frase: "Na dúvida, pró-mísero".

Aprendi isso ouvindo de um advogado. "Paim, lembre-se sempre disso: na dúvida, pró-mísero". E assim eu adoto a minha caminhada aqui no Parlamento. Tenho lado, não é?

Esses dias veio um pessoal falar comigo de um projeto e tal, eram só elogios em cinco projetos de que eu tinha participado. Eu disse: "Vai ter alguma coisa no final que eu não entendi". Daí eles vieram:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mas tem o seguinte, queríamos que você apresentasse esse projeto". Eu olhei o projeto e disse: "É um bom projeto, mas qual é o problema então?" "Não, você precisa de alguma ajuda?" Eu disse: "Eu não preciso de ajuda nenhuma. Eu vou ficar com a ideia e vamos aprovar o projeto".

Vocês estavam as duas juntos, não é? Foi o pessoal da capitalização, não é? (*Pausa.*)

Não preciso de ajuda nenhuma, eu posso ter ajuda técnica e política. Aí, claro, para conversar com as pessoas e tal. E assim a gente vai tocando a nossa vida e assim caminha a humanidade.

Mas é bom encerrar dizendo que é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês para ajudar os que mais precisam.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto aqui.

(*Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 98ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Lançamento do livro: " A Nova Ordem" de Luiz Gushiken. Jacy Afonso Presidente do PT/DF Washington Araújo Jornalista e escritor Vagner Pinheiro Economista Fernanda Otero Jornalista. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 101/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "Proteção aos Direitos de Minorias e Combate à Discriminação ". **Participantes:** Angela Pires Terto, Assessora Nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH; Marcia Pereira da Silva, Graduanda da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas - representante da EDUCAFRO; Claude Cahn, Oficial de Direitos Humanos do ACNUDH em Genebra e Chefe da Seção de Temas Indígenas e Minorias; Jim Fitzgerald, Diretor da Equal Rights Trust; Arquias Cruz, Representante CONECTAS Direitos Humanos; Alex André Vargem, Diretor de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos direitos humanos; e Charlene da Silva Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União - DPU. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/04

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 98ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Esta reunião será dividida em duas partes. Primeira parte: reunião de trabalho com a finalidade de lançar o livro *A Nova Ordem*, do nosso querido e inesquecível amigo, líder sindical e Parlamentar, uma liderança da sociedade brasileira, que perdemos muito cedo, mas muito cedo mesmo, Luiz Gushiken.

Convidados para esta primeira parte da nossa sessão: Ricardo Berzoini, ex-Ministro do Trabalho, das Comunicações, da Previdência Social e da Secretaria de Relações Institucionais; Jacy Afonso, Presidente do PT - DF, a quem eu já convido para a mesa, com as palmas a todos que eu, aqui, citei; (*Palmas.*)

Washington Araújo, Jornalista e Escritor; (*Palmas.*)

Fernanda Otero, Jornalista, que nos ajudou aqui, nos encaminhamentos que anteciparam esta reunião. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos!

Como é de praxe, farei uma pequena introdução aqui do tema desta primeira parte da CDH, Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Lançamento do livro de Luiz Gushiken, *A Nova Ordem*, organizado pela jornalista e ex-assessora de Luiz Gushiken, Fernanda Otero, que atualmente vive na Irlanda e coordena o núcleo do PT naquele país.

Contamos com a presença, aqui na Comissão de Direitos Humanos, sempre bem-vindo, do nosso querido amigo e ex-Ministro do Trabalho, das Comunicações, da Previdência Social e da Secretaria de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, que, segundo me informaram, remeteu um vídeo, uma gravação que botaremos no ar, em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Gushiken foi Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, sendo que, em 1985, coordenou uma das maiores greves da categoria registradas no país até hoje. Presidiu o Partido dos Trabalhadores em 1989 e foi um dos principais responsáveis pela campanha do Presidente Lula naquela época e naquele ano. Em 2002, Gushiken esteve entre os coordenadores da vitoriosa campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e assumiu o cargo de Ministro-Chefe da Secom.

Deixou-nos, prematuramente, aos 63 anos, em 2013, no dia 13 de setembro.

No livro que estamos lançando hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, há uma carta que ele deixou ao Presidente Lula; em um dos textos, uma tese sobre uma nova ordem mundial para a governabilidade do planeta. Naturalmente, os nossos convidados vão aqui deixar claro qual o eixo principal do livro e o porquê dessa homenagem, porque não deixa de ser homenagem – eu assim classifico este momento – ao grande Luiz Gushiken.

Ele foi dirigente da CUT também, não foi? No nosso tempo, não é? Nosso, no nosso tempo! (*Risos.*)

Grande Luiz Gushiken!

Eu passo neste momento ao vídeo que foi encaminhado a nós, porque não estava aqui em Brasília o nosso querido amigo e ex-Ministro do Trabalho, das Comunicações, da Previdência Social e da Secretaria de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini.

Peço, se possível, para colocarem o vídeo. (*Pausa.*)

A imagem está boa, a imagem está boa! (*Pausa.*)

Só não tem som. A imagem está boa. (*Pausa.*)

Se for o caso, a gente o passaria para um segundo momento? (*Pausa.*)

Isso.

Em seguida, nós voltaremos com o Ministro Ricardo Berzoini.

Passo a palavra, neste momento, aqui na mesa, ao vivo, ao nosso querido amigo também de longas datas e tantas lutas – eu não vou passar aqui todo o teu currículo agora, não –, o Presidente do PT do DF, Jacy Afonso.

O SR. JACY AFONSO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos!

Senador Paim, muito obrigado por esta oportunidade de estar, aqui, com vocês – e por um motivo muito nobre que é falar sobre o Gushiken –; com a companheira Fernanda Otero, que trabalhou com o Gushiken, organizou o livro, mora lá na Irlanda e organiza o PT no exterior; o Washington...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria aqui falar da importância deste momento. E você, vamos dizer assim... Eu estava lembrando hoje, no caminho de casa para cá, que, na Constituinte, o PT elegeu 16 Deputados. Desses 16 Deputados, 8 eram sindicalistas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JACY AFONSO – Cinquenta por cento da bancada. Então, você; o Olívio, lá do Rio Grande do Sul; o companheiro Vítor Buaiz, do Espírito Santo, que era do Sindicato dos Médicos; o Paulo Delgado; o João Paulo Pires de Vasconcellos, que também era metalúrgico; o Lula; o Gumercindo Milhomem; e o Gushiken. Portanto, era um time que teve um papel importante na Constituinte. Só para lembrar que o PT, então, tinha 16 Deputados naquela Constituinte, e foi o papel que você, o Gushiken, o Lula e os demais companheiros desempenharam que possibilitou a gente ter essa Constituição Cidadã, com esse papel sindical, de origem sindical – você era no gabinete 471 e o Gushiken era no 373; era aquele corredor vermelho ali, porque era só gabinete de Deputado ali no Anexo 3. Então, o Gushiken, eu acho, junto com você desempenharam um papel muito importante do ponto de vista de trazer para a vida parlamentar a experiência sindical.

Lembro que o Gushiken falou assim: "Olha, eu, que já falei aqui para 40 mil bancários, na Assembleia da Praça da Sé, na greve... Quando você fala, aqui no Congresso, muitas vezes você não é ouvido. Então, é uma combinação da capacidade de liderar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, da capacidade de articular aqui dentro do Congresso". E acho que você é o melhor exemplo disso, dessa capacidade de atuação dentro do Congresso. Então, vocês dois juntaram um papel importante na história do movimento sindical de sucesso da CUT, que fez 40 anos este ano.

E amanhã será lançado, na Faculdade de Sociologia da USP, o livro *A geração que criou a CUT* – e um dos principais personagens desse livro é você –, organizado pela companheira Silva Portela e várias outras pessoas. Então, é um momento importante da CUT e do PT esse momento.

Por último, eu acho que, Washington e Fernanda – e está aqui também o nosso amigo Wagner Pinheiro, que também participou –, o tema da governança global está no centro global da conjuntura no mundo, ou seja, a incompetência, a falência – o nome que a gente possa dar – da ONU de não enfrentar a crise, a ocupação dos territórios e o processo de ataque e destruição da Palestina. E a ONU não consegue se posicionar, não consegue atuar.

Portanto, o Gushiken, na visão dele do movimento sindical, do movimento partidário, do Governo Lula, também pensou no mundo como um todo. E era preciso isso. Então, foi isso que ele nos deixou. Tem dez anos que ele nos deixou, cedo, mas o Gushiken é muito importante para nós. E a gente continua insistindo nessa tese de ser o mantra – não é, Washington? – dessa governança global. Vamos transformar essa expressão do Gushiken num mantra nosso, que é uma nova governança global. Tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um documento, tem uma proposta. E acho que esse é o momento adequado. O Lula está lá, saiu agora da COP 28, está indo para Alemanha, numa relação, inclusive, com partidos importantes.

Por último, Paim, permita-me sugerir um tema para que você, que sempre foi... Como a gente está falando do mundo, eu queria falar dos brasileiros que estão no exterior. Tem 5 milhões de brasileiros que moram no exterior hoje. E nós precisamos pensar em como organizar, como atuar, como defender esses trabalhadores, porque a gente só pensa que quem vai para o exterior é rico. Não, tem muito imigrante que passa dificuldade, que está lá passando dificuldade. E a gente precisa ter uma atuação internacional, tanto do Partido dos Trabalhadores... Acho que nós temos que organizar os petistas que estão no exterior. A CUT precisa organizar os trabalhadores que estão no exterior. E nós, o Parlamento brasileiro, precisamos pensar nisso e, inclusive, pensar, Paim, numa forma de esses brasileiros votarem para o Parlamento brasileiro – como fazem os outros países: você vê os franceses, os italianos, os europeus votando aqui no Brasil nas eleições parlamentares deles. Aqui a gente só vota para Presidente da República, o que já é importante, mas acho que a gente tem que pensar a ideia de como a gente organiza esses imigrantes, essas pessoas que estão no exterior; como é que eles participam; e como é que tenha representação no Parlamento e representação, no caso, como dirigente do partido, dentro do partido sobre isso.

Então, queria agradecer muito esta oportunidade e, sem dúvida nenhuma, agradecer à Fernanda por ter idealizado e ter conseguido reunir 67 pessoas escrevendo esse livro. Além do Paim, estão lá o Presidente Lula e a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou bem acompanhado. Fiquei orgulhoso de saber que nós todos estamos lá, vocês que montaram, que escreveram, fazendo uma homenagem merecida ao Gushiken.

E, já aproveitando essa homenagem ao Gushiken, quero dizer que eu vou acatar a tua proposta. Já vou avisar a minha assessoria. A Ingrid deve estar aqui na sala, não? Está, está acompanhando. Ingrid, a gente vai fazer uma audiência pública – para a qual você vai ser convidado – entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Refugiados. Lá é refugiado, emigrante, imigrante, tudo passa por lá. E eu faço parte lá também. Eu vou conversar com o Gadêlha para a gente fazer uma reunião conjunta para debater essa questão e a situação também daqueles que estão no exterior. Como você falou muito bem, não é só rico que está lá fora; tem muita gente precisando do apoio de nós todos aqui. O.k.?

Parabéns, então, mais uma vez, Jacy Afonso.

E, neste momento, eu passo a palavra para o Sr. Washington Araújo, jornalista e escritor.

Na abertura, que aceitem as nossas palmas a vocês dois, Jacy Afonso e Washington Araújo. Depois o Berzoini vai entrar, e Fernanda Otero, na sequência. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WASHINGTON ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos.

É uma alegria imensa voltar aqui e ver o nobre Senador Paulo Paim na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, tratando dos assuntos mais relevantes que a sociedade brasileira enfrenta – a questão de eliminação do racismo, a questão dos direitos das minorias discriminadas, a questão dos direitos das mulheres e também, principalmente, a questão indígena. O Senador Paulo Paim, eu diria, poderia ter como sobrenome a luta contra as violências que afligem as pessoas que são vulneráveis na sociedade – e não porque elas tenham nascido, Senador, vulneráveis, mas, sim, porque elas foram discriminadas historicamente. Então, a luta do negro, do afrodescendente, para fazer valer os seus direitos tem encontrado, no seu mandato sucessivo, um megafone potente e contínuo, que faz a face do país ser transformada. Esse é um aspecto vital.

Quero cumprimentar a Fernanda Otero, uma mulher extraordinária, uma mulher de luta, de fibra. Quem a conhece sabe que o que eu estou falando é bem resumido. A Fernanda é daquelas pessoas que toma nas mãos os grandes desafios e só os larga depois que a missão é cumprida. (*Palmas.*)

E foi exatamente a Fernanda Otero que teve a ideia fantástica, não aqui dentro do Brasil, porque ela vive na Irlanda, de edificar uma obra que colocasse de pé o pensamento vivo de Luiz Gushiken.

O Luiz Gushiken foi, sem dúvida, alguém na vanguarda de seu tempo. Ele trilhava o caminho dos movimentos sociais, com pés práticos e com um idealismo imbatível. Quem conheceu Luiz Gushiken e privou de sua amizade sabe que, em todos os momentos, ele pensava: "Não podemos nos acomodar com o mundo que nós temos e menos ainda com o Brasil em que nós vivemos. A transformação deve ser a nossa bandeira de luta e dessa transformação não podemos desistir jamais".

Eu o conheci em 1985, Paim. Eu era funcionário do Banco do Nordeste (BNB) e estava no Rio de Janeiro; e o Gushiken fazia aqueles trabalhos da Folha Bancária, da luta bancária lá de São Paulo. E a gente lá no Rio lutava contra as agruras de uma sombria ditadura, ainda não devidamente analisada pela historiografia nacional, porque o impacto que a ditadura brasileira teve sobre o país ainda hoje tem suas consequências nefastas, e nós precisamos, mais do que nunca, pegar aquela bandeira de luta lá atrás, que era quando o Gushiken me dizia que a mais amada de todas as coisas é a justiça e que nenhuma pessoa pode se sentir tranquila, serena, pacificada sabendo que um companheiro seu, uma companheira sua está mendigando esperança e autoestima. E foi assim que nós começamos uma amizade que durou até o seu último suspiro no Hospital Sírio-Libanês lá em São Paulo.

Um dia ele me chama, em 2002, e estava prestes a começar o segundo turno para a eleição presidencial. Ele disse: "Washington, estou convidando cinco, seis pessoas e eu quero que você venha para ter uma reunião com o Presidente Lula. Eu já me dou o direito de chamá-lo de Presidente, porque não tem como mudar essa questão que já envolve o Brasil, que é fazer a volta da democracia". E aí eu disse: "Mas, Gushiken, qual é o objetivo da reunião?". "O objetivo é falarmos como nós imaginamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil daqui a quatro anos, 2006." "E você acha que eu tenho alguma coisa para contribuir?" "Bem, eu não acho, eu tenho certeza, eu quero que você vá."

Isso apenas mostra a grandiosidade, o pensamento livre e o sentimento de respeito ao pensamento do outro, do qual Gushiken era um ardoroso defensor. Ele caminhava entre nós, mas não havia uma distinção entre o Parlamentar Paim, entre o sindicalista Jacy, entre o militante Wagner Pinheiro ou entre a ativista dos direitos humanos Fernanda Otero. O Gushiken via em cada um o melhor que a pessoa tinha, e ele ia lá buscar o mel que cada pessoa carrega. (*Palmas.*)

E Gushiken dizia que esse mel era o mel dos ideais que elevam a condição humana.

Bem, a reunião aconteceu e foi maravilhosa. Estavam Iradj Roberto Eghrari, Shapoor Monadjem, Venus Pezeshk, Jorge Guerreiro e este que vos fala. Quando chegou a minha vez de falar, o Lula pergunta: "E você que é o mais jovem aqui...". Sim, gente, eu já fui jovem um dia, viu? (*Risos.*) Não é como o Paim que está sempre... O idealismo torna Paim com um teflon de juventude, de mocidade, o que mostra que as pessoas que têm idealismo nunca envelhecem, porque os ideais continuam sempre firmes, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vão dizer que eu estou na década de 70.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO – De 70. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem aprofundar um pouco mais.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO – Uma vez eu fui dar uma aula magna aqui na Unieuro para os cursos de Direito. Eu entrei lá e vi aquela juventude toda, Paim, com 20 anos, 17 anos, 22 anos, e fiquei imaginando aquelas pessoas pensando "o que esse velho veio aqui falar?" E não sei por que o sentimento na minha cabeça estava tão forte, que eu estava dizendo a eles: olha, vocês devem estar se perguntando o que esse velho veio aqui falar para vocês que são tão jovens. Mas eu quero dizer a vocês que, se vocês forem felizes na vida, vocês chegam até a minha idade, porque o contrário é morrer cedo. E eu acredito que a mesma coisa acontece com as pessoas que lutam pelos direitos da dignidade humana. Elas simplesmente são imbatíveis, porque aquilo que dá um sentido à vida delas também dá um sentido à morte delas. E um exemplo perfeito, Paim, Fernanda e Jacy, é o próprio Gushiken. Há dez anos não está mais entre a gente, mas o que ele fez, as ideias que ele propugnou, as bandeiras que ele levantou e as pessoas que ele insuflou em massa para transformar a realidade social continuam vigentes talvez como nunca antes.

E aí, volto só para concluir e dar um desfecho, o Presidente, então, Lula, que ainda faltava alguns dias para o segundo turno de 2002, queria saber o que deveria ser a marca de seu Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso a vocês que até aquele momento eu não tinha pensado, mas tinha ouvido as outras cinco, seis pessoas que estavam falando e me veio, naquele momento, uma ideia e falei: Presidente, a marca do seu Governo tem que ser elevar a autoestima do povo brasileiro. O povo está alquebrado, o povo está sem visão de seu próprio futuro, as pessoas estão dependendo de vale-leite, de vale-gás, as pessoas estão engrossando as filas do osso – isso já naquele tempo – e estão também engrossando as filas dos desempregos. E elevar a autoestima vai ser tudo. E ele me fez a pergunta que não quer calar: "Como fazer para elevar a autoestima?". Eu disse: "Bem, eu não sei exatamente como é que vai ser o Governo do senhor e, se eu perguntar, o senhor vai dizer que ainda não sabe, mas o caminho se faz caminhando".

Três meses depois, Gushiken me liga: "Washington, dá para você dar um pulo aqui na Secom? Precisamos ter uma conversa".

(*Soa a campainha.*)

O SR. WASHINGTON ARAÚJO – E ele pergunta: "Como é que a gente faz para elevar a autoestima? Esse é um assunto por que o Presidente se interessou e pediu a mim, quando eu fui designado Ministro-Chefe da Secom". Eu disse: "Elevar a autoestima é mostrar que o brasileiro não desiste e que o brasileiro pode continuar e que nós temos que ir para cima. E esse para cima é lutar contra toda forma de injustiça". E como é que a gente faz isso?

Bem, Paim, você é do Rio Grande do Sul, eu sou do Rio Grande do Norte; eu sou o gaúcho do Norte, e você é o nordestino do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com muito orgulho.

O SR. WASHINGTON ARAÚJO – E eu naquele momento falei: "Luís da Câmara Cascudo, talvez o potiguar mais ilustre, o Papa-Jerimum mais ilustre, havia dito que o maior tesouro de uma nação é o seu povo. Você não acha, Gushiken, que o melhor do Brasil é o brasileiro?" E ali nascia a campanha "O melhor do Brasil é o brasileiro".

Bem, Gushiken foi uma figura solar. Ele, até nos últimos momentos no hospital – e, ora, foram dezenas de internações no hospital, vocês sabem disso, nós sabemos disso – , lutou com tanta honra, com tanta dignidade, com tanta bravura, que eu fico emocionado em saber que fui contemporâneo dele, porque existem pessoas, Paim, que a gente se sente feliz por apenas ter vivido em seu mesmo tempo. E o Gushiken imaginava uma nova ordem, que, por sinal, é o título tão feliz que a Fernanda Otero, aqui ao lado, escolheu para essa obra, com 67 autores: está o Lula, está a Dilma, está o Jacy Afonso, o Wagner Pinheiro, o Senador Paulo Paim, a Fernanda. Eu, talvez o menos qualificado, também estou lá escrevendo uma parte. Mas ele pensava que nós podíamos imaginar o mundo com um parlamento mundial, com um executivo mundial e com um judiciário mundial, de trás para frente. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia do Gushiken, o judiciário deveria ser aquele judiciário que olha as pessoas, procurando o seu elo mais fraco, porque toda corrente só se quebra quando o elo mais fraco se rompe e deixa de ser corrente. O Gushiken achava que um judiciário mundial poderia fazer o que a ONU não faz com a guerra na Ucrânia, com a guerra em Gaza e com mais dezenas de guerras no continente africano, na Ásia. Ele achava que deveria ser uma ONU empoderada e que não deveria ter cinco países para defender a paz que, no entanto, são os cinco países que mais produzem e fabricam armamentos, o que é uma contradição paralisante, não é, Senador? Como é que os cinco países do Conselho de Segurança que têm direito a veto podem ser os cinco maiores fabricantes de arma do planeta? E armas só existem se puderem ser vendidas e só estão nas mãos se puderem ser lutadas. Ele imaginava um legislativo mundial em que as pessoas procurassem o bem-estar do povo, porque ele dizia: "O que infelicita a parte infelicita o todo". E ele pensava, então, num executivo mundial em que todas as nações tivessem de forma equânime sua representação universal e democrática.

Eu termino essas palavras, agradeço o gentil momento em que o Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, que tanto nos honra... Há tantos anos trabalhando com direitos humanos e, quando eu vejo uma causa surgir em algum grotão deste país, eu penso: não demorará muito e estará na Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paim. E dito e feito. Sempre tem sido dessa forma e me sinto muito orgulhoso em atender o seu convite.

Fica um abraço a todos e peço: voltem seus olhos para o pensamento de Gushiken, porque o Gushiken caminhava com pés práticos no caminho do idealismo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito bem, Washington Araújo, jornalista, escritor, que fez uma bela fala, citando momentos, inclusive, em vida do nosso querido Gushiken. Nós todos tivemos a alegria, o prazer de beber da fonte da inteligência dele. Ele foi fundamental na Constituinte para manter o grupo todo unido, ampliando para além dos Parlamentares do PT. Então eu estou muito feliz. Os elogios que você fez a mim, eu os debito na conta da nossa amizade. Somos todos da mesma época, então somos muito próximos uns dos outros. Muito bem.

Eu só pergunto agora, nesse encaminhamento, se fala primeiro a Fernanda ou se fala... E tem que ver se o Ricardo Benzoini está em condição de entrar, o vídeo dele. (*Pausa.*)

Vamos tentar? (*Pausa.*)

O SR. RICARDO BERZOINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, companheiro Senador Paulo Paim, companheira Fernanda e todos aqueles que acompanham, presencialmente ou pela internet, esta audiência pública em homenagem ao companheiro Luiz Gushiken.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gushiken faleceu há 10 anos, mas suas ideias e lembranças continuam entre nós. Um grande companheiro que construiu o Partido dos Trabalhadores, construiu a vitória, em 2002, do Presidente Lula, teve um papel fundamental nas reflexões da esquerda brasileira. Homenageá-lo significa, na verdade, reconhecer que a sua trajetória marcou de maneira profunda, de maneira muito criativa e diferenciada a história da construção da representação sindical e partidária dos trabalhadores no Brasil.

Por isso, meu abraço à família, meu abraço ao Senador que tomou esta iniciativa e à Fernanda, que tem sido incansável para marcar o lançamento do livro que fizemos em memória do Gushiken e para registrar a importância da sua atividade política e da sua presença como ser humano na vida de todos nós.

Um grande abraço.

Viva Luiz Gushiken!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viva Luiz Gushiken! E viva também Ricardo Berzoini por essa gravação que ele fez com muito carinho para a nossa audiência de hoje. Viva Ricardo Berzoini! (*Palmas.*)

Neste momento eu vou passar a palavra para o nosso também convidado Dr. Wagner Pinheiro.

O SR. WAGNER PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim.

Muito obrigado pela deferência – doutor, não; só um economista, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não deixa de ser um doutor na área da economia.

O SR. WAGNER PINHEIRO – Bondade sua, Senador.

Querido Senador Paim, é uma alegria para todos nós, como eles estão dizendo aqui, e para os que estão nos assistindo também pela TV Senado o senhor fazer esta homenagem ao nosso grande e eterno Luiz Gushiken.

Quero cumprimentar a nossa querida Fernanda. Tudo que já disseram a seu respeito, Fernanda... Você é fantástica. Por isso que você está fazendo pela memória do Gushiken a gente tem que agradecer-lhe por toda a nossa vida. A nossa militância, a história do PT, a história da CUT... Você agora, definitivamente, faz parte da história do PT e da CUT, porque fez isso. Sem você, nenhum dos 67 teria escrito.

Washington, querido companheiro, amigo também; Jacy, já falei de você, meu Presidente aqui no DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero falar duas histórias: uma é do Gushiken; outra é do Senador Paim e eu quando fui Presidente dos Correios, Senador. Vou falar rapidinho.

Com o Senador Paim, a gente estava fazendo uma legislação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho uma boa memória daquele tempo, memória positiva, de um momento de greve, me permita que eu diga. O Presidente Lula estava num comício, e a categoria me dá aquela pressão legítima: "o homem está no palanque, vai lá e fala com ele, Senador". Aí eu fui lá falar com ele.

Mas continue agora...

O SR. WAGNER PINHEIRO – Mas, enfim, eu conheci o Gushiken no Banespa. Eu também fui banespiano privatizado, eu sou bancário de origem. Aí, quando comecei a militar, eu fui assessor da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo durante o Governo do Luiz Fleury, lá estavam os nossos companheiros Chinaglia, João Paulo Cunha, Professor Luizinho, Luizinho Azevedo, nosso companheiro bancário, e outros tantos. Nós tínhamos uma grande bancada de petistas lá.

Aí, o Gushiken falou: "Passa a acompanhar fundo de pensão, Wagner". Eu, como economista lá do Banespa – o Banespa tem, até hoje, esse fundo, Banesprev –, passei a acompanhar; os sindicatos dos bancários e os sindicatos cutistas ajudaram a me eleger no Comitê de Investimentos do Banesprev. Depois, com o apoio, óbvio, sempre dos nossos companheiros Parlamentares do PT, mas sempre firme Gushiken e Luizinho Azevedo, principalmente, mas Augusto Campos, Jacy, aqui em Brasília, todo mundo ajudando a gente a eleger nossos companheiros... Eu fui eleito também Diretor Financeiro e de Investimentos do Banesprev, fiquei lá quatro anos.

O Presidente eleito... Bom, ainda teve uma comissão durante a campanha junto à Bolsa de Valores, aí o Gushiken chamou Sérgio Rosa, eu e João Vaccari: "Vocês têm que participar juntos, porque vocês são desse ramo". O Vaccari era pelos bancários, porque ele era o Presidente do Sindicato dos Bancários. E tem que lembrar, infelizmente, hoje em dia, para a tristeza, porque, afinal de contas, na minha opinião, nos traiu, o Palocci no grupo. Discutimos com a Bolsa de Valores durante a campanha para falar da disposição de aproximação e de construção de um novo mercado de capitais do Brasil voltado para o Brasil todo. Gushiken chamou o Sérgio Rosa e eu: "Vocês vão participar, porque vocês são de fundo de pensão".

Na transição, vim trabalhar aqui também, e o Ricardo Berzoini, na formação do governo, falou: "Você vai ser meu Secretário-Executivo". "Com o maior prazer, Berzoini; lógico, meu querido Berzoini". Imagina ficar junto ao aconchego dos bancários! Fui lá falar para o Gushiken e ele falou assim: "Você está pensando que a gente investe o que investe em uma pessoa como você, elege você duas vezes, três vezes, para você ficar juntinho com o Berzoini e fazer só a política dos bancários na previdência e no governo? Está bom, mas ficar pertinho para ficar no bem-bom? Você vai para fundo de pensão, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai ter que trabalhar em um dos fundos de pensão que o governo indica, porque você foi de fundo de pensão. Nós não gastamos esforço, dinheiro, cabeça, perna, para você, agora que sabe de fundo de pensão, não ir para fundo de pensão". Até o último dia, eu brigando para não ir, ele me chamou no 2 de janeiro, depois da posse dele, e falou assim... "Ô, Gush, acabei de ir à posse do Berzoini, e o Berzoini voltou a falar: 'Fala com o Gushiken que você quer ir'". Ele falou: "Você não vai para lá, então você não vai para o governo, ou você vai me obrigar, no dia 2 de janeiro, a ligar para o Presidente Lula, e ele lhe dar uma esfrega dizendo que você não vai trabalhar com o Berzoini e vai trabalhar no fundo de pensão a que a gente determinar que você vá". "Não, está bom, Gushiken. Entendi, tudo bem." E fiquei oito anos presidindo a Petros, sempre com o apoio do Gushiken, dos nossos companheiros da FUP. Fantástico, imagina um cara de fora dos petroleiros presidindo a Petros, sempre com o apoio incansável de todo o nosso time do PT e em especial, quero repetir, dos companheiros da FUP, dos companheiros bancários – mas, lá, no dia a dia, dos companheiros da FUP...

Então, foi uma alegria muito grande essa tarefa que o Gushiken me deu. O Presidente Lula sempre deu total apoio para todos nós que ficamos nos fundos de pensão por ordem e orientação do governo. E a gente tem só histórias maravilhosas, apesar de que nós somos alvo, até hoje, de ações jurídicas do imbróglio da perseguição política e jurídica contra todo o nosso grupo, que geriu este país durante 13 anos. Eu tenho ações da Petros até hoje, Senador Paim, até hoje.

E no último dia que eu conversei com o Gushiken, no Sírio-Libanês, como o Washington já contou, ele chamou todos nós para se despedir, ou todos que puderam ir, às vezes nem dava para uma pessoa ir ou não. Eu estava – estou – no meu segundo casamento. A minha esposa estava para ganhar neném e já se sabia o nome: é o Téo, que hoje tem 10 anos. O Gushiken falou assim: "Wagner, dos seus grandes você já cuidou, agora cuide muito do Téo". Olha que coisa, não é? (*Palmas.*)

Gushiken, maravilhoso, nos deixou em 13 de setembro, e o Téo nasceu em 28 de setembro.

Enfim, é isso. O Gushiken é maravilhoso, é tudo que eu sei na política. Em tudo que eu fiz de bom na política e nas gestões tem o dedo do Gushiken. Tem também o dedo do Luizinho Azevedo, um grande companheiro. E o que eu fiz de errado fui eu que fiz de besteira, porque a gente erra às vezes, não é?

E, com o senhor, Senador Paim, foi o seguinte: eu era Presidente dos Correios, e a Presidenta Dilma trouxe um projeto de lei para a gente atualizar o Estatuto dos Correios. E os nossos companheiros ecetistas achavam que a gente estava preparando para privatização. Então, eles estavam brigando feio e tal, e nós aprovamos na Câmara e foi para o Senado. E a gente foi fazer um debate na Liderança do PT e eu – até aproveito, porque hoje vai ser um dia bem bacana para mim. Além de a gente homenagear o Gushiken, vou falar isso que eu quero falar para o Senador – estava empolgado, não sei o quê. Aí eu fiz um comentário sobre o que, sinceramente, depois eu refleti. O Luizinho Azevedo, junto comigo, falou: "Não, Wagner, é que é o jeito que você fez o Senador Paim é que achou..." E eu fiz um comentário que o Senador falou assim: "Vem cá, ninguém vai impor nada ao Senado, não. Eu vou embora dessa reunião".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falei: "Não, pelo amor de Deus, Senador. Não vá embora, não. Eu talvez tenha me expressado mal, Senador".

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. WAGNER PINHEIRO – Ele me deu uma bronca. E realmente eu devo ter me expressado mal – viu, Senador? –, porque, imagine, eu tenho o maior orgulho dos Senadores que o PT já elegeu nessa história toda, de quarenta e tantos anos.

Mas eu sempre digo, quando eu encontro com o Senador Suplicy, que eu acho que tem pouquíssimos Senadores – com o maior respeito a todos os nossos demais companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras – cuja vida é pelos trabalhadores, é pela gente pobre. Sinceramente, é a minha opinião. Isso é opinião pessoal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER PINHEIRO – São duas pessoas: o Senador Suplicy, que fez coisas que a gente nem acredita, de acampar com o MST, não é, Senador? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até hoje ele nos liga: "Paim, abre o olho naquele projeto lá". (*Risos.*)

O SR. WAGNER PINHEIRO – É fantástico. E o Senador Paim, que foi Deputado Federal, como nosso Parlamentar desde a Constituinte, cuja vida é a vida da representação do povo pobre trabalhador do Brasil.

Então, é uma alegria enorme poder participar dessa sessão em homenagem ao nosso querido Luiz Gushiken, que há 10 anos nos deixou, e aproveitar para fazer uma referência ao senhor, Senador.

E, Fernanda, para encerrar, parabéns! Você é maravilhosa! Você é maravilhosa! E eu não escrevi nada nesse livro por questões pessoais, íntimas, que eu jamais vou falar publicamente, porque eu jamais vou querer deixar uma história ruim com o sobrenome Gushiken. Então, eu não escrevi por razões eminentemente pessoais, mas eu não vou, muito menos aqui em público, expressar essa questão pessoal, para não haver, de maneira nenhuma, nenhuma confusão com o sobrenome Gushiken.

Um abraço a vocês. Tudo de bom. Parabéns!

Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais do que nunca, agora, parabéns, Dr. Wagner Pinheiro. Bela exposição! (*Palmas.*)

O SR. JACY AFONSO (*Fora do microfone*.) – Eu peço licença...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como? Agora?

O SR. JACY AFONSO – Não, eu peço licença. Eu tinha um compromisso e a Fernanda me convocou. Eu tive que ajeitar minha agenda e eu estou no limite aqui.

Obrigado, Paim. Vamos cuidar dos brasileiros no exterior, esse é um tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou acertado já, vamos fazer essa audiência e você está convocado.

Eles estão pedindo aqui, antes que você saia, para tirarmos uma foto, e o doutor vem aqui para a mesa.

A SRA. FERNANDA OTERO (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Venham para cá também os que vão entrar na próxima mesa. É um momento histórico. E já fica a foto das duas audiências.

E cada um com o livrinho na mão, ainda. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Então, com enorme satisfação, passamos a palavra neste momento para a jornalista Fernanda Otero, a grande construtora desse livro.

A SRA. FERNANDA OTERO (Para expor.) – Bom, Senador, eu estou tão emocionada, tão honrada, tão feliz, tão comovida de estar aqui ao seu lado, em primeiro lugar, porque o senhor é um símbolo do Partido dos Trabalhadores e nos honra grandemente. Então, é um prazer enorme estar nesta Casa, no Senado. E estar ao seu lado, com V. Exa. sentado à minha direita, é uma coisa incrível.

Obrigada demais. Muito obrigada por ter aberto a porta da Casa do Povo para a gente, nesta manhã de segunda-feira.

Cumprimento quem está assistindo a gente pela internet, porque eu já vi que tem aí audiência. E é muito legal que a gente possa estar nesse espaço tão complicado, que é o YouTube, atualmente. Então, a TV Senado transmitir é muito importante e é muito bom que a gente possa estar aqui hoje.

Cumprimento o Senador Paulo Paim. Cumprimento todo mundo que está presente. Pessoal da Educafro, é muito bom ver vocês aqui também. Muito obrigada por estarem prestigiando o lançamento no Senado do *A Nova Ordem – Luiz Gushiken*.

Eu vou ler, porque eu preciso dizer tudo que tem que ser dito e eu não quero esquecer nada. Portanto, eu vou fazer essa leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gushiken fez história por onde passou. A sua atuação ficou registrada na nova ordem proposta pelo Congresso da Classe Trabalhadora, nos idos de 1981, que abriu o caminho para que os bancários, metalúrgicos, médicos, professores e tantos outros e outras, trabalhadores e trabalhadoras se juntassem em torno da ideia de uma central sindical.

Dois anos mais tarde, em 1983, nascia a Central Única dos Trabalhadores, que comemorou 40 anos este ano, como já foi mencionado pelo Jacy Afonso. Os livros dizem e dirão que é a central que revolucionou a história do sindicalismo brasileiro. A greve dos bancários de 1985 ainda é considerada uma das maiores da categoria, e a paralisação nacional só foi possível graças a uma construção coletiva de norte a sul do país.

Gushiken foi eleito Deputado constituinte em 1986, num processo natural. A sua liderança e o seu poder da articulação ganharam destaque e ele se consagrou como um dos principais líderes que atuaram pelo restabelecimento da democracia e pela defesa da classe trabalhadora.

Em 1989, ele teve papel de destaque na campanha presidencial que levou o candidato Luiz Inácio ao segundo turno. Aqueles que temiam e ainda temem uma nova ordem e um modo petista de governar deram um jeitinho de derrotar Lula no segundo turno, para que vencesse o outro candidato do *establishment*, e perdermos aquela eleição, que já trazia as práticas de *fake news* atuais.

Luiz Gushiken era um articulador sempre pronto ao diálogo e uma das suas grandes qualidades era a capacidade de interagir com os divergentes. Foi ele que conseguiu um acordo com testemunhas do fato de uma construção para a eleição do Presidente Lula em 2002.

Eu gostaria agora de pedir para que a gente assistisse a um vídeo – a gente vai ouvir aqui dois momentos. A gente preparou um vídeo para ouvir o próprio Gushiken falando sobre esse período inicial da atividade sindical no Brasil.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA OTERO – Muito obrigada.

Eu vou voltar à minha leitura aqui, gente.

A inspiração... Quando o Gushiken assumiu a Secretaria de Comunicação, ele criou a mais bem-sucedida campanha publicitária do Governo Federal no primeiro ciclo Lula. Com a sua habilidade de articulação, ele convenceu os barões da propaganda, nessa história que o Washington já contou para a gente como surgiu, para que as campanhas utilizassem uma frase.

E parece que eu estou exagerando, mas o fato é que ele pregava que a gente não podia pensar pequeno, não poderíamos chegar longe se a gente pensasse pequeno. E o Brasil, este país continental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gigante pela própria natureza, que ele tanto defendia e valorizava, aprendeu a dar valor ao seu bem mais precioso, que é o seu povo.

A grande mídia e os interesses escusos do capital, somados a atores que queriam retrocesso, encontraram uma forma de aniquilar o seu trabalho, de tentar aniquilar o seu trabalho. Em 2005, nascia a farsa do mensalão. Sua altivez durante o depoimento da CPI dos Correios reverberou as palavras do pernambucano Gregório Bezerra, pois Gushiken também era feito de ferro e de flores, e acabou temido pelos fascistas que o acusaram injustamente.

Em 2012, o STF acabou absolvendo nosso companheiro sete anos depois das denúncias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA OTERO – Ele não deveria nunca ter sido absolvido, mas deveria, sim, ter sido inocentado, pois ele jamais foi responsável por nenhum malfeito.

Em setembro de 2013, Gushiken estava fragilizado pela doença que o levaria desta vida para que ele entrasse para a história. Gushiken manteve-se motivado até seus últimos momentos. E temos a sorte de receber das mãos da companheira Selma Rocha as reflexões que o inquietavam após o fatídico junho de 2013. Ele identificava movimentos fascistas e redutos de violência. É nossa tarefa atender o seu chamado e manter-nos atentos e em pé. Leiam as suas palavras. Reflitam.

Quando ele pede que o PT se reencontre com a sua fase heroica, não está pedindo que sejamos apenas coadjuvantes das ações positivas e da coragem e competência de Lula. Ele nos conclama, como petistas, a recuperar as nossas origens, ocupar as ruas, ladeiras, salões e espaços comunitários e nos reaproximar das nossas bases sociais.

A sua reflexão sobre a democracia direta não se transformar em um instrumento ideológico contra a democracia representativa merece um estudo aprofundado de nossa parte, pois já começaram os embates em torno das eleições de 2026.

Uma indelével marca das imagens desoladoras da pandemia, que eu vivi tão intensamente em 2020, sozinha e morando em outro país, nunca mais será esquecida: uma governança global combateu o vírus em uma ação conjunta em vários lugares. Essas cicatrizes servem para alimentar as ações de retomada e reconstrução.

O Brasil está de volta. O Brasil voltou. A saúde está de volta, a ciência está de volta e o Brasil voltou aos olhos do mundo.

O legado do humanista Luiz Gushiken está presente na nova ordem que ele nos apresentou. A sua generosidade em acolher, confiar, orientar, corrigir está registrada nos relatos que nos chegaram através das mãos generosas dos companheiros e companheiras que participaram deste livro, cujos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nomes eu vou ler, de cada um, agora: Adacir Reis, Alencar Ferreira, Alexandre Maimoni, Aloizio Mercadante, Analu Camargo, Ana Júlia Carepa, Antonio Lassance, Ari Galvão, Arlindo Chinaglia, Avelino Ganzer, Betão Moschkovich... São 67 autores. Eu vou interromper a leitura – peço perdão – para poder não prologar muito a minha fala.

O Gushiken era um entusiasta da soberania, mas não da soberania mesquinha; da solidariedade e da união. Eu posso afirmar que as falas do Presidente Lula trazem a influência de Luiz Gushiken. Agora, finalmente, Lula possui o triplex na Presidência do Mercosul, do G20 e na Presidência do Brasil. Foi um orgulho assistir ao Presidente Lula passar a palavra a uma representante da floresta para ocupar aquela tribuna e ler o seu discurso.

Agora eu peço licença para vocês para falar um pouco sobre a minha experiência pessoal enquanto assessora do Gushiken. Eu tive a oportunidade de morar na Irlanda nos últimos oito anos e, sob a influência do Gushiken, exerci a experiência de ser uma cidadã do mundo. Os relatos das humilhações a que foi submetida a família dos "okinawanos" que vieram ao Brasil, porque o Gushiken é descendente de "okinawanos", dentro e fora do seu território, se repetem diariamente com os brasileiros espalhados pelo mundo, mas a gente encontra a motivação para nos organizar e superar as dificuldades.

Nesse sentido, a gente promoveu uma militância que elegeu o Presidente Lula em 2022 com uma das maiores votações – a Irlanda deu mais de 8 mil votos ao Presidente Lula – e a gente promoveu a denúncia do golpe que estava acontecendo no Brasil à Presidenta Dilma em 2016. A partir desse trabalho, a gente provou que estava do lado certo da história e a gente conseguiu eleger o Presidente Lula.

Eu preciso agradecer a todas as pessoas que participaram, que ajudaram a construir este livro. Eu agradeço imensamente a essa pessoa que está sentada do meu lado, Washington Araújo, porque, na primeira conversa que a gente teve quando apareceu a proposta de fazer o livro, ele me disse: "Fernanda, você vai fazer isso desse jeito que vai dar certo".

E deu certo. Deu tudo certo! E foi o Washington que ajudou. Obrigada, Washington! (*Palmas.*)

Eu agradeço imensamente ao Paulo Okamotto, Presidente da Fundação Perseu Abramo, e à equipe da fundação, que nos ajudou, nos orientou e nos guiou; ao Instituto Lula; ao Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, Eduardo Araújo; à Presidente Neiva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo; ao Deputado Arlindo Chinaglia e a seus funcionários; ao PT Alesp; à equipe de comunicação da TVPT, do Partido dos Trabalhadores.

A gente está gravando um *audiobook*, Senador, para que esse livro chegue mais longe, e é um trabalho que foi realizado em parceria com o Instituto Nova União da Arte, do companheiro Valter Camera, e também com a equipe de comunicação do Partido dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito à Fecesc, de Santa Catarina; ao companheiro Luiz Azevedo, que organizou um grupo para que a gente pudesse se reunir e fazer esse trabalho; ao Ricardo Berzoini, que foi fundamental também para que eu tivesse confiança de que eu devia seguir nesse caminho; às equipes do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que fizeram a contribuição com os textos; aos meus amigos pessoais Eurípedes Balsanulfo e Elis Cordeiro; ao meu filho, Gaudiê Otero; à Biancka Miranda, uma grande amiga; aos companheiros Jorge Perez, à sua companheira Célia e ao Paulo Ubiratan, de Pernambuco, que abriram as portas para a gente estar junto.

Eu vou encerrar trazendo uma fala do Gushiken, quando ele promoveu em 1992 uma sessão solene em homenagem à fé *baha'i*. Nessa sessão solene, ele apresenta as ideias da nova ordem que ele propõe.

Antes de fazer essa exibição, porque eu quero muito que a gente ouça a voz do Gushiken... Ou será que a gente passa primeiro? A gente passa primeiro. Vamos ouvir a voz do Gushiken, depois eu retomo para falar duas coisas.

(*Procede-se à reprodução de áudio.)*

A SRA. FERNANDA OTERO – O conceito de cidadão nacional tem que ser estendido ao conceito de cidadão do mundo! (*Palmas.*)

Eu vou aproveitar a oportunidade, Senador, em que estou aqui na sua companhia, já que o Jacy Afonso introduziu a questão... (*Pausa.*)

E, daí, o Jacy Afonso trouxe para o senhor aqui, Senador... Eu acompanhei uma audiência que o senhor realizou – eu estava na Irlanda – no final do ano passado, se eu não me engano, sobre a situação dos brasileiros morando no exterior. Somos 600 mil brasileiros. E, na condição de uma pessoa que tem uma casa na Irlanda e uma casa em Indaiatuba, eu vejo uma perspectiva de que o Partido dos Trabalhadores tem a possibilidade de criar uma nova cidadania, porque a gente pode exercer uma cidadania plena no local onde a gente vive, como brasileiro emigrado, com as ideias do Partido dos Trabalhadores, e a gente precisa votar para os Parlamentares também. Somos quase 5 milhões; somos 600 mil eleitores morando fora do Brasil. Então, essa construção é viável, é possível e o PT tem a condição de fazer isso.

Eu acho que é uma honra muito grande quando a gente está fora do Brasil e quando a gente tem a possibilidade de apresentar essa potência que é o Partido dos Trabalhadores num país como o nosso. E eu acho que, aqui no Senado, já passou uma PEC para que a gente pudesse votar e ela pode ser recuperada. Então, a gente está à disposição para ajudar nessa construção, e eu acho que vai ser muito importante para que a gente, então, crie uma nova ordem mundial, proposta pelo Luiz Gushiken através do Partido dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço demais estar aqui, hoje, na sua presença, na sua companhia.

Muito obrigada pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! A jornalista Fernanda Otero, a grande construtora desse livro, já deu um passo à frente.

Quer dizer que já teve uma PEC com esse objetivo?

A SRA. FERNANDA OTERO (*Fora do microfone*.) – Do Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Cristovam Buarque. Então, nós vamos recuperar a PEC e vamos reapresentá-la.

A SRA. FERNANDA OTERO (*Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Queria agradecer muito a presença de vocês nesta homenagem ao nosso – nosso, não digo só meu, eu ia dizer "meu amigo" –, ao nosso amigo Luiz Gushiken, que, infelizmente, perdemos muito cedo.

E lembro que eu surjo também no movimento sindical naquela época. E me lembro: o Sindicato dos Bancários e o Sindicato de São Bernardo ajudaram muito para que aquela humilde oposiçãozinha, lá de Canoas, nos elegesse, então, presidente do sindicato. E, em seguida, presidente da... Naquele tempo, tínhamos uma central única no Rio Grande do Sul. Todos estavam numa central. Daí, fomos para... Até eu me lembrei de você agora, viu? Daí, fomos para São Paulo, na fundação da CUT, e, claro, eu representando o Rio Grande do Sul. E diz: "Olha, o movimento sindical resolveu criar uma, duas, três centrais...". Àquela época, já tinha essa discussão e nós estávamos fundando a CUT. E eu fui, claro, liderando a bancada gaúcha. E, na hora de eleger o presidente, o secretário e o vice, que eram os três cargos mais importantes – por isso que eu me lembrei de você –, daí eles: "É; a presidência fica com ciclano" – por estado, não é? –, "a outra fica com o Rio e a outra vai ter que ficar com o Nordeste". E eu disse, ali na conversa... Fiz o mesmo ato. Disse: "Então, a bancada do Rio Grande do Sul está se retirando". Peguei o meu crachá e só ameacei, mas eu não ia rasgar mesmo. Eu só ameacei, dizendo: "Estamos indo embora". Lembrei-me de você. Daí, o Olívio falou: "O que é isso, Paim? Afinal, que cargo tu queres?" Eu não quero nada, mas o Rio Grande do Sul vai ter que ficar num desses três. Aí, bateram o martelo, fizeram o acordo e votação por unanimidade. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu me lembrei de você agora.

É coisa bem do Paim mesmo!

Mas olha, pessoal, viajei no tempo aqui. Foi muito bom! Fiquei muito feliz com este momento aqui da história, claro, com a tristeza de perder o Gushiken, mas vendo esse trabalho belíssimo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula, com toda a sua equipe, está fazendo e que você, Fernanda, soube, nesse livro aqui – ouviu, Asthego? –, com muita competência, nesse livro dela...

A SRA. FERNANDA OTERO (*Fora do microfone*.) – Pode fazer *download*! Esqueci de dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maravilha! Maravilha!

Fala aí no microfone.

A SRA. FERNANDA OTERO – Ao pessoal que está assistindo, também é bom dizer que ele está disponível no *site* da Fundação Perseu Abramo. Se você acessar www.fpabramo.org.br, na estante, você vai encontrar o livro disponível para *download*. E a gente está fazendo uma nova edição e vamos mandar para todas as universidades do Brasil, para todas as centrais, para todos os diretórios do PT. Então, o livro está disponível para *download*. Por favor, leiam *A Nova Ordem – Luiz Gushiken*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Vida longa às ideias de Luiz Gushiken! (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA OTERO (*Fora do microfone*.) – Luiz Gushiken, presente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presente!

Assim, encerramos esta primeira parte da nossa Comissão de Direitos Humanos e vamos, em seguida, para a segunda parte.

Só vou me despedir aqui da moçada. (*Pausa.*)

Iniciamos a segunda parte da nossa reunião, que vai ser esta audiência pública já combinada, realizada nos termos do Requerimento n° 101, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater proteção aos direitos de minorias e combate à discriminação.

Convidamos para a mesa Marcia Pereira da Silva, graduanda da Escola de Políticas Públicas e Governo, da Fundação Getúlio Vargas, representando a Educafro – seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convidamos a Assessora Nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Está presente? (*Pausa.*)

Angela Pires Terto? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está.

Então, vamos...

Quem é que vai... Ah, tá!

Vamos para as videoconferências: Claude Cahn, Oficial de Direitos Humanos do Acnudh; Jim Fitzgerald, Diretor da Equal Rights Trust; Charlene da Silva Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU); Arquias Cruz, representante da Conectas Direitos Humanos; Isadora Brandão, Secretária Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.

Antes de chamar o Claude, Oficial de Direitos Humanos da Acnudh em Genebra e Chefe da Seção de Temas Indígenas e Minorias, eu vou abrir os trabalhos com a Dra. Marcia Pereira da Silva – e não diga que você não é doutora; tem que ser nem que não seja, mas é –, graduanda da Escola de Políticas Públicas e Governo, da Fundação Getúlio Vargas, representando a Educafro.

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá, Dra. Marcia! Você abre.

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paim.

Eu inicio a minha fala fazendo a minha autodescrição: sou uma mulher negra, de cabelos curtos e crespos, uso calça, camiseta preta com o nome da Educafro e um *blazer* azul. Tudo muito simples, sem brincos, maquiagem; apenas óculos de leitura.

Bom dia a todas, todos e todes!

Eu gostaria de cumprimentar a mesa e todas as autoridades presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim, e de saudar a memória de Nego Bispo, que, ontem, se tornou um ancestral, mas continuará vivo pelo saber com que nos presenteou enquanto quilombola.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, ocupando o lugar de fala que, durante muito tempo, foi legado aos meus ancestrais. Hoje, com 48 anos de idade, não poderia imaginar me dirigir aos senhores não apenas como uma voz individual, mas como o eco de uma história compartilhada por muitos brasileiros.

A história da minha família é a narrativa de luta, resiliência e esperança entrelaçada pela diversidade existente em nosso país. Minha mãe, uma migrante nordestina, simboliza a jornada de incansáveis brasileiras e brasileiros que, em busca de melhores condições de vida, migraram para o Sudeste. Sua infância foi marcada pela necessidade, não pela escolha, e sua vida é um retrato da busca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incessante por oportunidades negadas às gerações anteriores. A minha mãe começou a trabalhar aos sete anos de idade, em situação análoga à escravidão.

Refletindo sobre o passado da minha família, eu sempre me perguntei: por que, apesar de trabalharem muito, nós não prosperávamos? Por que meus avós, agricultores habilidosos, enfrentavam fome no campo? E por que a educação, um direito básico, permanecia distante do alcance de minha mãe?

O acesso à educação é o principal motivo pelo qual eu estou aqui, e essa existência só é possível por causa da existência da Educafro e da luta incansável do Frei David.

Essas perguntas não são apenas minhas; elas ressoam na vida de milhões de brasileiros e me traziam uma inquietação.

O letramento racial que recebi na Educafro me levou a uma escolha consciente, movida por criar um impacto positivo na sociedade e mudar minha própria história.

Nesse momento, o aquilombamento e a Educafro fizeram toda a diferença na minha vida e digo: nós, como pessoas negras, como mulheres negras, precisamos nos aquilombar. Isso faz toda a diferença, nos permite estar vivas e vivos.

Por mais que eu sentisse que não seria capaz, não desistiram de mim. E, hoje, estou em Brasília, cursando Administração Pública na Escola de Políticas Públicas e Governo, da Fundação Getúlio Vargas, como mencionou o Senador Paim, e aqui falando para pessoas de todo o Brasil e do mundo. Por isso, reforço: não desistam das pessoas negras e do projeto de libertação do nosso povo, que segue inconcluído.

Peço a cada um de vocês que me ouvem, como representantes eleitos e guardiões dos direitos humanos, que reconheçam e abordem as desigualdades enraizadas em nossa sociedade; que trabalhem para garantir que histórias como a minha e de milhões de outros brasileiros sejam lembradas não por suas dificuldades, mas pela força e resiliência que demonstram. Não somos perfeitos e as oportunidades não são as mesmas para todos, mas devemos exercitar o aquilombar, o cuidado.

Defendo os direitos das chamadas minorias, mas que, sabemos, são potência. Façamos com que todas e todos sejam os melhores naquilo que sonham ser, seja na academia ou fora dela; que todos sejam capazes de contribuir com uma sociedade mais equânime, onde os direitos à educação, à justiça, à saúde e ao bem-estar não sejam privilégios, mas garantias universais. Caminhamos juntos.

Senhoras e senhores, hoje, o meu objetivo é ser parte da força que trabalha incansavelmente para atender eficientemente às demandas da nossa população, para garantir que as histórias, como a da minha família, sejam de superação e não de constante luta pela sobrevivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das certezas que eu tenho na vida é de que eu vou trabalhar muito até morrer. Então, eu gostaria que meu trabalho fizesse sentido e é por isso que eu estou aqui.

Não bastassem as dificuldades vividas pelo povo negro, ainda há aqueles que querem se aproveitar dos pouquíssimos direitos que conseguimos avançar e que devemos a homens e mulheres como o Senador Paulo Paim, o Deputado Orlando Silva, as Deputadas Federais Benedita da Silva e Dandara e tantos outros, aqui presentes ou não, como as cotas para negros em concursos e processos seletivos de ingresso no ensino superior. Sim! Sim, senhores, as cotas abrem portas!

Eu gostaria de compartilhar um dado com os senhores. Segundo informação publicada pela Fundação Roberto Marinho, como resultado da aprovação da Lei de Cotas, a proporção de pessoas negras matriculadas no ensino superior cresceu dez vezes desde 1982, enquanto as matrículas de estudantes brancos aumentaram em quatro vezes. Essa década marcou a primeira vez na história do Brasil em que a representatividade da população negra ultrapassou metade das matrículas no ensino superior, atingindo 50,3% e se aproximando do que é a composição da sociedade brasileira.

Não posso deixar de falar das inúmeras vezes que a Educafro, com seus professores e coordenadores, esteve aqui e desempenhou papel crucial nas mobilizações pela Lei de Cotas, mas eu também não posso deixar de reforçar uma denúncia: a fala sobre fraudes que ocorrem constantemente, seja no ingresso por cotas nas universidades, seja no ingresso por cotas no concurso público. Esta é uma das demandas, Senador Paulo Paim, as fraudes que vêm ocorrendo, o pedido de bancas de heteroidentificação mais qualificadas e a unificação do processo de heteroidentificação, que, salvo engano, cada concurso hoje faz à sua maneira, e isso fragiliza a política pública. As bancas de heteroidentificação em concursos públicos surgiram como uma resposta à necessidade de garantir a efetividade das políticas de cotas raciais no Brasil. Essas cotas visam promover a inclusão de pretos e pardos em espaços historicamente dominados por grupos privilegiados, espaços como universidades e cargos públicos. Entretanto, a implementação dessas cotas trouxe consigo o desafio de validar a autodeclaração racial dos candidatos para evitar fraudes e garantir que as vagas reservadas realmente beneficiem aqueles a que se destinam.

O fenômeno de pessoas que não são negras se autodeclararem como tal para se beneficiarem das cotas raciais é um problema sério. Ele não apenas subverte a intenção das políticas de ação afirmativa, mas também perpetua a desigualdade racial ao ocupar espaços que deveriam ser destinados àqueles que enfrentam desvantagens históricas e sociais devido à cor da sua pele.

Eu penso que bancas de heteroidentificação compostas por indivíduos, em sua maioria negros e qualificados, mas também diversos, poderia reduzir o problema. Essa é uma das propostas dos pleitos, feita pelo Frei David, através da Educafro, encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, e aqui eu venho reiterar essa demanda. Eu ia ler todas essas folhas, um calhamaço de 17 páginas, mas ouvindo os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores falarem e seguindo o conselho do Frei David, eu acho melhor falar do que é, do que a gente sente, do que a gente passa, de maneira mais objetiva.

A outra demanda que eu venho trazer ao senhor, Senador Paulo Paim, é sobre as políticas de permanência nas universidades. Os estudantes negros, pardos, pobres têm tido acesso a políticas de cotas nas universidades particulares e públicas, mas não têm política de permanência.

Eu gostaria de relatar a minha história pessoal. Surgiu a oportunidade de voltar a estudar, a Educafro trouxe para mim essa perspectiva. Eu sou bolsista integral na FGV, mas eu venho de outro estado e, quando eu aceitei a bolsa, eu não sabia onde eu ia morar, como eu ia fazer para me alimentar e até hoje é uma incerteza isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA – Embora a FGV disponibilize um auxílio permanência, ele é um auxílio permanência reembolsável e não atende todas as demandas da minha permanência aqui.

Então, as limitações são muitas e acabam impactando também a produtividade do estudante bolsista, a performance dele. E a evasão também é um custo, um ônus que eu creio que é dividido com toda a sociedade. Toda vez que um bolsista tem que desistir da sua oportunidade, isso gera custos. É uma questão também econômica cuidar desses bolsistas para que eles permaneçam na universidade, produzindo com qualidade.

Em respeito aos senhores, eu encurtei a minha fala também e peço desculpas pela minha inexperiência. Por último, mas não menos importante, vou falar dos indicadores de equidade racial.

Esses indicadores não existem. Eles são importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e também para a avaliação dessas políticas em andamento, para checar a eficiência e revisitar, assim como foi com o Bolsa Família no início, que foi uma política desenhada de uma forma e hoje se apresenta de outra. Inicialmente as pessoas recebiam uma cesta básica, e isso trazia um custo enorme na logística de transporte e afetava o comércio local. Então essa é uma política pública muito feliz, o Bolsa Família, ela foi revisitada e hoje todos sabem como funciona. Então, assim como o Bolsa Família, as políticas de cotas precisam ser revisitadas, precisam ser cuidadas para garantir a eficiência.

Eu gostaria, se o Senador me permite, de fazer alguns agradecimentos e mencionar os esforços da FGV em acolher a diversidade. Gostaria de agradecer ao grupo Negra, que é o Núcleo de Estudos Étnico-Raciais Guerreiro Ramos, formado na FGV por alunos em sua maioria negros e tutelado, orientado pela cientista política Graziella Testa. Meu muito obrigada.

Muito obrigada pela oportunidade de falar com os senhores. Eu espero ter conseguido transmitir de maneira simples, mas objetiva, os propósitos da minha vinda aqui. Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem, Dra. Marcia Pereira da Silva, graduada da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, representante da Educafro, do nosso querido Frei David. Pode saber que você foi muito bem, viu?

Sabe que numa oportunidade o Frei David esteve aqui com os 30 estudantes dele de lá. Aí, quando estava terminando a audiência pública, ele disse: "Tudo bem, Paim, mas eu estou aqui com alguns formandos, prontos para trabalhar. E tu não vais contratar nenhum?". Mas assim, ao vivo. Aí eu olhei para ele e disse: "Está bom, Frei David, escolhe aí um homem e mulher". E ele escolheu: foi o Thiago, que hoje trabalha com o Mercadante, e a Isabel, que trabalha comigo até hoje. Ambos vieram da Educafro. Sabe quanto tempo faz isso? Mais ou menos uns 15 ou 20 anos atrás já.

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA – Vou trazer meu currículo da próxima vez e deixar aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi muito interessante. E são muito competentes os dois, tanto que a Isabel está até hoje e o Thiago foi trabalhar no Governo Lula anterior e trabalhou também com o Mercadante, foi fundamental. Hoje ele está no BNDES, assessorando o Mercadante. E, claro, se ele saiu do gabinete há tanto tempo, já entrou outro no lugar dele, mas, sempre que surgirem vagas, claro, a gente tem essa preocupação com a diversidade. Posso dizer com alegria para vocês que no meu gabinete tem toda a diversidade, toda. Para não dizer que não tem toda mesmo, acho que falta um cigano lá, porque eu sou autor do Estatuto do Cigano também aqui. O resto todos estão representados, LGBTQIA+, a maioria lá são mulheres, negros, negras. Aquele lá atrás é do meu gabinete também, está vendo ali? Aquele que está com o celular lá é o bambambã das comunicações. Agora mesmo ele passou para todo o Brasil... Pode dizer aí, quais são os três que você passou? Diga aí o que eu pedi para você passar há um pouquinho tempo. Porque a maioria que está no meu celular não tinha recebido, claro, e vocês trabalham de forma ampla. Mas o que eu pedi para você passar em seguida no meu... Tem tudo a ver com este momento. Quais foram?

O SR. ASTHEGO CARLOS DE JESUS SILVA (*Fora do microfone*.) – Foi um vídeo sobre a sanção da Lei de Cotas, foi a homenagem que foi feita para o senhor lá no TST e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que era uma bancada... Fala no microfone. Se precisar, eu complemento aqui.

O SR. ASTHEGO CARLOS DE JESUS SILVA – Tá.

Foi feita uma publicação sobre a conquista histórica da Lei de Cotas, a homenagem que o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá no TST, só para complementar, eles escolheram para fazer uma homenagem do Tribunal Superior do Trabalho com juízes e juízas negros e negras de todo o Brasil e escolheram os quatro Constituintes negros, a bancada negra da época – Caó, Edmilson, eu e Benedita.

O SR. ASTHEGO CARLOS DE JESUS SILVA – Gente que Inspira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gente que Inspira! Foi um belo momento.

E o terceiro?

O SR. ASTHEGO CARLOS DE JESUS SILVA – Foi a Lei de Costas... Lei de Cotas; TST, Gente que Inspira; e o 20 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O 20 de novembro. Muito bem.

Esse é o Asthego, viu!

Pode comentar.

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA – Eu preciso dar um recado do Frei David, senão ele me mata.

Eu gostaria de aproveitar a abrangência da transmissão aqui para dizer que eu sou bolsista integral da Educafro e que a Educafro assiste esse acesso. Se você tiver interesse em começar a fazer o seu curso universitário e ter suporte, vocês devem acessar, por favor, www.educafro.org.br. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi dado o recado, viu! (*Palmas.*)

Vamos para as videoconferências. Vamos ver se está na tela já o Claude.

O Sr. Claude está na tela? Oficial de Direitos Humanos da Acnudh em Genebra e Chefe da Seção de Temas Indígenas e Minorias.

Claude Cahn.

O SR. CLAUDE CAHN (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Olá, boa tarde. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Escutamos. Por favor, Dr. Claude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDE CAHN (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Eu falarei brevemente.

Gostaria de falar um pouco sobre o *background* daquilo que estamos promovendo acerca de legislações abrangentes antidiscriminação, que são encabeçadas pelo nosso escritório de direitos humanos das Nações Unidas, em conjunto com *experts* da sociedade civil, que também estão conosco hoje. Nós temos o Jim Fitzgerald, Diretor da Equal Rights Trust.

Eles trouxeram a orientação ao Brasil mais cedo nesse ano, como resultado de grande entusiasmo de muitas instituições no Brasil, uma tradução desse guia, que agora está disponível em português, como resultado dos esforços. Então, nós estamos muito gratos por estarmos aqui nessa reunião e podermos discutir brevemente o guia e seu conteúdo, e também dizer que o material está disponível para uso pelos criadores de políticas brasileiras, para a sociedade civil, para os defensores dos direitos humanos, em português.

Brevemente sobre o *background* do guia, para o meu colega Jim Fitzgerald. O *background* é bem simples. A antidiscriminação é algo único, é um eixo central dos tratados de direitos humanos e também está no centro da ideia de todos sobre o direito. O tratamento igualitário é algo que cada pessoa precisa receber, como resultado de desenvolvimentos legais ao redor do mundo, algo que nós chamamos de movimento para legislação abrangente antidiscriminação. Esse é um movimento que tem o objetivo de dar um efeito maior às obrigações de direitos humanos internacionais em sistemas nacionais.

País após país adotou leis abrangentes para colocar nas mãos das pessoas a possibilidade de garantir o exercício da igualdade na prática e também para que elas possam agir por si mesmas quando acreditarem que sofreram discriminação. Agora, acreditamos que os países que, ao redor do mundo, adotaram leis abrangentes antidiscriminação estão ativamente no processo de discutir a adoção desse tipo de legislação, numa discussão nacional vibrante. O Brasil está, claramente, no último grupo mencionado: claramente, há uma discussão vibrante ocorrendo nacionalmente.

Nós estamos aqui com os nossos parceiros para tentar promover um apoio e também um esforço entre os criadores de leis para desenvolver um projeto de lei nesse sentido.

Esse guia, eu falarei brevemente sobre o seu desenvolvimento, tem o objetivo de resumir o estado atual da lei na região. Caso algum país queira adotar uma legislação abrangente antidiscriminação, esse guia poderá promover os detalhes daquilo que precisa estar presente numa lei desse tipo.

Nós desenvolvemos o guia, e isso levou por volta de três anos, nós buscamos muitas fontes diferentes e o colocamos sob a supervisão de um grupo de *experts* independentes para nos guiar quanto ao conteúdo da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós buscamos os países membros para lhes perguntar sobre dispositivos e tivemos discussões extensas com sociedade civil, defensores dos direitos humanos, grupos antidiscriminação, grupos de mulheres e de LGBTQIA+, grupos de pessoas indígenas e ainda outros, para podermos ouvir quais eram as suas experiências, em nível nacional, com esse tipo de lei. O resultado é este guia, que é longo. Ele tem por volta de 200 páginas. Jim passará para vocês o conteúdo de forma mais concisa, mas ele foi desenhado para acessibilidade, para que qualquer pessoa que queira visitar esse conteúdo possa lê-lo facilmente e para que seja possível informar aquilo que é necessário estar presente nesse tipo de lei.

Isso é basicamente o que eu gostaria de dizer.

Nós apoiamos a discussão atual que está sendo conduzida no Brasil. Em seguida à reunião de hoje, caso alguém queira entrar em contato com o nosso escritório, nós estamos abertos a isso. E caso vocês queiram contatar a minha colega no Brasil, Angela Pires, ela gostaria de ouvir os pensamentos de vocês, suas perguntas também.

Esperamos que vocês compartilhem conosco um projeto de lei.

Quero parar por aqui.

Muito obrigado por conduzir esta reunião, Sr. Presidente Paulo Paim. É uma honra estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Claude Cahn, Oficial de Direitos Humanos da Acnudh em Genebra e Chefe da Seção de Temas Indígenas e Minorias.

Obrigado pela exposição, que veio contribuir muito para este debate.

Eu vou passar a palavra agora para Jim Fitzgerald, Diretor de Equal Rights Trust.

Por favor.

O SR. JIM FITZGERALD (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado também aos Senadores.

É uma honra, como Claude disse, e também um privilégio ter a oportunidade de falar com vocês sobre esse guia e sobre a necessidade e o processo para que o Brasil adote uma legislação abrangente antidiscriminação.

Seguindo a fala do Claude sobre como e por que desenvolvemos esse guia, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre o conteúdo do guia em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um momento, eu vou dividir a minha tela para realmente dividir com vocês o conteúdo do guia, para que vocês possam visualizar.

Antes que eu faça isso, eu quero deixar bem claro o que queremos dizer com "abrangente", com uma "legislação abrangente antidiscriminação". Nós consideramos que essa é uma reforma legal absolutamente necessária para que os estados possam prover a proteção aos direitos humanos.

Em termos simples, esse tipo de legislação envolve leis que tenham tanto o propósito quanto o efeito de proibir e, dessa forma, prevenir todas as formas de discriminação em todas as bases reconhecidas pela lei internacional e em todas as áreas da vida que são regulamentadas pela lei.

Para que essas leis possam ser efetivas e prover uma proteção abrangente e se dirigir à prevenção nacional contra a discriminação em adição a simplesmente proibir a discriminação, é essencial que essas leis tragam definições das formas diferentes de discriminação. Existem cinco: discriminação direta, discriminação indireta, assédio, fala para se ajustar adequadamente e segregação.

É essencial que a lei proíba discriminação em todas as características e bases que foram reconhecidas com o passar das últimas sete décadas pelo sistema das Nações Unidas. Agora, são mais de 30, desde a idade até a raça, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, saúde, predisposição genética a doenças e por aí vai.

É essencial que leis que proíbam discriminação em todos os âmbitos possam ser reguladas: na saúde, no trabalho, na educação, no exercício de funções públicas, participação legal e por aí vai.

Essas leis também precisam de um grupo de mecanismos procedimentais que são essenciais para garantir que os indivíduos possam acessar a Justiça, para garantir soluções legais e também punições para aqueles responsáveis legais e também punições para aqueles responsáveis pela discriminação.

As soluções devem estar disponíveis tanto para o indivíduo quanto para a instituição e a sociedade.

As punições devem ser eficientes, proporcionais e dissuasivas.

Além de garantir o acesso à Justiça, à solução e às sanções, essas leis precisam garantir que os estados tenham obrigações vinculantes para as autoridades públicas e também os entes privados para que tomem medidas proativas na prevenção da discriminação, para que progridam no sentido da equanimidade e para abordar esteriótipos, estigmas e preconceitos.

Uma lei abrangente antidiscriminação é uma lei que proíbe todos os tipos de discriminação em todas as bases e em todos os âmbitos que são regulados pela lei. Para que isso seja efetivo, é preciso que haja possibilidade de acessar a lei e também são necessárias medidas proativas para que esse tipo de legislação entre em prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse guia estabelece o que é requerido para a criação de uma lei antidiscriminação que seja abrangente e efetiva.

Nós ficamos muito felizes quando a DPU disse que queria levar à frente um projeto para tradução desse guia do original em inglês para a língua portuguesa para que, assim, ele pudesse ser utilizado por criadores de políticas, por ativistas e pela sociedade civil no Brasil.

Por essa iniciativa, o Brasil é o primeiro país e o português é a primeira língua, além do inglês, para o qual o guia foi traduzido. Atualmente, está sendo realizada a tradução para todas as línguas da ONU e também para o japonês.

O que nós temos aqui é a tradução do guia em português que foi produzido pelo DPU para a Acnudh.

O guia em si é muito extenso. É um documento longo. Conta com mais de 200 páginas, mais de 12 mil notas de rodapé, com leis regionais, internacionais e domésticas, com muitas fontes individuais. Então, literalmente, temos milhares de dispositivos legais que foram analisados nesse documento.

Gostaria de falar sobre o objetivo desse guia, que é para prover algumas questões, por exemplo, para esclarecer e destacar o fato de que a legislação de direitos humanos, internacionalmente, precisa de legislação abrangente antidiscriminação. Em seguida, para prover orientação específica sobre o conteúdo necessário nesse tipo de legislação, caso ele queira estar de acordo com os padrões de leis de direitos humanos internacionais – com os padrões internacionais de direitos humanos que devem ser adotados –, numa harmonização que é muito importante para um documento tão grande. Como o Claude mencionou, o direito à não discriminação é o único direito que está presente em todas as convenções de direitos humanos da ONU; também está em muitas outras convenções internacionais – da Unesco, por exemplo –, convenções de direitos internacionais e de âmbito humano.

Com o passar das décadas, nós desenvolvemos uma variedade, cujas interpretações, por vezes, entram em conflito com as que temos. Um dos objetivos principais desse guia era sintetizar e trazer esses objetivos, como promulgar uma lei que consiga abranger todo o âmbito desse tipo de lei. Então, esse guia quer ser tanto um catalizador para o engajamento legal como um roteiro para esse direcionamento e também uma enciclopédia de padrões jurídicos.

Para explicar a estrutura do guia em si, ele está dividido em seis partes, cada uma está alocada em um lugar diferente.

A primeiro está em azul e fala do primeiro elemento, das obrigações legais para esse tipo de legislação mencionada.

A segunda parte, em verde, aborda o conteúdo essencial que deve haver na lei. É a parte mais longa, tão longa quanto o restante do guia, e tem cinco componentes principais, que estabelecem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos principais de uma lei antidiscriminação, quais sejam: a proibição da discriminação; as diferentes formas da discriminação; o escopo material do direito à não discriminação; as medidas de discriminação – e então fala de ações afirmativas e positivas –; e os deveres de igualdade. A próxima subseção lida com medidas reparatórias e sanções, e então fala sobre o acesso à Justiça e execução da lei. E, por fim, nós temos os requisitos para o estabelecimento de órgãos de igualdade independentes, que seriam estabelecidos de acordo com a lei, para a promoção e também a aplicação de leis antidiscriminação. Então, por fim, também essa seção fala sobre outras obrigações positivas e proativas, como a avaliação do impacto das políticas de equanimidade.

A próxima parte fala sobre a relação da lei antidiscriminação e o quadro dos direitos das minorias, observando a situação, por exemplo, de minorias religiosas e a proteção que elas recebem à discriminação – a discriminação com base em raça e a lei antidiscriminação.

A quarta parte fala sobre a interação entre a lei antidiscriminação e crimes violentos ou atos criminais de violência.

A parte cinco lida com a relação entre a lei antidiscriminação e o direito à liberdade de expressão, incluindo o discurso de ódio.

E a parte sexta e final examina a obrigação positiva dos estados de não somente proibir a discriminação e tomar medidas positivas no avanço e na direção da equanimidade, mas também adotar o quadro legal para moldar o entendimento do público, para criar uma sociedade mais inclusiva.

E quanto a essa estrutura do guia, como eu disse, já que é um documento enciclopédico e tão extenso, há um grande número de medidas que foram tomadas na estruturação desse guia.

A primeira coisa é a estruturação em diferentes seções para que fiquem claros os diferentes componentes do guia em si.

A segunda coisa que nós fizemos para estruturar o guia e torná-lo o mais útil possível foi a criação de um resumo executivo que fala sobre as principais obrigações legais. Esse resumo executivo poderia ser usado como um guia por si só para legisladores e criadores de políticas, que falam em termos bem simples e objetivos o que deve estar numa lei antidiscriminação. Os princípios estabelecidos aqui são discutidos e elaborados com grande detalhe no restante do guia, mas nessa parte eles são estabelecidos em termos bem concisos e objetivos.

E o terceiro ponto que fizemos para, com esperança, tornar o guia o mais acessível possível foi estabelecer o uso de caixas de texto que estão coloridas e aparecem em lugares variados do guia para trazer os elementos principais. Aqui, temos quatro tipos de caixas: em azul, temos caixas que trazem um resumo simples do material que está sendo tratado – o conteúdo dessas caixas está unido no resumo executivo do começo do documento –; em verde, nós temos dispositivos legais que foram removidos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislações de todo o mundo, desde Quênia até o México, a Guiana, uma ampla gama de países, e são exemplos que os legisladores podem utilizar como fontes, se considerarem relevantes; em rosa claro, nós temos caixas que tratam de questões que são particularmente interessantes ou complexas, examinando casos de lei de tribunais regionais ou analisando outras interpretações acadêmicas.

Por meio dessas medidas, nós tentamos criar um documento que fosse, por um lado, enciclopédico extenso e abrangente, mas, por outro lado, também tentamos fazer com que fosse útil e bem fácil de entender, assim sendo, uma ferramenta útil para que todos no Brasil que têm interesse nesse projeto possam acessar uma legislação abrangente antidiscriminação.

Agradeço a todos pelo seu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentamos ao Jim Fitzgerald, Diretor da Equal Rights Trust. Parabéns pela exposição. Claro, deixou um documento longo, mas as pessoas podem, via sistema de comunicação aqui da Comissão, ter acesso para entender detalhadamente tudo o que eles estão propondo.

Eu vou passar a palavra, de imediato, à Charlene da Silva Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU).

Não sei se ela entrou pela tela.

A SRA. CHARLENE DA SILVA BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. CHARLENE DA SILVA BORGES (*Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todas e todos!

Conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. CHARLENE DA SILVA BORGES (*Por videoconferência*.) – Eu gostaria de realizar uma saudação a todos os presentes e uma saudação especial à mesa na pessoa do Presidente, Senador Paulo Paim, sempre amigo e parceiro da Defensoria Pública do nosso país, tanto da Defensoria Pública da União quanto das Defensorias Públicas dos estados.

Venho aqui, enquanto Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União, para celebrar também a nossa contribuição em relação à publicação desse guia que foi mencionado aqui, recentemente, um trabalho, uma parceria das Nações Unidas, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, um instrumento muito valioso que traz um compilado, um arcabouço das legislações, dos compromissos internacionais com foco na antidiscriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Defensoria Pública da União prestou apoio formal à publicação desse guia. Participamos do lançamento, entendemos que é muito importante a promoção e a divulgação desse material, tanto no contexto jurídico mas também acadêmico, junto à sociedade civil.

À Defensoria Pública, todos sabemos, cabe a defesa e a promoção de direitos humanos dos grupos sociais vulnerabilizados que merecem proteção especial do Estado. E, para o cumprimento dessa obrigação, dentro da Defensoria Pública da União, nós possuímos dois sistemas de proteção de direitos humanos.

O primeiro sistema é o estabelecimento de defensores regionais de direitos humanos, que atuam com uma abrangência estadual em cada estado do nosso país. Possuímos um defensor regional de direitos humanos para realizar o enfrentamento das violações de direitos humanos dos grupos sociais vulnerabilizados tanto na esfera judicial quanto extrajudicial, e, nesse contexto, priorizamos muito a resolução extrajudicial. E o enfrentamento às discriminações, o enfrentamento à opressão das minorias realmente faz parte do dia a dia desses colegas, desses membros que estão na linha de frente da defesa de direitos humanos.

Além do sistema dos defensores regionais de direitos humanos, possuímos também grupos de trabalho organizados dentro da estrutura da Defensoria Pública da União, porque entendemos que o conceito de vulnerabilidade não se limita ao aspecto econômico, mas envolve também pessoas e grupos sociais que, do ponto de vista informacional, organizacional, são socialmente vulnerabilizados. Então, está entre as nossas funções a defesa e a promoção de direitos humanos desses grupos. E entre os grupos atendidos pelos nossos grupos de trabalho especializados estão crianças e adolescentes, idosos, pessoas em situação de privação de liberdade, pessoas com deficiência, mulheres que venham a ser vítimas de violência doméstica e familiar, populações em situação de rua, catadoras e catadores de materiais recicláveis, comunidades indígenas, quilombolas, povos de terreiro, caiçaras e outros grupos que necessitam da proteção especial do Estado, como a comunidade LGBTQIA+.

Então, dentro desse contexto dos grupos de trabalho, nós lidamos diariamente com situações, denúncias, casos concretos que envolvem discriminação e opressão desses grupos. E é muito importante manter a nossa vigilância e fazer um esforço realmente interinstitucional, tanto dentro do sistema de Justiça, mas também com o apoio do Legislativo e do Executivo, através de projetos, notas técnicas, por meio dos quais a gente costuma dar contribuições também no estabelecimento de políticas públicas para a proteção dos direitos dessas minorias.

A gente acabou de passar pelo Novembro Negro, e, hoje, é importante fazer um recorte aqui, especificamente em relação à discriminação racial, que é uma chaga persistente ainda no nosso país, tão desigual estruturalmente, abarrotado pela desigualdade social e pelo racismo. Nós temos um grupo de trabalho específico para tratar da proteção de políticas etnorraciais, e é um grupo muito importante que tem dado uma contribuição muito interessante ao longo dos cinco anos – nós já temos cinco anos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação desse grupo –; um grupo que fomenta a efetivação da igualdade de oportunidades, o enfrentamento do preconceito, da discriminação, das intolerâncias éticas, da intolerância religiosa. Nós monitoramos, nesse grupo de trabalho, casos sensíveis relacionados ao enfrentamento do preconceito contra a população negra e costumamos fazer também os encaminhamentos e recomendações aos poderes públicos, às entidades da sociedade civil e também fomentar a adoção de medidas e programas de políticas de ações afirmativas. Fazemos um trabalho importante também com educação de direitos através da divulgação e promoção de guias e cartilhas de educação e direitos humanos. Nós estabelecemos notas técnicas: eu posso exemplificar aqui uma nota técnica recente desse grupo de trabalho, em que ele visou justamente a apresentar considerações técnicas jurídicas sobre o Projeto de Lei nº 676, de 2021, que visa à alteração do Decreto de Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, o Código Penal, para disciplinar o reconhecimento fotográfico de pessoas. Essa é uma nota técnica muito importante que deu uma contribuição em relação a esse tema, que é um tema muito interessante, dentro do direito penal, porque entendemos que, através desse cenário de reconhecimento fotográfico de pessoas, ocorre muita violação dos direitos humanos e discriminação. O racismo acaba sendo introjetado dentro da nossa estrutura institucional, dentro da estrutura policial para persecução penal. O racismo acaba sendo utilizado como um paradigma para selecionar pessoas que poderiam ser consideradas suspeitas através dessa ferramenta. Então, estabelecemos essa nota técnica.

Também emitimos notas técnicas para contribuir com relatórios da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o monitoramento e avaliação da política de cotas no serviço público federal. Também emitimos uma nota técnica com análise jurídica do Projeto de Lei nº 2.000, de 2021, que reconhece o sítio arqueológico do Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, como Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro, porque entendemos que precisamos manter viva a memória ancestral da nossa história. Também emitimos uma nota técnica para a formulação do protocolo sobre a abordagem policial, a partir de um grupo de trabalho que foi estabelecido no Rio Grande do Sul, de combate à violência contra a população negra.

Além dessa demanda, desse recorte racial, nós também temos uma atuação na defesa e promoção de direitos humanos das mulheres. Temos o Grupo de Trabalho Mulheres, que atua no reconhecimento em defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres. Monitoramos ações de discriminação e violação de direitos, sobretudo na área reprodutiva e sexual. Buscamos disseminar o conhecimento do direito à educação, à saúde e à proteção previdenciária da mulher, que é um tema muito importante, em que estabelecemos também uma linha de enfrentamento à discriminação da mulher no âmbito da proteção previdenciária. Buscamos estimular e contribuir, através de notas técnicas, um diálogo com o poder público, para o estabelecimento de políticas públicas para o estímulo da autonomia econômica da mulher, a promoção da igualdade da mulher no mercado de trabalho e também o fortalecimento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma discussão muito constante que fazemos, tanto internamente, dentro da nossa estrutura institucional enquanto instituição do Poder de Justiça, de buscar o estabelecimento de uma política interna de paridade de gênero na ocupação dos espaços de poder e decisão, mas também buscamos contribuir com o debate externo – ao institucional –, para o fortalecimento dessa atuação e da participação das mulheres de uma maneira igualitária. É também uma forma de enfrentamento à discriminação das mulheres.

Atuamos para garantir o direito das mulheres em relação à proteção da gestação, com o acesso à qualidade da concepção e contracepção, pré-natal digno e enfrentamento da violência obstétrica. Também temos cartilhas de educação em direito e promovemos o atendimento às mulheres que possuem violação de direitos humanos nesse sentido.

Promovemos um debate muito forte em relação a políticas públicas para a defesa de mulheres presas e das mulheres migrantes, no contexto das fronteiras secas e das vítimas de tráfico internacional de drogas. Nós costumamos atender mulheres que são vitimadas, dentro desse sistema, mulheres dependentes e mulheres que acabam se envolvendo em delitos relacionados a esse contexto. Entendemos que há, muitas vezes, um recorte de gênero na inserção das mulheres nesse tipo de situação.

Também promovemos a defesa de mulheres processadas por subtração internacional de crianças em decorrência da Convenção de Haia e atuamos nos processos administrativos.

De uma maneira geral, nós monitoramos todos os casos relacionados à temática de mulheres.

Também possuímos um trabalho muito forte de educação de direitos e promoção de direitos humanos também na comunidade LGBTQIA+. Recentemente, nós realizamos, dentro da Defensoria Pública da União, uma audiência pública para discutir os direitos previdenciários das pessoas trans, uma temática ainda muito pouco discutida: o direito previdenciário dentro do recorte da comunidade LGBTQIA+. Possuímos guias para atendimento dessas pessoas e proteção dos direitos humanos das pessoas que são discriminadas em função da sua opção sexual ou afetiva.

Bom, eu não posso me alongar mais, porque eu estou passando por uma patologia, estou com a voz falhando, mas eu queria agradecer a participação da Defensoria Pública da União neste debate e, novamente, celebrar a divulgação desse guia de proteção dos direitos das minorias. Ele vem reforçar tanto a atuação da Defensoria Pública da União, como a atuação, eu acredito, também das outras instituições integrantes do sistema da Justiça, das instituições do Poder Legislativo, do Poder Executivo, da sociedade civil. Todos os movimentos sociais podem fazer um uso muito valioso desse guia, que propõe a proibição de todas as formas e manifestações de discriminação e faz esse compilado dos compromissos internacionais que estabelecem essa proteção.

Então, eu agradeço a todos e permaneço aqui para acompanhar esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Charlene da Silva Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU), que fez uma análise da defesa dos setores mais vulneráveis, combateu todo tipo de discriminação e apontou o caminho que é das políticas humanitárias.

Eu vou passar a palavra agora à Angela Pires Terto, que iria estar presencialmente, mas não pôde, mas ela vai entrar de forma virtual.

Angela Pires Terto, Assessora Nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh), por favor, o tempo é seu. (*Pausa.*)

Não a estamos ouvindo. (*Pausa.*)

Continuamos não ouvindo. (*Pausa.*)

A informação que nós temos aqui é que o seu microfone está desligado. (*Pausa.*)

Vamos ter que passar para outro convidado até que se consiga refazer a conexão com a senhora.

Vou chamar Arquias Cruz, representante da Conectas Direitos Humanos.

O SR. ARQUIAS CRUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Alô, vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Estou ouvindo bem.

O SR. ARQUIAS CRUZ (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Bom dia a todas, todos e "todes". Eu me chamo Arquias Cruz, sou assessor internacional na ONG Conectas Direitos Humanos.

Primeiramente, agradeço o convite feito à Conectas e cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim. Muito obrigado pelo convite, Senador. Cumprimento também a todas as Senadoras e todos os Senadores presentes, as pessoas convidadas e demais pessoas presentes, com agradecimento a toda a equipe da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelos arranjos para a nossa participação híbrida.

Começo a minha fala destacando a relevância de trabalhos como a publicação de um guia prático para desenvolver uma legislação abrangente de combate à discriminação. Trata-se de uma iniciativa importante para a defesa e promoção de direitos humanos, realizada pela DPU, pela Equal Rights Trust e pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, diante de graves e sistemáticas violações de direitos humanos que presenciamos ao redor do mundo, sobretudo em nosso país, sabemos na prática que a exclusão social estrutura nossas sociedades, sendo necessário que os países elaborem normativas e políticas públicas para a inclusão e não discriminação.

Também há necessidade de reorientarmos como atuamos sobre problemas globais como, por exemplo, a emergência climática e como uma gestão pública democrática deve efetivar suas políticas em diálogo com padrões de direitos humanos e com organismos internacionais.

Vale destacar que a proteção aos direitos de minorias e o combate à discriminação é um dos pilares do atual regime internacional de direitos humanos e, portanto, do direito internacional público. Como bem explica a referida publicação, os países signatários de tratados da ONU e de outros organismos se comprometem a efetivamente garantir o amplo respeito às diversidades e dignidades das suas populações.

Assim, o Brasil, como país signatário de convenções como a recentemente ratificada Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, deve implementar medidas urgentes de proteção de grupos mais vulnerabilizados. Deve-se relembrar que tal convenção tem *status* equivalente a uma emenda constitucional, diante do rito pelo qual ela passou.

Gostaria, então, de abordar brevemente, em respeito ao tempo concedido, alguns poucos tópicos sobre cumprimento de medidas internacionais por parte do Estado brasileiro.

Em nosso histórico diplomático republicano, é possível dizer, com as necessárias ressalvas, que o Brasil tem uma valorosa tradição de adesão ao multilateralismo. E assim, relembro que um primeiro ponto é que, quando falamos em esfera internacional, é necessário tratarmos a política externa como política pública, representativa e aberta à participação social. Isso implica haver mais transparência e participação social em diversos espaços que compõem a construção da política externa brasileira.

No debate internacional, *accountability* tem sido uma expressão bastante utilizada para descrever o elemento essencial de prestação de contas por parte dos agentes envolvidos em políticas públicas.

Evidentemente, diversos órgãos e agentes estão envolvidos na construção e no monitoramento da política externa brasileira, e destaco o papel crucial exercido por esta Comissão, por exemplo. Conforme o art. 4º, inciso II, da Constituição Federal, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

Nesse sentido, é importante prosseguirmos em um outro tópico basilar desta audiência pública: a ratificação de tratados internacionais de direitos humanos. Indico alguns desses tratados que já foram assinados pelo Poder Executivo, mas ainda não completaram o devido processo de ratificação, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perpassa pelo envio do Executivo ao Legislativo, tramitação nas duas Casas Legislativas, entre outras etapas.

No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, é necessário prosseguir, portanto, com a adesão do Brasil à Convenção Interamericana contra Toda a Forma de Discriminação e Intolerância, documento em prol do combate às discriminações de gênero e de orientação sexual, por exemplo.

Deve-se também completar a ratificação do Protocolo de 2014 à Convenção sobre o Trabalho Forçado, da OIT; do Protocolo à Convenção nº 29, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, da OIT; da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, nº 189; e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, nº 201, da OIT também, para efetivamente situar o país no combate às formas contemporâneas de escravidão.

Um terceiro tópico que eu gostaria de trazer é sobre a articulação proativa com mecanismos internacionais. Hoje, há uma série de aceites pendentes, por parte da Itamaraty, para a realização de visita dos chamados procedimentos especiais da ONU. Esses mecanismos são fundamentais para a avaliação da situação de direitos humanos no país e para o diálogo com a sociedade civil local, sobretudo no contexto da escalada de violência e de violações contra as populações negras e indígenas nos últimos anos.

No âmbito das Nas Nações Unidas, temos também ainda a questão dos processos de revisão do país por órgãos de tratado, que são mecanismos de avaliação do cumprimento dos tratados internacionais por parte dos Estados signatários, como a referida publicação também explica.

O Brasil, no último ano, tem passado por quatro revisões, recebendo inúmeras recomendações e avaliações desses órgãos da ONU, a saber: o Comitê contra a Tortura, o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial, o Comitê de Direitos Humanos e o Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

As denominadas Observações Conclusivas, como é conhecido o documento final de cada revisão, trazem pontos prementes para o avanço da defesa e promoção dos direitos humanos no país, devendo diferentes agentes e poderes do país se apropriarem e dialogarem com as recomendações efetivadas.

Ademais, houve ainda a revisão periódica universal (RPU), que analisou a situação dos direitos no país a partir de relatórios enviados pelo próprio Estado brasileiro, por organismos internacionais e pela sociedade civil. Foi realizada a sessão de sabatina com o Estado em novembro de 2022, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e com o aceite das recomendações pelo Estado brasileiro, no mesmo espaço, em março deste ano. Nesse processo, enfatizo que o Brasil deve adotar um procedimento que garanta permanentemente a consulta pública prévia e ampla à sociedade civil com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reuniões sobre os relatórios a serem enviados pelo Estado brasileiro, essas avaliações em direitos humanos.

Em 2022, por exemplo, a consulta pública para o relatório do Estado brasileiro na RPU não contou com procedimentos devidos de escuta, além de a consulta em si consistir em apenas um formulário simplificado, impedindo análises mais aprofundadas e críticas ao contexto nacional. Em complemento, indica essa necessidade de o Estado cumprir com os prazos de envios dos relatórios, já que o Brasil esteve em atraso nos últimos 20 anos com os referidos mecanismos.

Por fim, quando tratamos sobre articulação proativa com mecanismos das Nações Unidas, é necessário compreender que o diálogo com os mecanismos é uma forma fundamental de avaliação da situação do país e na construção de novas políticas públicas em diálogo com a sociedade civil, sobretudo nesse contexto de reconstrução e de promoção de direitos das populações mais vulnerabilizadas.

Agradeço novamente pelo convite.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos para o representante da Conectas Direitos Humanos, Arquias Cruz, que fez um resumo e demonstrou quão importante é a nossa luta no combate a todo tipo de racismo e preconceito.

Eu vou passar a palavra nesse momento para a Assessora Nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh), Angela Pires Terto. (*Pausa.*)

Não a estou ouvindo. Não estamos ouvindo. (*Pausa.*)

Só há a imagem, mas a voz não está chegando para nós. (*Pausa.*)

Nós continuamos não a ouvindo. (*Pausa.*)

Eu percebo que a senhora está falando, mas não se ouve. É preciso ver o que está acontecendo no seu microfone. Aqui não se ouve nada.

Eu vou voltar à lista original na expectativa de que a senhora possa tornar a falar conosco.

Então, eu passo a palavra agora para Alex André Vargem, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. (*Pausa.*)

Alex, fala aí para nós vermos se o som chega aqui. Não está chegando. (*Pausa.*)

Não o estamos ouvindo, Alex. (*Pausa.*)

Não o estamos ouvindo, Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos para... Enquanto vocês tentam, tanto a Sra. Angela como o Alex, eu vou fazer uma fala da Presidência que eu não havia feito ainda, esperando... Eu iria fazer no encerramento, mas eu faço a fala, e, se vocês conseguirem se conectar, vocês falam ainda, o.k.? E depois... (*Pausa.*)

Angela, está na tela?

A SRA. ANGELA PIRES TERTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, sim.

A SRA. ANGELA PIRES TERTO (*Por videoconferência*.) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar, Angela.

A SRA. ANGELA PIRES TERTO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Muito bom dia, Senador Paulo Paim e todas e todos os presentes!

Saúdo os companheiros e companheiras que me antecederam, o meu colega do Alto Comissariado para os Direitos Humanos Claude Cahn; também o Jim Fitzgerald, do Equal Rights Trust; a Charlene Borges, da Defensoria Pública da União; também o Arquias, que me antecedeu ainda há pouco; saúdo a todos, especialmente pela oportunidade de ter esta audiência pública acontecendo às vésperas da celebração do dia em que a gente comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

São 75 anos de adoção da declaração pelas Nações Unidas, e sabemos que o enfrentamento a todas as formas de discriminação tem sido um dos principais desafios de direitos humanos que as Nações Unidas têm. E, após 75 anos de vários avanços, a gente pode notar que muitos desafios persistem. Aqui no Brasil, no mês de novembro, celebramos a consciência negra e sabemos que o racismo é algo que não só no Brasil, mas em diversos países do mundo, segue persistindo.

Por coincidência, ao passo que estamos nesta audiência pública, o Mecanismo Independente das Nações Unidas sobre Justiça e Igualdade Racial, na aplicação da lei, visita o Brasil, se reúne com órgãos de segurança pública, órgãos da Justiça, organizações da sociedade civil, diversas instituições independentes, também do Estado, Legislativo, Judiciário, enfim, se reúne com todos os atores no sentido de conhecer melhor a situação do Brasil, colher testemunhos de vítimas e seus familiares que tiveram, muitas vezes, seus entes queridos assassinados em razão de um perfilamento racial, ou seja, dos diversos tipos de violência, incluindo assassinatos de pessoas queridas com base, unicamente, na raça dessa pessoa. E esse mecanismo, coincidentemente, visita hoje o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco essa visita por conta do tema de que tratamos, o tema de combate à discriminação, o guia que foi apresentado, que contou com a tradução da Defensoria Pública da União, e a necessidade, sobretudo, de que os diversos atores do país consigam implementar, seja políticas, seja legislações, adequadas, não só para promover toda responsabilização em razão da discriminação, mas também buscar prevenir os diversos tipos de discriminação e, uma vez que ela ocorra, também promover todas as formas de reparação.

Então, essa visita é muito oportuna, ela acontece agora. Ao final são oferecidas várias recomendações produzidas por esses especialistas que compõem a delegação, e constituem um – eu diria – mapa importante para guiar o Estado na realização das ações necessárias para, assim, dar conta de enfrentar a discriminação, sobretudo nesse caso, na aplicação da lei.

O Arquias mencionou, ainda há pouco, os diversos órgãos de tratados das Nações Unidas que recomendaram ao Brasil a adoção de uma série de medidas. Eu queria destacar aqui algumas das recomendações do comitê da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, o qual analisou a situação do Brasil e destacou a questão da interseccionalidade.

Falamos de discriminação e sabemos que, quando essas discriminações se sobrepõem, elas produzem um impacto muito maior em indivíduos e no coletivo. E essas discriminações afetam de tal forma que impedem, muitas vezes, inclusive, a realização dos projetos de vida dessas pessoas.

Então, o comitê fez diversas recomendações para que o Estado brasileiro possa melhorar tanto a sua legislação quanto a aplicação da lei no sentido de olhar as interseccionalidades, de olhar, por exemplo, a discriminação racial. Mas, quando ela é somada a uma discriminação baseada em gênero, seja pelo fato de ser mulher, seja pelo fato de ser uma pessoa LGBTQIA+, pela origem dessa pessoa, pela nacionalidade, seja mesmo pelo *status* de deficiência, a pessoa é muito mais afetada pela discriminação.

Então, eu chamo atenção para esse ponto para que o nosso Congresso Nacional possa ter um olhar mais dedicado a essas sobreposições de discriminação. E também destaco que no próximo ano dois comitês também analisarão a situação do Brasil, que é o Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e também o Comitê da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Então, são oportunidades em que o Estado brasileiro apresentará o que tem feito para garantir tanto os direitos das mulheres quanto os direitos das pessoas com deficiência. E aí, eu digo o Estado brasileiro já convidando, instando também o Senado Federal, que promove esta audiência, a participar ativamente dessas duas sessões que ocorrerão em 2024, trazendo não só as ações que têm sido realizadas, mas também trazer os desafios que são postos.

Esses espaços no âmbito das Nações Unidas são espaços sobretudo de cooperação, são espaços de troca de conhecimentos, em que os Estados trazem as suas ações, os especialistas oferecem as suas recomendações de maneira a fortalecer o que o Estado deve implementar para que os direitos dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

populações sejam realizados. Então, são oportunidades únicas de trazer os pontos de vista com enfoque nessas populações.

Então, eu faço esse convite e agradeço novamente a realização desta audiência pública e coloco o nosso escritório à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Angela Pires Terto, Assessora Nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh), que ajudaram na construção deste momento.

Passo a palavra agora para o Sr. Alex André Vargem, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

O SR. ALEX ANDRÉ VARGEM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, perfeito.

O SR. ALEX ANDRÉ VARGEM (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Obrigado, Senador Paulo Paim. Agradeço o convite e felicito também os demais membros da audiência. É um prazer colaborar.

Trago também aqui a saudação da nossa Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Dra. Isadora Brandão.

Esse tema é de suma importância e vou traçar aqui algumas ações, por parte do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que estamos fazendo.

No âmbito da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que é a maior secretaria do ministério, nós temos a diretoria da qual estou à frente, a Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos.

A Diretoria de Promoção tem um desafio muito grande de pensar promoção e sensibilização de grupos sociais que são historicamente marginalizados e vulnerabilizados. Então, quais são as ações e as políticas que nós estamos desenvolvendo e que vamos implementar também, não só agora em novembro e dezembro, mas também ao longo de 2024? O que nós estamos planejando?

Acho que uma das grandes interfaces que nós temos é a questão da interlocução com os movimentos sociais, o que é de suma importância, esses espaços de interlocução, de canais de diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos conselhos e comitês aqui dentro da nossa diretoria, e eu vou explicar quais são esses comitês, para a participação social, sobretudo, desses grupos, para que eles tenham vozes também dentro da esfera federal para a promoção de direitos.

Na Diretoria de Promoção, nós temos três eixos centrais. Um deles é a questão da constituição de políticas para imigrantes, refugiados e apátridas, pensando em uma forma de promoção e sensibilização dos direitos.

Temos também um eixo de promoção do registro civil de nascimento e acesso à documentação básica. Esse é um tema muito caro aqui para o ministério, pensando que nós temos aí milhões de brasileiros que sequer têm a certidão de nascimento ou a documentação básica, RG ou CPF, por exemplo. Então, obviamente, essas pessoas estão invisíveis do ponto de vista normativo e jurídico e não conseguem acessar direitos concedidos pelo Estado brasileiro. E em grande parte, desse número de pessoas que estão nessa categoria de sub-registro, nós temos indígenas, quilombolas, ciganos, pop rua, LGBTQIA+, entre outros grupos sociais que tangem também aos PCTs (povos e comunidades tradicionais).

Então, nessa questão da documentação, a gente trabalha com a estimativa do IBGE de 3 a 4 milhões de pessoas, no Brasil, no âmbito dessa categoria de sub-registro. Esse é um tema de suma importância para se pensar quais são os mecanismos de proteção para as pessoas para que possam ter os seus direitos e ter a sua cidadania garantida. Então, nessa questão, nós temos aqui a coordenação-geral, dentro da diretoria, que pensa, articula e fomenta o debate junto a estados, ao poder público municipal e à própria esfera interministerial para pensar ações e desenvolver uma política de combate ao sub-registro de brasileiros sem documentação, como também conversas com cartórios, enfim.

Nós temos aqui também outros comitês. No âmbito dessa pauta, temos o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, que é um comitê que congrega informações, que reúne vários ministérios, e também o Comitê Gestor Nacional pela Erradicação do Sub-registro. São dois comitês que nós reativamos nesta gestão – agora, no segundo semestre –, que estavam desmantelados na gestão anterior. E, agora, o próximo passo é, para além da composição estatal, governamental, trazer também a sociedade civil para que possa atuar fortemente.

Uma outra pauta que também é de suma importância aqui no âmbito da Diretoria de Promoção é a questão da promoção da liberdade religiosa, liberdade e diversidade religiosa, da qual está à frente a Ialorixá Gilda d'Oxum, que também recentemente participou de uma audiência junto ao Senador e outros colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa coordenação também tem o papel fundamental de pensar a liberdade religiosa para todas as religiões, mas, em especial, para as religiões dos povos de terreiro, as religiões de matrizes africanas; então, pensar quais são as garantias, os direitos de proteção, a sensibilização e a promoção de direitos.

Uma das questões que nós também estamos reativando é o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, um comitê que existia na época do Governo Dilma, na última gestão deixou de existir, e que nós estamos reativando com uma nova roupagem institucional, que terá a garantia da participação da sociedade civil, não só do ponto de vista de diversas religiões, mas, também, com uma posição regional, de gênero, de raça. Esse vai ser um comitê de suma importância, e também essa portaria já está em vias de ser assinada pelo Ministro Silvio Almeida.

Então, essa é uma entrega que nós vamos deixar para a sociedade brasileira para que também seja um espaço que forneça subsídios para pensar em políticas de promoção e também de proteção, nessa interlocução com diversas esferas, dentro do próprio ministério e outros ministérios, com o poder público e com a sociedade civil em geral.

Também estamos realizando aqui diversas parcerias com universidades no que tange à sensibilização – nós trabalhamos muito com a promoção e com a sensibilização – de direitos. Então, promovemos a formação e a capacitação de agentes públicos e também da sociedade civil organizada, em parceria com grandes universidades no Brasil, universidades federais, para que as pessoas possam entender, por exemplo, a importância das religiões de matriz africana, a contribuição também dessas religiões para a formação histórica da sociedade brasileira; e mapeamentos de pesquisas também, no que tange à intolerância.

E uma questão também superimportante, acho que uma política pública já estabelecida pelo ministério, que existe ao longo desses anos, é o Disque 100 e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

No Disque 100, nós estamos também capacitando os nossos colaboradores que ali atuam, e é um número grande de colaboradores, capacitando-os sobre diversas temáticas, no que tange ao enfrentamento à intolerância religiosa e ao racismo religioso; à importância da migração e do refúgio também – a contribuição de migrantes e refugiados na formação histórica do Brasil –, da promoção de direitos, do acesso à documentação básica; enfim, outros temas aí correlatos. Então, um tema de suma importância é a capacitação, a qualificação desse serviço para a sociedade brasileira.

Também temos recebido, aqui no ministério, como um todo, muitos grupos, como eu falei, grupos sociais, que são historicamente marginalizados e vulnerabilizados, entre os quais eu coloco os quilombolas, que têm nos procurado muito, e também os ciganos – ciganos de algumas etnias, como rom, calom –, que têm nos procurado no que tange também à promoção e à proteção de direitos, em especial na questão também do sub-registro civil. Como eu citei anteriormente, o sub-registro, em alguns grupos sociais, tem uma taxa alta, e o nosso papel aqui é articular, cobrar e somar esforços para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver uma política nacional pela erradicação do sub-registro. Então, são temas importantíssimos que nós temos trabalhado aqui também. E também temos os indígenas – indígenas de alguns grupos étnicos, como pataxós, cariri-xocó, fulniô, entre outros –, que têm nos procurado também nessa articulação, porque a política desenvolvida aqui tem muito essa questão da transversalidade e da intersetorialidade das políticas públicas, nas quais também nós estamos envolvidos aqui.

Nós sabemos que outros ministérios estão à frente de algumas pautas, mas, no âmbito da transversalidade, pelos temas que nós trabalhamos aqui, nós também temos pensado na promoção e na proteção desses direitos também, como é do acesso à documentação, por exemplo, como eu já falei aqui anteriormente. São temas de suma importância.

E, como eu falei, o espaço da interlocução, ou seja, criar essa interface entre o Governo Federal e a sociedade civil, por meio desses conselhos, comitês, que foram restabelecidos ou que serão criados, como já mencionado, é de suma importância e é também uma entrega para a sociedade; a reaproximação desses movimentos sociais. Eu falo que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania é um ministério que está próximo dos movimentos sociais, dos movimentos negros, entre outros. Então, é de suma importância, também, que esses espaços sejam ocupados e que nos deem um norte balizador para a formatação das políticas públicas.

Acho que é um pouco disso que eu queria falar.

Agradeço aqui o convite, em nome do ministério...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX ANDRÉ VARGEM (*Por videoconferência*.) – ... e fico aqui à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alex André Vargem, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Parabéns!

Você falou de uma categoria, de um setor que muitas vezes fica invisível, que é o dos ciganos. Nós fizemos, durante alguns anos, debates nesta Comissão e conseguimos aprovar o Estatuto dos Ciganos, que se encontra agora na Câmara dos Deputados. Com certeza, com o apoio de vocês, nós avançaremos para que eles tenham também o estatuto deles. Parabéns pelo trabalho.

Agora vamos para o final.

Como estamos com problema de horário já, a querida convidada, que ficou todo o tempo na mesa, Dra. Marcia Pereira da Silva, graduanda na Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, representante da Educafro, vai fazer a fala final em nome de todos os painelistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu farei uma fala, em seguida, só em nome da Presidência, o que até o momento não fiz porque quis ouvir primeiro os convidados.

O tempo é seu, Dra. Marcia.

A SRA. MARCIA PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigada, Senador Paim, pela oportunidade.

Eu gostaria de lembrar que, no mês da consciência negra, nós tivemos muitas vitórias para comemorar. Que a boa disposição que se manifesta neste período se mantenha ao longo do próximo ano, reafirmando essas parcerias que nós conseguimos, incríveis! E o Senador me chamou a atenção – conversávamos um pouco – para algo a comemorar, que é o aumento da bancada negra, de 6 para mais de 120 membros.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer a todos pela oportunidade e reiterar o convite para as pessoas que desejam retomar os seus estudos ou começar uma nova profissão. A Educafro Brasil pode assisti-las nisso. Essa é uma mensagem do Diretor Executivo da Educafro Brasil, o Frei David. Se você tiver interesse, acesse, por favor, www.educafro.org.br. Eles estão prontos para assistir você com seu curso pré-vestibular, com o pagamento da inscrição – às vezes custa R$150, R$500, depende da universidade. São mais de duas mil universidades privadas, e o Frei David tem conquistado muitas parcerias. E também, se você deseja entrar numa universidade federal, também é bem-vindo no curso pré-vestibular da Educafro.

Mais uma vez, muito obrigada a todos.

Muito obrigada pela sua gentileza, Senador, e acolhimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Marcia Pereira da Silva, graduanda na Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, que aqui representou, com muita competência e brilhantismo, a Educafro.

Agora eu faço uma fala em nome da Presidência, que eu deveria ter feito na abertura ainda, mas, como os convidados foram chegando, eu fui deixando vocês falarem. Vou tentar ser o mais rápido possível aqui.

Quero lembrar que esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado foi uma sugestão da Defensoria Pública da União, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Equal Rights Trust.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 6 de outubro de 2023, eles divulgaram a publicação que levou o título *Proteção aos Direitos de Minorias: um guia prático para desenvolver uma legislação abrangente de combate à discriminação*.

Proteção aos direitos de minorias e combate à discriminação são temas incisivos, que exigem a atenção de toda a sociedade – de brancos, negros, índios, de todos os setores –, sendo essencial nas agendas das instituições, escolas, universidades, associações diversas, movimentos sociais, sindicatos, setor empresarial, Parlamento e Poderes constituídos. A responsabilidade das pessoas que ocupam cargos públicos é imensa.

Uma Comissão de Direitos Humanos como esta não pode permitir a omissão. No silêncio, não apenas os segredos da verdade estão ocultos, mas também o amparo que deveria ser feito àqueles que mais sofrem. A ação deve ser guiada pela mais profunda inspiração humanitária, democrática, em respeito aos direitos humanos. As minorias, como eles dizem – que na verdade são maioria; se pegarmos a comunidade negra, é mais de 54% –, devem ser integralmente incluídas ao direito de cidadania, e seus direitos devem ser respeitados. É fundamental destacar que não podemos erguer muralhas, promover a discórdia e a intolerância. A obrigação de combater todas as formas de preconceitos e discriminação, independentemente de suas dimensões, tem que ser compartilhada por todos e todas.

Cabe a cada um de nós ser um agente de um presente e futuro renovados, contribuindo com dias mais felizes para toda a nossa gente, para toda a gente brasileira. Sem amor, as mudanças positivas acabam não acontecendo. Pelo contrário, surgem de ações irresponsáveis, de medíocres, gananciosos, covardes e mal-intencionados, que pregam o ódio. Não ao ódio. Queremos que todos nós possamos dizer não ao ódio, sim ao amor.

É alarmante perceber que milhões de pessoas em todo o mundo vivem na miséria e na pobreza, sofrendo de fome e sede, sendo discriminadas com base na cor da pele, orientação sexual, escolha política ou crença religiosa – só demos aqui alguns dos exemplos. Promessas não cumpridas alimentam a chama da exclusão, desumanidade e falta de compaixão. Como afirmou Franz Kafka: "A solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana".

Acredito, senhoras e senhores, que, enquanto houver um sopro de vida e um brilho nos olhos, a esperança de lutas boas, o bom combate em defesa do direito das minorias e contra as discriminações vai persistir. E repito: minorias que não são minorias. Se pegarmos as minorias, nós somos ampla maioria. Certamente, teremos dias melhores, guiados pela justiça, políticas humanitárias e pela constante presença do amor e suas amorosidades.

Concluindo, o poeta norte-americano Walt Whitman, defensor dos ideais libertários, falava em seus versos dos horrores das guerras e do racismo, defendia o direito de todos e dava destaque ao direito das mulheres. Ele expressava compaixão pelos excluídos e discriminados, promovendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio da igualdade entre todos os seres humanos e o respeito à natureza. Em sua poesia, Whitman tocava também na espiritualidade e na unidade entre todos os seres, proclamando, assim, como dizia ele:

> Celebro a mim mesmo, e canto a mim mesmo,
> e o que eu assumo [...][vocês devem] assumir,
> pois cada átomo que a mim pertence, [...] [também a vocês pertence].

Somos todos uno.

Vamos dar uma salva de palmas não para o meu discurso, mas para poeta, cujo pronunciamento eu só li no final aqui. (*Palmas.*)

Assim, encerramos a nossa audiência pública de hoje.

Retornamos hoje à tarde, no Plenário, às 14h10, quando farei uma fala sobre a situação dos idosos no nosso país. E, claro, durante a semana, teremos outros embates, outras boas audiências públicas nesta Comissão.

Até mais!

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 99ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e doze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Otto Alencar, e ainda do Senador Oriovisto Guimarães, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 96/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre: "O Dia Internacional dos Direitos Humanos ". **Participantes:** José Henrique de Oliveira Varanda, Pesquisador do DataSenado; Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e o Programa de Doutorado Interdisciplinar; Cândida Soares da Costa, Professora Associada, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (nível Mestrado e Doutorado) e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação (Nepre). Pesquisadora associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN); Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral da Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; e Humberto Adami Santos Júnior, Vice-Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da Seccional da OAB/RJ. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Faz uso da palavra o Senador Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/07

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 99ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 96, de 2023, desta Comissão, de minha autoria e de outros, para discutir, debater, apontar caminhos... E o dia adequado é hoje, porque hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Este é o debate: em relação ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Nós temos aqui... Vou fazer a leitura dos nossos convidados, tanto os que estão presencialmente como aqueles que estarão por videoconferência.

Na primeira mesa, vamos ter Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Pode vir para a mesa. Está convidada – não pode – está convidada. (*Palmas.*)

É isso aqui mesmo, Christiano.

Convido José Henrique de Oliveira Varanda, Pesquisador do DataSenado. (*Palmas.*)

O Christiano, que é Secretário da Mesa, consequentemente, é quem nos assessora aqui. Quando eu falei que o debate hoje é sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10/12. A assessoria funcionou, viu? Parabéns. É que eu critico, às vezes... Está certinho. Parabéns, viu, Christiano? Obrigado pela contribuição.

Temos também... vamos ter aqui do e-Cidadania já algumas perguntas que eu vou fazendo ao longo da nossa audiência pública.

Por videoconferência, teremos também Cândida Soares da Costa, Professora Associada, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (nível Mestrado e Doutorado) e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação, Pesquisadora associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e à Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras.

Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e o Programa de Doutorado Interdisciplinar.

Essas são as duas que confirmaram até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é de praxe, eu faço uma introdução do tema para situar principalmente os nossos ouvintes da Rádio Senado, quem nos acompanha também pela TV Senado e, naturalmente, pela Agência Senado.

Dia Internacional dos Direitos Humanos.

> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Eis o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1948. É a assinatura desse mais valioso documento que fundamenta o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado todo dia dez do último mês do ano.

A história demonstra que o tema dos direitos humanos permeia a sociedade há mais de 2.500 anos. Um registro importante é o do Cilindro de Ciro, uma peça de argila que contém os princípios do rei da antiga Pérsia. Eu repito: um registro importante é o do Cilindro de Ciro, uma peça de argila que contém os princípios do rei da antiga Pérsia. Ele, ao conquistar a cidade da Babilônia, libertou os escravos, estabeleceu a igualdade racial e declarou que as pessoas poderiam escolher suas próprias religiões. A peça data do ano de 539 a.C. e, até hoje, nós estamos combatendo ainda o racismo e o preconceito. Veja bem, em 539 a.C., ele já tinha assegurado, naquele momento daquela conquista, que todos seriam iguais! Desde então, há registros de uma série de outras obras e peças que preservam a ideia de que todos devem ter acesso a direitos. Foi preciso, porém, o advento da modernidade, do iluminismo, do racionalismo e da luta contra as arbitrariedades do regime monárquico para que os direitos humanos fossem, pelo menos, formalmente reconhecidos.

O horror das duas grandes guerras do século passado deixará de herança a urgência da ampla universalização dos direitos. Prerrogativas básicas como o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à segurança alimentar passariam a estar ligados à ideia da própria humanidade e a mera humanidade que nos confere, pelo menos em princípio, o acesso a direitos essenciais, o acesso à justiça. É a compreensão de que somos todos nós seres humanos, independentemente de etnia, de orientação sexual, origem, raça, gênero, renda, ou seja lá o que for, que assegura ou deveria assegurar uma vida com dignidade para todos.

É isso que preveem a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Internacional dos Direitos do Homem, declarada em 1966 com o propósito de impor o respeito aos direitos civis, políticos, sociais e culturais ao redor do mundo. Documento mais traduzido do planeta, transcrito em mais de 500 idiomas e dialetos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos contém um preâmbulo de 30 artigos, que tratam de questões como liberdade, igualdade, dignidade, alimentação, moradia e ensino. Devemos, porém, reconhecer os desafios ainda no horizonte: violência de gênero e de raça, trabalho escravo, tortura, violência policial, pena de morte, terrorismo, crises migratórias, guerras, ameaças à liberdade de expressão, todas essas mazelas ainda afligem boa parte da humanidade no planeta, a cada dia.

A pandemia do covid-19, que matou mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo, além de deixar sequelas terríveis em incontáveis mulheres e homens, foi uma triste demonstração do desrespeito aos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acesso absolutamente desigual à medida sanitária de prevenção, ao tratamento médico e, posteriormente, à vacina é prova cabal de que algumas vidas valem mais do que outras no mundo capitalista de hoje.

Assistimos também estarrecidos a uma guerra cruel que assola palestinos e israelenses e mata uma criança a cada dez minutos. Segundo as Nações Unidas, ela também é evidência de que o sistema global de direitos humanos carece de apreço e carinho mundo afora.

No Brasil, a polícia mata 18 pessoas por dia. A grande maioria é composta por jovens negros. Uma mulher é vítima de feminicídio a cada seis horas.

Tenho um dado que mostrei já numa CPI que fizemos aqui: de cada dez jovens que são assassinados, oito são negros. E quanto à mulher, aqui no seu conjunto, embora também atinja mais as mulheres negras, o fato é grave de qualquer jeito. Enquanto uma pessoa for agredida – branca, ou negra, ou índia, ou cigana, ou quilombola ou deficiente, ou criança, ou idosa –, nós temos que estar lá para defender a justiça.

No Brasil, a polícia mata 18 pessoas por dia. A grande maioria é composta por jovens negros. Uma mulher é vítima de feminicídio, como eu dizia, a cada seis horas. Apenas nos três primeiros meses deste ano, resgataram-se mais de mil pessoas vítimas do trabalho escravo no Brasil.

O Brasil é signatário da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Organizações dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013, da qual o Deputado Paulão foi o Relator na Câmara e eu tive a satisfação de ser o Relator aqui no Senado. Mas essa convenção, que tem caráter de emenda constitucional, precisa ser incorporada. É preciso que a sociedade se aproprie dela. Somente depois que a sociedade incorpora a lei, se apropria dela, é que ela acaba acontecendo. O risco é ficar só no papel.

A hierarquia dos direitos humanos em face de todas as regras internacionais ou nacionais deve prevalecer em cada rincão desse planeta. Não podemos conceber uma ideia de desenvolvimento excludente, que assegure direitos para apenas determinados grupos em detrimento de outros. O que está em jogo é o respeito à humanidade, que nos constitui e que nos une.

Que tenhamos hoje aqui uma ótima audiência pública, no momento de tantos conflitos mundiais, desde as guerras como também a situação do clima.

Por exemplo, no meu Rio Grande do Sul, chove, chove, chove. Para dois dias, e começa a chover de novo. Dizem que essa semana é chuva de novo. E foram mais de 110 cidades atingidas. A cidade de Muçum, a que eu mais lembro, foi aquela que ficou por duas vezes debaixo de água. Vai se recuperando; quando está querendo se ajustar – querendo ainda, longe de voltar ao que era –, vem de novo a chuva.

E como eu digo... Teve um poema de uma menina, ela me mandou um poema rascunhado, mas muito bonito, em que ela diz: "O rio que chora". Eu digo: o rio que chora?, cá comigo, não li o título. Eu digo: quem chora é a natureza, enfim, os homens, as mulheres que estão morrendo. Mas a menina tinha razão. Eu fui lendo o poema e vi que disse: "O rio que chora". No fundo, resumindo o poema, ele diz, o rio diz: "Eu só queria passar, eu só queria passar, vocês é que não deixaram, por isso está acontecendo isso". Então, vem a mim um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco de emoção, porque a frase que ela coloca, assim, em forma desenhada, é muito bonita: "o rio que chora", e ele dizendo: "Eu só queria passar, vocês é que não deixaram, por isso aconteceu tudo isso".

O homem polui. Eu vejo, por exemplo, toneladas de peixe na Amazônia, agora, morrendo, faltando alimentação para as pessoas, florestas queimadas, incendiadas, águas poluídas, e o rio dizendo: "Eu, na minha pureza, só queria passar".

Vamos em frente.

De imediato, vou passar a palavra, vocês escolhem aqui... A preferência é para as mulheres. (*Risos.*)

É com muita satisfação que passamos a palavra a Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Por 10, com mais 5, no mínimo, 15 minutos.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – Eu não vou falar muito, não.

Bom dia a todo mundo, a todas, a todos e a "todes".

Eu agradeço pela oportunidade de estar aqui, pelo convite. Obrigado, Senador Paim, mais uma vez, pela recepção de sempre. Eu queria agradecer, enfim, pela recepção, mas também queria agradecer à Maria Izabel, que organizou esta audiência também.

Bom, eu queria falar que estou bastante contente de a gente falar sobre reparação a partir dos direitos humanos e aproveitar este momento, que é semana do aniversário dos direitos humanos – dia 10, domingo, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos –, para falar de reparação.

Para começar, quando eu penso em direitos humanos, eu penso que significa reconhecer uma condição humana que não é essencial, uma essência, ou melhor, não é universal. Essa condição humana é múltipla, diversa e também dinâmica, entende? Para além disso, pensar em direitos humanos é pensar em reconhecer as diferenças, as diferenças de diferentes sujeitos, e, então, entender que essa humanidade está em constante construção. E é a partir desse olhar também que eu me reporto já ao tema desta audiência, que é pensar em reparação, reparação da escravidão, mas, sobretudo, reparação. É que a reparação, exatamente... O olhar que a gente tem hoje para reparação está muito ligado aos direitos humanos, porque reparação é exatamente olhar para as injustiças que são associadas à violação de direitos humanos.

Quando eu penso em reparação, eu penso que reparação é o coração da justiça social. Quando, no caso, a gente está falando de reparação da escravidão, a gente está falando de justiça histórica, a gente está falando de injustiça, de violações que atingem um grupo, atingem historicamente um grupo, atingem um coletivo de certa forma.

Então, ela está ligada a uma relação de pensar em direitos de um coletivo e na exigência de que esse presente compense o passado, o que significa reparar e ser reparado por danos e prejuízos que atingiram o grupo coletivo específico.

Então, assim, é nesse sentido que eu penso em reparação. E a Corte Interamericana de Direitos Humanos pensou, por exemplo, um conjunto de formas reparatórias, um conjunto de medidas reparatórias, cinco itens, em que coloca que o primeiro item é de medidas reparatórias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para reparação dessa violação de direitos humanos, essas violações, essas justiças sociais e históricas, enfim. O primeiro conjunto reparatório seria investigação e elucidação das situações de violência ocorrida; o segundo conjunto reparatório, o segundo item é a responsabilização dos agentes que praticam as violações; o terceiro é a reparação dos danos suportados pelas vítimas; o quarto é a promoção da memória; e o quinto é adoção de medida destinada a prevenir a repetição das violações no futuro.

Assim como a Corte Interamericana pensou em medidas reparatórias, nesses cinco itens, o Alto Comissariado da ONU também traz a reparação nesse sentido de ver reparação como a restituição, que é restituir a vítima; reparação como compensação, que é compensar os danos sofridos; reparação como reabilitação, onde pensa em atenção social, médica, psicológica e legal; mas também reparação como satisfação e garantia da não repetição, que é medida para o fim das violações: pedido de desculpas, reconhecimento da responsabilidade, revelação e revelação da verdade, entre outras questões.

Bom, hoje eu tenho visto algumas discussões um pouco mais tímidas, mas parece que têm ressurgido algumas discussões em torno da reparação, pensando em reparação histórica, reparação da escravidão, mas a gente tem, por exemplo, um histórico de que o momento mais fervoroso que a gente tem, de uma história mais breve, na discussão sobre reparação é das décadas de 80 e 90, e nos Estados Unidos e no Caribe surge essa discussão com mais amplitude dos movimentos sociais – enfim, nas décadas de 80 e 90.

Aqui, no Brasil, isso acontece na década de 90; no continente africano também, década de 90. No continente africano tem uma questão muito específica, que é como os africanos se olhavam. Surgiu um grupo, pela Unidade Africana, que eram os chamados eminentes, personalidades eminentes, que, na verdade, reivindicavam as violações de direitos humanos feitos pelos europeus, seja no período do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, da escravidão, mas também do próprio colonialismo. Foi uma discussão muito fervorosa, porque reunia pensar reparações simbólicas, mas também reparação pecuniária, que, enfim, era do conjunto continental. Isso foi uma questão que pulsou muito, mas, no Brasil, a gente foi muito influenciado pelo que estava se discutindo nos Estados Unidos, no Caribe e no continente africano, sobretudo o movimento Reparações Já, para pensar reparação no Brasil, na década de 70.

E o que explode isso é essa discussão em Durban, em 2001, e essa conferência que acaba tendo várias discussões sobre reparação. Após isso, as discussões sobre reparação foram diminuídas. Enfim, meio que esse debate ganhou menos forças, e, no Brasil, a discussão girou muito mais em torno da ação afirmativa do que o debate de reparações em si, enfim.

E hoje eu tenho visto esse debate ainda um pouco tímido, mas tem vindo com uma certa dinamicidade.

Por exemplo, recentemente, teve um inquérito civil do Banco do Brasil... Do Branco do Brasil não; do Ministério Público, em relação ao Banco do Brasil, sobre o período da escravidão, sobretudo o período do tráfico transatlântico ilegal, e isso tem gerado uma discussão, enfim, com algumas audiências públicas em torno disso, mas também, não só no Brasil, tem tido encontros, por exemplo, entre Caribe e países do continente africano, sobretudo com a comunidade de Mercado Comum e Comunidade do Caribe, com alguns países que fazem parte dessa comunidade, juntamente com a União Africana, com alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países que fazem parte da Unidade Africana, que estão pensando, conjuntamente, em formas reparatórias – nesse caso, sobretudo em relação à Europa – e pensando em força para isso.

É claro que tem várias questões que levam a pensar nas dificuldades, pensar na reparação nesse caso que envolve Caribe e África, que têm uma relação meio que intercontinental, mas, no caso do Brasil, a dificuldade que a gente teve nas últimas décadas foi um debate muito acirrado entre ação afirmativa e reparação, em que, como eu disse anteriormente, acho que a ação afirmativa ganhou o debate, um espaço muito maior hoje, mas sinceramente, no Brasil, para mim, a maior dificuldade de a gente entrar no debate sobre reparação é a dificuldade de pensar em reconhecimento, e pensando em reconhecimento numa sociedade em o apagamento faz parte da nossa construção histórica, seja o apagamento da violência da escravidão, seja o apagamento da violência do próprio racismo; seja uma sociedade que, mesmo pós-abolição, viveu um momento de eugenia de uma sociedade que importa o darwinismo social de eugenia, seja uma sociedade que, ao longo do século XX, na verdade, criou políticas em torno de uma ideia de uma democracia racial e que permaneceu até um dia desses nas mentes, na mentalidade da população brasileira, e que, na verdade, apaga essa violência do passado. Então, reconhecimento é reconhecer que esse passado foi violado e que a gente precisa reparar.

Então, o reconhecimento é nesse sentido. Inclusive hoje. Ainda que aquela ideia de democracia racial esteja mais amena do que há três décadas ou mais, a gente, por exemplo, tem um discurso meritocrático que também tem uma força de apagamento.

Então, é disso que eu estou falando, a dificuldade de a gente reconhecer esse passado violado, porque esse apagamento, para mim, é violento, mas também esse apagamento... Eu costumo dizer, em todas as minhas falas, que eu entendo que esse apagamento, ao longo do século XX, foi uma política de Estado sim, enfim, esse apagamento dessas violações.

E é isso, é a partir do reconhecimento, que eu acho, que eu penso que é um caminho basilar para a gente pensar reparação. Sem o reconhecimento dessas violações, a reparação não tem seu sentido e seu efeito. Ele recoloca, em um ímpeto, o presente com o passado, e, para mim, o reconhecimento é um princípio filosófico e político e até mesmo moral para pensar reparação.

Tem uma pesquisadora chamada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ – ... Roda Roddy Rosemann. Ela diz que o pagamento das reparações exige primeiro que o perpetrador enfrente e admita sua vergonha. Isso é possível quando a gente pensa nesse reconhecimento desse passado, porque as reparações quase sempre... A gente sabe disto, que as reparações não reparam de fato, mas, assim... Até porque a gente não vai reparar o passado que foi violado, obviamente, mas a ausência de reparação... Leva a uma falta de reconhecimento, mas a ausência de reparação leva a uma falta de justiça social também. Então, pensar em reparação é importante.

Atualmente, sou Coordenadora-Geral de Memória da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, do Ministério de Direitos Humanos, em que foi criada essa ideia da memória da escravidão, que é pensar memória nesse ínterim, junto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento e reparação, e a memória não somente como a construção identitária, mas também como construtiva da reparação.

Então, assim como o reconhecimento, a memória também faz parte dessa constituição e reparação.

E a gente tem pensado muito nisso nessa coordenação, a qual eu tenho levado à frente. Na verdade, a memória aparece nesse trabalho que a gente tem feito como o encontro que revela o reconhecimento. É através da memória que a gente identifica as violações, os perpetradores, as responsabilidades, as pessoas violadas e os danos causados. É nesse caminho que a gente tem pensado que a ideia de enfrentar esse apagamento da memória é fundamental, mas também a ideia de colocar essa memória social, que traz as violências desse passado, sim, para o domínio público, para o espaço público, tornando pública essa memória.

É nesse sentido, por exemplo, que essa coordenação que eu estou à frente... Ela foi criada este ano, ela é super-recente no Ministério dos Direitos Humanos. Ela foi criada dentro de uma assessoria que é a Assessoria Especial de Defesa da Memória e Verdade, que exatamente surgiu para falar dessas violações de direitos humanos, dessas violações do passado. Até então, essa assessoria falava sobre ditadura, e é a partir dessa nova gestão que se pensou que, se a gente ia falar sobre injustiça do passado, a gente precisava falar da escravidão, que durou tanto tempo, mais de 300 anos. O Brasil foi o país que mais recebeu africanos durante o período de tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. E a gente não fala sobre isso, a gente não olha para esse passado reconhecendo esse passado de violência. Então, é nesse sentido que, na própria coordenação, a gente pensa nesta tríade: memória, reconhecimento e reparação. E, para pensar em reparação, a gente não consegue se furtar de olhar para a memória e, sobretudo, para o reconhecimento.

A partir disso, a gente tem feito várias ações...

Eu sei que o meu tempo já está acabando ou já acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem mais cinco minutos.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ – A gente tem feito várias ações em torno disso, pensando como um país que tem um histórico profundo de apagamento dessas memórias do passado, embora com uma sociedade em que essa escravidão... É porque, quando a gente fala em escravidão, eu defino escravidão como violência, desumanização e exploração, sobretudo exploração do trabalho. Então, se a gente tem um país que estruturalmente é marcado por essa violência, como é que a gente não fala sobre isso?

Até para a gente enfrentar enquanto um trabalho novo de uma coordenação, que é a primeira coordenação que surge em nível federal para pensar, para olhar especificamente para isso... É porque, se a gente está falando de memória, de memória da escravidão, a gente está falando de presente e, sobretudo, de futuro. A gente olha para o passado para tentar entender esse passado no presente e olhar para o futuro. Eu quero dizer com isso que a gente está falando de memória, dos impactos desse passado no presente hoje e do que a gente pode construir para um futuro melhor.

A gente tem tentado, por exemplo, criar um trabalho mais regionalizado, com a criação de núcleos regionais, para a gente conseguir dar conta de tanto apagamento de uma história que faz parte da nossa vivência cotidiana neste país. A gente tem criado núcleos regionais, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem os núcleos do Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, que a gente está construindo de certa forma para a gente ter um trabalho mais territorializado, com participação social. Semana passada, a gente fez um lançamento, no Rio de Janeiro, na região da Pequena África, de um projeto que a gente tem de sinalização e reconhecimento, em que a gente vai colocar placas em vários lugares – cem lugares – de memória da escravidão. E, a partir dessa sinalização que a gente vai colocar no Brasil inteiro – são 66 municípios e 16 estados –, a gente vai fazer um trabalho pedagógico. A gente acredita que o trabalho de política de memória não é só sinalizar, mas a gente precisa fazer um trabalho pedagógico, com o histórico que a gente tem. E aí, a partir disso, a gente acredita que a gente pode pensar em avançar, em olhar e reconhecer esse passado. Obviamente, isso traz várias questões.

A gente tem várias ações em torno disso, desde curso na Enap sobre reparação, desde trabalho de análise de inquérito policial em relação à violação de população negra.. Enfim, tem vários projetos, desde as pessoas com deficiência negras entenderem o quanto, por exemplo, a escravidão e a violência do racismo ao longo desse processo histórico não só produziram pessoas com deficiência, não só violentaram mais pessoas com deficiência.

Então, são inúmeros projetos que a gente tem no sentido de pensar o impacto dessa memória e pensar o que a gente precisa reconhecer nessa memória, e a reparação é importante para a gente pensar em justiça social.

E para finalizar, eu queria dizer que precisamos falar, sim, de memória, reconhecimento e reparação a partir desse combo, dessa tríade. Só assim entenderemos a importância e a necessidade da reparação no país, cuja história da escravidão perdurou por séculos.

A gente tem dificuldade de falar de reparação em sua totalidade. Isso é fato, e a gente precisa falar de alguma maneira. A gente pensa muito mais em reparação simbólica – se a gente falar de reparação pecuniária e financeira, a gente entra num lugar quase pavoroso para a sociedade brasileira – até porque a gente tem dificuldade inclusive de responsabilizar por esses danos: quem responsabilizar e como responsabilizar; a quem atribuir direitos por esses danos causados historicamente também; e como reparar e compensar esses lugares.

Para mim, esse é o debate mais delicado e que temos muita dificuldade de enfrentar, de fato, mas precisamos não esmorecer na discussão, porque, sem reparação, como já foi dito, não há busca por justiça e igualdade racial em uma sociedade que se estruturou e se construiu a partir de um processo de violência e desumanização, exploração do corpo dos sujeitos que foram escravizados.

E eu termino minha fala por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, que falou em nome do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Parabéns pela fala! Fez uma retrospectiva histórica falando o passado, falou do presente, que é gravíssimo ainda, e também apontou para o que temos que fazer no futuro.

E perseguir a reparação é um caminho, sim, é um caminho, um caminho. Claro que a gente entende, muitos entendem que nós estamos avançando. Só criar o Ministério dos Direitos Humanos, que você aqui representou muito bem, o da Igualdade Racial, a política de cotas, aprovada agora mais uma vez, obra do Governo que você aqui representa, e o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi, agora é feriado nacional...

O pessoal às vezes fala do Relator, mas não fala do autor. Não sei por que não falam do autor; eu sempre falo do autor. O autor não sou eu, não; é o Líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, que foi o autor e pediu para mim, porque nós vínhamos brigando junto, eu, a Benedita, o Caó, que já faleceu, com essa proposta, o movimento negro, desde a Constituinte; eu diria até antes da Constituinte. Apresentamos diversas vezes, e fomos sempre derrotados. E nesse Governo Lula, o Randolfe conversou e disse: "Vamos apresentar?" "Vamos!". Ele apresentou, e eu peguei a relatoria. Aprovamos no Senado, e foi para Câmara. Lá a Reginete Bispo, que casualmente minha suplente no Senado, assumiu, e é uma realidade. Eu creio que o Lula vai sancionar agora.

Acho que o Lula tem bons projetos para sancionar, porque ontem à noite aprovamos também a Política Nacional para a População de Rua. E nós sabemos que a maioria da população de rua, infelizmente, tem cor. E felizmente foi aprovado. O projeto veio da Câmara dos Deputados, onde a Erika Hilton foi a autora – eu sempre gosto de frisar o autor e o Relator –, e aqui no Senado fomos eu e a Senadora Teresa Leitão. Ela, na Comissão de Assuntos Econômicos; eu relatei aqui na Comissão e no Plenário.

Assim, nós teremos um projeto que tem tudo a ver também com o nosso povo, é um belo projeto. Havia projetos circulando na Casa – havia um de minha autoria, um do próprio Randolfe, um do próprio Contarato –, mas prevalece a Casa que aprova primeiro, e é mais do que justo. Se a Câmara aprovou primeiro, de forma definitiva, no Plenário, vem para cá; os outros podem ser apensados, mas prevalece aquele projeto. E é um belo projeto. Eu li todo ele ontem no Plenário, e não ficou nenhuma dúvida da justeza, do equilíbrio e da forma humanitária, já que nós temos hoje que, com o dia 10 que se aproxima, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, lembrar exatamente essa população, que é tratada até como se fosse invisível.

Nós estamos aqui, como disse, no ar condicionado, e não tem nada de mais, não é? Agora, o que nós queremos é que esse povo que está jogado nas ruas tenha direito à moradia, ao ensino técnico, por exemplo, que está no projeto, acesso à educação, à saúde, ao bom viver, ao bem viver – nem é bom viver; é bem viver, viver com dignidade.

Por isso, eu fiquei muito feliz.

Ontem foi fundamental – e estou aproveitando este minuto aqui para falar – o apoio que tivemos do Presidente Rodrigo Pacheco; ele disse: "Vou botar na pauta [eu aprovei aqui o requerimento de urgência] e vamos aprovar". E nós vamos aprovar. E todo mundo achou que ia ter muito problema no Plenário. Eu terminei de ler o relatório e ele disse: "Em discussão. Alguma emenda apresentada?". Não. "Em discussão. Em votação". E votou simbolicamente. Foi unanimidade. Não teve um voto contrário a esse belo projeto, que eu chego a dizer que chega a ser um estatuto para recuperar a população que está jogada nas ruas em todos os sentidos.

Então, agradeço muito aqui ao Presidente Rodrigo Pacheco neste Dia Internacional dos Direitos Humanos, que tem nos ajudado muito em todas as políticas de combater o racismo e o preconceito – em todas ele tem nos ajudado. Por isso, aprovamos, até com uma certa facilidade, durante esse mandato dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também ao Líder do Governo, Jaques Wagner, que tem nos ajudado muito e ontem ajudou novamente para esse projeto; à Senadora Teresa Leitão, que foi Relatora na Comissão de Economia – eu fui aqui e fui depois no Plenário –; e naturalmente à autora desse projeto na Câmara dos Deputados, que é a Deputada Federal Erika Hilton. Todo mundo ajudou, todo mundo trabalhou, foi parceira grande do Governo, inclusive com o seu ministério, na formulação desse projeto, que é um projeto, como eu disse ontem, num outro projeto do Alessandro Vieira, num outro projeto de que eu fui Relator *ad hoc*... Aí eu percebi que o Plenário estava praticamente aprovando a ideia, e o Presidente Rodrigo Pacheco: "Me dá aí, Senador Paim", "Presidente, como eu percebo que aqui vai pela aprovação simbólica, projeto bom não é um projeto discursado: só falado, é aprovado". Ele: "Eu entendi". Botou em votação a matéria e aprovamos também por unanimidade. Na verdade, é do Alessandro Vieira, e o Relator era o Veneziano Vital do Rêgo, que é o Vice-Presidente da Casa, mas, como ele não estava, estava viajando, pediu que eu fosse Relator *ad hoc*. E eu mantive na íntegra o relatório dele, que estava a conhecimento de todos. Então, eu fiquei uma hora, duas horas lendo, só disse que o relatório era aquele e foi aprovado.

Temos aprovado coisas importantes aqui, graças a muita costura, muita conversa.

Eu elogiei aqui com justeza o trabalho do Líder do Governo, Jaques Wagner. Ele se vira. Eu sei como é isso aqui, eu estou aqui há alguns anos, não é?

Mas vamos em frente. Tudo isso aqui é direitos humanos, o que eu falei aqui é direitos humanos e a tua bela exposição.

Agora, segundo me informaram, a gente pode ir intercalando... Mas isso aqui eu pedi e chegou. Eu queria cumprimentar a Diretora Elga Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência, sempre aqui na Comissão, apoiando a Comissão – naturalmente, o DataSenado faz um papel fundamental, e o seu trabalho ali é reconhecido por todos, tanto que tem uma equipe aqui, não é? –, e Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do DataSenado. É isso? Não está lá, porque eu estava olhando aqui, olhei aqui, olhei lá, e ela estava lá atrás. Muito bem, meus cumprimentos a Isabela Souza Lima Campos, a Elga Lopes, Diretora, que eu já mencionei, e aos colegas que estão aqui. Uma salva de palmas a todos vocês, pelo trabalho belíssimo que vêm fazendo. (*Palmas.*)

É política de direitos humanos o trabalho de vocês. O trabalho do DataSenado, quem não sabe fique sabendo, é um trabalho de direitos humanos. O que eles fazem, pesquisa, elaboração, construção, sugestão, a maioria acaba aqui na Comissão de Direitos Humanos, porque aqui, a bendizer, é o nascedouro das políticas humanitárias. Fizemos aqui aquele trabalho do ciclo de debate com vocês, que foi muito, muito bom – depois você vai poder comentar a importância e o desdobramento.

Mas eu fiz essa introdução para apresentar você, porque aqui na mesa, então, está conosco a Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral de Memória e Verdade... Fernanda já falou... Não, está aqui conosco na mesa... É que me pediram, por isso que eu troquei as folhas, que eu colocasse alguém por videoconferência, que está esperando já. O Adami?

Tem a Cândida Soares da Costa, Beatriz Gallotti e o Adami. Quem está na tela? Veja aí para mim. Eu chamo aquele que estiver na tela. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Adami. Então, nesse momento, por videoconferência, para intercalar um por videoconferência e um presencial, eu vou convidar o Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Doutorado Interdisciplinar. Por favor, Dr. Humberto... Foi aqui de novo, troquei os nomes aqui. Só um pouquinho que eu já vou encaminhar. (*Pausa.*)

Não, não, não, não pode. Não pode... Meus assessores aqui, dois painelistas, não precisa de assessor mais no plenário, é demais... (*Risos.*) Os assessores aqui... A Beatriz vai falar depois. Eles me alertaram aqui, os dois, eu vi, cada um botou uma mão para cá. (*Risos.*) Eu fiquei abraçado pelos dois. Não, mas foi o alerta.

Quem vai falar agora, com muito carinho e respeito eu o convido, é quem está na tela, Dr. Humberto Adami Santos Júnior, Vice-Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da seccional da OAB-RJ.

Dr. Humberto Adami, é uma satisfação enorme ouvi-lo aqui, como o primeiro a falar por videoconferência.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Bom dia, querido Senador Paulo Paim.

Eu estou em dois aparelhos aqui. Neste aqui, já estão me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está perfeito. Está melhor do que eu. Eu que me atrapalhei na abertura aqui, mas você está bem. Estamos te ouvindo bem.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – A conexão cai. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou dizer a mesma coisa.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Paulo Paim, é um imenso prazer e uma alegria revê-lo sempre na vigília do Senado Federal, há tantos anos fazendo esse trabalho importante para a população brasileira, não apenas para a população negra.

Quero saudar também as pessoas presentes na plateia e na mesa, especialmente a Profa. Dra. Fernanda Thomaz, querida amiga que agora nos abrilhanta com essa coordenação da memória e da reparação no Ministério de Direitos Humanos, e que, aliás, está sempre aqui no Rio, não é? Que bom!

Eu queria lembrar a importância dessa pauta da reparação da escravidão, uma pauta a que eu venho me dedicando já há algum tempo, com o Senador Paulo Paim e a sua poderosa assessora Bebel, que estão sempre em contato já há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está podendo, hein, Bebel? (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos elogiando teres se lembrado da Isabel, que veio trabalhar comigo por indicação do Frei David. Há o quê? Uns 20 anos, não é? (*Pausa.*)

Há 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Pois é, nós estamos todos aí há algum tempo nessa pauta.

Na verdade, quando vem a coordenação da memória e reparação, hoje brilhantemente dirigida pela Fernanda Thomaz, isso é uma vitória de toda essa luta que o Senador Paulo Paim vem trazendo, com muita firmeza, no Parlamento brasileiro, há muito tempo.

Eu queria lembrar também... Eu tinha o número do projeto aqui – eu até passei para a Bebel, mas não está mais aqui – que foi apresentado, inclusive, pelo grupo da atual Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos, que é a querida Dra. Rita Cristina, que também apresentou o do museu da reparação da escravidão, que nem sei se continua em andamento, porque era na legislação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O do Cais do Valongo, se me permitir, também foi ela que sugeriu para nós. Nós o apresentamos, aprovamos no Senado e está lá na Câmara do Deputados. O do Cais do Valongo aqui está resolvido. Agora, o do museu... Ele está lembrando... Você não lembra o número do museu da reparação da população negra? (*Pausa.*)

Não. Só do cais que foi para a Câmara.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – E também quero lembrar que eu fiz, no meio da pandemia, junto com o Bruno, da liderança, trabalha na liderança, assessor também, junto com a queridíssima Bebel, minha amiga de tantos anos, que é a proposta de uma subcomissão de reparação da escravidão no âmbito do Legislativo brasileiro. Na época, a avaliação foi que não havia condições de se aprovar, como o senhor mesmo falou agora. Está sempre... Vai dar para aprovar, não vai dar para aprovar. E eu queria renovar essa proposta de se fazer a subcomissão de... Ou qualquer outra ferramenta que vocês acharem melhor, de reparação da escravidão, para aglutinar essa discussão da reparação da escravidão no meio do Senado brasileiro. Eu quero refazer a proposta – e acho que agora o momento está mais favorável do que aquele momento anterior – de puxar, no âmbito do Senado brasileiro, essa discussão.

Eu quero aproveitar e falar que hoje eu estou na Vice-Presidência da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra. Eu estive Presidente lá por três gestões. Nós conseguimos colocar a Comissão da Verdade da Escravidão Negra em 18 seccionais e várias subseções ao longo do Brasil, trabalhando independentemente, trabalhando a proposta de verdade, memória e reparação no seu âmbito local, naquela perspectiva que a gente tem no meio ambiente, lembrando aí a Ministra Marina, de pensar globalmente e agir localmente.

Então, a memória, a verdade e a reparação também podem seguir esse adágio, esse combo, porque uma das dificuldades que a gente tinha era pensar na reparação como um todo. É muito mais difícil você estabelecer uma proposta que vem agora dos países africanos, um fundo para a reparação... Ora, isso não consegue... Na realidade, no nosso Legislativo das causas raciais, nós temos um contingente muito pequeno de Parlamentares dedicados a esses temas e um contingente muito maior de contrários. Então, trabalhar a reparação também em pequenas reparações locais é uma estratégia, porque várias pequenas reparações são um conjunto formidável de reparação, que aliás é a medida que se vê na prática à lei da história da África e cultura afrobrasileira e indígena, a chamada Lei 10.639, que também é a Lei 11.645. Mas ela funciona muitas vezes com as professoras do ensino fundamental fazendo lei da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história da África no seu município. E muitas vezes não funciona. A reparação pode seguir esse caminho.

Aí eu chamo também a intolerância religiosa, que faz parte desse projeto grande, nacional, de reparação da escravidão, com as religiões de matriz africana sendo atacadas todos os dias na normatização da sociedade brasileira escravocrata, onde a repercussão da escravidão permite isso até hoje.

E aí eu chamo também a intolerância religiosa, que faz parte desse projeto grande, nacional de reparação da escravidão, com as religiões de matriz africana sendo atacadas todos os dias na normatização da sociedade brasileira escravocrata, onde a repercussão da escravidão permite isso até hoje.

Então, nessa Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra, que eu presidi por três gestões – hoje, ela é presidida por uma advogada negra, conselheira federal pelo Paraná, Silvana Niemczewski, e eu estou lá como Vice-Presidente, muito orgulhosamente –, nós conseguimos trazer lá do Piauí a figura da Esperança Garcia, do trabalho da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB do Piauí, que era presidida pela saudosa Profa. Maria Sueli Rodrigues. Hoje, a OAB tem o busto da Esperança Garcia na sede do Conselho Federal da OAB, aí em Brasília. E nós vamos ter muitas surpresas aí no IAB – já vou falar em parte. Mas esse trabalho é fruto da reparação também, porque a Esperança Garcia estava circunscrita à carta que o Luiz Mott, o historiador, achou lá em Teresina, no Piauí. Então, esse trabalho de resgate, embora não se credite à Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão, é um trabalho direto da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da OAB e da OAB do Piauí.

O Luiz Gama também estava esquecido no cenário brasileiro, até que a OAB vai entregar uma placa de Luiz Gama, que, mais do que advogado, foi herói brasileiro, herói da pátria. Isso porque se dizia que o Luiz Gama não era advogado. Essa placa foi entregue pelo Presidente do Conselho Federal da OAB e por mim, como Presidente da Comissão Nacional da Verdade, no Instituto Luiz Gama, e quem a recebeu foi o atual Ministro Silvio Almeida, como Presidente do Instituto Luiz Gama. Daí em diante, Luiz Gama ressurge e ganha o noticiário. O Prof. Fábio Konder Comparato estava presente, a Profa. Ligia Ferreira. Em uma semana de mídia, a OAB então produziu esse aspecto. Não é que ela foi lá fazer a pesquisa, que é dos historiadores, mas ela amplificou e trouxe para o cenário da discussão, o cenário brasileiro, o trabalho de vários historiadores, dentre os quais o da Profa. Ligia Ferreira.

E quero lembrar também o trabalho do querido Déo Garcez, que já dura mais de oito anos aí, com: Luiz Gama – Uma Voz pela Liberdade, que é uma peça fantástica, que eu ainda quero ver encenada aí no Senado brasileiro.

Aí falamos da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB do Rio de Janeiro, que eu também presido pela terceira gestão. E eu quero trazer para esse trabalho de memória, de verdade e de reparação as figuras de Manuel Congo e Marianna Crioula. Ele é o segundo herói negro do Estado do Rio de Janeiro, por lei – da Deputada Inês Pandeló, se não me engano –, e também está esquecido aí, como o Luiz Gama. Foi responsável pela insurreição e foi enforcado aqui em Paty do Alferes. Nós temos que trazer esses heróis para o dia de hoje.

E, por fim, eu chego, nesse cenário rápido, Senador Paulo Paim, ao Instituto dos Advogados Brasileiros. Nós produzimos a Comissão de Igualdade Racial no Instituto dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advogados Brasileiros, que eu presido... Primeiro, pela advogada Rita Cortez, ex-Presidente, segunda mulher negra em 180 anos a presidir o IAB. E fizemos um projeto lá, dez mulheres negras no IAB, porque não existiam nem mulheres nem negros. E aí, com essas dez mulheres negras, nós iniciamos uma vasta chegada de advogadas e advogados negros, que estão hoje entrando no IAB, que não existiam – estou no IAB desde 1995. E agora o último a entrar foi o Ministro Silvio Almeida, que também entrou como sócio confrade benemérito. Então, os pretos estão chegando ao IAB.

E no IAB a Comissão de Igualdade Racial produziu um documento de 80 páginas que está no *site* do IAB: "Aspectos Jurídicos da Reparação da Escravidão". Nós estamos esperando a agenda no Senado brasileiro, e queria pedir o apoio do Senador Paulo Paim para combinar. Ontem mesmo eu falei com o Presidente do IAB, Presidente Sydney Sanches, agora já para o ano que vem, arranjar uma agenda com o Presidente Rodrigo Pacheco – que é ex-conselheiro federal, colega aqui, conselheiro federal por Minas Gerais –, uma agenda para a gente fazer a entrega solene desse parecer ao Presidente do Senado: "Aspectos Jurídicos da Reparação da Escravidão". É um documento onde a gente, naquele tempo, até um tempo atrás, conseguiu resumir o que tinha sobre reparação da escravidão no âmbito jurídico de uma forma ordenada, e é uma coisa que não para.

Então, esse documento deve ser recebido pelo Presidente do Senado brasileiro, Senador Rodrigo Pacheco, e daí vir a ajudar, inclusive, na aprovação dessa Subcomissão da Reparação da Escravidão. Não deu para fazer esse ano, mas a gente espera essa agenda. Eu peço que o Senador Paulo Paim, já autorizado pelo Presidente Sydney Sanches, que veio ontem de noite aqui, a fazer essa agenda no próximo semestre, e aí iremos todos comparecer – na mão, o documento de trabalho, em que a gente reuniu tudo o que tinha no mundo sobre esse aspecto da reparação da escravidão na forma jurídica. Acho que vai ser um documento importante e que vai propiciar muita discussão.

E agora a gente vê a África trazendo essa proposta dos países do fundo. Eu não acredito muito que vá acontecer, mas o fundo soberano é uma ideia que já vem aí desde o Fernando Conceição, passando pela Vereadora Claudete.

Eu ia falar também – mas a Fernanda já falou – dessa coisa nova que é o Banco do Brasil pedindo desculpas à sociedade brasileira pela escravidão, que é um movimento importante para o início. Estamos acompanhando aqui o Ministério Público Federal, com o Julio e com o Iara (Instituto de Advocacia Racial e Ambiental).

Então, dentro desse tempo que foi deferido aí, dos 15 segundos, eu queria agradecer a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já lhe dei mais dois minutos. Fique à vontade, porque tem mais dois minutos além dos 15 segundos.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Não, eu vou ficar dentro do tempo que me foi dado aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Como é que se diz? Sou obediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vejo como esse trabalho da reparação é um trabalho transgeracional. Esse trabalho vai continuar. E eu quero dizer que para mim essa é a pauta mais importante do Brasil. É a pauta que liga o passado escravocrata com as suas repercussões que acontecem nos dias de hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Nós estamos vendo aí o genocídio da população negra. Agora mesmo, vemos aqui em Copacabana, essa horda de assaltantes, que, na verdade, deveriam ter o tratamento do Estado brasileiro, para botar aqueles que estão assaltando aí, como corredores da Olimpíada, como Exército; e que essa população periférica que todo dia acorda para trabalhar, num calor infernal, aqui no Rio de Janeiro, está abandonada. A favela só vê helicóptero, fuzil, caveirão, e isso não vai dar solução para nada.

Se me der mais dez segundos, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão dados. É com você.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – ... eu queria entrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – ... numa pauta em que a gente entrou aqui, na OAB do Rio de Janeiro, com a Comissão da Cannabis. Teve um congresso de *Cannabis*, e nós fizemos um evento sobre: "Legalização da maconha, economia, e a reparação da escravidão". Porque eu fui assistir a esse Congresso de Direito Canábico aqui, na OAB do Rio de Janeiro, e só vi lá advogados brancos, palestrantes brancos e público também branco. E os negros na legalização da maconha? Eu fiquei surpreso. Aí me socorri do advogado André Barros, decano advogado da Marcha da Maconha, e aí descobri isso no debate que está até no Supremo Tribunal Federal, sobre a legalização da maconha: que tem um mercado da maconha legalizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – ... inclusive do canabidiol, mas que só é deferido em *habeas corpus* que estão custando de R$30 mil a R$50 mil os honorários, mas só pode ser deferido para o asfalto. Quando é colocado para a favela, para a comunidade, ele é indeferido. E o preto pobre não pode ter direito ao canabidiol, que é um óleo medicinal que está fazendo bem a uma série de pessoas? Então, nós entramos nesse debate – está gravado no YouTube.

Eu não vou me estender mais, mas eu queria também, Senador Paulo Paim, que o senhor, que é um paladino de tantas lutas, entrasse muito forte nesse debate, que é a questão da economia, a legalização da maconha, que está no Supremo Tribunal Federal, e a reparação da escravidão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe por ter me estendido, mas é um assunto que me empolga. Eu fico muito feliz de ver os senhores aí com saúde.

Muito obrigado. Feliz Natal e próspero ano novo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Humberto Adami Santos Júnior, Vice-Presidente da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e Presidente da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra, da Seccional da OAB-RJ.

Mediante a sua fala – eu já peço para minha assessoria –, há alguns compromissos que eu assumo aqui e que vamos encaminhar para o ano que vem naturalmente: uma audiência com o nosso querido amigo e Presidente Rodrigo Pacheco, que tem nos ajudado muito, muito nas políticas de combate a todo tipo de preconceito e racismo contra o povo brasileiro e, naturalmente, de forma acentuada, contra os negros e negras – vamos acertar; combinarei com ele para recebê-lo, então, baseado na sua proposta, Adami –; e também vou propor que, no mesmo dia, depois de recebê-lo, a gente tenha uma audiência pública aqui, na Comissão de Direitos Humanos, com este eixo, com esse farol da reparação da escravidão.

Quanto à subcomissão que você também propôs, eu conversava aqui com a Fernanda que podemos ter uma conversa entre Executivo e Legislativo, para ver se dá para fazer. Nós temos, por exemplo, aqui a Frente Parlamentar Mista Antirracismo, e então nós podemos criar uma subcomissão, ali até, com esse objetivo de tratar especificamente do tema.

E, quanto à *Cannabis*, esse é um tema que nós estamos tratando mesmo, e com muita coragem, muita firmeza, porque o debate que está aqui nesta Comissão é o da *Cannabis* para fim medicinal. O debate lá no Supremo é outro, mas nós estamos tratando aqui e já fizemos três, quatro audiências públicas. Eu mesmo sou autor de um projeto nesse sentido. A Senadora que presidiu ontem a Comissão de Assuntos Sociais à distância... (*Pausa.*)

Lembrou bem: Senadora Mara Gabrilli. Ela também tem um projeto, e o Senador Flávio Arns também tem um projeto. Nós temos aqui, entre Câmara e Senado, acho que mais de dez projetos com esse objetivo. Então, é um tema que nós vamos tratar. E, quem sabe, nessa audiência pública a que vocês virão com toda a equipe da OAB que você listou aí, nós podemos discutir a reparação da escravidão e também a *Cannabis*. A *Cannabis* para mim é fundamental.

Eu tenho inúmeros amigos e amigas... Teve uma amiga que me ligou esta semana. Ela tinha ali aquelas gotinhas – dor em todo o corpo. Ela me disse que viajou, e não é quebrou o vidrinho dela na viagem? Porque é um vidrinho assim. Toma duas gotas de manhã e duas gotas de noite e diminui a dor. Ela estava desesperada. Daí, como tive diversos painelistas aqui sobre esse tema, e tem associações da *Cannabis* e canabidiol em diversas partes do Brasil – Brasília, São Paulo e Mato Grosso do Sul eu sei que tem –, eu dei o telefone para ela de um dos painelistas, e ele disse: "Não, nós vamos providenciar aqui". Ela entra, então, numa associação – se eu não me engano, muitos fazem isso – para remeter então. É claro, tem que pagar, mas, perto daquilo que se paga fora das associações, eu diria que é um terço do valor. Você vai a um profissional médico, o que é legítimo, mas, como ele disse, a *Cannabis* tem que vir do exterior – e eu reconheço que é real isso – e é caríssima. Como diz sempre a nossa Mara Gabrilli, que é uma pessoa com deficiência: "Eu uso a *Cannabis*, todo mundo sabe, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito tempo. Agora, eu posso. Eu não tenho problema nenhum de pagar R$300, R$400, R$500, R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil reais; eu pago. Então, não é para mim" – diz ela. Eu acho bonita a fala dela, e até emocionante: "Não é para mim, eu não preciso. Meus pais têm condição, eu tenho, enfim, de comprar a *Cannabis* pelo valor que for e quando eu quiser. Agora, e o pobre? Como é que faz?".

Como falou, inclusive, aqui o Adami, o pobre que tem doenças degenerativas – e são diversas, são mais de 50 tipos de doenças em que você diminui a dor com a *Cannabis* – como é que faz? Como é que compra? Não compra. Fica ali, morre na dor, e não compra.

Por isso, a Anvisa está avançando bastante nesse sentido. Já tive umas conversas com a Anvisa bem interessantes. E a conversa é porque o apoio da Anvisa para aprovar o projeto aqui no Congresso é fundamental. Quem sabe nesse dia a gente traga até a Anvisa também para debater esse tema?!

Adami, como você é um bom advogado, você fez aqui a defesa das tuas teses, e eu acatei todas. Eu acatei, agora vou encaminhar. Vamos ver como é que vai se dar mais à frente. Obrigado, Adami. Você é uma referência para todos nós.

Agora, com muita satisfação, eu vou passar a palavra, voltando à nossa lista aqui da mesa, ao nosso querido Doutor, militante, articulador das grandes causas, que vai falar pelo DataSenado, Dr. José Henrique de Oliveira Varanda, pesquisador do DataSenado que tem nos ajudado muito aqui nesta Comissão, não é, diretora? Então vamos dar o nosso cumprimento aqui já.

É com você, doutor. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, obrigado pelo convite ao DataSenado. Falo aqui em nome do DataSenado – a Diretora Helga está aqui conosco, a Isabela, os colegas do DataSenado –, e a gente veio trazer dados de um estudo que nós fizemos sobre a distribuição da fome e da pobreza por raça e gênero.

Bom dia, Fernanda.

Senador, quando o senhor começou a falar hoje, deu um contexto para a gente do que é a comemoração desse Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10 de dezembro, e dá um contexto de fato de que, embora os direitos humanos não devessem ter qualquer tipo de preconceito – por gênero, por raça e todas as demais formas de preconceito –, o fato é que há. Não deveria. Isso não deveria diferenciar ninguém, nem o acesso, nem as desigualdades, mas há. A pobreza tem raça, a pobreza tem gênero, a fome tem cor, a fome tem gênero, e é um pouco isso que a gente trouxe aqui.

Então, Fernanda, quando você fala na reparação, eu acho isso que parte muito de a gente compreender isso. Primeiro, compreender, no combate ao racismo, que realmente não deveria haver essa diferença, mas há. Ela existe, e ela tem razões históricas, razões estruturais. Ela está imbuída na nossa sociedade, tem questões estruturais, de ciclos intergeracionais de pobreza, de falta de instrução, de miséria que a gente tem que quebrar. Então, acho que passa muito por isto: como, talvez da forma mais econômica possível, a gente conseguir enfrentar isso, reconhecendo que não deveria haver essas diferenças, não por cor de pele, não por gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que o Brasil é muito desigual – é muito desigual –, e há desigualdade em todos esses recortes; todos esses recortes são ainda muito desiguais. A gente vai ver aqui que tem diferenças, mas também nós não podemos deixar para trás nesse processo aquela pessoa também miserável, também passando fome, que, às vezes, tem qualquer cor de pele que seja. E esse é o processo. Mas é importantíssimo a gente trazer um retrato da realidade. E esse foi o trabalho que o DataSenado fez, Senador, quando a gente começou aquele ciclo de palestras no início do ano, em que a gente constatou que há um apagão de dados no Brasil, em geral, sobretudo no tema daquele momento, que era sobre a fome, a insegurança alimentar.

Esse é um tema que tem sido enfrentado pelo poder público, inclusive pelo Senado Federal. Nós estamos já nos planejando para fazer uma pesquisa ampla para entender a questão da fome, e não só quantificar a incidência da fome e da insegurança alimentar, mas entender os fatores, como essas famílias estão se sentindo, como elas estão fazendo para se virar e até fatores que levam as famílias a superarem isso. E também as dificuldades de acesso a alimentos em certas regiões e questões específicas. Esse é um outro esforço que a gente fez, de tentar se instrumentalizar para que, à medida que o poder público agora voltar a produzir dados, a gente possa, de fato, entender, analisar e percorrer esses dados.

Então vamos em frente. Vamos lá.

Falando rapidamente, a Secretaria de Transparência tem essa missão de prover transparência à sociedade, ao Senado Federal, subsidiar os Parlamentares, e faz isso sobretudo por três grandes eixos. Há a transparência passiva e ativa, ou seja, a gente publica informações do Senado Federal e outras informações em que a sociedade tem interesse, da atuação do Parlamento. Também nós fazemos pesquisas primárias para produzir dados para os Parlamentares, pesquisas de opinião, vamos a campo.

Falando da população em situação de rua, isso mexeu comigo porque é uma população difícil até de pesquisar. A gente consegue ligar para o telefone de uma pessoa, e a gente consegue ir ao endereço onde ela mora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eles não têm endereço.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Eles não têm endereço, dificilmente têm telefone. Quem está passando fome, às vezes, não tem como pagar telefone, porque não está conseguindo nem comprar comida.

Então, é dificílimo, é algo que a gente gostaria muito... Não é, Isabela? A Isabela tem isso com muito carinho, para a gente tentar encontrar essa população.

E nós temos também o eixo de observar dados, que é o Observatório da Mulher Contra a Violência. E agora nós queremos expandir essa observação de dados para todas as questões de miséria e fome sobretudo, essas mazelas.

Então, vamos adiante um pouquinho, gente? Mais um pouquinho.

Quanto ao escopo desse estudo, Senador – muito brevemente –, a gente pegou um panorama de como está em insegurança alimentar e fez um recorte por localidade, por região, mas sobretudo por gênero, raça, renda e escolaridade. A gente se baseou em dados oficiais da última Pesquisa de Orçamento Familiar, entre 2007 e 2018. É um dado é um pouco defasado, por conta do apagão de dados, mas também é um dado que a gente acredita que seja mais perene em termos estruturais, para a gente entender essas diferenças de gênero e raça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele estava antes do choque da pandemia e no momento em que pelo menos o Bolsa Família ainda estava estruturado com as suas contrapartidas e tudo mais.

É claro que a gente estava passando pelo início de uma crise econômica que se agravou, teve a crise da pandemia, a gente sabe que essa situação de fome teve um momento muito agudo durante a pandemia, mas agora a gente espera ver uma normalização gradual. E a gente sabe que o Bolsa Família, nesse processo, por outro lado, foi reforçado. A gente tem o benefício agora para as famílias com crianças e, talvez, a gente convirja para esse cenário que nós vimos em 2017, 2018. Então, ele vai ser muito representativo da questão de raça e de gênero, que é mais estrutural, em que está mais impregnada na nossa sociedade, nas regiões, a diferença.

Outro aspecto: a gente pegou também indicadores de desigualdade de renda, para entender um pouco da pobreza, e, aí, a gente pegou os dados mais recentes, que são os dados do final de 2022, a quinta visita da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad Contínua. Então, nós temos dados bem recentes e também fizemos cruzamentos... E, aí, são cruzamentos inéditos. Nem no Atlas Brasil do Pnud, das Nações Unidas, não tem o nível de cruzamento que a gente fez por gênero e por raça e por cor. Então, a gente vai trazer um pouco isso.

Bem, então vamos adiante um pouquinho?

Só comentando, Senador, de tudo isso a gente está se apropriando e criando um repositório de dados lá no DataSenado e criando um painel também de dados que, para o início do ano que vem, a gente quer divulgar, com todas essas massas de dados, e, à medida que elas caminhem, que elas se atualizem, esse painel vai ficar vivo, para a gente ter bastante continuidade nesse trabalho.

Bem, muito brevemente, trago o panorama de como estava a insegurança alimentar em 2018. Nós tínhamos 68 milhões de domicílios no Brasil; desses, 25 milhões em algum nível de insegurança alimentar; e 3 milhões passando fome – domicílios. Eram 207 milhões de pessoas, 84 milhões em insegurança alimentar – pessoas –; quase metade da população com algum nível de insegurança alimentar.

Passando fome, com a situação mais grave de insegurança alimentar, naquele momento, eram 10 milhões de pessoas. Mesmo que a gente convirja para esse número, eu ainda o consideraria um número inaceitável: 10 milhões de pessoas em situação de fome.

Vamos adiante um pouquinho?

É claro que a distribuição da insegurança alimentar é desigual. Ela é desigual inclusive na Federação, entre os estados. Nós temos estados, como Amazonas, Maranhão, Paraná – os três primeiros ali –, onde a insegurança alimentar supera 60% da população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pará ou Paraná?

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Pará. Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Soou para mim "Paraná".

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Não, não.

Já nos três últimos, que são justamente os estados da Região Sul do país, menos de 20% da população tem algum nível de insegurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem muito a ver também não só com a questão da renda, mas com a questão do acesso ao alimento. Se você está num local onde, apesar de ser de baixa renda, às vezes se produz o próprio alimento, é coberto pela agricultura familiar, tem a produção alimentar do Brasil mais próxima, talvez seja mais fácil conseguir o alimento, porque tem local em que, a qualquer preço, você nem sequer consegue, ou consegue a um preço muito elevado. Então, aí são questões... Quem já viu um mapa topográfico do Brasil sabe as barreiras que nós temos, inclusive de montanhas – há uma série de dificuldades –, climas... Não se produz fácil aqui, não se tem acesso fácil.

Vamos adiante.

Bem, a insegurança alimentar tem gênero, tem raça, tem renda e tem escolaridade. Sobretudo, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – ... ela tem cor. Ela tem cor.

Se eu pudesse escolher os dois principais fatores que explicam a insegurança alimentar, é a população de pretos, pardos e indígenas – se a pessoa faz parte dessa população, a chance de ela ter, a proporção é muito maior do que a proporção dessa população nos números em geral –, e o outro é o nível de escolaridade. O nível de escolaridade também explica bastante a insegurança alimentar.

Então, talvez, no processo de reparação, no processo de estruturação para a gente combater esse problema, a gente tenha que enfrentar as famílias que têm um nível de ensino, de escolaridade baixo, porque é estrutural, é algo que acompanha a nossa história. E não é só dar uma escola de qualidade ou dar acesso; talvez a gente tenha que dar a melhor escola. A gente tem que realmente resgatar essas pessoas e fazer algo além para as pessoas todas que estão num nível de escolaridade baixo, as famílias todas, para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza e da miséria.

Vamos adiante.

Se a gente faz um recorte pelas unidades federativas entre a população de pretos, pardos e indígenas e os demais, a gente também nota que a proporção em insegurança alimentar é muito maior. É só reforçando essa questão, porque também isso tem uma uniformidade, digamos assim, na Federação. Talvez, em Santa Catarina, a população branca em insegurança alimentar seja maior que a negra, mas a população negra é menor, a incidência é menor na população de Santa Catarina.

Vamos adiante.

Os indicadores se intensificam. Os indicadores de fome e insegurança alimentar se intensificam na população de pretos, pardos e indígenas. Você ainda tem uma proporção ainda maior de pessoas passando fome. A diferença de renda explica mais, a diferença de escolaridade explica ainda mais, ou seja, se isso é importante para qualquer pessoa, é mais importante ainda para quem tem essa reparação histórica a ser feita. É um ciclo de pobreza e miséria que se perpetua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É interessante também a sua palestra, pois também é educativa e pode ajudar na formação da visão das pessoas de como avançar na vida, ultrapassando a barreira da fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pesquisas que você mostra e uma que eu tinha aqui também mostram que a educação é fundamental para tirar os mais pobres da política de fome. Quanto mais estudo, menos estão nesse campo da fome e da miséria.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Estruturalmente, Senador, para as famílias... É claro que a gente tem que fazer um enfrentamento, porque quem tem fome tem fome hoje, não é amanhã, a fome é agora; quem tem fome tem pressa. Então, a gente tem que, sem dúvida, compensar com renda, compensar com alimento, fazer um esforço para tapar o buraco. Agora, estruturalmente, realmente é preciso recuperar essas famílias, e não só de fome, não é, Senador? Isso é só uma faceta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – É multifacetado, é de tudo. Como o senhor falou, a violência urbana... O nosso colega Adami estava falando de uma série de questões. Tudo que a gente vê que tem... Por exemplo, o acesso a um medicamento como o canabidiol tem componente racial, tem componente de desigualdade de acesso, porque é isto: está imbricado. A desigualdade tem, sim, um componente... Não deveria. Nós estamos falando de direitos humanos, o que é universal. Não deveria ter, mas tem, tem um componente muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tomar a liberdade... Estamos conversando aqui, não é?

Eu tenho um projeto chamado Quilombo do Amanhã. O que é o Quilombo do Amanhã? Lá no meio da comunidade, da favela, você tem uma estrutura, que eu chamaria, para simbolizar aqui, de um campo de futebol ou um ginásio de esporte, onde os pobres da favela poderiam fazer uma refeição, poderiam ir – as crianças – estudar, poderiam praticar esporte e poderiam realmente ter um curso técnico, por exemplo. É claro que é um sonho. Eu chamo Quilombo do Amanhã.

Porque eu... Sabe, quando eu era bem moleque, eu morava na beira do Rio do Tega, lá em Caxias do Sul – quem é de Caxias sabe que era o rio mais poluído que tinha. E eu estudava, trabalhava; com poucos anos de vida eu trabalhava na fábrica de barro já, mas meus pais diziam: "Se você não estudar, você não vai sair disso aí que está fazendo" – amassar barro para o artesão construir o vaso de argila.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a mensagem que eu queria passar nesse momento – depois vou te dar o tempo – é que tem que perseguir a educação. Se não perseguir a educação, não vai a lugar nenhum. Não vai passar de um trabalhador de fundo de quintal o resto da vida.

É claro que eu sei, e aqui eu falava, como você também concorda, que a fome é fundamental. Como é que o cara vai estudar se ele está com fome? Então, nós temos que trabalhar para garantir que ele tenha condições de viver. Mas, se não tiver como norte...

Você que está em casa me ouvindo agora, nós temos aqui dois negros na mesa; somos exceção praticamente dentro do Parlamento. O que eu queria passar com esse estudo que vocês fazem é que só vai sair desse mundo de salário mínimo – e olhe lá, porque muitos não recebem nem o salário mínimo – se nós investirmos como poder público, como a União, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui os estados, os municípios... Temos que investir na educação lá na favela! Temos que levar a escola técnica para dentro da favela! Acha que um menino que passa fome lá na comunidade vai ter condições de ir a uma escola técnica, como eu fui? Mas eu caminhava à pé uns 30km todo dia. Eu ia com uma bicicleta quebrada ao Senai, e lá eu fiz o meu curso técnico, mas eu morava lá na comunidade. Então, é esse esforço sobre-humano que nós vamos ter que fazer. E, é claro, quanto mais a União investir... E as pesquisas de vocês mostram nesse sentido: com fome, como é que você vai andar de bicicleta por aí? Como é que você vai pegar o tal do ônibus? – eu sou do tempo do ônibus, não tinha nem trem naquela época, nem metrô na minha região. Hoje já tem.

Eu quis só ilustrar – e vou lhe dar o tempo de volta –, porque eu quero valorizar a pesquisa que vocês estão fazendo. Nós temos que mostrar a pesquisa e mostrar qual é o caminho. Quem está me ouvindo em casa nesse momento... Eu sei que televisão todo mundo tem lá na casinha, lá na comunidade – o que chamavam de favela no meu tempo agora é comunidade. Você que está me ouvindo: bota na cabeça: tem que estudar! Parece uma fórmula muito fácil, mas é uma mensagem que fica.

É claro que primeiro vem combater a fome, ter direito à água, ter direito a uma casinha básica – felizmente já voltou o Minha Casa, Minha Vida, não é? –, a luz. Nós estamos nessa briga ainda: Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos. Mas, se não tiver como eixo "eu quero estudar".... E a política de cotas vem nesse sentido e tem ajudado muito.

Doutor, continua aí. É que eu me empolguei com a tua pesquisa.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Senador, excelente sua fala.

Na verdade, o que o senhor chamou de sonho, eu acho que é obrigação. É obrigação. É aquela coisa: as pessoas são diferentes, desigualdades vai haver, mas não pode haver desigualdades por gênero e por raça. E, se tem, e isso está tão imbricado, a gente tem que fazer por onde. Pelo menos a gente tem que se esforçar muito para ter igualdade de oportunidades, porque dali cada um vai traçar seu caminho, mas ele tem que saber, ter nele que aquele ciclo de onde ele nasceu, o momento em que ele nasceu, a família em que ele nasceu, a cor que ele nasceu não deveriam definir o futuro dele. Isso não deveria ser o fator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não deveria, mas é.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Mas é, e a gente tem que reconhecer que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o mundo ideal é isso. Somente quem é negro (*Fora do microfone.*) sabe como o preconceito é duro neste país. E você tem que vencer as barreiras. O outro, que não é negro, também tem que vencer as barreiras da fome – claro que tem, concordo plenamente com você, nós estamos aqui dialogando –, mas quem é negro sabe como é que você chega a uma sala de aula e o professor lhe diz, como foi no meu caso: "Negro tem que entender que ele nasceu para arrancar paralelepípedo". Por isso, talvez, essa minha fala, que vem de dentro de mim. Eu digo: "Não, negro nasceu para estudar e ser doutor também". E tem condições, o país está caminhando nesse sentido, graças à volta – eu sou obrigado a dizer – do Presidente Lula, que tem essa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se não tiver esses dados que vocês estão dando aqui, fica um mundo invisível. Os dados de vocês vêm para não serem só números frios, como um que tenho aqui, que peguei hoje até: segundo o IBGE, quase 50% das crianças brasileiras com até 14 anos vivem em situação de pobreza – ou seja, de fome –, sendo a maioria pretos e pardos. Aí eu digo, e botei no Twitter: "É nossa responsabilidade proporcionar oportunidades para esses jovens, garantindo-lhes políticas públicas que preparem [eu cheguei a dizer aqui] para o emprego". Nós não queremos receber só o Bolsa Família, o auxílio emergencial aqui e ali; nós queremos ter direito a estudar, trabalhar, formar e ter o direito que tem todo cidadão.

Quando eu digo sonho, é isso, mas muitos desses sonhos, infelizmente, terminam à força da bala, não é, Isabel? A Isabel veio de uma comunidade de pobre também, e ela me assessora há 15 anos. Mas quantos colegas seus morreram na bala, e a gente não viu mais?

Continua, Doutor, senão a emoção toma conta. A gente é inspirado na tua pesquisa.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – E é aquilo, o combate ao racismo tem que partir das pessoas todas, ao verdadeiramente reconhecer que não deveria e saber – agora vamos falar da realidade – que acontece, para agora batalhar para que isso não aconteça com os nossos filhos, com quem quer que seja; que não seja pessoa preconceituosa nem seja vítima de preconceito. Isso não pode acontecer. De todo tipo, mas sobretudo o preconceito de raça e cor, que é o que mais – eu vou mostrar aqui agora – afeta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu vou botar o seu tempo de volta.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A sua pesquisa me empolgou...

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os seus dez minutos voltaram. Vai lá.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – É a penúltima página já, Senador.

Falando aqui de indicadores de pobreza e, na verdade, de renda média *per capita* da população por vários recortes – e aí uso os indicadores de desigualdade dessa renda, de como essa renda é distribuída, a gente tem que, no Brasil, a renda média –, no final de 2022, era por volta de R$1.584. Só que, na distribuição dessa renda entre os 40% mais pobres e os 20% mais ricos, os 20% mais ricos tinham 9,8 vezes mais riqueza. No Índice de Gini, em que, quanto mais próximo de um, mais desigual é a distribuição de renda de um país, o nosso índice estava dando por volta de 0,52, que é um índice alto, comparativamente com o resto do mundo.

Se a gente faz um recorte entre homens e mulheres, os homens recebiam R$1.620; e as mulheres, R$1.550. Há uma redução pelo componente de gênero, mas ela não é tão expressiva quanto as próximas que eu vou falar. Porque, se a gente pega a população não PPI e compara com a população de pretos, pardos e indígenas, a diferença é abissal. A gente tem que, na população não PPI, a renda média *per capita* era de R$2.124; e, na população de pretos, pardos e indígenas, era de R$1.161...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quase o dobro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA – ... uma queda de quase 50% na distribuição de renda. E, quando a gente cruza isso com a mulher PPI, ainda cai mais um pouquinho: vai para R$1.116.

E aí tem um outro fator, que é um fator mais de um componente de localidade, que tem a ver com o Brasil continental, com esse Brasil ermo que nós temos, que é a população urbana ter uma renda média maior do que a população rural: é de R$1.696 contra R$876.

E aí, Senador, quando a gente olha também para os componentes de distribuição dessa renda nesses subgrupos, a gente nota que a desigualdade se reduz, mas não é aquela redução de desigualdade que a gente quer ver, porque na verdade isso está dizendo o seguinte: as pessoas estão sendo achatadas porque assim... converge a zero. Para cima não tem limite, em tese, limite de renda; agora, para baixo, não, vai comprimindo, vai chegando ali perto do salário mínimo, vai chegando perto das bolsas, vai chegando perto do que a vida necessita. Então se comprime; é uma "queda", entre aspas, de desigualdade, mas é que as pessoas estão se comprimindo na pobreza. Essa não é a igualdade que a gente quer promover, das pessoas se achatando e ficando pobres.

Para finalizar, vamos adiante – mais um só, gente, por favor. Opa, mais um só.

Senador, aqui essa mesma proporção: eu peguei aqui o homem não PPI de zona urbana e comparei com a mulher da população preta, parda e indígena também da região urbana. A gente vê que, em todas as unidades da federação, a diferença salarial entre um homem não PPI, um homem que não faz parte da população de pretos, pardos e indígenas *versus* uma mulher da população de pretos, pardos e indígenas é abissal. Na verdade, ela começa ali em 60% a proporção, ou seja, a mulher recebe no máximo 60%, a mulher da população preta, parda e indígena, e em alguns locais passa um pouco de 60%, ainda assim, uma distância muito grande. A verdade é que não deveria existir.

É claro que as desigualdades podem até existir entre as regiões, entre as pessoas, mas aquela linha azul e a linha roxa ou linha azul mais escura – a linha azul mais clara e a linha azul mais escura – deveriam estar iguais. Não deveria haver essa diferença, porque é só cor de pele, é só gênero. Pelas qualidades humanas, não tem nada que justifique essa diferença. Essa proporção, essa área que está ali arroxeada tem que ir lá para cima, ela tem que ficar nivelada, tem que ficar igual.

Então, é isso. Nós vamos ficar monitorando esses dados; esses dados vão estar em painel, esses gráficos vão estar em painel; e, à medida que os órgãos que produzem dados oficiais forem lançando – nós, inclusive, em nossas pesquisas –, a gente vai alimentar isso e criar outras dimensões, outros indicadores, para que isso fique à flor da pele e a gente não aceite mais a situação, Senador.

Obrigado pela atenção, obrigado por nos receber novamente, pela parceria. É isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Henrique de Oliveira Varanda, pesquisador do DataSenado. E aqui o tempo não foi pouco para ele, mas ele deu um... Só mostrou a luz, como a gente fala, no fundo do túnel, de tanto que temos que fazer.

E esse dado final que você deu – e vejam vocês que estão nos assistindo e ouvindo –, concordando com você, mostra que só fazer a lei também não resolve, porque muitas leis não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são aplicadas. Tem aquele ditado da lei que pega e a que não pega, não é? Mas eu sempre digo: apesar de tudo, eu vou brigar sempre para fazer a lei. Se com a lei já é difícil, calculem sem a lei.

Por que eu estou dizendo isso? Pelo gráfico que você mostrou... Vamos falar bem claro. No gráfico, o que eu achei muito interessante: entre o preto e o azul – para ficar bem claro –, em média, um homem branco, na mesma função, na mesma atividade, como a gente fala, ganha o dobro que a mulher. A média é essa aqui – pega um pouco mais, um pouco menos –, é o dobro que a mulher negra.

Por isso, eu quero também mostrar que a lei é importante. Nós brigamos aqui, há mais de 20 anos, para aprovar um projetinho que só dizia: mulher e homem na mesma função, branca ou negra, têm que ganhar o mesmo salário. É o mínimo. Eu fui Constituinte; nós brigamos para botar isso no texto da Constituição. Só que, de lá para cá, passaram-se 35 anos e nada. Fui Relator, fui autor desse projeto, fui de tudo, e outros também foram, não só eu, não. Outros também já foram, e sempre caiu.

O último, felizmente – quero elogiar a Fernanda aqui, o ministério de vocês ajudou –, foi uma composição de ministérios que fez a lei sancionada, que veio para o Congresso – aqui nesta Comissão, foi votada também –, que diz simplesmente isto: homem e mulher na mesma função têm o mesmo salário. Só que agora tem multa para as empresas que não adotarem e não respeitarem essa questão.

Por isso é que a lei ainda não está sendo aplicada como devia. Senão, esse quadro aqui teria que ser diferente já. E eu não vejo grandes mudanças ainda, sendo bem realista, mas acredito na lei. Acredito que, à medida que a população for incorporando na sua visão, eu diria, de sociedade organizada... E aí os sindicatos cumprem um papel fundamental de ajudar a fiscalizar, para ver se as empresas da sua área de atuação estão efetivamente respeitando a lei que diz que homem e mulher, independentemente da cor da pele, na mesma função, na mesma atividade, têm o mesmo salário. Foi uma lei sancionada pelo Presidente Lula; uma das leis mais importantes, para mim, que nós aprovamos nos últimos tempos e que exige isso.

E há multa. E a multa é dez vezes o salário que ele deveria pagar para aquela pessoa, no caso, de que ele não respeitou a igualdade e retroativo ao tempo que for necessário. É claro que a lei fala cinco anos, mas, no mínimo, retroativo a cinco anos, ele vai ter que pagar.

Então, a partir do momento em que eles entenderem isso, o empregador há de cumprir a lei. E, oxalá, cumprimentando o trabalho de vocês, a gente venha aqui, quem sabe, no ano que vem, dizer: "Olhe, essa diferença diminuiu. Estão agora pagando a homem e mulher, independentemente da cor, na mesma função, na mesma atividade, o mesmo salário".

Eu dou uma salva de palmas às mulheres negras e brancas, porque ambas são discriminadas, uma de forma mais acentuada, outra menos. (*Palmas.*)

Mas, enquanto nós falamos aqui – porque está boa a conversa; eu estou gostando, está muito boa –, o pessoal que está nos ouvindo... Nunca vi tanta pergunta aqui, viu? E o pessoal seleciona, diminui, mas tem quatro folhas de perguntas para todos vocês. E temos ainda aqueles que estão por videoconferência.

Quem chamamos? Diga um. (*Pausa.*)

Beatriz – que eu já havia anunciado antes, não é? Foi um equívoco, mas eu anunciei. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora, então, para a Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Doutorado Interdisciplinar.

Por favor, Dra. Beatriz, o tempo é seu: dez minutos com mais cinco. E, se eu não atrapalhar, a senhora fala até 20.

A SRA. BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Imagina!

Bom dia a todos, a todas e a "todes".

Eu gostaria, inicialmente, de saudar o Senador Paulo Paim, os colegas de audiência e o público que está nos ouvindo presencialmente aí no Senado e *online* também.

Eu queria muito agradecer pelo convite à Comissão de Direitos Humanos do Senado e à Coordenação de Memória, do Ministério dos Direitos Humanos, e dizer que eu entrego o grupo de historiadoras e historiadores que apresentou ao Ministério Público Federal o documento que embasou a representação contra o Banco do Brasil a respeito do envolvimento com a escravidão e com o tráfico.

Eu trouxe uma apresentação que eu acho que vai aparecer. (*Pausa.*)

Isso.

Eu vou falar aqui de violações de direitos humanos sistemáticas no século XIX. Eu sou a pessoa que vai nos transportar para o século XIX e tentar nos fazer pensar e lembrar do tempo da constituição do nosso Estado nacional, da Independência para a frente. O Brasil independente trata de cidadania e de direitos humanos pela própria legislação, pela legislação que incorporou, e com uma Constituição do Estado que passa bastante pelo Senado, onde a gente está, e pelo Parlamento como um todo: Câmara dos Deputados, Senado e ministérios. Então, eu estou falando desse nosso arcabouço institucional no século XIX.

E esse arcabouço, infelizmente – os historiadores têm apontado –, promoveu sérias violações de direitos humanos, das quais eu vou falar um pouco aqui.

Eu gostaria de pedir para passar para a próxima imagem.

Essa é uma imagem... A legenda escapou da tela, mas é uma fotografia do fotógrafo francês Marc Ferrez, tirada no Vale do Paraíba, mais ou menos em 1885, feita num contexto de promoção da cafeicultura junto aos compradores do café brasileiro no exterior. Eu trago essa fotografia para nos lembrar de que, como professores de História, como público, a gente costuma ver as imagens de pessoas escravizadas entendendo que elas estavam associadas à produção econômica. Nessa fotografia, a gente tem... Vejam, são os trabalhadores partindo para a colheita do café. Tem muitas famílias, tem um número enorme de mulheres jovens e mais idosas e muitas crianças. Esse era o conjunto de trabalhadores de uma fazenda de café, no Vale do Paraíba, no finalzinho do período da escravidão.

Eu estou aqui para nos dizer e dizer a todo mundo, e nos lembrar de que muitas dessas pessoas eram ilegalmente escravizadas. Elas não eram pessoas escravizadas legalmente, elas não eram propriedade legal como se costuma imaginar.

Próxima imagem, por favor.

Essa ilegalidade – eu não vou fazer leitura disso, quero só deixar demarcado – se deu em virtude da proibição do comércio de pessoas escravizadas no Atlântico, primeiro por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordos bilaterais entre a Inglaterra e Portugal; depois, entre a Inglaterra e o Brasil, que proibiram inicialmente o comércio ao norte do Equador a partir de 1815, o que tocou o comércio que chegava à Bahia e o comércio que chegava ao Maranhão, sobretudo, que faziam comércio com a Costa da Mina e com o Maranhão. E, depois, a partir de 1830 – próxima imagem, por favor –, a gente tem a proibição a partir de legislação nacional.

A lei de 7 de novembro de 1831, que muitos de nós costumamos chamar de "lei para inglês ver", é equivocadamente chamada de "lei para inglês ver", porque ela foi intenção do Parlamento brasileiro de legislar para tomar para si o encaminhamento da repressão ao tráfico. Ela declarou livres todos os africanos que chegassem a partir daquela data e estabeleceu penas para os traficantes e para todos os compradores e detentores de pessoas escravizadas que entrassem a partir daquela data. Ela remeteu ao art. 179 do Código Criminal, que era reduzir pessoa livre à escravidão. Então, todos aqueles que detinham africanos chegados por contrabando eram criminosos.

O que aconteceu é que a partir de 1831 – eu vou mostrar uma tabela daqui a pouco –, a partir de 1834, 1836, e certamente depois da ascensão ao poder do grupo dos conservadores, dos saquaremas, a partir de 1837, o tráfico deixou de ser reprimido pelo Brasil, pelas autoridades brasileiras, por uma convenção política. Então, o contrabando cresceu enormemente. Daí que é interesse de alguns dizer que a lei não valia, mas na verdade ela continuou valendo. E ela foi motivo de disputa, como a gente vai ver, até o fim do século.

A Lei Eusébio, que é a lei de 1850, de fato, começa, retoma a repressão ao tráfico e vai efetivamente parar com o tráfico nos primeiros anos depois da lei. Os últimos desembarques conhecidos são de meados da década de 50. Mas a Lei Eusébio foi aprovada com base em um acordo tácito de que não se trataria do passado. Então, houve uma anistia informal das pessoas que tinham e detinham africanos ilegalmente escravizados. Houve um acordo, um pacto de ignorar as pessoas que tinham sido... ignorar o crime que tinha acontecido até então e que continuava acontecendo.

Próxima imagem, por favor.

Aqui eu vou fazer um breve paralelo. Nesse processo de repressão ao tráfico, foram fundadas comissões mistas e foram também usados tribunais locais. Nesse processo de repressão ao tráfico, a estimativa é de que tenham entrado no Brasil, só no século XIX, 2 milhões de pessoas. Eu já vou falar da parte ilegal dela. Aqui, o meu parêntese é para dizer que 11 mil pessoas foram resgatadas do tráfico ilegal, foram emancipadas e foram colocadas numa categoria transitória para a liberdade, chamada de africanos livres. Então, 11 mil foram africanos livres e ficaram sob a tutela do Estado, até conseguirem a plena emancipação. Esse período, que deveria durar 14 anos, durou muito mais. É uma história muito impressionante de como o Estado imperial lida com trabalhadores formalmente livres, mas sob a sua tutela.

Essa é uma lista, por exemplo, dos africanos que foram emancipados de um navio chamado Ganges em 1839. A lista tinha o nome, a nação, as marcas que eles tinham no corpo, que permitiriam identificar essas pessoas nas décadas à frente, quando elas precisassem ser encontradas para que não fossem reescravizadas. Essa é uma história. Esses africanos trabalharam para particulares por concessão do Estado e para instituições públicas, como o Arsenal de Guerra do Rio, Arsenal de Marinha do Rio, o Arsenal de Marinha de Pernambuco, da Bahia, de um monte de outros lugares; Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba; Fábrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Pólvora; basicamente em quase todas as instituições públicas que o Estado imperial tinha no século XIX.

Próxima imagem, por favor.

Aqui a gente tem o casal, o Marquês e a Marquesa do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, que foi Senador, e a sua mulher, Henriqueta. Eles detinham 26 africanos livres que trabalharam na Fazenda de café Lordello, em Sapucaia, que ajudaram a constituir a fortuna que o Senador detinha quando faleceu, em meados da década de 50. Agora fecho o parêntese, esse era o assunto africanos livres, os 11 mil que foram resgatados do tráfico, emancipados e ficaram sob tutela.

Agora eu volto para os africanos ilegais, na próxima tela. Eu trago uma tabela. Vamos ver se ela vai aparecer bem. Eu precisava que aparecesse a parte de baixo dela, mas eu posso dar os totais.

Nessa tabela constituída – perfeito – a partir dos dados da estimativa do volume do tráfico transatlântico, a partir de um grande banco de dados de viagens transatlânticas de pessoas escravizadas, no século... Aliás, o banco de dados abrange todo o período do tráfico atlântico e eu filtrei os desembarques no Brasil, no século XIX. Nas colunas, a gente tem as regiões: Amazônia, Bahia, Pernambuco, Sudeste... Ou viagens cuja região de desembarque não foi conhecida. E nas linhas, faixas de cinco anos. O que eu tentei mostrar por essa faixa cinza? Essa faixa cinza é uma aproximação do volume das pessoas que foram importadas já depois da proibição.

Então, como a proibição para o norte do Equador atingia principalmente o tráfico para a Amazônia e para a Bahia, já é a partir de 1815; depois, para todo o Brasil, a partir de 1830. Na tabela, a gente percebe que o Sudeste recebeu muito mais. A partir de 1936 o tráfico explode, proibido, trazendo 208 mil pessoas, num período de cinco anos, à Região Sudeste; outras 208 mil, na segunda metade da década de 40. Então, aqui na última linha, a gente tem os totais.

Ao longo de todo o século XIX, desembarcaram 2 milhões de africanos e africanas, homens, mulheres e muitas crianças, no Brasil como um todo, de forma desigual nas regiões. E esse volume também se tornou desigual ao longo do tempo da proibição, mas a parte cinza, que é uma aproximação da ilegalidade, soma 926 mil pessoas. Então, as estimativas dão conta de que 926 mil pessoas desembarcaram já no período ilegal e foram tidas e mantidas como propriedade, a despeito da proibição. Esse é o tamanho do crime.

Próxima tela, por favor.

Eu trago aqui a imagem do Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, que é considerado um dos estadistas do Império. Foi um dos redatores do Código Criminal, foi Ministro de Estado, a partir de 1837, por dois, três anos; Conselheiro de Estado.

O Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos é um dos grandes defensores da reabertura do tráfico e da conivência com o contrabando. Portanto, da impunidade dos traficantes, da impunidade do Estado para com os traficantes. Ele mesmo explorou africanos ilegais. Ele teve dezenas de africanos em casa, cerca de 80, trabalhando – alugados para as obras públicas – e rendendo, então, renda para ele e para a irmã, Dioguina, sendo que a maior parte deles eram africanos chegados depois da proibição. Portanto, Bernardo Pereira de Vasconcelos teve africanos ilegais, dezenas, trabalhando e rendendo renda, a partir de aluguel da mão de obra, até falecer, em 1850. Depois, esses africanos foram herdados pela irmã dele, Dioguina, tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que entrar no Judiciário para buscar a liberdade, e não conseguiram. Isto é uma outra questão: o envolvimento do Judiciário com a escravização ilegal é um tema à parte.

Eu quero dizer também – próxima tela – que muitas pessoas lutaram contra essa escravização ilegal, e entre elas estava Luiz Gama, que entrou com ações de liberdade em defesa dos africanos ilegalmente escravizados. Este era um argumento dos mais difíceis de levar ao Judiciário: dizer que essa pessoa tinha sido ilegalmente escravizada, com base na lei de 1931, que tinha chegado depois da proibição, porque era um argumento que tirava completamente o chão da negociação com o suposto proprietário, vamos dizer assim – essa pessoa não lhe deve nem um centavo de indenização, na verdade quem deveria ser indenizada era ela. Esse era um argumento muito radical, era o argumento dos abolicionistas radicais dizer que esses africanos eram ilegalmente escravizados e tinham que ser imediatamente emancipados, mas foi um argumento que foi crescendo ao longo do tempo, no século XIX, foi adotado pela campanha abolicionista, particularmente por José do Patrocínio.

Então, eu estou aqui para... Estou tentando argumentar que, apesar de o Estado e os estadistas defenderem a conivência com os traficantes, havia um conjunto enorme de vozes contrárias, havia um conjunto enorme de vozes que denunciavam esse crime e insistiam na liberdade das pessoas e no limite e na reparação, mas essa era a parte mais radical da demanda.

Próxima tela.

Aqui a gente tem, da parte do Joaquim Nabuco, também um abolicionista branco, de elite, uma menção à reparação. Ele traz uma frase do Eusébio de Queirós, daquele debate de 1852 sobre o tráfico. Ele diz:

> "As nações como os homens devem muito prezar a sua reputação"; mas, a respeito do tráfico, a verdade é que nós não salvamos um fio sequer da nossa. O crime nacional não podia ter sido mais escandaloso, e a reparação não começou ainda. No processo do Brasil um milhão de testemunhas hão de levantar-se contra nós, dos sertões da África, do fundo do oceano, dos barracões da praia, dos cemitérios das fazendas, e esse depoimento mudo há de ser mil vezes mais valioso para a história do que todos os protestos de generosidade e nobreza d'alma da nação inteira.

Joaquim Nabuco tinha plena consciência do tamanho desse crime e da necessidade de reparação para que se construísse uma nação pós-abolição.

Eu vou fechar – por favor, a próxima tela – com um lugar de memória da abolição do tráfico, que é um baobá, na cidade de Nísia Floresta, antiga Papari, no Rio Grande do Norte, cuja história remete a um desembarque ilegal. Na memória e na plaquinha se fala que ele foi plantado por um africano que desembarcou depois da proibição do tráfico.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN (*Por videoconferência.*) – Talvez não por coincidência, nessa mesma cidade, nessa mesma época em que o baobá teria sido plantado, na década de 70, corria em Papari um grande processo judicial, uma ação de liberdade de dezenas de africanos que lá estavam ilegalmente escravizados num engenho chamado Belém, da família Albuquerque Maranhão. Então, o baobá serve como um monumento dessa memória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subterrânea dos direitos e da luta por dignidade das pessoas africanas ilegalmente escravizadas.

Eu quero aqui dizer que a gente precisa considerar a ilegalidade do tráfico, e faz parte da nossa necessidade de reconhecimento, como a Fernanda estava dizendo, reconhecimento da nossa história, das graves violações dos direitos humanos que foram cometidas durante o período da escravidão e que continuam. A gente precisa aprofundar a pesquisa sobre todas essas histórias, que são dolorosas, mas que são constitutivas da nossa sociedade. Portanto, quero dizer que os historiadores e as historiadoras estão engajados nesse movimento de reconstituição e reparação, de reconstituição que leva para a reparação.

E agradeço muito pela oportunidade de estar com vocês e pelo diálogo que nós vamos estabelecer, tenho certeza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, meus cumprimentos, viu? Meus cumprimentos, Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Doutorado Interdisciplinar.

Eu comentava aqui na mesa que, no meu tempo de colégio, eu não vi nada disso. Falava-se em história, mas isso não aparecia. Era um povo invisível.

E, se vocês quiserem comentar, fiquem à vontade aqui, viu?

Só concluir com uma frase – só com uma frase. Sabe aquela foto que nós vimos ali? Dra. Beatriz, aquela foto que você mostrou; 99,9% negros e negras e o dono deles, que não é era negro, ponto, branco. Se vocês olharem hoje, nas fotos do poder no Brasil, a foto não é diferente. (*Palmas.*)

Nas estruturas de poder, a foto é muito semelhante. Eu digo em todas as áreas, seja onde for, em todas as áreas. Não estou me dirigindo a esse ou aquele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... instituto, mas as fotos do poder, vocês vão ver que 99% são semelhantes àquela.

Isso mostra que um trabalho como o de vocês, de pesquisa, um trabalho dos direitos humanos, da igualdade racial, do Governo, que tem compromisso com a verdade dos fatos da história e aponta para a justiça – e o dia hoje é um dia de lembrança dos direitos humanos, que é o dia 10 –, é muito legal.

Por isso, Fernanda, fale, agora. Só falamos...

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – É rapidinho, Beatriz.

O lugar que a Beatriz mostrou, que é o Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, vai ser um dos lugares que a gente vai sinalizar também com a placa do lugar de memória da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Inclusive, esse inventário que a Beatriz mostrou, apresentou, foi um inventário com suporte da Unesco, com reconhecimento da Unesco, produzido em 2014, que três intelectuais mapearam; então, tem reconhecimento da Unesco. E, nesse projeto nosso, que tem, inclusive, não só o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Igualdade Racial, o MEC, o MinC (Ministério da Cultura), mas também o BNDES e a Unesco junto. Então, esse lugar também vai ser sinalizado como lugar de memória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço pela iniciativa, eu dizia aqui, com o som desligado.

Agora, vamos convidar a Dra. Cândida Soares da Costa, Professora Associada. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado e doutorado, e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação. Pesquisadora associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e à Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as).

Por favor, Dra. Cândida Soares da Costa, 15 minutos, com a tolerância necessária.

A SRA. CÂNDIDA SOARES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá a todas as pessoas presentes.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos lhe ouvindo, sim. Está na tela.

A SRA. CÂNDIDA SOARES DA COSTA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada a todas as autoridades, celebridades ou anônimas, que se fazem presentes nesta audiência pública que tem por tema o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Na pessoa do Senador Paulo Paim, agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite que me possibilitou estar aqui – meu muito obrigada –, tendo a oportunidade de ouvir o resultado de trabalhos tão relevantes como os que já me antecederam.

Eu sou, como já foi anunciado, da área da educação e venho aqui também como professora de uma universidade pública hoje e com a experiência de ter vivido, praticamente por quase 30 anos, por 28 anos, em escola pública da educação básica também.

É indiscutível, eu considero, a relevância desta audiência, seja para celebrar os avanços que se possam registrar, seja para refletir, problematizar, debater sobre o desafio que o usufruto dos direitos humanos ainda se constitui no Brasil, especialmente para a maioria da população negra, particularmente em relação à não discriminação racial e à proteção ao direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, que impactam o acesso a outros direitos.

Nesse sentido, sob quaisquer aspectos que se queira pautar o tema, percebe-se que ainda há muito por percorrer frente às profundas iniquidades que afetam a vida da maioria das pessoas negras, do nascer ao morrer, como já foi demonstrado com os dados produzidos e com pesquisas sobre a história brasileira, independentemente da garantia constitucional dos direitos sociais, sejam eles a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, enfim, o direito à vida, já que a vulnerabilidade ao acesso a qualquer um desses direitos atinge diretamente a qualidade do acesso ao direito à própria existência. Isto porque se construíram e se mantêm os mecanismos que sustentam o racismo, que, ainda no tempo presente, visa à destituição dos povos africanos e de seus descendentes negros e negras, na diáspora e indubitavelmente também no Brasil, do seu lugar enquanto agente da história humana, tanto em relação ao passado quanto em relação à história que se faz no presente.

Escolhi falar aqui considerando a educação escolar uma das reparações fundamentais. Nesse sentido que trago aqui a urgente necessidade de que não se perca de vista que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reflexão e o debate sobre direitos humanos no Brasil não prescindem de se colocar a educação das relações étnico-raciais como uma das principais pautas da agenda.

Em 2023, a Lei nº 10.639, de 2003, reafirmada pela Lei nº 11.645, de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, completou 20 anos. Apesar de seu significado histórico e de sua importância, ainda se observa quão lenta é sua efetivação, tanto em relação ao currículo da educação básica quanto atinente ao currículo do ensino superior, seja nos cursos de graduação em licenciatura ou bacharelado, onde se preparam os profissionais para atuarem atendendo às demandas sociais, seja nos currículos dos cursos de pós-graduação, onde se preparam pesquisadores e pesquisadoras para atuarem na produção de conhecimento, que, sem a educação das relações étnico-raciais, dificilmente podem atingir o objetivo de contribuir para a elaboração de epistemologias capazes de fazer frente ao etnocentrismo, ao eurocentrismo, ao racismo e ao epistemicídio.

Vivemos em um país cuja sociedade se orgulha de ser cristã, acolhedora, solidária, com toda razão – não se pode negar que seja –, porém, o contrassenso está no fato de que essa mesma sociedade, cujas raízes se ancoram na violência, naturalizou a exploração, a insensibilidade, a insensibilidade à vulnerabilidade e a desumanização de grande parte da população a ponto de desconsiderar a humanidade para além de si, sustentando um processo de organização social em que os desafios diários em relação ao acesso aos direitos se impõem de forma muito mais intensa para as pessoas negras, conforme expressam os dados aqui apresentados, assim como os decorrentes das análises sobre os indicadores sociais feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) igualmente no que se refere ao racismo ambiental enquanto entrave ao acesso de mulheres negras ao saneamento e à água potável, conforme denúncia feita pela organização denominada Articulação de Mulheres Negras Brasileiras.

Evidentemente que não chegamos a essa realidade ao acaso. Isso resulta de um processo histórico de um país que se constituiu e se constitui como nação tendo o racismo como principal base biológica. Assim, a educação das relações étnico-raciais se faz urgente desde a infância, posto que visa à construção de um projeto de sociedade antirracismo, que se paute pelos direitos humanos. E direitos humanos e racismo, evidentemente, são opostos, porque um representa a vida e o outro, a morte; e vida e morte são inconciliáveis. Um país que honra os direitos humanos também cuida e qualifica a educação das crianças, da juventude, potencializando cérebros, sensibilidades, criatividades e bem viver, de modo a superar o racismo e promover de modo mais eficaz os direitos humanos.

Que o Dia Internacional dos Direitos Humanos impulsione o debate sobre a necessidade da educação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, capaz de contribuir para a promoção do reconhecimento e valorização da população negra e, assim, garantir os direitos humanos fundamentais ao povo brasileiro, o orgulho de sua identidade, que, com certeza, se compõe pela presença negra, branca e indígena, e que seja capaz de valorizar igualmente suas matrizes. Às pessoas negras, pretas e pardas, os direitos de constituição e sustento material, mas também o direito à imagem de referência positiva; o direito à vida, sem que corram o risco de serem assassinadas por bala perdida, ainda no ventre materno, na infância ou na adolescência, quando brincam com os colegas e amigos na rua ou dentro de casa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os noticiários têm dado conta nos últimos anos; o direito de pegarem uma chave para abrir o portão de suas casas sem serem mortas a tiros por um vizinho que, ansioso, diz confundir o seu vizinho com um bandido, pois queria preservar a sua vida; ou mesmo o direito de trafegarem, dirigindo seus próprios carros, sem serem baleadas dezenas de vezes e morrerem no meio do trânsito, sob as mesmas velhas justificativas de que talvez fosse um carro roubado.

Lutar pelos direitos humanos é garantir o direito de discordar, é garantir o direito de poder falar, de poder reagir sem ser morto a pauladas em um espaço rodeado por tantas pessoas.

Enfim, o acesso qualificado ao direito aos bens socialmente produzidos, como a educação, e poder fazer com que haja sucesso no percurso escolar, visto que a educação de qualidade é um direito humano, que, especialmente em relação às pessoas negras, repara os danos não em sua totalidade, mas podem trazer alguma reparação sobre os dados historicamente produzidos pela injustiça decorrente do racismo estrutural e institucional.

O acesso à educação de qualidade é um direito humano que encurta o caminho para que se atinja a efetividade de outros direitos fundamentais à vida enquanto ser humano, e não como semovente. Nesse sentido, quanto à qualidade da educação pública brasileira, em todos os níveis, da educação básica ao ensino superior, em todas as modalidades – como é o caso, por exemplo, da educação escolar quilombola, em que muitas escolas têm sido fechadas –, apesar de a lei garantir o direito, ainda se vê pouco avanço nesse campo.

A educação é um direito fundamental, e isso não se discute. É fundamental, faz a vida, ajuda a compor a existência e somente se efetiva com política pública, política pública universalista, porque ela precisa alcançar, de modo geral, a toda a população brasileira, mas, ao mesmo tempo, é imprescindível enquanto políticas públicas afirmativas, no sentido de que, como já foi dito, possa corrigir distorções.

Muito obrigada! Agradeço imensamente por esse espaço e por poder estar aqui, podendo ouvir e trazendo um pouco da descrição também sobre a importância da educação como direito humano. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado, Dra. Cândida Soares da Costa, Professora Associada. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado e doutorado, e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação. Pesquisadora associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e à Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as).

Muito bem, Profa. Cândida. Num linguajar simples, direto, que todos nós entendemos, ela viajou no tempo e trouxe a situação atual da realidade do nosso país.

Obrigado, Professora. Quem dera, no meu tempo, eu tivesse tido professoras iguais a você, viu? Tive muitas, claro, que eu respeito, com o maior carinho, mas precisava ter uma ou outra, pelo menos, que destoasse... Mas naquela época não tinha, na minha época não tinha. Era tudo concursada e não tinha... Claro, escola pública não tinha professores que aprofundavam esse debate.

É com satisfação que eu convido agora o Senador Esperidião Amin, que está prestigiando a Comissão de Direitos Humanos.

É um Senador muito querido e muito respeitado aqui no Congresso, viu? Eu digo isso, porque até alguns projetos meus eu pedi para ele relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, o tempo é seu, na mesma forma dos painelistas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Eu quero também tornar pública a minha admiração pelo seu trabalho, o senhor sabe disso, mas não custa nada publicizar. Eu sou fã e admirador da sua forma de dizer coisas contundentes docemente. Gostou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Adorei. Adorei. É preciso ser duro, sem nunca perder a ternura. (*Risos*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Já dizia aquele senhor que gostava de motocicleta: "*Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*". Não é isso? O homem que andou de motocicleta pela América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E terminou a sua vida em Cuba.

Mas o registro que eu gostaria de fazer é que, realmente, o senhor contribui muito, com a realização de uma sessão como esta, que não é a única, para que nós nos contextualizemos e conheçamos melhor a nossa história.

Então, eu quero cumprimentar a palestrante, que acaba de encerrar a sua manifestação, todas as outras contribuições, mas, por uma questão de bairrismo, eu não posso deixar de registrar o meu aplauso ao depoimento da minha colega da Universidade Federal de Santa Catarina, a Profa. Beatriz Gallotti Mamigonian, que trouxe a lume essa questão que ilumina aspectos mais obscuros da história da escravidão no Brasil.

Eu adquiri o livro *Africanos Livres*, que serviu de argumentação à Professora, instigado sabe por quem, Senador Paulo Paim? Por uma matéria do Elio Gaspari, na sua coluna, no *O Globo*, de 7 de outubro de 2020. Ele escreveu, na época, o seguinte: "Todas as informações referentes aos escravizados estão no magnífico livro *Africanos Livres*, da Profa. Beatriz Gallotti Mamigonian, e em sua tese de doutorado: *To be a liberated african in Brazil*, que está na rede.

Portanto, eu quero destacar essa contribuição sobre um lado não iluminado pela historiografia a que o senhor se referiu, quando mencionou que, na sua escola, nunca ouviu que houve tais artifícios para driblar o tráfico e para fazer perdurar o tráfico. E esse expediente de africanos livres talvez tenha sido um dos mais engenhosos expedientes para aumentar a longevidade prática da escravidão num país que lançou mão de várias leis que se mostraram não eficazes ou não absolutamente eficazes para tolher a escravidão e que, no fim, lançou mão da controvertida Lei Áurea para dar o assunto supostamente como encerrado, o que, afinal das contas, não aconteceu.

E, só para deixar o senhor com inveja – mas inveja não corrosiva –, eu tive o privilégio de ser alfabetizado pela Profa. Leonor de Barros, irmã da Antonieta de Barros. É um privilégio, foi um privilégio para mim, especialmente na condição de filho de imigrantes que eu sou – nem meu pai nem minha mãe nasceram no Brasil.

Eu queria me congratular com essa contribuição para a história e para iluminar também o nosso caminho futuro em políticas públicas que conheçam a verdade e, portanto, tenham as suas causas melhor conhecidas. Vou continuar assistindo, tanto quanto eu puder, à reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, desde já, minhas congratulações. E esta contribuição muito efetiva, pelo menos na sinceridade, do que eu estou falando.

Cumprimento a todos, mas, de uma maneira especial, a Profa. Beatriz Mamigonian pela circunstância de ter o Gallotti, de uma família histórica de Santa Catarina, e o Mamigonian, que evidentemente é armênio.

E, como sugestão de um filme magnífico e pouco conhecido, Mayrig, que em armênio quer dizer mãe. Ele tem entre outras atrações o fato de ter Omar Sharif e Claudia Cardinale como atores do filme.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senador Esperidião Amin, que faz uma fala com muita diplomacia, prestigiando esta Comissão e mostrando que... Sabem que ele é mestre de universidade? É um homem muito preparado e muito respeitado aqui no Senado, independentemente das posições ideológicas. Sabem o que ele fala para mim seguidamente quando ele me encontra no corredor? Vou contar aqui, Senador Esperidião Amin, mas fica só entre mim e o senhor – ninguém vai ficar sabendo. Ele passa por mim: "E aí, meu parceiro, companheiro do PP?". E eu: "Mas que PP? Eu sou do PT, Senador". "PP!" – ele faz bem assim. PP é o partido dele, o Partido Progressista, e PP é Paulo Paim. "Um abraço, PP". Esse é o Esperidião Amin, que tem suas posições. E todos nós nos respeitamos muito. Não precisamos todos de pensar igual, mas é um cidadão muito preparado e muito respeitado aqui na Casa.

Um abraço, Senador Esperidião Amin. Foi uma satisfação recebê-lo aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Nós vamos... Eu não sei se entrou por videoconferência a Sra. Maria Neide Martins. Não?

Então nós entramos num momento agora... É que eu pedi uma relação para o plenário e não chegou aqui ainda, viu? (*Pausa.*)

Vai chegar? Então, está bom. Mas se eles não tomarem nota, eu não vou entender a letra de cada um. Ah, vocês vão traduzir ali. Vão traduzir.

Mas vamos ter um tempo aqui, pessoal, porque nesse momento da nossa audiência pública, que está muito boa, são as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania de todo o Brasil. Claro que eles reduzem um pouco, porque são tantas perguntas e nem todas podem chegar aqui ao plenário. Mas vamos lá!

Diego Santos, do Rio Grande do Sul: "Quais são os principais desafios [...] para a manutenção e promoção dos direitos humanos para as minorias no Brasil?".

Eu vou pedir para a Secretaria, se puder, imprimir e passar para os convidados.

O critério é o seguinte: escolham algumas que queiram responder e as outras, depois, a própria Comissão responde. Fiquem bem à vontade.

Felipe Santana, do Pará: "Qual a importância do respeito às garantias processuais para a efetivação dos direitos humanos?". Muito parecido.

Daniela Matarazzo, de São Paulo, pergunta: "Com as tecnologias cada dia mais aptas a interagir com humanos, qual o papel do Estado em garantir a privacidade de nossos afetos?".

Keisy Graziellen, de São Paulo: "[...] [Quais] os projetos para a melhoria do sistema educacional e [...] [o acesso inclusivo] nas universidades?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amy Rodrigues, do Paraná: "Como cumprir com os Direitos Humanos [no SUS] em atendimento preferencial, empático, respeitoso [...] para pessoas que possuem TEA [...]?"'.

Vocês fiquem bem à vontade. Não precisa responder todas. Escolha alguma e depois responda. O resto a Comissão se encarrega de responder.

Tânia Prodomo, de São Paulo: "Como resolver os problemas de abuso de autoridade por parte de policiais civis e militares [...] [crescente] nos últimos anos?".

Paulo Souza, da Bahia: "Diante da crescente violência social, o que pode ser feito para reformulação do Código Penal em consonância com os direitos humanos?".

Aquela da abordagem aqui, Isabel, se puder... Essa acho que dá para responder com aquela da abordagem policial. A síntese é aquela da abordagem policial.

Luiz Felipe, do Rio de Janeiro: "Como está a desigualdade social brasileira comparada aos dados mundiais? O que pode ser feito [...] para alterar este quadro?".

Beatriz Duart, do Distrito Federal: "Como faremos para garantir o direito das pessoas não binárias?".

Leone Guilherme, do Distrito Federal: "Existe algum plano de incentivo à inclusão produtiva e ao empoderamento econômico para negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQI+?".

Continua, não terminou ainda, hein? Não pense que terminou.

André Gabriel, de Pernambuco: "Qual o papel da educação na promoção dos direitos humanos e superação das desigualdades no país?". Essa é interessante também. André Gabriel, de Pernambuco: "Qual o papel da educação na promoção dos direitos humanos e superação das desigualdades no país?". Se o nosso Diretor aqui do DataSenado quiser responder alguma, fique à vontade, meu Diretor.

Carolyne Oliveira, do DF: "Como garantir igualdade de direitos humanos para todos os cidadãos [...] diante das altas taxas de desigualdade socioeconômica no país?".

Cristiano Queiroz, da Bahia: "[...] [Que] ações práticas e normativas estão sendo pensadas para [...] [garantir direitos] que proporcionem a redução carcerária no Brasil?".

Thyago Silva, de Alagoas: "Quais as medidas a curto e médio prazo para minimizar a desigualdade social e trazer mais dignidade a quem aparentemente não tem direitos?".

Antony Miassi, de São Paulo: "Quais acordos vêm sendo feitos para preservar a integridade da comunidade indígena?".

Ainda agora, a última folha.

Lucas Nunez, de Goiás: "[...] como o Brasil pretende legislar para combater discriminação racial, de gênero e orientação sexual e promover direitos humanos?".

Paula Miyuki, do Acre: Como ficam as questões LGBT+ (trans/homofobia, casamento, educação)? Vemos ações do Judiciário, mas o Legislativo não se pronuncia".

Por fim, um comentário do Ivan Paiva, do Rio de Janeiro: "Acredito que [...] deveríamos considerar o acesso às mídias digitais como um direito humano. A exclusão digital é uma realidade latente".

Como eu havia combinado, a maioria das perguntas, entendo eu, que a Comissão, depois, junto com a minha equipe, pode responder tranquilamente.

Agora os nossos convidados ficam com total liberdade para responder algumas das perguntas, e quem estiver virtualmente também e quiser responder é só entrar na tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para os nossos painelistas, para as suas considerações finais e ao mesmo tempo os comentários – mas usem o tempo que entenderem adequado, ambos, tanto a Fernanda como o José Henrique –, eu quero registrar a presença aqui no plenário do Sindatran (Sindicato dos Agentes Municipais de Trânsito do Estado de Alagoas), representante J. Souza. Então, palmas, J. Souza. (*Palmas.*)

É muito bom ver vocês aqui num dia que estamos debatendo direitos humanos. Tem tudo a ver com a vida de vocês.

Eu vou ler todos, depois no fim a gente cumprimenta:

- Sintran, Porto Alegre, representante Silveira, presente aqui, nosso carinho;

- Sindttrans, Bahia, Salvador (Sindicato dos Servidores de Trânsito e Transportes de Salvador e Região Metropolitana), aqui presente, nossos cumprimentos;

- José Luís, Presidente e Diretor Jurídico da AGT Brasil, aqui também, nossos cumprimentos;

- BTrans, Belo Horizonte, representante: Marco Carvalho, agente de trânsito;

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – BH, aí.

- Márcio Pereira de Souza, da STMU, de Guarulhos, representante do Stap, Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública.

Sejam todos bem-vindos.

E agora chegaram aqui também para acompanhar esse debate da Comissão de Direitos Humanos líderes que vieram para o Fórum Nacional de Educação. Eu disse aqui, não é porque vocês chegaram, vou repetir antes das palmas: é a educação que liberta. Parabéns a vocês. (*Palmas.*)

A frase é conhecida, de um grande pensador e intelectual.

E agora, meus amigos, vocês dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, Fernanda, comece respondendo.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – Vou aproveitar para falar, porque eu ia falar de educação mesmo, da pergunta do André Gabriel, de Pernambuco. Ele pergunta: "Qual o papel da educação na promoção dos direitos humanos e superação das desigualdades no [...] [Brasil]?".

Eu concordo com o Senador que a educação liberta, e é fundamental a gente ter uma educação que seja humanizadora. Só que eu queria chamar a atenção: a educação não é essencialmente, naturalmente libertadora, ela não é naturalmente progressista e ela não é naturalmente humanizadora. A gente falou de racismo aqui, a gente falou de apagamento, de violência, de herança da escravidão, que se mantém até hoje. Se isso se manteve, se se mantém até hoje é porque teve uma estrutura que, também através da educação, fez com que isso permanecesse até hoje. Então, a gente pode ter, como a gente teve ao longo da nossa sociedade, uma educação extremamente racista, por exemplo, uma educação que tampouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava preocupada com as memórias de violência para tentar reparar isso, como o Senador acabou mencionando mais cedo aqui comigo e mencionou aqui publicamente, que ele não teve essas informações no processo educativo. Então, o que a gente precisa é de uma educação humanizadora. E aí, sim, essa educação humanizadora, ela, sim, vai libertar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concedo a palavra agora ao Dr. José Henrique.

Dra. Fernanda, acho que ficou claro isto: quando a gente fala que a educação liberta, é uma educação com o olhar para o nosso povo, e não uma mentira, como foi ao longo da história. Inclusive, muitos de nós vivemos a mentira do que foi a participação do povo negro na construção do Brasil. Então, a educação liberta desde que seja verdadeira e tenha uma linha humanitária.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, primeiro, quero agradecer, em nome do DataSenado, por esta manhã maravilhosa, proveitosa e extremamente rica.

Fernanda, obrigado por toda essa perspectiva. Inclusive sobre essa última, vou fazer um comentário agora. Eu acho que é perfeito o que você acabou de falar, porque o que nós vimos, em diversos fenômenos históricos e sociais que a gente acompanhou no último século, de ascensão de forças autoritárias e guerras, é que normalmente têm um componente de manipulação de massas, desde a parte de propaganda, toda aquela propaganda que se faz, até a parte de educação. A educação conta a história. Quem conta a história conta como quer, e muita gente é apagada. Desde o Egito antigo, se destruíam monumentos, se apagavam inscrições para que se apagasse a história, e isso se propaga na educação.

É claro que boa parte da nossa desigualdade estrutural, da nossa desigualdade que é, entre aspas, "aceita na sociedade ou a que a sociedade fecha os olhos" tem um componente também educacional. Nesse aspecto, por exemplo, da política de cotas, em que às vezes as pessoas veem algum nível de polêmica, eu acho que as pessoas não param para perceber a extensão, a abrangência que essa política traz, porque não é só o fato de abrir as portas e permitir a inclusão, permitir o acesso, é muito mais do que isso. Você vê que existem famílias ricas que, às vezes, escolhem a escola do filho pensando muito mais no *networking*, nas relações que ele vai formar, nas amizades que ele vai criar. Da mesma forma, às vezes a pessoa evita certos locais, porque ali vai ter relações ruins e tudo mais. A verdade é que, quando a gente faz esse acesso, a gente permite às pessoas se conhecerem. Combater o racismo também é convivência, mostrar que as pessoas são plenamente capazes, são seres humanos tanto quanto os outros e é se criarem esses laços, laços de amizade, laços de parceria.

Então, sobre a abrangência de políticas educacionais, como a de cotas públicas em universidades – aqui respondendo, por exemplo, à nossa colega Keisy Graziellen, de São Paulo, perguntando quais projetos para a melhoria do sistema educacional e acesso inclusivo às universidades –, eu acho que a gente tem que reforçar e conscientizar as pessoas da importância dessas políticas.

Aproveitando, Senador, para responder também ao Luiz Felipe, do Rio de Janeiro, que perguntou como está a desigualdade social brasileira comparada aos dados mundiais e o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser feito para alterar esse quadro, bem, infelizmente, se a gente pegar um índice de desigualdade muito conhecido e muito amplo, que é o Índice de Gini – muito amplo no sentido de que ele é aplicado a muitos países –, num painel de 168 países, o Brasil é o nono país com maior desigualdade, um país continental com mais de 200 milhões de pessoas. Até por isso o Brasil é diferente em si, é desigual em si nas próprias regiões, nas localidades, no clima, no acesso a alimentos, na composição da população de cada região. Não tem jeito, é desigual. Mas o componente de desigualdade não pode ser por cor de pele, não pode ser pelo sexo, não pode ser pela família em que nasceu. Tem muitas outras forças que vão forçar a desigualdade entre as pessoas, que não sejam essas.

E, para finalizar, Senador, várias pessoas aqui perguntaram o que a gente pode fazer para aprimorar os direitos humanos, diminuir as desigualdades. Eu também concordo com o senhor, sou fã da educação. Tem um pesquisador americano, Heckman, da Universidade de Chicago. Ele é um economista e demonstrou que o real mais bem gasto de qualquer política pública é com educação, em primeiro lugar (*Palmas.*) e sobretudo com aquela educação das crianças que estão entre 1 e 7 anos de idade, porque ali que o cérebro está-se formando, que a estrutura, a consciência da pessoa, a capacidade crítica, a capacidade de leitura, a capacidade de processar a lógica e a matemática é ali. Se a gente cuida muito bem, faz um esforço concentrado como sociedade para preservar muito e dar muita oportunidade para que crianças possam ir para a escola – idealmente escola em tempo integral, em que elas possam tomar o café da manhã na escola, almoçar na escola, lanchar na escola, tomar banho na escola e serem entregues perfeitinhas para a família delas; eventualmente, até no final de semana terem atividade, para não ficarem ser ter isso no final de semana também, porque tem família que às vezes não consegue dar a merenda escolar que a criança come durante a semana, no final de semana –, se a gente cuidar muito bem dessa geração, a gente prepara o ser humano, a gente dá aquela oportunidade para ele ser pleno.

É claro que não é suficiente, tem que depois dos 8, 9 anos continuar, mas essa fase forma uma pessoa nas capacidades básicas dela, como ser humano, de ser plena.

Então, eu acredito, sim, que se a gente for ter que escolher, e de vez em quando ser gestor e fazer política pública, e estar aqui no Parlamento... O Senador bem sabe – não é, Senador? –, mais que ninguém, que tem que fazer escolhas no orçamento público, nas decisões, nas deliberações. Que a gente faça as escolhas pelos melhores caminhos, pelos que geram mais resultados.

É isso.

Obrigado pela oportunidade, viu, gente? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com muito carinho, o Dr. José Henrique de Oliveira Varanda, pesquisador do DataSenado.

Eu fiquei muito feliz com o seu discernimento, viu? Você mostrou o caminho, e a Fernanda complementou. Ela quer fazer mais uma pequena fala, vai fazer. É pela educação, querendo ou não, mas, claro, você mostrou o caminho da educação: a educação humanitária, a educação sem preconceito, com estrutura para a criança tomar café, almoçar e jantar! Serão os nossos líderes, amanhã, sejam negros ou sejam brancos, sejam índios, sejam quilombolas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja pessoa com deficiência. Eu fiquei muito feliz, viu? Quero te dar mais uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Fechou assim...

Fernanda, você havia... Queria fazer uma fala.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – É bem rapidinho. Também tem a ver com o que o José Henrique terminou, não é? É porque são várias perguntas aqui sobre pensar promoção, ou então como cumprir os direitos humanos, não é? Eu concordo que é a educação, mas tem uma questão que me ocorre que é... Eu acho que tem um princípio. Se a gente quer pensar os direitos humanos e o cumprimento deles, a gente precisa pensar na diferença, não dá para a gente nivelar os direitos humanos como universal, como se todos tivessem o universal, porque uma sociedade desigual produz pessoas diferentes. Mas as pessoas são diferentes. Então, há uma diferença entre desigualdade e diferença. Então, se a gente pensa, por exemplo... O José Henrique trouxe a pesquisa que eu achei belíssima sobre a questão da fome, e não tem como a gente nivelar, inclusive pensar as pessoas racialmente, e que tipo de reparação a gente faz... Mas, assim, pensar os direitos humanos é pensar como aplicar isso, mas pensar diferenças, porque, se a gente nivelar e continuar pensando em direitos humanos a partir de uma ideia de universalidade, a gente continua ainda reproduzindo desigualdades. Então, era nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fernanda, sabe o que eu estava fazendo?

E a tua fala, como sempre, brilhante, merece as minhas palmas. Agora, minhas palmas. (*Palmas.*)

Eu estava ali indo buscar e, como eu não achei o vídeo... Eu queria achar um videozinho de um minuto. Não sei se algum de vocês viu, já recebeu, porque está circulando o mundo, esse vídeo. O meu gabinete tinha, mas eu não sei se o pessoal vai achar no YouTube. É um videozinho de uma mulher negra, que vai contratada para a Europa, por uma família rica, para cuidar dos filhos – e ela foi. E lá cuidou dos filhos dessa família. Eu estou resumindo o vídeo, viu? Pena que eu não acho o vídeo. E ela cuidou. E chegou a hora em que ela teve que ir embora. Teve que ir embora, não por maltrato, por nada disso, pelo contrário. Estava o casal ali e as três ou quatro crianças. Precisam ver o desespero das crianças no aeroporto, se agarravam, abraçavam-na: "Não vá". Você viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês não têm esse vídeo aí? Olha, eu mandei. As crianças se agarram, choram, beijam. E ela diz: "Eu tenho que ir". No Instagram. E ela diz: "Eu tenho que ir". Ela só fala baixinho, pega no colo e tal.

Mas qual é a mensagem desse vídeo que circula o mundo? Que criança não é racista, nem criança branca, nem criança índia, nem negro, indígena, quilombola – criança não é racista. Se no futuro ela vira racista, é porque o adulto a ensinou a ser racista. Esse vídeo... Eu queria terminar com ele aqui, mas não deu tempo de nós acharmos.

Mas assim mesmo eu queria, simbolicamente, dar uma salva de palmas para todas as crianças brasileiras. Não importa se é menino, se é menina, se é branco, se é negro, se é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena, se é quilombola. Elas não nascem racistas. Se o adulto se torna racista, é porque é ensinado. Por isso, aqui falamos tanto hoje em educação, em formação, em conhecimento. E tem uma frase que é do Mandela que eu vivo dizendo. Mandela disse um dia: como é bonito ver uma criança amar a outra. E como é cruel alguém querer ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele. Prevalece o amor, a liberdade, a igualdade, o reconhecimento, a fraternidade e a solidariedade.

Eu dou uma salva de palmas a todas as crianças do Brasil e do mundo. Elas não são preconceituosas e não são racistas. Não nasceram assim, foram ensinadas a ser. (*Palmas.*)

Você achou aí no YouTube, meu parceiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você viu o vídeo? O vídeo merecia ser passado no encerramento.

Mas vamos para o encaminhamento final agora. Agora é a despedida aqui dos meus convidados.

E eu convido também a nossa Diretora, com muito carinho, porque ela fez um ciclo de debate aqui provocado por todos, Elga Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência, para comentar o encerramento da nossa audiência de hoje.

A SRA. ELGA LOPES (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos que estão nos assistindo. Bom dia, Fernanda. Bom dia, Varanda, com quem tenho a honra de trabalhar no dia a dia, é um dos nossos pesquisadores.

Senador, todo mundo fala muito da dívida dos estados com a União, mas eu acho que a União, o Senado e nós temos uma dívida com o Estado do Rio Grande do Sul, que é a sua presença no Senado. Para cada gaúcho que está nos assistindo, eu gostaria de dar esse testemunho como servidora do Senado há 20 anos, como diretora, como cidadã que quer dar algum tipo de contribuição para o país enquanto estiver aqui.

A sua paciência, a sua dedicação dia e noite aqui, no Senado, sempre nos assuntos humanos, sempre na preocupação com os menos favorecidos, é admirável e nós temos muito orgulho de prestar o serviço para o senhor e para o Brasil.

O DataSenado está aqui hoje nesta Comissão, na sequência de uma série de audiências públicas que nós fizemos com o Senador Paulo Paim sobre a fome e a miséria, porque o Brasil ainda tem muita carência de dados sobre a pobreza. E nós vimos, infelizmente, na campanha presidencial de 2022, o debate sendo feito entre candidatos, em que existiam afirmações, foram feitas afirmações de que a fome não existia, e isso chamou nossa atenção.

Nós decidimos, então, propor ao Senador Paulo Paim que a gente contribuísse no levantamento de informações sobre a fome. Hoje nós já estamos num estado bastante avançado desse estudo e vamos oferecer, Senador, para o Brasil, com seu apoio, em 2024, um mapa da miséria e da fome, em que todos os dados, sejam do Governo Federal, sejam nossos, sejam do IBGE, vão ser oferecidos no mesmo ambiente, para que nunca mais a gente tenha debates sem informações sobre a pobreza no Brasil.

Estamos também entrando em contato com o Ministério, com o Senador Wellington, que agora está Ministro, para que a gente possa contribuir, no grupo de trabalho que foi criado por ele, com o estudo da fome e da miséria para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso.

Muito obrigada, Senador; muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Falha no áudio.*)... Secretaria de Transparência pela contribuição e pela mensagem que deixou para mim, claro, que estou há tantos anos no Congresso. Entrei na Constituinte e termino agora com quatro mandatos de Federal e três de Senador, mas eu aprendi uma coisa lá fora, e vocês também me ensinaram aqui dentro, que o que interessa na vida são as causas. O homem ou a mulher que não tem causas não entendeu nem a razão da sua existência, sejam as causas da criança, dos idosos, do deficiente, de combater todo tipo de preconceito a negro, índio, LGBT, combater a violência contra as mulheres. O Brasil é o país que tem o maior feminicídio do mundo praticamente. Combater a fome, combater a miséria, querer uma educação de qualidade que realmente liberte. É uma educação humanitária, como vocês dois falaram aqui, falaram muito bem. Contar a verdadeira história. Por que não contar a verdadeira história da formação do povo brasileiro? Por que não contar? Mexer nos livros, contar a história. Vamos falar só a verdade de como é que se formou o nosso povo. A partir daí que eu acho que nós seremos um país de primeiro mundo.

Tem uma das frases do Martin Luther King que eu jamais esqueci também, porque algumas eu guardei, até repito, às vezes, em que ele diz que o sonho dele era ver brancos, negros, indígenas, segmentos de todos os níveis religiosos – ele era evangélico, no caso dele – , LGBTQIA+, tudo isso ele colocou... O sonho dele era ver todos esses segmentos sentados à mesa, à sombra da mesma árvore e dividindo o mesmo pão. É realmente assim, você não pode querer achar que é melhor que o outro pela sua forma de ser, porque cada um é um ser, em si, como é – eu estou aqui traduzindo algo que eu já vi – e não tem como você querer viver no campo da discriminação, da violência e do ódio.

Eu passo agora para o encerramento, então, só para as considerações finais, para a Dra. Fernanda e para o Dr. José Henrique.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (Para expor.) – Eu queria mesmo agradecer pelo convite e também por este momento, porque trouxe um tema tão delicado e tão urgente e necessário de se discutir, pensar direitos humanos e, sobretudo, pensar reparação.

E eu queria aproveitar a fala aqui e também agradecer pela sua sensibilidade, viu, Senador? Porque eu lembro que, a primeira vez em que eu estive aqui, para conversar com o Senador, eu tinha acabado de assumir a coordenação, eu fui embora, eu sou professora de história, trabalho com História da África. E, quando eu fui embora, eu recebi um telefonema, no Uber, do gabinete do Senador. E ele falou comigo assim: "Não, eu soube que a Lei 10.639, que dá obrigatoriedade ao ensino de História da África e da cultura afro-brasileira, está fazendo 20 anos".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A verdadeira história, não é?

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ – "Vamos fazer uma audiência pública. Eu quero que você venha aqui e fale tudo o que você falou para mim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei da lembrança. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ – E, desde então, eu acho que a gente tem um laço, tem um laço com a Bel, enfim, que é assessora do Paim nesse tema, e que a gente tem construído coisas juntas. Eu sou muito grata por isso, pela sensibilidade. Obrigada, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Agradeço muito à Dra. Fernanda Nascimento Thomaz, Coordenadora-Geral da Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, do nosso querido Silvio. Mande por ele um abraço. Ele é de fato uma referência para todos nós.

A SRA. FERNANDA NASCIMENTO THOMAZ (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – José Henrique de Oliveira Varanda, pesquisador do nosso DataSenado, para os seus comentários finais.

E, depois, também para os comentários finais, está na tela – ela vai entrar em seguida, depois de senhor –, a Profa. Beatriz Mamigonian.

O SR. JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VARANDA (Para expor.) – Senador, muito brevemente, quero novamente agradecer e corroborar a admiração que eu tenho pelo trabalho do senhor. O senhor comentou aqui: já há quase 40 anos de Congresso, mas de enorme trabalho, grandes projetos aprovados, conquistas, batalhas. O senhor é uma referência, é realmente uma admiração verdadeira a que eu pessoalmente tenho. E é verdade: toda a nossa equipe, a gente sempre o admira, mesmo quando a gente não está envolvido nas pautas, a gente acompanha e é impressionante o volume, inclusive, de trabalho que o senhor faz aqui no Congresso. Parabéns, foi uma honra e conte conosco! A seguir, novas pesquisas virão sobre a fome, o painel, como a Elga anunciou há pouco, e temos uma agenda de trabalho bem extensa, principalmente no primeiro semestre de 2024, e, à sua conveniência, estaremos à disposição, viu, Senador?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meu abraço respeitoso, carinhoso pela brilhante exposição que fizeram, ao longo desta manhã, tanto a Fernanda, como agora o José Henrique de Oliveira Varanda, pesquisador do DataSenado.

Eu, neste momento ainda, depois de agradecer a ambos, ambos foram brilhantes... Quem pediu a palavra para as suas considerações finais foi a Profa. Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Doutorado Interdisciplinar.

Por favor, Profa. Beatriz.

A SRA. BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá novamente.

Eu queria também agradecer muito por a Comissão de Direitos Humanos do Senado ter promovido essa audiência pública.

Eu queria dizer que a promoção da educação em direitos humanos, complementando o que estava falando a Fernanda, depende muito das escolas, das escolas públicas, do sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de escolas públicas brasileiro, que é muito robusto, é muito importante. Ressalto a importância dos professores concursados, com liberdade de cátedra garantida, com plano de carreira e valorização de salário.

Nós também devemos esse momento em que nós estamos ao sistema robusto da ciência brasileira e das universidades públicas e ao fomento pela Capes, pelo CNPq e pelas agências estaduais. Esses recursos devem ser ampliados e as ciências humanas devem receber recursos à altura das outras áreas, sendo que nós tivemos muitos ataques nos últimos anos, do golpe de 2016 para cá.

As instituições culturais, arquivos, bibliotecas e museus também são lugares de disseminação de conhecimento sobre história e direitos humanos, e elas têm um custeio muito desigual, pouquíssima estrutura de funcionamento em termos de funcionários públicos e concursados. Eu digo isso porque história a gente não aprende só na escola; a gente aprende pela televisão, a gente aprende nos museus, a gente aprende nos jornais. Então, nós professores de história concorremos com muitas outras vozes e nós não somos os únicos a tentar fazer essa educação libertadora de que a Fernanda estava falando.

E eu quero, só para finalizar, dizer que a história da escravidão e da extensão imensa do contrabando não é uma página virada da nossa história, a gente não pode entender como uma página virada, porque a gente convive com todas essas consequências. Então, apesar de eu ter falado de um século que já está mais para trás, as consequências dessa história estão com a gente ainda hoje. E é por isso que a gente precisa, primeiro, reconhecer que isso foi intolerável. E todas essas consequências precisam ser reparadas.

Eu agradeço demais pela atenção de todos e desejo uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... carinho à Profa. Beatriz Gallotti Mamigonian, Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Doutorado Interdisciplinar.

Pediu a palavra também, para as suas considerações finais, a Profa. Cândida Soares da Costa, Professora Associada... Tem aqui um currículo longo, que eu já li três vezes, mas vou ler de novo no encerramento.

Dra. Cândida Soares, por favor.

A SRA. CÂNDIDA SOARES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu quero, primeiramente, reiterar meus agradecimentos a todos pelo convite e a todas as pessoas que nos concederam a sua audiência nesta manhã.

E gostaria de pontuar que a educação serve àquilo para o qual ela foi direcionada, porque a educação só se realiza com intencionalidade. Da mesma forma como a educação foi muito utilizada, serviu para tornar tão natural a ideia de raça e, ao mesmo tempo, a hierarquização das pessoas a partir dessa perspectiva de raça, eu entendo que a educação das relações étnico-raciais não somente é necessária como é possível. E evidentemente tem que ser encarada como política pública, porque política pública não se desenvolve com voluntarismos. E uma política pública que dê suficiente estrutura aos sistemas educacionais, às organizações, às escolas e as condições para que as pessoas possam frequentar as escolas, os professores e as professoras possam desenvolver o currículo e a educação das relações étnico-raciais no cotidiano da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por ser algo que se realiza pautado em intenções é que nós entendemos que a educação escolar também pode contribuir, e muito, para a transformação dos problemas e construção de novos imaginários, novos entendimentos sobre nós mesmos nessa sociedade em que muitas vezes somos tão carentes do entendimento de quem nós somos, da nossa importância e do nosso papel enquanto pessoas negras, enquanto pessoas brancas, enquanto indígenas e tudo mais, porque nós conhecemos muito pouco sobre nós mesmos e sobre nossa importância para o país e para o mundo.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Um abraço carinhoso e palmas de todos nós para a Profa. Cândida Soares da Costa, Professora associada que atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado e doutorado, e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação, pesquisadora associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e à Associação Brasileira de Pesquisadores.

Vocês sabem que eu sou teimoso. Eu queria aquele vídeo, botei uns 30 para correr atrás, mas, quando eu vi que ninguém achava – de vez em quando, eu também tenho que falar de mim, não é? –, eu fui aqui no meu e disse: vou achar. E alguém falando aqui... Achei. A equipe já pegou e nós vamos falar no encerramento, que vai ser agora. E eu fui levando até aqui.

Mas tem uma pergunta que eu fiquei de responder, lembram?

Eu queria dizer que nós temos um projeto, aprovado por unanimidade no Senado, no sentido de mudar a abordagem inicial, o que foi muito falado nas perguntas aqui, que é: como diminuir a violência, a forma de abordagem, infelizmente, como é no país.

E eu quero lembrar vocês que quem me ajudou nesse projeto, a votá-lo – é uma questão de justiça, a família dele deve estar ouvindo lá em São Paulo... Ele era major da polícia e disse: "Paim, eu vou votar contigo, mas tu consegues mexer ali numa redação? Seria uma emenda quase de redação, mas para nós é importante". Eu disse: "Pronto, Major Olimpio!". Acatei, nós aprovamos por unanimidade, e a fala dele no Plenário foi fundamental; senão não aprovaria.

Então, eu queria dar uma salva de palmas para o Major Olimpio. (*Palmas.*)

Vocês o conheceram como Senador, não é? Um Senador muito lutador, parceiro, e tinha essa visão humanitária.

Mas, então, o projeto que nós aprovamos foi o PL 5.231, de 2020. O que diz a ementa?

> Veda a conduta de agente público ou profissional de segurança privada [inclusive] fundada em preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Lei de Crimes Raciais, e a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, e dá outras providências.

Eu fui autor aqui, no Senado. Se eu não me engano, o Contarato foi o Relator desse projeto. A sugestão chegou, por questão de justiça, da Coalizão Negra por Direitos. Nós a transformamos em projeto, e foi aprovado por unanimidade. Está na Câmara dos Deputados, e, como a gente trabalha aqui em sequência, a Reginete Bispo, que é minha suplente, gaúcha e Deputada Federal, é a Relatora desse projeto lá na Câmara, com grandes condições de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado. É um projeto que fortalece, no fundo, nossas polícias, porque vai, de uma forma educadora, fazer com que a violência, como a gente fala... Infelizmente, eu tenho que dizer isto: é diferente a forma com que você aborda um menino pobre na favela ou um cidadão pobre na favela, vestido com aquilo que tem, e um cidadão vestidinho que nem o Paim aqui, ali no Leblon, de gravata, terno, caminhando, tudo com *pasito*. Infelizmente, tem aquela frase, que diz que um cidadão negro é suspeito; correndo, ele já é culpado.

Eu não vou nem contar uma história que eu tive na minha família, quando um cidadão casado com uma irmã de criação minha... Essa história é bem lá de trás. Ele teve um problema, houve uma abordagem, e ele inventou de correr. E daí diz que um dos policiais – não vou entrar no detalhe –, disse: "Não, pode deixar ele correr, que, antes de ele dobrar aquela esquina, eu o derrubo", e ficou mirando. E dito e feito: ele deixou chegar quase na esquina e o matou. Eu tinha, naquele tempo, acho que uns seis anos de idade; nunca esqueci essa história. E conto aqui porque é verdadeira; se alguém tiver dúvida, me procure, que eu levo lá na região em que aconteceu, e vão falar daqueles que acompanharam isso, porque as famílias contam de um para o outro.

Então, é fundamental a mudança da abordagem policial. Eu espero que a Câmara vote.

Mas para concluir esta bela audiência, vou agradecendo a todos os painelistas, a vocês, do plenário.

Conseguimos, enfim – que foi um trabalho de todos nós, porque todos procuraram resgatar esse vídeo. E por que eu quero que passe? Porque eu sou daqueles que só acredita... Só quando, juntos, brancos e negros – como eu digo – derem as mãos para um país para todos, é que a gente vai resolver.

E essas crianças dão o sinal.

Se puder botar o vídeo...

É só botar o vídeo, que eu digo que está encerrada a nossa audiência.

Com o devido som.

Ali é a mãe dele.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ó... Ó o desespero.

(*Procede-se a exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lindo, lindo, lindo, lindo. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Augusta Brito, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da nonagésima quinta a nonagésima nona reuniões, bem como da presente reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 366, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Revoga os arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3242, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 -CDH. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2552, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a rampa de acesso a calçadas." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1 - CDH (substitutivo). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3295, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 996, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 71, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos da Portaria GM/MS n° 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2835, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas nºs 1-T e 2-T. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatoria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4558, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3618, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1958, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1 - CDH (substitutivo). **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2650, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CDH. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2147, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para dispor sobre a utilização do documento comprovante do benefício nos sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1246, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 2-CDH, rejeitada a Emenda nº 1 do Senador Humberto Costa. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2043, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. Fazem uso da palavra a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia, os Senadores Nelsinho Trad e Flávio Arns e as Senadoras Leila Barros, Mara Gabrilli e Ivete da Silveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 100ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 95ª e 99ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas.

Vamos de imediato à nossa pauta, começando com o Senador Nelsinho Trad, que está aqui no plenário, pronto para fazer, ler e aprovar, espero eu, os seus relatórios.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4558, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.

Autoria: Deputado Federal Marreca Filho

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente Paulo Paim, muito obrigado.

Peço licença a V. Exa. e aos pares que estão acompanhando a nossa reunião para ir direto à análise.

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o PL 4.558, de autoria do Deputado Federal Marreca Filho, que dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.

É regimental a análise do referido PL.

No mérito, consideramos louvável a proposição, uma vez que visa a garantir as condições necessárias para a inclusão social da pessoa vitimada por queimaduras.

Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 150 mil internações por ano, no Brasil, são causadas por queimaduras. Ainda destacamos que, de 20% a 30% das queimaduras térmicas, ocorrem com crianças. Na última década, mais de 3 mil crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos, morreram em decorrência de queimaduras, e quase 221 mil foram hospitalizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pacientes que sofrem queimaduras graves, além do risco de morte e do trauma psicológico, podem sofrer lesões em músculos, tendões, nervos e órgãos, que deixam sequelas duradouras, como perdas funcionais e sensoriais, além de estigmas por causa das cicatrizes.

Apesar dos grandes avanços na medicina, a reabilitação funcional nem sempre é completa, e geralmente não é possível se livrar integralmente de cicatrizes ou tornar os enxertos de pele imperceptíveis, de modo que muitas pessoas vitimadas por queimaduras reclamam da dificuldade de se reinserir na sociedade e ter o suporte para fazer as coisas mais básicas e necessárias à vivência humana, como ir à escola, trabalhar e desfrutar de momentos de lazer.

É importante dizer que a preocupação do poder público e da sociedade com a conscientização sobre a prevenção e o tratamento de queimaduras já inspirou anteriormente a instituição do Dia Nacional de Luta contra Queimaduras, no âmbito da Lei 12.026, de setembro de 2009. O PL 4.558, de 2019, este que estou lendo, objetiva continuar essa tão relevante luta.

Diante do mérito da proposição, sugerimos apenas alguns ajustes. Suprimimos o termo "disponíveis" do art. 1º do PL, visto que, se o meio é necessário para a recuperação da pessoa que sofreu queimadura, esse deve ser obrigatoriamente disponibilizado e não apenas concedido quando estiver disponível, como a atual redação sugere. No mesmo dispositivo, por ser a terminologia mais adequada, substituímos "reintegração" por "inclusão". Também fizemos pequena alteração na ementa para promovermos ajuste gramatical e retiramos a expressão "a atenção e", considerando que a "atenção" já se inclui nos direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PL 4.558, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH
Suprima-se a expressão "a atenção e" da ementa do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019.
EMENDA Nº - CDH
Suprima-se o termo "disponíveis" e substitua-se o termo "reintegração" por "inclusão" no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2.

O projeto segue para a análise da CAS.

Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apenas um comentário, Sr. Presidente. Já passou a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Fique bem à vontade.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Na condição de médico atuante que fui do setor público por mais de 17 anos, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, eu não poderia deixar de mencionar uma cirurgiã plástica da nossa geração que atua até hoje de uma maneira muito profissional nesse campo: Dra. Marialda, da Santa Casa de Campo Grande. Não dá para deixar de se lembrar dela quando se fala em queimadura. É uma referência de atuação no meu estado, sempre com uma casuística muito positiva diante do cuidado e do profissionalismo que ela sempre impôs na sua conduta e na sua ação durante os anos em que militou como médica, principalmente na área de queimados e de grandes queimados.

O sofrimento dessas pessoas realmente é algo muito marcante não só nas sequelas que deixa, como também no próprio tratamento e nas complicações de uma queimadura grande, que acaba atingindo grande parte do corpo, estabelecida por um percentual: mais de 30%, mais de 40%, mais de 50% da área corporal queimada. Invariavelmente, uma das consequências é a insuficiência renal, levando o paciente a diálise, a sofrimento. Realmente, é algo muito penoso.

Parabéns ao Deputado Marreca Filho por essa iniciativa e a nós, que aprovamos essa matéria!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Relator.

Vamos, então, ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3618, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório, já contando com a presença aqui do autor do projeto, o nobre e querido, como é o Senador Nelsinho, Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação e que ontem, no Plenário, fez duas defesas e conseguiu vitória, na sua ótica, dos dois projetos. Parabéns, porque isso é competência e qualidade, e V. Exa. fez as defesas com muita competência. Deixou mesmo quem votava contrariamente tremulando: "O que eu faço agora?".

Grande Flávio Arns!

Senador Nelsinho, por favor.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Peço licença a V. Exa., ao autor e a quem está nos acompanhando para ir direto à análise.

Vem ao exame desta Comissão o PL 3.618, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, cujo objetivo é possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa que indique a destinação desses valores.

Compete a esta Comissão opinar sobre essas matérias.

Em relação ao mérito, ressalta-se que, de acordo com dados do IBGE de 2021, 15% da população brasileira era constituída por pessoas idosas.

Além disso, estimativas da Fiocruz apontam taxa de crescimento dessa população na ordem de 4% ao ano, significando que, todos os anos, nosso país aumenta em torno de 1 milhão o número de pessoas idosas. Tais números apontam a urgência de políticas destinadas a suprir a demanda cada vez mais crescente dessa faixa populacional.

Os conselhos que controlam a destinação desses recursos são incumbidos de formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas em cada nível da Federação, indicando as prioridades a serem incluídas no planejamento local quanto às políticas voltadas para a população idosa. Assim, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuinte pode decidir, mas apenas dentre as opções que os órgãos de controles da sociedade definirem.

Por fim, apresentamos duas emendas de redação com a finalidade de facilitar a perfeita compreensão das alterações empreendidas pelo art. 4º do PL, demonstrando nitidamente que elas não afetam o mérito da norma, mas se dirigem tão somente à expressão utilizada para se referir à pessoa idosa, substituindo terminologia ultrapassada, mas ainda presente em nossa legislação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL 3.618, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CDH (De Redação)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para atualizar sua terminologia e possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos."
> EMENDA Nº - CDH (De Redação)
> Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 4º Ficam substituídas na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, as seguintes expressões:
> I – "do idoso" e "ao idoso" por "da Pessoa Idosa" e "à pessoa idosa" no art. 1º, e inciso I do art. 1º; e
> II – "do idoso" por "pessoa idosa" no art. 2º, §5º e *caput* do art. 2ºA, art. 3º, art. 4º e art. 4º-A.""

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2.

O projeto segue agora para a análise terminativa na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido ao debate que está acontecendo lá na CCJ, com os dois indicados – e o mais polêmico, como todo mundo sabe, é o do meu amigo Dino, por quem eu estou torcendo, não nego –, o Senador Contarato não vai poder vir aqui, mas pediu para o nosso querido Senador Flávio Arns que relatasse o item 10, e ele concordou.

Então, eu vou ler a introdução, Senador Flávio Arns, e, se a V. Exa. puder fazer o encaminhamento *ad hoc*, eu agradeço muito em nome de todo o povo brasileiro.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1958, DE 2021

- Não terminativo -

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria *ad hoc*: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Essa lei já existe, está sendo somente atualizada.

O Senador Fabiano Contarato é o Relator, favorável na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, Relator *ad hoc* dessa matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

O projeto é de autoria de V. Exa. Quero parabenizá-lo em primeiro lugar, e considero que, realmente, para haver a inclusão da pessoa em todos os setores da sociedade, para termos uma nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, deve haver mecanismos de acesso para o trabalho, para o concurso público em particular. Inclusive, eu recebi um *folder* nesse sentido, "PL de Cotas no serviço público: 10 perguntas para entender as cotas no serviço público".

Então, eu digo assim que é um assunto sobre o qual nós, aqui no Senado, mas também toda a sociedade devemos entender, sugerir, participar, para que a gente tenha uma legislação adequada.

O relatório é bastante extenso. Eu até poderia aqui, se V. Exa. permitir, para economia processual, ler o relatório e não a análise, para ter a síntese, ler o voto e depois dizer que foi aprovado na forma de substitutivo, já do conhecimento de todos, porque foi distribuído esse material para todas as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Presidente, sempre Presidente Flávio Arns.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei 1.958, de 2021, de autoria do Senador Paulo Paim, que objetiva reservar aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

O PL é composto de seis artigos, de acordo com o projeto original.

O art.1º encerra o objeto da lei, como já descrito pela leitura feita, e os seus parágrafos dispõem que: a reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas ofertadas em concurso for igual ou superior a três; em caso de quantitativo fracionado para as vagas reservadas, haverá aumento para o primeiro número inteiro subsequente, quando for fração igual ou maior do que 0,5, e diminuição para o número inteiro imediatamente inferior, quando for fração menor do que 0,5; e a reserva de vagas constará expressamente dos editais dos concursos, especificando-se o total de vagas correspondente à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

No art. 2º se diz quem poderá concorrer às vagas também. E os candidatos negros concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação, de acordo com o art. 3º.

À luz do art. 4º, a nomeação dos aprovados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º atribui ao órgão responsável pela política de promoção da igualdade étnica a responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação anual do disposto na lei que resultará da proposição.

E o art. 6º determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação e tenha vigência pelo prazo de dez anos.

O Senador Paulo Paim destaca que a proposição reproduz a matéria da Lei 12.990, de 2014. Isso porque o prazo de vigência daquela lei é de dez anos, encerrando-se em 9 de junho de 2024. Alude, ainda, ao fato de que o resultado pretendido pela ação afirmativa prevista de que a quantidade de pretos e pardos nos cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal reflita o percentual desse segmento na população do país. Isso foi só parcialmente alcançado.

A matéria está nesta Comissão e, posteriormente, seguirá ainda para outra Comissão, que é a de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo àquela Comissão manifestar-se em caráter terminativo.

O Senador Fabiano Contarato, que é o Relator – eu sou Relator *ad hoc* –, faz uma série de considerações a respeito da proposição do Senador Paulo Paim e, no final, diz:

> Concluímos, por fim, que a reserva de vagas é medida necessária, adequada e proporcional para que, no futuro, se alcance a igualdade de acesso por todos os brasileiros, também no âmbito da administração pública federal, contribuindo para [...] que a promoção do bem de todos [aconteça], sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e do art. 5º, *caput*, do mesmo diploma, que assegura a todos a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Em razão do exposto, o Senador Fabiano Contarato conclui pela aprovação do Projeto de Lei 1.958, de 2021, na forma de uma emenda substitutiva, que já está distribuída também para todos os membros da Comissão e todos os Senadores, é público o substitutivo.

Então, nesse sentido, o projeto de lei é considerado, assim, pelo voto... Quer dizer, recomenda-se o voto pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu já coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Eu, por medida de precaução, Senador Flávio Arns... (*Palmas.*)

É claro que quem vai decidir vai ser o Presidente da Casa, mas, se V. Exa. concordar, nós daríamos urgência constitucional, e a decisão, depois, é da Casa, de quando vai votar.

Posso encaminhar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a concordância do Senador Flávio Arns, entra a votação da urgência constitucional.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Continua com V. Exa.

Senador Flávio Arns, se V. Exa. permitir... V. Exa. hoje é Relator de diversos. Agradeço muito a presença de V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estou à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, morreu hoje, pela manhã, um Deputado Federal – foi infarto, pelo que me disseram – muito querido. Eu fui Deputado Federal com ele muitos e muitos anos. V. Exa. eu acho que o conheceu também. Eu vou fazer a leitura de um voto de pesar da Comissão. Ele morreu agora de manhã.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção, em ata, de voto de pesar aos familiares e amigos pelo falecimento do ex-Deputado Federal Luiz Alberto Silva dos Santos.

A Isabel pode até mostrar a foto para o Flávio Arns, que eu acho que ele vai lembrar.

Fomos Deputados juntos, no mesmo tempo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu me lembro pela foto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembra-se dele? Isso.

Justificação.

O ex-Deputado Federal Luiz Alberto, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), faleceu aos 70 anos, nesta quarta-feira, 13, em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, vítima de um infarto.

Ele exerceu o cargo de Deputado Federal nos anos de 2001 a 2015 e atualmente era Assessor Especial na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia.

Luiz Alberto foi fundamental na fundação do PT na Bahia e da Central Única dos Trabalhadores e nos ajudou também na construção do Estatuto da Igualdade Racial, destacando-se também como dos maiores líderes do movimento negro brasileiro.

Sua trajetória foi marcada por um comprometimento notável com causas humanitárias e progressistas.

Trabalhamos juntos na defesa e aprovação de várias iniciativas, como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, que desempenham um papel essencial na promoção dos direitos humanos e na luta contra discriminações, preconceitos e racismo, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A história de Luiz Alberto permanecerá na memória coletiva do país e de todos os movimentos sociais, de brancos, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência. Sua incansável luta por igualdade de direitos e oportunidades será eternizada na voz das gerações presentes e futuras.

Expressamos nossa solidariedade e pêsames aos familiares, amigos e colegas de causas e lutas nobres. Que os ideais desse grande brasileiro, Luiz Alberto, permaneçam vivos por muitas e muitas gerações!

Este é o voto de pesar.

Luiz Alberto, presente! Luiz Alberto, presente!

Eu faço um apelo para que, de pé, a gente faça um minuto de silêncio, e, em seguida, passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero me associar ao voto de pesar e enaltecer a caminhada de vida dele, os desafios que ele enfrentou, a disposição em lutar por cidadania, dignidade, oportunidades para as pessoas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geral, porque eu sempre digo que, se alguém luta pela mulher, pelo negro, pela pessoa com deficiência, pelo quilombola, pelo indígena, ela estará lutando por cidadania de uma maneira geral.

Então, fomos contemporâneos também, porque eu fui contemporâneo de V. Exa. na Câmara dos Deputados, por três mandatos. Viemos juntos para o Senado Federal. Só que, depois, eu não concorri a eleições aqui também, mas voltei agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi Vice-Governador. Foi por isso que não veio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Fui Vice-Governador num período, mas, depois, voltei a ser professor. Eu estava dando aula já de volta, na Universidade Federal do Paraná. E aí me candidatei de novo e, no final, acabei sendo eleito de novo, e é por isso que nós estamos aqui juntos neste mandato.

Mas quero dizer à família do Luiz Alberto, aos familiares e aos amigos que ele fez uma jornada bonita, importante, necessária no Congresso Nacional. E fica a referência dele, o exemplo dele, a memória dele para continuar a orientar os caminhos, e que todos nós, juntos, com esse minuto de silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Flávio Arns, ele está na tela, ouvindo V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é. Amigo bem conhecido.

Que a família possa ter paz, tranquilidade, porque é um momento, sem dúvida alguma, muito difícil para a família. Mas que todos, juntos, possamos pensar: "Não, Luiz Alberto esteve aqui, esteve com a família, com os amigos, e fez uma bela caminhada na vida a favor da dignidade do ser humano".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns. (*Palmas.*)

Porque de uma forma ou de outra ele está aqui, não é? Porque sabemos que a alma não morre, não é? É eterna.

Grande Luiz Alberto! (*Pausa.*)

Item...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, na Bahia. Na Bahia. Eu fiquei sabendo agora de manhã.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 2650, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Autoria: Deputada Federal Erika Kokay.

A palavra é sua, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – É um projeto muito interessante e importante da Deputada Erika Kokay. E ressaltando: para "instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos [...] [crianças com deficiência – reais ou potenciais, eu diria, porque é a idade mais importante para o atendimento], e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica".

Eu passo diretamente à análise, Sr. Presidente, dizendo que, em relação ao mérito, a iniciativa busca alterar o marco legal da primeira infância, para que preveja normas gerais e diretrizes da política nacional a qual chama de Precoce – educação precoce, equivalente à creche –, destinada ao atendimento especializado de crianças até três anos; notadamente aquelas que, por deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, nascimento em condição de risco, uma potencialidade de ter alguma dificuldade, ou superdotação, necessitem de atendimento educacional especializado. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstra a importância disso também no seu projeto de lei, de acordo com estudos e princípios mundialmente aceitos.

Então, principalmente nos casos de crianças com necessidade educacionais especiais, crianças com deficiência, aponta-se que existem determinados tipos de aprendizagem que, se não forem oferecidos adequadamente nos primeiros anos de vida, se tornam mais difíceis, quando não impossíveis, de serem adquiridos mais tarde.

Vislumbra-se, assim, serem altamente meritórios os objetivos propostos nessa lei.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a gente só coloca que, para fins de adequação à finalidade supracitada e para que o preâmbulo e o art. 1º da lei em que a proposição se tornar guardem correlação com a ideia do texto, permitindo o conhecimento da matéria legislada, apresentamos emenda de redação, sem imiscuir no mérito da proposição. Da mesma forma, propomos, no §2º do art. 3º do marco legal da primeira infância, nos termos do art. 2º do projeto de lei em comento, a pertinente adequação terminológica ao se referir a transtornos neurológicos.

Desse modo, com as alterações meramente redacionais sugeridas, a proposição estará digna de acolhida.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.650, de 2022, com as seguintes emendas de redação:

> Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, a expressão "crianças com necessidades especiais" por "crianças com necessidades educacionais especiais e bebês nascidos em condição de risco".

Porque a gente está tratando da educação precoce; então, é a educação infantil também. E nem todas têm uma deficiência, porque, quando a criança nasce numa situação difícil, ela tem que ser ajudada, estimulada, a família orientada, para que isso não venha a, assim, acabar numa deficiência que a criança apresente.

> Substitua-se, no §2º do art. 3º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, a expressão "problemas neurológicos" por "transtornos neurológicos".

É o voto, o parecer, Sr. Presidente.

Eu fiz a leitura de uma maneira sintética, porque o material também está distribuído, é de conhecimento geral dos Senadores e Senadoras, mas quero parabenizar a Deputada Erika Kokay pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação.

Parabéns, Senador Flávio Arns; parabéns, Deputada Federal Erika Kokay!

Novamente, o Senador Flávio Arns é o Relator.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2147, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para dispor sobre a utilização do documento comprovante do benefício nos sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo, Sr. Presidente, diretamente à análise também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto, e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhimento, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação e se inscreve no conjunto de medidas adotadas neste Parlamento destinadas à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

A liberdade de se movimentar é um direito fundamental que deve ser respeitado por todos, essencial para a inclusão da pessoa com deficiência e sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Apesar disso, ainda são variadas as dificuldades enfrentadas por essa relevante parcela da população brasileira no cotidiano. A necessidade de obter e portar diversos tipos de documentos para comprovar sua condição pessoal e exercer seus direitos é uma dessas dificuldades.

Acompanhando o autor, entendemos que, com a aprovação da proposição ora em análise, as pessoas com deficiência, para usufruir do benefício da gratuidade nos transportes coletivos, não terão mais que manter cadastros e obter documentos para comprovação em cada ente da Federação nos quais o benefício é garantido. O PL em análise, portanto, contribuirá para um Brasil mais justo, solidário, reforçando o respeito à cidadania daqueles que já enfrentam grandes dificuldades para o seu exercício do direito de ir e vir.

Então, nesse sentido, o que acontece, de acordo com o Senador Alessandro Vieira: o projeto de lei procura assegurar aos beneficiários do passe a utilização do documento comprovante desse benefício nos sistemas de transporte municipais e intermunicipais, nos estados que possuem previsão de gratuidade similar, para fins de usufruir desse benefício.

Então, nesse sentido, é um projeto interessante, importante. Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira.

E, ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.147, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns. Parabéns pela leitura!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue agora para análise terminativa na CCJ.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 1246, DE 2021

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Tabata Amaral; Deputada Federal Rose Modesto; Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, hoje Senadora.

Convidamos, a pedido das autoras e também da Relatora, o Senador Flávio Arns para que fosse o Relator e ele aceitou.

Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço de novo, Sr. Presidente. Já foi dito que é de autoria da Deputada Tabata Amaral. Dispõe sobre a reserva mínima de 30% das vagas de membros titulares para mulheres nos conselhos de administração das sociedades empresariais que especifica. No futuro, tem que aumentar esse percentual; 30% é pouco, não é? Mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas vamos adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida proposta abrange as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e controladas, além de outras companhias em que a União, o estado ou o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A proposição também faculta às companhias abertas a adesão à reserva das vagas que estabelece, bem como ao Poder Executivo a regulamentação da adesão.

O PL ainda estabelece que, dessas vagas reservadas, 30% serão destinadas a mulheres autodeclaradas negras ou com deficiência.

A ocupação de 30% das vagas, nos termos que a proposição dispõe, será alcançada gradualmente, a partir do resultado das eleições para o mencionado conselho, nos próximos três anos após a entrada em vigor da lei que resultar da aprovação da matéria, sendo 10% no primeiro ano, 20% no segundo ano e, finalmente, 30% no terceiro ano.

Conforme o texto, os órgãos de controle externo e interno aos quais estejam vinculadas as sociedades empresariais referidas pela matéria irão fiscalizar o cumprimento da reserva de vagas. Ademais, fica impedido de deliberar sobre qualquer matéria o conselho que infringir a regra.

O projeto também modifica a Lei 6.404, de 1976, que trata das sociedades por ações, e a Lei 13.303, de 2016, que dispõe sobre empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

Em ambas as alterações, o objetivo é incluir nas normas a exigência de que sejam divulgadas anualmente informações sobre a presença de mulheres nos níveis hierárquicos das instituições mencionadas, a proporção delas nos cargos da administração, a remuneração – muito importante – conforme o cargo e o sexo do ocupante e a evolução comparativa desses indicadores durante os exercícios dos conselhos. Tais informações devem ser divulgadas juntamente com os relatórios para orientação da assembleia geral, no caso das sociedades de ações, ou com os relatórios destinados ao cumprimento de requisitos de transparência, no caso das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias.

O PL estabelece, ainda, que a política de reserva de vagas que institui será revisada no prazo de 20 anos, a contar da data da publicação da lei.

Por fim, o texto dispõe que a lei oriunda da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, a autora afirma que as evidências dos benefícios da diversidade de gênero em empresas são nítidas; pois, conforme argumenta, é por meio dela que se obtém a maior participação de mulheres na alta administração das grandes empresas brasileiras, medida que se apresenta como um imperativo categórico: deve ser adotada porque é certa e justa. Informa também que diversos países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão engajados em avançar essa agenda e tornar seus mercados corporativos mais equânimes e representativos.

Aprovada em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a matéria foi despachada, no Senado Federal, aqui para a CDH, para a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de seguir para exame do Plenário.

É feita, então, uma análise, em que todos esses aspectos mencionados são detalhados.

E o voto, Sr. Presidente, da Senadora Augusta Brito e meu, como Relator *ad hoc*, em vista de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.246, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> Dê-se ao inciso I do §1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.246, de 2021, a seguinte redação:
> "I – empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras companhias em que a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CDH; rejeitada a Emenda nº 1, do Senador Humberto Costa.

O projeto segue agora para análise da CAE e da CCJ.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 2043, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que fará o relatório *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

No relatório da Senadora Augusta Brito e do projeto, como já mencionado, da Senadora Daniella Ribeiro, autora, o PL intenciona alterar o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando houver divulgação de informação sigilosa que diga respeito a processo de adoção ou que envolva menor de 14 anos. Para tal finalidade, o PL reveste-se de quatro artigos.

O primeiro de seus dispositivos acrescenta o §1º-B ao art. 153 do Código Penal, que trata da divulgação de segredo. O proposto §1º-B prevê que, se a informação sigilosa disser respeito a processo de adoção ou envolver menor de 14 anos, a pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Por sua vez, o art. 2º do PL acrescenta o §2º ao art. 154, que trata da violação do segredo profissional, prevendo igualmente que, se a informação sigilosa disser respeito a processo de adoção ou envolver menor de 14 anos, a pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Na sequência, o art. 3º da proposição acrescenta o §3º ao art. 325 do Código Penal, o qual trata da violação de sigilo profissional. O proposto §3º determina que o funcionário que revela indevidamente informações sobre processo de adoção ou que envolva menor de 14 anos incorre na pena do §2º daquele artigo, que prevê reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Por fim, o art. 4º determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a autora, Senadora Daniella Ribeiro, pondera que a violação do sigilo do processo de adoção tem especial gravidade, pois pode conduzir a linchamento virtual, como ocorrido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente em episódio recente. Assim, entende que a modificação legislativa proposta aprimora a resposta penal aos crimes dos dispositivos modificados.

Após a apreciação aqui pela CDH, o PL será apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

Aqui temos a análise do projeto de lei feita pela Senadora Augusta Brito, e ela conclui, Sr. Presidente, em razão do exposto, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.043, de 2022.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu, lendo aqui o relatório anterior, de relatoria da Senadora Augusta Brito e de autoria da Deputada Tabata Amaral, acabei também não lendo a questão de que existe uma emenda do Senador Humberto Costa para esse projeto de lei, e gostaria de dizer que foi um lapso de minha parte não ler. A emenda, de acordo com a negociação, o entendimento que ocorreu com o Senador Humberto Costa, a emenda está rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, só gostaria de acrescentar que, por um lapso meu de leitura, acabei não fazendo isso. Se V. Exa. colocar como complementação do voto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica nos *Anais*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... do projeto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., fica assegurado.

Nós estamos esperando os que estão se deslocando para cá e fazem questão de relatar os projetos, a Mara Gabrilli e Leila Barros.

Eu queria só informar a todos e, claro, hoje há uma grande atenção lá na CCJ, onde são sabatinados e serão votados provavelmente à tarde no Plenário, para o Supremo Tribunal Federal, o Senador Flávio Dino, e, para a PGR, o Dr. Paulo Gonet Branco. Eu também informo que o Senador Weverton está lá, porque é Relator, e o Senador Jaques Wagner assumiu o meu lugar, porque eu era membro da CCJ, não sou mais membro, porque o Jaques Wagner que vai ser o Relator do Dr. Paulo Branco, ele está lá por esse motivo.

Eu agradeço muito ao Senador Flávio Arns, eu e ele não somos mais membros daquela Comissão e estamos aqui fazendo o dever de casa.

Agora, a Senadora Leila Barros chegou para ler o seu relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 996, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Permita-me só que eu diga, Senadora Leila, que o Jaques Wagner assumiu o meu lugar lá, porque ele vai ser o Relator, não foi dúvida em relação ao meu voto. O meu voto é assumido nos dois, no Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Branco e no Flávio Dino. Para ficar claro, senão pensam: "O Paim saiu de lá e botou outro votar no lugar dele". Não, o meu voto é público e conhecido nos dois candidatos.

Senadora Leila Barros, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Pois é, uma quarta-feira bem agitada na Casa, não é, Senador Paim?

Cumprimento o senhor, todos que nos acompanham nesta Comissão de Direitos Humanos e o Senador Flávio Arns, aqui ao meu lado.

Eu vou a leitura do...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Antes só eu quero cumprimentar também a Senadora Leila Barros, porque ontem foi feita a última audiência pública sobre os *games*, foi fruto de um grande debate, e a Senadora Leila Barros é a Relatora lá na Comissão de Educação. E foi aprovado um projeto, eu diria, por consenso, com a Abragames, que é a associação nacional dos *games*, ao mesmo tempo atendendo no debate os chamados *fantasy games*, que foram incorporados no projeto de lei aprovado ontem também no Plenário, dos jogos também, das apostas. Então, é um assunto em princípio pacificado. Parabéns pelo trabalho todo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, a palavra é sua para leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Só para agradecer também, Senador Paim, ao Senador Flávio Arns, porque muitas vezes, dentro da Casa, a gente sempre tem muito respeito aos colegas e, às vezes, nem sempre a gente é compreendido por certas atitudes, que na verdade não são contra A, B ou C, muito pelo contrário. É por sermos legisladores, políticos, que somos provocados, muitas vezes, por atores de setores que, em alguns momentos, em alguns projetos que estão a cuidado de alguns colegas, que não são ouvidos.

A gente teve naquele momento, com relação ao marco legal dos jogos eletrônicos, nós tivemos, digamos, uma sensibilidade. E fico muito feliz porque não foi uma sensibilidade apenas do Senador Flávio Arns, da Senadora Leila, mas de todo o Plenário que teve atitude, naquele momento, de não fazer a votação, atender aos apelos de uma maioria que estava ali para puxar para a CE, para que houvesse um maior debate.

Agradeço ao Senador Flávio Arns pela confiança em me designar Relatora. É isto: entregar para o setor uma demanda que era aguardada há anos, em que a gente sabe o potencial do Brasil na questão de desenvolver jogos eletrônicos. Eu acredito que nós vamos dar um grande passo em termos de crescimento nesse setor, porque o Brasil realmente é um grande desenvolvedor em nível mundial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza de que, com essa regulamentação, será um novo momento, um novo cenário para esse setor. Então, agradeço muito a sua coragem, Senador, e a de todos que estiveram naquele Plenário.

Eu vou para a leitura do relatório.

O Projeto de Lei (PL) nº 996, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão, busca garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Desse modo, insere o §2º no art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sisan, para determinar que a distribuição das cestas básicas realizada no âmbito desse sistema deve incluir o abastecimento dos locais de acolhida e apoio à mulher que enfrenta violência doméstica e familiar, bem como de seus dependentes, especialmente dos centros de atendimento integral e casas-abrigos, previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Na justificação, a autora defende a necessidade de garantir o funcionamento da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, garantindo sua capacidade de suprir as necessidades fundamentais das pessoas que precisam de sua proteção.

A matéria foi distribuída à análise da CDH e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A Senadora Zenaide Maia apresentou a Emenda nº 1-CDH, que propõe dois ajustes pontuais na redação oferecidos ao §2º do art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. A emenda substitui a expressão "cestas básicas", por "alimentos", de forma a contemplar diversos componentes alimentares, além dos descritos na cesta básica. Substitui ainda a palavra "incluir" por "priorizar".

Análise.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos, III, IV, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes aos direitos humanos, aos direitos da mulher e à proteção da família, da infância e da juventude. Portanto, é regimental a análise do PL nº 996, de 2023, por este Colegiado.

A matéria atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Contudo, esses aspectos serão tratados mais detalhadamente na CAE, que se manifestará sobre a proposição em decisão terminativa.

Quanto ao mérito, o PL busca integrar a política de segurança alimentar à de enfrentamento à violência doméstica e familiar, constituindo-se como veículo de transversalidade, característica essencial das duas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sisan estabelece as estratégias de promoção à garantia da segurança alimentar e nutricional. Trata-se de sistema público instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 2006).

O conceito de segurança alimentar nutricional adotado pelo sistema caracteriza-se pela abrangência, complexidade e interdependência entre setores. Passa, entre outros, pela produção agrícola, artesanal e industrial de alimentos, pela distribuição, abastecimento e controle do desperdício, pelo acesso, barreiras, carência e vulnerabilidade social, pelo consumo, regulação e mercado, pela promoção de hábitos alimentares saudáveis e controle da qualidade dos alimentos, e pela cultura.

Por essas características, as ações que compõem o Sisan se encaixam em outras políticas sociais, notadamente naquelas que, como a de atendimento à mulher que sofre violência doméstica e familiar, lida com grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

Dessa forma, a proposição contribui para a efetivação da política de segurança alimentar e nutricional e reveste a política de atendimento de enfrentamento à violência doméstica das condições necessárias para que se dedique às suas atividades fim relacionadas ao apoio à vítima, sem precisar recorrer à caridade pública para oferecer até mesmo o acesso a um direito como o da alimentação, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável para acesso a outros direitos consagrados em nossa Carta Magna.

Por fim, manifestamos nossa concordância com a emenda apresentada pela Senadora Zenaide Maia, que permite adequar os produtos oferecidos à necessidade alimentar de cada região.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 996, de 2023, e a Emenda nº 1 da CDH.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns! Quero dar parabéns ao relatório da Senadora Leila Barros, no projeto de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Zenaide Maia, com a emenda que apresentou e foi incorporada.

Está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu quero aqui já parabenizar a nossa Senadora Teresa e a nossa Relatora, já agradecendo essa mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no texto. A gente sabe que, neste Brasil plural, se você botar cesta básica, cada região tem uma conotação diferente.

Quero dizer aqui o seguinte: nós temos que ter esse olhar diferenciado para as mulheres vítimas de violência. Inclusive quero agradecer, porque esta Comissão já aprovou, Mara, um projeto de lei de minha autoria que inclui emergencialmente as mulheres vítimas de violência doméstica no Bolsa Família. Eu usei isso, a experiência como médica, como eu falo aqui: em pronto-socorro, a possibilidade de o médico estar de plantão sexta, sábado e domingo e não encontrar mulheres com violências físicas de média e alta gravidade é rara, porque só procuram o pronto-socorro aquelas que precisam de procedimentos médicos como sutura e outras coisas, muitas vezes fraturas. E, pela minha experiência, a maioria não queria prestar queixa, porque iria voltar para casa e, quando o marido, o companheiro soubesse que ela tinha prestado queixa, ele iria agredi-la, e ela não tinha a mínima condição de ir para outro lugar. Famílias pobres, a gente sabe que a violência está presente em todas as classes, mas, nas famílias carentes, é uma coisa comum demais. Elas olhavam e diziam: "Dra. Zenaide, não posso; se eu prestar queixa, quando chegar em casa, é arriscado, e como eu tenho filhos...". E outra coisa, gente, é raro mulher vir espancada sem os filhos também, porque a maioria dos filhos fica no meio evitando que a mãe seja espancada.

Esse projeto de lei de botar emergencialmente – e quero agradecer aqui, mais uma vez, a Paulo Paim – as mulheres vítimas de violência no Bolsa Família é como uma complementação daquela luta que a gente teve para que não esperassem a ordem judicial para poder criar as medidas protetivas. Foi uma luta da gente, Mara, desde Deputada, ou seja, a própria segurança pública já toma as medidas protetivas. E essa questão de colocar no Bolsa Família, vai ser mais fácil a família ter acesso a isso. Então, isso aqui é aquilo que eu digo, são condutas a curto prazo que a gente tem que ter.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É um socorro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É um socorro. Não adianta a gente dizer que vai ter a medida protetiva se ela não vai ter para onde ir, ela vai ter que voltar para a casa do agressor. Se ela tiver o Bolsa Família, a família, que é pobre também... Adib Jatene, uma vez, numa reunião, Jaime, meu esposo, foi assessor de Adib Jatene naquele projeto de erradicação do *Aedes aegypti*, ele dizia o seguinte... Sabe qual é o problema, Dra. Zenaide? Os pobres, os amigos também são pobres. Não é fácil de ajudar.

Então, eu acho esse projeto maravilhoso. Vamos, na urgência, atender nossas mulheres. Depois, daqui que a gente vai educar para tirar esse machismo enraizado, nós temos que proteger logo agora, não é, não?

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda da Senadora Zenaide Maia.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

Agora, vamos em frente, com a presença já da nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3242, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente. Bom dia a todos.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção aos idosos. Portanto, é regimental sua apreciação.

O PL em exame nos parece particularmente importante e necessário. Todos temos pessoas idosas na família e sabemos que, em boa parte dos casos, é crescente sua necessidade de atenção e amparo. Assim, observamos que a elevação proporcional de pessoas idosas na sociedade vem sendo acompanhada de semelhante crescimento na oferta do serviço de cuidadores de pessoas idosas. Contudo, assusta ver que todo este grande contingente de trabalhadores tem seu labor não amparado pela lei. Portanto, parece-nos relevante e, sobretudo, necessário que finalmente a legislação brasileira legitime o exercício de uma atividade profissional tão vital na sociedade de hoje.

O PL do Senador Flávio Arns é especialmente sábio por inserir na lei uma definição ampla e balizas exemplificativas de suas atribuições, de forma a não tornar indevidamente amarrados os requisitos para o exercício da função, respeitando o livre exercício profissional.

Assim, apresento meus cumprimentos ao autor do projeto e encaminho voto pela sua aprovação, cuidando tão somente de apresentar emenda de redação de forma a alterar, na redação do PL, o uso do termo "idoso" por "pessoa idosa", de modo a torná-lo harmonioso com o Estatuto da Pessoa Idosa.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH (De Redação)
> Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, o uso da expressão "do Idoso" por "da Pessoa Idosa", e, nos arts. 68-A e 68-B da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, o uso da expressão "ao idoso" por "à pessoa idosa".

É isso.

Parabéns, Senador Arns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

Já registro a presença da nossa querida Senadora Ivete da Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Quero também cumprimentar a Senadora Ivete da Silveira, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Leila Barros, agradecer pelo relatório.

A gente precisa pensar só um pouco nessa questão do cuidador da pessoa idosa, aprofundarmos esse assunto na sequência, porque, por exemplo, a Pastoral da Pessoa Idosa, de que a minha tia, Dra. Zilda, foi fundadora, era coordenadora quando faleceu, da Pastoral da Pessoa Idosa. É um sistema de visitação domiciliar, de acompanhamento, de orientação, de amizade, de respeito, de acolhida, para a pessoa se sentir valorizada com a presença de alguém da comunidade que vem orientar, discutir, ver o que é necessário. Isso é essencial para a pessoa não se sentir abandonada, relegada a segundo plano, ninguém aparece, ninguém fala.

Mas os serviços públicos ainda precisam ser melhorados, porque, eventualmente, você tem centros-dia para a pessoa idosa, como tem centros-dia para as crianças. A pessoa idosa está lá com filho, filha, irmão, irmã, as mais variadas situações, ela pode passar o dia num centro-dia. Tem lá um conjunto de atividades, uma política pública para isso, e é muito importante.

Contudo, o centro-dia, no Brasil, de maneira geral, não porque não queiram, mas porque precisam de recursos, financiamento, eles não atendem os idosos mais vulneráveis. Para você ir ao centro-dia precisa ter independência, comer, se lavar, fazer as coisas, precisa de alimentação e tal, e não tem... Aí é um drama para a família também, o filho trabalhando, a filha trabalhando, amando o pai e a mãe, mas tem que trabalhar, o tio, a tia, seja lá quem for.

Então, nós temos que repensar isso tudo, achar caminhos para que essa pessoa... Porque sempre o mais vulnerável, o que mais necessita é o mais relegado a segundo plano. Então, não pode. E não é que as entidades não queiram atender, as entidades que atendem as pessoas idosas, mas precisa ter mais gente, são mais despesas, mais financiamento, mais recursos.

Então, essa questão de política pública para pessoa idosa, a área do cuidado, do cuidador, de centro-dia... Não estou nem falando em instituições de longa permanência, que aí seria também outra situação. As pessoas fazem, como o povo fala, das tripas coração para poder fechar as contas no final do mês.

Foi, eu acho, que já criada aqui até por proposição nossa também a Subcomissão... Foi aqui ou na... Eu acho que foi criada aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, aqui não foi. Nós não temos nenhuma Subcomissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não foi? Na Casa, então. Para a gente dar toda a atenção possível nesse próximo ano para esse debate, para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, mas a política do cuidado, seja para a pessoa idosa, para a pessoa com deficiência, para outras situações, doenças raras, tanta coisa em que é necessária, não é, Zenaide? Aí para a gente, então, se dedicar a esse assunto de maneira rápida, boa, dedicada, intensamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu quero só dizer aqui o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – A gente falou de um assunto que chama muita atenção. Eu gostaria de dizer que o Eduardo Barbosa, a Mara, a gente lutou muito, porque se falou disso aí. Seria educação por toda a vida, porque a gente sabe, viu, Paulo Paim? Eu vou dizer que às vezes a própria sociedade não sabe disso, só quem tem pessoas com deficiência e que não têm condições. O município só aceita nas escolas até determinada idade. Aí, o estado também até tantos anos. Acaba isso. O centro-dia já serviria para isso. O que acontece? Essas pessoas com deficiência vão para casa e deixam de existir. É uma população que não está inscrita em canto nenhum.

E, sobre as APAEs e os abrigos de idosos, não sei nos estados dos senhores, no meu estado tem demais. Eu tenho emenda em todos os abrigos de idosos, porque você vai lá e dá assim uma dor. Você que a pessoa trabalhou a vida toda e no final da vida está lá naquele lugar, precisando do mínimo, Paulo Paim. E são pessoas, a maioria são ligadas às igrejas, porque na verdade o Estado não quer tomar conta disso, no máximo faz um convênio. As APAEs são outras também. Eu cobro muito da Federação Nacional das APAEs que organize burocraticamente as APAEs, porque eu demorei um tempo para começar, porque a maioria não tinha os papéis necessários. E muitas vezes não têm a sensibilidade dos Parlamentares, porque a grande maioria não vota. Eu digo, porque eu ouço isso, pessoas com deficiência intelectual ou idosos já bem à deriva.

Então, nós temos que ter esse olhar com a aprovação dessas leis, mas sabemos que elas só vão ser efetivamente cumpridas se a gente brigar pelos recursos na Comissão Mista de Orçamento.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou fazer jus ao meu nome, que é Zenaide Maia Calado, porque eu já falei muito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Só quero parabenizar, Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns pela iniciativa, a Senadora Mara Gabrilli pelo relatório e dizer que o Estado é falho realmente, de fato, com a questão das políticas para o cuidado, para a prevenção, para a saúde do idoso de um modo geral. Ontem mesmo eu estava lendo uma matéria justamente soabre essa questão das dificuldades, como está difícil a pessoa envelhecer, principalmente aqueles com mais de 60 anos, a convivência deles em sociedade. Hoje existe um estudo de que no Brasil os dois estados com maior incidência de violência contra os idosos em primeiro lugar é o Rio de Janeiro e em segundo lugar, pasmem, é Brasília, e 65% dos algozes dos idosos, que praticam qualquer tipo de violência, seja ela patrimonial ou psicológica, são os próprios filhos. Então, é uma situação muito séria. Além do Estado, eu acho que nós temos a obrigação de sentarmos e debatermos de fato essas políticas. Se Deus quiser, eu quero chegar a mais de 60, 70 anos, porque isso é um fato natural da vida. Que a gente tenha essa preocupação e o devido cuidado de entender que o envelhecimento faz parte da vida e que os idosos têm, sim, que ser contemplados! Têm que estar no planejamento estratégico essas políticas direcionadas para essa faixa etária.

Então, quero parabenizar os dois Senadores e dizer que estou junto com o Senador Flávio Arns para o próximo ano, quando iniciarmos 2024, fazermos esses debates não só na CDH; como na CE, sobre a questão da educação do idoso; e também na CAS, quanto à questão das assistências necessárias para essa faixa etária. É isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leila Barros.

Em discussão ainda a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais então quem queira discutir, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Mais uma vez, parabéns, Senador Flávio Arns, parabéns, Senadora Mara Gabrilli e parabéns a todos que aqui colocaram com muita precisão a importância desse projeto!

Vamos avançando.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2552, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a rampa de acesso a calçadas.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Autora, aqui presente, a Senadora Ivete da Silveira, e também a Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

De acordo com os incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre assuntos relacionados aos direitos humanos e à proteção da pessoa com deficiência, temas que estão presentes no PL nº 2.552, de 2022.

A CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, nosso exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhimento, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação e se inscreve no conjunto de medidas adotadas neste Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinadas à construção de uma sociedade mais inclusiva e à proteção da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, a proposição, embora possa parecer descer a detalhes que fugiriam da competência da União para o tema, que concorre com os estados e municípios, devendo limitar-se a regras gerais, tem, de fato, salvo melhor juízo, a natureza de norma geral, pois a medida alcança, imediatamente e sem intermediações, a todas as pessoas com deficiência (Constituição Federal, art. 24, inciso XIV e §§).

Entretanto, é necessário informar, ainda, que os arts. 15 e 20 do Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, já regulamentam a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre as normas gerais de acessibilidade, no que se refere ao formato das rampas, remetendo o caráter mais detalhado à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como faz a própria lei (art. 5º).

A ABNT publicou em 2015 e revisou em 2020 a norma registrada como NBR 9050:2020, que traz os critérios e parâmetros (incluindo proporções) para projetos de construção, instalações e iniciativas de adaptação do meio urbano e rural às condições de acessibilidade. Nessa normativa estão incluídas as medidas, especialmente aquelas relacionadas com a inclinação, o desnível, o tamanho e a área de descanso desses equipamentos.

As rampas, portanto, construídas fora desses padrões, que são os mais consentâneos com as normas do desenho universal, estão em desacordo com a legislação vigente, cabendo a iniciativa de fiscalização às autoridades competentes, em especial ao Ministério Público.

O que se vê, porém, é que a normatização por decreto e por norma técnica da ABNT não logra se impor. É nessa medida que nos parece que, ainda que pareça redundante, vale a pena tratar o assunto, sim, por meio de lei. Cuida-se aqui de tornar mais nítida a referência a ser observada nas construções desses equipamentos públicos, que devem preferencialmente ser do mesmo tamanho das faixas de pedestres, e nunca inferiores a 1,50m de largura.

A calçada rebaixada é um recurso fundamental para que todos que apresentam alguma dificuldade de locomoção possam exercer, sem obstáculos, o direito humano básico de poder ir e vir. Não pode apresentar, portanto, medidas aleatórias, que se convertam elas mesmas em potencial risco para a segurança dessas pessoas.

Por isso, propomos um substitutivo ao PL com emendas que trazem para a lei, de maneira geral e simplificada, as características mínimas a serem adotadas no rebaixamento de calçadas, de modo a garantir que elas sejam, de fato, um fator de desembaraço da mobilidade e não se convertam em mais um obstáculo. Também adotamos o prazo de um ano para que as medidas sejam implantadas, porque, afinal, não se trata de obras complexas, mas da observação de aspectos que deveriam até parecer óbvios, dada a finalidade para as quais as rampas são construídas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No substitutivo, realizamos, ainda, ajustes de técnica legislativa ao texto. O primeiro é para informar na ementa que o PL se destina a alterar a Lei nº 10.098, de 2000; o seguinte, para introduzir a modificação proposta pela matéria, na forma descrita no parágrafo anterior, no art. 5º da Lei de Acessibilidade, em vez do art. 3º, isso porque o art. 5º já contém regras sobre passagens de pedestres, escadas e rampas.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.552, de 2022, com o substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Relatora. Parabéns pelo relatório, parabéns pela leitura!

Senadora Mara Gabrilli, Relatora; Senadora Ivete da Silveira, autora.

Em discussão a matéria.

Senadora Ivete da Silveira, com a palavra, como autora desse importante projeto.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – Bom dia a todos. Desculpem pelo meu atraso, mas não foi possível chegar antes.

Quero agradecer a querida amiga Mara Gabrilli pelo brilhante relatório que ela apresentou.

E essa matéria é de suma importância para o nosso povo brasileiro. A gente muitas vezes está no carro e acompanha nas calçadas pessoas com cadeira de rodas e vemos a dificuldade que têm na hora de atravessar a rua, porque ali onde ela está não existe rampa, nem no outro lado. Então, a gente precisa favorecer esse povo que na realidade tem a dificuldade e precisamos com urgência poder modificar isso.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão, a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero também cumprimentar a Senadora Ivete e a Senadora Mara de novo.

Olha, eu diria o seguinte, Senadora Mara e Senadora Ivete, nós temos que debater aqui uma política nacional de calçadas, na minha opinião, porque a calçada é o maior impeditivo para que uma pessoa possa ter a acessibilidade, no sentido amplo, garantida, para o trabalho, para locomoção, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independência. As calçadas em Curitiba, e eu falo de Curitiba, que é uma referência no Brasil, são inacessíveis. Não tem condição. Inclusive, o meu filho nos dois últimos anos, ele faleceu em agosto, mas ele estava numa cadeira de rodas, em função de uma fratura de fêmur, era impossível. Nós tínhamos que andar com a cadeira de rodas dele na rua. E chegávamos na esquina, às vezes tinha guia rebaixada, mas, no final da guia, um degrau assim no asfalto, em que a pessoa bate naquilo e capota com a cadeira de rodas. Mas, olhando no outro lado da rua, não tem a guia rebaixada, no outro lado da rua!

Nós temos a lei. Em Curitiba tem lei. Calçada tem que ser lisa antiderrapante. Está lá escrito na lei, lisa antiderrapante. E todo mundo que anda, que corre, que tem carrinho de bebê, salto alto, todo mundo adora andar em calçada lisa, mas é só para ciclovia. Não é para o pedestre. Uma vez eu fui para a França, anos atrás, talvez aí ambientalmente tenha que discutir o material, mas as calçadas eram asfaltadas. Claro, lisa antiderrapante. Então, é impossível.

Eu acho que aqui... Ah, vamos colocar *petit pavé*, porque *petit pavé* é bonitinho, aquela pedrinha ou outra pedra...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está proibida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e fica sem condição de a pessoa se locomover. Isso em Curitiba. Imagine aí pelo Brasil inteiro, porque em Curitiba nós tivemos gestões, eu quero ressaltar, muito boas, de grandes prefeitos...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Para mobilidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e tal, para outros aspectos, mas calçada é uma negação absoluta, uma falta de dignidade, uma falta de respeito.

Isso falo por assim observar. Eu próprio levava o filho muitas vezes, na cadeira de rodas. Ele tinha condições de ver também. Tínhamos que ir devagar para não cair, para não capotar, para não isso, para não aquilo. E a pessoa sozinha tem que se deslocar. É uma vergonha, uma vergonha no Brasil, nas cidades, nos estados! E, se nós tivermos aí uma dureza, financiar alguma coisa, perguntar no financiamento se essa questão das calçadas está prevista, para que haja mais cidadania para as pessoas.

Então, é um apelo que a gente faz. E a Mara é uma batalhadora, a Zenaide também, a Leila, a Ivete, V. Exa. Tem tanta gente aqui, que compartilhamos aí a ideia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela sugestão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... de que o mundo tem que ser diferente, tem que ser melhor também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu, quando vou caminhar aqui em Brasília, eu percebo inclusive aqui em Brasília. Ali na 309. Calçadas todas...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aliás, falando só isso. Desculpe. Eu fui no Interlegis ontem, no Interlegis. E o Aires, meu Chefe de Gabinete, usa cadeira de rodas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que está aí, está aqui conosco!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... tem sequela de poliomielite. Ele, para atravessar a faixa, teve que tomar cuidado, porque a faixa de pedestres é meio irregular. Tinha lá, mas daí chegou na esquina não tinha rampa. Teve que voltar para a rua, passar no meio dos carros por 100m, 200m, para entrar no Interlegis. Eu digo: "Meu Deus do céu, o Senado Federal, que faz essas leis todas e não cumpre as leis". Então, nós temos que fazer com que pelo menos o Senado Federal torne o ambiente aqui e no entorno do Senado Federal acessível, porque ontem mesmo tivemos um evento lá, também um evento importante, e o Aires... Eu estava junto com ele, andando ao lado e no meio dos carros e tal. Eu andei até atrás para ele não ser atropelado na cadeira de rodas, porque tinha que andar com a cadeira motorizada dele na rua. Então, vamos dar o exemplo pelo menos. Proposta para o ano que vem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Proposta aprovada já.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... vamos fazer com que seja acessível esse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila, um comentário?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É muito rápido. Só aproveitar a colocação...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ai, desculpa, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não. Vai, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – É só para aproveitar a colocação aqui do Senador Flávio Arns. A impressão que me dá, pela falta de planejamento, é que está mais ainda restrito o acesso do pedestre, do ciclista às nossas vias. Então, a maior preocupação, e eu acho que é muito interessante o que o Senador Flávio Arns está falando, é a de a gente realmente fazer esse debate dessa questão da ocupação, de a gente poder transitar nos espaços. E aí, quando a gente fala da capital do país, a gente já está sofrendo isso; de Curitiba, que é uma cidade referência; imagina o resto do país.

Então, de fato, a gente tem que fazer esse debate mais amplo, aqui na Casa, justamente porque é uma demanda que a gente sabe que é a pessoa com deficiência, é o idoso. Enfim, somos todos nós...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Carrinho de bebê.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... que cada dia mais estamos ceifados de ocupar espaços, de transitar pelas cidades. É impressionante isso. É só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila.

Senadora Mara, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Então, primeiro, eu queria parabenizar a Senadora Ivete da Silveira, parabenizar todos os Senadores pelas observações, mas eu preciso fazer uma retrospectiva aqui que é muito importante para a gente.

Eu até dei uma risadinha, Senador Flávio Arns, porque eu passo pela mesma coisa, direto, que o Arns passou. E eu gosto de andar a pé. Então, assim, eu sempre gostei de sair daqui e ir ao Ministério da Saúde a pé, até que eu comecei a ver que eu tenho que ir na contramão ali na avenida. É meio camicase.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É, porque não tem calçada.

Então, assim, a gente nem precisa ir muito longe, é só sair daqui. Mesmo aqui dentro. Ontem eu fui à TV Senado e eu tive que fazer uma rota que eu duvido que vocês conheçam. A rota para conseguir chegar lá de forma acessível, uma rota secreta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria lembrar que as calçadas foram um dos motores para eu entrar na política. E eu entrei, assim, a primeira vez em que eu me candidatei a Vereadora lá em São Paulo, eu saía na rua mostrando que eu não conseguia circular nas calçadas. Então, assim, sempre foram uma questão de honra para mim as calçadas.

E, quando eu tive o privilégio de poder relatar a LBI e ser autora do texto final naquela época, a gente mudou o Estatuto da Cidade para fazer com que, em todas as cidades que tenham mais de 20 mil habitantes, o gestor público seja obrigado a liderar o processo de confecção de calçadas. Isso faz toda a diferença, porque você chega aos municípios, e eles falam assim: "Não, a responsabilidade é do proprietário da calçada lindeira àquela casa, que é de um proprietário particular, então a responsabilidade é dele". Mas a nossa legislação mudou isso: a responsabilidade é do gestor público.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não necessariamente de pagar. Ele tem que arrumar formas para pagar. Ele que faça contribuição de melhoria, que arrume recurso na iniciativa privada, no próprio orçamento, que mande a conta, se ele combinar com o morador, com o cidadão, mas a responsabilidade... Até porque, se cada um lidera a sua própria, vira a colcha de retalhos que a gente já tem. E, se o Prefeito é responsável, a gente tem projetos de quarteirão.

Mas de que adiantaria tudo isso? Quem fiscalizaria? Então, a gente colocou lá no projeto que os tribunais de contas seriam os responsáveis por fiscalizar a acessibilidade de calçadas. Então, como é que funciona? O Prefeito, quando assume, tem que apresentar um cronograma de execução de calçadas. É um cronograma em que ele está fazendo o diagnóstico da cidade dele. Não é algo que ele não possa cumprir, porque é ele que está propondo. E ele tem que cumprir o próprio cronograma. E, caso ele não cumprisse, seria tipificado improbidade administrativa, que seria uma forma de fazer. Porque fica aquela: "Ah, precisa de vontade política". Não. Está na lei, ele tem que fazer, senão ele vai ser prejudicado.

Quando a gente teve no Senado uma leva de improbidades que livraram Prefeitos... Porque eu até entendo que eles estavam com muita dificuldade de trabalhar de tanta improbidade administrativa que açoitava os Prefeitos. Nessa época, por mais que eu tivesse gritado... Eu chorei no dia da sessão. Por quê? Porque derrubaram a improbidade administrativa da acessibilidade nas calçadas. Eu lembro que, no dia seguinte, um Senador foi lá no microfone e falou: "Nós erramos. Nós não ouvimos a Mara. Nós derrubamos a improbidade administrativa da confecção de calçadas". E, hoje, a gente está aqui falando de uma coisa que a gente já poderia ter resolvido.

Então, eu agradeço muito a sua iniciativa desse projeto. Vamos retomar, Senador, e vamos retomar nossa improbidade, porque infelizmente, no nosso país, a gente ainda não tem a cultura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calçadas e os proprietários dos imóveis não têm a cultura de deixar sua calçada bonita para o outro passar. Está faltando um pouco de altruísmo, de cidadania. Então, a gente vai ter que voltar à questão da improbidade para os municípios apresentarem suas propostas.

E o que a Leila falou é importantíssimo. Por quê? Porque a gente valoriza o automóvel em detrimento do pedestre. E a gente tem que mudar essa cultura, porque andar na rua virou uma questão de saúde pública. Nos municípios em que tem calçadas acessíveis – já tem pesquisa –, as pessoas têm menos depressão, têm menos doenças cardiovasculares, têm menos doenças cardíacas, respiratórias e são mais felizes. Então, este é um assunto sobre o qual a gente tem que se debruçar.

A gente tem um portal que fez um estudo de todas as calçadas do Brasil e, de 1 a 10, a gente ficou com a nota 3. E eu acho que ainda dá até para questionar o nosso 3, porque muitas vezes pegam calçadas que está boa, mas na qual não tem guia rebaixada.

Então, parabéns, Senadora Ivete. E eu faço questão de participar e botar fogo nessa discussão, porque a gente tem que consertar essas calçadas. Eu entrei na política muito por causa delas e gostaria muito de ver isso avançar no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A civilidade de um país você enxerga pela calçada dele. Você chega a um município, você olha a situação das calçadas, você já entende quem são os moradores e quem são os gestores. E a gente tem que ter cara boa e, para isso, a gente tem que ter calçada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu só queria acrescentar aqui algo.

Quando se bota pavimentação hoje, nos projetos já – porque a gente podia pegar essa carona – consta que tem que ter a calçada. Porque aqui a gente está falando das calçadas ruins e a maioria das ruas são pavimentadas e não têm calçadas, se os donos não resolverem. Mas hoje, se for através de emendas – não sei, mas deve ser para todo mundo –, só se faz pavimentação da rua com o projeto incluindo as calçadas, pelo menos isso. Aí, quando fazem essa, já é tudo como manda, porque, como esse recurso vai através de Caixa Econômica, Sudene, eles vão olhando aquilo ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que eu achei bastante interessante são os calçamentos, a pavimentação com aquele sistema intertravado, que é o mesmo que ser asfaltado. Porque esses calçamentos, para você andar com uma cadeira de rodas, é um paralelepípedo aqui, aí não sei quanto de areia com cimento aqui...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Sabe por quê? Ele era bem bacana, Senadora Zenaide, o piso intertravado. Ele funciona, por exemplo, no Japão, onde eles assentam o piso intertravado no asfalto ou no cimento. Aqui é assentado na areia, igual às pedrinhas portuguesas, o que pela NBR, pela ABNT, já é proibido. As pedras portuguesas não são mais aceitáveis na nossa legislação. Por isso, a importância do projeto da Senadora Ivete, porque vira lei, e não só uma norma. Mas na nossa norma não são aceitas.

E você falou da calçada da França, quantas usinas de asfalto a gente tem? São Paulo tem usina de asfalto. E, assim, se 1m de calçada custa R$300, se a gente a fizer com asfalto, custará R$50. Então, além de a gente já ter a usina, se você fizer bem feito, fica uma calçada maravilhosa e barata, e não essas que, depois cai uma chuva, vai lá e fica toda desigual. Então, a gente tem que trabalhar desde o material até a forma como ela é confeccionada. Aí, quando ela estiver pronta, a linda tem que ter o piso tátil também. A gente não pode se esquecer dos deficientes visuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Ainda em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco, em votação, o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Eu agradeço a presença de todos, Senador Nelsinho Trad, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Leila Barros, Zenaide Maia, Mara Gabrilli.

Pelo que soube, está indo bem o debate dos dois indicados para o Supremo Tribunal e para a PGR, o Flávio Dino e o Paulo Gonet, com os devidos Relatores.

Nós não temos nenhuma matéria mais para votar, limpamos toda a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui cumprimentar os estudantes da Educafro que vieram para Brasília assistir, inclusive, à votação, que creio que será ainda hoje, do Defensor Geral da República, o Leonardo, que vai ser ainda hoje, e vieram também assistir aqui, na CDH, ao debate da política de cotas. Da política de cotas, o Contarato, que é o Relator, está lá no debate com os dois convidados. E o Senador Flávio Arns, sempre presente, foi o Relator da matéria, e nós a aprovamos por unanimidade. Então, uma salva de palmas a vocês, que vieram de longe para assistir... (*Palmas.*)

Mas a notícia é boa, não é, Flávio Arns? V. Exa. fez um belo relatório aqui.

Neste momento, podem ficar todos à vontade, porque eu vou fazer a leitura final do balanço. Será uma hora de leitura no mínimo, porque trabalhamos muito. Então, fiquem todos à vontade, Flávio Arns, Leila, todos que estiverem conosco aqui, porque eu vou fazer a leitura neste momento. Senadora Ivete, Mara, todos fiquem bem à vontade.

E agora é praxe. No final eu termino lendo o expediente. (*Pausa.*)

Tchau, valeu, valeu. Esta foi a última reunião. Estamos juntos.

Então, vamos à leitura do relatório.

Obrigado, Senadores e Senadoras.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Eu só quero bater uma foto com você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, agora.

Sente-se aqui. Não quer sentar ali?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Então tá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica mais presidindo comigo aqui. (*Pausa.*)

Pronto.

Belo projeto, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu também quero, é só ele querer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora para a segunda etapa, que é a leitura do relatório.

Fique à vontade, Senadora. Fique à vontade.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Só bater uma foto com o Senador aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – A sessão continua, só estamos tirando uma foto, porque é a última sessão desta Comissão do ano – do ano. (*Pausa.*)

Agora faça esta aqui, faça esta aqui. (*Pausa.*)

Pronto, valeu.

Vamos agora à leitura do relatório.

Tipo do documento: balanço da CDH.

Senhoras e senhores, farei um balanço dos trabalhos desta Comissão em 2023. A Comissão de Direitos Humanos do Senado da República desempenha um papel extraordinário na promoção, proteção e defesa dos direitos fundamentais de todos e todas, enfim, de todos os cidadãos brasileiros. Sua importância está ligada à garantia de que os princípios consagrados na Constituição Federal e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário sejam respeitados e efetivamente implementados.

A CDH tem, no seu âmago, a responsabilidade de fiscalizar e avaliar as políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, propondo medidas que visem à sua melhoria e correção de eventuais violações. É um espaço para a discussão de temas sensíveis e emergentes, permitindo a participação da sociedade civil, movimentos sociais, especialistas e organizações não governamentais. Tratamos aqui de discriminação, violência, feminicídio, direitos das mulheres, acesso à educação, saúde, ensino técnico, emprego e renda, povos indígenas, pessoas com deficiência, racismo, racismo no futebol, desastres ambientais, quilombolas, direitos dos ferroviários, idosos, aposentados e pensionistas, preservação dos biomas, crise climática, agricultura familiar e segurança alimentar, e outros aspectos fundamentais da vida das pessoas.

Esta Comissão é um canal para a sociedade brasileira expressar suas preocupações e propor soluções. Ela não se limita às fronteiras nacionais, desempenhando também função na defesa de princípios da humanidade. Defendemos, intransigentemente, e estamos comprometidos com os direitos humanos no cenário global. A CDH está conectada à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa aos direitos fundamentais de cada pessoa, promovendo o desenvolvimento humano e defendendo a democracia no nosso país e, se depender de nós, no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, esta reunião de hoje, neste 13 de dezembro, é a 100ª Reunião, Extraordinária, de 2023 que esta Comissão realiza. Realizamos 26 reuniões deliberativas. Foram 74 audiências públicas. Ouvimos os relatos e realizações de sete Ministros de Estado, cada um dedicado a conduzir e fortalecer seus respectivos setores em benefício do bem-estar de nossa sociedade.

Expresso meu profundo respeito à Ministra Anielle Franco, que lidera a pasta da Igualdade Racial. Seu comprometimento em promover um país mais justo e inclusivo é inspirador para todos nós. Suas ações têm sido essenciais para combater a discriminação e promover a equidade racial.

Quero aqui lembrar também da bela fala do Ministro Wellington Dias, responsável pelo Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Nossa sincera admiração. Seu trabalho é incansável em criar políticas públicas com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e garantir a todos os brasileiros que tenham acesso a condições dignas de vida.

Ministro Silvio Almeida, que lidera o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – eu tenho que falar um pouquinho alto por causa da porta ali, não é por causa de vocês –, um abraço, querido Ministro Silvio Almeida, sua luta e defesa dos direitos fundamentais são incansáveis. Uma busca cotidiana pela justiça social e construção de uma sociedade mais ética e igualitária.

Nossa líder indígena Sonia Guajajara desempenha um papel fundamental como Ministra dos Povos Indígenas. Tenho uma profunda admiração por ela. Seu compromisso em fortalecer os direitos dos povos indígenas é uma luz em nossa jornada para a construção de um Brasil diversificado e respeitoso com suas raízes.

Ouvimos aqui também, em audiência pública, o nosso querido amigo sindicalista de outras épocas – fui sindicalista com ele – Ministro Luiz Marinho, do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem feito um trabalho incansável. Seu horizonte é criar um ambiente de trabalho mais justo e seguro para o fortalecimento da nossa força de trabalho e o desenvolvimento sustentável de nosso país – o tão importante desenvolvimento sustentável.

Meus agradecimentos à querida Ministra Cida Gonçalves, que lidera o Ministério das Mulheres, comprometida em promover a igualdade de gênero e garantir o empoderamento das mulheres; à Ministra Nísia Trindade, que lidera o Ministério da Saúde. Sua dedicação em garantir a saúde e o bem-estar de nossa população merece nosso mais profundo respeito.

Nossos Ministros e ministérios são todos – todos – pilares que sustentam a construção de um Brasil mais justo e igualitário, fortalecendo a nossa democracia. Um abraço a todos os ministérios, a todos os Ministros, mesmo àqueles que não estiveram aqui, porque a agenda, tão disputada, não permitiu.

Senhoras e senhores, vamos a alguns dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizamos sete audiências no âmbito do Ciclo do Estatuto do Trabalho (SUG nº 12, de 2018). O Estatuto do Trabalho tem como objetivo elevar as condições de vida do povo brasileiro e impulsionar o crescimento e desenvolvimento do país de maneira equilibrada e orientada pela promoção dos direitos sociais e trabalhistas.

A busca por uma sociedade justa, fraterna, solidária e democrática vai orientar o relatório final, com a promoção da humanização das relações de trabalho – sou o Relator desse projeto. As audiências públicas abordaram outros temas relacionados diretamente ao cenário social do país. Três foram dedicadas ao ciclo de debates sobre a questão da fome no Brasil, visando a promover discussões e buscar soluções eficazes para esse desafio.

Conduzimos duas audiências com foco na expropriação de terras, especialmente quando há constatação da prática de trabalho análogo à escravidão. Essa iniciativa visa a combater e erradicar formas contemporâneas de exploração e promover condições justas e dignas para todos os trabalhadores. Aqui, nesta Comissão, aprovamos um projeto que diz que toda propriedade, em que for encontrado qualquer cidadão, seja brasileiro ou não, no regime de escravidão, será desapropriada, seja na cidade ou seja no campo.

Dedicamos aqui também atenção especial ao uso medicinal da *Cannabis*, abordando seus potenciais benefícios e desafios de regulação. Conheço inúmeras pessoas, dezenas, centenas que me mandaram correspondência, pedindo que eu regulamentasse a *Cannabis*. A Mara Gabrilli deu um depoimento aqui na Comissão muito importante. Disse ela: "Eu posso comprar. Eu sou Senadora, tenho uma vida, em matéria financeira, resolvida. Mas e os pobres? Como eles comprarão a *Cannabis* para efeito medicinal?".

Também tratamos, em audiências públicas, de questões de combate ao racismo e outras formas de discriminação, buscando promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Outros temas abordados incluem a igualdade salarial entre homens e mulheres, percorremos esse debate desde a Constituinte, com a Benedita, com o Caó, já falecido, e com o Edmilson Valentim. Éramos quatro na Constituinte, na bancada negra. Lá já dizíamos "a mulher é a mais prejudicada, mais até sacrificada", porque há uma diferença entre o salário do homem branco, da mulher branca e da mulher negra. Quando você diz todos na mesma função com o mesmo salário, você vai conseguir um equilíbrio entre homens e mulheres, independentemente da cor da pele. Felizmente, o Projeto 130, que relatei diversas vezes, o Presidente anterior não quis sancionar... O Presidente Lula mandou um outro projeto para cá e nós o aprovamos aqui na Casa por unanimidade, aqui nesta Comissão, e a Senadora Zenaide Maia foi a Relatora.

Outros temas abordados incluem, como eu dizia, a violência contra as mulheres, como também o marco temporal das terras indígenas, a situação da Eletrobras, questões relacionadas às pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência e ao autismo, pulverização de aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente, entre diversos outros assuntos de interesse público. Só para lembrar que foi, claro há muitos anos, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, quando eu ainda era Presidente, lá naquelas épocas, há uns 15 ou 20 anos, que nós forjamos, construímos de forma coletiva com os pais a lei do autismo.

As audiências públicas que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realizou, e vai realizar muito mais ainda, são um esforço para abordar uma ampla gama de questões sociais e de direitos humanos. Busca-se promover o diálogo construtivo e a implementação de políticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a justiça social no Brasil.

Ainda, senhoras e senhores, a Comissão de Direitos Humanos aprovou sete projetos de lei desta Presidência, entre eles: o que limita a duração do contrato de trabalho em 25 horas semanais; o que extingue o contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador – claro que esse aqui foi para outras Comissões, depois vai ainda à Câmara dos Deputados –; o de Intervalo intrajornada; acréscimo de 50%; natureza salarial.

Relatei 15 projetos de lei aprovados, entre eles: o PL 4.498, de 2020, que inclui a população em situação de rua no censo demográfico; o PL 1.082, de 2023, sobre coleta de dados população LGBTQIA+ pelo censo; a SUG 4, de 2023, sobre o abono do PIS para empregado doméstico – transformado em PL –; o PL 3.697, de 2021, que proíbe o trabalho de crianças e adolescentes nas praças e logradouros, altera a CLT; ainda o PL 5.384, de 2020, que altera a Lei de Cotas para ingresso no ensino superior, universidades públicas, critério social e racial, e os institutos – desse PL, eu tive a satisfação de ser o Relator aqui no Senado, lá na Câmara foi a Dandara, e o Presidente Lula o sancionou –; o PL 5.643, de 2019: preferência no atendimento às vítimas de violência sexual; o PL 2.562, de 2021, que inclui crimes do ECA no rol de crimes hediondos.

Entre os projetos aprovados, da forma terminativa, merece ainda destaque o PL 4.396, de 2019, de nossa autoria, que estabeleceu a obrigatoriedade de comandos manuais nos veículos adaptados oferecidos por locadoras, especificando que esses devem ser de freio e acelerador, não de freio e embreagem. Outro projeto relevante que esta Comissão aprovou foi o PL 4.281, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão, com a Semana de Defesa e Promoção da Vida, justamente na semana que a antecede.

Além disso, foram aprovados outros importantes projetos, de inúmeros Senadores – só citei alguns aqui para enriquecer, como citei alguns em que eu fui o autor ou o Relator –, tais como: o PL 316, do Senador Romário, que estabelece a obrigatoriedade de coleta de dados sobre pessoas com deficiência; o PL 1.185, de 2022, do Senador Sérgio Petecão, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio; destaco também o PL 3.294, de outro Senador, que dispõe sobre a caracterização de símbolo para garantir o direito de pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência sensorial ou monocular – foi o Senador Wellington Fagundes –, denominado símbolo nacional de acessibilidade da pessoa com visão monocular.

Além desses, a Comissão apreciou outros projetos muito relevantes. Eu me lembro também do 5.970, de 2019, que trata, como eu dizia antes, da expropriação definitiva de terras onde foi constatada a prática do trabalho escravo; o PL 1.085, de 2023, que aborda a igualdade salarial e de critérios remuneratórios, inclusive entre homens e mulheres, como eu fiz um rápido comentário antes; o PL 1.372, de 2023, que propõe a revogação da alienação parental; o PL 03, de 2023, que aborda o protocolo "Não é não", e o PL 5.384, de 2020, que trata da atualização da política de cotas – ambos de autoria da Deputada Maria do Rosário e relatoria na Câmara da Deputada Dandara, e eu relatei no Senado –; o PL 2.245, de 2023, que cria a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua: fui Relator nesta Comissão e também no Plenário, e está na mão do Presidente para a sanção.

O total de deliberações, na Comissão, inclui: 94 projetos de lei, 1 projeto de lei complementar, 31 sugestões (SUG), 2 projetos de resolução e 1 projeto de decreto legislativo.

Agora, rapidamente, lembro alguns encaminhamentos realizados:

- a efetivação do resgate e repatriamento, conduzidos pelo Itamaraty, a pedido desta Comissão, de uma família brasileira pertencente à cantora Tuta Guedes, que se encontrava isolada na cidade de Éilat, Israel, na região do Golfo de Aqaba, sul do país. A ação foi motivada pelo sério risco decorrente da ofensiva armada no conflito com Israel, e a família não tinha como se locomover. Enfim, no fim, deu tudo certo;

- a aprovação de projetos de igualdade salarial, que sempre foi uma preocupação entre nós, e aqui eu já relatei;

- audiência pública interativa, 34ª Reunião, Extraordinária, da CDH, ocorrida em 29 de maio de 2023, a relatoria ficou a cargo da Senadora Zenaide Maia;

- a elaboração e aprovação do PL 5.384, de 2020, que promove reformulações e ampliações do sistema de cotas no ensino federal, já citado por mim. Aqui eu estou dando alguns destaques sobre o que eu já discorri, ao longo dessa minha fala;

- programação de diligência no Pantanal, Mato Grosso, em parceria com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas: está prevista para no início do ano de 2024, entre uma série de outros encaminhamentos.

Quero, para terminar, sublinhar meus cumprimentos e meus agradecimentos a todos os Senadores e Senadoras integrantes deste Colegiado, naturalmente, também, a todos os funcionários que sempre estiveram presentes, como estão até agora – não é, Luciano? –, neste plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos também à Zenaide Maia, Vice-Presidente da CDH, e cumprimento os Senadores, todos que fazem parte desta Comissão, titulares e suplentes, todos deram a sua colaboração: Randolfe Rodrigues, Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran, Damares Alves. Aos suplentes: Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Giordano, Weverton, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula, Eduardo Gomes e Cleitinho.

Aqui nós não dividimos, todos têm direito a discutir, debater, qualquer tema aqui nesta Comissão. Então, os suplentes, muitas vezes, são mais titulares que alguns titulares: estão mais aqui presentes e podem votar na falta do titular.

Então agradeço a todos, titulares e suplentes.

Mais uma vez, Cristiano, agradeço na sua pessoa. Agradeço também a todos os servidores desta Comissão, da CDH.

Senhoras e senhores, termino esse resumo. Se eu fosse falar tudo, eu iria ficar aqui duas ou três horas falando, me expressando da seguinte maneira: palavras cruéis têm o poder do aço afiado, capaz de ferir a alma, destruir sonhos e aprisionar a própria essência humana, como se experimentássemos um exílio, em primeira pessoa. Afastemo-nos dessas palavras; vamos optar pelo oposto, pelo lado em que o sol nasce. Celebremos as palavras benevolentes: gentileza, generosidade, fraternidade, gratidão, respeito, solidariedade, compaixão, resiliência, empatia e amor.

Os direitos humanos residem, em sua essência, na luz e no som da natureza, deste vasto universo de palavras benditas, abençoadas e humanas. Busquemos, assim, os verbos bem conjugados, afinados com o bem-estar, com as mãos aos céus, em reverência e cumplicidade ao outro, capazes de tocar os corações das pessoas, assim, juntas em causas nobres, em ações verdadeiras, postas em prática.

Nossa missão é ajudar as pessoas, preservando suas identidades, raízes, histórias e escolhas de mundo e, também, de vida, respeitando a diversidade...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... pois, como afirmou o poeta: "Seguimos em frente, compartilhando a esperança, cada um no seu momento, cada qual em seu lugar".

Esse é o resumo.

Parabéns a todos vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à Comissão.

Parabéns a todos os Senadores.

Parabéns à democracia.

Parabéns, parabéns, na busca permanente nessa caminhada pela justiça social e direitos iguais para todos.

Eu tenho ainda agora, neste momento... Eu adoro muito essa música que está tocando, viu?

Dá para dar um volume maior?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso foi uma surpresa para mim que a moçada fez. Eu não tinha visto.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela surpresa, moçada. Adorei, viu? Muitas emoções. (*Palmas.*)

Quero levar esse vídeo para casa, viu? Vocês vão ter que me dar uma cópia.

Terminando essa parte, eu ainda tenho uma segunda parte, que é de ofício – eu falei aqui –, que é a leitura do expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos, porque hoje é a última sessão nossa do ano:

Do Presidente do Senado: encaminha para conhecimento e eventuais providências processo referente ao prêmio de incentivo aos trabalhadores que, segundo relatos, foram submetidos a condições análogas à escravidão por empresas multinacionais.

Da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: solicita a adoção de providências para que seja levado à votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2017, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo: moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 580, de 2007, que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aprovado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, lá na Câmara dos Deputados. Aqui, não houve essa votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos: encaminha ata de reunião ordinária para análise e divulga a relação das entidades que poderão votar na eleição para a nova gestão do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Da Câmara Municipal de Salvador, Bahia: moção de aplauso pelos 17 anos da Lei Maria da Penha. Tive a satisfação de votar na construção da Lei Maria da Penha, que é tão importante para combater a violência contra as mulheres.

Da Câmara Municipal de Itapetininga, São Paulo: manifesta o repúdio à instituição do banheiro unissex em todo o território nacional.

De tudo o que vem a gente faz a devida leitura.

Da Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul: solicita a aprovação do Projeto de Lei nº 434, de 2021, que institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências.

Da Câmara Municipal de Salvador, Bahia: moção de aplauso pela campanha Agosto Lilás, dedicada à conscientização pelo fim da violência contra a mulher, que busca chamar atenção da sociedade sobre o tema.

Do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: encaminha o Projeto de Lei oriundo do projeto Supera, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Da PI–Brasil, Plataforma Pessoas Idosas: encaminha documento da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a década do envelhecimento saudável.

Da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis: requer a realização de audiência pública sobre violência de gênero.

Da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - População Indígena e Comunidades Tradicionais: informa a instalação do inquérito civil com o escopo de apurar as medidas adotadas pelo poder público para o desvelamento e o adequado enfrentamento da possível ocorrência em atos caracterizadores de racismo estrutural, em abordagens eventuais e em outras medidas representativas realizadas pelas forças policiais e órgãos de segurança pública. Só para registro, aprovamos no Senado, por unanimidade. Nas Comissões, eu fui autor da matéria. Está na Câmara dos Deputados, e a minha suplente lá, a Reginete Bispo, é a Relatora. É sobre a abordagem policial, para que seja feita a reeducação da abordagem policial.

Da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF: encaminha relato à situação precária em Brasília e em Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Força Sindical: pede intervenção desta Comissão, no sentido de solicitar audiência com o Ministro Silvio Luiz de Almeida, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, a fim de colocá-lo a par dos desmontes do setor elétrico nacional.

Da Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais: moção de apoio à aprovação do PL 3.295, de 2023, que altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência –, para tornar obrigatória, no transporte aéreo, regular e doméstico, a disponibilização de assentos com dimensões especiais. A moção está anexada ao projeto.

De cidadão: solicita a aprovação do PL 3.461, de 2020, que proíbe a cobrança adicional de pessoas obesas em transportes e em eventos culturais e edifica a discriminação nesse contexto. Informamos que o PL foi aprovado nesta Comissão, na 96ª Reunião, e aguarda a designação de Relator na CTFC.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, o documento será arquivado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião desta Comissão.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Eu vou pedir um bis – é possível? – no encerramento dos trabalhos, se poderiam repetir o vídeo na tela... Depois do vídeo, eu vou encerrar os trabalhos. É possível? (*Pausa.*)

Então vamos lá.

Antes de encerrar os trabalhos, eu solicitei que o videozinho, que vocês fizeram como uma surpresa belíssima a todos nós, com uma música, fizesse o encerramento.

É um encerramento mais simbólico, humano e mostra o compromisso desta Comissão em combater todo tipo de preconceito. E aqui é uma janela, um espaço, onde todos usam a palavra.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Vocês sabem que eu adoro essa música, de Mercedes Sosa, Só Peço a Deus, a pérola negra.

Eu agradeço a todas e a todos que ficaram aqui e aos que estão nos assistindo até este momento.

E vou fazer uma pequena homenagem a você, Asthego, viu? Porque o Asthego está de aniversário hoje. É aquele moço ali. Se vocês puderem... Esse moço está de aniversário. Parabéns! (*Palmas.*) Foi ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem construiu esse vídeo rapidamente, porque conversamos, eu e Cristiano – não é, Cristiano –, e o Cristiano disse: "Por que não tem um videozinho para falar um pouco de tantas fotos, tantos momentos emocionantes?".

Então, uma salva de palmas a todos nós. Nós estamos escrevendo juntos essa história. (*Palmas.*)

Encerrada a nossa audiência pública de hoje.

Grandes, grandes, grandes comandantes!

Está encerrada a nossa sessão deliberativa.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Efraim Filho, Leila Barros, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Magno Malta, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Angelo Coronel e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2023 - CRE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater a Revisão do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança (PNA MPS), em conformidade com o REQ 13/2023 – CRE, aprovado em 27 de abril de 2023. **Participantes:** Senhora Embaixadora Maria Elisa Rabello Maia, Coordenadora do Grupo Interministerial Informal para a Elaboração do II Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (II PNA-MPS) (representante de: Ministério das Relações Exteriores); Senhor Comandante de Fragata (CF) Gustavo Henrique Schneider Arueira, Coordenador da Seção de Organismos Globais, da Subchefia de Organismos Internacionais, da Chefia de Assuntos Estratégicos (representante de: Ministério da Defesa); Senhora Renata Avelar Giannini, Representante de: ONU Mulheres (representante de: ONU Mulheres); Senhora Eduarda Hamann, Coordenadora-Geral da REBRAPAZ (representante de: Rede Brasileira sobre Operações de Paz (REBRAPAZ)); e Senhora Marina Alkmim, Pesquisadora do Instituto Igarapé (representante de: Instituto Igarapé). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 36, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado, extrapauta, o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária e remota, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente audiência pública interativa, em formato integralmente remoto, tem como objetivo debater a revisão do primeiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, em conformidade com o Requerimento nº 13, de 2023, da CRE, e avaliação de política pública aprovada nesta Comissão em 27 de abril de 2023.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-061-2211.

A mesa conta com a participação, na modalidade remota, dos seguintes debatedores: a Sra. Maria Elisa Rabello Maia; o Sr. Comandante de Fragata Gustavo Henrique Schneider Arueira, Coordenador da Seção de Organismos Globais, da Subchefia de Organismos Internacionais, da Chefia de Assuntos Estratégicos Representante do Ministério da Defesa; a Sra. Renata Avelar Giannini, representante da ONU Mulheres; a Sra. Eduarda Hamann, como ela está me olhando, eu não sei se estou pronunciando certo o seu sobrenome.

A SRA. EDUARDA HAMANN (*Por videoconferência*.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Ela é Coordenadora-Geral da Rede Brasileira sobre Operações de Paz (Rebrapaz). A Sra. Marina Alckmim, representante do Instituto Igarapé; e a Sra. Giovana Zuccato, Doutora pela Universidade do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As regras de debate são que cada expositor terá direito à palavra por dez minutos cada um. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, bem como para as perguntas e comentários enviados pelo e-Cidadania.

Eu estou aguardando que a nossa querida Senadora Mara Gabrilli se diga presente para que eu lhe passe, com muita honra e alegria, a palavra.

Enquanto isso não acontece, eu quero pedir a compreensão de todos, porque eu estou apresentando o Requerimento nº 36, que requer que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, sobre a situação pré-conflituosa entre a Venezuela e a Guiana. Este assunto merece, de ontem para hoje, uma preocupação ainda maior. Este requerimento está subscrito por mim, Esperidião Amin, e pelo Senador Dr. Hiran Gonçalves, que representa o Estado de Roraima, que eu vejo que já está presente. Igualmente, percebo a presença do Senador Hamilton Mourão, que, gentilmente, deu prioridade a participar, pelo menos, desta deliberação ou desta apresentação do requerimento, em face de um telefonema que eu lhe fiz.

Ele complementa o requerimento com um artigo publicado hoje, dia 28 de novembro, no jornal *O Estado de S. Paulo*, página A5, de autoria do Ministro e Embaixador Rubens Barbosa, intitulado " A antiga controvérsia entre a Venezuela e a Guiana é, hoje, a maior ameaça a estabilidade regional."

É um tema muito delicado, razão pela qual, consultando o Senador Hiran, que hoje mesmo vai se deslocar para a região da fronteira do Brasil com a Venezuela, na altura de Roraima, e manifestou várias vezes a sua grande preocupação.

Eu consulto... Primeiro, verifico que a Senadora Mara Gabrilli ainda não participa deste Plenário virtual e o Senador Hiran está presente. Então, eu concedo a palavra ao Senador Hiran Gonçalves, que, repito, está preocupado com a questão e se desloca ainda hoje para Roraima.

Concedo a palavra para que a S. Exa. faça a sua colocação, e, eventualmente, se o Senador Hamilton Mourão quiser secundá-lo, também a palavra lhe será disponibilizada com a compreensão da Senadora Mara Gabrilli, a quem, antecipadamente, peço escusas e permissão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Esperidião, ilustre Presidente, ilustres participantes desta Comissão e convidados!

Eu queria perguntar se vocês me ouvem bem, porque eu estava com um problema aqui no meu dispositivo. Vocês me ouvem?

Está me ouvindo, Esperidião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estou, sim. Se possível falar um pouquinho mais alto, seria bom, aumentar um pouquinho o seu volume.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – É que eu estou aqui lutando para tentar melhorar esse som, mas eu vou tentar falar um pouco mais alto aqui.

Está conseguindo ouvir melhor?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sim, melhorou um pouco.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Bom, a minha preocupação é que nós vivemos já uma crise humanitária inominável no nosso estado desde 2016, com uma imigração desenfreada de venezuelanos. Nos períodos mais agudos, nós temos, diariamente, a entrada de 1.000, 1.200 imigrantes lá em Pacaraima.

Hoje, eu tive o cuidado de me informar com órgãos de informação e com o Prefeito de Pacaraima a respeito de como está o fluxo migratório esta semana.

Nesta semana, nós tivemos aí cerca de 500, 600 venezuelanos entrando em Pacaraima. Uma parte dessas pessoas entra pela Operação Acolhida e a outra parte, cerca de 50%, 40%, entra através de uma fronteira altamente permeável, uma fronteira seca, e vai para Pacaraima e para os demais municípios do nosso Estado de Roraima, gerando uma crise humanitária sem tamanho já há muito tempo.

Quero aqui ressaltar que a Operação Acolhida, que tem sido um exemplo de acolhimento de imigrantes que fogem deste Governo absolutamente tirano da Venezuela.

É uma operação que é um exemplo para o mundo, mas ela não consegue abarcar a todos os venezuelanos que entram no nosso país. E agora, com essa questão, esse plebiscito que o Presidente Maduro anuncia para o próximo dia 3, essa migração vai... tem tendência a aumentar progressivamente, o que nos preocupa muito.

Eu estive presente agora, meu querido Senador Esperidião, com o Ministro da Defesa, e o Ministro da Defesa José Múcio me falou que está absolutamente informado das movimentações do lado venezuelano, que determinou um reforço do nosso Exército na nossa fronteira norte para evitar qualquer tipo de invasão do nosso território, tanto do lado de Pacaraima quanto do de Normandia e Bonfim, que são os nossos municípios que fazem a fronteira norte do nosso país. A nossa preocupação é muito grande, porque isso gera... Toda essa informação a respeito desse eventual conflito gera uma sensação de vulnerabilidade, uma preocupação muito grande dos roraimenses, que já sofrem com essa política de êxodo humano que foi decretada pelo Presidente Maduro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, hoje à noite... Pedi uma autorização do nosso Presidente Veneziano, que está respondendo pela Presidência do Senado, irei a Pacaraima amanhã de manhã e vou avaliar toda a movimentação que está existindo lá naquela fronteira, para, inclusive, fazer um relato bem real na nossa Comissão aqui, o que é importante para que nós possamos reverberar toda essa situação que nós estamos vivendo lá em Roraima. A situação, senhoras e senhores, nos preocupa porque, se houver uma ocupação do Essequibo, nós vamos perder uma fronteira importante do nosso país, que é a fronteira com a Guiana. A Guiana é um país que tem relações comerciais importantes com Roraima – nós estamos exportando grãos através da Guiana, não só para Georgetown, como para os países do Caricom –, e isso também gera uma insegurança muito grande para quem trabalha e produz no nosso estado, de forma que nós precisamos da ajuda de todos para que nós possamos coibir essa movimentação insana desse Presidente que já causou um êxodo de mais de 6 milhões de pessoas lá na Venezuela.

Muito obrigado, Presidente Esperidião. E cumprimento as senhoras e os senhores que nos acompanham aqui. Estou vendo aqui que nosso querido Senador Hamilton Mourão está também na sala; quero fazer uma saudação a ele, que, aliás, conhece muito bem o problema, e à Eduarda também, que participa deste evento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Felizmente, esta sessão está sendo gravada e, apesar de ser um requerimento não previsto, ele tem a maior importância histórica, razão pela qual passo, com muita satisfação, a palavra ao nobre Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Senador Amin, Senador Hiran, ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Bem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Compartilho dessa preocupação que o Senador Dr. Hiran nos colocou sobre esses acontecimentos lá na Venezuela, uma fronteira direta nossa e, caso ocorra alguma situação de violência ou de conflito, haverá um aumento do êxodo de venezuelanos e, por que não dizer, da população da Guiana, na direção do Brasil e, obviamente, na direção do Estado de Roraima.

Mas vamos dar uma analisada rápida nessa questão. É uma questão que se arrasta desde o fim do século XIX, está hoje nas mãos da Corte Internacional de Justiça, que é a quem compete dar o laudo arbitral final. A arbitragem foi feita lá em 1899 e vem sendo contestada pela Governo da Venezuela. Todos os mapas da Venezuela sempre apresentaram a região do Essequibo como uma área em contestação, e agora existe esse referendo proposto pelo Governo Maduro, a ser realizado no próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domingo, cuja pergunta principal é se os venezuelanos concordam em conceder cidadania às pessoas que habitam a região do Essequibo, ou seja, claramente querendo dar um passo para a situação seguinte, que seria uma ocupação daquela área.

Militarmente, vejo a Venezuela – apesar de ter se armado ao longo dos últimos tempos – com dificuldades para executar uma operação dessa natureza. Se olharem aí... vamos visualizar o mapa da Venezuela. Ela tem um contencioso grande também lá na região da península de La Guajira, junto a Maracaibo, com a Colômbia. Do dispositivo militar venezuelano, 70% dele está voltado para a área colombiana, não só por causa desse contencioso, mas também por causa da existência de movimentos guerrilheiros que transbordam a fronteira venezuelana.

Junto da área da Guiana, eles possuem apenas uma divisão, e é uma divisão que não está muito bem constituída. Existe apenas uma rodovia. Em termos de linguagem militar, isso se chama uma direção tática de atuação, que permite carrear meios logísticos, porque ninguém faz guerra sem logística, e é ilimitada para executar uma operação de envergadura. E, caso a Venezuela resolvesse invadir efetivamente a Guiana, o melhor caminho seria passando por dentro de Roraima, o que colocaria o Brasil no centro do conflito.

Portanto, nós aqui da Comissão de Relações Exteriores, temos que externar constantemente ao Governo brasileiro – sei que há uma preocupação do nosso Chanceler, tanto o Chanceler de direito, como o Chanceler de fato, em relação a essa questão. O Presidente da República está fora do país, não sei quando é que retorna, se é no final de semana –, e é importante que a nossa diplomacia esteja acompanhando atentamente esses fatos, porque o Brasil, com potência regional, não pode permitir que um conflito aconteça.

Na minha visão, de imediato os Estados Unidos da América irão se posicionar ao lado da Guiana e, vamos lembrar, a Rússia tem não só um pé, mas os dois pés dentro da Venezuela, a China tem um, e nós traremos o conflito que existe fora da América do Sul para dentro da América do Sul, o que será péssimo. Portanto, nós – Comissão de Relações Exteriores – temos que monitorar esse assunto, ver o que vai acontecer desse referendo. Acredito que, com apelo ao nacionalismo, a população vai votar em favor da proposta do Governo Maduro, mas, repito, julgo que no presente momento, ele não tem capacidade operacional de executar aquilo que deseja.

É isso aí, Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Senador Mourão, queria que o senhor levasse em conta a proposta que vou lhe fazer. O meu gabinete está enviando para o seu a cópia em inteiro teor deste requerimento que eu estou subscrevendo junto com o Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, em síntese, pede ao ministro, ao Ministério das Relações Exteriores, três informações, é apenas o começo da história:

Quais são as medidas diplomáticas que o Brasil está tomando para dialogar com os Governos da Venezuela e da Guiana?

Segundo, o Brasil está considerando a possibilidade de enviar tropas para a região?

Terceiro, o Brasil está trabalhando para fortalecer a cooperação regional, visando à prevenção de conflitos na América do Sul?

Ou seja, são três perguntas muito preliminares, mas que deixarão consignada a nossa preocupação com essa, digamos, esse perigo, dentro desta reunião, que é uma reunião extraordinária e com outro objetivo, da Comissão de Relações Exteriores.

Caso V. Ex. concorde em assinar, eu vou colocar o requerimento em discussão, porque nós temos quórum, votar, e aí, retornaremos para o curso normal da reunião, que tem como objetivo, eu repito, a reunião inicialmente aventada, ou seja, debater a revisão do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança, conforme eu já anunciava. Então, caso V. Ex. concorde em subscrever, eu adito a sua assinatura, pode ser?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente Amin, estou de pleno acordo, porque as três perguntas formuladas são extremamente pertinentes e abrangem exatamente a preocupação da nossa Comissão e, em particular, a preocupação expressada aí pelo nosso Senador Dr. Hiran, que é um representante do Estado de Roraima, que é diretamente envolvido nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas o senhor é o nosso "chefe do Estado-Maior".

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Sem dúvida, e grande conhecedor da região.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Com dever constitucional de conhecimento...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... E conhecimento pormenorizado da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado por isso.

E quero lembrar que na próxima quinta-feira, nós teremos a sabatina das embaixadoras designadas para a Guiana e para a Venezuela. Será um excelente momento...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu recebi ontem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – ... de a gente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Recebi ontem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Voltaremos a discutir o assunto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – É, eu acabei de receber. Vocês estão me ouvindo?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Por videoconferência*.) – Sim, todos te ouvem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Por videoconferência*.) – Eu acabei de recebê-las aqui, a embaixadora da Guiana, a da Venezuela e a de Trinidad e Tobago também, que serão sabatinadas aí na próxima quinta-feira.

Mas eu queria, antes de encerrar esta discussão, dizer que a minha conversa com o Ministro Múcio foi uma conversa muito proveitosa. O Ministro inclusive me falou que ele é da opinião de que nós poderíamos, inclusive, General Mourão, colocar, no Mar do Caribe, em águas internacionais, uma fragata brasileira para sinalizar que nós não compactuamos com nenhum movimento militar de agressão à Guiana, que seria um desastre geopolítico para todos nós. O senhor, de uma maneira muito superficial, falou sobre essa questão do envolvimento das grandes potências, e isso é uma coisa que também me preocupa muito, porque nós sabemos do interesse dessas grandes potências não só no petróleo, mas no minério de ferro, no diamante, no ouro e em toda a biodiversidade, que é tão rica no Essequibo. Então, vai aqui a nossa preocupação.

Quero agradecer a participação de vocês e quero dizer que, na quinta-feira, estarei trazendo aqui para a Comissão toda essa problemática que está sendo vivida na fronteira. O Ministro da Defesa já me informou que determinou um reforço do nosso contingente militar naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer a todos vocês a preocupação e ao meu querido Esperidião Amin, nosso Presidente, pela sensibilidade e pela presteza com que me atendeu ontem. Eu manifestei essa preocupação e ele já, com toda a sua autoridade, com sua inteligência, está fazendo com que essa nossa preocupação se torne uma preocupação nacional.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Portanto, sobre a mesa tem-se o requerimento que já foi lido.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Autoria dos Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e General Hamilton Mourão, conforme eu já descrevi e já comentamos.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Na próxima quinta-feira, nós nos reuniremos para apreciar, como lembrou o Senador Morão, inclusive as Embaixadoras do Brasil da Guiana e da Venezuela, ou seja, nos países, digamos, que polarizam essa situação. Então, serão tomadas as providências para enviar o requerimento de informação e, certamente, isso será o útil para a nossa reunião de quinta-feira próxima.

Voltando, cumprido esse lapso, esse hiato, eu passo a palavra à Sra. Embaixadora Maria Elisa Rabello Maia, representante do Ministério das Mulheres, para a sua participação na reunião. Esclareço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Sa. dispõe, Sra. Embaixadora, de 10 minutos, prorrogáveis, se achar necessário, para a sua intervenção.

A SRA. MARIA ELISA RABELLO MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli, Exmas. Sras. Senadores e Srs. Senadores que estejam participando desta reunião, senhores e senhoras integrantes da mesa. Bom dia a todos.

Agradeço a honra e a oportunidade de poder participar, representando o Ministério das Relações Exteriores, como expositora, nesta importante iniciativa de realizar uma audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Em 25 de outubro deste ano, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, anunciou, durante o debate aberto anual do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, a conclusão da primeira etapa do II Plano Nacional de Ação brasileiro sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Assim sendo, é muito oportuno o exercício de análise do I Plano Nacional, como política em prol da maior igualdade de gênero na inserção internacional e soberana do Brasil, proposto pela Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli, nos termos do Requerimento 13/2023, da CRE, aprovado em 27 de abril de 2023.

O apoio político em alto nível é fundamental para a construção de planos nacionais de ação eficazes. A audiência de hoje, portanto, de exame do I PNA, também representa uma oportunidade ímpar para obter elementos adicionais para construir uma estratégia nacional que repita a prioridade atribuída pelo Estado brasileiro à agenda de mulheres, paz e segurança.

A minha exposição vai cobrir os seguintes tópicos: a agenda sobre mulheres, paz e segurança; a elaboração do I Plano Nacional de Ação; a estrutura do I Plano Nacional de Ação; a avaliação crítica desse primeiro plano; lições do primeiro plano e a elaboração do II PNA; e algumas recomendações no final.

A agenda Mulheres, paz e segurança surgiu com a Resolução 1.325, de 2000, proposta pela Namíbia, que lançou esse tema na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O documento reconheceu pela primeira vez o papel das mulheres em ações relacionadas à paz e segurança internacionais, bem como o impacto diferente dos conflitos armados sobre mulheres e meninas. Desde então, o Conselho aprovou uma série de resoluções com o objetivo de fortalecer a ação da ONU na promoção da paz duradoura por meio do fomento à inclusão da perspectiva das mulheres. A iniciativa de propor a agenda sobre mulheres, paz e segurança não partiu de países desenvolvidos, nem dos membros permanentes do Conselho de Segurança, mas da articulação do sul global ao longo de décadas, desde a criação das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale mencionar que a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim, elencou mulheres e conflitos armados como uma das 12 áreas críticas de preocupação para o século XXI. A declaração final da conferência reconheceu que a paz está indissoluvelmente ligada ao avanço das mulheres, que representam uma força essencial para a liderança, solução de conflitos e promoção de uma paz duradoura em todos os níveis.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sra. Embaixadora.

A SRA. MARIA ELISA RABELLO MAIA (*Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu estou interrompendo a senhora, e peço perdão, para passar a Presidência à nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que é a titular desta Presidência.

Sinto-me muito feliz em poder servir à Comissão, a V. Sas. todas reunidas aqui e que vão palestrar, especialmente por servir à minha querida vizinha, minha querida amiga, Senadora Mara Gabrilli, que passa a presidir esta sessão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Senador Amin, muito obrigada.

Beijo enorme!

Embaixadora, perdoe-me. Podemos continuar. Eu estou aqui.

A SRA. MARIA ELISA RABELLO MAIA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. Eu volto, então, a saudá-la. É um prazer, é uma honra estar aqui, podendo participar desta audiência sobre um assunto tão importante.

Se V. Exa. me permite, posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Claro! Estamos todos ouvidos aqui.

A SRA. MARIA ELISA RABELLO MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito!

Bom, então, voltando aqui, por meio da Resolução 2.242, de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas recomendou aos estados-membros da ONU que elaborassem estratégias domésticas de implementação da agenda, conhecidos como planos nacionais de ação. Atualmente, mais de cem países e organizações regionais contam com esses planos de ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança brasileiro foi elaborado por um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado por representantes do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da então Secretaria de Políticas para Mulheres, com o apoio da ONU Mulheres e do Instituto Igarapé, representando a sociedade civil.

Ao longo de 2016, o grupo de trabalho realizou sessões plenárias mensais para discutir a elaboração do primeiro PNA, e seu comitê de redação reuniu-se no período interseccional. O grupo de trabalho promoveu eventos para ampliar as discussões sobre o Plano Nacional de Ação brasileiro e receber insumos de instituições e atores relevantes. Eu cito, por exemplo, uma oficina que foi organizada, em março de 2016, consolidando a estratégia do Brasil sobre mulheres, paz e segurança da agenda global ao contexto nacional, em colaboração com a Fundação Alexandre Gusmão, o Instituto Igarapé e a ONU Mulheres.

O primeiro plano nacional do Brasil foi anunciado em 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher, com vigência inicial de dois anos. Em 2019, sua validade foi prorrogada por quatro anos. O plano expirou recentemente, em 29 de março deste ano, ou seja, há apenas oito meses.

A estrutura do primeiro Plano Nacional de Ação tinha dois objetivos estratégicos: a transversalização de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

A transversalização de gênero, em todas as ações do país, no âmbito da paz e da segurança internacional, visa a reconhecer tanto a importante contribuição das mulheres nos processos de paz, incluindo prevenção, mediação, resolução de conflitos e manutenção e consolidação da paz, quanto os distintos impactos sobre homens, mulheres, meninos e meninas no contexto de conflitos armados, com o intuito de evitar a perpetuação de desigualdades.

Já o empoderamento de mulheres e meninas é fundamental para o sucesso de ações para reduzir a pobreza, construir a governabilidade democrática, prevenir crises, promover a paz duradoura e o desenvolvimento sustentável. Empoderar mulheres implica assegurar-lhes voz ativa nas instituições de governança para que possam participar, em igualdade com os homens, do diálogo público e da tomada de decisões que determinarão o futuro de suas famílias e países.

Além disso, o primeiro PNA foi elaborado com base na estrutura tradicional de quatro pilares, inspirado na Resolução n° 1.325. Esses pilares são: participação, prevenção e proteção; consolidação da paz e cooperação humanitária; aprofundamento, sensibilização e engajamento. Esse é o modelo original de vários planos nacionais na ação, e o nosso primeiro plano, à época, seguiu essa estrutura.

Muito rapidamente, o pilar de participação tinha como objetivo aumentar e melhor qualificar a presença de mulheres brasileiras, inclusive civis, militares e policiais, em atividades relacionadas à paz e segurança, com foco nas missões de paz da ONU. Previa capacitação específica de mulheres para participar de operações de paz, realização de diagnósticos sobre desafios enfrentados por mulheres civis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uniformizadas para viabilizar essa participação e sobre a melhoria de condições para ascensão e permanência na carreira de mulheres diplomatas, militares e policiais.

O segundo pilar, prevenção e proteção, estava voltado às mulheres vítimas de violência sexual e tinha por objetivo proteger os direitos humanos de todas as mulheres e meninas e prevenir contra a violência baseada em gênero nas situações de conflito.

O pilar de consolidação da paz e cooperação humanitária buscava fortalecer a perspectiva de gênero a partir de programas sociais com o intuito de alcançar uma paz sustentável.

O pilar de aprofundamento, sensibilização e engajamento previa iniciativas para a difusão do conhecimento sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança na sociedade brasileira e servia como base para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Também visava promover o conhecimento e envolvimento com relação ao plano nacional no Brasil.

Os objetivos principais de cada pilar foram detalhados no plano por meio de atividades propostas com indicação da instituição líder e outras instituições envolvidas, ou seja, o Itamaraty, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, na consecução de cada uma delas. O plano também indicava quais os resultados esperados em cada pilar.

Bom, com relação à avaliação da implementação do primeiro PNA, nessa avaliação há dois aspectos: os aspectos de conteúdo e os aspectos relacionados à elaboração e à estrutura do plano. Eu não gostaria de me ater às questões de conteúdo porque, pelo que eu vejo, os integrantes da mesa, em suas apresentações, terão muito mais elementos do que eu para falar sobre essa parte. Eu gostaria de passar diretamente, inclusive para não extrapolar o tempo, para as principais críticas que foram feitas ao primeiro plano, tanto na sua elaboração como em sua estrutura.

Essas críticas são as seguintes: ausência de interseccionalidade dos objetivos e pilares e pouca atenção aos desafios de segurança enfrentados por grupos humanitários no país; foco na vertente externa, sem inclusão de ações relacionadas à vertente interna; baixa participação da sociedade civil em sua elaboração, restrita à ONU Mulheres e ao Instituto Igarapé; ausência de formalização do plano, que não chegou a ser adotado por meio de ato administrativo ou legislativo; ausência de cronograma para a execução das atividades e ou indicadores de cumprimento; ausência de criação de instância formal, grupo ou comitê interministerial para a coordenação entre os atores do processo para acompanhar as atividades previstas, embora o primeiro PNA incluísse previsão de mecanismo de acompanhamento, monitoramento de sua implementação com a produção de relatórios anuais; ausência de *accountability*, ou seja, prestação de contas de avaliação; ausência de dotação orçamentária para financiar as ações.

Bom, indicaram-me que eu também deveria aproveitar a oportunidade para falar como as lições que nós tivemos, aprendemos com o primeiro PNA poderiam contribuir para a elaboração do segundo PNA. Então, vou passar diretamente para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do segundo PNA, em 16 de junho de 2023, o Ministério das Relações Exteriores convocou reunião interministerial informal para iniciar a elaboração desse segundo plano. Levando em conta a experiência com a elaboração do primeiro plano, a primeira providência foi adotar uma abordagem multissetorial na composição do grupo interministerial informal. Ou seja, o número de ministérios integrantes passou de quatro para oito. Portanto, além do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Mulheres, nós tivemos também a participação do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social da Família e do Combate à Fome. O grupo interministerial informal incluiu também representantes da Presidência da República, Assessoria Especial e assessoria da Primeira-Dama, do Senado, da Bancada Feminina, e da ONU Mulheres.

A elaboração da primeira etapa do segundo PNA contou com a contribuição da sociedade civil por meio da participação de especialistas nas quatro reuniões que foram realizadas. Também contou... (*Falha no áudio.*)

Posso continuar? (*Pausa.*)

Ah, sim.

Contou também com contribuições de consultas realizadas pela ONU Mulheres junto a organizações e redes representativas de setores e o recebimento de comentários de organizações.

Na elaboração da segunda etapa do segundo plano, é importante que a sociedade civil seja envolvida ativamente, não só mediante a participação de especialistas, mas também da realização de consultas públicas. Essa é uma das primeiras lições que nós podemos aprender com o primeiro PNA e utilizar na elaboração do segundo.

Outro ponto: em vez de seguir o modelo tradicional dos quatro pilares, o segundo PNA adotou o modelo mais atual, conhecido como Plano de Ação de Alto Impacto, estruturado no formato de um marco lógico orientado a resultados. Além de ações de política externa, o segundo o PNA também trata de questões relevantes para a sociedade brasileira, como segurança pública, proteção social, participação política e direitos das minorias.

O segundo PNA ampliou seu foco e passou a abranger as vertentes doméstica e externa da agenda de mulheres para a segurança. Os princípios fundamentais do plano também foram ampliados. Além da transversalização de gênero, empoderamento de mulheres e meninas, incluiu a interseccionalidade, uma vez que brasileiras pertencentes a minorias ou a grupos historicamente vulneráveis ou marginalizados sofrem impactos diferenciados e desproporcionais em distintas situações de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento da primeira etapa do segundo PNA foi divulgado, como havia mencionado no início, em 25 de outubro deste ano e prevê a elaboração de estratégias de implementação de indicadores sociais e mecanismos para monitorar o cumprimento dos objetivos. Para executar a segunda etapa propõe que o grupo interministerial informal seja convertido um grupo de trabalho interministerial de implementação e monitoramento, formalizado por meio de portaria.

Em resumo, se eu pudesse extrair as principais lições do primeiro PNA, que é o objeto da nossa discussão de hoje, para a elaboração da segunda etapa do segundo PNA, seriam: detalhamento das atividades em ações concretas – é necessário esse objetivo; cronograma de implementação, que é muito importante; mecanismos de monitoramento ou acompanhamento e avaliação; recursos, financiamento, previsão de dotação orçamentária para a execução das ações; formalização, participação mais ampla da sociedade civil em coordenação com os atores governamentais; coordenação entre ministérios e Poderes.

Esse é o suprassumo que eu consigo extrair da avaliação do primeiro PNA e trazer para a nossa discussão de hoje, em busca de elementos concretos que nos norteiem na elaboração da segunda etapa do segundo PNA.

Então, mais uma vez, agradeço a oportunidade. Eu acho extremamente importante estar aqui nesta audiência de hoje.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, muito obrigada, Embaixadora Maria Elisa.

Muito obrigada mesmo pelas informações.

Quero agradecer também o colega Esperidião Amin pela abertura da nossa reunião de hoje e por ter subscrito o Requerimento 13, de 2023, do qual essa audiência é fruto. Quero agradecê-lo muito pela parceria de sempre e por apoiar a avaliação do I Plano Nacional de Ação Mulheres Paz e Segurança e contribuirmos para a revisão agora que está em andamento.

Quero agradecer também a todos os nossos convidados, que se dispuseram a contribuir conosco nessa avaliação tão importante dessa política pública aqui na CRE. Essa audiência é a última etapa do plano de trabalho que aprovamos na Comissão.

Uma parte fundamental do nosso plano de trabalho, da qual temos muito orgulho, foi o chamamento público inédito, convidando pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros *stakeholders* para que a gente compartilhasse com eles e com todos vocês os estudos e as avaliações sobre os desafios da implementação do I Plano Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebemos subsídios relevantes e ainda mantivemos reuniões esclarecedoras, que fortaleceram o nosso trabalho, e eu quero agradecer também a todos que participaram da iniciativa.

E ainda realizamos reunião com o Ministério das Relações Exteriores para ouvir contribuições sobre os desafios e avanços dessa agenda.

Além disso, enviamos requerimentos de informação e ofícios ao MRE, assim como aos Ministérios da Defesa e da Justiça para conhecermos como se deu o cumprimento dessa agenda nos últimos anos. E aguardamos ansiosamente os dados dos ministérios, para reforçar ainda mais o nosso relatório final, que vamos apresentar em dezembro.

E como é do nosso conhecimento, a Agenda Internacional sobre Mulheres, Paz e Segurança foi consolidada no sistema ONU em 2000, por meio da Resolução 1.325. E nos últimos 23 anos, foram nove resoluções subsequentes, incentivando que os países da ONU tomem medidas para ampliar a representação feminina em todos os níveis de tomada de decisão sobre paz e segurança, inclusive nas operações em campo, nas mesas de mediação e nos espaços de acolhida humanitária.

No Brasil, o Governo Federal publicou, em 2017, o I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança, que teve duração de dois anos e que foi estendido por mais quatro, até março de 2023. E este ano, em outubro, quando o Brasil presidiu o Conselho de Segurança da ONU, também presidiu, pela primeira vez, um debate aberto sobre mulheres, paz e segurança. E participaram mais de 80 países, dentre eles, dez ministros de Estado, incluindo o nosso Chanceler Mauro Vieira, além do próprio Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o que demonstra a centralidade e a importância dessa agenda para a política externa brasileira, assim como para a política internacional em nível global.

E durante o debate, o Brasil ainda apresentou a primeira fase do II PNA, com o qual tive a honra de contribuir, em conjunto com as Senadoras da Bancada Feminina do Senado, como a própria Embaixadora Maria Elisa comentou. E esse debate hoje vem se somar a todo esse grandioso trabalho de avaliar as ações já realizadas na implementação do primeiro plano e suas atividades entre março de 2017 a 2023.

E a gente está certo da contribuição que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dentro desse espírito de cooperação entre os Poderes, poderá oferecer para subsidiar a segunda fase do nosso PNA, coordenado nas competentes mãos da nossa diplomacia.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos e todas, e vamos continuar a nossa audiência.

Eu quero lembrá-los que temos dez minutos, cada um, para falar. E aí, quando vocês estiverem falando, se ultrapassar muito o tempo, não me levem a mal se eu lembrá-los do tempo, está bem?

Então, agora nós vamos ouvir as considerações do Comandante de Fragata Gustavo Henrique Arueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE SCHNEIDER ARUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, nas pessoas de quem cumprimento todos os presentes nesta reunião.

Solicito que faça a apresentação do meu eslaide, o apoio, por favor. (*Pausa.*)

Então, nesta manhã, representando o Ministério da Defesa, na 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores, faremos aqui uma breve análise sobre o nosso I Plano Nacional de Mulheres, Paz e Segurança.

Pode passar.

Então, o objetivo principal seria apresentar as ações do Ministério da Defesa para o cumprimento das metas do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.

Destaco, nesse primeiro eslaide, a foto da nossa militar desdobrada em uma operação de paz e da nossa Almirante Engenheira Naval Luciana, numa posição de liderança na Marinha.

Pode passar.

Então, vou seguir o roteiro com umas breves considerações iniciais. Falarei sobre fatos que já foram comentados hoje, então serei muito breve realmente e, depois, o cerne da apresentação seria as ações em prol dos objetivos dos pilares do Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança, os quais a Embaixadora Maria Elisa também já comentou, que seriam a participação, prevenção e proteção, consolidação e cooperação humanitária, sensibilização, engajamento e aprofundamento, terminando com breves considerações finais.

Destaco, mais uma vez, nessa foto a Brigadeiro, agora Major-Brigadeiro Carla, promovida a Oficial-General de 3 estrelas recentemente, sendo a mais antiga mulher nas Forças Armadas hoje.

Pode passar.

Então, nas considerações iniciais, falaria sobre a Resolução 1.325, resoluções subsequentes, o estabelecimento do primeiro plano em 2017 e, como já foi comentado também, a participação do Ministério da Defesa, junto com o Ministério das Relações Exteriores e os outros ministérios, na elaboração da etapa 1 do II Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.

Pode passar.

Então, agora começando com as ações em prol do I Plano Nacional de Ação, vamos falar sobre o alcance das metas por parte do Ministério da Defesa, seguindo a Estratégia de Paridade de Gênero 2018-2028 para pessoal uniformizado da ONU. Observamos aqui que, em 2023, a meta seria de 20% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres militares do sexo feminino desdobradas em operações de paz, como observadoras militares ou especialistas em missão, tendo atualmente o Brasil uma taxa de 21,5%, estando acima da meta. E, como policiais desdobradas, a meta para esse ano seria de 25%, estando, nós, o Brasil, atualmente, com 28,5%. Destaco que essas porcentagens sobem 1% anualmente até o ano de 2028, quando chegaremos aí a, no mínimo, 25% de observadoras e especialistas em missão e 30% em policiais desdobradas.

Pode passar.

Aqui destacam o nosso mapa-múndi, centrado principalmente em nossas operações correntes, operações de paz e operações políticas especiais da Organização das Nações Unidas, onde estão desdobrados os nossos militares e policiais, destacando que, no momento, temos 67 militares e policiais homens e 17 policiais e militares mulheres.

Destaco aqui, no canto esquerdo superior, a Missão Minusma, no Mali, que se encerrará em breve e em que o único representante brasileiro é a Tenente-Coronel Lislaine Link, da Força Aérea Brasileira, atuando no QG da missão como oficiala de logística.

Podemos passar para o próximo eslaide.

Aqui destaco algumas fotos para demonstrar para os senhores e senhoras as tarefas que as nossas militares e policiais executam nas diversas operações de paz. Observamos a Tenente-Coronel Lislaine Link ali, onde está escrito Minusma *Headquarters*; temos a policial militar do Paraná, no canto inferior direito, Keila, que atuou como policial individual da ONU na missão na República Centro-Africana; e, no centro, na parte de baixo, por exemplo, a Major Gabriela, que estava na Unitams, uma missão em Darfur, e, quando teve aquela crise no Sudão recentemente, ela foi evacuada e terminou a sua missão nessa oportunidade. Então, podemos ver que nossas oficialas desenvolvem diversos papéis, como conselheiras de gênero, oficiais de Estado-Maior, oficiais de ligação, coordenadoras de operações e policiais individuais.

Podemos passar para o próximo.

Além disso, como a intenção do plano seria aumentar não só quantitativamente, mas também qualitativamente a presença de mulheres em posições de liderança, destacamos que atualmente nos encontramos com 11 militares contratados trabalhando no Quartel-General da ONU, em Nova York, sendo que, desses onze, quatro são mulheres: a Comandante Márcia e a Comandante Carla, da Marinha, também ganharam prêmios de destaque da ONU devido suas contribuições quando estavam desdobradas na missão na África, na parte de gênero, apoio ao gênero; temos a Tenente-Coronel Ivana Mara, que está agora na parte de proteção e prevenção de abusos e exploração sexual; e, mais recentemente, chegamos também com a médica Capitã de Mar e Guerra Daniela Nogueira, que está na parte de saúde ocupacional da ONU, que é uma parte também muito importante, e que está sendo destacada para cuidar da nossa saúde, tanto dos nossos militares homens como das mulheres desdobrados nas missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Então, agora outras ações: ações de capacitação que também estariam previstas no plano.

Então, dentro dos nossos centros nacionais de operações de paz, temos o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval da Marinha do Brasil, onde temos três cursos e estágios específicos para mulheres. Então, temos o Estágio de Operações de Paz para Mulheres, que está na sua décima edição. Neste ano, realizamos o segundo curso de Operações de Paz para Mulheres de âmbito internacional, em que tivemos não só alunas, como instrutoras de outros países. Convidamos uma instrutora estrangeira que estava em Nova York para vir presencialmente ministrar aulas, assim como o Ministério da Defesa, fruto de compromissos internacionais, convidou e financiou militares estrangeiros para que também viessem ao Brasil para participar desse curso.

No canto inferior direito, destaco que, no ano passado, em dezembro de 2022, desdobramos uma equipe móvel de treinamento para falar sobre assessoria de gênero no Paraguai, formando 27 militares dos sexos masculino e feminino no Paraguai como especialistas de gênero, e, neste ano de 2023, no próximo dezembro, enviaremos uma equipe móvel de treinamento sobre o mesmo assunto para o México.

Pode passar.

Agora sobre o nosso Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, em que temos dois estágios específicos para mulheres: o estágio de preparação de jornalistas e assessoras de imprensa para áreas de conflitos, destacando aí a preparação não só de militares e policiais, como também de civis, tanto jornalistas como especialistas em relações internacionais, fazendo *link* com a academia e preparando-os para exercer funções em locais de risco e operações de paz; e o estágio setorial de preparação específica para militares no segmento feminino.

Esses cursos femininos se propõem não só a preparar, mas a divulgar a agenda Mulheres, Paz e Segurança e incentivar as nossas mulheres a que sejam voluntárias a serem desdobradas nas operações de paz.

Destaco também que, além desses cursos, temos diversos outros cursos e estágios falando sobre proteção de civis, ações contra minas, curso de observadores militares, oficiais de Estado-Maior, e em todos eles a agenda Mulheres, Paz e Segurança é abordada como uma das matérias obrigatórias.

Pode passar.

Mostrando agora também, voltando à nossa parte de intercâmbios internacionais, nas fotos vemos duas instrutoras: a Capitão Camila, do Exército Brasileiro; e a Tenente-Coronel Luanda, que nos acompanha hoje aqui também como assessora nesta reunião. Ambas ministram cursos no exterior: a Capitão Camila participou como um *training of trainers*, de um curso na Alemanha, onde são treinados militares para serem propagadores dos ensinamentos; e a Tenente-Coronel Luanda, que ficou também no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Canadá um mês, sendo instrutora no Curso de Observadores Militares, mostrando com isso o compartilhamento de boas práticas entre o Brasil e outros países, quanto ao recebimento dessas boas práticas.

Pode passar.

Então, agora, sobre os adestramentos que ocorreram nos últimos anos, destaco o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, adestrando a sua Companhia de Reação Rápida, que está preparada para ser desdobrada em missões de paz da ONU, contando com uma grande presença feminina. Destaco também no meio central um Pelotão de Engajamento, que foi adestrado na Operação Paraná, uma operação do Exército, junto com o Exército de diversos outros países. Esse Pelotão de Engajamento tem um elemento muito importante, ele visa fazer a conexão com a população local, mormente as mulheres, a juventude, e trazer para o Centro do Planejamento das Operações toda essa visão local do terreno. E, por último, à direita ali, está a Capitão Camila, fazendo parte como instrutora da preparação, num destacamento para a Operação Acolhida, que visa receber os refugiados que vêm da Venezuela, como já foi comentado hoje.

Pode passar.

Então, quase terminando, senhores, falaremos também que atualmente, no exato momento, nesta semana, o Brasil é Presidente atualmente dessa Associação Latino-Americana dos Centros de Treinamento e Operações de Paz, e todo ano é realizada uma reunião plenária. Então, o Brasil está realizando como *host,* nesta semana, a 15ª Reunião Plenária, na cidade de Salvador, cujo tema principal escolhido para ser discutido foi: Mulheres, Paz e Segurança. E temos como participantes 15 países da América Latina e países convidados de outros continentes.

Pode passar.

Então, agora, saindo um pouco dessa vertente internacional e entrando nas ações de afirmação feminina dentro das Forças Armadas. Destacamos, como falei anteriormente, a promoção de diversas mulheres a cargos de Oficial-General. Destaco agora a Almirante Maria Cecília, recentemente promovida, sendo a primeira mulher negra a ser promovida à Oficial-General. Temos ao centro a Guarda-Marinha Helena, a primeira mulher a concluir o curso de formação de oficiais fuzileiros navais na Escola Naval. A Escola Naval é uma escola proposta para formar os futuros líderes da Marinha. E à direita vemos também os militares da Força Aérea e do Exército Brasileiro no Curso de Mestre de Salto – paraquedistas –, demonstrando também a formação em área operacional, como também pilotos de caça, pilotos de helicóptero de combate na Força Aérea, operadores de guerra na selva, demonstrando as mulheres tendo acesso tanto a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas, como também a todas as áreas, incluindo a parte operativa.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, finalizando, minhas breves considerações finais, pelo que foi destacado, acredito que as Forças Armadas têm atingido as metas anuais da presença feminina nas missões de paz, de acordo com o que foi falado no início da apresentação. Vamos continuar cumprindo e buscando sempre superar as metas.

Temos proporcionado a ampliação da participação feminina nos nossos quadros, e com isso alcançando os objetivos que foram propostos no I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.

Com isso, senhoras e senhores, encerro a minha apresentação e fico à disposição para a fase de debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Comandante Gustavo. Foi bem emocionante a sua apresentação. É o maior orgulho ver nossas mulheres nessas posições. Parabéns.

Agora eu gostaria de chamar a Sra. Renata Avelar Giannini, que é representante da ONU Mulheres. Com a palavra, Renata. Obrigada.

A SRA. RENATA AVELAR GIANNINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Obrigada, Senadora.

Eu vou colocar aqui a minha apresentação. (*Pausa.*)

Vocês estão todos vendo? (*Pausa.*)

Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer, em nome da ONU Mulheres, à Exma. Senadora Mara Gabrilli e ao Exmo. Senador Esperidião Amin pelo convite para poder participar desta audiência tão importante e poder fazer a revisão de um documento de política pública numa área que nem sempre ganha atenção na nossa sociedade.

Eu tive a honra de participar da elaboração do I Plano Nacional, de fazer parte do grupo de trabalho, como representante da sociedade civil, e do segundo também, como representante da ONU Mulheres. Então eu estou realmente muito feliz de estar aqui e poder contribuir hoje.

Os colegas que me antecederam já trouxeram o contexto da agenda sobre mulheres, paz e segurança, mas eu queria destacar alguns pontos. Primeiro, sobre por que é que a gente está falando sobre mulheres, paz e segurança? Por que é que o Brasil tem que adotar e implementar uma agenda sobre mulheres, paz e segurança?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já tem muita pesquisa, muito dado, muita evidência que mostra que existe uma relação direta entre igualdade de gênero, estabilidade, prosperidade, segurança e desenvolvimento. Então, quanto melhor um país trata as suas mulheres, nos mais diversos campos, melhores serão os indicadores de uma forma geral.

Essa resolução, como já foi citada, foi lançada em 2000. Ela basicamente fala sobre promover um ambiente seguro para todos e todas numa sociedade, justamente através de implementação de medidas de igualdade de gênero.

Mas, no Brasil e na América Latina, de uma forma geral, com algumas poucas exceções, essa agenda acabou chegando de forma um pouco tardia e veio principalmente através dos Centros de Operações de Paz, justamente porque houve uma demanda, por parte das Nações Unidas, de que houvesse treinamento sobre a agenda, para os militares, para as forças policiais que atuassem em operações de paz, que estivessem melhor preparados para lidar com crimes de gênero. Então eles chegaram principalmente por aí.

E é justamente por isso que o nosso I Plano Nacional acaba tendo um foco nessas ações, um foco na participação de mulheres brasileiras em operações de paz e como o Brasil, de uma forma geral, através desse instrumento, pode contribuir para a paz e para a segurança internacionais.

Então, a gente vê que o primeiro evento oficial, no Brasil, a respeito dessa agenda acontece em 2014, que foi o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, a ONU Mulheres e o Instituto Igarapé. E, de lá até o lançamento do plano, a gente tem três anos, que foi em 2017. Então, assim, eu queria trazer um pouco também o porquê a gente tem o plano, de onde veio.

Primeiro, tem essa pressão internacional, existe uma demanda por parte das Nações Unidas de obrigatoriedade de enviar mais mulheres, de implementar esses treinamentos, mas também houve avanços, no âmbito da Defesa e das Relações Exteriores, que estão relacionados a essa agenda, mas não estavam, necessariamente, respondendo a essa agenda, que foi a abertura aí de algumas escolas das Forças Armadas para mulheres, que não existiam antes, e a criação de comissão de gênero, tanto no Ministério das Relações Exteriores como no Ministério da Defesa. Eu, inclusive, fico curiosa para ver se essas comissões continuam.

Também houve um crescimento, na academia e na sociedade civil, de pessoas especialistas, de trabalhos sobre essa agenda e, na época, havia servidoras públicas que estavam extremamente comprometidas com essa agenda e foram, ali, carregando essa agenda, apesar do momento político de transição em que esse plano foi elaborado.

Então, aqui, eu vou entrar um pouco mais, eu vou falar um pouco mais sobre os diferentes elementos desse I Plano Nacional, mas eu queria, primeiro, reconhecer publicamente que, cada vez mais, nós temos uma bibliografia muito robusta sobre esse plano nacional. E o Brasil, sendo um país do Sul global, sendo um país latino-americano, com uma realidade que, muitas vezes, é diferente dos conflitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tradicionais que a gente vê por aí, a gente precisa valorizar essa bibliografia. Então, a análise que eu estou fazendo aqui, obviamente, vem das minhas próprias análises, mas também de, pelo menos, duas grandes especialistas nessa área, que são as Profas. Paula Drumond e Tamya Rebelo, que, enfim, têm contribuído ativamente para a construção de um conhecimento brasileiro sobre esse tema.

Eu vou falar, então, de quatro processos principais, que é o processo de elaboração, em si, do plano, a estrutura do plano, o conteúdo e a estratégia de implementação. Os que me antecederam já falaram algumas coisas, então eu vou pular algumas partes, justamente para não ficar repetitivo.

Sobre o processo de elaboração, como eu já tinha até falado, a gente estava num momento político de transição, que pegou o início e o processo do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff e o início do Governo Temer. Com isso e com as diversas mudanças que houve nos ministérios, houve um desengajamento de alguns órgãos que seriam centrais para que esse plano nacional trouxesse mais questões relacionadas à segurança de mulheres no território nacional. Então, eu estou falando aqui, principalmente, do Ministério da Justiça e do que era a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Então, naturalmente, como as principais ações acabaram ficando para o Ministério das Relações Exteriores e para o Ministério da Defesa, é natural que o foco desse primeiro plano fosse muito mais para uma questão externa, para as ações do Brasil no âmbito internacional.

A gente tinha esse grupo de trabalho interinstitucional com os quatro ministérios, com a ONU Mulheres e com uma organização da sociedade civil. No entanto, esse grupo não foi formalizado, como isso também já foi dito; não houve um ato administrativo formalizando esse grupo. E a participação da sociedade civil, ainda que formal, foi muito limitada; ela foi uma organização. Teve uma consulta *online*, mas, nessa consulta, as pessoas não tinham acesso ao plano, ao teor, ao conteúdo que se estava discutindo. Então, acho que a gente não conseguiu aproveitar muito bem o que poderia ter vindo de insumos da sociedade.

Agora, o segundo plano, sobre o qual a Embaixadora Maria Elisa já comentou, tem um número ampliado de ministérios, inclusive de novos ministérios – da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos, das Mulheres, etc. –, esta Casa, o Senado, e também uma maior participação da sociedade civil. Essa participação da sociedade civil foi informal, pontual e mais focada nas especialistas, mas, se teve um maior número de pessoas que conseguiu participar das reuniões, então você tem uma maior diversidade. Logo, isso acaba refletindo no conteúdo do II Plano Nacional, que acaba sendo muito mais amplo.

A estrutura – e a Embaixadora também já comentou – seguiu um modelo mais rígido, mais tradicional, que tem os pilares da Agenda Mulher, Espaço e Segurança com uma inovação, que foi o pilar de aprofundamento, sensibilização, engajamento e aprofundamento, que é superinteressante. Eu o considero como inovação, porque ele trata do "vamos falar sobre essa agenda, vamos disseminar do que se trata essa agenda, vamos trazer a importância dessa agenda". E ele também, de forma muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante, tem lá os objetivos estratégicos, que seriam transversalizados, e os pilares orientados a resultados; ou seja, aonde a gente quer chegar; não são só atividades soltas, mas um pouco desse "onde queremos chegar", mas ele não tinha meta específica e não tinha indicador de progresso. Então, o monitoramento, para a gente saber se as coisas iam ser implementadas ou não, se torna muito difícil quando um plano não tem esses indicadores. Apesar de ter ali o capítulo sobre monitoramento e avaliação, estava lá que seria uma autoavaliação promovida por cada ministério. Então, somente dois ministérios definiram metas voluntárias de acompanhamento, mas só um, que foi o Ministério das Relações Exteriores, tornou essas metas públicas. Então, aqui a gente careceu um pouco de uma estrutura mais voltada a resultado, que, como também já foi mencionado, o segundo plano tem.

O segundo plano tem uma estrutura bastante inovadora e tem objetivos estratégicos que estão organizados por resultados esperados, por impactos esperados, por ações para se alcançar cada um desses impactos. Então, ele é muito mais inovador. Ele também carece das metas e dos indicadores, mas eu tenho entendido que isso foi proposital e que agora a gente vai entrar numa segunda etapa em que isso será definido – e eu espero que assim seja.

Com relação ao conteúdo, o Comandante Schneider já comentou, e eu sei que a minha colega, que vai me suceder aqui, vai falar um pouco sobre isso. Eu não vou falar muito a respeito da participação de mulheres uniformizadas em operações de paz, porque a gente já sabe que esse, então, foi talvez a área do plano que foi melhor implementada e foi, inclusive, o grande foco desse primeiro plano de ação.

É importante notar também que a gente teve, nessa época, um desengajamento quantitativo do Brasil em operações de paz. Então, naturalmente, as proporções se tornam maiores, porque a gente tem um número menor, mas tem participação em mais missões de paz, inclusive mulheres uniformizadas em missões individuais, que é importante citar.

Mas aqui o que eu queria destacar é que teve uma grande inovação nesse plano em termos de conteúdo e que, inclusive, tem relação com o que foi discutido aqui antes do início desta reunião, que é justamente que hoje em dia os planos nacionais tratam de forma sistemática a questão da migração e do refúgio e da perspectiva de gênero nisso, mas naquela época não se tratava, não era tão comum. Então, o do Brasil foi um dos primeiros planos nacionais que trouxe a questão da perspectiva de gênero no refúgio e na migração. Isso foi bastante positivo, e a gente, inclusive, teve ali algumas ações relacionadas à chegada das mulheres venezuelanas na nossa fronteira norte, inclusive, aquele caso das juízas afegãs que também foram recebidas no Brasil por conta da discriminação de gênero.

Porém, não dá para não mencionar que justamente há silêncios, há ausências de temas que são fundamentais para a sociedade brasileira, que é a insegurança pública, que é a violência política contra mulheres, que é a violência criminal, a presença do crime organizado, e o impacto que tudo isso tem, que é desproporcional e específico em mulheres que se encontram no Brasil. Então, como a gente pode responder a isso? Por que essas questões não foram abordadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso segundo plano já traz isso de uma forma muito mais clara, inclusive, eu diria que 90% do segundo plano é voltado para essas questões internas, ele traz uma perspectiva interseccional muito mais forte, porque fala o tempo todo sobre a diversidade das mulheres brasileiras, inclusive, aquelas que foram historicamente marginalizadas como mulheres indígenas, pretas, trans, migrantes, enfim, traz uma série de questões que estavam ausentes, completamente ausentes do primeiro plano. Fala do impacto desproporcional de desastres, fala da atuação do crime organizado e de uma forma bastante boa também sobre a questão da presença política contra mulheres, o impacto que isso tem na nossa democracia.

E aqui eu vou falar do que eu acho que é o grande calcanhar de Aquiles no nosso plano nacional. Ele foi implementado de uma maneira muito limitada, e por algumas razões. Aqui eu vou citar as principais, inclusive, a Embaixadora já mencionou, mas eu vou reforçar, porque acho que a gente tem uma oportunidade aqui de fazer muito melhor com esse segundo plano.

Com relação a uma estrutura de governança e coordenação. Um plano nacional para ser implementado precisa de uma estrutura. Então, havia o GT interinstitucional, só que esse GT interinstitucional não foi formalizado, e as reuniões eram anuais. Não havia pontos focais específicos para tratar disso de uma forma contínua. Então, havia uma escassez de mecanismos de implementação, não houve planos de implementação, não havia ações de coordenação entre os ministérios por uma ação conjunta, e eu acho que isso é muito importante.

Quando a gente olha os países que têm planos nacionais, a gente vê que 90% deles conseguiu melhorar a igualdade de gênero. E uma das razões é justamente porque põe atores que não costumam trabalhar juntos para trabalharem juntos, para trabalharem, inclusive, com temas que são considerados tabus pela sociedade. Então, acho que o nosso plano deixou a desejar aí. Não tinha o orçamento. Então, quer dizer, sem dinheiro, é um pouco difícil de implementar as ações. Apesar das metas voluntárias e do processo de autoavaliação, não tinha uma avaliação externa, não tinha indicadores para a gente seguir. Então, realmente, na verdade, não havia o monitoramento.

E a participação da sociedade civil na parte de implementação foi muito pontual e nula. A sociedade civil era convidada para algumas reuniões – não eram nem reuniões, mas eventos públicos –, para apresentar, enfim, coisas sobre a agenda. Mas não houve uma participação efetiva.

E a sociedade civil tem uma *expertise* sobre o tema. A sociedade civil sabe desenhar indicadores, sabe acompanhar indicadores. Além do quê, eu acho fundamental, a sociedade civil é a memória histórica das políticas públicas de um governo para o outro, garantindo inclusive que as prioridades do governo estejam alinhadas com os anseios da nossa sociedade. Então aqui é outro ponto muito importante.

Eu vou fechar agora, mas eu só... Assim, as minhas recomendações, a Embaixadora já falou várias delas. Acho que a primeira coisa: não vamos cometer os mesmos erros. Vamos formalizar já primeiro o texto do II PNA, da primeira etapa, que já foi lançada no dia 25 de outubro, durante o debate aberto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa situação bastante importante para o Brasil ali, de Presidência do Conselho de Segurança. Vamos formalizar, institucionalizar esse grupo de trabalho, que precisa continuar trabalhando para a segunda etapa, para a definição dos mecanismos de monitoramento, que eu já estou entrando aqui no segundo ponto de recomendação, com estratégias específicas, planos de implementação...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Renata.

A SRA. RENATA AVELAR GIANNINI (*Por videoconferência*.) – Eu já vou acabar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Tá, para você ir encerrando.

A SRA. RENATA AVELAR GIANNINI (*Por videoconferência*.) – Sobre o orçamento, a gente precisa procurar dinheiro. Tem fundos internacionais que podem financiar essa agenda. Existem marcos normativos convergentes com essa agenda, de que a gente já faz parte e que a gente poderia aproveitar.

Agora vou finalizar, só para dizer: temos um grande desafio, mas temos uma oportunidade de fazer uma política pública que pode efetivamente tornar o nosso país e outros em que atuemos mais seguros para todos e para todas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ô, Renata, superobrigada. Nossa, é tão importante o envolvimento, a interação das agências da ONU, para nós podermos fomentar melhor a nossa política pública. Eu quero lhe agradecer.

E todos esses itens que você mostrou, que a gente tem, é o que a gente quer melhorar agora. É o que a gente está vislumbrando melhorar nesta nossa etapa segunda do plano.

Então eu quero lhe agradecer, Renata, muito obrigada.

E quero chamar a Sra. Eduarda Hamann, que é Coordenadora-Geral da Rede Brasileira sobre Operações de Paz, a Rebrapaz. Com você a palavra, Eduarda.

A SRA. EDUARDA HAMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Senador Esperidião Amin, Senadora Mara Gabrilli, nas pessoas de quem eu cumprimento os demais Senadores presentes nesta nossa audiência pública. Também queria cumprimentar a Embaixadora Mara Elisa, Comandante Schneider, nas pessoas de quem cumprimento os diplomatas, militares e outras autoridades que estão nos acompanhando no momento, nesta audiência, enfim, que tem sido realmente muito relevante para avançar essa política pública sobre mulheres, paz e segurança no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso só que seja colocada como coanfitriã, para eu compartilhar a minha tela, por gentileza. Não estou conseguindo compartilhar. (*Pausa.*)

Ótimo.

Senadora, eu atendi ao pedido, agradeço muitíssimo pela oportunidade de representar a Rede Brasileira sobre Operações de Paz aqui nesta audiência. E atendi ao pedido, o que foi solicitado também, de pensar sobre a implementação do PNA, especificamente nas operações de paz, que é aquilo que me cabe, dentro do trabalho que fazemos. E também, como as demais palestrantes, procurei pequenas oportunidades de melhorias para o PNA II.

No que se refere ao PNA I, fiquei muito feliz em ouvir a apresentação do Comandante Schneider e também da Dra. Renata, enfim, da Embaixadora, porque, de fato, eu vou sublinhar algumas questões que foram levantadas pelos três, mas eu também vou complementar e vou jogar luz em algumas ações que julgo muito relevantes para caracterizar que o Brasil está, de fato, implementando, apesar de não completamente, mas alguns trechos do PNA I, sobretudo no que se refere às operações de paz.

E para fazer isso, eu adotei uma metodologia, sou acadêmica, pesquisadora, eu precisei adotar uma metodologia. O recorte temático, naturalmente as operações da ONU. O marco temporal, o período em que esteve em vigor, a vigência do PNA I. Procurei relatar, em função dos... Peguei as atividades, especificamente os objetivos, quais eram as instituições líderes do PNA I. E procurei identificar uma a uma aquelas que eram, que seriam implementadas pelo MD, pelas Forças Armadas e pelo CCOPAB, que acabam sendo os principais atores das operações de paz. E o CCOPAB especificamente está escrito aqui no PNA I, enquanto que o COpPazNav não estava. Mas em algumas ações, eu procurei mapear o COpPazNav. Fico feliz que o Comandante Schneider tenha feito isso também. E quando havia alguma questão referente a operações de paz que cabia ao Itamaraty, procurei analisá-las também. E da mesma forma como os demais, me ative aos quatro pilares.

Eu não vou ler o que está escrito aqui. Queria só dizer que eu parti, na hora em que eu vim fazer o levantamento dessas ações, eu fiz levantamento de ações de militares, de policiais e de civis *peace keepers* brasileiros que foram ao terreno e que procuraram desenvolver aquilo que eu estou chamando de o espírito da agenda de mulheres, paz e segurança, ou o espírito do PNA e procuraram pegar esse espírito e transformar numa sementinha e carregar consigo quando foram desdobrados para as missões. Vou falar sobre isso no momento.

Mas como eu dizia, eu não vou ler o que está escrito aqui.

Os objetivos e os resultados esperados de cada pilar já foram mencionados pela Embaixadora. E esses resultados alcançados que eu coloquei aqui e também nos meus próximos eslaides estão escritos no PNA II. Aqueles que já leram o PNA II, eu até marquei aqui a página, nas pp. 18 e 19 do PNA II, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma seçãozinha que fala sobre... Até vou ler o título: "Avaliação da implementação do PNA I – a atuação do Brasil no cumprimento da agenda MPS até o presente".

Então o PNA II já fez um pouco do trabalho que estamos fazendo aqui neste momento, de tentar avaliar o PNA I. Então eu simplesmente recortei, copiei e colei as ações que o PNA II fez com relação ao PNA I, que são essas aqui, mas aqui eu venho com a minha contribuição. Fiz um mapeamento, fiz um levantamento de ações que eu também julgo que contribuem para a implementação do PNA I e, de novo, contribuem para que nós possamos afirmar, com bastante grau de certeza, de convicção, que o Brasil está contribuindo para a implementação da agenda MPS aqui no nosso país e também nas missões em que foram desdobrados os nossos militares, policiais e civis.

Não vou ler de novo essas ações. Os eslaides estão compartilhados no *site* do Senado, e esta audiência também está sendo gravada. Mas coloco aqui aquilo que pude mapear.

São atividades de preparo, são atividades de emprego, também algumas atividades de formação. Por exemplo, eu coloquei escolas de pós-formação. Pude mapear vários trabalhos de final de curso em escolas de pós-formação, pós-graduação, como a EsAO e a Eceme, que são escolas do Exército. E por aí vai.

Também mapeei uma atividade do Ministério das Relações Exteriores, um apoio a uma missão de *outreach* que a ONU fez no Brasil para aumentar o número de civis brasileiros no sistema ONU em geral e nas operações de paz em particular. O Itamaraty deu todo o apoio para essa missão, que aconteceu em Brasília, Rio e São Paulo, no ano de 2019. E, claro, entre os civis estavam as mulheres.

Da mesma forma aqui, Senadora, eu procurei fazer o mesmo exercício e no pilar 2, até confesso que me surpreendi um pouco quando eu li esse esforço de avaliação do PNA I, que foi feito no PNA II. Nesse esforço foi afirmado que não houve avanços no pilar 2, no que se refere a essa parte de operações de paz. No entanto, a pesquisa que eu fiz, esse mapeamento que eu fiz, levantou uma série de atividades que eu poderia classificar aqui em uma atividade de preparo, de emprego e também um projeto importante de uma *peacekeeper* civil que serviu na República Democrática do Congo. Coloco aqui, então, como contribuição para esse exercício de implementação.

Da mesma forma, o pilar 3. Também foi afirmado no texto do PNA II que não houve avanços com relação ao pilar 3. No entanto, eu pude também mapear uma série de atividades de conscientização, sensibilização e empoderamento de mulheres locais para que elas participassem do monitoramento do acordo de paz no Sudão e, especificamente, para que ocupassem espaços nos comitês de cessar-fogo locais.

E, por fim, o pilar 4. Como a Dra. Renata falou, é um pilar muito especial, é um pilar que visa a plantar essa semente sobre a qual eu falei há pouco. Então, essas duas ações que estão aqui são ações que o PNA II, ao fazer a avaliação do PNA I, já citou, mas eu, no mesmo exercício, trouxe outras ações, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso aqui do Itamaraty, do Ministério da Defesa e também da Rebrapa – que é essa rede que eu hoje represento –, para mostrar como se tem avançado para além do que talvez tenha ficado no radar daqueles que elaboraram o PNA II. Então, de novo, aqui eu faço a minha contribuição para que, jogando luz em outras ações que aconteceram, fique registrado, talvez, no relatório que a senhora mencionou, Senadora, todas as ações que o Brasil – ou pelo menos muitas delas – tem feito nesse período de 2017 a 2023 que ajudam a implementar, a internalizar e também internacionalizar, através do Brasil, a agenda de operações de paz da ONU.

Então, a minha mensagem, nessa primeira fase, seria essa, realmente. É claro que houve avanços, houve algumas estagnações, algumas outras áreas não avançaram, mas é possível afirmar com algum grau de convicção que, nesse período de vigência do PNA I, as operações de paz da ONU realmente foram um instrumento para o Brasil implementar trechos do PNA com relação, de novo, às operações de paz, assim contribuindo para internalizar e também internacionalizar a agenda da ONU sobre mulheres, paz e segurança.

Sobre as oportunidades de melhoria, Senadora, eu serei muito breve. Eu acho a estrutura do PNA I muito apropriada e sugeriria manter essa ideia. Eu sei que isso já foi feito, que a primeira etapa já foi finalizada, mas, enfim, é preciso pensar – talvez, para a própria segunda etapa, que vai ser um pouco mais detalhada – em manter essa estrutura de objetivos desejados e resultados esperados, que nos dá um norte, manter essa questão de distribuição de responsabilidades, que é muitíssimo importante. Principalmente, é aqui que eu vou focar, usar um pouquinho mais de tempo, sublinhando os itens de 1 a 4, que já foram mencionados pelos que me antecederam: envolver as mais altas políticas do poder público – a Embaixadora falou sobre isso –; definir mecanismo de monitoramento e avaliação – também a Embaixadora e a Dra. Renata falaram sobre isso –; objetivos concretos, metas, como a própria estratégia da ONU de paridade de gênero fez.

Então, a gente (*Falha no áudio.*)...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Eduarda...

A SRA. EDUARDA HAMANN (*Por videoconferência.*) – Pois não. Estou aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Não, é porque tinha sumido você. Agora voltou.

A SRA. EDUARDA HAMANN (*Por videoconferência.*) – Peço desculpas. Eu vou retomar, então.

Eu já estou finalizando, na verdade. Eu estava só sublinhando, então, o que os meus antecessores falaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é a questão de envolver as mais altas instâncias, de definir mecanismos de monitoramento e avaliação, de definir a dotação orçamentária, que também já foi mencionada, e as parcerias, o que também foi mencionado pela Embaixadora.

Mas eu queria trazer esses pontos 4 e 6, que não foram ainda mencionados, no sentido de fomentar a pesquisa e a capacitação sobre Mulheres, Paz e Segurança e sobre monitoramento e avaliação, dentro e fora do Governo, Senadora. Porque não adianta a gente falar sobre monitoramento e avaliação se não se sabe fazer esse acompanhamento, tecnicamente falando. Então, eu sugiro fortemente que haja capacitações nesse sentido. E, claro, melhorar a comunicação sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, ainda que não falemos, que não usemos esse nome, Mulheres, Paz e Segurança, mas que plantemos sementes sobre o espírito dessa agenda, dentro e fora do Governo, para a gente melhor comunicar sobre tudo o que desejamos, queremos fazer e queremos alcançar.

Com isso, agradeço pela minha fala. Peço desculpas pelo probleminha de comunicação e fico à disposição, então, para conversar com os senhores, no momento adequado.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, muito obrigada, Eduarda.

Como essa contribuição acadêmica é importante para a gente, inclusive muito do material que você trouxe – a gente estava lendo aqui – pode ser importante no nosso relatório.

Queria agradecer. Muito obrigada.

E agora, a gente tem várias mensagens, mas, primeiro, eu vou chamar a Sra. Marina Alkmim, que é representante do Instituto Igarapé.

Marina, você está com a palavra.

A SRA. MARINA ALKMIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas, a S. Exa. a Presidente da Mesa, Senadora Mara Gabrilli, ao Senador Esperidião Amin também, aos demais Senadores e Senadoras, nas pessoas de quem aproveito para saudar as demais pessoas que compõem esta audiência pública.

Agradeço, em nome do Instituto Igarapé, a oportunidade de fala para debater a revisão do I Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.

Meu nome é Marina Alkmim, sou pesquisadora do Instituto Igarapé, que foi a única organização da sociedade civil envolvida no desenvolvimento no I Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança do Brasil, que também foi responsável por grande parte da sua elaboração, em 2017. Faço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, essa ressalva junto às demais companheiras que já falaram sobre a importância de uma maior participação da sociedade civil acerca da construção dos planos nacionais de ação.

Minha fala apresenta pontos que o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança brasileiro deve incorporar para avançar na agenda de redução da violência contra a mulher. Farei isso tendo por base dados, a realidade das violências enfrentadas pelas mulheres e a larga atuação do instituto nessa agenda. É preciso atualizar o escopo abordado pelo primeiro plano e também dar sentido para o debate sobre a incorporação dos conflitos não declarados e não tradicionais para o próximo plano de ação brasileiro, abarcando as experiências e as vivências dessas mulheres no contexto regional latino-americano. Apenas um plano que considere as múltiplas dimensões de violência a que as mulheres estão submetidas poderá produzir impactos significativos.

É importante, inclusive, frisar aqui que essa minha fala visa, junto com a apresentação desses dados, também a pensar nas lições aprendidas a partir desse I Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Em casa, nas ruas ou subindo a rampa do Palácio do Planalto, as mulheres estão sujeitas às mais diversas formas de violência que uma sociedade patriarcal pode incorporar: violência física, moral, psicológica, sexual, patrimonial e tantas outras que acometem de forma desproporcional homens e mulheres. Entender quais são as principais dinâmicas por trás das relações de poder que permitem a constituição e a continuidade dessas violências é importante para pensarmos soluções que busquem combatê-las e preveni-las.

Nos últimos cinco anos, foram registrados mais de 900 mil casos de violência não letal contra mulheres no Brasil, com um crescimento de 19% nas taxas desses tipos de violência a cada 100 mil mulheres. Isso representa que a cada hora, em 2022, cerca de 32 mulheres sofreram algum tipo de violência não letal no país, além de um crescimento de 18% nos últimos cinco anos nas taxas de feminicídios, que também aumentaram a sua participação dentro dos homicídios de mulheres de uma forma geral, saindo de 27% dos casos, em 2018, para cerca de 36% dos casos, em 2022.

O aumento de todas as formas de violência não letal contra as mulheres é um padrão preocupante e que acende um alerta sobre a necessidade de traçar estratégias que abordem a segurança das mulheres de uma forma multidimensional, levando em conta que existe uma interconexão entre os mais diversos desafios vividos no âmbito doméstico, no campo, nas áreas urbanas e rurais, nas comunidades indígenas e em todos os demais espaços que são marcados e informados pelo patriarcal em nossa sociedade.

Historicamente, foram atribuídas às mulheres e aos homens papéis diferenciados na divisão social do trabalho, com frequência baseados em uma separação entre os espaços público e privado. Notadamente, a sociedade patriarcal reservou o protagonismo da esfera produtiva para os homens e do círculo reprodutivo para as mulheres. Sendo assim, as mulheres foram socializadas, por anos, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficarem restritas ao espaço privado doméstico representado pelo lar. Não é à toa que a forma de violência mais comumente entendida como uma forma de violência feminina e uma forma de violência de mulher é a violência doméstica praticada pelo marido, pelo pai e pelos tios, no interior do próprio lar.

Contudo, a exposição das mulheres aos espaços públicos também trouxe consequências nocivas ao incorporar novas modalidades de insegurança. Se antes as mulheres estavam restritas ao ambiente doméstico e às violências ocorridas nele, a presença nesses novos espaços, mesmo que conquistados com décadas de luta e resistência, traz à tona novos formatos de violência, que muitas vezes se somam aos formatos mais tradicionais, entendidos como uma forma mais tradicional de violência.

A experiência de viver uma vida permeada pelos espaços público e privado pode tornar essas mulheres vítimas de um somatório de violências e inseguranças constantes. Então, por exemplo, a gente diz que, em 2023, o Brasil chega ao número assustador de mais de 3 milhões de armas de fogo, para uso pessoal, nas mãos de civis. Algumas pesquisas já mostram, inclusive, que as armas de fogo são os instrumentos mais utilizados nos assassinatos de mulheres no país. Dados da Plataforma EVA, que é uma parceria do Instituto Igarapé com a Uber, mostram que, em 2022, cerca de 40% dos assassinatos de mulheres foram por arma de fogo.

É por isso, senhoras e senhores, que o mundo contemporâneo traz novos desafios ao desenvolvimento de uma agenda comum que aborde as experiências multifacetadas e interseccionais das mulheres, o que exige uma atualização dos pontos de partida, estratégias e dos pontos de chegada para um novo Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, como as outras companheiras também já falaram aqui, que também deve considerar marcadores sociais de raça e classe de uma forma interseccional. A Embaixadora Maria Elisa falou que é sumariamente importante tratar a partir da interseccionalidade e a Dra. Renata Giannini também.

Desde 2011, o Instituto Igarapé trabalha em diversas frentes que abordam as dimensões de gênero, tanto na segurança pública, climática e digital, como também realiza um trabalho de alto nível nas políticas, pesquisas e *advocacy* na Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Desde então, o Instituto tem participado de seminários e treinamentos pelo Governo brasileiro e estrangeiros, bem como por organizações internacionais, como a ONU, a ONU Mulheres, Cepal e OCDE. O Igarapé também realizou oficinas de capacitação em gênero para integrantes das Forças Armadas do Brasil, por mais de dez anos. Além disso, colaborou com centros militares e educacionais como a Academia Militar das Agulhas Negras, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, para fornecer treinamento de civis para missões de paz.

Amplamente reconhecido por suas pesquisas pioneiras e inovadoras nessa área, o Instituto Igarapé publicou sobre os desafios da implementação dessa agenda no Brasil. Além de produzir diagnósticos de implementação, desenvolveu guias de boas práticas para a criação de Planos Nacionais de Ação de alto impacto e forneceu análises sobre a participação de mulheres brasileiras em operações de paz. O Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também desempenhou um papel importante nas negociações de paz na Colômbia, produzindo um amplo material sobre processos de paz inclusivos e compreendendo as condições que facilitam uma maior participação das mulheres nesse processo.

Sendo assim, senhoras e senhores, o Igarapé defende que a ampliação do foco da Agenda Mulheres, Paz e Segurança para o II PNA, de agora, deve fazer sentido com um contexto vivenciado regionalmente, localizando a agenda de acordo com as experiências e vivências do país na elaboração do seu Plano Nacional de Ação. Por isso, defender uma ampliação do foco da agenda, no caso brasileiro, é também defender que sejam incluídos não somente os fenômenos já persistentes de violência contra as mulheres, mas também fenômenos contemporâneos, emergentes ou que têm ganhado mais força no país nos últimos anos, como as migrações forçadas, geradas por impacto ambiental ou conflitos no território, a violência política contra defensoras de movimentos sociais, ativistas ambientais, feministas e populares, a violência política de gênero, o impacto do recrudescimento da violência urbana para as mulheres ligada às novas dinâmicas do tráfico de drogas, do tráfico de pessoas, da proliferação de armas nas mãos de civis e da militarização da segurança pública.

Dessa forma, a persistência dos altos níveis de violência contra as mulheres acende um alerta importante sobre quais a dinâmicas nós temos que estar atentos para incluí-las em um Plano Nacional de Ação que busque abarcar as experiências multifacetadas e interseccionais das mulheres, assim como também inclua políticas de prevenção e proteção que estejam atentas às novas camadas de exposição à violência que as mulheres estão sujeitas.

Eu agradeço a atenção. A gente se coloca aqui – nós do Instituto Igarapé – à disposição para seguir no fundamental diálogo e na construção.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, muito obrigada, Marina. Muito obrigada, inclusive, pelos dados importantíssimos que você trouxe, que nós também vamos usar no relatório. Muito obrigada pela contribuição.

Eu quero conceder a palavra agora para a Giovana Zucatto, que é Doutora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Com a palavra, Dra. Giovana. (*Pausa.*)

A Giovana não está presente.

Nós recebemos diversas perguntas interessantes da população brasileira pelo Portal e-Cidadania, as quais eu já queria agradecer porque essa participação da sociedade civil, como alguns já disseram aqui, é de extrema importância, é a memória da nossa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler algumas perguntas que já ficam aí para a gente ter no radar quais são as curiosidades e as dúvidas dos nossos cidadãos.

A Amanda Gomes, do Distrito Federal, perguntou: "Qual o impacto positivo que esse tratado trará aos índices de feminicídio, bem como para a proteção das mulheres que possuem medida protetiva?".

Uma outra pergunta, da Andréa Mazza, do Paraná: "Qual estratégia de treinamento para que policiais saibam receber as denúncias de mulheres vítimas de abusos sem que essas se sintam constrangidas?".

Mais uma pergunta, do João Paulo, de São Paulo: "Falta oportunidade de voz para as mulheres. Temos que ter mais ações públicas referente à segurança e à defesa das mulheres".

E eu acho que essas perguntas e comentários são tão importantes. Algumas delas já foram contempladas nas excelentes intervenções dos nossos convidados. Se tiver alguém que se voluntarie para responder a alguma pergunta, a gente tem dois minutinhos ainda antes de finalizar.

A SRA. RENATA AVELAR GIANNINI (*Por videoconferência*.) – Eu posso começar, se me permite, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Claro, Renata.

A SRA. RENATA AVELAR GIANNINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Assim, eu queria só fazer um comentário, de forma geral, de que essas perguntas, vocês podem ver, são todas voltadas para um aspecto nacional, para o que está acontecendo no interior do nosso país.

Eu acho que só reforçam o ponto que a gente vem discutindo sobre como, às vezes, havia... Tem um descolamento sobre o que é uma agenda Mulheres, Paz e Segurança num país como o Brasil, que enfrenta uma série de inseguranças, em tempos de paz. Então, eu acho que é isso o que a gente vê. A importância do segundo plano também vem um pouco com relação a isso.

Existem políticas públicas na área de feminicídio, de violência doméstica, mas quando a gente está falando aqui sobre Mulheres, Paz e Segurança, a gente reconhece esses instrumentos de política pública e traz mais elementos tentando abordar outras questões mais relacionadas a essa insegurança num ambiente de conflito não declarado, eu diria mais ou menos dessa forma. Então, para mim, um ponto central para ser discutido nesse segundo plano nacional, que está lá e que a gente precisa definir as atividades, é a violência política que mulheres, no poder sofrem, a violência criminal relacionada à presença do crime organizado, tanto no campo quanto na cidade, no nosso país, e o impacto que isso tem para as mulheres, não só pela atuação ou não nesses campos, mas pela normalização da violência, num país em que a gente tem taxas altíssimas de violência. E a insegurança pública, de uma forma geral, que vem como consequência disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um ponto fundamental agora, ao definir as atividades, ao definir as metas, ao definir os indicadores, vai ser também identificar que políticas a gente já tem e que respondem a muitos desses desafios, porque precisa haver uma conversa entre as diversas políticas para não ficar... A gente também não pode recriar políticas e ignorar aquelas que já existem. Então, aqui é só um pontapé inicial.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Renata, muito obrigada. Muito obrigada por atender nossos cidadãos aqui com suas dúvidas.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a participação de todos os Senadores e Senadoras que passaram por aqui e, principalmente, dos nossos convidados.

Eu desejo que a gente possa estimular cada vez mais a igualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres no nosso país. Que a Agenda Mulheres, Paz e Segurança traga frutos muito positivos, nos nossos próximos anos, para o Brasil, não só domesticamente, para as brasileiras e para os brasileiros, mas para a projeção internacional do nosso país como um defensor da paz e do protagonismo feminino.

Alguém tem mais alguma colocação antes de eu encerrar? (*Pausa.*)

Então, eu agradeço muito, muito, de coração. Gratidão pela participação de cada um. Agradeço a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e onze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Carlos Portinho, Wilder Morais, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Romário, Dr. Hiran, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª e 23ª reuniões, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 38, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 75, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 76, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 86, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela." **Autoria:** Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª e da 23ª Reuniões desta Comissão – eu, lamentavelmente, estive ausente nessas duas últimas reuniões em função da cirurgia que fiz de deslocamento de retina, mas, hoje, graças a Deus, estamos aqui retomando a direção dos nossos trabalhos –, ocorridas em 23 e 28 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Eu comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação da indicação de um embaixador e de três embaixadoras para postos no exterior. A reunião, como todos sabem, é uma reunião aberta à participação da sociedade, por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800 0612211.

Aproveito para esclarecer a todos as diretrizes que seguiremos.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta localizadas uma na porta do plenário e outra dentro dele. Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida é concedida a palavra ao embaixador ou à embaixadora por até 15 minutos para sua exposição inicial. Excepcionalmente nós vamos, Senador Jaques Wagner, reduzir esses prazos, para que nós possamos deliberar antes mesmo de iniciarmos a Ordem do Dia.

Eu infelizmente tive – ou felizmente – um encontro com a bancada de Alagoas e com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República para tratar de um assunto gravíssimo, que é esse crime perpetrado pela Braskem contra Maceió e contra Alagoas. Foi uma conversa muito produtiva, demorou bastante. Eu peço, portanto, desculpas pelo atraso, mas estamos aqui para fazer a nossa parte.

Em seguida será concedida a palavra ao embaixador ou à embaixadora por 15 minutos. Nós vamos reduzir esse tempo para, no máximo, 10 minutos. Na sequência será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, com a duração de até 5 minutos por Senador, organizados por blocos de quatro Senadores. A resposta dos sabatinados será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de até 5 minutos, podendo haver réplica e tréplica por até 3 minutos cada uma. Por fim, será realizada a votação, seguida, evidentemente, da apuração dos votos.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores – Senador Jaques Wagner, Senador Fernando Farias, Senador Chico Rodrigues, Senador Hamilton Mourão – sobre se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, nós passaremos às sabatinas em reunião aberta.

Eu queria convidar para compor a mesa, pela ordem que recebo aqui, o Sr. Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni e as Sras. Embaixadoras Maria Elisa Teófilo de Luna, Maria Cristina de Castro Martins e Glivânia Maria de Oliveira. (*Pausa.*)

Uma honra tê-los aqui e perdoem-me mais uma vez pelo atraso.

Item 1 da pauta.

Nós combinamos aqui com os Senadores e com as Senadoras que nós iríamos simplificar o tempo de exposição, de interpelação, de respostas, exatamente para suprir a postergação da realização desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 38, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra, V. Exa. para leitura do relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, eu gostaria, antes de iniciar a relatoria do Embaixador Alfredo, solicitar de V. Exa. que pudesse haver a inversão de pauta, porque eu sou Relator também da Embaixadora Glivânia Maria de Oliveira. Então, são duas relatorias e não alteraria em nada o curso da apresentação das...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Poderemos fazer cumulativamente? Eu chamo esse item específico de que V. Exa. também é Relator, e nós faríamos a sabatina.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 4, para ser apreciado cumulativamente com o item 1.

Item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra, V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

Ministro, é uma honra grande tê-lo aqui nesta Comissão de Relações Exteriores.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Eu quero apresentar inicialmente o relatório do nome do Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni.

Portanto, Sr. Presidente, vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1956, em Bauru, São Paulo, o indicado é filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1979.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, em 1980. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1989, e o Curso de Altos Estudos, em 2005, tendo defendido tese intitulada "O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira", em 2005.

Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1981. Ascendeu a Segundo-Secretário, em 1986. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário, em 1992; Conselheiro, em 1999; Ministro de Segunda Classe, em 2006; e Ministro de Primeira Classe, em 2012.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Acra (1983); Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Berlim (1987-1990); Coordenador Executivo da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Primeiro-Secretário na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (1993-1996); delegado junto aos Comitês de Sanções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU (1995); Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim (1996-1998); Chefe da Divisão de Formação e Treinamento (1999-2000); Chefe da Divisão de Cooperação Educacional (2000); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Roma (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em Tóquio (2003); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2007-2009); Embaixador em Islamabad e Embaixador não residente em Cabul e Dushambé (2009-2015); Embaixador em Varsóvia (2015-2018); e Chefe da Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça (2019-2022).

O Diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Ainda seguindo as normas do Risf, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Sultanato de Omã.

Cuida-se de monarquia com parlamento bicameral, situada no extremo sul da Península Arábica. Seu território faz fronteira com o Iêmen, ao oeste, e Arábia Saudita, ao norte. O golfo de Omã dá acesso ao Golfo e ao Estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do comércio mundial de petróleo.

Importante e grande missão, não é, Embaixador?

A população estimada de Omã é de cerca de 4,8 milhões de habitantes, da qual mais de 40% é formada por expatriados. Aproximadamente 90% da população é de praticantes do Islã.

Dos séculos X a XVIII, Omã permaneceu ocupado por outros povos. A capital Mascate era o principal porto no Golfo Pérsico e ficou ocupada por portugueses até 1650. Com a expulsão dos portugueses, o Sultanato de Mascate se tornou um império marítimo sobre territórios no Golfo e no Oceano Índico.

No século XIX, Omã tornou-se protetorado da Grã-Bretanha, tendo recuperado sua soberania em 1951. Em 1820, o Sultanato de Mascate unificou-se com o Imanato de Omã. No entanto, somente em 1970 foi adotado o nome de Sultanato de Omã, quando se iniciou a abertura e modernização do país, cujo processo foi nominado "Renascimento Omani". No período, o país ingressou na ONU e aproximou-se dos Estados Unidos da América. Vale lembrar que o início da exportação de petróleo pelo país se deu na década de 60.

No campo bilateral, Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974, ano de criação da Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, que funcionava cumulativamente à Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. A Embaixada residente em Mascate foi instalada em 2008, tendo em vista a localização estratégica e a importância de Omã na geopolítica regional. Nesse contexto, convém destacar os investimentos da Vale no país.

A década de 2000 foi marcada pela abertura da agenda de visitas oficiais. No ano de 2016, foi realizada a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, ocasião em que foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos. Em 2018, ocorreu a I Reunião de Consultas Políticas, na qual foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

Hoje o Brasil é o principal parceiro de Omã na América Latina, o que se reflete no comércio bilateral, que se intensificou a partir de 2000, passando de US$27 milhões a US$2,2 bilhões, em 2021 e 2022. Hoje o Brasil é o principal parceiro, portanto, é um valor agregado enorme no crescimento gigantesco das relações do Brasil com Omã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atuação da Vale no país influencia de forma sensível as exportações brasileiras para Omã. Assim, em 2022, as exportações de minério de ferro alcançaram a cifra de US$830 milhões, o que representa 80% das exportações brasileiras. Já a venda de carnes de aves corresponde a 15% (US$151 milhões). O saldo da pauta comercial com Omã é, portanto, bastante dependente do valor internacional do minério de ferro.

Também merecem destaque as recentes negociações para a venda de jatos de nova geração (E-195-E2) pela Embraer a Omã.

Predominam na pauta das importações brasileiras produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, sobretudo fertilizantes, sendo a ureia granulada o principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã. Adubos e fertilizantes, no ano de 2022, representaram 85% das compras brasileiras, ou seja, US$980 milhões, seguidos de óleos combustíveis de petróleo, que representam 7,7% do total importado pelo Brasil. Omã se tornou o maior fornecedor da ureia importada pelo Brasil em 2022, ano em que a importação da Rússia experimentou um decréscimo significativo.

As empresas brasileiras que exportam carne de frango vêm enfrentando dificuldades, em decorrência do plano nacional Visão 2040, por meio do qual se busca maior autossuficiência alimentar omani com substituição de importações. Nesse cenário, exportadores brasileiros relatam imposição de medidas restritivas à exportação de frango pelo país.

O saldo da balança comercial em 2022 foi deficitário para o Brasil em US$166,3 milhões, diferentemente do ano anterior, quando a balança comercial Brasil-Omã foi superavitária para o Brasil em pouco mais de US$850 milhões. Essa mudança se justifica pelo aumento do valor e da quantidade de fertilizantes importados de Omã pela queda acentuada no valor do minério de ferro exportado pelo Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório e, portanto, este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos muito ao Senador Chico Rodrigues.

Anunciamos, para agilizar os procedimentos desta reunião, o item 2 da pauta, que refere-se à Mensagem nº 75, de 2023, não terminativo nesta Comissão, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome da Sra. Maria Elisa Teófilo de Luna, que tem como Relatora a Senadora Tereza Cristina.

Eu consulto a Senadora Tereza Cristina se, adicionalmente, V. Exa. poderia fazer a leitura do item 3 da pauta, que é a Mensagem nº 76, que refere-se à indicação do nome da Sra. Maria Cristina de Castro Martins, e que tem como Relatora a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Com certeza, Sr. Presidente, com certeza! Eu só pediria se pudesse fazer os dois, um em seguida do outro, porque eu tenho CAE também, com uma outra relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – V. Exa. tinha autorizado que fizesse a apresentação do relatório também da Embaixadora Glivânia Maria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa., antes da...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer a V. Exa. e, como o relatório da indicação do diplomata...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E eu queria, sem interromper V. Exa., aproveitar a oportunidade para mandar abrir a votação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E, mais uma vez, registro com satisfação a presença do Ministro Alexandre Silveira.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele veio iluminar esta reunião.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é trazida ao exame desta Comissão a Mensagem nº 86, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, da Sra. Glivânia Maria de Oliveira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Venezuela, República Bolivariana da Venezuela.

Por exigência constitucional, cabe ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em complemento, o Regimento Interno atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a felicidade de relatar a indicação de uma mulher diplomata para chefiar posto de grande sensibilidade política para o Brasil e, em especial, para meu querido estado de Roraima. É bem sabido que dificuldades internas na Venezuela têm acentuado pressões sobre a fronteira, sendo essencial contarmos com representação ativa e competente naquele país.

A Embaixadora Glivânia bacharelou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e concluiu mestrado em Teoria Política pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Sua tese do Curso de Altos Estudos trata da convergência com a África no contexto da reforma do Conselho de Segurança. Tornou-se Ministra de Primeira Classe em 2013, após sucessivas promoções por merecimento.

A indicada conta com admirável trajetória na carreira diplomática. Ocupa atualmente a função de Diretora do Instituto Rio Branco, prestigioso centro de investigações, ensino e formação do Ministério das Relações Exteriores. No exterior, serviu nas Embaixadas em Varsóvia, Londres e Assunção, tendo chefiado o Consulado-Geral em Boston e a Embaixada no Panamá. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Diretora do Departamento de Organismos Internacionais e Chefe da Divisão das Nações Unidas.

Feito um breve resumo do currículo da indicada, passo a tratar da República Bolivariana da Venezuela, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil, atualmente em fase de normalização.

As relações entre Brasil e Venezuela datam de 1830, ano em que aquele país se separou da Grã-Colômbia. Trata-se de relação madura, com grande número de visitas de alto nível e de compromissos internacionais firmados. Nos últimos seis anos, as relações bilaterais enfrentaram desafios, com controvérsias sobre o reconhecimento de governo e o descumprimento de obrigações internacionais.

O comércio bilateral é significativamente superavitário para o Brasil. A corrente de comércio esteve em queda a partir de 2013, ano em que alcançou seu ápice, até 2019. Desde 2020, o intercâmbio voltou a crescer, impulsionado principalmente pela exportação de produtos agrícolas provenientes do Amazonas e de Roraima. As sanções econômicas ainda existentes dificultam maior intensificação desses fluxos, quatro vezes inferiores aos patamares históricos de 2013.

Convém também destacar o elevado número de migrantes e refugiados venezuelanos, representando a maior crise de deslocamentos humanos da história de nosso continente. Com as significativas entradas de venezuelanos no Brasil, especialmente desde o ano de 2016, já contamos com cerca de 500 mil nacionais daquele país em nosso território. A Operação Acolhida volta-se à prestação de apoio a esses estrangeiros, mediante recepção, abrigamento e interiorização voluntária.

A normalização das relações bilaterais tem o potencial de trazer vários ganhos para o Brasil, afetando questões como a segurança energética e fronteiriça, a negociação de dívidas e a realização de eleições justas, inclusivas e transparentes no país vizinho.

Em primeiro lugar, destaco que a aproximação entre os países é especialmente útil para garantir a estabilidade energética de Roraima. Encerrado o contrato de fornecimento de energia elétrica que garantia o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecimento do estado até 2021, intensificou-se o uso de termelétricas a diesel, mais poluentes, menos eficientes e com custos elevados de produção.

Em segundo lugar, a retomada dos vínculos facilita a possibilidade de providenciar o pagamento da dívida venezuelana, derivada de operações de financiamento das exportações de empresas de engenharia brasileiras, que realizaram obras naquele país. Segundo informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, há ainda cerca de US$1,2 bilhões em aberto, que não foram pagos apesar de repetidas gestões desde 2017. Contudo, espera-se que essa situação se modifique diante da retomada das mesas de negociação com o Brasil, em junho deste ano, e da suspensão parcial das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos da América.

Em terceiro lugar, causam preocupação os casos, muitas vezes crescentes, de garimpo ilegal, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e contrabando na fronteira Brasil-Venezuela. O apoio da Embaixada em Caracas para a reabertura das adidâncias policiais e militares brasileiras, fechadas desde 2020, pode auxiliar no combate desses ilícitos.

Quanto à questão eleitoral, o Brasil tem agido de maneira decisiva nos diálogos entre a situação e a oposição venezuelanas, com engajamento do Embaixador Celso Amorim. Quer-se assegurar que as próximas eleições presidenciais na Venezuela, previstas para 2024, sejam realizadas de maneira justa, inclusiva e transparente, no marco das garantias eleitorais internacionais. Aprofundada a confiança mútua, o Brasil poderá prestar apoio ainda mais efetivo nessas questões. Inclusive nós, Senadores e Senadoras, poderemos contribuir para a defesa da democracia, lançando mão dos instrumentos da diplomacia parlamentar.

Passando para o contexto regional, a Venezuela, admitida no Mercosul em 2012, está suspensa do bloco desde 2016. Duas decisões sucessivas embasaram a suspensão: a primeira delas baseada na ausência de internalização de normas fundamentais para o processo de integração, e a segunda, proferida após consultas em conformidade com o Protocolo de Ushuaia. Eventual decisão que leve ao término da suspensão não depende apenas do Brasil, mas do consenso de todos os países membros do Mercosul.

Ainda na esfera regional, Venezuela e Guiana possuem disputa territorial no Essequibo, que pode afetar até dois terços do território guianense, agravada pela convocação de plebiscito em dezembro para possível anexação. Para além das dúvidas que persistem quanto à delimitação, o interesse na exploração de hidrocarbonetos reforça o pano de fundo dessa disputa. Já existe caso em curso na Corte Internacional de Justiça para tratar da controvérsia.

Por fim, Sr. Presidente, quanto à questão da proteção dos direitos humanos, destaco que o Brasil tem defendido que instâncias multilaterais dos sistemas interamericanos são foros adequados para tratar do tema, por meio da cooperação técnica e da análise imparcial. Com isso, a multilateralização deve seguir seu rumo, para esclarecer os fatos pertinentes e dar as recomendações correspondentes.

Sras. e Srs. Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, podendo ser realizado conforme a decisão da Mesa e da concordância dos Srs. Senadores, aproveito para novamente cumprimentar a Embaixadora Glivânia, além de ressaltar a importância dos desafios associados à posição para a qual foi indicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que tive a oportunidade de conversar já por algumas vezes com a Embaixadora Glivânia, vi o seu preparo, o seu interesse e o seu conhecimento, está se debruçando sobre essas questões da Venezuela na atualidade, e tenho certeza de que agora, com a indicação de um embaixador, que nunca deveria ter sido retirado, hoje nós entendemos que, neste momento, se tivesse um embaixador lá, essas negociações já estariam extremamente avançadas.

Portanto, V. Exa. tem uma missão gigantesca e tenho certeza de que haverá de cumprir esse papel de Embaixadora na Venezuela neste momento difícil, com absoluto brilho e determinação.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

O item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação Tem como Relatora a Senadora Mara Gabrilli, e funcionará como Relatora *ad hoc* exatamente a Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Renan.

É um prazer poder fazer esta relatoria da Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna.

O Presidente da República indicou o nome da Sra. Maria Elisa Teófilo de Luna, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou currículo da diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo**.**

A Sra. Maria Elisa Teófilo de Luna graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Ingressou na carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1981, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática.

Na carreira, ascendeu à Segunda-Secretária em 1987; à Primeira-Secretária em 1992; à Conselheira em 1999; à Ministra de Segunda Classe em 2007. Em 2012, passou para o Quadro Especial como Ministra de Primeira Classe.

Todas as promoções foram obtidas por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata ao longo da carreira, destacam-se as de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Milão, de 1993 a 1996; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Assunção, entre 1996 e 1998; Chefe da Divisão de Imigração, de 1999 a 2000; Conselheira no Consulado-Geral em Lisboa, de 2000 a 2001; Conselheira na Embaixada no Panamá, entre 2001 e 2003; Chefe da Divisão da África-I, de 2003 a 2008; Ministra-Conselheira na Embaixada em Bruxelas, entre 2008 e 2010; Embaixadora em Dacar, de 2010 a 2015; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montreal, entre 2015 e 2017; e Embaixadora em Acra, de 2017 a 2022.

A Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna foi agraciada com a Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial em 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República de Trinidad e Tobago. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Desse documento, que está à disposição das Sras. e Srs. Senadores, recolhemos algumas informações a fim de subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

A República de Trinidad e Tobago está localizada no sul do Caribe, mais precisamente no delta do Rio Orinoco e próximo ao litoral venezuelano. Ela é formada por duas ilhas principais e algumas ilhotas. A população do país, concentrada em Trinidad, a maior ilha, é estimada em 1,53 milhões de habitantes. Ela é constituída preponderantemente por descendentes de africanos e de indianos, que foram trazidos pelos colonizadores para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.

Desde 1973, a base da economia é a extração e exportação de petróleo. No momento presente, ganha relevância também a produção de gás natural liquefeito. Os hidrocarbonetos e seus derivados representaram 80% das exportações trinitárias em 2022.

Cuida-se de república parlamentarista, com modelo bicameral, que apresentou um Produto Interno Bruto de US$27,9 bilhões em 2022, de acordo com dados do Banco Mundial. Essa cifra coloca o país entre os primeiros PIBs *per capita* da América Latina e do Caribe. A economia industrial trinitário-tobagense é a maior da região caribenha. O país, que conta com um dos principais centros financeiros do Caribe, apresenta sistema bancário relativamente estável e regulado.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o país ocupou, em 2021, a posição de número 57 entre 188 Estados, com 0,810. Para além disso, constata-se alta taxa de alfabetização, da ordem de 99%, bem como significante expectativa de vida, de 73 anos.

No que se refere às relações bilaterais, essas se intensificaram a partir da década passada, inserindo-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para esta aproximação destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-Caricom (Comunidade do Caribe), em Brasília, em 26 de abril de 2010, que reuniu 10 dos 14 Chefes de Governo da organização (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Suriname).

Desde então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem procurado desenvolver programas de cooperação técnica com a região visando à promoção das relações bilaterais e do desenvolvimento dos países caribenhos. Nesse sentido, buscou-se a implementação de formas de cooperação trilateral com envolvimento de organizações internacionais. Assim, por exemplo, o estabelecimento de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para atuação nas áreas de agricultura familiar e alimentação escolar.

Com relação ao intercâmbio bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, as informações encaminhadas a esta Casa pelo Itamaraty dão conta de que, em 2022, o Brasil exportou US$281,2 milhões e importou US$632,3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. Exportamos, fundamentalmente, minério de ferro (64% do total), papel e cartão (4,3%), açúcares e melaços (3,3%) e materiais de construção (7,7%). As importações do Brasil provenientes daquele país, por sua vez, estão assim distribuídas: elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogênicos (67% do total), álcoois fenóis (26%) e gás natural (5,6%).

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República de Trinidad e Tobago, ela é estimada em 140 pessoas, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Fico muito honrada, Embaixadora Maria Elisa, até porque o seu nome muito me inspira: é o nome da minha avó, por quem eu tinha uma estima enorme, Maria Elisa. Então, eu acho que as marias elisas são sempre pessoas muito importantes e inteligentes.

Tive o prazer de fazer essa relatoria e desejo que a senhora passe nesta sabatina, com certeza, para que possa uma embaixadora – e aí nós temos aqui um trio – nos representar na América Latina, nesses importantes países a que vocês estão indicadas.

Agora vou passar ao voto da Embaixadora Maria Cristina de Castro Martins.

E me desculpem a pressa, porque tenho uma outra relatoria em outra Comissão.

Eu não poderia deixar também...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu me esqueci, Presidente, de exaltar aqui e agradecer a sempre prestigiosa presença do nosso Ministro... Ah, saiu daqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Alexandre.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... Alexandre Silveira.

A gente lendo o relatório aqui vê a importância dos países a que as senhoras estão indicadas, a importância do petróleo nesses três países aí tão importantes – e Omã também.

Bom, recebi a missão da Senadora Mara Gabrilli, que não pôde estar aqui, de ler a relatoria da Embaixadora Maria Cristina de Castro Martins, com grande honra.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Maria Cristina de Castro Martins, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da indicada.

Nascida em 20 de dezembro de 1961, a diplomata indicada graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará no ano de 1988. Na mesma instituição, concluiu mestrado em Sociologia no ano de 1996 e, na Universidade de Brasília, o Doutorado em Sociologia no ano de 2003. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1994. Em 2004, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2009, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese "Brasil-Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais".

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1995; em 2000, foi promovida a Segunda-Secretária; por merecimento, foi promovida a Primeira-Secretária em 2005; a Conselheira em 2008; a Ministra de Segunda Classe em 2013.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunta em Nova York, de 2000 a 2004; Primeira-Secretária e Encarregada de Negócios em Bogotá, de 2006 a 2009; Chefe do Setor de Promoção Comercial na Embaixada em Lisboa, quando Conselheira, de 2009 a 2011; Ministra Conselheira e Encarregada de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi, de 2016 a 2019; Assessora da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, de 2021 a 2022; e atualmente encontra-se lotada no Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica.

Em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Cooperativa da Guiana.

Terceiro menor país da América do Sul, a Guiana conta com população de aproximadamente 808 mil habitantes. Tornou-se independente do Reino Unido em 1966, tendo estabelecido relações bilaterais com o Brasil em 1968.

A integração física entre Brasil e Guiana tem como marco a ponte sobre o Rio Tacutu, que foi construída pelo Exército Brasileiro e inaugurada em 2009. Em razão da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal, tráfico de drogas e de pessoas, no campo da cooperação em segurança e defesa cumpre registrar a assinatura em 2020 do Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcóticos da Guiana (Canu), bem como o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, de 2009. Este último já vem sendo renegociado com vistas ao aprofundamento dessa cooperação.

Ademais, as recentes exploração e produção de hidrocarbonetos na Guiana têm impactado a corrente de comércio bilateral que, desde 2021, experimenta crescimento: em 2015 foi alcançada a cifra de US$29,6 milhões, a qual mais do que dobrou entre 2020 e 2021. E, em 2022, chegou a US$830 milhões (aumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

599% em comparação com 2021), com grande superávit guianês (US$305 milhões). Nos primeiros 8 meses de 2023, o comércio bilateral já alcançou US$1,04 bilhão, mais uma vez com forte superávit guianês (de US$548 milhões).

Assim, a Guiana, tradicional exportadora de arroz ao Brasil, em 2022 passou a exportar quase exclusivamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (99,8% até agosto de 2023). Houve também recentes mudanças na pauta exportadora brasileira, na qual às usuais vendas de carnes, peixe congelado, farelo e óleo de soja, máquinas agrícolas e tratores, juntaram-se insumos e produtos para a indústria petrolífera. Com efeito, em 2023, tubos, dispositivos para canalização, válvulas e material de construção, além de demais produtos da indústria de transformação representaram 93% das exportações brasileiras ao país.

Percebe-se, ainda, o aprofundamento das relações bilaterais desde a década de 1990, quando houve o aumento do número de brasileiros residentes na Guiana. Em 2001, foi assinado o Acordo de Alcance Parcial (AAP), no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em vigor desde 2004, para estabelecer desgravação tarifária para vários itens.

Cabe destacar, também, que a Guiana é Estado associado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) desde 2012 e membro da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Por fim, no que tange à disputa territorial entre Venezuela e Guiana sobre a região de Essequibo, a qual já dura mais de um século, o documento do Ministério das Relações Exteriores reforça a postura brasileira de buscar solução pacífica da controvérsia, com respeito ao princípio da integridade territorial e a manutenção da paz e da segurança na região.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Presidente, esses são os dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Vou conceder a palavra ao Embaixador e às Embaixadoras. E, excepcionalmente, em função de motivos já declarados aqui, eu pediria que o tempo destinado à exposição fosse de até dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Relator, Senador Francisco Rodrigues.

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos, a V. Exas., pela presença e pelo tempo dispendido conosco, candidatos aqui a embaixadas no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Presidente Renan Calheiros me permitir, eu vou dar continuidade ao relatório proferido pelo Senador Francisco Rodrigues, que foi extremamente substancial e rico em informações sobre o Sultanato de Omã e sobre as relações bilaterais. Com isso, eu acho que eu não só pouparei tempo, como irei, de maneira mais objetiva, à minha atuação, ao que eu pretendo fazer, caso eu possa contar com a aprovação de V. Exas., à atuação que eu pretendo fazer à frente da Embaixada do Brasil em Mascate, no Sultanato de Omã.

Conforme o Senador Francisco Rodrigues disse, as relações bilaterais Brasil-Omã tiveram um avanço enorme com a chegada a Omã da Vale. A presença da Vale transformou as relações bilaterais. A Vale chegou em 2011, com um investimento de US$2 bilhões, para construir uma indústria de enriquecimento do minério de ferro. Com isso, a Vale aproveitou a experiência de Omã e, sobretudo, os parceiros de Omã para fazer a exportação do minério de ferro enriquecido pelo sistema de pelotas para parceiros da região, ou seja, Omã abriu o mercado para a Vale no Oriente Médio. Por isso, a Vale não só está presente lá, como está se expandindo. Uma das coisas que eu pretendo fazer, além de dar o apoio necessário à atividade da Vale, é também favorecer a expansão da Vale, porque eu já tenho conhecimento de que a Vale quer agora passar a produzir as chamadas pelotas verdes, que é o minério de ferro enriquecido, mas com 15% a menos de emissão de carbono, ou seja, a Vale está em plena expansão em Omã e a Vale é considerada por Omã, pelo programa de desenvolvimento de Omã, que é chamado Visão Omã 2040, como uma empresa exemplo por cumprir todos os requisitos ambientais e por também empregar muitos omanis, que é um grande problema de Omã, o emprego de mão de obra local.

Como o Senador Rodrigues disse, mais de 40% da população de Omã é formada por estrangeiros e uma das políticas do país é fazer com que os empregos sejam muito mais para os omanis do que para a mão de obra vinda do exterior.

Outra empresa brasileira muito importante que está em Omã é a Embraer, que já vendeu 12 aviões até agora e que também gostaria de se expandir vendendo os aviões de carga, o C-390, que seriam vendidos para o próprio Governo de Omã.

Quanto às vendas dos 12 aviões, são aviões menores, que foram vendidas para uma empresa aérea local e para a polícia de Omã.

Não é possível haver a relação direta entre empresas ou empresários brasileiros e autoridades omanis, isso só pode acontecer por meio de agentes diplomáticos, normalmente, pelo próprio embaixador. Quer dizer, então a importância da embaixada e a importância do chefe da embaixada é muito grande, porque é um facilitador para a expansão dos negócios.

Muito rapidamente queria dizer que o primeiro item da nossa agenda bilateral comercial, da nossa balança comercial, é a exportação de minério de ferro, mas o segundo item é a exportação de aves e, efetivamente, existem alguns obstáculos para a plenitude dessa exportação.

Isto é o que eu pretendo, tratar de conseguir certificados sanitários para facilitar a ampliação da exportação de aves para Omã e, com isso, aumentar a nossa balança comercial, que já é significativa, US$2,2 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, Omã – que tem uma economia dependente do petróleo, 70% dos ingressos omanis provêm do petróleo – pretende diversificar sua economia e se liberar do petróleo. E um dos itens mais importantes da agenda é o desenvolvimento da tecnologia do hidrogênio verde. Eu acho que vai ser também muito importante para o Brasil que nós participemos da evolução dessas pesquisas de caráter tecnológico do hidrogênio verde.

Por último, queria lembrar que no ano que vem, em 2024, Brasil e Omã celebram 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas. Então, vai ser um ano extremamente rico para eventos de promoção da imagem do Brasil, do comércio, das relações diplomáticas, das relações políticas. Então, justamente em 2024, caso naturalmente eu conte com a aprovação de V. Exas., eu pretendo trabalhar muito para que a imagem do Brasil fique ainda mais presente em Omã.

Com isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos.

E eu tenho a honra de conceder a palavra à Sra. Maria Elisa Teófilo de Luna, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu cumprimento desde já todos os Srs. Senadores. Agradeço muito o relatório da Senadora Tereza Cristina, tão abrangente, tão acurado, que já até me poupou tempo só com isso, e digo que é uma honra para mim pertencer à categoria das Marias Elisas, como a sua avó.

Bom, eu gostaria de falar apenas um pouquinho mais sobre as relações com o Brasil e destacar alguns pontos na cooperação. Temos já um acordo de cooperação técnica que está em vigor desde 2010, o Acordo Básico de Cooperação entre Brasil e Trinidad e Tobago, que serve de arcabouço jurídico para todas as demais formas de cooperação.

Em recente visita, semana passada, à ABC (Agência Brasileira de Cooperação), pude identificar que os trinitários têm algumas coisas muito especiais em relação ao Brasil, sobre as quais eles gostariam de conversar mais e incitar uma cooperação: gestão de risco de desastres; agricultura; um pouco mais de saúde, mas agora indo um pouco mais além da simples assistência humanitária e da doação de medicamentos; pesquisa – podíamos falar de pesquisa e de combate a determinadas doenças –; treinamento e capacitação de recursos humanos – e aí eu incluo essa possibilidade de um acordo com o Instituto Rio Branco. Eles têm uma academia diplomática lá, a Academia Diplomática do Caribe. Com o Instituto Rio Branco poderia haver um tipo de convênio que permitisse aos diplomatas trinitários saírem, fazerem como uma espécie de licença sanduíche, virem para o Instituto Rio Branco e ficarem algum tempo lá.

E o que mais temos? Temos uma coisa que é muito importante, que é a cooperação cultural entre os dois países – eu vou deixar por último a mais importante. Então, eu vou falar agora da cooperação cultural entre os dois países, porque, se repararmos bem, temos uma composição étnica que enseja mais ou menos as mesmas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas. Eles têm um vasto aporte populacional da Índia, mas eles têm um grande percentual de negros, de gente com ascendência africana e com cultura, o que eu já estudei, com cultura bem semelhante à cultura desse segmento populacional brasileiro. Portanto, eu acho que aproximar esses segmentos e divulgar como é que a cultura africana se desenvolveu no Brasil pode ser uma forma de enriquecimento, tanto para Trinidad quanto para o Brasil.

Depois, ainda no âmbito dessa cooperação cultural, já tivemos três leitorados em Trinidad, de 2008 a 2015, em parceria com a Universidade das Índias Ocidentais de Trinidad e Tobago, que, se não me falha a memória, é a mais antiga universidade no Caribe, estabelecida no Caribe. E foi possível, durante esse período de leitorados, fornecer ensino de Língua Portuguesa e de Estudos Brasileiros a mais de 400 trinitários. Essas coisas são muito importantes, porque elas geram, elas criam um tipo de ligação entre os países que vai muito além daquele mero momento em que eles estão aprendendo isso ou aquilo. É alguma coisa que é quase emocional, que atua na emoção das pessoas. É uma coisa de fazer os trinitários, no caso... É fazer o que a gente já fez com tantos outros, o que aconteceu com tantos outros países na África, as pessoas criam uma afeição com aquele país, conhecem melhor aquele país, e é claro que isso ajuda muito em todos os campos das relações.

Agora, além disso, nós continuaremos – e eu pretendo insistir muito nisso, porque eu adoro esse programa e insisti muito sobre ele em Gana – com os programas de PEC-G e PEC-PG, que são programas de oferecimento de vagas, não de bolsas, em universidades brasileiras para estudantes estrangeiros. É também um outro tipo de cooperação que cria laços muito duradouros entre os países. São jovens que vêm, estudam aqui e voltam para lá. Muitos deles estudam cursos da área tecnológica e podem implementar nos países para onde vão diferenciais tecnológicos que eles aprenderam no Brasil. Isso eu quero muito divulgar entre as escolas e onde for possível, para que eles saibam que nós temos esse curso.

Em matéria de cooperação cultural tem tanta coisa, mas como a gente tem que reduzir... Eu queria falar mais uma coisa, que uma das coisas que eu teria como objetivo na embaixada, da ótica do desenvolvimento regional brasileiro, seria buscar negócios e buscar cooperações, trocas de cooperação e etc., com atores daqueles países do norte, que estão ali em torno de Trinidad e Tobago. Eu acredito que não houve, pelo menos eu não vi, nada de muito característico, de muito especial, de cooperação entre atores do norte brasileiro, autoridades do norte brasileiro e Trinidad e Tobago. Eu acho que a gente tem que aproveitar essa distância que não é tão grande e essa inserção de Trinidad e Tobago na América do Sul, sobretudo com a Venezuela, a Colômbia e a Guiana também, aproveitar isso para inserir mais Trinidad e Tobago como um dos atores importantes, já que eles têm possibilidade de oferecer novas ideias, cooperação e tudo mais nesse campo do desenvolvimento regional brasileiro e das trocas com as autoridades regionais brasileiras. Acho que isto é fundamental: sempre ter essa ótica do desenvolvimento regional brasileiro, o que a gente pode fazer nas relações com aqueles países, visando ao nosso desenvolvimento regional, visto que o Brasil é um país enorme e Trinidad é um país muito pequeno. Essa desproporção se perde, se esfarela, se esfacela se a gente tem uma ambição muito grande em relação a todo o território brasileiro.

E, por outro lado, eu acho um pouco redutor, redutivo, pensar "ah, não, eles têm essa ascendência negra, então vamos fazer cooperação com a Bahia, vamos procurar, entre os atores subnacionais, vamos procurar a Bahia". Não, tudo bem. Eu acho que a Bahia, claro, tem o seu lugar ali já marcado e tal, mas a gente deve buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros atores subnacionais. E, no caso, eu acho que, do ponto de vista institucional dos atores políticos, esses ali na Região Norte e, quanto ao comércio, procurar também empresas e agentes comerciais, agentes de importação, de exportação ali naquela região.

O que mais? É difícil achar alguma coisa, viu? Porque a Senadora Tereza Cristina falou de tudo, mas agora eu vou deixar para o fim a cereja sobre a torta, que é o seguinte, uma coisa que está nos faltando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – ... é equilibrar a balança comercial. Nossa balança comercial está totalmente desequilibrada, com forte superávit para Trinidad e Tobago. E eu acho que uma das maneiras para nós equilibrarmos essa balança comercial é que nós nos debrucemos sobre essa intenção já revelada de Trinidad e Tobago de cooperar com o Brasil em matéria de agricultura, agropecuária, segurança alimentar. Eles precisam muito disso, e nós temos as técnicas, nós temos os instrumentos para ajudá-los nisso.

E equilibraremos a nossa balança com a quantidade enorme de frangos e de carne que venderemos para lá, porque já é alguma coisa que está dependendo unicamente deles, dos trinitários, mandarem uma emissão de certificação aqui para o Ministério da Agricultura. E não é que essa emissão está demorando a vir, eles já acordaram que "temos que comprar muita coisa do Brasil" e ter o Brasil como um grande fornecedor desses produtos. Agora, a gente pensar "mas está demorando tanto para chegar aqui", não é assim, é que nesse mundo diplomático tem aquela coisa que vai muito devagar, nós temos que conversar muito, temos que ter muitos auxílios. E eu espero que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possa nos dar indícios também e nos dar, nos estimular, estimular a embaixada no sentido de enviar empresários e essas coisas para lá.

Temos a concorrência difícil, muito difícil, eu já me defrontei com essa concorrência em outros países, como nos Emirados Árabes e nos Estados Unidos, que são o fornecedor tradicional para eles, não só pela proximidade, como também por laços, mesma língua, laços comerciais mais antigos, mas acho que nós podemos vender isso porque o nosso produto tem muita qualidade.

E o que mais? Finalmente, ainda nesse campo da redução do nosso déficit com Trinidad e Tobago, que é uma coisa que preocupa e sobre a qual eu pretendo me debruçar bastante, temos a expectativa – isso é importante – de compra de cinco aeronaves da Embraer – isso já está aprovado pelo Governo trinitário – que vão integrar o plantel lá da Caribbean Airlines, eles estão precisando disso, e, além do mais, esse tema é um tema importantíssimo para aquele país, porque se a gente vir, é fundamental que haja uma conectividade bem azeitada entre todos os países caribenhos. Para nós é ótimo isso, porque afinal aquela nossa região é uma região que está voltada para o Caribe também, e para eles é uma coisa importante, não é?

Depois, finalmente, eu acho que não pode faltar aqui uma menção à postura de Trinidad e Tobago em relação à crise entre a Venezuela e a Guiana, porque se pensarmos bem, da minha janela... Eu não vou fazer isso, mas da minha janela em Trinidad, eu poderia ver a Venezuela, um canto do nordeste da Venezuela e vice-versa. Portanto, é muito perto. A Venezuela tem salvado muito a economia trinitária no sentido de que eles importam petróleo e gás e utilizam uma estrutura de transformação de gás natural, GNL e tal. Eles têm uma estrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfeita, a qual eles tiveram que inclusive deixar obsoleta por um certo tempo, durante as sanções americanas à Venezuela, mas que já estão voltando pouco a pouco a funcionar.

Portanto, a Venezuela tem uma importância muito grande. E eles, recentemente, depois que as sanções foram... Depois desse *waiver* americano às sanções, eles começaram a ter acesso a esse imenso campo Dragón Field, que parece que poderia ter até um pedaço que pertenceria a Trinidad, mas não está decidido, mas já está decidido que eles terão acesso a esse campo de petróleo e à produção desse campo de petróleo.

Em relação a esse conflito, portanto, Trinidad tem uma grande agonia, porque embora... Ela tem que seguir o CARICOM, claro. É um país eminentemente democrático, com uma estrutura política e uma classe política que se renova, que vence, que tem eleições regulares, etc., e que se renova de acordo com um padrão, porque uma parte são integrantes da porção indiana do país e, por outro lado, da porção negra, da porção africana. Então, agora, por exemplo, como sempre tem sido feito, mas os cargos podem ser diferentes, nesse momento nós temos uma Presidente oriunda da porção indiana da população, com o Primeiro-Ministro de ascendência africana. Esse tipo de balanço e de alternativa ajuda muito o país a manter saudável o sistema político dele, e democrático.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu...

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA (*Fora do microfone*.) – Acabei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem interromper, eu gentilmente informo a V. Exa. que nós vamos ter, posteriormente, o tempo das interpelações, vamos ter mais oportunidade.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – Obrigada por me informar isso. O senhor tem toda razão, Sr. Senador, acontece que, diante do relatório da Senadora Tereza Cristina, eu não tinha mais nada a dizer a respeito da minha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida, sem dúvida.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – É verdade. E eu iria dizer o quê? (*Risos.*)

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – Lamento, mas a Senadora Tereza Cristina já disse tudo. Isso seria muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ótimo!

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – Então, eu queria só comentar que Trinidad e Tobago, numa questão que é crucial para eles – a Venezuela, de que ela precisa tanto; a Guiana, que está em frente a ela, tem petróleo também e tal –, se ancorou na decisão proferida pelo CARICOM, em reunião do CARICOM, que não apoia a Venezuela, que apoia a Guiana de certa maneira, mas, sobretudo, que recomenda que esse assunto siga os trâmites internacionais e seja submetido às instâncias internacionais. E foi isso que fez Trinidad – vou cortar, Bruno, pode deixar –, se aliou a esse tema do CARICOM, que é até muito confortável para ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora eu queria pedir desculpas se eu me alonguei...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não. De forma nenhuma.

A SRA. MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA – ... e agradecer muitíssimo a todos por terem prestando atenção no que eu disse.

Muito obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu concedo a palavra à Sra. Maria Cristina de Castro Martins, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Guiana ou Guiana? Eu aprendi das duas formas. (*Pausa.*)

Ah, é Guiana.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS (Para expor.) – Boa tarde.

Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros, a quem agradeço a organização desta sessão.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Embaixadoras Maria Elisa e Glivânia e Embaixador Alfredo Leoni, que também estão sendo ouvidos hoje, senhoras e senhores, eu gostaria inicialmente de agradecer ao Presidente Lula e ao Ministro Mauro Vieira pela confiança em mim depositada com a designação para a chefia da Embaixada em Georgetown. Gostaria também de agradecer à Senadora Mara Gabrilli pela preparação do meu relatório e à Senadora Tereza Cristina, que aqui o apresentou. Quero agradecer também a colaboração que tive dos colegas da Assessoria Parlamentar, do Departamento de América do Sul, da Embaixada em Georgetown e de outros colegas do Itamaraty.

Bem, eu iniciaria esta apresentação recordando que a República Cooperativa da Guiana é um país localizado ao norte da América do Sul, sendo o terceiro menor país e a segunda menor população da América do Sul, e faz fronteiras terrestres com o Brasil, a Venezuela e o Suriname.

A Guiana é o único país de língua inglesa na América do Sul e é um país de independência relativamente recente. Tornou-se independente do Reino Unido em 1966.

Esses dados a diferenciam da maioria dos países sul-americanos, de língua espanhola ou portuguesa e cuja independência foi conquistada na primeira metade do século XIX.

A Guiana tem baixa densidade populacional. Aproximadamente 90% dos seus habitantes vivem em apenas 10% da área do país, em uma área que corresponde à estreita planície costeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade guianense é étnica e culturalmente diversa. E é com base nesses grupos étnicos que estão organizados os dois principais partidos políticos que polarizam o cenário da Guiana, que é o Partido Progressista do Povo, que está ligado à comunidade de origem indiana, e o Congresso Nacional Popular, que está associado à população afro-guianense.

Até recentemente, a Guiana era vista como um país de baixo grau de desenvolvimento econômico e social. Desde 2015, com a descoberta de importantes jazidas de petróleo, e desde 2019, quando teve início a extração de petróleo, o país vem apresentando altas taxas de crescimento. Isso deverá favorecer o que o país tanto precisa para o seu desenvolvimento econômico e social. Além do petróleo, o país também exporta açúcar, ouro, bauxita, camarão, madeira e arroz.

Continua a ser um desafio para a Guiana diversificar a sua economia para além dos recursos naturais. A descoberta de jazidas *offshore* também possibilitou que a Guiana passasse a atrair a atenção de investidores de diversos países, não somente para a área do petróleo e gás, mas também para os setores de infraestrutura, serviço, construção civil e agricultura.

A Guiana possui diferendos de fronteiras com o Suriname, na região do Triângulo de New River, e com a Venezuela, que é a questão do Essequibo, que é o principal contencioso da política externa da Guiana.

No âmbito regional, a Guiana tem forte identidade caribenha. Na capital, Georgetown, está localizada a Secretaria Executiva do Caribe, da Comunidade do Caribe, que é a CARICOM. E o perfil sul-americano do país vem sendo fortalecido nas décadas mais recentes, sendo a Guiana Estado associado do Mercosul, membro da Unasul, da OTCA e da OEA.

As relações bilaterais entre o Brasil e a Guiana foram estabelecidas no ano de 1968, dois anos após a declaração de independência da ex-colônia britânica. O primeiro chanceler latino-americano que visitou a Guiana após a independência foi o Ministro Mário Gibson Barbosa, em 1971. Esse fato demonstra a importância que o Brasil atribui à incorporação diplomática da Guiana junto à América do Sul.

Em 2018, os dois países comemoraram 50 anos de relações diplomáticas. Esse bom relacionamento se reflete nos frequentes contatos de alto nível que existem entre os dois Governos. É importante ressaltar ainda que os dois países compartilham 1.605km de fronteira, o que faz com que temas como desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e integração sejam temas fundamentais na relação dos dois países.

Passo concreto e decisivo para a integração dos dois países foi a inauguração, em 2009, da Ponte do Rio Tacutu, a primeira ligação terrestre entre os dois países, entre Bonfim e Lethem, na Guiana. Outra obra importante de integração é a pavimentação que está sendo feita, no momento, por empresa brasileira, no trecho Mabura Hill e Linden, da estrada que liga o Estado de Roraima à Georgetown, capital da Guiana, financiada pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe.

Levando em consideração que a Guiana ocupa uma posição estratégica de ligação entre a América do Sul e o Caribe, o melhor acesso terrestre para Georgetown daria um excelente estímulo para o comércio brasileiro, sobretudo para os estados da Região Norte – Roraima e Amazonas em particular –, rumo ao mercado caribenho, à América Central e, eventualmente, à América do Norte e à Europa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em decorrência dessa estreita fronteira compartilhada pelos dois países, merece destaque a cooperação bilateral na área de segurança pública e defesa. A cooperação em segurança pública é tema de grande importância em função da ocorrência de vários ilícitos transfronteiriços. Na área de defesa, a cooperação é intensa e está amparada por acordos de 2009 que se encontram em processo de negociação.

A parte que se refere ao Acordo de Alcance Parcial nº 38 e ao intercâmbio do comércio bilateral já foi muito bem-apresentada pela Senadora Tereza Cristina na leitura do relatório preparado pela Senadora Mara Gabrilli.

Então, passo agora para outros temas, como a cooperação energética, pela qual a Petrobras está acompanhando de perto a evolução do setor petroleiro; o programa de cooperação técnica, que se encontra em execução para a capacitação do controle e da erradicação da mosca da carambola; e a cooperação humanitária, por meio da qual a Agência Brasileira de Cooperação faz constantes doações de vacinas e medicamentos ao nosso país vizinho.

Eu passo, finalmente, a apresentar a terceira parte, que são as prioridades da minha gestão, caso venha a ser aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado.

Eu divido, então, em seis principais eixos de trabalho.

O primeiro, levando em conta que é um país fronteiriço e é um país que é um elo entre a América do Sul e o Caribe, seria, certamente, uma contribuição para o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Guiana. Essa contribuição se daria por meio do adensamento de visitas oficiais e pela ampliação de canais regulares de diálogo entre as duas chancelarias. Caberia, ainda, mencionar a ampliação do diálogo com o secretariado da CARICOM, com iniciativas de interesse mútuo.

O segundo eixo seria a promoção de comércio e de investimentos. Cabe lembrar que a descoberta de jazidas de hidrocarbonetos abre muitas oportunidades para os empresários brasileiros nesta área. Então, a promoção do comércio se daria pela organização de missões empresariais, eventos e diversas outras atividades na área comercial.

O terceiro eixo de trabalho seria a promoção da cultura e da língua portuguesa, já que lá é um país de língua inglesa. A embaixada do Brasil em Georgetown conta com um órgão importante, que é o Instituto Guimarães Rosa. O Instituto foi criado em 1970 com o nome de Centro Cultural Brasil-Guiana e, no ano passado, passou a se chamar Instituto Guimarães Rosa. Então, a promoção nessa área se daria por meio da continuidade e ampliação das atividades do Instituto.

Um quarto eixo de trabalho focaria a cooperação em educação, saúde e defesa: Na área de educação, é importante fomentar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e a divulgação de oportunidades no ensino universitário no Brasil; No campo da saúde e da cooperação humanitária, fortalecer o programa de doação de vacinas e medicamentos; na área de defesa, é fundamental dar seguimento e apoio aos trabalhos que já vêm sendo realizados e promover novas oportunidades de cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação fronteiriça seria o quinto eixo de trabalho. As metas prioritárias nessa área são o apoio à coordenação das autoridades dos dois países, com o objetivo de fortalecer o patrulhamento, a segurança e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS – ... o combate aos ilícitos transnacionais na região de fronteira.

Por fim, eu gostaria de mencionar o sexto eixo de trabalho, que é o apoio à comunidade brasileira, estimada entre 8 e 15 mil brasileiros. Aqui, as prioridades seriam assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade para brasileiros residentes ou em trânsito e prestar assistência consular para brasileiros em situação de emergência. Por fim, obviamente, manter a coordenação com o Vice-Consulado do Brasil em Lethem.

Por fim, é isso que eu teria a apresentar neste momento. Agradeço a atenção de todos e de todas e me coloco à disposição de V. Exas. para aprofundar esses e outros aspectos que considerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos a V. Exa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Sra. Glivânia Maria de Oliveira, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo. Senador Renan Calheiros, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estimados colegas que nos acompanham nesta sessão na manhã de hoje, senhoras e senhores, antes de mais nada, cumpri-me manifestar especiais agradecimentos ao Senhor Presidente da República e ao Chanceler Mauro Vieira pela decisão de propor a esta Casa minha indicação para a Embaixada do Brasil na Venezuela.

É certamente com grande satisfação que eu noto o fato de, ao que tenho conhecimento, ser a primeira mulher, a primeira Embaixadora indicada para uma embaixada que, todos sabemos, representa e tem relevância, teve relevância ao longo da história e, neste momento, certamente não podemos deixar de ressaltar este fato.

Então, é com honra que aqui venho à presença de V. Exas. e estou ciente, desejaria dizer em primeiro lugar, da vasta, sensível e complexa agenda que me caberá levar adiante caso possa contar com a confiança desta Casa.

Sr. Presidente, gostaria de registrar também meu especial apreço pela relatoria generosa do Senador Chico Rodrigues, as referências à minha pessoa, à minha formação – ao Senador Chico Rodrigues, como também ao Senador Dr. Hiran, com quem tive a oportunidade de conversar há poucos dias, um profundo conhecedor da realidade. Nós temos esse trabalho na Venezuela, então é preciso ter muito presente a realidade dos estados de fronteira, especialmente Roraima, Amazônia, e tudo que representa para as relações bilaterais e para os estados ali especificamente falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu certamente desejarei e espero poder trabalhar muito em parceria, pretendo fazer visitas à região e contar com apoio e oferecer, tanto quanto possível, as minhas percepções, as minhas visões para que a gente possa, enfim, fazer o melhor trabalho possível neste momento de normalização, de retomada, enfim, desses vários esforços, não é, Senador?

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, ao longo dos últimos dez dias, como sabemos, tivemos o privilégio de, junto com as minhas colegas e o meu colega, Embaixador Leoni, ser recebidos por Senadoras e Senadores, com quem tivemos boas conversas, trocamos, apresentamos a nossa visão de trabalho. Certamente eu, assim como vocês, estou certa, recolhi muitas percepções e informações importantes que estarão comigo no desempenho das funções e que levarei como orientações muito importantes, percepções e comentários.

Eu, a esse respeito, gostaria de mencionar, Senador Francisco Rodrigues, o seu relatório da visita a Caracas, à Venezuela, no ano passado. O senhor foi na qualidade de presidente do grupo parlamentar de amizade, e eu fiquei muito impressionada e motivada pela riqueza, pela quantidade de contatos que o senhor teve e pelas linhas de ação que o seu relatório já nos oferece, enfim, em áreas, Senadora Tereza Cristina, importantíssimas, como pesca, aquicultura; a questão dos fertilizantes, que o senhor menciona lá; a questão da tomada dos fluxos bilaterais. Enfim, ali há vários elementos de trabalho que, certamente, terei presente, como também conversamos, naquele dia, sobre a questão dos fertilizantes.

Eu creio que, quando eu comento um programa de trabalho para a Venezuela, certamente hoje, ao refletir sobre o que apresentaria aqui, não posso deixar de falar – não é, Senador Mourão? – das questões da atualidade. Enquanto aqui falamos, há uma realidade regional e há uma realidade no Norte do país, que eu não posso e que não devo elidir. Apesar da complexidade, precisamos – e sei que essa será uma das minhas principais tarefas, como ponte, como, na verdade, executora, como a chefe de missão encarregada, com a minha equipe, de levar adiante e de facilitar o trabalho – construir pontes, conforme compete a um chefe de missão diplomática, conforme orientação do Senhor Presidente da República, do seu Ministro de Estado, e sempre muito atenta às percepções, aos elementos recebidos desta Casa e também sempre tendo presente a importância da diplomacia parlamentar, não há a menor dúvida.

Voltemos então, muito rapidamente, a essa questão, à situação que nós hoje temos entre Venezuela e Guiana, que já motivou reação de vários países da região e naturalmente das autoridades brasileiras e naturalmente do Senado, dos representantes do Senado brasileiro, todos atentos, todos crescentemente preocupados e todos na expectativa de que os caminhos de negociação, de diálogo, de cooperação em prol de cada um dos atores envolvidos na nossa região prevaleçam.

Na Cúpula do Mercosul, aqui, recentemente, no dia 7, eu recordo que foi adotada importante declaração dos Estados Partes e do Chile, Colômbia, Equador e Peru sobre a situação, e os signatários manifestaram crescente – como eu disse – preocupação com o aumento de tensões, exortando as partes a que evitassem medidas unilaterais que possam agravar a situação e a buscarem, através do diálogo, uma solução pacífica.

Na ocasião, o Presidente Lula lançou a ideia de que a Presidência da Celac, que ora é exercida por São Vicente e Granadinas, pudesse, enfim, considerar um papel mediador nesse contexto. Enquanto falamos aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabemos que depois de amanhã – hoje é terça-feira –, dia 14, está previsto o encontro, por iniciativa da Presidência da Celac, e, enfim, com apoio da Presidência da CARICOM, ora exercida por Dominica, com a presença dos dois países. Esse é um fato muito importante, quer dizer, nós vimos um cenário que tem momentos de maior tensão, de busca de caminhos, mas eu considero que estaremos todos muito atentos ao que se desenrolará em São Vicente e Granadinas na próxima quinta e não tenho, claro, a menor dúvida de que a diplomacia brasileira, os esforços brasileiros em busca da interlocução e da paz, da construção, enfim, da preservação da paz, aqui na nossa região, estarão no mais alto das nossas prioridades.

Eu considero que não é fato de menor relevância e eu acho que é coerente com uma visão que vem favorecida pelo Presidente Lula, favorecida também pelo Brasil, ao longo da sua história, de buscar a coordenação regional, a integração, a cooperação, e essa visão de busca de soluções tanto quanto possível, soluções próprias para os problemas da nossa região. Então, é muito positivo que se busque caminhar via Celac, com o concurso da CARICOM e, claro, com lideranças, especialmente com o convite que foi formulado ao Presidente Lula para que, enfim, o Brasil preste seu apoio a essa tentativa absolutamente fundamental. Eu não preciso... Claro, eu não quero ser excessiva, mas eu vejo a situação com preocupação. Eu acho que isso é a nossa percepção geral.

Eu estive há poucos dias com o Chefe do Estado-Maior, do EMCFA, buscando informações; também conversei com o Senador Mourão e com as Sras. e Srs. Senadores. E realmente, caso aprovada por esta Casa, procurarei contribuir, no melhor dos meus esforços, para esse encaminhamento, pela via pacífica, porque essa é a nossa via e essa é a diplomacia brasileira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA – ... mas sem desconsiderar que estamos falando de um cenário significativamente complexo.

Eu poderia mencionar um pouco as prioridades no posto, quer dizer, a gente estava falando... Então, deixando essa questão que nos preocupa e nos chama a todos neste momento, nós temos uma previsão de volta, de dar continuidade a um esforço de normalização.

Eu gostaria aqui de mencionar duas pessoas que trabalharam, que estiveram na nossa Embaixada em Caracas neste ano, o Embaixador Flávio Macieira e também a Embaixadora Maria Teresa Mesquita, que, na condição de encarregados de negócios, começaram esse processo de normalização.

O serviço consular já está dando atenção aos brasileiros, prestando assistência consular em Caracas; j há contatos na área comercial; há toda uma atenção; as informações chegam regularmente. Eu muito, muito me beneficiei da riqueza de informações que eu recebi dos colegas que lá estiveram e que retomaram esse trabalho.

Então, eu sou muito grata e cabe a mim, se aprovada por V. Exas., dar continuidade, sempre tendo presente este nosso desejo de recuperar volumes de comércio, como já tivemos: já alcançamos 6 bilhões em 2012, depois caímos para 500, o que é normal. Nós estamos falando de um país com uma crise que, enfim, todos nós conhecemos; estamos falando de uma situação política extremamente difícil e complexa, que teremos de acompanhar e informar; estamos falando de uma crise socioeconômica; estamos falando de um país sancionado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que começa a ter algumas sanções flexibilizadas, enfim, mas há todo... É um país que, na verdade, está no cruzamento de vários, vários fatores, fatores que vão desde o interno a fatores que passam, claro, pela presença de grandes, enfim, potências. Quando a gente pensa até em comércio, com a presença brasileira na Venezuela, a gente se lembra da presença da Turquia, como é que está, as fatias de mercado que a gente... Enfim, com todo o legítimo direito de nossos parceiros e países amigos buscarem o mercado, nós também temos um trabalho lá a fazer, e eu espero que as condições sejam favoráveis.

Eu passo muito rapidamente por temas como eleições – estão previstas eleições este ano –, questão econômica, a relação com a oposição, a questão das primárias. Eu poderia falar, enfim, como meus colegas aqui, muito mais, mas só queria deixar, para não me alongar excessivamente, constância de que estou muito atenta.

Estarei à disposição, caso aprovada, e espero contar com a colaboração de V. Exas. e desta Casa para que a gente possa, em benefício do Brasil, do interesse nacional, da nossa situação...

Mencionei muito pouco a questão da Operação Acolhida, que é de grande importância, a questão dos venezuelanos no nosso país e na região.

Enfim, nós temos aí um mosaico. Ele é rico, ele é complexo, ele é sensível. É preciso atuar com muita moderação, com muito cuidado, mas com muito propósito, claro, de fazer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA – ... o que é mais importante e que nos traz aqui, que é servir ao nosso país e ao interesse da nossa sociedade e do nosso Estado.

Muito obrigada. Por aqui concluo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer à Embaixadora Glivânia Maria pela sua exposição e aos demais Embaixadores.

Agora, passamos para a fase de interpelações.

Gostaria de saber se os Senadores gostariam de se inscrever, pela ordem... Bom, mas eu vou inverter: Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu agradeço, porque tenho que sair. Eu achei que teria que sair até antes...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu adivinhei.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas deu tempo aqui de ouvir a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. dispõe de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada.

Muito rapidamente, quero dizer que ouvi atentamente a exposição dos quatro, das Embaixadoras e do Embaixador. Sempre é muito proveitoso, além dos relatórios que são feitos, em que a gente aprende muito, também ouvi-los sobre as suas percepções para os postos para os quais estão indicados.

Quero dizer à Embaixadora Maria Elisa que acho que a senhora e o Embaixador Pedro tenham aí, talvez, neste momento, as missões mais leves.

E quero dizer às outras duas Embaixadoras, a Embaixadora Maria Cristina e a Embaixadora Glivânia Maria, que a vocês duas eu desejo muita sorte e muito sucesso, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso. (*Risos.*)

À Embaixadora Maria Elisa quero dizer que eu acho muito importante a abertura de mercados com Trinidad e Tobago, principalmente na área agrícola, em que nós temos muito a oferecer, mas, mais do que exportação de produtos, de genética... Enfim, eu acho que tem aí um cardápio muito farto para que a senhora possa trabalhar e fazer essa interface entre Trinidad e Tobago, Brasil e Ministério da Agricultura. Acho que tem muita coisa a ser feita, fora a área cultural. E eu acho também importantíssimo esse intercâmbio entre os jovens, principalmente, que podem levar e trazer muito do que se necessita entre os nossos países.

Quero dizer para a Embaixadora Maria Cristina que a situação em que a senhora chegará à Guiana é uma situação delicada e muito importante, e a da Embaixadora Glivânia também, à Venezuela, porque é um... Eu espero que realmente a diplomacia funcione para que a gente, no diálogo, possa resolver. Que não seja uma bravata do Presidente Maduro, neste momento, porque tem eleições no seu país, ao fazer essa cooptação da população a seu favor, usando um tema tão sensível como invadir um país vizinho, o território de um país vizinho, o que afetará muito o Brasil se levar isso a cabo.Então, eu espero que realmente vocês tenham...

E que o Governo brasileiro também, que o Presidente Lula possa ser mais firme com a Venezuela para que nós possamos ter êxito nesse diálogo e que a Guiana possa caminhar no exercício do seu território e, do seu território, possa tirar petróleo. A Venezuela tem petróleo também, ela precisa cuidar melhor do seu país neste momento, produzir mais. A Venezuela é um país riquíssimo. Então, em vez de estar olhando a galinha de ouro do vizinho, é cuidar do seu próprio território e fazer com que os venezuelanos possam ter uma vida melhor.

A gente recebe, na Operação Acolhida, 500, 600 venezuelanos todos os dias, fora o que já saiu lá por cima, pela Colômbia. Então, é muito preocupante. Eu espero que o bom senso, o diálogo e a diplomacia possam realmente funcionar neste momento. E vocês terão, com certeza, papel muito importante e preponderante nessa relação.

E ao senhor, Embaixador, que possamos abrir muitos mercados com Omã e com toda aquela região tão importante, nesse comércio bilateral entre Omã e Brasil, enfim, com todos os países do Oriente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eram essas as minhas considerações.

Agora eu realmente vou deixá-las. Eu tenho que ir para outra Comissão, porque tenho uma outra relatoria importante na CAE.

Então, desejo sucesso aos senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço a participação da nobre Senadora Tereza Cristina, que tem um conhecimento enorme, principalmente nessa área de agricultura, e é uma referência aqui no Senado. Os seus comentários são ricos sempre.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues, meu colega de profissão.

Eu esqueci um pequeno ponto, mas muito importante: a Venezuela tem uma dívida importante com o Brasil, que precisa ser cobrada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Inclusive, está no meu relatório.

A SRA. GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – No meu também.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E no da Embaixadora também.

Concedo a palavra ao nobre Senador que já sinalizava.

Tem a palavra V. Exa. por cinco minutos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Eu queria cumprimentar as nossas três Embaixadoras e o Embaixador Alfredo Leoni pela exposição que realizaram sobre suas atividades. Com o tempo reduzido que lhes foi concedido pelo Presidente Renan, conseguiram transmitir as suas ideias.

Faço eco aqui às palavras da Tereza Cristina. A Embaixadora Maria Elisa e o Embaixador Alfredo têm missões um pouco mais *lights* – mas nunca são *lights,* a gente sabe disso –, e a Embaixadora Glivânia e a Embaixadora Maria Cristina estão no olho do furacão temporariamente.

É importante ressaltar aqui que Venezuela e Guiana fazem fronteira com o nosso Brasil. É uma região pouco vivificada. A área mais importante que nós temos é efetivamente o estado onde o nosso Senador Chico Rodrigues – apesar de não ter nascido lá – lá se radicou, que é o nosso Estado de Roraima. Porque, quando transpomos para outra larga fronteira que a Venezuela faz com o Brasil, que é no Estado do Amazonas, que abrange três municípios – são os Municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, onde eu fui Comandante de Brigada, ali, se nós somarmos a população dos três municípios, dá estourando umas 80 mil pessoas, e a maioria são comunidades indígenas.

Então, sempre houve essa dificuldade no comércio, que é uma das grandes atividades que a nossa diplomacia realiza nesse contato com países que são nossos vizinhos.

Destaco à nossa Embaixadora Glivânia – já conversamos pessoalmente – que a senhora vai para um país que é uma ditadura, e não tem como passar pano e esconder isso aí. É um Governo que, no ano que vem, completa 25 anos, divididos entre o período do Hugo Chávez e agora o do Nicolás Maduro.

A Tereza tocou aqui quanto à avaliação que a gente pode fazer sobre essa questão toda. Na realidade, o Maduro talvez queira mascarar a questão das eleições do ano que vem, e as senhoras terão que acompanhar isso muito bem.

E, para a Embaixadora Maria Cristina, que estará na Guiana, é a presença dos Estados Unidos. Tudo indica, na minha visão, que os Estados Unidos vão estabelecer uma base permanente na Guiana. E aí sempre é nossa preocupação quando se traz um ator que não é do nosso subcontinente para dentro do nosso subcontinente, com todos os conflitos que esse ator já enfrenta, independentemente de nós termos simpatia ou não por ele. Isso é uma realidade.

A Embaixadora Glivânia tem uma dupla função: já é começar novamente, porque ficamos... E aí eu sempre dou a mão à palmatória: foi uma decisão errada do nosso Governo, o Governo ao qual eu servi com muito orgulho, de não termos deixado pelo menos um encarregado de negócio ou um dos adidos militares, ou seja, mantido aquilo que em linguagem militar a gente chama de fisionomia da frente, junto lá ao Governo da Venezuela. Então, a senhora tem que voltar a nos fazer representar no circuito lá de Caracas, numa situação em que, acredito, a cidade se deteriorou bastante com todos os problemas econômicos e sociais que o país tem apresentado – questão de segurança. Peço que a senhora fique atenta à questão da sua segurança. Vou lembrar que a tempos atrás nós tivemos na Embaixada da Colômbia um destacamento das forças especiais do Exército Brasileiro que guarnecia aquela embaixada para dar segurança ao nosso representante diplomático...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... e, se a senhora julgar, por favor, não se acanhe em empreender o grito: a sua segurança primeiro.

Eram só esses comentários, o meu voto já foi dado, podem ficar tranquilos. Eu desejo muito sucesso e que contem com a gente aqui na Comissão de Relações Exteriores, para diálogo e para também nos manter informados quando for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer a participação do Senador Hamilton Mourão, que obviamente tem uma visão geopolítica, geoestratégica, de uma forma geral, principalmente em relação aqui à América Latina e mais especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação ao quadro que vivemos aqui hoje entre a demanda requerida pela Venezuela e, obviamente, a defesa intransigente do seu espaço da República Cooperativa da Guiana.

Sabemos que a missão das duas diplomatas é uma missão extremamente árdua nessa quadra da história que nós estamos vivendo, mas, pela sua experiência, pelo suporte do Itamaraty e, obviamente, do próprio Governo brasileiro, nós acreditamos que elas vão se haver muito bem e vão conduzir de uma forma exemplar este momento aí. E, oxalá, se encontre, em curto prazo, um caminho que possa evitar conflitos, para vivermos e mantermos a harmonia aqui na América Latina.

Com relação ao Embaixador Alfredo Cesar, que vai para Omã, é lógico que ele é o primo rico aqui agora, neste debate hoje, mas ele é experiente também e sabe da importância de ampliarmos os negócios do Brasil com um país muito importante estrategicamente também.

E a Embaixadora Maria Elisa vai para uma das localidades mais bonitas ali do Caribe, Trinidad e Tobago. E, é lógico, como ela falou, que tem uma série de alternativas aí que podem ser desenvolvidas no sentido de que o Brasil sempre esteja presente em qualquer lugar do planeta, porque, queira ou não...

E já me dizia um professor na Itália, quando estudei na Itália, na FAO, que realmente o Brasil seria o grande país da segunda metade do século XXI. Dizia isso em 1980 ele, que foi uma figura expressiva na Europa – vocês todos recordam –, na época Professor da FAO e, anos depois, Primeiro-Ministro da Itália, Amintore Fanfani. Tive o orgulho de ter estudado com ele. Ele dizia isso e, realmente, a gente vê isso no caminho que nós vamos seguindo, pela posição estratégica, pela potencialidade que nós temos. Dizia ele, naquela época, que o Brasil tinha um tripé que era invejável no concerto das nações, que era 20% da água do planeta, a maior diversidade do planeta e os minerais estratégicos mais importantes do planeta. Então, isso aí era exatamente o que levava à crença de uma posição de destaque no cenário das nações nessa próxima segunda quadra desse milênio.

Não havendo mais Senadores que queiram interpelar os Srs. Embaixadores, eu quero agradecer, obviamente, pela conversa que tivemos, uma longa conversa que tivemos no gabinete, tanto com a equipe do ministério, comandada pelo Embaixador Bruno Bath, como com a garotada aí que está chegando, os diplomatas de carreira que estão chegando aí também para representar o nosso país, e dizer que foi uma conversa extremamente agradável, porque a gente sabe da qualificação de vocês e da importância, em qualquer país do mundo, representando o nosso país. Por onde nós temos andado, temos acompanhado e, enfim, estamos perto da atuação de cada um dos embaixadores, do pessoal de Chancelaria, enfim, mostrando que, na verdade, a nossa diplomacia é invejável no mundo.

Bom, depois de um longo inverno, agora vem o sol.

Determino à Secretaria que proceda à apuração, um momento tão esperado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Parabéns! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, indicação de chefes de missão diplomática, escrutínio encerrado.

O Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni, que vai para a Embaixada de Omã, teve 18 votos; a Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna, para Trinidad e Tobago, teve 18 votos; a Embaixadora Maria Cristina de Castro Martins, que vai para a Guiana, 18 votos; e a Glivânia Maria de Oliveira, Embaixadora que vai para a Venezuela, 18 votos.

Portanto, vocês foram unanimidade na sessão de hoje. Parabéns!

A SRA. GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu tive 17, Senador, perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ah, sim, sim, 17. Houve alguém que errou o dedo aí ó. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É melhor assim; toda unanimidade é burra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, especialmente às autoridades, desejando-lhes êxito na missão.

Declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 13 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às onze horas e quarenta e seis minutos e reaberta às onze horas e quarenta e sete minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2788, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2973, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. Fazem uso da palavra os Senadores Beto Faro, Vanderlan Cardoso e Eduardo Gomes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/07

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – são 21 presenças registradas no painel –, eu declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Os objetivos desta reunião são destinados à deliberação de matérias submetidas à Comissão e já divulgadas anteriormente. Nós temos o Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, e temos o segundo, que é terminativo, que é o Projeto de Lei nº 2.973, de 2023, para prever possibilidades de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa.

Bem, eu quero fazer um comunicado à nossa Comissão, aqui lido e, posteriormente, encaminhado a todos os seus membros. É uma informação.

Considerando a necessidade de preservar a relevância de nossas reuniões e demonstrar respeito aos convidados em nossas audiências públicas, esta Presidência decidiu que as audiências públicas da Comissão não mais serão realizadas sem a presença dos autores dos requerimentos que as originaram. Ausente o autor do requerimento, a audiência pública será cancelada.

Um ofício circular formalizando essa decisão será encaminhado pela Secretaria às Sra. e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, justamente para que o objeto das audiências públicas seja prestigiado, pelo menos, pelo autor do requerimento. Se a pessoa que requer não comparece, perde o efeito, logicamente, a audiência pública. Nós vamos cancelar de agora para frente.

Bem, como o Senador Eduardo Gomes está terminando ali uma leitura na Comissão de Educação, eu vou iniciar aqui, vou pedir ao Beto Faro para fazer a leitura. Se o Senador Vanderlan chegar a gente transfere para ele.

Vou passar para o item 2, porque o item 1, o Relator pediu... faz questão de fazer a leitura pessoalmente aqui – para ir ganhando tempo aqui, Beto, para a gente ir ganhando tempo.

O Projeto de Lei 2.973, de 2023... (*Pausa.*)

Você vai pedir vista? Fiquei enrolado. Não tem quem leia. Caramba! E não tem como eu ficar enchendo linguiça aqui, não é? Se o Beto vai pedir vista desse projeto... (*Pausa.*)

Vamos suspender esta reunião um pouquinho, para ter mais uns minutinhos. Quem esperou já 45 minutos – eu cheguei aqui na hora –, tem 45 minutos de atraso. Dá para o Flamengo ganhar um jogo. (*Risos.*)

Pelo menos o próximo jogo.

Vamos suspender por alguns minutos aqui, então, gente.

(*Suspensa às 11 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, vamos reiniciar – bem-vindo, bem-vindo, meu Presidente! –, vamos reiniciar nossos trabalhos.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2973, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)
Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Votação nominal

Eu concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Vanderlan.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só por uma questão de procedimento, o Senador Vanderlan opta depois por ler ou não.

Eu vou pedir vista desse projeto aqui, porque nós precisamos fazer uma análise melhor sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Vanderlan faz a leitura e, na hora da discussão, o Senador Beto pode, por direito, pedir vista.

Com a palavra, o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa., quero agradecer pela indicação para que eu relatasse esse projeto importante.

Eu queria pedir a autorização de V. Exa. para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Análise.

Compete à CI, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da CI ao tema tratado pelo projeto de lei em análise.

Inicialmente, no que se refere à constitucionalidade, é importante mencionar que o art. 20, inciso IX, da Constituição Federal, estabelece que os recursos minerais, incluindo os recursos do subsolo, são bens da União. A Constituição Federal também prevê, em seu art. 21, inciso XXV, que compete à União "estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa". O assunto também está em conformidade com as competências da União para legislar sobre o tema.

Já em seu art. 48, a Constituição Federal estabelece que é atribuição do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, o PL nº 2.973, de 2023, não trata de matérias de competência exclusiva do Presidente da República, explicitadas no art. 61 da Constituição Federal. Dessa forma, o tema tratado pelo PL nº 2.973, de 2023, orbita no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Importante mencionar, ainda, que a proposição não promove aumento de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União (OGU) e atende aos preceitos das normas orçamentárias vigentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, é louvável a intenção do autor de facilitar a exploração de áreas oneradas por requerimentos e autorizações de pesquisa e que estão ociosas. A dinamização da garimpagem e a regularização de garimpos clandestinos traz benefícios para os próprios garimpeiros, que passam a contar com mais oportunidades de trabalho e também mais proteção do Estado. É igualmente importante salientar que o PL prevê que, no processo de permitir a lavra garimpeira nas áreas já oneradas, os titulares do requerimento ou da autorização de pesquisa poderão se pronunciar e consentir com a lavra garimpeira no local.

A proposição também tem o mérito de manter a autonomia da ANM de poder outorgar a permissão de lavra garimpeira ou o licenciamento, em determinadas condições, quando não há anuência do titular da autorização de pesquisa ou do titular do requerimento de autorização de pesquisa.

Igualmente, Sr. Presidente, importante é o impacto que a proposição deve ter na arrecadação da Cfem. A regularização de garimpos ilegais e a expansão da atividade garimpeira certamente contribuirão para reforçar os recursos destinados aos entes da Federação beneficiários dessa compensação.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nós nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.973, de 2023, e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Vanderlan.

Está em discussão.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, como já havia pedido anteriormente, repito aqui o pedido de vista para poder fazer uma melhor análise e trazer, nas próximas reuniões, um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vista coletiva concedida.

Então, Senador Vanderlan, na próxima reunião, como a discussão está encerrada, a gente já entra no processo de votação.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria pedir também a V. Exa. que fosse feita uma audiência pública para nós debatermos esse projeto, se for de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Vanderlan, pode apresentar o requerimento solicitando a audiência pública. Se puder apresentar, se tivesse jeito de fazer agora, a gente já colocava em votação.

Pode ser feito um requerimento verbal formalizando?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seria até interessante, Sr. Presidente, talvez, a gente já colocar os nomes dos convidados para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente. Você pode apresentar hoje ainda. Se puder acelerar com a assessoria, eu coloco em votação já já.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A gente aprova, Senador, o requerimento da audiência pública, e você, até o final da tarde, apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos formalizar aqui para cumprir a tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bem. Então, vamos passar ao próximo projeto.

Agora, entraremos no projeto... (*Pausa.*)

Gente, infelizmente, o Eduardo Gomes vai me desculpar, mas não dá para esperar mais, não é? É muito tempo. Tem uma hora. Ele chegando aí, o Beto faz *ad hoc* para mim. Quando o Eduardo chegar... (*Pausa.*)

Está chegando! Ah, é para você não falar mesmo... (*Risos.*)

Pronto, pronto! Que maravilha! Bem-vindo! Bem-vindo!

Bem, Projeto de Lei 2.788, não terminativo, de 2019.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2788, DE 2019
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com emendas

É de autoria do Deputado Federal Zé Silva, e a relatoria é do Senador do Estado do Tocantins Eduardo Gomes.

O relatório é pela aprovação do projeto, com emendas de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente, e das Subemendas nºs 1 e 4, da Comissão de Infraestrutura.

Observações: em 6 de abril de 2023, a Comissão de Meio Ambiente aprova parecer favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva. Em 17 de outubro de 2023, é realizada audiência pública e de instrução da matéria.

A votação será simbólica.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura – meu conterrâneo, dianopolino, Senador por Rondônia –, Senador Beto Faro, Senadoras, Senadores...

Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação, que, conversando com o Líder Jaques Wagner, conversando com a Liderança do Governo, com membros de vários partidos desta Comissão, entendendo o momento que estamos vivendo... Esta Casa se debruçou durante esses últimos quatro anos de maneira muito pertinente à questão agora tratada nesse projeto. A Senadora Leila proveu um relatório sobre a matéria. Discutimos diversos ambientes, diversas correntes, diversas visões sobre essa matéria, em especial, entendendo também aqueles que vivem diretamente impactados e no dia a dia dessa difícil missão que é promover desenvolvimento e, ao mesmo tempo, analisar, mitigar os seus efeitos e tratar finalmente da vida humana, que é a prioridade máxima. E, dessas discussões... Além do relatório, da letra do relatório, há também, significativamente, aqui nesta Casa, uma experiência, que pude viver durante três anos e três meses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Líder do Governo, um procedimento comum à Casa de aproveitamento do tempo legislativo. Nós estamos a duas ou três semanas, no máximo, de efeito legislativo deste ano desta legislatura.

Portanto, atendendo ao pedido do Senador Beto Faro, atendendo às discussões feitas por todos os atores desse projeto, nós estabelecemos um processo de negociação e de trabalho para, possivelmente, em alguns pontos do projeto que sofreriam alteração – promovendo uma volta à Câmara ou o atraso da legislação –, que seja discutida de maneira aberta a possibilidade de veto, assim como nós fizemos em várias matérias, por várias vezes, para dar celeridade à aprovação e não dar prejuízo à expectativa da aprovação da matéria.

Então, faço essa observação, para que fique registrado, não sem antes deixar também de registrar aqui o esforço de V. Exa. na condução da Comissão de Infraestrutura, uma Comissão muito demandada, pela forma muito clara como V. Exa. patrocinou de maneira correta a prioridade dessa matéria, pela sensibilidade do tema.

Então faço também esse reconhecimento e, por isso, pedindo desculpas pelo atraso na confecção do relatório e os últimos acordos, também registro que esteve aqui o Ministro de Minas e Energia, Senador Alexandre Silveira, toda a assessoria da Liderança do Governo, da nossa Liderança da Oposição também, para que pudéssemos promover esse acordo importante para o Brasil.

Então passo à leitura do relatório, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Serviço de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, de autoria do Deputado Federal Zé Silva, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens, prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e estabelece a responsabilidade social do empreendedor, revoga os dispositivos da CLT.

O PL foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e de Serviços de Infraestrutura.

Na CMA, o PL foi aprovado na forma de emenda substitutiva.

Análise.

Não se verifica, na proposição, desrespeito às normas constitucionais, jurídicas e regimentais. Quanto ao mérito, reconhecemos que o PL vem suprir uma lacuna importante do direito brasileiro. Muito embora o problema das populações deslocadas por grandes obras de infraestrutura, especialmente barragens, já fosse intensamente discutido nas décadas finais do século passado, inclusive em instituições multilaterais de fomento, como o Banco Mundial, a desapropriação por utilidade pública, no Brasil, ainda é regida pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

O marco jurídico que veio a reger as reparações, seja por desapropriação, seja por danos causados ou incidentes com obras de infraestrutura, tem como escopo bastante restritivo no que tange aos bens indenizáveis dos indivíduos atingidos e é omisso com relação aos danos sociais provocados.

Os malefícios dessa mentalidade ganham visibilidade quando ocorrem desastres provocados por acidentes com obras de infraestrutura que atingem grandes grupos populacionais, por exemplo, o rompimento das barragens de mineração da Samarco, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho.

Apesar de os acidentes terem ocorrido, respectivamente, em 2015 e 2019, até hoje as vítimas lutam pelo reconhecimento do seu sofrimento, reparações dignas e reconstrução econômica e social de suas vidas.

Todavia, não é apenas em caso de acidentes que o tecido social de comunidades inteiras é destruído de forma irreparável. A construção de barragens usualmente inunda extensas áreas e desloca todos que nelas vivem, ou seja, essas obras, apesar de trazerem desenvolvimento, aumento do IDH e prosperidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a localidade, implicam perdas que vão além dos bens patrimoniais, mas que não são consideradas pela legislação vigente.

É preciso, então, que o legislador corrija essa injustiça, ainda que com décadas de atraso, e institua novos parâmetros para disciplinar as reparações de indivíduos e comunidades atingidos pela construção ou rompimento de barragens. Nesse contexto, aprimoramos o PL, destacadamente a instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, o estabelecimento dos direitos das Populações Atingidas por Barragens e a criação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Em relação à Emenda nº 01, do Senador Vanderlan Cardoso, e à Emenda nº 02 (Substitutivo), de autoria da ilustre Senadora Leila Barros, Relatora do PL na CMA, reconhecemos a tentativa de contribuir para o aperfeiçoamento do PL aprovado na Câmara dos Deputados. Entretanto, considerando os fatos expostos na audiência pública realizada nesta Comissão em 17 de outubro de 2023, julgamos que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados representa o melhor arranjo para acomodar os diversos e legítimos interesses das partes envolvidas.

Pela mesma razão apresentada acima, somos contrários ao aproveitamento das quatro subemendas apresentadas nesta Comissão.

Por fim, visando dar mais clareza ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, propomos algumas emendas de redação ao PL. Em resumo, as emendas apenas desmembram dispositivos, sem que seja alterado o seu teor.

Tal procedimento dará possibilidade ao Governo de vetar dispositivos acordados com o Ministério de Minas e Energia e com o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, e, no mérito, votamos pela rejeição da Emenda nº 01-CMA e da Emenda nº 2-CMA (Substitutivo) e das Subemendas de nºs 1 a 4 apresentadas na CI e pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, com ainda a adoção, Sr. Presidente, de uma emenda de redação ao §2° do art. 1º.

> EMENDA Nº -CI (REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao §2º do art. 1º:
>
> "Art. 1º
> .....
> § 2º As disposições desta Lei aplicam-se ao licenciamento ambiental de novas barragem e aos casos de emergência decorrente de vazamento ou [completo] rompimento dessa estrutura, iminente ou que venha a ocorrer.

Sr. Presidente, estamos diante de uma verdadeira negociação política positiva entre os atores envolvidos e do momento legislativo que vivemos, para que não haja prejuízo de não termos mudanças nesse cenário, que já foi motivo de discussão por muitos anos nesta Casa.

Então, mesmo entendendo que é preciso o ajuste técnico de vetos estruturantes, para o bom andamento da matéria, entendo que isso está sendo feito numa conversa franca e sincera entre o movimento, o ministério e o Congresso.

Portanto, solicitamos a aprovação deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Foi lido o relatório, com o voto favorável e com as observações redacionais que ele apresentou.

Está em discussão o projeto de lei.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, por um minuto, só para a gente não atrasar mais a votação, eu queria parabenizar o Senador Eduardo pela competência na articulação com todos os atores envolvidos e por chegar a essa redação final. Parabéns!

Quero parabenizar aqui o MAB de todo o Brasil, que está aqui acompanhando desde o momento que antecedeu, inclusive, a nossa audiência pública sobre esse tema e tem feito uma verdadeira peregrinação aqui dentro do Senado Federal para que a gente pudesse chegar a este momento.

Quero dizer da necessidade de, a partir da aprovação – que a gente possa estar aprovando agora esse projeto aqui –, a gente conseguir fazer também uma mobilização para garantir, o mais rápido possível, a votação em Plenário para que a gente possa dar àquelas pessoas que são atingidas por barragens uma legislação que pode não ser a perfeita, mas que é aquilo que foi possível aqui. Depois, em ações complementares, nós faremos isso com toda a certeza.

Portanto, quero só parabenizar e parabenizá-lo pela Presidência, insistência e forma como você tem conduzido os trabalhos aqui na CI e dizer que o PT encaminha o voto favorável.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela ordem, primeiro me desculpando a V. Exa. mais uma vez pelo atraso e registrando que quem atrasa não pode pedir urgência, mas eu concordo com o pedido de urgência e peço também urgência a V. Exa.

Votamos, agora há pouco, o projeto do VoD e do *streaming*, que era uma das matérias mais aguardadas e deu uma certa polêmica.

Peço desculpas a V. Exa. e faço a leitura técnica agora das duas emendas, só para ratificar, para não ter dúvida, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Combinado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) –

EMENDA Nº - CI (REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao §2º do art. 1º:
"Art. 1º .....
.....
§2º As disposições desta lei aplicam-se ao licenciamento ambiental de novas barragens e aos casos de emergência decorrentes de vazamento ou rompimento dessa estrutura, iminente ou que venha a ocorrer.
EMENDA Nº - CI (REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 2º:
"Art. 2º .....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo às PAB existentes na região por ocasião do licenciamento ambiental da barragem ou de emergência decorrente de vazamento ou rompimento da estrutura iminente ou que venha a ocorrer.

É esse o voto, Sr. Presidente, essa é a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, já foi feita a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, a votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório lido pelo Senador Eduardo Gomes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado e irá ao Plenário. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar nesta reunião extraordinária, eu declaro encerrados os nossos trabalhos.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Augusta Brito, Beto Faro, Margareth Buzetti, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2023 - CI, de autoria do Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Discutir a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. **Participante:** Arlene Costa Nascimento, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) do Tribunal de Contas da União (TCU). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a composição da tarifa aplicada à energia elétrica, comercializada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, em atenção ao Requerimento nº 57, de 2023, desta Comissão, de nossa autoria.

Já convidei para tomar lugar à mesa a Sra. Arlene Costa Nascimento, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) do Tribunal de Contas da União.

Antes de passar a palavra à nossa convidada, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pela expositora.

Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários, e também daremos oportunidade aos cidadãos que se fazem presentes com indagações ou se as fizerem no e-Cidadania.

Com esses comentários, eu gostaria de relembrar – e peço que a Secretaria coloque isto na ata, detalhando as datas – que nós já tivemos aqui a presença, para que a senhora se situe, do Ministro de Minas e Energia; por duas vezes, do Presidente da Aneel; e, mais recentemente, da Direção da Itaipu Binacional. E o fato de ser binacional realmente cria – até perante o Dr. Rutelly, que é o nosso consultor e geralmente dirime as nossas dúvidas; desta vez ele não conseguiu dirimir todas –, coloca em xeque a forma pela qual o sócio Brasil pode interferir em decisões e como pode enquadrar decisões da Binacional na sua legislação.

Então, o que está posto? Neste ano, conforme noticiário, a Itaipu Binacional já distribuiu aproximadamente US$300 milhões em convênios com 399 municípios do Paraná e mais 45 ou 47 do Mato Grosso do Sul. Se esses recursos tivessem outra origem que não a receita operacional da Itaipu, isso despertaria menos curiosidade. Agora, o fato de esta concessão de verbas, segundo critérios não estabelecidos no Orçamento da União e em nenhuma política pública nacional, onerar esses recursos, onerar a tarifa do brasileiro, isso desperta nesta Comissão a necessidade de ouvirmos o Tribunal de Contas da União.

Como eu sou do único estado feminino do Brasil, Santa Catarina, eu quero homenagear todos os cidadãos, meus amigos, inclusive, que são Ministros do Tribunal de Contas da União por escolherem uma mulher para cumprir este papel, que só não é heroico porque não está investido de nenhuma campanha bélica, mas é uma demonstração de prudência deles, marmanjos, e uma demonstração da sua competência preliminarmente. A senhora vai ter que confirmar isso com o seu desempenho. Boa sorte e a minha torcida.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Em primeiro lugar, gostaria de dar bom-dia ao senhor, cumprimentar V. Exa., cumprimentar os demais Senadores que participam também desta Comissão.

Para nós do TCU é uma honra participar de uma audiência no Congresso Nacional, em especial nesta Casa, no Senado Federal. O tribunal tem um papel muito importante, um papel de relevo como auxiliar do Congresso Nacional. E, neste momento em que uma das Comissões necessita do apoio do tribunal para esclarecer alguns pontos, em especial no caso de Itaipu, para a gente é uma honra estar aqui esclarecendo, na medida do possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor comentou, a gente tem algumas limitações em relação ao próprio desenho do Tratado de Itaipu, mas eu vou tentar aqui discorrer um pouquinho sobre toda a trajetória em que a gente tem, no TCU, acompanhado essa temática.

O Ministro Jorge de Oliveira é o relator atual de vários processos que tratam de Itaipu, em especial o do acompanhamento das tratativas para a renegociação do Anexo C de Itaipu. Ele havia sido convidado para participar desta audiência pública. Pediu desculpas por não poder estar aqui hoje, Senador, porque ele estava com uma outra agenda, alguma outra dificuldade na agenda e não pode participar, mas pediu que a gente viesse aqui e apresentasse um pouco do trabalho que tem sido realizado no TCU.

Bom, para começar, eu queria apresentar um pouquinho a... Eu trouxe aqui alguns pontos para reflexão sobre o que é o Tratado de Itaipu; como é que o Brasil e o Paraguai dividem a usina; como é a lógica do funcionamento desse empreendimento. Como o senhor comentou há pouco, o próprio Ministério de Minas e Energia já esteve por aqui, a Aneel, a própria Itaipu, mas eu fiz questão de trazer para relembrar um pouquinho o que é e qual é a importância que Itaipu tem para o Brasil, para o contexto nacional, mas também para o contexto do Paraguai. Vou falar um pouquinho sobre...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou interrompê-la...

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Por favor, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... apenas para dizer que uma das perguntas que já chegaram ao nosso *site* pelo e-Cidadania provavelmente será respondida pela letra "b" do item 1 da sua exposição. É do Sr. Anderson Pires, de São Paulo, que indaga: "Quais são os principais componentes da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela [...] Hidrelétrica de Itaipu?".

Então, já vou antecipando que a resposta deve estar aí na letra "b" do item 1.

Com a palavra, por favor.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Obrigada.

Em seguida, falarei um pouco sobre o histórico de atuação do TCU: os tantos trabalhos, as tantas fiscalizações que temos realizado, outros processos que temos na temática.

E, por último, vou falar do contexto da expectativa de criação da Comissão Binacional de Contas.

Por favor.

Só para relembrar, então, Itaipu foi uma empresa criada em 1973, e o tratado traz todo o contexto de funcionamento desse empreendimento.

O tratado é composto também de alguns anexos. Esses anexos trazem várias informações que fazem parte do contexto principal do tratado, em especial: o Anexo A trata do Estatuto da Itaipu Binacional; o Anexo B tem uma descrição geral das instalações, do que é o empreendimento itaipu; e o Anexo C traz as bases financeiras de composição da tarifa e de como é fechada toda a questão financeira do empreendimento.

Esse tratado foi, então, assinado em 1973. Desde aquele momento, ficou definido que cada Alta Parte, tanto o Brasil quanto o Paraguai, teria direito a 50% da energia produzida pelo empreendimento; e, se uma Parte não consumisse toda a energia, tivesse energia sobressalente, a outra Parte poderia adquirir essa energia. No caso, o Brasil tem o direito de adquirir a energia não consumida pelo Paraguai.

Desde aquele momento da assinatura do tratado, havia previsão de que esse Anexo C, esse que traz as bases financeiras, Senador, teria a revisão num prazo de 50 anos. Esse prazo de 50 anos venceu agora, em 2023. O tratado entrou em vigor em agosto de 1973; portanto, agora, em agosto de 2023, venceram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas bases financeiras. Por isso que há, neste momento, a expectativa, então, de renegociação dessas bases financeiras.

Por favor.

Itaipu é um empreendimento extremamente relevante para o contexto nacional, mas mais ainda para o contexto do Paraguai. No contexto brasileiro, cerca de 7% da capacidade instalada do Brasil – a capacidade instalada do ponto de vista de empreendimentos hídricos – advém da parte brasileira de Itaipu. Então, assim, é um volume bastante relevante. Já no Paraguai, esses mesmos 50% – que no Brasil representam 7% da capacidade instalada hídrica – são responsáveis por atender 85% da demanda do Paraguai. Então, se no Brasil ela tem uma grande representatividade, no Paraguai essa representatividade, tanto do ponto de vista energético quanto do ponto de vista econômico... Do ponto de vista econômico, no Brasil, é claro que Itaipu tem um relevo muito grande, mas a representatividade de Itaipu no Brasil, do ponto de vista do PIB brasileiro, não é tão significativa quanto no Paraguai. Então, lá realmente tem um outro peso.

Por favor.

Falando um pouquinho sobre a composição da tarifa de Itaipu. Então, essa questão da composição já vem lá desde o próprio tratado, Senador. Parte da tarifa de Itaipu advém do... Tem ali vários componentes. Uma parte vem do rendimento do capital integralizado. Essa parte é bastante marginal, já que o capital integralizado para o empreendimento foi absolutamente simbólico lá em 1973. A parte principal – e aí é onde está a expectativa de que haveria uma redução para esse momento da renegociação – da composição da tarifa está associada ao financiamento, à amortização do financiamento dos empréstimos que foram realizados para financiamento desse empreendimento. Essa é uma grande parte significativa, e uma segunda parte significativa também está associada à própria questão das despesas de exploração. Aí tem outros componentes menores, como *royalties,* saldo positivo ou negativo de anos anteriores, enfim, e a própria questão de ressarcimento de encargos ali para os gestores, a ENBPar, atualmente, e a ANDE no Paraguai.

Quanto à questão dos encargos financeiros e da própria amortização dos empréstimos, é sabido – isso do ponto de vista público, é informação pública – que, com a amortização desses financiamentos agora, em 2023, havia uma expectativa de redução considerável do custo da tarifa de Itaipu. Como esses financiamentos eram da ordem de 60% do valor da tarifa, então, realmente, havia essa expectativa de que haveria uma redução significativa. A gente vai ver, um pouco mais à frente, que isso não necessariamente ocorreu, e aí supõe-se que esse seja um dos pontos de preocupação: é um ponto de atenção no TCU e certamente um ponto de preocupação aqui também no Senado.

Por favor.

Tocando um pouquinho nesse custo de exploração, a Cuse, a gente teria ali alguns patamares que estavam sendo mantidos. O patamar foi mantido. De 2009 a 2021, o valor, só para se ter uma ideia desses montantes, estava ali na ordem de US$22,6 por quilowatt. Com a redução, então, do financiamento na ordem de 60%, era esperado que esse valor, que esse patamar descesse, caísse, mas não foi exatamente isso que a gente presenciou. Em 2022, o valor passou a US$20,65, e, em 2023, com a quitação integral do financiamento, era, de fato, esperada uma redução sensível, mas o que foi presenciado foi uma redução somente para US$16,71 por quilowatt.

Também é publica a informação de que o que tem sido feito em Itaipu, além dos investimento que são feitos na... Além de pagar, de remunerar a operação do empreendimento, têm sido feitos vários investimentos em infraestrutura, financiados pela tarifa de Itaipu. E mais à frente eu vou falar um pouquinho ali sobre as políticas públicas existentes e aplicáveis a Itaipu, e lá a gente vai poder constatar que isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é, nem de longe, irregular. Há um permissivo legal, um permissivo que foi dado a Itaipu para fazer esses investimentos. E aí é claro que tem uma questão aí de discussão: até que ponto esses investimentos deveriam estar sendo pagos pelos consumidores ou financiados pelos consumidores de energia elétrica tanto da parte do Brasil, mas também da parte do Paraguai, mas é uma questão que precisa ser discutida e detalhada um pouco melhor no contexto legal.

Queria destacar também que, do ponto de vista do consumidor, de quem paga, de quem arca com os custos da operação e funcionamento de Itaipu, o Brasil, hoje, paga cerca de 80... O consumidor brasileiro paga cerca de 80% dos custos da usina. E, aí... Eu estou falando aqui do consumidor brasileiro, basicamente os cotistas, que estão na Região Sul...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Os compradores compulsórios.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Os compradores compulsórios. Bem lembrado.

... na Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

E falando também aqui um pouquinho ainda de contexto, antes de entrar nos trabalhos propriamente ditos que o tribunal tem realizado, é necessário lembrar que o Tratado de Itaipu traz, dentro dos seus delineamentos, um ente que era responsável pelo gerenciamento do empreendimento, pela comercialização da energia. No Brasil, essa representação era da Eletrobras, até o seu processo de desestatização recente, em 2021, e, atualmente, essa competência na comercialização de energia de Itaipu cabe à ENBpar, a empresa nacional de participações em Itaipu Binacional e energia nuclear, criada ali exatamente no contexto da desestatização da Eletrobras.

Como a gente comentou há pouco, a energia de Itaipu é destinada obrigatoriamente aos consumidores das três regiões do Brasil por meio de cotas.

Neste momento, eu queria detalhar um pouquinho, Senador Esperidião, o contexto das diferentes políticas públicas que são aplicáveis à Itaipu no contexto brasileiro.

Itaipu é um terceiro ator; a gente tem o Brasil de um lado, Paraguai do outro, e um terceiro elemento, um terceiro ator, com a sua independência, com toda a sua autonomia. E essa autonomia tem sido dada ao longo do tempo, ela foi delineada no próprio contexto do tratado original de 1973, mas também nas diferentes notas reversais que têm sido negociadas ao longo do tempo entre o Brasil e o próprio Paraguai. E uma dessas notas reversais – eu queria chamar a atenção aqui – foi uma que alterou o custo de remuneração da energia cedida do Paraguai ao Brasil. Lá no contexto do próprio tratado, tinha um valor fixo definido para a remuneração dessa energia que é cedida ao Brasil, energia que o Paraguai não utiliza. É um valor fixo, que vem sendo, de certa forma, atualizado ao longo do tempo por meio de notas reversais. Em vários momentos, passou ali... Há um fator multiplicador para a atualização desse valor, e, desde 2006, esse fator multiplicador era 5,1, mas, em algum momento, em 2009, houve um aumento substantivo desse fator multiplicador, que passou a ser 15,3.

A gente fez questão de trazer esse ponto aqui para dizer do nível de dificuldade de acompanhamento de temáticas como essa, até por parte do próprio controle externo no TCU. Em algum momento, nos trabalhos do controle, a gente tentou identificar quais eram as bases, quais eram as raízes, o que justificava esse valor desse aumento significativo ali em 2009. E, ao questionar os gestores na ocasião dessas fiscalizações, a gente identificou que não havia informações muito claras que justificassem esse aumento nesse patamar ou até margens que permitissem um valor maior ou menor. Enfim, o quadro que foi encontrado pelo TCU na ocasião foi o de que não havia informações técnicas que demonstrassem, de fato, a lógica e a consistência da alteração nesse patamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sabido... As informações que a gente tem no contexto, os vários gestores que têm sido consultados, os vários que têm sido objeto de fiscalização por parte do TCU, por exemplo, o próprio Ministério das Relações Exteriores... A gente tem, nas conversas, nas fiscalizações do TCU, identificado é que se trata de uma política internacional, se trata de um contexto em que o Brasil negocia, vai à mesa de negociação para negociar alguns detalhamentos junto ao outro país, o Paraguai, mas, de fato, em relação a essa questão do aumento da remuneração da energia cedida, a gente se ressentiu de um embasamento técnico.

Uma outra nota reversal que eu queria destacar aqui, Senador, é uma nota reversal de 2005, que, também ali no contexto de política pública internacional brasileira, deu a competência completa e total ao Conselho de Administração de Itaipu para definir vários componentes que pudessem fazer parte da tarifa de energia elétrica. E quais são esses componentes? Componentes associados à responsabilidade social e ambiental. E, sobre esses componentes, eles têm hoje total autorização para que eles possam compor o preço da energia de Itaipu.

Eu queria voltar às expectativas em relação ao que o Brasil quer no contexto nacional, quais as expectativas em relação à renegociação do tratado e à finalização do pagamento da amortização dos financiamentos que foram realizados para esse empreendimento. Havia expectativa, de fato, da redução dos patamares do preço da energia de Itaipu, e esses patamares, como demonstrado anteriormente, não têm sido tão expressivos – como era esperado. Parte disso, de certa forma – e isso é uma informação pública –, também está associada à questão desses investimentos que têm sido realizados. E esses investimentos, como o senhor comentou há pouco, de categorias diversas e em regiões diversas, guardam, têm guarida sob essa nota reversal.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu vou interromper a sua fala para pedir atenção a nossa Consultoria, porque nota reversal, pelo que eu lembro, da nossa Constituição, não é lei nem gera política pública. A nossa Constituição não contempla que notas reversais entre entes representativos de... Se for um acordo binacional, tem que ser submetido ao Congresso.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Se o senhor me permite comentar um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então eu queria atravessar aí uma indagação, porque, se é baseado em nota reversal, eu tenho a impressão de que o Tribunal de Contas já deve ter tomado providências. E eu aproveito para, tão logo a senhora conclua, dizer que nós temos algumas indagações a respeito do que o Tribunal de Contas já fez sobre o assunto. Então, se a senhora vai atravessar uma nota reversal aqui, nos explique alguma coisa também sobre isso.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Obrigada pelo questionamento, Senador.

Qual é o contexto de direito e onde a nota reversal se encaixa? A nota reversal é um adendo ao tratado – é um adendo ao tratado. O tratado, para ele ter validade no contexto nacional, é assinado entre as partes – entre o Brasil e o Paraguai. Para ele ter validade no contexto nacional, ele teve que ser ratificado no Congresso Nacional – ele passou pela ratificação do Congresso Nacional – e ele entra no contexto legal brasileiro como se lei fosse. Ele tem força de lei. As notas reversais, de forma semelhante. As notas reversais, após assinadas pelas duas partes, são submetidas tanto ao Congresso Nacional do Paraguai, quanto ao Congresso Nacional brasileiro. Então, todas as notas reversais que foram assinadas de Itaipu foram submetidas ao Congresso Nacional e foram validadas pelo Congresso Nacional. Então, acaba que a força delas é semelhante... Eu diria, por semelhante, que é igual ao tratado. Elas fazem parte completa e totalmente ao tratado.

E aí, nesse contexto, a ênfase que eu queria dar era que têm sido feitas diversas políticas. Falando em um contexto mais amplo de política pública, diversas políticas têm sido feitas e desenhadas no contexto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, hoje elas estão inseridas no contexto nacional, elas são reconhecidas no contexto nacional como parte completa e total do tratado e elas têm obrigação. Temos nós aqui... O gestor que está lá do outro lado... O Conselho de Administração de Itaipu, no caso da Nota Reversal de 2005, a 228, tem autorização, de certa forma, de decidir integralmente sobre políticas públicas dessa categoria e custos que são integralizados completamente à tarifa de Itaipu aqui, no Brasil.

Esse é um ponto bastante relevante, bastante emblemático. Por quê? Porque – e é o ponto que estávamos comentando anteriormente – havia expectativas, com a amortização dos financiamentos, de redução do preço de Itaipu, e não, sinceramente, isso está se verificando. Uma das razões pode estar associada a esse ponto.

E aí tem mais algumas outras políticas públicas que eu queria destacar aqui rapidamente.

A própria questão... Algumas que estão ali na gestão do Ministério de Minas e Energia, que é a gestão da garantia física, e, em alguns achados de fiscalização do tribunal, a gente tem visto que essa gestão tem oportunidades de melhoria... A garantia física de Itaipu, que é a quantidade de energia associada a Itaipu que o seu gestor atualmente, a ENBpar, tem autorização para comercializar aqui no Brasil, tem, em alguns momentos, tido algumas intercorrências que merecem um pouco mais de atenção do Ministério de Minas e Energia.

E queria destacar mais outras duas políticas públicas associadas a Itaipu, com fórum em duas leis. Uma que é a Lei 10.438, que traz o Bônus de Itaipu. O Bônus de Itaipu basicamente é o saldo da conta. A cada ano é fechada a conta de Itaipu, que basicamente é uma conta fechada totalmente em dólar. A comercialização é feita por cotas, pelas três regiões que a gente comentou anteriormente. E aí, em algumas situações, há anos em que há saldos positivos dessa conta. Em que pese os cotistas serem de três regiões do Brasil, quando há saldo positivo nessa conta, por causa de um mecanismo da Lei 10.438, esse saldo é repartido com os consumidores de todo o Brasil. Então, parte dos consumidores brasileiros pagam a conta, e os consumidores do Brasil inteiro, os consumidores residenciais de baixa renda, recebem o saldo positivo. Então, é uma política, de certa forma, de distribuição de renda no Brasil.

Queria também fazer destaque, Senador: a Lei 14.182, de 2021, a lei que trata da desestatização da Eletrobras, trouxe a previsão de destinação dos excedentes econômicos de Itaipu, que ocorreriam no processo de renegociação do Anexo C. Essa lei trouxe a previsão de que parte desses excedentes, por alguns anos, seria destinada à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o grande cofrinho do setor elétrico para subsídios e políticas públicas, enfim, ali do setor elétrico; e parte seria destinada para programas de transferência de renda do Governo Federal.

A depender do processo de negociação, de como as coisas vão andar ao longo da renegociação do Anexo C, talvez não tenha recursos para destinar ao que está previsto nessa lei, mas é uma questão ainda de como vai andar o processo de negociação.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Existe uma lei. Uma lei aprovada. Uma lei em vigor.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Existe. Existe uma lei em vigor. O que não é sabido nesse momento é qual a grandeza dos recursos que serão de fato destinados à aplicação dessa lei.

E aí eu queria neste momento, Senador, trazer aqui um retrato muito rápido dos trabalhos que têm sido realizados no TCU sobre Itaipu.

Eu diria que a gente tem um contexto grande, um leque razoável de trabalhos, mas com algumas limitações; aliás, várias limitações, que eu vou comentar um pouco mais à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Eu queria destacar, em primeiro lugar, a auditoria realizada nos idos de 2018, uma auditoria que tratou sobre a política aplicável à Itaipu no contexto nacional, do como se dá a regulação e a comercialização de energia no Brasil. Essa auditoria, da relatoria, na ocasião, do Ministro Walton, culminou nesse acórdão, gerou esse Acórdão 1.589, de 2019.

A gente identificou, nessa fiscalização, vários pontos. Num deles, a gente não só constatou dificuldades por parte dos gestores, mas também se deparou com essas próprias dificuldades do ponto de vista do controle. A gente não é... Tivemos dificuldades de ter acesso às informações, aos dados relativos a Itaipu. Então, há uma limitação no controle e na gestão dos valores repassados para a tarifa de Itaipu no Brasil.

O TCU solicitou informações, na ocasião, para a Eletrobras, que era a gestora da comercialização de Itaipu no Brasil na ocasião, e a Eletrobras nos informou que não detinha informações auditáveis. A gente recebeu simplesmente dados fechados, planilhas fechadas, informações fechadas, mas não eram planilhas que a gente pudesse rastrear, identificar de onde eram as informações, qual era a origem da composição. Então, de fato, o controle é extremamente limitado.

Também na ocasião, constatamos uma ausência de fiscalização, de acompanhamento dos próprios gestores brasileiros em relação aos empréstimos e financiamentos que foram realizados por Itaipu, tanto é que, ainda falando de limitação da parte do controle externo, não foi possível nessa auditoria, Senador, o TCU avaliar se, de fato, a amortização dos empréstimos foi realizada de forma consistente ou não, se houve alguma subavaliação ou sobreavaliação. Enfim, não foi possível nenhum tipo de ateste por parte do tribunal, porque essas informações, esses dados não estavam disponíveis e não eram acessíveis.

Identificamos também algumas questões ali relacionadas com a gestão da garantia física frente ao contexto de regras que eram aplicáveis às outras usinas hidrelétricas, isso num contexto mais convencional e do dia a dia aqui do setor elétrico no Brasil. Naquela ocasião, lá em 2019, o tribunal já estava atento à questão da proximidade da renegociação do Anexo C, cujo vencimento ocorreria agora em 2023. E, naquele momento, foi identificada uma ausência de diretriz formal e estratégica, um plano de ação concreto, uma preparação do Governo brasileiro para a revisão do Anexo C. Havia sido criado um grupo de trabalho pelo ministério, cujas ações estavam ainda muito no início e não tinha ainda essa diretriz formal do que era para ser feito ou como é que iria se transcorrer a questão da renegociação.

Então, naquele momento, o plenário entendeu que era importante que fosse realizado um acompanhamento da atuação do GT e, diante dessas dificuldades que relatei aqui para o processo de auditoria e de controle, também foi recomendado, naquela ocasião, que o Ministério das Relações Exteriores fizesse esforços junto ao Governo do Paraguai para que fosse criada a Comissão Binacional de Contas. Era um tema que já estava na pauta desde 2015, mas com muita lentidão. Assim, ainda não tinha tido uma velocidade adequada. E aí, naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou interrompê-la.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou pedir a atenção do nosso Consultor, Dr. Rutelly, e o pessoal.

Esta afirmação, recomendação ao MRE, eu preciso detalhar, quer dizer, eu preciso obter o texto disso, porque há ainda um convite ao Ministro das Relações Exteriores para debater este assunto na CRE. Então, isto, este documento, especificamente, e outros correlatos, seria importante que nós separássemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Serviços de Infraestrutura e disponibilizássemos para complementar o nosso requerimento, já aprovado – é uma questão de agendamento apenas da vinda do Ministro – porque, como eu falei, nós começamos em maio, com o Ministro de Minas e Energia. Ainda em maio, com o Sr. Sandoval, da Aneel; em outubro, com a Itaipu; hoje, com a sua presença. E nós estamos colocando o Tribunal de Contas da União no circuito. E já temos agendada.

Então, para que o nosso trabalho, o trabalho a que eu me propus e que as Comissões credenciaram que se desenvolva, nós vamos precisar desses documentos e seus complementos, porque você pede e vem uma resposta, vem incompleta. Ou seja, a sequência dessa solicitação ou recomendação ao MRE a respeito de notas de redação submetidas em outubro de 2015, para a criação dessa comissão binacional de contas, nos interessa, porque quem está negociando é o Ministério das Relações Exteriores, e nós vamos ter que fazer essa pergunta, além do Tribunal de Contas da União, a ele. Então, eu já...

Finalmente, eu queria lhe dizer que a senhora vai ter que concluir em cinco minutos.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Então, concluirei, Senador.

Passando rapidamente, vou dar notícias, em seguida, para o senhor, a respeito dessa nota, dessa recomendação que foi feita em seguida.

Por favor.

Em algum momento – e esse é um fato relevante, Senador – o STF, nos idos de 2020, proferiu uma decisão em que ele limitou de certa forma, deixou mais clara uma limitação que já estava no contexto...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deixou mais clara a caixa escura?

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Deixou clara uma expressão de que o TCU não teria competência para analisar, processar, julgar, auditar as contas de Itaipu Binacional. Então, o que o STF colocou? Ele colocou que para fazer isso, teria que ser necessário que isso estivesse previsto dentro do contexto do próprio tratado, que vai exatamente na linha daquela recomendação que o TCU pediu ao MRE, para a criação da Comissão Binacional. Somente a Comissão Binacional teria competência para entrar e conhecer, trazer transparência para as contas de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que torna mais relevante ainda dispormos disto e dos seus complementos, inclusive judiciais, no caso...

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para termos uma conversa construtiva com o Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – E aí, Senador, eu vou até me permitir e adiantar o assunto em relação à questão da Comissão Binacional, que o senhor está bastante apreensivo em relação ao tema.

Na verdade, a nota reversal que trata da criação da Comissão Binacional foi assinada em novembro de 2021. Ela chegou a ser assinada tanto pelo Brasil quanto pelo Paraguai, depois de várias tratativas que ocorreram ali desde 2015. Atualmente, essa nota reversal, no Paraguai, já foi enviada para o Congresso Nacional do Paraguai para reconhecimento. Aqui, no Brasil, ela ainda está na Casa Civil. Então, ela não veio... Como eu comentei anteriormente, para ela ter validade e ter aceitabilidade no contexto jurídico brasileiro, ela precisa passar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi assinada em 2021?

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Ela foi assinada em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi assinada em 2021 e está retida, assim podemos dizer.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – De alguma forma; ela está na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ela está subscrita pelas duas partes, e está retida na caixa postal do ministério, lá na Casa Civil.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Neste momento, ela está na Casa Civil. Ela está na Casa Civil.

E aí, o que esta comissão prevê? Ela prevê a criação de uma entidade com a participação do Tribunal de Contas da União de um lado, da Controladoria...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da CGU?

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – ... Controladoria do Paraguai – do Paraguai! Essas duas entidades juntas formariam a Comissão Binacional de Contas. E a Comissão Binacional de Contas seria um ente que teria jurisdição sobre a Itaipu Binacional e poderia auditar. Como o tribunal faz hoje auditorias diversas, esta Comissão poderia fazer auditoria sobre Itaipu e trazer a transparência necessária para esse empreendimento.

A Comissão seria formada por três membros do Tribunal de Contas da União e três membros da Controladoria e teria um horizonte... ela poderia voltar a atos passados, ocorridos nos últimos cinco anos. Então, esse que é o desenho que está previsto na nota reversal.

Mas, como eu comentei, a última informação que a gente tem é que ela estaria na Casa Civil.

Por favor.

A gente tem lá, no contexto do controle, várias representações, várias denúncias que tratam de Itaipu. E essas denúncias de assuntos diversos, do ponto de vista de gestão, têm sido, ao longo do tempo, não conhecidas pelo tribunal, justamente pela falta de jurisdição do tribunal em relação a esse empreendimento.

Por último, Senador, queria destacar aqui o acompanhamento que tem sido feito pelo TCU do processo de renegociação do Anexo C. Esse acompanhamento tem um processo. A gente tem tratado desse tema desde 2020. E, ao longo do tempo, também foram feitas várias inquisições do TCU, várias diligências, para tentar identificar o que tem sido feito nesse processo de renegociação, principalmente no contexto da criação da portaria lá do MME que cria um grupo de trabalho para acompanhar o tema.

Os trabalhos desse grupo foram iniciados em 2020 e concluídos em 2021, porém os dados são de 2019. Então, nessa primeira fase do acompanhamento, o tribunal se dedicou a entender o que tinha sido feito por esse grupo de trabalho. O grupo de trabalho tratou muito sobre o que era o mercado de energia no Brasil, quais eram os cenários para a comercialização dessa energia. Então, foi um pouco a isso que o tribunal se dedicou nessa fase desse acompanhamento. E, naquele momento – por favor –, verificamos que o que tinha sido feito era compatível para o momento.

Havia a expectativa do vencimento do tratado do Anexo C agora para 2023, mas, até aquele momento, as ações que tinham sido adotadas estavam adequadas para o momento. Porém, Senador, esse é um tema bastante...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sensível.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO – Sensível, perfeito – acho que essa é a palavra –, bastante sensível do ponto de vista nacional e do ponto de vista internacional. Então, esse acompanhamento, essa apreciação foi feita numa sessão sigilosa no TCU. O relatório tem um sigilo reservado por um prazo de cinco anos ou até que se finalize a revisão do Anexo C, justamente por ter um conteúdo que induziria ou que estaria relacionado com o processo de negociação *inter partes*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, já em 2023, a gente está numa segunda rodada desse processo de acompanhamento. A unidade técnica apresentou um relatório para o Ministro Jorge Oliveira, em agosto agora, de 2023, tratando do que tinha sido feito a partir de 2022: em que medida os estudos estão atualizados? Qual é a governança do processo? Entender como é que está a dinâmica de uso da potência de Itaipu.

Esse relatório foi apresentado ao Ministro Jorge, que tem uma expectativa de levar ainda este ano à apreciação do plenário. Esta foi uma informação que o Ministro Jorge pediu para repassar aqui para a Comissão: a expectativa dele de levar esse processo, ainda este ano, a plenário, mas ainda não tem uma data fixada. De toda sorte também, há a expectativa de que essa apreciação se dê também num contexto mais fechado.

Bom, por favor.

Eu acho que era isso, Senador, o que o Ministro Jorge pediu para repassar. Aqui são os dados sobre a Comissão Binacional que eu comentei anteriormente, mas era um pouco disso o que o Ministro Jorge pediu que a gente trouxesse, Senador.

Quero deixar à disposição tanto a AudiElétrica, a unidade de auditoria especializada na temática de energia elétrica e nuclear, quanto o próprio tribunal para esclarecer algum ponto que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito. Eu quero agradecer essas informações que a senhora nos traz e vou acrescentar mais uma pergunta que recebemos no *e-mail* do e-Cidadania do Sr. André Luiz, do Mato Grosso do Sul, que faz uma indagação que justifica esta reunião: "A energia elétrica é fator gerador de inflação no [...] [processo] produtivo, [no processo econômico, na atividade econômica], por que a tarifa não é composta apenas pelos seus custos de produção?" Eu acho que é uma pergunta que vem ao encontro da realização desta e das outras reuniões que eu mencionei.

Eu queria, com o pedido da sua atenção, especialmente da nossa Comissão... Não são conclusões, mas o que nós temos, nós temos um projeto das cartas reversais, nós temos documentado aqui a aprovação de uma só: o projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 115, de 2011, que resultou na aprovação no dia 11 de maio de 2011, de notas reversais firmadas em 1º de setembro de 2009. Teoricamente, é a única. Ou seja, as notas reversais não são lei, a não ser que haja um equívoco na informação, o que pode acontecer. Ou seja, a nota reversal citada não foi aprovada, pelo que consta dos nossos registros. Pode ter sido aprovada sem o conhecimento da Comissão? (*Pausa.*)

Nos arquivos do Senado, digamos, pode ser encontrada a aprovação? (*Pausa.*)

Só desta? (*Pausa.*)

Então, isso é dado do Senado? (*Pausa.*)

As notas reversais... Eu acho que é importante que o próprio Tribunal de Contas da União analise o que já foi acolhido pelo Congresso e o que não foi. E o que não foi não existe, assim como não existe o documento que está na Casa Civil, que não foi encaminhado ao Congresso. Ele não existe! A conferir. Pode ser...

Peço aí à Secretaria que disponibilize a nossa maior atenção à Dra. Arlene e ao TCU para que nós fiquemos na mesma página: o que existe e o que não existe.

Segundo, solicito que seja apresentado um requerimento meu, solicitando que a Comissão, oficialmente, oficie a Mesa ou diretamente a Casa Civil para saber por que esse documento não sai de lá. A Comissão pode fazer o pedido à Casa Civil ou temos que pedir à Mesa? (*Pausa.*)

À Mesa. Então, o senhor prepara, eu apresento, e, caso a Comissão de Infraestrutura aprove, mandamos para... Não é um pedido de informação; é um pedido de providência no caso, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro é sobre o acórdão. Eu acho que o acórdão, no que for publicável, nós vamos pedir por escrito. Aí podemos pedir diretamente ao TCU, não é? A Comissão aprovando, nós pedimos. (*Pausa.*)

E, finalmente, eu não quero sobrecarregá-la, mas a senhora vai ter que levar o nosso conjunto de perguntas, no caso, ao Dr. Jorge e à senhora mesmo.

Primeiro, nós gostaríamos de receber, além dessa informação, quais são as auditorias já realizadas, tendo como objeto algum tema diretamente associado à Usina de Itaipu; quais foram as recomendações e quais foram as determinações, além disso que a senhora trouxe. Se foi só isso, é simplesmente ratificar.

O TCU está estudando ou já enviou ao Poder Executivo recomendações envolvendo a renegociação? A senhora já respondeu: "Sim". Se não, quando pretende? Quer dizer, afinal, prevê-se um desfecho para essa fase de trabalho que o Ministro Jorge Oliveira está conduzindo até o fim do ano. Eu já vou respondendo, portanto, a pergunta, mas eu quero que a pergunta faça parte do seu caderno de deveres de casa.

Considerando que o TCU enfrenta restrições jurídicas para fiscalizar a Usina de Itaipu, é possível, no entendimento do tribunal, a realização de auditorias? A resposta eu acho que consta desse documento que está na Casa Civil, que é a criação do Comitê Binacional de Contas, ou que nome tenha.

No entendimento do tribunal, cabe algum tipo de auditoria para apurar, por exemplo, se a atuação dos indicados pelo Poder Executivo nacional ao Conselho de Administração está em conformidade com o que dele se espera, notadamente a defesa da modicidade? Ou seja, os nossos dirigentes estão preocupados com a modicidade? É uma indagação que eu peço que o Tribunal de Contas leve em conta, porque as decisões dos nossos, no tocante à gestão, que repercutam na tarifa e na modicidade da tarifa são da nossa responsabilidade. Porque eles podem alegar "não, nós não temos autoridade para isso", o que já é uma resposta também, mas não cobrar eu acho que é omissão.

As auditorias do TCU podem gerar recomendações e determinações. As restrições jurídicas impedem até mesmo a realização de auditorias que geram apenas recomendações ao Poder Executivo federal brasileiro? – é uma pergunta.

O TCU entende haver limitações para atuar no sentido de gerar recomendações ao Poder Executivo nacional em relação a Itaipu? Nós queremos saber.

Essas restrições impedem a fiscalização da atual Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional na comercialização da energia elétrica de Itaipu, lembrando que essa estatal, com a privatização da Eletrobras, assumiu a responsabilidade dessa atividade? Não é mais da Eletrobras, então essa empresa passou a ser a nossa mão para agir. Essa é a razão dessa pergunta número três, quatro. Repito: algumas delas, eu mesmo já considero respondidas.

A Usina de Itaipu tem feito gastos bilionários com programas ditos – eu vou enfatizar o "ditos"... Eu não analisei os 399 convênios firmados com os governos municipais do Paraná, mas sei que o dinheiro de Itaipu foi para o Aeroporto de Curitiba. Não me parece que seja um programa socioambiental, e acho que isso tem a ver com a responsabilidade do Tribunal de Contas, porque é um investimento com dinheiro aplicado no Brasil, que os brasileiros vão pagar na tarifa. O TCU tem alguma avaliação sobre esse arranjo, em termos de eficiência e de benefícios, levando em conta o consumidor? Se sim, já houve alguma avaliação encaminhada ao Executivo? Em caso positivo, nós queremos cópia.

O jornal *Folha de S.Paulo* de 29 de outubro de 2023 divulgou uma proposta do Instituto Acende Brasil para a energia elétrica proveniente de Itaipu, ou seja, essa energia elétrica seria vendida livremente e a preços de mercado aos consumidores livres e às distribuidoras que atendem os consumidores regulados. O excedente econômico dessa transação – a diferença entre o preço de venda praticado pela Empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional e o valor pago a Itaipu – seria destinado à Conta de Desenvolvimento Energético, a grande CDE, para custear os subsídios bilionários do setor elétrico.

Quero lembrar que, na própria discussão da reforma tributária, nós não sabemos qual vai ser o tamanho do rombo que a nova reforma tributária vai ter que cobrir com recursos cujas fontes nós não conhecemos. Nós não conhecemos a fonte dos recursos de fundos de desenvolvimento regional... Nenhuma fonte. Sabemos que a reforma tributária vai representar, nesses próximos dez anos, uma reforma da previdência. O que se supunha economizar com a reforma da previdência, 800 bilhões em dez anos, é o valor do compromisso sem fonte para os fundos e para, digamos, as compensações que estão, teoricamente, aprovadas na reforma tributária para os próximos dez anos. Então, é uma reforma tributária de lá, que passa para cá. Naquela o milho foi catado de cada um; nessa outra, vamos ter que encher o paiol sem saber onde foi plantado o grão.

Então, essa é a sugestão. Apenas chamo a atenção porque é uma forma de conseguir recursos, já que está tudo pago, e o faço em função de estar... Quer dizer, os brasileiros pagamos. A propósito, só para seu conhecimento pessoal e por curiosidade: meus alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2009, quando já se tinham completado 35 anos do acordo, fizeram um trabalho de negociação, sobre a negociação encetada, então, pelo Presidente Lugo, do Paraguai, com o Presidente Lula, no seu segundo mandato, e as propostas feitas pelo Paraguai, já naquela ocasião, atendidas ou não. Isso faz parte de um livro que eu publiquei, da minha disciplina, Empreendimentos e Modelos de Negociação. Eu acho que esses quatro alunos, que eram de várias habilitações, foram proféticos, porque tudo o que eles escreveram ali é atual hoje, 15 anos depois, quando se completaram 50 anos.

Então, as duas últimas perguntas.

O TCU entende adequado o arranjo sugerido? É muito mais uma opinião até. O TCU considera esse arranjo mais transparente do que o arranjo atual? Ou pode não ter opinião também.

O TCU faz alguma avaliação que possa corroborar ou contestar a conclusão do instituto – aí, sim, é uma conclusão – de que os brasileiros teriam pago toda a dívida contraída para a construção de Itaipu? Isso é matéria vencida. Em caso positivo, o TCU analisou se o pagamento integral da dívida pelos brasileiros está coerente com o tratado de Itaipu? Eu, pessoalmente, acho que sim, mas é uma pergunta que eu peço que a senhora leve como dever de casa pendente desta reunião.

Repito que há algumas perguntas que eu mesmo reconheço como estando postas.

Como este aqui é um rascunho, nós vamos lhe entregar uma versão em branco, quer dizer, com todos os cuidados, para que a senhora pondere junto à própria auditoria que coordena e também junto ao Ministro Relator.

E concluo... São perguntas que vêm pelo e-Cidadania, e, por isso, se não couber resposta... Eu não posso excluí-las.

"Quais seriam as formas de baratear a geração de energia elétrica a fim de reduzir a tarifa para a população?" – é uma pergunta mais ampla. Essa foi do Thiago Maia, do Rio de Janeiro.

Agora, Ricardo Arrabal, do Paraná: "Com as crescentes demandas sobre a utilização de energias renováveis (solar e eólica), não deveria haver uma redução nas tarifas [respectivas]?". É mais um cruzamento que também está em curso.

Então, isto aqui é o que eu lhe entrego como condecoração pela sua participação aqui.

E diga ao Ministro Jorge Oliveira que ele ganhou um *habeas corpus* até o fim do ano. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o fim do ano nós não vamos incomodá-lo, exceto nessas questões que nós precisamos tornar disponíveis para quando ocorrer o encontro com o Ministro das Relações Exteriores, que, afinal, é quem está liderando a negociação do Anexo Sênior.

Se a senhora quiser responder a alguma dessas questões ou pelo menos se manifestar, eu lhe devolvo a palavra.

A SRA. ARLENE COSTA NASCIMENTO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Será um prazer, certamente, para nós do TCU nos dedicarmos a todos esses pontos que são apresentados, trazer respostas a esses questionamentos. Parte desses questionamentos, como o senhor mesmo apontou, a gente delineou aqui nessa apresentação; parte desses questionamentos integram as análises que foram feitas pelo TCU no âmbito do acompanhamento desse processo de renegociação.

Certamente, o Ministro Jorge terá todo o prazer em lhe apresentar e em lhe enviar a manifestação sobre todos esses pontos, a partir da própria apreciação que será feita no plenário dessa fiscalização recente.

Eu acho que um último ponto que eu queria comentar neste momento, também para não tomar muito a sua agenda, Senador, é sobre a questão dos subsídios. Eu acho que várias manifestações que chegaram, vários dos pontos que o senhor apresentou aqui, falam sobre a questão de em que medida as tarifas de energia refletem, de fato, o custo da geração de energia e em que medida elas têm outros custos ali associados. E a gente tem visto, em vários momentos, no setor elétrico como um todo, subsídios cruzados, pagos para diferentes segmentos, diferentes tipos de geração, enfim, e esses subsídios acabam onerando a tarifa como um todo.

De foma semelhante, aqui em Itaipu, se fosse considerado somente o custo de geração de energia, somente o que está associado aos serviços de geração, o patamar da tarifa seria outro, mas, enfim, de forma legítima – ou ainda a se discutir a questão da legitimidade –, há outros pontos que fazem parte das tarifas de energia, do preço da energia no final do dia, e acaba se elevando o preço.

Eu acho que o cuidado que esta Casa tem tomado em relação à própria reforma – o senhor comentou há pouco da reforma tributária – e tem tomado também em relação à questão do próprio setor elétrico é muito pertinente para a gente poder, como um todo, ter atenção e garantir que, no final do dia, o que vai ser pago pelo consumidor de energia elétrica é o preço associado ao serviço de geração de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A propósito dessa sua colocação, nós tivemos trabalhos de instrução e debate na Comissão de Assuntos Econômicos atinentes à reforma tributária. E, em um deles, foi apresentada a rede que vai das tarifas sociais até o financiamento de novos modais energéticos. A trama que compõe esse subsídio cruzado, que no fim é a conta da CDE, é uma coisa que revela a criatividade do brasileiro, mas também a não percepção da consequência. Cada vez que eu coloco num saco mais um óbulo, eu estufo a bolsa das doações, mas onero, no final das contas, uma tarifa que é essencial do ponto de vista tanto da inflação, como foi dito aqui pelo nosso inquiridor do Rio de Janeiro, quanto de toda a atividade econômica.

O que vale é que eu queria lhe agradecer pela sua disponibilidade, e vou pedir que transmita ao Ministro Jorge Oliveira – afinal, eu o inquiri antes de ele ir para o tribunal –, desejando que o Tribunal de Contas como um todo perceba nesta preocupação do Congresso o seguinte: este assunto de projetos de responsabilidade socioambiental que Itaipu vem conduzindo vem despertando atenção crescente da imprensa e da sociedade. E o controlador dos custos pode não ser o Tribunal de Contas da União pelas dificuldades de uma binacional, mas o Tribunal de Contas da União tem que nos dizer o que nós podemos fazer para aprimorar o controle e a fiscalização. O que impede que, no ano que vem, tenhamos US$700 milhões para esse programa, com mais municípios atendidos? Quer dizer, nós estamos criando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento secreto paralelo, cujo limite é a nossa capacidade de reagir ao ônus que isso representa para a nossa tarifa, compartilhada especialmente pelos compradores compulsórios, que a senhora já descreveu, mas isso é... Daqui a pouco, vamos ter coisa parecida em outras organizações, que, se não forem binacionais, é melhor que sejam binacionais para não ter controle sobre elas – "não custa nada dizer que eu sou sócio da Bolívia e, por isso, não posso ser fiscalizado". Vamos criar uma vantagem comparativa para as *joint ventures*, muito venturosa. Então, eu agradeço.

Antes de encerrarmos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior e, no caso destas, os que as aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente da senhora, e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Hamilton Mourão, Paulo Paim, Eliziane Gama, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Zenaide Maia, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLDO 2024 e ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL nº 4/2023-CN) e ao Projeto da Lei Orçamentaria Anual (PL nº 29/2023-CN), ambos para 2024, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O relator das emendas na Comissão é o Senador Marcelo Castro. **Resultado:** 1ª parte - Aprovada a apresentação, à CMO, das seguintes **emendas ao PLDO 2024**: **Emendas de texto**: Emenda 1 - Aditiva (depois) - Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção III, Art 96, § 2. Emenda 2 - Aditiva (depois) - Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 81, § 6. **Emendas de Meta**: Emenda 3 - Programa 3106 (Transporte rodoviário); ação 163Q (Intervenções para recuperação e restauração de rodovias federais); acréscimo: 1000. Emenda 4 - Programa 3106 (Transporte rodoviário); ação 20UC (Estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes); acréscimo: 45. Emenda 5 - Programa 3105 (Portos e transporte aquaviário); ação 219Z (Conservação e recuperação de transporte aquaviário - Conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União); acréscimo: 100. 2ª parte - Aprovada a apresentação, à CMO, das seguintes **emendas ao PLOA 2024**: **Emendas de remanejamento**: Emenda 1 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS - no Estado de Mato Grosso do Sul - valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Emenda 2 - Adequação de Trecho Rodoviário - Campo Grande - Terenos - na BR- 262/MS - valor de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais). Emenda 3 - Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI - No Estado do Piauí - valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Emenda 4 - Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI - No Estado do Piauí - valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). **Emendas de apropriação** Emenda 5 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais - Na Região Norte - valor de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Emenda 6 - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio Tocantins - valor de R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais). Emenda 7 - Mapeamento Geológico do Brasil - valor de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Emenda 8 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional - valor R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Fazem uso da palavra a Senadora Teresa Cristina e os Senadores Marcelo Castro, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – temos 20 já com presença registrada –, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e à deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL nº 4/2023-CN) e ao Projeto da Lei Orçamentaria Anual (PL nº 29/2023-CN), ambos para 2024, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O Relator das emendas da Comissão é o Senador Marcelo Castro.

O item 1: deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

Relator das emendas da Comissão, o Senador Marcelo Castro.

Eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Presidente Confúcio Moura a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confiança a mim creditada de eu fazer esse relatório tão importante para o nosso país, sabendo que o nosso país está carecendo muito de melhorar sua infraestrutura em todos os seus aspectos. Eu vou começar aqui pela LDO.

Então, aqui na Comissão de Infraestrutura, vamos falar agora sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências", ou seja, a LDO.

Relatório.

Em conformidade com o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (LDO 2024) compreenderá: I – as metas e as prioridades da administração pública federal; II – a estrutura e a organização dos orçamentos; III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União; IV – as disposições relativas às transferências; V – as disposições relativas à dívida pública federal; VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes; VII – a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; VIII – as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; IX – as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; X – as disposições relativas à transparência; e XI – as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2024, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tem competência para propor emendas ao aludido projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2023: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2022; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1. – Anexo de Metas Fiscais; f) Anexo IV.10 – Renúncia de Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil e pela Previdência e g) Anexo IV.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas, por sua vez, será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para inclusão de ações no mencionado anexo deve observar o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional.

Vale destacar, ainda, que o parecer preliminar estabelece, em seu item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Ademais, o item 2.3.5 do mesmo parecer preliminar assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam à competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP 1).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas a esta Comissão 66 (sessenta e seis) propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I, e 2 (duas) propostas de emenda de texto, listadas no Anexo II deste relatório.

É o relatório.

Análise.

Inicialmente, no que diz respeito às propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que todas elas atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais pertinentes. Não obstante, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um desequilíbrio entre o número de propostas (66) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar (3). Então, de 66 propostas, nós temos que transformar em três emendas.

Nesse sentido, para a escolha das emendas a serem apresentadas por esta Comissão, busquei privilegiar aquelas que mais se aproximam de nosso foco de atuação, isto é, de políticas públicas que propiciem a melhoria da infraestrutura do país, com intervenções estruturantes, e que tenham a possibilidade de alavancar a nossa produtividade.

Com esse critério em mente, proponho que as seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam apresentadas por esta Comissão:

Programa 3106 – Transporte Rodoviário, Ação 163Q, descrição da ação: intervenções para recuperação e restauração de rodovias federais. Essa, Sr. Presidente, é uma intervenção muito ampla, geral, em que cabem todas as recuperações e restaurações de rodovias federais.

O Programa 3106, também Transporte Rodoviário, com a Ação 20UC, que são estudos, projetos e planejamentos de infraestrutura de transportes. Por que isso? Porque o nosso país vem, nos últimos anos, diminuindo sua capacidade de investimento. Com o advento da PEC da transição, ano passado, nós aumentamos expressivamente, relativamente ao que nós vínhamos investindo, muito a nossa capacidade de investimento.

Qual é o problema de hoje? É que, com a aprovação do novo arcabouço fiscal, do novo regime fiscal do Brasil, o país terá, daqui para frente, que investir, no mínimo, o que está sendo investido agora em 2023 e, no máximo, nós iremos investir 70% do crescimento do PIB. Então, nós estamos com um volume de recursos para investir igual ou superior ao que nós estamos investindo este ano. E aí, infelizmente, Senador Confúcio Moura, está faltando no nosso país duas coisas essenciais: planejamento e projetos para serem executados. São muitos os recursos que não estão sendo aplicados no Brasil, porque são recursos que foram empenhados, não tinha projeto, o projeto demora para ser elaborado, para ser aprovado, para tirar todas as pendências e, quando isso ocorre, já ultrapassou o ano orçamentário e você termina perdendo esses recursos.

Agora mesmo, no caso do Piauí, eu tive que remanejar – o coordenador da bancada, sob minha solicitação – um recurso de uma área para outra porque esse recurso certamente não seria empenhado porque o projeto não ficou pronto a contento.

Então, nós entendemos que uma das coisas importantes aqui no nosso país é a gente reforçar essa rubrica aqui, essa ação para fazer projetos. Fica uma rubrica nacional na Comissão de Infraestrutura, sob a coordenação de V. Exa., para fazer projetos em qualquer região do país, e, evidentemente, V. Exa., recebendo as solicitações, vai designar aquelas que julgar mais importantes.

E a outra ação – porque são três emendas que nós vamos acatar; já falamos de duas –, a terceira, é do programa 3105, que são portos e transporte aquaviário, que é também uma carência muito grande no Brasil. Nós sabemos que o transporte mais barato que tem é o transporte aquaviário. E a ação é a 219Z.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a conservação e recuperação de transporte aquaviário. "Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União".

Se não me falha a memória, essa emenda é de autoria de V. Exa., viu? E me parece realmente uma ação muito importante, porque o Brasil precisa investir mais no seu transporte aquaviário, sobretudo na Região Norte, na Região Sudeste e também na Região Sul, que tem grandes rios que podem perfeitamente estimular a navegação.

No que se refere às propostas de emendas apresentadas no texto, somos pela admissão de todas elas, ou seja, a todas as emendas de texto nós atendemos. E as emendas de meta, que eram 66, nós só podíamos aprovar três. Nós fizemos esse funil aí e escolhemos essas três que eu acabei de citar. Então, uma para intervenções, restauração das nossas rodovias; outra, para elaboração de projetos na Comissão de Infraestrutura; e outra para o transporte aquaviário. Eu acho que nós pegamos, assim, o principal das carências e necessidades que nós temos.

Considerando a ausência de limitação quantitativa para as emendas de texto, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas as emendas com propostas pela admissão devam ser acolhidas e apresentadas à CMO. Assim, somos pelo acolhimento das Emendas de texto nºs 1 e 2, conforme a relação apresentada no Anexo II.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Do voto.

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto nºs 1 e 2, listadas no Anexo II, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 a seguir apresentadas, essas que eu já citei: a Ação 163Q, a Ação 20UC e a Ação 219Z, que são intervenções de recuperação e restauração das nossas rodovias, são projetos de infraestrutura de transportes, recursos para projetos e recursos para conservação e transporte aquaviário no país.

Então, Sr. Presidente, este é o nosso relatório. O relatório – quero frisar, mais uma vez – da LDO; depois, em seguida, nós iremos ler o relatório da LOA.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o relatório do Senador Marcelo Castro.

Os Senadores que desejarem falar podem se inscrever, mas temos já dois inscritos virtualmente, o Senador Esperidião Amin e o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Confúcio Moura!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não sei se estou sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, pode continuar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, eu gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Marcelo Castro e fazer dois comentários a respeito do relatório do Senador Marcelo Castro. Eu já me acostumei, Senador Confúcio Moura, a ser maltratado pelo Senador Marcelo Castro sem perder a ternura por ele. Então, ele é um psiquiatra de grande competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, por isso, ele consegue maltratar as pessoas e ser benquisto por elas. Isso é um defeito meu que não consegui tirar.

O Senador Marcelo Castro fez uma digressão correta a respeito de uma intervenção que ele fez no ano passado, nesta Comissão, que deu ao Dnit, especialmente ao Dnit, uma capacidade de investimento que era inédita na época, foi uma emenda dele que propiciou isso. E, depois, a PEC da transição, aprovada por nós, permitiu que se passasse a ter um patamar básico de investimentos minimamente razoável para o país. O problema é que nós não estávamos acostumados a esse nível de investimento e – ele frisou bem – não tínhamos projeto, às vezes não tínhamos licença ambiental e o mais frequente, não tínhamos licitação, e uma licitação de uma obra federal, carissimamente, carissimamente, demora pelo menos de seis a oito meses. Portanto, projeto, licença ambiental e licitação sem incidentes, isso leva de dois a três anos, ou seja, quase que bem mais – metade, não; mais... – da metade de um mandato do Executivo.

De qualquer forma, mesmo tendo dificuldade de aprovar as emendas, metas que eu apresentei, eu fico grato pela aprovação (*Falha no áudio.*)... entre as quais, eu também tenho emendas apresentadas.

E informo a S. Exa. o Senador Marcelo Castro que eu relatei, há pouco, na Comissão de Educação – e o Senador Wellington Fagundes sabe disso, porque testemunhou –, e, além de Catalão, Rondonópolis, Jataí, Universidade do Agreste de Pernambuco e Universidade do Norte do Tocantins – Tocantins também em homenagem ao Senador Confúcio Moura –, nós atendemos a demanda da Universidade Federal do nosso querido Delta do Parnaíba, que o Senador Marcelo Castro sabe que eu conheço há quase 50 anos e sou admirador daquela natureza exuberante.

Eu falo isso, Presidente, porque não consigo reclamar, como deveria, uma atenção maior do Senador Marcelo Castro às demandas do meu Estado de Santa Catarina, que S. Exa., sempre que pode, dele se esquece. Mesmo assim, eu agradeço pela aceitação da emenda de texto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Deseja responder?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero responder ao nosso Senador Esperidião Amin dizendo que ele é muito é ingrato, viu? (*Risos.*) Porque, aqui na LDO, Senador Esperidião Amin, V. Exa. apresentou uma única emenda, que foi integralmente atendida. E eu diria que mais não foi atendido, porque mais emendas não foram apresentadas. Então, sempre que eu posso, coloco Santa Catarina em primeiro lugar, quer seja a pedido do Senador Esperidião Amin, quer seja de qualquer outro Parlamentar do nosso queridíssimo e grande exemplo de estado equilibrado, com a classe média muito forte, com a empregabilidade altíssima que nós temos no Brasil, que dá exemplo para o nosso país, que atende o pequeno, o médio e o grande, que tem indústria, que tem um agronegócio forte, que produz frango, que exporta leitão, suínos... É muito forte a economia do nosso querido Estado de Santa Catarina.

Mas o Esperidião Amin é essa pessoa querida por todos nós, grande Parlamentar, que tem aqui um histórico muito grande no Congresso Nacional, quer como Senador já pela segunda vez, quer como Deputado Federal. Tive o prazer de ser colega dele como Deputado Federal e também como Deputado Estadual.

Pois, Senador Esperidião Amin, só não acolhi mais emendas de V. Exa., porque V. Exa. não as fez, mas a única que fez, por sinal, foi atendida. E eu me sinto muito satisfeito e feliz de poder fazer e aprovar essa emenda, que é de grande expressão. Aliás, é uma emenda que ele vem fazendo há anos, aqui no Congresso Nacional, que é o seguinte, Senador Confúcio e nossos colegas aqui: digamos, o Brasil tem BRs,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o país passou por um período em que não tinha capacidade de restaurar, de recuperar suas próprias BRs. O que é que o Estado de Santa Catarina fez, um estado que tem um recurso, tem caixa para fazer essas ações? Ele fez a restauração da BR com recursos estaduais e está pleiteando, entendo que de uma maneira justa, que seja abatido da sua dívida aquele recurso que ele investiu numa obra que era obrigação do Governo Federal.

Eu diria, para isso não virar moda, que se pusesse uma condição, quer dizer, que o Governo Federal fizesse uma anuência disso antecipadamente, porque o Governo Federal pode dizer: "Não, eu não quero que você faça isso com a minha rodovia, porque eu já tenho recursos previstos aqui para restaurar no ano que vem ou proximamente", e tudo mais.

Mas, sem dúvida, é um pleito justo o do Senador Esperidião Amin, do qual eu compartilho. Estou com ele nessa luta para que a gente possa conseguir do Governo Federal essa reparação com o glorioso Estado de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Senador Marcelo, peço para retificar uma observação: não se trata de recurso que o estado despendeu. Neste caso, é recurso que o estado transferiu para a União. A obra foi executada pelo Governo Federal. A obra é federal, executada pelo Governo Federal mediante transferência de recursos para o Governo Federal. A execução do estado...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Há delegação de competência invertida aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Exatamente!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O comum é o contrário, quer dizer, o Governo Federal delegar aos governos estaduais e...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É isso que torna bizarra – bizarra – a negativa do Governo Federal.

Preste atenção: não foi obra executada pelo estado. Eu já fiz isto também: já executei obras federais com recursos estaduais e depois procurei uma compensação. Neste caso, não. As obras da BR-470, da BR-163, da BR-280 são obras executadas pelo Dnit; execução direta do Dnit, do patrimônio da União. O estado transferiu dinheiro, dinheiro dos seus recursos, parcos recursos, para manter a nossa economia com o mínimo de esperança. É para isso que nós estamos pedindo essa forma de ressarcimento. Quero deixar isto claro: não se trata de obra delegada ao estado; a obra foi executada e está sendo executada pelo Dnit numa rodovia federal, que fazia parte do plano federal.

Para que se tenha ideia, no caso da BR-470, foi uma obra iniciada pela Presidente Dilma, em que ela disse "eu vou gerir esta obra", e executada pelo Dnit. Entrou num tal estado de letargia que o estado transferiu dinheiro, aprovado pela Assembleia Legislativa, recepcionado depois de oito horas de debate; foi transferido o recurso para que o Dnit executasse trecho desta obra. E isso nós não estamos conseguindo nem abater da dívida. Isso é uma imoralidade porque o patrimônio que foi acrescido por esses recursos é da União. Se um dia ela quiser privatizar, ainda vai receber dinheiro de outorga em cima de um valor agregado pelas finanças estaduais, com recursos transferidos para o Governo Federal.

Então, eu só queria fazer essa retificação, porque a delimitação da emenda é para isto, ou seja, obras federais, executadas pelo Governo Federal, que recebeu recursos do governo estadual; que se abata da dívida! E mesmo assim estamos tendo dificuldade com o Governo Federal para conseguir, apesar de já termos aprovado em leis anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Amin, a Senadora Tereza Cristina quer fazer um comentário sobre a sua abordagem e as suas explicações.

Com a palavra, doutora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio, caros colegas Senadores, Senador Relator Marcelo Castro, eu acho que isso é óbvio, não é? Com certeza a União precisa, então, devolver ou compensar o Estado de Santa Catarina de alguma maneira.

Mas eu queria só aqui dar uma informação, porque eu sou Relatora do Projeto de Lei Complementar nº 35, já com parecer favorável, exatamente sobre esse assunto, sobre alterar a Lei Complementar 101 para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais. Então, já está pronto, nesta Comissão, para ser relatado em breve.

Era só esse o meu comentário.

E quero dizer também que, na próxima leitura do Senador, eu também tenho um agradecimento por ter acatado uma emenda de minha autoria para o meu querido Mato Grosso do Sul.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nobre companheiro Confúcio Moura, eu quero cumprimentar também o nosso Relator, porque esse é craque, mais do que o Romário. Pelo menos da área de orçamento e da política, ele é campeão.

Então, eu quero aqui também ser testemunha do que foi o trabalho do nosso Relator para que hoje o Brasil tivesse recursos no Ministério dos Transportes.

O Ministro Renan Filho vai ter que fazer uma estátua – e eu acho que vai ser de ouro, não de bronze – pelo trabalho efetivado pelo nosso Relator. Hoje o Brasil todo tem que agradecer, porque, se tem recursos hoje para a melhoria da malha rodoviária no Brasil, isso foi graças exatamente ao trabalho do nosso Relator, que, agora, mais uma vez, mostra a competência, fazendo um relatório primoroso, atendendo a todos, mas, principalmente, atendendo o Brasil.

Quanto à emenda na área de restauração, essa área aquaviária é fundamental. E eu destaco aqui, no meu Estado de Mato Grosso, a Hidrovia Paraguai-Paraná. Temos que restabelecer a partir de Cáceres, a dragagem do rio, e esses recursos, com certeza, serão importantes. Como V. Exa. colocou, é um meio de transporte mais barato. Na Amazônia toda, nós temos o transporte de passageiros fundamental através do aquaviário.

Com isso eu quero também aqui registrar para Mato Grosso... Eu estive, nessa semana, com o Ministro Renan Filho. E aí, dando sequência ao trabalho, está o nosso companheiro, que assumiu o mandato, representando o Mato Grosso, que é o Senador Mauro Carvalho. Eu aqui destaco a competência do Senador Mauro Carvalho, dando prosseguimento a uma agenda que eu sempre quis trabalhar e a que me dediquei, que foi principalmente essa área da infraestrutura.

Aí eu destaco os recursos para a segunda etapa do anel viário, o contorno viário, o Contorno Norte de Cuiabá. Essa obra – a gente vem trabalhando lá há uns 10, 15 anos – é uma obra fundamental, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela vai exatamente tirar o trânsito de caminhões passando pelo centro de Cuiabá, o que ainda acontece. Nós temos a Rodovia dos Imigrantes, que liga Cuiabá a Várzea Grande, mas liga as BRs 163, 364, 080, 070, tudo passando pela Imigrantes, e, aí, o congestionamento é muito grande. Esse trabalho a gente vem fazendo junto com o Senador Jayme Campos, e, hoje, é o trabalho do Senador Mauro Carvalho. Ele continua exatamente junto com o Governo do estado, já que ele vai voltar a ser o Secretário-Chefe da Casa Civil, Secretário de Governo, Chefe da Casa Civil.

Eu destaco também aqui mais outra obra importante, que é a conclusão do anel viário de Barra do Garças. Hoje já está tendo toda a fluência, já inauguramos, tirou o trânsito pesado de Barra do Garças, de Pontal e de Aragarças. Agora são obras complementares, como a iluminação, enfim, obras para fazer com que aquela região seja a mais bonita, a mais linda ali dos dois estados, na confluência dessas três cidades, através do encontro do Rio Araguaia com o Rio Garças.

E ainda destaco as BRs importantes de Mato Grosso que o ministério, com esses recursos, terá possibilidade também de trabalhar: a BR-158, para a qual já foi dada a ordem de serviço; a BR-242, sobre a qual estamos lutando ainda na questão ambiental, para que seja aprovada com licença ambiental e autorização da Funai, para que a gente possa concluir a BR-242; e as obras também da BR-080.

E eu destaco, na minha cidade, principalmente a travessia urbana de Rondonópolis, onde o Dnit já aceitou o projeto, e poderemos ter, então, as obras do Trevão de Rondonópolis sendo licitadas pelo Dnit no próximo ano. Mas tem obras que já vão acontecer na sequência, que é exatamente a Ponte do Lourencinho, na BR-364, saindo para Pedra Preta e para o Estado de Goiás. É um trecho ali que acontece num afunilamento, e estão acontecendo muitos acidentes. Por isso, a nossa preocupação e o nosso trabalho para que seja licitado. Agora já foi autorizado, a Sema vai fazer a licença ambiental, e eu acredito que, logo no início do ano, já teremos também a licitação e, no ano que vem, então, obras importantes nesse trecho, que vão, então, evitar os acidentes.

Por isso, Marcelo Castro, nosso craque, nosso professor, nosso catedrático, uma pessoa que, na sua paciência, na sua competência, na capacidade de diálogo, tem ajudado muito o Brasil – eu não diria nem o Governo; mais do que o Governo, já que V. Exa. é do PMDB –, tem feito um trabalho brilhante, principalmente na Comissão de Infraestrutura, mas, enfim, em todas as áreas.

E eu quero aqui dizer que eu votei contra o aumento dos impostos exatamente pela linha que o Senador Esperidião Amin colocou. O Governo Federal tem sido muito ávido só em arrecadar, arrecadar, e a concentração do bolo tributário fica ali muito na mão do Governo. E essa situação de Santa Catarina não é diferente da de outros estados. No meu Estado de Mato Grosso, tivemos que assumir a BR-174, estadualizando-a, tirando a obrigação do Governo Federal.

Portanto, esse alerta, esse trabalho do Senador Esperidião Amin é muito importante. O Governo Federal tem que entender que é no município, que é nas regiões que as pessoas vivem, e a melhor forma é fazer uma grande parceria com os municípios e com os estados.

Então, um grande abraço, Senador Confúcio Moura, e também ao nosso campeão Marcelo Castro. Felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes pela sua exposição.

Encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Marcelo Castro para a LDO.

Vamos em frente agora.

Projeto não terminativo: deliberação das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto da Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

A relatoria das emendas da Comissão é do Senador Marcelo Castro.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós vamos apresentar o nosso relatório agora para selecionar as emendas que nós vamos apresentar ao Ploa.

O que nós aprovamos foi da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e agora vamos para a LOA. São recursos para o ano que vem, emendas que nós vamos apresentar para a CMO sobre o Orçamento do ano que vem.

Se V. Exa. permitir, vou direto à análise.

O art. 43 da Resolução nº 1, de 2006-CN, prevê que as Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e as Comissões Mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do art. 44, §1º, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão (art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional). As emendas devem ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto (art. 44, inciso II). Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento (arts. 44, inciso II, e 47, inciso V).

Por fim, caso a emenda verse sobre ação que contemple obra, ela deve prever a execução de um único empreendimento, exceto quando aportar recursos em subtítulo constante do projeto de lei. Trata-se de interpretação que o Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CAE/CMO) costuma conferir aos arts. 41, inciso III, e 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As indicações de emendas no âmbito das Comissões do Congresso Nacional devem observar alguns requisitos regimentais, notadamente a pertinência temática com as competências da Comissão, além de apresentarem interesse nacional. Isto é, os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando à região ou localidade específica.

Nesse sentido, podemos afirmar que, em interpretação menos restritiva, todas as emendas à despesa apresentadas guardam compatibilidade com as normas regimentais, uma vez que estão alinhadas às competências da Comissão, bem como possuem interesse nacional.

Não obstante, conforme já mencionado no presente relatório, existe uma limitação numérica para que esta Comissão apresente emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, e somente isso).

Para a seleção dentre as muitas emendas – todas meritórias – utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão, buscando prestigiar aquelas com maior número de repetições. Então, aquelas emendas que tiveram mais Senadores apresentando tiveram preferência. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso, em observância ao princípio que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, propomos a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto da infraestrutura nacional.

Assim, considerando a faculdade de a Comissão apresentar até 4 (quatro) emendas de remanejamento à despesa, somos pela aprovação das seguintes propostas, a serem convertidas em emendas de remanejamento:

1. Sugestão de Emenda nº 04, de autoria do nobre Senador Confúcio Moura, para Construção de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) – na BR-419, Mato Grosso do Sul – no Estado de Mato Grosso do Sul, no valor de R$120 milhões;

2. Sugestão de Emenda nº 50, da Senadora Tereza Cristina, para Adequação de Trecho Rodoviário – Campo Grande - Terenos –, na BR- 262, Mato Grosso do Sul, com a correção proposta no subtítulo em razão de erro material na formulação da proposta e no valor de R$210 milhões;

3. Sugestão de Emenda nº 69, para construção de Trecho Rodoviário – divisa Maranhão-Piauí – entroncamento BR-135(A)/235(A) em Bom Jesus – na BR-330-PI – no Estado do Piauí.

Aqui eu quero fazer uma observação: essa estrada, essa BR-330 corta transversalmente à região dos Cerrados do Piauí, Senadora Tereza Cristina, que a senhora conhece muito bem e que faz parte do Matopiba, que é a região hoje mais dinâmica, que mais cresce, que mais se desenvolve, que mais gera emprego e renda no Estado do Piauí. Quanto à melhoria das condições de vida e ao crescimento das cidades daquela região agora, segundo o IBGE, as cidades que mais cresceram no Piauí foram as regiões exatamente do Cerrado, por causa do grande investimento que está havendo naquela região.

E, de resto, há uma crítica generalizada dos produtores, que é exatamente a falta de rodovias suficientes para tanto chegar aos insumos quanto para escoar a produção, porque hoje estão escoando, grande parte dela – a soja principalmente –, pelo Porto do Itaqui, lá em São Luís do Maranhão. Essa semana, o meu motorista foi a São Luís e voltou de lá encantado. Quer dizer, ele encontrou muita dificuldade de dirigir o carro, porque era uma fila de carretas que não tinha fim, carregando soja e indo todas para o Porto do Itaqui.

Então, eu entendo, está sendo construída agora uma ponte sobre o Rio Parnaíba, que divide o Piauí do Maranhão, e essa estrada vem cortar transversalmente, o que vai beneficiar todo o Cerrado do Piauí no escoamento da produção. É uma obra que está no PAC do Governo do Presidente Lula e que nós estamos colocando aqui, abrindo aqui essa emenda, para possibilidade de colocar recursos.

E a outra emenda de remanejamento, também no Piauí, é a duplicação da BR-316 que sai de Teresina no sentido sul. Aliás, essa é uma providência já bastante atrasada, porque Teresina ficou sendo a única capital do Nordeste do Brasil que não tinha as suas chegadas à capital – pelas BRs – duplicadas. E isso, de certa forma, trazia um constrangimento da classe política do Piauí, porque de vez em quando alguém jogava para a gente: "É a única capital do Brasil que não tem as suas BRs duplicadas". Todas as demais têm, e não precisa nem citar a BR-101, que passa por várias capitais do Nordeste do Brasil, e todas elas duplicadas.

Então, essa é uma duplicação que também está no PAC, e nós estamos apenas ajudando o Governo Federal, apresentando essa emenda, com a esperança de que o Relator Setorial e o nosso Relator-Geral possam reforçar essas ações tão importantes para o nosso estado.

Além disso, indicamos as seguintes...

Ah sim, outro assunto que eu gostaria de tratar. Três Senadores apenas fizeram emenda de remanejamento: o Senador Confúcio Moura, a Senador Tereza Cristina e o Senador Marcelo Castro. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitei que eram quatro emendas, e, então, nós colocamos as quatro emendas para atender a todo o conjunto.

Além disso, indicamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação, de autoria aqui da Comissão:

1. Sugestão de Emenda nº 106, do Senador Eduardo Braga, para Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais – Na Região Norte, no valor de R$250 milhões, que também contempla o objeto da proposta nº 2 do Senador Confúcio Moura. Os dois apresentaram a mesma emenda.

Nós entendemos, Senadoras e Senadores, por isso foi que acatamos, que a Região Norte tem quase 50% do território nacional. É uma região em que chove muito, e nós sabemos da carência que tem. Inclusive, se olharmos para o mapa do Brasil vamos ver que as BRs nacionais são muito poucas na Região Norte. O Amazonas, por exemplo, tem pouquíssimas. Então, nós achamos a proposta muito boa, apresentada pelos dois Senadores, e resolvemos acatá-la.

2. Sugestão de Emenda nº 98, para Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins, de autoria do Senador Irajá Abreu, no valor de R$1,1 bilhão – essa é uma obra que já está em curso, e vem faltando recurso para poder dar andamento a ela –, que também contempla o objeto das propostas nºs 14, 80, 81 e 101, respectivamente dos Senadores Jader Barbalho, Fernando Farias, Zequinha Marinho e Jayme Campos. Então, todos eles, preocupados com a navegabilidade do Rio Tocantins, apresentaram essas emendas, que nós estamos acatando. São emendas de apropriação.

3. Sugestão de Emenda nº 61, da Senadora Daniella Ribeiro, para Mapeamento Geológico do Brasil – essa é uma coisa muito importante, para ser feita pela CPRM –, no valor de R$250 milhões, que também contempla o objeto das propostas nº 10, 35, 54, 60, 65, 83, 86 e 102 – então, de todas as emendas, foi a que teve o maior número de Senadores apresentando a mesma proposta –, respectivamente dos Senadores Irajá Abreu, Augusta Brito, nossa ilustre Presidente aqui do momento, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Otto Alencar, Lucas Barreto e Soraya Thronicke. Essa emenda praticamente tem, Senadora Augusta, unanimidade – ou pelo menos um consenso – aqui na nossa Comissão.

4. Sugestão de Emenda nº 71, para Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes – Nacional, naturalmente, de minha autoria. E eu já fiz a justificativa aqui quando falei da LDO, que é a carência que nós temos no Brasil de um planejamento de médio e de longo prazo, e eu estou reforçando essa ação do Governo Federal para que o Governo possa ter mais recursos para exatamente fazer projetos em todas as regiões do Brasil, para que, quando a gente for colocar, lutar por um recurso, já saber que aquele recurso será aplicado porque o projeto já está aprovado, licenças ambientais também, quer dizer, isso é antecipar a solução de problemas.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito...

Porque foram 104 emendas, olhem a dificuldade do Relator. E eu peço desculpas aqui a todos os Senadores que eu não pude acatar, mas foram 104 emendas feitas nesta Comissão, para a gente escolher quatro, então a dificuldade da gente é muito grande. Aí nós priorizamos essas aqui – eu estou explicando as razões –, procurando atender àquelas que tinham o maior número de Senadores, demonstrando o interesse maior da Comissão.

Não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão permanente, regulado no art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN.

Relativamente às propostas de aperfeiçoamento do texto do Ploa 2023, cumpre salientar que a sugestão de nº 105 padece de insanável vício de inconstitucionalidade, porquanto atente contra o princípio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da exclusividade insculpido no art. 165, §8º, da Lei Fundamental, que reveste as leis do sistema orçamentário, em especial a lei orçamentária anual.

Segundo o invocado dispositivo, a lei orçamentária anual não admite caudas, cingindo-se à previsão da receita e à fixação da despesa, com as exceções exaustivamente expressas no próprio texto constitucional, que não abrigam o louvável intento com a propositura.

Voto.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de Governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) Pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento nºs 04, 50, 69 e 70;

II) Pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 106, 98, 61 e 71.

III) Pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Esse é o parecer, Senadora Augusta Brito, que nos honra aqui com a sua presença, presidindo aqui a nossa Comissão de Infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos e a todas.

Primeiro, quero parabenizar o Exmo. Relator, o Sr. Senador Marcelo Castro, que tão bem fez aqui a leitura do seu relatório, explicando e detalhando o acatamento e o não acatamento das emendas que foram propostas.

Eu coloco agora em discussão o relatório do nobre Senador.

Para discutir, nós já temos aqui a Senadora Tereza, que poderá fazer uso da palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Senadora Augusta Brito, nossa Presidente aqui da CI.

Eu quero parabenizar, de maneira muito efusiva, a competência do nosso Relator Marcelo Castro, pela sua experiência, pelo seu temperamento acolhedor de ouvir a todos, mas, principalmente, pela sua experiência em orçamento, fazendo aí um belíssimo relatório e podendo acatar, tendo um critério para acatar as emendas – eu sei que não é fácil –, dentro da nossa limitação de acolhimento dessas emendas.

Quero dizer que a navegabilidade e as hidrovias brasileiras precisam e muito do nosso interesse, do nosso olhar e de recursos para que elas possam trabalhar, funcionar de maneira mais eficiente. No meu estado, nós temos lá o Rio Paraguai e o Rio Paraná, nós temos duas hidrovias, somos presenteados aí com duas hidrovias, mas precisamos hoje de muitos investimentos na hidrovia do Paraguai, porque nós temos lá uma grande mineração no Município de Corumbá.

Eu ouvi aqui o nosso ilustre e eminente colega, também um grande especialista em infraestrutura, que é o Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, do meu estado vizinho, irmão, falando sobre os investimentos necessários em Cáceres, mas também em Cáceres, Corumbá, Porto Murtinho nós precisamos de investimento para que essa hidrovia possa trabalhar com maior eficiência, carregando aí os minérios e desafogando uma outra emenda que o senhor está aí nos concedendo, a 262, um trecho da 262.

Hoje a 262, que vem de Vitória, no Espírito Santo, a Corumbá, no Mato Grosso do Sul, talvez seja a nossa rodovia mais demandada no Mato Grosso do Sul. Por quê? Nós temos lá os minérios, em Corumbá, que, como a hidrovia não é suficiente, acabam vindo pela rodovia, pela 262, uma rodovia que passa por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trecho do Pantanal sul-mato-grossense, que é uma rodovia mais frágil. E hoje nós temos aí um fluxo de caminhões, de mais de 400 caminhões/dia, que passam por essa rodovia, saindo com minério de Corumbá para São Paulo.

Nós temos, num outro trecho dessa rodovia, duas papeleiras enormes sendo construídas, uma da Suzano, com um investimento de R$22 bilhões, onde nós temos o eucalipto que sai e também, depois, o eucalipto que vem para a fábrica e, depois, sairá para São Paulo, para o Porto de Santos. Como nós temos a nossa ferrovia, que não funciona, então essa estrada é altamente demandada hoje e, portanto, necessita de muitos investimentos. Não estamos nem querendo falar hoje de pista dupla, nós estamos querendo falar de melhoramento de terceira faixa nas subidas, enfim, melhoramentos para que essa rodovia possa funcionar de maneira eficiente e segura para também os carros que trafegam por ela. Hoje nós temos muitos acidentes acontecendo, pela intensidade do tráfego que essa rodovia acolhe.

Então, quero agradecer aqui e dizer que eu fico muito feliz de ver também a gente ter aí um olhar especial para o Matopiba, que não é diferente do meu estado e que até precisa de mais recursos e infraestrutura, pelo que a gente vem assistindo do desenvolvimento que chegou através da iniciativa privada, mas o estado tem que comparecer com essas obras de infraestrutura, pontes, rodovias, ferrovias, enfim, para que a produção e essa riqueza possam ser escoadas, fazendo a riqueza daquela região, daquela cidade. Porque onde a agricultura se instala, a gente pode ver que os IDHs de todas essas cidades são os mais altos hoje Brasil, contrariando aí o que muitos falam sobre o agronegócio, que o agronegócio só traz pobreza. Ao contrário, traz riqueza, e muita, para essas regiões e essas cidades onde o agro se instala, o agro tecnológico, o agro que traz eficiência e riqueza para as regiões.

Então, não poderia deixar aqui, como último ponto, também de elogiar essa emenda para se fazer um mapeamento geológico do Brasil. O Brasil está muito atrasado com isso, Senador Marcelo. Nós já há muitos anos precisamos conhecer esse nosso subsolo de maneira mais eficiente, saber como explorar e onde explorar. Nós temos aí vários países no mundo que vivem da mineração, e o Brasil ainda conhece pouco, não é? Conhece, mas conhece pouco das suas riquezas minerais.

Então, parabéns pelo relatório!

E o meu voto é "sim", apesar de ser simbólico. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Presidência toma ciência e parabeniza também a nobre Senadora Tereza Cristina pelas proposições, a apresentação de emendas e a participação também em todas as Comissões, defendendo aí, com certeza, o interesse do estado, e não só do estado, mas de todo o nosso país.

Agora, não havendo mais quem queira discutir, encerramos a...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Opa! Há o Senador Chico Rodrigues, que quer, agora, fazer uso da palavra para discutir.

Pois não, será um prazer ouvi-lo, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Senadora Augusta, eu apresentei, obviamente como os demais Senadores, algumas emendas à CI, e, lógico, nós sabemos obviamente do espaço muito restrito de aproveitamento das emendas por parte do Relator, mas, na verdade, eu gostaria de deixar um registro aqui, em relação à emenda que havia até inclusive, anteriormente, ponderado com o Relator Marcelo Castro, de uma complementação de rodovia no nosso estado, com aproximadamente 86km, que liga o nosso país à República Cooperativa da Guiana. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma estrada importante, até pela necessidade que tem não apenas da ligação rodoviária asfáltica, mas pela posição estratégica e política em que nós vivemos hoje, que o nosso estado vive hoje em relação a essa ligação com a Guiana e as relações atuais conflituosas entre a Venezuela e a Guiana. Então, ela fica quase num lugar geométrico ali entre os dois países. Então, fica feito esse registro da apresentação da nossa emenda.

E eu gostaria, obviamente, de recorrer aqui ao Relator Marcelo Castro, porque, em outras relatorias, não tenho logrado êxito com ele, em outros anos anteriores, em algum pedido de inclusão de emendas de nossa autoria, mas para que pudesse, na verdade, nos contemplar, porque aqui, lógico, tem uma acomodação natural, política, sei lá, em relação às emendas, e todos que apresentaram são estratégicos logicamente. Quem apresentou emenda, o Senador que apresentou emenda obviamente é por interesse do seu estado ou interesse nacional, enfim. E eu gostaria de deixar um registro, porque, além de ela ser extremamente estratégica, e importante, e fundamental, e necessária para o nosso estado, porque é a ligação entre o km 100 e a sede do Município de Normandia, na fronteira com a República da Guiana, é também uma obra que se arrasta há muitos anos, e há uma importância, no momento atual, da execução dessa obra. Nós, inclusive, temos colocado recurso de emendas individuais mesmo, até para estudos, etc. Como estão sendo concluídos, foram concluídos estudos pelo Dnit, agora entrou na fase de licitação de pontes, de asfaltamento, etc., etc.

Então, eu gostaria de deixar este registro nesta Comissão: fico também de acordo. Apesar de não ter sido contemplado, fico de acordo com o relatório do Senador Marcelo Castro.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Senadora Augusta, eu quero me justificar aqui com o nosso amigo e grande Senador de Roraima, nosso Senador Chico Rodrigues, porque, no meu relatório, eu cometi um equívoco. A emenda para estudos, projetos e planejamentos que eu coloquei aqui como sendo da minha autoria e da autoria do Senador Irajá Abreu é também da autoria do Senador Chico Rodrigues. Então, ele foi contemplado nessa emenda, que teve três Senadores que entenderam que era uma emenda meritória, porque uma das carências que tem o nosso país é falta de projeto e de planejamento.

E vou me justificar aqui com o Senador – eu já havia falado, mas ele chegou depois – que, no meu trabalho, não tem como a gente não cometer injustiças. São 104 emendas, e todas são importantes para o país. Nós procuramos priorizar aquelas que tivessem mais um caráter nacional e aquelas que tivessem o maior número de Senadores lutando por aquela emenda.

Então, no caso aqui da emenda do mapeamento geológico do Brasil, nós tivemos a apresentação pelo Senador Irajá Abreu, pela Senadora Presidente Augusta Brito, pelo Senador Alessandro Vieira, pelos Senadores Jorge Kajuru, Tereza Cristina, Otto Alencar, Lucas Barreto e Soraya Thronicke. Você vê que é um interesse de toda a Comissão praticamente; quer dizer, muitos apresentaram essas emendas aí.

A outra foi o Canal do Tocantins, que foi apresentado pelo Senador Irajá, pelo Senador Jader Barbalho, pelo Senador Fernando Farias, pelo Senador Zequinha Marinho e pelo Senador Jayme Campos, e nós sabemos que é uma hidrovia importantíssima para o Brasil. Um rio maravilhoso, como o Rio Tocantins, com essa dificuldade, porque exatamente não teve os recursos para poder fazer essa obra tão importante para permitir a navegabilidade de uma maneira mais eficiente.

E a outra emenda que nós acatamos foi a da restauração e recuperação das rodovias da Região Norte, que inclui o glorioso Estado de Roraima. Como a Região Norte tem 45% do território nacional, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgamos que seria importantíssimo, porque pega o Estado do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins. Então, são 45% do território nacional e nós sabemos que lá nós temos muitas carências nas nossas rodovias. Por isso, fizemos o acatamento dessa emenda.

Então, estou só me justificando, Senador. É claro que todo Relator e eu, em especial, gostaríamos de acatar todas as emendas. A emenda que ele apresentou sem nenhuma dúvida é meritória e importantíssima, mas, como a gente, de 104, tem que rejeitar 100 e aprovar só 4, eu não tive outra escolha a não ser fazer utilizando esses critérios que eu expus aqui.

É a minha justificativa.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, eu acho que...

O Senador quer...

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Ainda não concluído, mas, pela ordem ainda, eu gostaria de dizer, inclusive, que o Senador Eduardo Braga apresentou essa emenda, e lógico que o Senador Marcelo Castro se referiu... Realmente o nosso estado é contemplado.

Inclusive, Senador Marcelo, essa emenda poderá ser utilizada também nessa 401, BR-401, parte dela, obviamente, e lógico que eu não tinha lido o relatório de V. Exa. ainda, mas ela pode ser adequada à nossa demanda, porque, como já disse, é uma estrada extremamente estratégica, importante... Ela está sobre um manto de petróleo e gás gigantesco também, enfim, na fronteira, na região lindeira à Bacia do Tacutu, que é a Bacia Brasil-Guiana... Então, eu vou me valer desta emenda também para ajudar o Estado de Roraima a ser contemplado com parte desse recurso para atender a esse eixo da 401.

Então, quero agradecer ao Relator, que é mais experiente que todos nós aqui. Quem mais entende, hoje, de orçamento aqui nesta Casa é o nosso querido Senador Marcelo Castro.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, eu aqui quero também fazer um breve comentário sobre o relatório, parabenizar mais uma vez também o Senador Marcelo Castro pela sensibilidade, pela técnica que foi aplicada realmente no acatamento das emendas e dizer que bom que o Senador Chico Rodrigues, dentro de uma emenda que foi aprovada com amplitude maior, pode também estar contemplado com a sua emenda, que aqui já tinha sido falada e explicada aqui pelo nobre Senador. E quero dizer que, se eu pudesse, estaria subscrevendo essa outra emenda de sua autoria sobre a questão dos projetos, que a gente sabe que realmente são fundamentais para que aconteçam as obras.

Tem que vir o projeto, o estudo, a licença ambiental, antes de começar uma obra. Então, a gente sabe dessas dificuldades, desses impasses que vão impedindo e demorando, fazendo com que essas obras que a gente tanto sabe que são justas e necessárias para o nosso país tenham um pouco mais de lentidão.

Então, quero parabenizá-lo especialmente pela relatoria, a todos os Senadores que fizeram proposições – e Senadoras –, especialmente também aqui o Senador que, tenho certeza, foi contemplado agora também com essas emendas que foram aprovadas pelo nosso Relator Marcelo Castro.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar agora a discussão, e a votação será simbólica.

Em votação o relatório que foi apresentado pelo Senador Marcelo Castro.

As senhoras e os senhores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas do relatório serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para as devidas providências.

Agora, antes de encerrar esta reunião, submetemos à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foram aprovadas as atas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas, especialmente também de toda a assessoria da Comissão, desejando aí um ótimo dia para todos.

(*Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Hamilton Mourão, Paulo Paim e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 75/2023 - CI, de autoria da Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e do Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), REQ 82/2023 - CI, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), e REQ 86/2023 - CI, de autoria da Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil. **Participantes:** Mauro Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); Bruno Santos Abreu Caligaris, Coordenador-Geral das Indústrias Química e Petroquímica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Adriano Espeschit, Presidente da Potássio do Brasil; Kleber de Almeida Prado, Representante do Conselho Indígena Mura; Luís Inácio Lucena Adams, Ex-Advogado-Geral da União; e Bernardo Silva, Diretor-Executivo do Sinprifert (Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira, Lucas Barreto e Jorge Seif. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Tereza Cristina
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Carlos Viana, Izalci Lucas, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 55/2023 - CI, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater o uso de aquecedores solares nos programas habitacionais do Governo Federal. **Participantes:** Eduardo Montalvão, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Solar Térmica (Abrasol); Lívia Raggi, Chefe de Gabinete Adjunta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Michel Sednaoui, Coordenador da Força Tarefa Social da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); e Alexandra Albuquerque Maciel, Coordenadora de Projetos do Ministério de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Chico Rodrigues, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1765, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2125, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2449, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade dos projetos. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4247, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso I do caput do art. 139-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a atividade de moto-frete independentemente da categoria de registro do veículo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2647, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 111, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para prever a não incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre adicional de energia elétrica, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 562, de 2021 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Denomina Anel Viário Governador Maguito Vilela o anel viário do Município de Jataí, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 757, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2458, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1-CRA e 2-CRA, na forma proposta no Parecer (SF) nº 8, de 2023, da CRA, e com emendas e subemenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2686, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina "João Bosco de Aquino Araújo", o trecho rodoviário no Km 468.6 da BR 070/GO até o Km 6,7 da BR 070/MT, no Contorno Rodoviário de Aragarças/GO; pontal do Araguaia/MT e Barra do Garças/MT." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3386, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina "Afro Stefanini" o Terminal Ferroviário de Rondonópolis, na Ferrovia Vicente Vuolo - Ferronorte, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 87, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2386/2019, que "altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para instituir a caução obrigatória para garantia do descomissionamento ou da descaracterização de barragens de rejeitos de mineração e de resíduos industriais"." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Wilder Morais (PL/GO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Wilder Morais, lido e aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 88, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento excessivo de tarifas aéreas." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Subscrito pelos Senadores Jorge Kajuru e Wellington Fagundes, lido e aprovado. Solicitada verbalmente pelo Senador Wellington Fagundes e aprovada a inclusão de um representante da Passaredo Linhas Aéreas. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 89, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo (PAC) destinados ao desenvolvimento regional do entorno do Distrito Federal (DF), com foco especial no projeto do VLT. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o senhor Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia (GO); o senhor Josiel França Penha Neto, Administrador Regional de Santa Maria (DF); representante da Superintendência Municipal de Trânsito de Luziânia (GO); o senhor Carlos da Liga, Presidente da Câmara Municipal de Luziânia (GO); o senhor Valter Casimiro, Secretário de Transporte e Mobilidade do DF; o senhor Wellington Luiz, Presidente da Câmara Legislativa do DF." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 90, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2023 - CI, seja incluída a convidada Maria Caroline Fleury de Lima, Secretária de Estado do Entorno do DF na Audiência Pública objeto do REQ 89/2023." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 91, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o ACÓRDÃO Nº 2366/2023 – TCU, em especial o item 9.1.2, que determina à Casa Civil da Presidência da República a elaboração de plano de ação para preparação do Governo Brasileiro para as negociações da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu que contemple proposta de critérios para orientar a seleção e priorização de projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental e em infraestrutura previstos para serem realizados por Itaipu Binacional." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 92, de 2023** que: "Requer Inclusão de participante no RQS 88/2023" **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jorge Kajuru, lido e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Jayme Campos, Wilder Morais, Weverton, Zequinha Marinho, Irajá e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Com a palavra o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu peço a palavra para, muito resumidamente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pedir que o senhor faça constar da pauta o requerimento que eu apresentei e dar uma brevíssima explicação.

Desde maio que eu venho alertando – e peço a atenção especialmente dos que se preocupam com o consumo de energia elétrica – que Itaipu está renegociando o Anexo C, famoso Anexo C do Tratado de Itaipu. Isso é uma responsabilidade do Ministro da Casa Civil, do Ministro de Minas e Energia e do Ministro das Relações Exteriores.

Eu não vou entrar em detalhes, mas tenho a história dos meus alunos que fizeram um trabalho sobre isso quando completou 35 anos o tratado, e os meus alunos foram profetas. O fato é o seguinte: desde maio, V. Ex. prestigia os requerimentos que eu faço a respeito da aplicação em projetos socioambientais de Itaipu, o que eu chamo de pequeno orçamento secreto. Neste ano, são US$365 milhões que são aplicados em municípios, nos 399 municípios do Paraná e nos 47 municípios do Mato Grosso do Sul apenas – não sei se foi porque a bancada do Norte não se preocupou.

E eu queria chamar a atenção para um tópico só do acórdão do Tribunal de Contas da União sobre este assunto. O acórdão é datado de 24 de novembro, portanto, atualíssimo, por isso que eu insisto na aprovação desse requerimento. O item 9.1.2 do acórdão diz o seguinte: que tem que ser apresentada proposta de critérios para orientar a seleção e priorização de projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental e em infraestrutura previstos para serem realizados por Itaipu, que são os US$365 milhões que já foram aplicados. Então, é urgente.

O problema... Não sou contra que a empresa distribua dinheiro pelos municípios. Nós estamos vendo aí o Senador Lucas Barreto entrando com toda a sorte de medidas para evitar que o seu estado sofra um reajuste de energia elétrica de mais de 40%.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – De 44,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De 44,5%.

O problema é quando joga na tarifa. E isto aqui, projetos socioambientais com recursos investidos pela diretoria de Itaipu em municípios – 399 municípios do Paraná e 47 do Mato Grosso do Sul –, vai para a tarifa do Brasil inteiro – do Brasil inteiro.

Então, o requerimento é para que, pelo menos neste tópico, nós tenhamos o convite aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem esse pedido extrapauta do Senador Esperidião Amin, que a gente defere e está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente Confúcio Moura, o meu querido Jorge Kajuru...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nasser.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... Nasser; cumprimentar o nosso querido Esperidião Amin.

Itaipu, agora – eu até mandei para o senhor a mensagem –, R$100 milhões para investimento em propaganda. Governo que é bom não precisa de propaganda: a população sabe, sente e vê.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nós somos acionistas...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sim, nós discutimos aqui.

Então, R$100 milhões de propaganda que vão ser inseridos na conta do Brasil.

Lá no Amapá, é diferente, Senador. Eu acabei de conseguir o número – acho que passou, inclusive, o seu, passou das 41 assinaturas, com a assinatura do Senador Confúcio também – para a CPI da Ceee Equatorial. Nós descobrimos que eles cobraram R$500 milhões, e a Aneel aprovou: R$500 milhões eles querem cobrar na fatura, que é esse reajuste. Eles querem cobrar desde 2017, mas eles tomaram posse no ano passado, eles passaram a administrar no ano passado.

Agora, o que é mais interessante: dos R$500 milhões, R$250 milhões eles gastaram, num mês – em um mês –, em investimentos. E a planilha deles diz poste, transformador, isolador, mas não contabiliza número, ou seja, valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós sabemos que – inclusive, fui eu, lá atrás –, quando do apagão, houve uma onda de queima, porque não suportava a carga quando você ligava para um bairro ou outro, e a Eletronorte, naquela época, emprestou para a CEA três ou quatro transformadores – tinha um transformador que inclusive era da Subestação Macapá 2, que atendia toda a Zona Norte da cidade de Macapá. Lá havia um transformador de 25kVA, queimou e aí colocaram um de 13kVA, que não suportava. Então, a gente arrumou lá com o Pardauil, que era o Presidente da Eletronorte, e esse transformador ficou lá, e eles compraram um transformador usado, e estão cobrando, acreditamos nós, o valor de um novo.

Então, vai ser muito importante...

E esse requerimento também é muito importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aqui, Senador Esperidião, nós estamos aguardando o quórum de 12. Vai ficar já considerado lido e discutido. Só a votação que, daqui a pouco, a gente coloca.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes, aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Presidente Confúcio Moura, um dos maiores orgulhos desta Casa, eu pediria uma fineza a todos os amigos e amigas presentes porque hoje, 28 de novembro de 2023, justifica-se o meu apelido de Senador Bolt, porque eu tenho quatro relatórios até meio-dia e duas audiências em ministérios. Então, eu pediria a inversão de pauta para um extrapauta que é simples e objetivo, que é um requerimento importantíssimo para a história do Entorno de Goiás e do Distrito Federal, por fineza, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, pode continuar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, o que eu quero é solicitar a aprovação do Requerimento nº 89, de 2023, de minha autoria, propondo uma audiência pública sobre o uso dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o desenvolvimento regional do Entorno do Distrito Federal, focando no projeto do veículo leve sobre trilhos (VLT).

O VLT, planejado para ligar Brasília a Luziânia (GO), é gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Este projeto promete um transporte público eficiente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável, alcançando até 100km/h e conectando pontos estratégicos. Com um custo estimado de R$80 milhões, financiado pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o projeto beneficiará cerca de 560 mil pessoas do Entorno, entre milhares que trabalham, acordam 1h da madrugada para chegarem aqui às 6h, trabalharem e voltarem às 11h da noite às suas casas e nem verem seus filhos e seus companheiros. Além disso, há planos de expansão para Santa Maria, incluindo mais 4km de trilhos.

A aprovação desta audiência pública permitirá uma discussão aprofundada sobre o projeto e seu impacto na região. É um sonho meu, como Senador, vê-lo concretizado, até porque o Presidente Lula fez esse compromisso no começo do mandato comigo. E é, evidentemente, muito mais um sonho de todos os trabalhadores do Entorno. Também é o desejo da Senadora Leila do Vôlei, do Distrito Federal, portanto, é este o requerimento que peço para o extrapauta, Presidente Confúcio Moura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse... Desculpe a minha assessoria, mas eu, com 8% de visão, qual a chance de ler? Então, por gentileza... Obrigado, Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esse é um requerimento que está na pauta, é o item 13, do Senador Kajuru.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 89, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo (PAC) destinados ao desenvolvimento regional do entorno do Distrito Federal (DF), com foco especial no projeto do VLT.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

o senhor Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia (GO);

o senhor Josiel França Penha Neto, Administrador Regional de Santa Maria (DF);

representante da Superintendência Municipal de Trânsito de Luziânia (GO);

o senhor Carlos da Liga, Presidente da Câmara Municipal de Luziânia (GO);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor Valter Casimiro, Secretário de Transporte e Mobilidade do DF;

o senhor Wellington Luiz, Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Estão em discussão os dois requerimentos do Senador Kajuru. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será daqui a pouco, quando atingirmos o quórum.

Kajuru, se você quiser cuidar da sua audiência, pode ir tranquilo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Graças a Deus, eu quero ter o prazer de ficar aqui. Eu só tenho, às 10h30, um compromisso, porque o Ministro do Esporte cancelou agora às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Continuando, item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1765, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE

2. Votação simbólica

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou pedir aqui ao Senador Lucas Barreto, por gentileza, *ad hoc*, para fazer a leitura desse requerimento do Senador Eduardo Braga.

Desse relatório dele, por gentileza.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Serviços de infraestrutura sobre o Projeto de Lei 1.765, de 2019, do Deputado Júnior Ferrari, que altera a Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante previsto no art. 17 da Lei 9.432.

Passamos a analisar o Projeto de Lei 1.765, de 2019, que visa prorrogar o prazo de não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre as cargas com origem ou destino nas Regiões Norte e Nordeste do País. Apresentada em 26 de março de 2019 pelo Deputado paraense Júnior Ferrari, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e remetida ao Senado Federal em 7 de julho de 2022. Nesta Casa, a matéria foi despachada para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura e seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria está estruturada em três artigos, sendo que o primeiro deles veicula o seu objetivo; o segundo altera o art. 11 da Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, que trata de matérias tributárias diversas; e o terceiro é a cláusula de vigência imediata.

A alteração promovida pelo PL prorroga até 2028 benefício instituído pela Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário. O art. 17 da lei comanda que "não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País".

O texto aprovado pela Câmara inclui ainda um parágrafo único no art. 17 da Lei 11.482, de 2007, para criar uma regra de transição: "o montante do benefício [...] será reduzido em pelo menos 10% ao ano, a partir de 8 de janeiro de 2022".

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nesta Comissão, analisaremos o mérito da proposta, consoante o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

Primeiro, é necessário ponderar que o Norte e o Nordeste possuem baixa representatividade na indústria naval. Os estaleiros se concentram na região Sudeste, mormente no Estado do Rio de Janeiro. Segundo, o Norte e o Nordeste já sofrem com custos logísticos maiores, devido a seu afastamento geográfico dos pontos de maior oferta e demanda de diversos produtos. Por essas razões, julgamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriado que os habitantes e empresas dessas regiões não sofram o encargo de financiar o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A isenção representa um alívio principalmente para a Zona Franca de Manaus, que já sofre com as consequências da estagnação da economia brasileira e com o aumento do chamado Custo Brasil, que inclui custos logísticos e tributários.

Quanto ao impacto da proposta, hoje o Fundo aufere mais receitas com os recursos já empregados no passado – ou seja, amortizações e juros de empréstimos – do que com a arrecadação presente. A título de exemplo, no primeiro trimestre deste ano foram repassados R$500,9 milhões ao FMM, que, por sua vez, recebeu R$875 milhões de financiamentos já contratados, dos quais R$ 147,5 milhões em juros. Os recursos necessários para o desenvolvimento da indústria naval, portanto, podem ser obtidos por outras vias, mormente pela boa gestão do dinheiro já disponível para o FMM.

Observamos, Sr. Presidente, que o prazo do benefício tem sido prorrogado sempre faltando poucos dias para seu fim, o que gera uma sensação de insegurança no mercado de transporte das regiões Norte e Nordeste.

Visto que o intento original do PL perdeu o objeto, apresentamos emenda para, desde já, iniciar a discussão sobre a prorrogação do benefício até 31 de dezembro de 2031.

Os aspectos formais do projeto serão oportunamente analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Contudo, aproveitamos a emenda para já fazer a alteração pretendida diretamente na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, em função do disposto no art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis". Em decorrência da alteração referida, apresentamos emendas de redação para a ementa e o art. 1º do projeto.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 1.765, de 2019, com uma emenda de mérito e duas emendas de redação.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Vamos só discutir.

Está em discussão o projeto, de autoria da Câmara dos Deputados e relatado pelo Senador Eduardo Braga, em *ad hoc* pelo Senador Lucas Barreto. Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, haverá a votação tão logo se atinja o quórum de 12 Senadores registrados na nossa Comissão. Eu vou deixar aqui para o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2, a pedido do Senador Beto Faro, que é o Relator, que não está presente... Ele pediu para deixar para a próxima reunião, adiar. Então, será deferido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 2125, DE 2019

- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 2449, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade dos projetos

Observações:

Votação simbólica.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria... Sr. Presidente Confúcio, na medida em que esses Relatores não estejam presentes, porque são vários que eu vi aqui, se V. Exa. me permitisse, aqui nós temos dois projetos que são o item 9 e o item 10, de que eu sou o Relator. Que V. Exa. me permitisse fazer a leitura desses relatórios aqui, para dar o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Combinado.

Só passar para o item 3, que é do Senador... o Relator é o Kajuru, já passo para ele...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Você prefere que alguém leia para você?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não, eu posso ler. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aliás, ele pediu a retirada de pauta, mas é porque ele ia... (*Fora do microfone.*)

O Senador Kajuru pede retirada de pauta do item 3.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Por reconhecer que necessita de ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Eduardo Braga, quanto ao item 4, o Projeto de Lei 2.647, pede também retirada de pauta.

Deferido.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4247, DE 2021

- Não terminativo -

Revoga o inciso I do caput do art. 139-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a atividade de moto-frete independentemente da categoria de registro do veículo.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ

2. Votação simbólica

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2647, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CRA

2. Votação simbólica)

Qual é o próximo? (*Pausa.*)

Eu vou, então, passar para o item 9, do Senador Jayme Campos... São os itens 9 e 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3386, DE 2023

- Terminativo -

Denomina "Afro Stefanini" o Terminal Ferroviário de Rondonópolis, na Ferrovia Vicente Vuolo - Ferronorte, no Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal

V. Exa. está com a palavra, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente Senador Confúcio, Sras. e Srs. Senadores, com a devida vênia e respeito, se V. Exa. me permite, queria entrar na fase de análise para o bom andamento dos trabalhos aqui.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Foi confiada à CI competência para decidir terminativamente sobre o PL 3.386, de 2023, nos termos dos incisos I dos arts. 49 e 91 do Risf. Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a este Colegiado pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

O projeto sob análise não apresenta óbices relativos à sua constitucionalidade, juridicidade ou adequação ao Regimento da Casa. Revela-se, em particular, consoante aos critérios estabelecidos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite atribuir, mediante lei especial, designação supletiva aos terminais, obras de arte ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Apresenta-se, igualmente, de acordo com as determinações da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

Afro Stefanini nasceu em 1923, em Cabrália Paulista (SP), tendo chegado em Mato Grosso primeiro, em Campo Grande – antes da divisão do estado –, e, depois, em Rondonópolis.

De origem humilde, Stefanini trabalhou em diversas profissões, sempre marcado por elevado espírito altruísta e voltado ao desenvolvimento do Estado do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funcionário público de longa trajetória, Stefanini foi eleito Deputado Estadual pela Arena, nas eleições de 1966, 1970 e 1974, além de ter se tornado Deputado Federal em 1978. Isso o tornou um dos primeiros políticos de destaque em todo o país que morava em Rondonópolis.

Ingressou no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso na vaga de Conselheiro, em 19 de janeiro de 1983, com a aposentadoria de Frederico Vaz de Figueiredo. Na Corte de Contas, onde esteve por nove anos, exerceu as funções de Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente.

Stefanini foi um dos impulsionadores do cultivo de algodão na região sul do estado e trouxe a primeira semente de algodão para Rondonópolis.

Essa semente germinou, transformando a região em um dos principais polos de produção de algodão no Brasil, o que contribuiu para consolidar a indústria têxtil de Rondonópolis.

Afro Stefanini faleceu aos 88 anos, em 2008, e o seu legado permanece vivo em todo o Estado do Mato Grosso e, especialmente, na região de Rondonópolis, local em que se encontra o terminal ferroviário objeto da presente proposta de homenagem.

Consideramos, portanto, justo e meritório o reconhecimento veiculado na presente proposição.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.386, de 2023, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que homenageia esse grande Senador por quem eu tive a maior admiração e respeito. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Chefe da Casa Civil, conselheiro do tribunal...

Afro Stefanini, um dos grandes brasileiros que contribuíram sobremaneira com o desenvolvimento, com o progresso, e um homem por quem eu tinha a maior admiração, pela forma como ele agia. Um homem de retidão e de caráter invejável. Por isso, aqui esta homenagem que nós estamos, através do Senador Wellington Fagundes, prestando, com a denominação do Terminal Ferroviário de Rondonópolis – que se chama Ferrovia Vicente Vuolo – de Afro Stefanini.

Esse é voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu preciso de quórum.

Eu solicito que a Senadora Soraya, o Alan Rick, o Rodrigo Cunha, o Veneziano, o Carlos Viana, o Senador Eduardo Gomes, e seus suplentes, Astronauta, deem presença, de onde estiverem, para a gente atingir o quórum de 12.

Senadora Daniella Ribeiro, por gentileza, Vanderlan, onde vocês estiverem, por gentileza, Soraya, vamos completar o quórum para votar a série de requerimentos e projetos relatados neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão o projeto de lei relatado pelo Senador Jayme Campos, de nº 3.386, que homenageia como Afro Stefanini o Terminal Ferroviário de Rondonópolis.

A palavra está liberada a qualquer Senador que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo, a gente aguarda o quórum.

Falta só um. Já, já nós completaremos e votamos aqui.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2686, DE 2022

- Terminativo -

Denomina "João Bosco de Aquino Araújo", o trecho rodoviário no Km 468.6 da BR 070/GO até o Km 6,7 da BR 070/MT, no Contorno Rodoviário de Aragarças/GO; pontal do Araguaia/MT e Barra do Garças/MT.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal

Senador Jayme Campos, o senhor está com a palavra para ler o item 9.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, Sras. e Srs. Senadores, aqui está como pendência, nesta Comissão de Infraestrutura, o Projeto de Lei nº 2.686, de 2022, do próprio Senador Wellington Fagundes, que denomina "João Bosco de Aquino Araújo", o trecho rodoviário no Km 468.6 da BR-070, que liga Mato Grosso ao Goiás... É essa homenagem que ele quer prestar, ou seja, está prestando ao ilustre companheiro e amigo também, com quem eu tive o prazer de conviver, que é o João Bosco de Aquino Araújo.

Vamos entrar na fase de análise, Sr. Presidente, para o bom trabalho e seriedade desta Comissão.

Compete à CI, nos termos do art. 104 do Risf, opinar sobre proposições que tratam de "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes" e "outros assuntos correlatos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também dessa norma, foi confiada à CI competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe à CI pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se que a União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal.

Além disso, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar. Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Paulo Nunes Leal faleceu no ano de 2003.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

João Bosco de Aquino Araújo era filho do pioneiro e Deputado Estadual Heronides Araújo, autor da lei que emancipou a cidade de Barra do Garças em 15 de setembro de 1948, pertencente até então ao município de Araguaiana.

Idealista como o pai, sonhava com uma Barra do Garças melhor e mais próspera. Ao trabalhar na rádio A Voz do Oeste de Cuiabá, viu despertar sua paixão pela comunicação. Tornou-se um pioneiro na radiodifusão em Barra do Garças ao inaugurar, em 22 de janeiro de 1986, a Rádio Difusora AM, segundo veículo de comunicação do município, hoje denominada Rádio Jovem Pan FM. Tempos depois, coordenou e dirigiu a TV Cidade, afiliada à Rede Record, e a Rede TV de Barra do Garças.

Bosquinho, como era carinhosamente chamado, além de pai de cinco filhos, sempre se preocupou em contribuir para o crescimento da cidade que amava, acompanhando de perto o processo político do município. Ocupou o cargo de Secretário de Planejamento e, posteriormente, de Secretário de Finanças de Barra do Garças, na gestão do ex-Prefeito Paulo César Raye de Aguiar. Exerceu, nos últimos dias de sua vida, o cargo de assessor parlamentar do ilustre Ministro Senador Wellington Fagundes.

João Bosco de Aquino Araújo falece em 4 de agosto de 2020, no Hospital Medbarra, em Barra do Garças, vítima de uma parada cardíaca ocorrida após internação motivada por suspeita de covid-19, aos 74 anos de idade.

Em meio à dor de sua partida, resta a lembrança de um homem íntegro e trabalhador, que, ao longo da sua vida, deixou amigos por onde passou.

Não restam dúvidas, Sr. Presidente, portanto, da justiça da homenagem em tela, razão pela qual a matéria deve ser aprovada.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.686, de 2022, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

E, concluindo, me permita V. Exa. um segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas pessoas que eu conheci, mas conheci muito bem, tanto o Deputado, querido amigo, Afro Stefanini, como o querido amigo João Bosco de Aquino, dois cidadãos que contribuíram muito para o Mato Grosso, em todos os aspectos. Eram exemplos de pai de família, homens de retidão, de caráter invejável, e aqui se faz o justo, a sua história justa aqui, por tudo aquilo com que contribuíram para o nosso estado, tanto o Afro como o ilustre amigo João Bosco.

Aqui eu quero louvar a iniciativa do Senador Wellington Fagundes. Em bom momento, vamos prestar essa homenagem a esses dois grandes cidadãos mato-grossenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, nós temos o quórum atingido.

Como os dois requerimentos lidos pelo Senador Jayme Campos são terminativos, precisam de voto nominal, um por um. Então, nós vamos colocar aqueles requerimentos que já foram lidos e discutidos em votação em bloco.

Os Senadores e Senadoras que concordam com os requerimentos que já foram lidos e discutidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Eu coloco, de imediato...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou colocar em votação o item 9, do Senador Jayme Campos. Enquanto se vai votando, nós vamos adiantando a pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu indago a V. Exa. por que não coloca em bloco os dois, que têm o mesmo fundamento, tanto o 9 como o 10, votamos em bloco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sim, já encerramos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Isso é uma homenagem que estamos prestando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O problema aqui é a questão da regimentalidade. É possível, já está esclarecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos colocar em votação, já foram discutidos, os itens 9 e 10, aqueles que dão o nome ao Terminal Ferroviário de Rondonópolis, o nome de Afro Stefanini, e o nome do trecho rodoviário no Km 468.6 da BR-070/GO até o Km 6,7 da BR-070/MT, o nome de João Bosco de Aquino Araújo.

Pode abrir, por gentileza, o painel, para votação dos itens 9 e 10.

Está aberta a votação.

Mesmo os Senadores que estejam em seus gabinetes ou em outras Comissões, por gentileza, podem dar presença e votar. Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Podem votar, inclusive os Senadores que estão à distância, por gentileza.

Continuando, o item 5 da pauta, de origem da Câmara dos Deputados, é o Projeto de Lei nº 111, relatado pelo Senador Eduardo Braga. Ele pede adiamento da votação.

Não, é o 6 que é do Kajuru. Ele vai falar agora.

Continuando, o item 6 da pauta é o Projeto de Lei 562, de 2021.

É de autoria da Câmara dos Deputados, relatado pelo Eduardo Braga, mas ele autorizou que o Senador Kajuru fizesse a leitura.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 562, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Anel Viário Governador Maguito Vilela o anel viário do Município de Jataí, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

Votação nominal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Kajuru para fazer a leitura.

Pode entrar direto na análise e vamos votar.

É terminativo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Perfeito.

Diferenciado Presidente desta Comissão, Confúcio Moura, felizmente aqui estão presentes Senadores que conheceram este homem público, entre eles um goiano que merece o meu respeito, que o conheceu bem, o Senador Wilder Morais.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Zequinha também, Confúcio também.

Eu falo de Maguito Vilela, um homem público...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Amin também, Jayme também.

Um homem público raríssimo, perfeito, que fez história em Goiás, e aqui a proposta é para denominar o Anel Viário Governador Maguito Vilela, que é o anel viário do Município de sua cidade natal de Jataí.

Direto à análise, eu vou ser objetivo.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição aqui em debate.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, considero os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observo, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identifico falha de natureza regimental.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

Em mais de 40 anos de carreira política, Luiz Alberto Vilela, o Maguito Vilela, meu amigo pessoal, ficou conhecido como uma pessoa de temperamento cordial, político conciliador, que preferia o consenso ao embate na maior parte das situações.

Infelizmente, morreu de covid depois de tanto sofrimento em São Paulo, e, mesmo assim, se elegeu Prefeito na cidade de Goiânia, depois de trabalho revolucionário em Aparecida, cidade próxima, por dois anos de mandato.

Formou-se, aos 25 anos, na Faculdade de Direito de Anápolis. Dois anos depois, entrou para a política, elegendo-se Vereador de Jataí, no ano de 1977, mandato exercido por seis anos.

Foi eleito, como Deputado Estadual. Depois, chegou ao cargo de Deputado Federal. Fez história como Governador de Goiás e dispensa demais detalhes da leitura.

Eu vou diretamente ao voto, pois, ante o exposto, o voto é pela aprovação irretocável, insofismável, do Projeto de Lei nº 562, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CI
> Coloque-se entre aspas a denominação "Anel Viário Governador Maguito Vilela" na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 562, de 2021.

É isso, Presidente Confúcio Moura. E tenho certeza de que haverá unanimidade na aprovação desta Casa.

Sala de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, está em discussão o Projeto 562, de 2021, lido pelo Senador Kajuru, de autoria da Câmara dos Deputados, que denomina "Anel Viário Governador Maguito Vilela" o anel viário da cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Wilder. Por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar o nobre Senador Jorge Kajuru, que é o Relator dessa matéria... O Relator é o Eduardo Braga, mas está sendo Relator *ad hoc* aqui.

Quero dizer que é uma homenagem justa a um grande político que deixa um legado não só para o Estado de Goiás, mas – teve oportunidade de ser Senador também – pelo Brasil.

Então, essa homenagem, nesse anel viário que leva o seu nome, deixa a memória viva dele, cada vez mais fortalecendo essa identidade de um homem que trabalhou muito em prol do nosso Estado de Goiás.

Parabéns ao Relator Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Wilder, muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos aguardar que termine esta votação.

Peço à Secretaria aqui da Comissão...

O Senador Izalci estava aqui agorinha mesmo. O Eduardo Gomes está com a presença. Efraim, Marcelo Castro e tem mais.

Vão ligando para os gabinetes, por gentileza.

O Senador Laércio estava aqui há poucos minutos.

Com esses votos, a gente já atinge o quórum. É só ligar, que eles vão votar rapidinho.

Temos muito votos, muito projetos terminativos. Vamos votar em bloco o que for possível.

Este aqui é do Maguito...

Este aqui está em votação, não é? Em votação. Perfeito, para não misturar.

Bem, eu acho que a temperatura aqui melhorou, baixou um pouco, porque estava no ar-condicionado, e o pessoal estava se abanando ali de calor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Melhorou? (*Pausa.*)

Então está bom.

Vamos, então, ao Projeto 757, de 2022.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 757, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal

Com a palavra, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de fazer aqui a leitura da análise, eu queria logo fazer aqui apenas um esclarecimento a esta Comissão, assim como foi feito à Presidência desta Casa e a todos os membros da Mesa.

Em março deste ano, eu tive a honra de relatar esse projeto. O Senador Lucas acompanhou aqui de perto a construção do relatório, fizemos aqui longas reuniões no meu gabinete – longas –, vistas, o Senador Kajuru participou, no mês de março, o Senador Esperidião nos ajudou, escrevendo aqui o texto, fizemos o que tinha que ser feito.

Daqui, o relatório foi para a Câmara dos Deputados.

Lá na Câmara dos Deputados, como o assunto, já tinha outros projetos também que tratavam do mesmo tema, pelo que eles optaram? Eles optaram por fazer audiências públicas do tema, mas ainda não tinham decidido qual era o projeto que eles iriam discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui chamado pelo Presidente da Casa, o Arthur Lira, fui chamado pelo Coronel Meira, do PL de Pernambuco, e o Coronel Meira... Competente Relator, diga-se de passagem. Não o conhecia, mas eu vi o quanto que ele se debruçou. Não foi uma... Reunião na FPA... Onde vocês imaginarem ele fez reunião e participou diretamente... Só na casa do Presidente, junto com os Líderes, junto com representantes de todos os órgãos que vocês imaginarem, participou dessas reuniões.

Quando chegou o final do mês do passado, o Coronel Meira, com uma Comissão da Câmara dos Deputados, eles me chamaram para um diálogo lá, Senador Lucas Barreto, e me colocaram o acordo que eles construíram dentro do texto.

Resumindo: o que é que foi esse acordo que eles construíram no texto da praticagem, que é o mesmo que nós estamos votando hoje aqui e que nós votamos, Senador Esperidião e Senador Jayme?

Nós votamos no mês de março aqui. Repito: depois de quase dois meses aqui nesta Comissão discutindo. Eles incluíram um... O que mudou, concretamente, foi a inclusão de um artigo – que eu quero deixar mais claro aqui, para tirar qualquer tipo de conversa que eu ouvi, que eu prefiro passar como desinformação do que má vontade de quem está falando do assunto –, e nesse artigo, que foi criado lá na Câmara... E eu participei desse acordo e disse: "Não, não tem problema. Se é isso aqui que vai resolver, então voltem e devolvam, mandem para nós".

Aí, o que foi que eles fizeram? Eles não votaram no projeto que esta Comissão votou. Eles votaram em um outro projeto que estava lá que tratava do mesmo assunto. Eu: "Olha, não tem problema. Isso aí é o de menos. Nós queremos resolver é o mérito".

Liguei para o Senador Lucas, para o Senador Nelsinho Trad, que era o autor, todos concordaram. E lá eles colocam: "§6º [eles falam] O serviço de praticagem será obrigatório em todas as zonas de praticagem para embarcações com arqueação bruta superior a 500 [aí eles falam], salvo [aí bota lá]:

Isso aqui a gente já tinha votado.

> II – o caso de embarcações regionais, empurradores, balsas e comboio integrado de balsas, classificadas para operar exclusivamente na navegação interior [principalmente naquela região ali da Amazônia], independentemente da arqueação, e que arvorem a bandeira brasileira. (NR)

Então, foi resolvido aquele problema que a gente estava dizendo, "ah, vai aumentar o custo na operação, na região". Não existe isso, está claro aqui no texto.

E o principal foi incluído, §5º, "conhecida...", porque ele tem lá no §4º, "a autoridade marítima realizará...". Quem é a Autoridade Marítima no Brasil? É a Marinha do Brasil. Se os senhores da Marinha do Brasil não se reconhecem como autoridade marítima aqui, nós os reconhecemos. Não é Antaq. Para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, a nossa autoridade é a Marinha do Brasil, longe de ser agência, como hoje querem construir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não tem problema. Nós colocamos aqui, eles colocaram lá:

> §4º A autoridade marítima realizará juízo de admissibilidade, por decisão fundamentada, quanto à provocação referente a abuso de poder econômico por quaisquer das partes ou defasagem dos valores de serviço de praticagem.

Ou seja, "ah, vai ter abuso, vai ter monopólio". Aí você vai fundamentar a autoridade, e aí o que ela vai poder fazer? Ela, conhecida essa provocação de que trata o artigo, lá no próximo, diz "a autoridade formará e presidirá uma comissão temporária". É "paritária e de natureza consultiva, composta de...". Aí ela bota os representantes e inclui lá a Antaq. Então, ela cria uma instância superior para poder dirimir esse tipo de dúvida.

Então, Presidente, eu vou direto aqui para a análise.

Por isso que nós colocamos, ah, muita gente... "o Weverton foi designado semana passada e já está pautado e tem prazo de...". Gente, já está pautado e a gente não discutiu prazo de emenda porque a gente está há dois anos aqui discutindo o mesmo assunto. Se acham que isso é normal, não tem problema, não é? Eu sempre disse que atividade legislativa não é prazo. Mas, quando ela já está saturada, maturada, não tem mais o que se discutir.

Eu mesmo puxei vários precedentes aqui da Casa, pedi oficialmente à Secretaria da Mesa, e existem vários precedentes em que houve a tratativa terminativa de matérias que ainda estavam em prazo justamente porque já tinham acordo.

Então, eu quero assim só... Estou fazendo aqui só esclarecimento à Comissão porque nós acreditamos que já está maduro o assunto. Claro que, depois de votado aqui, aí vai ser discutido no Executivo. É papel dele vetar ou não, construir ou não, é papel do Executivo. A forma como o Ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, apoia, construiu, conversou conosco...

Pedi já ontem ao Senador... ao ex-colega, Deputado e hoje Ministro da Defesa, Múcio, para que construa durante esse período em que vai haver a sanção dessa lei editada, vai ser feita a sanção dessa lei para que se construa e se tire qualquer tipo de dúvida que nós poderemos colocar para o Executivo, de toda forma que é um outro trâmite lá, Kajuru...

O importante é que esse aqui é o meu juízo, nós já o vencemos e saturamos.

Então, eu vou direto pra análise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Um parênteses, Senador?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu queria só anunciar o resultado das duas votações dos projetos relatados pelo Senador Jayme Campos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – São 12 votos SIM, Senador Jayme Campos.

Zero voto, nenhum voto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está vendo? Unanimidade.

Aprovados os dois projetos relatados pelo Senador Jayme Campos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Retorno a palavra para o Senador Weverton, por gentileza.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – São poucos os que puxam unanimidade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. viu aí o moral que tem o homem?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Só ele e o Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Só ele e o Kajuru. (*Risos.*)

Pode... Com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – E ter o voto do Kajuru não é fácil, não, viu?

De V. Exa. eu quero ver se eu arranco hoje.

Compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e outros assuntos correlatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em análise altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para permitir a regulamentação dos serviços de praticagem no país, altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários para consentir que a mesma seja membro da Comissão Temporária a ser formada em casos de denúncias de abuso de poder econômico, emitindo parecer consultivo em até 45 dias.

Em relação ao mérito, é necessário garantir a competitividade de nossos portos e a manutenção da segurança em nossas águas e, para isso, é de extrema urgência uma normatização mais clara e detalhada do serviço de praticagem.

No Brasil, o serviço de praticagem consiste na atividade realizada por práticos de forma autônoma ou em sociedades simples uniprofissionais. Em razão da sua especial capacidade técnica e familiaridade com as respectivas zonas de praticagem, assessoram embarcações e seus comandantes, navegam e manobram os navios vindos do mar aberto e de águas profundas até sua atracação nos portos e seu retorno ao mar, passando pelos canais, rios de acesso, águas rasas, restritas e confinadas, superando as dificuldades e perigos geográficos (submersos ou não), condições meteorológicas, marés e tráfego das demais embarcações.

Para desempenharem a profissão, os práticos necessitam, inicialmente, obter aprovação em processo seletivo organizado pela Autoridade Marítima, tecnicamente rigoroso, para a categoria inicial de praticante de prático, através de submissão a avaliações escrita, psicofísica, prova de títulos e prova prático-oral (inclusive com utilização de simuladores), devendo, ainda, obterem a aprovação, após cumprir estágio de qualificação, o que os eleva à categoria de práticos das suas respectivas zonas de praticagem.

A atividade profissional do prático e o serviço de praticagem, como um todo, são intimamente associados à segurança da navegação, aqui tomada como sinônimo da expressão segurança do tráfego aquaviário, não importando as distinções entre os dois conceitos. A segurança da navegação constitui o propósito e o próprio sentido de existência do serviço de praticagem. A associação entre praticagem e segurança da navegação é milenar e o trabalho dos práticos é reconhecido como essencial e indispensável à segurança das manobras e dos deslocamentos de navios em portos e outras áreas de navegação cujas peculiaridades imponham cuidados redobrados ao navegante.

A importância da praticagem no cenário econômico brasileiro se viu em evidência, sobretudo, com a edição da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), passando a ser diretamente relacionada ao chamado "custo Brasil". Desde então, o transporte marítimo atraiu, cada vez mais, a atenção dos principais órgãos públicos, principalmente diante da possibilidade de substituir parcialmente o modal rodoviário, e, dessa forma, contribuir para a redução geral dos custos de transporte no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito da regulação existente, discute-se a falta de regulação dos aspectos econômicos do serviço de praticagem, concomitantemente à regulação técnica pela Autoridade Marítima. Atualmente, o parágrafo único da Lesta já prevê algumas atribuições à Autoridade Marítima no que tange a estabelecer o número de práticos necessário e fixar o preço do serviço para cada zona de praticagem.

Nesse mesmo diapasão, a Normam-12/DPC prevê a possibilidade de a autoridade marítima fixar preços, de forma precária e temporária, para assegurar a disponibilidade do serviço, nos casos excepcionais em que não haja acordo entre as partes. Contudo, nem a lei nem a norma infralegal são claras sobre em que circunstâncias a autoridade marítima pode ou deve interferir na questão do preço do serviço. Entendemos, portanto, necessário deixar mais claro na lei como se dará essa interferência.

Diante da importância dessa atividade para o desenvolvimento econômico nacional, acreditamos, portanto, que a proposição é oportuna e aperfeiçoa a atividade de praticagem no Brasil, fornecendo maior segurança jurídica e estabilidade regulatória para a atividade.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 757, de 2022.

Novamente, eu parabenizo o Coronel Meira, da Câmara dos Deputados, que fez uma brilhante construção e conseguiu, de forma unânime, no Plenário daquela Casa, votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão o projeto lido pelo Senador Weverton neste momento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou passar a palavra para o Senador Lucas Barreto e já passo para V. Exa., Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero apenas dar o meu testemunho aqui da paciência do Senador Weverton. Esse projeto é do Senador Nelsinho Trad, que regulamenta... E eu falo isso pelo meu Estado, porque pelo Canal Norte do Amapá é onde entra o maior número de navios, rio acima, no Amazonas, para buscar todo tipo de produto ou levar para a Zona Franca de Manaus. Vai buscar alimentos, vai buscar minério.

A praticagem e a Marinha trabalham juntas, inclusive no Canal Norte da Foz do Amazonas, que, há 50 anos, não muda e cujo calado eles conseguiram aumentar com tecnologia, via satélite, para que nós pudéssemos aumentar esse calado em 60cm. Isso permitiu que super-Panamax de 70 mil toneladas pudessem adentrar o Rio Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter ideia do que é, o prático tem que, às vezes, ir buscar o navio lá na Foz do Amazonas, no Canal Norte, porque ele não sabe entrar. E ele tem autorização para entrar sem prático, mas os que entraram encalharam. Teve um lá no Maranhão, a sorte é que tinha pouco combustível, senão teria tido um desastre ambiental imensurável. E no Amapá não é diferente. Inclusive essa legislação é concorrente, o estado pode legislar. E lá os Deputados Estaduais estão pretendendo criar um seguro-ambiental a ser cobrado também junto com a taxa da praticagem. Por quê? Porque já entrou navio lá e, na frente da cidade, passou por cima dos barquinhos. E o desnível lá na foz chega a 9m, imaginem os senhores. O nome da Foz do Amazonas é Arco Lamoso da Foz do Amazonas. Os navios entram na lama líquida.

Então, os práticos têm essa capacidade, junto com a Marinha aqui – eu também louvo o trabalho da Marinha –, que fazem esse transporte. São 1,2 mil navios que entram ali no Rio Amazonas e passam na frente da cidade de Macapá para buscar todo tipo de minério, vão até Manaus. Então, trazem minério, e isso não pode.

Um desastre ambiental na Foz do Amazonas, onde é um estuário, que tem um raio ali de 400km, é capaz de contaminar todo esse raio. Por isso essa preocupação de a gente lá de ter sempre a praticagem, e agora pensando até em obrigar mesmo, para que nenhum acidente aconteça.

Essa Casa já tratou do PL 877/2022, que foi aprovado já em caráter terminativo, discutiu-se um ano na Câmara, voltou. E eu tenho um projeto que regulamenta os armadores, porque os armadores hoje, Senador Kajuru, querem desempregar os nossos caminhoneiros. Eu fiz o PL que cria o *hedge* do caminhoneiro para que ele possa pagar o combustível no final do frete e ser descontado, porque em cada estado por que ele passa é um valor, já aumentou, já diminuiu; os caminhoneiros têm esse problema. Mas os armadores querem os caminhoneiros, eles querem o transporte total, querem tirar, eles querem tudo. E muitos não são nem brasileiros, são potências mesmo de outros países que criam essa força para que eles possam ter toda essa cadeia de transporte sob o cuidado deles. Então, o meu projeto visa a impedir isso, e eu tenho certeza de que nós vamos discutir aqui, Senador Confúcio, no ano que vem e nós vamos aprovar, porque é grave também esse problema.

Esse negócio de monopólio não existe, existem associações e existe quem sabe entrar com navio e quem não sabe. E o risco é muito grande. Então, não tem dinheiro que pague o risco, ou a supressão desse risco. Nunca houve um problema, e toda vez que entrou sem prático o desastre foi como foi lá no Maranhão, aquele navio lá, e na frente da cidade do Amapá, várias vezes já se passou levando por barquinho.

Para se ter ideia, tem um canal de Óbidos em que o barco, quando vem carregado, com inércia monstruosa, com 70 mil toneladas, tem que desacelerar e ligar a ré 4km, 5km antes de passar no estreito de Óbidos – para se ter ideia. Então, só o prático tem essa capacidade, com uma correnteza imensa do Rio Amazonas. Tem os canais, tem as ilhas, tem as ilhas dos Aruãs, tem o canal no meio dos Aruãs, então tem que saber. E nós temos essa responsabilidade de manter os práticos, de quem nós não abrimos mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Weverton, pelo belo relatório, e ao Senador Nelsinho, que foi o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Weverton pelo trabalho. Realmente, é um negócio profundo. Todavia, a assessoria parlamentar da Marinha nos procurou alegando uma situação, Senador: a Marinha não tem estrutura para ser o órgão regulador econômico da praticagem. E ela gostaria de conversar sobre isso, para ver se passa isso para a Antaq. É mais ou menos isso. E, diante disso, quero formular aqui um pedido de vista para ver se os dois se entendem, para rapidamente resolver essa parada, Presidente.

Vamos lá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Eu vou logo só fazer esse esclarecimento, que é importante, o nosso colega Senador Zequinha Marinho já... A Marinha já faz a regulação.

Hoje, se você pegar a nota fiscal emitida de ontem em operações que aconteceram através de portarias emitidas por ela, há 15, 18 anos – não, há 26 anos –, ela já faz a regulação. Quando chega uma decisão judicial para ela tomar uma posição, ela cumpre a decisão judicial. Agora, só que, quando chega ao Congresso Nacional, para se fazer uma lei, para ela não serve.

Então, assim, eu vou, claro, nesse espaço desse pedido de vista...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Próxima sessão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... até a próxima sessão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Coletiva é para a semana que vem, para não se protelar mais.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu vou emitir aqui uma bola de nota fiscal em que foi emitido tudo diante de portaria que a Marinha fez.

A Marinha participou das reuniões conosco. Na minha mesa do meu gabinete, na casa do Presidente Arthur Lira, lá nas Comissões, todos participaram. Então, não venham me dizer que não foi discutido esse tema, porque, pelo amor de Deus... O que eles querem é levar para a Antaq, e o Congresso não vai levar para a agência. As agências, infelizmente, não têm hoje o prestígio do Congresso Nacional para poder dizer que eles vão estar fazendo o papel que ela já faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela tem escritório em Nova York, ela tem toda uma operação e um *know-how* no Brasil, ninguém discute essa competência dela e eles sabem disso. Infelizmente, eu estou crendo que, pontualmente, algum setor tenha, de forma equivocada, tentado desconstruir um acordo em que todos – o agro, a CNT, todos... –, Senador Marinho, participaram. Não foi a oposição ou a situação. Pelo contrário, o Coronel Meira é da oposição, é do PL lá na Câmara. Então, assim, ele sabe o que foi que ele construiu lá dentro, e, com muito jeito e com muita dificuldade, nós fizemos essa construção lá também. Então, é só para deixar isso registrado.

Também, Senador Zequinha, o Senador Lucas traz aqui um ponto que esse, sim, é um ponto em que nós vamos tocar na ferida, porque uma coisa vai puxando a outra. Eu acho que é por isso que não querem discutir. E uma coisa que nós temos é tranquilidade e independência nesta Casa para discutir, principalmente quando querem falar de custo Brasil, no que se trata da questão, por exemplo, do frete, e dessa questão aqui dos armadores.

Eu fui estudar um pouco mais durante esse debate aqui, e esse projeto dele é importantíssimo, porque este THC, que é feito aqui nos terminais, é totalmente indevido. Em lugar nenhum do mundo é feita essa cobrança dupla, que eu chamo de bitributação. Eles cobram duplamente, de forma dobrada. E isso sai para quem mais caro? Para quem está contratando e, claro, para o contratado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, vista coletiva concedida.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k. Eu espero que a Marinha e o nosso Relator, que é tão transparente, possam melhorar o texto e atender, pelo menos em parte, essa solicitação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou adiantar o expediente. Já esvaziou bem aqui o plenário, mas a presença está boa.

Eu vou passar a palavra aqui para o Senador Irajá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, eu lhe peço só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Só vou anunciar aqui o Projeto de Lei 2.458, de 2022.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2458, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1-CRA e 2-CRA, na forma proposta no Parecer (SF) nº 8, de 2023, da CRA, e com emendas e subemenda que apresenta

Observações:

1. Em 5/07/2023 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova parecer favorável ao projeto, com as emendas 1-CRA e 2-CRA

2. Votação nominal

Então, eu vou passar a palavra para o Senador Weverton e já retorno de imediato.

Após essa votação, vamos votar em bloco o item 6 e o item 8, do Senador Irajá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Só para uma questão de lealdade, como eu faço tudo de frente e assino embaixo, até para deixar claro para depois não dizerem que foi feito um jogo duplo, Senador Kajuru e Presidente Confúcio.

Esse projeto que saiu daqui, de que eu fui o Relator, que está lá na Câmara, está pronto para ser votado. Eles pegaram um "Ctrl C" e um "Ctrl V" e mandaram esse outro para cá, em um outro projeto – só para lembrar. Lá foi dito, de forma clara, que este projeto é de acordo com eles. Se não tivesse o acordo, eles iriam votar o nosso, que nós mandamos para lá. Então, assim, caso a Câmara, daqui para a semana que vem, aprove o que está lá, infelizmente perderam a oportunidade de, no acordo, terem incluído a Antaq como comissão revisora. E não venham dizer que foi um *bypass*, porque eles sabiam do acordo que foi construído lá. Então, eu estou lavando minhas mãos nesse sentido da construção lá da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ontem eu tive, no meu gabinete, a presença do ex-Senador Acir Gurgacz, que trouxe uma reclamação a mim como Presidente desta Comissão, que é que, chegando ao final do ano, algumas empresas de ônibus têm recebido a fiscalização da ANTT e paralisado viagem com inúmeras passagens já compradas de fim de ano. E ele pediu que a Comissão interviesse ou falasse, aproximasse, no sentido de dar amplo direito de defesa às empresas que estão por acaso com alguma pendência na agência, e liberasse um prazo determinado até que ele fizesse a respectiva defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Assim, eu estou usando, como Presidente, um pedido verbal do ex-Senador Acir Gurgacz, que é Presidente da Associação Nacional dos Transportadores.

Bem, passo a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu vou direto à análise.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre questões relacionadas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos, como energia elétrica, objeto da proposição em análise. Portanto, há pertinência do objeto da proposição aos temas de competência desta Comissão. Isso posto, passamos à análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do projeto de lei.

Quanto à constitucionalidade do PL nº 2.458, de 2022, não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União tem competência privativa para legislar sobre energia, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e cabe, segundo o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias que são de competência da União. Ademais, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme define o art. 61, §1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade da proposição, existe inovação do ordenamento jurídico vigente, compatibilidade e alinhamento da norma com o ordenamento legal vigente, salvo ajustes que serão comentados adiante, bem como observação do atributo de generalidade. Além disso, a espécie normativa utilizada é adequada, pois a matéria não é reservada à lei complementar.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, a proposição não cria despesa pública, nem gera renúncia ou perda de receitas para o setor público. Em termos de regimentalidade e técnica legislativa, avalia-se que o PL está adequado, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da matéria tratada no PL 2.458, de 2022, avaliamos como muito positivo. Aqueles que implantaram os chamados MMGD – que são os micro e minigeradores distribuídos – em suas residências e comércios até a edição da Lei 14.300, de 2022, pertencem, em sua maioria, à população de mais alta renda do país. A esses consumidores a Lei 14.300 garantiu, até 31 de dezembro de 2045, a isenção do pagamento de diversos itens da tarifa de suprimento de energia elétrica. Nada mais justo do que garantir também à população de baixa renda, notadamente os integrantes do CadÚnico, agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, essa mesma isenção tarifária, agora que a tecnologia começa a ficar mais acessível para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não há melhor hora para aprovar o projeto, pois, recentemente, o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada a Lei 14.620, de 2023, que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida e inclui a instalação desses micro e minigeradores distribuídos como passíveis de financiamento pelo programa. Assim, famílias de baixa renda poderão gerar sua própria energia elétrica limpa e usufruir, até 31 de dezembro de 2045, dos subsídios que a Lei 14.300 garantiu a todos que haviam instalado MMGD antes da sua publicação.

No entanto, com o intuito de evitar conflito entre dispositivos da Lei 14.300, de 2022, entendemos que os incisos acrescentados a essa lei devem conter uma ressalva. Objetiva-se deixar claro que as isenções se estendem até 31 de dezembro de 2045 apenas para aqueles que não tenham sido beneficiados pelo Programa de Energia Renovável Social (Pers), instituído pelo art. 36 da Lei 14.300, de 2022. Para esses últimos, a lei estabelece o pagamento das tarifas calculadas pela Aneel, porém são devidas todas as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia.

Além disso, por isonomia, propomos emenda para dar a todos os minigeradores, independentemente de fonte, o mesmo prazo de 30 meses para dar início à injeção de energia na rede, contados da data de emissão do parecer de acesso.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PL 2.458, de 2022, e das Emendas nº 1 e 2-CRA, na forma proposta no Parecer nº 8, de 2023, da CRA, com as seguintes emendas e subemenda que apresentamos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o relatório lido pelo Relator Irajá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria, primeiro, de deixar claro, até porque todo mundo aqui já me conhece, e boa parte do Brasil, e eu tenho opinião própria: eu discordo do Governo frontalmente. Eu aplaudo o relatório do Senador Irajá, mas eu sou um Vice-Líder obediente.

O que o Governo propõe, Senador Irajá, é que haja uma análise melhor com o Ministério de Minas e Energia, correto? Então, eu vou fazer o pedido de vista e pedir ao Presidente que ela seja coletiva para que, já na semana que vem, se coloque em votação esse seu relatório.

Creio que mais esclarecedor do que eu fui é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, mas eu quero colocar em discussão para facilitar na semana que vem.

Se algum Senador quiser discutir, a palavra será concedida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há nenhuma manifestação, vista coletiva concedida.

Em votação o projeto – já lido –, de relatoria do Senador Eduardo Braga, que é o Projeto de Lei nº 562, lido pelo Senador Kajuru, que concede o nome do Governador Maguito Vilela ao anel viário do Município de Jataí.

Vamos abrir o painel para a votação. É terminativo.

Eu peço à Secretaria para ir chamando pelo menos os Senadores que já deram presença.

Pode abrir o painel, por gentileza.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vote aí, Irajá, nesse que é o nome do Senador Maguito Vilela, tá? Antes de sair, vote, por favor.

Pode abrir o painel, por favor?

Perfeito. Vamos votar.

Senador Maguito Vilela, anel viário de Jataí, está em votação.

Enquanto isso, vamos adiantando o expediente.

Item da pauta nº 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 87, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2386/2019, que "altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para instituir a caução obrigatória para garantia do descomissionamento ou da descaracterização de barragens de rejeitos de mineração e de resíduos industriais".

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

Propõe a presença, para esta audiência pública, das seguintes autoridades: Sra. Marília Carvalho de Melo, Secretária Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais; Sr. Vitor Saback, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Sr. Mauro Sousa, Diretor-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agência Nacional de Mineração; Sr. Fábio Figueiredo, advogado especialista da FW&C Advogados; Sr. Raul Jungmann, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

A autoria é do Senador Zequinha Marinho.

Eu concedo a palavra ao Senador Wilder, para fazer a defesa e a justificação deste requerimento.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, como já foi lido para o senhor os convidados feitos pelo requerimento do nosso nobre Senador Zequinha, eu vou fazer a justificativa aqui para que a gente possa dar sequência a esta audiência pública.

Tendo em vista dar prosseguimento à discussão do relatório e à tramitação do Projeto de Lei nº 2.386, de 2019, sugiro que o tema seja objeto de audiência pública.

O descomissionamento e a descaracterização de barragens de rejeitos de mineração e de resíduos industriais perfaz debate atual e necessário, tendo em vista a evolução da legislação e controle de passivos ambientais e riscos para a sociedade. A exigência de caução e o provisionamento de recursos para tanto, representa, no entanto, impactos financeiros e econômicos, os quais também merecem ser debatidos, com foco na viabilidade da manutenção de empreendimentos e investimentos futuros.

Levando-se em conta que os convidados listados podem trazer contribuições importantes para o debate, espero contar com o apoio dos meus pares para a aprovação do presente requerimento.

Senador Zequinha Marinho (estou lendo aqui *ad hoc).*

É isso, Sr. Presidente, o requerimento do nosso nobre Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wilber.

Está em...

Ah, desculpe-me: eu o chamei de Wilber. Lá em Rondônia tem um Wilber, que é conselheiro... (*Risos.*)

Senador Wilder Morais.

Está em discussão o requerimento lido pelo Senador Wilder. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, está em votação simbólica o requerimento. (*Pausa.*)

Então, vamos deixar esse requerimento ser votado em bloco depois, aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero chamar a atenção de todos os Senadores inscritos aqui, com presença registrada, para votar no Maguito Vilela, não é? No nome do Maguito Vilela, Governador, Senador, Deputado, grande homem público, homenageado. Uma proposta muito justa no anel viário da cidade de Jataí: receber o nome de Maguito Vilela. Então, eu peço a todos os Senadores que estão com presenças registradas, por gentileza, darem uma acelerada na votação. Estamos terminando, mas gostaria muito de deixar essa votação completa aqui hoje, não é, Kajuru? Então...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Seria uma injustiça enorme, não é? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem falhas que são inaceitáveis.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, não pode de maneira nenhuma.

Então, vamos chamando aí o pessoal para votar no Maguito Vilela, que é uma pessoa extraordinária. Ele passou, na época da covid, acho que mais de 60 dias...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quase 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quase 90 dias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem plano de saúde, com mais de R$1 milhão de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E gente torcendo para ele morrer. E ele foi, mesmo assim, Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Homem pobre, foi um político sério. A homenagem é justíssima. Não esqueçam, por favor. Vamos votar nesse requerimento maravilhoso aí que homenageia Maguito Vilela.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Oba!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Enquanto temos aí um intervalo, o tempo para concluir as votações, eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se for possível. Se não, também pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, deixe-me só colocar três requerimentos rapidinhos. Aí a palavra será concedida, com tranquilidade.

Aqui, Kajuru, são seus estes requerimentos; um é extrapauta; e o outro é do Chico Rodrigues. Você vai aqui? Você pode fazer a leitura?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Faço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por gentileza, desses dois requerimentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só a questão da visão aqui... Me perdoe. É, porque ele é da minha bancada, da qual eu sou Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A iniciativa é... Eu vou passar para você ler para o Kajuru, porque a letra está pequeninha e ele precisa de uma ampliação da letra.

Leia, por favor, os dois requerimentos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 88, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento excessivo de tarifas aéreas.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR) e outros

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é o item 12 da pauta, que é o Requerimento, da Comissão, nº 88, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o aumento excessivo de tarifas aéreas. Propõe a presença dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); representante da Gol Linhas Aéreas; representante da Latam Airlines Brasil; representante da Azul Linhas Aéreas; representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas. De autoria do Senador Chico Rodrigues.

O requerimento. Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 88/2023, seja incluído o seguinte convidado: representante da Secretaria Nacional do Consumidor.

Justificativa. Uma vez que vai ser discutido o aumento exorbitante das passagens aéreas, é importante incluir um representante da Secretaria Nacional do Consumidor.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2023.

Senador Chico Rodrigues e também Senador Kajuru.

Sr. Presidente, o meu papel aqui é ler o requerimento, mas eu gostaria também de fazer um adendo. Seria importante, aqui está a associação, se pudéssemos também colocar um representante de uma pequena empresa regional, porque também nós temos muitos problemas, em Goiás mesmo, temos uma que sobrevive, e o Senador Kajuru poderia indicar uma pequena...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque essas pequenas também vivem problemas muito grandes e têm um papel extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador, o senhor pode indicar um nome? Se quiser um prazo, depois o senhor comunica aqui...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tem Passaredo, não sei o quê...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É do interior de São Paulo a Passaredo, da minha terra, Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Indica depois, comunica à nossa secretaria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com um adendo, se for aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, pode ler o segundo, por gentileza. Tem outro requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já li.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dois, tem dois. Tem um extrapauta, está escrito aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É esse que eu acabei de ler. Eu já li os dois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então está bem. Muito obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a serenidade que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pega a lei que eu já vou anunciar o resultado.

Pessoal, muito obrigado ao Senador, que rapidamente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradecemos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Votaram e ainda ganhou, foi muito importante.

Vou apresentar o resultado, vamos anunciar o resultado, homenageando Maguito Vilela, saudoso Maguito Vilela.

São 12 votos favoráveis; nenhum voto contra.

Aprovado.

Muito obrigado, muito justo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em votação os dois requerimentos, os três requerimentos, Requerimento nº 11, 12 e o extrapauta, que acabou de ser lido.

Os Senadores que concordam, já foi lido e discutido, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os três requerimentos aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, eu sei que o senhor vai acompanhar este meu posicionamento, porque eu me lembro, em 2019, da sua postura, quando entrei com um projeto nesta Casa em relação a este requerimento do meu companheiro de partido, do qual eu sou um privilegiado por ser Líder e ter junto com Flávio Arns, com Ana Paula Lobato, no histórico Partido Socialista Brasileiro, de Miguel Arraes, de Eduardo Campos, o PSB, sou Líder pela segunda vez desse partido, da bancada, primeiro saber que o Senador Wellington Fagundes, que tanto merece o nosso respeito, pela sua história irretocável, especialmente do ponto de vista moral, ele sabe que eu fiz uma brincadeira com ele quando o Mauro se despediu da tribuna, eu disse: "Que o Wellington fique mais dois meses de licença para a gente aproveitar um pouquinho mais a companhia do bom Senador Mauro". Você sabe que eu brinquei contigo, e você sabe do nosso carinho.

Mas esse requerimento, eu gostaria de ampliá-lo na discussão aqui da audiência pública.

Não sei se os senhores estão passando por isso. Eu voltei de Natal ontem, e a revolta de todos os passageiros é impressionante com relação não só à questão da majoração da tarifa área. Primeiro, bagagem. É revoltante o que está acontecendo! E virou um cartel esse negócio de companhia aérea no Brasil. Essa é a verdade. Tem companhia aérea, inclusive, cujo dono é assassino e até hoje não foi nem para a cadeia. Então, esse pessoal é perigoso.

E outro ponto que eu acho que a gente tinha que discutir aqui na audiência pública é algo revoltante, Fagundes, de que você e Confúcio – não mais velhos do que eu, mas mais experientes...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por gentiliza... Por gentileza, Plenário, temos um Senador falando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e aqui todos que estão presentes devem se lembrar. Eu sou do tempo – e eu não sou velho, não; esse tempo é recente – de que quando você comprava uma passagem aérea... Por exemplo, Presidente Confúcio, para Natal a passagem aérea custou R$6 mil. É mais cara, R$2 mil mais cara do que a passagem Brasília a Atlanta, nos Estados Unidos, onde eu vou para conhecer o maior centro de autismo do mundo no Carnaval em fevereiro – por minha conta, quero deixar isso bem claro aqui.

Então, gente, quando você compra uma passagem aérea, antes era como? Você tinha um crédito de um ano para usar, para você não perder os R$6 mil. Imagine uma pessoa que fica doente no dia do voo, que vai para a UTI ou que, por outro motivo justificável, não viaja. Hoje não pode isso mais! Você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viaja, você perde R$6 mil. Isso virou crime, na minha opinião, dessas companhias aéreas. Porque não adianta você remarcar porque o preço da remarcação é o preço da passagem que você pagou!

Então, nós temos que discutir isso aqui com independência porque, quando eu apresentei o projeto, eu me lembro da posição do Confúcio, do Fagundes, de outros Senadores, mas infelizmente eu não consegui obter as 27 assinaturas. Isso dá uma impressão ruim para a sociedade de que as companhias aéreas, com seus lobistas, impedem os Senadores de terem a independência de proteger o consumidor brasileiro, que não aguenta mais tanta injustiça com voo, com bagagem, com tarifa altíssima e, principalmente, com essa questão de você comprar passagem e não poder desmarcá-la, mesmo tendo um motivo absolutamente, inquestionavelmente justificável.

Desculpe o desabafo, porque eu o faço também em nome de todos os passageiros ontem de Natal a Brasília, que vieram me pedir isso e que eu dividisse com os Srs. Senadores essa inquietação e essa indignação de quem viaja por este Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Eu passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, Senador Kajuru.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, registrar e agradecer o voto de todos os companheiros na aprovação desses dois projetos de lei, aliás, dos três, o de Goiás também, do Senador Maguito Vilela, da mesma forma – aliás, nós somos ali o Goiás mato-grossense com o Mato Grosso goiano, não é? São figuras extremamente importantes. A figura do Maguito Vilela todos nós respeitamos. Era uma pessoa muito querida, muito sociável, gostava de jogar bola, enfim, era uma pessoa boa de papo e um excelente administrador. Tanto é que teve o carinho, mesmo lá no leito de UTI, da população, que estava ali acreditando na recuperação e, inclusive, votando no Maguito.

Portanto, aprovar esses projetos de lei é extremamente relevante para a gente preservar a memória daquelas pessoas que tanto fizeram, apesar – viu, Senador Kajuru? – de que eu sou da linha de Ulysses Guimarães. Ulysses Guimarães dizia o seguinte: se quiserem me homenagear, que o façam enquanto estou com vida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu concordo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Depois, deixem que Deus cuide de mim, entendeu? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, às vezes, com a pessoa ainda em vida, é uma forma de você estimular para que ele tenha mais energia e possa, inclusive, trabalhar mais. Mas essa é a lei, e, claro, se a gente pudesse homenagear todos eles, nós os homenagearíamos em vida também.

Por isso, eu quero aqui agradecer também a votação dos dois projetos de lei que indiquei, que tratam de João Bosco de Aquino. Ele foi o precursor da comunicação no Estado de Mato Grosso, conhecia muito o Senador Kajuru. Ele era também um radialista, criou as primeiras emissoras, tanto em Cuiabá como em Barra do Garças. Então, tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Barra do Garça, exatamente. Tem uma história muito grande dentro da comunicação e foi meu assessor por muitos e muitos anos. Era uma figura extremamente conhecida no Mato Grosso inteiro. O pai dele foi um dos primeiros Deputados de Mato Grosso, o Heronides; e ele sempre, o Bosquinho de Aquino, uma pessoa extremamente querida, uma pessoa que fazia também a relação social e política com todos nós. Ele me orientava muito, me dava sempre boas ideias e era sempre um agregador.

Então, principalmente a região de Barra do Garça ou Araguaia... Quando eu falo dali refiro-me a Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças, em Goiás. As três cidades se confundem; são os dois rios que se confluem ali, no pontal, ou seja, o Garças e o Araguaia, fazendo daquela região uma das regiões mais belas, Senador Confúcio, do Brasil. Ali nós temos o encontro das águas, o boto-cor-de-rosa do Araguaia, temos ali as cachoeiras, águas termais, a Serra do Roncador, com toda a sua história, e ainda o exoterismo, a capital do exoterismo brasileiro. Tivemos lá o primeiro Senador negro do Brasil – que, inclusive, foi o idealizador do Discoporto lá, na Serra do Roncador –, Valdon Varjão, que também fazia parte de toda essa história e era muito amigo do Bosco. Então, quanto ao Bosco de Aquino, fica aqui também esse registro.

E o outro é o projeto de lei que o Senador Jayme Campos... Os dois foram relatados pelo Jayme Campos, a quem eu também agradeço muito. O Senador Jayme Campos tem toda a história, e eu comecei a minha vida política com ele, no primeiro mandato, em 1990: Jayme, Governador, e Júlio, Senador. E essas duas figuras também eram muito amigas do Senador Jayme e de todos nós, da classe política. E o outro, então, é o Afro Stefanini.

O Afro Stefanini foi para Mato Grosso na boleia de um caminhão, um caminhoneiro, e foi Deputado Estadual brilhante, também uma figura que a cidade toda reverenciava. Foi Deputado Federal, uma pessoa que todos nós admiramos muito. Ele foi Presidente e Primeiro-Secretário da Assembleia, ou seja, uma figura que teve uma carreira política extremamente brilhante, muito respeitado. Foi do Tribunal de Contas também, membro do Tribunal de Contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, reverencio aqui, *in memoriam*, essas duas figuras, e eu o faço aqui também em nome das duas famílias, dos dois.

O Sr. Afro Stefanini tem uma família muito grande, a sua esposa... E, aí, eu quero também aqui falar de todos os filhos do Afro Stefanini, principalmente da Amélia Stefanini, que foi Vereadora em Rondonópolis, uma figura também, assim, muito querida na cidade. Então, na pessoa dela, eu faço aqui homenagem a toda a família do Afro Stefanini e, claro, a todos nós – eu nasci em Rondonópolis – que sempre também fazemos homenagem aos pioneiros, pois Afro Stefanini foi um dos pioneiros da nossa cidade de Rondonópolis.

Então, eu agradeço muito essa votação, a oportunidade de estarmos aqui aprovando, porque, no caso do Afro Stefanini, nós colocamos o nome dele no terminal ferroviário, e, lá em Rondonópolis, nós temos hoje o maior terminal ferroviário da América Latina. Hoje, a ferrovia está avançando de Rondonópolis rumo a Cuiabá e de Rondonópolis rumo ao nortão de Mato Grosso, e tudo isso se deu também pelos pioneiros que para lá foram.

Eu não deixo – faço questão sempre – de falar, Senador Kajuru e Senador Confúcio: meu pai foi da Bahia para Mato Grosso, para Poxoréu, a pé. Então, isso tudo é a história dessas pessoas que foram para lá, como muitos rondonienses também, não é? Passaram por Mato Grosso, sofreram no Mato Grosso e, depois, foram para Rondônia também. Então, Mato Grosso, Goiás, Rondônia são os três estados, assim, com os quais temos uma relação histórica muito grande.

Então, esses dois senhores merecem realmente essa homenagem. Aliás, os três – os três. Eu vou falar os três aqui, porque eu quero entrar na intimidade de Goiás também, porque, é claro, eu convivi com o Maguito aqui também e sei da importância que o Maguito teve para o Estado de Goiás.

Muito obrigado a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser rápido, porque o Senador Wellington Fagundes aproveitou mais o tempo para justificar, de forma, para mim, fantástica, merecedora de aplauso, cada homenagem que ele fez. O radialista, eu tive convivência com ele, não só no rádio, como na televisão também, lá no Mato Grosso. Lembro-me dele na TV Record, na Rede TV...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Maguito Vilela, eu vou dizer algo aqui que eu não deveria falar, mas eu vou falar – não adianta; o Kajuru é assim.

Eu gostaria de me dirigir à população goiana, aos 7 milhões de goianos, e dizer a eles: o filho de Maguito Vilela, Daniel Vilela, é hoje o Vice-Governador de Goiás, de Ronaldo Caiado, o maior Governador da história de Goiás e meu amigo pessoal há 38 anos; um homem que salvou a minha vida, literalmente: quando eu estava sendo literalmente morto, com um revólver na minha cara, ele chegou e salvou a minha vida em Goiás – isso acontece em Goiás, a gente sabe, não é? Portanto, população de Goiás, a melhor maneira de homenagear o Maguito Vilela é, em 2026, dar uma chance ao seu filho, o Daniel Vilela, que tem o mesmo perfil do pai, os mesmos exemplos morais e administrativos do pai. Pensem bem no seu voto e façam essa homenagem ao Daniel Vilela.

Estou fazendo isso aqui, inclusive, sem saber se o Daniel Vilela vai me apoiar em 2026. E desde já o aviso: se você não me apoiar, você vai levar uma peia – entendeu? –, porque eu bato em você de chinelo em Goiás, e você sabe disso. Você me conhece.

Mas a população de Goiás, que ela reflita. Seria uma grande homenagem ao Maguito Vilela, por tudo que ele representou, por tudo que ele fez pelo Estado de Goiás.

Agradeço, Presidente Confúcio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, depois eu ainda preciso falar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode falar. Estou encerrando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – O Maguito foi Prefeito de Jataí, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – De Aparecida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E de Jataí também, não?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Também, Jataí.

Aqui o Edinho Bez, nosso eterno Deputado e Diretor de Relações Institucionais da nossa Frenlogi, me dizia aqui: "olha, o Caiado já falou que o próximo Governador será exatamente o filho do Maguito", e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele vai, inclusive, apoiar, não só pelo histórico, mas pela competência, pela capacidade do filho do Maguito.

Hoje o cargo que ele ocupa é de Deputado?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Vice-Governador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, é! Vice-Governador, exatamente.

Então, fica aqui o registro já do apoio também do Governador Caiado, viu?

E eu falo também isso com entusiasmo, porque em Jataí nós estamos numa luta, Presidente – fizemos, inclusive, uma audiência pública –, para a conclusão da duplicação de Jataí até Rondonópolis. Olha, já temos hoje duplicado até Jataí, de Brasília a Jataí; e, nesse trecho de Jataí a Rondonópolis, nós estamos fazendo um trabalho com a bancada de Goiás também...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tenho uma novidade para ti. Quer?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não. Pode...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em primeira mão?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode. É claro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em primeira mão?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, em todas as mãos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só que aí o mérito não é da bancada goiana, não. Desculpe. O mérito é meu.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bom.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu consegui com o Presidente Lula, obtive a palavra, com gravação em vídeo para todo o Estado de Goiás, do Ministro dos Transportes, Renan Filho... São 11 rodovias as que ele me prometeu. Entre elas, essa, Wellington, que seria para a história de Jataí e Mato Grosso. Portanto, houve o comprometimento em vídeo – de que eu vou lhe enviar a cópia inclusive, correto? – do Ministro Renan Filho, que obedeceu ao pedido do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula, com quem eu conversei no início de seu mandato sobre essas 11 rodovias de Goiás, em especial, essa de Jataí a Mato Grosso. Em primeira mão, essa notícia é para ti.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aí fica atestado aqui também o prestígio do Kajuru com o Presidente Lula.

Então, nós temos que somar os esforços. Colocamos recursos, no ano passado, para o Ministério dos Transportes. O hoje Senador e Ministro Renan tem feito um grande trabalho. E tem recursos aí... Claro, todos nós trabalhamos muito isso, e o Dnit hoje tem recursos orçamentários recordes na história. Isso aí se deve ao trabalho também de todos nós, que vai permitir que obras como essa possam ser feitas.

Inclusive, quanto ao estudo da concessão, eu tenho trabalhado muito junto ao BNDES, porque eles queriam fazer uma duplicação parcial, e agora está evoluindo o estudo, inclusive, para buscar fazer com que essa duplicação seja, se possível, em todo o trecho.

Do lado do meu estado, em Rondonópolis, até a divisa em Santa Rita do Araguaia, também lá, estamos trabalhando. Pouco tempo atrás não tinha tanta viabilidade, mas agora, com a assunção pelo Governo do estado da BR-163 toda, que já está concessionada, passa-se a viabilizar muito mais ainda essa duplicação.

E, olha... Imagine, nós saímos, na verdade, de Brasília, passando por toda esta região, Goiânia, Jataí, Rio Verde, Alto Araguaia, Pedra Preta, Rondonópolis, Cuiabá, Sinop até Mirituba, porque também se está estudando essa duplicação, e também, ainda, de Rondonópolis a Campo Grande e até o sul. É a estratégia que representa esse trecho duplicado da 364.

Então, Presidente Confúcio, com o seu prestígio como Presidente desta Comissão, eu quero pedir o empenho da nossa Comissão. E vamos – quem sabe? –, talvez, marcar depois, num outro momento, no início do ano que vem, uma audiência aqui com os ministros exatamente para que esta Comissão também tenha como bandeira sua, aprovado pela Comissão, esse nosso trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Wellington, você está fazendo pedido a um goiano de coração, que lá se formou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Formou-se em Goiânia, eu sei. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Goiás é apaixonado por ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ele nos deve também, não é? (*Risos.*)

Mas Goiás e tudo isso vai confluir com Rondônia – tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Presidente, eu quero aqui, ainda... Já está indicado aqui o nome do Caio Mário Trivellato Seabra filho para Diretor da Agência Nacional de Mineração. Sei que V. Exa. já indicou o Senador Viana como Relator e quero parabenizá-lo, porque também é de Minas Gerais, competente, e tenho certeza de que vai ter a maior brevidade.

Acho muito importante, porque, apesar de ser do Mato Grosso, o Caio, jovem advogado, tem uma influência, é uma pessoa que tem uma experiência muito grande e contribuiu já muito para o Mato Grosso. A primeira solução de um impasse que nós tivemos em Aripuanã foi exatamente o Caio que foi lá resolver, que era um conflito entre garimpeiros e a grande mineradora. E, através da mediação do Caio, a mineradora doou, ou seja, abriu mão de uma área de 400ha, para que os cooperados, os pequenos mineradores pudessem, então, fazer ali também a sua garimpagem, a sua mineração. E isso resolveu um problema de conflito.

Ele, então, exerce esse papel, exerceu muito esse papel na solução de conflitos pela agência, e, como Diretor, com certeza terá muito mais condições de fazê-lo e de fazer com que a agência possa ter um desempenho maior.

Aliás, aproveito, Sr. Presidente... Até falei que seria importante nós termos aqui uma reunião, ainda, se possível, também com a diretoria da agência, porque essa agência é muito importante para a nossa região. Na Amazônia, nós temos a questão da mineração praticamente incipiente ainda, e a agência precisa ter estrutura. Então, nós precisamos alocar recursos, discutir com o Governo a melhor forma de fazer com que essa agência realmente tenha equipe, gente necessária para atender, porque os processos ainda, infelizmente, demoram muito.

Por isso, então, fica aqui registrado. E e eu quero, com isso, agradecer muito a V. Exa. e pedir que a gente possa pautar, para a gente votar o mais rápido possível. Mas sei V. Exa. nunca deixou nada aqui no arquivo: chega hoje, amanhã já está liberado.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero muito agradecer a presteza de V. Exa. em tudo aquilo que a gente demanda aqui, dentro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

A Agência Nacional de Mineração é uma agência, mas não é uma agência, porque ela está ainda como se fosse o DNPM: sem estrutura, sem gente, sem recursos, sem orçamento, com a responsabilidade de fazer a fiscalização de barragens em todo o país. Então, é um desafio imenso. Na área de cobrança de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos da Cfem tem três pessoas no Brasil todo. Então, você veja que, na análise, ela está uma agência ainda precisando de um reforço muito grande. Acho que a eleição do Caio dará início a uma transformação.

Acho que todos os Senadores vão trabalhar no sentido de organizar essa Agência Nacional de Mineração.

Quero agradecer a todos os Senadores. Hoje foi uma pauta longa, muito longa, com votos nominais em três projetos, com qualificação. A Comissão respondeu positivamente, e limpamos a pauta. Só temos alguns pedidos de vista, que são regimentais. Então, agradeço a todos os Senadores que fazem parte desta Comissão.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Dr. Hiran, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Jaques Wagner, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2773, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a instalação de áreas de escape (“caixa de brita”) nas rodovias localizadas em regiões serranas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2125, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2449, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela apresentação de indicação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4247, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso I do caput do art. 139-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a atividade de moto-frete independentemente da categoria de registro do veículo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2647, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 111, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para prever a não incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre adicional de energia elétrica, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 757, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2458, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1-CRA e 2-CRA, na forma proposta no Parecer (SF) nº 8, de 2023, da CRA, e com emendas e subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4392, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 93, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar a 26ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2023, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes. Convidados: Renan Filho, Ministro dos Transportes; Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); Fabrício de Oliveira Galvão, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Rafael Vitale Rodrigues, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Francisco Pelúcio, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 94, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2973/2023, que "altera a Lei n° 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa", com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Pereira, consultor tributário do Município de Parauapebas (PA); Ítalo Ipojucan de Araújo Costa, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Marabá (PA); Divaldo Salvador de Souza, empresário de mineração de Marabá; representante Agencia Nacional de Mineração (ANM); representante Ministério de Minas e Energia (MME); representante Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); e Marcio Eustaquio Bello, da Assessoria da Câmara dos Deputados." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 95, de 2023** que: "Requer sejam incluídos novos convidados na Audiência Pública objeto do REQ 89/2023" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 96, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções para a transição energética, fortalecimento do sistema elétrico brasileiro e o papel dos sistemas de armazenamento de energia elétrica. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Lavorato Tilli, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Markus Josef Vlasits, Presidente da Associação Brasileira de Sistemas de Armazenamento de Energia Elétrica (ABSAE); Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador na GESEL - Grupo de Estudos do Setor Elétrico." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Esperidião Amin, Weverton, Tereza Cristina, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foi encaminhado à Comissão o seguinte documento: Aviso 987, de 2023, do grupo de trabalho do TCU (Tribunal de Contas da União), que trata de acompanhamento para verificar a atuação do grupo de trabalho criado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia 124, de 2019, bem assim o andamento das negociações para revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu – eu acredito que seja uma proposição do Senador Esperidião Amin.

Cumpre alertar que, no relatório, há informações classificadas como sigilosas, fato que, de acordo com o disposto no art. 25, §2º, da Lei 12.527, de 2011, e nos arts. 17, §2º, e 20 da Resolução do TCU 2.294, de 2018, cria a obrigação para aquele que as obteve de resguardar a confidencialidade. Por essa razão, o material não será publicado e pede-se que as Senadoras e os Senadores eventualmente interessados em ter acesso ao documento procurem a Secretaria da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes com prazos de manifestação encerrados.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Eu solicito aos Senadores da Comissão, por gentileza – e suas assessorias nos gabinetes –, que deem presenças aqui na nossa Comissão de Infraestrutura.

Estão faltando ainda três.

Enquanto a gente preenche esse quórum, vamos fazer a leitura dos requerimentos.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 93, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar a 26ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2023, realizada pela Confederação Nacional dos Transportes. Convidados: Renan Filho, Ministro dos Transportes; Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); Fabrício de Oliveira Galvão, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Rafael Vitale Rodrigues, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Francisco Pelúcio, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Vamos fazer só a leitura. Daqui a pouco a gente vota em bloco.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 94, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2973/2023, que "altera a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa", com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Pereira, consultor tributário do Município de Parauapebas (PA); Ítalo Ipojucan de Araújo Costa, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Marabá (PA); Divaldo Salvador de Souza, empresário de mineração de Marabá; representante Agencia Nacional de Mineração (ANM); representante Ministério de Minas e Energia (MME); representante Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); e Marcio Eustaquio Bello, da Assessoria da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Vamos aguardar com esses requerimentos até atingirmos o quórum.

Eu solicito aos gabinetes a gentileza de comunicarem aos Senadores para darem presença aqui na Comissão de Infraestrutura: Senador Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Izalci, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Efraim, Alan, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Cid Gomes, Randolfe, Jaime Bagattoli, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Senadora Daniella, Vanderlan, Lucas Barreto, Otto Alencar, Beto Faro, Chico Rodrigues, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. E fora os suplentes.

Item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 95, DE 2023
- Não terminativo -

Requer sejam incluídos novos convidados na Audiência Pública objeto do REQ 89/2023

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Requer que sejam incluídos os seguintes novos convidados à audiência pública objeto do Requerimento 89:

- Sr. Denilson Campello dos Santos, Diretor de Parcerias com o Setor Privado do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR);

- Paulo Alexandre de Toledo Alves, Diretor de Parcerias com o Setor Privado Substituto e Coordenador-Geral de Apoio aos Entes Subnacionais do Ministério da Integração Nacional;

- Sr. Renato Jorge Brown Ribeiro, Diretor de Planejamento e Avaliação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco);

- um representante da VLI.

Item 12 da pauta.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 96, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções para a transição energética, fortalecimento do sistema elétrico brasileiro e o papel dos sistemas de armazenamento de energia elétrica.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME); Ricardo Lavorato Tilli, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Markus Josef Vlasits, Presidente da Associação Brasileira de Sistemas de Armazenamento de Energia Elétrica (ABSAE); Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador na GESEL - Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Principalmente a fotovoltaica.

De minha autoria esse requerimento. (*Pausa.*)

Solicito ao Senador Veneziano, por gentileza, *ad hoc*, fazer a leitura do projeto de lei não terminativo, o item 2 da pauta.

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 2125, DE 2019
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Veneziano poderia, por gentileza, fazer essa leitura desse item 2?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Com grande alegria, Presidente.

Meus cumprimentos, nosso agradecimento pela confiança, pela designação à leitura do Projeto de Lei nº 2.449, que tem como seu autor o Senador Zequinha Marinho.

Se V. Exa. autorizar, eu passo diretamente à análise do projeto.

Posso assim fazê-lo, Presidente? (*Pausa.*)

A despeito de ambas as proposições definirem os mesmos pontos de passagem para a BR-222 no trecho constante como "planejado" no Plano Nacional de Viação, que vai até o entroncamento com a BR-158, o PL 2.449, de 2019, é mais abrangente e define novos pontos de passagem até o entroncamento com a BR-163.

Embora observemos algum mérito na justificação de ambos os projetos, a Lei das Ferrovias revogou expressamente a Lei 5.917, de 1973, e fez importantes alterações na Lei do Sistema Nacional de Viação.

Cabe lembrar que, ainda em 2012, a Comissão de Serviços de Infraestrutura encaminhou consulta formal à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, indagando "quanto à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos de lei que visam à alteração de características ou à inclusão de novos componentes nas relações descritivas da infraestrutura de transportes constantes do anexo da Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973.

Na resposta a essa Consulta, a CCJ asseverou, entre outras considerações, que "a transferência de bens entre os entes da Federação somente pode ser realizada por meio de convênio de cooperação ou de desapropriação e independe de autorização legislativa federal".

Nesse sentido, entendemos que o projeto de lei que ora nós analisamos e o Projeto de Lei 2.125, de 2019, de iniciativas do Parlamento, possuem vício de iniciativa, sofrem de injuridicidade, ferem a separação de Poderes e o pacto federativo, ao proporem tomar para a União bem que pertence aos estados, sem anuência prévia das partes por meio de convênio.

Quanto ao mérito, as iniciativas são pertinentes e meritórias, pois buscam retirar um entrave capaz de bloquear o desenvolvimento dessa região, que é atendida somente por estradas municipais e estaduais em condições bastante precárias.

Trata-se de uma região dotada de riquezas naturais e com grande potencial a ser devidamente explorado.

As atividades desenvolvidas na região carecem de melhores vias para o escoamento de sua produção.

Por essas razões, entendemos que a melhor forma de assegurar às proposições o merecido andamento é pela via de sua transformação em indicação, na forma regimentalmente prevista.

Nosso voto.

Em vista do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "e", combinado com o art. 227-A, inciso II, ambos do nosso Regimento, opinamos pela conversão do Projeto de Lei 2.449, de 2019, e do Projeto de Lei 2.125, também do mesmo ano, nº 3.545, de 2023, na seguinte indicação:

> INDICAÇÃO Nº , DE 2023
> Sugere ao Ministro de Estado dos Transportes que adote as providências necessárias para incluir novos pontos de passagem à Rodovia BR-222 no rol de infraestruturas de transporte da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
.....

Eis o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Veneziano.

Atingido o quórum, nós já fizemos a leitura de vários requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação desses requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos os requerimentos foram aprovados em bloco.

Está em discussão o Projeto de Lei 2.125, agora recentemente relatado *ad hoc* pelo Senador Veneziano.

Aos Senadores que queiram discutir a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o Projeto de Lei 2.125, lido pelo Senador Veneziano, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aqui.

O item 3 da pauta, por sugestão do autor, o Senador Kajuru, foi retirado de pauta hoje. (*Pausa.*)

Bem, eu vou aproveitar e votar os não terminativos.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 2647, DE 2022
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CRA

2. Em 24/11/2023 o Senador Zequinha Marinho apresenta a emenda nº 1

3. Votação simbólica

De autoria do Deputado Pedro Uczai, relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Eu solicito ao Senador Lucas Barreto, por gentileza, que faça a leitura *ad hoc* desse projeto de lei de relatado pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Parecer da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei nº 2.647, de 2022 (PL nº 6.325/2016), do Deputado Pedro Uczai, que acrescenta dispositivo à Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 2.647, de 2022, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

No Senado Federal, foi apresentada uma única emenda, do Senador Zequinha Marinho, que altera o art. 2º do PL para incluir, dentre as ações prioritárias, a aquisição de equipamentos para produção de biocombustível.

No mérito, a proposição é muito louvável. Dado o dinamismo do setor agrícola, é certo que a demanda por energia será crescente.

Poder utilizar, cada vez mais, energia gerada a partir de fontes renováveis trará importantes benefícios para o meio ambiente e para o bolso, claro, dos consumidores em geral, inclusive dos produtores rurais. Ademais, o estímulo à geração de energia renovável na agricultura familiar impulsionará esse setor, gerará mais empregos e contribuirá para a eficiência e sustentabilidade dessa atividade.

Apesar de já haver linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, voltadas à aquisição de equipamentos para a produção de energia elétrica a partir das fontes eólica, solar e biomassa, a inclusão dessa prioridade na política agrícola, aliada à previsão de linhas de crédito diferenciadas, confere aos canais de crédito existentes maior respaldo. Abre também as portas para novas oportunidades de fomento a investimentos em fontes renováveis. Além disso, a explicitação da prioridade dada à energia renovável assegura aos agricultores familiares, a nosso juízo, maior segurança jurídica nesse tipo de investimento.

Por fim, se as linhas de crédito oferecerem condições favorecidas, porém ainda tiverem juros reais positivos, o projeto não trará impacto para as finanças públicas.

Consideramos muito bem-vinda a emenda do Senador Zequinha Marinho, que altera o art. 2º do PL para incluir, dentre as ações prioritárias, a aquisição de equipamentos para produção de biocombustível.

Diante do exposto, Sr. Presidente, nós nos pronunciamos pela aprovação do projeto de lei, com a Emenda nº 1, apresentada ao PL nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto, por ter feito a leitura *ad hoc* do Projeto de Lei 111.

Está em discussão. Esse projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Eu vou só votar aqui mais um que é não terminativo, que a gente passa para os terminativos, que têm votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos votar o Projeto de Lei 2.647, de 2022.

Bem, o Projeto de Lei 111 vai ficar aguardando a presença do Senador Eduardo Braga, que deseja fazer o relatório, pois ele é o Relator. Vamos aguardar aqui até a chegada dele.

Vamos retomar o item 1 da pauta.

O item 1 da pauta já é terminativo. Temos 16 Senadores presentes, registrados.

Item 1 da pauta.

Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 2.773, de 2022, terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 2773, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a instalação de áreas de escape ("caixa de brita") nas rodovias localizadas em regiões serranas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (artigo 284 do RISF).

Como o Senador Jorge Seif não está presente... (*Pausa.*)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão.

Esse é sobre caixas de brita como área de escape nas rodovias localizadas em regiões serranas.

Algum Senador deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu, sinceramente, não conheço o projeto. Agora, em região serrana, o que menos tem é área para escape. Por exemplo, Serra do Rastro, que ainda reclama a sua visita, considerada a rodovia mais bonita do mundo, não tem área de escape. Tem é que ter um muro protendido? Não. Atira na rocha viva, puxa o tirante, constrói o muro, porque senão vai para o... Então, acho que, se tiver área para escape...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tudo bem, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... vou mandar até botar pneu, como se faz na Fórmula 1, a brita e o pneu. Mas em área de serra... O projeto é de quem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É do Senador Mecias de Jesus e é relatado pelo Senador Jorge Seif.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma das ideias que pode dar...

Claro que ele deve ter colocado condicionantes.

Eu acho, sinceramente, que, sem um parecer técnico, por exemplo, do Dnit ou coisa que o valha...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aqui fala, Senador Esperidião, que é dentro do possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, mas dentro do possível já existe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já existe, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu acho que, sinceramente, a ideia é boa, é só você se lembrar da morte do Ayrton Senna. Lá não tinha caixa de brita nem área de escape. Era uma curva... Tamburello.

Agora, eu acho que pelo menos um socorro técnico, para conhecer a viabilidade...

Até o Senador Jayme Campos, que é autor da matéria *free flow*, que eu tive a oportunidade de inspecionar agora no Chile... Todo mundo só fala em Jayme Campos, Jayme Campos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esperidião, esse projeto foi discutido e aprovado na sessão passada. Deixamos um espaço para serem oferecidas emendas ao substitutivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Está aqui o homem!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Mecias está aí.

É dado como...

Não havendo nenhuma emenda, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento.

A matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fica no possível...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Mecias pode resolver, seja o com dois "s" seja o com "c".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É sua lei, acabamos de aprovar, sobre as caixas de areia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, já.

Item 6 da pauta. É isso mesmo, não é? (*Pausa.*)

Bem, o item 6 da pauta já é bem conhecido de todos os senhores que estão aqui presentes, mas vamos a ele.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 757, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 28/11/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva

2. Em 01/12/2023 o Senador Chico Rodrigues apresenta as emendas 1-T, 2-T, 3-T e 4-T

3. Em 04/12/2023 o Senador Zequinha Marinho apresenta a emenda 5-T; o Senador Esperidião Amin apresenta as emendas 6-T, 7-T, 8-T e 9-T; o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresenta a emenda 10-T e o Senador Luis Carlos Heinze apresenta a emenda 11-T

4. Em 11/12/2023 a Senadora Teresa Cristina submete à Comissão um voto em separado, pela aprovação do projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Em 11/12/2023 o relator, Senador Weverton, apresenta um novo relatório, pela aprovação do projeto e rejeição das emendas 1 a 11-T

6. Votação nominal

O que é esse "t"? (*Pausa.*)

Terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do seu novo relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Na verdade, Presidente, agradeço a atenção, mas não é novo o relatório porque está mantido o mesmo a que foi dado vista coletiva, como apresentado ontem na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Rejeitadas as emendas, não é?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – É. Eu peço aqui só para, nominalmente, ler a rejeição delas e fazer aqui um outro comentário para que V. Exa. já possa encaminhar.

Nesse prazo regimental, foram apresentadas 11 emendas.

A nº 1, do Senador Chico Rodrigues, e a nº 8, do Senador Esperidião Amin, propõem alterações no art. 12 da proposição, retirando o caráter de interesse público da atividade de praticagem.

As Emendas nºs 2, do Senador Chico Rodrigues, e 9, do Senador Esperidião Amin, suprimem o art. 15-A, que trata da obrigação da fixação anual da lotação de práticos e zona de praticagem.

A nº 3, do Chico Rodrigues, e, do Esperidião Amin, nº 6, suprimem o 15-C, retirando da Marinha do Brasil a competência para a regulação econômica da praticagem.

A Emenda nº 4, do Senador Chico Rodrigues, a Emenda nº 5, do Senador Zequinha Marinho, e a Emenda nº 7, do Senador Esperidião Amin, suprimem o art. 13 da proposição, que traz para o *status* de lei que os serviços de praticagem sejam executados exclusivamente por práticos devidamente habilitados pela autoridade marítima, o estabelecimento da Escala de Rodízio Única e outros parâmetros para o exercício da profissão.

A Emenda nº 10, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, e a Emenda nº 11, do Senador Heinze, modificam o art. 15-A, para estabelecer que a competência para a regulação econômica da atividade de praticagem seja transferida para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Compete a esta Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e outros assuntos correlatos.

A proposição em análise altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para permitir a regulamentação dos serviços de praticagem no país, altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para consentir que a mesma seja membro da Comissão Temporária a ser formada em casos de denúncias de abuso de poder econômico, emitindo parecer consultivo em até 45 dias.

Em relação ao mérito, é necessário garantir a competitividade de nossos portos e a manutenção da segurança em nossas águas, e para isso é de extrema urgência uma normatização mais clara e detalhada do serviço de praticagem.

No Brasil, o serviço de praticagem consiste na atividade realizada por práticos de forma autônoma ou em sociedades simples uniprofissionais. Em razão da sua especial capacidade técnica e familiaridade com as respectivas zonas de praticagem, assessoram embarcações e seus comandantes, navegam e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manobram os navios vindos do mar aberto e de águas profundas até sua atracação nos portos e seu retorno ao mar, passando pelos canais, rios de acesso, águas rasas, restritas...

Por falar em águas rasas, ia até pedir aqui para a nossa assessoria saber se conseguiram resolver o navio que foi encalhado ontem, lá na região da Amazônia, que estava sem prático. Mandem aqui para eu ter, também preciso explanar aqui hoje o prejuízo que isso vai dar lá.

Para desempenharem a profissão, os práticos necessitam, inicialmente, obter aprovação em processo seletivo organizado pela autoridade marítima, tecnicamente rigoroso, para a categoria inicial de praticante de prático, através de submissão a avaliação escrita e psicofísica, prova de títulos e prova prático-oral (inclusive utilizando simuladores), devendo, ainda, obter a aprovação, após cumprir estágio de qualificação, o que os eleva à categoria de práticos das suas respectivas zonas de praticagem.

A atividade profissional do prático e o serviço de praticagem, como um todo, são intimamente associados à segurança da navegação, aqui tomada como sinônimo da expressão segurança do tráfego aquaviário, não importando as distinções entre os dois conceitos. A segurança da navegação constitui o propósito e o próprio sentido de existência do serviço de praticagem. A associação entre praticagem e segurança da navegação é milenar, e o trabalho dos práticos é reconhecido como essencial e indispensável à segurança das manobras e dos deslocamentos de navios em portos e outras áreas de navegação cujas peculiaridades imponham cuidados redobrados ao navegante.

Diante da importância dessa atividade para o desenvolvimento econômico nacional, acreditamos, portanto, que a proposição é oportuna e aperfeiçoa a atividade de praticagem no Brasil, fornecendo maior segurança jurídica e estabilidade regulatória para a atividade.

Durante o prazo regimental, Sr. Presidente, foram apresentadas essas 11 emendas, que, apesar do elevado mérito, nós não tivemos como acolhê-las. As Emendas nºs 1 e 8, que retiravam o caráter de interesse público da atividade de praticagem, não foram acolhidas por entendermos que a segurança da navegação é questão de nítido interesse público, na medida em que atesta a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente.

As Emendas nºs 2 e 9, que suprimem o art. 15-A, que trata da obrigação da fixação anual da lotação de práticos na zona de praticagem, não foram atendidas, uma vez que, a própria proposição já estabelece que a autoridade marítima fixará, conforme periodicidade estabelecida em norma específica, a lotação de práticos necessária em cada zona de praticagem. Portanto, isso a autoridade marítima irá fazê-lo.

Também não há como acolher as Emendas nºs 3 e 6, que retiram da Marinha do Brasil a competência pela regulação econômica da praticagem, uma vez que a Marinha já exerce a regulação dos serviços de praticagem no Brasil, envolvendo aspectos técnicos e econômicos, conforme se depreende tanto da própria Lei nº 9.537, de 1997, quanto de suas normas administrativas denominadas de Normas da Autoridade Marítima, a Normam-311/DPC. Ademais, a possibilidade de fixação de preço quanto aos serviços de praticagem pela autoridade marítima, ou seja, regulação econômica, já se encontra prevista no art. 14 da lei vigente, o que reforça a opção feita quanto a concentração de tais atribuições para a Marinha do Brasil. O texto do Projeto de Lei nº 757, na forma de seu substitutivo, preserva essa competência da Marinha do Brasil, que vem regulando com primazia e eficiência o serviço de praticagem.

Inclusive, Senador Lucas Barreto, Senadora Tereza, eu trouxe aqui impresso, Senador Esperidião, e aqui estou compartilhando com V. Exas., algumas portarias expedidas pela Marinha do Brasil de 1998 até a presente data, e todas regulando o preço e tratando da matéria que aqui estou dizendo. Então ninguém está inventando, ela já faz isso há mais de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vinte e cinco.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vinte e cinco anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desde o tempo do Zé Peixe.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Desde a época em que V. Exa. na Câmara ainda tinha cabelo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Zé Peixe, que é o nosso guru e o prático-mor e que foi professor de natação do Lucas Barreto, ele é que é a nossa referência.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não esqueçam que a praticagem deu uma lancha para ele. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – As Emendas nºs 4, 5 e 7 não merecem prosperar, uma vez que suprimem a possibilidade de trazer para a lei normas infralegais que causam insegurança jurídica aos profissionais que atuam na área.

Ontem, Presidente e Senadora Tereza, eu, na reunião com o Ministro Múcio e o Comandante, o Almirante, da Marinha, eu perguntei a eles... Deixem só o pessoal da Marinha terminar aqui de conversar com a Senadora. (*Pausa.*)

Ontem, Senadora Tereza, com o Ministro Múcio e o Comandante da Marinha do Brasil, sobre esse ponto aqui, eu cheguei a conversar e perguntar para eles. Eu nunca tinha visto aqui nesta Casa uma instituição forte como a Marinha querer perder uma atribuição que já é dela. Ela já faz, já pratica, não sou eu que estou dizendo, eles mesmos sabem disso. "Ah, não temos condições de manter." Então, se cria orçamento, se criam condições para melhorar a estrutura, agora dizer que não faz o que já faz...

E o que nós ficamos mais perplexos durante a conversa, e o próprio Ministro Múcio eu sei que se sensibilizou: como a Marinha vai nos dizer que esta construção que está sendo feita aqui pelo Congresso... Todo o projeto, se você pegar, são todas normas infralegais. Então isso já existe, está lá em decretos e em portarias dela. Agora está virando lei, aí me vem o vice-almirante, estava lá na hora, e diz: "Olha, isso aqui vai ser uma insegurança para a atividade". Eu disse: "Espere aí. Então, hoje já é inseguro? Porque se a norma que vocês usam hoje são essas, e a gente está tornando lei, está dando segurança jurídica à atividade, aí agora vai deixar de ser seguro?". Ele disse: "Não, mas se tiver alguma coisa nova tecnológica, algum fato novo dentro de um porto...". "Almirante, por favor, se for alguma coisa nova, é uma nova portaria, o que não está tratado em lei. O que não está em lei, vem em portaria e vem em norma." O que está em lei está definido, que é o que está consolidado nos últimos anos.

Portanto, foi feito bem claro esse esclarecimento, conversamos de forma bastante leal ontem, e eu tenho certeza que o Ministro Múcio e o Governo vão compreender, estão compreendendo a matéria, e nós vamos, junto com os autores da Câmara e daqui, terminar de consolidar esse projeto.

E, por fim, as Emendas nºs 10 e 11 não serão acolhidas por entendemos que a Marinha do Brasil, o órgão mais competente para executar a atividade, respeitando, sobretudo, a livre negociação, atualização monetária, os contratos vigentes... Quando falo em contratos vigentes, também não é papel nosso, e muito menos do Congresso, nós querermos interferir no mercado privado, não é essa a nossa ideia, óbvio, tanto que, na hora em que a gente for discutir a cadeia como um todo, nós vamos discutir do prático aos armadores, a tudo e ao transporte, porque o produtor, até chegar lá na ponta, a gente tem que ver o custo Brasil do processo todo, não é o de um, e isso, obviamente, vai ser discutido de forma mais ampla aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Presidente, ante o exposto, nós votamos pela regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e o mérito da aprovação do Projeto de Lei 757, de 2022, rejeitando as Emendas de nºs 1 a 11.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, muito obrigado, Senador Weverton.

A matéria está em discussão.

Pois não, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Anote aqui: Senador Esperidião, Senadora Tereza Cristina, Senador Rogério Carvalho. São eles três que se inscreveram.

Vamos à Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom dia, colegas.

Eu apresentei um voto em separado, mas vou retirá-lo. É um projeto polêmico que, desde a Câmara, vem trazendo muitas discussões, mas eu vou retirar o voto em separado.

Mas eu gostaria de sugerir que talvez nós mandássemos isso para Plenário – ele é terminativo –, dadas as discussões e todos os aprimoramentos já feitos, mas a gente ainda pode caminhar, talvez mandá-lo... Eu pediria que fosse a Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu já respondo à senhora.

A Senadora Tereza Cristina solicita que esse projeto vá a Plenário. Ele é terminativo aqui. (*Pausa.*)

A explicação, Senadora Tereza, é que, após a votação, haja um recurso ao Plenário, tá?

Bem, Rogério Carvalho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu estava inscrito também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Desculpe, o Esperidião está na frente. Pois não. Foi mesmo, reconhecido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Ministra Tereza Cristina não pode representar a minha cassação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu considero que o que a Senadora Tereza Cristina externou é perfeito.

Eu quero cumprimentar o Senador Weverton. Isso é tão raro eu fazer, é tão raro eu reverenciar o seu trabalho, que eu faço questão que o senhor preste atenção, para não ficar supondo que eu sempre criei caso.

Eu acho que o senhor fez um trabalho muito bom, porque essa..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas eu me lembrei de você e mandei o significado do *koufiye*. Eu mandei para ele o significado do *koufiye*, que é uma peça da indumentária palestina.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mandei para ele, então, quem foi ao culto foi ele.

Só queria lhe dizer o seguinte: eu acho que esse tema tem que ser apreciado sob vários ângulos. E este, especificamente, que é o âmbito do projeto, está satisfatório graças ao seu esforço que promoveu estes esclarecimentos. Agora, nos falta, neste momento, uma visão de como é que caminha a navegação no mundo. Caminha, não, como é que ela navega? Quais são os equipamentos que hoje substituem a praticagem?

E só para terminar, uma das maiores emoções que o Nikita Khrushchev, que nasceu antes do senhor nascer, produziu em Nova York, em 1962, quando um navio russo dispensou o prático, e acostou no porto de Nova York, fazendo a modificação do eixo da hélice para lateral e empurrando o navio, portanto, lateralmente. Tem um nome técnico para isso que não me ocorre agora.

Então, acho que, quando se fala, o Lucas Barreto, por exemplo, quando fala sobre praticagem, fala dentro do cenário da Amazônia, o senhor mesmo mencionou agora. Então, a tecnologia, o mundo não é plano. Quem está com a tecnologia de ponta faz uma coisa a mais. Nós ainda praticamos a navegação, é importante para a nossa economia, especialmente para a economia dos pequenos, dentro de um outro regime, em que a habilitação significa qualificação e, ao mesmo tempo, preservação da vida dos menos aquinhoados.

Então, eu acho que este projeto satisfaz. Se a Ministra, a Senadora Tereza Cristina, fizer o recurso, eu não negarei a minha assinatura, mas acho que a sua aprovação não impede que se desdobrem estudos e, portanto, leis versando especialmente sobre alta tecnologia.

Então, meus cumprimentos, que são muito raros, mas desta vez merecidos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu sei que tem o próximo escrito, mas eu não podia perder só uma deixa aqui do Senador Esperidião.

Eu lhe confesso que durante este ano, quando eu me debrucei sobre o tema, eu não sabia de uma coisa que a gente acaba tendo, assim, desculpa o termo chulo, mas o Brasil nós temos em alguns determinados assuntos muito complexo de vira-lata. E, pelo contrário, nós estamos na dianteira e com protagonismo em vários temas, inclusive nesse.

Hoje, a Marinha do Brasil, nós temos um escritório em Nova York, hoje nós somos referência no mundo nas normas que são utilizadas aqui. Nós tínhamos que ter orgulho do tamanho do Brasil, o litoral que nós temos, os continentes que nós temos, e hoje o índice de incidentes e acidentes são mínimos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Navegação fluvial, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... com as seguranças que nós temos hoje, graças ao trabalho da Marinha do Brasil e de todos que estão no entorno. Então, isso nos orgulha também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a navegação fluvial, Senador, que nós temos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o nosso querido Relator, Weverton Rocha; cumprimentar aqui o meu amigo Lucas Barreto, todos os Senadores e Senadoras, a Senadora Tereza Cristina, que, para garantir a celeridade da discussão e a conclusão da discussão sobre um tema tão relevante, abre mão do seu voto em separado.

Acho que o argumento do Senador Weverton, Relator, sobre tornar lei aquilo que já se consolidou como norma infralegal, eu acho que isso é um passo que nós não devemos resistir, porque a lei é mais forte toda vez que ela representa o modo histórico de realizar determinada prática. Se isso se transformou em algo corriqueiro, se isso se transformou em algo consolidado, independentemente da posição deste ou daquele órgão, é anterior do ponto de vista epistemológico, para o direito, a questão de aquilo se transformar em algo que funciona, funcionou e que dá conta da realidade. Se funciona, funcionou e dá conta da realidade, é natural que possa se transformar numa norma mais estável.

E eu quero concordar com o Relator quanto a novas possibilidades, e para isso existe a possibilidade de se fazerem regulamentações infralegais até que se consolide novamente e venha a se transformar numa norma definitiva.

Uma questão que eu quero chamar a atenção das Sras. e Srs. Senadores é que o Brasil sofre de uma doença crônica chamada excesso de discricionariedade. E órgão nenhum pode exercer esse excesso de discricionariedade, porque isso vira um poder, um micropoder que às vezes atrapalha o andamento e o fluxo da conformação do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social e até do desenvolvimento enquanto civilização, enquanto povo.

Então, eu acho que é fundamental que, ao transformar numa norma legal, a gente, de certa maneira, diminua o excesso de discricionariedade, que fica sob a égide de um único parecer. Eu vou dar o exemplo do corpo de bombeiros. É uma instituição extremamente respeitada, mas, em alguns estados, você entra com um pedido para fazer a liberação para instalar uma empresa e cai na mão de um determinado agente. Com toda boa intenção, ele faz o projeto, mas a discricionariedade é dele. Aí, quando passa para o próximo, se ele adoecer, se ele ficar doente, a interpretação é outra, porque a discricionariedade é do outro. Então, esse excesso de discricionariedade é uma tragédia para um país moderno. Portanto, Senador Weverton, neste ponto nós temos total concordância.

Com relação ao outro item aqui, eu quero chamar a atenção para a fala do Senador Esperidião Amin, porque ele diz o seguinte: ele diz que nós precisamos levar em consideração as novas tecnologias, mas não na perspectiva da consolidação formal, mas das novas tecnologias... E aqui eu trago um ponto em que eu quero chamar o nosso Relator à reflexão: se a praticagem é feita pelo comandante, por que se tem que pagar a um prático que não está fazendo a praticagem? Isso é uma questão que nós precisamos discutir. Por que é prerrogativa de quem não está no exercício da função receber por aquela função? Isso está no texto, e talvez isso seja um ponto que a gente precise rever, porque é diferente. É diferente eu estabelecer e questionar, como o ministério, como a Marinha questionou, a questão da norma: "Não, a norma tem que se consolidar porque aquilo evoluiu". Mas, ainda que eu seja amigo de muitos práticos e que tenha um grande amigo que seja líder da praticagem no Brasil, eu não posso achar que seja natural a gente tratar. Se alguém se dispõe a assumir o risco de estacionar, de movimentar uma embarcação porque diz que a praticagem vai ser feita pela própria embarcação, eu não posso cobrar, eu não posso pagar, eu não posso ser obrigado a pagar pela praticagem, certo? A não ser que o sistema de pagamento da praticagem seja algo... A não ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja algo, tipo um grande pacote que sustente a praticagem no país inteiro, em uma atividade semiautônoma e em coletivo – certo? –, que justifique o pagamento para outros e que reduza o custo da praticagem no embarque e desembarque, no estacionamento, ou seja, na movimentação de embarcações, seja em portos fluviais, seja em portos marítimos, seja de que natureza for. Se for nesse sentido, aí está sustentado sobre algo consistente. Se não for nesse sentido, aí é uma reserva que nós não devemos garantir a ninguém, a nenhuma prática profissional, certo?

Então, se é no sentido de garantir que nós vamos ter um bolo que vai ser distribuído para garantir ou para assegurar que nós vamos ter sempre a segurança na movimentação de embarcações em portos fluviais ou marítimos, está perfeito. Se for para garantir que, individualmente, quem esteja naquela localidade receba individualmente, e não no âmbito coletivo, para ser financiada a praticagem no Brasil inteiro, aí a gente precisa fazer uma revisão. E eu sugiro que talvez alguma coisa nesse sentido venha para que a gente possa ter um acordo já, para que a gente possa, inclusive, votar aqui terminativamente e levar adiante para a sanção do Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Presidente, pela ordem. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem aqui uma sequência, Senador Omar Aziz. Só um segundinho.

Senador Lucas, o senhor mantém a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não.

Senador Omar, por favor, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Obrigado.

Sr. Presidente, o Senador Weverton sabe o respeito que eu tenho por ele e eu tenho certeza de que ele se debruçou mais... Já tínhamos discutido esse assunto.

Eu vou para a prática das coisas, porque, na teoria, tudo é muito fácil. Na teoria, tudo é barato, tudo se pode. O Congresso faz leis que não são aplicáveis e, na prática, a gente tem que ver lá na ponta.

Sabe quanto é uma praticagem na fronteira – e o senhor conhece bem a minha região – do Pará para chegar a Manaus? São US$400 mil que se cobram do navio. Tentaram e o Senador Weverton retirou até Balsas, porque você tem que ver o calado do navio para navegar na Amazônia. Não é qualquer um que navega. Eu prefiro o caboclo que não sabe ler e escrever me acompanhando numa navegação à noite nos rios da Amazônia do que um cara que foi para a universidade e que não sabe nem olhar o rio na escuridão. O caboclo vê pela lua o calado do rio, se ele pode ou não, até porque ele muda. São rios novos em formação. Os calados não são iguais a cada ano. Com uma seca, no ano seguinte, muda-se o trajeto dos calados dos rios, e nós estamos falando em balsas e navios. A maior navegação que nós temos é através de balsas. V. Exa. sabe que tudo que desce pelo Madeira desce através de balsa.

O que nós pedimos... Eu tinha nove emendas e não quis fazer as emendas para não ser deselegante com o Senador Weverton. Aliás, ele foi até deselegante comigo agora, porque eu o chamei e ele me deu as costas.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Não, eu estava ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não, não, não. Não é verdade, mas deixe para lá, Weverton. Está bom, caboclo. Está bom. Eu só estou te falando o seguinte: eu vou votar...

Agora, Sr. Presidente, nós estamos entregando isso na mão de poucos. Ou as universidades criam um curso de praticagem para que tenha concorrência e o preço abaixe, ou nós não teremos condições mais. E os nossos alimentos, turistas e tudo mais, inclusive no Maranhão, ficarão muito caros, porque só faz aumentar. Imagine US$400 mil para pagar por um prático no navio que mora em Boca Raton. Vamos para a verdade. Não dá para discutir isso assim superficialmente. Eu estou falando a verdade.

Quando o Senador Rogério fala que o capitão do navio pode fazer a praticagem, o outro só fica acompanhando, ele não pega lá no timão, não. Ele acompanha e recebe US$400 mil. Qualquer caboclo que navegue um rio do Amazonas sabe fazer isso muito bem, mas não tem essa oportunidade de ganhar US$400 mil numa praticagem, US$300 mil, US$500 mil para trazer um navio na Foz do Amazonas até Manaus, porque, quando entra pelo mar, em Belém, que vai pegar o Baixo Tapajós, e que entra no Amazonas, ali na fronteira, até Manaus, são US$400 mil, US$500 mil um navio. Quando você vai buscar soja de Mato Grosso, que tem que passar pelo Porto de Itacoatiara, onde o Maggi tem um porto de escoamento de soja, veja o custo e quanto custa isso.

Em relação às modificações, o Senador Weverton se aprimorou, ouviu todo mundo, eu falei sobre esse assunto com ele. O que eu estou falando é o seguinte: é expandir, é abrir oportunidade para ter a concorrência – a concorrência vai baratear. Se a gente deixar no *modus*... Tanto é que a Marinha não quer tomar conta disso, não, e quer entregar para a Antaq. Desde quando essas agências estão a serviço da população brasileira? Qual delas? Aneel? Anac? Antaq? Hoje, vá andar num avião da TAM ou da Gol, veja o tratamento que os passageiros têm: pagar uma passagem alta. E qual é a posição da Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil? Zero. Aliás, uma das piores coisas que o Brasil criou no Governo Fernando Henrique foi agência, que não é para servir a população, é para servir o interesse de empresários brasileiros.

E, aí, eu estou falando num Estado do Amazonas que tem mais de 1 milhão de passageiros-mês andando nos rios do Amazonas. Eu estou falando do estado que a Marina Silva insiste em manter isolado, porque não faz a BR-319, e a gente necessita da navegação. É essa a colocação, Senador Weverton.

Eu voto a favor, mas se pudéssemos aprimorar, ampliar a oportunidade de formar práticos em universidades, em institutos, para que houvesse uma concorrência e esse preço caísse, nós faríamos. Se não, nós vamos mudar lei, mas as mesmas pessoas que estão fazendo a praticagem e estão ganhando dinheiro com isso irão continuar fazendo.

É isso que eu queria colocar, Senador, e isso que eu queria lhe falar. Essa é verdadeiramente uma caixa... Não pode mais chamar de caixa- preta. É uma caixa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Submersa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... marítima, que nós temos que abrir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, primeiramente eu quero aqui, Senador Omar, te pedir desculpas, porque eu não... Eu estava ouvindo o Senador Rogério Carvalho que estava me nominando...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está certo. Sua assessora é que veio falar comigo e eu falei: "Weverton!". Aí você...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tudo bem...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Sim, tá. Mas não adianta que não está no nosso contrato de amizade tu te zangares comigo, não adianta. Tu podes ficar doido aí que depois a gente se fala.

Eu quero dizer assim, a questão da Amazônia está resolvida. V. Exa. olhou, está aqui resolvida.

E, Senador Rogério Carvalho, a questão do...

Senador Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Rogério.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Só comentando aqui rapidamente a fala de V. Exa., ontem mesmo na reunião com a Marinha e com o Ministro Mucio, foi falado esse assunto. Eu perguntei a eles: "Vem cá, hoje tem quantos práticos no Brasil? Seiscentos e poucos. Por que a Marinha não bota mais então?". E eles: "Não, não, não, mas esses aí são suficientes, e se a gente for fazer mais, vai depender da nossa demanda". Enfim, é a Marinha que forma esses práticos.

E essa reserva, só para o senhor entender, ela tem uma coisa chamada escala de rodízio – uma escala de rodízio. Então, essa escala de rodízio não é o prático que diz: "Ó armador, me contrata hoje que eu sou teu amigo; agora contrata só o Veneziano, contrata só o Jaques". Não, essa escala é por ordem. Então, todos têm que passar. Naquela região em que estão escalados, todos são obrigatoriamente chamados dentro dessa contratação.

Agora, o que eu quero aqui de verdade é já provocar V. Exas. – que isso vai ser muito importante –, porque, neste debate aqui dos práticos, nos veio que, quando a gente fala de custo Brasil de uma operação, obviamente a gente está falando aqui de bilhões – bilhões –, só que bilhões, isso não é do prático, mas bilhões da operação. Por isso que o projeto de lei do Lucas, que ano que vem nós vamos discutir, primeiro, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, vai tratar, por exemplo, sobre a questão dos armadores, porque muitos aqui não conhecem como funciona, como é a questão da armação no Brasil – porque, aí, sim, é uma armação: só na pandemia aumentou 1.300% o seu custo, chegando a bilhão por ano, e ninguém aqui falou nada disso. Então, assim, nós vamos entrar no tema da cadeia como um todo, quando sai do transporte até chegar lá na ponta do navio. Obviamente, isso é um outro tema. Aqui nós estamos tratando da regulamentação de uma profissão que já é regulamentada através de normas infralegais.

E, por último, Senador Omar, está aqui, na minha mão, o caderno; está à disposição de V. Exa. – eu trouxe aqui no início – e de quem não tinha chegado ainda. Eu estou aqui com portarias de 1998 até a presente data; portarias várias, inúmeras, centenas, expedidas pela Marinha. E ela faz aqui a normatização dessa situação. Uma coisa é ela não querer mais e querer dar para a Antaq. Agora, ela dizer que não faz? Ela já faz. Agora, quanto a dar para a Antaq, nós temos comum acordo: ninguém aqui quer a Antaq comandando isso. Ela pode ser convocada, convidada, numa comissão especial, por um caso específico. A Marinha vai poder fazer isso – no caso, a autoridade marítima.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

A matéria está em discussão.

Todos já discutiram? Alguém mais deseja falar? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será nominal.

Eu solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com o Senador Weverton vota "sim". Quem vota contra o relatório, logicamente, vota "não".

Então, pode abrir, por gentileza.

Vamos votar.

Precisamos de 12 votos.

Pode fechar e abrir o painel de votação. (*Pausa.*)

Pronto, vamos votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Precisamos de 12. Aqui nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez; faltam dois, que estão fora. (*Pausa.*)

Os Senadores que estão à distância e que registraram presença, por gentileza, podem votar pelo aplicativo Senado Digital.

Vanderlan, Sérgio Petecão... Margareth está aqui presente; Omar está aqui presente; Rogério Carvalho já votou; Esperidião Amin falta voltar. (*Pausa.*)

Perfeito.

Enquanto transcorre a votação, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu queria destacar o seguinte: nós estamos no dia 12 de dezembro; provavelmente teremos hoje, ou na próxima semana, a última sessão da nossa Comissão de Infraestrutura.

Eu queria chamar a atenção de V. Exa. e dos membros da Comissão para um fato novo ou relativamente novo. Nós aprovamos, no dia 28 de novembro, nesta Comissão, um convite para que o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil nos preste informações sobre um fato que nós estamos acompanhando desde maio. Em maio deste ano, eu apresentei a primeira questão relacionada à Itaipu Binacional e informei, no dia 24 de novembro, esta Comissão de uma decisão do Tribunal de Contas da União que chegou à Comissão em caráter sigiloso, mas eu já conhecia, por um vazamento, não posso esconder. Antes de ela ser decretada sigilosa, eu tomei conhecimento dela, porque venho acompanhando este assunto com razoável persistência.

Em resumo, no acórdão, o item 9.1.2 determina que a Casa Civil, que é quem está negociando o Anexo C do acordo de Itaipu, ajude a que chegue ao Tribunal de Contas da União qual é o critério para distribuir US$362 milhões. Repito, Senador Lucas Barreto, US$362 milhões, que, no final das contas, oneram a tarifa de energia elétrica do país.

O Senador Lucas Barreto é muito sensível, corretamente, sobre a energia elétrica, o custo da energia elétrica no Estado do Amapá. Bom, esses US$362 milhões já foram distribuídos. Aonde? Entre os 47 municípios do Mato Grosso do Sul – está aqui ao meu lado a Senadora Tereza Cristina –, e os 399 municípios do Paraná, ou seja, R$1,8 bilhão distribuído num chamado programa de natureza socioambiental, que, na verdade, são convênios com os municípios.

No Mato Grosso do Sul não são com os 79 municípios, são com os 47 mais próximos da usina, uma média de R$2 milhões para cada um; e, no Paraná, 399 municípios que receberam valores que no total chegam a R$1,8 bilhão. É uma espécie de orçamento secreto, vamos ser bem claros.

Alguns estão com saudade do orçamento secreto, outros não, mas é uma espécie de orçamento secreto bancado pela Itaipu Binacional, em que são apropriados esses custos como custos a serem transferidos para a energia elétrica do brasileiro, nos moldes que se estabeleceram há 50 anos, quando foi assinado o Tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Itaipu, que foi uma grande conquista do Brasil, indiscutivelmente. Não sei se hoje nós faríamos a obra, eu tenho a convicção de que não. Nós não conseguimos a licença internacional e ambiental para executar a obra. Itaipu foi feita, porque foi feita. Hoje não seria, não seria fácil. O Senador Jaques Wagner, com pleno conhecimento de causa, realmente acha que eu não estou exagerando, pelo menos.

Então, o que eu quero avisar é o seguinte: o Tribunal de Contas pediu para conhecer os critérios. Nós estamos querendo saber se ia acontecer isso. Inclusive, quero ser justo, o Presidente da Itaipu Binacional veio aqui – o Deputado Federal Enio Verri, por quem eu tenho um apreço pessoal; não se furtou –, mesmo sem poder ser convocado, veio aqui e prestou informações.

O fato é que nós estamos diante da execução, foi executada já essa despesa: US$362 milhões, R$1,8 bilhão, transferidos para os municípios mencionados. Tudo bem, se isso fosse uma transferência por emenda parlamentar ou coisa que o valha, eu não teria nada com isso – o Tribunal de Contas da União que fiscalize –, mas foi distribuído e vai onerar a tarifa de energia. Então, eu não posso deixar de fazer essa observação. Nós já aprovamos. Não sei se já foi feito o pedido de informação. (*Pausa.*)

O Tribunal pediu a informação. Nós aqui estamos pedindo que o Ministro da Casa Civil venha nos informar qual é a informação que ele está prestando, ou alguém está prestando, ao Tribunal de Contas da União, para que nós não sejamos omissos diante de um fato que estamos acompanhando desde maio – e V. Ex. tem tolerado as minhas colocações ao longo desse tempo. Quer dizer, nós sabemos que vai acontecer; aconteceu, e agora não podemos fazer mais nada? É produzir um fato consumado para eximir a nossa responsabilidade – e eu não quero participar dessa proposta de omissão.

Por isso, me dirijo a V. Ex. para insistir que nós consigamos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... alguma forma de esclarecimento da Casa Civil, seja com a vinda do Ministro ou outra forma que seja avençada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Esperidião, eu sou testemunha do seu cuidado. E V. Exa. já narrou aqui para nós todos que, quando o senhor esteve lá atrás, num período fora das ações políticas, foi lecionar na universidade e que os seus alunos do mestrado fizeram um trabalho, uma monografia, que o senhor reputa extraordinária, profética e futurística. E parece que o senhor consolidou todas essas observações no momento atual.

Então, nós entramos em contato com a Casa Civil. O Ministro está à disposição. Nós vamos... logicamente, estamos fechando o ano. Tão logo reabram os trabalhos em fevereiro, nós vamos ter o cuidado de convidá-lo para vir fazer os respectivos esclarecimentos ao Plenário do Senado.

Muito obrigado.

Bem, vamos ao resultado da nossa votação, por favor. O resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Votação do relatório do Senador Weverton sobre praticagem: 11 votos favoráveis, praticamente por unanimidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Voto favorável... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Então, está aprovado o projeto.

Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê ela?

Senadora Tereza Cristina, para apresentar recurso em Plenário. (*Pausa.*)

Quem desejar... Recurso em Plenário para esse projeto ser discutido em Plenário. Tem que haver o recurso lá.

Senador Lucas Barreto, com a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Esperidião Amin sobre o setor elétrico. No Amapá não é diferente. Só para se ter ideia, eles estão cobrando, na conta de energia do Amapá, querem cobrar 500 milhões de investimentos que eles fizeram em oito meses. Agora, é importante dizer que – impressionante – eles estão cobrando R$250 milhões que eles fizeram de investimentos em um mês, que é a CEA Equatorial.

Por isso, eu protocolei uma CPI nesta Casa, com a assinatura aqui – e agradeço – de V. Exa, são 41 Senadores. Está na Advocacia do Senado. Nós estamos esperando o parecer da Advocacia para podermos votar essa CPI e, se Deus quiser, no ano que vem, aprovar.

E nós recebemos a informação de que hoje o Presidente Lula irá ao Amapá na semana que vem assinar uma medida provisória para que a União, através do fundo que tem do setor elétrico, possa pagar essa conta de luz lá do povo do Amapá. Mas esse investimento precisa ser investigado. Onde eles gastaram? Como eles gastaram? Porque eles fizeram uma planilha que está lá só o que foi usado: "Tantos postes, tantos cabos, tantos isoladores, tantos mil metros de cabo". E o que fizeram com o patrimônio que era da CEA, que são os cabos usados? Poste não tem validade. Um poste de concreto dura...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tem orador com a palavra. Por favor, silêncio.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Tem os cabos de alma de aço 1/0, 2/0 AWG, que também praticamente são eternos. E eles estavam trocando tudo e querendo que o povo do Amapá pagasse.

A conta já aumentou quase 200%. Eram só 34. Então, é uma coisa que vai ser discutida também via TCU, para que a gente possa ter a transparência no contrato, desde que o TCU possa investigar isso também.

Então, obrigado, Sr. Presidente, pela sua assinatura e pelo seu apoio ao povo do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

Vamos dar continuidade.

ITEM 5
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para prever a não incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre adicional de energia elétrica, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE

2. Votação simbólica

Um momentinho só, gente. O barulho está atrapalhando. Por favor.

A autoria é do Deputado Federal Fabio Garcia.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria cumprimentar o nosso Presidente, meu querido amigo Senador Confúcio.

Relatório.

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 111, de 2022, de autoria do Deputado Federal Fabio Garcia, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para prever a não incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre adicional de energia elétrica, nos termos que especifica.

O PLP é composto por dois artigos. O primeiro determina que o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) não incidirá sobre adicional de energia cobrado por ocasião das bandeiras tarifárias de energia elétrica. Já o segundo artigo estabelece a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Da análise, Sr. Presidente.

Anualmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fixa as tarifas das distribuidoras, as quais devem vigorar pelo prazo de 12 meses. Nesse período, as tarifas não sofrem variações. Há, contudo, uma exceção, materializada nas bandeiras tarifárias.

As bandeiras tarifárias são sinalizações das condições da oferta de energia elétrica, que podem representar um valor adicional à tarifa inicialmente fixada pela Aneel. Temos, atualmente, três cores de bandeira: verde, amarela e vermelha, esta última dividida nos patamares 1 e 2. A bandeira verde é fixada quando as condições hidrológicas são favoráveis e as bandeiras amarela e vermelha em situações de hidrologia desfavorável. Nesse momento, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aciona termelétricas, que possuem custo de geração maior e que não são cobertos totalmente pelas tarifas anualmente fixadas pela Aneel.

O estabelecimento das bandeiras amarela e vermelha é uma forma de sinalizar ao consumidor os custos da geração de energia elétrica no período mensal de faturamento, de forma a incentivar redução no consumo e, com isso, no valor a ser pago, mas também é um meio de aliviar o caixa das distribuidoras. Essas empresas, caso as bandeiras não existissem, teriam que suportar a diferença entre o que recebem dos consumidores e o valor pago aos geradores. Ressalta-se que essa diferença seria repassada aos seus consumidores com atualização pela taxa Selic.

Nota-se, portanto, como bem aponta o autor do PLP em análise, que o pagamento do valor adicional das bandeiras tarifárias amarela e vermelha somente acontece quando as condições de geração de energia não são favoráveis; portanto, em condições não apropriadas e não planejadas. O autor do PLP cita quais seriam essas situações não planejadas: uma hidrologia desfavorável, equívocos no planejamento do setor ou na execução do mesmo, deficiências na execução das obras para o setor, restrições energéticas ou elétricas que impeçam a eficiente operação do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo sendo fruto de situações não apropriadas ou não planejadas, as bandeiras geram pagamento de ICMS por parte dos consumidores. Em outros termos, os estados arrecadam mais pela frustração de expectativas, pelo distanciamento do planejado, do esperado. Trata-se, sem dúvida, de uma injustiça, porque o consumidor é punido duplamente: com o custo maior da energia elétrica que consome e com o pagamento de ICMS sobre esse adicional.

Enfatiza-se: a incidência de ICMS sobre o valor associado às bandeiras tarifárias é injusta. Estamos tributando a falta de planejamento, a escassez de chuvas e o atraso de obras. E, com isso, oneramos milhares de famílias brasileiras que não deram causa a esses fatos.

Diante desse cenário injusto, o PLP em análise acerta ao estabelecer que não haverá incidência de ICMS sobre o adicional de energia cobrado por ocasião das bandeiras tarifárias de energia elétrica. A medida é a correção de uma distorção do nosso sistema tributário.

Cumpre esclarecer que o PLP não interfere na arrecadação planejada de tributos do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais, já que estes continuarão cobrando seus tributos sobre a tarifa regular de energia que é a tarifa definida pela Aneel, fruto de uma operação planejada e regular sem anomalias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos guardar um pouco de silêncio aí. O Senador Eduardo Braga está fazendo a leitura do relatório. Por favor, por gentileza, as conversas paralelas estão atrapalhando, por favor!

Pode continuar, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O que ocorrerá é que os Governos estaduais somente não continuarão arrecadando a mais sobre a parcela adicional da tarifa fruto de condições de geração de energia desfavoráveis e não planejadas, ou seja, deixarão de arrecadar a partir do sofrimento da população brasileira.

Por fim, considerando alterações da Lei Complementar nº 194, de 2022, na Lei Complementar nº 87, de 1996, precisamos fazer um pequeno ajuste de redação no PLP nº 111, de 2022: em lugar de acrescentar o inciso X ao art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 1996, deve-se acrescentar o inciso XI.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do PLP nº 111, de 2022, com a seguinte emenda de redação já referida – a emenda não está aqui, não me foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, está em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Eduardo Braga.

Para o Senador ou a Senadora que queira discutir a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos abrir o painel para... (*Pausa.*)

Perfeito. Então, o Senador ou a Senadora que aprova o relatório do Senador Eduardo Braga permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O Projeto de Lei 2.458, de 2022, já foi discutido, já foi lido. Então, agora a discussão está encerrada. Vou abrir a votação desse...

Eu vou só fazer uma leitura rápida para conhecimento dos Senadores. É o item 7 da pauta, de autoria do Senador Alessandro Vieira. Rapidinho, vou só fazer a ementa aqui.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 2458, DE 2022
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1-CRA e 2-CRA, na forma proposta no Parecer (SF) nº 8, de 2023, da CRA, e com emendas e subemenda que apresenta

Observações:

1. Em 5/07/2023 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova parecer favorável ao projeto, com as emendas 1-CRA e 2-CRA

2. Em 28/11/2023 é lido o relatório e concedida vista coletiva

3. Votação nominal

É para colocar uma placa, uma pequena placa de energia solar nessas comunidades.

Já foi discutido.

Relatado pelo Irajá.

Então, vamos à votação.

O relatório do Irajá é pela aprovação.

A votação é nominal.

Pode abrir o painel, por gentileza. Abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Esse projeto já foi lido aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já foi.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está aguardando só a votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Só a votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Foi hoje ou foi anteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Semana passada, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Semana passada?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Em votação...

Vote aí, Wellington, meu Governador.

Eu também quero pedir à Secretaria para ligar para os Senadores que registraram presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que estão presentes podem votar: Senador Jayme Campos, Wellington.
O Petecão já votou. (*Pausa.*)
Ainda não, não é? Estamos votando.
Senador Marinho.
Vão votando.
E os gabinetes também, porque eu sei que os Senadores estão em outras Comissões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Remoto.
Aqueles que estão com presença registrada podem votar remotamente.
Então, vamos ligando.
Enquanto se procede à votação, vamos ler o item 8, que é o último da pauta. Ele é terminativo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 4392, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta
Observações:
Votação nominal
Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, pela inversão da pauta.
Vamos ao parecer.
Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.392, de 2023, do Senador Alan Rick, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal.
Relatório.
A Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a examinar o Projeto de Lei nº 4.392, de 2023, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal.
O projeto tem dois artigos. O art. 1º prevê que o atual art. 36-A do Código Brasileiro de Aeronáutica determinaria que a autoridade aeronáutica deverá expedir regulamento para adequar a operação de aeródromos da região da Amazônia Legal às condições de cabotagem aérea. O mesmo art. 1º prevê, no proposto parágrafo único do art. 216, que seria permitido às empresas sul-americanas de transporte aéreo prestar os serviços aéreos de transporte público doméstico que tenham como origem ou destino aeroportos localizados dentro da região da Amazônia Legal, desde que estejam autorizadas a operar serviços de transporte aéreo internacional no Brasil. O art. 2º traz a cláusula de vigência imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor aponta o desinteresse das empresas aéreas brasileiras em oferecer serviços com regularidade na região da Amazônia Legal, e que a proximidade com os países andinos poderia justificar a autorização da prestação de serviços pelas empresas desses países na região.

O projeto foi recebido no Plenário, dia 12 de setembro de 2023, e despachado a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Isto aqui, Sr. Presidente, o senhor é uma autoridade da região, conhece, e conhece muito. Nós estamos ali, na fronteira com o Peru e com a Bolívia. Se você quiser pegar um voo para se dirigir a algum país desses, você tem que vir a Brasília ou ir a São Paulo para poder ir ao Peru ou ir à Bolívia. Então, a proposta aqui do colega Alan Rick é interessante. O nosso parecer é favorável.

Eu vou aqui, se V. Exa. me permite, direito ao voto.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Acresça-se ao art. 216 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na forma do art. 1º do PL nº 4.392, de 2023, o seguinte §2º, numerando-se o atual parágrafo único como §1º:

"'Art. 216.

.....

.....

§1º

.....

.....

§2º A composição da tripulação dos voos de transporte doméstico operados por empresas estrangeiras nos termos deste artigo será a mesma estabelecida para o serviço aéreo internacional, na forma do Capítulo I do Título V deste Código'. (NR)"

Lido, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Petecão, está em discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na condição de Presidente da Frenlogi, alguns companheiros nos pediram para pedir vista para discutir um pouco melhor esse projeto, o impacto que ele teria, principalmente na questão tributária.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vista concedida. Vista coletiva concedida.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Vou só fazer um adendo aqui.

Se eu bem entendi, sobretudo as palavras do ilustre Senado Petecão aqui, isto aqui vai melhorar sobremaneira a questão do transporte aéreo. Como ele disse aqui, sai lá do estado dele para vir a Brasília ou ir a São Paulo para pegar um avião.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Do seu estado também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Do Mato Grosso também.

Então, este aqui é um projeto meritório. Tudo leve a crer que é importantíssimo, até porque nós, que estamos nessa vasta região do Brasil, V. Exa., que é do Estado de Rondônia, sabe perfeitamente: essas aerovias todas cruzam os nossos estados. Você pode perceber que qualquer cidadão que embarque em São Paulo para ir aos Estados Unidos cruza a Amazônia, ele cruza a Amazônia. Por que não dar essas oportunidades, já que essas empresas também exploram o transporte? Então, é evidente, dentro de uma regra, claro, que temos que estabelecer; é questão até tarifária etc. É óbvio que nenhuma empresa vai querer operar um sistema numa região se não tiver passageiros para serem transportados. Agora, o que não é justo é nós não darmos essa competitividade.

Eu acho que esse aqui é um projeto meritório. Eu respeito o pedido de vista do Senador Wellington Fagundes, que é regimental, mas é um projeto que eu não sei se nós temos que aprofundar melhor, até para termos aqui um melhor conhecimento do assunto. Portanto, eu sou favorável, até porque vai nos dar melhores condições de viajar para esses outros países, que até são vizinhos nossos, que fazem divisa com o território brasileiro.

É isso que eu tenho para dizer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Na verdade, esse é um sonho, até porque já tivemos alguns voos nesse sentido, mas hoje nós não temos. Nós estamos ali no Acre, e, se pegarmos o Acre, não é diferente de Rondônia. Nós estamos ali do lado de Miami.

Antigamente, nós tínhamos um voo que ia de Manaus para Miami, acho que ainda tem um voo, mas um voo lá de Porto Velho, ou lá de Campo Grande, ou lá do Acre, olha o tanto que iria economizar. Em relação a essas nossas empresas que hoje cobrem a região, eu não sei qual é o interesse que eles têm, porque, no momento em que nós abrirmos essa oportunidade, vocês podem ter a certeza de que eles vão querer, porque é assim: hoje nós temos um problema de voos lá no Acre, uma coisa absurda, mas, quando aparece uma empresa que quer entrar lá, os voos baixam de preço, as opções de voos aumentam, até aquela outra empresa pequena que está lá não aguentar concorrer. Aí a empresa sai, e elas jogam o preço das passagens lá em cima novamente.

Então, isso é um absurdo, é inadmissível. Quantas pessoas querem conhecer o Peru? Cusco é uma das cidades mais visitadas do mundo, que é do lado ali de Rio Branco, do lado de Porto Velho. E, se você quiser ir lá, você vai ter que ir a São Paulo para poder ir a Lima, para poder ir a Cusco. É um absurdo. Ir de Rio Branco para lá dá 30 minutos de voo.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Vista concedida, e vamos dar uma ligadinha, intensificar as ligações. Faltam dois votantes apenas para nós fecharmos a votação.

Agora, nós temos, praticamente encerramos a pauta. Só falta concluir mesmo a votação. Faltam dois votos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, aproveitando que ainda não temos números suficientes para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Eduardo Braga saiu daqui agora. Peça para ele...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Enquanto aguardamos completar os números de votantes, o que nós precisamos discutir aqui, Senador Wellington, Senador Petecão, Zequinha Marinho, Margareth e demais aqui, é a questão do transporte aéreo do Brasil. Um amigo meu me disse ontem, hoje melhor dizendo, que ele pagou ontem, num voo de Cuiabá a Brasília, R$3,8 mil. Pagou R$3,8 mil por uma hora e dezoito minutos, uma hora e vinte minutos no máximo de Cuiabá a Brasília. Gente, R$3,8 mil! Vamos respeitar, não é? O que nós temos que fazer é oferecer mais o quê? É lei da competitividade, da oferta e da procura, que no Brasil não tem. Nós ficamos nessa amarra que está aí com três ou quatro companhias dominando 100% do setor e que não abrem espaço para ninguém entrar. Essa aqui é uma opção; é uma opção como esse projeto aqui, que eu acho que é meritório.

O que nós temos que fazer aqui, Senador Confúcio – com todo o respeito e admiração que eu tenho por V. Exa. –, acho que a Comissão, capitaneada e liderada por V. Exa., deve chamar aqui as companhias de transporte aéreo, chamar a Anac. Eles têm que dar uma explicação melhor para nós. Não é possível! Mato Grosso está acabando... No Acre, o Senador Petecão disse que se reduziu sobremaneira a questão dos voos, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela metade. No Mato Grosso, é a mesma coisa, não é diferente, não; não é diferente! Caiu 50% a questão dos voos para Cuiabá. Ora, não é possível, meu Deus do céu! E os preços abusivos de passagem, pagar R$3,8 mil por uma passagem de Cuiabá a Brasília? Nós chamamos a atenção, porque tem que ter uma explicação melhor. O Governo Federal...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Para Belém está mais de R$4 mil.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Olha aqui o que o Senador Zequinha Marinho está dizendo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Para Belém, ontem, estava mais de R$ 4 mil. Hoje precisava de uma pessoa aqui, e não pôde vir por isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quatro mil reais! É muito dinheiro por uma passagem. Você vai para Portugal com R$2,5 mil, R$3 mil; vai para o Estados Unidos por R$3 mil, e aqui, para um voo de 1h15, 1h20 são R$3,8 mil; para o Pará – devem ser 2h – são R$ 4 mil! Ora, nós temos com certeza que chamar aqui essas autoridades do setor aéreo, o ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é o Ministro dos Transportes, é o Ministro do...?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Portos e aeroportos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tem que chamar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Jayme, o senhor pode fazer um requerimento...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E V. Exa. liderar o movimento...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... e em fevereiro nós poderemos chamar.

Eu queria só que o seu gabinete nos encaminhasse o requerimento para nós votarmos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Com muito prazer. Pronto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador... Falta um voto apenas. Estamos chegando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode falar, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – E quem pagou esses R$3,8 mil fui eu ontem, entendeu?

Realmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, mas eu posso falar sem problema nenhum.

Realmente, há uma preocupação muito grande hoje. Diminuiu o número de voos em todos os Estados brasileiros. A aviação regional é extremamente importante, e nós temos que criar condições, realmente, para que a gente tenha uma aviação integrada no país, principalmente no nosso caso da Amazônia, com condições para que as empresas pequenas também tenham uma solidez na sua legislação.

O grande problema do Brasil é exatamente a questão da segurança jurídica. Nós precisamos fazer com que essas concessionárias tenham condições de estabilidade, realmente, e uma fiscalização por parte do Governo. Eu tive a oportunidade, inclusive, de conversar na semana passada em uma palestra com o Ministro de Portos e Aeroportos. Ele entrou agora, já está estudando, o Ministro Silvio Costa – eu, inclusive, sou Vice-Presidente dele na frente parlamentar em defesa do municipalismo –, e há uma preocupação muito grande exatamente pela falta de estabilidade, hoje, também das companhias. E essa situação não é só no Brasil, é no mundo.

Então, eu creio que isso é uma política de Governo que a gente tem que discutir. Eu acho que o Senador Jayme tem razão quando propõe que a própria Comissão coloque esse assunto aqui para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o mais rápido possível, porque não adianta a gente fazer algo que vai trazer uma estabilidade para um setor e o outro quebrar.

Então, nós precisamos consolidar. Agora, é claro, essa aviação regional... é claro que isso é um assunto que nós já discutimos aqui há muito tempo, perpassa governo e não se consegue implementar uma política pública sólida. Por isso, eu acho que a Comissão, sim, pode liderar esse trabalho, para que a gente, discutindo aqui, de forma bem madura e trazendo as empresas, e também aí eu creio que o Ministério da Economia, que agora é o Ministério da Fazenda, o do Planejamento, enfim, tem uma importância nessa discussão muito grande.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, colocar, como Presidente da Frenlogi, essa necessidade, sim, de discutirmos.

Quem sabe, fica aqui até a sugestão, Presidente: os projetos que estão tramitando na Casa, seja nesta Comissão ou em outras Comissões, para que a gente possa discutir isso de uma forma... Não é consensual. Trazer todos esses projetos, para que a gente possa discutir a melhor forma de a gente implementar uma política estável nessa área de aviação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É interessante, Senador... Primeiro que nós temos que dar resposta à nossa população, não é? Todos nos procuram muito. Aqui, o Zequinha no Pará; o Wellington e o Jayme no Mato Grosso; o Petecão no Acre; e eu em Rondônia. Somos demandados quase todos os dias para dar respostas, e a gente não tem essa resposta. A gente fica sempre gaguejando e dando respostas falhas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Permita-me, Presidente, rapidamente, só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Esse negócio de transporte aéreo é meio, como se diz no meu interior, cabuloso – lá no "sulzão" do Pará. Como é que você explica? O dólar, que estava cinco e pouco, caiu, recuou: está quatro e noventa o tempo todo.

A gente não tem notícias de outras coisas, de insumos que tenham como referência o dólar. Até o euro também está cá embaixo.

E os preços dessas passagens endoidaram, não é? Coisa de louco! Eu acho que é falta de concorrência mesmo.

A gente precisa buscar um especialista nesse mercado para fazer o contraponto, porque, se a gente pegar só eles para ouvir, eles vão dizer: "Estamos supercertos, estamos perdendo dinheiro, estamos perdendo receita".

O senhor já prestou atenção que ninguém anda fiado nesse negócio também? (*Risos.*)

Pensa num transporte que o cara só passa para dentro se deixar pago. Pode ser o que for, mas não tem jeito, não é? É no cartão, é no dinheiro, de qualquer jeito, mas só entra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Pago.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se tiver pago. Se não, nem pense.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, na linha do Zequinha, esse tema...

Eu acho que eu sou o mais velho daqui, não é? Da idade não, mas de mandato, eu... É o Jayme, não é?

A gente discute isso aqui todo ano, e não resolve, como se a gente estivesse a depender de alguém. Só depende da gente.

Eu duvido um aqui, ou seja de Rondônia, ou seja do Mato Grosso, ou do Mato Grosso do Sul, ou lá do Pará, que não receba uma cobrada, ou de um Vereador, ou de um Deputado estadual, ou de um Prefeito, ou de um cidadão comum... Uma passagem Rio Branco...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Eles perguntam: "O que vocês vão fazer?".

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente. Sim, "Vocês não fazem nada não?" E o cara tem razão.

Então, se Deus quiser, ano que vem nós temos que chamar esse tema à nossa responsabilidade e nós vamos ter que resolver. Ou resolver, ou então ele dizer o que é que nós temos que fazer para ajudar essas empresas. O que não pode é a passagem estar no preço que está.

Uma passagem Rio Branco-Brasília, hoje, está em torno de R$5, R$6 mil.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – O que é isso?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Cinco, seis mil reais! Três horas de voo. Quem é o pobre que aguenta viajar com uma passagem nesse preço?

Eu, na minha cota de passagem, tenho que comprar a passagem até dezembro, porque, se eu comprar a passagem voltando uma semana, quatro dias, a cota não dá. Em janeiro, eu já tenho que comprar até dezembro, porque aí você compra num preço melhor, entendeu? Porque, se você deixar para comprar na hora, uma semana, quinze dias, a cota não fecha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Nós também temos isso: se deixar para comprar em cima da hora, você se ferra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É um absurdo!

Então, eu penso que nós temos que ter a responsabilidade do tamanho que esse problema exige. Nós temos que resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu gostaria muito que o Senador Jayme nos orientasse, colocando, assim, um contraponto: não só as empresas; colocar também quem poderá nos dar alternativas diferentes....

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... uma coisa proveitosa, uma coisa que possa dar um resultado prático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ouvir mesmo... E não ficarmos contentes só com a audiência, porque aí é fácil: vem aqui, fala, fala e vai embora. A gente fica todo satisfeito com o que ouviu, mas, na prática, não acontece nada de mudança, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer só um adendo para V. Exa., que é nosso Presidente.

Além de discutir a questão das tarifas das passagens aéreas, temos que discutir o conjunto. Por exemplo: no Brasil se paga a questão do pedágio quando você pousa uma aeronave. O senhor sabe quanto custa um pouso? Para pousar um avião – eu tenho um, particularmente, venho a Brasília sempre com ele, aqui meu cliente... Paga-se R$1,5 mil para pousar um avião – R$1,5 mil para pousar. É o país em que se cobra mais caro a questão da fonia. Você paga a fonia do avião.

E dois, que é o mais grave: o Brasil exige, a Anac exige que todos os comandantes de aviões façam o simulador. De 12 em 12 meses, o cara tem que ir para os Estados Unidos fazer o simulador.

O senhor sabe quanto custa um simulador, que você tem que pagar com antecedência, à vista, ou você não se inscreve? Eu mandei dois agora para os Estados Unidos, dois comandantes. Sabe quanto custa essa ida? R$600 mil – R$312 cada um –, pagos para a empresa do simulador; fora hotel, passagem, Uber, alimentação etc. Por quê?

Este projeto já se encontra tramitando aqui na Casa, de 24 meses em 24 meses.

Será que o cidadão tem que fazer simulador todo ano? Não é possível! Não é possível. E esta proposta se encontra tramitando aqui na Casa, de 24 meses.

Você acha que um piloto vai desaprender tudo isso em um ano, não vai saber mais e vai ter que fazer simulador? Isso virou uma máfia. É uma máfia o que virou isso aí.

E o Governo brasileiro não toma nenhuma providência.

Obrigatoriamente, se você não fizer o simulador, você não pode voar, sabia? Você fica no chão. O seu comandante está desautorizado, não é autorizado.

Então, tem que ver essas questões de simulador.

E ver a questão de pouso e decolagem, que é caríssima.

Agora, com essas privatizações no aeroporto, está impagável, não só pouso e decolagem, como também o pátio. Você para o seu avião – vou pernoitar hoje aqui, vou voltar amanhã... A conta é caríssima, ninguém aguenta pagar.

Hoje, um pernoite de um avião aqui em Brasília ou em São Paulo... Em São Paulo piorou, em Congonhas, o senhor está sabendo, não é? Aviões de pequeno porte, jatos particulares, 90% hoje estão sendo rejeitados no Aeroporto de Congonhas. Você tem que ir para outros aeroportos da região, Jundiaí etc., porque não tem espaço, e o preço ninguém aguenta pagar.

Então, vamos discutir uma série de assuntos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É um conjunto, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... que eu acho muito importante nós discutirmos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, atingimos o quórum.

Eu gostaria que a Secretaria apresentasse o resultado do projeto de lei lido pelo Senador Petecão.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Resultado: 12 votos favoráveis; nenhum contrário.

Está aprovado o projeto relatado pelo Senador Irajá.

Muito bem.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e seis minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Beto Faro, Carlos Fávaro, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim, Magno Malta, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 85, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. Fazem uso da palavra os Senadores Carlos Fávaro, Efraim Filho e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Acórdão nº 2.445/2023, do Tribunal de Contas da União, referente ao processo que trata do Leilão de Transmissão nº 2, da Aneel, de 2022; e relatório de auditoria do Tribunal de Contas constante do Fiscobras 2016.

Nos termos da Instituição Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, os documentos, já disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardarão eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Parlamentares pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados. (Pausa.)

Indicação para a Diretoria da Agência Nacional de Mineração.

Temos agendadas para hoje duas reuniões destinadas à deliberação da indicação do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho para a Diretoria da Agência Nacional de Mineração. Contudo, até o presente momento, o Senador Carlos Viana, Relator designado para a Mensagem nº 85, de 2023, ainda não apresentou o seu relatório.

Temos nesta semana uma excelente oportunidade para deliberação da matéria, em razão do esforço concentrado para as indicações de autoridades convocado pelo Presidente do Senado Federal, que será provavelmente a última oportunidade para fazê-lo neste ano de 2023. Além disso, estamos passando por um momento delicado para a mineração. Em tais circunstâncias devemos zelar pelo fortalecimento institucional da agência que regula o setor, não permitindo que sua diretoria fique desfalcada.

Por essa razão, para que não percamos a oportunidade de sabatinar o indicado com a máxima brevidade, eu atribuo a relatoria dessa matéria, depois de ouvir o Senador Carlos Fávaro, que deve estar chegando aqui... Caso ele não apresente o relatório, será indicado o Senador Carlos Fávaro. (Pausa.)

Vamos lá. Fique à vontade. (Pausa.)

Alguns minutinhos, a nossa reunião, aguardando os Relatores e a presença de mais Senadores para iniciarmos nossos trabalhos. Está feita a abertura já, dentro dos princípios do Regimento. Vamos só aguardar mais um pouquinho aqui para a chegada dos Relatores. (Pausa.)

Vamos reabrir a nossa reunião.

Eu vou repetir, eu vou reler aqui, porque eu, quando fiz a leitura na abertura, estava praticamente sozinho.

Indicação para a diretoria da Agência Nacional de Mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos agendadas para hoje duas reuniões destinadas à deliberação da indicação do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho para a diretoria da Agência Nacional de Mineração. Contudo, até o presente momento, o Senador Carlos Viana, indicado para relatar no dia 27 de novembro passado, ainda não apresentou o seu relatório no sistema.

Temos, nesta data, uma excelente oportunidade para a deliberação da matéria em razão do esforço concentrado para indicações de autoridades, convocadas pela Presidência do Senado Federal, e que será provavelmente a última oportunidade de fazê-lo neste ano de 2023.

Além disso, estamos passando por um momento delicado para a mineração brasileira. Em tais circunstâncias, devemos zelar pelo fortalecimento institucional da agência que regula o setor, não permitindo que sua diretoria fique desfalcada.

Por essa razão, para que não percamos a oportunidade sabatinar o indicado com a máxima brevidade, atribuo a relatoria da matéria ao Senador Carlos Fávaro.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Fávaro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Concedo a palavra ao Senador Carlos Fávaro para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente.

É muito bom revê-lo, como também os nossos colegas Senadores, Efraim, todos os que mais veremos neste dia importante para a República, sabatina de autoridades, a democracia sendo exercida na sua plenitude nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também a presença dos demais Parlamentares aqui presentes, assessores, e a indicação para que nós possamos fazer esse trâmite na devida urgência de aproveitar o período de debates de autoridades nesta Casa.

Vou, então, rapidamente já ao parecer, Sr. Presidente.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 85, de 2023, da Presidência da República, que "submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, do inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), na vaga decorrente do termo do mandato do Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima".

Nos termos do art. 52, do inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e do art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Senhor Presidente da República, mediante mensagem do Senado Federal nº 85, de 2023, Mensagem nº 563, de 2023, na origem, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ronaldo Jorge da Silva Lima.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determina, nos art. 52, do inciso III, alínea f", da Constituição Federal. De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da indicação em tela cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O exame da indicação para os cargos de direção de agências reguladoras tem como referência as normativas nos arts. 5º e 8º-A da Lei nº 9.986, de 2000, com redação dada na Lei nº 13.848, de 25 de julho de 2019, o art. 9º da Lei nº 13.575, de 2017, e o art. 383.

O Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho é brasileiro, ocupante de cargo comissionado da Agência Nacional de Mineração, graduado em Direito, com Pós-Graduação, lato sensu e stricto sensu, na área de Direito Minerário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Ainda, no que diz respeito à sua formação acadêmica, possui artigo publicado na Revista Brasil Mineral e participou de diversos cursos e eventos relacionados ao setor mineral.

No tocante à experiência profissional, Caio Mário Trivellato Seabra Filho informa que trabalhou na Cotta Mamede Advogados Associados de dezembro de 2012 a julho de 2019 e na Seabra Advogados de julho de 2019 a janeiro de 2020, quando ingressou na Agência Nacional de Mineração em cargo comissionado. De janeiro de 2020 a julho de 2022, atuou como Assessor de Resolução de Conflitos na diretoria colegiada, Vice-Presidente da Comissão de Procedimentos de Disponibilidade e Chefe de Projetos de Regulação. Entre julho de 2022 a junho de 2023, atuou como Superintendente de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas na Agência Nacional de Mineração. Entre maio e novembro de 2023, atuou como Diretor Substituto na agência, tendo acumulado o cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superintendente e diretor substituto durante o mês de maio de 2023. Após o período de 180 dias como diretor substituto, retornou ao cargo anteriormente de superintendente.

Em atendimento à alínea "b" do inciso 1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da CF, o candidato declarou:

i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais;

iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões apresentadas;

iv) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; e

v) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2023, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou, também, currículo e argumentação escrita em que apresenta sua experiência profissional no campo de atuação da Agência Nacional de Mineração, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo caput do art. 5º e pelo art. 8º-A da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado, e não se enquadra nas hipóteses do art. 8º-A. Além disso, atende cumulativamente aos incisos I e II do caput do art. 5º dessa lei, pois tem a experiência profissional necessária e formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

Consideramos, assim, que o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais. Esta Comissão, portanto, tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Acabada a leitura do relatório feito pelo Senador Carlos Fávaro, a palavra será concedida a qualquer dos Senadores presentes para discuti-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador Efraim?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras presentes, recebi a visita do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho, apresentando as suas credenciais técnicas, conhecimento e domínio que tem do tema e me senti convencido de me encaminhar favoravelmente, nesse sentido, apoiando o relatório do Senador Carlos Fávaro.

E muito nos honra ter a sua presença, ainda que efêmera, durante o dia de hoje, ao participar conosco dos trabalhos da nossa Comissão. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Jubiloso, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, na mesma linha do Senador Efraim, eu tive a oportunidade de recebê-lo, em meu gabinete, e também tive a oportunidade de visitar o nosso sabatinado de hoje quando estava lá no MME, Ministério de Minas e Energia, e lhe confesso que não o conhecia e passei a conhecer. Uma pessoa altamente educada, me tratou como poucos me trataram até hoje nesta Esplanada, uma pessoa altamente preparada.

E, ouvindo atentamente o relatório do Senador Carlos Fávaro...

Inclusive, eu poderia ter evitado esse transtorno que V. Exa. passou, porque, inclusive, eu pedi a relatoria do nosso sabatinado. V. Exa. usou um critério justo, uma ordem que o senhor estabeleceu, e passou ao colega Carlos, ao Senador Carlos, que, infelizmente, não está presente.

Mas isso aí está superado, espero que nós possamos fazer aqui uma boa sabatina, era apenas para dar esse depoimento das qualidades do nosso sabatinado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Petecão.

Não havendo mais quem queira discutir, não havendo mais quem queira falar, eu encerro a discussão e fica concedida a vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A arguição pública do indicado será realizada logo mais, daqui a dois, três minutos, em nossa próxima reunião deliberativa.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Reabro em dois minutos a próxima.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Carlos Fávaro, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Weverton, Daniella Ribeiro, Augusta Brito e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 85, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Senhor CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com dezesseis votos favoráveis e sete votos contrários. Fazem uso da palavra os Senadores Otto Alencar, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Rodrigo Cunha, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jayme Campos e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à sabatina do indicado à Diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM).

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e o art. 7º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o nome do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Carlos Fávaro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à arguição pública do indicado*

O Relator acabou de ler seu relatório favorável.

Em 13 de dezembro, agora, recentemente, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Eu convido para que tome assento à mesa o Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho, indicado para o cargo de Diretor da Agência.

Por gentileza. (*Pausa.*)

Bem, nós estamos aqui com nosso indicado para Diretor da Agência Nacional de Mineração, Caio Mário, que recebeu o parecer favorável do Relator, Senador Carlos Fávaro.

Neste momento, eu passo a palavra para ele, por dez minutos, para fazer uma apresentação do seu currículo, das suas proposições, dos seus planos, diante de uma agência que nós já conhecemos, a Agência Nacional de Mineração, que passa por momentos dificílimos – dificílimos –, com um quadro de pessoal ainda do tempo do DNPM, sem concurso novo, e a agência com uma enorme atribuição pelo Brasil afora, com desafios estarrecedores para a fiscalização de barragens, inclusive com esse acidente agora, bem recente, que nós estamos administrando pela TV e vendo os motivos, lá da Braskem na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Então, assim sendo, concedo a palavra ao Caio, pelo período de dez minutos. Logo após, iniciaremos a sabatina.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente. Obrigado a todos. Bom dia, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou ser o mais breve possível aqui diante do tempo exíguo, mas vou resumir rapidamente aqui a minha carreira e dar as perspectivas aqui a respeito da situação da agência e os desafios que eu vejo aqui como necessários para serem enfrentados nos próximos anos.

Bom, eu me formei em Direito e atuo no setor mineral desde estagiário, atuando primeiramente com os regulados. Desde o início da carreira trabalhei com o Direito da Mineração e Ambiental. Possuo especialização em Direito Ambiental, com o trabalho sobre a anuência dos órgãos intervenientes ao licenciamento ambiental de empreendimentos de mineração.

Sequencialmente, fui admitido num programa de pós-graduação *stricto sensu*, quando tive a oportunidade de executar pesquisas na área do direito minerário, empresarial e ambiental, sendo que, como resultado, foi desenvolvida a dissertação de mestrado em Direito cujo título é *Arrecadação e Transferência do Ativo Mineral no Âmbito da Liquidação Falimentar*.

Durante esses períodos, tive a oportunidade de lecionar matérias correlatas e exercer a docência na área. Em 23 de janeiro de 2020, fui empossado na Agência Nacional de Mineração, onde me encontro trabalhando. Trabalhei como Assessor de Resolução de Conflitos, Superintendente de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas, fui responsável pela resolução de conflitos, TACs, bens minerais apreendidos, disponibilidade de áreas do formato antigo, editais de oferta pública e disponibilidade de áreas para elaborar, planejar e executar, para critérios de leilão eletrônico, critério técnico e critério social.

Exerci o cargo, desde 22/06/2022 – esse último –, a 09/06/2023, permanecendo um mês acumulando as funções de Superintendente e de Diretor, uma vez que, desde 09/05/2023, foi publicado, então, o decreto presidencial em que o Presidente Lula me designou para o cargo de Primeiro Substituto de Diretor da ANM. A partir disso, considerando o cargo de Diretor vago, em razão do término do mandato do Diretor Ronaldo Lima, fui convocado, então, para assumir o cargo. Tomei posse em 09/05 e atuei como Diretor, pelo período...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O nosso sabatinado está apresentando aqui suas proposições.

A gente pede silêncio a todos os presentes para ajudar no entendimento do que ele está falando.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – A partir disso, então, fui convocado em 08/05/2023, para assumir o cargo e tomei posse em 09/05, como Diretor, por até 180 dias, o que se findou em 05/11. Nesse período, fui indicado pelo Presidente da República. E agradeço aqui ao Presidente da República e ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pela indicação e confiança, em 31/10/2023, antes do término do meu mandato de substituto.

Bom, vivemos uma fase de negociações e dificuldades no período em que eu fui Diretor Substituto, em relação à greve, ao estado de greve que perdurou, predominantemente, pelo período de todo o mandato.

Diante disso, as atividades de gestão dos processos do gabinete foram focadas, assim como o melhor entendimento de como se encontrava o campo estratégico da agência.

Promovi com minha equipe a média de 18 relatorias por mês para a deliberação do colegiado nas seis reuniões ordinárias públicas de que participei, baixando o passivo do gabinete, que era um dos objetivos de quem ocupa o cargo de Diretor.

Nas relatorias, defendi posições atualizadas com as políticas de desburocratização e proteção ao pequeno empreendedor, principalmente no regime de licenciamento para agregados à construção civil. Relatei também matérias de recuperação de crédito, de Cfem e regulatórias.

Retornei ao cargo de Superintendente em 06/11/2023, onde estou até o presente momento.

Bom, vamos falar agora sobre o setor mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que é um setor que tem tarefas árduas. Destaco aqui algumas fundamentais. Entregar os insumos necessários à transição energética, assim como para a segurança alimentar. Produzir nas áreas hoje degradadas, ou que estão disponíveis, não é uma meta governamental; é uma necessidade de sobrevivência da humanidade no planeta. E, a exemplo disso, a gente coloca aqui, para a transição energética, que precisamos de mais de 3 bilhões de toneladas de minérios diversos para buscarmos a mudança da matriz energética em todo o mundo, sejam eles cobre, lítio, níquel, cobalto e elementos de terras raras, dentre tantos outros.

Para a segurança alimentar se desenvolver, vamos incentivar, através de remineralizadores, técnicas de rochagem e técnicas de aproveitamento mineral para resíduos de mineração. E assim, por óbvio, o que a gente já executa, que é intensificar, cada vez mais, o estímulo à pesquisa e à extração de minerais que são insumos para fertilizantes, destacando aqui o fosfato e o potássio.

Temos grandes jazidas e precisamos desenvolvê-las.

Temos aqui o Ministro da Agricultura que nos prestigia com esse foco que é também fundamental, importantíssimo.

Bom, cabe ressaltar que precisamos também modernizar a agência com processos de trabalho mais ágeis, que façam com que o fluxo processual lento, burocrático e ineficiente ceda lugar à própria resposta em fiscalizações, menos discricionariedade, mais objetividade de análises e decisões administrativas.

A transformação na ANM está acontecendo, e, sem dúvidas, acredito que há esperança por dias melhores, que já se aproximam

Aproveitando, eu gostaria de agradecer aqui à Senadora Daniella Ribeiro, que emendou o orçamento para que seja propiciado o descontingenciamento da Cfem, o que se refere a um percentual de 7% sobre o recolhimento e que nunca foi, na sua integralidade, para o caixa da ANM. Logicamente, o orçamento reduzido dificulta o exercício das atividades.

Dando até um exemplo sobre isso, a gente teve, no último ano, um orçamento de R$92 milhões. A título de comparação, trata-se do mesmo valor destinado à área de tecnologia da informação da ANTT. Assim como a ANTT, a ANM tem abrangência nacional, gerências regionais em todos os estados – com exceção do Acre, onde temos escritório avançado – e precisa de recursos e pessoal para aprimorar os seus processos de trabalho, aumentando a qualidade, a pronta resposta ao regulado e à sociedade, que anseia por uma mineração segura, responsável e que respeite o meio ambiente.

Avalio nossa agência e as medidas necessárias para o mandato.

Coloco aqui o seguinte: primeiro, considerando esse universo de 8.519 empresas do setor mineral, 88,8% dessas são pequenas e microempresas, 7.565; enquanto médias, 9,9%, 884; e grandes, 1,29%, 110 empresas. A fonte desses dados é o Panorama da Mineração do Brasil, um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Mineração.

A gente tem um país multifacetado, assim como uma gama extensa de substâncias minerais, o que dificulta análises técnicas e justificação mínima do que deve conter ou não em um relatório de pesquisa, por exemplo, seja ele parcial ou final. Por isso, reduzir a discricionariedade, com normas internas claras para situações que geram grande número de recursos administrativos para gerências, superintendências, diretoria colegiada, que precisam ser estrategicamente atacadas. Ganha a agência, ganha o regulado, ganha, por consequência, a sociedade com um trabalho técnico mais objetivo, enxuto e com as informações técnicas necessárias.

Na mesma linha, aqui se questiona: quais são os meios que nós temos para melhorar a qualidade dos nossos estudos técnicos apresentados, a avaliação das conformidades? E aí entra uma questão que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa muito aprimorar e que todo o setor de infraestrutura já a usa – e o setor de mineração até agora não a havia utilizado –, que é a acreditação.

A acreditação tem sido amplamente utilizada em todos os ramos; só a mineração que ainda não havia aderido. E eis que chega a hora de a gente contar com esse apoio da inspeção acreditada, inclusive agora estimulada por uma portaria do Ministério de Minas e Energia, recentemente publicada, que faz, então, esse uso da acreditação na mineração.

Enfim, fechando aqui a questão, elenco aqui, na minha opinião, os principais desafios a serem vencidos na nossa gestão da ANM. Primeiro, segurança jurídica – em que a gente precisa pautar as nossas ações e buscá-la sempre, em primeiro lugar –, através da redução da discricionariedade nos atos precedentes e jurisprudência administrativa, sempre em construção, assim como os ajustes de normas e eventuais ajustes para a sua executividade, eficácia e, principalmente, eficiência.

A acreditação é uma portaria do MME. Ela foi indutora, conduz, então, a ANM a uma nova era e o que precisa ser verificado. Essas avaliações de conformidade são essenciais e fundamentais para que a gente dê um novo passo para o setor de mineração no país. Além disso, agilidade nas análises, decisões e requerimentos nos processos, que é a desburocratização desse processo de trabalho, e o foco na fiscalização são fundamentais.

Precisamos também ampliar a oferta de áreas para pesquisa e lavra em regiões com potencial de minerais essenciais para a transição energética e para a segurança alimentar. Além disso, a modificação de concepções antigas de processos minerais a respeito de pesquisa mineral, aditamento e substâncias e outras situações que engessam e recebem olhares críticos do DNPM, porque modificam o escopo do projeto minerário, o qual, por alguma fase ou outra, acabava sendo reduzido ou travado.

Bom, por fim, rastreabilidade de bens minerais, começando pelo ouro, mas entendo necessário estender essa rastreabilidade, para que seja possível mapear a cadeia de produção dos insumos até o seu descarte, tendo em vista a sustentabilidade do nosso planeta e o fato de que precisa se adequar também aos resíduos gerados, materiais descartados, buscando o devido aproveitamento. Então, além, logicamente, da rastreabilidade do ouro, dos bens que estão hoje em diálogo e tudo mais, a gente precisa também pensar nessa rastreabilidade como um todo, de maneira mais ampla.

Bom, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem... Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou fazer só essa inscrição, vou botar aqui primeiro...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... pudesse abrir o painel para votação...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque nós estamos com uma votação na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos... Atendendo à solicitação do Senador Otto, já que o relatório lido pelo Senador Carlos Fávaro foi favorável, nós vamos abrir o painel de votação, enquanto as perguntas, as indagações vão transcorrendo, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, eu... Senador Otto, gostaria de falar mais alguma coisa?

Eu vou... Está inscrito aqui o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Aqui estão o Efraim...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... Senador Efraim, Senador Petecão, Senador Rodrigo Cunha, Senador Bagattoli, Senador Wellington. Está bem concorrido aqui. Mais alguém? (*Pausa.*)

Bem, por enquanto temos seis.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Você pode abrir o painel, por gentileza.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – ... Presidente Confúcio Moura, ouvi com atenção o relatório do Senador Carlos Fávaro, que deixou, provisoriamente, o Ministério da Agricultura e vem para a nossa convivência; um grande amigo, um Senador que tem exercido o seu mandato com muito trabalho, com muita luta e ajudado não só o seu estado, Mato Grosso, mas o Brasil como um todo.

Sobre a explanação feita pelo Dr. Caio Seabra, o que eu espero de um diretor de agência é, primeiro, trabalhar dentro de toda a técnica que é exigida para análise de tudo aquilo que é encaminhado e, depois disso, ter agilidade. Meu estado, por exemplo – ele conhece bem, ele é de Minas Gerais; o Dr. Caio é de Minas, é mineiro –, tem um potencial mineral muito grande ainda a ser explorado e precisa realmente de ter essa ação para análise desse potencial, e, a partir disso, gerar...

Já é um avanço muito grande na Bahia, nós temos vários minerais que já estão sendo explorados, mas eu desejo também – já conversei até com ele – que essa exploração possa ser por parte de empresas de grande porte, mas que as cooperativas também tenham direito à exploração, porque é a tradição de Minas, da Bahia e de todos os estados ter os seus cooperados trabalhando. E isso é bom, porque aumenta a competitividade, dá oportunidade em várias regiões e gera também emprego. Nesse caso, então, absorve muita mão de obra, que trabalha nas suas regiões.

Portanto, eu quero desejar boa sorte a ele. Conte comigo aqui, no Senado Federal. Nós vamos, pelo PSD, encaminhar o voto favorável para que o senhor possa assumir e, a partir daí, desenvolver as suas atividades, de acordo com aquilo que está pré-estatuído na legislação que rege a exploração mineral no nosso país.

Boa sorte. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, eu gostaria de explicar o seguinte: três Senadores falam. Eu anoto o nome. Pode anotar, primeiro, o do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Otto Alencar, para, depois, o senhor responder as perguntas dele; aí vêm Senador Efraim e Petecão; depois, eu lhe passo a palavra para responder aos três – está bom? –, um por um.

Bem, Senador Efraim, com a palavra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em processo de votação.

Pode ir votando, gente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Inclusive, já exerci o meu.

Sr. Presidente, reforço aqui, na presença agora do sabatinado – recebi a visita dele e me apresentou as suas credenciais –, que ele tem conhecimento, domínio técnico, experiência na área. Por isso, senti-me convencido da sua aptidão para poder exercer o cargo a que foi indicado.

Quero fazer uma pergunta específica sobre um tema – inclusive, eu estive recentemente na ANM (Agência Nacional de Mineração) – que tem a ver com uma realidade do Seridó, Semiárido paraibano, que é o projeto, a petição, o pedido de lavra garimpeira, principalmente para o caulim, e isso afeta mais de duas mil famílias lá, porque, na instrução normativa atual, a nossa legislação é, diremos, omissa ou silente, porque ela não trata do caulim; trata do feldspato e de outros temas que são ali coligados. Isso acaba gerando o indeferimento de diversos pedidos que seriam justos e legítimos e acaba trazendo para a clandestinidade famílias que querem trabalhar de forma legalizada e regulamentada.

Então, esse é um tema que está em estudo na ANM atualmente. Se o Sr. Caio Mário tiver conhecimento sobre o tema, que possa expor a sua opinião sobre o mesmo.

Não sei se poderei ficar aqui até o momento, porque temos a CCJ em andamento, mas, com certeza, tomarei conhecimento da posição do Sr. Caio sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu passo a palavra para o Senador Petecão.

Alguém quer se inscrever? Está aqui aberto.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu queria só pela ordem, depois.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, na exposição do Sr. Caio Mário, ele chamou a atenção para uma situação lá do Acre. O Acre é o único estado em que não temos uma estrutura do ministério. Foi dito pelo senhor, e o senhor já tinha me dito isso. Nós, no Acre, somos subordinados a Rondônia, que tem uma estrutura precária também.

Então, hoje, para uma empresa ou para um empresário conseguir fazer com que tramitem documentos dentro daquela estrutura de Rondônia... A estrutura que Rondônia tem não consegue atender nem às condições de Rondônia; imagine atender Acre e Rondônia.

Então, Caio, eu queria saber se, lá dentro do Ministério de Minas e Energia, existe um entendimento dessa necessidade, o que nós podemos fazer e o que o ministério vai fazer.

Eu estou me colocando à sua disposição para que a gente também possa ajudar a criar uma estrutura do Ministério de Minas e Energia lá no meu estado.

Era isso, Caio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, para responder aos três Senadores – Otto Alencar, Efraim e Petecão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para interpelar.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Caio. Eu também tenho que sair agora. O dia nosso hoje... Tenho que ir para a CMO, mas quero cumprimentar.

Também tive a oportunidade de recebê-lo. Já fiz a votação.

Quero desejar-lhe sucesso e colocar o nosso gabinete, Caio, como Senador, engenheiro que sou, à disposição.

Com certeza, o senhor será conduzido à diretoria da ANM.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode responder.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Bom, primeiro quero agradecer ao Senador Otto Alencar pelas palavras. Sim, a gente está plenamente convicto, e aguardamos essa situação de buscar o desenvolvimento cada vez maior do Estado da Bahia. A gente sabe que a Bahia tem grandes potenciais, potencial *greenfield* imenso de áreas de pesquisa mineral que precisam ser cada vez mais desenvolvidas, são descobertas cada vez maiores de jazidas, cada vez... com classes mundiais de depósito, por exemplo, o cobre. A Mineração Caraíba tem trabalhado de maneira muito convicta nos depósitos da região.

A gente tem também, com certeza, os pequenos mineradores e a gente teve toda essa atenção, principalmente com os garimpeiros ali da região que o Senador Otto é, que é a região de Novo Horizonte, Ibitiara. A gente teve essa atenção em relação aos editais de disponibilidade para que os pequenos mineradores também pudessem ser oportunizados nessas áreas, para esses pequenos mineradores. Então, a gente tem executado esse trabalho, sim, na agência, e pretendemos, então, que isso seja cada vez mais desenvolvido e progredido.

Senador Efraim, sem dúvida, a permissão de lavra garimpeira para o caulim é uma necessidade. A gente sabe que o veio, os veios dali, do Seridó, são específicos, são extremamente diversos de outras ocorrências minerais que são encontradas no país, de caulim e, exatamente por isso, a gente precisa ter outro tipo de pensamento. De fato, não existe como mineral garimpável, o caulim, mas a gente precisa ter esse pensamento do seguinte: se a ocorrência tecnicamente foi comprovada de que existe a viabilidade que acontece em lavra garimpeira – como é o caso específico, de fato, lá é possível –, a gente precisa, sim, trabalhar para que seja possível que seja outorgado o título de lavra garimpeira para essas áreas em Junco do Seridó, o que vai possibilitar e facilitar que os pequenos mineradores lá daquela região consigam trabalhar legalmente. Uma regularização naquela região vai acontecer de forma muito importante e muito intensa. O Estado da Paraíba precisa muito disso, e o Rio Grande do Norte também, porque acaba que ficam bem na divisa ali as ocorrências de caulim.

Bom, é isso. Concordo plenamente e muito obrigado pelo apoio.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só para esclarecer, Presidente, e pontuar essa parte. Realmente é uma área de divisa que envolve cidades como Junco do Seridó,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenório, Equador, Parelhas, Assunção e outras que estão ali no entorno. Então, realmente, além de tudo, ainda é uma área de divisa que atua em dois estados.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Bom, o Senador Petecão solicitou aqui a questão da gerência regional no Estado do Acre. Bom, a gente tem uma dificuldade financeira hoje na agência, como eu mencionei, a gente tem uma dificuldade de orçamento. A gente tem 92 milhões, por exemplo, no orçamento, de 2023, e esperamos aqui que agora, em 2024, a gente tenha uma maior estrutura.

Em relação a cargos, a gente tem um cargo de gerente, de chefe do escritório regional avançado do Acre, mas não existe, de fato, essa estrutura física no Acre. Quem é o chefe regional do escritório do Acre fica em Porto Velho, por não termos uma estrutura física lá no Acre.

O que a gente precisa fazer, de fato, é, sem dúvida, ao menos estabelecer uma sede, ainda que seja compartilhada com outros órgãos públicos federais, para que a gente possa iniciar, então, esse trabalho de instalação do escritório regional avançado no Estado do Acre, e vamos trabalhar para isso. Pode ter certeza que vamos solucionar essa questão.

Senador Wilder, muito obrigado pelas considerações. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade aos inscritos, nós temos aqui, na ordem... se algum Senador desejar se inscrever, estou à disposição.

Agora, com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, mais uma vez parabenizo V. Exa. por toda a condução que é feita nesta Comissão, de maneira célere, de maneira muito respeitosa também com os demais Senadores e sempre buscando eficiência.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso sabatinado aqui, Caio, que concorre à indicação... que está sendo indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Mineração, mas acredito que hoje já exerce essa função de maneira substituta, não é isso?

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Com licença.

Eu exerci até 05/11/2023, foi o período de interino até... só um período, inclusive, coincidiu um pouco com o período de greve. Agora, eu voltei a ser superintendente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Eu não tive a oportunidade de acompanhar o relatório apresentado pelo Senador Carlos Fávaro, mas, com certeza, ele deve ter se debruçado bastante sobre o tema.

E o que eu venho aqui questionar também é toda a participação da ANM. Quando a gente fala em mineração e fala hoje no que está acontecendo no Brasil, que chama a atenção do mundo, uma situação em que 60 mil pessoas, na minha cidade de Maceió, passaram 40 anos dormindo sobre uma exploração mineral em uma área urbana.

Então, a ANM, acredito que ela, durante esses 40 anos, deve ter tido alguma informação. Então, antes de fazer a minha pergunta final, eu gostaria de saber há quanto tempo o senhor está na ANM.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Eu estou na ANM desde janeiro de 2020.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Desde 2020.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Então, imaginar que quando se fala hoje... eu acho que o tema mais em evidência em todo o planeta é o clima, é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade. E nós temos hoje uma multinacional que esqueceu o tripé da sustentabilidade, esqueceu o lado social, esqueceu o lado ambiental, focou unicamente no lado do capital e fez com que uma cidade, que é linda, sofra pelas suas pessoas, que tiveram que sair da sua residência... A função da ANM sempre foi, do meu ponto de vista, estar ali vigilante – do ponto de vista não, constitucionalmente, regimentalmente –, fiscalizando tanto o funcionamento quanto as perfurações, como também as licenças que são dadas.

Então, gostaria de saber se diante de toda essa bagagem que você traz, já estando dentro da ANM, tinha conhecimento dessa exploração irracional, de maneira indiscriminada numa área urbana, que afetou e afeta ainda a cidade de Maceió, em que nós não temos, inclusive, a certeza absoluta do que vai acontecer no dia seguinte.

Foram perfurados 35 poços, alguns, ou a média deles, com a profundidade de 1km, que podem chegar a 200m, 300m de largura embaixo, o que fez com que, neste momento, este ano, nos últimos 60 dias, o Brasil fosse alertado para o afundamento de apenas uma delas, que poderia entrar em colapso. E se essa comunicação passa também pela ANM, com certeza, também é função da ANM acompanhar agora o preenchimento dessas minas diante de uma catástrofe, já que era anunciada.

As pessoas que saíram das suas residências em 2019 perderam mais do que o seu lar. Muitas delas, além de saírem das suas casas, tiveram que sair da cidade de Maceió. Imagina o que é, de um dia para o outro, buscar 60 mil novos imóveis. Além disso tudo, há um trauma psicológico e financeiro. E a ANM poderia ter evitado tudo isso se tivesse feito a sua função. Se ela não faz o dever de fiscalização, ela delega. E para quem é essa delegação? Se possível, que possa explicar didaticamente qual é a função da ANM e a função do órgão estadual ambiental nessa questão de licenças.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, vamos...

Senador Jaime Bagattoli com a palavra.

V. Exa. se inscreveu?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Cumprimento aqui o Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Cumprimento o Caio Mário, indicado para ser o Diretor da ANM.

Eu quero fazer três perguntas ao senhor. Ao senhor, que trabalha já como funcionário de carreira da ANM, eu quero perguntar de que maneira você vai poder ajudar naquela exploração da jazida de Autazes, aonde está... Nós temos lá a Potash do Brasil, já há mais de dois anos, fazendo pesquisa. Nós sabemos as dificuldades que nós temos com essas licenças ambientais. Existe a questão das reservas indígenas lá.

Todos nós sabemos, estamos carecas de saber que o Brasil importa mais de 90% do potássio, e nós podemos chegar a quase 95% nos próximos anos. Sabendo que aquela jazida é uma das maiores jazidas de potássio do mundo, será que nós vamos ter que esperar mais dez anos para fazer essa exploração? Então, eu quero saber qual vai ser o seu engajamento dentro disso aí, porque isso aí não é para daqui um ano; isso aqui já tinha que estar acontecendo há muito tempo, e está lá na foz do Rio Madeira, dentro do Estado do Amazonas.

Outra coisa que eu quero perguntar: qual vai ser o seu engajamento para aqueles garimpeiros que nós temos no Rio Madeira? Aquelas pessoas vivem lá há anos. Estão lá, desde 1980, desde o final das décadas de 1970 e 1980, e por que não legalizar aqueles pequenos mineradores, fazendo esta barbaridade que está sendo feita: destruir aquelas famílias, acabar com aquelas famílias, metendo fogo naquelas balsas? E o meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente não vê queimando balsa e causando problema ao meio ambiente dentro do Rio Madeira. É o maior absurdo que se vê na história.

Outra coisa...

É a última pergunta que eu quero fazer para o senhor: há anos, há mais ou menos 20 anos – o Confúcio Moura foi Governador do Estado de Rondônia e sabe disso –, a reserva indígena dos cinta-larga, lá no Município de Espigão d'Oeste, Estado de Rondônia, tem a maior jazida de diamante do mundo. Há todos esses anos vem se explorando ilegalmente. As pessoas vão lá. E gente, não vamos mais tapar o sol com a peneira! Os indígenas são inteligentes, os indígenas só querem ter o direito daquilo que é deles. O Congresso Nacional tem por obrigação legalizar aquilo, porque, senão, aquilo vai terminar, o Brasil não ganha nada, os indígenas não recebem nada, e meia dúzia de pessoas que ficam dentro daquilo, controlando aquilo ali, levam todos esses diamantes ilegais para fora do país.

Então, eu quero, sim... Eu sei que a questão de reserva indígena é uma questão muito complexa, mas eu quero saber qual vai ser o engajamento do senhor à frente dessa pasta, na condição de nós podermos, pelo menos, dialogar e chegarmos a uma conclusão para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senador Wellington Fagundes está inscrito? Ah, está ali.

Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Confúcio Moura, sempre um competente Presidente, conduzindo aqui sempre com muita harmonia e com a competência que lhe é peculiar.

Eu fico feliz de estar aqui hoje, nesta audiência, até porque entendo que essa agência é uma das mais importantes hoje para o Brasil, uma agência que ainda é nova, está se consolidando, herdou o DNPM, um órgão muito antigo e, eu diria, cheio de vícios. A nossa expectativa aqui era exatamente a criação dessa agência, como um órgão que pudesse inclusive ajudar o Brasil na modernização da exploração do nosso potencial mineral.

Eu falo também, principalmente, por ser do Mato Grosso, um estado que praticamente hoje não chega a 1% da capacidade mineral explorada. Exploramos praticamente calcário, ouro, diamante; mesmo assim vivemos uma crise hoje, Presidente, na questão da comercialização do ouro também. Então, a complexidade que é hoje a questão da mineração no Brasil... principalmente na Amazônia, que é mais complexa ainda.

E eu quero aqui primeiro também testemunhar aqui essa indicação do Caio, porque eu conheço o Caio já de muito tempo, exatamente nessa transição do DNPM para a agência de mineração. E, no Mato Grosso, nós tivemos a presença do Dr. Caio num momento extremamente importante. Ele ocupava o cargo de assessor de resolução de conflitos, nós o convidamos, convidamos a agência para que estivesse no Mato Grosso, lá em Aripuanã, onde tínhamos um conflito muito grande, garimpeiros lá se matando, o Prefeito muito preocupado, a comunidade toda, porque temos uma mineradora muito grandiosa e vivíamos aquele conflito. E foi exatamente o Dr. Caio que lá esteve presente, e conseguimos... Eu não sei, eu gostaria até de que fosse citado, Dr. Caio, se esse foi o primeiro conflito nesse modelo, que foi feito pela agência, ou seja, através da cooperativa lá, se definiu, então, com essa mediação do Dr. Caio, com o Prefeito, como também a Metamat, que esteve presente, e todos nós lá, com a cooperativa. Chegou-se ao entendimento em que a empresa de mineração entregou parte, acho que a área da mineração era mais de 4 mil hectares. Eu gostaria que fosse falado deste exemplo: 400 hectares, então, foram entregues aos garimpeiros, para que a gente pudesse ter a paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, isso foi uma boa experiência, mas acredito que a gente precisa evoluir muito ainda, Dr. Caio. E eu gostaria, inclusive, de que V. Sa. pudesse falar um pouco de quais as soluções, a exemplo dessa de Mato Grosso, que a gente pode fazer no Brasil afora. E principalmente também no Mato Grosso, claro, não é?

Então, Presidente, eu falo isso como uma solução de conflito que foi bem-sucedida. Mas mesmo assim, não é o suficiente, porque os garimpeiros precisam do apoio técnico, precisam da orientação, como poder fazer a garimpagem. E aí, entra a questão da pesquisa.

E eu gostaria também de que V. Sa. falasse um pouco das dificuldades que a agência tem hoje para apoiar, principalmente o pequeno minerador. Aí poderia fazer um comentário também da Cfem. Como é melhor aplicado esse recurso? Como pode ser melhor aplicado? O que é que nós precisamos melhorar na legislação? Inclusive para que a gente dê apoio aos garimpeiros, às cooperativas, à melhor forma de organização.

E, claro, nós estamos aqui sabatinando alguém que conhece, não é? Ele foi também Superintendente de Ordenamento Mineral e, claro, também Diretor Substituto. Então, acho que é uma indicação que contempla tecnicamente e que, com isso, vai dar prosseguimento à necessidade da agilização da agência nos processos.

E nesse aspecto, eu gostaria de fazer uma pergunta, porque o que se reclama muito é que os poderosos conseguem ter as licenças, e os pequenos não conseguem. Como é que é possível a gente melhorar essa situação? O que precisa ser feito para que uma pequena cooperativa, para que um pequeno minerador tenha condições realmente de poder desenvolver essa atividade?

E aí, eu faço aqui algumas perguntas, que eu quero ler. Como Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), como pretende fortalecer e otimizar a estrutura administrativa da agência, especialmente considerando a transformação recente de departamento para agência? Se estruturarmos a Agência Nacional de Mineração, qual o potencial de benefício para o país? Eu já disse aqui, no início, que eu acho que é uma das mais importantes, mas seria importante V. Sa. dizer o que é que pode representar isso para o país, em termos de geração de emprego e de oportunidades também de riqueza para o nosso país.

Quais são as suas principais estratégias para promover a transparência e a eficiência na gestão dos recursos minerais do país, considerando o papel crucial da agência nesse cenário?

Terceiro, diante dos desafios atuais na área de mineração, como V. Sa. planeja promover a conciliação entre o desenvolvimento econômico sustentável e a preservação ambiental, assegurando a fiscalização adequada e a implementação de políticas responsáveis na Agência Nacional de Mineração?

Quarto, o Brasil realmente tem potencial para fornecer ao mundo os minerais para a transição energética? Porque esse é outro aspecto importante hoje, principalmente a substituição do petróleo, do carvão. E hoje o aquecimento global é algo que não dá mais para questionar. E, principalmente na questão de minerais, insumos para placas solares, para baterias solares, enfim, como exemplo, e outros que a gente pode ter.

E eu já falei aqui da questão da mudança energética e a sua experiência, agora, em resumo, que é ainda pequena, porque vai ter quatro anos agora como diretor, e, como diretor, a situação é outra. Qual a sua experiência... Dentro dessa experiência, o que é exatamente que V. Sa. pensa que, como diretor, poderá fazer junto aos seus colegas para que a gente tenha um dinamismo maior da agência?

Eu repito aqui. Essa questão da legislação, se não for possível, porque o tempo aqui é exíguo para V. Sa. se estender muito, mas eu gostaria de pedir aqui que V. Sa. fizesse o compromisso também, depois, de entregar para a nossa Comissão as sugestões em termos de melhoria da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui outro pedido também que faço, porque é sempre comum. Fazemos as sabatinas das agências e outras entidades do Governo e depois os sabatinados somem. Ontem nós estávamos falando aqui do Cade. Aí o Senador chegou a dizer: "Olha, espero que não seja 'cadê'!". Nós não queremos ver amanhã um 'cadê'; nós queremos um Cade, continuando, aqui presente conosco, porque o que a gente quer aqui – não é, Senador Confúcio? –, é uma relação em que o Parlamento possa ajudar, aqui especificamente, na melhoria da agência e que vocês também possam ter conosco essa relação de trabalho para que a gente possa ajudar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Respostas para os Senadores Rodrigo Cunha, Jaime Bagattoli e Wellington Fagundes.

São perguntas. Eles têm perguntas consistentes.

O senhor terá o tempo necessário para responder aos três Senadores.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Perfeito.

Bom, são muitas perguntas, mas eu vou conseguir aqui fazer da melhor forma possível.

Primeiro, Senador Rodrigo Cunha, realmente a situação ocorrida, esse incidente foi muito grave na Braskem. É uma situação que já tem acontecido, essa subsidência e tudo mais, mas quero primeiramente colocar que, na minha atuação na ANM, eu não tratei sobre essa temática, não tratei sobre essa situação específica de Maceió.

Eu não tive contato, porque, após 2018, foi criado aquele grupo de trabalho do sal-gema, que é o GT-Sal, que passou, então, a tratar de toda a interface entre a ANM e a Braskem, e ele que passou a ter essa troca de relatório de fiscalização, de quais seriam as melhores alternativas para poder acontecer o preenchimento das cavas que estavam com risco de subsidência ou subsidência efetiva. E aí a gente não tinha esse contato. Além disso, quem tinha essa situação era a gerência regional do Estado de Alagoas, especificamente, com o GT-Sal.

Então, era esse o âmbito das discussões, enfim, em que ficava tudo a respeito de Maceió.

De fato, é uma situação muito complexa, muito grave, que precisa, sim, ser devidamente apurada, ver quem, de fato, agiu de forma leviana na condução dos trabalhos.

De fato, a gente tem problemas de subsidência em diversas partes do mundo. Desde 1750, se eu não me engano, tem os primeiros casos, tem no mundo todo. Realmente, isso, na minha opinião, já gera um alerta de que, se existe nesse tipo de lavra ocorrida lá, essa situação de subsidência e marcada anos a fio, 300 anos aí, pegando um período específico, e a gente vê essa situação, acredito que a gente precisa, sim, ter um pensamento diferente. A gente precisa pensar o que é que está acontecendo para que a gente possa mudar essa situação.

Primeiro, é o seguinte: sobre a área urbana, a primeira coisa que deveria ter acontecido, acredito, é uma política de ordenamento territorial para que não acontecesse a expansão urbana para o sentido de onde estavam localizadas as cavas de sal-gema.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Fora do microfone*.) – Primeiro foram as cavas, depois ...

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Isso. Exatamente. A gente, enfim, em resumo, não poderia ter deixado os bairros serem feitos, o avanço da população ter ido para aquele sentido, para o sentido da lagoa do Mutange...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. *Fora do microfone*.) – ... chegou depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Pois é, mas eu estou querendo dizer o seguinte: o ideal seria o ordenamento territorial nesse sentido. Então, o que seria o ideal? Que tivesse sido feita, então, a realocação dessa população, com licenciamento ambiental e tudo mais, para que ocorresse a operação da mina de forma tranquila e sem problema, concorda? Para que tivesse sido realocado lá atrás, lá no início, lá quando da instalação da mina lá na cidade de Maceió. Isso é a primeira coisa.

De fato, a situação é grave, a gente não tem como contornar uma situação que já está nesse ponto. E o que dá para fazer? O que dá para fazer é, literalmente, a gente fazer a reparação dos atingidos, fazer o fechamento da mina e, em todas as outras situações que vierem a acontecer no país, a gente ter uma fiscalização muito mais rigorosa.

Acredito que a gente tenha a resolução de fechamento de mina, que foi até concebida e criada e conseguiu ser evoluída por causa dessa situação da Braskem, a Resolução 68, de 2021... Nesse caso, o que a Braskem executa hoje é o fechamento de mina dela, que aí ela faz o preenchimento das cavas com areia e tudo mais.

E isso aí, sem dúvida, tem que ser monitorado pela ANM, que é responsável pela gestão, fiscalização de todos os recursos minerais do país e também pelo fechamento de mina. Ela precisa... da abertura ao fechamento, tem que ter a fiscalização efetiva técnica da ANM. Então, de fato, a gente tem essa responsabilidade.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Só uma pergunta ao Presidente. Eu não sei qual foi o rito aqui de réplica.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – No seu caso, está tão evidente o drama...

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... você tem a liberdade de...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Até para ser objetivo, eu tenho interesse em duas respostas. Primeiro, se a ANM sabia disso. São 40 anos as pessoas dormindo em cima dessas residências. Então, se ela sabia disso. Segundo, se essa fiscalização não é feita pela ANM, há uma delegação para o Estado fazer essa fiscalização através da licença...

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Licença ambiental.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Licença ambiental concedida pelo órgão estadual.

Então, só essa: se sabia e como é feita essa fiscalização pelo Estado e comunicado à ANM.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Está perfeito.

Eu não tenho conhecimento se a ANM sabia especificamente disso. Como eu disse, entrei depois e quem ficou responsável por todas essas questões, especificamente, foi o GT-Sal e tudo mais a respeito da Braskem.

E a respeito da situação do licenciamento ambiental e tudo mais, a ANM responde pelos recursos minerais, pela gestão e fiscalização e pelo fechamento da mina. Ela vai ter que atuar junto com o órgão ambiental. O órgão ambiental olhando as questões, as condicionantes do licenciamento ambiental, devido cumprimento das condicionantes, a questão de dano ambiental e tudo mais, mas, quanto à questão técnica de preenchimento das cavas, e tudo mais, é a ANM que é responsável por fiscalizar isso, sim. É responsabilidade dela, certo?

Então, sendo bem objetivo, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Essa pergunta é muito importante, porque você tem ideia do clamor que é, na cidade. O país inteiro está acompanhando isso.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Sim.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Então, nada foi por acaso. Teve um culpado, por ação, que foi a Braskem, mas aconteceu também a omissão daqueles que deveriam ter esse papel.

Então, a minha pergunta é – eu sei que há, por parte do Estado, licenças de autorização para explorar o mineral naquele período –, se você tem essa informação. E acredito, pelo seu currículo aqui, estudioso, tem mestrado na área também... No aspecto geral, como é que se dá essa periodicidade de fiscalização, de comunicação? Por exemplo, o órgão ambiental dá uma licença para explorar aquela mina. É eterna? É até acabar o mineral? Ela tem que ser renovada? E, quando há essa renovação, comunica-se à ANM?

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – A concessão de lavra é outorgada por prazo indeterminado. Ela não é igual às concessões de serviços públicos que têm prazo determinado, especificamente.

Então, é outorgada para uma reserva específica, que foi aprovada pela ANM. Por exemplo, falou-se que tem mil toneladas de sal-gema ali. Então, ela foi aprovada para a lavra de mil toneladas de sal-gema. Se, por exemplo, tiver alguma lavra acima disso, e tudo mais, ela tem que comprovar para a ANM que ela reavaliou as reservas e, de fato, continua a exploração. Enfim, a concessão é por prazo indeterminado.

Em relação à licença ambiental, ela vai ser por prazo determinado, e aí com as sucessivas prorrogações e tudo mais.

Em relação à ANM, trazendo aqui a situação das periodicidades de fiscalizações, o que acontece? O que se tem hoje de periodicidade de fiscalização, efetivamente colocado e inscrito, é, por exemplo, as barragens de mineração, que a gente sabe que tem a resolução específica, tem os decretos... Por exemplo, a gente tem que apresentar, de x em x tempo. De 15 em 15 dias, por exemplo, as barragens têm que apresentar declaração de condição de estabilidade, relatórios, e tudo mais.

Isso acontece para as barragens de mineração. E pode ser pensado, por exemplo, para minas. A gente pode pensar uma regulação específica para esse tipo de situação, sim, sem dúvida. A proposição disso é muito válida. Para situação semelhante – entendeu? –, isso poderia ser pensado.

Em relação à situação de quando a fiscalização deveria ir, se foi muito, se foi pouco... A gente não tem como estabelecer. Em cada empreendimento, a fiscalização acontece de uma forma. Por exemplo, pode ser gerado, com essa falta de servidores que a gente tem.

Por exemplo, o que é privilegiado? Privilegiado, sempre, é decorrente de denúncia. Então, se é feita uma denúncia falando que está tendo lavra ilegal, ou está tendo algum problema em determinada mina, vai acontecer a fiscalização primeiro nessa área. É isso que acontece hoje. E aí vai se deixando as outras sempre para depois e tal. Infelizmente, hoje, isso é uma realidade que a gente tem.

Em relação ao que a gente precisa fazer para frente.

Sim, sem dúvida, procedimentos claros, redução de discricionariedade e tudo mais. Eu sou defensor disso. Inclusive até falei isso aqui no final do meu discurso, que é a colocação do quê? A gente tem que ter claras questões objetivas e tudo mais em relação à regulação. A gente tem que ter critérios claros. Por exemplo, vamos analisar o relatório final de pesquisa e não tem o procedimento específico, do que tem que ser cobrado, como se avalia a conformidade com esse relatório. Você não tem... Aí você fica na mão de quem? Do técnico que está lá do lado. Isso é ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa ter um pensamento diferente. A gente precisa pensar a agência de forma diferente, e de forma objetiva.

E aí eu coloco aqui, para essa questão da lavra de sal-gema, especificamente, na situação de Maceió – e eventualmente se isso for aplicado em qualquer outro local do país, que não seja, lógico, em área urbana –, que isso seja devidamente monitorado de uma outra maneira. A gente cria uma regulação nesse sentido. Acredito que isso seria uma recomendação muito interessante para a ANM, até vinda da CI. Acho que é muito válido.

Acho que respondi às questões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Sim, perfeito, vamos lá.

Senador Jaime Bagattoli, potássio em Autazes, inclusive eu tratei isso com o Ministro Carlos Fávaro, estava até mencionando a situação gravíssima que a gente precisa, sim, solucionar. A situação do potássio de Autazes, sim, é essencial, fundamental para o nosso país. A gente tem, de fato, uma dependência de importação gigantesca. A gente conversou sobre isso no gabinete do senhor. A gente precisa ter uma modificação efetiva, ter uma alteração efetiva na conduta.

Como a gente vai alterar essa conduta? A gente sabe que hoje o que trava a situação do potássio de Autazes foge um pouco à ANM, que passam a ser, então, essas questões relacionadas à questão indígena e aos povos originários, em relação a audiências públicas e tudo mais, e a uma ação civil pública que hoje corre na Justiça Federal do Estado do Amazonas. Pode ter certeza, pode ter meu compromisso de que eu vou trabalhar intensamente, em todo o meu mandato, para que seja viabilizado o potássio de Autazes, que é uma reserva de classe mundial e que se precisa necessariamente não por causa do empreendimento, mas, sim, por causa da nossa necessidade específica de fazer com que o Brasil, cada vez mais, deixe essa dependência externa que ele tem com o potássio.

Em relação aos garimpeiros do Rio Madeira, acredito que é fundamental essa regularização, sim, sem dúvida, inclusive estamos trabalhando para ela. Recebi no gabinete recentemente, no último mês, esse grupo de pequenos mineradores, que buscam, então, que seja possível que eles façam o trabalho nessas áreas.

Obviamente todo o trabalho de permissão de lavra garimpeira nessas regiões precisa do prévio licenciamento ambiental. Então, a gente vai ter a questão do licenciamento ambiental, mas, por parte da ANM, o que a gente pode fazer é o quê? Verificando a situação de não estar em áreas protegidas, unidades de conservação ou terras indígenas, a gente consegue, sim, fazer esse trabalho de desbloqueio de áreas, de regularização. Em que sentido? Ofertar essas áreas ou verificar se elas estão livres para a gente poder fazer esse trabalho. Pode ter certeza do meu compromisso também de que isso vai ser devidamente verificado e encaminhado ao longo desses próximos tempos aqui. Espero que, até o meio do ano que vem, no máximo, a gente já consiga ter alguma resposta específica sobre os garimpeiros do Rio Madeira. Estamos aguardando inclusive as informações.

Reserva Indígena Roosevelt, território Roosevelt. A gente tem uma dificuldade, sim, em relação à lavra ilegal dentro do território indígena. O Estado sofre com isso, o Estado de Rondônia também sofre com isso, com essa dificuldade de ingresso dos ilegais nas áreas, dos invasores e obviamente até a extrusão.

E essa dificuldade como é que pode ser vencida? A primeira coisa: o Congresso Nacional precisa votar o projeto de terras indígenas, de regularização, de regulamentação, desculpa, de mineração em terras indígenas. Somente dessa forma é que seria possível que a ANM passe a ter, vamos falar assim, jurisdição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do território indígena, para que possa ser possível pedir um requerimento ou administrar um requerimento, gerir os requerimentos dentro do território indígena.

Então, antes disso, infelizmente a gente está de mãos atadas, em razão dessa situação de somente ser possível a mineração em terras indígenas com a autorização do Congresso Nacional. Então a gente fica com esse problema.

Em relação ao Senador Wellington Fagundes, a gente tem aqui alguns pontos que eu vou fazer de maneira mais ágil aqui.

Em relação ao ouro, a gente tem que ter uma agilidade maior no PL da rastreabilidade, que está aqui no Congresso Nacional, caminhando, para que a gente possa ter definições específicas logo de como deve agir em relação a como rastrear. E que a gente não tenha mais os entraves, os problemas todos que a gente está tendo em toda a conjuntura de Receita Federal e tudo mais, o que está atrapalhando, sim, as exportações de ouro. A gente tem notícia disso.

Em relação ao conflito de Aripuanã especificamente, foi um conflito, sim, entre mineradora e garimpeiros, uma situação muito atípica. E, sim, o Senador Wellington nos indagou aqui se foi o primeiro conflito que a ANM resolveu dessa forma. Especificamente dessa forma, foi o primeiro conflito que a gente resolveu. Além disso, também estamos resolvendo – estamos resolvendo, não, desculpa; resolvemos – em Nova Bandeirantes, no Estado de Mato Grosso, resolvemos também em Juruena, também no Estado de Mato Grosso. Estamos trabalhando com as questões lá no Estado do Pará, exatamente nessas áreas que têm, de fato, áreas de conflito com pequenos mineradores, para buscar, pelo menos, uma convivência pacífica entre garimpeiros e mineradoras.

Em relação ao conflito de Aripuanã, a situação que aconteceu na época foi a seguinte: com o aumento do grama do ouro, a cotação do ouro aumentou demais, os garimpeiros retornaram para essas áreas que têm essa ocorrência de ouro na forma aluvionar, coluvionar e eluvionar, na Serra do Expedito, e essas áreas já estavam titularizadas por uma mineradora. Diante disso, o que foi que aconteceu? Simplesmente aconteceu uma invasão gigantesca, que se tornou fora de controle. Essa situação fora de controle envolve cerca de 2 mil garimpeiros que ingressaram na área e tomaram conta, fazendo então as atividades garimpeiras de forma ilegal.

O que foi que teve que ser feito? Então, primeiramente buscar um diálogo, juntar primeiro os garimpeiros, buscar uma liderança específica, para que fosse possível que, formando uma cooperativa específica, para que assumissem, então, passivos e ativos, a gente pudesse regularizar o trabalho lá em Aripuanã. Então, foi estabelecido com a mineradora, primeiro, chamar o outro lado devidamente, e aí, a partir disso, a gente teve a mineradora conversando diretamente com a cooperativa – essa cooperativa que foi criada com os garimpeiros lá dessa região – e fez-se um acordo buscando que 716ha fossem cedidos para lavra garimpeira. Isso está previsto na Portaria 155, de 2016, que é da ANM, para que aconteça esse tipo de situação, que é a lavra garimpeira sob títulos minerários. Isso é possível, mas o que falta – muitas vezes, a gente vê nas situações – é a falta de diálogo entre as partes. Os *players* precisam dialogar, precisam conversar.

Em relação a Cfem, à melhor aplicação do recurso, a gente sabe que, como ANM, a gente não tem pernas e a gente não consegue fazer a devida fiscalização da aplicação do recurso Cfem, que se divide para estados, municípios, União e a própria ANM, que também deveria receber, então, os 7%, que a gente assim espera que receba.

E, enfim, a gente precisa, sim, de maneiras, mas acredito que o Parlamento consegue, sim, debater isso de uma maneira muito qualificada e buscar formas de a gente ter um melhor aproveitamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente pensando em alternativas para que a gente faça um outro tipo de pensamento: como fazer a exploração de maneira... Aliás, desculpa, depois que acabar a exploração, como é que a gente vai pensar isso? Como é que a gente vai pensar o futuro da região, o futuro do município, que seja, depois que se exaure o recurso mineral? Então, sim, é uma questão muito importante, que precisa ser pensada e que vai então na diversificação econômica, na criação de equipamentos públicos, de capacitação e tudo mais, para que seja, então, possível a regularização.

Segundo, qual o potencial do benefício para o país da mineração? Se a gente conseguir dobrar o PIB o setor de mineração, já vai ser um grande benefício, o que sem dúvida acredito que seja possível com a oferta de áreas cada vez maior, com o incremento das fiscalizações e com o estímulo à ANM. Se a ANM for devidamente estimulada, vamos falar assim, em termos de orçamento e devidamente aplicados recursos de maneira estratégica na Diretoria Colegiada, vamos conseguir, sem dúvida.

Conciliação entre preservação ambiental e exploração, sem dúvida, é algo que a gente precisa pensar sempre e é o que a gente pensa no todo na ANM, para que a gente possa fazer qualquer tipo de outorga de título. Por exemplo, respeitamos a legislação, é preciso que as unidades de conservação sejam devidamente respeitadas, as áreas protegidas, os territórios indígenas, para que a gente não faça a mineração nesses locais sem a devida autorização e, além disso, sem o devido licenciamento ambiental e demais anuências. Assim a gente caminha para a outorga dos títulos. Sem as licenças ambientais não é possível acontecer a outorga dos títulos, e isso é sem dúvida o mais importante. Isso, na verdade, é o ponto mais importante em relação a como a ANM concilia a mineração e a preservação ambiental.

Em relação aos minerais de transição energética, como eu disse, a gente precisa de 3 bilhões de toneladas – uma estimativa que existe –, para que a gente possa fazer a transição energética, e isso é gravíssimo porque é um número muito grande, ou seja, vamos ter que aumentar a mineração muito para que a gente possa fazer, então, a preservação energética que possa preservar o planeta, que possa mudar essa matriz.

Sem dúvida, o Brasil tem grandes potenciais, mas o Brasil tem também grandes desafios para serem conhecidos. Por exemplo, o Estado de Mato Grosso tem uma dificuldade muito grande por não ter as reservas minerais conhecidas ainda; o Estado de Rondônia também não tem 100% das reservas minerais conhecidas. Na verdade, nenhum estado tem, e a gente precisa, sim, trabalhar nessa questão de outorga de alvará de pesquisa, para que a gente possa ter primeiramente as pesquisas e para que as pesquisas minerais sejam possíveis.

Enfim, é isso.

O que se pode fazer para ocorrer mais dinamismo? Eu já mencionei aqui anteriormente, mas eu acredito que a redução da discricionariedade, a segurança jurídica, para a gente ter atos e jurisprudência administrativa e pensar na acreditação e na agilidade das análises e das decisões dos requerimentos de processos de trabalho, principalmente na desburocratização dos processos de trabalho, são fundamentais para a gente criar esse dinamismo.

Enfim, pode ter o meu compromisso de que eu vou apresentar à CI a melhoria da legislação, eu vou entregar um documento endereçado para o Sr. Presidente para que a gente possa fazer, então, essa melhoria.

Em relação a isso, agradeço muito aqui e gostaria de só consignar que não vou sumir; pode ter certeza que não vai ser "cadê?", vou estar aqui sempre presente. Espero assim poder estar sempre em contato com os senhores. Todos os senhores têm meus telefones, estou à disposição para poder atendê-los a qualquer momento. Estou à disposição, Senador Confúcio, desta Comissão, para vir a qualquer tempo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como já temos aí o quórum e V. Exa. daqui a pouco vai abrir, eu gostaria de requerer também a possibilidade de a gente, em regime de urgência, já também votar para encaminhar para o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... diretamente porque já estamos no encerramento, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, perfeitamente.

Eu passo a palavra agora para o Senador Carlos Viana; depois, o Senador Chico Rodrigues e o Senador Jayme Campos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa. pela confiança em me ter colocado como Relator original dessa indicação. E, naturalmente, todos nós aqui estamos para fazer o próprio trabalho. Agora, pela manhã, fui surpreendido até com o Senador Petecão dizendo que eu não teria cumprido com as obrigações e que teria levado V. Exa. a trocar o Relator, sem saber que nós já havíamos conversado cedo e já havia todo um acerto.

Agora, o que eu quero lamentar, Senador Confúcio, é como este Senado se tornou, nos últimos quatro anos, uma Casa de cabeça baixa e que todo tipo de pressão aqui infelizmente tem tido resultados.

O senhor veja, por exemplo, na questão do Supremo, não termos tido coragem de enfrentar as invasões de prerrogativas das nossas funções – e nós temos sido um Senado muito criticado.

Nesses últimos anos – eu ando muito nas ruas, eu sou uma pessoa, um político que não tem medo de andar nas ruas; estou político –, o que mais ouço é que esta é uma Casa fraca, uma Casa muitas vezes até de covardes, o que não é, porque nós sabemos que cada um tem a sua responsabilidade, o seu equilíbrio, mas essa legislatura passada e a de agora são conhecidas como umas das legislaturas mais omissas em relação às decisões do país. E muitas têm acontecido aqui, no dia a dia. Eu, que estou em primeiro mandato, me surpreendo. A gente, por exemplo, tem um projeto de lei que tem uma inconstitucionalidade. Você faz uma emenda, eles corrigem o texto e mandam o texto para ser sancionado com a mudança, sem voltar para Câmara. Quer dizer que nós estamos numa fase em que o Legislativo infelizmente se tornou somente, como eu disse, um carimbador.

E hoje é a mesma coisa. Eu conversei com V. Exa. e pedi prazo para essa relatoria até fevereiro, por um motivo muito simples: o candidato não apresentou os documentos todos. Ele não apresentou a documentação dele completa para esta Casa. Conversei com ele pessoalmente – e fora esse período em que eu estava no exterior –, eu me comprometi e falei: "Olha, eu vou conversar depois", mas ele não apresentou os documentos, a ficha dele não está completa para a votação aqui já. Já é um óbice administrativo importante, e isso não está sendo levado em consideração. Desculpe-me aqui o meu colega Fávaro, que fez o relatório, mas a documentação do candidato não está completa, como determina o regulamento interno do Senado Federal. Só isso já é motivo de questionamento, inclusive jurídico, da indicação desse candidato.

E mais me impressiona ainda é a pressão que a gente sofre: está aqui o Secretário Nacional de Mineração pressionando V. Exa. para que a sessão fosse em frente. V. Exa., com altivez, deu a resposta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que é o senhor quem decide, mas está aqui o Secretário de Mineração pressionando os Senadores. Olhe aonde nós chegamos, Jayme!

Então, eu acredito que, na história do Senado, nós nunca passamos... Eu, pelo menos, nunca vi aqui um momento em que nós estivéssemos tão desrespeitados como nós estamos agora. E eu não levo aqui questões pessoais, porque não tenho nada contra pessoalmente o candidato – pelo contrário, ele tem até ligações de familiares com o meu filho –, mas a minha função como Senador, a primeira delas, é zelar pelo que está escrito na lei e pelo que está escrito no Regimento desta Casa. E o Regimento diz que a pessoa tem que apresentar a documentação completa para ser nomeada. Ele não fez isso. E, se tivesse feito até ontem, o relatório estava pronto hoje. Para não rejeitá-lo, o que eu fiz? Pedi um prazo até fevereiro, para a gente poder resolver o assunto com tranquilidade nessa história toda.

Volto a dizer: entram aqui todas as pressões econômicas. Eu sei disso porque – eu respeito muito o setor de mineração, porque sei da importância dele –, como Relator da CPI de Brumadinho, eu entendi claramente como o dinheiro, o lucro se coloca acima da vida das pessoas. É como foi em Brumadinho e como foi lá em Maceió até no risco. Fui Relator aqui no meu primeiro mês de mandato. Assumi uma relatoria de uma tragédia como Brumadinho e ficou muito claro que, para ganhar dinheiro, se passa por cima de qualquer coisa. É o que está acontecendo aqui hoje, o mesmo exemplo. O poder econômico tem muito mais capacidade do que...

Eu volto a dizer para os senhores, não tenho absolutamente nada contra, mas um candidato que vem ao Senado Federal indicado e não apresenta nem a documentação total, a meu ver, tem alguma coisa diferente: ou ele tem um padrinho muito forte, ou, então, infelizmente, nós agora... Você manda para o Senado que vai passar.

Outro ponto. Ontem, à noite, conversei com o Presidente desta Casa: "Olha, Presidente, há um probleminha aí. Eu não vou aprovar um relatório em que a pessoa não entregou os documentos. Eu não vou fazer isso".

E fui surpreendido, hoje, pela manhã, com a pressão sobre V. Exa., com a pressão aqui do Secretário de Mineração, de cima, possivelmente até do próprio ministério.

Não sou eu quem vai criar nenhum tipo de constrangimento a V. Exa.; foi o que lhe falei cedo: o senhor pode nomear um colega. Agora, quero deixar claro que o meu posicionamento de não apresentar relatório é porque as regras não foram cumpridas. Os Senadores estão votando aqui num relatório em que não há o documento completo do candidato. Vou deixar isso para que cada um tenha a sua consciência e a sua posição em relação a isso.

Eu me sinto livre o suficiente para poder falar isso aqui, porque, primeiro, não tenho negócio na mineração, não tenho interesse de mineração e respeito a mineração, mas respeito primeiramente o mandato que me foi dado. Eu tive 3,568 milhões de votos, e as pessoas esperam de mim aqui responsabilidade. Eu cuido do meu mandato com muito apreço, como V. Exa., e respeito um por um dos Senadores que estão aqui.

Essa é a verdadeira motivação de esse relatório não ter sido apresentado hoje, porque, se tivesse sido feito corretamente, nós estaríamos hoje votando com tranquilidade.

Então, diante dessa situação, eu coloco aos Senadores, cada um tem a sua consciência e vota da maneira que achar melhor, mas esse processo não poderia estar seguindo adiante por um vício que ele tem desde...

Quanto ao desrespeito ao Senado, aos Senadores que nós temos aqui, nesses últimos anos, é preciso que a gente pense muito – pense –, porque, se quiser continuar andando de cabeça erguida na rua, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter que resgatar a dignidade desta Casa e não ficar... Nós somos soberanos em nosso voto e em nossa decisão.

Essa história de vir secretário aqui fazer pressão... Olha o que é isso, que absurda essa situação nesta Comissão! Um desrespeito a V. Exa., um desrespeito a mim e a cada um dos Senadores que está aqui. Esse é o ponto que quero colocar com sinceridade.

Volto a dizer: eu não tenho nada contra particularmente você, mas, como Relator, eu não faço um relatório a seu favor enquanto você não apresentar os documentos todos que você deveria, e você não o fez. Pelo menos, até ontem, a documentação não estava completa. É o mínimo que o senhor deveria ter feito para poder ter um relatório positivo aqui, à altura do que esta Casa precisa.

O.k., Senador Confúcio?

Então, muito obrigado.

Se, em algum momento, criei algum constrangimento a V. Exa., o senhor me perdoe, mas eu não aceito esse comentário de que eu não cumpri com o meu papel. Pelo contrário, eu estou cumprindo até num ponto, numa regra válida, que é você seguir o que está no Regimento Interno. Ele tem que ter o documento completo. Não tem? Não tem relatório.

E não é por pressão de ninguém – de secretário, de ministro – que eu vou fazer. Vou fazer o meu papel, porque eu quero deitar a minha cabeça à noite no travesseiro e dormir tranquilamente.

Por isso, coloco para os Senadores o que está acontecendo aqui, para a gente esclarecer esse ponto. Não tem problema nenhum, o senhor colocou o Relator, está ótimo, mas, da minha parte, não sai, porque há um óbice em relação ao que determina a regra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. Pois não, Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Mais uma vez agradeço.

Como fui citado como Relator que foi designado, quero trazer a informação ao querido colega Senador Carlos Viana de que, pela manhã, checando todos os documentos, certidões, me certifiquei com a assessoria legislativa – lógico, por óbvio, ao ser designado como Relator do indicado – de que teríamos que ter todas as precauções para trazer, dentro da legalidade, dentro do que é estabelecido pelo Regimento desta Casa, a certificação de que todas as documentações estavam entregues. É óbvio – não é, Viana? – que, para que possa ser sabatinado, toda a documentação exigida tenha que ser fornecida.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Não é óbvio, não, Senador. Até ontem a documentação não havia...

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador Viana, por favor, eu o aguardei. Eu aguardei o senhor, eu aguardei com toda paciência e pedi pela ordem. Eu o ouvi com toda paciência, gostaria que o senhor respeitasse, então, o meu pedido de ordem.

E hoje, pela manhã – eu cheguei hoje a esta Casa –, chequei com a assessoria legislativa, e me foi apresentada. É isto que eu estou comunicando aos colegas Senadores e Senadoras: que não havia pendência de documentação. Por isso, aceitei e fiz o relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio Moura, colegas Senadores, hoje, nesta sabatina do Dr. Caio Mário, nós, obviamente, temos a expectativa de que mais um dirigente da Agência Nacional de Mineração, assumindo esse posto, possa desenvolver um trabalho para mitigar todos os problemas que nós temos na mineração brasileira.

O Brasil é uma, como todos sabem e comentam nos quatro ventos, tabela periódica e, obviamente, por regiões, por estados, por municípios, cada um com as suas especificidades e os seus problemas.

Nós gostaríamos apenas de fazer algumas indagações ao Dr. Caio Mário, que conhece – inclusive é funcionário de carreira –, para que possa nos esclarecer alguns dados e nos deixar a perspectiva de que, havendo pelo menos unidade no essencial por parte da direção da Agência Nacional de Mineração, nós podemos dar um grande *output*, um grande salto na mineração do Brasil.

E eu – falo especificamente – e o Senador Confúcio Moura – nós somos da Amazônia, temos dificuldades enormes, áreas impedidas de mineração, questão de regulamentação, de regularização, de autorização de lavra, de licenças, etc. – nos preocupamos porque não podemos viver em um estado onde, especificamente, nós temos a tabela periódica – o Estado de Roraima, o estado que eu represento – e temos dificuldades imensas para viabilizar determinadas áreas de exploração.

Então, algumas questões que eu farei aqui vão complementar essa minha observação inicial.

A primeira: em função do quadro que a agência vive hoje, como o senhor pretende, juntamente com os demais diretores, superar os problemas em relação à questão de pessoal? Nós sabemos que é uma situação crítica. A equipe que trabalha na Agência Nacional de Mineração é uma equipe restrita, em que muitas vezes, requeridas determinadas informações, as explicações sempre são com relação à baixa capacidade de pessoal técnico e administrativo também para responder a essas demandas. Questão do orçamento, os sistemas e a tecnologia de informação que possam facilitar a vida de qualquer brasileiro ao dirigir-se a esta importante instituição, que poderia ser uma usina de geração de riquezas para este país...

A segunda questão é a questão da mineração em terras indígenas. Nós sabemos que a Constituição, nos seus arts. 231 e 232, impede muitas vezes a exploração racional e organizada dessas áreas minerais. Como a agência vai atendendo a essas demandas e como vai enquadrando, com sugestões, com projetos que possam ver a exploração ordenada nessas áreas, a concessão de licenças ambientais para empreendimentos produtivos, inclusive para exploração mineral? E não só para exploração mineral.

E como a agência está trabalhando para fazer o acompanhamento, a fiscalização e o controle do rastreamento do ouro produzido no território nacional?

Nós sabemos que é uma questão extremamente complexa. Na CPI da Mineração, nós vimos exatamente que tinha uma série de problemas que estavam pendentes. Na própria CPI das ONGs, recém-concluída, foi discutida também de uma forma muito ampla essa questão do rastreamento do ouro, principalmente, em todas as minas, legalizadas ou não legalizadas, no Brasil. Como a agência tem trabalhado exatamente para fazer esse rastreamento, acompanhamento, fiscalização e controle?

Eram basicamente esses comentários que eu gostaria de fazer para a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por último, eu passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, indicado para a Agência Nacional de Mineração, Dr. Caio, serei muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pragmático e breve nas minhas indagações. Vou fazer uma só, porque já foram feitas várias indagações e V. Sa. as respondeu aqui.

Dr. Caio, recentemente o Ministro Luís Roberto Barroso, atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, manteve uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, criando uma zona de amortecimento de 10km de largura em torno da Terra Indígena Roosevelt, lá em Rondônia, que faz parte também ali junto com Mato Grosso, proibindo a pesquisa de lavra e de minérios.

Como não existe tal previsão legal, o STF, em termos práticos, voltou a legislar. Se tal medida for estendida a todas as terras indígenas do Brasil, uma imensa área ficará insensível à mineração, prejudicando social e economicamente os estados que já possuem grandes áreas de terras indígenas demarcadas, como Mato Grosso.

Considerando o seu grande conhecimento em direito minerário, eu pergunto a V. Sa.: qual encaminhamento jurídico deve ser dado a essa questão? Quais são as possibilidades de o setor mineral em geral – em Mato Grosso, em particular – sofrer, em definitivo, mais esse óbice ao seu desenvolvimento?

Complementando, pergunto: está em apreciação por esta Comissão o Projeto de Lei – não sei se V. Sa. tem conhecimento – 2.973, de 2023, que altera a Lei 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa. Mato Grosso talvez seja o estado mais bem-sucedido no desenvolvimento de garimpo legal, principalmente por meio de cooperativas de garimpeiros, como, por exemplo, a Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto, no Rio Peixoto, que obedece estritamente à legislação brasileira. Pergunto a V. Sa.: qual a sua opinião em relação ao PL 2.973, de 2023, e quais pontos positivos e negativos gostaria de destacar nesse PL 2.973, de 2023? Vou fazer só essa indagação. Não sei se V. Sa. tem conhecimento desse projeto que está tramitado aqui e se teria condição de responder a essa minha indagação.

Se possível, com a devida vênia e autorização do Senador Carlos, nosso Líder, e do Chico, agradeceria se pudesse fazer de trás para frente, porque eu tenho uma consulta médica agora, com a devida vênia e permissão de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Senador Jayme, muito obrigado.

A gente tem essa situação da decisão dada pelo Ministro Barroso relacionada ao Estado de Rondônia, em relação à Terra Indígena Roosevelt. Isso é um problema, é uma situação que foi causada ao longo do tempo, e a gente já tem hoje essa restrição, já há muito tempo, no banco de dados da ANM, por exemplo. Há muito tempo, a gente não pode outorgar títulos minerários, seja para pesquisa, seja para lavra, no entorno da Terra Indígena Roosevelt. E, sim, há um grande temor de que isso seja passado para outras. Existe um impacto grande para que isso seja passado para outras terras indígenas, se isso for adotado para todas, inclusive com impactos grandes em relação a concessões de lavra de grande importância no país, por exemplo, que envolveriam minerais como cobre, o próprio minério de ferro, manganês e afetariam, sem dúvida, a questão da exploração.

Diante disso, qual é o motivo de toda essa questão dos 10km de faixa e tudo mais? O grande problema todo chama-se: falta dessa regulamentação, falta da regulamentação da Convenção 169, da OIT, de que o Brasil é signatário. Enquanto não acontecer essa regulamentação, a gente sempre vai ter esses problemas com essas comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, territórios indígenas, e a gente precisa, sim, ter uma regulamentação para ter segurança jurídica, para conseguir ter minimamente uma condição de enxergar: é possível ter mineração ali? Sim. Ah, não, não é? O.k. Se é possível ter mineração, quais são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições: é consulta prévia, livre, informada? O que precisa ter? E não haver efetivamente uma suspensão, uma proibição específica. A gente precisa ter – eu acredito – diálogo, porque é muito difícil, sem dúvida, fazer a extrusão de pessoas, de invasões especificamente. Isso aí é até uma questão sobre a qual a gente já dialogou muito – a gente dialoga, enquanto agência reguladora – com as outras agências, com a própria Polícia Federal, porque a gente também trabalha nesse tipo de situação de extrusão de garimpeiros, de problemas de invasão, e situações de invasões grandes e problemas graves. Nesse sentido, a gente precisa, sim, ter regulamentação, o que vai dar segurança.

Em relação ao PL 2.973, eu não tenho conhecimento dele, mas vou buscar conhecimento sim e converso com o senhor. Rapidamente, pelo que o senhor falou, acredito que a questão da lavra garimpeira tem que ser devidamente verificada nessa questão do PL, em relação à segurança jurídica e ao direito de prioridade, só que a gente precisa ter o devido cuidado porque o direito de prioridade precisa ser respeitado. A pessoa que é titular do direito minerário está ali. Sem dúvida a gente precisa fazer, para que aconteça a maior dinamização, a melhoria da exploração em território nacional e a pesquisa mineral, a agilização dos processos de trabalho. Que os processos de trabalho da agência sejam mais rápidos, mais ágeis e que a gente consiga, então, colocar essas áreas para o mercado novamente, se a pessoa não tiver especulando, não tiver apresentado nenhum tipo de estudo e tudo mais, que é o que acontece na maior parte das áreas.

Enfim, é isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu agradeço.

O senhor não tem ainda conhecimento para responder de fato à pergunta mais efetivamente. Eu espero que o senhor, amanhã ou depois, conheça melhor projeto e possa, através de um *e-mail*, me dar a sua opinião em relação a esse projeto.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Perfeito. Marco no seu gabinete, faço essa visita.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu agradeço ao Senador Chico Rodrigues e ao Senador Carlos Viana por me permitirem – acho que até pela minha idade, por ser mais velho, imagino, V. Exas. tiveram essa consideração. (*Risos.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esse projeto está aqui na Comissão, aguardando uma audiência pública. O Relator é o Vanderlan Cardoso.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Perfeito.

Senador Chico, sobre a questão da superação dos problemas de pessoal, eu vou voltar aqui à minha fala, feita no início, sobre alguns desafios a serem vencidos na gestão que eu acredito que são necessários. A gente tem, de fato, um número de pessoal muito reduzido. Como é que a gente faz para superar isso?

A gente sabe que se a agência tem uma... Se fôssemos pensar no número de processos, no passivo processual existente, a gente precisaria de uma quantidade gigantesca de técnicos para poder fazer qualquer tipo de análise e avaliação. Para a gente agilizar essas análises e tudo mais, a primeira coisa de que a gente precisa é usar de instrumentos específicos do tipo licitações para consultoria, que é apoio para a execução dos serviços que a ANM já executa. Então, a questão da terceirização, logicamente, no sentido de apoiar as ações da ANM, seria fundamental, usando a fiscalização à distância, melhorando os mecanismos de fiscalização remota para que seja possível gerar relatórios de maneira mais ágil e para que os servidores consigam monitorar. É uma maneira muito mais rápida, tendo uma equipe muito mais atenta e fixa em relação às situações que são necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para outras questões em relação aos estudos que estão pendentes de análise da ANM, a gente tem mecanismos importantes que foram criados, inclusive, com a portaria do MME, como a acreditação. Essa portaria do MME é indutora dessa nova era para a ANM no sentido de ser possível que a ANM faça, então, o credenciamento de instituições, de organismos de inspeção acreditada, para que esses organismos avaliem a conformidade dos relatórios, especificamente colocando lá os itens: "Apresentou isso?", "Apresentou". Isso vai facilitar a análise pelo técnico e a aprovação ou não de relatórios de pesquisa, por exemplo, e de determinadas ações de fiscalização. Isso aí é que vai fazer com que a gente tenha uma melhor agilidade ou maior rapidez nas análises e outorgas de títulos. É com essas duas ações que a gente vai conseguir, sem dúvida, solucionar esse ponto.

Senador Carlos Viana, por fim, eu apresentei a documentação na data de ontem, mas eu estou à disposição sempre, o senhor sabe, para tudo que o senhor precisar na agência. E o senhor sabe, eu, já como Superintendente, estou à disposição e, caso venha ocupar o cargo, estou à disposição para o que o senhor precisar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Dr. Caio, a ANM é um desafio. V. Exa. já está lá. Eu acho que ainda na função de Superintendente de Conflitos, não é? E o que tem no Estado do Pará é conflito com relação a essa área. Conflitos motivados por uma situação que a gente precisa resolver.

As grandes empresas – não é? –, com muita condição, com estrutura, capital, nas décadas de 70, 80, 90 e acho que mais um pouco para frente, pesquisaram, localizaram minério e demarcaram território. O que acontece? Os milhares e milhares de garimpeiros da Amazônia, do Pará e de todos os estados dali, o tempo todo, estão buscando oportunidade de minerar, mas o garimpeiro só pensa, naquele linguajar bem popular lá, em bamburrar, não é? Não sei se vocês conhecem isso. Pensa em ficar rico, em bamburrar e, com isso, vai lá e explora em cima daquela área que já foi requerida, que está congelada aqui. Ninguém atuou, não tem projeto, não tem nada, tem anos e anos, décadas e décadas. Daí o cara vai lá, denuncia. Enfim, pensa num problema.

Nós temos um projeto de lei que está sendo trabalhado. Precisamos ter coragem para tentar resolver esse problema, que não é só do Pará: há Rondônia ali, o Acre mais ao fundo, o Amazonas, e aí vem todo mundo. Tenho certeza de que o Brasil todo – mas, de forma bem específica, a Amazônia – está dessa forma.

Com um requerimento que a pessoa vem renovando ao longo dos anos, mas que nunca usa, é justo ele continuar impedindo que outras pessoas possam minerar? Eu não acho justo isso.

A gente precisa... O nome do meu projeto aqui é a possibilidade da segunda lavra.

Uma outra coisa que esse modelo atual tem e que o projeto também tem que corrigir é que o cara acha uma mina aqui, requer uma mina que está aqui, dentro de alguns hectares – 10ha, mais ou menos, 15 hectares, 20 hectares –, mas requer 10 mil hectares, um latifúndio significativamente grande, correto? Eu não vejo necessidade, para você explorar uma mina aqui, de mais do que 50ha, 100ha, 200ha.Duzentos hectares de terra, para quem sabe o que é terra, é uma área louca de grande. Então, por que 10 mil hectares? A gente precisa mexer nisso. Claro que o lugar de discutir lei é aqui, mas nós vamos precisar discutir isso com a agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós queremos contar com a V. Sa., que é jovem, cabeça aberta e conhece de fato esses conflitos nossos, para a gente achar um caminho – achar um caminho.

Esse modelo atual agrada um público que é pequeno, mas é forte, é grande, é rico, e desagrada o resto, porque o Estado não arrecada nada, o outro não sei o quê... Enfim, não tem oportunidade...

A gente pode, com uma legislação inteligente e uma legislação bem discutida, diante do desafio que a gente tem, trabalhar de forma tão acertada, que nós vamos contribuir com o percentual do PIB na mineração, de forma extremamente importante – e grande, e grande –, desde que se tenha coragem e compromisso político para fazer isso, senão nós vamos viver o resto das nossas vidas administrando o conflito sem dar solução absolutamente a nada.

Contamos com V. Sa. Nesse desafio. É importante... V. Sa. sabe, conhece de perto, e a gente vive sofrendo, o tempo todo, as grandes operações do Ibama, enfim, fechando, queimando... Eu não gostaria mais de ver esse filme de terror que eu vejo no meu estado, essa questão da mineração em reservas ambientais.

Lá no Pará, a gente precisa restabelecer. Eu queria, de repente... A AGU é fundamental nisso.

Quando a Serra Pelada foi fechada, em função da questão da segurança, porque estava complicando lá, o Governo Federal criou uma reserva garimpeira lá no oeste do Pará, nas imediações do Município de Novo Progresso, e todo mundo que saiu de Serra Pelada foi para lá, trabalhando, trabalhando, trabalhando, mas veio o Governo Lula, parece que em 2005, alguma coisa assim, e criou a Flona do Jamanxim, uma floresta nacional em cima disso. Complicou tudo.

É possível resolver, desde que a AGU tenha condições de, em nome do Governo, dizer "sim, concordamos". Há brecha, no decreto de criação da flona, para isso, mas só um falando não vai resolver. Ou todos nós – Parlamento, Governo, agência, ministério – falamos a mesma língua, ou a gente vai continuar vendo os espetáculos de queima de máquinas, de tudo quanto é coisa, prisões, etc., porque a gente complicou sem olhar para o futuro, mas a coisa muda. Naquele tempo a população era pequena, a especulação mineral era pequena também. Hoje, isso é um negócio enorme.

E a corda termina quebrando só para o lado do coitado do garimpeiro, que é visto como o vilão, mas, infelizmente, a gente esquece que nós, aqui, Parlamento, temos uma Constituição garimpeira. Acho que é a única atividade que se repete por quatro ou cinco vezes no texto da Constituição.

Então, a gente precisa fazer uma reflexão desprovidos de questões ideológicas.

"Ah, mas o garimpo tem problema ambiental". Sim, e o que é que o Estado está fazendo que não regulamenta, ao licenciar a PLG, para ser executada? Só porque dá trabalho?

Um dia desses estava vendo: a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, está abandonada lá – pelo menos naquela reportagem –, porque, se asfaltar, o pessoal vai entrar ali, e não sei o...

Olha, o Amazonas tem menos de 3% de abertura. Quer dizer, nós não enfrentamos problema porque isso dá trabalho. Ou a gente muda essa cabeça esquisita... Com a população crescendo, desempregada, pobre – aliás, miserável em muitos casos –, para resolver o problema... "Ah, não vou abrir a estrada, porque alguém pode entrar aqui e fazer um dano ambiental". Por que não fiscaliza, não controla, não monitora? "Não vou resolver esse problema aqui, porque esse outro pode trazer um problema...". Licencia sob a condição de repor naturalmente tudo que for devastado – bonitinho, redondo. É para isso que existe governo.

Eu quero contar com V. Sa. na luta lá, cabeça boa, jovem, conhecedor da causa. E a gente espera a sua contribuição nesse aspecto que para nós é muito caro.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F121504005D9A71.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Zequinha. Pode contar comigo, sim, para as contribuições que eu puder dar. Estou à disposição.

Acredito, sim, sem dúvida, que a agência pode e deve agir no sentido de tornar menos burocrático possível o nosso processo de trabalho. E isso aí é que vai, sem dúvida, influenciar na questão dessas áreas, das onerações de áreas, que são, de fato, o problema-chave para que aconteça... Acaba que é indutora direta da lavra ilegal, indutora direta da devastação ambiental. Então, para que a gente tenha uma mineração segura, responsável e sustentável com licença ambiental, a gente precisa fazer essa... É obrigação da ANM fazer, o mais rápido possível, de maneira mais efetiva, essa dinamização, essa análise de outorgas mais rápida e a fiscalização mais efetiva.

Pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Então, está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria para apresentar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O candidato foi aprovado com 16 votos favoráveis, 7 contrários.

Nenhuma abstenção.

Total de votantes: 23.

Há o pedido do Senador Wellington Fagundes, que pede a urgência para que o seu nome seja remetido ainda hoje para o Plenário.

Eu submeto aos Senadores presentes se concordam com a proposição do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovada a indicação do Dr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), com a votação que eu acabei de apresentar.

Dessa forma, ele está liberado. Parabéns! Boa sorte!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É para pagar o almoço.

E eu quero, antes de fazer o encerramento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Chegamos ao final do ano legislativo, com a sensação do dever cumprido...

E quero agradecer também ao Senador Carlos Fávaro por ter relatado ainda hoje, numa urgência muito grande, apresentando esse seu parecer. Muito obrigado ao Senador e Ministro Carlos Fávaro. Muito agradecido a V. Exa. por ter se disposto a esse trabalho. Muito agradecido. Parabéns. Muito obrigado. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Chegando ao fim do ano legislativo, com a sensação do dever cumprido, eu não poderia deixar de reservar um espaço dedicado à gratidão, gratidão que sinto pela confiança que nos foi dispensada por todos, pelo grande apoio no desempenho das atividades, especialmente pelo sucesso na execução, aperfeiçoamento do nosso plano de trabalho, que só foi possível pela parceria estabelecida. Nossa Comissão não tem projetos pendentes, todos os projetos já estão encaminhados para os seus Relatores. É uma Comissão enxuta, que está com a sua pauta bem definida.

Para que tenhamos ideia do quanto trabalhamos em 2003, vou apresentar alguns dados bem rapidamente.

Contabilizamos 52 reuniões realizadas, no total: em 2022, 17; em 2021, 14... Não, vou ler de novo: 52 reuniões realizadas no total, sendo que, em 2022, foram 17 e, em 2021, 14; dessas, 16 foram deliberativas. Ampliamos os debates consideravelmente, realizando 31 audiências públicas em 2023, enquanto, em 2022, foram registradas apenas oito e, em 2021, apenas sete – é para se ver a diferença. Registramos a autuação de 30 projetos de lei, sendo que, em 2022, foram quatro e, em 2021, sete. Só de requerimentos meus, contabilizamos 84, sendo 33, em 2022, e 28, em 2021.

Saibam, todos que estou muito feliz, esperando que no próximo ciclo tenhamos ainda mais entrosamento e maiores resultados em prol da estrutura do nosso imenso país.

Especialmente agradeço e elogio a imensa contribuição à Secretaria desta Comissão na pessoa do Secretário Thales Roberto, sempre atento e comprometido com os trabalhos desta Comissão, e aos assessores em geral, especialmente aos do meu gabinete, Flávio Lima, Vivian Horta, Maristela Seixas, Miguel de Souza, com grande ressalva.

A todos aqui reconheço o brilhante trabalho sendo executado em prol do desenvolvimento do nosso país.

Que tenhamos um Natal de paz, saúde e amor e que continuemos juntos em 2024 para fazer ainda muito mais!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Aos presentes, aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Declaro encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Fernando Farias, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Teresa Leitão e Wilder Morais, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Plínio Valério, Eduardo Gomes e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das Emendas da CDR ao PPA 2024-2027**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente ao PPA 2024 - 2027 (PL 28/2023-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024 - 2027". Relator na CDR: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Relatório aprovado. Esta Comissão delibera pela apresentação de uma emenda de investimento e duas emendas a meta de objetivo específico, já renumeradas de **nº 01)**: 60110001, ação 163Q – Adequação do "trecho do meio" da Rodovia BR-319 - Km 250,7 ao km 656,4 – no Estado do Amazonas, no valor de R$ 1.500.000.000,00; **nº 02)**: 60110002 – Alteração de Meta do Programa voltado para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, Meta 24; **nº 03)** 60110003 –. Fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável, Meta 24. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2244, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e seis minutos.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 28 de novembro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: um, deliberação das emendas ao PPA 2024-2027; e, dois, deliberativa. Primeira parte: deliberação das emendas ao PPA 2024-2027. Nosso objetivo é discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que estabelece os grandes objetivos e metas dos programas do Governo a cada quatro anos.

Informo aos pares que a relatoria das sugestões de emendas é de iniciativa desta Presidência.

Passo a Presidência ao nobre colega, como de costume, Laércio Oliveira, para eu fazer o meu relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bom dia, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar os Senadores aqui presentes. Quero agradecer mais uma vez a gentileza do Senador Marcelo Castro, na Presidência desta Comissão.

Passo a palavra ao Relator, Senador Marcelo Castro, para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu relatarei aqui o PPA 2024-2027.

Então, é sobre as indicações de emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 28, de 2023, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2024-2027.

Com a permissão de V. Exa., Sr. Presidente, eu vou diretamente à análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que não extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à Comissão.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito atendido é de apresentar interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, de todas as emendas indicadas, assim como das seguintes propostas de emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) EMENDA DE INVESTIMENTO (Anexo VII). No âmbito do Programa 3106 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, a Emenda nº 003, para a ação "163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais", com finalidade de "Adequação do "trecho do meio" da Rodovia BR-319 - Km 250,7 ao km 656,4 - No Estado do Amazonas", no valor de R$300 milhões para 2025, R$600 milhões para 2026 e R$600 milhões para 2027 – R$1,5 bilhão –, início em 01/01/2024, término em 31/12/2027, Unidade Orçamentária 39252 - Dnit, com indicação do Senador Omar Aziz (emenda 003);

b) EMENDA A META DE OBJETIVO ESPECÍFICO (Anexo III). No âmbito do Programa "2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial", a Emenda nº 001, para o Objetivo Específico "0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional", no Ministério do Desenvolvimento Regional (órgão 53000), com meta proposta para o indicador "variação de renda familiar bruta das famílias beneficiadas (%) de 6% para 2025; 8% para 2026 e 10% para 2027; com a seguinte regionalização proposta: Região Centro-Oeste: 5%, para 2025; 7%, 2026; e 9%, 2027; Região Nordeste: 5%, para 2025; 7%, 2026; e 9%, 2027; e Região Norte: 6%, para 2025; 8%, 2026; e 10%, 2027. Indicação da Senadora Professora Dorinha (emenda 001);

c) EMENDA A META DE OBJETIVO ESPECÍFICO (Anexo III). No âmbito do Programa "2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial", a Emenda nº 001, para o Objetivo Específico "0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional", em Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA – MDR (Unidade Orçamentária 74917), com meta proposta para o indicador "variação de renda familiar bruta das famílias beneficiadas (%) de 6% para 2025; 8% para 2026 e 10% para 2027; com a seguinte regionalização proposta: Região Norte: 5%, para 2025; 7%, 2026; e 9%, 2027. Indicação do Senador Omar Aziz (emenda 002).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a relatoria do Senador Marcelo Castro.

E o relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório das emendas ao PPA 2024-2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado...

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam renumeradas como Emendas CDR de 01 a 03.

Devolvo a Presidência ao Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo aqui mais uma vez a colaboração do nosso Senador Laércio Oliveira, vamos ao item 1 da pauta, da parte deliberativa.

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2244, DE 2022

- Não terminativo -

Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Após deliberação da CDR a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

- Matéria constante na pauta da 25ª reunião deliberativa da CDR.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Farias para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com os incisos VI e VII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo e a políticas relativas ao turismo. Dessa maneira, analisamos, ora, o Projeto de Lei nº 2.244, de 2022 (PL nº 10.777/2018), de autoria da Câmara dos Deputados e iniciativa do Deputado Hildo Rocha, que cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil.

Constitucional, jurídica, bem como lavrada em boa técnica legislativa e redação, a proposição é extremamente louvável. Ao se criar um Calendário Turístico Oficial do Brasil, os quase 5.570 municípios poderão divulgar os eventos turísticos que a grande maioria dos brasileiros desconhecem. São festas e eventos que marcam os diversos calendários municipais e que poderão atrair mais turistas, desenvolvendo, inclusive, regiões menos conhecidas deste nosso país de dimensões continentais. Vemos, pois, só benefícios para o turismo nacional.

Ressaltamos que o calendário proposto já existe no sítio do Ministério do Turismo sob o nome de Calendário Nacional de Eventos, ação equivalente à da proposição. Mas aqui cabe destacar o que diz o parecer elaborado pelo Deputado Diego Andrade e aprovado na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados: "No entanto, [esse Calendário] depende de uma política de governo e uma mudança ministerial poderia encerrá-lo. O presente Projeto de Lei, visa tornar o Calendário norma legal e garantir que seja sempre mantido, valorizado e divulgado nacional e internacionalmente".

Concordamos que devemos ter uma política contínua em prol do turismo, livre de alterações na estrutura de governos futuros, bem como independente de mudanças de perspectivas de políticas turísticas governamentais.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.244, de 2022.

Era isso, Sr. Presidente. É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Fernando Farias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

A matéria irá à votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Farias.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Giordano, Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Jussara Lima, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Laercio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Paulo Paim, Ciro Nogueira, Magno Malta, Zenaide Maia, Lucas Barreto e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLOA 2024. Relatora das Emendas da CRA: Senadora Tereza Cristina. A Presidência comunica terem sido apresentadas 98 (noventa e oito) Propostas de Emenda ao PLOA 2024: 92 (noventa e duas) de Apropriação, 5 (cinco) de Remanejamento e 1 (uma) ao Texto da Lei. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 8 (oito) Emendas ao PLOA 2024, sendo 04 (quatro) Emendas de Apropriação, 3 (três) Emendas de Remanejamento e 1 (uma) de Texto, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme as tabelas que seguem:

Emendas de Apropriação					
Nº	Ação	Descritor da Ação	Unidade Orçamentária	Valor (R$)	Iniciativa (Senadores)
1-CRA	211A	Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária - Nacional	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	100.000.000,00	Alan Rick; Augusta Brito; Eduardo Braga; Eliziane Gama; Marcio Bittar
2-CRA	20Y6	Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	200.000.000,00	Alan Rick; Esperidião Amin; Humberto Costa; Izalci Lucas; Jayme Campos; Marcio Bittar; Augusta Brito; Chico Rodrigues; Eliziane Gama; Jaime Bagattoli; Luis Carlos Heinze; Sérgio Petecão; Soraya Thronicke; Teresa Leitão; Tereza Cristina; Hamilton Mourão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emendas de Apropriação					
3-CRA	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária	1.250.000.000,00	Alan Rick; Chico Rodrigues; Hamilton Mourão; Marcio Bittar; Tereza Cristina; Wilder Morais; Augusta Brito
4-CRA	20Y0	Desenvolvimento da Aquicultura - Nacional	58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura	480.000.000,00	Alan Rick; Chico Rodrigues; Esperidião Amin; Marcio Bittar

Emendas de Remanejamento					
Nº	Ação	Descritor da Ação	Unidade Orçamentária	Valor (R$)	Iniciativa
5-CRA	9999	Ação Atípica - Integralização de cotas ao Fundo do Seguro Rural - Nacional	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária	800.000,00	Senadora Tereza Cristina
6-CRA	20Y6	Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	52.700.000,00	
7-CRA	214W	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Nacional	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária	76.500.000,00	

Emenda de Texto					
Nº	Tipo	Referência	Texto atual	Texto proposto	Iniciativa
8-CRA	Aditiva	Anexo V	ANEXO V - AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 116, INCISO IV, DO PLN Nº 04, DE 14 DE ABRIL DE 2023, PLDO-2024, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2024	Acrescer ao Anexo V do PLOA 2023, no item II, subitem 5, a alínea 5.4, com a seguinte redação: "5.4. Limite destinado ao atendimento de PL relativos à reestruturação e/ou concessão de vantagens, reestruturação e/ou aumento de remuneração dos cargos da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário e do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF." (NR) Despesa no exercício: / Primária: R$ 578.601.708 / Financeira: R$ 64.929.143 - / Total: R$ 643.530.851 / Despesa anualizada: / Primária: R$ 808.764.940 / Financeira: R$ 68.240.618 - /Total: R$ 877.005.558	Senador Luis Carlos Heinze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senhor Presidente, Senador Alan Rick, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima quarta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ALAN RICK MIRANDA:44726570234

Assinado de forma digital por ALAN RICK MIRANDA:44726570234
Dados: 2023.11.24 10:08:22 -03'00'

SENADOR ALAN RICK
PRESIDENTE
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 (Ploa 2024), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 98 propostas de emendas válidas, isto é, de iniciativa de Senador membro desta Comissão, sendo 92 de apropriação, 5 de remanejamento e 1 emenda de texto da lei.

A votação será simbólica.

Neste momento, agradeço a presença dos nobres Senadores Jayme Campos e Tereza Cristina, Relatora desta Comissão ao Ploa 2024.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para proferir o seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Boa tarde, meu querido Presidente, Senador Alan Rick, e Senador Jayme Campos.

Vamos ao relatório.

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 029, de 2023-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 029/2023-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024, Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2024.

O projeto foi encaminhado por intermédio da Mensagem 433, de 31 de agosto de 2023.

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao Ploa 2024 oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às emendas ao texto, não há limites para as propostas de Comissão.

Encontram-se em análise por esta Comissão 98 propostas de emendas. Das propostas de emendas apresentadas, 1 é de texto, 5 de remanejamento e 92 de apropriação. As propostas foram diversificadas, albergando ações de grande interesse nacional no âmbito de abrangência das competências da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Relatório.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa ao Ploa 2024, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação; devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Emendas de apropriação, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

– Ação nº 211A; descritor da ação: desenvolvimento e gestão ambiental para o público da reforma agrária, nacional; unidade orçamentária: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); R$100 milhões; aqui foram pedidas as emendas para o Incra pelos Senadores Augusta Brito, Eduardo Braga, Eliziane Gama e Marcio Bittar e pelo nosso Presidente Alan Rick;

– Ação 20Y6; pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para a agropecuária; Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa); R$200 milhões; Esperidião Amin, Humberto Costa, Izalci Lucas, Jayme Campos, Marcio Bittar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, Sérgio Petecão, Soraya Thronicke, Teresa Leitão, Tereza Cristina e Hamilton Mourão;

– Ação 20ZV; fomento ao setor agropecuário, nacional; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; R$1,25 bilhão; Alan Rick, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Marcio Bittar, Tereza Cristina, Wilder Morais, Augusta Brito;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ação 20Y0; desenvolvimento da aquicultura; Ministério da Pesca e Aquicultura, administração direta; R$480 milhões; Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Marcio Bittar.

Das três seguintes propostas de emendas de remanejamento de autoria desta Relatora, nas ações relacionadas no quadro abaixo com respectivos valores, esclareço que a emenda de remanejamento referente ao Fundo do Seguro Rural está sendo acolhida parcialmente.

Em vista das restrições regimentais, procuramos, em nosso parecer, acolher as emendas que albergassem o maior número possível de Parlamentares desta Comissão, ao mesmo tempo que versassem sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Além das emendas de apropriação, foram apresentadas cinco emendas de remanejamento, todas de autoria desta Relatora, e uma emenda de texto.

A emenda de texto modifica o Anexo V para incluir autorização visando a aumento de remuneração dos cargos de carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário e do plano de carreira dos cargos de atividades técnicas e auxiliares de fiscalização federal agropecuária.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), das seguintes propostas de emendas:

a) da emenda de texto apresentada pelo Sr. Senador Luis Carlos Heinze;

b) das seguintes propostas de emendas de apropriação, nas ações abaixo relacionadas, detalhadas com os respectivos autores.

Emendas de remanejamento, descrição da ação:

– Ação nº 9999; ação atípica, integralização de cotas ao Fundo de Seguro Rural, nacional; unidade orçamentária: 58101, Ministério da Pesca e Aquicultura, administração direta; Valor: R$800 mil;

– Ação 20Y6; pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para a agropecuária; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); R$52,7 milhões;

– Ação 214W; modernização e fortalecimento da defesa agropecuária; Ministério da Agricultura e Pecuária, administração direta; R$76,5 milhões.

Fica a Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas a fim de formalizá-las de forma adequada como emendas de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Gostaria que constasse em ata a nossa subscrição à Emenda nº 2, da CRA, à Embrapa, e à Emenda nº 4, da CRA, ao Ministério da Pesca e Aquicultura, emendas de R$200 milhões e de R$480 milhões, respectivamente – Emendas nº 2 e nº 4. Que conste a nossa subscrição nesta reunião.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Alan Rick...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra, a Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Como nós temos só quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, eu procurei acolher, nas emendas de apropriação, a grande maioria daquilo que os Parlamentares colocaram nos seus pedidos. Então, estamos acolhendo as emendas para o Ministério da Pesca, o Ministério da Agricultura, a Embrapa e o Incra – em vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diretamente para o Incra, para a regularização fundiária, que foi o pedido de muitos Senadores.

Já nas emendas de remanejamento, acho que só eu pedi as emendas. Então, eu coloquei para o seguro rural, já que é um pedido que nós temos aí: aumentar o valor do seguro rural. Então, foram colocadas no remanejamento essas três emendas de minha autoria, também colocando para o Ministério da Pesca, para a Embrapa e para o Ministério da Agricultura.

E a emenda do Senador Luis Carlos Heinze foi uma emenda de texto apresentada por ele.

Eu penso que nós teríamos muito mais pedidos, muito mais emendas, mas eu procurei acolher o maior número de emendas dos nossos Senadores da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mais uma vez, parabenizo pelo relatório a Senadora Tereza Cristina.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório, pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2024.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer com as emendas desta Comissão ao Ploa 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião – a 24ª.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nós encerraremos esta reunião, que trata do Ploa 2024, e, na sequência, iniciaremos a nossa reunião ordinária desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião sobre o Ploa 2024. Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Giordano, Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Jussara Lima, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2966, de 2019 que: "Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN. Resultado: Aprovado Parecer favorável à Emenda 3-PLEN-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5826, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução de ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e da Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 2-CRA e 3-CRA; e contrário à Emenda 1. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 206, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 115, de 19 de abril de 2021, do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2218, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1658, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, para destinar recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – "Terra Brasil"." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Relatoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas de Redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4174, de 2023 - Terminativo - que: "Concede o título de Capital Nacional da Farinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 36, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 35/2023 - CRA, "com o objetivo de debater sobre as razões técnicas e sobre os eventuais riscos para a cacauicultura brasileira em decorrência da edição da instrução normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que atualizou os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim", sejam incluídos os seguintes convidados: • Anna Paula Losi, presidente-executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC); e • Representante do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura (MAPA)." Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 37, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a moratória da soja. Os convidados serão indicados posteriormente à presente Comissão." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Jaime Bagattoli, Jorge Seif e a Senadora Tereza Cristina, e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 25º Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de cinco itens não terminativos e dois terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2966, DE 2019
- Não terminativo -

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas.

Autoria: Senador Irajá

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN.

Observações:

- A Matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Relatoria da emenda: Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Alan Rick, Sras. e Srs. Senadores, prezado xará e amigo Senador Jaime Bagattoli, minha querida Ministra Senadora Tereza, demais convidados desta Comissão, serei rápido no meu relatório aqui.

Encontra-se sob apreciação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a Emenda nº 3-PLEN, apresentada ao Projeto de Lei (PL) nº 2.966, de 2019, de autoria do Senador Irajá, que "isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas".

O projeto, que é composto de três artigos, isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos de transporte de carga – caminhonetes – de fabricação nacional, com peso bruto total de até 3.500 quilogramas, quando adquiridos por produtor rural.

A matéria foi distribuída à CRA e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a decisão terminativa à última.

Logrando aprovação nas duas Comissões, com emendas da CAE para aprimoramento de aspectos formais, houve interposição de recurso nos termos dos §§3º a 5º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com o consequente encaminhamento da matéria ao Plenário, foi aberto prazo para apresentação de emendas, conforme determina o art. 235, inciso II, alínea "c", do Risf, tendo sido apresentada, até o encerramento do prazo, a Emenda nº 3-Plen, de autoria do Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por consequência, a matéria retorna à CRA, seguindo, posteriormente, para a CAE, para exame das emendas apresentadas.

A análise, Sr. Presidente.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a tributação da atividade rural, nos termos do inciso XI do art. 104-B do Risf. Nesta ocasião, cabe-nos, tão somente, o exame da Emenda nº 3-Plen.

A Emenda altera a redação do art. 1º do PL nº 2.966, de 2019, para especificar que a isenção de que trata o artigo aplica-se, também, a caminhonetes fabricadas em países integrantes do Mercosul. Essa é a sua justificação.

Na Justificação, o autor da emenda explica que o Tratado do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 350, de 25 de novembro de 1991, garante, em seu art. 7º, que, em matéria de impostos, os produtos originários do território de um Estado-Parte gozarão, nos outros Estados-Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional. Registra, além disso, o fato de que a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência", em seu art. 4º, já abranger os produtos originários e procedentes de países integrantes do Mercosul.

De fato, conforme aduzido pelo autor da emenda, o Brasil tem uma obrigação, perante os demais países integrantes do Mercosul, de dispensar aos produtos originários do território dos demais Estados-Partes o mesmo tratamento tributário aplicável aos produtos nacionais.

A emenda contribui, portanto, para aprimorar o texto do PL nº 2.966, de 2019, ao promover a necessária equiparação tributária dos veículos originários de países integrantes do Mercosul em relação aos nacionais, contribuindo, inclusive, para a integração entre os países do bloco econômico.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Emenda nº 3-Plen ao PL nº 2.966, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente, caro amigo, Senador Alan Rick.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Lido o relatório pelo nobre Senador Jayme Campos, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Jayme Campos, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 3, de Plenário, da CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Jayme Campos pelo relatório apresentado e lido nesta tarde.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Por favor, senhor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria apenas ressaltar aqui, com certeza, a figura do Senador Irajá, na medida em que esse é um projeto extremamente meritório, porque, lamentavelmente, neste país aqui, aqueles que produzem, que trabalham sempre são penalizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, eu acho que esse é um projeto que nós temos que aplaudir aqui, louvar a iniciativa do Senador Irajá, de editar aqui, de uma forma acho que bem direta, para os nossos produtores rurais terem a oportunidade de comprar as caminhonetes de que fazem uso em suas propriedades, sobretudo até 3,5 mil quilos, que vão poder naturalmente ser compradas, o que certamente vai atender alguns milhões de brasileiros que produzem, que trabalham neste país e que, lamentavelmente, quase nada têm de incentivo por parte do Governo.

De forma que é só para poder fazer esse adendo e cumprimentar também o autor da matéria, que é o Senador Irajá.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jayme Campos pela lembrança. Matéria extremamente meritória. Nós temos milhões de pequenos produtores rurais que utilizam caminhonetes para o transporte de cargas, obviamente, no seu dia a dia de trabalho. Esse tipo de proposta, que estabelece uma equiparação, inclusive, tributária em acordos que o Brasil celebra e de que é signatário no Mercosul, favorece a aquisição desses bens móveis, que, obviamente, são instrumentos de trabalho do produtor rural. E nós somos absolutamente favoráveis a esse tipo de medida. Parabéns, mais uma vez, Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Já temos aqui chegando ao nosso plenário o Senador Jorge Seif, que vai fazer a leitura de seus relatórios – os itens 3 e 4. O Senador Jorge Seif já vai registrar presença. Enquanto isso, eu já chamo o item 3...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra, a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu queria aproveitar que o Senador Jorge Seif ainda está chegando. Eu tenho um requerimento extrapauta para a inclusão de dois nomes no Requerimento 35/2023, aqui da CRA, com o objetivo de debater sobre as razões técnicas e os eventuais riscos para a cacauicultura brasileira em decorrência da edição da Instrução Normativa 125, de 23 de março de 2021. E eu queria colocar esse requerimento chamando a Sra. Anna Paula Losi, Presidente-Executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), e o representante do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se os Parlamentares me permitirem, eu já coloco em votação o requerimento da Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 35/2023 - CRA, "com o objetivo de debater sobre as razões técnicas e sobre os eventuais riscos para a cacauicultura brasileira em decorrência da edição da instrução normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que atualizou os requisitos fitossanitários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim", sejam incluídos os seguintes convidados:

• Anna Paula Losi, presidente-executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC); e

• Representante do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura (MAPA).

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Há alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento extrapauta da Senadora Tereza Cristina.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de autoria da Senadora Tereza Cristina, extrapauta.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Com a devida vênia e permissão de V. Exa., eu quero fazer uma indagação ao ilustre Senador Jaime, nosso xará, Jaime Bagattoli, que é autor do Projeto 1.658, e me coube, por designação do Sr. Presidente, relatar essa matéria. Todavia, eu tenho uma informação aqui de que V. Exa. vai pedir para retirar esse item da pauta, que é o item 6, que hoje já está pautado aqui para que esta Comissão vote. Eu tenho uma informação de que V. Exa. foi procurado por alguns membros do Governo, do Poder federal, do Executivo para que essa matéria fosse retirada, para que pudessem ter um diálogo com V. Exa. no sentido de fazer alguma tratativa. Eu indago se dessa matéria, que é o item 6 da pauta, V. Exa. vai pedir retirada da pauta. Eu quero fazer essa indagação com a devida vênia e permissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Vou cumprimentar aqui o nosso Presidente Alan Rick.

E quero dizer, Senador xará, que eu pedi para retirar de pauta, até porque o Governo pediu uma renegociação sobre essa pauta aí que a gente está querendo fazer. Mas é de suma importância isso aí e nós vamos pedir para que ela entre em pauta talvez dentro de uns 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O pleito de V. Exa. está atendido, Senador Jayme Campos.

Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1658, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, para destinar recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – "Terra Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas de Redação que apresenta.
Observações:
- Em 12.09.2023, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Votação Nominal.)
Na sequência, item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5109, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Autoria: Senador Angelo Coronel
Relatoria: Senador Jorge Seif
Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e da Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1.
Observações:
- Em 16.08.2023, o Senador Luis Carlos Heinze apresentou a Emenda nº 1.
- Em 24.10.2023, o Senador Alan Rick apresentou a Emenda nº 2.
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.
- Votação simbólica.
Concedo a palavra, para a leitura de seu relatório, ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, uma boa tarde para o senhor e para os demais Senadores que nos acompanham nessa audiência tão importante aqui na nossa Comissão, na CRA.

Sr. Presidente, na verdade eu já li o relatório, eu só quero fazer uma complementação de voto, está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Complementação de voto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá.

Em 24/10/2023, o ilustre Senador Alan Rick protocolizou, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 5.109, de 2020, que "altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências", com o objetivo, Sr. Presidente, de garantir a concessão de descontos do Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, aos agricultores familiares que atendam aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Atentos à nobre iniciativa do Senador Alan Rick, nosso Presidente, entendemos que é meritório o atendimento da Emenda, já que o "Refis Rural", como é conhecido o PRR, pode garantir à agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar condições para permanecerem na regularidade e para que tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento dos demais produtores rurais.

Ante o exposto, Sr. Presidente, mantemos o nosso voto inicial pela aprovação do PL nº 5.109, de 2020, com nossa emenda já apresentada, que altera o prazo de adesão ao PRR para até 31/12/2025, pela rejeição da Emenda nº 1 - PL 5.109/2020 e pela aprovação da Emenda nº 2 - PL 5.109/2020.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Primeiramente, parabenizo o Senador Jorge Seif e agradeço a V. Exa. pela sensibilidade de acatar as emendas propostas. E neste momento, após a leitura da complementação de voto e a leitura, obviamente, do relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2, da CRA e 3, da CRA, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de tramitação, em decisão terminativa.

Mais uma vez, eu parabenizo o Senador Jorge Seif, que foi sensível a um clamor dos produtores rurais de todo o Brasil, que buscam ser alcançados por esse Refis. Portanto, matéria extremamente meritória e que vai contribuir para o crescimento do nosso agro, da nossa agropecuária em todo o Brasil.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 206, DE 2021

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 115, de 19 de abril de 2021, do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 20.09.2023, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação Simbólica.

Autoria: Senadores Paulo Rocha, Jaques Wagner, Zenaide Maia e Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para proferir a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, duas questões. A primeira é que eu conversei com o Líder Jaques Wagner, expliquei toda a questão que envolve esse projeto, que realmente era um retrocesso, era impedir nossos pescadores de trabalharem. Temos um projeto com a ONU em que, como fui Ministro, Secretário Nacional de Pesca, sob a direção da nossa querida e respeitada Ministra Tereza Cristina, lutamos para que os nossos pescadores continuassem trabalhando, mas, infelizmente, esse projeto acabou evoluindo.

E eu peço a sua autorização, Sr. Presidente, para ir direto à análise, para ser abreviado aqui o nosso tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá.

Análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a análise de proposições pertinentes à pesca, nos termos do inciso V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Como a matéria seguirá, Sr. Presidente, para a CCJ, a essa Comissão caberá a análise dos demais aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, cabendo à CRA apenas a análise do mérito.

No âmbito da legislação federal, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, ainda em vigor e que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

O art. 3º, Sr. Presidente, da lei estabelece, de forma genérica, que compete ao poder público a regulamentação do PNDSAP, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais. Entre os 11 incisos que tratam do escopo da regulamentação estão "as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo".

O único regulamento federal, Sr. Presidente, em nível de decreto presidencial, editado disciplinando explicitamente a política nacional, é o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que, de forma bastante específica, apenas regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

Também está em vigor, Sr. Presidente, a Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota) e dá outras providências.

Conforme o art. 1º, o Profrota Pesqueira compreende financiamentos para a aquisição, construção, conversão, modernização, substituição, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobre-explotados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesqueiros na zona econômica exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil.

Assim, Sr. Presidente, o art. 30, VI, "e", da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul, instituída pela já citada Lei 15.223, de 2018, proibiu a pesca mediante a utilização de toda e qualquer rede de arrasto tracionada por embarcações motorizadas, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo as 12 milhas náuticas da faixa marítima da zona costeira do estado.

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática que reconsiderou decisão anteriormente proferida em 10 de dezembro de 2019, deferiu medida cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.218, para suspender a eficácia do parágrafo único do art. 1º e da alínea "e" do inciso VI do art. 30 da referida lei estadual, relacionados, respectivamente, à amplitude territorial da aplicação do ordenamento pesqueiro do Estado do Rio Grande do Sul e à proibição da pesca de arrasto naquele estado.

Decorrido pouco mais de um ano, a Portaria nº 9, de 14 de janeiro de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, suspendeu a utilização de toda e qualquer rede de arrasto tracionada por embarcações motorizadas nas 12 milhas náuticas da faixa marítima da zona costeira do Estado do Rio Grande do Sul, até o início da implementação do Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul.

Isso alinhamos lá com a ONU, com a FAO, com o STF, fizemos o plano direitinho com as academias.

Logo depois, Sr. Presidente, porém, a Secretaria de Aquicultura e Pesca publicou a Portaria SAP/MAPA 115, de 19 de abril de 2021, que aprovava o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul. O plano, Sr. Presidente, tem como objetivo geral: "Estabelecer e implementar medidas complementares às [já] vigentes para assegurar a sustentabilidade da pesca de arrasto de camarões e peixes no litoral do [...] Rio Grande do Sul, no que se refere à redução da captura de fauna acompanhante não aproveitada e das capturas incidentais".

A Portaria SAP/MAPA nº 634, de 21 de março de 2022, por seu turno, estabelece regras adicionais para a pesca sustentável de arrasto motorizado de camarão na faixa marítima da zona costeira adjacente ao Estado do Rio Grande do Sul, das 3 milhas náuticas até as 12 milhas náuticas.

Não obstante, Sr. Presidente, a decisão do Supremo Tribunal Federal tenha sido a de suspender a eficácia da alínea "e" do inciso VI do art. 30 da referida Lei Estadual 15.223, de 2018, a publicação, por determinação judicial, da Portaria SAP/MAPA 798, de 17 de maio de 2022, todavia, suspende a Portaria 115, de 19 de abril de 2022, e a Portaria 634, de 21 de março de 2022.

Em virtude da publicação desta portaria e por não haver outra norma reinstituindo a vigência da Portaria 115, de 2021, é possível concluir pela perda de objeto do PDL 206, de 2021.

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela rejeição do PDL nº 206, de 2021.

Lembro ainda que, no dia 20/09, Sr. Presidente, foi realizada uma audiência pública para instruir a matéria, com a presença de membros do Mapa, da FAO, pesquisadores universitários, não restando dúvida quanto à rejeição desse projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jorge Seif, pela leitura do relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo mais uma vez a atuação contundente do Senador Jorge Seif em defesa dos pescadores artesanais do Brasil e do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só reiterando o convite que nós fizemos para o Ministro da Pesca e Aquicultura – nós fizemos aqui um requerimento –, sobre explicações diversas sobre a pesca, especialmente sobre as falas que foram veiculadas, inclusive, pela imprensa sobre importação de tilápia do Vietnã, o que causou verdadeiro pânico nos produtores brasileiros, visto que o Brasil é o quarto maior produtor dessa espécie no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jorge Seif.

Apresento aqui um requerimento extrapauta, de nossa autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a moratória da soja.

Os convidados serão indicados posteriormente à presente Comissão.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC).

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o nosso requerimento extrapauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jorge Seif e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Flávio Arns, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Cid Gomes, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Comparecimento de Ministro de Estado (MPA), atendendo ao requerimento REQ 32/2023 - CRA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, a fim de prestar informações sobre os termos do acordo bilateral realizado entre Brasil e Vietnã, especialmente no que tange à importação de tilápia de águas vietnamitas. Participantes: Sua Excelência o Senhor André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura - MPA; Carlos Cesar de Mello Junior, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; Flavia Lucema Fredou, Secretária Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; Juliana Lopes da Silva, Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; e Paulo Mário Carvalho de Faria, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Hamilton Mourão e Jorge Seif, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde!

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, a fim de prestar informações sobre os termos do acordo bilateral realizado entre Brasil e Vietnã, especialmente no que tange à importação de tilápia de águas vietnamitas, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2023, desta Comissão, de iniciativa do Senador Jorge Seif e da Senadora Margareth Buzetti.

De acordo com os arts. 397 e 398, combinados com o art. 93 do Regimento Interno desta Casa, esta Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação aos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. O Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para o Ministro. (*Pausa.*)

Ministro, apenas recordando – o senhor é experiente aqui em presença no Parlamento –, o senhor vai dispor de 30 minutos para fazer a sua exposição. Depois, nós vamos abrir a interpelação aos Senadores que se inscreverem. Eles terão cinco minutos e o senhor também terá igual prazo para responder aos questionamentos deles.

Eu vou passar a palavra ao senhor para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Sr. Presidente Senador Hamilton Mourão, Sras. e Srs. Senadores, senhores e senhoras convidados, primeiro, quero dizer da minha alegria por comparecer a esta Comissão pela segunda vez neste ano. E eu acho que devo começar, Sr. Presidente, fazendo um agradecimento.

Na primeira vez em que eu estive nesta Comissão, o Senador Esperidião Amin, que é integrante da Comissão, mencionou que apresentaria, ao final do ano, uma emenda desta Comissão ao orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nos ajudar, com recursos financeiros, a avançar no nosso monitoramento e pesquisa no ministério. E eu estou em mãos com uma emenda desta Comissão no valor de R$40 milhões para que isso possa acontecer. Então, eu quero deixar consignado o meu agradecimento ao Senador Esperidião Amin e a todos os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão e que foram determinantes para que nós pudéssemos ter esses recursos, que serão – tenha certeza, Presidente – muito úteis e bem utilizados. Então, começo fazendo o registro do meu agradecimento.

Sr. Presidente, eu fui convidado, como o senhor mencionou, por um requerimento de autoria do Senador Jorge Seif e da Senadora Margareth Buzetti. E, neste requerimento, era solicitado que eu esclarecesse as notícias que foram veiculadas há dois ou três meses, dando conta de que haveria um entendimento comercial que possibilitava que o Brasil tivesse a importação de tilápias do Vietnã.

Então, vou dividir aqui a minha apresentação. Ative-me, num primeiro momento, a responder à indagação que foi objeto dessa reunião e vou me permitir fazer uma leitura.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, compareço a esta Comissão em atenção ao requerimento subscrito pelos Senadores Jorge Seif e Margareth Buzetti, para esclarecer algumas questões que foram levantadas recentemente na mídia a respeito de um suposto acordo de importação de tilápia do Vietnã.

Gostaria de deixar claro que o nosso ministério já se posicionou sobre esse assunto em uma nota oficial informativa divulgada no dia 23 de outubro de 2023. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o Governo não propôs, discutiu, negociou ou assinou qualquer tipo de acordo comercial relacionado a esse assunto. Após consultar outros órgãos do Governo, podemos afirmar com certeza que esse acordo não existe.

A produção de tilápia no Brasil tem crescido significativamente nos últimos anos. De acordo com projeções do IBGE, a produção brasileira de tilápia deve atingir a marca de 520 mil toneladas este ano, um aumento de 10% em relação ao ano anterior. A tilápia representa 65% da produção de peixe de cultivo no país e é responsável por 98% do volume de exportação da piscicultura brasileira. Esse crescimento se deve ao trabalho árduo e dedicado dos nossos piscicultores, aos avanços tecnológicos na cadeia produtiva e ao ambiente regulatório favorável criado pelo Governo.

Quero reafirmar aqui o nosso compromisso inafastável com a proteção e a promoção da produção nacional. Qualquer medida contrária precisaria ser cuidadosamente avaliada em termos de suas implicações para o setor da aquicultura brasileira, de acordo com as regras e regulamentos da Organização Mundial do Comércio.

Como é, Sr. Presidente, do amplo conhecimento dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras e de todos os Parlamentares, qualquer acordo comercial que o Brasil celebre com países precisa da aprovação deste Congresso, passando por todas as Comissões antes de ser votado em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, se não houver a concordância dos senhores e das senhoras, nenhum acordo comercial pode ser concretizado.

Aproveito essa oportunidade para reiterar que estamos prontos a defender de forma intransigente os nossos tilapicultores caso surja alguma proposta de acordo comercial que envolva o setor. O nosso objetivo é garantir o fortalecimento e o desenvolvimento dessa atividade estratégica para o país. Nossa estratégia de gestão tem se concentrado em impulsionar a produção nacional de pescados, incluindo a tilápia, proporcionando as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável do setor. Estamos focados em medidas que promovam a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a adoção de boas práticas de manejo e o fortalecimento de toda a cadeia produtiva, desde a produção até o processamento e a comercialização.

Continuaremos trabalhando incansavelmente para apoiar e promover o setor da aquicultura brasileira, reconhecendo a sua contribuição para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda e o crescimento econômico do país.

Sabemos que há enormes desafios pela frente, mas estamos confiantes de que, com a cooperação de todos os envolvidos na cadeia produtiva, seremos capazes de superá-los. O nosso objetivo é tornar a aquicultura brasileira cada vez mais competitiva e sustentável.

Continuaremos trabalhando em estreita colaboração com os produtores, técnicos, pesquisadores e todos os outros parceiros, para garantir que a tilapicultura brasileira continue prosperando e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país e, acima de tudo, para garantir que mais brasileiros tenham acesso a uma alimentação saudável e nutritiva.

Em conclusão, o futuro da tilapicultura brasileira é promissor. Temos todas as condições para seguir crescendo e nos tornarmos um dos líderes mundiais nessa indústria. Com o esforço e o empenho de todos, estou convencido de que vamos alcançar os nossos objetivos. Vamos continuar trabalhando juntos pelo sucesso da tilapicultura brasileira.

Com essa nota, Sr. Presidente, eu queria, de forma muito objetiva, pontual, esclarecer o objeto da convocação aqui para esta Casa, mas eu julgo que é importante, Presidente, fazer aqui a leitura – e eu a farei – de um... Quando eu menciono, nesta minha exposição, que nós consultamos outros órgãos do Governo, entre eles está o Ministério das Relações Exteriores – o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores. O Ministério das Relações Exteriores fez uma resposta oficial à consulta que fizemos sobre se haveria esse entendimento comercial, e eu vou ler os termos da resposta que a Ministra em exercício nos remeteu:

> Sr. Ministro de Estado,
> Faço referência ao ofício do Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do qual V. Exa. solicita informações acerca de eventuais acordos comerciais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação para importação de produtos de tilápia, em especial com o Vietnã.
Em resposta à consulta em apreço, informo que não há negociação em curso de acordo comercial com o Vietnã e que este ministério não tem conhecimento de negociações de natureza sanitária centradas na abertura de mercado para tilápias com qualquer outro país.
Registro, por oportuno, que a responsabilidade por iniciar e conduzir, no âmbito técnico, negociações sanitárias para abertura do mercado à importação de produtos agropecuários em geral, inclusive o pescado, é do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Uma vez iniciadas, tais negociações seguem os trâmites diplomáticos, com o envolvimento do Itamaraty.
Ao colocar este ministério à disposição para qualquer esclarecimento adicional relativo a este ou a outros temas de comum interesse, aproveito a oportunidade para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.
Cordiais saudações,
Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado Substituta das Relações Exteriores.

Sr. Presidente, acho que, com esse documento, a gente também responde à indagação que foi feita. E eu queria ser objetivo, respondendo àquilo que foi solicitado pelos Senadores, que pediram que nós viéssemos aqui para trazer uma resposta sobre essa questão. Essa é a nossa resposta.

Queria mencionar, Presidente, que, na hipótese de outras indagações ou do aprofundamento dessa questão, para isso eu tomei a liberdade de convidar vários integrantes da minha equipe, que são especialistas nas diversas matérias, e, se for o caso, havendo a pergunta, eu gostaria de ter a sua autorização para me socorrer da experiência e do conhecimento desses assessores, para que a gente possa esclarecer, de forma absolutamente inconteste, as indagações que, porventura, possam surgir das Sras. e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Ministro. Agradeço a rápida exposição que o senhor fez, muito clara, precisa e concisa, informando corretamente que não estamos em vias de nenhum acordo entre o Brasil e a República do Vietnã, no sentido da importação de tilápia, o que tinha causado, vamos dizer assim, uma certa espécie no grupo que compõe a nossa Comissão e, em particular, naqueles que são mais ligados à atividade pela qual hoje o senhor é responsável, porque o senhor deixou muito claro, na sua exposição, que a produção de tilápia no nosso país vem aumentando de forma exponencial, ano após ano, e, obviamente, não faria sentido nós importarmos de outro país no contexto que nós vivemos aqui.

Então, o senhor foi muito claro, muito preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui um orador inscrito, Ministro. Hoje, como o senhor sabe, nós estamos com a sessão semipresencial, mas é alguém que o senhor conhece bem e o senhor, inclusive, já citou, que é o nosso Senador Esperidião Amin, que está lá em Santa Catarina e está pronto para fazer algum questionamento ao senhor.

Então, com a palavra, o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Então vamos lá: Senador Esperidião Amin, a palavra está com V. Exa. (*Pausa.*)

Tem que mandar uma mensagem para ele aqui.

Mandaram?

É o problema da... (*Pausa.*)

Vou pular um pouco aqui o Senador Esperidião, Ministro, e vamos para as perguntas do e-Cidadania.

Então, se o senhor quiser, eu posso fazer em bloco aqui de quatro perguntas. Pode ser?

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Pode ser sim.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vamos iniciar com o Lucas Martins, de Tocantins, mas eu vou dizer aqui para o Lucas que eu vou considerar prejudicada a pergunta dele, porque ele pergunta quais são os principais pontos do acordo bilateral. Uma vez que não existe acordo, está prejudicada.

A seguinte é do José Alcy, do Ceará.

Também, José Alcy, se está nos acompanhando, eu considero prejudicada, porque você pergunta como é que o ministério avalia o impacto do acordo, e não temos acordo.

Mas a terceira, do André Gabriel, de Pernambuco, do seu estado, seu xará: "Como o Governo pretende demonstrar seu compromisso em proteger a indústria pesqueira brasileira [...]?".

Vou parar aqui. Não vou avançar na pergunta dele.

E a pergunta da Ana Lígia, do Ceará, também está prejudicada, porque também está baseada na questão do acordo.

Mais uma pergunta aqui, que eu acho que o senhor pode responder, também lá do seu xará, de Pernambuco: "Como garantir a sustentabilidade da indústria pesqueira brasileira diante da possível concorrência internacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que mais uma aqui, que seria importante... É a pergunta da Érica Ramos, de São Paulo: "Será que o melhor caminho não seria um planejamento robusto que envolvesse a sustentabilidade para não precisar importar alimentos?".

Isso o senhor pode responder de forma genérica, até abranger o plano de trabalho que o senhor tem.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Perfeito.

Sr. Presidente, se o senhor me permitir, a primeira pergunta, do André Gabriel: "Como o Governo pretende demonstrar seu compromisso em proteger a indústria pesqueira brasileira [...]?"

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E aí o senhor corta as negociações: como o senhor pretende proteger a indústria?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Na resposta que eu coloquei aqui, eu reafirmei a nossa posição de defesa intransigente dos interesses dos produtores do nosso país.

Qualquer mecanismo de defesa, qualquer mecanismo que assegure uma maior competitividade para o nosso produto, para o nosso produtor, será tomado, eu quero deixar claro. Quer dizer, na hipótese de ter uma proposta, uma pretensão de uma comercialização como essa, que nesse momento seria lesiva aos produtores brasileiros, nós, como Governo, de forma concreta, essa provocação acontecendo, isso acontecendo, vamos envidar todos os esforços, vamos apoiar, vamos tornar ainda mais competitivos... E aí você tem, você pode recorrer a uma série de artifícios, inclusive, por exemplo, do ponto de vista da tributação.

Eu me lembro de que, quando nós chegamos ao Ministério da Pesca e Aquicultura, num determinado momento, numa reunião que eu tive com os produtores, com os piscicultores do Brasil, com os aquicultores do Brasil, eu perguntei: "Qual é a prioridade que os senhores entendem que, se nós enfrentássemos e tivéssemos sucesso, justificaria essa passagem pelo Ministério?". Eu me lembro, Senador Hamilton Mourão, que, em uma só voz, eles disseram: "Ministro, se o senhor conseguir a isonomia tributária dos nossos peixes, com aves e suínos, o senhor nos tornará mais competitivos". Naquele momento, e ainda hoje, o peixe tem, sobre a ração, que é um componente que é responsável por cerca de 65% a 70% do custo da produção, diferentemente da ave e do suíno, inseridos PIS e Cofins, o que pesa sobre o peixe e tira a sua competitividade.

Tivemos a felicidade, Senador Mourão, de ter neste momento, no Congresso Nacional, tramitando a proposta de reforma tributária; e eu tomei a iniciativa de ir à Câmara dos Deputados, onde ela tramitou primeiro, ter uma interlocução, uma conversa com o Relator da reforma tributária na Câmara, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, e, atendendo à solicitação do setor, no texto da reforma tributária que foi aprovado por Deputados e pelos Srs. Senadores e Senadoras, nós conseguimos inserir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa isonomia tributária que nos dá competitividade. Essa é uma grande conquista do setor, que ocorre graças à sensibilidade da Câmara e do Senado Federal.

Exemplos como esse, que dão competitividade ao setor, são exemplos de ações que nós podemos desenvolver, no sentido de tornar os nossos produtores mais competitivos, se nós estivermos diante de uma competição que possa nos trazer prejuízo.

Então, acho que essa era a melhor resposta para essa pergunta.

Érica diz: "Será que o melhor caminho não seria um planejamento robusto que envolvesse a sustentabilidade para não precisar importar alimentos?".

A nossa luta é exatamente para avançar, para fazer com que a nossa produção possa crescer. O Brasil ainda importa uma quantidade considerável de pescados, seguirá importando, mas qual é a nossa luta? Avançar na nossa produção, porque...

Senador Seif, uma honra estar aqui com o senhor. Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perdoe-me a demora.

Obrigado, Mourão.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Eu acho que são ações que podem envolver essa sustentabilidade e repito que não vejo, no horizonte próximo, possibilidade de não haver importação de pescados no país, mas o nosso desafio é avançar, seguir produzindo e importar cada vez menos, passar inclusive a exportar também mais. Esse é o desafio do Ministério da Pesca e de todos os produtores envolvidos nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Ministro.

Bom, com a presença do Senador Jorge Seif, um dos requerentes desta audiência pública, eu vou deixar esta Presidência e entregá-la a quem de direito.

Senador Jorge Seif, o Ministro já fez sua exposição, deixando muito claro que não existe nenhum acordo entre o Brasil e a República do Vietnã.

Tínhamos inscrito inicialmente o Senador Esperidião Amin, mas já está na linha aqui o Senador Luis Carlos Heinze. Então, vou deixar a condução dos trabalhos a V. Exa., que é um perfeito entendedor do assunto, porque, do assunto, eu só sei comer o peixe. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Já é uma coisa boa, come-se o peixe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senhoras e senhores, uma ótima tarde.

Senador Hamilton Mourão, muito obrigado por essa gentileza. Tínhamos lá um compromisso na Câmara, que infelizmente atrasou um pouquinho.

Ministro, obrigado pela sua presença. Isso anima e honra o Senado Federal, por uma pasta que é tão importante para o nosso Brasil, produção de pescados, aquicultura, malacocultura, carcinicultura e tantas coisas que o Brasil já produz, e pode aumentar essa produção.

Antes de passar a palavra para o grande Senador gaúcho Luis Carlos Heinze, que já está aqui com a mãozinha levantada, eu li a nota do senhor sobre o que aconteceu que houve essa informação na imprensa, por que o setor ficou tão agitado, tão preocupado, Ministro? Na verdade, eu li o acordo, está em inglês, nós traduzimos, e o acordo fala de diversas coisas, em que nós estamos numa fase exploratória, ou seja, o Vietnã e o Brasil estão ainda juntando subsídios, informações, para fazer uma cesta de produtos, para ter a bilateralidade.

Também chequei no Ministério da Agricultura, e não existe nenhuma importação, nenhuma solicitação aberta, mas isso, como quem assinou o acordo foi o Ministro Fávaro, da Agricultura, e quem emitiu a nota – e te agradeço por essa nota – foi o senhor, por que é que nós ainda convidamos o senhor aqui? Primeiro que tê-lo aqui é uma honra; segundo, que existe, no setor... Nem sempre as pessoas conseguem acompanhar o *site* do Ministério. Então, eu falo para o senhor, sem exagero: agora até que já deu uma reduzida, mas não tinha um dia que passava...

Boa tarde aos servidores da pesca que nos honram também com a presença. Muito obrigado.

Então, não tinha um dia, Ministro, que nós não recebêssemos algum WhatsApp de desespero, de preocupação sobre o tema.

Então, nada melhor do que nós utilizarmos a grande plataforma do Senado Federal, o seu próprio depoimento, que, segundo o Senador Mourão, já foi dado aqui, e também reforçar que nós, como grandes produtores de tilápia...

Os rígidos controles e os custos dos nossos produtores, que aqui são muito altos, com certeza não existe esse rigor lá no Vietnã – e não são palavras minhas. A gente se informa com os próprios setores, com os próprios servidores do Ministério da Agricultura.

O nosso Ministério da Agricultura é muito rigoroso, e tem que ser, mas, se compararmos os custos de produção, com certeza, e os rigores que são impostos aos produtores brasileiros *versus* a que os produtores vietnamitas não precisam se submeter, naturalmente os custos deles são menores, e naturalmente eles vão ter, inclusive, preço para competir com o mercado brasileiro, mas precisamos de algum protecionismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a favor da liberdade econômica, mas o Vietnã já é um grande exportador. Nós importamos muito peixe deles e da Argentina e temos potencialidade de crescimento. Lá o setor também é muito subsidiado pelo Governo; aqui, a gente não consegue subsidiar tanto os nossos produtores.

Então, são essas questões que preocuparam os nossos produtores.

Eu peço e reafirmo a minha solicitação ao senhor, que, junto com o Governo Federal, junto com o Ministro Fávaro, realmente não deixe que produtos importados, pescados importados, independente se forem da pesca ou da aquicultura, cheguem aqui para realmente fragilizar um setor que ainda está em desenvolvimento.

O senhor sabe que eu fui Secretário Nacional de Pesca e tinha *status* do senhor, de ministro, mas era uma secretaria do Ministério da Agricultura. Então, nós sabemos do potencial. Somos os maiores produtores de suínos, de aves e de bovinos, no entanto, na pesca, com 8,5 mil quilômetros de litoral, com os maiores rios do mundo, com água em abundância, com açudes, com clima tropical, com produção de soja e milho, que são a base da ração para a aquicultura, nós não temos ainda uma produção sequer para os brasileiros. Então, preocupa-nos que qualquer ameaça externa possa trazer algum problema ou desestabilizar um setor que já é tão fragilizado.

Eu tenho outras perguntas, mas eu vou lhe passar a palavra e, em seguida, para o Senador Luis Carlos Heinze, que nos prestigia remotamente.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – De forma muito sucinta e muito objetiva, justamente para que nós possamos ouvir o Senador Heinze, eu queria dizer, Senador Seif, em primeiro lugar, que eu louvo a sua iniciativa, e o que o senhor disse aqui eu subscrevo, porque não foi apenas o seu WhatsApp que não parou, o meu também não parou, e eu identifiquei, como o senhor – e me preocupei, como o senhor –, que havia uma informação que inquietava os nossos produtores. E, aí, a minha primeira ação foi, de forma objetiva, questionar tanto o Ministério da Agricultura como o Ministério das Relações Exteriores sobre esse entendimento comercial.

Entendimento comercial, acordo comercial não existe, e o senhor sabe, Senador Seif, que, para nosso conforto e nossa tranquilidade, qualquer acordo comercial, necessariamente, passa pela Câmara, pelo Senado e pelas Comissões, para ser aprovado.

Então, todas essas questões de defender o nosso produtor, de criar mecanismos que possam proteger o nosso produtor, seguramente, numa discussão sobre uma matéria como essa, serão suscitadas. E eu quero afirmar – eu até coloquei aqui – o nosso compromisso de estar atento e de defender, de forma intransigente, o nosso produtor. Nós vamos estar ao lado do produtor.

Então, eu queria dizer ao senhor, inclusive trouxe aqui e vou passar às suas mãos, Senador, eu trouxe a resposta, porque eu achei muito objetiva do Ministério das Relações Exteriores. E, de forma muito rápida, ele diz que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em resposta à consulta, em apreço à Ministra em exercício, não há negociações em curso de acordo comercial com o Vietnã. E, neste ministério, não há conhecimento de negociações de natureza sanitária centradas na abertura do mercado para tilápias com qualquer outro país. Registro, por oportuno, que a responsabilidade por iniciar e conduzir, em âmbito técnico, negociações sanitárias para abertura do mercado a importações de produtos agropecuários em geral, inclusive o pescado, é do Ministério da Agricultura e Pecuária. Uma vez iniciadas tais negociações, seguem os trâmites diplomáticos com envolvimento do Itamaraty.

A meu ver, o que há hoje, o que me foi esclarecido, é um acordo de cooperação técnica que não atinge o nosso produtor. Mas eu quero dizer, Senador Seif, que eu me somo à sua preocupação, faço minhas as suas palavras; o senhor é um defensor, e eu também, acredite. E nós estaremos, no Ministério da Pesca, muito atentos a essa questão.

Então, eu vim hoje aqui e agradeço ao senhor a iniciativa, porque me possibilita dizer para todos que nos acompanham que nós estamos atentos, vigilantes e vamos estar defendendo, de forma intransigente, o interesse dos nossos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Ministro, pelos esclarecimentos e pela tranquilidade que, com as suas palavras e posicionamentos, dá para todos os produtores, não só de tilápia, mas também pangasius, que têm crescido no Brasil, assim como outras produções que o Vietnã produz e que poderiam ameaçar os nossos setores.

Eu passo a palavra para o meu querido amigo Senador Luis Carlos Heinze, que representa, de forma tão importante, junto com o Senador Hamilton Mourão, o Estado do Rio Grande do Sul.

Senador Luis Carlos Heinze, a palavra é do senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Seif. Tudo bem? Está ouvindo aí, Seif?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor. Estamos ouvindo sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Senador Seif, parabéns, inicialmente, pelo requerimento, pela oportunidade de trazermos o Ministro da Pesca, a quem eu quero saudar, o André de Paula, e parabenizar também, André, você e o próprio... Já vi agora a fala do Ministério das Relações Exteriores...

Eu já tinha recebido, da mesma forma que vocês, indagações diretas sobre esse caso.

Senador Mourão, que presidiu a sessão até agora, um abraço também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o ponto importante, André, independente dessa questão que já está esclarecida com relação à questão do Vietnã, mas o Brasil, que tem o maior volume de água doce do mundo, tem uma costa de 8 mil quilômetros do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e ainda mais pelo Pará, enfim, as águas que nós temos hoje, o que nós sentimos é que já avançamos, mas temos que avançar muito mais ainda.

E, quando eu falo que o Brasil importa peixe, Ministro, nos anos 70, o Brasil importava alimentos. O Brasil era um grande importador, considerando a extensão territorial que nós temos. Cresceu muito, avançou muito a agricultura, a pecuária e a produção no Brasil.

Então, é um compromisso, Seif. Sei que você já foi Secretário de Pesca no tempo da Ministra Tereza e fez um belo trabalho, mas nós temos que continuar avançando, com todo o potencial que o Brasil tem hoje.

E o Rio Grande do Sul, Ministro...

Hoje, é claro que o maior volume de água no Brasil, em primeiro lugar, é o Estado do Amazonas; em segundo, é o Estado do Mato Grosso. Mas se eu pegar, Seif, em proporção ao tamanho do estado, o Rio Grande do Sul é o que mais água doce tem, com as lagoas e rios, e hoje com as barragens para irrigação, onde nós também podemos produzir pescado. Então, em volume proporcional, nós temos.

E o que nós precisamos, Ministro, é de uma legislação. E aí cabe ao Seif, a mim, ao Mourão e à Câmara também, acertar na legislação. Mas também está aí um ponto em que o senhor pode nos ajudar: é no que diz respeito ao Ibama e ao próprio Ministério do Meio Ambiente. O Brasil tem todas as condições para liderar o mercado mundial e não apenas ser importador, mas exportador de pescado, como já somos hoje o primeiro de boi, o primeiro de frango, o terceiro de suíno no mundo. Então, é a carne que o Brasil hoje produz e o pescado da mesma forma. Então, nós precisamos acertar esse ajuste entre Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

Eu vou citar um exemplo aqui.

O tambaqui, Ministro, que é nativo nosso, do norte brasileiro, veja a produção da China em tambaqui: os caras nos ganham de goleada, e pegaram o tambaqui do Brasil. É o nosso tambaqui que eles tão produzindo hoje lá. Então, por que isso? Porque eles avançaram no processo produtivo, modernizaram o processo produtivo, e nós ficamos aí remando sem conseguir avançar no processo. Isso é um exemplo que nós podemos dar, Seif, porque é da área e conhece a área muito melhor do que eu.

Então, o Seif é dessa área, Ministro. Então, é importante o conhecimento que ele tem, que, somado ao de V. Exa., ao do seu ministério hoje, para nós fazermos uma ação conjunta com o Ministro Carlos Fávaro e com o próprio Ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, e fazermos essa verdadeira revolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acompanhei no Paraná. Fui lá com o Ministro Blairo Maggi, inaugurar uma indústria de pescados, uma cooperativa, de quando o Blairo era Ministro. Acho que era o Governo Dilma Rousseff. O que o Paraná já fez, em produção de peixe em tanques, é uma verdadeira revolução. E o que eles já fizeram nós podemos fazer pelo Brasil afora.

No meu estado, nós temos um outro problema ainda. Além do Ibama, são questões que a legislação estadual também proíbe. Aí é um problema do estado, não é um problema nacional, mas o importante é essa legislação nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Por videoconferência.*) – ... que nós podemos fazer e trabalhar juntos e esse próprio ajuste entre Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

O Brasil, sem sombra de dúvidas, vai ser a maior nação agrícola do planeta.

Agora, eu vejo e critico até as falas da COP, até de brasileiros que falam mal da nossa produção – um pronunciamento depois do Seif sobre a questão do Presidente Macron criticando o nosso agronegócio.

O que eu quero dizer é o seguinte: ninguém, no mundo, tem uma produção tão sustentável como a nossa. Eis as riquezas que nós temos aí hoje, principalmente no Centro-Oeste brasileiro e na sua região, Ministro, onde cresceu muito a agricultura com irrigação. Vejam a produção de uvas hoje no Nordeste brasileiro. Isso não existia. Isso é a modernidade que houve, que apareceu. Então, essa revolução que o agro já fez, Ministro, nós temos inclusive no pescado.

Pegue o conhecimento do Seif, que é do ramo, de pessoas como eu, que têm interesse em ajudar, e de tantos outros – aí não é esquerda ou direita, é o Brasil que precisa avançar.

E um setor tão importante como o da pesca... Precisamos fazer esses ajustes.

Aí, seguramente, nós também nos transformaremos em líder mundial na produção de pescado, pela água doce que nós temos hoje e também pela costa marítima que nós temos no Brasil.

Então, é fundamental este assunto. É uma fonte de renda inesgotável, principalmente para os pequenos produtores, haja vista o exemplo do Paraná, que citei. Grande parte desses pescados vem de pequenos produtores do Paraná, que fizeram uma verdadeira revolução, e isso nós podemos fazer em qualquer estado brasileiro. E o Norte tem o potencial que tem pelas águas que tem no norte.

Então, esse exemplo do tambaqui... Fixe esse exemplo, Ministro, do que a China fez com o nosso tambaqui, e hoje, como diz um ditado aqui no Rio Grande do Sul, dão de relho, dão de goleada nos nossos produtores, porque eles não têm essa legislação que nós temos, não têm as travas que temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Ibama ou no Ministério do Meio Ambiente. E fizeram essa verdadeira revolução que a China fez com o tambaqui brasileiro.

Há um tempo atrás, eles importavam a borracha, e hoje eles lideram na borracha, e o Brasil ficou para trás na produção de borracha no mundo inteiro. E eles pegaram a borracha nossa.

Então, nesse sentido, hoje é importante deixar este recado a V. Exa., que, tenho certeza, vai se somar ao nosso empenho. E, no que precisar que nós ajudemos aqui, Ministro, não tem esquerda, não tem direita, tem Brasil que precisa produzir e avançar, e é grande o potencial que nós temos para a produção de peixe no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Passo a palavra para o Sr. Ministro.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Senador Heinze, V. Exa. é, sem fazer favor, uma das vozes mais abalizadas e um dos defensores mais intransigentes do avanço do nosso agronegócio. Eu fico feliz que o senhor suscite essa questão e vou me permitir dizer que a minha preocupação e o meu desafio, o nosso desafio, o desafio do Ministério é exatamente esse que o senhor apontou.

Eu me lembro de que, quando o Presidente Lula me convidou para ser ministro de Estado, ele me disse, de forma informal, mais ou menos o que o Senador Heinze disse aqui. Ele disse: "André, eu não me conformo em como um país com quase 8,5 mil quilômetros de costa, um país que detém as maiores reservas de água doce do planeta, um país tão rico com a biodiversidade, enfim, eu não me conformo com como nós não conseguimos, na prática, dar à pesca, concretizar, materializar na pesca esse potencial que o mundo todo reconhece que nós temos a partir dessas informações".

Esse é o nosso desafio, e por isso o Presidente Lula tomou a iniciativa de criar um ministério. E não é apenas um ministério; ele criou algumas secretarias estratégicas importantes, que dão uma assistência direta a demandas de vários setores da pesca, como a Secretaria de Pesca Industrial, a Secretaria de Pesca Artesanal, porque era uma demanda histórica de movimentos sociais, a vontade de participar, de se envolver, de participar das nossas decisões. Então, esse ministério foi criado com essa preocupação.

Eu penso que, quando o Presidente Lula tomou essa iniciativa, ele fez algo muito importante pelo nosso setor: ele empoderou a pesca. Porque eu sempre digo que o Ministro da Agricultura, por mais sensível que seja, quando ele despacha com o Presidente da República, a pauta dele é o agronegócio, é a pecuária, dificilmente chega à pesca. Na hora em que um ministro da Pesca e Aquicultura despacha com o Presidente da República, a pauta dele é, necessariamente, a pesca e a aquicultura. Depois, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Seif, que foi secretário nacional com *status* de ministro, sabe que quase todas as ações que ocorrem num governo ocorrem de forma transversal. Ou seja, elas envolvem outros ministérios.

Quando eu fui responder ao requerimento do Senador Jorge Seif, eu me vali de informações do Ministério da Agricultura e do Ministério das Relações Exteriores. Então, na hora em que você dá à pesca um Ministro, com esse *status* de Ministro ele se senta para tratar com o Ministro da Agricultura, com o Ministro das Relações Exteriores, com o Ministro da Fazenda, com o Ministro do Planejamento, de igual para igual. Eu penso que isso foi um empoderamento, e esse empoderamento ocorreu porque nós temos em vista essa preocupação.

Nós não nos conformamos. O Senador Heinze, o Senador Seif, o Senador Mourão, nós não nos conformamos de ver um potencial como esse, e não ver a nossa pesca brilhar e avançar como o nosso agronegócio, que está em primeiro lugar no mundo.

Então, assim, acho que esse é o desafio, Senador Heinze, e está muito presente nas minhas preocupações. E eu comungo com a sua preocupação, com certeza absoluta. O senhor falou aí e, de forma muito correta, disse: "Essa é uma missão minha, do Senador Mourão, do Senador Seif".

Eu tenho certeza absoluta de que o Senado, de que o Congresso, de forma geral, vão nos ajudar muito a partir de experiências como as que tem o Senador Seif.

O Senador Seif não tem apenas a experiência de ter sido o Secretário de Pesca e Aquicultura; o Senador Seif é um homem do setor. Ele vive as agruras do setor. Ele conhece de perto isso.

Eu quero aqui fazer um registro: em que pesem as nossas diferenças, o Senador Seif esteve, com gentileza – que é um traço que marca a sua personalidade –, comigo, no início do Governo, pelo menos duas vezes. E ele foi lá para me ajudar, ele foi lá para me alertar e ele foi lá para me oferecer a sua parceria.

E eu quero dizer, Senador Seif: eu não abro mão de ter a sua parceria, de ser esse trabalho vigilante que o senhor faz aqui. Esse requerimento vem nesse sentido. Então, eu sei que vou contar com a parceria do Senado Federal nessa nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Ministro, muito obrigado.

Realmente, a gente vive da pesca e sabe da sua importância. E, quando a gente trabalha no Ministério da Pesca, no caso do Ministério da Agricultura, como secretário de Pesca, a gente toma mais amor e as dores dos setores. Até de que eu não faço parte acabam sendo nossas dores. Então, reafirmo o nosso compromisso.

E falo, também, em nome de todos os colegas daqui, especialmente da CRA, que é o Ministério da Pesca, o Ministério da Agricultura, que vejam em nós parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também cumpre o nosso dever não só fiscalizar, como pedir esclarecimento, porque a nossa população e nossos produtores nos procuram muitas vezes.

Eu não sei se o Senador Esperidião Amin já conseguiu resolver. Ainda não?

O Senador Esperidião Amin, que era o primeiro inscrito, está com problemas de internet, e eu tenho algumas perguntas aqui.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Senador, se o senhor me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor. Claro, claro.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – O senhor não estava presente e o Senador Amin, possivelmente, também não estava. Eu iniciei a minha participação aqui – quero estender ao senhor – agradecendo muito a esta Comissão.

Eu não sei se o senhor se lembra... Na minha primeira vinda aqui, o Senador Esperidião Amin fez uma intervenção, no sentido de assumir um compromisso de trabalhar para que esta Comissão pudesse apresentar uma emenda com recursos que nos possibilitassem avançar no monitoramento, na pesquisa, que eu acho fundamentais – sei que o senhor também acha –, e eu vim hoje aqui para agradecer, porque estou com uma emenda em mãos, uma emenda de 40 milhões.

Uma emenda de Comissão é fruto de um consenso que se estabelece dentro da Comissão. Então, eu acho que essa é uma sinalização clara, efetiva, concreta, da parceria que esta Comissão oferece ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu queria que o senhor ouvisse esse agradecimento e, possivelmente, também o Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Ministro, tenho algumas questões de pessoas que, quando nós divulgamos que o senhor viria aqui esclarecer, naturalmente outros setores também entram em contato conosco, pescadores, minha ligação com o setor, produtores de todo o Brasil... Então, tem aqui uma – quando o Senador Esperidião entrar, vocês me avisem que dou prioridade para ele –, tem algumas perguntas, e deixo o senhor à vontade, se quiser também, as equipes técnicas estão aqui...

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Isso, Senador: quando eu comecei hoje aqui, eu disse que nós temos aqui a equipe técnica. Muitas dessas perguntas, seguramente, se o senhor me permitir, eu vou passar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sem problema nenhum.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – ... porque as respostas serão mais precisas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que a maior fraude previdenciária do Brasil, infelizmente, é no seguro-defeso. Quando eu tive a honra e a oportunidade de ser Secretário da Pesca, nós fizemos lá um trabalho junto com Polícia Federal, INSS, Caixa Econômica, Ministério do Trabalho, Dataprev, Ministério da Agricultura e CGU, logicamente, e conseguimos, através de um sistema, identificar esses vazamentos, que se chamam, na verdade são fraudes, pessoas, inclusive baseado num estudo que a CGU fez em campo, mostrando que praticamente 70% dos pescadores que recebem seguro-defeso não pescam nada, são pescadores às vezes de asfalto, motoboy, donos de mercado, até Prefeitos, Vereadores... Então, assim, uma indecência.

Então, lá no meu gabinete – eu ainda não tive a honra de receber a sua visita, mas eu quero que o senhor vá lá, para a gente tomar um café e alinhar as coisas –, eu tenho um reconhecimento da CGU, que é um dos reconhecimentos que eu mais carrego com muito amor e muito apreço, porque foi realmente pelo nosso combate a essa fraude previdenciária, que lesa milhões de brasileiros, que lesa o Erário público, que debocha do pagador de impostos.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – E que agride o pescador legal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E ainda criminaliza o pescador legal.

Então, nós fizemos lá um recadastro de pescadores artesanais, sabemos da importância para os verdadeiros pescadores, que respeitam a natureza e precisam ter algum meio de subsistência, então é inquestionável o seguro-defeso.

Eu não sou contra o seguro-defeso, mas sou contra a fraude e o descontrole das emissões de carteira de pescador artesanal indiscriminadamente. Na época, nós não tínhamos nem tantos recursos e fizemos essa força-tarefa.

Eu queria saber... Só para o senhor ter ideia, nós conseguimos, nesses quatro anos em que tive oportunidade de ser o Secretário da Pesca, nós conseguimos identificar mais de 100 mil fraudadores, que retiramos.

Eles tinham prazo para recurso, e nem zero entrou com recurso, porque sabiam que eram pessoas que se aproveitavam do benefício ilegalmente. E na época, também, nós fizemos um painel de recadastramento. Era uma especie de portal da transparência, para o setor ver, para dar transparência nessas ações. Esses dias eu tentei acessar, os servidores lá nunca foram nossos melhores amigos, então não consegui identificar.

Então, tenho duas perguntas para o senhor. primeiro, como segue esse trabalho? Nós fizemos inclusive, foi portariado, uma portaria multiministerial, etc. Como está o trabalho hoje de combate às fraude do seguro-defeso? Esse grupo de trabalho continua? – que foi uma boa ação, tenho certeza que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor apoia. E, também, como estão as fiscalizações, suspensões e cancelamentos desses falsos pescadores, que já foi um bastão que eu deixei para o próximo gestor, que hoje é o senhor?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Bom, antes de passar – eu queria até saber quem gostaria de me ajudar –, eu queria dizer ao senhor o seguinte, Senador: o trabalho que V. Exa. fez, que foi criterioso, que foi rigoroso, nos dá o conforto de ter chegado ao Ministério, em tese, com um banco de dados muito preciso, porque as irregularidades foram, de forma muito competente, afastadas pelo senhor na sua gestão. Nós temos a mesma preocupação. Eu acho que essa é a preocupação do pescador legal. Isso traz um ônus para o Estado, isso é dinheiro público, isso precisa ser fruto de uma ação rigorosa, criteriosa.

Eu tenho muita alegria, Senador, de, ao longo deste ano, mesmo sem ainda ter no Ministério uma estrutura que me desse suporte para fazer com os nossos quadros esse esforço... Nós encontramos um rol enorme de solicitações de RGP que estavam se acumulando, e era uma demanda de todos os setores que nós analisássemos, deferíssemos ou indeferíssemos. Então, nós fizemos um trabalho que foi transversal.

Nós montamos uma força-tarefa, envolvendo servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, servidores do Ministério da Previdência, servidores do Ministério da Pesca, em regime de... Em 45 dias juntos, trabalhando sem interrupção, nós tivemos a oportunidade de vencer e apreciar 180 mil solicitações de RGP. Isso nos dá a condição de dizer que, no próximo ano, nós vamos estar com essa tarefa cumprida. E aí eu acho que segue, e isso deve ser um trabalho permanente, porque, quando a gente faz essa avaliação e você defere, você amplia o volume de pescadores reconhecidos e, portanto, você amplia também o esforço financeiro que é feito pelo Governo para pagar o seguro-defeso.

Eu quero dizer que, como o senhor, eu sou um defensor do seguro-defeso. Eu acho que, na medida em que, durante um período, você impede o pescador de exercer a sua profissão, o Estado precisa, de alguma forma, socorrê-lo, para que a gente possa fazer a preservação das espécies. Então, acho que a tese do seguro, o seguro em si, eu penso que seja uma unanimidade.

Agora, a preocupação que o senhor expõe aqui é uma preocupação que deve ser permanente. Quando nós formos fazendo a apreciação desses registros, nós sabíamos que, ao deferir o registro, nós estávamos trazendo um ônus para o Estado. Então, nós estamos avançando, no sentido de construir mecanismos que possam fazer com que, cada vez, nós tenhamos menos possibilidade de ver acontecer fraudes, como as que já foram noticiadas e tudo isso.

Essas coisas, quando acontecem, servem como um alerta, servem também como um exemplo, para que a gente possa procurar corrigir aquele erro que levou à distorção.

Então, eu quero dizer ao senhor, Senador Seif, que nós vamos seguir avançando nisso. Mas, se o senhor me permitir, eu vou pedir à Secretária Nacional de Monitoramento e Pesquisa, a Profa. Flávia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucena Frédou, que nos ajude. Ela é quem cuida dessa área e, seguramente, vai responder a V. Exa. com muito mais riqueza de detalhes do que eu posso responder.

Por favor, Flávia.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU (Para expor.) – Obrigada, Ministro.

Boa tarde, Senador, boa tarde a todos os presentes.

Quero complementar algumas afirmações já do Ministro.

A Portaria, essa que nós publicamos, foi a 127, na qual a gente agrupou várias portarias.

Nessa portaria, a gente colocou alguns filtros a mais, até o senhor mencionou, em relação a Vereador, em relação a servidor público e agente público.

A gente em essa preocupação muito grande, a gente vem trabalhando junto com a Casa Civil já em várias reuniões, inclusive com outros ministérios, que também podem passar por uma situação semelhante. Eu acho que nós já tivemos uma três ou quatro reuniões – não é, Lielma? – junto com a Casa Civil, junto com participantes também da pesca artesanal, para que a gente possa, cada vez mais, trabalhar nesses filtros; e, paralelamente, também junto com o INSS, muito de perto. Inclusive, eles têm as trilhas em que eles fazem essa sucessão de filtros, e a gente vem trabalhando junto com eles também.

Do nosso ponto de vista, a gente colocou esse filtro a mais dentro da portaria e vem trabalhando tanto com a Casa Civil quanto com o INSS.

Em relação ao painel, de fato, ele está, no momento, fora do ar. A gente o está atualizando, não somente por causa da força-tarefa de que o Ministro falou, mas a gente está trabalhando bastante num banco de dados bem correto, juntando com o sistema antigo, o Legado. Acredito que esse painel deve estar disponibilizado nas próximas semanas – não é, Lielma? –, já atualizando, à medida que a força tarefa vá finalizando.

A expectativa – não é, Ministro? – é de que, até o final do ano, a gente consiga zerar esse represamento. E o número de pescadores já passa de 1 milhão de pescadores, que é o que está agora.

Então, não somente o painel de pescadores, mas todos os painéis de monitoramento, inclusive os dos atuns, vêm sendo atualizados. O de pargos está no ar.

Eu acho que é uma questão da secretaria, particularmente do departamento de estatística, ter essa transparência com os dados, e esse painel vem sendo realmente muito cobrado, porque é muito importante que a gente tenha essa transparência com a sociedade. Até facilita à gente, porque os dados já estão ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, daqui a algumas duas semanas, esse painel estará pronto, porque a gente o está realmente limpando, filtrando, trabalhando junto com o sistema Legado, para que tenha essas informações bastante corretas e bastante limpas, para que o público possa usar.

Mas essa preocupação, como o Ministro tem, a gente tem e a gente está trabalhando, cada vez mais perto, para minimizar.

Sim, muito importante: a gente também está trabalhando com a Polícia Federal. As denúncias que a gente recebe estão sendo devidamente apuradas com a Polícia Federal. Com isso a gente tem tomado bastante cuidado, com bastante seriedade, com qualquer tipo de denúncia que, obviamente, seja documentada e seja provada, para que a gente possa repassar à Polícia Federal, pois é da sua competência, então, fazer essa apuração.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Senador Seif, só para complementar e passar para V. Exa., eu quero aqui afirmar que nós não vamos tolerar. É tolerância zero quanto à fraude! Eu sou louco para encontrar qualquer que seja o desvio, para que a gente possa corrigir de imediato.

E V. Exa. pode nos ajudar, na medida em que os Parlamentares recebem sempre subsídios, denúncias. E eu quero dizer a V. Exa. que as denúncias que V. Exa. receber e nos encaminhar serão muito bem recebidas, com o meu melhor agradecimento, porque, repito, a minha tolerância para fraude é zero!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Ministro.

Sra. Flávia, Secretária, eu tenho outros quatro questionamentos.

Se a senhora tem o número de pescadores que já foram cadastrados na atual gestão, se a senhora tem o número de cancelamentos ou suspensões de RGP por fraude, e se o sistema que nós deixamos de validação pelo gov.br, através de biometria ou reconhecimento facial, permanece como filtro de entrada para novas solicitações de RGP.

Senador Esperidião, já passo para o senhor em seguidinha. Já passo para o senhor. Só estou aguardando aqui uma última resposta da Secretária Flávia.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU (Para expor.) – Obrigada, Senador. Vou tentar me lembrar de tudo.

Quanto à primeira, nós tínhamos em torno de 600 mil a 700 mil, quando nós pegamos, mas os que estavam já cadastrados, com...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Com o represamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – ... com represamento de cerca de – quando eu entrei na Secretaria – 197 mil aguardando, até a gente conseguir estabelecer a força-tarefa e subir um pouco mais, mas foi exatamente 197 mil.

Suspensos e cancelados, eu confesso que eu não sei isso, não temos, não temos esse número, mas, em algum momento, acredito que, nos dados...

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Flávia, eu acho que você pode assumir o compromisso com o Senador Seif de procurar esse número e, depois, encaminhá-lo ao Senador, porque ele tem interesse de ter esse número.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Esse número nós temos, só não o temos aqui de cabeça.

Qual foi a última pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Sobre biometria e reconhecimento facial.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Sim. Permanecemos. Isso sempre foi algo que era dos órgãos de controladoria e permanece, só que houve vários treinamentos.

A gente também teve uma campanha chamada Pescador Legal, em que a gente foi a áreas remotas para auxiliar isso, mas a gente manteve em nível ouro e nível prata – bronze, não –, a gente manteve os dois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado pelos esclarecimentos. Eu peço, até reforçando a solicitação do Ministro André para a senhora, depois levantar – o.k. –, para cadastrar. Sabíamos que tinha represamento. Nós tínhamos o problema de mão de obra no nosso tempo lá de Secretaria. Éramos uma Secretaria muito menor do que hoje é o Ministério. Então, sabíamos que tinha esse represamento.

Que bom que vocês fizeram essa força-tarefa, mas é importante não só entrar, porque nós, com essa força-tarefa que nós fizemos com todos esses órgãos que eu mencionei, conseguimos tirar cerca de 100 mil falsos pescadores, mas o banco de dados era gigantesco.

Então, era um trabalho muito manual. O sistema vinha, aí tinha a análise de um técnico, para saber se não tinha inconsistência, para nós não punirmos ou suspendermos ninguém de forma arbitrária ou desrespeitosa. Então, tinha muito processo manual.

Assim, eu peço para a senhora também me enviar o número de cancelamentos, porque, dentro desses 1 milhão, eu não tenho dúvida nenhuma de que ainda... Eram 66% de fraudes, eu arredondo para 70%. Nós suspendemos e cancelamos 112 mil até a minha última atualização. Então, eu tenho certeza de que, se tinha 66% – segundo a CGU, Ministro, não é segundo Jorge Seif não –, se tinha 66%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente, no mínimo, 50% desses 1 milhão sejam ainda de pessoas que estejam se beneficiando de forma ilegal do seguro-defeso.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Só para fazer uma pequena complementação, dos indeferidos – eventualmente pode ser isso –, em torno de uns 30% retornaram. Então, esse número tenho.

Bem, quanto a suspensos e cancelados, a gente levanta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k. Obrigado.

Agradeço a presença do meu querido amigo da Ilha de Florianópolis, o Senador Esperidião Amin, pela presença e pelo prestígio, e passo a palavra para o senhor fazer as suas considerações.

Obrigado pela sua presença, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Seif. Boa tarde ao nosso Ministro André de Paula.

Eu estive fora por alguns minutos, porque eu fui fazer uma revisão na "mobília"... (*Risos.*), ... que o senhor está exibindo agora com esse sorriso, para visitar minha sobrinha que cuida dos meus "móveis".

Eu quero registrar aqui que a minha assessoria assinalou a manifestação do Ministro André de Paula a respeito da emenda que nós destinamos, que aprovamos aqui na Comissão, de iniciativa nossa, que destina recursos para pesquisa.

Permita-me, Ministro, e o Senador conhece o assunto profundamente – até profundamente mesmo em termos de profundidade marítima –: enquanto nós não tivermos pesquisas continuadas e idôneas, nós vamos agir movidos pelo famoso princípio da precaução, que, muitas vezes, se confunde com o princípio da ignorância. Quando eu não sei de nada, eu não deixo fazer nada. Muitas vezes, nós somos acossados, nós mesmos, a tomar esse tipo de decisão.

Então, espero que o nosso Fórum Parlamentar de Santa Catarina, que todos aqueles que entendem a importância da pesca convalidem essa votação que foi aprovada em nível de Comissão Permanente, para que faça parte do orçamento e permita que o Ministério desenvolva uma política calcada na ciência, ou seja, na definição do que é cautela fundamentada ou do que é uma precaução fundada.

Eu também quero registrar, acho que o Senador Seif deve ter registrado, só que a minha assessoria não aponta, que nós aprovamos também, no Fórum Parlamentar, uma dotação de R$1,5 milhão de reais – catarinenses, no caso. Isso é um recurso impositivo – para a pesquisa da tilápia, especificamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira vez que eu ouvi falar em tilápia, ela tinha o apelido de peixe operário. Você sabia disso? Hein, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desconhecia, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – A tilápia, na nossa vida, nas águas doces, rios e lagoas, ela tinha o apelido de peixe operário, pela resistência dela, pela adaptabilidade dela; e agora vamos investir ainda mais na adaptação a temperaturas mais baixas da água para a tilápia.

Então, aqui nós estamos concorrendo com o Vietnã também, no caso. Estamos nos aprimorando para poder competir.

E, quando eu vejo que um dos assuntos desta audiência é relacionado à importação, eu quero dizer que eu tenho muita simpatia pelo esforço do Vietnã.

Vocês lembram do panga? O panga é mais recente. O panga é o linguado deles. Eu achei muito irônico e triste quando as autoridades da América do Norte denunciaram o panga, porque o panga, pelo Delta do Rio Mecom, podia estar sendo envenenado pelas bombas que os americanos lançaram lá. As bombas esfoliantes, na famosa Guerra do Vietnã, teriam poluído o Delta do Rio Mekong, e, por isso, as autoridades sanitárias dos Estados Unidos recomendavam não importar panga.

O que achou?

Ou seja: "Olha, vocês estão inabilitados aí porque eu bombardeei esse negócio de vocês com um gás esfoliante que deve estar fazendo mal para esses peixes que vocês querem nos vender".

Depois da fábula do lobo e do cordeiro, essa é a circunstância mais perversa que eu conheço. O lobo e o cordeiro discutindo: "Mas como é que eu, que estou aqui embaixo, posso estar poluindo a sua água aí em cima?". Disse o cordeiro. "Ah, se não foi você, foram os seus pais". Uma fábula.

Então, essa das autoridades civilizadoras norte-americanas, recomendando não comprar panga porque, há 40 anos, jogaram bomba lá, que deve ter efeito ainda na poluição dos organismos desses peixes... Então... Ou seja: "O mal que eu lhe fiz deve estar perdurando ainda. Por isso você não pode competir conosco".

Então, eu acho que esse esforço do Vietnã é um esforço que, do ponto de vista humano, tem que contar com a nossa sensibilidade, nós, que não fizemos isso, mas, é lógico, a saúde pública sempre haverá de merecer o nosso cuidado.

E, finalmente, eu queria trazer aqui à consideração do Ministro – não é nenhum pedido – o acompanhamento para valer do que começou a acontecer hoje em Itajaí, Senador Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, às 8h30 da manhã, eu pedi à uma assessora minha que comparecesse lá no auditório da Universidade do Vale do Itajaí, para apreciar a primeira reunião – isso vai prosseguir até amanhã – do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul, CPG Pelágicos Sudoeste e Sul, que está acontecendo lá. E queria pedir que tome muito cuidado com as estatísticas, aproveitando aí a presença do Senador Mourão.

Há estatísticas que... Há muito tempo, o Bernard Shaw disse que a estatística é a arte de mentir com números. Era um humorista debochado, mas sabe que isso é verdade às vezes?

Um dos dados que estão sendo colhidos lá em Itajaí – naturalmente, isso vai passar por uma auditoria – é o de um pescador que, nos últimos 11 meses, de março do ano passado a fevereiro deste ano, todos os meses pescou 198 toneladas, nenhuma a mais e nenhuma a menos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cento e vinte e oito quilos, só corrigindo, não toneladas: 128kg.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Cento e vinte e oito quilos, desculpa.

Cento e vinte e oito quilos todos os meses. Quer dizer, é de uma precisão impressionante, para não dizer que é de duvidar.

Então, eu acho que o seminário é muito importante, saúdo e aplaudo, vamos continuar acompanhando, mas eu queria que o Ministro e os seus colaboradores que estão aí se esforçassem para conseguir dados fidedignos, ou seja, auditando, se não no todo, pelo menos por amostragem, algumas das informações, porque isso pode nos prejudicar, haja vista, e para concluir, que o número inicial que foi ventilado hoje, eu acho que foram 5,7 mil toneladas, que seria a cota para a lagoa – no caso, a lagoa do Rio Grande –, reduzindo ainda mais a quantidade de peixes a serem capturados, no caso da tainha, ao longo da viagem que as tainhas fazem pelo litoral brasileiro.

Nós fomos prejudicados neste ano. A pesca industrial teve que ser absolutamente zerada, e a alegação foi a transição. Tudo bem, agora não há mais transição. Então, tem que haver a auditagem, para que os números sejam críveis e, quando auditados, sejam realmente considerados idôneos, porque isso tem reflexo. Em Santa Catarina, um reflexo muito...

Nós somos muito sensíveis a esse número que venha a ser fixado, porque já aconteceu neste ano, eu repito, de a pesca industrial da tainha chegar ao nível zero, por força do que se alegou ter sido pescado na origem.

Acho que eram essas as considerações que queria fazer, cumprimentando, em especial, o Ministro, que tem tido, em relação às demandas de Santa Catarina, uma atitude muito receptiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há coisas que podem ser resolvidas, outras que não podem, mas você, pelo menos – é meu dever assinalar, e faço isso na sua presença, Senador Seif –, conhece a questão a fundo, eu repito, e respeito também o seu conhecimento, mas eu, como um velho marinheiro, digamos assim, já tenho passado por várias situações.

O primeiro defeso aprovado foi um projeto que veio do Konde Reis, aprovado em 91, e eu fui o Relator. A regulamentação da profissão de oceanógrafo também tinha sido apresentada pelo Antônio Carlos Konde Reis, mas o projeto não prosperou, e eu o reapresentei em 1991, para, em 1992, como Senador... E a Angela Amin, como Deputada Federal, fez o relatório em 2007, criando a profissão de oceanógrafo.

Por tudo isso, eu me considero um pescador curioso, pelo menos, pelo que a pesca representa, especialmente num estado como nosso.

E quero renovar aqui o compromisso do Senador Seif e do Esperidião Amin em torno da lancha, que vai dar mais segurança para nossos pescadores artesanais, se possível, uma iniciativa do Governo do Estado. Caso contrário, nós renovamos o nosso compromisso com o *lifeboat*, que eu acho que deve ter como base o Porto da Laguna, mas isso é uma outra discussão, que a Marinha do Brasil vai tomar por nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião Amin, o senhor sempre honrando o Estado de Santa Catarina e nos brindando com o seu conhecimento e com as histórias, o que valoriza muito o Plenário do Senado Federal.

Antes de passar a palavra para o Ministro, em seguida, e já agradecendo aqui a presença do Senador Wellington, do nosso querido Mato Grosso, só queria complementar o questionamento. Até, o Senador Esperidião Amin falou sobre a estatística, o que foi um desafio durante a minha gestão, por falta de recursos, e eu queria aproveitar também para falar sobre o CPG, que hoje acontece em nossa querida Itajaí. Então, já duas perguntas também para, quando eu passar a palavra para o senhor, o senhor me responder.

Existem novas técnicas de se mensurar a tainha, que foi praticamente preterida do nosso setor pesqueiro – cota mínima para os anilhados, metade da cota, pescado industrial zerado –? Então, como é que estão essas discussões no CPG? Parabenizo o senhor, também, por estar promovendo essas reuniões.

E como está a retomada da estatística pesqueira no Brasil, que já foi um grande desafio que nós combatemos. Nós conseguimos implementar alguns formulários, na ocasião da nossa passagem pela Secretaria da Pesca, de mapas de bordo digitais porque, hoje em dia, por mais que o pescador seja simples, ele tem um celular, ele pode preencher e, quando ele chega em terra, ele descarrega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente essas informações. Pelo menos, nós teremos uma estatística através do mapa de bordo, porque atualmente é todo o manual e se descarta muita coisa.

Outra questão também, não menos importante, é uma parceria que nós iniciamos com as indústrias de pesca em todo o Brasil. Peço que o senhor olhe isso com carinho, porque, ainda que o pescador não envie as informações no mapa de bordo, existem os grandes compradores – existem os frigoríficos, existe a Gomes da Costa, existe a Camil, existe a Robinson Crusoe e tantas outras indústrias –, especialmente os que têm um sistema de serviço de inspeção federal, a quem, inclusive, podemos pedir que nos informem.

Queríamos propor uma alteração no CIF para que se incluíssem os dados do pescado – qualidade, quantidade e tal –, mas, infelizmente, não foi possível que o Ministério da Agricultura o fizesse, mas eu faço esse apelo para o senhor também, porque fortaleceria as estatísticas. E não estatísticas "1º de abril", conforme o Senador Esperidião Amin falou muito bem.

Então, passo a palavra para o senhor, por favor.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Toda vez que eu ouço o Senador Amin, eu aprendo um pouco.

Eu me lembro que, da primeira vez, quando ele falou em pesquisa, ele disse uma frase muito simples, muito óbvia – aliás, eu gosto muito das coisas que são óbvias –: "Quem acha não sabe". Se você acha, você não sabe. Então, as pesquisas existem para que a gente não ache, para que a gente saiba.

Eu quero agradecer... Eu não tinha mencionado as emendas individuais, mas o Senador Esperidião Amin mencionou. Ele colocou R$1,5 milhão de emenda dele para a pesquisa, e a gente agradece de coração.

O Senador Seif fez a mesma coisa. Nós estamos estabelecendo uma parceria com a Epagri para trabalhar na extensão. Nós colocamos R$500 mil nessa parceria. O Senador Seif apresentou uma emenda de R$400 mil, que, somada com a nossa, vai dar para iniciar um bom trabalho lá.

Se o Senador me permitir, eu vou chamar, num primeiro momento, a Secretária Flávia, que vai responder às questões que são da sua secretaria.

Por fim, sobre o CPG, o Secretário-Executivo, Carlos Mello, falará.

Então, começando por Flávia e terminando por Carlos.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU (Para expor.) – Obrigada, Ministro. Obrigada, Senador Esperidião. Em nome do ministério, eu também gostaria de agradecer esse apoio em relação à emenda parlamentar e esse enaltecimento à pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria, Ministro, que sem pesquisa não tem gestão. Essa é uma frase que eu falo e, falando como pesquisadora, eu fico muito feliz que esta gestão tenha um departamento de pesquisa e estatística para que a gente possa exatamente ter uma gestão consolidada com dados fundamentados.

Então, em relação a esses dois eixos desse departamento, a estatística foi uma grande preocupação nossa, desde o grupo de transição, e nós do departamento está fazendo agora e fizemos uma captura de auxílios, uma busca de informações. Na verdade, existem as informações da estatística que estão dispersas. Por exemplo, os PMAPs – que são os programas de monitoramento de petróleo e gás, que a gente tem na Região Sul, tem no Ceará, tem no Rio Grande do Norte –, vários pesquisadores têm esses bancos de pesquisa. Então, num primeiro momento, nós fizemos uma compilação de todas as informações; mais de cem pessoas compilaram com a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Secretária, peço perdão, só quero cumprimentar – me perdoa, já ia cumprimentá-la em seguida – a nossa querida Juliana Satie, do Ministério da Agricultura, do nosso serviço de inspeção federal, do Dipoa, que substitui uma amiga, o amor da minha vida naquele ministério, a Ana Viana, que está indo representar o Ministério da Agricultura lá nos Estados Unidos.

Quero agradecer muito à senhora o prestígio, é uma honra tê-la aqui. Coloco o nosso gabinete, do Senador Jorge Seif, à sua disposição e coloco a Comissão de Agricultura também à disposição da senhora. Que Deus a abençoe nesse grande desafio que é cuidar lá do Dipoa, do SIF. E conte de verdade, Ju, eu tenho grande respeito pela sua pessoa e tive também a honra de trabalhar com a você por quatro anos. Você é uma pessoa fantástica, disponível, educada, que dá *feedback*! Viajamos por este Brasil para cuidar tanto de coisa de peixe. Então, quero aqui publicamente lhe agradecer, parabenizá-la e dizer da minha admiração pelo seu trabalho, desejando-lhe toda a sorte do mundo lá no Ministério da Agricultura.

Muito obrigado por sua presença, que me honra muito.

Desculpe, Secretária Flávia.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Pronto. Dando continuidade, nós temos esse banco de dados, agora, sólido, com informações do país inteiro, e a gente está conduzindo uma reconstrução dos dados. Essa reconstrução vai ser até 2023 – e o país vai reconstruir; isso é feito através de profissionais da estatística –, e, com esse mapeamento das informações que a gente tem, a gente terá as informações que faltam, que são exatamente os projetos de estatística que estão começando agora em 2024. Então, todos aqueles locais em que existem buracos, em que não tem informação, a gente vai suprir, mas é importante que a gente não perca as iniciativas que já tem, pois a gente vai somar a elas, e não duplicá-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todas essas cooperações que a gente está tendo, com o ICMBio, com o Ibama, com pesquisadores, com comunidades, com indústrias, a gente vai manter e vai complementar. Então, isso já está sendo firmado para alguns estados do Nordeste em que não tinha de jeito nenhum – Pernambuco, Paraíba e Alagoas –, e agora a gente está fechando a Região Norte, porque Norte e Nordeste eram as regiões mais carentes. Mas de todo jeito, até 2023, ano que vem, a gente tem uma...

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Até 2024.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Até 2024.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Não, em 2023 vai ter a reconstrução da estatística.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – E aí está terminando.

A SRA. FLÁVIA LUCENA FRÉDOU – Isso. E aí, em 2024, a gente vai seguindo.

Em relação aos mapas de bordo, começou na gestão do senhor, então a gente lançou oficialmente este ano. A partir de 1º de janeiro, torna-se obrigatório para todas aquelas frotas das quais ela diz. A gente fez um cronograma escalado para que não fosse tudo de uma vez, assim a gente não tem uma sobrecarga – não somente do sistema, mas do pescador –, iniciando por aquelas frotas que mais requerem, que são a frota do atum, aquelas frotas que estão na 445, seguindo um cronograma. Então, a partir de abril, está obrigatório para todo mundo.

Os mapas de produção também continuam. Então, a gente está cercando a estatística marinha este ano, mas a de água doce também está sendo feita pela Profa. Victoria Isaac, além de uma reconstrução de toda a Bacia Amazônica. A gente vai seguir o litoral e a Bacia Amazônica, porque foi para isso que a gente conseguiu ter fôlego este ano. Então, dessa informação a gente precisa, porque não tem como a gente fazer gestão sem ter dados, não tem como a gente fortalecer o mercado sem saber quanto a gente pesca.

Em relação aos projetos de pesquisa, nós tivemos, no final da gestão do senhor, exatamente os resultados dos projetos de pesquisa do CNPq 2015, do qual eu participei como pesquisadora, e o grande medo que a comunidade científica tinha era de exatamente não ter continuidade. Então, a gente está continuando, e vai ser lançado um edital no ano que vem, dando continuidade, que a gente vai chamar de Projeto de Longa Duração. Exatamente como disse o Senador Esperidião: "A ciência não pode parar, independentemente de governo, de sucessão, do que vai acontecer; ou seja, que seja algo contínuo". Então, ele vai ter início nos próximos quatro anos, mas, sendo o projeto de longa duração, o CNPq tem isso, ele vai ser continuado ao longo das gestões. Com esse projeto, a gente vai avaliar os estoques de cerca de 40 espécies, que são aquelas que perfazem mais ou menos 80% da captura do Brasil, incluindo a tainha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda falando da tainha – eu vou passar a palavra para o Carlos –, a gente também está com um projeto de monitoramento da Lagoa dos Patos, exatamente para que a gente possa tornar essa informação mais robusta, liderado pela Furg, que é excelência nessa área. Acho que o projeto já foi assinado e deve ser iniciado já, no final deste ano, no início do ano que vem, exatamente pensando nessa problemática da Lagoa dos Patos, que é uma área de grande importância, de grande produção, mais especificamente na questão da tainha, para que a gente possa ter esses números e ter cada vez mais uma melhoria dessas informações e um monitoramento mais de perto.

Obrigada.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Secretário Carlos Mello, por gentileza.

O SR. CARLOS CESAR DE MELLO JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde Senador Seif, é uma satisfação revê-lo.

Sem dúvidas, os Comitês Permanentes de Gestão são o instrumento legítimo de participação de todos aqueles envolvidos na atividade pesqueira e não poderiam ser descontinuados. A dificuldade, às vezes, existe em conduzir as várias modalidades, ao longo do ano, mas, no caso específico de pelágicos, que acontece agora em Itajaí, foram realizadas, por exemplo, 14 reuniões especificamente para tratar sobre a pesca da tainha, que acontecerá no ano de 2024.

Esse grupo de trabalho, composto por servidores do Governo, servidores do Governo estadual, atores da pesca, pescadores, armadores, chegou a um consenso sobre aquelas melhores informações disponíveis para a gente, no ano de 2024, fazer uma pesca da tainha, em que todos tenham a oportunidade de participar, dentro das melhores condições possíveis, sempre com as melhores informações científicas, nos balizando para que o ordenamento seja racional, sustentável e a gente possa continuar essa pescaria tão tradicional em Santa Catarina, porque a gente sabe da grande importância dela. Então, durante o CPG dos Pelágicos, que acontece agora, será apresentada essa proposta do grupo de trabalho, e, ao que tudo indica, foi um trabalho muito positivo e produtivo, houve um consenso sobre vários aspectos – obviamente, é difícil se obter unanimidade sobre todos os pontos –, porém o consenso talvez mais importante tenha sido o de que todos teriam a oportunidade de pescar, de que tanto a frota industrial quanto a frota artesanal teriam o seu incremento de oportunidade.

Então, é um trabalho que é perene, não para neste grupo, não para neste ano e não se resume especificamente às reuniões que existem para cada CPG, e com as melhores informações científicas. O senhor pode observar a importância que é dada à pesquisa. Sem pesquisa a gente não avança em nada e sem dados concretos não tem como ter uma estratégia adequada para a gente fazer a gestão pesqueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma boa notícia para o Estado de Santa Catarina é que, ano que vem, a pesca será compartilhada por todos da melhor maneira possível. A intenção é que essa construção seja fortalecida e que a gente possa, cada vez mais, disponibilizar o recurso para uso sustentável de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Carlos, é uma grande notícia que você dá, hoje, para o Estado de Santa Catarina, por causa, realmente, como você falou, da importância sociocultural, gastronômica... Enfim, Santa Catarina é o maior consumidor de tainha, que é o nosso caviar – o caviar é do esturjão, mas o nosso caviar, o brasileiro, é da tainha, é a ova da tainha. Então, obrigado pelas suas informações, somadas às palavras da Secretária Flávia, que também nos dá grandes e boas notícias sobre estatística, que foi uma coisa para a qual a gente não tinha recurso nem tinha gente; só tinha problema. Então, somando todas essas ações – frigoríficos, pessoal que tem SIF, mapas de bordo e mais o pessoal em campo, universidades –, eu tenho certeza de que nossas estatísticas serão fidedignas, verdadeiras, e que isso vai ajudar, inclusive, a tomarmos decisões, removermos espécies da 445 e colocarmos espécies na 445 que eventualmente estejam ameaçadas.

O Senador Esperidião Amin pediu mais um aparte. Senador Esperidião Amin, a palavra é do senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – A minha fala foi contemplada, prezado Senador Seif, pelas frases finais da Dra. Flávia, quando ela falou sobre a Lagoa dos Patos, que era a parte final do que eu tinha abordado. Eu acho que com essa diligência que ela própria anunciou, eu estou satisfeito.

Só gostaria de prestar uma homenagem, por uma questão de justiça – eu não falei o nome dele –, ao primeiro técnico e político que mencionou a tilápia, que popularizou a tilápia com o tal apelido de peixe operário, o Glauco Olinger, que, para aqueles que não são de Santa Catarina saibam, foi o pai da nossa extensão rural e da extensão na pesca também. Nós tivemos aqui a Acaresc, na extensão rural da pequena propriedade, e a Acarpesc, para atender as colônias de pesca, o que talvez tenha dado a Santa Catarina essa robustez de dados e essa possibilidade de termos, em todo o litoral, uma unidade, uma respectiva unidade da colônia de pesca ainda organizada e uma federação muito forte, como é a nossa federação que contempla os pescadores artesanais.

Era só esse registro. E faço isso porque hoje é o Dia da Extensão Rural e do Extensionista, que, no caso de Santa Catarina, também trabalhou com a pesca.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião, muito obrigado. Também parabenizei aqui, com o microfone desligado, a Secretária Flávia, o Carlos Mello, o Ministro, o senhor e logicamente a equipe pelo trabalho.

Eu queria agradecer mais uma vez a presença do Senador Wellington Fagundes, do nosso querido Mato Grosso. Muito obrigado pela presença do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe passo a palavra para o seu questionamento ou posicionamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Meu caro Senador Jorge Seif, é uma satisfação estar aqui nesta audiência promovida por V. Exa., ao lado do nosso Senador Mourão, Presidente da República e nosso companheiro também do Bloco Vanguarda.

Ministro André, na condição também de Parlamentar, quero cumprimentá-lo; fomos Deputados juntos.

Aqui também, como médico veterinário, e do Mato Grosso, como disse aqui o Senador Jorge Seif, no nosso estado, hoje, a gente fala sempre da capacidade de produção: somos o maior produtor, hoje, de proteína vegetal; o maior produtor de algodão, respondendo por 80% da produção nacional de algodão; também de proteína animal – diversas delas –, e isso se deve muito pela capacidade dos sulistas, que foram para lá nos ajudar, viu, Jorge Seif? Então, vocês estão bem contemplados. Aliás, a força econômica e política do Mato Grosso tem muito dos sulistas lá.

E isto também se deu, essa questão principalmente de transformação do estado, exatamente porque os produtores, à época, fizeram um desafio ao Governo Dante de Oliveira. Mato Grosso não produzia praticamente nada de algodão, porque com o bicudo foi dizimada a produção, e os produtores, então, fizeram um programa, idealizaram um programa e o levaram ao Governo, que representava uma isenção naquele momento de mais de 90%, mas também criava um fundo da produção de algodão. Esse fundo, então, seria gerido pela iniciativa privada e também pelo Governo. E isso estruturou de forma tão espetacular a produção, porque aí teve recursos para pesquisa, enfim, que o Mato Grosso em três anos passou a responder por mais de 50% da produção nacional de algodão e hoje responde por aproximadamente 80%. E daí criaram-se outros fundos, o fundo da soja, o fundo do algodão, o fundo do boi, e se estruturaram praticamente todas as cadeias produtivas do estado.

E nós temos hoje uma situação no Mato Grosso... Refiro-me primeiro ao Pantanal. Vivemos uma dificuldade, porque nosso Pantanal foi praticamente abandonado, sem uma legislação do que se pode e do que não se pode fazer. Tivemos também há três, quatro anos uma queimada muito grande, em que foram mais de 4 milhões de hectares brutalmente queimados, porque a circunstância do Pantanal leva a isso se não tiver um manejo adequado, porque é a maior área alagada do mundo, é uma depressão, uma área jovem em que, quando você tira o boi, você tira o pisoteio. Então, aquela camada de vegetação que vai se acamando e se acumulando ano a ano serve praticamente como um colchão de massa para queimar. E por isso foi visto muito nas imagens de TV que os animais, indo buscar água, acabavam morrendo porque queimavam as patas. É exatamente o fogo subterrâneo essa camada que vai queimando.

E conseguimos mostrar isso para os pesquisadores. Até criamos uma comissão externa, àquela época, a qual eu presidi, e conversamos muito. Muitos ministros lá foram e tiveram a oportunidade de ver com mais realidade. O Ministro Mourão, o nosso Senador Mourão – e foi Ministro também – conhece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, porque é um homem que conhece a realidade da Amazônia. Então, quando vai falar em Amazônia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... tem que conhecer para poder fazer a crítica.

Então, Ministro, lá no Pantanal, nós vivemos uma situação para a qual – agora mesmo, tivemos novamente queimada, e mais de um milhão e pouco de hectares também foram queimados – nós já nos preparamos um pouco mais. Eu e o Senador Jayme Campos trabalhamos muito colocando recursos ali para estruturar, inclusive, a presença do Corpo de Bombeiros e da Marinha do Brasil.

Bom, do que a gente precisa hoje no Pantanal, além da legislação, que aqui eu apresentei e está tramitando, que é o Estatuto do Pantanal, para saber o que se pode fazer e o que não se pode... Nós criamos também lá o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, que é uma unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, instalada pelo Ministro Marcos Pontes, que foi fundamental. Trata-se de uma área de 5 mil metros quadrados, dentro da Universidade Federal, que a gente agora precisa estruturar. Eu estou falando aqui, porque o Mato Grosso está todo na Amazônia Legal.

Eu comecei a falar do Pantanal, porque é a região que mais pode produzir pescado, mas praticamente ainda é muito incipiente a produção de pescado no Pantanal, a não ser a pesca do Pantanal. E aí, Ministro, inclusive, agora, criou-se lá um projeto de lei – e a Assembleia o aprovou – de proibição do transporte do pescado, e a Procuradoria-Geral da República já questionou a sua constitucionalidade.

É claro que não cabe aqui ao Ministro discutir a constitucionalidade ou não, mas eu gostaria de perguntar-lhe se o seu ministério está pronto – e aí o Jorge Seif também foi Secretário-Ministro –, como está a estrutura do ministério para apoiar, inclusive, uma situação como essa no Mato Grosso.

Eu penso que tudo isso só se faz com pesquisa e realmente com a presença de alguns aspectos, digamos, de apoio porque a maior dificuldade, além de produzir, é comercializar.

E, lá no Mato Grosso, também nós temos uma outra situação que é o Lago do Manso. É também uma área de 40 mil hectares, e inclusive os especialistas diziam que só o Lago do Manso poderia produzir tudo que produz o Mato Grosso em pescado. Sabemos que Rondônia hoje é o estado que mais produz peixe em cativeiro de água doce, o Mato Grosso está em segundo, mas nós podemos produzir muito mais porque nós temos o alimento bastante abundante.

Então, Ministro, mesmo que não seja para responder agora – eu sei que é longo –, mas eu gostaria já de convidá-lo para estar no Mato Grosso para a gente talvez discutir, para o ano que vem, um simpósio, junto com o próprio Ministério da Agricultura, já que o Ministro Fávaro também é do Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso, e com outras instituições. Eu já pediria muito a presença do Jorge Seif para ir nos ajudar, já que ele também conhece, é um especialista na área, para que a gente possa fazer esse trabalho, porque discutir lá hoje o que é constitucional e o que não é constitucional é um aspecto agora que ficou para a Justiça. Agora, nós temos que discutir o que podemos fazer para, efetivamente, dar condição para que o pantaneiro possa sobreviver.

Nessa questão do Lago do Manso, também houve leilão, e depois... Até hoje, lá no Lago do Manso, está bastante incipiente a criação de peixe tanque-rede. Então, também precisamos de uma resposta do ministério, e eu gostaria também de saber se já tem alguma coisa avançada nesse aspecto.

Lá no Pantanal também se discute muito o excesso de jacarés. A gente sabe que o desequilíbrio pode também fazer uma catástrofe, então há também uma necessidade grande de discutir isto: se há excesso; como fazer; o que podemos fazer, porque matar um jacaré também é crime, então... E aí, como faz?

Outro aspecto, também, que eu gostaria de saber do ministério: como é que estão as obras inacabadas ou por concluir? O senhor já tem o levantamento delas? Por exemplo, em Pedra Preta tem lá um frigorífico que está pronto já há algum tempo, falta equipar; e temos outras situações no Mato Grosso.

Se o senhor não tiver agora, não tem problema, mas eu gostaria de marcar uma audiência para que a gente pudesse conversar sobre toda essa situação do Mato Grosso, o que a gente pode fazer para o ano que vem.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E, ainda, aqui a assessoria me trouxe, inclusive foi o pessoal da CNA que me pediu para perguntar – porque o tema hoje era importação, mas isso já está sobrestado, porque já está definido, já está claro aqui –, uma preocupação, exatamente, sobre a questão da doença viral, conhecida como *tilapia lake virus*. Aqui, no Brasil, nós estamos livres por enquanto, mas o que eles dizem aqui é que países mais próximos, como o Equador e a Colômbia, estão lá contaminados, e a preocupação era exatamente trazer para cá a possibilidade desse vírus para dizimar aqui a nossa produção, já que nós temos uma produção relativamente competente de tilápia e outros produtos.

Então, basicamente, é isso, Ministro, é essa a pergunta. Eu vou entregar aqui, porque, na verdade, foi a CNA que me pediu que a fizesse, mas, basicamente, é essa a situação, não vamos aqui nos delongar.

Quero parabenizá-lo e acreditar muito, porque, realmente, eu ouvi o senhor falando, eu estava em outro lugar, mas estava ouvindo. Quando vai falar com o Presidente da República ou com o Ministro da Agricultura, o tema é muito forte, muito amplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felizmente, o Brasil, hoje, está respondendo muito em produção, com uma produtividade muito forte. Agora, na pesca, ainda precisamos de muito, de avançar muito, por isso eu acredito que o Ministério da Pesca é fundamental. Então, eu quero aqui ser um apoiador do Ministério da Pesca, porque sei da importância que representa isso para a economia do Brasil e, também, para o meu Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Ministro, só complementando...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes ainda, só fica aqui uma reclamação, Ministro.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Pois não, sinta-se à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não é para o senhor, é para o Jorge Seif, porque ele prometeu trazer peixe em abundância para nós. Eu só vi a fotografia até agora; não participei desse jantar tão farto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agora, quem vai reclamar sou eu.

Isso é uma injustiça e uma ingratidão do senhor, que hospitalizado recebeu um mimo meu com peixe e camarão. Já esqueceu, não é? (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não esqueci de forma alguma... (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ DE PAULA (*Fora do microfone.*) – Foi bom e eu quero o repeteco.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, olha como é a estratégia: ele me mandou um peixe, bem pouquinho, porque no hospital não podia ser muito...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – No hospital não pode, não queria te matar não...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e num momento em que o paciente não estava ali para ter muito sabor, mas estava delicioso! Mas ele prometeu, foi no apartamento dele, e de forma bastante suculenta! Eu estou esperando ainda... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado pela cobrança, Senador Wellington.

E eu só queria complementar as informações, Sr. Ministro, sobre essa preocupação do cultivo. Inclusive, eu tenho uma pergunta aqui também para fazer para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, no tempo do Presidente Bolsonaro, conseguimos publicar o novo decreto de águas da União, que não foi nem uma construção só nossa; era desde a Presidente Dilma, que já estava se desenhando, então fomos acumulando informações. Só que o Presidente Bolsonaro publicou esse decreto, que foi uma grande evolução.

Para o senhor ter ideia, e isso é informação da própria Secretaria da Pesca enquanto eu fui gestor, só nas nossas hidrelétricas, hoje nós produzimos, em todo o Brasil, juntando cativeiro e lagos produtores – estou falando de aquicultura –, mil toneladas. É isso mesmo, mil toneladas por ano, novecentos e poucos mil quilos.

Toda aquicultura é isso, Juliana?

A SRA. JULIANA LOPES (*Fora do microfone.*) – Pela PeixeBR, oitocentos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou arredondando, 1 milhão.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Você bateu na trave, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k. Vamos dizer 1 milhão – vou exagerar para cima.

A SRA. JULIANA LOPES (*Fora do microfone.*) – É oficial, IBGE, 570 mil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Oficial, 570 mil; PeixeBR, 800 mil, mas tem aqueles que não reportam, etc., aqueles que são inacessíveis, eu arredondo para 1 milhão a produção de peixe, de aquicultura. Então, estamos falando de tambaqui, estamos falando de pacu, estamos falando de carpa, estamos falando de tilápia, juntando tudo, produzimos 1 milhão. Só nas nossas hidrelétricas, Senador Wellington e Senador Mourão, só nas nossas hidrelétricas, a capacidade avaliada pela Agência Nacional de Águas, capacidade que nós podemos produzir, são 5 mil toneladas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – São 4 milhões de toneladas, obrigado. Ainda bem que eu tenho aqui os universitários para me ajudarem. São 4 milhões de toneladas, ou seja, quatro vezes o que nós produzimos hoje. Poderíamos, então... Só nas nossas hidrelétricas.

Então, essa questão que o Senador Wellington fala da regulamentação de cessão de águas da União, de emissão de títulos, da parceria que nós fizemos na ocasião com a SPU, que era uma tristeza – parava na SPU, não andava. Fizemos parceria com a Agência Nacional de Águas, nos entregaram a capacidade produtiva. Então, é a preocupação não só do Mato Grosso, mas de todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, inclusive, depois eu vou fazer uma pergunta mais específica, mas eu já deixo aí para o senhor poder responder para o Senador Wellington.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Senador Wellington, meu abraço. Obrigado pela sua participação. Convite feito, convite aceito. Eu estou inteiramente à disposição de V. Exa. para estar no Mato Grosso, para levar a equipe técnica, para dividir com o senhor essa responsabilidade de construir um caminho futuro. Eu me entusiasmo muito com essa hipótese. O senhor pode ter certeza de que o convite que o senhor me fará já está aceito. E eu gostaria muito, Senador, de poder ter a honra de lhe receber no meu gabinete, para que, com a minha equipe, eu pudesse aprofundar essas questões que o senhor está trazendo e construir juntos caminhos.

Se o senhor me permite, eu vou lhe contar uma história só até para descontrair o ambiente.

Quando cheguei ao ministério, o meu primeiro trauma foi com o Mato Grosso. No dia 20 de janeiro, solicitaram-me uma audiência, Senador Mourão, e ao meu gabinete chegaram dois Deputados estaduais e algumas lideranças, e começamos a conversar. Eles foram lá muito angustiados porque o período de defeso do pintado se encerraria no dia 30 de janeiro e, para que liberassem a pescaria do pintado, você precisava de um decreto conjunto entre o Ministério da Pesca, Ministério do Meio Ambiente, e, nessa fase de início de transição, as coisas ainda não estavam azeitadas e havia uma angústia muito grande.

E aí, num determinado momento da nossa conversa, Senador Wellington, um dos Deputados fez assim ou talvez uma das lideranças fez: "Ministro, o que é que o senhor achou do dia 8 de janeiro?". Aí eu disse: "Achei muito ruim, acho que as cenas que ocorreram depõem mal contra o nosso país, acho que invadir a sede dos três Poderes foi quase uma guerra". Quando eu disse isso, Senador Wellington, ele disse assim: "Ministro, o senhor disse que foi quase uma guerra? Guerra o senhor vai ver se o senhor não liberar o pintado no dia 30". Aí eu disse: "Poxa, você chega na mesa do Ministro da Pesca, bota uma isca e ele engole". Mas, enfim, graças a Deus, no dia 30, a pesca do pintado estava liberada.

Eu vou passar a palavra para a Juliana e para a Paula, que gostariam de fazer algumas considerações sobre as questões que foram levantadas aqui.

Juliana, você começa?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Primeiro as damas.

A SRA. JULIANA LOPES – Boa tarde!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Com licença um pouquinho, preciso registrar aqui a presença do nosso Senador Mauro Carvalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A presença do nosso querido amigo Mauro Carvalho. Obrigado pela presença, pela honra. O senhor prestigia aqui a CRA e a presença da pesca e da aquicultura brasileira através da pessoa do Ministro André de Paula.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E ele veio aqui para dizer o seguinte: se o senhor não atender Mato Grosso, a guerra vai ser grande. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Juliana, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Passo a palavra para a Secretária Juliana.

A SRA. JULIANA LOPES – Diretora, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Diretora Juliana, mas você tem *status* de ministra também, viu? Você sabe da minha admiração por tudo que você já fez pela aquicultura brasileira, e antes de eu conhecê-la. Depois eu conheci o que é aquicultura, ela foi uma grande professora, e eu tenho muito carinho, gratidão. Foi uma honra também ter participado do Executivo federal e da Secretaria da Pesca com uma pessoa tão dedicada ao Brasil como você, Juliana. Por favor.

A SRA. JULIANA LOPES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Respondendo a algumas questões que o Senador Wellington fez em relação a Mato Grosso, o Mato Grosso tem uma característica especial, porque ele tem dentro do seu território três regiões hidrográficas e cada uma delas tem suas peculiaridades. O reservatório de Manso, que hoje é o maior reservatório do estado de águas da União, que tem uma capacidade de produção de 16 mil toneladas, drena para o Pantanal, então ele está justamente dentro da região hidrográfica da Bacia do Paraguai, que hoje no Brasil é mais restritiva. Então o Estado do Mato Grosso vem trabalhando incansavelmente para liberação da tilápia no estado, só que existem essas três peculiaridades...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós viajamos para lá, se não me engano.

A SRA. JULIANA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não viajamos?

A SRA. JULIANA LOPES – Você, eu não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu e o...

A SRA. JULIANA LOPES – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí tem uma parte, que é a Bacia do Tocantins-Araguaia, em que é liberado o cultivo de tilápia; tem uma parte, apesar de estar toda na Amazônia Legal, na parte que pertence à Bacia de Tocantins-Araguaia pode o cultivo de tilápia, na parte norte é a Bacia Amazônica e, a parte que pega justamente o reservatório de Manso está na Bacia do Paraguai, que, como o Senador bem falou, é muito restritiva.

Como ele também bem colocou, as questões agora já estão além das nossas forças, porque estão na Justiça, são discussões na Justiça de como tratar. Então, são mais questões do Ibama do que do próprio Ministério da Pesca, porque, por nossa força, por nossa vontade, o reservatório de Manso estaria produzindo à sua capacidade total, mas, infelizmente, existem essas outras restrições que estão além do que o ministério pode fazer. Mas podem contar conosco em tudo que a gente puder, em todos os documentos que o ministério tiver, de trabalhos que a gente tem, sobre o cultivo de tilápia que possam vir a ajudar nessa futura liberação ou coisa assim.

Eu vou passar as outras questões, de jacaré e outras coisas, para o Paulo, porque ele vai acrescentar algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um minutinho, Sr. Paulo, antes de passar para o senhor.

Juliana, essa questão de Manso eu vejo muito espelhada no nosso desafio de Itaipu, exatamente o mesmo desafio de Itaipu, que era... O pessoal falava que a tilápia... Pintavam a tilápia, coitada, como tubarão ou como piranha. Parecia que o bicho era...

Fizemos estudos, fizemos parcerias com o Paraguai, estudos de 20 anos, Senador Wellington, e provamos, por a mais b – para os órgãos, etc., aqui em Brasília; foi uma luta terrível com o Ibama e ICMBio –, com ciência, com estudo, com estatística, que, acima de tudo, a tilápia é uma espécie que é presa, não é predadora, e que ela é atacada pelas outras espécies; que, quando ela coloca os ovos dela, ela ovula, etc., os outros animais se alimentam desse bicho, e o filhote dela serve de alimento para outras espécies.

Então é um preciosismo e um protecionismo que não encontra realidade na ciência e nos estudos. Mais uma vez, Itaipu participou dos estudos, Ibama participou dos estudos, ICMBio, Universidade do Paraná – lembre-me aí, Juliana.

A SRA. JULIANA LOPES – O Instituto GIA, que é um instituto dentro da Universidade do Paraná, fez um levantamento na Bacia do Uruguai e ali no reservatório de Itaipu.

Existe outra característica dos nossos reservatórios aqui no Brasil: os nossos reservatórios de usina hidrelétrica são profundos e grande parte do seu substrato é de pedra. E a tilápia é um peixe que precisa fazer ninho, então ela precisa fazer buraco na areia para poder fazer um ninho. Por causa dessa característica dos nossos corpos hídricos, em muito deles a tilápia não consegue se estabelecer, que é diferente de ter a presença. Estabelecer-se é quando ela se forma toda – vai ter o peixe grande, o alevino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ovo e assim sucessivamente – e consegue fechar o ciclo. Em alguns lugares, você encontra a tilápia, mas encontra a tilápia já grande, diferente do seu estabelecimento e da formação de famílias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Senador, eu me coloco também à disposição do senhor – não sei qual é a instância na Justiça, vamos procurar com quem está, com qual juiz, se é no STF, se é no STJ –, para realmente ser revista essa questão do Manso, que pode ser um grande processo.

Então, já o convido e também o Senador Mourão, a quem já agradeço a presença e por ter presidido.

Agradeço a presença do Senador Hamilton Mourão, mas já os convido, porque agora nossa missão é ir ao Paraguai, porque eles têm uma vedação constitucional, para alterar um pedacinho da Constituição deles, para retirar da Constituição, se eu não me engano... Ou de um decreto?

A SRA. JULIANA LOPES – É a lei de meio ambiente, de espécies exóticas do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

É uma lei ambiental que eles precisam revogar para que Itaipu... Vai crescer a nossa produção no Brasil, as estatísticas, de 20% a 30%, se nós só liberarmos o Lago de Itaipu para criar a tilápia. Então, é uma missão que não está nem na mão do André, é uma missão nossa, parlamentar, porque o Senado e a Câmara deles precisam aprovar essa mudança para que utilizemos não só Itaipu... Isso vai ser um grande precursor e os estudos de lá já poderiam servir para Manso também para aumentar a capacidade produtiva.

Eu passo, então, a palavra ao Sr. Paulo, não é? É Paulo?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (*Fora do microfone.*) – Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Paulo, a palavra está com o senhor. O senhor é Secretário?

O SR. PAULO FARIA – Não, sou Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu passo a palavra para o Diretor Paulo.

O SR. PAULO FARIA (Para expor.) – Boa tarde, Jorge Seif.

Senador Wellington, o Mato Grosso é realmente um grande exemplo na área de piscicultura. Hoje, ele é o sexto maior produtor de peixe do país, então, na área técnica, realmente o utilizamos muito como exemplo de como foi realmente a piscicultura e como é a piscicultura no estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O potencial do Brasil, como foi dito, realmente é imenso, do Mato Grosso também. A gente precisa também reforçar o nosso potencial na ciência que nós temos no nosso país. A quantidade de universidades, de institutos federais que têm realmente a ciência... A Embrapa... Então, falando um pouco sobre as universidades que têm cursos na área de aquicultura, através do ministério, nós conseguimos agora um fomento de R$10 milhões, inclusive no Mato Grosso – o Instituto Federal de Mato Grosso teve realmente um aporte de R$500 mil –, para fortalecer e equipar os cursos da área de aquicultura.

Fora isso, nós temos também vários trabalhos com capacitação. Nós temos o curso Multiplicadores Aquícolas, que é um curso EaD, em que inicialmente nós tínhamos a proposta de mil pessoas fazendo esse curso, agentes públicos, porém o público foi ampliado. Hoje, nós temos 3,5 mil alunos em aula, e esse curso realmente está um sucesso – como produzir cada uma das espécies, inclusive a parte de répteis, de anfíbios. Ele é aberto a todos e está disponível no *site* do nosso ministério.

Outra questão que é muito importante para a gente poder desenvolver a aquicultura como um todo é a questão ambiental. Então, quando a gente resolve uma questão ambiental dentro de um estado, a gente consegue realmente aumentar a nossa produtividade. E as conversas com os órgãos estaduais dos estados estão realmente acontecendo. Nós retomamos essas conversas, tanto em nível de Abema, de associações brasileiras de órgãos ambientais estaduais, como também de Anamma, municipais, para a gente conseguir realmente tentar padronizar, mas sempre olhando as peculiaridades, as características de cada um dos estados e, com isso, a gente conseguir avançar cada vez mais a nossa produção. Isto é muito importante: o estado de cada um conversar muito com o Governo Federal, e é o que vem acontecendo.

A SRA. JULIANA LOPES (Para expor.) – Complementando, Senador, já que a gente falou em Itaipu, eu gostaria de informar a todos que o ministério está construindo, com a Itaipu Binacional, um acordo de cooperação para que a gente possa trocar informações mais acuradas sobre o cultivo. Diferentemente um pouco do Mato Grosso também, a questão da tilápia em Itaipu não é o Ibama, não é a 445, como o Senador bem falou – isso nós já vencemos –, é uma questão de um acordo bilateral que existe, entre Brasil e Paraguai, em que, nos rios limítrofes, não se pode utilizar espécie exótica. Então, para que isso aconteça não basta mudar o acordo bilateral, porque a lei do Paraguai não permite. Então, não adiantaria quebrar o acordo, porque, como é bilateral, é limítrofe, ia continuar não podendo produzir. Então, é preciso que o Paraguai altere sua lei, um artigo, o art. 31 – se não me falha a memória –, para, a partir dessa mudança no acordo, enfim, poder produzir.

Itaipu tem uma capacidade de produção de 400 mil toneladas. Então, imagine: hoje, se o Brasil produz, pelo IBGE, 570 mil toneladas, Itaipu poderia produzir 400 mil. Vamos dizer assim: 200 mil para o Brasil, 200 mil para o Paraguai. O Paraguai, hoje, produz 10 mil toneladas de peixe; ele poderia produzir 200 mil toneladas, só em Itaipu, de tilápia. Então, é uma produção muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o oeste do Paraná, que é o maior produtor de tilápia do Brasil, está preparado, com suas indústrias, se essa liberação acontecer, porque na parte oeste do Paraná – que o Senador conhece, o nosso Ministro conhece – não tem mais espaço para produção naqueles viveiros. Então eles estão ansiosos para que exista essa liberação de Itaipu.

Por conta do acordo que a gente está fazendo, em final de janeiro ou início de fevereiro, está para vir o pessoal da Itaipu do Paraguai, junto com alguns técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura do Paraguai, fazer uma visita a indústrias brasileiras. Então, a gente, junto com o Paraguai, vai levá-los a indústrias para eles verem o quanto isso pode mudar a vida e pode agregar para aquela região paraguaia, mostrando como que se comporta a indústria brasileira de tilápia no Brasil.

Eu acredito que isso vai acrescentar muito na visão dos dois ministérios e para a gente poder evoluir, pelo menos na parte técnica, a questão da liberação da tilápia no reservatório de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Juliana, eu já tenho falado com vários Senadores. Era para ter acontecido este ano, mas realmente foi um ano de muitas pautas aqui no Senado, pautas importantes, etc., e não pudemos fazer essa incursão, essa missão de Parlamentares, justamente para reforçar tudo aquilo que já fizemos lá no Ministério das Relações Exteriores, a reunião que nós tivemos lá no Conselho – lembra? – de Itaipu, explicando. Enfim, vários tijolinhos já estão nessa parede, e precisamos avançar.

Que bom. Você está me dando uma excelente notícia, Ministro. Se esse pessoal vier aqui conhecer a potencialidade das nossas indústrias, talvez, também, eles pressionem o seu Parlamento a aprovar.

Senador, obrigado pela presença. (*Pausa.*)

Então, podem contar comigo. Ministro, conte comigo também nessa missão.

Ministro, nós começamos agora o Plenário. Eu tinha muitas perguntas a fazer para o senhor – eu encaminharei para o senhor em seguida, por *e-mail*, para a equipe do senhor, inclusive as que eu já fiz aqui –, mas eu tenho duas questões que são muito importantes para nós.

O senhor sabe que o órgão que regulamenta atuns e afins no mundo é a ICCAT, na verdade, no Atlântico Norte e no Atlântico Sul, e o Ministério da Pesca publicou uma portaria – deixe-me ver se está aqui, está aqui –, a Portaria Interministerial nº 2, de 28 de março de 2023, por conta dos limites da albacora-bandolim, que nós sabemos que existem, por parte da ICCAT.

No entanto, o pedido que eu lhe faço é que seja revisada essa portaria, porque as médias de captura de albacora-bandolim pelas nossas frotas não chegam a 10%, não chegam a 10%. A média é de 5% de albacora-bandolim. Então, por conta de 5% de albacora-bandolim, nós estamos sacrificando e colocando cotas em todas as espécies de atum, especialmente bonito-listrado, de que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardume associado, pesca artesanal, pesca industrial, enfim, espinhel. Várias modalidades com essas limitações vão ter que parar de pescar, como a frota de vara e isca-viva, que é considerada a pescaria mais sustentável. Então, por conta de 5% hoje nós estamos limitando todas as frotas. O que eu peço ao senhor e a toda a equipe é que seja revista essa questão – até porque nós já temos a Portaria 445, para que, em caso de captura incidental de alguma espécie que esteja ameaçada, se solte o bicho vivo ou até se descarte –, que não se faça uma limitação. Por conta de 5%, nós estamos sacrificando 95% da produção brasileira, e um órgão internacional, de que 51 países são signatários, não fez essa restrição.

Então, eu não critico a ação, porque foi baseada na ICCAT, ou em recomendações da ICCAT, onde eu já fui a diversas reuniões internacionais. Este ano até eu queria ir, mas não pude, por conta aqui das pautas do Senado. Mas eu peço a vocês que desenhem melhor essa portaria para que não sacrifiquemos 95%, colocando cotas de bonito-listrado, de albacora-lajeira, por conta de 5% do *thunnus obesus*, que é o *bigeye*, o albacora-bandolim. Esse é um pedido que eu lhe faço, não precisa responder nada. Eu só peço que vocês consigam alterar esse texto para o todo não ser sacrificado pelo pouco.

E também agora eu quero pedir ao senhor e à sua equipe uma ajuda sobre o que o Ibama está fazendo com os nossos pescadores. Eu mandei esse ofício aqui para eles, Sr. Ministro, dia 4 de outubro de 2023. Até hoje não responderam. Ao invés de responderem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dia 4 de outubro. Ao invés de responderem, vazaram a minha solicitação para a imprensa dizendo que eu estava usando o meu cargo de Senador para benefício próprio e não sei o quê. Canalhas, não é? Canalhas! Mas o senhor não tem nada a ver com isso.

Eu perguntei para o povo do Ibama – que não me respondeu porque não tem o que responder – por que os nossos pescadores estavam sendo multados por conta de uma fauna acompanhante, que o senhor sabe o que é. Para quem está nos acompanhando, o barco pode pescar sardinha. Na licença é prevista uma pesca incidental, porque a sardinha, muitas vezes, está misturada com outros peixes. Vem cavalinha, vem sardinha-laje, vem palombeta. Então, a pesca incidental é a pesca que o pescador não pode evitar. Nenhuma portaria que eu editei, ou que meus antecessores editaram, regula a questão de quantidade. Se eu pescar 10kg de sardinha e vierem 15kg de sardinha-laje, eu estou coberto na minha licença, porque não existe especificidade. "Você pode pegar até x por cento de pesca incidental", não existe isso. E o que o Ibama está fazendo com os nossos pescadores? Vão lá no barco do polvo, do cardume associado, do caranguejo real, e falam assim: "Ó, eu vi aqui que você pescou x quantidade da espécie alvo e 2x da fauna acompanhante. Multa". É uma multa ilegal, para a qual não existe previsibilidade.

Então, o senhor não é o culpado. Mandei um ofício para o Ibama, que não me respondeu. E eu coloco para eles: "Olha, ocorre que, salvo regramento específico na instrução normativa número tal, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há legislação vigente que regulamente proporção das espécies capturadas, sendo inclusive muito difícil a quantificação desses percentuais de ato na pescaria".

Então, como o atual Presidente do Ibama faz parte do Governo de que o senhor é Ministro e ele não respondeu aqui ao ofício – foi sujo e mentiroso em mandar para a imprensa dizendo que eu estava em benefício próprio... Não tem nenhuma frota aqui de que eu participe. Zero. Eu não, meus pais, porque hoje eu sou Senador da República. Nenhuma frota em que minha família tenha barco. Eu só perguntei porque essas frotas me perguntaram: "Pelo amor de Deus, eles estão nos multando pela pesca incidental". Então, que o senhor, que defende os pescadores e defende o setor produtivo, que é a autoridade máxima no Brasil de pesca e aquicultura, converse com o Presidente do Ibama para que eles não inventem regra da cabeça deles e não multem os nossos pescadores. Quem está ilegal – o cara tem sardinha, pescou outra espécie –, mete multa. Está fora da regra, pois desrespeitou a licença que ele traz a bordo. Agora, inventar regra, dizendo "ah, você trouxe mais essa espécie do que a outra", é um absurdo.

Então eu faço coro com o senhor, com toda a equipe do senhor, para que me ajudem para que o Ibama, que é um órgão de repressão – e temos que ter, senão vira bagunça –, não pese a caneta deles, porque todas essas multas que eles aplicaram, cem por cento delas serão vencidas na Justiça, porque eles se baseiam na cabeça deles, se baseiam em ilegalidades; não se baseiam numa portaria que deveria ter sido assinada pelo senhor e por mim ou pelos nossos antecessores. Não existe essa quantificação, nada que regulamente proporção. Então eu peço para o senhor essa força, esse apoio.

Quero lhe dar a oportunidade de o senhor fazer suas considerações. E já agradeço a todas as senhoras e senhores que nos acompanham aqui até agora nessa audiência pública. Agradeço aos servidores: Elielma, foi muito bom vê-la. Juliana, é muito bom vê-la. Carlos, é muito bom vê-lo. Aos outros com quem eu não tenho tanta intimidade também obrigado pela presença, obrigado pelo prestígio, obrigado pelos esclarecimentos.

Nós enviaremos aí o restante das perguntas para que os senhores possam então responder posteriormente.

O Senador Esperidião Amin quer fazer mais algum comentário ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar o Ministro, a sua equipe, e V. Exa. que, com toda a *expertise* acumulada a bordo e no cais, conduziu muito bem esta reunião. É verdade que ainda melhor trajado para ficar no cais e ser cartola da pesca do que ser marinheiro. Eu nunca vi marinheiros a correr, só salva-vidas. Um abraço.

Parabéns, Ministro.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, por estar nos acompanhando até agora.

Eu passo a palavra para o Sr. Ministro, para as suas considerações finais, já agradecendo mais uma vez ao senhor, à sua equipe e a todos os Senadores que aqui nos prestigiaram nesta audiência.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Senador Seif, eu apenas quero assumir um compromisso com V. Exa. Nós temos apostado no diálogo e temos encontrado uma grande receptividade do Ibama. Tenho conversado com o Presidente, e ele próprio se manifestou – e nós estamos trabalhando para uma equipe conjunta entre Ministério da Pesca e Ibama – no sentido de rever, fazer uma revisão da legislação, enfim, atualizar isso. Acho que é importante, porque seguramente disso pode sair uma maior clareza para quem está lá na ponta compreender o que é possível, o que não é possível, e para que nós todos possamos reduzir as situações em que eventualmente a interpretação seja inadequada e, como fruto disso, o nosso pescador seja penalizado. Eu posso lhe garantir – esse é o compromisso que eu quero assumir – que a questão que o senhor suscitou no seu ofício será tratada nessas conversas que nós estamos tendo entre a nossa equipe e a equipe do Ibama.

Senador Seif, eu quero reiterar o meu agradecimento e quero destacar que essa é a segunda oportunidade que eu tenho de chegar aqui com a minha equipe. Pela forma cortês com que sou recebido, pelo diálogo elevado que temos travado e pela deferência que V. Exa. tem tido comigo, quero lhe dizer que encontra no ministério e na minha equipe a reciprocidade.

Eu tenho convencimento, pelos 22 anos em que eu estive no Parlamento Federal e pelos 32 anos em que eu fui Parlamentar, de que a gente só consegue avançar quando a gente potencializa a nossa capacidade de atuar. E nós não vamos avançar se nós não estabelecermos uma parceria intensa, e é isso que eu tenho procurado, com o Parlamento, com a iniciativa privada, com os nossos produtores, os pescadores. Nós estamos trabalhando em conjunto para fazer aquilo que a gente quer: fortalecer a nossa pesca. Estou convencido de que nós vamos avançar.

Agradeço a V. Exa. por essa oportunidade que se iniciou, dirimindo uma dúvida que angustiava os nossos produtores, mas que terminou por ser também uma oportunidade muito rica de ouvir as indagações dos Senadores, de trocar essa ideia entre esta Comissão e a nossa equipe.

Nós somos muito gratos pelas contribuições que temos recebido aqui da Comissão de Agricultura do Senado. Nós somos muito gratos por esse apoio concreto – que agora não é mais palavra, é apoio – que nós estamos recebendo com um conjunto de emendas, quer individuais, quer de Comissão, que vão apoiar a nossa ação no próximo ano.

O nosso desafio, Senador Seif, eu tinha dito aqui no primeiro momento, é também adequar, dar robustez ao orçamento do ministério. E nós sabemos das limitações que essa tarefa tem quando você conta apenas com o Executivo. Então, há parceria dos Parlamentares – nós temos uma campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensa, corpo a corpo, fomos lá com programas que o ministério pretende desenvolver no próximo ano, encontramos uma grande receptividade na Câmara e no Senado – e com V. Exa. não foi diferente: está aí com emendas que vão nos ajudar a trabalhar em conjunto para tocar esses pontos que nos inquietam.

Senador Seif, meu muito obrigado pela oportunidade que o senhor dá ao Ministério da Pesca e Aquicultura de esclarecer as questões que foram suscitadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ministro André, eu que agradeço a V. Exa. por ter aceitado o nosso convite e, de bom coração, ter vindo aqui fazer esclarecimentos. Eu acho que a gente sempre na vida tem que equilibrar as coisas. Eu vou lhe fazer um elogio e vou lhe fazer uma crítica construtiva.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vou começar pela crítica. Em Santa Catarina, nós somos os maiores produtores de ostras, mariscos e vieiras, malacocultura, e batemos recordes de cessão em Santa Catarina para esses produtores. Neste ano, nós licenciamos poucas áreas, e tinha um levantamento, uma estatística que era feita e que, neste ano, não pôde ser feita. Entendo que o senhor acabou de pegar o bastão e estava se situando; no meu primeiro ano como Secretário Nacional, eu fiquei quase louco. Então, eu entendo perfeitamente. Na verdade, não é nem crítica, é um pedido para que o senhor coloque aí uma força-tarefa também para regularizar não só áreas da malacocultura da nossa Santa Catarina como também de todo o Brasil, para nós aumentarmos a produção.

E os parabéns merecidos para o senhor e para toda a sua equipe pelo relatório – deixe-me ver o nome do relatório aqui –, pelo Boletim de Aquicultura de Águas da União 2022, que eu recebi. Lindo, maravilhoso, robusto, caprichado. Então, quero parabenizar vocês, servidores, porque eu sei que ele não meteu a mão em nada, mas ele é bem assessorado.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Não, eu assinei aquela parte que vem com a explicação do que é. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, que bom que continuamos! Isso aí foi também uma ação que nós implementamos lá atrás. Nós fizemos o primeiro boletim, e o senhor realmente mostrando que não existe revanchismo nem descontinuidade de programas em que a gente acertou.

Então, quero parabenizar o senhor e a sua equipe e quero lhe dizer que o senhor pode contar comigo, pode contar com o Senador Esperidião Amin, pode contar com a Comissão aqui e com o nosso Presidente Alan Rick – no nome dele, eu falo isso –, pode contar com a nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe agradeço, meu querido. Muito obrigado pela sua presença aqui.

Agradecendo a presença de S. Exa. o Ministro André de Paula, Ministro da Pesca e Aquicultura, e dos Srs. e Sras. Senadoras presentes, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, sob a proteção de Deus.

Muito obrigado, pessoal.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Damares Alves, Hamilton Mourão, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Eliziane Gama, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Carlos Portinho e Marcos Rogério. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática 29 sugestões de emendas de Metas e Prioridades e 13 sugestões de emendas ao Texto da Lei, totalizando 42 sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: EMENDAS À META - **Emenda nº 1:** 21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde - Programa – 5120 – Produto: 0638 - Pesquisa Realizada - Alteração da meta: 5.800; **Emenda nº 2:** 20V6 - Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas – Programa – 2324 - Produto: 1684 - Projeto/ Iniciativa Apoiado - Alteração da meta: 240; **Emenda nº 3:** 6702 - Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica – Programa – 2304 - Produto: 0731 - Projeto Apoiado - Alteração da meta: 100. EMENDAS AO TEXTO DA LEI - **Emenda nº 4:** Corpo da Lei, Cap III, Art 7, § 4, Inciso II, Alínea c, Item 2 - Aditiva; **Emenda nº 5:** Anexo III - Aditiva; **Emenda nº 6:** Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 80 - Aditiva; **Emenda nº 7:** Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 80 - Aditiva; **Emenda nº 8:** Corpo da Lei, Cap III, Art 7, § 4, Inciso II, Alínea c, Item 2 - Aditiva; **Emenda nº 9:** Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 1 - Aditiva; **Emenda nº 10:** Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção III, Art 96, § 2 - Aditiva; **Emenda nº 11:** Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I - Modificativa; **Emenda nº 12:** Corpo da Lei, Cap XI, Seção II, Art 163 - Aditiva; **Emenda nº 13:** Anexo III, Seção II, Inciso IV - Aditiva; **Emenda nº 14:** Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção III, Art 96, § 2 - Aditiva; **Emenda nº 15:** Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XIV - Aditiva. Antes do encerramento, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".

Informo que foram oferecidas 13 sugestões de emendas ao texto da lei e 29 sugestões de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, totalizando então 42 sugestões de emendas.

Passo a palavra ao Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes, para proferir o seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia! Bom dia a todos.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLDO 2024). Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CCT.

Análise.

Foram apresentadas 42 propostas de emendas ao PLDO 2024, sendo 29 ao Anexo de Prioridades e Metas e 13 emendas de texto.

Quanto às emendas de texto, verificamos que todas versaram sobre matérias de elevada importância no contexto atual de nosso país. Contudo, a relacionada a ações de saneamento básico, matéria tratada pela Proposta nº 18, pode ser considerada fora do escopo de atribuições da CCT,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

configurando-se, por essa razão, antirregimental. As demais matérias tratadas se encontram inseridas no rol de competências desta Comissão e, por seu mérito e adequação, devem ser acatadas.

No que tange às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais. Nota-se um grande interesse dos membros desta Comissão refletido no número de propostas apresentadas (29). Em que pese o mérito das propostas, a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar são três.

Desse modo, para a escolha das propostas a serem encaminhadas por esta CCT, esta relatoria pautou-se pelos critérios técnicos delineados na Resolução nº 1, de 2006-CN, conferindo especial ênfase ao caráter institucional das propostas, de modo a manter uma correlação estreita com as competências específicas desta Comissão.

A condução do processo de seleção das emendas a serem apresentadas demandou uma abordagem estratégica meticulosamente alinhada aos objetivos e princípios que norteiam nossa atuação. Com o propósito de potencializar o impacto de nossas iniciativas, decidi priorizar emendas com foco particular em políticas que se destacam pela entrega de resultados tangíveis e sustentáveis no médio e longo prazos.

Adicionalmente, esforcei-me para identificar propostas que, além de estarem alinhadas estrategicamente ao estágio de desenvolvimento do Brasil, detêm o potencial de gerar impactos expressivos nos âmbitos social e econômico. Com esse critério em mente, proponho que as seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam apresentadas por esta Comissão:

Tabela.

Programa 5120 – Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde. Ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde. São as Propostas 27 e 39.

Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização. Ação 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas. Propostas 12 e 28.

Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Ação 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica. Proposta nº 4.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O voto.

Ante o exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas de texto de nºs 1 a 12, constantes das Propostas de nºs 9, 10, 14, 16, 19, 20, 21, 31, 33, 35, 37 e 40, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 a seguir apresentadas:

Programa 5120 – Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde. Ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde. As metas que isso inclui: 5,8 mil metas.

Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização. Na descrição: Ação 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas. As metas são 240 projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Ação 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica. Meta: 100 projetos.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Coloco, então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes, que passa a constituir o parecer da CCT. As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados. Tanto o relatório quanto a ata estão aprovados e serão publicados aqui no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".

Informo que foram oferecidas 13 sugestões de emendas ao texto da lei e 29 sugestões de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, totalizando então 42 sugestões de emendas.

Passo a palavra ao Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes, para proferir o seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia! Bom dia a todos.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLDO 2024). Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CCT.

Análise.

Foram apresentadas 42 propostas de emendas ao PLDO 2024, sendo 29 ao Anexo de Prioridades e Metas e 13 emendas de texto.

Quanto às emendas de texto, verificamos que todas versaram sobre matérias de elevada importância no contexto atual de nosso país. Contudo, a relacionada a ações de saneamento básico, matéria tratada pela Proposta nº 18, pode ser considerada fora do escopo de atribuições da CCT,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configurando-se, por essa razão, antirregimental. As demais matérias tratadas se encontram inseridas no rol de competências desta Comissão e, por seu mérito e adequação, devem ser acatadas.

No que tange às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais. Nota-se um grande interesse dos membros desta Comissão refletido no número de propostas apresentadas (29). Em que pese o mérito das propostas, a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar são três.

Desse modo, para a escolha das propostas a serem encaminhadas por esta CCT, esta relatoria pautou-se pelos critérios técnicos delineados na Resolução nº 1, de 2006-CN, conferindo especial ênfase ao caráter institucional das propostas, de modo a manter uma correlação estreita com as competências específicas desta Comissão.

A condução do processo de seleção das emendas a serem apresentadas demandou uma abordagem estratégica meticulosamente alinhada aos objetivos e princípios que norteiam nossa atuação. Com o propósito de potencializar o impacto de nossas iniciativas, decidi priorizar emendas com foco particular em políticas que se destacam pela entrega de resultados tangíveis e sustentáveis no médio e longo prazos.

Adicionalmente, esforcei-me para identificar propostas que, além de estarem alinhadas estrategicamente ao estágio de desenvolvimento do Brasil, detêm o potencial de gerar impactos expressivos nos âmbitos social e econômico. Com esse critério em mente, proponho que as seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas sejam apresentadas por esta Comissão:

Tabela.

Programa 5120 – Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde. Ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde. São as Propostas 27 e 39.

Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização. Ação 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas. Propostas 12 e 28.

Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Ação 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica. Proposta nº 4.

Vale, por fim, destacar que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas de texto de nºs 1 a 12, constantes das Propostas de nºs 9, 10, 14, 16, 19, 20, 21, 31, 33, 35, 37 e 40, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 a seguir apresentadas:

Programa 5120 – Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde. Ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde. As metas que isso inclui: 5,8 mil metas.

Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização. Na descrição: Ação 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas. As metas são 240 projetos.

Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Ação 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica. Meta: 100 projetos.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Coloco, então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes, que passa a constituir o parecer da CCT. As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.035295/2024-92-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados. Tanto o relatório quanto a ata estão aprovados e serão publicados aqui no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia e Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas oitenta e duas sugestões de emendas perante a CCT. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Carlos Viana, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: **Emenda nº 1-CCT:** UO: 24101, Ação: 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas, Valor: R$ 250.000.000,00; **Emenda nº 2-CCT:** UO: 24101, Ação: 20US – Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, Valor: R$ 250.000.000,00; **Emenda nº 3-CCT:** UO: 24101, Ação: 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica, Valor: R$ 250.000.000,00; **Emenda nº 4-CCT:** UO: 24101, Ação: 215L – Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Valor: R$ 250.000.000,00. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/118474

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Informo que foram apresentadas 82 sugestões de emendas perante a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Terminada esta primeira parte, logo em seguida, encerrada a reunião, nós teremos uma audiência pública com a participação de representantes das instituições federais de ensino voltada para a discussão de como nós podemos melhorar a legislação para que o orçamento das instituições federais possa ser dinamizado, melhor utilizado e mais produtivo. As leis que temos já são bem antigas. E as instituições, por terem liberdade na aplicação desses recursos, são muito bem-vindas para trazer sugestões a este Parlamento.

A audiência pública, que convido todos a acompanhar logo após a leitura do relatório e o encerramento, será comandada pelo meu colega Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem convido para assumir a Presidência e assim me possibilitar a leitura do nosso relatório com relação às emendas

Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Informo que foram apresentadas 82 sugestões de emendas perante a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Terminada esta primeira parte, logo em seguida, encerrada a reunião, nós teremos uma audiência pública com a participação de representantes das instituições federais de ensino voltada para a discussão de como nós podemos melhorar a legislação para que o orçamento das instituições federais possa ser dinamizado, melhor utilizado e mais produtivo. As leis que temos já são bem antigas. E as instituições, por terem liberdade na aplicação desses recursos, são muito bem-vindas para trazer sugestões a este Parlamento.

A audiência pública, que convido todos a acompanhar logo após a leitura do relatório e o encerramento, será comandada pelo meu colega Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem convido para assumir a Presidência e assim me possibilitar a leitura do nosso relatório com relação às emendas

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senador Carlos Viana, Presidente da Comissão.

Eu assumo a Presidência para este momento eventual e passo a palavra ao Relator, Senador Carlos Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 29/2023, no Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024 (Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024).

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PLOA 2024 oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, e emendas ao texto.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 82 propostas de emendas. Das propostas de emendas apresentadas, duas são ao texto e 80 de despesa na modalidade apropriação. Não houve iniciativas para emendas de despesa na modalidade remanejamento nem à receita. As propostas foram diversificadas, indicando ações de grande interesse nacional no âmbito de abrangência das competências desta CCT.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa ao PLOA 2024, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

O que está neste texto aqui de português bem rebuscado, Senador Marcos Pontes, é que nós temos limitação nos recursos. No ano passado, a Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu R$10 milhões. Nós estamos aqui... E todas as 82 propostas são excelentes, todas elas têm – e é interessante – uma visão muito aberta do apoio à pesquisa e à tecnologia no Brasil e, para isso, nós estamos pedindo R$1 bilhão ao Orçamento. Vamos aguardar para ver quanto nós receberemos de fato e, assim, logo depois, nos reuniremos novamente para decidir qual encaminhamento daremos, cada um dentro da sua opção e escolha, democraticamente, faremos isso como uma Comissão que respeita o posicionamento de todos. Eu, como Presidente da Comissão, me comprometo a tornar o processo o mais democrático possível e o mais acessível a todos os Senadores, mas é bom deixarmos claro, inclusive a quem nos assiste, que o fato de nós colocarmos 82 emendas, todas muito relevantes, ao Orçamento e pedirmos R$1 bilhão para que elas sejam executadas não significa, em momento algum, que nós teremos a aprovação dessas emendas para o dia a dia do país no próximo ano.

A Resolução nº 1, de 2006, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao PLOA. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão, possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Entre as indicações que atendem aos requisitos regimentais, escolhemos aquelas que receberam mais apoio dos Parlamentares e cujas programações estão alinhadas às relevantes políticas públicas desempenhadas pelos órgãos relacionadas às competências desta Comissão.

O voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), de quatro emendas de apropriação à despesa ao PLOA 2024, nas seguintes ações abaixo relacionadas neste relatório, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

Unidade Orçamentária 24.101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas - Nacional;

- Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico - Nacional;

- Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica - Nacional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Nacional.

São quatro ações, quatro emendas, e todas elas, cada uma, com as rubricas necessárias às 82 propostas apresentadas pelos Srs. Senadores. Aquelas que porventura não tenham sido contempladas o foram exclusivamente porque, ao contrário de serem institucionais, muitas vezes, foi feito um destaque para o estado e, nesse caso, acabam não sendo aceitas. É preciso que o trabalho seja cadastrado como um trabalho institucional, mas eu creio que todas foram aceitas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Em 21 de novembro de 2023, assina o Senador Carlos Viana, ou melhor, em 22 de novembro de 2023, assina o Relator, Senador Carlos Viana.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Carlos Viana. Parabéns pelo trabalho.

Aqui eu vou me permitir usar um pouquinho o chapéu de ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.

É constante a luta que nós temos para melhorar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento no país, o que é essencial. Se nós queremos um país desenvolvido, se nós queremos um país que tenha competitividade, nós precisamos ter o financiamento correto para pesquisa e desenvolvimento, isso é essencial, assim como para a formação de jovens. E a motivação, eu vi, de uma das emendas tem este sentido da promoção e popularização da ciência para motivar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, formação de professores para o setor, melhoria da infraestrutura de apoio à educação, laboratórios, etc., embora isso tenha uma convergência grande com o Ministério da Educação também, mas é importante nesse sentido, assim como o apoio às nossas universidades. Nós vamos discutir daqui a pouco o financiamento das universidades, a infraestrutura de pesquisa das universidades e dos centros de pesquisa como um todo.

Vale ressaltar que é importante também o alinhamento com as diretrizes e políticas do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de forma que nós não tenhamos ações paralelas ou ações discordantes, ou em sentido discordante. É importante focar para que nós consigamos reforçar o que está previsto dentro do plano de ação.

Também, no sentido da ciência e da tecnologia, é importante, porque as instalações e a infraestrutura muitas vezes são localizadas em um lugar, mas atendem ao país inteiro, como nós temos o Sirius, por exemplo, que é uma instalação extremamente importante; o maior centro de pesquisas da América Latina, que é o CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), que fica ali em Campinas, mas atende todo o país; assim como existem centros de excelência em saúde, por exemplo, agora com a criação de xenotransplantes; centros de excelência em tratamentos específicos, como genéticos. Então, isso é importante, e dentro do alinhamento dos eixos estratégicos do Ministério.

Então, novamente, parabéns pela designação das emendas.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco então em votação o relatório do Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Neste momento, de novo, parabenizando o Senador, devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Lembrando que a Secretaria... Essa ata, inclusive, terá de ser assinada por todos os Senadores da nossa Comissão.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar nesta primeira parte, declaro encerrada a presente reunião e solicito a permanência das senhoras e dos senhores que estão nos acompanhando para darmos início à 31ª Reunião, com a audiência pública sobre o financiamento das nossas instituições federais e a legislação que permite a utilização do orçamento e a modernização desses gastos.

Meu muito obrigado a todos.

Que tenhamos uma boa semana, um bom restante de semana.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Ciro Nogueira, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Magno Malta, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Wilder Morais, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 29,de 2023-CCT, e ao Requerimento nº 36, de 2023-CCT, ambos de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), com a finalidade de debater a simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil, com a participação de Leopoldo Gomes Muraro, Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Marcelo Montalvão Reis, Coordenador-Geral de Auditoria das áreas de Ciências, Tecnologia, Inovação e Comunicações da Controladoria-Geral da União (CGU); Leandro Santos de Brum, Diretor da 4ª Diretoria Técnica da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU); Aldo José Gorgatti Zarbin, Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Dácio Roberto Matheus, Presidente da Comissão de Ciência & Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Gesil Sampaio Amarante Segundo, Presidente da Associação Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec); Antônio Fernando de Souza Queiroz, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies); e Márcio de Araújo Pereira, Vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/118477

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Izalci Lucas, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Fernando Dueire, Daniela Ribeiro, Dr. Hiran, conforme os REQ 679, 675, 685 e 687/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 028, de 2023, da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, no Estado de Santa Catarina, e do expediente da Câmara Municipal de Vereadores de Charrua, no Estado do Rio Grande do Sul, que encaminham, respectivamente, cópia da Moção nº 3, de 2023, e da Moção nº 2, de 2023, nas quais apelam à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal que se posicionem contrariamente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, cujo tema central é a descriminalização do aborto nas doze primeiras semanas gestacionais, que tramita no Supremo Tribunal Federal. Os expedientes serão encaminhados ao Arquivo, tendo em vista que o tema em referência não é de competência da CCT. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 25, de 2023-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater, analisar e ampliar a discussão da capacidade de desenvolver vacinas eficazes e seguras no Brasil, com a participação de Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representante de Ricardo Gazzinelli; Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP); Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan; e Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai/Cimatec). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/118650

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 028, de 2023, da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, no Estado de Santa Catarina, e do expediente da Câmara Municipal de Vereadores de Charrua, no Estado do Rio Grande do Sul, que encaminham, respectivamente, cópia da Moção nº 3, de 2023, e da Moção nº 2, de 2023, nas quais apelam à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal que se posicionem contrariamente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, cujo tema central é a descriminalização do aborto nas 12 primeiras semanas gestacionais, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Os expedientes serão encaminhados ao Arquivo, tendo em vista que o tema em referência não é de competência desta Comissão.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater, analisar e ampliar a discussão da capacidade de desenvolver vacinas eficazes e seguras no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2023, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo Portal do Senado, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar para o telefone 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão:

- Doutora Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Eu convido a Secretária para compor a mesa comigo.

- Doutora Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representante do Doutor Ricardo Gazzinelli. Por favor, Doutora, obrigado por ter vindo.

- a Doutora Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP). Por favor, Doutora. Obrigado.

Encontram-se também presentes por meio do sistema de videoconferência:

- Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan. Obrigado.

- o Doutor Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do *Campus* Integrado de Manufatura e Tecnologia do Senai Cimatec. Obrigado também pela presença.

Já vejo ali o Breda, o Gustavo lá. Muito bom vê-los novamente.

Eu também gostaria de agradecer a presença de todos que nos acompanham aqui presencialmente e também através da TV Senado e pelas redes do Senado Federal.

Esta audiência pública tem uma importância muito grande no seguinte sentido. Deixe-me contar uma história aqui para que vocês entendam a preocupação com isso.

Nós tivemos, durante a pandemia, a necessidade premente de desenvolver vacinas no Brasil. Eu confesso que, sendo engenheiro aeronáutico, – ali está o Dr. Marcelo Morales, que era então Secretário de Pesquisa e Formação do Ministério de Ciência e Tecnologia, que é médico e conhece muito bem o setor –, cerca de um mês antes do início da pandemia, foi no dia 10 de fevereiro, nós juntamos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

chamada Rede Vírus (MCTI), composta de pesquisadores especialistas em viroses emergentes em todo o país.

Isso foi graças ao trabalho do Marcelo, que, na época, falou assim: "Olha, Ministro, está acontecendo um problema lá na China e, provavelmente, isso vai se ampliar. É importante já preparar o país do ponto de vista de ciência e tecnologia. Se chegar aqui, o que é que a gente vai fazer? A gente precisa desses especialistas". Eu falei: "Ótimo. Vamos marcar a reunião".

Marquei a reunião, lá na sala dos conselhos, e, no dia 10 de fevereiro, fizemos a primeira reunião. No dia 11 de março, dia do meu aniversário, foi declarada a pandemia pela OMS, ou seja, um mês depois, exatamente.

Eu lembro que, durante aquela reunião, eu falei para os pesquisadores que estavam lá: "Gente, eu não entendo dessa área, mas vocês são os especialistas e eu sou o Ministro aqui, então, eu gostaria que vocês fizessem um plano de trabalho, uma estratégia que nós utilizássemos aqui no Ministério. Vocês dizem e eu assino embaixo".

Com isso, foi desenvolvido um plano composto de ações emergenciais e ações estratégicas. Nas ações emergenciais, nós tínhamos ali algumas caixinhas, como eu costumo falar.

A primeira caixinha era com relação à questão de busca de medicamentos de reposição. Foi feito um trabalho pelo CNpem, junto com INCTs, de busca com análise, primeiro, com inteligência artificial, para verificação do encaixe das proteínas. Vocês sabem muito mais do que eu sobre isso.

Eles chegaram a cinco possíveis medicamentos. De 2 mil que eles analisaram, chegaram a cinco medicamentos. Dos cinco, fizeram testes *in vitro*, com células de macaco e células de seres humanos, e uma delas foi escolhida, por ter 94% de eficácia na redução da carga viral.

Aí precisava-se fazer os testes clínicos. Então, seguiram-se os testes clínicos, coordenados pela Dra. Patricia Rocco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma cientista extremamente renomada, com centenas de artigos publicados internacionalmente, que já orientou também mais de uma centena de mestres, doutores, ou seja, realmente uma cientista que nos dá muito orgulho no Brasil. Ela coordenou os testes clínicos que foram feitos com nitazoxanida, com cerca de 400 pacientes voluntários.

Chegou-se à conclusão de que, realmente, esse medicamento reduz a carga viral, e foi publicado o artigo internacionalmente. Depois, seguiram artigos publicados, com novas pesquisas, feitas na Argentina, com os mesmos resultados; depois, na Europa – onde eles chamam a nitazoxanida de NT-300 –, com resultados semelhantes; e agora, recentemente, o FDA americano também chegou à mesma conclusão e colocou lá, então, essa medicação como um antiviral eficiente para esses casos.

Eu gostaria de ressaltar que isso começou com o Brasil, com pesquisadores nacionais. Por isso, é importante a gente ressaltar a capacidade dos nossos pesquisadores.

Então, a Rede Vírus fez essa parte de medicamentos de reposição e busca do desenvolvimento de medicamentos nacionais também, novos medicamentos.

Nessa parte emergencial, eu não vou lembrar o nome específico das sub-redes ali, mas uma que trabalha com águas residuais, para busca de possíveis indícios de que, naquela região que é atendida por aquele sistema, existe a possibilidade do desenvolvimento de aumento de casos, e isso serve não só para aquela pandemia. O bom da Rede Vírus é que ela ficou fixa. Então, continua esse trabalho no Brasil inteiro. Também o pessoal que busca animais como morcegos e aves migratórias, a passagem de humanos para animais e de animais para humanos, de certas doenças, o que também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, na área de ações estratégicas de longo prazo, entrou a Corona-Ômica justamente para a análise de atividade genômica, a parte de sequenciamento genético do vírus, o que foi feito bastante no Brasil todo, e também a questão de laboratórios de campanha para testes, também uma rede das ciências sociais e humanas para a humanidade, para acompanhar os efeitos da pandemia, tanto sociais como econômicos, também um grupo de pesquisadores para análise de sequelas da própria doença, e a questão de laboratórios, um grupo todo na infraestrutura... Nós aumentamos 18 laboratórios de nível de Biossegurança 3, que era o necessário para a covid, de um total de 30 para os quais nós tínhamos um planejamento, e um laboratório de Biossegurança 4, que eu imagino que agora já está com os recursos. Isso vai ter continuidade, porque vai ser o único de Biossegurança 4 para poder tratar com vírus de alta letalidade, alta transmissibilidade, o que o Brasil não tinha. Na verdade, nenhum da América Latina tinha, e agora o Brasil vai ter o primeiro da América Latina e o único do planeta conectado com um acelerador de partículas, o que sempre me dá muito orgulho quando a gente fala lá do CNpem e do Sirius. Então, os cientistas vão ter a capacidade não só de trabalhar com vírus de alta letalidade sem colocar os cientistas em risco e sem vazar para fora o problema, mas também de ver o vírus em ação. Ou seja, isto é muito importante, vai acelerar muito o tempo para o desenvolvimento de vacinas e remédios.

Eu contei essa história toda para chegar nas vacinas, porque também parte da estratégia deles... Eles chegaram para mim e falaram: "Ministro, a gente tem que desenvolver vacinas no Brasil". Eu falei: "Bom, essa parte a gente pode ticar. O Brasil é um grande desenvolvedor de vacinas". Eu tinha essa impressão, eu confesso que eu tinha. Eu acho que grande parte dos que estão nos assistindo no Brasil, se bobear, até tem essa impressão hoje em dia. "Nós somos um grande desenvolvedor de vacinas já há muito tempo, essa parte não precisa". Eles falaram para mim: "Não, a gente nunca desenvolveu nenhuma". "Como não?" "Não, a gente não desenvolve vacinas; nós fabricamos vacinas com tecnologia de outros países." Eu perguntei: "Mas a gente não tem capacidade de fazer?". "Temos, a parte de ciência a gente tem. O problema é transformar esse conhecimento no produto. E, para transformar isso, a gente precisa de toda uma estrutura, que não é simples de se fazer, precisa ter produção de pequenos lotes de insumos, precisa ter os testes pré-clínicos com animais, precisa ter acompanhamento do regulatório com a Anvisa, precisa ter a participação das empresas." Eu disse: "Se é difícil, se ninguém fez, vamos fazer esse negócio". E é uma das coisas de que eu tenho muito orgulho, de poder ter trabalhado com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o BH-TEC, com o Centro de Vacinas... A gente pegou um centro que já estava desenvolvendo trabalhos nisso, para não começar do zero, e a partir daí, então, nós temos o Centro de Tecnologia em Vacinas, que a Dra. Ana Paula está aqui representando e que me dá muito orgulho, e tem muitas novidades de lá que eu vou deixar para ela falar.

Mas essa história toda que eu contei é para ressaltar a importância de a gente ter isso. Ter vacinas desenvolvidas no Brasil significa a soberania do país, significa a possibilidade de o nosso país ajudar outros países do Hemisfério Sul do planeta que precisem de ajuda.

E o Brasil precisa ocupar o seu lugar de liderança e poder ajudar esses países, porque, quando acontece uma pandemia – a gente viu –, os países que têm a capacidade de fazer vão cuidar deles primeiro, e depois do resto; e aí falta vacina, as pessoas morrem... E a gente pode fazer isso no Brasil, a gente pode ajudar os nossos países e os outros países com tecnologia nacional.

Então, esse é o nosso tema aqui de hoje, depois dessa longa explanação. Eu prometo que vou ficar quieto depois disso, vou deixar os nossos convidados falarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero já começar agradecendo também àqueles que já mandaram as suas perguntas aqui pelo e-Cidadania – daqui a pouco, eu vou ler as perguntas e os comentários –: o Sidney Pessoa, de Minas Gerais; o Davi Manoel, de Goiás; o Ricardo Achilles, do Rio de Janeiro; a Aline Beatriz, do Rio Grande do Sul; o Jhefferson Oliveira, de Goiás; o Francisco Jean, do Ceará; e o Carlos Eduardo, da Bahia. Depois a gente vai ler aqui.

Como que nós vamos funcionar? Nós temos cinco expositores. A sequência de exposição vai ser a sequência que está aqui, revezando presencial e remoto. Então, a primeira a apresentar vai ser a Dra. Marcia Cristina, depois o Dr. Gustavo Mendes, depois a Dra. Ana Paula, depois a Dra. Irene e depois o Dr. Luis Alberto, nessa sequência.

Cada expositor vai ter dez minutos para fazer a sua exposição. Para aqueles que estão aqui, é fácil de ver, porque vai ter no relógio o tempo correndo, e também, quando faltar um minuto, vai tocar uma campainha como esta daqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... que não sou eu que toco, ele toca automaticamente; e, faltando 15 segundos, vai entrar uma voz feminina convincente que vai falar que faltam 15 segundos. Para quem está no remoto, não vai ter os relógios, mas vai ter a voz convincente entrando nos 15 segundos, mas eu peço para que controlem o tempo com um celular ou alguma coisa para não extrapolar muito o tempo. O tempo é feito como uma referência, mas, logicamente, se estiver no final de uma ideia, termine a ideia toda, para a gente não cortar as ideias. Depois de todas as exposições, eu vou ler as perguntas enviadas, vou passar as perguntas para os nossos expositores e vou passar para as considerações finais e para as respostas às perguntas na última parte. Está o.k.?

Então, vamos, sem mais esperas.

Eu passo, então, a palavra, por dez minutos, à Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Dra. Marcia, a senhora tem os dez minutos.

Obrigado.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (Para expor.) – Bem, bom dia a todos e todas.

Começo mandando uma saudação especial da nossa Ministra Luciana Santos, que manda saudação a todos os presentes, e aproveito para saudar o Senador Pontes e, na pessoa dele, os demais participantes da mesa, de forma presencial ou remota; mas, com muito carinho, sinto muito, tenho que dar uma saudação especial ao Marcelo Morales, meu colega de Academia Brasileira de Ciências.

Eu sou uma física teórica que aconteceu de estar na Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, que tem essa constituição aqui, que tem n temas, ou seja, uma complexidade todos os dias; e está lá, entre os diversos temas, o tema de saúde.

Então, quando eu vou pensar em qualquer problema como cientista, eu começo com a pergunta: qual é o problema? Depois: qual é a solução? E, para resolver qual é a solução, eu pergunto: o que os outros já fizeram sobre isso? Se é coisa boa, eu pego; se é coisa que não está boa, eu removo. E o que é que a gente está fazendo dentro dessa perspectiva na secretaria?

Então, qual é o problema? Nós temos um problema maior que a questão de vacinas, nós temos um problema de desindustrialização no Brasil, particularmente no setor de saúde. O Brasil, no passado, produzia aspirina e não produz mais. A gente teve, durante a pandemia, um choque de realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente não tinha produção não era só de vacinas, era de insumos básicos, faltava máscara, faltava a produção mais básica. Isso é um problema.

E eu comecei a pensar: bem, agora vou ver, quando eu vou fazer essa produção em escala farmacêutica, como é que o mundo faz, porque eu vou lá olhar o mundo, como é que ele se estrutura para fazer essa produção farmacêutica? E, no mundo, a gente tem três etapas. A gente tem a academia, que produz ideias, deixe-me dar um exemplo: este ano, o Prêmio Nobel de Fisiologia foi pelo desenvolvimento do mRNA, uma pesquisa básica. A Katalin Karikó, contra tudo e todos, essa mulher é absolutamente corajosa, foi lá trabalhar com a coisa que todo mundo dizia que não iria dar certo, e deu certo – tem que ser mulher para fazer isso, ela foi e trabalhou. Mas isso é uma pesquisa básica. Aí uma empresa pequena, a BioNTech, não uma empresa grande, foi lá e identificou: eu posso pegar esse mRNA e transformar numa vacina. Fez a otimização do processo e os primeiros ensaios clínicos e entregou de mão beijada para a Pfizer, o que todo mundo termina chamando de vacina da Pfizer, ninguém chama vacina da Katalin, ninguém chama vacina da BioNTech, chamam de vacina da Pfizer, que pegou o processo pronto para embalar.

Qual é o nosso problema no Brasil? O problema no Brasil é que a gente tem academia, mas a gente não tem um setor intermediário que pegue essas ideias e, utilizando iniciativas, seja privada ou seja algum tipo de organização, possa otimizar para entregar no setor da *big pharma*. Hoje em dia, se eu jogar dinheiro na *big pharma*, brota genérico, e, cá entre nós, genérico é ótimo, mas é copia e cola, é aquele tema de casa em que vou no Wikipedia, copio e colo; ele não é desenvolvimento novo. Então a gente tem o desafio, que foi imposto na pandemia, desenvolvemos algumas vacinas que chamo de copia e cola, na emergência, pela Fiocruz e pelo Butantan, mas agora a gente precisa desenvolver coisa nova, ou seja, pegar conceito novo, passar pela otimização e entregar pronto para embalar nas *big pharmas*.

O que as pessoas têm feito? Eu chamo pessoas... Nós já tivemos até... Posso ser bem rápida, porque é o que nos foi entregue. Eu fui olhar o que essa secretaria fez quando o Marcelo Morales estava na secretaria. A gente fez todo esse processo das encomendas. Encomenda é quando eu chamo as pessoas que têm capacidade para produzir, que eu conheço, e entrego nessa tarefa para fazer. Não é edital, não é aberto para quem quiser concorrer, mas eu busco as pessoas que têm essa capacitação e chamo empresas com subvenção econômica. Então, isso está andando, não vai ser jogado fora por esta gestão, porque o que é bom, boleto bom a gente paga, boleto do ex que é bom, deixou o cargo, deixou a casa, a gente continua pagando. Então, não é de se jogar fora o boleto do ex, não querendo dizer que o Marcelo é meu ex, não é. Não vamos ficar falados nesse nível. (*Risos.*)

Foi montada, pensando nisso dos insumos farmacêuticos, uma rede, mas só foi montada a rede, ainda não estamos com isso otimizado, mas vamos ter uma novidadezinha no último eslaide sobre isso. A que a gente está dando continuidade? A gente deu continuidade a certos projetos, que já estão otimizados e com mais recursos nesse antiviral, ou seja, a gente não só pegou e deixou andando o carro ladeira abaixo, mas a gente está otimizando com recursos.

A gente está otimizando, com recursos, editais que estavam na praça, mas que estavam ainda com recurso limitado de resistência antimicrobiana, que nós estamos jogando neste momento, duplicando o orçamento, porque isso é muito importante. Gente, vocês não têm noção do risco que é essa questão antimicrobiana e doenças raras. Vocês pensam que é para uma minoria? Doença rara é um instrumento muito importante de a gente aprender a como lidar com certas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, novidades que nós já lançamos. Não é promessa para depois de amanhã, é coisa que a gente já lançou.

A primeira coisa que a gente já lançou e eu me dei conta, em março deste ano, quando eu entrei, é que nós temos uma gripe aviária no nosso calcanhar. E, se vocês pensam... Eu nem como galinha, eu sou vegana; então, eu não deveria nem estar preocupada com esse assunto, mas eu me preocupo. Por quê? Primeiro, as pessoas têm que se alimentar, é uma parte econômica fundamental do Brasil; e a segunda razão é que pode passar para a gente.

Esse edital aponta para estas três coisas: nós estamos monitorando, a Rede Vírus já monitora mesmo sem ganhar um tostão, mas agora vai ganhar financiamento – nós estamos monitorando –; nós vamos desenvolver a vacina para um possível pulo para a gente; e medicamento para a questão aviária, que é uma questão econômica fundamental no Brasil. Isso a gente fez por edital, porque eu quero prospectar uma coisa mais ampla do que a Rede Vírus, que é a Rede Vírus voltada para animal. Então, estamos aí. Não é muito grande o financiamento. Aceitamos doações do Senado para ampliar, qualquer dinheiro está bom.

Além disso, nós apontamos para duas questões que vão gerar a criação de medicamentos. A primeira é fazer o monitoramento da saúde mental do brasileiro. Todo mundo diz que voltamos piores da pandemia, mas não temos dados sobre isso. Então, nós estamos com um edital que vai fazer uma análise da saúde mental do brasileiro, já apontando para tratamento e talvez ampliação de medicação. Tem essa questão.

A próxima é síndrome de Down. "Mas síndrome de Down afeta tão pouca gente." Síndrome de Down é fundamental para uma parcela da população, mas, mais do que isso, as pessoas que sofrem síndrome de Down têm estágios precoces de doenças cardíacas, têm mais autismo. E aqui, como eu estou vendo uma certa faixa etária não vou dizer elevada, gente jovem há muito tempo, síndrome de Down é grupo para estudo de demência. E nós vamos rastrear, não só acompanhar essa população, mas entender o que, na genética dessa população, leva a esses problemas e, com isso, resolver esses problemas. De novo, estou com um pires. Temos um edital pequeno. Se tiver mais dinheiro, estamos acrescentando nesses novos projetos.

E o que é que está para lançar nesse novo FNDCT? A gente cumpriu tudo o que foi lançado no final do ano passado. Pagamos esses boletos do ex, mas, mais do que isso, estamos lançando este mês um edital da Finep para insumos farmacêuticos e para criar, vamos dizer assim, esse meio ambiente para criar o que a gente chama dessas empresas intermediárias, como a BioNTech, que vão sair pelo país prospectando molécula nova e, a partir disso, deixar pronto para embalar para a *big pharma,* porque, se eu só jogar dinheiro na *big pharma*, brota genérico. É assim: jogou, brota genérico. Então, eu tenho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA – Se eu quero cultivar arroz, eu vou ter que plantar isso.

E, com isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Secretária Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Parabéns pelo tempo. Parece coisa de físico isso. (*Risos.*)

Aliás, para os físicos, uma boa notícia, uma ótima notícia de ontem aqui no Senado. Nós aprovamos, lá no Plenário, a participação do Brasil – agora ratificada pelo Congresso – no CERN

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear). Para aqueles que não o conhecem, depois a Secretária pode até explicar um pouco sobre isso, que é parte do trabalho dela, mas tem uma aplicação gigantesca em muitas áreas – quando a gente pensa só em física, parece que é só física teórica –, as aplicações são gigantescas de física de partículas. E agora o Brasil pode, oficialmente, como membro associado, fazer troca de pesquisadores, estudantes de pós-graduação, também utilizar das pesquisas do CERN aqui no Brasil. E essa parceria vai ter uma utilização direta também com o CNpem, lá em Campinas. Também as nossas empresas podem exportar, vender produtos para as manutenções e aumento do CERN, o que também é muito importante para as nossas empresas de alta tecnologia, *startups* inclusive. E essas *startups*... O pessoal que tem dúvidas de se o Brasil é capaz ou não de fazer isso, nós construímos, com tecnologia nacional, 86% do Sirius. Então, acho que não precisa nem falar nada. E, para quem tiver dúvida, dê um pulinho lá em Campinas para conhecer o Sirius, eu tenho certeza de que você vai ter muito orgulho da ciência e da indústria brasileira.

Em outro ponto importante sobre medicamentos também, eu queria ressaltar aqui a participação da Unesp (Universidade Estadual Paulista), lá em Botucatu, com o Cevap, com o Dr. Rui Seabra e o Sebastião, lá no desenvolvimento de medicamentos, com o centro já funcionando – isso é muito importante –, e a importância de se incentivar as nossas *startups*, o que também é extremamente importante.

Outro ponto a ressaltar aqui é a questão de resistência antimicrobiana, e muita gente não fala sobre isso, mas, se realmente – vocês podem falar muito melhor do que eu sobre isso – acontecer de uma superbactéria, vamos dizer assim, surgir, ela pode ser pior do que qualquer pandemia, porque a gente está com resistências, nós não temos o desenvolvimento de antibióticos na velocidade e na quantidade que nós deveríamos ter.

E, sobre doenças raras, quando a gente fala raro, parece ser pouca gente, mas são 13 milhões de pessoas no Brasil. Ontem nós tivemos um evento...

O Senador Izalci Lucas está aqui conosco também. Eu me lembro do meu tempo de Ministro, em que ele era a minha referência aqui, o tempo todo falando com o Senador Izalci sobre tecnologia, sobre necessidade. É bom, porque hoje nós conseguimos já duplicar a nossa capacidade aqui no Senado. E isto é importante: 100% de crescimento da bancada científica aqui.

A gripe aviária é outro ponto extremamente importante, e nós estamos tratando desse problema. Desde o começo do ano, eu comecei a falar disso aqui no Brasil, o problema estava na Argentina, e a gente já está com esse problema espalhado, tem que ser realmente cuidado.

Sobre dinheiro e também sobre financiamento e orçamento, nós estamos ali com a PEC 31, a PEC da ciência, que aumenta – eu propus essa PEC e conto com a ajuda de todos os Senadores – o investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, no setor público, no privado, no terceiro setor, a soma de tudo. Aliás, é feito o cálculo com o Manual de Frascati, o ministério trabalha com isso para a gente passar do 1,14% atual em relação ao PIB para pelo menos 2,5% em dez anos, no tempo, para que o Brasil entre próximo dos países da OCDE, que são, em média, 2,71%.

E é possível fazer isso com políticas públicas que incentivem o investimento das empresas principalmente, para que a gente tenha um balanço de 75% do setor privado e 25% do setor público, como acontece, aproximadamente, com a Coreia do Sul e outros países desenvolvidos.

Bom, Senador Izalci, antes de continuar aqui, se o senhor quiser...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pode continuar? Então, vamos lá!

Eu passo, então, a palavra, para a exposição de dez minutos, ao Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan.

Dr. Gustavo, você tem a palavra por dez minutos.

Peço para controlar o tempo por lá.

O SR. GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está certo. Obrigado.

Bom dia. Bom dia, Senador Pontes.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, queria agradecer também aos meus colegas que estão aqui, a Marcia Barbosa, a Ana Paula Fernandes, a Profa. Irene e ao Luis Breda.

Eu quero dizer que é uma honra estar aqui para poder falar um pouco sobre inovação. Eu sou um entusiasta do tema. Eu sou farmacêutico, já trabalhei em indústria farmacêutica. Tenho uma longa experiência como regulador na Anvisa e, agora, mais recentemente, estou no Butantan, que é uma instituição que tem muito a acrescentar nesse tema de inovação, de desenvolvimento, porque aqui é uma instituição que faz a pesquisa básica, mas também tem a oportunidade, por ter um parque industrial bem estabelecido, de levar da bancada para o leito. A gente usa esse termo em inglês: *from bed to bench*. E, aqui no Butantan, a gente tem um pouco dessa oportunidade. Então, é uma honra estar aqui.

Eu queria já começar a minha apresentação convidando todos para virem conhecer as instalações do Butantan para quem não conhece ainda. Eu sei que tem vários colegas aqui que já vieram. A gente está falando de vacina e, recentemente, a gente teve a inauguração do Museu da Vacina, que é um museu superinterativo, tem até um cinema 4D, mostrando, simulando os processos de atuação da vacina. Então, fica o convite para que venham aqui nos visitar e conhecer um pouco das instalações.

Eu preparei uma apresentação muito rápida para mostrar para vocês um pouco sobre os projetos que estão acontecendo aqui no Butantan e de que forma isso pode contribuir para essas questões que estão hoje sendo discutidas, de inovação, de desenvolvimento e tudo isso que faz parte desse escopo.

Deixem-me só confirmar se vocês estão vendo a minha tela. Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, estamos vendo aqui.

O SR. GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS (*Por videoconferência.*) – Estão vendo? Então, está bom.

Bom, o Butantan eu acho que é um exemplo interessante para se discutir sobre, porque o Butantan é uma instituição que é composta tanto pelo instituto, que foi fundado em 1901 – então, são 122 anos de história –, como pela Fundação Butantan. A Fundação Butantan, que foi criada em 1989, tem a função de prover os insumos, prover a estrutura necessária para que se possa fazer a pesquisa aqui no Brasil.

Esse modelo de instituto e fundação ajuda muito no avanço, no desenvolvimento das pesquisas e da fabricação que a gente faz aqui no Brasil. São 3,7 mil colaboradores no Butantan hoje, com um *core business* de pesquisa, desenvolvimento e produção e também a parte de cultura e educação. Hoje o foco do Butantan é a produção de soro e vacinas.

Nas vacinas, nós temos esse portfólio aqui de sete vacinas principais que são utilizadas, sendo que, dessas sete, três são produtos de transferência de tecnologia. As outras são vacinas que vieram ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de processos de desenvolvimento ou de parcerias que aconteceram para a fabricação e para a etapa final de desenvolvimento. E o Butantan também tem o foco em soros: soros antitoxina e antiveneno.

O caso específico da vacina da gripe é um caso interessante para a gente pensar. Isso começou por um processo de transferência de tecnologia da Sanofi lá atrás, mais ou menos 20 anos atrás, e é uma vacina que é muito desafiadora, porque todo ano a OMS indica quais são as cepas, ou seja, quais são as variantes da vacina que vão ser utilizadas para a próxima campanha. E, se a gente não tivesse a estrutura que a gente tem hoje, em que 100% das vacinas são produzidas aqui no Butantan e fornecidas anualmente – são 90 milhões de doses fabricadas –, a gente não teria essa autonomia de fabricar e garantir o acesso a essa vacina, que é dada todo ano, com essa velocidade que a gente precisa para o enfrentamento dessa doença.

A vacina que a gente tem é a vacina trivalente, mas a gente está em desenvolvimento também da vacina quadrivalente, que está na Fase III, desenvolvimento total aqui, já que a gente desenvolveu a plataforma. Hoje a vacina da gripe, da influenza, é uma vacina fabricada com a plataforma em ovos, uma plataforma que foi trazida por meio da transferência de tecnologia hoje e que serve para o desenvolvimento, inclusive, de outras vacinas. Então, a gente tem a quadrivalente na Fase III e a gente tem duas vacinas pandêmicas, que também estão em fase de desenvolvimento total aqui no Brasil. A gente tem a H7N1 e a H5NX: a H7N1 está em Fase I e a H5NX está em pré-clínicos.

Foi mencionado sobre a gripe aviária, e o foco dessas vacinas é justamente este: são vacinas pandêmicas em que a gente desenvolve a plataforma e, assim que observamos uma situação de surto, podemos rapidamente passar dessa plataforma para uma vacina utilizável. Então, desenvolver esse tipo de tecnologia aqui é algo que faz muito sentido, principalmente com os aprendizados da pandemia.

Para que a gente possa fazer o que a gente faz hoje aqui no Butantan, a gente tem uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento com 150 pesquisadores, mais de 275 artigos publicados, 140 projetos de pesquisa e várias linhas que envolvem tanto a virologia, a biotecnologia, a vacinologia, etc.

Essa aqui é uma foto do centro industrial. Quando vocês vierem aqui, a gente pode passar por esses prédios e adentrá-los. É bem interessante ver como funciona esse processo produtivo numa quantidade tão grande de doses a serem fabricadas. Se vocês observarem, nesse centro industrial que tem no Butantan, a tecnologia para a fabricação de vacina não é só focada na tecnologia baseada em ovos; a gente tem também a tecnologia aqui do Butantan de plataformas de eucariotos e procariotos, o que também traz uma diversidade de possibilidades de vacina que poderiam ser incorporadas aqui; e também a gente tem uma – eu sei que o foco aqui é vacina – fábrica de anticorpos monoclonais. A gente sabe que os anticorpos monoclonais são produtos que revolucionaram o tratamento em vários aspectos de várias doenças e que representam uma possibilidade de redução de custo, já que são produtos muito caros.

A gente desenvolve também, aqui no Butantan, a etapa clínica, o que a gente chama de desenvolvimento clínico. São mais de 40 estudos que foram conduzidos no Butantan, metade deles nos últimos seis anos, o que mostra que esse desenvolvimento da capacidade científica, que foi destacado pelo Senador Pontes, com todo o incentivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi um aprendizado que foi crescendo ao longo dos últimos anos. O Brasil se tornou capaz de responder às questões de biotecnologia mais recentemente, diferentemente do que aconteceu com os genéricos, que foi um tempo mais atrás.

E, aqui no Butantan, a gente faz tanto a Fase I quanto a Fase IV, em todas as regiões do Brasil. Hoje a gente tem, em desenvolvimento, estudos de diferentes vacinas: dengue, chicungunha, influenza e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

covid. São 57 mil participantes de estudo atualmente recrutados, com mais de 60 centros de pesquisa em todo o Brasil. E a gente inclui aqui a importância de descentralizar a pesquisa. Em casos de doenças como dengue e chicungunha, a gente precisou abrir centros em regiões endêmicas, muitas vezes regiões que estão fora desse centro do Sudeste, e isso é um desafio e também mostra a importância de descentralizar e capacitar em diferentes regiões do Brasil.

A gente tem um sistema de qualidade também, que é bem estruturado, em conformidade com os requisitos tanto da OMS, do ICH e da Anvisa. Os ensaios e os estudos que são conduzidos aqui cumprem com boas práticas clínicas e boas práticas laboratoriais.

Nos tipos de acordo que hoje estão presentes – e hoje a gente vê a volta das parcerias de desenvolvimento produtivo como uma possibilidade –, o Butantan já esteve envolvido nos diferentes tipos, tanto alianças estratégicas, quanto as PDPs e Etecs. É algo em que a gente vê a importância que tem no aspecto de trazer novas possibilidades, não pensando só que a gente recebe a tecnologia pronta, mas que a gente desenvolve a capacidade de estabelecer uma plataforma, aqui no Brasil, que permita adaptação e inovação em vários aspectos.

Dos projetos hoje que a gente tem em desenvolvimento, a gente tem da vacina influenza tetravalente, que está na Fase III; da vacina da dengue, que concluiu a validação do processo de produção do IFA e que está em Fase III também – a expectativa é ser submetida aqui em 2025; e a da chicungunha, que teve, recentemente, os resultados anunciados. Foi uma parceria do Instituto Butantan com a Valneva muito bem-sucedida. Nós desenvolvemos a vacina em paralelo, aqui no Brasil, com independência de fabricação, trazendo o banco viral e permitindo também a possibilidade de fabricar essa vacina para a nossa população, sem depender de aspectos essenciais.

Mas a gente tem, em desenvolvimento também, a vacina da raiva, vacinas recombinantes, pandêmicas, a dTpa acelular, que é também uma parceria com a GSK, e pertussis. Desenvolvemos um adjuvante próprio para a vacina, o que é algo que também depende ainda de alguns testes, mas pode ser muito interessante como uma alternativa à necessidade de comprar adjuvantes de empresas específicas, ter a possibilidade de autonomia aqui no Brasil.

Esse é só um artigo que eu queria mostrar para quem tiver interesse de entender um pouco como é que foi essa transferência da vacina influenza do Butantan para a Sanofi – foi algo bem interessante – na plataforma de ovos. Durou dez anos essa transferência, o que foi bastante desafiador para a época. A gente está falando aí de 1999 a 2011.

Nessa minha apresentação, não vou entrar nesses detalhes, mas a gente sabe que, para se considerar uma transferência ou o desenvolvimento de uma vacina, é preciso sempre focar nos aspectos regulatórios. O Senador Pontes destacou a importância de envolver esses atores, como a Anvisa, como os sistemas éticos, como os financiadores, o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque, ao final, vacina é vista sempre como uma alternativa para imunização no âmbito público, e ter esses atores envolvidos e cumprir com esses requisitos é fundamental, pois envolve uma série de aspectos de boas práticas e tal.

E, para fechar a apresentação, mais um pouco de detalhes sobre esses projetos. A CoronaVac foi um desenvolvimento que aconteceu nessa parceria da Sinovac com o Butantan, o que trouxe para a gente a possibilidade de concluir estudos e realizar estudos de Fase III, que envolveu mais de 13 mil voluntários, e fazer estudo clínico é uma forma de desenvolver a ciência no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora a gente tem a ButanVac, que foi... O licenciamento aconteceu do Mount Sinai para o Butantan, e agora está na Fase III, que envolverá 4 mil voluntários, mas essa é uma vacina que consegue uma autonomia, desde o IFA, em todo o seu processo de produção.

A chicungunha, como eu já mencionei, foi essa parceria da Valneva com o Butantan, e a dengue foi um licenciamento do Butantan de cepas do NIAID. Então, a vacina da dengue é um exemplo de vacina de desenvolvimento completo no Brasil. E, inclusive, a gente está com acordo para licenciar internacionalmente para Merck. Então, é um exemplo interessante de mostrar que é possível também tecnologias que nós desenvolvemos aqui no Brasil serem licenciadas para empresas internacionais, como a MSD nesse caso, que tem interesse nessa vacina.

Bom, para fechar, esses 22 anos do Butantan nos ensinam que tudo isso é possível porque a gente trabalha todos juntos a serviço da vida. E é isso que faz a diferença aqui no campo da ciência e da tecnologia em que a gente vive.

Muito obrigado pela oportunidade.

Eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan. Parabéns pela apresentação. Fico muito orgulhoso, sendo do Estado de São Paulo também, de ver isso aí.

Eu já fui visitar. Preciso voltar lá, porque quando eu fui, eu era criança ainda. Fui com a escola.

O SR. GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS (*Por videoconferência.*) – Está bem, mas está bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com certeza. (*Risos.*)

Na sequência, eu passo a palavra à Dra. Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por dez minutos.

A SRA. ANA PAULA FERNANDES (Para expor.) – Boa tarde já, não é?

Boa tarde a todos. É uma honra participar desta audiência.

Quero cumprimentar o Senador Marcos Pontes, quero cumprimentar também meus colegas e meu colega também Marcelo Morales.

Esta iniciativa é muito importante por trazer para esse espaço a discussão das dificuldades, mas também do potencial e da competência que a ciência brasileira tem para o desenvolvimento de vacinas.

Bom, eu vou compartilhar hoje algumas novidades, alguns avanços no desenvolvimento da vacina SpiN-TEC MCTI/UFMG, uma vacina desenvolvida totalmente por pesquisadores brasileiros e que vem buscando enfrentar o desafio de fazer todo um percurso, de criar esse percurso para que outras vacinas possam ser desenvolvidas da mesma forma no Brasil.

Desenvolver vacinas no Brasil, acho que já foi colocado aqui pela minha querida Marcia brilhantemente e pelo Senador também, enfrenta um gargalo que é costumeiramente chamado de "vale da morte". A gente divide em quatro etapas o desenvolvimento das vacinas. O Brasil tem muita competência, bate recordes em publicações científicas e patentes na pesquisa básica e na geração do que a gente chama de prova de conceito, de que as vacinas podem funcionar. A gente tem muita experiência, o próprio Gustavo já mencionou, em realizar testes clínicos e temos dois grandes *players* na área da produção industrial, principalmente Butantan e Bio-Manguinhos, e também um programa maravilhoso de distribuição e de vacinação da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como já foi mencionado, os projetos de pesquisa, os potenciais candidatos vacinais não encontram, na fase intermediária do "vale da morte", a infraestrutura necessária e a competência necessária para preparar o que a gente chama de IFA e adjuvante em pequenos lotes – por incrível que pareça, conseguimos produzir grandes quantidades – que possam ser usados, então, nos testes clínicos. Essa situação gera uma distorção, uma atrofia na produção de vacinas humanas, no ecossistema de produção de vacinas humanas no nosso país. A gente tem 30 fábricas para vacinas veterinárias e só 2 praticamente para humanos. Das 17 vacinas do nosso PNI, só quatro são fabricadas totalmente no Brasil e não dependem de importação de IFA. Nenhuma usa uma tecnologia completamente nacional e isso impacta na nossa balança comercial. E as fábricas hoje ainda não têm – nossas fábricas – a capacidade de produzir vacinas em plataformas inovadoras como as vacinas de RNA.

E aí o CT Vacinas, que é formado por um grupo de pesquisadores, que, em 2005, criou a rede Milênio para o desenvolvimento de vacinas. Ele nasceu no início dos anos 2000. O nosso *case* de sucesso é o desenvolvimento da vacina Leish-Tec, que foi para o mercado para a leishmaniose visceral canina. Depois, a gente alcançou vários marcos importantes, inclusive recordes em patentes para vacinas e artigos de alta qualidade científica publicados, até que a gente chega à época da pandemia. E aí, como já mencionou aqui o nosso querido Senador, foi criada a Rede Vírus, no Ministério de Ciência e Tecnologia, e a gente passou a ingressar nesse esforço científico no país. E, além de produzir teste de diagnóstico, nós começamos a trabalhar com várias plataformas vacinais para tentar produzir, além das outras vacinas que a gente já vinha desenvolvendo, a vacina para covid, a SpiN-TEC.

A SpiN-TEC foi planejada, foi desenhada para resistir às variantes, às mutações que ocorrem no genoma do vírus – isso foi comprovado em artigos científicos. A gente trabalhou com animais que foram modificados para mimetizar a infecção com o receptor humano que o vírus usa para entrar nas células. E a gente viu que independentemente das variantes, os camundongos permaneciam saudáveis – essa linha verde aí em cima –, sem perda de peso, não morriam. E isso foi, então, extremamente importante para a gente prosseguir e apostar nessa plataforma.

Nós caracterizamos completamente o IFA da vacina, desenvolvemos o próprio adjuvante com a Funed. Em uma parceria com a Funed, a gente já conseguiu escalonar a produção e estamos prontos para avançar para a produção do IFA da Fase III, porque a gente já consegue produzir isso em escala. Então, essas fotos aqui mostram o aspecto desse IFA, dessa proteína altamente purificada e com todas as suas propriedades já parametrizadas.

Nós começamos em abril de 2020. Em outubro de 2022, nós conseguimos a aprovação com todos os dados dos testes pré-clínicos na Anvisa. Tenho que ressaltar aqui o importante papel da Anvisa, que nos acolheu, nos abraçou e foi muito importante. O Marcelo participou dessa história – não é, Marcelo? –, em inúmeras reuniões, e nos ajudou demais a criar essa competência para a documentação de registro. Em novembro de 2022, nós iniciamos o teste clínico Fase I, que concluímos com muito sucesso, e já estamos no Estudo Clínico Fase II.

O Estudo Clínico Fase I e II a gente está comparando com outras vacinas. Então, no Fase Clínico I, a gente comparou a SpiN-TEC com a AstraZeneca. No Fase II, estamos comparando com a Pfizer bivalente, aumentando progressivamente o número de participantes no estudo. Então, está aqui o início do ensaio clínico. O Marcelo esteve presente lá conosco. Aqui é o primeiro voluntário sendo vacinado.

Entre os dados mais importantes desse ensaio clínico, foi inclusive uma exigência posterior da Anvisa que a gente demonstrasse que, mesmo para subvariantes da Ômicron mais recentes, a vacina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

era capaz de induzir anticorpos neutralizantes. Ela não foi desenhada, especificamente, para esse parâmetro. Nós desenhamos uma vacina pensando em resposta celular, mas ela, como dose reforço, induz anticorpos neutralizantes mesmo contra as variantes mais recentes. Ela induz célula de memória, o que também nos dá a perspectiva de que essa vá ser uma vacina que vai poder ser usada por longo tempo e de que não vá ser necessário fazer as mudanças que a gente tem observado para as outras vacinas que já estão no mercado.

O estudo de Fase II já está todo delineado, planejado. Nós conseguimos aprovação no edital Finep para ensaios clínicos dos recursos necessários para a condução do ensaio com um número muito maior. Serão necessários 5 mil voluntários. E conseguimos também, o que ainda é raro, até porque as empresas do setor no Brasil estão acostumadas somente a ver o setor privado produzindo vacinas... Mas a Hipolabor, que é uma empresa mineira, que quer crescer nessa área de biotecnológicos, está nos apoiando e vai entrar com uma contrapartida. Estamos trabalhando em conjunto já com as equipes lá e avançando. Mas nós ainda temos a grande preocupação do "vale da morte".

Então, um pouco aqui é para tentar compartilhar essa agrura que nós estamos vivenciando ainda para o desenvolvimento da SpiN-Tec. Por quê? Porque, embora a Funed tenha nos ajudado na otimização, nós não vamos conseguir aprovar a certificação da planta da Funed para a produção do IFA, Fase III. Hoje a gente sabe que o prazo é muito exíguo. Então, nós estamos trabalhando com um plano B, inclusive a Hipolabor está considerando apoiar a reforma de uma área, lá próximo a Belo Horizonte, que possa rapidamente ser certificada, para que a gente não tenha atraso.

Assim que a Anvisa aprovar – a gente tem fé de que a Anvisa vai aprovar o Fase II –, que a gente esteja com o IFA pronto, atendendo as exigências regulatórias de produção numa área certificada, porque até então, para Fases I e II, isso não era necessário, a gente mandou produzir em Nebraska. Para o Fase III, a gente poderia até produzir em Nebraska, mas a exigência do edital da Finep é que a gente faça isso, embora a tecnologia seja toda nacional.

Infelizmente, Bio-Manguinhos e Butantan não podem parar a produção, em larga escala, de várias vacinas, para atender essa nossa demanda. Então, a gente ainda está batalhando para cruzar o "vale da morte". Mas está tudo planejado e estamos – os outros aspectos, não é? – otimistas de que nós vamos conseguir transpor, assim como conseguimos chegar até aqui. Realmente, é uma história de inovação. E, transpondo esse vale, a gente já vem com outras vacinas na sequência.

Sobre a vacina da malária, a minha querida Profa. Irene, colega, vai explicar para a gente como está sendo o desenvolvimento. Nessa parceria, nesse processo da SpiN-Tec, a gente se aproximou de empresas como a Cristália, que tem nos ajudado também. Apresentamos para eles as outras vacinas, eles se interessaram pela vacina da malária e estamos já num processo de buscar a transferência da tecnologia e assinar essa parceria.

Leishmaniose visceral humana, a gente tem uma parceria, até então, com a Fiocruz, mas é uma vacina que também, em breve, entra em fase clínica, a gente acredita.

Para Doença de Chagas, tem uma parceria já firmada com a Fundação Romeu Cançado, que vai nos ajudar a financiar os estudos para também chegar na fase clínica.

E temos também uma parceria com o Bio-Manguinhos, preparando os lotes-semente, para que, se o Brasil precisar aumentar a produção de vacina de *monkeypox*, a gente tenha isso completamente dominado em parceria com o Bio-Manguinhos.

E, ainda nessa perspectiva de futuro, o nosso Senador comentou sobre a criação do Centro Nacional de Vacinas. A obra está de vento em popa. Ele é uma parceria do Governo do estado, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, da UFMG, contando com o financiamento através da Finep, e a gente espera que, em 2026, a gente não tenha mais que passar por essa angústia e que a gente tenha a infraestrutura necessária para produzir os lotes-piloto de qualquer vacina em diferentes plataformas que o Brasil possa precisar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – Bom, agradecendo, acho que... Eu não vou citar todos, mas a gente tem uma equipe fantástica que está sendo altamente qualificada. Nosso medo é perder essa equipe de pós-docs, doutorandos, porque inclusive... É perder em termos, porque eles vão, mas depois imagino que eles queiram voltar para fora do país e se qualificar ainda mais, mas essa é uma preocupação.

Aos meus colegas Ricardo Gazzinelli, Helton Santiago, Flávio da Fonseca e Santuza, que são parceiros fantásticos – a gente veste a camisa junto e tem trabalhado muito –; às equipes da USP, que também têm sido muito importantes, a USP de Ribeirão Preto e a USP em São Paulo; ao pessoal da The George Washington University, que tem ajudado no delineamento dos ensaios clínicos; ao pessoal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – ... de ensaio clínico da Fiocruz também; à Cristália; à Hipolabor; à Funed; e à Anvisa, por todo o apoio e parceria, meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu tenho que dar o meu depoimento aqui de que, realmente, eu sempre fiquei impressionado com a capacidade desse pessoal e do sistema de desenvolver e transformar ideias em realidade. Realmente, é muito bom.

Inclusive, não foi falado aqui, porque não tem a ver com vacina diretamente, mas lembro aqueles testes também que foram muitos, testes de covid que foram desenvolvidos lá também.

Foi muito impressionante, muito bom. Parabéns.

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, por favor.

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – Nós estamos com um teste muito bacana, já está mapeada a demanda do Ministério da Saúde, que é de uma doença para a qual não existe teste ainda, mas que afeta significativamente a nossa população, principalmente na Amazônia, que é um teste em conjunto para detectar a hepatite B e a hepatite D. Ainda não existe para a D essa perspectiva de diagnóstico. É um teste rápido, simples e de fácil execução.

Então, Senador, foi com todo esse estímulo que a gente recebeu da Rede Vírus e do ministério, que a gente está conseguindo avançar para outras vacinas e outros testes de diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Realmente, parabéns. O Brasil precisa disso.

E, para aqueles que têm dúvida da capacidade das universidades, visitem lá para conhecer. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, neste momento, de passar a palavra, por dez minutos, à Dra. Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP).

Por favor.

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria agradecer pela oportunidade, em que o nosso ilustríssimo Senador Marcos Pontes está trazendo aqui a debate um tema tão relevante. Agradeço também ao Marcelo Morales, que me fez o convite diretamente.

Cumprimento os membros da banca e os nossos colegas pesquisadores que estão por videoconferência.

O tema que eu trago aqui é um tema de grande desafio, porque a gente está falando do desenvolvimento de uma vacina contra a malária. A malária é causada por um parasito. Vocês viram aí que a maioria das vacinas disponíveis hoje são contra vírus e bactérias, que são organismos muito simples. Então, a gente está falando de um organismo altamente complexo. O que eu vou tentar relatar aqui é exatamente essa dificuldade que a gente tem para desenvolver uma vacina efetiva.

Eu vou começar com um breve histórico. Em geral, a gente fala a equipe no final da apresentação, mas eu faço questão de destacar aqui, falar um pouco do histórico, de como esse grupo se juntou. Então, eu e o Prof. Maurício Rodrigues trabalhamos juntos durante mais de 20 anos com foco em desenvolvimento de vacina contra a malária, sob o estímulo dos pesquisadores Ruth e Victor Nussenzweig, da Universidade de Nova York, que desenvolveram pesquisas, durante décadas, nos Estados Unidos, e que deram grandes contribuições para o desenvolvimento da vacina atual contra a malária que está disponível. Então, sob o estímulo deles, a gente resolveu trabalhar com o desenvolvimento de uma vacina contra o *Plasmodium vivax*, baseada em uma proteína que é a base da vacina atual contra o *Plasmodium falciparum*. Então, nós juntamos várias pessoas com diferentes *expertises*, de diferentes instituições, inclusive parceiros do exterior.

A concepção dessa vacina é totalmente nacional. Então, o *design*, a escolha da proteína, tudo foi desenvolvido por pesquisadores brasileiros. Isso é importante falar. E eu trago aqui também, neste histórico, a importância dos apoios financeiros que a gente tem recebido ao longo desses anos. Então, esse estudo começou lá atrás, nos anos 2005, 2006, com o Instituto do Milênio de Desenvolvimento e Tecnologia de Vacinas, coordenado pelo Prof. Ricardo Gazzinelli. Posteriormente, através dos INCTs, fomos contemplados com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Vacinas, que ainda está vigente. Tive auxílio contínuo do CNPq ao longo desses anos e também da Fapesp. Nos mais de 20 anos em que eu estou desenvolvendo pesquisa na USP, sempre tive auxílio contínuo da Fapesp. E, mais recentemente, a gente conseguiu um da Finep, já para financiar os testes clínicos de Fase I. Então, neste momento, a gente tem o financiamento para fazer os testes de Fase I.

Qual a importância de desenvolver uma vacina contra a malária? Eu mostro os números, que são alarmantes, dados da Organização Mundial de Saúde: são cerca de 200 milhões de casos por ano, 200 mil mortes. A maioria dessas mortes é de crianças com menos de cinco anos de idade da região da África, a maioria delas decorrente do *Plasmodium falciparum*. Esse mapa mostra as áreas acometidas, porque são regiões tropicais e subtropicais do mundo.

Existem programas de eliminação e erradicação da malária e eu diria que são programas bastante ousados, tanto da Organização Mundial de Saúde, que tem uma expectativa de erradicação da malária até 2030 – esse programa foi lançado em 2016 –, como também do Ministério da Saúde, que, com apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Opas, lançou também um programa de eliminação da malária no Brasil. Esse programa é baseado no uso de medidas que a gente chama de convencionais de controle da malária, que são o combate ao vetor, o mosquito do gênero Anopheles, o combate aos criadores desse mosquito, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Isso, de certa forma, tem mantido, até com uma tendência de queda, os números de malária, mas, do nosso ponto de vista, isso não é suficiente para erradicar a malária. Então, há um consenso na comunidade científica de que uma vacina contra a malária é extremamente prioridade.

Então, existem duas vacinas contra a malária recomendadas pela Organização Mundial de Saúde: uma delas produzida pela GlaxoSmithKline, que é a primeira vacina contra um parasita humano, que é contra o *Plasmodium falciparum*; e, mais recentemente, a Universidade de Oxford produziu uma segunda vacina, que, na verdade, é uma modificação da vacina anterior. Mas o que eu quero destacar aqui é que essas vacinas não são efetivas contra a malária que predomina no Brasil, nas Américas e na Ásia, que é causada pelo *Plasmodium vivax*, que é justamente o foco dos nossos estudos. Então, é uma vacina, de fato, inédita.

Aqui, os números de *Plasmodium vivax*, e no Brasil ele representa 85%. Mostro aí as populações mais atingidas: moradores de áreas rurais, indígenas e de garimpo. Então, essa é a nossa população-alvo de vacinação.

E aqui o estágio em que a gente se encontra. A Ana Paula colocou muito bem a questão do "vale da morte". Então, a gente está tentando, estamos exatamente nessa fase. Fizemos a parte de pesquisa básica durante vários anos, a gente caracterizou uma proteína, é uma proteína produzida por tecnologia do DNA recombinante, expressa em leveduras. Caracterizamos a resposta imune em modelos animais de laboratório, prova de conceito. Produção de lotes-piloto é uma limitação aqui no Brasil, ela teve que ser feita em parceria com a Universidade de Nebraska. E, neste momento, a gente está produzindo e fazendo o escalonamento dessa formulação.

Eu justifico: por que não o Butantan? Por que não a Fiocruz? Obviamente, essa conversa houve em vários momentos, mas, quando eu cheguei a esse estágio aí, foi em 2019 e, logo em seguida, veio a pandemia. As conversas estavam avançadas, inclusive com o Dr. Dimas Covas, mas veio a pandemia e a gente teve que fazer essa parceria com a Universidade de Nebraska para não interromper os nossos objetivos.

Fizemos alguns testes pré-clínicos, mas agora também em testes a partir da produção da proteína GMP, precisamos fazer novos testes pré-clínicos e, possivelmente, em parceria com o Calixto. Há o preparo dos dossiês e esperamos... A perspectiva é de que, no segundo semestre de 2024, a gente possa iniciar os testes clínicos de Fase I. Então, o nosso intuito é vencer, é superar esse "vale da morte" e impedir que... O que acontece na maioria das vacinas em desenvolvimento no Brasil é que a pesquisa fica represada na academia e isso, na maioria das vezes, não se torna um produto.

Aqui as dificuldades que a gente encontrou ao longo desse período: infraestrutura das universidades públicas, a gente não tem laboratórios certificados que possam produzir nem lotes-piloto, muito menos escalonamento; a gente não tem certificação para produzir em boas práticas de laboratório, o que é exigido pelas agências regulatórias; poucas instituições oferecem testes pré-clínicos em animais como serviço, como, por exemplo, o CIEnP, a estrutura do Calixto, em Santa Catarina, uma das poucas; para grande parte, a maior parte dos testes pré-clínicos, nós tivemos que contratar serviços no exterior para esses testes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outra limitação é que apenas duas instituições são produtoras de vacinas para uso humano, como foi falado aqui. Temos dezenas de produtores de vacinas veterinárias, mas, quando se trata de vacinas humanas, é aquilo que a Ana colocou, o Butantan e a Fiocruz não vão parar tudo que estão fazendo para produzir lotes-piloto para a gente. Então, isso tem sido uma limitação muito grande.

Essa parte foi feita em parceria com a Universidade de Nebraska, mas eu quero deixar bem claro aqui que foi feito por lá, mas com toda a tecnologia desenvolvida nos nossos laboratórios aqui, tudo com base nos protocolos já estabelecidos aqui.

A partir de 2022, nós formalizamos um acordo entre a USP e a UFMG para desenvolvimento final dessa formulação, adjuvantes e os testes clínicos de Fase I. Eu destaco aí o Dr. Ricardo Gazzinelli, a Ana Paula, a Santuza – está faltando o Helton Santiago aí, porque não tinha foto dele –, o Flávio. Não vou falar o nome de todos, mas é uma equipe realmente fantástica. Tem sido uma experiência incrível trabalhar com essa equipe.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES – A gente se reúne semanalmente ou a cada 15 dias, e assim as coisas estão caminhando.

É importante destacar a formação de recursos humanos. Então, a gente tem desde alunos de iniciação científica até pós-doutores sendo formados nessa área, e a gente espera que futuramente eles sejam absorvidos e deem continuidade a esse trabalho. Inclusive esse aluno, o único homem que tem aí, atualmente está nos Estados Unidos, na Filadélfia, no laboratório da pesquisadora que ganhou o Prêmio Nobel. Ele está aprendendo a fazer a formulação com o RNA mensageiro e futuramente a gente pensa até em combinar essas vacinas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES – ... porque a eficácia que a gente tem não é de 100%. Então, trazer essa estratégia para cá, implantar aqui e ver se ela pode melhorar a eficácia da vacina baseada em proteína recombinante é extremamente importante.

Muito obrigada.

Estou dentro do meu tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Parabéns pelo trabalho! Realmente, nessa questão, às vezes, eu falava assim: a gente não pode esperar que a Noruega vá fazer vacina de dengue ou de malária, essas coisas. Então, realmente parabéns!

Neste momento, então, eu passo a palavra ao Dr. Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor-Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai Cimatec) de Salvador.

Luis Alberto, você tem a palavra por dez minutos.

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está joia.

Obrigado, Exmo. Senador, ao qual eu saúdo. E gostaria de estender a saudação a todos os integrantes da mesa, aos Parlamentares e aos demais participantes desta audiência pública. Quero saudar também, de forma especial, os colegas que têm contribuído de forma significativa para a ciência e o desenvolvimento tecnológico nessa área de vacinas. Estão aí o Dr. Gustavo Mendes, do Butantan; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ana Paula Fernandes, da UFMG; a Dra. Irene, que acabou de apresentar, pesquisadora e Líder deste projeto na USP. É com grande satisfação que a gente participa desta audiência.

Eu vou compartilhar aqui a apresentação com vocês e queria confirmar se vocês estão vendo. Vou trocar um eslaide aqui rapidamente para garantir que está funcionando adequadamente. Vocês conseguem ver a movimentação dos eslaides?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está no visual aqui. Obrigado.

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (*Por videoconferência.*) – Perfeito, muito obrigado.

Então, eu queria só rapidamente contextualizar um pouco. Eu vou falar um pouco do Senai Cimatec e sobre o nosso papel no contexto do ecossistema de inovação. O Senai Cimatec é a unidade do Senai, a gente trabalha com desenvolvimento tecnológico, com pesquisa em desenvolvimento tecnológico, tentando conectar, na maioria dos projetos, com a inovação, ou seja, produto no final do processo. Somos unidade da rede Institutos Senai de Inovação; então, temos um instituto voltado exatamente a sistemas avançados de saúde e isso tem contribuído, sobretudo, para o desenvolvimento da própria rede de inovação do Senai, que é muito conectada com o mercado.

Essa principal figura que a gente vê é o principal *campus* hoje do Senai Cimatec. O Senai Cimatec é muito jovem, tem 21 anos dedicados a apoiar a inovação na indústria. E a gente aqui faz um recorte da nossa atuação com alguns números principais, investimentos, os quatro prédios lançados, nestes 21 anos de operação, uma atuação abrangente em termos de áreas de competência. Hoje são 1,23 mil pesquisadores, mais os pesquisadores na modalidade de bolsista, hoje já passam de 1,5 mil pessoas trabalhando pela ciência e desenvolvimento tecnológico para apoiar a nossa indústria e o nosso país.

Então, nosso principal cliente é a indústria...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Luis... Luis...

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (*Por videoconferência.*) – ... e aqui a gente fala especificamente das empresas de fármacos, empresas parceiras...

Oi. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A apresentação está parada no modo de edição, bote no modo de apresentação aí, porque eu acho que melhora.

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (*Por videoconferência.*) – Ele está no modo de apresentação por algum problema. Eu vou seguir dessa forma. Se vocês virem o eslaide atualizado, acho que funciona talvez melhor. Vocês conseguem ver a mudança de eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, agora sim. Tem que mudar do lado aí, está joia.

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (*Por videoconferência.*) – Pronto.

Só para voltar, essa imagem de que eu falei mostra uma imagem aérea do Senai Cimatec. Não é preciso a gente voltar para trazer os dados, mas só para a gente ver.

Aqui a gente fala, Senador, das principais formas de atuação do Cimatec. Então, o foco principal é o atendimento à indústria. A gente faz muito projeto com parcerias tecnológicas para a gente não precisar reinventar a roda, atuamos também em parceria com muitos órgãos públicos, parceirizamos com universidades no Brasil, fora do Brasil, conectamos com os principais instrumentos de fomento disponíveis, como é o caso do próprio projeto, com investimentos via MCTI e CNPq, e atuamos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em parceria com diversos institutos de pesquisa. Então, para que a gente consiga avançar, fazendo essa conexão com o que a Dra. Marcia Cristina falou, de fato há um grande *gap* no Brasil e a gente tenta fazer essa ponte entre um processo de desenvolvimento mais acadêmico e a atuação industrial.

Falando um pouco do mercado pré-pandemia e pós-pandemia, a gente vê um grande avanço de algumas empresas. Então, o mercado que era muito dominado por grandes empresas, como Pfizer, Merck, GSK e Sanofi... A Pfizer, por exemplo, era a oitava empresa farmacêutica. Com a oportunidade – vamos olhar dessa forma –, com a pandemia, ela teve um grande avanço e está hoje entre as três maiores empresas globais. Também, com a oportunidade, pequenas empresas, com um desenvolvimento mais acadêmico, mais conectado, fizeram essa ponte. A gente vê empresas que se tornaram grandes e se tornaram essenciais nesse período, como a Moderna e a BioNTech, como já foi falado, como já foi bem descrito.

Esse eslaide mostra exatamente os países que acabaram liderando esse processo, as empresas que estão sediadas. Então, a gente vê o impacto disso no fornecimento de vacina de forma global. Então, a Pfizer, a Moderna e a Oxford... As principais vacinas e as outras que foram desenvolvidas, de uma forma ou outra, também contribuíram mais localmente, mas também gerando impacto significativo para os países.

De uma forma geral, acho que um ponto importante que já foi de certa forma apontado aqui é que a gente tem, no Brasil, uma dificuldade para fazer pesquisa clínica nas Fases I e II. Então, o volume de projetos de estudos clínicos I e II é pequeno no Brasil. A gente acaba fazendo muito mais na Fase III, porque vem de um desenvolvimento que já foi feito lá fora, e a gente acaba fazendo o processo para validar esse medicamento, esse fármaco aqui no Brasil.

E a gente vê pela própria audiência pública de hoje o potencial que a gente tem no Brasil. Então, se a gente criar mecanismos para estimular que isso seja feito mais no Brasil, a gente vai ter um ganho ainda superior. Foi falado que a gente tem uma capacidade acadêmica fabulosa no país. Se a gente se conectar com os instrumentos certos, com as empresas também interessadas em produzir isso aqui, em desenvolver e produzir, a gente pode ter um salto bastante significativo no nosso país.

Essa é uma contribuição que a gente percebe muito nesse momento de pandemia, a dificuldade que foi para a gente ter soluções locais, às vezes soluções até simples, de produtos simples, e que a gente não teve solução local ou teve que desenvolvê-las num ritmo completamente diferente.

Bem, aqui é só para passar o cenário hoje do que tem em desenvolvimento em estudo clínico para vacinas no mundo. Se a gente olhar essa camada de baixo é o que trata exatamente de projetos na linha de repRNA, de replicon de RNA, que é o caso da vacina em desenvolvimento aqui com o Senai Cimatec.

E, nesse quadro de baixo, a gente vê que quem está participando desse codesenvolvimento são variantes aí, não são exatamente a mesma vacina, como é o caso da Gennova na Índia, mas é exatamente na tecnologia de replicon de RNA. E aqui, a gente começa a falar de uma lógica de que o desenvolvimento é muito focado no desenvolvimento da plataforma, do que depois a gente pode fazer com esse conhecimento aí adquirido.

O Marcelo Morales, a quem eu também gostaria de saudar e que participa desta audiência, conhece bem essa lógica. Ele atuou muito com a gente nessa concepção. Aqui eu queria agradecer pela participação dele e incentivo constante ao desenvolvimento do projeto.

Eu queria agora falar um pouco, novamente, de ecossistema de inovação. Então, como a gente pode contribuir para que a gente possa dar outros saltos? Primeiro, dá para a gente fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento de bancada – isso é no que o país tem mais força –; depois, avançar para pré-clínico. Ainda no ambiente acadêmico, a gente consegue fazer isso, mas, quando a gente precisa avançar para a produção de lotes-piloto e para os próprios estudos clínicos, as barreiras são maiores. A gente precisa aproximar o setor acadêmico das empresas, para que a gente consiga fazer essa conexão mais forte e atuar num volume maior com projetos já de estudos clínicos Fases I e II.

O Cimatec hoje está conectado com a Embrapii e com a Fiocruz; fazemos parte da rede SisNANO, do MCTI; fazemos parte também da Rede Vírus, do MCTI; e da Rede Proifa, do MCTI. Isso precisa robustecer todo esse ecossistema de inovação, para que a gente tenha cada vez mais capacidade de sair de um TRL mais baixo, de um nível de maturidade da tecnologia mais baixo para chegar até produto, e não simplesmente partir de TRLs muito altos, em que já foi feito um desenvolvimento fora do Brasil, e a gente simplesmente validar isso aqui para poder fazer a comercialização só que com uma empresa de fora desenvolvendo isso e tendo toda a propriedade sobre isso. Então, esse é apenas um ponto para a gente pensar estrategicamente.

Com relação ao projeto, é importante a gente falar que a gente cumpriu já toda Fase I. Então, rodamos o estudo clínico de Fase I, randomizamos a aplicação em 88 participantes – o *target*, o objetivo era 90, e chegou-se a 88 –, apresentamos todo o relatório para a Anvisa e os resultados foram muito bons em segurança da vacina, indicação de eficácia, mas, ainda, obviamente, inicial, e aprovamos o Fase II. Então, a gente já tem um estudo clínico aprovado de Fase II, o que é muito bom, e a gente já começa a conversar com as empresas para pensar no Fase III, que é exatamente a fase de industrialização.

Esse mapa mostra exatamente o desenvolvimento dessa tecnologia de replicon de RNA, os estudos que estão em andamento no mundo e no Brasil e o Senai Cimatec no codesenvolvimento com a americana HDT.

Bem, só para já encaminhar para o final, é superimportante a gente demonstrar o que houve de ganho de competências nesse desenvolvimento. Então, a gente pode falar de vários ganhos que a gente tem aqui no Senai Cimatec: desenvolvimento de novos vetores para a produção de mRNA mensageiro; aplicação de novas técnicas de clonagem; condução das etapas de *upstream*, tanto no *design* dos vetores como na clonagem; a produção do próprio mRNA mensageiro por transcrição *in vitro*; purificação de mRNA; controle de qualidade; e assim vai.

A gente pode falar de um ganho extremamente importante também em áreas como a condução de estudos clínicos. Isso foi muito importante para o Cimatec. A gente acompanhou todo o estudo, a gente fez o processo conjuntamente com todo o nosso time de farmacêuticos e de médicos e com o Prof. Dr. Badaró liderando esse processo. Então, a gente capacitou todo o time, avançou em todos os ensaios imunológicos, nos títulos de anticorpos, nas análises de imunidade celular por citometria de fluxo.

Então, assim, sei que o tempo está chegando, mas o rodar o projeto teve um ganho que vai além da própria vacina para covid. Hoje a gente pode falar que o Cimatec, como um ator no cenário de CTI do Brasil, tem competências inicialmente estabelecidas em que a gente precisa avançar, para apoiar as empresas privadas, os laboratórios públicos oficiais – como o Butantan, que está aqui, e a Fiocruz – a desenvolverem produtos que estão alinhados com as estratégias definidas tanto pelo MCTI como pelo Ministério da Saúde. Ele tem muito contato com o Ministério da Saúde, exatamente pensando em como aplicar a vacina, integrá-la ao nosso SUS. Como foi falado pelo Gustavo, é importante que essas vacinas estejam na nossa lista de vacinas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, agradeço a atenção de todos e novamente quero renovar a alegria de participar desta reunião e, principalmente, de participar desta iniciativa altamente importante de o nosso país desenvolver ciência, desenvolver tecnologia para que a gente tenha produtos aplicados aqui na nossa realidade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor-Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai Cimatec), lá em Salvador. Aliás, transmita aí um abraço a todo o pessoal, ao Dr. Badaró e à equipe toda.

Bom, terminadas as apresentações, nós passamos agora, então, para a parte das perguntas e considerações finais.

Eu tenho aqui comigo as perguntas recebidas através do Portal e-Cidadania. Os nossos participantes aqui também já têm as perguntas e àqueles que estão no remoto, o Dr. Gustavo, Dr. Luis Alberto, nós transmitimos as perguntas através do *chat* para vocês. Então, vocês que têm as perguntas também no *chat* da videoconferência.

Eu vou ler as perguntas aqui inicialmente e, depois, eu vou retornar a palavra, vou devolver a palavra para os nossos apresentadores, na mesma sequência que nós fizemos no início, três minutos para cada um, para considerações finais e para responderem às perguntas que acharem convenientes ou que forem mais alinhadas, vamos dizer assim, com o trabalho de cada um.

Então, vamos às perguntas aqui.

Primeiro, a pergunta do Sidney Pessoa, de Minas Gerais – lá de Minas –: "Existe alguma comprovação de eficácia para as vacinas de covid existentes hoje?".

O Davi Manoel, de Goiás: "Como lidar com negacionistas da capacidade brasileira de oferecer segurança nas vacinas?".

O Ricardo Achilles, do Rio de Janeiro: "Estamos capacitados em material e [...] conhecimento para reiniciar a pesquisa e produção de vacinas seguras e eficazes no Brasil?".

A Aline Beatriz, do Rio Grande do Sul: "Quais são os estudos que garantem a segurança da vacina, principalmente na correlação com doenças preexistentes?".

O Jhefferson Oliveira, de Goiás: "Além do Instituto Butantan, quais são os outros institutos envolvidos na produção de vacinas no Brasil?".

O Francisco Jean, do Ceará. "Quais [são] os fatores para comprovar a eficácia de uma vacina?".

O Carlos Eduardo, da Bahia: "Os critérios para validação de eficácia e segurança da vacina são pautados em quais protocolos de segurança nacionais e internacionais?".

Então, nós vemos aqui, só para um comentário, antes de passar a palavra para os nossos debatedores, que existe uma preocupação – a gente vê em várias das perguntas – com relação à eficácia das vacinas e à segurança das vacinas. É bom que nós temos aqui especialistas que conhecem a fundo como funcionam as vacinas, o desenvolvimento e a aplicação.

Então, vou devolver a palavra agora, começando com a Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por três minutos, para comentários finais, considerações finais e para resposta de algumas das perguntas que achar conveniente.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (Para expor.) – Deixe-me responder, primeiro, genericamente, às perguntas do Sidney, da Aline, do Francisco e do Carlos, porque, no fundo, eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

perguntando: "Eu devo confiar na ciência?". Essa é a pergunta chave: "Eu confio na autoridade da ciência?". Eu tento responder a essa pergunta com a seguinte informação: em 1800, a expectativa de vida das pessoas era de 35 anos. Eu olho para essa sala e eu vejo um monte de cadáveres, não querendo falar sobre a faixa etária das pessoas presentes. (*Risos.*) E hoje, em muitos países, é mais de 80 anos. Quem é que conseguiu essa transformação? Essa transformação veio através do instrumento da revolução industrial, que pegou o conhecimento, espalhou e fez crescer.

Eu confio na autoridade do conhecimento, acima de tudo, por essa resposta. Obviamente, em cada área do conhecimento, tem um protocolo que é seguido para ter esse sucesso fenomenal da autoridade do conhecimento. Ninguém aqui vai conseguir explicar como funciona um celular, um GPS, mas a gente confia porque ele funciona. Acima de tudo, é isso.

Devo dizer para o Davi e para o Ricardo, que perguntam: "Será que a gente tem capacidade?". Gente, temos, sim, capacidade; mas deixe-me devolver a pergunta para quem ainda está nos ouvindo. Eu quero ver essa capacidade se transformar em mais jovens fazendo Enem, fazendo vestibular e vindo para as nossas universidades, para a gente ter uma maior escala, porque, infelizmente, o Brasil tem um percentual de pessoas com curso superior menor do que o Chile, do que a Argentina – e não estou falando de país rico. Então, nós precisamos capacitar ainda mais pessoas, para poder fazer a escala do que o Jhefferson nos pergunta. A gente, além do Butantan e da Fiocruz tem? Temos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA – Já temos outros instrumentos e outros locais que estão crescendo, mas precisamos de muito mais, gente, de muito mais investimento, apoio e sinergia para fazer essa transição, que, tenho certeza, vamos conseguir, com essa união do Executivo, do Legislativo, do Judiciário com a população. Essa parceria vai transformar o Brasil, vai industrializar, vai colocar de pé o complexo industrial da saúde, porque eu acredito, fundamentalmente, que, juntos e juntas, podemos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Obrigado, Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu acrescento aqui a necessidade que nós temos de popularização, promoção da ciência, para a gente trazer mais jovens. Não adianta a gente ter o maior equipamento do planeta se a gente não tiver jovens interessados nas carreiras de ciência e tecnologia, em conhecerem como isso abre a mente, os caminhos para tudo. A gente precisa, realmente, da participação dos nossos jovens.

Aliás, nós temos aqui no Senado, neste momento, para votação, provavelmente hoje – é, hoje, pautado –, recursos para o ensino médio, o que é muito importante. Eu tenho um projeto de lei, que eu apresentei também, que trata justamente de bolsas para alunos do ensino médio, que é uma fase em que a gente perde muitos alunos – perde no sentido de eles pararem de estudar. Eu sei disso, eu nasci em periferia, eu sei como é que era a dificuldade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo ali.

Se a gente conseguir bolsas para esses alunos que estão em condições piores, vamos dizer assim, e em risco social, eu tenho certeza de que a gente consegue aumentar esse contingente dos alunos que terminam o ensino médio e vão para a universidade ou/e fazem um curso técnico, e isso é extremamente importante. Eu entrei nessa luta aqui, é uma coisa que eu encampei aqui, porque eu senti na pele. Eu acho que a gente pode ajudar milhões de jovens no nosso país.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (Para expor.) – Deixe-me só provocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existe um projeto, na Academia Brasileira de Ciências, que se chama Ciência Gera Desenvolvimento. São filmetes de dois minutos, gente – quem é que não tem dois minutos? –, que mostram o que cientistas brasileiros conseguiram transformar em desenvolvimento. Provoco vocês. Quem assisti-los vai querer ser cientista, não vai querer outras profissões, vai querer entrar para a ciência ou colaborar para a ciência. Então, Ciência Gera Desenvolvimento, na Academia Brasileira de Ciências. Fica a dica.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está aí a recomendação para o pessoal dar uma pesquisada lá no *site* da ABC.

Eu passo agora a palavra, para as suas considerações finais e respostas aos questionamentos, ao Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan.

Gustavo, você tem três minutos para as considerações e respostas às perguntas. (*Pausa.*)

O.k. Eu acho que a gente está com um probleminha de conexão com o Dr. Gustavo. Eu o deixo para o final, quando ele conseguir recuperar o sinal.

Eu passo, então, a palavra agora, para as suas considerações finais e respostas às perguntas, para a Dra. Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

A SRA. ANA PAULA FERNANDES (Para expor.) – Bom, muito importantes as questões que foram levantadas pelo público externo.

Eu acho que Marcia conseguiu, brilhantemente, responder, numa tacada só, a maioria delas. Eu acho que educação e informação são essenciais para reverter esse quadro. Realmente, há um descrédito não só com a questão das vacinas, mas com a ciência, e a desconexão que as pessoas têm da tecnologia – o celular é uma tecnologia – e do tanto que foi necessário investigar e fazer pesquisa para se chegar a ela. Então, acho que realmente os nossos jovens, a nossa população precisa ser mais bem informada sobre a importância da ciência.

Essa geração vive também a questão de que ela se beneficia de anos de um programa de vacinas e de um desenvolvimento científico na biotecnologia, porque ela nem conhece algumas das doenças que eram muito importantes na época dos meus pais. Por exemplo, minha mãe conta que perdeu uma irmã recém-nascida, no berço, de difteria. Então, a vacina veio contornar esse problema, e hoje as novas gerações não o enfrentam. Como a doença não existe mais, começa-se a desacreditar que o instrumento para o controle dela é a vacina. Então, acho que nós temos, como educadores, um papel muito importante e precisamos multiplicar esse conhecimento, sem sombra de dúvida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – Quando uma vacina chega ao braço da população, ela foi exaustivamente testada e questionada por inúmeros profissionais de diferentes áreas. Existe toda uma regulamentação que tem que ser seguida. Então, quando uma vacina chega a ser usada é porque, realmente, tem um impacto em controlar aquele processo infeccioso, em tratar mesmo, porque, hoje, temos vacinas para tratar doenças, com perspectiva, e elas têm segurança.

É claro que existem diferentes fases do desenvolvimento das vacinas, em que a gente vai aumentando o número de pessoas que as recebem, e as evidências vão ficando cada vez mais robustas. Então, tem os ensaios de Fase IV...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA FERNANDES – ... que comprovam em um grande número de pessoas. Mesmo depois de a vacina estar no mercado, elas são continuamente avaliadas, por segurança. É realmente algo que – claro, podem acontecer alguns desvios –, mas que a gente tem que ter muita tranquilidade de usar.

Gostaria de agradecer muito, porque este espaço é muito importante, Senador – é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu quero acrescentar uma coisa. Enquanto ela falava das vacinas que a gente tomava lá atrás, todas elas, tem até uma campanha do Rotary – se eu não me engano – contra a pólio no mundo. Isso tem um efeito muito grande. A gente precisa sempre levar em consideração isso.

Casos de problemas existentes por causa do uso de remédios ou vacinas, como efeitos secundários, sempre vão acontecer, faz parte. Agora, a questão é o balanço entre salvar milhões de vidas e o tratamento disso. Então, eu acho que é importante sempre levar em consideração esse trabalho. Ele precisa ser feito, e a gente precisa salvar as pessoas.

Todo mundo tem o seu direito de pensar, a gente defende, constantemente, aqui, a liberdade da opinião e do pensamento. A liberdade faz parte da democracia. Aqui a gente trabalha com o contraditório o tempo todo, isso faz parte, e as pessoas têm a sua opinião e as suas decisões, mas eu acho importante levar em conta a lógica, sempre, dentro desse contexto.

Eu não sei se o Gustavo já está *online*. Ainda não? (*Pausa.*)

Então, eu passo a palavra, agora, para as suas considerações finais e respostas às questões, à Dra. Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP).

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES (Para expor.) – Bem, agradeço as perguntas. Acho que a maioria delas foi respondida durante as apresentações, que expuseram as diferentes etapas pelas quais um produto em desenvolvimento passa até chegar à população.

Eu vejo que grande parte dessa insegurança com relação às vacinas aconteceu com o desenvolvimento das vacinas, quando as vacinas para covid chegaram ao Brasil. Muito se falava, na mídia, sobre a rapidez com que elas foram desenvolvidas.

Então, eu acho que é bom ficar muito claro que nenhuma etapa foi pulada, todas as etapas foram avaliadas, foram seguidas. A gente tem órgãos regulatórios importantes aqui no Brasil, a Anvisa; nos Estados Unidos, o FDA; a Agência Europeia de Medicamentos. Então, são órgãos reguladores muito sérios e que jamais iriam atropelar qualquer fase e colocar em risco a vida das pessoas com um produto que não tivesse total segurança.

Então, acho que isto tem que ficar claro: o rigor científico está presente em todas as etapas do desenvolvimento de uma vacina. Eu acho que a prova mais importante – uma das perguntas aqui do Sidney – sobre a comprovação da eficácia para as vacinas de covid existentes hoje é o controle da pandemia. Então, isso aí eu acho que é a principal prova de que as vacinas funcionam, além de já terem erradicado doenças, além de terem controlado diversas doenças virais e bacterianas no mundo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES – O Brasil tem um programa excelente de vacinação, que é respeitado no mundo inteiro. Então, eu acho que essa é a prova mais importante de que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu controlar a pandemia com o uso da vacinação. Então, eu acho, assim, que não há que ter temor com relação a isso.

As informações aqui têm uma questão com relação aos negacionistas. Eu acho que é com informação que a gente deve combater isso. Então, é evitar repassar essas coisas que a gente recebe sem observar se têm fundamento, se não têm. A gente tem que ter muito cuidado com essa questão das *fake news*, não é? Então, eu acho importante – e os ministérios têm feito isso – informar a população, manter a população informada da segurança das vacinas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRENE DA SILVA SOARES – ... e esclarecer que é a forma mais eficiente de se controlar um agente infeccioso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Obrigado.

Finalmente, então, eu passo a palavra, para suas considerações finais e resposta a algumas das perguntas que foram enviadas pelo *chat*, ao Dr. Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor-Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia, o Senai Cimatec, de Salvador.

Dr. Luis Alberto, por favor, com a palavra.

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está joia.

Muito obrigado, Senador Marcos Pontes.

De fato, as perguntas foram basicamente respondidas de forma bem esclarecedora.

Tem um ponto que eu queria reforçar para o Davi, para o Ricardo, para o Francisco, para a Aline, para o Jhefferson e para o Sidney, que é um ponto muito de otimismo. Vejam, a gente tem capacidade de desenvolvimento no Brasil? Tem. As apresentações aqui mostram um extrato disso, numa área específica, que é desenvolvimento de vacinas. A gente tem uma capacidade de pesquisa muito boa no Brasil. A gente tem uma produção de artigos que coloca o Brasil no patamar *top* mundial, o que é muito importante.

De fato, há um "vale da morte" que precisa ser trabalhado – essa conexão com as empresas –, mas a gente tem provado isto: que o Brasil tem também essa capacidade, com laboratórios públicos, com as empresas privadas. O que a gente precisa é intensificar isso.

Então, assim, a gente pode, sim. A gente tem competência. A gente tem uma Embraer, que é a terceira maior fabricante do mundo – já viu, não é? Mas a gente tem que se orgulhar disso, tem que ter uma visão otimista. A gente tem uma Petrobras que extrai óleo de forma supereficiente, a 5 mil metros de profundidade no mar. A gente tem diversas soluções no Brasil, soluções tecnológicas, empresas de referência. Então, a gente tem capacidade de desenvolvimento, a gente tem capacidade de produção. A gente precisa melhorar esse "vale da morte" com outros, com novos mecanismos para fortalecer isso.

Mas eu tenho uma visão muito otimista desse processo. Acredito muito no Brasil. Acredito nos pesquisadores que estão aqui hoje representando a ciência do Brasil. Agora, é óbvio, a gente tem muito o que melhorar. Vamos criar mais instrumentos, vamos criar outros mecanismos para que a gente acelere ainda mais esse processo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia, do Senai-Cimatec.

E agora, recuperada a conexão, o Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan, para suas considerações finais e resposta às perguntas. (*Pausa.*)

Ele não conseguiu entrar. Então me desculpem. Acho que ainda não deu a conexão... (*Pausa.*)

O SR. LUIS ALBERTO BREDA MASCARENHAS (*Por videoconferência.*) – Chegou agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah, chegou? Conseguiu? O.k. Então vamos lá.

Precisa melhorar as conexões também, essa parte é importante. (*Risos.*)

Mas, Gustavo, você tem a palavra para as considerações finais por três minutos, e responder às perguntas que achar convenientes.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, pessoal.

Desculpem-me, perdão. Eu tive que sair aqui e retornei agora. Perdão.

Bom, primeiro, eu queria me colocar mais uma vez à disposição para que a gente possa fazer essa interação com um país e com uma política mesmo de inovação. Então, eu acho que a gente já teve algumas conversas com a Fiocruz, não é? Eu vou ter a oportunidade, em breve, de visitar o CT Vacinas e também a Fiocruz lá em Minas. Já conheço o trabalho do Senai-Cimatec. E acho que a gente tem que unir esforços para evitar que a gente faça desenvolvimentos que possam ser, que possam dividir a estratégia. Nós temos que somar e aprender uns com os outros. Somos todas instituições que buscam a saúde pública nacional. E acho que essa harmonia, este trabalho que a Comissão está fazendo de juntar os diferentes atores e criar essa interação, é muito positiva.

Por isso é que eu quero colocar à disposição a estrutura, a experiência que o Butantan tem, tanto no desenvolvimento das plataformas de desenvolvimento inicial quanto também nas plataformas que já estão nas fases finais. A gente está à disposição para trocar essas experiências, para ajudar, não é? No final, ciência é colaboração, ciência é um trabalho coletivo, não é um trabalho individual, e por isso é que é muito bom.

Sobre a questão das perguntas, eu vejo que ainda tem muita... A gente tem grandes desafios para comunicar a ciência da maneira com que as pessoas possam entender, e vacina, mais especificamente, é algo que tem uma importância fundamental e que deve ser explicado de uma maneira clara, transparente, porque gera muita insegurança.

A vacina, diferente de um medicamento que é utilizado na condição de doença, já no tratamento, é utilizada de forma preventiva, então a pessoa está saudável, é vacinada numa condição saudável. Então, sempre gera o questionamento: "Mas por que eu tenho que usar isso? Eu estou saudável. Eu não tenho nada". Então, a vacina tem que ter um foco especial de comunicação, e nós cientistas podemos ajudar muito nisso, por exemplo, com perguntas sobre critérios de validação, de eficácia, de segurança.

Durante a pandemia, a gente teve uma disseminação do conhecimento sobre o que são os estudos clínicos, estudos que vão desde os modelos animais até os estudos em humanos, estudos que são bastante desafiados em termos científicos, e a Anvisa como uma instituição que faz essa avaliação para que a gente possa ter vacinas que são seguras e eficazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, o Brasil, em termos de regra para aprovação de vacina, é um país que segue o mesmo rigor técnico que outras agências reguladoras internacionais para que as vacinas possam ser utilizadas pelas pessoas, com todos os estudos, os desenvolvimentos que são necessários. Eu vi a Ana falando sobre Vale da Morte. Esse desafio que a gente tem para que a gente possa superar e mostrar que realmente uma vacina é segura e eficaz aqui, no Brasil, é feito de uma maneira padronizada com as regras internacionais. Então, é motivo de muito orgulho a gente saber que as vacinas que estão em desenvolvimento aqui, no Brasil, já vão seguir essas regras, que podem ajudar, inclusive, a exportar para outros países que têm menos capacidade que nós.

Então, por isso, muito obrigado pela oportunidade. Eu me coloco à disposição. Infelizmente... Queria estar aí presencialmente para a gente poder interagir mais, mas me coloco à disposição.

Senador, aqui, em São Paulo, quando o senhor quiser, estamos abertos para recebê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Dr. Gustavo Mendes Lima Santos. Parabéns pelas explanações. Sem dúvida nenhuma, em um dia desses, se eu estiver em São Paulo, vou visitar com muito prazer.

E, aliás, uma coisa que o Gustavo falou que é muito importante é a nossa junção. Nós precisamos dessa união. Se a gente quiser ter sucesso como um país, como um todo, a gente vai precisar juntar e ter todo mundo trabalhando na mesma direção. Acho que isso é essencial.

Já no final aqui da nossa audiência pública, eu gostaria de novamente agradecer, iniciar agradecendo a todos aqueles que nos acompanharam pela TV Senado, pelas redes do Senado também, agradecer em especial àqueles que enviaram as perguntas através do e-Cidadania: o Sidney Pessoa, de Minas Gerais; o Davi Manuel, de Goiás; o Ricardo Achilles, do Rio de Janeiro; a Aline Beatriz, do Rio Grande do Sul; o Jhefferson Oliveira, de Goiás; o Francisco Jean, do Ceará; e o Carlos Eduardo, da Bahia.

Gostaria de agradecer a todos que nos acompanharam aqui presencialmente, também à nossa mesa, a todos aqueles que fazem com que tudo isso aqui funcione. Quero agradecer pelo trabalho de cada um de vocês e em especial aos nossos apresentadores, nossos debatedores aqui. Então, quero agradecer muito à Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – muito obrigado –; agradecer ao Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Controle de Qualidade e Estudos Clínicos da Fundação Butantan; agradecer à Dra. Ana Paula Fernandes, Coordenadora do Centro de Tecnologia em Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agradeço à Dra. Irene da Silva Soares, Chefe do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo; e agradecer ao Dr. Luis Alberto Breda Mascarenhas, Diretor Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai/Cimatec).

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dez minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Teresa Leitão, e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Beto Faro, Efraim Filho, Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, conforme os Requerimentos nº 591, 669, 679 e 680, de 2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento 35/2023 - CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que tem a finalidade de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R$ 2,7 bilhões, além de outros R$ 3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do "Leilão do 5G" para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel, com a participação dos seguintes convidados: Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações (MCom); Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Luiz Fernando Ururahy de Souza, Auditor Chefe Especializado em Telecomunicações do Tribunal de Contas da União (TCU); Vicente Bandeira de Aquino Neto, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Paula Martins, Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace); e Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 38, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as Implicações da Tecnologia no Processo Eleitoral Brasileiro". **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão de representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Antes do encerramento da reunião, o Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª e 32ª reuniões, que são aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a Ata da presente reunião será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/118851

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte se destina à realização de audiência pública e a segunda parte tem a finalidade de apreciar requerimento, que será votado pelo processo simbólico.

A audiência pública tem o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R$2,7 bilhões, além de outros R$3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do leilão do 5G para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel, em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2023, CCT, de minha autoria.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211 – 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão: Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações; Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação; Paula Martins, Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace); Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Encontram-se também presentes por meio de sistema de videoconferência: Luiz Fernando Ururahy de Souza, Auditor-Chefe especializado em Telecomunicações do Tribunal de Contas da União; e Vicente Bandeira de Aquino Neto, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Agradeço, então, a presença e já convido aqui para compor a mesa: o Sr. Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo – podem bater palma para animar a audiência; (*Palmas.*) Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação; (*Palmas.*) Paula Martins, Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace); (*Palmas.*) e o Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). (*Palmas.*)

O objetivo desta audiência pública é dar mais transparência e a gente poder acompanhar a política de conectividade, a execução desse projeto, que foi fruto do leilão 5G e também de recursos ainda do Fust e outros, para uma ação tão importante que é a conectividade nas escolas. Vocês viram aí o resultado do Pisa, que foi divulgado ontem, e o Brasil está muito aquém daquilo a que a gente precisa chegar. E um dos motivos para melhorar a qualidade da educação é a conectividade, pelo menos para atrair os alunos. Nós aprovamos, na semana passada, um projeto que cria a poupança para diminuir a evasão no ensino médio, mas não adianta poupança, não adianta merenda escolar se não tiver educação de qualidade. O aluno tem que ir para a escola com prazer.

Então, eu quero agradecer a presença de vocês.

Tenho algumas perguntas já encaminhadas aqui no *site* do Senado.

A Luciane Ane, de São Paulo, pergunta aqui: "Como as crianças especiais serão inseridas nesse projeto. Haverá uma abordagem diferenciada para elas?".

Francisca Lígia, do Maranhão: "[...] [O que] os municípios precisam fazer para aderir ao projeto de conectividade das escolas públicas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

André Gabriel, de Pernambuco: "Além da infraestrutura, de que maneira o MEC abordará a capacitação dos professores para a efetiva incorporação da tecnologia nas aulas?".

Mika Araújo, do Ceará: "Como o Senado colocará em prática o projeto de conectividade nas periferias para que os alunos também tenham acesso em suas casas?".

E há um comentário da Elisângela Andrade, da Paraíba: "Será gratificante para todos nós da educação se esse projeto realmente se concretizar. A educação inclusiva necessita ser vista".

Continuamos aguardando, então, outras perguntas e comentários pelo *site* do Senado, ou pelo telefone 0800 0612211, no www.senado.leg.br/ecidadania.

Bem, eu vou passar a palavra, primeiro, para o Luiz Fernando de Souza, que é Auditor-Chefe especializado em Telecomunicações do Tribunal de Contras da União, que está com a gente remotamente.

Luiz Fernando, tem a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

Em nome do Ministro Bruno Dantas, Presidente do tribunal, agradeço o convite para participar desta audiência pública. E, saudando o senhor, saúdo os demais componentes da mesa. Além disso, o Diretor Vicente Aquino, que, assim como eu, está participando remotamente da reunião. E também saúdo os demais Parlamentares e todos que nos assistem presencialmente ou pela internet.

Bom, eu serei bastante breve até para dar oportunidade aos demais colegas para expor. E vou me ater ao trabalho feito pelo TCU em relação, inicialmente, ao leilão do 5G. O TCU, naquela oportunidade, pôde se debruçar sobre a documentação que havia sido encaminhada pela Anatel. Fez diversos questionamentos naquela oportunidade, isso em 2021. Também fez questionamentos ao Ministério das Comunicações e, por fim, saiu um acórdão do tribunal, que fez o mais importante no que tange ao assunto que nós estamos tratando. Naquela ocasião, foi feita uma recomendação ao Ministério das Comunicações e à Anatel para que justamente incluíssem os compromissos no edital do 5G, compromissos a serem realizados pelas empresas vencedoras para a conectividade nas escolas. Isso foi por meio do Acórdão 2.032, lá em 2021.

Posteriormente, nós já fizemos um trabalho de monitoramento dessa recomendação, em que a gente pôde, nessa ocasião, aí já neste ano de 2023, trocar diversas informações; e fizemos reuniões, tanto com o pessoal do Gape quanto com o pessoal da Eace, justamente para saber como estava se desenvolvendo o programa. Fruto desse trabalho do tribunal foi prolatado, agora em outubro mais especificamente, o Acórdão 2.082. E nesse acórdão uma das deliberações, além de terem sido dadas ciências à Anatel sobre alguns detalhes que já foram verificados no desenvolvimento do programa de conectividade nas escolas, então, além dessas ciências que foram dadas à Anatel e ao ministério, houve uma ordem à Secretaria-Geral de Controle Externo do tribunal, por parte do plenário... Cabe lembrar que esse processo é da relatoria do Ministro Antonio Anastasia, que já, por mais de uma vez, demonstrou a sua preocupação e o seu interesse em relação a este assunto de conectividade nas escolas.

Então, naquela oportunidade, ele fez uma proposta ao plenário do tribunal, que foi acatada, de ordenar à Secretaria-Geral de Controle Externo que desse início a um processo de acompanhamento, justamente para avaliar a aplicação dos recursos oriundos do leilão 5G nessas obrigações de universalização de acesso à internet nas escolas. E ele foi um pouquinho além: ele também demandou uma avaliação de maior escopo justamente para analisar quais outras políticas públicas relacionadas à conexão das escolas também estão irrigando ou enviando dinheiro para esse programa, até para saber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se existem sobreposições, lacunas, sombras, enfim, para ter uma ideia de quanto de recursos está sendo enviado e de como é que essas políticas estão se desenvolvendo.

Para termos ideia do que eu estou falando, por ocasião desse trabalho que redundou nesse acórdão, a gente pôde verificar que existem, por exemplo, os programas: Educação Conectada, Norte Conectado, Nordeste Conectado, os próprios compromissos do 5G, Programa Banda Larga nas Escolas, a obrigação de atendimento de escolas públicas rurais, recursos do Fust, iniciativas estaduais e municipais para justamente a conexão das escolas. Então, todos esses mecanismos têm alguma relação com a banda larga nas escolas. E justamente a ideia é fazer um trabalho mais amplo, se possível, verificando como estão o envio de recursos e a execução desses diversos programas.

Esse acórdão, como eu falei, foi relativamente recente. Então, a nossa ideia é realizar e iniciar esse trabalho de acompanhamento provavelmente a partir de abril do ano que vem, ou seja, já no próximo ano e dentro do próximo planejamento. No momento, nós estamos justamente planejando essa ação de controle. No nosso entendimento, ela não fala unicamente sobre o problema da infraestrutura nas escolas, mas a gente acredita que é necessário também algum envolvimento da unidade do tribunal que trata da educação justamente, porque, além da infraestrutura, há um outro lado, o do conteúdo a ser disponibilizado, e esse conteúdo como é justamente... Inclusive, o senhor falou que houve uma pergunta relativa à preocupação não só com a infraestrutura, mas com o conteúdo. Então é necessário também aí o engajamento do Ministério de Educação no desenvolvimento desse programa, para que eventualmente recursos não se percam e que você consiga chegar com a infraestrutura, mas não consiga atingir o objetivo principal, que é levar educação para a escola, uma educação de qualidade para a escola.

Então, esse é basicamente o que existe hoje no TCU em relação à conectividade nas escolas. Concluindo, nós estamos planejando essa ação, e nossa ideia é acompanhar a implementação desse programa de conectividade – e aí por meio de uma interação com o Gape, com a Eace, e conversando com a Anatel, com o Ministério das Comunicações e certamente, também, com o Ministério da Educação.

Então, essa é a mensagem inicial que eu gostaria de passar, e permaneço aqui à disposição para responder a eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz Fernando.

Bem, este é um dos objetivos da audiência pública: a gente poder realmente entender um pouco a execução desse projeto, porque é muito comum – eu, que já fui do Executivo, sei –, seja em nível federal, seja em nível estadual, vários atores atuarem no mesmo processo. Então, você tem programa de inclusão digital no Ministério das Comunicações, no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Ministério do Desenvolvimento Social, não é? Para todo do lado você tem, e não há uma integração disso. Então, você tem várias ações, e muitas vezes você não tem um controle geral disso para atingir os objetivos principais. É falta de política de Estado – a gente tem é política de governo. Então, também isso...

Mas o objetivo aqui desta audiência, com relação ao Tribunal de Contas, é saber exatamente como é que é feita essa... Eu fico feliz de saber que o Anastasia está tocando... O Anastasia acompanhou aqui, durante muito tempo no Senado, estes projetos que nós aprovamos aqui de conectividade, para a gente poder realmente saber o que está sendo feito no Brasil de uma forma geral e saber como é que você tem este controle não só da aplicação do recurso, mas também da eficiência do projeto, para chegar lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, nós temos aí a Telebras, que já trabalha com isso, que tem satélite para isso; você tem o Gesac, que está há anos e anos também nesse processo; então, são vários projetos, como foi citado aqui, e a gente precisa ter uma integração disso para poder ter um resultado melhor. A gente viu algumas escolas que vão ter acesso a banda larga com cabo ótico, por exemplo, em que também podem ter duplicação aí em termos de atendimento por satélite. Então, a gente tem de otimizar esses recursos. Assim, a gente precisa saber exatamente o que está acontecendo, como o tribunal acompanha e fiscaliza esses recursos aí, já que, inclusive, existem os ministérios e existe também a RNP, que é organização social. Eu não sei se o tribunal também acompanha a execução por ser organização social, mas acredito que sim – a prestação de contas.

Eu vou passar a palavra agora, então, também de forma remota, ao Vicente Bandeira de Aquino Neto, que é membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O SR. VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Ilustre Senador Izalci Lucas, que está, a todo requerimento, presidindo esta audiência pública de hoje, meus cumprimentos, meu abraço e parabéns a V. Exa. pela condução e pela postura de V. Exa. na qualidade de membro do Senado da República. Acompanho o trabalho de V. Exa. enquanto Senador e V. Exa. é o homem público da mais alta distinção. Meus cumprimentos.

De igual forma, eu quero cumprimentar os amigos que estão à mesa comigo: Pedro Lucas da Cruz, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações; Ana Úngari, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação; a Dra. Paula Martins, Presidente da Eace; o Dr. Nelson Simões, Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que muito nos ajudou na confecção dos projetos do Gape; e o Dr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, Auditor do Tribunal de Contas da União, que acabou de falar. Meus cumprimentos a todos vocês e um bom dia a todos e a todas que acompanham esta audiência pública por via remota.

Sr. Presidente e ilustres Senadores, eu gostaria de esclarecer, primeiramente, que o Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), do qual eu sou Presidente pela generosidade dos meus colegas, dos meus pares, foi criado pelo edital do 5G para a consecução de projetos de conectividade de escolas públicas de educação básica, mas não se trata, eminente Senador Izalci, de uma conectividade qualquer, de uma conectividade simples: a obrigação editalícia que o edital do TCU trouxe, que o edital do 5G trouxe, digo melhor, aprovado pelo TCU, é que o acesso à internet trazido ali na modelagem do edital do 5G tenha uma qualidade e uma velocidade suficientes para o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação. Eu destaco isso, eminente Senador e todos que acompanham, para atividades educacionais. A finalidade proposta no edital é que essa internet tenha qualidade e velocidade suficientes para o uso pedagógico. Então, para cumprir tamanha tarefa, o Gape dispõe de aproximadamente R$3,1 bilhões, que estão sendo aportados pelas quatro operadoras que se sagraram vencedoras dos lotes da faixa de 26GHz licitados pela Anatel, que são Claro, Vivo, TIM e também a operadora Algar.

Então, Sr. Presidente, além disso, o Gape, presidido pela minha pessoa, tem a função também como representante da minha pessoa como membro da Anatel, como representante do Ministério das Comunicações, que, no caso, é o Pedro, que está aí, como representante do Ministério da Educação – a Ana é uma das suplentes que está aí com V. Exa. – e também como representante das empresas vencedoras daquele certame, daquela faixa de 26GHz, que são a Algar, a Claro, a Vivo e a TIM. O edital do 5G também criou a Eace, que é a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas, que tem como única função executar os projetos elaborados pelo Gape.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, para iniciar seus trabalhos, o Gape teve que enfrentar um grande desafio, um imenso desafio, que foi diagnosticar a situação de conectividade das mais de 138 mil escolas públicas de educação básica do Brasil. Após alguns meses, cerca de três meses de intensa coleta de informações de diferentes fontes, nós no Gape criamos um banco de dados – esse banco é público, inclusive, e está disponível no s*ite* da Anatel – que contém o descritivo detalhado das instituições de ensino no Brasil.

Então, para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, nós podemos identificar nesse banco de dados se a escola é urbana ou é rural, se está em uma área quilombola ou, então, uma área indígena ou de assentamento rural, e podemos ver se a escola tem energia elétrica, se está conectada à internet, inclusive, qual a velocidade que tem nessa conectividade, caso ela faça uso, evidentemente, do medidor de velocidade chamado NIC.br.

Então, nós podemos também ver, eminente Senador Izalci, se a escola tem laboratório de informática e se está contemplada com alguma política pública federal de conectividade – e aí, na linha de preocupação de V. Exa., de eventual sobreposição de vários entes fazendo a mesma coisa. Então, a ideia é, nesse banco de dados confeccionado, construído com muita luta, exatamente evitar a preocupação de V. Exa. na sobreposição de políticas para garantir que a conectividade seja, de fato, significativa.

Então, apenas a título informativo, eu ressalto que, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Gape, nós devemos dar preferência ao atendimento com fibra ótica. Essa é a prioridade e a preferência do projeto, das diretrizes fixadas pelo Gape, observando a velocidade mínima de 50 megas, sendo garantido pelo menos 1 mega por aluno.

Eu digo também, eminente Senador Izalci e os que nos assistem, que eu tenho a felicidade de informar que, recentemente, o Gape concluiu com um sucesso absoluto – na nossa ótica, é claro – seu primeiro projeto piloto, conectando 175 escolas distribuídas em dez municípios nas cinco regiões do Brasil. Nós levamos internet de alta velocidade, que será custeada por três anos, isso pelo projeto Gape, custeada pela Eace, nós instalamos *wi-fi* em todas as salas de aula e em ambientes escolares e distribuímos computadores e projetores para alunos e professores. E olha que interessante, eminente Senador Izalci, nós fizemos isso tudo inclusive para quatro escolas que não dispunham de energia elétrica, onde instalamos placas solares. Há um contingente, Senador, de cerca de quase 4 mil escolas no Brasil que ainda não têm sequer energia elétrica.

Então, o Gape está concluindo a vistoria de mais 7.484 escolas nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. E eu digo a V. Exa. que o contingente de maior desassistência no país dessas escolas é na Região Norte e na Região Nordeste do Brasil. No Norte, cerca de 63% de escolas ainda não são conectadas, e no Nordeste, cerca de 29% de escolas ainda sem atendimento de conectividade. Então, o Norte e o Nordeste do Brasil serão atendidos nos próximos projetos. Essas 7.484 escolas já serão atendidas, a maioria no Norte e Nordeste do Brasil, com os projetos seguindo, evidentemente, claro, as diretrizes da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, a Enec, instituída recentemente pelo Decreto nº 11.713, de 26 de setembro deste ano de 2023.

Então, Sr. Presidente, assim, em linhas gerais e para ser sucinto, era o que eu tinha de trazer a V. Exa. e aos que nos assistem, de forma introdutória, inicial, apriorística, mas eu quero dizer que me coloco aqui – ficarei todo o tempo na audiência aqui – à disposição desta Comissão, à disposição de V. Exa., de algum Senador e de todos aqueles que dispensaram das minhas informações para que possa esclarecer algum fato.

É o que eu tinha inicialmente a dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a palavra a V. Exa., reiterando os cumprimentos a V. Exa., enquanto um grande Senador e um homem público a quem tenho a oportunidade de acompanhar.

Devolvo a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Vicente Bandeira.

Eu passo agora a palavra à Paula Martins, que é a Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas.

Paula.

A SRA. PAULA MARTINS (Para expor.) – Ah, agora, sim. Queria pedir para que colocassem a apresentação. (*Pausa.*)

Obrigada.

Bom dia a todos, bom dia Senadores, Senador Lucas. Bom dia aos companheiros do Gape, o Pedro Lucas, Ana dal Fabbro, Nelson Simões, ao companheiro Vicente Aquino, do Gape, e a todos os presentes.

Bom, eu sou a Presidente da Eace e venho aqui para trazer – estou muito honrada de poder vir aqui mostrar – o trabalho de Eace. A gente acabou de concluir o projeto-piloto. Assim como o Conselheiro Vicente Aquino falou, nós na Eace acreditamos que foi um projeto com muito sucesso.

Vamos lá.

Bom, uma rápida linha do tempo.

Eu estou à frente da Eace desde o começo deste ano. Antes de mim... A Eace foi fundada em março de 2022 e, desde janeiro de 2023, eu estou à frente da empresa.

A Eace nasce também do edital do 5G, junto com o Gape. Acho que o Conselheiro Vicente já falou muito bem disso, não é?

Uma das contrapartidas do leilão do 5G foi as operadoras aportarem R$3,1 bilhões para conectar escolas públicas, aí nasceu a Eace, que é a empresa que administra, que tem que concretizar, que tem que fazer... colocar as escolas públicas, e o Gape, que tem o objetivo de fiscalizar. Então, na verdade, a Eace é a empresa administradora. O Gape desenvolve o projeto e a Eace concretiza, ela vai lá e concretiza.

Bom, o nosso objetivo principal é viabilizar o desenvolvimento dos projetos de conectividade das escolas, de forma isonômica e não discriminatória, provendo quaisquer infraestruturas. Como o conselheiro falou anteriormente também, escolas que não têm energia elétrica a gente leva energia elétrica com placas solares, leva internet até a porta da escola, internet de velocidade que seja suficiente para o ensino pedagógico, para o conteúdo pedagógico, equipamentos internos na escola que alcancem todo o perímetro da escola. Então, é um sistema de *wi-fi* a que as crianças possam ter acesso – criança, diretoria, enfim, todas as pessoas que participam da escola. E, além disso, *kits* de equipamento e capacitação de professores para letramento digital; ou seja, é um projeto de ponta a ponta.

Uma coisa importante, Senador, que eu acho que é de extrema relevância, é como são feitos os controles. São 3,1 bilhões; no nosso entendimento é bastante dinheiro, dá para conectar muitas escolas. E é um dinheiro para a finalidade pública. É um dinheiro privado, mas com finalidade pública. Então, tem muitos mecanismos de controles externos. Então, o Gape, que é o órgão que nos fiscaliza, que nos monitora, é fiscalizado pelo TCU. E, dentro do Gape, nós temos permanentemente reuniões semanais com subgrupos de trabalho de comunicações, financeiro e de diagnósticos, sendo que os diagnósticos são os planejamentos dos projetos; nós ainda temos contato direto com as operadoras, que são as nossas associadas. Além disso, existe um conselho fiscal, com integrantes também das associadas – Algar Telecom, Claro, Vivo e Tim. Também está no estatuto da Eace, no edital, que a gente precisa ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma auditoria externa para poder ter todo o controle do dinheiro que foi gasto, de todo o balanço da Eace, de todos os anos. Então, dessa forma, a Eace tem uma série de dispositivos de controles externos e internos para a boa aplicação dos recursos que são privados para a finalidade pública.

Bom, aqui são as premissas da portaria da Anatel. A prioridade é a conexão por fibra e banda larga em alta velocidade, sendo um mega por aluno e pelo menos cinco megas por escola, isso para poder rodar conteúdo didático. Não adianta a gente ter uma escola, como a gente já viu... A Eace faz vistoria *in loco* em todas as escolas que a gente vai conectar. E aí também tem aquela coisa de não ter sobreposição. Além de saber se há conectividade, a gente sabe exatamente... Às vezes tem uma conectividade, por exemplo, de cinco megas; a gente entende que cinco megas é não conexão, porque não é possível você rodar conteúdo didático. Então, pode ser para a recreação, mas não para a atividade educacional. Então, tem aí um parâmetro de quantos megas são necessários por número de matrículas.

Aí são os tipos de projetos. Nós temos projetos prioritariamente por fibra, mas também nós temos a instalação de internet de ativação da rede elétrica, por meio de painéis solares, onde não tem energia elétrica, banda larga, *wi-fi* em todas as áreas da escola, o fornecimento dos *kits* de informática. Esses *kits* de informática são fundamentais, porque eles são compostos com *notebook* para os alunos e professores, que são diferentes, os de alunos e os de professores.

Telas e projetores, porque daí o que acontece? É como se o projetor virasse uma lousa, que já é conectado com os *notebooks*. E os carrinhos de armazenamento e de carregamento, porque, no final do dia letivo, esse carrinho serve para carregar os *notebooks* e ele é colocado dentro do lugar mais seguro da escola, que geralmente é a sala da diretoria, não é? E aí, assim, você pode levar um laboratório para cada uma das salas, em vez de ter um laboratório de informática em que os alunos se direcionam até lá. E a capacitação dos professores para o uso dos equipamentos e ferramentas computacionais, que é o letramento digital, para colocar os professores aptos a operacionalizar aqueles equipamentos para poderem dar aula com os novos equipamentos e os novos *softwares*.

Aqui o nosso projeto piloto construído em 177 escolas, em dez cidades, nas 5 regiões do país.

E aqui é a quantidade por cada um dos sistemas, não é? Então, foram 137 escolas por fibra, ou 78%; 24 por rádio, 14%, por fibra e rádio, 5%; e via satelital, 4%. Na verdade, via satélite só foi colocado onde realmente não podia chegar nenhum outro sistema, que foi numa comunidade indígena.

Aqui eu queria colocar o conceito da conectividade significativa, que é o que a gente fala desse programa da Eace, que é de ponta a ponta, que é ter a rede de internet, os *kits* de informática, ter banda larga, *wi-fi*, toda a infraestrutura para melhorar a rede nas escolas e a capacitação dos professores. Porque tem muitos programas que já foram feitos no passado em que eles colocam internet, mas não tem *wi-fi*; colocam internet e *wi-fi* nas escolas e outro programa vai colocar o computador. Aí esse outro programa demora um ano, daí fica a internet e as crianças não recebem o computador.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA MARTINS – E assim por diante, não é?

Então, o programa da Eace é um programa muito eficiente porque há conectividade significativa. A gente começa colocando a internet na porta da escola e termina com a capacitação dos professores, ou seja, em dois meses os alunos já têm tudo, eles já podem começar a ter aula. E isso foi muito comprovado no projeto piloto.

Aqui o investimento por município, são os valores projetados para 36 meses. A gente fala em 36 meses porque durante 36 meses o projeto Aprender Conectado paga a conta de internet, os *notebooks* e tudo que está envolvido no projeto é pago pelo projeto Aprender Conectado durante esses 36 meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A previsão de investimento era de R$44,17 milhões. E aí, levando a concorrência pública e as nossas RFPs, que é a concorrência que nós fazemos de tomadas de preço, conseguimos fazer um valor total investido de R$32 milhões, o que foi para nós, assim, uma vitória, porque a gente negociou com cada um dos fornecedores. Para terem uma ideia, só de negociação com a Positivo, que foi a empresa que ganhou a concorrência dos equipamentos, tivemos um deságio de 5 milhões. Então, a gente acredita que é possível fazer uma estimativa correta e ainda assim conseguir ganhos através da competitividade.

Aqui são as vistorias concluídas da Fase 2. A gente já está com 100% das vistorias prontas, e a próxima fase eu creio que em breve a gente já consiga, que são duas mil escolas, 2.316 escolas, Regiões Norte e Nordeste.

Fase 3. Esse dado é desta semana: 85% das vistorias já realizadas, também nas Regiões Norte e Nordeste. E mais uma vez, para enfatizar, as vistorias pela Eace são *in loco.* Então, a gente manda as nossas equipes contratadas pela Eace em cada uma das escolas. Aí elas detectam se tem energia, se tem internet, qual a velocidade, fazem todas as medições, que cobertura de *wi-fi* precisa, faz as medições dentro das escolas, as distâncias; tudo para quando for fazer as instalações, a gente já ter um quadro real do que vai ser instalado.

Aí a contratação dos fornecedores, que é por RFP que nós fazemos a avaliação técnica das propostas, a avaliação comercial e a escolha do fornecedor com melhor proposta técnica e menor preço.

Aí tinha uma questão que apareceu no requerimento, Senador: se a estimativa de custos é da ordem de um bilhão para utilização de satélites de baixa órbita em 8.365 escolas públicas, em todo o país, que ainda não dispõem de conexão de internet. A Eace nunca fez essa estimativa, então, eu não tenho como responder.

O satélite de órbita mais elevada da Telebras não atenderia às necessidades das escolas remotas?

Bom, em relação ao projeto piloto, a Eace não recebeu nenhuma proposta da Telebras, por isso não foi incluída no projeto-piloto, ela foi convidada, mas não apresentou proposta para a RFP, e a proposta de satélite geoestacionário da Viasat não atendeu a velocidade mínima requerida pela portaria da Anatel. A velocidade mínima era de 50 megas e a velocidade da Viasat era de 40, garantindo somente 2% dos 40 megas. Então, realmente, não tinha aquela velocidade suficiente para o conteúdo pedagógico; não dá para rodar conteúdo pedagógico, por isso que na avaliação técnica realmente não foi possível.

Aqui, um serviço de banda larga em versão de rádio não seria suficiente para atender ao menos parte das escolas públicas? Sim. Das 177 escolas do projeto piloto, temos algumas escolas... São 32 atendidas por rádio. Aí a lista. Depois a apresentação fica para vocês, para uma avaliação mais profunda. Tem em todas as cidades e quantas foram por rádio.

Aí eu gostaria de pedir três minutinhos, só para passar um pequeno vídeo, para vocês verem a realidade, como acontece lá. A gente gravou umas imagens nas escolas. Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Paula.

A SRA. PAULA MARTINS – Obrigada eu, obrigada a todos.

Essas imagens todas foram feitas em escolas do projeto piloto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, passo a palavra, na sequência, para o Prof. Nelson Simões da Silva, que é o nosso Diretor-Geral da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa).

O SR. NELSON SIMÕES DA SILVA (Para expor.) – Senador Izalci, muito obrigado pelo convite para voltar aqui à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Bom, quero saudar aqui os colegas da mesa, Pedro, Ana, Paula, todos os presentes aqui, os Senadores e Senadoras.

Você pode me passar o passador? (*Pausa.*)

Obrigado.

Para a RNP, é um privilégio trabalhar com educação há muitos anos, desde 2002, formalmente. Mas eu queria brevemente introduzir o que foi antes disso, tem uma pré-história da RNP antes de ser organização social, e o que nós estamos fazendo no apoio a esse grande marco que será ligar todas as escolas no Brasil.

Bom, nós somos organização social a partir de 2002, mas, antes disso, em 1989, éramos projeto CNPq. E foi a própria comunidade científica que vinha dos cursos de pós-graduação que dizia: "Tem alguma coisa acontecendo lá, nós precisamos nos organizar aqui no Brasil, porque tem uma tecnologia chamada internet que vai ser muito importante para a pesquisa e para a educação". A educação veio um pouco depois, mas, naquele momento, era para ligar as universidades.

Bom, hoje o sistema RNP, como nós dizemos, liga 1,6 mil *campi* em todo o território, de norte a sul, interior, capitais. E ali tem alguns números só para mostrar quantas instituições são, desde 2002, quando o programa interministerial foi criado, como é que evoluiu essa rede. Além das instituições, obviamente, temos programas de pós-graduação em todas as áreas – os pesquisadores brasileiros estão em contato com seus pares –, um conjunto de outras instituições e usos, até grandes projetos de ciência. Então as imagens do Cbers que descem a Cuiabá e vão ser processadas em Cachoeira Paulista para fazer a previsão do tempo que a gente vê no jornal, as informações também que estão ligadas à física de altas energias, ou a clima e tempo, ou à biodiversidade, todas estão apoiadas nessa infraestrutura.

Esse é um financiamento público que começa junto com a organização social em 2002, o primeiro contrato de gestão foi em 2002. E ele começou com MCTI e MEC, que tinham essa visão estratégica, mas, ao longo do caminho, foi incorporando, nas várias interfaces que a tecnologia de informação tem para a geração de conhecimento, a saúde, porque tinha os hospitais; a cultura, porque estava se falando em vídeo, cinema, distribuição do audiovisual, TV pública, TV universitária; comunicações, principalmente a partir do Governo passado, quando ciência, tecnologia e comunicações se transformaram no MCtic, o MCTI ganhou o "c", e essas políticas também se reencontraram numa agenda intersetorial, mas também a Defesa, e a gente tem muitas questões que se desenvolvem em conjunto, como a segurança cibernética. Então, o fomento desse contrato de gestão é promovido por esse programa interministerial.

Aqui são alguns resultados, eu não vou me ater a eles. Eu só queria destacar que, nesses 20 anos de contrato de gestão, a RNP empreendeu e fez isso crescer junto com todo um conjunto de instituições porque é um sistema realmente. Quer dizer, não é que a RNP faça: nós fazemos com as universidades, nós fazemos com os hospitais de ensino, nós fazemos com empresas que estão em parques e polos tecnológicos. É um conjunto de ações, e as nossas missões vão para além da conectividade. Nós temos que fazer pesquisa e desenvolvimento. Nós temos que capacitar recursos humanos em tecnologias emergentes. A gente tem que preparar os brasileiros e as instituições para inteligência artificial, redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quânticas, *blockchain, open* RAN. Nomes que a gente vê aí no cenário da tecnologia emergente. Esse conjunto de ações e resultados é que são fomentados pelo modelo de organização social.

Recentemente, foi renovado esse contrato de gestão, foi agora em 2021. E todos esses ministérios construíram uma visão de futuro por dez anos, do que esse sistema RNP deveria alcançar. Esses são os nossos objetivos estratégicos que estão contratualizados. Além da pesquisa, dessa ciberinfraestrutura, que precisa evoluir com seus usos, eu marquei dois ali que têm a ver com a nossa atuação para apoiar esse enorme desafio da educação, que é como melhor conectar, quais são as premissas, quais são as estratégias e modelos de sustentação de conexão não de 1,6 mil pontos, mas de 140 mil pontos no território, que são essas escolas.

A RNP trabalha muito com propostas de soluções, modelos de soluções, testando a melhor forma de alcançar esses resultados, e no âmbito desses programas e políticas dos ministérios do programa RNP, apoiando a integração dessas políticas.

Integração vai ser uma palavra-chave. Assim como o Senador já destacou, a gente já percebe isso: vai ser fundamental orquestrar todos esses atores não só no nível federal, mas também subnacionais, para a gente conquistar esse objetivo, e a gente tem atuado dessa forma.

Queria destacar aqui que esse programa tem um comitê gestor, tem uma moldura institucional, que é aquela portaria interministerial. Como eu falei, ele começa em 1999, já tem muito tempo. E o fomento estimado para esse contrato de gestão em dez anos é cerca de R$270 milhões por ano, mas isso não se confunde com nenhum recurso dedicado à conectividade de escolas, esses são recursos orçamentários para aqueles objetivos. Essa era uma das questões que estava sendo perguntada também. Não há recursos, por exemplo, do leilão de 5G no contrato de gestão da RNP.

Principalmente, esses recursos vão atender a uma comunidade beneficiária, e isso é muito importante em toda organização social. A possibilidade de receber recursos de origem pública é para fazer e prover serviços para o cidadão e para uma comunidade beneficiária. Então, essas são as organizações que compõem o sistema RNP: universidades, agências de fomento, hospitais de ensino, museus, aquelas instituições com acervos memoriais, biblioteca nacional. Um conjunto de instituições valiosíssimas que geram conhecimento, parques e polos tecnológicos e empresas inovadoras.

É bom lembrar – eu coloquei esse mapa – que nós não estamos sozinhos. As nações que têm investido em ciência e tecnologia possuem redes acadêmicas como a RNP, e nós precisamos estar muito bem integrados. Esse é um mapa que dá uma ideia de quais são as conexões exclusivas para educação e pesquisa no mundo, por fibra ótica, por cabos submarinos, e o Brasil está muito bem representado nessa integração direta à Europa, direta aos Estados Unidos e até com uma conexão agora também à África, a Cape Town.

Bom, um aspecto relevante da organização social, que é o modelo de gestão da RNP, é que esse é um modelo que foi constituído pela Lei 9.637. A Constituição de 1988 definiu que esse modelo poderia ser usado em alguns campos, e ciência e tecnologia foi um desses campos, para prestação de serviço para a sociedade. Esse modelo não é, vamos dizer assim, uma terceirização, como alguns pensam que é. Na realidade, é constituir uma parceria com uma organização capaz de fazer esses acordos, fazer esses valores serem entregues para aquela comunidade beneficiária.

Por conta desse contrato de gestão é que é possível agilizar todos os processos que são feitos para a conectividade dos campos, para constituir modelos de segurança cibernética dentro do conjunto de instituições que formam o sistema RNP, e isso também é o que provê à organização a possibilidade de ter o seu regulamento de compras, regulamento esse que também – essa foi uma das perguntas para esta audiência – provê todos os mecanismos de impessoalidade, de competitividade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON SIMÕES DA SILVA – ... e tudo de que precisamos – obrigado, Senador – para cumprir, e muito bem cumprir, com transparência, essa missão, enfim, de atuar como organização social.

Eu deixei essa referência, que é muito recente e muito boa, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Foi de uma recente oficina que se fez com todas essas OS federais. E nós podemos ver que é onde o modelo foi mais empregado e com melhor sucesso. Aí estão grandes organizações federais que usam o modelo de OS, como a RNP, como o CNpem, que são infraestruturas de pesquisa, com o Sirius, o Luz Síncrotron, outras que estão desenvolvendo essa atividade em campos como o Meio Ambiente, o Mamirauá, agora a mais recente em pesquisa oceanográfica. E esse é um modelo fundamental para você empreender na área de ciência e tecnologia. Você precisa ter essa agilidade, você precisa ter essa eficiência, e isso está bem demonstrado em todos os estudos, inclusive em alguns publicados recentemente, no ano passado, pelo Ministério da Gestão e em cooperação com o Ipea, BNDES e a Comissão Europeia.

Falando um pouco do controle, a RNP tem controles que estão incluídos na moldura legal, que é a Lei 9.637, e nos outros regulamentos. O Conselho de Administração tem a participação dos três ministérios intervenientes, hoje Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicações, mas também da comunidade beneficiária. Então, ali estão as universidades, estão os pesquisadores, estão os representantes de usuários, e esse é um controle muito forte, porque é um controle de resultados, para saber se nós estamos sendo de fato eficientes, se nós estamos prestando serviço com a qualidade e o nível adequados.

Esse conselho junto com vários outros constituem esse controle social previsto na Lei 9.637. É também responsabilidade do conselho a fiscalização, e para isso ele conta com auditorias externas e que são realizadas desde o primeiro ano do contrato de gestão. Todas as contas são aprovadas desde então, há 20 anos, mas é o órgão máximo dirigente da organização.

Num outro nível, tem um controle institucional, que eu acho que é a grande implementação que nos impulsiona ao futuro, que é essa Comissão de Acompanhamento e Avaliação. É uma comissão externa formada pelo órgão supervisor, que é o Ministério de Ciência e Tecnologia, com especialistas. E eles vão olhar as metas e os indicadores e semestralmente fazer reuniões, em que nós temos que prestar contas de como estamos alcançando essas metas. É algo muito rico, porque é a reunião daqueles que querem fazer as coisas darem certo. Então, ali, nós recebemos novos desafios como metas e nós podemos negociar as dificuldades que estamos encontrando. E essa comissão faz recomendações tanto para o poder público quanto para a organização social, para que a gente melhore cada vez mais nesse processo.

No último ciclo do contrato de gestão, 2011-2020, a nota da RNP foi 9,9, a média da nota anual de todas as reuniões semestrais desse período, ou seja, é uma organização, assim como várias outras de ciência e tecnologia, que está realmente atendendo a requisitos que foram estabelecidos neste contrato de gestão.

E, por fim, há o controle externo também do Tribunal de Contas da União e da CGU em eventuais processos de auditoria, que são feitos tanto no órgão supervisor, que é o MCTI, quanto no OAS. E tivemos, nos anos de 2014 e, mais recentemente, de 2019, dois processos que foram conduzidos. E aí vão se ver os indicadores, a natureza dos indicadores, a aderência da prática, a conformidade da organização aos seus regulamentos. E nisso tivemos regularidade em 2014 e, em 2019, ainda há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

algumas recomendações em atendimento, mas também um processo que demonstra a regularidade da atuação da RNP.

Isso é um pouco para contextualizar algumas perguntas que foram colocadas sobre o papel, o acesso... Ali tem a área de transparência. Todos esses relatórios e auditorias estão disponíveis.

Bom, o país está numa posição única agora. Parece que temos infraestrutura para conectar as escolas, com as exceções de praxe daquelas muito isoladas – mas são poucas se comparadas com as 140 mil –, e temos recursos. Temos os recursos do leilão de 5G, como a Eace e a Anatel demonstram; há recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; ou seja, parece que estamos com as condições que não tínhamos antes. Então, o nosso grande desafio, eu acho, para superar essas desigualdades do país, passa por conectar as escolas. Eu concordo com essa visão. Nós não vamos subir uma montanha de ter os brasileiros cidadãos se nós não conectarmos as escolas. E, hoje, conectar as escolas é possível, mas isso requer uma grande coordenação. E é o papel que o MEC, eu vejo, está desempenhando com muita competência, ao estabelecer a Enec e chamar todos os atores federais e subnacionais para discutir essa estratégia e quais são as suas premissas, para nós termos essa conquista, vamos dizer assim, nos próximos dois ou três anos concluída.

Esses são os projetos em que a RNP esteve envolvida para tratar do tema. Em geral, eles estão associados a um dos ministérios do programa interministerial e eles são projetos ou de avaliação de tecnologias ou de testar os modelos, para que, quando nós estivermos empreendendo, já tenhamos um conhecimento bom.

O primeiro começou em 2022, é a Internet Brasil, é um teste do uso de banda móvel configurável. Banda móvel configurável é poder configurar o *chip* do nosso celular para outro operador. Nós vimos, na pandemia, que isso é essencial para a integração daquele aluno que está num domicílio e que pode ter a cobertura de uma empresa, mas não tem de outra. Isso dá previsibilidade à integração. Até uma das perguntas era sobre isso – não é, Senador? –, como é a conectividade na periferia dos domicílios? Nós vamos ver isso acontecer nos próximos anos, a necessidade de levar não só a conectividade móvel, mas a fixa também, para os domicílios dos professores e dos alunos. Então, nesse projeto, a gente tem uma prova de conceito que se concluiu com êxito. A gente testou e gerou uma plataforma para a gestão dessa transação e estamos avaliando com o Mcom o início de uma ampliação para o ano que vem, aí sim, para utilizar esses recursos para alunos vulneráveis.

O segundo são as escolas: como melhor identificar, selecionar aquela infraestrutura e provimento de serviço para uma certa escola numa localidade. Então, isso também é um projeto que pegou apenas as escolas que estavam isoladas, vamos dizer assim, ou seja, elas ou estavam em satélite ou estavam saturadas ou estavam muito mal servidas, e tentamos fazer esse mapeamento. Tem cerca de 2.562 escolas conectadas dessa forma, por provedores. Aqui sempre são os provedores que estão fazendo isso, seja na escola, seja no aluno. E essa é uma plataforma para gestão e seleção de provedores que pode auxiliar muito o trabalho que está pela frente.

E, por fim, um projeto que foi a gênese disso tudo, que contribuiu também com algum tipo de conhecimento para que a Anatel e outras iniciativas dos estados pudessem se desenvolver, que foi um projeto piloto feito, no Nordeste, com escolas em área urbana: como construir a conectividade externa e interna, retirando a complexidade da gestão dos conteúdos da escola. Ele ligou 453 escolas em seis municípios por fibra. E a gente tem vários indicadores de custo, de desempenho e até de ampliação da maturidade no uso dessas escolas. Ele segue até 2025, quando a gente vai fazer a passagem para as redes de ensino, porque foi desenvolvido com as redes de ensino. Isto vai ser muito importante:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar com as redes municipais e estaduais, porque há muitos projetos que também estão lá no território, e eles precisam ser articulados em conjunto.

Então, são três modelos de incorporar tecnologia na educação que a RNP vem desenvolvendo e trabalhando para que nós possamos ter sucesso.

Essa era a minha apresentação, enfim.

Quero só deixar anotado que esse é um processo contínuo. Escolas que hoje estão usando conectividade significativa, mas ainda por satélites, vão precisar evoluir para o fixo, porque as aplicações também evoluem, mas nós temos processos de maturidade que vão nos levar, em muito pouco tempo, em um horizonte de dez anos, até a essas escolas conectadas todas, muito bem conectadas, para uso de aplicações, porque hoje nós estamos muito limitados, não é? Nós estamos ainda trabalhando com a navegação, com *download*, com certas aplicações que são viáveis e possíveis no território.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Nelson.

Passo imediatamente a palavra para o Pedro Lucas da Cruz, que é nosso Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia!

É com enorme satisfação, Senador, que eu participo aqui dessa audiência no dia de hoje.

Em nome do Ministro de Estado das Comunicações, Juscelino Filho, eu agradeço a oportunidade de prestar contas a respeito das iniciativas que a gente vem executando, e esta oportunidade é também de prestar contas à sociedade.

Então eu cumprimento V. Exa. e cumprimento também aqui os meus colegas de mesa, o Conselheiro Vicente Aquino e o colega auditor Luiz Fernando, que estão remotamente, e todos os demais Parlamentares aqui presentes.

Eu fiz uma pequena apresentação, Senador, e o objetivo dessa apresentação era um pouco esclarecer as várias iniciativas de conectividade de escolas que nós temos que são apoiadas por meio de políticas públicas de telecomunicações.

Eu acho que a minha colega aqui do Ministério da Educação vai poder dar uma visão um pouco mais abrangente, porque o tema de conectividade de escolas envolve, claro, o Ministério da Educação também e iniciativas estaduais e municipais. Mas eu queria aqui ressaltar para o senhor qual é a contribuição do setor de telecomunicações para esse tema de conectividade de escolas, sempre lembrando, Senador, que, do ponto de vista do Ministério das Comunicações, a conectividade para a educação é um dos elementos estruturantes de uma política, de uma estratégia maior de inclusão digital, promoção da conectividade significativa e expansão dos serviços de telecomunicações para toda a população. Então é um dos vetores, um vetor estruturante, até porque a gente entende, também de muita interação aqui com nossos colegas no Ministério da Educação, que a escola é um vetor de cidadania, de realização de direitos, promoção de cidadania. Então o Ministério das Comunicações tem essa visão bem clara.

Eu diria, Senador, que talvez o programa mais abrangente que a gente tem hoje de conectividade de escolas, no âmbito do Ministério das Comunicações, é o Wi-Fi Brasil. O Wi-Fi Brasil atende vários estabelecimentos públicos e pontos de interesse público – pontos de fronteira, unidades básicas de saúde –, mas a grande maioria dos seus pontos de atendimento são escolas da educação básica, escolas públicas de educação básica. Hoje são mais de 16 mil pontos.

E para escolas, basicamente a gente divide em dois grandes grupos o Wi-Fi Brasil. Tem um conjunto de escolas, mais de 13 mil escolas que são atendidas por meio do Gesac – e aí a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

falando então do satélite geoestacionário da Telebras, o STDC, um satélite estatal, um investimento estatal. São mais de 13 mil escolas atendidas por meio do satélite da Telebras no âmbito do Gesac, e a gente tem 2.618 escolas, que, como o Nelson mencionou na apresentação dele, são conectadas a partir, por meio de uma parceria com a RNP e que são conectadas por provedores regionais, por pequenos provedores em cada um dos municípios. Então tem esses dois grandes grupos. Em algumas escolas a gente também abre *wi-fi*, em 344 escolas a gente abre *wi-fi* para a comunidade. Então, o Wi-Fi Brasil basicamente tem essa configuração, sendo suportado por dois tipos, dois grandes grupos de tecnologia: o satélite geoestacionário da Telebras e, de maneira geral, fibra, rádio por meio de provedores regionais, pequenos provedores em vários municípios – são 2.618. No caso do Gesac, executado por meio da Telebras; no caso do Wi-Fi Brasil terrestre, executado por meio da RNP.

Então aqui eu acho que a gente já mostra, Senador, um pouco da variedade, diversidade de tecnologias e de parceiros, porque é disso que a gente precisa para conseguir avançar a agenda de conectividade. É diversidade de parceiros e de tecnologias.

Também com a RNP a gente tem uma outra iniciativa, o Nelson se referiu a ela; é o projeto piloto da Piec. Do ponto de vista do Ministério das Comunicações, é mais uma camada de intervenção dentro do Programa Nordeste Conectado. O Nordeste Conectado tem o objetivo de aumentar a disponibilidade de redes de alta capacidade de tráfego de dados na Região Nordeste e aproveita, em parceria com o Ministério da Educação, para prover uma conectividade diferenciada para um conjunto de escolas. Hoje, esse programa abrange 473 escolas, divididas ali em seis municípios, e leva a fibra ótica e a rede interna.

E uma coisa que eu acho que é importante destacar, Senador, até com base na fala do nosso colega do TCU, falando sobre a necessidade de coordenação e o fato de haver uma multiplicidade de ações de política pública de conectividade, é que essa multiplicidade não necessariamente é ruim, porque, como o Nelson mencionou, é com base nesse tipo de projeto que a gente extrai subsídios, com base na experiência, para a gente conseguir escalar ações mais coordenadas e mais planejadas ao longo do tempo. Então, no caso do Nordeste Conectado em particular, foi com base nessa experiência de atendimento de 473 escolas que a gente, de certa forma, desenvolveu o conceito de levar a conectividade externa, a rede, o *link* de banda larga associada a uma rede interna *wi-fi* para disponibilizar o sinal de internet para todos os alunos em todos os ambientes da escola. Aqui, de certa forma, claro, junto com outras iniciativas estaduais e municipais, é uma fonte de informação e de experiência a informar o desenho de uma política pública mais ampla e mais ambiciosa, tanto é assim – foi muito bem-sucedido – que a gente resolveu replicar também no Norte Conectado, especificamente na Infovia 00. Então, da mesma forma, estávamos levando, ampliando a capacidade de rede de transporte na Região Amazônica, assim como a gente fez na Região Nordeste, e, ao longo desse percurso da fibra ótica que foi implantada, que nesse caso foi no leito do Rio Amazonas, a gente tem comunidades, tem cidades, tem escolas urbanas, e a gente levou a conectividade para essas escolas no mesmo modelo do Nordeste Conectado, também em parceria com o MEC, levando a conectividade em banda larga e a rede interna com sinal *wi-fi* para permitir o uso da conectividade nos processos de ensino-aprendizagem.

A gente também agora, este ano, começou a estruturação do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações. A palavra certa não é bem estruturação, é a reestruturação do Fust, um fundo que foi criado tradicionalmente focado na ampliação da telefonia fixa tradicional, que, à época da privatização, era o foco da política pública, e que a gente remodelou nos últimos anos para dar um foco em inclusão digital, expansão da conectividade significativa. Ao longo deste ano, a gente trabalhou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na estruturação dos seus vários mecanismos de aplicação de recursos. A gente pode dividir em três grandes grupos, Senador.

O primeiro conjunto de recursos a gente destina ao BNDES para que o BNDES ofereça linhas de crédito a empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para que elas possam viabilizar a execução de projetos de implantação de rede com foco em áreas desatendidas. E, nesse processo, para que o prestador de serviços de telecomunicações tenha acesso a uma taxa de juros diferenciada em relação à que seria tradicional, ele se compromete com a contrapartida de atendimento de escolas. Então, apresenta um projeto para o BNDES, vai ter uma linha de crédito lá com recursos do Fust, que foi repassado pelo Ministério das Comunicações para o BNDES, com base em um contrato de empréstimo de longo prazo; se esse projeto abrange conectividade de escolas com determinado padrão definido pelo Conselho Gestor do Fust, ele faz jus a uma taxa de juros diferenciada. Então, aqui, a gente consegue atender escolas também, ao mesmo tempo em que a gente amplia as redes de telecomunicações com foco, claro, naquelas áreas ainda desatendidas, como, por exemplo – foi o objeto da pergunta –, comunidades, favelas, áreas periféricas. Essa é uma das modalidades de aplicação dos recursos do Fust.

A outra, também operada pelo BNDES, é o que a gente chama de aplicação dos recursos não reembolsáveis, sem expectativa de retorno, como no caso do financiamento. Então, a gente transfere recurso para o BNDES, e o BNDES vai fazer contratação de projetos de conectividade de escolas em moldes muito parecidos ao que hoje é feito com a Eace, com os recursos do 5G. Então, ele vai executar diretamente projetos de conectividade.

A terceira modalidade, Senador, que também foi uma modalidade de aplicação que foi incluída na Lei do Fust enquanto o projeto tramitava aqui no Congresso Nacional, é o que a gente chama de projetos que são executados diretamente pelas prestadoras de serviço de telecomunicações, que são as empresas que contribuem para o Fust. O Fust tem uma taxa, uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre o faturamento das empresas de telecom. E a Lei do Fust tem esta previsão em que as empresas, ao invés de recolherem o Fust, elas podem apresentar projetos de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Gestor do Fust, e aí fazer jus ao não recolhimento dessa taxa do Fust.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO – Então, essa é a terceira modalidade, e a gente está trabalhando.

A primeira modalidade já está operacional, o BNDES já aprovou três projetos de implantação de redes de telecomunicações do Brasil com contrapartida do atendimento de escolas, e a gente está estruturando as duas outras modalidades junto do Conselho Gestor do Fust, que é um conselho que reúne vários atores e não só da educação – a gente está falando de representantes do Ministério da Saúde, da Agricultura, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, é um *multistakeholder,* como a gente chama.

Bom, eu acho que não preciso me alongar sobre o Aprender Conectado, porque tanto o Conselheiro Vicente quanto a Paula já apresentaram os detalhes. Só deixo claro, então, que ele é derivado de obrigações do edital 5G e que o projeto é gerido pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas, que tem representantes da Anatel, do Ministério da Educação e do Ministério das Comunicações.

E aí, Senador, eu achei que seria instrutivo e didático fazer a relação dessas iniciativas todas com grandes programas governamentais, porque eu acho que é aqui que tem que ficar claro que o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que se buscou neste ano, nesta gestão, neste Governo é a coordenação de iniciativas. Então, a gente evitou criar novos programas e a gente se preocupou em coordenar programas já existentes, inclusive para que eles tenham uma certa padronização, uma uniformização, a respeito inclusive de parâmetros técnicos.

Então, a gente tem dois grandes eixos de organização das políticas de conectividade voltadas para as escolas hoje. A gente tem o novo PAC, em que a gente tem um eixo de conectividade nas escolas e nas unidades de saúde – é o mesmo eixo, mas aí ele tem um eixo específico para as escolas. E tem a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. O PAC concentrou as iniciativas de infraestrutura de conectividade. Então, ali no PAC, a gente está usando todas as políticas, um rol de políticas públicas, para garantir aquela rede externa e aquela rede interna *wi-fi*. A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas – e eu acho que a minha colega Ana vai dar uma visão muito melhor do que eu poderia dar – vai além: ela abrange dispositivos de acesso à internet, abrange questões relacionadas à capacitação. Então, ela é mais ampla do que o novo PAC, em que está claro que, como é um programa de infraestrutura, está focado na infraestrutura de conectividade.

E aí eu separei ali todas as políticas públicas que, de certa forma, compõem essas duas iniciativas: a do novo PAC e a da Escolas Conectadas. De um lado, na cor azul, são as políticas de comunicações que eu acabei de mencionar; então é o Fust, o Aprender Conectado, Norte e Nordeste Conectados, e o Wi-Fi Brasil; e, de outro lado, políticas de outras áreas que contribuem também com esse objetivo: a Lei 14.172, de 2021, em que foram R$3,5 bilhões repassados pelos estados. Então são recursos que já estão à disposição das administrações estaduais para serem revertidos em prol da conectividade de escolas. Era um recurso que havia sido originalmente destinado para a conectividade de alunos e professores, mas houve um esforço deste Governo no sentido de alterar para permitir que os recursos sejam aplicados para as escolas.

A gente tem já um programa tradicional do MEC, que a Ana muito provavelmente vai mencionar, que é o Programa Dinheiro Direto na Escola, na vertente da política de inovação e educação conectada, ou seja, dinheiro direto na escola para a conectividade. A gente também tem, no âmbito das escolas conectadas, a contribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de recursos do FNDCT.

E eu acho que isso era o panorama que eu tinha para falar hoje, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Pedro.

Eu já passo a palavra, então, para a Ana, que é a nossa Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação.

A SRA. ANA ÚNGARI DAL FABBRO (Para expor.) – Olá, bom dia a todas e todos aqui presentes e também nos assistindo à distância.

Queria cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, agradecer pela oportunidade de estar aqui falando sobre conectividade na educação básica nesta Casa.

Queria cumprimentar também os meus colegas: Pedro Araújo, Paula Martins, Nelson Simões, também o Conselheiro Vicente e o Sr. Luiz Fernando, auditor do TCU, que estão à distância.

Senador, eu queria começar explicando um pouco da visão do MEC em relação a este tema da conectividade das escolas. Então, acho que a gente está discutindo aqui uma parte, esse olhar específico da conectividade da internet que chega às escolas, e isso se insere no âmbito do MEC...

Para onde que eu tenho que ir? Para cá. Pronto, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso se insere dentro do MEC numa visão um pouco mais ampla, que é de educar com tecnologia para inclusão e cidadania digital. E qual é essa visão do MEC em relação à chegada da tecnologia nas escolas? A gente está aqui falando basicamente da tecnologia entrando nas escolas como uma ferramenta pedagógica importante na mão dos professores e professoras de apoio na aula, do ponto de vista de permitir novos recursos entrando na sala de aula, experiências de aprendizagem mais significativas, mais engajantes – acho que o senhor falou muito sobre essa importância de a gente reconectar a escola com os nossos estudantes –, e a gente também está falando de educar os nossos estudantes para serem cidadãos digitais.

Quando a gente fala sobre isso, é muito uma visão de conseguir trazer para o debate de sala de aula, para a discussão dentro das escolas essa nova dimensão que a tecnologia traz em todas as nossas relações sociais de trabalho, e a gente precisa preparar os nossos estudantes para entenderem mais sobre esse mundo digital, para conseguirem ser cidadãos críticos dentro desse mundo digital e conseguirem também produzir e criar com tecnologia. Então, é nessa visão dupla que a gente traz essa proposta de atuação, digamos assim, do ministério dentro dessa temática de tecnologia.

E, para isso se concretizar, na prática, na sala de aula, a gente traz aqui uma atuação em basicamente seis dimensões e seis eixos. Então, um passo absolutamente importante e fundamental é a gente garantir conectividade de qualidade nas nossas escolas, e aqui muito com esse olhar de garantir uma conectividade que não seja só suficiente para o uso administrativo – então, não só chegando à secretaria da escola, à gestão da escola, para uso pela gestão, para fins administrativos –, mas permitindo que o professor, dentro de sala de aula, consiga usar a tecnologia para fins pedagógicos com seus estudantes, dentro da sua proposta de ensino-aprendizagem. Isso traz uma necessidade de a gente ter um olhar para a qualidade dessa internet que chega, tanto em relação a essa preocupação da velocidade, da qualidade da internet de uma forma geral, mas também um olhar que é bastante importante, que é em relação à questão da distribuição do *wi-fi* dentro da escola, para que, de fato, o professor consiga entrar dentro de sala de aula e dar uma aula sem gastar 50% do tempo da aula tentando conectar os estudantes à internet. Então, acho que essa dimensão da conectividade vem muito com essa visão de conseguir apoiar o trabalho do professor da melhor forma.

Uma outra dimensão muito importante é a gente repensar um pouco os ambientes e os dispositivos das escolas, não é? Então, aqui, a gente está falando muito de olhar para os ambientes de aprendizagem dentro da escola, de que forma a gente consegue trazer uma visão diferente para as nossas escolas, que hoje ainda trazem a mesma estrutura de sala de aula que traziam em colégios de cem anos atrás. Então, como que a gente consegue promover espaços e ambientes mais colaborativos, com dispositivos tecnológicos que apoiem a aprendizagem dos estudantes, numa ótica muito de criação, de incentivar a produção de conhecimento, mas também muito com essa perspectiva da prática. E isso implica levar a tecnologia – a gente está falando aqui de dispositivos digitais, *kits maker* e outros tantos recursos hoje que estão tão ricos que podem ser utilizados dentro das escolas.

Em seguida, é muito importante a gente pensar na dimensão do currículo das nossas escolas. Então, o que a gente está ensinando? Quais são os conteúdos que estão sendo levados hoje para os nossos estudantes? E hoje a gente já tem, dentro da Base Nacional Comum Curricular, enfim, indicações bastante concretas de quais as competências que a gente precisa desenvolver nos nossos estudantes. Então, pensando aqui em competências ligadas à cultura digital e já desde o ano passado, com o novo anexo à Base Nacional, que traz normas de computação na educação básica, também essa dimensão que eu mencionei, de os nossos estudantes conseguirem compreender como funciona esse mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

digital, discutir pensamento computacional, o que é inteligência artificial e também essa dimensão da cidadania digital, não é? Então, de como serem cidadãos digitais nesse novo contexto.

Uma outra dimensão muito importante é a dimensão de desenvolvimento de competências de formação. Então, é claro que essa nova dinâmica da escola, com novos conteúdos, novos equipamentos, traz uma demanda de a gente olhar para a formação do professor, para a formação dos profissionais todos da escola, de forma com que eles consigam usar essas tecnologias, de fato, para a aprendizagem dos estudantes e que eles consigam não só usar a tecnologia como ferramenta, mas que eles também consigam participar desse debate, dar orientações e efetivamente trazer esses novos conteúdos para a sala de aula da melhor forma e compreender melhor todas essas mudanças.

Em seguida, uma outra dimensão bastante importante é a gente olhar para a questão dos recursos educacionais digitais. Então, além de pensar os dispositivos, pensar os equipamentos na prática, a gente tem que garantir que a gente vai ter uma oferta para as nossas escolas de recursos educacionais digitais que estejam alinhados à base, que sejam diversificados, de qualidade, que a gente consiga ter segurança de que esses recursos digitais vão, de fato, apoiar a aprendizagem dos nossos estudantes. Então, hoje a gente tem plataformas adaptativas de alfabetização muito interessantes, outros recursos que permitem que os estudantes consigam visitar museus, mesmo não conseguindo ir presencialmente, e tantos outros recursos hoje que podem apoiar a prática do professor dentro da sala de aula. Então, a gente tem trabalhado muito no MEC também na melhoria dessa oferta, tanto de incentivar os nossos professores a produzirem conteúdos digitais, mas também de a gente pensar esses recursos digitais na perspectiva do material didático mesmo, mas nunca – e acho que esse é um ponto bastante importante –, nunca em substituição de outros materiais impressos. Então, a gente não está falando aqui de acabar com o PNLD, acabar com o material didático impresso, muito pelo contrário. Quando a gente fala da importância, inclusive, de formação dos professores, é exatamente para os professores conseguirem saber em que momento que é o momento certo de usar a tecnologia dentro de sala de aula e qual é o momento em que outras estratégias pedagógicas vão ser mais eficientes. E, muitas vezes, o impresso ainda, pegar na caneta mesmo, o material didático impresso, ainda é absolutamente relevante. Então, aqui a gente está falando sempre numa perspectiva da tecnologia que vem para somar e não para substituir.

E a última dimensão que é importante a gente olhar é a questão da gestão e da transformação digital das nossas secretarias de educação e das nossas escolas. Então, quando a gente fala do uso da tecnologia, surge uma preocupação muito relevante em relação à questão, por exemplo, da segurança no acesso à internet e isso passa pela segurança de dados dos nossos professores, dos nossos estudantes, acessando, usando essas plataformas. E, para essa preocupação com os dados, com toda a gestão, digamos assim, de todas essas dimensões, é importante que as nossas secretarias também usem a tecnologia a favor da gestão, uma tecnologia que possa apoiar uma melhor gestão da aprendizagem, gestão da informação dentro das secretarias de educação. Então, essa é um pouco a visão do MEC de que a gente precisa trabalhar simultaneamente nessas seis frentes para que a gente consiga fazer com que a tecnologia venha para trazer benefícios para dentro das escolas e possa, de fato, contribuir para o aprendizado dos nossos estudantes.

Vou focar um pouco agora mais no eixo aqui da dimensão de infraestrutura, que é um pouco do foco aqui, hoje, das nossas discussões e, então, falar da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas e comentar um pouco de onde surgiu, o porquê da criação dessa estratégia, o porquê do decreto que foi publicado no dia 26 de setembro, que traz esse novo Comitê Executivo, que eu vou comentar. Eu acho que vem muito das preocupações até que pautaram o próprio requerimento aqui da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ciência e Tecnologia, que vem muito dessa preocupação de a gente conseguir coordenar recursos e iniciativas do Governo Federal para a gente conseguir, de fato, universalizar a conectividade para fins pedagógicos em todas as nossas escolas. Então, acho que temos já vários projetos, programas, iniciativas, e a realidade hoje é que a gente ainda não tem todas as nossas escolas com a conectividade de qualidade para o uso dentro de sala de aula. Então, a estratégia surge com esse compromisso de universalizar a conectividade nas nossas escolas até 2026 e muito com essa visão de coordenação de esforços. Então, basicamente, a estratégia cria um novo Comitê Executivo que tem esse papel de definir os parâmetros nacionais de conectividade, então ajudar muito as secretarias de educação e também todos os programas federais que tratam desse tema em relação ao que nós precisamos de conectividade nas nossas escolas, e também muito sobre essa perspectiva de a gente conseguir integrar mais todas essas iniciativas. Acho que o Senador falou muito sobre essa questão da falta de integração dos esforços, e a estratégia vem exatamente com esse objetivo de integrar.

Então, vou falar também da composição do comitê. Ele traz exatamente diversos atores para que a gente consiga trazer todas essas iniciativas que já existem e coordená-las numa mesma direção. Então, na prática, do que a gente está falando? A gente está falando, na verdade, de um banco aqui de conhecimento do Ministério da Educação, da realidade das 138 mil escolas hoje de educação básica, de quais políticas que já atendem aquela escola em relação a qual desafio de conectividade dela, de forma com que a gente consiga ter metas até 2026, metas parciais até 2026, e coordenar esses esforços para que a gente consiga tornar, de fato, esse cenário de conectividade em todas as escolas uma realidade. E aqui a gente está falando não só de uma coordenação no âmbito federal, entre os ministérios, entre os programas federais, mas também uma pactuação e uma coordenação subnacional com as secretarias de educação, municipais e estaduais, que também têm já hoje iniciativas de conectividade. Então, como a gente consegue melhorar as informações, inclusive, que a gente tem das secretarias de educação em relação ao desafio na ponta, em relação ao que elas já vêm fazendo para solucionar essa questão da conectividade nas escolas, e a gente, como Governo Federal, entra de forma complementar, sempre com essa visão de garantir mais eficiência no uso do recurso público e garantir complementação e não sobreposição.

Então, aqui eu trouxe basicamente um pouco – vou falar bem rápido – do desafio nosso hoje nas escolas, de universalização, que é um desafio que ainda envolve levar energia elétrica para 4,6 mil escolas que hoje não têm acesso à rede pública ou por fontes renováveis. Ainda tem um desafio de acesso, então de a gente conseguir garantir que as escolas tenham condições de contratar uma tecnologia adequada para conseguir atender os parâmetros de qualidade. A gente ainda tem um desafio grande do ponto de vista de ter serviço de conexão à internet na velocidade adequada nas nossas escolas, e aqui a gente tem feito um esforço muito grande no Ministério da Educação de melhorar o nosso monitoramento da conectividade das escolas. Então, hoje a gente tem já 52% das escolas que já têm o Medidor Educação Conectada, então a gente consegue acompanhar qual é a velocidade que chega de internet naquela escola. E a gente tem essa meta de conseguir chegar a todas, exatamente para que a gente consiga acompanhar todos esses esforços que estão sendo feitos de uma forma mais concreta e mais precisa.

Ainda existe um desafio grande também de mais da metade das escolas de ter o sinal de *wi-fi* distribuído dentro da escola, então de a internet funcionar e poder ser usada nos espaços da escola e não só na secretaria, e também essa camada de acesso dos dispositivos, de termos dispositivos, tecnologias digitais que cheguem à mão dos estudantes e dos professores para poderem acessar a internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, rapidamente aqui, essas são as competências desse comitê executivo que foi criado. Ele tem essa tarefa de articular todas essas políticas, programas de conectividade de escolas, de estabelecer metas exatamente para a gente garantir um bom acompanhamento dessa meta de universalização, da estratégia e também de monitorar tudo isso, todos esses esforços tanto subnacionais quanto federais.

Então, aqui, rapidamente, a composição do comitê. Ele é coordenado pelo Ministério da Educação, mas ele tem representantes do Ministério das Comunicações, da Casa Civil, do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia, principalmente por conta dessa questão ainda da falta de energia elétrica nas nossas escolas, da Anatel...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA ÚNGARI DAL FABBRO – ... do FNDE, do BNDES, da Telebras e também da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Queria aqui comentar, então, que a gente está com a adesão aberta. Acho que teve até uma pergunta já do e-Cidadania sobre isso. Então, os estados e municípios que quiserem aderir à Estratégia de Escolas Conectadas e acessar todos esses programas e políticas de conectividade do Governo Federal têm que fazer adesão à estratégia. Os estados e municípios que fizerem a adesão vão ser priorizados nesses esforços, exatamente porque estão colaborando e prestando mais informações também sobre as suas próprias iniciativas.

Então, queria convidar todas as redes municipais e estaduais a aderirem. A gente já tem quase 50% das redes estaduais e também pouco mais da metade das redes municipais. O prazo de adesão vai até o final de dezembro.

Então, acho que era isso, Senador, que eu queria trazer aqui hoje.

Agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ótimo. Agradeço a Ana.

Bem, além das perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, eu vou aproveitar e fazer algumas colocações, para que nas considerações finais vocês possam responder ou informar sobre algumas perguntas aqui.

Bem, com relação ao Tribunal de Contas, o Luiz Fernando ainda está aí. É só para... O Tribunal de Contas tem acompanhado essa conectividade de uma forma integrada, porque, como foi falado aqui, há um conjunto de ministérios e instituições responsáveis pela conectividade. Se o próprio Anastasia, que está como relator, não sei se do sistema como um todo... Se há essa preocupação de pegar todos os atores para ver a conectividade como um todo, porque eu me lembro muito bem que nós temos aí as questões estaduais, municipais, a União. Às vezes, no próprio estado, você tem sobreposição de trabalhos, de rede inclusive; você tem empresa de energia, de água e esgoto, de... universidades. Todos têm uma rede e muitas vezes não tem conexão nenhuma entre elas, não é?

Então, da mesma forma o Governo Federal. Eu sei que foi importante ter diversas instituições tocando a mesma coisa, mas chega uma hora em que você tem que juntar essas peças todas e tal. Então, como tem a RNP, que é uma organização social, e tem os ministérios também, se nesse contexto há um acompanhamento global. A RNP também é fiscalizada pelo Tribunal de Contas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Diretamente. Então, se o tribunal tem essa preocupação não só da execução dos recursos, mas também da forma, em termos de integração entre todos... A política pública, não é?

Bem, com relação ao Tribunal de Contas, só para esclarecer isso. Com relação à RNP, Nelson... Depois tem relação com os outros ministérios e eu vou perguntar também, mas o seguinte: qual é a relação da RNP com a Starlink? Qual foi o plano de negócios com eles? Existe alguma exigência com relação a essa parceria que foi feita? Qual foi o investimento feito com essa parceria com a RNP? E quais as condições contratuais com relação a isso? Se puder também esclarecer um pouco sobre isso.

Bem, a Casa Civil acabou que não foi convidada aqui.

Com relação à Anatel, eu queria perguntar para o Vicente, temos algumas questões aqui. Bem, essa questão técnica de 50 bits por escola e 1 bit por aluno. Como foi feita essa... É técnico isso? Como foi... Porque, por exemplo, existem outras empresas que não oferecem os 50, talvez um pouco menos; como foi dito aqui, uma aqui foi 40, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Essa definição de 50 megabytes aqui, tecnicamente, não poderia ter sido trabalhada dependendo da escola? Porque tem escola que pode exigir mais, outras menos. Ou é um padrão que foi definido e pronto? Assim: "Olhe, esse é o padrão mínimo e tal". Eu digo, assim, se isso aí não foi uma exigência da própria Starlink aqui, alguma coisa nesse sentido.

Bem, a Paula, com relação à conectividade das escolas... Bem, teve aí a presidência... Você assumiu agora, não é, Paula? Teve uma gestão anterior que foi do Maxwell Vieira, não é isso?

A SRA. PAULA MARTINS (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Teve uma renegociação dos contratos que foram feitos anteriormente. A informação é que houve um desconto de 28% dos contratos com relação à aquisição de computadores, etc. Como é que se deu esse desconto? Foi o quê? Havia um superfaturamento antes? O que aconteceu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Daqui a pouquinho, vou passar para você.

Teve também alguns com relação a carros blindados que foram utilizados com esse recurso. Foi feita alguma... Está tendo alguma apuração com relação a isso?

Com relação ao prazo da implementação das escolas, nesse cronograma, eram 10 mil escolas inicialmente, depois foi passado para 40 mil escolas, diminuindo o prazo de 36 para 24, e hoje a gente tem apenas ainda as 175, 177 escolas que foram pilotos, não é? Como é que está esse cronograma, esses prazos para a execução disso?

Em linhas gerais... Bem, você já explicou a relação da Telebras. Ela chegou a ser convidada e não se apresentou com essa possibilidade? Porque eles têm lá o satélite também, não é? O Gesac tem um custo hoje perto de R$650 e esse contrato com a Starlink chega praticamente a R$3 mil mensalmente. Como é que se deu essa contratação aí?

Bem, em linhas gerais é isso.

Eu vou passar, na mesma ordem da apresentação, para as considerações finais. Se puder também já esclarecer essas dúvidas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo aqui se ainda localizo um Senador para a gente fazer a segunda etapa da reunião.

Vou passar, então, para o Luiz Fernando, que é do TCU, para fazer as suas considerações e, se puder, também responder a essas questões que foram feitas.

Tem também as dos nossos internautas, não é? Se puder também já esclarecer... Acho que cada um recebeu aí, não é? Tem mais cinco aqui? (*Pausa.*)

Então, deixe-me fazer mais essas daqui.

Tem mais algumas perguntas aqui, se vocês puderem já levá-las em consideração nas considerações.

Carlos Aurélio, de São Paulo: "[...] [Haverá] um projeto piloto inicial para a avaliação?".

Raimunda Ferreira, do Piauí: "[...] [Haverá] mais investimentos [...] em conectividade para atualizar os laboratórios de informática [...] [destinados à] pesquisa?".

Amanda Gomes, aqui do Distrito Federal: "Como o fornecimento dos aparelhos será realizado para [...] [alcançar] camadas menos favorecidas [...]?".

José Alcy, do Ceará: "Quais benefícios específicos o acesso à conectividade trará para o ensino fundamental nas escolas públicas?".

Alexsander Alves, de São Paulo: "Quais tipos de recursos educacionais e ferramentas digitais estarão disponíveis para os alunos?".

A Laura Cobbe, do Rio de Janeiro, pergunta se as escolas em áreas rurais terão inclusão equitativa, considerando a limitação de acesso à internet.

E há dois comentários aqui.

Do Erich Barbosa, do Paraná: "Conectividade escolar não pode ser apenas um *link* [...] [ou] *wi-fi*. Conectividade escolar precisa ser inserida com conteúdo de pesquisa".

E da Márcia da Silva, de São Paulo: "As escolas são constantemente roubadas e tudo que é tecnológico é levado. [...] [Precisa-se] investir em segurança". São os comentários aqui da Márcia da Silva.

Então, eu vou passar para o Luiz Fernando, do Tribunal de Contas, para fazer as suas considerações finais.

Obrigado, Luiz Fernando, pela presença.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, Senador, respondendo à pergunta que o senhor fez, o tribunal já tem alguns trabalhos feitos especificamente em relação a alguns programas, ao Piec, à banda larga, em que ele pôde, fruto desses trabalhos, expedir recomendações e até determinações, dar oportunidade de melhoria, fruto do que foi verificado por ocasião desses trabalhos. Agora, no caso, eu acho que a gente está numa situação bastante interessante, porque, digamos assim, com o lançamento do programa, pelo Executivo, que está tentando reunir e coordenar todas as ações existentes em relação à banda larga nas escolas, esse acompanhamento, que eu comentei, que foi determinado pelo acórdão, fruto do início do monitoramento que a gente fez sobre o acórdão lá do 5G, eu acho que esse acompanhamento, como ficou bem claro pela determinação inserida pelo Ministro Anastasia de que seria interessante fazer uma avaliação de maior escopo, analisando outras políticas públicas que têm relação com a conectividade nas escolas, então, eu acho que é uma grande oportunidade que a gente tem de, nesse trabalho, dar uma visão sobre a integração de todos esses programas, e também, certamente, utilizando as informações que já foram coletadas pelo Gape, as informações, como colocado pelos colegas, do próprio Ministério das Comunicações, do próprio Ministério da Educação sobre a execução desses programas. Então, eu acho que é uma oportunidade bem grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à outra pergunta que o senhor fez sobre a RNP, nós não temos nenhum trabalho recente sobre a RNP, mas, assim, a atuação do Tribunal pode se dar em relação a uma atuação direta nos ministérios que participam do RNP, principalmente o Ministério das Comunicações, novamente, e o Ministério da Educação, verificando junto a esses ministérios justamente como eles estão fiscalizando e como está sendo a *performance* desses contratos de gestão que são feitos com a RNP. Eu vejo esse como um caminho de atuação do tribunal.

Bom, feitos esses esclarecimentos, gostaria mais uma vez de agradecer ao convite feito. E o tribunal está à disposição de todos para conversar, para esclarecer alguns pontos e principalmente está à disposição da sociedade para eventuais dúvidas, questionamentos.

Nós recebemos via ouvidoria do tribunal informações, muitas vezes informações sobre problemas que ocorrem. E é o nosso papel justamente verificar o que está ocorrendo e eventualmente traçar oportunidades de melhoria por meio de recomendações ou, às vezes, determinar que algo seja feito caso haja ilegalidade.

Então, quero reforçar isso, e certamente sempre à disposição do Congresso, do Senado, de suas Comissões para, sempre que necessário, a gente vir participar dessas audiências públicas e trazer o nosso conhecimento e os nossos trabalhos sobre os assuntos que são discutidos.

Desejo uma boa tarde a todos e um bom resto de dia de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz Fernando.

Passo agora então, para as considerações finais também, ao Vicente Bandeira, que é o nosso membro do Conselho Diretor da Anatel.

O SR. VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Querido Senador Izalci, renovando os cumprimentos a V. Exa., eu vou passar rapidamente aqui nas perguntas que são afetas ao Gape.

V. Exa. leu aí uma pergunta sobre por que a velocidade mínima foi estabelecida em 50 megas. E o que eu posso dizer nesse particular? Bom, nós tivemos que estabelecer, meu querido Senador e a pessoa que fez a indagação, uma velocidade mínima, por quê? Porque o edital do 5G determinou de forma expressa que a conexão que a gente ia fazer nessas escolas fosse garantidora do uso das tecnologias de informação nas atividades pedagógicas. É esse o fim, é utilizá-la para a atividade pedagógica. E isso não foi feito de forma graciosa, de acordo com os termos da Lei 14.180, de 2021, que é a lei que instituiu a Política de Inovação Educação Conectada. Então, o que eu quero dizer com isso, meu querido Senador? É que não se trata de uma velocidade apenas para o uso administrativo da escola, mas sim, para o uso efetivo dos alunos, como baixar videoaulas, enfim, todas essas questões, que demandam um peso muito maior. Então, é nessa linha.

Em nossas discussões no Gape, nós consideramos adequado fixar... Evidentemente que as discussões no Gape contaram com o Ministério da Educação, com o Ministério das Comunicações. Então, nós achamos adequado fixar velocidades mínimas, considerando o número de matrículas, variando de 50 megabits até 200 megas.

Então, excepcionalmente, aí vai na linha da preocupação de V. Exa., a velocidade mínima de 50 megas poderá ser reduzida, caso o custo-benefício seja desproporcional, mas nós devemos sempre observar que o parâmetro mínimo é 1 mega por aluno.

Vamos citar o seguinte exemplo, Senador. Se uma escola só tiver cinco alunos, não tem sentido a gente fazer uma velocidade mínima de 50 megas, porque vão ficar megas aí subutilizados ou sem utilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a preocupação de V. Exa. tem sentido e nós já pensamos nisso, mas nós podemos reajustar o projeto piloto do Gape para aquela ocasião em que a escola tenha uma quantidade muito pequena de alunos, em que o custo-benefício não valha a pena trazer uma velocidade mínima de 50 megas e uma velocidade média contratada de 200 megas de velocidade.

Então, quase um ano e meio após o Gape ter definido esses próprios critérios, o Governo Federal, a Enec (Estratégia Nacional de Políticas Conectadas), recentemente lançada no dia 26 de outubro deste ano, o Comitê Executivo da Enec redefiniu essa política e agora vai fixar critérios técnicos novos que deverão ser observados por todas as políticas de conectividade, incluindo o Gape. Então, poderão ser mantidos esses 50 megas de velocidade, evidentemente com esse ajuste que eu acabei de colocar, mas poderão ser também reduzidos.

Então, em relação aos 50 megas, Senador, era isso o que eu teria que falar.

Uma outra pergunta que foi feita, e eu vou falar muito rapidamente, é sobre se vai ter um projeto piloto para avaliação. Projeto piloto não terá mais porque o projeto piloto já foi feito e com absoluto sucesso. O Gape irá fazer, acabou de fazer, ontem mesmo nós aprovamos, um novo projeto e aí serão fixados sempre que a Eace conseguir... Nós não podemos fazer já um projeto das 40 mil escolas, porque nós temos que vistoriar cada uma das escolas, emitir documentos, emitir relatórios, emitir fotografias. Então, nós estamos fazendo por partes. Por exemplo, fizemos 177 escolas no piloto. Agora, num projeto permanente, nós vamos fazer cerca de 5 a 7 mil escolas e, à medida que a Eace for cumprindo isso, nós vamos fazendo um novo projeto que será avaliado pelo Gape, em discussão aberta e ampla, e também será discutido no Conselho Diretor da Anatel.

Então, respondendo à pergunta, haverá, sim, de haver continuidade permanente dos projetos. Evidentemente que em cada realidade esse projeto poderá ser modificado ou não. A realidade do norte do Brasil é uma em função da geografia dos rios, toda aquela conjuntura que todos conhecem. A realidade do Nordeste é uma outra realidade. Então, é nessa linha. Projetos terão, sim, que ser feitos de forma permanente.

Bom, quanto aos aparelhos – uma indagação que foi feita –, essa nova política de conectividade da Enec (Estratégia Nacional de Escolas Conectadas) lançada recentemente fixou novos parâmetros e o Gape, por exemplo, não mais distribuirá aparelhos de computadores, *notebooks*, *chromebooks*, enfim, e outros desses aparelhos, bem como também a questão do letramento digital dos professores e alunos. Na nova política, nós íamos conectar cerca de 10 mil escolas que não eram conectadas, nenhuma delas, e nós vamos atingir agora cerca de 42 mil escolas – também foi uma indagação colocada –, cerca de 42 mil escolas, mas somente na parte de levar conectividade externa e interna. Somente nesse ponto.

Portanto, não haverá distribuição de aparelhos nem letramento de professores e alunos, como queriam chamar o que seria qualificação no sentido apenas de compreender as ferramentas digitais.

E, ainda, em relação às escolas rurais, que foi também uma indagação feita. As escolas rurais serão sempre um desafio gigantesco não só para o Gape, como para a própria Anatel e ainda mais para o próprio Ministério das Comunicações. O nosso grande problema é a questão das escolas rurais no Brasil.

O nosso grande problema é a questão das escolas rurais no Brasil. Nos grandes centros urbanos do Brasil, a imensíssima maioria – quase todas – das sedes de municípios brasileiros já estão todas conectadas. Evidentemente que alguns são com a tecnologia mais fraca, 4G, 3G e até 2G, mas o certo é que o desafio do nosso Brasil é realmente conectar as escolas rurais. Isso nós estamos levando passo a passo. Já tivemos aqui compromisso da faixa de 450MHz para conectar escolas rurais, que será desafiador, mas o projeto do Gape e também o projeto da Enec pretendem levar conectividade a todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as escolas do Brasil, sejam urbanas, sejam rurais. Mas as rurais, convenhamos, não deixam de ser um grande desafio.

E, finalmente, Senador, eu concluo. Vou falar sobre os equipamentos roubados, como falaram aí em uma das indagações. Isso sempre foi uma preocupação minha desde o início do Gape, porque conheço a realidade do Brasil, porque conheço o que são as prefeituras do interior do Brasil, que são 5.570, conheço como vai ser difícil entregar conectividade, entregar aparelhos, entregar toda essa ferramenta que seria entregue e, com pouco tempo depois, a gente de fato ter a dificuldade por conta de roubos e outras coisas. É realmente uma preocupação – eu concordo com a pergunta –, mas não há, no presente momento, ainda algo que a Anatel possa fazer de forma isolada. Eu acho que é um trabalho conjunto de prefeituras, governo de estado, Governo Federal de um todo, até a própria sociedade e a escola. Nós estamos aí juntos e alinhados para evitar esse tipo de comportamento. Talvez o uso de câmeras em grande quantidade possa diminuir isso, mas esse é um problema que me preocupa. Concordo com a pergunta.

No mais, eminente Senador, parabenizo V. Exa. pela audiência pública sugerida, requerida por V. Exa.. Cumprimento o Senador Carlos Viana, que é o Presidente da Comissão. Deixo aqui um abraço. E parabéns pela condução dos trabalhos.

Estamos aqui à disposição na Anatel, no Gape. E todos os internautas, todos aqueles que estão de forma remota, que quiserem procurar o Gape, que quiserem procurar a Anatel, é só procurar no *site* da Anatel que tem lá uma aba que vai direto para o Gape. E também aqui na Anatel nós podemos atender via o telefone da Anatel.

Obrigado a V. Exa., a todos que nos assistem.

Devolvo a palavra à Presidência dos trabalhos e me coloco à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Vicente.

Quero registrar aqui a presença da nossa querida Senadora Damares, agradecendo aí pela presença. Nós já estamos nas considerações finais, Senadora Damares, porque tem um requerimento para aprovar que precisa da presença de V. Exa. aqui. Obrigado pela presença.

Vou passar aqui para a Paula, que é a nossa Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escola, para também fazer suas considerações finais.

A SRA. PAULA MARTINS (Para expor.) – Com relação aos contratos de Eace, quando eu assumi, realmente eu revi todos os contratos. Quando a gente assume, sempre a gente vai querer colocar a ordem na casa, se informar e tudo mais.

No que diz respeito especificamente aos contratos dos equipamentos, eu fui pessoalmente à mesa de compras, renegociei com a diretoria da Positivo e consegui realmente um preço mais baixo. Eu acredito que, se a mesa de compras tivesse... Independentemente de ser eu ou outra pessoa, quem estressasse essa negociação conseguiria chegar. Realmente havia uma gordura e fui eu que consegui extrair essa diferença.

E assim também fiz com os carros. Havia um contrato de carros para a diretoria. É uma coisa não tão incomum você ter assinaturas de carros. E os carros eram blindados. E realmente você não consegue, e, para desfazer esses contratos, sairia muito caro.

Então, novamente, eu tive que renegociar de uma maneira a reduzir o contrato, reduzir o número de carros para a Eace também não ter um prejuízo grande em relação a esse quesito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que foi levantado foram os prazos. Então, vamos por partes. No projeto piloto, a gente cumpriu basicamente o cronograma inicial, mais esse prazo que levamos para a negociação da Positivo, que teve um atraso de um mês mais ou menos.

Em relação ao número de escolas, o projeto inicial previa 10 mil escolas, porque o projeto inicial do Aprender Conectado, assim como está no edital do 5G, prevê a conectividade significativa de ponta a ponta, assim como eu mostrei na minha apresentação, no vídeo e tudo mais, que é desde a conectividade na porta da escola, passando por entrega de equipamentos, capacitação dos professores e letramento digital. Com a entrada da Enec, passou-se a ter um outro escopo, o Gape não vai mais prover equipamentos, não vai mais prover nem computadores, nem capacitação, como acabou de dizer o Conselheiro Vicente. Então, com esse novo escopo, sem equipamentos e sem a capacitação, o letramento digital dos professores passará de 10 mil escolas para cerca de 40 mil. Essa é uma estimativa da Enec, não é uma estimativa do Gape nem da Eace por enquanto. O que foi aprovado no Gape ontem foi a Fase 2, de fazer mil escolas por fibra, mas com a antiga velocidade que estava prevista no projeto do Gape, porque a Enec ainda não determinou também qual vai ser a velocidade.

Então, todos esses atrasos não dependem da Eace, porque, veja bem, a Eace é uma empresa executora, a gente executa o que é determinado pelo Gape. A partir do momento em que o Gape também tem que esperar o que é determinado pela Enec, tem toda uma cadeia até chegar à Eace. Então, por exemplo, a Enec não determinou a velocidade, aí na reunião de ontem do Gape foi determinado que a gente vai fazer uma parte da conexão com a velocidade determinada já pelo Gape, porque a Enec não determinou uma nova velocidade. Então, na verdade, esses atrasos vão acontecendo por inúmeras questões, porque se precisa de uma série de avaliações, uma série de fóruns. E, na Eace, enquanto empresa executora, nós esperamos todas essas determinações e, em última instância, a determinação do Gape, que é com quem a gente tem uma obrigação editalícia de executar o que o Gape determina.

Então, agora, com esse novo escopo e com essa nova determinação, entendo que hoje o que está previsto são 40 mil escolas e, para a Fase 2, o próximo passo, são cerca de mil escolas conectadas por fibra. Veja bem, a conexão é somente colocar a internet e o *wi-fi* e não mais colocar a parte de equipamentos nem de letramento digital.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Só para entender um pouco melhor, retirando a questão dos equipamentos e da capacitação digital, ficou para alguém fazer isso ou simplesmente foi retirado do processo?

A SRA. PAULA MARTINS – Olha, foi retirado do processo da Eace. Imagino que o ministério, que a Enec tenha algum outro plano, mas não tem nenhum... não chegou até nós nenhum plano de que, olha, vai ser feito desta maneira, que o equipamento, então, vai chegar em tal data a essas escolas que foram conectadas e que a capacitação vai ser feita logo depois. Eu não tenho notícia...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Mas quem determinou a retirada do processo dos computadores e da capacitação?

A SRA. PAULA MARTINS – O Gape, por orientação da Enec.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, provavelmente, nas considerações finais, os ministérios devem se manifestar sobre isso.

A SRA. PAULA MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Agradeço, Sra. Paula.

A SRA. PAULA MARTINS – Imagina.

E também não foi... não sabemos também qual a origem. Porque o que acontece? A Eace, nós temos esse dinheiro proveniente do leilão 5G, que é um dinheiro que está aplicado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PAULA MARTINS – Não, não. Está muito bem aplicado, graças a Deus, e rendendo.

E falta o último aporte para as operadoras fazerem, que é em abril do ano que vem. Com esse dinheiro que a gente fez o projeto piloto e vai fazer a segunda fase, não é? E também a gente não teve notícias de que recurso sairão esses equipamentos dessas próximas fases, que não são dos nossos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, no processo inicial de 10 mil escolas estavam incluídos os equipamentos e o letramento, vamos dizer, digital.

A SRA. PAULA MARTINS – É, o letramento digital, porque veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E agora passou para 40, retirou os equipamentos...

A SRA. PAULA MARTINS – Retirou.

Só quero deixar uma coisa muito importante: sobre essa capacitação de professores, a gente fala letramento digital, porque é uma capacitação para os professores aprenderem no computador, a mexer nos computadores, nos equipamentos que são fornecidos e nos *softwares*, não é? Toda a parte didática e de conteúdo fica a cargo do MEC, não é? Só quero deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Entendi. O.k.

Bem, vou passar, então, para o Prof. Nelson, também para suas considerações.

O SR. NELSON SIMÕES DA SILVA (Para expor.) – Obrigado.

Sobre a questão que o senhor me perguntou da Starlink, o que é a Starlink? Starlink é uma provedora de serviços de comunicações de satélite de órbita baixa. Ela foi autorizada pela Anatel no ano passado. Então, entre os vários provedores de satélite, ela ainda é a única. Em breve, talvez no ano que vem, nós vamos ter mais duas ou três provendo o mesmo tipo de serviço, outras empresas que estão colocando constelações. O que é importante conhecer tecnicamente? Um satélite de baixa órbita, diferentemente de um satélite geoestacionário, é aquela constelação. Ele dá uma experiência de uso para quem usa esse tipo de tecnologia, que é muito recente, tanto que, no processo de escolas isoladas que eu comentei do Mcom, a licitação feita no ano passado, não houve... não estava nem pronta nem preparada a infraestrutura para prover serviços no Brasil. Não houve proposta nem dela nem de nenhum dos outros. Então, ele oferece exatamente para aquela escola isolada ou para aquele hospital isolado a experiência de uso mais próxima da fibra ótica do que o geoestacionário, por questões de característica. Nós estamos vivendo uma mudança do paradigma também desse negócio de comunicações.

Então, primeiro é importante entender isso, que, se nós estamos buscando criar condições de uso pedagógico ou de uso em atividades que estão ligadas à interação síncrona, contato, vídeo, como a gente vê aqui, seja na saúde, seja na educação, esse tipo de tecnologia vai começar a entrar dentro do repertório que a gente vai usar no futuro para conectar escolas e hospitais. Então, objetivamente, a gente não tem nenhuma relação com essa empresa. Quer dizer, ela participa das chamadas.

O que a RNP fez este ano – e foi este ano – foi avaliar em quatro escolas e no hospital, que é um barco da Universidade Federal do Oeste do Pará, essa tecnologia. Ainda como teste de alguma coisa que pode ter um uso muito bom em educação e saúde... Nós precisamos aprender, nós precisamos saber do custo-benefício, dos tempos, das questões de segurança e tudo. E é isso que estamos fazendo. Então, hoje tem quatro pontos conectados, três escolas e um navio da Universidade Federal do Oeste do Pará, que atende as populações ribeirinhas. E nós vemos que realmente tem uma condição de fruição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de serviços, de comunicação. Atividades que antes, por exemplo, no navio, os médicos, aqueles que estavam aguardando chegar a um porto para aí, sim, obter uma conexão, para despachar seus procedimentos ou falar com a regulação, podiam ser feitas ao longo dos percursos, grandes percursos entre cidades. Então, você começa a ver e a avaliar as condições de uso desse tipo de tecnologia.

Espero que a gente tenha, no próximo ano agora, competições para isso também, porque isso vai ser importante para a gente atender a esse tipo de aplicação que nós estamos buscando no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Nelson, com relação à Telebras, você pode falar alguma coisa? A Telebras poderia ter entrado? Por que não entrou? Alguma coisa?

O SR. NELSON SIMÕES DA SILVA – Nos processos de conexão de escolas, a Telebras já tem um papel importante em muitas dessas escolas isoladas. Ela faz a conectividade dessas escolas. Eu não sei o número exato, mas é o Gesac, como o Pedro mostrou, que está fazendo essa conectividade.

E, como o próprio Conselheiro falou, isso precisa ser ponderado no uso. Ah, notem: nós estamos no equilíbrio. Uma das perguntas aqui é até esta, é esta questão: escolas em áreas rurais terão inclusão equitativa considerando a limitação do acesso à internet? Essa é a questão. Quem está isolado vai sempre pagar um preço por estar isolado. Então, em que circunstâncias nós estamos considerando que a estratégia nacional de educação está favorecendo que essas escolas possam estar o mais bem possível conectadas? Vai ser uma relação de custo-benefício.

E é muito importante que a gente não olhe o histórico. Não vale olhar o histórico da escola. Se a gente quer que ela cresça, adquira a maturidade no uso dos conteúdos, na fruição dos conteúdos, a gente precisa construir condições de incorporar a tecnologia da educação para que isso ocorra. Então, eu também não posso limitar – porque o uso histórico é baixo – o prognóstico. Nós temos que favorecer, com o melhor custo-benefício, com a eficiência da aplicação dos recursos públicos, a melhor solução tecnológica. E aí, sim, nós vamos ver alunos e professores crescendo, porque tem uma curva de aprendizado também. Você começa não consumindo certos conteúdos, depois você começa a fazer *streaming*, a receber, depois você quer compartilhadamente interagir. E isso é importante na formação dos professores, no letramento digital.

Tudo isso é parte dessa estratégia, que a Ana descreveu bem, de considerar todos os critérios e as premissas para melhor aplicar os recursos que a gente tem, mesmo nas áreas isoladas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ótimo.

Vou passar agora para o Pedro, que é o nosso Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações, também para as suas considerações finais.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado, Senador, mais uma vez, pela oportunidade desta manifestação final.

É só para reiterar o compromisso do Ministério das Comunicações de avançar essa agenda de conectividade de escolas, dentro de uma agenda maior de inclusão digital, e aqui para fazer algumas considerações a respeito de perguntas que foram apresentadas pela audiência e algumas questões que foram tocadas aqui no debate. Eu acho que eu vou começar pelo foco na equidade e na área rural. As políticas de telecomunicações, de maneira geral, dão um olhar especial para o rural, porque a gente sabe que a lógica do negócio de telecomunicações realmente é cruel com a área rural, porque telecomunicações, redes precisam de densidade, precisam de pessoas para haver viabilidade econômica para justificar o investimento na implantação. Então, é natural que o poder público atue exatamente sobre essa falha de mercado, e a gente vem fazendo isso de diversas formas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Conselheiro mencionou talvez o que seja o instrumento mais tradicional de avançar a conectividade em meio rural, que é a gente aproveitar aquelas oportunidades de editais de licitação de radiofrequência para colocar compromissos de atendimento de áreas rurais. Então, no último edital do 5G, por exemplo, a gente conseguiu avançar para localidades. Tipicamente a gente sempre garantia a conexão 2G, depois 3G, depois 4G no centro das cidades, nos distritos-sede, como a gente fala, e no último edital a gente conseguiu avançar para localidades – povoados, lugarejos, vilas, assentamentos – com esse propósito de fazer com que as operadoras expandam a fronteira de atendimento para aquelas áreas que, em condições normais de temperatura e pressão, não seriam economicamente viáveis. Então, a gente deixou de arrecadar para fazer isso. Então, esse é o primeiro passo.

E foi exatamente esse mesmo propósito que fez com que a gente propusesse para o Gape... O Gape tem representantes do Ministério das Comunicações, da Ministério da Educação e da Anatel; eu sou representante do Ministério das Comunicações no Gape, a Ana é uma das representantes do Ministério da Educação no Gape, o Conselheiro preside o Gape. E aí, exatamente com essa preocupação de equidade e de levar a conectividade para as áreas rurais e principalmente para aquelas escolas que são historicamente marginalizadas, a gente apresentou uma proposta de reorientação das atividades do Gape. O Gape é muito focado em entregar um projeto de conectividade fim a fim para um conjunto pequeno de escolas, e nós propusemos então que o Gape reorientasse as suas ações para aquelas 40 mil escolas que não são alcançadas por redes de telecomunicações.

A gente, do ponto de vista do Ministério das Comunicações, entendeu que essa era uma proposta adequada por duas razões. Primeiro, porque a gente estaria promovendo ali por meio de uma política do setor de telecomunicações, afinal de contas são recursos do edital do 5G, a expansão das redes de telecomunicações, porque, a partir do momento que a gente se propõe a atender aquelas escolas, a gente está expandindo a fronteira das redes de telecomunicações. A gente ali estava perfeitamente alinhado com os propósitos da Política Nacional de Telecomunicações e a gente também viu isso como muito adequado, porque a gente conseguia ampliar para essas escolas que historicamente são marginalizadas; então, avançando no princípio da equidade.

E, com outro olhar também – a Ana já mencionou na exposição dela, imagino que ela vai tocar também nas considerações finais –, a gente entende que os recursos e as políticas de telecomunicações têm que ser focadas na conectividade, que é a nossa competência. Essa reorientação fez com que a gente ficasse focado em conectividade. Então, a gente está orientando recursos do setor de telecomunicações para garantir a conectividade externa e a conectividade interna. Capacitação, dispositivo, recursos educacionais digitais, isso é matéria, competência da educação, e – eu acho que a Ana vai mencionar isso também, eu procurei destacar isso um pouco na minha apresentação, eu acho que a Ana também destacou na dela – é uma conjugação de esforços. Ainda que nós estejamos aqui nos propondo a fazer uma ação do Governo Federal, as escolas, na prática, são administradas e geridas por secretarias estaduais e municipais, e a gente tem que conjugar esforços. Conjugar esforços significa, inclusive, pensar na sustentabilidade disso ao longo do prazo, ao longo do tempo. Por isso é que a gente também propôs reduzir esse prazo dos 36 meses para 24 meses, porque essa conectividade, essa infraestrutura, essa intervenção, esses ativos que nós estamos entregando, eles têm que ser sustentáveis ao longo do tempo e têm que ser incorporados à gestão e à administração estadual e municipal, para garantir que isso realmente tenha perenidade no tempo. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar, Senadora Damares, eu vou convidar, então, a Ana, que é a nossa Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica, do Ministério da Educação.

A SRA. ANA ÚNGARI DAL FABBRO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, vou tentar ser breve. Acho que o Pedro já respondeu, fez várias colocações no mesmo sentido que eu ia colocar.

Acho que a nossa grande preocupação nessa reorientação dos trabalhos do Gape foi exatamente esta preocupação com equidade. Então, como é que a gente consegue garantir, nessa nova estratégia, que as regiões que nunca foram atendidas sejam atendidas? – aquelas escolas historicamente esquecidas. Como é que a gente garante que, dessa vez, elas não serão esquecidas e que a gente vai de fato conseguir levar uma conectividade para aquelas escolas que possa ser utilizada pelos professores?

Então, aqui – acho que até no e-Cidadania –, vieram algumas perguntas também em relação às escolas rurais. O nosso compromisso é realmente o de chegar em todos os cantos, em todas essas escolas e não repetir alguns erros do passado de eventuais concentrações de recursos. Então, acho que essa reorientação foi muito no sentido de que essas decisões difíceis têm que ser tomadas. Mas, entre concentrar recursos em poucas escolas e a gente conseguir garantir uma boa conectividade em um número maior de escolas, com todas essas externalidades, inclusive, que o Pedro falou de não só... Porque, quando você leva fibra ali para uma escola, você está levando fibra também para a comunidade do entorno. Então, foi exatamente com este olhar de otimização dos recursos e com esta preocupação, principalmente, com a equidade. Isso não quer dizer que essas outras dimensões não vão ser pensadas e apoiadas pelo Ministério da Educação, pelo Governo Federal, de uma forma geral, em outras ações.

Mas acho que um ponto importante de se entender em relação à educação, que o Pedro já colocou, é que o papel do Ministério da Educação é um papel suplementar. Então, as escolas de educação básica são ligadas às secretarias de educação municipais e estaduais, e o MEC defende muito essa atuação sempre em regime de colaboração com estados e municípios. E a gente sempre recebe muitas críticas das secretarias de educação exatamente quando o ministério, o Governo Federal, tem ações de uma forma geral e faz intervenções nas escolas sem fazer isso de forma articulada com as secretarias de educação.

E essa dimensão da formação dos professores é especialmente delicada e importante, porque o tempo do professor é muito precioso. Quem já foi de secretaria de educação sabe sempre o esforço que é o de conseguir fazer o calendário de formações da rede, estabelecer as prioridades de formação que vão ser levadas, e essas prioridades de formação sempre articuladas com as prioridades dos desafios pedagógicos de cada secretaria de cada região. E a gente defende muito uma formação de competências digitais que não está completamente desarticulada dos outros desafios do professor. Então, eu acho que muitas vezes, na secretaria de educação, os professores trazem essas demandas de parecer que a tecnologia está os levando para um outro lado. E a gente tem que ter formação de competências digitais que esteja alinhada ao professor de ciências específico. Então, como é que a gente faz essa formação de forma integrada com as outras formações já da rede? Então, é muito desse modelo de trabalho em regime de colaboração que a gente tem defendido.

Isso não quer dizer que o MEC não vai fazer nada. A gente está trabalhando agora exatamente nessas diretrizes de formação de professores, para apoiar as redes, exatamente, de conseguirem fazer essa oferta articulada com outros conteúdos, de conseguirem entender e materializar bem quais são todas essas competências novas que os nossos professores precisam ter nesse novo contexto que eu mencionei. E a gente tem já a plataforma Avamec, a gente está lançando novos cursos também na Avamec para apoiar secretarias para conseguirem fazer sempre formações articuladas, então utilizarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tanto os cursos da Avamec que vão estar à sua disposição, mas fazerem formações práticas locais, porque a gente sabe que essa questão da prática na tecnologia, de aprender usando, é muito importante.

Por fim, a gente está desenhando, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com recursos do FNDCT, inclusive um novo programa que propõe a apresentação de projetos das secretarias em parceria com universidades. Então, acho que também vem uma preocupação aqui nas perguntas do e-Cidadania sobre os conteúdos, sobre a formação. Então, é também de forma articulada com as universidades, com esse olhar exatamente da formação e também da criação dos laboratórios de inovação, para levar também essa parte de infraestrutura para as escolas.

Então, acho que essa mudança de rota é uma mudança com essa visão exatamente de trazer as secretarias para perto, da mesma forma como a gente vem atuando em outros programas, como o Escola em Tempo Integral, como o Criança Alfabetizada.

Estou vendo só se eu fiquei devendo alguma pergunta da plateia, mas acho que não, acho que acabei trazendo.

Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado. Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos os convidados aqui.

É evidente que esse tema é um tema que precisa ser ainda bastante discutido, inclusive com a participação de estados e municípios, porque é lá que acontece. Evidente que o MEC tem essa responsabilidade de buscar projetos em parceria com os estados e municípios, incentivando, inclusive, a adoção das políticas, mas, como eu já tenho um tempinho nessa área – eu fui Secretário em 2004 ainda... Eu me lembro de que em 2007 a gente comprou os computadores para os professores. É fácil comprar computador e tal, mas o difícil são os conteúdos, você implementar tudo isso. Temos que avançar bem.

Quero aqui agradecer a cada um de vocês.

Vou convidar a Damares para a gente tirar uma foto aqui, encerrar esta primeira parte da reunião e fazer a segunda parte – viu, Damares? Vou convidar os fotógrafos para tirar uma foto conosco aqui.

Agradeço e encerro esta primeira parte da reunião, para darmos início à segunda parte da reunião. (*Pausa.*)

Eu passo a Presidência à Senadora Damares para deliberação do requerimento de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 1 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 38, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as Implicações da Tecnologia no Processo Eleitoral Brasileiro.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Obrigado, Senadora Damares.

Bem, o requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade... Não, este aqui não. Este aqui foi o anterior. Desculpa, Presidente.

Está aqui o requerimento? (*Pausa.*)

Aqui, não é? Ah, está aqui.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as implicações da tecnologia no processo eleitoral brasileiro.

Proponho, para a audiência pública, a presença dos seguintes convidados:

- Engenheiro Amilcar Brunazo Filho, Auditor da Equipe do Comitê Multidisciplinar Independente;

- Engenheiro Carlos Rocha, Diretor do Instituto Voto Legal, graduado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), Projetista e Programador de Sistemas de Computação Especialista em Auditoria em Sistema Eletrônico de Votação;

- Pastor Adriel de Andrade;

- Dr. Sebastião Coelho da Silva (Advogado), ex-Desembargador do TJDFT;

- Dr. Felipe Gimenez (Advogado), Procurador da Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Especialista em Direito Eleitoral Ativista da Contagem Pública de Votos;

- Prof. Dr. Pedro Antônio Dourado de Rezende, membro do Comitê Multidisciplinar Independente e ex-Professor de Segurança da Informática da Universidade de Brasília;

- Representante do Tribunal Superior Eleitoral e também representante da Anatel, que solicitou também que pudesse participar.

Então, Presidente, esse é o nosso requerimento. Peço o apoio de V. Exa. e dos demais pares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação... para a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Presidente, devolvo ao senhor a Presidência da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

Bem, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 31ª e 32ª Reuniões.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Damares Alves e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Astronauta Marcos Pontes e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Beto Faro, Carlos Viana e Daniela Ribeiro, conforme os REQ 591/2023-CDir, 679/2023-CDir e 708/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 38, de 2023-CCT, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), com a finalidade de debater as Implicações da Tecnologia no Processo Eleitoral Brasileiro, com a participação de Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul; Carlos César Moretzsohn Rocha, Presidente do Instituto Voto Legal; Amilcar Brunazo Filho, Auditor da Equipe do Comitê Multidisciplinar Independente (CMInd); Pedro Antônio Dourado de Rezende, Membro do Comitê Multidisciplinar Independente (CMInd); e Adriel Tavares de Andrade, Pastor. O Senador Luis Carlos Heinze, o Deputado José Medeiros e o Senhor Joaquim Gomes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/118960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Izalci Lucas, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 33ª e 34ª reuniões, que são aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. O Senhor Presidente, Senador Carlos Viana, comunica que apresentará destaque na reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), uma vez que foram destinados apenas oitocentos mil reais à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal no relatório final, do Deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), do total de um bilhão de reais apresentado por esta comissão perante a CMO. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1: Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2: Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 37, de 2023,** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Retirado de pauta. O Senador Wellington Fagundes faz uso da palavra na presente reunião. O Senador Carlos Viana apresenta síntese dos trabalhos da CCT no ano de 2023. Em seguida, submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/119179

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os senhores e senhoras que nos acompanham pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O meu especial cumprimento a todos os que estão pelas redes sociais do Senado da República, pela televisão, pela rádio e aqueles que vão nos acompanhar também mais tarde pelo programa A Voz do Brasil, que sempre tem nos prestigiado com as pautas que temos aprovado aqui e as falas dos Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão.

Hoje, nosso último dia de sessão deliberativa, em que nós vamos avaliar o requerimento que temos já em pauta, mas também fazer um balanço de tudo aquilo que nós fizemos durante este ano, um ano em que começamos com muito atraso, mas que entendo terminamos de maneira muito vitoriosa para a defesa da ciência e da tecnologia em nosso país.

Portanto, são todos muito bem-vindos!

Eu declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 33ª e da 34ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu informo que esta reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas que serão votadas pelo processo simbólico.

Primeiramente, quero dar as nossas boas-vindas ao Senador Wellington, que está conosco aqui. Seja muito bem-vindo! Está sempre muito elegante. Obrigado pela presença, Senador Wellington, o senhor que foi um grande companheiro neste ano também na ciência e tecnologia e é muito bem-vindo à nossa reunião. (*Pausa.*)

Ah, sim, pois não.

Então vamos lá. (*Pausa.*)

Só um minutinho que já...

Temos boas e não notícias más, mas notícias que poderiam ser melhores.

O Senador Rogério Carvalho já está conosco também, acompanhando remotamente.

Já em alguns instantes darei a palavra aos Srs. Senadores.

Só um instantinho. (*Pausa.*)

Primeiramente, eu quero comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras que as emendas que foram apresentadas a este Presidente para o Orçamento deste ano, todas elas são de muito boa qualidade e importantes para o desenvolvimento da ciência, do ensino e da pesquisa em nosso país.

Nós tivemos ali em torno de R$1,2 bilhão em pedidos de financiamento dentro do Orçamento da República. Mas os senhores sabem que tudo depende diretamente de quem está com a caneta na mão para tomar as decisões. Para nossa surpresa, no caso uma surpresa muito desagradável, nós fomos contemplados com R$800 mil. Para cada um dos itens que nós apresentamos, que foram quatro do total, nós recebemos aqui, no Orçamento inclusive, pelo sub-relator, R$200 mil para o Ministério da Ciência e Tecnologia, na Inovação e Tecnologia; para a administração e outros... São várias pesquisas, todas elas para pesquisa de fomento e desenvolvimento. Os senhores vejam bem que nós pedimos R$1 bilhão para tentar negociar pelo menos uns R$200 milhões e acabamos recebendo R$800 mil. Isso foi publicado ontem oficialmente. Está aqui a resposta que nos foi dada em relação ao Orçamento. O Relator foi o Senador Efraim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco também aqui em um determinado ponto uma outra surpresa: que, ao verificar, por exemplo, na Câmara dos Deputados, a mesma Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara dos Deputados recebeu R$23,96 milhões, e nós no Senado recebemos R$800 mil.

Então, hoje, nós vamos, inclusive, entrar com um destaque, durante a sessão de votação, a partir das 4h.

Ficou para amanhã? (*Pausa.*)

Ótimo! Nós vamos entrar com o destaque, Senador Wellington e Senador Rogério, na tentativa de, em pelo menos em um dos itens, conseguirmos equilibrar esse Orçamento. Não queremos, em momento algum, rivalizar com a Câmara, nada disso. Mas não tem justificativa, nós da Comissão recebermos R$800 mil e a mesma Comissão da outra Câmara receber R$23 milhões. Que, pelo menos metade desse dinheiro fosse distribuído de uma forma equitativa. É o que eu vou propor amanhã, e vou pedir o apoio de todos os membros da Comissão, da CMO, para que a gente possa trazer esses recursos para a nossa aplicação no próximo ano.

São coisas da política que, eu confesso aos senhores, ainda tenho muito a aprender. Porque a gente vai... Nesses quatro anos, eu achei que eu já havia me diplomado, Senador, mas estou vendo que eu ainda sou um calouro nessa história.

Cada dia que passa eu percebo que esta Casa é uma casa em que se aprende todos os dias.

Nós temos dois itens na pauta.

O item 1 é o Projeto de Resolução nº 15, de 2022, a cargo do Senador Chico Rodrigues que, infelizmente, não teve condições de comparecer a Brasília e nos pediu o adiamento.

Portanto, eu proponho retirarmos de pauta o item 1 e levarmos já, para a primeira reunião deliberativa de fevereiro, o Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2022.

Assim, nós já deixamos para o próximo ano a deliberação desse projeto.

Então o item 2... O Senador Rogério Carvalho ainda está conosco? (*Pausa.*)

Bom, ele pediu também que fosse retirado de pauta e deixaremos para mais adiante.

Eu quero aqui...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para corrigir aqui, talvez possa ficar mal entendido. V. Exa. falou que vai fazer o destaque no Congresso. É isso ou na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – É no Congresso, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque, hoje, vai ser votado na Comissão de Orçamento e, amanhã, no Congresso.

Então, eu acredito que pode ser feito, inclusive, hoje ainda, uma interferência lá na Comissão de Orçamento.

E hoje pela manhã eu estive com o Relator do Orçamento exatamente cobrando, essa é uma posição nossa, porque, para nós de Mato Grosso também, quando a gente trabalhou aqui, pela Liderança de V. Exa., foi exatamente para que a gente pudesse desenvolver a ciência e a tecnologia. Isso só se faz com recurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – No meu estado tem um destaque especial, que é o Pantanal Mato-Grossense. Lá nós implantamos o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, que é um órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

E aí, claro, tenho que falar aqui também o nome da Ministra Luciana Santos, que está inclusive nomeando os cargos. E o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal é, assim, muito importante, tanto que eu coloquei inclusive emenda individual minha, para que a gente possa atender. Também as queimadas do Pantanal, tudo isso, só vai ser combatido com a ciência e a tecnologia. E hoje tem tecnologia muito disponível.

Nós estamos perfurando poços artesianos – olha que coisa! –, no Pantanal nós estamos tendo que perfurar poços para, quando vier a seca e a queimada, termos como combater.

Então, eu quero somar com V. Exa., porque isto aqui é uma causa da Comissão que pode atender muitas regiões do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

Muito obrigado, Senador Wellington. Concordo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu falo isso porque, também, o Relator é do meu partido na Câmara dos Deputados. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois o senhor pode nos ajudar, Sr. Relator.

Vamos, pelo menos, equilibrar esse orçamento, meio a meio: uma parte para a Câmara, uma parte para nós. Não tem sentido a gente ter 800 e a Câmara ter 23. As propostas são as mesmas para nós.

Conto com a sua ajuda. Hoje...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É o seu xará: Carlos Mota. (*Risos.*) É Carlos também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Hoje, na CMO, estaremos lá e vamos tentar reverter esse quadro, Senador Wellington.

Conto com a sua ajuda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Senhores, o ano de 2023 ficou marcado como o ano em que surgiu o ChatGPT: a primeira inteligência artificial gratuita da internet. E é nesse contexto de incertezas acerca da regulação das inteligências artificiais, preocupações compartilhadas por boa parte da comunidade global, que apresento um balanço das atividades da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática, de 2023, a cada vez mais demandada CCT. Desde já antecipo que tivemos muito trabalho e também adianto a dificuldade enfrentada por nós, membros da CCT, ao lidar com temas tão delicados, com impactos tão pouco demarcáveis e que nos chegam em uma velocidade cada vez mais assustadora.

Há até poucos anos, o papel do Poder Legislativo limitava-se a consolidar em leis o resultado das experiências sociais, colocar como lei o direito baseado nos costumes. Agora, temos que nos antecipar ao lastro social, pois a tecnologia tornou-se cada vez mais poderosa e abrangente.

Há até bem pouco tempo, o Legislativo apenas legitimava situações de fato, após observar o desenrolar dos acontecimentos. Na atualidade, nosso papel é o de se antecipar ao novo, pois o novo pode ter efeito deletério em nível global devido à velocidade com que trafega a informação e com que circulam bens e pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes, o nosso trabalho era validar a vontade popular, agora se tornou prevenir danos ao tecido social. Temos que ser rápidos e trabalhar com o desconhecido. Os desafios aumentaram muito.

Nesse contexto, as audiências públicas tornaram-se ainda mais importantes, realizamos 16 em 2023. Também tivemos 18 reuniões deliberativas, nas quais aprovamos nada menos do que 54 projetos de decreto legislativo, 37 requerimentos, 9 projetos de lei e 4 projetos de resolução do Senado Federal.

Não descuidamos, contudo, do caráter social, federalista e inclusivo que se impõe ao dever legislativo. Priorizamos, como não poderia deixar de ser, projetos voltados à Região Norte do Brasil devido ao déficit tecnológico decorrente do isolamento natural.

Acerca do caráter inclusivo da CCT, destaco que deliberamos o Projeto de Lei nº 4.486, de 2019, que versa sobre a universalização da telecomunicação, determinando que os serviços de telecomunicação passem a ofertar a possibilidade real de comunicação para as pessoas com deficiência, respeitando e favorecendo cada modalidade de deficiência conforme suas necessidades específicas.

Visando amparar e incluir as pessoas surdas, votamos o Projeto de Lei nº 4.310, de 2019, implementando a obrigatoriedade de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação. É inconcebível e egoísta excluir os surdos, por pura desatenção, do acesso aos temas que afetam diretamente a vida nacional. Com o avanço da tecnologia, colocar legendas durante as transmissões de telecomunicação tornou-se uma medida completamente viável e de fácil implementação.

Espero que a obrigatoriedade de legendas seja apenas um ponto de partida. Espero, sinceramente, que a prática inclusiva se expanda para todos os programas. Afinal, devemos facilitar, e não dificultar, o acesso das pessoas com deficiência auditiva a qualquer programa de qualquer natureza. E cito aqui a importância em números. O Brasil tem perto de 10 milhões de pessoas com dificuldade auditiva, o que nos leva a um número muito alto na população brasileira que será beneficiada com o que votamos aqui na CCT.

Falando em tecnologia, não podemos deixar de realçar que a desigualdade no acesso à tecnologia é um dos maiores gargalos para o desenvolvimento nacional. Tendo essa realidade em mente, votamos projetos de lei que facilitarão a importância de equipamentos para pesquisa. Votamos também medidas para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil. Instituímos a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil. Criamos mecanismos para incentivar e premiar nossa produção científica com a instituição do Prêmio Danilo Doneda. Destaco ainda que ampliamos os mecanismos de diálogo com o setor tecnológico. Em julho deste ano, por exemplo, recebemos um grupo de Parlamentares alemães para tratar das prioridades políticas na área da ciência e pesquisa no Brasil. Além disso, enfrentamos o cada vez mais polêmico debate acerca dos carros elétricos no Brasil. É uma tecnologia que, por um lado, recebe incentivos fiscais pelo caráter ambientalmente sustentável, mas, por outro lado, enfraquece setores tradicionais da indústria automobilística, muitos deles com fábrica no Brasil.

Nesse aspecto, já temos que trabalhar com a perspectiva de que, quando compuserem uma parcela significativa da frota nacional, os carros elétricos implicarão queda de arrecadação nos tributos relacionados aos combustíveis fósseis, tributos que são fundamentais inclusive para o equilíbrio das contas dos 27 estados brasileiros. Estamos diante de um dilema: mantemos a poluição ou qual a velocidade para nos adequarmos ao que o mundo pede para o desaquecimento do planeta.

O ano de 2024 deve escancarar ainda mais a complexidade da matéria, uma vez que os carros elétricos estão evoluindo rapidamente, tornando-se cada vez mais atraentes ao consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Possivelmente, já em 2024, a discussão ganhará relevo e demandará tomadas de decisão importantes tanto da CCT quanto das duas Casas Legislativas como um todo.

No que tange às pautas educacionais nos posicionamentos de maneira congruente à finalidade da CCT, construindo consensos visando a ampliação de fundos para o financiamento da educação.

Ainda no contexto educacional, aprofundamos o diálogo por meio de audiência pública acerca do desafio que a exclusão digital nos impõe, como ficou claro durante a pandemia de covid-19. Em um mundo em que a inteligência artificial ganha protagonismo na agenda mundial, muitos brasileiros sequer têm acesso a computadores para conhecer essa tecnologia, gerando mais um gargalo educacional para o nosso país, que já luta contra os efeitos de décadas de defasagem educacional.

Sofremos também a pressão da fuga de cérebros, um problema que a CCT não deixou de tratar em audiência pública. Muitos países enfrentam o envelhecimento populacional e a consequente redução de mão de obra qualificada. Não podemos nos dar ao luxo de perder nossos poucos oásis tecnológicos. Entre esses oásis, destaco nosso avançadíssimo setor agronômico, que, tendo a tecnologia como bússola, vem, ano após ano, proporcionando ao Brasil a recorrente quebra de recordes de produtividade.

Outro marco tecnológico do ano de 2023 foi a expansão da rede 5G, que ainda carece de muita infraestrutura e investimento, isso em um país em que 20% da população não tem acesso à internet.

Tecnologia pode salvar vidas, por isso aprovamos mecanismos de atuação imediata do Estado em casos de direção temerária, com velocidade acima de 50% do permitido, de acordo com dados de inteligência artificial.

Ousamos ainda atacar temas complexos, como o debate acerca da revisão do marco legal das *startups*, criado em 2021.

O maior inimigo atual das democracias, sem dúvida, é a desinformação. Por se tratar de matéria intimamente relacionada ao avanço tecnológico, compreendemos que o combate à desinformação também deverá surgir da tecnologia, matéria que discutimos em audiência pública aqui, em profundidade.

Em outra audiência, a Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Laila Salmen Espindola, pontuou que a divulgação científica precisa ser a palavra de ordem para que o país vença a guerra contra a indústria produtora de *fake news*, de notícias falsas. Concordo com a fala da Diretora da SBPC por mais de uma razão. Em primeiro lugar, pelo fato de vivermos em uma sociedade cujo paradigma é a ciência e, em segundo lugar, porque a imersão científica pode ser a chave para fortalecer o comprometimento educacional de nossos jovens. Ciência como solução, ciência como porta de entrada e ciência, também, como meio de desenvolvimento pessoal e social.

As plataformas de ensino digital ganharam especial atenção da nossa Comissão por serem um importante ponto de interseção entre educação e tecnologia. O empenho da CCT, em 2023, foi notável. São cada vez mais perceptíveis nossos pontos de interseção com praticamente todas as outras Comissões da Casa. Contudo, mesmo com todo o nosso empenho pessoal, nosso maior gargalo é nítido. É preciso mais investimento para a geração de tecnologia nacional.

Encerro agradecendo a todos os membros da CCT. Foi um prazer trabalhar com tão nobres colegas Senadores e Senadoras, neste ano de 2023. Agradeço a disposição e o empenho pessoal de todos em ajudar o Brasil a se tornar um país mais tecnológico. Aos servidores da Casa, minha gratidão pelo apoio, pelo profissionalismo, sempre presentes, atuantes, mostrando o nível de eficiência que nós temos nesta Comissão. Agradeço também aos convidados que tão gentilmente compareceram às audiências públicas e enriqueceram nossas perspectivas, conduzindo-nos a tomadas de decisão mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esclarecidas. A S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente desta Casa, minha gratidão pelo incentivo que nos foi oferecido, viabilizando os trabalhos da CCT.

Era o que tinha a dizer, senhores.

Quero agradecer, também, a toda a minha equipe, em especial à Patrícia, que nos acompanha e que, neste ano de 2023, assumiu a responsabilidade de ser o meu braço direito na CCT e, brilhantemente, atuou juntamente com todos os servidores. Que Deus a abençoe, o meu muito obrigado, sempre, pela paciência e pelo carinho!

Senador Wellington, pois não. Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizá-lo por estar encerrando as atividades da Comissão de Ciência e Tecnologia, deste ano. Com certeza, teremos mais um ano sob a sua Presidência, sob a sua competente Presidência. É um Parlamentar dedicado, extremamente educado e gentil.

E eu já quero aqui, Presidente, propor – vou fazer um requerimento para ser aprovado em um momento mais oportuno, a não ser que V. Exa. queira fazê-lo *ad hoc* – um requerimento para a gente realizar, no ano que vem, lá no Mato Grosso, um congresso, o nome a gente ainda pode definir, da ciência e tecnologia. O Ministro Marcos Pontes, que é também nosso companheiro aqui, está nos ajudando nesse trabalho, voltado principalmente para o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, voltado exatamente para que a gente possa discutir, além da questão do Pantanal, também vários temas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aí, Sr. Presidente, eu quero, inclusive, registrar que eu acabo de falar, lá em São Paulo, com o Dr. Fernando Cotai, que é um médico oncologista, e, no ano passado, nós tivemos então um trabalho em que fizemos uma emenda no orçamento e os recursos já estão sendo liberados para uma pesquisa nacional do câncer de bexiga. Essa pesquisa, segundo o Dr. Fernando, que é o líder, com certeza vai salvar muitas vidas no Brasil.

O câncer de bexiga é um câncer muito presente, assim como o câncer de próstata, e uma coisa acaba levando a outra, já que os órgãos são muito próximos, e isso também com certeza poderá atender também essa questão do câncer de próstata. Então, esse recurso já foi liberado através do Ministério da Ciência e Tecnologia para o Instituto Brasileiro de Pesquisa Clínica Thomaz de Carvalho. E isso foi feito sob a solicitação do Dr. Fernando Cotai.

Fico entusiasmado de anunciar isso, porque eu tenho certeza de que estamos no caminho certo ao desenvolver pesquisas que possam ajudar todos os organismos de tratamento, de combate e de prevenção ao câncer. Inclusive, o hospital de Barretos é uma referência, temos lá já implantado hoje o Hospital de Amor na cidade de Sinop, que é onde também trabalhamos o recurso no orçamento. E, provavelmente, na minha cidade natal, Rondonópolis, teremos também a implantação dessa unidade do Hospital do Câncer.

Eu quero, com a sua paciência, Presidente, ainda registrar aqui alguns aspectos de 2024, principalmente no meu estado. Nós tivemos agora, há pouco, a presença lá, no dia 5 de dezembro, do Ministro Juscelino Santos. Ele foi lá lançar exatamente para que a gente tenha, nos 141 municípios de Mato Grosso, a expansão do 4G ou também a implantação do 5G. Em Rondonópolis, nós tivemos a primeira fazenda como *campus* de pesquisa com a implantação do 5G. E a Ministra Tereza Cristina, ainda como Ministra, esteve lá. Com essa ação do Ministro Juscelino, nós teremos 3.205km de rodovias federais também com conectividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E hoje não se fala mais em estradas, em rodovias; hoje é infovia, ou seja, a estrada é promotora do desenvolvimento, quando há tecnologia associada, ela promove a segurança. No caso para Mato Grosso, principalmente a BR-163 é muito importante, porque temos ali a faixa de fronteira, são 720km de faixa de fronteira, o que estimula muito a questão do narcotráfico, principalmente também a questão do contrabando. Então, por isso, eu inclusive fui o Relator do Ministério da Defesa, e aloquei recursos para todas as nossas polícias, tanto a Polícia Rodoviária Federal, que se equipou... Então, a Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso é realmente... Hoje, é uma das regiões onde a polícia tem o melhor equipamento e desenvolve esse trabalho também na área da informação, junto com a Polícia Militar de Mato Grosso; onde foi feita toda uma central conjunta.

Eu quero aqui também dizer que, com isso, então, lá nós teremos também a infovia em 5 mil quilômetros de estradas estaduais. Só explicando aqui, de forma rápida, a infovia é uma rede de fibra óptica que vai levar internet de alta velocidade para o interior do estado, e a expectativa é estimular, com isso, o ensino e a pesquisa nas instituições beneficiadas, localizadas às margens da rodovia, onde as áreas de proteção ambiental também serão bastante atendidas – eu falo do Cerrado, da Amazônia e tudo.

Além disso, o Ministro esteve lá fazendo a Blitz da Telefonia Móvel. É a segunda cidade do Brasil a que ele vai. Então, Cuiabá foi contemplada com essa *blitz*, que é uma operação para avaliar a qualidade do sinal de banda larga na nossa capital.

Eu quero, com isso, então, dizer que, no Mato Grosso, essa *blitz* vai permitir que a gente possa ampliar, ainda, a partir dos diagnósticos realizados; e a Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações, vai elaborar um relatório a ser encaminhado à Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e, claro, também às operadoras.

Presidente, além disso, eu quero destacar os aspectos que representa isso. Com certeza, vai melhorar a qualidade de vida da população, porque o 5G permitirá o acesso a serviços e aplicações inovadoras, como telemedicina, educação à distância, cidades inteligentes e também, como já falei, a mobilidade urbana.

Ainda registro que, com certeza, vai melhorar a produtividade das empresas. Em Mato Grosso, hoje, nós temos agricultura com tecnologia de precisão, e nós vivemos praticamente um apagão de mão de obra qualificada. Por isso, é importante chegar a telecomunicação, mas também um trabalho conjunto, principalmente lá com as nossas universidades e com o instituto federal de educação tecnológica.

Sr. Presidente, nós da bancada, este ano, alocamos, em emendas para o ano que vem para as nossas Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Rondonópolis e também instituto federal de educação tecnológica, mais de R$60 milhões. São várias obras que serão implementadas nessas instituições, e destaco aqui o Senador Jayme Campos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que foi um grande líder também para colocar os recursos para a conclusão da Universidade Federal em Várzea Grande, do *campus* da Universidade Federal de Várzea Grande, mais o Deputado Abilio, enfim, praticamente toda a bancada colocando recursos para a conclusão de obras importantes.

Eu quero destacar também, na minha cidade, as obras da Universidade Federal de Rondonópolis, que está entre as supernovas universidades criadas, que são seis. Eu destaco, então, a Universidade Federal de Rondonópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar também, nessa questão do agronegócio, que o 5G pode ser utilizado para monitorar lavouras e pastagens e, com isso, automatizar processos e melhorar a logística do nosso estado; promover também o turismo, porque o 5G pode oferecer experiências imersivas e personalizadas aos turistas, além de melhorar a segurança; na telemedicina – aqui eu já disse –, o 5G permitirá consultas médicas remotas em tempo real, com qualidade de imagem e som muito superior. E a educação à distância será permitida, então, também com 5G, a realização de aulas *online* com mais interatividade e dinamismo.

Encerrando, eu destaco aqui também, para as cidades inteligentes, inclusive nós estamos trabalhando com uma universidade de São Paulo, de Sorocaba, onde pretendemos fazer convênio com essa universidade, que é uma referência em Sorocaba. E isso, principalmente para as cidades inteligentes, o 5G pode ser usado para controlar o trânsito, monitorar a qualidade do ar e oferecer serviços públicos de forma mais eficiente. E, na mobilidade urbana, claro, permitirá a operação de carros autônomos e a gestão inteligente de frotas de veículos.

Então, eu registro aqui que o 5G é uma tecnologia disruptiva, que tem o potencial de transformar a sociedade brasileira e, claro, no mundo afora onde já temos implantação disso. O Japão, por exemplo, está vivendo uma revolução na área da educação, utilizando exatamente esses meios disponíveis.

Agradeço aqui, Presidente, e desejo um bom Natal a todos que nos assistem, à toda assessoria da Comissão. E sempre falo: se não fossem eles, os assessores competentes, nós não teríamos condições de desenvolver aqui o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Verdade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez aqui, agradeço a V. Exa., Senador Carlos Viana, pela competência e também por oportunizar a todos nós aqui, não só a aprovação de projetos, relatorias, enfim, mas também as parcerias que temos feito aqui no dia a dia.

Então, parabenizo Minas Gerais, até porque eu sempre falo: eu gosto tanto de Minas Gerais que consegui conquistar uma mineira para ser minha esposa, a Dra. Mariene de Abreu Fagundes, de Monte Alegre de Minas, uma cidade também muito agradável, próxima a Uberlândia.

Então, eu aqui em nome do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Produtora de abacaxis.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Capital do abacaxi, mas tem uma comida, uma culinária inimaginável, muito refinada também. Os doces também são muito...

Então, quero aqui agradecer, em nome de todos os mineiros e mineiras das nossas Minas Gerais, essa boa relação que temos aqui, com o Mato Grosso também, onde trocamos informações tecnológicas. Na área da mineração, temos um desafio muito grande, e V. Exa. conhece muito bem isso.

Acho que no ano que vem temos muito que trabalhar e encerro aqui dizendo que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político, e a melhor forma de retribuir essa confiança é com o que estamos fazendo aqui. Estamos praticamente encerrando o ano, mas estamos presentes aqui pessoalmente, para que a gente possa atender a cada cidadão que se angustia lá, às vezes por falta, principalmente nessa questão da ciência e da tecnologia, de chegar e de ser dinamizada e propiciada a todos.

Eu agradeço, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. Então, essa sua metade mineira o torna ainda muito mais próximo de todos nós. Fico feliz, dê um abraço na sua esposa, nos seus filhos, e dou os parabéns pelo trabalho que V. Exa. tem feito nessa questão da ciência e tecnologia, especialmente ligada ao nosso agronegócio para o seu estado. E, em Minas, nós temos também colaborado muito nessa questão das pesquisas, especialmente com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Quero fazer aqui um agradecimento à nossa Ministra, à Sra. Luciana. Nós, conjuntamente, conseguimos a liberação, a aprovação de um recurso de R$1,5 milhão para uma pesquisa que está sendo feita na Universidade Federal de Minas Gerais para, inclusive, a redução no consumo de água, sobre como nós podemos usar técnicas mais modernas para a questão de reduzirmos a utilização dos recursos naturais de rios. A universidade já está com um trabalho bem adiantado, e eu espero que muito em breve a gente possa apresentá-lo, especialmente ao setor agropecuário, com novas tecnologias, para mais produtividade e naturalmente preservando muito mais a água.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada. Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Só para ser justo aqui, eu preciso registrar, então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o nome da faculdade lá de Sorocaba, que é uma faculdade extremamente relevante, principalmente na área da engenharia, e eu a conheci através do Ministro Marcos Pontes; e do Sr. Toninho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que é o Presidente, o mantenedor principal. E eu quero falar também do nome da Profa. Regiane, que é uma técnica, uma cientista, Professora, então, da área de... Diretora de Inovação da VIP-Systems Informática & Consultoria e também Diretora do Smart Campus da Facens, que é a faculdade de Sorocaba, onde atua também como Coordenadora do MBA de Gestão e Inovação em Cidades Inteligentes.

Então, é uma parceria que eu pretendo trabalhar. Já tenho o sinal verde para que a gente possa fazer, o ano que vem, lá em Mato Grosso, na questão das rodovias, das cidades inteligentes... enfim, outras tantas ações que possamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

E, quanto ao requerimento, será um prazer recebê-lo na 1ª Sessão Deliberativa, juntamente com o Senador Marcos Pontes, para que a gente possa já definir; se Deus permitir, estaremos aqui o ano que vem para darmos sequência. E começamos pelo Mato Grosso, posteriormente a Minas Gerais levaremos lá a ideia de V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a todos que nos acompanharam pelas redes sociais um feliz Natal, um Natal de paz! É interessante que muitos pensam que o Natal é a festa mais importante do cristianismo, não é? É uma festa importante, comemoramos o nascimento de Jesus, apesar de ele não ter nascido em dezembro; mas nós não sabemos a data certa, então vamos comemorar, porque ele nasceu. Mas a festa mais importante para o cristianismo é a Páscoa, quando nós comemoramos a ressurreição. Mas o Natal é fundamental para que a gente possa renovar as esperanças. Toda vez que uma criança nasce, Deus renova a misericórdia sobre nós na face da Terra. Então, um feliz Natal a todos e, desde já, um 2024 de alegria, de prosperidade, de muita paz para o nosso Brasil.

Eu sempre digo aos senhores: o Parlamento tem muitos defeitos, mas aqui há homens e mulheres que querem acertar, que querem prestar um trabalho nesta geração, para que os brasileiros no futuro possam encontrar um país bem melhor do que nós temos hoje. E eu digo que, ao Senador Wellington, a todos os Senadores, foi um ano muito positivo. Apesar dessa mudança de governo, apesar de toda a insegurança com que entramos, de como seria, nós estamos encerrando 2024 com o país pacificado, com todas as discussões democraticamente sendo realizadas, com o Parlamento cumprindo com o seu papel em várias proposituras, e esperamos um 2024 de mais trabalho ainda.

Que Deus abençoe a todos!

Meu muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23763.65588-01

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Izalci Lucas, Paulo Paim, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLPPA 2024/27**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CMA à CMO, referentes ao PLPPA 2024/27 (PLN 28/2023), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027." Relator: senador Veneziano Vital de Rêgo. Lido ad hoc pelo Senador Jayme Campos. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável à apresentação das 3 (três) Emendas de Programas: NÚMERO: **60080001**; EMENTA: CMA001a - Aumentar os valores do programa 2321 para os anos de 2025 - 2027; Valor (R$): 9.128.668.243; NÚMERO: **60080002**; EMENTA: CMA002a - Aumentar os valores do programa 6114 para os anos de 2025 - 2027; Valor (R$): 7.210.071.515; NÚMERO: **60080003**; EMENTA: CMA003a - Aumentar os valores do programa 1190 para os anos de 2025 - 2027; Valor (R$): 1.527.111.426 . Antes de encerrar, a Presidências submete ao colegiado a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9848827779

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23763.65588-01

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9848827779

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declara aberta a 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de novembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos.

Mensagem eletrônica que encaminha a moção do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas, na qual os Comitês de Bacias do Estado do Paraná se manifestam contrários à manutenção dos arts. 2º e 3º do PL 2.918/2021 e colocam-se à disposição para debates e audiências sobre o tema.

O documento será anexado à matéria, nos termos do inciso II do §2º do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal.

Aviso nº 942 – GP/TCU do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2023, relativo à avaliação quanto à celebração pelo Ibama de acordos substitutivos de multas ambientais.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, documentos não anexados a matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até o prazo, até lá.

Objetivos: a presente reunião é destinada à discussão e à votação das emendas a serem apresentadas pela CMA à CMO, referentes ao PL PPA 2024-2027, que é o plano plurianual, e ao PLN 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Para dar início aos nossos trabalhos, nós vamos conhecer o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que, infelizmente, não pôde comparecer para a leitura.

Nós, humildemente, pedimos ao Senador Jayme Campos, que nos atendeu, para ser o nosso Relator *ad hoc*.

Então, eu passo a palavra para o Senador *ad hoc*, Senador Jayme Campos.

Obrigada, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente e querida amiga Senadora Leila Barros, diante da leitura que V. Exa. fez desse encaminhamento relatado pelo ilustre e eminente Senador Veneziano, com a devida vênia e permissão de V. Exa., como já está disponibilizado nesta Comissão, eu gostaria de entrar na fase de análise, para bom andamento e celeridade dos trabalhos aqui desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Outro requisito atendido é de apresentar interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram a apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Ademais, com o objetivo de atender ao maior número possível de sugestões, contemplamos os programas que tiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas.

Ademais, vale ressaltar que a Emenda nº CMA004, de autoria da Senadora Eliziane Gama, aumenta os investimentos plurianuais numa ação específica, albergada pelo Programa 2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre.

Em nossa análise, entendemos que o mais adequado seria aumentar o valor global do programa, para contemplar um maior número de ações orçamentárias. De qualquer forma, considerando que o referido programa orçamentário é um dos que propomos emendar, podemos afirmar que a sugestão da nobre Senadora foi, de certa forma, acolhida.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PL PPA 2024-2027 por esta Comissão e das seguintes propostas de emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Programa 2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre, a Emenda nº 1, para elevar o valor global do programa a R$9.128.668.243, com indicações dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Leila Barros (Emendas nºs CMA001 e CMA007).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) No âmbito do 6114 – Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios, a Emenda nº 2, para elevar o valor global do programa a R$7.210.071.515, com indicações dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Leila Barros (Emendas nºs CMA002 e CMA008).

c) No âmbito do Programa 1190 – Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo, a Emenda nº 3, para elevar o valor global do programa a R$1.527.111.426, com indicações dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Leila Barros (Emendas nºs CMA003 e CMA006).

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Evidentemente, aqui tem um quadro mais detalhado e evidentemente também não precisamos ler, pelo fato de já estar aqui no corpo da nossa fase de análise, que fizemos.

Este é o relatório do Senador Veneziano, que V. Exa. me designou para ler. E fico muito honrado, sobremaneira, como Relator *ad hoc* deste projeto aqui da Comissão do Meio Ambiente.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador, o senhor sempre solícito, muito atuante aqui na nossa Comissão. Obrigada mesmo, porque eu sei que está todo mundo correndo, a semana muito puxada aqui. A maioria das... Digamos, todas as Comissões, em sua totalidade, estão discutindo essa questão do Plano Plurianual...

Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – A senhora tem o privilégio de ter um grande assessor. Cadê ele? Nosso Gonzaga, meu velho amigo, desde o meu primeiro mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É mesmo. É um decano nesta Casa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esse é decano, esse é do bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Bom, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, com a participação importantíssima do nosso Relator *ad hoc*, Jayme Campos, que passa a constituir parecer favorável às três emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2024 a 2027.

Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Bom, depois de deliberarmos sobre o Plano Plurianual para o período de 2023 a 2027, que tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública, ele assume a forma de uma grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como a formulação dos planos regionais e setoriais.

Já apreciamos, nesta Comissão, para que todos saibam, emendas para os projetos de lei sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a Lei Orçamentária Anual, a chamada LOA.

Para a LDO, esta Comissão aprovou diretrizes no orçamento para programas de qualidade ambiental nas cidades e no campo e proteção de recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento de incêndios.

Quanto à LOA, com propostas alinhadas ao que foi aprovado na LDO, encaminhamos emendas para direcionar recursos para os programas relacionados à melhoria de qualidade ambiental, à prevenção e controle de incêndios florestais, à gestão de uso sustentável da nossa biodiversidade e ao controle do desmatamento e ordenamento ambiental territorial.

Esses são temas-chaves para a ação da agenda ambiental, apresentados e aprovados em conjunto com os membros desta Comissão, a quem já reforço os meus agradecimentos.

Mais uma vez eu agradeço ao Senador Jayme Campos, o nosso Relator *ad hoc*, e também ao Senador Veneziano, que novamente se dispôs a relatar sobre o tema orçamentário deste Colegiado.

Estaremos sempre atentos e trabalhando juntos, para que o meio ambiente tenha um papel de protagonismo no orçamento do Brasil, pois trabalhar pelo meio ambiente é lutar por todos os brasileiros e brasileiras, por mais justiça social.

Vamos agora à aprovação da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Mais uma vez agradeço a participação de todos nesta rápida reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas e todos e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia e Magno Malta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (PGRS-SF)**, atendendo ao requerimento REQ 70/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal. **Participantes:** Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Sr. Marcio Tancredi, Diretor-Executivo de Gestão do Senado Federal; Sr. Humberto Mendes de Sá Formiga, Gestor do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado Federal (Representante da Comissão Executiva da Rede Legislativo Sustentável); Sr. Luiz Vicente da Costa Braga, Chefe do EcoCâmara, Serviço de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados; e Sr. Teonio Wellington Martins, Diretor de Gestão de Serviços Operacionais do Tribunal de Contas da União (TCU). **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 28 de novembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atenção ao Requerimento nº 70, de 2023, daqui da Comissão, de minha autoria, com o objetivo de debater e lançar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados:

Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; (*Palmas.*)

Sr. Teonio Martins, Diretor de Gestão de Serviços Operacionais do Tribunal de Contas da União (TCU); (*Palmas.*)

Sr. Luiz Vicente Braga, Coordenador da EcoCâmara, Serviço de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados – prazer, seja bem-vindo –; (*Palmas.*)

Sr. Marcio Tancredi, Diretor-Executivo de Gestão do Senado; (*Palmas.*)

Sr. Nelvio Cortivo, Diretor da Secretaria de Infraestrutura do Senado, que está chegando; e (*Palmas.*)

Sr. Humberto Mendes de Sá Formiga, Gestor do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado Federal, representando a Comissão Executiva da Rede Legislativo Sustentável. (*Palmas.*)

A audiência pública de hoje trata de um tema de extrema importância na agenda ambiental. A nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê, entre seus instrumentos, o plano de resíduos sólidos. Esses planos são fundamentais para que se possa dimensionar, planejar e monitorar como se dará a produção e gestão de resíduos de estabelecimentos específicos.

Nosso Distrito Federal possui dezenas de organizações que trabalham diretamente com a coleta e triagem dos resíduos produzidos nesse território. E a aproximação de uma representação do poder público com esses atores é fundamental e combustível essencial para o desenvolvimento sustentável.

A implementação de um sistema de coleta seletiva no Senado Federal desempenha um papel crucial não apenas como exemplo de boas práticas ambientais, mas também como uma declaração simbólica do compromisso do poder público com a sustentabilidade. Ao adotar medidas que promovem a separação e a reciclagem de resíduos, o Senado não apenas contribui para a redução do impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental, mas também estabelece um precedente importante para a conscientização pública. O Senado, ao lidar com essa iniciativa e liderar também, sinaliza a importância da gestão responsável dos resíduos e inspira a população a seguir o mesmo caminho, gerando um efeito multiplicador em todo o país.

A adoção de práticas ambientalmente responsáveis no Senado Federal transcende os limites da instituição, influenciando positivamente a agenda ambiental em todo o nosso país.

Mais uma vez, eu gostaria de parabenizar todos os envolvidos e desejar a todos aqui uma ótima audiência pública, já agradecendo a todos que estão presentes, inclusive aos nossos terceirizados aqui. Muito obrigada, viu? (*Palmas.*)

A vocês, que de fato realizam esse trabalho para nós, muito obrigada.

Eu vou passar a palavra rapidamente para a nossa primeira oradora, que é a Ilana Trombka, a nossa Diretora do Senado Federal.

Seja bem-vinda, Ilana.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Eu vou ser muito breve, mas eu gostaria de ter aqui uma palavra, primeiro, de agradecimento. Agradecimento à equipe do NCas, essa equipe liderada pelo colega Humberto Mendes de Sá Formiga, porque o trabalho de gerenciamento de resíduos sólidos é um trabalho circular: não é algo em que simplesmente você determine uma norma e diga "agora é"; exige educação, entendimento, colaboração e responsabilidade. E essa responsabilidade é uma responsabilidade compartilhada, compartilhada com muitas mãos, mãos de cada um de vocês que está aqui hoje. Porque esse lindo material só tem sentido se cada um e cada uma, no seu fazer diário, se apropriar dele.

E a gente tem muita sorte, Senadora Leila, de ter uma comunidade no Senado Federal composta por servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários, menores aprendizes e Senadores comprometidos, comprometidos em trazer as normas aprovadas no Plenário do Senado Federal para a realidade desta Casa Legislativa. E é por isso que o Senado foi classificado no Iasa, que é o índice que o Tribunal de Contas da União faz da área ambiental, com a nota máxima, a nota 3, que demonstra realmente a excelência com que esta Casa tem feito o seu trabalho internamente.

E isso faz todo o sentido. Faz todo o sentido todos os dias e faz mais sentido hoje, quando estamos a alguns dias da abertura da COP, em que toda essa questão ambiental é anualmente discutida, em um ano especialmente duro no que se trata de mudanças climáticas, em um ano em que vimos no nosso país absolutamente de tudo, até casas flutuando no meu estado, no meu Rio Grande do Sul, por mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazemos a nossa parte, Senadora. Fazemos a nossa parte, e parte disso é o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Obrigada pelo apoio que a senhora e esta Casa sempre nos dão – a senhora, o Presidente Rodrigo e a Comissão Diretora –, sempre nos dando a abertura para o fortalecimento dos trabalhos socioambientais e nos dando a segurança de que estamos caminhando internamente no mesmo sentido: que este Senado Federal se dedica às questões ambientais.

Muito obrigada a cada um e a cada uma – como já diria o Senador Cristovam Buarque, que falava isso.

Muito obrigada especialmente a quem fez esse trabalho, que é a equipe do NCas, da Diretoria-Geral, e a todos os terceirizados que trabalham com isso, porque os resultados, já no primeiro mês, foram impressionantes.

Muito obrigada e uma boa tarde. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Ilana.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Márcio Tancredi, que é o Diretor-Executivo de Gestão do Senado.

O SR. MÁRCIO TANCREDI (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Leila, Presidente da Comissão, convidados do TCU, da Câmara, minha chefe aqui, Ilana Trombka.

Eu vou repetir um pouquinho o que a Ilana falou, com outras palavras, porque de fato o que eu acho que é importante ressaltar neste momento é a coesão da comunidade do Senado em torno de uma proposta de que a gente seja responsável do ponto de vista ambiental, do ponto de vista de acessibilidade, do ponto de vista de equidade. E os dois documentos que a gente está lançando aqui hoje, o nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e o nosso Guia de Paisagismo Sustentável, os dois fazem um conjunto que, de uma certa forma, coloca a comunidade do Senado refletindo tudo aquilo que é decisão do nosso Plenário em relação ao que deve ser feito ambientalmente, socialmente, pelo resto do país.

O Senado não pode aprovar uma lei que ele não cumpre em casa; então, a gente está fazendo o máximo para cumprir essa lei dentro de casa. Acho que a comunidade do Senado está de parabéns. Queria destacar, em especial, o nosso conjunto de terceirizados, o pessoal da limpeza, da copeiragem, que têm feito um trabalho muito bom, têm sido muito atentos às nossas demandas, têm cooperado demais. A nossa satisfação de estar conseguindo mobilizar esse público é imensa.

E eu acho que o plano que foi feito pela equipe do NCas na verdade está sendo implementado por eles. E nós, comunidade do Senado, precisamos apoiar também. Eu acho que isso vai acontecer não só na área administrativa, mas tenho certeza de que nos gabinetes parlamentares, nas lideranças, enfim, também no mundo parlamentar a gente vai ter esse apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obrigado pela senhora ter aberto essa possibilidade de a gente estar aqui para lançar esses documentos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Márcio.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Teoni Wellington Martins, que é Diretor de Gestão de Serviços Operacionais do Tribunal de Contas da União.

Seja bem-vindo.

O SR. TEONIO WELLINGTON MARTINS (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senadora. Boa tarde aos presentes, Vicente, Humberto, Dra. Ilana, Márcio.

Primeiramente quero dizer que é um prazer do Tribunal de Contas da União estar aqui, cumprindo a nossa missão institucional de apoiar o Congresso Nacional no controle externo. Eu tinha uma apresentação para fazer, mas eu não vou fazer porque eu vi que o pessoal aqui foi bem mais tranquilo.

Então, eu vou falar também de forma mais tranquila, aproveitar a fala da Dra. Ilana, que falou sobre o Iasa. O Iasa é um indicador que o Tribunal de Contas da União em uma auditoria, em 2017, fez uma avaliação da sustentabilidade dos órgãos da administração pública. Avaliaram-se 169 órgãos da administração pública, em uma escala de 11 eixos, em que um dos eixos é o que a gente está discutindo aqui, que é a coleta seletiva. A média desses órgãos foi 1,64.

O Tribunal de Contas da União, nesse eixo de coleta seletiva, que trata basicamente do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tinha nota 1. A Câmara e o Senado também tinham uma nota bem baixa.

E buscou-se, com esse trabalho do Tribunal, a gente evoluir nesses critérios, principalmente diante da lei que trata da Política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Então, hoje, em 2023, nós, o Tribunal de Coutos da União, Câmara e Senado, temos o prazer e a honra de nos colocarmos em um nível máximo do Iasa nesse quesito de coleta seletiva.

Quero falar que, como a Dra. Ilana colocou aqui muito bem, não basta um papel, não basta uma norma bem feita, não basta uma impressão bem feita se a gente não tem o apoio de quem realmente faz as coisas acontecerem, que tanto aqui, como eu percebi, quanto no Tribunal, são vocês. A gente passou por um momento da pandemia, em que a gente vinha subindo nessa questão e, aí, quando voltou da pandemia, a gente teve um retrocesso. E o que a gente percebe é que é necessário sempre ter uma campanha, é necessário haver campanhas permanentes de conscientização, tanto dos servidores, quanto do pessoal que faz essa coleta, que faz essa separação e a encaminha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal hoje tem ONGs que apoiam a gente nesse trabalho: a gente faz essa separação desse lixo, do que é reciclável, do que não é reciclável, do que é orgânico, do que não é orgânico, de materiais que são perigosos. E essa ONG busca junto ao Tribunal e faz todo esse trabalho de reciclagem, que é um trabalho muito importante socialmente, ambientalmente, e para a geração de renda. Hoje o Tribunal produz mais ou menos oito toneladas de resíduos sólidos, dos quais 70% a gente consegue fazer a separação e encaminhar para essas instituições não governamentais.

Queria passar um vídeo que mostra essa conscientização dentro do Tribunal, e agradecer a todos a oportunidade. E deixar, mais uma vez, aqui a fala do Tribunal de apoio, de membro Presidente da Rede de Sustentabilidade do Legislativo, que busca apoiar sempre todos os órgãos nessa questão do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Uma ação efetiva do Tribunal é que, no ano que vem, juntamente com a Câmara e com o Senado, nós vamos lançar na nossa Escola Superior um programa de gerenciamento de resíduos sólidos, por meio do qual a gente vai ensinar todos os gestores de órgãos públicos do Brasil como implementar um programa de gerenciamento de resíduos sólidos. Então, a gente acha que vai ser uma ação com muita penetração e que vai melhorar muito toda essa questão da coleta seletiva e do gerenciamento de resíduos sólidos nacionalmente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sensacional!

Parabéns, Dr. Márcio.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Luiz Vicente da Costa Braga, que é Coordenador do EcoCâmara, o serviço de sustentabilidade da Câmara dos Deputados.

Seja bem-vindo, Sr. Luiz.

O SR. LUIZ VICENTE DA COSTA BRAGA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Exma. Senadora Leila, cumprimentando, em nome do nosso Diretor-Geral, Dr. Celso, a Sra. Ilana Trombka, Diretora do Senado, o Humberto, nosso amigo aqui, o Coordenador do NCas, o Sr. Teonio aqui, do TCU, e Tancredi, nosso Diretor.

Eu gostaria de... Eu vou usar rapidamente, acho que vai ser mais produtivo eu usar o PowerPoint, mas eu vou ser bem breve. E a gente vai falar um pouquinho também da Rede, não apenas da Câmara, mas da Rede.

Então, agradeço o espaço, este convite, parabenizo antecipadamente por essa iniciativa fantástica.

E... Deixe-me só ver aqui – para baixo, para cima, para o lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, gente, rapidamente, quando a gente pensa, ou quando a gente pensava no pessoal da sustentabilidade, falávamos: "Vamos convidar o pessoal da sustentabilidade para vir falar aqui e tal, não é?" Normalmente, a gente que é das antigas pensava no quê? No ecochato, no abraçador de árvore, naquele cara que vinha nos perturbar.

Então, vamos pensar, vamos analisar os cenários em que nós estamos vivendo hoje, para pensarmos, mudarmos um pouco essa mentalidade.

O conceito de sustentabilidade com que a gente pode trabalhar, fazendo um recorte, é: desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as próprias necessidades. Ou seja, desenvolvimento sustentável tem a ver com as próximas gerações, com seus netos, com seus filhos, não é? Então, isso é importante de a gente estar atento. Já não é mais apenas uma questão ambiental; está ligado à questão econômica, social.

E, trazendo aqui a questão do Iasa, que já foi falado pelo Teonio. O Iasa é um índice que o TCU utiliza para medir a sustentabilidade nos órgãos da administração pública federal. E nós tivemos aí... Nós tivemos aqui, o Senado, a Câmara e o TCU em 2017 com boas notas em alguns temas, não tão boas assim, mas em 2022 usamos o Iasa e fomos muito bem, tiramos nota máxima aí.

Então, é para a gente estar avaliando que o TCU tem esse índice.

E agora aconteceu, recentemente, o 7º Fórum Nacional de Controle – Desenvolvimento Sustentável e o Controle. O Ministro Nardes trouxe a sustentabilidade e a governança como dois elementos importantes para serem discutidos pela sociedade brasileira. Foi agora, recentemente. Então, tratou-se de mudança do clima, de transição energética, da Agenda 2030, de inteligência artificial e da sustentabilidade e governança. Então, vejam que, recentemente, o TCU está liderando, sinalizando para onde a gente deve caminhar.

Foi trazido, inclusive, nesse fórum, o ClimateScanner, que é um... Todas as instituições de controle do mundo vão fazer uma avaliação da sua situação em relação à questão da sustentabilidade. Então, mais um momento de contribuição do TCU aí, de participação na questão do controle.

E, recentemente, agora, no dia 20 de novembro, o Ministro Nardes esteve na Câmara para falar também da governança, da importância da governança, e a sustentabilidade está dentro dela, da governança.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU já fazem parte dos nossos PLS aqui, da Câmara, do Senado, do TCU. O Ministro Nardes trouxe os ODS também como fundamentais de a gente estar observando.

Então, fica essa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trouxe a questão da governança como fundamental para a gente, para o Brasil se tornar melhor, mais eficiente, mais eficaz, para as suas políticas públicas conseguirem realmente ser alcançadas. E trouxe uma novidade importante. O iGG, que é o Índice de Gestão e Governança, agora vai virar iESGo, ou seja, a sustentabilidade estará dentro do iGG, que agora tem um novo nome, iESGo.

Então, gente, diante desse recorte rápido, porque o nosso tempo é curto, a gente pergunta: a sustentabilidade, na gestão pública, é inevitável? Nós entendemos que sim. Nós entendemos que não dá mais para a gente achar que é um favor, que é bonitinho, que é uma coisa do pessoal do meio ambiente somente; não é.

Então, rapidamente, na Câmara, nós tivemos a primeira edição do nosso PGRS em 2002, a segunda edição em 2015 e nós pretendemos fazer a terceira edição para 2024, é uma meta nossa.

Esse foi o material de campanha que a gente utilizou para divulgar.

Nós temos o Demed, que agora é DAS (Departamento de Assistência à Saúde), em que nós também temos o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, que é um resíduo mais perigoso.

Foi feito um projeto para redução, e hoje a gente incinera 10% do que antes desse projeto acontecia. A gente enviava muito material para incinerar e hoje apenas, Senadora, 10%.

Na nossa coleta seletiva, nós fizemos uma revitalização com novos adesivos nas paredes, dizendo o que é para jogar onde. Foram 780 ambientes de trabalho visitados por nós – eu, a Carmen aqui, Carmencita –, 2.500 servidores contemplados com a nossa visita e 600 colaboradores aqui. É importante a participação de todos nesse trabalho.

Na coleta seletiva, gente, na Câmara são duas toneladas por dia, Senadora. É muita coisa, não é? A Câmara é uma cidade. Então, 31% desse material foi encaminhado para a compostagem; 29% para a cooperativa de catadores. E, Senadora, o mais importante é que, normalmente, a maioria dos colaboradores que trabalham numa cooperativa de catadores são mulheres: 90%.

Nós estivemos, recentemente agora, na Centcoop, e, normalmente, quando elas pegam os resíduos da Câmara, a renda dobra. Há um aumento significativo na renda quando a gente separa corretamente os resíduos.

Então, como foi falado aqui, todos nós fazemos parte desse ciclo, desse processo de trabalho e, com isso, a cooperativa de catadores – especialmente as mulheres – é muito beneficiada, se a gente fizer direitinho. O.k.?

Então, falando sobre a rede, aí é importante, muito importante este momento, com o Senado Federal, sinalizando para a sociedade brasileira o lançamento do Plano de Gestão de Resíduos. Isso traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um elemento que pode ser compartilhado pela Rede Legislativo Sustentável, Senadora, que começou devagarinho ali, no ano de 2018, 2019, e hoje já tem mais de 60 entidades, tribunais de contas, estados, municípios.

E esse é o *site* da rede, esses são alguns dos partícipes ali, temos tribunais de contas, câmaras municipais...

Também temos três cursos em EaD: um curso sobre sustentabilidade na administração pública, um sobre PLS (Plano de Logística Sustentável) e compras sustentáveis.

E nós teremos agora, Senadora, Diretora Ilana, aqui o quarto curso, que é sobre a metodologia para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, como disse aqui o Teonio. Então, há nossa querida Danielle Abud, professora do curso de EaD e de vários outros, do PLS, sempre visitando as câmaras municipais também.

A rede também trabalha com oficinas. Então, nós estamos capacitando – viu, Senadora? –, tanto a Danielle, que está ali, como eu também, que já participei, já fui à Assembleia de Minas, estivemos no Ministério Público Federal, compartilhando, fazendo oficina de PLS. Então, a rede hoje tem essa capacidade – e esse é o nosso objetivo futuro – de contribuir para compartilhar boas práticas.

E nós também fazemos parte da rede, Câmara, Senado, TCU fazem parte do Café com PLS, que é uma rede informal, Senadora, uma rede informal, virtual, que trabalha virtualmente, divulgando as virtudes do PLS, com diversos temas: compras sustentáveis, água, energia, enfim... E há a AGU, o Bacen, a Câmara, o Dnit, o Senado, o MPF, o TCU, o STJ, a UnB...

Então, isso mostra a força da sustentabilidade na administração pública, isso mostra que a sustentabilidade não é mais coisa de abraçador de árvore e do cara que gosta de ser o "ecochato". Então, na verdade, quanto à sustentabilidade, a gente espera – terminamos por aqui, parabenizando o Senado – que nós continuemos a abraçar árvores, mas com a visão sistêmica da sustentabilidade. Então, é isso.

Obrigado, parabéns ao Senado! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela presença e a fala, Luiz Vicente.

Eu vou passar a palavra agora para o Humberto Mendes de Sá Formiga, Gestor do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado Federal, representando a Comissão Executiva da Rede Legislativo Sustentável.

Seja bem-vindo, Humberto!

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a todos, Ilana, Tancredi, Teonio, Vicente...

Nós estamos nessa luta há um bom tempo, e hoje é um dia de comemoração, é um dia de confraternização para todos nós.

Nós temos aqui muito simbolismo na composição dessa mesa e desta sessão. Se nós imaginarmos que, em 2010, foi um acórdão do TCU que começou essa história, que está rendendo frutos agora... Ao colocar as diretrizes para a administração pública em geral, permitiu criar um ambiente de compartilhamento dentro dessas instituições, a começar pelos três integrantes do Congresso Nacional, TCU, Câmara e Senado, vamos considerar assim, e a Rede Legislativo Sustentável surge a partir dessa iniciativa, com esses propósitos, que são aquelas 11 dimensões, e aí a gente está focando aqui em apenas uma delas, que é o gerenciamento de resíduos, mas que é um tema absolutamente central para a sociedade, para o planeta hoje.

A média nacional de reciclagem é de apenas 4%, o que significa dizer que, do nosso consumo, 96% estão indo de forma inadequada de volta à natureza, estão voltando à natureza de forma inadequada.

Quando nós nos propusemos a fazer esse trabalho, nós partimos desse índice, porque o Senado tem hoje exatamente essa média, está dentro da média nacional, e a gente acha que não é motivo para comemoração. A gente precisa melhorar, porque nós somos indutores da sociedade, de política pública na sociedade.

Então, nós estamos fazendo esse trabalho conjunto, entre Câmara, TCU e Senado, com essa perspectiva de levar para a sociedade uma mensagem nova e não uma responsabilidade, mas uma reflexão, porque o meio ambiente é um direito-dever, a preservação do meio ambiente é um direito-dever, está lá, é o grande propósito da Constituição.

A coleta seletiva do Senado, a mudança da coleta seletiva no Senado, na perspectiva de aprimorar, aperfeiçoar e dar eficiência aos índices, é um trabalho enriquecedor, é um trabalho surpreendente. Nós, que entramos, há cerca de oito meses, planejando as ações, nos deparamos com muitas surpresas superagradáveis e outras quebras de mito. E, nesse sentido, tem muito a se refletir na questão do relacionamento entre governança e gestão, entre diretrizes e execução e operacionalização das coisas.

Eu acredito que toda administração pública padece do mesmo mal. A forma com que a gente estruturou a administração pública, eu acredito que, no mundo inteiro, é de uma fragmentação muito grande. A especialização do trabalho levou a isso naturalmente. Então, hoje nós temos que, para nós pintarmos uma placa de sinalização, a gente tem que trabalhar com três, quatro equipes diferentes. Todas têm que se entender, e tudo isso demanda muito da gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o fundamental para um projeto dar certo é que a administração primeiro apoie. Nós tivemos um apoio integral da administração, e aí eu quero agradecer muito à Ilana e ao Tancredi pelo apoio que nos foi dado e a confiança que nos foi passada para nós darmos passos seguros.

Ao mesmo tempo em que veio esse apoio, as secretarias da Casa responsáveis pelo patrimônio, a gestão de patrimônio e de infraestrutura – porque, sem infraestrutura, a gente viu que não havia como cobrar ou como conscientizar ninguém, você tem que ter um básico estabelecido... E isso eu acho que é a primeira parte bonita dessa história. A direção comprou a ideia de que era responsabilidade da administração oferecer a infraestrutura, e ela foi feita, com todo o apoio da administração.

Essa é a relação, para a gente refletir do ponto de vista de gestão pública, entre a governança, as diretrizes da governança, e a gestão, que é o gerente, é o cara que vai colocar a mão na massa e está mais próximo lá do mundo, do chão de fábrica, como a gente chama.

A segunda surpresa acontece exatamente aí. Nós achávamos, calculávamos que essa relação entre a gestão, a gerência, no caso, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, tinha a incumbência de levar adiante um desafio que envolvia 9 mil pessoas na Casa, 9 mil colaboradores, todos atuando de forma simultânea em vários setores, em praticamente todos os setores da Casa. E como é que você coordena essas coisas? Como é que você faz acontecer? Como é que você faz a mudança?

Aí, nós esperávamos subir uma ladeira muito íngreme, ter uma dificuldade muito grande, e vem a surpresa boa: as pessoas que estavam mais próximas, que são as pessoas que mais entendem, o pessoal do serviço de limpeza, os colaboradores, que estão mais próximos ali do dia a dia operacional, que era de onde nós esperávamos uma resistência à mudança, estavam prontas – e muitos aqui estão, representantes.

Eu acho que o agradecimento tem que ser maior realmente em relação a vocês, porque nós bebemos da experiência de vocês. Na hora de fazer, de tomar cada decisão, nós só demos passos confiantes e seguros porque vocês nos deram essa confiança, porque a gente confia que vocês, fazendo o que fazem há anos, são as pessoas que mais dominam as dificuldades do dia a dia.

Por que é que não funciona? Às vezes, é uma mudança simples. E a coleta seletiva do Senado foi basicamente nesta direção: nós partimos de um sistema que era extremamente complexo, nós vimos que estava atrapalhando a eficiência, e partimos em direção à simplicidade.

O que é legal nessa história é que simplificar inclui muita gente. Imaginem uma Câmara de Vereadores que só tem um servidor que é responsável pela sustentabilidade, pelo meio ambiente, pela acessibilidade, pela equidade, por todas as políticas da Casa? Então, a simplicidade está ao alcance das menores instituições, em termos de número de pessoas, do país. Ela vai desde ao alcance da Câmara Municipal ao do Senado Federal, da Câmara e do TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazendo essa experiência, nós vimos que havia uma consciência ambiental – para mim, eu tenho que confessar isso – surpreendente. Eu achava que não houvesse isto: a riqueza na consciência ambiental que levou cada um de vocês a abraçarem essas ações que foram tomadas nesses últimos oito meses.

A transformação da coleta seletiva do Senado é um caso muito, muito interessante, muito, muito curioso. A gente não vai esgotar isso tão cedo. Há muita coisa para refletir e muito ensinamento para tirar.

Quando nós envolvemos desde os colaboradores responsáveis pelas tomadas de decisão junto às secretarias até o nível operacional, nós vimos que o que ligava era a compreensão do propósito. Todos compreendiam facilmente o propósito. Quando a gente ia falar o que estava no art. 225 da Constituição, a gente recebia uma lição maior, porque a gente estava numa onda de calor terrível e a gente escutou de muitos colaboradores exatamente isto: "Se nós não fizermos nada, isso vai ficar pior, o mundo vai ficar pior, o planeta vai ficar pior". Então, teve também esse momento.

A gente está saindo dessa onda de calor, possivelmente outras virão, infelizmente, mas eu acho que chegou a hora de a gente, como instituições indutoras, assumirmos esse papel. Acho que nós estamos num momento e numa direção muito, muito oportuna.

Eu gostaria só de não me estender demais, eu passaria o resto do dia agradecendo a vocês.

Tem muita coisa bonita para se ver.

A visita da Senadora Leila ao viveiro do Senado foi outro entusiasmo, porque é aquela espécie de encantamento. Quando a gente vai para um lugar tranquilo, um lugar tão bem conservado, que traz paz, a gente vê que aquilo é possível, que aquilo é uma realidade possível. E aí, esse encantamento, esse encher os olhos ali, com o projeto, isso a gente encontrou em todos que se aproximaram dele.

Então, assim, desde o início, não era um projeto de A, de B ou de C, era um projeto coletivo. Não tem como você separar as identidades de ninguém, é um projeto construído coletivamente, e eu acredito que é uma experiência muito rica nesse sentido. Até a TV Senado entrar na história, e, aí, é outra surpresa, porque são pessoas que estão sempre muito atarefadas, e elas estavam muito atarefadas – a Karine, a Ana e toda a equipe da TV Senado que nos apoiou –, e falaram: "Não, isso aqui a gente tem que transformar num filme muito bacana, num filme bonito. A gente tem que documentar isso, é um marco". E agora, até iniciar a sessão, há pouco, elas ainda estavam fazendo crédito nesse filme, que nós vamos ver agora.

E eu encerro a fala por aqui, mas antes pedindo aplausos para vocês, que nos apoiaram desde o início. (*Palmas.*)

Eu quero agradecer, do fundo do coração, o apoio de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar o vídeo em seguida, por favor. (*Pausa.*)

Esse filme que nós vamos ver foi produzido no tempo recorde de quatro, cinco dias.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA (Para expor.) – Só para finalizar – rapidão –, quero agradecer finalmente a toda a equipe. A gente acaba esquecendo a parte que está mais próxima da gente no dia a dia, mas a Glauciene é Coordenadora da TV Senado, que nos apoiou e autorizou todo esse trabalho nesse tempo recorde. Eu estava me lembrando exatamente disso. Quando isso aí virar filme no Netflix – e vocês todos vão se ver na televisão –, isso não vai ser cortado assim, não. (*Risos.*)

É porque a gente está recebendo o sinal pelo Teams, não houve condições de a gente fazer a transferência. Enfim, o filme acaba de chegar, mas vai ficar muito mais bacana no cinema, podem ficar tranquilo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, eu não preciso falar para vocês, externar, acho que está no meu rosto a minha felicidade de estar como Senadora nesta legislatura – e desculpem-me até me emocionar... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

... e de ver a consciência. Porque tudo na vida é uma ação coletiva, são as lideranças, ação coletiva, e não é questão de escolaridade, de plano social, de onde você está, não. Tudo é ação coletiva, tudo é o acreditar, ter boas lideranças, boas intenções, que tudo, tudo acontece, gente. Muito orgulho de estar hoje Presidente da CMA nesta legislatura, vendo o Senado instituir o seu programa de gerenciamento de resíduos sólidos, e na mão de pessoas que realmente entendam que nós estamos chegando ao nosso limite, o planeta está chegando ao nosso limite em todos os sentidos.

E só cabe a nós essa mudança comportamental – todos nós, desde o Presidente do Senado ao terceirizado. Somos todos um coletivo, uma só Casa, um só país, uma só unidade. Então, é muito orgulho ver não só os nossos profissionais – eu acho que todos nós sabemos a capacidade que têm esses técnicos tanto no Senado quanto na Câmara, no TCU, no Congresso Nacional de modo geral – com a capacidade deles e o quanto eles trabalharam e estudaram, mas, acima de tudo, a nossa capacidade coletiva para cuidar do mundo, para salvar o mundo, para cuidar dos outros. A gente só precisa ter boa intenção. E é isso que a gente está vendo hoje, lançando esse programa.

Eu quero agradecer à TV Senado também, que veio aqui, na pessoa da Carine, que fez uma bela reportagem. Eu acho que é muito importante a gente mostrar para a sociedade brasileira o trabalho do Senado, da Câmara, do TCU, de tantas instituições que estão comprometidas com a causa ambiental. Isso é exemplo, gente, isso é positivo... A gente gera muito conteúdo pesado, muito conteúdo negativo, mas a gente tem tanta capacidade de fazer coisa boa, tanto exemplo bom. E, nisso aqui, a gente realmente... Eu estava até falando para a Ilana que a gente tem que abrir o Viveiro para visitação, temos que convidar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos amigos Senadores, para conhecerem essa iniciativa a qual vocês estão promovendo, e também as escolas. Nós precisamos realmente fazer um trabalho para que a gente possa divulgar essa iniciativa tão bela de todos vocês.

Gratidão. Eu, enquanto Senadora – todos não estão aqui –, representando esta legislatura, agradeço a todos vocês por este trabalho lindo que vocês estão fazendo para o nosso Senado, dando exemplo para o país. Tancredi falou muito bem. O que adianta nós aqui fazermos leis, criarmos regras, se nós não fazemos o nosso trabalho e não damos o exemplo para a sociedade? E é isso que estamos fazendo hoje. Parabéns a todos vocês, gente!

Eu queria mais uma salva de palmas aos nossos técnicos, aos terceirizados, a todos vocês.

Nossa, que orgulho! (*Palmas.*)

Nós tínhamos várias perguntas aqui. Eu vou passar a palavra para a Ilana, porque ela tem uma reunião agora. Nós temos, daqui a pouco, sessão, e ela tem uma reunião com o Senador Veneziano, que vai comandar a sessão hoje possivelmente. E aí, passando a palavra para ela, eu vou falar de algumas perguntas dos nossos... Tem muita gente acompanhando esta sessão. Está muito legal. A Ilana terminando, falando, eu passo aqui as perguntas – algumas.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Eu gostaria, simplesmente, de me despedir, de agradecer e de saber, Senadora... Hoje, na saída desta audiência, a gente vai deixar os nossos colegas da Câmara e do TCU morrendo de inveja dessa comunidade unida que nós somos no Senado.

Eu tenho tido muitas alegrias nos últimos tempos. Lançamos o Mapa da Violência – a senhora sabe – na semana passada; fomos nomeados pelo Tribunal de Contas da União como a organização da administração direta que melhor implementou a nova Lei de Licitações; tivemos agora índice 3 do Iasa e o lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e também do Guia de Paisagismo Sustentável. Então, tudo isso só nos enche de orgulho, porque o que eu sempre quis, durante a minha gestão, que já dura nove anos, é que a gente se entendesse como uma comunidade. Eu acho que esse é mais um exemplo de que a gente virou uma comunidade, porque começa com os Senadores, passa pelos servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e menores aprendizes.

Muito obrigada. Eu vou lá que eu já estou atrasada para a audiência com o Senador Veneziano. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Antes de encerrar e passar pelo menos dois minutos para as considerações finais aqui dos nossos convidados... Gente, nós tivemos pelo menos – certamente aumentou – 45 perguntas. Olha, é raríssimo, no meio da tarde nós termos tantas perguntas, tanta interação, tanta interatividade no e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar algumas perguntas aqui, vou passar para os nossos expositores e depois vocês respondem. Estão aqui os endereços e tudo.

Gustavo Elias, do Distrito Federal: "O [...] [Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos] focado nos municípios, poderia ser uma boa estratégia para Brasil?".

Marcelo Schmidt, do Rio Grande do Sul: "Porque não responsabilizar empresas que utilizam embalagens a recolher as mesmas e reciclá-las?".

Telma Ruivo, do Distrito Federal: "Tem algum projeto para que esses catadores tenham informação e educação sobre os objetos que separam e como separam?".

Laís Ferreira, de Minas Gerais: "Como o catador de recicláveis será melhor recompensado pelo trabalho que presta? Algum plano de auxílio e registro pra essa função essencial".

E Luciano Soares, do Distrito Federal: "Parabéns à comissão pela iniciativa. Nada melhor do que o exemplo partir do Senado Federal". Olha que comentário bacana.

Tivemos participação de internautas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amapá, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Paraná, DF, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba. A todos eles que estão nos acompanhando aí, o nosso muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para as considerações finais. Vou pedir para vocês dois minutinhos. Para o Humberto... Humberto o quê, gente? Humberto Mendes. Perdão, Humberto.

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Pessoal, eu acho que tudo aquilo que a gente experimentou nessa jornada de oito meses enriqueceu todo mundo, nós acabamos nos conhecendo melhor. A Ilana está muito certa nessa direção de que nós estamos mais próximos de nos transformarmos em uma comunidade de fato. Mas eu chamo, eu volto a chamar a atenção para a visão da integralidade, do todo.

Quando nós começamos o trabalho, para não fazermos voo cego e irresponsável, sem sabermos o que viria ou quais expectativas positivas ou resultados palpáveis que nós podíamos alcançar, nós fizemos aquilo que se chama *benchmarking*. Nós fomos comparar o Senado com os nossos parceiros mais próximos. E, mais uma vez, vale a regra para as instituições, a mesma regra que vale para as pessoas: nós nos reconhecemos nos outros. Nós crescemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA – ... nós ficamos melhores através da convivência com os outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós fomos para fazer o *benchmarking*, quem é que nós consultamos primeiro? A Câmara, vimos a experiência da Câmara, conversamos com os técnicos da Câmara, com o pessoal, os coordenadores, o pessoal que está à frente, com a Carmen, conversamos bastante com o Vicente e eles nos apontaram um caminho razoável a seguir, porque os modelos são diferentes e, em algum momento, a gente ia dar um salto no escuro.

Mas eu quero chamar atenção para isto: nós crescemos como comunidade, internamente, mas a gente não pode perder esse *link* com as parcerias, os parceiros, não é? Nós somos uma rede de instituições que representam os valores da sociedade, os acertos, os defeitos e o que há de positivo na sociedade. Então, o aprimoramento se dá nesse contexto e é importante que a gente não perca essas referências: as nossas referências uns dos outros, mas as referências das instituições em relação às demais também. Nós só temos uma chance de crescer: se nós atuarmos juntos e em rede.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Humberto Mendes.

Eu vou passar agora a palavra para o Marcio Tancredi, que é o Diretor-Executivo de Gestão do Senado.

Obrigada, Marcio.

O SR. MARCIO TANCREDI (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Com relação às perguntas que foram colocadas para a nossa audiência, de fato é importante que o município tenha essa iniciativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO TANCREDI – É no município que essa coisa começa e é lá que ela pode funcionar melhor.

A experiência que a gente faz na nossa organização é uma experiência que pode ser reproduzida em nível municipal, evidentemente com outras competências, inclusive da curatela do resíduo que é colocado pela população. Mas eu queria até ressaltar o papel que a Rede Legislativo Sustentável tem na educação e na difusão dessa mensagem pelas Câmaras Municipais, pelas Assembleias, e também o trabalho do ILB, através do programa Interlegis, que tem feito um trabalho muito importante no sentido de fazer esse treinamento de como fazer um PGRS adequado na Câmara Municipal.

Eu acho que tudo isso é uma contribuição que o Legislativo Federal tem dado, muito importante, para que a ideia de que é preciso responder adequadamente a legislação, ou seja, de fato, é uma realidade entre nós.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO TANCREDI – Então, tenho impressão de que no município seria maravilhoso que a gente tivesse a população clamando, inclusive, por essa mudança. É importante essa cobrança do cidadão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Grata, Marcio.

Agora eu vou passar a palavra para o Teonio Martins, Diretor de Gestão de Serviços Operacionais do TCU.

O SR. TEONIO WELLINGTON MARTINS (Para expor.) **–** Eu quero reafirmar, mais uma vez aqui, o papel do tribunal como indutor dessas políticas de sustentabilidade; o tribunal, como membro da Rede Legislativo Sustentável.

Agradeço a Senadora Leila pela oportunidade da a gente estar aqui mostrando o nosso trabalho.

A forma como o tribunal trata essa questão desde 2010...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TEONIO WELLINGTON MARTINS – ... os vários trabalhos que o tribunal vem fazendo para melhoria no que a gente consegue alcançar dentro da administração pública, não é? O tribunal tem competências ali dentro dos órgãos federais, e aí a gente procura, com os nossos trabalhos de fiscalização em cada área temática, induzir comportamentos que são recomendáveis dentro da administração pública.

E pegando a fala da Ilana, não ficamos com inveja, ficamos orgulhosos. A ideia do viveiro eu vou levar para o tribunal, para a gente começar a pensar alguma coisa ali também. O tribunal tem jardins enormes, tem a nossa escola também de administração, que também tem jardins. Então, vamos levar todas essas ideias que vieram daqui, replicar e tentar colocar, cada vez mais, a rede mais forte, mais sustentável e mais atuante dentro do cenário nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Grata, Dr. Teonio.

Eu vou passar agora a palavra para o Luiz Vicente Braga, Coordenador do EcoCâmara, o Serviço de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ VICENTE DA COSTA BRAGA (Para expor.) **–** Senadora, então, gostaria de agradecer o convite e parabenizá-la por sua atuação aqui na Comissão de Meio Ambiente, a Diretora-Geral Ilana.

Quero dizer que realmente também não estamos com inveja, estamos muito satisfeitos, porque é um trabalho cooperativo. Estamos caminhando para o nosso terceiro PGRS, então, já temos um caminho andado, sabemos como é difícil. E vou relembrar uma conversa que o Humberto perguntou para mim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, não sei o quê, como é que vai ser?". Eu falei: "Humberto, você quer a perfeição. Humberto, resíduo, isso é uma meta inalcançável, ainda mais nas cidades de que nós somos, somos de duas cidades aqui". A gente busca realmente sempre melhorar.

Então, está de parabéns o Senado Federal por sinalizar a importância do resíduo, que tem impactos ambientais, sociais e econômicos.

Parabéns, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Parabéns a todos vocês.

Bom, finalizamos, vamos finalizar essa sessão aqui.

Nada mais a haver a tratar, eu encerro.

Já vamos para o Plenário, mas, mais uma vez, eu quero agradecer e convidar, quando abrirmos, para visitação no Viveiro aqui do Senado Federal.

Uma salva de palmas para todos vocês. (*Palmas.*)

Grata! Muito obrigada!

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia e Magno Malta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A presidência comunica documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresenta e pela aprovação das Emendas nºs 14, 21, 41, 46, 50 e 52, pela rejeição das Emendas nºs 1-Plen, 3-Plen, 4-Plen, 5-Plen, 8-Plen, 9-Plen, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 42, 45, 48, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, e prejudicialidade das demais emendas por estarem contempladas total ou parcialmente nas emendas de relator. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1282, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência ao Plenário solicitado pela senadora Tereza Cristina. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 836, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1011, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.011 de 2023 com as Emendas 1-T e 2-T e mais uma que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.035295/2024-92-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/13

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 13 de setembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 45ª e 46ª Reuniões, realizadas em 29 e 30 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentadas à Comissão os seguintes documentos:

– Moção CBH Norte Pioneiro nº 1, do Comitê das Bacias dos Rios das Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e Paranapanema 2 – Norte Pioneiro, que sugere ao Relator da CMA, o Senador Nelsinho Trad, a exclusão dos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei 2.918, de 2021, por julgar que, se mantidos e aprovados, os dispositivos poderiam impactar adversamente as ações para a gestão de recursos hídricos naquelas bacias. O documento será anexado à matéria, nos termos do inciso II, §2º, do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal.

– Aviso nº 2 (nº 1.051, GP/TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.346, de 2023, que trata de relatório de autoria da implementação das medidas consignadas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.452/2018 referentes a auditorias constantes do Fiscobras 2016, que teve como objeto as obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexados às matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação.

O objetivo da nossa reunião de hoje é a deliberação de relatórios apresentados a esta Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiro, Presidente Leila do Vôlei, neste momento aqui, eu me sinto em uma igreja, como se eu estivesse me casando, porque tem Tereza Cristina, Heinze, Confúcio e você, então, eu só ouço "sim". O sim que eu quero de vocês é a compreensão para a inversão de pauta do meu relatório para um projeto de lei merecedor de aplausos em função, minha irmã, do dia de hoje. Hoje a nossa vida aqui é como a de Bolt. Eu acho que até vou superá-lo, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, eu submeto o pedido do Senador Kajuru.

Se todos concordarem com essa inversão de pauta... (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos a nossa reunião, Senador Kajuru, nós temos o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresenta e pela aprovação das Emendas nºs 14, 21, 41, 46, 50 e 52, pela rejeição das Emendas nºs 1-Plen, 3-Plen, 4-Plen,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5-Plen, 8-Plen, 9-Plen, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 42, 45, 48, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, e prejudicialidade das demais emendas por estarem contempladas total ou parcialmente nas emendas de relator.

Observações:

1. Em 14/11/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Até a publicação da pauta, foram apresentadas as emendas nº 1 a 10-PLEN; nº 47 e 55, perante a CRA; e outras 67 emendas, perante a CMA.

Eu gostaria de passar a palavra para o Senador rapidamente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadores e Senadoras, até nós solicitamos já, previamente, adiamento desse debate, porque acho que a Presidência da Casa cometeu um deslize – eu não sei a palavra que eu posso usar – ao colocar o mesmo projeto em duas Comissões simultâneas.

Com isso, esse projeto tem que ser muito bem discutido com a Relatora na Comissão de Agricultura, que é a Senadora Tereza Cristina, para que a gente possa fazer um afinamento mais, assim, dentro do possível e da conveniência, para que ele vá a Plenário mais fácil de ser analisado pelo Pleno. Indo divergente, isso pode deixar os Senadores em profunda dificuldade, e o nosso projeto pode ser rejeitado no todo ou em parte, o que seria um prejuízo muito grande depois de praticamente 20 anos de tramitação do projeto.

O projeto é necessário, a Lei Geral do Licenciamento é necessária e é aguardada com ansiedade há muitos anos, tanto por ambientalistas quanto também pelo setor produtivo brasileiro.

Então, nós estamos aí na fase praticamente final desse entendimento, e eu creio que, devido ao final de ano, é mais plausível que ele fique para fevereiro, para a gente poder, até lá, ter o tempo suficiente para fazer esses entendimentos, e, naquilo que for divergente, o Plenário vota em separado. Está bem?

Então, eu solicito o adiamento desse relatório para fevereiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Confúcio.

Eu fico muito tranquila, porque sei que o licenciamento, apesar da confusão, está em duas boas mãos, tanto do senhor quanto da Senadora Tereza Cristina. Tenho certeza de que ambos terão a capacidade de resolver esse impasse aí, para nós entregarmos esse projeto do licenciamento, tão importante, como o senhor já frisou aqui, para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já adianto que, de acordo com o Relator daqui, da CMA, o licenciamento ficará para fevereiro de 2024.

Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu só peço uma fineza ao Senador Confúcio Moura, que é o criador da escravidão na vida pública. Quando era Governador de Rondônia – aliás, o maior da história de lá –, ele reunia os assessores e as assessoras às 3h da madrugada. Que ele não faça isso com a Senadora Tereza Cristina, nas reuniões, chamando-a às 3h da madrugada. É só esse pedido público que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Tem dia que você acorda, não é? Quem conhece o Kajuru...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada, Senador Kajuru, por essa deferência, mas ele liga às 4h, viu? (*Risos.*)

Estou brincando, estou brincando.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, então vamos para o item 3, agradecendo a todos pela compreensão, os estão presentes aqui, principalmente, pela expectativa do licenciamento, mas agradeço também ao Senador Confúcio Moura e à Senadora Tereza.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 836, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo agora a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente desta importantíssima Comissão de Meio Ambiente, Leila do Vôlei, amiga e irmã há 30 anos e, sem nenhuma dúvida, próxima Governadora do Distrito Federal, porque aqui a gente não aguenta mais tanto "Inganeis".

Vamos direto à análise.

Primeiro, é um privilégio, sempre, ter o voto decisivo e relatar projeto de lei, sempre qualificado, do nosso querido capixaba Senador Fabiano Contarato.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes à proteção ambiental.

Sob a ótica dessa proteção, o projeto é meritório e alinha-se com as regras legais e constitucionais.

O PL tem o mérito principal de – e aqui destaco: i) instituir regras para a implementação de lastros minerário e ambiental na cadeia de produção e comércio de ouro; ii) restringir comercialização de ouro oriundo de terras indígenas e unidades de conservação; e iii) revogar dispositivos da Lei 12.844/2013 que favorecem a comercialização ilegal de ouro.

A partir de contribuições do Executivo, proponho um texto substitutivo que contempla e aperfeiçoa as regras do PL em análise. Ainda, o substitutivo adota regras do Projeto de Lei 3.025, apresentado pelo Executivo na Câmara dos Deputados.

Dentre os aperfeiçoamentos propostos, está o uso de termos utilizados pelos órgãos que cuidam dos processos minerários, evitando expressões novas. O objetivo, então, é evitar interpretações equivocadas e insegurança jurídica. Também retiro referências a pessoas físicas, com o objetivo de permitir que apenas pessoas jurídicas comercializem ouro, de modo a otimizar o monitoramento das transações.

Proponho, por fim, ainda, tornar obrigatória a exigência de emissão eletrônica da nota fiscal em operações de ouro, de modo a conferir maior controle a essas transações.

Considerando o exposto, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 836, de 2021, na forma do substitutivo apresentado.

Objetivamente, agradecidíssimo, Presidente Leila do Vôlei e amigos e amigas presentes nesta Comissão de Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1, da CMA (Substitutivo).

A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigada, Senador Kajuru. (*Pausa.*)

Nos próximos dois itens, o item 2 e o item 4, nós temos a relatoria do Senador Otto Alencar, que nós estamos aguardando... (*Pausa.*)

Ele já vai dar o retorno. Então, nós vamos interromper rapidamente aqui para aguardar o relatório. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1282, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

A relatoria *ad hoc* é da Senadora Tereza Cristina.

Eu concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, Relatora *ad hoc*, para leitura do seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Leila, Senadores aqui presentes.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa o Projeto de Lei (PL) 1.282, de 2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal) para permitir a construção, em área de preservação permanente (APP), de reservatórios para irrigação por meio de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada.

A proposição, que contém dois artigos, estabelece essa permissão por meio do seu art. 1º, que inclui novo parágrafo no art. 4º da mencionada lei para fazer nela constar a possibilidade de construção de reservatórios de irrigação em APP. O segundo artigo institui a cláusula de vigência.

Consoante entendimento do autor, há omissão na legislação atual sobre o tema, o que dificulta "a expansão das tecnologias ligadas à irrigação", razão pela qual se justifica a alteração proposta na lei.

A proposição foi distribuída inicialmente ao exame, em decisão terminativa, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que aprovou relatório do Senador Esperidião Amin, favorável ao projeto, com duas emendas. A primeira emenda teve por objetivo reparar a ementa da proposição para adequá-la à boa técnica legislativa, como preconizam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A ementa do projeto, em sua redação original, não explicita a que se presta a alteração promovida no Código Florestal.

A segunda emenda aprovada na CRA tem o objetivo de permitir a construção de reservatórios d'água para irrigação decorrente de barramento mediante o cumprimento de requisitos voltados à conservação ambiental, como a necessidade de outorga dos direitos de uso da água emitida pelo órgão competente e de que o projeto esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos. As modificações propostas foram viabilizadas por meio da inserção de §11 no art. 4º do Código Florestal, pois, após a aprovação da Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, o referido artigo passou a dispor do §10, que apresenta disposições diferentes daquelas pretendidas pelo art. 1º do projeto em análise.

Com a aprovação do Recurso nº 7, de 2022, cuja primeira signatária foi a Senadora Eliziane Gama, contudo, a matéria foi enviada para apreciação pelo Plenário, onde recebeu mais duas emendas, que foram rejeitadas pela CRA.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 359, de 2022, do Senador Jaques Wagner, o PL foi encaminhado à apreciação desta Comissão.

Análise.

Em atinência à distribuição da matéria e, entre outras, às disposições presentes nos incisos I e IV do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação do PL nº 1.282, de 2019, ocorre também nesta Comissão de Meio Ambiente.

No que diz respeito à análise dos aspectos formais do PL em tela, que já foram objeto de apreciação pela CRA, concordamos com o parecer daquela Comissão, ou seja, entendemos que a proposição é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materialmente constitucional e que dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente (art. 24, inciso VI, da Constituição Federal). Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não se verifica, outrossim, vício de juridicidade, exceto no tocante à técnica legislativa, que já foi objeto de adequado reparo pela CRA.

Em relação ao mérito, o texto inicial da proposição merece aprimoramentos, pois a admissão de intervenção em APP trazida pelo PL nº 1.282, de 2019, não faz qualquer tipo de restrição ou de condicionalidade à manifestação de órgãos ou entidades ambientais, contrariando o espírito de todo o Código Florestal.

Contudo, parte desse problema foi saneado pela CRA, pois o parecer daquela Comissão, nos termos do relatório do Senador Esperidião Amin, promoveu ajustes necessários para resguardar a conservação ambiental, quais sejam:

1. Admissão de intervenção em APP apenas para a construção de reservatórios para irrigação decorrentes de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada;

2. Condicionamento das autorizações de intervenções em APP a: a) adequação do projeto a práticas sustentáveis de manejo de solo e água em consonância com normas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e com planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos; b) licenciamento ambiental da obra; c) inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR); d) prévia emissão de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos pelo órgão gestor competente, conforme o art. 12 de Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

As Emendas nºs 4 e 5, de Plenário, a nosso ver, foram corretamente rejeitadas pela CRA, pois, como bem detalhado no parecer da Comissão, não ampliam a proteção ambiental e entram em conflito com outros dispositivos do Código Florestal. Assim, concordamos com o referido parecer no que toca a essas emendas.

Entendemos que o parecer da CRA aumenta a segurança hídrica com a possibilidade de construção de reservatórios mesmo que por meio de intervenções em APPs marginais a cursos hídricos. Isso possibilitará o acúmulo de água em períodos de abundância hídrica para uso em tempos de escassez, bem como o aumento da infiltração de água no lençol subterrâneo proporcionada pela existência de um reservatório. Destacamos como fundamentais as condições propostas no parecer para a construção dos reservatórios, de modo a evitar conflitos pelo uso dos recursos hídricos e a garantir sua viabilidade técnico-ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de o parecer da CRA ter melhorado muito a proposição, há necessidade de ampliar as condições para a construção dos reservatórios. O relatório do Senador Esperidião Amin, aprovado pela CRA, foi fortemente inspirado no relatório anteriormente apresentado pelo Senador Marcelo Castro, em 17 de julho de 2019. Isso, inclusive, está explícito no parecer da CRA, no qual o Relator observa que reproduz, em parte, o conteúdo do relatório de seu antecessor na relatoria da matéria, que não chegou a ser apreciado pela Comissão.

A atividade de irrigação deve ser conciliada com a proteção dos recursos naturais. Nem todas as propriedades podem se valer de reservação de água para irrigação. Havendo disponibilidade hídrica natural, a água pode ser captada no próprio curso d'água não alterado. A utilização de água reservada deve priorizar os reservatórios que comportam outros usos, de acordo com os fundamentos da PNRH estabelecida pela Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe, em seu art. 1º, inciso IV, que "a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas". Assim, devem ser priorizados projetos de irrigação que se utilizem de reservatórios de geração de energia elétrica, açudes públicos, entre outros, em detrimento de iniciativas individuais que, multiplicadas, geram impacto negativo significativo ao meio ambiente.

De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a irrigação é a atividade que mais consome água no país. No Brasil, em 2021, foram retirados da natureza 2.134,8 metros cúbicos por segundo de água, o que equivale a 67,32 trilhões de litros por ano. Só a irrigação captou 1.146,02 metros cúbicos por segundo, o que corresponde a 53,7% de toda a água retirada no Brasil.

Considerando o exposto e diante do impacto ambiental da construção de barramentos em APP para irrigação e da própria irrigação em si, foi oportuna a decisão de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, em atendimento ao Requerimento nº 359, de 2022, do Senador Jaques Wagner, para que se torne possível viabilizar o aprimoramento das condições para construção desses reservatórios.

Voto.

Em coerência com o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.282, de 2019, pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5-Plen e pela aprovação parcial das Emendas nºs 2 e 3-CRA, na forma da seguinte emenda substitutiva: Emenda da CMA (Substitutivo) ao Projeto de Lei 12.182, de 2019.

Esse é o voto. Deixe-me só voltar aqui...

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Tereza Cristina, Relatora *ad hoc* do Projeto de Lei 1.282, de 2019.

A matéria está em discussão.

Autor da matéria, Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Bom dia, Senadora Leila; bom dia, Senadora Tereza.

Quero inicialmente agradecer ao Senador Otto Alencar pelo trabalho que realizou com a sua assessoria, por ter aceitado relatar esse projeto quando conversamos com ele, Senadora Tereza, e também ao Claudio, do meu gabinete, que fez essa engenharia, e à Adriana Margutti, que é assessora da Liderança do Governo, que construíram em seis ou sete meses esse relatório.

Já tendo sido relatado, como V. Exa. falou, pelo Esperidião Amin, também avançou bastante na Comissão de Agricultura, e agora estamos arrematando.

Senadora Leila, a água, de que a Senadora Tereza fala, sobra no inverno e falta no verão. O que o pessoal faz no meu estado, Senadora Leila? Já nos anos 1900, alemães e italianos começaram a reservar água. Hoje deve ter mais de 12 mil pequenos reservatórios no Rio Grande Sul, que irrigam quase 2 milhões de hectares de arroz – foi como começou –, e hoje temos até soja e milho irrigados. É fundamental. Nós vivemos, nos últimos quatro anos, três secas. Tereza era Ministra quando começamos a tratar desse assunto, lá na região de Uruguaiana, naquela ocasião. E sobra água no inverno, quer dizer, armazena-se essa água para utilizá-la no verão. O mundo inteiro faz isso. É uma forma sustentável de fazer isso.

Com esses barramentos – o Rogério Porto é um geólogo e economista –, estamos fazendo um trabalho no Rio Grande Sul, Senadora Leila, só numa região, Missões e Noroeste, que a Senadora Tereza conhece, e já levantamos que, com os rios das bacias hidrográficas do Rio Butuí até o Rio Santo Cristo, conseguimos irrigar mais de 1 milhão de hectares. É água que sobra no inverno e falta no verão.

Isso é uma forma que qualquer estado brasileiro pode fazer, por isso é importante esse projeto, que a gente possa aprová-lo hoje aqui e, se a Casa ainda puder aprová-lo este ano, seria extremamente importante, não apenas para a agricultura: nós perenizamos cursos de rios. Em várias regiões do estado que eu conheço, os rios secam, ficam totalmente secos; segura-se água no inverno, e esse rio pereniza – rios totalmente secos. São vários casos que eu conheço no estado. Isso pode ser feito.

Então, faço só um agradecimento hoje a V. Exa. por ter pautado a matéria, à Senadora Tereza por ter relatado *ad hoc* essa matéria, e também ao Senador Otto, que construiu esse relatório.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senadora Tereza Cristina.

Obrigada, Senador Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Senadora Leila, nossa Presidente da Comissão, eu quero aqui expressar o meu reconhecimento e parabenizar o Senador Luis Carlos Heinze, porque desse assunto, Heinze, nós tratamos já há muitos anos, desde a Câmara, quando fomos Deputados Federais lá, e agora, aqui, passando pela Comissão de Agricultura, tendo como Relator o Senador Esperidião Amin e agora o Senador Otto Alencar. E, finalmente, chegamos a um consenso para essa importante matéria.

Ontem mesmo, Senadora Leila, eu fui à entrega de um prêmio de agricultura ao Pedro Lupion, e foi instituído um novo prêmio na CNA com o nome do nosso querido ex-Ministro Alysson Paulinelli, que nos deixou neste ano. E ele falava uma frase muito interessante: que a água doce que corre para o mar não volta mais e que a reservação dessas barragens é superimportante justamente para que, no período do verão, das águas, em que sobra água, a gente possa fazer essa reservação para usar no inverno, quando essa água muitas vezes é escassa.

E isso vai trazer a possibilidade também, que é muito importante para a agricultura brasileira, quando há utilização na agricultura – porque essas barragens podem servir também para a água de cidades, de municípios que têm problema –, da terceira safra, que poupa terra. Nós, em vez de estarmos desmatando, estamos utilizando a mesma área para fazer a terceira safra: a de inverno, a de verão e, depois, a irrigada num período intermediário. Então, em algumas localidades – isso não serve para todo o Brasil –, nós poderemos ter a terceira safra. Fora isso, nós também damos segurança de produção. No Rio Grande do Sul, houve três anos seguidos de seca. Se nós tivéssemos mais barragens podendo ser utilizadas, talvez tivéssemos mais irrigação e mais produção no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, enfim, onde a seca se estendeu pelos últimos três anos.

Então, é um projeto ganhador, um projeto que traz segurança para o meio ambiente, porque precisa de outorga, precisa saber a vazão do rio, se é possível ou se não é, mas traz uma alternativa a mais para a reservação de água, que é muito importante para o Brasil não só para a produção, mas para a produção principalmente.

Muito obrigada.

Parabéns, Heinze!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Ela falou em agradecimento e eu também vou agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Tereza, quando nós discutimos o Código Florestal, na Câmara e depois aqui no Senado, eu não consegui aprovar essa emenda na Câmara. E, aqui no Senado, o Senador Moka, conterrâneo da Senadora Tereza, fez uma engenharia e construiu com o Senador de Santa Catarina Luiz Henrique. E aí estava o Jorge, que era agrônomo e assessor dele, que hoje assessora a Senadora Ivete – o mesmo Jorge com quem ajudamos a construir. Então, ele acertou essa emenda que eu colocaria no Senado e que não consegui colocar na Câmara.

O Mendes Ribeiro, Deputado e meu amigo, era Ministro da Agricultura. A pedido da Ministra Izabella, ele disse: "Heinze, retira a tua emenda que a Presidente vai fazer um decreto". Não tem problema; acertei com o Luiz Henrique, retiramos a emenda. Foi quando votamos o Código Florestal. Só que, Leila, de 2012 até 2019, não saiu decreto nenhum. Aí eu apresentei o projeto em 2019, e estamos encerrando hoje. Parte da história, de 2012 a 2023.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, parabenizo todos pela resiliência e pela capacidade de dialogar. Acho que isso é importante, porque o Senador Otto também fez um belíssimo trabalho com a equipe dele, certamente, junto ao Governo. E agradeço a gentileza da Senadora Tereza por ter sido Relatora *ad hoc* do projeto. Então, parabenizo todos pelo feito.

Bom, não tendo mais ninguém que queira discutir a matéria, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 6, da CMA (Substitutivo), e a matéria agora vai ao Plenário.

Parabéns, Senador Carlos Heinze, Senador Otto Alencar, Relator, e Senadora Tereza, por ter sido hoje a Relatora *ad hoc*.

Obrigada.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Eu gostaria de fazer um requerimento para que essa matéria possa ir em regime de urgência a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Bom, o item 4, assim como o item 2, seriam relatados pelo Senador Otto Alencar. Como ele não está presente, nós vamos retirar da pauta o item 4.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1011, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.011 de 2023 com as Emendas 1-T e 2-T e mais uma que apresenta.

Observações:

1. Em 14/04/2023, foram apresentadas as emendas n°s 1-T e 2-T, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Vamos colocá-lo na pauta da próxima semana, que será nossa última reunião de 2023. (*Pausa.*)

Senadora Tereza, a senhora pediu o requerimento de urgência para votação em Plenário. Nós temos que fazer uma votação agora.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento de urgência para o Plenário do Projeto de Lei nº 1.282, de 2019, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senadora, depois encaminhe, por favor. O Airton está esperando aqui o requerimento.

Ontem foi finalizada a 28ª Conferência das Partes sobre a Mudança do Clima – como puderam acompanhar por diversas mídias, um evento complexo em diferentes aspectos –, eu volto com a certeza de que o Brasil é o país com maior potencial de sair na frente, nesse novo momento, em nível global. Somos um país pacífico, estamos retomando nosso protagonismo na agenda mundial e, somado às nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidades, somos um país com enorme potencial em apresentar ao mundo um novo modelo de desenvolvimento.

A realidade global é triste de ser encarada. A falta de clareza por parte de tomadores de decisão ao redor do mundo tem nos envolvido em um emaranhado de incoerências. Não acredito ser uma estratégia eficaz apenas apontarmos para o erro do outro; é exigida de nós sabedoria para filtrar as relações em cada grupo, cada país, entre cada um de nós. O Brasil sabe o que é estar dividido, e isso não nos ajudou. A busca pela união, para construir um futuro possível, exige um olhar sincero às nossas incoerências.

Diante de um futuro bastante difícil que nos aguarda, o que é possível fazermos hoje para reduzirmos o sofrimento que infelizmente já nos atinge? Sabemos que há muito a ser feito. Conseguimos reduzir o desmatamento na Amazônia, mas perdemos certo controle sobre o desmatamento no Cerrado; estamos investindo novamente em tecnologias verdes, mas ainda dependendo de antigos motores para a nossa economia. São incoerências que devem ser encaradas, mas não é impossível essa transformação se tivermos claro o futuro que queremos.

Acredito que precisamos olhar a realidade que nos é imposta sem deixar de seguir lutando para construir uma sociedade inclusiva, centrada no bem-estar, na igualdade e no respeito mútuo. Volto dessa COP com um olhar mais atento, absolutamente atento, realista e preocupado, mas cabe a mim colocar, em meu trabalho, no meu dia a dia, a mesma esperança que levei para Dubai.

Finalizo saudando o eterno líder Chico Mendes, que completaria 79 anos na próxima semana, dia 15 de dezembro. Seu legado pela luta dos povos da floresta, o reconhecimento desse território para a vida de milhões de famílias e para o mundo segue vivo nos dias de hoje. Que sigamos assim: realistas, mas com esperança de um Brasil mais justo e sustentável!

Quero agradecer à Senadora Tereza Cristina e a todos os Senadores que estiveram conosco nesta rápida, mas importante reunião da Comissão de Meio Ambiente, agradecendo a participação de todos, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão, porque esta quarta-feira será bem agitada na Casa.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Cleitinho, Paulo Paim, Wilder Morais e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CSP ao PPA 2024-2027**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao projeto do PPA 2024-2027 (PLN 28/2023), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". Relator: Senador Sérgio Petecão (Presidente). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à apresentação das 3 (três) emendas de objetivo ao projeto do PPA 2024-2027 a seguir detalhadas. Emendas: Número: 50390001 | Ementa: Enfrentamento à criminalidade | Meta (Un. Medida): 335; Número: 50390002 | Ementa: Programa de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública | Meta (Un. Medida): 415; Número: 50390003 | Ementa: Programa de Segurança Cidadã e a Cultura de Paz | Meta (Un. Medida): 113. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 1-CDH-CSP e 2-CDH-CSP, contrário à emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2581, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 3 a 16-CAE, e contrário às emendas nºs 1-T e 2-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às emendas nºs 3 a 16-CAE-CSP, e contrário às emendas nºs 1-T e 2-T. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1568, de 2019 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar o feminicídio crime autônomo, aumentar a sua pena, tornar mais rígida a progressão de regime e vedar a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 499, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para os crimes que antecedem o feminicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4230, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como causa especial de aumento de pena para o crime de feminicídio a circunstância de ser a vítima mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou, qualquer que seja a sua idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pelo acolhimento dos Projetos de Lei nºs 1568 e 4230, ambos de 2019; 499, de 2020; e das emendas nºs 1 e 2, na forma da emenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 1568 de 2019. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pelo acolhimento dos Projetos de Lei nºs 1568 e 4230, ambos de 2019; 499, de 2020; e das emendas nºs 1 e 2, na forma da emenda nº 3-CSP, substitutiva, oferecida ao Projeto de Lei nº 1568 de 2019. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 57, de 2023** que: "Requer seja convidado o Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a recepção, dentro das dependências do Palácio do Ministério da Justiça, da Senhora Luciane Barbosa Farias, integrante do Comando Vermelho, por duas vezes durante este ano." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 58, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os objetivos do Plano da Amazônia visando o combate a crimes ambientais e de outros tipos, além da promoção da preservação local com ações de segurança pública que observem as necessidades e especificidades dos estados da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 4224, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ. **Resultado:** Incluído como extrapauta, colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às emendas nºs 2-CCJ-CSP e 3-CCJ-CSP. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 59, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravíssima situação dos presos do dia 08 de janeiro, que culminou no falecimento do senhor Cleriston Pereira da Cunha." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Incluído como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrapauta, colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 60, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4224/2021, que "institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Incluído como extrapauta, colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é composta por duas partes. A primeira parte tem como objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas na CMO ao PPA de 2024-2027 (PLN 28, de 2023); a segunda parte destina-se à deliberação dos demais itens constantes na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que registrada a presença pessoalmente na Casa do Povo. (*Pausa.*)

Deliberação para a escolha das emendas, nesta Comissão, ao PPA de 2024-2027.

As emendas a serem escolhidas pela Comissão de Segurança Pública foram apresentadas: oito emendas ao PPA, sendo cinco de investimento plurianual e três de objetivo específico do programa.

Nos termos da Resolução 1, de 2006, cada Comissão Permanente poderá apresentar até três emendas, englobando as do programa, as de investimento plurianual e as de objetivo específico do programa. Já as emendas ao texto do PPA de 2024-2027 não possuem limitações quanto à quantidade.

Não foram apresentadas sugestões de emendas ao texto.

Como sou Relator desta matéria, passo, agora, a Presidência para o nosso querido Vice-Presidente Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Deus e saúde a todos os presentes e a todas, especialmente aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Vale a pena registrar, pela nossa convivência absolutamente respeitosa e amigável, que, Presidente Sérgio Petecão desta importantíssima Comissão de Segurança Pública, todos aqui estão alegres, pois sabemos o que o senhor passou. Foi uma pneumonia terrível, e, felizmente, o senhor confirmou que é uma máquina, que está pronto e que certamente morrerá no Acre aos 120 anos de parto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Só isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, você quer viver mais? Ou você quer morrer de parto? (*Risos.*)

Mas parabéns pela recuperação.

Eu concedo, então, a palavra ao Relator, Senador Sérgio Petecão.

A matéria, daqui a pouco, estará em discussão.

Vamos ao relatório por fineza, Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Relatório. O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 31/08/2023, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2024-2027, Projeto de Lei nº 28, de 2023, que foi encaminhado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006, a CMO fixou o prazo de 22/11/2023 a 28/11/2023 para apresentação de emendas ao PLPPA.

A Resolução nº 1, de 2006, no art. 99, atribui ao Parecer Preliminar dispor sobre apresentação e apreciação de emendas individuais e coletivas ao projeto de PPA. O Relator da matéria propôs, como regras de emendamento, o quantitativo de três emendas à despesa por autor (individual, comissão e bancada estadual), sem limitação para emendas de texto à proposta.

Nos termos da art. 100 da resolução supramencionada, aplicam-se, no que couber, às emendas às ações orçamentárias do Plano Plurianual as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de Lei Orçamentária Anual. Devem, portanto, possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006.

Importa consignar que as indicações de Emendas 1, 2, 3, 4, 5 e 8 atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito atendido é de apresentar interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando à região ou localidade específica.

Ficam, portanto, as indicações das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 8 admitidas. As demais indicações (6 e 7) carecem de relação estrita com as competências da Comissão de Segurança Pública e ficam, consequentemente, inadmitidas. Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito.

Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos Órgãos afins às competências desta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, das seguintes indicações de emendas à despesa, conforme o anexo quadro de detalhamento:

> a) No âmbito do Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania, a Emenda nº 1, para o Objetivo Específico 0117 – Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira [...] – Ministério da Justiça e Segurança Pública com meta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta de 83% em 2024, 84% em 2025, 84% em 2026 e 84% em 2027 para o indicador Índice de Solução de inquéritos (na regionalização, no Amazonas, 85% em 2025, 85% em 2026 e 85% em 2027 [...], com indicações do Senador Omar Aziz (indicação de Emenda nº 1).

b) No âmbito do Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania, a Emenda nº 2, para o Objetivo Específico 0421 – Fortalecer a valorização profissional e melhorar a qualidade de vida e a condição de saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública [...] – Ministério da Justiça e Segurança Pública com meta proposta de 119 unidades em 2024, 104 unidades em 2025, 98 unidades em 2026 e 94 unidades em 2027 para o indicador Quantidade de registro de suicídios de profissionais de segurança pública, com indicação do Senador Omar Aziz [...].

c) No âmbito do Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania, a Emenda nº 3, para o Objetivo Específico [...] – Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis [...] – Ministério da Justiça [...], com meta proposta de [...] [indicar] Índice de percepção do risco de vitimização, com indicação da Senadora [...] Dorinha [...] (indicação de Emenda nº 5).

Lembramos, ainda, que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Lido, Sr. Presidente.

É isso!

São três emendas: duas do Senador Omar Aziz e uma da Senadora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito!

Lido o relatório do Senador Sérgio Petecão, Presidente desta Comissão de Segurança Pública, como sempre bem apresentado, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e a coloco em votação depois do relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovada a escolha das emendas da Comissão de Segurança Pública a serem apresentadas à CMO, a Comissão Mista de Orçamento.

Devolvo a Presidência da Comissão ao querido Senador Sérgio Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, parabenizo V. Exa. por essa importante formalização das emendas ao Orçamento na parte da segurança pública. Todos os estados, sem exceção, sofrem com esse problema. No Rio de Janeiro, em específico, apesar até, Senador Kajuru, de os índices de criminalidade terem melhorado recentemente, a sensação de insegurança é muito grande e, obviamente, exige-se uma resposta tanto do Judiciário, que é uma parte direta nisso, mas também de nós, Legisladores.

E aí, Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção de V. Exa., Senador Petecão, porque a gente está, há alguns meses, aguardando ver a inclusão em pauta do Projeto n° 2.253, de 2022, que trata das "saidinhas", e eu, pessoalmente, estou sendo bastante cobrado por ser o Relator dessa matéria e não ter força, não ter moral com o Presidente para pautar um projeto de que eu sou Relator e que é de extrema importância. Nós fizemos, inclusive, com a aquiescência de V. Exa., alguns acordos para que esse projeto tivesse a discussão necessária, a instrução necessária aqui, na Comissão de Segurança Pública. Fizemos, inclusive, audiência pública para tratar desse projeto de lei, com o compromisso de que, assim que houvesse a audiência pública, imediatamente seria votado aqui, na Comissão, o projeto. Infelizmente, teve um Senador que quebrou esse acordo, dizendo que não tinha participado do acordo, e pediu a retirada de pauta do projeto que V. Exa. havia pautado após a audiência pública.

Então, eu queria saber de V. Exa. se não é possível incluirmos extrapauta esse projeto hoje, para que a gente vote, de uma vez por todas. Se a Comissão for contrária, nós votamos contrário; se a Comissão for a favor, votamos a favor. E isso vai ainda ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para saber se pauta ou não isso em Plenário, um projeto que já veio da Câmara bastante discutido.

Então, eu queria pedir a V. Exa. a possibilidade de pautar extrapauta esse Projeto de Lei n° 2.253, de 2022, na reunião de hoje, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também queria, pela ordem, aproveitando aqui o ensejo, pedir... Eu estou há mais de um mês, há mais de um mês... Eu tenho o maior respeito por V. Exa., eu o conheço antes de chegar aqui ao Senado Federal, pelas causas que eu abraço, mas para pautar um requerimento para votar? Estou há mais de um mês tentando colocar requerimento!

Eu queria lhe pedir para colocar hoje. É um requerimento, é algo simples, para a gente fazer audiência pública. Nós temos aqui... Vou pegar aqui o mais antigo: para convidar – ainda coloquei "convidar", para não ter que ficar mudando e tal – o Sr. Alexandre Rocha Santos Padilha, sobre a história

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Hamas, do terrorismo; o Sr. Silvio Almeida, Ministro de Estado, para comparecer a esta Comissão, também, como envolve segurança, sobre o grupo terrorista Hamas, o silêncio dele.

E o caso que abalou o país, que ainda abala, desde a semana passada, e que gerou uma movimentação gigantesca na Avenida Paulista, um clamor legítimo da população sobre a morte de um brasileiro, primeira vítima da ditadura da toga neste país, que não teve seus direitos respeitados, os seus advogados não tiveram acesso aos autos, que estava, há dois meses e meio – dois meses e meio –, com pedido de soltura pela PGR, não foi solto e morreu. As filhas dele, a esposa, o choro dessas pessoas é o choro de milhões de brasileiros. E eu fiz um pedido aqui para a gente fazer uma audiência pública para ver quem mais está nessa situação. O que aconteceu com esse rapaz é o que vai precisar acontecer de novo com outro? Só isto: respeito aos direitos humanos.

Então, nós fizemos aqui o pedido para ouvir o Sr. Alexandre de Moraes; o Sr. Flávio Dino; o Sr. Silvio Almeida; o Sr. Carlos Frederico Santos, Subprocurador-Geral da República; o Sr. Fernando Mauro Junior, Defensor Público-Geral da União; o Sr. Celestino Chupel, Defensor Público; o Sr. Beto Simonetti, Presidente da OAB; o Sr. Wenderson Souza e Teles, Secretário de Estado de Administração Penitenciária; a Sra. Leila Cury, Juíza de Direito; o Sr. Tiago Felix de Sousa, Diretor-Geral do Centro de Detenção Provisória; o Sr. Bruno Azevedo de Souza, advogado; a Sra. Gabriela Ritter, que também é advogada e Presidente da Associação dos Presos; o Sr. Ezequiel, advogado também; o Sr. Frederico Pessoa, médico; e o Chefe do Pátio do Bloco 1 do Centro de Detenção Provisória.

Se a gente não puder, Sr. Presidente, fazer nesta Comissão um debate de uma gravidade que a gente está tendo aqui e ver o que está acontecendo com esses presos políticos no Brasil... Por que não estão tendo os seus direitos respeitados? Por que não têm o devido processo legal? Se esta Comissão não puder fazer isso...

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Girão, apenas, querido amigo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só para eu responder aqui. Eu tenho que responder o Flávio e, depois, o Girão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, só rapidinho. Desculpe-me.

Só para esclarecer, amigo Girão, querido, você citou aí, e o pedido seu é Alexandre Padilha ou Alexandre de Moraes?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – São três. São três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, eu digo em relação ao Alexandre. Qual? É o Padilha ou o Moraes?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Os dois Alexandres.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, são os dois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São os dois Alexandres, um é por convite. (*Fora do microfone.*) Só respondendo aqui, no microfone, são três requerimentos, e são dois Alexandres, em diferentes situações: um, Alexandre Padilha, e o outro, Alexandre de Moraes, que é o Relator do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos ouvir o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente, eu quero endossar principalmente o pedido do Senador Flávio, porque eu também tenho sido cobrado sobre esse projeto dia sim, dia não – quer dizer, dia sim, dia também, para falar a verdade –, e ele ainda vai para a CCJ. Então, vai ter ainda uma nova rodada de discussão.

É um projeto importante. Há um declínio, infelizmente, das políticas de segurança pública, e esse é um projeto que já foi aprovado na Câmara, então, se aprovado aqui no Senado, tem um efeito positivo e imediato. Eu quero endossar, em particular, esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olha, eu não sou especialista na área. A autoridade que nós temos aqui é um juiz. Eu confesso a vocês que, quando esse pedido chegou aqui, eu achei que não havia nenhum problema, que nós íamos pautar, como sempre fiz aqui, o mais rápido possível, só que, as consequências dessa sua proposta...

Depois, algumas entidades nos procuraram, porque, quando você fala de saidinha, é normal, não é? Nós três: "Eu sou contra a saidinha!". Só que, nessa saidinha, saem pessoas que estão se recuperando, pessoas que estão trabalhando, pessoas que estão em processo de recomposição com a sociedade. Nós não estamos falando só de bandido de alta periculosidade! Ao acabar com as saidinhas do presídio, nós estamos acabando com tudo! E o senhor, como juiz, lógico, conhece muito mais do que eu...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – São só saídas temporárias em feriados. Não impede de sair para trabalhar ou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o mérito do projeto também. V. Exa. pode ser contra o projeto, mas pautar o projeto aqui na...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não sou contra! Até porque eu não voto aqui... Eu não sou contra. O problema é que o projeto é complexo.

Eu pedi alguns pareceres, e algumas entidades estão preocupadas com as consequências desse projeto.

V. Exa. tem toda razão em botar o projeto para ser pautado. Quem sou eu para entrar no mérito? Agora, as consequências do seu projeto é que são assustadoras.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É bom só esclarecer, Presidente, que o teor do projeto é para proibir saídas temporárias em feriados, não impede o preso em semiaberto de sair ao trabalho, tendo trabalho, ou sair para estudo, tendo estudo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois é, o que a gente está querendo é encontrar um meio termo que não prejudique as pessoas que estão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para esclarecer V. Exa., toda semana, semana sim, semana também, há casos de presos perigosos que saem, temporariamente, e cometem crimes no mesmo dia!

Recentemente, no Rio, um turista foi esfaqueado por alguém que tinha acabado de ser liberado em uma saída dessa ou em uma audiência de custódia, não sei de cabeça agora. Então, tem uma parte da população que tem todo o interesse em restringir isso. A gente tem um mecanismo, agora...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas ninguém é a favor disso!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o projeto o projeto, infelizmente, não é meu. Eu poderia ser o autor facilmente. Veio da Câmara, eu sou apenas o Relator, mas, agora, qualquer Senador que discorde, faça emendas. Como o Senador Moro disse, esse projeto sai daqui, ainda vai para a CCJ, ainda vai para Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A ideia, Senador Flávio, é que nós possamos, com muita maturidade e com muita responsabilidade, encontrar um meio termo aí, e que nós não prejudiquemos... Porque eu estou lhe falando que recebi aqui muitas entidades, que vieram aqui e nos procuraram na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei que o projeto era tranquilo, confesso a você. Vou pautar, vou votar... É mesma coisa deste projeto aqui em que ele quer discutir a guerra do Hamas com o Israel aqui nesta Comissão... Não dá! Aí não tem jeito, irmão!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou só dando um exemplo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, a regra da boa convivência é o respeito. Só...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só estou dando um exemplo. A palavra ainda está com o Flávio, depois, eu vou voltar para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, para concluir! Depois, o Senador Girão faz uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em primeiro lugar, mais uma vez, eu, como Relator, o senhor está me desrespeitando como Relator. Se eu acredito que o projeto está pronto, está instruído para ser votado, e já apresentei o relatório, o Presidente – óbvio – é quem tem a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – De pautar ou não pautar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e eu não estou sendo irresponsável, não. Pelo contrário, eu estou pensando nas vidas das famílias das vítimas, que nem estão mais aqui para falar, porque já foram vítimas disso, desses marginais, que infelizmente são uma parcela considerável – não é uma parcela desconsiderável – que não retorna para os presídios após receber esse benefício de saidinha durante os feriados, como colocou o Senador Moro; e a gente fala aqui por uma parcela da população.

Então, se, do meu ponto de vista, o projeto está pronto, está instruído para ser pautado, não vejo por que V. Exa. não pautar; e vamos aprimorá-lo com emenda, não é segurando o projeto, não é não pautando o projeto, que, inclusive, já teve acordo para ser pautado após a audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então bote para votar, Presidente, o meu pedido é esse; e, mais uma vez, passe por outras Comissões, passe pelo Plenário.

Com relação aos requerimentos, o Senador Girão não está querendo saber sobre pautar a guerra do Hamas contra Israel aqui, ele está cobrando a postura das pessoas públicas do atual Governo, que nada fizeram ou que se posicionaram de forma errada, a favor de terroristas. É uma pauta legítima de um agente político eleito aqui, como qualquer um de nós, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria complementar o que o Senador Flávio Bolsonaro falou.

Em primeiro lugar, essa pauta que ele está pedindo, esse projeto de lei da saidinha que ele está pedindo já entrou na pauta algumas vezes. Entrou na pauta.

As mesmas pessoas que o senhor recebeu, essas entidades de direitos humanos, inclusive, eu recebi no gabinete também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Documento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso, isso, perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas espere, deixe só eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vá lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um direito que ele tem, de colocar o projeto dele, que estava, inclusive, pautado; que tem emenda para ser oferecida; que teve audiência pública.

Teve audiência pública, já!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, quer dizer, é só pautar para votar no voto: ganha no voto, perde no voto, vai para outras Comissões.

Eu lhe peço, porque esse tipo de situação fica feio. Fica feio para uma Comissão que está fazendo um trabalho bacana desde o começo em que o senhor assumiu aqui. O senhor já conseguiu adiantar vários projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando se segura...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... um projeto de lei em requerimento, é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... nós não estamos segurando. Nós estamos tentando encontrar um mecanismo, um entendimento que não prejudique o projeto dele, mas em que nós possamos...

Olhe, nós recebemos todos os dias aqui documentos. Então, é complexo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É complexo – é complexo. Então, eu não posso tratar isso como um projeto normal. Nós temos que tratar com o tamanho da responsabilidade que o projeto pede.

Não tem nenhum problema. Na hora em que nós... Eu pedi a alguns pareceres, para que se possa até ajudar você. Eu, sinceramente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, com todo o respeito, o senhor está pedindo pareceres de entidades que são da extrema esquerda e que jamais vão concordar com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Que esquerda, homem de Deus? Eu estou acabando de dizer aqui: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Tem alguém, tem algum órgão que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso aqui é de esquerda? Isso aqui é de direita?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na audiência pública, essas entidades estiveram presentes, e não eram a favor. Outras...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso aqui é de esquerda, de direita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Outras... Se eu convidar entidades ligadas às polícias, vão falar a favor do projeto. Quer dizer, cada um tem uma percepção de como se enfrenta esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois é, e por que é que nós...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é mérito.

É para o Presidente pautar, acabou. O Relator instruiu o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vou pautar, Flávio, no momento em que nós acharmos...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E se não tiver consenso? Não vota nunca?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... que eu tenha a consciência de que eu estou fazendo uma coisa correta, 100% correta, entendeu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você está falando que eu estou sendo incorreto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou falando "eu".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está me chamando de irresponsável...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... por querer pautar um projeto que, para mim, está maduro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em momento algum eu lhe chamei ... Eu estou falando que eu só vou pautar quando eu tiver segurança de que estou votando uma matéria que não vai trazer prejuízos ao meu país.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, isso não está no seu poder, isso também de decidir se o projeto é bom ou se é ruim. É um Parlamento, é um Colegiado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei, irmão. Mas eu, como Presidente, tenho que ter a responsabilidade de pelo menos ter a segurança... Por exemplo, ele, com toda a razão... Esse projeto que trata sobre a morte nós vamos pautar hoje. Não pautamos semana passada porque eu não estava aqui.

Agora, esse que trata do debate do Hamas, nós temos uma Comissão de Relações Exteriores. Aqui não é...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas não é questão de relações exteriores. É porque são...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – São o quê?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Ministros de Estado que estão simplesmente silenciando sobre casos gravíssimos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Interferindo na guerra do Hamas, é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é questão de interferir, é a questão da posição desses ministros, do Governo brasileiro, sobre a questão que envolve...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, aí não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quando você tem, Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Flávio, você está coberto de razão. Você cobrar esta Presidência, você está coberto de razão. Eu estou pedindo de você um tempo necessário para que a gente possa... Eu, não é nem você. Você está com a opinião formada, e está corretíssimo. Você está no seu papel. Eu estou discutindo com algumas entidades aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor poderia dar um prazo? Porque se não chegar a um consenso, não vai pautar nunca o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, uma hora nós vamos pautá-lo, porque eu quero estar com a minha consciência tranquila, só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, vamos lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quando os Ministros de Estado se calam sobre a gravidade do ataque terrorista do Hamas, sabe o que pode acontecer para o Brasil? Sabe o que pode acontecer? Pode acontecer aqui ataque terrorista.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A contaminação aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isto é uma Comissão de Segurança Pública ou não? Quando os bons se calam, os maus agem. É isso que acontece.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Foi preso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já teve prisão aqui, bem lembrado pelo Senador Flávio. Já teve prisão de ataque terrorista aqui. Inclusive está aqui justificado, Sr. Presidente. Está aqui justificado, exatamente. Olha o que está escrito aqui no requerimento: proponho...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não ia nem ler o que está aqui. O senhor vai ler e eu vou ler o que está aqui. O senhor quer que leia, então vou ler.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Proponho essa audiência pública aqui na Comissão de Segurança pois, segundo o art. 104, inciso I, alínea "o", é de sua competência – abre aspas – "cooperação técnica internacional em matéria de segurança pública, compartilhamento de informações processuais e adesão a acordos internacionais sobre esses temas, ressalvada a competência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional".

Como bem lembrou o Senador Flávio agora – não sei se o senhor ouviu, porque o senhor estava conversando com o secretário –, teve prisão no Brasil.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está tendo contaminação aqui no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está tendo contaminação aqui no Brasil, já teve prisão de terrorista aqui com coisa de ataque, querendo fazer ataque. Então, esses três requerimentos nossos são requerimentos plenamente aceitáveis. Agora, se o senhor não quer marcar semana que vem, tudo bem, eu entendo, tem outras pautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas é importante que a gente aprove, que a gente marque. Só isso que eu lhe pedi.

E eu como Senador, quero dizer: eu também me sinto desrespeitado, como o Senador Flávio, por esse projeto dele, por essa Relatoria dele. Senador Petecão, o senhor já foi Presidente de várias Comissões aqui no Senado, antes de a gente chegar aqui. Mas eu vejo que é papel de um Presidente colocar para votar, entendeu? É questão da democracia. O Colegiado aqui, o Plenário é soberano. Essa matéria dele já está há meses aqui, de saidinha, já recebemos gente no gabinete, já teve emenda, já teve audiência pública e tudo. Queria só reforçar, para a gente não dar sequência a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Deixe-me ler aqui para o senhor. Com relação...

Excelência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Saudade de você.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A recíproca é verdadeira.

Com relação ao questionamento do Senador Eduardo Girão, esclareço que, nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal, compete às Comissões, em razão de matéria de sua competência, realizar audiências públicas, entre outras atribuições.

Cabe ao Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, estabelecer as competências de suas Comissões técnicas. Não há amparo, no art. 104, que trata das competências da Comissão de Segurança Pública, se debruçar, debater...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... se debruçar, debater ou opinar sobre os assuntos tratados no requerimento, com a presença de ministros de Estado cuja pasta não tem pertinência temática com as atribuições da Comissão.

Seguramente outro colegiado guarda maior pertinência com o referido assunto, local onde o debate pode ser feito, com a presença do ministro de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto e fundado nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui ao Presidente do colegiado a competência de organizar e dirigir os trabalhos do colegiado, deixo de incluir o requerimento na pauta desta Comissão, por conta dos termos aqui levantados.

Eu, quando discutia aqui com minha assessoria, a Comissão de Relação Exteriores tem tudo a ver com o seu debate. O assunto que V. Exa. traz a esta Comissão, eu penso que não tem nada a ver, até para esta Comissão não ser ridicularizada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito pelo contrário, ela é ridicularizada se ela não pautar isso, porque vai mostrar que está querendo blindar alguém.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Blindar quem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Os ministros.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Blindar quem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ministro, para não vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Blindar quem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque o senhor soube que houve tentativa de ataque terrorista no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se o senhor tem tanto interesse, por que o senhor não apresenta lá na Comissão de Relações Exteriores?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque é aqui que a gente tem que debater isso, Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Houve uma tentativa de ataque terrorista no Brasil. Aqui não é a Comissão de Segurança Pública?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas onde foi essa tentativa de ataque terrorista?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Teve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou ler para V. Exa. aqui, olha, *Folha de S.Paulo*...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi esse do dia 8?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Polícia Federal prende dois suspeitos de ligação com o Hezbollah no Brasil por plano de ataque a judeus em consequência do que está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas ele está falando de uma tentativa de...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas isso gera óbvias consequências à segurança pública. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não foi sobre aquele negócio do ônibus, em que botaram bombas ali no aeroporto e aquilo?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Presidente, aqui, olha. Eu não trago a *Folha de S.Paulo*, porque não consigo ter acesso à matéria na imprensa para ler para V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, o senhor está à frente de uma Comissão muito importante. Segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu tenho procurado tratar isso aqui, até para não ser ridicularizado, com muita responsabilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E se tem alguém que fez com que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pior do que ser ridicularizado é ser desmoralizado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se teve alguém aqui que realizou mais audiência pública nesta Comissão do que V. Exa., não teve ninguém. O senhor é o campeão. Então...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso, e que já esclareceu muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor é o campeão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E já ajudou muito o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... de audiência pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, se ajudou o Brasil ou deixou de ajudar... Agora, eu não posso é ser pautado, eu com o Presidente... Até porque as consequências não vão para o senhor, não, as consequências vêm para mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Consequências de que, Sr. Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, o senhor está desempenhando o seu papel de Presidente de Comissão temática.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor sabe o que é ridicularizar? É eu pautar uma matéria aqui que não tem nada a ver com...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu estou demonstrando que tem a ver...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E eu estou lhe mostrando aqui que não tem nada a ver.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois olhe, olhe só esse aqui que eu estou colocando. Só esse, o último trecho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, eu estou aqui...

Eu estou dizendo para o senhor que vou pautar esse lá do presídio. E agora, vou ler mais uma vez: deixo de incluir o requerimento na pauta desta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria pedir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o Requerimento nº 48 e o Requerimento nº 50.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu, Senador Flávio, nós vamos... Eu lhe peço que o senhor me dê mais um pouquinho, porque eu pedi que fizessem algum estudo, até para que a gente possa fazer um debate aqui de alto nível. Porque eu não tenho segurança de que a sua proposta poderá ajudar. O senhor tem uma opinião formada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, é só... V. Exa. coloca de público porque, assim, quem vier cobrar de mim a votação desse projeto... O senhor está assumindo a responsabilidade pela não inclusão da pauta.

É só para concluir aqui, Presidente, é só para ler para V. Exa. como tem a ver. Não tem nenhum interesse aqui em ter embate com V. Exa. ou de induzi-lo a errar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é isso, tem que ter embate.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que V. Exa. está sendo induzido a erro pela sua assessoria.

Segundo a PF, a Operação Trapiche tem o objetivo de, abro aspas, "interromper atos preparatórios de terrorismo e obter provas de possível recrutamento de brasileiros para a prática de atos extremista no país". Tem tudo a ver com segurança pública, mas o senhor acha que não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o que o Senador Girão disse foi que houve um atentado terrorista no país.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Houve uma tentativa. A gente viu grupos se articulando para fazer a tentativa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É isso que não pode, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você criar... Eu não aceito isso de V. Exa. O senhor acabou de dizer que houve uma tentativa de terrorismo. Não é verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Grupos se articulando.

Se acontecer um atentado, Sr. Presidente, se acontecer um atentado, a gente não pode ser responsável por isso. Se a gente pode fazer uma audiência para ouvir um Ministro que fica calado perante o Hamas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se o senhor tem problema com o Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não tenho problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor está levando para o lado pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Que pessoal. O senhor não vai usar esta Comissão para tentar tirar proveito próprio. Isso aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso aí o senhor pode esquecer. Porque todas as vezes, todas as vezes, que V. Exa.... O senhor fez audiências aqui do jeito que o senhor quis. Agora, tudo tem limite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sempre republicano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tudo tem limite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu queria recorrer ao Plenário da decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas ele não está nem na pauta ainda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor acabou de negar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Hã?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor acabou de negar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um só, Girão, pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu quero recorrer ao Plenário desse que o senhor negou.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele negou um só, que é totalmente politiqueiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós não vamos pautar. Agora, o senhor tem um requerimento aqui que tem tudo a ver com esta Comissão e nós vamos pautar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questãozinha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Em relação ao PL das saídas temporárias, eu pediria a V. Exa., se possível, para assumir um compromisso, então, de pautar este ano ainda, para que a gente possa deliberar. É esse PL do Senador Flávio, das saídas temporárias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É aquilo que eu falei. Acabei de falar para ele...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, mas é para a gente votar este ano ainda, para...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós estamos fazendo um estudo aqui para... Se for possível, não tem nenhum problema de pautarmos este ano.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma data só, Presidente, para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu não tenho data, porque... O senhor vê que aqui, se deixar uma brecha... Para que eu não seja desmoralizado.

Podemos fazer na próxima semana.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas só colocar um ponto, Presidente.

Na audiência pública, a gente esteve presente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olha, esse documento aqui é novinho, acabou de chegar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Dois secretários de segurança pública. E esse é um projeto também demandado pelos secretários de segurança pública tanto da Região Sul como da Sudeste.

Então, não é algo, assim, tresloucado. Só quero lhe colocar... Pode ter opiniões divergentes, mas não é algo assim, tresloucado, que está sendo proposto. Tanto que foi aprovado com larga margem na Câmara dos Deputados.

Eu pediria apenas a V. Exa., se possível, para nós votarmos ainda este ano.

Tudo bem dar o tempo ao estudo, mas nós temos ainda algumas sessões até o final do ano e acho que seria oportuno nós nos debruçarmos sobre isso, sem prejuízo de continuidade desse debate na CCJ ou no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu acho...

Presidente, eu acho a proposta do Senador Sergio Moro mais plausível, até porque o Senador Flávio sabe do respeito que eu tenho pelo relatório dele. Apresentei uma emenda, inclusive, ao senhor.

Agora, com todo o respeito, Girão, os seus demais requerimentos têm que ser colocados em pauta, mas o seu primeiro, me perdoe, o seu primeiro é 100% politiqueiro. Não é desta Comissão. É das Relações Exteriores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não diga isso, Senador!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu digo com independência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Kajuru, o senhor não está sendo justo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jaques Wagner, o senhor pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não está sendo correto com o seu colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor pediu a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estou sendo colega – colega.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho que a gente precisa ter respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é colega, é amigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você é meu amigo, meu irmão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, irmão, mas você...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E esse tipo de colocação não é correta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O que você está querendo aqui...

A proposta do Presidente a você...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não estou fazendo politicagem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu estou preocupado com a segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por que não faz na outra Comissão? Por que não na outra Comissão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Além do que temos que analisar até que ponto essa declarada simpatia ao Hamas não poderia contribuir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E quem é que declarou?

Olha aí!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para fomentar a presença de atividades ligadas ao terror dentro do território nacional, atingindo diretamente a segurança pública, assunto que é inerente à competência desta Comissão, conforme preconiza alínea "a", inciso I, art. 104-F.

Se o Presidente não quer colocar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas quem é que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... tudo bem, mas que é inerente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quem é que declarou simpatia ao Hamas aqui, homem de Deus?

Acorda!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Primeiro, o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Jaques Wagner.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O silêncio dos Ministros de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, eu queria, Presidente, pedindo vênia aos colegas Senadores e Senadoras, só concordar com a decisão de V. Exa.

Senador Girão, eu não veria problema de convocar um ministro, seja ele quem for, mas de preferência com pertinência à matéria, por exemplo, na CRE, Comissão de Relações Exteriores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu estou só concordando com a sua posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só acho isso, quer dizer, aqui trata-se da Comissão de Segurança Pública. Na verdade, sobre o fato citado do Hezbollah, eu aplaudo a Polícia Federal, que, na verdade, veio monitorando e conseguiu prender...

Então, o Ministro Padilha... Na minha opinião, me perdoem, mas eu acho que seria mais próprio se essa coisa pudesse acontecer, porque aí eu acho que o Ministro de Relações Exteriores teria pertinência para falar do assunto. E eu quero lhe dizer, de antemão, quer dizer, independentemente de falas que podem ter sido ditas numa hora talvez imprópria, ou mal interpretadas, não há a menor hipótese de este Governo, o Governo de que eu participo como Líder do Governo, dar qualquer tipo "de acordo" com a atitude de nenhum grupo terrorista.

Essa foi sempre a primeira fala, inclusive, do Presidente da República, do que foi a barbárie que foi cometida em território israelense, onde vários inocentes foram assassinados de uma forma brutal.

Eu sou judeu e V. Exa. sabe que eu sei qual é esta dor de quem foi 40 anos escravos no Egito e perdeu 6 milhões de patrícios durante a Segunda Guerra Mundial. E, sendo judeu, confesso que eu não acho que, pelo fato de o Hamas ter feito o que fez, não me parece que a melhor forma de responder – eu não vou falar como foi dito e por isso mal interpretado – é igual a, mas tomar uma ação que mate inocentes do lado palestino que nada tem a ver com isso, que não são do Hamas, que não são guerrilheiros, porque estão perseguindo corretamente os guerrilheiros. A mim, se exterminarem o Hamas, talvez eu vá bater palma, apesar de que eu não gosto de desejar a morte de ninguém. Como ensina o Papa Francisco, quando você deseja a morte de alguém é porque alguém já morreu dentro de você. Eu tenho isso no meu zap. Apesar de judeu, eu tenho essa frase.

Mas eu não posso concordar que estejam morrendo centenas, milhares de pessoas do lado palestino inocentes em função da busca do Hamas.

Vou repetir, por mim, se exterminarem o Hamas ou qualquer grupo terrorista, bato palma porque todos usam da covardia de atingir pessoas inocentes. Se quiser entrar em Israel e matar três, quatro generais, não é que eu queira, mas está no jogo porque a função dele é essa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A escolha da patente foi meramente aleatória... (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, pode ser coronel, General – pode ser coronel, pronto. Eu vou livrar a cabeça. (*Risos.*)

Bom, então, eu só queria esclarecer, Senador Mourão, só concordando com a posição do Presidente Petecão, que eu acho que não tem sentido nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra matéria, independentemente de eu discordar – não sei se é da lavra do Senador Sergio Moro ou do Senador Flávio, da chamada "saidinha"... Bom, eu não sou operador do direito, mas já fui muito, como Governador, aplicador de penas alternativas. Criei várias centrais de acompanhamento da aplicação de penas alternativas, que não dependia de mim, dependia do juiz, porque eu acho que em eventuais crimes ou delitos de baixo impacto não adianta jogar esse pessoal na mão dos que estão dentro de presídio, que acabam arregimentando para qualquer coisa.

Então, eu não quero entrar no mérito da questão porque não sou aprofundado no tema, mas só quero dizer que eu concordo com a posição do Presidente Petecão em relação a essa questão da convocação dos ministros para falarem do Hamas. E já lhe digo com tranquilidade que não há ninguém dentro deste Governo que defenda ação terrorista de quem quer que seja.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, só para rapidamente... Porque o Senador Jaques Wagner não estava quando eu argumentei. Só rapidamente para encerrar o assunto, porque eu sei que o senhor já tomou a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas o senhor pode ficar tranquilo. Eu estou disposto ao senhor até às 5h da tarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É só para fazer uma ponderação ao meu amigo Jaques Wagner, que ganhou muito... Eu já tinha uma admiração por ele, mas eu queria lhe dizer, Senador Jaques Wagner, que o senhor tem meu respeito e eu confio no senhor, no que o senhor está colocando.

Agora, os fatos, pelo menos não em relação ao senhor, mas a outros integrantes do seu Governo, que dizem uma coisa completamente diferente. Por exemplo, o Ministro Padilha recebeu, no Planalto, apoiador do Hamas antes do atentado – aqui a CNN, a matéria da CNN.

E mais do que isso, o Ministro Padilha assinou uma carta junto com outros Parlamentares, em 2021, repudiando o nome terrorista, sendo adequado ao Hamas. Então, eu vejo, entendo a posição do Presidente e não vou discutir, mas tem tudo a ver – tem tudo a ver –, Senador Jaques Wagner, com esta Comissão. Por quê? Porque a Polícia Federal desbaratou um esquema do Hezbollah aqui, no Brasil, que poderia gerar atentados terroristas na nação.

Então, integrantes do Governo com esse tipo de postura, de silêncio ou de complacência em receber pessoas que têm uma simpatia ao Hamas, vamos dizer assim, podem estimular que atentados ocorram no Brasil. Então, não se trata de Comissão de Relações Exteriores; é pura Comissão de Segurança Pública para que a gente possa ouvir especialistas e evitar – até o Ministro aqui vir dizer, desmentir ou confirmar –, para que a gente não possa ter um silêncio com relação a um assunto tão grave, só para evitar que possamos ter problemas no Brasil em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu entendo a decisão do Presidente e agradeço o Presidente Petecão por colocar o nosso requerimento sobre o Cleriston do dia 8, e de outras pessoas que estão nessa situação de presos do dia 8, para votar e a gente fazer uma audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só para concluir, para ver como V. Exa. está usando dois pesos e duas medidas. Com todo o respeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O item 4 da pauta, PL 1.568. Sabe o que diz o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Hã.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Veda a saída temporária para quem pratica feminicídio, para quem é acusado de... Aqui: "[...] [aumenta] a [...] pena, [...] [torna] mais rígida a progressão do regime e [...] [veda] a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio".

Então, assim, é uma incoerência a gente não votar um projeto que está tratando disso e que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas aí, rapaz, é de autoria da...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Eu sou a favor, Presidente. Eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas aí especifica...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sou a favor. Mas lá está especificado...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio, o seu projeto...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é meu projeto; sou Relator, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. é o Relator.

Se eu tivesse interesse, qualquer tipo de interesse, de me aproveitar politicamente... o seu projeto é maravilhoso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas faça emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se eu colocasse um *outdoor* lá no meu estado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faça emenda, não obstrua.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ..."Olha, o Petecão é contra a saidinha".

O que me preocupa são as consequências do seu projeto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas por que não faz emenda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque não sou eu; especialistas aqui estão me questionando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só que para isso teve prazo para emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Então, é nesse sentido que nós estamos tentando encontrar uma saída.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até quando?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aqui, por exemplo, o Senador Girão fez um requerimento, que ele queria trazer a Ministra da Saúde aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu estou falando desse projeto, Presidente; estou falando do outro. Estou falando desse projeto aqui, isso aqui é uma...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu disse ao senhor que não sou contra o seu projeto. Eu, o Petecão, não sou contra o seu projeto. É que tem alguns questionamentos aqui, e eu não tenho a segurança de pautar o projeto agora. É só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não estou preocupado em tirar proveito político para mim, eu estou preocupado em causar prejuízo para o sistema como um todo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Preocupado? E quem é vítima dessas pessoas, Presidente. Por isso que eu estou preocupado. As pessoas estão morrendo em função disso. Apenas isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu, infelizmente, acho que talvez V. Exa. não saiba as consequências desse projeto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só queria que V. Exa. desse um prazo para... Só queria que V. Exa...

Eu sei as consequências. Eu já trabalhei, por dez meses, dentro de Bangu 2, junto com a Defensoria Pública. Eu conheço a realidade do sistema penitenciário. Não estou fazendo de aventureiro. Eu só queria que a V. Exa., pelo menos, desse uma data, porque senão fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, aí eu lhe confesso que nós estamos aqui... o senhor acabou de levantar um questionamento a respeito do projeto da Senadora Dorinha, que não tem nada a ver com o seu. Ela especifica os crimes que serão penalizados. O seu generaliza, entendeu? É complicado, são muitos interesses envolvidos no seu projeto. Vamos seguir a pauta.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 1 e o item 2 foram retirados da pauta a pedido dos respectivos Relatores, Fabiano Contarato e Otto Alencar.

(É o seguinte o item:

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 4/9/2023, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

2. Em 24/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

3. A matéria seguirá posteriormente à CMA e, após, à CCJ.)

(É o seguinte o item:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nºs 1-CDH-CSP e 2-CDH-CSP, contrário à emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. Em 19/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Sérgio Moro.

3. Em 24/10/2023, foi lido novo relatório pelo Senador Otto Alencar e concedida vista coletiva.

4. A matéria seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos ao item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2581, DE 2023

- Não terminativo -

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nºs 3 a 16-CAE, e contrário às emendas nºs 1-T e 2-T.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Petecão.

Direto à análise, iniciando e propagando que sou rigorosamente um homem público que respeita projetos interessantes, com o conteúdo como é o do ex-Juiz e ex-Ministro, hoje Senador Sérgio Moro, e já inicio aqui falando de pesquisa rara sobre crimes do colarinho branco, apresentada pelo advogado e professor de direito penal Francis Beck, no II Congresso Luso-Brasileiro sobre Criminalidade Econômico-Financeira, em 2014. Nunca os crimes de colarinho branco foram tão punidos no Brasil quanto nos primeiros anos do século XXI. De 2000 a 2012, o número de condenações por esses crimes saltou de 44 para 325 – um aumento, pasmem, de 638%. Segundo a pesquisa, de 1987 a 1995, teriam sido apenas seis condenações em mais de 682 casos investigados nos tribunais superiores e regionais federais.

Os últimos anos, contudo, têm testemunhado a reversão de julgamentos importantes nessa seara.

Oportunamente, vem o Projeto de Lei nº 2.581, de 2023, para oferecer incentivos para aumentar essas condenações. A meu ver, trata-se de contribuição importante e insofismável para o aperfeiçoamento da legislação.

A matéria foi bem analisada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que não se ateve apenas aos aspectos econômicos, mas tratou também dos aspectos jurídicos da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com toda a análise feita naquela Comissão e com os aperfeiçoamentos propostos por meio das emendas.

As contribuições da CVM se mostraram valiosas.

Voto.

Em razão de todo o exposto, sou pela aprovação deste Projeto de Lei nº 2.581, de 2023, pela rejeição das emendas nºs 1T e 2T e pela aprovação das Emendas de nºs 3 a 16 da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Objetivamente, este é o relatório, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, vou ser econômico nas palavras hoje.

Só quero aqui registrar meus agradecimentos ao relatório do Senador Jorge Kajuru, favorável a esse projeto, assim como foi o relatório do Senador Esperidião Amin, ali na CAE.

A meu ver, esse é um projeto importante, pelo qual o Senado dá uma resposta a essas fraudes que acontecem no mercado de ações. Com isso, nós protegemos o investimento privado, protegemos os acionistas e protegemos os fornecedores.

Nós tivemos um exemplo dramático este ano, que foi a fraude contábil das Lojas Americanas.

O projeto é baseado em legislação estrangeira – porque outros países vivenciam os mesmos dramas –, em particular na Lei Dodd-Frank, que foi aprovada em 2010, nos Estados Unidos, após a crise do mercado *subprime*, lá em 2008.

Então, quero apenas registrar aqui, Senador Kajuru, meus agradecimentos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 2.581, de 2003, e às Emendas de nºs 3 a 16, desta Comissão, e contrário às Emendas de nºs 1T e 2T.

A matéria vai à CCJ.

2ª PARTE

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 1568, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar o feminicídio crime autônomo, aumentar a sua pena, tornar mais rígida a progressão de regime e vedar a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 499, de 2020.

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 499, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para os crimes que antecedem o feminicídio.

Autoria: Senador Marcos do Val

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 4.230, de 2019.

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4230, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como causa especial de aumento de pena para o crime de feminicídio a circunstância de ser a vítima mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou, qualquer que seja a sua idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pelo acolhimento dos Projetos de Lei nºs 1568 e 4230, ambos de 2019; 499, de 2020; e das emendas nºs 1 e 2, na forma da emenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 1568 de 2019.

Observações:

1. Em 26/10/2023, foram apresentadas as emendas nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro, e nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão, ao PL nº 1568/2019.

2. Em 08/11/2023, foi apresentado novo relatório pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente, eu só indago se eu posso ir direto ou voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Pode.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – O texto é de conhecimento, acho que foi bem colocado aqui.

São projetos alguns da Câmara, outros do Senado, dentro da ação já desenvolvida para enfrentamento e combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, cujos dados se revelam com um grande crescimento. Recentemente mostram que o Brasil figura entre o quinto país do mundo que mais mata mulheres, uma média de quatro mulheres mortas por dia em situações de violência e feminicídio já caracterizados.

Então, eu vou tratar diretamente do voto e faço algumas análises em relação às alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a aprovação da Lei 13.104, de 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em razão do menosprezo nas suas condições, tem crescido de maneira assombrosa.

A proposta, tanto de elevação da pena e transformação em crime autônomo, tem esse objetivo de fortalecimento das diferentes políticas.

O Parlamento... Logicamente, nós não somos o Executivo, a quem cabe políticas públicas, mas a ideia, além do aumento de penas, é definir e provocar políticas públicas em relação à questão da violência contra a mulher e também impedir que praticantes do feminicídio possam ter a chamada saidinha – mas, na verdade, é a liberação.

Eu vou direto ao voto, cujo projeto principal tem o objetivo de tornar o feminicídio crime autônomo.

Pelo exposto, nós votamos pela aprovação dos Projetos de Lei 1.568 e 4.230, ambos de 2019; 499, de 2020; com o acolhimento das Emendas nº 1 e 2 da Comissão de Segurança Pública, na forma do substitutivo.

> EMENDA Nº – CSP (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 1568, DE 2019
> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.072, de 25 de julho de 1990, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para considerar o feminicídio crime autônomo, bem como para aumentar a sua pena, tornar mais rígida a progressão de regime do condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio. Estabelece ainda o cumprimento de pena em local distante da residência da vítima, em caso de ameaça ou nova agressão, e prevê a prioridade na tramitação de todas as ações judiciais envolvendo violência contra a mulher.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei 2.848, de 20 de dezembro (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, as Leis 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.072, e 13.105, de 16 de março de 2015.
> Art. 2º O Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 121-A:
> "Feminicídio
> Art. 121-A. Matar mulher por razões da condição de sexo feminino:
> Pena – reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.
> §1º Considera-se que há razões de condições de feminicídio quando o crime envolver:
> I – violência doméstica e familiar;
> II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º A pena do feminicídio é aumentada de um 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado nas seguintes condições:
I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto, ou se a vítima for a mãe ou a responsável por criança ou adolescente menor de dezoito anos ou, qualquer que seja a idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais;
II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;
III – na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;
IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência já previstas nos incisos I, II e III da Lei 11.340.
V – nas circunstâncias previstas nos incisos I a V e VIII [...] deste Código.
Coautoria
§3º Comunicam-se ao coautor ou praticante as circunstâncias pessoais elementares do crime previstas no §1º deste artigo.
§4º Os crimes que antecedem o feminicídio, julgados no mesmo processo em razão de conexão probatória, terão suas penas [também] aumentadas em um terço, quando não forem absorvidas pelo crime mais grave".
Art. 3º O art. 394-A do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte alteração:
"Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo ou violência contra a mulher terão prioridade de tramitação em todas as instâncias." (NR)
Art. 4º Os arts. 86 e 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 86.....
.....
§4º Será transferido para estabelecimento penal distante do local de residência da vítima, ainda que localizado em outra Unidade [...] [da Federação], inclusive da União, o condenado ou preso provisório que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena." (NR)
"Art. 112.....
.....
VI-A – 55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional;
....." (NR)
Art. 5º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte [...] [redação]:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1º .....
I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX);
.....
I-B – feminicídio (art. 121-A);
....." (NR)
Art. 6º O art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março [...] (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte alteração:
"Art. 1.048.....
.....
III – em que figure como parte mulher vítima de violência, praticada dentro ou fora do ambiente doméstico ou familiar, tendo ou não resultado em morte.
.....
§5º Aos procedimentos judiciais constantes do inciso III do *caput* deste artigo serão aplicadas as regras de gratuidade da justiça previstas nos arts. 98 a 102 deste Código, salvo em caso de má-fé comprovada, sendo ainda tais regras aplicadas, em caso de morte da vítima, aos procedimentos que figurem como parte o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, quando a estes couber, no âmbito do processo penal, o direito de representação, de oferecer queixa-crime [...]." (NR)
Art. 7º Ficam revogados o inciso VI do §2º e os §§2º-A e 7º, todos do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [...].

Esse é o voto, Sr. Presidente, que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

Com a palavra... A Senadora Leila tinha pedido; depois, o Senador Sergio Moro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o senhor, cumprimento todos os membros desta Comissão.

Primeiro, eu gostaria de agradecer à Senadora Dorinha pelo acolhimento do meu projeto, o 4.230, que tramitou conjuntamente com o PL 1.568, de 2019, e o 499, de 2020 – três proposições que estão tramitando na Casa há pelo menos três, quatro anos. Enfim, o meu trata de alterar o "Código Penal, para estabelecer como causa especial de aumento [...] para o [...] feminicídio a circunstância de ser a vítima mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou [...] [de qualquer idade], se deficiente ou portador de necessidades especiais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos, enquanto bancada, enquanto mulheres, Senadoras que estão aqui, dentro deste Congresso Nacional, não tratar, e fazemos esse clamor aos nossos pares com relação a essa onda, essa chaga, essa devastação que está acontecendo e à banalização da vida da mulher dentro da sociedade brasileira.

Com relação ao Distrito Federal – só para o senhor ter uma ideia –, no ano de 2022, nós tivemos 17 feminicídios, 11 eram mães; em 2023, 32 casos de janeiro a outubro, e, dessas 32 mulheres, 27 eram mães. Então, hoje nós temos pelo menos 320 órfãos no Distrito Federal.

No Brasil, de um modo geral, o aumento chegou, Sr. Presidente, a 2,6% no número de feminicídios no país inteiro. Então, nós realmente vivemos uma epidemia, passamos pela Covid e agora nós vivemos uma epidemia, que é a banalização das mulheres brasileiras.

Nós temos a obrigação, já faço um clamor aqui, porque eu sei que aqui não é terminativo, nós ainda vamos ter um novo debate na Comissão de Constituição e Justiça, mas quero pedir aos pares aqui que possamos fazer a tramitação o mais célere possível. Nós precisamos ter uma resposta, nós precisamos arrochar as penas, precisamos mexer no bolso, precisamos ter educação.

Óbvio que a gente fica preocupada com relação à educação dos nossos meninos, das nossas meninas, mas enquanto isso não acontece, enquanto esse debate está acontecendo na Casa, nós precisamos trabalhar penas mais severas a esses algozes, a esses covardes que estão tirando as vidas das nossas mulheres.

Então, eu peço, eu faço um apelo, eu falo bem alto, todos vocês já sabem, mas eu estou, assim, bem emocionada porque é uma pauta que tem incomodado muito a nossa bancada. Acho que a conversa da Bancada Feminina aqui do Senado gira muito em torno da questão do feminicídio. Certamente não será somente eu, temos a Dorinha e a Damares aqui, mas toda a bancada vai ter uma atuação muito forte, está tendo e vai ter mais ainda uma atuação muito forte nesses próximos anos com relação a essa brutalidade, a esse crime contra o qual realmente precisamos tomar providências aqui enquanto Congresso Nacional, enquanto Senado Federal.

Obrigada, Sr. Presidente.

E quero agradecer à Dorinha, porque eu acredito que a Dorinha fortaleceu, trouxe um texto mais robusto e deu um complemento maravilhoso ao relatório.

Parabéns, Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só elogiar aqui o teor geral do projeto, o relatório da Senadora Dorinha e também essa conjunção desses dois projetos, o que veio da Câmara e o da Senadora Leila Barros, mas, em particular, eu quero agradecer o acolhimento da emenda que apresentei pela Senadora Dorinha, que é uma emenda que permite que alguém que tenha sido condenado por crime de violência contra a mulher, se praticar ameaça ou nova violência durante o cumprimento da pena, ou a violência pode ser por uma interposta pessoa, evidentemente, possa ser transferido a um estabelecimento penal de outra unidade da Federação.

Então, para colocar um exemplo, alguém cumprindo pena, lá no Rio Grande do Sul, por tentativa de feminicídio, envia ameaças para a sua ex-esposa e o juiz de execução pode encaminhar, por exemplo, o indivíduo para o Acre, aí com a importância da distância para dificultar qualquer espécie de temor ou ameaça desse indivíduo em relação à vítima ou vice-versa.

Eu quero registrar aqui que essa emenda foi feita em inspiração a um caso real, uma mulher corajosa lá do Rio Grande do Sul, a Bárbara Penna, que foi vítima de uma tentativa de feminicídio brutal na qual, infelizmente, o ex-marido colocou fogo nela, jogou-a do segundo andar da residência e ainda matou os dois filhos do casal. Eu fui informado, quando a conheci, de que o ex-marido, apesar de estar preso, continuava mandando mensagens ameaçadoras para ela.

Então, eu quero agradecer aqui, encarecidamente, à Senadora Dorinha e reiterar também o meu entendimento de que a gente tem que agravar a pena, sim, no Brasil para crimes graves, como o feminicídio, e tem outros também que precisam. A gente precisa ter um tratamento penal mais rigoroso, porque a gente está vendo um descalabro aí de crescimento da atividade criminal. E, claro, crescimento de pena, aumento de pena, por si só, não resolve, mas o rigor penal, sim, é necessário.

A gente precisa, sim, alterar a legislação, e esta Comissão de Segurança tem esse dever para que a justiça passe a ser de verdade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, só para parabenizar também a Relatora, a Senadora Professora Dorinha.

Obviamente, o voto vai ser favorável a esse projeto.

É uma pauta que foi enfrentada durante o Governo Bolsonaro também. A Senadora Damares pode me corrigir, se eu estiver errado, mas foi o Governo que mais prendeu os agressores de mulheres metidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a valentões, com mutirões interministeriais que levaram para a cadeia uma grande quantidade desse tipo de bandido.

Também, Presidente, para tornar público, eu não sabia e até sugiro aos outros Senadores que também procurem saber sobre isso. Eu recebi uma demanda com relação às emendas parlamentares – e eu a acatei, de pronto – da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que está investindo na construção, na verdade, de um programa de inteligência artificial em que, por intermédio dos registros de ocorrência das ameaças contra mulheres e das possibilidades de feminicídio, eles vão traçar um perfil que vai medir o grau de potencialidade que um homem pode ter de agredir ou de assassinar a sua esposa e, com isso, prevenir, evitar que isso aconteça. Então, é algo que eu achei bastante interessante e inovador. Que fique de inspiração também para os Senadores, para que, nos seus estados, possam replicar isso ou, quem sabe, aproveitar esse programa que deve ser desenvolvido muito em breve no Estado do Rio de Janeiro.

Então, parabéns à Relatora!

Vamos votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar a Dorinha pelo voto e a Leila pela autoria.

A Câmara deliberou sobre essa matéria, e eu estava lá acompanhando-a de perto.

Senadores, nenhuma mulher está segura nesta nação. O crime contra as mulheres acontece até mesmo depois da morte. Eu vou trazer em breve uma matéria muito delicada para esta Comissão: explodiu, nos últimos anos, o estupro de cadáveres no meu país, e os relatórios que eu vou trazer vão chocar os senhores. Nós temos uma máfia no país que, inclusive, envolve funerárias para facilitar o estupro de cadáveres de mulheres no país. Todas as mulheres estão hoje em risco – e a gente precisa admitir isso –: pode ser famosa, pode ser atriz, pode ser rica, pode ser pobre, pode ser de qualquer religião.

A igreja evangélica está chocada, nos últimos dias, com o assassinato de uma cantora incrível na Bahia, Sara Mariano. Eu estive lá e estou cuidando da família. Teve gente que ganhou R$200 – R$200, Girão! – para ajudar o marido a matá-la.

Ontem, eu estive na Delegacia da Mulher, aqui em Brasília, e eu encerro explicando para os senhores porque eu fui lá.

Em agosto, uma policial da Delegacia da Mulher de Ceilândia – a Leila está aqui, nós choramos com esse caso – que cuidava exatamente do tema foi assassinada com uma machadinha. O companheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruiu o corpo dela com uma machadinha. Então, se a policial que está dentro da Delegacia da Mulher foi assassinada de forma cruel...

O feminicídio tem crescido de forma assustadora e a gente vai ter que reagir. E esse voto de Dorinha, o projeto de Leila são uma resposta do Congresso Nacional – uma resposta –, mas não vai ficar só isso aí. Nós vamos ter que entender onde a rede de proteção ainda não está funcionando. Vai ter que ser inteligência artificial? Bora. Vai ter que ir para a escola falar com um menino com quatro ou cinco anos de idade? Bora para a escola. Maria da Penha vai ter que ir para a igreja? Vai para a igreja. Nós vamos ter que entender o que está acontecendo e reagir cada vez mais.

Então, eu aqui deixo um abraço para a família da nossa policial que morreu. Eu não tinha estado com a família ainda. É doloroso ver que uma menina que protegeu tantas mulheres é assassinada da forma como foi assassinada.

Parabéns, Dorinha. Parabéns, Leila. Senadores, obrigada pelo apoio a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na mesma linha dos colegas, quero parabenizar também a Senadora Dorinha, a Senadora Leila. Nós também aqui apresentamos um projeto, que é o PL 1.185, de 2022, de nossa autoria, acho que a Leila foi a Relatora, que cria o auxílio às vítimas do feminicídio. É um projeto que nós discutimos, lá no Ministério Público do meu estado, com uma Procuradora, a Dra. Patrícia, que é muito sensível a esta causa também. E eu penso que esta é uma pauta que esta Comissão tem que abraçar e que eu vejo que unifica a todos. As divergências sempre vão ter, mas esta é uma pauta em que nós precisamos estar juntos e agir com muito rigor, para que a gente possa, se Deus quiser... Eu não sei quais são os índices aqui do DF, mas, lá no meu estado, os índices são assustadores. Então, mais uma vez, parabéns à Dorinha e à nossa querida Senadora Leila.

E teve uma morte também de uma policial agora no Rio de Janeiro, não foi? Os caras mataram... Um absurdo aquilo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável aos Projetos de Lei nºs 1.568 e 4.230, de 2019; e 499, de 2020; e das Emendas nºs 1 e 2, na forma da Emenda nº 3, desta Comissão, substitutiva, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.568 de 2019.

A matéria vai à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 57, DE 2023

- Não terminativo -

Requer seja convidado o Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a recepção, dentro das dependências do Palácio do Ministério da Justiça, da Senhora Luciane Barbosa Farias, integrante do Comando Vermelho, por duas vezes durante este ano.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, queria apoiar o requerimento do Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Concedo a palavra ao Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Simplesmente quero subscrever o requerimento do Senador Seif.

Apenas isso, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu também gostaria de subscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado.

2ª PARTE

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 58, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os objetivos do Plano da Amazônia visando o combate a crimes ambientais e de outros tipos, além da promoção da preservação local com ações de segurança pública que observem as necessidades e especificidades dos estados da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Concedo a palavra ao Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu analisei o plano e chamou-me a atenção que ele prevê a construção de 34 bases operacionais na Amazônia.

Nós no Exército Brasileiro levamos 40 anos para colocar 25 ou 26 pelotões especiais de fronteira, então eu gostaria que o Ministro explicasse como é que vai ser isso, se é só cimento e tijolo, quem é que vai mobiliar, quais serão as operações que serão executadas, porque o senhor, como amazônida, entende o problema de segurança pública que se passa na região como um todo, e a gente tem que ver se realmente isso vai funcionar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Inclusive, Senador Mourão, eu tenho um sonho que é levar um pelotão lá para o Município de Jordão, porque nós temos vários municípios no entorno, e lá em Jordão nós não temos um pelotão do Exército.

Já fiz vários questionamentos junto ao Exército e sei que é, realmente, muito difícil.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então o senhor vê a dificuldade que é.

Então, construir na Amazônia 34 bases, como é que vai ser isso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois é. Daí a importância do seu requerimento para que ele possa estar aqui, trazendo essas informações.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo em vista a aprovação dos Requerimentos 57 e 58, de 2023, para comparecimento do Ministro da Justiça e Segurança Pública, declaro prejudicado o Requerimento 56, de 2023. (*Pausa.*)

Temos aqui um projeto e um requerimento para os quais nós vamos fazer uma votação extrapauta.

Incluo, como extrapauta, o PL nº 4.224, de 2021, dada a relevância do tema, e o Requerimento 59, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4224, DE 2021

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ.

E aqui eu quero agradecer à Senadora por estar aqui presente, estar presente aqui, e esse projeto é muito importante.

Com a palavra a Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou pedir permissão para ir direto à análise.

Mas antes eu quero lembrar aos colegas que esse projeto é de 2021. Ele passou na Câmara, nas Comissões e no Plenário, por unanimidade e com louvor. E na semana passada, ele foi votado aqui, na CCJ, e também passou por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente entende que é uma declaração de amor às crianças do Brasil. Assim como a violência contra a mulher, a violência contra as crianças tem crescido muito em nossa nação.

Vou direto à análise.

Quanto ao mérito, o projeto é, mais do que recomendável, necessário. A educação é fundamental para o desenvolvimento do nosso país nas mais diversas áreas, incluindo a economia, a cultura, a política, a ciência e a tecnologia. Além disso, a educação é essencial no combate à desigualdade social e econômica, ao proporcionar melhores oportunidades a todos os indivíduos.

Por isso, é essencial que nossas crianças e adolescentes possam estudar em escolas seguras, onde terão condições de desenvolver toda sua capacidade intelectual. As medidas propostas pelo projeto de lei vão nesse sentido, ao fomentar a criação de políticas preventivas contra a violência nos estabelecimentos de ensino.

O PL também desestimula e reprime com mais rigor a prática de crimes especialmente graves, ao aumentar a pena prevista para homicídios cometidos em instituições de educação básica, pública ou privada.

A violência contra a criança e adolescente é uma realidade no país. O cenário atual aponta para importantes desafios na garantia da proteção integral do público infantojuvenil. Acometem crianças e adolescentes a violência física, psicológica, sexual e institucional, além da negligência e do abandono. Dados do Disque 100 apontam que as denúncias de violência contra crianças e adolescentes subiram 24% no primeiro semestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2022.

Só o estupro no país, o relatório apresenta que 19%... Cresceu o número de estupros no Brasil este ano, e a maioria absoluta é de meninas.

Esse cenário de violações de direitos da criança e do adolescente afronta diretamente a Constituição Federal que, em seu art. 5º, garante o direito à vida como um direito fundamental e, em seu art. 227, assegura esse direito com prioridade para crianças e adolescentes, impondo à família, à sociedade e ao Estado o dever de colocá-los a salvo, devendo-se punir severamente o abuso, a violência e a exploração sexual.

Desse modo, o Congresso Nacional, aprovando este projeto, dará uma resposta adequada a horrendos ataques ocorridos contra crianças e adolescentes em escolas pelo país, como aquele ocorrido em maio de 2021, quando um homem invadiu uma escola em Saudades-SC e, com uma adaga, matou duas professoras e três bebês.

O PL também aumenta a pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação nos casos em que "o autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável". A alteração é meritória, pois a atuação nessa função faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jus a uma maior reprovação, dado o grande alcance que a internet propicia a quem desejar induzir terceiros a lesionarem a si próprios.

Também é criado o crime de intimidação sistemática (*bullying*). É de grande importância a instituição desse tipo penal para coibir essa conduta agressiva e antissocial que, infelizmente, tem se tornado cada vez mais frequente, especialmente no âmbito escolar.

Se a intimidação sistemática for realizada em ambiente virtual, o crime será o de "intimidação sistemática virtual" (*cyberbullying*). Esse comportamento é punido com pena mais grave – de reclusão, de dois a quatro anos –, o que se justifica pelo maior potencial lesivo para a vítima, assumido pela conduta quando praticada de forma *online*.

O art. 7° do PL transforma em hediondos os crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real; além de sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 anos; tráfico de pessoas cometido contra crianças ou adolescentes; aquisição, posse ou armazenamento, por qualquer meio, de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças ou adolescentes; além de exibição, transmissão, auxílio ou facilitação de exibição ou transmissão, em tempo real, pela rede mundial de computadores, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de crianças ou adolescentes.

Senadores, hoje já é possível comprar um *link* para assistir a uma live de um estupro de bebê ao vivo. E o valor é alto. Tem gente pagando até R$50 mil para assistir ao vivo ao estupro de uma criança. E, dependendo do valor que você paga, o agressor do lado de cá pode pedir para fazer o que ele quiser com a criança do lado de lá.

Então, a gente está trazendo agora essas modalidades para se tornarem como crime hediondo.

Trata-se de crimes graves, praticados, em geral, contra vítimas frágeis e ainda em estágio de formação de sua personalidade, que merecem receber o tratamento mais rigoroso próprio dos crimes hediondos.

A alteração é importante por explicitar que a punição atinge não apenas quem atua na produção e na venda de materiais contendo cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças e adolescentes, mas também quem age na divulgação desses materiais.

O art. 8° do PL ainda promove outra alteração no ECA, especificamente no § 1º do art. 247, incluindo na tipificação penal a conduta de quem transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar que nós tivemos em 2022 um servidor aqui do Senado Federal que foi preso com 2 mil vídeos de estupro de crianças e bebês; chegou na delegacia, foi embora. Com essas modificações, acabou. Este ano de 2023, um advogado foi preso com 200 mil vídeos e imagens; chegou na delegacia, foi embora. Acabou! Foi pego agora com uma imagem, vai ficar preso. Então, é isso que a gente está trazendo na alteração desse projeto.

O art. 9º do PL também traz modificações relevantes ao ECA.

Em primeiro lugar, obriga instituições sociais que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes a exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores. Trata-se de providência importante para impedir o contato de crianças e adolescentes com criminosos perigosos.

Em segundo lugar, inclui no art. 244-C do ECA um crime que somente pode ser cometido pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal que, de forma dolosa, deixar de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente. A pena prevista é de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. A medida procura estimular os pais a procurarem as autoridades públicas em tempo adequado, já que, quanto mais tempo se passa desde o desaparecimento, mais difícil se torna encontrá-los.

Vê-se, em suma, que o PL traz várias alterações legislativas que, por meio de medidas preventivas e repressivas, trarão mais segurança às nossas crianças e adolescentes.

O voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL n° 4.224, de 2021, e das Emendas nº 2-CCJ e nº 3-CCJ, que foram emendas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito importante esta proposta que vamos votar, o relatório da Senadora Damares e as novas tipificações. E a mais significativa dessas palavras, até porque a criminalização da posse foi a alteração do 240 – imagino que foi a primeira lei que nós aprovamos na CPI da Pedofilia. O Brasil não tinha tipificação de posse. Esse crime não existia, razão pela qual não se podia fazer investigação. Muito pelo contrário, o ECA protegia. Na verdade, dizia o seguinte: só pode ser preso quem for preso em flagrante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como remetente ou como destinatário. Quer dizer, e mais nada, você podia ter o que você quisesse no seu computador.

Eu me lembro que a prisão do Juiz Branquinho, de Tefé, no Amazonas – e ele depôs aqui... O computador dele e as imagens dele... ele tinha mais de 400 mil imagens, o Juiz Branquinho. Agora, o que acrescenta... se tão somente fosse esse ponto da leitura da Senadora Damares, das *lives*, porque já naquela época o Brasil – e ainda continua, Sr. Presidente – está entre os três maiores consumidores... ainda é o número um, o maior consumidor de pedofilia na internet ainda é o Brasil!

E isso que ela disse em real é em dólar, porque o crime é transnacional, é internacional. Então, quando você faz uma *live*, você a paga em dólar. Nós fizemos uma... E aí, Senadora Damares, a gente podia repetir isso aqui, porque certamente eles não efetuaram um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público naquela época com os operadores de cartão de crédito e juntamente com os operadores de telefonia, porque uma coisa depende da outra. E, em risco de vida de uma criança, eles tinham que dar quebra de sigilo em 2 horas, no máximo em 24 horas, e isso a gente vê que não acontece.

Nós poderíamos fazer uma audiência pública, Sr. Presidente, chamando os operadores de telefonia aqui, todos aqueles que têm concessão e que assinaram esse termo de ajuste de conduta, e os operadores de cartão de crédito, Senador Girão, porque isso não se paga com duplicata nem com dinheiro, isso é pago com cartão de crédito.

E essa questão das *lives*... elas são terríveis, porque na CPI da Pedofilia nós ainda não tínhamos a transmissão ao vivo, você poder fazer uma *live* e cometer o estupro de uma criança dentro de um *link*, e muitas vezes o do lado de cá com o mandado.

O que nós trouxemos dos Estados Unidos, que foi a chamada lei da infiltração, pela qual é possível, com a criminalização da posse, fazer todas essas operações, ainda não incluía, por exemplo, a questão das *lives*, que, na verdade, é um crime em flagrante, é um crime em flagrante. O cara, quando está com o computador cheio, corre, desaparece, leva-se o computador dele, o advogado evoca que ele tem um privilégio que a lei dá a ele, porque não foi pego em flagrante. Aqui o criminoso que consegue fugir... não, até melhorou, porque na audiência de custódia agora ele vai embora, tenha cometido o crime que tenha cometido.

Por isso, eu quero parabenizar a Senadora Damares, é uma luta de vida da gente – a vida inteira, o tempo inteiro – pelo projeto. É um projeto que ela está relatando, que vem lá da Câmara, do Osmar Terra, que também é um guerreiro dessa luta, é um militante dessa luta da vida... Esta Comissão, aprovando, recebe o aplauso da sociedade brasileira. Nós não estamos falando por nós, estamos falando pelas crianças, pelo legado. Estamos tratando de um presente para não termos um futuro comprometido, como temos hoje, de uma sociedade com uma juventude e adultos que estão comprometidos hoje e sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação, porque não trataram dessas questões no presente dessas crianças, que depois se tornam adultos.

Parabéns à Senadora Damares.

Tem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que acordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 da CCJ e CSP, e 3 da CCJ e CSP.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, dada a urgência da matéria, e como já passou, por unanimidade, na Câmara, na Comissão anterior e nesta, eu vou requerer urgência da matéria para que ela vá direto ao Plenário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu acho que nós não temos nenhum colega aí que possa fazer qualquer tipo de objeção, de ser contrário. É mais um requerimento extrapauta, que é o Requerimento nº 60, de 2003, desta Comissão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 60, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4224/2021, que "institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Em votação, o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um item extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 59, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravíssima situação dos presos do dia 08 de janeiro, que culminou no falecimento do senhor Cleriston Pereira da Cunha.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu até já fiz um pouco a defesa dele no início da sessão, e quero agradecer por o senhor ter colocado extrapauta.

Quero pedir aqui o apoio de todos os colegas para a gente fazer, e um apelo ao senhor para que possa marcar o quanto antes, porque tem muita gente sofrendo lá. Na semana que vem eu estou aqui, mesmo sendo de muita gente indo para a COP, muitos Senadores indo para a COP – eu estarei aqui e posso comandar essa sessão caso o senhor me designe para tal na semana que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – É absolutamente importante esse requerimento para a audiência pública. Nós estamos vivendo dias no Brasil absolutamente tenebrosos, e V. Exa. sabe, como acriano, o que é violência.

Quando ao seu estado fui com a CPI do Narcotráfico, V. Exa. era o Presidente da Assembleia. Eu quando vejo o Hamas hoje degolando criança, no seu estado se serrava com motosserra. Não eram dias fáceis para ninguém. Eu me lembro que lá fui a pedido dos Vianas, e um deles vivia escondido, que era o Governador. E, goste eu de V. Exa. ou não, goste V. Exa. de mim ou não, eu sei que, naqueles cinco dias, V. Exa. segurou uma barra que ninguém queria segurar. O Tribunal de Justiça não teve disposição, coragem de nos deixar fazer no auditório, em nenhum lugar, dado o grau de violência. Só que esse grau de violência do Acre, naqueles cinco dias que lá passei, com cemitérios clandestinos, gente serrada, Parlamentar de patente, de coronel dono de todo o estado, que comandava em tudo, inclusive todas as drogas, e, quem não sabe, da história de Hildebrando Pascoal...

O Brasil hoje vive assim: as organizações criminosas é que mandam, elas é que comandam, elas se aliam ao poder, elas têm comando, elas agem, elas têm representantes... a saber aqui, a dama do tráfico, do Comando Vermelho, foi recebida aqui no Ministério da Justiça, e o nobre Ministro acaba de ser indicado pelo Lula para ser sabatinado.

Meu voto aqui já declarei. Declaro de novo, porque estou ao vivo, que voto contra Flávio Dino, razões sobejas tenho e vou fazer campanha. O Brasil precisa se levantar. Esse cidadão não tem a mínima condição de ser Ministro de Suprema Corte.

Eu quero acrescentar aqui, Sr. Presidente, que eu acabo de chegar do Cime. O Cime é o lugar onde os presos da Polícia Penal, Senador Moro, vêm para colocar tornozeleira eletrônica. Eu estive lá agora com três patriotas, Senadora Damares, que saíram da Papuda, e um deles, que eu gostaria de incluir... Dentro do ordenamento jurídico, nós temos que requerer a vinda dele à juíza das execuções penais, ou ao juiz – era a juíza quando tudo começou, não sei se é um juiz agora.

Quando o Ministro Barroso diz que o Supremo Tribunal Federal nada tem a ver com a morte do Cleriston, que isso é matéria da justiça estadual, da juíza das execuções penais, ele erra, porque nosso ordenamento jurídico diz isso, e seria o certo. V. Exa., como Senador, e eu, como Deputado Estadual que fui, V. Exa. também, Vereador, temos a prerrogativa de fiscalizarmos.

Só que nesse inquérito do final do mundo, ele tirou essa prerrogativa dos juízes, tirou a dos Senadores, tirou a dos Deputados; e a juíza de execuções penais, quando você a oficia, ela manda para ele, para o Ministro Alexandre de Moraes, para ver se ele libera.

Ao que é que estou me referindo? Estou me referindo ao Dr. Francisco, Sr. Presidente, que foi solto hoje pela manhã. Um médico, Senador Moro. O médico que socorreu o Cezão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... o Clezão.

Maguinha cansou de me advertir – Maguinha é minha filha mais velha, por isso não é Senadora. Só está sentada aqui do meu lado, me dando força neste momento difícil. Graças a Deus, a gente que tem filhos criados na presença de Deus, que oram, e a gente dorme em paz por saber que eles estão servindo a Deus, hoje, nesse mundo tão tenebroso... Nós somos privilegiados.

Ele socorreu o Clezão – falei certo agora – por 40 minutos no pátio.

Quando a esquerda, Sr. Presidente – e V. Exa. é doutor em enfrentar a esquerda no seu estado –, quando a esquerda evoca o Vladimir Herzog, Senador Moro, para dizer que ele morreu nos porões da ditadura... O Clezão morreu também nos porões. A soltura dele foi pedida pelo Ministério Público Federal por falta de prova, não foi nem por comorbidade. Da comorbidade são 37 laudos. Ela pediu no dia 1º de setembro; não foi nem visto, nem foi olhado, nada, zero, zero.

E, em minha última visita à Papuda, ele estava do meu lado, feliz da vida. Os outros também estavam felizes por ele e por mais sete, porque o Ministério Público Federal falou: "O processo está aqui" – da Polícia Federal –, "não existe nada, solte eles". Não foi nem pela enfermidade dele, o que é mais grave. Eles – e está certo – evocam "Onde está o Vladimir Herzog?". Nós estamos perguntando agora onde é que está o Clezão. Porque o Clezão morreu, morreu sob a tutela do Estado, sob o inquérito das *fake news*, um inquérito ilegal criado com o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. O autor é o Toffoli, e o Ministro Alexandre é o Relator já há quatro anos.

Então, eu queria requerer que nós pudéssemos oficiar, respeitando o ordenamento jurídico – se eu estiver errado, conserte-me, Ministro... nosso querido Ministro, Juiz e Senador Moro –, à juíza das execuções penais, visto que ele está em liberdade condicional com a tornozeleira, se ela pode permitir que ele participe desta audiência pública, com a vênia do Judiciário, da Justiça. E certamente ela vai remeter ao Ministro Alexandre de Moraes, não tenha dúvida disso; porque, na verdade, ele é quem manda, ele é o padrão, ele é "o cara", certamente. Mas, para agir corretamente, nós precisamos emitir a ela um ofício para ver se ele pode participar, porque ele socorreu, como médico, o Clezão, no momento em que ele começou a passar mal no pátio da Papuda e veio a falecer.

Parabéns ao Senador Girão, e certamente estarei na audiência pública com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovação da ata: nos termos do art. 41 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve sua aprovação.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É comunicada a apresentação do seguinte documento à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Moção de Apoio ao projeto de Lei nº 3445/2023, da Câmara Municipal de Cascavel-PR, que dispõe sobre a permanência da arma de fogo de propriedade do Estado em poder do policial aposentado, como fiel depositário. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 46/2023 - CSP, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater os impactos e consequências de eventual rejeição ao Veto n.º 46.21, de 2021, aposto ao PL n.º 2.108, de 2021, em especial no que tange a atuação das forças de segurança pública. **Participantes:** Sr. José Luís Santos Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais PM; Sr. Heder Martins de Oliveira, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra PM/BM; Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais - FENEME (representante de: Sr. Marlon Jorge Teza, Presidente da FENEME); e Sr. Márcio Júlio da Silva Mattos, Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública (representante de: Sr. Tadeu Alencar, Secretário Nacional de Segurança Pública). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/05

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, Semipresencial da Comissão de Segurança Pública.

Comunico que foi apresentada à Secretaria da Comissão de Segurança Pública uma moção de apoio ao Projeto de Lei 3.445, de 2023, da Câmara Municipal de Cascavel, Paraná, que dispõe sobre a permanência da arma de fogo de propriedade do estado, em poder do policial aposentado, como fiel depositário.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que um membro desta Comissão se manifeste, no sentido de autuarmos qualquer dos documentos, para que seja analisado por este Colegiado.

A presente audiência pública destina-se a debater os impactos e consequências de eventual rejeição ao Veto nº 46, de 2021, aposto ao PL 2.108, de 2021, em especial no que tange à atuação das Forças de Segurança Pública, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2023, Comissão de Segurança Pública, de autoria do Senador Izalci Lucas.

Informo que temos cinco convidados para participar da nossa audiência pública. São eles – e já os convido para tomarem assento aqui à mesa:

– Sr. José Luís Santos Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da Polícia Militar;

Podem aplaudi-lo, só para animar... (*Palmas.*)

– Sr. Heder Martins de Oliveira, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra PM); (*Palmas.*)

– Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais (Feneme), representando o Sr. Marlon Jorge Teza, Presidente da Feneme; (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Sr. Marcio Júlio da Silva Mattos, Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública, representando o Sr. Tadeu Alencar, Secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (*Palmas.*)

Informo que o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol Brasil), não pôde comparecer a esta audiência, em função do voo.

Também foi convidado o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mas infelizmente, até o momento, não obtivemos resposta quanto à participação de representante desse ministério. Não informou por que não pôde comparecer a esta audiência, como sempre.

Comunico ainda que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211, 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Já recebemos algumas manifestações de cidadãos, que gostaria de compartilhar. Já vou dar, daqui a pouco, ler.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Se tiver que prorrogar, não tem dificuldade. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Já vou ler aqui algumas perguntas, para que os expositores possam fazer seus comentários.

Leide Evelyn, da Bahia: "Como a eventual rejeição ao Veto [...] 46 [...], de 2021, poderia impactar as operações e o funcionamento das forças de segurança pública?".

Ronaldo Rafael, de Minas Gerais: "[...] qual [é] a estratégia para preservar a eficácia operacional e a motivação da tropa? Os agentes precisam ser valorizados [urgentemente]".

José Célio, da Paraíba: "Como a decisão afeta a legalidade e [a] legitimidade das ações das forças de segurança?".

André Gabriel, de Pernambuco: "Qual é a perspectiva da [Associação dos Praças] sobre as implicações da rejeição ao veto nas [suas] condições de trabalho e bem-estar [...]?".

Alguns comentários.

Carlos Correa, de São Paulo: "Concordo com o veto do Presidente, pois este artigo traz [...] insegurança jurídica, [e o trabalho dos policiais] já está muito difícil [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Williams Ferreira, de Pernambuco: "Devemos valorizar os profissionais de segurança pública, entregando condições de trabalho, salários mais atrativos [e] segurança jurídica".

Leonardo Cabreira, do Rio Grande do Sul: "As forças de segurança pública precisam de valorização urgente. Paridade e integralidade para todos. Esse veto é um absurdo".

Cyro Outeiro, de Minas Gerais: "[...] é urgente a valorização das polícias investigativas, há décadas desvalorizadas. Derrubem os vetos!".

Bem, como foi colocado aqui em algumas perguntas e comentários, o objetivo desta audiência pública é exatamente discutir esse veto, o Veto 46, que já está na pauta do Congresso desde 2021. E nós temos aí, portanto, dois anos trabalhando no sentido de prorrogar até chegarmos a um acordo.

O Governo sempre quis... Aliás, o Partido dos Trabalhadores, no governo passado, já trabalhava para derrubar o veto. E agora, como Governo, também querem derrubar o veto.

Eu sempre acompanhei, principalmente as mobilizações, aqui na Esplanada, muitos eventos, fora o do 8 de janeiro... Nós estivemos aqui em 2017, em 2021, no período do *impeachment*, inclusive, com milhares, mais de 200 mil, 300 mil pessoas. Tivemos quebra-quebra aqui, no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, diversos movimentos de quebra-quebra aqui na Esplanada. Imaginem, se esse veto for derrubado, o que vai acontecer. Além de ser muito subjetivo, você não saber exatamente definir se é urgente, se é pacífico, se não é, ainda fica sujeito a penalidades que podem prejudicar completamente o policial, inclusive com penas gravíssimas.

Então, o objetivo desta audiência é principalmente esclarecer um pouco melhor. Eu acho que as pessoas não devem estar entendendo isso, porque, de fato, a derrubada desse veto pode trazer uma insegurança não só jurídica, mas uma insegurança institucional mesmo. Para que é que o policial vai se sujeitar a ficar à mercê de interpretações e podendo perder sua patente, sua graduação, e ainda ser punido com pena até 12 anos? Então, eu acho que é uma coisa muito séria e eu espero que a gente consiga, a meu ver, manter esse veto de 2021.

Mas, de qualquer forma, o objetivo desta audiência é para poder realmente esclarecer um pouco mais para os Parlamentares, que também receberão informações dessa audiência pública, para, na hora da sessão do Congresso, a gente ter realmente uma clareza com relação ao que significa isso.

Então, eu vou passar imediatamente para as exposições dos nossos convidados.

Já passo para o José Luís Santos Silva, que é o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da Polícia Militar, para as suas considerações. (*Pausa.*)

Ah, sim. Então, vamos passar primeiro para o nosso querido Coronel Miler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Oficiais Militares Estaduais (Feneme).

O SR. ELIAS MILER DA SILVA (Para expor.) – Presidente, Senador Izalci, saúdo V. Exa. não só pela Presidência, como também pela iniciativa.

Nós nos conhecemos há longos anos. V. Exa. é um mestre, um educador renomado e tem legitimidade, na sua experiência educacional, de manifestação e de defesa dos direitos da cidadania, que começa nos bancos escolares. Então, parabenizo V. Exa., em nome do Presidente da Federação Nacional de Oficiais, que é o Coronel Marlon Teza, de lá de Santa Catarina.

A nossa posição, Presidente, sempre foi no sentido da manutenção desse Veto 46 ao art. 359-S. E, para isso, nós temos que ter noção de que uma lei penal tem que ser editada de forma clara, precisa e que não leve nenhuma dubiedade, para que os agentes públicos que vão se utilizar desta lei, para exercer as suas funções, não sejam levados a uma omissão ou a uma ação sem a devida segurança jurídica.

Então, o Brasil, pelo art. 1º da Constituição, é um Estado democrático de direito, ou seja, a lei é que impera, a lei positivada, a lei escrita. E a Lei Complementar 95, que estabelece como nós devemos fazer uma lei, é bem clara que a lei tem que ser precisa e descrever qual é o objetivo dela.

E, mormente a lei penal – e aí falo também como professor de Direito Penal e Processo Penal –, a lei penal, para nós identificarmos e vermos que esta lei não traz segurança jurídica, Excelência, deixa bem claro que nós temos a chamada teoria do crime. E, na teoria do crime, nós temos vários conceitos, nos quais nós não vamos nos alongar, mas valem o conceito formal de crime, o conceito material e o conceito analítico.

Quando eu vou analisar a feitura desta lei, eu tenho que analisar tendo em vista estes conceitos já afirmados ao longo da história da humanidade. Esses conceitos buscaram o fundamento no direito grego, porque, no direito grego, o crime era definido na relação entre o cidadão e a própria sociedade, o indivíduo e a sociedade; já no Império Romano, era o cidadão sujeito ao poder do Estado; e o Brasil veio evoluindo, até nós chegarmos ao Estado de direito. E, no Estado de direito, a nossa lei penal, o Código Penal traz isso de forma bem clara, no seu art. 1º, em que ele fala a definição de crime, e, ao definirmos crimes nesse conceito analítico, ele traz bem claro os elementos do crime.

Eu tenho que ter a tipificação, eu tenho que ter a culpabilidade. Então, ao trazer os elementos do crime e a ilicitude, esses três elementos têm que estar bem claros quando eu vou definir um tipo penal. E os grandes penalistas – nós temos grandes penalistas que acabam definindo, seja o Damásio, seja o Mirabete –, ao definirem o tipo penal, deixam bem claro que a teoria e a descrição legal do crime são fundamentais para a determinação da existência de um delito. É o que V. Exa. acabou falando na introdução: ao definir um delito, um tipo penal, eu tenho que deixar de forma bem clara, para que o agente público, para aquele que pode vir, uma vez que esse delito está sendo atribuído a um agente público, mas o tipo penal, de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genérica, nós darmos para a sociedade... Qualquer pessoa tem que saber o seguinte: qual é a minha conduta, qual é a conduta que é reprovável? Então, é assim no furto, é assim no roubo, é assim na lesão corporal.

E a nossa preocupação, e mormente falando de Brasília, mas não só de Brasília, porque as polícias militares são as instituições que primeiro operam num cenário de um legítimo direito de manifestação, seja que entidade for... A Constituição, no art. 5º, apenas exige que seja feita a comunicação prévia ao órgão público, mas, Senador Izalci, até hoje nós não temos regulado. Eu, como Presidente de uma associação, a quem dirijo a minha comunicação para fazer uma manifestação? A quem eu dirijo? Até hoje, não tem. Então, uma pessoa pode ir à polícia militar, à polícia civil, à polícia rodoviária, a uma secretaria de segurança e ela não pode ser impedida de fazer a manifestação, a não ser que haja uma manifestação já agendada para o mesmo local previamente.

Então, a primeira coisa é isto: nós não temos nenhuma lei dizendo a quem eu dirijo o meu pedido para me manifestar em local aberto ao público, para que eu possa exercer o meu direito constitucional. Então, a questão não é essa.

Mas nós vamos mais profundo ainda, Senador Izalci, porque esta lei que instituiu a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito veio substituir a antiga Lei de Segurança Nacional, e a Lei de Segurança Nacional era muito criticada pelos movimentos sociais, mas, desde que houve a anistia e o processo de redemocratização do Brasil, a Lei de Segurança Nacional foi pouco aplicada. Nós não tivemos, desde a Constituição de 1988 até os dias atuais, cem inquéritos na Lei de Segurança Nacional. Aí veio a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. Nós temos milhares de inquéritos, milhares de processos. Alguma coisa está errada, e nós temos que analisar isso.

Se os movimentos sociais reclamavam da Lei de Segurança Nacional, muito mais essa lei, que está sendo aplicada, no meu entendimento – aí falo também como jurista e pela associação que represento –, de forma muito mais vulgarizada do que a antiga Lei de Segurança Nacional. Aí, eu não tenho segurança para nenhum lado poder atuar, quer sejam as entidades que legitimamente farão as suas manifestações, quer sejam os agentes de segurança pública, que é o objeto desta audiência.

Então, nesse aspecto – e V. Exa. bem abordou –, quando eu vou observar o tipo penal, "impedir, mediante violência ou grave ameaça, o livre e pacífico exercício de manifestação [aí vem] de partidos políticos, de movimentos sociais [...]", em primeiro lugar, quem é que vai caracterizar se esse movimento é livre e pacífico? Quem vai caracterizar isso? Quem vai dizer isso? Esse movimento foi legal? Foi feito o pedido? Então, nós vamos entrar num campo subjetivo e aberto que está fora do objeto desta lei.

Essa lei é de defesa do Estado democrático e ela teria, no meu entendimento, que regular, Senador Izalci, o art. 5º, inciso XLIV. A lei do Estado de direito tinha que regular o art. 5º, inciso XLIV, que diz justamente o quê? A atuação de grupos civis e militares e armados contra a ordem constitucional ou contra o Estado democrático. Tinha que se limitar aqui, porque quando eu começo a abrir esta lei, eu posso pegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer pessoa, posso pegar o Senador da República hoje em dia. Se V. Exa. faz uma manifestação mais assertiva, pode-se instaurar um inquérito contra V. Exa. no Supremo por se manifestar contra o Estado democrático de direito.

Então, a lei, no todo, ficou muito aberta, e esse tipo penal, especificamente, vai inviabilizar a atuação das forças policiais, porque vai gerar uma insegurança. Quem é que vai analisar se aquela atuação foi com excesso ou não foi com excesso?

Eu termino, Senador Izalci, dizendo o seguinte: o policial e o policial militar, o qual nós representamos, tem o Código Penal comum, tem o Código Penal Militar, tem o regulamento disciplinar, tem a Lei de Abuso de Autoridade, tem a Lei de Tortura, com inúmeros tipos penais. Então, tecnicamente, se nós queremos discutir qualquer excesso, isso já está largamente tratado na Lei de Abuso de Autoridade. Então, se ainda assim, queremos discutir outras situações particulares, vamos manter esse veto e fazer essa discussão no campo próprio, que é na Lei de Abuso de Autoridade – aí sim. Ali nós temos a possibilidade de fazer uma tipificação adequada e que dê segurança para as forças policiais.

Em Brasília – V. Exa. bem conhece a história –, toda semana tem manifestação, e aí, dependendo de quem estiver no poder, vai ser interpretado de uma maneira ou de outra, e nós não podemos agir e dar essa insegurança jurídica para as forças policiais do Brasil.

Muito obrigado, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Coronel Miler.

Passo agora, então, a palavra ao Sr. José Luís Santos Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da Polícia Militar.

O SR. JOSÉ LUÍS SANTOS SILVA (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Izalci. Na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais presentes, muito bom-dia a todos.

Em nome do Coronel Paulo Coutinho, Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais, nós inicialmente agradecemos ao senhor pela oportunidade de podermos tratar de um assunto que nos é tão caro.

Conforme mencionou brilhantemente o Coronel Miler, essa matéria tem causado grande preocupação junto às instituições, dada a relevância e a importância do assunto no que tange à atuação das instituições.

A insegurança jurídica a qual o senhor fez referência, e o Coronel Miler aprofundou a questão sob o ponto de vista técnico-jurídico, é, para nós, algo fundamental. Seguramente, a gente terá... E isso nós temos ouvido muito... Essa foi uma preocupação inclusive que o nosso Subtenente Gonzaga traz, ao longo desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período que tanto vem debatendo conosco essas situações, junto à tropa, esse clamor muito grande dessa preocupação, e seguramente o Heder vai, mais adiante, falar um pouco dessa questão, dada a preocupação de pais e mães de família que estarão diante de uma situação gravíssima, impossibilitados, temerosos de atuar, dada essa condição que é posta pela falta de clareza quanto às definições constadas nesse texto.

Então, o Coronel Miler, quando pontua essa questão da subjetividade, é algo que, para nós, que atuamos como agentes da lei, é muito complicado. Daí a necessidade de estabelecermos isso. E talvez a própria Lei de Abuso de Autoridade, conforme o senhor salienta, seja a sede, o local onde nós possamos enfrentar isso de maneira mais tranquila.

Então, inicialmente, essas seriam as minhas palavras. Mais uma vez quero agradecer ao senhor a oportunidade e imaginar que isso possa hoje causar essa mudança de alguns segmentos em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Ótimo.

Obrigado, José Luís.

Passo a palavra agora a Heder Martins de Oliveira, que é o Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero, na pessoa do nosso Senador Izalci, primeiro, parabenizar e agradecer V. Exa. por todo o trabalho que tem feito em nome da segurança pública, principalmente na aprovação da nossa LOB, assim como ocorreu também com a Polícia Civil. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar os trabalhos de V. Exa. quando Deputado, e, como Senador, também continua a nos defender e a defender o Estado brasileiro.

Cumprimento o Coronel Miler, o Coronel José Luís; o Márcio, com quem tivemos a oportunidade de estar durante o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e de lá nós construímos alguns temas; evidentemente, esse tema passou a largo da discussão lá no fórum, mas, enfim, a pauta segurança pública é sempre muito tomada e, por ser muito densa, ela, às vezes, afunila a discussão.

É importante ressaltar aqui que nós estamos... O Congresso Nacional é uma Casa incongruente... As pessoas são representadas na Câmara, e é fundamental essa audiência aqui, porque V. Exa., assim como todos os demais Senadores, representam o Estado brasileiro, e essa matéria nada mais é, nada mais traz do que uma situação que vai afetar o Estado brasileiro.

Por exemplo, eu até poderia aqui fazer alguns apontamentos jurídicos legais, mas eu me sinto contemplado pela fala do Coronel Miler, mas eu quero chamar atenção para algumas questões.

Senador, eu sou Subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais. Até recentemente, fui Presidente da Federação Nacional de Praças Policiais e Bombeiros Militares. Nós temos aqui dois coronéis e temos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um coordenador da Senasp, no Susp. As ações policiais são desencadeadas a mando... Em algumas ações que são mais – como eu posso dizer? – difíceis de serem lidadas, nós, nos estados, somos subordinados aos Governadores. Nós não queremos atuar, por exemplo, em desocupação, mas nós somos obrigados.

Em muitas ocasiões, por cumprimento de mandados judiciais, quem faz a desocupação são as polícias militares, Márcio. A mando de quem? Do Governador.

Nós tivemos um Presidente da República que foi Governador de Minas, o nosso saudoso Itamar Franco. Quando ele saiu da Presidência da República e assumiu o Governo de Minas, nós tivemos um "processo" – abro aspas. Partiu, então, do Fernando Henrique querer privatizar, fazer alguma coisa com a nossa Cemig. Ele mandou a Polícia Militar ocupar aqui em Furnas, e ninguém poderia entrar ali, nem a União. Ou seja, as ações de Polícia Militar, Dr. Márcio – e o senhor é a pessoa fundamental para nós nesse processo –, são desencadeadas a mando e ordem do Estado brasileiro. Os Governadores... Os nossos comandantes-gerais, os nossos coronéis, os comandantes de batalhão, eles cumprem ordem. O Governador atua ou não atua. Em muitas ocasiões, nós cumprimos ordem do próprio Poder Judiciário.

E aqui me causa, assim... Eu vou focar muito na questão da violência. O que é violência?

Para a imprensa, tudo o que a polícia militar no Brasil faz é violência. Nós tivemos agora, recentemente, no jogo do Brasil e Argentina, a Polícia Militar, o Bope, lá do Rio de Janeiro, parado, lá fora. De repente, começa aquela confusão toda. A impressão é: a polícia não vai atuar. Você chega, e a turma já generalizada, formada. Como é que você atua? E o que a imprensa diz? Violência. Todas as ações policiais praticamente, sem exceção, são tratadas como violência.

O que é violência e o que é o uso da força para conter a violência? Ocorre que, no gênero, tudo o que a polícia militar faz é violência.

E aí nós temos aqui, por exemplo, fosse aqui no dia 8 de janeiro ou em estados, diversas operações conjuntas para controle de estudo. A punição aqui é somente ao militar. O que vai acontecer se um policial civil estiver numa mesma operação? Nada. A guarda civil? Nada. Porque um capítulo que está à parte diz, no inciso III do art. 2º: "reclusão de 4 a 12 anos... III – de metade, cumulada com a perda do posto e da patente ou da graduação...".

Isso não se aplica ao policial civil; não se aplica ao policial rodoviário federal; não se aplica ao policial federal; às guardas municipais, porque quem tem patente e graduação é militar. Então, tem uma lei específica para punir apenas um dos integrantes do art. 144 da Constituição Federal.

Se nós tivéssemos aqui, se essa lei estivesse em vigor... Aí, vamos ao campo das hipóteses, porque eu posso encontrar também quem quer argumentar contrariamente à minha tese, mas, se estivesse em vigência essa lei no dia 8, tudo o que os militares, que as forças de segurança pública fizeram aqui em janeiro estaria acobertado, porque, se ele fizesse uma intervenção, ele estaria punido por isso. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comandante ia assumir de colocar a sua tropa para fazer uma intervenção, sabendo que lá, na ponta da linha, seriam todos excluídos? Porque é muito claro o que está aqui – é muito claro.

E outra coisa que nos preocupa, Senador: o Estado brasileiro se organiza para amordaçar, algemar, impedir que as forças de segurança promovam a segurança. Quem, a partir... Se, eventualmente, esse veto for derrubado, Dr. Márcio, quem nos garante... É muito triste isso, usar como exemplo o Rio de Janeiro. É muito triste, é lamentável.

O crime organizado é tão organizado, e mais organizado que o Estado, que basta criarem lá uma associação – uma pseudoassociação – com o nome de morador da A, B, C ou D, e promover um manifesto em praça pública, descer a Avenida Brasil ou sei lá das quantas lá, porque é uma associação que está fazendo a manifestação. Porque, do jeito que o Brasil é – tem um tipo penal que fala "associação criminosa" –, daqui a pouco eles vão entender que é associação criminosa, e você não pode combatê-la também não, porque é associação no gênero. É claro que não o é, mas as interpretações nossas são assim. Então, causa-nos muita preocupação.

E outra coisa: numa operação, quem vai ser punido é a ponta da linha, é o praça, é quem está lá fazendo a contenção. Porque, se você está a fazer uma contenção, você vê vindo, você tem que, infelizmente... Não era para ser assim! Existem os meios e o uso progressivo da força da contenção. Os modelos são: o *spray* de pimenta; o outro, a tonfa, o bastão... E pune-se o agente que defende o Estado, quando, na verdade, para quem do lado de lá está, sabendo que de cá você tem homens e mulheres fardados representando o Estado, é direito de manifestação. Então, em que medida nós vamos separar o que é violência do que é contenção, do que é preservar o Estado brasileiro?

E aí me chama a atenção que o Capítulo V traz "Dos Crimes contra a Cidadania". E a cidadania dos profissionais de segurança pública? E a dignidade daquele que está defendendo o Estado brasileiro, Senador? O que ele vai fazer?

Eu vou dizer aqui para V. Exa. agora e correndo todos os riscos, Dr. Márcio: se esse veto for derrubado, falo para você, praça, policial e bombeiro militar, cruze os braços em qualquer manifestação, porque você não pode trocar a sua dignidade, trocar o salário da sua família, trocar a sua segurança jurídica para defender um Estado que não quer que você atue. Não atue! Cruzes os braços! Saia da frente! Responda por omissão, porque qualquer advogado tão ruim quanto eu vai defender que você não poderia atuar porque você seria responsabilizado individualmente.

Porque quem é responsabilizado não é o Estado, Dr. Márcio; é o homem, é a mulher, é aquele que está lá. E, aí, nos vêm dizer o que está no Capítulo V, "Dos Crimes contra a Cidadania".

E aí nós precisamos aprofundar que não dá mais para ficar com essa espada sobre nossas cabeças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse veto está para ser votado, derrubado ou mantido desde 2021. Isso vai ficar até quando? Nós, as polícias... Eu tendo a acreditar que não, mas, quando a gente faz uma leitura, que não precisa ser nem de hermenêutica, isso aqui tem um cunho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Obrigado.

Isso aqui para mim tem um cunho: é Polícia Militar, porque quem faz a contenção, quem está na... Aqui não fala "forças de segurança". Isso aqui é aplicado. Só faltou escrever: as polícias militares... Não precisa de hermenêutica para entender isso aqui, não. Não precisa, em momento algum. A leitura simples já nos faz concluir isso.

Então, por exemplo, nós tivemos agora... Por exemplo, eu, Presidente de uma associação... Nós, em Minas, tivemos, no ano de 2020, o embate com o Governo do estado por uma recomposição salarial. Nós colocamos 60 mil pessoas na rua. Não tivemos problema nenhum. Graças a Deus, não tivemos problema nenhum, mas eram 60 mil pessoas. Existem diversos e n movimentos que se organizam para reivindicar o que é legítimo. Agora, em que medidas eles mantêm o *status* de não ultrapassar o limite da reivindicação e não passar para o vandalismo?

Quando nós vimos, em dezembro do ano passado, que queimaram ônibus aqui... Aquilo tem que limite? Qual é o limite? O problema é que, pós-evento, as nossas ações são identificadas, são apuradas, são monitoradas com lupa. O impedir aqui... Impedir em que medida? É a partir da linha de contenção? É a partir da hora em que se reúnem lá em frente às Forças Armadas? É quando fazem a caminhada pacífica?

Em junho de 2013, em Minas Gerais, nós acompanhamos, em vários momentos, a descida da rua, a descida de todo mundo, fazendo batedores, até o momento em que houve uma turba e você teve que agir.

Então, entender a polícia militar, um órgão que é uma agência permanente de Estado, como inimiga da cidadania – eu vou plagiar um amigo meu que está em Minas – é o fim do mundo. É o fim do mundo.

E V. Exas., aqui no Senado, que defendem o Estado brasileiro, precisam olhar com muita tranquilidade para esse capítulo e inciso, porque nós estamos falando de limitar a ação de órgãos permanentes de Estado – de órgãos permanentes de Estado –, não de governos, porque nós temos governos que determinam que ocupem Furnas para que ela não seja tomada pela União, mas nós temos governos que determinam também que não entrem em assentamentos. E a polícia militar age de acordo com seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governadores. E aí as suas diversas matizes ideológicas é que fazem com que haja uma atuação das polícias militares, porque aqui não se aplica a outros que não seja a polícia militar do Brasil como um todo.

E, enquanto o Estado brasileiro não olhar que parte, Dr. Márcio, da solução do problema para a segurança pública são as polícias militares, e não a causa do problema, nós vamos ficar criando políticas de inibição da ação das polícias militares no Brasil em detrimento de uma segurança muito maior, *vide* o Estado do Rio de Janeiro, *vide* o PCC, que é mais organizado do que o Estado brasileiro no campo da segurança pública. Uma ordem dada pelo comando do PCC é cumprida no final da linha. Podem acompanhar: ela é cumprida *ipsis litteris* – o que é emanado, o que é determinado na alta cúpula do PCC. E nós não conseguimos.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Heder.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Márcio Júlio da Silva Mattos, que é o Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública.

O SR. MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, eu gostaria de cumprimentá-lo, no início das minhas palavras, e fazer um cumprimento em meu nome, mas em nome do Dr. Tadeu Alencar e do Dr. Elias Vaz, Secretário Nacional de Segurança Pública e Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, respectivamente. Cumprimentando o senhor, cumprimento os demais integrantes dessa mesa.

Eu acho que nós estamos diante de uma oportunidade única, Coronel Miler, de debater não apenas o tema dos vetos, mas uma questão de fundo muito mais ampla, que é a inserção das próprias instituições de segurança pública no contexto democrático.

Acho que a porção pusilânime do meu ego raramente se projeta da maneira como vai se projetar hoje, e eu vou me servir de dois recursos para fazer a minha fala. O primeiro deles é me socorrer das falas daqueles que me antecederam, em particular, Heder – permita-me –, da sua fala e da do Coronel Miler. Em particular, pela defesa do enquadramento jurídico da maneira como o tipo penal está sendo colocado; e, no seu caso, Heder, pela forma enfática como você defende a inserção das polícias militares e a atuação das polícias militares. Acho que, como uma fala inicial, eu rendo homenagens não apenas à atuação das polícias militares, mas a todos os profissionais de segurança pública do país, que de fato são os grandes bastiões da atuação republicana, da atuação das nossas bases democráticas mais profundas.

Esta é uma oportunidade, Senador, de discutirmos algo fundamental para o funcionamento de qualquer democracia, não apenas da democracia brasileira. Entre eles, a gente está falando especificamente de um veto em cima do tipo do art. 359-S, mas estamos tratando aqui de três outros tipos e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstância de aumento de pena, de agravamento de pena, cuja manifestação do Governo Federal, da área técnica do Governo Federal, é pela derrubada dos vetos integrais.

Eu me sirvo agora da leitura de parte dessa justificativa para antecipar a minha fala.

Coloca-se, em primeiro plano, a defesa ao direito de manifestação, a livre manifestação, a livre associação, a manifestação livre do pensamento, que em termos gerais circunscrevem uma série de outros direitos fundamentais. No ambiente democrático, cidadãos e cidadãs devem poder se reunir e manifestar de maneira pacífica, e cabe ao Estado, Coronel Miler, garantir a ordem e a segurança.

Não é verdade que não existam protocolos que estabeleçam mecanismos de aviso prévio às manifestações. Eles existem. Eles podem ser insuficientes, eles podem ser ainda precários, eles podem ser insuficientes para a complexidade da sociedade em que a gente se insere hoje, mas eles existem. Existem no Distrito Federal, existem em São Paulo – eles existem.

Mais do que isso, regular a atuação das organizações em defesa do direito de livre manifestação, ao direito de expressão do livre pensamento, de associação e de manifestação desse livre pensamento, é uma obrigação – e o senhor tem toda a razão – do Estado. Não é pela ausência da atuação do Executivo que o Legislativo vai se furtar a regular o tema.

Estivemos diante de um sem número de situações, num passado próximo, que colocam em primeiro plano a relevância de se atuar face a essas situações concretas, porque, Heder, isso já é feito, só que hoje, discricionariamente, está no profissional que está na ponta. Em muitos casos, o Estado deixa de regular, e essa responsabilidade recai sobre o profissional que está na ponta, não apenas sobre a tomada de decisão de quando agir; é papel do Estado estabelecer o como agir, como os profissionais que estão na ponta devem agir: quando avançar, quando não avançar, quando formar determinado tipo de disposição.

Mais do que isso, a gente continua falando do dispositivo do art. 359-S, e a gente está se apegando a ele porque, de fato, ele tem um caráter central para esse capítulo e um caráter central no veto, mas existem outros tipos que estão sendo tratados aqui, e, sobre os outros tipos, a gente ainda não dedicou suficiente atenção.

Eu gostaria de dedicar atenção, em particular ao tipo do art. 359-O, que recebeu o título de "Comunicação enganosa em massa". A despeito de parecer não haver conexão entre os diferentes tipos que são tratados no mesmo capítulo, de fato, o que se está tutelando no capítulo, de uma maneira geral, não apenas como uma questão de fundo, mas que se projeta na discussão principal, é a tutela do Estado democrático de direito, é a forma como não apenas a expressão, mas a vontade das pessoas acaba se exprimindo, quer seja em manifestações, quer seja em manifestações individuais, e não públicas, Coronel Miler. Como o Estado vai lidar com isso? Acho que essa é uma questão de fundo que se projeta em primeiro plano, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos diante de um texto perfeito; temos um consenso diante disso. O texto objeto desses vetos é um texto que merece ser aperfeiçoado. Sem sombra de dúvidas, não estamos diante do melhor texto legal, e a manifestação formal do Ministério da Justiça, que foi encaminhada, é uma manifestação nesse sentido.

Ainda assim, o posicionamento do Governo Federal é no sentido da derrubada dos vetos em virtude da importância dos bens tutelados. A gente reconhece que é papel do Executivo regular essas atuações, e não apenas das forças de segurança, mas o papel de regular a atuação dos seus profissionais de uma maneira geral vai ter de ser preenchido, e essa questão tem de ser enfrentada. E, se o impulso está sendo dado pelo Legislativo, que assim o seja.

Acho que para a primeira fala, Senador, esses são os comentários iniciais que eu gostaria de enfatizar em nome do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bem, agradeço.

Eu vou aproveitar, tem aqui algumas questões... Já que foi falado dos outros vetos, tem aqui algumas indagações, e aí também, se puderem, nas considerações finais, fazer algum comentário, agradeço.

É evidente que a preocupação maior nesta audiência é com relação ao art. 359-S. Essa é a maior preocupação e é o entendimento que nós estamos buscando com o Governo para a gente poder fazer um acordo com relação a isso. Mas eu vou arguir aqui com relação ao veto do art. 359-O do Código Penal, na forma do art. 2º do PL 2.108.

Argumenta-se que a proposição legislativa contraria o interesse público por não deixar claro qual conduta seria objeto de criminalização – se a conduta daquele que gerou a notícia ou daquele que compartilhou, mesmo sem intenção de massificá-la –, bem como enseja dúvida se o crime seria continuado ou permanente, ou mesmo se haveria um tribunal da verdade para definir o que viria a ser entendido por inverídico a ponto de constituir um crime punível pelo Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro 1940, que é o Código Penal, o que acabaria por provocar enorme insegurança jurídica.

V. Sa. concorda que o núcleo seria obscuro? Há alguma dúvida de que a reprimenda recai sobre as condutas de promover ou financiar? O dispositivo vetado encerra crime continuado ou permanente? Qual é a relevância disso para a aplicação da pena? São algumas indagações sobre o art. 359-O.

Com relação ao art. 359-Q do Código Penal, na forma também do art. 2º, as razões são de que a proposição legislativa contraria o interesse público por não se mostrar razoável para o equilíbrio e a pacificação das forças políticas no Estado democrático de direito, o que levaria o debate da esfera política para a esfera jurídico-penal, que tende a pulverizar iniciativas para a persecução penal, em detrimento do adequado crivo do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, não seria atribuição de partido político intervir na persecução penal ou na atuação criminal do Estado. V. Sa. concorda que o Ministério Público seja o único legitimado para a persecução penal, sem nenhuma possibilidade, ainda que residual, do ofendido? Essas são indagações com relação ao art. 359-Q.

Com relação ao art. 359-S, que é exatamente do Decreto 2.848, de dezembro de 1940, com a redação do art. 2º do projeto, as razões são de que a proposição legislativa contraria o interesse público ante a dificuldade de caracterizar, *a priori* e no momento da ação operacional, o que viria a ser manifestação pacífica, o que geraria grave insegurança jurídica para os agentes públicos das forças de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Isso poderia ocasionar uma atuação aquém do necessário para o restabelecimento da tranquilidade e colocaria em risco a sociedade, uma vez que inviabilizaria uma atuação eficiente na contenção dos excessos em momentos de grave instabilidade, tendo em vista que manifestações inicialmente pacíficas poderiam resultar em ações violentas, que precisariam ser reprimidas pelo Estado.

Em que elementos, num caso concreto, as forças policiais se baseiam para identificar se a manifestação é pacífica? A ocorrência de episódios de violências isoladas pode descaracterizar completamente uma manifestação tida como pacífica?

Essas são algumas indagações.

Eu, já há algum tempo, manifestei a minha preocupação com relação a esse veto – em especial, o 359-S. Lógico, os outros também, mas o S é que... Como foi dito aqui pelo Heder, eu não tenho nenhuma dúvida de que, em qualquer manifestação... E olha que nós já tivemos aqui na Esplanada diversas manifestações pacíficas, mas, em um determinado momento, um ou outro aí começaram a quebrar tudo.

E, aí, a minha preocupação é que, de fato – e é o que vai acontecer, a meu ver –, os policiais evitarão de tomar qualquer atitude, com preocupação de perder sua patente, seu cargo, sua graduação e ainda ser punido eventualmente. Então, essa é a nossa maior preocupação.

Se o Governo concorda já, inclusive, com a redação que não é a mais adequada, então que a gente possa manter o veto e mandar para o Congresso uma redação que seja a mais adequada.

O que eu vejo é que a derrubada desse veto pode trazer muita insegurança, ainda mais eu, particularmente, que tive já conversa no Ministério da Justiça, em que defendo veementemente uma política e uma polícia de Estado, e não uma polícia de governo. Tive declarações já pessoais e públicas até de que o Ministro defende realmente uma polícia de governo, que é a Força Nacional, que eu entendo como polícia de governo. Então, a gente fica ainda mais preocupado diante dessas manifestações.

O objetivo desta audiência foi nesse sentido, que as pessoas precisam entender o risco que nós estamos correndo, a sociedade está correndo, de não ter segurança adequada nesses momentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente. E, aí, essa insegurança pode trazer muitas situações que inviabilizem realmente a segurança pública.

Então, nós teremos, provavelmente nesta semana ainda, uma reunião do Congresso para a derrubada dos vetos ou a manutenção dos vetos e a votação dos PLNs, da LDO e, inclusive, da LOA, e a gente precisa encarar isso aqui com muita seriedade.

A Polícia Militar, que especificamente eu acho que é o que a gente está tratando aqui, porque não afeta a Polícia Civil, como foi dito aqui... Patente, graduação, a gente só tem na corporação do bombeiro e da Polícia Militar. Aqui, evidentemente, pode até afetar os bombeiros também, mas quem faz o combate são as polícias militares, que fazem esse trabalho.

Então, o que a gente precisa resolver aqui é como organizar, para a gente discutir essa matéria. Se há o reconhecimento, e é o que eu solicito aqui do Ministério da Justiça, que a gente possa, nesse caso em especial, talvez manter o veto e discutir uma redação mais adequada. Talvez pelo ministério, via projeto de lei de regime de urgência, alguma coisa assim, que o Executivo mande para cá uma proposta de uma redação mais concreta, para que a gente possa dar mais segurança jurídica a essa atividade tão importante dos profissionais da segurança pública.

Eu vou, então, passar a palavra, na mesma ordem em que iniciamos, para as considerações finais...

Sr. Subtenente Gonzaga, o senhor quer se manifestar?

Pois não.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (Para expor.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Bom dia.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA – Bom dia a todos da mesa.

Primeiro, quero agradecer muito ao Senador Izalci, porque ele, de fato, é o Senador que assumiu essa causa aqui publicamente e tem sido o grande responsável para que haja espaço, pelo menos, para uma tentativa de construir um acordo sobre esses vetos, não é? Esses vetos não foram votados ainda por falta de acordo. E, se o modelo que nós estamos vivendo no Congresso é de ser por acordo, então é necessário que a gente abra esse espaço de acordo.

Eu quero aqui me dirigir ao Dr. Márcio.

Acho que a presença do senhor aqui, representando o ministério, representando o nosso amigo Tadeu – mande um abraço a ele –, tem uma importância. E, ainda que o senhor traga uma posição do ministério, eu quero crer que o senhor traz também uma esperança para nós, porque, efetivamente, esse art. 359-S

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromete, de um lado, a capacidade do Estado em agir e, de outro, pune individualmente, como já foi colocado aqui.

O que é que eu quero dizer? Eu quero que a gente saia daqui desta audiência – e essa é a minha grande expectativa com esta audiência – abrindo um espaço de negociação com o ministério.

Falando aqui numa perspectiva dos militares, porque eu dialogo sempre, eu já estive no ministério, já estive com o Elias, já estive com o Dr. Jefferson, já estive com a Dra. Andréa, já conversei aqui com o Senador Randolfe, já conversei na Liderança do Governo, mas sempre qual é a orientação? "É o ministério que vai definir." E é mesmo; nós sabemos como é que funciona essa dinâmica.

Então, o ministério precisa, na nossa compreensão, abrir essa negociação conosco, abrir essa discussão conosco, com as polícias militares, lideradas pelo Senador Izalci, que já está fazendo isso, mas nós não podemos, a cada sessão do Congresso que se marque, entrar em pânico aqui porque não temos com quem dialogar. Se dialogarmos com o Senador Randolfe, ele nos ouve, mas "é o ministério que vai dizer"; se nós conversarmos com o ministério, como eu conversei, ainda falta a posição do Ministro.

Então, o que eu peço aqui, em nome desses quase 500 mil militares, que estão de fato ansiosos, é: não há... A manutenção desse veto não implica impedir manifestação.

O direito à manifestação está consagrado, está garantido. Nós estamos querendo evitar, com a manutenção desse veto, que policiais cumprindo missão tenham risco de ser demitidos. E isso pode acontecer todos os dias. É da dinâmica diária das polícias militares atuar.

Com certeza absoluta hoje, em algum lugar deste país, tem um grupo de policiais militares na contenção de um evento público, coletivo. Então, será que é justo o Governo... Porque agora é o Governo; não é a lei. Agora é o Governo. Nós não estamos discutindo a lei – a lei está vetada –, nós estamos discutindo uma decisão de Governo.

Será que é justo o Governo impor essa condição a esses profissionais todos os dias? Porque nem todos os eventos são programados; às vezes, eles acontecem. Você está no turno de serviço, o evento aconteceu, você vai lá atuar.

Então, será que é justo o Governo, que tem neste momento a tranquilidade de fazer um debate, o tempo para fazer esse debate, será que é justo o Governo impor essa condicionante aos policiais militares para todos os dias de serviço? Já não basta o confronto diário da violência? Não falta instrumento jurídico, como já foi colocado, para punir o malfeito? Não falta instrumento jurídico para garantir o exercício da cidadania de manifestação?

Então, o que nós estamos buscando – e a minha esperança com a presença do senhor aqui, que é a presença do ministério – é que, de fato, a gente comece a ter um espaço de negociação desse veto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazemos um apelo: que a gente consiga manter, que o Governo decida pela manutenção do veto do 359-S. E os demais, ainda que se tenha um prejuízo direto para os militares por conta da perda, mas não dialogam com uma função institucional.

Uma coisa é eu sair de casa e cometer um crime – como militar eu tenho uma majoração da pena; outra coisa é eu sair para trabalhar e, por conta do meu trabalho, eu tenho a majoração da pena, sendo que nós todos sabemos – o senhor mesmo disse – que não falta instrumento para garantir a livre manifestação, o exercício da cidadania.

Mas o Governo, neste momento... Agora é ação de governo. Este Governo tem a oportunidade de reconhecer ou de impor mais essa condicionante de um estresse permanente para todo policial, e para sempre.

Como o senhor sabe muito bem, todo dia é dia de uma manifestação, e nós queremos garantir essa manifestação.

Então, o meu apelo é o de que a gente, de fato, tenha um espaço de negociação com o ministério, que é quem vai dar a palavra final nessa orientação para o Governo.

Obrigado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Gonzaga.

Quero registrar aqui a presença do nosso querido Senador Hamilton Mourão.

Indago a V. Exa., Hamilton, se V. Exa. quer fazer alguma colocação sobre o Veto 46, que nós estamos discutindo aqui?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, por enquanto não, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu concordo com a posição que o Gonzaga externou. Não há mais o que comentar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado.

Eu vou passar, então, para as considerações finais, na mesma ordem, mas, de fato, o nosso objetivo, desta audiência pública, primeiro é esclarecer bem isso, porque muitos Parlamentares até não tinham analisado bem as consequências de uma derrubada desse veto. Então, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a colocação feita pelo nosso querido subtenente, com relação ao ministério, é importante – não é, Gonzaga? –, porque a gente já trabalhou isso, e o objetivo mesmo é a gente chegar a um acordo, para a gente poder, realmente, dar uma redação que dê segurança jurídica.

Vou passar, então, para o Coronel Miler, para as suas considerações finais.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA (Para expor.) – Agradecendo mais uma vez, em nome do Coronel Marlon, Presidente da Feneme, pela audiência, pelo requerimento de V. Exa., na Presidência, saudando S. Exa. também, o Senador General Mourão pela presença.

Eu queria colocar dois aspectos.

Se esse tipo penal estivesse em vigor em 2017, a PM de Brasília estaria toda presa, na manifestação de 2017. Quebraram tudo, fizeram manifestações, então todos estariam presos, em 2017, com esse tipo penal. Sem esse tipo penal, em 2023... E aí, contrapondo a sua fala, Heder, eu tenho oficiais da PMDF presos. Eu tenho um comandante-geral que, com a cabeça rachada, foi preso por omissão. Eu tenho um coronel, de férias, que veio para trabalhar, que sofreu lesões e que está preso por omissão.

Então, vejam que a existência ou não de um tipo penal, como ele pode causar posições divergentes, de acordo também com a política de governo.

E eu volto a dizer, Senador Izalci, que existem homens que defendem princípios; tem homens que defendem o governo. Eu quero dar um exemplo aqui nesta Casa.

A Senadora Heloísa Helena, quando era Líder do PT, sempre trabalhou contra a reforma da previdência. E, quando ela aqui, liderando aqui no Senado, veio a reforma da previdência do Governo Lula, ela votou contra. Aí ela foi indagada, pelo Senador Mercadante, que ela não poderia votar contra. Ela falou: "Por princípios, eu defendia quando era oposição e continuo defendendo, eu sendo situação". Aí o Mercadante falou para ela assim: "Heloísa, você tem que entender que existe a teoria da convicção e a teoria da responsabilidade, porque agora nós somos governo".

Então, nós não podemos, as polícias do Brasil não podem ficar à mercê de políticas de governo, e sim políticas de Estado.

Eu queria colocar aqui também, além do magistério, eu fui...

(*Soa a campainha.*)

... policial militar de tropa. E, enquanto policial militar de tropa, eu tive duas situações que se encaixariam bem na fala do próprio Gonzaga e do Heder. Eu cheguei a uma situação em que eu recebi um mandado de reintegração de um juiz, dando-me prazo para operar em 24 horas, sob pena de crime de desobediência. E, quando o juiz me deu esse mandado, eu fiz o levantamento do local, e eram mais de mil pessoas – mulheres, grávidas, crianças... Falei: "Se eu entrar com a tropa de choque, eu vou ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilizado, e o dano que vai ser causado". Eu fiz um ofício ao juiz e falei: "Quero cumprir em 24 horas, mas preciso da presença de V. Exa. aqui com o Ministério Público, porque pode acontecer isso, isso, isso e isso". Nunca mais recebi de volta o mandado de reintegração.

E uma outra, lá na Zona Norte de São Paulo, às 18h, à noite, recebi um mandado de reintegração, ordem do Governador, ordem do Secretário, ordem do Comandante-Geral, ordem do Delegado-Geral da Polícia Civil, para fazer uma reintegração de posse com mais de 2 mil pessoas. Eu, com dois pelotões de choque, se eu adentrasse, a mesma situação: criança, mulheres e tudo. Como é que eu, às 18h, faria essa operação?

Agora, o policial militar não pode questionar a ordem que ele recebeu. Ele não é parte do processo. Ele tem que cumprir. Mas, pela graça de Deus, na hora ali, eu vi o Padre Ticão, líder espiritual do movimento, e vi o Lajolo, líder do PT, administrador regional da Freguesia do O. Quando eu cheguei com a tropa, eles foram saindo. Eu segurei os dois e falei: "Não". Chamei a imprensa e falei: "Os senhores fiquem aqui, porque eu vou ser obrigado a cumprir a ordem da Justiça, do Governador, do Secretário Goner, mas posso não cumprir se os senhores ajudarem o movimento a sair pacificamente".

Se eu não tivesse tido essa iluminação, essa perspicácia, aconteceria uma fatalidade, e eu não estaria aqui, talvez estivesse preso até hoje.

Então é muito fácil, como falou o Heder, Heder, é muito fácil dar as ordens, é muito fácil determinar, e depois nós vamos ser julgados de acordo com a conveniência de cada um e interpretando o tipo penal da maneira que quer. E nós não podemos ter, no Estado de direito, que é princípio, um tipo penal interpretado, ainda mais que a mesa, que ficou clara, que a norma não está perfeita. Se não está perfeita, e no estado em que nós estamos, em que o juiz pode interpretar da maneira que quer, e não pode, nós temos que dar, esta Casa tem que dar uma norma perfeita.

Por isso que eu volto a dizer a V. Exa., ou seja, o atentado contra o Estado democrático de direito não é um atentado contra direitos fundamentais. O direito de manifestação é um direito fundamental, que, violado, vai responder na forma da lei de abuso e os crimes que vierem conexos. Mas, trazer o direito de manifestação para um atentado contra o Estado democrático de direito...

Nós não fazemos nenhuma análise internacional do direito comparado. Se eu vou à França, se eu vou à Alemanha, na teoria francesa ou na alemã, um golpe de Estado é ocupação do poder, é tomada do poder, é impedir o poder de funcionar. Isso é teoria milenar do direito, mas nós vamos deixar isso em aberto para ver de novo. E dessa vez, Heder, só oficiais que estão presos, comandando a tropa e lesionados. Então, não é justo.

Por isso é que eu apelo: mantenha-se o veto e vamos discutir no tipo penal próprio, na lei própria, que é a Lei de Abuso de Autoridade, qualquer excesso. Aí estaremos fazendo o quê? Política de Estado, ação de Estado e não ação de governo ou da cabeça de juiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Coronel Miler.

Passo agora, então, para as suas considerações, ao Sr. José Luiz Santos Silva, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da PM.

O SR. JOSÉ LUÍS SANTOS SILVA (Para expor.) – Bem, Senador, mais uma vez agradeço ao senhor pela oportunidade.

Podemos aqui, em nome do Coronel Paulo Coutinho, Presidente do Conselho, defender a manutenção desse veto. Por tudo o que foi dito aqui, ficou comprovado que a quebra desse veto pode ocasionar sérios prejuízos ao Estado democrático de direito, uma vez que traria essa insegurança tão discutida por nós e que acarretará, conforme o Heder mencionou, uma eventual retração dos militares na atuação desses eventos.

Muito obrigado a todos. Muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado.

Agora, também, o Sr. Heder Martins, que é o Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador Izalci, mais uma vez, quero agradecer a V. Exa. pela oportunidade, cumprimentando também o nosso Senador Hamilton Mourão, nossa eterno Vice-Presidente da República, que também ombreia com aqueles mais ligados ao campo da segurança pública na defesa das instituições, aos órgãos permanente de Estado e que atuam na garantia do exercício da democracia neste Brasil.

Digo que, infelizmente, Dr. Márcio, nós estamos vivendo um momento muito ruim, muito conturbado, em que imputam às polícias militares as mais diversas mazelas. Mas durante, Senador Mourão, o exercício mais forte da democracia, que foram as eleições, que são todas as eleições – e no ano que vem nós teremos a eleição, exceto no DF –, quem garante a urna, a inviolabilidade, o exercício mais sagrado de cada indivíduo são as polícias militares.

Por que para alguns aspectos ela tem a importância e a relevância de garantir? Porque somos nós que garantimos o exercício da democracia, nós garantimos o exercício de todos os Governos no Estado, independentemente de corrente ideológica, se é esquerda, se é de direita. Olhando apenas para um campo ideológico, um artigo desse seria como freios e contrapesos às polícias militares. Então, descontextualiza toda a atuação policial militar, porque está muito claro: isso aqui não se aplica aos policiais civis, não tem patente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo, em alguns debates, eles falarem de farda. Farda é para militar. Guarda civil, policial rodoviário federal, policial federal, quando trajados, usam uniforme, farda é típica de militar. Assim como, no tipo, posto e patente são de militar, de ninguém mais – de ninguém mais.

Eu talvez não devesse, mas eu vou fazer um comentário. Por exemplo, o que é que nos preocupa? Minas Gerais, o que eu vou dizer agora, Excelência, estaria fora dessa regra. A perda do posto, que é de oficial, da patente, que é do oficial, e do posto das praças, em alguns estados, Dr. Márcio – e Minas Gerais é um deles, por força da nossa Constituição do estado –, é da Justiça Militar. A dos oficiais obrigatoriamente o é.

Então, o que eu quero dizer, Coronel Miler, nada contra os oficiais, mas isso é um preceito, é uma garantia constitucional. A perda da patente do oficial é do Tribunal de Justiça. Então, se eventualmente, no comandamento de uma operação, ele tiver que ser responsabilizado, a perda dele não vai ser automática, porque essa aqui enquadra, em tese, fazendo uma analogia, na 9.455, que é a Lei de Tortura, porque lá, se a pessoa for condenada a uma prestação de cesta básica, a pena acessória é a demissão.

Ainda que eu o faça por analogia, o inciso III aqui está dizendo a mesma coisa, é uma pena acessória já. Ela só não está escrita como pena acessória, mas o que diz o texto, o tipo penal, de metade cumulada, ou seja, aumenta de 4 para 12, então vai para 18, ou vai para 8, com a perda do posto e da patente ou da graduação, se o crime é cometido por militar. Não está escrito "como pena acessória", mas está escrito, no tipo penal, que se ele for condenado, ainda que seja só pela sua atuação, porque se resultar lesão corporal grave, isso majora mais; se resulta morte, não há nem que se falar.

E ainda assim, às vezes, numa atuação policial militar, num cometimento de um homicídio, no art. 121, você tem as excludentes de ilicitude. Então, aqui nós vamos também, Dr. Márcio, para um conflito com a norma do direito posto, porque em eventual manifestação turba, se eu cometo um homicídio, aqui está dizendo, olha, qual lei vai me aplicar? A do homicídio, art. 121, em que eu tenho as possibilidades das excludentes de ilicitude? Ou vai me aplicar essa lei aqui? Vai depender do julgador. E eu? O que vai me restar? O que vai me restar?

Então, veja bem. E aí, Dr. Márcio, eu vou fazer um apelo a V. Exa., que está aqui, em nome do Governo Federal. Nós que somos base, chão de fábrica, é impossível eu não fazer um discurso aqui agora, e eu vou aproveitar V. Exa., esta oportunidade. O Governo Federal precisa fazer um gesto para as instituições policiais militares de que eles reconhecem a todos nós como parte integrante do sistema de segurança, porque se ele derrubar esse veto, vai ficar nas costas políticas dele aquilo tudo que nós ouvimos todos os dias: "a esquerda não gosta de Polícia Militar". Isso é fato, isso será fato, isso será inegável, porque como bem disse o nosso Deputado Federal Subtenente Gonzaga, é uma ação de governo.

Não estamos mais a discutir o texto da lei. Ele já passou pelas duas Casas, Senador. O que nós estamos a discutir agora é uma orientação de Governo, que, por acaso e neste exato momento, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo de esquerda, e quem inventou é um Governo de direita, e vai ficar implícito para todos nós, no chão de fábrica, que, mais uma vez, o PT não gosta de Polícia Militar, porque não se aplica às guardas municipais, não se aplica à Polícia Federal, não se aplica à Polícia Rodoviária Federal, não se aplica, aqui no GDF, aos agentes de trânsito, porque eles não têm patente e não têm graduação.

A derrubada desse veto implica dizer duas coisas e o risco do que eu disse que eu já assumi aqui e continuo assumindo, Senador. Primeiro, se derrubarem esse veto, você policial militar, você de ponta de linha, responda pelo crime de desobediência com o seu comandante, porque lá você vai para a Justiça Militar e, talvez, você não seja excluído, mas, se você for a uma ação e precisar atuar, abra a porteira, porque se você sair, esse decreto, essa lei, vai demiti-lo. E de fato, nós esperamos do Governo, porque nós somos do diálogo. Nós não vamos aceitar esse discurso dizendo que o PT não gosta de polícia. Eu defendo o praça policial e o bombeiro militar, o homem, a mulher, porque nós somos órgãos permanentes de Estado, não de Governo.

Então, peço à V. Exa. que leve para o ministério essa nossa preocupação. Nós precisamos dialogar, como disse o Gonzaga. Nós precisamos ter um diálogo com o Ministério da Justiça. Diga-se de passagem, abro aqui uma janeira, que nós pedimos uma audiência com o Ministro da Justiça, provavelmente vai para o STF, não sei. Não recebeu os praças. Isso é para que os senhores e as senhoras percebam como o Governo Federal recebe demandas de praça: zero, zero, zero. E aí vai ficar nas costas dele, se não houver um diálogo pela manutenção do veto, que o Governo Federal é contra as polícias militares. Esta é a responsabilidade dos senhores agora no mister.

Desculpe-me por me exceder, Senador, desculpe-me se apelei um pouco para o lado emocional e sentimental, mas é porque chega.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Heder.

Vou passar agora, então, para as considerações do Sr. Márcio, mas reforçando aqui, Márcio, que o nosso objetivo nesta audiência e em todas as conversas que tivemos já nas discussões dos vetos, é buscar realmente um entendimento.

Eu aqui, particularmente, também defendo não só a instituição da Polícia Militar, mas a sociedade, porque na medida em que o policial militar vai ficar impedido de agir em função da insegurança jurídica, isso traz, para a população, mais insegurança.

Então, como foi reconhecido aqui, na sua fala inicial – e também concordo plenamente –, o que a gente precisa trabalhar? O apelo que eu faço é para que leve para o Ministro, para que o Governo traga, na próxima reunião, na tentativa de acordo dos vetos... Que a gente possa manter o veto e o encaminhamento de um projeto de lei, com urgência, ou de uma medida provisória, alguma coisa, com relação a um texto que dê segurança jurídica às forças e também à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo ao Márcio, que é o Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública, para as suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS (Para expor.) – Senador, eu acho que, como considerações finais, dois pontos, na minha opinião, devem ser colocados de pronto.

Primeiro, Gonzaga, acho que, pela maneira como o posicionamento do Governo Federal foi apresentado e como a defesa foi sustentada, já é uma própria manifestação da disposição ao diálogo. Acho que, como mensageiro, isso mais do que está posto, esse espaço para o diálogo. Pessoalmente, eu tenho de ser coerente com essa manifestação de estar presente aqui, o Ministério da Justiça se fez presente aqui. Eu tenho que ser coerente com isso e vou levar as demandas.

Eu vou levar as demandas, eu vou levar para, de fato, quem se manifesta, em última medida, pelo ministério, Senador, e apresentar todas as demandas que foram feitas, e mais do que isso: quer seja de maneira mais emocional, Heder, quer seja de maneira mais técnica e baseada na experiência, Coronel Miler, acho que esses posicionamentos, de maneira geral, têm, todos eles, um pano de fundo comum, que é a defesa de direitos, quaisquer que sejam os direitos defendidos – aqui a gente está lidando com algo que é muito caro para toda a sociedade.

Primeiro é dizer isso, Gonzaga, não apenas para você, mas para todos que estão na mesa, em especial para o senhor, Senador, que a notícia a respeito do funcionamento e dos argumentos que foram apresentados na audiência vão ser levados. Eu tenho certeza de que, pela sensibilidade dos secretários, a gente vai ter uma resposta no curto prazo, qualquer que seja a deliberação.

Mais do que isso, eu quero reiterar, Heder: não tem um dia – um dia – em que nós, a equipe técnica da Secretaria Nacional de Segurança Pública, não levantemos e pensemos no melhor para as instituições, naquilo que de melhor pode ser oferecido em termos de recursos, de políticas, de dispositivos normativos, de dispositivos inclusive em sede de diretrizes, e de repasses de recursos financeiros – não tem nenhum dia.

E eu falo isso, Heder, com uma tranquilidade tremenda: a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) é composta por profissionais de segurança pública. Nós não temos um corpo técnico próprio, tipicamente de Estado, no Governo Federal e que se dedique ao tema de segurança pública, a carreira de segurança pública não é recepcionada no Governo Federal senão pelas polícias. Somos, portanto, todos profissionais, como eu falava com o Coronel José Luís, das polícias, das guardas, dos bombeiros, das diferentes instituições de segurança pública.

É com esse comprometimento que eu gostaria de encerrar minha fala, não apenas em virtude de um dever de função, um dever da função de levar o resultado da audiência, mas também pelo comprometimento que a gente vem demonstrando desde o início da gestão. E que a gente consiga chegar a um entendimento que seja o mais adequado para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não me entenda errado, Senador: a despeito de a fala inicial ter reconhecido que o texto não é o texto perfeito, o posicionamento do Governo Federal hoje é pela derrubada dos vetos de maneira integral – a despeito dessa fala inicial de reconhecermos que a construção legislativa não foi perfeita. Mas o caminho de diálogo está apresentado, viu, Gonzaga?

Com isso, encerro minha fala.

Senador, quero cumprimentá-lo mais uma vez pela oportunidade, pelo convite para a audiência e pela maneira como o senhor conduziu e vem conduzindo os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Muito bem! Quero, então, agradecer a todos.

Espero que, após esta audiência, a gente possa negociar com o Governo no sentido da manutenção do veto, apesar da orientação de hoje ser pela derrubada, mas, evidentemente, numa Casa democrática, o que vale é o voto. Mas, antes do voto, nós vamos trabalhar ainda até a próxima reunião do Congresso Nacional, que deve acontecer essa semana, para ver se a gente consegue chegar a um entendimento, porque de fato, da forma como está, a gente vai causar muita insegurança não só para os profissionais da segurança pública, como também para a população.

Eu acredito que grande parte dos policiais vai fazer exatamente o que o Helder falou: cruzar os braços e deixar a coisa acontecer, porque para que correr o risco de perder sua patente ou sua graduação, seu salário, se há uma insegurança com relação às ações?

Então, eu agradeço a todos aqui pela participação.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada essa audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23176.85305-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Girão e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CCDD ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLOA/2024 (PLN 29/2023-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator na CCDD: Senador Eduardo Gomes. **Resultado:** Relatório das Emendas aprovado. Esta Comissão deliberou pela apresentação das Emendas de Apropriação numeradas de 01 a 04, a seguir: **Emenda nº 01) 50510001** - 20V8 – APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL – Valor R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); **Emenda nº 02) 50510002** – 15UI - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INCLUSÃO DIGITAL – Valor R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); **Emenda nº 03) 50510003** - 6702 - APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE EDUCAÇÃO, DIVULGAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA – Valor R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); **Emenda nº 04) 50510004** - 10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA – Valor R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Não foram apresentadas Emendas de Remanejamento. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2599302796

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
22/11/2023 - 12ª - Comissão de Comunicação e Direito Digital

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, de 22 de novembro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o Aviso nº 919 - GP/TCU, que encaminha a cópia do Acordão nº 2.214, de 2023, prolatado pelo plenário do Tribunal de Contas da União, na sessão ordinária de 1º de novembro de 2023, ao apreciar os autos do Processo Tribunal de Contas 005041 - 2023/6, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, que trata de levantamento cujo objeto são as políticas públicas e regulatórias dos programas do Governo Federal, relacionadas ao serviço de radiodifusão, assim como a organização e o funcionamento das estruturas governamentais responsáveis por tais políticas e programas em um ambiente convergente entre a radiodifusão e outras tecnologias.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação dos documentos, fica estabelecido o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, os documentos serão encaminhados ao Plenário para autuação. Finalizado o prazo sem manifestação dos membros da Comissão, os documentos serão encaminhados ao Arquivo.

A presente reunião é destinada à discussão e deliberação de emendas a serem apresentadas na Comissão de Comunicação e Direito Digital e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, PLN 29, de 2023, do Congresso Nacional, que "estima receita e fixa despesa da União do exercício financeiro de 2024".

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, que dispõem acerca da tramitação das matérias orçamentárias, em especial nos arts. 43 e 45, esta Comissão poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

As emendas devem ter caráter institucional e representar o interesse nacional, vedada a destinação de entidades privadas, salvo as que contemplarem programação constante no Ploa. As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações do mesmo órgão orçamentário e do mesmo órgão orçamentário e do mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recurso.

Informo que, no prazo estipulado, foram oferecidas perante a Comissão 35 sugestões de emendas de apropriação, sendo 20 de emendas do tipo acréscimo e 15 emendas do tipo inclusão. Não foram apresentadas emendas de remanejamento.

Passo a Presidência ao nosso querido Senador Hamilton Morão para que eu possa proferir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2023, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, nº 29, de 2023 - CN, Ploa 2024, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, consoante o que prevê a Constituição Federal. A CMO fixou o prazo até o dia 23/11/2023 para apresentação de emendas ao Ploa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Resolução nº 1, de 2006 - CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo as que contemplem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2024.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 35 indicações de emendas à despesa. Essas indicações estão relacionadas em quadro disponibilizado a este parecer, com um número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão de Comunicação e Direito Digital, o autor, o código da ação, a descrição da programação e o valor solicitado.

É o relatório.

Análise.

No que tange às emendas de apropriação, observa-se que foram apresentadas indicações em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Comunicação e Direito Digital. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na já citada Resolução nº 1, do Congresso Nacional.

Importa consignar que as escolhas desta Comissão devem ater-se àquelas proposições que atendam ao seu caráter institucional, ao manter estrita relação com suas competências e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é o de que as indicações apresentem interesse nacional.

Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica. Outro critério também importante foi o de observar as ações orçamentárias com maior apoiamento entre os membros da Comissão. Ademais, nesta análise também se visou a excluir as proposições que possam, por interpretação do Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Orçamento, ser consideradas inadmitidas.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, levando em conta os critérios anteriormente elencados, entendemos que devam ser apresentadas por esta Comissão de Comunicação e Direito Digital as quatro emendas de apropriação relacionadas a seguir.

Ação 20V8: Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital;

Ação 15UI: Implantação de infraestrutura de rede de comunicação de dados para inclusão digital;

Ação 6702: Apoio a projetos e eventos de educação, divulgação e popularização da ciência e educação científica;

Ação 10V0: Apoio a projetos de infraestrutura turística.

Vale destacar que as escolhas do quadro precedente contemplam as sugestões de emendas dos seguintes Senadores: Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Humberto Costa, Esperidião Amin, Beto Faro, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Efraim Filho, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Professora Dorinha Seabra e Vanderlan Cardoso.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 024, por esta Comissão de Comunicação e Direito Digital, das quatro emendas de apropriação discriminadas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Ficam aprovadas as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, nos termos do parecer desta Comissão, que serão renumeradas como Emendas de nºs 1 a 4.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas aprovadas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Feito isso, devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Agradeço ao Senador Hamilton Mourão pela eficiente presidência, exitosa...

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eliziane Gama e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 77, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 830, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4187, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acresce § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 728, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 286, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DOS PRADOS - SATÉLITE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 569, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 297, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 869, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 538, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 639, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
29/11/2023 - 13ª - Comissão de Comunicação e Direito Digital

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) - Bom dia! Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Comunico a V. Exas. que o Senador Hamilton Mourão solicitou retirada de pauta dos itens 2, 3 e 4, tendo em vista que não poderá comparecer à reunião em razão de compromisso inadiável.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 830, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4187, DE 2023

- Não terminativo -

Acresce § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 728, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações)

Assim, a pauta da presente reunião passa a ser composta de sete itens, sendo um projeto de lei complementar e seis projetos de decreto legislativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE.

Com a palavra, o nosso nobre Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Presidente, bom dia.

Como dito aqui no relatório, eu sou a favor da aprovação. Esse é um fundo. Da mesma forma que nós tínhamos lá o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, contingenciado e sem a utilização que era prevista durante muito tempo - foi uma briga lá na minha época como Ministro para a liberação do FNDCT -, o Fust é semelhante, precisa ser liberado para que seja utilizado da maneira correta. Tem muitas utilizações nobres para ele.

Eu acabei de ser procurado pelo pessoal do Governo aqui, pedindo uma semana de adiamento para que a gente possa fazer a apresentação do relatório.

Eu concordo. Se o Presidente concordar, eu concordo. A gente espera, conversa, tira as dúvidas que o Governo tenha com relação a isso e a gente pode apresentar na semana que vem, se o senhor concordar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Está retirado de pauta.

É sempre importante conseguir diálogo e convergência, ainda mais em uma matéria importante como essa, tendo V. Exa. como Relator, com a experiência que tem de ser um absoluto defensor dos fundos de ciência, tecnologia e inovação no nosso país.

Pergunto se o Senador Marcos Pontes pode fazer uma relatoria *ad hoc* do próximo item, o item 5. *(Pausa.)*

É um relatório com leitura simples do voto, já que é outorga e é terminativo.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 286, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DOS PRADOS - SATÉLITE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

Relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, pela apresentação de requerimento de informações.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se me permite, eu vou direto à análise aqui.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem, entre outros assuntos, sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao exame da documentação que acompanha o PDS nº 286, de 2015, é de se registrar que o relatório legislativo apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em 2015, concluiu pela aprovação do projeto. Já o relatório do Senador Omar Aziz, submetido ao mesmo Colegiado em 2017, opinou pela rejeição da matéria.

Em face da controvérsia, fez-se necessário novo exame da referida documentação, após o qual restou demonstrado que não consta dos autos documento que comprove o atendimento ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, que veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordinem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Assim, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à pasta competente, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para complementar a instrução do feito e preencher as lacunas encontradas.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 286, de 2015, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal:

> *REQUERIMENTO Nº , DE 2023*
>
> *Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DOS PRADOS - SATÉLITE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 286, de 2015:*
>
> *- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.*

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Passamos, então, ao item 6, pedindo a V. Exa. a relatoria *ad hoc*, informando que esse voto é tecnicamente muito repetitivo e, se V. Exa. quiser passar para a conclusão do voto, por conta da garganta, puxar para o final... A consolidação do voto retransmite aquilo que foi narrado na construção do voto.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 569, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

Solicito a relatoria *ad hoc* ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado.

Obrigado, Presidente.

Eu só vou ao final aqui, então.

Essa proposição foi oriunda da Câmara dos Deputados.

O exame da documentação referente à matéria revelou a existência de vínculo político, participação do órgão em direção partidária, em relação a um dos dirigentes da entidade. Então, tal situação, em tese, configura infração no disposto do art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, que veda a manutenção de vínculos que subordinem ou sujeitem a entidade autorizada do serviço de radiodifusão comunitária à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra instituição, mediante compromissos de relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Dessa forma, torna-se necessário o devido esclarecimento da questão para que esta Comissão possa deliberar de forma adequada sobre a matéria. Por essa razão, propõe-se o sobrestamento da análise do PDL nº 569, de 2021, e o concomitante encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, na forma do art. 50, §2º, da Constituição.

Diante do exposto, o voto é pelo sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2021, e o encaminhamento do referido requerimento ao Ministro do Estado das Comunicações.

> *REQUERIMENTO Nº , DE 2023*
>
> *Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao ministro de estado das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2021:*
>
> *- esclarecimento quanto ao vínculo político identificado em relação ao diretor administrativo da entidade, diante do disposto no art. 132, inciso III e parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.*

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Feito o relatório, passamos ao item 7, conclusivo, já que as votações nominais ficarão para a próxima semana, tendo em vista o número muito grande de autoridades a serem votadas neste momento na CCJ.

Passo ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 297, DE 2013

- Não terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro, com a solicitação de relatoria *ad hoc* ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esclareço que o PDS 297, de 2013, perdeu o caráter terminativo na Comissão, em decorrência do Recurso nº 8, de 2022, para apreciação em Plenário.

O projeto retornou à Comissão para elaboração de novo relatório após o recebimento das informações solicitadas pelo Requerimento 23, de 2023.

Passo, neste momento, a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Eu passo direto à análise, Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, compete a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O caso em questão é bastante peculiar: trata-se do reexame do PDS nº 297, de 2013, que, numa primeira deliberação, foi rejeitado pela CCT, o que implicava, em última instância, o fechamento de uma emissora de rádio comunitária na cidade de Duas Estradas, no Estado da Paraíba.

Pela iniciativa da Relatora, apresentei recurso ao Plenário e requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, buscando obter mais subsídios para a análise da matéria.

A resposta a meu requerimento veio por meio de ofício, que encaminhou a nota informativa elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Lembrando que aqui está em primeira pessoa; a Relatora foi a Senadora Daniella Ribeiro.

O primeiro esclarecimento relevante dá conta que todo o procedimento de outorga da entidade foi revisitado, verificando-se que o exame realizado à época não identificou qualquer vínculo político-partidário que impedisse sua aprovação. A partir da conclusão de que não havia óbices para o deferimento do pleito, o Ministério das Comunicações editou a Portaria nº 247, de 30 de abril de 2012, a que se refere o PDS nº 297, de 2013.

Destaca-se ainda, de acordo com a referida nota informativa, que o processo que deu origem à autorização da Associação Comunitária Mundo Melhor do Município de Duas Estradas tramitou entre 17 de março de 2010 e 8 de março de 2012.

Por sua vez, na checagem realizada junto ao Tribunal Superior Eleitoral, em 10 de outubro deste ano, constatou-se que, de fato, dois membros da diretoria da entidade integraram órgão partidário entre meados de 2011 e meados de 2018, o que caracteriza vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária), e pelo art. 43 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

Resta discutir, então, quais medidas legislativas e administrativas são as mais adequadas para o deslinde da matéria.

Nesse sentido, a Nota Informativa nº 1.886, de 2023, do Ministério das Comunicações, recorreu ao Parecer Jurídico nº 80, de 2014, de 15 de agosto de 2014, formulado pela Consultoria Jurídica da pasta, vinculada à Advocacia-Geral da União. De acordo com a peça, que estabeleceu limites temporais e regra de transição para processos nos quais se identificam vínculos vedados pela disciplina do serviço, o vício seria sanável, entre outras hipóteses, (i) caso tenha sido configurado em face da diretoria (pessoas físicas) e, (ii) caso o aviso de habilitação para a respectiva autorização tenha sido publicado durante a vigência da vigência da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, que aprovou a Norma nº 1, de 2011, antes das alterações promovidas pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013.

De fato, a Norma nº 1, de 2011, que disciplinava o serviço, limitava-se a exigir que, na documentação relativa ao requerimento da autorização, fosse apresentada declaração assinada pelo representante legal da entidade, garantindo que a mesma não mantinha qualquer vínculo que a pudesse subordinar ao interesse de outrem. O dispositivo que determinava o imediato indeferimento do pedido de outorga e o consequente arquivamento do processo, caso constatados o estabelecimento ou a manutenção de vínculo pela interessada, só foi previsto pela Portaria nº 197, de 2013.

Em outros termos, a regra que impossibilitava o saneamento do vínculo que subordina a associação titular da autorização ao comando ou orientação de outra entidade, vigente somente a partir de 1º de julho de 2013, não poderia ser aplicável à licença da Associação Comunitária Mundo Melhor do Município de Duas Estradas, por ser posterior ao aviso de habilitação e a seu deferimento.

Entendemos, portanto, que a decisão da CCT, que rejeitou o ato que outorgou a autorização do serviço de radiodifusão comunitária à entidade, deve ser revista, possibilitando que os problemas relacionados à vinculação de membros da diretoria da associação a outra entidade sejam devidamente corrigidos. Nesse sentido, sugerimos a aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Importante notar que uma eventual aprovação do PDS nº 297, de 2013, por esta Comissão, não afasta a instauração, pelo Ministério das Comunicações, de processo de apuração de infração contra a Associação Comunitária Mundo Melhor do Município de Duas Estradas, por descumprimento da disciplina do serviço, com aplicação da respectiva sanção. Para tanto, a pasta solicitou, por meio de ofício, que a entidade apresente todas as atas das eleições de sua diretoria desde 30 de julho de 2016.

No que tange à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto.

Tendo em vista o detalhado reexame da matéria, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Mundo Melhor do Município de Duas Estradas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba, de que trata o PDS nº 297, de 2013, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Coloco em discussão os itens 5, 6 e 7 da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados para os itens 5, 6 e 7 da pauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os relatórios dos itens 5 e 6, que passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão, pela apresentação de requerimento de informações, e aprovado o relatório do item 7, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrar a presente sessão, deixo registradas aqui as informações de pauta para a próxima semana, com o retorno do projeto do Fust, como disse o Senador Astronauta Marcos Pontes, para a sua apreciação, e também dos outros projetos que foram retirados de pauta por constarem de votação nominal.

Também o item 7 da pauta, sobre o qual aguardamos relatório.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Plínio Valério, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Eduardo Girão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Eliziane Gama, Augusta Brito, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas ao PLDO 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CEsp à CMO, referentes ao PLDO 2024 (PLN 4/2023), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Esporte favorável à apresentação de 1 emenda ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, e de 3 emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, a seguir detalhadas. Emendas à meta: Número: **50540001** | Ementa: Emenda 1-CEsp – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional | Alteração à Meta: 50; Número: **50540002** | Ementa: Emenda 2-CEsp – 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social | Alteração à Meta: 6.000.000; Número: **50540003** | Ementa: Emenda 3-CEsp – 21CK - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer | Alteração à Meta: 5.000. Emendas ao texto: Número: **50540004** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B5097BF5005D9A70.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Vamos dar início aqui à nossa Comissão.

Primeiramente, boa tarde.

Um abraço a todos que nos ouvem e que nos veem, um abraço às Senadoras e aos Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Esporte.

Comunico que está aberto, até o dia 20 de novembro, às 18h, o prazo para que os membros da Comissão de Esporte encaminhem suas sugestões de emenda ao Ploa 2024, PLN 29/2023, à Secretaria de Comissão, o que deverá ser feito exclusivamente por meio do Sistema Lexor.

A reunião para discussão e deliberação das emendas ocorrerá no dia 22 de novembro, às 10h da manhã.

Comunico ainda que foi encaminhada à Comissão Carta Convite para participação no 14º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte, evento científico presencial organizado pela Associação Brasileira de Gestão do Esporte (Abragesp), em parceria com o Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), programada para o período de 30 de novembro a 2 de dezembro, no Centro Cultural da ADUnB, localizado no *Campus* da UnB.

Aprovação da ata de hoje.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião realizada em 8 de novembro.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas ao PLDO 2024, PLN 4/2023.

Item 1.

Emendas a serem escolhidas pela CEsp.

Foram apresentadas 21 emendas ao Anexo de metas e prioridades e 6 emendas ao texto do PLDO 2024, nos termos do parecer preliminar, aprovado na CMO no dia 07/11/2023.

Cada Comissão Permanente poderá apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, podendo ainda apresentar emendas ao texto do PLDO 2024, sem limitações quanto à quantidade.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos os presentes nesta importante e decisiva Comissão de Esporte e àqueles que nos acompanham por meios de comunicação, via grupo Senado ou redes sociais.

Presidente desta Comissão, amigo e irmão na história política deste país, por tudo que fez e faz, vou diretamente à análise, com sua permissão.

Em relação às seis propostas de emenda ao texto do projeto, infelizmente não foi possível acolher as iniciativas 2 e 5, que se referem a cadastro de obras e serviços, a 3, que trata da Embrapa, e a 4, que versa sobre transferência de recursos, uma vez que essas propostas não guardam relação direta com as atribuições desta Comissão, previstas no art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, e, portanto, conflitam com o disposto no art. 44, II, da Resolução nº 1/2006-CN, bem como com as orientações sobre o tema divulgadas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Assim, das sugestões de aperfeiçoamento ao texto do projeto, sugerimos aproveitar a proposta 1, da Senadora Leila Barros, do Vôlei, que pretende proteger de contingenciamento as dotações para a ação "09HW Concessão de Bolsa a Atletas", e a proposta 6, do Senador Romário, que visa proteger de eventuais contingenciamentos todas as programações orçamentárias finalísticas do programa "5026 Esporte". Note-se que essa proposta 6, do destacado Senador Romário, engloba também a sugestão da Senadora Leila, pois a ação 09HW faz parte das programações finalísticas do esporte. No entanto, é necessário atualizar a nomenclatura do programa mencionado na proposta 6, pois, a partir do Ploa 2024 passou a ser "5126 Esporte para a Vida", e não mais "5026 Esporte".

Portanto, propomos que a Comissão apresente uma nova emenda, que aglutinará as duas propostas (1 e 6), para proteger de contingenciamentos todas ações do programa "5126 Esporte para a Vida" (nomenclatura atual do programa), de modo a evitar a descontinuidade, ou o atraso, na oferta de todas as atividades esportivas para a população.

Por sua vez, no que se refere às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, em que pese o mérito das 21 (vinte e uma) propostas recebidas, de acordo com as normas, esta Comissão deve selecionar apenas três para apresentar. Nossa escolha teve por base a relevância das ações, bem como a maior quantidade de apoio que as propostas receberam na Comissão.

Assim, indicamos para aprovação as que ampliam a meta das seguintes ações: (a) "00SL Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer", apoiada pelos Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros, Paulo Paim, Humberto Costa, Plínio Valério, Romário e Mara Gabrilli; (b) "20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social", apresentada pelos Senadores Leila Barros, Paulo Paim, Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru, Romário, Mara Gabrilli e Plínio Valério; e (c) "21CK Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional", sugestão dos Senadores Jorge Kajuru e Mara Gabrilli.

Por meio do reforço dessas iniciativas buscamos ampliar a oferta de atividades esportivas para a maior parcela da população em situação de vulnerabilidade econômico-social.

Diretamente ao voto, Presidente e irmão Romário.

Ante o exposto, voto no sentido de que esta Comissão apresente à CMO as seguintes emendas:

(a) uma emenda aditiva ao texto do Anexo III, para incluir todas as ações integrantes do Programa "5126 Esporte para a Vida" entre aquelas que não serão objeto de limitação de empenho, em 2024;

(b) três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, com o seguinte teor:

- Programa 5126 – Esporte para a Vida; Ação 00SL – apoio à implantação e modernização de infraestrutura para esporte amador, educacional, recreativo e de lazer; acréscimo meta – equipamento instalado = 5.000

- Programa 5126 – Esporte para a Vida; Ação 20JP – desenvolvimento de atividades e apoio a programas e projetos de esporte amador, educação, lazer e inclusão social; acréscimo meta – pessoas beneficiadas = 6.000

- Programa 5126 – Esporte para a Vida; Ação 21CK – promoção e desenvolvimento do paradesporto nacional; acréscimo meta – projeto apoiado = 50

Assim, Plenário da Comissão, em 14 de novembro de 2023.

Senador Romário, Presidente da Comissão de Esporte.

Como Relator, aqui apresentei, prazerosamente.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito bem, meu amigo Kajuru, meu irmão!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas as seguintes emendas, da Comissão de Esporte, que serão apresentadas ao PLDO 2024, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO):

(a) uma emenda aditiva ao texto do Anexo III, para incluir todas as ações integrantes do Programa "5126 Esporte para a Vida" entre aquelas que não serão objeto de limitação de empenho em 2024;

(b) três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, com o teor já lido pelo nosso Senador Kajuru.

Nos termos do art. 44, parágrafo único, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que houve com a sua aprovação.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – ... e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senador Kajuru, por favor, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou ser rápido, querido Presidente.

Apenas é um hábito seu e é um hábito meu, desde os tempos nossos do futebol, a gente saber trabalhar em equipe e reconhecer o que é o plural, e não o singular, portanto, sem a assessoria da Consultoria de Orçamento do Senado Federal, com os eficientes Carlos Murilo e Danilo, e da nossa equipe de gabinete, com a Carol, com a Liana, com a Luma e com o Andrei.

Portanto, o meu agradecimento por esse trabalho e por esse relatório, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Senador Kajuru!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente de reunião.

Muito obrigado a todos pela participação.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Jayme Campos, Fernando Dueire, Humberto Costa, Mara Gabrilli, Paulo Paim e Cleitinho, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Magno Malta, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberação de Emendas ao PLOA 2024 (PLN 29/2023)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Esporte à CMO, referentes ao PLOA 2024 (PLN 29/2023), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator: Senador Romário. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Esporte favorável à apresentação das seguintes emendas ao PLOA 2024: Número: **50540001** | Ementa: Emenda 1-CEsp – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer | Valor: R$ 1.000.000.000,00; Número: **50540002** | Ementa: Emenda 2-CEsp – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social | Valor: R$ 500.000.000,00; Número: **50540003** | Ementa: Emenda 3-CEsp – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional | Valor: R$ 200.000.000,00; e Número: **50540004** | Ementa: Emenda 4-CEsp – Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira | Valor: R$ 100.000.000,00. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Debater desafios e oportunidades para o futebol feminino. **Participantes:** Sra. Victoria Maria Nascimento Pissolato, Gerente de Futebol Feminino da Federação Paulista de Futebol - FPF; Sr. José Luís Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e Sr. Ricardo Leão de Andrade, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol (representante de: Ednaldo Rodrigues Gomes - Presidente da CBF). **Resultado:** Audiência pública realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Muito obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de novembro de 2023.

Comunico que está aberta até o dia 24 de novembro, às 18h, o prazo para que os membros da Comissão de Esporte encaminhem suas sugestões de emenda ao PPA 2024 para 2027 e ao PLN 28, de 2023, à Secretaria da Comissão, o que deverá ser feito exclusivamente por meio do sistema Lexor.

A reunião para a discussão e deliberação das emendas ocorrerá no dia 28 de novembro, às 14h.

Esta Presidência declara prejudicados os Requerimento nºs 26, 27 e 28, de 2023, tendo em vista que já foi realizada a audiência pública à qual se referem os requerimentos.

A presente reunião está dividida em duas partes: primeiro, a deliberação de emendas desta Comissão ao Ploa de 2024 e o PLN 29, de 2023; e segundo, a audiência pública interativa.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Jorge Kajuru para que possamos dar início à primeira parte desta reunião, que tem como objetivo a escolha das emendas serem apresentadas por esta Comissão ao Ploa de 2024 e o PLN 29 de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Deus e saúde a todos os presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Permita-me, irmão Romário, Presidente desta Comissão. Foi difícil ontem à noite, hein?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que saudade de você. Eu juro por Deus, eu desliguei a televisão de nojo. Na hora do hino, aconteceu o que aconteceu no Maracanã, com crianças, mulheres em desespero.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi triste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A atitude do Messi, que eu acho que você também tomaria a mesma, de retirar o time. Foi duro. E o duro também está sendo ver a seleção brasileira. É por isso que não dá. Aí sabe o que eu fiz? Eu peguei o YouTube e fui ver gols seus em 1994, e fui dormir. E a minha mulher falou assim: "engraçado, você acertou". Ela também não quis ver o jogo. Difícil.

Mas vamos lá.

Item 1, senhoras e senhores. Emendas a serem escolhidas pela Comissão de Esportes. Foram apresentadas 31 emendas de apropriação, uma emenda de remanejamento e duas emendas ao texto do Ploa de 2024.

Nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2006, cada Comissão Permanente poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, podendo ainda apresentar emendas ao texto da LOA 2024, sem limitações quanto à quantidade.

Concedo, então, a palavra ao Senador Romário para a leitura do seu sempre exímio relatório.

Por fineza, Presidente, à disposição.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 34 indicações de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 (Ploa 2024), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024", sendo 31 de apropriação de despesa, uma de remanejamento de despesa e duas de texto.

As indicações relacionadas à despesa contemplam diversas programações orçamentárias do Ministério do Esporte. Já as duas de texto pretendem alterar o Anexo V de modo a possibilitar provimento de cargos em seis universidades federais.

Análise.

A Resolução nº 1, de 2006/CN, dispõe que cada Comissão permanente pode apresentar até quatro emendas de apropriação de despesa e quatro de remanejamento, que devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional.

A partir da análise efetuada, constatamos que todas as 31 sugestões de emendas de apropriação de despesa são importantes, oportunas e possuem inegável mérito. Contudo, a observância das normas impõe a escolha de apenas quatro propostas. Dessa forma, tendo como critérios principais a quantidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicações recebidas, bem como a relevância e o alcance social da política pública apoiada, sugerimos que esta Comissão apresente emendas com o seguinte teor:

a) R$1 bilhão para a ação "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional", sugestão dos Senadores e Senadoras: Fernando Farias, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Leila Barros, Jorge Kajuru e Carlos Portinho, com o objetivo de disponibilizar e modernizar espaços para a prática de esporte e lazer, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social da população vulnerável;

b) R$ 500 milhões para a ação "20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social – Nacional", indicação das Senadoras e Senadores: Fernando Farias, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Mara Gabrilli, Romário, Plínio Valério, Leila Barros e Jorge Kajuru, para incentivar a oferta de vivências esportivas, atividades físicas, recreativas e de lazer principalmente para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;

c) R$200 milhões para a ação "21CK – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto - Nacional", proposta pela Senadora Mara Gabrilli e pelos Senadores Jorge Kajuru, Wellington Fagundes e Fernando Farias, para ampliar o fomento, ações, instalações, equipamentos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento do paradesporto nacional; e

d) R$100 milhões para a ação "216T – Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira – Nacional", recomendação dos Senadores Jorge Kajuru e Romário.

Importa consignar que as indicações selecionadas atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e representam interesse nacional.

Em relação às duas propostas de emenda ao texto, infelizmente, não foi possível acolhê-las, uma vez que elas não guardam relação direta com as atribuições desta Comissão, previstas no art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, e, portanto, conflitam com o disposto no art. 44, II, da Resolução nº 1/2006-CN, bem como com as orientações sobre o tema divulgadas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO.

Também não acolhemos a proposta de emenda de remanejamento, pois a intenção original do autor, Senador Carlos Portinho, já foi contemplada na acima mencionada emenda aglutinativa de apropriação de despesa no valor de R$1 bilhão, para a ação "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional".

Voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão apresente à CMO as seguintes emendas ao PLOA 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidade Orçamentária: 51101 Ministério do Esporte – Administração Direta. Ação + Subtítulto: 00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional. Valor: R$1 bilhão.

Unidade Orçamentária: 51101 Ministério do Esporte – Administração Direta. Ação + Subtítulto: 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social - Nacional. Valor: R$500 milhões.

Unidade Orçamentária: 51101 Ministério do Esporte – Administração Direta. Ação + Subtítulto: 21CK – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto - Nacional. Valor: R$200 milhões

Unidade Orçamentária: 51101 Ministério do Esporte – Administração Direta. Ação + Subtítulto: 216T – Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira – Nacional. Valor: R$100 milhões.

Por fim, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências e os ajustes que eventualmente sejam necessários à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Presidente Romário, parabéns, pois foram destinações irretocáveis.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas então, as seguintes emendas da Comissão de Esportes, que serão apresentadas à LOA 2024 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO:

a) R$1 bilhão para a ação "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional";

b) R$500 milhões para a ação "20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social – Nacional";

c) R$200 milhões para a ação "21CK – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto - Nacional"; e

d) R$100 milhões para a ação "216T – Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira – Nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo, portanto, prazerosamente, a Presidência desta Comissão de Esporte ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador e amigo, irmão Jorge Kajuru.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada essa primeira parte.

Vamos dar início agora à segunda parte, a audiência pública interativa.

Esta parte destina-se a realização de audiência pública com o objetivo de debater desafios e oportunidades para o futebol feminino, em atenção ao Requerimento 20, de 2023, da CEsp, da minha autoria.

Convido para tomar lugar na mesa os seguintes convidados: a Sra. Victoria Maria Nascimento Pissolato, Gerente de Futebol Feminino da Federação Paulista de Futebol; o Sr. José Luís Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

Muito obrigado pela presença.

Participarão também desta reunião, só que através de videoconferência, os senhores e senhoras: Sr. Ricardo Leão de Andrade, Gerente de Desenvolvimento de Projetos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que participará por videoconferência representando o Sr. Ednaldo Rodrigues Gomes, Presidente da CBF; Sra. Aline Pellegrino, Coordenadora de Competições Femininas da CBF; e Sr. Arthur José Ribas Elias, técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Também foram convidados, mas não puderam comparecer o Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte; a Sra. Ana Thaís Matos, comentarista esportiva; e a Sra. Marta Vieira da Silva, jogadora de futebol.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Começando nossa reunião, com a palavra, a Sra. Victoria Maria Nascimento Pissolato, Gerente de Futebol Feminino da Federação Paulista de Futebol.

Por favor, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VICTORIA MARIA NASCIMENTO PISSOLATO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada pelo convite, Senador Romário.

Gostaria de cumprimentar o meu amigo Ferrarezi.

Eu trouxe uma apresentaçãozinha rápida para nortear aqui o nosso papo. Pode começar.

De início, eu quis trazer essas duas fotos: uma da final do Campeonato Paulista Feminino de 2013 e a outra da final do Campeonato Paulista Feminino de 2023. Inclusive, a última final é domingo agora – estão todos convidados. E eu queria perguntar para ver se alguém consegue refletir sobre qual é a diferença de uma foto para a outra. Como eu só tenho dez minutos, não vou poder dar muito tempo para vocês pensarem, mas a diferença de uma foto para a outra é que, entre esse espaço de tempo, teve a criação de um departamento que pensa e avalia, estrutural e estrategicamente, as condições do futebol feminino dentro do Estado de São Paulo.

Tudo isso se deu a partir de 2016, com a gestão do Presidente Reinaldo, que entendeu que era necessária a criação do Departamento de Futebol Feminino, incorporado ao Departamento de Competições da Federação Paulista. Ele, muito visionário, brilhantemente, colocou, à frente desse desafio, Aline Pellegrino, que, infelizmente, não está aqui, mas que hoje atua como Gerente de Competições na CBF.

Pode passar.

Bom, muito grosseiramente, eu acho que, dentre as diretrizes do nosso departamento, a gente atua através de três pilares.

O primeiro é através de popularizar. E, quando eu falo popularizar, estou falando da democratização da prática do futebol feminino, principalmente no que diz respeito a níveis de iniciação, que hoje é o nosso maior desafio.

No segundo, eu estou falando de qualificar, e aí a gente está atuando diretamente na cadeia profissional do futebol, aprimorando a gestão esportiva, com excelência e profissionalismo. E, quando a gente fala de profissionalismo, vai além da questão de certificação profissional, CLT; a gente prevê uma qualificação com excelência de toda a cadeia da gestão, principalmente atuando mulheres dentro dessa cadeia.

O nosso terceiro pilar é o desenvolvimento, que diz respeito a avanços estruturais, principalmente na qualidade oferecida às atletas, não somente a nível competitivo, mas oferecendo um ambiente seguro e acolhedor para as meninas iniciarem a prática e se envolverem, cada vez mais, com o futebol feminino.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que esses resultados acabam sendo expostos, assim, de várias maneiras. E esta é a mais clara, que é a questão dos resultados esportivos e todo o protagonismo do futebol paulista diante do cenário nacional e internacional. A Libertadores Feminina é uma competição de 16 edições, sendo que 12 foram conquistadas por clubes paulistas. Nenhum clube de fora de São Paulo conseguiu vencer essa competição ainda.

Pode passar.

E há alguns outros resultados, como o recorde nas transmissões, e a cada ano a gente consegue quebrar esse recorde.

Pode passar de novo, por favor.

Assim como o recorde de público das arenas – ainda bem que a reunião foi hoje, porque, se fosse na semana que vem, eu iria ter que atualizar, e seria ser difícil.

Pode passar.

É claro que esses números são, comercialmente, muito chamativos, mas eu acho que hoje o que norteia a nossa discussão se dá principalmente no que a gente traz de resultado através desse eslaide, que possibilitou... que são resultados que foram reverberados no aumento do número de competições desde a criação do departamento. Então, vejam que em 2016 a gente só tinha duas competições e, já em 2023, a gente tem dez, sendo seis competições de base, e isso se reflete no aumento do número de atletas de base, o que significa que a gente conseguiu aumentar o número de meninas envolvidas em toda a cadeia do futebol feminino.

Pode passar.

E, claro, o que torna esse ciclo do futebol feminino paulista um ciclo que está sendo virtuoso? É claro que a gente ainda tem muita coisa para ser feita, e, quanto mais você trabalha, mais você entende o que precisa mudar, o que precisa ser melhorado. Então, dentro de todo o pioneirismo do futebol paulista, eu trouxe algumas ações que acho que são muito particulares e peculiares da federação.

A primeira é a Vinculação Especial Feminina, que nada mais é do que uma afiliação específica para competições femininas. Isso se dá principalmente porque a federação entendia que era necessário criar mecanismos que aproximassem clubes e projetos não convencionais – e eu digo aí –, projetos sociais, clubes de prefeitura, porque boa parte do futebol feminino é sustentada por esse nicho. Então, a federação entendia que era necessário criar uma vinculação específica para a participação desses clubes dentro das nossas competições, o que é muito mais barato e muito mais fácil. E a gente tem a temporária e a definitiva.

Há o Licenciamento Feminino, que eu falo que é um regulamento de boas práticas que a federação entende que precisa ser seguido por todos os clubes que almejam participar de certas competições dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do nosso calendário. Dentre essas boas práticas, a gente exige algumas estruturas particulares, profissionais específicos... Então, a gente consegue acompanhar tudo isso e todo o desenvolvimento do futebol através desse licenciamento, e essa foi uma ação que deu tão certo que hoje o futebol masculino também está aplicando – dentro da federação, ele também está aplicando o licenciamento. Então, a partir do campeonato, do Paulistão Sicredi já de 2024, os clubes que disputam a A1 vão ter que aplicar para esse licenciamento e seguir esse licenciamento.

Além disso, a gente promove cursos de capacitação para mulheres do futebol. E, quando eu falo do futebol, não estou falando especificamente e unicamente do futebol feminino. Dentre as nossas ações, a gente promove bolsas para as mulheres dentro do curso da CBF Academy e da FPF Academia, e tem também o nosso Programa de Liderança Feminina, em que a gente tenta desenvolver cada vez mais líderes para atuar dentro do futebol, cada uma dentro do seu setor, não só na parte da gestão, mas também na de comunicação, médica, psicológica... Enfim, é um leque de atuação das nossas alunas bem extenso.

Ampliação das competições e eventos voltados para a categoria de base. Eu sei que a gente bate muito na tecla de desenvolver e criar novas competições para a base, mas, além disso, a gente precisa criar mecanismos que envolvam essas meninas e novos profissionais dentro da categoria de base. Então, um dos nossos apoios é o Festival Feminino, em que a gente promove, a gente busca... a gente tenta proporcionar, na verdade, algo de caráter competitivo a meninas a partir de dez anos, só que de uma forma muito mais leve, muito mais tranquila e muito mais acolhedora. E, dentro disso, a gente promove vários *workshops* voltados para a categoria de base, tudo baseado no entendimento de que a gente precisa preparar essas futuras atletas para uma gestão muito mais profissional da sua carreira e para fazer com que elas passem por todo o ciclo de desenvolvimento do futebol e, quando chegarem à categoria adulta, tenham uma carreira muito mais sólida e desenvolvida.

Pode passar, por favor.

E é claro que, entre todas essas ações, eu não poderia deixar de falar do nosso maior *case*, eu acho, deste ano, que possibilitou, juntamente com o poder público, o desenvolvimento da 1ª Copa São Paulo de Futebol Feminina, que é o maior e mais importante campeonato de base do mundo. Juntamente com a Prefeitura de São Paulo, a gente vai conseguir impactar diretamente oito estados, que estão sendo representados por 16 diferentes equipes. E eu reforço que isso só foi possível graças ao encontro que a gente teve de propósitos, tanto da Federação Paulista quanto da Prefeitura de São Paulo, juntamente com a Secretaria de Esportes.

Pode passar, por favor.

Bom, e nada melhor do que falar o que a gente planeja daqui para frente. Acho que o futebol feminino dentro da federação caminha a passos muito largos. Então, entre algumas ações que a gente já prevê – ainda mais com esse intermédio e aproximação do poder público –, uma das nossas metas é multiplicar o número de atletas de base no Brasil todo, isso através de caravanas promovidas pela Federação Paulista e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

festivais interestaduais, convidando não só clubes, como também projetos e clubes de prefeituras de diversas cidades do país. Outra é estabelecer o futebol feminino como uma ferramenta de transformação e empoderamento feminino desde o período de iniciação; então, tentar cada vez mais se aproximar, a nível educacional, dessas futuras atletas.

Ampliar e qualificar a prática segura do futebol feminino. A gente entende que o futebol masculino tem certos comportamentos e certas práticas que a gente aprendeu e busca evitar dentro do futebol feminino. E a elaboração de uma cartilha metodológica é uma dessas saídas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VICTORIA MARIA NASCIMENTO PISSOLATO – E, por último, expandir nacionalmente a cultura do futebol feminino. A gente teve um leque, um buraco com relação a mulheres e o esporte. Então, entre o desenvolvimento de novas competições, aproximação de profissionais, a gente quer expandir nacionalmente a cultura do futebol feminino. A gente quer que o futebol feminino faça parte do dia a dia do brasileiro e, principalmente, das brasileiras.

Pode passar.

Bom, é isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Victoria Maria Nascimento Pissolato, pela brilhante apresentação.

Quero parabenizar o Presidente da Federação Paulista, Reinaldo Bastos, e dizer que a Federação Paulista é mais um exemplo, um grande exemplo que nós temos no futebol brasileiro. Espero que esse exemplo se transmita e passe para outros estados, porque, realmente, dessa forma, a gente vai conseguir que o nosso futebol feminino cresça.

E quero dizer para a senhora que, se Deus quiser, ano que vem, o América do Rio de Janeiro – do qual eu serei Presidente a partir de 1º de janeiro –, em 2024 ou 2025, o América estará nessa lista aí também dessa competição, se Deus quiser.

A SRA. VICTORIA MARIA NASCIMENTO PISSOLATO (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a palavra agora ao Sr. José Luís Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

O senhor tem dez minutos.

O SR. JOSÉ LUÍS FERRAREZI (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero agradecer aqui ao Presidente da Comissão, Senador Romário, e ao Vice, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 34E82874005D9A6C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que, quando o Brasil perde no futebol, ainda pede para a Argentina e perde como perdeu, e tudo que aconteceu, o humor do brasileiro não é o mesmo. É por isso que o futebol no Brasil deveria ser tratado, penso eu, Senador, como uma questão de Estado. Tudo que vem acontecendo nos remete a novos pensamentos e novas práticas.

Compartilho aqui a minha alegria, Victoria, de estar nesta mesa. E você me disse que é a primeira vez que participa de uma ação dessa. Parabéns pela desenvoltura, mesmo porque o trabalho que é feito pela Federação Paulista, pelo Presidente Reinaldo Bastos, é um trabalho exemplar para o futebol e, principalmente, para o futebol feminino do Brasil.

Senador Romário, o Ministro Fufuca está no Chile acompanhando o Parapan – um excelente Parapan em termos de resultados para o Brasil – e manda um abraço ao Senador Romário e ao Senador Kajuru. E a nossa Diretora de Futebol Feminino, Sandra Santos, está num congresso de futebol na Bahia, representando o Governo Federal nesse evento.

Tenho aqui o Edcarlos, Senador, que diz que jogou futebol – não sei se o senhor lembra se jogou ou não, se era bom ou não...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E bem, jogou e bem.

Muito obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ LUÍS FERRAREZI – O nosso querido Ed faz parte da nossa coordenação, da nossa Secretaria de Futebol. Além dele, o Thiago Ferreira, também da nossa coordenação, e a Chris Souza, também da nossa coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sejam bem-vindos!

O SR. JOSÉ LUÍS FERRAREZI – Esse tema...

Paulinha, que prazer imenso vê-la aqui! Paula, nossa querida amiga do Confef, é muito bom tê-la aqui.

Esse tema é muito importante, extremamente importante para o atual momento, não só do futebol, mas de tudo aquilo que se debate do empoderamento da mulher, da questão da mulher neste país.

E nós temos que começar lembrando que o futebol feminino foi proibido durante muito tempo neste país. Em 14 de abril de 1941, o futebol feminino foi proibido como prática das mulheres neste país. E, em 1965, o Conselho Nacional de Desporto disse em uma nota que não fazia parte da natureza feminina a prática do futebol. Isso só foi revogado, essa proibição, em 1979, e foi regulamentado o futebol feminino em 1983. Então, nós estamos falando de algo que tem que ter uma construção efetiva neste país e uma reparação para com as mulheres que jogam futebol neste país. Em 2017, a CBF coloca a obrigatoriedade de que as equipes da Série A tenham suas equipes de futebol feminino. É claro que ela não diz como, qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a prática, em que ambiente, mas diz que tem que ter o futebol feminino. Eu creio que é a partir daí que nós temos, como Governo Federal e como Secretário de Futebol, que pontuar algumas questões.

O Ministério do Esporte volta a ter a sua existência a partir da posse do Presidente Lula. Ele era uma secretaria especial. Transformou-se novamente num ministério, porém numa reconstrução.

Um orçamento para a Secretaria Nacional de Futebol, Senador Romário, para atender todas as demandas do futebol como um todo, de R$4 milhões para todas as nossas práticas, todas as nossas ações... Não tem como a gente pensar num país onde você tenha R$4 milhões e achar que vamos implementar uma política pública consistente, ainda mais a questão do futebol feminino e tudo o que ela nos remete de importância na sua prática.

Eu, como Secretário de Esportes da cidade de São Bernardo, tinha dez vezes mais orçamento na cidade de São Bernardo do que tem o Governo Federal para uma Secretaria Nacional de Futebol, e entendendo o quanto o futebol é importante.

E não dá para repetir os mesmos erros, que a Victoria colocou aqui que tem na prática do futebol pelos homens, no futebol feminino. E aí, creio que nós temos um marco extremamente importante, dialogando inclusive com o próprio tema, que são os desafios e as oportunidades que o futebol feminino tem daqui para frente.

Eu creio que um marco extremamente importante nessa linha do tempo que eu falei aqui do futebol feminino, quando no dia 30 de março, o Presidente Lula, através de um decreto, cria a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino. Isso é um marco, sim. Isso é extremamente importante para o futebol feminino do Brasil.

Eu estive acompanhando a abertura da Copa Feminina na Nova Zelândia e Austrália. E depois a história mostrou, durante a competição, o quanto esse esporte cresceu no mundo como um todo, tanto que a Copa Feminina da Austrália já teve vida própria, ela não foi mais atrelada ao mundo do futebol praticado pelos homens. E a de 2027 também já terá a sua existência totalmente desatrelada do futebol praticado pelos homens. Mas os quatro países que chegaram na final da Copa da Nova Zelândia e Austrália tiveram a sua estratégia nacional, que mostrou caminhos por onde a gente deve seguir no Brasil.

E quando se define uma estratégia nacional, nós temos que ser fiel àquilo que nós mesmos colocamos como iniciativa. A instituição, através do Decreto 11.458, é uma iniciativa importante que cria base para elaborar condições favoráveis para o desenvolvimento do futebol feminino, atuar ativamente contra a discriminação de meninas e mulheres no futebol, induzir mecanismo de desmobilização do comportamento de intolerância violento contra meninas e mulheres e fomentar a participação feminina em posições de gestão, arbitragem, direção técnica de equipes de futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um grande desafio? Sim, é um grande desafio, mas para isso nós temos eixos da nossa estratégia que pretende atingir as nossas metas, como a capacitação de todos os profissionais, o que envolve trabalhar com meninas e mulheres; e uma comunicação efetiva de chegar a toda a população brasileira, porque o iniciar futebol para as meninas é totalmente diferente dos meninos. O ambiente seguro é fundamental para que as famílias levem as suas meninas para a iniciação do futebol. E, no diagnóstico inicial da nossa estratégia do futebol feminino, nós fizemos um diagnóstico, Senador Romário, e foi apontado que as meninas começam a sua prática do futebol, no Brasil, muito tarde e isso está refletindo já no resultado de jogo. Por quê? Foi detectado que as famílias não têm confiança nos ambientes de iniciação da prática do futebol feminino. E é necessário a gente trazer essa abordagem.

O fomento em incentivos diretos e indiretos para a prática do futebol feminino; diretos: de governos municipais, estadual e do próprio Governo Federal ter Orçamento digno para isso; indiretos: quando a gente pensa que as emendas parlamentares cumprem papel fundamental hoje para os programas e projetos do Governo Federal. E aqui entendemos que, enquanto Governo Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUÍS FERRAREZI – ... nós temos uma necessidade muito grande... Quando teve o vôlei, o vôlei teve um *boom* de crescimento, foi uma estatal que esteve à frente. Lembram-se do Banco do Brasil, que adotou a modalidade e ali houve um crescimento do esporte no Brasil? E nós acreditamos muito que os investimentos também devam ir nessa linha de raciocínio.

As competições qualificadas são fundamentais, mas penso eu que a CBF e toda a sua estrutura, através das federações e ligas, cumprem um papel na estruturação de calendários adequados, em horários adequados, locais de treinamentos que garantam a competição saudável. Infelizmente, teve agora uma competição em Belo Horizonte, se não me engano no Sub-17 – não é Cris? –, a Copa Brasil, jogando às 2h da tarde, 1h da tarde em campo sintético e não é uma competição em seriada, é uma competição na base de um torneio. Nas competições, dependemos muito da hierarquização do futebol através das federações e dos programas e ações que o Ministério do Esporte, os estados e municípios têm para a prática do futebol. E, através daquilo que fizemos, que é a estratégia nacional, é uma indução que o Governo Federal faz para que haja novos comportamentos no Brasil. Hoje já existem escolas de futebol em municípios para meninos e meninas. O que a Federação Paulista está fazendo em relação à Copa de Futebol Júnior Feminino? Então, o Governo Federal induz, quando lança um decreto como esse, que tenham novos comportamentos pelo país. Ainda não temos o orçamento necessário, mas tudo aquilo que se faz aqui, no Governo Federal, repercute para o país como um todo.

E o que queremos com essa estratégia é pensar também o futsal feminino, porque nós detectamos que meninos e meninas começam a sua prática esportiva dentro da escola. E, se o futsal fizer parte do ambiente escolar, com um ambiente seguro – e hoje já existe uma portaria em que o futebol até 12 anos pode e deve ser praticado misto, está liberada a sua prática mista –, o futebol e o futsal, praticado dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, serão fundamentais para os avanços que pretendemos para o futsal feminino do Brasil. Mas, lamentavelmente, ainda temos que a educação física não é obrigatória nessa faixa etária nas nossas escolas. É fundamental que a educação física oferecida por professores qualificados dentro da escola tenha um ambiente de prática saudável, que tem que começar dentro da escola.

Estamos fazendo uma parceria com a CBFS para discutir o esporte escolar e o futsal praticado nas escolas e isso vai ser, também, fundamental.

Entendemos que, para sediar a Copa do Mundo de 2027 – o Brasil está oferecendo essa possibilidade, junto à CBF, de disputar a Copa de 2027 –, tem que haver um coroamento de toda essa estratégia, de todo um país que vai pensar o futebol feminino, e temos muita convicção de que estamos no caminho certo.

Apesar dos erros cometidos, como o de ontem, a estrutura de arenas, de rede de hotelaria, de aeroportos no Brasil está pronta. Ela é testada toda quarta e todo domingo neste país.

Então, nós estamos prontos para isso. Mas, para ter a Copa de 2027, entendo que tem que haver um coroamento de tudo o que vamos fazer e estamos fazendo para ter uma estruturação do futebol, acima de tudo, de valorização do papel da mulher e do empoderamento da mulher na prática do futebol e da modalidade que ela bem entender.

Dessa forma, a gente traz aqui a nossa contribuição principalmente pensando o futebol feminino através de um decreto presidencial, de uma estruturação que é fundamental para o avanço da modalidade no Brasil.

Muito obrigado, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. José Luís Ferrarezi, pela sua explanação.

Realmente, nós temos que começar a olhar o futebol feminino de uma outra forma. É claro que, quando a gente fala de futebol feminino hoje, já há uma diferença – não é, Victoria? – de alguns anos, mas a gente ainda precisa de muita coisa, principalmente pela ideia, tanto da CBF como do Ministério do Esporte, de fazer aqui o Mundial Feminino de 2027.

A gente tem que começar, já, a estruturar melhor essas competições, da mesma forma que essa competição em São Paulo. Acho que São Paulo pode ser um grande exemplo paras os outros estados, para que a gente possa começar essa estruturação em relação a essa possibilidade de ser a sede do Mundial de 2027.

Eu passo aqui a palavra, agora, ao Sr. Ricardo Leão de Andrade, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol, através de videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia.

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (*Por videoconferência*.) – ... Senador Jorge Kajuru, Secretário Ferrarezi e Victoria.

É um prazer imenso e, em nome do Presidente Ednaldo, nossos agradecimentos por participar desse importante debate em relação ao futebol feminino, em relação aos rumos do futebol feminino, para os próximos anos no Brasil.

Quero me desculpar por não estar presente junto a vocês no dia de hoje. Eu me dirigi ao aeroporto para pegar o voo e, chegando ao aeroporto, recebi a notícia de que o voo tinha sido cancelado e não consegui uma reacomodação para chegar a tempo da audiência. Então, acabei permanecendo no Rio de Janeiro, mas numa próxima oportunidade estarei presente, junto a vocês, assim como em outras oportunidades.

Iniciando, então, a nossa conversa, a nossa exposição sobre o futebol feminino, eu quero primeiro dizer que o futebol feminino é um pilar da gestão do Presidente Ednaldo à frente da CBF, desta gestão 2022-2026. Esse compromisso consta dos nossos principais documentos, inclusive do Relatório de Gestão 2022, que já estabelece esse marco estratégico, o futebol feminino como um pilar da gestão, e que é refletido principalmente nesse projeto de candidatura à Copa do Mundo Feminina de 2027.

E concretizando essa missão de desenvolver o futebol feminino no país, nós temos nos empenhado internamente, e aí eu falo aqui do Departamento de Competições, Seleções, da Direção de Desenvolvimento e outras áreas cruciais para o desenvolvimento do futebol feminino, como o *marketing*, a arbitragem, a comunicação. A gente tem se empenhado aqui para conceber também uma estratégia da CBF e colocar em prática, ao longo dos próximos anos, uma série de iniciativas. E nesta minha fala de hoje, eu já vou dar alguns *spoilers* aí daquilo que vem pela frente.

Na semana que vem, está prevista uma reunião com os presidentes das federações, para anunciar exatamente um programa de desenvolvimento. Tanto a FIFA, como a Conmebol são conhecidas pelos seus programas de desenvolvimento do futebol, o FIFA Forward e o Conmebol Evolução. E a CBF, na próxima semana, lança, pela primeira vez na sua história, um programa de desenvolvimento, o CBF Transforma, para fomentar exatamente essa cultura de cooperação, de corresponsabilidade no desenvolvimento do jogo junto às federações filiadas.

A gente tem aí na mesa uma representante do futebol feminino na Federação Paulista, que é a federação com maior poder socioeconômico no nosso país, em razão do desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo. Mas essa não é a mesma realidade de outras federações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a CBF está, a partir da semana que vem, com esse lançamento desse novo programa, assumindo essa responsabilidade de construir e desenvolver o jogo de futebol feminino junto com as federações e os clubes filiados por todo o país.

Bom, então a gente tem algumas iniciativas implementadas já ao longo desses últimos meses e uma série de iniciativas que já entrarão em fase de execução na temporada de 2024. E tudo isso faz parte, como eu disse há pouco também, de uma estratégia que está já em fase final de redação e vai ser entregue à FIFA agora no início de 2024, como um dos compromissos nossos, inclusive para a candidatura do Brasil para receber a Copa do Mundo.

Lamentavelmente as gestões anteriores não fizeram esse dever de casa. O próprio Secretário Ferrarezi mencionou que as principais federações do mundo, as federações que chegaram, por exemplo, à fase final da última Copa do Mundo, têm esse documento publicado. Existe um norte, existe um direcionamento. E esse dever de casa lamentavelmente não foi feito na CBF pelas gestões passadas. Mas isso está em curso e, em breve, no início do ano que vem, a gente deve apresentar à sociedade, ao mundo do futebol, esse documento. De qualquer forma, eu já vou adiantar e contar um pouquinho dos pilares e das principais iniciativas que vão compor a nossa estratégia.

Então, para começar, o primeiro pilar é o desafio de tornar o futebol verdadeiramente acessível a meninas e mulheres. A gente compartilha de tudo o que foi mencionado previamente pelo Secretário Ferrarezi e pela Victoria em relação às barreiras que ainda existem para meninas e mulheres no acesso à prática do futebol por todo o país.

Nesse sentido – o Secretário Ferrarezi até mencionou há pouco uma regulamentação da CBFS, da Federação Paulista de Futsal, que instituiu há algum tempo o futsal misto até a categoria sub-12–, eu quero ressaltar que, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, deste ano, a CBF regulamentou o futebol misto em todo o país e para todas as categorias do futebol amador. É uma regulamentação bastante progressiva que, inclusive, institui a possibilidade do mecanismo de dispensa etária, que é um mecanismo que já existe em outros países do mundo, ou seja, meninos e meninas têm diferenças naturais, biológicas, em relação aos níveis de testosterona, de potência muscular. Em muitos países, principalmente na Europa, as meninas de uma determinada idade, sub-15, sub-16, sub-17, podem competir com meninos numa categoria inferior, justamente para promover essa oportunidade de treinamento e de vivências competitivas ao longo do processo de formação.

Então, a CBF, primeiro, regulamentou o futebol misto em todas as categorias do futebol amador e estabeleceu esse mecanismo também, a possibilidade de utilização desse mecanismo pelas federações filiadas nas competições, possibilitando que, por exemplo, meninas de sub-17 joguem com meninos de sub-13, sub-18 com sub-14, sub-20 com sub-15, para aumentar essas oportunidades de vivências competitivas. E essa é uma medida que já surte efeitos. Ao longo da temporada, a gente já acompanhou aí uma série de histórias de meninas que tinham direito à prática do futebol negada e que, agora, começam a jogar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competições regionais mistas. Inclusive, na semana passada, a gente teve uma dessas meninas convocadas para a Seleção sub-15. É uma menina que está disputando um campeonato junto com meninos, no Espírito Santo, idade de 13 anos. Foi convocada pela primeira vez para a Seleção sub-15. Então, com esse objetivo de tornar o futebol verdadeiramente acessível para meninas e para mulheres, a gente acredita que essa RDP vá fazer a diferença no curto, médio e longo prazo.

Um outro programa que a gente vai implementar a partir do ano que vem, que entra em fase de execução ao longo do ano que vem, é o Programa Joga Mina. Então, a partir do próximo ano, a CBF vai rodar o país, em estreita parceria com as federações filiadas, para promover capacitações, festivais e seletivas de atletas. Esse programa faz parte do nosso Programa de Desenvolvimento que vai ser anunciado na semana que vem e integra um conjunto de iniciativas aí voltadas especificamente para o futebol feminino.

Bom, um segundo pilar e uma das prioridades também dessa nossa estratégia é fortalecer a base da pirâmide competitiva. Então, ao longo aí dos últimos 12, 18 meses, a gente fez um amplo levantamento, uma ampla coleta de dados para ter um diagnóstico, para ter um conhecimento da realidade do cenário competitivo do futebol feminino e ficou muito claro para a gente que esse cenário, essa pirâmide competitiva foi estruturada do topo para a base, ou seja, a gente, basicamente, iniciou a construção não pelo alicerce, pela base, mas pelo topo da pirâmide.

Então, a gente hoje tem um topo relativamente bem constituído, ou seja, a gente implementou, consolidou, ao longo dos últimos anos, os campeonatos brasileiros – a Série A1, a Série A2 e, na última temporada, foi criada a Série A3 –, permitindo aí um calendário competitivo em nível nacional, com três divisões para, aproximadamente, 64 clubes. Além disso, foram criadas também as competições de base – o Campeonato Brasileiro Sub-20, o Campeonato Brasileiro Sub-17 –, mas, quando a gente olha para a realidade das competições regionais, nas categorias inferiores, ou seja, a base que alimenta essa pirâmide ou que alimenta o topo dessa pirâmide, a gente identifica claramente uma grande lacuna e uma necessidade muito grande de se abordar, de se enfrentar esse problema.

Então, nesse levantamento, por exemplo, a gente identificou que, em 2022, apenas dez competições estaduais foram organizadas pelas federações filiadas na temporada de 2022. E, se a gente considerar excluir a Federação Paulista desse universo, esse número cai para seis. A Federação Paulista tem o Sub-20, o 17, o 15 e o 14, o Festival Sub-14, ou seja, nos outros 26 estados, a gente teve, no ano passado, somente seis competições de base.

Então, fica muito evidente a diferença, a discrepância com o futebol masculino, que, em nível estadual, regional, tem mais de 200 competições em todo o país. Isso no futebol organizado apenas.

Então, com o objetivo de enfrentar esse problema e de fortalecer essa base da pirâmide competitiva, a gente assinou, agora em julho, o contrato de objetivos acordados com o Programa FIFA Forward, da FIFA e, por meio tanto do FIFA Forward quanto do programa CBF Transforma, nós estamos lançando o programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Torneios Femininos de Base, que também vai ser anunciado, comunicado e explicado na próxima semana, nessa reunião com o Presidente das Federações, e que vai permitir o estabelecimento de 54 novas competições ao longo de três temporadas. A CBF vai financiar 54 competições, principalmente nas categorias Sub-15 e Sub-17, com os recursos do FIFA Forward e com os recursos do CBF Transforma a partir da temporada de 2024.

Então, essa é uma iniciativa assinada, um contrato assinado, firmado, um compromisso que a gente começa a concretizar a partir da próxima temporada, e dependemos muito desse ambiente de cooperação, principalmente com as federações filiadas para conseguir entregar esses torneios.

Paralelamente, em complemento a essa iniciativa – isso a CBF já publicou, essa comunicação já foi disparada para as federações filiadas também –, para fomentar as categorias de base no futebol feminino, a CBF está isentando integralmente as taxas de registro e transferência de atletas no futebol feminino, em nível amador. Estamos também sugerindo que as federações filiadas tomem as mesmas medidas com relação às taxas estaduais. Então, essa medida também já foi publicada e chega para reforçar essa política de fortalecimento da base da pirâmide competitiva.

Além disso, um projeto, também do Presidente Ednaldo – o Presidente Ednaldo rascunhou pessoalmente –, a partir da próxima temporada, em complemento aos torneios femininos de base, a CBF tem a intenção também de organizar um campeonato brasileiro de seleções estaduais sub-17. A gente tem hoje o campeonato brasileiro, que é disputado em sua maioria por clubes profissionais dos estados com futebol mais desenvolvido, em que há mais investimento no futebol feminino, mas a gente precisa levar o futebol feminino e promover o futebol feminino de alto rendimento também em todos os estados.

A ideia é, a partir da estruturação dos torneios estaduais de futebol de base feminina, a gente ter, com o encerramento desses torneios, a formação de uma seleção com as melhores atletas de cada estado e, posteriormente, organizar esse campeonato brasileiro de seleções sub-17, favorecendo a identificação de novos talentos por todo o país que poderão ser recrutadas posteriormente por esses clubes que investem mais nas categorias de base do futebol feminino.

Em continuidade também a essa política, um terceiro pilar é a estruturação do caminho formativo das nossas seleções. Então, a CBF recentemente, no ano passado, convocou pela primeira vez a sua seleção sub-15, e na semana passada, a técnica Simone Jatobá fez uma nova convocação. Até 2022, a CBF nunca tinha feito uma convocação de uma seleção sub-15. E, para o futebol feminino, essa seleção sub-15 é ainda mais importante que no masculino, porque, em razão do número escasso de clubes, de equipes trabalhando no ambiente do alto rendimento, uma seleção sub-15 acaba preenchendo esse papel, desempenhando esse papel de contribuir e assegurar a qualidade também da formação e o início ali do percurso dentro das seleções, numa etapa mais precoce do desenvolvimento das atletas. Então, essa é uma ação também já em curso, já implementada e que vai ser continuada e aprimorada para os próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente está com um quarto pilar dessa estratégia, concebendo um ambiente de fomento ou de incentivo ao talento feminino dentro e fora de campo. Existe hoje um programa da FIFA, que é o FIFA TDS, o Programa de Desenvolvimento de Talentos da FIFA, voltado principalmente para a identificação e monitoramento do talento nas federações membros e, especificamente no futebol brasileiro, esse programa vai ser aplicado exclusivamente ao futebol feminino.

Então, a gente vai aproveitar para gerar uma sinergia entre os programas que estão sendo concebidos, que entrarão em fase de execução, a gente vai aproveitar o estabelecimento dessas 54 novas competições nas categorias sub-15 a sub-17, para estruturar um programa também de identificação e monitoramento do talento, paralelamente a essas novas competições.

Além disso, fora de campo, também vamos entrar com uma série de iniciativas. Então, no ano passado, a CBF já tinha feito o lançamento do programa Professores Pretos, realizado em parceria com o Observatório, com a Vivo. E, nessa temporada, a gente já confirmou, já fez a submissão dos projetos, a assinatura dos contratos e, agora, no início de 2024, fevereiro, acredito, a gente lança o edital para o programa Professoras Pretas. Na primeira edição do Professores Pretos, foram selecionados seis treinadores. A ideia era fazer, neste ano, o Professoras Pretas. A gente acabou não tendo um apoio do parceiro privado e, na inexistência desse parceiro privado para custear essas bolsas para treinadoras, a gente vai usar fundos de desenvolvimento, fundos do CBF Transforma, para custear, portanto, essas bolsas. E, aí, a próxima edição do programa vai ser completamente dedicada às mulheres para cursarem os cursos da CBF Academy, tá bom?

Então, em 2024, a gente lança o Professoras Pretas e, depois, em 2025 e 2026, esse programa vai ser um programa misto, vai voltar a contemplar homens – mas de uma forma mista, homens e mulheres, a cada edição do programa –, e ele vai ser transformado no Lideranças Pretas, ou seja, ele vai passar a abranger, também, os cursos de gestão. A gente quer formar líderes técnicos e líderes fora de campo, também, na área da gestão. E, claro, esse é um programa com um foco na comunidade negra, uma ação afirmativa da CBF. Então, essa é uma importante iniciativa, serão US$50 mil ao longo dos próximos três anos, ou seja, R$250 mil – dez mil dólares em 2024; depois, 15 mil em 2025 e, depois, em 2026.

Além disso, a gente, em parceria com a Conmebol, vai lançar, também, no próximo ano, um programa de formação de lideranças femininas no futebol. Então, a gente deve ter três turmas anuais, ao longo dessas próximas três temporadas, uma iniciativa do CBF Transforma e, também, do Conmebol Evolução.

Outro pilar muito importante para o desenvolvimento do futebol feminino, para a estabilidade, para o crescimento é o pilar da sustentabilidade financeira. E a CBF entende que a candidatura da Copa do Mundo Feminina, o sediamento desse grande evento pode ser um divisor de águas para atrair mais parceiros comerciais para o jogo e para desenvolver o negócio, a indústria do futebol feminino no país, assegurando a sua sustentabilidade financeira no médio e longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem experimentado uma evolução significativa da comercialização das propriedades das principais competições ou mesmo em nível de seleções brasileiras femininas, mas a realidade, hoje, é que o futebol feminino ainda é deficitário. As receitas originadas com o Campeonato Brasileiro A1, A2, A3, com patrocinadores para seleções femininas, ainda não cobrem as despesas incorridas, e nesse sentido a CBF tem feito um investimento grande, da ordem aí de R$100 milhões anuais para custear os seus programas de competições e os seus programas de seleções. E a gente entende, portanto, que a realização da Copa do Mundo Feminina e o desenvolvimento contínuo dessas competições e do programa de seleções vai possibilitar, no médio e longo prazo, essa sustentabilidade financeira, a atração de mais patrocinadores exclusivos – hoje a gente tem praticamente um, que é a Neoenergia –, o aumento dos valores contratuais.

No primeiro contrato que foi firmado para a transmissão do Campeonato Brasileiro A1, há cerca de três ou quatro anos, a CBF não teve receita naquele contrato. A CBF fez uma permuta de cotas de publicidade, mas naquela oportunidade as cotas de publicidade não foram negociadas. A gestão anterior da CBF não conseguiu negociar essas cotas publicitárias, então a gente basicamente cedeu os direitos de transmissão. Mais recentemente, a gente firmou um contrato com a Globo para transmissão do Campeonato Brasileiro A1, jogos da seleção feminina, Supercopa Feminina, e esse campeonato, sim, tem trazido uma importante receita, ainda não suficiente para cobrir os custos das competições, mas já representa um grande avanço, e, com o desenvolvimento dos próximos anos, a gente espera, nas próximas renovações, elevar esses valores.

Agora falando do pilar cultural, a gente entende que o futebol feminino deve ser utilizado para modelar a identidade cultural das brasileiras ao longo desses próximos anos, e nesse sentido a CBF também tem agido. Então, ao longo desses últimos dois anos foram feitas ações, por exemplo, de reconhecimento às pioneiras, à primeira geração das seleções femininas. A CBF, no ano passado, o Presidente Ednaldo, recebeu a rainha Marta aqui para eternizá-la no Museu da Seleção Brasileira. Então, hoje o acervo do Museu da Seleção Brasileira conta com a estátua da Rainha Marta ao lado da estátua do Rei Pelé, e como parte desses programas que serão lançados, por exemplo, o Joga Mina, que eu citei há pouco, a gente vai ter sempre a figura de uma embaixadora, de uma ex-atleta, de uma personalidade do futebol feminino para servir de referência e inspiração para as futuras gerações de jogadoras ou de torcedoras que a gente pretende impactar.

Por fim, essa questão ou pilar dessa rede de cooperação, que é fundamental. Realmente, a gente vive num país de dimensão continental. São 27 estados. A gente tem uma discrepância muito grande na realidade socioeconômica e esportiva desses 27 estados. Nos municípios, essa diferença é ainda maior. Então, sem essa cultura de cooperação, é muito difícil, tanto para CBF quanto para governos conseguirem alcançar esses objetivos. Então, primeiro, eu acho que essa cooperação começa a ser concretizada com o estabelecimento desse programa de desenvolvimento. O CBF Transforma, como eu disse, vai ser lançado na próxima semana, e vai possibilitar a execução, de uma forma descentralizada, de fundos e projetos da FIFA, da Conmebol, e da própria CBF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente tem dialogado, de maneira permanente, com o setor público, participando de sessões, de audiências no Congresso e de reuniões com os diferentes ministérios. No Ministério do Esporte, eu sei que a Sandra, a diretora do futebol feminino que o Ferrarezi citou há pouco, tem, inclusive, a intenção de construir, de estabelecer, um GT para o futebol feminino, específico para o futebol feminino, com a participação da CBF. O próprio Governo tem sido um parceiro muito grande na candidatura para a Copa do Mundo Feminina. O Brasil entregou todas as garantias governamentais para fortalecer essa candidatura que a gente espera conquistar, em breve, esse direito, esse sonho de receber essa Copa do Mundo.

Então, essa cooperação com os diferentes entes, do mundo do futebol, do setor público, das organizações da sociedade civil, do setor acadêmico e também da iniciativa privada, é fundamental, e a gente tem se empenhado muito para construir, dialogar e promover essas relações, porque juntos, com certeza, poderemos fazer mais.

E, como última parte da minha exposição aqui, eu queria promover uma reflexão.

A gente tem, há quase 20 anos, um instrumento fabuloso de promoção do esporte em suas diferentes manifestações, que é a Lei de Incentivo ao Esporte, estabelecida em 2006 e que, já há quase 20 anos, promove oportunidades no nível do desporto educacional, do desporto de formação e do desporto de participação e de alto rendimento, para milhões de jovens por todo o país.

E, no âmbito principalmente do alto rendimento, a gente considera que existe uma discrepância e um desequilíbrio ainda muito grande. E eu falo isso tendo como inspiração a própria política do Title IX nos Estados Unidos, regulamentada no final da década de 70, que, basicamente, estabeleceu que, se existe dinheiro público envolvido no financiamento de um determinado projeto, educacional ou esportivo, as vagas têm que ser repartidas de forma equitativa entre homens e mulheres. Ou seja, até a década de 80, as universidades, os programas esportivos das universidades americanas contemplavam bolsas numa quantidade muito elevada para o esporte masculino e numa proporção bem menor para o esporte feminino. Com a implementação dessa lei, se é o poder público, por meio da renúncia fiscal, que financia esses programas, então essas vagas têm que ser equitativas.

Eu acho que, no âmbito do alto rendimento, das categorias de base, existem hoje muitos clubes que se beneficiam desse mecanismo: Lei de Incentivo ao Esporte, no âmbito do alto rendimento, para financiar categorias de base no masculino, que a gente sabe que na maioria dos grandes clubes é superavitária. Os clubes geram receitas mais superiores com a venda, com os direitos dos atletas do que os custos incorridos, e investem pouco no futebol feminino.

Então, poderia haver uma...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Ricardo, desculpa atrapalhar o seu discurso, você tem apenas um minuto. (*Pausa.*)

Pode voltar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem mais um minuto, Sr. Ricardo. Por favor

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (*Por videoconferência*.) – Ah, sim.

Bom, mas era isso, eu só queria promover essa reflexão. Eu entendo que existem aí oportunidades de aprimoramento na Lei do Incentivo ao Esporte para fomentar maiores oportunidades de formação de atletas no âmbito do futebol feminino, estabelecendo ali uma política de equidade com os investimentos que já são feitos nas categorias de base do futebol masculino.

É isso. Eu me coloco à disposição para o debate, agradeço mais uma vez a oportunidade e, numa próxima vez, estarei presente ao lado dos senhores na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ricardo.

Temos aqui algumas perguntas dos nossos internautas, inclusive do Guilherme Fonseca Faro, de Pernambuco; essa é para o Ricardo: "Projetos para identificar e desenvolver talentos femininos também em outros esportes como futsal [...] [na CBF também existem]?".

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – A CBF hoje toma conta das seleções femininas de futsal. Então, esse é o modelo em operação: a CBFS hoje organiza as competições entre os clubes e a seleção feminina é gerenciada pela CBF.

Então, o Lavoisier e todas as comissões aqui das seleções femininas têm trabalhado, sim, na identificação de talentos, e eu tenho certeza de que esses programas que a gente vai lançar a partir da próxima temporada, principalmente o Joga Mina, vão favorecer, sim, a identificação de talentos para essas outras modalidades.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais uma pergunta aqui do Guilherme Fonseca Faro, de Pernambuco: "Metas para aumentar receitas e reduzir custos operacionais do futebol feminino nos próximos anos [já existem]?".

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (*Por videoconferência*.) – Olha, eu acho que hoje a gente tem operado com uma política de austeridade, então os custos estão bem dimensionados. O que a gente precisa realmente trabalhar é para obter um incremento das receitas.

A gente tem acompanhado um crescimento do futebol feminino em termos de audiência, de penetração no mercado da mídia, por exemplo, mas a gente tem contratos vigentes, então, são evoluções graduais e eu tenho certeza de que, no momento de fazer as próximas renovações, renegociações contratuais, a gente vai conseguir, sim, subir esses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora para o nosso Secretário aqui, Ferrarezi: "Como estimular o futebol feminino amador, escolar e universitário para revelar novos talentos?", também do Guilherme Fonseca Faro, de Pernambuco.

O SR. JOSÉ LUÍS FERRAREZI (Para expor.) – Eu creio que é fundamental ter uma aproximação e diálogos com o Ministério da Educação, para que a educação física escolar tenha um papel fundamental nessa iniciação.

Eu creio que uma iniciação correta, através dos profissionais de educação física, dentro das escolas, dentro das escolas de futebol, é um passo importante, porque quem começa a sua prática de atividade física correta e das modalidades, também de forma correta, tem maior capacidade, através das suas habilidades, de ter os avanços necessários. Então, essa porta de entrada, através do sistema de ensino e da rede escolar no Brasil, é fundamental, principalmente tendo o futsal como base de início, ampliando para as escolas de futebol, porque aí nós temos os nossos programas, Senador Romário, os nossos programas e projetos, e vamos implantar, pelo país todo, essa iniciação, lembrando que cabe ao Governo Federal fomentar a prática e revelar talentos.

É uma sequência. Nós temos aí as federações, os clubes e a CBF, que têm que dar vazão a quem quer ter como profissão a sua meta. Quanto ao Governo Federal, as possibilidades vêm, de início, dentro das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ferrarezi.

Aqui também para o próprio Guilherme e, agora, para a Sra. Victoria: qual o potencial para explorar novas fontes de receita do futebol feminino em São Paulo?

A SRA. VICTORIA MARIA NASCIMENTO PISSOLATO (Para expor.) – Bom, o futebol feminino é um produto que está sendo desenvolvido. O Paulistão Feminino, hoje, tem sete marcas envolvidas que custeiam a competição e cinco detentores, mas, por muito tempo, foi sustentado através de lei de incentivo. Quando eu falo muito tempo, foi até o ano passado. Aos 45 do segundo tempo, a gente conseguiu entender que o Paulistão Feminino já era um produto que conseguia se sustentar. O nosso desafio é levar isso para as outras competições.

Como produto, o futebol feminino está em desenvolvimento. A gente precisa fazer com que ele, de forma natural, entre na rotina de marcas e de consumidores. Então, a federação promove todo esse trabalho de incluir, no dia a dia, o futebol feminino, seja com criação de conteúdo, com mensagens, mas fazendo com que o futebol feminino fique na cabeça. Isso abre muitas novas possibilidades.

De novo, eu reforço aqui o quanto o poder público é importante e foi importante em todo o desenvolvimento do futebol feminino, no que diz respeito ao Estado de São Paulo, porque a lei de incentivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um mecanismo muito forte lá dentro. Ela inclusive custeou algumas das nossas competições de base e ainda custeia a nossa competição na Divisão Especial, que seria quase que uma 2ª Divisão do Campeonato Paulista Feminino.

Então, seriam algumas dessas opções.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Profa. Victoria, uma pergunta agora minha. Dentro do que foi colocado aqui, a gente vê que São Paulo é um estado que é exemplo para o futebol feminino. A princípio, a expectativa é que, em 2027, seja realizada a nossa Copa do Mundo de Futebol Feminino. A senhora acredita e entende que, até lá, outros estados podem chegar ao mesmo nível de, vamos dizer, organização e profissionalismo em que está hoje o Estado de São Paulo?

A SRA. VICTORIA MARIA NASCIMENTO PISSOLATO – A gente fala que o futebol feminino paulista não vai a nenhum lugar se ninguém acompanhar. Então, uma das nossas missões, como federação, é levar tudo o que a gente aprendeu, nesses anos, sobre futebol feminino, para os outros estados.

A gente precisa ter um pouco de cuidado, principalmente quando a gente fala de equiparar estruturas, equiparar premiação, porque é o que eu comentei aqui, o futebol feminino está sendo desenvolvido, a gente precisa tornar esse produto sustentável e precisa fazer com que os outros estados enxerguem o futebol feminino como um produto sustentável. E é por isso que a gente tem algumas ações, e a gente prevê esse apoio e quer estar cada vez mais perto de outras federações e de outros estados para a gente conseguir de fato trazer a Copa do Mundo feminina em 2027.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Sr. Ricardo, nós tivemos aqui a Copa do Mundo em 2014, se não me engano, e foi um desastre. Foram prometidos legados, e legado, realmente, não teve nenhum na Copa do Mundo. A gente fala aqui de acessibilidade, de transporte público, e eu fui um Parlamentar, na época, totalmente contrário a isso. E o senhor disse que, para 2027, em princípio, a gente está preparado. A pergunta que eu faço ao senhor: estamos realmente preparados para sediar uma Copa do Mundo em 2027?

E uma outra coisa que aconteceu também, fora não ter deixado nenhum tipo de legado, foi a corrupção. A corrupção comeu solta. Estádios de futebol, por exemplo, em Natal, Manaus, Cuiabá, praticamente viraram elefantes brancos, e foram gastos ali, falando dos três juntos, com certeza, mais de R$2 bilhões. É claro que para essa Copa do Mundo não vai ser preciso gastar nada, porque já está praticamente pronto, preparado para isso, mas, no geral, a CBF realmente acredita que o Brasil tem condição de fazer uma Copa do Mundo que tenha repercussões positivas, diferentes das da Copa do Mundo em 2014?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Romário, não tenho dúvidas. Primeiro, porque, em nível de infraestrutura, nós não precisamos construir mais nada. Realmente, a gente teve uma série de desafios, problemas, atrasos, aeroportos que foram entregues posteriormente à Copa do Mundo de 2014, mas não é a realidade no momento. Então, a gente dispõe de estádios, de estrutura de hotelaria, de aeroportos, e a ideia justamente da Copa do Mundo feminina, dessa candidatura, é utilizar, ativar esse legado da Copa de 2014. São exatamente os mesmos estádios, as mesmas cidades. Ou seja, existe um legado que precisa ser potencializado, e o conceito de sustentabilidade dessa candidatura passa por isso.

Então, em termos de infraestrutura, eu diria que o Brasil – e o próprio Ferrarezi foi muito feliz nisso – está mais do que pronto, porque a gente organiza várias Copas do Mundo a cada quarta, domingo, enfim, com os campeonatos que acontecem semanalmente no Brasil.

Outro ponto importante a ressaltar é a questão da governança. Então, os problemas que aconteceram na Copa de 2014 não são exclusividade do Brasil. Existia todo um ambiente, inclusive no cenário internacional, em nível de FIFA também, que permitiu que aquilo acontecesse. E aí, posteriormente à Copa de 2014, a gente teve escândalos internacionais, o FIFAgate, os escândalos também na CBF...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vários ladrões presos.

O SR. RICARDO LEÃO DE ANDRADE (*Por videoconferência*.) – ... e, como resultado disso, houve uma grande reforma da governança. Então, hoje a gente tem mecanismos de governança muito mais aprimorados, estabelecidos, não somente no nível do futebol, mas também em nível de governo. A governança pública também evoluiu consideravelmente ao longo desses últimos dez anos.

E, por último, para finalizar a minha resposta, eu acho que o principal legado da Copa do Mundo, portanto, considerando que a infraestrutura está posta, considerando que houve já uma considerável evolução da governança, passa pela questão educacional e pela questão cultural, principalmente em relação ao protagonismo e ao empoderamento da mulher brasileira, da mulher na nossa sociedade.

Daí a importância deste conjunto de iniciativas que a CBF começa já a lançar agora no início de 2024: novas competições, capacitações, programas de massificação, liderança feminina, enfim, tudo isso para que a Copa do Mundo seja o coroamento, como o próprio Ferrarezi disse, de uma série de iniciativas implementadas por CBF, federações, Governo Federal e outros atores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

É claro que o ideal seria que nós tivéssemos aqui a presença de outros Senadores, mas, aqui no Senado Federal, na terça-feira e na quarta-feira, realmente é muita correria, muita Comissão. E, como o Sr. Secretário Ferrarezi falou, depois de uma derrota daquela de ontem, a galera está meio triste e cabisbaixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de toda forma, agradeço aos três expositores. Foi muito importante e muito relevante a presença de vocês aqui. Eu, particularmente, aprendi bastante, tive bastante conhecimento em relação ao nosso futebol feminino que existe hoje no Brasil.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Presidente da Federação Paulista, Reinaldo Bastos, e o seu Vice, Mauro Silva, grande amigo que fiz no futebol, pelo grande profissionalismo que levam ao futebol feminino.

Obrigado, Sra. Victoria pela sua explanação. Obrigado, Sr. Ferrarezi e Sr. Ricardo, da CBF.

Quero dizer que esta Casa estará sempre aberta, principalmente esta Comissão, para a gente poder, da maneira mais objetiva e rápida possível, ajudar o futebol feminino. Eu vou continuar aqui preocupado, mas, a partir de hoje e mais do que nunca, torcendo para que, se realmente houver esse mundial em 2027, seja um mundial de muito sucesso.

Muito obrigado a todos pela presença.

Não havendo mais nada a declarar... Mas ainda há. (*Risos.*)

Nos termos do art. 44, §1º, da Resolução do Congresso nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas, juntamente com a ata da reunião em que houve a sua aprovação. Portanto, antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3F56690A005D9A6B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.